Primeira Parte

ISSN 1677-7026

DIÁRIO DA JUSTIÇA

República Federativa do Brasil Imprensa Nacional

SEÇÃO 2

Ano LXXXII Nº 71

Brasília - DF, sexta-feira, 13 de abril de 2007

Aviso

Esta edição é composta de um total de 944 páginas, dividida em duas partes.

Sumário

PÁGINA

Tribunal Regional Federal

- 1ª Região..... 1
- 2ª Região..... 225
- 3ª Região..... 360
- 5ª Região..... 810

Boletim da Justiça Federal

- Seção Judiciária do Distrito Federal (1ª Região)..... 864

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

PRESIDÊNCIA

ATO PRESI Nº 1104-288, DE 10 DE ABRIL DE 2007

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO, no uso das suas atribuições legais, e tendo em vista a manifestação favorável da Corregedoria-Geral, referente ao que consta no Processo n. 8.727/2006-TRF, resolve:

DESIGNAR o Juiz Federal CARLOS ROBERTO ALVES DOS SANTOS, da Subseção Judiciária de Anápolis-GO, para, sem prejuízo das suas funções, processar e julgar a Ação de Improbidade Administrativa n. 2001.35.00.009359, em trâmite na Seção Judiciária do Estado de Goiás, movida pelo Ministério Público Federal, em razão da suspeição argüida pelos Juízes em atuação naquela Seccional.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Desembargadora Federal ASSUSETE MAGALHÃES

CORREGEDORIA-GERAL

PORTARIA COGER Nº 11, DE 11 DE ABRIL DE 2007

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 24, I, II, III, VII e IX, e 25 do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal - 1ª Região, o art. 5º, VI, VII, VIII, XVIII, XIX e XXI, e parágrafo único do Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da Primeira Região, aprovado pela Resolução n. 2, de 10 de janeiro de 2002, e arts. 14 a 33 do Provimento Geral Consolidado e conforme o disposto na Resolução n. 496, de 13 de fevereiro de 2006, do e. Conselho da Justiça Federal, resolve:

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 04 a 28	R$ 0,30	R$ 3,60
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 3,80
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 4,40
de 160 a 250	R$ 1,90	R$ 5,20
de 254 a 500	R$ 3,50	R$ 6,80
de 504 a 824	R$ 6,20	R$ 9,50

- Acima de 824 páginas = preço tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0093

I. Realizar correição geral ordinária na Seção Judiciária de RORAIMA, no período de 21 a 25 de maio de 2007;

II. Designar para auxiliar nos trabalhos de correição a Juíza Federal da 5ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, Daniele Maranhão Costa, acompanhada da Analista Judiciária da 5ª Vara/DF Loíla Barbosa Aguiar de Almeida e do Assessor da Corregedoria-Geral, Luiz Alberto Alves.

III. Determinar ao digno Juiz Federal Diretor do Foro/RR que observe, nos preparativos da Correição, os dispositivos das normas supramencionadas.

IV. Cientificar o Ministério Público Federal, a Advocacia Geral da União, a Defensoria Pública e a Ordem dos Advogados do Brasil, nos termos do disposto no art. 6º da Resolução CJF n. 496, de 13/02/2006.

V. Publique-se. Comuniquem-se, inclusive, à colenda Presidência e à DIREF/DF. Cumpra-se. Autue-se.

Desembargador Federal JIRAIR ARAM MEGUERIAN
Corregedor-Geral da Justiça Federal da 1ª Região

DIRETORIA GERAL DA SECRETARIA

SECRETARIA JUDICIÁRIA

COORDENADORIA DA CORTE ESPECIAL E DAS SEÇÕES

PLENÁRIO

ACÓRDÃOS

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2006.01.00.036847-3/PA

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES
IMPETRANTES	:	ADEMIR REIS DOS SANTOS E OUTROS
ADVOGADOS	:	ALBERTO DA SILVA CAMPOS E OUTROS
IMPETRADO	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DA 1ª SEÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL – 1ª REGIÃO
INTERESSADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. ATO JUDICIAL. CONVERSÃO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO EM AGRAVO RETIDO. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE.

1. Destina-se o mandado de segurança à proteção de direito líquido e certo malferido por ilegalidade ou abuso de poder (art. 5º, LXIX - CF), o que não ocorre na hipótese, na qual o despacho do relator, convertendo o agravo de instrumento em agravo retido (art. 527, III - CPC), reveste-se de legalidade. A documentação que instrui a inicial do mandado de segurança não comprova fatos em dimensão diversa da detectada pelo relator no despacho fustigado.

2. Denegação do mandado de segurança.

A C Ó R D Ã O

Decide a Corte Especial, por maioria, denegar o mandado de segurança.

Corte Especial do TRF da 1ª Região – 15/03/2007.

Des. Federal OLINDO MENEZES, Relator

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 2006.01.00.040428-8/DF

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA
AUTOR	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
REU	:	NORIVAL DE OLIVEIRA CARRIJO
SUSCITANTE	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PRESIDENTE DA 4A SECAO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1A REGIAO
SUSCITADO	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PRESIDENTE DA 1A SECAO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1A REGIAO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA ENTRE SEÇÕES DESTE TRIBUNAL. MULTA. IMÓVEL FUNCIONAL. COMPETÊNCIA DA 3ª SEÇÃO.

1. A multa por ocupação irregular de imóvel discutida no agravo de instrumento, em ação cautelar, é questão acessória à matéria objeto da ação de rito ordinário, relativa à aquisição de imóvel funcional, de competência da 3ª Seção.

2. Conflito conhecido e provido, declarando-se a competência da 3ª Seção.

ACÓRDÃO

Decide a Corte Especial do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, conhecer do conflito negativo de competência e dar-lhe provimento, declarando-se a competência da 3ª Seção, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 1º de março de 2007 (data do julgamento).

JOÃO BATISTA MOREIRA
Desembargador Federal - Relator

PRIMEIRA SEÇÃO

ACÓRDÃOS

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 96.01.39797-3/MG

RELATORA	:	EXMª SRª DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA ALVES
AUTOR	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	ROGÉRIO EMÍLIO DA COSTA MOREIRA
RÉ	:	MARIA DAS DORES DA CUNHA GOMES LEITE E OUTROS
ADVOGADOS	:	ANNA MARIA DA TRINDADE DOS REIS E OUTROS

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL, CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO RESCISÓRIA. ART. 485 DO CPC. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL VULNERADO. NÃO-CONHECIMENTO DA RESCISÓRIA. ART. 58 DO ADCT. VIGÊNCIA TEMPORÁRIA. IMPOSSIBILIDADE DE PERPETUAÇÃO DE SEUS EFEITOS. PEDIDO RESCISÓRIO ACOLHIDO.

1. A ausência de indicação de qual o dispositivo legal teria sido violado pelo comando rescindendo, no ponto em que julgou procedente o pedido de pagamento da gratificação natalina referente ao ano de 1993, nos termos da lei nº 8.700/93, impede o conhecimento da ação desconstitutiva em relação a esse tópico do julgado.

2. A determinação de manutenção da vinculação do valor dos benefícios previdenciários dos réus ao número de salários mínimos a que correspondiam por ocasião de sua concessão viola o quanto estabelecido pelo art. 58 do ADCT, no que toca à limitação temporal nele estabelecida para a sobredita paridade, bem assim o art. 41 da Lei nº 8.213/91.

3. Ação rescisória parcialmente conhecida e, nesse ponto, provida

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Decide a Primeira Seção do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, por unanimidade, conhecer parcialmente da ação rescisória e, nesse ponto, julgá-la procedente, nos termos do voto da relatora.

Brasília-DF, 13 de março de 2007.

Desª Federal NEUZA ALVES
Relatora

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 2001.01.00.001800-7/DF

RELATORA	:	A EXMª SRª DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA ALVES
AUTOR	:	ARI DE ABREU
ADVOGADO	:	PAULO DE FÁTIMA FONSECA MELO
RÉ	:	UNIÃO FEDERAL
PROCURADORA		HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO

As matérias publicadas na presente edição foram enviadas no dia 11/4/2007, até as 18h. Excetuam-se, somente, aquelas enviadas com antecedência e agendadas pelo Órgão responsável para publicação nesta edição.

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO RESCISÓRIA. SERVIDOR PÚBLICO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. ART. 178, III, DA LEI Nº 1.711/52. ERRO DE FATO. INOCORRÊNCIA. ALIENAÇÃO MENTAL. SERVIDOR PORTADOR DE ESQUIZOFRENIA. TRANSTORNO MENTAL INCAPACITANTE. DIREITO À APOSENTADORIA COM PROVENTOS INTEGRAIS. INTERPRETAÇÃO EQUIVOCADA DA NORMA. VIOLAÇÃO LITERAL DE LEI.
1. Manejada a rescisória dentro do biênio legal, consoante verificado na espécie, resta patente a sua tempestividade.
2. Não incide em erro de fato a sentença que, malgrado ciente da conclusão apresentada pelo perito do juízo, formula entendimento próprio acerca da correta aplicação da norma de regência.
3. O art. 178, III, da Lei nº 1.711/52 confere ao servidor público acometido de "alienação mental" o direito de obter aposentadoria com proventos integrais.
4. A referida norma, contudo, não indica em nenhum momento que a expressão "alienação mental" nela contida se refere a determinada patologia que incapacite seu portador para todos os atos da vida civil.
5. Por outro lado, a literatura psiquiátrica ensina que a já em desuso expressão "alienação mental", hodiernamente substituída pelo termo "transtorno mental", deve ser compreendida como "a condição caracterizada pela perda de relacionamentos significativos com outros, com sua sociedade ou sua cultura", certo que a Portaria Normativa nº 328, de 17 de maio de 2001, do Ministério da Defesa dispõe que: Considera-se Alienação Mental todo caso de distúrbio mental ou neuromental grave e persistente no qual, esgotados os meios habituais de tratamento, haja alteração completa ou considerável da personalidade, comprometendo gravemente os juízos de valor e realidade, destruindo a autodeterminação do pragmatismo e tornando o paciente total e permanentemente impossibilitado para qualquer trabalho.
6. Nesse passo, a única interpretação que pode ser conferida à norma em exame é a que confere a todo portador de transtorno mental incapacitante o direito à aposentadoria com proventos integrais.
7. Tendo sido o autor aposentado por invalidez por ser portador de esquizofrenia, um dos mais graves transtornos mentais, obviamente sua situação se amolda à regra do art. 178, III, da Lei nº 1.711/52, razão pela qual a sentença que indefere tal pedido sob o argumento de que ele não possui nenhuma alienação mental altera indevidamente o conteúdo da norma, violando-a, assim, de forma literal.
8. Por essa razão, a sentença proferida há de ser rescindida, de forma a se assegurar o direito do autor de se aposentar na forma prevista pela lei de regência.
9. As diferenças devidas devem ser monetariamente corrigidas na forma do Manual de Cálculos elaborado pelo Conselho da Justiça Federal, acrescida ainda de juros moratórios arbitrados em 1% ao mês.
10. Honorários advocatícios fixados em 5% do valor da condenação, nela compreendidas as parcelas devidas até a prolação do presente julgado.
11. Ação rescisória julgada procedente.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:
Decide a Primeira Seção do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, por unanimidade, julgar procedente a ação rescisória, nos termos do voto da relatora.
Brasília-DF, 13 de março de 2007.

Desª Federal NEUZA ALVES
Relatora

AÇÃO RESCISÓRIA N. 2001.01.00.018658-1/DF
Processo na Origem: 19970100015571-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO
RELATORA	:	JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES (CONVOCADA)
AUTORA	:	UNIÃO FEDERAL
PROCURADOR	:	MANOEL LOPES DE SOUZA
RÉU	:	MARTON NASCIMENTO FERNANDES E OUTROS

E M E N T A

PROCESSO CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. SERVIDORES PÚBLICOS. REAJUSTE DE 28,86%. VIOLAÇÃO A LITERAL DISPOSITIVO DE LEI. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. ADMISSIBILIDADE DA RESCISÓRIA. REAJUSTE GERAL DO FUNCIONALISMO PELAS LEIS 8.622/93 E 8.627/93.
1. Versando a lide sobre a concessão do reajuste de 28,86% aos servidores civis, nos termos das Leis n.º 8.622 e 8.627, ambas de 1993, tema constitucional, já apreciado pelo Supremo Tribunal Federal, afasta-se a vedação da Súmula 343/STF. Rescisória admitida.
2. Objetivando a União a rescisão de julgado que já determina a compensação dos eventuais pagamentos realizados por força desse mesmo título, caracteriza-se parcial carência de ação, por ausência de interesse de agir, devendo o processo ser extinto, com relação a esta parte do pedido, sem exame de mérito, nos termos do art. 267, VI, do CPC.
3. O ingresso no serviço público após a edição das Leis n.º 8.622 e 8.627, ambas de 1993, não implica carência da ação originária, já que o servidor tem direito à recomposição de seus vencimentos, a contar de sua admissão no serviço público, em até 28,86%, deduzidos desse índice o percentual relativo ao reposicionamento que eventualmente o cargo ocupado tenha obtido por força desse último diploma normativo. Precedentes da Seção (AR 2003.01.00.007560-0/MG, Rel. Desembargador Federal Carlos Moreira Alves, Primeira Seção, DJ de de 02/08/2005, p.17; AR 2005.01.00.062947-5/DF, Rel. Desembargador Federal Antônio Sávio De Oliveira Chaves, Primeira Seção, DJ de 24/11/2006, p.5; AR 2004.01.00.013112-6/DF, Rel. Desembargador Federal Luiz Gonzaga Barbosa Moreira, Primeira Seção, DJ de 04/08/2006, p.4)
4. Autora considerada carecedora de ação, por falta de interesse de agir, em relação à parte do pedido relativa à compensação decorrente do reposicionamento efetuado pelas Leis n.º 8.622 e 8.627, ambas de 1993; pedido julgado improcedente com relação à pretensão de reconhecimento da carência da ação originária com relação aos servidores que ingressaram no serviço público após a promulgação desses diplomas.

A C Ó R D Ã O

Decide a Primeira Seção, por unanimidade, julgar a União carecedora, em parte, da ação proposta, e julgar improcedente o pedido, nos termos do voto da Juíza Relatora convocada.

1ª Seção do TRF da 1ª Região - 27 de março de 2007.

Juíza Federal SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
Relatora Convocada

EMBARGOS INFRINGENTES NA AC N. 2001.33.00.002467-0/BA
Processo na Origem: 2001.33.00.002467-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO
RELATORA	:	JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES (CONVOCADA)
EMBARGANTE	:	ALVANY SEIPPEL DANTAS DE ARAÚJO
ADVOGADO	:	ALEXANDRE DE SALES BERNARDO E OUTRO
EMBARGADO	:	UNIÃO FEDERAL
PROCURADOR	:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO

E M E N T A

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. JUIZ CLASSISTA TEMPORÁRIO. PROVENTOS DE APOSENTADORIA. VANTAGEM DO ART. 184, INCISO III, DA LEI Nº 1.711/52 (ADICIONAL DE 20%). REGIME JURÍDICO PRÓPRIO. LEI Nº 6.903/81. IMPROCEDÊNCIA.
1. Os juízes classistas da Justiça do Trabalho se submetem a regime jurídico próprio, distinto até mesmo daquele dos juízes togados, sendo a sua aposentadoria regulada pela Lei nº 6.903/81. Precedentes do STF (ADI 1878/DF, Pleno, rel. Min. Ilmar Galvão, DJ de 07/11/2003, p. 80; MS 22498/BA, Pleno, rel. Min. Moreira Alves, DJ de 03/04/1998, p. 7).
2. Os proventos de inatividade dos juízes classistas são calculados de acordo com as prescrições da Lei nº 6.903/81, carecendo de amparo legal o acréscimo de qualquer outro benefício ou vantagem não previsto no texto legal, sendo certo, ademais, que o juiz temporário somente se equipara ao servidor público federal enquanto em atividade e para os fins exclusivos da legislação da previdência e assistência social (art. 10 do referido diploma legal).
3. Precedentes da Corte (AC 2001.33.00.002468-2/BA, Rel. Juiz Federal Miguel Ângelo Alvarenga Lopes (conv), Primeira Turma, DJ de 29/05/2006, p.28; AC 2000.33.00.032170-3/BA, Rel. Desembargador Federal Carlos Moreira Alves, Rel. Acor. Desembargador Federal Carlos Moreira Alves, Segunda Turma, DJ de 03/06/2004, p.60).
4. Embargos infringentes a que se nega provimento.

A C Ó R D Ã O

Decide a Seção, por unanimidade, negar provimento aos embargos infringentes, nos termos do voto da Juíza Relatora convocada.
1ª Seção do TRF da 1ª Região - 13 de março de 2007.

Juíza Federal SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
Relatora Convocada

AÇÃO RESCISÓRIA N. 2002.01.00.043015-5/DF
Processo na Origem: 1999.3400026254-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO
RELATORA	:	JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES (CONVOCADA)
AUTOR	:	SÉRGIO HENRIQUE GOMES RIBEIRO E OUTROS (AS)
ADVOGADO	:	ARENALDO FRANCA GUEDES FILHO E OUTROS (AS)
RÉU	:	UNIÃO FEDERAL
PROCURADOR	:	ANTENOR PEREIRA MADRUGA FILHO

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. SUSPENSÃO DA INSCRIÇÃO DO ADVOGADO NOS QUADROS DA OAB. AUSÊNCIA DE CAPACIDADE POSTULATÓRIA. NULIDADE ABSOLUTA DOS ATOS PRATICADOS NO PROCESSO.
1. Se o advogado da parte, ao tempo do ajuizamento da ação, encontrava-se com sua inscrição suspensa junto à OAB - Seccional Goiás, tendo se utilizado de inscrição inexistente da Seccional do Distrito Federal, todos os atos praticados são nulos, por ausência de capacidade postulatória do signatário da petição inicial.
2. Ação rescisória julgada procedente, para desconstituir a r. sentença rescindenda e, proferindo novo julgamento, julgar extinto o processo originário, sem exame de mérito, nos termos do art. 267, IV, do Código de Processo Civil.

A C Ó R D Ã O

Decide a Seção, por unanimidade, julgar procedente a ação rescisória, nos termos do voto da Juíza Relatora convocada.
1ª Seção do TRF da 1ª Região - 27 de março de 2007.

Juíza Federal SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
Relatora Convocada

AÇÃO RESCISÓRIA N. 2004.01.00.037950-6/MG
Processo na Origem: 199838000443138

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO
AUTOR	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADORA	:	ISABELA CRISTINA PEDROSA BITTENCOURT
REUS	:	ANA PAULA DA SILVA E OUTROS(AS)
ADVOGADOS	:	PAULO JOSE DE SOUZA E OUTRO(A)

E M E N T A

AÇÃO RESCISÓRIA. PRAZO DE DECADENCIA. CONTAGEM. TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA E NÃO DO ACÓRDÃO QUE NÃO CONHECEU DO RECURSO.
1. Não tendo esta Corte conhecido da remessa oficial, porque de sentença que julgou improcedentes os embargos à execução, a que se pretende rescindir, no caso, é a sentença proferida nos embargos à execução.
2. "O termo inicial do prazo decadencial para a propositura de ação rescisória não se conta da última decisão proferida no processo, mas, sim, do trânsito em julgado da que decidiu a questão que a parte pretende rescindir."(REsp 363169/ RS, Relator Ministro HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, DJ 25.10.2004
3. Proposta a ação rescisória em 23.08.2004, sendo que a sentença rescindenda foi publicada em 27.06.2000, e a Secretaria certificou, em 01.09.2000, ter transcorrido o prazo de vista do INSS sem manifestação, observa-se que transcorreu prazo superior a 2 (dois) anos, estando assim configurada a ocorrência do prazo decadencial previsto no art. 495 do Código de Processo Civil.
4. Processo extinto com exame do mérito, nos termos do art. 269, IV, e do art. 495, ambos do CPC.
5. Prejudicado o Agravo Regimental.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO DA JUSTIÇA
SEÇÃO 2

Publicação de atos dos Tribunais Regionais Federais e do Boletim da Justiça Federal (Seção Judiciária do DF)

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ANA CRISTINA MARQUES BATISTA
REG. DF01253JP
Coordenadora de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA
Coordenador de Produção

http://www.in.gov.br e-mail: ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800-619900

A C Ó R D A Ã O

Decide a Seção, por maioria, julgar o processo extinto com exame do mérito, nos termos do 269, IV, e do art. 495, ambos do CPC e julgar prejudicado o Agravo Regimental.
1ª Seção do TRF da 1ª Região - 13.02.2007.

Desembargador Federal JOSÉ AMILCAR MACHADO, Relator.

AÇÃO RESCISÓRIA N. 2005.01.00.034514-3/RO
Processo na Origem: 20034100004226-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO
RELATORA	:	JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES (CONVOCADA)
AUTORA	:	UNIÃO FEDERAL
PROCURADOR	:	HÉLIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
RÉU	:	ALBINO FRANCISCO DE OLIVEIRA
ADVOGADO	:	JOSÉ JOVINO DE CARVALHO

E M E N T A

PROCESSO CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. OFENSA A LITERAL DISPOSITIVO DE LEI. ILEGITIMIDADE PASSIVA DA UNIÃO PARA A AÇÃO ORIGINÁRIA. RECONHECIMENTO.
1. Ofende os artigos 3º e 267, IV, ambos do Código de Processo Civil, a prolação de provimento jurisdicional que condene a União do pagamento de diferenças salariais a servidor da FUNASA, fundação pública que tem personalidade própria e autonomia administrativa e financeira.
2. A ilegitimidade de parte caracteriza a falta de uma das condições da ação, podendo ser reconhecida inclusive de ofício, em qualquer momento processual ou grau de jurisdição, não ocorrendo preclusão a respeito (CPC, art. 267, VI, § 3º).
3. Precedentes da Seção (AR 2006.01.00.005192-8/RO, Rel. Desembargador Federal Luiz Gonzaga Barbosa Moreira, Primeira Seção, DJ de 09/03/2007, p.03; AR 2005.01.00.034520-1/RO, Rel. Desembargador Federal Antônio Sávio de Oliveira Chaves, Primeira Seção, DJ de 24/11/2006, p.5; AR 2005.01.00.034513-0/RO, Rel. Desembargador Federal Antônio Sávio de Oliveira Chaves, Primeira Seção, DJ de 10/11/2006, p.5; AR 2005.01.00.034512-6/RO, Rel. Desembargador Federal Luiz Gonzaga Barbosa Moreira, Primeira Seção, DJ de 27/10/2006, p.6)
4. Ação rescisória julgada procedente, para, desconstituído o acórdão hostilizado, extinguir o processo da ação originária, sem exame do mérito.

A C Ó R D A Ã O

Decide a Primeira Seção, por unanimidade, julgar procedente a ação rescisória, nos termos do voto da Juíza Relatora convocada.

1ª Seção do TRF da 1ª Região - 27 de março de 2007.

Juíza Federal SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
Relatora Convocada

AÇÃO RESCISÓRIA N. 2005.01.00.034522-9/RO
Processo na Origem: 20034100004145-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO
RELATORA	:	JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES (CONVOCADA)
AUTORA	:	UNIÃO FEDERAL
PROCURADOR	:	HÉLIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
RÉU	:	MAURO BRAVO JACOMINI
ADVOGADO	:	JOSÉ JOVINO DE CARVALHO

E M E N T A

PROCESSO CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. OFENSA A LITERAL DISPOSITIVO DE LEI. ILEGITIMIDADE PASSIVA DA UNIÃO PARA A AÇÃO ORIGINÁRIA. RECONHECIMENTO.
1. Ofende os artigos 3º e 267, IV, ambos do Código de Processo Civil, a prolação de provimento jurisdicional que condene a União do pagamento de diferenças salariais a servidor da FUNASA, fundação pública que tem personalidade própria e autonomia administrativa e financeira.
2. A ilegitimidade de parte caracteriza a falta de uma das condições da ação, podendo ser reconhecida inclusive de ofício, em qualquer momento processual ou grau de jurisdição, não ocorrendo preclusão a respeito (CPC, art. 267, VI, § 3º).
3. Precedentes da Seção (AR 2006.01.00.005192-8/RO, Rel. Desembargador Federal Luiz Gonzaga Barbosa Moreira, Primeira Seção, DJ de 09/03/2007, p.03; AR 2005.01.00.034520-1/RO, Rel. Desembargador Federal Antônio Sávio de Oliveira Chaves, Primeira Seção, DJ de 24/11/2006, p.5; AR 2005.01.00.034513-0/RO, Rel. Desembargador Federal Antônio Sávio de Oliveira Chaves, Primeira Seção, DJ de 10/11/2006, p.5; AR 2005.01.00.034512-6/RO, Rel. Desembargador Federal Luiz Gonzaga Barbosa Moreira, Primeira Seção, DJ de 27/10/2006, p.6)
4. Ação rescisória julgada procedente, para, desconstituído o acórdão hostilizado, extinguir o processo da ação originária, sem exame do mérito.

A C Ó R D A Ã O

Decide a Primeira Seção, por unanimidade, julgar procedente a ação rescisória, nos termos do voto da Juíza Relatora convocada.

1ª Seção do TRF da 1ª Região - 27 de março de 2007.

Juíza Federal SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
Relatora Convocada

AÇÃO RESCISÓRIA N. 2005.01.00.038271-7/BA

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO
RELATORA	:	JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES (CONVOCADA)
AUTOR	:	ANTÔNIO JOSÉ DO ESPÍRITO SANTO
ADVOGADO	:	JAYME NELITO COY FILHO E OUTRO
RÉ	:	UNIÃO FEDERAL (MINISTÉRIO DA DEFESA)
PROCURADOR	:	HÉLIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO

E M E N T A

AÇÃO RESCISÓRIA. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. PROMOÇÃO DE CABOS DA AERONÁUTICA COM BASE EM NORMAS PREVISTAS PARA O CORPO FEMININO. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA.
1. Fundando-se o pleito em norma de interpretação controvertida nos Tribunais Pátrios de índole constitucional revela-se inaplicável a Súmula 343 do eg. Supremo Tribunal Federal.
2. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido de que não padecem de inconstitucionalidade as normas que estabelecem critérios diferenciados para a promoção dos integrantes do corpo feminino e masculino da aeronáutica, não se podendo cogitar, portanto, de afronta ao princípio da isonomia. Este entendimento logrou pacificar-se nesta eg. Corte. (Cf. TRF 1ª Região, AR 2002.01.00.016726-0/BA, Relator Desembargador Federal Carlos Moreira Alves, Primeira Seção, DJ de 26/08/2004, p.4; AR 2002.01.00.016727-3/BA, Rel. Juíza Federal convocada Simone dos Santos lemos Fernandes, Primeira Seção, julgado em 27/02/2007).
3. Ação rescisória que se julga improcedente.

A C Ó R D A Ã O

Decide a Seção, por unanimidade, afastar as preliminares e julgar improcedente a ação rescisória, nos termos do voto da Juíza Relatora convocada.
1ª Seção do TRF da 1ª Região - 27 de março de 2007.

Juíza Federal SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
Relatora Convocada

AÇÃO RESCISÓRIA N. 2005.01.00.051319-3/RO

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES
AUTOR	:	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
PROCURADOR	:	WALDEMAR RODRIGUES CHAVES FILHO
RÉ	:	MAYSA HELENA FERNANDES MAIA
ADVOGADOS	:	EDSON BERNARDO ANDRADE REIS NETO E OUTROS

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. SENTENÇA PROFERIDA CONTRA AUTARQUIA FEDERAL E NÃO REMETIDA AO TRIBUNAL NA FORMA DO ARTIGO 475 DO CPC. AÇÃO RESCISÓRIA. NÃO CABIMENTO. PROCESSO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO (ART. 267, VI, DO CPC).
1. A decisão que deixa de remeter os autos ao Tribunal, com fundamento no artigo 475, § 3º, do CPC, não dá ensejo a ação rescisória, uma vez que a questão é regulada pelo parágrafo primeiro do referido artigo, que dispõe: Nos casos previstos neste artigo, o juiz ordenará a remessa dos autos ao tribunal, haja ou não apelação; não o fazendo, deverá o presidente do tribunal avocá-los.
2. Processo extinto sem resolução de mérito (art. 267, VI, do CPC).

ACÓRDÃO

Decide a Seção, por maioria, julgar extinto o processo, sem resolução de mérito.
1ª Seção do TRF da 1ª Região - 27.02.2007.

Desembargador Federal Antônio Sávio de Oliveira Chaves
Relator

AÇÃO RESCISÓRIA N. 2006.01.00.010274-6/MG

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES
AUTORA	:	IDÊ MARIA BARBOSA
ADVOGADO	:	ABDILATIF MAHAMED TUFAILE
RÉU	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	PAULO SÉRGIO DE CARVALHO COSTA RIBEIRO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO RESCISÓRIA. JUNTADA DE DOCUMENTO NOVO COM A APELAÇÃO. POSSIBILIDADE. TRABALHADORA RUAL. APOSENTADORIA POR IDADE. PROVA TESTEMUNHAL BASEADA EM INÍCIO DE PROVA DOCUMENTAL. ERRO DE FATO. PEDIDO PROCEDENTE.
1. Somente os documentos tidos como pressupostos da causa é que devem acompanhar a inicial e a defesa. Os demais podem ser oferecidos em outras fases e até mesmo na via recursal, desde que ouvida a parte contrária e inexistentes o espírito de ocultação premeditada e o propósito de surpreender o juízo (RSTJ 14/359).
2. É cabível ação rescisória, com fundamento no inciso IX c/c § 1º do art. 485 do CPC, quando o acórdão concluiu inexistir prova material da condição de trabalhadora rural da autora e o documento por ela juntado com a apelação se mostra hábil para tal fim. Precedentes do STJ (AR 1324/SP, 3ª Seção, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJ 09.10.2006, p. 256, unânime e AR 3429/SP, 3ª Seção, Rel. Min. Félix Fischer, DJ 28.08.2006, p. 211, unânime).
3. A qualificação profissional de lavrador ou agricultor do companheiro, constante dos assentamentos de registro civil, é extensível à esposa, e constitui indício aceitável de prova material do exercício da atividade rural..." (Precedentes do STJ).
4. Comprovada a condição de trabalhadora rural, em regime de economia familiar, por prova testemunhal baseada em início de prova documental (certidão de nascimento de filho), na forma do §3º do art. 55 da Lei 8.213/91, e a idade superior a 55 anos, a segurada tem direito à aposentadoria por idade, conforme art. 39, I, da mesma Lei.
5. Este Tribunal tem decidido em reiterados pronunciamentos que, não havendo requerimento administrativo, o benefício deve ser contado a partir da citação.
6. A correção monetária deve ser calculada nos termos da Lei 6.899/81, a partir do vencimento de cada parcela (Súmulas 43 e 148 do STJ).
7. A Primeira Seção da Corte firmou entendimento no sentido de que os juros de mora são devidos no percentual de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação (TRF 1ª Região, 1ª Seção, AR 2002.01.00.020011-0/MG, Rel. Des. Federal Carlos Moreira Alves, unânime, DJ 14.11.2003).
8. Verba honorária fixada em 10% (dez por cento) sobre as parcelas vencidas até o julgamento da ação rescisória.
9. Ação rescisória julgada procedente.

ACÓRDÃO

Decide a Seção, por maioria, rejeitar a preliminar e julgar procedente a ação rescisória.
1ª Seção do TRF da 1ª Região - 13.03.2007.

Desembargador Federal Antônio Sávio de Oliveira Chaves
Relator

SEGUNDA SEÇÃO

ACÓRDÃOS

EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE EM RCCR Nº 1999.01.00.088163-0/DF
Processo na Origem: 199801000008447

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ROSIMAYRE GONÇALVES DE CARVALHO (CONV.)
EMBARGANTE	:	ITELVINA ALVES DA COSTA
ADVOGADO	:	SONIA TELES DE BULHOES
EMBARGADO	:	JUSTICA PUBLICA
PROCURADOR	:	LUIZ AUGUSTO SANTOS LIMA

E M E N T A

PENAL. PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS INFRINGENTES. UTILIZAÇÃO PERANTE ÓRGÃO PÚBLICO DE CERTIDÃO FALSIFICADA POR PARTICULAR. CRIME PRÓPRIO NÃO CARACTERIZADO. PROVIMENTO.
1. O delito capitulado no art. 301, § 1º, do Código Penal pode ser praticado por qualquer pessoa, não constituindo crime próprio de servidor público. Precedentes.
2. A utilização, pelo agente, de certidão que sabe ser falsa, com a finalidade de obter vantagem em desfavor da Administração Pública, configura o tipo penal inscrito no art. 304, c/c o art. 301, § 1º, ambos do Código Penal.
3. Embargos infringentes conhecidos e providos.

A C Ó R D Ã O

Decide a Seção, por unanimidade, conhecer e dar provimento aos embargos infringentes.
2ª Seção do TRF da 1ª Região - 07/03/2007.

ROSIMAYRE GONÇALVES DE CARVALHO
Juíza Federal
(Relatora Convocada)

REVISÃO CRIMINAL Nº 2000.01.00.079761-2/AP
Processo na Origem: 9200013651

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ROSIMAYRE GONÇALVES DE CARVALHO (CONV.)
REQUERENTE	:	ROLDAO FERNANDO BARROS TEIXEIRA (REU PRESO)
REQUERENTE	:	OZIEL PINHEIRO DA SILVA (REU PRESO)
ADVOGADO	:	DJALMA DE OLIVEIRA FARIAS
REQUERIDO	:	JUSTICA PUBLICA

E M E N T A

PENAL. PROCESSUAL PENAL. REVISÃO CRIMINAL. ADVOGADO CONSTITUÍDO QUE, REGULARMENTE INTIMADO, NÃO OFERECE ALEGAÇÕES FINAIS. NULIDADE NÃO CONFIGURADA. LEI Nº 8.072/90. IRRETROATIVIDADE. IMPROCEDÊNCIA DA ALEGAÇÃO DE QUE SENTENÇA SERIA CONTRÁRIA A TEXTO EXPRESSO DE LEI. TRÁFICO INTERNACIONAL DE ENTORPECENTES. INCIDÊNCIA DO ART. 18, III,

DA LEI 6.368/76. CONCURSO DE AGENTES. NÃO CONFIGURADA CONTRARIEDADE À EVIDÊNCIA DOS AUTOS. FALSIDADE DOS DEPOIMENTOS E LAUDOS PERICIAIS NÃO DEMONSTRADA. INEXISTÊNCIA DE NOVA CIRCUNSTÂNCIA A AUTORIZAR A DIMINUIÇÃO DA PENA. REVISÃO CRIMINAL IMPROCEDENTE.
1. A não apresentação das alegações finais pelo defensor regularmente intimado não constitui cerceamento ao direito de defesa dos réus, mormente quando lhe foi deferida, posteriormente, oportunidade para juntada de memoriais, e este, de novo, permaneceu inerte. Precedentes deste Tribunal Regional Federal.
2. A sentença, ao aplicar pena de cinco anos de reclusão aos réus, ora requerentes, e fixar, como regime prisional, o fechado, não fez qualquer alusão à Lei nº 8.072/90, que é inaplicável ao presente caso, pois os fatos delituosos ocorreram anteriormente à sua vigência e por ter estabelecido normas mais severas, não poderia retroagir.
3. A causa especial de aumento de pena prevista no inciso III, do art. 18, da Lei nº 6.368/76, incide nos casos em que o crime de tráfico de entorpecentes é cometido mediante concurso de agentes. Precedente do eg. Superior Tribunal de Justiça.
4. A sentença que se pretende desconstituir fundamentou-se em amplo quadro probatório, não havendo sido demonstrado em que consistiria a contrariedade à evidência dos autos
5. Os requerentes não lograram demonstrar a alegação de que a sentença teria sido fundada em depoimentos e laudos periciais comprovadamente falsos.
6. Inexistência de nova circunstância a autorizar a diminuição da pena imposta aos requerentes.
7. Revisão criminal improcedente.

A C Ó R D Ã O

Decide a Seção, por unanimidade, julgar a revisão criminal improcedente.
2ª Seção do TRF da 1ª Região - 07/03/2007.

ROSIMAYRE GONÇALVES DE CARVALHO
Juíza Federal
(Relatora Convocada)

EMBARGOS INFRINGENTES EM AC Nº 2000.01.00.109592-5/MG
Processo na Origem: 200001001095925

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ROSIMAYRE GONÇALVES DE CARVALHO (CONVOCADA)
EMBARGANTE	:	ASSOCIACAO DOS SERVENTUARIOS DE JUSTICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	PEDRO SERVO
EMBARGADO	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO

E M E N T A

PROCESSO CIVIL. ACÓRDÃO QUE DETERMINOU A ANULAÇÃO DE SENTENÇA, SEM PRONUNCIAMENTO DE MÉRITO. EMBARGOS INFRINGENTES. ART. 530, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 10.352/01. INADMISSIBILIDADE.
1. Nos termos do art. 530, do Código de Processo Civil, com a redação dada pela Lei nº 10.352/01, somente são admissíveis embargos infringentes quando o acórdão não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgado procedente ação rescisória.
2. O v. acórdão embargado determinou a anulação da sentença recorrida, sem pronunciamento sobre o mérito, portanto inadmissíveis os embargos infringentes.
3. Embargos infringentes não conhecidos.

A C Ó R D Ã O

Decide a Seção, por unanimidade, não conhecer dos embargos infringentes.
2ª Seção do TRF da 1ª Região - 07/03/2007.

ROSIMAYRE GONÇALVES DE CARVALHO
Juíza Federal
(Relatora Convocada)

EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE EM ACR Nº 2003.34.00.007255-0/DF
Processo na Origem: 200334000072550

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ROSIMAYRE GONÇALVES DE CARVALHO (CONV.)
EMBARGANTE	:	CLEITON GALVAO PAIVA
DEFENSOR	:	DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO
EMBARGADO	:	JUSTICA PUBLICA
PROCURADOR	:	RONALDO MEIRA DE VASCONCELLOS ALBO

E M E N T A

PENAL. PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS INFRINGENTES. MOEDA FALSA. BEM JURÍDICO TUTELADO: FÉ PÚBLICA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE.
1. Não se afigura juridicamente possível a aplicação do princípio da insignificância aos delitos de moeda falsa. Precedentes deste Tribunal Regional Federal.
2. Embargos infringentes conhecidos e desprovidos.

A C Ó R D Ã O

Decide a Seção, por maioria, conhecer e negar provimento aos embargos infringentes.
2ª Seção do TRF da 1ª Região - 07/03/2007.

ROSIMAYRE GONÇALVES DE CARVALHO
Juíza Federal
(Relatora Convocada)

EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE EM RECURSO CRIMINAL Nº 2004.31.00.002441-0/AP

RELATOR ORIGINÁRIO	:	EXMO. SR. JUIZ FEDERAL LINO OSVALDO SERRA SOUSA SEGUNDO (CONV.)
RELATOR P/ ACÓRDÃO	:	EXMO. SR. DESEMBARGADOR FEDERAL HILTON QUEIROZ
EMBARGANTE	:	NORTE BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	:	OSCAR LUÍS DE MORAIS E OUTROS
EMBARGADO	:	JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR	:	OSWALDO JOSÉ BARBOSA SILVA

EMENTA

PENAL. PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS INFRINGENTES EM APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME AMBIENTAL. RESPONSABILIDADE PENAL. PESSOA JURÍDICA. POSSIBILIDADE (CF: ART. 225, § 3º, E LEI Nº 9.605/98: ART. 3º). PESSOA JURÍDICA DEMANDADA JUNTAMENTE COM A PESSOA FÍSICA. HIPÓTESE DE LITISCONSORTE PASSIVO NECESSÁRIO.
1. Com o advento da Lei nº 9.605/98, que regulamentou o art. 225, § 3º, da CF/88, são passiveis de punição, no âmbito penal, não só as pessoas físicas, como também as jurídicas, por condutas lesivas ao meio ambiente.
2. O art. 3º da Lei nº 9.605/1998, ao disciplinar a responsabilização penal da pessoa jurídica, prevê, para tal, hipótese de co-autoria necessária, não se podendo dissociar a responsabilidade da pessoa jurídica da decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sociedade, devendo, assim, a pessoa jurídica ser demandada com a pessoa física que determinou a prática do ato causador da infração.
3. Embargos infringentes providos.

ACÓRDÃO

Decide a Seção, por maioria, dar provimento aos embargos.
2ª Seção do TRF da 1ª Região - 21/03/2007.

HILTON QUEIROZ
DESEMBARGADOR FEDERAL

REVISÃO CRIMINAL Nº 2005.01.00.001040-8/GO
Processo na Origem: 200135000124489

RELATOR	:	O EXMO. SR. JUIZ TOURINHO NETO
REQUERENTE	:	ANDRE LUIZ GARCIA MUNHOZ
REQUERIDO	:	JUSTICA PUBLICA

EMENTA

PROCESSO PENAL. REVISÃO CRIMINAL. CRIME EQUIPARADO AO HEDIONDO. PROVA DOS AUTOS. HARMONIA. DOSIMETRIA DA PENA. INDIVIDUALIZAÇÃO LEGISLATIVA DA PENA. REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DA PENA.
1. Não estando a decisão condenatória contrária à evidência dos autos, estando em harmonia com o que foi apurado na prova oral, improcedente é o pedido da revisão criminal.
2. Pena-base exacerbada, em face da própria análise feita pelo julgador das circunstâncias judiciais (CP, art. 59). Redução, por ter havido violação ao texto expresso da lei (artigo 59 do Código Penal).
3. O legislador, ao cominar a pena ao crime, formulando o preceito sancionador, determinando a qualidade e estabelecendo o máximo e o mínimo, já leva em consideração determinadas circunstâncias e efeitos, não podendo mais julgador novamente considerá-los, sob pena de ocorrer em bis in idem.
4. O regime de cumprimento da pena, ainda que o crime seja hediondo, não pode, em face o princípio constitucional previsto no art. 5°, LXVI, ser integralmente fechado.

ACÓRDÃO

Decide a Segunda Seção do Tribunal. Regional Federal da 1 a Região, por maioria, vencidos em parte os Juízes Hilton Queiroz e Rosimayre Gonçalves de Carvalho, procedente em parte a revisão formulada por André Luiz Garcia Munhoz.
Brasília, 21 de março de 2007.

Juiz TOURINHO NETO
Relator

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2005.01.00.058595-0/MT
Processo na Origem: 200536000093237

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ROSIMAYRE GONÇALVES DE CARVALHO (CONV.)
IMPETRANTE	:	ANTONIO FRANCISCO DE PAULA
ADVOGADO	:	EDSON TELES DE FIGUEIREDO JUNIOR
IMPETRADO	:	JUIZO FEDERAL DA 1A VARA - MT
INTERESSADO	:	JUSTICA PUBLICA

E M E N T A

PROCESSO PENAL. RESTITUIÇÃO DE BEM APREENDIDO. MANDADO DE SEGURANÇA. NÃO CABIMENTO.
1. O cabimento de mandado de segurança contra ato judicial condiciona-se à inexistência de recurso específico previsto nas leis processuais apto a impedir a ilegalidade eventualmente apontada (art. 5º, inciso II, da Lei nº 1.533/51).
2. O Código de Processo Penal prevê procedimento específico para a restituição de coisas apreendidas e recurso próprio para a hipótese de indeferimento do pedido, qual seja, apelação (art. 593, inciso II).
3. Somente se apresenta juridicamente possível a impetração de mandado de segurança contra ato judicial, nos casos teratológicos, de flagrante ilegalidade, ou abuso de poder, em que ocorra violação de direito líquido e certo do impetrante, o que não é o caso deste processo.
4. Não cabimento do mandado de segurança. Precedentes do eg. Superior Tribunal de Justiça e desta Corte Regional Federal.
5. Processo extinto sem julgamento do mérito.

A C Ó R D Ã O

Decide a Seção, por unanimidade, não admitir o presente mandado de segurança, julgando extinto o processo sem julgamento do mérito.
2ª Seção do TRF da 1ª Região - 07/03/2007.

ROSIMAYRE GONÇALVES DE CARVALHO
Juíza Federal
(Relatora Convocada)

AÇÃO PENAL Nº 2005.01.00.066611-3/MG

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES
RELATOR CONV.	:	JUIZ FEDERAL SAULO CASALI BAHIA
AUTOR	:	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORA	:	ÁGUEDA APARECIDA SILVA
RÉU	:	POMPÍLIO DE LOURDES CANAVEZ
ADVOGADOS	:	LUCIANA APARECIDA ANANIAS E OUTROS

E M E N T A

PENAL E PROCESSUAL PENAL. INSTALAÇÃO CLANDESTINA DE RÁDIO COMUNITÁRIA. CRIME DE ATIVIDADE CLANDESTINA DE TELECOMUNICAÇÕES. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INOCORRÊNCIA. INUTILIZAÇÃO DE LACRE. AUTORIA NÃO COMPROVADA.
1. A aplicação do princípio da insignificância quanto ao crime de exploração clandestina de telecomunicações, previsto no art. 183 da Lei nº 9.472/1997, ocorre tão-somente quando o aparelho dado como instalado é de baixa potência (abaixo de 30 watts) e alcance, sem aptidão para provocar interferência de significação nas telecomunicações, o que não é a hipótese dos autos, pois a potência do transmissor chegou a 100 watts.
2. O tipo do art. 183 da Lei nº 9.472, de 16/07/1997 ("Desenvolver clandestinamente atividades de telecomunicações"), abrange a radiodifusão, cujo conceito legal está contido no conceito de telecomunicações. (Cf. STF - ADIn-MC nº 561/DF - DJ de 23/03/2001; Lei nº 4.117/1962 - art. 4º e Lei nº 9.472/1997 - art. 60, §§ 1º e 2º.), sendo possível a nova capitulação legal do crime, tendo em vista defender-se o Réu dos fatos descritos na denúncia, e não da capitulação legal nela contida.
3. A Lei nº 9.612/1998, que instituiu o serviço de radiodifusão comunitária, não descriminalizou a atividade de desenvolver clandestinamente (sem outorga do poder público, pelo devido processo legal) a radiodifusão, mesmo de alcance apenas comunitário.
4. "Não existindo nos autos prova de que o denunciado tenha sido o responsável pelo rompimento do lacre no equipamento, a ele não pode ser atribuído o crime do art. 336 do CP". (RCCR 96.01.16024-8/BA - Rel. Juiz Osmar Tognolo.)
5. Preliminar rejeitada. Ação Penal procedente em parte.

A C Ó R D Ã O

Decide a Seção rejeitar a preliminar e julgar procedente, em parte, a Ação Penal, à unanimidade.
2ª Seção do TRF da 1ª Região – 07/03/2007.

Juiz Federal SAULO CASALI BAHIA, Relator Convocado

INQUÉRITO Nº 2005.01.00.068422-8/MA
Processo na Origem: 19591

RELATOR	:	O EXMO. SR. JUIZ TOURINHO NETO
AUTOR	:	JUSTICA PUBLICA
PROCURADOR	:	ANTONIO CAVALCANTE DE OLIVEIRA JUNIOR
INDICIADO	:	OMAR DE CALDAS FURTADO FILHO
ADVOGADO	:	FRANCISCO PESTANA GOMES DE SOUSA JUNIOR

EMENTA

PROCESSO PENAL. PENAL. ESTELIONATO. CARACTERIZAÇÃO. FRAUDE CONTRA O ANTIGO INAMPS. MÉDICO. PREFEITO MUNICIPAL. COMPETÊNCIA. PRESCRIÇÃO NÃO OCORRÊNCIA. ABSOLVIÇÃO POR FALTA DE PROVAS.

1. Competência do Tribunal Regional Federal para processar e julgar prefeito municipal que responde pela prática de crime federal.

2. Se da data em que foram praticados os fatos delituosos até a do recebimento da denúncia, não decorreram 12 (doze) anos, não se operou a prescrição da pretensão punitiva pela pena em abstrato do crime de estelionato qualificado (CP, art. 171, § 3º).

3. Para que se caracterize o crime de estelionato, de acordo com o tipo descrito no art. 171 do Código Penal, é necessário: a) o emprego de artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento; b) o induzimento ou a manutenção da vítima em erro; c) a obtenção de vantagem patrimonial ilícita (elemento normativo); e d) o prejuízo alheio.
4. É preciso que o agente do crime de estelionato haja com dolo - a finalidade do crime em questão é obter uma vantagem ilícita. Um dolo, segundo a corrente tradicional, específico. O dolo deve ficar devidamente comprovado. O simples propósito de causar dano patrimonial ou prejuízo a outrem, sem buscar vantagem, não caracteriza o estelionato.
5. Se o fato existiu mas não se logrou provar a autoria, deve o réu ser absolvido por não existir prova suficiente para a condenação. In dubio pro reo.

ACÓRDÃO

Decide a Segunda Seção do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, julgar improcedente a denúncia e, conseqüentemente, absolver o acusado OMAR DE CALDAS FURTADO FILHO.
Brasília, 07 de fevereiro de 2007.

Juiz TOURINHO NETO
Relator

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2005.01.00.073988-0/MT
Processo na Origem: 200536000079712

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ROSIMAYRE GONÇALVES DE CARVALHO (CONV.)
IMPETRANTE	:	SIDNEI ALE ROSSETO E OUTRO(A)
ADVOGADO	:	GERSON MEDEIROS
IMPETRADO	:	JUIZO FEDERAL DA 1A VARA - MT
INTERESSADO	:	JUSTICA PUBLICA

E M E N T A

PROCESSO PENAL. RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS. MANDADO DE SEGURANÇA. NÃO CABIMENTO.
1. O cabimento de mandado de segurança contra ato judicial condiciona-se à inexistência de recurso específico, previsto nas leis processuais, apto a impedir a ilegalidade apontada (art. 5º, inciso II, da Lei nº 1.533/51).
2. Somente se apresenta juridicamente possível a impetração de mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição, nos casos teratológicos, de flagrante ilegalidade, ou abuso de poder, em que ocorra violação de direito líquido e certo do impetrante.
3. O Código de Processo Penal prevê procedimento específico para a restituição de coisas apreendidas e recurso próprio para a hipótese de indeferimento do pedido, qual seja, a apelação (art. 593, inciso II, do Código de Processo Penal).
4. Não cabimento do mandado de segurança. Precedentes do eg. Superior Tribunal de Justiça e desta Corte Regional Federal.
5. Processo extinto, sem julgamento do mérito.

A C Ó R D Ã O

Decide a Seção, por unanimidade, julgar extinto o mandado de segurança, sem julgamento do mérito.
2ª Seção do TRF da 1ª Região - 07/03/2007.

ROSIMAYRE GONÇALVES DE CARVALHO
Juíza Federal
(Relatora Convocada)

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2006.01.00.010080-0/GO
Processo na Origem: 9000008662

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ROSIMAYRE GONÇALVES DE CARVALHO (CONV.)
IMPETRANTE	:	EDMAR TEIXEIRA DE PAULA
ADVOGADO	:	EDMAR TEIXEIRA DE PAULA
IMPETRADO	:	JUIZO FEDERAL DA 6A VARA - GO
INTERESSADO	:	JOSE CARDOSO DE MORAES E OUTROS(AS)

E M E N T A

PROCESSO CIVIL. DECISÃO QUE INDEFERE PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DO PRECATÓRIO SEM PARCELAMENTO. VERBA HONORÁRIA. MANDADO DE SEGURANÇA. HONORÁRIOS. SUCUMBÊNCIA. NÃO CABIMENTO.
1. O cabimento de mandado de segurança contra ato judicial condiciona-se à inexistência de recurso específico previsto nas leis processuais, apto a impedir a ilegalidade eventualmente apontada (art. 5º, inciso II, da Lei nº 1.533/51). In casu, o ato judicial impugnado é passível de recurso, pelo que se constata não se apresentar cabível o writ, em face da vedação contida na Súmula 267, do eg. Supremo Tribunal Federal.
2. O Código de Processo Civil prevê recurso próprio para impugnar decisão interlocutória, no caso, o agravo (art. 522, caput, do Código de Processo Civil), não sendo, portanto, o mandado de segurança a via processual para tanto adequada.
3. Somente em casos excepcionais, admitir-se-á a impetração de mandado de segurança contra ato judicial, o que não é o caso dos autos.
4. Mandado de segurança que não perfaz as condições necessárias a sua admissibilidade.
5. Processo extinto sem resolução de mérito.

A C Ó R D Ã O

Decide a Seção, por unanimidade, julgar extinto o mandado de segurança, sem resolução de mérito.
2ª Seção do TRF da 1ª Região - 07/03/2007.

ROSIMAYRE GONÇALVES DE CARVALHO
Juíza Federal
(Relatora Convocada)

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2006.01.00.031765-5/GO
Processo na Origem: 200535000171461

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ROSIMAYRE GONÇALVES DE CARVALHO (CONVOCADA)
IMPETRANTE	:	JUSTICA PUBLICA
PROCURADOR	:	ALEXANDRE CAMANHO DE ASSIS
IMPETRADO	:	JUIZO FEDERAL DA 5A VARA - GO
INTERESSADO	:	JOSE IEDO SANTOS

E M E N T A

PROCESSO PENAL. MANDADO DE SEGURANÇA PARA ATRIBUIR EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. DECISÃO QUE DECLINOU DA COMPETÊNCIA EM FAVOR DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL. CONCESSÃO.
1. O recurso em sentido estrito interposto contra decisão que concluiu pela incompetência do juízo não tem efeito suspensivo, impõe-se a admissão e concessão da segurança, para se evitar danos irreparáveis.
2. Segurança concedida para que o recurso em sentido estrito seja processado com efeito suspensivo.

A C Ó R D Ã O

Decide a Seção, por unanimidade, conceder a segurança, para conferir efeito suspensivo ao recurso em sentido estrito.
2ª Seção do TRF da 1ª Região - 07/03/2007.

ROSIMAYRE GONÇALVES DE CARVALHO
Juíza Federal
(Relatora Convocada)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA 2007.01.00.001813-2/MT
Processo na Origem: 200636007001610

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO
RELATOR CONV.	:	JUIZ FEDERAL LINO OSVALDO SERRA SOUSA SEGUNDO
AUTOR	:	JUSTICA PUBLICA
PROCURADOR	:	MARIO LUCIO DE AVELAR
REU	:	GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO
SUSCITANTE	:	JUIZADO ESPECIAL FEDERAL CIVEL E CRIMINAL - MT - 6A VARA
SUSCITADO	:	JUIZO FEDERAL DA SUBSECAO JUDICIARIA DE CACERES - MT

EMENTA

PROCESSUAL PENAL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. PRESTAÇÃO NÃO AUTORIZADA DE SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÕES. MULTIMÍDIA. JUIZADO ESPECIAL FEDERAL CRIMINAL. VARA FEDERAL.
I - Sendo o art. 70 da Lei 4.117/1962, com redação dada pelo DL 236/1967, tacitamente revogado pelo art. 183, c/c art. 215, inciso I, da Lei 9.472/1997, que majorou a pena máxima, de 2 (dois) anos para 4 (quatro) anos, a competência, em face do tipo penal aplicável à conduta do agente, é da Vara Federal. Precedentes.
II - Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo Federal da Subseção Judiciária de Cáceres-MT, o Suscitado.

ACÓRDÃO

Decide a 2ª Seção do TRF - 1ª Região, por unanimidade, conhecer do conflito.
Brasília, 07 de março de 2007.

JUIZ FEDERAL LINO OSVALDO SERRA SOUSA SEGUNDO
(Relator Convocado)

TERCEIRA SEÇÃO

ACÓRDÃOS

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 1999.01.00.036481-6/DF
Processo na Origem: 199701000057540

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FAGUNDES DE DEUS
AUTOR	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:	UBIRACI MOREIRA LISBOA E OUTROS(AS)
REU	:	JOSELIO LOPES DA SILVA E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	AMARIO CASSIMIRO DA SILVA

EMENTA

AÇÃO RESCISÓRIA. FGTS. JUROS PROGRESSIVOS. AUSÊNCIA DE APRECIAÇÃO DE PROVA CONSTANTE DOS AUTOS. COMPROVADA ADMISSÃO DOS LITIGANTES NO EMPREGO EM DATA POSTERIOR À LEI 5.705/71. INEXISTÊNCIA DE DIREITO AO BENEFÍCIO. ERRO DE FATO. VIOLAÇÃO LITERAL A DISPOSITIVO DE LEI. RESCISÃO DO JULGADO.
1. É rescindível o julgado que concede o direito à capitalização de contas do FGTS com a taxa progressiva de juros a trabalhadores que não preenchem os requisitos legais para usufruí-la, por duplo fundamento: a) erro de fato, por ter o aresto rescindendo, ao deixar de apreciar prova documental constante dos autos, considerado que os Autores manifestaram opção retroativa, nos termos da Lei 5.958/73, quando, na realidade, tal não ocorreu, uma vez que foram eles admitidos no emprego em data posterior à edição da Lei 5.705/71, que extinguiu o critério da progressividade de juros e instituiu taxa fixa de 3% ao ano e b) violação literal a disposição do art. 1º da Lei 5.705/71.
2. *Não havendo deliberação judicial acerca de prova relevante para o desate da lide, tem cabimento a ação rescisória porquanto presumível que o acórdão não teria julgado como fez se houvesse atentado para a prova* (STJ/AR 852/SP, Rel. Ministro José Arnaldo da Fonseca).
3. Ação rescisória procedente.

ACÓRDÃO

Decide a Seção, por unanimidade, julgar procedente a ação rescisória.
Terceira Seção do TRF - 1ª Região, 20/03/2007.

Desembargador Federal FAGUNDES DE DEUS
Relator

AGRAVO REGIMENTAL EM APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA N. 2002.33.00.003556-7/BA

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	:	CIBA - ESPECIALIDADES QUIMICAS LTDA
ADVOGADO	:	FRANCISCO MARQUES MAGALHAES NETO
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 5A VARA - BA
AGRAVANTE (AGRG)	:	CIBA - ESPECIALIDADES QUIMICAS LTDA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. EMBARGOS INFRINGENTES. INADMISSIBILILDADE. AGRÁVO REGIMENTAL. DESPROVIMENTO.
1. "São inadmissíveis embargos infringentes no processo de mandado de segurança" (Súmula n. 169 do Superior Tribunal de Justiça).
2. Agravo regimental a que se nega provimento.

A C Ó R D Ã O

Decide a Terceira Seção do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental.
Brasília, 20 de março de 2007.

Juiz Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO
Relator (Convocado)

EMBARGOS INFRINGENTES NA AC Nº 2002.34.00.001043-8/DF
Processo na Origem: 200234000010438

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FAGUNDES DE DEUS
EMBARGANTE	:	ANA ZELIA DA ROCHA E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	NATALIA CARNEIRO E ANDRADE E OUTROS(AS)
EMBARGADO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:	MANOEL MOREIRA FILHO E OUTROS(AS)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS INFRINGENTES. FGTS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
1. Revela-se indevida a condenação da CAIXA ao pagamento da verba honorária nas ações relativas ao FGTS ajuizadas após o advento da MP 2.164/2001. Aplicação ao caso da decisão proferida pela Corte Especial deste Tribunal no Incidente de Inconstitucionalidade 2001.33.00014660-1, Rel. Des. Federal João Batista Moreira, julgado em 29/06/2006.
2. Embargos infringentes a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Seção, por maioria, negar provimento aos embargos infringentes.
Terceira Seção do TRF - 1ª Região, 20/03/2007.

Desembargador Federal FAGUNDES DE DEUS
Relator

EMBARGOS INFRINGENTES NA AC Nº 2002.34.00.008614-0/DF
Processo na Origem: 200234000086140

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FAGUNDES DE DEUS
EMBARGANTE	:	FRANCISCO DE ASSIS MENDES DA SILVA E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	ALEXANDER DE SALES BERNARDO E OUTROS(AS)
EMBARGADO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:	LEONARDO PINTO FONTES

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS INFRINGENTES. FGTS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
1. Revela-se indevida a condenação da CAIXA ao pagamento da verba honorária nas ações relativas ao FGTS ajuizadas após o advento da MP 2.164/2001. Aplicação ao caso da decisão proferida pela Corte Especial deste Tribunal no Incidente de Inconstitucionalidade 2001.33.00014660-1, Rel. Des. Federal João Batista Moreira, julgado em 29/06/2006.
2. Embargos infringentes a que se nega provimento.

ACÓRDÃO
Decide a Seção, por maioria, negar provimento aos embargos infringentes.
Terceira Seção do TRF - 1ª Região, 20/03/2007.

Desembargador Federal FAGUNDES DE DEUS
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM EMBARGOS INFRINGENTES EM AC N. 2003.34.00.005607-0/DF

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
EMBARGANTE	:	ARGEL BATISTA DE MIRANDA E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	MARLON TOMAZETTE E OUTROS(AS)
EMBARGADO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:	ROGERIO ALVES DANTAS E OUTROS(AS)
EMBARGANTE (ED)	:	ARGEL BATISTA DE MIRANDA E OUTROS(AS)

E M E N T A
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO. ISENÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. DESPROVIMENTO.
1. Os embargos de declaração somente são cabíveis, na forma do art. 535 do Código de Processo Civil, quando incorrer o julgado em omissão, contradição ou obscuridade, ou, ainda em situações excepcionais, quando houver erro material.
2. Inexistindo qualquer dos vícios acima apontados, e considerando, ainda, que o acórdão embargado enfrentou a questão posta a julgamento, dando-lhe adequada solução, não está o Relator obrigado a examinar cada um dos dispositivos legais que os embargantes entendem aplicáveis à espécie, sob o pretexto de prequestionar a matéria.
3. Embargos de declaração desprovidos.

A C Ó R D Ã O
Decide a Terceira Seção do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos.
Brasília, 20 de março de 2007.

Juiz Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO
Relator (Convocado)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM EMBARGOS INFRINGENTES EM AC N. 2003.34.00.015187-1/DF

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
EMBARGANTE	:	JOSE ALMIR NEVES TAVARES DA SILVA E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	MARLON TOMAZETTE
EMBARGADO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:	GIRLANA GRANJA PEIXOTO E OUTROS(AS)
EMBARGANTE (ED)	:	JOSE ALMIR NEVES TAVARES DA SILVA E OUTRO(AS)

E M E N T A
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO. ISENÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. DESPROVIMENTO.
1. Os embargos de declaração somente são cabíveis, na forma do art. 535 do Código de Processo Civil, quando incorrer o julgado em omissão, contradição ou obscuridade, ou, ainda em situações excepcionais, quando houver erro material.
2. Inexistindo qualquer dos vícios acima apontados, e considerando, ainda, que o acórdão embargado enfrentou a questão posta a julgamento, dando-lhe adequada solução, não está o relator obrigado a examinar cada um dos dispositivos legais que os embargantes entendem aplicáveis à espécie, sob o pretexto de prequestionar a matéria.
3. Embargos de declaração desprovidos.

A C Ó R D Ã O
Decide a Terceira Seção do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração.
Brasília, 20 de março de 2007.

Juiz Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO
Relator (Convocado)

EMBARGOS INFRINGENTES EM AC Nº 2003.38.00.002846-0/MG
Processo na Origem: 200338000028460

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FAGUNDES DE DEUS
EMBARGANTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
EMBARGADO	:	MUNICIPIO DE ITAPECERICA - MG
PROCURADOR	:	OTAVIO JUNQUEIRA CAETANO E OUTRO(A)

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS INFRINGENTES. JULGADO QUE REFORMOU TOTALMENTE A SENTENÇA. INVERSÃO DA VERBA HONORÁRIA. PREVALÊNCIA DO VOTO VENCIDO.
1. Tendo havido a total reforma do *decisum* de 1º grau, a conseqüência natural é a inversão dos ônus de sucumbência, mesmo porque não houve nenhuma fundamentação específica no voto do Relator que justificasse a majoração em dobro do valor da verba honorária.
2. Embargos infringentes providos, para, fazendo prevalecer o voto vencido, inverter os honorários advocatícios, fixados na sentença no montante de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

ACÓRDÃO
Decide a Seção, por unanimidade, dar provimento aos embargos infringentes.
Terceira Seção do TRF - 1ª Região, 20/03/2007.

Desembargador Federal FAGUNDES DE DEUS
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMB. INFRINGENTES NA AC Nº 2004.33.00.000835-8/BA
Processo na Origem: 200433000008358

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FAGUNDES DE DEUS
EMBARGANTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:	JOAO CARDOSO DA SILVA E OUTROS(AS)
EMBARGADO	:	CLAUDIONOR BISPO DOS SANTOS
ADVOGADO	:	DANIELA MARTINS EVANGELISTA E OUTROS(AS)
EMB. DECL.	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM EMBARGOS INFRINGENTES. FGTS. FUNDAMENTOS LEGAIS QUE A PARTE CONSIDERA APLICÁVEIS. OMISSÃO INEXISTENTE.
1. Não é omisso o acórdão que, com suficientes substratos jurídicos, analisou a questão submetida a juízo e concluiu por negar provimento aos embargos infringentes, fazendo prevalecer a decisão que desconsiderou o acordo firmado entre as partes, materializado no termo de adesão instituído pela LC 110/2001, na situação em que há processo judicial com trânsito em julgado, por intermédio do qual a parte litigante obteve pronunciamento judicial favorável.
2. O Julgador não está obrigado a se manifestar sobre cada argumento utilizado pela parte, bastando que aprecie as questões de fato e de direito, indicando os fundamentos de que se valeu para chegar às soluções adotadas, tudo dentro do princípio do livre convencimento motivado.
3. Os embargos de declaração, em rigor, não se prestam à rediscussão da lide, sendo que, se a parte não se conforma com o resultado do julgamento, deve interpor o recurso adequado para obter sua eventual desconstituição. Precedentes.
4. Embargos declaratórios da CEF rejeitados.

ACÓRDÃO
Decide a Seção, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração.
Terceira Seção do TRF - 1ª Região, 06/03/2007.

Desembargador Federal FAGUNDES DE DEUS
Relator

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 2006.01.00.007284-6/MG
Processo na Origem: 200638000036557

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
AUTOR	:	IVONE LUCIA FARIAS
ADVOGADO	:	MARLI LOPES DA SILVA E OUTRO(A)
REU	:	AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR	:	MARIA CELINA COSTA DE ALMEIDA
REU	:	TELEMAR NORTE LESTE S/A
SUSCITANTE	:	JUIZO FEDERAL DA 3A VARA - MG
SUSCITADO	:	JUIZADO ESPECIAL FEDERAL CIVEL - MG - 30A VARA

E M E N T A
PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. CONFLITO ENTRE JUIZ FEDERAL E JUIZ DE JUIZADO. COMPETÊNCIA. STJ.
1. Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar conflito de competência entre Juiz de Juizado Especial Federal e Juiz Federal, mesmo que ambos estejam administrativamente vinculados ao mesmo Tribunal Regional Federal. Isso porque, do ponto de vista jurisdicional, as decisões dos Juizados estão sujeitas à revisão das Turmas Recursais. Precedente do STJ.
2. Remessa dos autos ao STJ.

A C Ó R D Ã O
Decide a Terceira Seção, por unanimidade, declinar da competência para o Superior Tribunal de Justiça.
Terceira Seção do TRF da 1ª Região - 6.3.2007.

Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues
Relatora

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 2006.01.00.023368-1/MA
Processo na Origem: 200637000027330

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FAGUNDES DE DEUS
AUTOR	:	CRISALIDA MACHADO VILANOVA E OUTRO(A)
ADVOGADO	:	JOAO GUILHERME CARVALHO ZAGALLO
REU	:	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHAO - UFMA
PROCURADOR	:	ANTONIO ROBERTO BASSO
SUSCITANTE	:	JUIZO FEDERAL DA 6A VARA - MA
SUSCITADO	:	JUIZO FEDERAL DA 5A VARA - MA

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. MANDADO DE SEGURANÇA E AÇÃO DE RITO ORDINÁRIO. IDENTIDADE DE PARTES E CAUSA DE PEDIR. OBJETO DA AÇÃO ORDINÁRIA MAIS AMPLO. CONTINÊNCIA. CPC, ARTS. 104, 105 E 106.
1. Ambos os feitos têm por escopo compelir a Universidade Federal do Maranhão a nomear candidatos aprovados no concurso público para o cargo de professor da dita estabelecimento de ensino superior (Edital 46/2004), havendo, assim, identidade de causa de pedir e, parcialmente, identidade de partes.
2. O objeto da ação de rito ordinário é mais abrangente, tendo em vista que se pretende, além das nomeações dos Autores, a declaração de nulidade das contratações irregulares e o pagamento da respectiva indenização. Continência que se configura (CPC, art. 104).
3. Tem-se, assim, que as ditas ações devem ser processadas em *simultaneus processus*, a fim de se evitar a ocorrência de decisões conflitantes. Precedentes desta Corte.
4. Conflito julgado procedente, para declarar competente o Juízo suscitado (5ª Vara da Seção Judiciária do Maranhão).

ACÓRDÃO
Decide a Seção, por unanimidade, conhecer do conflito de competência, para declarar competente o Juízo suscitado.
Terceira Seção do TRF - 1ª Região, 20/03/2007.

Desembargador Federal FAGUNDES DE DEUS
Relator

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 2006.01.00.043664-0/BA
Processo na Origem: 200533007686820

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FAGUNDES DE DEUS
AUTOR	:	ENOCK BRITO DA SILVA
ADVOGADO	:	JORGE ANTONIO DE SOUZA FERREIRA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:	AUGUSTO BONFIM NERY E OUTROS(AS)
SUSCITANTE	:	JUIZADO ESPECIAL FEDERAL CIVEL - BA - 5A VARA
SUSCITADO	:	JUIZO FEDERAL DA 12A VARA - BA

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA ENTRE JUIZ FEDERAL E JUIZ DE JUIZADO ESPECIAL FEDERAL. COMPETÊNCIA DO STJ PARA DIRIMIR O CONFLITO. CF, ART. 105, I, ALÍNEA *D*.
1. O Superior Tribunal de Justiça é competente para dirimir conflito negativo de competência entre juiz federal e juiz de Juizado Especial Federal, por não estarem eles vinculados ao mesmo Tribunal, uma vez que os juízes integrantes de Juizado Especial Federal estão vinculados às Turmas Recursais, as quais, por sua vez, não compõem a estrutura dos Tribunais Regionais Federais (CF, art. 105, I, alínea *d*). Precedentes do STJ.
2. Incompetência deste Tribunal para dirimir o conflito. Em conseqüência, determina-se a remessa dos autos ao Superior Tribunal de Justiça.

A C Ó R D Ã O
Decide a Seção, por unanimidade, reconhecer a incompetência do Tribunal para dirimir o conflito e determinar a remessa dos autos ao STJ.
Terceira Seção do TRF - 1ª Região, 20/03/2007.

Desembargador Federal FAGUNDES DE DEUS
Relator

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 2006.01.00.045794-2/DF
Processo na Origem: 200634000244057

RELATORA	:	DESEMBARGADORA FEDERAL SELENE MARIA DE ALMEIDA
AUTOR	:	JOAQUIM CARIOCA DA SILVA NETO E CONJUGE
ADVOGADO	:	SEBASTIAO MORAES DA CUNHA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
SUSCITANTE	:	JUIZO FEDERAL DA 4A VARA - DF
SUSCITADO	:	JUIZO FEDERAL DA 15A VARA - DF

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. CONEXÃO. AÇÃO REVISIONAL DE CLÁUSULA CONTRATUAL. APLICAÇÃO DO INSTITUTO DA PREVENÇÃO. ART. 106 DO CPC.
1. O instituto da prevenção, pelo qual se fixa a competência entre dois juízes igualmente competentes para decidir causas conexas, é plenamente aplicável à hipótese em que o mesmo autor pleiteia contra o mesmo réu em sede de consignação em pagamento e ação revisional de cláusula contratual relativa ao mesmo contrato imobiliário.
2. Reunião de processos que se resolve nos termos do art. 106 do CPC, ou seja, deve prevalecer, na hipótese, a competência do juízo prevento. Precedentes.
3. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo da 15ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, o suscitado.

ACÓRDÃO
Decide a Terceira Seção do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, conhecer do conflito para declarar a competência do Juízo da 15ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, o suscitado, nos termos do voto da Exma. Sra. Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida.
Brasília - DF, 20 de março de 2007.

SELENE MARIA DE ALMEIDA
Desembargadora Federal - Relatora

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 2007.01.00.003197-8/MG
Processo na Origem: 200338000292690

RELATORA	:	DESEMBARGADORA FEDERAL SELENE MARIA DE ALMEIDA
AUTOR	:	MARCIA TAVARES DA COSTA
REU	:	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
PROCURADOR	:	HUGO MARCELINO DA SILVA
REU	:	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CRM/MG
SUSCITANTE	:	JUIZO FEDERAL DA 6A VARA - MG
SUSCITADO	:	JUIZO FEDERAL DA 1A VARA DA SUBSECAO JUDICIARIA DE GOVERNADOR VALADARES - MG

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. REDISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PROVIMENTO/COGER/TRF - 1ª REGIÃO Nº 19/2005. INEXISTÊNCIA OFENSA. PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, DO JUIZ NATURAL, DA IDELEGABILIDADE E DA PERPETUAÇÃO DA JURISDIÇÃO.
1. O Provimento nº 19, de 15 de agosto de 2005, da Corregedoria-Geral do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, considera que a redistribuição de processos em razão da criação e instalação de novas Varas Federais não afronta os princípios da legalidade, do juiz natural, da indelegabilidade e da perpetuação da jurisdição, pois sua finalidade é agilizar a prestação jurisdicional e a aproximação numérica do acervo de processos entre as unidades jurisdicionais.
2. A Corte Especial deste Tribunal, no julgamento do Conflito de Competência nº 1999.01.00.084663-5/GO (Rel. Juiz Cândido Ribeiro, DJ de 11/05/2000, pg. 09) firmou orientação no sentido da legalidade da redistribuição de processos por determinação da Corregedoria-Geral do TRF/1ª Região em virtude da criação de novas Varas Federais, porquanto cumpre a finalidade de aproximar o Poder Judiciário do cidadão e efetivar a celeridade da prestação jurisdicional. Trata-se de jurisprudência dominante no âmbito desta Corte. Precedentes.
3. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo da Subseção Judiciária de Governador Valadares/MG, o suscitado.

ACÓRDÃO
Decide a Terceira Seção do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, conhecer do conflito para declarar a competência do Juízo da Subseção Judiciária de Governador Valadares/MG, o suscitado, nos termos do voto da Exma. Sra. Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida.
Brasília - DF, 20 de março de 2007 .

SELENE MARIA DE ALMEIDA
Desembargadora Federal - Relatora

QUARTA SEÇÃO

ACÓRDÃOS

EIAC Nº 2000.34.00.019832-5/DF Distribuído no TRF em 02/03/2007
Processo na Origem: 200034000198325

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
EMBARGANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
EMBARGADO	:	BRENO ALVARES DA SILVA E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	CAROLINA LOUZADA PETRARCA E OUTROS(AS)

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL - ACÓRDÃO (MAJORITÁRIO E EM APELAÇÃO) QUE APENAS MANTEVE A SENTENÇA - AUSENTE A "INVERSÃO DE RESULTADO" (REDAÇAO ATUAL DO ART. 530 DO CPC) - EMBARGOS INFRINGENTES DE QUE NÃO SE CONHECE.
1 - Se o acórdão recorrido, publicado já na vigência da Lei nº 10.352/2001, embora majoritário e proferido em sede de apelação, apenas manteve a sentença, são inadmissíveis embargos infringentes, à míngua do atual requisito processual específico da "inversão do resultado", exigido pelo art. 530 do CPC desde 26 DEZ 2001.
2 - Embargos infringentes de que não se conhece.
3 - Peças liberadas pelo Relator, em 28/03/2007, para publicação do acórdão.

ACÓRDÃO
Decide a 4ª Seção NÃO CONHECER dos embargos infringentes por unanimidade.
4ª Seção do TRF - 1ª Região, 28/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

EMBARGOS INFRINGENTES NA APELAÇÃO CÍVEL n. 2004.38.00.004600-9/MG
Processo na Origem: 200438000046009

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
EMBARGANTE	:	RENATO CARLOS POGGIALI DE SOUZA
ADVOGADO	:	RODRIGO OLIVEIRA CARDOSO E OUTROS(AS)
EMBARGADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS INFRINGENTES - COMPLEMENTAÇÃO DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA - PARCELA CORRESPONDENTE ÀS CONTRIBUIÇÕES VERTIDAS PELO ASSOCIADO, DE 1º.01.89 A 31.12.95 - LEIS 7.713/88 E 9.250/95 - NÃO-INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA.
1 - De acordo com o entendimento pacificado pela egrégia Primeira Seção do colendo Superior Tribunal de Justiça, superando divergência anterior, o tratamento tributário (Imposto de Renda) a ser dado à parcela da complementação de aposentadoria paga por entidade de previdência privada, correspondente às contribuições vertidas pelo associado no período de 1º.01.89 a 31.12.95, é o mesmo dispensado ao resgate de tais contribuições, não incidindo, pois, sobre ela, o Imposto de Renda.
2 - Embargos infringentes dos autores providos.

ACÓRDÃO
Decide a Seção, por maioria, dar provimento aos embargos infringentes dos autores.
4ª Seção do TRF/1ª Região - 14/03/2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

AÇÃO RESCISÓRIA n. 2006.01.00.014769-4/BA
Processo na Origem: 199901001217415

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
AUTOR	:	CONSTRUTORA CEARA MENDES LTDA. E OUTROS (AS)
ADVOGADO	:	FRANCO ALVES SABINO E OUTROS(AS)
REU	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL, CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO - AÇÃO RESCISÓRIA FUNDADA NO ART. 485, V, DO CPC - INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 343/STF - PIS E COFINS. LEI 9.718/98. AMPLIAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO (ART. 3º, § 1º) - INCONSTITUCIONALIDADE.
1. A Súmula n. 343/STF não impede o julgamento da rescisória quando a alegada violação da lei pelo julgado rescindendo envolver, também, dispositivo da Constituição.
2. O Plenário do STF, no julgamento dos REs 390.840-5/MG e 346.084-6/PR, reconheceu a inconstitucionalidade formal da ampliação da base de cálculo do PIS e da COFINS efetuada pelo art. 3º, § 1º, da Lei 9.718/98, ao inserir, no conceito de "faturamento", outras receitas que não as provenientes de vendas de mercadorias, da venda de serviços ou de mercadorias e serviços. Registrou, ainda, na mesma oportunidade, que a EC n. 20/98 não teve o condão de "constitucionalizar" a referida Lei, no ponto.
3. A COFINS deve ser recolhida com base na Lei Complementar n. 70/91 até a eficácia da Medida Provisória n. 153/2003, convertida na Lei n. 10.833, de 29.12.2003, que, em seu art. 1º, incluiu, no conceito de faturamento, "o total das receitas auferidas pela pessoa jurídica, independentemente de sua denominação ou classificação contábil".
4. Ação rescisória admitida e julgada procedente.

ACÓRDÃO
Decide a Seção, por unanimidade, admitir a rescisória e julgá-la procedente.
4ª Seção do TRF 1ª Região - 28/03/2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

DIVISÃO DE PROCESSAMENTO E PROCEDIMENTOS DIVERSOS

PRIMEIRA SEÇÃO

DESPACHOS/DECISÕES

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 95.01.35999-9/DF
Processo na Origem: 9401165564

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL EUSTAQUIO SILVEIRA
AUTOR	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	AYRES LOURENCO DE ALMEIDA FILHO
REU	:	AURIENE ALVES DE LIMA E OUTROS(AS)

D E S P A C H O

Proceda-se à transferência, de acordo com as novas informações acostadas à fl. 312.
Comprovada a referida transferência, arquivem-se os autos.
Publique-se.
Brasília-DF, 22 de março de 2007.

Desembargador Federal CARLOS OLAVO
Presidente da Primeira Seção

AÇÃO RESCISÓRIA N. 1997.01.00.003616-7/RO
Processo na Origem: 9400014708

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO
AUTOR	:	SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICO FEDERAL NO ESTADO DE RONDONIA - SINDSEF
ADVOGADOS	:	SANDRA PEDRETI BRANDAO E OUTROS(AS)
REU	:	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FNS
ADVOGADOS	:	HELIO VIEIRA DA COSTA E OUTROS(AS)

D E C I S Ã O

Trata-se de ação rescisória interposta contra sentença que negou aos filiados do Sindicato-autor o reajuste de 28,86%, decorrente das Leis n. 8.622/93 e 8.627/93. Requerendo a rescisão do julgado e a condenação ao pagamento do referido percentual sobre o vencimento básico.
Ao Sindicato-autor foi determinado que instruísse os autos, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, sob pena de extinção do feito, com as cópias do acórdão rescindendo e da respectiva sentença proferida em primeira instância, documentos indispensáveis ao ajuizamento desta ação.
Apesar de devidamente intimado, o Sindicato-autor deixou passar o prazo sem manifestação.
Nessas razões, julgo extinto o processo sem exame de mérito, nos termos do art. 267, I, combinado com o art.284, parágrafo único, todos do CPC.

Brasília-DF, 31 de janeiro de 2007.

Desembargador Federal JOSÉ AMILCAR MACHADO, Relator.

EMBARGOS INFRINGENTES EM AC Nº 1997.01.00.055116-8/DF
Processo na Origem: 199701000551168

RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES (CONV.)
EMBARGADA	:	ASSOCIACAO DOS JUIZES FEDERAIS DO BRASIL-AJUFE
ADVOGADO	:	AURO VIDIGAL DE OLIVEIRA
EMBARGANTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADORA	:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO

D E C I S Ã O

Trata-se de embargos infringentes interpostos contra o acórdão que extinguiu o feito sem julgamento do mérito, por maioria, ao fundamento de que a ASSOCIAÇÃO DOS JUÍZES FEDERAIS DO BRASIL - AJUFE - não possui legitimidade ativa *ad causam*, por não ter demonstrado estar autorizada para a propositura do feito.

A autora informa, através das petições de fls. 378 e 379 a 382, que o Conselho Nacional de Justiça, em sessão realizada no dia 10 de outubro de 2006, decidiu, nos autos do Pedido de Providências n. 603, editar enunciado administrativo referente à Gratificação Especial de Localidade - GEL, matéria discutida nestes autos. Requer, por conseqüência, o reconhecimento da perda de objeto desta ação, requerendo a desistência do feito (fls. 378), e, ainda, o reconhecimento de que a apelação da União teria restado prejudicada (fls. 380).

Deixo de conhecer das petições de fls. 378 a 382, por observar que foram firmadas pelo Presidente da AJUFE, que não tem capacidade postulatória.

Conhecendo apenas do pedido veiculado a fls. 378, entendo por bem deferi-lo, parcialmente, já que não há que se falar, nesta fase processual, em perda de objeto desta ação, cuja apelação cível foi julgada em 10 de dezembro de 2003, reconhecendo a ilegitimidade da autora para figurar no pólo ativo do feito por não ter promovido a juntada aos autos das autorizações, genéricas ou individuais, de seus associados. Assim, recebo o pedido como sendo restrito à desistência dos embargos infringentes opostos, por ausência de interesse no seu julgamento. Lembro que, nos termos do art. 501 do CPC, o recorrente pode, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.

Assim, entendo por bem deferir, em parte, o pedido formulado, homologando a desistência dos embargos infringentes aviados, nos termos do inciso VII do artigo 30 do Regimento Interno desta Corte.
Publique-se.
Brasília-DF, 28 de março de 2007.

JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, Relatora Convocada

MEDIDA CAUTELAR Nº 1998.01.00.020730-6/DF

RELATOR	:	EXMª SRª DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA ALVES
REQUERENTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO	:	DÉBORA DA CONCEIÇÃO MAIA BERALDO
REQUERIDO	:	MARIA DAS DORES DA CUNHA GOMES LEITE E OUTROS

D E C I S Ã O

Trata-se de Medida Cautelar incidental em relação à Ação Rescisória nº 96.01.39797-3/MG, movida pelo INSS em desfavor de Maria das Dores da Cunha Gomes Leite e outros, na qual busca a rescisão do julgado que assegurou aos ora demandados o reajustamento de seus benefícios previdenciários com base nos mesmos índices utilizados no reajuste do salário mínimo, mesmo após a expiração do prazo previsto pelo art. 58 do ADTC, além do pagamento da gratificação natalina referente ao ano de 1993, nos moldes previstos pela Lei nº 8.700/93.
Relatados no que interessa, DECIDO.
A ação rescisória a que se vincula esta cautelar foi julgada pela Primeira Seção desta Corte, decidindo-se, na oportunidade, pelo parcial conhecimento do pleito rescisório, declarando-se procedente a pretensão conhecida.
Resta demonstrada, assim, a perda do objeto da presente medida cautelar, na medida em que o provimento judicial proferido no feito principal substitui em sua plenitude os provisórios efeitos contidos na decisão instrumental que haveria de ser proferida nestes autos.
Assim, declaro extinto o presente processo, em face da perda de seu objeto, com fulcro no art. 267, IV, do CPC.

Desª. Federal NEUZA ALVES
Relatora

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 1998.01.00.089631-0/PA
Processo na Origem: 9500050064

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO
AUTOR	:	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA - UFPA
PROCURADOR	:	SANDRA WALESKA MARTINS LEAL
REU	:	JOSE PROCOPIO NASCIMENTO E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	DANIEL QUEIMA COELHO DE SOUZA

D E S P A C H O

Intimem-se as partes, no prazo de 10 (dez) dias, para requererem o que de direito.
Brasília-DF, 02 de fevereiro de 2007.

Desembargador Federal CARLOS OLAVO
Presidente da Primeira Seção

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 2000.01.00.093893-2/DF
Processo na Origem: 9601458522

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MOREIRA ALVES
AUTOR	:	JOSE GERALDO RIBEIRO BOTELHO E OUTRO(A)
ADVOGADO	:	ANTONIO NABOR AREIAS BULHOES E OUTRO(A)
REU	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO

D E S P A C H O

Intimem-se as partes, no prazo de 10 (dez) dias, para requererem o que de direito.
Brasília-DF, 21 de março de 2007.

Desembargador Federal CARLOS OLAVO
Presidente da Primeira Seção

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 2000.01.00.105738-0/DF
Processo na Origem: 199701000308828

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MOREIRA ALVES
AUTOR	:	EUSTAQUIO EVANGELISTA TAVARES E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	ANTONIO NABOR AREIAS BULHOES E OUTROS(AS)
REU	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO

D E S P A C H O

Intimem-se as partes, no prazo de 10 (dez) dias, para requererem o que de direito.
Brasília-DF, 21 de março de 2007.

Desembargador Federal CARLOS OLAVO
Presidente da Primeira Seção

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 2000.01.00.109123-2/DF
Processo na Origem: 9601467831

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES
AUTOR	:	CARLOS NARITA
ADVOGADO	:	DAVID ODISIO HISSA E OUTRO(A)
REU	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO

D E S P A C H O

Intimem-se as partes, no prazo de 10 (dez) dias, para requererem o que de direito.
Brasília-DF, 21 de março de 2007.

Desembargador Federal CARLOS OLAVO
Presidente da Primeira Seção

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 2000.01.00.119640-5/DF
Processo na Origem: 199701000263175

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES
AUTOR	:	EDSON TEIXEIRA E OUTRO(A)
ADVOGADO	:	DAVID ODISIO HISSA E OUTRO(A)
REU	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO

D E S P A C H O

Intimem-se as partes, no prazo de 10 (dez) dias, para requererem o que de direito.
Brasília-DF, 21 de março de 2007.

Desembargador Federal CARLOS OLAVO
Presidente da Primeira Seção

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 2000.01.00.124609-1/DF
Processo na Origem: 199701000401184

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MOREIRA ALVES
AUTOR	:	MARIA EMILIA AMARAL MAIA E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	DAVID ODISIO HISSA E OUTRO(A)
REU	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	JOSE DIOGO CYRILLO DA SILVA

D E S P A C H O

Intimem-se as partes, no prazo de 10 (dez) dias, para requererem o que de direito.
Brasília-DF, 09 de março de 2007.

Desembargador Federal CARLOS OLAVO
Presidente da Primeira Seção

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 2000.01.00.128088-2/DF
Processo na Origem: 199701000295149

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES
AUTOR	:	ANA KATIA CAVALCANTE FEITOSA E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	DAVID ODISIO HISSA E OUTRO(A)
REU	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO

D E S P A C H O

Intimem-se as partes, no prazo de 10 (dez) dias, para requererem o que de direito.
Brasília-DF, 09 de março de 2007.

Desembargador Federal CARLOS OLAVO
Presidente da Primeira Seção

AÇÃO RESCISÓRIA N. 2000.01.00.138190-7/DF
Processo na origem: 96.01.40000-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO
RELATORA	:	JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES (CONVOCADA)
AUTOR	:	PRODUTOS QUIMICA SÃO VICENTE LTDA.
ADVOGADO	:	ELTON CALIXTO
RÉU	:	UNIÃO FEDERAL
PROCURADOR	:	JOSE DIOGO CYRILLO DA SILVA

DECISÃO

Trata-se de pedido de produção de provas testemunhal e pericial, formulado pela autora, objetivando demonstrar a dificuldade existente à época da instrução processual da ação originária para a realização dos exames necessários à avaliação da toxicidade do inseticida Parathion 600 CE Pikapau, bem como a ausência de risco mutagênico do produto cujo registro se busca.

Extrai-se da inicial que a presente rescisória funda-se na suposta existência de documento novo, que a autora teria obtido após a prolação da sentença, consistente em resultado de teste realizado pelo laboratório Tecam - Tecnologia Ambiental e estudo elaborado pela empresa RBR - Regulamentação e Registro S/C (fls. 35/50), que atestariam a ausência de risco mutagênico do produto.

Dispõe o art. 485, inciso VII, do CPC que cabe ação rescisória se *"depois da sentença, o autor obtiver documento novo, cuja existência ignorava, ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável*".

Como se vê, invocando a autora a referida hipótese de manejo da rescisória, o alegado documento novo apresentado deve ser suficiente, por si só, de assegurar o pronunciamento favorável, não se admitindo dilação probatória nessa hipótese, sob pena de se reabrir a fase probatória própria da ação originária. Se o documento é capaz, por si só, de ensejar a modificação do julgamento da causa é matéria que deve ser vista quando do exame do mérito da presente rescisória, contudo a pretensão de dilação probatória não se coaduna com o fundamento da rescisória ajuizada. A expressão "documento novo" não pode ter o alcance pretendido pela autora, sob pena de se transmudar a rescisória em recurso ordinário.

A propósito da matéria em debate, veja-se o seguinte aresto lavrado na eg. 3ª Seção desta Corte:

AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO RESCISÓRIA. DOCUMENTO NOVO. INEXIGIBILIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA.
1. Versando a lide sobre questão de direito e de fato documentalmente comprovado, revela-se desnecessária a dilação probatória.
2. Agravo Regimental a que se nega provimento.
(AGRAR 2001.01.00.021545-9/DF, Rel. Juiz Marcus Vinicius Reis Bastos (conv), Terceira Seção, DJ de 18/01/2002, p.29)

Assim sendo, indefiro o pedido de produção de provas testemunhal e pericial.

Dê-se vista à União, para razões finais, consoante despacho de fls. 526.

Brasília-DF, 27 de fevereiro de 2007.

Juíza Federal SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
Relatora Convocada

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 2002.01.00.012673-7/PI
Processo na Origem: 9601390553

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ GONZAGA BARBOSA MOREIRA
AUTOR	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
REU	:	DOMINGOS TELES DE MELO E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	MARIA AMELIA SILVA CAVALCANTE E OUTROS(AS)
REU	:	EDILSON ALMEIDA PINTO E OUTROS(AS)

D E S P A C H O

Intimem-se os executados nos termos do art. 475-J, do CPC, introduzido pela lei nº 11.232/05, para efetuar o pagamento dos honorários advocatícios, conforme determinado no acórdão (fl. 367).

Brasília-DF, 05 de março de 2007.

Desembargador Federal CARLOS OLAVO
Presidente da Primeira Seção

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 2002.01.00.014519-2/MG
Processo na Origem: 199701000204621

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JIRAIR ARAM MEGUERIAN
AUTORA	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADORA	:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
REUS	:	CELSO GREGORIO FRAGA E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	PAULO ROBERTO ALMEIDA BITENCOURT

D E S P A C H O

Intimem-se as partes, no prazo de 10 (dez) dias, para requererem o que de direito.
Brasília-DF, 09 de fevereiro de 2007.

Desembargador Federal CARLOS OLAVO
Presidente da Primeira Seção

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 2003.01.00.002544-5/MG
Processo na Origem: 9401236577

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ GONZAGA BARBOSA MOREIRA
AUTOR	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	ADRIANA DE ALMEIDA MENEZES
REU	:	MARIA HELENA DE OLIVEIRA FELIX
ADVOGADO	:	INES MARGARIDA DE SOUZA

D E S P A C H O

Intimem-se as partes, no prazo de 10 (dez) dias, para requererem o que de direito.
Brasília-DF, 09 de março de 2007.

Desembargador Federal CARLOS OLAVO
Presidente da Primeira Seção

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 2004.01.00.046222-0/MG
Processo na Origem: 9501182606

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ GONZAGA BARBOSA MOREIRA
AUTOR	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	PAULO HENRIQUE CARDOSO
REU	:	MANOEL HONORIO LUCAS E OUTROS(AS)
REU	:	NORIVAL LUIZ CANDIDO E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	WANDER DA SILVA CARDOSO

DESPACHO

Dê-se vista, sucessivamente, a autora e o réu, para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar, querendo, as razões finais.
Após, ao Ministério Público Federal, nos termos do art. 233 do RITRF/1ª Região.
Dil. legais.
Brasília/DF, 12 de fevereiro de 2007.

Des. Federal LUIZ GONZAGA BARBOSA MOREIRA
Relator

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 2004.01.00.060344-8/MG

RELATOR	:	O EXMº. SR. DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MOREIRA ALVES
AUTOR	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC.	:	Maria Paula de Sousa Lima Uchoa Costa
RÉU	:	JOSÉ APARECIDO DE SOUZA E OUTROS (AS)
ADV.	:	Flávio de Souza e silva
RÉU	:	JOSÉ CARMÉLIO FERREIRA E OUTRO (A)

Vistos, etc.

Não havendo outras provas a serem produzidas, e sendo a matéria versada nos autos exclusivamente de direito, encontra-se autorizado, em face do disposto no artigo 491 do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 330, inciso I, do mesmo diploma legal, o julgamento antecipado da lide, sem que se faça necessária, outrossim, a oitiva das partes em razões finais. Abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 10 de abril de 2007.

CARLOS MOREIRA ALVES
Desembargador Federal Relator

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 2005.01.00.007488-0/MG

RELATOR	:	O EXMº. SR. DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MOREIRA ALVES
AUTOR	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC.	:	William César Gomes
RÉU	:	ADÃO DA SILVEIRA LIMA E OUTROS (AS)
ADV.	:	Antônio Carlos Fiuza
RÉU	:	HELENA FERNANDES ROSA
ADV.	:	Antônio Carlos Fiuza

Vistos, etc.

Não havendo outras provas a serem produzidas, e sendo a matéria versada nos autos exclusivamente de direito, encontra-se autorizado, em face do disposto no artigo 491 do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 330, inciso I, do mesmo diploma legal, o julgamento antecipado da lide, sem que se faça necessária, outrossim, a oitiva das partes em razões finais. Abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 10 de abril de 2007.

CARLOS MOREIRA ALVES
Desembargador Federal Relator

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 2005.01.00.019783-9/MG
Processo na Origem: 199701000148743

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ GONZAGA BARBOSA MOREIRA
AUTOR	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	WILLIAM CESAR GOMES
REU	:	JARBAS LOUREIRO DE CARVALHO
ADVOGADO	:	ARTUR LOURENCO FILHO E OUTRO(A)

DESPACHO

Dê-se vista, sucessivamente, ao autor e ao réu, para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar, querendo, as razões finais.
Após, ao Ministério Público Federal, nos termos do art. 233 do RITRF/1ª Região.
Dil. legais
Brasília/DF, 13 de março de 2007.

Des. Federal LUIZ GONZAGA BARBOSA MOREIRA
Relator

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 2005.01.00.054662-0/MG
Processo na Origem: 200138000340716

RELATOR(A) : DESEMBARGADOR FEDERAL ALOÍSIO PALMEIRA LIMA
RELATOR(A) : JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA CONVOCADO(A)
AUTOR : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR: CLAUDIA BAIAO FERNANDES DE FARIA
REU : JOSE RAMOS DE SOUZA E OUTRO(A)
ADVOGADO : ANA LUCIA GONCALVES RODRIGUES

D E S P A C H O

Intimem-se as partes para que apresentem, no prazo sucessivo de 10 (dez) dias, primeiro os autores e depois o réu, suas razões finais.
Brasília, 7 de março de 2007.

Juíza Federal MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA
Relatora Convocada

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 2005.01.00.059267-5/MG

RELATOR	:	O EXMº SR. DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MOREIRA ALVES
AUTOR	:	SÔNIA MARIA DE OLIVEIRA
ADV.	:	Zelidia Esteves
REU	:	UNIÃO FEDERAL - MINISTÉRIO DA DEFESA
PROC.	:	Joaquim Pereira dos Santos

Vistos, etc.

Não havendo outras provas a serem produzidas, e sendo a matéria versada nos autos exclusivamente de direito, encontra-se autorizado, em face do disposto no artigo 491 do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 330, inciso I, do mesmo diploma legal, o julgamento antecipado da lide, sem que se faça necessária, outrossim, a oitiva das partes em razões finais. Abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.
Publique-se.
Intime-se.

Brasília, 10 de abril de 2007.

CARLOS MOREIRA ALVES
Desembargador Federal Relator

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 2005.01.00.060258-7/MG
Processo na Origem: 199901001006970

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ GONZAGA BARBOSA MOREIRA
AUTOR	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	LAURITO RODRIGUES DE ARAUJO
REU	:	MARIA CONCEICAO DE OLIVEIRA BORGES
ADVOGADO	:	LUIZ CLAUDIO FONSECA PEREIRA E OUTRO(A)

DESPACHO

Às partes, para, querendo, especificarem provas, no prazo legal.
Dil.legais.
Brasília, 13 de março de 2007.

Des. Federal LUIZ GONZAGA BARBOSA MOREIRA
Relator

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 2005.01.00.062043-4/MG

RELATOR	:	O EXMº. SR. DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MOREIRA ALVES
AUTOR	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC.	:	Laurito Rodrigues de Araújo
RÉU	:	MARIA APARECIDA DE MELO
ADV.	:	Ricardo Silva

Vistos, etc.

Não havendo outras provas a serem produzidas, e sendo a matéria versada nos autos exclusivamente de direito, encontra-se autorizado, em face do disposto no artigo 491 do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 330, inciso I, do mesmo diploma legal, o julgamento antecipado da lide, sem que se faça necessária, outrossim, a oitiva das partes em razões finais. Abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 10 de abril de 2007.

CARLOS MOREIRA ALVES
Desembargador Federal Relator

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 2005.01.00.064971-3/MG

RELATOR	:	O EXMº. SR. DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MOREIRA ALVES
AUTOR	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC.	:	Cláudia Baião Fernandes de Faria
RÉU	:	GERALDO EUGÊNIO DE BARROS
ADV.	:	Marcos André de Almeida

Vistos, etc.

Não havendo outras provas a serem produzidas, e sendo a matéria versada nos autos exclusivamente de direito, encontra-se autorizado, em face do disposto no artigo 491 do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 330, inciso I, do mesmo diploma legal, o julgamento antecipado da lide, sem que se faça necessária, outrossim, a oitiva das partes em razões finais. Abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 10 de abril de 2007.

CARLOS MOREIRA ALVES
Desembargador Federal Relator

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 2006.01.00.011316-0/RO

RELATOR	:	O EXMº. SR. DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MOREIRA ALVES
AUTOR	:	JOSÉ VICENTE DA SILVA
ADV.	:	Santiago Ramon Gisbert Banus
RÉU	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC.	:	Luiz Reginaldo Fleury Curado

Vistos, etc.

Digam as partes se têm outras provas a produzir, indicando, de logo, a finalidade das mesmas.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 10 de abril de 2007.

CARLOS MOREIRA ALVES
Desembargador Federal Relator

AÇÃO RESCISÓRIA N. 2006.01.00.012113-6/DF

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES
AUTOR	:	FRANCISCO JOSÉ DA CUNHA TRAPIA
ADVOGADO	:	PEDRO AUGUSTO MUSA JULIÃO E OUTRO(A)
RÉU	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	ILDETE DOS SANTOS PINTO

DESPACHO

Especifiquem as partes, no prazo de 10 (dez) dias, as provas que pretendem produzir.
Intimem-se.
Brasília, 12 de março de 2007.

Desembargador Federal Antônio Sávio de Oliveira Chaves
Relator

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 2006.01.00.037756-1/MG

RELATORA	:	EXMª SRª DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA ALVES
AUTORES	:	WANUZZI FINAMORE E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	ANDRÉ LUIZ FARIA DE SOUZA
RÉ	:	UNIÃO FEDERAL
PROCURADOR	:	JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS

D E S P A C H O

Às partes, para especificação de provas, querendo, no prazo legal.
P. e I.
Brasília-DF, 28 de março de 2007.

Desª Federal NEUZA ALVES
Relatora

AÇÃO RESCISÓRIA N. 2006.01.00.038402-9/GO

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES
AUTOR	:	JOSE DA SILVA SOARES
ADVOGADO	:	JOÃO ANTONIO FRANCISCO E OUTRO(A)
RÉU	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	EULINA DE SOUSA BRITO DORNELLES BERNI

DESPACHO

Especifiquem as partes, no prazo de 10 (dez) dias, as provas que pretendem produzir.
Intimem-se.
Brasília, 02 de abril de 2007.

Desembargador Federal Antônio Sávio de Oliveira Chaves
Relator

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 2006.01.00.042451-2/BA
Processo na Origem: 9601134271

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ GONZAGA BARBOSA MOREIRA
AUTOR	:	JOSE DE OLIVEIRA MORAIS E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	JAIRO ANDRADE DE MIRANDA
REU	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO

DESPACHO

Às partes, para, querendo, especificarem provas, no prazo legal.
Dil.legais.
Brasília, 13 de março de 2007.

Des. Federal LUIZ GONZAGA BARBOSA MOREIRA
Relator

AÇÃO RESCISÓRIA Nº. 2007.01.00.006641-4/DF

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ALOÍSIO PALMEIRA LIMA
RELATORA	:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR (CONVOCADA)
AUTOR	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	LUIZ VALLI NETO
RÉU	:	ALMENY MARIA DE AMORIM

D E C I S Ã O

1. O Instituto Nacional do Seguro Social - INSS requer o deferimento de tutela antecipada em ação rescisória proposta com o objetivo de desconstituir acórdão deste Tribunal que julgou procedente pedido de aposentadoria por idade rural.
2. Alega que ao implantar a aposentadoria deferida, verificou que a ré é beneficiária de pensão por morte de seu marido originada de aposentadoria urbana, o que contradiz a qualidade de rurícola do falecido, requisito que serviu como fundamento para concessão do referido beneficio.
3. Requer, pois, a suspensão do processo de execução e do pagamento da pensão.
4. Nos termos do art. 89 do CPC "*A ação rescisória não suspende a execução da sentença rescindenda*", tendo em vista que tal decisão encontra-se protegida pelo manto da coisa julgada. A doutrina tanto quanto a jurisprudência, porém, tem buscado forma de equilibrar a garantia da coisa julgada e a efetividade da prestação jurisdicional, de forma que tem admitido a possibilidade de atribuição de efeito suspensivo à execução, seja por meio de ajuizamento de medida cautelar incidental dirigida ao julgador da ação rescisória ou, até mesmo, como é o caso, de pedido nos autos do próprio processo.
5. O entendimento deste Tribunal é o de permitir a suspensão de julgados rescindendos em casos excepcionais desde que presentes a verossimilhança da alegação e a iminência de dano irreparável ou de difícil reparação ou o abuso de direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu.
6. Decisão que defere aposentadoria por idade rural com base na qualificação de lavrador do marido da ré indicada na certidão de casamento guarda consonância com a jurisprudência, tanto desta Corte, quantos nos demais Tribunais e Cortes Superiores, em sentido contrário ao defendido pela autarquia.
7. Todavia, comprovado que o marido da ré recebe aposentadoria do Instituto Previdenciário na qualidade de trabalhador urbano, deixa de existir a condição que autoriza a concessão do beneficio deferido.
8. Assim, presente a excepcionalidade que autoriza a concessão da medida, defiro a tutela pleiteada.
Cite-se a ré para contestação no prazo de trinta dias.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 7 de março de 2007.

Desembargador Federal ALOÍSIO PALMEIRA LIMA
Relator

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 2007.01.00.010434-2/MG

RELATOR	:	O EXMº. SR. DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MOREIRA ALVES
RELATOR	:	O EXMº. SR. JUIZ FEDERAL IRAN VELASCO NASCIMENTO (CONV.)
AUTOR	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC.	:	Joaquim Pereira dos Santos
RÉU	:	JOÃO BATISTA RODRIGUES CUPERTINO E OUTROS (AS)

Vistos, etc.

Indefiro o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, pois os elementos que instruem a ação rescisória não permitem identificar possibilidade de ocorrência de dano irreparável ou de difícil reparação, até porque a alegada lesão é de conteúdo patrimonial, comportando ressarcimento futuro em caso de o autor vir a obter êxito na pretensão rescisória.
Citem-se os réus para, querendo, contestarem a presente ação rescisória, no prazo de 15 (quinze) dias.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 26 de março de 2007.

IRAN VELASCO NASCIMENTO
Juiz Federal (Convocado)

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 2007.01.00.010883-0/RO

RELATORA	:	EXMª SRª DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA ALVES
AUTOR	:	INSTITUTO BRASISLEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
PROCURADOR	:	WALDEMAR RODRIGUES CHAVES FILHO
RÉU	:	NÉBIO CASARA
ADVOGADO	:	HAMILTON DE FIGUEIREDO SILVA

D E C I S Ã O

Trata-se de ação rescisória, com pedido de antecipação de tutela, para o fim de obstar a execução do julgado nos autos da Ação Ordinária nº 2003.41.00.004024-0/RO, na qual o autor foi condenado ao pagamento das diferenças relativas ao índice de 28,86%, a partir de janeiro de 1993 a 30 de junho de 1998, em favor do réu.
Não vejo como atender a pretensão deduzida pelo autor em sede de cognição sumária, eis que este Tribunal já decidiu que *"(...) 'A eficácia da sentença rescindível é completa, como se não fosse rescindível' (PONTES DE MIRANDA). Salvo hipóteses excepcionais, não ocorrentes na espécie, é incabível a antecipação da tutela no âmbito da ação rescisória, para suspender a execução de sentença"* (AGRAR nº 96.01.37472-8/DF, Rel. p/ Ac. Des. Federal Mário César Ribeiro, DJ/II de 08.09.1997, p. 71.689).
Por outro lado, a jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que, pelo menos à época em que prolatada a sentença - antes da edição da Lei nº 11.280/06 -, a prescrição era matéria acessória em relação ao tema de fundo versado na lide, devendo receber a mesma disciplina que a esse era conferida.
Ademais, no caso em exame, não se pode inferir a presença do receio de lesão irreparável, diante da possibilidade latente de sua reparação futura e específica.
Em face do exposto, indefiro o pedido aqui formulado em sede de cognição sumária.
Cite-se o Réu para resposta, querendo, em 30 (trinta) dias.
P. e I.
Brasília-DF, 29 de março de 2007.

Desª Federal NEUZA ALVES
Relatora

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 2007.01.00.011281-2/MT

RELATOR	:	O EXMº. SR. DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MOREIRA ALVES
RELATOR	:	O EXMº. SR. JUIZ FEDERAL IRAN VELASCO NASCIMENTO (CONV.)
AUTOR	:	ERNESTINA SERAFINA DE ARRUDA DA SILVA E OUTRO (A)
PROC.	:	Rosa Luiza de Souza Carvalho
RÉU	:	UNIÃO FEDERAL
PROC.	:	Joaquim Pereira dos Santos

Vistos, etc.

Indefiro o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, pois os elementos que instruem a ação rescisória não permitem identificar possibilidade de ocorrência de dano irreparável ou de difícil reparação, até porque a alegada lesão é de conteúdo patrimonial, comportando ressarcimento futuro em caso da autora vir a obter êxito na pretensão rescisória.
Emende-se a petição inicial, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da mesma, para se fazer juntar aos autos certidão da publicação da r. sentença rescindenda e de seu trânsito em julgado, na qual conste a data em que veio ele ocorrer.
Publique-se.
Intimem-se.

Brasília, 29 de março de 2007.
IRAN VELASCO NASCIMENTO
Juiz Federal (Convocado)

SEGUNDA SEÇÃO

DESPACHOS/DECISÕES

AÇÃO PENAL Nº 2002.01.00.043696-1/MG

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES
RELATOR CONVOCADO	:	JUIZ FEDERAL SAULO CASALI
AUTOR	:	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADOR	:	CLÉBER EUSTÁQUIO NEVES
RÉU	:	JOSÉ EMÍLIO AMBRÓSIO
ADVOGADOS	:	JANDER JOSÉ TOMAZ E OUTROS

D E S P A C H O

Considerando que o Município de Cachoeira Dourada - MG não é sede de comarca, estando sob a jurisdição da Comarca de Capinópolis-MG, depreque-se a este Juízo a inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa (prazo de 90 dias), ficando revogado o despacho de fl. 519. Da expedição da precatória, intime-se a acusação e a defesa.

Brasília, 1º de fevereiro de 2007.

Juiz Federal SAULO CASALI, Relator Convocado

INQUÉRITO Nº 2006.01.00.001011-7/RR
Processo na Origem:

RELATOR	:	O EXMO. SR. JUIZ TOURINHO NETO
AUTOR	:	JUSTICA PUBLICA
PROCURADOR	:	EDSON DAMAS DA SILVEIRA
INDICIADO	:	PAULO CESAR JUSTO QUARTIERO

D E S P A C H O

Vistos.

1. O plenário do Supremo Tribunal Federal, relator Ministro Sepúlveda Pertence, na sessão de 15 do corrente mês de setembro, por maioria de votos, vencidos os Ministros Eros Grau, Gilmar Mendes e Ellen Gracie, declarou a inconstitucionalidade dos parágrafos 1º e 2º do artigo 84 do Código de Processo Penal, que estabelece foro privilegiado a ex-autoridades processadas por ato de improbidade administrativa, julgando, assim, procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 2797 e 2860), proposta pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) e pela Associação Nacional dos Magistrados (AMB). Acompanharam o relator os Ministros Joaquim Barbosa, Carlos Ayres Britto, Cezar Peluso, Marco Aurélio, Carlos Velloso e Celso de Mello.
2. Na hipótese dos autos, cessado que foi o exercício funcional do agente (Paulo César Justo Quartiero foi cassado do cargo de Prefeito do Município de Paracaima/RR em 15/12/2007, fls. 79), deixou de existir, em face da decisão do Supremo na ADI 2797 e na ADI 2880, a competência deste Tribunal para processar e julgar o feito.
3. Ante o exposto, declino da competência deste Tribunal em favor da Seção Judiciária do Estado a que pertence o município que teve o agente como seu Prefeito.
Proceda-se o encaminhamento dos autos, após a devida baixa.
4. Ciência ao Ministério Público Federal e à defesa.
Brasília, 03 de abril de 2007.

Juiz TOURINHO NETO
Relator

COORDENADORIA DA PRIMEIRA TURMA

PAUTA DE JULGAMENTOS

ADITAMENTO

Determino a inclusão do(s) processo(s) abaixo relacionado(s) na Pauta de Julgamentos do dia 18 de abril de 2007, Quarta-Feira, às 14:00 horas, podendo, entretanto, nessa mesma Sessão ou em Sessões subsequentes, ser julgados os processos adiados ou constantes de Pautas já publicadas.

AC	1998.37.00.000071-9 / MA	(326)
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL SÔNIA DINIZ VIANA (CONV.) RESOLUÇÃO N° 600-022	
APTE:	JOSE CLAUDIO SIQUEIRA MENDES E OUTROS(AS)	
ADV:	MARIO DE ANDRADE MACIEIRA E OUTROS(AS)	
APDO:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
AC	1998.37.00.003616-7 / MA	(327)
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL SÔNIA DINIZ VIANA (CONV.) RESOLUÇÃO N° 600-022	
APTE:	CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DO MARANHAO - CEFET/MA	
PROCUR:	ANTENOR PEREIRA MADRUGA FILHO	
APDO:	SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS NO ESTADO DO MARANHAO - SINDSEP/MA	
ADV:	MARIO DE ANDRADE MACIEIRA E OUTROS(AS)	
AC	1998.38.00.039600-1 / MG	(328)
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL SÔNIA DINIZ VIANA (CONV.) RESOLUÇÃO N° 600-022	
APTE:	ALBERTO ESTEVAM E OUTROS(AS)	
ADV:	DIRCEU ROQUE TOSTES BARBOSA E OUTROS(AS)	
APDO:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
AC	1999.38.01.006289-0 / MG	(329)
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL SÔNIA DINIZ VIANA (CONV.) RESOLUÇÃO N° 600-022	
APTE:	REDE FERROVIARIA FEDERAL S/A	
ADV:	MARCELO JOSE DE CASTRO ESCOBAR E OUTROS(AS)	
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	RENATA GAMBOGI CARDOSO CAMPOS	
APTE:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
APDO:	NILZA CHIERICATO DE CARVALHO E OUTROS(AS)	
ADV:	ELIZABETH ALVES BASTOS	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA 1A VARA DA SUBSECAO JUDICIARIA DE JUIZ DE FORA - MG	

AC 1999.39.00.001864-7 / PA (330)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES
RELATOR: JUÍZA FEDERAL SÔNIA DINIZ VIANA (CONV.) RESOLUÇÃO N° 600-022
APTE: ARIOZINO FURTADO E OUTROS(AS)
ADV: ALBENOR JOSE PASSOS DA CUNHA
APDO: FUNDACAO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL
ADV: MARIA ROSANGELA DA SILVA COELHO DE SOUZA E OUTROS(AS)
APDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: ELIZABETH LOPES FIGUEIREDO

AC 2000.33.00.029282-2 / BA (331)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES
RELATOR: JUÍZA FEDERAL SÔNIA DINIZ VIANA (CONV.) RESOLUÇÃO N° 600-022
APTE: IZABEL DE OLIVEIRA
ADV: ALESSANDRA SALES LOPES FIGUEIREDO E OUTRO(A)
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCUR: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO

AMS 2000.34.00.001985-4 / DF (332)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES
RELATOR: JUÍZA FEDERAL SÔNIA DINIZ VIANA (CONV.) RESOLUÇÃO N° 600-022
APTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: MANOEL ANTONIO CURCINO RIBEIRO
APDO: ELNA DA CONCEICAO PRADO VIANA
ADV: MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO E OUTROS(AS)

AC 2000.34.00.010996-8 / DF (333)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES
RELATOR: JUÍZA FEDERAL SÔNIA DINIZ VIANA (CONV.) RESOLUÇÃO N° 600-022
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
APDO: ASSOCIACAO NACIONAL DOS DELEGADOS DE POLICIA FEDERAL
ADV: JOAO JOSE CURY E OUTRO(A)
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 8A VARA - DF

AMS 2000.34.00.015818-8 / DF (334)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES
RELATOR: JUÍZA FEDERAL SÔNIA DINIZ VIANA (CONV.) RESOLUÇÃO N° 600-022
APTE: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCUR: ANA CLAUDIA FERREIRA PASTORE
APDO: GIRLENE ALVES DE SOUSA E OUTROS(AS)
ADV: GETULIO RIVERA VELASCO CANTANHEDE
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 17A VARA - DF

AMS 2000.37.00.002658-0 / MA (335)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES
RELATOR: JUÍZA FEDERAL SÔNIA DINIZ VIANA (CONV.) RESOLUÇÃO N° 600-022
APTE: LANA RAQUEL BATALHA SERRA
ADV: KARINE KELLY QUEIROZ PAIXAO
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCUR: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO

AC 2001.34.00.007771-3 / DF (336)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES
RELATOR: JUÍZA FEDERAL SÔNIA DINIZ VIANA (CONV.) RESOLUÇÃO N° 600-022
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
APDO: NILCA DA SILVA GUIMARAES
ADV: ANDREIA AVELAR CLEMENTE
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 20A VARA - DF

AC 2001.34.00.011577-7 / DF (337)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES
RELATOR: JUÍZA FEDERAL SÔNIA DINIZ VIANA (CONV.) RESOLUÇÃO N° 600-022
APTE: EULER DA VEIGA DIAS E OUTROS(AS)
ADV: ANA LUCIA ALBUQUERQUE ROCHA AQUINO
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCUR: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO

AMS 2001.34.00.033349-3 / DF (338)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES
RELATOR: JUÍZA FEDERAL SÔNIA DINIZ VIANA (CONV.) RESOLUÇÃO N° 600-022
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
APDO: MARCELO HENRIQUE GANDELMAN
ADV: CYNTHIA MARIA PISKE SILVERIO SOUZA E OUTROS(AS)

AMS 2001.35.00.012479-7 / GO (339)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES
RELATOR: JUÍZA FEDERAL SÔNIA DINIZ VIANA (CONV.) RESOLUÇÃO N° 600-022
APTE: RAIMUNDO NONATO DA SILVA LIMA
ADV: MARIA ISABEL SILVA DIAS E OUTRO(A)
APTE: ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CERES - GO
PROCUR: ANTENOR PEREIRA MADRUGA FILHO
APDO: OS MESMOS
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 4A VARA - GO

AMS 2001.38.00.010802-5 / MG (340)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES
RELATOR: JUÍZA FEDERAL SÔNIA DINIZ VIANA (CONV.) RESOLUÇÃO N° 600-022
APTE: ROGERIO LUIZ BARBOSA
ADV: WALTER JANUARIO DE SOUZA E OUTROS(AS)
APDO: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT
ADV: DEOPHANES ARAUJO SOARES FILHO E OUTROS(AS)
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCUR: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO

AMS 2001.38.00.026447-1 / MG (341)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES
RELATOR: JUÍZA FEDERAL SÔNIA DINIZ VIANA (CONV.) RESOLUÇÃO N° 600-022
APTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
PROCUR: MANOEL FRANCISCO TAVARES E OUTROS(AS)
APDO: JOAO BAPTISTA VILLELA
ADV: FLAVIO DE MENDONCA CAMPOS E OUTROS(AS)
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 14A VARA - MG

REOMS 2001.38.00.034941-9 / MG (342)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES
RELATOR: JUÍZA FEDERAL SÔNIA DINIZ VIANA (CONV.) RESOLUÇÃO N° 600-022
IMPTE: KELLY CHRISTINA CANESSO DE OLIVEIRA AGOSTINI
ADV: PAULO ROBERTO AGOSTINI FILHO
IMPDO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 3A VARA - MG

AMS 2001.39.00.001735-4 / PA (343)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES
RELATOR: JUÍZA FEDERAL SÔNIA DINIZ VIANA (CONV.) RESOLUÇÃO N° 600-022
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
APDO: MARIA JOSE BORGES DAMASCENO
ADV: ROSELY DO SOCORRO PRADO CALDAS
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 5A VARA - PA

AC 2002.01.00.010826-6 / MG (344)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES
RELATOR: JUÍZA FEDERAL SÔNIA DINIZ VIANA (CONV.) RESOLUÇÃO N° 600-022
APTE: AURETTE SIQUEIRA DE OLIVEIRA E OUTROS(AS)
ADV: CARLOS VICTOR MUZZI E OUTRO(A)
APDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: ROGER LIMA DE MOURA

AMS 2002.01.00.027815-5 / BA (345)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES
RELATOR: JUÍZA FEDERAL SÔNIA DINIZ VIANA (CONV.) RESOLUÇÃO N° 600-022
APTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES FEDERAIS EM SAUDE E PREVIDENCIA DO ESTADO DA BAHIA - SINDPREV/BA
ADV: JAYME NELITO COY FILHO E OUTROS(AS)
APDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: PEDRO LACERDA

AC 2002.01.00.040402-6 / MG (346)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES
RELATOR: JUÍZA FEDERAL SÔNIA DINIZ VIANA (CONV.) RESOLUÇÃO N° 600-022
APTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: CRISTIANE MENDONCA LAGE
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
APTE: REDE FERROVIARIA FEDERAL S/A - RFFSA
PROCUR: JOYCE BATALHA BARROCA
APDO: DAVINA FERREIRA DOS SANTOS
ADV: ELIZABETH IMACULADA MOREIRA E OUTROS(AS)
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 17A VARA - MG

REOMS 2002.30.00.001450-5 / AC (347)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES
RELATOR: JUÍZA FEDERAL SÔNIA DINIZ VIANA (CONV.) RESOLUÇÃO N° 600-022
IMPTE: CICERO PEREIRA DA SILVA
ADV: CICERO PEREIRA DA SILVA
IMPDO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - UFAC
PROCUR: ANTENOR PEREIRA MADRUGA FILHO
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 3A VARA - AC

AMS 2002.32.00.003538-3 / AM (348)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES
RELATOR: JUÍZA FEDERAL SÔNIA DINIZ VIANA (CONV.) RESOLUÇÃO N° 600-022
APTE: CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DO AMAZONAS - CEFET/AM
PROCUR: MARIA AUXILIADORA DE PAULA BRAZ
APDO: FRANCISCA NEUZA RODRIGUES DA SILVEIRA E OUTROS(AS)
ADV: JOUSE CAMPOS SCHRODER E OUTRO(A)
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 4A VARA - AM

AMS 2002.33.00.020550-0 / BA (349)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES
RELATOR: JUÍZA FEDERAL SÔNIA DINIZ VIANA (CONV.) RESOLUÇÃO N° 600-022
APTE: HILDA FELIX DE FREITAS
ADV: ULYSSES CALDAS PINTO NETO E OUTROS(AS)
APDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: RICARDO RIBEIRO DA ROCHA

AMS 2002.34.00.000871-2 / DF (350)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES
RELATOR: JUÍZA FEDERAL SÔNIA DINIZ VIANA (CONV.) RESOLUÇÃO N° 600-022
APTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: FELIPE TAVARES SEIXAS
APDO: CASSIO RODOLFO MENEZES SILVA
ADV: CLAUDIA DANIELA DE FREITAS SILVEIRA FRANCO
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 8A VARA - DF

AC	2002.34.00.001038-3 / DF	(351)
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL SÔNIA DINIZ VIANA (CONV.) RESOLUÇÃO N° 600-022	
APTE:	EULLER DA VEIGA DIAS E OUTROS(AS)	
ADV:	ANA LUCIA ALBUQUERQUE ROCHA AQUINO	
APDO:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
REOMS	2002.34.00.005045-9 / DF	(352)
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL SÔNIA DINIZ VIANA (CONV.) RESOLUÇÃO N° 600-022	
IMPTE:	MILTON SOARES DE LACERDA	
ADV:	MOACYR AMANCIO DE SOUZA E OUTROS(AS)	
IMPDO:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA 16A VARA - DF	
AMS	2002.34.00.005047-6 / DF	(353)
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL SÔNIA DINIZ VIANA (CONV.) RESOLUÇÃO N° 600-022	
APTE:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
APDO:	ROBERTO VALEIKO FILHO	
ADV:	MOACYR AMANCIO DE SOUZA E OUTROS(AS)	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA 7A VARA - DF	
AMS	2002.34.00.007823-2 / DF	(354)
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL SÔNIA DINIZ VIANA (CONV.) RESOLUÇÃO N° 600-022	
APTE:	BARTHOLOMEU TORRES TROCCOLI	
ADV:	ROMULO SULZ GONSALVES JUNIOR E OUTROS(AS)	
APDO:	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA - FUB	
PROCUR:	PAULO ENEAS DA SILVA PARANHOS NERIS E OUTROS(AS)	
AMS	2002.34.00.031337-2 / DF	(355)
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL SÔNIA DINIZ VIANA (CONV.) RESOLUÇÃO N° 600-022	
APTE:	LINDA BARNES SMALL	
ADV:	UBIRAJARA ARRAIS DE AZEVEDO E OUTROS(AS)	
APDO:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
AC	2002.35.00.002701-9 / GO	(356)
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL SÔNIA DINIZ VIANA (CONV.) RESOLUÇÃO N° 600-022	
APTE:	PAULO ALVES DE OLIVEIRA	
ADV:	JOSE CAMPOS E OUTRO(A)	
APDO:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	JOSE DE OLIVEIRA	
AMS	2002.36.00.001258-3 / MT	(357)
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL SÔNIA DINIZ VIANA (CONV.) RESOLUÇÃO N° 600-022	
APTE:	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	
PROCUR:	ANTENOR PEREIRA MADRUGA FILHO	
APDO:	MARIA CRISTINA DE CARVALHO SOUSA LIMA PILONI	
ADV:	ELENI ALVES PEREIRA	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA 3A VARA - MT	
AMS	2002.36.00.005405-6 / MT	(358)
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL SÔNIA DINIZ VIANA (CONV.) RESOLUÇÃO N° 600-022	
APTE:	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	
PROCUR:	DEOMAR AFONSO	
APDO:	ACY CASTRILLON FERREIRA	
ADV:	ELENI ALVES PEREIRA	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA 1A VARA - MT	
REOMS	2002.38.00.000188-0 / MG	(359)
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL SÔNIA DINIZ VIANA (CONV.) RESOLUÇÃO N° 600-022	
IMPTE:	JOSE OSVALDO DE ARAUJO	
ADV:	JOSE OSVALDO DE ARAUJO	
IMPDO:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	SERGIO AUGUSTO VECCHIO SALOMON	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA 29A VARA - MG	
AMS	2002.38.00.010695-0 / MG	(360)
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL SÔNIA DINIZ VIANA (CONV.) RESOLUÇÃO N° 600-022	
APTE:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
APDO:	WANDER VALENTIM RODRIGUES	
ADV:	RENATO DE MAGALHAES	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA 21A VARA - MG	
AMS	2002.38.00.025635-7 / MG	(361)
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL SÔNIA DINIZ VIANA (CONV.) RESOLUÇÃO N° 600-022	
APTE:	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	
PROCUR:	ANTENOR PEREIRA MADRUGA FILHO	
APDO:	CLAUDIA APARECIDA MARLIERI DE LIMA E OUTROS(AS)	
ADV:	JOAQUIM JOSE DE OLIVEIRA SILVA E OUTROS(AS)	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA 8A VARA - MG	
AMS	2002.38.00.025795-5 / MG	(362)
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL SÔNIA DINIZ VIANA (CONV.) RESOLUÇÃO N° 600-022	
APTE:	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	
PROCUR:	ANTENOR PEREIRA MADRUGA FILHO	
APDO:	NEWTON SOUZA GOMES E OUTROS(AS)	
ADV:	ANDRE VICENTE LEITE DE FREITAS E OUTROS(AS)	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA 16A VARA - MG	
AMS	2002.38.00.051897-8 / MG	(363)
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL SÔNIA DINIZ VIANA (CONV.) RESOLUÇÃO N° 600-022	
APTE:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
APDO:	ANTONIO MARQUES PAZOS	
ADV:	FLORA MARQUES PAZOS	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA 19A VARA - MG	
AC	2002.38.02.001262-0 / MG	(364)
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL SÔNIA DINIZ VIANA (CONV.) RESOLUÇÃO N° 600-022	
APTE:	EMILIA LEAO PEREIRA	
ADV:	EURIPEDES FELIX FILHO	
APDO:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	JOSE MAURO BARBOSA	
AMS	2002.38.02.002152-6 / MG	(365)
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL SÔNIA DINIZ VIANA (CONV.) RESOLUÇÃO N° 600-022	
APTE:	JOAO BATISTA VELOSO E OUTROS(AS)	
ADV:	JACIANA APARECIDA MARTINS	
APDO:	FACULDADE DE MEDICINA DO TRIANGULO MINEIRO	
PROCUR:	ANTENOR PEREIRA MADRUGA FILHO	
AMS	2002.38.02.002165-0 / MG	(366)
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL SÔNIA DINIZ VIANA (CONV.) RESOLUÇÃO N° 600-022	
APTE:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
APTE:	FACULDADE DE MEDICINA DO TRIANGULO MINEIRO	
PROCUR:	ANTENOR PEREIRA MADRUGA FILHO	
APDO:	JOAO FRANCISCO NAVES JUNQUEIRA E OUTROS(AS)	
ADV:	ARNALDO SILVA	
AMS	2002.38.03.001078-8 / MG	(367)
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL SÔNIA DINIZ VIANA (CONV.) RESOLUÇÃO N° 600-022	
APTE:	LUCIMAR BELLO PEREIRA FRANGE	
ADV:	ANTONIO SEVERINO MUNIZ	
APDO:	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA - UFU	
ADV:	NEUSA BASTOS SANTANA	
REO	2003.01.99.008856-9 / MG	(368)
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL SÔNIA DINIZ VIANA (CONV.) RESOLUÇÃO N° 600-022	
AUTOR:	RAIMUNDA BARBOSA DA SILVA	
ADV:	ADRIANO STANLEY ROCHA SOUZA E OUTROS(AS)	
REU:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	MARIA AUXILIADORA NEIVA ALVIM	
REMTE:	JUIZO DE DIREITO DA 1A VARA CIVEL DA COMARCA DE BETIM - MG	
REOMS	2003.34.00.003796-0 / DF	(369)
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL SÔNIA DINIZ VIANA (CONV.) RESOLUÇÃO N° 600-022	
IMPTE:	AMILSON MELO SANTOS	
PROCUR:	JOSE RODRIGUES BONFIM	
IMPDO:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA 22A VARA - DF	
AMS	2003.34.00.013099-8 / DF	(370)
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL SÔNIA DINIZ VIANA (CONV.) RESOLUÇÃO N° 600-022	
APTE:	MARIA HOZANA BRAGA PALMA	
ADV:	DAVID ODISIO HISSA E OUTRO(A)	
APDO:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
AC	2004.38.02.005328-3 / MG	(371)
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL SÔNIA DINIZ VIANA (CONV.) RESOLUÇÃO N° 600-022	
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	VICENTE DE PAULO CUNHA BRAGA	
APDO:	ALTAIR FONSECA SILVA	
ADV:	SIRLEI ALVES DE ABREU E OUTRO(A)	
REO	2005.38.04.003470-6 / MG	(372)
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL SÔNIA DINIZ VIANA (CONV.) RESOLUÇÃO N° 600-022	
AUTOR:	JOAO LUIZ DE OLIVEIRA	
ADV:	FRED WILLIAMS COUTO E OUTRO(A)	
REU:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	HELIO PEREIRA LIMA	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA SUBSECAO JUDICIARIA DE PASSOS - MG	

AC 2006.01.99.002326-7 / MG (373)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES
RELATOR: JUIZ FEDERAL MIGUEL ÂNGELO ALVARENGA LOPES (CONV.) RESOLUÇÃO N° 600-022
APTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: JOAO GABRIEL ISAAC
APDO: MARGARIDA ARANTES DAMASCENO
ADV: JULGACY JOSE GONCALVES

AC 2006.01.99.006414-2 / MG (374)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO
APTE: ANA CUSTODIA DE ALMEIDA E SILVA
ADV: CLAUDIO MARQUES DE PAULA
APTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: SOLANGE APARECIDA DE PADUA PENHA
APDO: OS MESMOS

AC 2006.01.99.014236-9 / MG (375)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO
APTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: FLAVIA MIRANDA DE RESENDE
APDO: TEREZA MARTIN RENNO
ADV: ALESSANDRA GOMES VARISCO

AC 2006.01.99.037170-7 / GO (376)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO
APTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: EULINA DE SOUSA BRITO DORNELLES BERNI
APDO: NOE SEBASTIAO MARQUES
ADV: JOAO ANTONIO FRANCISCO E OUTROS(AS)

AC 2006.01.99.043052-2 / MG (377)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO
APTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: CALIMERIO CARVALHO NETO
APDO: MARIA APARECIDA DE SOUZA
ADV: ODAIR ANDRADE E OUTRO(A)
REMTE: JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE MONTE BELO - MG

AC 2006.01.99.044617-1 / MT (378)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO
APTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: DILSON FERREIRA PEDROSA FILHO
APDO: APARECIDA TURATI LEAO
ADV: MANOEL FRANCISCO DA SILVA
REMTE: JUIZO DE DIREITO DA 3A VARA CIVEL DA COMARCA DE COLIDER - MT

AC 2006.01.99.045039-4 / GO (379)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO
APTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: WILMAR PEREIRA GONCALVES
APDO: TEREZINHA DOS SANTOS SILVA
ADV: CARLOS ROBERTO DOS SANTOS OKAMOTO E OUTROS(AS)

AC 2006.33.06.000113-3 / BA (380)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO
APTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: WAGNO J F DE SOUZA GUERRA
APDO: QUITERIA MARIA DA SILVA
ADV: MANOEL DA SILVA

AC 2007.01.99.000972-9 / MG (381)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES
RELATOR: JUÍZA FEDERAL SÔNIA DINIZ VIANA (CONV.) RESOLUÇÃO N° 600-022
APTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: SOLANGE APARECIDA DE PADUA PENHA
APDO: GERALDA DE SOUSA
ADV: VIVIANE MARIA PEREIRA TEIXEIRA

AC 2007.01.99.001187-6 / GO (382)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO
APTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: LEONIDAS CANDIDO MACHADO
APDO: JOSE FERREIRA DA SILVA
ADV: MAURO HENRIQUE CASSEB FINATO E OUTROS(AS)
REMTE: JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE JOVIANIA - GO

AC 2007.01.99.002328-8 / MG (383)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO
APTE: DALVA LUCIA DA COSTA
ADV: ATTILIO MARIANO SAWAZACHI DE AVILA
APDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: MARLENE MARIANO DA SILVA
REMTE: JUIZO DE DIREITO DA 3A VARA CIVEL DA COMARCA DE TRES CORACOES - MG

AC 2007.01.99.002382-2 / MT (384)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO
APTE: ANADIR DUFFECK DE OLIVEIRA
ADV: MOACIR JESUS BARBOZA E OUTROS(AS)
APDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: ANA DA SILVA CASTANHO MAX

AC 2007.01.99.002544-2 / MT (385)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO
APTE: JOAO BATISTA DE SOUZA
ADV: EDILAINE MATCHIL MACHADO DA SILVA
APDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: DILSON FERREIRA PEDROSA FILHO

AC 2007.01.99.002583-0 / GO (386)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO
APTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: LUZMAR MARTINS DAMACENA
APDO: ODETE SEBASTIANA DE OLIVEIRA
ADV: JOAO ANTONIO FRANCISCO E OUTRO(A)

AC 2007.01.99.002602-6 / GO (387)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO
APTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: LUZMAR MARTINS DAMACENA
APDO: MARIA TAVARES DE ANDRADE
ADV: JOAO ANTONIO FRANCISCO E OUTRO(A)

AC 2007.01.99.002784-7 / GO (388)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO
APTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: LEONIDAS CANDIDO MACHADO
APDO: LAZARA LEMES DA SILVA
ADV: MAURO HENRIQUE CASSEB FINATO E OUTROS(AS)
REMTE: JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE BURITI ALEGRE

AC 2007.01.99.003812-3 / MG (389)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO
APTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: CALIMERIO CARVALHO NETO
APDO: MARIA ANTONIETA GOMES DE OLIVEIRA
ADV: ATTILIO MARIANO SAWAZACHI DE AVILA

AC 2007.01.99.003839-4 / MG (390)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO
APTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: HAMILTON OLIVEIRA LEITE
APDO: GERALDA GONCALVES DE CARVALHO
ADV: GISLAINE APARECIDA DOS SANTOS E OUTROS(AS)
REMTE: JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE NOVA PONTE-MG

AC 2007.01.99.004060-6 / MT (391)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO
APTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: CESAR IRINEU O DA CONCEICAO
APDO: NILCE FERREIRA NUNES DA FONSECA
ADV: REYNALDO BOTELHO DA FONSECA ACCIOLY JUNIOR E OUTRO(A)

AC 2007.01.99.004183-4 / GO (392)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO
APTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: FRANCISCO GOMES NETO
APDO: DIONIZIO JOSE DE SOUZA
ADV: MARCIO EMERSON ALVES PEREIRA E OUTROS(AS)

AC 2007.01.99.004680-2 / GO (393)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO
APTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: GEORGE HARRISON DOS SANTOS NERY
APDO: JUVENIL INACIO MONTIJO
ADV: JOAO BATISTA DE MATOS AZEVEDO E OUTRO(A)
REMTE: JUIZO DE DIREITO DA 2A VARA CIVEL E FAZENDAS PUBLICAS DA COMARCA DE FORMOSA - GO

AC 2007.01.99.008073-3 / MG (394)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO
APTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: MARIA DAS DORES GARCIA DE OLIVEIRA
APDO: MARIA BARNABE GOMES DE LIMA
ADV: ABDILATIF MAHAMED TUFAILE E OUTROS(AS)
REMTE: JUIZO DE DIREITO DA 2A VARA CIVEL DA COMARCA DE FRUTAL - MG

AC 2007.01.99.008086-7 / MG (395)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO
APTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: CLELIO ANTONIO NEVES
APDO: JOSEFA LUIZA GONCALVES BORGES
ADV: OLIVIA MARIA NAHASS FRANCO DE SOUSA E OUTRO(A)

AC 2007.01.99.008101-9 / MG (396)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO
APTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: MARIA DAS DORES GARCIA DE OLIVEIRA
APDO: MARIA TEREZINHA USTULIN
ADV: ABDILATIF MAHAMED TUFAILE E OUTROS(AS)
REMTE: JUIZO DE DIREITO DA 2A VARA CIVEL DA COMARCA DE FRUTAL - MG

AC 2007.01.99.008137-9 / MG (397)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO
APTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: CLELIO ANTONIO NEVES
APDO: FABRICIANO BERNARDES DA SILVA
ADV: JOSE CANDIDO DUTRA JUNIOR E OUTRO(A)

AC 2007.01.99.009269-7 / GO (398)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO
APTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: JOSE MARIA RICARDO
APDO: USULA DE SOUZA SANTOS
ADVDATIVO: JOAO BATISTA DE MATOS AZEVEDO E OUTRO(A)
REMTE: JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE ALEXANIA - GO

Brasília, 10 de abril de 2007.

Desembargador Federal JOSÉ AMILCAR MACHADO
Presidente

COORDENADORIA DA SEGUNDA TURMA

ATA DE JULGAMENTOS

ATA DA 58ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 18 DE OUTUBRO DE 2006

Presidente(s) da Sessão: Exmo(a.) Sr(a). Dr(a). DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA
Proc. Reg. da República: Exmo(a). Sr(a).: PAULO DE SOUZA QUEIROZ
Secretário(a): KÁTIA MARIA SOARES FREIRE
Às quatorze horas, presentes os Exmos. Srs. Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima e Desembargadores Federais Convocados Iran Velasco Nascimento e Mônica Neves Aguiar da Silva, convocados nos termos da Resolução nº 600-022, de 05 de agosto de 2005, foi aberta a Sessão.
Ausentes, eventualmente, o Exmo. Sr. Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima e, por motivo de férias, o Exmo. Sr. Desembargador Federal Carlos Moreira Alves.
Lida e não impugnada foi aprovada a Ata da Sessão anterior.

JULGAMENTOS

AMS	96.01.15974-6 / DF	(399)
APTE:	JOSE OLESKOVICZ	
ADV:	ALEXANDRE AUGUSTO MOREIRA COSTA E OUTROS(AS)	
APDO:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
RELATOR:	JUIZ FEDERAL IRAN VELASCO NASCIMENTO (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação, nos termos do voto do Relator."

AC	96.01.23660-0 / DF	(400)
APTE:	ELIZABETH SOBRAL FAGUNDES	
ADV:	AMELIA MARIA JUNGER CESTARI	
APDO:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
RELATOR:	JUIZ FEDERAL IRAN VELASCO NASCIMENTO (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação, nos termos do voto do Relator."

AC	96.01.35214-7 / GO	(401)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	TEREZINHA PUPULIN ROCHA	
APDO:	TEREZINHA BENTO ANDRADE	
ADV:	MARLI DE ANDRADE RIBEIRO E OUTROS(AS)	
RELATOR:	JUIZ FEDERAL IRAN VELASCO NASCIMENTO (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial à Apelação e à Remessa Oficial, tida como interposta, nos termos do voto do Relator."
- Sustentou pela Apelada o Dr. Ricardo Quintas Carneiro.

AMS	96.01.43706-1 / DF	(402)
APTE:	INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO - EMBRATUR	
PROCUR:	ANTONIO ROBERTO BASSO	
APDO:	ANTONIO JOSE MOREIRA DE CAMPOS	
ADV:	CESAR AUGUSTO DE SOUZA CARVALHO E OUTROS(AS)	
RELATOR:	JUIZ FEDERAL IRAN VELASCO NASCIMENTO (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação e deu provimento parcial à Remessa Oficial, tida como interposta, nos termos do voto do Relator."

AC	96.01.50261-0 / DF	(403)
APTE:	ODAIR PEREIRA LIMA E OUTROS(AS)	
ADV:	INACIO VALERIO DE SOUZA E OUTROS(AS)	
APDO:	UNIAO FEDERAL (AERONAUTICA)	
PROCUR:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
RELATOR:	JUIZ FEDERAL IRAN VELASCO NASCIMENTO (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação, nos termos do voto do Relator."

AC	96.01.56357-1 / DF	(404)
APTE:	MARIA CLAUDETE DE PAIVA FERNANDES ALMEIDA	
ADV:	AURO VIDIGAL DE OLIVEIRA E OUTROS(AS)	
APDO:	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA	
PROCUR:	CARMINA FERREIRA CAMPOS VIEIRA	
RELATOR:	JUIZ FEDERAL IRAN VELASCO NASCIMENTO (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação, nos termos do voto do Relator."

AMS	1997.01.00.033828-3 / DF	(405)
APTE:	VLADEMIR CAMPOS REBOUCAS E OUTRO(A)	
ADV:	EVILASIO YEHOSHUA ORENSTEIN DE ARAUJO COHEN E OUTRO(A)	
APDO:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
RELATOR:	JUIZ FEDERAL IRAN VELASCO NASCIMENTO (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação, nos termos do voto do Relator."

AC	1998.01.00.001223-8 / BA	(406)
APTE:	ROSALVINA DAS NEVES ALVES	
ADV:	FERNANDO DE CASTRO VASCONCELLOS	
APDO:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	JOSE LEONIDAS PARAIZO LEITE	
RELATOR:	JUIZ FEDERAL IRAN VELASCO NASCIMENTO (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento à Apelação, nos termos do voto do Relator."

AC	1998.01.00.089916-9 / MG	(407)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	MARIA HELENA DE CARVALHO	
APDO:	EUCLIDES MARTINS PROCK	
ADV:	JOSE CUPERTINO FERRAZ	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial à Apelação e à Remessa Oficial, tida como interposta, nos termos do voto da Relatora."

AMS	1998.01.00.096017-2 / DF	(408)
APTE:	LUIS HUMBERTO MIRANDA MARTINS PEREIRA E OUTROS(AS)	
ADV:	PEDRO SAMPAIO DE LACERDA NETO E OUTRO(A)	
APDO:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
APDO:	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA - FUB	
PROCUR:	LUIZ CARLOS DE SOUZA	
RELATOR:	JUIZ FEDERAL IRAN VELASCO NASCIMENTO (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento à Apelação, nos termos do voto do Relator."

AC	1998.01.00.097354-9 / DF	(409)
APTE:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
APDO:	MARIA LUCIA TEIXEIRA BRAGA DE ANDRADE E OUTROS(AS)	
ADV:	JOSE FERREIRA DA SILVA E OUTRO(A)	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA 16A VARA - DF	
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL ALOÍSIO PALMEIRA LIMA	

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : União Federal
Proc : Dra. Hélia Maria de Oliveira Bettero
Embdo : o v. Acórdão de fls.

"A Turma, à unanimidade, rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator."

AC	1999.38.00.018168-5 / MG	(410)
APTE:	WILMA RODRIGUES DE OLIVEIRA	
ADV:	NICOLE ROMEIRO TAVEIROS E OUTROS(AS)	
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	GUILHERME ESTRADA RODRIGUES	
APDO:	OS MESMOS	
APDO:	CLELIA MARTINS DE ALMEIDA	
ADV:	GETULIO BARBOSA DE QUEIROZ E OUTROS(AS)	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA 18A VARA - MG	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, rejeitou a preliminar argüida, negou provimento à Apelação do Réu e à Remessa Oficial e deu provimento parcial à Apelação da Ré Wilma Rodrigues de Oliveira, nos termos do voto da Relatora."

AC	1999.34.00.037619-0 / DF	(411)
APTE:	LEONEL CAVALCANTE FERREIRA	
ADV:	MARIA BEATRIZ CASTILHO E OUTROS(AS)	
APDO:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : Leonel Cavalcante Ferreira
Adv : Dr
Embte : União Federal
Proc : Dra. Hélia Maria de Oliveira Bettero
Embdo : o v. Acórdão de fls.

RETIFICAÇÃO DE JULGAMENTO DA SESSÃO DE 16.10.2006.

"A Turma, à unanimidade, em retificação de julgamento, rejeitou ambos os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora."

AC	1999.01.00.092960-7 / DF	(412)
APTE:	ASSOCIACAO NACIONAL DOS PROCURADORES DA PREVIDENCIA SOCIAL-ANPREV	
ADV:	ANTONIO TORREAO BRAZ FILHO E OUTRO(A)	
APDO:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	RICARDO MOURAO PEREIRA	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : Associação Nacional dos Procuradores da Previdência Social - ANPREV
Adv : Dr. Antônio Torreão Braz Filho e outro
Embdo : o v. Acórdão de fls.

"A Turma, à unanimidade, rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator."

AC	2000.36.00.004654-4 / MT	(413)
APTE:	ALVINO EVANGELISTA DO CARMO E OUTROS(AS)	
ADV:	MARCOS BIZARRIA INEZ DE ALMEIDA	
APDO:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	ALLAN JOSE METELLO DE SIQUEIRA	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação, nos termos do voto da Relatora."

AMS	2000.34.00.005756-0 / DF	(414)
APTE:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
APDO:	HELIO PASSARINI E OUTRO(A)	
ADV:	AMARIO CASSIMIRO DA SILVA E OUTROS(AS)	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA 16A VARA - DF	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação e à Remessa Oficial, nos termos do voto da Relatora."

AC	2000.38.03.005920-3 / MG (AG 200101000323681/MG)	(415)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	FOUAD DEGANI MIKHAIL	
APDO:	MARIA JACIRA CAMPOS SILVA	
ADV:	KARINA AMZALAK PEREIRA MAGALHAES E OUTROS(AS)	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA 3A VARA DA SUBSECAO JUDICIARIA DE UBERLANDIA - MG	
RELATOR:	JUIZ FEDERAL IRAN VELASCO NASCIMENTO (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação e deu provimento parcial à Remessa Oficial, nos termos do voto do Relator."

AC	2000.34.00.019028-2 / DF (AC 199701000108654/DF)	(416)
APTE:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
APDO:	ARMELINDO JOSE CANDIDO E OUTROS(AS)	
ADV:	UBIRAJARA ARRAIS DE AZEVEDO	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : União Federal
Proc : Dra. Hélia Maria de Oliveira Bettero
Embdo : o v. Acórdão de fls. 294/301

"A Turma, à unanimidade, rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator."

AC	2000.33.00.030380-7 / BA	(417)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	RUYTER DOURADO	
APDO:	FABRICIANO DA SILVA E OUTRO(A)	
ADV:	GOYA LAMARTINE DA COSTA E SILVA E OUTROS(AS)	
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL ALOÍSIO PALMEIRA LIMA	

"Após o voto do Relator, dando provimento à Apelação e à Remessa Oficial, tida como interposta, pediu vista a Desembargadora Federal Neuza Maria Alves da Silva. Aguarda o Desembargador Federal Convocado Iran Velasco Nascimento."

REO	2000.01.00.034874-7 / GO	(418)
AUTOR:	NATAL DE BRITO	
ADV:	PEDRO AUGUSTO DE SOUZA	
REU:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	DEUSMARY RODRIGUES CAMPOS DONA	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA 7A VARA - GO	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : Natal de Brito
Adv : Dra. Eliane Cristina Pestana
Embdo : o v. Acórdão de fls. 118/122

"A Turma, à unanimidade, rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora."

REO	2000.01.00.034874-7 / GO	(419)
AUTOR:	NATAL DE BRITO	
ADV:	PEDRO AUGUSTO DE SOUZA	
REU:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	DEUSMARY RODRIGUES CAMPOS DONA	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA 7A VARA - GO	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : Natal de Brito
Adv : Dra. Eliane Cristina Pestana
Embdo : o v. Acórdão de fls. 118/122

"A Turma, à unanimidade, rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora."

AMS	2000.01.00.055827-3 / DF	(420)
APTE:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
APDO:	RITA CASSIA MILHOMEN SOUZA E OUTROS(AS)	
ADV:	BEATRIZ NACHTIGALL BACCI	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA 6A VARA - DF	
RELATOR:	JUIZ FEDERAL IRAN VELASCO NASCIMENTO (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, não conheceu da Apelação e deu provimento à Remessa Oficial, nos termos do voto do Relator."

REO	2000.01.00.056176-1 / AM	(421)
AUTOR:	FRANCISCO DAS CHAGAS BEZERRA	
ADV:	GILVAN SIMOES PIRES DA MOTTA	
REU:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA 1A VARA - AM	
RELATOR:	JUIZ FEDERAL IRAN VELASCO NASCIMENTO (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, negou provimento à Remessa Oficial, nos termos do voto do Relator."

AC	2000.01.00.063834-2 / MG	(422)
APTE:	HELIANE APARECIDA DINIZ RIBEIRO	
ADV:	INIS FATIMA DE PAULA E OUTROS(AS)	
APDO:	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG	
PROCUR:	ANTONIO ROBERTO BASSO	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação, nos termos do voto da Relatora."

AC	2000.01.00.065554-4 / MG	(423)
APTE:	FRANCISCO FERRAZ MONTEIRO FILHO	
ADV:	ALLAN HELBER DE OLIVEIRA E OUTROS(AS)	
APDO:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
RELATOR:	JUIZ FEDERAL IRAN VELASCO NASCIMENTO (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial à Apelação, nos termos do voto do Relator."

AC	2000.01.00.085174-0 / DF	(424)
APTE:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
APDO:	ALCINA ABRANTES DA SILVA	
ADV:	MARIA ANTONIETA TOSETTO E OUTRO(A)	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA 17A VARA - DF	
RELATOR:	JUIZ FEDERAL IRAN VELASCO NASCIMENTO (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial à Apelação e à Remessa Oficial, nos termos do voto do Relator."

AC	2000.34.00.090110-2 / DF (AG 200001000964732/DF)	(425)
APTE:	FRANKLIN DELANO DE OLIVEIRA DORNELLES E OUTROS(AS)	
ADV:	JOSE GOMES DE MATOS FILHO	
APTE:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
APDO:	OS MESMOS	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	

"A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação da Ré e, por maioria, vencido, em parte, o Desembargador Federal Convocado Iran Velasco Nascimento, que dava provimento, em menor extensão, à Apelação dos Autores, a ela deu provimento, nos termos do voto da Relatora."

AC	2000.01.00.101048-7 / MG	(426)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	MARIA HELENA DE CARVALHO	
APDO:	LEOLINO FONSECA DE OLIVEIRA	
ADV:	JOAQUIM LOURENCO MARTINS E OUTROS(AS)	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA 28A VARA - MG	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial à Apelação e à Remessa Oficial, nos termos do voto da Relatora."

AC	2001.37.00.004520-6 / MA	(427)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	ANTONIA FRANCISCA SOARES BARROSO MAIA	
APDO:	ADAUTO CASTRO DE ABREU	
ADV:	JULIO CESAR MARQUES E OUTRO(A)	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA 5A VARA - MA	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	

"A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação e deu provimento parcial à Remessa Oficial, nos termos do voto da Relatora."

AC	2001.40.00.006237-0 / PI	(428)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	JOAQUIM COELHO PEREIRA	
APDO:	MARIA NILDES DE SAMPAIO CARVALHO	
ADV:	EGILDA ROSA CASTELO BRANCO ROCHA	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA 2A VARA - PI	
RELATOR:	JUIZ FEDERAL IRAN VELASCO NASCIMENTO (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação e deu provimento parcial à Remessa Oficial, nos termos do voto do Relator."

REO	2001.33.00.009668-4 / BA	(429)
AUTOR:	JOSENICE ALMEIDA FIGUEREDO	
ADV:	SILVIA NASCIMENTO CARDOSO DOS SANTOS CERQUEIRA	
REU:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	NOREVALDO CARVALHO MOREIRA DE SOUZA	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA 12A VARA - BA	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial à Remessa Oficial, nos termos do voto da Relatora."

AG	2001.01.00.010528-4 / DF (AC 199701000490094/DF)	(430)
AGRTE:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
AGRDO:	GEHOVAH PEREIRA MACEDO E OUTROS(AS)	
ADV:	FERNANDO FREIRE DIAS E OUTROS(AS)	
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL ALOÍSIO PALMEIRA LIMA	

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : União Federal
Proc : Dra. Hélia Maria de Oliveira Bettero
Embdo : o v. Acórdão de fls. 61/68

"A Turma, à unanimidade, rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator."

AG	2001.01.00.010528-4 / DF (AC 199701000490094/DF)	(431)
AGRTE:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
AGRDO:	GEHOVAH PEREIRA MACEDO E OUTROS(AS)	
ADV:	FERNANDO FREIRE DIAS E OUTROS(AS)	
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL ALOÍSIO PALMEIRA LIMA	

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : União Federal
Proc : Dra. Hélia Maria de Oliveira Bettero
Embdo : o v. Acórdão de fls. 61/68

"A Turma, à unanimidade, rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator."

AC	2001.34.00.016940-6 / DF	(432)
APTE:	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA	
PROCUR:	ANTONIO ROBERTO BASSO	
APDO:	ELIANA MARIA CASTRO PEREIRA E OUTROS(AS)	
ADV:	ALZIR LEOPOLDO DO NASCIMENTO	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação, nos termos do voto da Relatora."

AC	2001.38.00.023176-1 / MG	(433)
APTE:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
APDO:	FRANCISCO CECILIO DOS SANTOS	
ADV:	ANDRE LUIZ FARIA DE SOUZA E OUTRO(A)	
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL ALOÍSIO PALMEIRA LIMA	

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : União Federal
Proc : Dra. Hélia Maria de Oliveira Bettero
Embdo : o v. Acórdão de fls. 140/144

"A Turma, à unanimidade, rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator."

AC	2001.34.00.024996-0 / DF	(434)
APTE:	UNIAO FEDERAL (EXERCITO)	
PROCUR:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
APDO:	LIDIO CARDOSO MUNIZ	
ADV:	VIRGILIO DOS GUIMARAES ALVIM E OUTRO(A)	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA 16A VARA - DF	
RELATOR:	JUIZ FEDERAL IRAN VELASCO NASCIMENTO (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento à Apelação e à Remessa Oficial, nos termos do voto do Relator."

AC	2001.34.00.027659-9 / DF (AC 200134000276599/DF)	(435)
APTE:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
APDO:	MARIA THERESINHA GAMA E OUTROS(AS)	
ADV:	GERALDO MAGELA HERMOGENES DA SILVA	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação, nos termos do voto da Relatora."

AC	2001.38.00.043054-0 / MG	(436)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	ADRIANE GONTIJO SALIBA NOBRE	
APDO:	ARISTIDES MARIA XAVIER	
ADV:	ATHOS GERALDO DOLABELA DA SILVEIRA E OUTROS(AS)	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA 29A VARA - MG	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, não conheceu do Agravo Retido e deu provimento à Apelação e à Remessa Oficial, nos termos do voto da Relatora."

AC	2001.38.00.043054-0 / MG	(437)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	ADRIANE GONTIJO SALIBA NOBRE	
APDO:	ARISTIDES MARIA XAVIER	
ADV:	ATHOS GERALDO DOLABELA DA SILVEIRA E OUTROS(AS)	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA 29A VARA - MG	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, não conheceu do Agravo Retido e deu provimento à Apelação e à Remessa Oficial, nos termos do voto da Relatora."

AC	2001.01.99.043674-8 / GO	(438)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	ANTONIO YUKICHI YOTOKO	
APDO:	FLOSINA JOAQUINA DE ALMEIDA	
ADV:	MARCO AURELIO BASSO DE MATOS AZEVEDO E OUTROS(AS)	
RELATOR:	JUIZ FEDERAL IRAN VELASCO NASCIMENTO (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial à Apelação e à Remessa Oficial, tida como interposta, nos termos do voto do Relator."

AC	2002.37.00.000201-9 / MA	(439)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	MANOEL EGIDIO COSTA NETO	
APDO:	ANTONIO GOMES PEREIRA	
ADV:	RAIMUNDO FLORENCIO PINHEIRO E OUTROS(AS)	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA 6A VARA - MA	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	

"A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação e deu provimento parcial à Remessa Oficial, nos termos do voto da Relatora."

AC	2002.38.02.001237-0 / MG	(440)
APTE:	DIRCE DE LIMA GOMES	
ADV:	SERGIO BOTREL VILELA	
APDO:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	ANDRE LUIZ PELEGRINI	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial à Apelação, nos termos do voto da Relatora."

AC	2002.38.03.006550-7 / MG	(441)
APTE:	LUIZ ROBERTO DE MATTOS	
ADV:	KARINA AMZALAK PEREIRA MAGALHAES E OUTROS(AS)	
APDO:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	FOUAD DEGANI MIKHAIL	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA 1A VARA DA SUBSECAO JUDICIARIA DE UBERLANDIA - MG	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, não conheceu da Apelação e deu provimento parcial à Remessa Oficial, nos termos do voto da Relatora."

AC	2002.01.99.006670-3 / MG	(442)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	CLELIO ANTONIO NEVES	
APDO:	ONILZA CANDIDA DE OLIVEIRA	
ADV:	OLIVIA MARIA NAHASS FRANCO DE SOUSA E OUTRO(A)	
REMTE:	JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE CAMPINA VERDE - MG	
RELATOR:	JUIZ FEDERAL IRAN VELASCO NASCIMENTO (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial à Apelação e à Remessa Oficial, nos termos do voto do Relator."

AC	2002.38.00.010431-5 / MG (AG 200401000144969/MG)	(443)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	ALAN PEREIRA DE ARAUJO	
APDO:	ORLANDO CAMARA	
ADV:	RONALDO ERMELINDO FERREIRA E OUTRO(A)	
RELATOR:	JUIZ FEDERAL IRAN VELASCO NASCIMENTO (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial à Apelação e à Remessa Oficial, tida como interposta, nos termos do voto do Relator."

AC	2002.01.99.011579-9 / RO	(444)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	VALDINEIA MARIA MAIFREDE MOTTA	
APDO:	ARI FABRES	
ADV:	SANTIAGO RAMON GISBERT BANUS	
REMTE:	JUIZO DE DIREITO DA 1A VARA CIVEL DA COMARCA DE OURO PRETO DO OESTE - RO	
RELATOR:	JUIZ FEDERAL IRAN VELASCO NASCIMENTO (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação e deu provimento parcial à Remessa Oficial, nos termos do voto do Relator."

AC	2002.34.00.015981-0 / DF (AC 199934000393410/DF)	(445)
APTE:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
APDO:	IGUARACY DE JESUS CARNEIRO SERRA E OUTROS(AS)	
ADV:	JOSE DE JESUS ALENCAR MAFRA	
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL ALOÍSIO PALMEIRA LIMA	

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : União Federal
Proc : Dra. Hélia Maria de Oliveira Bettero
Embdo : o v. Acórdão de fls. 154/159

"A Turma, à unanimidade, rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator."

AC	2002.34.00.020616-9 / DF (AC 199701000448985/DF)	(446)
APTE:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
APDO:	MARIA APARECIDA FERREIRA E OUTROS(AS)	
ADV:	UBIRAJARA ARRAIS DE AZEVEDO E OUTROS(AS)	
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL ALOÍSIO PALMEIRA LIMA	

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : União Federal
Proc : Dra. Hélia Maria de Oliveira Bettero
Embdo : o v. Acórdão de fls. 108/112

"A Turma, à unanimidade, rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator."

AC	2002.34.00.023271-2 / DF	(447)
APTE:	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA	
PROCUR:	PAULO ALEXANDRE DE OLIVEIRA ALMEIDA	
APDO:	ROBSON LUIZ RIBEIRO E OUTROS(AS)	
ADV:	FERNANDO FREIRE DIAS E OUTRO(A)	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação, nos termos do voto da Relatora."

AG	2002.01.00.023910-5 / DF (AC 9401165343/DF)	(448)
AGRTE:	HUMBERTO RUY DE AZEVEDO SIMOES E OUTROS(AS)	
ADV:	AMAURI SERRALVO	
AGRDO:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial ao Agravo de Instrumento, nos termos do voto da Relatora."

AG	2002.01.00.023910-5 / DF (AC 9401165343/DF)	(449)
AGRTE:	HUMBERTO RUY DE AZEVEDO SIMOES E OUTROS(AS)	
ADV:	AMAURI SERRALVO	
AGRDO:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial ao Agravo de Instrumento, nos termos do voto da Relatora."

AC	2002.01.99.031180-0 / MG	(450)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	MARIA DAS DORES GARCIA DE OLIVEIRA	
APDO:	LONGUINHOS SOARES NUNES	
ADV:	ANTONIO JOSE PANCOTTI E OUTROS(AS)	
REMTE:	JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE ITAPAGIPE - MG	
RELATOR:	JUIZ FEDERAL IRAN VELASCO NASCIMENTO (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação e deu provimento parcial à Remessa Oficial, nos termos do voto do Relator."

AC	2002.38.00.054984-9 / MG	(451)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	ADRIANO ANTONIO DE SOUSA	
APDO:	GETULIO CUSTODIO DE OLIVEIRA	
ADV:	MANOEL FREDERICO VIEIRA E OUTRO(A)	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento à Apelação e à Remessa Oficial, tida como interposta, nos termos do voto da Relatora."

REO	2003.39.02.001540-1 / PA	(452)
AUTOR:	EXPEDITO SALUSTIANO FERREIRA	
ADV:	ISAAC VASCONCELOS LISBOA FILHO	
REU:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	ELIZABETH LOPES FIGUEIREDO	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA SUBSECAO JUDICIARIA DE SANTAREM - PA	
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL ALOÍSIO PALMEIRA LIMA	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial à Remessa Oficial, nos termos do voto do Relator."

AC	2003.01.99.001640-4 / MG	(453)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	JUSTINA COUTINHO MODESTO	
APDO:	MARIA ALZIRA	
ADV:	PAULO CINTRA	
REMTE:	JUIZO DE DIREITO DA 2A VARA CIVEL DA COMARCA DE ITAJUBA - MG	
RELATOR:	JUIZ FEDERAL IRAN VELASCO NASCIMENTO (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação e deu provimento parcial à Remessa Oficial, nos termos do voto do Relator."

AC	2003.01.99.001877-1 / MG (AG 200201000154811/MG)	(454)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	SOLANGE APARECIDA DE PADUA PENHA	
APDO:	MARIA ELZA SABINO	
ADV:	JULIO PEREIRA E OUTRO(A)	
REMTE:	JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE IBIRACI - MG	
RELATOR:	JUIZ FEDERAL IRAN VELASCO NASCIMENTO (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação e deu provimento parcial à Remessa Oficial, nos termos do voto do Relator."

AC	2003.38.01.005537-5 / MG	(455)
APTE:	JOSE AUGUSTO DE MATTOS PEREIRA	
ADV:	MARCELO SIERVI RUFINO	
APDO:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	RENATA SAVINO KELMER	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação, nos termos do voto da Relatora."

REO 2003.38.01.005898-0 / MG (456)
AUTOR: LUIZ MARQUES VIDAL
ADV: ADALBERTO DIMAS ANDRADE PAIVA
REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: CRISTIANNE ZAKA RODRIGUES
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 3A VARA DA SUBSECAO JUDICIARIA DE JUIZ DE FORA - MG
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL ALOÍSIO PALMEIRA LIMA

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial à Remessa Oficial, nos termos do voto do Relator."

AC 2003.33.00.006814-0 / BA (457)
APTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: JOSAFA PUBLIO DA PAIXAO NETO
APDO: VALDIR PEREIRA DAS NEVES
ADV: FERNANDO DE CASTRO VASCONCELLOS
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 6A VARA - BA
RELATOR: JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Proc : Dr. Paulo Sérgio de C. Costa Ribeiro
Embdo : o v. Acórdão de fls. 65/69

"A Turma, à unanimidade, acolheu os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator."

AC 2003.01.99.009674-4 / MG (458)
APTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: JUSTINA COUTINHO MODESTO
APDO: NOE TORRES
ADV: AMAURI LUDOVICO DOS SANTOS E OUTROS(AS)
REMTE: JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE CAMBUI - MG
RELATOR: DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA

"A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação e deu provimento parcial à Remessa Oficial, nos termos do voto da Relatora."

REO 2003.39.00.012405-2 / PA (459)
AUTOR: MARIA DE LOURDES ROSAL TEIXEIRA
ADV: MARIO EUGENIO COHEN E OUTRO(A)
REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: ELIZABETH LOPES FIGUEIREDO
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 5A VARA - PA
RELATOR: JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial à Remessa Oficial, nos termos do voto da Relatora."

AC 2003.01.99.012595-4 / GO (460)
APTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: ANTONIO YUKICHI YOTOKO
APDO: ZILA DUARTE COSTA
ADV: MARCO AURELIO BASSO DE MATOS AZEVEDO E OUTRO(A)
REMTE: JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE IACIARA - GO
RELATOR: JUIZ FEDERAL IRAN VELASCO NASCIMENTO (CONV.)

"A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação e deu provimento parcial à Remessa Oficial, nos termos do voto do Relator."

AC 2003.01.99.012595-4 / GO (461)
APTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: ANTONIO YUKICHI YOTOKO
APDO: ZILA DUARTE COSTA
ADV: MARCO AURELIO BASSO DE MATOS AZEVEDO E OUTRO(A)
REMTE: JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE IACIARA - GO
RELATOR: JUIZ FEDERAL IRAN VELASCO NASCIMENTO (CONV.)

"A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação e deu provimento parcial à Remessa Oficial, nos termos do voto do Relator."

AC 2003.01.99.013123-1 / MG (462)
APTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: JUSTINA COUTINHO MODESTO
APDO: VICENTINA NUNES PEREIRA
ADV: MARIZA PRADO GOMES E OUTRO(A)
REMTE: JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE PEDRALVA - MG
RELATOR: JUIZ FEDERAL IRAN VELASCO NASCIMENTO (CONV.)

"A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação e deu provimento parcial à Remessa Oficial, nos termos do voto do Relator."

AC 2003.01.99.015851-7 / MG (463)
APTE: MARINA DO CARMO DIAS LOPES
ADV: LEDIO WILLIAM RIBEIRO TEIXEIRA
APDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: RAMIRO WANDERLEY DUTRA
RELATOR: JUIZ FEDERAL IRAN VELASCO NASCIMENTO (CONV.)

"A Turma, à unanimidade, deu provimento à Apelação, nos termos do voto do Relator."

AC 2003.33.00.019013-4 / BA (464)
APTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: RUYTER DOURADO
APDO: LUIZ MOURA PEREIRA
ADV: FERNANDO DE CASTRO VASCONCELLOS
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 4A VARA - BA
RELATOR: DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Proc : Dra. Ildete dos Santos Pinto
Embdo : o v. Acórdão de fls. 82/89

"A Turma, à unanimidade, acolheu os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora."

AC 2003.33.00.024156-2 / BA (465)
APTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: RUYTER DOURADO
APDO: JADIR ALVES DIAS
ADV: EUVALDO TEIXEIRA DE MATOS FILHO E OUTRO(A)
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 7A VARA - BA
RELATOR: DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Proc : Dr. Pedro Wanderlei Vizú
Embdo : o v. Acórdão de fls. 58/67

"A Turma, à unanimidade, acolheu os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora."

AC 2003.33.00.024161-7 / BA (466)
APTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: RUYTER DOURADO
APDO: SEBASTIAO RENAULT DOS SANTOS
RELATOR: DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Proc : Dr. Pedro Wanderlei Vizú
Embdo : o v. Acórdão de fls. 60/69

"A Turma, à unanimidade, acolheu os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora."

AC 2003.33.00.024161-7 / BA (467)
APTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: RUYTER DOURADO
APDO: SEBASTIAO RENAULT DOS SANTOS
ADV: ANTONIO DOS SANTOS CARVALHO LIMA FILHO
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 7A VARA - BA
RELATOR: DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Proc : Dr. Pedro Wanderlei Vizú
Embdo : o v. Acórdão de fls. 60/69

"A Turma, à unanimidade, acolheu os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora."

AG 2003.01.00.026750-9 / PA (468)
AGRTE: UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA
PROCUR: ANTONIO ROBERTO BASSO
AGRDO: ROSALINA MORAIS DE PAULA E OUTROS(AS)
ADV: ANTONIO FERREIRA DE CARVALHO E OUTRO(A)
RELATOR: JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA
Proc : Dr. Antônio Roberto Basso
Embdo : o v. Acórdão de fls. 92/96

"A Turma, à unanimidade, rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator."

AC 2003.01.99.028146-1 / GO (469)
APTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: WILMAR PEREIRA GONCALVES
APDO: FRANCISCA CANDIDA DE OLIVEIRA
ADV: ANILDA ROSA DE JESUS E OUTRO(A)
REMTE: JUIZO DE DIREITO DA 2A VARA CIVEL DA COMARCA DE SANTA HELENA DE GOIAS - GO
RELATOR: JUIZ FEDERAL IRAN VELASCO NASCIMENTO (CONV.)

"A Turma, à unanimidade, não conheceu da Apelação e deu provimento à Remessa Oficial, nos termos do voto do Relator."

AC 2003.33.00.029239-4 / BA (470)
APTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: MARIA CONCEICAO CASTELLAR PINHEIRO VILLELA
APDO: ANTONIETA BITTENCOURT DA SILVA
ADV: RITA DE CASSIA SILVA DE CARVALHO
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 16A VARA - BA
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL ALOÍSIO PALMEIRA LIMA

"A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação e deu provimento parcial à Remessa Oficial, nos termos do voto do Relator."

AC 2003.38.00.032217-1 / MG (471)
APTE: IZAIAS PEREIRA DE LIMA
ADV: CARLOS BLANC DA SILVA LEITE E OUTROS(AS)
APDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: ANAMARIA PEIXOTO E SOUZA CRUZ
RELATOR: JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)

"A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação, nos termos do voto da Relatora."

AC 2003.33.00.032343-0 / BA (472)
APTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: RUYTER DOURADO
APDO: NORMANDO HILARIO PAIXAO
ADV: FERNANDO DE CASTRO VASCONCELLOS
RELATOR: DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Proc : Dra. Ildete dos Santos Pinto
Embdo : o v. Acórdão de fls. 77/82

"A Turma, à unanimidade, acolheu os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora."

AC 2003.33.00.032343-0 / BA (473)
APTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: RUYTER DOURADO
APDO: NORMANDO HILARIO PAIXAO
ADV: FERNANDO DE CASTRO VASCONCELLOS
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 4A VARA - BA
RELATOR: DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Proc : Dra. Ildete dos Santos Pinto
Embdo : o v. Acórdão de fls. 77/82

"A Turma, à unanimidade, acolheu os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora."

AC	2003.01.99.038410-6 / MG (AC 199701000625250/MG)	(474)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	JUSTINA COUTINHO MODESTO	
APDO:	CARMEN MARIA DE JESUS	
ADV:	MARIA REGINA PEREIRA GONCALVES FERREIRA E OUTRO(A)	
REMTE:	JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE CAMBUI - MG	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Proc : Dr. Henrique Tróccoli Júnior
Embdo : o v. Acórdão de fls. 84/93

"A Turma, à unanimidade, rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora."

AC	2003.34.00.091283-8 / DF	(475)
APTE:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
APDO:	ERALDO FERREIRA DA SILVA E OUTROS(AS)	
ADV:	FERNANDO FREIRE DIAS E OUTROS(AS)	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : União Federal
Proc : Dra. Hélia Maria de Oliveira Bettero
Embdo : o v. Acórdão de fls. 161/165

"A Turma, à unanimidade, rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora."

AC	2004.34.00.000013-6 / DF	(476)
APTE:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
APDO:	PAULO CESAR SOARES GRILLO E OUTROS(AS)	
ADV:	JOSE MACIEL SANTANA E OUTRO(A)	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : União Federal
Proc : Dra. Hélia Maria de Oliveira Bettero
Embdo : o v. Acórdão de fls. 104/107

"A Turma, à unanimidade, rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora."

AC	2004.01.99.000060-1 / MG	(477)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	EDUARDO PEREIRA PESSOA	
APDO:	ODILA CASTILHO BARBOSA	
ADV:	PAULO HENRIQUE DOLABELLA DE SOUZA E OUTRO(A)	
RELATOR:	JUIZ FEDERAL IRAN VELASCO NASCIMENTO (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial à Apelação e à Remessa Oficial, tida como interposta, nos termos do voto do Relator."

AC	2004.01.99.000060-1 / MG	(478)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	EDUARDO PEREIRA PESSOA	
APDO:	ODILA CASTILHO BARBOSA	
ADV:	PAULO HENRIQUE DOLABELLA DE SOUZA E OUTRO(A)	
RELATOR:	JUIZ FEDERAL IRAN VELASCO NASCIMENTO (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial à Apelação e à Remessa Oficial, tida como interposta, nos termos do voto do Relator."

AC	2004.34.00.000402-7 / DF	(479)
APTE:	JOEL MORAES FERREIRA	
ADV:	AMAURI SERRALVO E OUTROS(AS)	
APDO:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial à Apelação, nos termos do voto da Relatora."

AC	2004.38.01.000623-9 / MG	(480)
APTE:	ITERBAL ALCANTARA GOUVEA	
ADV:	MARCELO SIERVI RUFINO	
APDO:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	EDUARDO PEREIRA PESSOA	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação, nos termos do voto da Relatora."

AC	2004.38.01.001574-5 / MG	(481)
APTE:	ROBERTO GOMES DOS SANTOS	
ADV:	MARCELO SIERVI RUFINO	
APDO:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	RENATA SAVINO KELMER	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação, nos termos do voto da Relatora."

AC	2004.38.02.003093-7 / MG	(482)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	SOLANGE APARECIDA RIPOSATI	
APDO:	LOURDES KALLAS CHERCHIGLIA	
ADV:	SERGIO BOTREL VILELA	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA SUBSECAO JUDICIARIA DE PASSOS - MG	
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL ALOÍSIO PALMEIRA LIMA	

"A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação e deu provimento parcial à Remessa Oficial, nos termos do voto do Relator."

AC	2004.33.00.003253-8 / BA	(483)
APTE:	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA	
PROCUR:	ANTONIO ROBERTO BASSO	
APDO:	GUARACI ADEODATO ALVES DE SOUZA	
ADV:	JOAO CARLOS NOGUEIRA REIS E OUTROS(AS)	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA 7A VARA - BA	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	

AGRAVO REGIMENTAL
Agrte : Universidade Federal da Bahia - UFBA
Proc : Dr. Antônio Roberto Basso
Agrda : a r. Decisão de fls. 128/129

"A Turma, à unanimidade, negou provimento ao Agravo Regimental, nos termos do voto da Relatora."

AC	2004.38.03.004380-7 / MG	(484)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	HAMILTON OLIVEIRA LEITE	
APDO:	ANTONIO TADEU LODI	
ADV:	JULIO GOMES FERREIRA NETO	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA 1A VARA DA SUBSECAO JUDICIARIA DE UBERLANDIA - MG	
RELATOR:	JUIZ FEDERAL IRAN VELASCO NASCIMENTO (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial à Apelação e à Remessa Oficial, nos termos do voto do Relator."

AC	2004.01.99.004614-7 / MG	(485)
APTE:	TEREZINHA PASSOS AMARAL	
ADV:	LUIZ CLAUDIO FONSECA PEREIRA	
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	MARLENE MARIANO DA SILVA	
APDO:	OS MESMOS	
REMTE:	JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE GUAPE - MG	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, negou provimento às Apelações e deu provimento parcial à Remessa Oficial, nos termos do voto da Relatora."

AC	2004.01.99.006783-6 / MG	(486)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	MARIA LUZIA RIBEIRO SILVA	
APDO:	MARIA FERREIRA DA CONCEICAO	
ADV:	CARLOS CALDEIRA	
REMTE:	JUIZO DE DIREITO DA 5A VARA CIVEL DA COMARCA DE MONTES CLAROS - MG	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial à Apelação e à Remessa Oficial, nos termos do voto da Relatora."

REO	2004.39.00.010532-3 / PA	(487)
AUTOR:	CARLOS GOULART FERREIRA	
DEFEN.:	DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO	
REU:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	ELIZABETH LOPES FIGUEIREDO	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA 5A VARA - PA	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial à Remessa Oficial, nos termos do voto da Relatora."

REO	2004.01.99.010788-8 / RO	(488)
AUTOR:	MARIA DAVINA DOMINGOS	
ADV:	SANTIAGO RAMON GISBERT BANUS	
REU:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	VALDINEIA MARIA MAIFREDE MOTTA	
REMTE:	JUIZO DE DIREITO DA 2A VARA CIVEL DA COMARCA DE JARU - RO	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial à Remessa Oficial, nos termos do voto da Relatora."

AC	2004.01.99.025011-4 / MG	(489)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	JUSTINA COUTINHO MODESTO	
APDO:	DUVIRGES PEREIRA DE SOUSA	
ADV:	DAMARIS PORTE	
REMTE:	JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE CAMANDUCAIA - MG	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial à Apelação e à Remessa Oficial, nos termos do voto da Relatora."

AC	2004.01.99.025430-3 / GO	(490)
APTE:	JAIR MORAES DA SILVA	
ADV:	ANESIO ANTONIO TENORIO E OUTRO(A)	
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	WILMAR PEREIRA GONCALVES	
APDO:	OS MESMOS	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Proc : Dr. Henrique Tróccoli Júnior
Embdo : o v. Acórdão de fls. 82/86

"A Turma, à unanimidade, rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator."

AC	2004.01.99.026589-2 / MG	(491)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	JUSTINA COUTINHO MODESTO	
APDO:	MARIA DO CARMO SILVA	
ADV:	DAMARIS PORTE	
REMTE:	JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE CAMANDUCAIA - MG	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial à Apelação e à Remessa Oficial, nos termos do voto da Relatora."

AC	2004.01.99.026590-2 / MG	(492)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	JUSTINA COUTINHO MODESTO	
APDO:	MARIA JJOSE PEREIRA DE OLIVEIRA	
ADV:	DAMARIS PORTE	
REMTE:	JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE CAMANDUCAIA - MG	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial à Apelação e à Remessa Oficial, nos termos do voto da Relatora."

REO	2004.38.00.041129-1 / MG	(493)
AUTOR:	ROSELMIRA HELENA RIBEIRO MARTINS	
ADV:	ALEXANDRE MATHEUS DA SILVEIRA REIJNEN E OUTROS(AS)	
REU:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	PATRICIA DE ALMEIDA SILVA	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA 28A VARA - MG	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial à Remessa Oficial, nos termos do voto da Relatora."

AC	2004.01.99.043691-3 / MG	(494)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	JUSTINA COUTINHO MODESTO	
APDO:	LAVINA DE GOIS OLIVEIRA	
ADV:	DAMARIS PORTE	
REMTE:	JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE CAMANDUCAIA - MG	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial à Apelação e à Remessa Oficial, nos termos do voto da Relatora."

AC	2004.01.99.043694-4 / MG	(495)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	JUSTINA COUTINHO MODESTO	
APDO:	EXPEDITA DE OLIVEIRA E SILVA	
ADV:	DAMARIS PORTE	
REMTE:	JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE CAMANDUCAIA - MG	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial à Apelação e à Remessa Oficial, nos termos do voto da Relatora."

AC	2004.01.99.043694-4 / MG	(496)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	JUSTINA COUTINHO MODESTO	
APDO:	EXPEDITA DE OLIVEIRA E SILVA	
ADV:	DAMARIS PORTE	
REMTE:	JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE CAMANDUCAIA - MG	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial à Apelação e à Remessa Oficial, nos termos do voto da Relatora."

AC	2004.01.99.051668-8 / MG	(497)
APTE:	DOACYR CRIVELENTI	
ADV:	MARIA LUIZA BORGES FERREIRA WESTIN	
APDO:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	LAURITO RODRIGUES DE ARAUJO	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação, nos termos do voto da Relatora."

AC	2005.38.10.001321-0 / MG	(498)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	JUSTINA COUTINHO MODESTO	
APDO:	NELSON BERNARDO	
ADV:	MARIA HELENA DE LIMA PEREIRA E OUTRO(A)	
REMTE:	JUIZO DE DIREITO DA 3A VARA CIVEL DA COMARCA DE POUSO ALEGRE - MG	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento à Apelação e à Remessa Oficial, nos termos do voto da Relatora."

AC	2005.01.99.003826-3 / MG	(499)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	MARCOS SILVA ROCHA	
APDO:	MARLI BORGES PINTO	
ADV:	HENRIQUE CARLOS OLIVA E OUTRO(A)	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial à Apelação e à Remessa Oficial, tida como interposta, nos termos do voto da Relatora."

AC	2005.01.99.006135-2 / MG	(500)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	MARCOS SILVA ROSA	
APDO:	MARGARIDA MARIA DE SOUZA SANTOS	
ADV:	ONOFRE FERNANDES VELOSO	
REMTE:	JUIZO DE DIREITO DA 1A VARA CIVEL DA COMARCA DE MONTES CLAROS - MG	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial à Apelação e à Remessa Oficial, nos termos do voto da Relatora."

REO	2005.39.00.006908-4 / PA	(501)
AUTOR:	JOAO PROCOPIO DE OLIVEIRA	
ADV:	ADALBERTO DE SOUZA SANTOS E OUTRO(A)	
REU:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	ALADIO COSTA FERREIRA	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA 5A VARA - PA	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial à Remessa Oficial, nos termos do voto da Relatora."

AC	2005.38.00.019739-9 / MG	(502)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	NEFERTITI SACRAMENTO FERREIRA MARMUND	
APDO:	ADUIL DIAS GODINHO	
ADV:	SONIA DAS GRACAS NUNES VIANA NALON E OUTROS(AS)	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA 28A VARA - MG	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial à Apelação e à Remessa Oficial, nos termos do voto da Relatora."

AC	2005.01.99.019762-2 / GO (AC 200401990091108/GO)	(503)
APTE:	OSVALDINA MARIA AFONSO	
ADV:	JOAO ANTONIO FRANCISCO E OUTROS(AS)	
APDO:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	FRANCISCO ANTONIO NUNES	
REMTE:	JUIZO DE DIREITO DA 2A VARA CIVEL DA COMARCA DE IPORA - GO	
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL ALOÍSIO PALMEIRA LIMA	

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Proc : Dra. Marina Câmara Albuquerque
Embdo : o v. Acórdão de fls. 83/92

"A Turma, à unanimidade, rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator."

REO	2005.33.00.024788-6 / BA	(504)
AUTOR:	JOSE BATISTA	
ADV:	FABRICIO LUIZ NOGUEIRA DE BRITTO	
REU:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	MARIA CONCEICAO CASTELLAR PINHEIRO VILLELA	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA 16A VARA - BA	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial à Remessa Oficial, nos termos do voto da Relatora."

REO	2005.01.99.034309-8 / RO	(505)
AUTOR:	TEREZA RODRIGUES BARRETO SILVA	
ADV:	SANTIAGO RAMON GISBERT BANUS	
REU:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	VALDINEIA MARIA MAIFREDE MOTTA	
REMTE:	JUIZO DE DIREITO DA 2A VARA CIVEL DA COMARCA DE JARU - RO	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial à Remessa Oficial, nos termos do voto da Relatora."

AC	2005.01.99.034588-0 / MG	(506)
APTE:	NILZA MARIA MOREIRA	
ADV:	CARLOS ALBERTO FERNANDES E OUTRO(A)	
APDO:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	ROBSON EDUARDO DE OLIVEIRA	
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL ALOÍSIO PALMEIRA LIMA	

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Proc : Dr. Leonardo Silva Lima Fernandes
Embdo : o v. Acórdão de fls. 58/68

"A Turma, à unanimidade, rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator."

AC	2005.01.99.039486-5 / GO (AC 200401990093430/GO)	(507)
APTE:	RAIMUNDA DE AVELAR INACIO	
ADV:	JOAO ANTONIO FRANCISCO E OUTROS(AS)	
APDO:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL ALOÍSIO PALMEIRA LIMA	

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Proc : Dra. Fabíola Guerreiro Vilar de Melo Oliveira
Embdo : o v. Acórdão de fls. 79/88

"A Turma, à unanimidade, rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator."

AC	2005.01.99.039486-5 / GO (AC 200401990093430/GO)	(508)
APTE:	RAIMUNDA DE AVELAR INACIO	
ADV:	JOAO ANTONIO FRANCISCO E OUTROS(AS)	
APDO:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	SEBASTIAO CIPRIANO DE SOUSA FILHO	
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL ALOÍSIO PALMEIRA LIMA	

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Proc : Dra. Fabíola Guerreiro Vilar de Melo Oliveira
Embdo : o v. Acórdão de fls. 79/88

"A Turma, à unanimidade, rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator."

AC	2005.01.99.039503-4 / MG	(509)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	JOSMAR MARCELINO DOS REIS	
APDO:	ANESIA LOURENCO DA SILVA	
ADV:	LUIZ CLAUDIO FONSECA PEREIRA	
REMTE:	JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE FORMIGA - MG	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial à Apelação e à Remessa Oficial, nos termos do voto da Relatora."

AC	2005.01.99.040212-9 / MG	(510)
APTE:	LUZIA SOARES DA SILVA	
ADV:	LUIZ CLAUDIO FONSECA PEREIRA	
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	CARLOS ARI DE NORONHA	
APDO:	OS MESMOS	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação do Réu e deu provimento à Apelação da Autora, nos termos do voto da Relatora."

AG	2005.01.00.046017-6 / MG	(511)
AGRTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	MARLENE MARIANO DA SILVA	
AGRDO:	BENEDITO NELSON DE CARVALHO	
ADV:	RUY COSTA E OUTROS(AS)	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Proc : Dra. Sibele Regina Luz Grecco
Embdo : o v. Acórdão de fls. 150/153

"A Turma, à unanimidade, rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator."

AC	2005.01.99.051301-4 / MG	(512)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	ANTONIO YUKICHI YOTOKO	
APDO:	CELINA MENDES MENEZES	
ADV:	MARCO AURELIO BASSO DE MATOS AZEVEDO E OUTRO(A)	
REMTE:	JUIZO DE DIREITO DA 2A VARA CIVEL DA COMARCA DE UNAI-MG	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Proc : Dra. Alice Aiko Fujioka Yamada
Embdo : o v. Acórdão de fls. 97/104

"A Turma, à unanimidade, rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora."

AC	2005.01.99.051431-4 / MG	(513)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	ANTONIO YUKICHI YOTOKO	
APDO:	JOSE FRANCISCO DA SILVA	
ADV:	MARCO AURELIO BASSO DE MATOS AZEVEDO E OUTRO(A)	
REMTE:	JUIZO DE DIREITO DA 2A VARA CIVEL DA COMARCA DE UNAI-MG	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Proc : Dra. Alice Aiko Fujioka Yamada
Embdo : o v. Acórdão de fls. 81/87

"A Turma, à unanimidade, rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora."

AC	2005.01.99.053953-8 / MG	(514)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	JOSMAR MARCELINO DOS REIS	
APDO:	NALDILIA MARIA SILVA	
ADV:	LUIZ CLAUDIO FONSECA PEREIRA	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial à Apelação e à Remessa Oficial, tida como interposta, nos termos do voto da Relatora."

AC	2005.01.99.054123-6 / MG	(515)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	ANA PAULA PEREIRA CONDE	
APDO:	JOSE GRACIANO NETO	
ADV:	DAMARIS PORTE	
REMTE:	JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE CAMANDUCAIA - MG	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial à Apelação e à Remessa Oficial, nos termos do voto da Relatora."

AC	2005.01.99.055438-3 / GO (AC 200401990095924/GO)	(516)
APTE:	GENI FLORES DE JESUS	
ADV:	JOAO ANTONIO FRANCISCO E OUTROS(AS)	
APDO:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	EULINA DE SOUSA BRITO DORNELLES BERNI	
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL ALOÍSIO PALMEIRA LIMA	

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Proc : Dr. Leonardo Silva Lima Fernandes
Embdo : o v. Acórdão de fls. 78/87

"A Turma, à unanimidade, rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator."

REO	2005.01.99.060347-5 / GO	(517)
AUTOR:	ERNESTINA CARDOSO GONCALVES	
ADV:	GILDA IRENE AMARANTE LIMOEIRO RUBIN	
REU:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	OTANIEL RODRIGUES DA SILVA	
REMTE:	JUIZO DE DIREITO DA 2A VARA CIVIL DA COMARCA DE URUACU - GO	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial à Remessa Oficial, nos termos do voto da Relatora."

AC	2005.01.99.061856-4 / MG	(518)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	ANA PAULA PEREIRA CONDE	
APDO:	ANTONIO GONCALVES	
ADV:	DAMARIS PORTE	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial à Apelação e à Remessa Oficial, nos termos do voto da Relatora."

AC	2005.01.99.061856-4 / MG	(519)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	ANA PAULA PEREIRA CONDE	
APDO:	ANTONIO GONCALVES	
ADV:	DAMARIS PORTE	
REMTE:	JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE CAMANDUCAIA - MG	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial à Apelação e à Remessa Oficial, nos termos do voto da Relatora."

AC	2005.01.99.062160-3 / MG	(520)
APTE:	VALMIRO ALVES NUNES	
ADV:	ANTONIO JOSE PANCOTTI E OUTROS(AS)	
APDO:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	MARIA DAS DORES GARCIA DE OLIVEIRA	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Proc : Dr. Henrique Tróccoli Júnior
Embdo : o v. Acórdão de fls. 64/70

"A Turma, à unanimidade, rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora."

AC	2005.01.99.062176-8 / MG	(521)
APTE:	VILMA TEREZINHA SILVA BATISTA	
ADV:	ULISSES MATARESIO ARIAS	
APDO:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	MARIA DAS DORES GARCIA DE OLIVEIRA	
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL ALOÍSIO PALMEIRA LIMA	

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Proc : Dra. Marina Câmara Albuquerque
Embdo : o v. Acórdão de fls. 92/102

"A Turma, à unanimidade, rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator."

REO	2005.01.99.063981-8 / RO	(522)
AUTOR:	TEREZINHA LUCAS DE JESUS	
ADV:	SANTIAGO RAMON GISBERT BANUS	
REU:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	VITOR FARIA DA COSTA PEREIRA	
REMTE:	JUIZO DE DIREITO DA 1A VARA CIVEL DA COMARCA DE JARU - RO	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial à Remessa Oficial, nos termos do voto da Relatora."

AC	2005.01.99.064376-3 / GO (AC 200401990086418/GO)	(523)
APTE:	MARIA GERALDA DE JESUS	
ADV:	JOAO ANTONIO FRANCISCO E OUTROS(AS)	
APDO:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	EULINA DE SOUSA BRITO DORNELLES BERNI	
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL ALOÍSIO PALMEIRA LIMA	

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Proc : Dra. Marina Câmara Albuquerque
Embdo : o v. Acórdão de fls. 77/86

"A Turma, à unanimidade, rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator."

AC	2005.01.99.065222-4 / RO	(524)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	VITOR FARIA DA COSTA PEREIRA	
APDO:	MARIA DIAS TEIXEIRA	
ADV:	SANTIAGO RAMON GISBERT BANUS	
REMTE:	JUIZO DE DIREITO DA 2A VARA CIVEL DA COMARCA DE JARU - RO	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	

"A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação e deu provimento parcial à Remessa Oficial, nos termos do voto da Relatora."

AC	2005.01.99.066653-4 / MG	(525)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	WANDERLEI ELIAS COLHADO	
APDO:	ROSA DE TOLEDO PRATA	
ADV:	DAMARIS PORTE	
REMTE:	JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE CAMANDUCAIA - MG	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	

"A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação e deu provimento parcial à Remessa Oficial, nos termos do voto da Relatora."

AC	2005.01.99.069001-5 / MG	(526)
APTE:	ILDO PEDRO MARTINS	
ADV:	ANTONIO JOSE PANCOTTI E OUTROS(AS)	
APDO:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	MARIA DAS DORES GARCIA DE OLIVEIRA	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Proc : Dr. Henrique Tróccoli Júnior
Embdo : o v. Acórdão de fls. 61/67

"A Turma, à unanimidade, rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora."

AC	2005.01.99.069003-2 / MG	(527)
APTE:	LOURDES ROSA FURTADO	
ADV:	ULISSES MATARESIO ARIAS E OUTRO(A)	
APDO:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	MARIA DAS DORES GARCIA DE OLIVEIRA	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Proc : Dr. Henrique Tróccoli Júnior
Embdo : o v. Acórdão de fls. 69/75

"A Turma, à unanimidade, rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora."

AC	2005.01.99.070647-0 / MG	(528)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	JOAO GABRIEL ISAAC	
APDO:	ALFREDO PORFIRIO DE SOUZA	
ADV:	JOSE EDUARDO DE PODESTA BOTELHO	
REMTE:	JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE MUZAMBINHO - MG	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação e deu provimento parcial à Remessa Oficial, nos termos do voto da Relatora."

AC	2005.01.99.071806-0 / MG	(529)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	WANDERLEI ELIAS COLHADO	
APDO:	TEREZA VALENTIM CASSALHO	
ADV:	DAMARIS PORTE	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial à Apelação e à Remessa Oficial, nos termos do voto da Relatora."

AC	2005.01.99.071806-0 / MG	(530)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	WANDERLEI ELIAS COLHADO	
APDO:	TEREZA VALENTIM CASSALHO	
ADV:	DAMARIS PORTE	
REMTE:	JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE CAMANDUCAIA - MG	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial à Apelação e à Remessa Oficial, nos termos do voto da Relatora."

AG	2006.01.00.000516-3 / PA (AG 200501000730941/PA)	(531)
AGRTE:	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA	
PROCUR:	ANTONIO ROBERTO BASSO	
AGRDO:	RITA PEREIRA DE MACEDO E OUTROS(AS)	
ADV:	EDEVALDO ASSUNCAO CALDAS	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : Fundação Nacional de Saúde - FUNASA
Proc : Dr. Antônio Roberto Basso
Embdo : o v. Acórdão de fls. 56/60

"A Turma, à unanimidade, rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator."

AG	2006.01.00.000521-8 / PA (AG 200501000730941/PA)	(532)
AGRTE:	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA	
PROCUR:	ANTONIO ROBERTO BASSO	
AGRDO:	ANTONIO PEREIRA DA SILVA E OUTROS(AS)	
ADV:	EDEVALDO ASSUNCAO CALDAS	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : Fundação Nacional de Saúde - FUNASA
Proc : Dr. Antônio Roberto Basso
Embdo : o v. Acórdão de fls. 83/87

"A Turma, à unanimidade, rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator."

AG	2006.01.00.000523-5 / PA (AG 200501000730941/PA)	(533)
AGRTE:	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA	
PROCUR:	ANTONIO ROBERTO BASSO	
AGRDO:	MARIA DAS NEVES FARIAS COSTA E OUTROS(AS)	
ADV:	EDEVALDO ASSUNCAO CALDAS	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : Fundação Nacional de Saúde - FUNASA
Proc : Dr. Antônio Roberto Basso
Embdo : o v. Acórdão de fls. 67/71

"A Turma, à unanimidade, rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator."

AG	2006.01.00.001422-0 / PA (AG 200501000730941/PA)	(534)
AGRTE:	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA	
PROCUR:	ANTONIO ROBERTO BASSO	
AGRDO:	SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO FEDERAL NO ESTADO DO PARA - SINTSEP/PA	
ADV:	EDEVALDO ASSUNCAO CALDAS	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : Fundação Nacional de Saúde - FUNASA
Proc : Dr. Antônio Roberto Basso
Embdo : o v. Acórdão de fls. 112/116

"A Turma, à unanimidade, rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator."

AG	2006.01.00.001422-0 / PA (AG 200501000730941/PA)	(535)
AGRTE:	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA	
PROCUR:	ANTONIO ROBERTO BASSO	
AGRDO:	SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO FEDERAL NO ESTADO DO PARA - SINTSEP/PA	
ADV:	EDEVALDO ASSUNCAO CALDAS	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : Fundação Nacional de Saúde - FUNASA
Proc : Dr. Antônio Roberto Basso
Embdo : o v. Acórdão de fls. 112/116

"A Turma, à unanimidade, rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator."

AG	2006.01.00.001736-3 / PA (AG 200501000730941/PA)	(536)
AGRTE:	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA	
PROCUR:	ANTONIO ROBERTO BASSO	
AGRDO:	SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO FEDERAL NO ESTADO DO PARA - SINTSEP/PA E OUTROS(AS)	
ADV:	EDEVALDO ASSUNCAO CALDAS	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : Fundação Nacional de Saúde - FUNASA
Proc : Dr. Antônio Roberto Basso
Embdo : o v. Acórdão de fls. 149/153

"A Turma, à unanimidade, rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator."

AG	2006.01.00.001737-7 / PA (AG 200501000730941/PA)	(537)
AGRTE:	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA	
PROCUR:	ANTONIO ROBERTO BASSO	
AGRDO:	SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO FEDERAL NO ESTADO DO PARA - SINTSEP/PA E OUTROS(AS)	
ADV:	EDEVALDO ASSUNCAO CALDAS	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : Fundação Nacional de Saúde - FUNASA
Proc : Dr. Antônio Roberto Basso
Embdo : o v. Acórdão de fls. 146/150

"A Turma, à unanimidade, rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator."

AG	2006.01.00.001738-0 / PA (AG 200501000730941/PA)	(538)
AGRTE:	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA	
PROCUR:	ANTONIO ROBERTO BASSO	
AGRDO:	SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO FEDERAL NO ESTADO DO PARA - SINTSEP/PA E OUTROS(AS)	
ADV:	EDEVALDO ASSUNCAO CALDAS	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : Fundação Nacional de Saúde - FUNASA
Proc : Dr. Antônio Roberto Basso
Embdo : o v. Acórdão de fls. 154/158

"A Turma, à unanimidade, rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator."

AG	2006.01.00.001881-0 / PA (AG 200501000730941/PA)	(539)
AGRTE:	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA	
PROCUR:	ANTONIO ROBERTO BASSO	
AGRDO:	RUI GUILHERME CORDOVIL DA SILVA E OUTROS(AS)	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : Fundação Nacional de Saúde - FUNASA
Proc : Dr. Antônio Roberto Basso
Embdo : o v. Acórdão de fls. 157/161

"A Turma, à unanimidade, rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator."

AG	2006.01.00.001881-0 / PA (AG 200501000730941/PA)	(540)
AGRTE:	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA	
PROCUR:	ANTONIO ROBERTO BASSO	
AGRDO:	RUI GUILHERME CORDOVIL DA SILVA E OUTROS(AS)	
ADV:	EDEVALDO ASSUNCAO CALDAS	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : Fundação Nacional de Saúde - FUNASA
Proc : Dr. Antônio Roberto Basso
Embdo : o v. Acórdão de fls. 157/161

"A Turma, à unanimidade, rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator."

AG	2006.01.00.001882-4 / PA (AG 200501000730941/PA)	(541)
AGRTE:	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA	
PROCUR:	ANTONIO ROBERTO BASSO	
AGRDO:	SEBASTIAO SILVA NEVES E OUTROS(AS)	
ADV:	EDEVALDO ASSUNCAO CALDAS	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : Fundação Nacional de Saúde - FUNASA
Proc : Dr. Antônio Roberto Basso
Embdo : o v. Acórdão de fls. 139/143

"A Turma, à unanimidade, rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator."

AG	2006.01.00.002365-1 / PA (AG 200501000730941/PA)	(542)
AGRTE:	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA	
PROCUR:	ANTONIO ROBERTO BASSO	
AGRDO:	SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO FEDERAL NO ESTADO DO PARA - SINTSEP/PA E OUTROS(AS)	
ADV:	EDEVALDO ASSUNCAO CALDAS	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : Fundação Nacional de Saúde - FUNASA
Proc : Dr. Antônio Roberto Basso
Embdo : o v. Acórdão de fls. 85/89

"A Turma, à unanimidade, rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator."

REO	2006.38.10.002432-2 / MG	(543)
AUTOR:	NELSON MARQUES DA ROCHA	
ADV:	ROMEU MACEDO CRUZ JUNIOR	
REU:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	MARCUS VINICIUS DRUMOND REZENDE	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA SUBSECAO JUDICIARIA DE POUSO ALEGRE - MG	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial à Remessa Oficial, nos termos do voto da Relatora."

AG	2006.01.00.002500-0 / PA (AG 200501000730941/PA)	(544)
AGRTE:	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA	
PROCUR:	ANTONIO ROBERTO BASSO	
AGRDO:	DULCE HELENA REIS DA SILVA E OUTROS(AS)	
ADV:	EDEVALDO ASSUNCAO CALDAS	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : Fundação Nacional de Saúde - FUNASA
Proc : Dr. Antônio Roberto Basso
Embdo : o v. Acórdão de fls. 102/106

"A Turma, à unanimidade, rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator."

AG	2006.01.00.002500-0 / PA (AG 200501000730941/PA)	(545)
AGRTE:	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA	
PROCUR:	ANTONIO ROBERTO BASSO	
AGRDO:	DULCE HELENA REIS DA SILVA E OUTROS(AS)	
ADV:	EDEVALDO ASSUNCAO CALDAS	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : Fundação Nacional de Saúde - FUNASA
Proc : Dr. Antônio Roberto Basso
Embdo : o v. Acórdão de fls. 102/106

"A Turma, à unanimidade, rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator."

AC	2006.38.09.002619-5 / MG	(546)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	CALIMERIO CARVALHO NETO	
APDO:	HOMERINA MARIA DE JESUS	
ADV:	CARLOS ALBERTO PURAS E OUTRO(A)	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial à Apelação e à Remessa Oficial, tida como interposta, nos termos do voto da Relatora."

AG	2006.01.00.002832-1 / PA (AG 200501000730941/PA)	(547)
AGRTE:	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA	
PROCUR:	ANTONIO ROBERTO BASSO	
AGRDO:	NOBILIO MELO DE OLIVEIRA E OUTROS(AS)	
ADV:	EDEVALDO ASSUNCAO CALDAS	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : Fundação Nacional de Saúde - FUNASA
Proc : Dr. Antônio Roberto Basso
Embdo : o v. Acórdão de fls. 87/91

"A Turma, à unanimidade, rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator."

AG	2006.01.00.003345-7 / PA (AG 200501000730941/PA)	(548)
AGRTE:	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA	
PROCUR:	ANTONIO ROBERTO BASSO	
AGRDO:	GILBERTO FERREIRA DA SILVA E OUTROS(AS)	
ADV:	EDEVALDO ASSUNCAO CALDAS	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : Fundação Nacional de Saúde - FUNASA
Proc : Dr. Antônio Roberto Basso
Embdo : o v. Acórdão de fls. 74/78

"A Turma, à unanimidade, rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator."

AC	2006.01.99.006138-7 / MG	(549)
APTE:	MARIA DO CARMO DE SOUZA SANTOS	
ADV:	AURO NOGUEIRA DE BARROS	
APDO:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	MARIA LUZIA RIBEIRO SILVA	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação, nos termos do voto da Relatora."

AG	2006.01.00.007837-4 / PA (AG 200501000730941/PA)	(550)
AGRTE:	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA	
PROCUR:	ANTONIO ROBERTO BASSO	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : Fundação Nacional de Saúde - FUNASA
Proc : Dr. Antônio Roberto Basso
Embdo : o v. Acórdão de fls. 146/150

"A Turma, à unanimidade, rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator."

AG	2006.01.00.007837-4 / PA (AG 200501000730941/PA)	(551)
AGRTE:	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA	
PROCUR:	ANTONIO ROBERTO BASSO	
AGRDO:	RAIMUNDO COELHO DOS SANTOS NETO E OUTROS(AS)	
ADV:	EDEVALDO ASSUNCAO CALDAS	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : Fundação Nacional de Saúde - FUNASA
Proc : Dr. Antônio Roberto Basso
Embdo : o v. Acórdão de fls. 146/150

"A Turma, à unanimidade, rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator."

AG	2006.01.00.007838-8 / PA (AG 200501000730941/PA)	(552)
AGRTE:	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA	
PROCUR:	ANTONIO ROBERTO BASSO	
AGRDO:	RAIMUNDO MARQUES UCHOA E OUTROS(AS)	
ADV:	EDEVALDO ASSUNCAO CALDAS	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : Fundação Nacional de Saúde - FUNASA
Proc : Dr. Antônio Roberto Basso
Embdo : o v. Acórdão de fls. 147/151

"A Turma, à unanimidade, rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator."

AG	2006.01.00.008630-6 / PA (AG 200501000730941/PA)	(553)
AGRTE:	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA	
PROCUR:	ANTONIO ROBERTO BASSO	
AGRDO:	SEBASTIAO SILVA NEVES E OUTROS(AS)	
ADV:	EDEVALDO ASSUNCAO CALDAS	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : Fundação Nacional de Saúde - FUNASA
Proc : Dr. Antônio Roberto Basso
Embdo : o v. Acórdão de fls. 96/100

"A Turma, à unanimidade, rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator."

AG	2006.01.00.009852-3 / PA (AG 200501000730941/PA)	(554)
AGRTE:	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA	
PROCUR:	ANTONIO ROBERTO BASSO	
AGRDO:	JUAREZ VALENTE BARRA E OUTROS(AS)	
ADV:	EDEVALDO ASSUNCAO CALDAS	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : Fundação Nacional de Saúde - FUNASA
Proc : Dr. Antônio Roberto Basso
Embdo : o v. Acórdão de fls. 65/69

"A Turma, à unanimidade, rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator."

AG	2006.01.00.009861-2 / PA (AG 200501000730941/PA)	(555)
AGRTE:	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA	
PROCUR:	ANTONIO ROBERTO BASSO	
AGRDO:	VERA LUCIA VIANA DE CASTRO E OUTROS(AS)	
ADV:	EDEVALDO ASSUNCAO CALDAS	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : Fundação Nacional de Saúde - FUNASA
Proc : Dr. Antônio Roberto Basso
Embdo : o v. Acórdão de fls. 71/75

"A Turma, à unanimidade, rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator."

AG	2006.01.00.009861-2 / PA (AG 200501000730941/PA)	(556)
AGRTE:	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA	
PROCUR:	ANTONIO ROBERTO BASSO	
AGRDO:	VERA LUCIA VIANA DE CASTRO E OUTROS(AS)	
ADV:	EDEVALDO ASSUNCAO CALDAS	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : Fundação Nacional de Saúde - FUNASA
Proc : Dr. Antônio Roberto Basso
Embdo : o v. Acórdão de fls. 71/75

"A Turma, à unanimidade, rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator."

REO	2006.38.00.011397-7 / MG	(557)
AUTOR:	GABRIEL SIMOES DE CARVALHO FILHO	
ADV:	ALBERTO MONTEIRO ALVES E OUTROS(AS)	
REU:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	MARCELO CALDEIRA FRANCA	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA 28A VARA - MG	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial à Remessa Oficial, nos termos do voto da Relatora."

AG	2006.01.00.011928-0 / PA (AG 200501000730941/PA)	(558)
AGRTE:	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA	
PROCUR:	ANTONIO ROBERTO BASSO	
AGRDO:	ALDEMARINO DOS SANTOS VILHENA E OUTROS(AS)	
ADV:	EDEVALDO ASSUNCAO CALDAS	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : Fundação Nacional de Saúde - FUNASA
Proc : Dr. Antônio Roberto Basso
Embdo : o v. Acórdão de fls. 107/111

"A Turma, à unanimidade, rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator."

AG	2006.01.00.011929-4 / PA (AG 200501000730941/PA)	(559)
AGRTE:	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA	
PROCUR:	ANTONIO ROBERTO BASSO	
AGRDO:	FLORIANO MARCELINO PACHECO DA LUZ E OUTROS(AS)	
ADV:	EDEVALDO ASSUNCAO CALDAS E OUTRO(A)	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : Fundação Nacional de Saúde - FUNASA
Proc : Dr. Antônio Roberto Basso
Embdo : o v. Acórdão de fls. 132/136

"A Turma, à unanimidade, rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator."

AC	2006.01.99.012199-2 / MG	(560)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	CLELIO ANTONIO NEVES	
APDO:	ALFREDO JULIO MOURA	
ADV:	JUVERCI ANTONIO BERNADI REBELATO E OUTROS(AS)	
REMTE:	JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE MONTE ALEGRE DE MINAS - MG	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação e deu provimento parcial à Remessa Oficial, tida como interposta, nos termos do voto da Relatora."

AC	2006.01.99.015818-2 / GO	(561)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	FRANCISCO GOMES NETO	
APDO:	RAIMUNDA ROSA NEVES	
ADV:	GILDA IRENE AMARANTE LIMOEIRO RUBIN	
REMTE:	JUIZO DE DIREITO DA 2A VARA CIVEL DA COMARCA DE GOIANESIA - GO	
RELATOR:	JUIZ FEDERAL IRAN VELASCO NASCIMENTO (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação e deu provimento parcial à Remessa Oficial, nos termos do voto do Relator."

AC	2006.01.99.016351-0 / MG	(562)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	JUSTINA COUTINHO MODESTO	
APDO:	ROSARIA ANTONIA DA SILVA	
ADV:	SERGIO FRANCISCO FURQUIM	
REMTE:	JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE CAMANDUCAIA - MG	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	

"A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação e deu provimento parcial à Remessa Oficial, nos termos do voto da Relatora."

AC	2006.01.99.019413-0 / MG	(563)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	HAMILTON OLIVEIRA LEITE	
APDO:	DIVINA VILELA	
ADV:	GISLAINE APARECIDA DOS SANTOS E OUTROS(AS)	
REMTE:	JUIZO DE DIREITO DA 2A VARA CIVEL DA COMARCA DE MONTE CARMELO - MG	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	

"A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação e deu provimento parcial à Remessa Oficial, nos termos do voto da Relatora."

AC	2006.01.99.019422-0 / MG	(564)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	HAMILTON OLIVEIRA LEITE	
APDO:	MARIA DE FATIMA RODRIGUES	
ADV:	GISLAINE APARECIDA DOS SANTOS	
REMTE:	JUIZO DE DIREITO DA 2A VARA CIVEL DA COMARCA DE MONTE CARMELO - MG	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	

"A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação e deu provimento parcial à Remessa Oficial, nos termos do voto da Relatora."

AC	2006.01.99.021483-1 / GO	(565)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	IVENS SA DE CASTRO SOUSA	
APDO:	RAIMUNDA ALVES SILVA	
ADV:	FRANCISCA GONCALVES BERTOLDO E OUTRO(A)	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Proc : Dra. Ildete dos Santos Pinto
Embdo : o v. Acórdão de fls. 77/84

"A Turma, à unanimidade, acolheu os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora."

REO	2006.01.99.022550-5 / MG	(566)
AUTOR:	MARIA LOURENCO DE JESUS	
ADV:	GISLAINE APARECIDA DOS SANTOS E OUTROS(AS)	
REU:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	ELSON MARTINS LOPES	
REMTE:	JUIZO DE DIREITO DA 2A VARA CIVEL DA COMARCA DE MONTE CARMELO - MG	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial à Remessa Oficial, nos termos do voto da Relatora."

REO	2006.01.99.022550-5 / MG	(567)
AUTOR:	MARIA LOURENCO DE JESUS	
ADV:	GISLAINE APARECIDA DOS SANTOS E OUTROS(AS)	
REU:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	ELSON MARTINS LOPES	
REMTE:	JUIZO DE DIREITO DA 2A VARA CIVEL DA COMARCA DE MONTE CARMELO - MG	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial à Remessa Oficial, nos termos do voto da Relatora."

AC	2006.01.99.022998-2 / MG	(568)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	JUSTINA COUTINHO MODESTO	
APDO:	MARIA APARECIDA DE AZEVEDO SILVA	
ADV:	ARIOVALDO VIEIRA DA SILVA	
REMTE:	JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE CAMANDUCAIA - MG	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	

"A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação e deu provimento parcial à Remessa Oficial, nos termos do voto da Relatora."

AC	2006.01.99.025618-8 / MG	(569)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	HAMILTON OLIVEIRA LEITE	
APDO:	SEBASTIAO PEREIRA LOPES	
ADV:	GISLAINE APARECIDA DOS SANTOS	
REMTE:	JUIZO DE DIREITO DA 2A VARA CIVEL DA COMARCA DE MONTE CARMELO - MG	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	

"A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação e deu provimento parcial à Remessa Oficial, nos termos do voto da Relatora."

AC	2006.01.99.026215-0 / MG	(570)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	HAMILTON OLIVEIRA LEITE	
APDO:	RENALDA CLARA RIBEIRO	
ADV:	GISLAINE APARECIDA DOS SANTOS	
REMTE:	JUIZO DE DIREITO DA 2A VARA CIVEL DA COMARCA DE MONTE CARMELO - MG	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	

"A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação e deu provimento parcial à Remessa Oficial, nos termos do voto da Relatora."

REO	2006.01.99.030400-7 / RO	(571)
AUTOR:	ENEDINA EDWIRGES DE SOUZA	
ADV:	SANTIAGO RAMON GISBERT BANUS	
REU:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	ADALBERTO JORGE SILVA PORTO	
REMTE:	JUIZO DE DIREITO DA 2A VARA CIVEL DA COMARCA DE JARU - RO	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial à Remessa Oficial, nos termos do voto da Relatora."

AC	2006.01.99.031648-1 / GO	(572)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	JOSE MARIA RICARDO	
APDO:	IZAURA VIEIRA DE OLIVEIRA	
ADV:	GILDA IRENE AMARANTE LIMOEIRO RUBIN	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	

"A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação e deu provimento parcial à Remessa Oficial, tida como interposta, nos termos do voto da Relatora."

AC	2006.01.99.033904-3 / MG	(573)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	CLELIO ANTONIO NEVES	
APDO:	JOSE MARIA TRAJANO	
ADV:	CLAUDIO ROBERTO ALVES DE LIMA E OUTROS(AS)	
RELATOR:	JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.)	

"A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação e deu provimento parcial à Remessa Oficial, tida como interposta, nos termos do voto da Relatora."

AC	2006.01.99.034564-3 / GO	(574)
APTE:	JOSE ROSA DA SILVA	
ADV:	RAQUEL ZAGO PEREIRA E OUTRO(A)	
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	OTANIEL RODRIGUES DA SILVA	
APDO:	OS MESMOS	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial às Apelações e à Remessa Oficial, tida como interposta, nos termos do voto da Relatora."

AC	2006.01.99.034565-7 / GO	(575)
APTE:	FLORISPINA ROSA DA SILVA	
ADV:	RAQUEL ZAGO PEREIRA E OUTRO(A)	
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	OTANIEL RODRIGUES DA SILVA	
APDO:	OS MESMOS	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial às Apelações e à Remessa Oficial, tida como interposta, nos termos do voto da Relatora."

AC	2006.01.99.034575-0 / GO	(576)
APTE:	JOSE MERCIAS	
ADV:	RAQUEL ZAGO PEREIRA E OUTRO(A)	
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	OTANIEL RODRIGUES DA SILVA	
APDO:	OS MESMOS	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial às Apelações e à Remessa Oficial, tida como interposta, nos termos do voto da Relatora."

AC	2006.01.99.034750-0 / GO	(577)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	OTANIEL RODRIGUES DA SILVA	
APTE:	FRANCISCO LAURENTINO DA CRUZ FILHO	
ADV:	RAQUEL ZAGO PEREIRA E OUTRO(A)	
APDO:	OS MESMOS	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial às Apelações e à Remessa Oficial, tida como interposta, nos termos do voto da Relatora."

AC	2006.01.99.034829-6 / GO	(578)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	GEORGE HARRISON DOS SANTOS NERY	
APDO:	JUVENCIA PEREIRA DE ARAUJO	
ADV:	JOAO BATISTA DE MATOS AZEVEDO E OUTRO(A)	
REMTE:	JUIZO DE DIREITO DA 2A VARA CIVEL DA COMARCA DE PADRE BERNARDO - GO	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial à Apelação e à Remessa Oficial, nos termos do voto da Relatora."

AC	2006.01.99.034829-6 / GO	(579)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	GEORGE HARRISON DOS SANTOS NERY	
APDO:	JUVENCIA PEREIRA DE ARAUJO	
ADV:	JOAO BATISTA DE MATOS AZEVEDO E OUTRO(A)	
REMTE:	JUIZO DE DIREITO DA 2A VARA CIVEL DA COMARCA DE PADRE BERNARDO - GO	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial à Apelação e à Remessa Oficial, nos termos do voto da Relatora."

AC	2006.01.99.034830-6 / GO	(580)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	GEORGE HARRISON DOS SANTOS NERY	
APDO:	JOSEFINA MENDES BORGES	
ADV:	JOAO BATISTA DE MATOS AZEVEDO E OUTRO(A)	
REMTE:	JUIZO DE DIREITO DA 2A VARA CIVEL DA COMARCA DE PADRE BERNARDO - GO	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial à Apelação e à Remessa Oficial, nos termos do voto da Relatora."

AC	2006.01.99.035079-6 / GO	(581)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	PAULO RIOS MATOS ROCHA	
APDO:	GERALDA AMBROZIA DA SILVA	
ADV:	JOAO BATISTA DE MATOS AZEVEDO E OUTRO(A)	
REMTE:	JUIZO DE DIREITO DA 2A VARA CIVEL DA COMARCA DE PADRE BERNARDO - GO	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial à Apelação e à Remessa Oficial, nos termos do voto da Relatora."

AC	2006.01.99.035903-1 / MG	(582)
APTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	JUSTINA COUTINHO MODESTO	
APDO:	JESUS DOS REIS E SILVA	
ADV:	LINDALVA APARECIDA LIMA SILVA E OUTRO(A)	
REMTE:	JUIZO DE DIREITO DA 1A VARA CIVEL DA COMARCA DE CAMBUI - MG	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	

"A Turma, à unanimidade, deu provimento parcial à Apelação e à Remessa Oficial, nos termos do voto da Relatora."

Encerrou-se a Sessão às dezoito horas e treze minutos, tendo sido julgados 163 (cento e sessenta e três) processos.

Brasília, 18 de outubro de 2006.

DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA
Presidente, em exercício

KÁTIA MARIA SOARES FREIRE
Secretária

COORDENADORIA DA TERCEIRA TURMA

ACÓRDÃOS

AGRAVO REGIMENTAL EM APELAÇÃO CRIMINAL 96.01.03933-3/TO
Processo na Origem: 9300007963

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO
RELATOR CONV.	:	JUIZ FEDERAL LINO OSVALDO SERRA SOUSA SEGUNDO
APELANTE	:	JOAO DA COSTA
ADVOGADO	:	IRACEMA FRANCO RIBEIRO
APELADO	:	JUSTICA PUBLICA
PROCURADOR	:	CARLOS VILHENA

E M E N T A

AGRAVO REGIMENTAL. NÃO-INCIDÊNCIA DE CIRCUNSTÂNCIA AGRAVANTE PARA FINS DE CÔMPUTO PRESCRICIONAL.
I - Para o cálculo da prescrição, não se computará o aumento de pena decorrente do concurso formal e do crime continuado, nem as circunstâncias legais genéricas, sejam agravantes (CP, arts. 61 e 62) sejam atenuantes (CP, art. 65 - exceção que se faz para o inciso I, que trata da menoridade relativa e idade avançada do agente).
II - Agravo regimental desprovido.

A C Ó R D Ã O

Decide a 3ª Turma do TRF - 1ª Região, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental.
Brasília, 26 de março de 2007.

Juiz Federal LINO OSVALDO SERRA SOUSA SEGUNDO
(Relator Convocado)

ACR NºS 1997.33.00.010172-6/BA e 1997.33.00.011259-2/BA

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES
RELATOR CONV.	:	JUIZ FEDERAL SAULO CASALI BAHIA
APELANTE	:	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADOR	:	DANILO JOSÉ MATOS CRUZ
APELADO	:	ROBÉRIO RAMALHO DE SOUZA
ADVOGADOS	:	FRANCISCO NETO DE BORGES REIS E OUTRO

E M E N T A

PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. SONEGAÇÃO FISCAL. NOTA CALÇADA. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. DIFICULDADES FINANCEIRAS. NÃO COMPROVAÇÃO.
1. Comprovada a contrafação de notas fiscais na modalidade vulgarmente conhecida como nota fiscal calçada durante os anos de 1990 a 1993, de modo a favorecer a sonegação de impostos, restou configurada a materialidade do delito tipificado no art. 1º, inc. III, da Lei nº 8.137/1990.
2. Sendo o acusado, além de sócio majoritário, o gerente e o administrador da empresa, não subsiste a alegação de que desconhecia a fraude nas notas fiscais, uma vez que nessa qualidade detinha o conhecimento de toda a situação financeira da empresa, sendo patente a diferença os tributos pagos e aqueles devidos.
3. Dificuldades financeiras por que passe a empresa não podem, em princípio, ser alegadas com proveito como excludente de ilicitude, no nível do estado de necessidade, pois a figura, tal como traçada pelo Código Penal (art. 24), imprescinde de um conflito entre sujeitos de direitos legítimos, em que um perece para que o outro sobreviva, situação inocorrente na espécie, que também não pode embasar o pedido de desclassificação de crime contra a ordem tributária para exercício arbitrário das próprias razões (art. 345 - CP).
4. Apelações providas.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma dar provimento às apelações, à unanimidade.
3ª Turma do TRF da 1ª Região – 26/03/2007.

Juiz Federal SAULO CASALI BAHIA, Relator Convocado

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 1997.33.00.011259-2/BA e 1997.33.00.010172-6/BA

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES
RELATOR CONV.	:	JUIZ FEDERAL SAULO CASALI BAHIA
APELANTE	:	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADOR	:	JOSÉ MANUEL VIANA DE CASTRO JÚNIOR
APELADO	:	ROBÉRIO RAMALHO DE SOUZA
APELADA	:	ANTONIETA FIORAVANTE RAMALHO DE SOUZA
ADVOGADO	:	FRANCISCO NETO DE BORGES REIS

E M E N T A

PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. SONEGAÇÃO FISCAL. NOTA CALÇADA. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. DIFICULDADES FINANCEIRAS. NÃO COMPROVAÇÃO.
1. Comprovada a contrafação de notas fiscais na modalidade vulgarmente conhecida como nota fiscal calçada durante os anos de 1990 a 1993, de modo a favorecer a sonegação de impostos, restou configurada a materialidade do delito tipificado no art. 1º, inc. III, da Lei nº 8.137/1990.
2. Sendo o acusado, além de sócio majoritário, o gerente e o administrador da empresa, não subsiste a alegação de que desconhecia a fraude nas notas fiscais, uma vez que nessa qualidade detinha o conhecimento de toda a situação financeira da empresa, sendo patente a diferença os tributos pagos e aqueles devidos.
3. Dificuldades financeiras por que passe a empresa não podem, em princípio, ser alegadas com proveito como excludente de ilicitude, no nível do estado de necessidade, pois a figura, tal como traçada pelo Código Penal (art. 24), imprescinde de um conflito entre sujeitos de direitos legítimos, em que um perece para que o outro sobreviva, situação inocorrente na espécie, que também não pode embasar o pedido de desclassificação de crime contra a ordem tributária para exercício arbitrário das próprias razões (art. 345 - CP).
4. Apelações providas.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma dar provimento às apelações, à unanimidade.
3ª Turma do TRF da 1ª Região – 26/03/2007.

Juiz Federal SAULO CASALI BAHIA, Relator Convocado

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL 1997.37.00.006084-5/MA
Processo na Origem: 199737000060845

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO
RELATOR CONV.	:	JUIZ FEDERAL LINO OSVALDO SERRA SOUSA SEGUNDO
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA
PROCURADOR	:	VALDEZ ADRIANI FARIAS
APELADO	:	NIVALDO GONCALVES DA SILVA E CONJUGE
ADVOGADO	:	IVALDECI ROLIM DE MENDONCA JUNIOR E OUTROS(AS)
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 3A VARA - MA
EMBARGANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DESAPROPRIAÇÃO. REFORMA AGRÁRIA. JUSTO PREÇO. OMISSÃO. CONTRADIÇÃO. BASE DE CÁLCULO DOS JUROS DE MORA.
I - A base de cálculo dos juros moratórios é o valor não liquidado.
II - Inexistindo omissão e contradição no acórdão embargado, rejeitam-se os embargos declaratórios opostos, que só podem ter efeito infringente em casos excepcionalíssimos.
III - Embargos de declaração rejeitados.

A C Ó R D Ã O

Decide a 3ª Turma do TRF - 1ª Região, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração.
Brasília, 26 de março de 2007.

Juiz Federal LINO OSVALDO SERRA SOUSA SEGUNDO
(Relator Convocado)

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 1997.39.02.000823-4/PA
Processo na Origem: 199739020008234

RELATORA	:	O EXMO. SR. JUIZ TOURINHO NETO (RELATOR)
APELANTE	:	JURANDIR DA SILVA CAVALCANTE
ADVOGADO	:	ADALBERTO GUIMARAES NETO
APELADO	:	JUSTICA PUBLICA
PROCURADOR	:	GUSTAVO NOGAMI

EMENTA

PENAL. PECULATO. ART. 312 CP. APROPRIAÇÃO. QUEBRA DE CONFIANÇA. RELEVÂNCIA DA CONDUTA.
1. No delito de peculato o objeto jurídico protegido é a Administração Pública em seu aspecto moral e patrimonial.
2. Não se apresenta irrelevante a violação do dever de lealdade para com a Administração, porquanto a atividade desenvolvida pelo servidor público deve ser pautada pela probidade de seus atos.
3. Recurso não provido.

ACÓRDÃO

Decide a Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso de apelação.
Brasília, 26 de março de 2007.

Juiz TOURINHO NETO
Relator

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 1998.38.01.003506-7/MG

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES
RELATOR CONV.	:	JUIZ FEDERAL SAULO CASALI BAHIA
APELANTE	:	GUIDO PAULO NEUMANN
ADVOGADO	:	FERNANDO CARDOSO CABREIRA
APELANTE	:	SÉRGIO LUIZ LOPES DE FARIA
ADVOGADOS	:	JOÃO MÁRIO PAES CORRÊA E OUTRO
APELADO	:	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADOR	:	ONOFRE DE FARIA MARTINS

E M E N T A

PENAL E PROCESSUAL PENAL. MOEDA FALSA. DEPOIMENTO DE CO-ACUSADO. VALORAÇÃO. CONJUNTO PROBATÓRIO HARMÔNICO. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. MENOR DE VINTE E UM ANOS À ÉPOCA DO FATO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. OCORRÊNCIA.
1. O depoimento de co-acusado pode ser levado em conta para a condenação, desde que apresente enredo linear com os fatos do processo e tenha apoio no restante da prova dos autos, não infirmada a versão acusatória por qualquer versão apresentada pelo sentenciado, conforme ocorre na hipótese em julgamento.
2. Comprovadas a autoria e a materialidade do crime de moeda falsa, é de confirmar-se o decreto condenatório (art. 289, § 1º - CP).
3. Extinta a pretensão punitiva do Estado quanto ao réu que à época do fato delituoso era menor de 21 (vinte e um) anos, em face da prescrição pela pena em concreto, na modalidade retroativa, quanto ao crime de falsificação de documento público, uma vez que decorridos mais de 02 (dois) anos entre o recebimento da denúncia e a publicação da sentença condenatória e, quanto ao crime de moeda falsa, na modalidade superveniente à condenação, por ter decorrido mais de 04 (quatro) anos entre a publicação da sentença e a presente data, à míngua de recurso da acusação (arts. 109, IV e V, 110, § 1º, c/c art. 115, todos do Código Penal).
4. Improvimento da apelação de Sérgio Luiz Lopes de Faria. Apelação de Guido Paulo Neumann que se julga prejudicada, em face do reconhecimento, de ofício, da prescrição.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma julgar improcedente a apelação de Sérgio Luiz Lopes de Faria, reconhecer, de ofício, a prescrição da pretensão punitiva de Guido Paulo Neumann, e julgar prejudicada a apelação deste último, à unanimidade.
3ª Turma do TRF da 1ª Região - 26/03/2007.

Juiz Federal SAULO CASALI BAHIA, Relator Convocado

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 1999.01.00.118271-1/TO

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES
RELATOR CONV	:	JUIZ FEDERAL SAULO CASALI BAHIA
APELANTE	:	LUIZ ALBERTO DE SOUZA
ADVOGADOS	:	PEDRO PAULO GUERRA DE MEDEIROS E OUTROS
APELANTE	:	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADOR	:	MÁRIO LÚCIO DE AVELAR
APELADOS	:	OS MESMOS
APELADO	:	ROMEU DAVID BEVENUTTI
APELADO	:	ERIDES CAMPOS ANTUNES
ADVOGADO	:	ADALBERTO JOSÉ DE CAMARGO ARANHA

E M E N T A

PENAL. FALSA PERÍCIA. ESTELIONATO QUALIFICADO. PERITO NOMEADO PARA DESAPROPRIAÇÃO. AVALIAÇÃO DA COBERTURA FLORÍSTICA. PRESCRIÇÃO.
1. Prescreve em 04 (quatro) anos a pena privativa de liberdade igual ou superior a 01 (um) ano, mas não excedente a 02 (dois) (art, 109, V - CP). Tratando-se de sentença condenatória com trânsito da pretensão em julgado para a acusação, resta consumada a prescrição da pretensão punitiva, dado o decurso de quase 08 (oito) anos entre o cometimento do delito (28/04/1989) e o recebimento da denúncia (20/03/1997).
2. Levantamento sobre cobertura florística realizado com 10 (dez) anos depois de intensa atividade antrópica não pode servir de subsídio para a caracterização de fraude cometida no primeiro levantamento, não sendo possível, por esta via, comprovar a falsidade do laudo pericial.
3. O *onus probandi* da realização do fato típico e da autoria compete ao Ministério Público, segundo dispõe o art. 156 do Código de Processo Penal. Não satisfeita a premissa em relação a um dos Réus, é de manter-se a sentença absolutória quanto ao mesmo.
4. Provimento da apelação de Luiz Alberto de Souza e improvimento da apelação do Ministério Público Federal.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma dar provimento à apelação de Luiz Alberto de Souza e negar provimento à apelação do Ministério Público Federal, à unanimidade.
3ª Turma do TRF da 1ª Região – 26/03/2007.

Juiz Federal SAULO CASALI BAHIA, Relator Convocado

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL 1999.37.00.002331-8/MA
Processo na Origem: 199937000023318

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO
RELATOR CONV.	:	JUIZ FEDERAL LINO OSVALDO SERRA SOUSA SEGUNDO
APELANTE	:	SANTA ANGELICA AGROINDUSTRIAL S/A
ADVOGADO	:	NILZA MARIA VITORIA E OUTRO(A)
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA
PROCURADOR	:	VALDEZ ADRIANI FARIAS
APELADO	:	OS MESMOS
EMBARGANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. JUROS COMPENSATÓRIOS E MORATÓRIOS. OMISSÃO. EXISTÊNCIA. OBSCURIDADES E CONTRADIÇÕES. INEXISTÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO.
I - Os juros compensatórios são devidos à razão de 12% (doze por cento) ao ano, a partir da imissão na posse, conforme reiterada jurisprudência desta Corte e decisão do STF na Medida Liminar da ADI 2332-2.

II - Juros moratórios devidos em função do atraso no pagamento da indenização, no percentual de 6% (seis por cento) ao ano, a partir de 1º de janeiro do exercício seguinte ao que o pagamento deveria ser feito. Conseqüentemente, tem-se por base de cálculo o valor não liquidado.
III - Ausência de afronta ao art. art. 5º, incisos II e XXIV; ao art. 185, inciso II da Constituição Federal; ao art. 2º, inciso I da Lei 4.132/62; ao art. 3º do Decreto-Lei 554/69; ao art. 6º, § 3º da Lei Complementar 76/93; aos arts. 5º, 6º e 12 da Lei 8.629/93; e aos arts. 402, 406 c/c 591 do Código Civil.
IV - Embargos de declaração parcialmente acolhidos para sanar a omissão apontada sem, entretanto, alterar o resultado do julgamento.

ACÓRDÃO

Decide a 3ª Turma do TRF - 1ª Região, por unanimidade, acolher parcialmente os embargos de declaração.
Brasília, 26 de março de 2007.

Juiz Federal LINO OSVALDO SERRA SOUSA SEGUNDO
(Relator Convocado)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL 1999.37.00.008193-2/MA
Processo na Origem: 199937000081932

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO
RELATOR CONV.	:	JUIZ FEDERAL LINO OSVALDO SERRA SOUSA SEGUNDO
APELANTE	:	EDSON LOPES E CONJUGE
ADVOGADO	:	ISAC SOMBRA RODRIGUES E OUTROS(AS)
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA
PROCURADOR	:	VALDEZ ADRIANI FARIAS
PROCURADOR	:	ANTONIO RAIMUNDO MELO GOMES
APELADO	:	OS MESMOS
EMBARGANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA
EMBARGANTE	:	MINISTERIO PUBLICO FEDERAL

E M E N T A

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. EFEITO INFRINGENTE. PREQUESTIONAMENTO.
I - Inexistindo omissão no acórdão embargado, rejeitam-se os embargos declaratórios opostos, que só podem ter efeito infringente em casos excepcionalíssimos.
II - Embargos de declaração de fls. 712/718 e 721/722v rejeitados.

A C Ó R D Ã O

Decide a 3ª Turma do TRF - 1ª Região, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração de fls. 712/718 e 721/722v.
Brasília, 26 de março de 2007.

Juiz Federal LINO OSVALDO SERRA SOUSA SEGUNDO
(Relator Convocado)

APELAÇÃO CRIMINAL 1999.38.00.010123-4/MG
Processo na Origem: 199938000101234

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO
RELATOR CONV.	:	JUIZ FEDERAL LINO OSVALDO SERRA SOUSA SEGUNDO
APELANTE	:	WALTER ANCLETO DIAS
ADVOGADO	:	MARIO MARCOS DE SOUZA GONCALVES
APELADO	:	JUSTICA PUBLICA
PROCURADOR	:	VINICIUS FERNANDO ALVES FERMINO

E M E N T A

PENAL E PROCESSO PENAL. ROUBO. ART. 157, § 2º, INCISOS I, II e V, CP. INQUÉRITO POLICIAL E INSTRUÇÃO PROBATÓRIA JUDICIAL CONVERGENTES. QUALIFICADORAS E AUMENTO DA PENA. PENA-BASE EXACERBADA.
I - Crime de roubo qualificado por concurso de pessoas e emprego de arma de fogo suficientemente comprovado em todos os seus elementos constitutivos.
II - O *quantum* penalógico revelou-se ligeiramente exacerbado, devendo ser ajustado para refletir a justa medida da reprovabilidade da conduta do agente.
III - Apelo parcialmente provido.

A C Ó R D Ã O

Decide a 3ª Turma do TRF - 1ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento ao apelo.
Brasília, 26 de março de 2007.

JUIZ FEDERAL LINO OSVALDO SERRA SOUSA SEGUNDO
(Relator convocado)

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1999.38.00.017716-6/MG

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES
RELATOR CONV.	:	JUIZ FEDERAL SAULO CASALI BAHIA
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
PROCURADOR	:	JOSÉ SÉRGIO PINTO
APELADOS	:	EDUARDO BARBIERI E OUTROS
ADVOGADOS	:	ANÁLIA MARIA GUIMARÃES LIMA E OUTROS

E M E N T A

ADMINISTRATIVO. AÇÃO DECLARATÓRIA. LAUDO OFICIAL. PROPRIEDADE PRODUTIVA. CONTRATO DE PARCERIA PECUÁRIA. ÁREA DE RESERVA LEGAL. AVERBAÇÃO TARDIA NO REGISTRO DE IMÓVEIS. CÁLCULO DO GUT E DO GEE.
1. Tendo o laudo oficial positivado que se trata de propriedade produtiva, não merece ser alterada a sentença que, valorando a prova, declarou o imóvel rural produtivo na forma da lei, pois a Constituição não autoriza que a propriedade produtiva (art. 185, II) seja desapropriada por interesse social para fins de reforma agrária.
2. Mostra-se válido o contrato de parceria pecuária entre o titular do domínio e um terceiro, para fins de avaliação da produtividade do imóvel rural, de modo que o contingente pecuário encontrado no imóvel em vistoria - ainda que pertencente ao parceiro - deve ser computado no cálculo do Grau de Utilização da Terra (GUT) e do Grau de Eficiência de Exploração de imóvel (GEE).
3. A Lei nº 8.629/1993 considera a área de reserva legal não aproveitável para fins de cálculo da produtividade do imóvel, sem condicionar a exclusão ao fato de estar averbada no registro imobiliário (art. 10, IV).
4. Improvimento da apelação.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma negar provimento à apelação, à unanimidade.
3ª Turma do TRF da 1ª Região - 26/03/2007.

Juiz Federal SAULO CASALI BAHIA, Relator Convocado

APELAÇÃO CRIMINAL 2000.01.00.084502-0/DF
Processo na Origem: 9500158094

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO
RELATOR CONV.	:	JUIZ FEDERAL LINO OSVALDO SERRA SOUSA SEGUNDO
APELANTE	:	ERSON LAGO
ADVOGADO DATIVO	:	MARIA SUSANA MINARE BRAUNA
APELANTE	:	ERNANE LAGO
ADVOGADO DATIVO	:	MIKAELA MINARE BRAUNA
APELADO	:	JUSTICA PUBLICA
PROCURADOR	:	LUIZ AUGUSTO SANTOS LIMA

EMENTA

PENAL. FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO. ART. 297 DO CP. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. DOSIMETRIA. ARTS. 59 E 68 DO CP. REDUÇÃO.
I - Crime de falsificação de documento público e uso de documento falso suficientemente demonstrados em todos os seus elementos, conforme previstos nos arts. 296 e 297 do CP.
II - Pena reduzida, com espeque nos arts. 59 e 61 do CP.
III - Apelação de Ernane Lago parcialmente provida.
IV - Apelação de Erson Lago julgada prejudicada.

ACÓRDÃO

Decide a 3ª Turma do TRF - 1ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento ao apelo do acusado Ernane Lago e julgar prejudicado o recurso de Erson Lago.
Brasília, 26 de março de 2007.

JUIZ FEDERAL LINO OSVALDO SERRA SOUSA SEGUNDO
(Relator convocado)

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2000.38.00.013938-4/MG

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES
RELATOR CONV.	:	JUIZ FEDERAL SAULO CASALI BAHIA
APELANTE	:	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADOR	:	FERNANDO DE ALMEIDA MARTINS
APELADA	:	NILZA ROCHA VIEIRA
ADVOGADOS	:	RUSVEL BELTRAME ROCHA E OUTRO

E M E N T A

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AÇÃO CAUTELAR. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. IMPOSSIBILIDADE.
1. Tratando-se de cautelar de indisponibilidade de bens incidental de ação civil de improbidade administrativa - espécie da ação civil pública -, cabível a aplicação do art. 18 da Lei nº 7.347/1985, de modo que o Ministério Público não deve pagar honorários de advogado, a menos que seja condenado por litigância de má-fé, o que não é a hipótese dos autos. Precedentes jurisprudenciais.
2. Provimento da apelação.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma dar provimento à apelação, à unanimidade.
3ª Turma do TRF da 1ª Região - 26/03/2007.

Juiz Federal SAULO CASALI BAHIA, Relator Convocado.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2001.01.00.040200-1/GO
Processo na Origem: 9500034190

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CANDIDO RIBEIRO
RELATOR CONV.	:	JUIZ FEDERAL JOSÉ MAGNO LINHARES MORAES
AGRAVANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA
PROC/S/OAB	:	EDSON JOSE DE SOUZA JUNIOR E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	LABIBI JOAO ATHIE E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	BENEDITO DE MATHEUS E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	ELENITA BRITO TRINDADE OLIVEIRA
ADVOGADO	:	JOAO BATISTA DE MATOS AZEVEDO E OUTRO(A)
AGRAVADO	:	OSVALDO DOS SANTOS RABELO E CONJUGE
ADVOGADO	:	FLORENTINO LUIZ FERREIRA E OUTRO(A)
AGRAVADO	:	HELIO RIBEIRO
ADVOGADO	:	CESAR AUGUSTO VICTER DA SILVA
AGRAVADO	:	JOAO MOREIRA ARAUJO
ADVOGADO	:	LICARDINO ALVES COUTINHO
AGRAVADO	:	MIGUEL DIAS CAMPOS E CONJUGE
ADVOGADO	:	JOSE DA COSTA PIMENTA E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	ERCILIA MARIA TEIXEIRA
ADVOGADO	:	JOSE MAURILIO ABRANTES
AGRAVADO	:	DALMO FIRMO CAIXETA E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	EDMAR TEIXEIRA DE PAULA
AGRAVADO	:	LUIZ AUGUSTO FELISOLA E CONJUGE
ADVOGADO	:	LEOPOLDO ARAUJO CHAVES E OUTRO(A)
AGRAVADO	:	JOAO GERALDO COSTA
ADVOGADO	:	WEST DE OLIVEIRA E OUTRO(A)
AGRAVADO	:	DELDUQUE PEDROZO DE OLIVEIRA E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	SILVIO BEZERRA DA SILVA E OUTRO(A)
AGRAVADO	:	TIRZA DE ALMEIDA CAMPOS E OUTRO(A)
ADVOGADO	:	LAZARO CANDIDO DA SILVA
AGRAVADO	:	JOAO AMADO SANTOS GODOI
ADVOGADO	:	BAUER SOUTO SANTOS
AGRAVADO	:	OSMAR PEREIRA GOMES
ADVOGADO	:	JOSE DAHER
AGRAVADO	:	RUBENS PEREIRA DA COSTA
ADVOGADO	:	SILVIO MESQUITA E OUTRO(A)
AGRAVADO	:	ANERIS ALVES DOS SANTOS E OUTRO(A)
ADVOGADO	:	ACACIA DE LOURDES RODRIGUES E OUTRO(A)
AGRAVADO	:	NILTON JOSE BELO CAVALCANTE
ADVOGADO	:	CARLOS RIBEIRO DE OLIVEIRA E OUTRO(A
AGRAVADO	:	JOAO AMADO SANTOS GODOI
ADVOGADO	:	RUI JOSE DIAS PEREIRA

EMENTA

DESAPROPRIAÇÃO PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA. ACORDO EFETUADO PELO INCRA EM VALOR INFERIOR À OFERTA INICIAL, AINDA QUE SUPERIOR AOS LIMITES DA LEI 9.469/97. AUSÊNCIA DE NULIDADE. POSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE ADOÇÃO DO MEIO PROCESSUAL ADEQUADO.
I - Nas ações de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, inexiste nulidade do acordo realizado em valor inferior àquele proposto como oferta inicial, se não há prova robusta sobre prejuízo ao expropriante. O imediato reconhecimento do pedido pelo expropriado, nos termos da inicial, seria mais oneroso ao INCRA do que a celebração do acordo.
II - Ainda que efetivamente existisse nulidade na transação, a decisão que a homologou deveria ser impugnada dentro do prazo estabelecido em lei. Não pode a parte, supostamente prejudicada, ressuscitar o prazo por meio de petição, após o transcurso do interregno fixado em lei como limite para interposição de recurso(s).
III - Agravo de instrumento improvido.

ACÓRDÃO

Decide a 3ª Turma do TRF - 1ª Região, por maioria, negar provimento ao agravo de instrumento.
Brasília, 08 de agosto de 2006.

JUIZ FEDERAL JOSÉ MAGNO LINHARES MORAES
(Relator Convocado)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2001.01.00.047451-9/MG

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES
RELATOR CONV.	:	JUIZ FEDERAL SAULO CASALI BAHIA
AGRAVANTE	:	DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM - DNER
PROCURADOR	:	MANOEL LOPES DE SOUSA
AGRAVADOS	:	HÉLIO FERREIRA LEITE E OUTROS
ADVOGADOS	:	JUAREZ LOPES DA SILVA E OUTRO

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. DESAPROPRIAÇÃO. CONTA DE ATUALIZAÇÃO. ÍNDICE DE JANEIRO DE 1989. PERDA DE OBJETO. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.
1. Discutindo a União neste recurso a impossibilidade de aplicação do percentual de 70,28% para o IPC de janeiro de 1989, no cálculo de atualização do valor da indenização fixada pela sentença, a superveniência do julgamento de um anterior agravo de instrumento, com o seu provimento, onde se discutia a impossibilidade cronológica da incidência do próprio índice, em face de a perícia que determinou o valor da indenização ter sido produzida em outubro de 1989, retira o objeto da discussão travada, pois para o Tribunal a aplicação do índice é indevida, não cabendo mais discutir o eventual percentual que devesse indicidir.
2. Agravo de instrumento não conhecido, pela perda superveniente do objeto.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma não conhecer do agravo de instrumento, à unanimidade.
3ª Turma do TRF da 1ª Região - 26/03/2007.

Juiz Federal SAULO CASALI BAHIA, Relator Convocado

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2001.35.00.014337-3/GO
Processo na Origem: 200135000143373

RELATOR	:	O EXMO. SR. JUIZ TOURINHO NETO
APELANTE	:	GERALDO FURBINO DOS SANTOS
ADVOGADO	:	PEDRO MARCIO MUNDIM DE SIQUEIRA E OUTROS(AS)
APELANTE	:	ANTONIO FURBINO DOS SANTOS
ADVOGADO	:	GASPAR JOSE DA SILVA JUNIOR
APELADO	:	JUSTICA PUBLICA
PROCURADOR	:	DANIEL DE RESENDE SALGADO

EMENTA

PENAL. CRIME CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL. LEI 7.492, 16.6.96. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO DE BENS MÓVEIS DURÁVEIS. GERENTES ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO. APROPRIAÇÃO DE VALORES
A apropriação pelo administrador de consórcio de bens móveis duráveis, veículos inclusive, de valores das pessoas dos grupos de consórcio, com *animus rem sibi habendi*, em proveito próprio ou alheio, configura o crime previsto no art. 5º da Lei 7.492, de 1996 (crime contra o Sistema Financeiro Nacional).

ACÓRDÃO

Decide a Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento às apelações.
Brasília, 26 de março de 2007.

Juiz TOURINHO NETO
Relator

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2001.38.00.032242-5/MG

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES
RELATOR CONV.	:	JUIZ FEDERAL SAULO CASALI BAHIA
APELANTE	:	JOÃO BOSCO DE CARVALHO
ADVOGADOS	:	JÚLIO MAGALHÃES PIRES DUARTE E OUTRO
APELANTE	:	ANDRÉIA APARECIDA DE ALMEIDA FURBINO
ADV. DATIVA	:	MARIA SUSANA MINARE BRAÚNA
APELADO	:	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADOR	:	ANDRÉ CARDOSO LEÃO

E M E N T A

PENAL E PROCESSUAL PENAL. FALSIFICAÇÃO E USO DE DOCUMENTO PÚBLICO. SENTENÇA CONDENATÓRIA. DOLO CONFIGURADO. CONJUNTO PROBATÓRIO HARMÔNICO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL DO LUGAR EM QUE SE DEU A INFRAÇÃO.
1. Mesmo em face da negativa de autoria, restando comprovado nos autos, pela prova testemunhal coerente e segura, que o acusado foi o falsificador do visto consular constante do passaporte da co-ré, é de manter-se o decreto condenatório pelo art. 297 - CP.
2. A materialidade e a autoria do delito de uso de documento falso encontram-se comprovadas nos autos, não se apresentando crível a ausência de dolo pelo suposto desconhecimento da ré acerca da falsidade do passaporte que utilizara.
3. Dispõe o art. 70, *caput*, do Código de Processo Penal, que "a competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução".
4. Tendo sido utilizado, no Brasil, ao embarcar para a Itália, o passaporte contendo visto consular falso, mesmo tendo sido descoberto o fato quando da tentativa de adentrar nos EUA, é competente, em razão de terem sido afetados os serviços da União, a Justiça Federal do local em que o documento foi utilizado para o embarque no território brasileiro. Precedente.
5. Apelações não providas.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma negar provimento às apelações, à unanimidade.
3ª Turma do TRF da 1ª Região - 26/03/2007.

Juiz Federal SAULO CASALI BAHIA, Relator Convocado

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2001.39.00.005892-8/PA

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES
RELATOR CONV.	:	JUIZ FEDERAL SAULO CASALI BAHIA
APELANTE	:	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
RELATOR CONV.	:	JUIZ FEDERAL JAMIL ROSA DE JESUS OLIVEIRA
PROCURADOR	:	ALEXANDRE SILVA SOARES
APELADA	:	MARLENE TORRES DE LEMOS
ADV. DATIVO	:	GUARACY DA SILVA FREITAS

E M E N T A

PENAL. ESTELIONATO. COMPRA E VENDA DE IMÓVEL SIMULADA. PAGAMENTO COM RECURSOS DO FGTS.
1. Comete o crime de estelionato o agente que adquire imóvel mediante simulação de operação de compra e venda, para moradia própria, com a exclusiva finalidade de levantar o FGTS da conta vinculada (Lei nº 8.036/90 - art. 20, VII), sem que a compradora nele venha residir, revendendo-o para o antigo proprietário poucos dias depois do aperfeiçoamento do negócio, com o levantamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, porém sem a causa de aumento do § 3º do art. 171 do Código Penal, por falta do exato enquadramento legal. Precedentes.
2. Provimento da apelação.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma dar provimento à apelação, à unanimidade.
3ª Turma do TRF da 1ª Região - 26/03/2007.

Juiz Federal SAULO CASALI BAHIA, Relator Convocado

APELAÇÃO CRIMINAL 2001.43.00.000024-5/TO
Processo na Origem: 200143000000245

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO
RELATOR CONV.	:	JUIZ FEDERAL LINO OSVALDO SERRA SOUSA SEGUNDO
APELANTE	:	JOAO ALEXANDRE LUCAS
ADVOGADO	:	MARCIO FERRAZ MOTA E OUTRO(A)
APELADO	:	JUSTICA PUBLICA
PROCURADOR	:	ALVARO LOTUFO MANZANO

EMENTA

PENAL. FURTO QUALIFICADO. ART. 155, § 4°, INCISOS II E IV DO CP. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA.
I - A prescrição subseqüente à condenação dar-se-á pela pena fixada *in concreto* em observância aos prazos prescricionais fixados no art. 109 do Código Penal. Na hipótese dos autos, verifica-se que ainda não transcorreu o lapso temporal de 4 (quatro) anos (art. 109, V, do CP) entre a data dos fatos e o recebimento da denúncia, tampouco entre a publicação da sentença até o dia deste julgamento.
II - Autoria e materialidade do delito de furto devidamente comprovadas em todos os seus elementos, com espeque no art. 155, § 4º, incisos II e IV, do CP.
III - Apelação desprovida.

ACÓRDÃO

Decide a 3ª Turma do TRF - 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação.
Brasília, 26 de março de 2007.

JUIZ FEDERAL LINO OSVALDO SERRA SOUSA SEGUNDO
(Relator convocado)

APELAÇÃO CRIMINAL 2002.38.00.022797-0/MG
Processo na Origem: 200238000227970

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO
APELANTE	:	JUSTICA PUBLICA
PROCURADOR	:	RODRIGO LEITE PRADO
APELADO	:	JESUS DINIZ DA SILVA
APELADO	:	DONIZETE DINIZ DA SILVA
ADVOGADO	:	JAIRO GERALDO SILVA

E M E N T A

PENAL E CONSTITUCIONAL. NÃO-RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ART. 95, "D", § 1º, DA LEI 8.212/91. ATUALMENTE COM A REDAÇÃO DO ART. 168-A DO CP. CONTINUIDADE DELITIVA.
I - A conduta delitiva apresenta a configuração de crime continuado, tendo em vista que a falta de repasse das contribuições previdenciárias se repetiu por vários anos.
II - "*Comprovada a prática do crime continuado - descrito na narrativa da denúncia -, impõe-se o incremento de pena correspondente.*" (ACR 2001.01.00.049302-9/MT; Rel. Des. Federal Olindo Menezes, 3ª Turma, *DJ* 2 25/06/04, p. 41.)
III - Apelação do Ministério Público provida.

A C Ó R D Ã O

Decide a 3ª Turma do TRF - 1ª Região, por unanimidade, dar provimento à apelação do Ministério Público.
Brasília, 29 de maio de 2006.

DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO
(Relator)

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2003.34.00.043918-6/DF

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES
RELATOR CONV.	:	JUIZ FEDERAL SAULO CASALI BAHIA
APELANTE	:	VITOR JOSÉ DE ANDRADE
ADVOGADO	:	WELLINGTON OSÓRIO MODESTO E SILVA
APELADO	:	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADOR	:	GUSTAVO PESSANHA VELLOSO

E M E N T A

PROCESSUAL PENAL. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. DECURSO DO PERÍODO DE PROVA SEM REVOGAÇÃO DO BENEFÍCIO. CUMPRIMENTO PARCIAL DAS CONDIÇÕES. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.
1. Expirado o período de prova sem que tenha ocorrido a revogação do benefício, ainda que não cumpridas integralmente as condições impostas quando da suspensão condicional do processo, impõe-se a extinção da punibilidade, conforme preceitua o art. 89, § 5º, da Lei nº 9.099/1995. Precedentes.
2. Provimento da apelação.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma dar provimento à apelação, à unanimidade.
3ª Turma do TRF da 1ª Região - 26/03/2007.

Juiz Federal SAULO CASALI BAHIA, Relator Convocado

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2003.38.01.006878-6/MG
Processo na Origem: 200338010068786

RELATOR	:	O EXMO. SR. JUIZ TOURINHO NETO
APELANTE	:	JOSUE COELHO DE LIMA
ADVOGADO	:	RENATA ALMEIDA ROCHA E OUTROS(AS)
APELADO	:	JUSTICA PUBLICA
PROCURADOR	:	ONOFRE DE FARIA MARTINS

EMENTA

PENAL. PROCESSUAL PENAL. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. ART. 168-A CP. APROPRIAÇÃO. DIFICULDADES FINANCEIRAS. COMPROVAÇÃO INEXISTENTE. DOLO. MOMENTO CONSUMATIVO.
1. O Tribunal Regional Federal da 1ª Região, somente em casos excepcionais, admite o argumento de existência do estado de necessidade por incontornável dificuldade financeira. O fato deve estar cabalmente comprovado, sob pena de ficar caracterizado o crime previsto no artigo 168-A do Código Penal.
2. O crime capitulado no art. 168-A do Código Penal, é "deixar de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo legal ou convencional". Trata-se de crime omissivo próprio em que para configurar o delito não se exige o elemento subjetivo do *animus rem sibi habendi*, basta, tão-somente, a conduta omissiva deliberada, salvo as hipóteses de extinção de punibilidade, o que não ocorre na hipótese.
3. Recurso não provido, por unanimidade, negar provimento à apelação.

ACÓRDÃO

Decide a Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação.
Brasília, 27 de março de 2007.

Juiz TOURINHO NETO
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 2003.39.01.000986-3/PA
Processo na Origem: 200339010009863

RELATOR	:	O EXMO SR. JUIZ TOURINHO NETO
EMBARGANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA
PROCURADORA	:	MAÍRA ESTEVES BRAGA
APELADO	:	ESPÓLIO DE CARLOS VITOR HOLANDA
ADVOGADO	:	LANDOLFO VILELA GARCIA JÚNIOR

E M E N T A

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. FINALIDADE. PREQUESTIONAMENTO. PARA QUE SERVEM. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO INEXISTENTES.
1. Os embargos constituem recurso que tem por finalidade o esclarecimento ou a integração de despacho, decisão, sentença ou acórdão, visando, conseqüentemente, eliminar sua obscuridade, contradição ou omissão. São, portanto, uma forma de aprimoramento do ato judicial.

2. Não se prestam os embargos para: a) rever a decisão anterior; b) corrigir os fundamentos da decisão; c) instaurar uma nova discussão; d) corrigir apreciação de prova; e) apreciar questão nova; f) que o órgão julgador proceda o reexame da questão e dê um novo pronunciamento, com a mudança do resultado final do julgamento.
3. Os embargos de declaração devem ser opostos com a finalidade de prequestionamento quando há uma impossibilidade para o conhecimento dos recursos especial ou extraordinário, uma vez que o vício do acórdão não permite que os tribunais superiores possam analisar a matéria por não ficar demonstrado o que, na verdade, foi decidido.
4. Inocorrência dos pressupostos dos embargos de declaração.

ACÓRDÃO

Decide a Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração.
Brasília, 26 de março de 2007.

Juiz TOURINHO NETO
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2004.01.00.046352-0/RO
Processo na Origem: 9000004942

RELATOR	:	O EXMO. SR. JUIZ TOURINHO NETO
AGRAVANTE	:	JOSE CARLOS JULIANO E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	FERNANDO ANTONIO NEVES BAPTISTA E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA

EMENTA

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. FINALIDADE. PREQUESTIONAMENTO. PARA QUE SERVEM. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO INEXISTENTES. DÚVIDA. O VEZO DE OPOR EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.
1. Os embargos constituem recurso que têm por finalidade o esclarecimento ou à integração de despacho, decisão, sentença ou acórdão, visando, conseqüentemente, eliminar sua obscuridade, contradição ou omissão. São, portanto, uma forma de aprimoramento do ato judicial.
2. Não se prestam os embargos para: a) rever a decisão anterior; b) corrigir os fundamentos da decisão; c) instaurar uma nova discussão; d) corrigir apreciação de prova; e) apreciar questão nova; f) que o órgão julgador proceda o reexame da questão e dê um novo pronunciamento, com a mudança do resultado final do julgamento.
3. Inocorrência dos pressupostos dos embargos de declaração.

ACÓRDÃO

Decide a Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração.
Brasília, 26 de março de 2007.

Juiz TOURINHO NETO
Relator

APELAÇÃO CRIMINAL 2004.30.00.001887-3/AC
Processo na Origem: 200430000018873

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO
RELATOR CONV.	:	JUIZ FEDERAL LINO OSVALDO SERRA SOUSA SEGUNDO
APELANTE	:	VALNEI PRESTES DA SILVA
ADVOGADO DATIVO	:	MIKAELA MINARE BRAUNA
APELADO	:	JUSTIÇA PUBLICA
PROCURADOR	:	FERNANDO JOSE PIAZENSKI

E M E N T A

PENAL. PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE SUBSTÂNCIA ENTORPECENTE. ART. 12 e 18, I, DA LEI 6.368/76. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. CONDENAÇÃO.
I - Materialidade comprovada quanto ao crime de tráfico de substância entorpecente (art. 12 da Lei 6.368/76).
II - Não há como desconsiderar as declarações do co-réu quando de sua prisão em flagrante, em virtude de sua retratação em juízo, já que não há provas de que foram feitas mediante coação, estando em harmonia com o contexto global do quadro probatório.
III - Provadas a autoria e a materialidade do ilícito imputado ao réu, em face da sua prisão em flagrante e seu depoimento perante a autoridade policial, corroborado por declarações prestadas por testemunhas, mantém-se o decreto condenatório, considerando, ainda, a ocorrência de tráfico com o exterior (art. 18, I, da Lei nº 6.368/76).
IV - Apelação do réu parcialmente provida.

A C Ó R D Ã O

Decide a 3ª Turma do TRF - 1ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento à apelação do réu, vencido em parte o juiz Tourinho Neto que dava parcial provimento em maior extensão.
Brasília, 26 de março de 2007.

Juiz Federal LINO OSVALDO SERRA SOUSA SEGUNDO
(Relator Convocado)

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2004.33.00.018121-4/BA
Processo na Origem: 200433000181214

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO
RELATOR CONV.	:	JUIZ FEDERAL LINO OSVALDO SERRA SOUSA SEGUNDO
APELANTE	:	ROBERTO MUNIZ LUSTOSA DE ARAGAO
ADVOGADO	:	JOSE LUIZ COSTA SOBREIRA E OUTROS(AS)
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA
PROCURADOR	:	VALDEZ ADRIANI FARIAS
APELADO	:	OS MESMOS

E M E N T A

ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO POR INTERESSE SOCIAL PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA. INDENIZAÇÃO. LAUDO PERICIAL. JUROS COMPENSATÓRIOS E MORATÓRIOS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
I - O laudo oficial não deve ser afastado sem maiores considerações, portanto correta se encontra a sentença, que o acolheu quando da fixação do *quantum* indenizatório. Ademais, o perito, além de ser pessoa de confiança do juiz e isenta de quaisquer interesses no processo, não deixou dúvidas quanto ao acerto e precisão com que realizou seu trabalho, pois em consonância com as normas da ABNT e da legislação pertinente.
II - Os juros compensatórios são devidos mesmo que a propriedade seja improdutiva, tendo em vista a perda antecipada da posse, que implica na diminuição da garantia da prévia indenização constitucionalmente assegurada. Devem ser fixados à taxa de 12% ao ano, a partir da imissão na posse, calculados sobre a diferença entre 80% do preço ofertado e o valor sentenciado, conforme reiterada jurisprudência desta Corte e decisão do STF na Medida Liminar na ADI 2332-2.
III - Os juros moratórios são devidos em função do atraso no pagamento da indenização, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, a partir de 1º de janeiro do exercício seguinte àquele em que o pagamento deveria ser feito, nos termos do art. 100 da CF/88 (art. 15-B do DL 3.365/1941, inserido pela MP 1.901-30/1999, atual MP 2.183-55/2001). Sua cumulação com os juros compensatórios foi admitida na jurisprudência após longa discussão.
IV - A verba honorária deve ser mantida em 3% (três por cento) sobre a diferença entre o valor da oferta e o fixado judicialmente, devidamente corrigidos, aí incluídos os juros compensatórios e moratórios, conforme orientação desta eg. Turma (AC 1998.38.00.039308-0/MG, Rel. Des. Federal Olindo Menezes, DJ de 27/02/04).
V - Apelação do expropriado desprovida.
VI - Apelação do Incra parcialmente provida apenas para determinar que os juros moratórios sejam contados a partir de 1º de janeiro do exercício seguinte àquele em que o pagamento deveria ser feito.

ACÓRDÃO

Decide a 3ª Turma do TRF - 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação do expropriado e dar parcial provimento à apelação do Incra e à remessa oficial.
Brasília, 26 de março de 2007.

JUIZ FEDERAL LINO OSVALDO SERRA SOUSA SEGUNDO
(Relator Convocado)

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2004.34.00.007363-1/DF

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES
RELATOR CONV.	:	JUIZ FEDERAL SAULO CASALI BAHIA
APELANTE	:	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORA	:	ANA PAULA MANTOVANI SIQUEIRA
APELADO	:	APARECIDO ALVES DOS SANTOS
DEFENSOR	:	HOLDEN MACEDO DA SILVA

E M E N T A

PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME AMBIENTAL. LEI Nº 9.605/1998, ART.40. COMPETÊNCIA.
1. "A competência para julgar os crimes ambientais não foi atribuída à Justiça Federal, salvo quando praticados em detrimento de bens, serviços ou interesses da União ou de suas entidades autárquicas, fundacionais ou empresas públicas. A retirada de vegetação em Área de Proteção Ambiental-APA, no interior da APA do Planalto Central, ainda que essa área esteja sob a fiscalização do IBAMA, não ofende diretamente bens, serviços ou interesses da União Federal ou de suas autarquias." (Tribunal Regional Federal da 1ª Região, 3ª Turma, HC nº 2005.01.00.060694-0/DF, relator Desembargador Federal Tourinho Neto, in DJ 21/10/2005, p. 20.)
2. Atos do processo praticados por juiz incompetente anulados, de ofício, em face da incompetência da Justiça Federal. Determinação de remessa dos autos à Justiça Comum do Distrito Federal e Territórios. Apelação Criminal prejudicada.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma anular os atos do processo praticados desde o recebimento da denúncia, inclusive, de ofício, e determinar a remessa dos autos à Justiça do Distrito Federal e Territórios, bem como julgar prejudicada a apelação, à unanimidade.
3ª Turma do TRF da 1ª Região - 26/03/2007.

Juiz Federal SAULO CASALI BAHIA, Relator Convocado

APELAÇÃO CRIMINAL 2004.38.01.007202-9/MG
Processo na Origem: 200438010072029

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO
RELATOR CONV.	:	JUIZ FEDERAL LINO OSVALDO SERRA SOUSA SEGUNDO
APELANTE	:	ANDRE PEREIRA FERNANDES
ADVOGADO	:	EDNA MARIA MACHADO DE SOUZA MELO
APELADO	:	JUSTICA PUBLICA
PROCURADOR	:	ANDRE LUIZ TARQUINIO DA

E M E N T A

PENAL. CRIME DE MOEDA FALSA. CÓDIGO PENAL, ART. 289, § 1º. CIÊNCIA DA FALSIDADE DAS CÉDULAS. DOLO NÃO COMPROVADO. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. ART. 386, VI, CPP.
I - Inexistindo prova suficiente para a condenação, a absolvição é medida que se impõe, com fulcro no art. 386, VI, do CPP.
II - Apelação provida.

A C Ó R D Ã O

Decide a 3ª Turma do TRF - 1ª Região, por unanimidade, dar provimento ao apelo.
Brasília, 26 de março de 2007.

Juiz Federal LINO OSVALDO SERRA SOUSA SEGUNDO
(Relator Convocado)

RECURSO CRIMINAL 2004.39.01.001325-7/PA
Processo na Origem: 200439010013257

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO
RELATOR CONV.	:	JUIZ FEDERAL LINO OSVALDO SERRA SOUSA SEGUNDO
RECORRENTE	:	JUSTICA PUBLICA
PROCURADOR	:	DANIELA PEREIRA BATISTA
RECORRIDO	:	GILVAN PASSOS FILHO
ADVOGADO	:	WILSON FRANCO DE OLIVEIRA
RECORRIDO	:	ANTONIO LUIZ COELHO BANDEIRA
RECORRIDO	:	JEFFERSON DE LIMA ARAUJO FILHO
RECORRIDO	:	FERNANDO LYRA DE CARVALHO
RECORRIDO	:	ANTONIO ABADIO FOSTAL
RECORRIDO	:	JOSE MONTEIRO SILVA
RECORRIDO	:	HENRIQUE PEREIRA DOS SANTOS FILHO

E M E N T A

PENAL E PROCESSUAL PENAL. REDUÇÃO À CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO, FRUSTRAÇÃO DE DIREITOS ASSEGURADOS POR LEI TRABALHISTA E ALICIAMENTO DE TRABALHADORES DE UM LOCAL PARA OUTRO DO TERRITÓRIO NACIONAL. COMPETÊNCIA.
I - Havendo ofensa aos valores que são a estrutura da organização do trabalho e da proteção do trabalhador, a competência é da Justiça Federal. Precedentes.
II - Recurso provido.

A C Ó R D Ã O

Decide a 3ª Turma do TRF - 1ª Região, por unanimidade, dar provimento ao recurso.
Brasília, 26 de março de 2007.

Juiz Federal LINO OSVALDO SERRA SOUSA SEGUNDO
(Relator Convocado)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 2005.01.00.072304-1/MG
Processo na Origem: 200438000000854

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO
RELATOR CONV.	:	JUIZ FEDERAL LINO OSVALDO SERRA SOUSA SEGUNDO
AGRAVANTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
AGRAVADO	:	KING EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA
ADVOGADO	:	NELSON LUIZ GUEDES FERREIRA PINTO E OUTROS(AS)

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO. PERÍCIA. INTIMAÇÃO. CERCEAMENTO DE DEFESA INEXISTENTE.
1 - Tendo em vista que a União foi intimada pessoalmente para que promovesse o depósito dos honorários periciais, desnecessária nova intimação para o início dos trabalhos periciais, sendo certo que lhe foi facultada a indicação de assistente técnico e apresentação de quesitos, direito efetivamente exercido, o que afasta o alegado cerceamento de defesa.
2 - Agravo de instrumento desprovido.

A C Ó R D Ã O

Decide a 3ª Turma do TRF - 1ª Região, por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.
Brasília, 26 de março de 2007.

Juiz Federal LINO OSVALDO SERRA SOUSA SEGUNDO
(Relator convocado)

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2005.33.00.008592-9/BA
Processo na Origem: 200533000085929

RELATOR	:	O EXMO. SR. JUIZ TOURINHO NETO
APELANTE	:	JUSTICA PUBLICA
PROCURADOR	:	MARCIO QUADROS
APELADO	:	MARCOS ANTONIO DE SOUZA
DEFENSOR	:	DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO

EMENTA

PENAL E PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DA PENA. SUBSTITUIÇÃO E PENA.
1. Correta a sentença que fixou o regime inicialmente fechado para o cumprimento da pena imposta ao acusado pela prática do crime de tráfico de entorpecentes.
2. A vedação à progressão do regime de cumprimento da pena para os crimes hediondos é inconstitucional. Fere o inciso XLVI do art. 5º da Constituição Federal. Essa vedação é tão hedionda como o próprio crime. A inconstitucionalidade do § 1º do art. 2º da Lei 8.072/90 foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal ao julgar o HC 82.959-SP.
3. Julgamento recente proferido pelo Supremo Tribunal Federal no *habeas corpus* 88.878/RJ autoriza a substituição de pena privativa de liberdade por restritiva de direitos para os condenados por tráfico de droga, contanto que o acusado, como no caso dos autos, preencha os requisitos do art. 44 do Código Penal.

A C Ó R D Ã O

Decide a Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, por unanimidade, negar provimento à apelação.
Brasília, 27 de março de 2007.

Juiz TOURINHO NETO
Relator

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2005.34.00.023940-4/DF
Processo na Origem: 200534000239404

RELATOR	:	O EXMO. SR. JUIZ TOURINHO NETO
APELANTE	:	JOSE RAIMUNDO DANTAS DE MATOS
DEFENSOR	:	DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO
APELADO	:	JUSTICA PUBLICA
PROCURADOR	:	JOSE ROBALINHO CAVALCANTI

EMENTA

PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. MOEDA FALSA (ART. 289, § 1º, c/c ART. 71 DO CPB). MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. DOSIMETRIA MANTIDA
1. A colocação em circulação de moeda falsa pelo acusado, que tinha plena consciência de sua falsidade, é suficiente para ensejar sua condenação no crime previsto no art. 289, § 1º, do Código Penal Brasileiro.
2. Materialidade e autoria demonstradas pelos documentos acostados nos autos, bem como pelo depoimento de testemunha, que estão em conformidade com os demais elementos dos autos.
3. O conjunto probatório é forte e harmônico no sentido de ser o réu responsável pela prática do crime de moeda falsa.
4. Apelação improvida.

ACÓRDÃO

Decide a Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação.
Brasília, 26 de março de 2007.

Juiz TOURINHO NETO
Relator

RECURSO CRIMINAL Nº 2005.39.00.005808-1/PA
Processo na Origem: 200539000058081

RELATOR	:	O EXMO. SR. JUIZ TOURINHO NETO
RECORRENTE	:	GUNTER KARL PRESSLER
ADVOGADO	:	DENNIS VERBICARO SOARES E OUTROS(AS)
RECORRIDO	:	REGINA CELIA FERNANDES CRUZ
ADVOGADO	:	ZENO NASCIMENTO COSTA

EMENTA

PENAL E PROCESSUAL PENAL. CALÚNIA, DIFAMAÇÃO E INJÚRIA. ARTS. 138, 139 E 140 CP. OFENSA *PROPTER OFFICIUM*. ENTENDIMENTO DO STF. AÇÃO PENAL PRIVADA OU PÚBLICA CONDICIONADA À REPRESENTAÇÃO. QUEIXA-CRIME RECEBIDA COMO REPRESENTAÇÃO. AUSÊNCIA DE DENÚNCIA. ANULAÇÃO DO PROCESSO. ART. 564, III, CPP
1. O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Inq (AgRg) 726-0, firmou o entendimento segundo o qual os delitos de ofensa *propter officium* são passíveis de ação penal privada ou ação penal pública condicionada à representação.
2. O recebimento da queixa-crime como representação induz a necessidade de o Ministério Público, como titular da ação penal pública, oferecer denúncia, sem a qual, todos os atos posteriores ao recebimento são nulos.
3. Recurso em sentido estrito prejudicado.

ACÓRDÃO

Decide a Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, declarar extinta a punibilidade dos delitos de difamação e injúria, pela prescrição da pretensão punitiva (art. 107, IV c/c art. 109, V e VI, todos do CP), anular o processo, *ex officio*, a partir da decisão de fls. 25v e declarar prejudicado o exame do recurso.
Brasília, 26 de março de 2007.

Juiz TOURINHO NETO
Relator

RECURSO CRIMINAL Nº 2005.39.01.000326-3/PA

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES
RELATOR CONV.	:	JUIZ FEDERAL SAULO CASALI BAHIA
RECORRENTE	:	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADOR	:	CARLOS ALEXANDRE RIBEIRO DE SOUZA MENEZES
RECORRIDO	:	REGIVALDO PEREIRA GALVÃO (RÉU PRESO)
RECORRIDO	:	VITALMIRO BASTOS DE MOURA (RÉU PRESO)
ADVOGADO	:	GERSON ANTÔNIO FERNANDES
RECORRIDO	:	VANDER PAIXÃO BASTOS DE MOURA

E M E N T A

PENAL E PROCESSO PENAL. REDUÇÃO À CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.
1. Compete à Justiça Federal o processo e julgamento do crime de redução a condição análoga à de escravo (149 - CP) quando o delito, tendo em vista a forma como é cometido, a quantidade de sujeitos envolvidos e a repercussão social causada, deixa de ser uma violação apenas à liberdade individual do trabalhador, passando a constituir uma grave ofensa a vários bens e valores constitucionais que dizem respeito à organização do trabalho. Precedente do Supremo Tribunal Federal (RE 398.041, relator Ministro Joaquim Barbosa, j. 30.11.2006), em hipótese análoga.
2. Recurso provido.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma dar provimento ao recurso em sentido estrito, à unanimidade.
3ª Turma do TRF da 1ª Região – 26/03/2007.

Juiz Federal SAULO CASALI BAHIA, Relator Convocado

RECURSO CRIMINAL Nº 2005.39.01.000931-9/PA

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES
RELATOR CONV.	:	JUIZ FEDERAL SAULO CASALI BAHIA
RECORRENTE	:	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADOR	:	CARLOS ALEXANDRE RIBEIRO DE SOUZA MENEZES
RECORRIDO	:	ALFRIDES JOSÉ BAUER
RECORRIDO	:	SEBASTIÃO CAGÉ

E M E N T A

PENAL E PROCESSO PENAL. REDUÇÃO À CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.
1. Compete à Justiça Federal o processo e julgamento do crime de redução à condição análoga à de escravo (149 - CP) quando o delito, tendo em vista a forma como é cometido, a quantidade de sujeitos envolvidos e a repercussão social causada, deixa de ser uma violação apenas à liberdade individual do trabalhador, passando a constituir uma grave ofensa a vários bens e valores constitucionais que dizem respeito à organização do trabalho. Precedente do Supremo Tribunal Federal (RE 398041, relator Ministro Joaquim Barbosa, j. 30.11.2006), em hipótese análoga.
2. Recurso provido.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma dar provimento ao recurso em sentido estrito, à unanimidade.
3ª Turma do TRF da 1ª Região – 26/03/2007.

Juiz Federal SAULO CASALI BAHIA, Relator Convocado

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.009096-4/DF

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES
RELATOR CONV.	:	JUIZ FEDERAL SAULO CASALI BAHIA
AGRAVANTE	:	COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA
ADVOGADOS	:	MARCO ANTÔNIO MENEGHETTI E OUTROS
AGRAVADO	:	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADOR	:	OSWALDO JOSÉ BARBOSA SILVA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE IMPROBIDADE. COMPETÊNCIA. RECLAMAÇÃO Nº 2.138/STF. SUSPENSÃO DO PROCESSO. IMPOSSIBILIDADE.
1. O reconhecimento, pelo STF, da inconstitucionalidade dos §§ 1º e 2º do art. 84 do Código de Processo Penal, introduzidos pela Lei nº 10.628/2002, faz com que a competência para o processamento e julgamento das ações de improbidade administrativa fique a cargo dos juízos de primeiro grau, independentemente do agente público que nela esteja envolvido. A competência em razão do foro, por ser um privilégio, decorre de norma expressa que, não mais existindo, deve ser fixada pela regra geral do Código de Processo Civil.
2. A existência de discussão judicial inconclusa acerca a impossibilidade do manejo da ação de improbidade contra o agente político, que somente responderia pelo crime de responsabilidade, travada no âmbito do Reclamação nº 2.138, junto ao STF, não é razão suficiente para deslocar a competência para as instâncias superiores, como quer o recorrente, até porque, a decorrência lógica daquele julgamento, na hipótese de ser pela procedência, implicará na extinção dos feitos de improbidade e não no restabelecimento de foro privilegiado.
3. Agravo de instrumento que se nega provimento.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma negar provimento ao agravo de instrumento, à unanimidade.
3ª Turma do TRF da 1ª Região - 26/03/2007.

Juiz Federal SAULO CASALI BAHIA, Relator Convocado

HABEAS-CORPUS 2006.01.00.020860-9/MT
Processo na Origem: 200636000055988

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO
IMPETRANTE	:	ODILZON DAS NEVES GRAUZ JUNIOR
IMPETRANTE	:	ADEMIR RODRIGUES CARVALHO
IMPETRADO	:	JUIZO FEDERAL DA 2A VARA - MT
PACIENTE	:	ANGELITA FELIPE NUNES (REU PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MAGNITUDE DA LESÃO.
I - A prisão preventiva para a garantia da ordem pública deve se fundamentar na necessidade da segregação como forma de impedir que o réu ou investigado continue a praticar crimes.
II - A magnitude da lesão, por si só, não autoriza a custódia cautelar. Precedentes.
III - Ordem de *habeas corpus* que se concede.

ACÓRDÃO

Decide a 3ª Turma do TRF - 1ª Região, por unanimidade, conceder a ordem de *habeas corpus.*
Brasília, 26 de junho de 2006.

DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO
(Relator)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.034962-0/RR

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES
RELATOR CONV.	:	JUIZ FEDERAL SAULO CASALI BAHIA
AGRAVANTE	:	ROBERTO LEONEL VIEIRA
ADVOGADOS	:	PEDRO XAVIER COELHO SOBRINHO E OUTROS
AGRAVADO	:	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADOR	:	RÔMULO MOREIRA CONRADO

E M E N T A

AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. INDISPONIBILIDADE DOS BENS. DEFERIMENTO NO BOJO DA AÇÃO PRINCIPAL. POSSIBILIDADE. EXERCÍCIO DO PODER GERAL DE CAUTELA.
1. A decretação da indisponibilidade de bens dos réus nas ações de improbidade administrativa, medida de natureza cautelar, está expressamente autorizada pela Lei nº 8.429/1992, não havendo ilegalidade na sua decretação, mesmo que ela se dê no bojo da ação principal, pois pode o juiz, no exercício do poder geral de cautela, deferir medidas acautelatórias fora dos procedimentos cautelares específicos, na linha do art. 273 do CPC.
2. Havendo indícios da participação do requerido nos atos imputados como ímprobos, a decretação da indisponibilidade de parte de seus bens, com a manutenção dos meios para a sua sobrevivência e de sua família, não se apresenta ilegal.
3. Agravo de instrumento a que se nega provimento.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma negar provimento ao agravo de instrumento, à unanimidade.
3ª Turma do TRF da 1ª Região – 26/03/2007.

Juiz Federal SAULO CASALI BAHIA, Relator Convocado

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2006.01.00.039023-1/MG
Processo na Origem: 262684

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO
RELATOR CONV.	:	JUIZ FEDERAL LINO OSVALDO SERRA SOUSA SEGUNDO
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
APELADO	:	CRISTIANO ROBERTO REZENDE VIANA E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	LIBENCIO JOSE MUNDIM DA FONSECA E OUTROS(AS)

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA. ART. 19 DA LEI 11.033/2004. INCONSTITUCIONALIDADE.
I - Esta Turma já decidiu que o levantamento de valores oriundos de precatório judicial, anterior à edição do art. 19 da Lei 11033/2004, não está condicionado à apresentação de certidões negativas de débito fiscal.
II - O Excelso STF declarou a inconstitucionalidade do art. 19 da Lei 11033/04 (ADI 3453/DF, DJ de 16/03/07)
III - Apelação desprovida.

A C Ó R D Ã O

Decide a 3ª Turma do TRF - 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação.
Brasília, 26 de março de 2007.

Juiz Federal LINO OSVALDO SERRA SOUSA SEGUNDO
(Relator Convocado)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.039702-5/PA
Processo na Origem: 200539010011209

RELATOR	:	O EXMO. SR. JUIZ TOURINHO NETO
AGRAVANTE	:	RONDHEVEA ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADO	:	LUCILIA VILLANOVA E OUTRO(A)
AGRAVADO	:	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA
PROCURADOR	:	VALDEZ ADRIANI FARIAS

EMENTA

PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESAPROPRIAÇÃO PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA. LEVANTAMENTO DOS 80% DO VALOR DA OFERTA. DEC. LEI 3.365/41, ART. 33, § 2º.
Após oferecido o preço da indenização, ao propor a ação de desapropriação, não pode o expropriante, sem justo motivo, sem nenhum dado concreto, e depois de largo espaço de tempo, oferecer um novo preço. Direito do expropriado de levantar 80% (oitenta por cento) do primeiro preço ofertado (Dec. Lei 3.365/41, art. 33, § 2º).

A C Ó R D Ã O

Decide a Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, dar provimento ao agravo de instrumento.
Brasília, 27 de março de 2007.

Juiz TOURINHO NETO
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.041987-0/MG
Processo na Origem: 200138000239114

RELATOR	:	O EXMO. SR. JUIZ TOURINHO NETO
AGRAVANTE	:	ASSAD CHEQUER AGRO PECUARIAS COMERCIO LTDA
ADVOGADO	:	DIAMANTINO SILVA FILHO E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA
PROCURADOR	:	VALDEZ ADRIANI FARIAS
PROCURADOR	:	LUZIO ADRIANO HORTA DE OLIVEIRA E OUTRO(A)

EMENTA

PROCESSO CIVIL. DESAPROPRIAÇÃO. RECURSO ESPECIAL. AUTOS SUPLEMENTARES. VALOR DEPOSITADO. LEVANTAMENTO DE 80%.
Não há obstáculo legal para que o juiz aprecie, em autos suplementares, o pedido de levantamento dos 80% (oitenta por cento) do depósito da indenização efetivado pelo expropriante, obedecendo-se o disposto no art. 33 e seus parágrafos do Decreto-Lei 3.365, de 21.06.1941.

ACÓRDÃO

Decide a Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, dar provimento ao agravo de instrumento.
Brasília, 26 de março de 2007.

Juiz TOURINHO NETO
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.042437-9/GO
Processo na Origem: 200635020141840

RELATOR	:	O EXMO. SR. JUIZ TOURINHO NETO
AGRAVANTE	:	MONICA REIS LOUSA
ADVOGADO	:	MONICA REIS LOUSA
AGRAVADO	:	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA
PROCURADOR	:	VALDEZ ADRIANI FARIAS

EMENTA

PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO. VISTORIA PRELIMINAR. VISTORIA DE AVALIAÇÃO.
Apesar de a Lei Complementar 76, de 1993, art. 2º, § 2º, não dispor expressamente sobre a exigência de prévia notificação do expropriado para acompanhar a avaliação administrativa do imóvel, em atenção ao princípio do devido processo legal administrativo, deve a notificação ser procedida, por escrito, e com prévia antecedência, para acompanhar a vistoria avaliatória.

ACÓRDÃO

Decide a Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, dar provimento ao agravo de instrumento.
Brasília, 13 de março de 2007.

Juiz TOURINHO NETO
Relator

HABEAS-CORPUS 2006.01.00.044836-4/MG
Processo na Origem: 200638000228215

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO
IMPETRANTE	:	JOAO ROSISCA
IMPETRANTE	:	ANTONIO DE PADUA ALVES FERREIRA
IMPETRADO	:	JUIZO FEDERAL DA 4A VARA - MG
PACIENTE	:	WILTON LOPES ARRUDA

E M E N T A

HABEAS CORPUS. ART. 334, § 1º C/C ART. 71 E ART. 288, DO CP. JUSTA CAUSA. INDÍCIOS DE AUTORIA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. IMPOSSIBILIDADE.
I - Havendo indícios de autoria e materialidade, não há que se falar em trancamento da ação penal, nem em constrangimento ilegal. Os acontecimentos descritos na denúncia revelam a necessidade de apuração dos supostos crimes previstos no art. 334, § 1º c/c art. 71 e art. 288 do Código Penal.
II - Ordem que se denega.

ACÓRDÃO

Decide a 3ª Turma do TRF - 1ª Região, por unanimidade, denegar a ordem de *habeas corpus.*
Brasília, 23 de janeiro de 2007.

DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO
(Relator)

HABEAS-CORPUS 2006.01.00.044837-8/MG
Processo na Origem: 200638000228215

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO
IMPETRANTE	:	JOAO ROSISCA
IMPETRANTE	:	ANTONIO DE PADUA ALVES FERREIRA
IMPETRADO	:	JUIZO FEDERAL DA 4A VARA - MG
PACIENTE	:	JURANDIR MARINS CORREA

E M E N T A

HABEAS CORPUS. ART. 334, § 1º C/C ART. 71 E ART. 288, DO CP. JUSTA CAUSA. INDÍCIOS DE AUTORIA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. IMPOSSIBILIDADE.
I - Havendo indícios de autoria e materialidade, não há que se falar em trancamento da ação penal, nem em constrangimento ilegal. Os acontecimentos descritos na denúncia revelam a necessidade de apuração dos supostos crimes previstos no art. 334, § 1º c/c art. 71 e art. 288 do Código Penal.
II - Ordem que se denega.

ACÓRDÃO

Decide a 3ª Turma do TRF - 1ª Região, por unanimidade, denegar a ordem de *habeas corpus.*
Brasília, 23 de janeiro de 2007.

DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO
(Relator)

HABEAS-CORPUS 2006.01.00.044838-1/MG
Processo na Origem: 200638000228215

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO
IMPETRANTE	:	JOAO ROSISCA
IMPETRANTE	:	ANTONIO DE PADUA ALVES FERREIRA
IMPETRADO	:	JUIZO FEDERAL DA 4A VARA - MG
PACIENTE	:	OSVALDO PEREIRA DA CRUZ FILHO

E M E N T A

HABEAS CORPUS. ART. 334, § 1º C/C ART. 71 E ART. 288, DO CP. JUSTA CAUSA. INDÍCIOS DE AUTORIA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. IMPOSSIBILIDADE.
I - Havendo indícios de autoria e materialidade, não há que se falar em trancamento da ação penal, nem em constrangimento ilegal. Os acontecimentos descritos na denúncia revelam a necessidade de apuração dos supostos crimes previstos no art. 334, § 1º c/c art. 71 e art. 288 do Código Penal.
II - Ordem que se denega.

ACÓRDÃO

Decide a 3ª Turma do TRF - 1ª Região, por unanimidade, denegar a ordem de *habeas corpus.*
Brasília, 23 de janeiro de 2007.

DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO
(Relator)

HABEAS-CORPUS 2006.01.00.044839-5/MG
Processo na Origem: 200638000228215

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO
IMPETRANTE	:	JOAO ROSISCA
IMPETRANTE	:	ANTONIO DE PADUA ALVES FERREIRA
IMPETRADO	:	JUIZO FEDERAL DA 4A VARA - MG
PACIENTE	:	SEBASTIAO ALVES DE OLIVEIRA

E M E N T A

HABEAS CORPUS. ART. 334, § 1º C/C ART. 71 E ART. 288, DO CP. JUSTA CAUSA. INDÍCIOS DE AUTORIA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. IMPOSSIBILIDADE.
I - Havendo indícios de autoria e materialidade, não há que se falar em trancamento da ação penal, nem em constrangimento ilegal. Os acontecimentos descritos na denúncia revelam a necessidade de apuração dos supostos crimes previstos no art. 334, § 1º c/c art. 71 e art. 288 do Código Penal.
II - Ordem que se denega.

ACÓRDÃO

Decide a 3ª Turma do TRF - 1ª Região, por unanimidade, denegar a ordem de *habeas corpus.*
Brasília, 23 de janeiro de 2007.

DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO
(Relator)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.045238-1/AM

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES
RELATOR CONV.	:	JUIZ FEDERAL SAULO CASALI BAHIA
AGRAVANTE	:	PRE CAST CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA.
ADVOGADOS	:	SIMÃO GUIMARÃES DE SOUSA E OUTROS
AGRAVADO	:	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

E M E N T A

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE IMPROBIDADE. CÓPIA DA PETIÇÃO INICIAL DA AÇÃO. DESNECESSIDADE. DECISÃO LIMINAR. INDISPONIBILIDADE DE BENS. LIMITES.
1. A falta de apresentação de cópia da petição inicial da ação não é capaz de, por si só, inibir o conhecimento do agravo de instrumento, se os documentos acostados na impetração do recurso permitem compreender adequadamente a controvérsia sob deslinde.
2. Recaindo a constrição sobre todos os bens e, sobretudo, sobre os valores tidos em conta corrente bancária, inviabilizando a atividade empresarial da demandada, é de se dar provimento parcial ao agravo, para excluir da constrição os valores depositados em conta corrente, mantendo-a, contudo, sobre os demais bens, até o limite do suposto dano.
3. Agravo provido em parte.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma dar provimento parcial ao agravo de instrumento, à unanimidade.
3ª Turma do TRF da 1ª Região - 26/03/2007.

Juiz Federal SAULO CASALI BAHIA, Relator Convocado

HABEAS-CORPUS 2006.01.00.045360-2/MG
Processo na Origem: 200638000228215

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO
IMPETRANTE	:	JOAO ROSISCA
IMPETRANTE	:	ANTONIO DE PADUA ALVES
IMPETRADO	:	JUIZO FEDERAL DA 4A VARA - MG
PACIENTE	:	ROSILENE PEREIRA

E M E N T A

HABEAS CORPUS. ART. 334, § 1º C/C ART. 71 E ART. 288, DO CP. JUSTA CAUSA. INDÍCIOS DE AUTORIA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. IMPOSSIBILIDADE.
I - Havendo indícios de autoria e materialidade, não há que se falar em trancamento da ação penal, nem em constrangimento ilegal. Os acontecimentos descritos na denúncia revelam a necessidade de apuração dos supostos crimes previstos no art. 334, § 1º c/c art. 71 e art. 288 do Código Penal.
II - Ordem que se denega.

ACÓRDÃO

Decide a 3ª Turma do TRF - 1ª Região, por unanimidade, denegar a ordem de *habeas corpus.*
Brasília, 23 de janeiro de 2007.

DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO
(Relator)

HABEAS-CORPUS 2006.01.00.045381-1/MG
Processo na Origem: 200638000228215

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO
IMPETRANTE	:	JOAO ROSISCA
IMPETRANTE	:	ANTONIO DE PADUA ALVES
IMPETRADO	:	JUIZO FEDERAL DA 4A VARA - MG
PACIENTE	:	ANABEL GONCALVES DOS SANTOS

E M E N T A

HABEAS CORPUS. ART. 334, § 1º C/C ART. 71 E ART. 288, DO CP. JUSTA CAUSA. INDÍCIOS DE AUTORIA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. IMPOSSIBILIDADE.
I - Havendo indícios de autoria e materialidade, não há que se falar em trancamento da ação penal, nem em constrangimento ilegal. Os acontecimentos descritos na denúncia revelam a necessidade de apuração dos supostos crimes previstos no art. 334, § 1º c/c art. 71 e art. 288 do Código Penal.
II - Ordem que se denega.

ACÓRDÃO

Decide a 3ª Turma do TRF - 1ª Região, por unanimidade, denegar a ordem de *habeas corpus.*
Brasília, 23 de janeiro de 2007.

DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO
(Relator)

HABEAS-CORPUS 2006.01.00.045382-5/MG
Processo na Origem: 200638000228215

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO
IMPETRANTE	:	JOAO ROSISCA
IMPETRANTE	:	ANTONIO DE PADUA ALVES
IMPETRADO	:	JUIZO FEDERAL DA 4A VARA - MG
PACIENTE	:	VANISA DOS SANTOS PAULA

E M E N T A

HABEAS CORPUS. ART. 334, § 1º C/C ART. 71 E ART. 288, DO CP. JUSTA CAUSA. INDÍCIOS DE AUTORIA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. IMPOSSIBILIDADE.
I - Havendo indícios de autoria e materialidade, não há que se falar em trancamento da ação penal, nem em constrangimento ilegal. Os acontecimentos descritos na denúncia revelam a necessidade de apuração dos supostos crimes previstos no art. 334, § 1º c/c art. 71 e art. 288 do Código Penal.
II - Ordem que se denega.

ACÓRDÃO

Decide a 3ª Turma do TRF - 1ª Região, por unanimidade, denegar a ordem de *habeas corpus.*
Brasília, 23 de janeiro de 2007.

DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO
(Relator)

HABEAS-CORPUS 2006.01.00.045816-0/MG
Processo na Origem: 200638000228215

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO
IMPETRANTE	:	JOAO ROSISCA
IMPETRANTE	:	ANTONIO DE PADUA ALVES FERREIRA
IMPETRADO	:	JUIZO FEDERAL DA 4A VARA - MG
PACIENTE	:	BRUNO DANIEL DE OLIVEIRA

E M E N T A

HABEAS CORPUS. ART. 334, § 1º C/C ART. 71 E ART. 288, DO CP. JUSTA CAUSA. INDÍCIOS DE AUTORIA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. IMPOSSIBILIDADE.
I - Havendo indícios de autoria e materialidade, não há que se falar em trancamento da ação penal, nem em constrangimento ilegal. Os acontecimentos descritos na denúncia revelam a necessidade de apuração dos supostos crimes previstos no art. 334, § 1º c/c art. 71 e art. 288 do Código Penal.
II - Ordem que se denega.

ACÓRDÃO

Decide a 3ª Turma do TRF - 1ª Região, por unanimidade, denegar a ordem de *habeas corpus.*
Brasília, 23 de janeiro de 2007.

DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO
(Relator)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.047075-0/PI

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES
RELATOR CONV.	:	JUIZ FEDERAL SAULO CASALI BAHIA
AGRAVANTE	:	FRANCISCA MARTA MAGALHÃES DE BRITO E OUTROS
ADVOGADOS	:	CELSO BARROS COELHO E OUTROS
AGRAVADO	:	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADOR	:	MARCO TÚLIO LUSTOSA CAMINHA

E M E N T A

AGRAVO DE INSTUMENTO. AÇÃO DE IMPROBIDADE. TRANCAMENTO DA AÇÃO. NÃO-RECEBIMENTO DA INICIAL.
1. O trancamento da ação de improbidade no pórtico do seu processamento é medida que somente se aconselha ante a evidência inequívoca de que o ato ímprobo é inexistente, ou quando a ação, de plano, se mostra improcedente, o que se evidencia no caso, onde professores de instituição de ensino superior federal obtiveram acréscimo em seus vencimentos por força de progressão funcional, requerida de boa fé e decorrente da apresentação de títulos de mestrado validados pela instituição.
2. Agravo de instrumento provido.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma dar provimento ao agravo de instrumento, à unanimidade.
3ª Turma do TRF da 1ª Região – 27/03/2007.

Juiz Federal SAULO CASALI BAHIA, Relator Convocado

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.047408-9/PI

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES
RELATOR CONV.	:	JUIZ FEDERAL SAULO CASALI BAHIA
AGRAVANTE	:	EDMAR SOARES DA SILVA
ADVOGADOS	:	LUÍS SOARES DE AMORIM E OUTRO
AGRAVADO	:	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADOR	:	KELSTON PINHEIRO LAGES

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AJUIZAMENTO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. DEFESA DE VERBA FEDERAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.
1. Tendo o Ministério Público Federal legitimidade para o ajuizar ação de improbidade relacionada a malversação verbas de natureza federal, a competência para o processamento e julgamento da ação é da Justiça Federal.
2. Agravo de instrumento que se nega provimento.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma negar provimento, à unanimidade.
3ª Turma do TRF da 1ª Região - 27/03/2007.

Juiz Federal SAULO CASALI BAHIA, Relator Convocado

HABEAS-CORPUS 2006.01.00.047976-0/MG
Processo na Origem: 200638000228215

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO
IMPETRANTE	:	JOAO ROSISCA
IMPETRANTE	:	ANTONIO DE PADUA ALVES FERREIRA
IMPETRADO	:	JUIZO FEDERAL DA 4A VARA - MG
PACIENTE	:	CARLOS ALBERTO LOPES STERCI

E M E N T A

HABEAS CORPUS. ART. 334, § 1º C/C ART. 71 E ART. 288, DO CP. JUSTA CAUSA. INDÍCIOS DE AUTORIA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. IMPOSSIBILIDADE.
I - Havendo indícios de autoria e materialidade, não há que se falar em trancamento da ação penal, nem em constrangimento ilegal. Os acontecimentos descritos na denúncia revelam a necessidade de apuração dos supostos crimes previstos no art. 334, § 1º c/c art. 71 e art. 288 do Código Penal.
II - Ordem que se denega.

ACÓRDÃO

Decide a 3ª Turma do TRF - 1ª Região, por unanimidade, denegar a ordem de *habeas corpus.*
Brasília, 23 de janeiro de 2007.

DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO
(Relator)

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2006.01.99.034662-8/AC
Processo na Origem: 12992006

RELATOR	:	O EXMO. SR. JUIZ TOURINHO NETO
APELANTE	:	JUSTICA PUBLICA
PROCURADOR	:	ABELARDO TOWNES DE CASTRO JUNIOR
APELADO	:	WELISSON CANCIO DE OLIVEIRA (REU PRESO)
ADVOGADO	:	MARIA DO PERPETUO SOCORRO N P DA SILVA

EMENTA

PENAL E PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. REGIME INCIAL DE CUMPRIMENTO DA PENA.
1. Correta a sentença que fixou o regime inicialmente fechado para o cumprimento da pena imposta ao acusado pela prática do crime de tráfico de entorpecentes.
2. A vedação à progressão do regime de cumprimento da pena para os crimes hediondos é inconstitucional. Fere o inciso XLVI do art. 5º da Constituição Federal. Essa vedação é tão hedionda como o próprio crime. A inconstitucionalidade do § 1º do art. 2º da Lei 8.072/90 foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal ao julgar o HC 82.959-SP.

A C Ó R D Ã O

Decide a Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação do Ministério Público.
Brasília, 26 de março de 2007.

Juiz TOURINHO NETO
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2006.38.00.013209-0/MG

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES
RELATOR CONV.	:	JUIZ FEDERAL SAULO CASALI BAHIA
APELANTE	:	MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG
PROCURADOR	:	MARCO ANTÔNIO NICOLATO MEDÚCIO
APELADA	:	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PROCURADOR	:	HUGO MARCELINO DA SILVA
APELADA	:	ASSOCIAÇÃO PIF-PAF

E M E N T A

ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA. MUNICÍPIO EXPROPRIANTE. BEM PERTENCENTE A FUNDAÇÃO PUBLICA. IMPOSSIBILIDADE. VEDAÇÃO LEGAL. ART. 2º, § 2º, DO DECRETO-LEI Nº 3.365/1941. RECEPÇÃO. CONSTITUIÇÃO FEDERAL VIGENTE. SUPREMACIA DO INTERESSE FEDERAL.
1. Do cotejo da doutrina e da jurisprudência atual, evidencia-se a recepção do artigo 2º, § 2º, do Decreto-Lei nº 3.365/1941 pela Constituição Federal de 1988, de forma que a desapropriação de bens públicos deve respeitar a gradação imposta pelo dispositivo legal, sendo imprescindível a autorização legislativa.
2. Não há, assim, que se falar em ofensa ao pacto federativo diante da impossibilidade legal de Município desapropriar imóvel pertencente a ente da Administração Federal. *"Aos bens pertencentes às entidades da administração indireta, aplica-se, por analogia, o artigo 2º do Decreto-lei nº 3.365/41, sempre que se trate de bem afetado a uma finalidade pública. Tais bens, enquanto mantiverem essa afetação, são indisponíveis e não podem ser desafetados por entidade política menor"* (Maria Sylvia Zanella Di Pietro. "Direito Administrativo". 14ª edição, 2002, Atlas, p. 165).
3. Improvimento da apelação.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma negar provimento à apelação, à unanimidade.
3ª Turma do TRF da 1ª Região - 26/03/2007.

Juiz Federal SAULO CASALI BAHIA, Relator Convocado

RECURSO CRIMINAL Nº 2006.39.01.000467-3/PA

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES
RELATOR CONV.	:	JUIZ FEDERAL SAULO CASALI BAHIA
RECORRENTE	:	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORA	:	MELINA CASTRO MONTOYA FLORES
RECORRIDA	:	SANDRA DE SOUZA CUNHA
RECORRIDO	:	NILSON

E M E N T A

PENAL E PROCESSO PENAL. REDUÇÃO A CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.
1. Compete à Justiça Federal o processo e julgamento do crime de redução a condição análoga à de escravo (149 - CP) quando o delito, tendo em vista a forma como é cometido, a quantidade de sujeitos envolvidos e a repercussão social causada, deixa de ser uma violação apenas à liberdade individual do trabalhador, passando a constituir uma grave ofensa a vários bens e valores constitucionais que dizem respeito à organização do trabalho. Precedente do Supremo Tribunal Federal (RE 398041, relator Ministro Joaquim Barbosa, j. 30/11/2006), em hipótese análoga.
2. Recurso provido.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma dar provimento ao recurso em sentido estrito, à unanimidade.
3ª Turma do TRF da 1ª Região – 26/03/2007.

Juiz Federal SAULO CASALI BAHIA, Relator convocado

RECURSO CRIMINAL Nº 2006.39.01.000471-4/PA

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES
RELATOR CONV.	:	JUIZ FEDERAL SAULO CASALI BAHIA
RECORRENTE	:	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORA	:	ANA PAULA CARNEIRO SILVA
RECORRIDO	:	JAIRO CARLOS BORGES
ADVOGADOS	:	JANINE RIBEIRO DA CUNHA E OUTRO

E M E N T A

PENAL E PROCESSO PENAL. REDUÇÃO A CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. CRIME AMBIENTAL. LEI Nº 9.605/1998. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. INEXISTÊNCIA DE CONEXÃO PROBATÓRIA.
1. É da competência da Justiça Federal o processo e julgamento do crime de redução a condição análoga à de escravo (149 - CP), quando o delito, tendo em vista a forma como é cometido, a quantidade de sujeitos envolvidos e a repercussão social causada, deixa de ser uma violação apenas à liberdade individual do trabalhador, passando a constituir uma grave ofensa a vários bens e valores constitucionais que dizem respeito à organização do trabalho. Precedente do Supremo Tribunal Federal (RE 398041, relator Ministro Joaquim Barbosa, j. 30/11/2006), em hipótese análoga.
2. Compete à Justiça Estadual o processo e julgamento dos crimes contra o meio ambiente envolvendo também a fauna e a flora -, bem de uso comum do povo (CF - art. 225). Todavia, incide a competência da justiça federal quando o delito ocorrer em águas ou terras da União, ou quando o bem atingido for de sua propriedade por ato jurídico específico. Precedente do STF (RE 300.244-9/SC).
3. Inexistindo conexão probatória entre os crimes de competência da Justiça Federal e os crimes de competência da Justiça Estadual, apurados nos mesmos autos, deve o julgador determinar a separação dos processos, para julgamento em separado pela justiça estadual e pela justiça federal, segundo suas respectivas competências.
4. Recurso parcialmente provido.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma dar parcial provimento ao recurso em sentido estrito, à unanimidade.
3ª Turma do TRF da 1ª Região – 26/03/2007.

Juiz Federal SAULO CASALI BAHIA, Relator Convocado

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2006.39.03.002648-1/PA
Processo na Origem: 200639030026481

RELATOR	:	O EXMO. SR. JUIZ TOURINHO NETO
APELANTE	:	MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR	:	MARCO ANTONIO DELFINO DE ALMEIDA
APELADO	:	ERALDO SORGE SEBASTIAO PIMENTA
ADVOGADO	:	GISELLE ALINE DE AQUINO CABECA

E M E N T A

ADMINISTRATIVO. PROCESSO CIVIL. AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRASTIVA. ATO ÍMPROBO. ATO IMORAL. CASOS DE EMERGÊNCIA. LICITAÇÃO. DISPENSA.
1. Nem todo ato atentador da moralidade pode ser caracterizado como ímprobo, violador dos deveres de imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições.
2. A má-fé é premissa do ato ilegal e ímprobo.
3. "O ímprobo administrativo é o devasso da Administração Pública" (José Afonso da Silva).
4. O ato pode contrariar o princípio da moralidade e não ser ímprobo.
5. É dispensável a licitação, nos termos da Lei 8.666/93, art. 24, IV, nos casos de emergência ou de calamidade pública, estando caracterizada a urgência de atendimento de situação que possa gerar prejuízo ou comprometer a segurança das pessoas, obras ou serviços.

ACÓRDÃO

Decide a Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação.
Brasília, 20 de março de 2007.

Juiz TOURINHO NETO
Relator

HABEAS-CORPUS 2007.01.00.000011-0/BA
Processo na Origem: 200633050051398

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL LINO OSVALDO SERRA SOUSA SEGUNDO (CONV.)
IMPETRANTE	:	ROBERTA SAMPAIO E OUTRO(A)
IMPETRANTE	:	PAULO GUSMAO
IMPETRADO	:	JUIZO FEDERAL DA SUBSECAO JUDICIARIA DE JUAZEIRO - BA
PACIENTE	:	MARCIO ROBERTO DE FIGUEIREDO HABIB (REU PRESO)

E M E N T A

HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. FRAUDE. INTERNET. ESQUEMA CRIMINOSO CONSISTENTE NO DESVIO DE VERBAS DE CORRENTISTAS DE DIVERSAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS. ADULTERAÇÃO DAS PÁGINAS OFICIAIS DOS BANCOS. *PERICULUM LIBERTATIS* DO PACIENTE NÃO DEMONSTRADO. ORDEM CONCEDIDA.
I - A par dos pressupostos de prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria é preciso que exista um fato concreto a demonstrar a necessidade da medida segregatória decretada com fulcro num dos fundamentos previstos no art. 312 do CPP: garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.
II - O possível envolvimento do paciente com as práticas ilícitas investigadas bem como o fato dele ser policial federal são alegações abstratas que não servem para justificar a prisão preventiva com espeque na garantia da ordem pública.
III - Ordem que se concede.

ACÓRDÃO

Decide a 3ª Turma do TRF - 1ª Região, à unanimidade, conceder a ordem de *habeas corpus.*
Brasília, 30 de janeiro de 2007.

JUIZ FEDERAL LINO OSVALDO SERRA SOUSA SEGUNDO
(Relator convocado)

HABEAS CORPUS Nº 2007.01.00.004289-5/AP

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES
RELATOR CONV.	:	JUIZ FEDERAL SAULO CASALI BAHIA
IMPETRANTE	:	RONALDO DAVID GUIMARÃES
IMPETRADO	:	JUÍZO FEDERAL DA 1ª VARA/AP
PACIENTE	:	CHARLES AMAZONAS (RÉU PRESO)

E M E N T A

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. PRISÃO PREVENTIVA. CITAÇÃO POR EDITAL. INEXISTÊNCIA DE ELEMENTOS HÁBEIS A CONFIRMAR A TESE DE FUGA. CONCESSÃO DA ORDEM.
1. É incabível inferir fuga, em função da revelia do paciente, mormente porque nenhuma advertência foi feita ao denunciado quanto a não mudar de domicílio ou quanto ao dever de informar à autoridade policial ou ao juízo "a quo" eventual mudança de endereço, até porque, à época de sua mudança de domicílio, sequer se encontrava indiciado no inquérito policial instaurado.
2. Concessão da ordem de *habeas corpus.*

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma conceder a ordem de *habeas corpus*, à unanimidade.
Terceira Turma do TRF da 1ª Região – 27/03/2007.

Juiz Federal SAULO CASALI BAHIA, Relator Convocado

HABEAS CORPUS Nº 2007.01.00.005973-4/MG

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES
RELATOR CONV.	:	JUIZ FEDERAL SAULO CASALI BAHIA
IMPETRANTE	:	HERMES VILCHEZ GUERRERO
IMPETRANTE	:	LEONARDO COSTA BANDEIRA
IMPETRANTE	:	SANFIO BAIONETA NOGUEIRA
IMPETRANTE	:	MARCELO SARSUR LUCAS DA SILVA
IMPETRADO	:	JUÍZO FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PATOS DE MINAS/MG
PACIENTE	:	DÉCIO FLORES DA CUNHA
PACIENTE	:	GECENY FLORES DA CUNHA

E M E N T A

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. APRECIAÇÃO DA PROPOSTA APÓS O RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. POSSIBILIDADE. SISTEMÁTICA LEGAL.
1. É admissível a expedição de cartas precatórias para a citação e intimação dos réus quanto à proposta de suspensão condicional do processo após o despacho que, reputando presentes os requisitos do art. 41 do CPP, recebe a denúncia. Aliás, a própria dicção do dispositivo legal em exame - art. 89, § 1º, da Lei nº 9.099/1995 - revela a necessidade de recebimento da denúncia como pressuposto para a concessão do *sursis* processual.
2. Denegação da ordem de *habeas corpus*.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma denegar a ordem de *habeas corpus*, à unanimidade.
3ª Turma do TRF da 1ª Região - 26/03/2007.

Juiz Federal SAULO CASALI BAHIA, Relator Convocado

HABEAS CORPUS Nº 2007.01.00.006726-9/BA

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES
RELATOR CONV.	:	JUIZ FEDERAL SAULO CASALI BAHIA
IMPETRANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	LEONARDO LIMA NAZARETH ANDRADE
IMPETRADO	:	JUÍZO FEDERAL DA 10ª VARA/BA
PACIENTE	:	SÔNIA EVANGELISTA AVELAR

E M E N T A

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. DESOBEDIÊNCIA. FUNCIONÁRIO PÚBLICO. AMEAÇA DE PRISÃO. CONCESSÃO DA ORDEM.
1. Esta Turma, em vários precedentes, na linha de julgados do STJ, tem entendido que o juiz federal cível não tem poderes para expedir mandado de prisão fora dos casos de depositário infiel ou de devedor de alimentos; e que, na hipótese de flagrante por crime permanente, como o suposto descumprimento de ordem judicial, não cabe ao juiz dar a respectiva ordem, pois se trata de prisão sem mandado, embora tenha, como qualquer do povo, a faculdade de proceder à prisão se o crime ocorrer na sua presença. (Cf. art. 301 - Código de Processo Penal.)
2. O crime de desobediência, inserido no capítulo do Código Penal que tipifica os crimes praticados por particular contra a administração em geral, não pode ter como sujeito ativo o funcionário público (no caso, pelo conceito ampliado do parágrafo único do art. 327 do Código Penal).
3. Cuidando-se de infração classificada como de menor potencial ofensivo - aquela em que a lei comine pena máxima não superior a dois anos -, em princípio não comporta prisão em flagrante, desde que, lavrado o termo circunstanciado e encaminhado ao juizado, assuma o autor o compromisso de a ele comparecer (cf. Lei nº 9.099/95 - art. 69).
4. Ordem concedida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma conceder a ordem de *habeas corpus*, à unanimidade.
3ª Turma do TRF da 1ª Região - 26/03/2007.

Juiz Federal SAULO CASALI BAHIA, Relator Convocado

HABEAS CORPUS Nº 2007.01.00.007072-6/MG

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES
RELATOR CONV.	:	JUIZ FEDERAL SAULO CASALI BAHIA
IMPETRANTE	:	MARCUS VINÍCIUS DE OLIVEIRA
IMPETRADO	:	JUÍZO FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE IPATINGA/MG
PACIENTE	:	JOSÉ REGINALDO DA SILVA (RÉU PRESO)

E M E N T A

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. PRISÃO PREVENTIVA. FURTO QUALIFICADO. RISCO À ORDEM PÚBLICA DEMONSTRADO CONCRETAMENTE. REINCIDÊNCIA CRIMINOSA. EXTENSÃO DA PARTICIPAÇÃO. MATÉRIA PROBATÓRIA. DENEGAÇÃO DA ORDEM.
1. Em que pese certa vacilação existente na jurisprudência acerca do significado de ordem pública como hipótese de cabimento da prisão preventiva, o entendimento desta 3ª Turma é no sentido de que a garantia da ordem pública faz-se necessária quando haja risco ponderável de repetição da ação delituosa. A reiteração criminosa noticiada pelo juízo impetrado autoriza a manutenção da constrição à liberdade do acusado com base na garantia da ordem pública, porquanto reveladora de perigo real e atual de repetição da ação delituosa.
2. A determinação da extensão da participação do paciente, por constituir matéria probatória, não pode ser apreciada no âmbito angusto do *habeas corpus*, procedimento documental e célere.
3. Denegação da ordem de *habeas corpus.*

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma denegar a ordem de *habeas corpus*, à unanimidade.
Terceira Turma do TRF da 1ª Região – 27/03/2007.

Juiz Federal SAULO CASALI BAHIA, Relator Convocado

HABEAS CORPUS Nº 2007.01.00.007074-3/MG

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES
RELATOR CONV.	:	JUIZ FEDERAL SAULO CASALI BAHIA
IMPETRANTE	:	MARCUS VINÍCIUS DE OLIVEIRA
IMPETRADO	:	JUÍZO FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE IPATINGA/MG
PACIENTE	:	CHARLEY CLÓVIS SANTOS (RÉU PRESO)

E M E N T A

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. PRISÃO PREVENTIVA. FURTO QUALIFICADO. RISCO À ORDEM PÚBLICA DEMONSTRADO CONCRETAMENTE. REINCIDÊNCIA CRIMINOSA. EXTENSÃO DA PARTICIPAÇÃO. MATÉRIA PROBATÓRIA. DENEGAÇÃO DA ORDEM.
1. Em que pese certa vacilação existente na jurisprudência acerca do significado de ordem pública como hipótese de cabimento da prisão preventiva, o entendimento desta 3ª Turma é no sentido de que a garantia da ordem pública faz-se necessária quando haja risco ponderável de repetição da ação delituosa. A reiteração criminosa noticiada pelo juízo impetrado autoriza a manutenção da constrição à liberdade do acusado com base na garantia da ordem pública, porquanto reveladora de perigo real e atual de repetição da ação delituosa.
2. A determinação da extensão da participação do paciente, por constituir matéria probatória, não pode ser apreciada no âmbito angusto do *habeas corpus*, procedimento documental e célere.
3. Denegação da ordem de *habeas corpus.*

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma denegar a ordem de *habeas corpus*, à unanimidade.
Terceira Turma do TRF da 1ª Região – 27/03/2007.

Juiz Federal SAULO CASALI BAHIA, Relator Convocado

HABEAS CORPUS Nº 2007.01.00.007084-6/MA

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES
RELATOR CONV	:	JUIZ FEDERAL SAULO CASALI BAHIA
IMPETRANTE	:	ARMANDO SEREJO
IMPETRANTE	:	JADSON CLÉON S. DE SOUZA
IMPETRADO	:	JUÍZO FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE IMPERATRIZ/MA
PACIENTE	:	WILMAN VEGA DIAZ (RÉU PRESO)

E M E N T A

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. PRISÃO EM FLAGRANTE. CONVERSÃO EM PREVENTIVA. INDEFERIMENTO DE SUA REVOGAÇÃO. NÃO DEMONSTRAÇÃO DE CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. DENEGAÇÃO DA ORDEM.
1. Nos casos de prisão em flagrante, pacificou-se na jurisprudência, ocorre uma inversão no ônus, cabendo ao réu demonstrar a desnecessidade de sua segregação, comprovando os requisitos de primariedade, residência fixa, profissão lícita e que, em liberdade, não atentará contra a ordem pública, ordem econômica, aplicação da lei penal e a conveniência da instrução, nos termos do art. 312 do CPP.
2. Não havendo na impetração demonstração documental de que tenha o paciente ocupação lícita e residência fixa no Brasil e nem mesmo no exterior, onde disse residir - condições pessoais favoráveis exigidas para a concessão do benefício da liberdade provisória -, é de ser denegada a ordem de *habeas corpus*.
3. Ordem de *habeas* corpus denegada.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma denegar a ordem de *habeas corpus*, à unanimidade.
3ª Turma do TRF da 1ª Região - 20/03/2007.

Juiz Federal SAULO CASALI BAHIA, Relator Convocado

HABEAS-CORPUS 2007.01.00.007500-9/RO
Processo na Origem: 200741010003779

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO
RELATOR CONV.	:	JUIZ FEDERAL LINO OSVALDO SERRA SOUSA SEGUNDO
IMPETRANTE	:	CRISTIANO DANIEL DA SILVA
ADVOGADO	:	HENRIQUE SCARCELLI SEVERINO
IMPETRADO	:	JUIZO FEDERAL DA SUBSECAO JUDICIARIA DE JI-PARANA - RO
PACIENTE	:	CRISTIANO DANIEL DA SILVA (REU PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. PRISÃO EM FLAGRANTE. USO DE DOCUMENTO FALSO. SAQUES FRAUDULENTOS DE SEGURO-DESEMPREGO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 312 DO CPP.
I - O só fato de o paciente ser o proprietário do veículo utilizado pelo grupo no evento ilícito não possui o condão de demonstrar o grau de comprometimento com os crimes perpetrados.
II - Sendo a situação pessoal do paciente favorável, aliada à orientação jurisprudencial no sentido de que a prisão provisória não pode ocorrer como antecipação da condenação, é de se revogar a custódia que lhe foi imposta, eis que ausentes os requisitos do art. 312 do CPP.
III - Ordem que se concede, mediante termo de comparecimento.

ACÓRDÃO
Decide a 3ª Turma do TRF - 1ª Região, por unanimidade, conceder à ordem de *habeas corpus*, mediante termo de comparecimento.
Brasília, 26 de março de 2007.

JUIZ FEDERAL LINO OSVALDO SERRA SOUSA SEGUNDO
(Relator Convocado)

HABEAS-CORPUS Nº 2007.01.00.007891-2/PI
Processo na Origem: 200740000003882

RELATOR	:	O EXMO. SR. JUIZ TOURINHO NETO
IMPETRANTE	:	EZEQUIEL CASSIANO DE BRITTO
IMPETRADO	:	JUIZO FEDERAL DA 2A VARA - PI
PACIENTE	:	SIGILOSO (REU PRESO)

E M E N T A
PROCESSO PENAL. *HABEAS CORPUS*. PRISÃO PREVENTIVA. DECRETO SEM FUNDAMENTAÇÃO.
O decreto de prisão preventiva deve ser suficientemente fundamentado, a fim de que se possa avaliar se a racionalidade predominou sobre o arbítrio, evitando-se assim o autoritarismo. "O poder somente está legitimado quando calcado no saber judicial, de modo que não mais se legitima por si mesmo" (FERRAJOLI).
A C Ó R D Ã O
Decide a Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, conceder ordem de *habeas corpus* impetrada em favor de FÁBIO CARVALHO PESSOA, conhecido por Fábio Panda, devendo ser posto em liberdade, se por outro motivo não estiver preso; e firmar compromisso de comparecer a todos os atos do processo.
Brasília, 26 de março de 2007.

Juiz TOURINHO NETO
Relator

HABEAS CORPUS Nº 2007.01.00.008251-1/PI
Processo na Origem: 200740000006768

RELATOR	:	O EXMO. SR. JUIZ TOURINHO NETO
IMPETRANTE	:	FRANCISCO MADUREIRA
IMPETRADO	:	JUIZO FEDERAL DA 2A VARA - PI
PACIENTE	:	SIGILOSO (REU PRESO)

E M E N T A
PROCESSO PENAL. *HABEAS CORPUS*. PRISÃO PREVENTIVA. MOTIVAÇÃO SUFICIENTE. PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. PREVENÇÃO DE REINCIDÊNCIA.
1. O dever de motivar devidamente o decreto de prisão preventiva é a "garantia das garantias" (FERRAJOLI), a fim de permitir que a pessoa possa recorrer ao tribunal competente para que "decida, sem demora, sobre a legalidade de sua prisão ou detenção e ordene sua soltura se a prisão ou a detenção forem ilegais" (Convenção Americana sobre Direitos Humanos - Pacto de São José, art. 7º, item 6).
2. Preso por força de prisão preventiva. Ao determinar o art. 7º da Lei 9.034, de 1995, que não será concedida liberdade provisória "aos agentes que tenham tido intensa e efetiva participação na organização criminosa" não está dando ao juiz carta branca para decretar a prisão preventiva sem a devida fundamentação.
3. É inadmissível que o decreto de prisão preventiva seja fundamentado na necessidade de prevenção de reincidência, guardando, assim, contornos de antecipação de pena.
A C Ó R D Ã O
Decide a Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, conceder ordem de *habeas corpus* impetrada em favor de WENDEL SANTOS ALMEIDA, conhecido por Cabeça, devendo ser posto em liberdade, se por outro motivo não estiver preso; e firmar compromisso de comparecer a todos os atos do processo.
Brasília, 26 de março de 2007.

Juiz TOURINHO NETO
Relator

HABEAS-CORPUS Nº 2007.01.00.008255-6/PA
Processo na Origem: 200639040034246

RELATOR	:	O EXMO. SR. JUIZ TOURINHO NETO
IMPETRANTE	:	WALDERCLEY RAIMUNDO DA SILVA OLIVEIRA
IMPETRADO	:	JUIZO FEDERAL DA SUBSECAO JUDICIARIA DE CASTANHAL - PA
PACIENTE	:	RUBENS WARLLYS CORREA MENDES (REU PRESO)

E M E N T A
PROCESSO PENAL. *HABEAS CORPUS*. INSTRUÇÃO CRIMINAL. EXCESSO DE PRAZO JUSTIFICÁVEL.
A excepcionalidade da prisão preventiva impõe uma observação rígida dos prazos processuais, levando, se extrapolados, a reconhecer a ilegalidade da custódia, o constrangimento ilegal. Todavia, o excesso de prazo na instrução criminal afigura-se razoável quando o processo é complexo em razão de ouvida de testemunhas mediante carta precatória. Aferição esta que deve ser examinada em cada caso concreto, observadas as peculiaridades de cada processo.
A C Ó R D Ã O
Decide a Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, denegar a ordem de *habeas corpus* impetrada em favor de RUBENS WARLLYS CORREA MENDES.
Brasília, 26 de março de 2007.

Juiz TOURINHO NETO
Relator

HABEAS CORPUS Nº 2007.01.00.008274-8/MT

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES
RELATOR CONV.	:	JUIZ FEDERAL SAULO CASALI BAHIA
IMPETRANTE	:	EVERALDO BATISTA FILGUEIRA
IMPETRANTE	:	EVERALDO BATISTA FILGUEIRA JÚNIOR
IMPETRADO	:	JUÍZO FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CÁCERES/MT
PACIENTE	:	ANDRÉ MINETTI DE JESUS (RÉU PRESO)

E M E N T A
PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. DECLINAÇÃO DA COMPETÊNCIA PARA O JUÍZO ESTADUAL.
1. Verificada a incompetência da Justiça Federal, deve o *habeas corpus* ser encaminhado ao órgão competente para conhecê-lo e julgá-lo. Na hipótese, o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.
2. Processo do qual se declina da competência.
A C Ó R D Ã O
Decide a Turma declinar da competência para conhecer e julgar o presente *habeas corpus* em favor do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, à unanimidade.
3ª Turma do TRF da 1ª Região - 27/03/2007.

Juiz Federal SAULO CASALI BAHIA, Relator Convocado

HABEAS-CORPUS 2007.01.00.008640-2/MG
Processo na Origem: 200738070002092

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO
RELATOR CONV.	:	JUIZ FEDERAL LINO OSVALDO SERRA SOUSA SEGUNDO
IMPETRANTE	:	IRAN FERREIRA DA SILVA
ADVOGADO	:	RENATO TORRES RIBEIRO
IMPETRADO	:	JUIZO FEDERAL DA SUBSECAO JUDICIARIA DE MONTES CLAROS - MG
PACIENTE	:	IRAN FERREIRA DA SILVA (REU PRESO)

E M E N T A
HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 157, § 2º, DO CP. EXCESSO DE PRAZO.
I - A manutenção da prisão do paciente, em virtude da prática do crime que lhe é imputado, extrapolou injustificadamente o prazo legal, vindo a configurar constrangimento ilegal, reparável pela via do *habeas corpus*.
II - Ordem que se concede.
A C Ó R D Ã O
Decide a 3ª Turma do TRF - 1ª Região, por unanimidade, conceder a ordem de *habeas corpus*.
Brasília, 26 de março de 2007.

Juiz Federal LINO OSVALDO SERRA SOUSA SEGUNDO
(Relator Convocado)

COORDENADORIA DA QUINTA TURMA

DIVISÃO DE PROCESSAMENTO E PROCEDIMENTOS DIVERSOS

DESPACHOS/DECISÕES

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.027371-2/RR
Processo na Origem: 200342000024968
RELATOR(A): DESEMBARGADOR FEDERAL FAGUNDES DE DEUS
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
AGRAVANTE: FUNDACAO NACIONAL DO INDIO - FUNAI
PROCURADOR: ANTONIO ROBERTO BASSO
PROCURADOR: LUIZ FERNANDO VILLARES E SILVA
AGRAVADO: CITEL COMERCIAL LTDA
AGRAVADO: MUNICIPIO DE PACARAIMA - RR
PROCURADOR: DENISE ABREU CAVALCANTI
AGRAVADO: ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR: DIRCINHA CARREIRA DUARTE E OUTROS(AS)
No(s) processo(s) acima relacionado(s), fica(m) intimado(s) o(s) agravante(s) para fornecer(em) o(s) endereço(s) atualizado(s) do agravado CITEL COMERCIAL LTDA.
Brasília-DF, 13 de abril de 2007.
Coordenadoria da Quinta Turma
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.002076-2/MT
Processo na Origem: 200536000147821
RELATOR(A): DESEMBARGADOR FEDERAL FAGUNDES DE DEUS
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
AGRAVADO: MUNICIPIO DE TESOURO - MT
PROCURADOR: HUMBERTO FERNANDO MONTEIRO FERREIRA E OUTRO(A)

No(s) processo(s) acima relacionado(s), fica(m) intimado(s) o(s) agravante(s) para fornecer(em) o(s) endereço(s) atualizado(s) do agravado MUNICIPIO DE TESOURO - MT.
Brasília-DF, 13 de abril de 2007.
Coordenadoria da Quinta Turma

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.027507-9/RR
Processo na Origem: 200342000024540
RELATOR(A):DESEMBARGADOR FEDERAL FAGUNDES DE DEUS
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
AGRAVANTE: FUNDACAO NACIONAL DO INDIO - FUNAI
PROCURADOR: ANTONIO ROBERTO BASSO
PROCURADOR: LUIZ FERNANDO VILLARES E SILVA
AGRAVADO: B M M GOMES
ADVOGADO: FRANCISCO ALVES NORONHA
AGRAVADO: MUNICIPIO DE PACARAIMA - RR
PROCURADOR: DENISE ABREU CAVALCANTI
AGRAVADO: ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR: DIRCINHA CARREIRA DUARTE E OUTROS(AS)

No(s) processo(s) acima relacionado(s), fica(m) intimado(s) o(s) agravante(s) para fornecer(em) o(s) endereço(s) atualizado(s) do agravado MUNICIPIO DE PACARAIMA - RR.
Brasília-DF, 13 de abril de 2007.
Coordenadoria da Quinta Turma

COORDENADORIA DA SEXTA TURMA

ATA DE JULGAMENTOS

ATA DA 11ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 2 DE MARÇO DE 2007

Presidente(s) da Sessão: Exmo(a.) Sr(a). Dr(a). DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO

Proc. Reg. da República: Exmo(a). Sr(a).: PAULO VASCONCELOS JACOBINA
Secretário(a): ANTÔNIO LUIZ CARVALHO NETO
Às nove horas e seis minutos, presentes os Exmos. Srs. Desembargadores Federais Souza Prudente e Maria Isabel Gallotti Rodrigues, foi aberta a sessão. Lida e não impugnada, foi aprovada a ata da sessão anterior.
BRASÍLIA, 02/03/2007

JULGAMENTOS

AC	1998.01.00.009508-3 / BA	(670)
APTE:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF	
ADV:	UBIRACI MOREIRA LISBOA E OUTROS(AS)	
APTE:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
APDO:	LUIS CARLOS PEREIRA DOS SANTOS E OUTRO(A)	
ADV:	WILSON PIRES NASCIMENTO	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA 8A VARA - BA	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES	

A Turma, à unanimidade, negou provimento aos Embargos de Declaração.

AC	1998.34.00.016657-0 / DF	(671)
APTE:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
APDO:	ANTONIO RODRIGUES TEIXEIRA E CONJUGE	
ADV:	VICTOR JOSE RODRIGUES DE CASTRO	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA 20A VARA - DF	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES	

A Turma, à unanimidade, não conheceu da Remessa Oficial, conheceu, em parte, da apelação e, nesta parte, negou-lhe provimento.

AC	1999.38.01.002469-9 / MG	(672)
APTE:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
APDO:	MARCELO PAIVA TEIXEIRA DOS SANTOS	
ADV:	ELIANE OLIVEIRA DE ALMEIDA E OUTROS(AS)	
APDO:	BANCO BRADESCO S/A	
ADV:	LINO ALBERTO DE CASTRO E OUTROS(AS)	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA 2A VARA DA SUBSECAO JUDICIARIA DE JUIZ DE FORA - MG	
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO	

A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação da União e, pelo voto-médio da Exma. Sra. Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues, deu parcial provimento à Remessa Oficial para reduzir o valor da indenização para R$17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais), vencidos, em parte, o Exmo. Sr. Relator, que dava provimento à Remessa em maior extensão, para reduzir o valor para R$5.000,00 (cinco mil reais), e o Exmo. Sr. Desembargador Federal Souza Prudente, que negava provimento mantendo o valor fixado pela sentença.

AC	2000.36.00.005304-2 / MT	(673)
APTE:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF	
ADV:	GAMALIEL FRAGA DUARTE E OUTROS(AS)	
APDO:	MIGUEL JOSE OUVIRES NETO	
ADV:	WALDIR CECHET JUNIOR	
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE	

A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação.

AC	2000.36.00.005304-2 / MT	(674)
APTE:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF	
ADV:	GAMALIEL FRAGA DUARTE E OUTROS(AS)	
APDO:	MIGUEL JOSE OUVIRES NETO	
ADV:	WALDIR CECHET JUNIOR	
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE	

A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação.

AC	2000.38.00.031174-1 / MG	(675)
APTE:	ARY BERNARDINO DA CRUZ	
ADV:	JOAO BATISTA DE OLIVEIRA ROCHA E OUTROS(AS)	
APDO:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF	
ADV:	ROZANA REZENDE SILVA E OUTROS(AS)	
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO	

A Turma, à unanimidade, deu parcial provimento aos Embargos de Declaração, sem modificação do resultado do julgamento.

AC	2000.01.00.036070-0 / BA	(676)
APTE:	EDSON NOVAES SANTIAGO	
ADV:	LEONARDO VIEIRA SANTOS E OUTROS(AS)	
APDO:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO	

Prosseguindo no julgamento, a Turma, à unanimidade, deu provimento à Apelação.

AC	2000.01.00.065893-7 / DF	(677)
APTE:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
APDO:	RENATO LUIZ SCHIMIDT ANDRINO E CONJUGE	
ADV:	ERICA LIMA DE PAIVA MUGLIA E OUTROS(AS)	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES	

A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação.

AC	2001.36.00.000090-9 / MT	(678)
APTE:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF	
ADV:	GAMALIEL FRAGA DUARTE E OUTROS(AS)	
APDO:	MATILDE DE FATIMA DA SILVA	
ADV:	ALCIDES LUIZ FERREIRA E OUTRO(A)	
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE	

A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação.

AC	2001.30.00.001880-1 / AC	(679)
APTE:	DJANIRA ALVES DE SOUZA	
ADV:	RAIMUNDO PRADO NETO	
APTE:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF	
ADV:	EURICO SOARES MONTENEGRO NETO E OUTROS(AS)	
APDO:	OS MESMOS	
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE	

A Turma, à unanimidade, deu provimento à Apelação da CEF, e declarou prejudicada a Apelação da Autora.

AC	2001.41.00.002751-8 / RO	(680)
APTE:	JOAO EUDES RIBEIRO DE ALMEIDA E CONJUGE	
ADV:	NIEDE JACQUES KERSTING E OUTRO(A)	
APDO:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF	
ADV:	MARIA ANGELICA PAZDZIORNY E OUTROS(AS)	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES	

A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação.

AC	2001.41.00.002761-0 / RO	(681)
APTE:	MARIA RODRIGUES NERY DA SILVA	
ADV:	JOSE DA COSTA GOMES E OUTRO(A)	
APDO:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF	
ADV:	MARIA ANGELICA PAZDZIORNY E OUTROS(AS)	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES	

A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação.

AC	2001.41.00.002763-5 / RO	(682)
APTE:	MARIA FRANCISCA BENTO MEDEIROS	
ADV:	NIEDE JACQUES KERSTING E OUTRO(A)	
APDO:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF	
ADV:	MARIA ANGELICA PAZDZIORNY E OUTROS(AS)	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES	

A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação.

AC	2001.39.00.006512-0 / PA	(683)
APTE:	MARIA DA TRINDADE OLIVEIRA DA COSTA E CONJUGE	
ADV:	ELIETE DE SOUZA COLARES E OUTRO(A)	
APDO:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF	
ADV:	CARLOS JOSE DE AMORIM PINTO E OUTROS(AS)	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES	

A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação.

AC	2001.38.00.014314-8 / MG	(684)
APTE:	JOSE DE DEUS ALTERA E OUTROS(AS)	
ADV:	HUMBERTO MARCIAL FONSECA E OUTROS(AS)	
APDO:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF	
ADV:	NAMIR NIBLAN MINARDI E OUTROS(AS)	
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE	

A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação.

AC	2001.38.00.015158-4 / MG (AC 200138000151584/MG)	(685)
APTE:	ALEXANDRE JULIO COUTINHO PIMENTA	
ADV:	ELOA SOARES GOMES PEREIRA DO NASCIMENTO	
APDO:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF	
ADV:	HAMILTON EZEQUIEL DE RESENDE E OUTROS(AS)	
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO	

A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação.

AC	2001.38.00.025410-7 / MG	(686)
APTE:	CONSTRUTEL PROJETOS E CONSTRUCOES LTDA	
ADV:	LILIANE NETO BARROSO E OUTROS(AS)	
APTE:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF	
ADV:	JUSSARA GABRIEL E OUTROS(AS)	
APDO:	OS MESMOS	
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO	

Prosseguindo no julgamento, a Turma, à unanimidade, deu parcial provimento à Apelação da CEF e, por maioria, negou provimento à Apelação da Autora, vencido, neste ponto, em parte, o Exmo. Sr. Desembargador Federal Souza Prudente, que a ela dava parcial provimento.

AC	2001.38.00.029756-3 / MG	(687)
APTE:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF	
ADV:	SONIA FERNANDES GANDRA E OUTROS(AS)	
APDO:	SOLANGE GUERRA QUINTAO	
ADV:	KATIA PEREIRA GONCALVES BENEDETTI	
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE	

A Turma, por maioria, deu parcial provimento à Apelação, vencido, em parte, o Exmo. Sr. Relator, que a ela negava provimento.

AC	2001.01.00.039399-0 / MG	(688)
APTE:	BANCO DE CREDITO REAL DE MINAS GERAIS S/A	
ADV:	LUCILA DE OLIVEIRA CARVALHO E OUTROS(AS)	
APDO:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF	
ADV:	JUSSARA GABRIEL E OUTROS(AS)	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES	

A Turma, à unanimidade, negou provimento aos Embargos de Declaração.

AC	2002.30.00.000171-8 / AC	(689)
APTE:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF	
ADV:	JOSE WAGNER FREITAS PEDROSA ALCANTARA E OUTROS(AS)	
APDO:	ANTONIO MAGNO DE SOUZA CAMPOS	
ADV:	ALTEMIR DE OLIVEIRA PASSOS	
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE	

A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação.

AG	2002.01.00.016232-9 / GO	(690)
AGRTE:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF	
ADV:	CLEIDE STELLA DE JESUS COSTA PINTO BORGES E OUTROS(AS)	
AGRDO:	PAULO SILAS FERREIRA E CONJUGE	
ADV:	PAULO ROBERTO DIEHL	
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO	

A Turma, à unanimidade, deu provimento ao Agravo.

AC	2002.33.00.027754-5 / BA	(691)
APTE:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF	
ADV:	LUIZ CARLOS JOAU E SILVA E OUTROS(AS)	
APDO:	JOSE CARLOS DE SANTANA E OUTROS(AS)	
ADV:	DJALMA NUNES FERNANDES JUNIOR E OUTROS(AS)	
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO	

A Turma, por maioria, deu parcial provimento à Apelação, vencido, em parte, o Exmo. Sr. Desembargador Federal Souza Prudente, que a ela negava provimento.

AC	2002.34.00.032729-5 / DF	(692)
APTE:	WANDERLEI GOMES DA SILVA	
ADV:	RODRIGO DANIEL DOS SANTOS E OUTROS(AS)	
APDO:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF	
ADV:	ROGERIO ALVES DANTAS E OUTROS(AS)	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES	

A Turma, à unanimidade, negou provimento aos Embargos de Declaração.

AC	2002.34.00.034204-4 / DF	(693)
APTE:	CLAUDIO MARKS MACHADO E OUTROS(AS)	
ADV:	MARCOS ANTONIO ZIN ROMANO E OUTROS(AS)	
APDO:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF	
ADV:	WELISANGELA CARDOSO DE MENEZES E OUTROS(AS)	
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO	

A Turma, por maioria, negou provimento ao Agravo Regimental, vencido o Exmo. Sr. Desembargador Federal Souza Prudente.

AC	2002.38.00.042264-0 / MG	(694)
APTE:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF	
ADV:	SONIA FERNANDES GANDRA E OUTROS(AS)	
APDO:	AFONSO MARCELINO ALMEIDA E OUTROS(AS)	
ADV:	HELEN CRISTINA GOMES MOREIRA	
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE	

A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação.

AC	2003.38.00.000160-9 / MG	(695)
APTE:	ADILSSON GONCALVES E OUTROS(AS)	
ADV:	IRIS VILELA DE LIMA E OUTRO(A)	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES	

Julgamento adiado.

AC 2003.38.00.000160-9 / MG (696)
APTE: ADILSSON GONCALVES E OUTROS(AS)
ADV: IRIS VILELA DE LIMA E OUTRO(A)
APDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ALEXANDRE NUNES SILVEIRA E OUTROS(AS)
RELATOR: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES

Julgamento adiado.

AMS 2003.38.03.002079-6 / MG (AG 200301000111309/MG) (697)
APTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA - UFU
PROCUR: ANTONIO ROBERTO BASSO
APTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCUR: CLEBER EUSTAQUIO NEVES
APDO: EDNA MARIA FONTENELLE E OUTRO(A)
ADV: KARLA FERNANDA ROCHA DA CUNHA
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 2A VARA DA SUBSECAO JUDICIARIA DE UBERLANDIA - MG
RELATOR: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES

Prosseguindo no julgamento, a Turma, por maioria, negou provimento às Apelações e à Remessa Oficial, vencida a Exma. Sra. Relatora. Lavrará o Acórdão o Exmo. Sr. Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro.

AMS 2003.38.03.002789-1 / MG (698)
APTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA - UFU
PROCUR: JOSE ANTONIO RIBEIRO MUNIZ
APDO: CAMILO PIO DOS SANTOS NETO
ADV: LEANDRO RIBEIRO MIRO
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 2A VARA DA SUBSECAO JUDICIARIA DE UBERLANDIA - MG
RELATOR: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES

A Turma, à unanimidade, negou provimento aos Embargos de Declaração.

AC 2003.38.00.014272-3 / MG (AG 200401000299930/MG) (699)
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: UMBERTO PARMA MACHADO E OUTROS(AS)
APDO: JOSE TIAGO SERGIO E OUTROS(AS)
ADV: KATIA PEREIRA GONCALVES BENEDETTI
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE

A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação.

AC 2003.38.00.014388-0 / MG (AG 200301000400591/MG) (700)
APTE: NERZA MARIA PONTES E OUTRO(A)
ADV: MARIA IZABEL COSTA FLORES DE CARVALHO
APDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: SILVANA DE OLIVEIRA MELO
RELATOR: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES

A Turma, à unanimidade, não conheceu da Apelação.

AC 2003.38.00.026668-0 / MG (701)
APTE: GELSON VIEIRA DE MATTOS
ADV: LUCIANO MARCOS DA SILVA
APDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: MAURO SANABIO SILVA PEREIRA E OUTROS(AS)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE

A Turma, por maioria, deu provimento à Apelação, vencida a Exma. Sra. Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodriuges.

AC 2003.38.00.027373-0 / MG (AC 200038000349018/MG) (702)
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: WALDENIA MARILIA SILVEIRA SANTANA E OUTROS(AS)
APDO: LUIZ CARLOS PINTO E OUTROS(AS)
ADV: GERALDO MARCOS LEITE DE ALMEIDA
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE

A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação.

AC 2003.38.00.027373-0 / MG (AC 200038000349018/MG) (703)
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: WALDENIA MARILIA SILVEIRA SANTANA E OUTROS(AS)
APDO: LUIZ CARLOS PINTO E OUTROS(AS)
ADV: GERALDO MARCOS LEITE DE ALMEIDA
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE

A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação.

AC 2003.38.00.033556-5 / MG (704)
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ADILSON CARLOS FARIA E OUTROS(AS)
APDO: MAURA ALVES DE ARAUJO E OUTROS(AS)
ADV: ANDRE LUIZ FARIA DE SOUZA
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO

A Turma, por maioria, deu provimento à Apelação, vencido o Exmo. Sr. Desembargador Federal Souza Prudente.

AC 2003.38.00.041115-0 / MG (705)
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ADILSON CARLOS FARIA E OUTROS(AS)
APDO: DECIO MIRANDA SILVA E OUTROS(AS)
ADV: GERALDO MARCOS LEITE DE ALMEIDA
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE

A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação.

AC 2003.38.00.047781-1 / MG (706)
APTE: LUCIANO MARCOS DA SILVA
ADV: LUCIANO MARCOS DA SILVA
APDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: MARIA LUIZA DE CASTRO RACHID E OUTROS(AS)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE

A Turma, por maioria, deu parcial provimento à Apelação, vencida, em parte, a Exma. Sra. Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues, que a ela negava provimento.

REO 2003.38.00.056190-8 / MG (707)
AUTOR: DOMINGOS COSTA INDUSTRIAS ALIMENTICIAS S/A
ADV: DANIEL BARROS GUAZZELLI E OUTROS(AS)
REU: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: HAMILTON EZEQUIEL DE RESENDE E OUTROS(AS)
REU: UNIAO FEDERAL
PROCUR: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 6A VARA - MG
RELATOR: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES

A Turma, à unanimidade, negou provimento à Remessa Oficial.

AMS 2004.37.01.002174-3 / MA (708)
APTE: ADNA GLORIA TEIXEIRA RIBEIRO
ADV: ENOS SILVERIO DE ARAUJO E OUTROS(AS)
APDO: FACULDADE DE IMPERATRIZ
ADV: MIRELLA DE SOUZA FERREIRA
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO

A Turma, à unanimidade, deu provimento à Apelação.

AC 2004.38.01.006758-2 / MG (709)
APTE: JOSE BONIFACIO FERNANDES FORTES E OUTROS(AS)
ADV: ADRIANA ABREU BORGES DE MEDEIROS
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: JOSE ANTONIO MARTINS LACERDA E OUTROS(AS)
APDO: OS MESMOS
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE

A Turma, preliminarmente, por maioria, conheceu da Apelação da Caixa Econômica Federal, vencida a Exma. Sra. Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues. No mérito, por unanimidade, negou-lhe provimento e, também, por maioria, negou provimento à Apelação dos Embargados, vencido, neste ponto, o Exmo. Sr. Relator, que a ela dava provimento.

AC 2004.38.01.006758-2 / MG (710)
APTE: JOSE BONIFACIO FERNANDES FORTES E OUTROS(AS)
ADV: ADRIANA ABREU BORGES DE MEDEIROS
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: JOSE ANTONIO MARTINS LACERDA E OUTROS(AS)
APDO: OS MESMOS
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE

A Turma, preliminarmente, por maioria, conheceu da Apelação da Caixa Econômica Federal, vencida a Exma. Sra. Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues. No mérito, por unanimidade, negou-lhe provimento e, também, por maioria, negou provimento à Apelação dos Embargados, vencido, neste ponto, o Exmo. Sr. Relator, que a ela dava provimento.

AC 2004.38.00.007679-3 / MG (AC 199901000806378/MG) (711)
APTE: IACI RIBEIRO DA SILVA E OUTROS(AS)
ADV: WILLIAM BERTOZZI DORNAS
APDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: UMBERTO PARMA MACHADO E OUTROS(AS)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE

A Turma, por maioria, deu provimento à Apelação, vencida a Exma. Sra. Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues.

AC 2004.33.00.010298-3 / BA (712)
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: EDUARDO ARGOLO DE ARAUJO LIMA E OUTROS(AS)
APDO: PAULINO JOSE DE SOUZA BRAGA
RELATOR: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES

A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação.

AC 2004.33.00.014945-5 / BA (AC 200001000388545/BA) (713)
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: LUIZ CARLOS JOAU E SILVA E OUTROS(AS)
APDO: ROBERTO SERGIO PEREIRA DE OLIVEIRA
ADV: CARLOS ALBERTO AZEVEDO PIMENTEL E OUTRO(A)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO

A Turma, por maioria, deu provimento à Apelação, vencido o Exmo. Sr. Desembargador Federal Souza Prudente.

AC 2004.38.00.018713-7 / MG (714)
APTE: HELIO ALVES DOS SANTOS E OUTROS(AS)
ADV: KATIA PEREIRA GONCALVES BENEDETTI E OUTROS(AS)
APDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: UMBERTO PARMA MACHADO E OUTROS(AS)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE

A Turma, por maioria, deu parcial provimento à Apelação, vencida, em parte, a Exma. Sra. Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues, que a ela negava provimento.

AC 2004.38.00.019128-8 / MG (715)
APTE: ANTONIO JERONIMO DE OLIVEIRA E OUTROS(AS)
ADV: NILMA REGINA SANCHES E OUTROS(AS)
APDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: UMBERTO PARMA MACHADO E OUTROS(AS)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE

A Turma, por maioria, deu provimento à Apelação, vencida a Exma. Sra. Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues.

AC 2004.33.00.020936-1 / BA (716)
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: LUIZ CARLOS JOAU E SILVA E OUTROS(AS)
APDO: EMILIA MARIA DOS SANTOS
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE

A Turma, por maioria, vencido o Exmo. Sr. Relator, deu provimento à Apelação, nos termos do voto da Exma. Sra. Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues, que lavrará o Acórdão.

AC 2004.33.00.020936-1 / BA (717)
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: LUIZ CARLOS JOAU E SILVA E OUTROS(AS)
APDO: EMILIA MARIA DOS SANTOS
ADV: LUIS AUGUSTO PIRES SEIXAS E OUTROS(AS)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE

A Turma, por maioria, vencido o Exmo. Sr. Relator, deu provimento à Apelação, nos termos do voto da Exma. Sra. Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues, que lavrará o Acórdão.

AC 2004.38.00.024630-5 / MG (718)
APTE: ANTONIO MARCELINO DE CARVALHO E OUTROS(AS)
ADV: NILMA REGINA SANCHES
APDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: UMBERTO PARMA MACHADO E OUTROS(AS)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE

A Turma, por maioria, deu provimento à Apelação, vencida a Exma. Sra. Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues.

AC 2004.34.00.025894-9 / DF (AC 200434000437810/DF) (719)
EXCPTE: JOSE JOAO DE OLIVEIRA
ADV: SEBASTIAO MORAES DA CUNHA E OUTROS(AS)
APDO: UNIAO FEDERAL
RELATOR: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES

A Turma, à unanimidade, deu provimento à Apelação.

AC 2004.33.00.026123-9 / BA (720)
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: AUGUSTO BONFIM NERY
APDO: JOSE COSTA MEIRA
ADV: MONICA ALMEIDA DE OLIVEIRA
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO

A Turma, à unanimidade, não conheceu da Apelação.

AMS 2004.34.00.029708-0 / DF (AG 200501000005975/DF) (721)
APTE: EDSON DA SILVA MAGALHAES
ADV: VANDERLEI SILVA PEREZ E OUTROS(AS)
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCUR: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE

Prosseguindo no julgamento, a Turma, por maioria, deu provimento à Apelação, nos termos do voto do Exmo. Sr. Relator, vencida a Exma. Sra. Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues. Decidiu a Turma, ainda, também por maioria, vencida a Exma. Sra. Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues, que o resultado do julgamento deve ser comunicado à Autoridade Impetrada, para cumprimento imediato.

AG 2004.01.00.031929-5 / RO (722)
AGRTE: EUZEBIO DA SILVA ANDRE E OUTRO(A)
ADV: ORESTES MUNIZ FILHO E OUTROS(AS)
AGRDO: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO

A Turma, à unanimidade, deu provimento ao Agravo.

AMS 2004.38.00.036214-8 / MG (AG 200401000454833/MG) (723)
APTE: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCUR: RICARDO DA COSTA POSSAS
APDO: PAULO PEDRA DASSUNCAO AGUIAR
ADV: ROBERTO EVANGELISTA NUNES E OUTROS(AS)
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 19A VARA - MG
RELATOR: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES

A Turma, à unanimidade, negou provimento aos Embargos de Declaração.

AMS 2004.38.00.036214-8 / MG (AG 200401000454833/MG) (724)
APTE: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCUR: RICARDO DA COSTA POSSAS
APDO: PAULO PEDRA DASSUNCAO AGUIAR
ADV: ROBERTO EVANGELISTA NUNES E OUTROS(AS)
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 19A VARA - MG
RELATOR: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES

A Turma, à unanimidade, negou provimento aos Embargos de Declaração.

AC 2004.38.00.040039-1 / MG (AC 200438000390120/MG) (725)
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: SIBELI MARIA PINTO E OUTROS(AS)
APDO: RAIMUNDO ARAUJO E OUTROS(AS)
ADV: RAIMUNDO ARAUJO E OUTRO(A)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE

A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação.

AC 2004.38.00.046526-2 / MG (726)
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: UMBERTO PARMA MACHADO E OUTROS(AS)
APDO: ANTONIO ANASTACIO QUARESMA E OUTROS(AS)
ADV: JOSE ROBERTO DIAS BALBI E OUTRO(A)
REC ADES: ANTONIO ANASTACIO QUARESMA E OUTROS(AS)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE

A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação da CEF e, por maioria, negou provimento à Apelação dos Embargados, vencido, neste ponto, o Exmo. Sr. Relator.

AC 2004.38.00.048655-0 / MG (AC 199901000864229/MG) (727)
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: SIBELI MARIA PINTO E OUTROS(AS)
APDO: ALTAIR PEREIRA DE AZEVEDO E OUTROS(AS)
ADV: GERALDO MARCOS LEITE DE ALMEIDA
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE

A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação.

AC 2004.38.00.050954-4 / MG (728)
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: SIBELI MARIA PINTO E OUTROS(AS)
APDO: KATARINA ANDRADE AMARAL MOTTA E OUTRO(A)
ADV: KATARINA ANDRADE AMARAL MOTTA
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO

A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação.

AC 2004.38.00.050956-1 / MG (729)
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: SIBELI MARIA PINTO E OUTROS(AS)
APDO: JOAO DAVID DE ASSIS E OUTROS(AS)
ADV: ARNON JOSE NUNES CAMPOS
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO

A Turma, à unanimidade, deu provimento à Apelação.

AC 2004.38.00.050957-5 / MG (730)
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: SIBELI MARIA PINTO E OUTROS(AS)
APDO: ENZO MARCOS DI PIETRO
ADV: ENZO MARCOS DI PIETRO
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE

A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação.

AC 2004.38.00.052464-0 / MG (731)
APTE: GERALDO MARCOS LEITE DE ALMEIDA
ADV: GERALDO MARCOS LEITE DE ALMEIDA
APDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ADILSON CARLOS FARIA E OUTROS(AS)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE

A Turma, por maioria, deu provimento à Apelação, vencida a Exma. Sra. Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues.

AC 2004.38.00.052792-6 / MG (732)
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ADILSON CARLOS FARIA E OUTROS(AS)
APTE: ARNON JOSE NUNES CAMPOS
ADV: ARNON JOSE NUNES CAMPOS
APDO: OS MESMOS
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE

A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação da CEF, e, por maioria, negou provimento à Apelação do Embargado, vencido, neste ponto, o Exmo. Sr. Relator, que a ela dava provimento.

AC 2004.38.00.054703-7 / MG (733)
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ALEXANDRE NUNES SILVEIRA E OUTROS(AS)
APTE: GLAYSTON DE FREITAS DA COSTA
ADV: GLAYSTON DE FREITAS DA COSTA
APDO: OS MESMOS
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE

A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação da CEF, e, por maioria, negou provimento à Apelação do Embargado, vencido, neste ponto, o Exmo. Sr. Relator, que a ela dava provimento.

AG 2004.01.00.055913-2 / DF (734)
AGRTE: VIPLAN - VIACAO PLANALTO LTDA
ADV: MARCUS VINICIUS DE ALMEIDA RAMOS E OUTROS(AS)
AGRDO: UNIAO FEDERAL
PROCUR: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
AGRDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO

A Turma, à unanimidade, negou provimento ao Agravo.

AC 2005.35.00.002762-0 / GO (735)
APTE: JOSE MIRANDA DE OLIVEIRA E CONJUGE
ADV: PAULO ROBERTO DIEHL
APDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ELIANA MARIA RENO E OUTROS(AS)
RELATOR: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES

A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação.

AC 2005.38.00.002915-7 / MG (736)
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: SONIA FERNANDES GANDRA E OUTROS(AS)
APDO: ARNON JOSE NUNES CAMPOS
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO

A Turma, por maioria, deu provimento à Apelação, vencido, em parte, o Exmo. Sr. Desembargador Federal Souza Prudente, que a ela dava parcial provimento.

AC 2005.38.00.003233-3 / MG (737)
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: SONIA FERNANDES GANDRA E OUTROS(AS)
APDO: LIDIA TERESINHA SOUZA SILVEIRA
ADV: LIDIA TERESINHA SOUZA SILVEIRA
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE

A Turma, por maioria, deu parcial provimento à Apelação, vencido, em parte, o Exmo. Sr. Relator, que, entretanto, continuará com a lavratura do Acórdão.

AC 2005.33.00.003662-8 / BA (AC 200133000049086/BA) (738)
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: EMILIO PUCHADES GALVEZ E OUTROS(AS)
APDO: ALINE RODRIGUES CARVALHO E OUTROS(AS)
ADV: ALINE RODRIGUES DE CARVALHO E OUTROS(AS)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE

A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação.

AG 2005.01.00.004162-5 / GO (AC 200035000088579/GO) (739)
AGRTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: LUCIANO DE OLIVEIRA VALTUILLE E OUTROS(AS)
AGRDO: ADILSON PEREIRA DA SILVA
ADV: DENISE CABRAL GARCIA NOGUEIRA E OUTRO(A)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO

A Turma, por maioria, deu provimento ao Agravo, vencido o Exmo. Sr. Desembargador Federal Souza Prudente.

AMS 2005.38.03.004362-2 / MG (740)
APTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA - UFU
PROCUR: ANTONIO ROBERTO BASSO
APDO: CRISTINA KELLE PEREIRA ALVES
ADV: WALTER MENDES DE SOUZA
RELATOR: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES

A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação e à Remessa Oficial, tida por interposta.

AC 2005.38.00.006144-0 / MG (741)
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: UMBERTO PARMA MACHADO E OUTROS(AS)
APDO: MANOEL FREDERICO VIEIRA
ADV: ANTONIO RAIMUNDO DE CASTRO QUEIROZ JUNIOR
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO

A Turma, à unanimidade, deu parcial provimento à Apelação.

AC 2005.38.00.009369-0 / MG (742)
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: SIBELI MARIA PINTO E OUTROS(AS)
APDO: CONTARDO DE FARIA GUIMARAES E OUTROS(AS)
ADV: JOSE NICOMEDES DA SILVA
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO

A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação.

AC 2005.38.00.009925-6 / MG (743)
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: UMBERTO PARMA MACHADO E OUTROS(AS)
APDO: NILMA REGINA SANCHES
ADV: NILMA REGINA SANCHES
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO

A Turma, à unanimidade, retificou a certidão de julgamento para que seja proclamado o seguinte resultado: A Turma, por maioria, negou provimento à Apelação da CEF, vencido, em parte, o Exmo. Sr. Juiz Federal David Wilson de Abreu Pardo, que a ela dava parcial provimento e, por maioria, negou provimento à Apelação da Embargada, vencido, neste ponto, o Exmo. Sr. Relator, que a ela dava provimento.

AC 2005.38.00.009925-6 / MG (744)
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: UMBERTO PARMA MACHADO E OUTROS(AS)
APDO: NILMA REGINA SANCHES
ADV: NILMA REGINA SANCHES
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO

A Turma, à unanimidade, retificou a certidão de julgamento para que seja proclamado o seguinte resultado: A Turma, por maioria, negou provimento à Apelação da CEF, vencido, em parte, o Exmo. Sr. Juiz Federal David Wilson de Abreu Pardo, que a ela dava parcial provimento e, por maioria, negou provimento à Apelação da Embargada, vencido, neste ponto, o Exmo. Sr. Relator, que a ela dava provimento.

AMS 2005.33.00.010501-2 / BA (745)
APTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA
PROCUR: ANTONIO ROBERTO BASSO
APDO: ADRIANE RIBEIRO SAAVEDRA LOPES
DEFEN.: DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 1A VARA - BA
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO

A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação e à Remessa Oficial.

AC 2005.34.00.011063-3 / DF (746)
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
APDO: ILKA MACHADO ROCHA
ADV: MARIA ADELAIDE MACHADO ROCHA
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 4A VARA - DF
RELATOR: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES

A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação e à Remessa Oficial.

AC 2005.33.00.011334-9 / BA (747)
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: EMILIA FRANCISCONE AFONSO BARBOSA
APDO: AUZANILSON SILVANA DA FONSECA
ADV: CARLOS ALBERTO SOARES BORGES
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCUR: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
RELATOR: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES

A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação.

AC 2005.33.00.012937-1 / BA (748)
APTE: CELIA GRABA DE MELO SANTOS E OUTRO(A)
ADV: VICENTE DA CUNHA PASSOS JUNIOR
APDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: PAULO GERMANO MOREIRA NEVES DA ROCHA E OUTROS(AS)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO

Julgamento adiado.

REOMS 2005.35.00.014493-7 / GO (749)
IMPTE: JOAO GUALBERTO BARBO
ADV: JOELMA COSTA SILVA BARBO
IMPDO: UNIVERSIDADE DE OLIVEIRA
ADV: RICARDO DE JESUS CLAUDINO E OUTRO(A)
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 7A VARA - GO
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO

A Turma, à unanimidade, negou provimento à Remessa Oficial.

AC 2005.38.00.015104-8 / MG (750)
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: SIBELI MARIA PINTO E OUTROS(AS)
APDO: LUCIANO MARCOS DA SILVA
ADV: LUCIANO MARCOS DA SILVA E OUTRO(A)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE

A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação.

AC 2005.38.00.022147-6 / MG (751)
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: UMBERTO PARMA MACHADO E OUTROS(AS)
APDO: MARILEA RESENDE SILVA E OUTRO(A)
ADV: IRIS VILELA DE LIMA
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE

A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação.

AMS 2005.38.00.025424-8 / MG (752)
APTE: SALVIO FRANCA MARQUES
ADV: JULIO MAGALHAES PIRES DUARTE E OUTROS(AS)
APDO: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCUR: RICARDO DA COSTA POSSAS
RELATOR: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES

A Turma, à unanimidade, negou provimento aos Embargos de Declaração.

AMS 2005.38.00.025812-5 / MG (753)
APTE: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCUR: RICARDO DA COSTA POSSAS
APDO: JOSE ALVES FERREIRA
ADV: JULIO MAGALHAES PIRES DUARTE
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 18A VARA - MG
RELATOR: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES

A Turma, à unanimidade, negou provimento aos primeiros Embargos de Declaração e não conheceu dos segundos Embargos de Declaração opostos.

AC 2005.38.00.029925-4 / MG (754)
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: UMBERTO PARMA MACHADO E OUTROS(AS)
APDO: RICARDO EMILIO DE OLIVEIRA
ADV: RICARDO EMILIO DE OLIVEIRA E OUTRO(A)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE

A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação.

AC 2005.38.00.033331-5 / MG (755)
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ADILSON CARLOS FARIA E OUTROS(AS)
APDO: CELIA PIMENTA BARROSO PIRCHON
ADV: CELIA PIMENTA BARROSO PITCHON
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO

A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação.

AG 2005.01.00.035675-6 / DF (756)
AGRTE: DEBORA BOTTI MIANA
ADV: JOSE VANIO OLIVEIRA SENA E OUTROS(AS)
AGRDO: UNIAO FEDERAL
PROCUR: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO

Prosseguindo no julgamento, a Turma, por maioria, negou provimento ao Agravo, vencido o Exmo. Sr. Desembargador Federal Souza Prudente.

AC 2005.38.00.044851-0 / MG (757)
APTE: MARCIO EUSTAQUIO DA SILVA E CONJUGE
ADV: FERNANDA FERREIRA MACIEL E OUTRO(A)
APDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ALEXANDRE NUNES SILVEIRA E OUTROS(AS)
APDO: CAIXA SEGURADORA S/A
ADV: MATEUS DE ANDRADE MASCARENHAS E OUTROS(AS)
RELATOR: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES

A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação.

AG 2005.01.00.053683-8 / BA (758)
AGRTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: DANIEL GUIMARAES SILVA ROMAN E OUTROS(AS)
AGRDO: SEV - SERVICO ESPECIAL DE VIGILANCIA LTDA
RELATOR: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES

Prosseguindo no julgamento, a Turma, à unanimidade, deu provimento ao Agravo., nos termos do voto da Relatora.

AG 2005.01.00.059001-3 / MG (759)
AGRTE: JOSE MIGUEL DOS ANJOS E OUTROS(AS)
ADV: EDISON DE SOUZA E OUTRO(A)
AGRDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ADALGISA PEREIRA MAYNARD CERQUEIRA E OUTROS(AS)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO

A Turma, por maioria, negou provimento ao Agravo, vencido o Exmo. Sr. Desembargador Federal Souza Prudente.

AG 2005.01.00.069067-0 / TO (760)
AGRTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCUR: ZILMAR ANTONIO DRUMOND
AGRDO: UNIAO FEDERAL
PROCUR: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
AGRDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: GISLAINE GUILHERME TOLEDO
RELATOR: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES

Prosseguindo no julgamento, a Turma, por maioria, deu provimento ao Agravo, vencido o Exmo. Sr. Desembargador Federal Souza Prudente.

REOMS 2006.41.00.000108-9 / RO (761)
IMPTE: LUCIANO BARROZO DA SILVA
ADV: ANA GLEYSA DE OLIVEIRA GUEDES
IMPDO: UNIPEC - FACULDADE DE EDUCACAO DE PORTO VELHO
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 2A VARA - RO
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO

A Turma, à unanimidade, negou provimento à Remessa Oficial.

AC 2006.38.00.001827-8 / MG (762)
APTE: LOURIVAL CONCEICAO FERNANDES E CONJUGE
ADV: FERNANDA FERREIRA MACIEL E OUTROS(AS)
APDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
RELATOR: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES

A Turma, à unanimidade, deu provimento à Apelação.

REOMS	2006.38.03.001976-1 / MG	(763)
IMPTE:	RAFAEL CARRIJO BORBA	
ADV:	ERICO MARTINS DA SILVA E OUTROS(AS)	
IMPDO:	FPU - FACULDADE POLITECNICA DE UBERLANDIA - MG	
ADV:	LUCIANA ODILA DE ABREU COSTA VELOSO E OUTROS(AS)	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA 1A VARA DA SUBSECAO JUDICIARIA DE UBERLANDIA - MG	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES	

A Turma, à unanimidade, negou provimento à Remessa Oficial.

AMS	2006.35.00.003171-2 / GO	(764)
APTE:	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS - UFGO	
PROCUR:	ANTONIO ROBERTO BASSO	
APDO:	RAPHAEL DE AQUINO GOMES E OUTROS(AS)	
ADV:	FERNANDO AUGUSTO SENA RODRIGUES	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA 7A VARA - GO	
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO	

A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação e à Remessa Oficial.

AMS	2006.35.00.003182-9 / GO	(765)
APTE:	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS - UFGO	
PROCUR:	ANTONIO ROBERTO BASSO	
APDO:	ANDRE LUIZ NUNES ROCHA E OUTROS(AS)	
ADV:	FERNANDO AUGUSTO SENA RODRIGUES	
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO	

A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação e à Remessa Oficial.

AMS	2006.35.00.003398-7 / GO	(766)
APTE:	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS - UFGO	
PROCUR:	ANTONIO ROBERTO BASSO	
APDO:	THAIS ALVES DE ARAUJO	
ADV:	ABADIA DAS DORES DE MELO	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA 1A VARA - GO	
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO	

A Turma, à unanimidade, negou provimento à Apelação e à Remessa Oficial.

AG	2006.01.00.006334-3 / PA	(767)
AGRTE:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF	
ADV:	CLAUDIANE REBONATTO LOPES E OUTROS(AS)	
AGRDO:	RUBERTX COMERCIO E INDUSTRIA S/A E OUTRO(A)	
ADV:	IVANETE DAS CHAGAS MACEDO	
AGRDO:	EDGARD MARIO DE MEDEIROS SOBRINHO	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES	

Prosseguindo no julgamento, a Turma, à unanimidade, deu provimento ao Agravo., nos termos do voto da Relatora.

AG	2006.01.00.006335-7 / PA	(768)
AGRTE:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF	
ADV:	CLAUDIANE REBONATTO LOPES E OUTROS(AS)	
AGRDO:	ASSOCIACAO DESPORTIVA CELPA	
AGRDO:	RAIMUNDO DILSON RODRIGUES	
ADV:	MAURO AUGUSTO RIOS BRITO	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES	

Prosseguindo no julgamento, a Turma, à unanimidade, deu provimento ao Agravo., nos termos do voto da Relatora.

AG	2006.01.00.006477-7 / PA	(769)
AGRTE:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF	
ADV:	CLAUDIANE REBONATTO LOPES E OUTROS(AS)	
AGRDO:	ESCOLA BATISTA NOVA MARAMBAIA	
AGRDO:	IVANETE DOS SANTOS MAIA	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES	

Prosseguindo no julgamento, a Turma, à unanimidade, deu provimento ao Agravo., nos termos do voto da Relatora.

REOMS	2006.34.00.008350-6 / DF	(770)
IMPTE:	CAMILA XAVIER	
ADV:	DOMERINA MACHADO DE OLIVEIRA E OUTROS(AS)	
IMPDO:	CENTRO UNIVERSITARIO DE BRASILIA - UNICEUB	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA 6A VARA - DF	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES	

A Turma, à unanimidade, negou provimento à Remessa Oficial.

AG	2006.01.00.010797-1 / MG	(771)
AGRTE:	PAULO GONCALVES VIEIRA E OUTRO(A)	
ADV:	JOSE ALVES DA SILVA E OUTROS(AS)	
AGRDO:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF	
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO	

A Turma, à unanimidade, deu provimento ao Agravo.

REOMS	2006.35.00.014172-6 / GO	(772)
IMPTE:	JULIANO FERNANDES GARCIA DE ALMEIDA	
ADV:	MARLANA CARLA PEIXOTO RIBEIRO	
IMPDO:	UNIVERSIDADE CATOLICA DE GOIAS	
ADV:	ERI DE LIMA SANTOS E OUTROS(AS)	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA 6A VARA - GO	
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO	

A Turma, à unanimidade, negou provimento à Remessa Oficial.

AG	2006.01.00.015361-9 / DF	(773)
AGRTE:	CICERO DE MELO LIMA E OUTRO(A)	
ADV:	MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO	
AGRDO:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO	

A Turma, à unanimidade, deu provimento ao Agravo.

AG	2006.01.00.015900-0 / BA	(774)
AGRTE:	CAMARA MUNICIPAL DE CARAVELAS - PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL E OUTROS(AS)	
ADV:	MARCELO AZEVEDO PALMA E OUTRO(A)	
AGRDO:	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA	
PROCUR:	CANDIDA ZULEIDE BACELLAR URPIA	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES	

A Turma, à unanimidade, negou provimento aos Embargos de Declaração.

AG	2006.01.00.021155-2 / MG	(775)
AGRTE:	COMPANHIA DE TELECOMUNICACOES DO BRASIL CENTRAL CTBC TELECOM	
ADV:	ZEIDNA DE OLIVEIRA CARDOSO	
AGRDO:	MINISTERIO PUBLICO FEDERAL	
PROCUR:	CLEBER EUSTAQUIO NEVES	
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO	

A Turma, à unanimidade, negou provimento ao Agravo.

AG	2006.01.00.023231-6 / MG	(776)
AGRTE:	MARIO ROCHA FILHO E OUTROS(AS)	
ADV:	JOSE ALVES DA SILVA	
AGRDO:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF	
ADV:	SIBELI MARIA PINTO	
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO	

A Turma, por maioria, deu provimento ao Agravo, vencida a Exma. Sra. Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues.

AG	2006.01.00.027380-1 / RR (AG 200401000265173/RR)	(777)
AGRTE:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
AGRTE:	FUNDACAO NACIONAL DO INDIO - FUNAI	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES	

A Turma, à unanimidade, negou provimento ao Agravo Regimental.

AG	2006.01.00.027380-1 / RR (AG 200401000265173/RR)	(778)
AGRTE:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
AGRTE:	FUNDACAO NACIONAL DO INDIO - FUNAI	
PROCUR:	ANTONIO ROBERTO BASSO	
PROCUR:	LUIZ FERNANDO VILLARES E SILVA	
AGRDO:	AMADEU HUMZE HAMID	
AGRDO:	MUNICIPIO DE PACARAIMA - RR	
PROCUR:	DENISE ABREU CAVALCANTI	
AGRDO:	ESTADO DE RORAIMA	
PROCUR:	DIRCINHA CARREIRA DUARTE E OUTROS(AS)	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES	

A Turma, à unanimidade, negou provimento ao Agravo Regimental.

AG	2006.01.00.027498-5 / RR (AG 200401000265173/RR)	(779)
AGRTE:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
AGRTE:	FUNDACAO NACIONAL DO INDIO - FUNAI	
PROCUR:	ANTONIO ROBERTO BASSO	
PROCUR:	LUIZ FERNANDO VILLARES E SILVA	
AGRDO:	FRANKEMBERG MELO DA SILVA	
ADV:	DENISE ABREU CAVALCANTI	
AGRDO:	MUNICIPIO DE PACARAIMA - RR	
PROCUR:	DENISE ABREU CAVALCANTI	
AGRDO:	ESTADO DE RORAIMA	
PROCUR:	DIRCINHA CARREIRA DUARTE E OUTROS(AS)	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES	

A Turma, à unanimidade, negou provimento ao Agravo Regimental.

AG	2006.01.00.027551-0 / RR	(780)
AGRTE:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
AGRTE:	FUNDACAO NACIONAL DO INDIO - FUNAI	
PROCUR:	ANTONIO ROBERTO BASSO	
PROCUR:	LUIZ FERNANDO VILLARES E SILVA	
AGRDO:	ANTONIO SEBASTIAO FILHO	
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO	

A Turma, à unanimidade, negou provimento ao Agravo.

AG	2006.01.00.032340-5 / DF	(781)
AGRTE:	VS DATA COMERCIAL INFORMATICA LTDA	
ADV:	DELIVAR TADEU DE MATTOS	
AGRDO:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF	
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO	

A Turma, à unanimidade, negou provimento ao Agravo.

AG	2006.01.00.035942-6 / MG	(782)
AGRTE:	MONICA BOMTEMPO REIS SOARES	
ADV:	ALEX GUERRA E OUTRO(A)	
AGRDO:	GRACIELE FERNANDES FERREIRA MATTOS	
ADV:	JUNIOR SEBASTIAO SILVA DE OLIVEIRA	
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO	

A Turma, à unanimidade, negou provimento ao Agravo.

AG	2006.01.00.036261-6 / DF	(783)
AGRTE:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF	
ADV:	ROBERTA MURATORI ATHAYDE E OUTROS(AS)	
AGRDO:	MANOEL NAZARENO SIQUEIRA E SILVA E OUTROS(AS)	
ADV:	MARIZA HELENA DE ANDRADE E OUTROS(AS)	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES	

A Turma, por maioria, deu provimento ao Agravo, vencido o Exmo. Sr. Desembargador Federal Souza Prudente.

AG	2006.01.00.036955-0 / MG	(784)
AGRTE:	CEZARIO TRANSPORTE E TURISMO LTDA - EPP	
ADV:	ANDRE MANSUR BRANDAO	
AGRDO:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
AGRDO:	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES	

A Turma, por maioria, negou provimento ao Agravo, vencido o Exmo. Sr. Desembargador Federal Souza Prudente.

AG	2006.01.00.036967-0 / BA	(785)
AGRTE:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF	
ADV:	ELY VILAS-BOAS COSTA E OUTROS(AS)	
AGRDO:	OLINDA MARIA DE JESUS E OUTROS(AS)	
ADV:	ELCIO NUNES DOURADO	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES	

A Turma, por maioria, deu provimento ao Agravo, vencido o Exmo. Sr. Desembargador Federal Souza Prudente.

AG	2006.01.00.037232-2 / DF	(786)
AGRTE:	JOSE DE CASTRO FERREIRA E OUTRO(A)	
ADV:	DECIO FLAVIO GONCALVES TORRES FREIRE E OUTROS(AS)	
AGRDO:	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT	
ADV:	FERNANDO HENRIQUE SILVA VIEIRA E OUTROS(AS)	
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO	

A Turma, por maioria, negou provimento ao Agravo, vencido o Exmo. Sr. Desembargador Federal Souza Prudente.

AG	2006.01.00.037568-8 / GO	(787)
AGRTE:	AERO BRASIL ESTACIONAMENTO E LAVAJATO LTDA	
ADV:	JOSE RINALDO VIEIRA RAMOS E OUTRO(A)	
AGRDO:	EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO	
ADV:	NILSON MACIEL DE LIMA E OUTROS(AS)	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES	

A Turma, à unanimidade, negou provimento aos Embargos de Declaração.

AG	2006.01.00.038561-3 / BA (AG 200601000332106/BA)	(788)
AGRTE:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF	
ADV:	ISMAR DE OLIVEIRA ARAUJO FILHO E OUTROS(AS)	
AGRDO:	MINISTERIO PUBLICO FEDERAL	
PROCUR:	CLAUDIO GUSMAO	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES	

A Turma, à unanimidade, negou provimento ao Agravo.

AG	2006.01.00.038658-8 / DF	(789)
AGRTE:	VISE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA	
ADV:	EMERSON BARBOSA MACIEL E OUTROS(AS)	
AGRDO:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO	

A Turma, à unanimidade, negou provimento ao Agravo.

AG	2006.01.00.039397-0 / MG	(790)
AGRTE:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF	
ADV:	RENATA MARIA DIAS PEREIRA E OUTROS(AS)	
AGRDO:	FABRICA DE BEBIDAS JANUARENSE LTDA	
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO	

A Turma, à unanimidade, deu provimento ao Agravo.

AG	2006.01.00.039707-3 / DF (AG 200601000265105/DF)	(791)
AGRTE:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF	
ADV:	UBIRACI MOREIRA LISBOA E OUTROS(AS)	
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO	

A Turma, à unanimidade, deu provimento ao Agravo.

AG	2006.01.00.039707-3 / DF (AG 200601000265105/DF)	(792)
AGRTE:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF	
ADV:	UBIRACI MOREIRA LISBOA E OUTROS(AS)	
AGRDO:	REZENDE E CARNEIRO - ADVOGADOS ASSOCIADOS	
ADV:	SEBASTIAO LUCIANO DE REZENDE E OUTROS(AS)	
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO	

A Turma, à unanimidade, deu provimento ao Agravo.

AG	2006.01.00.046646-5 / DF (AC 200434000018501/DF)	(793)
AGRTE:	MARIA RAQUEL DO CARMO GURGEL PEREIRA E OUTROS(AS)	
ADV:	MARCOS ANTONIO ZIN ROMANO E OUTROS(AS)	
AGRDO:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF	
ADV:	IGOR FELIPE GUSKOW E OUTROS(AS)	
RELATOR:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES	

A Turma, à unanimidade, deu provimento ao Agravo.

AG	2007.01.00.000737-0 / DF	(794)
AGRTE:	EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO	
ADV:	EDUARDO MONTEIRO NERY E OUTROS(AS)	
AGRDO:	ANDRE LUIZ DE SOUZA MARQUES	
ADV:	PAULO ROBERTO ROQUE ANTONIO KHOURI	
RELATOR:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO	

A Turma, à unanimidade, deu provimento ao Agravo.

Às treze horas e quatorze minutos, encerrou-se a décima primeira Sessão Ordinária da Sexta Turma, após o julgamento de 114(cento e quatorze) processos.

BRASÍLIA, 02/03/2007

Brasília, 02 de março de 2007.

DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
Presidente

ANTÔNIO LUIZ CARVALHO NETO
Secretário

ACÓRDÃOS

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 2000.01.00.010509-9/BA

Processo na Origem: 199833000029565

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
EMBARGANTE	: HUMBERTO BRITO ALMEIDA E OUTROS(AS)
ADVOGADO	: JOSE LEITE SARAIVA FILHO
EMBARGADO	: ALINE CRISTINA NOGUEIRA
ADVOGADO	: ALINE CRISTINA NOGUEIRA
EMBARGADO	: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE INEXISTENTES. CARÁTER INFRINGENTE DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE.

I - Inexistindo, no acórdão embargado, qualquer omissão, contradição ou obscuridade, afiguram-se incabíveis os embargos declaratórios, mormente quando manifestamente infringentes do julgado, como no caso, devendo a pretensão recursal ser deduzida na via processual adequada.

II - Embargos de declaração desprovidos.

ACÓRDÃO

Decide a Turma, por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração.

Sexta Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região - 02/04/2007.

Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE
Relator

PAUTA DE JULGAMENTOS

Determino a inclusão do(s) processo(s) abaixo relacionado(s) na Pauta de Julgamentos do dia 23 de abril de 2007, Segunda-Feira, às 14:00 horas, podendo, entretanto, nessa mesma Sessão ou em Sessões subsequentes, ser julgados os processos adiados ou constantes de Pautas já publicadas.

AC	1997.33.00.003929-4 / BA	(583)
RELATOR:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)	
APTE:	WILSON GABRIEL DE JESUS E OUTRO(A)	
ADV:	JACILDA DA SILVA SANTOS E OUTROS(AS)	
APTE:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF	
ADV:	ELY VILAS-BOAS COSTA	
APDO:	OS MESMOS	
APDO:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA 12A VARA - BA	

AC	1997.33.00.010708-5 / BA	(584)
RELATOR:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)	
APTE:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF	
ADV:	GERALDO REZENDE DE ALMEIDA	
APTE:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
APDO:	EVERALDINO GUIMARAES DA SILVA	
ADV:	WALDEMAR COSTA NETO	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA 13A VARA - BA	

AC	1998.33.00.000173-3 / BA	(585)
RELATOR:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)	
APTE:	NEIDA SIQUEIRA FRONCHETTI	
ADV:	LESLIE FERNANDA FERNANDES FRONCHETTI	
APTE:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF	
ADV:	EMILIA FRANCISCONE AFONSO BARBOSA E OUTROS(AS)	
APTE:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
APDO:	OS MESMOS	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA 8A VARA - BA	

AC	1998.33.00.014108-3 / BA	(586)
RELATOR:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)	
APTE:	DIOGENES RIBEIRO DE ALENCAR FILHO	
ADV:	ANTONIO PROTASIO MAGNAVITA	
APTE:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
APDO:	OS MESMOS	
APDO:	BANCO BRADESCO S/A	
ADV:	SANDRA HELENA NASCIMENTO PINTO LEAL	

AC	1998.33.00.022157-9 / BA	(587)
RELATOR:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)	
APTE:	ROGERIO VALVERDE REIS	
ADV:	ANTONIO FERNANDO RODRIGUES LOPES	
APTE:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
APDO:	OS MESMOS	
APDO:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF	
ADV:	LEDA MARIA DA SILVA FERREIRA E OUTROS(AS)	

AC	1998.38.00.038894-0 / MG	(588)
RELATORA:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES	
APTE:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF	
ADV:	JOSE HERCULES GUIMARAES E OUTROS(AS)	
APDO:	ANAIR GOBI TEIXEIRA	
ADV:	JULIO COUTO FILHO E OUTRO(A)	

AC	1999.35.00.001564-2 / GO	(589)
RELATOR:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)	
APTE:	SERGIO AGUIAR DA SILVA E OUTRO(A)	
APDO:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF	
ADV:	ROSY MARY MELLO BUENO LOPES E OUTROS(AS)	
APDO:	BANCO DE BRASILIA S/A	
ADV:	ADRIANO RODRIGUES	
APDO:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
REC ADES:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	

AC	1999.33.00.008634-7 / BA	(590)
RELATOR:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)	
APTE:	MANOEL DOS SANTOS FILHO E CONJUGE	
ADV:	EDMUNDO SAMPAIO JONES E OUTROS(AS)	
APTE:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF	
ADV:	VERUSCHKA FERNANDES REGO AGRELLI E OUTROS(AS)	
APTE:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO	
APDO:	OS MESMOS	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA 13A VARA - BA	

AC 1999.33.00.014720-4 / BA (591)
RELATOR: JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
APTE: LEILA MASCARENHAS SANTOS E OUTRO(A)
ADV: ROBERTO VIEIRA SANTOS
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
APDO: OS MESMOS
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ELY VILAS-BOAS COSTA

AMS 1999.34.00.015941-8 / DF (592)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
APTE: TMP MINERACAO LTDA E OUTRO(A)
ADV: THIAGO ANDRADE BUENO DE TOLEDO E OUTROS(AS)
APDO: MINERACAO CORCOVADO DE MINAS LTDA
ADV: UILE REGINALDO PINTO
APDO: M E M MINERACAO LTDA
ADV: HUMBERTO DE CARVALHO MATOS E OUTROS(AS)
APDO: DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL - DNPM
PROCUR: GILDEMAR COSTA E SILVA

AC 1999.38.00.031676-4 / MG (593)
RELATOR: JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
APTE: CARLOS ALBERTO DOS SANTOS ZEPF E CONJUGE
ADV: STANLEY MARTINS FRASAO E OUTRO(A)
APDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: SIBELI MARIA PINTO E OUTROS(AS)

AMS 2000.33.00.000989-0 / BA (594)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
APTE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA
ADV: CELSO LUIZ BRAGA DE CASTRO
APDO: MUNICIPIO DE BOA VISTA DO TUPIM- BA
ADV: ALMIR BRITTO
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 8A VARA - BA

AG 2000.01.00.006005-1 / MG (595)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
AGRTE: MC DERIVADOS DE PETROLEO LTDA
ADV: LEONARDO CANABRAVA TURRA E OUTRO(A)
AGRDO: AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO - ANP

AMS 2000.01.00.010629-6 / GO (596)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
APTE: RUI LUIZ DE SOUZA
ADV: RUI LUIZ DE SOUZA
APDO: DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL - DNPM
PROCUR: MARCO ANTONIO ADDAD ABED

AC 2000.01.00.026317-5 / BA (597)
RELATOR: JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
APTE: MARIZETE ROCHA DE JESUS ROSARIO
ADV: EDMUNDO SAMPAIO JONES
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
APDO: OS MESMOS
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 4A VARA - BA

AC 2000.01.00.048608-1 / BA (598)
RELATOR: JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: FERNANDO JOSE PEREIRA DE ALMEIDA E OUTROS(AS)
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
APDO: MARIA CELIA CALMON SANTOS E OUTRO(A)
ADV: MADSON BARROS E OUTRO(A)

AC 2000.01.00.067247-9 / BA (599)
RELATOR: JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: JOAO BATISTA BARBOSA ARRUDA E OUTROS(AS)
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
APDO: OS MESMOS
APDO: OTACILIO NOLASCO DE CARVALHO SOBRINHO E CONJUGE
ADV: TITO MOREIRA SERGIO E OUTROS(AS)
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 16A VARA - BA

AC 2000.01.00.069832-0 / BA (600)
RELATOR: JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ELY VILAS-BOAS COSTA E OUTROS(AS)
APDO: JOMAR MARTINS COSTA E CONJUGE
ADV: ANTONIO DOS SANTOS CARVALHO LIMA FILHO E OUTROS(AS)

AC 2000.01.00.106603-3 / BA (601)
RELATOR: JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: JOAO BATISTA BARBOSA ARRUDA E OUTROS(AS)
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
APDO: OS MESMOS
APDO: RUY SERGIO GOMES OLIVEIRA
ADV: JOSE LUIZ SOBREIRA
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 1A VARA - BA

AC 2000.01.00.118917-7 / MG (602)
RELATOR: JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
APTE: MARIA RAMOS MACHADO PARISI
ADV: JOAO BATISTA ARDIZONI DOS REIS
APDO: BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN
PROCUR: IZABELLA FLEGNER LEITE

AC 2001.01.00.025885-9 / MA (603)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
APTE: D S SANTOS E CIA LTDA (HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA EFIGENIA)
ADV: JOSE CARLOS SOUSA SILVA
APDO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ADV: NICOLAO DINO DE CASTRO E COSTA NETO
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 3A VARA - MA

AMS 2001.34.00.032256-6 / DF (604)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
APTE: SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE PIRASSUNUNGA
ADV: ANA MARIA RIBAS MAGNO E OUTRO(A)
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCUR: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
APDO: SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE SAO CARLOS E REGIAO
ADV: EMERSON FERREIRA DOMINGUES E OUTROS(AS)

AMS 2002.33.01.000164-0 / BA (605)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
APTE: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCUR: VALTER LEONEL COELHO SEIXAS
APDO: ROSIMERI DAS GRACAS PEREIRA DE AGUIAR
PROCUR: ALBERTO BARBOSA ROCHA
REMTE: JUIZO FEDERAL DE ILHEUS - BA

AMS 2002.36.00.003021-8 / MT (606)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
APDO: ALBERTO MAGNO RIBEIRO VARGAS
ADV: MAURICIO PINTO COELHO
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 5A VARA - MT

AMS 2002.39.00.003746-0 / PA (607)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
APTE: ORLANDO SHIQUEO OHASHI
ADV: ANGELO DEMETRIUS DE ALBUQUERQUE CARRASCOSA E OUTROS(AS)
APDO: FACULDADE DE CIENCIAS AGRARIAS DO PARA - FCAP
PROCUR: ANTENOR PEREIRA MADRUGA FILHO

AG 2002.01.00.025246-4 / MG (608)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
AGRTE: DERALDO ALVES DOS SANTOS E CONJUGE
ADV: MARIA IZABEL COSTA FLORES DE CARVALHO
AGRDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: JOAO VIEIRA NUNES NETO E OUTROS(AS)

AMS 2002.34.00.027046-2 / DF (609)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
APTE: HOTEL MORRO DO SOL LTDA
ADV: JOAO LUIS HAMILTON FERRAZ LEAO E OUTROS(AS)
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCUR: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO

AMS 2002.38.00.034729-9 / MG (610)
RELATORA: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: HAMILTON EZEQUIEL DE RESENDE
APTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APDO: CERA SEVICE LTDA
ADV: SIMONE GONCALVES DOS MARES GUIA E OUTROS(AS)
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 6A VARA - MG

AC 2002.38.00.053825-3 / MG (611)
RELATORA: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
APTE: MARIA DE LOURDES DAMASCENO FERNANDES
ADV: MARIA IZABEL COSTA FLORES DE CARVALHO E OUTROS(AS)
APDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: JANUARIO SPISLA E OUTROS(AS)

AC 2003.38.00.000471-0 / MG (612)
RELATORA: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
APTE: MARIA DE LOURDES DAMASCENO FERNANDES
ADV: MARIA IZABEL COSTA FLORES DE CARVALHO E OUTROS(AS)
APDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: HAMILTON EZEQUIEL DE RESENDE E OUTROS(AS)

AC 2003.38.01.004331-9 / MG (613)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: CELSO DE OLIVEIRA JUNIOR E OUTROS(AS)
APDO: JOSE HENRIQUES DE MELO E OUTROS(AS)
ADV: ADRIANA ABREU BORGES DE MEDEIROS

AC 2003.41.00.005076-2 / RO (614)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
APTE: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCUR: DIEGO DA FONSECA HERMES ORNELLAS DE GUSMAO
APTE: BRASIL TELECOM S/A
ADV: ANTONIO CARLOS GONCALVES E OUTROS(AS)
APDO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCUR: HEITOR ALVES SOARES

AC 2003.33.00.008251-1 / BA (615)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: VICENTE MAIA BARRETO DE OLIVEIRA E OUTROS(AS)
APDO: WALTER BRASIL DE MENEZES E OUTROS(AS)
ADV: DJALMA NUNES FERNANDES JUNIOR E OUTROS(AS)

AC 2003.33.00.015322-5 / BA (616)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: MARCELO MIGUEL ROSSI E OUTROS(AS)
APTE: BERNADETE SANTOS SILVA
ADV: ARISTOTELES LEAL E OUTROS(AS)
APDO: OS MESMOS

AC 2003.33.00.017936-5 / BA (617)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: MARCUS BARBOSA ANDRADE E OUTROS(AS)
APDO: SEVERIANO NUNES DIAS
ADV: JOAO NUNES DIAS

AC 2003.33.00.018149-5 / BA (618)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ABELARDO RIBEIRO DOS SANTOS FILHO E OUTROS(AS)
APDO: ARMANDO CARLOS MATHEUS BARBOSA DA SILVA

AMS 2003.34.00.026280-8 / DF (619)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
APTE: FEDERACAO DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO ESTADO DE SAO PAULO - FETEE/SP
ADV: GUSTAVO MONTEIRO FAGUNDES
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCUR: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
INTERES: SINDICATO DOS PROFESSORES EM ESTABELECIMENTOS PRIVADOS DE ENSINO NOS MUNICIPIOS DE INDAIATUBA SALTO E ITU - SINPROVALES

AC 2003.38.00.036731-8 / MG (620)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: SONIA FERNANDES GANDRA E OUTROS(AS)
APDO: LUCIANO MARCOS DA SILVA
ADV: LUCIANO MARCOS DA SILVA

AC 2003.38.00.071076-6 / MG (621)
RELATORA: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: UMBERTO PARMA MACHADO E OUTROS(AS)
APDO: JOANILSON SOARES DA SILVA E OUTROS(AS)
ADV: ANTONIO PEREIRA ALBINO E OUTROS(AS)

AC 2004.34.00.001480-2 / DF (622)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: RODRIGO BRUNO BEZERRA PEREIRA E OUTROS(AS)
APDO: ALVARO AYELLO E OUTROS(AS)
ADV: IVO EVANGELISTA DE AVILA E OUTROS(AS)

AC 2004.38.02.002040-1 / MG (623)
RELATORA: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
APTE: APARECIDO CRISTALINO DA SILVA
ADV: EDUARDO BOTELHO DE CARVALHO E OUTROS(AS)
APDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: RAYNER DALMEIDA RODRIGUES E OUTROS(AS)

AC 2004.38.00.004537-0 / MG (624)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: SONIA FERNANDES GANDRA E OUTROS(AS)
APDO: CELIO ROMAO DOS SANTOS E OUTRO(A)
ADV: ANDRE LUIZ FARIA DE SOUZA

AC 2004.38.01.005864-1 / MG (625)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: JOSE ANTONIO MARTINS LACERDA E OUTROS(AS)
APDO: WANTUIL PINTO DA SILVA E OUTROS(AS)
ADV: VANIA ALVARENGA ARAUJO

AC 2004.38.00.007656-7 / MG (626)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ADILSON CARLOS FARIA E OUTROS(AS)
APDO: ARNALDO PEREIRA SANTOS E OUTROS(AS)
ADV: WILSON TORRES COSTA E OUTROS(AS)

AC 2004.38.00.016149-4 / MG (627)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: SONIA FERNANDES GANDRA E OUTROS(AS)
APDO: JOSE SERGIO PIANCASTELLI DE SIQUEIRA E OUTROS(AS)
ADV: MARCIO DIORIO PAIXAO

AMS 2004.34.00.017612-9 / DF (628)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
APDO: ANILTON SILVA PETEAN
ADV: CARINA PINHEIRO CARVALHO E OUTRO(A)

AMS 2004.34.00.018530-6 / DF (629)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
APTE: SP FARMA LTDA
ADV: BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO E OUTROS(AS)
APDO: AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA - ANEEL
PROCUR: MARCIO PINA MARQUES

AC 2004.38.00.023481-8 / MG (630)
RELATORA: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ADILSON CARLOS FARIA E OUTROS(AS)
APDO: ANTONIO SOARES DA COSTA E OUTROS(AS)
ADV: LUCIANO MARCOS DA SILVA E OUTRO(A)

AMS 2004.38.00.036014-4 / MG (631)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
APTE: INTERNI S/A INTERIORES PARA VEICULOS
ADV: LUIZ CARLOS DE ANDRADE LOPES E OUTROS(AS)
APTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APDO: OS MESMOS

AC 2004.38.00.036368-8 / MG (632)
RELATORA: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ADILSON CARLOS FARIA E OUTROS(AS)
APDO: ROGERIO PEREIRA
ADV: IRIS VILELA DE LIMA

AC 2004.38.00.036648-8 / MG (633)
RELATORA: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: UMBERTO PARMA MACHADO E OUTROS(AS)
APDO: ANTONIO EMILIANO BENTO E OUTROS(AS)
ADV: HELEN CRISTINA GOMES MOREIRA

AC 2004.38.00.037916-9 / MG (634)
RELATORA: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ADILSON CARLOS FARIA E OUTROS(AS)
APDO: MARIA DAS GRACAS SANTOS E OUTROS(AS)
ADV: LUCIANO MARCOS DA SILVA

AG 2004.01.00.060459-0 / DF (635)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
AGRTE: DORIVAL FERNANDES RODRIGUES E OUTRO(A)
ADV: DORIVAL FERNANDES RODRIGUES E OUTRO(A)
AGRDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ALEXANDRE DUARTE DE LACERDA E OUTROS(AS)

AC 2005.38.01.001974-6 / MG (636)
RELATORA: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
APDO: EDILSON DA SILVA SANTOS E OUTRO(A)
ADV: DINE CLEY NEVES DOS SANTOS
APDO: HILDO OLIVEIRA SILVA JUNIOR
ADV: LEURY MARCIA RODRIGUES
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 2A VARA DA SUBSECAO JUDICIARIA DE JUIZ DE FORA - MG

AC 2005.40.00.002601-5 / PI (637)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
APDO: RITA ACACIA DE MACEDO ADONIAS
ADV: ADONIAS FEITOSA DE SOUSA E OUTRO(A)
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 5A VARA - PI

AC 2005.34.00.004797-2 / DF (638)
RELATORA: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: RODRIGO BRUNO BEZERRA PEREIRA E OUTROS(AS)
APDO: SERGIO PAULO SILVA
ADV: MARIA OLIVIA MAIA

REOMS 2005.36.00.008265-2 / MT (639)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
IMPTE: JULIANA TOMAZZI
ADV: JULIANO TRAMONTINA
IMPDO: UNIAO CULTURAL DO ENSINO SUPERIOR DO CENTRO OESTE - UNICEN
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 3A VARA - MT

AMS 2005.34.00.009722-0 / DF (640)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
APTE: CARMEM SILVA FRADE DE ANDRADE
ADV: GABRIEL DE FASSIO PAULO E OUTROS(AS)
APDO: FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA - FUB
PROCUR: LUIZ CARLOS DE SOUZA

AC 2005.33.00.011863-2 / BA (641)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: YASMY BRANDAO FIUZA E OUTROS(AS)
APDO: DELZA MARIA PEREIRA DOS SANTOS

AMS 2005.34.00.012037-0 / DF (642)
RELATORA: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
APTE: ISABEL CHRISTINA SOUZA AGUIAR
ADV: ARTHUR MAXIMUS MONTEIRO
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCUR: JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS

AC 2005.38.00.014622-4 / MG (643)
RELATORA: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: SIBELI MARIA PINTO E OUTROS(AS)
APDO: MARCELLO GOMES PEREIRA
ADV: MARCELLO GOMES PEREIRA

AC 2005.33.00.016329-9 / BA (644)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: LEDA MARIA DA SILVA FERREIRA E OUTROS(AS)
APDO: MIRABEAU ALVES DE BARROS

AC 2005.33.00.016342-9 / BA (645)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: LEDA MARIA DA SILVA FERREIRA E OUTROS(AS)
APDO: TIOBALDO LOPES DOS SANTOS

AMS 2005.34.00.017974-1 / DF (646)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
APDO: RODRIGO MENDES ARAUJO
ADV: PIRATAN ARAUJO FILHO
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 5A VARA - DF

AC 2005.33.00.019464-6 / BA (647)
RELATORA: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
APDO: ERICO LIMA DE OLIVEIRA E OUTRO(A)
ADV: ERICO LIMA DE OLIVEIRA
REC ADES: ERICO LIMA DE OLIVEIRA E OUTRO(A)
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 8A VARA - BA

REOMS 2005.34.00.023854-0 / DF (648)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
IMPTE: SARA POOZ
ADV: NADIMIR KAYSER DE OLIVEIRA
IMPDO: CENTRO UNIVERSITARIO DE BRASILIA - UNICEUB
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 5A VARA - DF

AMS 2005.38.00.024451-4 / MG (649)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
APDO: PROVIR VIGILANCIA LTDA-ME
ADV: ANNE MICHELLE DE CASTRO COSTA E OUTRO(A)

AG 2005.01.00.025989-0 / DF (650)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
AGRTE: CARMEM SILVIA FRADE DE ANDRADE
ADV: GABRIEL DE FASSIA PAULO
AGRDO: FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA - FUB

AC 2005.38.00.027719-0 / MG (651)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ADILSON CARLOS FARIA E OUTROS(AS)
APDO: CELIO FLORIANO DE SIQUEIRA E OUTROS(AS)
ADV: JOSE AFONSO RODRIGUES

AMS 2005.34.00.028587-8 / DF (652)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
APTE: MARIA THEREZA BAZZO MARTINS
ADV: ANTONIO GLAUCIUS DE MORAIS E OUTRO(A)
APDO: FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA - FUB
PROCUR: KARINA BRITO MAFRA

AC 2005.38.00.029894-8 / MG (653)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: MURILO DE PAULO VIEIRA E OUTROS(AS)
APDO: FRANCISCO DE OLIVEIRA FILHO
ADV: SERGIO NATALINO FERNANDES E OUTROS(AS)

AC 2005.38.00.031131-0 / MG (654)
RELATORA: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ADILSON CARLOS FARIA E OUTROS(AS)
APDO: JOSE EDUARDO DE SOUZA
ADV: MARCIA APARECIDA FERNANDES

AMS 2005.34.00.033240-0 / DF (655)
RELATORA: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
APTE: LARISSA ARAUJO MORAIS
ADV: HUGO MORAES PEREIRA DE LUCENA
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCUR: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO

AMS 2005.34.00.036504-2 / DF (656)
RELATORA: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
APDO: MUNICIPIO DE INGA -PB
PROCUR: PAULO SERGIO GARCIA DE ARAUJO
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 6A VARA - DF

AMS 2005.38.00.036706-5 / MG (657)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
APTE: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCUR: RICARDO DA COSTA POSSAS
APDO: DOMINGOS VIANA
ADV: JULIO MAGALHAES PIRES DUARTE E OUTROS(AS)
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 15A VARA - MG

AG 2005.01.00.058516-2 / GO (658)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
AGRTE: JOEL GONZAGA DE SOUZA
ADV: LAZARO OLIVEIRA NETO
AGRDO: UNIAO FEDERAL
PROCUR: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO

AG 2005.01.00.065618-8 / BA (659)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
AGRTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCUR: FERNANDA ALVES DE OLIVEIRA
AGRDO: EDERSOELIA DAS GRACAS GUIMARAES RIBEIRO
ADV: VINICIUS BRIGLIA PINTO

AG 2005.01.00.066728-3 / BA (660)
RELATORA: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
AGRTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
AGRDO: ERICO LIMA DE OLIVEIRA E OUTRO(A)
ADV: ERICO LIMA DE OLIVEIRA E OUTRO(A)

AG 2005.01.00.068823-9 / AP (661)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
AGRTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: MARCELLA PEIXOTO SMITH E OUTROS(AS)
AGRDO: J A FURTADO ABDON ME

AMS 2006.38.09.002481-1 / MG (662)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
APDO: JULIANO DE ALMEIDA
ADV: ALEXANDRE TAVARES REIS E OUTROS(AS)
REMTE: JUIZO FEDERAL DA SUBSECAO JUDICIARIA DE VARGINHA - MG

AC 2006.38.00.028919-9 / MG (663)
RELATORA: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: SIBELI MARIA PINTO E OUTROS(AS)
APDO: CARLOS ANTONIO PEREIRA DE FARIA E OUTROS(AS)
ADV: MARIA DO SOCORRO GALINDO ALEXANDRE

AG 2006.01.00.031163-7 / MG (664)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
AGRTE: CARLOS ANTONIO DA SILVA
ADV: DANILO ALVES SANTANA
AGRDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: MARIA LUIZA DE CASTRO RACHID E OUTROS(AS)

AG 2006.01.00.033579-0 / BA (665)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
AGRTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: LUIZA MENEZES GARRIDO
AGRDO: ELOIZA DIAS DOS SANTOS
ADV: CARLOS ALBERTO LOUREIRO DA COSTA

AG 2006.01.00.041977-8 / BA (666)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
AGRTE: MANOEL ELIO ERSON LIMA E OUTRO(A)
ADV: ROTERLANDO CORDEIRO PAIVA E OUTROS(AS)
AGRDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: AUGUSTO BONFIM NERY E OUTROS(AS)

AG 2006.01.00.042167-1 / RO (667)
RELATORA: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
AGRTE: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCUR: ROGERIO PEREIRA GUEDES E OUTROS(AS)
AGRDO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
AGRDO: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE RONDONIA

AG 2006.01.00.042468-0 / RO (668)
RELATORA: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
AGRTE: FURNAS - CENTRAIS ELETRICAS S/A
ADV: CAIO VINICIUS AOUN E OUTROS(AS)
AGRDO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCUR: HEITOR ALVES SOARES
AGRDO: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE RONDONIA
PROCUR: AIDEE MARIA MOSER TORQUATO LUIZ

AG 2007.01.00.001237-1 / BA (669)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
AGRTE: JULIO DA GLORIA E OUTROS(AS)
ADV: ANDERSON RICO MORAES NERY E OUTROS(AS)
AGRDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: JOAQUIM FERREIRA FILHO E OUTROS(AS)

Brasília, 10 de abril de 2007.

Desembargador Federal DANIEL PAES RIBEIRO
Presidente

DIVISÃO DE PROCESSAMENTO E PROCEDIMENTOS DIVERSOS

DESPACHOS/DECISÕES

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2000.39.02.000141-0/PA
Processo na Origem: 200039020001410

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
APELANTE	:	CARGIL AGRICOLA S/A
ADVOGADO	:	BENJAMIN GALLOTTI BESERRA E OUTROS(AS)
APELANTE	:	ESTADO DO PARA
PROCURADOR	:	MARCUS VINICIUS NERY LOBATO
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
APELADO	:	MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR	:	GUSTAVA NOGAMI

DECISÃO

Cuida-se de recursos de apelação interpostos contra sentença proferida pelo juízo da Vara Federal da Subseção Judiciária de Santarém/PA, julgando parcialmente procedente a presente ação civil pública, ajuizada pelo Ministério Público Federal contra CARGILL AGRÍCOLA S/A, ESTADO DO PARÁ e UNIÃO FEDERAL, condenando-se os promovidos a concluir, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do trânsito em julgado da referida sentença, o competente EIA/RIMA relativo a toda a extensão arrendada à Companhia Docas do Pará - CDP, localizada no porto de Santarém/PA, bem assim na recomposição dos danos ambientais decorrentes das operações de instalação e funcionamento irregulares do terminal graneleiro, sob pena de multa diária, no valor de R$ 1.000,00 (mil reais).

Subindo os autos a este egrégio Tribunal e colhido pronunciamento da egrégia Procuradoria Regional da República, em que se opinou pelo provimento do recurso de apelação da União, a fim de excluí-la do pólo passivo da demanda, e pelo parcial provimento da apelação do Estado do Pará, no tocante à sua condenação quanto à realização do EIA/RIMA, mantendo-se, no mais, a sentença monocrática (fls. 1057/1078), sobreveio a petição de fls. 1080/1093, noticiando o douto Ministério Público Federal o descumprimento da decisão liminarmente deferida nestes autos, e confirmada, em sede de agravo de instrumento, por este egrégio Tribunal, na medida em que a ordem judicial dali emanada, é no sentido de se sobrestar a eficácia do Alvará de Autorização nº 024/99, emitido pela Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente - SECTAM do Estado do Pará, bem assim, que aquela Unidade da Federação, através dos seus agentes, se abstivesse de expedir qualquer outro alvará de autorização, com as finalidades daquela ou para fins de realização de quaisquer outras obras potencialmente causadoras de degradação ao meio ambiente da área do Porto do Santarém, antes que seja efetivada a competente aprovação do EIA/RIMA, demonstrando a viabilidade ambiental do projeto.

Ocorre que, não obstante a determinação judicial em referência, a promovida Cargill Agrícola S/A estaria se recusando a cumpri-la, amparando-se no fundamento de, em face do recebimento, nos efeitos devolutivo e suspensivo, dos recursos de apelação interpostos pelas promovidas, a referida decisão teria perdido a sua eficácia, sendo acompanhada, nesse mesmo proceder, pela Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente - SECTAM do Estado do Pará, que outorgou Licença de Operação (LO), a qual vem sendo reiterada e automaticamente renovada.

Sustentando, pois, que, tendo a sentença recorrida confirmado a decisão que antecipara os efeitos da tutela, os recursos de apelação devem ser recebidos, no tocante à matéria ali apreciada, tão-somente, no seu efeito devolutivo, nos termos do art. 520, VII, do CPC, a caracterizar, na espécie, a plena eficácia daquele decisum.

Acrescenta, ainda, que até mesmo a realização do EIA/RIMA, em que pesem os termos da parte dispositiva da sentença, deverá ser prontamente efetivada, na medida em que a omissão do Estado, no particular, foi o fundamento adotado naquela decisão liminar, para sobrestar-se a eficácia do Alvará de Autorização nº 24/99, já referido.

Alegando, pois, que a instalação e funcionamento da empresa Cargill Agropecuária S/A na área do porto de Santarém/PA, com a conivência da Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente - SECTAM do Estado do Pará, além de caracterizar manifesta afronta ao comando judicial da decisão liminarmente deferida nestes autos, "*trouxe problemas de ordens diversas, não somente na área portuária, mas extensivas ao homem do campo, com veiculação corrente em nossos noticiários sobre a violência contra agricultores/assentados pela disputa de terras, objetivando-se plantio de grãos(...)*, posto que "*regiões inteiras, a centenas de quilômetros do local do porto, já são negociadas com produtores do sul do País, oferecendo-se como principal atrativo das terras seu alto potencial para o desempenho da agricultura mecanizada da soja*", requer a adoção de medidas efetivas, com vistas no regular e integral cumprimento da referida decisão, no sentido de que: a) seja determinado à mencionada empresa Cargill Agropecuária S/A a imediata realização do EIA/RIMA; e b) a Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente - SECTAM do Estado do Pará se abstenha de renovar a Licença de Operação (LO) do porto graneleiro da aludida empresa, em Santarém/PA (fls. 1080/1093).

***

Compulsando os presentes autos, verifica-se que o douto juízo monocrático, apreciado o pedido de antecipação da tutela postulada na inicial, deferiu, parcialmente, o aludido pleito, por decisão datada de 20 de janeiro de 2000, determinando "a expedição do competente mandado, suspendendo a efetividade do Alvará de Autorização nº 024/99, cuja cópia encontra-se à fl. 19 dos autos, e ainda, determinando ao Réu Estado do Pará e seus agentes, abstenham-se da expedição de qualquer outro alvará de autorização para a realização de quaisquer outras obras potencialmente causadoras de degradação ao meio ambiente da área do Porto de Santarém, sem que seja efetivada a competente aprovação do EIA/RIMA demonstrando a viabilidade ambiental do projeto", sob pena de multa pecuniária, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) - fls. 38/42.

Contra a referida decisão, foram interpostos agravos de instrumento, pela empresa Cargill Agropecuária S/A e pelo Estado do Pará (fls. 52/91 e 232/263, respectivamente), em cujos autos foi, inicialmente, concedido efeito suspensivo, conforme se vê das decisões de fls. 47 e 266, em fotocópia, aqui tombados sob os números 2000.01.00.009030-4 e 2000.01.00.019713-1/PA. Por ocasião do julgamento dos referidos recursos, a colenda Sexta Turma deste egrégio Tribunal negou-lhes provimento, mantendo a decisão agravada, conforme se vê dos julgados de fls. 987/994, em fotocópia, e dos autos em apenso (AG nº 2000.01.00.018713-1), já transitados em julgado.

Ao proferir sentença de mérito, o juízo monocrático julgou parcialmente procedentes os pedidos formulados na inicial, para condenar os promovidos a concluir, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do trânsito em julgado da referida sentença, o competente EIA/RIMA relativo a toda a extensão arrendada à Companhia Docas do Pará - CDP, localizada no porto de Santarém/PA, bem assim na recomposição dos danos ambientais decorrentes das operações de instalação e funcionamento irregulares do terminal graneleiro, sob pena de multa diária, no valor de R$ 1.000,00 (mil reais) - fls. 786/810, sobrevindo os recursos de apelação já mencionadas, os quais foram recebidos em seus efeitos devolutivo e suspensivo (fls. 1045).

***

Posta a questão nestes termos, em que pesem os termos da decisão de fls. 1045, recebendo os recursos interpostos nos efeitos devolutivo e suspensivo, não resta a menor dúvida que a decisão inicialmente proferida, nestes autos, deferindo, em parte, o pedido de antecipação da tutela postulado pelo douto Ministério Público Federal, suspendendo os efeitos da licença concedida à empresa Cargill Agropecuária S/A e inibindo a expedição de outras, encontra-se em plena eficácia, devendo, por isso, ser rigorosamente observadas e cumpridas pelos promovidos, ora recorrentes, na medida em que tais recursos, impugnando a sentença confirmatória do deferimento da referida antecipação da tutela, devem ser recebidos, tão-somente, no efeito devolutivo, nos termos do art. 520, VII, do CPC, conforme entendimento já pacificado no âmbito do colendo Superior Tribunal de Justiça e deste egrégio Tribunal, nestes termos:

"PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO INTERPOSTA CONTRA SENTENÇA QUE MANTEVE A ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. EFEITO DEVOLUTIVO.

1. "A divergência entre julgados do mesmo Tribunal não enseja recurso especial" (Súmula nº 13/STJ)

2. A apelação, quer se trate de provimento urgente cautelar quer de tutela satisfativa antecipatória deferida em sentença ou nesta confirmada, deve ser recebida, apenas, no seu efeito devolutivo. É que não se concilia com a idéia de efetividade, autoexecutoriedade e mandamentalidade das decisões judiciais, a sustação do comando que as mesmas encerram, posto presumiram situação de urgência a reclamar satisfatividade imediata.

(...)

8. Recurso especial parcialmente conhecido, porém, desprovido.

(STJ, RESP 514409/SP; DJ DATA:09/12/2003 PG:00228; Relator Min. LUIZ FUX; PRIMEIRA TURMA) - grifei.

Afigura-se, pois, manifestamente ilegal a aludida decisão de fls. 1045, na espécie dos autos, por haver atribuído efeito suspensivo aos mencionados recursos de apelação, quando deveria tê-los recebidos, unicamente, no seu efeito devolutivo.

Ademais, ainda que assim não fosse, verifica-se que a tutela inicialmente concedida nos autos de origem fora confirmada por este egrégio Tribunal, devendo, por isso, manter a sua eficácia, até ulterior deliberação judicial do Órgão Colegiado, não podendo ser reformada, pelo juízo monocrático.

Há de ver-se, ainda, que eventual controvérsia em torno da eficácia daquela decisão já se encontra definitivamente superada, na medida em que fora expressamente enfrentada pela colenda Sexta Turma deste Tribunal, por ocasião do julgamento dos embargos de declaração opostos contra o acórdão proferido nos autos dos Embargos de Declaração no AG nº 2000.01.00.009030-/PA, opostos pela empresa Cargill Agropcuária S/A, em cujo voto condutor, da minha lavra, restou consignado que:

"(...)

Como visto, o presente agravo de instrumento visava a reforma da decisão proferida nos autos de origem, em que fora parcialmente deferida a antecipação da tutela cautelar, ali formulado, determinando a suspensão do Alvará de Autorização nº 024/99, que possibilitava a realização de obras no Porto de Santarém/PA, bem assim a expedição de qualquer outro Alvará que viabilizasse outras obras potencialmente causadoras de degradação do meio ambiente, na área em que se encontra localizado o referido porto (fls. 42/46).

Suspensa a eficácia do aludido decisum, pelo eminente Relator, na época (fls. 328), e regularmente instruídos os autos, a colenda Sexta Turma deste egrégio Tribunal negou provimento ao presente agravo (fls. 591/605), mantendo, em conseqüência, a decisão agravada, que coibia a realização das obras. Opostos embargos de declaração pela agravante (fls. 607/643), sobreveio o expediente de fls. 758, em que o juízo monocrático noticia a prolação de sentença de mérito, nos autos de origem, julgando parcialmente procedente o pedido ali formulado, para condenar a agravante, em conjunto com o Estado do Pará, a concluir, em até 180 (cento e oitenta) dias, o devido EIA/RIMA relativo a toda a extensão arrendada à CDP no porto de Santarém/PA, e à recomposição de qualquer dano ambiental eventualmente comprovado e decorrente das operações de sua instalação e funcionamento irregulares, sob pena de multa diária no valor de R$ 1.000,00 (hum mil reais).

Portanto, o comando sentencial em referência, não obstante estivesse autorizado a ratificar os termos da decisão liminarmente proferida nos autos de origem, inclusive, com a chancela deste egrégio Tribunal, não a ratificou, por equívoco, limitando-se a determinar a elaboração do EIA/RIMA e a recomposição de eventuais danos causados ao meio ambiente, quando esta colenda Sexta Turma já houvera negado provimento ao agravo da Cargill Agrícola S/A, em setembro de 2003, mantendo, assim, a decisão agravada, em toda sua eficácia.

A todo modo, a pretensão recursal deduzida pela embargante, nos presentes embargos de declaração, no sentido de que se declare, também, a prejudicialidade do agravo de instrumento, não merece prosperar, na medida em que, por ocasião da prolação da sentença de mérito, nos autos principais, ocorrida em 18 de maio de 2004 (fls. 759/783), o referido agravo já havia sido julgado, como visto, pela colenda Sexta Turma, desde 29/09/2003, confirmando a decisão agravada, conforme se vê do v. Acórdão de fls. 591/605. Portanto, com a superveniente prolação de sentença, ao Colegiado caberia, tão-somente, declarar prejudicado o recurso ainda não apreciado, no caso, os embargos de declaração opostos pela agravante, os quais não vingariam mesmo, por se afigurarem manifestamente infringentes do julgado.

Ademais, em sendo confirmada pela Corte Revisora a decisão que antecipou os efeitos da tutela, nos autos de origem, não resta a menor dúvida quanto à vigência da sua eficácia até o julgamento final da demanda, ali, instaurada, vale dizer, até o trânsito em julgado da sentença monocrática, até quando permanecerá a exigência de prévio EIA/RIMA, que, registre-se, não se restringe às obras da construção portuária questionada nos autos, mas, também, e essencialmente, aos efeitos do impacto ambiental de sua futura instalação, com as finalidades a que se propõe naquela região amazônica, ante a vastidão de seu rico ecossistema - grifei.

Por isso mesmo, o Estudo de Impacto Ambiental há de ser prévio e não concomitante ou posterior às instalações portuárias, ali, pretendidas.

Neste sentido, a tutela constitucional, que impõe ao Poder Público e a toda coletividade o dever de defender e preservar, para as presentes e futuras gerações, o meio ambiente ecologicamente equilibrado, essencial à sadia qualidade de vida, como direito difuso e fundamental, feito bem de uso comum do povo (CF, art. 225, caput), já instrumentaliza, em seus comandos normativos, o princípio da prevenção (pois uma vez que possa prever que uma certa atividade possa ser danosa, ela deve ser evitada) e a conseqüente precaução (quando houver dúvida sobre o potencial deletério de uma determinada ação sobre o ambiente, torna-se a decisão mais conservadora, evitando-se a ação) exigindo-se, assim, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade (CF, art. 225, § 1º, IV).

Com esta inteligência, a Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, no Brasil (Lei nº 6.938, de 31.08.81) inseriu como objetivos essenciais dessa política pública "a compatibilização do desenvolvimento econômico e social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico" e "a preservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente, concorrendo para a manutenção do equilíbrio ecológico propício à vida" (art. 4º, incisos I e VI).

Dentre os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, exigem-se "a avaliação de impactos ambientais" e "o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras" (art.9º, III e IV), estabelecendo-se, ainda, que "a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidoras, bem como os capazes sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento de órgão estadual competente e do IBAMA, no caso de atividades e obras com significativo impacto ambiental, de âmbito nacional ou regional" (art.10 e respectivo parágrafo 4º, com a redação dada pela Lei nº 7.804, de 18/07/89).

Por isso, há de se entender que o princípio do Poluidor-pagador busca, sobretudo, evitar a ocorrência de danos ambientais e, só no último caso, a sua reparação.

Nesta ótica, deve ser mantida a suspensão do Alvará de Autorização nº 024/99, que possibilitava a realização de obras no Porto de Santarém (PA), bem assim a expedição de qualquer outro Alvará que viabilize outras obras, potencialmente causadoras de degradação do meio ambiente, em face da instalação do referido Porto, provável escoador de soja transgênica, na região amazônica, assim exposta ao desmatamento irresponsável e à disfarçada colonização alienígena, até que se realize, por competente equipe multidisciplinar, o Estudo Prévio de Impacto Ambiental, observando-se a regulamentação da Resolução nº 001-CONAMA, de 23 de janeiro de 1986, na dimensão do interesse difuso a ser, ali, protegido".

***

Percebe-se, pois, que a preocupação por mim já registrada, no voto em referência, veio a se concretizar, ante os acontecimentos noticiados pelo douto Ministério Público Federal, em sua petição de fls. 1080/1093, a autorizar, na espécie, a adoção das medidas ali postuladas, com vistas no efetivo cumprimento da decisão liminarmente proferida nestes autos, já chancelada por este egrégio Tribunal.

***

Com estas considerações, determino a intimação da empresa Cargill Agropecuária S/A e o Estado do Pará, para darem integral cumprimento à decisão liminar de fls. 38/42, ficando sem efeito o Alvará de Autorização nº 024/99, expedido pela Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente - SECTAM do Estado do Pará, bem assim outras licenças e/ou autorizações visando a exploração, pela referida empresa, de atividades portuárias na área indicada na inicial, sem prejuízo do pagamento da multa já fixada no aludido decisum e da apuração da responsabilidade civil e criminal dos agentes que se opuserem a seu cumprimento.

Determino, ainda, com vistas no que dispõe o art. 461, §§ 4 e 5º, do CPC, a imediata suspensão de toda e qualquer atividade desenvolvida no porto da Cidade de Santarém/PA, relativamente à área descrita na inicial, até a efetiva conclusão e apresentação do Estudo e Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA, bem assim, de seu regular licenciamento ambiental, pelos órgãos competentes (IBAMA e SECTAM/PA), sob pena de multa pecuniária, também, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), por dia de atraso, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal dos possíveis infratores (CF, art. 225, § 3º).

A realização do EIA/RIMA, na hipótese dos autos, há de guiar-se, necessariamente, pelo procedimento estabelecido na Resolução CONAMA nº 237/97, mediante a atuação de competente equipe multidisciplinar e sob a indispensável fiscalização do IBAMA, em face da supremacia do interesse público e difuso da Nação brasileira, no que tange à preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado, na Floresta Amazônica, rotulada constitucionalmente como patrimônio nacional (CF, 225, § 4º), com reflexos também difusos no equilíbrio ecológico de nosso sistema planetário e universal.

Cumpra-se, de imediato, esta decisão, intimando-se, via FAX, a empresa Cargill Agropecuária S/A e a Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente - SECTAM do Estado do Pará, bem assim, o IBAMA, para o exercício do seu poder de polícia ambiental, com caráter impositivo, em casos que tais, observando-se a urgência que o caso requer.

Oficie-se ao douto juízo a quo, para observância do fiel cumprimento deste decisum, requisitando, se necessário for, força policial para a efetivação desta tutela ambiental.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, em 22 de março de 2007.

Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2000.39.02.000141-0/PA
Processo na Origem: 200039020001410

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
APELANTE	:	CARGIL AGRICOLA S/A
ADVOGADO	:	BENJAMIN GALLOTTI BESERRA E OUTROS(AS)
APELANTE	:	ESTADO DO PARA
PROCURADOR	:	MARCUS VINICIUS NERY LOBATO
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
APELADO	:	MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR	:	GUSTAVA NOGAMI

Compulsando os presentes autos, verifico que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, embora não tenha interposto recurso contra a sentença monocrática, foi admitido na lide, conforme se vê do despacho de fls. 515 e do mandado citatório de fls. 525, tendo, inclusive, protestado pela sua regular intimação, nestes autos, em relação a todos os atos nele praticados (fls. 519).

Em sendo assim, chamo o presente feito à ordem, para determinar que se proceda, com urgência e por mandado, à regular intimação da referida autarquia, para a Sessão de julgamento, a que se reporta a certidão de fls. 1143vº.

Determino, ainda, a correção do erro material verificado na data da decisão de fls. 1118/1129, passando a constar a data de 22 de março de 2007, e não 22 de março de 2006, conforme ali restou consignado.

Republique-se, assim, a referida decisão de fls. 1118/1129, com a data correta, em face do erro material, aqui, noticiado, refazendo-se as comunicações necessárias, para o fiel cumprimento daquele decisum.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, em 03 de abril de 2007.

Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1998.39.00.011769-5/PA
Processo na Origem: 199839000117695

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
APELANTE	:	ACACIO CENTENO NETO E CONJUGE
ADVOGADO	:	ELIETE DE SOUZA COLARES
APELANTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:	JONNY MAIKEL DOS SANTOS E OUTROS(AS)
APELADO	:	OS MESMOS

D E C I S Ã O

Os Autores Acácio Centeno Neto e cônjuge noticiam que efetuarão o pagamento da dívida na via administrativa, razão pela qual renunciam expressamente ao direito sobre o qual se funda a ação, requerendo, para tanto, a extinção do processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 269, inciso V do CPC (fls. 210-212).

Observo que a petição de fl. 210 encontra-se subscrita pelo advogado dos Autores em conjunto com a procuradora da CEF.

Assim postos os fatos, homologo o pedido de renúncia ao direito sobre que se funda a ação e extingo o processo, com julgamento do mérito, nos termos do art. 269, V do CPC. Julgo prejudicados os recursos de apelação das partes (CPC, art. 557, *caput*). Desapensem-se os presentes autos da Apelação Cível nº 2000.01.00.057603-1/PA, voltando-me estes conclusos. Não havendo recurso, à origem.

Publique-se.

Brasília-DF, 10 de abril de 2007.

Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1999.34.00.004497-0/DF
Processo na Origem: 199934000044970

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
APELANTE	:	TOSHIBA DO BRASIL S/A
ADVOGADO	:	UBIRAJARA WANDERLEY LINS JUNIOR E OUTROS(AS)
APELANTE	:	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA - CODEVASF
ADVOGADO	:	SERGIO AUGUSTO LOPES DE PARSIA E OUTROS(AS)
APELADO	:	OS MESMOS

D E S P A C H O

Defiro o pedido de vista formulado por CODEVASF (fl. 927-928), pelo prazo de 5 (cinco) dias.

Intime-se.

Brasília-DF, 2 de abril de 2007.

Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues
Relatora

REMESSA OFICIAL EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2000.34.00.008047-4/DF
Processo na Origem: 200034000080474

RELATORA	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
IMPETRANTE	:	BCT FOZ COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
ADVOGADO	:	JADER ALBERTO PAZINATO
IMPETRADA	:	UNIÃO
PROCURADOR	:	HÉLIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
REMETENTE	:	JUÍZO FEDERAL DA 9ª. VARA - DF

D E C I S Ã O

Trata-se de remessa oficial da sentença (fls. 94/95) que, em ação de mandado de segurança, concedeu a ordem para, em que pese a prolongada omissão na análise do pedido de controle fitossanitário, o Departamento de Defesa e Inspeção Vegetal - DDIV emitisse a licença de importação do alho trazido da Argentina pela impetrante.

O Ministério Público Federal, nesta instância, opinou pela extinção do processo, sem resolução de mérito, por perda do objeto (fls. 106/107).

Assim postos os fatos, considero que não mais existe interesse processual que justifique a apreciação da remessa, porque a liminar (fls. 68/69) - confirmada pela sentença - foi totalmente satisfativa, e limitou-se a determinar fossem praticados os atos de ofício necessários à emissão da licença de importação de mercadoria perecível, a despeito da longa inércia do ente público.

Não há mais como reverter a solução adequadamente dada pela sentença ao caso. Diversa seria a hipótese, se a sentença tivesse ordenado a prática de ato administrativo reversível (como, por exemplo, a expedição de um diploma ou de um certificado, sem a observância de determinado requisito legal, por reputá-lo inconstitucional). Neste caso, seria necessária a apreciação da remessa, para confirmar a validade do diploma ou certificado, e o seu provimento implicaria a desconstituição do documento.

Na hipótese em foco - a teor do que informou a própria autoridade impetrada (fl. 73) e anotou o Juízo de origem (fl. 95) -, a análise fitossanitária já foi feita, com a observância de todos os requisitos legais, e a importação da mercadoria perecível regularmente autorizada.

Em face do exposto, nego seguimento à remessa oficial (art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil).

Publique-se.

Não havendo recurso, baixem os autos à origem.

Brasília, 2 de abril de 2007.

Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2001.01.00.033878-4/GO
Processo na Origem: 199935000160894

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
AGRAVANTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:	LUIZ FERNANDO CAMARGO PADILHA E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	MAGDA EVA SOARES DE FARIA E OUTRO(A)
ADVOGADO	:	VALERIA DE BESSA CASTANHEIRA LEAO E OUTROS(AS)

D E S P A C H O

Aguarde-se, por mais trinta dias, a manifestação da CEF sobre os termos do despacho de fl. 94.

Intime-se.

Brasília, 3 de abril de 2007.

Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2001.01.00.050175-6/MG
Processo na Origem: 200038000192538

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
AGRAVANTE	:	TRADE TRATORES E EQUIPAMENTOS LTDA
ADVOGADO	:	ROSA MARIA MONTEIRO
AGRAVADO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:	MARY CARLA SILVA RIBEIRO E OUTROS(AS)

D E S P A C H O

Aguarde-se, por mais trinta dias, a manifestação da Agravante sobre os termos do despacho de fl. 168.

Intime-se.

Brasília, 3 de abril de 2007.

Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues
Relatora

REMESSA EX OFFICIO EM MS Nº 2001.36.00.000201-7/MT

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
IMPETRANTE	:	RENATO AGUIAR LOPES E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	MARLON CESAR SILVA MORAES
IMPETRADO	:	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROCURADOR	:	ANA DE LOURDES BARBOSA BASTOS
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 2A VARA - MT

D E C I S Ã O

Cuida-se de remessa oficial de sentença que, confirmando a liminar, concedeu a segurança postulada por Renato Aguiar Lopes, Gezabel Bento de Aguiar, Cleuzemar Gorri, Geraldo Yarid Recco, Valdineia Luisa Vendrúsculo, Lorena Castelli, Glademir Jacó da Rocha, José Pedrosa Neto para assegurar as inscrições ao Exame Seletivo de Vestibular 2001/01 para o curso de geografia - Licenciatura Plena, modalidade parcelada, sistema seriado semestral da Fundação Universidade de Mato Grosso. A sentença julgou extinta a ação quanto aos demais impetrantes.

Tendo em vista o tempo decorrido desde a concessão da segurança, determinei fosse oficiado à ilustre autoridade impetrada, para informar se houve o devido cumprimento da sentença, bem como a situação curricular dos alunos em questão (fl. 53).

Em resposta, informa a Universidade Federal do Mato Grosso que os oito impetrantes tiveram suas inscrições aceitas e participaram do processo seletivo (fl. 64). Em relação à situação curricular, três impetrantes não obtiveram sucesso no exame, os cinco restantes foram classificados, mas apenas dois efetivaram a matrícula. Gladimir Jacó da Rocha foi considerado desistente por não efetuar matrícula desde o ano de 2002 (cf. doc. fls. 69-70). Valdineia Luisa Vendrúsculo concluiu o curso no ano de 2004 (cf. doc. fls. 71-72).

Assim postos os fatos, forçoso reconhecer a superveniente perda de objeto do presente *writ*.

Em face do exposto, julgo prejudicada a remessa oficial, nos termos do art. 557 do CPC c/c art. 30, XXIII do Regimento Interno desta Corte, e extingo o processo, sem julgamento do mérito, nos termos do art. 267, VI do CPC.

Após o trânsito em julgado, baixem os autos à instância de origem, com as nossas homenagens.

Intime-se.

Brasília, 3 de abril de 2007.

Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues

Relatora

REMESSA EX OFFICIO EM MS Nº 2001.37.00.007627-6/MA

RELATORA	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
IMPETRANTE	:	REJANE MONTE SERRAT PEREIRA ASSUNCAO
ADVOGADO	:	JOSE FRANKLIN SKEFF SEBA
IMPETRADO	:	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHAO - UFMA
PROCURADOR	:	FRANCISCO GASPAR DE LIMA
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 5A VARA - MA

DECISÃO

Cuida-se de remessa oficial em face de sentença que, confirmando liminar, concedeu a ordem em mandado de segurança para assegurar a matrícula da Impetrante, Rejane Monte Serrat Pereira Assunção, no curso de Ciências Imobiliárias da Universidade Federal do Maranhão.

A sentença assim decidiu (fls. 60-64), sob o fundamento de que tendo a UFMA procedido à convocação de forma diversa do que dispõem as normas do edital, não se pode imputar à Impetrante qualquer ato que caracterize desídia, a justificar a recusa de sua matrícula.

À fl.77, a Universidade informa que a aluna Rejeane Monte Serrat Pereira Assunção foi matriculada no curso de Ciências Imobiliárias no 2º semestre de 2001, sob o código CI01238-49; todavia, por não ter se inscrito em disciplinas no 1º semestre de 2006, está sob a condição de não matriculada.

Assim postos os fatos, forçoso reconhecer a perda de objeto da presente remessa, pois, por força da liminar concedida, a Impetrante foi regularmente matriculada na IES, ainda não tendo concluído o curso apenas porque não se matriculou em disciplinas do 1º semestre de 2006.

Em face do exposto, nego seguimento à remessa oficial, nos termos do art.557 do CPC c/c art.30, XXIII do Regimento Interno desta Corte.

Publique-se. Após o trânsito em julgado, baixem-se os autos à instância de origem.

Brasília, 3 de abril de 2007.

Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues

Relatora

REMESSA EX OFFICIO EM MS Nº 2001.39.00.003872-4/PA

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
IMPETRANTE	:	ADRIANO SILVA DE SOUZA E OUTRO(A)
ADVOGADO	:	EVANDRO DE AGUIAR RIBEIRO E OUTROS(AS)
IMPETRADO	:	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA - UFPA
ADVOGADO	:	MANOEL LOPES DE SOUSA
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 2A VARA - PA

D E C I S Ã O

Cuida-se de remessa oficial de sentença que, confirmando a liminar, concedeu a segurança postulada por Adriano Silva de Souza e Jordana Silva de Souza, ambos menores representados por sua genitora Sra. Jacirema Silva de Souza, para garantir o direito de matrícula nas vagas destinadas as 6ª e 7ª séries ofertadas pelo Núcleo Pedagógico Integral da Universidade Federal do Pará - NPI, nos termos do Edital 02/2001.

Tendo em vista o tempo decorrido desde a concessão da segurança, determinei fosse oficiado à ilustre autoridade impetrada, para informar sobre a situação escolar dos Impetrantes (fl. 79).

Em resposta, informa a Direção da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará que ambos Impetrantes matricularam-se no ensino fundamental, mas solicitaram, posteriormente, transferência escolar (fl. 81).

Assim postos os fatos, forçoso reconhecer a superveniente perda de objeto do presente *writ*.

Em face do exposto, julgo prejudicada a remessa oficial, nos termos do art. 557 do CPC c/c art. 30, XXIII do Regimento Interno desta Corte, e extingo o processo, sem julgamento do mérito, nos termos do art. 267, VI do CPC.

Após o trânsito em julgado, baixem os autos à instância de origem, com as nossas homenagens.

Intime-se.

Brasília, 3 de abril de 2007.

Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues

Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2002.33.00.015567-4/BA
Processo na Origem: 200233000155674

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL DAVID WILSON DE ABREU PARDO (CONV.) RESOLUÇÃO 600-022 PRESI
APELANTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:	EMILIA FRANCISCONE AFONSO BARBOSA E OUTROS(AS)
APELADO	:	IZADORA RIBEIRO DA SILVA E OUTRO(A)
ADVOGADO	:	EDSON NUNO FILHO

DECISÃO

Cuida-se de apelação interposta pela CEF (fls. 133/135), em 07.01.2003, contra sentença que, nos autos de ação ordinária, julgou parcialmente procedente o pedido para ordenar ao agente financeiro a contratar o financiamento habitacional com os Apelados ISADORA RIBEIRO DA SILVA e NEUBER LEITE COSTA na forma "pré-pactuada" anteriormente à recusa da CEF em assinar o contrato. Sustenta a Apelante que a sentença deve ser reformada por se encontrar discrepante dos elementos dos autos e dos seus próprios fundamentos, não tendo sido provado, ainda, que tenha confirmado, anteriormente a 22.02.2002, que iria assinar o contrato de mútuo habitacional com os Apelados.

Recebido o apelo nos efeitos devolutivo e suspensivo (fl. 137), foram apresentadas as contra-razões de fls. 138/143, com os documentos de fls. 144/158, dentre eles cópia do Contrato por Instrumento Particular de Compra e Venda de Unidade Isolada e Mútuo com Obrigações e Hipoteca - Carta de Crédito Individual - FGTS, de fls. 144/153, firmado em 11.11.2002 entre a Apelante e os Apelados, por meio do qual obtiveram um financiamento no valor de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais) para aquisição do imóvel habitacional.

Assim posta a situação, resta claro que a Apelante praticou, sem reserva alguma, ato incompatível com a vontade de recorrer, devendo ser considerado que aceitou expressamente a sentença. Sendo assim, nos termos do art. 503 e seu parágrafo único, CPC, a CEF não pode recorrer do *decisum*, razão pela qual seu apelo é manifestamente inadmissível.

Com efeito, o pedido principal contido na inicial e que restou acolhido na sentença era exatamente o de que fosse ordenado à CEF que procedesse à concessão do financiamento pretendido pelos Autores/Apelados, inclusive no valor de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais). Como a CEF findou por conceder voluntariamente o financiamento pleiteado pelos Autores/Apelados, já que a sentença judicial ainda não era executável, sua conduta configura sim a prática de ato incompatível com a vontade de recorrer, na forma acima explicitada.

Por outro lado, não houve a interposição de apelo por parte dos Autores, não sendo possível, portanto, deferir-lhes o pedido contido nas contra-razões para condenação da Apelante em custas processuais e honorários advocatícios.

Pelo exposto, em razão da prática, sem reserva alguma, de ato incompatível com a vontade de recorrer, NEGO SEGUIMENTO à apelação da CEF, por ser manifestamente inadmissível, nos termos do art. 557, *caput*, CPC.

Após o transcurso do prazo recursal, devolver os autos à origem, mediante baixa.

Brasília, 2 de abril de 2007.

Juiz Federal David Wilson de Abreu Pardo

RELATOR CONVOCADO

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2002.39.00.001556-8/PA
Processo na Origem: 200239000015568

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
APELANTE	:	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA - UFPA
PROCURADOR	:	ANTENOR PEREIRA MADRUGA FILHO
APELADO	:	ROSILENE TOURINHO DE SOUZA
ADVOGADO	:	SOSTENES ALVES DE SOUZA JUNIOR E OUTROS(AS)
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 5A VARA - PA

D E C I S Ã O

Trata-se de recurso de apelação interposto de sentença que concedeu a segurança postulada por Rosilene Tourinho de Souza, para garantir o direito da Impetrante de efetuar a transferência do curso de Direito do *campus* de Santarém - PA para o *campus* de Belém, em razão de sua aprovação em concurso público para o cargo de guarda municipal da cidade de Belém.

Tendo sido concluído o curso pela Impetrante, não há mais interesse de agir, ficando prejudicados o recurso de apelação da UFPA e a remessa oficial, por perda de objeto.

Com efeito, a jurisprudência é firme no sentido de que, nos processos que tratam de matrículas de alunos em final de curso, em disciplinas de instituição de ensino superior, tendo sido concluído o curso, sob a proteção de liminar ou sentença, será declarada a perda de objeto da demanda diante da situação fática. (REO 93.01.25027-6/DF, Rel. Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima - 1ª Turma - DJ de 13.10.1997, p. 84443).

Em face do exposto, nego seguimento ao recurso de apelação e à remessa oficial (CPC, art. 557, *caput*). Mantidos os ônus da sucumbência. Não havendo recurso, à origem.

Intime-se.

Brasília-DF, 9 de abril de 2007.

Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues

Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2003.01.00.031506-8/MG
Processo na Origem: 200338000018486

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
AGRAVANTE	:	DALTON GUIMARAES
ADVOGADO	:	PAULO MARTINS SOARES FERNANDES BOMFIM
AGRAVADO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF

Para fins de instrução dos presentes autos, oficie-se ao juízo monocrático, solicitando as informações necessárias à instrução do presente agravo, notadamente no tocante à fase processual em que se encontram os autos de origem, no prazo de 10 (dez) dias.

Intime-se a agravada, nos termos e para as finalidades do art. 527, V, do CPC.

Publique-se.

Brasília-DF., em 23 de fevereiro de 2007.

Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE

Relator

REMESSA EX OFFICIO EM MS Nº 2003.34.00.022702-9/DF

RELATORA	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
IMPETRANTE	:	LOO DJUN NJAN
ADVOGADO	:	LEDO CORRAL
IMPETRADO	:	UNIÃO FEDERAL
PROCURADOR	:	JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
REMETENTE	:	JUÍZO FEDERAL DA 15A VARA - DF

DECISÃO

Trata-se de remessa *ex-offício* de sentença que concedeu a segurança, requerida por Loo Djun Njan - brasileiro naturalizado mediante a Portaria Ministerial nº 568 de 5.8.1987 - contra atos praticados pelo Diretor do Departamento de Estrangeiros da Divisão de Naturalização do Ministério da Justiça, objetivando que a autoridade impetrada proceda à retificação e à averbação do Certificado de Naturalização, para constar seu nome correto, a saber, Johan Loo Djun Njan, permitindo-se a retificação dos demais documentos brasileiros já expedidos.

A sentença (fls. 101-104) concedeu a segurança, por entender que "constitui-se, o nome, num dos mais importantes atributos da personalidade e por tratar-se de tema de alto grau de relevância, tanto para o indivíduo quanto para a sociedade, o nome não deve ser modificado, admitindo-se, tal mudança, em casos excepcionais". Entendeu que o impetrante demonstrou que realmente o seu prenome é Johan, não se tratando de acréscimo ao seu nome de registro, ao apresentar cópia autenticada da tradução juramentada da certidão de nascimento (doc. fl. 89), localizada junto à USP.

Desse modo, considerando que o impetrante foi registrado em seu país de origem com o prenome Johan, tendo cursado universidade adotando este prenome, caracterizando-se mero erro material a exclusão, nos documentos integrantes do procedimento de naturalização, deste prenome, correta a sentença ao deferir-lhe o direito à retificação de seu nome e averbação respectiva no Certificado de Naturalização, passando a constar o nome de Johan Loo Djun Njan.

Em face do exposto, nego seguimento à remessa oficial. Não havendo recurso, baixem os autos à origem.

Publique-se.

Brasília, 9 de abril de 2007.

Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues

Relatora

APELAÇÃO CÍVEL N. 2003.34.00.028812-9/DF

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	TULIO DE OLIVEIRA TAVERNARD
APELADO	:	JOAO BOSCO BARROS E SILVA
ADVOGADO	:	JACKSON DOMENICO E OUTRO(A)

D E S P A C H O

Defiro a vista requerida, à fl. 98, por João Bosco Barros Silva, pelo prazo de 5 (cinco) dias.

Publique-se.

Brasília, 30 de março de 2007.

Juiz Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO

Relator (Convocado)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2004.01.00.021912-8/AM
Processo na Origem: 200332000088983

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
AGRAVANTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
AGRAVADO	:	TABAJARA RAMOS DIAS FERREIRA
ADVOGADO	:	RICARDO CARVALHO PAIXAO

D E C I S Ã O

A União Federal, ora agravante, requer a desistência do presente agravo de instrumento, em razão de haver sido proferida sentença no processo de origem, julgando improcedente o pedido.

Tendo em vista o disposto no art. 501 do CPC, que dispensa anuência do recorrido ao pedido, homologo a desistência do agravo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Não havendo recurso, baixem os autos à origem.

Intime-se.

Brasília-DF, 2 de abril de 2007.

Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues

Relatora

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA N. 2004.34.00.022655-5/DF

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
APELANTE	:	HELENA PEREIRA PIRES
ADVOGADO	:	ANDERSON NAZARENO RODRIGUES
APELADO	:	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA - FUB
PROCURADOR	:	LEANDRO DA M OLIVEIRA
APELADO	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO

D E C I S Ã O

Cuida-se de mandado de segurança com o objetivo de assegurar a realização de teste físico da impetrante, em nova data, em razão de doença que lhe acometeu, no prazo fixado pelo edital do concurso público.

A impetrante requer a desistência da ação (fl. 230), sem especificar suas razões.

Decido.

A desistência do mandado de segurança é faculdade do impetrante, que dispensa até mesmo a aquiescência do impetrado (STF-RT 673/218, 792/202, dentre inúmeros outros).

A propósito, lição de Hely Lopes Meirelles (*Mandado de Segurança, Ação Popular, Ação Civil Pública, Mandado de Injunção, "Habeas Data"*, Malheiros Editores, 21ª ed., atualizada por Arnold Wald, p. 107):

O mandado de segurança, visando unicamente à invalidação de ato de autoridade, admite desistência a qualquer tempo, independentemente de consentimento do impetrado. Realmente, não se confundindo com as outras ações em que há direitos das partes em confronto, o impetrante pode desistir da impetração, ou porque se convenceu da legitimidade do ato impugnado, ou por qualquer conveniência pessoal, que não precisa ser indicada nem depende de aquiescência do impetrado. Portanto, não havendo símile com as outras causas, não se aplica o disposto no § 4º do art. 267 do CPC para a extinção do processo por desistência.

Diante do exposto, homologo a desistência, formulada que foi por procurador com poderes bastantes, e, em conseqüência, declaro extinto o processo, sem exame do mérito, na forma prevista no art. 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2007.

Juiz Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO

Relator (Convocado)

REMESSA OFICIAL EM MANDADO DE SEGURANÇA 2004.37.00.009517-4/MA
Processo na origem: 200437000095174

RELATORA	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
AUTOR	:	RAIMUNDO AVELAR SAMPAIO PEIXOTO
ADVOGADO	:	GILBERT PEREIRA BARRETO
RÉ	:	UNIÃO
PROCURADORA	:	HÉLIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
REMETENTE	:	JUÍZO FEDERAL DA 3ª. VARA - MA

D E S P A C H O

Verifico que Raimundo Avelar Sampaio Peixoto impetrou ação de mandado de segurança, buscando (I) a exclusão do próprio nome do Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, ao argumento de haver prescrito a pretensão punitiva referente aos inquéritos policiais que ensejaram os registros naquele cadastro restritivo; (II) e que fosse renovado seu porte de arma de fogo (fl. 5).

O Juízo de origem, acolhendo a tese de prescrição, concedeu parcialmente a ordem (fls. 36/37), apenas para assegurar fossem excluídos, do SINIC, os registros correspondentes aos inquéritos policiais instaurados contra o impetrante, havendo ressalvado, contudo, que o preenchimento dos demais requisitos de concessão da autorização pleiteada deveria ser apreciado pela Administração, segundo a discricionariedade que lhe é peculiar.

Sem recurso voluntário, os autos subiram a esta Corte por força da remessa obrigatória.

Ora, estando incontroversa a prescrição da pretensão punitiva dos inquéritos - instaurados em 1981 e em 1985 -, a exclusão dos registros em nome do impetrante no SINIC é medida que se impõe.

Em face do exposto, nego seguimento à remessa oficial (art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil).

Publique-se. Não havendo recurso, baixem os autos à origem.

Brasília, 9 de abril de 2007.

Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues

Relatora

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2004.39.00.000026-7/PA
Processo na Origem: 200439000000267

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
APELANTE	:	ASSOCIACAO DOS FUNCIONARIOS DO BANPARA - AFBEPA
ADVOGADO	:	MANOEL RICARDO CARVALHO CORREA
APELADO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:	CLAUDIANE REBONATTO LOPES E OUTROS(AS)

DECISÃO

Cuida-se de apelação interposta contra sentença proferida pelo douto Juízo da 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Pará, que, nos autos do mandado de segurança impetrado pela Associação dos Funcionários do Banpará contra ato do Senhor Gerente de Mercado da Caixa Econômica Federal - CEF, denegou a segurança buscada, sob o fundamento de que a pretensão postulada pela impetrante (liberação de recursos do FGTS para fins de quitação de imóveis adquiridos por seus associados) ampara-se em circunstância fática de caráter precário, consistente no fato de que a aquisição dos referidos imóveis teria se operado em cumprimento a decisão judicial, proferida, em sede liminar, nos autos de ação em que se discute o direito daqueles associados, todos funcionários do Banco do Estado do Pará, em participar de hasta pública, onde foram arrematados os aludidos imóveis.

Posta a questão nestes termos, verifica-se que a postulação formulada nestes autos encontra-se umbilicalmente atrelada ao resultado do julgamento que vier a ser proferido nos autos da ação judicial acima referida, razão por que determino a exclusão do presente feito da pauta de julgamento, a que se reporta a certidão de fls. 308vº.

Determino, ainda, a expedição de ofício ao douto juízo da 21ª Vara Cível da Comarca de Belém/PA, solicitando informações, no prazo de 10 (dez) dias, acerca da fase processual em que se encontram os autos da Ação Cautelar, a que se reporta a decisão de fls. 25/27, em fotocópia, bem assim, sobre a eventual interposição de recurso contra o aludido decisum, remetendo, inclusive, cópia da sentença que decidiu, definitivamente, aquele feito, se já foi, assim, proferida.

Solicitem-se, ainda, informações ao juízo da 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Pará acerca da fase processual em que se encontram os autos da Ação referida às fls. 254, também, no prazo de 10 (dez) dias.

***

No tocante ao pedido formulado às fls. 267/269, a jurisprudência de nossos tribunais já firmou o entendimento, no sentido de que "*o litisconsórcio facultativo, em mandado de segurança, só pode ser admitido antes da concessão ou indeferimento da liminar ou, no máximo, antes de solicitadas as informações*" (RMS 11230/TO - Rel. Ministro Garcia Vieira - STJ/Primeira Turma - unânime - DJU de 01/07/2002).

Confira-se, ainda, nesse mesmo sentido, o entendimento firmado pelo colendo Supremo Tribunal Federal, in verbis:

"Mandado de segurança: litisconsórcio ativo: indeferimento, dada a extemporaneidade do pedido, formulado após o deferimento da medida liminar, da prestação de informações pela autoridade coatora e do parecer do Ministério Público Federal: não aplicação ao caso do art. 47 do C.Pr.Civil, que regula exclusivamente a hipótese de litisconsórcio passivo necessário"

(MS-AgR nº 24569/DF - Rel. Ministro Sepúlveda Pertence - STF - Pleno - unânime - DJU de 26/08/2005).

Em sendo assim e considerando que o aludido pleito afronta, inclusive, o princípio do juiz natural, indefiro, assim, o pedido de litisconsórcio ativo formulado por Otávio da Silva Lopes e Outros (fls. 267/269).

Publique-se.

Brasília-DF., em 09 de abril de 2007.

Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE

Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2005.01.00.010458-5/DF

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
AGRAVANTE	:	AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA - ANEEL
PROCURADOR	:	MARCIO PINA MARQUES
AGRAVADO	:	COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELETRICA - CEEE
ADVOGADO	:	MARIA LUCIA COSTA DOS SANTOS E OUTROS(AS)

D E S P A C H O

Os embargos de declaração (fls. 592-594), no caso, ostentam pretensão infringente. Assim, dê-se vista à embargada para, querendo, impugná-los.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 27 de março de 2007.

Juiz Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO

Relator (Convocado)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2005.01.00.026093-5/PA
Processo na Origem: 200339000036325

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
AGRAVANTE	:	EMILIO SILVA CASTELO BRANCO
ADVOGADO	:	MANOELA MORGADO MARTINS E OUTRO(A)
AGRAVADO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:	ELIANE MARIA ICHIHARA FONSECA E OUTROS(AS)

D E C I S Ã O

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto de decisão que, nos autos de embargos de terceiro, determinou a adequação do valor da causa ao bem litigioso e facultou ao Embargante, ora Agravante, a citação da empresa C.C.A. - Construções Civis da Amazônia Ltda. para compor o pólo passivo da lide.

O pedido de liminar foi deferido, para manter o valor da causa indicado na inicial e para declarar a ausência de interesse da C.C.A. nos embargos de terceiro opostos pelo Agravante (fls. 135-139).

Instado a se manifestar se ainda tinha interesse no julgamento do presente agravo, em razão de haver sido proferida sentença no processo de origem, julgando procedente o pedido, manifeste-se o Agravante, à fl. 156, que desiste do agravo.

Tendo em vista o disposto no art. 501 do CPC, que dispensa anuência do recorrido ao pedido, homologo a desistência do agravo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Não havendo recurso, baixem os autos à origem.

Intime-se.

Brasília-DF, 2 de abril de 2007.

Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues

Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2005.01.00.042006-6/BA
Processo na Origem: 200033000114059

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
AGRAVANTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:	AUGUSTO BONFIM NERY E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	ANTONIO LIMA DE JESUS
ADVOGADO	:	REGIA CRISTINA ALBINO ZAFALON

Intime-se o agravado, nos termos do art. 527, V, do CPC.

Publique-se.

Brasília-DF., em 05 de março de 2007.

Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE

Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2005.01.00.047022-1/MG
Processo na Origem: 200438030049383

RELATORA	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
AGRAVANTE	:	MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR	:	CLEBER EUSTAQUIO NEVES
AGRAVADO	:	FUNDACAO MACONICA MANOEL DOS SANTOS
AGRAVADO	:	MUNICIPIO DE UBERLANDIA - MG

D E C I S Ã O

Cuida-se de agravo de instrumento interposto pelo MPF contra decisão que, nos autos da ação civil pública, indeferiu pedido de liminar que visava, em suma, "determinar que o Município de Uberlândia denuncie todos os convênios e parcerias firmados com a Fundação Maçônica Manoel dos Santos e paulatinamente, no prazo máximo de 05 (cinco) anos, reassuma a integralidade dos serviços por ela prestados, abstendo-se de renovar os convênios já celebrados e de celebrar novos contratos ou parcerias para a gestão de quaisquer unidades para atendimento a usuários do Sistema Único de Saúde". A decisão agravada indeferiu o pedido de liminar ao fundamento de que:

"As leis questionadas, em princípio, têm presunção de constitucionalidade.

As questões referentes às irregularidades na contratação e execução dos serviços de saúde prestados pelo SUS - Sistema Único de Saúde, dependem de dilação probatória.

Assim, não estão presentes os requisitos necessários a autorizar a suspensão, via liminar, dos atos tidos como irregulares e ilegais."

O Agravante sustenta que a contratação da Fundação Maçônica Manoel dos Santos ocorreu de forma ilegal "se considerarmos a sua manifesta incapacidade inicial para administrar o serviço de saúde prestado pelas UAIs, e ocorreu apenas para atender aos interesses dos dirigentes dessa entidade privada, ou seja, a contratação decorreu de um claro desvio de finalidade".

Sustenta, também, que a Agravada não faz jus ao Certificado de Entidades de Fins Filantrópicos. Diante de tais irregularidades que entende confirmadas pelo Departamento de Auditoria do SUS, alega estar comprovado o *fumus boni iuris*.

Alega, ainda, que o *periculum in mora* reside na manutenção dessa situação "que proporciona apenas o enriquecimento da Fundação em detrimento da prestação de serviços de saúde com eficiência, adequado e de qualidade a usuários do Sistema Único de Saúde".

Assim postos os fatos, não verifico nos autos os elementos necessários à concessão da liminar.

Com efeito, as alegações de desvio de finalidade e incapacidade para administrar o serviço de saúde prestado dependem de dilação probatória.

A denúncia de convênios e parcerias, por força de liminar, poderia deixar sem atendimento imediato a população de vários bairros, conforme acentuado pela decisão agravada.

Ademais, o próprio Ministério Público reconhece, ao deduzir o pedido liminar, a necessidade de prazo de até cinco anos para que a Municipalidade reassuma a integralidade dos serviços prestados, providência esta que não é compatível com a natureza de pedido liminar.

Em face do exposto, nego seguimento ao presente agravo de instrumento, com base no art. 557, do CPC c/c o art. 30, XXV, do RITRF/1ª Região.

Não havendo recurso, baixem os autos à instância de origem.

Publique-se.

Brasília, 23 de março de 2007.

Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues
Relatora

EMBARGOS INFRINGENTES NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2005.01.00.056242-9/DF
Processo na Origem: 200534000900306

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
EMBARGANTE	:	FRANCISCO RUIZ TALHARI E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	IVALDO DE HOLANDA CUNHA E OUTRO(A)
EMBARGADA	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:	MARCELINO CHAMPAGNAT BOAVENTURA E OUTROS(AS)

DECISÃO

Cuida-se de embargos infringentes interpostos por Francisco Ruiz Talhari e Outros em face do v. Acórdão proferido pela Colenda Sexta Turma deste egrégio Tribunal (fls. 123/130), dando provimento ao presente agravo de instrumento, interposto contra decisão proferida pelo douto juízo da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, que, nos autos de ação em que se discute a correção monetária sobre contas vinculadas ao FGTS, rejeitou a exceção de incompetência suscitada pela Caixa Econômica Federal.

O respeitável Acórdão embargado, por maioria, vencida a Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues, deu provimento ao agravo, tendo lavrado o Acórdão o eminente Juiz Convocado Moacir Ferreira Ramos, que presta função de auxílio a este Gabinete, nos termos da Resolução nº 600-022/2005, deste egrégio Tribunal, restando, assim, ementado:

"CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO. FGTS. CORREÇÃO MONETÁRIA. FORO COMPETENTE. LOCAL DA AGÊNCIA DEPOSITÁRIA.

I - O foro competente para ajuizar ação, em que se reclamam diferenças de correção monetária dos depósitos do FGTS, é o do local onde se encontra a Agência da Caixa Econômica Federal, na qual estão depositados os valores questionados nos autos. Precedentes do colendo Superior Tribunal de Justiça e deste egrégio Tribunal.

II - Agravo de instrumento provido" (fls. 118).

***

Em suas razões recursais, sustentam os recorrentes, em resumo, o provimento do recurso, a fim de que prevaleça, na espécie, o voto vencido, reconhecendo-se a competência do 1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, para processar e julgar a demanda instaurada nos autos de origem (fls. 123/130).

***

Não obstante as razões deduzidas pelos embargantes, o recurso por eles interposto afigura-se-me manifestamente inadmissível, em face do que dispõe o art. 530 do CPC, na dicção de que "*cabem embargos infringentes quando o acórdão não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgado procedente ação rescisória(...)*", não sendo admissíveis contra Acórdão proferido nos autos de agravo de instrumento, em que se impugna decisão meramente interlocutória, como no caso.

Com efeito, sem embargo dos precedentes colacionados pela recorrente, o entendimento jurisprudencial ali espelhado não se aplicaria mesmo à hipótese em comento, que, como visto, não decidiu questão meritória, mas, tão-só, matéria de competência jurisdicional.

Em sendo assim, não se tratando de julgamento de apelação interposta contra sentença de mérito, afiguram-se inadmissíveis os presentes embargos infringentes, por força do que dispõe o art. 530 do CPC, com a redação dada pela Lei nº 10.352, de 26/12/2001.

***

Com estas considerações e por se me afigurar manifestamente inadmissível o recurso de embargos infringentes em referência, nego-lhe seguimento nos termos do art. 557, caput, do CPC, c/c o art. 30, XXV, do RITRF/1ª Região.

Publique-se.

Brasília-DF., em 26 de março de 2007.

Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2005.01.00.067400-4/DF
Processo na Origem: 200434000288448

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
AGRAVANTE	:	EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO
PROCURADOR	:	THEREZA CATHARINA AFONSO FERREIRA MADEIRA E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	FERNANDO NEVES DA COSTA E SILVA FILHO
ADVOGADO	:	ANA CAROLINA NOGUEIRA SANTOS CRUZ

D E C I S Ã O

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto de decisão que, nos autos de mandado de segurança, recebeu o recurso de apelação da INFRAERO, ora agravante, apenas no efeito devolutivo.

Tendo sido proferido acórdão pela Sexta Turma deste Tribunal, já transitado em julgado, dando provimento ao apelo da Agravante e à remessa oficial, o presente agravo ficou prejudicado, por perda de objeto.

Em face do exposto, nego seguimento ao agravo, por estar prejudicado (CPC, art. 557, *caput*). Não havendo recurso, baixem os autos à instância de origem.

Intime-se.

Brasília-DF, 15 de março de 2007.

Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2005.01.00.071430-6/MT

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
AGRAVANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA
PROCURADOR	:	VALDEZ ADRIANI FARIAS
AGRAVADO	:	COLONIZADORA SINOP S/A
ADVOGADO	:	ALEXANDRE SLHESSARENKO

D E C I S Ã O

Reservo-me o direito de apreciar o pedido de efeito suspensivo, após a vinda da contraminuta.

Intime-se a agravada.

Publique-se.

Após, voltem-me conclusos.

Brasília, 28 de março de 2007.

Juiz Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO
Relator (Convocado)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2005.01.00.071825-9/MT
Processo na Origem: 21334

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
AGRAVANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	ROCE MOVEIS E DECORACOES LTDA

Cumpra-se o disposto no art. 527, V, do CPC, intimando-se a agravada, para as contra-razões, observando-se o endereço indicado às fls.91.

Publique-se.

Brasília-DF, em 2 de março de 2007.

Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2005.01.00.073184-0/DF
Processo na Origem: 9301258285

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
AGRAVANTE	:	SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO
ADVOGADO	:	EUCARIO GODINHO FILHO E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	SISTEMAS E APLICACOES EM PROCESSAMENTO E DADOS LTDA - SAP
ADVOGADO	:	RUBENS DE BARROS BRISOLLA E OUTROS(AS)

D E C I S Ã O

Nego seguimento ao presente agravo de instrumento, por ser manifestamente incabível, em razão de ter sido interposto contra decisão proferida nos autos da Apelação Cível nº 93.01.25828-5 (fl. 11), por meio da qual indeferi pedido do Agravante, de que fosse acolhida a argüição de erro material supostamente ocorrido no acórdão que julgou o recurso de apelação interposto pela Agravada. Não havendo recurso, baixem os autos à instância de origem.

Intime-se.

Brasília-DF, 3 de abril de 2007.

Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2005.01.00.073707-0/GO
Processo na Origem: 200535000052480

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
AGRAVANTE	:	CAIXA SEGURADORA S/A
ADVOGADO	:	SANDRA MARCELINO DA SILVA E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	AILTON VIEIRA BARBOSA
ADVOGADO	:	ANDRE JULIANO DA LUZ FERREIRA

D E S P A C H O

Aguarde-se, por mais trinta dias, a manifestação da Agravante sobre os termos do despacho de fl. 102.

Intime-se.

Brasília-DF, 3 de abril de 2007.

Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2005.01.00.074164-6/GO
Processo na Origem: 9100039489

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
AGRAVANTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:	MICAELA MARQUES DA CUNHA E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	EDVALDO GONCALVES DOS REIS E OUTRO(A)
ADVOGADO	:	PAULO ROBERTO DIEHL

D E C I S Ã O

Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que, nos autos de ação ordinária, indeferiu pedido de prestação de esclarecimentos do perito contábil e de seu assistente técnico em audiência.

Instada a se manifestar se ainda tinha interesse no julgamento do presente agravo, em razão de haver sido proferida sentença no processo de origem, julgando improcedente o pedido, manifeste-se a CEF, às fls. 115-116, ora agravante, pelo não interesse no seu julgamento.

Tendo em vista o disposto no art. 501 do CPC, que dispensa anuência do recorrido ao pedido, homologo a desistência do agravo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Não havendo recurso, baixem os autos à origem.

Intime-se.

Brasília-DF, 2 de abril de 2007.

Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues
Relatora

REMESSA EX OFFICIO EM MS N. 2005.35.00.004480-4/GO

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
IMPETRANTE	:	ROSERENE TAVEIRA DA SILVA
ADVOGADO	:	JOSE GERALDO BORGES
IMPETRADO	:	ASOEC-ASSOCIACAO SALGADO DE OLIVEIRA DE EDUCACAO E CULTURA
ADVOGADO	:	RICARDO DE JESUS CLAUDINO E OUTRO(A)
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 4A VARA - GO

D E C I S Ã O

Trata-se de mandado de segurança impetrado contra ato do Reitor da Associação Salgado de Oliveira de Educação e Cultura (UNIVERSO), que impediu a renovação da matrícula do impetrante para o curso de Enfermagem, em razão da existência de pendência financeira.

A liminar foi deferida às fls. 50-51.

A sentença, no que interessa, está assim fundamentada (fls. 63-65), *verbis*:

(...)

Enfrentei a controvérsia dos autos com base nas seguintes razões expostas na decisão liminar de fls. 50/51:

"(...)

Com efeito, o art. 5º da Lei 9.870, de 23 de novembro de 1999, permite a negativa de matrícula a alunos inadimplentes:

Art. 5º. Os alunos já matriculados, salvo quando inadimplentes, terão direito à renovação das matriculas, observado o calendário escolar da instituição, o regime da escola ou cláusula contratual. (Grifei.)

Contudo, no caso dos autos, a situação de inadimplência contratual não ficou caracterizada.

A Impetrante comprovou que parcelou as mensalidades em atraso (fl. 16) e que vem honrando sua parte no acordo, como ficou demonstrado pela compensação dos cheques à fl. 48.

Nesse sentido, as informações de fls. 24-32 admitem que o parcelamento está em curso, mas afirma que a quitação de todas as parcelas ainda não se verificou.

(...)

Como não houve alteração da situação fático-jurídica da Impetrante, a segurança deve ser concedida conforme o mesmo raciocínio utilizado para conceder a decisão liminar.

Sem recurso voluntário, os autos vieram a este Tribunal, por força do reexame necessário.

O Ministério Público Federal, nesta instância, manifesta-se pelo não-seguimento do recurso.

Decido.

Dispõe o art. 557 do Código de Processo Civil que "o relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível improcedente prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal (...)".

A Súmula n. 253 do Superior Tribunal de Justiça (STJ) dispõe que: "O art. 557 do CPC, que autoriza o relator a decidir o recurso, alcança o reexame necessário".

Posto isso, passo ao exame da remessa necessária.

No caso dos autos, pretendeu a impetrante que lhe fosse assegurada a renovação da matrícula no curso de Enfermagem da Associação Salgado de Oliveira de Educação e Cultura (UNIVERSO), não obstante estivesse atrasado o pagamento de mensalidades devidas por ela à referida instituição de ensino.

Afirma a impetrante que o débito foi negociado, com a anuência da UNIVERSO, e que as parcelas vêm sendo pagas pontualmente, conforme comprovantes constantes da fl. 16.

Ocorre que, com o deferimento da liminar e a perfectibilização da matrícula, o reexame necessário da sentença resta prejudicado, uma vez que não se pode volver ao *status quo ante*, em razão de situação de fato consolidada pelo decurso do tempo, cuja desconstituição não se recomenda.

Assim, apoiado no art. 557 do Código de Processo Civil e na Súmula n. 253 do STJ, tenho por prejudicada a remessa *ex officio*, pelo que lhe nego seguimento.

Intime-se.

Publique-se.

Brasília, 22 de março de 2007.

Juiz Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO
Relator (Convocado)

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2005.38.00.009705-7/MG

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
APELANTE	:	ALFIO RUSSO E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	NILMA REGINA SANCHES E OUTROS(AS)
APELADO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:	SILVANA DE OLIVEIRA MELO E OUTROS(AS)

D E C I S Ã O

Cuida-se de apelação cível interposta pelos autores contra sentença que julgou improcedente o pedido de aplicação da taxa progressiva de juros.

A respeito do tema, assim dispunha o art. 4º da Lei 5.107/66:

"Art. 4º - A capitalização dos juros dos depósitos mencionados no art. 2º far-se-á na seguinte progressão:

I - 3% (três por cento) durante os dois primeiros anos de permanência na mesma empresa;

II - 4% (quatro por cento) do terceiro ao quinto ano de permanência na mesma empresa;

III - 5% (cinco por cento) do sexto ao décimo ano de permanência na mesma empresa;

IV - 6% (seis por cento) do décimo primeiro ano de permanência na mesma empresa, em diante".

A Lei 5.705/71, em seus arts. 1º e 2º, deu nova redação ao art. 4º da Lei 5.107/66, unificando a taxa de capitalização de juros em 3% ao ano, mas preservando a progressão anterior para as contas vinculadas dos empregados optantes existentes na data de sua publicação (21.9.71), desde que permanecessem na mesma empresa.

O art. 1º, da Lei 5.958, de 10.12.73, assegurou aos empregados a opção retroativa, nos termos seguintes:

"Art. 1º - Aos atuais empregados que não tenham optado pelo regime instituído pela Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, é assegurado o direito de fazê-lo com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 1967 ou à data de admissão ao emprego se posterior àquela, desde que haja concordância por parte do empregador.

Parágrafo 1º - O disposto neste artigo se aplica também aos empregados que tenham optado em data posterior à do início da vigência da Lei nº 5.107, retroagindo os efeitos da nova opção a essa data ou à da admissão.

Parágrafo 2º - Os efeitos da opção exercida por empregado que conte dez ou mais anos de serviço poderão retroagir à data em que o mesmo completou o decênio na empresa."

Verifica-se que o art. 1º, da Lei 5.958/73, ao estabelecer a faculdade de opção retroativa a 1º.1.67, ou à data de admissão ao emprego, para os até então não optantes, e mesmo a possibilidade de nova opção, com efeitos retroativos, para quem estivesse empregado na data de sua edição (10.12.73), não fez nenhuma restrição quanto ao critério de capitalização de juros.

A questão já se encontra pacificada no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, que editou o enunciado 154 de sua súmula nos seguintes termos:

"Os optantes pelo FGTS, nos termos da Lei 5.958, de 1973, têm direito à taxa progressiva de juros, na forma do art. 4º da Lei 5.107, de 1966."

Assim sendo, os autores que eram empregados optantes pelo regime do FGTS antes da edição da Lei 5.705, de 21.9.71, bem como os que, admitidos até a data da entrada em vigor da citada Lei 5.705/71 (22.9.71), ainda estavam empregados na mesma empresa na data em que publicada a Lei 5.958/73 (11.12.73), e fizeram a opção retroativa a período anterior a 22.9.71 nesta última lei facultada, têm direito à taxa progressiva de juros, desde que permaneçam na mesma empresa (Lei 5.705/71, art. 2º, parágrafo único, Lei 7.839/89, art. 11, § 3º e Lei 8.036/90, art. 13, § 3º).

No caso dos autos, os autores Alfio Russo (admitido em 5.5.1975 e optante na mesma data - cf. doc. fls. 12 e 13) e Elio Iglesias Fernandes (admitido em 9.1.1941 e optante retroativamente a 18.6.1975 - cf. doc. fl. 89) não comprovaram a opção em data compatível com a concessão da taxa progressiva de juros.

Já o autor José Cícero Honório (admitido em 5.4.1962 e optante retroativamente a 1º.1.1967 - cf. doc. fls. 27 e 28) demonstrou haver optado em data compatível com a concessão da taxa progressiva de juros.

Deve, contudo, ser observado que, no tocante à prescrição para ajuizar causas referentes ao reajuste de contas de FGTS, a jurisprudência do STJ consolidou-se no sentido de que é trintenária (cf, entre inúmeros outros, o acórdão no REsp. 265.556). Sendo assim, tendo a ação sido ajuizada em 31 de março de 2005, o termo inicial para incidência da taxa progressiva de juros será 31 de março de 1975, estando prescritas as parcelas anteriores a esta data.

Estando a sentença recorrida em confronto parcial com a jurisprudência dominante, cabe a aplicação do § 1A do art. 557, do CPC c/c art. 30, XXV, § 1º do Regimento Interno desta Corte, com fundamento nos quais dou parcial provimento à apelação dos autores, para determinar seja aplicada a taxa progressiva de juros na conta vinculada do autor José Cícero Honório, a partir de 31 de março de 1975.

Não havendo recurso baixem-se os autos à origem.

Publique-se.

Brasília, 8 de março de 2007.

Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues
Relatora

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA N. 2005.38.00.022008-7/MG

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL - MINISTERIO DA DEFESA
PROCURADOR	:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
APELADO	:	FRANK SIMAR DE ALMEIDA VASCONCELOS
ADVOGADO	:	VIRGINNIA E S RONCONI E OUTRO(A)
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 14A VARA - MG

D E C I S Ã O

Sob exame, recurso de apelação interposto de sentença que, confirmando medida liminar anteriormente deferida, concedeu a segurança pleiteada pelo apelado, para que lhe fosse assegurada sua participação no concurso para Sargento do Exército, não obstante a limitação de idade imposta.

Alega a apelante, em suas razões às fls. 146-152, que é constitucional a estipulação de ordem etária para ingresso no serviço público, quando esta decorrer da natureza e do cargo público a ser provido, sem que tal imposição caracterize ofensa ao princípio da isonomia. Pede, ao final, o provimento do apelo, com a reforma da sentença para que seja denegada a segurança.

Não foram apresentadas contra-razões.

Decido.

Dispõe o art. 557 do Código de Processo Civil que "o relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal (...)".

No caso dos autos, o pedido inicial formulado foi para que o impetrante pudesse participar do concurso para Sargento do Exército, não obstante ter idade maior do que a prevista pela Portaria DEP n. 024, de 15 de março de 2005.

Ocorre que, após o deferimento da liminar, o impetrante submeteu-se à realização das provas do certame, não tendo, contudo, logrado êxito no Exame Intelectual do Concurso Público de Admissão aos Cursos de Formação de Sargentos de 2006, sendo, conseqüentemente, eliminado do processo seletivo, conforme noticiado às fls. 157.

Assim, apoiado no art. 557 do Código de Processo Civil, tenho, ante a perda superveniente do objeto, por prejudicado o recurso de apelação, pelo que lhe nego seguimento.

Intime-se.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2007.

Juiz Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO
Relator (Convocado)

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2005.38.00.030156-2/MG

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
APELANTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:	SILVANA DE OLIVEIRA MELO E OUTROS(AS)
APELADO	:	JOSE PINDIU DE HEREDIA
ADVOGADO	:	JULIO MAGALHAES PIRES DUARTE E OUTROS(AS)

D E C I S Ã O

Cuida-se de apelação cível interposta pela Caixa Econômica Federal contra sentença que julgou procedente o pedido, para determinar a aplicação da taxa progressiva de juros.

Inicialmente, anoto que a legitimidade passiva exclusiva da CEF, agente operador do FGTS, afastada a da União Federal, a do Banco Central e a dos bancos depositários, foi assentada pela jurisprudência do STJ em inúmeros precedentes, entre os quais o já citado REsp. 265.556 e o Incidente de Uniformização de Jurisprudência no REsp. 77.791, estando consignada no enunciado 249 da súmula do STJ, segundo o qual "a Caixa Econômica Federal tem legitimidade passiva para integrar processo em que se discute correção monetária de FGTS."

Rejeito, portanto, a preliminar.

Quanto ao mérito, assim dispunha o art. 4º da Lei 5.107/66:

"Art. 4º - A capitalização dos juros dos depósitos mencionados no art. 2º far-se-á na seguinte progressão:

I - 3% (três por cento) durante os dois primeiros anos de permanência na mesma empresa;

II - 4% (quatro por cento) do terceiro ao quinto ano de permanência na mesma empresa;

III - 5% (cinco por cento) do sexto ao décimo ano de permanência na mesma empresa;

IV - 6% (seis por cento) do décimo primeiro ano de permanência na mesma empresa, em diante".

A Lei 5.705/71, em seus arts. 1º e 2º, deu nova redação ao art. 4º da Lei 5.107/66, unificando a taxa de capitalização de juros em 3% ao ano, mas preservando a progressão anterior para as contas vinculadas dos empregados optantes existentes na data de sua publicação (21.9.71), desde que permanecessem na mesma empresa.

O art. 1º, da Lei 5.958, de 10.12.73, assegurou aos empregados a opção retroativa, nos termos seguintes:

"Art. 1º - Aos atuais empregados que não tenham optado pelo regime instituído pela Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, é assegurado o direito de fazê-lo com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 1967 ou à data de admissão ao emprego se posterior àquela, desde que haja concordância por parte do empregador.

Parágrafo 1º - O disposto neste artigo se aplica também aos empregados que tenham optado em data posterior à do início da vigência da Lei nº 5.107, retroagindo os efeitos da nova opção a essa data ou à da admissão.

Parágrafo 2º - Os efeitos da opção exercida por empregado que conte dez ou mais anos de serviço poderão retroagir à data em que o mesmo completou o decênio na empresa."

Verifica-se que o art. 1º, da Lei 5.958/73, ao estabelecer a faculdade de opção retroativa a 1º.1.67, ou à data de admissão ao emprego, para os até então não optantes, e mesmo a possibilidade de nova opção, com efeitos retroativos, para quem estivesse empregado na data de sua edição (10.12.73), não fez nenhuma restrição quanto ao critério de capitalização de juros.

A questão já se encontra pacificada no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, que editou o enunciado 154 de sua súmula nos seguintes termos:

"Os optantes pelo FGTS, nos termos da Lei 5.958, de 1973, têm direito à taxa progressiva de juros, na forma do art. 4º da Lei 5.107, de 1966."

Assim sendo, os autores que eram empregados optantes pelo regime do FGTS antes da edição da Lei 5.705, de 21.9.71, bem como os que, admitidos até a data da entrada em vigor da citada Lei 5.705/71 (22.9.71), ainda estavam empregados na mesma empresa na data em que publicada a Lei 5.958/73 (11.12.73), e fizeram a opção retroativa a período anterior a 22.9.71 nesta última lei facultada, têm direito à taxa progressiva de juros, desde que permaneçam na mesma empresa (Lei 5.705/71, art. 2º, parágrafo único, Lei 7.839/89, art. 11, § 3º e Lei 8.036/90, art. 13, § 3º).

No caso dos autos, o autor José Pindiu de Herédia (admitido em 30.10.1957 e optante retroativamente a 1.1.1967 - cf. doc. fl. 13) comprovou a opção em data compatível com a concessão da taxa progressiva de juros.

Ressalto que a pretensão de aplicação da taxa progressiva de juros prescreve em parcelas, não sendo alcançado o fundo de direito. Assim, tendo a ação sido ajuizada em 22 de agosto de 2005, e considerando ser trintenária a prescrição, correta a sentença ao reconhecer a prescrição somente com relação parcelas vencidas anteriormente a 22 de agosto de 1975.

Harmonizando-se a sentença recorrida com o entendimento do STF, em matéria constitucional, e do STJ, em matéria legal, nego seguimento ao apelo da Caixa Econômica Federal, com fundamento no art. 557, *caput*, do CPC c/c art. 30, XXV, do Regimento Interno desta Corte.

Não havendo recurso baixem-se os autos à origem.

Publique-se.

Brasília, 2 de abril de 2007..

Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2005.38.00.039907-5/MG

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
APELANTE	:	ANTONIO CAVALCANTI NETO
ADVOGADO	:	MARIANA HORTA SANTOS ARAUJO E OUTRO(A)
APELADO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:	JANUARIO SPISLA E OUTROS(AS)

D E C I S Ã O

Cuida-se de apelação cível interposta pelo autor contra sentença que julgou improcedente o pedido de aplicação da taxa progressiva de juros.

A respeito do tema, assim dispunha o art. 4º da Lei 5.107/66:

"Art. 4º - A capitalização dos juros dos depósitos mencionados no art. 2º far-se-á na seguinte progressão:

I - 3% (três por cento) durante os dois primeiros anos de permanência na mesma empresa;

II - 4% (quatro por cento) do terceiro ao quinto ano de permanência na mesma empresa;

III - 5% (cinco por cento) do sexto ao décimo ano de permanência na mesma empresa;

IV - 6% (seis por cento) do décimo primeiro ano de permanência na mesma empresa, em diante".

A Lei 5.705/71, em seus arts. 1º e 2º, deu nova redação ao art. 4º da Lei 5.107/66, unificando a taxa de capitalização de juros em 3% ao ano, mas preservando a progressão anterior para as contas vinculadas dos empregados optantes existentes na data de sua publicação (21.9.71), desde que permanecessem na mesma empresa.

O art. 1º, da Lei 5.958, de 10.12.73, assegurou aos empregados a opção retroativa, nos termos seguintes:

"Art. 1º - Aos atuais empregados que não tenham optado pelo regime instituído pela Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, é assegurado o direito de fazê-lo com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 1967 ou à data de admissão ao emprego se posterior àquela, desde que haja concordância por parte do empregador.

Parágrafo 1º - O disposto neste artigo se aplica também aos empregados que tenham optado em data posterior à do início da vigência da Lei nº 5.107, retroagindo os efeitos da nova opção a essa data ou à da admissão.

Parágrafo 2º - Os efeitos da opção exercida por empregado que conte dez ou mais anos de serviço poderão retroagir à data em que o mesmo completou o decênio na empresa."

Verifica-se que o art. 1º, da Lei 5.958/73, ao estabelecer a faculdade de opção retroativa a 1º.1.67, ou à data de admissão ao emprego, para os até então não optantes, e mesmo a possibilidade de nova opção, com efeitos retroativos, para quem estivesse empregado na data de sua edição (10.12.73), não fez nenhuma restrição quanto ao critério de capitalização de juros.

A questão já se encontra pacificada no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, que editou o enunciado 154 de sua súmula nos seguintes termos:

"Os optantes pelo FGTS, nos termos da Lei 5.958, de 1973, têm direito à taxa progressiva de juros, na forma do art. 4º da Lei 5.107, de 1966."

Assim sendo, os autores que eram empregados optantes pelo regime do FGTS antes da edição da Lei 5.705, de 21.9.71, bem como os que, admitidos até a data da entrada em vigor da citada Lei 5.705/71 (22.9.71), ainda estavam empregados na mesma empresa na data em que publicada a Lei 5.958/73 (11.12.73), e fizeram a opção retroativa a período anterior a 22.9.71 nesta última lei facultada, têm direito à taxa progressiva de juros, desde que permaneçam na mesma empresa (Lei 5.705/71, art. 2º, parágrafo único, Lei 7.839/89, art. 11, § 3º e Lei 8.036/90, art. 13, § 3º).

No caso dos autos, o autor Antônio Cavalcanti neto (admitido em 29.3.1972 e optante na mesma data - cf. doc. fl. 12) não comprovou a opção em data compatível com a concessão da taxa progressiva de juros.

Harmonizando-se a sentença recorrida com o entendimento do STF, em matéria constitucional, e do STJ, em matéria legal, nego seguimento ao apelo do autor, com fundamento no art. 557, *caput*, do CPC c/c art. 30, XXV, do Regimento Interno desta Corte.

Não havendo recurso baixem-se os autos à origem.

Publique-se.

Brasília, 20 de março de 2007.

Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2005.38.01.004991-3/MG

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
APELANTE	:	EDUARDO JOSE LIMA DE FREITAS
ADVOGADO	:	ARTHUR AGOSTINHO MARIONI E OUTRO(A)
APELADO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:	LUIZ ALBERTO MAUAD E OUTROS(AS)

D E C I S Ã O

Cuida-se de apelação cível interposta pelo autor contra sentença que, a despeito de julgar procedente o pedido, deixou de condenar a CEF em honorários advocatícios, por força do disposto no art. 29-C da Lei 8.036/90, introduzido pela MP 2.164-41.

Com efeito, a ação foi ajuizada em setembro de 2005, após a publicação da MP 2.164-40, sendo, portanto, aplicável ao caso dos autos a nova redação por ela dada ao art. 29-C da Lei 8.036/90.

Nesse sentido, lembre-se o acórdão do STJ, *verbis*:

"FGTS. AÇÃO RESCISÓRIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MEDIDA PROVISÓRIA 2.164. ART. 29-C DA LEI 8.036/90.

1. A questão relativa aos honorários advocatícios, nos processos em que se discute a aplicação dos índices do IPC nas contas vinculadas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço encontra-se pacificada nesta Corte, no sentido de que a verba honorária será excluída nos processos iniciados após 27.7.2001, data da edição da MP 2.164, hipótese ocorrente.

2. Embargos rejeitados".

(EDREsp 572862-RS, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, julgado em 16.12.2003, DJ. 1.3.2004).

Do TRF da 1ª Região, cite-se o incidente de inconstitucionalidade 2001.33.00.014660-1/BA, julgado pela Corte Especial deste Tribunal em 29.6.2006, que, no mesmo sentido dos julgados do STJ, rejeitou a inconstitucionalidade da referida Medida Provisória.

No tocante à alegação de inconstitucionalidade formal do referido dispositivo legal, penso ser ela improcedente, porque não compartilho com o entendimento de que, antes da edição da EC 32, publicada no DOU de 12.9.2001, fosse inconstitucional a disciplina de matéria processual por meio de medida provisória.

Os precedentes do Supremo Tribunal Federal (ADIMC 1753/DF e ADIN 1910-1) não permitem, data vênia, esta conclusão, dado que foram consideradas inconstitucionais apenas determinadas alterações de legislação processual feitas por medida provisória, em razão de seu conteúdo, e não a generalidade das medidas provisórias que cuidassem de matéria processual.

Apenas após a publicação da EC 32 passou a ser vedada a disciplina de matéria processual por meio de medida provisória.

É sabido que a constitucionalidade formal dos atos normativos deve ser apreciada à luz do ordenamento constitucional vigente quando de sua edição. No caso, além de a MP 2.164/01 ter sido publicada antes da EC 32, o art. 2º da referida emenda constitucional não deixa dúvida alguma a respeito da permanência em vigor das medidas provisórias editadas em data anterior à data de sua publicação até que medida provisória ulterior as revogue explicitamente ou até deliberação definitiva do Congresso Nacional."

Dessa forma, estando em vigor o art. 29-C, da Lei 8.036/90, com a redação dada pela MP 2.164-41, é forçoso reconhecer que não há direito a honorários em causas contra o FGTS - fundo de natureza pública, garantido pela União, e de inequívoca finalidade social - em nada importando ser ele atualmente representado em juízo pela CEF.

Ressalto que a exclusão da condenação em honorários beneficia ambas as partes, a CEF, na qualidade de representante do FGTS, e os autores, titulares das contas vinculadas, o que afasta a alegação de violação ao princípio da isonomia (art. 5, *caput*, da CF), bem como ao princípio da moralidade (art. 37, *caput*, da CF).

Observo, ainda, que há outros tipos de causas em que a lei e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e, recentemente, do Superior Tribunal de Justiça, afastam, há décadas, a condenação em honorários, como são exemplos os *habeas corpus*, as ações de mandado de segurança e, via de regra, as reclamações trabalhistas, sem que tenham logrado êxito as argüições de inconstitucionalidade.

Rejeito, portanto, a alegação de inconstitucionalidade, e mantenho a isenção em honorários determinada pela sentença.

Harmonizando-se a sentença recorrida com o entendimento do STF, em matéria constitucional, e do STJ, em matéria legal, nego seguimento ao apelo do autor, com fundamento no art. 557, *caput*, do CPC c/c art. 30, XXV, do Regimento Interno desta Corte.

Não havendo recurso baixem-se os autos à origem.

Publique-se.

Brasília, 2 de abril de 2007.

Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2006.01.00.000489-1/PI

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
AGRAVANTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
AGRAVADO	:	MUNICIPIO DE SAO BRAZ DO PIAUI - PI
PROCURADOR	:	ROSA NINA CARVALHO SERRA E OUTROS(AS)

D E C I S Ã O

Sobrevindo sentença no feito principal, conforme informado mediante o Ofício n. 85/2007-GABJU-2ªVARA, de 22 de fevereiro de 2007, do qual determino a juntada, o agravo perde seu objeto, restando transferido para a apelação, caso interposta, o inconformismo de que cuidam os autos.

Intimem-se.

Publique-se.

Sem recurso, baixem-se os autos.

Brasília, 26 de março de 2007.

Juiz Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO
Relator (Convocado)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.000698-4/MG
Processo na Origem: 200538000417950

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
AGRAVANTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
AGRAVADO	:	MAXION SISTEMAS AUTOMOTIVOS S/A
ADVOGADO	:	HELIO CARVALHO SANTANA E OUTROS(AS)

D E C I S Ã O

Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que deferiu a liminar postulada nos autos de mandado de segurança.

Tendo sido proferida sentença, julgando procedente o pedido, o presente agravo ficou prejudicado, por perda de objeto.

Em face do exposto, nego seguimento ao agravo (CPC, art. 557, *caput*). Não havendo recurso, baixem os autos à instância de origem.

Intime-se.

Brasília-DF, 2 de abril de 2007.

Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2006.01.00.000911-2/MT
Processo na Origem: 200536000021093

RELATORA	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
RELATOR CONVOCADO	:	JUIZ FEDERAL DAVID WILSON DE ABREU PARDO (RESOLUÇÃO 600-022 PRESI)
AGRAVANTE	:	JOSE PUPIN
ADVOGADO	:	LEANDRO ABRÃO MARTINS COSTA E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	UNIÃO FEDERAL
PROCURADOR	:	HÉLIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO

D E C I S Ã O

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de antecipação de tutela, interposto por José Pupin em face de decisão que rejeitou os embargos de declaração com que pretendia ver sanada contradição que alegou existir na decisão que declinou da competência da Justiça Federal para processar e julgar o feito originário em favor da Justiça do Trabalho.

Independentemente de examinar se os embargos de declaração opostos no primeiro grau suspenderam ou não o prazo para a apresentação do presente agravo de instrumento, verifico que o Agravante se limitou a argumentar e pedir que o seu nome seja mantido excluído do cadastro restritivo atacado na ação principal, não fazendo qualquer impugnação aos fundamentos da decisão agravada. Com efeito, a decisão agravada (cópia às fls. 09/10) não tratou de apreciar esse pedido, mas sim de acolher preliminar argüida pela Ré e declinar da competência para uma das Varas da Justiça do Trabalho de Cuiabá - MT.

Não basta ao Agravante registrar sua insatisfação com a decisão recorrida, exige-se também que exponha os motivos dessa insatisfação, inclusive para que o Tribunal tenha condições de examinar as razões de decidir e confrontá-las com as razões expostas no recurso.

Por isso, considerando que o agravo não impugnou os fundamentos da decisão, o recurso não pode ser admitido por este Tribunal, pois lhe faltam os requisitos constantes na exposição do fato e do direito e as razões do pedido de reforma da decisão, nos termos do art. 524, I e II, CPC.

Corroborando o entendimento acima exposto, Nelson Nery Junior, *in* Teoria Geral dos Recursos, 6ª ed, Ed. Revista dos Tribunais, p. 429, leciona:

Da mesma forma que somente se admite a dedução de pretensão genérica em juízo nos casos expressos na lei (CPC 286), o recurso não pode ser interposto de forma genérica. O recorrente deve indicar as razões pelas quais pretende ver reformada ou anulada a decisão impugnada e fazer pedido de nova decisão. Somente assim poderá o órgão *ad quem* apreciar o mérito do recurso, já que é o recorrente quem delimita o âmbito de devolutividade do recurso.

Além de não indicar as razões pelas quais pretende ver reformada a decisão que declinou da competência para a Justiça do Trabalho, o Agravante não apresentou pedido de nova decisão, em face daquela. Como dito, seu pedido final no recurso de agravo é completamente dissonante do conteúdo da decisão agravada, qual seja, o de permanecer seu nome excluído do cadastro restritivo impugnado na ação principal.

Faltando requisitos na petição do agravo, não resta alternativa a não ser deixar de admitir o recurso, negando-lhe seguimento liminarmente, na forma do art. 527, I, CPC. No ponto, já se decidiu que "não se conhece de agravo de instrumento que não atende aos requisitos do art. 524 (RT 481/82, 492/107, JTA 141/269), especialmente o do n. II (RTJ 81/126, JTA 118/193, Lex-JTA 158/41, Bol. AASP 1.407/295)".

Em face do exposto, nego seguimento ao presente agravo de instrumento, por ser o mesmo manifestamente inadmissível, com fundamento no art. 527, I, e no art. 557, *caput*, ambos do CPC c/c o art. 30, XXV, do Regimento Interno desta Corte.

Comunique-se a presente decisão ao juízo de origem.

Publique-se. Intime-se.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à instância de origem (art. 279, § 3º, do RI/TRF-1ª Região).

Brasília, 29 de março de 2007.

Juiz Federal David Wilson de Abreu Pardo
RELATOR CONVOCADO

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2006.01.00.001090-5/MG

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
AGRAVANTE	:	GERALDO DIAS E OUTRO(A)
ADVOGADO	:	CAMILA BORGES COSTA
AGRAVADO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF

D E C I S Ã O

Sobrevindo sentença no feito principal, conforme informado mediante o Ofício n. 846/2006-21ª Vara, de 24 de novembro de 2006, do qual determino a juntada, o agravo perde seu objeto, restando transferido para a apelação, caso interposta, o inconformismo de que cuidam os autos.

Intimem-se.

Publique-se.

Sem recurso, baixem-se os autos.

Brasília, 26 de março de 2007.

Juiz Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO
Relator (Convocado)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.003587-9/MA
Processo na Origem: 200537000072225

RELATORA	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
AGRAVANTE	:	MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR	:	SERGEI MEDEIROS ARAUJO
AGRAVADO	:	FUNDACAO NAGIB HAICKEL
AGRAVADO	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO

D E C I S Ã O

Cuida-se de agravo de instrumento contra decisão que, em ação civil pública, indeferiu o pedido de liminar, por meio da qual pretendia o Agravante a suspensão da execução do Contrato de Concessão celebrado entre a União e a Fundação Nagib Haickel, ao fundamento de que "Embora vislumbre relevância na tese de que a concessão de canais de radioteledifusão implica prévia licitação na forma da regra geral do art. 175 da Constituição Federal, há decisão do Supremo Tribunal Federal (ADIMC-561/DF) afirmando a compatibilidade do Código de Telecomunicações (Lei 4.117/62) e suas alterações por decretos com a nova ordem constitucional".

O Agravante alega que o contrato de concessão celebrado entre a União e a Fundação Nagib Haickel foi realizado sem licitação, contrariando, assim, o art. 175 da CF e os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade e da publicidade.

Sustenta a ilegalidade do art. 13, §1º do Decreto 52.795/63, com redação dada pelo Decreto 2.108/96, pois ao dispor que "É dispensável a licitação para outorga para execução de serviço de radio difusão com fins exclusivamente educativos" criou nova hipótese de dispensa de licitação, extrapolando os limites do poder regulamentar.

Assim postos os fatos, embora relevante o fundamento de direito em que se baseiam as razões do Agravante, pois, em princípio, não é dado à Administração Pública elastecer, por meio de decreto, as regras legais que prevêem os casos de dispensa de licitação, editadas em observância do princípio estatuído no art. 37, inc. XXI da CF/88 (cf. acórdão do STJ no MS 7.465), observo que o contrato de concessão foi celebrado em setembro de 2003, tendo o MPF ajuizado a ação civil pública apenas em outubro de 2005, não se verificando, portanto, e um primeiro exame, necessidade de suspensão imediata de tais serviços antes de formado o contraditório e instruída a causa.

Ademais, correta a decisão agravada ao verificar a possibilidade de perigo da demora inverso, com a suspensão dos serviços de programação educativa a serem prestados pela Agravada à população, sem possibilidade de substituição imediata. Por outro lado, o MPF não alega seja de alguma forma prejudicial ou nociva a programação em causa.

Em face do exposto, nego seguimento ao agravo, com fundamento no art.557, c*aput*, do CPC c/c art. 30, XXV, do Regimento Interno desta Corte.

Não havendo recurso, baixem os autos à instância de origem.

Publique-se.

Brasília, 23 de março de 2007.

Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2006.01.00.017558-7/BA

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONVOCADO) (Resolução 600-022 PRESI)
AGRAVANTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:	PAULO GERMANO MOREIRA NEVES DA ROCHA E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	EVANILDO MANOEL DO NASCIMENTO
ADVOGADO	:	AILTON DALTRO MARTINS E OUTROS(AS)

D E C I S Ã O

Cuida-se de agravo de instrumento interposto pela Caixa Econômica Federal, de decisão (fl. 11), que, em ação de execução de título judicial, arbitrou, em 10% do débito exeqüendo, os honorários advocatícios devidos na execução.

Alega a agravante que a decisão agravada está em desconformidade com o entendimento jurisprudencial firmado no 6º Encontro Nacional dos Tribunais de Alçada, pois não atrelou a sua obrigatoriedade à hipótese de a Executada não vir a opor embargos à execução. Aduz que, caso apresente embargos à execução, os quais se caracterizam como uma nova ação, pode vir a ser duplamente condenada ao pagamento de honorários advocatícios, fato que causaria enormes prejuízos ao já tão combalido Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Pede a antecipação da tutela recursal.

Decido.

Ao que penso, não se fazem presentes os requisitos autorizadores do provimento requestado.

No caso, dispõe o § 4º do art. 20 do Código de Processo Civil que:

Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação eqüitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo anterior.

A decisão agravada, no ponto, está assim redigida: "Arbitro os honorários advocatícios devidos na execução em 10% (dez por cento) do débito exeqüendo (CPC, art. 20, § 4º)."

Ora, se a própria decisão agravada invoca o dispositivo legal supratranscrito, onde há expressa menção de que "nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados", não há que se falar em possibilidade de dano ou risco de dano à agravada, que enseje a sua preocupação em condenação ao pagamento de honorários advocatícios, caso interponha embargos à execução.

Assim, não havendo possibilidade de a decisão agravada causar à parte lesão grave ou de difícil reparação, determino a conversão do agravo de instrumento em agravo retido, devendo os autos retornarem à primeira instância, para que fiquem apensados aos autos principais (inciso II do art. 527 do CPC).

Intime-se.

Publique-se.

Brasília-DF, 10 de julho de 2006.

Juiz Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO
Relator (Convocado)

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2006.01.00.025170-3/DF

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
AGRAVANTE	:	INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR
ADVOGADO	:	ACHILE MARIO ALESINA JUNIOR
AGRAVADO	:	FUNDACAO COORDENACAO DE APERFEICOAMENTO DE PESSOAL DE NIVEL SUPERIOR CAPES

D E C I S Ã O

Sobrevindo sentença no feito principal, conforme informado mediante o Ofício n. 22/GABS/20ª Vara, de 23 de fevereiro de 2007, do qual determino a juntada, o agravo perde seu objeto, restando transferido para a apelação, caso interposta, o inconformismo de que cuidam os autos.

Intimem-se.

Publique-se.

Sem recurso, baixem-se os autos.

Brasília, 26 de março de 2007.

Juiz Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO
Relator (Convocado)

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2006.01.00.027905-9/MG

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
AGRAVANTE	:	AIARA DANTAS DE SENA E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	JOSE CARLOS GOBBI E OUTRO(A)
AGRAVADO	:	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
PROCURADOR	:	ANTONIO ROBERTO BASSO
AGRAVADO	:	FUNDACAO UNIVERSITARIA MENDES PIMENTEL FUMP

D E C I S Ã O

Sobrevindo sentença no feito principal, conforme informado mediante o Ofício n. 1280/06-18ª VARA, de 18 de dezembro de 2006, do qual determino a juntada, o agravo perde seu objeto, restando transferido para a apelação, caso interposta, o inconformismo de que cuidam os autos.

Intimem-se.

Publique-se.

Sem recurso, baixem-se os autos.

Brasília, 26 de março de 2007.

Juiz Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO
Relator (Convocado)

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2006.01.00.028065-0/BA

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
AGRAVANTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
AGRAVADO	:	MIGUEL ANTONIO ESTECES COUTINHO
ADVOGADO	:	SERGIO DUTRA RIBAS E OUTRO(A)

D E C I S Ã O

Inconformada com a decisão às fls. 35-36, que determinou a conversão do agravo de instrumento em agravo retido, interpõe a agravante pedido de reconsideração, objetivando o prosseguimento do recurso com a concessão do efeito suspensivo, a fim de que seja determinada a antecipação da tutela recursal, para ser quebrado o sigilo bancário do executado, ou então, que sejam utilizadas as prerrogativas do convênio Bacen Jud.

Em caso de indeferimento do pedido, pede que o "recurso" seja levado à julgamento perante a Turma.

Alega que a quebra de sigilo bancário e o acesso ao Bacen Jud são as únicas formas que dispõe para tentar ressarcir o patrimônio público do prejuízo sofrido.

Decido.

O Regimento Interno deste Tribunal, em seu art. 293, § 1º, determina que é incabível o agravo regimental da decisão que confere ou nega o efeito suspensivo requerido em agravo de instrumento.

Assim, não conheço do agravo regimental, por incabível na espécie, recebo, entretanto, a petição como pedido de reconsideração, em observância do princípio da instrumentalidade das formas, nos termos do parágrafo único do art. 527 do Código de Processo Civil, o qual indefiro, utilizando-me das mesmas razões constantes da decisão às fls. 35-36, *verbis*:

Para o deferimento da antecipação da tutela recursal requerida pela agravante, no sentido de ser solicitado a quebra do sigilo bancário dos executados, ou então, que seja utilizadas as prerrogativas do convênio BACENJUD, com o fito de localizar contas/aplicações, mister é a comprovação de que envidou todos os esforços possíveis na tentativa de localização de bens, e que os mesmos restaram infrutíferos.

(...)

Não tendo a agravante carreado aos autos tais documentos, bem como, sendo possível a busca administrativa de bens passíveis de penhora, não há razão plausível que justifique o processamento do agravo de instrumento, eis que ausente a possibilidade de risco de lesão grave ou de difícil reparação.

Ressalte-se que, além de a agravante, em seu pedido de reconsideração, não demonstrar que envidou tais esforços e estes restaram infrutíferos, não pode o pedido de quebra de sigilo bancário, que é uma exceção ao sigilo bancário e fiscal de cada indivíduo, ser banalizado.

Intime-se.

Publique-se.

Brasília, 22 de março de 2007.

Juiz Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO

Relator (Convocado)

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2006.01.00.034794-2/BA

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
AGRAVANTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:	EMILIO PUCHADES GALVEZ E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	ARNALDO EVANGELISTA REBOUCAS
ADVOGADO	:	AILTON BAPTISTA ROCHA E OUTROS(AS)

D E C I S Ã O

Mediante o Ofício n. 56/2007 - SEPOD, de 26 de fevereiro de 2007, que determino seja juntado aos autos, a ilustre Juíza Federal Rosana Noya Alves Weibel Kaufmann informa que reconsiderou a decisão objeto do presente agravo de instrumento.

Do exposto, julgo-o prejudicado por perda do objeto.

Intimem-se.

Publique-se.

Sem recurso, baixem-se os autos.

Brasília, 29 de março de 2007.

Juiz Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO

Relator (Convocado)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.037735-2/MA
Processo na Origem: 200637000043379

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
AGRAVANTE	:	FLOR DE MARIA DOS SANTOS
ADVOGADO	:	CYNARA ELISA GAMA FREIRE
AGRAVADO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF

DECISÃO

Trata-se a espécie de agravo de instrumento interposto contra decisão proferida pelo douto juízo da 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Maranhão, que, nos autos de ação ajuizada por Flor de Maria dos Santos, ora agravante, indeferiu o pedido de antecipação da tutela ali formulado, no sentido de que fosse assegurado à autora o direito à manutenção na posse de imóvel adquirido pelo Sistema Financeiro da Habitação, até o julgamento final da demanda por ela ajuizada, em que se busca o pagamento das indenizações devidas, em virtude das benfeitorias realizadas (fls. 61/63).

Em suas razões recursais, sustenta a agravante, em resumo, que, em face das benfeitorias realizadas no imóvel em referência, jaz jus à manutenção na sua posse, até que lhe seja efetuado o pagamento das respectivas indenizações, razão por que insiste na concessão de efeito suspensivo, para que lhe seja deferida a tutela em referência, até o pronunciamento definitivo da Turma julgadora (fls. 02/10).

***

Não obstante as razões em que se amparou a decisão agravada, vejo presentes, na espécie, os pressupostos do art. 558 do CPC, a autorizar a concessão da almejada antecipação da tutela recursal, a fim de se assegurar a manutenção da agravante na posse do imóvel descrito nos autos, na medida em que, além do seu caráter nitidamente preventivo, e, por isso, compatível a tutela cautelar do agravo, manifestada nas letras e no espírito do referido dispositivo legal, encontra-se em sintonia com o entendimento já firmado no âmbito deste egrégio Tribunal, no sentido de que, embora legítima a imissão do credor hipotecário na posse de imóvel que lhe fora regularmente adjudicado, "*estando evidenciada a existência de benfeitorias úteis e necessárias produzidas neste período, o art. 516, do Código Civil, impõe o reconhecimento do direito de retenção enquanto não indenizadas tais benfeitorias, o que, dadas as peculiaridades do caso, impede o deferimento liminar da imissão de posse*" (AG 2002.01.00.007479-0/RO - Rel. Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti - Sexta Turma - unânime - DJU de 31/03/2003).

***

Com estas considerações, e tendo em vista que a pretensão deduzida na inicial enquadra-se nas comportas revisoras do art. 558 do CPC, defiro o pedido de efeito suspensivo formulado na inicial, a fim de que a autora permaneça na posse do imóvel que ocupa, até o pronunciamento definitivo da Turma julgadora.

Intime-se a Caixa Econômica Federal, para ciência e cumprimento desta decisão, e para as finalidades do art. 527, V, do CPC.

Comunique-se, via FAX, ao juízo a quo.

Publique-se.

Brasília-DF., em 05 de março de 2007.

Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE

Relator

RECURSO ESPECIAL - AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2006.01.00.041227-1/DF

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
AGRAVANTE	:	OLIVIA FRANCISCO DA SILVA
ADVOGADO	:	JORGE FRANCISCO DA SILVA
AGRAVADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

D E C I S Ã O

Não diviso presente a fumaça do bom direito para que seja possibilitada à agravante a possiblidade de ser mantida na posse de imóvel funcional, pois, conforme bem observou a decisão agravada, *verbis* (fls. 88):

De fato, da narrativa dos fatos e dos documentos juntados, concluo que, em momento algum, a ocupação do imóvel pela autora teve fundamento jurídico, embora se prolongue há 17 anos.

De fato, a autora foi morar no imóvel com antigo ocupante do mesmo, senhor Archibaldo Deslandes Filgueira, tendo continuado a ocupá-lo, irregularmente, após o referido senhor ter sido exonerado do cargo em comissão que ocupava.

Assim, ainda que a autora tenha tentado regularizar a sua situação, isso nunca aconteceu, nunca tendo ela título para ocupar o imóvel, razão pela qual só posso ter sua ocupação como irregular.

Assim, à míngua da presença concomitante dos requisitos autorizadores, indefiro a antecipação da tutela recursal.

Dispensado o envio de informações pormenorizadas.

Intime-se a agravada para, querendo, apresentar contraminuta.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2007.

Juiz Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO

Relator (Convocado)

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2006.01.00.041602-5/BA

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
AGRAVANTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
AGRAVADO	:	TIAGO SANTOS DIAS
ADVOGADO	:	ARIVALDO AMANCIO DOS SANTOS E OUTROS(AS)

D E C I S Ã O

Mediante o Ofício n. 033/2007-SEPOD, de 16 de janeiro de 2007, que determino seja juntado aos autos, o ilustre Juiz Federal Pompeu de Sousa Brasil informa que reconsiderou a decisão objeto do presente agravo de instrumento.

Do exposto, julgo-o prejudicado por perda do objeto.

Intimem-se.

Publique-se.

Sem recurso, baixem-se os autos.

Brasília, 28 de março de 2007.

Juiz Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO

Relator (Convocado)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.041908-2/DF
Processo na Origem: 200634000049791

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
AGRAVANTE	:	NOVADATA SISTEMAS E COMPUTADORES S/A
ADVOGADO	:	ANTONIO GLAUCIUS DE MORAIS E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT
ADVOGADO	:	ANDREA BAMBINI E OUTROS(AS)

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra decisão proferida pelo juízo da 8ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal que, nos autos da ação ajuizada por NOVADATA SISTEMAS E COMPUTADORES S/A contra a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, indeferiu o pedido de antecipação da tutela ali formulado, consistente na suspensão da exigibilidade de penalidades que lhe foram impostas em virtude de suposto descumprimento de contrato celebrado com o aludido órgão.

A decisão agravada apreciou a questão, nestes termos:

"Trata-se de ação ordinária interposta por NOVADATA SISTEMAS E COMPUTADORES S/A E OUTRO contra a EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS -ECT, com pedido de tutela antecipada para que seja determinada a sustação do ato de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Empresa de Correios e Telégrafos - EBCT.

Afirma que celebrou contrato de prestação de serviços com a Empresa de Correios e Telégrafos - EBCT, que tem como objeto a manutenção corretiva de equipamentos de informática e periféricos, mas que, em virtude de atraso no atendimento e na execução dos serviços prestados, assim como na impossibilidade de aplicação de penalidade de multa, foi notificada da aplicação da sanção de suspensão do direito de licitar e contratar pelo período de 2 (dois) anos com os Correios, que, no entanto, reputa incorreta.

Alega ofensa a variados princípios constitucionais, como os da legalidade, da especificação, da proporcionalidade e da culpabilidade. Sustenta, ainda, a necessidade de rescisão contratual como pressuposto da penalidade de suspensão.

A análise do pedido de tutela antecipada foi diferida (fl.106).

Às fls.114/184 a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT apresentou contestação.

(...)

A ação tem por objetivo a declaração da nulidade do processo administrativo em que foi aplicada pena de suspensão temporária de se contratar com a EBCT. Liminarmente foi pedida a determinação da sustação do ato que aplicou a sanção.

Pelo que se infere dos autos, a EBCT deflagrou regular processo administrativo para apurar e aplicar a penalidade de suspensão temporária do direito de contratar. No seio do referido processo foram devidamente observados os princípios do contraditório e ampla defesa, limitando-se o réu, contudo, ao final de regular trâmite processual, a não aceitar as razões da empresa autora (fl. 90/96). Em análise inicial, portanto, verifico que neste específico processo administrativo contra o qual se insurge a autora não há vícios de ordem formal a serem sanados, a demonstrar que a aplicação da sanção transcorreu em obediência ao postulado constitucional do devido processo legal.

Também em análise superficial, própria desta fase de cognição, não detectei qualquer vício de ordem material na conduta administrativa impugnada nesta ação (análise do conteúdo do ato administrativo, bem como de sua finalidade e motivo). Com efeito, a penalidade foi aplicada porque a empresa descumpriu de forma reiterada, item do edital e disposição do contrato que determinam o cumprimento de prazos para o atendimento a chamados de manutenção dos equipamentos de informática. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar tem previsão tanto no art. 87, III, da Lei nº 8.666/93, bem como no próprio subitem 11.9, alínea 'd', do Edital.

Cito, em arremate, excertos da manifestação do réu presentes nos documentos de fls. 93 e 94 destes autos, que demonstram a razoabilidade e a proporcionalidade da conduta ora atacada:

"Nas datas de 28 e 29/11/2005 essa Contratada protocolou suas peças defensórias, cujo teor foi devidamente analisado pelas áreas competentes da ECT, sendo verificado que as alegações apresentadas não são suficientes para justificar a não adoção do ato pela Administração, conforme disposto no Relatório/DECAM-088/2006 de 10/03/2006.

Diante disso, informamos que o Diretor de Administração desta ECT decidiu pela aplicação da penalidade de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratam com a ECT, em âmbito nacional, pelo período de 02 (dois) anos, a contar de 13/03/2006, às empresas NOVADATA SISTEMAS E COMPUTADORES S/A, CNPJ n. 51.754.240/0001-12 e POSITIVO INFORMÁTICA LTDA, CNPJ n. 81.243.735/0002-29, integrantes do referido Consórcio, em decorrência de descumprimento dos prazos de solução dos chamados de serviços técnicos de manutenção previstos no item 3 do Anexo 5 - Projeto Básico do Contrato em questão [..] "

"3.4. Mesmo após a aplicação das multas supracitadas, o Consórcio continuou a descumprir os prazos de solução dos chamados de manutenção realizados pelas Diretorias Regionais no período de 17/06/2005 a 16/07/2005, que ensejaria a aplicação de mais uma multa no valor de R$ 1.084.099,80, conforme informado pelo DEMAN nas Cls 26.025/2005 e 26.036/2005 em anexo. 3.5. Em função das novas irregularidades cometidas, o DECAM, por meio da CI/DGCS/DECAM-3219/2005 de 18/08/05, informou ao DEMAN que a ECT estava impossibilitada de aplicar mais penalidade de multa ao Consórcio, em razão do fato de já ter sido aplicado o percentual máximo permitido, de 20% do valor global atualizado contrato, disposto no subitem 11.5 da sua Cláusula Décima - Primeira. Contudo, solicitou análise e parecer daquele Departamento sobre a aplicação da suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a ECT, pelo período de 06 meses a 02 anos, prevista na alínea 'd' do subitem 11.9 do contrato, por cometimento reiterado de falhas ou fraudes na execução do contrato [...]

"em obediência aos princípios do interesse público da legalidade e da eficiência administrativa, e as insuficientes razões apresentadas pelo Consórcio, sua defesa não foi acatada, tendo sido no mérito denegada na sua totalidade, conforme demonstrado na análise do DECAM, Anexos I e II deste relatório; à luz das disposições contratuais que imprimem visibilidade impar ao procedimento imprudente da CONTRATADA na execução do Contrato 13.419/05, em que pôde-se verificar que as referidas empresas, integrantes do Consórcio ALPHA, não praticaram pequenos atrasos, mas adimpliram parcialmente o contrato. "

Pertinente também é a informação trazida na contestação, a seguir transcrita: "O total de atrasos praticados pelo Consórcio Alpha equivalem a, aproximadamente, 7594 chamados. Este dado é suficiente para que este Juízo possa dimensionar a quantidade de atrasos suportada pela ECT em apenas 120 dias de contrato com o Consórcio Alpha" (fl. 116).

Diante do exposto, ausente a verossimilhança da alegação e não infirmadas pelo autor, por prova inequívoca, as razões que motivaram a aplicação da sanção pela EBCT, INDEFIRO a tutela antecipada pleiteada.

Publique-se. Intimem-se" (fls. 37/40).

***

Em suas razões recursais, insiste a agravante na concessão da almejada antecipação da tutela postulada nos autos de origem, argumentando que, além de não ter se concretizado, na espécie, o suposto descumprimento do contrato firmado com a ECT, a imposição da penalidade de proibição de contratar com a administração pública teria se operado em virtude de anterior determinação judicial, suspendendo-se a cobrança de multa contratual que lhe fora aplicada, a caracterizar manifesta manobra para fazer valer, a todo custo, a vontade de se lhe impor penalidades, antes mesmo do julgamento final da demanda instaurada nos autos de origem, em que se discute a legitimidade das referidas penas. Requer, assim, a concessão de efeito suspensivo, para que lhe seja deferida a tutela almejada, até o pronunciamento definitivo da Turma julgadora (fls. 02/28).

Os presentes autos foram inicialmente distribuídos à colenda Oitava Turma deste egrégio Tribunal (fls. 142), tendo o eminente Relator sorteado, Desembargador Federal Carlos Fernando Mathias, se reservado para apreciar o pedido de antecipação da tutela recursal, após as contra-razões da agravada (fls. 143), as quais se encontram acostadas às fls. 145/168, sobrevindo, contudo, a decisão de fls. 170, determinando a redistribuição do feito, vindo-me, assim, concluso o presente recurso.

***

Não obstante os fundamentos deduzidos pela agravante sua peça vestibular, não vejo presentes, na espécie, os pressupostos do art. 558 do CPC, a autorizar a concessão da almejada antecipação da tutela recursal, na medida em que não conseguem infirmar as lúcidas razões em que se amparou o juízo monocrático, mormente em face da notícia constante dos autos, no sentido de que, efetivamente, houvera descumprimento dos prazos estipulados no contrato objeto de discussão, no feito de origem.

***

Com estas considerações, indefiro o pedido de antecipação da tutela recursal, formulado na inicial.

Publique-se.

Brasília-DF., em 09 de abril de 2007.

Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.046488-0/DF
Processo na Origem: 200134000313335

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
AGRAVANTE	:	MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR	:	BRUNO CAIADO DE ACIOLI
AGRAVADO	:	DISTRITO FEDERAL
AGRAVADO	:	WIGBERTO FERREIRA TARTUCE
AGRAVADO	:	ASSOCIACAO BENEFICIENTE HUMANISTA ERA DE AQUARIOS

DECISÃO

Da consulta dos presentes autos e conforme noticia a certidão de fls. 59, verifica-se que não consta deste Agravo o traslado do instrumento de procuração passado em favor do advogado dos agravados, como peça obrigatória, nos termos do artigo 525, inciso I, do CPC.

Em casos que tais, este egrégio Tribunal vem decidindo, nestas letras:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRASLADO INCOMPLETO. AUSÊNCIA DA PROCURAÇÃO DO AGRAVANTE.

Constitui ônus processual da parte a correta formação do instrumento de agravo com as peças obrigatórias exigidas pelo artigo 525, I, do Código de Processo Civil.

Ausente a procuração do agravante impõe-se o não conhecimento do recurso.

Agravo regimental improvido."

(AG nº 2002.01.00.029276-6/PA - Rel. Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso - Sexta Turma - unânime - DJU de 30.06.2003).

Esse também é o entendimento já consagrado no âmbito do colendo Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que "*não se conhece do agravo de instrumento desprovido das peças legalmente exigidas, como as cópias do inteiro teor do acórdão recorrido, da certidão da respectiva intimação, das contra-razões do recurso especial e da procuração outorgada ao advogado da agravada*" (AGA nº 517969/PR - Rel. Min. Denise Arruda - Primeira Turma - unânime - DJU de 02/02/2004).

***

Isto posto, nego seguimento ao presente Agravo de Instrumento, à míngua de peça obrigatória, e, portanto, inadmissível (CPC, art. 557, caput, c/c o art. 30, XXV, do RITRF/1ª Região).

Baixem-se os presentes autos, oportunamente, à instância de origem, com as anotações de estilo.

Publique-se. Intime-se.

Brasília-DF., em 05 de março de 2007.

Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2006.01.00.047636-3/DF

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
AGRAVANTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
AGRAVADO	:	PEDRO RICARDO APOLINARIO DE OLIVEIRA
ADVOGADO	:	ALEXANDRE PADULA JANNUZZI

D E C I S Ã O

Sob exame, agravo de instrumento interposto pela União de decisão (cópia - fls. 64-68) proferida em mandado de segurança, que deferiu, em parte, a liminar pretendida pelo agravado, para que fosse deferida a inscrição definitiva, homologada a sua aprovação e incluído seu nome no resultado final do Concurso Público para Provimento de Cargos Vagos de Advogado da União (Edital AGU/ADV - 1/2005).

Alega a agravante que tal decisão é capaz de causar-lhe grave prejuízo, pois o agravado não apresentou cópia autenticada dos documentos exigidos pelo edital, não havendo comprovação do tempo mínimo exigido de prática forense, e que, por isso, estaria violado o princípio da isonomia.

Decido.

Não diviso fundamentos que justifiquem o processamento do agravo de instrumento, ante a manifesta ausência de elementos que indiquem risco de a agravante sofrer prejuízo de difícil reparação.

Em primeiro lugar, a decisão agravada não determinou a nomeação e posse do candidato, mas tão-somente a homologação de sua inscrição definitiva e a sua inclusão na lista de candidatos, para ser aferida a sua pontuação.

Em segundo lugar, considerando o que foi decidido pela ilustre Juíza Federal Substituta Cristiane Pederzolli Rentzsch, restou indeferido o pedido de reserva de vaga para o agravado.

Assim, fundando-me no inciso II do art. 527 do Código de Processo Civil, determino a conversão do agravo de instrumento em retido, com a remessa dos autos ao juízo de primeiro grau.

Intime-se.

Publique-se.

Brasília, 22 de março de 2007.

Juiz Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO
Relator (Convocado)

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2006.01.00.047760-1/DF

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
AGRAVANTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
AGRAVADO	:	FLAVIO ROBERTO BEZERRA
ADVOGADO	:	ANDREA AYRES TRIGO

D E C I S Ã O

Inconformada com a decisão (cópia - fls. 54-56), proferida em mandado de segurança, que deferiu ao impetrante, Policial Rodoviário Federal, participante de concurso público para provimento de vagas, aprovado nos primeiros cursos de formação profissional, já empossado e lotado em unidade da Polícia Federal, o direito de escolha das vagas, com prioridade em relação aos concluintes dos cursos de formação em andamento, ou mesmo em relação a participantes de futuros cursos que vierem a ser realizados em decorrência do aludido concurso, agrava de instrumento, postulando a concessão do efeito suspensivo, sob o fundamento de que estão ausentes os pressupostos para a concessão da medida liminar e que, quanto ao mérito, invoca disposições do edital para que se identifique a forma de cálculo da nota final do concurso.

Decido.

No Agravo de Instrumento n. 2006.01.00.021036-9/DF, idêntica postulação foi examinada pelo eminente Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro. Na oportunidade, para manter a liminar impugnada e denegar o efeito suspensivo, o ilustre relator utilizou-se da seguinte fundamentação, *verbis*:

A decisão concessiva da liminar ora impugnada está assim motivada (fls. 128/130):

(...)

Com efeito, dispõe o art. 12 do Decreto-lei n° 2.320, de 20.1.1987, acerca do ingresso nas categorias funcionais da carreira Policial Federal, *in verbis*:

Art. 12 - A matrícula em curso de formação ou de treinamento profissional será feita dentro do número de vagas estabelecido e obedecerá à rigorosa ordem de classificação dos candidatos habilitados no concurso em que tiverem concorrido.

Por sua vez, o art. 13 do referido diploma legal determina que a nomeação obedece à ordem de classificação dos candidatos habilitados em curso de formação, *in litteris*:

Art. 13. A nomeação e a progressão funcional obedecerão a rigorosa ordem de classificação dos candidatos habilitados, respectivamente, em curso de formação ou de treinamento profissional.

Em obediência às referidas normas, o Edital n° 24/2004 - DGP/DPF, ao regular o concurso público para provimento de vagas nos cargos de Agente da Polícia Federal, entre outros, estabeleceu que o concurso público é composto de duas etapas, sendo a primeira destinada à admissão no curso de formação e a segunda o próprio curso de formação realizado na Academia Nacional de Polícia, conforme itens 1.3.1 e 1.3.2 do edital.

Também em observância estrita ao disposto no art. 13 acima transcrito, o edital prevê que a nota final do concurso corresponderá à nota atribuída no curso de formação profissional, sem considerar a nota obtida pelo candidato na primeira etapa do certame, *in verbis*:

15.1 - A nota final no concurso público (NFCP) será a nota obtida no Curso de Formação Profissional e será rigorosamente obedecida para efeito de escolha de lotação.

Contudo, ocorre que o concurso público iniciado em 2004 segue em andamento, na medida em que ainda há candidatos participando de curso de formação na Academia Nacional de Polícia - ANP, em virtude de não haver condições físicas de todos os aprovados na primeira etapa do certame participarem do curso no mesmo período.

Em decorrência, os impetrantes argumentam que têm direito a escolher nova lotação, anteriormente aos futuros Agentes participantes do atual curso de formação, por haverem sido aprovados na primeira etapa do certame em melhor colocação que estes.

Por mais difícil que seja comparar um curso de formação anterior com outro posterior, as notas dos participantes em ambos devem seguir critérios objetivos, sendo possível a comparação das notas obtidas em cada um deles para fins de ordem de escolha da lotação.

Em decorrência, os impetrantes não têm direito a escolher suas localidades de lotação anteriormente aos participantes do curso em andamento, pois a nota final do concurso corresponde à nota final obtida na ANP, sem dever ser considerada a nota obtida pelo candidato na primeira etapa do certame.

Por outro lado, os impetrantes têm direito de participarem novamente da escolha das localidades de lotação, concorrendo em igualdade de condições com os formandos no curso de formação em andamento.

Ademais, embora a Administração tenha ofertado apenas uma parcela das vagas previstas no concurso por ocasião dos cursos de formação anteriores, tal procedimento não se mostra eivado de qualquer ilegalidade, uma vez que o interesse público e a necessidade de serviço permitiram prover as localidades com mais carência de servidor no momento.

Todavia, esta limitação no oferecimento das vagas não impede os impetrantes de participarem da escolha das vagas oferecidas ao término do curso de formação em andamento.

Por fim, está presente o requisito do *periculum in mora*, uma vez que, conforme informado pelos impetrantes o atual curso de formação será encerrado em 30.06.2006, devendo previamente ocorrer a escolha das novas localidades de lotação.

Tenho que a decisão liminar bem se houve em recusar a pretensão de se eleger como nota final, para fins de escolha das vagas a serem ofertadas, a obtida pelo candidato na primeira fase do certame, inexistindo, no particular, direito líquido e certo a ser protegido, eis que o edital, lei do certame, conforme o seu item 15.1, acima reproduzido, elegeu para efeito de escolha de lotação a nota final obtida no curso de formação profissional.

Noutro ponto, considerando o expressivo número de candidatos aprovados na primeira fase do certame - 491 para as vagas de Escrivão de Polícia Federal e 1.208 para as de Agente de Polícia Federal -, praticamente impossível se afigura a participação de todos os candidatos num único curso de formação profissional. Assim, tenho que, em tese, a realização de diversos cursos de formação para diversos grupos de candidatos, poderia, sim, ofender os princípios constitucionais apontados, o que, todavia, não autoriza a concessão da liminar na amplitude desejada pelos impetrantes, ora agravantes.

Com essas considerações, mantenho a decisão impugnada.

Indefiro o pedido de antecipação da tutela recursal.

Com as mesmas considerações, indefiro o efeito suspensivo.

Dispensado o envio de informações pormenorizadas.

Intime-se o agravado para, querendo, apresentar contraminuta.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2007.

Juiz Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO
Relator (Convocado)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.048631-6/DF
Processo na Origem: 200634000377280

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
AGRAVANTE	:	INBRA - TEXTIL INDUSTRIA E COMERCIO DE TECIDOS TECNICOS LTDA
ADVOGADO	:	ADILSON DE LIZIO E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO

D E C I S Ã O

INBRA - Têxtil Indústria e Comércio de Tecidos Técnicos Ltda., ora agravante, requer a desistência do presente agravo de instrumento, "com a sua conseqüente homologação e extinção do processo".

Tendo em vista o disposto no art. 501 do CPC, que dispensa anuência do recorrido ao pedido, homologo a desistência do agravo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Não havendo recurso, baixem os autos à instância de origem.

Publique-se.

Brasília-DF, 9 de abril de 2007.

Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues
Relatora

REMESSA OFICIAL EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2006.33.00.005328-9/BA
Processo na Origem: 200633000053289

RELATORA	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
IMPETRANTE	:	GLOBALTEK COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.
ADVOGADOS	:	LUCIANO PINHO DE ALMEIDA E OUTROS
IMPETRADA	:	AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA
REMETENTE	:	JUÍZO FEDERAL DA 12ª. VARA - BA

D E C I S Ã O

Trata-se de remessa oficial da sentença (fls. 72/74) que, em ação de mandado de segurança, concedeu a ordem para que, não obstante a greve deflagrada pelos fiscais sanitários, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA procedesse à regular fiscalização dos produtos e medicamentos constantes da Licença de Importação nº 06/0588980-2 apresentada pela impetrante.

O Ministério Público Federal, nesta instância, opinou pelo não-provimento da remessa oficial (fls. 91/92).

De início, determino a retificação da autuação para que sejam corretamente grafados os nomes da impetrante e de seus patronos.

Assim postos os fatos, considero que não mais existe interesse processual que justifique a apreciação da remessa, porque a liminar (fls. 52/53) - confirmada pela sentença - foi totalmente satisfativa, e limitou-se a determinar a realização dos devidos trâmites administrativos e legais destinados a impedir que a Globaltek Comércio e Representações Ltda. sofresse embaraços na liberação dos medicamentos por ela importados (fls. 21/36), a despeito da greve que ocorria no momento, havendo, ainda, ressaltado a necessidade de prévia verificação do recolhimento dos tributos pertinentes.

Não há mais como reverter a solução adequadamente dada pela sentença ao caso. Diversa seria a hipótese, se a sentença tivesse ordenado a prática de ato administrativo reversível (como, por exemplo, a expedição de um diploma ou de um certificado, sem a observância de determinado requisito legal, por reputá-lo inconstitucional). Neste caso, seria necessária a apreciação da remessa, para confirmar a validade do diploma ou certificado, e o seu provimento implicaria a desconstituição do documento.

Na hipótese em exame, os procedimentos pertinentes ao controle e à fiscalização dos referidos produtos já foram adotados, com a observância de todos os requisitos legais (nenhum foi dispensado pela sentença), e a mercadoria liberada.

Em face do exposto, nego seguimento à remessa oficial.

Publique-se. Não havendo recurso, baixem os autos à origem (art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil).

Brasília, 2 de abril de 2007.
Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues
Relatora

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2006.33.00.012330-9/BA
Processo na Origem: 200633000123309

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
APELANTE	:	GRECIA TRANSPORTES E TURISMO LTDA
ADVOGADO	:	JULIO CLIMACO DE VASCONCELOS JUNIOR E OUTROS(AS)
APELADO	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO

Em face dos termos da petição de fls. 69 destes autos, e no que dispõe o art. 501 do CPC, homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a desistência do presente recurso.

Baixem-se os presentes autos ao juízo de origem, após, com baixa na distribuição e anotações de estilo.

Publique-se.

Brasília, em 14 de fevereiro de 2007.
Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2007.01.00.000151-2/MG

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
AGRAVANTE	:	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
PROCURADOR	:	HUGO MARCELINO DA SILVA
AGRAVADO	:	ALINE MATOS ACACIO E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	BRENO RENATO MARQUES FABRINO E OUTROS(AS)

D E C I S Ã O

Sobrevindo sentença no feito principal, conforme informado mediante o Ofício n. 088/2007 - 21ª Vara, de 26 de fevereiro de 2007, do qual determino a juntada, o agravo perde seu objeto, restando transferido para a apelação, caso interposta, o inconformismo de que cuidam os autos.

Intimem-se.

Publique-se.

Sem recurso, baixem-se os autos.

Brasília, 28 de março de 2007.

Juiz Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO
Relator (Convocado)

RECURSO ESPECIAL - AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2007.01.00.000720-1/PA

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
AGRAVANTE	:	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA - UFRA
PROCURADOR	:	ANTONIO ROBERTO BASSO
AGRAVADO	:	ANDREA MARIA DOS SANTOS
DEFENSOR	:	DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO

D E C I S Ã O

Pretendendo a agravante a suspensão do cumprimento da decisão recorrida, que autorizou a participação da agravada, mediante a isenção de taxa de inscrição, no processo seletivo vestibular da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) (antiga FCAP), e, tendo sido consumada a participação da agravada no certame, tenho que desapareceu o perigo da demora a justificar o processamento do agravo de instrumento, pelo que, com apoio no inciso II do art. 527 do Código de Processo Civil, determino a sua conversão em agravo retido.

Remetam-se os autos ao juízo de primeiro grau.

Intime-se.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2007.

Juiz Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO
Relator (Convocado)

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2007.01.00.000805-6/MG

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
AGRAVANTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:	UMBERTO PARMA MACHADO E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	MARCOS ANTONIO WERLY E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	SAMUEL LEITE

D E C I S Ã O

Cuida-se de agravo de instrumento interposto pela Caixa Econômica Federal de decisão que lhe impôs o pagamento de multa por descumprimento do julgado. Pede a concessão do efeito suspensivo, para que seja reformada a referida decisão, alegando que o valor da astreinte é elevado, comparado com o valor principal do débito.

A jurisprudência deste Tribunal já firmou o entendimento de que a recomposição dos saldos de conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço constitui-se em obrigação de dar, não de fazer, sendo, pois, indevida a aplicação de multa por descumprimento do julgado.

Assim, defiro o efeito suspensivo requerido para afastar a aplicação da multa.

Comunique-se, dispensadas as informações.

Intime-se.

Publique-se.

Brasília, 26 de março de 2007.

Juiz Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO
Relator (Convocado)

RECURSO ESPECIAL - AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2007.01.00.000876-9/DF

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
AGRAVANTE	:	BRAZIL RELOCATION E SERVICES LTDA
ADVOGADO	:	EUGENIO ANTINORO
AGRAVADO	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
AGRAVADO	:	TRANSPORTES GERAIS BOTAFOGO LTDA
ADVOGADO	:	RENATO MANUEL DUARTE COSTA E OUTRO(A)

D E C I S Ã O

Pretende a agravante Brazil Relocation e Services Ltda. a concessão de medida liminar, em verdade antecipação da tutela recursal, para sobrestar o procedimento licitatório, e seus atos posteriores, uma vez que entende ter sido injustamente excluída do certame.

Afirma que apresentou sua documentação de forma completa e que a comissão de licitação interpretou de forma equivocada o edital.

Decido.

Ao apresentar as informações solicitadas no mandado de segurança, asseverou a autoridade coatora que (fls. 103-104):

Dando seqüência ao processo licitatório, uma vez decorrido o prazo recursal, foi realizada nova reunião para abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas. Neste momento, constatou-se que a documentação da empresa Brasil Relocation, conforme exigido no Edital, não estava completa: a empresa apresentou, quando da consulta "on-line" ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF, certidões vencidas do FGTS, Inscrição Estadual e Municipal. Assim, ainda que a Certidão relativa ao FGTS tenha sido atualizada durante a sessão, como ocorrido, por ter a empresa sede no Estado de Goiás, essa deixou de apresentar as referidas certidões estaduais e municipais atualizadas para regularização, ficando patente o descumprimento do item 6.1.2. "b" do Edital.

Outrossim, constatou-se naquele momento, também, o descumprimento do item 6.1.3, "c", do Edital, que transcrevo abaixo:

"6.1.3. Qualificação Técnica

c) Comprovante de filiação a pelo menos uma associação internacional de empresas de transporte que tenha representação no país de origem e/ou destino da bagagem. A comprovação dar-se-á por meio do pagamento da Taxa de Anuidade, a fim de que a empresa demonstre estar devidamente registrada e em dia com suas obrigações". [grifei]

Fica claro, portanto, que o item possui duas partes, caracterizando duas exigências distintas: 1) a filiação da empresa a associação internacional de empresa de transporte; e, 2) que ela esteja em dia com suas obrigações com a referida associação. Visando a simplificar o processo probatório, as duas exigências foram resumidas num único documento: o comprovante de quitação da taxa de anuidade, o qual não foi apresentado pela impetrante.

Na tentativa de sanar esta lacuna, a empresa apresentou como comprovante uma cópia não autenticada de recibo, desacompanhada do original, sem autenticação de pagamento, retirado da Internet e preenchido pelo próprio licitante, desatendendo assim o disposto no item 6.2.2. do edital segundo o qual "não serão aceitos protocolos de entrega ou de solicitação de documento em substituição aos documentos requisitados no presente Edital e seus Anexos", bem como o disposto no item 4.4 do referido Edital, que determina que "os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio".

Reitero que, muito embora a Impetrante alegue, na exordial, ter apresentado as Certidões que se encontravam vencidas no Sistema Integrado Cadastramento de Fornecedores - SICAF (vide anexo 2), essas foram entregues intempestivamente quando da apresentação do recursos, parecendo buscar, desta forma, confundir os fatos.

Assim, à míngua da fumaça do bom direito a amparar a pretensão da agravante, indefiro a antecipação da tutela recursal.

Dispensado o envio de informações pormenorizadas.

Intime-se a agravada para, querendo, apresentar contraminuta.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2007.

Juiz Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO
Relator (Convocado)

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2007.01.00.001044-0/DF

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
AGRAVANTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
AGRAVADO	:	JOSE AMERICO DA GAMA PASSOS NETO
ADVOGADO	:	NEWTON CARLOS MOURA VIANA

D E C I S Ã O

Inconformada com a decisão (cópia - fls. 86-89), proferida em mandado de segurança, que deferiu ao impetrante, agente da Polícia Federal, participante do concurso público aberto pelo Edital n. 24/2004-DGP/DPF, aprovado nos primeiros cursos de formação profissional, já empossado e lotado em unidade da Polícia Federal, o direito de escolha das vagas, com prioridade em relação aos concluintes dos cursos de formação em andamento, ou mesmo em relação a participantes de futuros cursos, que vierem a ser realizados em decorrência do aludido concurso, agrava de instrumento, postulando a concessão do efeito suspensivo, sob o fundamento de que estão ausentes os pressupostos para a concessão da medida liminar e que, quanto ao mérito, invoca disposições do edital para que se identifique a forma de cálculo da nota final do concurso.

Decido.

No Agravo de Instrumento n. 2006.01.00.021036-9/DF, idêntica postulação foi examinada pelo eminente Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro. Na oportunidade, para manter a liminar impugnada e denegar o efeito suspensivo o ilustre relator utilizou-se da seguinte fundamentação, *verbis*:

A decisão concessiva da liminar ora impugnada está assim motivada (fls. 128/130):

(...)

Com efeito, dispõe o art. 12 do Decreto-lei n° 2.320, de 20.1.1987, acerca do ingresso nas categorias funcionais da carreira Policial Federal, *in verbis*:

Art. 12 - A matrícula em curso de formação ou de treinamento profissional será feita dentro do número de vagas estabelecido e obedecerá à rigorosa ordem de classificação dos candidatos habilitados no concurso em que tiverem concorrido.

Por sua vez, o art. 13 do referido diploma legal determina que a nomeação obedece à ordem de classificação dos candidatos habilitados em curso de formação, *in litteris*:

Art. 13. A nomeação e a progressão funcional obedecerão a rigorosa ordem de classificação dos candidatos habilitados, respectivamente, em curso de formação ou de treinamento profissional.

Em obediência às referidas normas, o Edital n° 24/2004 - DGP/DPF, ao regular o concurso público para provimento de vagas nos cargos de Agente da Polícia Federal, entre outros, estabeleceu que o concurso público é composto de duas etapas, sendo a primeira destinada à admissão no curso de formação e a segunda o próprio curso de formação realizado na Academia Nacional de Polícia, conforme itens 1.3.1 e 1.3.2 do edital.

Também em observância estrita ao disposto no art. 13 acima transcrito, o edital prevê que a nota final do concurso corresponderá à nota atribuída no curso de formação profissional, sem considerar a nota obtida pelo candidato na primeira etapa do certame, *in verbis*:

15.1 - A nota final no concurso público (NFCP) será a nota obtida no Curso de Formação Profissional e será rigorosamente obedecida para efeito de escolha de lotação.

Contudo, ocorre que o concurso público iniciado em 2004 segue em andamento, na medida em que ainda há candidatos participando de curso de formação na Academia Nacional de Polícia - ANP, em virtude de não haver condições físicas de todos os aprovados na primeira etapa do certame participarem do curso no mesmo período.

Em decorrência, os impetrantes argumentam que têm direito a escolher nova lotação, anteriormente aos futuros Agentes participantes do atual curso de formação, por haverem sido aprovados na primeira etapa do certame em melhor colocação que estes.

Por mais difícil que seja comparar um curso de formação anterior com outro posterior, as notas dos participantes em ambos devem seguir critérios objetivos, sendo possível a comparação das notas obtidas em cada um deles para fins de ordem de escolha da lotação.

Em decorrência, os impetrantes não têm direito a escolher suas localidades de lotação anteriormente aos participantes do curso em andamento, pois a nota final do concurso corresponde à nota final obtida na ANP, sem dever ser considerada a nota obtida pelo candidato na primeira etapa do certame.

Por outro lado, os impetrantes têm direito de participarem novamente da escolha das localidades de lotação, concorrendo em igualdade de condições com os formandos no curso de formação em andamento.

Ademais, embora a Administração tenha ofertado apenas uma parcela das vagas previstas no concurso por ocasião dos cursos de formação anteriores, tal procedimento não se mostra eivado de qualquer ilegalidade, uma vez que o interesse público e a necessidade de serviço permitiram prover as localidades com mais carência de servidor no momento.

Todavia, esta limitação no oferecimento das vagas não impede os impetrantes de participarem da escolha das vagas oferecidas ao término do curso de formação em andamento.

Por fim, está presente o requisito do *periculum in mora*, uma vez que, conforme informado pelos impetrantes o atual curso de formação será encerrado em 30.06.2006, devendo previamente ocorrer a escolha das novas localidades de lotação.

Tenho que a decisão liminar bem se houve em recusar a pretensão de se eleger como nota final, para fins de escolha das vagas a serem ofertadas, a obtida pelo candidato na primeira fase do certame, inexistindo, no particular, direito líquido e certo a ser protegido, eis que o edital, lei do certame, conforme o seu item 15.1, acima reproduzido, elegeu para efeito de escolha de lotação a nota final obtida no curso de formação profissional.

Noutro ponto, considerando o expressivo número de candidatos aprovados na primeira fase do certame - 491 para as vagas de Escrivão de Polícia Federal e 1.208 para as de Agente de Polícia Federal -, praticamente impossível se afigura a participação de todos os candidatos num único curso de formação profissional. Assim, tenho que, em tese, a realização de diversos cursos de formação para diversos grupos de candidatos, poderia, sim, ofender os princípios constitucionais apontados, o que, todavia, não autoriza a concessão da liminar na amplitude desejada pelos impetrantes, ora agravantes.

Com essas considerações, mantenho a decisão impugnada.

Indefiro o pedido de antecipação da tutela recursal.

Com as mesmas considerações, indefiro o efeito suspensivo.

Dispensado o envio de informações pormenorizadas.

Intime-se o agravado para, querendo, apresentar contraminuta.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2007.

Juiz Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO

Relator (Convocado)

RECURSO ESPECIAL - AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2007.01.00.001047-0/DF

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
AGRAVANTE	:	ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A
ADVOGADO	:	MILTON DE SOUZA COELHO E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO

D E C I S Ã O

Pretende a agravante Elevadores Atlas Schindler S.A., a antecipação da tutela recursal, para que sejam suspensos os atos de homologação e adjudicação referentes ao procedimento licitatório, que objetivava a contratação de empresa para a substituição do sistema de elevadores do prédio do CNPq, em Brasília.

Alega a agravante a existência de diversas violações do edital, que levariam, insofismavelmente, à exclusão da empresa vencedora do certame e a elevação de sua condição de segunda colocada para o primeiro lugar.

Entendo, com a devida *venia* da agravante, que pretende a reforma da decisão agravada, que esta, com a prudência devida, apreciou os fatos atinentes à demanda, pelo que adiro a seus fundamentos, tendo por ausente a fumaça do bom direito.

À míngua da presença concomitante dos requisitos autorizadores, indefiro a antecipação da tutela recursal.

Dispensado o envio de informações pormenorizadas.

Intime-se a agravada para, querendo, apresentar contraminuta.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2007.

Juiz Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO

Relator (Convocado)

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2007.01.00.002152-8/DF

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
AGRAVANTE	:	JOSE AUGUSTO BELO MOREIRA E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	CARLA SOARES VICENTE E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO	:	ADEMARIS MARIA ANDRADE E OUTROS(AS)

D E C I S Ã O

Cuida-se de agravo de instrumento interposto por José Augusto Belo Moreira e outros de decisão (cópia - fls. 61-65), que, em ação declaratória cominada com ação de cobrança, ajuizada contra o Banco do Brasil e a União, em que se objetivava a complementação de aposentadoria, excluiu a União do feito e declinou da competência da Justiça Federal em favor da Justiça do Trabalho.

Alegam os agravantes que a competência para processar o feito é da Justiça Comum, e não da justiça obreira, na linha de precedentes que colacionam, pelo que pedem a remessa dos autos à Justiça Comum do Distrito Federal.

Decido.

Questão similar à ora posta a exame, foi a julgamento na sessão realizada no dia 15.05.2006, sob a relatoria do ilustre Juiz Federal Convocado Leão Aparecido Alves (Ag n. 2005.01.00.021284-5/DF), restando o acórdão ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO QUE PEDE A COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. PEDIDO FORMULADO CONTRA O BANCO DO BRASIL E A UNIÃO. POSTERIOR EXCLUSÃO DA UNIÃO DA RELAÇÃO PROCESSUAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

1. Compete à Justiça Trabalhista processar e julgar as causas que versam sobre o pedido de complementação de aposentadoria formulado por ex-empregados contra o Banco do Brasil S/A, uma vez que diz respeito a direito relativo à relação de trabalho, mormente tendo sido a União excluída da relação processual. Precedentes desta Corte e do STJ.

2. Remessa dos autos à Justiça do Trabalho. Agravo de instrumento que se julga prejudicado.

Na hipótese, manifestou-se o relator, *verbis*:

1. A jurisprudência desta Corte e a do STJ orientam-se no sentido de que compete à Justiça Trabalhista processar e julgar as causas que versam sobre o pedido de complementação de aposentadoria formulado por ex-empregados contra o Banco do Brasil S/A, uma vez que diz respeito a direito relativo à relação de trabalho.

Neste sentido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. DIREITO CONTRATUAL. RELAÇÃO DE TRABALHO. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL PARA PROCESSAR E JULGAR O FEITO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA TRABALHISTA.

1. A complementação de aposentadoria do empregado do Banco do Brasil é direito assegurado contratualmente, cujos efeitos prolongam-se no tempo após a aposentadoria, decorrentes da própria relação de trabalho. Por isso, a competência para a ação é do Juízo Trabalhista.

2. Diante da incompetência da Justiça Federal para processar e julgar o feito que originou o presente recurso, deve ser determinada a remessa daqueles autos a uma das Varas da Justiça do Trabalho, ficando anulados, de ofício, os atos decisórios proferidos pelo Juízo da 18ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal.

3. Prejudicado o agravo de instrumento. (AG 2005.01.00.021283-1/DF, Rel. Desembargadora Federal SELENE MARIA DE ALMEIDA, Quinta Turma, DJ de 29/07/2005, p. 65).

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA.

A complementação de aposentadoria do empregado do Banco do Brasil é direito assegurado contratualmente, cujos efeitos prolongam-se no tempo após a aposentadoria, decorrentes da própria relação de trabalho. Por isso, a competência para a ação é do Juízo Trabalhista.

Conflito de Competência conhecido para declarar competente o Juízo do Trabalho da 18ª Junta de Conciliação e Julgamento de Salvador/BA, o suscitado. (CC 20.685/BA, Rel. Ministro GILSON DIPP, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 16.12.1998, DJ 17.02.1999 p. 114).

COMPETÊNCIA. CONFLITO NEGATIVO.

- Complementação de aposentadoria, que se vincula a contrato de trabalho.

- Competência da Justiça do Trabalho para a causa. (CC 33.920/RJ, Rel. Ministro FONTES DE ALENCAR, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 10.09.2003, DJ 02.02.2004 p. 268).

CONSTITUCIONAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. RELAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO. JUSTIÇA ESPECIALIZADA.

- Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar reclamação trabalhista proposta por empregado aposentado, na qual se objetiva perceber complementação de aposentadoria resultante de contrato de trabalho.

- Conflito conhecido para declarar a competência do juízo trabalhista, o suscitado. (CC 29.215/SP, Rel. Ministro VICENTE LEAL, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 25.09.2002, DJ 21.10.2002 p. 272).

Por sua vez, a competência da Justiça Comum Estadual somente se verifica quando o pedido da ação de complementação de aposentadoria é dirigido contra a entidade fechada de previdência privada.

Neste sentido:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. JUSTIÇA COMUM. PRECEDENTES.

Reiterada jurisprudência no sentido de que, em se tratando de reivindicação pertinente à previdência privada, como no caso de complementação de aposentadoria, é competente a Justiça Estadual.

Conflito conhecido, declarando-se competente o Juízo de Direito suscitado. (CC 33.334/MA, Rel. Ministro CASTRO FILHO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24.04.2002, DJ 20.05.2002 p. 98).

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. Complementação de aposentadoria. Justiça Comum. Telos.

- Proposta a ação de complementação com base em disposição da entidade previdenciária ré (Telos), a competência é da Justiça Comum Estadual. Redação do art. 202, § 2º, da CR, após a Emenda Constitucional nº 20. (CC 31.453/PE, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 09.05.2001, DJ 19.11.2001 p. 229).

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. Se o pedido de complementação de aposentadoria é endereçado contra a entidade de previdência privada, e não contra o empregador, a competência é da Justiça Estadual. Conflito conhecido para declarar competente o MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível de Nova Iguaçu, RJ. (CC 25.060/RJ, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 23.06.1999, DJ 27.03.2000 p. 61).

2. No caso, em que o pedido de complementação de aposentadoria foi formulado contra o Banco do Brasil e a União, e tendo sido esta excluída da relação processual (fls. 90 e 91), a competência para processar e julgar a presente causa é da Justiça do Trabalho.

3. À vista do exposto, afirmo a ausência de jurisdição da Justiça Federal e determino a remessa dos autos à Justiça do Trabalho, ficando prejudicado o presente agravo de instrumento.

Assim, mantendo o mesmo entendimento, não diviso presente a fumaça do bom direito, pelo que indefiro a concessão do efeito suspensivo.

Dispensado o envio de informações pormenorizadas.

Intime-se a agravada, para, querendo, apresentar contraminuta.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2007.

Juiz Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO

Relator (Convocado)

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2007.01.00.002153-1/DF

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
AGRAVANTE	:	WASHINGTON ALVES LOPES E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	CARLA SOARES VICENTE E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO	:	ABIEL ALCANTARA LACERDA E OUTROS(AS)

D E C I S Ã O

Cuida-se de agravo de instrumento interposto por João Mariano de Souza Branquinho e outros, de decisão (cópia às fls. 64-68) que, em ação declaratória cominada com ação de cobrança, ajuizada contra o Banco do Brasil e a União, em que se objetivava a complementação de aposentadoria, excluiu a União do feito e declinou da competência da Justiça Federal em favor da Justiça do Trabalho.

Alegam os agravantes que a competência para processar o feito é da Justiça Comum, e não da justiça obreira, na linha de precedentes que colacionam, pelo que pedem a remessa dos autos à Justiça Comum do Distrito Federal.

Decido.

Questão similar à ora posta a exame, foi a julgamento na Sessão realizada no dia 15.05.2006, sob a relatoria do ilustre Juiz Federal Convocado Leão Aparecido Alves (Ag n. 2005.01.00.021284-5), restando o acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO QUE PEDE A COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. PEDIDO FORMULADO CONTRA O BANCO DO BRASIL E A UNIÃO. POSTERIOR EXCLUSÃO DA UNIÃO DA RELAÇÃO PROCESSUAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

1. Compete à Justiça Trabalhista processar e julgar as causas que versam sobre o pedido de complementação de aposentadoria formulado por ex-empregados contra o Banco do Brasil S/A, uma vez que diz respeito a direito relativo à relação de trabalho, mormente tendo sido a União excluída da relação processual. Precedentes desta Corte e do STJ.

2. Remessa dos autos à Justiça do Trabalho. Agravo de instrumento que se julga prejudicado.

Na hipótese, assim manifestou-se o relator, *verbis*:

1. A jurisprudência desta Corte e a do STJ orientam-se no sentido de que compete à Justiça Trabalhista processar e julgar as causas que versam sobre o pedido de complementação de aposentadoria formulado por ex-empregados contra o Banco do Brasil S/A, uma vez que diz respeito a direito relativo à relação de trabalho.

Neste sentido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. DIREITO CONTRATUAL. RELAÇÃO DE TRABALHO. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL PARA PROCESSAR E JULGAR O FEITO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA TRABALHISTA.

1. A complementação de aposentadoria do empregado do Banco do Brasil é direito assegurado contratualmente, cujos efeitos prolongam-se no tempo após a aposentadoria, decorrentes da própria relação de trabalho. Por isso, a competência para a ação é do Juízo Trabalhista.

2. Diante da incompetência da Justiça Federal para processar e julgar o feito que originou o presente recurso, deve ser determinada a remessa daqueles autos a uma das Varas da Justiça do Trabalho, ficando anulados, de ofício, os atos decisórios proferidos pelo Juízo da 18ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal.

3. Prejudicado o agravo de instrumento. (AG 2005.01.00.021283-1/DF, Rel. Desembargadora Federal SELENE MARIA DE ALMEIDA, Quinta Turma, DJ de 29/07/2005, p. 65).

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA.

A complementação de aposentadoria do empregado do Banco do Brasil é direito assegurado contratualmente, cujos efeitos prolongam-se no tempo após a aposentadoria, decorrentes da própria relação de trabalho. Por isso, a competência para a ação é do Juízo Trabalhista.

Conflito de Competência conhecido para declarar competente o Juízo do Trabalho da 18ª Junta de Conciliação e Julgamento de Salvador/BA, o suscitado. (CC 20.685/BA, Rel. Ministro GILSON DIPP, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 16.12.1998, DJ 17.02.1999 p. 114).

COMPETÊNCIA. CONFLITO NEGATIVO.

- Complementação de aposentadoria, que se vincula a contrato de trabalho.

- Competência da Justiça do Trabalho para a causa. (CC 33.920/RJ, Rel. Ministro FONTES DE ALENCAR, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 10.09.2003, DJ 02.02.2004 p. 268).

CONSTITUCIONAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. RELAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO. JUSTIÇA ESPECIALIZADA.

- Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar reclamação trabalhista proposta por empregado aposentado, na qual se objetiva perceber complementação de aposentadoria resultante de contrato de trabalho.

- Conflito conhecido para declarar a competência do juízo trabalhista, o suscitado. (CC 29.215/SP, Rel. Ministro VICENTE LEAL, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 25.09.2002, DJ 21.10.2002 p. 272).

Por sua vez, a competência da Justiça Comum Estadual somente se verifica quando o pedido da ação de complementação de aposentadoria é dirigido contra a entidade fechada de previdência privada.

Neste sentido:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. JUSTIÇA COMUM. PRECEDENTES.

Reiterada jurisprudência no sentido de que, em se tratando de reivindicação pertinente à previdência privada, como no caso de complementação de aposentadoria, é competente a Justiça Estadual.

Conflito conhecido, declarando-se competente o Juízo de Direito suscitado. (CC 33.334/MA, Rel. Ministro CASTRO FILHO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24.04.2002, DJ 20.05.2002 p. 98).

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. Complementação de aposentadoria. Justiça Comum. Telos.

- Proposta a ação de complementação com base em disposição da entidade previdenciária ré (Telos), a competência é da Justiça Comum Estadual. Redação do art. 202, § 2º, da CR, após a Emenda Constitucional nº 20. (CC 31.453/PE, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 09.05.2001, DJ 19.11.2001 p. 229).

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. Se o pedido de complementação de aposentadoria é endereçado contra a entidade de previdência privada, e não contra o empregador, a competência é da Justiça Estadual. Conflito conhecido para declarar competente o MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível de Nova Iguaçu, RJ. (CC 25.060/RJ, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 23.06.1999, DJ 27.03.2000 p. 61).

2. No caso, em que o pedido de complementação de aposentadoria foi formulado contra o Banco do Brasil e a União, e tendo sido esta excluída da relação processual (fls. 90 e 91), a competência para processar e julgar a presente causa é da Justiça do Trabalho.

3. À vista do exposto, afirmo a ausência de jurisdição da Justiça Federal e determino a remessa dos autos à Justiça do Trabalho, ficando prejudicado o presente agravo de instrumento.

Assim, mantendo o mesmo entendimento, não diviso presente a fumaça do bom direito, pelo que indefiro a concessão do efeito suspensivo.

Dispensado o envio de informações pormenorizadas.

Intime-se a agravada para, querendo, apresentar contraminuta.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2007.

Juiz Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO

Relator (Convocado)

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2007.01.00.002476-3/MG

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
AGRAVANTE	:	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCURADOR	:	GUILHERME ESTRADA RODRIGUES
AGRAVADO	:	ADILSON DE OLIVEIRA
ADVOGADO	:	JULIO MAGALHAES PIRES DUARTE E OUTROS(AS)

D E C I S Ã O

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), inconformado com a decisão que deferiu medida liminar em ação mandamental (fls. 70-75), para que fosse obrigado a recadastrar o agravado como "criador amador conservacionista" de passeriformes, interpõe o presente agravo de instrumento com pedido de atribuição de efeito suspensivo.

Argumenta sobre a inadequação da via processual eleita, posto que o mandado de segurança não seria o meio processual adequado para impugnar lei em tese, bem como de que teria ocorrido a decadência.

Entende ser parte ilegítima, e que o impetrante não teria interesse de agir.

Diz, ao final, que a decisão agravada esgota, no todo ou em parte, o objeto do mandado de segurança. Pede a concessão do efeito suspensivo.

Decido.

A decisão agravada, no que interessa, utilizou a seguinte fundamentação (fls. 70-75):

A criação em cativeiro é uma forma real de preservação das espécies ameaçadas de extinção, causada pela destruição do meio ambiente, pela sua captura e comércio clandestino e pelo desmatamento.

A criação em cativeiro deve ser previamente autorizada por órgão ambiental competente que avaliará a estrutura do criador e a seriedade do negócio. É o que tenta demonstrar o Impetrante que, apesar de ter perdido o prazo para o seu recadastramento, tenta fazê-lo através do presente "mandamus".

O Impetrante afirma que "os pássaros do criatório encontram-se anilhados como determina o IBAMA, restando, portanto, apenas o recadastramento do Impetrante no Órgão. Inobstante, estar extemporâneo no recadastramento, o Impetrante não realizou nenhum ato de maus tratos ou que pudesse colocar em risco a integridade física dos passeriformes que, repita-se, possuem cuidados especiais de tratamento pelo Impetrante, assim conseqüentemente ajudando na procriação e conservação dos passeriformes." (fl. 09).

Os criadores conservacionistas de pássaros contribuem para a preservação das aves e especialmente dos pássaros da fauna silvestre, colaboram com os órgãos governamentais, especialmente com o IBAMA e órgãos ambientais, no controle e nos serviços que atendem a preservação da flora e fauna do país, promovem e organizam exposições de pássaros, difundem práticas e formas de criá-los em cativeiro, proferem palestras e cursos.

A atividade desempenhada pelo Impetrante não tem fins comerciais e possui caráter exclusivamente preservacionista. Não provoca danos a terceiros ou à natureza. Ao contrário, sua finalidade é a proteção da fauna silvestre.

Dessa forma, suas atividades, desenvolvidas ao longo dos anos, devem ser estimuladas, para que continue sua dedicada tarefa de proteção e preservação da fauna silvestre brasileira.

O ilustre Procurador da República Dr. João Francisco da Motta, em parecer exarado nos autos do Mandado de Segurança n° 2003.38.00.022113-6, muito bem esclareceu a questão, que adoto:

"6. Temos que a questão deva ser analisada à luz de princípios. A preservação da fauna está prevista na CR/1998, em seu art. 23, VII, como de competência comum da União, dos Estados da Federação, do Distrito Federal e dos Municípios. Todavia, o particular também pode fazê-lo, conforme se depreende do art. 225 da CR/1988, eis que interessa à sociedade tal preservação - este é o 'princípio da participação', de que fala Celso Antônio Pacheco Fiorillo (...)".

7. Não são desconhecidos "a utilidade e os trabalhos que fazem os criadores particulares (ao menos a maioria), que muitas vezes despendem tempo, recursos financeiros e carinho aos animais (ou plantas ou outros componentes do meio-ambiente) em prol da conservação de referidos bens. No caso em análise, temos como provada a participação do Impetrante, como criador amadorista de passeriformes, nesta tarefa de conservação, bastante interessante à sociedade, que eventualmente poderá usufruir deste patrimônio, com visitas de escolares, biólogos, etc., a fim de se informarem, (decorrência do princípio da informação ambiental, segundo o Autor acima referido), dado ao enorme repertório de pássaros criados pelo Impetrante.

(...)

9. Assim, seria de pouca razoabilidade que não se concedesse ao Impetrante o direito de ser recadastrado na qualidade de criador amador conservacionista, pelo mero motivo de intempestividade, podendo colocar a perder todo um trabalho realizado, por ele, Impetrante."

Acerca da matéria, confiram-se os seguintes julgados:

"ADMINISTRATIVO E AMBIENTAL. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). INSTRUÇÃO NORMATIVA. RECADASTRAMENTO DE CRIADORES AMADORISTAS DE PASSERIFORMES. PRAZO. DESCUMPRIMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. LIMINAR. CONCESSÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRELIMINARES. REJEITADAS. DECISÃO MANTIDA.

1. Embora não tenha o impetrante observado o prazo estabelecido na Instrução Normativa n. 06/2002, do IBAMA, para o recadastramento perante o órgão, como criador amadorista de passeriformes, não fica inviabilizado o deferimento do pleito, desde que preenchidos os requisitos legais, sob pena de causar maior gravame do que o que se pretende evitar.

2. Liminar concedida que se confirma.

3. Agravo desprovido."

(TRF-1ª Região; AG 2005.01.00.064192-8/MG; Rel.: Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro; Sexta Turma, DJ de 02.05.2006; p. 100)

"ADMINISTRATIVO. IBAMA. MANDADO DE SEGURANÇA. APELAÇÃO DO IMPETRANTE DISSOCIADA DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA. NÃO-CONHECIMENTO. SENTENÇA CONDICIONAL. ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DA AUTORIDADE IMPETRADA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. PRELIMINARES REJEITADAS. DECADÊNCIA INEXISTENTE. RECADASTRAMENTO DE CRIADORES AMADORISTAS DE PASSERIFORMES. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 06/2002. FIXAÇÃO DE PRAZO. AUSÊNCIA DE RAZOABILIDADE NA RECUSA DO RECADASTRAMENTO.

(...)

7. Desde que o interessado tenha cumprido todas as outras exigências, não é devido ao IBAMA impedir o recadastramento de que trata a IN nº 06/2002, pelo simples fato de ter o criador deixado de praticar o ato no prazo fixado na norma reguladora. Precedentes do Tribunal.

8. Apelação do IBAMA e remessa oficial a que se nega provimento.

9. Apelação do Impetrante que não se conhece."

(TRF-1ª Região; AMS 2005.38.00.005649-7/MG; Rel.: Desembargador Federal Fagundes de Deus; Juiz Federal Vallisney de Souza Oliveira (Conv.); Quinta Turma; DJ de 07.04.2006; p. 42)

No entanto, é certo que o IBAMA deverá fiscalizar e verificar constantemente as condições em que são mantidas as criações, se dentro das prescrições legais e regulamentares.

Para a concessão da medida liminar em ação sumária especial de estrita cognição, Inarredável se mostra a concorrência simultânea dos pressupostos impostergáveis "in casu", previstos no art. 7°, II, da LMS, ou seja, a relevância dos motivos em que se assenta o pedido inicial e a possibilidade da ocorrência de lesão irreparável - ou de difícil reparação - ao direito do impetrante se somente vier a ser reconhecido na decisão de mérito - "fumus boni iuris" e "periculum in mora".

Nessa perspectiva, porque presentes os pressupostos elencados no inc. II, do art. 7°, da Lei Federal n° 1.533/51, hei por bem CONCEDER A LIMINAR, EM PARTE, para determinar à autoridade impetrada que realize o recadastramento do Impetrante na qualidade de criador amador conservacionista de passeriformes, desde que o motivo do indeferimento do Órgão seja somente o decurso do prazo estabelecido.

Do exposto, tenho que o *periculum in mora* se encontra a amparar não o agravante, mas o agravado, que poderá ser multado por uma atividade de preservação ambiental, a qual não foi impugnada pelo agravante, que, tão-somente, insurgiu-se contra a extemporaneidade do recadastramento.

Nego, pois, o efeito suspensivo pretendido.

Intime-se o agravado, para apresentar resposta. Dispensadas as informações.

Publique-se.

Brasília, 22 de março de 2007.

Juiz Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO

Relator (Convocado)

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2007.01.00.002667-8/DF

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
AGRAVANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	CARINA BELLINI CANCELLA
AGRAVADO	:	JOSE AFONSO PIRES FERREIRA JUNIOR
ADVOGADO	:	LUIS GUILHERME QUEIROZ VIVACQUA

D E C I S Ã O

Cuida-se de agravo de instrumento dirigido contra decisão proferida em mandado de segurança, que autorizou a posse de imóvel funcional ao agravado, até final julgamento da demanda, na qual entendeu o magistrado prolator que restaram violados princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

Alega a agravante que a manutenção do agravado no imóvel causará grave lesão à ordem pública, bem como este não preenche mais os requisitos para manter-se no bem, pelo que sua saída é imperiosa. Pede a concessão do efeito suspensivo.

Decido.

Não diviso presente, no caso dos autos, o perigo da demora invocado pela agravante, eis que, se o agravado rompeu o vínculo funcional que autorizava a permanência no imóvel em 20.08.1996, conforme atesta o documento à fl. 50, a longa inércia da Administração denota o seu desinteresse imediato ou iminente na retomada do bem.

Assim, não havendo possibilidade de que a decisão agravada lhe cause grave prejuízo, além dos que já suporta ao longo destes anos, não diviso presente razão suficiente para processar o agravo na sua modalidade de instrumento.

Posto isso, com apoio no inciso II do art. 527 do Código de Processo Civil, determino a conversão do agravo de instrumento em retido.

Remetam-se os autos ao juízo de primeiro grau.

Intime-se.

Publique-se.

Brasília, 14 de março de 2007.

Juiz Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO

Relator (Convocado)

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2007.01.00.002740-9/GO

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
AGRAVANTE	:	FERNANDO DE ARAUJO DAFICO
ADVOGADO	:	ALEXANDRE IUNES MACHADO E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO

D E C I S Ã O

Inconformado com a decisão que indeferiu a concessão de medida liminar em ação mandamental, para que fosse determinada, em processo administrativo disciplinar, a realização de prova pericial de engenharia, FERNANDO DE ARAÚJO DAFICO interpõe o presente agravo de instrumento, com pedido de antecipação da tutela recursal, visando à colheita da prova para identificar "a necessidade dos serviços executados, a conseqüente aquisição dos materiais utilizados, a verificação se os preços foram verossímeis e compatíveis com os de mercado e se foram corretos os critérios utilizados nas planilhas de cálculos anexadas ao relatório da Sindicância" (fl. 05).

Alega que a não-realização da perícia violará o princípio da ampla defesa e do contraditório, causando-lhe grave lesão, eis que o processo administrativo disciplinar terá curso, sem que se tenha obtido prova indispensável à sua defesa.

Decido.

A realização de prova pericial, na forma como postulado pelo agravante, entendo, não irá trazer aos autos qualquer esclarecimento ou informação nova, em relação às que já foram produzidas, posto que, "a necessidade dos serviços executados" está demonstrada com o interesse da Administração na realização do processo licitatório. Quanto à "verificação dos preços dos produtos adquiridos", as notas fiscais são documentos hábeis a oferecer os elementos necessários.

Ademais, como bem observado pela Administração (fl. 27), "no que se refere à verificação da consistência dos dados do relatório dos arquitetos, basta apenas análise dos dados apresentados no referido relatório bem como análise dos dados constantes no Relatório do Processo de Sindicância às fls. 875 a 926, principalmente dos seus anexos".

Ressalto, outrossim, que, quando ouvido perante a comissão de sindicância, o agravante declarou que não efetuou qualquer medição na obra, resumindo-se a assinar o documento que atestava a sua regularidade, fato com que, a meu sentir, faz ser irrelevante a realização de perícia para identificar a ausência de prejuízos à Administração.

Assim, à míngua da presença concomitante dos requisitos autorizadores, indefiro a antecipação da tutela recursal.

Dispensado o envio de informações pormenorizadas.

Intime-se a agravada, para, querendo, apresentar contraminuta.

Intime-se.

Brasília, 22 de março de 2007.

Juiz Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO

Relator (Convocado)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.002944-7/DF
Processo na Origem: 200434000444116

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
AGRAVANTE	:	ANDREA APARECIDA SARGI E OUTRO(A)
ADVOGADO	:	ANDERSON NAZARENO RODRIGUES
AGRAVADO	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto por Andréa Aparecida Sargi e Mary Jane Fernandes Marques contra decisão proferida pelo douto juízo da 15ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, que, nos autos de ação ajuizada Priscilla Yamasaki Moura de Souza e Outros, dentre os quais as agravantes, contra a União Federal, indeferiu o pedido de antecipação da tutela mandamental, ali formulado, no sentido de que lhes fosse assegurado o direito à nomeação para o cargo de Agente de Polícia Federal, a que se reporta o Edital nº 25/2004 - DGP/DF/Regional, sob o fundamento de que, em se tratando de candidatos cujo prosseguimento no concurso público se dera por força de decisão judicial, somente após o trânsito em julgado do referido decisum, seria possível a realização dos aludidos atos, limitando-se a determinar a reserva de vagas (fls. 1099/1102).

***

Em suas razões recursais, sustentam as agravantes, em resumo, que, por força de decisão judicial proferida nos autos de origem, em que se questiona a forma de avaliação física, a fim de que realizassem o teste estático de barras, e não a sua modalidade dinâmica, lograram aprovação na referida avaliação física, sendo matriculadas no curso de formação profissional relativo ao certame em referência, no qual também obtiveram aprovação, inclusive, com nova realização do aludido teste físico, agora, na modalidade prevista no edital (teste dinâmico), razão por que pleitearam, sem sucesso, perante o juízo monocrático, a tutela judicial, a fim de que fossem regularmente nomeadas e empossadas no cargo público para o qual foram aprovadas. Amparando-se, pois, em precedentes jurisprudenciais deste egrégio Tribunal, pedem a concessão de efeito suspensivo, para que lhes seja deferida a tutela almejada, na extensão em que fora formulada, até o pronunciamento definitivo da Turma julgadora (fls. 02/14).

Os presentes autos vieram-me distribuídos, por dependência, em face da prevenção gerada pela anterior distribuição do AG nº 2005.01.00.071025-4, em cujos autos proferi decisão, a que se reporta a peça de fls. 111/1113, em fotocópia.

***

Como visto, as autoras da demanda submeteram-se a novo teste de capacidade física, no exercício de barras, na sua modalidade estática, por força de decisão judicial liminarmente proferida nos autos de origem, por considerarem ilegítima a modalidade prevista no edital regulador do concurso público descrito na inicial, qual seja, a modalidade dinâmica.

Ocorre que, após serem aprovadas no novo teste realizado, participaram do curso de formação profissional, ocasião em que foram novamente submetidas a nova avaliação física, agora sob a modalidade prevista no edital do certame (teste de barras na modalidade dinâmica), logrando regular aprovação.

Posta a questão nestes termos, prospera a pretensão deduzida nos autos de origem, e no presente recurso, no sentido de que lhes seja asseguradas a nomeação e posse no cargo público para o qual foram regularmente aprovadas, na medida em que não mais subsiste o empecilho que lhes impedia o prosseguimento no mencionado concurso público, qual seja, eventual reprovação no teste de barras, na sua modalidade dinâmica, eis que, durante o curso de formação, obtiveram êxito na avaliação a que foram submetidas, no ponto.

Em sendo assim e não obstante o precedente jurisprudencial em que se amparou a decisão agravada, a jurisprudência deste egrégio Tribunal também já pacificou o entendimento, no sentido de que a aprovação em segunda prova de capacidade física, realizada por força de decisão judicial, e no curso de formação, no qual estão incluídos testes físicos mais abrangentes do que os realizados na etapa anterior do concurso, supre o insucesso original, conforme arestos arrolados na inicial.

***

Com estas considerações e tendo em vista que a tutela pretendida enquadra-se nas comportas revisoras do sobrealudido art. 558 do CPC, defiro o pedido de antecipação da tutela recursal, sob a rubrica de efeito suspensivo, para assegurar às autoras da demanda o direito à nomeação para o cargo público, descrito na inicial, observada a ordem de classificação por elas obtida, até o pronunciamento definitivo da Turma julgadora.

Oficie-se, com urgência, via FAX, para ciência e cumprimento desta decisão, ao Sr. Diretor-Geral do Departamento de Policial Federal, cientificando-se, também, ao juízo a quo.

Intime-se a União Federal, nos termos e para as finalidades do art. 527, V, do CPC.

Publique-se.

Brasília-DF., em 23 de março de 2007.

Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE

Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2007.01.00.002975-9/DF

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
AGRAVANTE	:	EDYR MARSICANO TELLES E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	DESIREE COSTA GOSSLING VALERIO E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:	MANOEL MOREIRA FILHO E OUTROS(AS)

D E C I S Ã O

O provimento liminar buscado pelos agravantes para que os depósitos efetuados em suas contas vinculadas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) fossem incorporados aos lá existentes, uma vez que estes foram "efetuados em ambientes separados" das contas, não necessita a concessão imediata do efeito suspensivo, podendo aguardar o julgamento do agravo de instrumento pela Turma.

Eventuais prejuízos causados aos titulares de contas vinculadas ao FGTS podem, facilmente, ser recompostos em forma pecuniária.

Indefiro, pois, a antecipação da tutela pretendida.

Dispensado o envio de informações pormenorizadas.

Intime-se a agravada, para, querendo, apresentar contraminuta.

Publique-se.

Brasília, 21 de março de 2007.

Juiz Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO

Relator (Convocado)

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2007.01.00.003600-7/DF

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
AGRAVANTE	:	DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL - DNPM
PROCURADOR	:	WILLIAN DE FARIA
AGRAVADO	:	HUDSON CARLOS LOPES DA COSTA
ADVOGADO	:	VALTER FERREIRA XAVIER FILHO' E OUTROS(AS)

D E C I S Ã O

Cuida-se de agravo de instrumento em que o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) pretende a reforma da decisão que determinou o cancelamento do decreto que nomeava o agravado para o cargo de Técnico Administrativo, em uma das vagas reservadas a deficientes físicos.

A decisão agravada, em um exame preliminar da controvérsia, amparada em precedente da lavra do ilustre Desembargador Federal João Batista Moreira, não merece ser reformada.

Na hipótese, está assim fundamentada (fls. 31-33):

Conforme se depreende do documento de fl. 39, o Departamento Nacional de Produção Mineral, em exame realizado no impetrante, atestou a "AUSÊNCIA VISUAL ESQUERDA DESDE O NASCIMENTO". Verifico, portanto, que a controvérsia gira em torno do fato de o portador de monovisão ter o direito de concorrer a vagas de concurso publico reservadas à deficientes físicos.

Com muita propriedade o i. Desembargador Federal JOÃO BATISTA MOREIRA, em seu voto condutor (AMS n° 1998.01.00.061913-2/DF, o qual adoto como fundamentação desta decisão, dispõe que:

"É razoável o ato da Administração que excluiu o impetrante da classe de deficiente, para efeito de reserva de vaga, condição em que, por possuir visão monocular, pretendeu participar do Curso de Formação para Auditor Fiscal do Tesouro Nacional, após, também na condição de deficiente, classificar-se na primeira etapa do concurso? Esta é a questão a ser decidida no presente mandado de segurança.

Na 1ª Turma, quando juiz-convocado, fui relator de semelhante processo de mandado de segurança, votando nos seguintes termos:

(...)

O ato foi praticado com base em parecer da Junta Médica Nacional do Ministério da Fazenda, segundo o qual portadores de visão monocular não são deficientes para efeito de concorrência à reserva de vagas e porque, conforme manifestação da Coordenadoria Nacional para Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência, deficiência visual é a perda ou redução de capacidade visual em ambos os olhos em caráter definitivo e que não possa ser melhorada ou corrigida com o uso de lentes a tratamento clínico ou cirúrgico.

O recorrente não tem, totalmente, a visão de um olho, tendo sido excluído da categoria de deficiente porque a visão do outro olho é perfeita.

Há que se estabelecer distinção entre a pessoa plenamente capaz, o deficiente e o inválido. O deficiente é o sub-normal, o meio-termo. É a pessoa que, não sendo totalmente capaz, não é, todavia, inválida, porque se for inválida nem poderá concorrer a cargo público.

Se assim não for considerado, estará criada uma contradição: exige-se que o deficiente, para ingressar no serviço público, tenha condições mínimas de desempenhar as atribuições do cargo, mas, ao mesmo tempo, equipara-se a deficiência à invalidez.

O objetivo do benefício da reserva de vaga é compensar as barreiras que tem o deficiente para disputar as oportunidades no mercado de trabalho. Não há dúvida de que uma pessoa que enxergue apenas de um olho tem dificuldades para estudar, barreiras psicológicas e restrições para o desempenho da maior parte das atividades laborais.

(...)"

Esse ponto de vista foi acolhido por unanimidade, mas senti certa vacilação, algum tempo depois, no instante em que trouxe outro processo em que o mesmo candidato pleiteava a nomeação. Aqui, fui vencido, porque os outros dois juízes entenderam que, ainda não transitada em julgado a primeira decisão, não se poderia nomear provisoriamente.

Continuo pensando, a partir da distinção entre o deficiente e o inválido, que a visão monocular é, sim, motivo bastante para o enquadramento de candidato a concurso público na classe de deficiente, para efeito de reserva de vaga. Pode não ser deficiência para outros fins, como a aposentadoria por invalidez, mas se fossem equiparadas as duas-situações estaria criada aquela contradição.

Não classifico a questão sequer como duvidosa, porque, se o fizesse teria por conseqüência, que manter o ato administrativo tendo em vista sua carga discricionária (no ato administrativo predominantemente discricionário, havendo dúvida sobre a adequação dos motivos ao objeto, deve-se prestigiar a opção administrativa)."

Assim, ausente a fumaça do bom direito, indefiro a concessão do efeito suspensivo.

Dispensado o envio de informações pormenorizadas.

Intime-se a agravada, para, querendo, apresentar contraminuta.

Publique-se.

Brasília, 22 de março de 2007.

Juiz Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO
Relator (Convocado)

RECURSO ESPECIAL - AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2007.01.00.003745-8/PA

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
AGRAVANTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
AGRAVADO	:	ADRIANA VIEITAS VALENTE
ADVOGADO	:	GERLANO ARAUJO PEREIRA DA COSTA

D E C I S Ã O

Cuida-se de agravo de instrumento interposto de decisão que, em mandado de segurança, determinou liminarmente a inclusão da agravada no Concurso Público para admissão ao Curso de Sargento da Aeronáutica, sem a observância do limite de idade do candidato.

A matéria já é de conhecimento da Turma, neste sentido:

ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. MILITAR. LIMITE DE IDADE. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 142, § 3º, X.
1. Não editada a lei referida no inciso X do § 3º do art. 142 da Constituição Federal, dispondo sobre o limite de idade para ingresso nas Forças Armadas, sem amparo legal se apresenta a limitação contida em instruções de concurso para ingresso no curso de formação de sargentos.
2. Caso, ademais, em que a pequena diferença de idade do impetrante em relação ao limite estabelecido não justifica sua exclusão do certame, já que em nada interferirá nas condições de higidez física e mental. Aplicação, à hipótese, dos princípios da legalidade e da razoabilidade.
3. Sentença confirmada.
4. Apelação e remessa oficial, tida por interposta, desprovidas.
(TRF da 1ª Região: AMS n. 2002.38.00.009225-2/MG - Relator Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro - DJ de 23.06.2003)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONCURSO PÚBLICO. LIMITE DE IDADE FIXADO POR ATO ADMINISTRATIVO. IMPOSSIBILIDADE.
1. Correta a decisão que concedeu liminar garantindo aos candidatos inscrição em concurso público de Admissão ao Curso de Formação de Sargentos do Exército Brasileiro, sem a observância do limite de idade imposto no edital, por entender que tal critério exige definição por lei e não apenas por ato administrativo.
2. Agravo a que se nega provimento.
(TRF da 1ª Região: Ag n. 2002.01.00.016278-1/MG - Relatora Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues - DJ de 12.12.2002)

Assim, mantendo o mesmo entendimento esposado pela Turma, nego o efeito suspensivo requerido.

Não divisando presente, com a manutenção da decisão agravada, lesão grave ou de difícil reparação à agravante, com apoio no inciso II do art. 527 do Código de Processo Civil, converto o agravo de instrumento em retido.

Remetam-se os autos ao juízo de primeiro grau.

Intime-se.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2007.

Juiz Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO
Relator (Convocado)

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2007.01.00.004442-2/MG

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
AGRAVANTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:	WALDIR ANGELO DE MENEZES E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	MARCILIO REZENDE DE MELO
ADVOGADO	:	MARIA IZABEL COSTA FLORES DE CARVALHO

D E C I S Ã O

Cuida-se de agravo de instrumento interposto pela Caixa Econômica Federal de decisão que homologou os cálculos ofertados pela perícia judicial.

Alega a agravante, reportando-se à impugnação que fez nos autos principais de execução de sentença, que a manutenção da decisão agravada causará enorme prejuízo ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Pede, assim, a concessão do efeito suspensivo.

Decido.

Em um exame preliminar da controvérsia, não diviso presente a fumaça do bom direito, considerando as seguintes razões expostas pela decisão agravada (fls. 12-13):

Analisando a manifestação da Caixa Econômica Federal (fls. 485/487) sobre o laudo de fls. 455/477, vejo que a empresa pública não possui razão em sua alegação sobre a não-incidência de juros de mora na restituição dos valores pagos a maior, constantes do Quadro II (fl. 468). Sem entrar no mérito sobre a correta taxa de juros aplicada, eis que tal ponto não foi impugnado, vejo que o comando transitado em julgado foi extremamente claro em determinar a aplicação dos juros legais. Transcrevo o seguinte trecho da sentença:

"Tais valores devem ser compensados e o crédito a favor do autor imputado no saldo devedor. A restituição seguirá a deteminação do art. 42, parágrafo único da Lei nº 8.078/90, porquanto não se trata de hipótese de engano justificável, que isentaria a ré do pagamento em dobro do que cobrou em excesso."

Por sua vez, a referida Lei nº 8.078/90 possui a seguinte redação em seu art. 42, parágrafo único:

Art. 42. Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça.

Parágrafo único. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.

Assim, é facilmente perceptível que o valor indevidamente pago deve ser devolvido com acréscimo de juros legais eis que determinado na decisão transitada em julgado. Logo, não está com razão a CEF ao defender o pagamento sem qualquer valor a título de juros. A alegação de que não cobra juros de mora sobre diferenças de prestação, nos termos do art. 23 da Lei n. 8.004/90, não se aplica ao caso, pois a matéria tratada é diferente, com diversa base legal.

Quanto à alegação sobre a incidência de juros contratuais, vejo que a CEF não menciona qual a taxa a ser aplicada, segundo seu entendimento. Ademais, vejo que foram aplicados os juros moratórios de 1%, conforme previsto no parágrafo único da norma citada pela CEF no item 1.19.2.

Nesse sentido, concluo que não possui razão a CEF em sua manifestação de fls. 485/487.

Assim, firme no mesmo entendimento, indefiro o efeito suspensivo pretendido.

Dispensado o envio de informações pormenorizadas.

Intime-se o agravado, para, querendo, apresentar contraminuta.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2007.

Juiz Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO
Relator (Convocado)

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2007.01.00.004446-7/MT

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
AGRAVANTE	:	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCURADOR	:	ANA DA SILVA CASTANHO MAX
AGRAVADO	:	ELI GOMES FONSECA
ADVOGADO	:	ODERLY MARIA FERREIRA LACERDA

D E C I S Ã O

Cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão proferida por juiz estadual não investido de jurisdição federal, onde se postula a concessão de efeito suspensivo para sobrestar a devolução de bem que foi apreendido em razão de fiscalização ambiental.

Não tendo sido a decisão proferida por juiz federal, não compete a este Tribunal o julgamento do recurso, pelo que determino a remessa dos autos à Justiça Estadual, para que o aprecie como entender de direito.

Intime-se.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2007.

Juiz Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO
Relator (Convocado)

RECURSO ESPECIAL - AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2007.01.00.004448-4/PA

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
AGRAVANTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:	LILIAN GLEYCE DE ARAUJO SILVA E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	VILTON LOPES PINTO
ADVOGADO	:	JESSILELIO SOARES GUIMARAES
AGRAVADO	:	PANIFICADORA DUQUE LTDA - ME E OUTRO(A)

D E C I S Ã O

Para o deferimento da antecipação da tutela recursal requerida pela agravante, objetivando ser solicitada a quebra do sigilo bancário dos executados, ou então, que sejam utilizadas as prerrogativas do convênio Bacen Jud, com o fito de localizar contas/aplicações, mister é a comprovação de que envidou todos os esforços possíveis na tentativa de localização de bens, e que os mesmos restaram infrutíferos.

Nesse sentido são os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. INDEFERIMENTO DA NOMEAÇÃO DE BENS FEITA PELO CREDOR, E DETERMINAÇÃO DE BLOQUEIO DE VALORES QUANTOS BASTEM À GARANTIA DA EXECUÇÃO. DESCABIMENTO.

1. Descabe ao Juiz indeferir nomeação de bens à penhora feita pelo credor, com a qual concordou o devedor, ao fundamento de pertencerem os bens a terceiro, determinando o bloqueio de valores em depósito bancário, sem antes oportunizar ao executado a manifestação de concordância do proprietário dos bens, prevista no art. 9º, IV, da Lei nº 6.830/80.
2. O bloqueio de importância em dinheiro, por meio do BACENJUD, é medida de caráter excepcional, devendo ser deferida quando somente não existirem outros bens a serem constritos.
3. Agravo de instrumento provido.
(Ag n. 2002.01.00.022728-2/MG - Relator Desembargador Federal Antônio Ezequiel da Silva - DJ de 01.04.2005, p. 94)

PROCESSUAL CIVIL -EXECUÇÃO FISCAL - BACENJUD - AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.
1-Esgotados os meios para a localização de bens do executado; observada a correlação entre o montante requestado e o valor da execução, bem assim respeitada a incolumidade das contas que pela origem e/ou finalidade dos depósitos não podem ser atingidas em constrição; garantida a viabilidade da atividade empresarial, são lícitos a requisição de informações junto a instituições financeiras sobre a existência de saldo e o bloqueio de valores, não implicando tais procedimentos quebra de sigilo nem onerosidade excessiva.
2- Se a adesão ao PAES torna prejudicado o agravo de instrumento, então faleceria à agravante, também, interesse para o agravo interno.
3-Agravo interno não provido.
5-Peças liberadas pelo Relator em 06/10/2004 para a publicação do acórdão.
(AgTAg n. 2003.01.00.008823-7/BA - Relator Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral - DJ de 22.10.2004, p. 119)

Não tendo a agravante carreado aos autos tais documentos, bem como, havendo dois veículos passíveis de penhora (fls. 35-36), não há razão plausível que justifique o processamento do agravo de instrumento, eis que ausente a possibilidade de risco de lesão grave ou de difícil reparação.

Assim, com apoio no inciso II do art. 527 do Código de Processo Civil, determino a conversão do feito em agravo retido.

Remetam-se os autos ao juízo de primeiro grau.

Intime-se.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2007.

Juiz Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO
Relator (Convocado)

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2007.01.00.004453-9/MG

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
AGRAVANTE	:	JOSE MARIA DE OLIVEIRA E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	CIRO MARCOS BERNARDO CEZARIO E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:	ADILSON CARLOS FARIA E OUTROS(AS)

D E C I S Ã O

José Maria de Oliveira e outros, inconformados com a decisão que não recebeu o recurso de apelação interposto da decisão interlocutória que não reconsiderou a decisão atacada por meio de agravo retido, interpõe o presente agravo de instrumento, postulando a concessão do efeito suspensivo e o recebimento do recurso, com a aplicação do princípio da fungibilidade recursal.

Decido.

O recurso não merece prosperar.

Postularam os autores a execução de honorários advocatícios, pedido que restou indeferido pela decisão à fl. 38.

Inconformados, fustigaram esta decisão por meio de agravo retido (fl. 39), tendo, no entanto, o ilustre juiz a quo, mantido a decisão agravada.

Contra esta manifestação interlocutória judicial, aviaram recurso de apelação que teve seu seguimento negado.

É este o objeto do agravo de instrumento.

Conforme disciplina o art. 523 do Código de Processo Civil, a parte que interpuser agravo retido, requererá, quando da interposição do recurso de apelação, o seu conhecimento pelo Tribunal, como matéria preliminar.

Já tendo transcorrida tal fase processual, vale dizer, estando os autos em execução de sentença para a recomposição dos saldos de contas vinculadas ao FGTS, o agravo retido que ataca a decisão que homologa Termo de Adesão não poderá ser apreciado pelo Tribunal em sede de preliminar de apelação.

Ademais, ainda que assim não o fosse, observo que, no agravo retido interposto, os ora agravantes requereram, expressamente, que "fique o presente recurso retido nos autos a fins de apreciação em recurso de apelação" (fl. 39).

Por fim, não se aplica ao caso o princípio da fungibilidade recursal, ante o erro grosseiro na interposição de recurso incabível, ainda que "tempestivo e de boa-fé".

Assim sendo, nego seguimento ao agravo, por inadmissível.

Intimem-se.

Brasília, 3 de abril de 2007.

Juiz Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO
Relator (Convocado)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.004481-0/MG
Processo na Origem: 200738000005107

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
AGRAVANTE	:	COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR - CNEN
PROCURADOR	:	HUGO MARCELINO DA SILVA
AGRAVADO	:	LINKDATA INFORMATICA E SERVICOS LTDA
ADVOGADO	:	CARLOS ROBERTO GUIMARAES MARCIAL E OUTROS(AS)

D E C I S Ã O

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto de decisão que deferiu a liminar postulada nos autos de mandado de segurança.

À fl. 166, indeferi o pedido de liminar.

Tendo sido revogada a r. decisão agravada pelo MM. Juízo de origem, o presente agravo de instrumento ficou prejudicado, por perda de objeto.

Em face do exposto, nego seguimento ao agravo, por estar prejudicado (CPC, art. 557, *caput*). Não havendo recurso, baixem os autos à instância de origem.

Intime-se.

Brasília-DF, 10 de abril de 2007.

Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2007.01.00.004731-1/MG

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
AGRAVANTE	:	ORLANDO MACHADO DA SILVEIRA E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	CIRO MARCOS BERNARDO CEZARIO E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:	ADALGISA PEREIRA MAYNARD CERQUEIRA E OUTROS(AS)

D E C I S Ã O

Cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que não recebeu o recurso de apelação interposto pelos agravantes, ante a falta de pagamento do preparo. Aduzem que postularam a concessão da gratuidade judiciária, mas que esta restou indeferida pelo magistrado "a quo".

No que interessa para o exame da questão, a decisão agravada possui a seguinte fundamentação (fls. 144-145):

Os embargantes pretendem a obtenção do benefício da justiça gratuita sem que demonstrem, via declaração exarada de próprio punho, que são desprovidos de recursos financeiros, conforme preleciona a legislação de regência.

O benefício da assistência judiciária gratuita está condicionado à simples afirmação, na própria petição inicial, de que o requerente não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família. Contudo, esta afirmação deve ser feita pelo próprio requerente ou por procurador com poderes especiais para este fim.

Com efeito, não constam nos autos declarações de pobreza firmadas pelos autores. Por outro lado, as procurações também não têm poderes específicos para requerer os benefícios da justiça gratuita.

Entendo, com a devida *venia* do ilustre prolator da decisão agravada, que assiste razão aos agravantes.

Na hipótese, é desnecessária a procuração com poderes específicos para que o patrono dos agravantes postule o benefício da assistência judiciária.

A jurisprudência, sobre o tema, professa o seguinte entendimento:

AGRAVO REGIMENTAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO LEGAL. ÔNUS DA PROVA.
- Para o benefício de assistência judiciária basta requerimento em que a parte afirme a sua pobreza, somente sendo afastada por prova inequívoca em contrário a cargo do impugnante. Precedentes.
(AgRg n. 509905/RJ - Relator Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS - DJ de 11.12.2006, p.352)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS. BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA. REQUERIMENTO. ADVOGADO. PODERES ESPECIAIS. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES. SÚMULA Nº 283/STF. INAPLICABILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
I - Os embargos de declaração devem atender aos seus requisitos, quais sejam, suprir omissão, contradição ou obscuridade, não havendo qualquer um desses pressupostos, rejeitam-se os mesmos.
II - Consoante entendimento deste Superior Tribunal de Justiça, o pedido de assistência judiciária gratuita pode estar embasada em declaração de pobreza firmada por advogado da parte com poderes para o foro em geral, sendo desnecessário poderes específicos. Precedentes.
(...)
(EDcl no AgRg no AgRg no Ag n. 715273/MG - Relator Ministro GILSON DIPP - DJ de 23.10.2006, p. 350)

Assim, presentes seus pressupostos autorizadores, antecipo a tutela recursal.

Comunique-se. Dispensado o envio de informações pormenorizadas.

Intime-se.

Publique-se.

Brasília, 29 de março de 2007.

Juiz Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO
Relator (Convocado)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.004956-9/DF
Processo na Origem: 200634000374196

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
AGRAVANTE	:	MARLENE AGUERA LOPES MORENO
ADVOGADO	:	WAGNER PETER KRAINER JOSE E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto por Marlene Aguera Lopes contra decisão proferida pelo douto juízo da 7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, que, nos autos da ação ajuizada por JALOTO TRANSPORTES LTDA e pela agravante contra o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT, onde se busca o pagamento de indenização, por danos morais e materiais em virtude de acidente automobilístico, indeferiu o pedido de antecipação da tutela ali formulado, no sentido de que fosse determinado o pagamento, em favor da agravante, de pensão mensal, no valor correspondente à média salarial do seu ex-marido (morto no acidente), relativamente aos 05 (cinco meses) últimos. Entendeu o juízo monocrático que o valor postulado pela agravante, se devido, dependeria de competente perícia técnica para fixação do seu quantum, a inviabilizar a sua concessão em sede liminar (fls. 122).

***

Em suas razões recursais, insiste a agravante na concessão da almejada antecipação da tutela, reiterando os fundamentos deduzidos perante o juízo monocrático, no sentido de que, não dispondo de qualquer qualificação profissional, dependia, única e exclusivamente, dos rendimentos auferidos pelo marido, para sua manutenção, razão por que, demonstrada a responsabilidade da autarquia recorrente pela ocorrência do acidente que lhe ceifou a vida, requer a concessão de efeito suspensivo, para que lhe seja deferida a tutela postulada, assegurando-se, assim, a sua manutenção, até o pronunciamento definitivo da Turma julgadora (fls. 02/09).

***

Não obstante os fundamentos em que se ampara a pretensão deduzida pela agravante, não vejo presentes, na espécie, os pressupostos do art. 558 do CPC, a autorizar a concessão da almejada antecipação da tutela recursal, na medida em que não conseguem infirmar as razões da decisão agravada, mormente em se tratando de postulação embasada em circunstância nitidamente fáticas, tanto na esfera da responsabilidade da autarquia recorrida como na fixação do montante pretendido e, ainda, na suposta ausência de outros rendimentos por parte da recorrente, a exigir a realização de dilação probatória, e, por isso, incompatível com as vias estreitas do agravo de instrumento.

***

Com estas considerações, indefiro o pedido de efeito suspensivo, formulado na inicial.

Intime-se o agravado, nos termos do art. 527, V, do CPC, abrindo-se vistas, após, à douta Procuradoria Regional da República, na forma regimental.

Brasília-DF., em 22 de março de 2007.

Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2007.01.00.005967-6/GO

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
AGRAVANTE	:	AMORA CAMELO VIANA LOPES E OUTRO(A)
ADVOGADO	:	LUCIANO GUIZILIN LOUZADA E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF

D E C I S Ã O

Indefiro a antecipação da tutela recursal, para que os agravantes tenham seus nomes retirados dos cadastros de inadimplentes, uma vez que não consta dos autos pedido de quitação, ainda que em valor unilateralmente calculado, da inadimplência do contrato.

No que tange às prestações vincendas, o valor que se pretende depositar, ou seja, R$ 45,36 (fl. 45) é irrisório, quando comparado com o que atualmente vem sendo cobrado pelo agente financeiro (R$ 338,96 - fl. 75).

Dito isso, vê-se que a fundamentação dos agravantes não goza do amparo da fumaça do bom direito, pelo que indefiro a antecipação da tutela recursal.

Dispensado o envio de informações pormenorizadas.

Intime-se a agravada para, querendo, apresentar contraminuta.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2007.

Juiz Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO
Relator (Convocado)

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2007.01.00.006004-3/DF

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
AGRAVANTE	:	SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO
ADVOGADO	:	SAMUEL BARROS E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	ANTONIO CARLOS GOES CAVALCANTI FILHO
ADVOGADO	:	WESLEY RICARDO BENTO DA SILVA E OUTROS(AS)

D E C I S Ã O

Insurge-se o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) contra decisão que, em ação ordinária com pedido de antecipação da tutela, deferiu medida liminar, para que fosse recebida a documentação apresentada pelo candidato, como comprovante de conclusão de curso de especialização, bem como fosse nomeado e empossado, caso preenchidos os demais requisitos.

Alega o agravante que o diploma apresentado não foi fornecido por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação, fato que constitui a ausência de validade de seu diploma, para fins de comprovação do cumprimento do requisito exigido pelo edital.

Decido.

Com razão o agravante quando, ao oferecer os esclarecimentos ao agravado, assim asseverou (fl. 72):

(...) a exigência do curso de especialização disposta no item 2 do Edital é de apresentação de certificado de curso de pós-graduação, oferecido por instituição de nível superior ou por instituições especialmente credenciadas para atuarem nesse nível educacional. Em razão disso, esta Empresa realizou uma consulta acerca do credenciamento do Instituto de Tecnologia em Informática - ITECI no MEC. Não obtendo êxito, realizamos diligências junto ao ITECI a fim de elucidarmos a questão ora tratada e assim resguardamos os direitos da Empresa e cumprimos com o estabelecido no Edital que regulamenta o certame. Abaixo, destacamos as informações que nos foram repassadas pelo ITECI:

1º - O instituto de Tecnologia em Informática - ITECI não é uma instituição de ensino superior;

2º - Os cursos oferecidos são cursos técnicos de informática, razão pela qual o Instituto de Tecnologia em Informática - ITECI não possui credenciamento junto ao MEC;

3º - O Curso de Especialização em Engenharia em Software (EES) não se trata de curso de pós-graduação. Era oferecido pelo Instituto de Tecnologia em Informática - ITECI sem nenhuma parceria com instituição de ensino superior e, para realizá-lo o candidato não precisava comprovar a conclusão em curso superior.

Ora, o curso de especialização, em verdade pós-graduação *lato sensu*, conforme a legislação de regência, para que possa ser reconhecido, necessita ser ministrado por entidade reconhecida pelo Ministério da Educação, ou, de outra sorte, não representa mais do que um simples evento de capacitação, ainda que tenha 360 horas.

Do exposto, concedo o efeito suspensivo requerido, cassando a liminar que determinava a nomeação e posse do agravado.

Comunique-se.

Dispensado o envio de informações pormenorizadas.

Intime-se o agravado, para, querendo, apresentar contraminuta.

Publique-se.

Brasília, 21 de março de 2007.

Juiz Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO
Relator (Convocado)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.006245-1/RR
Processo na Origem: 200642000011980

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
AGRAVANTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
AGRAVADO	:	LUCIANO RIBEIRO DA CUNHA FILHO

D E C I S Ã O

A despeito do quanto alegado às fls. 16-31, é certo que é obrigação da parte agravante instruir o agravo com as peças obrigatórias indicadas no art. 525 do CPC, sob pena de negativa de seguimento do recurso. A sua juntada extemporânea não supre a falha detectada.

Assim postos os fatos, indefiro o pedido de reconsideração de fls. 16-31. Não havendo recurso, cumpra-se a parte final da decisão de fl. 13.

Intime-se.

Brasília-DF, 9 de abril de 2007.

Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2007.01.00.006449-0/DF

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
AGRAVANTE	:	AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - ANVISA
PROCURADOR	:	GERALDO MOURA
AGRAVADO	:	JULIO CEZAR DE ANDRADE DE SOUZA
ADVOGADO	:	AROLDO OLIVEIRA DE SOUZA JUNIOR

D E C I S Ã O

Não conheço do agravo de instrumento, porque a petição de interposição do recurso é apócrifa.

Nesse sentido é o magistério jurisprudencial:

PROCESSO CIVIL - PRECATÓRIO COMPLEMENTAR - JUROS COMPENSATÓRIOS NOS CÁLCULOS DE ATUALIZAÇÃO - PRECEDENTES DESTE TRIBUNAL - FALTA DE ASSINATURA DO PATRONO - AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. No caso, o agravo de instrumento foi protocolizado neste Tribunal sem a devida assinatura do patrono dos recorrentes.

2. Sendo assim, não há como se conhecer do recurso apresentado, eis que padece de inarredável requisito processual. A petição, na hipótese, é inexistente, à míngua de assinatura do advogado. Precedentes jurisprudenciais.

3. Agravo não conhecido.

(TRF da 1ª Região: Ag n. 2002.01.00.011310-3/MG - Relator Juiz Federal Ricardo Machado Rabelo (Convocado) - DJ de 07.05.05.2004)

PROCESSUAL CIVIL. ACÓRDÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS SEM A ASSINATURA DO SEU SUBSCRITOR. EMBARGOS NÃO CONHECIDOS.

1. Considerando que a assinatura é requisito de existência do recurso, não se conhece de embargos de declaração opostos sem a assinatura de sua subscritora.

2. Ademais, são intempestivos os embargos de declaração.

3. Embargos de declaração não conhecidos.

(TRF da 1ª Região: EDAMS n. 2000.34.00.040505-2/DF - Relator Juiz Federal Antonio Cláudio Macedo da Silva (Convocado) - DJ de 10.02.2004)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE ASSINATURA. RECURSO INEXISTENTE.

1. É inexistente o agravo de instrumento interposto sem a assinatura de advogado. Precedentes.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(TRF da 1ª Região: Ag n 2001.01.00.026757-7/DF - Relator Desembargador Federal Carlos Olavo - DJ de 26.09.2003)

Intime-se.

Publique-se.

Baixem-se os autos, oportunamente.

Brasília, 29 de março de 2007.

Juiz Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO
Relator (Convocado)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.006649-3/MG
Processo na Origem: 9101004549

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
AGRAVANTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
AGRAVADO	:	ALBERTO NACIF
ADVOGADO	:	JOAO BATISTA SILVEIRA BASTOS

Intime-se o agravado, nos termos e para as finalidades do art. 527, V, do CPC.

Oficie-se ao juízo a quo, solicitando as informações necessárias à instrução do presente agravo, no decêndio legal.

Publique-se.

Brasília-DF., em 22 de março de 2007.

Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.006735-8/RO
Processo na Origem: 200641000041209

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
AGRAVANTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:	MELISSA DOS SANTOS PINHEIRO E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	JOIANDRO OLIVEIRA DEODATO
ADVOGADO	:	MARIA CLARA DO CARMO GOES

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto pela Caixa Econômica Federal contra decisão do Juízo da 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, que, nos autos do mandado de segurança impetrado por Joiandro Oliveira Deodato, ora agravado, contra ato do Sr. Gerente de Atendimento e Gerente-Geral da Caixa Econômica Federa, em Porto Velho/RO, recebeu, somente no efeito devolutivo, o recurso de apelação por ela interposto contra a sentença proferida nos aludidos autos, concedendo a ordem mandamental ali buscada, para assegurar ao impetrante o direito ao aditamento do contrato de financiamento estudantil nº 32.0632.185.0005301-40, relativamente ao segundo semestre do ano de 2006, independentemente da restrição cadastral em relação ao cônjuge do fiador (fls. 91).

Em suas razões recursais, sustenta a agravante, em resumo, que o recebimento, apenas no efeito devolutivo, do recurso de apelação que interpôs implica no imediato cumprimento da sentença recorrida, antes mesmo do pronunciamento da Corte Revisora sobre a matéria, resultando daí prejuízos irreversíveis, na medida em que estaria obrigada a contratar com o impetrante, em desacordo com a legislação de regência, que exige a regularidade cadastral do fiador e de seu cônjuge. Requer, a concessão da antecipação da tutela recursal, até o pronunciamento definitivo da Turma julgadora (fls. 02/11).

***

Em se tratando de ordem mandamental, a execução deve se operar de imediato, a teor do que dispõe o art. 12, parágrafo único, da Lei nº 1.533/51, devendo a apelação interposta contra a sentença que a concedeu ser recebida, tão-somente, no seu efeito devolutivo, nos termos do aludido dispositivo legal.

***

Com estas considerações, indefiro o pedido de efeito suspensivo formulado na inicial.

Intime-se o agravado, nos termos e para as finalidades do art. 527, V, do CPC, abrindo-se vista, após, à douta Procuradoria Regional da República, pelo prazo legal.

A certidão cartorária de fls. 92, noticiando a ausência da certidão de intimação da decisão agravada, encontra-se manifestamente equivocada, em face da peça de fls. 91, devendo a Secretaria torná-la sem nenhum efeito.

Publique-se.

Brasília-DF., em 02 de março de 2007.

Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE
Relator.

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2007.01.00.006866-1/MG

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
AGRAVANTE	:	DERMEVALDO PEREIRA DOS SANTOS E OUTRO(A)
ADVOGADO	:	FORTUNATO KENNEDY DUARTE
AGRAVANTE	:	ASSOCIACAO DOS GARIMPEIROS MANUAIS DE FRANCISCO SA
AGRAVADO	:	MINISTERIO PUBLICO FEDERAL

D E C I S Ã O

Observo, inicialmente, que o procurador que assina as razões do agravo de instrumento não possui poderes para postular direito em nome da Associação dos Garimpeiros Manuais de Francisco de Sá.

Assim, não conheço do agravo de instrumento com relação a esse agravante.

No que concerne aos demais, Demervaldo Pereira dos Santos e Edson Marques Cavalcanti, nego seguimento ao agravo de instrumento, ante a sua manifesta intempestividade.

Na hipótese, a decisão agravada foi publicada no dia 1º.02.2007 (fl. 82) e, no dia 05.02.2007, os agravantes, à fl. 84, postularam a juntada do substabelecimento e a retirada do cartório, para exercitarem seu direito à ampla defesa e ao contraditório.

Ausente qualquer outro documento que indique a real ciência da liminar deferida, objeto da impugnação do agravo de instrumento, tem-se o dia 05.02.2007 como o marco inicial para a interposição do agravo de instrumento, uma vez que demonstra a ciência inequívoca dos agravantes acerca da existência da demanda proposta contra eles.

Assim, tendo sido o recurso interposto somente no dia 26.02.2007, ou seja, em prazo superior ao facultado pela legislação, nego seguimento ao agravo de instrumento ante a sua manifesta intempestividade.

Intime-se.

Publique-se.

Brasília, 27 de março de 2007.

Juiz Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO
Relator (Convocado)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.007055-1/DF
Processo na Origem: 200634000139193

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
AGRAVANTE	:	PAULO SILVA DOS SANTOS
ADVOGADO	:	DARCI JOSE ROCKENBACH
AGRAVADO	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS

A certidão cartorária de fls. 12, noticiando a ausência de traslado da decisão agravada e da respectiva certidão de intimação, encontra-se manifestamente equivocada, em face da peça de fls. 07, devendo a Secretaria torná-la sem nenhum efeito.

Oficie-se ao juízo a quo, solicitando as informações necessárias à instrução do presente feito, no decêndio legal.

Intime-se a agravada, nos termos e para as finalidades do art. 527, V, do CPC.

Publique-se.

Brasília-DF., em 02 de março de 2007.

Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE
Relator.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.007415-8/MG
Processo na Origem: 200738000045738

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
AGRAVANTE	:	JULIANO DE MAGALHAES CAVALCANTI DINELLI LOPES
ADVOGADO	:	SEBASTIAO DINELLI LOPES
AGRAVADO	:	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
PROCURADOR	:	HUGO MARCELINO DA SILVA

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto contra decisão proferida pelo douto juízo da 13ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, que, nos autos da ação ordinária ajuizada por Juliano de Magalhães Cavalcanti Dinelli Lopes, ora agravante, contra a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, indeferiu o pedido de antecipação da tutela mandamental ali formulado, no sentido de que lhe fosse assegurado o direito à matrícula no curso de graduação de piano da faculdade de música daquela instituição de ensino, lavrada nestes termos:

"Trata-se de ação ordinária com pedido de antecipação de tutela, proposta por JULIANO DE MAGALHÃES CAVALCANTI DINELLI LOPES em face da UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, objetivando, em síntese, que lhe seja garantido o direito de efetuar matrícula na faculdade de música, no curso de graduação de piano.

Alega o autor que prestou exames para o vestibular/2007 visando à aprovação no curso de piano, tendo obtido resultado positivo na primeira etapa em todas as provas realizadas. Todavia, quando da realização da 2ª etapa, diz que também obteve notas suficientes para a sua classificação, exceto na prova prática de piano, tendo óbito nota 9 (nove), que causou a sua eliminação no referido concurso, posto que, em consonância com o edital, deveria ter obtido 10 (dez) como nota mínima. Afirma que tal pontuação não se justifica, uma vez que foram as peças musicais executadas com correção e em sua totalidade, como se pode verificar através da gravação audiovisual realizada quando da prova prática musical. Insurge-se contra os critérios aplicados pela ré, que deverão ser revistos e reavaliados por perícia.

Acrescenta que o edital previa 3 (três) vagas para o curso de piano e 2 (duas) de remanejamento, bem como que foram classificados 4 (quatro) candidatos, sendo usada uma das vagas de remanejamento, restando, ainda, uma vaga. Argumenta que a intenção adjacente da banca examinadora ao eliminá-Io era direcionar a segunda vaga de remanejamento para outro instrumento musical, tirando-lhe a oportunidade de usar a referida vaga.

Pretende, portanto, a concessão de tutela antecipada para que seja determinado à ré que providencie, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, independentemente de qualquer outro procedimento burocrático, a sua matricula na faculdade de música, no curso de graduação em piano, permitindo sua regular freqüência no respectivo curso, como também a manutenção da fita de audio-visual para fins de futura perícia.

É a questão. Decido.

O deferimento da antecipação dos efeitos da tutela subordina-se à satisfação dos requisitos disciplinados no art. 273 do Código de Processo Civil, a saber, a prova inequívoca da verossimilhança da alegação e o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.

No caso sob espeque, não vislumbro como prosperar a tese defendida pelo autor no que concerne ao pedido de efetivação de sua matrícula.

Cediço que o autor foi aprovado na primeira fase do concurso promovido pela ré, bem como que foi eliminado na segunda fase, por ter atingido nota 9 (nove) na prova prática de piano, inferior à mínima permitida para a sua aprovação.

Consigne-se que a instituição de ensino superior e o candidato encontram-se vinculados aos termos do edital do vestibular em tela, que, como se sabe, faz lei entre as partes. Na hipótese dos autos, o item V1.8. do edital estabelece que "Estará eliminado o candidato que não obtiver, pelo menos, 10 (dez) pontos em cada uma das provas da 2ª etapa" (fI. 34).

A alegação de que os critérios de avaliação aplicados pela ré foram injustos, bem como que haveria uma "intenção" adjacente da banca examinadora na eliminação do autor, qual seja, a de direcionar a segunda vaga de remanejamento para o curso de outro instrumento musical, não se encontra acompanhada de qualquer prova hábil a justificar o deferimento da antecipação de tutela pretendida. Outrossim, tal alegação não implica em afirmar que o candidato deve ser considerado aprovado na prova prática de piano.

Nesse contexto, a decisão administrativa que eliminou o candidato permanece intocável, já que revestida de legalidade. De tal modo, não há como acolher a pretensão do autor, porquanto não pode o Poder Judiciário substituir a banca examinadora no mister que lhe é próprio, de dar cumprimento ao edita!.

Portanto, não se configura, prima facie, a existência da prova inequívoca da verossimilhança das alegações do autor quanto ao primeiro pedido, pelo que deve ser refutada a antecipação de tutela pretendida, conquanto presente o receio de dano irreparável ou de difícil reparação, consubstanciado na urgência de efetuar a sua matrícula no curso de piano da faculdade de música, que permitiria a sua freqüência nas aulas desse primeiro semestre, as quais, segundo afirma, terão início no mês de março.

No que se refere ao pedido de manutenção da fita audiovisual que contém a prova prática de música prestada pelo autor, merece prosperar o pedido, revestido de natureza cautelar.

Por esses fundamentos, defiro parcialmente o pedido de tutela antecipada apenas para determinar à Universidade Federal de Minas Gerais que mantenha sob sua guarda a fita de audiovisual referente à apresentação do autor quando da realização da prova prática, corresponde à segunda etapa do concurso vestibular/2007, até determinação judicial em sentido contrário.

Cite-se a Universidade Federal de Minas Gerais para, querendo, contestar o feito, no prazo legal.

Defiro ao autor os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos da Lei n. 1.060/50. Anote-se e registre-se.

Intime-se o autor para que apresente documento de identificação pessoal, no prazo de 05 (cinco) dias.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cite-se" (fls.56/58).

***

Em suas razões recursais, insiste o agravante na concessão da almejada antecipação da tutela, reiterando os mesmos fundamentos já deduzidos perante o juízo monocrático, destacando que não teve acesso aos critérios utilizados pela banca examinadora que culminaram na pontuação inferior àquela que entende ser a correta, em relação à prova prática de piano, razão por que requer a concessão de efeito suspensivo, a fim de que lhe seja assegurada a matrícula no referido curso, até a realização da competente prova pericial, evitando-se, assim, o remanejamento da vaga existente para outro candidato (fls. 02/13).

***

***

Não obstante as razões deduzidas pelo agravante em sua peça vestibular, não vejo presentes, na espécie, os pressupostos do art. 558, do CPC, a autorizar a concessão da almejada antecipação da tutela recursal, na extensão em que fora formulada, na medida em que não conseguem infirmar as razões em que se amparou a decisão agravada, mormente em se tratando de pretensão, cuja natureza, além de se afigurar eminentemente fática, a exigir dilação probatória, possui caráter nitidamente satisfativo e, por isso, incompatível com a tutela cautelar do agravo, manifestada nas letras e no espírito do referido art. 558 do CPC.

De outra banda, no exercício do poder geral de cautela, a reserva da vaga postulada pelo candidato, ora agravante, é medida que se impõe, a fim de assegurar o resultado útil do julgamento do feito, em caso de procedência da demanda ali instaurada.

***

Com estas considerações, indefiro o pedido de efeito suspensivo formulado na inicial.

Determino, contudo, a reserva da vaga postulada pelo autor da demanda, no curso de graduação de piano, junto à Faculdade de Música da Universidade Federal de Minas Gerais.

Oficie-se, com urgência, via FAX, ao Sr. Reitor da referida instituição de ensino, para fins de ciência e cumprimento desta decisão.

Intime-se a agravada, nos termos e para as finalidades do art. 558, V, do CPC.

Publique-se.

Brasília-DF., em 09 de março de 2007.

Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2007.01.00.007464-8/MG

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
AGRAVANTE	:	JOAO APARECIDO COSTA E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	JOSE ALVES DA SILVA E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:	ADALGISA PEREIRA MAYNARD CERQUEIRA E OUTROS(AS)

D E C I S Ã O

Cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que rejeitou os embargos de declaração interposto pelos agravantes, ante a falta de pagamento do preparo. Aduzem que postularam a concessão da gratuidade judiciária, mas que esta restou indeferida pelo magistrado "a quo".

Entendo, com a devida *venia* do ilustre prolator da decisão agravada, que assiste razão aos agravantes.

Na hipótese, é desnecessária a procuração com poderes específicos para que o patrono dos agravantes postule o benefício da assistência judiciária.

A jurisprudência, sobre o tema, professa o seguinte entendimento:

AGRAVO REGIMENTAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO LEGAL. ÔNUS DA PROVA.

- Para o benefício de assistência judiciária basta requerimento em que a parte afirme a sua pobreza, somente sendo afastada por prova inequívoca em contrário a cargo do impugnante. Precedentes.
(AgRg n. 509905/RJ - Relator Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS - DJ de 11.12.2006, p.352)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS. BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA. REQUERIMENTO. ADVOGADO. PODERES ESPECIAIS. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES. SÚMULA Nº 283/STF. INAPLICABILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

I - Os embargos de declaração devem atender aos seus requisitos, quais sejam, suprir omissão, contradição ou obscuridade, não havendo qualquer um desses pressupostos, rejeitam-se os mesmos.

II - Consoante entendimento deste Superior Tribunal de Justiça, o pedido de assistência judiciária gratuita pode estar embasada em declaração de pobreza firmada por advogado da parte com poderes para o foro em geral, sendo desnecessário poderes específicos. Precedentes.

(...)
(EDcl no AgRg no AgRg no Ag n. 715273/MG - Relator Ministro GILSON DIPP - DJ de 23.10.2006, p. 350)

Assim, presentes seus pressupostos autorizadores, antecipo a tutela recursal.

Comunique-se. Dispensado o envio de informações pormenorizadas.

Intime-se.

Publique-se.

Brasília, 29 de março de 2007.

Juiz Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO
Relator (Convocado)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.007994-5/GO
Processo na Origem: 199935000060870

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
AGRAVANTE	:	MARCELO BORGES DOS SANTOS E CONJUGE
ADVOGADO	:	ALESSANDRA REIS E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	SASSE - COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS
AGRAVADO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:	CLEIDE STELLA DE JESUS COSTA PINTO BORGES E OUTROS(AS)

D E S P A C H O

A despeito da comprovação do pagamento do preparo do agravo (fl. 106), os Agravantes não cuidaram de suprir a falha na formação do instrumento, com cópia autêntica da competente certidão de intimação da decisão agravada faltante.

Certifique-se o trânsito em julgado da decisão de fl. 103. Após, baixem os autos à instância de origem.

Intime-se.

Brasília, 9 de abril de 2007.

Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.008000-0/AP
Processo na Origem: 200731000000617

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
AGRAVANTE	:	JOSE ADAUTO TEIXEIRA RODRIGUES
ADVOGADO	:	MARCIO FERREIRA DA SILVA E OUTRO(A)
AGRAVADO	:	CARLA PATRICIA RIBEIRO NOBRE
ADVOGADO	:	JOANA DARC DOS SANTOS ALFAIA

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto contra decisão proferida pelo douto Juízo da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Amapá, que, nos autos do mandado de segurança impetrado por Carla Patrícia Ribeiro Nobre contra ato do Sr. Diretor do Instituto de Ensino Superior do Amapá - IESAP, deferiu o pedido de antecipação da ordem mandamental ali formulado, assegurando à impetrante o direito à expedição do certificado de conclusão do Curso de Especialização em Língua Portuguesa (fls. 218/220).

***

Da leitura da peça recursal, verifica-se que o presente recurso foi interposto pelo Sr. José Adauto Teixeira Rodrigues - Diretor Geral do Instituto de Ensino Superior do Amapá - IESAP.

Não vejo, pois, como emprestar curso ao presente agravo, em face da manifesta ilegitimidade ativa do recorrente.

Com efeito, legitimado estaria, aqui, para recorrer contra a decisão agravada, a pessoa jurídica - Instituto de Ensino Superior do Amapá - IESAP - e não o seu Drietor-Geral, como no caso, apontado, nos autos de origem, como autoridade impetrada.

Em casos assim, este egrégio Tribunal vem decidindo, nestas letras:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. AUTORIDADE IMPETRADA. ILEGITIMIDADE PARA INTERPOR RECURSO. CONCURSO PÚBLICO. COMPOSIÇÃO DE BANCA EXAMINADORA ALTERADA EXTEMPORANEAMENTE. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE. ANULAÇÃO DO CERTAME.

I - A autoridade coatora, apesar de figurar no pólo passivo da relação processual, não possui legitimidade para recorrer, competindo-lhe, somente, prestar informações no prazo legal e cumprir o que for determinado na liminar ou na sentença. A legitimidade recursal é da pessoa jurídica de direito público interessada, pois é ela quem suportará os efeitos patrimoniais da decisão final. Precedentes deste egrégio Tribunal e do colendo Superior Tribunal de Justiça.

II - A alteração da composição de Banca Examinadora na mesma data designada para realização de Concurso Público para o qual foi constituída afigura-se inconstitucional, por violação aos princípios da publicidade e do devido processo legal, espelhada na extemporaneidade da medida, conduzindo à anulação do certame.

III - Apelação interposta pela autoridade impetrada não conhecida. Apelação do litisconsorte passivo e remessa oficial desprovida. Sentença confirmada."

(AMS nº 2000.33.00.007718-2/BA - Rel. Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE - Sexta Turma - Unânime - DJU de 09/10/2002 - p. 91).

Nesse mesmo sentido, confiram-se, inter plures, os julgados proferidos na AMS 2000.01.00.072394-8/BA (Rel. Desembargador Federal JIRAIR ARAM MEGUERIAN - Segunda Turma - Unânime - DJU de 31/05/2001 - p. 196), no AG 1999.01.00.007154-7/BA (Rel. Desembargador Federal OLINDO MENEZES - Terceira Turma - Unânime - DJU de 31/03/2000 - p. 1390), na AMS 2000.01.00.139628-7 (Rel Juiz I'talo Mendes - 4ª Turma - Unânime - DJU de 26/1/2001 - p. 194).

De igual forma, é o entendimento jurisprudencial do colendo Superior Tribunal de Justiça, nestas letras:

"PROCESSO CIVIL - RECURSO ESPECIAL - EMBARGOS - EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM MANDADO DE SEGURANÇA - LEGITIMIDADE RECURSAL DA AUTORIDADE COATORA - ART. 56, DA LEI Nº 5.010/66 - NÃO APRECIAÇÃO PELA CORTE DE ORIGEM - SÚMULA 221/STJ - IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO - DISSÍDIO PRETORIANO COMPROVADO, PORÉM INEXISTENTE.

1. Não cabe Recurso Especial se, apesar de provocado em sede de embargos declaratórios, o Tribunal a quo não apreciou a matéria, no caso, suposta violação ao art. 56, da Lei nº 5.010/66. Para o conhecimento deste recurso, necessário seria os recorrentes interpô-lo alegando ofensa, também, ao art. 535, do Estatuto Processual Civil. Aplicação da Súmula 211, desta Corte.

2. Precedentes (RESp nºs 70.644/RJ e 176.416/PR; AG nºs 95.882/PR e 64.527/MA).

3. Divergência jurisprudencial comprovada (art. 255 e parágs., do RISTJ), com a ocorrência do confronto e a menção, em repositório oficial (RTFR 139, os. 317/322), do paradigma, levando ao conhecimento do recurso e à apreciação do dissídio.

4. A autoridade coatora, apesar de ser parte no Mandado de Segurança, figurando no pólo passivo da relação processual, não possui legitimidade para recorrer, devendo, somente, prestar informações no prazo de 10 (dez) dias e cumprir o que for determinado na liminar ou sentença. A legitimidade recursal é da pessoa jurídica de direito público interessada, pois é ela quem suportará os efeitos patrimoniais da decisão final.

5. Precedentes do Supremo Tribunal Federal nos RE nºs 97.282/PA e 105.731/RO e deste Superior Tribunal de Justiça nos Resp nºs 133.083/CE; 86.030/AM e na PET n° 321/BA.

6. Recurso conhecido, apenas pela divergência e, nestes aspecto, desprovido.

(Resp. 171.514/MG - Rel. Min. Jorge Scartezzini - Quinta Turma/STJ - Unânime - DJU de 13/06/2000 - p. 98).

***

Com estas considerações, não conheço do presente agravo, negando-lhe seguimento, por ilegitimidade ativa, e, por isso, inadmissível (CPC, art. 557, caput - RITRF/1ª Região, art. 30, XXV).

Baixem-se os presentes autos, oportunamente, à instância de origem, com as anotações de estilo.

Publique-se.

Brasília-DF., em 26 de março de 2007.

Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.008004-5/BA
Processo na Origem: 200633000000395

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
AGRAVANTE	:	MARIANA PEREIRA SAO JOSE
ADVOGADO	:	ARIVALDO AMANCIO DOS SANTOS E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS

Reserva-se a apreciação do pedido de efeito suspensivo formulado na inicial, após as informações do juízo a quo, no decêndio legal.

Publique-se.

Brasília-DF, em 12 de março de 2007.

Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2007.01.00.008250-8/DF

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
AGRAVANTE	:	TIAGO FILIZZOLA HORTA
ADVOGADO	:	LEONARDO BRAGANCA DE MATOS E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN
ADVOGADO	:	MILTON ZANINA SCHELB
AGRAVADO	:	FUNDACAO CARLOS CHAGAS

D E C I S Ã O

Ao que se vê dos autos, pretende o agravante a concessão do efeito suspensivo, a fim de que não seja obrigado a citar os demais litisconsortes passivos necessários para integrarem o mandado de segurança, no qual objetiva que lhe sejam atribuídos pontos referentes ao curso de *Master Business Administration (MBA)* que freqüentou.

Alega que não possui meios de promover a citação de todos os litisconsortes, e que os demais candidatos possuem mera expectativa de direito, daí a desnecessidade de sua citação.

Decido.

Não diviso presente, na hipótese dos autos, a fumaça do bom direito.

No ponto, a decisão agravada utilizou-se da seguinte fundamentação (fl. 125):

Considerando o caráter unicamente classificatório da prova de títulos, eventual acolhimento da pretensão do Impetrante, com a atribuição de pontos ao título por ele apresentado, resultará alteração na classificação dos demais candidatos do concurso, com repercussão na esfera jurídica dos concursandos que obtiveram melhor classificação.

O eventual acolhimento da pretensão do agravante poderá acarretar alteração na classificação de outros candidatos aprovados, os quais terão sua esfera jurídica atingida pela decisão, configurando a hipótese de litisconsórcio necessário.

Do exposto, indefiro o efeito suspensivo requerido.

Dispensado o envio de informações pormenorizadas.

Intime-se a agravada para, querendo, apresentar contraminuta.

Publique-se.

Brasília, 23 de março de 2007.

Juiz Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO
Relator (Convocado)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.008764-4/DF
Processo na Origem: 200734000004570

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
AGRAVANTE	:	PLEVIASP - ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA AOS SERVIDORES PUBLICOS
ADVOGADO	:	CARDEL MENDONCA CARNEIRO DA SILVA E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto contra decisão proferida pelo juízo da 14ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, que, nos autos do mandado de segurança impetrado por PLEVIASP - ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS, ora agravante, contra ato da Srª Auditora-Chefe de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, indeferiu pedido de antecipação da tutela ali formulado, no sentido de que fosse restabelecida a rubrica destinada à realização de consignações, em folha de pagamento, relativas às contribuições de seus associados (servidores públicos).

A decisão agravada restou lavrada nestes termos:

"Trata-se de pedido de liminar em mandado de segurança objetivando o restabelecimento da rubrica destinada a atender os repasses de consignações dos servidores públicos vinculados à Impetrante.

Narra que a rubrica "32100 - PLEVIASP - Mensalidade" foi desativada pela autoridade impetrada, nos termos do Memorando/AUDIR/SRH/MP 28/2006 (fl. 20), tendo em vista a necessidade de apurar denúncias de descontos indevidos em favor da consignatária.

Alega que todos os descontos em favor da Impetrante foram feitos regularmente, mediante expressa autorização por parte dos servidores, constituindo ato arbitrário suspender o repasse de valores sem prévia comprovação do ilícito em regular processo administrativo, no qual fosse assegurada oportunidade de contraditório e ampla defesa à Impetrante.

Sustenta a presença do periculum in mora, tendo em vista que, sem o repasse mensal das consignações, ficará impossibilitada de arcar com seus compromissos.

(...)

Na hipótese vertente, tenho que há de ser indeferido o pedido de liminar, levando-se em consideração que existe um vultoso número de reclamações e denúncias de descontos indevidos em contracheques de servidores ativos, inativos e pensionistas envolvendo a Impetrante, conforme informado às fls. 51/52.

Constato, ainda, que não é exata a assertiva da Impetrante no sentido de que não lhe foi ofertada oportunidade de defesa administrativa antes da suspensão da rubrica, pelo cotejo dos documentos juntados às fls. 29 e 30/32, que comprovam que a desativação temporária dos repasses das consignações foi efetivada em novembro/2006 (fl. 29), enquanto que a defesa da Impetrante acerca de suposto descontos indevidos por ela efetuados data de agosto/2006 (fls. 30/32).

Ante o exposto, INDEFIRO a liminar" (fls. 75/76).

***

Em suas razões recursais, insiste a recorrente na concessão da almejada antecipação da tutela mandamental, reiterando os mesmos fundamentos já deduzidos perante o juízo monocrático, destacando que, não obstante as denúncias formuladas por alguns servidores, todos eles teria firmado contrato, autorizando a consignação em folha de pagamento, conforme demonstra a documentação carreada para os autos. Acrescenta, ainda, que, em se tratando de meras denúncias, ainda não regularmente comprovadas, não poderia a autoridade impetrada suspender, sem a observância do devido processo, a rubrica em referência, inviabilizando, assim, o recebimento das mensalidades devidas por seus associados, resultando daí prejuízos irreparáveis, na medida em que essa seria a sua única fonte de arrecadação. Requer, assim, a concessão de efeito suspensivo, até o pronunciamento definitivo da Turma julgadora (fls. 02/14).

***

Em que pesem os fundamentos deduzidos na inicial, não vejo presentes, na espécie, os pressupostos do art. 558, do CPC, a autorizar a concessão da almejada antecipação da tutela recursal, na medida em que não conseguem infirmar as razões em que se amparou a decisão agravada, mormente em se tratando de consignações facultativas, a que não está obrigada a Administração, não se constituindo, em princípio, em direito líquido e certo da impetrante, a autorizar a sua concessão em sede mandamental.

De outra banda, existindo denúncias relacionadas às consignações que vinham se operando em favor da Associação recorrente, com reflexos financeiros diretos na folha de pagamento do servidor, a suspensão determinada, preventivamente, pela autoridade impetrada afigura-se-me, *prima facie*, desgarrada de qualquer ilegitimidade, a justificar a concessão da medida postulada.

Há de ver-se, ainda, que o recebimento de contribuições eventualmente devidas pelos associados da recorrente, poderá se processar, como é curial, por outras formas de pagamento e não, exclusivamente, mediante desconto em folha, não prosperando, também, sob esse enfoque o pedido de antecipação da tutela recursal formulado nestes autos.

***

Com estas considerações, indefiro o pedido de efeito suspensivo, formulado na inicial.

Intime-se a agravada, nos termos e para as finalidades do art. 527, V, do CPC, abrindo-se vistas, após, à douta Procuradoria Regional da República, na forma regimental.

Publique-se.

Brasília-DF., em 10 de abril de 2007.

Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.008765-8/DF
Processo na Origem: 200434000192925

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
AGRAVANTE	:	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE RIBEIRAO CLARO
ADVOGADO	:	JOSE REINALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA JUNIOR E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto contra decisão proferida pelo douto da 16ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, que, nos autos de ação ajuizada pela SANTA CASA DE MISERICÓRDIDA DE RIBEIRÃO CLARO, ora agravante, contra a União Federal, onde se questionam os índices a serem utilizados, para fins de conversão da moeda (cruzeiro real para real), em relação à Tabela do Sistema Único de Saúde - SUS. Entendeu o juízo monocrático que a discussão instaurada nos autos de origem giraria em torno de matéria de direito, apenas, afigurando-se lhe desnecessária a realização da prova pericial requerida (fls. 89).

Em suas razões recursais, sustenta a agravante, em resumo, a imprescindibilidade da prova em referência, na medida em que o deslinde da questão passaria pela análise de situações fáticas, questões manifestamente técnicas, tais como a quantificação do efetivo benefício pecuniário que os prestadores de serviço teriam auferido em decorrência da não dedução da expectativa de inflação futura, observadas cláusulas contratuais firmadas entre as partes, razão por que requer a concessão de efeito suspensivo, para que seja deferida a realizada da prova técnico-contábil requerida, até o pronunciamento definitivo da Turma julgadora (fls. 02/10).

***

Não obstante os fundamentos da decisão agravada, encontram-se presentes, na espécie, os pressupostos do art. 558, do CPC, a ensejar a concessão da almejada antecipação da tutela recursal, em face da natureza eminentemente técnica das questões deduzidas nos autos de origem, e, também, da garantia constitucional da ampla defesa (CF, art. 5º, incisos LIV e LV).

***

Com estas considerações e tendo em vista que a tutela pretendida enquadra-se nas comportas revisoras do referido art. 558 do CPC, defiro o pedido de antecipação da tutela recursal, sob a rubrica de efeito suspensivo, para assegurar a agravante o direito à produção da prova pericial requerida, perante o juízo singular, até o pronunciamento definitivo da Turma julgadora.

Comunique-se ao juízo a quo, via FAX, o inteiro teor da presente decisão, para fins de ciência e cumprimento.

Intime-se o agravado, nos termos do art. 527, inciso V, do CPC.

Publique-se.

Brasília-DF., em 29 de março de 2007.

Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2007.01.00.008856-0/MG

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
AGRAVANTE	:	JOSE ABEL DOS SANTOS
ADVOGADO	:	REINALDO MARTINS FERREIRA E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:	ADALGISA PEREIRA MAYNARD CERQUEIRA E OUTROS(AS)

D E C I S Ã O

O pedido constante do agravo de instrumento, para que seja antecipada a tutela recursal, determinando-se o processamento da ação de execução, com a cobrança dos valores que os exeqüentes entendem como corretos, a titulo de recomposição do saldo de conta do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, é providência de cunho satisfativo, da qual não se recomenda o deferimento *in initio litis*.

Indefiro, pois, a antecipação da tutela recursal.

Dispensado o envio de informações pormenorizadas.

Intime-se a agravada, para, querendo, apresentar contraminuta.

Publique-se.

Brasília, 29 de março de 2007.

Juiz Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO
Relator (Convocado)

RECURSO ESPECIAL - AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2007.01.00.008976-8/BA

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
AGRAVANTE	:	MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR	:	BARTIRA DE ARAUJO GOES
AGRAVADO	:	EDJALDO LESSA DE ANDRADE E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	ELISABETH REIS SOUSA SANTOS E OUTRO(A)

D E C I S Ã O

Cuida-se de agravo de instrumento interposto pelo Ministério Público Federal, de decisão que, em ação de interdito proibitório, deferiu liminar para a manutenção da posse dos agravados na terra de que dizem ser legítimos possuidores, onde praticam atividade agropecuária (fl. 26), não havendo razão, assim, para serem molestados por parte dos índios da comunidade Pataxó Tupinambá.

Alega o agravante a impossibilidade de deferimento de liminar sem audiência prévia (art. 63 da Lei n. 6.001/1973 e o art. 928, parágrafo único, do Código de Processo Civil), em questões envolvendo interesses de silvícolas; ausência de comprovação dos requisitos dos arts. 924 e 927 do CPC, além do fato de a terra em questão ser de posse indígena imemorial. Pede, por isso, a concessão de efeito suspensivo.

Decido.

Não vislumbro a presença concomitante dos requisitos autorizadores para a concessão do efeito suspensivo pleiteado.

A decisão encontra-se conforme a jurisprudência deste Tribunal, *verbis*:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO POSSESSÓRIA. INVASÃO DE TERRAS DE DOMÍNIO PRIVADO POR ÍNDIOS. AUSÊNCIA DE ESTUDOS E PROVIDÊNCIAS CONCRETAS PARA CARACTERIZAR A ÁREA COMO "TERRA TRADICIONALMENTE OCUPADA POR ÍNDIOS ".

1- A outorga da proteção possessória pelo juiz pressupõe, necessariamente, a comprovação da posse do autor, o esbulho ou a turbação pelo réu e a data em que tal violência se tornou efetiva (CPC, art. 927). Caso em que tais requisitos se acham demonstrados nos autos.

2- Incensurável a decisão que defere liminar em ação de reintegração de posse, resguardando o direito de quem exercia pacificamente a posse e a teve turbada ou esbulhada de um momento para outro. Medida que se impõe, inclusive, para garantir a continuidade das atividades de economia rural exercidas no imóvel de domínio privado, restabelecendo-se, assim, o status *quo ante*.

3- Agravo a que se nega provimento, por maioria.

(Ag n. 2001.01.00.048745-7/BA - Relator Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida - Relator para o acórdão: Desembargador Federal Fagundes de Deus - DJ de 05.11.2002, p. 50)

CIVIL E ADMINISTRATIVO. ESBULHO POSSESSÓRIO. REINTEGRAÇÃO DE POSSE . TERRAS CONSIDERADAS INDÍGENAS. TÍTULOS DE DOMÍNIO LEGITIMAMENTE EXPEDIDOS E NÃO DESCONSTIUÍDOS.

1. As terras reivindicadas pela comunidade indígena Pataxó, no sul do
Estado da Bahia, não podem ser ocupadas unilateralmente pelos reivindicantes, violentando os direitos dos proprietários rurais atuais ocupantes, sem que antes sejam desconstituídos os títulos de domínio que sobre elas detêm, expedidos legitimamente pelo Estado da
Bahia, como titular do domínio das terras devolutas no seu território.

2. Tramitando no Supremo Tribunal Federal ação anulatória dessa titulação, não é dado às partes, os proprietários rurais ou as comunidades indígenas, alterar o estado de fato da demanda, menos ainda sob os auspícios da violência, que sempre gera violência e intranqüilidade social.

3. Ressalvada a negociação administrativa, sempre mais aconselhável,
é de esperar-se a palavra final da Corte Maior a respeito da validade
dos títulos de domínio dos atuais proprietários, devendo seu cumprida
a ordem judicial de reintegração de posse .

4. Provimento do agravo regimental.

(AgRgMC n. 2003.01.00.000066-7/BA - Relator para o acórdão Desembargador Federal Olindo Menezes - DJ de 16.09.2003, p. P.27)

Ademais, o *periculum in mora*, no presente caso, é inverso, favorecendo os agravados, eis que, se não mantidos na posse de seu imóvel que há anos gerenciam, poderão a sofrer danos de difícil ou incerta reparação.

Assim, à míngua dos pressupostos autorizadores para a concessão do efeito suspensivo, nego-o.

Intimem-se os agravados, para apresentar resposta.

Dispensadas as informações.

Publique-se.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para a emissão de parecer.

Brasília, 3 de abril de 2007.

Juiz Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO
Relator (Convocado)

RECURSO ESPECIAL - AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2007.01.00.008991-5/BA

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
AGRAVANTE	:	FERNANDO DA SILVA ROCHA E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	DERVANA SANTANA SOUZA E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:	JOAQUIM FERREIRA FILHO

D E C I S Ã O

Cuida-se de agravo de instrumento, versando matéria afeta à recomposição dos saldos de contas vinculadas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, em que os agravantes pleiteiam a expedição de alvará para levantamento dos honorários, não em nome dos procuradores, mas, sim, em nome da sociedade de advogados do qual aqueles fazem parte, pedido que foi indeferido pela decisão agravada.

Ausente pedido de antecipação da tutela recursal.

Intime-se a agravada, para, querendo, apresentar contraminuta.

Dispensado o envio de informações pormenorizadas.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2007.

Des. Federal DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2007.01.00.008994-6/BA

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
AGRAVANTE	:	LIWIL CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA
ADVOGADO	:	HELIO SANTOS MENEZES JUNIOR E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR	:	ANDREA CARDOSO LEAO
AGRAVADO	:	INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL - IPHAN
PROCURADOR	:	PATRICIA DA COSTA SANTANA

D E C I S Ã O

Nos autos de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que tem por objeto a sustação dos efeitos "do Alvará de Construção nº 13491 e do Alvará de Demolição nº 2968, ambos emitidos pela SUCOM" (fl. 92) e a conseqüente declaração de nulidade destes, além da condenação da empresa LIWIL CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA. a promover a recuperação integral da área atingida (reconstrução da mansão Wildberger que restou demolida); e o pagamento de indenização por danos morais e multa, de que cuida o art. 18 do Decreto lei n. 25/1937, no valor de R$ 13.000,00, valores que deverão ser revertidos ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, foi prolatada decisão (fls. 96-101), pelo ilustre Juiz Federal PEDRO BRAGA FILHO, da 1ª Vara da Seção Judiciária do Estado da Bahia, deferindo a medida liminar, sustando os efeitos dos alvarás de construção e demolição, até decisão final a ser proferida.

Inconformada com essa decisão, paralisando as atividades no local, a aludida empresa interpõe o presente agravo de instrumento, aduzindo, em síntese, que:

a) há litispendência entre este feito e a ação civil pública intentada sob o número 2007.33.00.000900-4, distribuída em 26.01.2007, visto que seus objetos são idênticos;

b) está ausente um dos pressupostos de constituição válida e regular do processo, posto que, cuidando-se de tombamento provisório, não são possíveis os pedidos formulados na inicial;

c) os atos praticados pelo IPHAM e pelo Ministério Público, estariam desrespeitando ordem judicial precedente, pois, nos autos do Mandado de Segurança n. 2006.34.00.007763-6, teria sido assegurado o direito de propriedade do bem à agravante "sem qualquer restrição proveniente do tombamento promovido pelo IPHAN à Igreja Vitória" (fls. 11);

d) o tombamento não pode alcançar o ato declaratório de direito preexistente (licença de construção);

e) houve a preclusão administrativa para a declaração de tombamento da Igreja Vitória, uma vez que já submetida, por duas vezes, à apreciação e refutada, ante a inexistência de valores que o justifiquem;

f) houve a caducidade do tombamento da Igreja da Vitória;

g) não existe vedação legal para a demolição de imóvel que se situa no entorno de bem tombado, o qual sofre, apenas, "limitação branda";

h) a Ação Civil Pública perdeu seu objeto, argumentando que o pedido de paralisação da demolição não pode mais ser deferido, uma vez que o bem já não mais existe.

Com base nessas razões, postula a agravante o deferimento do efeito suspensivo, alegando que o perigo da demora se demonstra nos lucros cessantes e danos emergentes que sofrerá com a demora na construção do empreendimento (um edifício de apartamentos de alto luxo, com trinta e cinco andares).

Decido.

No Agravo de Instrumento n. 2007.01.00.003731-0/BA , vinculado à Ação Civil Pública n. 2007.33.00.000900-4/BA, o eminente Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro, apreciando semelhante pedido, assim se manifestou, *verbis:*

Alega a agravante que "o tombamento da Igreja da Vitória está, de relação à LIWIL, ora Agravante, suspenso" (fl. 09), não podendo gerar qualquer restrição à sua propriedade, invocando, para isso, a decisão proferida no Mandado de Segurança n. 2006.34.00.007763-6/DF.

Da parte dispositiva da sentença colho o seguinte trecho, *verbis* (fl. 125):

(...) no mérito, CONCEDO A SEGURANÇA para determinar à autoridade impetrada que oportunize à impetrante o direito de apresentar defesa no Processo de Tombamento nº 1.528-T/2005, com os meios e recursos a ela inerentes, bem como o de obter vistas e cópias dos autos.

Ao que se depreende do trecho transcrito da sentença que concedeu a segurança, bem como de sua fundamentação, processo no qual a impetrante pretendeu que lhe fosse "assegurado o direito de obter vista e cópia dos autos do Processo de Tombamento nº 1.528-T/2005, bem como o de apresentação de defesa, com todos os meios a ela inerentes", não houve qualquer determinação de que o seu direito de propriedade estaria a salvo do poder de polícia da administração.

Contrariamente ao entendimento esposado pela agravante, com a instauração do procedimento de tombamento da Igreja da Vitória, impôs-se sobre o imóvel de sua propriedade, limitação administrativa (poder de polícia), ainda que em menor grau, dada a proximidade com o imóvel tombado.

Acerca do instituto do tombamento, é oportuna a citação do professor José dos Santos Carvalho Filho, que, sobre o tema, teceu os seguintes comentários:

Tombamento é a forma de intervenção na propriedade pela qual o Poder Público procura proteger o patrimônio cultural brasileiro. (Boa conceituação oferece DIOGO DE FIGUEIREDO MOREIRA NETO: *"É a intervenção ordinatória e concreta do Estado na propriedade privada, limitativa de exercício de direitos de utilização e disposição, gratuita, permanente e indelegável, destinada à preservação, sob regime especial, dos bens de valor cultural, histórico, arqueológico, artístico, turístico ou paisagístico" - "Curso" cit., p. 318*).

(...)

Assim, o proprietário não pode, em nome de interesses egoísticos, usar e fruir livremente seus bens se estes traduzem interesse público por atrelados a fatores de ordem histórica, artística, cultural, científica, turística e paisagística. São esses bens que, embora permanecendo na propriedade do particular, passam a ser protegidos pelo Poder Público, que, para esse fim, impõe algumas restrições quanto a seu uso pelo proprietário.

(...)

O tombamento é compulsório quando o Poder Público inscreve o bem como tombado, apesar da resistência e do inconformismo do proprietário.

Quanto à eficácia do ato, pode ser *provisório* ou *definitivo*. É provisório enquanto está em curso o processo administrativo instaurado pela notificação, e definitivo quando, após concluído o processo, o Poder Público procede à inscrição do bem no Livro do Tombo.

Sobre a provisoriedade do tombamento, o STJ já proferiu decisão considerando que o tombamento provisório não é fase procedimental, mas sim medida assecuratória de preservação do bem até a conclusão dos pareceres e a inscrição no livro respectivo.

(...)

Há restrições também para *a vizinhança* do prédio tombado. Sem que haja autorização do órgão competente, é vedado fazer qualquer construção que impeça ou reduza a visibilidade em relação ao prédio sob proteção, bem como nela colocar cartazes ou anúncios.

(*in* Manual de Direito Administrativo, 16ª edição, Ed. Lúmen Júris, p. 661-670)

No caso concreto, segundo noticiado na inicial da ação civil pública (fl. 40), o tombamento provisório da Igreja Nossa Senhora da Vitória e seu entorno (poligonal), por força da instauração do processo administrativo n. 1528-T-2005, foi comunicado ao Prefeito Municipal de Salvador, em 23.12.2005, e noticiado, na mesma data, por meio da Notificação n. 007/2005, ao Reverendíssimo Monsenhor Gaspar Sadoc, responsável pela Igreja da Vitória e ao Reverendíssimo Senhor Dom Geraldo Majella Agnelo, Arcebispo de Salvador. Esse tombamento provisório equipara-se para todos os fins de direito ao definitivo, conforme disposto no art. 10, parágrafo único, do Decreto-Lei n. 25/1937.

A agravante não indica, no traslado dos documentos que carreou, a data de sua ciência acerca da existência do processo de tombamento n. 1528-T/2005, porém é de presumir-se que ocorreu antes de 02.03.2006, data da impetração do Mandado de Segurança n. 2006.34.00.007763-6/DF, objetivando obter vista dos autos e cópia do processo de tombamento (n. 1528-T-2005) e o direito de manifestação antes de qualquer decisão do IPHAN que importasse em restrição do direito de propriedade.

Assim, dúvida não há acerca do seu conhecimento sobre a existência de limitação administrativa, especialmente ao se observar o resultado da sentença atinente ao mandado de segurança n. 2006.34.00.007763-6/DF, que lhe assegurou, tão-somente, "o direito de apresentar defesa no Processo de Tombamento nº 1.528-T/2005, com os meios e recursos a ela inerentes, bem como o de obter vistas e cópias dos autos" (fl. 125).

O Decreto-Lei n. 25/1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, disciplina o instituto do tombamento, nestes termos, *verbis:*

Art. 17. As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinqüenta por cento do dano causado.

Art. 18. Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso a multa de cinqüenta por cento do valor do mesmo objeto.

Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça assim se manifestou:

RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. SERRA DO GUARARÚ. TOMBAMENTO. DISCUSSÃO QUANTO À PRECEDÊNCIA DO PROCESSO DE TOMBAMENTO PROVISÓRIO AO DEFINITIVO. INCOERÊNCIA.

1. O instituto do tombamento provisório não é fase procedimental precedente do tombamento definitivo. Caracteriza-se como medida assecuratória da eficácia que este poderá, ao final, produzir.

2. A caducidade do tombamento provisório, por excesso de prazo, não prejudica o definitivo, Inteligência dos arts. 8º, 9º e 10º, do Decreto Lei 25/37.

3. Recurso ordinário desprovido.

(RMS n. 8.252/SP - Relatora Ministra Laurita Vaz - Segunda Turma - DJ de 24.02.2003, p. 215)

Dito isso, insofismável é a conclusão de que a autorização para a construção e demolição de qualquer bem localizado na poligonal do entorno da Igreja da Vitória deve, necessariamente, por imperativa imposição legal, ser objeto de análise prévia do IPHAN.

No que concerne à alegada preclusão administrativa para a declaração de tombamento da Igreja, diz a agravante que, os dois processos anteriores foram arquivados "com a conclusão de que aquela Igreja não reunia qualquer dos requisitos exigidos na legislação federal que justificasse sua proteção" (fl. 23), e que o julgador foi induzido a erro, pois, sustenta, não é fato "que o objeto daquele processo de tombamento fosse apenas o conjunto arquitetônico", mas, sim, os imóveis considerados isoladamente.

No primeiro desses procedimentos (n. 122-T-38) consta, segundo transcrição trazida pela agravante às fls. 208-212, no que se refere à Igreja da Vitória, o seguinte:

Não tendo sido especificada devidamente, como se tornava necessário, a inscrição referente à Igreja da Vitória, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, retifique-se a aludida inscrição, esclarecendo-se que o tombamento recai sobre as inscrições tumulares antigas existentes no templo e não sobre o próprio edifício da igreja, que não mais conserva traço algum de sua feição original.

A decisão agravada examinou a questão, concluindo pela não-ocorrência de preclusão, considerando "que os motivos dos referidos atos administrativos são diferenciados", além do que, segundo doutrina que citou, "a preclusão administrativa limita-se ao caso apreciado e extingue-se com o encerramento deste".

No caso, ao que se vê do documento n. 30 (Edital de Notificação), trazido pela agravante e por ela invocado para demonstrar que o procedimento administrativo cuidou do imóvel objeto da ação, isoladamente, embora mencione, individualmente, cada imóvel objeto da restrição, o último dos quais é a Igreja de Nossa Senhora da Vitória (e seu acervo), faz consignar que esse edital "implica o tombamento dos aludidos bens imóveis que passam a constituir o 'Conjunto Arquitetônico do Corredor da Vitória, no município de Salvador, no Estado da Bahia', passando por conseguinte a ter a proteção especial do Poder Público Federal (...)".

Essa discussão quanto ao objeto do tombamento não pode ser exaurida no âmbito estreito do recurso de agravo de instrumento, devendo ser amplamente debatida no bojo da ação principal.

Por fim, não tem fundamento a alegação de que a ação civil pública teria perdido o objeto, ante a consumação da demolição da Mansão Wildberger, uma vez que o objeto da ação é mais amplo, inclusive para garantir que a obra pretendida pela LIWIL não tenha início antes da análise e aprovação do IPHAN.

Desse modo, ainda que demolido o imóvel, permanece o objeto da demanda e o interesse processual da parte.

Amparado nessas considerações, tenho por ausente a fumaça do bom direito.

No que concerne ao perigo da demora, consubstanciado, nos dizeres da agravante, nos "riscos à integridade física de pessoas, por um lado, e perigos outros decorrentes, por exemplo, pela proliferação de animais, como ratos, baratas, mosquitos e outros, e as doenças que podem provocar à população vizinha, a exemplo da dengue, facilitada por água parada que certamente se acumulará no local" (fl. 29), e também pelos "prejuízos de expressão" decorrentes de lucros cessantes e danos emergentes (fl. 30), tenho que, embora passíveis de ocorrência, não são suficientes para justificar a concessão do efeito suspensivo postulado, que representaria, por outro aspecto, uma antecipação da tutela para que a agravante possa prosseguir com a demolição e iniciar a construção do empreendimento, antes do julgamento da ação, o que não se recomenda, na hipótese.

Entendo, por todo o exposto, que se faz recomendável, neste momento processual, a manutenção da decisão agravada.

Indefiro, pois, o pedido de efeito suspensivo.

Assim, firme nos mesmos fundamentos, tenho por ausentes os requisitos autorizadores para a concessão do efeito suspensivo pretendido, uma vez que se faz prudente a manutenção da decisão agravada, posto que, determinada a construção do imóvel, consumado estaria o dano ao patrimônio artístico e cultural que se pretende proteger com o tombamento da Igreja da Vitória.

Indefiro, pois, o efeito suspensivo.

Dispensadas as informações.

Intimem-se os agravados, para, querendo, oferecerem contraminuta.

Publique-se.

Brasília, 30 de março de 2007.

Juiz Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO

Relator (Convocado)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.009003-2/BA
Processo na Origem: 200633000037253

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
AGRAVANTE	:	JORGE ALBERTO NAVARRO GUERRA
ADVOGADO	:	ANDERSON RICO MORAES NERY E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:	AUGUSTO BONFIM NERY E OUTROS(AS)

Intime-se a agravada, nos termos e para as finalidades do art. 527, V, do CPC.

Publique-se.

Brasília-DF., em 19 de março de 2007.

Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE

Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2007.01.00.009052-2/DF

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
AGRAVANTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:	ALEXANDRE DUARTE DE LACERDA E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	LUIZ CESAR HEMMER
ADVOGADO	:	VALDI CARDOSO FERNANDES E OUTRO(A)

D E C I S Ã O

Cuida-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, no qual a agravante Caixa Econômica Federal alega que a decisão agravada violou a coisa julgada, ao determinar o pagamento de juros de mora, na razão de 1% a partir da citação, em vez de 0,5%, conforme consta do acórdão exeqüendo.

Entendo não haver fumaça do bom direito a amparar o pedido da agravante, eis que, como bem observou a decisão agravada (fl. 163):

A decisão do Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região TRF1 foi bastante clara: os juros de mora são devidos a partir da citação. Se esta houvesse ocorrido ANTES de 10 de janeiro de 2002. Como a citação ocorreu em 31 de outubro de 2002, conforme se vê da Certidão de fls. 24, os juros são devidos à taxa de 1% ao mês.

À míngua, pois, da presença concomitante dos requisitos autorizadores, indefiro o efeito suspensivo pretendido.

Dispensado o envio de informações pormenorizadas.

Intime-se o agravado para, querendo, apresentar contraminuta.

Publique-se.

Brasília, 29 de março de 2007.

Juiz Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO

Relator (Convocado)

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2007.01.00.009060-8/BA

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
AGRAVANTE	:	FABRICIO BARBOZA DOS SANTOS
ADVOGADO	:	FERNANDO PEIXOTO DE ARAUJO NETO
AGRAVADO	:	FACULDADE REGIONAL DA BAHIA - FARB

D E C I S Ã O

Cuida-se de pedido antecipação da tutela recursal, formulado em sede de agravo de instrumento, para que seja determinada a inclusão do agravante na lista de beneficiários do Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e, em conseqüência, seja viabilizada a sua matrícula na instituição de ensino superior, com desconto de 70% (setenta por cento) no valor das mensalidades.

Assim como entendido pela decisão agravada, tenho que não há, nos autos, qualquer elemento que leve ao convencimento de que o discente não foi convocado para a realização de entrevista, que foi a razão justificadora de sua não-seleção para o benefício em questão.

Ademais, a doença invocada pelo agravante (C.I.D. - A09) não é razão justificante que impedisse o seu comparecimento às entrevistas agendadas para o período de 20.12.2006 a 26.01.2007.

Indefiro, pois, a antecipação da tutela recursal, uma vez que ausente o *fumus boni iuris.*

Dispensado o envio de informações pormenorizadas.

Intime-se a agravada para, querendo, apresentar contraminuta.

Publique-se.

Brasília, 28 de março de 2007.

Juiz Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO

Relator (Convocado)

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2007.01.00.009352-8/MT

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
AGRAVANTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:	EBER SARAIVA DE SOUZA E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	MARIA APARECIDA DE LIMA LOPES E CONJUGE
ADVOGADO	:	ROBERLEY RODRIGUES RIBEIRO E OUTROS(AS)

D E C I S Ã O

Cuida-se de agravo de instrumento interposto pela Caixa Econômica Federal, com pedido de concessão do efeito suspensivo de decisão (cópia - fls. 103-104), que determinou a inversão do ônus da prova, para que a agravante arque com os honorários periciais, em ação na qual se pretende a revisão de contrato de financiamento habitacional.

Sobre a questão, assim decidiu o ilustre Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro no Agravo de Instrumento n. 2004.01.00.020985-7/MG, *verbis*:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. SFH. PLANO DE EQUIVALÊNCIA SALARIAL. REVISÃO CONTRATUAL. PRESTAÇÃO E SALDO DEVEDOR. PERÍCIA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. CONTRACHEQUE. APRESENTAÇÃO.

1. Para a revisão do valor da prestação do contrato de financiamento imobiliário, é indispensável a apresentação, pelo mutuário, dos comprovantes de renda, dentre os quais o contracheque, a fim de se concluir, ou não, pela observância da correlação entre o valor da prestação e dos rendimentos do mutuário.

2. Presumivelmente hipossuficiente, ao mutuário do Sistema Financeiro da Habitação concede-se a inversão do ônus da prova, à luz do que estatui o art. 6º da Lei n. 8.078/1990, para que a ré arque com os honorários de perícia contábil, indispensável para a verificação da evolução do saldo devedor do imóvel financiado.

3. Agravo parcialmente provido.

(TRF da 1ª Região: Ag n. 2004.01.00.020985-7/MG - Relator Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro - DJ de 01.02.2005, p. 87)

Assim, à luz desse entendimento, indefiro o efeito suspensivo requerido, uma vez que o mutuário é, presumivelmente, hipossuficiente, na linha da jurisprudência deste Tribunal.

Dispensadas as informações.

Intime-se o agravado, para apresentar resposta.

Publique-se.

Brasília, 29 de março de 2007.

Juiz Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO

Relator (Convocado)

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2007.01.00.009367-9/BA

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
AGRAVANTE	:	CARLITO VIANA LADEIA ROCHA E OUTRO(A)
ADVOGADO	:	CARLOS EDUARDO ALVES DE OLIVEIRA E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF

D E C I S Ã O

Pretendem os agravantes a antecipação da tutela recursal, para que sejam retirados seus nomes dos cadastros de inadimplentes, uma vez que a dívida que originou a inscrição já se encontra quitada, além do que a manutenção das restrições prejudica a sua reputação de bons pagadores.

Não tenho por presente, no caso dos autos, a fumaça do bom direito, uma vez que há dúvidas quanto à real razão que levou a inscrição dos agravantes nos registros de inadimplentes, pois, como bem observou a decisão agravada, existem dois contratos de financiamento estudantil, firmados em nome de duas pessoas distintas.

Assim, à míngua da presença concomitante dos requisitos autorizadores, denego a antecipação da tutela recursal.

Dispensado o envio de informações pormenorizadas.

Intime-se a agravada para, querendo, apresentar contraminuta.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2007.

Juiz Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO

Relator (Convocado)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.009522-3/PI
Processo na Origem: 200740000005396

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
AGRAVANTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
AGRAVADO	:	PAULO ROBERTO LEAO ARAUJO
DEFENSOR	:	DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto pela União Federal contra decisão proferida pelo douto juízo da 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Piauí, que, nos autos de ação ajuizada por Paulo Roberto Leão Araújo, ora agravados, deferiu o pedido de antecipação da tutela ali formulado, assegurando-lhe o direito à inscrição no concurso público para Admissão à Turma II do Curso de Formação de Soldados Fuzileiros Navais, independentemente da limitação de idade prevista no edital regulador do certame (fls. 46/47).

Em suas razões recursais, sustenta a União Federal, em resumo, que, além de não se encontrarem presentes os pressupostos legais necessários para a concessão da almejada antecipação da tutela, a pretensão postulada nos autos de origem esbarraria na legitimidade do ato impugnado, na medida em que a Constituição Federal teria reservado para a legislação ordinária o estabelecimento do limite de idade para o ingresso nas Forças Armadas (CF, art. 124, § 3º, inciso X), sobrevindo, daí, a Lei nº 6.880/80, que, por sua vez, teria delegado à autoridade administrativa responsável pelo recrutamento em referência a competência para estabelecer aquele limite etário, que, no uso do seu poder discricionário, limitou a inscrição no Concurso de Admissão referido nos autos. Amparando-se, pois, em precedentes jurisprudenciais de nossos tribunais sobre a matéria, requer a concessão de efeito suspensivo ao presente recurso, até o pronunciamento definitivo da Turma julgadora (fls. 02/18).

***

A tutela jurisdicional, liminarmente, preconizada nos artigos 527, III, e 558 do CPC, tem natureza cautelar, e não satisfativa, como pretende a agravante, no caso sob apreciação.

Não vislumbro, na espécie dos autos, os pressupostos preconizados no aludido art. 558 do CPC, a ensejar a concessão do almejado efeito suspensivo.

Com efeito, a participação do autor da demanda, ora agravado, no concurso público referido na inicial, sem a exigência ali mencionada, em nada prejudicará a União Federal, posto que deixará de produzir efeitos, numa eventual improcedência do pedido formulado nos autos do processo principal. A não antecipação da tutela cautelar, por seu turno, excluiria, de plano, a possibilidade de participação do candidatosno certame em referência, inviabilizando o resultado útil da ação, em caso de sua procedência.

Por outro lado, se a Constituição Federal reservou para a lei ordinária a disciplina do limite de idade para ingresso nas Forças Armadas, somente por lei esse limite poderá ser estabelecido, em obediência ao princípio da reserva legal, hipótese essa não demonstrada nos autos, posto que os dispositivos legais com o que a União Federal procura emprestar suporte à sua pretensão (Lei nº 6.880/80, artigos 10 e 11), não estabelece o aludido limite, não delega tal competência a Ministro de Estado.

Esse entendimento, aliás, já se encontra pacificado, no âmbito da colenda Sexta Turma deste egrégio Tribunal, conforme se vê dos seguintes julgados, dentre outros:

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. TUTELA CAUTELAR. CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE SARGENTO DO EXÉRCITO BRASILEIRO. LIMITE MÁXIMO DE IDADE. IMPOSSIBILIDADE.

I - Assegurar a participação de candidato em concurso público, afigura-se medida cautelar adequada a garantir o resultado útil da demanda, onde se discute sobre a legitimidade da limitação de idade prevista no edital que rege o certame.

II - Se a Constituição Federal reservou para a lei ordinária a disciplina do limite de idade para ingresso nas Forças Armadas, somente por lei esse limite poderá ser estabelecido, em obediência ao princípio da reserva legal, hipótese essa não demonstrada nos autos, posto que os dispositivos legais com que a União Federal procura demonstrar sua pretensão (Lei nº 6.880/80, artigos 10 e 11, e Lei nº 9.786/99, art. 17, inciso VII), não delegam competência ao Sr. Ministro de Estado da Defesa, para o estabelecimento do limite de idade em referência.

III - Agravo desprovido."

(AG nº 2002.01.00.029511-7/MA - Rel. Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE - Sexta Turma - Julgado em 30/6/2003).

"CONCURSO PÚBLICO. ADMISSÃO NO CURSO DE FORMAÇÃO DE SARGENTO. LIMITE MÁXIMO DE IDADE. IMPOSIÇÃO MEDIANTE PORTARIA. IMPOSSIBILIDADE.

1. A Constituição, em seu art. 142, X, apesar de admitir a imposição de restrição etária ao ingresso nas Forças Armadas, remete à Lei a competência para regulamentar a matéria, sendo inadmissível, neste contexto, por violar o princípio da legalidade, a imposição de limitações através de Portaria.

2. Não cabe a aplicação da analogia para criar nova modalidade restritiva de direitos.

3. Ante a omissão legislativa no que pertine à regulamentação da matéria, deve o Juiz utilizar-se do critério da razoabilidade para aferir a legalidade das situações que envolvam a fixação de limites de idade para o ingresso nas Forças Armadas.

4. Apelação da União e remessa improvidas."

(AMS 1999.01.00.121337-7/MG - Rel. Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso - Sexta Turma - unânime - DJU de 30/07/2002).

***

Encontrando-se, pois, a decisão agravada em perfeita harmonia com os precedentes jurisprudenciais, em referência, afigura-se-me manifestamente improcedente o presente agravo, e, por isso, nego-lhe seguimento, nos termos do art. 557, caput, do CPC, c/c o art. 30, inciso XXV, do RITRF/1ª Região.

Baixem-se os presentes autos, oportunamente, à instância de origem, com as anotações de estilo.

Publique-se. Intime-se.

Brasília-DF., em 19 de março de 2007.

Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE - Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2007.01.00.009537-4/BA

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
AGRAVANTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:	LUIZA MENEZES GARRIDO E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	AGNALDO SANTOS LOPES
ADVOGADO	:	ROGERIO ATAIDE CALDAS PINTO E OUTROS(AS)

D E C I S Ã O

Cuida-se de agravo de instrumento interposto pela Caixa Econômica Federal, visando a sobrestar a demanda executiva, por força da divergência de cálculos, identificada entre os valores apresentados pelo perito do juízo e os que foram efetivamente depositados na conta do agravado, que postula a recomposição do saldo de sua conta vinculada ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Considerando a possibilidade de haver prejuízo para o fundo, se forem pertinentes as razões da agravante, e identificando que o valor em discussão, aproximadamente R$ 700,00, não causará relevante prejuízo ao agravado, bem como que este será objeto de recomposição monetária, concedo o efeito suspensivo pretendido.

Comunique-se.

Dispensado o envio de informações pormenorizadas.

Intime-se o agravado para, querendo, apresentar contraminuta.

Publique-se.

Brasília, 29 de março de 2007.

Juiz Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO

Relator (Convocado)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.009620-8/DF
Processo na Origem: 200634000339054

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
AGRAVANTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
AGRAVADO	:	RODRIGO AZEM BUCHDID
ADVOGADO	:	EDUARDO FREYTAG BUCHDID

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra decisão proferida pelo juízo da 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, que, nos autos do mandado de segurança impetrado por Rodrigo Azem Buchdid contra ato da Srª Diretora de Gestão de Pessoal do Departamento de Polícia Federal, deferiu o pedido de antecipação da tutela mandamental, ali formulado, determinando à autoridade impetrada o remanejamento da matrícula do impetrante para a próxima turma do Curso de Formação profissional relativo ao concurso público para o cargo de Agente de Polícia Federal, em virtude do seu impedimento momentâneo, decorrente de incapacidade física temporária, bem assim, por não ser portador, ainda, de competente diploma de curso superior.

A decisão agravada restou lavrada nestes termos:

"RODRIGO AZEM BUCHDID impetrou MANDADO DE SEGURANÇA, com pedido liminar, contra ato da DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAL DO DEPARTAMENTO DA POLÍCIA FEDERAL, a fim de obter provimento jurisdicional que lhe garanta o remanejamento de sua matrícula para o próximo Curso de Formação ou, não sendo possível, para a turma que a autoridade coatora achar mais conveniente e oportuna, de acordo com a Portaria n° 263/2005-DGP/DPF.

Insurge-se contra o indeferimento o pedido de remanejamento de sua matricula no Curso de Formação Profissional, sob a alegação de que o ato administrativo ofende princípios constitucionais de legalidade, moralidade, impessoalidade e livre acesso aos cargos públicos.

Narra que, embora o seu pedido tenha ocorrido em razão de caso fortuito e força maior que o impedia de participar regularmente do Curso de Formação, previsto na Portaria nº 263/2005-DGP/DP, o motivo do indeferimento foi o fato de ainda não ser portador do diploma de curso de nível superior.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 11/23 e o recolhimento das custas (fl. 24).

Decisão que declina da competência para este Juízo, à fl. 28. Defende que possui direito líquido e certo, amparado pela via mandamental, e que a exigência do diploma de Graduação nessa fase do certame encontra-se em discordância com a Súmula 266 do STJ, uma vez que o diploma ou a habilitação legal para o exercício do cargo deve ser exigido no momento da investidura no cargo público.

(...)

A concessão de liminar em sede de mandado de segurança pressupõe a presença simultânea dos requisitos do art. 7°, II, da Lei 1.533/51.

Reputo-os presentes, in casu.

Há plausibilidade nos fundamentos apresentados como razão de pedir, senão vejamos:

Consoante provado nos autos, o impetrante efetivamente participou de Concurso Público realizado pelo Departamento de Polícia Federal, tendo sido aprovado no cargo de Agente de Polícia Federal, deixando de participar do Curso de Formação Profissional em razão de ter sofrido uma entorse no tornozelo direito, o que o impossibilita de praticar as atividades físicas por período superior a 20 (vinte) dias, consoante provado por atestado médico (fl. 17).

Se não há óbice quanto ao remanejamento da matrícula do candidato para o próximo Curso de Formação Profissional, em razão da relevância da situação do impetrante, que apenas cria uma impossibilidade temporária, nos termos da Portaria nº 263/2005 - DGP/DPF, também não será motivo para ter indeferido o seu pleito a simples falta do diploma de curso superior, neste momento do certame.

Todavia, não encontra suporte legal a recusa à matrícula do impetrante no Curso de Formação Profissional, vez que aprovado nas etapas anteriores do concurso público, sendo impertinente a eleição de outros fatores que recomendariam a não-inscrição, como não ser remanejado para o final da lista dos aprovados, em razão de caso fortuito ou força maior (acidente no tornozelo direito), permitido pela Portaria nº 263/2005-DPG/DPF) ou, não ser o candidato ainda portador do diploma de curso de nível superior, se a comprovação da escolaridade, conforme orientação jurisprudencial e legal, pode ser realizada no momento da posse, sendo do candidato, exclusivamente, os ônus da não-satisfação desse requisito.

Portanto, a questão posta nos autos não mais suscita controvérsia, eis que já se encontra pacificada a jurisprudência, inclusive sumulada pelo Col. STJ, no sentido de que "a comprovação da escolaridade exigida para o exercício de cargo público deve ser feita por ocasião da posse do candidato e não na inscrição para o concurso público" (Súmula 266).

Apenas a título de ilustração, vejamos algumas jurisprudências consolidadas do Eg.TRF-1ª Região e do STJ, acerca da matéria, conforme ementas abaixo:

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. AGENTE DA POLÍCIA FEDERAL. CURSO DE FORMAÇÃO. COMPROVAÇÃO DE ESCOLARIDADE. EXIGÊNCIA SOMENTE NO ATO DA POSSE. SÚMULA 266-STJ. DECLARAÇÃO DE DIREITO À NOMEAÇÃO E À POSSE. POSSIBILIDADE FACE À EVIDÊNCIA DO DIREITO.

1. Consoante jurisprudência sumulada do colendo Superior Tribunal de Justiça, "o diploma ou habilitação legal para o exercício do cargo deve ser exigido na posse e não na inscrição para o concurso público" (Súmula 266).

2. A comprovação da escolaridade é condição para a investidura em cargo público e não para efeito de inscrição no certame ou mesmo na matrícula em curso de formação, que nada mais é do que uma das fases do aludido certame, devendo ser exigido o diploma de graduação somente no momento da posse no referido cargo.

3. Tendo o autor sido aprovado em todas as fases do certame e estando classificado entre as vagas oferecidas, é de se lhe reconhecer o direito à imediata nomeação e posse, face à evidência de seu direito.

4. Apelação do autor provida.

5. Apelação da União e Remessa Oficial desprovidas.

(AC 2000. 01. 00. 064027-7 /MG, ReI. Juiz Federal Carlos Augusto Pires Brandão (conv), Sexta Turma, DJ de 23/10/2006, p.71).

ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL. DIPLOMA DE CURSO SUPERIOR. APRESENTAÇÃO. POSSE.

1. Consoante jurisprudência sumulada, o diploma de habilitação legal para o exercício do cargo deve ser exigido na posse e não na inscrição para o concurso (Súmula 266 - STJ).

2. Ilegal, pois, a exclusão do candidato (impetrante) pela não-apresentação de diploma de curso superior por ocasião da matrícula no curso de formação.

3. Sentença concessiva da segurança, que se confirma.

4. Remessa oficial desprovida.

(REOMS 2003.34.00.012493-2/DF, ReI. Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro, Sexta Turma, DJ de 13/09/2004, p.87)

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. MATÉRIA PACIFICADA. INOVAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO.

1. A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça é firme no sentido de que, em tema de concurso público, o preenchimento dos requisitos exigidos para o exercício do cargo deve ser comprovado na ocasião da posse e, não, no momento da inscrição.

2. "O diploma ou habilitação legal para o exercício do cargo deve ser exigido na posse e não na inscrição para o concurso público." (Súmula do STJ, Enunciado nº266).

3. Em sede de agravo regimental não se conhece de alegações estranhas às razões da insurgência especial e ao agravo de instrumento, eis que evidenciam vedada inovação de fundamento.

4. Agravo regimental improvido.

(AgRg no Ag 596. 206/RJ, ReI. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, julgado em 24.02.2005, DJ 09.05.2005 p. 488)

E não poderia tal compreensão ser diferente, eis que disciplinada pela Lei n. 8.112, de 1990, ao dispor sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis, que também se aplica à Carreira Policial Federal, sendo ilegítima qualquer disposição contida no edital do concurso, que disponha de forma diversa.

Dessa forma, o impetrante conseguiu demonstrar os pressupostos para antecipação dos efeitos da sentença, eis que entendo presente a plausibilidade jurídica e a base empírico-probatória suficiente para o reconhecimento da verossimilhança das alegações postas na peça exordial.

Ante o exposto, CONCEDO A LIMINAR para determinar que a autoridade coatora proceda ao remanejamento da matrícula do impetrante RODRIGO AZEM BUCHDID para o próximo Curso de Formação a ser ministrado pela Academia Nacional de Polícia.

Intime-se para imediato cumprimento ato que servirá de notificação para que a autoridade preste as informações no prazo legal" (fls. 31/35).

***

Em suas razões recursais, sustenta a União Federal, em resumo, a ilegitimidade da pretensão postulada pelo impetrante, ora recorrido, na medida em que, não sendo portador de diploma de curso superior, não faria jus à matrícula no referido curso de formação profissional, nos termos do edital regulador do certame. Requer, assim, a concessão de efeito suspensivo, até o pronunciamento definitivo da Turma julgadora (fls. 02/12).

***

Em que pesem os fundamentos deduzidos pela União Federal em sua peça vestibular, não vejo presentes, na espécie, os pressupostos do art. 558, do CPC, a autorizar a concessão da almejada antecipação da tutela recursal, na medida em que não conseguem infirmar as razões em que se amparou a decisão agravada, para deferir, liminarmente, a ordem buscada nos autos de origem, afinando-se, no particular, com o entendimento jurisprudencial que este egrégio Tribunal vem adotando, em casos assim, no sentido de que "*se o candidato a concurso público ficou incapacitado, por algum tempo, delimitado por atestado médico, para realização dos testes de esforço físico, é justo que se lhe oportunize realizá-los em segunda chamada, com isonomia de tratamento aos demais concorrentes, pois a igualdade consiste em tratar desigualmente os desiguais nos limites e no espaço de suas desigualdades, para obter-se a igualdade real*" (REO 95.01.07889-2/PA - Rel. Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE - Sexta Turma - DJU de 01/08/2003) e de que a prova de escolaridade deve ser exigida apenas no momento da posse. Ora, se essa comprovação somente é necessária naquela fase do concurso, afigura-se manifestamente impertinente exigir-se que o candidato que já preencha os requisitos almejados por ocasião da inscrição no respectivo certame, até mesmo porque, pretendendo a Administração contratar alguém com determinada qualificação, somente os candidatos que comprovarem essa condição, no momento da posse, poderá ocupar o cargo público pretendido.

***

Com estas considerações, indefiro o pedido de efeito suspensivo formulado na inicial.

Intime-se o agravado, nos termos e para as finalidades do art. 527, V, do CPC, abrindo-se vistas, após, à douta Procuradoria Regional da República, na forma regimental.

Publique-se.

Brasília-DF., em 29 de março de 2007.

Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.009769-3/MT
Processo na Origem: 200636000170719

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
AGRAVANTE	:	CERAMICA SAO BENTO LTDA
ADVOGADO	:	GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL - BNDES
PROCURADOR	:	ALEXANDRA DE LUCA MARQUES DE OLIVEIRA

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo, contra decisão proferida pelo douto juízo da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso, que, nos autos da ação de busca e apreensão movida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES contra Cerâmica São Bento Ltda, ora agravante, e Outros, deferiu o pedido de antecipação da tutela ali formulado, lavrada nestes termos:

"Cuida-se de pedido liminar em Ação de Busca e Apreensão intentada pelo BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES, em face de CERÂMICA SÃO BENTO LIDA. e EUSTÁQUIO MACHADO DE MIRANDA, visando a busca e apreensão dos bens móveis descritos em fls. 13/14 com espeque no art. 3° do Decreto-Lei nº 911/69.

(...)

Trata-se de ação de busca e apreensão dos bens dados em garantia fiduciária por força da Cédula de Crédito Industrial n° 06/96 (AF/DECOB n. 82.950.026/101; AF/DECOB n. 82.950,269/128 e AF/DECOB/nº 82.950.269/136), nos moldes do disposto no artigo 3° do Decreto-Lei n° 911/69, in verbis:

"Art. 3° - O proprietário, fiduciário ou credor, poderá requer contra o devedor ou terceiro a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, a qual será concedida liminarmente, desde que comprovada a mora ou o inadimplemento do devedor. "

Face a inadimplência da parte ré, que não honrou o contrato entabulado, na data de 26/06/2006, esta fora notificada via Cartório de Registro de Títulos e Documentos a efetuar o pagamento dos valores em atraso, em atendimento ao que determina o art. 2°, § 2°, do Decreto-Lei nº 911/69. Entretanto, devidamente notificada, a ré quedou-se inerte, restando, assim, comprovada a mora contratual (fls. 67).

Assim, fundamentando-se o pedido de busca e apreensão no artigo 3° Decreto-Lei n. 911/69, e comprovada a mora contratual pela notificação de fls. 67, a concessão da liminar é medida que se impõe.

Em face do exposto, DEFIRO LIMINARMENTE A BUSCA E APREENSÃO dos bens descritos em fls. 13/14, dados em garantia fiduciária, fazendo-o com suporte no art. 3° do Decreto-Lei n° 911/69.

Expeça-se o necessário.

Cumprida a liminar, cite-se nos termos dos §§ 2° e 3° do Dec.-Lei n° 911/69, com a nova redação dada pela Lei n. 10.931, de 02 de agosto de 2004.

Defiro também o pleito de fls. 14, item "7.4". Intime-se a União Federal para, querendo, intervir no processo, de acordo com o disposto no artigo 5°, da Lei n° 9.469/67.

Intimem-se também os depositários fieis MARISE CARVALHO ALVES e EUSTÁQUIO MACHADO DE MIRANDA, acerca da propositura desta ação de busca e apreensão" (fls. 104/105).

***

Em suas razões recursais, sustenta a agravante, em resumo, que o débito em que se funda a demanda instaurada nos autos de origem já estaria prescrito, a ensejar, para a sua cobrança, a observância do procedimento ordinário, não se admitindo, na espécie, o ajuizamento de ação de busca e apreensão. Em sendo assim, por se tratar de débitos prescritos, a sua inclusão em cédula industrial tornaria nula eventual constituição em mora, a descaracterizar, também, sob esse enfoque, a carência de ação, bem assim, a nulidade da notificação que lhe fora dirigida, para a sua cobrança. Acrescenta, ainda, que a inclusão de encargos abusivos no montante cobrado afastaria eventual mora, conforme entendimento já firmado no âmbito do colendo Superior Tribunal de Justiça, razão por que, alegando que os equipamento sobre os quais se determinou a busca e apreensão são imprescindíveis ao prosseguimento de suas atividades, requer a concessão de efeito suspensivo, até o pronunciamento definitivo da Turma julgadora (fls. 02/11).

***

Não obstante os fundamentos em que se amparou a decisão agravada, vejo presentes, na espécie, os pressupostos do art. 558 do CPC, a autorizar a concessão da almejada antecipação da tutela recursal, em face do caráter nitidamente preventivo da medida postulada e, por isso, compatível com a tutela cautelar do agravo, manifestada nas letras e no espírito do referido dispositivo legal.

Com efeito, encontrando-se em discussão, no feito de origem, a legitimidade do débito em que se ampara a almejada busca e apreensão, a adoção de medidas constritivas de bens da promovida, ora agravante, como no caso, há de se operar com elevado grau de cautela, mormente em se tratando de equipamentos por elas utilizados em sua atividade laboral.

De outra banda, os aludidos bens, segundo se extrai dos elementos carreados para os presentes autos, encontram-se sob a guarda de fiéis depositários, circunstância essa que assegura a efetividade do provimento judicial, em caso de procedência da demanda, não se justificando, assim, também sob esse aspecto, a sua apreensão.

***

Com estas considerações, e tendo em vista que a pretensão recursal se enquadra nas comportas revisoras do art. 558 do CPC, defiro o pedido de antecipação da tutela, sob a rubrica de efeito suspensivo, até o pronunciamento definitivo da Turma julgadora.

Oficie-se, com urgência, via FAX, ao juízo monocrático, para ciência e cumprimento desta decisão.

Intime-se o agravado, nos termos e para as finalidades do art. 527, V, do CPC.

Publique-se.

Brasília-DF., em 23 de março de 2007.

Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE
Relator

RECURSO ESPECIAL - AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2007.01.00.009947-4/DF

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
AGRAVANTE	:	EDNA BRAZ VIEIRA E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	AMELIO DIVINO MARIANO E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:	IGOR FELIPE GUSKOW E OUTROS(AS)

D E C I S Ã O

A pretensão dos agravantes de que seja concedido o efeito suspensivo para que a agravada Caixa Econômica Federal não levante os valores depositados em conta-corrente, para fins de garantia do juízo em execução de verba honorária, não guarda o requisito do perigo da demora, uma vez que, dada a solvabilidade da agravante e, sendo julgado procedente seu pedido, este poderá ser facilmente recomposto.

Indefiro, pois, o efeito suspensivo pretendido.

Intime-se a agravada para, querendo, apresentar contraminuta.

Dispensado o envio de informações pormenorizadas.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2007.

Juiz Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO
Relator (Convocado)

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2007.01.00.010014-0/MG

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
AGRAVANTE	:	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
PROCURADOR	:	HUGO MARCELINO DA SILVA
AGRAVADO	:	JULIANA ALVARENGA FREITAS
ADVOGADO	:	HILDEBRANDO PONTES NETO E OUTRO(A)

D E C I S Ã O

Pretende a agravante a reforma da decisão que lhe determinou parasse de utilizar as imagens de propriedade da agravada com fins de promoção da instituição. Alega que a agravada não demonstrou a existência de perigo da demora e de dano iminente que justificasse a concessão da liminar.

Decido.

Não diviso fundamentos para processar o agravo na modalidade de instrumento, posto que a manutenção da decisão agravada não é passível de causar à agravante risco de dano de difícil ou incerta reparação, principalmente considerando que a utilização das imagens de propriedade da agravada, as quais não foram trasladadas, trazem prejuízos, isso, sim, à *ex adversa*.

Ademais, a ausência de pedido de concessão de efeito, por si só, já denota a falta do *periculum in mora*.

Posto isso, com apoio no inciso II do art. 527 do Código de Processo Civil, determino a conversão do agravo de instrumento em retido.

Remetam-se os autos ao juízo de primeiro grau.

Intime-se.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2007.

Juiz Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO

Relator (Convocado)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.010076-3/BA
Processo na Origem: 200733000013680

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
AGRAVANTE	:	MARIA GIOVANNINA VITTORIA MARCHESINI
ADVOGADO	:	ANNA CARLA MARQUES FRACALOSSI E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
AGRAVADO	:	ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR	:	ROBERTO LIMA FIGUEIREDO
AGRAVADO	:	MUNICIPIO DO SALVADOR - BA

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto contra decisão proferida pelo douto juízo da 8ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado da Bahia, que, nos autos da ação ajuizada MARIA GIOBANNINA VITTORIA MARCHESINI, ora agravante, contra a União Federal e Outros, indeferiu o pedido de antecipação da tutela ali formulado, no sentido de que lhe fosse fornecido o medicamento denominados ABILITY 20mg, em virtude de não dispor de condições financeiras suficientes para fazer frente ao tratamento de que necessita.

A decisão agravada apreciou a questão nestes termos:

"MARIA GIOVANNINA VITTORIA MARCHESINI ajuizou a presente Ação Ordinária contra a UNIÃO, o ESTADO DA BAHIA e o MUNICÍPIO DE SALVADOR, objetivando a concessão de tutela antecipada para determinar que esses três entes públicos sejam compelidos a lhe fornecer o medicamento denominado ABILITY 20 mg, garantindo-se a dosagem de 01 (um) comprimido por dia, durante o período do seu tratamento médico, sob pena de aplicação de multa diária não inferior a R$300,00 (trezentos reais).

Afirma que é portadora da enfermidade Psicose Esquizofreniforme (CID F20.8) e que necessita fazer uso contínuo de medicamentos, em especial o ABILITY 20 mg, visto que o uso do antigo remédio denominado GEODON 40mg (ZIPRASIDONA) gerava ocorrência de, tremores intensos. Acontece que, segundo alega, não possui condições financeiras de adquirir aquele medicamento, cujo valor da caixa contendo 30 comprimidos varia entre R$ 632,00 e 733,35.

Juntou documentos.

Por meio do despacho de fls. 44, a MM Juíza Federal Substituta que então presidia o feito ordenou a intimação dos réus para oferecerem informações no prazo de 5 (cinco) dias.

O Estado da Bahia exibiu contestação às fls. 50/67, alegando, inicialmente, que existem cinco "fármacos análogos àquele pleiteados na liminar, possíveis de ser disponibilizados pelo Poder Público" (fls. 51). Disse, ainda, que a pretensão da autora é ilegal, visto que impõe a obrigação de adquirir "um medicamento não autorizado pela Vigilância Sanitária" (fls. 54). Sustentou, ademais, que somente urna perícia judicial é que poderia verificar, de forma imparcial, a eficácia do procedimento sugerido nos autos. Pugnou pela improcedência dos pedidos contidos na exordial.

Manifestando-se sobre o pedido, a União, por sua vez, apresentou a peça e fls. 95/101, pedindo a sua exclusão do feito, em razão de ilegitimidade passiva, alegando que compete ao Estado da Bahia o fornecimento do medicamento referido nos autos. No mérito, disse que é desconhecida a comprovação da eficácia do medicamento para combater o mal que acomete a autora, ressaltando, ainda, a "existência de medicamento similar e menos custoso que obtenha os mesmos efeitos" (fls. 100). Argumentou, ademais, no sentido de que inexistem "elementos suficientes que comprovem a efetividade do medicamento, ainda porque não se trata de remédio que conste na lista de medicamentos de Dispensação Excepcional" '(fls. 100).

É o breve relato. Decido.

Não merece acolhimento a preliminar de ilegitimidade passiva "ad causam" suscitada pela União, haja vista que é sua a responsabilidade de custear o Sistema Único de Saúde, conforme dispõe a Lei n. 8.080/90:

Art. 31. O orçamento da seguridade social destinará ao Sistema Único de Saúde (SUS) de acordo com a receita estimada, realização os recursos necessários à de suas finalidades, previstos em proposta elaborada pela sua direção nacional, com a participação dos órgãos da Previdência Social e da Assistência Social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Quanto ao pedido de tutela antecipada, não vislumbro, neste exame inicial da lide, um dos requisitos legais que autorizam a sua concessão, a saber, a verossimilhança das alegações.

Ora, mesmo ciente de que a saúde "é direito de todos e dever do Estado" (CF/88, art.196), a hipótese trazida a debate não revela, à primeira vista, o direito da autora à obtenção imediata do medicamento ABILITY 20mg, uma vez que, conforme informações trazidas pelos réus, existe medicamento similar disponível para tratamento da sua enfermidade, não podendo esta magistrada, sem a realização de uma perícia, impor aos réus que forneçam uma medicação cuja eficiência, em relação aos fármacos eventualmente fornecidos pelo Poder Público, não pode ser verificada neste momento processual.

Ademais, em sua contestação, o Estado da Bahia afirmou que "procedeu a tempestiva juntada do ofício nº 142/04, subscrito pelo Sr. Secretário de Saúde, dando conta da existência de cinco fármacos análogos àquele pleiteado na liminar, possíveis de ser disponibilizados pelo Poder Público" (fls. 510).

Por isso, havendo disponibilidade de outros medicamentos para tratamento da saúde da autora, e não tendo sido demonstrada, através de perícia técnica específica, a superioridade do medicamento reivindicado na inicial, não vislumbro a existência da verossimilhança das alegações da parte autora.

Desse modo, rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva suscitada pela União e DENEGO O PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA, formulado na inicial.

Citem-se todos os réus.

Proceda a Secretaria à inclusão do Município de Salvador nos registros do feito.

***

Em suas razões recursais, insiste a agravante na concessão da almejada antecipação da tutela, reiterando os fundamentos deduzidos perante o juízo monocrático, destacando que, nos termos do relatório médico carreado para os autos, os medicamentos que vinha fazendo uso apresentaram uma série de efeitos colaterais, o mesmo não ocorrendo após o uso do medicamento ABILITY 20mg, impondo-se, assim, o seu fornecimento, pelos promovidos, ora agravados, na medida em que não dispõe de recursos suficientes para a sua aquisição, razão por que requer o deferimento do pedido de antecipação da tutela recursal, até o pronunciamento definitivo da Turma julgadora (fls. 02/19).

***

Não obstante as razões em que se amparou a decisão agravada, no sentido de que existiriam outros medicamentos indicados para o tratamento da doença de que é portadora a agravante, dispondo-se, inclusive, o Estado da Bahia a fornecê-los, vejo presentes, na espécie, os pressupostos do art. 558 do CPC, a autorizar a concessão da almejada antecipação da tutela recursal, na medida em que, segundo se extrai do relatório médico de fls. 33/35, em fotocópia, o uso de medicação distinta daquela pretendida pela recorrente tem causado efeitos colaterais, colocando em risco a sua saúde.

De outra banda, a pretensão deduzida nos autos de origem encontra respaldo até mesmo em sede constitucional, na medida em que "*a saúde é direito de todos e dever do Estado"* (art. 196), e legal, no sentido de que "*a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício"* (Lei nº 8.080/90, art. 2º), cabendo ao SUS a execução de ações de "*assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica"* (Lei nº 8.080/90, art. 6º, inciso I, alínea d), refletindo, assim, uma garantia fundamental ao exercício do direito à vida e à assistência médica a sobrepor-se a qualquer outro interesse de cunho material, político ou administrativo.

Por outro lado, conforme bem demonstrou a autora recorrente, a responsabilidade pela execução das diretrizes estabelecidas pelo Sistema Único de Saúde implantado no país é concorrente, envolvendo, na hipótese dos autos, ações do gestor federal (repasses dos recursos financeiros necessários), do gestor estadual (definição e aquisição do medicamento) e do gestor municipal (distribuição do medicamento).

Sobre o tema, o colendo Superior Tribunal de Justiça tem se posicionado, em reiteradas vezes, no sentido de deferir-se a tutela pretendida, nos termos dos julgados referidos na inicial.

Esse mesmo entendimento vem sendo adotado no âmbito deste egrégio Tribunal, conforme se vê dos seguintes arestos:

"PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LIMINAR.REALIZAÇÃO DE TRATAMENTO MÉDICO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS.

Proclama a Constituição Federal, art. 196, que "a saúde é direito de todos e dever do Estado" (destaquei); e o art. 198, II, prevê o Sistema Único de Saúde, inclusive com atendimento integral, não podendo, assim, o tratamento médico, com o fornecimento de medicamentos, ser negado ao impetrante."

(AG nº 2002.0100.034956-8/MG - Rel. Desembargador Federal TOURINHO NETO - Segunda Turma - unânime - DJU de 19/08/2003)

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. ATENDIMENTO À PESSOA DOENTE. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA.

I - Fornecimento de remédios à pessoa doente, com insuficiência renal, inclusive procedimentos da hemodiálise, é obrigação da União, caso os órgãos locais do SUS recusem o serviço ao argumento de não haver medicamento disponível.

II - Em se tratando de questão de saúde que envolve risco de conseqüências irreversíveis, plausível a concessão de tutela antecipada.

III - A saúde e a vida ainda que de um só indivíduo integram o universo do interesse público, já que o alijamento da pessoa em virtude da doença desfalca a própria coletividade.

IV - Agravo de Instrumento improvido"

(AG 1999.01.00.091352-0/MG - Rel. Desembargador Federal JIRAIR ARAM MEGUERIAN - Segunda Turma - unânime - DJU de 09/04/2001).

***

Com estas considerações e tendo em vista que a tutela buscada nestes autos se ajusta às hipóteses do art. 558, do CPC, defiro o pedido de efeito suspensivo formulado na inicial, para que as promovidas adotem as providências necessárias, no raio de suas respectivas competências, visando o imediato fornecimento, sem ônus para a autora da demanda, do medicamento indicado na peça vestibular, até a conclusão do seu tratamento.

Intimem-se, via FAX, com urgência, os promovidos, para fins de integral e imediato cumprimento.

Manifestem-se os agravados, nos termos do art. 527, V, do CPC, abrindo-se vistas, após, à douta Procuradoria Regional da República, pelo prazo legal.

Publique-se.

Brasília-DF., em 26 de março de 2007.

Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE

Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.010081-8/MG
Processo na Origem: 694070353776

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
AGRAVANTE	:	BENEDITA GANDINI VILELA
ADVOGADO	:	PERICLES LANDGRAF ARAUJO DE OLIVEIRA E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto contra decisão proferida pelo douto Juízo de Direito de Três Pontas/MG, no exercício da magistratura federal, que, nos autos dos embargos à execução opostos por Benedita Gandini Vilela à execução fiscal que lhe move a União Federal, indeferiu o pedido de antecipação da tutela ali formulado, no sentido de que fosse determinada a exclusão do seu nome de cadastros de inadimplentes, inclusive em certidão da dívida ativa, em virtude do aludido débito.

A decisão agravada examinou e decidiu a espécie, nestes termos:

A FAZENDA PÚBLICA FEDERAL ajuizou EXECUÇÃO FISCAL em face de BENEDITAGANDINI VILELA, visando receber o valor de R$429.366,16 (quatrocentos e vinte e nove mil trezentos e sessenta e seis reais e dezesseis centavos), conforme processo nº 31.437-4, em apenso.

BENEDITA GANDINI VILELA opôs os presentes EMBARGOS À EXECUÇÃO em face da FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, pretendendo, em suma, a revisão dos encargos originários do débito, com a declaração de nulidade das cláusulas referentes à capitalização de juros, anatocismo e comissão de permanência; correção monetária apenas pela variação do preço mínimo do produto cultivado; decote dos encargos moratórios; redução da multa de 10% para 2% e aplicação da Lei de Securitização. Por fim, salientou que preenche os requisitos legais e postulou, a título de antecipação de tutela, a exclusão ou abstenção de inclusão de seu nome em quaisquer cadastros de proteção ao crédito, bem como em dívida ativa, até o julgamento final do presente feito, sob pena de multa diária.

Trata-se de Ação de Embargos à Execução, com pedido de antecipação de tutela para o fim de excluir o nome da autora de quaisquer cadastros de restrição ao crédito, bem como em dívida ativa da União.

Aplicável à espécie; o art. 273 do Código de Processo Civil, que diz:

"O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e:

I - haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação; ou

II - fique caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu", (Grifo nosso)

(...)

"§ 2° Não se concederá a antecipação de tutela quando houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado".

(...)

"§ 6° A tutela antecipada também poderá ser concedida quando um ou mais dos pedidos cumulados, ou parcela deles, mostrar-se incontroverso".

Vê-se que o objetivo do legislador foi agilizar a entrega da prestação jurisdicional, exigindo para tanto requisitos mais severos que àqueles da medida cautelar, consistentes apenas no periculum in mora e fumus boni iuris.

O mestre CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO, ao tratar do assunto na obra "A Reforma do Código de Processo Civil", Ed. Malheiros p. 143, recomenda que o juiz deve ser prudente e atento à gravidade da medida a conceder. E mais, que a exigência da prova inequívoca significa que a mera aparência não basta e que a verossimilhança exigida é mais do que o 'fumus boni juris" exigido para a tutela cautelar.

Para a antecipação da tutela pleiteada, deve-se atender os pressupostos, fundamentos e condição. Os pressupostos são: prova inequívoca e verossimilhança da alegação (art. 273, caput, CPC). Os fundamentos são três: fundado receio de dano grave, abuso do direito de defesa ou a incontrovérsia de um ou mais pedidos (art. 273, l, II c/c § 6º). Por fim, condição é a reversibilidade da medida.

Mas, no caso concreto, ora em análise, não vislumbro os pressupostos para a concessão da medida, eis que a autora não trouxe aos autos, por ora, prova inequívoca sobre a verossimilhança de suas alegações, que nada mais é senão aquela prova que asseguraria sentença de mérito favorável, caso tivesse a causa de ser julgada no momento da apreciação da tutela antecipatória.

Note-se que a matéria depende de instrução probatória tanto que na inicial foi protestado por todos os meios de provas em direito admitidos.

Registre-se, ainda, que a autora confessou a existência da dívida, insurgindo-se tão-somente contra o seu montante.

Assim, o fato do credor promover o registro do nome em cadastros de restrição ao crédito ou inscrição do débito em dívida ativa constitui mero exercício regular de direito.

A propósito:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO ORDINÁRIA DE NULIDADE DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS ABUSIVAS - INSCRIÇÃO DO NOME NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - DÍVIDA ADMTIDA. - Não há falar em nulidade por falta de fundamentação, visto que as decisões interlocutórias poderão ser fundamentadas de modo conciso (art. 165 do CPC); - Deve ser cassada a decisão liminar que deferiu a exclusão do nome do consumidor dos órgãos de proteção ao crédito, uma vez que tal registro não se revela abusivo ou ilegal, na hipótese de o agravado admitir a existência da dívida que lhe é exigida, porquanto não caracterizada a aparência do bom direito." (TAMG, AI 0461147-8, 5ª CC, rel. Juiz Armando Freire, 12/08/2004)

AGRAVO DE INSTRUMENTO - CAUTELAR INOMINADA - LIMINAR CONCEDIDA - INSCRIÇÃO DO DEVEDOR EM ÓRGÃO DE PR0TEÇÃO AO CRÉDITO - DISCUSSÃO LIMITADA, APENAS AO MONTANTE DÉBITO EM AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO, BANCÁRIO IMPROPRIEDADE DA MEDIDA - RECURSO PROVIDO - A concessão de liminar em cautelar inominada, como medida preparatória ao ajuizamento de ação ordinária revisional de cláusulas de contrato bancário, visando à exclusão de nomes do CADIN, SERASA E SPC, efetivamente não se presta a conferir garantia ao resultado útil do processo principal. É direito do credor promover a inscrição de nome do seu devedor junto aos órgãos de proteção ao crédito porque tal conduta tem o respaldo da lei e não se revela abusiva ou arbitrária quando se discute em ação paralela apenas o montante do débito e não a sua inexistência. Recurso a que se dá provimento para cassar a liminar concedida", (Grifo nosso TAMG, AI 366.297-1, 5ª CC, relator Juiz Armando Freire, 06.06.2002).

Em suma, a suplicante não preenche os requisitos do art. 273 do Código de Processo Civil.

Ante o exposto e tudo o mais constante nos autos, não obstante os esforços do douto advogado da autora, INDEFIRO A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA pleiteada.

Cite-se e intime-se"

***

Em suas razões recursais, insiste a agravante, na concessão da almejada antecipação da tutela, reiterando os fundamentos deduzidos perante o juízo monocrático, destacando, ainda, que a jurisprudência de nossos tribunais já pacificou o entendimento no sentido de excluir-se o nome do devedor de cadastros de inadimplentes, enquanto pendente de apreciação judicial a legitimidade do débito que lhe deu origem. Requer, assim, a concessão de efeito suspensivo, para fins de exclusão de seu nome dos aludidos cadastros, até o pronunciamento definitivo da Turma julgadora (fls. 02/31).

***

A pretensão deduzida pela autora, em sua peça recursal, harmoniza-se com o entendimento jurisprudencial já pacificado pelo colendo Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que "*a discussão judicial da dívida obsta a inscrição do nome do devedor no Cadastro de Inadimplentes*" (RESP nº 610355/RS, Rel. Min. Luiz Fux - DJU de 23/03/2004, RESP 285097/B - Rel. Min. Franciulli Netto - DJU de 25/11/2003, RESP 180665/PE - Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira - DJU de 03/11/1998, RESP 217629/MG - Rel. Min. Barros Monteiro - DJU de 11/09/200 e AGRESP 501801/RS - Rel. Min. Francisco Falcão - DJU de 20/10/2003).

De igual forma, no âmbito deste egrégio Tribunal também já está pacificado o entendimento "de que é indevida a inscrição do nome do devedor nos cadastros de inadimplentes, enquanto pendente de decisão judicial o débito questionado. Tal medida encontra espaço tanto no corpo do processo cautelar autônomo como nos autos do feito principal, em face do princípio da instrumentalidade do processo, com expressa autorização legal (CPC, art. 273, § 7º, com a redação dada pela Lei nº 10.444/02)" (AG nº 2003.01.00.00018-0/PI - Rel. Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE - Sexta Turma - unânime - DJU de 30/06/2003).

***

Com estas considerações e tendo em vista que a tutela pretendida ajusta-se às hipóteses do art. 558, do CPC, defiro o pedido de antecipação da tutela recursal, sob a rubrica de efeito suspensivo, para determinar a exclusão do nome da agravante de cadastros de inadimplentes, em virtude do débito questionado nos autos de origem, até o pronunciamento definitivo da Turma julgadora.

Comunique-se, via FAX, ao juízo monocrático, para ciência.

Intime-se a agravada, para imediato cumprimento desta decisão e para as finalidades do art. 527, V, do CPC.

Cumpra a agravante, no prazo de 05 (cinco) dias, o disposto no art. 2º da Lei nº 9.800/99, sob pena de cancelamento da distribuição.

Publique-se.

Brasília-DF., em 29 de março de 2007.

Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE
Relator

RECURSO ESPECIAL - AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2007.01.00.010118-6/PA

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
AGRAVANTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:	ELIANE MARIA ICHIHARA FONSECA E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	JOSETTE SOUZA DE PONTES E SOUZA E OUTRO(A)

D E C I S Ã O

Para o deferimento da antecipação da tutela recursal requerida pela agravante, para ser solicitada a quebra do sigilo bancário do executado, ou, então, que sejam utilizadas as prerrogativas do convênio Bacen Jud, com o fito de localizar contas/aplicações, mister é a comprovação de que envidou todos os esforços possíveis na tentativa de localização de bens, e que os mesmos restaram infrutíferos.

Neste sentido são os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. INDEFERIMENTO DA NOMEAÇÃO DE BENS FEITA PELO CREDOR, E DETERMINAÇÃO DE BLOQUEIO DE VALORES QUANTOS BASTEM À GARANTIA DA EXECUÇÃO. DESCABIMENTO.

1. Descabe ao Juiz indeferir nomeação de bens à penhora feita pelo credor, com a qual concordou o devedor, ao fundamento de pertencerem os bens a terceiro, determinando o bloqueio de valores em depósito bancário, sem antes oportunizar ao executado a manifestação de concordância do proprietário dos bens, prevista no art. 9º, IV, da Lei nº 6.830/80.

2. O bloqueio de importância em dinheiro, por meio do BACENJUD, é medida de caráter excepcional, devendo ser deferida quando somente não existirem outros bens a serem constritos.

3. Agravo de instrumento provido.

(Ag n. 2002.01.00.022728-2/MG - Relator Desembargador Federal Antônio Ezequiel da Silva - DJ de 01.04.2005, p. 94)

PROCESSUAL CIVIL -EXECUÇÃO FISCAL - BACENJUD - AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1-Esgotados os meios para a localização de bens do executado; observada a correlação entre o montante requestado e o valor da execução, bem assim respeitada a incolumidade das contas que pela origem e/ou finalidade dos depósitos não podem ser atingidas em constrição; garantida a viabilidade da atividade empresarial, são lícitos a requisição de informações junto a instituições financeiras sobre a existência de saldo e o bloqueio de valores, não implicando tais procedimentos quebra de sigilo nem onerosidade excessiva.

2- Se a adesão ao PAES torna prejudicado o agravo de instrumento, então faleceria à agravante, também, interesse para o agravo interno.

3-Agravo interno não provido.

5-Peças liberadas pelo Relator em 06/10/2004 para a publicação do acórdão.

(AGTAG n. 2003.01.00.008823-7/BA - Relator Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral - DJ de 22.10.2004, p. 119)

Não tendo a agravante carreado aos autos tais documentos, bem como, havendo bens penhorados para a garantia da dívida, não há razão plausível que justifique o processamento do agravo de instrumento, eis que ausente a possibilidade de risco de lesão grave ou de difícil reparação.

Assim, com apoio no inciso II do art. 527 do CPC, determino a conversão do feito em agravo retido.

Remetam-se os autos ao juízo de primeiro grau.

Intime-se.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2007.

Juiz Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO
Relator (Convocado)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.010320-3/PI
Processo na Origem: 200640000018310

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
AGRAVANTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:	ANDREA DE JESUS CARVALHO E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	FRANCISCO RAFAEL FERREIRA PEREIRA
ADVOGADO	:	JOANA DARC GONCALVES LIMA EZEQUIEL

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto contra decisão proferida pelo douto juízo da 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Piauí, que, nos autos da ação ajuizada por Francisco Rafael Ferreira Pereira, ora agravado, contra a Caixa Econômica Federal, deferiu o pedido de antecipação da tutela cautelar ali formulado, no sentido de que fosse suspensa a execução extrajudicial de imóvel adquirido pelo Sistema Financeiro da Habitação (fls. 14/15).

Em suas razões recursais, sustenta a Caixa Econômica Federal, em resumo, que não se encontram presentes, na espécie, os pressupostos necessários para a concessão da antecipação da tutela pretendida pela autora. Requer, assim, a concessão de efeito suspensivo, até o pronunciamento definitivo da Turma julgadora.

***

Em que pesem os fundamentos deduzidos pela agravante, em sua peça recursal, não vejo presentes, na espécie, os requisitos do art. 558 do CPC, a ensejar a concessão da almejada antecipação da tutela recursal, na medida em que não conseguem infirmar as razões em que se amparou a decisão agravada, assegurando ao autor demanda a permanência na posse do imóvel que ocupa, até o julgamento da demanda instaurada nos autos de origem, em que se busca a declaração de quitação do seu financiamento, a caracterizar, na espécie, a natureza eminentemente preventiva e, por isso, compatível com a tutela cautelar do agravo, manifestada nas letras e no espírito do referido dispositivo legal.

Ademais, em casos assim, venho decidindo, seguindo a linha do entendimento jurisprudencial cristalizado em nossos tribunais, no sentido de que o mutuário faz jus à suspensão do processo de execução extrajudicial do contrato de financiamento questionado nos autos de origem, mediante o depósito judicial, no montante que entende devido, das parcelas vencidas e vincendas, enquanto pendente de discussão judicial o valor do contrato.

Sobre a questão posta em debate, este egrégio Tribunal e o colendo Superior Tribunal de Justiça já pacificaram entendimento, nestas letras:

1 - "PROCESSO CIVIL. CAUTELAR. LIMINAR. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. SUSPENSÃO DE LEILÃO EXTRAJUDICIAL. REAJUSTE DAS PRESTAÇÕES DA CASA PRÓPRIA.

1. Não se discute, em ação cautelar, o critério a ser aplicado às prestações da casa própria.

2. Na ação cautelar, para a concessão da liminar, verifica-se, em exame perfunctório, se o direito em que o autor se baseará, no processo principal, é plausível ou não, e se o dano, resultante da demora, causará, ou não, grave prejuízo ao autor.

3. Agravo improvido."

(AG 96.01.01476-4/DF - Rel. Juiz TOURINHO NETO - Terceira Turma - Unânime - julgado em 1º/04/96).

2 - "PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL. NÃO INCLUSÃO DO NOME DE DEVEDOR EM CADASTRO DE INADIMPLENETES. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS DO STJ SOBRE A MATÉRIA. TUTELA DE URGÊNCIA E CAUTELAR, COM EFICÁCIA MANDAMENTAL-INIBITÓRIA NEGATIVA. IMPOSSIBILIDADE DE TUTELA SATISFATIVA NAS COMPORTAS PROCESSUAIS DO AGRAVO.

I - De acordo com a jurisprudência majoritária do colendo Superior Tribunal de Justiça, pode o juiz, no exercício do poder geral de cautela, suspender a execução extrajudicial de crédito enquanto pendente de discussão judicial a exigibilidade do indigitado crédito, bem assim, determinar a não inclusão do devedor em cadastros de inadimplentes, pois essa pode vir a ser descaracterizada, após o julgamento do feito principal.

II - Não há como admitir-se a pretensão de tutela satisfativa, no recurso de agravo, que não possibilita, na exigüidade de suas comportas procedimentais, a solução definitiva da lide, posta a exame no espaço processual amplo e adequado do feito principal, sob o comando do juízo natural, a devolver-se à Corte revisora, somente pelas vias do recurso próprio e nos limites do tantum devolutum quantum apellatum.

III - Agravo regimental desprovido. "

(AG nº 2001.01.00.023363-5/MT - Rel. Juiz SOUZA PRUDENTE - Sexta Turma - Unânime - Julgado em 17/09/2001).

Por outro lado, a tutela cautelar buscada pelo autor, nos autos de origem, visa prevenir eventual adoção de medidas executivas em face da inadimplência contratual, cujos critérios de reajuste ainda pendem de apreciação judicial, e poderá ser deferida, como forma garantidora da eficácia da decisão sobre o meritum causae, tanto nos autos do processo autônomo (cautelar) como no corpo do próprio feito principal, em face da instrumentalidade do processo e de expressa autorização legal (CPC, art. 273, § 7º, com a redação dada pela Lei nº 10.444/02).

***

Com estas considerações, indefiro o pedido de efeito suspensivo formulado na inicial.

Manifeste-se o agravado, nos termos do art. 527, V, do CPC.

Publique-se.

Brasília-DF., em 29 de março de 2007.

Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.010337-1/DF
Processo na Origem: 200734000001526

RELATORA	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
AGRAVANTE	:	UNIÃO
PROCURADOR	:	JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
AGRAVADO	:	MUNICIPIO DE PALMITOS - SC
PROCURADOR	:	ADRIANO LUIZ PERIN

D E C I S Ã O

Cuida-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto pela União contra a decisão (fls. 52/55) que, em ação de mandado de segurança, deferiu liminar para determinar a suspensão do registro de inadimplência do Município de Palmitos, SC, junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI em razão de irregularidades encontradas na prestação de contas do Convênio 802/2001, celebrado com o Ministério da Integração Nacional.

Irresignada, recorre a União, alegando que não foram atendidos os requisitos necessários à suspensão da inadimplência, e que inexiste perigo da demora por não haver sido indicado qualquer convênio ou acordo cuja celebração não se concretizara em razão da medida restritiva adotada, daí podendo resultar grave dano ao erário em decorrência da liberação de verbas a Município inadimplente (fls. 5/6).

Sustentou que "a suspensão do repasse de verbas oriundas de convênio administrativo não atinge o repasse constitucionalmente garantido aos municípios"; bem como que a figura do gestor municipal não pode ser dissociada do ente público por ele administrado, razão pela qual o descumprimento das obrigações pactuadas faz ressair legítima a medida impugnada, que fora adotada em consonância com a legislação de regência e com as expressas cláusulas do Convênio; e que, a teor de precedente (que indica) do Superior Tribunal de Justiça, "a ocorrência de irregularidades cometidas pelo prefeito anterior não afasta a possibilidade de inscrição do município no cadastro de inadimplentes" (fls. 6/9).

Asseverou que a população local já fora penalizada com a má gestão dos recursos, circunstância que torna pertinente o propósito de reembolso do erário (fl. 8); e que, à exceção das transferências destinadas à saúde, à educação e à assistência social, o repasse de verbas insere-se no âmbito da discricionariedade da Administração (fls. 10/11).

Verifico que o Município de Palmitos, SC, impetrou ação de mandado de segurança (fls. 16/26), buscando suspender a inscrição do próprio nome junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, além de impedir o próprio registro no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados - CADIN, por haverem sido constatadas irregularidades na execução do Convênio 802/2001 (fls. 62/65 e 72/74), celebrado com o Ministério da Integração Nacional. Concedida a liminar para a retirada do nome do impetrante junto ao SIAFI, a União interpôs o presente recurso.

Assim postos os fatos, entendo relevantes os fundamentos da decisão agravada.

O entendimento prevalecente na Sexta Turma deste Tribunal é no sentido de que não é jurídico privar os municípios, em virtude de irregularidades cometidas por seus ex-prefeitos, do recebimento de quaisquer recursos federais que são objeto de transferências diversas das do fundo de participação.

Embora minha opinião seja mais restrita, pois entendo que a Administração, em razão de inscrição no SIAFI, não deve, apenas, obstar o repasse aos municípios de recursos federais destinados a "ações sociais e ações em faixa de fronteira" e "ações de educação, saúde e assistência social", tal como previsto no art. 26, da Lei nº 10.522/2002 e no art. 25, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, adiro à jurisprudência majoritária, porque, no caso em exame, o Município adotou as providências cabíveis para responsabilizar o ex-prefeito pelos atos que ocasionaram a inadimplência - conforme anotado pelo Ministério Público Federal ao se pronunciar, junto ao Juízo de origem, em favor da concessão da ordem (fl. 86) -, o que, nos termos da IN STN 1/97, justifica sua suspensão. Nesse sentido, a orientação firmada pelo Superior Tribunal de Justiça, como é de ver dos acórdãos assim ementados:

"MANDADO DE SEGURANÇA. SIAFI. INCLUSÃO DE MUNICÍPIO. INADIMPLÊNCIA DE GESTÃO ANTERIOR. IN/STN Nº 5/01.

1. Foram tomadas as providências no sentido da suspensão da inadimplência do convênio, em cumprimento à IN/STN nº 5/01, e da exclusão do Município do CADIN.

2. Nos casos de inadimplência cometida por administração municipal anterior, o nome do município não deve ser inserido no CADIN ou no SIAFI, em situações como as da espécie, em que o sucessor toma providências objetivando ressarcir o erário.

3. Segurança concedida." (MS-9.633, Ministro Castro Meira, DJ 20.2.06.)

.....

"Mandado de segurança. Inscrição no SIAFI. Prefeito posterior. Instrução normativa nº 01/STN-97. Possibilidade de interpor agravo regimental contra decisão interlocutória proferida em liminar em mandado de segurança. Súmula 622/STF.

1. É cediço, no âmbito da 1ª seção, que deve ser liberada da inadimplência a prefeitura administrada pelo prefeito que sucedeu o administrador faltoso, quando tomadas todas as providências objetivando o ressarcimento ao erário, em conformidade com os §§2º e 3º, da Instrução Normativa nº 01/STN." (AgRg no MS-9.945, Ministro Luiz Fux, DJ de 13.12.04.)

Tal o contexto, correta se me afigura a suspensão da inscrição do Município de Palmitos, SC, junto ao SIAFI, a fim de que não haja restrição de repasse de verbas federais.

Vale ressaltar que esta decisão não impede a fiscalização dos recursos federais repassados ao Município nem a instauração de tomada de contas especial, a cobrança de eventual dívida ou a inscrição, nos cadastros de inadimplentes, do nome do ex-gestor - Ademar Henchen (fl. 16) -, caso julgado ele responsável por algum desvio.

Desse modo, harmonizando-se a decisão agravada com os julgados acima transcritos, nego seguimento ao presente agravo de instrumento, com fundamento no art. 557, *caput*, do CPC c/c o art. 30, XXV, do Regimento Interno desta Corte.

Não havendo recurso, baixem os autos à instância de origem.

Publique-se.

Brasília-DF, 9 de abril de 2007.

Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.010345-7/DF
Processo na Origem: 200434000192925

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
AGRAVANTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
AGRAVADO	:	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE RIBEIRÃO CLARO
ADVOGADO	:	GABRIELA NOGUEIRA ZANI GIUZIO E OUTROS(AS)

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto contra decisão proferida pelo douto da 16ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, que, nos autos de ação ajuizada pela SANTA CASA DE MISERICÓRDIDA DE RIBEIRÃO CLARO contra a União Federal, ora agravante, onde se questionam os índices a serem utilizados, para fins de conversão da moeda (cruzeiro real para real), em relação à Tabela do Sistema Único de Saúde - SUS. Entendeu o juízo monocrático que a discussão instaurada nos autos de origem giraria em torno de matéria de direito, apenas, afigurando-se lhe desnecessária a realização da prova pericial requerida (fls. 84).

Em suas razões recursais, sustenta a agravante, em resumo, a imprescindibilidade da prova em referência, na medida em que o deslinde da questão passaria pela análise de situações fáticas, questões manifestamente técnicas, tais como a quantificação do efetivo benefício pecuniário que os prestadores de serviço teriam auferido em decorrência da não dedução da expectativa de inflação futura, observadas cláusulas contratuais firmadas entre as partes, razão por que requer a concessão de efeito suspensivo, para que seja deferida a realizada da prova técnico-contábil requerida, até o pronunciamento definitivo da Turma julgadora (fls. 02/08).

Os presentes autos vieram-me distribuídos, por dependência, em face da prevenção gerada pela anterior distribuição do AG nº 2007.01.00.008765-8, interposto pela autora da demanda contra a mesma decisão, ora impugnada.

***

Apreciando o pedido de efeito suspensivo formulado nos autos do AG nº 2007.01.00.008765-8, acima referido, pronunciei-me, nestes termos:

"Não obstante os fundamentos da decisão agravada, encontram-se presentes, na espécie, os pressupostos do art. 558, do CPC, a ensejar a concessão da almejada antecipação da tutela recursal, em face da natureza eminentemente técnica das questões deduzidas nos autos de origem, e, também, da garantia constitucional da ampla defesa (CF, art. 5º, incisos LIV e LV).

Com estas considerações e tendo em vista que a tutela pretendida enquadra-se nas comportas revisoras do referido art. 558 do CPC, defiro o pedido de antecipação da tutela recursal, sob a rubrica de efeito suspensivo, para assegurar a agravante o direito à produção da prova pericial requerida, perante o juízo singular, até o pronunciamento definitivo da Turma julgadora.

Comunique-se ao juízo a quo, via FAX, o inteiro teor da presente decisão, para fins de ciência e cumprimento"

***

Como visto, a decisão agravada já foi objeto de apreciação, por este egrégio Tribunal, que suspendeu os seus efeitos, ainda que em sede provisória.

Adotando, pois, como razões de decidir os mesmos fundamentos da referida decisão, defiro, também, aqui, o pedido de antecipação da tutela recursal, sob a rubrica de efeito suspensivo, para assegurar à agravante o direito à produção da prova pericial requerida, perante o juízo monocrático, até o pronunciamento definitivo da Turma julgadora.

Comunique-se ao juízo a quo, via FAX, o inteiro teor desta decisão, para fins de ciência e cumprimento.

Intime-se a agravada, nos termos do art. 527, inciso V, do CPC.

Publique-se.

Brasília-DF., em 29 de março de 2007.

Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.010348-8/DF
Processo na Origem: 200734000062585

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
AGRAVANTE	:	UNIAO EDUCACIONAL DO PLANALTO CENTRAL
ADVOGADO	:	RUBENS MARCIAL FERREIRA DOS SANTOS
AGRAVADO	:	ADOLPHO FRANCO CARNEIRO
ADVOGADO	:	RODRIGO MARCIO PADILHA

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto contra decisão proferida pelo douto juízo da 13ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, que, nos autos de mandado de segurança impetrado por ADOLPHO FRANCO CARNEIRO contra ato do Sr. Reitor da UNIPLAC - UNIÃO EDUCACIONAL DO PLANALTO CENTRAL, deferiu, liminarmente, o pedido de antecipação da tutela mandamental ali formulado, assegurando à impetrante o direito à matrícula no curso de Odontologia, junto àquela instituição de ensino, independentemente do pagamento das mensalidades que se encontram em atraso.

A decisão agravada resumiu e decidiu a questão nestes termos:

"ADOLPHO FRANCO CARNEIRO ajuíza o presente mandamus contra ato do REITOR DA UNIPLAC - UNIÃO EDUCACIONAL DO PLANALTO CENTRAL no qual requer a concessão de liminar, para que seja determinada sua matricula nas disciplinas faltantes do curso de Odontologia, correspondentes ao respectivo último semestre. Requer, outrossim, os benefícios da assistência judiciária.

Informa que:

a) de junho de 2000 a dezembro de 2005, esteve matriculado no curso de Odontologia, em universidade sita em Uberlândia - (UNITRI) e, no início d e2006, requereu transferência para a UNIPLAC;

b) é beneficiário do programa do MEC destinado a financiar a graduação no ensino superior a estudantes carentes (FIES);

c) em conseqüência, goza do desconto de 70% do valor da mensalidade do curso, financiado pelo programa, o qual será reembolsado pelo estudante, após o término dos estudos e inserção no mercado de trabalho;

d) a UNITRI se negou a fornecer os documentos referentes à transferência de seu financiamento, o que o obrigou a ajuizar demanda, na qual requereu fosse a instituição universitária determinada a entregar o termo de transferência do FIES, para que pudesse prosseguir nos seus estudos, graças ao repasse pela CEF do valor financiado para a instituição ora impetrada;

e) necessita aditar o contrato com a CEF e como o procedimento pode tardar, não poderá aguardar o respectivo término sem que se matricule no curso;

f) como houve demora no envio do termo de transferência pela UNITRI, tem arcado com as despesas integrais do curso junto à impetrada, e, em conseqüência, está com a UNIPLAC;

g) por tal razão, a impetrada se nega a matriculá-lo no último semestre do curso.

Alega que, "quando da transferência do FIES (Programa de Financiamento Estudantil) a impetrada receberá os 70% (setenta por cento) referentes ao financiamento do aluno impetrante retroativamente, e desta forma, o aluno receberá parte do valor financiado de volta, na forma de créditos junto à impetrada.

Assim, a impetrada receberá os 70% (setenta por cento) financiados pelo impetrante, e descontará do valor pago integralmente no restante das mensalidades. Por este motivo a impetrada não pode se negar a matricular o aluno no seu ultimo semestre pois viola o seu direito de terminar a graduação. Ora, em nada será prejudicada a instituição!!!!" (fl. 05)

Para o impetrante é evidente o periculum in mora, pois iniciado o ano letivo, foi-lhe negada a matricula, em razão de débito que será honrado pelo FIES, o que não importará em qualquer prejuízo para a UNIPLAC. Viola também a impetrada ao não permitir que se matricule, no último semestre do curso, que termine sua graduação e possa exercer futuro ofício.

(...)

Defiro o pedido formulado pelo impetrante de assistência judiciária.

Da leitura dos autos, sabe-se que prévio ao ajuizamento do presente feito, o impetrante ingressou com demanda contra a entidade universitária na qual estudou até dezembro de 2005 (UNITRI), para obter documento de transferência de seu financiamento estudantil À UNIPLAC.

Foi concedida a liminar requerida, tendo entendido o Juízo, que verbis: "se o único obstáculo à entrega do referido documento é o mencionado na presente decisão, entendo que o impetrante não pode ser penalizado por questões burocráticas existentes entre a UNITRI e a Caixa Econômica federal, já que não deu causa À presente situação.

O periculum in mora resta evidenciado no caso dos autos, haja vista que a recusa da IES em entregar o documento necessário à transferência do FIES para a outra faculdade no qual está matriculado o impetrante, está a lhe causar sérios prejuízos de ordem financeira, porquanto, conforme narrado na própria inicial, o impetrante está sendo obrigado a arcar com o valor integral das mensalidades junto À UNIPLAC, situação essa que convém seja imediatamente repelida" (fl.45)

Neste mandamus, o impetrante se insurge contra a negativa de matriculá-lo por estar em débito com a impetrada, em razão de não ter ocorrido envio oportuno do termo de transferência do FIES.

A negativa, no caso, de matricular o impetrante por razão de dívida, que poderá ser honrada, configura-se, em tese, empecilho ao direito do impetrante a exercer o oficio para o qual se prepara e, mesmo, para alongar a perspectiva de saldar o empréstimo que assumiu.

O fato de não poder freqüentar as aulas que, ora tem lugar, acena com a presença do periculum in mora, pois se não concedida agora a liminar, inócua poderá ser a ordem, se ao final for concedida, pois o tempo não volta atrás.

Concedo, portanto, a liminar, para que matricule o impetrado, em caráter provisório, o impetrante nas disciplinas que deveria cursar, caso não lhe tivesse sido negada a oportunidade.

Intime-se, com urgência, o impetrado para cumprir esta decisão.

Expeça-se notificação para prestar informações" (fls. 23/26).

***

Em suas razões recursais, sustenta a agravante, em resumo, que a não renovação de matrícula de alunos inadimplentes encontra previsão expressa na Lei 9.870/99, não se podendo compelir a Instituição privada a continuar prestando serviços sem o recebimento da contra-prestação. Requer, assim, a concessão de efeito suspensivo, até o pronunciamento definitivo da Turma julgadora (fls. 02/10).

***

Em que pesem os fundamentos deduzidos pela agravante, não vejo presentes, na espécie, os pressupostos do art. 558, do CPC, a ensejar a concessão do almejado efeito suspensivo.

Com efeito, muito embora a aludida pretensão encontre óbice no art. 5º da Lei nº. 9.870/99, há de se privilegiar, no caso, o exercício do direito constitucional à educação (CF, art. 205) em detrimento dos interesses financeiros da instituição de ensino, que, apesar de ser uma entidade de natureza privada, presta serviço de caráter público e dispõe dos meios legais necessários para obter o pagamento de débito em referência, observando-se, contudo, o devido processo legal, não se permitindo o uso da negativa de renovação de matrícula como meio coercitivo para receber o aludido crédito.

***

Com estas considerações, indefiro o pedido de efeito suspensivo, formulado na inicial.

Manifeste-se o agravado, nos termos do art. 527, V, do CPC, abrindo-se vistas, após, à douta Procuradoria Regional da República.

Publique-se.

Brasília-DF., em 10 de abril de 2007.

Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE

Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.010354-6/GO
Processo na Origem: 200635030009185

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
AGRAVANTE	:	ESTADO DE GOIAS
PROCURADOR	:	CLEONICE ALVES CORDEIRO
AGRAVADO	:	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB
ADVOGADO	:	PAULO ALEXANDRE CORNELIO DE OLIVEIRA BROM E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	REGINALDO DA SILVA ALVES
ADVOGADO	:	ROBLEDO EURIPEDES VIEIRA DE RESENDE E OUTROS(AS)

Reserva-se a apreciação do pedido de antecipação da tutela recursal, após as informações do juízo a quo, no decêndio legal.

Intimem-se os agravados, nos termos do art. 527, inciso V, do CPC.

Publique-se.

Brasília-DF., em 29 de março de 2007.

Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE

Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2007.01.00.010373-8/DF

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
AGRAVANTE	:	INSTITUTO EURO - AMERICANO DE EDUCACAO CIENCIA E TECNOLOGIA
ADVOGADO	:	LUIZ ANTONIO MUNIZ MACHADO E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	DANIEL FONSECA E CONDE E OUTRO(A)
ADVOGADO	:	REILOS MONTEIRO

D E C I S Ã O

Cuida-se de agravo de instrumento interposto pela Instituição Euro-Americana de Educação Ciência e Tecnologia de decisão que, em mandado de segurança, concedeu medida liminar, para obrigar o agravante a fornecer a guia de transferência dos impetrantes, contendo as notas e aprovações referentes ao segundo semestre de 2006.

Alega o agravante que os discentes, ora agravados, concluíram o primeiro semestre de 2006, mas que, por força de pendências financeiras, não renovaram a matrícula atinente ao segundo semestre do mesmo ano. Aduz que os discentes fizeram meras alegações, sem que, contudo, trouxessem aos autos prova do direito alegado, ou seja, de que freqüentaram ou submeteram-se a avaliações.

Pede a concessão do efeito suspensivo para cassar a decisão agravada, ante a necessidade de dilação probatória para a identificação do direito dos impetrantes.

Decido.

Penso que razão assiste ao agravante, posto que não consta do traslado do instrumento qualquer elemento de prova que indique que os discentes cursaram o segundo semestre de 2006, falecendo-lhes, pois, o direito de postularem a matrícula e inclusão de notas referentes ao semestre em questão.

Assim, presentes os pressupostos autorizadores, concedo parcialmente o efeito suspensivo pretendido, para sobrestar a entrega da guia de transferência dos agravados, com as notas referentemente ao segundo semestre de 2006. Esta guia, no entanto, deverá ser emitida imediatamente aos alunos, caso requeiram, anexando-se-lhe o histórico escolar com informações pertinentes aos cinco primeiros semestres do curso de Direito.

Comunique-se. Dispensado o envio de informações pormenorizadas

Intime-se os agravados para, querendo, apresentarem contraminuta.

Publique-se.

Brasília, 29 de março de 2007.

Juiz Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO

Relator (Convocado)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.010438-7/MG
Processo na Origem: 200738010001498

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
AGRAVANTE	:	TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	:	ANA LUIZA AZEVEDO DORNAS DE LIMA E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - UFJF
PROCURADOR	:	HUGO MARCELINO DA SILVA
AGRAVADO	:	EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES - EMBRATEL
ADVOGADO	:	CLAUDIA FERRAZ DE MOURA E OUTROS(AS)

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto contra decisão proferida pelo douto juízo da 3ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG, que, nos autos de ação ajuizada por Telemar Norte Leste S/A, ora agravante, contra a Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, indeferiu o pedido de antecipação da tutela ali formulado, no sentido de que fosse determinada a suspensão da contratação da Empresa Brasileira de Telecomunicações - EMBRATEL, em virtude de suposta nulidade do procedimento licitatório a que se reporta o Edital de Pregão Presencial nº 157/06-COSUP, instaurado no âmbito daquele instituição de ensino, lavrada nestes termos:

"Trata-se de ação proposta pela Telemar Norte Leste S/A contra a Universidade Federal de Juiz de Fora e a Embratel, onde pleiteia seja anulado o edital de licitação para prestação de serviço de telefonia fixa.

Pede, em tutela antecipada, seja suspensa a contratação da Embratel.

Determinada a oitiva dos réus, estes sustentaram a validade da licitação e da correlata contratação.

É o bastante relatório.

Em primeiro plano, analiso a preliminar levantada pelos réus.

Como a autora não participou da licitação, aduzem os réus que lhe falta interesse de agir. Todavia, vejo da documentação acostada que a autora impugnou, na via administrativa, o edital do certame, sendo este seu objetivo nesta ação.

Assim, tendo desde o início manifestado a autora seu inconformismo com o edital, entendo estar presente o interesse de agir, até porque a anulação do mesmo implicará em nova licitação, da qual poderá participar a autora, caso sejam sanadas as irregularidades que alega existir e que seriam o motivo de sua não participação.

Desta forma, rejeito a preliminar argüida.

No tocante ao pedido de antecipação de tutela, tenho que não é possível concedê-lo.

Com efeito, para que seja antecipado o tutela, faz-se mister que haja verossimilhança das alegações, o que, no caso presente, só poderá ser verificado depois de acurada análise da prova a ser produzida.

Ademais, como relata a Universidade, já foi dado início a execução do contrato, sendo que sua suspensão prematura pode acarretar em sérios transtornos para a Universidade, com evidente prejuízo para o serviço público.

Lado outro, se constatada alguma irregularidade na licitação, caso não seja mais possível se desfazer o contrato, poderão ser resolvidos em perdas e donos os eventuais prejuízos suportados pela autarquia federal, sem detrimento da responsabilização do agente público responsável.

Ante o exposto, indefiro a antecipação da tutela pleiteado.

Citem-se os réus para apresentarem contestação no prazo legal" (fls. 201/202).

***

Em suas razões recursais, insiste a agravante na concessão da almejada antecipação da tutela, reiterando os mesmos fundamentos deduzidos perante o juízo monocrático, destacando que o cumprimento de algumas das exigências contidas no edital regulador do certame questionado nos autos de origem implicaria em violação às normas estipulada pela ANATEL, razão por que veiculara, sem êxito, oportuna impugnação, na esfera administrativa, noticiando o aludido vício. Requer, assim, a concessão de efeito suspensivo, até o pronunciamento definitivo da Turma julgadora (fls. 02/25).

***

Em que pesem os fundamentos deduzidos pela agravante em sua peça recursal, não vejo presentes, na espécie, os requisitos do art. 558 do CPC, a ensejar a concessão do almejado efeito suspensivo, até mesmo porque a autora limita-se a repetir as alegações apresentadas ao juízo monocrático, sem, contudo, infirmar as razões que serviram de suporte à decisão agravada, notadamente no que se refere ao fato de que o contrato de prestação de serviços, cuja celebração se pretende impedir, já se encontra em fase de execução, sendo de se destacar que eventual descumprimento das normas editadas pela ANATEL deve ser denunciado àquela Agência, conforme, inclusive, já procedera a recorrente.

***

Com estas considerações, indefiro o pedido de efeito suspensivo, formulado na inicial.

Retifiquem-se a autuação, a distribuição e os demais assentamentos cartorários, para que deles conste, corretamente, o nome da segunda agravada - Empresa Brasileira de Telecomunicações - EMBRATEL.

Manifestem-se as agravadas, após, nos termos do art. 527, V, do CPC, abrindo-se vistas, em seguida, à douta Procuradoria Regional da República, na forma regimental.

Publique-se.

Brasília-DF., em 09 de abril de 2007.

Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE

Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.010469-9/DF
Processo na Origem: 200634000355607

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
AGRAVANTE	:	CARLOS GOMES DA SILVA
ADVOGADO	:	JONILSON BASILIO DA SILVA
AGRAVADO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:	ADRIANA SOUSA DE OLIVEIRA E OUTROS(AS)

Efetue o agravante, no prazo de 05 (cinco) dias, o pagamento das custas processuais devidas, ou comprove, se for o caso, que milita, nos autos de origem, sob o pálio da Justiça gratuita, sob pena de cancelamento da distribuição.

Publique-se.

Brasília-DF., em 29 de março de 2007.

Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE

Relator

MEDIDA CAUTELAR Nº 2007.01.00.010512-1/GO
Processo na Origem: 200635000023211

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
REQUERENTE	:	BRENO RANGEL BORGES MARCHETTI
ADVOGADO	:	CARLOS AUGUSTO JORGE
REQUERIDO	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS

DECISÃO

Trata-se de ação cautelar incidental, ajuizada por Breno Rangel Borges Marchetti contra a União Federal, visando, liminarmente, a concessão da tutela cautelar, para que possa ser nomeado e empossado no cargo de Perito Criminal Federal, em razão de sua aprovação em concurso público.

Em suas razões iniciais, noticia o autor que, por força da decisão liminarmente deferida nos autos principais (Proc. nº 2006.35.00.002321-1), atualmente em fase de recurso perante este egrégio Tribunal, onde se discute a sua eliminação do certame decorrente de reprovação no exame de avaliação psicológica, participou do curso de formação profissional, obtendo regular aprovação. Em sendo assim e considerando o fato de que o direito ali postulado já fora, inclusive, reconhecido por sentença de mérito, negando-se, porém, a administração em proceder à realização dos atos subseqüentes, ocasionando-lhe prejuízos irreversíveis, requer a concessão de antecipação da tutela, para que lhe seja deferida a nomeação e posse no referido cargo, até o julgamento final da demanda (fls. 02/19).

***

Como visto, o autor da demanda do curso de formação profissional, por força da decisão liminarmente proferida nos autos principais, logrando regular aprovação, inexistindo, pois, qualquer óbice à almejada nomeação e posse, observada a ordem de classificação, por ele obtida no concurso público questionado nestes autos.

De igual forma, o *fumus boni juris* que, inclusive, já foi reconhecido pelo julgado proferido nos autos principais, parece-me, ainda, latente, neste caso, na medida em que a pretensão deduzida pelo autor encontra-se em sintonia com o entendimento jurisprudencial já pacificado em nossos tribunais, no sentido de que "*o exame psicológico de caráter sigiloso e irrecorrível afronta a garantia constitucional da ampla defesa e do contraditório nos termos do art. 5º, incisos XXXIV, "b" e LV*" (TRF/1ª Região - AMS 2001.33.00.012535-9/BA, Rel. p/ Acórdão Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE, DJU de 28/02/2005). E, ainda, que "*é lícita a realização de exame psicotécnico em concurso público, desde que dotado de critérios objetivos, cujas razões de inabilitação dos candidatos sejam motivadas e divulgadas*" (STJ - AgRg nos Edcl no RMS 18.366/RR, Rel.. Min. Paulo Medina, DJU de 12/12/2005)

Posta a questão nestes termos, prospera a pretensão deduzida nos presentes autos, no sentido de que lhe sejam asseguradas a nomeação e posse no cargo público para o qual foi regularmente aprovado.

***

Com estas considerações, defiro o pedido de antecipação da tutela cautelar pretendida, para assegurar ao autor da demanda o direito à nomeação e posse para o cargo público, descrito na inicial, observada a ordem de classificação por ele obtida, até o pronunciamento definitivo da Turma julgadora.

Oficie-se, com urgência, via FAX, para ciência e cumprimento desta decisão, ao Sr. Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, cientificando-se, também, ao juízo a quo.

Cite-se a União Federal, para responder, querendo, no prazo legal.

Publique-se.

Brasília-DF., em 26 de março de 2007.

Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.010649-7/DF
Processo na Origem: 200234000015396

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
AGRAVANTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:	THAIS SEVERO BARBOSA E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	ALEXANDRE COELHO FRANCO E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	CERES NOGUEIRA LUSTOSA

Reserva-se a apreciação do pedido de efeito suspensivo formulado na inicial, após as informações do juízo a quo, no decêndio legal.

Intimem-se os agravados, nos termos e para as finalidades do art. 527, V, do CPC.

Publique-se.

Brasília-DF., em 29 de março de 2007.

Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.010656-9/BA
Processo na Origem: 200633010006537

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
AGRAVANTE	:	MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR	:	BARTIRA DE ARAUJO GOES
AGRAVADO	:	AGRICOLA CANTAGALO LTDA
ADVOGADO	:	ELISABETH REIS SOUSA SANTOS E OUTRO(A)

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pelo Ministério Público Federal contra decisão proferida pelo douto juízo da Vara Federal da Subseção Judiciária de Ilhéus/BA, que, nos autos de ação de interdito proibitório, ajuizada por Agrícola Cantagalo Ltda, ora agravado, contra a Comunidade Tupinambá da Serra do Padeiro e Outros, deferiu, liminarmente, o pedido de antecipação da tutela cautelar inibitória, determinando a expedição de mandado proibitório em favor do Autor, para que os Requeridos se abstenham de proceder com a turbação ou esbulho nas áreas da Fazenda Bom Sossego, fixando, desde já, pena pecuniária de R$ 500,00 (quinhentos reais) por dia, em caso de descumprimento desta decisão (fls. 24/34).

Alega o Ministério Público Federal que a decisão agravada fundou-se, equivocadamente, em dois argumentos: a) impossibilidade de contraposição, em juízo preliminar, da posse civilista à fundada no indigenato, uma vez que esta última dependeria necessariamente de cognição vertical mais aprofundada; e b) no entrechoque entre as nominadas modalidades de posse, deve ser privilegiada a primeira, mantendo-se o *status quo* atual, até o posterior exame dos direitos dos índios sobre os imóveis.

Após discorrer sobre a posse imemorial dos povos indígenas, elencar jurisprudência que entende emprestar socorro à sua pretensão, aduz, ainda, o agravante que o douto juízo singular estribou-se, basicamente, em matérias jornalísticas para deferir a medida pleiteada, justificando, ainda, o seu temor em face dos efeitos que essa decisão poderá gerar entre outras pessoas em situação similiar, encorajando-as a perseguir, em juízo, idêntica pretensão.

Requer, assim, a concessão de efeito suspensivo, até o pronunciamento definitivo da Turma julgadora (fls. 02/13).

***

Não obstante as razões expendidas pelo douto representante do Ministério Público Federal, não vislumbro, na espécie, os pressupostos do art. 558 do CPC, a ensejar a concessão do almejado efeito suspensivo.

A tutela jurisdicional, liminarmente preconizada nos artigos 527, III e 558 do CPC, em referência, já deferida pelo douto juízo monocrático, tem natureza cautelar.

Vale destacar, aqui, a preocupação do juízo a quo, em manter, ao menos até que a situação fático-probatória dos autos lhe possibilite formar outra convicção a respeito do tema, o *status quo* atual, evitando-se, assim, a ocorrência de eventual risco de dano ou prejuízo ao autor da demanda.

***

Com estas considerações, indefiro o pedido de efeito suspensivo, formulado na inicial.

Intime-se o agravado, nos termos do art. 527, V, do CPC, abrindo-se, vista, após, à douta Procuradoria Regional da República.

Publique-se. Intime-se.

Brasília-DF., em 29 de março de 2007.

Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.010658-6/DF
Processo na Origem: 200734000085390

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
AGRAVANTE	:	CONFEDERACAO NACIONAL DE SERVICOS - CNS
ADVOGADO	:	RICARDO OLIVEIRA GODOI E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão proferida pelo douto juízo da 4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, que, nos autos da ação cautelar ajuizada pela Confederação Nacional de Serviços - CNS contra a União Federal, indeferiu o pedido de antecipação da tutela ali formulado, no sentido de que lhe fosse assegurado o direito de participar do Fórum Nacional da Previdência Social - FNPS, lavrada nestes termos:

"Não vislumbro plausibilidade no direito invocado.

Com efeito, anoto, inicialmente, que a demandante não possui a representabilidade invocada, eis que ainda não detém registro no Ministério do Trabalho; fato, aliás, incontroverso nos autos.

De outra parte, o rol dos participantes no Fórum Nacional da Previdência Social (que, diga-se de passagem é amplamente assistido pelas classes trabalhadora e empresarial - fl. 60) é taxativo, consoante elencado no Decreto 6.019/2007, fl. 60; sendo certo, no mais, que a participação de outras entidades condiciona-se à necessidade (art. 2°, §4°, fl. 61) do Ministro de Estado e da Previdência Social, o que, na hipótese vertente, não pode ser substituída pela determinação do Estado-Juiz, sob pena de intervenção indevida entre Poderes. Não reconheço, portanto, afronta aos princípios da motivação, proporcionalidade ou razoabilidade, consoante argumentado pela acionante.

Isso posto, indefiro a liminar postulada.

Promova a autora a alteração do pólo passivo da lide, eis que a presente demanda deve ser interposta exclusivamente contra o Estado, haja vista que o Ministério da Previdência Social não possui personalidade jurídica/ legitimidade ad causam" (fls. 128).

***

Em suas razões recursais, insiste a agravante na concessão da almejada antecipação da tutela recursal, reiterando os fundamentos deduzidos perante o juízo monocrático, acrescentando que, não obstante as disposições do Decreto nº 6.019/2007 ter estabelecido o rol dos participantes do referido Fórum Nacional da Previdência Social - FNPS, o aludido ato teria violado o princípio da legalidade, na medida em que, ao não permitir a participação da recorrente, teria deixado sem representação expressiva número de empregadores, no setor de serviços, instalados no país. Alegando, pois, que o referido Fórum tem exíguo prazo de duração (apenas seis meses), sendo que algumas reuniões já se realizaram, requer a concessão de efeito suspensivo, para que lhe seja deferida a tutela em referência, até o pronunciamento definitivo da Turma julgadora (fls. 02/17).

***

Em que pesem os fundamentos deduzidos pela agravante em sua peça recursal, não vejo presentes, na espécie, os pressupostos do art. 558, do CPC, a ensejar a concessão da pretendida antecipação da tutela recursal, na medida em que não conseguem infirmar as razões em que se amparou o juízo monocrático.

Ademais, segundo noticia a própria recorrente na petição inicial que instrui os autos de origem (fls. 19/31), ainda não dispõe de competente registro, como representante da categoria empresarial que diz representar, razão por que não poderia mesmo participar do Fórum descrito nos autos, nessa qualidade.

Há de ver-se, ainda, que, não obstante as alegações deduzidas pela recorrente, no tocante à possibilidade do controle judicial da legalidade dos atos administrativos, não apontou, em nenhum momento, onde residiria eventual ilegalidade do Decreto nº 6.019/2007, a autorizar a adoção da medida postulada.

***

Com estas considerações indefiro o pedido de efeito suspensivo, formulado na inicial.

Manifeste-se a agravada, nos termos do art. 527, V, do CPC, abrindo-se vistas, após, à douta Procuradoria Regional da República, na forma regimental.

Publique-se.

Brasília-DF., em 10 de abril de 2007.

Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2007.01.00.010659-0/DF

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.) (Resolução 600-022 PRESI)
AGRAVANTE	:	VIACAO SANTA CRUZ S/A
ADVOGADO	:	RICARDO AMARO FERREIRA E OUTRO(A)
AGRAVADO	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS

D E C I S Ã O

Cuida-se de agravo de instrumento com pedido de antecipação da tutela recursal, para que seja concedido efeito suspensivo ao recurso de apelação interposto.

Alega a agravante que existe a possibilidade de ocorrência de lesão grave ou de difícil reparação, posto que a agravada estaria autorizada a executar o débito em questão, enquanto não apreciado seu recurso de apelação, que visa a recompor o valor do contrato de permissão de linhas interestaduais para o transporte de passageiros.

Decido.

Em outro agravo de instrumento, oriundo da mesma demanda, o ilustre Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro concedeu efeito suspensivo, para que fosse aceita a fiança bancária, em vez do bloqueio de dinheiro em conta-corrente.

Entendeu o ilustre relator que "as condições deficitárias das linhas exploradas continuam, com nefastas conseqüências para a saúde financeira da empresa, com possível repercussão em seu quadro de empregados".

Assim, considerando que a fiança bancária seria apta a resguardar os interesses da União, enquanto se discute o contrato, tenho, da mesma forma, que estão reunidos os requisitos autorizadores para a antecipação da tutela recursal, razão pela qual a defiro, a fim de que o recurso de apelação da agravante seja recebido tanto no efeito suspensivo quanto devolutivo.

Comunique-se.

Dispensado o envio de informações pormenorizadas.

Intime-se a agravada para, querendo, apresentar contraminuta.

Publique-se.

Brasília, 28 de março de 2007.

Juiz Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO
Relator (Convocado)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.010713-9/MG
Processo na Origem: 199838000289914

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
AGRAVANTE	:	JOSE OLIMPIO DA SILVA
ADVOGADO	:	SERGIO LUIZ DINIZ DE PAULA E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:	ADALGISA PEREIRA MAYNARD CERQUEIRA E OUTROS(AS)

Intime-se a agravada, nos termos e para as finalidades do art. 527, V, do CPC.

Publique-se.

Brasília-DF., em 29 de março de 2007.

Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.010753-0/AC
Processo na Origem: 200730000002543

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
AGRAVANTE	:	TEREX AFALI EQUIPAMENTOS LTDA
ADVOGADO	:	TULIO DE FREITAS DO EGITO COELHO E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS

Em face do tempo decorrido desde a realização do pregão questionado nos autos de origem, ocorrido em 20/12/2006, oficie-se à autoridade impetrada, solicitando informações sobre a fase procedimental em que se encontra o aludido certame, bem assim sobre a eventual celebração do respectivo contrato.

Oficie-se, ainda, ao juízo a quo, solicitando a remessa de cópia das informações eventuais prestadas pela referida autoridade coatora.

Publique-se.

Brasília-DF., em 29 de março de 2007.

Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.010850-0/MG
Processo na Origem: 200738030015319

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
AGRAVANTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
AGRAVADO	:	ELY MARIA FAVATO
ADVOGADO	:	MARCIA GONCALVES DA SILVA
LITISCONSORTE-PASSIVO	:	MUNICIPIO DE UBERLANDIA - MG
LITISCONSORTE-PASSIVO	:	ESTADO DE MINAS GERAIS

D E S P A C H O

Intimem-se os Agravados para, querendo, apresentarem resposta (CPC, art. 527, V).

Brasília, 10 de abril de 2007.

Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.010904-3/MG
Processo na Origem: 200738030020739

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
RELATOR CONVOCADO	:	JUIZ FEDERAL MOACIR FERREIRA RAMOS
AGRAVANTE	:	NATALIA AMORIM DO CARMO
ADVOGADO	:	MAGDA REGINA MACIEL DA SILVA E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA - UFU
PROCURADOR	:	HUGO MARCELINO DA SILVA

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto contra decisão proferida pelo douto juízo da 3ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Uberlândia/MG, que, nos autos de mandado de segurança impetrado por Natália Amorim do Carmo contra ato do Sr. Reitor da Universidade Federal de Uberlândia/MG, indeferiu o pedido de antecipação da tutela mandamental ali formulado, no sentido de que lhe fosse assegurado o direito à matrícula no Curso de Filosofia (noturno), simultaneamente com o Curso de Letras - Licenciatura Plena em Português e Literatura de Língua Portuguesa, que ali já freqüenta, em virtude de regular aprovação em concurso vestibular.

" (...)

Em que pesem os argumentos do impetrante, tenho que a deliberação do Conselho Universitário atende aos ditames constitucionais tanto no que respeita à autonomia didático-científica da Universidade pública, quanto no tocante à democratização do ensino.

Com efeito, o ensino público mantém-se com verbas colhidas no seio da sociedade, justificando-se, portanto, a disseminação da oportunidade a um maior número de seus componentes.

Impressiona, na espécie, o levantamento de dados realizados pela Universidade Federal de Uberlândia, segundo o qual 250 das 500 vagas disponíveis são ocupadas por candidatos que realizam cursos simultâneos na mesma instituição. Esta realidade acarreta um contingente de alunos que se eternizam na Universidade, pois são obrigados a realizar um verdadeiro jogo de xadrez para compatibilizar os horários d matérias de ambos os cursos. Muitas vezes, não se identifica choque de horários nas grades apresentadas ao Judiciário, mas, no decorrer do curso, mormente daqueles que exigem prática, torna-se impossível avançar em um deles, sem retardar o outro. Nestas condições, o prejuízo à comunidade é incontestável. A Universidade passa a contar com a vaga preenchida, mas sub-aproveitada pelo aluno.

Extrapolando a seara da legalidade, a pretensão de ocupar duas vagas na Universidade pública contém certa dose de egoísmo, ainda que inconsciente, ou talvez de falta de visão comunitária que confere ao aluno de curso simultâneo a tranqüilidade de espírito de sub-aproveitar uma vaga em detrimento de outrem.

O investimento que o Estado e a sociedade realizam no financiamento da Universidade Pública merece retorno em tempo adequado, principalmente porque escassos. E, certamente, pelos estudos e levantamentos de dados realizados pela Universidade, a matricula em cursos simultâneos desatende, na grande maioria dos casos, tal desiderato.

Por fim, considerando que o Vestibular enquadra-se na categoria dos "concursos públicos", a aprovação no certame gera somente expectativa de direito à matricula. Assim, a Resolução do CONSUN encontra base constitucional, na medida em que atende ao disposto no art. 208 da Constituição, uma vez que o(a) estudante já freqüenta a Universidade, bem como no art. 206, I e VI, nos fins sociais a que se dirige a Instituição, os quais persegue instrumentalizada (autonomia didático-científica das Universidades)

Outrossim, em conseqüência da ponderação entre os princípios constitucionais da liberdade individual, da igualdade de acesso à educação e da democratização do acesso ao ensino, legitima-se a restrição criada pela Instituição de Ensino Superior por meio da Resolução nº 11/2005, vez que se encontra fundamentada em elementos de fato concretos que permitem concluir pela necessidade de se buscar a ampliação e universalização do acesso á educação a um número maior de acadêmicos que estão aptos e necessitam dessa prestação por parte do Estado.

Em sentido convergente, observe-se o seguinte julgado do egrégio TRF 1ª Região:

ENSINO SUPERIOR. MATRÍCULA EM DOIS CURSOS EM UNIVERSIDADE FEDERAL. IMPOSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA UNIVERSALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO ESCOLAR. APELAÇÃO RECEBIDA APENAS NO EFEITO DEVOLUTIVO.

1. Afigura-se legal a vedação de matricula de candidato classificado em processo seletivo para freqüentar curso de graduação em Universidade pública que já esteja matriculado em outro curso regular de graduação na mesma instituição de ensino.

2. Tal restrição encontra guarida com o princípio da universalização do atendimento escolar (arts. 205 e 214, II da C.F) pois visa assegurar o acesso ao ensino superior gratuito a todos.

3. O caso em tela não está inserido entre as hipóteses legais nas quais se possa atribuir efeito suspensivo à apelação.

4. Agravo improvido.

(AG 2006.01.00.009832-8/MG - Rel. Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida, Quinta Turma, DJ de 11/09/2006).

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Defiro os benefícios da justiça gratuita.

Notifique-se a autoridade impetrada para prestar informações no decêndio legal.

Prestadas as informações ou escoado o prazo legal, remetam-se os autos ao MPF para parecer. Após, conclusos" (fls. 62/64).

***

Em suas razões recursais, sustenta a agravante, em resumo, a legitimidade da sua pretensão, à míngua de qualquer limitação legal, para fins de ingresso nas instituições públicas de ensino, razão por que, tendo logrado aprovação nos respectivos processos de seleção, requer a concessão de efeito suspensivo, para que lhe seja deferida a tutela em referência, até o pronunciamento definitivo da Turma julgadora (fls. 02/14).

***

Não obstante as razões em que se amparou a decisão agravada, vejo presentes, na espécie, os pressupostos do art. 558 do CPC, a ensejar a concessão da almejada antecipação da tutela recursal, tendo em vista que a pretensão postulada nos autos de origem guarda sintonia com o entendimento jurisprudencial já pacificado no âmbito deste egrégio Tribunal, no sentido de que,"*não havendo incompatibilidade de horário entre as disciplinas que compõem os dois cursos, para os quais o estudante obteve aprovação em regular concurso vestibular, o que se deve verificar no caso concreto, afigura-se ilegítimo o indeferimento de matrícula em qualquer um deles, à mingua de amparo legal*" (AMS 2002.38.03.002274-8/MG - Rel. Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE - Sexta Turma - unânime - DJU de 27/09/2004).

***

Com estas considerações e tendo em vista que a pretensão deduzida na inicial tem guarida no art. 558 do CPC, defiro o pedido de antecipação da tutela recursal, sob a rubrica de efeito suspensivo, para assegurar à impetrante, ora agravante, o direito à matricula, junto à instituição de ensino em referência, no curso indicado na inicial, até o pronunciamento definitivo da Turma julgadora.

Comunique-se, via FAX, com urgência, à autoridade apontada como coatora, para fins de ciência e imediato cumprimento desta decisão, cientificando-se, também, o douto juízo a quo.

Intime-se a agravada, nos termos e para as finalidades do art. 527, V, do CPC, abrindo-se vistas, após, à douta Procuradoria Regional da República.

Publique-se.

Brasília-DF., em 28 de março de 2007.

Juiz Federal MOACIR FERREIRA RAMOS
Relator Convocado, em substituição eventual
(Resolução nº 600-10/2006/PRESI)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.011261-7/AM
Processo na Origem: 200632000065590

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
AGRAVANTE	:	TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	:	EMERSON CORREA SIMAO E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	GEDSON ROBERTO ALVES DE LIMA
ADVOGADO	:	JADSON ALVES LIMA E OUTROS(AS)

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto contra decisão proferida pelo douto Juízo da 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Amazonas, que, nos autos de ação ajuizada por GEDSON ROBERTO ALVES DE LIMA contra TELEMAR NORTE LESTE S/A, ora agravante, declinou da competência, para processar e julgar o aludido feito, em favor da Justiça Comum Estadual, sob o fundamento de que o colendo Superior Tribunal de Justiça estaria a reconhecer a competência da Justiça Comum Estadual para processar e julgar demandas que visam o afastamento da cobrança mensal da "Assinatura Básica Residencial" por concessionária de telefonia, em face da suposta ausência de interesse da União ou de quaisquer das pessoas elencadas no art. 109 da Constituição Federal na demanda instaurada nos autos de origem (fls. 264/269).

Em suas razões recursais, sustenta a agravante, em resumo, o manifesto interesse da ANATEL no feito, na medida em que a discussão ali travada gira em torno de cláusulas contratuais subscritas pela referida agência, razão por que requer a concessão de efeito suspensivo, até o pronunciamento definitivo da Turma julgadora (fls. 02/28).

***

Não obstante as razões contidas na decisão agravada, vejo presentes, na espécie, os pressupostos do art. 558 do CPC, a autorizar a concessão da antecipação da tutela recursal, na medida em que, girando a controvérsia instaurada nos autos de origem em torno de suposta abusividade de cláusula de contrato celebrado pelos autores da demanda, na condição de usuários do serviço de telefonia, e a empresa concessionária desse serviço público, no ponto em que estabelece a cobrança da chamada "*assinatura básica mensal*", inserida na referida relação contratual por meio de resolução editada pela ANATEL, afigura-se-me manifesto o interesse da aludida Agência no deslinde da demanda, com reflexos, inclusive, no exercício regular do seu poder de polícia.

Há de ver-se, ainda, que a situação fática em que fora proferido o julgado a que se reporta, dentre outros, o precedente citado na decisão agravada, em que pese referir-se à questão da competência para processar e julgar demandas dessa natureza, diz respeito a conflito de competência suscitado por Juízo Estadual, por discordar de decisão proferida pelo Juízo Federal, no sentido de afastar-se eventual interesse da ANATEL, em casos assim, tendo assentado o colendo Superior Tribunal de Justiça que, competindo ao juiz federal decidir acerca do aludido interesse e tendo decidido em sentido contrário, competiria ao juízo estadual processar e julgar a demanda, por não mais figurar na relação processual qualquer das pessoas indicadas no art. 109 da Constituição Federal.

Na hipótese dos autos, a discussão que se trava é justamente quanto ao acerto, ou não, da decisão agravada, proferida pelo juízo federal, afastando o interesse da agência reguladora, amparando-se, para tanto, tão-somente, em precedente jurisprudencial que, pelo visto, não se aplica, em princípio, ao caso em exame.

***

Com estas considerações e tendo em vista que a pretensão recursal deduzida nestes autos enquadra-se nas comportas revisoras do art. 558 do CPC, defiro o pedido de antecipação da tutela recursal, sob a rubrica de efeito suspensivo, para que o feito de origem tenha curso regular perante o juízo a quo, até o pronunciamento definitivo da Turma julgadora.

Comunique-se, via FAX, ao juízo monocrático, para ciência cumprimento desta decisão.

Intime-se o agravado, nos termos e para as finalidades do art. 527, V, do CPC, abrindo-se vistas, após, à douta Procuradoria Regional da República.

Publique-se.

Brasília-DF, em 30 de março de 2007.

Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.011302-6/DF

RELATORA	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
AGRAVANTE	:	SODESCHO PASS DO BRASIL SERVICOS E COMERCIO LTDA
ADVOGADO	:	FERNAO JUSTEN DE OLIVEIRA E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF

D E C I S Ã O

A Sodescho Pass do Brasil Serviços e Comércio Ltda, ora agravante, requer a desistência do presente agravo de instrumento interposto contra decisão que, em mandado de segurança, indeferiu pedido de liminar pelo qual pretendia a suspensão do Pregão nº 41/2006 promovido pela CEF.

Tendo em vista o disposto no art. 501 do CPC, que dispensa anuência do recorrido ao pedido, homologo a desistência do agravo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Não havendo recurso, baixem os autos à instância de origem.

Publique-se.

Brasília, 2 de abril de 2007.

Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.011419-6/DF
Processo na Origem: 200634000372007

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
AGRAVANTE	:	ABRAMULTI - ASSOCIACAO BRASILEIRA DAS PRESTADORAS DO SERVICO DE COMUNICACAO MULTIMIDIA
ADVOGADO	:	EDIO HENRIQUE DE ALMEIDA JOSE E AZEVEDO E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	TELEMAR NORTE LESTE S/A
AGRAVADO	:	BRASIL TELECOM S/A
AGRAVADO	:	TELEFONIA - TELECOMUNICACOES DE SAO PAULO S/A - TELESP
ADVOGADO	:	CID FLAQUER SCARTEZZINI FILHO E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	EMBRATEL - EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES
AGRAVADO	:	AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR	:	SERVIANNE EULALIA SILVA BEZERRA

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto contra decisão proferida pelo douto juízo da 16ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, que, nos autos da ação ajuizada pela ABRAMULTI - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS PRESTADORAS DO SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA, ora agravante, contra TELEMAR NORTE LESTE S/A e OUTRAS, indeferiu o pedido de antecipação da tutela ali formulado, no sentido de que fosse determinado:

a) que as empresas agravadas forneçam às empresas de telecomunicações associadas à agravante, detentoras de licença de Serviço de Comunicação Multimídia, no prazo de 15 (quinze) dias, proposta de preços para a imediata aquisição (compartilhamento) de infra-estrutura das Agravadas nos termos da Resolução ANATEL nº 274/2001, em condições econômicas que permitam a concorrência com as agravadas no fornecimento dos insumos para os provedores do serviço de valor adicionado de conexão à Internet (ADSL), levando em consideração o valor de mercado ofertado pelas próprias agravadas, diretamente ao consumidor final;

b) que as empresas agravadas forneçam aos provedores de Serviço de Valor Adicionado (acesso à Internet) associados à agravante, no prazo de 15 (quinze) dias, sem restrições, proposta comercial para aquisição dos insumos básicos necessários à conexão à Internet banda larga ou ADSL, em condição financeira não discriminatória e equânime conforme previsto em Lei, de forma a permitir que os associados da Agravante ofertem o seu próprio serviço ADSL (não somente os atuais serviços Turbo, Velox e Speedy das Agravadas) aos seus usuários.

Entendeu o juízo monocrático que não estaria presente, na espécie, prova hábil à formulação de juízo de verossimilhança (fls. 369).

Em suas razões recursais, insiste a agravante na concessão da almejada antecipação da tutela recursal, suscitando, em preliminar, a nulidade da decisão agravada, à míngua de regular motivação. No mais, sustenta a legitimidade da sua pretensão, sob o fundamento de que às empresas concessionárias do serviço de telefonia seria vedada a exploração dos serviços questionados nos autos de origem, impondo-se, assim, a concessão da medida postulada, a fim de viabilizar que as suas associadas possam explorar os referidos serviços, facultando-se-lhes, inclusive, a possibilidade da habilitação postulada, nas mesmas condições econômico-financeiras atualmente praticadas em relação às agravadas. Acrescentando, pois, que o indeferimento da tutela pretendida coloca em risco a própria sobrevivência financeira das suas empresas associadas, requer a concessão de efeito suspensivo, para que lhe sejam deferidos os pedidos liminarmente formulados nos autos de origem, até o pronunciamento definitivo da Turma julgadora (fls. 02/35).

***

Registro, de logo, que, não obstante a forma sucinta da decisão agravada, o juízo monocrático fundamentou o referido decisum no fato de que não teria sido produzida prova suficiente para demonstração da verossimilhança, como requisito indispensável ao deferimento do pedido de antecipação da tutela formulado nos autos de origem, mormente em face do pronunciamento técnico da ANATEL sobre a matéria. Em sendo assim, ainda que a agravante discorde do fundamento da decisão, tal fato não tem o condão de caracterizar a sua nulidade sob a alegação de ausência de motivação, o que, de resto, não se configurou, na espécie.

No mais, não obstante os fundamentos deduzidos pela agravante em sua peça vestibular, não vejo presentes, na espécie, os pressupostos do art. 558 do CPC, a autorizar a concessão da almejada antecipação da tutela recursal, em face da natureza manifestamente satisfativa da medida postulada e, por isso, incompatível com a tutela cautelar do agravo, manifestada nas letras e no espírito do referido dispositivo legal.

Ademais, segundo se extraí das próprias razões expostas pela agravante, o serviço de conexão à Internet questionado nos autos de origem vem sendo prestado por empresas coligadas às empresas concessionárias do serviço de telefonia, não se vislumbrando, em princípio, plausibilidade jurídica na pretensão por ela postulada, posto que essa se ampara no argumento de suposta proibição, em relação a essas empresas concessionárias, no que tange à exploração dos aludidos serviços, hipótese que, em tese, não se verificou, na espécie, na medida em que, embora coligadas, trata-se de empresas distintas, com personalidades jurídicas próprias.

***

Com estas considerações, indefiro o pedido de efeito suspensivo formulado na inicial.

Intimem-se as agravadas, nos termos do art. 527, V, do CPC, abrindo-se vistas, após, à douta Procuradoria Regional da República.

Publique-se.

Brasília-DF., em 02 de abril de 2007.

Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE
Relator.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.011744-1/MG
Processo na Origem: 200538090007246

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
AGRAVANTE	:	ADIL CARVALHO DA SILVEIRA E CONJUGE
ADVOGADO	:	FABIO LUIZ NUNES MARINO E OUTRO(A)
AGRAVADO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:	CELSO DE OLIVEIRA JUNIOR E OUTROS(AS)

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão proferida pelo Juízo da Vara Federal da Subseção Judiciária de Varginha/MG, que, nos autos de ação ajuizada por Adil Carvalho da Silveira e Outro, ora agravantes, em que se discute a revisão do valor de contrato de financiamento de imóvel adquirido pelo Sistema Financeiro da Habitação, indeferiu o pedido de produção de prova pericial, ali formulado, sob o fundamento de desnecessidade ao deslinde da demanda (fls.14/15).

Em suas razões recursais, sustentam os agravantes, em resumo, que, em face da natureza da demanda instaurada nos autos de origem, em que se discute o valor do contrato de financiamento em referência, afigura-se imprescindível a realização de prova pericial. Requer, assim, a concessão de efeito suspensivo, até o pronunciamento definitivo da Turma julgadora (fls. 02/08).

***

Vejo presentes, na espécie, os requisitos do art. 558 do CPC, a ensejar a concessão do almejado efeito suspensivo, pois a perícia técnica requerida pelos autores, ora agravantes, tem amparo na garantia fundamental de sua ampla defesa, constitucionalmente consagrada (CF, art. 5º, incisos LIV e LV).

Esse entendimento, inclusive, já está consagrado no âmbito da colenda Sexta Turma deste egrégio, conforme se vê do seguinte julgado, de que fui Relator:

"CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. AÇÃO REVISIONAL DE VALOR DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE IMÓVEL. NECESSIDADE DE PERÍCIA CONTÁBIL. PRINCÍPIO DA AMPLA DEFESA.

I - Nas ações em que se discutem os critérios de reajuste do valor de contrato de financiamento de imóvel adquirido com recursos do Sistema Financeiro da Habitação, sob a alegação de equivocada forma de amortização das prestações pagas, a realização de perícia contábil afigura-se indispensável à solução da pendência, mormente por se tratar de pretensão protegida pela garantia fundamental da ampla defesa, constitucionalmente consagrada (CF, art. 5º, incisos LIV e LV).

II - Agravo provido"

(AG nº 2002.01.00.040097-1/MG - Rel. Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE - Sexta Turma - DJU de 02/06/2003).

***

Com estas considerações e tendo em vista que a pretensão deduzida enquadra-se nas comportas revisoras do art. 558 do CPC, defiro o pedido de efeito suspensivo, para que seja realizada a perícia técnica requerida nos autos de origem.

Oficie-se ao juízo a quo, para ciência e cumprimento desta decisão.

Intime-se a agravada, nos termos e para as finalidades do art. 527, V, do CPC.

Publique-se.

Brasília-DF., em 09 de abril de 2007.

Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2007.01.00.011986-3/DF

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
AGRAVANTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
AGRAVADO	:	LUDMILA RODRIGUES DE MENEZES
ADVOGADO	:	ANTHONY DE SOUZA SOARES E OUTROS(AS)

D E C I S Ã O

Cuida-se de agravo de instrumento interposto pela União, visando a suspender decisão proferida em mandado de segurança impetrado por candidata a cargo efetivo de nível superior do Tribunal Superior Eleitoral, que determinou nova correção da prova subjetiva da impetrante e a suspensão da divulgação do resultado final do concurso até a publicação da nova nota atribuída.

Alega a agravante que a decisão causa prejuízo a ela e a outros candidatos, pelo que seria pertinente o processamento do agravo de instrumento, afirmando que não estariam presentes os requisitos para a concessão da liminar em mandado de segurança, uma vez que (fl. 07):

(...) a matéria a ser alvo de questionamento na referida prova discursiva (P3) abrange quaisquer dos conhecimentos específicos da prova objetiva (P1 e P2) para o cargo de Analista Judiciária - Área Judiciária, constantes nos objetos de avaliação do item 15 do edital e do Anexo I do Regulamento do Concurso.

Aduz que, em momento algum, a questão formulada exige conhecimentos sobre jurisprudência ou sobre decisões recentes do Supremo Tribunal Federal.

Decido.

Pelo que se colhe dos autos, são desnecessárias maiores considerações além das que foram objeto da fundamentação utilizada pela decisão agravada, que, no ponto, assim asseverou (fls. 22-23):

(...) verifica-se no presente feito, que foi utilizado na correção da prova discursiva critério em flagrante afronta ao edital do concurso, uma vez que na resposta ao recurso administrativo contra o resultado provisório na prova discursiva (fls. 164/168), foi confirmado pela primeira autoridade coatora, que 2/4 da pontuação atribuída ao quesito 2.3 "*foram conferidos para aqueles que melhor exploraram a evolução legislativa e do pensamento no âmbito do STF, manifestado tanto na liminar, como no aresto, da Adin 1.351 e da 1.354*", aduzindo, ainda, que "*seria injusto não valorar o conhecimento mais atualizado dos candidatos que abordaram esse julgado ou a corrente por ele adotada*" (fl. 166)

Tal descompasso entre a correção da prova subjetiva e a previsão editalícia, também pode ser observado quando da análise do quesito 2.4, em que 2/4 da pontuação do referido quesito "*foram atribuídos àqueles que demonstraram a evolução da matéria no âmbito do STF e ainda a recente decisão proferida nos autos da adin 1.351 e 1354" (fl. 167).*

(...)

Assim, tendo em vista que para a correção da prova discursiva da impetrante foi utilizado critério expressamente vedado pelo edital, qual seja, de jurisprudência em matéria eleitoral, posterior a 01/10/2006, uma vez que a decisão do STF foi publicada em 07/12/2006, resta latente a existência da ilegalidade apontada.

Vê-se, claramente, que não houve qualquer incursão da decisão agravada no mérito do ato administrativo, ou sua substituição à banca examinadora, atendo-se, exclusivamente, a analisar a ocorrência de ilegalidade na correção da prova subjetiva, em que restou detectada a cobrança de matéria não disposta no edital.

Assim, não diviso presente a fumaça do bom direito nas alegações da agravante, pelo que indefiro a concessão do efeito suspensivo pretendido.

Dispensado o envio de informações pormenorizadas.

Intime-se a agravada para, querendo, apresentar contraminuta, no prazo e forma legais.

Publique-se.

Brasília, 10 de abril de 2007.

Des. Federal DANIEL PAES RIBEIRO
Relator

COORDENADORIA DA SÉTIMA TURMA

ACÓRDÃOS

APELAÇÃO CÍVEL Nº 94.01.35262-3/DF Distribuído no TRF em 23/11/1994
Processo na Origem: 9400082681

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
APELANTE	:	BRUNO TOEBE E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	WALDEVAN ALVES DE OLIVEIRA E OUTROS(AS)
APELADO	:	BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN
ADVOGADO	:	LUIZ GONZAGA Q DE OLIVEIRA E OUTROS(AS)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - AÇÃO CAUTELAR - AUSÊNCIA DE PEDIDO COM CONTEÚDO SATISFATIVO. ATO EMANADO DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL.ILEGITIMIDADE PASSIVA DO BANCO CENTRAL. APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE. PROCESSO EXTINTO POR ILEGITIMIDADE DO BACEN.

1. Não há se falar em conteúdo satisfativo do pedido constante na presente cautelar. É que na ação ordinária o pedido é para que seja anulada decisão administrativa de 2° grau do Conselho Monetário Nacional lançada no Procedimento DECAM n° 085/013 por estar eivada de vícios e por ser incompetente o CMN para julgamento de recurso administrativo; ao passo que na presente cautelar busca-se a suspensão provisória do efeito desta decisão, vedando-se, ainda, a futura inscrição de seus nomes na dívida ativa.

2. Ocorre que, apesar de estarem com razão os requerentes no que diz respeito à ausência de satisfatividade da liminar, a presente ação deve ser extinta por ilegitimidade do Banco Central do Brasil para figurar no pólo passivo da presente ação, porque o fundamento da alegação na presente ação está na ilegitimidade do Conselho Monetário Nacional para julgamento de recurso administrativo advindo de resultado do procedimento administrativo instaurado pelo Banco Central do Brasil. No entanto, esta ação cautelar foi dirigida contra o Banco Central do Brasil que é o órgão responsável pela execução das normas que regulam o sistema financeiro nacional.
3.Ora, o Conselho Monetário Nacional representa o conselho de política econômica do país e é o responsável pela fixação das diretrizes da política monetária, creditícia e cambial, no entanto, não tem personalidade jurídica e é vinculado à administração direta da União, sendo o seu representante o próprio Ministro da Fazenda, então, efetivamente, deve figurar no pólo passivo da presente ação a União Federal que o representa e não o Banco Central do Brasil.
4. Apelação provida em parte. Processo extinto por ilegitimidade passiva do BACEN.

ACÓRDÃO

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO, à apelação dos autores por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 13/03/2007.

JUIZ RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Convocado

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1997.35.00.010772-2/GO Distribuído no TRF em 06/09/2000
Processo na Origem: 199735000107722

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
APELANTE	:	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT
ADVOGADO	:	CARLOS RABELO E OUTRO(A)
APELADO	:	MUNICIPIO DE GOIANIA - GO
ADVOGADO	:	MARIA DO AMPARO DE JESUS E OUTROS(AS)

E M E N T A

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO - ECT. IMPENHORABILIDADE DE BENS - RITO: ART. 730 E SEGUINTES DO CPC. TAXA DE LICENÇA E FUNCIONAMENTO E EXPEDIENTE. MUNICÍPIO DE GOIÂNIA - GO. VIOLAÇÃO ART. 77, DO CTN - ISSQN. IMUNIDADE RECÍPROCA DA EBCT. APELAÇÃO PROVIDA.
1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que se aplica à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT o privilégio da impenhorabilidade de seus bens, rendas e serviços (RE nº 220.906/DF, Pleno, Rel. Min. Maurício Corrêa, DJ de 14/11/2002, p. 15). O aludido privilégio, por sua vez, determina que a execução por título extrajudicial proposta contra ela deve seguir o rito previsto nos artigos 730 e seguintes, do CPC.
2. No caso do Município de Goiânia-GO, as taxas de localização e de expediente têm na sua base de cálculo o número de empregados da empresa, sendo certo que não guarda qualquer relação com o Poder de Polícia exercido pela Administração. O valor, para mais ou para menos, da aludida taxa possui como base de cálculo a quantidade de empregados e a observância de uma tabela que considera a atividade administrativa exercida pelo Poder de Polícia, em função do número de empregados (arts. 147, 148 e 153 do Código Tributário Municipal de Goiânia, Lei nº 5.040, de 20/11/75)
3. A ECT é imune ao recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, em face do artigo 150, VI, alínea "a" da CF/1988, que faz menção à imunidade recíproca entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. O Decreto-lei n° 509/69, recepcionado pela atual Constituição Federal, como entendeu o STF, revela que a ECT goza dos mesmos privilégios concedidos à Fazenda Pública, estando inclusa, a imunidade tributária de seus serviços.
4. Apelação provida.
5. Peças liberadas pelo relator, em 13/3/2007, para publicação de acórdão.

ACÓRDÃO

Decide a 7ª Turma DAR PROVIMENTO à apelação, por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 13/3/2007.

Juiz Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator

APELAÇÃO CÍVEL n. 1997.39.00.008010-2/PA
Processo na Origem: 199739000080102

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A) CONVOCADO(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	MARIA ANTONIETA DA SILVA LIMA
APELADA	:	LUPINO COM DE MATERIAL ELETRICO LTDA.
APELADO	:	JOSE LINO PINA SARAIVA
APELADA	:	LUCIA MARIA SARAIVA SANTOS

EMENTA

PROCESSO CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. DÉBITO DO INSS. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. DECRETAÇÃO DE OFÍCIO. POSSIBILIDADE. PRAZO QÜINQÜENAL. ART. 174 DO CTN.
1. Os §§ 3º e 4º do art. 40 da Lei n. 6.830/80 devem ser interpretados em consonância com o disposto no art. 174 do CTN, que deve prevalecer nos casos em que suas disposições colidirem com diplomas legais de natureza ordinária, por ter sido recepcionado pela Constituição Federal com *status* de lei complementar (precedentes do STJ).
2. A disposição do § 4º do art. 40 da Lei de Execução Fiscal, incluída pela Lei n. 11.051/2004, aplica-se aos processos em curso, por se tratar de norma de natureza processual. Precedentes do STJ.
3. Paralisado o feito há mais de cinco anos, cabe o reconhecimento da prescrição intercorrente, de ofício, pelo juiz, desde que, intimado o representante judicial do exeqüente, não tenha sido argüida nenhuma causa de suspensão ou interrupção do prazo prescricional.
4. Apelação do INSS não provida.

ACÓRDÃO

Decide a Turma, por maioria, negar provimento ao apelo do INSS.
7ª Turma do TRF da 1ª Região - 13/03/2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1998.33.00.000364-6/BA
Processo na Origem: 199833000003646

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONVOCADO)
APELANTE	:	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA
PROCURADOR	:	DR. CARLOS J.R. ARAÚJO
APELADA	:	COMPANHIA DE ELETRICIDADE DA BAHIA - COELBA
ADVOGADO	:	DR. ROGÉRIO MIGUEL ROSSI
REMETENTE	:	JUÍZO FEDERAL DA 6ª VARA - BA

E M E N T A

PROCESSO CIVIL - TARIFA DE ENERGIA ELÉTRICA - INCONFORMISMO QUANTO AO VALOR COBRADO - PERÍCIA ATESTANDO A CORREIÇÃO DOS VALORES COBRADOS - INCIDÊNCIA DE ENCARGOS MORATÓRIOS. INEXISTÊNCIA DE NORMA LEGAL AUTORIZANDO O AFASTAMENTO DOS ENCARGOS MORATÓRIOS QUANDO O USUÁRIO FOR PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO.
1 - A perícia concluiu que não houve irregularidade na medição do consumo de energia; que os valores consumidos e os cobrados são verossímeis e compatíveis, e que não houve capitalização de juros (anatocismo) na integralização do montante cobrado.
2 - Na condição de usuário do serviço prestado, à universidade federal (UFBA) deve ser dispensado o mesmo tratamento conferido ao consumidor particular. É dizer, verificada a mora, incidirão sobre o montante devido os encargos correspondentes. Não há qualquer dispositivo legal que assegure às pessoas jurídicas de direito público, quando se apresentarem na condição de consumidoras de energia elétrica, a dispensa dos encargos moratórios pelo atraso no pagamento das faturas.
3 - Apelação e Remessa Oficial desprovidas.
4 - Sentença confirmada.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso de Apelação e à Remessa Oficial.
Brasília, 27 de fevereiro de 2007.(Data de julgamento.)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator Convocado

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA AC Nº 1998.33.00.017317-4/BA Distribuído no TRF em 19/01/2001
Processo na Origem: 199833000173174

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
APELANTE	:	MARIA LUIZA TENORIO BRANDAO DA SILVA E OUTRO(A)
ADVOGADO	:	ELOY HOLZGREFE E OUTROS(AS)
APELADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
EMBARGOS	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONA)
EMBARGADO	:	ACÓRDÃO DE FLS. 143/147

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (ART. 535 DO CPC) - art. 174 E PARÁGRAFO ÚNICO DO CTN. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. PRAZO DE CINCO ANOS ENTRE A DATA DA CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E A DATA DA CITAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO - "OMISSÕES - INEXISTÊNCIA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO PROVIDOS.
1- A LC n° 118/05 é de natureza processual e, apesar de ter aplicação imediata aos processos em curso, não alcança situações em que a prescrição já se consumara, o que ocorre no presente caso, onde a citação da devedora principal se deu em 17 AGO 1998, com ajuizamento do processo de execução em 4 DEZ 1992, portanto, decorridos mais de 5 (cinco) anos da citação da devedora principal. Precedente desta 7ª Turma, do TRF 1ª Região.
2- Não havendo omissão a suprir (art. 535 do CPC), a inconformidade ressoa como manifesta contrariedade à orientação jurídica adotada no acórdão, o que consubstancia evidente caráter infringente, a que não se presta a via ora eleita.
3- Intuito de prequestionamento incompatível com a via dos embargos de declaração.
4- Embargos de declaração não providos.
5- Peças liberadas pelo Relator, em 13/3/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª (Sétima) Turma NEGAR PROVIMENTO aos Embargos Declaratórios por unanimidade.
7ª (Sétima) Turma do TRF - 1ª Região, 13/3/2007. .

Juiz Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1998.35.00.005001-5/GO
Processo na Origem: 199835000050015

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONV.)
APELANTE	:	COMING INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COUROS LTDA
ADVOGADOS	:	DRS. ADILSON RAMOS E OUTROS
APELADO	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL - TRIBUTÁRIO - TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA EMITIDOS NO INÍCIO DO SÉCULO PASSADO - DÍVIDA PRESCRITA - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.238/95 - COMPENSAÇÃO COM TRIBUTOS FEDERAIS - DAÇÃO EM PAGAMENTO DE TRIBUTOS FEDERAIS - ACEITAÇÃO COMO GARANTIA EM EXECUÇÃO FISCAL - IMPOSSIBILIDADE.
1 - Os Títulos da Dívida Pública (TDP's), emitidos no início do século passado, por força do disposto nos DDLL 263/67 e 396/68, deveriam ter sido apresentados para resgate até 05 de julho de 1969, ou seja, após 12 meses do edital de convocação publicado em 05 de julho de 1968. Findo este prazo, consideram-se prescritas as dívidas decorrentes dos títulos não apresentados para resgate.
2 - O disposto no parágrafo terceiro do art. 1º da Medida Provisória n. 1.238/95, tendo sido suprimido quando da republicação deste diploma legal (DOU 21/12/95), perdeu a sua eficácia, restando incólume a prescrição dos títulos.
3 - Não há que se falar em inconstitucionalidade dos DDLL 263/67 e 396/68, haja vista que o art. 55, da Constituição de 1967, sob a égide da qual foram editados os referidos decretos, autorizava a utilização de decreto-lei em matéria de finanças públicas, no que se enquadra a fixação do prazo para resgate dos TDP's.
4 - As modalidades de extinção do crédito tributário estão descritas em rol exaustivo no art. 156, CTN, não se admitindo, pois, a compensação de TDP's com débitos de tributos federais. O art. 170, CTN, exige lei específica autorizando esta forma de extinção do crédito tributário. O mesmo raciocínio é válido para a hipótese de dação em pagamento, somente permitida com bens imóveis, e na forma da lei (art. 156, XI, CTN).
5 - É igualmente inadmissível que os TDP's possam garantir o juízo da execução fiscal, por não possuírem cotação na bolsa de valores (art. 11, II, da Lei nº 6.830/80).
6 - Apelação desprovida.
7 - Sentença mantida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento à apelação.
Brasília, 19 de março de 2007. (Data de julgamento.)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator Convocado

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1998.38.00.010751-6/MG
Processo na Origem: 199838000107516

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONVOCADO)
APELANTE	:	SADOKIN S/A ELÉTRICA E ELETRÔNICA
ADVOGADOS	:	DRS. CLEIDEMAR REZENDE ISIDORO E OUTROS
APELADA	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - IPI - REDUÇÃO DO PRAZO DE RECOLHIMENTO DO TRIBUTO MEDIANTE PORTARIA DO MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA - LEI Nº 7.450/85 (ART. 66) - CONSTITUCIONALIDADE.

1 - Considerando que a Constituição de 1967, a Emenda Constitucional nº 1/69, a Constituição de 1988 e o CTN não exigem o manejo de lei para definição do tempo do pagamento das obrigações tributárias, não há que se falar em inconstitucionalidade ou ilegalidade das portarias ministeriais que reduzem o prazo do recolhimento dos tributos (RE 250.232/SP, Rel. Min. Moreira Alves, DJ de 04.02.00).
2 - O art. 52, da Lei nº 8.383/91, com redação determinada pela Lei nº 8.850/94, impôs o recolhimento do IPI a cada 10 (dez) dias, esvaziando o argumento no sentido da violação ao princípio da legalidade.
3 - Apelação improvida.
4 - Sentença mantida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso de Apelação.
Brasília, 20 de março de 2007. (Data de julgamento.)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator Convocado

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1998.38.00.014360-1/MG
Processo na Origem: 199838000143601

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONVOCADO)
APELANTE	:	SADOKIN S/A ELÉTRICA E ELETRÔNICA
ADVOGADOS	:	DRS. CLEIDEMAR REZENDE ISIDORO E OUTROS
APELADA	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - IPI - REDUÇÃO DO PRAZO DE RECOLHIMENTO DO TRIBUTO MEDIANTE PORTARIA DO MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA - LEI Nº 7.450/85 (ART. 66) - CONSTITUCIONALIDADE.
1 - Considerando que a Constituição de 1967, a Emenda Constitucional nº 1/69, a Constituição de 1988 e o CTN não exigem o manejo de lei para definição do tempo do pagamento das obrigações tributárias, não há que se falar em inconstitucionalidade ou ilegalidade das portarias ministeriais que reduzem o prazo do recolhimento dos tributos (RE 250.232/SP, Rel. Min. Moreira Alves, DJ de 04.02.00).
2 - O art. 52, da Lei nº 8.383/91, com redação determinada pela Lei nº 8.850/94, impôs o recolhimento do IPI a cada 10 (dez) dias, esvaziando o argumento no sentido da violação ao princípio da legalidade.
3 - Apelação improvida.
4 - Sentença mantida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso de Apelação.
Brasília, 20 de março de 2007. (Data de julgamento.)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator Convocado

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1998.38.00.040159-0/MG
Processo na Origem: 199838000401590

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONV.)
APELANTES	:	COOPERATIVA AGRO - PECUÁRIA CORINTO LTDA E OUTRAS
ADVOGADOS	:	DRS. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS E OUTROS
APELADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADORES	:	DRS. MARIA DA GRAÇA DE CARVALHO PIERUCCETTI E OUTROS

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL - TRIBUTÁRIO - TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA EMITIDOS NO INÍCIO DO SÉCULO PASSADO - DÍVIDA PRESCRITA - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.238/95 - COMPENSAÇÃO COM TRIBUTOS FEDERAIS - DAÇÃO EM PAGAMENTO DE TRIBUTOS FEDERAIS - ACEITAÇÃO COMO GARANTIA EM EXECUÇÃO FISCAL - IMPOSSIBILIDADE.
1 - Os Títulos da Dívida Pública (TDP's), emitidos no início do século passado, por força do disposto nos DDLL 263/67 e 396/68, deveriam ter sido apresentados para resgate até 05 de julho de 1969, ou seja, após 12 meses do edital de convocação publicado em 05 de julho de 1968. Findo este prazo, consideram-se prescritas as dívidas decorrentes dos títulos não apresentados para resgate.
2 - O disposto no parágrafo terceiro do art. 1º da Medida Provisória n. 1.238/95, tendo sido suprimido quando da republicação deste diploma legal (DOU 21/12/95), perdeu a sua eficácia, restando incólume a prescrição dos títulos.
3 - Não há que se falar em inconstitucionalidade dos DDLL 263/67 e 396/68, haja vista que o art. 55, da Constituição de 1967, sob a égide da qual foram editados os referidos decretos, autorizava a utilização de decreto-lei em matéria de finanças públicas, no que se enquadra a fixação do prazo para resgate dos TDP's.
4 - As modalidades de extinção do crédito tributário estão descritas em rol exaustivo no art. 156, CTN, não se admitindo, pois, a compensação de TDP's com débitos de tributos federais. O art. 170, CTN, exige lei específica autorizando esta forma de extinção do crédito tributário. O mesmo raciocínio é válido para a hipótese de dação em pagamento, somente permitida com bens imóveis, e na forma da lei (art. 156, XI, CTN).
5 - É igualmente inadmissível que os TDP's possam garantir o juízo da execução fiscal, por não possuírem cotação na bolsa de valores (art. 11, II, da Lei nº 6.830/80).
6 - Apelação desprovida.
7 - Sentença mantida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento à apelação.
Brasília, 27 de fevereiro de 2007. (Data de julgamento.)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator Convocado

ED NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 1998.39.00.010758-0/PA Distribuído no TRF em 31/08/2000
Processo na Origem: 199839000107580

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
APELADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	WALDISE DUARTE DE MELO
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 7ª VARA - PA
EMBARGANTE	:	UNIÃO FEDERAL
EMBARGADO	:	V. ACÓRDÃO F. 111/113

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO INEXISTENTE. REDISCUSSÃO DA CAUSA. INADEQUAÇÃO DO RECURSO. EMBARGOS NÃO PROVIDOS.
1. Estes embargos apenas revelam o inconformismo da embargante com o resultado do julgamento da apelação.
2. Ora, os embargos de declaração não servem para rediscutir a causa, sobretudo porque a parte pode oferecer o recurso adequado para tanto. Ademais, a única matéria abordada na r. sentença foi a intempestividade dos embargos à execução, sendo este seu fundamento de rejeição liminar. Portanto, as matérias aludidas nos embargos de declaração (sugeridas por omissão) sequer poderiam ser conhecidas no julgamento do v. acórdão, sob pena de supressão de instância.
3. Embargos de Declaração não providos.
4. Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª (Sétima) Turma NEGAR PROVIMENTO aos embargos declaratórios, por unanimidade.
7ª (Sétima) Turma do TRF - 1ª Região, 13/03/2007.

JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator

EMB. DE DEC. NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 1999.01.00.007510-9/MG Distribuído no TRF em 04/02/1999
Processo na Origem: 9600344442

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
APELANTE	:	USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A-USIMINAS
ADVOGADO	:	ROBERTA DE ALENCAR LAMEIRO DA COSTA E OUTROS(AS)
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	:	OS MESMOS
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 11ª VARA - MG
EMBARGANTE	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
EMBARGADO	:	ACÓRDÃO DE FLS. 68/72

EMENTA

SEGUNDOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROVIDOS - ACOLHIMENTO DOS PRIMEIROS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARA ANULAR O ACÓRDÃO.
1. A apelação trata de expurgos inflacionários, no entanto, houve análise de juros moratórios, matéria estranha a ser considerada.
2. Segundos embargos de declaração providos para se conhecer dos primeiros embargos declaratórios para anular o acórdão.
3. Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª (Sétima) Turma DAR PROVIMENTO aos segundos Embargos de Declaração, para, conhecendo dos primeiros Embargos de Declaração, ANULAR O ACÓRDÃO por unanimidade.
7ª (Sétima) Turma do TRF - 1ª Região, 13/03/2007.

RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1999.01.00.072661-7/MG Distribuído no TRF em 19/08/1999
Processo na Origem: 68998

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
APELANTE	:	COOPERATIVA AGROPECUARIA MISTA DE VICOSA LTDA
ADVOGADO	:	MARCELO TORRES MOTTA E OUTRO(A)
APELADO	:	MUNICIPIO DE AGUA COMPRIDA - MG
PROCURADOR	:	MARCELO MOTTA DE OLIVEIRA

E M E N T A

TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PARA SEGURIDADE SOCIAL - COOPERATIVA - COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS RURAIS DE PRODUTORES RURAIS EM REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR RESULTADO DA COMERCIALIZAÇÃO - ART. 25 LEI 8.870/94, ART. 25 LEI 8.540/92 E ART. 30, DA LEI 8.212/91 - APELAÇÃO NÃO PROVIDA.
1. A Lei 8.540/92 modificou a maneira de os produtores rurais contribuírem para a seguridade social e, ao dar nova redação ao inciso IV, do art. 30, da Lei 8.212/91, criou a figura do responsável tributário. Assim, o adquirente, o consignatário ou a cooperativa, que adquiram produtos rurais ficam sub-rogados nas obrigações da pessoa física para recolher a contribuição devida à seguridade social pelo produtor rural. Somente não há sub-rogação do adquirente, quando este é estrangeiro ou consumidor, no varejo, como dispõe o inciso X, a, do art. 30, da Lei 8.212/91, sendo que a figura do responsável tributário já estava prevista no art. 128 do CTN.
2. O artigo 5º da Lei 8.540/92 estabeleceu que suas disposições teriam vigência após 90 dias da publicação (§ 6º, do art. 195, da CF). Cuida-se de nova incidência de contribuição social sobre o faturamento (art. 195, I, da Constituição Federal), agora tendo como sujeitos passivos da contribuição, os produtores rurais, que, por sua vez, foram dispensados de contribuir sobre a folha de salários. Esta obrigação é sub-rogada pelo adquirente, cooperativa ou consignatário, como responsável tributário, nos termos do inciso IV, do art. 30, da Lei 8.212/91.
3. Cumpre lembrar que o STF julgou inconstitucional, tão-somente, o § 2º, do artigo 25, da Lei nº 8.870/94 (ADI nº 1103/DF-DISTRITO FEDERAL AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE, Relator(a): Min.NÉRI DA SILVEIRA).
4. Não deve prevalecer a tese de irrenunciabilidade da confissão da dívida, pois a r. sentença que indeferiu os embargos, fundamenta que há previsão legal sobre a contribuição cobrada pelo INSS.
5. A alegação de iliquidez ds Certidões de Divida Ativa ilíquidas não prospera, pois tal alegação é destituída de prova robusta neste sentido, sendo que as CDA's revelam o contrário do alegado pela embargante.
6. Apelação não provida.
7. Peças liberadas pelo relator para publicação do acórdão em 13/03/2007.

ACORDÃO

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO à apelação, por unanimidade.
7ª Turma do TRF-1ª Região, 13/03/2007.

Juiz Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1999.01.00.082022-8/DF Distribuído no TRF em 14/09/1999
Processo na Origem: 9400092890

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
APELANTE	:	BRUNO TOEBE E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	WALDEVAN ALVES DE OLIVEIRA E OUTROS(AS)
APELADO	:	BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN
PROCURADOR	:	LUIZ RIBEIRO DE ANDRADE

EMENTA

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO ORDINÁRIA: ANULAÇÃO VOTO CMN Nº044/94 - ATO EMANADO DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL. LEGITIMIDADE DA UNIÃO FEDERAL. APELAÇÃO NÃO PROVIDA.
1. A presente ação ordinária versa, exclusivamente, sobre a ilegitimidade do Conselho Monetário Nacional para julgamento de recurso administrativo advindo de resultado do procedimento administrativo instaurado pelo BACEN. No entanto, a presente ação foi dirigida em face do BACEN, embora este seja, apenas, o órgão responsável pela execução das normas que regulam o Sistema Financeiro Nacional.
2. O Conselho Monetário Nacional representa o Conselho de Política Econômica do país, sendo responsável pela fixação das diretrizes da política monetária, creditícia e cambial, sem, contudo, personalidade jurídica. O CMN é vinculado à Administração Direta da União, representado pelo Ministro da Fazenda, portanto, a União Federal (que o representa) deve figurar no pólo passivo da presente ação, e não o BANCO CENTRAL.
3. Apelação não provida.
4. Peças liberadas pelo relator em 13/3/2007, para publicação de acórdão.

ACÓRDÃO

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO à apelação por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 13/03/2007.

JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Convocado

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1999.01.00.082023-1/DF Distribuído no TRF em 14/09/1999
Processo na Origem: 9500121018

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
APELANTE	:	BRUNO TOEBE E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	WALDEVAN ALVES DE OLIVEIRA E OUTROS(AS)
APELADO	:	BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN
PROCURADOR	:	LUIZ RIBEIRO DE ANDRADE

EMENTA

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO CAUTELAR DE DEPÓSITO - ATO EMANADO DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL. LEGITIMIDADE DA UNIÃO FEDERAL. APELAÇÃO NÃO PROVIDA.
1. O fundamento da alegação na presente ação (o depósito judicial para suspender a exigibilidade do crédito tributário) remete à ação principal, que está fulminada pela ilegitimidade do Conselho Monetário Nacional para julgamento de recurso administrativo, com origem no resultado do procedimento administrativo instaurado pelo BANCO CENTRAL. De igual forma, esta ação cautelar foi dirigida contra BANCO CENTRAL, que executa as normas que regulam o sistema financeiro nacional.
2. O Conselho Monetário Nacional representa o Conselho de Política Econômica do país, sendo responsável pela fixação das diretrizes da política monetária, creditícia e cambial, sem, contudo, personalidade jurídica. O CMN é vinculado à Administração Direta da União, representado pelo Ministro da Fazenda, portanto, a União Federal (que o representa) deve figurar no pólo passivo da presente ação, e não o BANCO CENTRAL.
3. Apelação não provida.
4. Peças liberadas pelo relator em 13/3/2007, para publicação de acórdão.

ACÓRDÃO

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO à apelação por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 13/03/2007.

JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Convocado

REMESSA EX OFFICIO Nº 1999.01.00.084948-3/MG Distribuído no TRF em 21/09/1999
Processo na Origem: 2500069098

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
AUTOR	:	GEORGIA ARANTES EL ALAM E OUTROS (AS)
ADVOGADO	:	SALIMAN REZECK E OUTROS(AS)
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	WANDERLEI ELIAS COLHADO
REMETENTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1A VARA CIVEL DA COMARCA DE ITAJUBA - MG

EMENTA

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE TERCEIRO. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA REALIZADA SOBRE IMÓVEL DE TERCEIRO. DOAÇÃO E REGISTRO ANTERIOR À DIVIDA. REMESSA OFICIAL NÃO PROVIDA.
1. O direito reivindicado pelas embargantes afigura-se legítimo e amparado pelo ordenamento jurídico, pois, de acordo com o § 1º do artigo 1.046 do CPC, *"os embargos podem ser de terceiro senhor e possuidor ou apenas possuidor."*
2. As embargantes provaram a condição de donatárias dos imóveis penhorados pelo INSS, mediante escritura de doação anexada, onde consta, inclusive, que a escritura foi devidamente registrada à fl. 74, do livro de registro nº 4-C, sob o nº 726, no Cartório do 1º Ofício de Itajubá-MG.
3. Remessa oficial não provida.
4. Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

ACÓRDÃO

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO à remessa oficial, por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 13/03/2007.

Juiz Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator Convocado

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1999.01.00.087736-2/PI Distribuído no TRF em 28/09/1999
Processo na Origem: 197798

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	:	MARIA DA CRUZ NONATA DOS SANTOS SILVA
ADVOGADO	:	JOSE ALBINO MARQUES COELHO E OUTRO(A)
REMETENTE	:	JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE ELESBAO VELOSO-PI

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - RESPONSABILIDADE - SÓCIO GERENTE. EMBARGOS DE TERCEIRO. MEAÇÃO. PENHORA. BEM INDIVISÍVEL. ALIENAÇÃO. APELAÇÃO E REMESSA OFICIAL NÃO ROVIDAS.
1. A responsabilidade da empresa devedora principal (contribuinte), sociedade por cota de responsabilidade limitada, não exclui a atribuída pelo ordenamento (art. 124, II, do CTN, c/c art. 13 da Lei nº 8620/93) aos seus diretores, de forma solidária, pelos recolhimentos das contribuições previdenciárias.
2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento de que, "em execução fiscal, na cobrança de dívidas fiscais contra empresa em que o marido seja sócio, há de se excluir a meação da mulher sobre o bem de propriedade do casal que foi objeto de penhora, notadamente nos casos em que o credor não comprovou a existência de benefício do cônjuge com o produto da infração cometida pela empresa" (REsp nº 641.400/PB, Rel. Min. José Delgado, DJU de 1º.02.2005). Tal posicionamento já se encontra sumulado pelo STJ a teor do verbete nº 251: "*A meação só responde pelo ato ilícito quando o credor, na execução fiscal, provar que o enriquecimento dele resultante aproveitou ao casal.*"
3. Entretanto, sendo o bem penhorado indivisível, há de ser levado à hasta pública, reservado 50% do produto da alienação ao cônjuge meeiro. (REsp 200.251/SP, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJU de 29.04.2002).
4. Apelação e remessa oficial não providas.
5. Peças liberadas pelo relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ªTurma, NEGAR PROVIMENTO à apelação por unanimidade.
7ª Turma do TRF da 1ª Região - 13/03/2007.

JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator

AC Nº 1999.33.00.003533-3/BA Distribuído no TRF em 29/07/2002
Processo na Origem: 199933000035333

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	LOCADORA BONFIM TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA
ADVOGADO	:	PATRICIA DIEGUES CHAMOSA COUTINHO E OUTRO(A)
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	PEDRO CAMARA RAPOSO LOPES
APELADO	:	OS MESMOS
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 11A VARA - BA

EMENTA

CONSTITUCIONAL, TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - PIS - LC 07/70, ART. 6º, PARÁGRAFO ÚNICO: BASE DE CÁLCULO - DDLL Nº 2.445/88 E Nº 2.449/88: INCONSTITUCIONALIDADE (RE Nº 148.754-2/RJ) - DECADÊNCIA - COMPENSAÇÃO COM QUALQUER TRIBUTO ADMINISTRADO PELA RECEITA FEDERAL.
1 - O STJ mandou aplicar à hipótese o prazo decadencial da modalidade "5+5", por tratar-se de tributos lançáveis por homologação: ação ajuizada em 09 ABR 1999, decadentes os recolhimentos feitos antes de 09 ABR 1989 (o STJ ratificou o entendimento de que só provados os recolhimentos havidos de JAN 89 a ABR 1995).
2 - As alterações introduzidas na sistemática da contribuição para o PIS pelos DDLL nºs. 2.445/88 e 2.449/88 foram declaradas inconstitucionais pelo STF (RE nº 148.754-2/RJ).
3 - A compensação dos recolhimentos indevidos pode ser feita com quaisquer tributos sob a administração da SRF (STJ, REsp nº 507542/PR, Rel. Min. LUIZ FUX, T1, DJ 19/12/2003, p. 341).
4 - Na compensação, de iniciativa do contribuinte, não incidem juros moratórios nem compensatórios.
5 - Os valores repetendos anteriores a 1º JAN 96 sofrerão correção monetária desde o indevido recolhimento (SÚMULA nº 162/STJ) por índices oficiais, pois a autora não requereu (expressamente) a integração de expurgos, salvo em relação ao Plano Real (em tal caso inexistentes).
6 - A partir de 1º JAN 96 incidirá a Taxa SELIC, a teor da Lei nº 9.250/95, de 26 DEZ 95, que afasta a correção monetária e os juros.
7 - A compensação, observado o disposto no art. 170-A do CTN, será submetida à Administração Fiscal, seguindo a disciplina da espécie.
8 - Apelação da autora e remessa oficial providas em parte.
9 - Apelação da Fazenda Nacional não provida.
10 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma DAR PROVIMENTO, em parte, à apelação da autora e à remessa oficial e NEGAR PROVIMENTO à apelação da Fazenda Nacional por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 13/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1999.34.00.009390-0/DF
Processo na Origem: 199934000093900

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONVOCADO)
APELANTE	:	UNIÃO FEDERAL
PROCURADOR	:	DR. MANOEL LOPES DE SOUSA
APELADO	:	SINDICATO DOS TRABALHADORES FEDERAIS EM SAÚDE TRABALHO, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL NO DISTRITO FEDERAL - SINDPREV/DF
ADVOGADO	:	DR. HUMBERTO ÉLIO FIGUEIREDO DOS SANTOS
REMETENTE	:	JUÍZO FEDERAL DA 7ª VARA - DF
REC. ADESIVO	:	SINDICATO DOS TRABALHADORES FEDERAIS EM SAÚDE, TRABALHO, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL NO DISTRITO FEDERAL - SINDPREV/DF

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 560 E REEDIÇÕES - INCONSTITUCIONALIDADE DA COBRANÇA DA EXAÇÃO NO PERÍODO DE 26.JUL.1994 E 26.OUT.1994 - ADIN 1.135-9/DF.
1 - O Egrégio Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADIn nº 1.135-9/DF, declarou a inconstitucionalidade da cobrança da Contribuição Social do Servidor Público, instituída pela Medida Provisória nº 560, de 26 de julho de 1994, sem redução de texto, apenas no que desatendido o período nonagesimal, previsto no art. 195, § 6º, da CF.
2 - A correção monetária é devida desde o recolhimento indevido até dezembro/95, aplicando-se, a partir daí, a Taxa SELIC, nos termos do art. 39, § 4º, da Lei nº 9.250/95, devendo ser afastados, na espécie, os juros moratórios.
3 - Apelação da União Federal e Recurso Adesivo do Sindicato-Autor improvidos.
4 - Remessa Oficial provida em parte.
5 - Sentença parcialmente reformada.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento aos recursos de Apelação e Adesivo e dar parcial provimento à Remessa Oficial.
Brasília, 16 de janeiro de 2007. (Data de julgamento.)
Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator Convocado

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1999.34.00.015268-4/DF
Processo na Origem: 199934000152684

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONV.)
APELANTE	:	ABC BSB GRÁFICA E EDITORA LTDA
ADVOGADOS	:	DRS. HERÁCLITO ZANONI PEREIRA E OUTROS
APELADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	DR. CLAUDIUS FÁBIO CARAN BRITTO
APELADA	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL - TRIBUTÁRIO - TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA EMITIDOS NO INÍCIO DO SÉCULO PASSADO - DÍVIDA PRESCRITA - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.238/95 - COMPENSAÇÃO COM TRIBUTOS FEDERAIS - DAÇÃO EM PAGAMENTO DE TRIBUTOS FEDERAIS - ACEITAÇÃO COMO GARANTIA EM EXECUÇÃO FISCAL - IMPOSSIBILIDADE.
1 - Os Títulos da Dívida Pública (TDP's), emitidos no início do século passado, por força do disposto nos DDLL 263/67 e 396/68, deveriam ter sido apresentados para resgate até 05 de julho de 1969, ou seja, após 12 meses do edital de convocação publicado em 05 de julho de 1968. Findo este prazo, consideram-se prescritas as dívidas decorrentes dos títulos não apresentados para resgate.
2 - O disposto no parágrafo terceiro do art. 1º da Medida Provisória n. 1.238/95, tendo sido suprimido quando da republicação deste diploma legal (DOU 21/12/95), perdeu a sua eficácia, restando incólume a prescrição dos títulos.
3 - Não há que se falar em inconstitucionalidade dos DDLL 263/67 e 396/68, haja vista que o art. 55, da Constituição de 1967, sob a égide da qual foram editados os referidos decretos, autorizava a utilização de decreto-lei em matéria de finanças públicas, no que se enquadra a fixação do prazo para resgate dos TDP's.
4 - As modalidades de extinção do crédito tributário estão descritas em rol exaustivo no art. 156, CTN, não se admitindo, pois, a compensação de TDP's com débitos de tributos federais. O art. 170, CTN, exige lei específica autorizando esta forma de extinção do crédito tributário. O mesmo raciocínio é válido para a hipótese de dação em pagamento, somente permitida com bens imóveis, e na forma da lei (art. 156, XI, CTN).

5 - É igualmente inadmissível que os TDP's possam garantir o juízo da execução fiscal, por não possuírem cotação na bolsa de valores (art. 11, II, da Lei nº 6.830/80).
6 - Apelação desprovida.
7 - Sentença mantida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento à apelação.

Brasília, 19 de março de 2007. (Data de julgamento.)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator Convocado

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1999.35.00.003321-5/GO
Processo na Origem: 199935000033215

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONV.)
APELANTES	:	TRANSPORTADORA EMBORCAÇÃO LTDA E OUTRAS
ADVOGADOS	:	DRS. EDUARDO URANY DE CASTRO E OUTROS
APELADA	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO
REC. ADESIVO	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL - TRIBUTÁRIO - TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA EMITIDOS NO INÍCIO DO SÉCULO PASSADO - DÍVIDA PRESCRITA - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.238/95 - COMPENSAÇÃO COM TRIBUTOS FEDERAIS - DAÇÃO EM PAGAMENTO DE TRIBUTOS FEDERAIS - ACEITAÇÃO COMO GARANTIA EM EXECUÇÃO FISCAL - IMPOSSIBILIDADE - VERBA HONORÁRIA.
1 - Os Títulos da Dívida Pública (TDP's), emitidos no início do século passado, por força do disposto nos DDLL 263/67 e 396/68, deveriam ter sido apresentados para resgate até 05 de julho de 1969, ou seja, após 12 meses do edital de convocação publicado em 05 de julho de 1968. Findo este prazo, consideram-se prescritas as dívidas decorrentes dos títulos não apresentados para resgate.
2 - O disposto no parágrafo terceiro do art. 1º da Medida Provisória n. 1.238/95, tendo sido suprimido quando da republicação deste diploma legal (DOU 21/12/95), perdeu a sua eficácia, restando incólume a prescrição dos títulos.
3 - Não há que se falar em inconstitucionalidade dos DDLL 263/67 e 396/68, haja vista que o art. 55, da Constituição de 1967, sob a égide da qual foram editados os referidos decretos, autorizava a utilização de decreto-lei em matéria de finanças públicas, no que se enquadra a fixação do prazo para resgate dos TDP's.
4 - As modalidades de extinção do crédito tributário estão descritas em rol exaustivo no art. 156, CTN, não se admitindo, pois, a compensação de TDP's com débitos de tributos federais. O art. 170, CTN, exige lei específica autorizando esta forma de extinção do crédito tributário. O mesmo raciocínio é válido para a hipótese de dação em pagamento, somente permitida com bens imóveis, e na forma da lei (art. 156, XI, CTN).
5 - É igualmente inadmissível que os TDP's possam garantir o juízo da execução fiscal, por não possuírem cotação na bolsa de valores (art. 11, II, da Lei nº 6.830/80).
6 - Estabelece o §4º do art. 20 do CPC que, nas causas em que não houver condenação, os honorários serão fixados consoante apreciação eqüitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo anterior (*grau de zelo do profissional; o lugar de prestação do serviço e a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço).*
7 - Nessa ordem de idéias, a verba honorária há de ser fixada de modo a refletir a real importância da atividade profissional do advogado, quando exercida com dedicação e eficiência.
8 - Apelação das autoras desprovida.
9 - Recurso adesivo da União Federal provido.
10 - Sentença reformada em parte.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento à apelação das autoras e dar provimento ao recurso adesivo da União Federal.

Brasília, 27 de fevereiro de 2007. (Data de julgamento.)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator Convocado

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1999.38.00.000318-9/MG
Processo na Origem: 199938000003189

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONV.)
APELANTE	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO
APELADA	:	V. INFORMÁTICA LTDA
ADVOGADOS	:	DRS. ANNE MICHELLE DE CASTRO COSTA E OUTRA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL - TRIBUTÁRIO - TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA EMITIDOS NO INÍCIO DO SÉCULO PASSADO - COMPENSAÇÃO COM TRIBUTOS FEDERAIS - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - MAJORAÇÃO.
1 - Embora o § 4º do art. 20 do Código de Processo Civil autorize o magistrado fixar, segundo apreciação eqüitativa, os honorários advocatícios em percentagem inferior a 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, a adoção deste percentual, na espécie, não se afigura razoável, uma vez que traduziria menoscabo pelo ofício do advogado, cuja nobre função é imprescindível à resolução pacífica dos conflitos resultantes do convívio social.
2 - Apelação provida.
3 - Sentença reformada em parte.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, dar provimento à apelação.
Brasília, 19 de março de 2007. (Data de julgamento.)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator Convocado

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1999.38.00.002269-0/MG
Processo na Origem: 199938000022690

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONV.)
APELANTE	:	MBC ALIMENTOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
ADVOGADOS	:	DRS. ROGÉRIO DE SOUSA E SILVA E OUTROS
APELADA	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL - TRIBUTÁRIO - TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA EMITIDOS NO INÍCIO DO SÉCULO PASSADO - DÍVIDA PRESCRITA - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.238/95 - COMPENSAÇÃO COM TRIBUTOS FEDERAIS - DAÇÃO EM PAGAMENTO DE TRIBUTOS FEDERAIS - ACEITAÇÃO COMO GARANTIA EM EXECUÇÃO FISCAL - IMPOSSIBILIDADE - VERBA HONORÁRIA.
1 - Os Títulos da Dívida Pública (TDP's), emitidos no início do século passado, por força do disposto nos DDLL 263/67 e 396/68, deveriam ter sido apresentados para resgate até 05 de julho de 1969, ou seja, após 12 meses do edital de convocação publicado em 05 de julho de 1968. Findo este prazo, consideram-se prescritas as dívidas decorrentes dos títulos não apresentados para resgate.
2 - O disposto no parágrafo terceiro do art. 1º da Medida Provisória n. 1.238/95, tendo sido suprimido quando da republicação deste diploma legal (DOU 21/12/95), perdeu a sua eficácia, restando incólume a prescrição dos títulos.
3 - Não há que se falar em inconstitucionalidade dos DDLL 263/67 e 396/68, haja vista que o art. 55, da Constituição de 1967, sob a égide da qual foram editados os referidos decretos, autorizava a utilização de decreto-lei em matéria de finanças públicas, no que se enquadra a fixação do prazo para resgate dos TDP's.
4 - As modalidades de extinção do crédito tributário estão descritas em rol exaustivo no art. 156, CTN, não se admitindo, pois, a compensação de TDP's com débitos de tributos federais. O art. 170, CTN, exige lei específica autorizando esta forma de extinção do crédito tributário. O mesmo raciocínio é válido para a hipótese de dação em pagamento, somente permitida com bens imóveis, e na forma da lei (art. 156, XI, CTN).
5 - É igualmente inadmissível que os TDP's possam garantir o juízo da execução fiscal, por não possuírem cotação na bolsa de valores (art. 11, II, da Lei nº 6.830/80).
6 - Estabelece o §4º do art. 20 do CPC que, nas causas em que não houver condenação, os honorários serão fixados consoante apreciação eqüitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo anterior (*grau de zelo do profissional; o lugar de prestação do serviço e a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço).*
7 - Os honorários devem ser fixados de modo a expressar a efetiva atuação do advogado, aferível a partir das peculiaridades da causa, notadamente em face da sua complexidade.
8 - Apelação provida em parte.
9 - Sentença parcialmente reformada.
10 - Pedido improcedente.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, dar parcial provimento à apelação.
Brasília, 27 de fevereiro de 2007. (Data de julgamento.)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator Convocado

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1999.38.00.002812-7/MG
Processo na Origem: 199938000028127

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONV.)
APELANTE	:	DESTILARIA PIMENTA SANTOS LTDA
ADVOGADO	:	DR. REGINALDO RIBEIRO NAZIR
APELADA	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADORA	:	DRA. HÉLIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL - TRIBUTÁRIO - TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA EMITIDOS NO INÍCIO DO SÉCULO PASSADO - DÍVIDA PRESCRITA - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.238/95 - COMPENSAÇÃO COM TRIBUTOS FEDERAIS - DAÇÃO EM PAGAMENTO DE TRIBUTOS FEDERAIS - ACEITAÇÃO COMO GARANTIA EM EXECUÇÃO FISCAL - IMPOSSIBILIDADE.
1 - Os Títulos da Dívida Pública (TDP's), emitidos no início do século passado, por força do disposto nos DDLL 263/67 e 396/68, deveriam ter sido apresentados para resgate até 05 de julho de 1969, ou seja, após 12 meses do edital de convocação publicado em 05 de julho de 1968. Findo este prazo, consideram-se prescritas as dívidas decorrentes dos títulos não apresentados para resgate.
2 - O disposto no parágrafo terceiro do art. 1º da Medida Provisória n. 1.238/95, tendo sido suprimido quando da republicação deste diploma legal (DOU 21/12/95), perdeu a sua eficácia, restando incólume a prescrição dos títulos.
3 - Não há que se falar em inconstitucionalidade dos DDLL 263/67 e 396/68, haja vista que o art. 55, da Constituição de 1967, sob a égide da qual foram editados os referidos decretos, autorizava a utilização de decreto-lei em matéria de finanças públicas, no que se enquadra a fixação do prazo para resgate dos TDP's.
4 - As modalidades de extinção do crédito tributário estão descritas em rol exaustivo no art. 156, CTN, não se admitindo, pois, a compensação de TDP's com débitos de tributos federais. O art. 170, CTN, exige lei específica autorizando esta forma de extinção do crédito tributário. O mesmo raciocínio é válido para a hipótese de dação em pagamento, somente permitida com bens imóveis, e na forma da lei (art. 156, XI, CTN).
5 - É igualmente inadmissível que os TDP's possam garantir o juízo da execução fiscal, por não possuírem cotação na bolsa de valores (art. 11, II, da Lei nº 6.830/80).
6 - Apelação desprovida.
7 - Sentença mantida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento à apelação.

Brasília, 27 de fevereiro de 2007. (Data de julgamento.)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator Convocado

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1999.38.00.010906-6/MG
Processo na Origem: 199938000109066

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONV.)
APELANTE	:	COFERRO LTDA
ADVOGADOS	:	DRS. NELMO FERREIRA DE LIMA E OUTRO
APELADA	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL - TRIBUTÁRIO - TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA EMITIDOS NO INÍCIO DO SÉCULO PASSADO - DÍVIDA PRESCRITA - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.238/95 - COMPENSAÇÃO COM TRIBUTOS FEDERAIS - DAÇÃO EM PAGAMENTO DE TRIBUTOS FEDERAIS - ACEITAÇÃO COMO GARANTIA EM EXECUÇÃO FISCAL - IMPOSSIBILIDADE.
1 - Os Títulos da Dívida Pública (TDP's), emitidos no início do século passado, por força do disposto nos DDLL 263/67 e 396/68, deveriam ter sido apresentados para resgate até 05 de julho de 1969, ou seja, após 12 meses do edital de convocação publicado em 05 de julho de 1968. Findo este prazo, consideram-se prescritas as dívidas decorrentes dos títulos não apresentados para resgate.
2 - O disposto no parágrafo terceiro do art. 1º da Medida Provisória n. 1.238/95, tendo sido suprimido quando da republicação deste diploma legal (DOU 21/12/95), perdeu a sua eficácia, restando incólume a prescrição dos títulos.
3 - Não há que se falar em inconstitucionalidade dos DDLL 263/67 e 396/68, haja vista que o art. 55, da Constituição de 1967, sob a égide da qual foram editados os referidos decretos, autorizava a utilização de decreto-lei em matéria de finanças públicas, no que se enquadra a fixação do prazo para resgate dos TDP's.
4 - As modalidades de extinção do crédito tributário estão descritas em rol exaustivo no art. 156, CTN, não se admitindo, pois, a compensação de TDP's com débitos de tributos federais. O art. 170, CTN, exige lei específica autorizando esta forma de extinção do crédito tributário. O mesmo raciocínio é válido para a hipótese de dação em pagamento, somente permitida com bens imóveis, e na forma da lei (art. 156, XI, CTN).
5 - É igualmente inadmissível que os TDP's possam garantir o juízo da execução fiscal, por não possuírem cotação na bolsa de valores (art. 11, II, da Lei nº 6.830/80).
6 - Apelação desprovida.
7 - Sentença mantida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento à apelação.

Brasília, 27 de fevereiro de 2007. (Data de julgamento.)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator Convocado

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1999.38.00.019484-0/MG
Processo na Origem: 199938000194840

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONV.)
APELANTE	:	MADEREIRA PRIMAVERA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA E OUTRAS
ADVOGADO	:	DR. RICARDO NEIVA RESENDE
APELADA	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL - TRIBUTÁRIO - TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA EMITIDOS NO INÍCIO DO SÉCULO PASSADO - DÍVIDA PRESCRITA - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.238/95 - COMPENSAÇÃO COM TRIBUTOS FEDERAIS - DAÇÃO EM PAGAMENTO DE TRIBUTOS FEDERAIS - ACEITAÇÃO COMO GARANTIA EM EXECUÇÃO FISCAL - IMPOSSIBILIDADE.
1 - Os Títulos da Dívida Pública (TDP's), emitidos no início do século passado, por força do disposto nos DDLL 263/67 e 396/68, deveriam ter sido apresentados para resgate até 05 de julho de 1969, ou seja, após 12 meses do edital de convocação publicado em 05 de julho de 1968. Findo este prazo, consideram-se prescritas as dívidas decorrentes dos títulos não apresentados para resgate.
2 - O disposto no parágrafo terceiro do art. 1º da Medida Provisória n. 1.238/95, tendo sido suprimido, quando da republicação deste diploma legal (DOU 21/12/95), perdeu a sua eficácia, restando incólume a prescrição dos títulos.
3 - Não há que se falar em inconstitucionalidade dos DDLL 263/67 e 396/68, haja vista que o art. 55, da Constituição de 1967, sob a égide da qual foram editados os referidos decretos, autorizava a utilização de decreto-lei em matéria de finanças públicas, no que se enquadra a fixação do prazo para resgate dos TDP's.
4 - As modalidades de extinção do crédito tributário estão descritas em rol exaustivo no art. 156, CTN, não se admitindo, pois, a compensação de TDP's com débitos de tributos federais. O art. 170, CTN, exige lei específica autorizando esta forma de extinção do crédito tributário. O mesmo raciocínio é válido para a hipótese de dação em pagamento, somente permitida com bens imóveis, e na forma da lei (art. 156, XI, CTN).
5 - É igualmente inadmissível que os TDP's possam garantir o juízo da execução fiscal, por não possuírem cotação na bolsa de valores (art. 11, II, da Lei nº 6.830/80).
6 - Apelação desprovida.
7 - Sentença mantida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento à apelação.

Brasília,27 de fevereiro de 2007. (Data de julgamento.)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator Convocado

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1999.38.00.034954-8/MG
Processo na Origem: 199938000349548

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONV.)
APELANTE	:	PATOS TINTAS LTDA - EPP
ADVOGADOS	:	DRS. HUDSON VINÍCIUS MONTEIRO SILVA E OUTROS
APELADA	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL - TRIBUTÁRIO - TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA EMITIDOS NO INÍCIO DO SÉCULO PASSADO - DÍVIDA PRESCRITA - COMPENSAÇÃO COM TRIBUTOS FEDERAIS - DAÇÃO EM PAGAMENTO DE TRIBUTOS FEDERAIS - ACEITAÇÃO COMO GARANTIA EM EXECUÇÃO FISCAL - IMPOSSIBILIDADE.
1 - Os Títulos da Dívida Pública (TDP's), emitidos no início do século passado, por força do disposto nos DDLL 263/67 e 396/68, deveriam ter sido apresentados para resgate até 05 de julho de 1969, ou seja, após 12 meses do edital de convocação publicado em 05 de julho de 1968. Findo este prazo, consideram-se prescritas as dívidas decorrentes dos títulos não apresentados para resgate.
2 - Não há que se falar em inconstitucionalidade dos DDLL 263/67 e 396/68, haja vista que o art. 55, da Constituição de 1967, sob a égide da qual foram editados os referidos decretos, autorizava a utilização de decreto-lei em matéria de finanças públicas, no que se enquadra a fixação do prazo para resgate dos TDP's.
3 - As modalidades de extinção do crédito tributário estão descritas em rol exaustivo no art. 156, CTN, não se admitindo, pois, a compensação de TDP's com débitos de tributos federais. O art. 170, CTN, exige lei específica autorizando esta forma de extinção do crédito tributário. O mesmo raciocínio é válido para a hipótese de dação em pagamento, somente permitida com bens imóveis, e na forma da lei (art. 156, XI, CTN).
4 - É igualmente inadmissível que os TDP's possam garantir o juízo da execução fiscal, por não possuírem cotação na bolsa de valores (art. 11, II, da Lei nº 6.830/80).
5 - Apelação desprovida.
6 - Sentença mantida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento à apelação.

Brasília, 27 de fevereiro de 2007. (Data de julgamento.)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator Convocado

AGRAVO REGIMENTAL NA APELAÇÃO CÍVEL Nº
APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 1999.38.00.041030-4/MG
Processo na Origem: 199938000410304

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONVOCADO)
APELANTE	:	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC
ADVOGADOS	:	DRS. ROBERTA ESPINHA CORRÊA E OUTROS
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADORES	:	DRS. EURICO SIQUEIRA ALVIM E OUTROS
APELANTE	:	SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - SESC
ADVOGADOS	:	DRS. ROBERTA ESPINHA CORRÊA E OUTROS
APELADA	:	EUSTÁQUIO ARAÚJO ARTODONTIA LTDA
ADVOGADOS	:	DRS. EDUARDO HALLEY DOS SANTOS E OUTRO
REMETENTE	:	JUÍZO FEDERAL DA 5ª VARA - MG

E M E N T A

CONSTITUCIONAL - TRIBUTÁRIO - CONTRIBUIÇÃO PARA O SESC/SENAC - ART. 25, I, ADCT/88. ART. 240, CF/88. RECEPÇÃO PELA ATUAL CONSTITUIÇÃO FEDERAL - SUJEIÇÃO PASSIVA DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO - LEGITIMIDADE.
1 - Examinando questão semelhante, relativa à Contribuição devida ao IBC, o E. STF concluiu que, com o implemento do prazo previsto no art. 25, I, ADCT/88, não restou revogado o Decreto que previu a alíquota a ser aplicada, mas, tão-somente, o dispositivo contido no decreto-lei que autorizou a delegação normativa. É dizer, dali em diante, não mais poderia o Poder Executivo definir as alíquotas das contribuições. Entretanto, as alíquotas já estabelecidas pelo Poder Executivo permaneceriam intactas até que fossem modificadas por lei ou ato normativo equivalente (RE nº 191.229/SP, Rel. Min. Ilmar Galvão, D.J. de 13.09.96).
2 - Como se não bastasse, a própria Constituição Federal (art. 240) ressalvou a cobrança das contribuições destinadas às entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical. Portanto, não há dúvidas de que as Contribuições devidas ao SESC e ao SENAC foram recepcionadas pela Constituição Federal de 1988.
3 - Pacificou-se no E. Superior Tribunal de Justiça o entendimento no sentido de que a contribuição para o SESC/SENAC é devida pelas empresas prestadoras de serviço (REsp nº 431.347/SC, Rel. Min. Luiz Fux, 1ª Seção, D.J. de 25.11.2002 e REsp nº 587.415/SC, Rel. Min. Luiz Fux, 1ª Turma, D.J. de 03.5.2004.
4 - Apelações e remessa oficial providas.
5 - Sentença parcialmente reformada.
6 - Segurança denegada.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, dar provimento às apelações e à remessa oficial.
Brasília, 19 de março de 2007. (Data de julgamento.)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator Convocado

REMESSA *EX OFFICIO* n. 1999.39.00.001840-2/PA
Processo na Origem: 199939000018402

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
AUTOR	:	AGOSTINHO BOAVENTURA DE FARIAS E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	JOSE WILLIAM COELHO DIAS E OUTROS(AS)
REU	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 3ª VARA - PA

EMENTA

TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DE INATIVOS PARA O PLANO DE SEGURIDADE DO SERVIDOR PÚBLICO DA UNIÃO. MP N. 1.415/96. INCONSTITUCIONALIDADE RECONHECIDA EM TÍTULO JUDICIAL TRANSITADO EM JULGADO. PEDIDO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO.
1. Não há interesse do contribuinte em pleitear repetição de tributo em período em que ele mesmo admite ter sido beneficiado por liminar que o eximiu do recolhimento da contribuição.
2. Reconhecida a inconstitucionalidade da lei que instituiu o tributo em título judicial transitado em julgado, deve o Fisco restituir o tributo indevidamente recolhido.
3. Os valores a serem repetidos deverão ser atualizados pela taxa SELIC, nos termos do art. 39, § 4º, da Lei n. 9.250, de 26.12.95.
4. Remessa oficial provida, em parte.

ACÓRDÃO

Decide a Turma, por unanimidade, dar parcial provimento à remessa oficial.
7ª Turma do TRF da 1ª Região - 13.03.2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora convocada

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA AC Nº 2000.01.00.025713-7/MG Distribuído no TRF em 14/03/2000
Processo na Origem: 10214295

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	:	CLOVIS DIAS MOTA
ADVOGADO	:	ARYSBURE BATISTA ELEUTERIO
EMBARGANTE	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
EMBARGADO	:	ACÓRDÃO DE FLS. 99/103

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (ART. 535 DO CPC) - PREQUESTIONAMENTO - "OMISSÕES - INEXISTÊNCIA: NÃO PROVIDOS.
1- Não havendo omissão a suprir (art. 535 do CPC), a inconformidade ressoa como manifesta contrariedade à orientação jurídica adotada no acórdão, o que consubstancia evidente caráter infringente, a que não se presta a via ora eleita.
2- Alega-se, sem respeito ao limite técnico-processual dos termos, "omissões". A parte não pode invocar o que quiser e como quiser, dando-lhe o nome que melhor lhe aprouver.
3- Instituto do prequestionamento incompatível com a via dos embargos de declaração.
4- Embargos de declaração não providos.
5- Peças liberadas pelo Relator, em 13/3/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª (Sétima) Turma NEGAR PROVIMENTO aos Embargos Declaratórios por unanimidade.
7ª (Sétima) Turma do TRF - 1ª Região, 13/3/2007.

.

Juiz Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA AC Nº 2000.01.00.055750-4/MG Distribuído no TRF em 11/05/2000
Processo na Origem: 199738000085025

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	MARIA INES DOS SANTOS NORONHA
APELADO	:	DROGAMANGA LTDA
ADVOGADO	:	HELCIO BARBOSA CAMBRAIA JUNIOR E OUTROS(AS)
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 13ª VARA - MG
EMBARGANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
EMBARGADO	:	ACÓRDÃO DE FLS. 111/113

EMENTA

SEGUNDOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROVIDOS PARA CONHECER DOS PRIMEIROS - OMISSÃO INEXISTENTE. REDISCUSSÃO DA CAUSA. INADEQUAÇÃO DO RECURSO. PRIMEIROS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO PROVIDOS.
1. Segundos embargos de declaração providos para se conhecer dos primeiros embargos declaratórios.
2. Os primeiros embargos apenas revelam o inconformismo da embargante com o resultado do julgamento da apelação. Ora, os embargos de declaração não servem para rediscutir a causa, sobretudo porque a parte pode oferecer o recurso adequado para tanto.
3. Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª (Sétima) Turma DAR PROVIMENTO aos segundos embargos declaratórios para conhecendo dos primeiros embargos de declaração, negar provimento, por unanimidade.
7ª (Sétima) Turma do TRF - 1ª Região, 13/03/2007.

JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2000.01.00.062455-3/MA Distribuído no TRF em 18/05/2000
Processo na Origem: 199837000008375

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	AMAURY JOSE DE AQUINO CARVALHO
APELADO	:	SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS NO ESTADO DO MARANHAO - SINDSEP/MA
ADVOGADO	:	MARIO DE ANDRADE MACIEIRA E OUTROS(AS)
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 5° VARA - MA

E M E N T A

CONSTITUCIONAL - PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA PARA SUSPENDER CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE PROVENTOS DE SERVIDOR PÚBLICO (MP nº 1.415/96): INCONSTITUCIONALIDADE DECLARADA PELO STF - ISENÇÃO SUPERVENIENTE (LEI Nº 9.630/98) - APELAÇÃO NÃO PROVIDA.
1. A legitimidade ativa do sindicato é questão resolvida em acórdão antecedente e, por isso, já superada.
2. Se o STF proclamou que o art. 195 e incisos da CF/88 não prevêem (redação original) contribuição social para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público a ser paga por servidor inativo (ADIMC nº 1.433-1/GO, Rel. Min. ILMAR GALVÃO, Plenário, ac. un., DJ 01 JUL 96) e o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 9.630/98 isentou o inativo do serviço público federal da contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público, independentemente da data de sua aposentadoria, estendendo o benefício àqueles que não tiveram descontadas as contribuições em época própria, presentes os pressupostos cautelares proclamados na sentença.
3. Apelação não provida.
4. Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO à apelação por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 13/03/2007.

Juiz RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator

EMBARGOS DE DEC. NA AC Nº 2000.01.00.063761-8/DF Distribuído no TRF em 19/05/2000
Processo na Origem: 199834000919575

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	KAVO DO BRASIL S\A INDUSTRIA E COMERCIO
ADVOGADO	:	DOMINGOS NOVELLI VAZ E OUTROS(AS)
APELADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	PEDRO CAMARA RAPOSO LOPES
EMBARGANTE	:	KAVO DO BRASIL S/A INDUSTRIA E COMERCIO
EMBARGANTE	:	FAZENDA NACIONAL
EMBARGADO	:	V. ACÓRDÃO DE F. 1192/1215

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (ART. 535 DO CPC) - OMISSÃO SUPRIDA. DEMAIS ALEGAÇÕES "OMISSÃO" "CONTRADIÇÃO" "OBSCURIDADE": INOCORRÊNCIA. ERRO MATERIAL CORRIGIDO DE OFÍCIO.
1 - Destinam-se os embargos declaratórios a aclarar eventual obscuridade, resolver eventual contradição (objetiva: intrínseca do julgado) ou suprir eventual omissão do julgado, consoante art. 535 do CPC, de modo que, inocorrente qualquer das hipóteses que ensejam a oposição deles, a inconformidade da embargante ressoa como manifesta contrariedade à orientação jurídica que se adotou no acórdão, o que consubstancia evidente caráter infringente, a que não se presta a via ora eleita.
2- Embargos de declaração da FN não provido: Omissão inexistente. Os itens 2 a 11 da ementa são claros e falam por si.
3- Embargos de declaração do particular: provido, para decotar da fundamentação do voto o alegado precedente, mas sem efeitos infringentes. Deve prevalecer a aplicação da Súmula 41 que abrange somente os índices de jan/89 (42,72%), fev/89 (10,14%), mar/90 (84,32%), abr/90 (44,80%), mai/90 (7,87%) e fev/91 (21,87%), decotando-se do voto o precedente que entende pela aplicação de todos os índices.
4- Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª (Sétima) Turma NEGAR PROVIMENTO aos embargos declaratórios da FN e DAR PROVIMENTO, em parte, aos embargos declaratórios da embargante (particular), por unanimidade.
7ª (Sétima) Turma do TRF - 1ª Região, 13/03/2007.

RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2000.01.00.065708-9/GO Distribuído no TRF em 23/05/2000
Processo na Origem: 9600084670

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	:	TELEVISAO ANHANGUEIRA SA
ADVOGADO	:	MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA E SILVA E OUTROS (AS)
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 12A VARA - GO

EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. IPI E II. ISENÇÃO. APRESENTAÇÃO DE ATESTADO - DENTEL. PRAZO DE CINCO ANOS PARA CONSTITUIR O CRÉDITO TRIBUTÁRIO. APELAÇÃO E REMESSA OFICIAL PROVIDAS.
1. Após, quase, 5 (cinco) anos, em face de revisão do procedimento de fiscalização, a embargante foi autuada por não ter atendido a uma condição imposta pelo art. 165 do Decreto 91.030/85, ou seja, comprovação da necessidade técnica. A Administração Pública tem o dever de rever seus atos anulando-os quando eivados de vícios, no entanto, entendo que esta revisão deve obedecer ao prazo de cinco anos (art.174, do CTN).
2. Os créditos foram regularmente constituídos (auto de infração), com as respectivas notificações, em 7 FEV 1992, via correio/AR. Resta claro, portanto, que o prazo para constituir o crédito tributário mais antigo (10 FEV 1987) venceu em 10 FEV 1992, pelo que se mostra, ainda, razoável a sua exigência junto com os demais créditos (25 MAR 1987, 27 MAR 1987, 14 ABR 1987, 28 ABR 1987, 25 JUN 1987, 26 AGO 1987, 10 SET 1987, 16 SET 1987, 24 SET 1987, 7 OUT 1987, 18 NOV 1987, 24 NOV 1987, 1 DEZ 1987, 10 MAR 1992).
3. Apelação e remessa oficial providas, com inversão da sucumbência (20% do valor da causa).
4. Peças liberadas pelo relator, para publicação de acórdão, em 13/3/2007.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma, DAR PROVIMENTO à apelação e à remessa oficial, por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 13/3/2007.

Juiz Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator Convocado

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2000.01.00.065922-6/GO
Processo na Origem: 199935000035436

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONVOCADO)
APELANTES	:	CLÍNICA RADIOLÓGICA SÃO SALVADOR LTDA E OUTRA
ADVOGADOS	:	DRS. IVONE SABBATINI DA SILVA ALVES E OUTROS
APELADA	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - TRIBUTÁRIO - TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA EMITIDOS NO INÍCIO DO SÉCULO PASSADO - DÍVIDA PRESCRITA - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.238/95 - COMPENSAÇÃO COM TRIBUTOS FEDERAIS - DAÇÃO EM PAGAMENTO DE TRIBUTOS FEDERAIS - ACEITAÇÃO COMO GARANTIA EM EXECUÇÃO FISCAL - IMPOSSIBILIDADE.
1 - Os Títulos da Dívida Pública (TDP's), emitidos no início do século passado, por força do disposto nos DDLL 263/67 e 396/68, deveriam ter sido apresentados para resgate até 05 de julho de 1969, ou seja, após 12 meses do edital de convocação publicado em 05 de julho de 1968. Findo este prazo, consideram-se prescritas as dívidas decorrentes dos títulos não apresentados para resgate.
2 - O disposto no parágrafo terceiro do art. 1º da Medida Provisória n. 1.238/95, tendo sido suprimido quando da republicação deste diploma legal (DOU 21/12/95), perdeu a sua eficácia, restando incólume a prescrição dos títulos.
3 - Não há que se falar em inconstitucionalidade dos DDLL 263/67 e 396/68, haja vista que o art. 55, da Constituição de 1967, sob a égide da qual foram editados os referidos decretos, autorizava a utilização de decreto-lei em matéria de finanças públicas, no que se enquadra a fixação do prazo para resgate dos TDP's.
4 - As modalidades de extinção do crédito tributário estão descritas em rol exaustivo no art. 156, CTN, não se admitindo, pois, a compensação de TDP's com débitos de tributos federais. O art. 170, CTN, exige lei específica autorizando esta forma de extinção do crédito tributário. O mesmo raciocínio é válido para a hipótese de dação em pagamento, somente permitida com bens imóveis, e na forma da lei (art. 156, XI, CTN).
5 - É igualmente inadmissível que os TDP's possam garantir o juízo da execução fiscal, por não possuírem cotação na bolsa de valores (art. 11, II, da Lei nº 6.830/80).
6 - Apelação desprovida.
7 - Sentença mantida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento à apelação.
Brasília, 27 de fevereiro de 2007. (Data de julgamento.)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator Convocado

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA AC Nº 2000.01.00.074006-7/BA Distribuído no TRF em 06/06/2000
Processo na Origem: 199733000152230

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	:	OLIVAL CARNEIRO DE CARVALHO
ADVOGADO	:	JAIRO ANDRADE DE MIRANDA
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 4ª VARA - BA
EMBARGANTE	:	OLIVAL CARNEIRO DE CARVALHO
EMBARGADO	:	ACORDÃO DE FLS. 82/85

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO INEXISTENTE. REDISCUSSÃO DA CAUSA. INADEQUAÇÃO DO RECURSO. EMBARGOS NÃO PROVIDOS.
1. Estes embargos apenas revelam o inconformismo do embargante com o resultado do julgamento da apelação.
2. Ora, os embargos de declaração não servem para rediscutir a causa, sobretudo porque a parte pode oferecer o recurso adequado para tanto.
3. Embargos de Declaração não providos.
4. Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª (Sétima) Turma NEGAR PROVIMENTO aos embargos declaratórios.
7ª (Sétima) Turma do TRF - 1ª Região, 13/03/2007.

JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2000.34.00.022717-3/DF
Processo na Origem: 200034000227173

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
APELANTES	:	BOLÍVAR DOS SANTOS E OUTROS
ADVOGADOS	:	DRS. CAROLINA LOUZADA PETRARCA E OUTROS
APELANTE	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO
APELADOS	:	OS MESMOS
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 4ª VARA - DF

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE - APOSENTADORIA COMPLEMENTAR - INCIDÊNCIA - LEGITIMIDADE - REPETIÇÃO DE INDÉBITO - DECADÊNCIA - PRAZO - SISTEMÁTICA DO LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO.
1 - O direito à repetição de indébito tributário extingue-se com o decurso do prazo de 05 (cinco) anos, contados da extinção do crédito tributário, e, no caso de tributos sujeitos a lançamento por homologação, a partir de 05 (cinco) anos do prazo estabelecido para esta, sistemática que se estende ao Imposto de Renda Retido na Fonte porque essa retenção não implica pagamento e, conseqüentemente, extinção do crédito tributário, mas, tão-somente, mera antecipação, legalmente exigida, de tributo devido a ser apurado no momento da declaração anual de rendimentos.
2 - Inexistindo correspondência aritmética entre as contribuições pagas pelo beneficiário e os valores recebidos a título de complementação de aposentadoria e identidade entre esta e o resgate daquelas em decorrência do desligamento daquele do plano de previdência complementar, lídima a incidência de Imposto de Renda sobre essa complementação, que representa acréscimo patrimonial, nova riqueza, ou melhor, nova remuneração, adição à anterior.
3 - Apelações e Remessa Oficial providas em parte.
4 - Sentença reformada parcialmente.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, dar parcial provimento aos recursos de Apelação e à Remessa Oficial.
Brasília, 06 de junho de 2005. (Data de Julgamento.)

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

EDAC Nº 2000.34.00.027445-0/DF Distribuído no TRF em 17/09/2004
Processo na Origem: 200034000274450

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	E JOHNSTON PARTICIPACOES LTDA E OUTRO(A)
ADVOGADO	:	ROGERIO BORGES DE CASTRO E OUTROS(AS)
APELADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
EMBARGANTE	:	FAZENDA NACIONAL
EMBARGADO	:	V. ACÓRDÃO DE F. 377/83

E M E N T A
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO: ART. 535 DO CPC - OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE: INEXISTÊNCIA - EMBARGOS NÃO PROVIDOS.
1. A título de "supostas" omissão, contradição e obscuridade, que não conseguiu pontuar individualizadamente, a embargante pretende rediscutir a matéria, pois, a seu ver, teria havido "infringência" a dispositivos constitucionais e legais que aponta.
2. Violação de disposição legal não rende ensejo a embargos. Manifesto o caráter infringente dos aclaratórios.
3. Embargos de declaração não providos.
4. Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O
Decide a 7ª (Sétima) Turma NEGAR PROVIMENTO aos Embargos de Declaração por unanimidade.
7ª (Sétima) Turma do TRF - 1ª Região, 13/03/2007.
LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

EDAC Nº 2000.34.00.035867-2/DF Distribuído no TRF em 27/05/2005
Processo na Origem: 200034000358672

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	JOSE CARLOS RODRIGUES SILVA
APELADO	:	SERVINORTE ADMINISTRADORA DE SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA. E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	EDILSON JAIR CASAGRANDE
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 16A VARA - DF
EMBARGANTE	:	SERVINORTE ADMINISTRADORA DE SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA. E OUTROS(AS)
EMBARGADO	:	V. ACÓRDÃO DE F. 582/87

E M E N T A
PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - "CONTRADIÇÃO": NÃO OCORRÊNCIA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO PROVIDOS.
1. Contradição de que trata o art. 535 do CPC é aquela intrínseca ao julgado: conflito entre fundamentação e conclusão, que, no caso, não há.
2. As embargantes não lograram demonstrar a contradição que alegam, senão apenas sua inconformidade com a orientação do julgado.
0
4. Embargos de declaração não providos.
5. Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

ACÓRDÃO
Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO aos embargos de declaração por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 13/03/2007.
LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

EDAC Nº 2000.34.00.035868-5/DF Distribuído no TRF em 12/01/2005
Processo na Origem: 200034000358685

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	TORREFACAO E MOAGEM DE CAFE BRASIL LTDA E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	EDILSON JAIR CASAGRANDE
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	CLAUDIUS FABIO CARAN BRITTO
APELADO	:	OS MESMOS
EMBARGANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
EMBARGADO	:	V. ACÓRDÃO DE F. 335/41

E M E N T A
PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - "OMISSÃO" SUPRIDA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROVIDOS SEM EFEITOS INFRINGENTES.
1. Os valores compensáveis indevidamente recolhidos até edição da Lei nº 9.032/95 não terão qualquer limitação quanto ao percentual compensável por competência independentemente da data da ação. Os valores compensáveis indevidamente recolhidos após a publicação da Lei nº 9.032/95 e anteriores à publicação da Lei nº 9.129/95 são limitados ao percentual compensável por competência de 25%; os valores compensáveis indevidamente recolhidos posteriores à edição da Lei nº 9.129/95 são limitados ao percentual compensável por competência de 30%.
2. Embargos de declaração providos sem efeitos infringentes.
3. Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

ACÓRDÃO
Decide a 7ª Turma DAR PROVIMENTO aos embargos de declaração, sem efeitos infringentes, por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 13/03/2007.
LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

EDAC Nº 2000.34.00.037155-9/DF Distribuído no TRF em 15/06/2005
Processo na Origem: 200034000371559

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	BRITA PINHAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	EDILSON JAIR CASAGRANDE
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	:	OS MESMOS
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 8A VARA - DF
EMBARGANTE	:	BRITA PINHAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA E OUTROS(AS)
EMBARGADO	:	V. ACÓRDÃO DE F. 416/21

E M E N T A
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INOCORRÊNCIA DAS ALEGADAS "OMISSÃO" E "OBSCURIDADE" - INFRINGÊNCIA - PREQUESTIONAMENTO - VERBAS HONORÁRIAS - EMBARGOS NÃO PROVIDOS.
1. Destinam-se os embargos declaratórios a aclarar eventual obscuridade, resolver eventual contradição (objetiva: intrínseca do julgado), suprir eventual omissão do julgado, consoante art. 535 do CPC, de modo que, inocorrente qualquer das hipóteses que ensejam a oposição deles, a inconformidade do embargante ressoa como manifesta contrariedade à orientação jurídica que se adotou no acórdão, o que consubstancia evidente caráter infringente, a que não se presta a via ora eleita.
2. O item 05 da ementa expressamente enfreou a questão relativa à correção monatária.
3. Dúvida, por não constar do rol do art. 535 do CPC, não enseja embargos de declaração.
4. "Violação" a preceitos legais não é justa causa ao manejo de embargos à luz do art. 535 do CPC.
5. Embargos de declaração opostos fora das balizas do rol do art. 535 do CPC não se prestam para os fins de prequestionamento.
6. Embargos de declaração não providos.
7. Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O
Decide a 7ª (Sétima) Turma NEGAR PROVIMENTO aos Embargos de Declaração por unanimidade.
7ª (Sétima) Turma do TRF - 1ª Região, 13/03/2007.
LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA AC Nº 2000.35.00.007465-1/GO Distribuído no TRF em 20/06/2005
Processo na Origem: 200035000074651

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
APELANTE	:	CONSELHO REGIONAL DE QUIMICA DA 12A REGIAO
ADVOGADO	:	NEREU GOMES CAMPOS
APELADO	:	CHEVRON BRASIL LTDA
ADVOGADO	:	HUGO DAMASCENO TELES E OUTROS(AS)
EMBARGANTE	:	CHEVRON BRASIL LTDA
EMBARGADO	:	ACÓRDÃO DE FLS. 152/155

E M E N T A
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INFRINGÊNCIA - INOCORRÊNCIA DA ALEGADA "OMISSÃO" e "CONTRADIÇÃO" - EMBARGOS NÃO PROVIDOS.
1. Não se reputa omisso o acórdão que contém posição clara e expressa acerca dos pontos ventilados, conforme se extrai da leitura atenta do julgado.
2. O princípio do livre convencimento motivado justifica que não sejam examinados os dispositivos legais e os argumentos que, para a parte, possam parecer relevantes, mas que, para o julgador, constituem questões superadas pelas razões que fundamentam seu julgamento.
3. "*Violação*" a preceitos legais e constitucionais não é justa causa ao manejo de embargos à luz do art. 535 do CPC.
4. Por contradição se entende contraposição intrínseca do julgado, ou seja, manifestação no voto em determinado sentido e na ementa do acórdão em sentido contrário, o que não ocorreu no caso. As atividades principais desempenhadas pela embargante encontram-se destacadas e extraídas do Contrato Social Anexado.
5. Embargos de declaração não providos.
6. Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O
Decide a 7ª (Sétima) Turma NEGAR PROVIMENTO aos Embargos de Declaração por unanimidade.
7ª (Sétima) Turma do TRF - 1ª Região, 13/03/2007.
Juiz Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2000.36.00.001180-4/MT
Processo na Origem: 200036000011804

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONV.)
APELANTES	:	HERMES BERNARDES BOTELHO E OUTROS
ADVOGADOS	:	DRS. ANDRÉ CASTRILLO E OUTRA
APELADA	:	UNIÃO FEDERAL
PROCURADORA	:	DRª. HÉLIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO

E M E N T A
PROCESSUAL CIVIL - TRIBUTÁRIO - TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA EMITIDOS NO INÍCIO DO SÉCULO PASSADO - DÍVIDA PRESCRITA - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.238/95 - COMPENSAÇÃO COM TRIBUTOS FEDERAIS - DAÇÃO EM PAGAMENTO DE TRIBUTOS FEDERAIS - ACEITAÇÃO COMO GARANTIA EM EXECUÇÃO FISCAL - IMPOSSIBILIDADE.
1 - Os Títulos da Dívida Pública (TDP's), emitidos no início do século passado, por força do disposto nos DDLL 263/67 e 396/68, deveriam ter sido apresentados para resgate até 05 de julho de 1969, ou seja, após 12 meses do edital de convocação publicado em 05 de julho de 1968. Findo este prazo, consideram-se prescritas as dívidas decorrentes dos títulos não apresentados para resgate.
2 - O disposto no parágrafo terceiro do art. 1º da Medida Provisória n. 1.238/95, tendo sido suprimido quando da republicação deste diploma legal (DOU 21/12/95), perdeu a sua eficácia, restando incólume a prescrição dos títulos.
3 - Não há que se falar em inconstitucionalidade dos DDLL 263/67 e 396/68, haja vista que o art. 55, da Constituição de 1967, sob a égide da qual foram editados os referidos decretos, autorizava a utilização de decreto-lei em matéria de finanças públicas, no que se enquadra a fixação do prazo para resgate dos TDP's.
4 - As modalidades de extinção do crédito tributário estão descritas em rol exaustivo no art. 156, CTN, não se admitindo, pois, a compensação de TDP's com débitos de tributos federais. O art. 170, CTN, exige lei específica autorizando esta forma de extinção do crédito tributário. O mesmo raciocínio é válido para a hipótese de dação em pagamento, somente permitida com bens imóveis, e na forma da lei (art. 156, XI, CTN).
5 - É igualmente inadmissível que os TDP's possam garantir o juízo da execução fiscal, por não possuírem cotação na bolsa de valores (art. 11, II, da Lei nº 6.830/80).
6 - Apelação desprovida.
7 - Sentença mantida.

A C Ó R D Ã O
Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento à apelação.
Brasília, 19 de março de 2007. (Data de julgamento.)
Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator Convocado

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2000.38.00.004370-5/MG
Processo na Origem: 200038000043705

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONV.)
APELANTE	:	AUTO COMERCIAL SÃO LOURENÇO LTDA
ADVOGADA	:	DRA. TEREZINHA DE CÁSSIA FIDÉLIS
APELADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	DR. EDUARDO MIGUEL LEÃO SETTE

E M E N T A
PROCESSUAL CIVIL - TRIBUTÁRIO - TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA EMITIDOS NO INÍCIO DO SÉCULO PASSADO - DÍVIDA PRESCRITA - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.238/95 - COMPENSAÇÃO COM TRIBUTOS FEDERAIS - DAÇÃO EM PAGAMENTO DE TRIBUTOS FEDERAIS - ACEITAÇÃO COMO GARANTIA EM EXECUÇÃO FISCAL - IMPOSSIBILIDADE.
1 - Os Títulos da Dívida Pública (TDP's), emitidos no início do século passado, por força do disposto nos DDLL 263/67 e 396/68, deveriam ter sido apresentados para resgate até 05 de julho de 1969, ou seja, após 12 meses do edital de convocação publicado em 05 de julho de 1968. Findo este prazo, consideram-se prescritas as dívidas decorrentes dos títulos não apresentados para resgate.
2 - O disposto no parágrafo terceiro do art. 1º da Medida Provisória n. 1.238/95, tendo sido suprimido quando da republicação deste diploma legal (DOU 21/12/95), perdeu a sua eficácia, restando incólume a prescrição dos títulos.
3 - Não há que se falar em inconstitucionalidade dos DDLL 263/67 e 396/68, haja vista que o art. 55, da Constituição de 1967, sob a égide da qual foram editados os referidos decretos, autorizava a utilização de decreto-lei em matéria de finanças públicas, no que se enquadra a fixação do prazo para resgate dos TDP's.

4 - As modalidades de extinção do crédito tributário estão descritas em rol exaustivo no art. 156, CTN, não se admitindo, pois, a compensação de TDP's com débitos de tributos federais. O art. 170, CTN, exige lei específica autorizando esta forma de extinção do crédito tributário. O mesmo raciocínio é válido para a hipótese de dação em pagamento, somente permitida com bens imóveis, e na forma da lei (art. 156, XI, CTN).
5 - É igualmente inadmissível que os TDP's possam garantir o juízo da execução fiscal, por não possuírem cotação na bolsa de valores (art. 11, II, da Lei nº 6.830/80).
6 - Apelação desprovida.
7 - Sentença mantida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento à apelação.

Brasília, 19 de março de 2007. (Data de julgamento.)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator Convocado

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2000.38.00.009447-0/MG Distribuído no TRF em 29/05/2001
Processo na Origem: 200038000094470

RELATOR P/ ACÓRDÃO	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
APELANTE	:	ANA OLINDA DE BRITO OLIVEIRA
ADVOGADO	:	JOSE BRITO CORREA
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	:	OS MESMOS
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 6ª VARA - MG

EMENTA

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA (EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO SOBRE AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS) - REMESSA OFICIAL: DESCABIMENTO - INCLUSÃO DE EXPURGOS INFLACIONÁRIOS NÃO REQUERIDOS NO PROCESSO DE CONHECIMENTO, PORQUE AJUIZADO (1993) QUANDO AINDA NÃO SEDIMENTADA A JURISPRUDENCIA QUE FIXOU TAIS ÍNDICES - SUBSTITUIÇÃO DA TR PELO INPC NO PERÍODO DE FEV/DEZ 1991: POSSIBILIDADE.
1. Não cabe remessa oficial de embargos à execução de sentença parcialmente procedentes (STJ, EREsp nº 258.112/SC).
2. Se o processo de conhecimento foi ajuizado anteriormente à sedimentação da jurisprudência do STJ que reconheceu os expurgos inflacionários, é reconhecido à parte, ainda que não tenha pleiteado tal correção no processo de conhecimento, requerê-la na primeira oportunidade em que possível destilar o tema, ou seja, quando do início da execução da sentença.
3. Os índices aplicáveis, observada a jurisprudência da Turma, serão: o IPC, no período de JAN/1989 a JAN/91, a saber, 42,72% (JAN/1989), 10,14% (FEV/1989), 84,32% (MAR/1990) 44,80 (ABR/1990), 7.87% (MAI/1990).
4. A TR, declarada inconstitucional pelo STF como fator de correção monetária de créditos tributários, é substituída pelo INPC no período de FEV/DEZ 1991.
5. Apelação da exeqüente provida em parte. Apelação da executada (FN) não provida. Remessa oficial de que não se conhece.
6. Autos recebidos em Gabinete, em 29/03/2007, para lavratura do acórdão, Peças liberadas em 30/03/2007 para publicação do acórdão.

ACÓRDÃO

Decide a 7ª Turma, por unanimidade, NÃO CONHECER da remessa e, por maioria, DAR PROVIMENTO, em parte, à apelação da exeqüente e NEGAR PROVIMENTO à apelação da FN.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 27/02/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator p/ acórdão

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2000.38.00.013439-2/MG
Processo na Origem: 200038000134392

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONV.)
APELANTE	:	ESFEROGRÁFICA COMÉRCIO REPRESENTAÇÕES LTDA
ADVOGADOS	:	DRS. RODRIGO RABELO DE FARIA E OUTRA
APELADA	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADORA	:	DRª. HÉLIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL - TRIBUTÁRIO - TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA EMITIDOS NO INÍCIO DO SÉCULO PASSADO - DÍVIDA PRESCRITA - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.238/95 - COMPENSAÇÃO COM TRIBUTOS FEDERAIS - DAÇÃO EM PAGAMENTO DE TRIBUTOS FEDERAIS - ACEITAÇÃO COMO GARANTIA EM EXECUÇÃO FISCAL - IMPOSSIBILIDADE.
1 - Os Títulos da Dívida Pública (TDP's), emitidos no início do século passado, por força do disposto nos DDLL 263/67 e 396/68, deveriam ter sido apresentados para resgate até 05 de julho de 1969, ou seja, após 12 meses do edital de convocação publicado em 05 de julho de 1968. Findo este prazo, consideram-se prescritas as dívidas decorrentes dos títulos não apresentados para resgate.
2 - O disposto no parágrafo terceiro do art. 1º da Medida Provisória n. 1.238/95, tendo sido suprimido quando da republicação deste diploma legal (DOU 21/12/95), perdeu a sua eficácia, restando incólume a prescrição dos títulos.
3 - Não há que se falar em inconstitucionalidade dos DDLL 263/67 e 396/68, haja vista que o art. 55, da Constituição de 1967, sob a égide da qual foram editados os referidos decretos, autorizava a utilização de decreto-lei em matéria de finanças públicas, no que se enquadra a fixação do prazo para resgate dos TDP's.
4 - As modalidades de extinção do crédito tributário estão descritas em rol exaustivo no art. 156, CTN, não se admitindo, pois, a compensação de TDP's com débitos de tributos federais. O art. 170, CTN, exige lei específica autorizando esta forma de extinção do crédito tributário. O mesmo raciocínio é válido para a hipótese de dação em pagamento, somente permitida com bens imóveis, e na forma da lei (art. 156, XI, CTN).
5 - É igualmente inadmissível que os TDP's possam garantir o juízo da execução fiscal, por não possuírem cotação na bolsa de valores (art. 11, II, da Lei nº 6.830/80).
6 - Apelação desprovida.
7 - Sentença mantida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento à apelação.
Brasília, 27 de fevereiro de 2007. (Data de julgamento.)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator Convocado

AMS Nº 2000.38.00.033884-0/MG Distribuído no TRF em 16/05/2001
Processo na Origem: 200038000338840

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	RAFAEL ISAAC DE ALMEIDA COELHO
APELADO	:	COMAP - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO PARAENSE LTDA
ADVOGADO	:	DENIZE DE CASTRO PERDIGAO E OUTROS(AS)
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 3ª VARA - MG

EMENTA

CONSTITUCIONAL, TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - CONTRIBUIÇÃO (AUTÔNOMOS, ADMINISTRADORES E AVULSOS) - LEI Nº 7.787/89 (ART. 3º, I): INCONSTITUCIONALIDADE (RREE Nº 166.772-9/RS E Nº 177.294-4/RS) - LIMITAÇÕES DOS PERCENTUAIS COMPENSÁVEIS (LEIS Nº 9.302/95 E Nº 9.129/95) - VERBA HONORÁRIA.
1 - O STJ mandou aplicar à hipótese o prazo decadencial da modalidade "5+5", por tratar-se de tributos lançáveis por homologação. Ajuizada a ação em 06 OUT 2000, decadentes os recolhimentos antes de 06 OUT 1990.
2 - Não há falar em decadência da impetração quando preventivo o "writ".
3 - A Lei nº 7.787/89, alterando a legislação de custeio da previdência social, instituiu (art. 3º), contribuição das empresas em geral e de entidades e órgãos a elas equiparados, fixando (I), o percentual de 20% incidente sobre o total das remunerações pagas ou creditadas, a qualquer título, no decorrer do mês, aos segurados empregados, avulsos, autônomos e administradores.
4 - As expressões "*autônomos, avulsos e administradores"* (art. 3º, I, da Lei nº 7.787/89) foram declaradas inconstitucionais pelo STF (RREE nºs. 166.772-9/RS e 177.294-4/RS) e tiveram a sua execução suspensa pela Resolução do Senado Federal nº 14, de 19 ABR 1995.
5 - A compensação somente poderá ocorrer com contribuições da mesma espécie.
6 - Repetição de tributo direto dispensa prova do não-repasse do encargo tributário aos preços.
7 - Quanto ao limite do percentual compensável por competência, os valores [a] recolhidos até edição da Lei nº 9.032/95, não estarão sujeitos a nenhuma limitação (independentemente da data da ação); [b] recolhidos após a publicação da Lei nº 9.032/95 e anteriores à publicação da Lei nº 9.129/95, estarão sujeitos ao limite de 25%; e [c] recolhidos após o início de vigência da Lei nº 9.129/95, serão submetidos ao limite de 30%.
8 - Os valores compensandos serão corrigidos monetariamente desde o recolhimento (SÚMULA nº 162/STJ), com os expurgos inflacionários havidos no período, observada a jurisprudência da Turma, no ponto, que entende aplicável o IPC, no período de JAN/1989 a JAN/1991, de 84,32% (MAR/1990), 44,80% (ABR/1990), 7,87% (MAI/1990), até 31 DEZ 1995. Sobre o capital apurado e consolidado em 31 DEZ 95 incidirá apenas a taxa SELIC a partir de 1º JAN 1996.
9 - A compensação, observado o disposto no art. 170-A do CTN, será submetida à Administração Fiscal, seguindo a disciplina da espécie.
10 - Preliminar de decadência resolvida pelo STJ. Matéria residual: apelação do INSS e remessa oficial providas em parte (segurança concedida em parte).
11 - Peças liberadas pelo Relator, em 19/03/2007, para publicação do acórdão.

ACÓRDÃO

Decide a 7ª Turma DAR PROVIMENTO, em parte, à apelação da autora e à remessa oficial por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 19/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

ED NA AMS Nº 2000.38.01.001092-9/MG Distribuído no TRF em 26/01/2001
Processo na Origem: 200038010010929

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	ANTONIO AGOSTINHO E FILHOS LTDA E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	RENATA SOUZA VIANA E OUTROS(AS)
APELADO	:	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA
PROCURADOR	:	ANA CELIA PASSOS DE MOURA E OUTRO(A)
EMBARGANTE	:	ANTONIO AGOSTINHO E FILHOS LTDA E OUTROS(AS)
EMBARGADO	:	V. ACÓRDÃO DE FL. 230/50

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INFRINGÊNCIA - INOCORRÊNCIA DA ALEGADA "OMISSÃO" - EMBARGOS NÃO PROVIDOS.
1. Destinam-se os embargos declaratórios a aclarar eventual obscuridade, resolver eventual contradição (objetiva: intrínseca do julgado) ou suprir eventual omissão do julgado, consoante art. 535 do CPC, de modo que, inocorrente qualquer das hipóteses que ensejam a oposição deles, a inconformidade do embargante ressoa como manifesta contrariedade à orientação jurídica que se adotou no acórdão, o que consubstancia evidente caráter infringente, a que não se presta a via ora eleita.
2. O julgado é claro no sentido de que a Contribuição ao INCRA se amolda à silhueta do art. 149 da CF/88, dispensando a edição de Lei Complementar, porquanto é o instrumento fiscal que dá concretude ao art. 170 c/c art. 173 e 174 da CF/88.
3. O acórdão embargado expressamente analisou a matéria à luz do art. 240 da CF/88.
4. Embargos de declaração não providos.
5. Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª (Sétima) Turma NEGAR PROVIMENTO aos Embargos de Declaração por unanimidade.
7ª (Sétima) Turma do TRF - 1ª Região, 13/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

EDAC Nº 2000.40.00.001189-0/PI Distribuído no TRF em 03/10/2005
Processo na Origem: 200040000011890

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	CANOPUS ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO	:	MANUEL LUIS DA ROCHA NETO E OUTROS(AS)
APELADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	ERASMO DE SOUSA ASSIS
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 2A VARA - PI
EMBARGANTE	:	CANOPUS ENGENHARIA LTDA
EMBARGANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
EMBARGADO	:	V. ACÓRDÃO DE F. 378/83

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - "OMISSÃO E CONTRADIÇÃO": NÃO OCORRÊNCIA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO PROVIDOS.
1. Contradição de que trata o art. 535 do CPC é aquela intrínseca ao julgado: conflito entre fundamentação e conclusão, que, no caso, não há.
2. As partes não lograram demonstrar a omissão que alegam, senão apenas sua inconformidade com a orientação do julgado.
3. Convém ter-se sempre presente na mente que recursos manifestamente infundados sujeitam-se a multa!
4. Embargos de declaração não providos.
5. Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

ACÓRDÃO

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO aos embargos de declaração por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 13/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2000.41.00.001475-6/RO
Processo na Origem: 200041000014756

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONV.)
APELANTE	:	MARLY APARECIDA FERREIRA DE ASSIS
ADVOGADOS	:	DRS. HENRY RODRIGO RODRIGUES GOUVÊA E OUTROS
APELADA	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL - TRIBUTÁRIO - TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA EMITIDOS NO INÍCIO DO SÉCULO PASSADO - DÍVIDA PRESCRITA - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.238/95 - COMPENSAÇÃO COM TRIBUTOS FEDERAIS - DAÇÃO EM PAGAMENTO DE TRIBUTOS FEDERAIS - ACEITAÇÃO COMO GARANTIA EM EXECUÇÃO FISCAL - IMPOSSIBILIDADE.
1 - Os Títulos da Dívida Pública (TDP's), emitidos no início do século passado, por força do disposto nos DDLL 263/67 e 396/68, deveriam ter sido apresentados para resgate até 05 de julho de 1969, ou seja, após 12 meses do edital de convocação publicado em 05 de julho de 1968. Findo este prazo, consideram-se prescritas as dívidas decorrentes dos títulos não apresentados para resgate.
2 - O disposto no parágrafo terceiro do art. 1º da Medida Provisória n. 1.238/95, tendo sido suprimido quando da republicação deste diploma legal (DOU 21/12/95), perdeu a sua eficácia, restando incólume a prescrição dos títulos.
3 - Não há que se falar em inconstitucionalidade dos DDLL 263/67 e 396/68, haja vista que o art. 55, da Constituição de 1967, sob a égide da qual foram editados os referidos decretos, autorizava a utilização de decreto-lei em matéria de finanças públicas, no que se enquadra a fixação do prazo para resgate dos TDP's.
4 - As modalidades de extinção do crédito tributário estão descritas em rol exaustivo no art. 156, CTN, não se admitindo, pois, a compensação de TDP's com débitos de tributos federais. O art. 170, CTN, exige lei específica autorizando esta forma de extinção do crédito tributário. O mesmo raciocínio é válido para a hipótese de dação em pagamento, somente permitida com bens imóveis, e na forma da lei (art. 156, XI, CTN).
5 - É igualmente inadmissível que os TDP's possam garantir o juízo da execução fiscal, por não possuírem cotação na bolsa de valores (art. 11, II, da Lei nº 6.830/80).
6 - Apelação desprovida.
7 - Sentença mantida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento à apelação.

Brasília, 27 de fevereiro de 2007. (Data de julgamento.)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator Convocado

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA AC Nº 2001.01.00.048723-4/MG Distribuído no TRF em 11/12/2001
Processo na Origem: 9500219093

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
APELANTE	:	COMERCIAL IMPORTADORA S/A
ADVOGADO	:	AMANAJOS PESSOA DA COSTA E OUTROS(AS)
APELADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	ARTHUR ROSEMBURG FILHO
EMBARGANTE	:	COMERCIAL IMPORTADORA S/A
EMBARGADO	:	ACORDÃO DE FLS. 578/584

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (ART. 535 DO CPC) - PREQUESTIONAMENTO - "OMISSÃO E CONTRADIÇÃO" - INEXISTÊNCIA: NÃO PROVIDOS.
1- Não havendo omissão, obscuridade, ou contradição a sanar (art. 535 do CPC), a inconformidade ressoa como manifesta contrariedade à orientação jurídica adotada no acórdão, o que consubstancia evidente caráter infringente, a que não se presta a via ora eleita.
2- Não cabe ao órgão julgador apreciar, em sede de embargos declaratórios, eventual "*infringência*" de dispositivos constitucionais ou legais: a uma, porque não é omissão, nem contradição; a duas, porque "*infringência*" não se resolve nesta sede, mas em recurso próprio.
3- Não se vislumbra obscuridade porque não houve questionamento na inicial sobre a incidência de multa e juros, apenas pedido para sua redução (petição inicial, fl. 16). A análise do feito esta delimitada ao que foi pedido na inicial, devendo tanto o Juiz como este Tribunal se aterem ao pedido formulado na inicial, nos termos do arts. 128 e 460 do CPC.
4- Inapropriada alegação de equívoco quanto à análise de nulidade de certidão de dívida por conter valor em UFIR, pois consta claramente na petição inicial, sendo que também foi objeto de embargos de declaração na sentença monocrática.
5- Instituto de prequestionamento incompatível com a via dos embargos de declaração.
6- Embargos de declaração não providos.
7- Peças liberadas pelo Relator, em 13/3/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª (Sétima) Turma NEGAR PROVIMENTO aos Embargos Declaratórios por unanimidade.
7ª (Sétima) Turma do TRF - 1ª Região, 13/3/2007. .

Juiz Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA AC Nº 2001.01.99.026324-3/MG Distribuído no TRF em 05/06/2001
Processo na Origem: 8380899

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
APELANTE	:	MARCOLINI ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO	:	FABIO AUGUSTO JUNQUEIRA DE CARVALHO E OUTROS(AS)
APELADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
EMBARGANTE	:	MARCOLINI ENGENHARIA LTDA
EMBARGADO	:	ACÓRDÃO DE F. 76/79

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO INEXISTENTE - ERRO MATERIAL: PEDIDO DE SUSPENSÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO - INADIMPLEMENTO. PARCELAS. REFIS. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. EMBARGOS REJEITADOS.
1. O recurso de apelação do embargante postula a suspensão do processo de execução, todavia, o uso equivocado da expressão "pedido de extinção do processo", presente no v. acórdão, não configura a suposta contradição alegada. O embargante requereu a suspensão do processo de execução, no entanto, deixou de expor que, apesar de deferido o parcelamento de seu débito no REFIS, não demonstrou a continuidade do pagamento do débito, havendo, na verdade, inadimplemento na moratória, não podendo, neste caso, ser deferida a suspensão do processo de execução.
2. O embargante utilizou os embargos à execução para protelar o pagamento da sua dívida e induzir o julgador a erro. Alega que o débito cobrado na ação de execução foi incluído no programa do REFIS, postulando a suspensão da ação de execução, no entanto, as alegações não são verdadeiras. Ora, o parcelamento foi deferido após a inscrição da Dívida Ativa e o ajuizamento da Execução Fiscal, fato que revela intenção de retardar o processo para eximir-se da ação de execução e induzir o erro do julgador, sobretudo porque não demonstrou a continuidade do pagamento do débito.
3. Erro material corrigido de ofício: contradição inexistente. Embargos de Declaração não providos.
4. Peças liberadas pelo Relator, em 13/3/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª (Sétima) Turma NEGAR PROVIMENTO aos embargos declaratórios.
7ª (Sétima) Turma do TRF - 1ª Região, 13/3/2007.

JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2001.34.00.003448-4/DF
Processo na Origem: 200134000034484

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
APELANTE	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO
APELADOS	:	AGENOR DA SILVEIRA E OUTROS
ADVOGADOS	:	DRS. IVO EVANGELISTA DE ÁVILA E OUTROS
REMETENTE	:	JUÍZO FEDERAL DA 9ª VARA - DF

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE - APOSENTADORIA COMPLEMENTAR - INCIDÊNCIA - LEGITIMIDADE - REPETIÇÃO DE INDÉBITO - DECADÊNCIA - PRAZO - SISTEMÁTICA DO LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO.
1 - O direito à repetição de indébito tributário extingue-se com o decurso do prazo de 05 (cinco) anos, contados da extinção do crédito tributário, e, no caso de tributos sujeitos a lançamento por homologação, a partir de 05 (cinco) anos do prazo estabelecido para esta, sistemática que se estende ao Imposto de Renda Retido na Fonte porque essa retenção não implica pagamento e, conseqüentemente, extinção do crédito tributário, mas, tão-somente, mera antecipação, legalmente exigida, de tributo devido a ser apurado no momento da declaração anual de rendimentos.
2 - Inexistindo correspondência aritmética entre as contribuições pagas pelo beneficiário e os valores recebidos a título de complementação de aposentadoria e identidade entre esta e o resgate daquelas em decorrência do desligamento daquele do plano de previdência complementar, lídima a incidência de Imposto de Renda sobre essa complementação, que representa acréscimo patrimonial, nova riqueza, ou melhor, nova remuneração, adição à anterior.
3 - Apelação e Remessa Oficial providas em parte.
4 - Sentença reformada parcialmente.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, dar parcial provimento ao recurso de Apelação e à Remessa Oficial.
Brasília, 27 de fevereiro de 2007. (Data de julgamento.)

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

EDAC Nº 2001.34.00.003495-5/DF Distribuído no TRF em 07/11/2001
Processo na Origem: 200134000034955

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	ANDRÉ ALVIM DE PAULA RIZZO
APELADO	:	ADANEUZA ARAUJO DE SA NOVAES E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	IVO EVANGELISTA DE AVILA E OUTROS(AS)
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 14A VARA - DF
EMBARGANTE	:	FAZENDA NACIONAL
EMBARGADO	:	V. ACÓRDÃO DE FL. 104/08

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO -INOCORRÊNCIA DA ALEGADA "OMISSÃO" - VIOLAÇÃO DE LEI: INFRINGÊNCIA - COISA JULGADA/PRECLUSÃO - EMBARGOS NÃO PROVIDOS.
1. Destinam-se os embargos declaratórios a aclarar eventual obscuridade, resolver eventual contradição (objetiva: intrínseca do julgado) ou suprir eventual omissão do julgado, consoante art. 535 do CPC, de modo que, inocorrente qualquer das hipóteses que ensejam a oposição deles, a inconformidade do embargante ressoa como manifesta contrariedade à orientação jurídica que se adotou no acórdão, o que consubstancia evidente caráter infringente, a que não se presta a via ora eleita.
2. O julgado expressamente enfrentou a questão: *"Esta Corte já se pronunciou, em questão similar, no sentido de que 'Apenas a existência de erros na apuração do valor a ser restituído à época do ajuste anual da declaração de imposto de renda ensejaria necessidade de compensação, devendo a matéria ser veiculada em momento próprio, na fase de conhecimento, não cabendo inovar por ocasião da execução' (T7, AC n. 2002.34.00.021686-9/DF, DJ 13/06/2005)"*
3. A matéria concernente à dedução do *"quantum debeatur"* da parcela do imposto de renda, já restituída em decorrência da declaração de ajuste anual, deveria ter sido ventilada no procedimento ordinário, ainda que em sede recursal e não no processo de execução. Entendimento diverso molesta a coisa julgada.
4. O princípio do livre convencimento motivado justifica que não sejam examinados os dispositivos legais e os argumentos que, para a parte, possam parecer relevantes, mas que, para o julgador, constituem questões superadas pelas razões que fundamentam seu julgamento.
5. Embargos de declaração não providos.
6. Peças liberadas pelo Relator, em 05/02/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª (Sétima) Turma NEGAR PROVIMENTO aos Embargos de Declaração por unanimidade.
7ª (Sétima) Turma do TRF - 1ª Região, 05/02/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

EDAC Nº 2001.34.00.003659-0/DF Distribuído no TRF em 30/09/2002
Processo na Origem: 200134000036590

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	CANTINA CASTELO LTDA E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	EDILSON JAIR CASAGRANDE
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	CLAUDIUS FABIO CARAN BRITTO
APELADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 22A VARA - DF
EMBARGANTE	:	CANTINA CASTELO LTDA E OUTROS(AS)
EMBARGADO	:	V. ACÓRDÃO DE FL. 430/36

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INOCORRÊNCIA DAS ALEGADAS "OMISSÃO" E "CONTRADIÇÃO" - INFRINGÊNCIA - PREQUESTIONAMENTO - EMBARGOS NÃO PROVIDOS.
1. Destinam-se os embargos declaratórios a aclarar eventual obscuridade, resolver eventual contradição (objetiva: intrínseca do julgado), suprir eventual omissão do julgado, consoante art. 535 do CPC, de modo que, inocorrente qualquer das hipóteses que ensejam a oposição deles, a inconformidade do embargante ressoa como manifesta contrariedade à orientação jurídica que se adotou no acórdão, o que consubstancia evidente caráter infringente, a que não se presta a via ora eleita.
2. O item 10 da ementa expressa: *"Os valores compensandos serão corrigidos monetariamente desde o recolhimento (SÚMULA nº 162/STJ), sem expurgos inflacionários, porque inexistentes no período (a partir de FEV/91) pelo INPC até DEZ 1991e pela UFIR de JAN/92 até 31 DEZ/1995. sobre o capital apurado e consolidade em 31 DEZ 95 incidirá apenas a taxa SELIC a partir de 1º JAN 1996."*
3. A contradição capaz de viabilizar a oposição dos embargos declaratórios é aquela existente entre os fundamentos da decisão e sua parte dispositiva, tal vício, entretanto, não restou demonstrado pelas embargantes.

4. "Violação" não é sinônimo de "omissão", "contradição" ou "obscuridade" e não enseja embargos de declaração.
5. Embargos de declaração opostos fora das balizas do rol do art. 535 do CPC não se prestam para os fins de prequestionamento.
6. Embargos de declaração não providos.
7. Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª (Sétima) Turma NEGAR PROVIMENTO aos Embargos de Declaração por unanimidade.
7ª (Sétima) Turma do TRF - 1ª Região, 13/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 2001.34.00.011808-0/DF
Processo na Origem: 200134000118080

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
APELANTE	:	ANALIA PINHEIRO GUIMARAES VIEIRA E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	CAROLINA LOUZADA PETRARCA E OUTROS(AS)
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	:	OS MESMOS
EMBARGANTE	:	FAZENDA NACIONAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO INEXISTENTE. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE.
1. Não merecem ser acolhidos os embargos de declaração que pretendem seja atribuído efeito infringente ao julgado, fora das raras hipóteses em que isso é admissível.
2. Não há omissão, se o acórdão tratou explicitamente da matéria.
3. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Decide a Turma, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração.
7ª Turma do TRF da 1ª Região - 13/02/2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora (Convocada)

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2001.34.00.015096-3/DF Distribuído no TRF em 05/05/2003
Processo na Origem: 200134000150963

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	:	EDVALDO ALMEIDA DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO	:	IVO EVANGELISTA DE AVILA E OUTROS

E M E N T A

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA (IRRF SOBRE VERBAS INDENIZATÓRIAS) - DEDUÇÃO DE RESTITUIÇÕES (DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL): PRECLUSÃO.
1 - Consoante precedente desta Corte (T7), somente a eventual existência de erros quanto aos valores apurados a restituir ao tempo do ajuste anual da declaração de imposto de renda importaria em necessidade de compensação (ou dedução), já porque aludido tema deveria ter sido objeto de debate na fase de conhecimento, não podendo ser ventilado, porque precluso na fase de execução.
2 - Se a sentença no processo de conhecimento assegura a repetição de determinado "valor" (indevidamente exigido), é esse (o total de IR retido na fonte) o valor exato a ser devolvido (agregados os devidos consectários) e não aquele valor equivalente ao "possível" resultado de retificação das declarações dos anos anteriores ao sabor do posterior reconhecimento de que as verbas pagas são indenizatórias (a não ser que a sentença expressamente assim preveja, do que, no caso, sequer se cogita). A repetição é, pois, do "indébito" retido.
3 - Apelação não provida.
4 - Peças liberadas pelo Relator, em 19/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma, NEGAR PROVIMENTO à apelação por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 19/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

AC Nº 2001.34.00.018176-0/DF Distribuído no TRF em 29/11/2002
Processo na Origem: 200134000181760

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	ROGERIO SANTOS MUNIZ
APELADO	:	SAO PAULO ACESSORIOS LTDA
ADVOGADO	:	EDILSON JAIR CASAGRANDE E OUTRO(A)
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 20A VARA - DF

EMENTA

CONSTITUCIONAL, PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO - CONTRIBUIÇÃO (AUTÔNOMOS, ADMINISTRADORES E AVULSOS) - LEI Nº 7.787/89 (ART. 3º, I): INCONSTITUCIONALIDADE (RREE Nº 166.772-9/RS E Nº 177.294-4/RS) - LEI Nº 8.212/91, ART. 22, I: INCONSTITUCIONALIDADE (ADIN Nº 1.102/DF) - LIMITAÇÕES DOS PERCENTUAIS COMPENSÁVEIS (LEI Nº 9.302/95 E LE Nº 9.129/95) - DECADÊNCIA: "5+5" - EXPURGOS - SELIC - JUROS (MORATÓRIOS E COMPENSATÓRIOS).C.
1 - O STJ mandou aplicar à hipótese o prazo decadencial da modalidade "5+5", por tratar-se de tributos lançáveis por homologação. Ajuizada a ação em 25 JUN 2001, decadentes os recolhimentos antes de 25 JUN 1991.
2 - A Lei nº 7.787/89, alterando a legislação de custeio da previdência social, instituiu (art. 3º), contribuição das empresas em geral e de entidades e órgãos a elas equiparados, fixando (I), o percentual de 20% incidente sobre o total das remunerações pagas ou creditadas, a qualquer título, no decorrer do mês, aos segurados empregados, avulsos, autônomos e administradores.
3 - As expressões "*autônomos, avulsos e administradores"* (art. 3º, I, da Lei nº 7.787/89) foram declaradas inconstitucionais pelo STF (RREE nºs. 166.772-9/RS e 177.294-4/RS) e tiveram a sua execução suspensa pela Resolução do Senado Federal nº 14, de 19 ABR 1995.
4 - Derrogada a Lei nº 7.787/89 (art. 3º, I) pela Lei nº 8.212/91 (art. 22, I), mantida, todavia, a incidência da contribuição sobre a folha de salários sobre a remuneração paga a administradores, autônomos, expressões essas também declaradas inconstitucionais pelo STF (ADIn nº 1.102/DF).
5 - A compensação somente poderá ocorrer com contribuições da mesma espécie.
6 - Repetição de tributo direto dispensa prova do não-repasse do encargo tributário aos preços.
7 - Quanto ao limite do percentual compensável por competência, os valores [a] recolhidos até edição da Lei nº 9.032/95, não estarão sujeitos a nenhuma limitação (independentemente da data da ação); [b] recolhidos após a publicação da Lei nº 9.032/95 e anteriores à publicação da Lei nº 9.129/95, estarão sujeitos ao limite de 25%; e [c] recolhidos após o início de vigência da Lei nº 9.129/95, serão submetidos ao limite de 30%.
8 - A correção monetária dos indébitos até DEZ 95 (inclusive) se contará desde os recolhimentos (SÚMULA 162 do STJ), aplicando-se, consoante jurisprudência da Turma, o IPC [de JAN 1989 a JAN 91], com os expurgos inflacionários a saber, 42,72% (JAN 89); 10,14% (FEV 89); 84,32% (MAR 90); 44,80% (ABR 90); e 7,87% (MAI 90); o INPC (FEV 91 a DEZ 91); e UFIR (JAN 92 a DEZ 95). A partir de JAN 1996, incidirá somente a SELIC, que afasta atualização monetária e juros.
9 - Na compensação não há incidência de juros moratórios, porque é iniciativa exclusiva do contribuinte, ainda que sujeita à homologação, tampouco incidem juros compensatórios.
10 - A compensação, observado o disposto no art. 170-A do CTN, será submetida à Administração Fiscal, seguindo a disciplina da espécie.
11 - A isenção legal de custas (na Justiça Federal) em prol da União e de suas autarquias (INSS, no caso) não alcança a obrigação de ressarci-las àquele que, tendo-as antecipado (porque não isento), findou vencedor na demanda (REsp nº 48.617/RJ).
12 - Preliminar de decadência resolvida pelo STJ. Matéria residual: apelação do INSS e remessa oficial providas em parte (pedido procedente em parte).
13 - Peças liberadas pelo Relator, em 20/03/2007, para publicação do acórdão.

ACÓRDÃO

Decide a 7ª Turma DAR PROVIMENTO, em parte, à apelação da autora e à remessa oficial por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 20/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

EDAC Nº 2001.34.00.018535-4/DF Distribuído no TRF em 30/09/2004
Processo na Origem: 200134000185354

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	:	UNICARDIO UNIDADE DE CARDIOLOGIA CLINICA DE PERNAMBUCO LTDA E OUTRO(A)
ADVOGADO	:	EDILSON JAIR CASAGRANDE
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 20A VARA - DF
EMBARGANTE	:	UNICARDIO UNIDADE DE CARDIOLOGIA CLINICA DE PERNAMBUCO LTDA E OUTRO(A)
EMBARGADO	:	V. ACÓRDÃO DE F. 355/59

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INOCORRÊNCIA DAS ALEGADA "OMISSÃO" E DO ALEGADO "ERRO MATERIAL" - INFRINGÊNCIA - EMBARGOS NÃO PROVIDOS.
1. Destinam-se os embargos declaratórios a aclarar eventual obscuridade, resolver eventual contradição (objetiva: intrínseca do julgado), suprir eventual omissão do julgado, consoante art. 535 do CPC, ou corrigir erro material de modo que, inocorrente qualquer das hipóteses que ensejam a oposição deles, a inconformidade do embargante ressoa como manifesta contrariedade à orientação jurídica que se adotou no acórdão, o que consubstancia evidente caráter infringente, a que não se presta a via ora eleita.
2. O item 04 da ementa expressamente enfrentou a questão relativa à correção monetária.
3. Não existem diferentes regimes de compensação de crédito tributário, mas apenas um, que teve a sua sistemática expressa na Lei nº 8.383/91, submetido, todavia, ao regramento do CTN, norma recepcionada pela CF/88 como Lei Complementar.
4. Dúvida, por não constar do rol do art. 535 do CPC, não enseja embargos de declaração.
5. Embargos de declaração opostos fora das balizas do rol do art. 535 do CPC não se prestam para os fins de prequestionamento.
6. Embargos de declaração não providos.
7. Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª (Sétima) Turma NEGAR PROVIMENTO aos Embargos de Declaração por unanimidade.
7ª (Sétima) Turma do TRF - 1ª Região, 13/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

AC Nº 2001.34.00.023279-9/DF Distribuído no TRF em 18/03/2004
Processo na Origem: 200134000232799

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	:	CLAUDIO ALBERTO BARBIRATO TAVARES
ADVOGADO	:	JAYME ARRUDA SA

E M E N T A

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA (IRRF SOBRE VERBAS INDENIZATÓRIAS) - DEDUÇÃO DE RESTITUIÇÕES (DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL): PRECLUSÃO
1 - Da decisão primária que, de pronto, admite a apelação (da executada), reputada intempestiva pela parte contrária (exeqüente), não cabe açodado, por extemporâneo, agravo, pois aludido tema deverá (como foi) ser destilado, em preliminar, nas contra-razões (para, se o caso, oportuno reexame pela Corte Recursal, que poderá fazê-lo até de ofício), para que o juízo "a quo" examine a preliminar e da decisão que a aprecie, aí, sim, caberia agravo.
2 - De todo modo, à luz das prerrogativas da intimação pessoal e do prazo em dobro para recorrer, tempestiva a apelação da Fazenda Nacional.
3 - Consoante precedente desta Corte (T7), somente a eventual existência de erros quanto aos valores apurados a restituir ao tempo do ajuste anual da declaração de imposto de renda importaria em necessidade de compensação (ou dedução), já porque aludido tema deveria ter sido objeto de debate na fase de conhecimento, não podendo ser ventilado, porque precluso na fase de execução.
4 - Se a sentença no processo de conhecimento assegura a repetição de determinado "valor" (indevidamente exigido), é esse (o total de IR retido na fonte) o valor exato a ser devolvido (agregados os devidos consectários) e não aquele valor equivalente ao "possível" resultado de retificação das declarações dos anos anteriores ao sabor do posterior reconhecimento de que as verbas pagas são indenizatórias (a não ser que a sentença expressamente assim preveja, do que, no caso, sequer se cogita). A repetição é, pois, do "indébito" retido.
5 - Apelação não provida. Agravo retido de que não se conhece.
6 - Peças liberadas pelo Relator, em 19/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma, NEGAR PROVIMENTO à apelação e NÃO CONHECER do agravo retido por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 19/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

APELAÇÃO CÍVEL n. 2001.34.00.024148-0/DF
Processo na Origem: 200134000241480

RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA (Convocada)
APELANTE	:	SOANGRA COMERCIO DE BEBIDAS LTDA E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	VANY ROSSELINA GIORDANO E OUTROS(AS)
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	PEDRO CAMARA RAPOSO LOPES
APELADO	:	OS MESMOS
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 1ª VARA - DF

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL, CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. FINSOCIAL. DECRETO-LEI 1.940/82: RECEPÇÃO PELA CF/88. INCONSTITUCIONALIDADE DA MAJORAÇÃO DE ALÍQUOTAS. TRANSFERÊNCIA DO ENCARGO. COMPENSAÇÃO COM OUTROS TRIBUTOS OU COM A COFINS. PRELIMINAR DE PERDA DE OBJETO EM FACE DO ART. 18, III, DA LEI N. 10.522/2002 AFASTADA. DECADÊNCIA. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. HONORÁRIOS.

1. Mesmo diante do reconhecimento, pelo art. 18, III, da Lei 10.522/2002, de que é indevida a cobrança da contribuição para o FINSOCIAL, exigida das empresas exclusivamente vendedoras de mercadorias e mistas, em alíquota superior a 0,5%, com fundamento no art. 9º da Lei n. 7.689/88 e suas posteriores alterações, remanesce o interesse do contribuinte em pleitear a restituição/compensação do que pagou a maior pela via judicial, ante a resistência do Fisco em aceitar a contagem do prazo decadencial a partir da homologação expressa ou tácita do lançamento, bem como em face dos índices de correção monetária por ele aplicados, que não são os pleiteados pelo contribuinte.

2. Em se tratando de tributos sujeitos a lançamento por homologação, o prazo qüinqüenal para pleitear a repetição de indébito, seja por via de devolução em espécie ou por meio de compensação, deve ser contado da homologação, a qual, quando tácita, só ocorre 5 (cinco) anos após o pagamento indevido ou a maior, sendo ônus do Fisco demonstrar a data da eventual homologação expressa.

3. A contribuição para o FINSOCIAL, instituída pelo Decreto-Lei n. 1.940/82, foi recepcionada pela CF/88 como imposto inominado, pela alíquota de 0,5% incidente sobre o faturamento, assim permanecendo até a Lei Complementar n. 70/91.

4. Apenas por lei complementar poderia ser alterada a contribuição para o FINSOCIAL, razão pela qual são inconstitucionais as majorações de sua alíquota operadas pelo art. 7º da Lei n. 7.787/89 (para 1%), pelo art. 1º da Lei n. 7.894/89 (para 1,2%) e pelo art. 1º da Lei n. 8.147/90 (para 2%).

5. Desnecessária a comprovação da ausência de transferência do encargo a terceiros como requisito para a restituição ou compensação do tributo, dado que a contribuição para o FINSOCIAL não é exação indireta que, por sua natureza, possa ser transferida a terceiro. Precedentes da Corte.

6. Diante da autorização da lei, o juiz reconhece e declara o direito do contribuinte à compensação, tendo em vista a resistência do Fisco em admiti-la. Declarado esse direito, o contribuinte procede à compensação, praticando todos os atos materiais para a determinação do valor da contribuição, ressalvada à autoridade administrativa a fiscalização para efeito de homologação desse procedimento, se for o caso.

7. Nos termos do art. 49 da Lei n. 10.637, de 30.12.2002, que deu nova redação ao art. 74 da Lei n. 9.430/96, é possível a compensação de créditos e débitos provenientes de tributos e de contribuições de espécies distintas, desde que sejam eles administrados pela Secretaria da Receita Federal.

8. A correção monetária deve incidir para atualizar o valor da moeda, corroído pela inflação, desde o recolhimento indevido, nos termos da Súmula n. 162/STJ, observados os seguintes índices: de fev a dez/91, o INPC; de jan/92 a dez/95, a UFIR; a partir de 01.01.96, a SELIC.

9. Sobre o capital apurado e consolidado em 31.12.95, incidirão juros de mora de 1% ao mês a partir do trânsito em julgado (STJ, REsp n. 624.714/PR, DJ de 13/09/2004, p. 182), aplicando-se, a partir daí, a taxa SELIC, que não pode ser cumulada com qualquer outro índice de correção monetária ou com juros de mora.

10. Os honorários advocatícios hão de ser fixados em 5% (cinco por cento) sobre o valor da condenação, em face de que a matéria já se vem pacificando no âmbito dos tribunais há algum tempo.

11. Apelação das autoras provida, em parte.

12. Apelação da Fazenda Nacional e remessa oficial providas, em parte.

ACÓRDÃO

Decide a Turma, à unanimidade, dar parcial provimento ao apelo das autoras, bem como ao apelo da Fazenda Nacional e à remessa oficial.

7ª Turma do TRF da 1ª Região - 22.09.2004

Juíza Federal NEUZA MARIA ALVES DA SILVA
Relatora Convocada

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2001.34.00.030924-1/DF
Processo na Origem: 200134000309241

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONVOCADO)
APELANTE	:	ROLDÃO APRÍGIO DE SOUZA JÚNIOR
ADVOGADOS	:	DRS. DALMO JACOB DO AMARAL JÚNIOR E OUTROS
APELADA	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL - TRIBUTÁRIO - TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA EMITIDOS NO INÍCIO DO SÉCULO PASSADO - DÍVIDA PRESCRITA - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.238/95 - COMPENSAÇÃO COM TRIBUTOS FEDERAIS - DAÇÃO EM PAGAMENTO DE TRIBUTOS FEDERAIS - ACEITAÇÃO COMO GARANTIA EM EXECUÇÃO FISCAL - IMPOSSIBILIDADE.

1 - Os Títulos da Dívida Pública (TDP's), emitidos no início do século passado, por força do disposto nos DDLL 263/67 e 396/68, deveriam ter sido apresentados para resgate até 05 de julho de 1969, ou seja, após 12 meses do edital de convocação publicado em 05 de julho de 1968. Findo este prazo, consideram-se prescritas as dívidas decorrentes dos títulos não apresentados para resgate.

2 - O disposto no parágrafo terceiro do art. 1º da Medida Provisória n. 1.238/95, tendo sido suprimido quando da republicação deste diploma legal (DOU 21/12/95), perdeu a sua eficácia, restando incólume a prescrição dos títulos.

3 - Não há que se falar em inconstitucionalidade dos DDLL 263/67 e 396/68, haja vista que o art. 55, da Constituição de 1967, sob a égide da qual foram editados os referidos decretos, autorizava a utilização de decreto-lei em matéria de finanças públicas, no que se enquadra a fixação do prazo para resgate dos TDP's.

4 - As modalidades de extinção do crédito tributário estão descritas em rol exaustivo no art. 156, CTN, não se admitindo, pois, a compensação de TDP's com débitos de tributos federais. O art. 170, CTN, exige lei específica autorizando esta forma de extinção do crédito tributário. O mesmo raciocínio é válido para a hipótese de dação em pagamento, somente permitida com bens imóveis, e na forma da lei (art. 156, XI, CTN).

5 - É igualmente inadmissível que os TDP's possam garantir o juízo da execução fiscal, por não possuírem cotação na bolsa de valores (art. 11, II, da Lei nº 6.830/80).

6 - Apelação desprovida.

7 - Sentença mantida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento à apelação.

Brasília, 27 de fevereiro de 2007. (Data de julgamento.)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator Convocado

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2001.35.00.004116-6/GO
Processo na Origem: 200135000041166

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADORA	:	DRª CLICIA HELENA AMORIM
APELADOS	:	CARLOS SEZAR DAVID GOMES E OUTROS
ADVOGADO	:	DR. NIVALDO CAMILO FILHO
REMETENTE	:	JUÍZO FEDERAL DA 3ª VARA - GO

E M E N T A

CONSTITUCIONAL - TRIBUTÁRIO - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - EXERCENTES DE MANDATO ELETIVO - CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 195, I - EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20/98 - INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI Nº 9.506/97 - LEI Nº 10.887/2004.

1 - O art. 12, I, h, da Lei nº 8.212/91, com a redação dada pelo art. 13, § 1º, da Lei nº 9.506/97, foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal e teve sua execução suspensa pela Resolução nº 26/2005 do Senado Federal.

2 - A Emenda Constitucional nº 20/98 não instituiu contribuição previdenciária sobre os subsídios dos exercentes de mandato eletivo federal, estadual ou municipal; apenas a autorizou, de forma genérica, ao dar nova redação ao art. 195, I, da Constituição Federal, fazendo-se necessária a edição de lei que viesse preencher a lacuna nela existente, conferindo-lhe aplicabilidade, sem exigência de que fosse LEI COMPLEMENTAR por não ter criado nova fonte de custeio.

3 - A Lei nº 10.887/2004 veio regulamentar o art. 195, I, da Constituição Federal, delimitando a expressão "na forma da lei" nele contida, o que não poderia ter sido feito pela Lei nº 9.506/97 por ter sido declarada inconstitucional, sendo inadmissível sua constitucionalização porque vício de inconstitucionalidade não é passível de convalidação, pois, consoante entendimento do Excelso Pretório, tal vício é congênito à lei e há de ser averiguado em face do ordenamento constitucional vigente à época de sua elaboração. (ADIn 2-DF - Rel. Min. Paulo Brossard - D.J. de 21/11/97.)

4 - Apelação denegada.

5 - Remessa Oficial provida em parte.

6 - Sentença reformada parcialmente.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por maioria, negar provimento ao recurso de Apelação e dá-lo, em parte, à Remessa Oficial.

Brasília, 30 de janeiro de 2007. (Data de julgamento.)

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

AMS Nº 2001.35.00.016129-5/GO Distribuído no TRF em 09/12/2003
Processo na Origem: 200135000161295

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	POLITINTAS COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA E OUTRO(A)
ADVOGADO	:	NILZO MEOTTI FORNARI E OUTROS(AS)
APELADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	PEDRO CAMARA RAPOSO LOPES

EMENTA

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL -- MANDADO DE SEGURANÇA - PIS E COFINS - BASE DE CÁLCULO - CONCEITO AMPLO DE FATURAMENTO (ART. 3º DA LEI Nº 9.718/98): INCONSTITUCIONALIDADE (STF) - BASE DE CÁLCULO CORRETA: PIS (ART. 3º DA LEI Nº 9.715/98) E COFINS (ART. 2º DA LC Nº 70/91) - LEIS Nº 10.637/2002 (PIS) E LEI Nº 10.833/2003 (COFINS): CONSTITUCIONAIS (ART. 195, I, "B", DA CF/88, NA REDAÇÃO CONFERIDA PELA EC Nº 20/98) - MAJORAÇÃO DA ALÍQUOTA DA COFINS, DE 2% PARA 3% (ART. 8º DA LEI Nº 9.718/98): CONSTITUCIONALIDADE - SELIC.

1 - O "novo conceito" de faturamento implementado pelo §1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98 (aplicável tanto ao PIS quanto à COFINS), ampliando a base imponível das exações, foi declarado inconstitucional pelo STF, consoante consta no Informativo nº 408/2005, relativo ao julgamento dos RREEs nº 346.084/PR; nº 357.950/RS; nº 358.273/RS; e nº 390.840/MG, porque incompatível com a redação (primitiva) do art. 195, I, "b", da CF/88, não convalidável o vício pela superveniência da EC nº 20/98.

2 - Prevalece, então, para fins de determinação da base de cálculo das exações, o conceito de faturamento precedente à Lei nº 9.718/98: [a] para o PIS, o constante do art. 3º da Lei nº 9.715/98 e, [b] para a COFINS, o previsto no art. 2º da LC nº 70/91.

3 - A legislação superveniente à EC nº 20/98, todavia, que, conceituando faturamento como sendo o "*total das receitas auferidas pela pessoa jurídica, independentemente de sua denominação ou classificação contábil*", o adotou como base de cálculo do PIS (art. 1º da Lei nº 10.637, de 30 DEZ 2002) e da COFINS (art. 1º da Lei nº 10.833, de 29 DEZ 2003), não padece de inconstitucionalidade, haja vista sua plena compatibilidade com a nova redação do art. 195, I, "b", da CF/88 (imprimida pela EC nº 20/98).

4 - A compensação do indébito será, como requerido, efetivada com parcelas vincendas das respectivas exações.

5 - Porque os recolhimentos foram todos efetuados na vigência da Lei nº 9.250/95, aplica-se a SELIC, que não se acumula com juros de mora.

6 - Não se admitem juros compensatórios em repetição de indébito (compensação/restituição).

7 - Legítima a majoração da alíquota da COFINS (art. 8º da Lei nº 9.718/98) de 2% para 3%.

8 - Apelação provida em parte : segurança concedida em parte.

9 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

ACÓRDÃO

Decide a 7ª Turma DAR PROVIMENTO, em parte, à apelação por unanimidade.

7ª Turma do TRF - 1ª Região, 13/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2001.36.00.001359-9/MT
Processo na Origem: 200136000013599

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONV.)
APELANTE	:	EDMILSON BARTOLOMEU DE FIGUEIREDO
ADVOGADOS	:	DRS. LUIZ ALFEU MOOJEN RAMOS E OUTRO
APELADA	:	UNIÃO FEDERAL
PROCURADORA	:	DRA. HÉLIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL - TRIBUTÁRIO - TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA EMITIDOS NO INÍCIO DO SÉCULO PASSADO - DÍVIDA PRESCRITA - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.238/95 - COMPENSAÇÃO COM TRIBUTOS FEDERAIS - DAÇÃO EM PAGAMENTO DE TRIBUTOS FEDERAIS - ACEITAÇÃO COMO GARANTIA EM EXECUÇÃO FISCAL - IMPOSSIBILIDADE.

1 - Os Títulos da Dívida Pública (TDP's), emitidos no início do século passado, por força do disposto nos DDLL 263/67 e 396/68, deveriam ter sido apresentados para resgate até 05 de julho de 1969, ou seja, após 12 meses do edital de convocação publicado em 05 de julho de 1968. Findo este prazo, consideram-se prescritas as dívidas decorrentes dos títulos não apresentados para resgate.

2 - O disposto no parágrafo terceiro do art. 1º da Medida Provisória n. 1.238/95, tendo sido suprimido quando da republicação deste diploma legal (DOU 21/12/95), perdeu a sua eficácia, restando incólume a prescrição dos títulos.

3 - Não há que se falar em inconstitucionalidade dos DDLL 263/67 e 396/68, haja vista que o art. 55, da Constituição de 1967, sob a égide da qual foram editados os referidos decretos, autorizava a utilização de decreto-lei em matéria de finanças públicas, no que se enquadra a fixação do prazo para resgate dos TDP's.

4 - As modalidades de extinção do crédito tributário estão descritas em rol exaustivo no art. 156, CTN, não se admitindo, pois, a compensação de TDP's com débitos de tributos federais. O art. 170, CTN, exige lei específica autorizando esta forma de extinção do crédito tributário. O mesmo raciocínio é válido para a hipótese de dação em pagamento, somente permitida com bens imóveis, e na forma da lei (art. 156, XI, CTN).

5 - É igualmente inadmissível que os TDP's possam garantir o juízo da execução fiscal, por não possuírem cotação na bolsa de valores (art. 11, II, da Lei nº 6.830/80).
6 - Apelação desprovida.
7 - Sentença mantida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento à apelação.
Brasília, 19 de março de 2007. (Data de julgamento.)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator Convocado

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2001.36.00.003935-0/MT
Processo na Origem: 200136000039350

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONV.)
APELANTE	:	BORCHARDT E CIA LTDA
ADVOGADO	:	DR. JOÃO LUIZ SPOLADOR
APELADA	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL - TRIBUTÁRIO - TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA EMITIDOS NO INÍCIO DO SÉCULO PASSADO - DÍVIDA PRESCRITA - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.238/95 - COMPENSAÇÃO COM TRIBUTOS FEDERAIS - DAÇÃO EM PAGAMENTO DE TRIBUTOS FEDERAIS - ACEITAÇÃO COMO GARANTIA EM EXECUÇÃO FISCAL - IMPOSSIBILIDADE.
1 - Os Títulos da Dívida Pública (TDP's), emitidos no início do século passado, por força do disposto nos DDLL 263/67 e 396/68, deveriam ter sido apresentados para resgate até 05 de julho de 1969, ou seja, após 12 meses do edital de convocação publicado em 05 de julho de 1968. Findo este prazo, consideram-se prescritas as dívidas decorrentes dos títulos não apresentados para resgate.
2 - O disposto no parágrafo terceiro do art. 1º da Medida Provisória n. 1.238/95, tendo sido suprimido quando da republicação deste diploma legal (DOU 21/12/95), perdeu a sua eficácia, restando incólume a prescrição dos títulos.
3 - Não há que se falar em inconstitucionalidade dos DDLL 263/67 e 396/68, haja vista que o art. 55, da Constituição de 1967, sob a égide da qual foram editados os referidos decretos, autorizava a utilização de decreto-lei em matéria de finanças públicas, no que se enquadra a fixação do prazo para resgate dos TDP's.
4 - As modalidades de extinção do crédito tributário estão descritas em rol exaustivo no art. 156, CTN, não se admitindo, pois, a compensação de TDP's com débitos de tributos federais. O art. 170, CTN, exige lei específica autorizando esta forma de extinção do crédito tributário. O mesmo raciocínio é válido para a hipótese de dação em pagamento, somente permitida com bens imóveis, e na forma da lei (art. 156, XI, CTN).
5 - É igualmente inadmissível que os TDP's possam garantir o juízo da execução fiscal, por não possuírem cotação na bolsa de valores (art. 11, II, da Lei nº 6.830/80).
6 - Apelação desprovida.
7 - Sentença mantida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento à apelação.

Brasília, 19 de março de 2007. (Data de julgamento.)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator Convocado

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2001.36.00.005331-3/MT
Processo na Origem: 200136000053313

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONV.)
APELANTE	:	MADEIREIRA PRATENSE LTDA
ADVOGADO	:	DR. JOÃO LUIZ SPOLADOR
APELADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADORA	:	DRª. JOSEMARY CANÇADO

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL - TRIBUTÁRIO - TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA EMITIDOS NO INÍCIO DO SÉCULO PASSADO - DÍVIDA PRESCRITA - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.238/95 - COMPENSAÇÃO COM TRIBUTOS FEDERAIS - DAÇÃO EM PAGAMENTO DE TRIBUTOS FEDERAIS - ACEITAÇÃO COMO GARANTIA EM EXECUÇÃO FISCAL - IMPOSSIBILIDADE.
1 - Os Títulos da Dívida Pública (TDP's), emitidos no início do século passado, por força do disposto nos DDLL 263/67 e 396/68, deveriam ter sido apresentados para resgate até 05 de julho de 1969, ou seja, após 12 meses do edital de convocação publicado em 05 de julho de 1968. Findo este prazo, consideram-se prescritas as dívidas decorrentes dos títulos não apresentados para resgate.
2 - O disposto no parágrafo terceiro do art. 1º da Medida Provisória n. 1.238/95, tendo sido suprimido quando da republicação deste diploma legal (DOU 21/12/95), perdeu a sua eficácia, restando incólume a prescrição dos títulos.
3 - Não há que se falar em inconstitucionalidade dos DDLL 263/67 e 396/68, haja vista que o art. 55, da Constituição de 1967, sob a égide da qual foram editados os referidos decretos, autorizava a utilização de decreto-lei em matéria de finanças públicas, no que se enquadra a fixação do prazo para resgate dos TDP's.
4 - As modalidades de extinção do crédito tributário estão descritas em rol exaustivo no art. 156, CTN, não se admitindo, pois, a compensação de TDP's com débitos de tributos federais. O art. 170, CTN, exige lei específica autorizando esta forma de extinção do crédito tributário. O mesmo raciocínio é válido para a hipótese de dação em pagamento, somente permitida com bens imóveis, e na forma da lei (art. 156, XI, CTN).
5 - É igualmente inadmissível que os TDP's possam garantir o juízo da execução fiscal, por não possuírem cotação na bolsa de valores (art. 11, II, da Lei nº 6.830/80).
6 - Apelação desprovida.
7 - Sentença mantida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento à apelação.
Brasília, 19 de março de 2007. (Data de julgamento.)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator Convocado

AC Nº 2001.38.00.020453-2/MG Distribuído no TRF em 23/06/2004
Processo na Origem: 200138000204532

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	COMEC CONSTRUCOES METALICAS E CIVIL LTDA
ADVOGADO	:	CLAUDIA HORTA DE QUEIROZ
APELADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	FERNANDO MAURO DE SIQUEIRA BORGES

EMENTA

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - TRIBUTO PAGO EXTEMPORANEAMENTE -- MULTA MORATÓRIA: INCIDÊNCIA -- ART. 138 DO CTN: INAPLICÁVEL.
1 - O pagamento tardio de tributos ou contribuições correntes constitui infração administrativa, devendo o contribuinte ser responsabilizado por sua negligência em deixar de cumprir os prazos legais, ficando sujeito à multa moratória, não punitiva, razão pela qual não se aplicam as disposições do art. 138 do CTN.
2 - Precedente atual (2007) da 1ª Seção do STJ (EDcl no AgRg nos EREsp nº 491.354/PR) assenta que não há falar em denúncia espontânea e, de conseqüência, em exclusão da multa moratória, na hipótese de declaração e recolhimento em atraso de tributo lançável por homologação.
3 - Apelação não provida.
4 - Peças liberadas pelo Relator, em 19/03/2007, para publicação do acórdão.

ACÓRDÃO

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO à apelação por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 19/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

AC Nº 2001.38.00.027779-5/MG Distribuído no TRF em 08/07/2002
Processo na Origem: 200138000277795

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	PEDRO CAMARA RAPOSO LOPES
APELADO	:	MINERACAO LAPA VERMELHA LTDA
ADVOGADO	:	MARCELO BRAGA RIOS E OUTROS(AS)
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 20A VARA - MG

EMENTA

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO - PIS - LC 07/70, ART. 6º, PARÁGRAFO ÚNICO: BASE DE CÁLCULO - DDLL Nº 2.445/88 E Nº 2.449/88: INCONSTITUCIONALIDADE (RE Nº 148.754-2/RJ) - DECADÊNCIA "5+5" - SELIC.
1 - O STJ mandou aplicar à hipótese o prazo decadencial da modalidade "5+5", por tratar-se de tributos lançáveis por homologação: ação ajuizada em 21 AGO 2001, decadentes os recolhimentos feitos antes de 21 AGO 1991.
2 - As alterações introduzidas na sistemática da contribuição para o PIS pelos DDLL nºs. 2.445/88 e 2.449/88 foram declaradas inconstitucionais pelo STF (RE nº 148.754-2/RJ).
3 - Nos termos do art. 6º, parágrafo único, da LC 07/70, a base de cálculo do PIS, ou seja, a base numérica sobre a qual incide a alíquota, é o faturamento do sexto mês anterior à ocorrência do fato gerador, não incidindo correção monetária.
4 - Embora a compensação dos recolhimentos indevidos possa ser feita com quaisquer tributos sob a administração da SRF (REsp nº 50.7542/PR), a autora requereu que o encontro de contas se realizasse apenas em face de parcelas vincendas do próprio PIS.
5 - Na compensação não há incidência de juros moratórios, consoante jurisprudência da Corte, porque é iniciativa exclusiva do contribuinte, ainda que sujeita à homologação da Administração Tributária.
6 - A correção monetária dos indébitos até DEZ 95 (inclusive) se contará desde (SÚMULA 162 do STJ) os recolhimentos indevidos, sem expurgos inflacionários (não requeridos expressamente). A partir de 1º JAN 96 incidirá a Taxa SELIC, a teor da Lei nº 9.250/95, de 26 DEZ 95, que afasta a correção monetária e os juros.
7 - A compensação, observado o disposto no art. 170-A do CTN, será submetida à Administração Fiscal, seguindo a disciplina da espécie.
8 - Apelação e remessa oficial providas em parte.
9 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma DAR PROVIMENTO, em parte, à apelação e à remessa oficial por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 13/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

ED NA AMS Nº 2001.38.00.037844-6/MG Distribuído no TRF em 19/07/2002
Processo na Origem: 200138000378446

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	ADRIANO PEREIRA PINHEIRO
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA
PROCURADOR	:	MARLY LIBRELON PIRES
APELADO	:	TOPMIX ENGENHARIA E TECNOLOGIA DE CONCRETO S/A
ADVOGADO	:	CLAUDIO LITHZ PEREIRA E OUTROS(AS)
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 6A VARA - MG
EMBARGANTE	:	TOPMIX ENGENHARIA E TECNOLOGIA DE CONCRETO S/A
EMBARGADO	:	V. ACÓRDÃO DE F. 197/217

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INFRINGÊNCIA - "OMISSÃO" E "CONTRADIÇÃO" -INOCORRÊNCIA - VIOLAÇÃO A PRECEITOS CONSTITUCIONAIS - NÃO CABIMENTO - EMBARGOS NÃO PROVIDOS.
1. "Suposta" violação a preceitos (legais e/ou constitucionais) não consta do rol do art. 535 do CPC, não ensejando embargos de declaração.
2. Não se pode reputar omisso o acórdão que contém posição clara e expressa acerca dos pontos ventilados, conforme se extrai da leitura atenta do julgado.
3. Contradição de que trata o art. 535 do CPC é aquela intrínseca ao julgado: conflito entre fundamentação e conclusão, que, no caso, não há.
4. Os embargos de declaração se destinam a expungir do julgado eventuais omissões, contradições e obscuridades, não se caracterizando via própria à rediscussão do mérito da causa.
5. Embargos de declaração não providos.
6. Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª (Sétima) Turma NEGAR PROVIMENTO aos Embargos de Declaração por unanimidade.
7ª (Sétima) Turma do TRF - 1ª Região, 13/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

EDAC Nº 2001.38.00.042036-1/MG Distribuído no TRF em 28/05/2003
Processo na Origem: 200138000420361

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	BARRETO NOMAN DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA
ADVOGADO	:	MARINA PIMENTA MADEIRA E OUTROS(AS)
APELADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
EMBARGANTE	:	FAZENDA NACIONAL
EMBARGADO	:	V. ACÓRDÃO DE FL. 260/75

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - REJULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - OMISSÃO SUPRIDA NOS LIMITES DO AG nº 758.868/MG - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROVIDOS SEM EFEITOS MODIFICATIVOS.
1. Omissão suprida por força e nos exatos limites do AG nº 758.868/MG: O acórdão vergastado não tratou da matéria à luz do art. 13 da Lei nº 9.065/95 ante a sua inaplicabilidade ao caso, em razão de o parcelamento discutido ter regramento próprio (MP nº 1.542-26, de 04 SET 1997)
2. Embargos de declaração providos, para suprir a omissão, sem efeitos modificativos.
3. Peças liberadas pelo Relator, em 20/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª (Sétima) Turma DAR PROVIMENTO aos Embargos de Declaração, para suprir a omissão, sem efeitos modificativos por unanimidade.
7ª (Sétima) Turma do TRF - 1ª Região, 20/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2001.38.02.000475-8/MG
Processo na Origem: 200138020004758

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONV.)
APELANTE	:	CARGEL - CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS ARMAZÉNS GERAIS LTDA
ADVOGADOS	:	DRS. ADRIANO FARIA DOS SANTOS ANJO E OUTROS
APELADA	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL - TRIBUTÁRIO - TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA EMITIDOS NO INÍCIO DO SÉCULO PASSADO - DÍVIDA PRESCRITA - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.238/95 - COMPENSAÇÃO COM TRIBUTOS FEDERAIS - DAÇÃO EM PAGAMENTO DE TRIBUTOS FEDERAIS - ACEITAÇÃO COMO GARANTIA EM EXECUÇÃO FISCAL - IMPOSSIBILIDADE - LIMITAÇÃO DOS JUROS A 12% AO ANO - ART. 192, §3º, da CF/88: REVOGAÇÃO PELA EC Nº 40/2003 - TAXA SELIC.
1 - Os Títulos da Dívida Pública (TDP's), emitidos no início do século passado, por força do disposto nos DDLL 263/67 e 396/68, deveriam ter sido apresentados para resgate até 05 de julho de 1969, ou seja, após 12 meses do edital de convocação publicado em 05 de julho de 1968. Findo este prazo, consideram-se prescritas as dívidas decorrentes dos títulos não apresentados para resgate.
2 - O disposto no parágrafo terceiro do art. 1º da Medida Provisória n. 1.238/95, tendo sido suprimido quando da republicação deste diploma legal (DOU 21/12/95), perdeu a sua eficácia, restando incólume a prescrição dos títulos, por força do art. 62, parágrafo único da CF/88.
3 - Não há que se falar em inconstitucionalidade dos DDLL 263/67 e 396/68, haja vista que o art. 55, da Constituição de 1967, sob a égide da qual foram editados os referidos decretos, autorizava a utilização de decreto-lei em matéria de finanças públicas, no que se enquadra a fixação do prazo para resgate dos TDP's.
4 - As modalidades de extinção do crédito tributário estão descritas em rol exaustivo no art. 156, CTN, não se admitindo, pois, a compensação de TDP's com débitos de tributos federais. O art. 170, CTN, exige lei específica autorizando esta forma de extinção do crédito tributário. O mesmo raciocínio é válido para a hipótese de dação em pagamento, somente permitida com bens imóveis, e na forma da lei (art. 156, XI, CTN).
5 - É igualmente inadmissível que os TDP's possam garantir o juízo da execução fiscal, por não possuírem cotação na bolsa de valores (art. 11, II, da Lei nº 6.830/80).
6 - Em decorrência do permissivo legal do §1º do art. 161 do CTN, as Leis nºs. 9.065/95 e 9.250/95 estabeleceram que os juros de mora passariam a ser estipulados pela taxa SELIC, razão pela qual a sua incidência sobre créditos tributários é devida.
7 - A norma inserta no §3º do art. 192 da CF/88 tida por não auto-aplicável, pois reclamava edição de lei complementar para a sua plena eficácia, foi revogada pela Emenda Constitucional nº 40, de 29/05/2003, sendo descabida pretensão no sentido de limitar os juros ao percentual de 12% (doze por cento) ao ano.
8 - A denúncia espontânea, nos termos do art. 138, CTN, exige o pagamento do tributo, incluindo juros de mora, não sendo esta a situação da apelante, que, tão-somente, ofereceu para compensação títulos da dívida pública, os quais, como visto, são absolutamente inservíveis.
9 - Apelação desprovida.
10 - Sentença mantida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento à apelação.

Brasília, 19 de março de 2007. (Data de julgamento.)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator Convocado

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA AC Nº 2002.01.99.009756-4/MG Distribuído no TRF em 20/03/2002
Processo na Origem: 79000065114

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
APELANTE	:	ELO PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA E OUTRO(A)
ADVOGADO	:	JULIANA MENDES GUIMARAES PINTO E OUTROS(AS)
APELADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO INEXISTENTE. REDISCUSSÃO DA CAUSA. INADEQUAÇÃO DO RECURSO. EMBARGOS NÃO PROVIDOS.
1. Estes embargos apenas revelam o inconformismo da embargante com o resultado do julgamento da apelação.
2. Ora, os embargos de declaração não servem para rediscutir a causa, sobretudo porque a parte pode oferecer o recurso adequado para tanto.
4. Peças liberadas pelo Relator, em 13/3/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª (Sétima) Turma NEGAR PROVIMENTO aos embargos declaratórios.
7ª (Sétima) Turma do TRF - 1ª Região, 13/3/2007.

JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA AC Nº 2002.01.99.013815-5/MG Distribuído no TRF em 15/04/2002
Processo na Origem: 342970023632

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	:	MADEIREIRA BARUPE LTDA
ADVOGADO	:	JOAO NOGUEIRA DE MENEZES
REMETENTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA CIVEL DA COMARCA DE ITUIUTABA - MG
EMBARGANTE	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
EMBARGADO	:	ACÓRDÃO DE FLS. 64/67

EMENTA

EMBARGOS DE DECALRAÇÃO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - EMBARGOS À EXECUÇÃO. OMISSÃO EXISTENTE - FUNDAMENTO DA CDA QUE NÃO CONTÉM NORMA DECLARADA INDCONSTITUCIONAL PELO STF. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROVIDOS.
1. Não há na fundamentação do título executivo menção expressa Lei 7.689/88, portanto, resta evidente que a alíquota considerada foi a de 0,5%, em observância à MP 1.175/1995, e posteriores alterações, que continua em pleno vigor, não padecendo de qualquer vício de ilegalidade ou inconstitucionalidade. Neste contexto, equivocado, de igual forma, o fundamento no acórdão que julgou a apelação, no sentido de que "(...) não há que se falar em definitividade e irretratabilidade de confissão de dívida, diante de pedido de parcelamento de tributo declarado inconstitucional, porque, neste caso, perde o parcelamento completamente seu fundamento legal, ficando o devedor exonerado dessa obrigação (...)".
2. Em se tratando de execução que não possui fundamento em norma declarada inconstitucional pelo STF, mas em valores que a recorrida confessou dever à Fazenda Nacional e não recolheu no prazo legal, o TERMO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA E PARCELAMENTO formulado acarreta o reconhecimento da dívida da embargante, por meio de confissão de sua exigência.
3. Segundos Embargos de Declaração providos, com efeito modificativo: apelação e remessa oficial providas.
4. Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª (Sétima) Turma DAR PROVIMENTO aos segundos embargos declaratórios, por unanimidade.
7ª (Sétima) Turma do TRF - 1ª Região, 13/3/2007.

JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator

AC Nº 2002.34.00.003102-7/DF Distribuído no TRF em 20/01/2003
Processo na Origem: 200234000031027

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	:	SIDNEY ANUAR ATTIE
ADVOGADO	:	MARCO ANTONIO MARQUES ATIE

E M E N T A

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA (IRRF SOBRE VERBAS INDENIZATÓRIAS) - DEDUÇÃO DE RESTITUIÇÕES (DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL): PRECLUSÃO - SUBSTITUIÇÃO DA UFIR (EXTINTA) PELO IPCA-E.
1 - Consoante precedente desta Corte (T7), somente a eventual existência de erros quanto aos valores apurados a restituir ao tempo do ajuste anual da declaração de imposto de renda importaria em necessidade de compensação (ou dedução), já porque aludido tema deveria ter sido objeto de debate na fase de conhecimento, não podendo ser ventilado, porque precluso na fase de execução.
2 - Se a sentença no processo de conhecimento assegura a repetição de determinado "valor" (indevidamente exigido), é esse (o total de IR retido na fonte) o valor exato a ser devolvido (agregados os devidos consectários) e não aquele valor equivalente ao "possível" resultado de retificação das declarações dos anos anteriores ao sabor do posterior reconhecimento de que as verbas pagas são indenizatórias (a não ser que a sentença expressamente assim preveja, do que, no caso, sequer se cogita). A repetição é, pois, do "indébito" retido.
3 - Embora a apelante não tenha reiterado o tema em seu recurso, o que denotaria, de regra, preclusão (em face do ônus da impugnação específica), reitere-se legítima, nas ações de repetição de indébito tributário, a utilização do IPCA-E como índice substituto à (extinta) UFIR. Precedente do STJ: REsp nº 652.294/RS.
4 - Apelação não provida.
5 - Peças liberadas pelo Relator, em 19/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma, NEGAR PROVIMENTO à apelação por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 19/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA n. 2002.34.00.004001-2/DF
Processo na Origem: 200234000040012

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A) CONVOCADO(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
APELANTE	:	JC INDUSTRIAL TEXTIL LTDA
ADVOGADOS	:	VANDERLEI KROETZ E OUTROS(AS)
APELADA	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA

PROCESSO CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. ADESÃO AO REFIS. PRELIMINARES AFASTADAS. LEI Nº 9.964/2000. SUBMISSÃO DO CONTRIBUINTE ÀS REGRAS ESTABELECIDAS PELO PROGRAMA. DECRETO Nº 3.712/2000. POSSIBILIDADE DE RETIFICAÇÃO OU AJUSTE DE VALORES CONFESSADOS E CONSOLIDADOS. APREENSÃO DE DOCUMENTOS PELA FISCALIZAÇÃO QUE DIFICULTARAM A CONFISSÃO.
1. Preliminares de ilegitimidade passiva, não-cabimento do mandado de segurança e ausência de direito líquido e certo afastadas.
2. O contribuinte que realiza voluntariamente acordo com o Fisco deve submeter-se às condições previstas na lei que instituiu o REFIS (art. 3º, IV, da Lei nº 9.964/2000).
3. O Decreto nº 3.712/2000 admite que, dentro de certo prazo, seja feita retificação/complementação de informações prestadas pelo contribuinte ao aderir ao Programa REFIS até 12/02/2001.
4. No entanto, as situações individuais devem ser consideradas para aplicação das normas de regência, em face do princípio da isonomia, que permite tratamento desigual para casos desiguais.
5. *In casu*, a culpa pelo erro dos valores dos débitos confessados não pode ser imputada ao contribuinte, uma vez que, no momento da opção, os documentos contábeis e fiscais da empresa encontravam-se em poder da fiscalização.
6. Boa-fé do contribuinte demonstrada nos autos.
7. Apelação provida.

ACÓRDÃO

Decide a Turma, por unanimidade, dar provimento à apelação para conceder a segurança pleiteada.
7ª Turma do TRF 1ª Região - 13/03/2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA

EDAC Nº 2002.34.00.009348-9/DF Distribuído no TRF em 12/09/2005
Processo na Origem: 200234000093489

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELANTE	:	MARIA APARECIDA ZANCHETA NOGUEIRA E OUTRO(A)
ADVOGADO	:	JOSE PEIXOTO GUIMARAES NETO E OUTRO(A)
APELADO	:	OS MESMOS
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 16A VARA - DF
EMBARGANTE	:	MARIA APARECIDA ZANCHETA NOGUEIRA E OUTRO(A)
EMBARGANTE	:	FAZENDA NACIONAL
EMBARGADO	:	V. ACÓRDÃO DE FL. 159/63

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INFRINGÊNCIA - INOCORRÊNCIA DAS ALEGADAS "OMISSÃO" E "CONTRADIÇÃO" - PREQUESTIONAMENTO - EMBARGOS NÃO PROVIDOS.
1. Destinam-se os embargos declaratórios a aclarar eventual obscuridade, resolver eventual contradição (objetiva: intrínseca do julgado) ou suprir eventual omissão do julgado, consoante art. 535 do CPC, de modo que, inocorrente qualquer das hipóteses que ensejam a oposição deles, a inconformidade do embargante ressoa como manifesta contrariedade à orientação jurídica que se adotou no acórdão, o que consubstancia evidente caráter infringente, a que não se presta a via ora eleita.
2. A aplicação da SELIC e o cômputo de juros têm base de cálculo diversa, períodos diversos, taxas diversas e modalidade temporal específica.

3. "*O prequestionamento, por meio de Embargos de Declaração, com vista à interposição de Recurso (...), somente é cabível quando configuradas omissão, obscuridade ou contradição na decisão embargada.*" (STJ, Edcl no REsp n. 817.237/SP, DJ 14.02.2007, P. 213).
4. Embargos de declaração não providos.
5. Peças liberadas pelo Relator, em 19/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª (Sétima) Turma NEGAR PROVIMENTO aos Embargos de Declaração por unanimidade.
7ª (Sétima) Turma do TRF - 1ª Região, 19/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2002.34.00.009363-6/DF Distribuído no TRF em 01/06/2005
Processo na Origem: 200234000093636

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	:	ANTONIO LUIZ FREITAS DE MELLO E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	IVO EVANGELISTA DE AVILA E OUTROS(AS)

E M E N T A

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA (IRRF SOBRE VERBAS INDENIZATÓRIAS) - DEDUÇÃO DE RESTITUIÇÕES (DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL): PRECLUSÃO - SELIC.
1 - Consoante precedente desta Corte (T7), somente a eventual existência de erros quanto aos valores apurados a restituir ao tempo do ajuste anual da declaração de imposto de renda importaria em necessidade de compensação (ou dedução), já porque aludido tema deveria ter sido objeto de debate na fase de conhecimento, não podendo ser ventilado, porque precluso na fase de execução.
2 - Se a sentença no processo de conhecimento assegura a repetição de determinado "valor" (indevidamente exigido), é esse (o total de IR retido na fonte) o valor exato a ser devolvido (agregados os devidos consectários) e não aquele valor equivalente ao "possível" resultado de retificação das declarações dos anos anteriores ao sabor do posterior reconhecimento de que as verbas pagas são indenizatórias (a não ser que a sentença expressamente assim preveja, do que, no caso, sequer se cogita). A repetição é, pois, do "indébito" retido.
3 - A integração (ou não) da SELIC (em Execução de Sentença), já por deferência à coisa julgada, segue as seguintes balizas:
[a] mantém-se íntegro o julgado exeqüendo que: [a.1] houver determinado expressamente a sua incidência; ou que, [a.2] proferido após o início de vigência da Lei nº 9.250/95 (REsp nº 866.878/AL), tenha sido omisso quanto à sua integração e, ainda [a.3], independentemente da data em que prolatado, tenha (REsp nº 862.382/RJ) aplicado expressamente indexador monetário outro qualquer e/ou juros de mora (incompatíveis com a SELIC);
[b] se, todavia (REsp nº 866.878/AL), o julgado exeqüendo, proferido antes da vigência da Lei nº 9.250/95, omitiu-se quanto à incidência da SELIC, é possível pugnar por sua inclusão; e
[c] veda-se, em qualquer caso (REsp nº 770.979/RS), a cumulação da SELIC com juros de mora e índices de atualização monetária
4 - Apelação provida em parte.
5 - Peças liberadas pelo Relator, em 19/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma, DAR PROVIMENTO, em parte, à apelação por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 19/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

ED NA AC Nº 2002.34.00.009569-1/DF Distribuído no TRF em 22/09/2006
Processo na Origem: 200234000095691

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	ANA MARIA VELLOSO CRUZ E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	IVO EVANGELISTA DE AVILA E OUTROS(AS)
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	:	OS MESMOS
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 15A VARA - DF
EMBARGANTE	:	FAZENDA NACIONAL
EMBARGADO	:	V. ACÓRDÃO DE F. 293

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO: ART. 535 DO CPC - INOCORRÊNCIA DA ALEGADA "OMISSÃO" - EMBARGOS NÃO PROVIDOS.
1- A "omissão" apontada não constitui, em lógica mediana, omissão, senão a própria infringência do julgado.
2- O acórdão embargado dispôs: *"Para o STJ (EREsp nº 327.043/DF), a decadência qüinqüenal de que trata a LC nº 118/2005 somente baliza a repetição quanto aos feitos ajuizados após o início de sua vigência (09 JUN 2005): ajuizada a demanda em ABR 2002, para que restituídos os valores de IRRF recolhidos indevidamente nos últimos dez anos, não há falar em decadência."*
3- Embargos de declaração não providos.
4- Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

ACÓRDÃO

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO aos embargos de declaração por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 13/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2002.34.00.010668-0/DF
Processo na Origem: 200234000106680

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONV.)
APELANTE	:	LIBOM COMERCIAL LTDA
ADVOGADOS	:	DRS. DANIEL PUGA E OUTROS
APELADA	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL - TRIBUTÁRIO - TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA EMITIDOS NO INÍCIO DO SÉCULO PASSADO - DÍVIDA PRESCRITA - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.238/95 - COMPENSAÇÃO COM TRIBUTOS FEDERAIS - DAÇÃO EM PAGAMENTO DE TRIBUTOS FEDERAIS - ACEITAÇÃO COMO GARANTIA EM EXECUÇÃO FISCAL - IMPOSSIBILIDADE.
1 - Os Títulos da Dívida Pública (TDP's), emitidos no início do século passado, por força do disposto nos DDLL 263/67 e 396/68, deveriam ter sido apresentados para resgate até 05 de julho de 1969, ou seja, após 12 meses do edital de convocação publicado em 05 de julho de 1968. Findo este prazo, consideram-se prescritas as dívidas decorrentes dos títulos não apresentados para resgate.
2 - O disposto no parágrafo terceiro do art. 1º da Medida Provisória n. 1.238/95, tendo sido suprimido quando da republicação deste diploma legal (DOU 21/12/95), perdeu a sua eficácia, restando incólume a prescrição dos título.
3 - Não há que se falar em inconstitucionalidade dos DDLL 263/67 e 396/68, haja vista que o art. 55, da Constituição de 1967, sob a égide da qual foram editados os referidos decretos, autorizava a utilização de decreto-lei em matéria de finanças públicas, no que se enquadra a fixação do prazo para resgate dos TDP's.
4 - As modalidades de extinção do crédito tributário estão descritas em rol exaustivo no art. 156, CTN, não se admitindo, pois, a compensação de TDP's com débitos de tributos federais. O art. 170, CTN, exige lei específica autorizando esta forma de extinção do crédito tributário. O mesmo raciocínio é válido para a hipótese de dação em pagamento, somente permitida com bens imóveis, e na forma da lei (art. 156, XI, CTN).
5 - É igualmente inadmissível que os TDP's possam garantir o juízo da execução fiscal, por não possuírem cotação na bolsa de valores (art. 11, II, da Lei nº 6.830/80).
6 - Apelação desprovida.
7 - Sentença mantida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento à apelação.
Brasília, 27 de fevereiro de 2007. (Data de julgamento.)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator Convocado

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2002.34.00.023419-9/DF
Processo na Origem: 200234000234199

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONV.)
APELANTE	:	AGRO AMAZÔNIA PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA
ADVOGADO	:	DR. DANIEL PUGA
APELADA	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO
APELADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	DR. CLAUDIUS FÁBIO CARAN BRITTO

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL - TRIBUTÁRIO - TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA EMITIDOS NO INÍCIO DO SÉCULO PASSADO - DÍVIDA PRESCRITA - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.238/95 - COMPENSAÇÃO COM TRIBUTOS FEDERAIS - DAÇÃO EM PAGAMENTO DE TRIBUTOS FEDERAIS - ACEITAÇÃO COMO GARANTIA EM EXECUÇÃO FISCAL - IMPOSSIBILIDADE - VERBA HONORÁRIA.
1 - Os Títulos da Dívida Pública (TDP's), emitidos no início do século passado, por força do disposto nos DDLL 263/67 e 396/68, deveriam ter sido apresentados para resgate até 05 de julho de 1969, ou seja, após 12 meses do edital de convocação publicado em 05 de julho de 1968. Findo este prazo, consideram-se prescritas as dívidas decorrentes dos títulos não apresentados para resgate.
2 - O disposto no parágrafo terceiro do art. 1º da Medida Provisória n. 1.238/95, tendo sido suprimido quando da republicação deste diploma legal (DOU 21/12/95), perdeu a sua eficácia, restando incólume a prescrição dos títulos.
3 - Não há que se falar em inconstitucionalidade dos DDLL 263/67 e 396/68, haja vista que o art. 55, da Constituição de 1967, sob a égide da qual foram editados os referidos decretos, autorizava a utilização de decreto-lei em matéria de finanças públicas, no que se enquadra a fixação do prazo para resgate dos TDP's.
4 - As modalidades de extinção do crédito tributário estão descritas em rol exaustivo no art. 156, CTN, não se admitindo, pois, a compensação de TDP's com débitos de tributos federais. O art. 170, CTN, exige lei específica autorizando esta forma de extinção do crédito tributário. O mesmo raciocínio é válido para a hipótese de dação em pagamento, somente permitida com bens imóveis, e na forma da lei (art. 156, XI, CTN).
5 - É igualmente inadmissível que os TDP's possam garantir o juízo da execução fiscal, por não possuírem cotação na bolsa de valores (art. 11, II, da Lei nº 6.830/80).
6 - Inexistindo condenação, o juiz fixará a verba honorária segundo apreciação eqüitativa, nos termos do §4º, do art. 20 do CPC. Não trazendo a ré elementos que demonstrem a extrapolação dos limites fixados nos §§ 3º e 4º, impõe-se a manutenção da sentença, no particular.
7 - Apelação desprovida.
8 - Sentença mantida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento à apelação.
Brasília, 27 de fevereiro de 2007. (Data de julgamento.)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator Convocado

ED NA AMS Nº 2002.34.00.028445-7/DF Distribuído no TRF em 29/07/2004
Processo na Origem: 200234000284457

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	JOSE CARLOS RODRIGUES SILVA
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA
PROCURADOR	:	RENATA ALMEIDA
APELADO	:	AUDIPLAN - ADVOCACIA DE EMPRESAS MANUEL CAVALCANTE E RITA CAVALCANTE S/C
ADVOGADO	:	SUZELE VELOSO DE OLIVEIRA
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 5A VARA - DF
EMBARGANTE	:	AUDIPLAN - ADVOCACIA DE EMPRESAS MANUEL CAVALCANTE E RITA CAVALCANTE S/C
EMBARGADO	:	V. ACÓRDÃO DE F. 142/62

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INFRINGÊNCIA - "OMISSÃO" E "CONTRADIÇÃO" -INOCORRÊNCIA - EMBARGOS NÃO PROVIDOS.
1. A embargante não logrou pontuar nenhum dos vícios previstos no art. 535 do CPC.
2. Não se pode reputar omisso o acórdão que contém posição clara e expressa acerca dos pontos ventilados, conforme se extrai da leitura atenta do julgado.
3. Contradição de que trata o art. 535 do CPC é aquela intrínseca ao julgado: conflito entre fundamentação e conclusão, que, no caso, não há.
4. Os embargos de declaração se destinam a expungir do julgado eventuais omissões, contradições e obscuridades, não se caracterizando via própria à rediscussão do mérito da causa.
5. Embargos de declaração não providos.
6. Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª (Sétima) Turma NEGAR PROVIMENTO aos Embargos de Declaração por unanimidade.
7ª (Sétima) Turma do TRF - 1ª Região, 13/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

ED NA AC Nº 2002.34.00.028692-3/DF Distribuído no TRF em 04/05/2004
Processo na Origem: 200234000286923

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	CLAUDIUS FABIO CARAN BRITTO
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA
PROCURADOR	:	JURACY MARIA DOS SANTOS FURTADO MAIA
APELADO	:	CONSTRUTORA ENGENHO LTDA - CONE E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	FRANCISCO XAVIER AMARAL E OUTROS(AS)
EMBARGANTE	:	CONSTRUTORA ENGENHO LTDA - CONE E OUTROS(AS)
EMBARGADO	:	V. ACÓRDÃO DE F. 778/98

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INFRINGÊNCIA - "OMISSÃO" - INOCORRÊNCIA - INOVAÇÃO - NÃO CABIMENTO - EMBARGOS NÃO PROVIDOS.
1. Não se pode reputar omisso o acórdão que contém posição clara e expressa acerca dos pontos ventilados, conforme se extrai da leitura atenta do julgado.
2. A questão acerca da definição sobre a metodologia de cálculo da contribuição ao INCRA não consta do pedido inicial, sendo então, inovação vedada em sede recursal.
3. Os embargos de declaração se destinam a expungir do julgado eventuais omissões, contradições e obscuridades, não se caracterizando via própria à rediscussão do mérito da causa.
4. Embargos de declaração não providos.
5. Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª (Sétima) Turma NEGAR PROVIMENTO aos Embargos de Declaração por unanimidade.
7ª (Sétima) Turma do TRF - 1ª Região, 13/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2002.34.00.029401-2/DF
Processo na Origem: 200234000294012

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONV.)
APELANTE	:	CIFENSA COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE FERROS NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA
ADVOGADOS	:	DRS. DALMO JACOB DO AMARAL JUNIOR E OUTRO
APELADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	DR. ROGÉRIO SANTOS MUNIZ
APELADA	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL - TRIBUTÁRIO - TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA EMITIDOS NO INÍCIO DO SÉCULO PASSADO - DÍVIDA PRESCRITA - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.238/95 - COMPENSAÇÃO COM TRIBUTOS FEDERAIS - DAÇÃO EM PAGAMENTO DE TRIBUTOS FEDERAIS - ACEITAÇÃO COMO GARANTIA EM EXECUÇÃO FISCAL - IMPOSSIBILIDADE.
1 - Os Títulos da Dívida Pública (TDP's), emitidos no início do século passado, por força do disposto nos DDLL 263/67 e 396/68, deveriam ter sido apresentados para resgate até 05 de julho de 1969, ou seja, após 12 meses do edital de convocação publicado em 05 de julho de 1968. Findo este prazo, consideram-se prescritas as dívidas decorrentes dos títulos não apresentados para resgate.
2 - O disposto no parágrafo terceiro do art. 1º da Medida Provisória n. 1.238/95, tendo sido suprimido quando da republicação deste diploma legal (DOU 21/12/95), perdeu a sua eficácia, restando incólume a prescrição dos títulos.
3 - Não há que se falar em inconstitucionalidade dos DDLL 263/67 e 396/68, haja vista que o art. 55, da Constituição de 1967, sob a égide da qual foram editados os referidos decretos, autorizava a utilização de decreto-lei em matéria de finanças públicas, no que se enquadra a fixação do prazo para resgate dos TDP's.
4 - As modalidades de extinção do crédito tributário estão descritas em rol exaustivo no art. 156, CTN, não se admitindo, pois, a compensação de TDP's com débitos de tributos federais. O art. 170, CTN, exige lei específica autorizando esta forma de extinção do crédito tributário. O mesmo raciocínio é válido para a hipótese de dação em pagamento, somente permitida com bens imóveis, e na forma da lei (art. 156, XI, CTN).
5 - É igualmente inadmissível que os TDP's possam garantir o juízo da execução fiscal, por não possuírem cotação na bolsa de valores (art. 11, II, da Lei nº 6.830/80).
6 - Apelação desprovida.
7 - Sentença mantida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento à apelação.
Brasília, 27 de fevereiro de 2007. (Data de julgamento.)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator Convocado

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2002.34.00.035244-6/DF
Processo na Origem: 200234000352446

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONV.)
APELANTE	:	JIRAUTO AUTOMÓVEIS LTDA
ADVOGADOS	:	DRS. DANIEL PUGA E OUTRO
APELADA	:	UNIÃO FEDERAL
PROCURADORA	:	DRA. HÉLIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
APELADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ CARLOS RODRIGUES SILVA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL - TRIBUTÁRIO - TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA EMITIDOS NO INÍCIO DO SÉCULO PASSADO - DÍVIDA PRESCRITA - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.238/95 - COMPENSAÇÃO COM TRIBUTOS FEDERAIS - DAÇÃO EM PAGAMENTO DE TRIBUTOS FEDERAIS - ACEITAÇÃO COMO GARANTIA EM EXECUÇÃO FISCAL - IMPOSSIBILIDADE.
1 - Os Títulos da Dívida Pública (TDP's), emitidos no início do século passado, por força do disposto nos DDLL 263/67 e 396/68, deveriam ter sido apresentados para resgate até 05 de julho de 1969, ou seja, após 12 meses do edital de convocação publicado em 05 de julho de 1968. Findo este prazo, consideram-se prescritas as dívidas decorrentes dos títulos não apresentados para resgate.
2 - O disposto no parágrafo terceiro do art. 1º da Medida Provisória n. 1.238/95, tendo sido suprimido quando da republicação deste diploma legal (DOU 21/12/95), perdeu a sua eficácia, restando incólume a prescrição dos títulos.
3 - Não há que se falar em inconstitucionalidade dos DDLL 263/67 e 396/68, haja vista que o art. 55, da Constituição de 1967, sob a égide da qual foram editados os referidos decretos, autorizava a utilização de decreto-lei em matéria de finanças públicas, no que se enquadra a fixação do prazo para resgate dos TDP's.
4 - As modalidades de extinção do crédito tributário estão descritas em rol exaustivo no art. 156, CTN, não se admitindo, pois, a compensação de TDP's com débitos de tributos federais. O art. 170, CTN, exige lei específica autorizando esta forma de extinção do crédito tributário. O mesmo raciocínio é válido para a hipótese de dação em pagamento, somente permitida com bens imóveis, e na forma da lei (art. 156, XI, CTN).
5 - É igualmente inadmissível que os TDP's possam garantir o juízo da execução fiscal, por não possuírem cotação na bolsa de valores (art. 11, II, da Lei nº 6.830/80).
6 - Apelação desprovida.
7 - Sentença mantida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento à apelação.
Brasília, 27 de fevereiro de 2007. (Data de julgamento.)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator Convocado

ED EM AMS Nº 2002.35.00.003643-6/GO Distribuído no TRF em 19/04/2004
Processo na Origem: 200235000036436

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	ANDRÉ ALVIM DE PAULA RIZZO
APELADO	:	COMERCIAL DE DERIVADOS DE PETROLEO SAO CARLOS LTDA
ADVOGADO	:	DALMO JACOB DO AMARAL JUNIOR
EMBARGANTE	:	FAZENDA NACIONAL
EMBARGADO	:	V. ACÓRDÃO DE FL. 279/83

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INOCORRÊNCIA DA ALEGADA "OMISSÃO" E DOS AVENTADOS "ERRO MATERIAL" E "JULGAMENTO 'EXTRA PETITA'" - EMBARGOS NÃO PROVIDOS.
1. Destinam-se os embargos declaratórios a aclarar eventual obscuridade, resolver eventual contradição (objetiva: intrínseca do julgado) ou suprir eventual omissão do julgado, consoante art. 535 do CPC, de modo que, inocorrente qualquer das hipóteses que ensejam a oposição deles, a inconformidade do embargante ressoa como manifesta contrariedade à orientação jurídica que se adotou no acórdão, o que consubstancia evidente caráter infringente, a que não se presta a via ora eleita.
2. Não há falar em "erro material" ou julgamento "extra-petita" porque a base de cálculo da exação é matéria contida na exordial para, eximindo-se de pagar a contribuição nos moldes dos DDll nº 2.445/8 e nº 2.449/88, recolher a exação com base na LC nº 07/70. Leitura apropriada da sentença revela que o pedido envolve a aplicação da LC 07/70.
3. *"Violação"* a dispositivos legais não é sinônimo de *"omissão"* e não enseja embargos de declaração, por não estar prevista nas hipóteses do art. 535 do CPC.
4. Embargos de declaração não providos.
5. Peças liberadas pelo Relator, em 05/02/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª (Sétima) Turma NEGAR PROVIMENTO aos Embargos de Declaração por unanimidade.
7ª (Sétima) Turma do TRF - 1ª Região, 05/02/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

EDAC Nº 2002.38.00.005051-9/MG Distribuído no TRF em 30/03/2004
Processo na Origem: 200238000050519

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	S/A ESTADO DE MINAS E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	DALMAR DO ESPIRITO SANTO PIMENTA E OUTROS(AS)
APELADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	GUILHERME ESTRADA RODRIGUES
APELADO	:	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA
PROCURADOR	:	JULIANA RIBEIRO JUSTO
EMBARGANTE	:	S/A ESTADO DE MINAS E OUTROS(AS)
EMBARGADO	:	V. ACÓRDÃO DE FL. 1949/69

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INFRINGÊNCIA - INOCORRÊNCIA DA ALEGADA "OMISSÃO" - PREQUESTIONAMENTO - EMBARGOS NÃO PROVIDOS.
1. Destinam-se os embargos declaratórios a aclarar eventual obscuridade, resolver eventual contradição (objetiva: intrínseca do julgado) ou suprir eventual omissão do julgado, consoante art. 535 do CPC, de modo que, inocorrente qualquer das hipóteses que ensejam a oposição deles, a inconformidade do embargante ressoa como manifesta contrariedade à orientação jurídica que se adotou no acórdão, o que consubstancia evidente caráter infringente, a que não se presta a via ora eleita.
2. O princípio do livre convencimento motivado justifica que não sejam examinados todos os dispositivos legais e os argumentos que, para a parte, possam parecer relevantes, mas que, para o julgador, constituem questões superadas pelas razões que fundamentam seu julgamento.
3. Embargos de declaração opostos fora das balizas do rol do art. 535 do CPC não se prestam para os fins de prequestionamento.
4. Embargos de declaração não providos.
5. Peças liberadas pelo Relator, em 27/02/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª (Sétima) Turma NEGAR PROVIMENTO aos Embargos de Declaração por unanimidade.
7ª (Sétima) Turma do TRF - 1ª Região, 27/02/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

AC Nº 2002.38.00.014020-5/MG Distribuído no TRF em 19/12/2006
Processo na Origem: 200238000140205

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	:	SAPATARIA SAO CRISPIM LTDA E OUTRO(A)
ADVOGADO	:	DENIZE DE CASTRO PERDIGAO E OUTROS(AS)

EMENTA

CONSTITUCIONAL, TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - PIS - LC 07/70, ART. 6º, PARÁGRAFO ÚNICO: BASE DE CÁLCULO - DDLL Nº 2.445/88 E Nº 2.449/88: INCONSTITUCIONALIDADE (RE Nº 148.754-2/RJ) - DECADÊNCIA - COMPENSAÇÃO COM QUALQUER TRIBUTO ADMINISTRADO PELA RECEITA FEDERAL.
1 - A Lei nº 10.522/02 (art. 19) não normatiza a necessidade (ou não) de remessa oficial.
2 - O STJ mandou aplicar à hipótese o prazo decadencial da modalidade "5+5", por tratar-se de tributos lançáveis por homologação: ação ajuizada em 01 OUT 2001, decadentes os recolhimentos feitos antes de 01 OUT 1991.
3 - As alterações introduzidas na sistemática da contribuição para o PIS pelos DDLL nºs. 2.445/88 e 2.449/88 foram declaradas inconstitucionais pelo STF (RE nº 148.754-2/RJ).
4 - Nos termos do art. 6º, parágrafo único, da LC 07/70, a base de cálculo do PIS, ou seja, a base numérica sobre a qual incide a alíquota, é o faturamento do sexto mês anterior à ocorrência do fato gerador.

5 - A compensação dos recolhimentos indevidos pode ser feita com quaisquer tributos sob a administração da SRF (STJ, REsp nº 507542/PR, Rel. Min. LUIZ FUX, T1, DJ 19/12/2003, p. 341).
6 - A correção monetária dos indébitos até DEZ 95 (inclusive) se contará desde os recolhimentos (SÚMULA 162 do STJ), sem expurgos inflacionários (à míngua de recurso voluntário). A partir de 1º JAN 96 incidirá a Taxa SELIC, a teor da Lei nº 9.250/95, de 26 DEZ 95, que afasta a correção monetária e os juros.
7 - A compensação, observado o disposto no art. 170-A do CTN, será submetida à Administração Fiscal, seguindo a disciplina da espécie.
8 - Apelação e remessa oficial, tida por interposta, não providas.
9 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO à apelação e à remessa oficial, tida por interposta, por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 13/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

AC Nº 2002.38.00.028543-3/MG Distribuído no TRF em 05/02/2007
Processo na Origem: 200238000285433

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	DELEVY COMERCIAL LTDA
ADVOGADO	:	MICHELLE FELIPE CAMARINHA ALMEIDA
APELADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
REC. ADESIVO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO - RESTITUIÇÃO - PIS - LC 07/70, ART. 6º, PARÁGRAFO ÚNICO: BASE DE CÁLCULO - DDLL Nº 2.445/88 E Nº 2.449/88: INCONSTITUCIONALIDADE (RE Nº 148.754-2/RJ) - LC Nº 17/73 - DECADÊNCIA "5+5" - SELIC.
1 - O STJ mandou aplicar à hipótese o prazo decadencial da modalidade "5+5", por tratar-se de tributos lançáveis por homologação Ajuizada a ação em 07 AGO 2002, decadentes os recolhimentos antes de 07 AGO 1992.
2 - As alterações introduzidas na sistemática da contribuição para o PIS pelos DDLL nºs. 2.445/88 e 2.449/88 foram declaradas inconstitucionais pelo STF (RE nº 148.754-2/RJ).
3 - A LC nº 17/73 (que majorou a alíquota do PIS prevista da LC nº 07/70) não padece de inconstitucionalidade.
4 - A correção monetária dos indébitos se contará desde os recolhimentos (SÚMULA 162 do STJ), sem expurgos nem juros de mora (ambos sequer requeridos). A partir de 1º JAN 96, incidirá somente a Taxa SELIC a teor da Lei nº 9.250/95, de 26 DEZ 95, que afasta a correção monetária e os juros.
5 - Apelação da autora provida em parte: pedido procedente em parte.
6 - Apelação adesiva da Fazenda Nacional prejudicada.
7 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma DAR PROVIMENTO, em parte, à apelação da autora, PREJUDICADA a apelação adesiva da Fazenda Nacional por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 13/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

ED NA AMS Nº 2002.38.00.036739-3/MG Distribuído no TRF em 02/07/2003
Processo na Origem: 200238000367393

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	ADRIANO PEREIRA PINHEIRO
APELANTE	:	SINDICATO DA INDUSTRIA DA CONSTRUCAO PESADA NO ESTADO DE MINAS GERAIS - SICEPOT/MG
ADVOGADO	:	MURILO CARVALHO SANTIAGO E OUTROS(AS)
APELADO	:	OS MESMOS
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 3A VARA - MG
EMBARGANTE	:	SINDICATO DA INDUSTRIA DA CONSTRUCAO PESADA NO ESTADO DE MINAS GERAIS - SICEPOT/MG
EMBARGADO	:	V. ACÓRDÃO DE FL. 236/40

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - REJULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - OMISSÃO SUPRIDA NOS LIMITES DO REsp nº 834.433/MG - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROVIDOS SEM EFEITOS MODIFICATIVOS.
1. Omissão suprida por força e nos exatos limites do REsp nº 834.433/MG: Os documentos colacionados (f. 208/11) não comprovam a condição de existência legal do embargante.
2. Embora o embargante tenha juntado cópia da ata de Assembléia Geral Extraordinária alterando sua denominação (de Sindicato da Indústria da Construção de Estradas, Pavimentação, Obras de Terraplanagem em Geral do Estado de Minas Gerais para SINDICATO DA INDUSTRIA DA CONSTRUÇÃO PESADA NO ESTADO DE MINAS GERAIS - SICEPOT/MG), tal alteração, se devidamente registrada no MTE, não restou demonstrada nos autos.
3. Embargos de declaração providos, para suprir a omissão, sem efeitos modificativos.
4. Peças liberadas pelo Relator, em 20/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª (Sétima) Turma DAR PROVIMENTO aos Embargos de Declaração, para suprir a omissão, sem efeitos modificativos por unanimidade.
7ª (Sétima) Turma do TRF - 1ª Região, 20/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

REMESSA OFICIAL Nº 2002.38.02.001229-4/MG
Processo na Origem: 200238020012294

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
AUTORA	:	COELHO E LEMOS LTDA
ADVOGADA	:	DRª SANDRA AFONSO DE CASTRO
APELADA	:	UNIÃO FEDERAL
PROCURADORA	:	DRª HÉLIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
REMETENTE	:	JUÍZO FEDERAL DA 2ª VARA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE UBERABA - MG

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL - REMESSA OFICIAL - CONDENAÇÃO OU DIREITO CONTROVERTIDO DE VALOR CERTO NÃO EXCEDENTE A SESSENTA SALÁRIOS MÍNIMOS - INADMISSIBILIDADE - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, ART. 475, § 2º.
1 - Incabível o duplo grau de jurisdição na hipótese em que a condenação ou o direito controvertido for de valor certo não excedente a 60 (sessenta) salários mínimos. (Código de Processo Civil, art. 475, § 2º.)
2 - Remessa Oficial não conhecida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, não conhecer da Remessa Oficial.
Brasília, 04 de dezembro de 2006. (Data de julgamento.)

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2002.41.00.000002-0/RO
Processo na Origem: 200241000000020

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONV.)
APELANTE	:	INDÚSTRIAS DE LATICÍNIOS D'VILAS LTDA
ADVOGADOS	:	DRS. WALTER GUSTAVO DA SILVA LEMOS E OUTRO
APELADA	:	UNIÃO FEDERAL
PROCURADORA	:	DRª. HÉLIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL - TRIBUTÁRIO - TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA EMITIDOS NO INÍCIO DO SÉCULO PASSADO - DÍVIDA PRESCRITA - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.238/95 - COMPENSAÇÃO COM TRIBUTOS FEDERAIS - DAÇÃO EM PAGAMENTO DE TRIBUTOS FEDERAIS - ACEITAÇÃO COMO GARANTIA EM EXECUÇÃO FISCAL - IMPOSSIBILIDADE.
1 - Os Títulos da Dívida Pública (TDP's), emitidos no início do século passado, por força do disposto nos DDLL 263/67 e 396/68, deveriam ter sido apresentados para resgate até 05 de julho de 1969, ou seja, após 12 meses do edital de convocação publicado em 05 de julho de 1968. Findo este prazo, consideram-se prescritas as dívidas decorrentes dos títulos não apresentados para resgate.
2 - O disposto no parágrafo terceiro do art. 1º da Medida Provisória n. 1.238/95, tendo sido suprimido quando da republicação deste diploma legal (DOU 21/12/95), perdeu a sua eficácia, restando incólume a prescrição dos títulos.
3 - Não há que se falar em inconstitucionalidade dos DDLL 263/67 e 396/68, haja vista que o art. 55, da Constituição de 1967, sob a égide da qual foram editados os referidos decretos, autorizava a utilização de decreto-lei em matéria de finanças públicas, no que se enquadra a fixação do prazo para resgate dos TDP's.
4 - As modalidades de extinção do crédito tributário estão descritas em rol exaustivo no art. 156, CTN, não se admitindo, pois, a compensação de TDP's com débitos de tributos federais. O art. 170, CTN, exige lei específica autorizando esta forma de extinção do crédito tributário. O mesmo raciocínio é válido para a hipótese de dação em pagamento, somente permitida com bens imóveis, e na forma da lei (art. 156, XI, CTN).
5 - É igualmente inadmissível que os TDP's possam garantir o juízo da execução fiscal, por não possuírem cotação na bolsa de valores (art. 11, II, da Lei nº 6.830/80).
6 - Apelação desprovida.
7 - Sentença mantida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento à apelação.
Brasília, 19 de março de 2007. (Data de julgamento.)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator Convocado

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2002.41.00.000158-8/RO
Processo na Origem: 200241000001588

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONV.)
APELANTE	:	ENGECOM - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA
ADVOGADOS	:	DRS. WALTER GUSTAVO SILVA LEMOS E OUTRO
APELADA	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO
APELADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADORA	:	DRA. LUCILA CARVALHO MEDEIROS DA ROCHA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL - TRIBUTÁRIO - TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA EMITIDOS NO INÍCIO DO SÉCULO PASSADO - DÍVIDA PRESCRITA - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.238/95 - COMPENSAÇÃO COM TRIBUTOS FEDERAIS - DAÇÃO EM PAGAMENTO DE TRIBUTOS FEDERAIS - ACEITAÇÃO COMO GARANTIA EM EXECUÇÃO FISCAL - IMPOSSIBILIDADE.
1 - Os Títulos da Dívida Pública (TDP's), emitidos no início do século passado, por força do disposto nos DDLL 263/67 e 396/68, deveriam ter sido apresentados para resgate até 05 de julho de 1969, ou seja, após 12 meses do edital de convocação publicado em 05 de julho de 1968. Findo este prazo, consideram-se prescritas as dívidas decorrentes dos títulos não apresentados para resgate.
2 - O disposto no parágrafo terceiro do art. 1º da Medida Provisória n. 1.238/95, tendo sido suprimido quando da republicação deste diploma legal (DOU 21/12/95), perdeu a sua eficácia, restando incólume a prescrição dos títulos.
3 - Não há que se falar em inconstitucionalidade dos DDLL 263/67 e 396/68, haja vista que o art. 55, da Constituição de 1967, sob a égide da qual foram editados os referidos decretos, autorizava a utilização de decreto-lei em matéria de finanças públicas, no que se enquadra a fixação do prazo para resgate dos TDP's.
4 - As modalidades de extinção do crédito tributário estão descritas em rol exaustivo no art. 156, CTN, não se admitindo, pois, a compensação de TDP's com débitos de tributos federais. O art. 170, CTN, exige lei específica autorizando esta forma de extinção do crédito tributário. O mesmo raciocínio é válido para a hipótese de dação em pagamento, somente permitida com bens imóveis, e na forma da lei (art. 156, XI, CTN).
5 - É igualmente inadmissível que os TDP's possam garantir o juízo da execução fiscal, por não possuírem cotação na bolsa de valores (art. 11, II, da Lei nº 6.830/80).
6 - Apelação desprovida.
7 - Sentença mantida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento à apelação.

Brasília, 19 de março de 2007. (Data de julgamento.)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator Convocado

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2002.41.00.001140-7/RO
Processo na Origem: 200241000011407

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONV.)
APELANTE	:	IMPLEMÁQUINAS EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS LTDA
ADVOGADOS	:	DRS. WALTER GUSTAVO SILVA LEMOS E OUTRO
APELADA	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL - TRIBUTÁRIO - TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA EMITIDOS NO INÍCIO DO SÉCULO PASSADO - DÍVIDA PRESCRITA - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.238/95 - COMPENSAÇÃO COM TRIBUTOS FEDERAIS - DAÇÃO EM PAGAMENTO DE TRIBUTOS FEDERAIS - ACEITAÇÃO COMO GARANTIA EM EXECUÇÃO FISCAL - IMPOSSIBILIDADE.

1 - Os Títulos da Dívida Pública (TDP's), emitidos no início do século passado, por força do disposto nos DDLL 263/67 e 396/68, deveriam ter sido apresentados para resgate até 05 de julho de 1969, ou seja, após 12 meses do edital de convocação publicado em 05 de julho de 1968. Findo este prazo, consideram-se prescritas as dívidas decorrentes dos títulos não apresentados para resgate.
2 - O disposto no parágrafo terceiro do art. 1º da Medida Provisória n. 1.238/95, tendo sido suprimido quando da republicação deste diploma legal (DOU 21/12/95), perdeu a sua eficácia, restando incólume a prescrição dos títulos.
3 - Não há que se falar em inconstitucionalidade dos DDLL 263/67 e 396/68, haja vista que o art. 55, da Constituição de 1967, sob a égide da qual foram editados os referidos decretos, autorizava a utilização de decreto-lei em matéria de finanças públicas, no que se enquadra a fixação do prazo para resgate dos TDP's.
4 - As modalidades de extinção do crédito tributário estão descritas em rol exaustivo no art. 156, CTN, não se admitindo, pois, a compensação de TDP's com débitos de tributos federais. O art. 170, CTN, exige lei específica autorizando esta forma de extinção do crédito tributário. O mesmo raciocínio é válido para a hipótese de dação em pagamento, somente permitida com bens imóveis, e na forma da lei (art. 156, XI, CTN).
5 - É igualmente inadmissível que os TDP's possam garantir o juízo da execução fiscal, por não possuírem cotação na bolsa de valores (art. 11, II, da Lei nº 6.830/80).
6 - Apelação desprovida.
7 - Sentença mantida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento à apelação.

Brasília, 27 de fevereiro de 2007. (Data de julgamento.)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator Convocado

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2002.41.00.001602-2/RO
Processo na Origem: 200241000016022

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONV.)
APELANTE	:	PILAR ENGENHARIA LTDA
ADVOGADOS	:	DRS. WALTER GUSTAVO SILVA LEMOS E OUTRO
APELADA	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO
REC. ADESIVO	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL - TRIBUTÁRIO - TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA EMITIDOS NO INÍCIO DO SÉCULO PASSADO - DÍVIDA PRESCRITA - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.238/95 - COMPENSAÇÃO COM TRIBUTOS FEDERAIS - DAÇÃO EM PAGAMENTO DE TRIBUTOS FEDERAIS - ACEITAÇÃO COMO GARANTIA EM EXECUÇÃO FISCAL - IMPOSSIBILIDADE - VERBA HONORÁRIA.
1 - Os Títulos da Dívida Pública (TDP's), emitidos no início do século passado, por força do disposto nos DDLL 263/67 e 396/68, deveriam ter sido apresentados para resgate até 05 de julho de 1969, ou seja, após 12 meses do edital de convocação publicado em 05 de julho de 1968. Findo este prazo, consideram-se prescritas as dívidas decorrentes dos títulos não apresentados para resgate.
2 - O disposto no parágrafo terceiro do art. 1º da Medida Provisória n. 1.238/95, tendo sido suprimido quando da republicação deste diploma legal (DOU 21/12/95), perdeu a sua eficácia, restando incólume a prescrição dos títulos.
3 - Não há que se falar em inconstitucionalidade dos DDLL 263/67 e 396/68, haja vista que o art. 55, da Constituição de 1967, sob a égide da qual foram editados os referidos decretos, autorizava a utilização de decreto-lei em matéria de finanças públicas, no que se enquadra a fixação do prazo para resgate dos TDP's.
4 - As modalidades de extinção do crédito tributário estão descritas em rol exaustivo no art. 156, CTN, não se admitindo, pois, a compensação de TDP's com débitos de tributos federais. O art. 170, CTN, exige lei específica autorizando esta forma de extinção do crédito tributário. O mesmo raciocínio é válido para a hipótese de dação em pagamento, somente permitida com bens imóveis, e na forma da lei (art. 156, XI, CTN).
5 - É igualmente inadmissível que os TDP's possam garantir o juízo da execução fiscal, por não possuírem cotação na bolsa de valores (art. 11, II, da Lei nº 6.830/80).
6 - Inexistindo condenação, o juiz fixará a verba honorária segundo apreciação eqüitativa, nos termos do §4º, do art. 20 do CPC, podendo adotar, inclusive, o valor da causa, desde que traduza, na espécie, parâmetro razoável.
7 - Não trazendo a autora elementos que demonstrem a extrapolação dos limites fixados nos §§ 3º e 4º, impõe-se a manutenção da sentença, neste ponto.
8 - Apelação da autora e recurso adesivo da União Federal desprovidos.
9 - Sentença mantida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento à apelação da autora e ao recurso adesivo da União Federal.

Brasília, 19 de março de 2007. (Data de julgamento.)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator Convocado

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2002.41.00.002423-9/RO
Processo na Origem: 200241000024239

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONV.)
APELANTE	:	POLYART COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
ADVOGADOS	:	DRS. WALTER GUSTAVO SILVA LEMOS E OUTROS
APELADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	DR. HERBERT PEREIRA DA SILVA
APELADA	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL - TRIBUTÁRIO - TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA EMITIDOS NO INÍCIO DO SÉCULO PASSADO - DÍVIDA PRESCRITA - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.238/95 - COMPENSAÇÃO COM TRIBUTOS FEDERAIS - DAÇÃO EM PAGAMENTO DE TRIBUTOS FEDERAIS - ACEITAÇÃO COMO GARANTIA EM EXECUÇÃO FISCAL - IMPOSSIBILIDADE - VERBA HONORÁRIA.
1 - Os Títulos da Dívida Pública (TDP's), emitidos no início do século passado, por força do disposto nos DDLL 263/67 e 396/68, deveriam ter sido apresentados para resgate até 05 de julho de 1969, ou seja, após 12 meses do edital de convocação publicado em 05 de julho de 1968. Findo este prazo, consideram-se prescritas as dívidas decorrentes dos títulos não apresentados para resgate.
2 - O disposto no parágrafo terceiro do art. 1º da Medida Provisória n. 1.238/95, tendo sido suprimido quando da republicação deste diploma legal (DOU 21/12/95), perdeu a sua eficácia, restando incólume a prescrição dos títulos.
3 - Não há que se falar em inconstitucionalidade dos DDLL 263/67 e 396/68, haja vista que o art. 55, da Constituição de 1967, sob a égide da qual foram editados os referidos decretos, autorizava a utilização de decreto-lei em matéria de finanças públicas, no que se enquadra a fixação do prazo para resgate dos TDP's.
4 - As modalidades de extinção do crédito tributário estão descritas em rol exaustivo no art. 156, CTN, não se admitindo, pois, a compensação de TDP's com débitos de tributos federais. O art. 170, CTN, exige lei específica autorizando esta forma de extinção do crédito tributário. O mesmo raciocínio é válido para a hipótese de dação em pagamento, somente permitida com bens imóveis, e na forma da lei (art. 156, XI, CTN).
5 - É igualmente inadmissível que os TDP's possam garantir o juízo da execução fiscal, por não possuírem cotação na bolsa de valores (art. 11, II, da Lei nº 6.830/80).
6 - Inexistindo condenação, o juiz fixará a verba honorária segundo apreciação eqüitativa, nos termos do §4º, do art. 20 do CPC. Não trazendo a apelante elementos que demonstrem a extrapolação dos limites fixados nos §§ 3º e 4º, impõe-se a manutenção da sentença, no particular.
7 - Apelação desprovida.
8 - Sentença mantida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento à apelação.

Brasília, 19 de março de 2007. (Data de julgamento.)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator Convocado

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2002.41.00.004615-9/RO
Processo na Origem: 200241000046159

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONV.)
APELANTE	:	MONZA AUTO PEÇAS LTDA
ADVOGADOS	:	DRS. WALTER GUSTAVO SILVA LEMOS E OUTRO
APELADA	:	UNIÃO FEDERAL
PROCURADORA	:	DRª. HÉLIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL - TRIBUTÁRIO - TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA EMITIDOS NO INÍCIO DO SÉCULO PASSADO - DÍVIDA PRESCRITA - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.238/95 - COMPENSAÇÃO COM TRIBUTOS FEDERAIS - DAÇÃO EM PAGAMENTO DE TRIBUTOS FEDERAIS - ACEITAÇÃO COMO GARANTIA EM EXECUÇÃO FISCAL - IMPOSSIBILIDADE - VERBA HONORÁRIA.
1 - Os Títulos da Dívida Pública (TDP's), emitidos no início do século passado, por força do disposto nos DDLL 263/67 e 396/68, deveriam ter sido apresentados para resgate até 05 de julho de 1969, ou seja, após 12 meses do edital de convocação publicado em 05 de julho de 1968. Findo este prazo, consideram-se prescritas as dívidas decorrentes dos títulos não apresentados para resgate.
2 - O disposto no parágrafo terceiro do art. 1º da Medida Provisória n. 1.238/95, tendo sido suprimido quando da republicação deste diploma legal (DOU 21/12/95), perdeu a sua eficácia, restando incólume a prescrição dos títulos.
3 - Não há que se falar em inconstitucionalidade dos DDLL 263/67 e 396/68, haja vista que o art. 55, da Constituição de 1967, sob a égide da qual foram editados os referidos decretos, autorizava a utilização de decreto-lei em matéria de finanças públicas, no que se enquadra a fixação do prazo para resgate dos TDP's.
4 - As modalidades de extinção do crédito tributário estão descritas em rol exaustivo no art. 156, CTN, não se admitindo, pois, a compensação de TDP's com débitos de tributos federais. O art. 170, CTN, exige lei específica autorizando esta forma de extinção do crédito tributário. O mesmo raciocínio é válido para a hipótese de dação em pagamento, somente permitida com bens imóveis, e na forma da lei (art. 156, XI, CTN).
5 - É igualmente inadmissível que os TDP's possam garantir o juízo da execução fiscal, por não possuírem cotação na bolsa de valores (art. 11, II, da Lei nº 6.830/80).
6 - Inexistindo condenação, o juiz fixará a verba honorária segundo apreciação eqüitativa, nos termos do §4º, do art. 20 do CPC. Não trazendo a ré elementos que demonstrem a extrapolação dos limites fixados nos §§ 3º e 4º, impõe-se a manutenção da sentença, no particular.
7 - Apelação desprovida.
8 - Sentença mantida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento à apelação.
Brasília, 19 de março de 2007. (Data de julgamento.)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator Convocado

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2003.01.00.041765-3/DF
Processo na Origem: 203334000213925

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONVOCADO)
AGRAVANTE	:	CECRISA REVESTIMENTOS CERÂMICOS S/A
ADVOGADO	:	DR. RODRIGO DA SILVA GRACIOSO
AGRAVADA	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - IPI - CRÉDITO-PRÊMIO - DECRETO-LEI Nº 491/69 - EXTINÇÃO EM 1983, POR FORÇA DO DISPOSTO NO DECRETO-LEI Nº 1.658/79, COM REDAÇÃO DADA PELO DECRETO-LEI Nº 1.722/79.
1 - O benefício fiscal denominado "Crédito-Prêmio de IPI", instituído pelo Decreto-Lei nº 491/69, vigorou somente até 30 de junho de 1983, data em que foi extinto, por força do disposto no Decreto-Lei nº 1.658/79, com redação dada pelo Decreto-Lei nº 1.722/79.
2 - A inconstitucionalidade proclamada pelo E. STF, em sede de controle difuso (RE nº 186.623-3/DF e RE nº 186.359-5/RS), do art. 1º do Decreto-Lei nº 1.724/79 e do art. 3º, I, do Decreto-Lei nº 1.894/81, não alterou o cronograma de extinção do benefício e, tampouco, conferiu-lhe vigência eterna.
3 - Agravo de Instrumento improvido.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento ao Agravo de Instrumento.
Brasília, 16 de janeiro de 2007. (Data de julgamento.)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator Convocado

AGRAVO INTERNO NA AC Nº 2003.01.99.004549-8/AP Distribuído no TRF em 24/02/2003
Processo na Origem: 80832002

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	PEDRO CAMARA RAPOSO LOPES
APELADO	:	FRANCISCO GUEDES NASCIMENTOS
ADVOGADO	:	KEILA MICHAELE COSTA GUEDES NASCIMENTO
AGRAVANTE INTERNO	:	FAZENDA NACIONAL
AGRAVADA	:	DECISAO DE F. 115/6

EMENTA
TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE EM EXECUÇÃO FISCAL (ITR) - PRESCRIÇÃO: RECONHECIMENTO (DECURSO DE MAIS DE 05 ANOS ENTRE A NOTIFICAÇÃO DO LANÇAMENTO E O AJUIZAMENTO DA AÇÃO) - SUSPENSÃO DA PRESCRIÇÃO POR 180 DIAS (§3º DO ART. 2º DA LEI Nº 6.830/80): INAPLICÁVEL EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA - CONDENAÇÃO DA EXEQUENTE EM HONORÁRIOS - APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE MONOCRATICAMENTE - AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.
1 - É dado ao relator negar seguimento ao recurso "manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em conformidade com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do STF ou de Tribunal Superior" (art. 557, caput, do CPC), sem que isso signifique afronta ao princípio do contraditório (ou à ampla defesa), porque atende à agilidade da prestação jurisdicional. Quando o relator assim age não "usurpa" competência do colegiado, mas atua dentro do permissivo legal.
2 - O prazo prescricional, sabe-se, inicia-se com a "definitividade" da constituição do crédito tributário, definitividade que se caracteriza pelo não recurso do lançamento. Consta da CDA que o contribuinte foi notificado em 21 OUT 1996 (f. 04/5). Decorrido o prazo recursal de 30 dias e não havendo notícia de recurso, o lançamento se tornou definitivo a partir de 22 NOV 1996, de quando se contarão, então, os cinco anos, que venceram em 22 NOV 2001. A execução foi ajuizada somente em 10 ABR 2002, quando já estava prescrita.
3 - *"A norma contida no art. 2º, § 3º, da Lei 6.830/80 segundo a qual a inscrição em dívida ativa suspende a prescrição por 180 (cento e oitenta) dias ou até a distribuição da execução fiscal, se anterior àquele prazo, aplica-se tão-somente às dívidas de natureza não-tributárias, porque a prescrição das dívidas tributárias regula-se por lei complementar, no caso o art. 174 do CTN."* (STJ, REsp n. 708.227/PR, Rel. Min. ELIANA CALMON, T2, ac. un., DJ 19/12/2005, p. 355)
4 - Agravo interno não provido.
5 - Peças liberadas pelo Relator, em 20/03/2007, para publicação do acórdão.

ACORDÃO
Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO ao agravo interno por unanimidade.
7ª Turma do TRF-1ª Região, 20/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2003.32.00.001666-8/AM
Processo na Origem: 200332000016668

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONV.)
APELANTE	:	SERRARIA MORAES LTDA
ADVOGADO	:	DR. MIGUEL BARRELA FILHO
APELADA	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL - TRIBUTÁRIO - TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA EMITIDOS NO INÍCIO DO SÉCULO PASSADO - DÍVIDA PRESCRITA - COMPENSAÇÃO COM TRIBUTOS FEDERAIS - DAÇÃO EM PAGAMENTO DE TRIBUTOS FEDERAIS - ACEITAÇÃO COMO GARANTIA EM EXECUÇÃO FISCAL - IMPOSSIBILIDADE.
1 - Os Títulos da Dívida Pública (TDP's), emitidos no início do século passado, por força do disposto nos DDLL 263/67 e 396/68, deveriam ter sido apresentados para resgate até 05 de julho de 1969, ou seja, após 12 meses do edital de convocação publicado em 05 de julho de 1968. Findo este prazo, consideram-se prescritas as dívidas decorrentes dos títulos não apresentados para resgate.
2 - Não há que se falar em inconstitucionalidade dos DDLL 263/67 e 396/68, haja vista que o art. 55, da Constituição de 1967, sob a égide da qual foram editados os referidos decretos, autorizava a utilização de decreto-lei em matéria de finanças públicas, no que se enquadra a fixação do prazo para resgate dos TDP's.
3 - As modalidades de extinção do crédito tributário estão descritas em rol exaustivo no art. 156, CTN, não se admitindo, pois, a compensação de TDP's com débitos de tributos federais. O art. 170, CTN, exige lei específica autorizando esta forma de extinção do crédito tributário. O mesmo raciocínio é válido para a hipótese de dação em pagamento, somente permitida com bens imóveis, e na forma da lei (art. 156, XI, CTN).
4 - É igualmente inadmissível que os TDP's possam garantir o juízo da execução fiscal, por não possuírem cotação na bolsa de valores (art. 11, II, da Lei nº 6.830/80).
5 - Apelação desprovida.
6 - Sentença mantida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento à apelação.

Brasília, 19 de março de 2007. (Data de julgamento.)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator Convocado

REMESSA EX OFFICIO EM MS Nº 2003.32.00.003232-0/AM
Processo na Origem: 200332000032320

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONV.)
IMPETRANTE	:	JUNTA DOS REPRESENTANTES DAS COMPANHIAS AÉREAS INTERNACIONAIS NO BRASIL
ADVOGADOS	:	DRS. ALESSANDRA DE ALMEIDA E OUTROS
IMPETRADA	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO
REMETENTE	:	JUÍZO FEDERAL DA 3ª VARA - AM

E M E N T A

ADMINISTRATIVO - SERVIÇO PÚBLICO - MOVIMENTO GREVISTA DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - DESEMBARAÇO ADUANEIRO DE MERCADORIAS IMPORTADAS OU DESTINADAS A EXPORTAÇÃO - SERVIÇO PARALISADO EM DECORRÊNCIA DA GREVE - PREJUÍZO PARA O USUÁRIO - IMPOSSIBILIDADE.
1 - O direito de greve assegurado pela Constituição Federal, ainda não regulamentado, não pode trazer prejuízo ao usuário de serviço público essencial que, satisfazendo as obrigações fiscais para liberação de mercadorias importadas ou destinadas à exportação, não obtém seu desembaraço aduaneiro em razão de paralisação das atividades dos servidores da Secretaria da Receita Federal.
2 - Remessa Oficial improvida.
3 - Sentença confirmada.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento à Remessa Oficial.
Brasília, 27 de janeiro de 2007. (Data de julgamento.)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator Convocado

AMS Nº 2003.33.00.007755-4/BA Distribuído no TRF em 02/10/2003
Processo na Origem: 200333000077554

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	SALVADOR PILOTS SERVICOS DE PRATICAGEM DOS PORTOS DA BAIA DE TODOS OS SANTOS S/C LTDA
ADVOGADO	:	SERGIO COUTO DOS SANTOS E OUTRO(A)
APELADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	PEDRO CAMARA RAPOSO LOPES

E M E N T A

CONSTITUCIONAL, TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - MANDADO DE SEGURANÇA -REVOGAÇÃO DA ISENÇÃO DA COFINS (LC Nº 70/91) PELA LEI Nº 9.430/96: LEGÍTIMA (STF).
1 - Reexamina-se a matéria por força e na forma do RE nº 470.843/BA.
2 - Superando a anterior posição jurisprudencial desta Corte, que priorizava o entendimento professado pelo STJ (no sentido de que a revogação, por lei ordinária, de isenção prevista em lei complementar malferiria a hierarquia das leis), o STF - recentemente (final de 2006) - declarou constitucional a revogação da isenção da COFINS (prevista na LC nº 70/91) pela Lei nº 9.430/96 (esmaecendo, pois, a força da SÚMULA nº 276/STJ), sendo desinfluente, doravante, então, sequer examinar se a sociedade atende ou não aos critérios legais (Dl nº 2.397/87) para o gozo da (revogada) isenção.
3 - Apelação não provida.
4 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO à apelação por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 13/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

REMESSA EX OFFICIO EM MS Nº 2003.33.00.018380-7/BA Distribuído no TRF em 24/03/2004
Processo na Origem: 200333000183807

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
IMPETRANTE	:	DETEN QUIMICA S/A
ADVOGADO	:	DIANA MARIA TORRES MENDES DE OLIVEIRA
IMPETRADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 1A VARA - BA

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - IMPORTAÇÃO - DESEMBARAÇO ADUANEIRO - ATRASO - LIBERAÇÃO DA MERCADORIA - GREVE. REMESSA OFICIAL NÃO PROVIDA.
1 - O direito de greve garantido pela Constituição Federal não pode trazer prejuízo ao usuário de serviço público essencial que, satisfazendo as obrigações fiscais para liberação de mercadorias importadas ou destinadas a exportação, não obtém seu desembaraço aduaneiro em razão de movimento paredista.
2 - Remessa oficial não provida.
3 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO à remessa oficial, por unanimidade.
7ª Turma do TRF-1ª Região, 13/03/2007.

Juiz Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator Convocado

REMESSA EX OFFICIO EM MS Nº 2003.33.00.018415-8/BA Distribuído no TRF em 19/01/2004
Processo na Origem: 200333000184158

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
IMPETRANTE	:	GRIFFIN BRASIL LTDA E OUTROS (AS)
ADVOGADO	:	SERGIO NEESER NOGUEIRA REIS
IMPETRADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 14A VARA - BA

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - IMPORTAÇÃO - DESEMBARAÇO ADUANEIRO - ATRASO - LIBERAÇÃO DA MERCADORIA - GREVE. REMESSA OFICIAL NÃO PROVIDA.
1 - O direito de greve garantido pela Constituição Federal não pode trazer prejuízo ao usuário de serviço público essencial que, satisfazendo as obrigações fiscais para liberação de mercadorias importadas ou destinadas a exportação, não obtém seu desembaraço aduaneiro em razão de movimento paredista.
2 - Remessa oficial não provida.
3 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO à remessa oficial, por unanimidade.
7ª Turma do TRF-1ª Região, 13/03/2007.

Juiz Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator Convocado

REMESSA EX OFFICIO EM MS Nº 2003.33.00.019471-0/BA Distribuído no TRF em 15/01/2004
Processo na Origem: 200333000194710

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
IMPETRANTE	:	RESARBRAS DA BAHIA S/A
ADVOGADO	:	SERGIO NEESER NOGUEIRA REIS E OUTROS(AS)
IMPETRADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 11A VARA - BA

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - IMPORTAÇÃO - DESEMBARAÇO ADUANEIRO - ATRASO - LIBERAÇÃO DA MERCADORIA - GREVE. REMESSA OFICIAL NÃO PROVIDA.
1 - O direito de greve garantido pela Constituição Federal não pode trazer prejuízo ao usuário de serviço público essencial que, satisfazendo as obrigações fiscais para liberação de mercadorias importadas ou destinadas a exportação, não obtém seu desembaraço aduaneiro em razão de movimento paredista.
2 - Remessa oficial não provida.
3 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO à remessa oficial, por unanimidade.
7ª Turma do TRF-1ª Região, 13/03/2007.

Juiz Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator Convocado

REMESSA EX OFFICIO EM MS Nº 2003.33.00.019703-4/BA Distribuído no TRF em 19/01/2004
Processo na Origem: 200333000197034

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
IMPETRANTE	:	COPENOR COMPANHIA PETROQUIMICA DO NORDESTE
ADVOGADO	:	CRISTINA ROCHA TROCOLI
IMPETRADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 14A VARA - BA

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - EXPORTAÇÃO - DESEMBARAÇO ADUANEIRO - ATRASO - LIBERAÇÃO DA MERCADORIA - GREVE. REMESSA OFICIAL NÃO PROVIDA.

1 - O direito de greve garantido pela Constituição Federal não pode trazer prejuízo ao usuário de serviço público essencial que, satisfazendo as obrigações fiscais para liberação de mercadorias importadas ou destinadas a exportação, não obtém seu desembaraço aduaneiro em razão de movimento paredista.
2 - Remessa oficial não provida.
3 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO à remessa oficial, por unanimidade.
7ª Turma do TRF-1ª Região, 13/03/2007.

Juiz Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator Convocado

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2003.34.00.008905-0/DF
Processo na Origem: 200334000089050

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
APELANTES	:	CARLOS AUGUSTO BORGES DE SOUZA E OUTROS
ADVOGADOS	:	DRS. DESIRÉE COSTA GOSSLING VALÉRIO E OUTROS
APELANTE	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO
APELADOS	:	OS MESMOS

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE - APOSENTADORIA COMPLEMENTAR - INCIDÊNCIA - LEGITIMIDADE - REPETIÇÃO DE INDÉBITO - DECADÊNCIA - PRAZO - SISTEMÁTICA DO LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO - HONORÁRIOS DE ADVOGADO.
1 - O direito à repetição de indébito tributário extingue-se com o decurso do prazo de 05 (cinco) anos, contados da extinção do crédito tributário, e, no caso de tributos sujeitos a lançamento por homologação, a partir de 05 (cinco) anos do prazo estabelecido para esta, sistemática que se estende ao Imposto de Renda Retido na Fonte porque essa retenção não implica pagamento e, conseqüentemente, extinção do crédito tributário, mas, tão-somente, mera antecipação, legalmente exigida, de tributo devido a ser apurado no momento da declaração anual de rendimentos.
2 - Inexistindo correspondência aritmética entre as contribuições pagas pelo beneficiário e os valores recebidos a título de complementação de aposentadoria e identidade entre esta e o resgate daquelas em decorrência do desligamento daquele do plano de previdência complementar, lídima a incidência de Imposto de Renda sobre essa complementação, que representa acréscimo patrimonial, nova riqueza, ou melhor, nova remuneração, adição à anterior.
3 - Embora o § 4º do art. 20 do Código de Processo Civil autorize o prolator da sentença, quando vencida a Fazenda Pública, a estabelecer honorários de advogado em percentagem inferior a 10% (dez por cento), a profissão do advogado não pode ser degradada pela redução dos honorários devidos aos que a exercem com dedicação e eficiência.
4 - Apelação da Ré provida.
5 - Recurso dos Autores acolhido em parte.
6 - Remessa Oficial prejudicada.
7 - Sentença reformada parcialmente.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, dar provimento ao recurso de Apelação da Ré e, em parte, ao dos Autores, prejudicada a Remessa Oficial.
Brasília, 19 de dezembro de 2006. (Data de Julgamento.)

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2003.34.00.010284-8/DF Distribuído no TRF em 14/12/2004
Processo na Origem: 200334000102848

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	:	CELINA DE MATOS SOUZA
ADVOGADO	:	DECIO NUNES TEIXEIRA

E M E N T A

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA (IRRF SOBRE VERBAS INDENIZATÓRIAS) - DEDUÇÃO DE RESTITUIÇÕES (DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL): PRECLUSÃO.
1 - Consoante precedente desta Corte (T7), somente a eventual existência de erros quanto aos valores apurados a restituir ao tempo do ajuste anual da declaração de imposto de renda importaria em necessidade de compensação (ou dedução), já porque aludido tema deveria ter sido objeto de debate na fase de conhecimento, não podendo ser ventilado, porque precluso na fase de execução.
2 - Se a sentença no processo de conhecimento assegura a repetição de determinado "valor" (indevidamente exigido), é esse (o total de IR retido na fonte) o valor exato a ser devolvido (agregados os devidos consectários) e não aquele valor equivalente ao "possível" resultado de retificação das declarações dos anos anteriores ao sabor do posterior reconhecimento de que as verbas pagas são indenizatórias (a não ser que a sentença expressamente assim preveja, do que, no caso, sequer se cogita). A repetição é, pois, do "indébito" retido.
3 - Apelação não provida.
4 - Peças liberadas pelo Relator, em 19/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma, NEGAR PROVIMENTO à apelação por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 19/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 2003.34.00.013657-0/DF
Processo na Origem: 200334000136570

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
APELANTE	:	ELISABETH PARCIO DO SACRAMENTO E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	IVO EVANGELISTA DE AVILA E OUTROS(AS)
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	:	OS MESMOS
EMBARGANTE	:	FAZENDA NACIONAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO INEXISTENTE. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE.
1. Não merecem ser acolhidos os embargos de declaração que pretendem seja atribuído efeito infringente ao julgado, fora das raras hipóteses em que isso é admissível.
2. Não há omissão, se o acórdão tratou explicitamente da matéria.
3. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Decide a Turma, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração.
7ª Turma do TRF da 1ª Região - 13/02/2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora (Convocada)

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2003.34.00.019058-9/DF
Processo na Origem: 200334000190589

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
APELANTE	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO
APELADOS	:	HERALDO CÉSAR PRADO E OUTROS
ADVOGADOS	:	DRS. TATIANA DO COUTO NUNES E OUTROS
REMETENTE	:	JUÍZO FEDERAL DA 21ª VARA - DF

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - FUNDAÇÃO BANCO CENTRAL DE PREVIDÊNCIA PRIVADA-CENTRUS - EXTINÇÃO - RATEIO DA "FRAÇÃO PATRIMONIAL" E RENDIMENTOS DE CAPITAL - IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE - LEGITIMIDADE - ISENÇÃO SOMENTE SOBRE A PARCELA DA "FRAÇÃO PATRIMONIAL" REFERENTE ÀS CONTRIBUIÇÕES DO BENEFICIÁRIO NO PERÍODO DE 1º DE JANEIRO DE 1989 A 31 DE DEZEMBRO DE 1995, EXCLUÍDOS OS RENDIMENTOS - MEDIDAS PROVISÓRIAS Nºs 1.459/96 e 2.159-70/2001 - REPETIÇÃO DE INDÉBITO - DECADÊNCIA - LEI COMPLEMENTAR Nº 118/2005 - SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA - CUSTAS E HONORÁRIOS DE ADVOGADO - COMPENSAÇÃO - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, ART. 21.
1 - O direito à repetição de indébito tributário extingue-se com o decurso do prazo de 05 (cinco) anos, contados da extinção do crédito tributário, e, no caso de tributos sujeitos a lançamento por homologação, a partir de 05 (cinco) anos do prazo estabelecido para esta, sistemática que se estende ao Imposto de Renda Retido na Fonte porque essa retenção não implica pagamento e, conseqüentemente, extinção do crédito tributário, mas, tão-somente, mera antecipação, legalmente exigida, de tributos devido a ser apurado no momento da declaração anual de rendimentos.
2 - Segundo o Superior Tribunal de Justiça, a Lei Complementar nº 118/2005 não se aplica a processos pendentes de julgamento no momento da sua publicação. (EREsp nº 327.043/DF; REsp nº 740.567/MG.)
3 - As contribuições para os fundos de previdência privada são objeto de aplicações financeiras e, quando revertidas a seus associados, seja pelo resgate, seja pelo benefício contínuo de complementação de aposentadoria, incorporam dividendos referentes a essas aplicações, sendo acréscimo patrimonial decorrente de produto do capital, portanto, fato gerador de Imposto de Renda.
4 - Não obstante a legitimidade de Imposto de Renda sobre valores de resgate de contribuições destinadas a fundo de previdência privada, que representam acréscimo patrimonial tributável, a Medida Provisória nº 1.459/96, com reedição sob o nº 2.159-70/2001, em vigor por determinação da Emenda Constitucional nº 32/2001, art. 2º, concedeu isenção (art. 7º) desse tributo, desde que o contribuinte já o tenha suportado, sobre o resgate de tais contribuições, recolhidas entre 1º/01/89 e 31/12/95.
5 - A "fração patrimonial" da Fundação Banco Central de Previdência Privada-CENTRUS, rateada em decorrência da extinção desta é composta da "Reserva Matemática", integrada por benefícios concedidos e benefícios a conceder; das "Contribuições a Devolver", representadas pelas contribuições pessoais e pelas contribuições patronais, e do superavit de ambas.
6 - A "Reserva Matemática" não resulta, tão-somente, das contribuições do beneficiário para constituição do Fundo de Previdência Privada, mas é constituída dessas contribuições, da parcela do empregador e dos acréscimos decorrentes de aplicações financeiras e outros, como investimentos mobiliários e imobiliários, com incorporação do produto ao capital para formar, alfim, atuarialmente, o valor da complementação da aposentadoria. Logo, nada mais é do que antecipação de complementação de aposentadoria, paga, em rateio, a título de benefícios a conceder, tendo, portanto, natureza jurídica de acréscimo patrimonial, fato gerador de Imposto de Renda.
7 - Representando o superavit dos benefícios concedidos, dos benefícios a conceder e das contribuições do beneficiário e do empregador rendimentos decorrentes de aplicações patrimoniais, está sujeito a tributação em face do disposto na Lei nº 7.713/88, consoante entendimento do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, consubstanciado nos julgamentos proferidos nos Recursos Especiais nºs 701.485/MG, Relator Ministro José Delgado, e 733.260/CE, Relator Ministro Otávio Noronha.
8 - Havendo sucumbência recíproca, compensam-se as custas do processo e os honorários de advogado. (Código de Processo Civil, art. 21.)
9 - Apelação e Remessa Oficial providas em parte.
10 - Sentença reformada parcialmente.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, dar parcial provimento ao recurso de Apelação e à Remessa Oficial.
Brasília, 04 de dezembro de 2006. (Data de julgamento.)

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

REOMS Nº 2003.34.00.020055-9/DF Distribuído no TRF em 13/10/2005
Processo na Origem: 200334000200559

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
IMPETRANTE	:	FERROVIA CENTROATLANTICA S/A
ADVOGADO	:	ALBERTO PAVIE RIBEIRO E OUTROS(AS)
IMPETRADO	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 4A VARA - DF

E M E N T A

CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL - MANDADO DE SEGURANÇA - EXIGÊNCIA DO DEPÓSITO PRÉVIO PARA ADMISSÃO DO RECURSO ADMINISTRATIVO: LEGITIMIDADE.
1 - A só circunstância de o recurso administrativo já ter sido admitido e julgado (por força da liminar) não induz a perda superveniente do mandado de segurança impetrado com tal objetivo.
2 - Entendendo ausente qualquer transgressão aos princípios constitucionais do contraditório; da ampla defesa; do devido processo legal; e do amplo acesso ao Judiciário, a jurisprudência (STF, STJ e TRF1) é uníssona quanto à exigibilidade do depósito prévio como condição de admissibilidade do respectivo recurso administrativo (STF, T2, AI-AgR nº 534.180/RJ).
3 - Remessa oficial provida: segurança denegada.
4 - Peças liberadas pelo Relator, em 06/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma, DAR PROVIMENTO à remessa oficial por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 06/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2003.34.00.023392-7/DF
Processo na Origem: 200334000233927

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
APELANTES	:	ALBERTO LUIZ COELHO DE SÁ E OUTROS
ADVOGADOS	:	DRS. IVO EVANGELISTA DE ÁVILA E OUTROS
APELADA	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. PEDRO CÂMARA RAPOSO LOPES

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE - REPETIÇÃO DE INDÉBITO - APOSENTADORIA COMPLEMENTAR - INCIDÊNCIA - LEGITIMIDADE.
1 - Inexistindo correspondência aritmética entre as contribuições pagas pelo beneficiário e os valores recebidos a título de complementação de aposentadoria e identidade entre esta e o resgate daquelas em decorrência do desligamento daquele do plano de previdência complementar, lídima a incidência de Imposto de Renda sobre essa complementação, que representa acréscimo patrimonial, nova riqueza, ou melhor, nova remuneração, adição à anterior.
2 - Apelação denegada.
3 - Sentença confirmada.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso de Apelação.
Brasília, 06 de junho de 2005. (Data de julgamento.)

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2003.34.00.024238-1/DF
Processo na Origem: 200334000242381

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
APELANTES	:	BENEDITO COSTA DE OLIVEIRA E OUTROS
ADVOGADOS	:	DRS. IVO EVANGELISTA DE ÁVILA E OUTROS
APELANTE	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. PEDRO CÂMARA RAPOSO LOPES
APELADOS	:	OS MESMOS
REMETENTE	:	JUÍZO FEDERAL DA 2ª VARA - DF

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE - APOSENTADORIA COMPLEMENTAR - INCIDÊNCIA - LEGITIMIDADE - REPETIÇÃO DE INDÉBITO - DECADÊNCIA - PRAZO - SISTEMÁTICA DO LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO - INÉPCIA DA INICIAL - INEXISTÊNCIA.
1 - O direito à repetição de indébito tributário extingue-se com o decurso do prazo de 05 (cinco) anos, contados da extinção do crédito tributário, e, no caso de tributos sujeitos a lançamento por homologação, a partir de 05 (cinco) anos do prazo estabelecido para esta, sistemática que se estende ao Imposto de Renda Retido na Fonte porque essa retenção não implica pagamento e, conseqüentemente, extinção do crédito tributário, mas, tão-somente, mera antecipação, legalmente exigida, de tributo devido a ser apurado no momento da declaração anual de rendimentos.
2 - Não é inepta a petição inicial se o Réu entende a postulação e dela se defende amplamente.
3 - Inexistindo correspondência aritmética entre as contribuições pagas pelo beneficiário e os valores recebidos a título de complementação de aposentadoria e identidade entre esta e o resgate daquelas em decorrência do desligamento daquele do plano de previdência complementar, lídima a incidência de Imposto de Renda sobre essa complementação, que representa acréscimo patrimonial, nova riqueza, ou melhor, nova remuneração, adição à anterior.
4 - Apelação da Ré provida.
5 - Recurso dos Autores provido em parte.
6 - Remessa Oficial prejudicada.
7 - Sentença reformada parcialmente.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, dar provimento ao recurso de Apelação da Ré e, em parte, ao dos Autores, prejudicada a Remessa Oficial.
Brasília, 27 de fevereiro de 2007. (Data de Julgamento.)

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

ED NA AC Nº 2003.34.00.024244-0/DF Distribuído no TRF em 29/11/2004
Processo na Origem: 200334000242440

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	ABC ARTEFATOS DE BORRACHA COELHO LTDA
ADVOGADO	:	MAURICIO GONZALEZ NARDELLI E OUTROS(AS)
APELADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	ROGERIO SANTOS MUNIZ
APELADO	:	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA
PROCURADOR	:	ANTONIO TEODORO COSTA VILHENA
EMBARGANTE	:	ABC ARTEFATOS DE BORRACHA COELHO LTDA
EMBARGADO	:	V. ACÓRDÃO DE F. 646/66

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INFRINGÊNCIA - "OMISSÃO" - INOCORRÊNCIA - INOVAÇÃO - NÃO CABIMENTO - EMBARGOS NÃO PROVIDOS.
1. Não se pode reputar omisso o acórdão que contém posição clara e expressa acerca dos pontos ventilados, conforme se extrai da leitura atenta do julgado.
2. A questão acerca da definição sobre a metodologia de cálculo da contribuição ao INCRA não consta do pedido inicial, sendo então, inovação vedada em sede recursal.
3. Os embargos de declaração se destinam a expungir do julgado eventuais omissões, contradições e obscuridades, não se caracterizando via própria à rediscussão do mérito da causa.
4. Embargos de declaração não providos.
5. Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª (Sétima) Turma NEGAR PROVIMENTO aos Embargos de Declaração por unanimidade.
7ª (Sétima) Turma do TRF - 1ª Região, 13/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

EDAC Nº 2003.34.00.032790-5/DF Distribuído no TRF em 18/02/2005
Processo na Origem: 200334000327905

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	AFA PLASTICOS LTDA
ADVOGADO	:	DANIEL NASCIMENTO CURI E OUTROS(AS)
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	:	OS MESMOS
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 7A VARA - DF
EMBARGANTE	:	FAZENDA NACIONAL
EMBARGADO	:	V. ACÓRDÃO DE F. 211/17

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO: ART. 535 DO CPC - OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE: INEXISTÊNCIA - EMBARGOS NÃO PROVIDOS.
1. A título de "supostas" omissão, contradição e obscuridade, que não conseguiu pontuar individualizadamente, a embargante pretende rediscutir a matéria, pois, a seu ver, teria havido "infringência" a dispositivos constitucionais e legais que aponta.
2. Violação de disposição legal não rende ensejo a embargos. Manifesto o caráter infringente dos aclaratórios.
3. Embargos de declaração não providos.
4. Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª (Sétima) Turma NEGAR PROVIMENTO aos Embargos de Declaração por unanimidade.
7ª (Sétima) Turma do TRF - 1ª Região, 13/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2003.34.00.033982-4/DF
Processo na Origem: 200334000339824

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
APELANTE	:	ANGLO ALIMENTOS S/A
ADVOGADOS	:	DRS. ALAN NELSON DOS SANTOS GOUVEA E OUTROS
APELADA	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - IPI - CRÉDITO-PRÊMIO - DECRETO-LEI Nº 491/69 - EXTINÇÃO EM 1983, POR FORÇA DO DISPOSTO NO DECRETO-LEI Nº 1.658/79, COM REDAÇÃO DADA PELO DECRETO-LEI Nº 1.722/79. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL.
1 - A jurisprudência pacificou entendimento no sentido de que, nas demandas onde se discute a utilização do Crédito-Prêmio de IPI, a prescrição é qüinqüenal a contar do ajuizamento da ação.
2 - O benefício fiscal denominado "Crédito-Prêmio de IPI", instituído pelo Decreto-Lei nº 491/69, vigorou somente até 30 de junho de 1983, data em que foi extinto, por força do disposto no Decreto-Lei nº 1.658/79, com redação dada pelo Decreto-Lei nº 1.722/79.
3 - A inconstitucionalidade proclamada pelo E. STF, em sede de controle difuso (RE nº 186.623-3/DF e RE nº 186.359-5/RS), do art. 1º do Decreto-Lei nº 1.724/79 e do art. 3º, I, do Decreto-Lei nº 1.894/81, não alterou o cronograma de extinção do benefício e, tampouco, conferiu-lhe vigência eterna.
4 - Apelação improvida.
5 - Sentença mantida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso de Apelação.
Brasília, 20 de março de 2007. (Data de julgamento.)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator Convocado

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2003.34.00.035911-3/DF
Processo na Origem: 200334000359113

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONVOCADO)
APELANTE	:	NATERRA NACIONAL DE SEMENTES COMERCIAL E IMPORTADORA LTDA
ADVOGADOS	:	DRS. IGNEZ CHRISTINA CAMPELO DE MELO AMORIM E OUTROS
APELADA	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - IPI - CRÉDITO-PRÊMIO - DECRETO-LEI Nº 491/69 - EXTINÇÃO EM 1983, POR FORÇA DO DISPOSTO NO DECRETO-LEI Nº 1.658/79, COM REDAÇÃO DADA PELO DECRETO-LEI Nº 1.722/79.
1 - O benefício fiscal denominado "Crédito-Prêmio de IPI", instituído pelo Decreto-Lei nº 491/69, vigorou somente até 30 de junho de 1983, data em que foi extinto, por força do disposto no Decreto-Lei nº 1.658/79, com redação dada pelo Decreto-Lei nº 1.722/79.
2 - A inconstitucionalidade proclamada pelo E. STF, em sede de controle difuso (RE nº 186.623-3/DF e RE nº 186.359-5/RS), do art. 1º do Decreto-Lei nº 1.724/79 e do art. 3º, I, do Decreto-Lei nº 1.894/81, não alterou o cronograma de extinção do benefício e, tampouco, conferiu-lhe vigência eterna.
3 - Mesmo que se admita a manutenção do benefício em questão após a supracitada data, é certo que sua vigência não ultrapassaria 05 de outubro de 1990, por força do que dispôs a norma transitória inserta no art. 41, § 1º, do ADCT.
4 - Apelação improvida.
5 - Sentença mantida.
6 - Pedido improcedente.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso de Apelação.
Brasília, 18 de dezembro de 2006. (Data de julgamento.)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator Convocado

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2003.34.00.037670-2/DF Distribuído no TRF em 26/07/2006
Processo na Origem: 200334000376702

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	:	NEIDE DE CAMPOS E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	IVO EVANGELISTA DE AVILA E OUTROS(AS)

E M E N T A

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA (IRRF SOBRE VERBAS INDENIZATÓRIAS) - DEDUÇÃO DE RESTITUIÇÕES (DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL): PRECLUSÃO.
1 - Consoante precedente desta Corte (T7), somente a eventual existência de erros quanto aos valores apurados a restituir ao tempo do ajuste anual da declaração de imposto de renda importaria em necessidade de compensação (ou dedução), já porque aludido tema deveria ter sido objeto de debate na fase de conhecimento, não podendo ser ventilado, porque precluso na fase de execução.
2 - Se a sentença no processo de conhecimento assegura a repetição de determinado "valor" (indevidamente exigido), é esse (o total de IR retido na fonte) o valor exato a ser devolvido (agregados os devidos consectários) e não aquele valor equivalente ao "possível" resultado de retificação das declarações dos anos anteriores ao sabor do posterior reconhecimento de que as verbas pagas são indenizatórias (a não ser que a sentença expressamente assim preveja, do que, no caso, sequer se cogita). A repetição é, pois, do "indébito" retido.
3 - Apelação não provida.
4 - Peças liberadas pelo Relator, em 19/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma, NEGAR PROVIMENTO à apelação por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 19/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2003.34.00.039794-6/DF
Processo na Origem: 200334000397946

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
APELANTE	:	CENTRO DE ONCOLOGIA DE CASCAVEL S/C LTDA
ADVOGADO	:	LEONARDO SPERB DE PAOLA E OUTROS(AS)
APELADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA
CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. COFINS. REVOGAÇÃO, PELA LEI N. 9.430/96, DA ISENÇÃO ASSEGURADA PELA LC 70/91 ÀS SOCIEDADES CIVIS PRESTADORAS DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS. CONSTITUCIONALIDADE.
1. É legítima a revogação, pela Lei n. 9.430/1996, da isenção da COFINS concedida às sociedades civis prestadoras de serviços profissionais pela Lei Complementar n. 70/1991, dado que essa lei, formalmente complementar, é, com relação aos dispositivos concernentes à contribuição social por ela instituída, materialmente ordinária, não havendo que falar, assim, em violação ao princípio da hierarquia das leis, cujo respeito exige seja observado o âmbito material reservado às espécies normativas previstas na Constituição Federal. Precedente da 1ª Turma do STF.
2. Apelação da autora não provida.

ACÓRDÃO
Decide a Turma, por unanimidade, negar provimento ao apelo da autora.
7ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

AC Nº 2003.34.00.041784-5/DF Distribuído no TRF em 23/11/2006
Processo na Origem: 200334000417845

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	:	MARIANO TEIXEIRA TAVARES
ADVOGADO	:	JOSE EYMARD LOGUERCIO E OUTROS(AS)

E M E N T A
TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA (IRRF SOBRE VERBAS INDENIZATÓRIAS) - DEDUÇÃO DE RESTITUIÇÕES (DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL): PRECLUSÃO
1 - Consoante precedente desta Corte (T7), somente a eventual existência de erros quanto aos valores apurados a restituir ao tempo do ajuste anual da declaração de imposto de renda importaria em necessidade de compensação (ou dedução), já porque aludido tema deveria ter sido objeto de debate na fase de conhecimento, não podendo ser ventilado, porque precluso na fase de execução.
2 - Se a sentença no processo de conhecimento assegura a repetição de determinado "valor" (indevidamente exigido), é esse (o total de IR retido na fonte) o valor exato a ser devolvido (agregados os devidos consectários) e não aquele valor equivalente ao "possível" resultado de retificação das declarações dos anos anteriores ao sabor do posterior reconhecimento de que as verbas pagas são indenizatórias (a não ser que a sentença expressamente assim preveja, do que, no caso, sequer se cogita). A repetição é, pois, do "indébito" retido.
3 - Apelação não provida.
4 - Peças liberadas pelo Relator, em 19/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O
Decide a 7ª Turma, NEGAR PROVIMENTO à apelação por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 19/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2003.34.00.043112-0/DF
Processo na Origem: 200334000431120

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	:	MACHADO CRUZ CLINICA ODONTOLOGICA ESPECIALIZADA LTDA
ADVOGADO	:	ANDRE FONSECA ROLLER E OUTROS(AS)
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 6A VARA - DF

EMENTA
CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. COFINS. PRESCRIÇÃO/DECADÊNCIA. PRELIMINAR AFASTADA. REVOGAÇÃO, PELA LEI N. 9.430/96, DA ISENÇÃO ASSEGURADA PELA LC 70/91 ÀS SOCIEDADES CIVIS PRESTADORAS DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS. CONSTITUCIONALIDADE.
1. De acordo com a nova orientação do STJ (EREsp n. 435.835/SC e EREsp n. 503.271/SP), em se tratando de tributos sujeitos a lançamento por homologação, independentemente da existência de manifestação do STF sobre a inconstitucionalidade da norma instituidora do tributo, o prazo qüinqüenal para pleitear a repetição de indébito, seja por via de devolução em espécie ou por meio de compensação, deve ser contado da homologação, a qual, quando tácita, só ocorre 5 (cinco) anos após o fato gerador, sendo ônus do Fisco demonstrar a data da eventual homologação expressa.
2. O art. 3º da Lei Complementar n. 118/2005 somente se aplica às ações ajuizadas após a sua entrada em vigor, em 09.02.2005 (EREsp 489105/PR).
3. É legítima a revogação, pela Lei n. 9.430/1996, da isenção da COFINS concedida às sociedades civis prestadoras de serviços profissionais pela Lei Complementar n. 70/1991, dado que essa lei, formalmente complementar, é, com relação aos dispositivos concernentes à contribuição social por ela instituída, materialmente ordinária, não havendo que falar, assim, em violação ao princípio da hierarquia das leis, cujo respeito exige seja observado o âmbito material reservado às espécies normativas previstas na Constituição Federal. Precedente da 1ª Turma do STF.
4. Apelação da Fazenda Nacional e remessa oficial providas, em parte.

ACÓRDÃO
Decide a Turma, por unanimidade, dar parcial provimento ao apelo da Fazenda Nacional e à remessa oficial.
7ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

APELAÇÃO CÍVEL n. 2003.34.00.044525-1/DF
Processo na Origem: 200334000445251

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	:	SERPAT - SERVICOS DE DIAGNOSTICO MEDICO E PATOLOGIA S/C LTDA
ADVOGADO	:	ANALICE CABRAL COSTA ANDRADE E OUTROS(AS)
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 14ª VARA - DF

EMENTA
CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. COFINS. PRESCRIÇÃO/DECADÊNCIA. PRELIMINAR AFASTADA. REVOGAÇÃO, PELA LEI N. 9.430/96, DA ISENÇÃO ASSEGURADA PELA LC 70/91 ÀS SOCIEDADES CIVIS PRESTADORAS DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS. CONSTITUCIONALIDADE.
1. De acordo com a nova orientação do STJ (EREsp n. 435.835/SC e EREsp n. 503.271/SP), em se tratando de tributos sujeitos a lançamento por homologação, independentemente da existência de manifestação do STF sobre a inconstitucionalidade da norma instituidora do tributo, o prazo qüinqüenal para pleitear a repetição de indébito, seja por via de devolução em espécie ou por meio de compensação, deve ser contado da homologação, a qual, quando tácita, só ocorre 5 (cinco) anos após o fato gerador, sendo ônus do Fisco demonstrar a data da eventual homologação expressa.
2. O art. 3º da Lei Complementar n. 118/2005 somente se aplica às ações ajuizadas após a sua entrada em vigor, em 09.02.2005 (EREsp 489105/PR).
3. É legítima a revogação, pela Lei n. 9.430/1996, da isenção da COFINS concedida às sociedades civis prestadoras de serviços profissionais pela Lei Complementar n. 70/1991, dado que essa lei, formalmente complementar, é, com relação aos dispositivos concernentes à contribuição social por ela instituída, materialmente ordinária, não havendo que falar, assim, em violação ao princípio da hierarquia das leis, cujo respeito exige seja observado o âmbito material reservado às espécies normativas previstas na Constituição Federal. Precedente da 1ª Turma do STF.
4. Apelação da Fazenda Nacional e remessa oficial providas, em parte.

ACÓRDÃO
Decide a Turma, por unanimidade, dar parcial provimento ao apelo da Fazenda Nacional e à remessa oficial.
7ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2003.35.00.000856-4/GO
Processo na Origem: 200335000008564

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
APELANTE	:	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT
PROCURADORA	:	DRª SEBASTIANA DE ARAÚJO ROSA NASCIMENTO
APELADOS	:	MAÍSA DE LOURDES LIMA E OUTROS
ADVOGADOS	:	DRS. SUEDY AURELIANO DA SILVA E OUTROS

E M E N T A
ADMINISTRATIVO - INFRAÇÃO DE TRÂNSITO - AUTUAÇÃO FEITA PELO DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM-DNER - ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRASNPORTES-DNIT RECONHECIDA.
1 - Nas Ações Anulatórias de Autos de Infração emitidos pelo extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem-DNER é a União Federal parte passiva legítima ad causam, ainda que tenham sido propostas após conclusão do processo de inventariança do órgão. (AC nº 2002.35.00.006866-9/GO - Rel. Desemb. Federal Luciano Tolentino Amaral - D.J. 19/12/2005 - pág. 131.)
2 - Preliminar de ilegitimidade passiva ad causam do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes-DNIT acolhida.
3 - Apelação provida em parte.
4 - Processo anulado a partir da citação.

A C Ó R D Ã O
Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, dar parcial provimento ao recurso de Apelação.
Brasília, 04 de dezembro de 2006. (Data de julgamento.)

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2003.35.00.008984-4/GO
Processo na Origem: 200335000089844

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
APELANTE	:	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT
PROCURADORA	:	DRª SEBASTIANA DE ARAÚJO ROSA NASCIMENTO
APELADOS	:	NELLI TOBIA E OUTROS
ADVOGADOS	:	DRS. MÁRCIA DE FÁTIMA ANDRADE E OUTROS

E M E N T A
ADMINISTRATIVO - INFRAÇÃO DE TRÂNSITO - AUTUAÇÃO EFETUADA PELO DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM-DNER - ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES-DNIT - AUTUAÇÃO - NOTIFICAÇÕES DA INFRAÇÃO E DA APLICAÇÃO DE PENALIDADE - NECESSIDADE - LEI Nº 9.503/97 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO), ARTS. 280, 281 E SEU PARÁGRAFO ÚNICO, II, E 282 E SEU § 4º - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, SÚMULA Nº 312 - CUSTAS - REEMBOLSO.
1 - Nas Ações Anulatórias de Autos de Infração emitidos pelo extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem-DNER é a União Federal parte passiva legítima ad causam, ainda que tenham sido propostas após conclusão do processo de inventariança do órgão. (AC nº 2002.35.00.006866-9/GO - Rel. Desemb. Federal Luciano Tolentino Amaral - D.J. 19/12/2005 - pág. 131.)
2 - Prevendo a Lei nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro) que o infrator de normas de trânsito seja notificado duas vezes, independentemente da forma de autuação, para tomar conhecimento, respectivamente, desta e da aplicação de penalidade, nulo o auto pertinente e as sanções dele decorrentes se ausente notificação para ciência da infração. (Lei nº 9.503/97, Código de Trânsito Brasileiro, arts. 280, 281 e seu parágrafo único, II, e 282 e seu § 4º.)
3 - "No processo administrativo para imposição de multa de trânsito, são necessárias as notificações da autuação e da aplicação da pena decorrente da infração." (Superior Tribunal de Justiça, Súmula nº 312.)
4 - A isenção da Lei nº 9.289/96 não impede que a Fazenda Pública seja compelida ao reembolso das custas adiantadas pela parte vencedora na demanda.
5 - Preliminar de ilegitimidade passiva ad causam do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes-DNIT acolhida.
6 - Apelação provida em parte.
7 - Sentença reformada parcialmente.

A C Ó R D Ã O
Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, dar parcial provimento ao recurso de Apelação.
Brasília, 04 de dezembro de 2006. (Data de julgamento.)

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2003.36.00.009157-9/MT
Processo na Origem: 200336000091579

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONV.)
APELANTE	:	MULTIVENDAS COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE DESCARTÁVEIS ME
ADVOGADOS	:	DRS. LUCIANA ZAMPRONI BRANCO E OUTRO
APELADA	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO

E M E N T A
PROCESSUAL CIVIL - TRIBUTÁRIO - TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA EMITIDOS NO INÍCIO DO SÉCULO PASSADO - DÍVIDA PRESCRITA - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.238/95 - COMPENSAÇÃO COM TRIBUTOS FEDERAIS - DAÇÃO EM PAGAMENTO DE TRIBUTOS FEDERAIS - ACEITAÇÃO COMO GARANTIA EM EXECUÇÃO FISCAL - IMPOSSIBILIDADE.
1 - Os Títulos da Dívida Pública (TDP's), emitidos no início do século passado, por força do disposto nos DDLL 263/67 e 396/68, deveriam ter sido apresentados para resgate até 05 de julho de 1969, ou seja, após 12 meses do edital de convocação publicado em 05 de julho de 1968. Findo este prazo, consideram-se prescritas as dívidas decorrentes dos títulos não apresentados para resgate.
2 - O disposto no parágrafo terceiro do art. 1º da Medida Provisória n. 1.238/95, tendo sido suprimido quando da republicação deste diploma legal (DOU 21/12/95), perdeu a sua eficácia, restando incólume a prescrição dos títulos.
3 - Não há que se falar em inconstitucionalidade dos DDLL 263/67 e 396/68, haja vista que o art. 55, da Constituição de 1967, sob a égide da qual foram editados os referidos decretos, autorizava a utilização de decreto-lei em matéria de finanças públicas, no que se enquadra a fixação do prazo para resgate dos TDP's.

4 - As modalidades de extinção do crédito tributário estão descritas em rol exaustivo no art. 156, CTN, não se admitindo, pois, a compensação de TDP's com débitos de tributos federais. O art. 170, CTN, exige lei específica autorizando esta forma de extinção do crédito tributário. O mesmo raciocínio é válido para a hipótese de dação em pagamento, somente permitida com bens imóveis, e na forma da lei (art. 156, XI, CTN).
5 - É igualmente inadmissível que os TDP's possam garantir o juízo da execução fiscal, por não possuírem cotação na bolsa de valores (art. 11, II, da Lei nº 6.830/80).
6 - Apelação desprovida.
7 - Sentença mantida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento à apelação.

Brasília, 27 de fevereiro de 2007. (Data de julgamento.)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator Convocado

EDAC Nº 2003.36.00.011177-6/MT Distribuído no TRF em 26/08/2005
Processo na Origem: 200336000111776

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	JOANICE BULHOES SPINELLI E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	ISAIAS GRASEL ROSMAN
APELADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	REINALDO OLIVEIRA
EMBARGANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
EMBARGADO	:	V. ACÓRDÃO DE F. 257/61

E M E N T A
PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - "OMISSÃO" E "CONTRADIÇÃO" - INEXISTÊNCIA - VIOLAÇÃO A PRECEITOS LEGAIS - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO PROVIDOS.
1. Ausência de omissão: não cabível manifestação sobre limitação dos percentuais compensáveis (Leis ns. 9.032/95 e 9.129/95) nas hipóteses de pedido de repetição de indébito (em pecúnia).
2. "Contradição" que oportuniza embargos não é o que a parte alega a tal título para fins diversos dos legalmente previstos. Fora dessas balizas, o recurso ou é protelatório ou infringente.
3. "Suposta" violação a preceitos (legais e/ou constitucionais) não consta do rol do art. 535 do CPC, não ensejando embargos de declaração.
4. Embargos de declaração não providos.
5. Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

ACÓRDÃO

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO aos embargos de declaração por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 13/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2003.38.00.031618-1/MG
Processo na Origem: 200338000316181

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	ELVIO GUSMAO SANTOS
APELADO	:	MANOEL DANTAS NETO
ADVOGADO	:	SALETTE DA C RIBEIRO DANTAS E OUTRO(A)

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE TERCEIRO. EXECUÇÃO FISCAL. DÉBITO DA SEGURIDADE SOCIAL. PENHORA REALIZADA SOBRE BEM DO CASAL. BENEFÍCIO DA FAMÍLIA. ÔNUS DA PROVA DO CREDOR. SÚMULA 251 DO STJ. MEAÇÃO DO CÔNJUGE RESGUARDADA. IGUALDADE DE DIREITOS NO CASAMENTO. APLICAÇÃO DO NOVO CÓDIGO CIVIL.
1. A penhora não pode recair sobre a meação do cônjuge, por dívida contraída por sociedade, da qual fazia parte a mulher, se não restar comprovado que a família se beneficiou da dívida.
2. De acordo com a Súmula 251/STJ, cabe ao credor a prova de que a dívida favoreceu à família na execução fiscal.
3. Igualdade de direitos e deveres dos cônjuges no casamento, assegurada no novo Código Civil.
4. Apelação da União não provida.

ACÓRDÃO

Decide a Turma, por unanimidade, negar provimento ao apelo da União.
7ª Turma do TRF da 1ª Região - 21/11/2006.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora (Convocada)

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2003.38.00.040390-7/MG
Processo na Origem: 200338000403907

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONV.)
APELANTE	:	MAGNESITA S/A
ADVOGADOS	:	DRS. DANIELA SILVEIRA LARA E OUTROS
APELADA	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - IPI - CRÉDITO-PRÊMIO - DECRETO-LEI Nº 491/69 - EXTINÇÃO EM 1983, POR FORÇA DO DISPOSTO NO DECRETO-LEI Nº 1.658/79, COM REDAÇÃO DADA PELO DECRETO-LEI Nº 1.722/79 - PRESCRIÇÃO QUINQUENAL.
1 - A jurisprudência pacificou entendimento no sentido de que, nas demandas onde se discute a utilização do "Crédito-Prêmio de IPI", a prescrição é qüinqüenal a contar do ajuizamento da ação, nos termos do Decreto nº 20.910/32.
2 - O benefício fiscal denominado "Crédito-Prêmio de IPI", instituído pelo Decreto-Lei nº 491/69, vigorou somente até 30 de junho de 1983, data em que foi extinto, por força do disposto no Decreto-Lei nº 1.658/79, com redação dada pelo Decreto-Lei nº 1.722/79.
3 - A inconstitucionalidade proclamada pelo E. STF, em sede de controle difuso (RE nº 186.623-3/DF e RE nº 186.359-5/RS), do art. 1º do Decreto-Lei nº 1.724/79 e do art. 3º, I, do Decreto-Lei nº 1.894/81, não alterou o cronograma de extinção do benefício e, tampouco, conferiu-lhe vigência eterna.
4 - Apelação improvida.
5 - Sentença mantida, por outro fundamento.
6 - Segurança denegada.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso de Apelação.
Brasília, 27 de fevereiro de 2007. (Data de julgamento.)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator Convocado

REMESSA EX OFFICIO EM MS Nº 2003.38.00.040753-4/MG Distribuído no TRF em 26/03/2004
Processo na Origem: 200338000407534

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
IMPETRANTE	:	MAXION COMPONENTES AUTOMOTIVOS S/A
ADVOGADO	:	ALOISIO AUGUSTO MAZEU MARTINS E OUTROS (AS)
IMPETRADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 18A VARA - MG

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - IMPORTAÇÃO - DESEMBARAÇO ADUANEIRO - ATRASO - LIBERAÇÃO DA MERCADORIA - GREVE. REMESSA OFICIAL NÃO PROVIDA.

1 - O direito de greve garantido pela Constituição Federal não pode trazer prejuízo ao usuário de serviço público essencial que, satisfazendo as obrigações fiscais para liberação de mercadorias importadas ou destinadas a exportação, não obtém seu desembaraço aduaneiro em razão de movimento paredista.
2 - Remessa oficial não provida.
3 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2006, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO à remessa oficial, por unanimidade.
Brasília, 13 de março de 2007. (Data de julgamento.)
7ª Turma do TRF-1ª Região, .

Juiz Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator Convocado

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2003.38.00.053676-0/MG
Processo na Origem: 200338000053676O

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
APELANTE	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO
APELADO	:	OSVALDO MANOEL DA SILVA
ADVOGADOS	:	DRS. MIGUEL ARCANJO DA SILVA E OUTROS
REMETENTE	:	JUÍZO FEDERAL DA 18ª VARA - MG

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE - REPETIÇÃO DE INDÉBITO - APOSENTADORIA COMPLEMENTAR - INCIDÊNCIA - LEGITIMIDADE.
1 - Inexistindo correspondência aritmética entre as contribuições pagas pelo beneficiário e os valores recebidos a título de complementação de aposentadoria e identidade entre esta e o resgate daquelas em decorrência do desligamento daquele do plano de previdência complementar, lídima a incidência de Imposto de Renda sobre essa complementação, que representa acréscimo patrimonial, nova riqueza, ou melhor, nova remuneração, adição à anterior.
2 - Apelação provida.
3 - Remessa Oficial prejudicada.
4 - Sentença reformada parcialmente.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, dar provimento ao recurso de Apelação, prejudicada a Remessa Oficial.
Brasília, 27 de fevereiro de 2007. (Data de Julgamento.)

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

AC Nº 2003.38.00.060116-1/MG Distribuído no TRF em 20/02/2006
Processo na Origem: 200338000601161

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	:	MAGDA ELIZABETH SADI GUIMARAES
ADVOGADO	:	MADALENE SALOMAO RAMOS

E M E N T A

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA (IRRF SOBRE VERBAS INDENIZATÓRIAS) - DEDUÇÃO DE RESTITUIÇÕES (DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL): PRECLUSÃO
1 - Consoante precedente desta Corte (T7), somente a eventual existência de erros quanto aos valores apurados a restituir ao tempo do ajuste anual da declaração de imposto de renda importaria em necessidade de compensação (ou dedução), já porque aludido tema deveria ter sido objeto de debate na fase de conhecimento, não podendo ser ventilado, porque precluso na fase de execução.
2 - Se a sentença no processo de conhecimento assegura a repetição de determinado "valor" (indevidamente exigido), é esse (o total de IR retido na fonte) o valor exato a ser devolvido (agregados os devidos consectários) e não aquele valor equivalente ao "possível" resultado de retificação das declarações dos anos anteriores ao sabor do posterior reconhecimento de que as verbas pagas são indenizatórias (a não ser que a sentença expressamente assim preveja, do que, no caso, sequer se cogita). A repetição é, pois, do "indébito" retido.
3 - Apelação não provida.
4 - Peças liberadas pelo Relator, em 19/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma, NEGAR PROVIMENTO à apelação por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 19/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

AC Nº 2003.38.00.070636-5/MG Distribuído no TRF em 31/05/2005
Processo na Origem: 200338000706365

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	:	INSTITUTO DE PATOLOGIA CLINICA HERMES PARDINI LTDA
ADVOGADO	:	LUIZ CLAUDIO CORREA SANTOS E OUTROS(AS)
REC. ADESIVO	:	INSTITUTO DE PATOLOGIA CLINICA HERMES PARDINI LTDA
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 3A VARA - MG

E M E N T A

TRIBUTÁRIO, PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - MEDIDA CAUTELAR (DE CAUÇÃO REAL) PREPARATÓRIA DE AÇÃO ANULATÓRIA - NÃO PROVADAS A PROPRIEDADE E A IDONEIDADE DOS BENS.
1 - Embora, de regra, seja para garantia do juízo em futura (ainda não ajuizada) execução fiscal ou como garantia dos débitos tributários cuja nulidade pretende discutir em ação ordinária, o devedor tenha direito a caucionar, em processo cautelar, bens suficientes em ordem a que, caucionados, se lhe expeça CPD-EN, após prévia manifestação da FN, no caso, não há nos autos prova da propriedade dos bens imóveis oferecidos em caução tampouco da existência ou não de eventuais gravames, não fosse suficiente a avaliação dos bens ser particular (unilateral), fatos que, sós por si, obstaculizam a suspensão da exigibilidade do crédito à míngua de prova da idoneidade dos bens.
2 - Não o bastante, a ação principal já foi julgada: "*Cessa a eficácia da medida cautelar (...) se o juiz declarar extinto o processo principal, com ou sem julgamento do mérito*" (art. 808, III, do CPC).

3 - Remessa oficial provida: pedido improcedente.
4 - Apelação da Fazenda Nacional e apelação adesiva da requerente prejudicadas.
5 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma, DAR PROVIMENTO à remessa oficial, PREJUDICADAS a apelação da Fazenda Nacional e a apelação adesiva da requerente por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 13/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2003.38.01.007885-9/MG
Processo na Origem: 200338010078859

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	:	JOAO MENEZES IMOVEIS LTDA
ADVOGADO	:	DENISE SETTE ROCHA DE MENEZES
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 2A VARA DA SUBSECAO JUDICIARIA DE JUIZ DE FORA - MG

EMENTA

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. COFINS. PRESCRIÇÃO/DECADÊNCIA. PRELIMINAR AFASTADA. REVOGAÇÃO, PELA LEI N. 9.430/96, DA ISENÇÃO ASSEGURADA PELA LC 70/91 ÀS SOCIEDADES CIVIS PRESTADORAS DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS. CONSTITUCIONALIDADE.
1. De acordo com a nova orientação do STJ (EREsp n. 435.835/SC e EREsp n. 503.271/SP), em se tratando de tributos sujeitos a lançamento por homologação, independentemente da existência de manifestação do STF sobre a inconstitucionalidade da norma instituidora do tributo, o prazo qüinqüenal para pleitear a repetição de indébito, seja por via de devolução em espécie ou por meio de compensação, deve ser contado da homologação, a qual, quando tácita, só ocorre 5 (cinco) anos após o fato gerador, sendo ônus do Fisco demonstrar a data da eventual homologação expressa.
2. É legítima a revogação, pela Lei n. 9.430/1996, da isenção da COFINS concedida às sociedades civis prestadoras de serviços profissionais pela Lei Complementar n. 70/1991, dado que essa lei, formalmente complementar, é, com relação aos dispositivos concernentes à contribuição social por ela instituída, materialmente ordinária, não havendo que falar, assim, em violação ao princípio da hierarquia das leis, cujo respeito exige seja observado o âmbito material reservado às espécies normativas previstas na Constituição Federal. Precedente da 1ª Turma do STF.
3. Apelação da Fazenda Nacional e remessa oficial providas, em parte.

ACÓRDÃO

Decide a Turma, por unanimidade, dar parcial provimento ao apelo da Fazenda Nacional e à remessa oficial.
7ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

ED NA AMS Nº 2003.38.03.007770-0/MG Distribuído no TRF em 24/05/2006
Processo na Origem: 200338030077700

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	INSTITUTO DE NEFROLOGIA DO TRIANGULO S/C LTDA
ADVOGADO	:	WEBER VILAS BOAS ALVES
APELADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
EMBARGANTE	:	INSTITUTO DE NEFROLOGIA DO TRIANGULO S/C LTDA
EMBARGADO	:	V. ACÓRDÃO DE F. 141/4

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INOCORRÊNCIA DA ALEGADA "OMISSÃO" -PREQUESTIONAMENTO - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO PROVIDOS.
1. Destinam-se os embargos declaratórios a aclarar eventual obscuridade, resolver eventual contradição (objetiva: intrínseca do julgado) ou suprir eventual omissão do julgado, consoante art. 535 do CPC, de modo que, inocorrente qualquer das hipóteses que ensejam a oposição deles, a inconformidade do embargante ressoa como manifesta contrariedade à orientação jurídica que se adotou no acórdão, o que consubstancia evidente caráter infringente, a que não se presta a via ora eleita.
2. A simples leitura do voto afasta a alegada omissão quanto à Súmula 276/STJ: *"Ocorre, todavia, que o STF - recentemente (final de 2006) - declarou constitucional a revogação da isenção (prevista na LC nº 70/91) pela Lei nº 9.430/96 (esmaecendo, pois, a força da SÚMULA nº 276/STJ), (...)"*.
3. Não há, ainda, súmulas vinculantes. Violação a jurisprudência não enseja embargos de declaração.
Embargos de declaração opostos fora das balizas do rol do art. 535 do CPC não se prestam para os fins de prequestionamento.
4. Embargos de declaração não providos.
5. Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO aos Embargos Declaratórios por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 13/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2003.41.00.006097-2/RO
Processo na Origem: 200341000060972

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONV.)
APELANTE	:	J. A. COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA
ADVOGADOS	:	DRS. WALTER GUSTAVO SILVA LEMOS E OUTRO
APELADA	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO
APELADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	DR. HEBERT PEREIRA DA SILVA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL - TRIBUTÁRIO - TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA EMITIDOS NO INÍCIO DO SÉCULO PASSADO - DÍVIDA PRESCRITA - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.238/95 - COMPENSAÇÃO COM TRIBUTOS FEDERAIS - DAÇÃO EM PAGAMENTO DE TRIBUTOS FEDERAIS - ACEITAÇÃO COMO GARANTIA EM EXECUÇÃO FISCAL - IMPOSSIBILIDADE.
1 - Os Títulos da Dívida Pública (TDP's), emitidos no início do século passado, por força do disposto nos DDLL 263/67 e 396/68, deveriam ter sido apresentados para resgate até 05 de julho de 1969, ou seja, após 12 meses do edital de convocação publicado em 05 de julho de 1968. Findo este prazo, consideram-se prescritas as dívidas decorrentes dos títulos não apresentados para resgate.
2 - O disposto no parágrafo terceiro do art. 1º da Medida Provisória n. 1.238/95, tendo sido suprimido quando da republicação deste diploma legal (DOU 21/12/95), perdeu a sua eficácia, restando incólume a prescrição dos títulos.
3 - Não há que se falar em inconstitucionalidade dos DDLL 263/67 e 396/68, haja vista que o art. 55, da Constituição de 1967, sob a égide da qual foram editados os referidos decretos, autorizava a utilização de decreto-lei em matéria de finanças públicas, no que se enquadra a fixação do prazo para resgate dos TDP's.
4 - As modalidades de extinção do crédito tributário estão descritas em rol exaustivo no art. 156, CTN, não se admitindo, pois, a compensação de TDP's com débitos de tributos federais. O art. 170, CTN, exige lei específica autorizando esta forma de extinção do crédito tributário. O mesmo raciocínio é válido para a hipótese de dação em pagamento, somente permitida com bens imóveis, e na forma da lei (art. 156, XI, CTN).
5 - É igualmente inadmissível que os TDP's possam garantir o juízo da execução fiscal, por não possuírem cotação na bolsa de valores (art. 11, II, da Lei nº 6.830/80).
6 - Apelação desprovida.
7 - Sentença mantida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento à apelação.
Brasília, 27 de fevereiro de 2007. (Data de julgamento.)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator Convocado

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2004.01.00.058170-6/DF
Processo na Origem: 200434000142060

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
AGRAVANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:	ALEXANDRE WAGNER VIEIRA DA ROCHA E OUTROS(AS)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. REGISTRO DO NOME NO CADIN. REQUISITOS DO ART. 7º DA LEI 10.522/2000. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO. DEPÓSITO INTEGRAL.
1. Nos termos do art. 7º da Lei 10.522/2000, só é possível suspender a inscrição no CADIN se o devedor ajuizar ação para discutir o débito, com o oferecimento de garantia idônea e suficiente ao Juízo, ou se a exigibilidade do crédito objeto do registro estiver suspensa.
2. O art. 151 do CTN estabelece, no seu inciso II, como uma das formas de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, o depósito de seu montante integral, o que ocorreu *in casu*.
3. Agravo de instrumento não provido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.
7ª Turma do TRF da 1ª Região - 04/12/2006.

Desembargador Federal ANTÔNIO EZEQUIEL
Relator

REMESSA EX OFFICIO EM MS Nº 2004.32.00.001960-5/AM Distribuído no TRF em 04/10/2004
Processo na Origem: 200432000019605

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
IMPETRANTE	:	SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	:	VALERIO TANCREDO E OUTROS (AS)
IMPETRADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 2A VARA - AM

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO - DESEMBARAÇO ADUANEIRO - ATRASO - LIBERAÇÃO DA MERCADORIA - GREVE. REMESSA OFICIAL NÃO PROVIDA.
1 - O direito de greve garantido pela Constituição Federal não pode trazer prejuízo ao usuário de serviço público essencial que, satisfazendo as obrigações fiscais para liberação de mercadorias importadas ou destinadas à exportação, não obtém seu desembaraço aduaneiro em razão de movimento paredista.
2 - Remessa oficial não provida.
3 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO à remessa oficial, por unanimidade.
7ª Turma do TRF-1ª Região, 13/03/2007.

Juiz Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator Convocado

REMESSA EX OFFICIO EM MS Nº 2004.33.00.005695-5/BA Distribuído no TRF em 27/08/2004
Processo na Origem: 200433000056955

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
IMPETRANTE	:	AGROBRAS - AGRICOLA TROPICAL DO BRASIL S/A
ADVOGADO	:	FERNANDO ANTONIO DA SILVA NEVES E OUTROS(AS)
IMPETRADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 5A VARA - BA

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - EXPORTAÇÃO - DESEMBARAÇO ADUANEIRO - ATRASO - LIBERAÇÃO DA MERCADORIA - GREVE. REMESSA OFICIAL NÃO PROVIDA.
1 - O direito de greve garantido pela Constituição Federal não pode trazer prejuízo ao usuário de serviço público essencial que, satisfazendo as obrigações fiscais para liberação de mercadorias importadas ou destinadas a exportação, não obtém seu desembaraço aduaneiro em razão de movimento paredista.
2 - Remessa oficial não provida.
3 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007 para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO à remessa oficial, por unanimidade.
7ª Turma do TRF-1ª Região, 13/03/2007.

Juiz Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator Convocado

REMESSA EX OFFICIO EM MS Nº 2004.33.00.010842-9/BA Distribuído no TRF em 18/11/2004
Processo na Origem: 200433000108429

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
IMPETRANTE	:	COMPANHIA HIDRO ELETRICA DO SAO FRANCISCO - CHESF
ADVOGADO	:	ANTONIO JOSE FARIAS SIMOES E OUTROS(AS)
IMPETRADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 9A VARA - BA

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - IMPORTAÇÃO - DESEMBARAÇO ADUANEIRO - ATRASO - LIBERAÇÃO DA MERCADORIA - GREVE. REMESSA OFICIAL NÃO PROVIDA.

1 - O direito de greve garantido pela Constituição Federal não pode trazer prejuízo ao usuário de serviço público essencial que, satisfazendo as obrigações fiscais para liberação de mercadorias importadas ou destinadas a exportação, não obtém seu desembaraço aduaneiro em razão de movimento paredista.
2 - Remessa oficial não provida.
3 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO à remessa oficial, por unanimidade.
7ª Turma do TRF-1ª Região, 13/03/2007.

Juiz Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator Convocado

REMESSA EX OFFICIO EM MS Nº 2004.33.00.011923-0/BA Distribuído no TRF em 19/11/2004
Processo na Origem: 200433000119230

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
IMPETRANTE	:	NOVADATA SISTEMAS E COMPUTADORES S/A
ADVOGADO	:	FERNANDO ANTONIO DA SILVA NEVES E OUTROS (AS)
IMPETRADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 5A VARA - BA

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - IMPORTAÇÃO - DESEMBARAÇO ADUANEIRO - ATRASO - LIBERAÇÃO DA MERCADORIA - GREVE. REMESSA OFICIAL NÃO PROVIDA.

1 - O direito de greve garantido pela Constituição Federal não pode trazer prejuízo ao usuário de serviço público essencial que, satisfazendo as obrigações fiscais para liberação de mercadorias importadas ou destinadas a exportação, não obtém seu desembaraço aduaneiro em razão de movimento paredista.
2 - Remessa oficial não provida.
3 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO à remessa oficial, por unanimidade.
7ª Turma do TRF-1ª Região, 13/03/2007.

Juiz Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator Convocado

REMESSA EX OFFICIO EM MS Nº 2004.33.00.012438-2/BA Distribuído no TRF em 21/10/2004
Processo na Origem: 200433000124382

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
IMPETRANTE	:	RHODIA - STER FIBRAS E RESINAS LTDA
ADVOGADO	:	JOAO LUIZ DE FREITAS TEIXEIRA E OUTROS (AS)
IMPETRADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 5A VARA - BA

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - IMPORTAÇÃO - DESEMBARAÇO ADUANEIRO - ATRASO - LIBERAÇÃO DA MERCADORIA - GREVE. REMESSA OFICIAL NÃO PROVIDA.

1 - O direito de greve garantido pela Constituição Federal não pode trazer prejuízo ao usuário de serviço público essencial que, satisfazendo as obrigações fiscais para liberação de mercadorias importadas ou destinadas a exportação, não obtém seu desembaraço aduaneiro em razão de movimento paredista.
2 - Remessa oficial não provida.
3 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO à remessa oficial, por unanimidade.
7ª Turma do TRF-1ª Região, 13/03/2007.

Juiz Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator Convocado

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2004.33.00.012499-2/BA Distribuído no TRF em 08/09/2005
Processo na Origem: 200433000124992

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	:	MARIA EMILIA CORREA GUEREIRO
ADVOGADO	:	JOAO OLIVEIRA MAIA FILHO

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - ITR/1995 - NULIDADE DO LANÇAMENTO - SENTENÇA DE MÉRITO NA AÇÃO PRINCIPAL FAVORÁVEL À APELADA: FUMAÇA DO BOM DIREITO - EFEITOS DA MORA: PERIGO DA DEMORA. APELAÇÃO NÃO PROVIDA.
1 - A fumaça do bom direito, como bem salientado na r. sentença, se revela na sentença proferida do processo principal (2005.33.00.010996-1), onde restou declarada a nulidade do lançamento do ITR - 1995 relativamente ao imóvel rural pertencente à demandante (Fazenda Conceição), sendo certo que é esta a razão da inclusão do nome da apelada no cadastro de inadimplentes ocorreu por conta do aludido lançamento fiscal.
2 - O perigo da demora se evidencia nos documentos relativos ao CADIN, referentes à existência de registros do nome da apelada no Banco Central, que podem acarretar prejuízos diversos, irreparáveis ou de difícil reparação, decorrentes da condição de inadimplente que acompanha o seu nome, consistentes em restrição ao crédito, impossibilidade de emissão de cheques, dentre outros inconvenientes nas suas relações na órbita civil ou comercial. A inscrição do nome da apelada no CADIN revela-se, pois, abusiva e ilegal. O que se percebe é a exposição da apelada aos efeitos da mora apesar de estar discutindo a legitimidade da dívida em ação anulatória, onde, inclusive, já existe sentença de mérito a seu favor.
3 - Apelação não provida.
4 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO à apelação, por unanimidade.
7ª Turma do TRF-1ª Região, 13/03/2007.

Juiz Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator Convocado

REMESSA EX OFFICIO EM MS Nº 2004.33.00.012533-6/BA Distribuído no TRF em 21/10/2004
Processo na Origem: 200433000125336

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
IMPETRANTE	:	SELVA BRESQUE PORTO
ADVOGADO	:	FERNANDO ANTONIO DA SILVA NEVES E OUTROS (AS)
IMPETRADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 10A VARA - BA

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - IMPORTAÇÃO - DESEMBARAÇO ADUANEIRO - ATRASO - LIBERAÇÃO DA MERCADORIA - GREVE. REMESSA OFICIAL NÃO PROVIDA.

1 - O direito de greve garantido pela Constituição Federal não pode trazer prejuízo ao usuário de serviço público essencial que, satisfazendo as obrigações fiscais para liberação de mercadorias importadas ou destinadas a exportação, não obtém seu desembaraço aduaneiro em razão de movimento paredista.
2 - Remessa oficial não provida.
3 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO à remessa oficial, por unanimidade.
7ª Turma do TRF-1ª Região, 13/03/2007.

Juiz Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator Convocado

REMESSA EX OFFICIO EM MS Nº 2004.33.00.012615-0/BA Distribuído no TRF em 10/11/2004
Processo na Origem: 200433000126150

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
IMPETRANTE	:	OXITENO NORDESTE S/A INDUSTRIA E COMERCIO
ADVOGADO	:	MARCELO NEESER NOGUEIRA REIS E OUTROS(AS)
IMPETRADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 5A VARA - BA

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - EXPORTAÇÃO - DESEMBARAÇO ADUANEIRO - ATRASO - LIBERAÇÃO DA MERCADORIA - GREVE. REMESSA OFICIAL NÃO PROVIDA.
1 - O direito de greve garantido pela Constituição Federal não pode trazer prejuízo ao usuário de serviço público essencial que, satisfazendo as obrigações fiscais para liberação de mercadorias importadas ou destinadas a exportação, não obtém seu desembaraço aduaneiro em razão de movimento paredista.
2 - Remessa oficial não provida.
3 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO à remessa oficial, por unanimidade.
7ª Turma do TRF-1ª Região, 13/03/2007.

Juiz Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator Convocado

REMESSA EX OFFICIO EM MS Nº 2004.33.00.013655-1/BA Distribuído no TRF em 13/10/2004
Processo na Origem: 200433000136551

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
IMPETRANTE	:	QUIMICA GERAL DO NORDESTE S/A
ADVOGADO	:	CYNTHIA MARIA TAVARES DA FONSECA LIMA E OUTROS (AS)
IMPETRADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 1A VARA - BA

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - IMPORTAÇÃO - DESEMBARAÇO ADUANEIRO - ATRASO - LIBERAÇÃO DA MERCADORIA - GREVE. REMESSA OFICIAL NÃO PROVIDA.

1 - O direito de greve garantido pela Constituição Federal não pode trazer prejuízo ao usuário de serviço público essencial que, satisfazendo as obrigações fiscais para liberação de mercadorias importadas ou destinadas a exportação, não obtém seu desembaraço aduaneiro em razão de movimento paredista.
2 - Remessa oficial não provida.
3 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO à remessa oficial, por unanimidade.
7ª Turma do TRF-1ª Região, 13/03/2007.

Juiz Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator Convocado

REMESSA EX OFFICIO EM MS Nº 2004.33.00.013708-0/BA Distribuído no TRF em 16/12/2004
Processo na Origem: 200433000137080

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
IMPETRANTE	:	CARAIBA METAIS S/A
ADVOGADO	:	MONICA MACHADO BITTENCOURT E OUTROS (AS)
IMPETRADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 1A VARA - BA

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - IMPORTAÇÃO - DESEMBARAÇO ADUANEIRO - ATRASO - LIBERAÇÃO DA MERCADORIA - GREVE. REMESSA OFICIAL NÃO PROVIDA.

1 - O direito de greve garantido pela Constituição Federal não pode trazer prejuízo ao usuário de serviço público essencial que, satisfazendo as obrigações fiscais para liberação de mercadorias importadas ou destinadas a exportação, não obtém seu desembaraço aduaneiro em razão de movimento paredista.
2 - Remessa oficial não provida.
3 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO à remessa oficial, por unanimidade.
7ª Turma do TRF-1ª Região, 13/03/2007.

Juiz Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator Convocado

REMESSA EX OFFICIO EM MS Nº 2004.33.00.013885-3/BA Distribuído no TRF em 31/01/2005
Processo na Origem: 200433000138853

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
IMPETRANTE	:	B E S OIL TOOLS EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA
ADVOGADO	:	FERNANDO ANTONIO DA SILVA NEVES E OUTROS (AS)
IMPETRADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 7A VARA - BA

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - IMPORTAÇÃO - DESEMBARAÇO ADUANEIRO - CONTINUIDADE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL - PENA DE PERDIMENTO DE BENS - GREVE. REMESSA OFICIAL NÃO PROVIDA.

1 - A questão da continuidade do processo administrativo nº 12689.000332/2004-13, que visa a não-aplicação da pena de perdimento de bens prevista nos artigos 1º, *caput*, I, e 2º da Instrução Normativa nº 69/99 e o conseqüente desembaraço aduaneiro das mercadorias descritas na inicial (tubos de aço) constitui direito líquido e certo da impetrante, haja vista que não pode o usuário ser prejudicado por greve de servidor público, não obstante este ser um direito garantido pela Constituição da República (art. 37, IX), sob pena de afronta ao princípio da continuidade do serviço público.
2 - Remessa oficial não provida.
3 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO à remessa oficial, por unanimidade.
7ª Turma do TRF-1ª Região, 13/03/2007.

Juiz Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator Convocado

APELAÇÃO CÍVEL n. 2004.33.00.029254-5/BA
Processo na Origem: 200433000292545

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	VIVIAN DRUMMOND DE SERQUEIROS TANURE
APELADO	:	AMERICO S CAMPOS E CIA LTDA.
ADVOGADO	:	ALVARO RODRIGUES TEIXEIRA JUNIOR E OUTROS(AS)
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 11ª VARA - BA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O 13º SALÁRIO. INCIDÊNCIA EM SEPARADO. LEI 8.620/93. DECADÊNCIA.
1. De acordo com a nova orientação do STJ (EREsp n. 435.835/SC e EREsp n. 503.271/SP), em se tratando de tributos sujeitos a lançamento por homologação, independentemente da existência de manifestação do STF sobre a inconstitucionalidade da norma instituidora do tributo, o prazo qüinqüenal para pleitear a repetição de indébito, seja por via de devolução em espécie ou por meio de compensação, deve ser contado da homologação, a qual, quando tácita, só ocorre 5 (cinco) anos após a ocorrência do fato gerador (§ 7º do art. 150 do CTN), sendo ônus do Fisco demonstrar a data da eventual homologação expressa.
2. O Decreto n. 612/92, ao estabelecer, em seu art. 37, § 7º, a incidência da contribuição previdenciária sobre o 13º salário em separado, ultrapassou as divisas da lei regulamentadora (Lei n. 8212/91), ressentindo-se, pois, de ilegalidade. Contudo, após a vigência e eficácia da Lei n. 8.620, de 15.01.1993, por força do disposto em seu art. 7º, § 2º, tornou-se legítima essa forma de incidência da aludida contribuição.
3. A Lei n. 8.870/94 não ab-rogou o preceito normativo estabelecido no art. 7º, § 2º, da Lei n. 8.620/93, posto que "São normas que tratam de matéria diversa e que, por isso mesmo, têm sua vigência resguardada pela reserva da especialidade" (REsp 813215 / SC, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, DJ 17.08.2006 p. 322).
4. Apelação do INSS provida.
5. Remessa oficial provida, em parte.

ACÓRDÃO

Decide a Turma, por unanimidade, dar provimento à apelação do INSS e dar parcial provimento à remessa oficial.
7ª Turma do TRF 1ª Região - 13/03/2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2004.34.00.001781-1/DF Distribuído no TRF em 07/12/2006
Processo na Origem: 200434000017811

RELATOR P/ ACÓRDÃO	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
APELANTE	:	ARLINDA FABIANO E OUTROS
ADVOGADO	:	CAROLINA LOUZADA PETRARCA E OUTROS
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	:	OS MESMOS
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 3A VARA - DF

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO E TRIBUTÁRIO - DECADÊNCIA: "5+5" - PREVIDENCIA PRIVADA (PREVI) - BENEFÍCIO DE COMPLEMENTAÇÃO DA APOSENTADORIA OFICIAL - FATO GERADOR DO IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE (LEI Nº 9.250/95, ART. 33): ACRÉSCIMO PATRIMONIAL (CTN, ART. 43).
1. A decadência da ação de repetição de indébito para tributos sujeitos ao lançamento por homologação, como o imposto de renda retido na fonte, é contada na modalidade "5+5".
2. O benefício de complementação da aposentadoria, pago por entidade de previdência privada, está sujeito ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), nos termos do art. 33 da lei nº 9.250/95, porque consubstancia aquisição de disponibilidade econômica ou jurídica por acréscimo patrimonial (art. 43 do CTN).
3. Apelação dos autores provida em parte: decadência "5+5". Apelação da FN e remessa oficial providas: pedido improcedente.
4. Autos recebidos em Gabinete, em 27/02/2007, para lavratura do acórdão. Peças liberadas em 09/03/2007 para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma, por unanimidade, DAR PROVIMENTO, em parte, à apelação dos autores e, por maioria, DAR PROVIMENTO à apelação da FN e à remessa oficial.
7ª Turma do TRF-1ª Região, 09/01/2007.

Juiz Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2004.34.00.002124-6/DF
Processo na Origem: 200434000021246

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A) CONVOCADO(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADOS	:	FRANCISCA APARECIDA CESPEDES NALIN E OUTROS(AS)
ADVOGADA	:	MARIA OLIVIA MAIA E OUTROS(AS)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL. IMPOSTO DE RENDA. RESTITUIÇÃO DE VALORES INDEVIDAMENTE COBRADOS SOBRE INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS, FOLGAS, ABONOS-ASSIDUIDADE E LICENÇAS-PRÊMIO CONVERTIDOS EM PECÚNIA. ABATIMENTO, NA FASE DE EXECUÇÃO, DE VALORES JÁ RESTITUÍDOS NAS DECLARAÇÕES ANUAIS DE AJUSTE. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA SELIC.
1. Embora seja certo que a restituição de imposto de renda, em razão da declaração anual de ajuste, significa pagamento antecipado, que pode, em tese, ensejar pedido de abatimento do valor já restituído, o art. 741 do CPC, ao limitar a matéria dos embargos à execução, condiciona a alegação de pagamento, assim como de compensação, a que tais fatos sejam supervenientes ao acórdão, o que, *in casu*, não ocorre, posto que os valores que a Fazenda Nacional pretende compensar são relativos a exercícios anteriores à data em que foi prolatado o julgado exeqüendo.
2. Não se admite a aplicação da taxa SELIC - que engloba juros e correção - em fase de execução do julgado, quando a sentença exeqüenda fixou juros de 1% e foi proferida posteriormente à Lei 9.250/95, que instituiu referida taxa.
3. Apelação da Fazenda Nacional provida, em parte.

ACÓRDÃO

Decide a Turma, por unanimidade, dar parcial provimento ao apelo da Fazenda Nacional.
7ª Turma do TRF 1ª Região - 13/03/2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2004.34.00.005879-3/DF
Processo na Origem: 200434000058793

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
APELANTE	:	MIGUEL ERNESTO SOARES
ADVOGADOS	:	DRS. MARINA SELOS FERREIRA E OUTROS
APELADO	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. PEDRO CÂMARA RAPOSO LOPES
REMETENTE	:	JUÍZO FEDERAL DA 2ª VARA - DF

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - FUNDAÇÃO BANCO CENTRAL DE PREVIDÊNCIA PRIVADA-CENTRUS - EXTINÇÃO - RATEIO DA "FRAÇÃO PATRIMONIAL" E RENDIMENTOS DE CAPITAL - IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE - LEGITIMIDADE - ISENÇÃO SOMENTE SOBRE A PARCELA DA "FRAÇÃO PATRIMONIAL" REFERENTE ÀS CONTRIBUIÇÕES DO BENEFICIÁRIO NO PERÍODO DE 1º DE JANEIRO DE 1989 A 31 DE DEZEMBRO DE 1995, EXCLUÍDOS OS RENDIMENTOS - MEDIDAS PROVISÓRIAS Nºs 1.459/96 e 2.159-70/2001 - SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA - CUSTAS E HONORÁRIOS DE ADVOGADO - COMPENSAÇÃO - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, ART. 21.
1 - O direito à repetição de indébito tributário extingue-se com o decurso do prazo de 05 (cinco) anos, contados da extinção do crédito tributário, e, no caso de tributos sujeitos a lançamento por homologação, a partir de 05 (cinco) anos do prazo estabelecido para esta, sistemática que se estende ao Imposto de Renda Retido na Fonte porque essa retenção não implica pagamento e, conseqüentemente, extinção do crédito tributário, mas, tão-somente, mera antecipação, legalmente exigida, de tributos devido a ser apurado no momento da declaração anual de rendimentos.
2 - As contribuições para os fundos de previdência privada são objeto de aplicações financeiras e, quando revertidas a seus associados, seja pelo resgate, seja pelo benefício contínuo de complementação de aposentadoria, incorporam dividendos referentes a essas aplicações, sendo acréscimo patrimonial decorrente de produto do capital, portanto, fato gerador de Imposto de Renda.
3 - Não obstante a legitimidade de Imposto de Renda sobre valores de resgate de contribuições destinadas a fundo de previdência privada, que representam acréscimo patrimonial tributável, a Medida Provisória nº 1.459/96, com reedição sob o nº 2.159-70/2001, em vigor por determinação da Emenda Constitucional nº 32/2001, art. 2º, concedeu isenção (art. 7º) desse tributo, desde que o contribuinte já o tenha suportado, sobre o resgate de tais contribuições, recolhidas entre 1º/01/89 e 31/12/95.
4 - A "fração patrimonial" da Fundação Banco Central de Previdência Privada-CENTRUS, rateada em decorrência da extinção desta é composta da "Reserva Matemática", integrada por benefícios concedidos e benefícios a conceder; das "Contribuições a Devolver", representadas pelas contribuições pessoais e pelas contribuições patronais, e do superavit de ambas.
5 - A "Reserva Matemática" não resulta, tão-somente, das contribuições do beneficiário para constituição do Fundo de Previdência Privada, mas é constituída dessas contribuições, da parcela do empregador e dos acréscimos decorrentes de aplicações financeiras e outros, como investimentos mobiliários e imobiliários, com incorporação do produto ao capital para formar, alfim, atuarialmente, o valor da complementação da aposentadoria. Logo, nada mais é do que antecipação de complementação de aposentadoria, paga, em rateio, a título de benefícios a conceder, tendo, portanto, natureza jurídica de acréscimo patrimonial, fato gerador de Imposto de Renda.
6 - Representando o superavit dos benefícios concedidos, dos benefícios a conceder e das contribuições do beneficiário e do empregador rendimentos decorrentes de aplicações patrimoniais, está sujeito a tributação em face do disposto na Lei nº 7.713/88, consoante entendimento do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, consubstanciado nos julgamentos proferidos nos Recursos Especiais nºs 701.485/MG, Relator Ministro José Delgado, e 733.260/CE, Relator Ministro Otávio Noronha.
7 - Havendo sucumbência recíproca, compensam-se as custas do processo e os honorários de advogado. (Código de Processo Civil, art. 21.)
8 - Remessa Oficial denegada.
9 - Recurso de Apelação provido em parte.
10 - Sentença reformada parcialmente.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento à Remessa Oficial, e dá-lo, em parte, ao recurso de Apelação.
Brasília, 04 de dezembro de 2006. (Data de julgamento.)

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2004.34.00.006318-5/DF
Processo na Origem: 200434000063185

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONV.)
APELANTE	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO
APELADO	:	RENATO ARGOLLO DE SOUZA
ADVOGADO	:	DR. ZORANDO MOREIRA DE OLIVEIRA JÚNIOR

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - EMBARGOS À EXECUÇÃO - EXECUÇÃO DE SENTENÇA - IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE - REPETIÇÃO DE INDÉBITO - COMPENSAÇÃO DOS VALORES A SEREM REPETIDOS COM OS RESTITUÍDOS EM DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL NÃO AVENTADA NA FASE DE CONHECIMENTO - IMPOSSIBILIDADE - VIOLAÇÃO DA COISA JULGADA.
1 - Não havendo a compensação de valores a serem devolvidos em repetição de indébito com os restituídos em declaração de ajuste anual sido aventada na fase de conhecimento, quando lhe era oportuno produzir provas extintivas ou modificativas do direito postulado, não é possível ao executado suscitá-la no momento da execução. (Código de Processo Civil, arts. 333, II, e 741, VI.)
2 - Apelação improvida.
3 - Sentença mantida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso de Apelação.
Brasília, 19 de março de 2007. (Data de julgamento.)

JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator Convocado

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2004.34.00.011468-5/DF
Processo na Origem: 200434000114685

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
APELANTE	:	CECRON-CENTRO DE ESTETICA E CIRURGIA ODONTOLOGICA LTDA E OUTRO(A)
ADVOGADO	:	CLAUDIA SIMONE PRACA PAULA E OUTROS(AS)
APELADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. COFINS. REVOGAÇÃO, PELA LEI N. 9.430/96, DA ISENÇÃO ASSEGURADA PELA LC 70/91 ÀS SOCIEDADES CIVIS PRESTADORAS DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS. CONSTITUCIONALIDADE.

1. É legítima a revogação, pela Lei n. 9.430/1996, da isenção da COFINS concedida às sociedades civis prestadoras de serviços profissionais pela Lei Complementar n. 70/1991, dado que essa lei, formalmente complementar, é, com relação aos dispositivos concernentes à contribuição social por ela instituída, materialmente ordinária, não havendo que falar, assim, em violação ao princípio da hierarquia das leis, cujo respeito exige seja observado o âmbito material reservado às espécies normativas previstas na Constituição Federal. Precedente da 1ª Turma do STF.
2. Apelação das autoras não provida.

ACÓRDÃO

Decide a Turma, por unanimidade, negar provimento ao apelo das autoras.
7ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2004.34.00.012205-5/DF
Processo na Origem: 200434000122055

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONVOCADO)
APELANTES	:	ORGANIZAÇÃO LORD LTDA. E OUTROS (AS)
ADVOGADO(S)	:	DRS. ANDRÉIA MORAES DE OLIVEIRA MOURÃO E OUTRO(A)
APELADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	DR. ROGÉRIO SANTOS MUNIZ
APELADO	:	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
PROCURADOR	:	VALDEZ ADRIANI FARIAS
PROCURADOR		ANTÔNIO TEODORO COSTA VILHENA

E M E N T A

CONSTITUCIONAL - TRIBUTÁRIO - ADICIONAL DEVIDO AO INCRA (0,2%), INCIDENTE SOBRE A FOLHA DE SALÁRIOS DAS EMPRESAS URBANAS - NATUREZA TRIBUTÁRIA NA ESPÉCIE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL GERAL (ART. 149, DA CF) - RECEPÇÃO PELA CF/88 - LEGITIMIDADE DA COBRANÇA ATÉ OS DIAS DE HOJE.
1 - O adicional de 0,2% incidente sobre a folha de salário das empresas urbanas, devido ao INCRA, e arrecadado pelo INSS, possui natureza jurídica de tributo, na espécie contribuição social geral (art. 149, da CF), tendo sido recepcionado pela Constituição Federal de 1988 e em pleno vigor até a presente data, não havendo que se falar em sua absorção pela alíquota previdenciária básica de 20% - em razão da edição das Leis nºs 7.787/89 e 8.212/91 - por não se confundir com contribuição de custeio da seguridade social (art. 195, da CF).
2 - Apelação das autoras desprovida.
3 - Sentença mantida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento ao apelo das autoras.
Brasília, 27 de fevereiro de 2007. (Data de julgamento)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator (CONVOCADO)

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2004.34.00.012874-1/DF
Processo na Origem: 200434000128741

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
APELANTE	:	CENTRO ESPECIALIZADO EM PERIODONTIA E IMPLANTE S/C LTDA
ADVOGADO	:	LUCIANO GUTIERRES WUERZIUS
APELADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. COFINS. REVOGAÇÃO, PELA LEI N. 9.430/96, DA ISENÇÃO ASSEGURADA PELA LC 70/91 ÀS SOCIEDADES CIVIS PRESTADORAS DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS. CONSTITUCIONALIDADE.
1. É legítima a revogação, pela Lei n. 9.430/1996, da isenção da COFINS concedida às sociedades civis prestadoras de serviços profissionais pela Lei Complementar n. 70/1991, dado que essa lei, formalmente complementar, é, com relação aos dispositivos concernentes à contribuição social por ela instituída, materialmente ordinária, não havendo que falar, assim, em violação ao princípio da hierarquia das leis, cujo respeito exige seja observado o âmbito material reservado às espécies normativas previstas na Constituição Federal. Precedente da 1ª Turma do STF.
2. Apelação da impetrante não provida.

ACÓRDÃO

Decide a Turma, por unanimidade, negar provimento ao apelo da impetrante.
7ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2004.34.00.016033-6/DF
Processo na Origem: 200434000160336

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
PROCURADOR	:	DR. CLÓVIS MARTINS FERREIRA
APELADO	:	NILSON ALFREDO GIBSON DUARTE RODRIGUES
ADVOGADO	:	DR. NILSON ALFREDO GIBSON DUARTE RODRIGUES
INTERESSADA	:	UNIÃO FEDERAL
PROCURADORA	:	DRª HÉLIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
REMETENTE	:	JUÍZO FEDERAL DA 7ª VARA - DF

E M E N T A

CONSTITUCIONAL - TRIBUTÁRIO - PROCESSUAL CIVIL - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - SERVIDOR INATIVO - PENSIONISTA - EXIGÊNCIA LÍDIMA - EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41/2003 - MANDADO DE SEGURANÇA - AUTORIDADE COATORA - ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM REJEITADA.
1 - Autoridade coatora é a que tem atribuições para deferir ou rejeitar o pedido do impetrante.
2 - Declarada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal, salvo em relação à parcela que destoa da regra estabelecida no art. 40, § 18, da Constituição Federal, a incidência de contribuição previdenciária sobre proventos de inativos e pensionistas da União Federal, lídima a sua exigência sobre eles.
3 - Ilegitimidade passiva ad causam rejeitada.
4 - Apelação e Remessa Oficial providas em parte.
5 - Sentença reformada parcialmente.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, dar parcial provimento ao recurso de Apelação e à Remessa Oficial.
Brasília, 06 de fevereiro de 2007. (Data de julgamento.)

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

AC Nº 2004.34.00.018326-1/DF Distribuído no TRF em 13/02/2007
Processo na Origem: 200434000183261

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	:	DEJAIR CARLOS CARVALHO
ADVOGADO	:	ANTONIO CARLOS FANTINO DA SILVA

E M E N T A

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA (IRRF SOBRE VERBAS INDENIZATÓRIAS) - DEDUÇÃO DE RESTITUIÇÕES (DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL): PRECLUSÃO
1 - Consoante precedente desta Corte (T7), somente a eventual existência de erros quanto aos valores apurados a restituir ao tempo do ajuste anual da declaração de imposto de renda importaria em necessidade de compensação (ou dedução), já porque aludido tema deveria ter sido objeto de debate na fase de conhecimento, não podendo ser ventilado, porque precluso na fase de execução.
2 - Se a sentença no processo de conhecimento assegura a repetição de determinado "valor" (indevidamente exigido), é esse (o total de IR retido na fonte) o valor exato a ser devolvido (agregados os devidos consectários) e não aquele valor equivalente ao "possível" resultado de retificação das declarações dos anos anteriores ao sabor do posterior reconhecimento de que as verbas pagas são indenizatórias (a não ser que a sentença expressamente assim preveja, do que, no caso, sequer se cogita). A repetição é, pois, do "indébito" retido.
3 - Apelação não provida.
4 - Peças liberadas pelo Relator, em 19/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma, NEGAR PROVIMENTO à apelação por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 19/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2004.34.00.019851-1/DF Distribuído no TRF em 12/04/2005
Processo na Origem: 200434000198511

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	ANDRÉ ALVIM DE PAULA RIZZO
APELADO	:	ANTONIO CARLOS CASTILHO E OUTROS
ADVOGADO	:	MARIA OLIVIA MAIA E OUTROS

E M E N T A

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA (IRRF SOBRE VERBAS INDENIZATÓRIAS) - DEDUÇÃO DE RESTITUIÇÕES (DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL): PRECLUSÃO - SELIC.
1 - Consoante precedente desta Corte (T7), somente a eventual existência de erros quanto aos valores apurados a restituir ao tempo do ajuste anual da declaração de imposto de renda importaria em necessidade de compensação (ou dedução), já porque aludido tema deveria ter sido objeto de debate na fase de conhecimento, não podendo ser ventilado, porque precluso na fase de execução.
2 - Se a sentença no processo de conhecimento assegura a repetição de determinado "valor" (indevidamente exigido), é esse (o total de IR retido na fonte) o valor exato a ser devolvido (agregados os devidos consectários) e não aquele valor equivalente ao "possível" resultado de retificação das declarações dos anos anteriores ao sabor do posterior reconhecimento de que as verbas pagas são indenizatórias (a não ser que a sentença expressamente assim preveja, do que, no caso, sequer se cogita). A repetição é, pois, do "indébito" retido.
3 - A integração (ou não) da SELIC (em Execução de Sentença), já por deferência à coisa julgada, segue as seguintes balizas:
[a] mantém-se íntegro o julgado exeqüendo que: [a.1] houver determinado expressamente a sua incidência; ou que, [a.2] proferido após o início de vigência da Lei nº 9.250/96 (REsp nº 866.878/AL), tenha sido omisso quanto à sua integração e, ainda [a.3], independentemente da data em que prolatado, tenha (REsp nº 862.382/RJ) aplicado expressamente indexador monetário outro qualquer e/ou juros de mora (incompatíveis com a SELIC);
[b] se, todavia (REsp nº 866.878/AL), o julgado exeqüendo, proferido antes da vigência da Lei nº 9.250/96, omitiu-se quanto à incidência da SELIC, é possível pugnar por sua inclusão; e
[c] veda-se, em qualquer caso (REsp nº 770.979/RS), a cumulação da SELIC com juros de mora e índices de atualização monetária
4 - Apelação não provida.
5 - Peças liberadas pelo Relator, em 20/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma, NEGAR PROVIMENTO à apelação por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 20/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2004.34.00.025920-7/DF Distribuído no TRF em 17/11/2006
Processo na Origem: 200434000259207

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
APELANTE	:	ANA MARIA HINKELMAN FUSCALDI E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	JOSE CARLOS DE ALMEIDA E OUTROS(AS)
APELADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO E TRIBUTÁRIO - PREVIDENCIA PRIVADA (PREVI) - BENEFÍCIO DE COMPLEMENTAÇÃO DA APOSENTADORIA OFICIAL - DECADÊNCIA: 5+5 - LC Nº 118/2005: INAPLICÁVEL - LITISPENDÊNCIA: NÃO CONFIGURADA - FATO GERADOR DO IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE (LEI Nº 9.250/95, ART. 33): ACRÉSCIMO PATRIMONIAL (CTN, ART. 43).
1. A repetição dos tributos lançáveis por homologação se sujeita à decadência na modalidade "5+5", salvo, consoante afirma o STJ, quanto às demandas ajuizadas na vigência da LC nº 118/2005 (09 JUN 2005), que se orientam pela decadência qüinqüenal. Ajuizada a demanda em 13 ABR 2005, não há falar em decadência para recolhimentos passíveis de repetição havidos de 13 ABR 1995 em diante.
2. Para caracterizar a litispendência é necessário que as ações tenham as mesmas partes, a mesma causa de pedir e mesmo pedido (art. 301, §1º, do CPC).
3. No caso concreto, a causa de pedir e o pedido constante nas AOs nºs 1999.34.00.032528-8, 2000.34.00.042134-1, 2001.34.00.021856-2 e 2002.34.00.025823-9, concernente à declaração de inexigibilidade de IR sobre 1/3 da complementação de aposentadoria decorrente das contribuições vertidas pelos empregados, sob argumento de bi-tributação, não se confunde com a causa de pedir e o pedido desta ação, que pugna pela inexigibilidade do IR sobre o total do benefício, à tese de que o saque programado de poupança (complemento de aposentadoria privada) não se enquadra na definição de rendas ou proventos, por não gerar nenhum acréscimo patrimonial
4. O benefício de complementação da aposentadoria, pago por entidade de previdência privada, está sujeito ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), nos termos do art. 33 da lei nº 9.250/95, porque consubstancia aquisição de disponibilidade econômica ou jurídica por acréscimo patrimonial (art. 43 do CTN).
5. Apelação provida em parte: Afastada a litispendência, pedido improcedente, todavia.
6. Peças liberadas pelo Relator, em 30/01/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma DAR PROVIMENTO, em parte, à apelação por maioria.
7ª Turma do TRF-1ª Região, 30/01/2007.

RAFAEL PAULO SOARES PINTO
JUIZ FEDERAL
Relator Convocado

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2004.34.00.029100-0/DF
Processo na Origem: 200434000291000

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A) CONVOCADO(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
APELANTE	:	VIACAO GUARUJA LTDA
ADVOGADOS	:	LUIS FELIPE CAVALCANTE SARMENTO DE AZEVEDO E OUTROS(AS)
APELADA	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. ADESÃO AO PROGRAMA REFIS. EXCLUSÃO RESPALDADA NO INCISO III DO ART. 5º DA LEI Nº 9.964. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO PRÉVIA. INCONSTITUCIONALIDADE INEXISTENTE. RESOLUÇÃO CG/REFIS Nº 481/2004. IMPOSSIBILIDADE DE DECLARAÇÃO DE EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO EM RAZÃO DE COMPENSAÇÃO PENDENTE DE HOMOLOGAÇÃO PELA FAZENDA.

1 - O Programa de Recuperação de Crédito, instituído pela Lei nº 9.964, de 10.04.2000, estabeleceu moratória individual, que, nos termos do art. 153 do CTN, reclama a fixação, pela lei que a concede, das condições a que se sujeita.

2 - A adesão ao referido programa implica a aceitação, pelo contribuinte, das condições estabelecidas, salvo se inconstitucionais, vício em que não incorre a falta de sua notificação para defesa, antes da exclusão, em razão da simplicidade da mecânica do programa, de sua natureza de favor fiscal, do seu objetivo de recuperação de créditos vencidos do Poder Público, e da circunstância de os fatos que ensejam a exclusão, a teor do art. 5º da Lei nº 9.964/00, serem, naturalmente, conhecidos do contribuinte, seja porque foi deles cientificado, expressamente, seja porque constituem práticas a ele atribuíveis.

3 - Verificado que a empresa incorreu na restrição prevista no art. 5º, III, da Lei nº 9.964/2000, sem que tenha comprovado a regularização da situação motivadora do ato de exclusão, não há que falar na sua reinclusão no REFIS.

4 - Impossibilidade de recondução ao Programa com fundamento na existência de sentença proferida em ação ordinária que reconhece o direito da empresa à compensação de valores indevidamente recolhidos ao Fisco, pois o procedimento compensatório noticiado pela empresa, em tramitação na via administrativa, sujeita à homologação exclusiva da Fazenda a extinção de crédito tributário.

5 - Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Decide a Turma, por unanimidade, negar provimento à apelação.
7ª Turma do TRF da 1ª Região - 13/03/2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

ED NA AC Nº 2004.34.00.029202-0/DF Distribuído no TRF em 23/06/2006
Processo na Origem: 200434000292020

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	ALYSSON DE ALMEIDA FURTADO E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	JOSE CARLOS DE ALMEIDA E OUTROS(AS)
APELADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
EMBARGANTE	:	ALYSSON DE ALMEIDA FURTADO E OUTROS(AS)
EMBARGADO	:	V. ACÓRDÃO DE F. 130/4

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INOCORRÊNCIA DA ALEGADA "OMISSÃO" - EFEITO INFRINGENTE - PREQUESTIONAMENTO - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO PROVIDOS.

1. Destinam-se os embargos declaratórios a aclarar eventual obscuridade, resolver eventual contradição (objetiva: intrínseca do julgado) ou suprir eventual omissão do julgado, consoante art. 535 do CPC, de modo que, inocorrente qualquer das hipóteses que ensejam a oposição deles, a inconformidade do embargante ressoa como manifesta contrariedade à orientação jurídica que se adotou no acórdão, o que consubstancia evidente caráter infringente, a que não se presta a via ora eleita.

2. Embargos de declaração não são sede apropriada à rediscussão de matéria julgada.

3. Isenção de IRRF sobre contribuições pessoais pagas a entidade de previdência privada não se estende, em face de sua natureza tributária restritiva, ao benefício previdenciário pago ao associado.

4. "*O prequestionamento, por meio de Embargos de Declaração, com vista à interposição de Recurso (...), somente é cabível quando configuradas omissão, obscuridade ou contradição na decisão embargada.*" (STJ, Edcl no REsp n. 817.237/SP, DJ 14.02.07, p. 213)

5. Embargos de declaração não providos.

6. Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO aos Embargos Declaratórios por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 13/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

AC Nº 2004.34.00.030985-6/DF Distribuído no TRF em 28/08/2006
Processo na Origem: 200434000309856

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	:	EURIPEDES UMBELINO MOREIRA E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	IVO EVANGELISTA DE AVILA

E M E N T A

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA (IRRF SOBRE VERBAS INDENIZATÓRIAS) - DEDUÇÃO DE RESTITUIÇÕES (DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL): PRECLUSÃO

1 - Consoante precedente desta Corte (T7), somente a eventual existência de erros quanto aos valores apurados a restituir ao tempo do ajuste anual da declaração de imposto de renda importaria em necessidade de compensação (ou dedução), já porque aludido tema deveria ter sido objeto de debate na fase de conhecimento, não podendo ser ventilado, porque precluso na fase de execução.

2 - Se a sentença no processo de conhecimento assegura a repetição de determinado "valor" (indevidamente exigido), é esse (o total de IR retido na fonte) o valor exato a ser devolvido (agregados os devidos consectários) e não aquele valor equivalente ao "possível" resultado de retificação das declarações dos anos anteriores ao sabor do posterior reconhecimento de que as verbas pagas são indenizatórias (a não ser que a sentença expressamente assim preveja, do que, no caso, sequer se cogita). A repetição é, pois, do "indébito" retido.

3 - Apelação não provida.

4 - Peças liberadas pelo Relator, em 19/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma, NEGAR PROVIMENTO à apelação por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 19/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2004.34.00.040890-8/DF Distribuído no TRF em 10/10/2005
Processo na Origem: 200434000408908

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	:	DEODORO DRUMOND ALVARENGA E OUTRO
ADVOGADO	:	HELDER SARAIVA DOS SANTOS

E M E N T A

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA (IRRF SOBRE VERBAS INDENIZATÓRIAS) - DEDUÇÃO DE RESTITUIÇÕES (DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL): PRECLUSÃO.

1 - Consoante precedente desta Corte (T7), somente a eventual existência de erros quanto aos valores apurados a restituir ao tempo do ajuste anual da declaração de imposto de renda importaria em necessidade de compensação (ou dedução), já porque aludido tema deveria ter sido objeto de debate na fase de conhecimento, não podendo ser ventilado, porque precluso na fase de execução.

2 - Se a sentença no processo de conhecimento assegura a repetição de determinado "valor" (indevidamente exigido), é esse (o total de IR retido na fonte) o valor exato a ser devolvido (agregados os devidos consectários) e não aquele valor equivalente ao "possível" resultado de retificação das declarações dos anos anteriores ao sabor do posterior reconhecimento de que as verbas pagas são indenizatórias (a não ser que a sentença expressamente assim preveja, do que, no caso, sequer se cogita). A repetição é, pois, do "indébito" retido.

3 - Apelação não provida.

4 - Peças liberadas pelo Relator, em 19/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma, NEGAR PROVIMENTO à apelação por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 19/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

EDAC Nº 2004.34.00.043848-6/DF Distribuído no TRF em 30/06/2006
Processo na Origem: 200434000438486

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	ALENCAR SALVADOR ALMEIDA E OUTROS
ADVOGADO	:	JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA E OUTROS
APELADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	ANDRÉ ALVIM DE PAULA RIZZO
EMBARGANTE	:	ALENCAR SALVADOR ALMEIDA E OUTROS
EMBARGADO	:	V. ACÓRDÃO DE F. 129/33

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INOCORRÊNCIA DA ALEGADA "OMISSÃO" - EFEITO INFRINGENTE - PREQUESTIONAMENTO - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO PROVIDOS.

1. Destinam-se os embargos declaratórios a aclarar eventual obscuridade, resolver eventual contradição (objetiva: intrínseca do julgado) ou suprir eventual omissão do julgado, consoante art. 535 do CPC, de modo que, inocorrente qualquer das hipóteses que ensejam a oposição deles, a inconformidade do embargante ressoa como manifesta contrariedade à orientação jurídica que se adotou no acórdão, o que consubstancia evidente caráter infringente, a que não se presta a via ora eleita.

2. Embargos de declaração não são sede apropriada à rediscussão de matéria julgada.

3. Isenção de IRRF sobre contribuições pessoais pagas a entidade de previdência privada não se estende, em face de sua natureza tributária restritiva, ao benefício previdenciário pago ao associado.

4. "*O prequestionamento, por meio de Embargos de Declaração, com vista à interposição de Recurso (...), somente é cabível quando configuradas omissão, obscuridade ou contradição na decisão embargada.*" (STJ, Edcl no REsp n. 817.237/SP, DJ 14.02.07, p. 213)

5. Embargos de declaração não providos.

6. Peças liberadas pelo Relator, em 19/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO aos Embargos Declaratórios por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 19/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

AMS Nº 2004.34.00.044791-3/DF Distribuído no TRF em 22/09/2006
Processo na Origem: 200434000447913

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	SANTA BARBARA ENGENHARIA S/A
ADVOGADO	:	BERNARDO BELO DE ABREU E OUTROS(AS)
APELADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	ROGERIO SANTOS MUNIZ

EMENTA

CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A NOTA FISCAL OU FATURA DA EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE ENGENHARIA (LEI N. 8.212/91, ART. 31, NA REDAÇÃO DA LEI N. 9.711/98, ART. 23: RETENÇÃO DO PERCENTUAL DE 11% PELA EMPRESA TOMADORA) - CONSTITUCIONALIDADE.

1 - A sentença recorrida decidiu a lide nos exatos limites da pretensão deduzida em juízo: ilegalidade da retenção, pela empresa contratante, de contribuição previdenciária no percentual de 11% do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços.

2 - A sistemática de recolhimento da contribuição previdenciária sobre a folha de salários (Lei n. 8.212/91, art. 31) instituída pela Lei nº 9.711/98 para a empresa prestadora de serviço, consistente na retenção de 11% do valor da nota fiscal ou fatura pela empresa tomadora do serviço, não altera a base de cálculo do tributo nem institui nova fonte de custeio sobre a mesma base de cálculo, resumindo-se, exclusivamente, à alteração do responsável tributário pelo recolhimento, com a conseqüente antecipação desse recolhimento, elementos que se situam no campo da política fiscal sem comprometimento de qualquer princípio constitucional.

3 - o § 3º do art. 31 da Lei nº 8.212/91, com redação da Lei nº 9.711/98, dispõe que se entende como cessão de mão-de-obra a colocação à disposição do contratante, em suas dependências ou nas de terceiros, de segurados que realizem serviços contínuos, relacionados ou não com a atividade da empresa, qualquer que seja a forma de contratação.

4 - A OS/INSS nº 209/99, que nada mais poderia fazer senão regulamentar, ou seja, aclarar a norma legal, explicita no seu item I (DOS CONCEITOS) número 3: "*empreitada é a execução de tarefa, obra ou serviço, contratualmente estabelecida, relacionada ou não com a atividade fim da empresa contratante, nas suas dependências, nas da contratada ou nas de terceiros, tendo como objeto um fim específico ou resultado pretendido*". Nesse mesmo item, número 3.1: "*a empreitada será de lavor, quando houver fornecimento de mão-de-obra*".

5 - Vê-se que a norma legal, nem a norma que a regulamentou, em nenhum momento explicitou ou mesmo deixou entrever que a mão-de-obra objeto da prestação de serviço estaria sob a responsabilidade da contratante ou dela receberia qualquer ordem.

6 - A contratação de empresa de engenharia para realização de obra implica que os empregados da empresa de engenharia, obviamente que sob a sua responsabilidade e orientação, estarão edificando algo que pertence a terceiro, o contratante.

7 - Leitura apropriada dos preceitos de lei enumerados pela impetrante (§1º do art. 220 do Decreto nº 3.048/99; art. 97, III, do CTN; inciso III do §3º do art. 220 do Decreto nº 3.048/99; e art. 30, VI e art. 31 da Lei nº 8.212/91) não conduz à conclusão por ela pretendida de dissonância entre "cessão de mão-de-obra" e "empreitada global" que possa induz não haver, no segundo caso, hipótese de incidência da exação: "cessão de mão-de-obra", até onde consta, é elemento (no mais das vezes, pressuposto lógico ou conseqüência necessária) da "empreitada global ou total"
8 - Apelação não provida.
9 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

ACÓRDÃO

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO à apelação por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 13/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

AC Nº 2004.34.00.045370-8/DF Distribuído no TRF em 23/11/2006
Processo na Origem: 200434000453708

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	:	HELAINE RENCK FRANKE E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	MARIA OLIVIA MAIA E OUTROS(AS)

E M E N T A

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA (IRRF SOBRE VERBAS INDENIZATÓRIAS) - DEDUÇÃO DE RESTITUIÇÕES (DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL): PRECLUSÃO - SELIC.
1 - Consoante precedente desta Corte (T7), somente a eventual existência de erros quanto aos valores apurados a restituir ao tempo do ajuste anual da declaração de imposto de renda importaria em necessidade de compensação (ou dedução), já porque aludido tema deveria ter sido objeto de debate na fase de conhecimento, não podendo ser ventilado, porque precluso na fase de execução.
2 - Se a sentença no processo de conhecimento assegura a repetição de determinado "valor" (indevidamente exigido), é esse (o total de IR retido na fonte) o valor exato a ser devolvido (agregados os devidos consectários) e não aquele valor equivalente ao "possível" resultado de retificação das declarações dos anos anteriores ao sabor do posterior reconhecimento de que as verbas pagas são indenizatórias (a não ser que a sentença expressamente assim preveja, do que, no caso, sequer se cogita). A repetição é, pois, do "indébito" retido.
3 - A integração (ou não) da SELIC (em Execução de Sentença), já por deferência à coisa julgada, segue as seguintes balizas (no caso, aplica-se o item "[a.1]"):
[a] mantém-se íntegro o julgado exeqüendo que: [a.1] houver determinado expressamente a sua incidência; ou que, [a.2] proferido após o início de vigência da Lei nº 9.250/95 (REsp nº 866.878/AL), tenha sido omisso quanto à sua integração e, ainda [a.3], independentemente da data em que prolatado, tenha (REsp nº 862.382/RJ) aplicado expressamente indexador monetário outro qualquer e/ou juros de mora (incompatíveis com a SELIC);
[b] se, todavia (REsp nº 866.878/AL), o julgado exeqüendo, proferido antes da vigência da Lei nº 9.250/95, omitiu-se quanto à incidência da SELIC, é possível pugnar por sua inclusão; e
[c] veda-se, em qualquer caso (REsp nº 770.979/RS), a cumulação da SELIC com juros de mora e índices de atualização monetária
4 - Apelação não provida.
5 - Peças liberadas pelo Relator, em 19/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma, NEGAR PROVIMENTO à apelação por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 19/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2004.35.00.003477-2/GO
Processo na Origem: 200435000034772

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
APELANTE	:	ABRAO HELOU E BRAGA NASCIMENTO ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S
ADVOGADO	:	SAMI ABRAO HELOU E OUTROS(AS)
APELADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. COFINS. REVOGAÇÃO, PELA LEI N. 9.430/96, DA ISENÇÃO ASSEGURADA PELA LC 70/91 ÀS SOCIEDADES CIVIS PRESTADORAS DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS. CONSTITUCIONALIDADE.
1. É legítima a revogação, pela Lei n. 9.430/1996, da isenção da COFINS concedida às sociedades civis prestadoras de serviços profissionais pela Lei Complementar n. 70/1991, dado que essa lei, formalmente complementar, é, com relação aos dispositivos concernentes à contribuição social por ela instituída, materialmente ordinária, não havendo que falar, assim, em violação ao princípio da hierarquia das leis, cujo respeito exige seja observado o âmbito material reservado às espécies normativas previstas na Constituição Federal. Precedente da 1ª Turma do STF.
2. Apelação da autora não provida.

ACÓRDÃO

Decide a Turma, por unanimidade, negar provimento ao apelo da autora.
7ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

ED NA AMS Nº 2004.35.00.005379-0/GO Distribuído no TRF em 29/06/2006
Processo na Origem: 200435000053790

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	HOSPITAL SAMARITANO DE GOIANIA LTDA
ADVOGADO	:	RODNEI VIEIRA LASMAR E OUTRO(A)
APELADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
EMBARGANTE	:	HOSPITAL SAMARITANO DE GOIANIA LTDA
EMBARGADO	:	V. ACÓRDÃO DE FL. 262/5

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INFRINGÊNCIA - INOCORRÊNCIA DA ALEGADA "OMISSÃO" - PREQUESTIONAMENTO - EMBARGOS NÃO PROVIDOS.
1. Destinam-se os embargos declaratórios a aclarar eventual obscuridade, resolver eventual contradição (objetiva: intrínseca do julgado) ou suprir eventual omissão do julgado, consoante art. 535 do CPC, de modo que, inocorrente qualquer das hipóteses que ensejam a oposição deles, a inconformidade do embargante ressoa como manifesta contrariedade à orientação jurídica que se adotou no acórdão, o que consubstancia evidente caráter infringente, a que não se presta a via ora eleita.
2. "*O prequestionamento, por meio de Embargos de Declaração, com vista à interposição de Recurso (...), somente é cabível quando configuradas omissão, obscuridade ou contradição na decisão embargada.*" (STJ, Edcl no REsp n. 817.237/SP, DJ 14.02.2007, P. 213).
3. Embargos de declaração não providos.
4. Peças liberadas pelo Relator, em 19/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª (Sétima) Turma NEGAR PROVIMENTO aos Embargos de Declaração por unanimidade.
7ª (Sétima) Turma do TRF - 1ª Região, 19/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2004.35.00.014801-9/GO
Processo na Origem: 200435000148019

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONV.)
APELANTE	:	MARCELO MACEDO TAVARES
ADVOGADOS	:	DRS. DANIEL PUGA E OUTROS
APELADA	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL - TRIBUTÁRIO - TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA EMITIDOS NO INÍCIO DO SÉCULO PASSADO - DÍVIDA PRESCRITA - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.238/95 - COMPENSAÇÃO COM TRIBUTOS FEDERAIS - DAÇÃO EM PAGAMENTO DE TRIBUTOS FEDERAIS - ACEITAÇÃO COMO GARANTIA EM EXECUÇÃO FISCAL - IMPOSSIBILIDADE.
1 - Os Títulos da Dívida Pública (TDP's), emitidos no início do século passado, por força do disposto nos DDLL 263/67 e 396/68, deveriam ter sido apresentados para resgate até 05 de julho de 1969, ou seja, após 12 meses do edital de convocação publicado em 05 de julho de 1968. Findo este prazo, consideram-se prescritas as dívidas decorrentes dos títulos não apresentados para resgate.
2 - O disposto no parágrafo terceiro do art. 1º da Medida Provisória n. 1.238/95, tendo sido suprimido quando da republicação deste diploma legal (DOU 21/12/95), perdeu a sua eficácia, restando incólume a prescrição dos títulos.
3 - Não há que se falar em inconstitucionalidade dos DDLL 263/67 e 396/68, haja vista que o art. 55, da Constituição de 1967, sob a égide da qual foram editados os referidos decretos, autorizava a utilização de decreto-lei em matéria de finanças públicas, no que se enquadra a fixação do prazo para resgate dos TDP's.
4 - As modalidades de extinção do crédito tributário estão descritas em rol exaustivo no art. 156, CTN, não se admitindo, pois, a compensação de TDP's com débitos de tributos federais. O art. 170, CTN, exige lei específica autorizando esta forma de extinção do crédito tributário. O mesmo raciocínio é válido para a hipótese de dação em pagamento, somente permitida com bens imóveis, e na forma da lei (art. 156, XI, CTN).
5 - É igualmente inadmissível que os TDP's possam garantir o juízo da execução fiscal, por não possuírem cotação na bolsa de valores (art. 11, II, da Lei nº 6.830/80).
6 - Apelação desprovida.
7 - Sentença mantida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento à apelação.

Brasília, 27 de fevereiro de 2007. (Data de julgamento.)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator Convocado

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2004.35.00.018169-5/GO
Processo na Origem: 200435000181695

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
APELANTE	:	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT
PROCURADORA	:	DRª SEBASTIANA DE ARAÚJO ROSA NASCIMENTO
APELADO	:	JOSÉ DO CARMO CARVALHO
ADVOGADO	:	DR. GERCIVALDO LORERO JÚNIOR

E M E N T A

ADMINISTRATIVO - INFRAÇÃO DE TRÂNSITO - AUTUAÇÃO FEITA PELO DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM-DNER - ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRASNPORTES-DNIT RECONHECIDA - EXTINÇÃO DO PROCESSO.
1 - Nas ações anulatórias de Autos de Infração emitidos pelo extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem-DNER é a União Federal parte passiva legítima ad causam, ainda que tenham sido propostas após conclusão do processo de inventariança do órgão. (AC nº 2002.35.00.006866-9/GO - Rel. Desemb. Federal Luciano Tolentino Amaral - D.J. 19/12/2005 - pág. 131.)
2 - A ilegitimidade passiva ad causam será conhecida de ofício pelo juiz em qualquer tempo e grau de jurisdição. (Código de Processo Civil, art. 267, § 3º.)
3 - Ilegitimidade passiva ad causam do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes-DNIT declarada de ofício.
4 - Processo extinto sem julgamento de mérito em relação ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes-DNIT.
5 - Processo anulado a partir da citação.
6 - Apelação prejudicada.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por maioria, conhecer, de ofício, da ilegitimidade passiva do Réu, anular o processo a partir da citação e determinar ao juízo de origem que adote as providências necessárias à citação da União Federal dando prosseguimento ao feito, prejudicado o recurso de Apelação.
Brasília, 12 de setembro de 2006. (Data de julgamento.)

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2004.35.00.021465-9/GO
Processo na Origem: 200435000214659

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
APELANTE	:	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT
PROCURADOR	:	DR. CARLOS HENRIQUE DAYRELL FERNANDES
APELADOS	:	MÁRCIA DE ÁVILA GERAISSATE E OUTROS
ADVOGADOS	:	DRS. ARIOSVALDO DE OLIVEIRA CHAVES E OUTROS

E M E N T A

ADMINISTRATIVO - INFRAÇÃO DE TRÂNSITO - AUTUAÇÃO - NOTIFICAÇÕES DA INFRAÇÃO E DA APLICAÇÃO DE PENALIDADE - NECESSIDADE - LEI Nº 9.503/97 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO), ARTS. 280, 281 E SEU PARÁGRAFO ÚNICO, II, E 282 E SEU § 4º - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, SÚMULA Nº 312 - CUSTAS - REEMBOLSO - HONORÁRIOS DE ADVOGADO - REDUÇÃO INDEFERIDA.
1 - Prevendo a Lei nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro) que o infrator de normas de trânsito seja notificado duas vezes, independentemente da forma de autuação, para tomar conhecimento, respectivamente, desta e da aplicação de penalidade, nulo o auto pertinente e as sanções dele decorrentes se ausente notificação para ciência da infração. (Lei nº 9.503/97, Código de Trânsito Brasileiro, arts. 280, 281 e seu parágrafo único, II, e 282 e seu § 4º.)

2 - "No processo administrativo para imposição de multa de trânsito, são necessárias as notificações da autuação e da aplicação da pena decorrente da infração." (Superior Tribunal de Justiça, Súmula nº 312.)
3 - A isenção da Lei nº 9.289/96 não impede que a Fazenda Pública seja compelida ao reembolso das custas adiantadas pela parte vencedora na demanda.
4 - Embora o § 4º do art. 20 do Código de Processo Civil autorize o prolator da sentença, quando vencida a Fazenda Pública, a estabelecer honorários de advogado em percentagem inferior a 10% (dez por cento), a profissão do advogado não pode ser degradada pela redução dos honorários devidos aos que a exercem com dedicação e eficiência.
5 - Apelação denegada.
6 - Sentença confirmada.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso de Apelação.
Brasília, 04 de dezembro de 2006. (Data de julgamento.)

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2004.35.00.022986-8/GO
Processo na Origem: 200432000229868

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
APELANTE	:	UNIÃO FEDERAL
PROCURADORA	:	DRª HÉLIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
APELADA	:	MARIA JOSÉ CARNEIRO DE ABREU
ADVOGADOS	:	DRS. WEIMARA RÚBIA BARROSO E OUTRO

E M E N T A

ADMINISTRATIVO - INFRAÇÃO DE TRÂNSITO - AUTUAÇÃO FEITA PELO DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM-DNER - ILEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES-DNIT RECONHECIDA - AUTUAÇÃO - NOTIFICAÇÕES DA INFRAÇÃO E DA APLICAÇÃO DE PENALIDADE - NECESSIDADE - LEI Nº 9.503/97 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO), ARTS. 280, 281 E SEU PARÁGRAFO ÚNICO, II, E 282 E SEU § 4º - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, SÚMULA Nº 312.
1 - Nas Ações Anulatórias de Autos de Infração emitidos pelo extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem-DNER é a União Federal parte passiva legítima ad causam, ainda que tenham sido propostas após conclusão do processo de inventariança do órgão. (AC nº 2002.35.00.006866-9/GO - Rel. Desemb. Federal Luciano Tolentino Amaral - D. J. 19/12/2005 - pág. 131.)
2 - Prevendo a Lei nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro) que o infrator de normas de trânsito seja notificado duas vezes, independentemente da forma de autuação, para tomar conhecimento, respectivamente, desta e da aplicação de penalidade, nulo o auto pertinente e as sanções dele decorrentes se ausente notificação para ciência da infração. (Lei nº 9.503/97, Código de Trânsito Brasileiro, arts. 280, 281 e seu parágrafo único, II, e 282 e seu § 4º.)
3 - "No processo administrativo para imposição de multa de trânsito, são necessárias as notificações da autuação e da aplicação da pena decorrente da infração." (Superior Tribunal de Justiça, Súmula nº 312.)
4 - Preliminar de ilegitimidade passiva ad causam da União Federal rejeitada.
5 - Apelação denegada.
6 - Sentença confirmada.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso de Apelação.
Brasília, 04 de dezembro de 2006. (Data de julgamento.)

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

EDAC Nº 2004.36.00.007839-5/MT Distribuído no TRF em 05/09/2006
Processo na Origem: 200436000078395

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	TRANSTERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA
ADVOGADO	:	ISAIAS GRASEL ROSMAN
APELADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
EMBARGANTE	:	TRANSTERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA
EMBARGADO	:	V. ACÓRDÃO DE FL. 177/80

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INFRINGÊNCIA - INOCORRÊNCIA DA ALEGADA "OMISSÃO" - PREQUESTIONAMENTO - EMBARGOS NÃO PROVIDOS.
1. Destinam-se os embargos declaratórios a aclarar eventual obscuridade, resolver eventual contradição (objetiva: intrínseca do julgado) ou suprir eventual omissão do julgado, consoante art. 535 do CPC, de modo que, inocorrente qualquer das hipóteses que ensejam a oposição deles, a inconformidade do embargante ressoa como manifesta contrariedade à orientação jurídica que se adotou no acórdão, o que consubstancia evidente caráter infringente, a que não se presta a via ora eleita.
2. Em sendo reconhecida a constitucionalidade da revogação da isenção (prevista na LC nº 70/91), não há se falar em repetição do indébito.
3. Suposta "violação" a preceitos legais e constitucionais não é justa causa ao manejo de embargos à luz do art. 535 do CPC.
4. "*O prequestionamento, por meio de Embargos de Declaração, com vista à interposição de Recurso (...), somente é cabível quando configuradas omissão, obscuridade ou contradição na decisão embargada.*" (STJ, Edcl no REsp n. 817.237/SP, DJ 14.02.2007, P. 213).
5. Embargos de declaração não providos.
6. Peças liberadas pelo Relator, em 19/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª (Sétima) Turma NEGAR PROVIMENTO aos Embargos de Declaração por unanimidade.
7ª (Sétima) Turma do TRF - 1ª Região, 19/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 2004.38.00.000309-2/MG
Processo na Origem: 200438000003092

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONVOCADO)
EMBARGANTE	:	SIDERÚRGICA SANTO ANTÔNIO LTDA.
ADVOGADOS	:	DRS. ENZO GAUZZI E OUTROS
EMBARGADO	:	O V. ACÓRDÃO DE FLS. 155/160
APELANTE	:	SIDERÚRGICA SANTO ANTONIO LTDA
ADVOGADOS	:	DRS. ENZO GAUZZI E OUTROS
APELADA	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO - VÍCIOS NÃO CARACTERIZADOS - EFEITO INFRIGENTE NO JULGADO - IMPOSSIBILIDADE.
1 - É pacífico, nesta C. Corte e no E. STJ, o entendimento no sentido de que os julgadores não estão obrigados a se pronunciar acerca de cada fundamento específico alegado no apelo, se o conjunto de argumentos invocados no voto condutor mostra-se suficiente ao desfecho da lide.
2 - Incabível a oposição de Embargos de Declaração visando a nova manifestação do órgão judicante sobre matéria já apreciada no acórdão embargado.
3 - Embargos de Declaração rejeitados.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, rejeitar os Embargos de Declaração.
Brasília, 27 de fevereiro de 2007. (Data de julgamento.)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator Convocado

AC Nº 2004.38.00.002416-8/MG Distribuído no TRF em 31/05/2005
Processo na Origem: 200438000024168

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	INSTITUTO DE PATOLOGIA CLINICA HERMES PARDINI LTDA
ADVOGADO	:	LUIZ CLAUDIO CORREA SANTOS E OUTROS(AS)
APELADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO

E M E N T A

CONSTITUCIONAL, TRIBUTÁRIO, PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO ANULATÓRIA - LITISPENDÊNCIA: INEXISTÊNCIA - REVOGAÇÃO DA ISENÇÃO DA COFINS (LC Nº 70/91) PELA LEI Nº 9.430/96: LEGÍTIMA - CSLL (LEI Nº 8.212/91) EXIGÍVEL : INEXISTÊNCIA DE COISA JULGADA E DECADÊNCIA DECENAL - MULTA MORATÓRIA NÃO CONFISCATÓRIA - SELIC APLICÁVEL.
1 - Se, além de não haver plena identidade entre a ação anulatória e o mandado de segurança antes impetrado (nº 1998.38.00.035340-6), não bastasse a só natureza jurídica diversa de tais espécies de ações, a desistência do "writ", manifestada no RE nº 363.980-3/MG em 02 JUN 2004 (06 meses antes da ação anulatória) findou homologada (no curso da ação anulatória, muito embora), não há falar em litispendência.
2 - Afastando-se a preliminar que fundamentara a sentença de extinção do processo (art. 267, V, do CPC), legitima-se, com permissivo no art. 515, §3º, do CPC, o exame do mérito da demanda.
3 - Superando a anterior posição jurisprudencial desta Corte, que priorizava o entendimento professado pelo STJ (no sentido de que a revogação, por lei ordinária, de isenção prevista em lei complementar malferiria a hierarquia das leis), o STF - recentemente (final de 2006) - declarou constitucional a revogação da isenção da COFINS (prevista na LC nº 70/91) pela Lei nº 9.430/96 (esmaecendo, pois, a força da SÚMULA nº 276/STJ), sendo desinfluente, doravante, então, sequer examinar se a sociedade atende ou não aos critérios legais (Dl nº 2.397/87) para o gozo da (revogada) isenção.
4 - A só circunstância de haver decisão judicial transitada em julgado (em "writ" pretérito) assegurando à impetrante (nos estritos termos do pedido inicial por ela então formulado), eximir-se da CSLL (como prevista na Lei nº 7.689/88) no ano de 1988, não impede a imposição da exação por força de norma outra (Lei nº 8.212/91) ao sabor de "preservação da segurança jurídica".
5 - A coisa julgada tem limites, subjetivos e objetivos, os quais, vencidos, são área de interesse jurídico hábil a novas incursões legislativas. Lei nova pode, "*cum grano salis*", regular de modo diverso os fatos antes acobertados pela coisa julgada (que se delimita pelo pedido), que continua íntegra tão-somente em face dos fatos havidos por força do diploma legal pretérito, já diante da relação jurídica de trato sucessivo que caracteriza as questões tributárias. Inteligência do art. 468 do CPC. Precedentes.
6 - SÚMULA nº 239/STF: "*Decisão que declara indevida a cobrança do imposto em determinado exercício não faz coisa julgada em relação aos posteriores*".
7 - O prazo decadencial e o prescricional, respectivamente à constituição e à cobrança, dos créditos da Seguridade Social (no caso, a CSLL) é de 10 (dez) anos (art. 45 e art. 46 da Lei nº 8.212/91).
8 - O STF tem entendido pela legitimidade da multa moratória fixada em patamar razoável (e.g.: 80% [RE nº 241.074/RS]), vislumbrando ares de confisco apenas quando ela alcança patamares exagerados (e.g.: 300% [ADI-MC nº 1.075/DF]), o que não é o caso.
9 - O STJ vem abonando a incidência da SELIC, como referencial para cálculo de atualização monetária e juros de mora, na composição do débito tributário inadimplido (REsp nº 828.056/RS).
10 - Quanto à COFINS: apelação provida, em parte, para afastar a litispendência; no permissivo do §3º do art. 515 do CPC, pedido improcedente.
11 - Quanto à CSLL: apelação não provida.
12 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma, quanto à COFINS, DAR PROVIMENTO, em parte, à apelação e, quanto à CSLL, NEGAR PROVIMENTO à apelação por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 13/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2004.38.00.016600-0/MG
Processo na Origem: 200438000166000

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
APELANTE	:	MAGNUS AUDITORES E CONSULTORES S/C
ADVOGADO	:	HENRIQUE LAGE DRUMMOND DE CAMARGO E OUTRO(A)
APELADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. COFINS. LEI N. 9.430/96. PROCESSO EXTINTO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. COISA JULGADA.
1. Tendo a autora impetrado mandado de segurança com o mesmo objeto, contra o Delegado da Receita Federal de Minas Gerais, com sentença transitada em julgado, o processo deve ser extinto sem julgamento do mérito.
2. Inviável, assim, a discussão do mérito da demanda, em face da coisa julgada.
3. Apelação da impetrante não provida.

ACÓRDÃO

Decide a Turma, por unanimidade, negar provimento ao apelo da impetrante.
7ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

AMS Nº 2004.38.00.019934-0/MG Distribuído no TRF em 21/02/2006
Processo na Origem: 200438000199340

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
APELADO	:	ARCAL LTDA
ADVOGADO	:	WAGNER AUGUSTO DE OLIVEIRA E OUTROS(AS)

E M E N T A

CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL - MANDADO DE SEGURANÇA - MULTA POR INFRAÇÃO À CLT - SENTENÇA PROFERIDA PELA JUSTIÇA COMUM (FEDERAL OU ESTADUAL) NA VIGÊNCIA DA EC Nº 45/2004: NULA (COMPETÊNCIA ABSOLUTA DA JUSTIÇA TRABALHISTA).
1 - Obrigatória (à luz do parágrafo único do art. 12 da Lei nº 1.533/51) a remessa oficial da sentença concessiva de mandado de segurança.
2 - Leitura apropriada de precedentes do STJ correlatos ao tema revela ser nula - por incompetência material (absoluta) - a sentença (como no caso) proferida pela Justiça Comum após o início de vigência da EC nº 45/2004 (08 DEZ 2004), envolvendo tema que, doravante, competiria à Justiça laboral examinar (multa por infração à legislação do trabalho).
3 - Precedente específico: REsp nº 857.190/RJ.
4 - Sentença anulada, de ofício. Apelação e remessa oficial, tida por interposta, prejudicadas
5 - Peças liberadas pelo Relator, em 27/02/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma, ANULAR, de ofício, a sentença, PREJUDICADAS a apelação e a remessa oficial, tida por interposta, por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 27/02/2007.
LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2004.38.00.020464-0/MG
Processo na Origem: 200438000204640

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
APELANTE	:	UNIÃO FEDERAL
PROCURADORA	:	DRª HÉLIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
APELADA	:	JAIME FERNANDES DE SOUZA E CIA LTDA
ADVOGADOS	:	DRS. ANDRÉ MANSUR BRANDÃO E OUTROS
REMETENTE	:	JUÍZO FEDERAL DA 5ª VARA - MG

E M E N T A

ADMINISTRATIVO - APREENSÃO E RETENÇÃO DE VEÍCULO POR TRANSPORTE RODOVIÁRIO IRREGULAR DE PASSAGEIROS - LIBERAÇÃO CONDICIONADA AO PAGAMENTO DE MULTAS E DESPESAS DECORRENTES DA INFRAÇÃO - LEGITIMIDADE - DECRETO Nº 2.521/98, ART. 85, § 3º - LEI Nº 9.503/97 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO), ARTS. 262, § 2º, 270, § 4º, E 271, PARÁGRAFO ÚNICO.
1 - A liberação de veículo, autorizada por liminar, sem pagamento da multa e das despesas decorrentes da infração, não deixa sem objeto o Mandado de Segurança porque, somente com a quitação, o veículo estará, novamente, regular e, portanto, em condições de tráfego, e veículo irregular não pode trafegar. Conseqüentemente, denegada a Segurança e cassada a liminar, ficará sujeito a nova apreensão e retenção até regularização nos termos da Lei. (Decreto nº 2.521/98, art. 85, § 3º; Lei nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro), arts. 262, § 2º, 270, § 4º, e 271, parágrafo único.)
2 - Lídima a exigência de pagamento da multa e demais despesas decorrentes da sua retenção e apreensão para liberação de veículo autuado por infração a normas da Lei nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro) e do Decreto nº 2.521/98 porque veículo irregular não pode trafegar, e nessa situação permanece até a quitação. (Decreto nº 2.521/98, art. 85, § 3º; Lei nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro), arts. 262, § 2º, 270, § 4º, e 271, parágrafo único.)
3 - O fato de não prever a Lei nº 10.233/2001, ao estabelecer penalidades, a apreensão, nem a retenção do veículo não invalida as previstas no Decreto nº 2.521/98 e na Lei nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro), normas que regulam a espécie, diferentemente daquela, que não revogou as últimas, nem as alterou por, sem dúvida, regular matéria diversa, pormenor que torna legítimas a autuação, a apreensão, a retenção e a multa por transporte irregular de passageiros.
4 - A distinção entre apreensão e retenção de veículo por transporte irregular de passageiros é irrelevante porque, em ambos os casos, sua liberação e regularização para continuar a trafegar dependem do pagamento da multa e das despesas resultantes da infração. (Lei nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro), art. 262, § 2º - apreensão; arts. 270, § 4º, e 271, parágrafo único - retenção.)
5 - Cessada a infração com a apreensão e a retenção do veículo, este permanece irregular pela falta de pagamento da penalidade imposta e das aludidas despesas, uma vez que só estará novamente regular para trafegar depois do mencionado pagamento, em face do disposto nos arts. 85, § 3º, do Decreto nº 2.521/98, e 262, § 2º, 270, § 4º, e 271, parágrafo único, da Lei nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro), e veículo irregular não pode trafegar. Logo, a exigência desse pagamento como condição de liberação do veículo não é coação ou constrangimento para sua efetivação, mas tem origem e espeque em expressa determinação legal.
6 - As Súmulas nºs 70, 323 e 547 do Supremo Tribunal Federal não se aplicam às infrações de normas que regulam transporte rodoviário de passageiros por tratarem de matéria tributária, portanto, diversa.
7 - Agravo retido não conhecido.
8 - Apelação provida.
9 - Remessa Oficial prejudicada.
10 - Sentença reformada.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, não conhecer do Agravo Retido e, por maioria, dar provimento ao recurso de Apelação, prejudicada a Remessa Oficial. Brasília, 18 de dezembro de 2006. (Data de julgamento.)

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2004.38.00.023195-0/MG
Processo na Origem: 200438000231950

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
APELANTE	:	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT
PROCURADORA	:	DRª LUCIANA LARA DE MELO
APELADA	:	UNICLIMA CLIMATIZAÇÃO AMBIENTAL LTDA
ADVOGADO	:	DR. MURILO VORCARO HORTA MENIN

E M E N T A

ADMINISTRATIVO - INFRAÇÃO DE TRÂNSITO - AUTUAÇÃO FEITA PELO DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM-DNER - ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES-DNIT RECONHECIDA - EXTINÇÃO DO PROCESSO.
1 - Nas Ações Anulatórias de Autos de Infração emitidos pelo extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem-DNER é a União Federal parte passiva legítima ad causam, ainda que tenham sido propostas após conclusão do processo de inventariança do órgão. (AC nº 2002.35.00.006866-9/GO - Rel. Desemb. Federal Luciano Tolentino Amaral - D.J. 19/12/2005 - pág. 131.)
2 - A ilegitimidade passiva ad causam será conhecida de ofício pelo juiz em qualquer tempo e grau de jurisdição. (Código de Processo Civil, art. 267, § 3º.)
3 - Ilegitimidade passiva ad causam do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes-DNIT declarada de ofício.
4 - Processo extinto sem julgamento de mérito.
5 - Apelação prejudicada.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, conhecer, de ofício, da ilegitimidade passiva do Réu, prejudicada a Apelação.
Brasília, 04 de dezembro de 2006. (Data de julgamento.)

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2004.38.00.023507-0/MG
Processo na Origem: 200438000235070

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONV.)
APELANTES	:	MARCO ANTÔNIO COUTO E OUTRO
ADVOGADOS	:	DRS. FERNANDO PIERI LEONARDO E OUTROS
APELADA	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO

E M E N T A

CONSTITUCIONAL - TRIBUTÁRIO - COFINS-IMPORTAÇÃO E CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS-IMPORTAÇÃO - LEI Nº 10.865/2004 - DESNECESSIDADE DE LEI COMPLEMENTAR - INCIDÊNCIA SOBRE O MONTANTE DEVIDO A TÍTULO DE ICMS-IMPORTAÇÃO E SOBRE O VALOR DAS PRÓPRIAS CONTRIBUIÇÕES (BASE DE CÁLCULO POR DENTRO) - ADMISSIBILIDADE.

1 - DESNECESSIDADE DE LEI COMPLEMENTAR: Não há que se falar em necessidade de lei complementar para instituição das contribuições em questão. O disposto no art. 195, § 4º, da CF, que faz remissão ao comando do art. 154, I, também da CF, somente se aplica à hipótese de instituição de contribuição "nova", ou seja, não prevista no texto constitucional, não sendo esta, por óbvio, a situação da COFINS-importação e da Contribuição para o PIS-importação, autorizadas pelos arts. 149, § 2º, III, "a" e 195, IV, da Carta Magna.
- Não é razoável supor que o legislador ordinário possa criar nova fonte de custeio para a seguridade social, mediante lei complementar, e o legislador extraordinário, com força no Poder Constituinte Derivado ou Reformador, não possa prever nova fonte de custeio, a ser efetivamente instituída por meio de lei ordinária, como determina a própria norma constitucional em que prevista a novel contribuição (art. 195, IV, CF). Com efeito, não é "nova", para os efeitos do art. 195, § 4º, CF, a contribuição prevista em emenda constitucional, pelo que, viável é a sua instituição mediante lei ordinária ou medida provisória.
2 - BASE DE CÁLCULO - INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 110, CTN: Não está em discussão o conteúdo da expressão adotada pela norma constitucional - "valor aduaneiro", porquanto o legislador ordinário também a acolheu, tal qual previsto para o imposto de importação, ou seja, com obediência ao Acordo sobre a Implementação do Artigo VII, do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, promulgado pelo Decreto nº 1.355/94 e ao Decreto nº 4.543/2002. (art. 7º, I). A questão é que, além do valor aduaneiro, determina a lei que as contribuições incidirão sobre o ICMS-importação e sobre o valor das próprias contribuições (base de cálculo por dentro). Descabida, portanto, a alegação de violação ao disposto no art. 110, CTN.
3 - BASE DE CÁLCULO - INCIDÊNCIA DAS CONTRIBUIÇÕES SOBRE O MONTANTE DEVIDO A TÍTULO DE ICMS-IMPORTAÇÃO: A inclusão do ICMS-importação na base de cálculo da COFINS-importação e da Contribuição para o PIS-importação, por obra do legislador ordinário, é medida que assegura a competitividade da mercadoria nacional frente à importada. Veja-se: (a) sobre a mercadoria nacional incidem a COFINS, a Contribuição para o PIS, o ICMS e o IPI, lembrando que o valor devido a título de ICMS integra a base de cálculo das contribuições; (b) sobre a mercadoria importada, na linha do que defendido pela(s) contribuinte(s), incidiriam a COFINS-importação, a Contribuição para o PIS-importação, o ICMS-importação e o IPI-importação, sendo que a base de cálculo das contribuições será menor, pela não inclusão do valor devido a título de ICMS. Portanto, a mercadoria nacional, mais onerada, não terá condições de concorrer com a mercadoria importada, não sendo esta, por certo, a intenção do Constituinte Reformador, que procurou, nos últimos tempos, harmonizar a tributação incidente sobre mercadorias, produtos e serviços nacionais e importados, desonerando, na medida do possível, as exportações.
- Ademais, de acordo com o disposto no art. 146-A, CF, admite-se que a União, através de lei, preveja critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência. Assim, verificando o legislador ordinário que a adoção, pura e simples, da base de cálculo estipulada no texto constitucional acabaria por restringir a competitividade da mercadoria nacional, amparado no art. 146-A, CF, determinou a incidência das contribuições sobre o valor devido a título de ICMS, tal como previsto para a mercadoria nacional.
- Também não é novidade a incidência de um tributo sobre o montante devido a título de outro tributo. Historicamente, FINSOCIAL, PIS e COFINS sempre incidiram sobre o ICM e o ICMS (Súmulas 68 e 94/STJ, 258/TFR e AMS 2000.35.00.020512-3, Rel. Des. Fed. Luciano Tolentino Amaral, DJ de 13.06.2003). O próprio art. 155, § 2º, XI, CF, que trata do ICMS, admite, excluindo-se a hipótese nele aventada, que o valor devido a título de IPI integre a base de cálculo do ICMS.
4 - BASE DE CÁLCULO - INCIDÊNCIA SOBRE OS VALORES DAS PRÓPRIAS CONTRIBUIÇÕES (BASE DE CÁLCULO POR DENTRO): A incidência das contribuições sobre o valor das próprias contribuições (base de cálculo por dentro) constitui-se em técnica de tributação já utilizada de longa data, em relação ao ICM e ao ICMS (art. 2º, § 7º, do Decreto-lei nº 406/68 e art. 13, § 1º, I, da LC nº 87/96), e respaldada pelo E. STF (RE 212.209/RS, Rel. p/acórdão Min. Nelson Jobim, DJ de 10.02.2003 e (RE 209.393/SP, Rel. Min. Moreira Alves, DJ de 09.06.2000)
5 - Apelação dos impetrantes improvida.
6 - Sentença mantida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento ao apelo dos impetrantes.
Brasília, 19 de março de 2007. (Data de julgamento)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator (CONVOCADO)

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2004.38.00.025961-3/MG
Processo na Origem: 200438000259613

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONV.)
APELANTE	:	CENTRO ESPECIALIZADO EM MEDICINA ULTRASONOGRÁFICA RECIFE LTDA
ADVOGADOS	:	DRS. HOMERO LEONARDO LOPES E OUTROS
APELADA	:	UNIÃO FEDEAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO

E M E N T A

CONSTITUCIONAL - TRIBUTÁRIO - COFINS-IMPORTAÇÃO E CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS-IMPORTAÇÃO - LEI Nº 10.865/2004 - DESNECESSIDADE DE LEI COMPLEMENTAR - INCIDÊNCIA SOBRE O MONTANTE DEVIDO A TÍTULO DE ICMS-IMPORTAÇÃO E SOBRE O VALOR DAS PRÓPRIAS CONTRIBUIÇÕES (BASE DE CÁLCULO POR DENTRO) - ADMISSIBILIDADE.

1 - DESNECESSIDADE DE LEI COMPLEMENTAR: Não há que se falar em necessidade de lei complementar para instituição das contribuições em questão. O disposto no art. 195, § 4º, da CF, que faz remissão ao comando do art. 154, I, também da CF, somente se aplica à hipótese de instituição de contribuição "nova", ou seja, não prevista no texto constitucional, não sendo esta, por óbvio, a situação da COFINS-importação e da Contribuição para o PIS-importação, autorizadas pelos arts. 149, § 2º, III, "a" e 195, IV, da Carta Magna.
- Não é razoável supor que o legislador ordinário possa criar nova fonte de custeio para a seguridade social, mediante lei complementar, e o legislador extraordinário, com força no Poder Constituinte Derivado ou Reformador, não possa prever nova fonte de custeio, a ser efetivamente instituída por meio de lei ordinária, como determina a própria norma constitucional em que prevista a novel contribuição (art. 195, IV, CF). Com efeito, não é "nova", para os efeitos do art. 195, § 4º, CF, a contribuição prevista em emenda constitucional, pelo que, viável é a sua instituição mediante lei ordinária ou medida provisória.

2 - BASE DE CÁLCULO - INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 110, CTN: Não está em discussão o conteúdo da expressão adotada pela norma constitucional - "valor aduaneiro", porquanto o legislador ordinário também a acolheu, tal qual previsto para o imposto de importação, ou seja, com obediência ao Acordo sobre a Implementação do Artigo VII, do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, promulgado pelo Decreto nº 1.355/94 e ao Decreto nº 4.543/2002. (art. 7º, I). A questão é que, além do valor aduaneiro, determina a lei que as contribuições incidirão sobre o ICMS-importação e sobre o valor das próprias contribuições (base de cálculo por dentro). Descabida, portanto, a alegação de violação ao disposto no art. 110, CTN.
3 - BASE DE CÁLCULO - INCIDÊNCIA DAS CONTRIBUIÇÕES SOBRE O MONTANTE DEVIDO A TÍTULO DE ICMS-IMPORTAÇÃO: A inclusão do ICMS-importação na base de cálculo da COFINS-importação e da Contribuição para o PIS-importação, por obra do legislador ordinário, é medida que assegura a competitividade da mercadoria nacional frente à importada. Veja-se: (a) sobre a mercadoria nacional incidem a COFINS, a Contribuição para o PIS, o ICMS e o IPI, lembrando que o valor devido a título de ICMS integra a base de cálculo das contribuições; (b) sobre a mercadoria importada, na linha do que defendido pela(s) contribuinte(s), incidiriam a COFINS-importação, a Contribuição para o PIS-importação, o ICMS-importação e o IPI-importação, sendo que a base de cálculo das contribuições será menor, pela não inclusão do valor devido a título de ICMS. Portanto, a mercadoria nacional, mais onerada, não terá condições de concorrer com a mercadoria importada, não sendo esta, por certo, a intenção do Constituinte Reformador, que procurou, nos últimos tempos, harmonizar a tributação incidente sobre mercadorias, produtos e serviços nacionais e importados, desonerando, na medida do possível, as exportações.
- Ademais, de acordo com o disposto no art. 146-A, CF, admite-se que a União, através de lei, preveja critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência. Assim, verificando o legislador ordinário que a adoção, pura e simples, da base de cálculo estipulada no texto constitucional acabaria por restringir a competitividade da mercadoria nacional, amparado no art. 146-A, CF, determinou a incidência das contribuições sobre o valor devido a título de ICMS, tal como previsto para a mercadoria nacional.
- Também não é novidade a incidência de um tributo sobre o montante devido a título de outro tributo. Historicamente, FINSOCIAL, PIS e COFINS sempre incidiram sobre o ICM e o ICMS (Súmulas 68 e 94/STJ, 258/TFR e AMS 2000.35.00.020512-3, Rel. Des. Fed. Luciano Tolentino Amaral, DJ de 13.06.2003). O próprio art. 155, § 2º, XI, CF, que trata do ICMS, admite, excluindo-se a hipótese nele aventada, que o valor devido a título de IPI integre a base de cálculo do ICMS.
4 - BASE DE CÁLCULO - INCIDÊNCIA SOBRE OS VALORES DAS PRÓPRIAS CONTRIBUIÇÕES (BASE DE CÁLCULO POR DENTRO): A incidência das contribuições sobre o valor das próprias contribuições (base de cálculo por dentro) constitui-se em técnica de tributação já utilizada de longa data, em relação ao ICM e ao ICMS (art. 2º, § 7º, do Decreto-lei nº 406/68 e art. 13, § 1º, I, da LC nº 87/96), e respaldada pelo E. STF (RE 212.209/RS, Rel. p/acórdão Min. Nelson Jobim, DJ de 10.02.2003 e (RE 209.393/SP, Rel. Min. Moreira Alves, DJ de 09.06.2000)
5 - Apelação improvida.
6 - Sentença mantida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento ao apelo da impetrante.
Brasília, 19 de março de 2007. (Data de julgamento)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator (CONVOCADO)

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2004.38.00.029118-4/MG
Processo na Origem: 200438000291184

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
APELANTE	:	LABORATÓRIO SANTA LÚCIA S/C LTDA
ADVOGADO	:	DR. RODRIGO DO AMARAL FONSECA
APELADA	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL-COFINS - SOCIEDADE CIVIL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSÃO REGULAMENTADA - ISENÇÃO - LEI COMPLEMENTAR Nº 70/91 - REVOGAÇÃO PELA LEI Nº 9.430/96 - ILEGITIMIDADE - PRINCÍPIO DA HIERARQUIA DAS LEIS VIOLADO - REGISTRO NA JUNTA COMERCIAL - AUSÊNCIA DE REQUISITO LEGAL - ISENÇÃO INDEFERIDA.
1 - Em face do princípio da hierarquia das leis, a isenção concedida pelo art. 6º da Lei Complementar nº 70/91 às sociedades civis de prestação de serviços de profissão regulamentada não poderia ter sido revogada pela Lei nº 9.430/96, art. 56, por ser lei ordinária, mas, apenas, por meio de outra lei complementar.
2 - A isenção da Contribuição Para o Financiamento da Seguridade Social-COFINS, prevista na Lei Complementar nº 70/91, art. 6º, II, não beneficia sociedades comerciais.
3 - Apelação denegada.
4 - Sentença confirmada.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso de Apelação.
Brasília, 11 de setembro de 2006. (Data de julgamento.)

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2004.38.00.036958-6/MG
Processo na Origem: 200438000369586

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONV.)
APELANTE	:	CENTROCAR S/C LTDA
ADVOGADOS	:	DRS. FERNANDO PIERI LEONARDO E OUTROS
APELANTE	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO
APELADOS	:	OS MESMOS
REMETENTE	:	JUÍZO FEDERAL DA 5ª VARA - MG

E M E N T A

CONSTITUCIONAL - TRIBUTÁRIO - COFINS-IMPORTAÇÃO E CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS-IMPORTAÇÃO - LEI Nº 10.865/2004 - DESNECESSIDADE DE LEI COMPLEMENTAR - INCIDÊNCIA SOBRE O MONTANTE DEVIDO A TÍTULO DE ICMS-IMPORTAÇÃO E SOBRE O VALOR DAS PRÓPRIAS CONTRIBUIÇÕES (BASE DE CÁLCULO POR DENTRO) - ADMISSIBILIDADE.
1 - DESNECESSIDADE DE LEI COMPLEMENTAR: Não há que se falar em necessidade de lei complementar para instituição das contribuições em questão. O disposto no art. 195, § 4º, da CF, que faz remissão ao comando do art. 154, I, também da CF, somente se aplica à hipótese de instituição de contribuição "nova", ou seja, não prevista no texto constitucional, não sendo esta, por óbvio, a situação da COFINS-importação e da Contribuição para o PIS-importação, autorizadas pelos arts. 149, § 2º, III, "a" e 195, IV, da Carta Magna.
- Não é razoável supor que o legislador ordinário possa criar nova fonte de custeio para a seguridade social, mediante lei complementar, e o legislador extraordinário, com força no Poder Constituinte Derivado ou Reformador, não possa prever nova fonte de custeio, a ser efetivamente instituída por meio de lei ordinária, como determina a própria norma constitucional em que prevista a novel contribuição (art. 195, IV, CF). Com efeito, não é "nova", para os efeitos do art. 195, § 4º, CF, a contribuição prevista em emenda constitucional, pelo que, viável é a sua instituição mediante lei ordinária ou medida provisória.

2 - BASE DE CÁLCULO - INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 110, CTN: Não está em discussão o conteúdo da expressão adotada pela norma constitucional - "valor ADUANEIRO", porquanto o legislador ordinário também a acolheu, tal qual previsto para o imposto de importação, ou seja, com obediência ao Acordo sobre a Implementação do Artigo VII, do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, promulgado pelo Decreto nº 1.355/94 e ao Decreto nº 4.543/2002. (art. 7º, I). A questão é que, além do valor aduaneiro, determina a lei que as contribuições incidirão sobre o ICMS-importação e sobre o valor das próprias contribuições (base de cálculo por dentro). Descabida, portanto, a alegação de violação ao disposto no art. 110, CTN.
3 - BASE DE CÁLCULO - INCIDÊNCIA DAS CONTRIBUIÇÕES SOBRE O MONTANTE DEVIDO A TÍTULO DE ICMS-IMPORTAÇÃO: A inclusão do ICMS-importação na base de cálculo da COFINS-importação e da Contribuição para o PIS-importação, por obra do legislador ordinário, é medida que assegura a competitividade da mercadoria nacional frente à importada. Veja-se: (a) sobre a mercadoria nacional incidem a COFINS, a Contribuição para o PIS, o ICMS e o IPI, lembrando que o valor devido a título de ICMS integra a base de cálculo das contribuições; (b) sobre a mercadoria importada, na linha do que defendido pela(s) contribuinte(s), incidiriam a COFINS-importação, a Contribuição para o PIS-importação, o ICMS-importação e o IPI-importação, sendo que a base de cálculo das contribuições será menor, pela não inclusão do valor devido a título de ICMS. Portanto, a mercadoria nacional, mais onerada, não terá condições de concorrer com a mercadoria importada, não sendo esta, por certo, a intenção do Constituinte Reformador, que procurou, nos últimos tempos, harmonizar a tributação incidente sobre mercadorias, produtos e serviços nacionais e importados, desonerando, na medida do possível, as exportações.
- Ademais, de acordo com o disposto no art. 146-A, CF, admite-se que a União, através de lei, preveja critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência. Assim, verificando o legislador ordinário que a adoção, pura e simples, da base de cálculo estipulada no texto constitucional acabaria por restringir a competitividade da mercadoria nacional, amparado no art. 146-A, CF, determinou a incidência das contribuições sobre o valor devido a título de ICMS, tal como previsto para a mercadoria nacional.
- Também não é novidade a incidência de um tributo sobre o montante devido a título de outro tributo. Historicamente, FINSOCIAL, PIS e COFINS sempre incidiram sobre o ICM e o ICMS (Súmulas 68 e 94/STJ, 258/TFR e AMS 2000.35.00.020512-3, Rel. Des. Fed. Luciano Tolentino Amaral, DJ de 13.06.2003). O próprio art. 155, § 2º, XI, CF, que trata do ICMS, admite, excluindo-se a hipótese nele aventada, que o valor devido a título de IPI integre a base de cálculo do ICMS.
4 - BASE DE CÁLCULO - INCIDÊNCIA SOBRE OS VALORES DAS PRÓPRIAS CONTRIBUIÇÕES (BASE DE CÁLCULO POR DENTRO): A incidência das contribuições sobre o valor das próprias contribuições (base de cálculo por dentro) constitui-se em técnica de tributação já utilizada de longa data, em relação ao ICM e ao ICMS (art. 2º, § 7º, do Decreto-lei nº 406/68 e art. 13, § 1º, I, da LC nº 87/96), e respaldada pelo E. STF (RE 212.209/RS, Rel. p/acórdão Min. Nelson Jobim, DJ de 10.02.2003 e (RE 209.393/SP, Rel. Min. Moreira Alves, DJ de 09.06.2000)
5 - Apelação da impetrante improvida.
6 - Apelação da União Federal e remessa oficial providas.
7 - Sentença reformada.
8 - Segurança denegada.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento ao apelo da impetrante e dar provimento ao da União Federal e à remessa oficial.
Brasília, 19 de março de 2007. (Data de julgamento)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator (CONVOCADO)

EDAMS Nº 2004.38.00.041135-0/MG Distribuído no TRF em 10/08/2005
Processo na Origem: 200438000411350

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	PRADUFLEX MINAS INDUSTRIA DE BORRACHAS LTDA
ADVOGADO	:	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES
APELADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
EMBARGANTE	:	FAZENDA NACIONAL
EMBARGADO	:	V. ACÓRDÃO DE F. 172/80

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO: ART. 535 DO CPC - OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE: EMBARGOS NÃO PROVIDOS.
1. A título de "supostas" omissão, contradição e obscuridade, que não conseguiu pontuar individualizadamente, a embargante pretende rediscutir a matéria, pois, a seu ver, teria havido "infringência" a dispositivos constitucionais e legais que aponta.
2. Violação de disposição legal não rende ensejo a embargos. Manifesto o caráter infringente dos aclaratórios.
3. Embargos de declaração não providos.
4. Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO aos Embargos de Declaração por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 13/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

ED NA AMS Nº 2004.38.00.041136-3/MG Distribuído no TRF em 14/07/2005
Processo na Origem: 200438000411363

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	PRODUFLEX MINAS INDUSTRIA DE BORRACHAS LTDA
ADVOGADO	:	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES E OUTROS(AS)
APELADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
EMBARGANTE	:	PRODUFLEX MINAS INDUSTRIA DE BORRACHAS LTDA
EMBARGADO	:	V. ACÓRDÃO DE FL. 136/44

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INFRINGÊNCIA - INOCORRÊNCIA DA ALEGADA "OMISSÃO" - PREQUESTIONAMENTO - EMBARGOS NÃO PROVIDOS.

1. Destinam-se os embargos declaratórios a aclarar eventual obscuridade, resolver eventual contradição (objetiva: intrínseca do julgado) ou suprir eventual omissão do julgado, consoante art. 535 do CPC, de modo que, inocorrente qualquer das hipóteses que ensejam a oposição deles, a inconformidade do embargante ressoa como manifesta contrariedade à orientação jurídica que se adotou no acórdão, o que consubstancia evidente caráter infringente, a que não se presta a via ora eleita.
2. Não há falar em compensação de valores. O item 03 da ementa expressa: *"03 - Apelação provida: aplicada a decadência "5+5" e, no permissivo do art. 515, § 2º, do CPC, no mérito, denegada a segurança (art. 269, I, do CPC)."*
3. Os embargos de declaração não se prestam à rediscussão da matéria referente à reedição de MP's, de resto, já resolvida quando do julgamento da apelação e já superada pela jurisprudência do STF que admite a edição de MP para criar tributo, sendo permitida a reedição da MP.
4. "*O prequestionamento, por meio de Embargos de Declaração, com vista à interposição de Recurso (...), somente é cabível quando configuradas omissão, obscuridade ou contradição na decisão embargada.*" (STJ, Edcl no REsp n. 817.237/SP, DJ 14.02.2007, P. 213).
5. Embargos de declaração não providos.
6. Peças liberadas pelo Relator, em 19/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª (Sétima) Turma NEGAR PROVIMENTO aos Embargos de Declaração por unanimidade.
7ª (Sétima) Turma do TRF - 1ª Região, 19/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

ED NOS EDAC Nº 2004.38.00.041977-2/MG Distribuído no TRF em 31/03/2006
Processo na Origem: 200438000419772

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	EDY NELSON MICHALSKY E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	MARCOS ESTEVAM BICALHO E OUTROS(AS)
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	EDUARDO MIGUEL LEAO SETTE
APELADO	:	OS MESMOS
EMBARGANTE	:	EDY NELSON MICHALSKY E OUTROS(AS)
EMBARGADO	:	V. ACÓRDÃO DE FL. 486/88

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - MAJORAÇÃO DE VERBA HONORÁRIA - ILEGITIMIDADE RECURSAL - EMBARGOS PROTELATÓRIOS - APLICAÇÃO DE MULTA.
1. A questão da verba honorária foi apreciada nos rejeitados primeiros embargos, que referiram o enfrentamento da matéria no julgamento da apelação
2. A teor do dispositivo da decisão de f. 463, nem todos os autores-apelantes têm legitimidade recursal.
3. Apenas o autor vencedor na apelação teria legitimidade recursal, em tese, para pleitear a majoração de verba honorária (o INSS foi condenado a pagar-lhe 5% do valor da condenação *"dada a simplicidade da causa"* - f. 463).
4. Para os autores parcialmente sucumbentes (que teriam legitimidade recursal em tese) não foi arbitrada verba honorária *"em face da sucumbência recíproca"*.
5. Autores totalmente sucumbentes, embargos de declaração de que não se conhecem.
6. Embargos de declaração não providos dado o caráter infringente, repetitório e protelatório.
7. Reconhecidos protelatórios, aplica-se multa de 1% sobre o valor da causa (parágrafo único do art. 538 do CPC).
8. Peças liberadas pelo Relator, em 19/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª (Sétima) Turma NÃO CONHECER dos embargos declaratórios dos autores Fernando Figueiredo, Antônio Ribeiro de Barros, Geraldo Lindomar de Freitas e Marcos Alexandre de Almeida; NEGAR PROVIMENTO aos embargos declaratórios dos autores Roberto Nelson dos Santos, Edy Nelson Michalski, Paulo Resende, Sebastião Coquinho Ribeiro, Francisco Aristeu Pereira e Blair da Costa Vieira e, RECONHECIDOS protelatórios, APLICAR a todos multa de 1% sobre o valor da causa (parágrafo único do art. 538 do CPC) por unanimidade.
7ª (Sétima) Turma do TRF - 1ª Região, 19/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2004.38.00.049317-2/MG Distribuído no TRF em 14/09/2006
Processo na Origem: 200438000493172

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	ASSOCIACAO DO PESSOAL DA CAIXA ECONOMICA DE MINAS GERAIS - APCEF/MG
ADVOGADO	:	GERALDO MARCOS LEITE DE ALMEIDA E OUTROS(AS)
APELADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	FERNANDO MAURO DE SIQUEIRA BORGES

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - PETIÇÃO INICIAL APRESENTADA EM SIMPLES CÓPIA (PEÇA APÓCRIFA) - NÃO-ATENDIMENTO AO PRAZO PARA REGULARIZAÇÃO: PROCESSO ANULADO "*AB INITIO*".
1 - Lamenta-se que a autora, em vez de fazer um "mea culpa" ("errare humanum est"), atendendo prontamente o despacho e regularizando sua inicial reputada apócrifa (assinar a inicial é a gênese do processo), tenha preferido defender o insustentável, sem sequer a mínima boa vontade e colaboração que dos advogados se esperam para o bom andamento do processo.
2 - A petição inicial consta - sim - em simples cópia (não se trata de "equívoco" do relator, cujo olhar clínico de julgador tem décadas de experimentação), conclusão que deriva já diante da (patente) ausência de qualquer relevo gráfico produzido usualmente pelo contato (pressão) da caneta no papel em que lançadas as supostas "assinaturas", não bastasse a pouca nitidez típica da fotocópia (facilmente perceptível, ao primeiro olhar do homem médio), sendo irrelevante perquirir acerca da "cor da tinta" da caneta utilizada (se preta ou outra).
3 - Diploma legislativo algum (vide, por exemplo, as Leis nº 9.800/99 e nº 11.419/2006) acoberta petição inicial apresentada em simples cópia sem que, adiante (tempestivamente), juntado o documento original ou sem que havido prévio cadastramento de assinatura eletrônica: não há "celeridade" que se sobreponha ao mínimo de formalismo (servil à segurança jurídica).
4 - Processo anulado desde a inicial.
5 - Peças liberadas pelo Relator, em 06/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma ANULAR o processo desde a inicial por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 06/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

AMS Nº 2004.38.01.006550-0/MG Distribuído no TRF em 27/03/2006
Processo na Origem: 200438010065500

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	HIPOLITO DO CARMO RESENDE
ADVOGADO	:	ADRIANO MARCIO DE SOUZA E OUTRO(A)
APELADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO

E M E N T A

CONSTITUCIONAL, TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - MANDADO DE SEGURANÇA - EXIGÊNCIA DO DEPÓSITO PRÉVIO (EM PECÚNIA OU VIA ARROLAMENTO) COMO REQUISITO PARA ADMISSÃO DO RECURSO ADMINISTRATIVO: LEGITIMIDADE.
1 - Entendendo ausente qualquer transgressão aos princípios constitucionais do contraditório; da ampla defesa; do devido processo legal; e do amplo acesso ao Judiciário, a jurisprudência (STF, STJ e TRF1) é uníssona quanto à exigibilidade do depósito prévio como condição de admissibilidade do respectivo recurso administrativo (STF, T2, AI-AgR nº 534.180/RJ).
2 - Não se tratando de débitos previdenciários, o depósito prévio em pecúnia poderá ser substituído por arrolamento de bens e direitos.
3 - Apelação não provida.
4 - Peças liberadas pelo Relator, em 27/02/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma, NEGAR PROVIMENTO à apelação por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 27/02/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

ED NA AMS Nº 2004.38.02.001078-8/MG Distribuído no TRF em 22/10/2004
Processo na Origem: 200438020010788

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	ORGANIZACAO MEDICA E HOSPITALAR SAO LUCAS LTDA
ADVOGADO	:	MUCIO RICARDO CALEIRO ACERBI
APELADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	EDUARDO MIGUEL LEAO SETTE
APELADO	:	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA
PROCURADOR	:	IVAN SEBASTIAO BARBOSA AFONSO
EMBARGANTE	:	ORGANIZACAO MEDICA E HOSPITALAR SAO LUCAS LTDA
EMBARGADO	:	V. ACÓRDÃO DE F. 218/38

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INFRINGÊNCIA - INOCORRÊNCIA DA ALEGADA "CONTRADIÇÃO" - VIOLAÇÃO A PRECEITOS LEGAIS - NÃO CABIMENTO - EMBARGOS NÃO PROVIDOS.
1. "Suposta" violação a preceitos (legais e/ou constitucionais) não consta do rol do art. 535 do CPC, não ensejando embargos de declaração.
2. Contradição de que trata o art. 535 do CPC é aquela intrínseca ao julgado: conflito entre fundamentação e conclusão, que, no caso, não há.
3. Os embargos de declaração se destinam a expungir do julgado eventuais omissões, contradições e obscuridades, não se caracterizando via própria à rediscussão do mérito da causa.
4. Embargos de declaração não providos.
5. Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª (Sétima) Turma NEGAR PROVIMENTO aos Embargos de Declaração por unanimidade.
7ª (Sétima) Turma do TRF - 1ª Região, 13/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA n. 2004.38.02.005596-9/MG
Processo na Origem: 200438020055969

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
APELANTE	:	BRASILEIRO LEMOS SANTIAGO E FARIA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C
ADVOGADO	:	GUILHERME BERALDO DE ANDRADE E OUTROS(AS)
APELADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. COFINS. REVOGAÇÃO, PELA LEI N. 9.430/96, DA ISENÇÃO ASSEGURADA PELA LC 70/91 ÀS SOCIEDADES CIVIS PRESTADORAS DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS. CONSTITUCIONALIDADE. SOCIEDADE DE ADVOGADOS. LEI N. 8.906/94.
1. A sociedade de advogados adquire personalidade jurídica com o registro dos seus atos constitutivos no Conselho Seccional da OAB do Estado em que for domiciliada, sendo desnecessário o seu registro no Cartório de Registro de Pessoa Jurídica (art. 15, §1º, da Lei n. 8.906/94, Estatuto da OAB), para que preencha os requisitos do art. 1º do DL n. 2.397/87.
2. É legítima a revogação, pela Lei n. 9.430/1996, da isenção da COFINS concedida às sociedades civis prestadoras de serviços profissionais pela Lei Complementar n. 70/1991, dado que essa lei, formalmente complementar, é, com relação aos dispositivos concernentes à contribuição social por ela instituída, materialmente ordinária, não havendo que falar, assim, em violação ao princípio da hierarquia das leis, cujo respeito exige seja observado o âmbito material reservado às espécies normativas previstas na Constituição Federal. Precedente da 1ª Turma do STF.
3. Apelação da impetrante não provida. Sentença mantida por outro fundamento.

ACÓRDÃO

Decide a Turma, por unanimidade, negar provimento ao apelo da impetrante.
7ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

APELAÇÃO CÍVEL n. 2004.38.03.001349-6/MG
Processo na Origem: 200438030013496

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
APELANTE	:	ROTINA ADMINISTRACOES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.
ADVOGADO	:	CRISTIANO CURY DIB E OUTROS(AS)
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	:	OS MESMOS

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL, CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA AFASTADA. COFINS. SOCIEDADES CIVIS PRESTADORAS DE SERVIÇOS. ISENÇÃO. LC 70/91. DECRETO-LEI N. 2.397/87. SOCIEDADE REGISTRADA NA JUNTA COMERCIAL E FORMADA POR SÓCIOS SEM PROFISSÃO REGULAMENTADA. REVOGAÇÃO DA ISENÇÃO PELA LEI N. 9.430/96. CONSTITUCIONALIDADE.
1. Não constitui cerceamento de defesa o julgamento antecipado da lide quando a prova pericial requerida não era essencial ao deslinde da controvérsia.
2. As disposições constantes dos arts. 111, II, e 176, *caput*, do CTN impedem o intérprete de estender o benefício de isenção, assegurado no art. 6º, II, da Lei Complementar n. 70/91, c/c o art. 1º do Decreto-Lei n. 2.397/87, às empresas prestadoras de serviço com registro na Junta Comercial, ainda que sejam também registradas no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, uma vez que caracterizam-se como sociedades comerciais.
3. A profissão de dois sócios da empresa, de comerciante, não é regulamentada por lei, não atendendo, portanto, às exigências do art. 1º do Decreto-Lei n. 2.397/87.
4. Apelação da autora não provida.
5. Apelação da Fazenda Nacional provida.

ACÓRDÃO

Decide a Turma, por unanimidade, negar provimento ao apelo da autora e dar provimento ao apelo da Fazenda Nacional.
7ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

ED NA AMS Nº 2004.40.00.000726-5/PI Distribuído no TRF em 13/07/2005
Processo na Origem: 200440000007265

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DE GENEROS ALIMENTICIOS DE TERESINA - PI
ADVOGADO	:	JOAO ULISSES DE BRITTO AZEDO E OUTROS(AS)
APELADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	ERASMO DE SOUSA ASSIS
APELADO	:	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA
PROCURADOR	:	JOAO SERGIO DIOGO
EMBARGANTE	:	SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DE GENEROS ALIMENTICIOS DE TERESINA - PI
EMBARGADO	:	V. ACÓRDÃO DE F. 308/28

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INFRINGÊNCIA - "OMISSÃO" E "CONTRADIÇÃO" -INOCORRÊNCIA - VIOLAÇÃO A PRECEITOS CONSTITUCIONAIS - NÃO CABIMENTO - EMBARGOS NÃO PROVIDOS.
1. "Suposta" violação a preceitos (legais e/ou constitucionais) não consta do rol do art. 535 do CPC, não ensejando embargos de declaração.
2. Não se pode reputar omisso o acórdão que contém posição clara e expressa acerca dos pontos ventilados, conforme se extrai da leitura atenta do julgado.
3. Contradição de que trata o art. 535 do CPC é aquela intrínseca ao julgado: conflito entre fundamentação e conclusão, que, no caso, não há.
4. Os embargos de declaração se destinam a expungir do julgado eventuais omissões, contradições e obscuridades, não se caracterizando via própria à rediscussão do mérito da causa.
5. Embargos de declaração não providos.
6. Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª (Sétima) Turma NEGAR PROVIMENTO aos Embargos de Declaração por unanimidade.
7ª (Sétima) Turma do TRF - 1ª Região, 13/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2004.41.00.000692-3/RO
Processo na Origem: 200441000006923

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONV.)
APELANTE	:	OSMANE PEREIRA DA SILVA
ADVOGADOS	:	DRS. WALTER GUSTAVO SILVA LEMOS E OUTROS
APELADA	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL - TRIBUTÁRIO - TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA EMITIDOS NO INÍCIO DO SÉCULO PASSADO - DÍVIDA PRESCRITA - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.238/95 - COMPENSAÇÃO COM TRIBUTOS FEDERAIS - DAÇÃO EM PAGAMENTO DE TRIBUTOS FEDERAIS - ACEITAÇÃO COMO GARANTIA EM EXECUÇÃO FISCAL - IMPOSSIBILIDADE.
1 - Os Títulos da Dívida Pública (TDP's), emitidos no início do século passado, por força do disposto nos DDLL 263/67 e 396/68, deveriam ter sido apresentados para resgate até 05 de julho de 1969, ou seja, após 12 meses do edital de convocação publicado em 05 de julho de 1968. Findo este prazo, consideram-se prescritas as dívidas decorrentes dos títulos não apresentados para resgate.
2 - O disposto no parágrafo terceiro do art. 1º da Medida Provisória n. 1.238/95, tendo sido suprimido quando da republicação deste diploma legal (DOU 21/12/95), perdeu a sua eficácia, restando incólume a prescrição dos títulos.
3 - Não há que se falar em inconstitucionalidade dos DDLL 263/67 e 396/68, haja vista que o art. 55, da Constituição de 1967, sob a égide da qual foram editados os referidos decretos, autorizava a utilização de decreto-lei em matéria de finanças públicas, no que se enquadra a fixação do prazo para resgate dos TDP's.
4 - As modalidades de extinção do crédito tributário estão descritas em rol exaustivo no art. 156, CTN, não se admitindo, pois, a compensação de TDP's com débitos de tributos federais. O art. 170, CTN, exige lei específica autorizando esta forma de extinção do crédito tributário. O mesmo raciocínio é válido para a hipótese de dação em pagamento, somente permitida com bens imóveis, e na forma da lei (art. 156, XI, CTN).
5 - É igualmente inadmissível que os TDP's possam garantir o juízo da execução fiscal, por não possuírem cotação na bolsa de valores (art. 11, II, da Lei nº 6.830/80).
6 - Apelação desprovida.
7 - Sentença mantida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento à apelação.

Brasília, 19 de março de 2007. (Data de julgamento.)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator Convocado

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2004.41.00.002041-7/RO
Processo na Origem: 200441000020417

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONV.)
APELANTE	:	INDUSTRIAL E COMERCIAL RI LTDA
ADVOGADOS	:	DRS. WALTER GUSTAVO SILVA LEMOS E OUTRO
APELADA	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADORA	:	DRA. HÉLIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
APELADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	DR. HERBERT PEREIRA DA SILVA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL - TRIBUTÁRIO - TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA EMITIDOS NO INÍCIO DO SÉCULO PASSADO - DÍVIDA PRESCRITA - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.238/95 - COMPENSAÇÃO COM TRIBUTOS FEDERAIS - DAÇÃO EM PAGAMENTO DE TRIBUTOS FEDERAIS - ACEITAÇÃO COMO GARANTIA EM EXECUÇÃO FISCAL - IMPOSSIBILIDADE.
1 - Os Títulos da Dívida Pública (TDP's), emitidos no início do século passado, por força do disposto nos DDLL 263/67 e 396/68, deveriam ter sido apresentados para resgate até 05 de julho de 1969, ou seja, após 12 meses do edital de convocação publicado em 05 de julho de 1968. Findo este prazo, consideram-se prescritas as dívidas decorrentes dos títulos não apresentados para resgate.
2 - O disposto no parágrafo terceiro do art. 1º da Medida Provisória n. 1.238/95, tendo sido suprimido quando da republicação deste diploma legal (DOU 21/12/95), perdeu a sua eficácia, restando incólume a prescrição dos títulos.
3 - Não há que se falar em inconstitucionalidade dos DDLL 263/67 e 396/68, haja vista que o art. 55, da Constituição de 1967, sob a égide da qual foram editados os referidos decretos, autorizava a utilização de decreto-lei em matéria de finanças públicas, no que se enquadra a fixação do prazo para resgate dos TDP's.
4 - As modalidades de extinção do crédito tributário estão descritas em rol exaustivo no art. 156, CTN, não se admitindo, pois, a compensação de TDP's com débitos de tributos federais. O art. 170, CTN, exige lei específica autorizando esta forma de extinção do crédito tributário. O mesmo raciocínio é válido para a hipótese de dação em pagamento, somente permitida com bens imóveis, e na forma da lei (art. 156, XI, CTN).
5 - É igualmente inadmissível que os TDP's possam garantir o juízo da execução fiscal, por não possuírem cotação na bolsa de valores (art. 11, II, da Lei nº 6.830/80).
6 - Apelação desprovida.
7 - Sentença mantida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento à apelação.

Brasília, 27 de fevereiro de 2007. (Data de julgamento.)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator Convocado

AMS Nº 2004.41.00.002576-2/RO Distribuído no TRF em 13/10/2004
Processo na Origem: 200441000025762

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	L E A ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO	:	WALTER GUSTAVO SILVA LEMOS E OUTRO(A)
APELADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO

E M E N T A

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO - PIS - MP Nº 1.212, DE 28 NOV 1995, ART. 13: EFICÁCIA DAS ALTERAÇÕES ÀS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS A PARTIR DE 1º MAR 1996 - EXIGIBILIDADE DA EXAÇÃO NA MODALIDADE "PIS-REPIQUE" (LC 07/70, ART. 3º, §2º).
1 A Medida Provisória nº 1.212 de 28 NOV de 1995, convertida, após reedições, na Lei nº 9.715, de 25 NOV 1998, que alterou a alíquota e a base de cálculo da contribuição do PIS para 0,65% sobre a receita bruta, surtiu efeitos (eficácia) às empresas exclusivamente prestadoras de serviços somente a partir de 1º MAR 1996 (art. 13 da MP 1.212/95). Até então, prevalecia a Lei Complementar nº 07/70, que determinava para essas empresas o recolhimento do PIS na modalidade "PIS-REPIQUE" (5% sobre o imposto de renda devido ou como se devido fosse).
2. A inconstitucionalidade do art. 15 da MP nº 1.212/95 e do art. 18 da Lei nº 9.715/98 declarada pelo STF (ADIn nº 1.417) somente diz respeito às empresas mistas e/ou mercantis.
3. Apelação não provida.
4. Peças liberadas pelo Relator, em 06/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO à apelação por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 06/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

REMESSA EX OFFICIO Nº 2004.42.00.000251-7/RR Distribuído no TRF em 26/07/2006
Processo na Origem: 200442000002517

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
AUTOR	:	ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR	:	BERNARDINO DIAS DE SOUZA CRUZ NETO
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	WILSON ROBERTO FERREIRA PRECOMA
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 1A VARA - RR

EMENTA

TRIBUTÁRIO E CONSTITUCIONAL - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - SUCESSÃO DE EMPRESAS PRIVADAS PELO ESTADO DE RORAIMA (EXTINTO DER-RR) - PRAZO DE DEFESA INSTITUÍDO POR LEI: 274 NFLD'S - CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA ATENDIDOS EM FACE DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE - BENEFÍCIO DA PRÓPRIA AÇÃO ILÍCITA DECADÊNCIA ABRANGE AS INFRAÇÕES CUJOS FATOS GERADORES OCORRERAM ANTES DO PRAZO DE 5 ANOS IMEDIATAMENTE ANTERIORES À CONSTITUIÇÃO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS MAIS ANTIGOS - REMESSA OFICIAL PROVIDA EM PARTE.

1. O autor foi notificado no período de 29 AGO 2003 a 4 SET 2003 para apresentar defesa administrativa em face das 274 NFLD's. O prazo deferido ao autor é suficiente para o oferecimento da sua defesa, de forma razoável, ao menos, sobretudo por se tratar da mesma contribuição, com idêntica base de cálculo e idêntico fato gerador. O art. 5º, LV, da CF/1988 assegura aos litigantes, em processo administrativo, o contraditório e a ampla defesa, com os recursos a ela inerentes. Vale lembrar que o prazo para apresentar defesa possui fundamento legal, determinado por lei, e não distingue a hipótese de existir uma ou mais notificações, ou a hipótese de prazo superior, conforme se aumenta o número de infrações e notificações. A tese da sentença é um paradoxo, pois privilegia o contribuinte, cujo comportamento acarretou o número maior de infrações tributárias. A distinção não existe e admiti-la, no caso concreto, significa violar o princípio da igualdade (art. 5º, caput, da CF/1988), notadamente em face daqueles contribuintes que praticaram infrações tributárias em menor número.
2. Não resta dúvida que existe dificuldade na elaboração das defesas, em face da quantidade de notificações, da complexidade do tema, considerando o prazo determinado pela lei. Ocorre, todavia, que o grande número de NFLD's (274) formalizadas (o autor figura como responsável por dívidas reflexas, imputadas ao extinto DER-RR) decorre, única e exclusivamente, do comportamento do sujeito passivo, portanto, admitir a tese determinada na sentença importa em beneficiar o autor pelo mau comportamento das empresas privadas com o INSS (próprio ato ilícito, pois é seu garante).
3. Os requisitos previstos no § 5º, do art. 2º, da Lei n. 6.830/80, tem por finalidade disponibilizar ao executado todas as informações necessárias para o conhecimento da dívida e para a defesa contra a cobrança. Portanto, se a causa da nulidade do título é a falta de informações indispensáveis ao pleno exercício do direito de defesa, sua alegação cabe exclusivamente ao executado, e não ao Julgador. Precedentes do STJ. Cuidando-se de execução fiscal, cuja alegação consiste na falta de citação dos devedores principais, resta pacífico o entendimento que não é possível a extinção da execução, por nulidade da CDA, sem a regular intimação do exeqüente para substituí-la (§ 8º do art. 2º da Lei n. 6.830/80). Todavia, que não há falar, também, na aludida substituição, sobretudo porque a petição inicial não contém qualquer informação sobre o aludido defeito nas NFLDs , de forma a impelir o juiz a dar oportunidade ao INSS substituir os títulos, se fosse o caso. Portanto, a falta de manifestação do INSS sobre o defeito imputado às NFLDs, de modo a sanar o aludido vício, compromete o procedimento adotado na sentença, que ignorou o exeqüente na oportunidade que anulou as NFLDs.
4. O § 2º, do artigo 71, da Lei nº 8.666/93 está em pleno vigor, sem notícia de sua declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal. Destarte, não há como negar vigência ao § 2º, do artigo 71, da Lei nº 8.666/93, para afastar a responsabilidade solidária do Estado de Roraima.
5. A Responsabilidade solidária pelos encargos previdenciários do tomador do serviço (art. 31, § 2º, da Lei 8.212/91), inclusive quando o tomador foi órgão público (Lei 8.666/93, art. 71, § 2º). Precedentes.
6. O art. 71, da Lei nº 8.666/93, que regula as licitações e contratos administrativos, implantou a responsabilidade solidária da administração pública pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato (art. 31, Lei nº 8.212/91). No mesmo teor é a Lei nº 9.032/95, de modo que a Lei nº 8.212/91 passou a ter o art. 71, parágrafo 2º, com a mesma redação da Lei nº 8.666/93. Destarte, os precedentes do STJ revelam que a Administração Pública responde solidariamente com o contratado pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, somente a partir da publicação da Lei nº 9.032/95. A solidariedade do art. 31, da Lei 8.212/91, de fato, se revela como garante ou como uma solidariedade deformada.
7. Os fatos geradores variam entre 1994 a 2002. Os prazos para a constituição dos créditos tributários são diversos e, considerando a data dos 69 (sessenta e nove) primeiros lançamentos (29 AGO 2003), não há falar em decadência, pois, o prazo para a Seguridade Social apurar e constituir seus créditos extingue-se após 10 (dez) anos, nos termos do art. 45, da Lei 8.212/91, e não 5 anos, conforme entendimento da sentença.
8. Remessa oficial provida em parte.
9. Peças liberadas pelo relator em 13/3/2007, para publicação de acórdão.

ACÓRDÃO

Decide a 7ª Turma DAR PROVIMENTO à remessa oficial por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 13/3/2007.

Juiz Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2005.01.00.016780-5/DF
Processo na Origem: 200434000283034

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
AGRAVANTE	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADA	:	NASHA INTERNATIONAL COSMÉTICOS LTDA
ADVOGADOS	:	DRS. CLÁUDIA SIMONE PRAÇA PAULA E OUTROS

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - ADESÃO AO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL-REFIS - LEI Nº 9.964/2000 - SUBMISSÃO ÀS REGRAS DO PROGRAMA - NECESSIDADE.
1 - A adesão ao Programa de Recuperação Fiscal-REFIS é uma faculdade posta à disposição do contribuinte inadimplente para regularizar suas dívidas tributárias com a União Federal (Fazenda Nacional). Conseqüentemente, para ser integrado a tal Programa, deve sujeitar-se a todas as regras previamente estabelecidas para sua inclusão nele.
2 - Agravo de Instrumento provido.
3 - Decisão reformada.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, dar provimento ao recurso de Agravo de Instrumento. Brasília, 19 de dezembro de 2006. (Data de julgamento.)

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2005.01.00.021204-3/RR
Processo na Origem: 200342000023325

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
AGRAVANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	PONTES E GUEDES INDUSTRIAL E COMERCIO LTDA - ME
AGRAVADO	:	RAIMUNDO GUEDES PONTES

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. INTIMAÇÃO DO AGRAVADO. INCLUSÃO DO SÓCIO NO PÓLO PASSIVO DA EXECUÇÃO. SÓCIO CUJO NOME FIGURA NA CDA. RESPONSABILIDADE PESSOAL. PRESUNÇÃO RELATIVA DE LIQUIDEZ E CERTEZA. ÔNUS DA PROVA.
1 - É possível o julgamento do agravo de instrumento independentemente da intimação do agravado, nos casos em que não tenha havido citação, nem tenha o agravado constituído advogado nos autos originários. Precedentes deste Tribunal e do egrégio STJ.
2. Os débitos inscritos em Certidão de Dívida Ativa - CDA gozam de presunção de certeza e liquidez.
3. Na hipótese de a execução ser proposta contra a pessoa jurídica e os sócios, não se exige da exeqüente prova da condição de sócio-gerente. Precedentes do STJ.
4. Agravo de instrumento provido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma, por unanimidade, dar provimento ao agravo de instrumento.
7ª Turma do TRF da 1ª Região - 20/03/2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora (Convocada)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2005.01.00.030478-9/DF
Processo na Origem: 8600352312

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
AGRAVANTE	:	ELECTRO AÇO ALTONA SA
ADVOGADOS	:	DRS. LUIZ ANTÔNIO BETTIOL E OUTROS
AGRAVADA	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO - NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE CERTIDÕES PARA EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE LEVANTAMENTO - LEI Nº 11.033/2004, ART. 19 - INCONSTITUCIONALIDADE DECLARADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL AO JULGAR, EM 30/11/2006, A AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 3.453 - EFEITO VINCULANTE ERGA OMNES - CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 102, § 2º.
1 - O Supremo Tribunal Federal, ao julgar, em 30/11/2006, a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.453, declarou inconstitucional o art. 19 da Lei nº 11.033/2004. Conseqüentemente, como a decisão produz efeito vinculante erga omnes (Constituição Federal, art. 102, § 2º), tornou-se diretriz, sobre a matéria, para os demais órgãos do Poder Judiciário.
2 - Agravo de Instrumento provido.
3 - Decisão reformada.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, dar provimento ao recurso de Agravo de Instrumento. Brasília, 19 de dezembro de 2006. (Data de julgamento.)

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

AG Nº 2005.01.00.048084-6/DF Distribuído no TRF em 28/06/2005
Processo na Origem: 8300113789

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	MUNICIPIO DE ITAPURANGA - GO
PROCURADOR	:	SAVIO DE FARIA CARAM ZUQUIM
AGRAVADO	:	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA
PROCURADOR	:	VALDEZ ADRIANI FARIAS

EMENTA

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL -- LEVANTAMENTO DE PRECATÓRIO - PROCURAÇÃO ATUALIZADA: DESNECESSÁRIA (STJ) - ART. 19 DA LEI Nº 11.033/2004: INCONSTITUCIONAL (STF).
1 - O STJ (REsp nº 839.172/DF) afirmou desnecessária, por ora, a juntada de procuração atualizada.
2 - A exigência contida no art. 19 da Lei nº 11.033/2004 findou declarada inconstitucional pelo STF (ADI nº 3453/DF).
3 - Agravo de instrumento provido.
4 - Peças liberadas pelo Relator, em 19/03/2007, para publicação do acórdão.

ACÓRDÃO

Decide a 7ª Turma DAR PROVIMENTO ao agravo por unanimidade.
Setima Turma do TRF - 1ª Região, 19/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

EDAC Nº 2005.01.00.055050-0/DF Distribuído no TRF em 19/07/2005
Processo na Origem: 9500086930

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	:	CENARIO CALCADOS E CONFECCOES LTDA E OUTRO(A)
DEFENSOR/S/OA	:	ADRIANO CARLOS OLIVEIRA SILVA
EMBARGANTE	:	FAZENDA NACIONAL
EMBARGADO	:	V. ACÓRDÃO DE FL. 62/73

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INFRINGÊNCIA - INOCORRÊNCIA DAS ALEGADAS "OMISSÃO", "CONTRADIÇÃO" E "OBSCURIDADE" - MULTA PROTELATÓRIA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO PROVIDOS.
1. A título de "supostas" omissão, contradição e obscuridade, que não conseguiu pontuar individualizadamente, a embargante pretende rediscutir a matéria, pois, a seu ver, teria havido "infringência" a dispositivos constitucionais e legais que aponta.
2. As alegações trazidas nos embargos distoam da situação fático-processual existente.
3. Suposta "violação" a preceitos legais não é justa causa ao manejo de embargos à luz do art. 535 do CPC.
4. Manifesto o propósito protelatório dos embargos é aplicável multa de 1% sobre o valor da causa, nos termos do parágrafo único (1ª parte) do art. 302 do RI/TRF-1ª Região c/c o parágrafo único (1ª parte) do art. 538 do CPC e da recente orientação do STJ.
5. Embargos de declaração não providos.
6. Peças liberadas pelo Relator, em 20/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª (Sétima) Turma NEGAR PROVIMENTO aos Embargos de Declaração e, RECONHECIDOS protelatórios, APLICAR multa de 1% sobre o valor da causa (parágrafo único do art. 538 do CPC) por unanimidade.
7ª (Sétima) Turma do TRF - 1ª Região, 20/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2005.01.00.060682-0/MG
Processo na Origem: 200338000114755

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
AGRAVANTE	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADA	:	LOPES E FILHOS LTDA
ADVOGADOS	:	DRS. FRANCISCO XAVIER AMARAL E OUTROS

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO - NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE CERTIDÕES PARA EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE LEVANTAMENTO - LEI Nº 11.033/2004, ART. 19 - INCONSTITUCIONALIDADE DECLARADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL AO JULGAR, EM 30/11/2006, A AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 3.453 - EFEITO VINCULANTE ERGA OMNES - CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 102, § 2º.

1 - O Supremo Tribunal Federal, ao julgar, em 30/11/2006, a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.453, declarou inconstitucional o art. 19 da Lei nº 11.033/2004. Conseqüentemente, como a decisão produz efeito vinculante erga omnes (Constituição Federal art. 102, § 2º), tornou-se diretriz, sobre a matéria, para os demais órgãos do Poder Judiciário.
2 - Agravo de Instrumento rejeitado.
3 - Decisão confirmada.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso de Agravo de Instrumento.
Brasília, 19 de dezembro de 2006. (Data de julgamento.)

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2005.01.00.063188-6/MG
Processo na Origem: 200238000325406

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
AGRAVANTE	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADA	:	VIGA CALDEIRARIA LTDA
ADVOGADOS	:	DRS. JUVENIL ALVES FERREIRA FILHO E OUTROS

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO - NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE CERTIDÕES PARA EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE LEVANTAMENTO - LEI Nº 11.033/2004, ART. 19 - INCONSTITUCIONALIDADE DECLARADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL AO JULGAR, EM 30/11/2006, A AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 3.453 - EFEITO VINCULANTE ERGA OMNES - CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 102, § 2º.
1 - O Supremo Tribunal Federal, ao julgar, em 30/11/2006, a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.453, declarou inconstitucional o art. 19 da Lei nº 11.033/2004. Conseqüentemente, como a decisão produz efeito vinculante erga omnes (Constituição Federal, art. 102, § 2º), tornou-se diretriz, sobre a matéria, para os demais órgãos do Poder Judiciário.
2 - Agravo de Instrumento rejeitado.
3 - Decisão confirmada.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso de Agravo de Instrumento.
Brasília, 19 de dezembro de 2006. (Data de julgamento.)

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

EDAGTAG Nº 2005.01.00.073041-7/MG Distribuído no TRF em 15/12/2005
Processo na Origem: 200538000255480

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	LUCY VOLPINI SPOLAOR DE OLIVEIRA
ADVOGADO	:	DEVERLEI CÉSAR DA CUNHA
AGRAVADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	ARTHUR ROSEMBURG FILHO
AGRAVANTE NO AG. INTERNO	:	LUCY VOLPINI SPOLAOR DE OLIVEIRA
AGRAVADA NO AG. INTERNO	:	R. DECISÃO DE F. 35
EMBARGANTE	:	LUCY VOLPINI SPOLAOR DE OLIVEIRA
EMBARGADO	:	V. ACÓRDÃO DE F. 71

CONSTITUCIONAL, TRIBUTÁRIO, PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO -PRESCRIÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA: LEI Nº 8.212/91 (ART. 45 E 46) - OBSCURIDADE RESOLVIDA SEM EFEITOS MODIFICATIVOS.
1. Não havendo no julgado qualquer omissão ou contradição, examina-se suposta "obscuridade", mediante maior explicitação, quanto à variação temporal do prazo prescricional em matéria de contribuição previdenciária na vigência da CF/88 e à luz da Lei nº 8.212/91.
2. Na CF/88, embora o constituinte tenha dado à contribuição previdenciária contornos de natureza tributária no Capítulo "Do Sistema Tributário Nacional", tratou da contribuição previdenciária em Capítulo próprio (Da Ordem Social), ainda que aplicando ao sistema previdenciário preceitos inscritos no Capítulo da Ordem Tributária.
3. Embora possuindo a contribuição previdenciária natureza tributária, a legislação aplicável a ela não está circunscrita exclusivamente à legislação tributária, pois a CF/88, em capítulo específico, remete a regulamentação do sistema previdenciário à legislação ordinária.
4. A Lei nº 8.212/91, gerada no contexto do permissivo constitucional para regular a contribuição social sobre a folha de salários, adota norma expressa e específica sobre o tema da prescrição, afastando-se, então, o CTN, usado apenas como norma geral subsidiária.
5. A existência de julgado esparso do STJ em sentido contrário não teria o condão de alterar o entendimento da Turma sobre a matéria, porque tal julgado apenas dá início ao incidente de argüição de inconstitucionalidade, ainda não solucionado.
6. Embargos de declaração providos em parte.
7. Peças liberadas pelo Relator, em 19/03/2007, para publicação do acórdão.

ACÓRDÃO

Decide a 7ª Turma DAR PROVIMENTO, em parte, aos embargos de declaração, sem efeitos modificativos, por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 19/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

ED NO AGIAC Nº 2005.01.99.060603-5/MT Distribuído no TRF em 01/09/2005
Processo na Origem: 26999

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	:	AGRO-INDUSTRIAL IRMAOS ZULLI LTDA
ADVOGADO	:	ADEMIR JOEL CARDOSO E OUTROS(AS)
AGRAVANTE NO AG. INTERNO	:	FAZENDA NACIONAL
AGRAVADA NO AG. INTERNO	:	R. DECISÃO DE F. 115/6
EMBARGANTE	:	FAZENDA NACIONAL
EMBARGADO	:	V. ACÓRDÃO DE F. 129/33

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO: ART. 535 DO CPC - CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE: INEXISTÊNCIA - EMBARGOS NÃO PROVIDOS.
1. A título de "supostas" contradição e obscuridade, que não conseguiu pontuar individualizadamente, a embargante pretende rediscutir a matéria, pois, a seu ver, teria havido "infringência" a dispositivos constitucionais e legais que aponta.
2. Violação de disposição legal não rende ensejo a embargos. Manifesto o caráter infringente dos aclaratórios.
3. Embargos de declaração não providos.
4. Peças liberadas pelo Relator, em 19/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª (Sétima) Turma NEGAR PROVIMENTO aos Embargos de Declaração por unanimidade.
7ª (Sétima) Turma do TRF - 1ª Região, 19/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2005.01.99.061787-4/MA Distribuído no TRF em 12/09/2005
Processo na Origem: 35842003

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
APELANTE	:	JOAO R GONCALVES - FARMACIA RONNEY
ADVOGADO	:	MARCELO VERAS DE SOUSA
APELADO	:	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO MARANHAO - CRF/MA
PROCURADOR	:	ANA VALERIA FERRO CARVALHO

EMENTA

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. POSTO DE MEDICAMENTO. MULTA APLICADA PELO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA POR AUSÊNCIA DE RESPONSÁVEL TÉCNICO EM FARMÁCIAS E DROGARIAS. LEGALIDADE. APELAÇÃO PROVIDA.

1. De acordo com os artigos 15 e 17, da Lei nº 5.991/73, combinados com o art. 24 da Lei nº 3.820/60, as drogarias e as fármacias estão obrigadas a manter, em seus quadros, profissionais habilitados a proceder ao controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos. Esta exigência é excepcionada para os postos de medicamentos, unidades volantes, supermercados, armazém empório, loja de conveniência e drugstore (art. 19, com nova redação dada pela Lei 9.069/95).
2. Apelação provida.
3. Peças liberadas pelo Relator, em 30/01/2007, para publicação do acórdão.

ACÓRDÃO

Decide a 7ª Turma DAR PROVIMENTO à apelação por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 30/01/2007.

Juiz Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2005.33.00.001630-0/BA
Processo na Origem: 200533000016300

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONVOCADO)
APELANTE	:	HASS SISTEMAS E TECNOLOGIA LTDA.
ADVOGADOS	:	DRS. JOÃO PAULO DE MELLO FILIPPIN E OUTROS
APELADA	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO

E M E N T A

CONSTITUCIONAL - TRIBUTÁRIO - COFINS-IMPORTAÇÃO E CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS-IMPORTAÇÃO - LEI Nº 10.865/2004 - DESNECESSIDADE DE LEI COMPLEMENTAR - INCIDÊNCIA SOBRE O MONTANTE DEVIDO A TÍTULO DE ICMS-IMPORTAÇÃO E SOBRE O VALOR DAS PRÓPRIAS CONTRIBUIÇÕES (BASE DE CÁLCULO POR DENTRO) - ADMISSIBILIDADE.

1 - DESNECESSIDADE DE LEI COMPLEMENTAR: Não há que se falar em necessidade de lei complementar para instituição das contribuições em questão. O disposto no art. 195, § 4º, da CF, que faz remissão ao comando do art. 154, I, também da CF, somente se aplica à hipótese de instituição de contribuição "nova", ou seja, não prevista no texto constitucional, não sendo esta, por óbvio, a situação da COFINS-importação e da Contribuição para o PIS-importação, autorizadas pelos arts. 149, § 2º, III, "a" e 195, IV, da Carta Magna.
- Não é razoável supor que o legislador ordinário possa criar nova fonte de custeio para a seguridade social, mediante lei complementar, e o legislador extraordinário, com força no Poder Constituinte Derivado ou Reformador, não possa prever nova fonte de custeio, a ser efetivamente instituída por meio de lei ordinária, como determina a própria norma constitucional em que prevista a novel contribuição (art. 195, IV, CF). Com efeito, não é "nova", para os efeitos do art. 195, § 4º, CF, a contribuição prevista em emenda constitucional, pelo que, viável é a sua instituição mediante lei ordinária ou medida provisória.
2 - BASE DE CÁLCULO - INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 110, CTN: Não está em discussão o conteúdo da expressão adotada pela norma constitucional - "valor aduaneiro", porquanto o legislador ordinário também a acolheu, tal qual previsto para o imposto de importação, ou seja, com obediência ao Acordo sobre a Implementação do Artigo VII, do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, promulgado pelo Decreto nº 1.355/94 e ao Decreto nº 4.543/2002. (art. 7º, I). A questão é que, além do valor aduaneiro, determina a lei que as contribuições incidirão sobre o ICMS-importação e sobre o valor das próprias contribuições (base de cálculo por dentro). Descabida, portanto, a alegação de violação ao disposto no art. 110, CTN.
3 - BASE DE CÁLCULO - INCIDÊNCIA DAS CONTRIBUIÇÕES SOBRE O MONTANTE DEVIDO A TÍTULO DE ICMS-IMPORTAÇÃO: A inclusão do ICMS-importação na base de cálculo da COFINS-importação e da Contribuição para o PIS-importação, por obra do legislador ordinário, é medida que assegura a competitividade da mercadoria nacional frente à importada. Veja-se: (a) sobre a mercadoria nacional incidem a COFINS, a Contribuição para o PIS, o ICMS e o IPI, lembrando que o valor devido a título de ICMS integra a base de cálculo das contribuições; (b) sobre a mercadoria importada, na linha do que defendido pela(s) contribuinte(s), incidiriam a COFINS-importação, a Contribuição para o PIS-importação, o ICMS-importação e o IPI-importação, sendo que a base de cálculo das contribuições será menor, pela não inclusão do valor devido a título de ICMS. Portanto, a mercadoria nacional, mais onerada, não terá condições de concorrer com a mercadoria importada, não sendo esta, por certo, a intenção do Constituinte Reformador, que procurou, nos últimos tempos, harmonizar a tributação incidente sobre mercadorias, produtos e serviços nacionais e importados, desonerando, na medida do possível, as exportações.
- Ademais, de acordo com o disposto no art. 146-A, CF, admite-se que a União, através de lei, preveja critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência. Assim, verificando o legislador ordinário que a adoção, pura e simples, da base de cálculo estipulada no texto constitucional acabaria por restringir a competitividade da mercadoria nacional, amparado no art. 146-A, CF, determinou a incidência das contribuições sobre o valor devido a título de ICMS, tal como previsto para a mercadoria nacional.
- Também não é novidade a incidência de um tributo sobre o montante devido a título de outro tributo. Historicamente, FINSOCIAL, PIS e COFINS sempre incidiram sobre o ICM e o ICMS (Súmulas 68 e 94/STJ, 258/TFR e AMS 2000.35.00.020512-3, Rel. Des. Fed. Luciano Tolentino Amaral, DJ de 13.06.2003). O próprio art. 155, § 2º, XI, CF, que trata do ICMS, admite, excluindo-se a hipótese nele aventada, que o valor devido a título de IPI integre a base de cálculo do ICMS.

4 - BASE DE CÁLCULO - INCIDÊNCIA SOBRE OS VALORES DAS PRÓPRIAS CONTRIBUIÇÕES (BASE DE CÁLCULO POR DENTRO): A incidência das contribuições sobre o valor das próprias contribuições (base de cálculo por dentro) constitui-se em técnica de tributação já utilizada de longa data, em relação ao ICM e ao ICMS (art. 2º, § 7º, do Decreto-lei nº 406/68 e art. 13, § 1º, I, da LC nº 87/96), e respaldada pelo E. STF (RE 212.209/RS, Rel. p/acórdão Min. Nelson Jobim, DJ de 10.02.2003 e (RE 209.393/SP, Rel. Min. Moreira Alves, DJ de 09.06.2000)

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento ao apelo da impetrante.
Brasília, 19 de março de 2007. (Data de julgamento.)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator (CONVOCADO)

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2005.33.00.003539-3/BA
Processo na Origem: 200533000035393

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONV.)
APELANTE	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO
APELADA	:	F. GARCIA REPRESENTAÇÕES E COMÉRCIO LTDA
ADVOGADOS	:	DRS. EDUARDO DANGREMON E OUTROS
REMETENTE	:	JUÍZO FEDERAL DA 6ª VARA - BA

E M E N T A

CONSTITUCIONAL - TRIBUTÁRIO - COFINS-IMPORTAÇÃO E CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS-IMPORTAÇÃO - LEI Nº 10.865/2004 - DESNECESSIDADE DE LEI COMPLEMENTAR - INCIDÊNCIA SOBRE O MONTANTE DEVIDO A TÍTULO DE ICMS-IMPORTAÇÃO E SOBRE O VALOR DAS PRÓPRIAS CONTRIBUIÇÕES (BASE DE CÁLCULO POR DENTRO) - ADMISSIBILIDADE.

1 - DESNECESSIDADE DE LEI COMPLEMENTAR: Não há que se falar em necessidade de lei complementar para instituição das contribuições em questão. O disposto no art. 195, § 4º, da CF, que faz remissão ao comando do art. 154, I, também da CF, somente se aplica à hipótese de instituição de contribuição "nova", ou seja, não prevista no texto constitucional, não sendo esta, por óbvio, a situação da COFINS-importação e da Contribuição para o PIS-importação, autorizadas pelos arts. 149, § 2º, III, "a" e 195, IV, da Carta Magna.
- Não é razoável supor que o legislador ordinário possa criar nova fonte de custeio para a seguridade social, mediante lei complementar, e o legislador extraordinário, com força no Poder Constituinte Derivado ou Reformador, não possa prever nova fonte de custeio, a ser efetivamente instituída por meio de lei ordinária, como determina a própria norma constitucional em que prevista a novel contribuição (art. 195, IV, CF). Com efeito, não é "nova", para os efeitos do art. 195, § 4º, CF, a contribuição prevista em emenda constitucional, pelo que, viável é a sua instituição mediante lei ordinária ou medida provisória.

2 - BASE DE CÁLCULO - INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 110, CTN: Não está em discussão o conteúdo da expressão adotada pela norma constitucional - "valor aduaneiro", porquanto o legislador ordinário também a acolheu, tal qual previsto para o imposto de importação, ou seja, com obediência ao Acordo sobre a Implementação do Artigo VII, do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, promulgado pelo Decreto nº 1.355/94 e ao Decreto nº 4.543/2002. (art. 7º, I). A questão é que, além do valor aduaneiro, determina a lei que as contribuições incidirão sobre o ICMS-importação e sobre o valor das próprias contribuições (base de cálculo por dentro). Descabida, portanto, a alegação de violação ao disposto no art. 110, CTN.
3 - BASE DE CÁLCULO - INCIDÊNCIA DAS CONTRIBUIÇÕES SOBRE O MONTANTE DEVIDO A TÍTULO DE ICMS-IMPORTAÇÃO: A inclusão do ICMS-importação na base de cálculo da COFINS-importação e da Contribuição para o PIS-importação, por obra do legislador ordinário, é medida que assegura a competitividade da mercadoria nacional frente à importada. Veja-se: (a) sobre a mercadoria nacional incidem a COFINS, a Contribuição para o PIS, o ICMS e o IPI, lembrando que o valor devido a título de ICMS integra a base de cálculo das contribuições; (b) sobre a mercadoria importada, na linha do que defendido pela(s) contribuinte(s), incidiriam a COFINS-importação, a Contribuição para o PIS-importação, o ICMS-importação e o IPI-importação, sendo que a base de cálculo das contribuições será menor, pela não inclusão do valor devido a título de ICMS. Portanto, a mercadoria nacional, mais onerada, não terá condições de concorrer com a mercadoria importada, não sendo esta, por certo, a intenção do Constituinte Reformador, que procurou, nos últimos tempos, harmonizar a tributação incidente sobre mercadorias, produtos e serviços nacionais e importados, desonerando, na medida do possível, as exportações.
- Ademais, de acordo com o disposto no art. 146-A, CF, admite-se que a União, através de lei, preveja critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência. Assim, verificando o legislador ordinário que a adoção, pura e simples, da base de cálculo estipulada no texto constitucional acabaria por restringir a competitividade da mercadoria nacional, amparado no art. 146-A, CF, determinou a incidência das contribuições sobre o valor devido a título de ICMS, tal como previsto para a mercadoria nacional.
- Também não é novidade a incidência de um tributo sobre o montante devido a título de outro tributo. Historicamente, FINSOCIAL, PIS e COFINS sempre incidiram sobre o ICM e o ICMS (Súmulas 68 e 94/STJ, 258/TFR e AMS 2000.35.00.020512-3, Rel. Des. Fed. Luciano Tolentino Amaral, DJ de 13.06.2003). O próprio art. 155, § 2º, XI, CF, que trata do ICMS, admite, excluindo-se a hipótese nele aventada, que o valor devido a título de IPI integre a base de cálculo do ICMS.
4 - BASE DE CÁLCULO - INCIDÊNCIA SOBRE OS VALORES DAS PRÓPRIAS CONTRIBUIÇÕES (BASE DE CÁLCULO POR DENTRO): A incidência das contribuições sobre o valor das próprias contribuições (base de cálculo por dentro) constitui-se em técnica de tributação já utilizada de longa data, em relação ao ICM e ao ICMS (art. 2º, § 7º, do Decreto-lei nº 406/68 e art. 13, § 1º, I, da LC nº 87/96), e respaldada pelo E. STF (RE 212.209/RS, Rel. p/acórdão Min. Nelson Jobim, DJ de 10.02.2003 e (RE 209.393/SP, Rel. Min. Moreira Alves, DJ de 09.06.2000)
5 - Apelação da União Federal e remessa oficial providas.
6 - Sentença reformada.
7 - Segurança denegada.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, dar provimento ao apelo da União Federal e à remessa oficial.
Brasília, 19 de março de 2007. (Data de julgamento)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator (CONVOCADO)

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2005.33.00.013687-0/BA
Processo na Origem: 200533000136870

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONV.)
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADORA	:	DRA. HÉLIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
APELADA	:	CARBALLO FARO E CIA LTDA
ADVOGADOS	:	DRS. ANTÔNIO GERALDO TEIXEIRA NETO E OUTROS
REMETENTE	:	JUÍZO FEDERAL DA 7ª VARA - BA

E M E N T A

ADMINISTRATIVO - SERVIÇO PÚBLICO - MOVIMENTO GREVISTA DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - DESEMBARAÇO ADUANEIRO DE MERCADORIAS IMPORTADAS OU DESTINADAS A EXPORTAÇÃO - SERVIÇO PARALISADO EM DECORRÊNCIA DA GREVE - PREJUÍZO PARA O USUÁRIO - IMPOSSIBILIDADE.
1 - O direito de greve assegurado pela Constituição Federal, ainda não regulamentado, não pode trazer prejuízo ao usuário de serviço público essencial que, satisfazendo as obrigações fiscais para liberação de mercadorias importadas ou destinadas a exportação, não obtém seu desembaraço aduaneiro em razão de paralisação das atividades dos servidores do Ministério da Agricultura.
2 - Recurso de Apelação e Remessa Oficial improvidos.
3 - Sentença confirmada.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso de Apelação e à Remessa Oficial.
Brasília, 27 de fevereiro de 2007. (Data de julgamento.)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator Convocado

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2005.33.00.015842-7/BA
Processo na Origem: 200533000158427

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONVOCADO)
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	DR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
PROCURADOR	:	DR. VALDEZ ADRIANI FARIAS
APELANTE	:	CLUBE DOS EMPREGADOS DA PETROBRÁS CEPE BA
ADVOGADOS	:	DRS. FERNANDA CABELLO DA SILVA MAGALHÃES E OUTROS
APELADOS	:	OS MESMOS
REMETENTE	:	JUÍZO FEDERAL DA 10ª VARA-BA

E M E N T A

CONSTITUCIONAL - TRIBUTÁRIO - ADICIONAL DEVIDO AO INCRA (0,2%), INCIDENTE SOBRE A FOLHA DE SALÁRIOS DAS EMPRESAS URBANAS - NATUREZA TRIBUTÁRIA NA ESPÉCIE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL GERAL (ART. 149, DA CF) - RECEPÇÃO PELA CF/88 - LEGITIMIDADE DA COBRANÇA ATÉ OS DIAS DE HOJE - PRAZO PARA REQUERER EM JUÍZO RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO (TEORIA DOS 5+5).
1 - Em se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação, o prazo para requerer em Juízo a restituição/compensação extingue-se após 5 (cinco) anos, contados do fato gerador, acrescidos de mais 5 (cinco) anos, a partir da homologação tácita do pagamento.
2 - O adicional de 0,2% incidente sobre a folha de salário das empresas urbanas, devido ao INCRA, e arrecadado pelo INSS, possui natureza jurídica de tributo, na espécie contribuição social geral (art. 149, da CF), tendo sido recepcionado pela Constituição Federal de 1988 e em pleno vigor até a presente data, não havendo que se falar em sua absorção pela alíquota previdenciária básica de 20% - em razão da edição das Leis nºs 7.787/89 e 8.212/91 - por não se confundir com contribuição de custeio da seguridade social (art. 195, da CF).
3 - Apelação do autor parcialmente provida.
4 - Apelação do INSS, do INCRA e remessa oficial providas.
5 - Sentença reformada.
6 - Pedido improcedente.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, dar parcial provimento à apelação do autor e integral às apelações do INSS, do INCRA e à remessa oficial.
Brasília, 27 de fevereiro de 2007. (Data de julgamento)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator (CONVOCADO)

AMS Nº 2005.33.00.015876-0/BA Distribuído no TRF em 27/03/2006
Processo na Origem: 200533000158760

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	:	MORAES E FERRAZ LTDA
ADVOGADO	:	PATRICIA MACHADO DIDONE E OUTROS(AS)

E M E N T A

CONSTITUCIONAL, TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - MANDADO DE SEGURANÇA - EXIGÊNCIA DO DEPÓSITO PRÉVIO PARA ADMISSÃO DO RECURSO ADMINISTRATIVO (OU, SE O CASO, ARROLAMENTO): LEGITIMIDADE.
1 - Sentença concessiva de segurança induz obrigatoriedade da remessa oficial.
2 - Entendendo ausente qualquer transgressão aos princípios constitucionais do contraditório; da ampla defesa; do devido processo legal; e do amplo acesso ao Judiciário, a jurisprudência (STF, STJ e TRF1) é uníssona quanto à exigibilidade do depósito prévio como condição de admissibilidade do respectivo recurso administrativo (STF, T2, AI-AgR nº 534.180/RJ), admitindo-se apenas, quando a exigência não versar sobre débitos previdenciários, sua permuta por arrolamento de bens e direitos
3 - Apelação e remessa oficial, tida por interposta, providas: segurança denegada.
4 - Peças liberadas pelo Relator, em 27/02/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma, DAR PROVIMENTO à apelação e à remessa oficial, tida por interposta, por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 27/02/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

REMESSA EX OFFICIO EM MS Nº 2005.33.00.023610-5/BA Distribuído no TRF em 12/09/2006
Processo na Origem: 200533000236105

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
IMPETRANTE	:	THOMAS K L INDUSTRIA DE ALTO FALANTES LTDA
ADVOGADO	:	FERNANDO ANTONIO DA SILVA NEVES E OUTROS(AS)
IMPETRADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 7A VARA - BA

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - IMPORTAÇÃO - DESEMBARAÇO ADUANEIRO - ATRASO - LIBERAÇÃO DA MERCADORIA - GREVE. REMESSA OFICIAL NÃO PROVIDA.

1 - O direito de greve garantido pela Constituição Federal não pode trazer prejuízo ao usuário de serviço público essencial que, satisfazendo as obrigações fiscais para liberação de mercadorias importadas ou destinadas a exportação, não obtém seu desembaraço aduaneiro em razão de movimento paredista.

2 - Remessa oficial não provida.
3 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO à remessa oficial, por unanimidade.
7ª Turma do TRF-1ª Região, 13/03/2007.

Juiz Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator Convocado

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2005.33.00.023971-0/BA
Processo na Origem: 200533000239710

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONV.)
APELANTE	:	UNIÃO FEDERAL
PROCURADORA	:	DRª. HÉLIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
APELADA	:	BPF - BRAZILIAN PREMIUM FRUIT LTDA.
ADVOGADOS	:	DRS. ANNA TEREZA ALMEIDA LANDGRAF E OUTROS
REMETENTE	:	JUÍZO FEDERAL DA 12ª VARA - BA

E M E N T A

ADMINISTRATIVO - SERVIÇO PÚBLICO - MOVIMENTO GREVISTA DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - DESEMBARAÇO ADUANEIRO DE MERCADORIAS IMPORTADAS OU DESTINADAS A EXPORTAÇÃO - SERVIÇO PARALISADO EM DECORRÊNCIA DA GREVE - PREJUÍZO PARA O USUÁRIO - IMPOSSIBILIDADE.
1 - O direito de greve assegurado pela Constituição Federal, ainda não regulamentado, não pode trazer prejuízo ao usuário de serviço público essencial que, satisfazendo as obrigações fiscais para liberação de mercadorias importadas ou destinadas a exportação, não obtém seu desembaraço aduaneiro em razão de paralisação das atividades dos servidores do Ministério da Agricultura.
2 - Recurso de Apelação e Remessa Oficial improvidos.
3 - Sentença confirmada.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso de Apelação e à Remessa Oficial.
Brasília, 27 de fevereiro de 2007. (Data de julgamento.)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator Convocado

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA AMS Nº 2005.33.00.024241-0/BA Distribuído no TRF em 18/08/2006
Processo na Origem: 200533000242410

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
APELANTE	:	OLIVEIRA CALASANS E VIEIRA ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS
ADVOGADO	:	SERGIO RICARDO OLIVEIRA DOS SANTOS E OUTROS(AS)
APELADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
EMBARGANTE	:	OLIVEIRA CALASANS E VIEIRA ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS
EMBARGADO	:	ACORDÃO DE FLS. 190/193

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (ART. 535 DO CPC) - PREQUESTIONAMENTO - "OMISSÃO. INEXISTÊNCIA: NÃO PROVIDOS.
1- Não havendo omissão a suprir (art. 535 do CPC), a inconformidade ressoa como manifesta contrariedade à orientação jurídica adotada no acórdão, o que consubstancia evidente caráter infringente, a que não se presta a via ora eleita.
2- Alega-se, sem respeito ao limite técnico-processual dos termos, "omissão". A parte não pode invocar o que quiser e como quiser, dando-lhe o nome que melhor lhe aprouver.
3- Intuito de prequestionamento incompatível com a via.
4- Embargos de declaração não providos.
5- Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª (Sétima) Turma NEGAR PROVIMENTO aos Embargos Declaratórios por unanimidade.
7ª (Sétima) Turma do TRF - 1ª Região, 13/03/2007.

Juiz Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2005.33.00.025989-4/BA
Processo na Origem: 200533000259894

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONV.)
APELANTE	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO
APELADA	:	F. GARCIA REPRESENTAÇÕES E COMÉRCIO LTDA
ADVOGADOS	:	DRS. VICENTE MAIA BARRETO DE OLIVEIRA E OUTROS
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 11ª VARA - BA

E M E N T A

CONSTITUCIONAL - TRIBUTÁRIO - COFINS-IMPORTAÇÃO E CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS-IMPORTAÇÃO - LEI Nº 10.865/2004 - DESNECESSIDADE DE LEI COMPLEMENTAR - INCIDÊNCIA SOBRE O MONTANTE DEVIDO A TÍTULO DE ICMS-IMPORTAÇÃO E SOBRE O VALOR DAS PRÓPRIAS CONTRIBUIÇÕES (BASE DE CÁLCULO POR DENTRO) - ADMISSIBILIDADE.

1 - DESNECESSIDADE DE LEI COMPLEMENTAR: Não há que se falar em necessidade de lei complementar para instituição das contribuições em questão. O disposto no art. 195, § 4º, da CF, que faz remissão ao comando do art. 154, I, também da CF, somente se aplica à hipótese de instituição de contribuição "nova", ou seja, não prevista no texto constitucional, não sendo esta, por óbvio, a situação da COFINS-importação e da Contribuição para o PIS-importação, autorizadas pelos arts. 149, § 2º, III, "a" e 195, IV, da Carta Magna.
- Não é razoável supor que o legislador ordinário possa criar nova fonte de custeio para a seguridade social, mediante lei complementar, e o legislador extraordinário, com força no Poder Constituinte Derivado ou Reformador, não possa prever nova fonte de custeio, a ser efetivamente instituída por meio de lei ordinária, como determina a própria norma constitucional em que prevista a novel contribuição (art. 195, IV, CF). Com efeito, não é "nova", para os efeitos do art. 195, § 4º, CF, a contribuição prevista em emenda constitucional, pelo que, viável é a sua instituição mediante lei ordinária ou medida provisória.
2 - BASE DE CÁLCULO - INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 110, CTN: Não está em discussão o conteúdo da expressão adotada pela norma constitucional - "valor ADUANEIRO", porquanto o legislador ordinário também a acolheu, tal qual previsto para o imposto de importação, ou seja, com obediência ao Acordo sobre a Implementação do Artigo VII, do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, promulgado pelo Decreto nº 1.355/94 e ao Decreto nº 4.543/2002. (art. 7º, I). A questão é que, além do valor aduaneiro, determina a lei que as contribuições incidirão sobre o ICMS-importação e sobre o valor das próprias contribuições (base de cálculo por dentro). Descabida, portanto, a alegação de violação ao disposto no art. 110, CTN.
3 - BASE DE CÁLCULO - INCIDÊNCIA DAS CONTRIBUIÇÕES SOBRE O MONTANTE DEVIDO A TÍTULO DE ICMS-IMPORTAÇÃO: A inclusão do ICMS-importação na base de cálculo da COFINS-importação e da Contribuição para o PIS-importação, por obra do legislador ordinário, é medida que assegura a competitividade da mercadoria nacional frente à importada. Veja-se: (a) sobre a mercadoria nacional incidem a COFINS, a Contribuição para o PIS, o ICMS e o IPI, lembrando que o valor devido a título de ICMS integra a base de cálculo das contribuições; (b) sobre a mercadoria importada, na linha do que defendido pela(s) contribuinte(s), incidiriam a COFINS-importação, a Contribuição para o PIS-importação, o ICMS-importação e o IPI-importação, sendo que a base de cálculo das contribuições será menor, pela não inclusão do valor devido a título de ICMS. Portanto, a mercadoria nacional, mais onerada, não terá condições de concorrer com a mercadoria importada, não sendo esta, por certo, a intenção do Constituinte Reformador, que procurou, nos últimos tempos, harmonizar a tributação incidente sobre mercadorias, produtos e serviços nacionais e importados, desonerando, na medida do possível, as exportações.
- Ademais, de acordo com o disposto no art. 146-A, CF, admite-se que a União, através de lei, preveja critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência. Assim, verificando o legislador ordinário que a adoção, pura e simples, da base de cálculo estipulada no texto constitucional acabaria por restringir a competitividade da mercadoria nacional, amparado no art. 146-A, CF, determinou a incidência das contribuições sobre o valor devido a título de ICMS, tal como previsto para a mercadoria nacional.
- Também não é novidade a incidência de um tributo sobre o montante devido a título de outro tributo. Historicamente, FINSOCIAL, PIS e COFINS sempre incidiram sobre o ICM e o ICMS (Súmulas 68 e 94/STJ, 258/TFR e AMS 2000.35.00.020512-3, Rel. Des. Fed. Luciano Tolentino Amaral, DJ de 13.06.2003). O próprio art. 155, § 2º, XI, CF, que trata do ICMS, admite, excluindo-se a hipótese nele aventada, que o valor devido a título de IPI integre a base de cálculo do ICMS.
4 - BASE DE CÁLCULO - INCIDÊNCIA SOBRE OS VALORES DAS PRÓPRIAS CONTRIBUIÇÕES (BASE DE CÁLCULO POR DENTRO): A incidência das contribuições sobre o valor das próprias contribuições (base de cálculo por dentro) constitui-se em técnica de tributação já utilizada de longa data, em relação ao ICM e ao ICMS (art. 2º, § 7º, do Decreto-lei nº 406/68 e art. 13, § 1º, I, da LC nº 87/96), e respaldada pelo E. STF (RE 212.209/RS, Rel. p/acórdão Min. Nelson Jobim, DJ de 10.02.2003 e (RE 209.393/SP, Rel. Min. Moreira Alves, DJ de 09.06.2000)
5 - Apelação da União Federal e remessa oficial providas.
6 - Sentença reformada.
7 - Segurança denegada.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, dar provimento ao apelo da União Federal e à remessa oficial.
Brasília, 19 de março de 2007. (Data de julgamento)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator (CONVOCADO)

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2005.34.00.000478-1/DF
Processo na Origem: 200534000004781

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
APELANTE	:	VIACAO SERRA VERDE LTDA
ADVOGADO	:	PAULO ROBERTO COIMBRA SILVA E OUTRO(A)
APELADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. ADESÃO AO PROGRAMA REFIS. EXCLUSÃO RESPALDADA NO INCISO III DO ART. 5º DA LEI Nº 9.964. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO PRÉVIA. INCONSTITUCIONALIDADE INEXISTENTE. RESOLUÇÃO CG/REFIS Nº 821/2004.
1 - O Programa de Recuperação de Crédito, instituído pela Lei nº 9.964, de 10.04.2000, estabeleceu moratória individual, que, nos termos do art. 153 do CTN, reclama a fixação, pela lei que a concede, das condições a que se sujeita.
2 - A adesão ao referido programa implica a aceitação, pelo contribuinte, das condições estabelecidas, salvo se inconstitucionais, vício em que não incorre a falta de sua notificação para defesa, antes da exclusão, em razão da simplicidade da mecânica do programa, de sua natureza de favor fiscal, do seu objetivo de recuperação de créditos vencidos do Poder Público, e da circunstância de os fatos que ensejam a exclusão, a teor do art. 5º da Lei nº 9.964/00, serem, naturalmente, conhecidos do contribuinte, seja porque foi deles cientificado, expressamente, seja porque constituem práticas a ele atribuíveis.
3 - Verificado que a empresa incorreu na restrição prevista no art. 5º, III, da Lei nº 9.964/2000, sem que tenha comprovado a regularização da situação motivadora do ato de exclusão, não há que falar na sua reinclusão no REFIS.
4 - Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Decide a Turma, por unanimidade, negar provimento à apelação.
7ª Turma do TRF da 1ª Região - 13/02/2007.

Desembargador Federal ANTÔNIO EZEQUIEL
Relator

AC Nº 2005.34.00.002516-1/DF Distribuído no TRF em 25/10/2006
Processo na Origem: 200534000025161

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	:	DORIVAL BAGGIO E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	MARIA OLIVIA MAIA E OUTROS(AS)

E M E N T A

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA (IRRF SOBRE VERBAS INDENIZATÓRIAS) - DEDUÇÃO DE RESTITUIÇÕES (DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL): PRECLUSÃO
1 - Consoante precedente desta Corte (T7), somente a eventual existência de erros quanto aos valores apurados a restituir ao tempo do ajuste anual da declaração de imposto de renda importaria em necessidade de compensação (ou dedução), já porque aludido tema deveria ter sido objeto de debate na fase de conhecimento, não podendo ser ventilado, porque precluso na fase de execução.
2 - Se a sentença no processo de conhecimento assegura a repetição de determinado "valor" (indevidamente exigido), é esse (o total de IR retido na fonte) o valor exato a ser devolvido (agregados os devidos consectários) e não aquele valor equivalente ao "possível" resultado de retificação das declarações dos anos anteriores ao sabor do posterior reconhecimento de que as verbas pagas são indenizatórias (a não ser que a sentença expressamente assim preveja, do que, no caso, sequer se cogita). A repetição é, pois, do "indébito" retido.

3 - Apelação não provida.
4 - Peças liberadas pelo Relator, em 19/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma, NEGAR PROVIMENTO à apelação por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 19/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

ED NA AMS Nº 2005.34.00.005858-8/DF Distribuído no TRF em 22/09/2006
Processo na Origem: 200534000058588

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	:	BENEDITO DA SILVA MOURA E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	DANILO COSTA BARBOSA E OUTROS(AS)
EMBARGANTE	:	BENEDITO DA SILVA MOURA E OUTROS(AS)
EMBARGADO	:	V. ACÓRDÃO DE FL. 179/83

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INFRINGÊNCIA - INOCORRÊNCIA DA ALEGADA "OMISSÃO" - EMBARGOS NÃO PROVIDOS.
1. Destinam-se os embargos declaratórios a aclarar eventual obscuridade, resolver eventual contradição (objetiva: intrínseca do julgado) ou suprir eventual omissão do julgado, consoante art. 535 do CPC, de modo que, inocorrente qualquer das hipóteses que ensejam a oposição deles, a inconformidade do embargante ressoa como manifesta contrariedade à orientação jurídica que se adotou no acórdão, o que consubstancia evidente caráter infringente, a que não se presta a via ora eleita.
2. O julgado expressa: *"(...)não poderia o julgador primário ter determinado a restituição do indébito, facultada a devolução por ocasião da declaração de Imposto de Renda pertinente ao acerto de contas anual, sendo a sentença no ponto* extra petita*"*.
3. O julgado é claro no sentido de que a devolução de valores não é possível nesta sede porque MS não é sucedâneo de ação de cobrança (SÚMULA nº 269/STF).
4. Embargos de declaração não providos.
5. Peças liberadas pelo Relator, em 19/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª (Sétima) Turma NEGAR PROVIMENTO aos Embargos de Declaração por unanimidade.
7ª (Sétima) Turma do TRF - 1ª Região, 19/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2005.34.00.011204-4/DF
Processo na Origem: 200534000112044

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	:	DIEGOLI E GONTIJO CONSULTORES S/C LTDA
ADVOGADO	:	CECILIA ROLIM DE PONTES VIEIRA E OUTROS(AS)
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 4A VARA - DF

EMENTA

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. COFINS. REVOGAÇÃO, PELA LEI N. 9.430/96, DA ISENÇÃO ASSEGURADA PELA LC 70/91 ÀS SOCIEDADES CIVIS PRESTADORAS DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS. CONSTITUCIONALIDADE.
1. É legítima a revogação, pela Lei n. 9.430/1996, da isenção da COFINS concedida às sociedades civis prestadoras de serviços profissionais pela Lei Complementar n. 70/1991, dado que essa lei, formalmente complementar, é, com relação aos dispositivos concernentes à contribuição social por ela instituída, materialmente ordinária, não havendo que falar, assim, em violação ao princípio da hierarquia das leis, cujo respeito exige seja observado o âmbito material reservado às espécies normativas previstas na Constituição Federal. Precedente da 1ª Turma do STF.
2. Apelação da Fazenda Nacional e remessa oficial providas.

ACÓRDÃO

Decide a Turma, por unanimidade, dar provimento ao apelo da Fazenda Nacional e à remessa oficial.
7ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

AMS Nº 2005.34.00.015098-3/DF Distribuído no TRF em 01/09/2006
Processo na Origem: 200534000150983

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	RT - COMERCIO DE CARNES LTDA
ADVOGADO	:	MARCELE BORGES SOARES MONTEIRO PERES
APELADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	ANA MARIA PEIXOTO DE SOUZA CRUZ

E M E N T A

CONSTITUCIONAL, PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - MANDADO DE SEGURANÇA - EXIGÊNCIA DO DEPÓSITO PRÉVIO PARA ADMISSÃO DO RECURSO ADMINISTRATIVO: LEGITIMIDADE.
1 - Entendendo ausente qualquer transgressão aos princípios constitucionais do contraditório; da ampla defesa; do devido processo legal; e do amplo acesso ao Judiciário, a jurisprudência (STF, STJ e TRF1) é uníssona quanto à exigibilidade do depósito prévio como condição de admissibilidade do respectivo recurso administrativo (STF, T2, AI-AgR nº 534.180/RJ).
2 - Apelação não provida.
3 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma, NEGAR PROVIMENTO à apelação por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 13/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

ED NA AC Nº 2005.34.00.017203-6/DF Distribuído no TRF em 12/12/2006
Processo na Origem: 200534000172036

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	JURACI CAMPOS DE LIMA RANGEL
ADVOGADO	:	MARIA CECILIA HERMES RODRIGUES E OUTRO(A)
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	:	OS MESMOS
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 22A VARA - DF
EMBARGANTE	:	JURACI CAMPOS DE LIMA RANGEL
EMBARGADO	:	V. ACÓRDÃO DE F. 96/9

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO: ART. 535 DO CPC - "OMISSÃO" E "CONTRADIÇÃO": INEXISTÊNCIA - EMBARGOS NÃO PROVIDOS.
1 - Não há contradição a ser sanada. Os EAC n. 2000.34.00.042435-7 da S4 deste TRF1 foram publicados no DJ II de 14/08/2003, p. 22 e refletem o posicionamento desta Corte quanto às ações ajuizadas antes da vigência da LC n. 118/2005. Para as ações ajuizadas na sua vigência o prazo é qüinqüenal (STJ, EREsp n. 327.043/DF)..
2 - Os embargos de declaração se destinam a expungir do julgado eventuais omissões, contradições e obscuridades (art. 537 do CPC), não sendo via própria para rediscussão do mérito da causa ou de violação a dispositivos constitucionais.
3 - Embargos de declaração não providos.
4 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO aos Embargos de Declaração por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 13/03/2007. .

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

EDAMS Nº 2005.34.00.017861-6/DF Distribuído no TRF em 16/08/2006
Processo na Origem: 200534000178616

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	DRECO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
ADVOGADO	:	CLAUDIA SIMONE PRACA PAULA E OUTROS(AS)
APELADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
EMBARGANTE	:	DRECO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
EMBARGADO	:	V. ACÓRDÃO DE F. 204/8

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - OMISSÃO INEXISTENTE - EMBARGOS NÃO PROVIDOS.
1. Não se reputa omisso o acórdão que contém posição clara e expressa acerca dos pontos ventilados, conforme se extrai da leitura atenta do julgado.
2. O princípio do livre convencimento motivado não exige que se examinem todos os argumentos que, para a parte, possam parecer relevantes, mas que, para o julgador, constituem questões superadas pelas razões que fundamentam seu convencimento.
3. Embargos de declaração não providos.
4. Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO aos Embargos de Declaração por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 13/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2005.35.00.002354-7/GO
Processo na Origem: 200535000023547

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
APELANTE	:	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT
PROCURADOR	:	DR. CARLOS HENRIQUE DAYRELL FERNANDES
APELADA	:	ANA LÚCIA FREIRE
ADVOGADOS	:	DRS. LUIS GUSTAVO NICOLI E OUTRO

E M E N T A

ADMINISTRATIVO - INFRAÇÃO DE TRÂNSITO - AUTUAÇÃO - NOTIFICAÇÕES DA INFRAÇÃO E DA APLICAÇÃO DE PENALIDADE - NECESSIDADE - LEI Nº 9.503/97 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO), ARTS. 280, 281 E SEU PARÁGRAFO ÚNICO, II, E 282 E SEU § 4º - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, SÚMULA Nº 312.
1 - Prevendo a Lei nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro) que o infrator de normas de trânsito seja notificado duas vezes, independentemente da forma de autuação, para tomar conhecimento, respectivamente, desta e da aplicação de penalidade, nulo o auto pertinente e as sanções dele decorrentes se ausente notificação para ciência da infração. (Lei nº 9.503/97, Código de Trânsito Brasileiro, arts. 280, 281 e seu parágrafo único, II, e 282 e seu § 4º.)
2 - "No processo administrativo para imposição de multa de trânsito, são necessárias as notificações da autuação e da aplicação da pena decorrente da infração." (Superior Tribunal de Justiça, Súmula nº 312.)
3 - Apelação denegada.
4 - Sentença confirmada.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso de Apelação.
Brasília, 04 de dezembro de 2006. (Data de julgamento.)

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

REMESSA EX OFFICIO Nº 2005.35.00.006226-8/GO
Processo na Origem: 200535000062268

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
AUTOR	:	LOURENCO PEREIRA FILHO E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	MARCUS OCTAVIO DE MELO MIRANDA
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	GERALDO LOURENCO FILHO
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 4A VARA - GO

EMENTA

CONSTITUCIONAL. REMESSA OFICIAL. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL. EXERCENTE DE MANDATO ELETIVO FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL. LEIS N°S 9.506/97 E 10.887/2004.
1. O Excelso Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, em Sessão Plenária, ao julgar o RE n° 351.717/PR, deu pela inconstitucionalidade da alínea "h" do inciso I do art. 12 da Lei 8.212/91, introduzida pela Lei n° 9.506, de 30.10.1997, posto que, à época de sua edição, não podia uma lei ordinária criar nova figura de segurado obrigatório da previdência social, sem previsão constitucional, como, também, não podia considerar o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal um trabalhador, no sentido jurídico do termo.
2. A EC n° 20/1998, ao acrescentar à alínea "a" do inciso I do art. 195 da CF a frase "*e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício*", e, ao inciso II desse mesmo artigo, as palavras "*e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201*", não "constitucionalizou" a alínea "h" do inciso II do art. 12 da Lei n° 8.212/91, introduzida pela Lei n° 9.506/97, nem legitimou, por si só, a cobrança imediata da contribuição sobre a remuneração dos exercentes de mandatos políticos, pois a Constituição não institui tributo ou contribuição social, mas permite a sua instituição por lei, ou por medida provisória que venha a ser convertida em lei.

3. Assim, a exigência de tal contribuição somente se legitima a partir da eficácia da Lei n° 10.887, de 21.06.2004, lei essa que, após a vigência da EC n° 20/1998, reintroduziu, no art. 12 da Lei n° 8.212/91, disposição idêntica àquela anteriormente considerada inconstitucional, no julgamento do RE n° 351.717/PR.
4. Remessa oficial não provida.

ACÓRDÃO

Decide a Turma, por maioria, negar provimento à remessa oficial.
7ª Turma do TRF da 1ª Região - 05/02/2007.

Desembargador Federal ANTÔNIO EZEQUIEL
Relator

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2005.38.00.000224-1/MG
Processo na Origem: 200538000002241

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
APELANTE	:	JOÃO DE DEUS SOUTO ALVES
ADVOGADO	:	DR. HAMILTON DE FIGUEIREDO SILVA
APELADA	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - PARCELAS DE NATUREZA REMUNERATÓRIA - BASE DE CÁLCULO DE IMPOSTO DE RENDA - INCIDÊNCIA ILÍDIMA.
1 - Valores referentes a horas extras, domingos e feriados laborados, equiparação salarial, adicional noturno têm natureza remuneratória, sendo renda, produto do trabalho, e sobre eles incide Imposto de Renda.
2 - Não sendo a multa prevista no art. 477 da Consolidação das Leis do Trabalho e o adicional de transferência fatos geradores do Imposto de Renda, mas, tão-somente, indenizações por ter sido o contribuinte dispensado sem justa causa e recebido compensação em razão de transferência por necessidade de serviço, respectivamente, ilídima a exigência desse tributo sobre os valores deles decorrentes.
3 - Apelação provida em parte.
4 - Sentença reformada parcialmente.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, dar parcial provimento ao recurso de Apelação.
Brasília, 11 de setembro de 2006. (Data de julgamento.)

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2005.38.00.017590-7/MG Distribuído no TRF em 20/11/2006
Processo na Origem: 200538000175907

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	:	MANOEL DA CRUZ MOURA E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	REGINA MARCIA VIEGAS PEIXOTO CABRAL GONDIM

E M E N T A

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA (IRRF SOBRE VERBAS INDENIZATÓRIAS) - DEDUÇÃO DE RESTITUIÇÕES (DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL): PRECLUSÃO - SELIC.
1 - Consoante precedente desta Corte (T7), somente a eventual existência de erros quanto aos valores apurados a restituir ao tempo do ajuste anual da declaração de imposto de renda importaria em necessidade de compensação (ou dedução), já porque aludido tema deveria ter sido objeto de debate na fase de conhecimento, não podendo ser ventilado, porque precluso na fase de execução.
2 - Se a sentença no processo de conhecimento assegura a repetição de determinado "valor" (indevidamente exigido), é esse (o total de IR retido na fonte) o valor exato a ser devolvido (agregados os devidos consectários) e não aquele valor equivalente ao "possível" resultado de retificação das declarações dos anos anteriores ao sabor do posterior reconhecimento de que as verbas pagas são indenizatórias (a não ser que a sentença expressamente assim preveja, do que, no caso, sequer se cogita). A repetição é, pois, do "indébito" retido.
3 - A integração (ou não) da SELIC (em Execução de Sentença), já por deferência à coisa julgada, segue as seguintes balizas (no caso, aplica-se o item "[a.1]"):
[a] mantém-se íntegro o julgado exeqüendo que: [a.1] houver determinado expressamente a sua incidência; ou que, [a.2] proferido após o início de vigência da Lei nº 9.250/95 (REsp nº 866.878/AL), tenha sido omisso quanto à sua integração e, ainda [a.3], independentemente da data em que prolatado, tenha (REsp nº 862.382/RJ) aplicado expressamente indexador monetário outro qualquer e/ou juros de mora (incompatíveis com a SELIC);
[b] se, todavia (REsp nº 866.878/AL), o julgado exeqüendo, proferido antes da vigência da Lei nº 9.250/95, omitiu-se quanto à incidência da SELIC, é possível pugnar por sua inclusão; e
[c] veda-se, em qualquer caso (REsp nº 770.979/RS), a cumulação da SELIC com juros de mora e índices de atualização monetária.
4 - Apelação não provida.
5 - Peças liberadas pelo Relator, em 19/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma, NEGAR PROVIMENTO à apelação por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 19/03/2007.
LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2005.38.00.020275-7/MG
Processo na Origem: 200538000202757

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONV.)
APELANTE	:	BELGO BEKAERT ARAMES LTDA
ADVOGADOS	:	DRS. IVO TEIXEIRA GICO JÚNIOR E OUTROS
APELANTE	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO
APELADOS	:	OS MESMOS
REMETENTE	:	JUÍZO FEDERAL DA 19ª VARA - MG

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - IPI - CRÉDITO-PRÊMIO - DECRETO-LEI Nº 491/69 - EXTINÇÃO EM 1983, POR FORÇA DO DISPOSTO NO DECRETO-LEI Nº 1.658/79, COM REDAÇÃO DADA PELO DECRETO-LEI Nº 1.722/79 - PRESCRIÇÃO QUINQUENAL.
1 - A jurisprudência pacificou entendimento no sentido de que, nas demandas onde se discute a utilização do "Crédito-Prêmio de IPI", a prescrição é qüinqüenal a contar do ajuizamento da ação, nos termos do Decreto nº 20.910/32.
2 - O benefício fiscal denominado "Crédito-Prêmio de IPI", instituído pelo Decreto-Lei nº 491/69, vigorou somente até 30 de junho de 1983, data em que foi extinto, por força do disposto no Decreto-Lei nº 1.658/79, com redação dada pelo Decreto-Lei nº 1.722/79.
3 - A inconstitucionalidade proclamada pelo E. STF, em sede de controle difuso (RE nº 186.623-3/DF e RE nº 186.359-5/RS), do art. 1º do Decreto-Lei nº 1.724/79 e do art. 3º, I, do Decreto-Lei nº 1.894/81, não alterou o cronograma de extinção do benefício e, tampouco, conferiu-lhe vigência eterna.
4 - Apelação da União Federal e Remessa Oficial providas.
5 - Apelação da Impetrante improvida.
6 - Sentença reformada em parte.
7 - Segurança denegada.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso de Apelação da Impetrante e dar provimento ao da União Federal e à Remessa Oficial.
Brasília, 27 de fevereiro de 2007. (Data de julgamento.)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator Convocado

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2005.38.00.020517-3/MG
Processo na Origem: 200538000205173

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONVOCADO)
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADORA	:	DRA. ADRIANA CARLA MORAIS IGNÁCIO
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
PROCURADOR	:	DR. VALDEZ ADRIANI FARIAS
APELADO	:	MUNICÍPIO DE COIMBRA - MG
ADVOGADO	:	DR. FRANCISCO XAVIER AMARAL
REMETENTE	:	JUÍZO FEDERAL DA 7ª VARA-MG

E M E N T A

CONSTITUCIONAL - TRIBUTÁRIO - CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNRURAL (2,4%) A CARGO DOS EMPREGADORES URBANOS (LC Nº 11/71, ART. 15, II) - RECEPÇÃO PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 - EXTINÇÃO COM A LEI Nº 7.787/89 - ADICIONAL DEVIDO AO INCRA (0,2%), INCIDENTE SOBRE A FOLHA DE SALÁRIOS DAS EMPRESAS URBANAS - NATUREZA TRIBUTÁRIA NA ESPÉCIE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL GERAL (ART. 149, DA CF) - RECEPÇÃO PELA CF/88 - LEGITIMIDADE DA COBRANÇA ATÉ OS DIAS DE HOJE.
1 - Em se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação, o prazo para pleitear a restituição/compensação extinguir-se-á após 5 (cinco) anos, contados da ocorrência do fato gerador, acrescidos de mais 5 (cinco) anos, a partir da homologação tácita do pagamento
2 - A Contribuição para o FUNRURAL (2,4%) devida pelos empregadores urbanos, disciplinada no art. 15, II, da Lei Complementar nº 11/71, foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988 e vigorou até o advento da Lei nº 7.787/89, que implementou a contribuição básica para custeio do Regime Geral da Previdência Social, em atenção ao comando constitucional que unificou os regimes de previdência - urbano e rural (art. 194).
3 - De acordo com o art. 3º, § 1º, da Lei nº 7.787/89, a contribuição prevista no art. 15, II, da Lei Complementar nº 11/71 (2,4%) - FUNRURAL - devida pelos empregadores urbanos foi absorvida pela alíquota básica de 20% (art. 3º, I) e, em conseqüência, extinta, a partir de 30 de setembro de 1989 (anterioridade nonagesimal), deixando, portanto, de ser cobrada.
4 - Não há, pois, que se falar em decote do percentual de 2,4% na alíquota geral de 20%. Os empregadores urbanos, após a unificação dos Regimes de Previdência, não contribuem mais para o Regime de Previdência Rural, mas, sim, para o Regime Geral da Previdência Social, assim como os empregadores rurais.
5 - O adicional de 0,2% incidente sobre a folha de salários das empresas urbanas, devido ao INCRA, e arrecadado pelo INSS, possui natureza jurídica de tributo, na espécie contribuição social geral (art. 149, da CF), tendo sido recepcionado pela Constituição Federal de 1988 e em pleno vigor até a presente data, não havendo que se falar em sua absorção pela alíquota previdenciária básica de 20% - em razão da edição das Leis nºs 7.787/89 e 8.212/91 - por não se confundir com contribuição de custeio da seguridade social (art. 195, da CF).
6 - Apelações do INSS, do INCRA e remessa oficial parcialmente providas.
7 - Sentença parcialmente reformada.
8 - Segurança denegada.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, dar parcial provimento às apelações e à remessa oficial.
Brasília, 27 de fevereiro de 2007. (Data de julgamento)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator (CONVOCADO)

ED NA AMS Nº 2005.38.00.026244-0/MG Distribuído no TRF em 19/07/2006
Processo na Origem: 200538000262440

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	PROLABORE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM SEGURANCA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA
ADVOGADO	:	FLAVIO HENRIQUE COSTA PEREIRA E OUTROS(AS)
APELADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
EMBARGANTE	:	PROLABORE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM SEGURANCA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA
EMBARGADO	:	V. ACÓRDÃO DE FL. 79/82

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INFRINGÊNCIA - INOCORRÊNCIA DA ALEGADA "OMISSÃO" - EMBARGOS NÃO PROVIDOS.
1. Destinam-se os embargos declaratórios a aclarar eventual obscuridade, resolver eventual contradição (objetiva: intrínseca do julgado) ou suprir eventual omissão do julgado, consoante art. 535 do CPC, de modo que, inocorrente qualquer das hipóteses que ensejam a oposição deles, a inconformidade do embargante ressoa como manifesta contrariedade à orientação jurídica que se adotou no acórdão, o que consubstancia evidente caráter infringente, a que não se presta a via ora eleita.
2. A divergência entre julgados não constitui pressuposto para a interposição de embargos de declaração por não estar albergada nas hipóteses previstas no art. 535 do CPC. (STF, Al-AgR-ED n. 165432/PR, Rel. Min. MAURÍCIO CORREA, DJ 03/10/1997, p. 49235)
3. Embargos de declaração não providos.
4. Peças liberadas pelo Relator, em 19/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª (Sétima) Turma NEGAR PROVIMENTO aos Embargos de Declaração por unanimidade.
7ª (Sétima) Turma do TRF - 1ª Região, 19/03/2007.
LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2005.38.0.028205-5/MG
Processo na Origem: 200538000282055

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONVOCADO)
APELANTE	:	COMÉRCIO DE ALIMENTOS RILDA LTDA.
ADVOGADO	:	DR. DAVID GONÇALVES DE ANDRADE SILVA E OUTROS(AS)
APELADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	DR. EDUARDO MIGUEL LEÃO SETTE
APELADO	:	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
PROCURADOR	:	VALDEZ ADRIANI FARIAS

E M E N T A

CONSTITUCIONAL - TRIBUTÁRIO - CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNRURAL (2,4%) A CARGO DOS EMPREGADORES URBANOS (LC Nº 11/71, ART. 15, II) - RECEPÇÃO PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 - EXTINÇÃO COM A LEI Nº 7.787/89 - ADICIONAL DEVIDO AO INCRA (0,2%), INCIDENTE SOBRE A FOLHA DE SALÁRIOS DAS EMPRESAS URBANAS - NATUREZA TRIBUTÁRIA NA ESPÉCIE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL GERAL (ART. 149, DA CF) - RECEPÇÃO PELA CF/88 - LEGITIMIDADE DA COBRANÇA ATÉ OS DIAS DE HOJE.
1 - A Contribuição para o FUNRURAL (2,4%) devida pelos empregadores urbanos, disciplinada no art. 15, II, da Lei Complementar nº 11/71, foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988 e vigorou até o advento da Lei nº 7.787/89, que implementou a contribuição básica para custeio do Regime Geral da Previdência Social, em atenção ao comando constitucional que unificou os regimes de previdência - urbano e rural (art. 194).
2 - De acordo com o art. 3º, § 1º, da Lei nº 7.787/89, a contribuição prevista no art. 15, II, da Lei Complementar nº 11/71 (2,4%) - FUNRURAL - devida pelos empregadores urbanos foi absorvida pela alíquota básica de 20% (art. 3º, I) e, em conseqüência, extinta, a partir de 30 de setembro de 1989 (anterioridade nonagesimal), deixando, portanto, de ser cobrada.
3 - Não há, pois, que se falar em decote do percentual de 2,4% na alíquota geral de 20%. Os empregadores urbanos, após a unificação dos Regimes de Previdência, não contribuem mais para o Regime de Previdência Rural, mas, sim, para o Regime Geral da Previdência Social, assim como os empregadores rurais.
4 - O adicional de 0,2% incidente sobre a folha de salários das empresas urbanas, devido ao INCRA, e arrecadado pelo INSS, possui natureza jurídica de tributo, na espécie contribuição social geral (art. 149, da CF), tendo sido recepcionado pela Constituição Federal de 1988 e em pleno vigor até a presente data, não havendo que se falar em sua absorção pela alíquota previdenciária básica de 20% - em razão da edição das Leis nºs 7.787/89 e 8.212/91 - por não se confundir com contribuição de custeio da seguridade social (art. 195, da CF).
5 - Apelação da impetrante desprovida.
6 - Sentença mantida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento ao apelo.
Brasília, 27 de fevereiro de 2007. (Data de julgamento)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator (CONVOCADO)

ED EM AMS Nº 2005.38.03.001116-7/MG Distribuído no TRF em 09/06/2006
Processo na Origem: 200538030011167

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	HABILITAR- INSTITUTO DE HABILITACAO FISICA LTDA
ADVOGADO	:	RODRIGO DO AMARAL FONSECA E OUTROS(AS)
APELADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
EMBARGANTE	:	HABILITAR- INSTITUTO DE HABILITACAO FISICA LTDA
EMBARGADO	:	V. ACÓRDÃO DE FL. 250/53

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INFRINGÊNCIA - INOCORRÊNCIA DA ALEGADA "OMISSÃO" - EMBARGOS NÃO PROVIDOS.
1. Destinam-se os embargos declaratórios a aclarar eventual obscuridade, resolver eventual contradição (objetiva: intrínseca do julgado) ou suprir eventual omissão do julgado, consoante art. 535 do CPC, de modo que, inocorrente qualquer das hipóteses que ensejam a oposição deles, a inconformidade do embargante ressoa como manifesta contrariedade à orientação jurídica que se adotou no acórdão, o que consubstancia evidente caráter infringente, a que não se presta a via ora eleita.
2. Não há omissão no acórdão, posto que a questão da revogação da isenção foi enfrentada de forma clara e coesa: *"Ocorre, todavia, que, o STF - recentemente (final de 2006) - declarou constitucional a revogação da isenção (prevista na LC nº 70/91) pela Lei nº 9.430/96 (esmaecendo, pois, a força da SÚMULA nº 276/STJ), sendo desinfluente, doravante, então, sequer examinar o atendimento ou não aos critérios legais (DI nº 2.397/87) para gozo da (revogada) isenção."*
3. Embargos declaratórios manifestamente infundados ou protelatórios desafiam aplicação de multa. O Poder Judiciário não é órgão de consulta nem de magistério.
4. Embargos de declaração não providos.
5. Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª (Sétima) Turma NEGAR PROVIMENTO aos Embargos de Declaração por unanimidade.
7ª (Sétima) Turma do TRF - 1ª Região, 13/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

ED NA REO Nº 2006.01.00.001563-7/GO Distribuído no TRF em 19/01/2006
Processo na Origem: 9200042783

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AUTOR	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
REU	:	EGON DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA E OUTRO(A)
ADVOGADO	:	NIELSEN MONTEIRO CRUVINEL
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 12A VARA - GO
EMBARGANTE	:	EGON DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
EMBARGADO	:	V. ACÓRDÃO DE FL. 248/51

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INFRINGÊNCIA - INOCORRÊNCIA DA ALEGADA "OMISSÃO" - PREQUESTIONAMENTO - EMBARGOS NÃO PROVIDOS.
1. Destinam-se os embargos declaratórios a aclarar eventual obscuridade, resolver eventual contradição (objetiva: intrínseca do julgado) ou suprir eventual omissão do julgado, consoante art. 535 do CPC, de modo que, inocorrente qualquer das hipóteses que ensejam a oposição deles, a inconformidade do embargante ressoa como manifesta contrariedade à orientação jurídica que se adotou no acórdão, o que consubstancia evidente caráter infringente, a que não se presta a via ora eleita.
2. O item 01 da ementa do acórdão embargado trata expressamente da matéria: *"A exceção de pré-executividade é admissível antes da interposição dos embargos à execução fiscal, pois a interposição destes esvazia o objeto daquela, ainda mais quando idênticos os pedidos".*
3. Suposta "violação" a preceitos legais e constitucionais não é justa causa ao manejo de embargos à luz do art. 535 do CPC.
4. "*O prequestionamento, por meio de Embargos de Declaração, com vista à interposição de Recurso (...), somente é cabível quando configuradas omissão, obscuridade ou contradição na decisão embargada.*" (STJ, Edcl no REsp n. 817.237/SP, DJ 14.02.2007, P. 213).
5. Embargos de declaração não providos.
6. Peças liberadas pelo Relator, em 20/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª (Sétima) Turma NEGAR PROVIMENTO aos Embargos de Declaração por unanimidade.
7ª (Sétima) Turma do TRF - 1ª Região, 20/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

ED EM AGTAG Nº 2006.01.00.002741-9/BA Distribuído no TRF em 31/01/2006
Processo na Origem: 200433000096647

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	MODULO ENGENHARIA E COMERCIO LTDA
ADVOGADO	:	ANTONIO DE ABUQUERQUE PAIXAO E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVANTE NO AG. INTERNO	:	MODULO ENGENHARIA E COMERCIO LTDA
AGRAVADA NO AG. INTERNO	:	R.DECISÃO DE F.230
EMBARGANTE	:	MODULO ENGENHARIA E COMERCIO LTDA
EMBARGADO	:	V. ACÓRDÃO DE F.258/61

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INFRINGÊNCIA - INOCORRÊNCIA DA ALEGADA "OMISSÃO" - EMBARGOS NÃO PROVIDOS.
1. Destinam-se os embargos declaratórios a aclarar eventual obscuridade, resolver eventual contradição (objetiva: intrínseca do julgado) ou suprir eventual omissão do julgado, consoante art. 535 do CPC, de modo que, inocorrente qualquer das hipóteses que ensejam a oposição deles, a inconformidade do embargante ressoa como manifesta contrariedade à orientação jurídica que se adotou no acórdão, o que consubstancia evidente caráter infringente, a que não se presta a via ora eleita.
2. O item 01 da ementa trata expressamente da matéria: *"Apesar das alegações da agravante, de que não foi notificada do lançamento nem teve conhecimento do processo administrativo, as provas constantes dos autos (Auto de Infração, notificação postal do lançamento, cópia de acórdão do Conselho de Contribuintes rejeitando recurso da executada) revelam o contrário, sendo certo a impossibilidade de seu afastamento pela via da exceção de pré-executividade tendo em vista a necessidade de dilação probatória e contraditório."*
3. Suposta "violação" a preceitos legais e constitucionais não é justa causa ao manejo de embargos à luz do art. 535 do CPC.
4. "*O prequestionamento, por meio de Embargos de Declaração, com vista à interposição de Recurso (...), somente é cabível quando configuradas omissão, obscuridade ou contradição na decisão embargada.*" (STJ, Edcl no REsp n. 817.237/SP, DJ 14.02.2007, p. 213)
5. Embargos de declaração não providos.
6. Peças liberadas pelo Relator, em 19/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª (Sétima) Turma NEGAR PROVIMENTO aos Embargos de Declaração por unanimidade.
7ª (Sétima) Turma do TRF - 1ª Região, 19/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

ED NO AGTAG Nº 2006.01.00.007269-9/MG Distribuído no TRF em 02/03/2006
Processo na Origem: 9500016419

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	:	BENICIO JOSE FONSECA - ESPOLIO E OUTRO(A)
ADVOGADO	:	WILSON MENDES FERREIRA E OUTROS(AS)
APELADO	:	MUNDO DOS PARAFUSOS COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
AGRAVANTE NO AG INTERNO	:	FAZENDA NACIONAL
AGRAVADA NO AG.INTERNO		R. DECISÃO DE F.94/95
EMBARGANTE	:	FAZENDA NACIONAL
EMBARGADO	:	V. ACORDÃO DE F. 108/112

EMENTA

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - EXECUÇÃO FISCAL EXTINTA PELA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE: INÉRCIA DA EXEQÜENTE.
1. Não se reputa omisso o julgado que aborda todas as questões postas nos autos, embora em sentido contrário ao pretendido pela parte, ainda mais quando resta comprovada nos autos a manifesta inércia da exeqüente em dar regular andamento ao feito.
2. Violação de lei não enseja embargos de declaração (CPC, art. 535).
3. Embargos de declaração não providos.
4. Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

ACÓRDÃO

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO aos embargos de declaração por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 13/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

AGRAVO INTERNO NO AG Nº 2006.01.00.010216-7/PA Distribuído no TRF em 23/03/2006
Processo na Origem: 200139000112540

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	ATACADO DISTRIBUIDOR VITAL LTDA
ADVOGADO	:	FABIO GUEDES PAIVA E OUTROS
AGRAVADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	ANDRE ALVIM DE PAULA RIZZO
AGRAVANTE NO AG. INTERNO	:	ATACADO DISTRIBUIDOR VITAL LTDA
AGRAVADA NO AG. INTERNO	:	DECISAO DE F. 164

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - REJEIÇÃO DE EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE ARGUINDO A PRESCRIÇÃO - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DO TIPO AUTOLANÇAMENTO - DCTF: CONSTITUIÇÃO PROVISÓRIA - PRESCRIÇÃO: INOCORRÊNCIA (TERMO "A QUO" = HOMOLOGAÇÃO TÁCITA) - INÉRCIA DA EXEQÜENTE NÃO CARACTERIZADA: DILIGÊNCIAS PRÓPRIAS DO MECANISMO JUDICIÁRIO - SEGUIMENTO NEGADO - AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.
1 - Consoante entende o STJ (REsp nº 597.126/SC), sendo os tributos do tipo auto-lançáveis, a declaração (DCTF), seguida da inadimplência, enseja imediata constituição (provisória) do crédito tributário. Doravante, tem o Fisco o prazo de 05 anos para revê-lo ou homologá-lo (art. 173, I, do CTN), a contar do 1º dia útil do exercício seguinte àquele em que possível o lançamento. Findo esse prazo, sem que o Fisco tome qualquer medida de revisão ou homologação, ele estará definitivamente constituído, iniciando-se, então, o prazo prescricional de 05 anos para sua cobrança judicial (art. 174 do CTN).

2 - No caso, a DCTF mais antiga foi apresentada em 30 SET 1997, com inscrição em dívida ativa em 26 JUL 2001 (f. 19). Ajuizada a EF em 17 DEZ 2001 e citada a agravante em 24 JAN 2005 (f. 49v), não há falar em prescrição, uma vez que ocorridas diligências negativas e necessidade de expedição de carta precatória para Comarca, inerentes ao mecanismo da Justiça, que não se compreendem com a paralisação do feito por inércia da exeqüente.
3 - Agravo interno não provido.
4 - Autos recebidos em Gabinete, em 29/03/2007, para lavratura do acórdão. Peças liberadas pelo Relator, em 29/03/2007, para publicação do acórdão.

ACORDÃO

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO ao agravo interno por maioria.
7ª Turma do TRF-1ª Região, 27/02/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

ED NOS ED NO AGTAG Nº 2006.01.00.020182-9/DF Distribuído no TRF em 07/06/2006
Processo na Origem: 199734000162939

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	AUTO PECAS ENGRENACO CORAL LTDA E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	LUIZ CARLOS BETTIOL E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVANTE NO AG. INTERNO	:	AUTO PECAS ENGRENACO CORAL LTDA E OUTROS(AS)
AGRAVADA NO AG. INTERNO	:	R. DECISÃO DE F. 66
EMBARGANTE	:	AUTO PECAS ENGRENACO CORAL LTDA E OUTROS(AS)
EMBARGADO	:	V. ACÓRDÃO DE F. 100/3

E M E N T A
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO: "FATO NOVO": INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 19 DA LEI N. 11.033/2004 - STF - ADI N. 3453 - SEGUNDOS EMBARGOS NÃO PROVIDOS.
1 - Conquanto as embargantes empreendam esforço de reformulação, as razões ora deduzidas são as mesmas já afastadas no acórdão que se pretende vergastado.
2 - O acórdão embargado tem data anterior (28 NOV 2006) ao julgamento da ADI Nº 3453/DF (30 NOV 2006) e expôs, à época, fundamentos hábeis a alicerçar o entendimento que professou, no sentido de que legítima e constitucional a exigência contida no art. 19 da Lei nº 11.033/04.
3 - O cotejo da ADI nº 3453/DF com o acórdão embargado não alberga as hipóteses do art. 535 do CPC, posto que o enfrentamento da matéria suscitada não é cabível em sede de embargos de declaração por se tratar de inovação recursal.
4 - Segundos Embargos de declaração não providos.
5 - Peças liberadas pelo Relator, em 06/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO aos segundos Embargos de Declaração por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 06/03/2007. .

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

ED NOS ED NO AGTAG Nº 2006.01.00.023216-9/MG Distribuído no TRF em 29/06/2006
Processo na Origem: 236845

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	IMPASA INDUSTRIA MINEIRA DE PAPEIS S/A
ADVOGADO	:	CELSO BOTELHO DE MORAES
AGRAVADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVANTE NO AG. INTERNO	:	IMPASA INDUSTRIA MINEIRA DE PAPEIS S/A
AGRAVADA NO AG. INTERNO	:	R. DECISÃO DE F. 184
EMBARGANTE	:	IMPASA INDUSTRIA MINEIRA DE PAPEIS S/A
EMBARGADO	:	V. ACÓRDÃO DE F. 225/28

E M E N T A
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO: "OMISSÃO" E "FATO SUPERVENIENTE": INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 19 DA LEI N. 11.033/2004 - STF - ADI N. 3453 - SEGUNDOS EMBARGOS NÃO PROVIDOS.
1 - Conquanto a embargante empreenda esforço de reformulação, as razões ora deduzidas são as mesmas já afastadas no acórdão que se pretende vergastado.
2 - O acórdão embargado tem data anterior (28 NOV 2006) ao julgamento da ADI Nº 3453/DF (30 NOV 2006) e expôs, à época, fundamentos hábeis a alicerçar o entendimento que professou, no sentido de que legítima e constitucional a exigência contida no art. 19 da Lei nº 11.033/04.
3 - O cotejo da ADI nº 3453/DF com o acórdão embargado não alberga as hipóteses do art. 535 do CPC, posto que o enfrentamento da matéria suscitada não é cabível em sede de embargos de declaração por se tratar de inovação recursal.
4 - Segundos Embargos de declaração não providos.
5 - Peças liberadas pelo Relator, em 06/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO aos segundos Embargos de Declaração por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 06/03/2007. .

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

ED NO AGTAG Nº 2006.01.00.024662-6/DF Distribuído no TRF em 11/07/2006
Processo na Origem: 8300049142

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	ANDRÉ ALVIM DE PAULA RIZZO
AGRAVADO	:	ARTEX S/A FÁBRICA DE ARTEFATOS TEXTEIS
ADVOGADO	:	ALUISIO XAVIER DE ALBUQUERQUE
AGRAVANTE NO AG. INTERNO	:	FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO NO AG INTERNO	:	R. DECISÃO DE F.139/40
EMBARGANTE	:	FAZENDA NACIONAL
EMBARGADO	:	V. ACÓRDÃO DE F. 172/5

EMENTA
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INFRINGÊNCIA - INOCORRÊNCIA DA ALEGADA "OMISSÃO" - EMBARGOS NÃO PROVIDOS.
1. Destinam-se os embargos declaratórios a aclarar eventual obscuridade, resolver eventual contradição (objetiva: intrínseca do julgado) ou suprir eventual omissão do julgado, consoante art. 535 do CPC, de modo que, inocorrente qualquer das hipóteses que ensejam a oposição deles, a inconformidade do embargante ressoa como manifesta contrariedade à orientação jurídica que se adotou no acórdão, o que consubstancia evidente caráter infringente, a que não se presta a via ora eleita.
2. O julgamento do AG n. 1999.01.00.060127-8 (Rel. Des. Fed. OSMAR TOGNOLO) (f. 49/56), datado de 07/12/1999, assim determinou: *"Assim, conquanto possível a alteração do termo inicial para incidência dos juros moratórios para adequá-lo ao contido no parágrafo único do art. 167 do Código Tributário Nacional, conforme determinado expressamente na decisão exeqüenda, incabível se mostra a sua majoração de 6% para 12% ao ano, eis que no particular nada dispôs a sentença, tendo as partes concordado com o percentual homologado pelo juiz."*
3. O REsp n. 445.470/DF foi aviado sob o CC/1916. O julgamento dele não adentrou na aplicação do CC/2002, embora então vigente. Com a vigência do CC/2002, a atual jurisprudência do STJ orienta que os juros de mora devem ser fixados de acordo com seus preceitos (RESP nº 814.157/RS).
4. Embargos de declaração não providos.
5. Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O
Decide a 7ª (Sétima) Turma NEGAR PROVIMENTO aos Embargos de Declaração por unanimidade.
7ª (Sétima) Turma do TRF - 1ª Região, 13/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

ED NOS ED NO AGTAG Nº 2006.01.00.024704-9/MG Distribuído no TRF em 11/07/2006
Processo na Origem: 200438000134613

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	CASA ROSENTAL LTDA
ADVOGADO	:	FRANCISCO XAVIER AMARAL E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
AGRAVANTE NO AG. INTERNO	:	CASA ROSENTAL LTDA
AGRAVADA NO AG. INTERNO	:	R. DECISÃO DE F. 65
EMBARGANTE	:	CASA ROSENTAL LTDA
EMBARGADO	:	V. ACÓRDÃO DE FL. 111/15

E M E N T A
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO: "OMISSÃO": INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 19 DA LEI N. 11.033/2004 - STF - ADI N. 3453 - SEGUNDOS EMBARGOS NÃO PROVIDOS.
1 - Conquanto a embargante empreenda esforço de reformulação, as razões ora deduzidas são as mesmas já afastadas no acórdão que se pretende vergastado.
2 - O acórdão embargado tem data anterior (28 NOV 2006) ao julgamento da ADI Nº 3453/DF (30 NOV 2006) e expôs, à época, fundamentos hábeis a alicerçar o entendimento que professou, no sentido de que legítima e constitucional a exigência contida no art. 19 da Lei nº 11.033/04.
3 - O cotejo da ADI nº 3453/DF com o acórdão embargado não alberga as hipóteses do art. 535 do CPC, posto que o enfrentamento da matéria suscitada não é cabível em sede de embargos de declaração por se tratar de inovação recursal.
4 - Segundos Embargos de declaração não providos.
5 - Peças liberadas pelo Relator, em 06/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO aos segundos Embargos de Declaração por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 06/03/2007. .

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

ED NO AGTAG Nº 2006.01.00.026760-2/DF Distribuído no TRF em 20/07/2006
Processo na Origem: 8500073900

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	INDUSTRIAS QUIMICAS MATARAZZO S/A E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	HAMILTON DIAS DE SOUZA E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVANTE NO AG. INTERNO	:	INDUSTRIAS QUIMICAS MATARAZZO S/A E OUTROS(AS)
AGRAVADA NO AG. INTERNO	:	DECISÃO DE FL. 198
EMBARGANTE	:	INDUSTRIAS QUIMICAS MATARAZZO S/A E OUTROS(AS)
EMBARGADO	:	V. ACÓRDÃO DE FL. 217/9

E M E N T A
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INFRINGÊNCIA - INOCORRÊNCIA DA ALEGADA "OMISSÃO" - EMBARGOS NÃO PROVIDOS.
1. Destinam-se os embargos declaratórios a aclarar eventual obscuridade, resolver eventual contradição (objetiva: intrínseca do julgado) ou suprir eventual omissão do julgado, consoante art. 535 do CPC, de modo que, inocorrente qualquer das hipóteses que ensejam a oposição deles, a inconformidade do embargante ressoa como manifesta contrariedade à orientação jurídica que se adotou no acórdão, o que consubstancia evidente caráter infringente, a que não se presta a via ora eleita.
2. Não há omissão na decisão enfrentada porque fundamentada na Súmula TRF1 nº 45, no sentido de que somente é devida a inclusão de juros moratórios no precatório complementar se houver atraso no pagamento do precatório antecedente.
3. O julgado expressa: *"Nota-se, em consulta à movimentação processual do PRC nº 96.01.20316-8, que, requisitado em 05 JUL 96, ele foi liquidado em 06 NOV 97, dentro do prazo constitucional, portanto."*
4. A divergência entre julgados proferidos pela Corte e outros Tribunais não constitui pressuposto para a interposição de embargos de declaração por não estar albergada nas hipóteses previstas no art. 535 do CPC.
5. Suposta "violação" a preceitos legais e constitucionais não é justa causa ao manejo de embargos à luz do art. 535 do CPC.
6. Embargos de declaração não providos.
7. Peças liberadas pelo Relator, em 19/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O
Decide a 7ª (Sétima) Turma NEGAR PROVIMENTO aos Embargos de Declaração por unanimidade.
7ª (Sétima) Turma do TRF - 1ª Região, 19/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

ED NOS ED NO AGTAG Nº 2006.01.00.026961-0/MG Distribuído no TRF em 21/07/2006
Processo na Origem: 199738000089210

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	CONTEC S/A - CONSTRUTORA TÉCNICA
ADVOGADO	:	MARIA INÊS CALDEIRA PEREIRA DA SILVA MURGEL E OUTROS
AGRAVADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	ANDRÉ ALVIM DE PAULA RIZZO
AGRAVANTE NO AG. INTERNO	:	CONTEC S/A - CONSTRUTORA TÉCNICA
AGRAVADA NO AG. INTERNO	:	R. DECISÃO DE F. 149
EMBARGANTE	:	CONTEC S/A - CONSTRUTORA TÉCNICA
EMBARGADO	:	V. ACÓRDÃO DE F. 190/92

EMENTA
SEGUNDOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROVIDOS - TEMPESTIVIDADE DOS PRIMEIROS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INOCORRÊNCIA DA ALEGADA "OMISSÃO" - EMBARGOS NÃO PROVIDOS.
1. Prorroga-se para o primeiro dia útil subseqüente o prazo vencido em dia de feriado.

2. Omissões inexistentes: questões expressamente enfrentadas no julgado.
3. O item 02 da ementa expressa: SÚMULA nº 317/STJ: "*É definitiva a execução de Título extrajudicial, ainda que pendente apelação contra sentença que julgue improcedentes os embargos*. "
4. "*O prequestionamento, por meio de Embargos de Declaração, com vista à interposição de Recurso (...), somente é cabível quando configuradas omissão, obscuridade ou contradição na decisão embargada*." (STJ, Edcl no REsp n. 817.237/SP, DJ 14.02.2007, P. 213).
5. Segundos embargos de declaração providos para se conhecer dos primeiros embargos declaratórios, não providos todavia.
6. Peças liberadas pelo Relator, em 20/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª (Sétima) Turma DAR PROVIMENTO aos segundos Embargos de Declaração, para, conhecendo dos primeiros Embargos de Declaração, NEGAR-LHES PROVIMENTO por unanimidade.
7ª (Sétima) Turma do TRF - 1ª Região, 20/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

EMB. DE DEC. NO AGRAVO INTERNO NO AG Nº

ED NO AGTAG Nº 2006.01.00.028307-6/BA Distribuído no TRF em 03/08/2006
Processo na Origem: 1632006

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	JURACY PEREIRA GONCALVES
ADVOGADO	:	ROGERIO LEITE BRANDAO FERREIRA E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVANTE NO AG. INTERNO	:	JURACY PEREIRA GONCALVES
AGRAVADO NO AG. INTERNO	:	DECISÃO DE FL. 64
EMBARGANTE	:	JURACY PEREIRA GONCALVES
EMBARGADO	:	V. ACÓRDÃO DE FL. 108/12

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INFRINGÊNCIA - INOCORRÊNCIA DAS ALEGADAS "OBSCURIDADE" , "CONTRADIÇÃO" E "OMISSÃO" - EMBARGOS NÃO PROVIDOS.
1. Destinam-se os embargos declaratórios a aclarar eventual obscuridade, resolver eventual contradição (objetiva: intrínseca do julgado) ou suprir eventual omissão do julgado, consoante art. 535 do CPC, de modo que, inocorrente qualquer das hipóteses que ensejam a oposição deles, a inconformidade do embargante ressoa como manifesta contrariedade à orientação jurídica que se adotou no acórdão, o que consubstancia evidente caráter infringente, a que não se presta a via ora eleita.
2. A FN possui legitimidade para a cobrança do crédito porque o recebeu do Banco do Brasil S/A, conforme o art. 2º da MP n. 2.196-3, de 24 AGO 2001, que acompanha os atos sob sua vigência e eficácia.
3. A nulidade da CDA não pode ser discutida em exceção de pré-executividade, consoante firme jurisprudência do STJ.
4. O princípio do livre convencimento motivado justifica que não sejam examinados os dispositivos legais e os argumentos que, para a parte, possam parecer relevantes, mas que, para o julgador, constituem questões superadas pelas razões que fundamentam seu julgamento.
5. Embargos de declaração não providos.
6. Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª (Sétima) Turma NEGAR PROVIMENTO aos Embargos de Declaração por unanimidade.
7ª (Sétima) Turma do TRF - 1ª Região, 13/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

ED NO AGTAG Nº 2006.01.00.028328-5/BA Distribuído no TRF em 03/08/2006
Processo na Origem: 942006

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	MAURINO SOUZA MORAES
ADVOGADO	:	ROGERIO LEITE BRANDAO FERREIRA E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVANTE NO AG. INTERNO	:	MAURINO SOUZA MORAES
AGRAVADA NO AG. INTERNO	:	DECISÃO DE FL. 63
EMBARGANTE	:	MAURINO SOUZA MORAES
EMBARGADO	:	V. ACÓRDÃO DE FL. 106/10

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INFRINGÊNCIA - INOCORRÊNCIA DAS ALEGADAS "OBSCURIDADE" , "CONTRADIÇÃO" E "OMISSÃO" - EMBARGOS NÃO PROVIDOS.
1. Destinam-se os embargos declaratórios a aclarar eventual obscuridade, resolver eventual contradição (objetiva: intrínseca do julgado) ou suprir eventual omissão do julgado, consoante art. 535 do CPC, de modo que, inocorrente qualquer das hipóteses que ensejam a oposição deles, a inconformidade do embargante ressoa como manifesta contrariedade à orientação jurídica que se adotou no acórdão, o que consubstancia evidente caráter infringente, a que não se presta a via ora eleita.
2. A FN possui legitimidade para a cobrança do crédito porque o recebeu do Banco do Brasil S/A, conforme o art. 2º da MP n. 2.196-3, de 24 AGO 2001, que acompanha os atos sob sua vigência e eficácia.
3. A nulidade da CDA não pode ser discutida em exceção de pré-executividade, consoante firme jurisprudência do STJ.
4. O princípio do livre convencimento motivado justifica que não sejam examinados os dispositivos legais e os argumentos que, para a parte, possam parecer relevantes, mas que, para o julgador, constituem questões superadas pelas razões que fundamentam seu julgamento.
5. Embargos de declaração não providos.
6. Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª (Sétima) Turma NEGAR PROVIMENTO aos Embargos de Declaração por unanimidade.
7ª (Sétima) Turma do TRF - 1ª Região, 13/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

APELAÇÃO CÍVEL n. 2006.01.00.030476-5/PA
Processo na Origem: 9200007368

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A) CONVOCADO(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	TARCISIO GUEDES BASILIO
APELADOS	:	A B CAMARA E CIA LTDA E OUTROS(AS)

EMENTA

PROCESSO CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. DÉBITO DO INSS. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. DECRETAÇÃO DE OFÍCIO. POSSIBILIDADE. PRAZO QÜINQÜENAL. ART. 174 DO CTN.
1. Os §§ 3º e 4º do art. 40 da Lei n. 6.830/80 devem ser interpretados em consonância com o disposto no art. 174 do CTN, que deve prevalecer nos casos em que suas disposições colidirem com diplomas legais de natureza ordinária, por ter sido recepcionado pela Constituição Federal com *status* de lei complementar (precedentes do STJ).
2. A disposição do § 4º do art. 40 da Lei de Execução Fiscal, incluída pela Lei n. 11.051/2004, aplica-se aos processos em curso, por se tratar de norma de natureza processual. Precedentes do STJ.
3. O prazo da prescrição da contribuição previdenciária é diferenciado no decorrer do tempo, já que, no período posterior à Emenda Constitucional n. 08/77 e anterior à promulgação da Constituição Federal de 1988, as contribuições previdenciárias perderam a natureza tributária, aplicando-se, assim, as disposições da legislação previdenciária então vigente, que previam um prazo prescricional de trinta anos.
4. Contudo, se o fato gerador ocorreu antes da EC n. 08/77 ou após a CF/88, e o feito ficou paralisado por mais de cinco anos, cabe o reconhecimento da prescrição intercorrente, de ofício, pelo juiz, desde que, intimado o representante judicial do exeqüente, não tenha sido argüida nenhuma causa de suspensão ou interrupção do prazo prescricional.
5. Apelação do INSS provida, em parte.

ACÓRDÃO

Decide a Turma, por maioria, dar parcial provimento ao apelo do INSS.
7ª Turma do TRF da 1ª Região - 13.03.2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

APELAÇÃO CÍVEL n. 2006.01.00.030915-4/PA
Processo na Origem: 91200

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A) CONVOCADO(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	TARCISIO GUEDES BASILIO
APELADA	:	ENGENHARIA CIVIL SANEAMENTO COM LTDA - EMCISA

EMENTA

PROCESSO CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. DÉBITO DO INSS. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. DECRETAÇÃO DE OFÍCIO. POSSIBILIDADE. PRAZO QÜINQÜENAL. ART. 174 DO CTN.
1. Os §§ 3º e 4º do art. 40 da Lei n. 6.830/80 devem ser interpretados em consonância com o disposto no art. 174 do CTN, que deve prevalecer nos casos em que suas disposições colidirem com diplomas legais de natureza ordinária, por ter sido recepcionado pela Constituição Federal com *status* de lei complementar (precedentes do STJ).
2. A disposição do § 4º do art. 40 da Lei de Execução Fiscal, incluída pela Lei n. 11.051/2004, aplica-se aos processos em curso, por se tratar de norma de natureza processual. Precedentes do STJ.
3. Paralisado o feito há mais de cinco anos, cabe o reconhecimento da prescrição intercorrente, de ofício, pelo juiz, desde que, intimado o representante judicial do exeqüente, não tenha sido argüida nenhuma causa de suspensão ou interrupção do prazo prescricional.
4. Apelação do INSS não provida.

ACÓRDÃO

Decide a Turma, por maioria, negar provimento ao apelo do INSS.
7ª Turma do TRF da 1ª Região - 13/03/2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2006.01.00.030922-6/PA Distribuído no TRF em 17/08/2006
Processo na Origem: 282316

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	TARCISIO GUEDES BASILIO
APELADO	:	EMPRESA DE TAXI RIOALVA LTDA
APELADO	:	ANTONIO CARLOS NASCIMENTO CUNHA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL PARA COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS EXTINTA DE OFÍCIO POR PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - EFICÁCIA FUTURA DA LEI N. 11.051, DE 29/12/2004, QUE ACRESCENTOU O §4º DO ART.40 DA LEI N. 6.830/80 - FATOS GERADORES DE MAI/1981 A SET/1982: PRESCRIÇÃO TRINTENÁRIA - APELAÇÃO PROVIDA.
1. Embora a Lei n. 11.051/2004 possa, em tese, ser aplicada às execuções já em curso (STJ, REsp n. 815711/RS, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, T1, ac. un., DJ 10/04/2006 p. 162), por sua natureza processual, é preciso ter presente que a prescrição não é matéria processual, pois sua decretação atinge o próprio direito material do exeqüente, que fica por ela extinto. Se antes da vigência da Lei n. 11.051/2004 não era possível a decretação de ofício da prescrição intercorrente, também não é possível que a contagem do prazo, para seus fins, se inicie antes da publicação dela, sob pena de violação do princípio da irretroatividade das leis.
2. O prazo prescricional para a cobrança das contribuições previdenciárias, segundo o STJ, se define em função da data do fato gerador: *"O prazo prescricional das contribuições previdenciárias sofreram oscilações ao longo do tempo: a) até a EC 08/77 - prazo qüinqüenal (CTN); b) após a EC 08/77 - prazo de trinta anos (Lei 3.807/60); c) após o advento da Constituição de 1988, tornando indiscutível a natureza tributária das referidas contribuições, o prazo prescricional retornou às regras do CTN (5 anos). d) após a Lei 8.212/91, prazo de dez anos."* (STJ, AgRg no REsp n. 703692/PE, Rel. Min. LUIZ FUX).
3. Mesmo se aplicada a Lei n. 11.051/2004 na hipótese dos autos, o feito não estaria prescrito à época da sentença, pois, entre a data da suspensão, em 09/12/1991, e a extinção, em 31/05/2006, decorreu prazo inferior a 30 anos.
4. No caso dos autos, o Juízo não poderia ter decretado de ofício a prescrição intercorrente, pois desde a vigência (eficácia) da Lei n. 11.051, de 29/12/2004, até a sentença, em 31/05/2006, não decorreu o prazo prescricional, não admitido pelo Direito o fator surpresante. Precedentes da T7: AC n. 2006.01.00.039010-8, AC n. 2006.01.00.038366-8, AC n. 2006.01.00.038369-9, dentre dezenas.
5. Apelação provida.
6. Peças liberadas pelo Relator, em 20/03/2007, para publicação do acórdão.

ACÓRDÃO

Decide a 7ª Turma DAR PROVIMENTO à apelação por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 20/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

APELAÇÃO CÍVEL n. 2006.01.00.030931-5/PA
Processo na Origem: 66486

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A) CONVOCADO(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	TARCISIO GUEDES BASILIO
APELADA	:	PANIFICADORA TRIUNFO LTDA

EMENTA

PROCESSO CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. DÉBITO DO INSS. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. DECRETAÇÃO DE OFÍCIO. POSSIBILIDADE. PRAZO QÜINQÜENAL. ART. 174 DO CTN.

1. Os §§ 3º e 4º do art. 40 da Lei n. 6.830/80 devem ser interpretados em consonância com o disposto no art. 174 do CTN, que deve prevalecer nos casos em que suas disposições colidirem com diplomas legais de natureza ordinária, por ter sido recepcionado pela Constituição Federal com *status* de lei complementar (precedentes do STJ).
2. A disposição do § 4º do art. 40 da Lei de Execução Fiscal, incluída pela Lei n. 11.051/2004, aplica-se aos processos em curso, por se tratar de norma de natureza processual. Precedentes do STJ.
3. Paralisado o feito há mais de cinco anos, cabe o reconhecimento da prescrição intercorrente, de ofício, pelo juiz, desde que, intimado o representante judicial do exeqüente, não tenha sido argüida nenhuma causa de suspensão ou interrupção do prazo prescricional.
4. Apelação do INSS não provida.

ACÓRDÃO

Decide a Turma, por maioria, negar provimento ao apelo do INSS.
7ª Turma do TRF da 1ª Região - 13/03/2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2006.01.00.030934-6/PA Distribuído no TRF em 17/08/2006
Processo na Origem: 280461

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	TARCISIO GUEDES BASILIO
APELADO	:	ASSOCIACAO CIVIL PADRE ANGELO CERRI
APELADO	:	JOSE GUILHERME SILVA RIBEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL PARA COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS EXTINTA DE OFÍCIO POR PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - EFICÁCIA FUTURA DA LEI N. 11.051, DE 29/12/2004, QUE ACRESCENTOU O §4º DO ART.40 DA LEI N. 6.830/80 - FATOS GERADORES DE JAN/1982 A SET/1983: PRESCRIÇÃO TRINTENÁRIA - APELAÇÃO PROVIDA.
1. Embora a Lei n. 11.051/2004 possa, em tese, ser aplicada às execuções já em curso (STJ, REsp n. 815711/RS, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, T1, ac. un., DJ 10/04/2006 p. 162), por sua natureza processual, é preciso ter presente que a prescrição não é matéria processual, pois sua decretação atinge o próprio direito material do exeqüente, que fica por ela extinto. Se antes da vigência da Lei n. 11.051/2004 não era possível a decretação de ofício da prescrição intercorrente, também não é possível que a contagem do prazo, para seus fins, se inicie antes da publicação dela, sob pena de violação do princípio da irretroatividade das leis.
2. O prazo prescricional para a cobrança das contribuições previdenciárias, segundo o STJ, se define em função da data do fato gerador: *"O prazo prescricional das contribuições previdenciárias sofreram oscilações ao longo do tempo: a) até a EC 08/77 - prazo qüinqüenal (CTN); b) após a EC 08/77 - prazo de trinta anos (Lei 3.807/60); c) após o advento da Constituição de 1988, tornando indiscutível a natureza tributária das referidas contribuições, o prazo prescricional retornou às regras do CTN (5 anos). d) após a Lei 8.212/91, prazo de dez anos."* (STJ, AgRg no REsp n. 703692/PE, Rel. Min. LUIZ FUX).
3. Mesmo se aplicada a Lei n. 11.051/2004 na hipótese dos autos, o feito não estaria prescrito à época da sentença, pois, entre a data da suspensão, em 09/12/1991, e a extinção, em 31/05/2006, decorreu prazo inferior a 30 anos.
4. No caso dos autos, o Juízo não poderia ter decretado de ofício a prescrição intercorrente, pois desde a vigência (eficácia) da Lei n. 11.051, de 29/12/2004, até a sentença, em 05/06/2006, não decorreu o prazo prescricional, não admitido pelo Direito o fator surpresante. Precedentes da T7: AC n. 2006.01.00.039010-8, AC n. 2006.01.00.038366-8, AC n. 2006.01.00.038369-9, dentre dezenas.
5. Apelação provida.
6. Peças liberadas pelo Relator, em 20/03/2007, para publicação do acórdão.

ACÓRDÃO

Decide a 7ª Turma DAR PROVIMENTO à apelação por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 20/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2006.01.00.030957-2/PA Distribuído no TRF em 17/08/2006
Processo na Origem: 9100004405

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	TARCISIO GUEDES BASILIO
APELADO	:	SUPERMERCADO IDEAL LTDA
APELADO	:	MANOEL DE ARAUJO GONCALVES
APELADO	:	MANOEL BENEDITO PENA CORREA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL PARA COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS EXTINTA DE OFÍCIO POR PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - EFICÁCIA FUTURA DA LEI N. 11.051, DE 29/12/2004, QUE ACRESCENTOU O §4º DO ART.40 DA LEI N. 6.830/80 - FATOS GERADORES DE DEZ/1985: PRESCRIÇÃO TRINTENÁRIA - APELAÇÃO PROVIDA.
1. Embora a Lei n. 11.051/2004 possa, em tese, ser aplicada às execuções já em curso (STJ, REsp n. 815711/RS, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, T1, ac. un., DJ 10/04/2006 p. 162), por sua natureza processual, é preciso ter presente que a prescrição não é matéria processual, pois sua decretação atinge o próprio direito material do exeqüente, que fica por ela extinto. Se antes da vigência da Lei n. 11.051/2004 não era possível a decretação de ofício da prescrição intercorrente, também não é possível que a contagem do prazo, para seus fins, se inicie antes da publicação dela, sob pena de violação do princípio da irretroatividade das leis.
2. O prazo prescricional para a cobrança das contribuições previdenciárias, segundo o STJ, se define em função da data do fato gerador: *"O prazo prescricional das contribuições previdenciárias sofreram oscilações ao longo do tempo: a) até a EC 08/77 - prazo qüinqüenal (CTN); b) após a EC 08/77 - prazo de trinta anos (Lei 3.807/60); c) após o advento da Constituição de 1988, tornando indiscutível a natureza tributária das referidas contribuições, o prazo prescricional retornou às regras do CTN (5 anos). d) após a Lei 8.212/91, prazo de dez anos."* (STJ, AgRg no REsp n. 703692/PE, Rel. Min. LUIZ FUX).
3. Mesmo se aplicada a Lei n. 11.051/2004 na hipótese dos autos, o feito não estaria prescrito à época da sentença, pois, entre a data da suspensão, em 17/09/1997, e a extinção, em 30/05/2006, decorreu prazo inferior a 30 anos.
4. No caso dos autos, o Juízo *a quo* não poderia ter decretado de ofício a prescrição intercorrente, pois desde a vigência (eficácia) da Lei n. 11.051, de 29/12/2004, até a sentença, em 05/06/2006, não decorreu o prazo prescricional, não admitido pelo Direito o fator surpresante. Precedentes da T7: AC n. 2006.01.00.039010-8, AC n. 2006.01.00.038366-8, AC n. 2006.01.00.038369-9, dentre dezenas.
5. Apelação provida.
6. Peças liberadas pelo Relator, em 20/03/2007, para publicação do acórdão.

ACÓRDÃO

Decide a 7ª Turma DAR PROVIMENTO à apelação por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 20/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

ED NOS ED NO AGTAG Nº 2006.01.00.031767-2/DF Distribuído no TRF em 22/08/2006
Processo na Origem: 8600092817

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	CASAGRANDE PISOS CERAMICOS S/A E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	LUIZ CARLOS BETTIOL
AGRAVANTE NO AG. INTERNO	:	CASAGRANDE PISOS CERAMICOS S/A E OUTROS(AS)
AGRAVADA NO AG. INTERNO	:	R. DECISÃO DE F. 51
EMBARGANTE	:	CASAGRANDE PISOS CERAMICOS S/A E OUTROS(AS)
EMBARGADO	:	V. ACÓRDÃO DE F. 107/10

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO: "FATO NOVO": INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 19 DA LEI N. 11.033/2004 - STF - ADI N. 3453 - SEGUNDOS EMBARGOS NÃO PROVIDOS.
1 - Conquanto a embargante empreenda esforço de reformulação, as razões ora deduzidas são as mesmas já afastadas no acórdão que se pretende vergastado.
2 - O acórdão embargado tem data anterior (28 NOV 2006) ao julgamento da ADI Nº 3453/DF (30 NOV 2006) e expôs, à época, fundamentos hábeis a alicerçar o entendimento que professou, no sentido de que legítima e constitucional a exigência contida no art. 19 da Lei nº 11.033/04.
3 - O cotejo da ADI nº 3453/DF com o acórdão embargado não alberga as hipóteses do art. 535 do CPC, posto que o enfrentamento da matéria suscitada não é cabível em sede de embargos de declaração por se tratar de inovação recursal.
4 - Segundos Embargos de declaração não providos.
5 - Peças liberadas pelo Relator, em 06/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO aos segundos Embargos de Declaração por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 06/03/2007. .

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

ED NO AGTAG Nº 2006.01.00.033011-6/MG Distribuído no TRF em 29/08/2006
Processo na Origem: 114020068499

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	SORAYA AZZI BARBOSA E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	ALEXANDER OTERO
AGRAVADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	DANIELA MARIA BAETA SCARPELLI
AGRAVANTE NO AG. INTERNO	:	SORAYA AZZI BARBOSA E OUTROS(AS)
AGRAVADA NO AG. INTERNO	:	R. DECISÃO DE F. 129/130
EMBARGANTE	:	SORAYA AZZI BARBOSA E OUTROS(AS)
EMBARGADO	:	V. ACÓRDÃO DE F. 152/59

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO: ART. 535 DO CPC - "OMISSÃO" - INEXISTÊNCIA - EMBARGOS NÃO PROVIDOS.
1 - Não há omissão no julgado, uma vez expostos fundamentos hábeis suficientes para alicerçar o entendimento que professa, no sentido de que as alegações acerca da responsabilidade dos sócios carecem de instrução probatória, própria dos embargos à execução, não dizendo com questões de ordem pública nem de vício formal do título (exceção de pré-executividade).
2 - A ementa foi clara ao afirmar que *"A responsabilidade da empresa devedora principal (contribuinte) não exclui a atribuída pela lei (Lei n. 8620/93) aos sócios cotistas de forma solidária pelos recolhimentos das contribuições previdenciárias"*.
3 - A Turma já recusou a inconstitucionalidade do art. 13 da Lei n. 8.620/93. (AGTAG 2005.01.00.033127-9/MG, minha relatoria; AC 2003.38.03.007684-6/MG, Rel. Des. Fed. Antônio Ezequiel da Silva)
4 - O julgado não tem que se pronunciar sobre todos os artigos de leis e Constituição, não cabendo, em sede de embargos, rediscutir a matéria. Atente-se para o art. 535 do CPC!
5 - Não havendo obscuridade a clarear, contradição (intrínseca do julgado) a resolver ou omissão a suprir (art. 535 do CPC), a inconformidade ressoa como manifesta contrariedade à orientação jurídica adotada no acórdão, o que consubstancia evidente caráter infringente, a que não se presta a via ora eleita.
6 - Embargos de declaração não providos.
7 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO aos Embargos de Declaração por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 13/03/2007. .

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.033512-9/MG
Processo na Origem: 200538000101204

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONVOCADO)
AGRAVANTE(S)	:	DIAL DISTRIBUIDORA DE AÇO LTDA.
ADVOGADO	:	DR. ENZO GAUZZI E OUTRO(A)
AGRAVADO	:	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DE MINAS GERAIS - CRMV/MG
PROCURADOR	:	DRA. REGIANE REIS DE CARVALHO FARIA E OUTRO(A)

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - RECEBIMENTO COMO AGRAVO INTERNO - DECISÃO QUE NEGA SEGUIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO POR AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO INDISPENSÁVEL AO EXAME DA PRETENSÃO RECURSAL - EXECUÇÃO FISCAL - ANUIDADE DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CRMV-MG - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE - ALEGAÇÃO DE PRESCRIÇÃO - INEXISTÊNCIA DE INFORMAÇÃO QUANTO À DATA DE CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.
1 - Na esteira da jurisprudência desta C. Corte, os Embargos de Declaração opostos em face de decisão que nega seguimento ao Agravo de Instrumento devem ser recebidos como Agravo Interno (AGTAG 2006.01.00.013509-3/MG, Des. Fed. Luciano Tolentino Amaral, DJ de 20.10.06).
2 - Considerada a natureza tributária das anuidades devidas aos Conselhos Profissionais - contribuição de interesse de categoria profissional ou econômica (contribuição corporativa - art. 149, CF) -, e tendo em conta a argumentação da agravante, no sentido da extinção do crédito tributário pela prescrição, é absolutamente indispensável para o exame da pretensão recursal saber a data da constituição definitiva do crédito tributário, por ser esta o termo inicial de contagem do prazo prescricional, nos termos do art. 174, CTN. Ausente tal informação, deve o Agravo ter seu seguimento obstado.

3 - A alegação de nulidade da certidão de inscrição em dívida ativa - CDA é questão nova, não suscitada perante o M.M. Juízo. De qualquer forma, o art. 2º, § 5º, da Lei de Execuções Fiscais, que define os requisitos do termo de inscrição em dívida ativa, não exige que dele conste a data de constituição definitiva do crédito tributário.
4 - Embargos de Declaração recebidos como Agravo Interno, ao qual se nega provimento.
5 - Decisão mantida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento ao agravo interno.

Brasília, 27 de fevereiro de 2007. (Data de julgamento.)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator Convocado

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.033760-9/BA Distribuído no TRF em 05/09/2006
Processo na Origem: 200433000268499

RELATOR P/ ACÓRDÃO	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
AGRAVANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	ELIANA CORREIA DA SILVA

EMENTA
AGRAVO DE INSTRUMENTO - BLOQUEIO, VIA BACENJUD, DE ATIVOS FINANCEIROS ATÉ O LIMITE DO DÉBITO: POSSIBILIDADE - AUSÊNCIA DE QUEBRA DE "SIGILO BANCÁRIO" MAS MERA INSTRUMENTALIZAÇÃO DA SATISFAÇÃO DO CRÉDITO: PENHORA.
1. O bloqueio de ativos financeiros via sistema BACENJUD não se exaure em si mesmo: é apenas o veículo conducente à "penhora" ou "arresto", representando a concreção do princípio de que a execução se realiza no interesse do credor, e não afasta sua eventual substituição por outros bens nomeados pelo executado em face de peculiaridades ou dificuldades que cada caso possa revelar, para que atendido o contra-ponto de que a execução se faça da maneira menos gravosa ao devedor
2. Não há na espécie nenhuma quebra do "*sigilo bancário*", senão que apenas bloqueio da quantia em espécie suficiente, no máximo, e se o caso, à garantia da instância executiva. Para essa medida não há falar em exaurimento das outras modalidades de tentativas de localização de bens móveis ou imóveis.
3. Agravo de instrumento provido.
4. Autos recebidos em Gabinete, em 26/02/2007, para lavratura do acórdão. Peças liberadas em 07/03/2007 para publicação do acórdão.

ACÓRDÃO
Decide a 7ª Turma DAR PROVIMENTO ao agravo de instrumento por maioria.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 23/01/2007.

JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
Relator p/ acórdão

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.033763-0/BA Distribuído no TRF em 05/09/2006
Processo na Origem: 200433000274413

RELATOR P/ ACÓRDÃO	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
AGRAVANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	LAPIS E PAPEL PAPELARIA LTDA

EMENTA
AGRAVO DE INSTRUMENTO - BLOQUEIO, VIA BACENJUD, DE ATIVOS FINANCEIROS ATÉ O LIMITE DO DÉBITO: POSSIBILIDADE - AUSÊNCIA DE QUEBRA DE "SIGILO BANCÁRIO" MAS MERA INSTRUMENTALIZAÇÃO DA SATISFAÇÃO DO CRÉDITO: PENHORA.
1. O bloqueio de ativos financeiros via sistema BACENJUD não se exaure em si mesmo: é apenas o veículo conducente à "penhora" ou "arresto", representando a concreção do princípio de que a execução se realiza no interesse do credor, e não afasta sua eventual substituição por outros bens nomeados pelo executado em face de peculiaridades ou dificuldades que cada caso possa revelar, para que atendido o contra-ponto de que a execução se faça da maneira menos gravosa ao devedor
2. Não há na espécie nenhuma quebra do "*sigilo bancário*", senão que apenas bloqueio da quantia em espécie suficiente, no máximo, e se o caso, à garantia da instância executiva. Para essa medida não há falar em exaurimento das outras modalidades de tentativas de localização de bens móveis ou imóveis.
3. Agravo de instrumento provido.
4. Autos recebidos em Gabinete, em 26/02/2007, para lavratura do acórdão. Peças liberadas em 07/03/2007 para publicação do acórdão.

ACÓRDÃO
Decide a 7ª Turma DAR PROVIMENTO ao agravo de instrumento por maioria.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 09/01/2007.

JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
Relator p/ acórdão

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.034132-8/BA Distribuído no TRF em 08/09/2006
Processo na Origem: 200233000257680

RELATOR P/ ACÓRDÃO	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
AGRAVANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	ELISMARA DE SOUSA FARIAS
AGRAVADO	:	FRIGONORTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
AGRAVADO	:	HEITOR ALMEIDA RIBEIRO

EMENTA
AGRAVO DE INSTRUMENTO - BLOQUEIO, VIA BACENJUD, DE ATIVOS FINANCEIROS ATÉ O LIMITE DO DÉBITO: POSSIBILIDADE - AUSÊNCIA DE QUEBRA DE "SIGILO BANCÁRIO" MAS MERA INSTRUMENTALIZAÇÃO DA SATISFAÇÃO DO CRÉDITO: PENHORA.
1. O bloqueio de ativos financeiros via sistema BACENJUD não se exaure em si mesmo: é apenas o veículo conducente à "penhora" ou "arresto", representando a concreção do princípio de que a execução se realiza no interesse do credor, e não afasta sua eventual substituição por outros bens nomeados pelo executado em face de peculiaridades ou dificuldades que cada caso possa revelar, para que atendido o contra-ponto de que a execução se faça da maneira menos gravosa ao devedor
2. Não há na espécie nenhuma quebra do "*sigilo bancário*", senão que apenas bloqueio da quantia em espécie suficiente, no máximo, e se o caso, à garantia da instância executiva. Para essa medida não há falar em exaurimento das outras modalidades de tentativas de localização de bens móveis ou imóveis.
3. Agravo de instrumento provido.
4. Autos recebidos em Gabinete, em 26/02/2007, para lavratura do acórdão. Peças liberadas em 07/03/2007 para publicação do acórdão.

ACÓRDÃO
Decide a 7ª Turma DAR PROVIMENTO ao agravo de instrumento por maioria.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 23/01/2007.

JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
Relator p/ acórdão

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2006.01.00.034218-6/PA Distribuído no TRF em 06/09/2006
Processo na Origem: 239976

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	TARCISIO GUEDES BASILIO
APELADO	:	AMAZONIA SERVICOS GERAIS E REPRESENTACOES LTDA
ADVOGADO	:	ANTONIO CANDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITTO E OUTROS(AS)
APELADO	:	JOSE MONTEIRO DE PINA
APELADO	:	JOANA MONTEIRO DE PINA

EMENTA
PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL PARA COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS EXTINTA DE OFÍCIO POR PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - EFICÁCIA FUTURA DA LEI N. 11.051, DE 29/12/2004, QUE ACRESCENTOU O §4º DO ART.40 DA LEI N. 6.830/80 - FATOS GERADORES DE MAR/1981 A DEZ/1981: PRESCRIÇÃO TRINTENÁRIA - APELAÇÃO PROVIDA.
1. Embora a Lei n. 11.051/2004 possa, em tese, ser aplicada às execuções já em curso (STJ, REsp n. 815711/RS, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, T1, ac. un., DJ 10/04/2006 p. 162*)*, por sua natureza processual, é preciso ter presente que a prescrição não é matéria processual, pois sua decretação atinge o próprio direito material do exeqüente, que fica por ela extinto. Se antes da vigência da Lei n. 11.051/2004 não era possível a decretação de ofício da prescrição intercorrente, também não é possível que a contagem do prazo, para seus fins, se inicie antes da publicação dela, sob pena de violação do princípio da irretroatividade das leis.
2. O prazo prescricional para a cobrança das contribuições previdenciárias, segundo o STJ, se define em função da data do fato gerador: *"O prazo prescricional das contribuições previdenciárias sofreram oscilações ao longo do tempo: a) até a EC 08/77 - prazo qüinqüenal (CTN); b) após a EC 08/77 - prazo de trinta anos (Lei 3.807/60); c) após o advento da Constituição de 1988, tornando indiscutível a natureza tributária das referidas contribuições, o prazo prescricional retornou às regras do CTN (5 anos). d) após a Lei 8.212/91, prazo de dez anos."* (STJ, AgRg no REsp n. 703692/PE, Rel. Min. LUIZ FUX).
3. Mesmo se aplicada a Lei n. 11.051/2004 na hipótese dos autos, o feito não estaria prescrito à época da sentença, pois, entre a data da suspensão, em 02/04/1996, e a extinção, em 31/05/2006, decorreu prazo inferior a 30 anos.
4. No caso dos autos, o Juízo *a quo* não poderia ter decretado de ofício a prescrição intercorrente, pois desde a vigência (eficácia) da Lei n. 11.051, de 29/12/2004, até a sentença, em 31/05/2006, não decorreu o prazo prescricional, não admitido pelo Direito o fator surpresante. Precedentes da T7: AC n. 2006.01.00.039010-8, AC n. 2006.01.00.038366-8, AC n. 2006.01.00.038369-9, dentre dezenas.
5. Apelação provida.
6. Peças liberadas pelo Relator, em 20/03/2007, para publicação do acórdão.

ACÓRDÃO
Decide a 7ª Turma DAR PROVIMENTO à apelação por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 20/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2006.01.00.034219-0/PA Distribuído no TRF em 06/09/2006
Processo na Origem: 280674

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	JOAQUIM MOREIRA ROCHA
APELADO	:	DISTRIBUIDORA FERREIRA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA
APELADO	:	JOAQUIM JOSE FERREIRA BRANCO
APELADO	:	HERMINIO FERREIRA

EMENTA
PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL PARA COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS EXTINTA DE OFÍCIO POR PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - EFICÁCIA FUTURA DA LEI N. 11.051, DE 29/12/2004, QUE ACRESCENTOU O §4º DO ART.40 DA LEI N. 6.830/80 - FATOS GERADORES DE MAI/1981 A DEZ/1981: PRESCRIÇÃO TRINTENÁRIA - APELAÇÃO PROVIDA.
1. Embora a Lei n. 11.051/2004 possa, em tese, ser aplicada às execuções já em curso (STJ, REsp n. 815711/RS, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, T1, ac. un., DJ 10/04/2006 p. 162*)*, por sua natureza processual, é preciso ter presente que a prescrição não é matéria processual, pois sua decretação atinge o próprio direito material do exeqüente, que fica por ela extinto. Se antes da vigência da Lei n. 11.051/2004 não era possível a decretação de ofício da prescrição intercorrente, também não é possível que a contagem do prazo, para seus fins, se inicie antes da publicação dela, sob pena de violação do princípio da irretroatividade das leis.
2. O prazo prescricional para a cobrança das contribuições previdenciárias, segundo o STJ, se define em função da data do fato gerador: *"O prazo prescricional das contribuições previdenciárias sofreram oscilações ao longo do tempo: a) até a EC 08/77 - prazo qüinqüenal (CTN); b) após a EC 08/77 - prazo de trinta anos (Lei 3.807/60); c) após o advento da Constituição de 1988, tornando indiscutível a natureza tributária das referidas contribuições, o prazo prescricional retornou às regras do CTN (5 anos). d) após a Lei 8.212/91, prazo de dez anos."* (STJ, AgRg no REsp n. 703692/PE, Rel. Min. LUIZ FUX).
3. Mesmo se aplicada a Lei n. 11.051/2004 na hipótese dos autos, o feito não estaria prescrito à época da sentença, pois, entre a data da suspensão, em 04/06/1999, e a extinção, em 30/05/2006, decorreu prazo inferior a 30 anos.
4. No caso dos autos, o Juízo não poderia ter decretado de ofício a prescrição intercorrente, pois desde a vigência (eficácia) da Lei n. 11.051, de 29/12/2004, até a sentença, em 30/05/2006, não decorreu o prazo prescricional, não admitido pelo Direito o fator surpresante. Precedentes da T7: AC n. 2006.01.00.039010-8, AC n. 2006.01.00.038366-8, AC n. 2006.01.00.038369-9, dentre dezenas.
5. Apelação provida.
6. Peças liberadas pelo Relator, em 20/03/2007, para publicação do acórdão.

ACÓRDÃO
Decide a 7ª Turma DAR PROVIMENTO à apelação por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 20/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2006.01.00.034225-8/PA Distribuído no TRF em 06/09/2006
Processo na Origem: 9600019371

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	JULIO CESAR MELO BORGES
APELADO	:	PONTES DO PARA LTDA
APELADO	:	ESTER LUZ SAGICA
ADVOGADO	:	BENEDITO CORDEIRO NEVES

EMENTA
PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL PARA COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS EXTINTA DE OFÍCIO POR PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - EFICÁCIA FUTURA DA LEI N. 11.051, DE 29/12/2004, QUE ACRESCENTOU O §4º DO ART.40 DA LEI N. 6.830/80 - FATOS GERADORES DE ABR/1986 A MAI/1986: PRESCRIÇÃO TRINTENÁRIA - APELAÇÃO PROVIDA.
1. Embora a Lei n. 11.051/2004 possa, em tese, ser aplicada às execuções já em curso (STJ, REsp n. 815711/RS, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, T1, ac. un., DJ 10/04/2006 p. 162), por sua natureza processual, é preciso ter presente que a prescrição não é matéria processual, pois sua decretação atinge o próprio direito material do exeqüente, que fica por ela extinto. Se antes da vigência da Lei n. 11.051/2004 não era possível a decretação de ofício da prescrição intercorrente, também não é possível que a contagem do prazo, para seus fins, se inicie antes da publicação dela, sob pena de violação do princípio da irretroatividade das leis.
2. O prazo prescricional para a cobrança das contribuições previdenciárias, segundo o STJ, se define em função da data do fato gerador: *"O prazo prescricional das contribuições previdenciárias sofreram oscilações ao longo do tempo: a) até a EC 08/77 - prazo qüinqüenal (CTN); b) após a EC 08/77 - prazo de trinta anos (Lei 3.807/60); c) após o advento da Constituição de 1988, tornando indiscutível a natureza tributária das referidas contribuições, o prazo prescricional retornou às regras do CTN (5 anos). d) após a Lei 8.212/91, prazo de dez anos."* (STJ, AgRg no REsp n. 703692/PE, Rel. Min. LUIZ FUX).
3. Mesmo se aplicada a Lei n. 11.051/2004 na hipótese dos autos, o feito não estaria prescrito à época da sentença, pois, entre a data da suspensão, em 04/08/1998, e a extinção, em 05/06/2006, decorreu prazo inferior a 30 anos.
4. No caso dos autos, o Juízo não poderia ter decretado de ofício a prescrição intercorrente, pois desde a vigência (eficácia) da Lei n. 11.051, de 29/12/2004, até a sentença, em 05/06/2006, não decorreu o prazo prescricional, não admitido pelo Direito o fator surpresante. Precedentes da T7: AC n. 2006.01.00.039010-8, AC n. 2006.01.00.038366-8, AC n. 2006.01.00.038369-9, dentre dezenas.
5. Apelação provida.
6. Peças liberadas pelo Relator, em 20/03/2007, para publicação do acórdão.

ACÓRDÃO
Decide a 7ª Turma DAR PROVIMENTO à apelação por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 20/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

ED EM AGTAG Nº 2006.01.00.034351-3/MG
Processo na Origem: 200238000038200 Distribuído no TRF em 12/09/2006

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	WALESKA PRANCASTELLI FRANZOT E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	CRISTIANE LEROY RIBEIRO E OUTRO(A)
AGRAVADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVANTE NO AG INTERNO	:	WALESKA PRANCASTELLI FRANZOT E OUTROS(AS)
AGRAVADA NO AG. INTERNO	:	R. DECISÃO DE F.82/3
EMBARGANTE	:	WALESKA PRANCASTELLI FRANZOT E OUTROS(AS)
EMBARGADO	:	V. ACORDÃO DE F. 111/5

E M E N T A
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INFRINGÊNCIA - INOCORRÊNCIA DA ALEGADA "OBSCURIDADE" - EMBARGOS NÃO PROVIDOS.
1. Suposta "violação" a preceitos legais e constitucionais não é justa causa ao manejo de embargos à luz do art. 535 do CPC.
2. A divergência entre julgados proferidos pela Corte e outros Tribunais não constitui pressuposto para a interposição de embargos de declaração por não estar albergada nas hipóteses previstas no art. 535 do CPC.
3. Embargos de declaração não providos.
4. Peças liberadas pelo Relator, em 19/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O
Decide a 7ª (Sétima) Turma NEGAR PROVIMENTO aos Embargos de Declaração por unanimidade.
7ª (Sétima) Turma do TRF - 1ª Região, 19/03/2007.
LUCIANO TOLENTINO AMARAL - Relator

ED NO AGTAG Nº 2006.01.00.034392-8/DF Distribuído no TRF em 11/09/2006
Processo na Origem: 200434000424399

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	ADHERBAL MOREIRA OLIVEIRA E OUTROS
ADVOGADO	:	JOSE CARLOS DE ALMEIDA E OUTROS
AGRAVADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSÉ LUIZ GOMES ROLO
AGRAVANTE NO AG. INTERNO	:	ADHERBAL MOREIRA OLIVEIRA E OUTROS
AGRAVADA NO AG. INTERNO	:	R. DECISÃO DE F. 173
EMBARGANTE	:	ADHERBAL MOREIRA OLIVEIRA E OUTROS
EMBARGADO	:	V. ACÓRDAO DE F. 194/8

E M E N T A
PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - GRATUIDADE DE JUSTIÇA - ERRO MATERIAL (REFERÊNCIA A PESSOA JURÍDICA): NÃO OCORRÊNCIA - "OMISSÃO" (PEDIDO ALTERNATIVO DE PAGAMENTO DE CUSTAS AO FINAL): CORRIGIDO.
1 - O acórdão embargado analisou de forma exauriente os critérios para a concessão da gratuidade da justiça tanto para a pessoa física ou pessoa jurídica sem fins lucrativos quanto para a pessoa jurídica com fins lucrativos, conforme atesta a jurisprudência juntada ao voto.
2 - O exame do benefício de assistência judiciária tem duas conseqüências possíveis: a concessão do benefício e o não pagamento das custas ou a não concessão e o pagamento imediato das custas. Não há solução de meio termo, como pretendem os embargantes, de se postergar o pagamento das custas para o final da ação. É a letra da lei, que inclusive determina o cancelamento da distribuição do feito em caso de falta de preparo (art. 257 do CPC)
3 - Embargos de declaração providos, em parte, sem efeitos modificativos.
4 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O
Decide a 7ª Turma DAR PROVIMENTO, em parte, aos Embargos de Declaração, sem efeitos modificativos, por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 13/03/2007. .

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.034739-4/BA
Processo na Origem: 200633070080938

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
AGRAVANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	DR. RODRIGO DE MELO CABRAL
AGRAVADA	:	SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

E M E N T A
PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - BLOQUEIO DE VALOR EM CONTA CORRENTE DO EXECUTADO, POR MEIO DO CONVÊNIO BACENJUD-SISTEMA DE ATENDIMENTO DAS SOLICITAÇÕES DO PODER JUDICIÁRIO AO BANCO CENTRAL DO BRASIL, ATÉ O LIMITE DO DÉBITO COBRADO - LEGITIMIDADE - LEI Nº 6.830/80, ART. 11; CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, ART. 655.
1 - Lídimo o bloqueio, por meio do Convênio BACENJUD-Sistema de Atendimento das Solicitações do Poder Judiciário ao Banco Central do Brasil, de depósitos em dinheiro, existentes em contas correntes do Executado, até o limite da Execução, para garantia desta. (Lei nº 6.830/80, art. 11; Código de Processo Civil, art. 655.)
2 - Agravo de Instrumento provido.
3 - Decisão reformada.

A C Ó R D Ã O
Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por maioria, dar provimento ao recurso de Agravo de Instrumento.
Brasília, 13 de fevereiro de 2007. (Data de julgamento.)

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.034798-7/BA Distribuído no TRF em 12/09/2006
Processo na Origem: 200633070080883

RELATOR P/ ACÓRDÃO	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
AGRAVANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	RODRIGO DE MELO CABRAL
AGRAVADO	:	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE VITORIA DA CONQUISTA
AGRAVADO	:	JOSE BONIFACIO G E LACERDA
AGRAVADO	:	JOAQUIM FERRAZ DE CASTRO

EMENTA
AGRAVO DE INSTRUMENTO - BLOQUEIO, VIA BACENJUD, DE ATIVOS FINANCEIROS ATÉ O LIMITE DO DÉBITO: POSSIBILIDADE - AUSÊNCIA DE QUEBRA DE "SIGILO BANCÁRIO" MAS MERA INSTRUMENTALIZAÇÃO DA SATISFAÇÃO DO CRÉDITO: PENHORA.
1. O bloqueio de ativos financeiros via sistema BACENJUD não se exaure em si mesmo: é apenas o veículo conducente à "penhora" ou "arresto", representando a concreção do princípio de que a execução se realiza no interesse do credor, e não afasta sua eventual substituição por outros bens nomeados pelo executado em face de peculiaridades ou dificuldades que cada caso possa revelar, para que atendido o contra-ponto de que a execução se faça da maneira menos gravosa ao devedor
2. Não há na espécie nenhuma quebra do "*sigilo bancário*", senão que apenas bloqueio da quantia em espécie suficiente, no máximo, e se o caso, à garantia da instância executiva. Para essa medida não há falar em exaurimento das outras modalidades de tentativas de localização de bens móveis ou imóveis.
3. Agravo de instrumento provido.
4. Autos recebidos em Gabinete, em 26/02/2007, para lavratura do acórdão. Peças liberadas em 07/03/2007 para publicação do acórdão.

ACÓRDÃO
Decide a 7ª Turma DAR PROVIMENTO ao agravo de instrumento por maioria.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 23/01/2007.

JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
Relator p/ acórdão

ED NO AGTAG Nº 2006.01.00.036038-0/RO Distribuído no TRF em 21/09/2006
Processo na Origem: 200641000030206

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	IRMAOS DOMINGUES LTDA
ADVOGADO	:	LEONARDO RAFAEL SILVA COELHO E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVANTE NO AG. INTERNO	:	IRMAOS DOMINGUES LTDA
AGRAVADA NO AG. INTERNO	:	DECISÃO DE FL. 168/9
EMBARGANTE	:	IRMAOS DOMINGUES LTDA
EMBARGADO	:	V. ACÓRDÃO DE FL. 196/99

E M E N T A
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INFRINGÊNCIA - INOCORRÊNCIA DA ALEGADA "OMISSÃO" - EMBARGOS NÃO PROVIDOS.
1. Destinam-se os embargos declaratórios a aclarar eventual obscuridade, resolver eventual contradição (objetiva: intrínseca do julgado) ou suprir eventual omissão do julgado, consoante art. 535 do CPC, de modo que, inocorrente qualquer das hipóteses que ensejam a oposição deles, a inconformidade do embargante ressoa como manifesta contrariedade à orientação jurídica que se adotou no acórdão, o que consubstancia evidente caráter infringente, a que não se presta a via ora eleita.
2. Suposta "violação" a preceitos e princípios legais e constitucionais não é justa causa ao manejo de embargos à luz do art. 535 do CPC.
3. A divergência entre julgados proferidos pela Corte e outros Tribunais não constitui pressuposto para a interposição de embargos de declaração por não estar albergada nas hipóteses previstas no art. 535 do CPC.
4. Embargos de declaração opostos fora das balizas do rol do art. 535 do CPC não se prestam para os fins de prequestionamento.
5. Embargos de declaração não providos.
6. Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O
Decide a 7ª (Sétima) Turma NEGAR PROVIMENTO aos Embargos de Declaração por unanimidade.
7ª (Sétima) Turma do TRF - 1ª Região, 13/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.037655-6/DF
Processo na Origem: 199934000231435

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
AGRAVANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	MUNICIPIO DE SAO ROQUE - SP E OUTRO(A)
PROCURADOR	:	SAVIO DE FARIA CARAM ZUQUIM E OUTROS(AS)

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL E CONSTITUCIONAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRECATÓRIO. LEVANTAMENTO. EXIGÊNCIA DE CERTIDÕES NEGATIVAS DE DÉBITOS PARA COM A FAZENDA PÚBLICA. ART. 19 DA LEI 11.033/2004. INCONSTITUCIONALIDADE DECLARADA PELO STF.
1. O art. 19 da Lei 11.033/2004, que exige a apresentação de certidão negativa de tributos federais, estaduais e municipais, bem como de certidão de regularidade para com a Seguridade Social, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e a Dívida Ativa da União para levantamento de valores decorrentes de precatório judicial, foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI 3453, cuja ementa foi publicada no dia 12.12.2006.
2. Agravo de instrumento não provido.
ACÓRDÃO
Decide a Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.
7ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/12/2007.

Desembargador Federal ANTÔNIO EZEQUIEL
Relator

APELAÇÃO CÍVEL n. 2006.01.00.038794-6/PA
Processo na Origem: 9100001708

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A) CONVOCADO(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	MARIA ANTONIETA DA SILVA LIMA
APELADA	:	WILLE AGRO INDUSTRIAL LTDA
APELADO	:	RUY DA SILVA
APELADO	:	RENATO JOSE DA SILVA

EMENTA
PROCESSO CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. DÉBITO DO INSS. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. DECRETAÇÃO DE OFÍCIO. POSSIBILIDADE. PRAZO QÜINQÜENAL. ART. 174 DO CTN.
1. Os §§ 3º e 4º do art. 40 da Lei n. 6.830/80 devem ser interpretados em consonância com o disposto no art. 174 do CTN, que deve prevalecer nos casos em que suas disposições colidirem com diplomas legais de natureza ordinária, por ter sido recepcionado pela Constituição Federal com *status* de lei complementar (precedentes do STJ).
2. A disposição do § 4º do art. 40 da Lei de Execução Fiscal, incluída pela Lei n. 11.051/2004, aplica-se aos processos em curso, por se tratar de norma de natureza processual. Precedentes do STJ.
3. O prazo da prescrição da contribuição previdenciária é diferenciado no decorrer do tempo, já que, no período posterior à Emenda Constitucional n. 08/77 e anterior à promulgação da Constituição Federal de 1988, as contribuições previdenciárias perderam a natureza tributária, aplicando-se, assim, as disposições da legislação previdenciária então vigente, que previam um prazo prescricional de trinta anos.
4. Apelação do INSS provida.
ACÓRDÃO
Decide a Turma, por unanimidade, dar provimento ao apelo do INSS.
7ª Turma do TRF da 1ª Região - 13.03.2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

APELAÇÃO CÍVEL n. 2006.01.00.038958-3/PA
Processo na Origem: 212814

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A) CONVOCADO(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	TARCISIO GUEDES BASILIO
APELADA	:	COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE DO PARA LTDA

EMENTA
PROCESSO CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. DÉBITO DO INSS. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. DECRETAÇÃO DE OFÍCIO. POSSIBILIDADE. PRAZO QÜINQÜENAL. ART. 174 DO CTN.
1. Os §§ 3º e 4º do art. 40 da Lei n. 6.830/80 devem ser interpretados em consonância com o disposto no art. 174 do CTN, que deve prevalecer nos casos em que suas disposições colidirem com diplomas legais de natureza ordinária, por ter sido recepcionado pela Constituição Federal com *status* de lei complementar (precedentes do STJ).
2. A disposição do § 4º do art. 40 da Lei de Execução Fiscal, incluída pela Lei n. 11.051/2004, aplica-se aos processos em curso, por se tratar de norma de natureza processual. Precedentes do STJ.
3. O prazo da prescrição da contribuição previdenciária é diferenciado no decorrer do tempo, já que, no período posterior à Emenda Constitucional n. 08/77 e anterior à promulgação da Constituição Federal de 1988, as contribuições previdenciárias perderam a natureza tributária, aplicando-se, assim, as disposições da legislação previdenciária então vigente, que previam um prazo prescricional de trinta anos.
4. Apelação do INSS provida.
ACÓRDÃO
Decide a Turma, por unanimidade, dar provimento ao apelo do INSS.
7ª Turma do TRF da 1ª Região - 13.03.2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

APELAÇÃO CÍVEL n. 2006.01.00.038960-7/PA
Processo na Origem: 9600017042

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A) CONVOCADO(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	TARCISIO GUEDES BASILIO
APELADA	:	INDUSTRIAS WENCESLAU LTDA
APELADO	:	ARMANDO SOUZA DE OLIVEIRA
APELADO	:	PAULO ANTONIO SOUZA OLIVEIRA

EMENTA
PROCESSO CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. DÉBITO DO INSS. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. DECRETAÇÃO DE OFÍCIO. POSSIBILIDADE. PRAZO QÜINQÜENAL. ART. 174 DO CTN.
1. Os §§ 3º e 4º do art. 40 da Lei n. 6.830/80 devem ser interpretados em consonância com o disposto no art. 174 do CTN, que deve prevalecer nos casos em que suas disposições colidirem com diplomas legais de natureza ordinária, por ter sido recepcionado pela Constituição Federal com *status* de lei complementar (precedentes do STJ).
2. A disposição do § 4º do art. 40 da Lei de Execução Fiscal, incluída pela Lei n. 11.051/2004, aplica-se aos processos em curso, por se tratar de norma de natureza processual. Precedentes do STJ.
3. O prazo da prescrição da contribuição previdenciária é diferenciado no decorrer do tempo, já que, no período posterior à Emenda Constitucional n. 08/77 e anterior à promulgação da Constituição Federal de 1988, as contribuições previdenciárias perderam a natureza tributária, aplicando-se, assim, as disposições da legislação previdenciária então vigente, que previam um prazo prescricional de trinta anos.
4. Apelação do INSS provida.
ACÓRDÃO
Decide a Turma, por unanimidade, dar provimento ao apelo do INSS.
7ª Turma do TRF da 1ª Região - 13.03.2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

APELAÇÃO CÍVEL n. 2006.01.00.038965-5/PA
Processo na Origem: 225185

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A) CONVOCADO(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	TARCISIO GUEDES BASILIO
APELADA	:	BELEM SERVICOS GERAIS LTDA

EMENTA
PROCESSO CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. DÉBITO DO INSS. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. DECRETAÇÃO DE OFÍCIO. POSSIBILIDADE. PRAZO QÜINQÜENAL. ART. 174 DO CTN.
1. Os §§ 3º e 4º do art. 40 da Lei n. 6.830/80 devem ser interpretados em consonância com o disposto no art. 174 do CTN, que deve prevalecer nos casos em que suas disposições colidirem com diplomas legais de natureza ordinária, por ter sido recepcionado pela Constituição Federal com *status* de lei complementar (precedentes do STJ).
2. A disposição do § 4º do art. 40 da Lei de Execução Fiscal, incluída pela Lei n. 11.051/2004, aplica-se aos processos em curso, por se tratar de norma de natureza processual. Precedentes do STJ.
3. O prazo da prescrição da contribuição previdenciária é diferenciado no decorrer do tempo, já que, no período posterior à Emenda Constitucional n. 08/77 e anterior à promulgação da Constituição Federal de 1988, as contribuições previdenciárias perderam a natureza tributária, aplicando-se, assim, as disposições da legislação previdenciária então vigente, que previam um prazo prescricional de trinta anos.
4. Apelação do INSS provida.
ACÓRDÃO
Decide a Turma, por unanimidade, dar provimento ao apelo do INSS.
7ª Turma do TRF da 1ª Região - 13.03.2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

APELAÇÃO CÍVEL n. 2006.01.00.038969-0/PA
Processo na Origem: 194557

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A) CONVOCADO(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	TARCISIO GUEDES BASILIO
APELADA	:	INACOURO INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE COUROS AMAZONIA LTDA

EMENTA
PROCESSO CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. DÉBITO DO INSS. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. DECRETAÇÃO DE OFÍCIO. POSSIBILIDADE. PRAZO QÜINQÜENAL. ART. 174 DO CTN.
1. Os §§ 3º e 4º do art. 40 da Lei n. 6.830/80 devem ser interpretados em consonância com o disposto no art. 174 do CTN, que deve prevalecer nos casos em que suas disposições colidirem com diplomas legais de natureza ordinária, por ter sido recepcionado pela Constituição Federal com *status* de lei complementar (precedentes do STJ).
2. A disposição do § 4º do art. 40 da Lei de Execução Fiscal, incluída pela Lei n. 11.051/2004, aplica-se aos processos em curso, por se tratar de norma de natureza processual. Precedentes do STJ.
3. O prazo da prescrição da contribuição previdenciária é diferenciado no decorrer do tempo, já que, no período posterior à Emenda Constitucional n. 08/77 e anterior à promulgação da Constituição Federal de 1988, as contribuições previdenciárias perderam a natureza tributária, aplicando-se, assim, as disposições da legislação previdenciária então vigente, que previam um prazo prescricional de trinta anos.
4. Contudo, se o fato gerador ocorreu antes da EC n. 08/77 ou após a CF/88, e o feito ficou paralisado por mais de cinco anos, cabe o reconhecimento da prescrição intercorrente, de ofício, pelo juiz, desde que, intimado o representante judicial do exeqüente, não tenha sido argüida nenhuma causa de suspensão ou interrupção do prazo prescricional.
5. Apelação do INSS provida, em parte.
ACÓRDÃO
Decide a Turma, por maioria, dar parcial provimento ao apelo do INSS.
7ª Turma do TRF da 1ª Região - 13.03.2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

APELAÇÃO CÍVEL n. 2006.01.00.038970-0/PA
Processo na Origem: 225282

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A) CONVOCADO(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	TARCISIO GUEDES BASILIO
APELADA	:	ARTICO INDUSTRIA DE REFRIGERACAO DO PARA LTDA

EMENTA
PROCESSO CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. DÉBITO DO INSS. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. DECRETAÇÃO DE OFÍCIO. POSSIBILIDADE. PRAZO QÜINQÜENAL. ART. 174 DO CTN.
1. Os §§ 3º e 4º do art. 40 da Lei n. 6.830/80 devem ser interpretados em consonância com o disposto no art. 174 do CTN, que deve prevalecer nos casos em que suas disposições colidirem com diplomas legais de natureza ordinária, por ter sido recepcionado pela Constituição Federal com *status* de lei complementar (precedentes do STJ).
2. A disposição do § 4º do art. 40 da Lei de Execução Fiscal, incluída pela Lei n. 11.051/2004, aplica-se aos processos em curso, por se tratar de norma de natureza processual. Precedentes do STJ.
3. O prazo da prescrição da contribuição previdenciária é diferenciado no decorrer do tempo, já que, no período posterior à Emenda Constitucional n. 08/77 e anterior à promulgação da Constituição Federal de 1988, as contribuições previdenciárias perderam a natureza tributária, aplicando-se, assim, as disposições da legislação previdenciária então vigente, que previam um prazo prescricional de trinta anos.
4. Apelação do INSS provida.
ACÓRDÃO
Decide a Turma, por unanimidade, dar provimento ao apelo do INSS.
7ª Turma do TRF da 1ª Região - 13.03.2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

APELAÇÃO CÍVEL n. 2006.01.00.039006-7/PA
Processo na Origem: 188689

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A) CONVOCADO(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	TARCISIO GUEDES BASILIO
APELADO	:	R A QUEIROZ

EMENTA
PROCESSO CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. DÉBITO DO INSS. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. DECRETAÇÃO DE OFÍCIO. POSSIBILIDADE. PRAZO QÜINQÜENAL. ART. 174 DO CTN.
1. Os §§ 3º e 4º do art. 40 da Lei n. 6.830/80 devem ser interpretados em consonância com o disposto no art. 174 do CTN, que deve prevalecer nos casos em que suas disposições colidirem com diplomas legais de natureza ordinária, por ter sido recepcionado pela Constituição Federal com *status* de lei complementar (precedentes do STJ).
2. A disposição do § 4º do art. 40 da Lei de Execução Fiscal, incluída pela Lei n. 11.051/2004, aplica-se aos processos em curso, por se tratar de norma de natureza processual. Precedentes do STJ.
3. O prazo da prescrição da contribuição previdenciária é diferenciado no decorrer do tempo, já que, no período posterior à Emenda Constitucional n. 08/77 e anterior à promulgação da Constituição Federal de 1988, as contribuições previdenciárias perderam a natureza tributária, aplicando-se, assim, as disposições da legislação previdenciária então vigente, que previam um prazo prescricional de trinta anos.
4. Contudo, se o fato gerador ocorreu antes da EC n. 08/77 ou após a CF/88, e o feito ficou paralisado por mais de cinco anos, cabe o reconhecimento da prescrição intercorrente, de ofício, pelo juiz, desde que, intimado o representante judicial do exeqüente, não tenha sido argüida nenhuma causa de suspensão ou interrupção do prazo prescricional.
5. Apelação do INSS provida, em parte.
ACÓRDÃO
Decide a Turma, por maioria, dar parcial provimento ao apelo do INSS.
7ª Turma do TRF da 1ª Região - 13.03.2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

APELAÇÃO CÍVEL n. 2006.01.00.039095-8/PA
Processo na Origem: 308358

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A) CONVOCADO(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	JULIO CESAR MELO BORGES
APELADA	:	FORPAL FORNECEDORA PARAENSE LTDA

EMENTA
PROCESSO CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. DÉBITO DO INSS. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. DECRETAÇÃO DE OFÍCIO. POSSIBILIDADE. PRAZO QÜINQÜENAL. ART. 174 DO CTN.
1. Os §§ 3º e 4º do art. 40 da Lei n. 6.830/80 devem ser interpretados em consonância com o disposto no art. 174 do CTN, que deve prevalecer nos casos em que suas disposições colidirem com diplomas legais de natureza ordinária, por ter sido recepcionado pela Constituição Federal com *status* de lei complementar (precedentes do STJ).
2. A disposição do § 4º do art. 40 da Lei de Execução Fiscal, incluída pela Lei n. 11.051/2004, aplica-se aos processos em curso, por se tratar de norma de natureza processual. Precedentes do STJ.
3. O prazo da prescrição da contribuição previdenciária é diferenciado no decorrer do tempo, já que, no período posterior à Emenda Constitucional n. 08/77 e anterior à promulgação da Constituição Federal de 1988, as contribuições previdenciárias perderam a natureza tributária, aplicando-se, assim, as disposições da legislação previdenciária então vigente, que previam um prazo prescricional de trinta anos.
4. Apelação do INSS provida.
ACÓRDÃO
Decide a Turma, por unanimidade, dar provimento ao apelo do INSS.
7ª Turma do TRF da 1ª Região - 13.03.2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

APELAÇÃO CÍVEL n. 2006.01.00.039309-3/PA
Processo na Origem: 56332

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A) CONVOCADO(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	JULIO CESAR MELO BORGES
APELADA	:	CONSTRUTORA ITAPOA LTDA

EMENTA
PROCESSO CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. DÉBITO DO INSS. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. DECRETAÇÃO DE OFÍCIO. POSSIBILIDADE. PRAZO QÜINQÜENAL. ART. 174 DO CTN.
1. Os §§ 3º e 4º do art. 40 da Lei n. 6.830/80 devem ser interpretados em consonância com o disposto no art. 174 do CTN, que deve prevalecer nos casos em que suas disposições colidirem com diplomas legais de natureza ordinária, por ter sido recepcionado pela Constituição Federal com *status* de lei complementar (precedentes do STJ).
2. A disposição do § 4º do art. 40 da Lei de Execução Fiscal, incluída pela Lei n. 11.051/2004, aplica-se aos processos em curso, por se tratar de norma de natureza processual. Precedentes do STJ.
3. Paralisado o feito há mais de cinco anos, cabe o reconhecimento da prescrição intercorrente, de ofício, pelo juiz, desde que, intimado o representante judicial do exeqüente, não tenha sido argüida nenhuma causa de suspensão ou interrupção do prazo prescricional.
4. Apelação do INSS não provida.
ACÓRDÃO
Decide a Turma, por maioria, negar provimento ao apelo do INSS.
7ª Turma do TRF da 1ª Região - 13/03/2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

APELAÇÃO CÍVEL n. 2006.01.00.039317-9/PA
Processo na Origem: 263885

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A) CONVOCADO(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	JOAQUIM MOREIRA ROCHA
APELADO	:	MANOEL FERREIRA DE OLIVEIRA

EMENTA
PROCESSO CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. DÉBITO DO INSS. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. DECRETAÇÃO DE OFÍCIO. POSSIBILIDADE. PRAZO QÜINQÜENAL. ART. 174 DO CTN.
1. Os §§ 3º e 4º do art. 40 da Lei n. 6.830/80 devem ser interpretados em consonância com o disposto no art. 174 do CTN, que deve prevalecer nos casos em que suas disposições colidirem com diplomas legais de natureza ordinária, por ter sido recepcionado pela Constituição Federal com *status* de lei complementar (precedentes do STJ).
2. A disposição do § 4º do art. 40 da Lei de Execução Fiscal, incluída pela Lei n. 11.051/2004, aplica-se aos processos em curso, por se tratar de norma de natureza processual. Precedentes do STJ.
3. O prazo da prescrição da contribuição previdenciária é diferenciado no decorrer do tempo, já que, no período posterior à Emenda Constitucional n. 08/77 e anterior à promulgação da Constituição Federal de 1988, as contribuições previdenciárias perderam a natureza tributária, aplicando-se, assim, as disposições da legislação previdenciária então vigente, que previam um prazo prescricional de trinta anos.
4. Apelação do INSS provida.
ACÓRDÃO
Decide a Turma, por unanimidade, dar provimento ao apelo do INSS.
7ª Turma do TRF da 1ª Região - 13.03.2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.040595-8/MG Distribuído no TRF em 27/10/2006
Processo na Origem: 607010089847

RELATOR P/ ACÓRDÃO	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
AGRAVANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	ADRIANA DE ALMEIDA MENEZES
AGRAVADO	:	GRACE C J BARBOSA E CIA LTDA

EMENTA
AGRAVO DE INSTRUMENTO - BLOQUEIO, VIA BACENJUD, DE ATIVOS FINANCEIROS ATÉ O LIMITE DO DÉBITO: POSSIBILIDADE - AUSÊNCIA DE QUEBRA DE "SIGILO BANCÁRIO" MAS MERA INSTRUMENTALIZAÇÃO DA SATISFAÇÃO DO CRÉDITO: PENHORA.
1. O bloqueio de ativos financeiros via sistema BACENJUD não se exaure em si mesmo: é apenas o veículo conducente à "penhora" ou "arresto", representando a concreção do princípio de que a execução se realiza no interesse do credor, e não afasta sua eventual substituição por outros bens nomeados pelo executado em face de peculiaridades ou dificuldades que cada caso possa revelar, para que atendido o contra-ponto de que a execução se faça da maneira menos gravosa ao devedor
2. Não há na espécie nenhuma quebra do "*sigilo bancário*", senão que apenas bloqueio da quantia em espécie suficiente, no máximo, e se o caso, à garantia da instância executiva. Para essa medida não há falar em exaurimento das outras modalidades de tentativas de localização de bens móveis ou imóveis.
3. Agravo de instrumento provido.
4. Autos recebidos em Gabinete, em 26/02/2007, para lavratura do acórdão. Peças liberadas em 07/03/2007 para publicação do acórdão.
ACÓRDÃO
Decide a 7ª Turma DAR PROVIMENTO ao agravo de instrumento por maioria.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 23/01/2007.

JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
Relator p/ acórdão

AGRAVO INTERNO NO AG Nº 2006.01.00.041974-7/BA Distribuído no TRF em 08/11/2006
Processo na Origem: 199733000112974

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	ROSA GOMEZ RODRIGUES
ADVOGADO	:	ANTONIO BOAVENTURA REIS DE PINHO E OUTRO
AGRAVADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	ACACIA MARIA SOUZA COSTA
AGRAVANTE NO AG. INTERNO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
AGRAVADA NO AG. INTERNO	:	DECISAO DE F. 57

E M E N T A

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL (CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS) - BLOQUEIO (BACENJUD) DE VALORES EXISTENTES EM CONTA-CORRENTE (DA CO-RESPONSÁVEL) VINCULADA À PERCEPÇÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO: IMPOSSIBILIDADE (ART. 649, VII, DO CPC) - AGRAVO PROVIDO MONOCRATICAMENTE - AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.
1 - São absolutamente impenhoráveis (art. 649, VII, do CPC) e, de conseqüência, imunes a bloqueios via BACENJUD, salvas exceções legais de maior quilate, os valores existentes em conta-corrente vinculada à percepção de benefício previdenciário a que faz jus a segurada-executada.
2 - Contrariamente ao que afirma o ora agravante (INSS), a decisão monocrática de provimento do agravo de instrumento da executada limitou, o desbloqueio, sim, aos valores comprovadamente de cunho alimentar (benefício previdenciário).
3 - O cumprimento do ideal de justiça em caso tal reclama lei expressa (inexistente) a elidir a impenhorabilidade que decorre da leitura (literal) do art. 649, VII, do CPC (que dispensa interpretação que lhe extraia o sentido ou o alcance).
4 - Agravo interno não provido.
5 - Peças liberadas pelo Relator, em 20/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª (Sétima) Turma NEGAR PROVIMENTO ao agravo interno por unanimidade.
7ª (Sétima) Turma do TRF - 1ª Região, 20/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

AGRAVO INTERNO NO AG Nº 2006.01.00.042045-7/BA Distribuído no TRF em 07/11/2006
Processo na Origem: 200633060015786

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	OÁSIS SERVIÇO AUTO PEÇAS LTDA
ADVOGADO	:	ANTONIO FERNANDO DANTAS MONTALVÃO E OUTRO
AGRAVADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSÉ LUIZ GOMES ROLO
AGRAVANTE (AG. INTERNO)	:	FAZENDA NACIONAL
AGRAVADA (AG. INTERNO)	:	R. DECISÃO DE F. 51

EMENTA
CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - NOMEAÇÃO DE BENS (TDPS) À PENHORA - INDEFERIMENTO SEM FUNDAMENTAÇÃO: ILEGITIMIDADE (ART. 93, IX, CF/88) - AGRAVO PARCIALMENTE PROVIDO MONOCRATICAMENTE - AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.
1. É dado ao relator negar seguimento ao recurso "manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em conformidade com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do STF ou de Tribunal Superior" (art. 557, caput, do CPC), sem que isso signifique afronta ao princípio do contraditório (ou à ampla defesa), porque atende à agilidade da prestação jurisdicional. Quando o relator assim age não "usurpa" competência do colegiado, mas atua dentro do permissivo legal.
2. Não se sustenta, porque malfere o art. 93, IX, da CF/88, decisão que, sem qualquer justificativa, indefere nomeação de Apólices da Dívida Pública da União à penhora em execução fiscal. Não se exige que a fundamentação seja correta, mas que ao menos exista.
3. Agravo interno não provido.
4. Peças liberadas pelo Relator, em 20/03/2007, para publicação do acórdão.
ACÓRDÃO
Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO ao agravo interno por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 20/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.042419-0/BA Distribuído no TRF em 09/11/2006
Processo na Origem: 200133000047380

RELATOR P/ ACÓRDÃO	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
AGRAVANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	ALUSUD ENGENHARIA MONTEGENS E SERVICOS LTDA

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - BLOQUEIO, VIA BACENJUD, DE ATIVOS FINANCEIROS ATÉ O LIMITE DO DÉBITO: POSSIBILIDADE - AUSÊNCIA DE QUEBRA DE "SIGILO BANCÁRIO" MAS MERA INSTRUMENTALIZAÇÃO DA SATISFAÇÃO DO CRÉDITO: PENHORA.
1. O bloqueio de ativos financeiros via sistema BACENJUD não se exaure em si mesmo: é apenas o veículo conducente à "penhora" ou "arresto", representando a concreção do princípio de que a execução se realiza no interesse do credor, e não afasta sua eventual substituição por outros bens nomeados pelo executado em face de peculiaridades ou dificuldades que cada caso possa revelar, para que atendido o contra-ponto de que a execução se faça da maneira menos gravosa ao devedor
2. Não há na espécie nenhuma quebra do "*sigilo bancário*", senão que apenas bloqueio da quantia em espécie suficiente, no máximo, e se o caso, à garantia da instância executiva. Para essa medida não há falar em exaurimento das outras modalidades de tentativas de localização de bens móveis ou imóveis.
3. Agravo de instrumento provido.
4. Autos recebidos em Gabinete, em 26/02/2007, para lavratura do acórdão. Peças liberadas em 07/03/2007 para publicação do acórdão.

ACÓRDÃO

Decide a 7ª Turma DAR PROVIMENTO ao agravo de instrumento por maioria.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 09/01/2007.

JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
Relator p/ acórdão

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.042967-6/BA Distribuído no TRF em 14/11/2006
Processo na Origem: 200633000017738

RELATOR P/ ACÓRDÃO	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
AGRAVANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	COMERCIAL LUNA GUSMAO LTDA

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AGRAVO REGIMENTAL CONTRA DECISÃO DENEGATÓRIA DE EFEITO SUSPENSIVO: ART. 293, § 1º DO RITRF1 - BLOQUEIO, VIA BACENJUD, DE ATIVOS FINANCEIROS ATÉ O LIMITE DO DÉBITO: POSSIBILIDADE - AUSÊNCIA DE QUEBRA DE "SIGILO BANCÁRIO" MAS MERA INSTRUMENTALIZAÇÃO DA SATISFAÇÃO DO CRÉDITO: PENHORA.
1. Não se conhece de agravo regimental contra decisão que concede ou nega o efeito suspensivo em agravo de instrumento: art. 293, § 1º, do RITRF1.
2. O bloqueio de ativos financeiros via sistema BACENJUD não se exaure em si mesmo: é apenas o veículo conducente à "penhora" ou "arresto", representando a concreção do princípio de que a execução se realiza no interesse do credor, e não afasta sua eventual substituição por outros bens nomeados pelo executado em face de peculiaridades ou dificuldades que cada caso possa revelar, para que atendido o contra-ponto de que a execução se faça da maneira menos gravosa ao devedor
3. Não há na espécie nenhuma quebra do "*sigilo bancário*", senão que apenas bloqueio da quantia em espécie suficiente, no máximo, e se o caso, à garantia da instância executiva. Para essa medida não há falar em exaurimento das outras modalidades de tentativas de localização de bens móveis ou imóveis.
4. Agravo regimental de que não se conhece. Agravo de instrumento provido.
4. Autos recebidos em Gabinete, em 26/02/2007, para lavratura do acórdão. Peças liberadas em 07/03/2007 para publicação do acórdão.

ACÓRDÃO

Decide a 7ª Turma, por unanimidade, NÃO CONHECER do agravo regimental e, por maioria, DAR PROVIMENTO ao agravo de instrumento.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 09/01/2007.

JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
Relator p/ acórdão

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.043103-1/BA Distribuído no TRF em 14/11/2006
Processo na Origem: 434159

RELATOR P/ ACÓRDÃO	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
AGRAVANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	TAKESHI SAITO

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - BLOQUEIO, VIA BACENJUD, DE ATIVOS FINANCEIROS ATÉ O LIMITE DO DÉBITO: POSSIBILIDADE - AUSÊNCIA DE QUEBRA DE "SIGILO BANCÁRIO" MAS MERA INSTRUMENTALIZAÇÃO DA SATISFAÇÃO DO CRÉDITO: PENHORA.
1. O bloqueio de ativos financeiros via sistema BACENJUD não se exaure em si mesmo: é apenas o veículo conducente à "penhora" ou "arresto", representando a concreção do princípio de que a execução se realiza no interesse do credor, e não afasta sua eventual substituição por outros bens nomeados pelo executado em face de peculiaridades ou dificuldades que cada caso possa revelar, para que atendido o contra-ponto de que a execução se faça da maneira menos gravosa ao devedor
2. Não há na espécie nenhuma quebra do "*sigilo bancário*", senão que apenas bloqueio da quantia em espécie suficiente, no máximo, e se o caso, à garantia da instância executiva. Para essa medida não há falar em exaurimento das outras modalidades de tentativas de localização de bens móveis ou imóveis.
3. Agravo de instrumento provido.
4. Autos recebidos em Gabinete, em 26/02/2007, para lavratura do acórdão. Peças liberadas em 07/03/2007 para publicação do acórdão.

ACÓRDÃO

Decide a 7ª Turma DAR PROVIMENTO ao agravo de instrumento por maioria.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 23/01/2007.

JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
Relator p/ acórdão

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.043104-5/BA Distribuído no TRF em 14/11/2006
Processo na Origem: 200233000143875

RELATOR P/ ACÓRDÃO	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
AGRAVANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	JOSE GUILHERME LOBARINHAS - FJ
AGRAVADO	:	JOSE GUILHERME LOBARINHAS

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AGRAVO REGIMENTAL CONTRA DECISÃO DENEGATÓRIA DE EFEITO SUSPENSIVO: ART. 293, § 1º DO RITRF1 - BLOQUEIO, VIA BACENJUD, DE ATIVOS FINANCEIROS ATÉ O LIMITE DO DÉBITO: POSSIBILIDADE - AUSÊNCIA DE QUEBRA DE "SIGILO BANCÁRIO" MAS MERA INSTRUMENTALIZAÇÃO DA SATISFAÇÃO DO CRÉDITO: PENHORA.
1. Não se conhece de agravo regimental contra decisão que concede ou nega o efeito suspensivo em agravo de instrumento: art. 293, § 1º, do RITRF1.
2. O bloqueio de ativos financeiros via sistema BACENJUD não se exaure em si mesmo: é apenas o veículo conducente à "penhora" ou "arresto", representando a concreção do princípio de que a execução se realiza no interesse do credor, e não afasta sua eventual substituição por outros bens nomeados pelo executado em face de peculiaridades ou dificuldades que cada caso possa revelar, para que atendido o contra-ponto de que a execução se faça da maneira menos gravosa ao devedor
3. Não há na espécie nenhuma quebra do "*sigilo bancário*", senão que apenas bloqueio da quantia em espécie suficiente, no máximo, e se o caso, à garantia da instância executiva. Para essa medida não há falar em exaurimento das outras modalidades de tentativas de localização de bens móveis ou imóveis.
4. Agravo regimental de que não se conhece. Agravo de instrumento provido.
4. Autos recebidos em Gabinete, em 26/02/2007, para lavratura do acórdão. Peças liberadas em 07/03/2007 para publicação do acórdão.

ACÓRDÃO

Decide a 7ª Turma, por unanimidade, NÃO CONHECER do agravo regimental e, por maioria, DAR PROVIMENTO ao agravo de instrumento.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 09/01/2007.

JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
Relator p/ acórdão

AGRAVO INTERNO NO AG Nº 2006.01.00.043273-2/DF Distribuído no TRF em 20/11/2006
Processo na Origem: 200634000232172

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	SÉRGIO DE SOUZA CASTOR
ADVOGADO	:	JULIO CLIMACO DE VASCONCELOS JUNIOR E OUTROS
AGRAVADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVANTE NO AG INTERNO	:	SERGIO DE SOUZA CASTOR
AGRAVADA NO AG INTERNO		DECISÃO DE F76

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - ANTECIPAÇÃO DE TUTELA (OU MEDIDA CAUTELAR) EM AO PARA LIBERAR VEÍCULO APREENDIDO TRANSPORTANDO MERCADORIAS ESTRANGEIRAS DESACOMPANHADAS DE DOCUMENTAÇÃO LEGAL (ART. 75 DA LEI Nº 10.833/03) - AGRAVO PROVIDO MONOCRATICAMENTE - AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.
1- A antecipação de tutela (art. 273 do CPC) exige prova inequívoca que convença o julgador acerca da verossimilhança das alegações do autor, à qual se deve agregar, cumulativamente, o trinômio dos incisos I e II do aludido artigo, tudo no intento de antecipar o resultado que, muito provavelmente, a ulterior sentença veiculará: à medida em que se esmaece a evidência do direito, porque a prova perde sua essência de gerar conclusão irrefutável, avulta o risco da contradição, assim inviabilizando a tutela imediata cognitiva. Para a concessão de provimento cautelar, a teor do art. 273, § 7º, do CPC, necessário o atendimento aos pressupostos específicos, também inocorrentes na espécie.
2- É da letra do art. 75 da Lei nº 10.833/03: *"(...) na hipótese de transporte rodoviário, o veículo será retido, na forma estabelecida pela Secretaria da Receita Federal, até o recolhimento da multa ou o deferimento do recurso a que se refere o § 3º."* (grifei).
3- Agravo interno não provido.
4- Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO ao agravo interno por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 13/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.043294-1/BA Distribuído no TRF em 14/11/2006
Processo na Origem: 200133000212485

RELATOR P/ ACÓRDÃO	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
AGRAVANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	O BLOCO DO PINEL S/C
AGRAVADO	:	LUIZ FELIPE LINO SANTOS

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AGRAVO REGIMENTAL CONTRA DECISÃO DENEGATÓRIA DE EFEITO SUSPENSIVO: ART. 293, § 1º DO RITRF1 - BLOQUEIO, VIA BACENJUD, DE ATIVOS FINANCEIROS ATÉ O LIMITE DO DÉBITO: POSSIBILIDADE - AUSÊNCIA DE QUEBRA DE "SIGILO BANCÁRIO" MAS MERA INSTRUMENTALIZAÇÃO DA SATISFAÇÃO DO CRÉDITO: PENHORA.
1. Não se conhece de agravo regimental contra decisão que concede ou nega o efeito suspensivo em agravo de instrumento: art. 293, § 1º, do RITRF1.
2. O bloqueio de ativos financeiros via sistema BACENJUD não se exaure em si mesmo: é apenas o veículo conducente à "penhora" ou "arresto", representando a concreção do princípio de que a execução se realiza no interesse do credor, e não afasta sua eventual substituição por outros bens nomeados pelo executado em face de peculiaridades ou dificuldades que cada caso possa revelar, para que atendido o contra-ponto de que a execução se faça da maneira menos gravosa ao devedor
3. Não há na espécie nenhuma quebra do "*sigilo bancário*", senão que apenas bloqueio da quantia em espécie suficiente, no máximo, e se o caso, à garantia da instância executiva. Para essa medida não há falar em exaurimento das outras modalidades de tentativas de localização de bens móveis ou imóveis.
4. Agravo regimental de que não se conhece. Agravo de instrumento provido.
4. Autos recebidos em Gabinete, em 26/02/2007, para lavratura do acórdão. Peças liberadas em 07/03/2007 para publicação do acórdão.

ACÓRDÃO

Decide a 7ª Turma, por unanimidade, NÃO CONHECER do agravo regimental e, por maioria, DAR PROVIMENTO ao agravo de instrumento.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 09/01/2007.

Juiz Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
Relator p/ acórdão

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.043295-5/BA Distribuído no TRF em 14/11/2006
Processo na Origem: 200433000265089

RELATOR P/ ACÓRDÃO	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
AGRAVANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	GM CORREIA
AGRAVADO	:	GENIVAL MIRANDA CORREIA

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AGRAVO REGIMENTAL CONTRA DECISÃO DENEGATÓRIA DE EFEITO SUSPENSIVO: ART. 293, § 1º DO RITRF1 - BLOQUEIO, VIA BACENJUD, DE ATIVOS FINANCEIROS ATÉ O LIMITE DO DÉBITO: POSSIBILIDADE - AUSÊNCIA DE QUEBRA DE "SIGILO BANCÁRIO" MAS MERA INSTRUMENTALIZAÇÃO DA SATISFAÇÃO DO CRÉDITO: PENHORA.

1. Não se conhece de agravo regimental contra decisão que concede ou nega o efeito suspensivo em agravo de instrumento: art. 293, § 1º, do RITRF1.

2. O bloqueio de ativos financeiros via sistema BACENJUD não se exaure em si mesmo: é apenas o veículo conducente à "penhora" ou "arresto", representando a concreção do princípio de que a execução se realiza no interesse do credor, e não afasta sua eventual substituição por outros bens nomeados pelo executado em face de peculiaridades ou dificuldades que cada caso possa revelar, para que atendido o contra-ponto de que a execução se faça da maneira menos gravosa ao devedor

3. Não há na espécie nenhuma quebra do "*sigilo bancário*", senão que apenas bloqueio da quantia em espécie suficiente, no máximo, e se o caso, à garantia da instância executiva. Para essa medida não há falar em exaurimento das outras modalidades de tentativas de localização de bens móveis ou imóveis.

4. Agravo regimental de que não se conhece. Agravo de instrumento provido.

4. Autos recebidos em Gabinete, em 26/02/2007, para lavratura do acórdão. Peças liberadas em 07/03/2007 para publicação do acórdão.

ACÓRDÃO

Decide a 7ª Turma, por unanimidade, NÃO CONHECER do agravo regimental e, por maioria, DAR PROVIMENTO ao agravo de instrumento.

7ª Turma do TRF - 1ª Região, 09/01/2007.

JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
Relator p/ acórdão

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.043534-0/BA
Processo na Origem: 200133000061063

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
AGRAVANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	EVALDO AUTO PECAS LTDA
AGRAVADO	:	EVALDO MACHADO MAURICIO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. INTIMAÇÃO DO AGRAVADO. PENHORA. REQUISIÇÃO AO BANCO CENTRAL DO BRASIL DE INFORMAÇÕES E/OU BLOQUEIO DE VALORES DEPOSITADOS EM CONTAS BANCÁRIAS EM NOME DO EXECUTADO. POSSIBILIDADE DIANTE DA INFORMAÇÃO DO AGRAVADO DE QUE NÃO POSSUI BENS.

1. É possível o julgamento do agravo de instrumento independentemente da intimação do agravado, nas hipóteses em que não tenha havido citação ou não tenha o agravado constituído advogado nos autos originários. Precedentes deste Tribunal e do egrégio STJ.

2. Torna-se cabível o deferimento do pedido de informações acerca da existência de valores depositados em contas bancárias do executado e/ou o pedido de seu bloqueio, diante de afirmação do devedor de que não possui bens passíveis de penhora, não havendo que falar em demonstração da realização de diligências no sentido de localizar bens passíveis de constrição, posto que restariam infrutíferas.

2. Agravo de instrumento provido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma, por unanimidade, dar provimento ao agravo de instrumento.

7ª Turma do TRF da 1ª Região - 20/03/2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora (Convocada)

AGRAVO INTERNO NO AG Nº 2006.01.00.044686-4/DF Distribuído no TRF em 23/11/2006
Processo na Origem: 200634000173425

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	ATLANTA TRANSPORTE E TURISMO LTDA
ADVOGADO	:	GERALDO DE CASTRO E OUTRO
AGRAVADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVANTE NO AG. INTERNO	:	ATLANTA TRANSPORTE E TURISMO LTDA
AGRAVADA NO AG. INTERNO	:	R. DECISÃO DE F. 39/40

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO INTERNO INTEMPESTIVO: DE QUE NÃO SE CONHECE.

1- Publicada a decisão agravada em 1º DEZ 2006 (sexta-feira), a agravante dela recorreu, via agravo interno, cujo prazo é de 05 (cinco) dias (§1º do art. 557 do CPC), somente em 19 DEZ 2006, sendo seu recurso, então, intempestivo.

2- Agravo interno de que não se conhece.

3- Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

ACÓRDÃO

Decide a 7ª Turma NÃO CONHECER do agravo interno por unanimidade.

7ª Turma do TRF - 1ª Região, 13/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.045401-1/BA
Processo na Origem: 200133000117116

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
AGRAVANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	TRANSPLAN TRANSPORTES E PLANEJAMENTO LTDA
AGRAVADO	:	CARLOS BORGES LUZ

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. INTIMAÇÃO DO AGRAVADO. PENHORA. REQUISIÇÃO AO BANCO CENTRAL DO BRASIL DE INFORMAÇÕES E/OU BLOQUEIO DE VALORES DEPOSITADOS EM CONTAS BANCÁRIAS EM NOME DO EXECUTADO. POSSIBILIDADE DIANTE DA INFORMAÇÃO DO AGRAVADO DE QUE NÃO POSSUI BENS.

1. É possível o julgamento do agravo de instrumento independentemente da intimação do agravado, nas hipóteses em que não tenha havido citação ou não tenha o agravado constituído advogado nos autos originários. Precedentes deste Tribunal e do egrégio STJ.

2. Torna-se cabível o deferimento do pedido de informações acerca da existência de valores depositados em contas bancárias do executado e/ou o pedido de seu bloqueio, diante de afirmação do devedor de que não possui bens passíveis de penhora, não havendo que falar em demonstração da realização de diligências no sentido de localizar bens passíveis de constrição, posto que restariam infrutíferas.

2. Agravo de instrumento provido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma, por unanimidade, dar provimento ao agravo de instrumento.

7ª Turma do TRF da 1ª Região - 20/03/2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora (Convocada)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.045402-5/BA
Processo na Origem: 200233000103662

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
AGRAVANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	MG COZINHAS COMERCIAL DE MOVEIS LTDA
AGRAVADO	:	MARIO NEUMANN

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. INTIMAÇÃO DO AGRAVADO. PENHORA. REQUISIÇÃO AO BANCO CENTRAL DO BRASIL DE INFORMAÇÕES E/OU BLOQUEIO DE VALORES DEPOSITADOS EM CONTAS BANCÁRIAS EM NOME DO EXECUTADO. POSSIBILIDADE DIANTE DA INFORMAÇÃO DO AGRAVADO DE QUE NÃO POSSUI BENS.

1. É possível o julgamento do agravo de instrumento independentemente da intimação do agravado, nas hipóteses em que não tenha havido citação ou não tenha o agravado constituído advogado nos autos originários. Precedentes deste Tribunal e do egrégio STJ.

2. Torna-se cabível o deferimento do pedido de informações acerca da existência de valores depositados em contas bancárias do executado e/ou o pedido de seu bloqueio, diante de afirmação do devedor de que não possui bens passíveis de penhora, não havendo que falar em demonstração da realização de diligências no sentido de localizar bens passíveis de constrição, posto que restariam infrutíferas.

2. Agravo de instrumento provido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma, por unanimidade, dar provimento ao agravo de instrumento.

7ª Turma do TRF da 1ª Região - 20/03/2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora (Convocada)

AGRAVO INTERNO NO AG Nº 2006.01.00.045619-7/MG Distribuído no TRF em 30/11/2006
Processo na Origem: 200638120084545

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	VIA MAR TRANSPORTE ESPECIALIZADO LTDA
ADVOGADO	:	ERICO MARTINS DA SILVA E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVANTE NO AG. INTERNO	:	VIA MAR TRANSPORTE ESPECIALIZADO LTDA
AGRAVADA NO AG. INTERNO	:	DECISAO DE F. 40

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - ANTECIPAÇÃO DE TUTELA PARA AFASTAR MULTA POR EMBARAÇO À FISCALIZAÇÃO (FORMAÇÃO DE COMBOIO) - TRANSPORTE DE MERCADORIAS PASSÍVEIS DE PERDIMENTO - SEGUIMENTO NEGADO - AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1 - A antecipação de tutela (art. 273 do CPC) exige prova inequívoca que convença o julgador acerca da verossimilhança das alegações do autor, no intento de antecipar o resultado que, muito provavelmente, a ulterior sentença veiculará: à medida em que se esmaece a evidência do direito, porque a prova perde sua essência de gerar conclusão irrefutável, avulta o risco da contradição, assim inviabilizando a tutela imediata cognitiva.

2 - Já diante das presunções que militam em prol dos atos administrativos, já diante do "histórico" da autora (noticiado pelo julgador primário), que em outras oportunidades já sofrera apreensões de veículos (por transporte de mercadorias importadas desacompanhadas da documentação legal) em contexto congênere, não se vislumbra prova inequívoca a afastar a aplicação da multa legalmente prevista (art. 77 da Lei nº 10.833/2001) por "embaraço à fiscalização" (termo amplo que abarca, sim, a formação de comboio), tanto menos quando ao fato objetivo (comboio) se agrega o fato subjetivo (evidenciado pelos antecedentes da empresa e pela prática usual das empresas do setor) da intenção de dificultar ou impedir a fiscalização, fora o fato de que apreendidos, na oportunidade, diversas mercadorias transportadas ilegalmente.

3 - Ademais, o longo tempo entre a aplicação da multa e o pedido de antecipação de tutela (02 anos) derrui a alegação de risco da demora.

4 - Agravo interno não provido.

5 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma, NEGAR PROVIMENTO ao agravo interno por unanimidade.

7ª Turma do TRF - 1ª Região, 13/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.046097-1/MG
Processo na Origem: 200038020024591

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
AGRAVANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	MONTE GLOBO MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA
AGRAVADO	:	ADALMIR DE SOUSA BARROS
AGRAVADO	:	MARCO ARAUJO LIMA
AGRAVADO	:	RONILDA APARECIDA DE SOUSA E SOUSA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. INTIMAÇÃO DO AGRAVADO. PENHORA. REQUISIÇÃO AO BANCO CENTRAL DO BRASIL DE INFORMAÇÕES E/OU BLOQUEIO DE VALORES DEPOSITADOS EM CONTAS BANCÁRIAS EM NOME DO EXECUTADO. POSSIBILIDADE DIANTE DA INFORMAÇÃO DO AGRAVADO DE QUE NÃO POSSUI BENS.

1. É possível o julgamento do agravo de instrumento independentemente da intimação do agravado, nas hipóteses em que não tenha havido citação ou não tenha o agravado constituído advogado nos autos originários. Precedentes deste Tribunal e do egrégio STJ.
2. Torna-se cabível o deferimento do pedido de informações acerca da existência de valores depositados em contas bancárias do executado e/ou o pedido de seu bloqueio, diante de afirmação do devedor de que não possui bens passíveis de penhora, não havendo que falar em demonstração da realização de diligências no sentido de localizar bens passíveis de constrição, posto que restariam infrutíferas.
2. Agravo de instrumento provido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma, por unanimidade, dar provimento ao agravo de instrumento.
7ª Turma do TRF da 1ª Região - 20/03/2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora (Convocada)

AGRAVO INTERNO NO AG Nº 2006.01.00.046124-3/GO Distribuído no TRF em 04/12/2006
Processo na Origem: 199935000176798

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	JL MÓVEIS DE ESTILO LTDA
AGRAVANTE	:	JAÍBA VEÍCULOS LTDA
ADVOGADO	:	ULISSES FREIRE BRANQUINHO E OUTROS
AGRAVADO	:	INTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
AGRAVANTE NO AG. INTERNO	:	JL MÓVEIS DE ESTILO LTDA E JAÍBA VEÍCULOS LTDA
AGRAVADA NO AG. INTERNO	:	R. DECISÃO DE F. 166

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM NATUREZA DE PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO: OCORRÊNCIA DE PRECLUSÃO - SEGUIMENTO NEGADO: INTEMPESTIVIDADE - AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.
1. É dado ao relator negar seguimento ao recurso "manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em conformidade com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do STF ou de Tribunal Superior" (art. 557, caput, do CPC), sem que isso signifique afronta ao princípio do contraditório (ou à ampla defesa), porque atende à agilidade da prestação jurisdicional. Quando o relator assim age não "usurpa" competência do colegiado, mas atua dentro do permissivo legal.
2. Agravável é a decisão indeferitória de pedido, não aquela que a mantenha em sede de "pedido de reconsideração", ou equivalente, que, como de reiterada jurisprudência, não suspende nem interrompe prazo recursal: preclusão consumativa.
3. Agravo interno não provido.
4. Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO ao agravo interno por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 13/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

REMESSA EX OFFICIO EM MS Nº 2006.33.00.004336-3/BA Distribuído no TRF em 12/09/2006
Processo na Origem: 200633000043363

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
IMPETRANTE	:	CARBALLO FARO E COMPANHIA LTDA
ADVOGADO	:	ANTONIO GERALDO TEIXEIRA NETO E OUTROS (AS)
IMPETRADO	:	AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - ANVISA
PROCURADOR	:	MAURICIO LUIZ BRITTO DA MOTTA
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 10A VARA - BA

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - IMPORTAÇÃO - DESEMBARAÇO ADUANEIRO - ATRASO - LIBERAÇÃO DA MERCADORIA - GREVE. REMESSA OFICIAL NÃO PROVIDA.

1 - O direito de greve garantido pela Constituição Federal não pode trazer prejuízo ao usuário de serviço público essencial que, satisfazendo as obrigações fiscais para liberação de mercadorias importadas ou destinadas a exportação, não obtém seu desembaraço aduaneiro em razão de movimento paredista.
2 - Remessa oficial não provida.
3 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO à remessa oficial, por unanimidade.
7ª Turma do TRF-1ª Região, 13/03/2007.

Juiz Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator Convocado

REMESSA EX OFFICIO EM MS Nº 2006.33.00.004869-1/BA Distribuído no TRF em 18/08/2006
Processo na Origem: 200633000048691

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
IMPETRANTE	:	ARAUJO MATEUS IMPORTACAO E COMERCIO LTDA
ADVOGADO	:	FERNANDO ANTONIO DA SILVA NEVES
IMPETRADO	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 6A VARA - BA

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - IMPORTAÇÃO - DESEMBARAÇO ADUANEIRO - ATRASO - LIBERAÇÃO DA MERCADORIA - GREVE. REMESSA OFICIAL NÃO PROVIDA.

1 - O direito de greve garantido pela Constituição Federal não pode trazer prejuízo ao usuário de serviço público essencial que, satisfazendo as obrigações fiscais para liberação de mercadorias importadas ou destinadas a exportação, não obtém seu desembaraço aduaneiro em razão de movimento paredista.
2 - Remessa oficial não provida.
3 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO à remessa oficial, por unanimidade.
7ª Turma do TRF-1ª Região, 13/03/2007.

Juiz Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator Convocado

REMESSA EX OFFICIO EM MS Nº 2006.33.00.005069-8/BA Distribuído no TRF em 22/09/2006
Processo na Origem: 200633000050698

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
IMPETRANTE	:	BRASKEM S/A
ADVOGADO	:	ROSANI ROMANO ROSA DE JESUS CARDOZO E OUTROS(AS)
IMPETRADO	:	AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - ANVISA
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 13A VARA - BA

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - IMPORTAÇÃO - DESEMBARAÇO ADUANEIRO - ATRASO - LIBERAÇÃO DA MERCADORIA - GREVE. REMESSA OFICIAL NÃO PROVIDA.

1 - O direito de greve garantido pela Constituição Federal não pode trazer prejuízo ao usuário de serviço público essencial que, satisfazendo as obrigações fiscais para liberação de mercadorias importadas ou destinadas a exportação, não obtém seu desembaraço aduaneiro em razão de movimento paredista.
2 - Remessa oficial não provida.
3 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO à remessa oficial, por unanimidade.
7ª Turma do TRF-1ª Região, 13/03/2007.

Juiz Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator Convocado

REMESSA EX OFFICIO EM MS Nº 2006.33.00.006395-8/BA Distribuído no TRF em 01/09/2006
Processo na Origem: 200633000063958

RELATOR CONVOCADO	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO
IMPETRANTE	:	INCOEL INFORMATICA E TELECOMUNICACOES INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA
ADVOGADO	:	MARIA AUGUSTA ANDRADE KREJCI
IMPETRADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 10A VARA - BA

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - IMPORTAÇÃO - DESEMBARAÇO ADUANEIRO - ATRASO - LIBERAÇÃO DA MERCADORIA - GREVE. REMESSA OFICIAL NÃO PROVIDA.

1 - O direito de greve garantido pela Constituição Federal não pode trazer prejuízo ao usuário de serviço público essencial que, satisfazendo as obrigações fiscais para liberação de mercadorias importadas ou destinadas a exportação, não obtém seu desembaraço aduaneiro em razão de movimento paredista.
2 - Remessa oficial não provida.
3 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO à remessa oficial, por unanimidade.
7ª Turma do TRF-1ª Região, 13/03/2007.

Juiz Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator Convocado

REMESSA EX OFFICIO EM MS Nº 2006.33.00.006742-0/BA Distribuído no TRF em 14/08/2006
Processo na Origem: 200633000067420

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
IMPETRANTE	:	IMPESP IMPORTACOES ESPECIAIS LTDA
ADVOGADO	:	FABIANA PRATES CHETTO E OUTROS (AS)
IMPETRADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 10A VARA - BA

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - IMPORTAÇÃO - DESEMBARAÇO ADUANEIRO - ATRASO - LIBERAÇÃO DA MERCADORIA - GREVE. REMESSA OFICIAL NÃO PROVIDA.

1 - O direito de greve garantido pela Constituição Federal não pode trazer prejuízo ao usuário de serviço público essencial que, satisfazendo as obrigações fiscais para liberação de mercadorias importadas ou destinadas a exportação, não obtém seu desembaraço aduaneiro em razão de movimento paredista.
2 - Remessa oficial não provida.
3 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO à remessa oficial, por unanimidade.
7ª Turma do TRF-1ª Região, 13/03/2007.

Juiz Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator Convocado

REMESSA EX OFFICIO EM MS Nº 2006.33.00.006934-9/BA Distribuído no TRF em 02/08/2006
Processo na Origem: 200633000069349

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
IMPETRANTE	:	KODO BR ELETRONICA LTDA
ADVOGADO	:	FERNANDO ANTONIO DA SILVA NEVES
IMPETRADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 10A VARA - BA

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - IMPORTAÇÃO - DESEMBARAÇO ADUANEIRO - ATRASO - LIBERAÇÃO DA MERCADORIA - GREVE. REMESSA OFICIAL NÃO PROVIDA.

1 - O direito de greve garantido pela Constituição Federal não pode trazer prejuízo ao usuário de serviço público essencial que, satisfazendo as obrigações fiscais para liberação de mercadorias importadas ou destinadas a exportação, não obtém seu desembaraço aduaneiro em razão de movimento paredista.
2 - Remessa oficial não provida.
3 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO à remessa oficial, por unanimidade.
7ª Turma do TRF-1ª Região, 13/03/2007.

Juiz Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator Convocado

REMESSA EX OFFICIO EM MS Nº 2006.33.00.007116-7/BA Distribuído no TRF em 20/09/2006
Processo na Origem: 200633000071167

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
IMPETRANTE	:	DOW BRASIL NORDESTE LTDA
ADVOGADO	:	JOSE MILTON DE AQUINO MIRANDA E OUTRO (A)
IMPETRADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 7A VARA - BA

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - EXPORTAÇÃO - DESEMBARAÇO ADUANEIRO - ATRASO - LIBERAÇÃO DA MERCADORIA - GREVE. REMESSA OFICIAL NÃO PROVIDA.

1 - O direito de greve garantido pela Constituição Federal não pode trazer prejuízo ao usuário de serviço público essencial que, satisfazendo as obrigações fiscais para liberação de mercadorias importadas ou destinadas a exportação, não obtém seu desembaraço aduaneiro em razão de movimento paredista.
2 - Remessa oficial não provida.
3 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO à remessa oficial, por unanimidade.
7ª Turma do TRF-1ª Região, 13/03/2007.

Juiz Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator Convocado

REMESSA EX OFFICIO EM MS Nº 2006.33.00.007205-2/BA Distribuído no TRF em 15/09/2006
Processo na Origem: 200633000072052

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
IMPETRANTE	:	PROQUIGEL QUIMICA S/A
ADVOGADO	:	FLAVIO DE SA MUNHOZ E OUTROS(AS)
IMPETRADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 10A VARA - BA

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - IMPORTAÇÃO - DESEMBARAÇO ADUANEIRO - ATRASO - LIBERAÇÃO DA MERCADORIA - GREVE. REMESSA OFICIAL NÃO PROVIDA.

1 - O direito de greve garantido pela Constituição Federal não pode trazer prejuízo ao usuário de serviço público essencial que, satisfazendo as obrigações fiscais para liberação de mercadorias importadas ou destinadas a exportação, não obtém seu desembaraço aduaneiro em razão de movimento paredista.
2 - Remessa oficial não provida.
3 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO à remessa oficial, por unanimidade.
7ª Turma do TRF-1ª Região, 13/03/2007.

Juiz Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator Convocado

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2006.33.00.007218-6/BA
Processo na Origem: 200633000072186

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
APELANTE	:	CERQUEIRA SOUSA E ADVOGADOS ASSOCIADOS
ADVOGADO	:	SERGIO COUTO DOS SANTOS E OUTRO(A)
APELADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. COFINS. REVOGAÇÃO, PELA LEI N. 9.430/96, DA ISENÇÃO ASSEGURADA PELA LC 70/91 ÀS SOCIEDADES CIVIS PRESTADORAS DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS. CONSTITUCIONALIDADE.
1. É legítima a revogação, pela Lei n. 9.430/1996, da isenção da COFINS concedida às sociedades civis prestadoras de serviços profissionais pela Lei Complementar n. 70/1991, dado que essa lei, formalmente complementar, é, com relação aos dispositivos concernentes à contribuição social por ela instituída, materialmente ordinária, não havendo que falar, assim, em violação ao princípio da hierarquia das leis, cujo respeito exige seja observado o âmbito material reservado às espécies normativas previstas na Constituição Federal. Precedente da 1ª Turma do STF.
2. Apelação da impetrante não provida.

ACÓRDÃO

Decide a Turma, por unanimidade, negar provimento ao apelo da impetrante.
7ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

REMESSA EX OFFICIO EM MS Nº 2006.33.00.007249-8/BA Distribuído no TRF em 15/09/2006
Processo na Origem: 200633000072498

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
IMPETRANTE	:	BMD TEXTEIS LTDA
ADVOGADO	:	FERNANDO ANTONIO DA SILVA NEVES E OUTROS(AS)
IMPETRADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 10A VARA - BA

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - IMPORTAÇÃO - DESEMBARAÇO ADUANEIRO - ATRASO - LIBERAÇÃO DA MERCADORIA - GREVE. REMESSA OFICIAL NÃO PROVIDA.

1 - O direito de greve garantido pela Constituição Federal não pode trazer prejuízo ao usuário de serviço público essencial que, satisfazendo as obrigações fiscais para liberação de mercadorias importadas ou destinadas a exportação, não obtém seu desembaraço aduaneiro em razão de movimento paredista.
2 - Remessa oficial não provida.
3 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO à remessa oficial, por unanimidade.
7ª Turma do TRF-1ª Região, 13/03/2007.

Juiz Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator Convocado

REMESSA EX OFFICIO EM MS Nº 2006.33.00.007595-2/BA Distribuído no TRF em 22/09/2006
Processo na Origem: 200633000075952

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
IMPETRANTE	:	BRASTEC TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA
ADVOGADO	:	FERNANDO ANTONIO DA SILVA NEVES E OUTROS (AS)
IMPETRADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 12A VARA - BA

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - IMPORTAÇÃO - DESEMBARAÇO ADUANEIRO - ATRASO - LIBERAÇÃO DA MERCADORIA - GREVE. REMESSA OFICIAL NÃO PROVIDA.

1 - O direito de greve garantido pela Constituição Federal não pode trazer prejuízo ao usuário de serviço público essencial que, satisfazendo as obrigações fiscais para liberação de mercadorias importadas ou destinadas à exportação, não obtém seu desembaraço aduaneiro em razão de movimento paredista.
2 - Remessa oficial não provida.
3 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO à remessa oficial, por unanimidade.
7ª Turma do TRF-1ª Região, 13/03/2007.

Juiz Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator Convocado

REMESSA EX OFFICIO EM MS Nº 2006.33.00.007738-0/BA Distribuído no TRF em 22/09/2006
Processo na Origem: 200633000077380

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
IMPETRANTE	:	GEQUIMICA PRODUTOS QUIMICOS LTDA
ADVOGADO	:	LIEGE AYRES DE VASCONCELOS E OUTRO (A)
IMPETRADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 12A VARA - BA

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - IMPORTAÇÃO - DESEMBARAÇO ADUANEIRO - ATRASO - LIBERAÇÃO DA MERCADORIA - GREVE. REMESSA OFICIAL NÃO PROVIDA.

1 - O direito de greve garantido pela Constituição Federal não pode trazer prejuízo ao usuário de serviço público essencial que, satisfazendo as obrigações fiscais para liberação de mercadorias importadas ou destinadas a exportação, não obtém seu desembaraço aduaneiro em razão de movimento paredista.
2 - Remessa oficial não provida.
3 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO à remessa oficial, por unanimidade.
7ª Turma do TRF-1ª Região, 13/03/2007.

Juiz Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator Convocado

REMESSA EX OFFICIO EM MS Nº 2006.33.00.007849-9/BA Distribuído no TRF em 12/09/2006
Processo na Origem: 200633000078499

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
IMPETRANTE	:	PETROLEO BRASILEIRO S/A
ADVOGADO	:	CANDIDO FERREIRA DA CUNHA LOBO E OUTROS (AS)
IMPETRADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 7A VARA - BA

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - EXPORTAÇÃO - DESEMBARAÇO ADUANEIRO - ATRASO - LIBERAÇÃO DA MERCADORIA - GREVE. REMESSA OFICIAL NÃO PROVIDA.

1 - O direito de greve garantido pela Constituição Federal não pode trazer prejuízo ao usuário de serviço público essencial que, satisfazendo as obrigações fiscais para liberação de mercadorias importadas ou destinadas a exportação, não obtém seu desembaraço aduaneiro em razão de movimento paredista.
2 - Remessa oficial não provida.
3 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO à remessa oficial, por unanimidade.
7ª Turma do TRF-1ª Região, 13/03/2007.

Juiz Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator Convocado

REMESSA EX OFFICIO EM MS Nº 2006.33.00.008118-5/BA Distribuído no TRF em 12/09/2006
Processo na Origem: 200633000081185

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
IMPETRANTE	:	GERDAU ACOS LONGOS S/A
ADVOGADO	:	VOKTON JORGE RIBEIRO ALMEIDA E OUTROS (AS)
IMPETRADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 7A VARA - BA

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - IMPORTAÇÃO - DESEMBARAÇO ADUANEIRO - ATRASO - LIBERAÇÃO DA MERCADORIA - GREVE. REMESSA OFICIAL NÃO PROVIDA.

1 - O direito de greve garantido pela Constituição Federal não pode trazer prejuízo ao usuário de serviço público essencial que, satisfazendo as obrigações fiscais para liberação de mercadorias importadas ou destinadas a exportação, não obtém seu desembaraço aduaneiro em razão de movimento paredista.
2 - Remessa oficial não provida.
3 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO à remessa oficial, por unanimidade.
7ª Turma do TRF-1ª Região, 13/03/2007.

Juiz Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator Convocado

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2006.33.00.008184-0/BA
Processo na Origem: 200633000081840

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
APELANTE	:	SNMI SUPORTE NUTRICIONAL E MEDICINA INTERNA S/S
ADVOGADO	:	RODRIGO MAGALHAES FONSECA E OUTROS(AS)
APELADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. COFINS. REVOGAÇÃO, PELA LEI N. 9.430/96, DA ISENÇÃO ASSEGURADA PELA LC 70/91 ÀS SOCIEDADES CIVIS PRESTADORAS DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS. CONSTITUCIONALIDADE.
1. É legítima a revogação, pela Lei n. 9.430/1996, da isenção da COFINS concedida às sociedades civis prestadoras de serviços profissionais pela Lei Complementar n. 70/1991, dado que essa lei, formalmente complementar, é, com relação aos dispositivos concernentes à contribuição social por ela instituída, materialmente ordinária, não havendo que falar, assim, em violação ao princípio da hierarquia das leis, cujo respeito exige seja observado o âmbito material reservado às espécies normativas previstas na Constituição Federal. Precedente da 1ª Turma do STF.
2. Apelação da impetrante não provida.

ACÓRDÃO

Decide a Turma, por unanimidade, negar provimento ao apelo da impetrante.
7ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

REMESSA EX OFFICIO EM MS Nº 2006.33.00.008226-2/BA Distribuído no TRF em 12/09/2006
Processo na Origem: 200633000082262

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
IMPETRANTE	:	DOW BRASIL SA
ADVOGADO	:	JOSE MILTON DE AQUINO MIRANDA E OUTROS (AS)
IMPETRADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 12A VARA - BA

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - IMPORTAÇÃO - DESEMBARAÇO ADUANEIRO - ATRASO - LIBERAÇÃO DA MERCADORIA - GREVE. REMESSA OFICIAL NÃO PROVIDA.

1 - O direito de greve garantido pela Constituição Federal não pode trazer prejuízo ao usuário de serviço público essencial que, satisfazendo as obrigações fiscais para liberação de mercadorias importadas ou destinadas a exportação, não obtém seu desembaraço aduaneiro em razão de movimento paredista.
2 - Remessa oficial não provida.
3 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO à remessa oficial, por unanimidade.
7ª Turma do TRF-1ª Região, 13/03/2007.

Juiz Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator Convocado

REMESSA EX OFFICIO EM MS Nº 2006.33.00.008722-7/BA Distribuído no TRF em 11/09/2006
Processo na Origem: 200633000087227

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
IMPETRANTE	:	HC LOGISTICA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
ADVOGADO	:	SERGIO NEESER NOGUEIRA REIS E OUTROS(AS)
IMPETRADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 12A VARA - BA

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - EXPORTAÇÃO - DESEMBARAÇO ADUANEIRO - ATRASO - LIBERAÇÃO DA MERCADORIA - GREVE. REMESSA OFICIAL NÃO PROVIDA.

1 - O direito de greve garantido pela Constituição Federal não pode trazer prejuízo ao usuário de serviço público essencial que, satisfazendo as obrigações fiscais para liberação de mercadorias importadas ou destinadas a exportação, não obtém seu desembaraço aduaneiro em razão de movimento paredista.
2 - Remessa oficial não provida.
3 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO à remessa oficial, por unanimidade.
7ª Turma do TRF-1ª Região, 13/03/2007.

Juiz Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator Convocado

REMESSA EX OFFICIO EM MS Nº 2006.33.00.008883-9/BA Distribuído no TRF em 05/10/2006
Processo na Origem: 200633000088839

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
IMPETRANTE	:	BRASTEC TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA
ADVOGADO	:	FERNANDO ANTONIO DA SILVA NEVES
IMPETRADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 7A VARA - BA

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - IMPORTAÇÃO - DESEMBARAÇO ADUANEIRO - ATRASO - LIBERAÇÃO DA MERCADORIA - GREVE. REMESSA OFICIAL NÃO PROVIDA.

1 - O direito de greve garantido pela Constituição Federal não pode trazer prejuízo ao usuário de serviço público essencial que, satisfazendo as obrigações fiscais para liberação de mercadorias importadas ou destinadas a exportação, não obtém seu desembaraço aduaneiro em razão de movimento paredista.
2 - Remessa oficial não provida.
3 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO à remessa oficial, por unanimidade.
7ª Turma do TRF-1ª Região, 13/03/2007.

Juiz Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator Convocado

REMESSA EX OFFICIO EM MS Nº 2006.33.00.009077-7/BA Distribuído no TRF em 21/09/2006
Processo na Origem: 200633000090777

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
IMPETRANTE	:	BAHIA PULP S/A
ADVOGADO	:	ROSANI ROMANO ROSA DE JESUS CARDOZO E OUTROS (AS)
IMPETRADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 10A VARA - BA

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - IMPORTAÇÃO - DESEMBARAÇO ADUANEIRO - ATRASO - LIBERAÇÃO DA MERCADORIA - GREVE. REMESSA OFICIAL NÃO PROVIDA.

1 - O direito de greve garantido pela Constituição Federal não pode trazer prejuízo ao usuário de serviço público essencial que, satisfazendo as obrigações fiscais para liberação de mercadorias importadas ou destinadas a exportação, não obtém seu desembaraço aduaneiro em razão de movimento paredista.
2 - Remessa oficial não provida.
3 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO à remessa oficial, por unanimidade.
7ª Turma do TRF-1ª Região, 13/03/2007.

Juiz Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator Convocado

REMESSA EX OFFICIO EM MS Nº 2006.33.00.009581-7/BA Distribuído no TRF em 20/09/2006
Processo na Origem: 200633000095817

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
IMPETRANTE	:	PREVIEW COMPUTADORES LTDA
ADVOGADO	:	DANIEL MORENO CASTILLO E OUTROS (AS)
IMPETRADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 7A VARA - BA

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - IMPORTAÇÃO - DESEMBARAÇO ADUANEIRO - ATRASO - LIBERAÇÃO DA MERCADORIA - GREVE. REMESSA OFICIAL NÃO PROVIDA.

1 - O direito de greve garantido pela Constituição Federal não pode trazer prejuízo ao usuário de serviço público essencial que, satisfazendo as obrigações fiscais para liberação de mercadorias importadas ou destinadas a exportação, não obtém seu desembaraço aduaneiro em razão de movimento paredista.
2 - Remessa oficial não provida.
3 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO à remessa oficial, por unanimidade.
7ª Turma do TRF-1ª Região, 13/03/2007.

Juiz Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator Convocado

REMESSA EX OFFICIO EM MS Nº 2006.33.00.009582-0/BA Distribuído no TRF em 28/09/2006
Processo na Origem: 200633000095820

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
IMPETRANTE	:	ITALSOFA BAHIA LTDA
ADVOGADO	:	DANIEL MORENO CASTILLO E OUTROS(AS)
IMPETRADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES RLO
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 13A VARA - BA

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - IMPORTAÇÃO - DESEMBARAÇO ADUANEIRO - ATRASO - LIBERAÇÃO DA MERCADORIA - GREVE. REMESSA OFICIAL NÃO PROVIDA.

1 - O direito de greve garantido pela Constituição Federal não pode trazer prejuízo ao usuário de serviço público essencial que, satisfazendo as obrigações fiscais para liberação de mercadorias importadas ou destinadas a exportação, não obtém seu desembaraço aduaneiro em razão de movimento paredista.
2 - Remessa oficial não provida.
3 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO à remessa oficial, por unanimidade.
7ª Turma do TRF-1ª Região, 13/03/2007.

Juiz Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator Convocado

REMESSA EX OFFICIO EM MS Nº 2006.33.00.009802-4/BA Distribuído no TRF em 20/09/2006
Processo na Origem: 200633000098024

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
IMPETRANTE	:	COTESI DO BRASIL COMERCIO INDUSTRIA DE FIOS E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADO	:	FERNANDO ANTONIO DA SILVA NEVES E OUTROS(AS)
IMPETRADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 7A VARA - BA

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - IMPORTAÇÃO - DESEMBARAÇO ADUANEIRO - ATRASO - LIBERAÇÃO DA MERCADORIA - GREVE. REMESSA OFICIAL NÃO PROVIDA.

1 - O direito de greve garantido pela Constituição Federal não pode trazer prejuízo ao usuário de serviço público essencial que, satisfazendo as obrigações fiscais para liberação de mercadorias importadas ou destinadas a exportação, não obtém seu desembaraço aduaneiro em razão de movimento paredista.
2 - Remessa oficial não provida.
3 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO à remessa oficial, por unanimidade.
7ª Turma do TRF-1ª Região, 13/03/2007.

Juiz Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator Convocado

REMESSA EX OFFICIO EM MS Nº 2006.33.00.009940-0/BA Distribuído no TRF em 12/09/2006
Processo na Origem: 200633000099400

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
IMPETRANTE	:	PETROLEO BRASILEIRO S/A
ADVOGADO	:	CANDIDO FERREIRA DA CUNHA LOBO E OUTROS(AS)
IMPETRADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 12A VARA - BA

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - IMPORTAÇÃO - DESEMBARAÇO ADUANEIRO - ATRASO - LIBERAÇÃO DA MERCADORIA - GREVE. REMESSA OFICIAL NÃO PROVIDA.

1 - O direito de greve garantido pela Constituição Federal não pode trazer prejuízo ao usuário de serviço público essencial que, satisfazendo as obrigações fiscais para liberação de mercadorias importadas ou destinadas a exportação, não obtém seu desembaraço aduaneiro em razão de movimento paredista.
2 - Remessa oficial não provida.
3 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO à remessa oficial, por unanimidade.
7ª Turma do TRF-1ª Região, 13/03/2007.

Juiz Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator Convocado

REMESSA EX OFFICIO EM MS Nº 2006.33.00.010028-8/BA Distribuído no TRF em 10/10/2006
Processo na Origem: 200633000100288

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
IMPETRANTE	:	COLORTEXTIL NORDESTE LTDA
ADVOGADO	:	FERNANDO ANTONIO DA SILVA NEVES E OUTROS(AS)
IMPETRADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 10A VARA - BA

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - IMPORTAÇÃO - DESEMBARAÇO ADUANEIRO - ATRASO - LIBERAÇÃO DA MERCADORIA - GREVE. REMESSA OFICIAL NÃO PROVIDA.

1 - O direito de greve garantido pela Constituição Federal não pode trazer prejuízo ao usuário de serviço público essencial que, satisfazendo as obrigações fiscais para liberação de mercadorias importadas ou destinadas a exportação, não obtém seu desembaraço aduaneiro em razão de movimento paredista.
2 - Remessa oficial não provida.
3 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO à remessa oficial, por unanimidade.
7ª Turma do TRF-1ª Região, 13/03/2007.

Juiz Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator Convocado

REMESSA EX OFFICIO EM MS Nº 2006.33.00.010195-8/BA Distribuído no TRF em 05/10/2006
Processo na Origem: 200633000101958

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
IMPETRANTE	:	POLIALDEN PETROQUIMICA S/A
ADVOGADO	:	ROSANI ROMANO ROSA DE JESUS CARDOZO E OUTROS (AS)
IMPETRADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 7A VARA - BA

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - EXPORTAÇÃO - DESEMBARAÇO ADUANEIRO - ATRASO - LIBERAÇÃO DA MERCADORIA - GREVE. REMESSA OFICIAL NÃO PROVIDA.

1 - O direito de greve garantido pela Constituição Federal não pode trazer prejuízo ao usuário de serviço público essencial que, satisfazendo as obrigações fiscais para liberação de mercadorias importadas ou destinadas a exportação, não obtém seu desembaraço aduaneiro em razão de movimento paredista.
2 - Remessa oficial não provida.
3 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO à remessa oficial, por unanimidade.
7ª Turma do TRF-1ª Região, 13/03/2007.

Juiz Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator Convocado

REMESSA EX OFFICIO EM MS Nº 2006.33.00.010302-6/BA Distribuído no TRF em 14/11/2006
Processo na Origem: 200633000103026

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
IMPETRANTE	:	CALCADOS AZALEIA NORDESTE S/A
ADVOGADO	:	JOAQUIM ARTHUR PEDREIRA FRANCO DE CASTRO E OUTROS (AS)
IMPETRADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 7A VARA - BA

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - EXPORTAÇÃO - DESEMBARAÇO ADUANEIRO - ATRASO - LIBERAÇÃO DA MERCADORIA - GREVE. REMESSA OFICIAL NÃO PROVIDA.

1 - O direito de greve garantido pela Constituição Federal não pode trazer prejuízo ao usuário de serviço público essencial que, satisfazendo as obrigações fiscais para liberação de mercadorias importadas ou destinadas a exportação, não obtém seu desembaraço aduaneiro em razão de movimento paredista.
2 - Remessa oficial não provida.
3 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO à remessa oficial, por unanimidade.
7ª Turma do TRF-1ª Região, 13/03/2007.

Juiz Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator Convocado

REMESSA EX OFFICIO EM MS Nº 2006.38.00.016382-0/MG Distribuído no TRF em 04/12/2006
Processo na Origem: 200638000163820

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
IMPETRANTE	:	JABIL DO BRASIL INDUSTRIA ELETROELETRONICA LTDA
ADVOGADO	:	CLAUDIO LUIZ GONCALVES DE SOUZA E OUTROS(AS)
IMPETRADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 3A VARA - MG

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - IMPORTAÇÃO - DESEMBARAÇO ADUANEIRO - ATRASO - LIBERAÇÃO DA MERCADORIA - GREVE. REMESSA OFICIAL NÃO PROVIDA.

1 - O direito de greve garantido pela Constituição Federal não pode trazer prejuízo ao usuário de serviço público essencial que, satisfazendo as obrigações fiscais para liberação de mercadorias importadas ou destinadas a exportação, não obtém seu desembaraço aduaneiro em razão de movimento paredista.
2 - Remessa oficial não provida.
3 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO à remessa oficial, por unanimidade.
7ª Turma do TRF-1ª Região, 13/03/2007.

Juiz Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator Convocado

REMESSA EX OFFICIO EM MS Nº 2006.38.00.019296-9/MG Distribuído no TRF em 24/11/2006
Processo na Origem: 200638000192969

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
IMPETRANTE	:	ANGLOGOLD ASHANTI MINERACAO LTDA
ADVOGADO	:	LEONEL MARTINS BISPO E OUTROS (AS)
IMPETRADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 14A VARA - MG

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - IMPORTAÇÃO - DESEMBARAÇO ADUANEIRO - ATRASO - LIBERAÇÃO DA MERCADORIA - GREVE. REMESSA OFICIAL NÃO PROVIDA.

1 - O direito de greve garantido pela Constituição Federal não pode trazer prejuízo ao usuário de serviço público essencial que, satisfazendo as obrigações fiscais para liberação de mercadorias importadas ou destinadas a exportação, não obtém seu desembaraço aduaneiro em razão de movimento paredista.
2 - Remessa oficial não provida.
3 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO à remessa oficial, por unanimidade.
7ª Turma do TRF-1ª Região, 13/03/2007.

Juiz Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator Convocado

REMESSA EX OFFICIO EM MS Nº 2006.38.00.019453-0/MG Distribuído no TRF em 25/10/2006
Processo na Origem: 200638000194530

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONVOCADO)
IMPETRANTE	:	FIAT AUTOMOVEIS E FILIAIS
ADVOGADO	:	ALESSANDRO MENDES CARDOSO E OUTROS (AS)
IMPETRADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 12A VARA - MG

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - IMPORTAÇÃO - DESEMBARAÇO ADUANEIRO - ATRASO - LIBERAÇÃO DA MERCADORIA - GREVE. REMESSA OFICIAL NÃO PROVIDA.

1 - O direito de greve garantido pela Constituição Federal não pode trazer prejuízo ao usuário de serviço público essencial que, satisfazendo as obrigações fiscais para liberação de mercadorias importadas ou destinadas a exportação, não obtém seu desembaraço aduaneiro em razão de movimento paredista.
2 - Remessa oficial não provida.
3 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO à remessa oficial, por unanimidade.
7ª Turma do TRF-1ª Região, 13/03/2007.

Juiz Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO
Relator Convocado

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2006.38.00.024691-2/MG
Processo na Origem: 200638000246912

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
APELANTE	:	INTERMED CLINICA MEDICA LTDA
ADVOGADO	:	HOMERO LEONARDO LOPES E OUTROS(AS)
APELADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. COFINS. REVOGAÇÃO, PELA LEI N. 9.430/96, DA ISENÇÃO ASSEGURADA PELA LC 70/91 ÀS SOCIEDADES CIVIS PRESTADORAS DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS. CONSTITUCIONALIDADE.

1. É legítima a revogação, pela Lei n. 9.430/1996, da isenção da COFINS concedida às sociedades civis prestadoras de serviços profissionais pela Lei Complementar n. 70/1991, dado que essa lei, formalmente complementar, é, com relação aos dispositivos concernentes à contribuição social por ela instituída, materialmente ordinária, não havendo que falar, assim, em violação ao princípio da hierarquia das leis, cujo respeito exige seja observado o âmbito material reservado às espécies normativas previstas na Constituição Federal. Precedente da 1ª Turma do STF.
2. Apelação da impetrante não provida.

ACÓRDÃO

Decide a Turma, por unanimidade, negar provimento ao apelo da impetrante.
7ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2006.38.03.005373-3/MG
Processo na Origem: 200638030053733

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONVOCADO)
APELANTE	:	RODOBORGES TRANSPORTES LTDA.
ADVOGADO(S)	:	DR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES
APELADO	:	INSTITUO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS
PROCURADOR	:	DRA. MARIZA BELLORIO

E M E N T A

CONSTITUCIONAL - TRIBUTÁRIO - ADICIONAL DEVIDO AO INCRA (0,2%), INCIDENTE SOBRE A FOLHA DE SALÁRIOS DAS EMPRESAS URBANAS - NATUREZA TRIBUTÁRIA NA ESPÉCIE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL GERAL (ART. 149, DA CF) - RECEPÇÃO PELA CF/88 - LEGITIMIDADE DA COBRANÇA ATÉ OS DIAS DE HOJE - PRAZO PARA REQUERER EM JUÍZO RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO (TEORIA DOS 5+5).

1 - Em se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação, o prazo para requerer em Juízo a restituição/compensação extingue-se após 5 (cinco) anos, contados do fato gerador, acrescidos de mais 5 (cinco) anos, a partir da homologação tácita do pagamento.
2 - O adicional de 0,2% incidente sobre a folha de salário das empresas urbanas, devido ao INCRA, e arrecadado pelo INSS, possui natureza jurídica de tributo, na espécie contribuição social geral (art. 149, da CF), tendo sido recepcionado pela Constituição Federal de 1988 e em pleno vigor até a presente data, não havendo que se falar em sua absorção pela alíquota previdenciária básica de 20% - em razão da edição das Leis nºs 7.787/89 e 8.212/91 - por não se confundir com contribuição de custeio da seguridade social (art. 195, da CF).
3 - Apelação da impetrante improvida.
4 - Sentença mantida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, negar provimento ao apelo da impetrante.
Brasília, 27 de fevereiro de 2007. (Data de julgamento)

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator (CONVOCADO)

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2006.38.09.000206-2/MG
Processo na Origem: 200638090002062

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
APELANTE	:	LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS CAMANDUCAIA LTDA
ADVOGADO	:	VINICIUS NOVAES COSTA E OUTROS(AS)
APELADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. COFINS. REVOGAÇÃO, PELA LEI N. 9.430/96, DA ISENÇÃO ASSEGURADA PELA LC 70/91 ÀS SOCIEDADES CIVIS PRESTADORAS DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS. CONSTITUCIONALIDADE.

1. É legítima a revogação, pela Lei n. 9.430/1996, da isenção da COFINS concedida às sociedades civis prestadoras de serviços profissionais pela Lei Complementar n. 70/1991, dado que essa lei, formalmente complementar, é, com relação aos dispositivos concernentes à contribuição social por ela instituída, materialmente ordinária, não havendo que falar, assim, em violação ao princípio da hierarquia das leis, cujo respeito exige seja observado o âmbito material reservado às espécies normativas previstas na Constituição Federal. Precedente da 1ª Turma do STF.
2. Apelação da impetrante não provida.

ACÓRDÃO

Decide a Turma, por unanimidade, negar provimento ao apelo da impetrante.
7ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2006.38.12.005460-0/MG
Processo na Origem: 200638120054600

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
APELANTE	:	CASTILHO E FILHO CORRETORA DE SEGUROS LTDA
ADVOGADO	:	FLAVIO HENRIQUE COSTA PEREIRA E OUTRO(A)
APELADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. COFINS. REVOGAÇÃO, PELA LEI N. 9.430/96, DA ISENÇÃO ASSEGURADA PELA LC 70/91 ÀS SOCIEDADES CIVIS PRESTADORAS DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS. CONSTITUCIONALIDADE.
1. É legítima a revogação, pela Lei n. 9.430/1996, da isenção da COFINS concedida às sociedades civis prestadoras de serviços profissionais pela Lei Complementar n. 70/1991, dado que essa lei, formalmente complementar, é, com relação aos dispositivos concernentes à contribuição social por ela instituída, materialmente ordinária, não havendo que falar, assim, em violação ao princípio da hierarquia das leis, cujo respeito exige seja observado o âmbito material reservado às espécies normativas previstas na Constituição Federal. Precedente da 1ª Turma do STF.
2. Apelação da impetrante não provida.

ACÓRDÃO

Decide a Turma, por unanimidade, negar provimento ao apelo da impetrante.
7ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2006.38.14.001360-0/MG
Processo na Origem: 200638140013600

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
APELANTE	:	VIEIRA E VIDIGAL MARTINS LTDA
ADVOGADO	:	RENATA MARTINS GOMES E OUTROS(AS)
APELADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. COFINS. REVOGAÇÃO, PELA LEI N. 9.430/96, DA ISENÇÃO ASSEGURADA PELA LC 70/91 ÀS SOCIEDADES CIVIS PRESTADORAS DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS. CONSTITUCIONALIDADE.
1. É legítima a revogação, pela Lei n. 9.430/1996, da isenção da COFINS concedida às sociedades civis prestadoras de serviços profissionais pela Lei Complementar n. 70/1991, dado que essa lei, formalmente complementar, é, com relação aos dispositivos concernentes à contribuição social por ela instituída, materialmente ordinária, não havendo que falar, assim, em violação ao princípio da hierarquia das leis, cujo respeito exige seja observado o âmbito material reservado às espécies normativas previstas na Constituição Federal. Precedente da 1ª Turma do STF.
2. Apelação da impetrante não provida.

ACÓRDÃO

Decide a Turma, por unanimidade, negar provimento ao apelo da impetrante.
7ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

REMESSA EX OFFICIO EM MS Nº 2006.40.00.000404-4/PI
Processo na Origem: 200640000004044

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
IMPETRANTE	:	ANTONIO LINDOMAR ALVES DA SILVA
ADVOGADO	:	ANTONIO MENDES MOURA
IMPETRADO	:	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA DO ESTADO DO PIAUI
PROCURADOR	:	THIAGO MARCUS ALVES DA SILVA
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 3A VARA - PI

EMENTA

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. INSCRIÇÃO NO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA. EXAME NACIONAL DE CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL. RESOLUÇÃO CFMV Nº 691/2001. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE.
1. A exigência de aprovação em exame de certificação profissional, como condição para que o profissional possa se inscrever no Conselho Regional de Medicina Veterinária, instituído por Resolução do Conselho Federal de Medicina Veterinária, e não por lei ordinária, ofende o princípio da legalidade e viola o princípio constitucional do livre exercício profissional.
2. Remessa oficial não provida.

ACÓRDÃO

Decide a Turma, por unanimidade, negar provimento à remessa oficial.
7ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora (Convocada)

AGRAVO INTERNO NO AG Nº 2007.01.00.000368-4/DF Distribuído no TRF em 11/01/2007
Processo na Origem: 200634000337208

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	CENPRO CENTRAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA
ADVOGADO	:	CLAUDIA SIMONE PRAÇA PAULA E OUTROS
AGRAVADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSÉ LUIZ GOMES ROLO
AGRAVANTE NO AG. INTERNO		CENPRO CENTRAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA
AGRAVADA NO AG. INTERNO		DECISÃO DE F. 47

EMENTA

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL- PAES - EXCLUSÃO POR INADIMPLÊNCIA (LEI Nº 10.684/2003) - MANUTENÇÃO NO PROGRAMA VIA ANTECIPAÇÃO DE TUTELA: IMPOSSIBILIDADE (AUSENTES REQUISITOS DO ART. 273 DO CPC) - SEGUIMENTO NEGADO - AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.
1 - A antecipação de tutela (art. 273 do CPC) exige prova inequívoca que convença o julgador acerca da verossimilhança das alegações do autor, à qual se deve agregar, cumulativamente, o trinômio dos incisos I e II do aludido artigo - perigo de dano, abuso de defesa ou propósito protelatório, tudo no intento de antecipar o resultado que, muito provavelmente, a ulterior sentença veiculará: à medida em que se esmaece a evidência do direito, porque a prova perde sua essência de gerar conclusão irrefutável, avulta o risco da contradição, assim inviabilizando a tutela imediata cognitiva.
2- O PAES é tipo de moratória, que implica confissão irrevogável e irretratável dos débitos consolidados, sujeito às condições pré-estabelecidas e conhecidas, incluídos os casos de exclusão, que não são pena nem sanção, senão exclusivamente a "perda" do benefício/favor fiscal pelo descumprimento da condição específica prevista (art. 5º), não havendo qualquer mácula no procedimento (violação do contraditório, ampla defesa, publicidade e falta de motivação).
3- Agravo interno não provido.
4- Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

ACORDÃO

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO ao agravo interno por unanimidade.
7ª Turma do TRF-1ª Região, 13/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

AGRAVO INTERNO NO AG Nº 2007.01.00.000369-8/DF Distribuído no TRF em 11/01/2007
Processo na Origem: 200634000346286

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	STHAMPA DATCH IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EPP
ADVOGADO	:	CLAUDIA SIMONE PRAÇA PAULA E OUTROS
AGRAVADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSÉ LUIZ GOMES ROLO
AGRAVANTE NO AG. INTERNO		STHAMPA DATCH IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EPP
AGRAVADA NO AG. INTERNO		DECISÃO DE F. 52

EMENTA

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - PAES - EXCLUSÃO POR INADIMPLÊNCIA (LEI Nº 10.684/2003) - MANUTENÇÃO NO PROGRAMA VIA ANTECIPAÇÃO DE TUTELA: IMPOSSIBILIDADE (AUSENTES REQUISITOS DO ART. 273 DO CPC) - SEGUIMENTO NEGADO - AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.
1 - A antecipação de tutela (art. 273 do CPC) exige prova inequívoca que convença o julgador acerca da verossimilhança das alegações do autor, à qual se deve agregar, cumulativamente, o trinômio dos incisos I e II do aludido artigo - perigo de dano, abuso de defesa ou propósito protelatório, tudo no intento de antecipar o resultado que, muito provavelmente, a ulterior sentença veiculará: à medida em que se esmaece a evidência do direito, porque a prova perde sua essência de gerar conclusão irrefutável, avulta o risco da contradição, assim inviabilizando a tutela imediata cognitiva.
2- O PAES é tipo de moratória, que implica confissão irrevogável e irretratável dos débitos consolidados, sujeito às condições pré-estabelecidas e conhecidas, incluídos os casos de exclusão, que não são pena nem sanção, senão exclusivamente a "perda" do benefício/favor fiscal pelo descumprimento da condição específica prevista (art. 5º), não havendo qualquer mácula no procedimento (violação do contraditório, ampla defesa, publicidade e falta de motivação).
3- Agravo interno não provido.
4- Peças liberadas pelo Relator, em 13/03/2007, para publicação do acórdão.

ACORDÃO

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO ao agravo interno por unanimidade.
7ª Turma do TRF-1ª Região, 13/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

AGRAVO INTERNO NO AG Nº 2007.01.00.000570-1/MT Distribuído no TRF em 11/01/2007
Processo na Origem: 200036000022260

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	SOLANGE DE HOLANDA ROCHA
AGRAVADO	:	OSCAR AUGUSTO DA COSTA MARQUES
ADVOGADO	:	TADEU MÚCIO GALVÃO MARQUES VALLIM E OUTROS
AGRAVANTE NO AG. INTERNO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
AGRAVADA NO AG. INTERNO	:	R. DECISÃO DE F. 44

EMENTA

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - VERBA HONORÁRIA EM EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE PROCEDENTE: POSSIBILIDADE (JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE DO STJ) - SEGUIMENTO NEGADO - AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.
1 - Entende-se (jurisprudência predominante no STJ) que o acolhimento da exceção de pré-executividade (modalidade de defesa) em execução fiscal induz condenação do exeqüente em verba honorária.
2 - Agravo interno não provido.
3 - Peças liberadas pelo Relator, em 20/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO ao agravo interno por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 20/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

AGRAVO INTERNO NO AG Nº 2007.01.00.002162-0/DF Distribuído no TRF em 25/01/2007
Processo na Origem: 200634000342720

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	METALÚRGICA FORTINOX LTDA - EPP
ADVOGADO	:	CLAUDIA SIMONE PRAÇA PAULA E OUTROS
AGRAVADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSÉ LUIZ GOMES ROLO
AGRAVANTE NO AG. INTERNO	:	METALÚRGICA FORTINOX LTDA - EPP
AGRAVADA NO AG. INTERNO	:	R. DECISÃO DE F. 41

EMENTA

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO VIA PARCELAMENTO (ART. 151, VI, C/C ART. 152, AMBOS DO CTN): NECESSIDADE DE LEI ESPECÍFICA QUE O AMPARE E DELIMITE - PEDIDO DE PARCELAMENTO NÃO É DENÚNCIA ESPONTÂNEA - SEGUIMENTO NEGADO - AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.
1 - A antecipação de tutela (art. 273 do CPC) exige prova inequívoca que convença o julgador acerca da verossimilhança das alegações do autor, à qual se deve agregar, cumulativamente, o trinômio dos incisos I e II do aludido artigo - perigo de dano, abuso de defesa ou propósito protelatório, tudo no intento de antecipar o resultado que, muito provavelmente, a ulterior sentença veiculará: à medida em que se esmaece a evidência do direito, porque a prova perde sua essência de gerar conclusão irrefutável, avulta o risco da contradição, assim inviabilizando a tutela imediata cognitiva.
2 - O parcelamento de que trata o CTN (art. 151, VI), um dos eventos hábeis a suspender a exigibilidade do crédito tributário, passível, por isso, de interpretação restrita (art. 111, I, do CTN), é aquele decorrente de lei (art. 152 do CTN), pois os princípios tributários, maiormente o da legalidade estrita, exigem que o perfil econômico-financeiro do parcelamento (prazo, taxa e indexadores) advenham de lei específica. Quem opta por parcelar (favor fiscal) o faz por força e na forma da lei.
3- *"A simples confissão da dívida, acompanhada do seu pedido de parcelamento, não configura denúncia espontânea"* (Súmula 208/TFR).
4 - Agravo interno não provido.
5 - Peças liberadas pelo Relator, em 20/03/2007, para publicação do acórdão.

A C Ó R D Ã O

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO ao agravo interno, por unanimidade.
7ª Turma do TRF - 1ª Região, 20/03/2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

DIVISÃO DE PROCESSAMENTO E PROCEDIMENTOS DIVERSOS

DESPACHOS/DECISÕES

Despacho n. /2007-T7
APELAÇÃO CÍVEL Nº 94.01.17044-4/DF Distribuído no TRF em 15/06/1994
Processo na Origem: 9200165613

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMOVEIS - COFECI
ADVOGADO	:	LAURO AMERICO DE MELO RIBEIRO
APELANTE	:	SINDICATO DAS EMPRESAS DE COMPRA VENDA LOC E ADM DE IMOV E DOS EDIF EM COND RES E COM DE MS - SECOVI
ADVOGADO	:	SERGIO MARTINS SOBRINHO
APELADO	:	MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR	:	OSWALDO JOSE BARBOSA SILVA

DESPACHO

F.406/10: A advogada subscritora não assinou a petição.
Desentranhe-se e devolva-se.
Publique-se. I.
Brasília, 02 de abril de 2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1997.33.00.007683-6/BA
Processo na Origem: 199733000076836

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
APELANTE	:	FRN ALIMENTOS DO NORDESTE LTDA
ADVOGADO	:	MARIA LEONOR POVOAS DE AGUIAR
APELADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 1A VARA - BA

DESPACHO

Uma vez que os depósitos não se encontram a disposição deste Juízo, indefiro o pedido de fls. 405-406, cabendo ao requerente diligenciar a providência junto ao Juízo de origem.
Intimem-se. Publique-se.
Brasília-DF, 29 de março de 2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora (Convocada)

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1999.38.00.038003-8/MG
Processo na Origem: 199938000380038

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONV.)
APELANTE	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO
APELADA	:	COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE UNAÍ LTDA
ADVOGADOS	:	DRS. SÔNIA A RESENDE CAMPOS E OUTRO
REMETENTE	:	JUÍZO FEDERAL DA 13ª VARA - MG

D E S P A C H O

Esclareça a Apelada se é mera repassadora do leite para a Cooperativa Central, ou se beneficia, industrializa e comercializa o leite recebido dos produtores. Nesse segundo caso, esclareça com quem comercializa o produto beneficiado ou industrializado.
Prazo: 10 dias.
Publique-se.
Brasília, 28 de março de 2007.

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator Convocado

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2000.01.00.033137-3/MG
Processo na Origem: 199938000380127

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
AGRAVANTE	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	MARCUS TADEU PIMENTA
ADVOGADO	:	DR. JÚLIO MARCO LAMEGO DUARTE

D E S P A C H O

À Agravante. (Fls. 45.)
Publique-se e intime-se.
Brasília, 30 de março de 2007.

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2000.34.00.033038-2/DF
Processo na Origem: 200034000330382

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
APELANTE	:	SADIA S/A
ADVOGADO	:	RICARDO LUZ DE BARROS BARRETO E OUTROS(AS)
APELADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO

DESPACHO

Intime-se a Fazenda Nacional para que se manifeste a respeito da Petição de fls. 168-169.
Intimem-se. Publique-se.
Brasília-DF, 29 de março de 2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora (Convocada)

REMESSA EX OFFICIO Nº 2000.38.01.000933-9/MG
Processo na Origem: 200038010009339

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
AUTOR	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	JOAO CESAR OTONI DE MATOS
REU	:	MCM ARTEFATOS DE POPEL LTDA
ADVOGADO	:	CESAR MONTEIRO BOYA E OUTROS(AS)
REU	:	ODETE SANTOS MARTINS DA COSTA MACHADO E OUTRO(A)
ADVOGADO	:	ANTONIO RIBEIRO FARAGE E OUTROS(AS)
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 1A VARA - MG

DESPACHO

Intime-se o INSS para que certifique se já houve pagamento do débito questionado.
Intimem-se. Publique-se.
Brasília-DF, 29 de março de 2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora (Convocada)

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2001.34.00.015206-9/DF
Processo na Origem: 200134000152069

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
APELANTE	:	OPTISOL INDÚSTRIA ÓPTICA LTDA
ADVOGADO	:	DR. ALESSANDRO OROANDIR NASCIMENTO FREIRE
APELADA	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO

D E S P A C H O

À União Federal - Fazenda Nacional. (Fls. 354/357.)
Publique-se e intime-se.
Brasília, 02 de abril de 2007.

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2001.34.00.026690-1/DF
Processo na Origem: 200134000266901

RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.)
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS E OUTRO(A)
PROCURADOR	:	ROGERIO SANTOS MUNIZ
APELANTE	:	HOSPITAL GERAL DE IMPERATRIZ LTDA E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	EDILSON JAIR CASAGRANDE
APELADO	:	OS MESMOS
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 8A VARA - DF

DESPACHO

Tendo em vista que o eventual acolhimento dos embargos de declaração poderá implicar a atribuição de efeitos modificativos ao julgado, ouça-se o embargado sobre os embargos de fls. 261/265 , no prazo de 5 (cinco) dias.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília-DF, 28 de março de 2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2001.38.00.023339-4/MG
Processo na Origem: 200138000233394

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
APELANTE	:	CRISTINA QUICK COURET CARVALHO
ADVOGADOS	:	DRS. FLÁVIO LAGE SIQUEIRA E OUTROS
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	DR. ÉLVIO GUSMÃO SANTOS
APELADOS	:	OS MESMOS
REMETENTE	:	JUÍZO FEDERAL DA 25ª VARA - MG

D E C I S Ã O

1 - Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o pedido de renúncia de fls. 231. (Código de Processo Civil, art. 269, V.)
2 - Condeno a Embargante ao pagamento dos honorários do advogado da Embargada, fixados em 1% (um por cento) sobre o valor do débito consolidado. (Art. 1º, § 4º da Medida Provisória nº 303 de 29/6/2006.)
Publique-se e intimem-se.
Brasília, 02 de abril de 2007.

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2002.34.00.006026-8/DF
Processo na Origem: 200234000060268

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
APELANTE	:	INEPAR S/A INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
ADVOGADOS	:	DRS. HABIB TAMER ELIAS MERHI BADIÃO E OUTROS
APELADA	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO

D E S P A C H O

À União Federal (Fazenda Nacional). (Fls. 800/804.)
Publique-se e intime-se
Brasília, 03, de abril de 2007.

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

Despacho nº /2007-T7
APELAÇÃO CÍVEL Nº 2002.34.00.009439-1/DF Distribuído no TRF em 16/11/2005
Processo na Origem: 200234000094391

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	INEPAR S/A INDUSTRIA E CONSTRUCOES
ADVOGADO	:	IVETE PERES BORGES E OUTROS(AS)
APELADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	AUREA REGINA SOCIO DE QUEIROZ RAMIM

DESPACHO

F. 652/60, 671/5 e 677/81: Vista ao INSS.
Brasília, 02 de abril de 2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

Despacho nº /2007-T7
APELAÇÃO CÍVEL Nº 2002.34.00.009441-5/DF Distribuído no TRF em 10/03/2006
Processo na Origem: 200234000094415

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	INEPAR TECOMUNICACOES S/A
ADVOGADO	:	IVETE PERES BORGES E OUTROS(AS)
APELADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	ROGERIO SANTOS MUNIZ

DESPACHO

F. 590/8, 609/13 e 615/9: Vista ao INSS.
Brasília, 02 de abril de 2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2002.34.00.011239-0/DF
Processo na Origem: 200234000112390

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
APELANTE	:	INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS LTDA
ADVOGADOS	:	DRS. IVETE PERES BORGES E OUTROS
APELADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	DR. CLAUDIUS FÁBIO CARAN BRITTO

D E S P A C H O

Ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (Fls. 1.124/1.128).
Publique-se e intime-se.
Brasília, 02 de abril de 2007.

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

Despacho nº /2007-T7
APELAÇÃO CÍVEL Nº 2002.34.00.014623-5/DF Distribuído no TRF em 02/07/2003
Processo na Origem: 200234000146235

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	INEPAR TELECOMUNICACOES S/A
ADVOGADO	:	IVETE PERES BORGES E OUTROS(AS)
APELADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	:	WEISS WEBBER ARAUJO CAVALCANTE

DESPACHO

F. 532/40, 554/8 e 560/4: Vista ao INSS.
Brasília, 02 de abril de 2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2002.34.00.017022-3/DF
Processo na Origem: 200234000170223

RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.)
APELANTE	:	ARNO S/A
ADVOGADO	:	ELIANE SPRICIGO E OUTROS(AS)
APELANTE	:	CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETROBRAS
ADVOGADO	:	CARLOS SUPLICY DE FIGUEIREDO FORBES E OUTROS(AS)
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	:	OS MESMOS
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 3A VARA - DF

DESPACHO

Tendo em vista que o eventual acolhimento de ambos os embargos de declaração poderá implicar a atribuição de efeitos modificativos ao julgado, ouçam-se as partes sobre os embargos de fls. 1222/1225, e os de fls. 1229/1236, no prazo sucessivo de cinco dias.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília-DF, 28 de março de 2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2002.34.00.019852-8/DF
Processo na Origem: 200234000198528

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
APELANTE	:	CIDETRON CUNSULTORIA E SERVIÇOS EM ELETRÔNICA LTDA
ADVOGADOS	:	DRS. IVETE PERES BORGES E OUTROS
APELADA	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO

D E S P A C H O

À União Federal - Fazenda Nacional. (Fls. 619/623.)
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 02 de abril de 2007.

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

Despacho nº /2007-T7
APELAÇÃO CÍVEL Nº 2002.34.00.019856-2/DF Distribuído no TRF em 27/01/2006
Processo na Origem: 200234000198562

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	INEPAR TELECOMUNICACOES S/A
ADVOGADO	:	IVETE PERES BORGES E OUTROS(AS)
APELADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	ROGERIO SANTOS MUNIZ

DESPACHO

F. 603/11, 622/6 e 628/32: Vista ao INSS.
Brasília, 02 de abril de 2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

Despacho nº /2007-T7
APELAÇÃO CÍVEL Nº 2002.34.00.019857-6/DF Distribuído no TRF em 08/07/2005
Processo na Origem: 200234000198576

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	INEPAR TELECOMUNICACOES S/A
ADVOGADO	:	IVETE PERES BORGES E OUTROS(AS)
APELADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO

DESPACHO

F. 630/8, 649/53 e 655/9: Vista à Fazenda Nacional.
Brasília, 02 de abril de 2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

Despacho nº /2007-T7
APELAÇÃO CÍVEL Nº 2003.01.00.014881-1/DF Distribuído no TRF em 26/05/2003
Processo na Origem: 9500126222

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETROBRAS
ADVOGADO	:	CARLOS SUPLICY DE FIGUEIREDO FORBES E OUTROS(AS)
APELANTE	:	ZIVI S/A - CUTELARIA
ADVOGADO	:	GUILLERMO ANTONIO ARAUJO GRAU E OUTROS(AS)
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	:	OS MESMOS
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 20A VARA - DF

DESPACHO

1 - F. 586/7: Vista ao apelante (ZIVI S/A - CUTELARIA).
2 - Publique-se.
Brasília, 03 de abril de 2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2003.33.00.015236-0/BA
Processo na Origem: 200333000152360

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
APELANTE	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO
APELADO	:	PRODUTOS ALIMENTÍCIOS CRAVO S/A
ADVOGADO	:	DRS. FERNANDO ANTÔNIO DA SILVA NEVES E OUTROS

D E S P A C H O

À Apelada. (Fls. 122.)
Publique-se e intime-se.
Brasília, 21 de março de 2007.

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2003.34.00.015047-9/DF
Processo na Origem: 200334000150479

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
APELANTE	:	IAB - ASSESSORIA TRIBUTARIA LTDA
ADVOGADOS	:	DRS. ANDRÉ PUPPIN MACEDO E OUTROS
APELADA	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO

D E S P A C H O

À Embargada. (Fls. 206/217 e 225.)
Intime-se.
Brasília, 30 de março de 2007.

Desembargador Federal CATÃO ALVES
RELATOR

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2003.35.00.007775-0/GO
Processo na Origem: 200335000077750

RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.)
APELANTE	:	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT
PROCURADOR	:	CARLOS HENRIQUE DAYRELL FERNANDES
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
APELADO	:	LUCIANA AZEVEDO PRAUDE E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	RAUL NAVES E OUTROS(AS)

DESPACHO

Tendo em vista que o eventual acolhimento dos embargos de declaração poderá implicar a atribuição de efeitos modificativos ao julgado, ouçam-se os embargados sobre os embargos de fls. 294/298, no prazo de 5 (cinco) dias.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília-DF, 28 de março de 2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2003.38.03.005721-9/MG
Processo na Origem: 200338030057219

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADORA	:	DRª MARIZA BELLÓRIO
APELADA	:	AUTO POSTO REAL LTDA
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ EDSON NATÁRIO ALFAIX

D E S P A C H O

À Embargada. (Fls. 108/111.)
Intime-se.
Brasília, 30 de março de 2007.

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2004.01.00.023786-0/MG
Processo na Origem: 9400223510

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
AGRAVANTES	:	PALACE HOTEL DE CAXAMBU LTDA E OUTRO
ADVOGADOS	:	DRS. RUI BATISTA MENDES E OUTROS
AGRAVADA	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO

D E C I S Ã O

1 - PALACE HOTEL DE CAXAMBU LTDA E OUTRO interpuseram recurso de AGRAVO DE INSTRUMENTO, com pedido de efeito suspensivo, para reforma de decisão do Juiz Substituto da 6ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, que, em EXECUÇÃO POR TÍTULO JUDICIAL, indeferira pedido para expedição de precatório ao fundamento de que a sentença exeqüenda, transitada em julgado, determinara compensação.
2 - A decisão agravada não destoa do entendimento deste Tribunal:
"PROCESSO CIVIL - COMPENSAÇÃO DEFERIDA POR SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO - EXECUÇÃO VIA PRECATÓRIO - IMPOSSIBILIDADE.
1 - Havendo a sentença exeqüenda deferido a compensação, não se pode promover execução por repetição de indébito, via precatório, sob pena de ofensa ao princípio da coisa julgada.
2 - Agravo de Instrumento improvido." (AG nº 2001.01.00.049514-2/MG - Rel. Juiz Federal Francisco Renato Codevila Pinheiro Filho (Convocado.) - TRF/1ª Região - Sétima Turma - Por maioria - D.J. 10/10/2006 - pág. 15.)
"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO DE SENTENÇA "DECLARATÓRIA" DE COMPENSAÇÃO QUE SE POSTULA ALTERADA PARA "CONDENATÓRIA" DE REPETIÇÃO EM ESPÉCIE (PRECATÓRIO) - EMBARGOS DA FAZENDA NACIONAL ACOLHIDOS - ALTERAÇÃO DA COISA JULGADA: IMPOSSIBILIDADE - APELAÇÃO NÃO PROVIDA.
1. O julgado se executa nos exatos termos de sua essência e de seu comando (CPC, art. 468).
2. A sentença que declara o direito de a parte compensar indébitos não pode ser transmutada, na execução, para sentença condenatória de repetição de indébito por precatório, seja pela natureza jurídica diversa seja pelo comprometimento do direito de defesa da outra parte (devedora), que foi privada, no processo de conhecimento, de aferir a(s) prova(s) do recolhimento indevido.
3. Quando se pede amparo ao direito de compensar indébitos, não se apuram em juízo os valores compensandos, porque a lei os remete à demonstração direta ao fisco, enquanto para a repetição em espécie (precatório) o "an debeatur" é apurado (instrução probatória apropriada) no processo de conhecimento.
4. Apelação não provida.
5. Autos recebidos em Gabinete para lavratura do acórdão em 28/11/2005. Peças liberadas para publicação do acórdão em 04/12/2005." (AC nº 1999.38.00.028116-0/MG - Rel. p/ acórdão Des. Federal Luciano Tolentino Amaral - TRF/1ª Região - Sétima Turma - Por maioria - D.J. 19/12/2005 - pág. 118.)
3 - Nessa ordem de idéias, não se me afiguram presentes risco de lesão grave e de difícil reparação e fundamentação relevante para suspensão da decisão impugnada.
Pelo exposto, ausentes os pressupostos que o autorizam, deixo de atribuir efeito suspensivo a este Agravo de Instrumento. (Código de Processo Civil, arts. 527, III, e 558.)
Intime-se a Agravada para resposta. (Código de Processo Civil, art. 527, V.)
Dê-se ciência ao ilustre prolator da decisão impugnada.
Brasília, 20 de março de 2007.

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2004.01.00.023861-8/DF
Processo na Origem: 200434000072482

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
AGRAVANTE	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADOS	:	MASSAO OKUDA E OUTROS
ADVOGADOS	:	DRS. IVO EVANGELISTA DE ÁVILA E OUTROS

D E C I S Ã O
1 - A UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL) interpôs recurso de AGRAVO DE INSTRUMENTO para reforma de decisão do Juiz Substituto da 22ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal.
2 - Ocorre, porém, que foi proferida sentença no processo principal, o que deixa sem objeto esta postulação.
Pelo exposto, julgo prejudicado o presente recurso por perda superveniente de objeto.
Sem manifestação, arquivem-se os autos.
Publique-se e intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2007.

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2004.01.00.043275-2/PA
Processo na Origem: 9400055137

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
AGRAVANTE	:	EXOTIC FOODS INDÚSTRIA COMERCIO E EXPORTAÇÃO LTDA
ADVOGADOS	:	ROBERTA DOS ANJOS MOREIRA E OUTROS
AGRAVADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	DR. ALDENOR DE SOUZA BOHADANA FILHO

D E C I S Ã O
Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a desistência manifestada a fls. 118. (Código de Processo Civil, art. 501.)
Publique-se e intimem-se.
Brasília, 03 de abril de 2007.

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

Despacho n. /2007-T7

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2005.33.00.022379-8/BA Distribuído no TRF em 13/02/2007
Processo na Origem: 200533000223798

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
APELADO	:	MUNICIPIO DE ENTRE RIOS -BA
PROCURADOR	:	HENRIQUE SERAPIAO DOS SANTOS
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 1A VARA - BA

DESPACHO
F.200/1: O advogado subscritor não assinou a petição.
Desentranhe-se e devolva-se.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 02 de abril de 2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.017984-8/MG
Processo na Origem: 200538000382370

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.)
AGRAVANTE	:	EMAC ENGENHARIA DE MANUTENCAO LTDA
ADVOGADO	:	ADAUTO CIRINO DE MOURA
AGRAVADO	:	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT
PROCURADOR	:	CELINA MARCIA MEYER PIRES RESENDE

DECISÃO
Insurge-se a agravante contra decisão que indeferiu o pedido de antecipação de tutela, nos autos da ação de rito ordinário em que objetiva o cancelamento das multas de trânsito, cujos recursos administrativos não tenham sido apreciados depois de mais de 3 (três) anos de interposição.
Afirma que sua intenção, ao ajuizar a ação principal, é depositar, à disposição do juízo, os valores em caução, a fim de liberar as restrições das multas junto ao DETRAN para alienar o veículo. Alega que não pode ser prejudicado pela demora do DNIT em julgar os recursos. Sustenta que estão presentes os requisitos para concessão da tutela antecipada.
ISSO POSTO, DECIDO.
Esta Corte já firmou o entendimento de que o atraso no julgamento do recurso administrativo não acarreta a prescrição da multa, mas, sim, responsabilidade funcional , se não houve motivo de força maior (AMS 1999.38.00.028464-6/MG, Rel. Desembargador Federal Souza Prudente, *DJ* de 09/10/2002, p.88; AMS 2000.01.00.081850-0/MG, Rel. Desembargador Federal João Batista Moreira, *DJ* de 24/06/2002, p.65).
Quanto ao pedido da agravante no que concerne ao depósito do valor das multas, que tem natureza cautelar, a concessão de antecipação de tutela dessa natureza, exige a presença dos requisitos legais dessa espécie de processo, quais sejam, o *periculum in mora* e *fumus boni iuris*.
In casu, a presença do primeiro deles é inquestionável, tendo em vista o perecimento do veículo que se pretende alienar. Já o segundo advém do fato de que este egrégio Tribunal vem admitindo o depósito judicial do valor em discussão quando não se trate de débito tributário (AG 2002.01.00.024673-8/MG, Rel. Desembargador Federal Antônio Ezequiel, Rel. p/ acórdão Juiz Conv. Reynaldo Soares da Fonseca, DJ de 10/06/03, p.173), o que permite invocar, por analogia, o disposto no art. 151 do CTN, que estabelece, no seu inciso II, como uma das formas de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, o depósito de seu montante integral, tanto mais que, com a edição da LC 104/01, que alterou o Código Tributário Nacional, acrescentando o inciso V ao citado art. 151, passou-se a admitir a suspensão da exigibilidade do tributo até mesmo sem efetivação de depósito, quando concedida medida liminar ou tutela antecipada em outras espécies de ação judicial que não o mandado de segurança.
Se o Código Tributário Nacional admite que o depósito do montante integral e a concessão de liminar, em qualquer tipo de ação judicial, têm a faculdade de suspender a exigibilidade do crédito tributário (art. 151, II e V), com tanto mais razão é legítima a suspensão da exigibilidade de crédito fiscal, não-tributário, já que a multa administrativa transforma-se em dívida ativa, equiparando-se a débito tributário, para fins de suspensão de sua exigibilidade.
Assim, CONCEDO A ANTECIPAÇÃO DA PRETENSÃO RECURSAL, apenas para autorizar o depósito em juízo do valor total das multas.
Dê-se ciência ao ilustre prolator da decisão agravada.
Publique-se. Intime-se a agravada para oferecer contraminuta.
Brasília-DF, 03 de abril de 2007.

JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.025943-0/DF
Processo na Origem: 200634000156347

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
]AGRAVANTE	:	DESTILARIA ALVORADA DE BEBEDOURO LTDA
ADVOGADO	:	ELIAS MUBARAK JUNIOR E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO

DECISÃO
Verifica-se que já foi proferida sentença na ação principal, à qual diz respeito este agravo, conforme movimentação processual em anexo.
Assim, com fundamento no art. 557, *caput*, do CPC, c/c o inciso XXV do art. 30 do Regimento Interno deste Tribunal, NEGO SEGUIMENTO AO PRESENTE AGRAVO, pela perda de seu objeto.
Publique-se. Intimem-se. No momento oportuno, dê-se baixa e remetam-se os autos à Vara de origem, nos termos da Resolução n. 600-12, de 13/09/04, deste TRF.
Brasília-DF, 20 de março de 2007.

JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.027718-9/MG
Processo na Origem: 200638100033722

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
AGRAVANTE	:	SOL TELECOM BRASIL INDUSTRIA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS DE TELECOMUNICACAO LTDA
ADVOGADO	:	LUIZ GUSTAVO ABIDO ZAGO E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO

DECISÃO
Insurge-se a agravante contra decisão que indeferiu antecipação de tutela que tinha por objeto determinar a suspensão dos efeitos da declaração de inaptidão de sua inscrição no CNPJ/MF, de modo que seja ela reconduzida à situação ATIVA, até que seja proferida decisão definitiva sobre o assunto.
Relata que foi contra ela instaurado procedimento de fiscalização, com base na INSRF n. 228/02, para verificação das operações realizadas no período de 05/01 a 12/03 e que, não obstante referida Instrução tivesse por objeto a verificação dos recursos aplicados em operações de comércio exterior, foi extrapolado o limite do procedimento e analisados, também, os recursos utilizados no custeio das suas despesas operacionais em geral, procedimento esse que culminou na declaração de inaptidão de sua inscrição no CNPJ/MF, por considerá-la inexistente de fato e por não ter comprovado ela a origem dos recursos empregados em operações de comércio exterior, o que ensejou a interposição de recurso administrativo, o qual foi indeferido, ao fundamento de que ela não dispunha de patrimônio nem de capacidade operacional necessários à realização do seu objeto social, bem assim por estar com suas atividades paralisadas de forma irregular, decisão essa que motivou o ajuizamento da ação anulatória de ato administrativo em que proferida a decisão aqui agravada.
Alega que o MM. Juiz *a quo* não poderia invocar a existência de fatos incompatíveis com o exercício sadio de sua atividade empresarial, seja porque a declaração de inaptidão se deu por motivos diversos daqueles referidos na decisão; seja por infringir o princípio da proporcionalidade, uma vez que a pena aplicada (fechamento da empresa) é excessivamente desproporcional à gravidade da infração.
Sustenta que a atuação do agente administrativo está adstrita aos limites de competência fixados e permitidos por lei, pelo que é nulo o procedimento investigativo que extrapolou os limites materiais e temporais a que se destinava.
Afirma que, conforme reconheceu a SRRF/MG, houve comprovação da origem dos recursos utilizados nas operações de comércio exterior, o que torna incontroversa a questão.
Ressalta que, ainda quando a representação fiscal dos agentes aduaneiros da DRF/Varginha tenha invocado, como único fundamento jurídico, para justificar o pedido de declaração de inaptidão, a ausência de comprovação dos recursos empregados em operações de comércio exterior, fundamento esse afastado pela SRRF/MG, a sua inscrição foi aniquilada por aquela Delegacia com base, também, em outro fundamento, qual seja, a inexistência de fato da empresa, o que foi acolhido pela SRRF/MG, o que implica em modificação do fundamento jurídico que embasou o pedido de declaração de inaptidão, configurando cerceamento de defesa, pois as decisões eram fundamentadas em fatos não submetidos ao contraditório, além de julgamento *extra petita*.
Assevera que os documentos juntados aos autos demonstram sua existência efetiva, bem assim sua atividade regular.
Ressalta que a decisão infringiu os arts. 5º, II; 24 e 48 da Constituição Federal, uma vez que o art. 81 da Lei n. 9.430/96 não define os critérios objetivos necessários à caracterização da chamada "inexistência de fato" da pessoa jurídica, não podendo, por essa razão, uma instrução normativa fazê-lo.
Aduz que a hipótese de incapacidade operacional refletiu uma situação fática momentânea (referiu-se aos anos de 2002 e 2003, período em que teve significativos prejuízos e passou a operar em reduzida atividade comercial), situação essa que poderia ser revertida no tempo, razão pela qual cabia ao Fisco reunir elementos de prova que refletissem a realidade atual da empresa no momento em que a inaptidão era declarada, ou seja, em 2004 (época em que o procedimento de fiscalização foi instaurado), razão pela qual a aplicação da pena de inaptidão implica ofensa à livre iniciativa privada de investimento e desconsideração abusiva de atos jurídicos praticados por particulares de boa-fé, impondo-lhes prejuízos ilegais.
Salienta que não se encontra com as atividades paralisadas e que a retração de sua atividade empresarial decorre de atos praticados pela própria administração (bloqueio de todas as importações desde a instauração do procedimento de fiscalização - dezembro/04, com imposição, ao final, de pena de perdimento de mercadorias), razão pela qual não há que se lhe imputar nenhuma responsabilidade.
Sustenta que a IN SRF n. 200/02, que regulamentava o tema da inscrição da pessoa jurídica no CNPJ, foi expressamente revogada pelo art. 61 da IN RFB n. 568, de 08.09.2005, a qual, no entanto, deixou de existir com a rejeição, em 18.11.2005, da MP n. 258/05, que havia criado a Receita Federal do Brasil, não havendo, atualmente, diploma normativo em vigor que regule o processo de declaração de inaptidão da pessoa jurídica.
Afirma que os efeitos da declaração de inaptidão previstos na referida IN RFB n. 568/05 vão muito além daqueles previstos na Lei n. 9.430/96 e na Lei n. 10.637/02, o que caracteriza ofensa aos limites de competência, sendo, portanto, inválidos. Assim, requer a antecipação da pretensão recursal.
ISSO POSTO, DECIDO.
Não vislumbro relevância jurídica na pretensão da agravante.
É certo que a Lei n. 10.444/02, acrescentando o § 7º ao art. 273 do CPC, autorizou a concessão de antecipação de tutela de natureza cautelar (caso dos autos), exigindo-se, para tanto, a presença dos requisitos legais dessa espécie de processo, quais sejam, o perigo na demora e a plausibilidade da pretensão de fundo deduzida na ação principal.
No caso, tenho por ausente o segundo desses requisitos.
Verifica-se, da análise dos documentos que instruem os autos, que o procedimento fiscal obedeceu à legislação de regência e, a princípio, assegurou o devido processo legal.
Entendo, ainda, numa primeira análise, que os agentes administrativos não extrapolaram o objeto da ação fiscal, uma vez que o procedimento para declaração de inaptidão da inscrição da empresa no CNPJ encontra-se previsto como um desdobramento da fiscalização, se caracterizada a interposição fraudulenta prevista no Decreto-lei nº 1455/76 ou a ocultação do verdadeiro responsável pelas operações de comércio exterior.
Por outro lado, verifico que a empresa foi considerada inexistente por não dispor de patrimônio e capacidade operacional necessários à realização de seu objeto (art. 37, I e III da IN SRF 200/02), bem assim por ter cedido seu nome, inclusive com a disponibilização de documentos próprios, para realização de operações de terceiros e não por não ter sido encontrada no seu endereço (fls. 179 e 183).
Já no que tange à alegação de que a própria SRRF/MG reconheceu que houve comprovação da origem dos recursos utilizados nas operações de comércio exterior, não tem razão a agravante, uma vez que os documentos dos autos demonstram que só foi reconhecida, em parte, a origem dos recursos, (fls. 181 e 185).

Desse modo, não vislumbro a verossimilhança do direito alegado, principalmente, por exigir dilação probatória, já que não existe prova inequívoca nos autos quanto aos fatos alegados pela agravante.
Ante o exposto, DENEGO A ANTECIPAÇÃO DA PRETENSÃO RECURSAL pleiteada.
Intime-se a agravada para os fins do art. 527, V, do CPC (Lei n. 10.352/01).
Publique-se. Intimem-se.
Brasília-DF, 29 de março de 2007.

JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.028412-2/MG
Processo na Origem: 200338000565775

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
AGRAVANTE	:	CBPR EMPREENDIMENTOS LTDA
ADVOGADO	:	SIMONE MARCONI RODRIGUES CRUZ
AGRAVADO	:	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO - ANP

DECISÃO
Verifica-se que já foi proferida sentença na ação principal, à qual diz respeito este agravo, conforme movimentação processual em anexo.
Assim, com fundamento no art. 557, *caput*, do CPC, c/c o inciso XXV do art. 30 do Regimento Interno deste Tribunal, NEGO SEGUIMENTO AO PRESENTE AGRAVO, pela perda de seu objeto.
Publique-se. Intimem-se. No momento oportuno, dê-se baixa e remetam-se os autos à Vara de origem, nos termos da Resolução n. 600-12, de 13.09.2004, deste TRF.
Brasília-DF, 30 de março de 2007.

JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

AGRAVO DE INSTRUMENTO n. 2006.01.00.028875-7/MG
Processo na Origem: 210980025659

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
AGRAVANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	DROGARIA NOSSA SENHORA DO CARMO LTDA

DECISÃO
Insurge-se a agravante contra decisão que determinou o arquivamento da execução fiscal, com base no art. 20 da Lei 10.522/02, com redação alterada pela Lei 11.033/04, sem baixa na distribuição.
O MM. Juiz de Direito, prolator da decisão agravada, deferiu o pedido de arquivamento do executivo fiscal, consignando, entretanto, que a suspensão da prescrição somente pode ser efetivada por meio de lei complementar e não por norma de hierarquia inferior e que o arquivamento do feito, por ser conveniente à exeqüente, "não pode ser imputado ao executado, e, por conseguinte, prejudicá-lo" (fl. 61).
Sustenta a Fazenda Nacional que o parágrafo único do art. 5º do Decreto-lei 1.569/77 autoriza a suspensão da prescrição para a cobrança "dos débitos de comprovada inexequibilidade e de reduzido valor" (fl. 05), e que o tratamento desse assunto por meio da citada espécie normativa, não padece de nenhum vício de inconstitucionalidade, uma vez que suspensão ou interrupção de prescrição não constituem matéria de direito tributário, possuindo inegável natureza de normas processuais.
Requer, por fim, a atribuição de efeito suspensivo ao presente recurso.

ISSO POSTO, DECIDO.
Não vislumbro relevância jurídica na pretensão da agravante, pois o arquivamento da execução fiscal, em razão de seu baixo valor, não está incluído entre as causas de interrupção da prescrição previstas no art. 174 do CTN.
Registro, ainda, que, ao contrário do que foi afirmado pela agravante, a prescrição e a decadência tributária são matérias reservadas a regulamentação por lei complementar, segundo acentua o art. 146, III, "b", da Constituição Federal, e por ter sido o CTN por ela recepcionado com *status* de lei complementar (Precedente do STJ: REsp n. 543.913/RO, Rel. Ministro LUIZ FUX, 1ª Turma, DJ de 16.02.2004, p. 220), deve prevalecer sobre quaisquer outras normas ou atos normativos de hierarquia diversa, que venham, também, a disciplinar a matéria.
Por outro lado, quando à alegação de que o parágrafo único do art. 5º do Decreto-lei 1.569, de 08 de agosto de 1977, determina a suspensão da prescrição dos créditos tributários, o Superior Tribunal de Justiça vem entendendo que "a aplicação deste artigo suspende a prescrição dos créditos a que se refere", o que afasta a sua aplicação para o caso de arquivamento de processo, sem baixa na distribuição, de que trata o art. 20 da Lei 10.522/02.
Nesse sentido, cito os seguintes precedentes do STJ e desta Corte:

PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. DECRETAÇÃO DE OFÍCIO. IMPOSSIBILIDADE.
1. A hipótese prevista no art. 20 da Lei n. 10.522/02, o qual determina o arquivamento sem baixa das execuções fiscais inferiores à R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), não causa suspensão do prazo prescricional para a cobrança de débito tributário, tendo em vista caber somente a lei complementar dispor sobre esse instituto.
2. Antes do advento da Lei n. 11,051/2004, não era lícito ao julgador singular decretar de ofício a pretensão executória, tendo em vista que ação de execução fiscal versa sobre direito de natureza patrimonial (art. 219, § 5º do CPC)
3. Recurso especial parcialmente provido.
(REsp 802624 / PR, Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, 2ª Turma do STJ, DJ 25.05.2006 p. 217).

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO
INTERCORRENTE. ART. 174 DO CTN. PARALISAÇÃO DO FEITO POR PERÍODO SUPERIOR A CINCO ANOS. SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. ART. 5º DO DECRETO-LEI Nº 1.569/77. INAPLICABILIDADE ÀS HIPÓTESES DO ART. 20 DA MP 1.699-37/98
1. Esclarecida a diversidade entre a situação fática ocorrida no caso concreto, em que o arquivamento da execução sem baixa na distribuição se deu com base no art. 20 da MP 1.699-37/98 ("Serão arquivados, sem baixa na distribuição, os autos das execuções fiscais de débitos inscritos em Dívida Ativa da União (...) de valor consolidado igual ou inferior a mil unidades Fiscais de Referência (....)") e a prevista no dispositivo legal apontado como violado, o qual prevê que "Sem prejuízo da incidência da atualização monetária e dos juros de mora, bem como da exigência da prova de quitação para com a Fazenda Nacional, o Ministro da Fazenda poderá determinar a não inscrição como Dívida Ativa da União ou a sustação da cobrança judicial dos débitos de comprovada inexeqüibilidade e de reduzido valor. Parágrafo único - A aplicação do disposto neste artigo suspende a prescrição dos créditos a que se refere", não há que se falar em violação ao parágrafo único do art. 5º do Decreto-Lei nº 1.569/77.
2. Inexistindo regra de suspensão do prazo prescricional para as hipóteses de arquivamento sem baixa na distribuição previstas no art. 20 da MP 1.699-37/98, aplica-se o entendimento já pacificado nesta Corte segundo o qual "Se o processo executivo fiscal ficou paralisado por mais de cinco anos, especialmente porque o exeqüente permaneceu silente, deve ser reconhecida a prescrição suscitada pelo devedor".(Embargos de Divergência no RESP n. 97.328/PR, 1ª Seção, Ministro Adhemar Maciel, DJ de 15.05.2000). Precedentes: RESP 705068/PR, 1ª Turma, Min. José Delgado, DJ de 23.05.2005; RESP 721467/SP, 2ª Turma, Min. Eliana Calmon, DJ de 23.05.2005; EDcl no AgRg no RESP 250723/RJ, 1ª Turma, Min. Francisco Falcão, DJ de 21.03.2005; RESP 112126/RS, 2ª Turma, Min. Castro Meira, DJ de 04.04.2005 e AgRg nos EDcl no RESP 623104/RJ, 1ª Turma, Min. Denise Arruda, DJ de 06.12.2004.
3. Recurso especial a que se nega provimento.
(REsp 773367 / RS, Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, 1º Turma do STJ, DJ 20.03.2006 p. 209).

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. ARQUIVAMENTO SEM BAIXA NA DISTRIBUIÇÃO COM BASE NO ART. 20 DA MP 1.542-19/97. FEITO PARALISADO POR PRAZO SUPERIOR A CINCO ANOS. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. POSSIBILIDADE DE DECLARAÇÃO DE OFÍCIO. LEI N. 11.280/2006. NOVA REDAÇÃO DADA AO ART. 219, § 5º, DO CPC. DESNECESSIDADE DE PRÉVIA OITIVA DA PARTE EXEQUENTE.
1. A partir da vigência da Lei n. 11.051/2004, que acrescentou o § 4° ao art. 40 da Lei n. 6.830/80, viabilizou-se a decretação de ofício da prescrição intercorrente por iniciativa judicial, condicionada, porém, à prévia oitiva da parte exeqüente para, querendo, argüir quaisquer causas suspensivas ou interruptivas do prazo prescricional.
2. Com o advento da Lei n. 11.280/2006, vigente a partir de 17/05/2006, que deu nova redação ao art. 219, § 5º, do CPC, basta a efetiva ocorrência da prescrição para que o magistrado a decrete, dispensando-se, inclusive, a prévia oitiva da Fazenda Pública nos moldes da Lei 11.051/2004.3. À míngua de norma que disponha sobre a suspensão do prazo prescricional em caso de arquivamento com base no art. 20 da MP 1.542/97, deve seguir-se a mesma solução dada à hipótese de suspensão da execução por não ter sido localizado o devedor ou seus bens. Portanto, paralisado o feito por mais de cinco anos, forçoso é reconhecer a ocorrência da prescrição intercorrente, sob pena de admitir-se a imprescritibilidade do crédito tributário. Precedente do STJ.
4. Apelação improvida.
(AC 2006.01.99.039849-6/MG, DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA , 8ª Turma do TRF - 1ª Região, DJ de 12/01/2007, p.94).

Daí por que, DENEGO O EFEITO SUSPENSIVO pleiteado.
Intime-se a agravada para os fins do art. 527, V, do CPC (Lei n. 10.352/01).
Publique-se. Intimem-se.
Brasília-DF, 28 de março de 2007.

JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.029733-8/MG
Processo na Origem: 200638030055812

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
AGRAVANTE	:	CASA DO SERRALHEIRO LTDA
ADVOGADO	:	MARCELO AUGUSTO ANDRADE BRITTO
AGRAVADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO

DECISÃO
Insurge-se a agravante contra decisão proferida em ação ordinária, que indeferiu o seu pedido de antecipação da tutela, em que objetivava a sua manutenção no Parcelamento Especial de Débito, instituído pela Lei 10.684/03, bem como o pagamento das parcelas no valor mínimo de R$ 200,00.
O MM. Juiz Federal da 2ª Vara da Subseção Judiciária de Uberlândia/MG, ao indeferir a antecipação da tutela, entendeu que a autora - empresa de pequeno porte - está inativa, não tendo, portanto, como comprovar que possui receita bruta anterior ao mês do vencimento da parcela, sendo conclusivo em considerar que a autora deverá recolher as parcelas do PAES de acordo com a segunda hipótese prevista no § 4º do art. 1º do citado diploma legal de 2003 (um cento e oitenta avos do total do débito).
Sustenta que houve novação condicionada ao pagamento do parcelamento e, assim, não pode a Fazenda Nacional, após a sua implementação, querer mudar as condições acordadas.
Afirma que "a obrigação de consolidar a dívida era da Agravada, disponibilizando quantia no sistema que permitisse uma consulta prévia para que a Agravante tivesse condições de saber das propostas de parcelamento, para depois, espontaneamente, aderisse ao plano, manifestando sua livre vontade" (fl. 05).
Requer, por fim, a antecipação da pretensão recursal, para manter o pagamento das parcelas junto ao PAES em R$ 200,00.

ISSO POSTO, DECIDO.
Nos termos do que dispõe o art. 273 do CPC, a antecipação de tutela, por adiantar o provimento de mérito, exige, além da verossimilhança da alegação do autor e do fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, ou da caracterização de abuso do direito de defesa, a prova inequívoca do direito alegado.
No caso dos autos, não vejo demonstrada a verossimilhança da alegação, uma vez que a adesão ao referido programa implica a aceitação, pelo contribuinte, das condições estabelecidas, eis que se trata, no caso, de concessão de moratória, o que atrai a incidência do art. 153 do CTN, segundo o qual cabe à lei que a conceder estabelecer "*as condições da concessão do favor em caráter individual*".
Assim, em razão da situação de inatividade da empresa, não tendo como comprovar a existência de receita bruta no mês anterior ao do vencimento da parcela, o pagamento mensal mínimo da exação em questão será de um cento e oitenta avos do total do débito, conforme previsto no § 4º do art. 1º da Lei 10.684/03, que assim dispõe:
Art. 1º Os débitos junto à Secretaria da Receita Federal ou à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com vencimento até 28 de fevereiro de 2003, poderão ser parcelados em até cento e oitenta prestações mensais e sucessivas.
(...)
§ 4º Relativamente às pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES e às microempresas e empresas de pequeno porte, enquadradas no disposto no , o valor da parcela mínima mensal corresponderá a um cento e oitenta avos do total do débito (grifei) ou a três décimos por cento da receita bruta auferida no mês imediatamente anterior ao do vencimento da parcela, o que for menor, não podendo ser inferior a:
I - cem reais, se enquadrada na condição de microempresa;
II - duzentos reais, se enquadrada na condição de empresa de pequeno porte.
Ademais, prevê o art. 9º da Portaria conjunta PGFN/SRF n. 3, de 1º de setembro de 2003 (DOU de 02.09.2003), que "o valor da prestação mensal deverá ser ajustada sempre que ocorrer alteração no enquadramento da pessoa jurídica, relativamente às situações previstas no § 3º, incisos I e II, e § 4º, do art. 1º, da Lei nº 10.684, de 2003".
Registro, por fim, que a agravante não tem interesse recursal em relação pedido de justiça gratuita, uma vez que tal pleito já foi deferido na decisão agravada (cf. fl. 21).
Daí por que DENEGO A ANTECIPAÇÃO DA PRETENSÃO RECURSAL pleiteada.
Intime-se a agravada para os fins do art. 527, V, do CPC (Lei nº 10.352/01).
Publique-se. Intimem-se.
Brasília-DF, 02 de abril de 2007.

JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.030368-8/MA
Processo na Origem: 200637000013969

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
AGRAVANTE	:	CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DO MARANHAO - CREA / MA
PROCURADOR	:	FRANCIMARA LOBATO PICANCO ALBUQUERQUE
AGRAVADO	:	SINDICATO DOS TECNICOS AGRICOLAS DO MARANHAO - SINTAMA
ADVOGADO	:	AGENOR ALMEIDA FILHO

DECISÃO
Insurge-se o agravante contra decisão que, em mandado de segurança, deferiu em parte antecipação de tutela para determinar à autoridade coatora que se abstenha de exigir a cobrança das anuidades dos substituídos do impetrante referentes ao exercício de 2006.
Sustenta o agravante que a pretensão de extinção e/ou revisão das anuidades cobradas inviabiliza a sua funcionabilidade.
Insiste o agravante no reconhecimento das preliminares de carência de ação, decadência e falta de prova pré-constituída. No mérito, alega que as resoluções questionadas apenas corrigiram para o ano de 2006 o valor das anuidades que há muito já foram fixadas pela Lei n. 6.694/82, lei essa que se encontra em pleno vigor.
Busca afastar, também, o argumento apresentado na decisão agravada de que as Resoluções ora questionadas estão embasadas na Lei n. 11.000/2004, pois tal lei apenas altera dispositivos relativos à lei que rege o Conselho de Medicina, em nada interferindo nos demais Conselhos profissionais.
Por tais razões, requer a atribuição de efeito suspensivo ao presente agravo.

ISSO POSTO, DECIDO.
As preliminares de carência de ação e decadência da impetração foram afastadas pela decisão agravada e o entendimento ali esposado, em princípio, está de acordo com a jurisprudência desta Corte. A preliminar de falta de prova pré-constituída não se sustenta, uma vez que a matéria é exclusivamente de direito.
Por outro lado, a concessão de liminar em mandado de segurança exige a presença de requisitos específicos, quais sejam: a relevância do fundamento e o perigo da demora.
Quanto ao primeiro requisito, tenho que milita em favor do agravado, em parte, a relevância do fundamento, quanto a impossibilidade de majoração do valor das anuidades, por meio de Resoluções, por ofensa ao princípio da legalidade, conforme os seguintes arestos:
ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. CONSELHOS PROFISSIONAIS. ANUIDADE. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. DISSÍDIO PRETORIANO. SÚMULA N. 83/STJ. FIXAÇÃO POR RESOLUÇÃO.
(...)
2. As anuidades dos conselhos profissionais, à exceção da OAB, têm natureza tributária e, por isso, seus valores somente podem ser fixados nos limites estabelecidos em lei, não podendo ser arbitrados por resolução e em valores além dos estabelecidos pela norma legal.
(REsp 507.769/SC, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Segunda Turma, julgado em 01.03.2007, DJ de 19.03.2007, p. 302)
ADMINISTRATIVO E CIVIL. CONSELHOS PROFISSIONAIS. FIXAÇÃO DE ANUIDADES POR PORTARIAS/RESOLUÇÕES. NATUREZA JURÍDICA DA CONTRIBUIÇÃO. ILEGALIDADE. EXIGÊNCIA DE LEI. PRECEDENTES.
1. Recurso especial interposto contra acórdão segundo o qual "encontra-se consolidado o entendimento de que as anuidades cobradas pelos Conselhos Profissionais constituem espécie tributária e, como tal, se submetem ao princípio da reserva legal. Assim sendo, não é permitido aos Conselhos estabelecerem por meio de atos administrativos quaisquer critérios de fixação de anuidade diverso do legal, sob pena de violação do princípio contido no art. 150, I, da CF/88".
2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem externado entendimento de que: - "Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesses das categorias profissionais. A anuidade devida aos Conselhos Regionais que fiscalizam as categorias profissionais tem natureza de contribuição social e só pode ser fixada por lei." (REsp nº 225301/RS, Rel. Min Garcia Vieira, DJ de 16/11/1999) - "Conforme precedentes desta Corte Especial, as anuidades dos conselhos profissionais, à exceção da OAB, têm natureza tributária, somente podendo ser majoradas através de lei federal." (MC nº 7123/PE, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ de 22/03/2004) - "Doutrina e jurisprudência entendem ter natureza tributária, submetendo-se às limitações das demais exações, as contribuições para os Conselhos Profissionais. Excepciona-se apenas a OAB, por força da sua finalidade constitucional (art. 133)." (REsp nº 273674/RS, Relª Minª Eliana Calmon, DJ de 27/05/2002) - "A cobrança de anuidades, conforme os valores exigidos sob a custodia da legislação de regência não revela ilegalidade." (REsp nº 93200/RN, Rel. Min. Milton Luiz Pereira, DJ de 02/06/1997) 3. Recurso especial não provido.
(REsp 652.554/RS, Rel. Ministro José Delgado, Primeira Turma, julgado em 28.09.2004, DJ de 16.11.2004, p. 209)
No tocante ao segundo requisito, entretanto, tenho que, na hipótese dos autos, existe o perigo da demora reverso, uma vez que a suspensão do pagamento das anuidades comprometerá o funcionamento do Conselho Profissional.
Assim, CONCEDO, EM PARTE, O EFEITO SUSPENSIVO para determinar que o impetrado se abstenha apenas de exigir a diferença da majoração da anuidade de 2006, prevista na Resolução impugnada.
Dê-se ciência ao ilustre prolator da decisão agravada.
Intime-se o agravado para os fins do art. 527, V, do CPC. Após o transcurso do prazo, com ou sem a apresentação de contraminuta, dê-se vista à Procuradoria Regional da República.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília-DF, 29 de março de 2007.

JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.030639-9/AM
Processo na Origem: 200232000013970

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
AGRAVANTE	:	AMAZONAV AMAZONAS NAVEGACAO LTDA
ADVOGADO	:	CID DA VEIGA SOARES JUNIOR
AGRAVADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	TERESA CRISTINA DE MELO COSTA OLIVEIRA

DECISÃO
Insurge-se a agravante contra decisão que rejeitou exceção de pré-executividade por ela oposta.
Alega a nulidade da CDA que instrui a execução, em razão da ausência dos elementos previstos no art. 2º da Lei 6.830/80, "tais como: (1) a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato (inciso II) e (2) origem e natureza do crédito (inciso III)" - fl. 06.
Afirma que, ao contrário do entendimento posto na decisão agravada, o fato de constar do referido título expressões como "Contribuição dos segurados" não revela o que originou a cobrança da referida contribuição, que é o que a norma legal exige, bem assim que não basta constar do título os índices que foram utilizados para a correção do valor originário, devendo estar nele indicado "o cálculo claro e evidente sobre o montante do débito (principal e acessórios), discriminando inclusive o período de aplicação" (fl. 11).
Assim, requer a atribuição de efeito suspensivo ao agravo, para sustar a tramitação do feito executivo.

ISSO POSTO, DECIDO.
É sabido que a jurisprudência vem admitindo a exceção de pré-executividade quanto às questões de ordem pública (condições da ação, pressupostos processuais, prescrição, etc) e outras relativas a pressupostos específicos da execução, que possam ser identificadas de plano.
Os requisitos da Certidão Dívida Ativa estão elencados nos §§ 5º e 6º do art. 2º da Lei de Execução Fiscal (LEF), que assim estatuem:
§ 5º - O Termo de Inscrição de Dívida Ativa deverá conter:
I - o nome do devedor, dos co-responsáveis e, sempre que conhecido, o domicílio ou residência de um e de outros;
II - o valor originário da dívida, bem como o termo inicial e a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato;
III - a origem, a natureza e o fundamento legal ou contratual da dívida;
IV - a indicação, se for o caso, de estar a dívida sujeita à atualização monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para o cálculo;
V - a data e o número da inscrição, no Registro de Dívida Ativa; e
VI - o número do processo administrativo ou do auto de infração, se neles estiver apurado o valor da dívida.
§ 6º - A Certidão de Dívida Ativa conterá os mesmos elementos do Termo de Inscrição e será autenticada pela autoridade competente.
Já o art. 202 do CTN estabelece:
Art. 202. O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:
I - o nome do devedor e, sendo caso, o dos co-responsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outros;
II - a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos;
III - a origem e natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado;
IV - a data em que foi inscrita;
V - sendo caso, o número do processo administrativo de que se originar o crédito.
Parágrafo único. A certidão conterá, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e da folha da inscrição.
No caso dos autos, verifica-se que os citados requisitos estão claramente demonstrados, como se vê da CDA juntada, por cópia, às fls. 21/25, na qual constam todos os tributos cobrados e respectivos embasamentos legais ("CONTRIBUIÇÃO DA EMPRESA SOBRE A REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS; CONTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS PARA FINANCIAMENTO DOS BENEFÍCIOS EM RAZÃO DA INCAPACIDADE LABORATIVA; TERCEIROS - SALÁRIO EDUCAÇÃO; TERCEIROS - INCRA; TERCEIROS - DPC"), bem assim, a forma como calculados os juros de mora, multa e demais encargos, como bem explicitou a decisão agravada (cf. fls. 83/85).
Daí por que DENEGO O EFEITO SUSPENSIVO pleiteado.
Intime-se o agravado para oferecer contraminuta.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília-DF, 30 de março de 2007.

JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.030640-9/AM
Processo na Origem: 200232000027982

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
AGRAVANTE	:	AMAZONAV AMAZONAS NAVEGACAO LTDA
ADVOGADO	:	CID DA VEIGA SOARES JUNIOR
AGRAVADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	TERESA CRISTINA DE MELO COSTA OLIVEIRA

DECISÃO
Insurge-se a agravante contra decisão que rejeitou exceção de pré-executividade por ela oposta.
Alega a nulidade da CDA que instrui a execução, em razão da ausência dos elementos previstos no art. 2º da Lei 6.830/80, "tais como: (1) a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato (inciso II) e (2) origem e natureza do crédito (inciso III)" - fl. 06.
Afirma que, ao contrário do entendimento posto na decisão agravada, o fato de constar do referido título expressões como "Contribuição dos segurados" não revela o que originou a cobrança da referida contribuição, que é o que a norma legal exige, bem assim que não basta constar do título os índices que foram utilizados para a correção do valor originário, devendo estar nele indicado "o cálculo claro e evidente sobre o montante do débito (principal e acessórios), discriminando inclusive o período de aplicação" (fl. 11).
Assim, requer a atribuição de efeito suspensivo ao agravo, para sustar a tramitação do feito executivo.

ISSO POSTO, DECIDO.
É sabido que a jurisprudência vem admitindo a exceção de pré-executividade quanto às questões de ordem pública (condições da ação, pressupostos processuais, prescrição, etc) e outras relativas a pressupostos específicos da execução, que possam ser identificadas de plano.
Os requisitos da Certidão Dívida Ativa estão elencados nos §§ 5º e 6º do art. 2º da Lei de Execução Fiscal (LEF), que assim estatuem:
§ 5º - O Termo de Inscrição de Dívida Ativa deverá conter:
I - o nome do devedor, dos co-responsáveis e, sempre que conhecido, o domicílio ou residência de um e de outros;
II - o valor originário da dívida, bem como o termo inicial e a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato;
III - a origem, a natureza e o fundamento legal ou contratual da dívida;
IV - a indicação, se for o caso, de estar a dívida sujeita à atualização monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para o cálculo;
V - a data e o número da inscrição, no Registro de Dívida Ativa; e
VI - o número do processo administrativo ou do auto de infração, se neles estiver apurado o valor da dívida.
§ 6º - A Certidão de Dívida Ativa conterá os mesmos elementos do Termo de Inscrição e será autenticada pela autoridade competente.
Já o art. 202 do CTN estabelece:
Art. 202. O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:
I - o nome do devedor e, sendo caso, o dos co-responsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outros;
II - a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos;
III - a origem e natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado;
IV - a data em que foi inscrita;
V - sendo caso, o número do processo administrativo de que se originar o crédito.
Parágrafo único. A certidão conterá, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e da folha da inscrição.
No caso dos autos, verifica-se que os citados requisitos estão claramente demonstrados, como se vê da CDA juntada, por cópia, às fls. 21/30, na qual constam todos os tributos cobrados e respectivos embasamentos legais ("CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS - EMPREGADOS, TRABALHADORES TEMPORÁRIOS E AVULSOS; CONTRIBUIÇÃO DA EMPRESA SOBRE A REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS; CONTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS PARA FI-

NANCIAMENTO DOS BENEFÍCIOS EM RAZÃO DA INCAPACIDADE LABORATIVA; TERCEIROS - SALÁRIO EDUCAÇÃO; TERCEIROS - INCRA; TERCEIROS - DPC"), bem assim, a forma como calculados os juros de mora, multa e demais encargos, como bem explicitou a decisão agravada (cf. fls. 99/101).
Daí por que DENEGO O EFEITO SUSPENSIVO pleiteado.
Intime-se o agravado para oferecer contraminuta.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília-DF, 30 de março de 2007.

JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

AGRAVO DE INSTRUMENTO n. 2006.01.00.030804-6/MG
Processo na Origem: 313051684790

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
AGRAVANTE	:	CONSTRUCOES E MONTAGENS IPATINGA LTDA
ADVOGADO	:	PALOVA AMISSES PARREIRAS
AGRAVADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

DECISÃO
Insurge-se a agravante contra decisão que, acolhendo a recusa do exeqüente, indeferiu a nomeação de bens à penhora efetuada pelo executado, por considerar que os títulos públicos apresentados (Obrigações ao Portador de Títulos da ELETROBRÁS) são de difícil alienação.
Sustenta a liquidez dos títulos da ELETROBRÁS e que os mesmos prestam-se para garantir a execução fiscal, já que o art. 585, I, do Código de Processo Civil inclui as debêntures, entre os títulos executivos extrajudiciais, bem assim que os arts. 655, III e X, do CPC e 11 da Lei 6.830/80, amparam a sua pretensão de que sejam aceitos os referidos bens que foram nomeados à penhora.
Afirma que "não pretende que o INSS aceite o título, não tendo nem mesmo oferecido" (fl. 06), uma vez que teria nomeado à penhora direitos creditórios originados das debêntures da ELETROBRÁS e consubstanciados na Ação de Cobrança em tramitação na Comarca de Belo Horizonte/MG.
Por fim, requer a antecipação da pretensão recursal.
ISSO POSTO, DECIDO.
Conforme consta à fls. 108/115, uma das razões pelas quais o Instituto Nacional do Seguro Social recusou o bem oferecido foi a de não ter o título cotação em bolsa de valores, conforme exigência do art. 11 da Lei n. 6.830/80, alegação essa que a agravante não procurou infirmar, restringindo-se a defender a sua liquidez, quando é pacífico o entendimento jurisprudencial de que obrigações ao portador sem cotação em bolsa não se prestam para garantir a execução. Senão, vejamos:
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO RECORRIDO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA. TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA.AUSÊNCIA DE COTAÇÃO EM BOLSA. POSSIBILIDADE DE RECUSA.
1. "Os títulos da dívida pública de difícil liquidação e que não tenham cotação em bolsa de valores não servem à garantia de pagamento de dívida fiscal, tampouco à compensação tributária" (REsp 373.979/PE, 2ª Turma, Rel. Min. Castro Meira, DJ de 6.9.2004; REsp 691.282/PR, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 7.11.2005).
2. Resolvida integralmente a lide, a oposição de embargos declaratórios com intuito de rediscutir questão já solucionada impõe sejam rejeitados, sem que isso importe violação do art. 535 do CPC pelo e. Tribunal a quo.
3. Agravo regimental a que se nega provimento.
(AgRg no Ag 704.732/SC, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06.12.2005, DJ 01.02.2006 p. 453)

"TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. DEBÊNTURES DA ELETROBRÁS. RECUSA.
(...)
2. Debêntures são valores mobiliários emitidos pelas S/A representativos de empréstimo que uma companhia faz junto a terceiros e que assegura a seus detentores direito contra a emissora, direito esse fixado na escritura da emissão. Considerando que o seu valor de mercado decorre de livre negociação, não há falar-se em 'plena liquidez', típica dos títulos cotáveis em bolsa. Dessa forma, ausente o requisito de 'caução idônea' na obrigação ao portador apresentada, não restando atendido o requisito expressamente exigido pelo disposto no art. 11, II, da Lei 6.830/80.
3. O valor de mercado das debêntures decorre da livre negociação entre comprador/vencedor, como simples decorrência das leis de oferta e procura, sendo desinfluente o valor de face que ostentam, por isso que não se coaduna com a expressão econômica 'facilmente aferível' ou 'plena liquidez', típicas dos títulos cotáveis em bolsa.
4. Recurso especial improvido."
(REsp 608223/RS, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJ de 25.10.2004, p. 237).

"RECURSO ESPECIAL - ALÍNEAS 'A' E 'C' - AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - PRETENDIDA SUSPENSÃO DA INSCRIÇÃO NO CADIN - TÍTULOS OFERTADOS PELO CONTRIBUINTE DESTITUÍDOS DE VALOR NO MERCADO - ALEGADA OFENSA AO DISPOSTO NO ARTIGO 7º DA LEI N. 10.522/02 - MATÉRIA DE PROVA - SÚMULA 07/STJ.
(...)
No caso vertente, a egrégia Corte de origem, a quem ainda compete proceder ao exame dos elementos fático-probatórios constantes dos autos, concluiu, na mesma linha da decisão monocrática, que 'o bem oferecido em caução (debênture da Eletrobrás) não configura garantia idônea e suficiente ao Juízo, uma vez que essa Turma tem entendimento de que os Títulos da Dívida Pública, por não possuírem cotação em bolsa, não podem ser aceitos para fins de garantia' (fl. 334).
(...)
Recurso especial não-conhecido."
(REsp 615504/RS, Rel. Ministro Franciulli Netto, Segunda Turma, DJ de 18.10.2004, p. 245).

Esta Corte, assim como a 2ª Turma do STJ, já firmaram o entendimento no sentido de que é legítima a recusa pelo exeqüente dos títulos da ELETROBRÁS, uma vez que não têm cotação em bolsa de valores e, ainda, são de difícil alienação, conforme se verifica dos julgados a seguir:

EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA. DEBÊNTURES DA ELETROBRÁS.
1. É absolutamente razoável a recusa do credor quanto à garantia que não expressa efetivamente o valor da execução ou que seja de difícil alienação, conforme disposto no art. 15 da Lei das Execuções Fiscais. Precedentes da Corte.
2. Recurso especial improvido.
(REsp 897853/RS, Ministro CASTRO MEIRA, 2ª Turma, DJ de 01.03.2007, p. 260).

AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. GARANTIA DO JUÍZO. OBRIGAÇÕES AO PORTADOR EMITIDAS PELA ELETROBRÁS. IMPOSSIBILIDADE.
1. A jurisprudência desta Corte orienta-se no sentido de que as obrigações ao portador emitidas pela Eletrobrás não possuem idoneidade para garantir o débito exeqüendo, eis que ausentes a liquidez e a certeza do título.
2. Agravo regimental improvido.
(AGA 2006.01.00.018664-8/DF, Rel. Desembargador Federal LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA, 8ª Turma do TRF - 1ª Região, DJ de 23.02.2007, p. 127)
Por outro lado, ainda que se considerasse que o agravante tenha, de fato, nomeado à penhora o direito creditório originado dos títulos da ELETROBRÁS, consubstanciado em ação de cobrança em tramitação na Comarca de Belo Horizonte, é de ver-se que o citado crédito não se aperfeiçoou, uma vez que a mencionada ação não chegou ao final, mesmo porque, tal fato só vem corroborar o entendimento explicitado acima, no sentido de que ditos documentos, além de não terem cotação em bolsa de valores, não possuem a liquidez e certeza para garantir a execução do crédito tributário.
Daí por que DENEGO A ANTECIPAÇÃO DA PRETENSÃO RECURSAL pleiteada.
Intime-se a agravada para os fins do art. 527, V, do CPC.
Publique-se. Intimem-se
Brasília-DF, 28 de março de 2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.031183-2/MG
Processo na Origem: 572030013500

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.)
AGRAVANTE	:	MARCELINO BRUNO PEREIRA - ME
ADVOGADO	:	MOACYR FERREIRA FILHO E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO

DECISÃO
Insurge-se a agravante contra decisão que, ao fundamento de que era possível reconhecer a prescrição alegada, rejeitou exceção de pré-executividade oposta.
Alega que o crédito exigido na CDA refere-se a Imposto de Renda Pessoa Jurídica sobre o Lucro Presumido, no ano base de 1997, ano exercício de 1998, com vencimentos em 30.05.1997, 30.06.1997 e 30.07.1997. Afirma que a inscrição em dívida ativa ocorreu em 27.09.2002, o despacho de citação foi proferido em 25.04.2003, mas a citação válida só ocorreu em 03.03.2006. Sustenta que, após o vencimento da dívida, iniciou-se o prazo prescricional para a Fazenda, sem que tenha ocorrido qualquer hipótese de interrupção da prescrição, razão pela qual houve a extinção do pleito executivo. Requer a atribuição de efeito suspensivo.
ISSO POSTO, DECIDO.
Não vislumbro relevância jurídica à pretensão do agravante. A jurisprudência admite a exceção de pré-executividade quanto às questões de ordem pública (condições da ação, pressupostos processuais, prescrição, etc) e outras relativas a pressupostos específicos da execução, que possam ser identificadas de plano.
Verifica-se da análise da CDA (fls. 26/27), que a forma de constituição do crédito deu-se por meio de declaração e que, determinada a citação do executado em 25.04.2003 (fl. 28), este não foi encontrado no endereço da cidade de Santa Bárbara-MG, conforme mandado juntado em 16.04.2004 (fl. 32-v).
Conquanto a citação por edital tenha ocorrido em 27.10.2004 (fl. 37), 01.02.2005 (fl. 41) e 17.02.2005 (fls. 45/46), conforme certidões respectivas, a qual interrompe a contagem do prazo prescricional, não há nos autos elementos suficientes para se apurar a data da constituição definitiva do crédito, ônus que competiria ao excipiente, ora agravante, a fim de verificar o marco inicial da contagem do prazo.
Assim, e tendo em vista que o acolhimento de exceção de pré-executividade, por implicar na extinção da execução, não deve se dar por meio de decisão monocrática que, em tese, pode não vir a ser confirmada pelo Colegiado, tenho por prudente manter a decisão agravada até ulterior apreciação da matéria pela Turma.
Daí por que DENEGO O PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO.
Intime-se a agravada para a apresentação de contraminuta.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília-DF, 03 de abril de 2007.

JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.031265-6/MA
Processo na Origem: 29424

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
AGRAVANTE	:	JOSE WAGNER RABELO MESQUITA
ADVOGADO	:	GLAUCE RIBEIRO DA SILVA
AGRAVADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	ANTONIA FRANCISCA SOARES BARROSO MAIA

DESPACHO
Não tendo havido requerimento de atribuição de efeito suspensivo ao presente agravo, nos termos do art. 527, III, na redação dada pela Lei n. 10.352/01, c/c o art. 558, ambos do CPC, intime-se o agravado para os fins do art. 527, V, do mesmo Código (Lei n. 10.352/01).
Publique-se. Intime-se.
Brasília-DF, 30 de março de 2007.

JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.031757-0/DF
Processo na Origem: 200434000235568

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
AGRAVANTE	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI
ADVOGADOS	:	DRS. SÉRGIO EDUARDO DOS SANTOS PYRRHO E OUTROS

D E S P A C H O
À União Federal (Fazenda Nacional). (Fls. 164/165.) Brasília, 03 de março de 2007.

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.031804-7/PA
Processo na Origem: 200639000060300

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
AGRAVANTE	:	B B DE SA MADEIRAS
ADVOGADO	:	NESTOR FERREIRA FILHO E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA

DECISÃO
Insurge-se a agravante contra decisão que, em ação anulatória de multa, indeferiu antecipação de tutela, que tem por objeto a suspensão da cobrança da multa aplicada pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Renováveis - IBAMA, por transportar madeira com autorização inválida.
Sustenta a agravante que o auto de infração é nulo por ter sido lavrado por agente que considera incompetente para fiscalizar, por se tratar de analista ambiental a quem, na forma do art. 4° da Lei n. 10.410/2002, compete planejar e não fiscalizar. Requer, assim, a antecipação da pretensão recursal.
ISSO POSTO, DECIDO.
Não vislumbro relevância jurídica na pretensão da agravante. Com efeito, nos termos do que dispõe o art. 273 do CPC, a antecipação de tutela, por adiantar o provimento de mérito, exige, além da verossimilhança da alegação do autor e do fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, ou da caracterização de abuso do direito de defesa, a prova inequívoca do direito alegado.
Verifica-se, da análise dos autos, que a autuação decorreu de apuração, pelo IBAMA, de recebimento de madeira para fins comerciais com ATPF inválida (auto de infração de fl. 52). A fiscalização foi efetuada por servidor do IBAMA, investido no cargo de Analista Ambiental, e, portanto, no pleno exercício do poder de polícia.
O art. 4º da Lei n. 10.410/02 assim dispõe:

Art. 4º São atribuições dos ocupantes do cargo de Analista Ambiental o planejamento ambiental, organizacional e estratégico afetos à execução das políticas nacionais de meio ambiente formuladas no âmbito da União, em especial as que se relacionem com as seguintes atividades:
I - regulação, controle, fiscalização, licenciamento e auditoria ambiental; (grifei)
Assim, não há que se falar, conforme ressaltado na decisão agravada, em incompetência funcional de servidor legitimamente investido na função de Analista Ambiental.
Ademais, a presunção de legitimidade milita em favor da Administração.
Daí porque, DENEGO A ANTECIPAÇÃO DA PRETENSÃO RECURSAL.
Após o transcurso do prazo, com ou sem a apresentação de contraminuta, dê-se vista à Procuradoria Regional da República.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília-DF, 02 de abril de 2007.

JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.032427-7/BA
Processo na Origem: 200633060015128

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
AGRAVANTE	:	MARIA DO SOCORRO ALVES DA SILVA
ADVOGADO	:	JOSE LUIZ OLIVEIRA NETO
AGRAVADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO

DECISÃO
Insurge-se a agravante contra decisão que rejeitou exceção de pré-executividade por ela oposta.
Requer, de início, a concessão do benefício da justiça gratuita, ao fundamento de que "esta atravessando uma situação financeira muito difícil, enfrentando vários protestos e ações judiciais, não podendo suportar com estas despesas processuais" (fl. 03). Sustenta que referido benefício pode ser deferido às microempresas.
Por fim, pugna pela atribuição de efeito suspensivo ao agravo, para sustar a tramitação da execução fiscal, ao fundamento de que a decisão agravada indeferiu prova tempestivamente requerida, cerceando do seu direito de defesa.
ISSO POSTO, DECIDO.
Indefiro o pedido de justiça gratuita, com base em entendimento jurisprudencial segundo o qual a concessão desse benefício a pessoas jurídicas que tenham fins lucrativos exige a comprovação da sua impossibilidade financeira em arcar com as custas do processo (v. AGTAG 2006.01.00.034392-8/DF, Rel. Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral, Sétima Turma, DJ de 22.12.2006, p.72), o que não restou demonstrado no agravo.
De outro lado, verifica-se, da análise dos autos, que a agravante se insurge contra decisão que "indeferiu as provas tempestivamente requerida" (fl. 05, grifei), enquanto a decisão proferida pelo MM. Juiz da Subseção Judiciária de Paulo Afonso-BA rejeitou, liminarmente, a exceção de pré-executividade oposta à Execução Fiscal n. 2006.33.06.001512-8 ajuizada pela Fazenda Nacional para cobrança de débito referente ao SIMPLES.
Daí por que, com fundamento no art. 557, *caput*, do CPC, c/c o inciso XXV do art. 30 do Regimento Interno desta Corte, NEGO SEGUIMENTO AO PRESENTE AGRAVO, uma vez que descabe conhecer de recurso cujas razões não atacam os fundamentos da decisão agravada.
A agravante deverá efetuar o preparo do agravo em 5 (cinco) dias, tendo em vista o indeferimento do pedido de justiça gratuita.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília-DF, 30 de março de 2007.

JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.032993-0/MG
Processo na Origem: 372020013341

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
AGRAVANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	CICERO MATEUS FILHO E OUTRO(A)
ADVOGADO	:	DENIO DUTRA BARBOSA
AGRAVADO	:	CICERO MATEUS BORGES COMERCIO E TRANSPORTE LTDA

DECISÃO
Insurge-se a agravante contra decisão que acolheu exceção de pré-executividade oposta à execução fiscal, para declarar a prescrição da ação executiva em relação ao sócios da empresa executada - CÍCERO MATEUS FILHO e MARGARIDA SILVANA BORGES.
Alega a Fazenda Nacional que busca receber o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica referente ao ano de 1993, por isso propôs ação executiva que se encontra em regular processamento, pois a empresa executada foi citada em 18.09.98, o sócio REGINALDO MATEUS BORGES em 08.10.99, o síndico da massa falida em 14.11.2003 e, por fim, em 08.09.2004 os ora agravados. Sustenta que, diante dessas datas, não há que falar em prescrição intecorrente.
Afirma que após a citação da executada não podem mais valer as regras prescricionais do crédito tributário.
Por tais razões, requer a antecipação da pretensão recursal.
ISSO POSTO, DECIDO.
Não vislumbro relevância jurídica na pretensão da agravante. Com efeito, a jurisprudência vem admitindo a exceção de pré-executividade quanto às questões de ordem pública (condições da ação, pressupostos processuais, prescrição, etc) e outras relativas a pressupostos específicos da execução, que possam ser identificadas de plano.
No caso, a empresa executada foi citada em setembro de 1998, o sócio Reginaldo Mateus Borges, em 08 de outubro de 1999, a massa falida, representada por seu síndico, compareceu em juízo em 14 de novembro de 2003 e, por fim, os ora agravados foram citados em 08 de setembro de 2004. Conforme se verifica, não houve inércia da Fazenda no processo de execução, o que é característica primordial da prescrição intecorrente. Nesse sentido, confiram-se os acórdãos proferidos nos AGTAG 2005.01.00.069544-3/MG, Rel. Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral, Sétima Turma, DJ de 24/03/2006, p.119 e AG 89.01.25130-2/BA, Rel. Juiz Tourinho Neto, Terceira Turma, DJ de 05/02/1990.
Assim, numa primeira análise, não há que falar em prescrição intercorrente, uma vez que o feito não ficou paralisado por mais de 5 (cinco) anos, podendo, nessa hipótese, o pedido de citação do sócio ser requerido em qualquer fase da execução.
Daí por que CONCEDO A ANTECIPAÇÃO DA PRETENSÃO RECURSAL.
Dê-se ciência ao ilustre prolator da decisão agravada, para as providências com vistas ao seu cumprimento.
Intime-se a agravada para os fins do art. 527, V, do CPC (Lei nº 10.352/01).
Publique-se. Intimem-se.
Brasília-DF, 30 de março de 2007.

JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

AGRAVO DE INSTRUMENTO n. 2006.01.00.033143-3/MA
Processo na Origem: 200637000035858

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
AGRAVANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	MARIA DE FATIMA CARVALHO CUBA
AGRAVADO	:	MUNICIPIO DE COROATA
PROCURADOR	:	BENEVENUTO MARQUES SEREJO NETO E OUTROS(AS)

DECISÃO
Insurge-se o agravante contra decisão proferida em medica cautelar inominada que deferiu a liminar para determinar ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS que forneça ao Município de Coroatá/MA a Certidão Negativa de Débitos e o Certificado de Regularidade Fiscal.
Entendeu o MM. Juiz Federal, prolator da decisão agravada, que a apresentação da GFIP é obrigação acessória e, por isso, não poderia obstar o fornecimento dos citados documentos e que "a constatação de divergência nas declarações do Autor, com valores recolhidos a menor que os delas resultantes, não tem o condão de por si só constituir o crédito tributário, havendo a necessidade da notificação do sujeito passivo para efetuar o pagamento do valor remanescente" (fl. 11).
Sustenta o agravante que basta as declarações do contribuinte, fornecidas por meio da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social para que seja constado o crédito em seu favor, a teor dos arts. 32, IV e 37, § 7º, da Lei 8.212/91 e 225, IV e § 1º, do Decreto 3.048/99, sendo, portanto, desnecessária a notificação do devedor para que ele se verifique.
Afirma que, no caso dos autos, "foi comprovado a situação irregular da Agravada perante a Previdência Social, fruto de divergência entre o lançamento feito pela própria e o montante recolhido" (fl. 04).
Requer, por fim, a atribuição de efeito suspensivo ao presente recurso.
ISSO POSTO, DECIDO.
Confiro relevância jurídica à pretensão da agravante. Com efeito, a concessão de liminar em medida cautelar exige a presença concomitante de seus requisitos, quais sejam, o perigo na demora e a plausibilidade das alegações.
In casu, o primeiro requisito se mostra presente na cautelar que deu origem ao presente recurso, tendo em vista que a Certidão Negativa de débitos é documento indispensável para que o Município tenha direito à liberação dos recursos financeiras provenientes da União e do Estado a que se encontra jurisdicionado.
O mesmo ocorre em relação ao segundo requisito, pois, em que pese o disposto no art. 206 do CTN, não é razoável que, em face da situação especial das entidades públicas, que podem embargar a execução e, assim, suspender a exigibilidade do débito já inscrito em Dívida Ativa, independentemente do oferecimento de garantia, e, com isso, obter certidão positiva de débito com efeito de negativa, fiquem impedidas de obter a mesma certidão, ou, até mesmo, a certidão negativa de débitos, quando houver apenas falta de apresentação da GFIP relativa aos meses 07/2005 a 12/2005, conforme explicitado na decisão agravada, à fl. 10, sobretudo quando, como no caso dos autos, não consta a existência de débito exigível apurado contra o agravante, mediante a regular constituição definitiva de crédito tributário. Nesse sentido, confiram-se precedentes nos seguintes feitos: TRF 1ª Região, AGTAG 2005.01.00.060285-4/BA, Rel. Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral, 7ª Turma, DJ de 07/04/2006, p.109, e STJ, AgRg no REsp 736.730/SC, 1ª Turma, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, un., DJ 17.10.2005, p. 207.
Daí por que DENEGO O EFEITO SUSPENSIVO pleiteado.
Intime-se a agravada para os fins do art. 527, V, do CPC (Lei n. 10.352/01).
Publique-se. Intime-se.
Brasília-DF, 29 de março de 2007.

JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.033150-5/MG
Processo na Origem: 200638090030997

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
AGRAVANTE	:	RODRIGUES E RODRIGUES SUPERMECADOS LTDA
ADVOGADO	:	FRANCISCO XAVIER AMARAL E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO

DECISÃO
Verifica-se que já foi proferida sentença na ação principal, à qual diz respeito este agravo, conforme movimentação processual em anexo.
Assim, com fundamento no art. 557, *caput*, do CPC, c/c o inciso XXV do art. 30 do Regimento Interno deste Tribunal, NEGO SEGUIMENTO AO PRESENTE AGRAVO, pela perda de seu objeto.
Publique-se. Intimem-se. No momento oportuno, dê-se baixa e remetam-se os autos à Vara de origem, nos termos da Resolução n. 600-12, de 13/09/04, deste TRF.
Brasília-DF, 02 de abril de 2007.

JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.033527-0/MG
Processo na Origem: 200638000234445

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
AGRAVANTE	:	ASSOCIACAO DOS FABRICANTES DE REFRIGERANTES DE MINAS GERAIS - AFREMINAS
ADVOGADO	:	ROSSINI DE FARIA LIMA
AGRAVADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO

DECISÃO
Insurge-se a associação agravante contra decisão que, em mandado de segurança, indeferiu liminar que visava isentar seus membros da exigência de instalação do Sistema de Medição de Vazão - SMV.
Afirma que a MP n. 2.158-35/2001, regulamentada pela Instrução Normativa n. 587/2005 da Secretaria da Receita Federal, impôs aos estabelecimentos industriais dos produtos classificados nas posições 2202 e 2203 a instalação de equipamentos medidores de vazão e condutivímetros, além de aparelhos para o controle, registro e gravação dos quantitativos medidos.
Esclarece que esse dispositivo tem por fim monitorar a produção de bebidas nos estabelecimentos industriais, cujas informações coletadas são enviadas automaticamente à Secretaria da Receita Federal, por meio eletrônico.
Sustenta que sofrerá prejuízos financeiros, uma vez que a própria empresa deverá arcar com os elevados custos de instalação e manutenção do sistema.
Alega que a exigência fiscal é ilegal, pois viola o princípio da isonomia, da capacidade contributiva, da proporcionalidade e da livre iniciativa, além de restringir o direito de propriedade e a sua função social, tratando-se, portanto, de confisco.
Requer a antecipação da pretensão recursal, entendendo que há *periculum in mora* e *fumus boni iuris*, o primeiro, diante dos prejuízos decorrentes da nova tributação; o segundo, em razão dos fundamentos jurídicos apresentados, concluindo haver direito líquido e certo para a abstenção dessa nova imposição fiscal.

ISSO POSTO, DECIDO.

A concessão de liminar em mandado de segurança exige a presença de requisitos específicos, quais sejam: a relevância do fundamento e o perigo da demora.

Ainda que se entenda pela existência do segundo requisito, não vislumbro a relevância jurídica na pretensão do agravante, uma vez que a exigência de instalação do sistema de medição de vazão em empresas fabricantes de refrigerantes possui supedâneo na MP n. 2.158-35/01.

Trata-se de obrigação tributária acessória, com a finalidade de evitar a sonegação fiscal, contendo motivação razoável, eis que visa o interesse público.

Destarte, não se compraz com o disposto no art. 273 do CPC a pretensão de afastar a incidência de disposições legais, que gozam da presunção *juris tantum* de constitucionalidade, por meio de antecipação de tutela, à qual considero que se pode estender o quanto decidiu, no STF, a respeito da concessão de liminar com esse mesmo objetivo, o Ministro CARLOS VELLOSO, na SS n. 1.853/DF, DJ 04/10/2000, quando assentou: "*reconhecer, em sede de liminar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, para o fim de deferir a medida, representa, de regra, precipitação, dado que a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, nos Tribunais, somente pode ser declarada pelo voto da maioria absoluta dos membros da Corte. Essa declaração, para o fim de ser concedida a liminar, não deve ocorrer, em decisão monocrática, até por medida de prudência. No caso, ocorre, ademais, que a liminar esgota o julgamento da causa, porque, na prática, é satisfativa. Se, amanhã, os Tribunais Superiores derem pela constitucionalidade do ato normativo, terá ocorrido, com a concessão da liminar, grave atentado à ordem pública, em termos de ordem jurídico-constitucional*".

Daí por que DENEGO A ANTECIPAÇÃO DA PRETENSÃO RECURSAL pleiteada.

Intime-se a agravada para os fins do art. 527, V, do CPC. Após o transcurso do prazo, com ou sem a apresentação de contraminuta, dê-se vista à Procuradoria Regional da República.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 29 de março de 2007.

JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.033712-2/MG
Processo na Origem: 200638070044658

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
AGRAVANTE	:	YASMINA AGROPASTORIL S/A
ADVOGADO	:	ALEXANDRE PIMENTA DA ROCHA DE CARVALHO
AGRAVADO	:	COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS - CVM

DECISÃO

Insurge-se a agravante contra decisão que indeferiu antecipação de tutela, que visava determinar à Comissão de Valores Mobiliários - CVM que deixasse de exigir a Taxa de Fiscalização do Mercado de Valores Mobiliários, com a conseqüente suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

Sustenta que recebia recursos do Fundo de Investimento do Nordeste - FINOR, razão pela qual sujeitava-se à cobrança da referida taxa, a teor do art. 3º da Lei n. 7.940/89. Entretanto, alega que as ações preferenciais nominativas, em poder desse fundo, foram adquiridas por um dos seus controladores, não mais se sujeitando à fiscalização da agravada.

Afirma que se enquadra nas exigências do art. 31, §1º, da Lei n. 10.522/02, para a não-cobrança da taxa, pois seu patrimônio líquido é inferior a R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais); não é companhia aberta, logo, não precisa ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente, registrado na CVM, a teor do art. 177, §3º, da Lei n. 6.404/76; e nunca esteve obrigada a referido registro, com base na Instrução n. 265/97, art. 2º, §3º, da CVM.

Aduz, à fl. 15, a existência de "prova inequívoca que convence da verossimilhança da alegação (ilegalidade e inconstitucionalidade da exigência da Taxa de Fiscalização do Mercado de Valores Mobiliários para a Agravante)".

Assim, requer a antecipação da pretensão recursal, asseverando a presença de seus requisitos.

ISSO POSTO, DECIDO.

Nos termos do que dispõe o art. 273 do CPC, a antecipação de tutela, por adiantar o provimento de mérito, exige, além da verossimilhança da alegação do autor e do fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, ou da caracterização de abuso do direito de defesa, a prova inequívoca do direito alegado.

A agravante sustentou a desnecessidade de que suas demonstrações financeiras fossem auditadas por auditor independente, por não se tratar de companhia aberta, em razão do disposto no art. 177, §3º, da Lei n. 6.404/76, que assim dispõe:

"Art. 177. A escrituração da companhia será mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos da legislação comercial e desta Lei e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos, devendo observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo e registrar as mutações patrimoniais segundo o regime de competência.

(...)

§ 3º As demonstrações financeiras das companhias abertas observarão, ainda, as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, e serão obrigatoriamente auditadas por auditores independentes registrados na mesma comissão."

Entretanto, referido dispositivo não exclui a previsão constante do art. 31, §1º, da Lei n. 10.522/02:

"Art. 31. Ficam dispensados a constituição de créditos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, a inscrição na sua Dívida Ativa e o ajuizamento da respectiva execução fiscal, bem assim cancelados o lançamento e a inscrição relativamente:

I - à taxa de fiscalização e seus acréscimos, de que trata a, devida a partir de 1º de janeiro de 1990 àquela autarquia, pelas companhias fechadas beneficiárias de incentivos fiscais;

II - às multas cominatórias que tiverem sido aplicadas a essas companhias nos termos da Instrução CVM n. 92, de 8 de dezembro de 1988.

§ 1º O disposto neste artigo somente se aplica àquelas companhias que tenham patrimônio líquido igual ou inferior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), conforme demonstrações financeiras do último exercício social, devidamente auditadas por auditor independente registrado na CVM e procedam ao cancelamento do seu registro na CVM, mediante oferta pública de aquisição da totalidade desses títulos, nos termos do art. 20 e seguintes da Instrução CVM n. 265, de 18 de julho de 1997, caso tenham ações disseminadas no mercado, em 31 de outubro de 1997" (grifos nossos).

Assim, não vejo demonstrados, nestes autos, os requisitos do art. 273 do CPC, em especial a verossimilhança e a prova inequívoca do direito alegado, razão pela qual DENEGO A ANTECIPAÇÃO DA TUTELA RECURSAL pleiteada.

Intime-se a agravada para os fins do art. 527, V, do CPC (Lei n. 10.352/01).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 29 de março de 2007.

JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.034953-1/MG
Processo na Origem: 200638120045526

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.)
AGRAVANTE	:	CARLOS ANTONIO ROCHA
ADVOGADO	:	JOSE LUIZ CORREA DA SILVA E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO

DECISÃO

Insurge-se o agravante, na qualidade de sócio-gerente, contra decisão que rejeitou a exceção de pré-executividade, por não reconhecer, na hipótese, a ocorrência da prescrição intercorrente.

Alega que entre a citação da empresa, ocorrida em 26.05.1995 e a citação do sócio em 11.08.2004 já havia passado 9 (nove) anos e 3 (três) meses, o que demonstra a ausência de interesse do Fisco em dar andamento ao feito. Sustenta que há de ser decretada a prescrição, já que houve a paralisação da execução por mais de cinco anos. Requer a atribuição de efeito suspensivo.

ISSO POSTO, DECIDO.

A jurisprudência admite a exceção de pré-executividade quanto às questões de ordem pública (condições da ação, pressupostos processuais, prescrição, etc) e outras relativas a pressupostos específicos da execução, que possam ser identificadas de plano.

Verifica-se dos autos que, ajuizada a execução fiscal pela Fazenda (fls. 12/15), a empresa executada foi citada, em 26.05.1995, na pessoa de seu representante legal, ora agravante, o qual declarou não possuir bens passíveis de penhora (fl. 16-v).

Em 31.07.1997, a exeqüente requereu a inclusão do devedor solidário do pólo passivo da lide (fl. 17), mas seu pedido só foi apreciado pelo juízo em 29.06.2004 (fl. 24), com a citação do co-devedor somente em 11.08.2004 (fl. 25-v).

Ora, as Súmulas 78 do extinto TFR e 106 do STJ, estão dispostas no sentido de que se a ação foi proposta no prazo fixado para o seu exercício, a demora na citação, por motivos inerentes ao mecanismo da Justiça, não justifica o acolhimento da argüição de prescrição.

Efetivamente, esta é a hipótese dos autos. A Fazenda requereu a citação do co-devedor após a frustrada tentativa de localização da empresa, mas ele só foi citado depois de quase sete anos. Todavia, esse atraso não pode ser imputado à exeqüente e, por esta razão, não pode ser reconhecida a prescrição intercorrente.

Daí por que DENEGO O EFEITO SUSPENSIVO pleiteado.

Intime-se o agravado para oferecer contraminuta.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 29 de março de 2007.

JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.035524-0/DF
Processo na Origem: 200634000220236

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
AGRAVANTE	:	AGRO - PECUARIA CFM LTDA
ADVOGADO	:	ALBERTO KAIRALLA BIANCHI E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO

DECISÃO

Insurge-se a agravante contra decisão que, em mandado de segurança preventivo, indeferiu liminar que tinha por objeto a exclusão da composição de saldo negativo lançado pelo INSS junto ao REFIS cerca de 01 ano após seu cumprimento integral (60 meses).

Relata que, cumprido o Programa em junho de 2005, a partir de quando seu saldo passou a constar zerado até 16.03.2006, surpreendeu-se ao ver lançado, em 17.03.2006, o montante de R$63.764,44 (R$39.744,13 - principal e R$24.020,31 - juros), referente a honorários advocatícios de 10% (dez por cento) de alguns processos, cujas dívidas foram incluídas e consolidadas no REFIS no momento oportuno (01.03.2000), pelo próprio INSS.

Alega que o débito questionado não compunha a dívida consolidada, tanto que os Demonstrativos de Débitos referentes a alguns dos processos não discriminam o valor devido a título de honorários advocatícios, razão pela qual "não pode ser penalizada por um fato a que não deu causa, com juros e multa abusivos, ainda mais quando o erro foi provocado pelo próprio INSS, como reconhecido pelo Agravado no item 24 de sua manifestação" (fl. 08).

Ressalta que a inclusão de tais valores quase 1 ano após a quitação do parcelamento traz insegurança jurídica, uma vez que eterniza o pagamento de um programa que tem legislação que fixa prazos e formas específicas para a consolidação dos valores devidos.

Afirma que o fato de o REFIS encontrar-se ativo, por sua condição de suspenso, em razão do processo judicial n. 2002.34.00.000112-7/DF, em fase recursal, no qual se discute a incidência indevida de juros e multa (e agora, também, em razão do mandado de segurança em que proferida a decisão aqui agravada) não autoriza a inclusão, extemporânea, da referida parcela.

Assevera que, numa confrontação criteriosa entre os documentos juntados à inicial do *mandamus* e aqueles colacionados às informações, verifica-se que as telas acessíveis ao contribuinte, única e exclusivamente para consulta, são enxutas e não demonstram a inclusão e exclusão de valores para "acertos operacionais". Assim, requer a antecipação da pretensão recursal.

ISSO POSTO, DECIDO.

A concessão de liminar em mandado de segurança exige a presença de seus requisitos ensejadores, quais sejam, *periculum in mora* e *fumus boni iuris*.

No caso, não vislumbro a presença do segundo deles. Verifica-se, da análise dos autos, que o item 14 da informações do Comitê Gestor assim esclarece os fatos: "*14. O que ocorreu foi que processos do INSS voltaram da dívida ativa daquele Instituto para acertos na fase administrativa (supressão de valores já pagos anteriormente ao REFIS entre outras correções), e tiveram indevidamente suprimidos os encargos de inscrição (honorários) enquanto estavam sendo trabalhados na fase administrativa (pré-Procuradoria INSS)*" (fl. 106).

Ora, a Administração pode rever seus atos, a qualquer tempo, nos termos da Súmula n. 473 do STF.

No caso, houve erro na consolidação do débito pelo INSS, tendo a Administração revisto o ato e corrigido, exigindo o saldo remanescente, com os benefícios do Programa.

Daí por que DENEGO A ANTECIPAÇÃO DA PRETENSÃO RECURSAL.

Intime-se a agravada para os fins do art. 527, V, do CPC. Após o transcurso do prazo, com ou sem a apresentação de contraminuta, dê-se vista à Procuradoria Regional da República.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 02 de abril de 2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.036041-7/MG
Processo na Origem: 200538000381316

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
AGRAVANTE	:	JOSE LUIZ MOREIRA
ADVOGADO	:	EUGENIO GUIMARAES CALAZANS E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL - DNPM
PROCURADOR	:	ERIVAL ANTONIO DIAS FILHO

DECISÃO

Insurge-se o agravante contra decisão que, em execução fiscal, rejeitou exceção de pré-executividade, por entender que a questão acerca da inobservância do critério de gradação na aplicação da penalidade e a irrazoabilidade da multa aplicada constitui matéria de embargos.

Alega que o agravado não observou o disposto nos arts. 63 do Código de Mineração e 99 do Decreto n. 62.934/68, que dispõem acerca das sanções decorrentes de infrações cometidas pelo minerador, posicionando a sanção de advertência em primeiro lugar, e só depois a cominação de multa.
Sustenta, portanto, que a cominação de sanções ao minerador exige a observância de uma gradação, prevista nos supracitados dispositivos legais, não se admitindo a aplicação de multa antes da advertência.
Assim, entende que o título executado não é líquido, certo e exigível, razão pela qual requer a antecipação da pretensão recursal.
ISSO POSTO, DECIDO.
A jurisprudência vem admitindo a exceção de pré-executividade somente quanto às questões de ordem pública (condições da ação, pressupostos processuais, etc) e outras relativas a pressupostos específicos da execução, que possam ser identificadas de plano, o que, ao meu ver, não se verifica no presente caso.
Constata-se que a execução fiscal visa cobrar quantia relativa à Taxa Anual por Hectare, devida ao ora agravado, com base no art. 20, §3º, II, *a*, do Código de Mineração, que prevê a cobrança de multa no caso de não-pagamento da referida taxa.
O agravante alega que o exeqüente não observou a gradação das penalidades previstas na legislação de regência, ao aplicar a multa, mas não juntou aos autos a cópia do processo administrativo, sendo que a presunção de legitimidade milita a favor da Administração.
Desse modo, a apreciação da questão depende de dilação probatória, mostrando-se inviável a exceção de pré-executividade.
Daí por que DENEGO A ANTECIPAÇÃO DA PRETENSÃO RECURSAL pleiteada.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília-DF, 29 de março de 2007.

JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.036825-0/AM
Processo na Origem: 200632000044356

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
AGRAVANTE	:	HONDA COMPONENTES DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	:	RUBIA AUCAR DA MATA HALLAK
AGRAVADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO

DECISÃO
Insurge-se a agravante contra decisão que, em mandado de segurança, em razão das informações prestadas pela autoridade impetrada, SUSPENDEU a liminar anteriormente deferida, restabelecendo a exigibilidade do crédito tributário.
Alega que não procedem os fundamentos da decisão agravada, uma vez que a CSLL foi declarada na DIPJ de 1998 (R$ 11.369.034,05, conforme DARFs apresentados), cujo pagamento se deu em 30.07.99, com isenção de multa e juros de mora, nos termos do art. 17 da Lei n. 9.779/99, que permitia o pagamento até 31.07.99 com referida isenção.
Afirma o cabimento da manifestação de inconformidade, tendo em vista o disposto nos arts. 15 e 16 do Decreto n. 70.235/72, no art. 151, III, do CTN, e no art. 224, anexo V, da Portaria SRF-MF n. 275/05, não havendo que se falar, também, que a manutenção da suspensão da exigibilidade do crédito importaria em grave risco à Administração, seja em razão da inexistência de débito; seja em razão do "procedimento desidioso da Administração" que se quedou inerte por quase cinco anos; seja, ainda, porque "a suposta devedora faz parte do Grupo Honda, estabelecido no Brasil há décadas, recolhendo centenas de milhões de reais por ano, em todo o País" (fl. 27).
Assim, requer a atribuição de efeito suspensivo ao agravo, para restabelecer os efeitos da liminar inicialmente deferida.
ISSO POSTO, DECIDO.
A concessão de liminar em mandado de segurança exige a presença de seus requisitos ensejadores, quais sejam, *periculum in mora* e *fumus boni iuris*.
No caso, não vislumbro a presença do segundo deles, tendo em vista que, conquanto alegue a agravante, na minuta do agravo, a inexistência de auto lançamento em DCTF, relata que "apurou PARA O ANO DE 1998, a CSLL no montante de R$ 11.369.034,05 (...), nele estando incluso, como resultado do ajuste de 1998, o montante de R$ 6.553.918,14 (referido pela Autoridade coatora como valor original do débito)" (fls. 09/10), notícia essa que se coaduna com aquela contida nas informações prestadas pela autoridade impetrada, que afirma: "Tudo começou com o não pagamento na data do vencimento de valor integral do crédito declarado na DIPJ/1999 - ano-calendário 1998 (doc. 29 apresentado pela Impetrante), entregue em 27.10.1999. Observando-se o referido documento, constata-se que a Impetrante declarou haver apurado CSLL no valor de R$ 11.369.034,05, sendo R$ 4.815.115,91 decorrente da estimativa feita pela própria Impetrante dos valores devidos e que deveriam ter sido recolhidos em cada um dos meses do ano-calendário de 1998, e R$ 6.553.918,14 decorrente do ajuste feito por ocasião da entrega da DIPJ/1999, que, para culminar a sucessão de descalabros ocasionados pela Impetrante, foi entregue com atraso, visto que o prazo para apresentação era 31.03.1999, sendo este também o prazo para recolhimento do valor do ajuste." (fl. 409).
De outro lado, o art. 17 da Lei n. 9.779/99 beneficia apenas os contribuintes que tiverem questionado judicialmente a exação cuja exigibilidade tenha sido declarada constitucional pelo STF, o que não ocorreu, no caso.
Assim, e tendo em vista que houve a apresentação de DCTF, o que configura confissão de débito e dispensa a instauração de procedimento administrativo para a sua inscrição (v. REsp 97.115/RS, Rel. Min. Peçanha Martins, Segunda Turma, DJ de 01/06/98, p. 61), DENEGO O EFEITO SUSPENSIVO pleiteado.
Intime-se a agravada para os fins do art. 527, V, do CPC. Após o transcurso do prazo, com ou sem a apresentação de contraminuta, dê-se vista à Procuradoria Regional da República.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília-DF, 02 de abril de 2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.036966-7/BA
Processo na Origem: 200333000177149

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
AGRAVANTE	:	ALTAMIR RIBEIRO LOPES
ADVOGADO	:	DANIEL GOMES BRITO E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO

DECISÃO
Insurge-se o agravante contra decisão que rejeitou exceção de pré-executividade, ao fundamento de que não há como concluir sobre a ocorrência da prescrição.
Alega a existência de prescrição intercorrente, uma vez que decorreu cinco anos da data do auto-lançamento dos créditos tributários - relativos à cobrança de Contribuição sobre o Lucro Real, exercício de 1997/1998 - até sua efetiva citação, por edital, em 27.05.2004.
Sustenta que a interrupção do prazo não pode ser computada com o despacho do juiz que ordenou a citação, pois a LC 118/05 não poderia retroagir para prejudicar o contribuinte.
Assevera que as regras do CTN, referentes à prescrição, em especial o disposto no seu art. 174, prevalecem sobre a Lei de Execução Fiscal, desconsiderando-se, portanto, o art. 8º, §2º, desta lei. Assim, entende que a contagem do prazo se dá a partir da constituição definitiva do crédito tributário, ou seja, a partir do lançamento do tributo, equivalente às datas dos vencimentos dos tributos e às datas das apresentações da declaração (30.01.1998, 27.02.1998 e 31.03.1998).
Ressalta que, tratando-se de tributo sujeito a lançamento por homologação, uma vez lançado o crédito tributário, este já se faz definitivo para efeito do supracitado art. 174.
Assim, aduz a impossibilidade de prosseguimento da execução, e que o auto-lançamento não pressupõe a antecipação do pagamento. Afirma, ainda, que não incide o prazo prescricional previsto no art. 46 da Lei n. 8.212/91.
Requer a antecipação da pretensão recursal.
ISSO POSTO, DECIDO.
Não vislumbro relevância jurídica na pretensão do agravante. A jurisprudência vem admitindo a exceção de pré-executividade quanto às questões de ordem pública (condições da ação, pressupostos processuais, prescrição, etc) e outras relativas a pressupostos específicos da execução, que possam ser identificadas de plano, o que, ao meu ver, não se verifica no presente caso.
A exceção de pré-executividade foi rejeitada ao fundamento de que, "haja vista a impossibilidade de dilação probatória, caberia à excipiente apresentar, de logo, elementos que possibilitassem a obtenção precisa de tais informações" (fl. 94) que, no caso, consistem na apuração do termo inicial e final do prazo prescricional, além da existência de causas suspensivas e interruptivas.
Constata-se, da análise da CDA - Anexo 1 (fls. 42 e 43), que a forma de constituição do crédito deu-se por meio de declaração, e a notificação, pessoal. O edital de citação do executado foi publicado na Imprensa Oficial em 27.05.2004, conforme certidão de fl. 49. Contudo, não há nos autos elementos suficientes para se apurar a data da constituição definitiva do crédito, ônus que competiria ao excipiente, ora agravante.
Assim, e tendo em vista que o acolhimento de exceção de pré-executividade, por implicar na extinção da execução, não deve se dar por meio de decisão monocrática que, em tese, pode não vir a ser confirmada pelo Colegiado, tenho por prudente manter a decisão agravada até ulterior apreciação da matéria pela Turma.
Daí por que DENEGO A ANTECIPAÇÃO DA PRETENSÃO RECURSAL.
Intime-se a agravada para a apresentação de contraminuta.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília-DF, 29 de março de 2007.

JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.037032-9/MG
Processo na Origem: 200038030036270

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.)
AGRAVANTE	:	CCO CONSTRUTORA CENTRO OESTE LTDA E OUTRO(A)
ADVOGADO	:	CLEIDE JANE NETTO PIRES E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO

DECISÃO
Insurgem-se as agravantes contra decisão que indeferiu o requerimento de suspensão do feito em face da adesão ao PAES, por entender que o parcelamento noticiado feria os princípios da moralidade e da indisponibilidade dos bens públicos e que a adesão não tinha sido aceita pela autoridade fiscal competente (fl. 283).
Alegam que as operações societárias de cisão parcial da CCO Construtora Centro Oeste Ltda, com versão de parte de seu patrimônio líquido para a sociedade Construtora Relevo Ltda, tiveram sua regularidade reconhecida pela Junta Comercial do Estado de Minas Gerais. Afirmam que as operações societárias foram realizadas para atender o enquadramento da primeira agravante ao programa PAES. Sustentam que não houve diminuição de qualquer garantia e que os contratos de cisão e de incorporação são claros em dizer e em exprimir que as sociedades são solidárias entre si. Requerem, pois, a atribuição de efeito suspensivo, para efetivar a suspensão da execução fiscal, tendo em vista a inclusão do débito no PAES.
ISSO POSTO, DECIDO.
Não vislumbro relevância jurídica na pretensão das agravantes.
A confissão irretratável do débito consolidado é pressuposto para inclusão da empresa em programa de recuperação fiscal e, conseqüentemente, a suspensão da execução fiscal.
Se a Fazenda Nacional afirma que houve simulação na cisão das empresas e que os débitos não estão consolidados no PAES, não é cabível a suspensão do feito, já que a presunção de legalidade milita em favor da Fazenda, somente ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo da obrigação, nos termos do art. 204, parágrafo único, do CTN e art. 3º da LEF.
Nesse sentido, confira-se o julgado desta Turma:
PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - LIMINAR EM CAUTELAR (IMPRÓPRIA) PARA OBTENÇÃO DE CPD-EN: IMPOSSIBILIDADE (JÁ DIANTE DA EXISTÊNCIA DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS EXIGÍVEIS, NÃO CONSOLIDADOS QUANDO DA ADESÃO AO PAES) - SEGUIMENTO NEGADO - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO INTERNO: NÃO PROVIDO.
1 - Como os (assim nominados) "embargos de declaração" (da decisão monocrática que negou seguimento a agravo [art. 557 do CPC]) têm nítido intuito infringente, são recebidos (em atenção aos princípios da celeridade e economia processual; da instrumentalidade das formas; e da fungibilidade) como "agravo interno", recurso próprio na forma do §1º do art. 557 do CPC (evitando-se o manejo residual de instrumentos recursais outros que não os estritamente cabíveis, que induz prejuízo à prestação jurisdicional).
2 - A existência (confessada) de débitos fiscais remanescentes (cuja exigibilidade não resta suspensa por nenhum dos meios e modos legais), já objeto, inclusive, de Execução Fiscal, os quais não foram consolidados tempestivamente quando da adesão ao PAES (Lei nº 10.684/2003), favor fiscal (que induz confissão irrevogável e submissão irrestrita às regras do programa), obstaculiza a obtenção de CPD-EN (à ausência de fumaça do bom direito), tanto menos quando requerida via liminar em medida cautelar autônoma (dita preparatória) quando já há (de há muito) via própria disponível e adequada outra, a ser utilizada na noticiada ação principal futura (art. 273 do CPC: antecipação de tutela de mérito ou cautelar), sendo desinfluente, por fim, perquirir se a autora está ou não adimplente em face do PAES (questão que não tem qualquer repercussão em relação a débitos estranhos ao parcelamento).
3 - A suspensão da Execução Fiscal, de regra, reclama oposição de embargos do devedor, garantido o juízo.
4 - Embargos de declaração recebidos como agravo interno: não provido.
5 - Peças liberadas pelo Relator, em 16/01/2007, para publicação do acórdão.
(AGTAG 2006.01.00.022163-9/BA, Rel. Conv. Juiz Federal Rafael Paulo Soares Pinto, 7ª Turma, DJ de 02/02/2007, p.74.)
Daí por que DENEGO O PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO.
Intime-se o agravado para apresentar contraminuta.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília-DF, 03 de abril de 2007.

JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.038071-7/DF
Processo na Origem: 200634000248887

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
AGRAVANTE	:	SANED INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
ADVOGADO	:	CAMILA FIGUEIRA DE FREITAS
AGRAVADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

DESPACHO
Não tendo havido requerimento de atribuição de efeito suspensivo ao presente agravo, nos termos do art. 527, III, na redação dada pela Lei n. 10.352/01, c/c o art. 558, ambos do CPC, intimem-se os agravados para os fins do art. 527, V, do mesmo Código (Lei n. 10.352/01). Após o transcurso do prazo, com ou sem a apresentação de contraminuta, dê-se vista à Procuradoria Regional da República.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília-DF, 30 de março de 2007.
JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.038603-6/DF
Processo na Origem: 200634000011376

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
AGRAVANTE	:	ACEITUNO TURISMO LTDA - ME
ADVOGADO	:	ANDRE MANSUR BRANDAO E OUTRO(A)
AGRAVADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO

DECISÃO
Insurge-se a agravante contra decisão que, nos autos da ação de rito ordinário, indeferiu a tutela antecipada, que tem por objetivo a liberação de veículo apreendido pela Receita Federal, por estar transportando mercadoria estrangeira sem documentação legal, mediante depósito do referido veículo em nome da agravante.
Alega que a apreensão de seu veículo sem que lhe tenha sido dado oportunidade ao contraditório fere o devido processo legal garantido pela Constituição Federal.
Sustenta que para se aplicar a pena de perdimento do bem, nos termos do art. 617 do Decreto n. 4.543/2002, as mercadorias apreendidas devem pertencer ao proprietário do veículo ou haver responsabilidade do dono do veículo na prática da infração, o que, segundo alega, não ocorre.
Afirma que a pena de perdimento administrativo, prevista no regulamento aduaneiro e no Decreto-lei n. 1.455/76, não foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988, que protege, em ser art. 5°, XXIII, o direito de propriedade.
Por tais razões, requer a antecipação da pretensão recursal.
ISSO POSTO, DECIDO.
Nos termos do que dispõe o art. 273 do CPC, a antecipação de tutela, por adiantar o provimento de mérito, exige, além da verossimilhança da alegação do autor e do fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, ou da caracterização de abuso do direito de defesa, a prova inequívoca do direito alegado.
In casu, conquanto a presença, na ação ordinária que deu origem ao presente instrumento, do fundado receio de dano seja inquestionável, tendo em vista a possível depreciação do veículo advindo da apreensão, o mesmo não ocorre em relação à verossimilhança da alegação, posto que, em se tratando de liberação de veículo apreendido transportando mercadorias estrangeiras, internadas no País de forma irregular, e fundando-se a apreensão, dentre outros dispositivos legais, na Instrução Normativa n. 366/2003, nos arts. 23 e 24 do DL 1.455/76 e arts. 94, 95, 96 e 105, inciso X, do DL 37/66, conforme consta às fls. 61/66, tenho que não é viável o acolhimento, por concessão de tutela antecipada, da liberação pleiteada, uma vez que os arts. 74 e 75 da Lei n. 10.833/2003 e a Instrução Normativa mencionada, na qual se embasou a autuação, prevê, dentre outras medidas, além da aplicação de pena de perdimento das mercadorias, com a retenção do veículo, a responsabilidade pela infração de quem quer que, de qualquer forma, concorra para a sua prática, ou dela se beneficie, ao proprietário e ao consignatário do veículo.
Nesse contexto, e diante da presunção de constitucionalidade das leis, enquanto não decretada a sua inconstitucionalidade, não é de reconhecer-se presente o requisito de plausibilidade jurídica para deferimento da liminar pleiteada.
Daí por que DENEGO A ANTECIPAÇÃO DA PRETENSÃO RECURSAL pleiteada.
Intime-se a agravada para os fins do art. 527, V, do CPC (Lei nº 10.352/01).
Publique-se. Intimem-se.
Brasília-DF, 02 de abril de 2007.
JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.038642-3/DF
Processo na Origem: 200634000297619

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
AGRAVANTE	:	MADEIREIRA FRANCANA LTDA
ADVOGADO	:	SERGIO AQUIRA WATANABE
AGRAVADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO

DECISÃO
Insurge-se a agravante contra decisão que indeferiu antecipação de tutela que visava suspender a exigibilidade de crédito tributário, em decorrência do pagamento do débito parcelado através de depósitos judiciais sucessivos das prestações que entende devidas, em 180 meses, com a conseqüente expedição de CPD-EN e a não-inscrição de seu nome em cadastros de inadimplentes.
O ilustre prolator da decisão agravada inferiu que não havia *fumus boni iuris*, pois a própria agravante teria reconhecido a existência de créditos tributários em aberto, e afirmou que, tendo em vista que ela não aderiu ao PAES, não poderia parcelar a dívida em 180 (cento e oitenta) meses.
A agravante alega que deve ser determinada a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, tendo em vista que providenciou depósito judicial, nos termos do art. 192, §3º do Provimento n. 03/2002, da Corregedoria Geral deste Tribunal.
Requer a atribuição de efeito suspensivo ao recurso.
ISSO POSTO, DECIDO.
Não vislumbro relevância jurídica na pretensão da agravante. Nos termos do que dispõe o art. 273 do CPC, a antecipação de tutela, por adiantar o provimento de mérito, exige, além da verossimilhança da alegação do autor e do fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, ou da caracterização de abuso do direito de defesa, a prova inequívoca do direito alegado.
In casu, não vejo demonstrada a verossimilhança das alegações, bem como a prova inequívoca, pois a agravante pretende, na verdade, utilizar o depósito judicial para parcelar o débito tributário na forma que melhor lhe convém, o que não encontra amparo na lei de regência.
Ressalto que o inciso VI do art. 151 do CTN, acrescido pela LC 104/01, ao contrário do sustentado pela agravante, não autoriza o depósito parcelado do débito como forma de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, estabelecendo, apenas, o parcelamento (aquele efetuado perante a Administração), como uma das hipóteses de suspensão.
De outro lado, o Provimento n. 03/2002, da Corregedoria-Geral desta Corte, em seu art. 191, faculta ao contribuinte "depositar integralmente o montante do tributo devido, visando à suspensão da exigibilidade do crédito tributário, enquanto se discute sua legalidade em ação anulatória ou declaratória de nulidade do débito fiscal e, ainda, em ação declaratória de inexistência de relação jurídica entre o sujeito passivo da obrigação-tributária e o fisco", sendo, portanto, inaplicável ao caso em comento.
No que diz respeito à suspensão do nome da agravante do CADIN, aplica-se o art. 7º da Lei n. 10.522/2002:
Art. 7º Será suspenso o registro no Cadin quando o devedor comprove que:
I - tenha ajuizado ação, com o objetivo de discutir a natureza da obrigação ou o seu valor, com o oferecimento de garantia idônea e suficiente ao Juízo, na forma da lei;
II - esteja suspensa a exigibilidade do crédito objeto do registro, nos termos da lei.
In casu, não há notícia de que tenha sido prestada qualquer garantia, com o fim de suspender os efeitos da inscrição no cadastro de inadimplentes.
Destarte, não estando suspensa a exigibilidade do crédito, não há que se falar na expedição de Certidão Positiva de Débitos com Efeito de Negativa - CPD-EN, a teor do art. 206 do CTN.
Assim, NEGO SEGUIMENTO AO AGRAVO, em razão de sua manifesta improcedência, com fundamento no art. 557, *caput*, do CPC, c/c o inciso XXV do art. 30 do Regimento Interno desta Corte.
Publique-se. Intimem-se. No momento oportuno, dê-se baixa e remetam-se os autos à Vara de origem, nos termos da Resolução n. 600-12, de 13/09/04, deste TRF.
Brasília-DF, 30 de março de 2007.
JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.040255-1/MG
Processo na Origem: 200638000293778

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
AGRAVANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	DISTRIBUIDORA GUANABARA LTDA

DECISÃO
Insurge-se a agravante contra decisão que deferiu tutela antecipada para suspender a exigibilidade do crédito tributário, referente à cobrança de COFINS, em razão de parcelamento, aplicando o disposto no art. 151, VI, do CTN.
Aduz a nulidade da intimação, diante da inobservância ao disposto no art. 20 da Lei n. 11.033/04, razão pela qual não teria juntado aos autos o instrumento de procuração da agravada, juntando o documento de fl. 13.
Sustenta a ausência dos requisitos previstos no art. 273 do CPC, para a concessão da tutela antecipatória, sendo inafastável, *in casu*, a produção de prova documental, pericial e testemunhal.
Alega que, tratando-se de antecipação de tutela contra a Fazenda Pública, incidem as restrições previstas na Lei n. 8.437/92, art. 1º, §3º, representando clara violação ao princípio do duplo grau de jurisdição.
Assevera que o parcelamento efetuado pela agravada é inválido, tendo em vista a omissão flagrante de receitas, além da constatação de que a base de cálculo descrita nas DCTFs diverge daquela extraída dos livros fiscais da empresa.
Requer, por fim, a atribuição de efeito suspensivo ao recurso.
ISSO POSTO, DECIDO.
Verifica-se que, *in casu*, a agravante não juntou aos autos cópia da procuração da agravada, ao argumento de que não integrou os documentos que acompanharam a citação, conforme "folha de rosto do dossiê administrativo" juntado à fl. 13.
Contudo, é ônus da agravante instruir o agravo com as peças obrigatórias, não sendo obstáculo à obtenção da cópia da aludida procuração o fato de não ter acompanhado a citação, uma vez que o seu traslado poderia ter sido obtido nos próprios autos do processo.
À vista dos arts. 527, I, com a redação dada pela Lei n. 10.352/01, e 557, ambos do CPC, combinados com o art. 30, XXV, do Regimento Interno desta Corte, NEGO SEGUIMENTO AO PRESENTE AGRAVO, diante da ausência de cópia da procuração outorgada pela agravada, peça de juntada obrigatória, a teor do art. 525, I, do CPC.
Publique-se. Intimem-se. No momento oportuno, dê-se baixa e remetam-se os autos à Vara de origem.
Brasília-DF, 03 de abril de 2007.
JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.040458-6/DF
Processo na Origem: 200634000289420

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.)
AGRAVANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	W LUIS RECH E COMPANHIA LTDA
ADVOGADO	:	ALINE LEMOS DE MORAIS E OUTROS(AS)

DECISÃO
Insurge-se a agravante contra decisão que, nos autos da ação de rito ordinário, deferiu a antecipação da tutela, que visa a liberação de veículo apreendido pela Receita Federal, por transporte de mercadoria estrangeira sem documentação legal.
Alega que a autora tem ciência de que os seus automóveis são usados para fins ilícitos, não podendo, por isso, ser liberado o seu veículo, sujeito à pena de perdimento.
ISSO POSTO, DECIDO.
Nos termos do que dispõe o art. 273 do CPC, a antecipação de tutela, por adiantar o provimento de mérito, exige, além da verossimilhança da alegação do autor e do fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, ou da caracterização de abuso do direito de defesa, a prova inequívoca do direito alegado.
In casu, a tutela foi antecipada ao argumento de que "a propriedade das mercadorias transportadas não foi identificada como sua (do agravado) ou de seu representante legal". Consta, ainda, na decisão agravada que, "comprovada a propriedade de terceiros das mercadorias apreendidas e sujeitas à pena de perdimento, não há amparo legal para a manutenção da apreensão e aplicação de pena de perdimento ao veículo" (fl. 240/241).
Conquanto a presença, na ação ordinária que deu origem ao presente instrumento, do fundado receio de dano seja inquestionável, tendo em vista a possível depreciação do veículo advindo da apreensão, o mesmo não ocorre em relação à verossimilhança da alegação, posto que, em se tratando de liberação de veículo apreendido transportando mercadorias estrangeiras, internadas no País de forma irregular, e fundando-se a apreensão, dentre outros dispositivos legais, na Instrução Normativa n. 366/2003, nos arts. 23 e 24 do DL 1.455/76 e arts. 94, 95, 96, 104, inciso V, e 105, inciso X, do DL 37/66, conforme consta às fls. 55/60, tenho que não é viável o acolhimento, por concessão de tutela antecipada, da liberação pleiteada, uma vez que os arts. 74 e 75 da Lei n. 10.833/2003 e a Instrução Normativa mencionada, na qual se embasou a autuação, prevê, dentre outras medidas, além da aplicação de pena de perdimento das mercadorias, com a retenção do veículo, a responsabilidade pela infração de quem quer que, de qualquer forma, concorra para a sua prática, ou dela se beneficie, ao proprietário e ao consignatário do veículo.
Nesse contexto, e diante da presunção de constitucionalidade das leis, enquanto não decretada a sua inconstitucionalidade, não é de reconhecer-se presente o requisito de plausibilidade jurídica para deferimento da liminar pleiteada.
Daí por que CONCEDO A ANTECIPAÇÃO DA PRETENSÃO RECURSAL, para manter a apreensão do veículo.
Intime-se a agravada para os fins do art. 527, V, do CPC.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília-DF, 03 de abril de 2007.
JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.040546-8/MG
Processo na Origem: 200638110044441

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
AGRAVANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	DECORACOES CHIC LTDA E OUTRO(A)
AGRAVADO	:	MOZAIR GONCALVES DOS SANTOS

DESPACHO
Não tendo havido requerimento de atribuição de efeito suspensivo ao presente agravo, nos termos do art. 527, III, na redação dada pela Lei n. 10.352/01, c/c o art. 558, ambos do CPC, intimem-se os agravados para os fins do art. 527, V, do mesmo Código (Lei n. 10.352/01).
Publique-se. Intimem-se.
Brasília-DF, 03 de abril de 2007.
JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

AGRAVO DE INSTRUMENTO n. 2006.01.00.041309-5/AM
Processo na Origem: 200132000086533

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
AGRAVANTE	:	EDILSON RITTA HONORATO
ADVOGADO	:	JOSE ALFREDO FERREIRA DE ANDRADE E OUTRO(A)
AGRAVADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	PAULO GIL CABRAL

DECISÃO
Insurge-se o agravante contra decisão que rejeitou exceção de pré-executividade, reconhecendo a sua legitimidade passiva, na condição de responsável tributário, a teor do art. 135, III, do CTN, e a não-ocorrência da prescrição.
Alega que a ação executiva foi distribuída em agosto de 2001, o fato gerador do tributo ocorreu em julho de 1999, e foi citado em fevereiro de 2005, tendo ocorrido a prescrição do débito, nos termos do art. 173, I, do CTN.
Afirma, ainda, que em março de 1999 deixou de ser sócio da empresa executada, transferindo suas quotas sociais, sendo incabível o redirecionamento da execução contra ex-sócio de empresa, pois é necessário a comprovação de uma das hipóteses do art. 135, III, do CTN, isto é, o INSS deveria comprovar o ato ilícito, a ensejar a responsabilidade pessoal.
Sustenta que não procede o argumento de que a citação por edital da empresa devedora interrompe o prazo prescricional em relação a ele, e que a agravada não pode cobrar a dívida do ex-sócio e do novo sócio, conjuntamente.
Assim, requer a antecipação da pretensão recursal, para que seja reconhecida a sua ilegitimidade passiva ou a ocorrência de prescrição intercorrente.
ISSO POSTO, DECIDO.
Não vislumbro relevância jurídica na pretensão do agravante. A jurisprudência vem admitindo a exceção de pré-executividade quanto às questões de ordem pública (condições da ação, pressupostos processuais, prescrição, etc) e outras relativas a pressupostos específicos da execução, que possam ser identificadas de plano, o que, ao meu ver, não se verifica no presente caso.
Compulsando os autos, verifica-se que o nome do agravante figura na CDA (fl. 42), na condição de co-responsável.
Assim, é de aplicar-se o entendimento do colendo STJ, no sentido de que, nessa hipótese, há presunção relativa de liquidez e certeza da Certidão da Dívida Ativa, nos termos do art. 204 do CTN, c/c o art. 3º da Lei n. 6.830/80, independentemente de a execução ter sido ajuizada, inicialmente, apenas contra a pessoa jurídica, ou de ter sido ela proposta contra a pessoa jurídica e contra o sócio-gerente (EREsp 702232/RS, Rel. Ministro Castro Meira, Primeira Seção, julgado em 14.09.2005, DJ de 26.09.2005, p. 169).
Ademais, o fato gerador é de 08.02.1999 (fl. 43), e o agravante retirou-se da sociedade apenas em 19.03.1999, conforme alteração contratual da sociedade juntada às fls. 108/109. Assim, a responsabilidade decorre não do fato de ser sócio, mas de ter exercido a gerência da sociedade à época do fato gerador.
Quanto à alegada prescrição, abstraída a análise de a citação por edital configurar ou não uma das hipóteses de suspensão ou interrupção do prazo prescricional, entendo que não basta observar a data da ocorrência do fato gerador e a data do ajuizamento da ação executória, pois a legislação contempla causas interruptivas e suspensivas do prazo prescricional, que eventualmente podem ter ocorrido e que, na hipótese, não se extrai da documentação carreada pelo agravante.
Assim, não se verifica, nos autos, elementos suficientes para se apurar a data da constituição definitiva do crédito, ônus que competiria ao agravante, e, ainda que se entenda pela ocorrência da prescrição, considero que o acolhimento da exceção de pré-executividade, com a conseqüente extinção da execução, não deve ser deferida por meio de decisão monocrática que, em tese, pode não vir a ser confirmada pelo Colegiado.
Daí por que DENEGO A ANTECIPAÇÃO DA PRETENSÃO RECURSAL.
Intime-se o agravado para a apresentação de contraminuta.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília-DF, 29 de março de 2007.
JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.041533-5/RR
Processo na Origem: 200642000012426

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
AGRAVANTE	:	MUNICIPIO DE MUCAJAI - RR
PROCURADOR	:	FRANCINALDO FERNANDES DE OLIVEIRA
AGRAVADO	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO

DECISÃO
Insurge-se o agravante contra decisão que, em ação de rito ordinário, indeferiu pedido de antecipação de tutela que objetiva a declaração do direito do Município Autor de perceber o valor devido pelo repasse do FPM mensal, adicionando em sua base de cálculo o valor recolhido a título de CSLL decorrentes da desvinculação de 20% dos recursos arrecadados destinado à Conta Única do Tesouro Nacional, já no mês subseqüente à decisão liminar, desvinculação essa prevista nos Atos das Disposições Constitucionais Transitórios, em seu art. 76.
Alega o Município agravante que o não repasse do valor arrecadado a título de CSLL pela União aos Estados e aos Municípios configura fraude e viola a Constituição Federal, mais especificamente o disposto no art. 159, I,b.
Por considerar preenchidos seus requisitos, requer a antecipação da pretensão recursal.
ISSO POSTO, DECIDO.
Nos termos do que dispõe o art. 273 do CPC, a antecipação de tutela, por adiantar o provimento de mérito, exige, além da verossimilhança da alegação do autor e do fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, ou da caracterização de abuso do direito de defesa, a prova inequívoca do direito alegado.
In casu, tenho por não preenchidos tais requisitos, pois o acolhimento do pedido liminar pressupõe o reconhecimento da sua inconstitucionalidade, ainda não declarada pelo STF ou pela Corte Especial deste TRF, o que, no caso, conforme decisão do Ministro Carlos Velloso, não deve se dar em sede de liminar, *in verbis*: "*Ademais, reconhecer, em sede de liminar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, para o fim de deferir a medida, representa, de regra, precipitação, dado que a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, nos Tribunais, somente pode ser declarada pelo voto da maioria absoluta dos membros da Corte. Essa declaração, para o fim de ser concedida a liminar, não deve ocorrer, em decisão monocrática, até por medida de prudência. No caso, ocorre, ademais, que a liminar esgota o julgamento da causa, porque, na prática, é satisfativa. Se, amanhã, os Tribunais Superiores derem pela constitucionalidade do ato normativo, terá ocorrido, com a concessão da liminar, grave atentado à ordem pública, em termos de ordem jurídico-constitucional*" (SS n. 1.853/DF, DJ 04/10/2000).
Daí por que DENEGO A ANTECIPAÇÃO DA PRETENSÃO RECURSAL pleiteada.
Em face da ausência de relevância da fundamentação e de risco de perecimento de direito, aplica-se ao caso o disposto no inc. II do art. 527 do CPC, com a redação dada pela Lei 11.187/2005, razão pela qual converto o presente agravo de instrumento em agravo retido, determinando sua remessa à origem para o devido apensamento aos autos principais.
Proceda-se com baixa na distribuição.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
Brasília-DF, 02 de abril de 2007.
JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.042219-7/PA
Processo na Origem: 200639000067886

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
AGRAVANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	LUMBERBRAS LTDA
ADVOGADO	:	ROSA MARIA MORAES BAHIA E OUTROS(AS)

DECISÃO
Insurge-se a agravante contra decisão que, em ação de rito ordinário, deferiu antecipação de tutela, sem caução, para declarar suspensa a exigibilidade dos créditos tributários decorrentes da PIS/COFINS objeto dos processos administrativos que indica, determinando em conseqüência disso a exclusão do nome da agravada do CADIN e a expedição de certidão positiva com efeito de negativa.
Alega a Fazenda que a agravada requereu administrativamente a compensação dos valores que considera indevidos, uma vez que exerce atividade de exportação, gozando de imunidade quanto à incidência das contribuições para o PIS/COFINS, sem, no entanto, comprovar que as operações tributadas são realmente referentes à exportação.
Ressalta que, analisando o contrato social da empresa, é possível verificar que a atividade da empresa não é exclusiva de exportação, de modo que as operações poderiam referir-se a atividades que não gozam do privilégio da imunidade.
Por tal razão, requer a União a atribuição de efeito suspensivo ao presente agravo.
ISSO POSTO, DECIDO.
Confiro relevância jurídica à pretensão da agravante. Conforme consta da decisão administrativa de fl. 49, o pedido administrativo foi indeferido por ausência de prova do erro alegado pela requerente - ora agravada. O juízo de origem, na decisão agravada, entendeu que caberia à Fazenda Nacional o ônus da prova, mas, nos termos do § 1° artigo 147 do CTN, compete ao contribuinte a comprovação do erro na declaração, fato constitutivo do pedido de compensação efetuado.
Vale ressaltar, ainda, que ao contrário do que consta na decisão agravada, a atividade da empresa agravada não é exclusiva de exportação (v. Contrato Social fls. 39/46).
Além disso, a agravada, na inicial da ação declaratória, afirma que o débito está inscrito em dívida ativa, de modo que, há presunção de certeza e liquidez, (art. 204 d0 CTN), que só pode ser afastada por prova inequívoca a cargo do devedor.
Daí por que CONCEDO O EFEITO SUSPENSIVO pleiteado.
Dê-se ciência ao ilustre prolator da decisão agravada, para as providências com vistas ao seu cumprimento.
Intime-se a agravada para os fins do art. 527, V, do CPC (Lei n. 10.352/01).
Publique-se. Intimem-se.
Brasília-DF, 30 de março de 2007.
JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.043520-3/MG
Processo na Origem: 200638000280706

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
AGRAVANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	AMAURI DE SOUZA
AGRAVADO	:	OLIVEIRA E MARQUES FABRICACAO MONTAGEM E MANUTENCAO INDUSTRIAL LTDA
ADVOGADO	:	FLAVIO HENRIQUE COSTA PEREIRA E OUTROS(AS)

DECISÃO
Verifica-se que já foi proferida sentença na ação principal, à qual diz respeito este agravo, conforme movimentação processual em anexo.
Assim, com fundamento no art. 557, *caput*, do CPC, c/c o inciso XXV do art. 30 do Regimento Interno deste Tribunal, NEGO SEGUIMENTO AO PRESENTE AGRAVO, pela perda de seu objeto.
Publique-se. Intimem-se. No momento oportuno, dê-se baixa e remetam-se os autos à Vara de origem, nos termos da Resolução n. 600-12, de 13.09.2004, deste TRF.
Brasília-DF, 30 de março de 2007.
JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.045103-3/DF
Processo na Origem: 200534000300452

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
AGRAVANTE	:	JARI CELULOSE S/A
ADVOGADO	:	JOSE PAULO DE CASTRO EMSENHUBER E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO

DECISÃO
Insurge-se a agravante contra decisão que, em ação de rito ordinário, indeferiu pedido de antecipação de tutela, feito quando o processo já se encontrava concluso para sentença, ao fundamento de que não é possível inovar o pedido no decorrer da ação (art. 264 do CPC) e de que a compensação reclamada foi efetuada na esfera administrativa a custa e risco da agravante.
A citada ação foi proposta com o objetivo de se anular decisões proferidas em processos administrativos que desconsideraram compensações já efetuadas, por estar sendo discutido, em outros processos administrativos, o recolhimento indevido a título de PIS decorrentes das aquisições de bens e serviços empregados na atividade florestal.
Alega a agravante que é necessária a suspensão da exigibilidade dos créditos que foram objeto da compensação até a solução dos processos administrativos que discutem o recolhimento indevido do PIS.
Sustenta que a verossimilhança da sua alegação está caracterizada pelo direito que possui de restituição do crédito recolhido indevidamente a título de PIS sobre os valores de insumos empregados na produção da sua própria matéria-prima, destinada a produção da celulose.
Por tais razões, requer a antecipação da pretensão recursal.

ISSO POSTO, DECIDO.
Não vislumbro relevância jurídica na pretensão da agravante, uma vez que o pedido de suspensão da exigibilidade das contribuições objeto de compensações já efetivadas na via administrativa, por via indireta, implica o em decisão de antecipação da tutela, o que, consoante precedentes desta Corte (AGIAG 2003.01.00.025925-1/MG, Rel. Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral, 7ª Turma, DJ de 11/05/2004, p. 63) e do STJ (AGRESP 324490/RJ, Rel. Min. Garcia Vieira, 1ª Turma, DJ 04/02/2002 - AGA 400285/RJ, Rel. Min. Paulo Medina, 2ª Turma, DJ 04/03/2002), não deve ser admitido, conforme determina a Súmula nº 212/STJ.
Daí por que, com fundamento no art. 557, *caput*, do CPC c/c o inciso XXV do art. 30 do Regimento Interno desta Corte, NEGO SEGUIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO, por manifestamente improcedente.
Publique-se. Intimem-se. No momento oportuno, dê-se baixa e remetam-se os autos à Vara de origem, nos termos da Resolução nº 600-12, de 13/09/04, deste TRF.
Brasília-DF, 30 de março de 2007.

JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.046754-2/PA
Processo na Origem: 200639040033378

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
AGRAVANTE	:	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCURADOR	:	MARIA DEUSDETH MARQUES VIERIA REALE
AGRAVADO	:	DONIZETTI MOREIRA DE ANDRADE

DECISÃO
Tendo em vista o ofício encaminhado a esta Corte, dando notícia de que foi reconsiderada a decisão agravada, perde o agravo de instrumento o seu objeto.
Assim, com fundamento nos arts. 529 e 557, *caput*, ambos do CPC, c/c o art. 30, XXV, do Regimento Interno desta Corte Regional, NEGO-LHE SEGUIMENTO.
Publique-se. Intime-se. No momento oportuno, dê-se baixa e remetam-se os autos à Vara de origem, nos termos da Resolução n. 600-12, de 13.09.2004, deste TRF.
Brasília-DF, 23 de março de 2007.

JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.002656-1/DF
Processo na Origem: 200634000352543

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
AGRAVANTE	:	ELTON GHERSEL
ADVOGADOS	:	DRS. OSVALDO DA SILVA E OUTRO
AGRAVADA	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO

D E C I S Ã O
1 - ELTON GHERSEL interpôs recurso de AGRAVO DE INSTRUMENTO para reforma de decisão do Juiz Substituto da 13ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, que lhe indeferira liminar em MANDADO DE SEGURANÇA, impetrado para compelir a Agravada a abster-se de exigir compensação ou qualquer outro modo de extinção de débito a ele atribuído como condição para restituição do crédito reconhecido pela Secretaria da Receita Federal no Processo Administrativo nº 10166.012658/2005-48.
2 - Com espeque no art. 557 do Código de Processo Civil, neguei seguimento ao Agravo de Instrumento, nos seguintes termos:
"1 - ELTON GHERSEL interpôs recurso de AGRAVO DE INSTRUMENTO para reforma de decisão do Juiz Substituto da 13ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, que deixara de conhecer Embargos de Declaração interpostos de decisão que indeferira liminar em MANDADO DE SEGURANÇA, tendo em vista ausência dos pressupostos constantes do art. 535, I e II, do Código de Processo Civil.
2 - Ocorre, porém, que este Agravo de Instrumento é intempestivo, uma vez que os Embargos de Declaração, quando não conhecidos, não suspendem o prazo recursal.
3 - Outro não é o entendimento deste Egrégio Tribunal:
"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO CONHECIDOS. DECISÃO QUE NÃO RECEBEU A APELAÇÃO POR INTEMPESTIVIDADE. INTERRUPÇÃO DO PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO DE APELAÇÃO. APLICAÇÃO DO ART. 538 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.
1. Conforme disposto no art. 538 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração opostos dentro do prazo legal interrompem o prazo para interposição do recurso de apelação.
2. Se os embargos de declaração não foram conhecidos, não interrompem o prazo recursal.
3. Agravo de instrumento improvido." (Grifei.) (AG nº 2003.01.00.003432-4/MG - Rel. Des. Federal Selena Maria de Almeida - Quinta Turma - Unânime - D.J. 10/7/2003 - pág. 126.)
"PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
1. Embargos de declaração não conhecidos não interrompem o prazo para a interposição de outros recursos (CPC, art. 538, caput).
2. Apelação não conhecida, por intempestividade." (AC nº 2005.01.00.062901-2/PI - Rel. Des. Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues - Sexta Turma - Unânime - D.J. 11/4/2006 - pág. 127.)
4 - Dessa forma, enquanto a Agravante foi intimada da decisão que indeferiu a liminar em 10/01/2007 (fls. 65), terminado o prazo para sua interposição no dia 22/01/2007, o recurso somente foi interposto no dia 29/01/2007 (fls. 02), fora, portanto, do prazo estatuído no art. 522 do Código de Processo Civil.
Pelo exposto, sendo manifestamente inadmissível, nego seguimento ao recurso de Agravo de Instrumento de fls. 02/09, com fundamento no art. 557 do Código de Processo Civil.
Sem manifestação, arquivem-se os autos.
Publique-se e intimem-se."
3 - Inconformado com a decisão em comento, o Agravante formulou pedido de reconsideração, vindo-me os autos conclusos.
4 - Alega que os Embargos de Declaração interpostos tempestivamente, ainda que não conhecidos, interrompem o prazo para interposição de outros recursos.
5 - No mérito, requer a modificação da decisão agravada para, deferida a liminar requerida e conseqüentemente, determinar à Agravada que se abstenha de exigir compensação ou qualquer outro modo de extinção de débito a ele atribuído como condição para restituição do crédito reconhecido pela Secretaria da Receita Federal no Processo Administrativo nº 10166.012658/2005-48 ou, subsidiariamente, determinar a restituição imediata da diferença entre o valor do crédito reconhecido e o suposto débito.
6 - Razão assiste ao Agravante.
7 - A jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que a interposição de Embargos de Declaração, ainda que não conhecidos ou rejeitados, interrompe o prazo para interposição de recursos.
8 - Nesse sentido:
"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO. ART. 538 DO CPC. INTERRUPÇÃO. ART. 557, § 2º, DO CPC. MULTA. AFASTAMENTO.
1. Ainda que não conhecidos ou rejeitados, os embargos de declaração interrompem o prazo para oposição de outro recurso. Precedentes da Turma e da Corte Especial.
2. Não sendo manifestamente inadmissível ou infundado o agravo, é imperioso afastar-se a multa aplicada com base no art. 557, § 2º, do CPC.
3. Recurso especial provido." (Grifei.) (RESP nº 877.671/ES - Rel. Ministro Castro Meira - STJ - Segunda Turma - Unânime - D.J. 02/02/2007 - pág. 389.)
"CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO-CONHECIDOS. APELAÇÃO NÃO RECEBIDA. AGRAVO INTERNO. INOCORRÊNCIA DA ALEGADA INFRINGÊNCIA AO ART. 535 DO CPC. ARTIGO 538 DO CPC. JURISPRUDÊNCIA DO STJ. INTERRUPÇÃO DO PRAZO.
1. Tendo o Tribunal de origem examinado, fundamentadamente, as questões suscitadas pela parte não há falar na ocorrência de omissão no aresto e, pois, de ofensa ao art. 535, II, do CPC.
2. Esta Corte consolidou entendimento no sentido de que "consoante regra inserta no art. 538 do CPC, os embargos de declaração, ainda que considerados incabíveis, interrompem o prazo para a interposição de outros recursos" (Corte Especial - Emb. de Div. em REsp. nº 302.177/SP, Rel. Min. FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, DJ. 27.9.2004). Precedentes.
3. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, provido para determinar o regular processamento do feito, afastando-se a intempestividade do recurso de apelação interposto pelo autor, ora recorrente, perante o eg. Tribunal a quo." (Grifei.) (RESP nº 818.623/RS - Rel. Ministro Jorge Scartezzini - STJ - Quarta Turma - Unânime - D.J. 29/5/2006 - pág. 266.)
9 - De quanto ao mérito, assim dispõem os arts. 7º, §1º, do Decreto-Lei nº 2.287/86, e 34, §1º, da Instrução Normativa SRF nº 600/2005:
"Art. 7º. A Receita Federal do Brasil, antes de proceder à restituição ou ao ressarcimento de tributos, deverá verificar se o contribuinte é devedor à Fazenda Nacional.
§1º - Existindo débito em nome do contribuinte, o valor da restituição ou ressarcimento será compensado, total ou parcialmente, com o valor do débito."
"Art. 34. Antes de proceder à restituição ou ao ressarcimento de crédito do sujeito passivo para com a Fazenda Nacional relativo aos tributos e contribuições de competência da União, a autoridade competente para promover a restituição ou o ressarcimento deverá verificar, mediante consulta aos sistemas de informação da SRF, a existência de débito em nome do sujeito passivo no âmbito da SRF e da PGFN.
§ 1º - Verificada a existência de débito, ainda que parcelado, inclusive de débito já encaminhado à PGFN para inscrição em Dívida Ativa da União, de natureza tributária ou não, ou de débito consolidado no âmbito do Refis, do parcelamento alternativo ao Refis ou do parcelamento especial de que trata a Lei nº 10.684, de 2003, o valor da restituição ou do ressarcimento deverá ser utilizado para quitá-lo, mediante compensação em procedimento de ofício."
10 - Verifica-se, pela leitura do dispositivos legais transcritos no item anterior, que não há como se falar em restituição de crédito do contribuinte sem prévia extinção de débito a ele atribuído, ainda que incluído em programa de parcelamento.
11 - Outro não é o entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça:
"TRIBUTÁRIO. IMPOSTOS FEDERAIS INCIDENTES SOBRE A IMPORTAÇÃO DE MERCADORIAS. RESSARCIMENTO DE CRÉDITO. CONDICIONAMENTO À INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS. ART. 7º DO DECRETO-LEI Nª 2.287/86 e ARTS. 73 E 74 DA LEI N. 9.430/96. COMPENSAÇÃO. CERTEZA E LIQUIDEZ. SÚMULA Nª 7/STJ.
1. Nos termos do art. 1º do Decreto-Lei nº 2.287/86 e dos arts. 73 e 74 da Lei nº 9.430/96, somente é possível a restituição em dinheiro de impostos federais incidentes sobre a importação, caso esta seja precedida de compensação pelo Fisco de eventuais débitos do contribuinte.
2. Não é possível, em sede de recurso especial, analisar questão relativa a certeza e liquidez de suposto débito do contribuinte a título de IOF se, para tanto, for necessário reexaminar os elementos fáticos-probatórios considerados para o deslinde da controvérsia. Inteligência da Súmula n. 7/STJ.
3. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, improvido." (RESP nº 665.953/RS - Rel. Ministro João Otávio de Noronha - STJ - Segunda Turma - Unânime - D.J. 07/02/2007 - pág. 286.)
12 - Diante disso, acolho, em parte, o requerimento de fls. 84/91 e reconsidero a decisão de fls. 76/77, tão-somente, para converter o presente Agravo de Instrumento em Agravo Retido, nos termos do art. 522, caput, do Código de Processo Civil, determinando sua remessa ao juízo de origem para ser analisado na ocasião do julgamento de Apelação eventualmente interposta.
Publique-se e intime-se.
Brasília, 02 de abril de 2007.

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.003324-1/DF
Processo na Origem: 200434000437470

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
AGRAVANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	CENTROPLAN - CENTRO ORTOPEDICO DE BRASILIA S/A E OUTROS(AS)
ADVOGADO	:	ANTONIO CARLOS ROCHA PIRES DE OLIVEIRA E OUTROS(AS)

DECISÃO
Insurge-se a agravante contra decisão que determinou, após a atualização dos valores apresentados pelos exeqüentes, em razão de execução de título judicial, a expedição de Precatório e Requisição de Pequeno Valor pelo montante atualizado (R$ 96.037,64).
Sustenta que o valor correto a ser observado corresponde a R$ 2.342,76 e que os exeqüentes elaboram os seus cálculos em contrariedade à coisa julgada.
Afirma que a Fazenda Pública encontra-se imune às conseqüências da revelia, sendo essa a interpretação dada ao art. 320, II, do CPC, fundada "no princípio de que o ente público é titular de direito indisponível, não sujeita a transação - salvo os casos especificados em lei - e a renúncia por parte dos seus administradores" (fl. 03). Assevera, ainda, que não se aplica em relação a ela o fenômeno da preclusão.
Requer, por fim, a atribuição de efeito suspensivo ao presente recurso, "com a conseqüente reforma da decisão interlocutória de fls..., a fim de não permitir a expedição de precatório" (fl. 06)
ISSO POSTO, DECIDO.
O art. 525 do CPC determina que o agravo de instrumento seja devidamente instruído pelo agravante, no ato da interposição do recurso, não sendo admitida a complementação da instrução, seja por meio de emenda à minuta, seja pela juntada extemporânea de peças.
Verifica-se dos autos que a agravante indica na petição, como decisão agravada, aquela constante à fl. 477, o que é confirmado pela Certidão de fl. 07, na qual a Supervisora de Atendimento e Informações Processuais da 2ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, certifica a data de intimação da Fazenda Nacional a respeito do citado *decisum*.
Assim à vista dos artigos 527, I, e 557, ambos do CPC, combinados com o art. 30, XXV, do Regimento Interno desta Corte, NEGO SEGUIMENTO AO PRESENTE AGRAVO, diante da ausência de cópia da decisão agravada, peça de juntada obrigatória, a teor do art. 525, I, do já citado Código.
Publique-se. Intimem-se. No momento oportuno, dê-se baixa e remetam-se os autos à Vara de origem, nos termos da Resolução n. 600-12, de 13.09.2004, deste TRF.
Brasília-DF, 28 de março de 2007.

JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.004466-2/MG
Processo na Origem: 200438000254316

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
AGRAVANTE	:	NEOCENTER S/A
ADVOGADOS	:	DRS. DANIEL DINIZ MANUCCI E OUTROS
AGRAVADA	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO

D E C I S Ã O

1 - NEOCENTER S/A interpôs recurso de AGRAVO DE INSTRUMENTO, com pedido de efeito suspensivo, para reforma de decisão do Juiz da 26ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, que, em EXECUÇÃO FISCAL, indeferira pedido de nomeação à penhora ao fundamento de que a nomeação de bens fora do prazo preclusivo de 05 (cinco) dias é inválida.
2 - A decisão agravada destoa do entendimento deste Tribunal:
"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL - PRAZO PARA NOMEAR BENS À PENHORA: NÃO PEREMPTÓRIO - POSSIBILIDADE DE NOMEAÇÃO APÓS O QÜINQÜÍNDIO - AGRAVO PROVIDO MONOCRATICAMENTE - AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.
1- Não há nenhuma irregularidade no provimento monocrático do recurso pelo relator se, embora não relacionada jurisprudência dominante ou Súmula da Corte Superior, a matéria contraria disposição legal expressa ou, de complexidade menor, se ajusta à boa hermenêutica pacificamente praticada, fato que, talvez por isso mesmo, não chega às cortes superiores tamanha sua desimportância.
2- Atenta contra a boa lógica e finalidade das normas da execução fiscal, na disciplina também da Lei n. 6.830/80, a interpretação de que é peremptório o prazo de cinco dias previsto (art. 8º, II) para a nomeação de bens à penhora pelo executado.
3- É princípio elementar do direito que o prazo peremptório é aquele a que cominado pena, notadamente a preclusão, a qual não existe nem pode existir na hipótese sob pena de obstaculizar o resultado final da execução.
4- O (a) credor (a) é que deve ter a diligência indispensável no acompanhamento das execuções fiscais para que tenham o seu desejável regular processamento.
5- Agravo interno não provido.
6- Peças liberadas pelo Relator, em 21/6/2005, para publicação de acórdão" (Grifei.) (AGTAG nº 2004.01.00.060467-6/MG - Relator Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral - Sétima Turma - Unânime - D.J. 15/7/2005 - pág. 111.)
3 - Nessa ordem de idéias, afiguram-se-me presentes risco de lesão grave e de difícil reparação e fundamentação relevante para suspensão da decisão impugnada.
Pelo exposto, presentes os pressupostos que o autorizam, atribuo efeito suspensivo a este Agravo de Instrumento. (Código de Processo Civil, arts. 527, III, e 558.)
Intime-se a Agravada para resposta. (Código de Processo Civil, art. 527, V.)
Dê-se ciência ao ilustre prolator da decisão impugnada.
Brasília, 20 de março de 2007.

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.004717-8/DF
Processo na Origem: 200634000341732

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
AGRAVANTE	:	CLICHERIE JAIS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
ADVOGADO	:	GEISA FELIX BARUFI E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

DECISÃO

Insurge-se a agravante contra decisão que, em ação de rito ordinário, indeferiu pedido de antecipação de tutela, que visa a suspensão de exigibilidade do crédito tributário, com o oferecimento de bem imóvel à garantia, com vista à expedição de CPD-EN.
Sustenta que o imóvel oferecido tem valor suficiente para o pagamento da dívida total existente. Afirma que, mesmo que se considere que o oferecimento de imóvel em caução não se enquadre na hipótese prevista no art. 151, II, do CTN, é possível ao juízo *a quo* "conceder a suspensão da exigibilidade do crédito tributário com fulcro no art. 151, inciso V, do Código Tributário Nacional, cuja hipótese independe de depósito integral" (fl. 12).
No caso, ofereceu em garantia um imóvel avaliado em R$ 642.000,00, em outubro de 2007, para garantia de crédito tributário no valor de R$ 609.064,66.
Requer, por fim, a antecipação da pretensão recursal, diante da presença dos seus requisitos autorizadores

ISSO POSTO, DECIDO.

Não vislumbro relevância jurídica à pretensão da agravante.
A concessão de antecipação de tutela de natureza cautelar exige a presença dos requisitos legais dessa espécie de processo, quais sejam, o perigo na demora e a plausibilidade da pretensão.
A agravante alega que o valor do imóvel oferecido em caução é suficiente para garantir o débito, apresentando cópia do registro imobiliário da data da compra efetuada em 1998.
Entretanto, verifico que, *in casu*, a execução fiscal já foi ajuizada, conforme informação do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a fl. 107, o que se comprova na consulta, juntada à fl. 110, e, nos termos do art. 38 da Lei nº 6.830/80, a suspensão da exigibilidade do crédito exige a penhora de bens na execução ou o depósito integral em ação anulatória.
Assim, não pode o devedor pretender substituir a penhora a ser realizada na execução fiscal pela caução, por falta de amparo legal.
Razão pela qual, DENEGO A ANTECIPAÇÃO DA TUTELA RECURSAL.
Intime-se a agravada para os fins do art. 527, V, do CPC.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília-DF, 30 de março de 2007.

JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.004730-8/RO
Processo na Origem: 200741010001583

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
AGRAVANTE	:	M A F DA SILVA LONGHI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO - ME
ADVOGADOS	:	DRS. IGOR DOS SANTOS CAVALCANTE E OUTROS
AGRAVADO	:	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
PROCURADOR	:	DR. WALDEMAR RODRIGUES CHAVES FILHO

D E C I S Ã O

1 - M A F DA SILVA LONGHI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO - ME interpôs recurso de AGRAVO DE INSTRUMENTO, com pedido de efeito suspensivo, para reforma de decisão do Juiz Substituto da 1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, que lhe indeferira antecipação dos efeitos da tutela em AÇÃO ORDINÁRIA movida ao INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA para anular débitos tributários decorrentes de Autos de Infração que agentes públicos, sem atribuição legal de fiscal ou competência funcional de fiscalização, lavraram.
2 - Verifica-se, pelo exame dos autos, que o prolator da decisão agravada indeferira o pedido de antecipação de tutela, entre outros, ao fundamento de que os atos administrativos gozam de presunção de legitimidade e legalidade que somente pode ser afastada mediante prova inequívoca em sentido contrário.
3 - Afirmou, ainda, que a formação do convencimento necessário ao acolhimento do pleito só virá após manifestação da parte demandada, submetendo-se ao contraditório todas as informações trazidas pela autora.(Fls. 309.)
4 - A decisão agravada não destoa do entendimento deste Tribunal:
"AGRAVO DE INSTRUMENTO. ANTECIPAÇÃO DA TUTELA. CONSELHO PROFISSIONAL. CONTRATO SOCIAL. PRESUNÇÃO DE EXERCICIO DE ATIVIDADE. DILAÇÃO PROBATÓRIA.
1 - O Contrato Social é o instrumento de que se utiliza o conselho profissional para aferir as atividades desenvolvidas pela empresa.
2 - Constando do Contrato Social atividade não desenvolvida pela empresa e sujeita ao controle e fiscalização do CREA, imprescindível dilação probatória para afastar a presunção de veracidade daquelas informações.
3 - O instituto da antecipação da tutela não se compatibiliza com a necessidade de dilação probatória.
4 - Agravo de Instrumento não provido." (AG 2003.01.00.009411-0/MA - Rel. Juíza Federal Daniele Maranhão Costa (Conv.) - TRF/1ª Região - Sétima Turma - Unânime - D.J. 09/6/2006 - pág. 74.)
"MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL. EXAME PSICOLÓGICO. LEGALIDADE. IRREGULARIDADES APONTADAS NA PROVA. IMPOSSIBILIDADE DE AVALIAÇÃO EM SEDE DE TUTELA ANTECIPADA. NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL. PROVIMENTO DO AGRAVO.
1. O exame psicotécnico é exigido para o ingresso na Carreira Policial Federal (Lei nº 9.266/96, art. 2º, e Decreto-Lei nº 2.320/87, arts. 5º e 8º, III), devendo o concurso público para provimento de vagas do cargo de Agente de Polícia Federal se desenvolver sob a égide de tais regramentos legais.
2. Se o agravado foi considerado não recomendado no exame psicotécnico, de caráter eliminatório, não é admissível o prosseguimento nas demais etapas do certame, inclusive, com autorização para que participe do curso de formação, sem ter logrado êxito nessa fase do certame que antecede a convocação para o referido curso.
3. A alegação de subjetividade apontada pelo agravado é questão que demanda indagação e dilação probatória, inclusive com produção de prova pericial. Não é cabível, em exame de cognição sumária, o reconhecimento de que o recorrente possui o perfil psicológico adequado ao exercício do cargo que postula, pois se assim fosse, não estaria discutindo o resultado da avaliação psicológica que era uma etapa eliminatória do certame. A concessão de tutela antecipada deve estar fundada em elementos objetivos constantes dos autos e, em prova que de pronto permita avaliar a viabilidade do pedido deduzido na inicial como dotado de alta probabilidade de êxito por ocasião da prolação da sentença.
4. Não é possível conceder liminar ou antecipação de tutela para permitir a realização de curso de formação, causando dispêndios à União, se ao final, é possível a improcedência do pleito deduzido na inicial, o que se afigura frontalmente contrário às regras do instituto da tutela antecipada.
5. Agravo de instrumento da União provido." (AG nº 2005.01.00.060077-5/DF - Rel. Des. Federal Selene Maria de Almeida - TRF/1ª Região - Quinta Turma - Unânime - D.J. 27/7/2006 - pág. 101.)
"PROCESSUAL CIVIL E ECONÔMICO - MULTA DO CADE (ART. 7º DA LEI Nº 8.884/94) - DESCONTITUIÇÃO: NECESSIDADE DE GARANTIA DO JUÍZO (ART. 65 DA LEI Nº 8.884/94) - PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS: AFASTAMENTO POR MEIO DE LIMINAR (ANTECIPAÇÃO DE TUTELA): EXCEPCIONALIDADE - SEGUIMENTO NEGADO - AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.
1 - A decisão plenária do CADE tem força de título executivo extrajudicial que somente poderá ser desconstituído após a garantia do juízo nos termos do art. 65 da Lei 8.884, de 11 JUN 1994.
2 - Os atos administrativos gozam de presunção de legitimidade, veracidade e de legalidade, não sendo possível seu eventual afastamento por medida liminar, com flagrante ofensa ao princípio do devido processo legal, a não ser diante de evidências concretas e unívocas, o que não é caso.
3 - Agravo interno não provido.
4 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/12/2005, para publicação do acórdão." (Grifei.) (AGTAG nº 2005.01.00.054821-9/DF - Rel. Des. Federal Luciano Tolentino Amaral - TRF/1ªRegião - Sétima Turma - Unânime - D.J. 21/12/2005 - pág. 020.)
5 - Diante disso, a decisão agravada não é suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, pelo que, nos termos do art. 522, caput, do Código de Processo Civil, este Agravo de Instrumento deve permanecer na forma retida junto aos autos principais para ser analisado na ocasião do julgamento de Apelação eventualmente interposta.
Pelo exposto, com espeque no art. 527, II, do Código de Processo Civil, converto o presente Agravo de Instrumento em Agravo Retido e determino sua remessa ao juízo de origem.
Publique-se e intime-se.
Brasília, 20 de março de 2007.

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.005060-4/DF
Processo na Origem: 200634000291755

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
AGRAVANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	DR. RICARDO SCHNEIDER RODRIGUES
AGRAVADO	:	MUNICÍPIO DE VARJÃO - GO
PROCURADORES	:	DRS. EDSON DOMINGUES MARTINS E OUTROS

D E C I S Ã O

1 - O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS interpôs recurso de AGRAVO DE INSTRUMENTO, com pedido de efeito suspensivo, para reforma de decisão do Juiz Substituto da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, que deferira, em parte, antecipação dos efeitos da tutela em AÇÃO ORDINÁRIA que lhe move o Agravado para suspender a exigibilidade da contribuição previdenciária sobre os subsídios de exercentes de mandato eletivo municipal e da folha de salários de ocupantes de cargos efetivos detentores de função gratificada, de cargo em comissão sem vínculo e dos demais cargos temporários.
2 - Verifica-se, pelo exame dos autos, que o prolator da decisão agravada deferiu, em parte, o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, tão-somente, para suspender a exigibilidade da contribuição previdenciária sobre a folha de salários de ocupantes de cargos efetivos detentores de função gratificada e, no período anterior à edição da Lei nº 10.887/2004, dos titulares de mandato eletivo.
3 - A decisão agravada não merece reparo.
4 - A questão da inconstitucionalidade da Lei nº 9.506/97, que considerara segurado obrigatório da Previdência Social o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, instituindo, portanto, a correspondente contribuição de custeio do benefício sobre seus subsídios, foi assim decidida pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal em Seção Plenária:
"CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. PREVIDÊNCIA SOCIAL. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: PARLAMENTAR: EXERCENTE DE MANDATO ELETIVO FEDERAL, ESTADUAL ou MUNICIPAL. Lei nº 9.506, de 30.10.97. Lei nº 8.212, de 24.7.91. C.F., art. 195, II, sem a EC nº 20/98; art. 195, § 4º; art. 154, I.
I - A Lei nº 9.506/97, § 1º do art. 13, acrescentou a alínea h ao inc. I do art. 12 da Lei nº 8.212/91, tornando segurado obrigatório do regime geral de previdência social o exercente de mandato eletivo, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social.
II - Todavia, não poderia a lei criar figura nova de segurado obrigatório da previdência social, tendo em vista o disposto no art. 195, II, C.F. Ademais, a Lei nº 9.506/97, § 1º do art. 13, ao criar figura nova de segurado obrigatório, instituiu fonte nova de custeio da seguridade social, instituindo contribuição social sobre o subsídio de agente político. A instituição dessa nova contribuição, que não estaria incidindo sobre "a folha de salários, o faturamento e os lucros" (C.F., art. 195, I, sem a EC nº 20/98), exigiria a técnica da competência residual da União, art. 154, I, ex vi do disposto no art. 195, § 4º, ambos da C.F. É dizer, somente por lei complementar poderia ser instituída citada contribuição.

III - Inconstitucionalidade da alínea "h" do inc. I do art. 12 da Lei nº 8.212/91, introduzida pela Lei nº 9.506/97, § 1º do art. 13.
IV - R.E. conhecido e provido." (RE nº 351.717/PR - Rel. Min. Carlos Velloso - Tribunal Pleno - D.J. 21/11/2003 - pág. 10.)
5 - E mais, o Senado Federal suspendeu, pela Resolução nº 26/2005, a execução da alínea "h" do item I do art. 12 da Lei Federal nº 8.212/91.
6 - Ocorre, porém, que, com a edição da Emenda Constitucional nº 20/98, que determinara o financiamento da seguridade social por contribuições "...do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei...", e posterior edição da Lei nº 10.887/2004, que voltou a incluir entre segurados obrigatórios da Previdência Social o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, deve ser definido quando se tornou exigível a contribuição discutida.
7 - A Emenda Constitucional nº 20/98 não instituiu contribuição previdenciária sobre os subsídios dos exercentes de mandato eletivo federal, estadual ou municipal; apenas a autorizou, de forma genérica, ao dar nova redação ao art. 195, I, da Constituição Federal, fazendo-se necessária a edição de lei que viesse preencher a lacuna nela existente, conferindo-lhe aplicabilidade, sem exigência de que fosse LEI COMPLEMENTAR por não ter criado nova fonte de custeio.
8 - De outro lado, a Lei nº 10.887/2004 veio, exatamente, dar aplicabilidade ao aludido dispositivo constitucional, preenchendo a lacuna existente: "entidade a ela equiparada na forma da lei", o que não poderia ter sido feito pela Lei nº 9.506/97 por ter sido declarada inconstitucional, não se podendo admitir sua constitucionalização porque vício de inconstitucionalidade não é passível de convalidação, pois, consoante entendimento do Excelso Pretório, tal vício é congênito à lei e há de ser averiguado em face do ordenamento constitucional vigente à época de sua elaboração. (ADIn 2-DF - Rel. Min. Paulo Brossard - D.J. de 21/11/97.)
9 - Outro não é o ensinamento da doutrina:
"... a sobrevinda de Emenda não constitucionaliza a norma inicialmente inválida. Destarte, seus efeitos poderão ser impugnados e desaplicada tal regra. Para que venham a irromper validamente no universo jurídico efeitos correspondentes aos supostos na lei originariamente inválida será necessário que, após a Emenda, seja editada nova lei, se o legislador entender de fazê-lo e de atribuir-lhe teor igual, pois, só então, será compatível com o enquadramento constitucional vigente." (Celso Antônio Bandeira de Mello - "Leis Originariamente Inconstitucionais Compatíveis com Emenda Constitucional Superveniente" - Revista de Direito Administrativo nº 215/97.)
10 - Nessa ordem de idéias, tendo a Lei nº 10.887/2004 tornado aplicável o art. 195, I, da Constituição Federal, em razão da redação da Emenda Constitucional nº 20/98, somente a partir da sua eficácia é exigível contribuição previdenciária sobre os subsídios dos exercentes de mandato eletivo federal, estadual e municipal.
11 - Quanto aos ocupantes de cargos efetivos detentores de função gratificada, assim decidiu este Tribunal:
"TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FUNÇÃO COMISSIONADA. LEI Nº. 9.783/99.
I - Após a edição da Emenda Constitucional nº. 20/98, proibiu-se ao servidor inativo, em face do regime atuarial e contributivo do modelo previdenciário, perceber proventos superiores à remuneração do cargo efetivo. Portanto, o servidor público ao aposentar-se não fará jus ao correspondente valor da função comissionada (FC), assim, não há razão para a cobrança da contribuição social sobre a respectiva rubrica.
II. Sobre o montante a ser restituído incidirá apenas a Taxa SELIC a partir de 1º JAN 1996 (Lei nº. 9.250/95, art. 39, § 4º), que substitui a correção monetária e os juros moratórios.
III. Apelação provida." (Grifei.)(AC nº 2001.34.00.025609-0/DF - Rel. Desembargador Federal Carlos Fernando Mathias - TRF/1ª Região - Oitava Turma - Unânime - D.J. 12/01/2007 - pág. 87.)
12 - Outro não é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:
"TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. SERVIDORES PÚBLICOS. FUNÇÃO COMISSIONADA. NÃO-INCIDÊNCIA.
1. O STJ fixou orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre as parcelas não incorporáveis pagas a servidores no exercício de funções comissionadas ou gratificadas.
2. Recurso especial provido." (Grifei.) (RESP nº 510.792/DF - Rel. Desembargador Federal João Otávio de Noronha - TRF/1ª Região - Segunda Turma - Unânime - D.J. 07/12/2006 - pág. 282.)
13 - Diante disso, a decisão agravada não é suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, pelo que, nos termos do art. 522, caput, do Código de Processo Civil, este Agravo de Instrumento deve permanecer na forma retida junto aos autos principais para ser analisado na ocasião do julgamento de Apelação eventualmente interposta.
Pelo exposto, com espeque no art. 527, II, do Código de Processo Civil, converto o presente Agravo de Instrumento em Agravo Retido e determino sua remessa ao juízo de origem.
Publique-se e intime-se.
Brasília, 20 de março de 2007.

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.005129-8/BA
Processo na Origem: 200633040018132

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
AGRAVANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	DISTRIBUIDORA VIANA GOMES LTDA

DECISÃO
Insurge-se a agravante contra decisão que indeferiu pedido de citação por edital e concedeu o prazo de 30 dias para que diligencie para encontrar o endereço do executado para fins de citação, bem como determinou a suspensão do curso da execução por 01 (um) ano.
Alega que, frustrada a citação por mandado, juntou ao pedido consulta à base de dados do CPF/CNPJ, cujo endereço é o mesmo que consta da inicial da ação e das CDAs, razão pela qual a citação por edital é um imperativo da lei, ato processual cuja realização não pode ser negada.
Assevera que a realização de diligências para encontrar o executado constitui faculdade do credor, a ser exercida em seu exclusivo interesse.
Sustenta a urgência na reforma da decisão, uma vez que, com a paralisação da execução, pode ocorrer a consumação do prazo prescricional, e que a recusa em se proceder a citação por edital contraria o disposto no art. 8º da Lei n. 6.830/80.
Requer a antecipação da pretensão recursal, bem assim o bloqueio de importâncias em dinheiro porventura existentes em conta bancária de titularidade do devedor, através do sistema BACEN JUD, até o limite da dívida executada.
ISSO POSTO, DECIDO.
Ressalto, de início, que a decisão agravada tratou somente da matéria objeto do pedido de fl. 42, qual seja, a citação por edital, nada falando sobre o bloqueio de valores eventualmente existentes na conta do devedor, em face de não haver pedido nesse sentido. Assim, aprecio apenas o pedido de suspensão dos efeitos da decisão que indeferiu o pedido de citação por edital.
Confiro relevância jurídica à pretensão da agravante. A Lei Processual Civil, aplicada subsidiariamente à Execução Fiscal, por força do art. 1º da LEF, estabelece que a citação por edital será efetuada "quando desconhecido ou incerto o réu" (art. 231, I, do CPC), ou "quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que se encontrar" (art. 231, II, do CPC), sendo indispensável "a afirmação do autor, ou a certidão do oficial" (art. 232, I, do CPC), para atestar a ocorrência dessas circunstâncias.
In casu, tenho por presentes tais requisitos, seja em razão da certidão do Oficial de Justiça, cientificando que a executada não funciona mais no mesmo local e devolvendo o mandado sem cumprimento (fl. 39), seja porque a exeqüente, ao requerer a citação por edital, demonstra que consta da base de dados do Ministério da Fazenda o mesmo endereço registrado na inicial.
Daí por que CONCEDO A ANTECIPAÇÃO DA PRETENSÃO RECURSAL pleiteada, para determinar que se realize a citação da executada por edital.
Dê-se ciência ao ilustre prolator da decisão agravada.
Sem intimação do agravado para apresentação de contraminuta, tendo em vista que não foi constituído advogado nos autos da execução fiscal, consoante certidão de fl. 08.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília-DF, 29 de março de 2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.005143-1/BA
Processo na Origem: 200633040018756

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.)
AGRAVANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	CAMILA BIJOUTERIA LTDA

DECISÃO
Insurge-se a agravante contra decisão indeferiu pedido de citação por edital e concedeu o prazo de 30 dias para que diligencie para encontrar o endereço do executado para fins de citação, bem como determinou a suspensão do curso da execução por 01 (um) ano.
Alega que, frustrada a citação por mandado, juntou ao pedido consulta à base de dados do CPF/CNPJ, cujo endereço é o mesmo que consta da inicial da ação e das CDAs, razão pela qual a citação por edital é um imperativo da lei, ato processual cuja realização não pode ser negada.
Assevera que a realização de diligências para encontrar o executado constitui faculdade do credor, a ser exercida em seu exclusivo interesse.
Sustenta a urgência na reforma da decisão, uma vez que, com a paralisação da execução, pode ocorrer a consumação do prazo prescricional, e que a recusa em se proceder a citação por edital contraria o disposto no art. 8º da Lei n. 6.830/80.
Requer a antecipação da pretensão recursal, bem assim o bloqueio de importâncias em dinheiro porventura existentes em conta bancária de titularidade do devedor, através do sistema BACEN JUD, até o limite da dívida executada.
ISSO POSTO, DECIDO.
Ressalto, de início, que a decisão agravada tratou somente da matéria objeto do pedido de fl. 78, qual seja, a citação por edital, nada falando sobre o bloqueio de valores eventualmente existentes na conta do devedor, em face de não haver pedido nesse sentido. Assim, aprecio apenas o pedido de suspensão dos efeitos da decisão que indeferiu o pedido de citação por edital.
Confiro relevância jurídica à pretensão da agravante. A Lei Processual Civil, aplicada subsidiariamente à Execução Fiscal, por força do art. 1º da LEF, estabelece que a citação por edital será efetuada "quando desconhecido ou incerto o réu" (art. 231, I, do CPC), ou "quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que se encontrar" (art. 231, II, do CPC), sendo indispensável "a afirmação do autor, ou a certidão do oficial" (art. 232, I, do CPC), para atestar a ocorrência dessas circunstâncias.
In casu, tenho por presentes tais requisitos, seja em razão da certidão do Oficial de Justiça, cientificando que a executada não funciona mais no mesmo local e devolvendo o mandado sem cumprimento (fl. 75), seja porque a exeqüente, ao requerer a citação por edital, demonstra que consta da base de dados do Ministério da Fazenda o mesmo endereço registrado na inicial.
Daí por que CONCEDO A ANTECIPAÇÃO DA PRETENSÃO RECURSAL pleiteada, para determinar que se realize a citação da executada por edital.
Dê-se ciência ao ilustre prolator da decisão agravada.
Sem intimação do agravado para apresentação de contraminuta, tendo em vista que não foi constituído advogado nos autos da execução fiscal, consoante certidão de fl. 08.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília-DF, 29 de março de 2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.005152-0/BA
Processo na Origem: 200633040018859

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)		JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE
AGRAVANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	FESTA FACIL DECORACOES LTDA

DECISÃO
Insurge-se a agravante contra decisão que indeferiu pedido de citação por edital e concedeu o prazo de 30 dias para que diligencie para encontrar o endereço do executado para fins de citação, bem como determinou a suspensão do curso da execução por 01 (um) ano.
Alega que, frustrada a citação por mandado, juntou ao pedido consulta à base de dados do CPF/CNPJ, cujo endereço é o mesmo que consta da inicial da ação e das CDAs, razão pela qual a citação por edital é um imperativo da lei, ato processual cuja realização não pode ser negada.
Assevera que a realização de diligências para encontrar o executado constitui faculdade do credor, a ser exercida em seu exclusivo interesse.
Sustenta a urgência na reforma da decisão, uma vez que, com a paralisação da execução, pode ocorrer a consumação do prazo prescricional, e que a recusa em se proceder a citação por edital contraria o disposto no art. 8º da Lei n. 6.830/80.
Requer a antecipação da pretensão recursal, bem assim o bloqueio de importâncias em dinheiro porventura existentes em conta bancária de titularidade do devedor, através do sistema BACEN JUD, até o limite da dívida executada.
ISSO POSTO, DECIDO.
Ressalto, de início, que a decisão agravada tratou somente da matéria objeto do pedido de fl. 114, qual seja, a citação por edital, nada falando sobre o bloqueio de valores eventualmente existentes na conta do devedor, em face de não haver pedido nesse sentido. Assim, aprecio apenas o pedido de suspensão dos efeitos da decisão que indeferiu o pedido de citação por edital.
Confiro relevância jurídica à pretensão da agravante. A Lei Processual Civil, aplicada subsidiariamente à Execução Fiscal, por força do art. 1º da LEF, estabelece que a citação por edital será efetuada "quando desconhecido ou incerto o réu" (art. 231, I, do CPC), ou "quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que se encontrar" (art. 231, II, do CPC), sendo indispensável "a afirmação do autor, ou a certidão do oficial" (art. 232, I, do CPC), para atestar a ocorrência dessas circunstâncias.
In casu, tenho por presentes tais requisitos, seja em razão da certidão do Oficial de Justiça, cientificando que a executada não funciona mais no mesmo local e devolvendo o mandado sem cumprimento (fl. 111), seja porque a exeqüente, ao requerer a citação por edital, demonstra que consta da base de dados do Ministério da Fazenda o mesmo endereço registrado na inicial.
Daí por que CONCEDO A ANTECIPAÇÃO DA PRETENSÃO RECURSAL pleiteada, para determinar que se realize a citação da executada por edital.
Dê-se ciência ao ilustre prolator da decisão agravada.
Sem intimação do agravado para apresentação de contraminuta, tendo em vista que não foi constituído advogado nos autos da execução fiscal, consoante certidão de fl. 08.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília-DF, 29 de março de 2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.006228-7/PA
Processo na Origem: 199939000045657

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
AGRAVANTE	:	EDITORA CEJUP LTDA
ADVOGADOS	:	DRS. VERENA MAUÉS FIDALGO BARROS E OUTROS
AGRAVADA	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO

D E C I S Ã O

1 - A EDITORA CEJUP LTDA interpôs recurso de AGRAVO DE INSTRUMENTO, com pedido de efeito suspensivo, para reforma de decisão do Juiz da 7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Pará, que, em EXECUÇÃO FISCAL, indeferira pedido para substituição de bens penhorados (livros) por uma máquina ATF Davidson Company Single Color Offset, modelo 601, em razão de recusa do Exeqüente.
2 - A decisão agravada não destoa do entendimento deste Tribunal:
"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL - SUBSTITUIÇÃO DE PENHORA: DE IMÓVEL POR PRECATÓRIO (CESSÃO DE DIREITOS) HÁ MUITO PENDENTE E SEM PROVA PLENA DE PROPRIEDADE E LIQUIDEZ: RECUSA LEGITÍMA - SEGUIMENTO NEGADO - AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.
1 - Subverter a ordem de gradação prevista no art. 11 da Lei nº 6.830/80 (relativa, de regra) reclama concordância da exeqüente (art. 15, I, da Lei nº 6.830/80), salvo se (judicialmente declarada) injusta a recusa (se derivada de mero comodismo).
2 - Embora, regra geral (STJ, AGA nº 551.386/RS), precatórios emitidos pela própria Fazenda exeqüente possam ser objeto de garantia à Execução Fiscal, tal situação não há (presente a justa recusa) quando a oferta à penhora atina com cessão de direitos sobre precatório (advindo de reclamação trabalhista que tramitou em Roraima) requisitado há quase 10 anos (sem qualquer evidência acerca de quando será liquidado) e, não o bastante, cuja propriedade e possível fração cedida não se encontram amparadas em prova plena, o que denota, assim, sua isquemia enquanto garantia do juízo.
3 - Se, a teor do art. 620 do CPC, não se deve imputar ao devedor ônus excessivo, por outro, o processo de execução visa à satisfação do crédito do exeqüente. Embora não haja hierarquia entre tais princípios (maior utilidade x menor onerosidade), cujo eventual entrechoque se resolve mediante interpretação que, reduzindo aqui e ampliando alhures, os compatibilize, tende-se a preservar a eficácia do processo executivo, cujo objetivo é, a final, dar ao credor tudo quando lhe cabe por direito auferir.
4 - Agravo interno não provido.
5 - Peças liberadas pelo Relator, em 11/09/2006, para publicação do acórdão." (Grifei.) (AGTAG 2006.01.00.006911-8/GO - Rel. Des. Federal Luciano Tolentino Amaral - TRF/1ª Região - Sétima Turma - Unânime - D.J. 29/9/2006 - pág. 72.)
3 - Diante disso, a decisão agravada não é suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, pelo que, nos termos do art. 522, caput, do Código de Processo Civil, este Agravo de Instrumento deve permanecer na forma retida junto aos autos principais para ser analisado na ocasião do julgamento de Apelação eventualmente interposta.
Pelo exposto, com espeque no art. 527, II, do Código de Processo Civil, converto o presente Agravo de Instrumento em Agravo Retido e determino sua remessa ao juízo de origem.
Publique-se e intime-se.
Brasília, 20 de março de 2007.

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.006435-2/RO
Processo na Origem: 200741010002955

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
AGRAVANTE	:	RONDOPORTAL DESDOBRAMENTO DE MADEIRAS LTDA
PROCURADORES	:	DRS. IGOR DOS SANTOS CAVALCANTE E OUTRO
AGRAVADO	:	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

D E C I S Ã O

1 - RONDOPORTAL DESDOBRAMENTO DE MADEIRAS LTDA interpôs recurso de AGRAVO DE INSTRUMENTO, com pedido de efeito suspensivo, para reforma de decisão do Juiz Substituto da 1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, que lhe indeferira antecipação dos efeitos da tutela em AÇÃO ORDINÁRIA movida ao INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA para anular débitos tributários decorrentes de Autos de Infração que agentes públicos, sem atribuição legal de fiscal ou competência funcional de fiscalização, lavraram.
2 - Verifica-se, pelo exame dos autos, que o prolator da decisão agravada indeferiu o pedido de antecipação de tutela, entre outros, ao fundamento de que os atos administrativos gozam de presunção de legitimidade e legalidade que somente pode se afastada mediante prova em contrário. Afirmou, ainda, que a formação de um convencimento necessário ao acolhimento do pleito só virá após manifestação da parte demandada, submetendo-se ao contraditório todas as informações trazidas pela autora.(Fls. 116.)
3 - A decisão agravada não destoa do entendimento deste Tribunal:
"AGRAVO DE INSTRUMENTO. ANTECIPAÇÃO DA TUTELA. CONSELHO PROFISSIONAL. CONTRATO SOCIAL. PRESUNÇÃO DE EXERCICIO DE ATIVIDADE. DILAÇÃO PROBATÓRIA.
1 - O Contrato Social é o instrumento de que se utiliza o conselho profissional para aferir as atividades desenvolvidas pela empresa.
2 - Constando do Contrato Social atividade não desenvolvida pela empresa e sujeita ao controle e fiscalização do CREA, imprescindível dilação probatória para afastar a presunção de veracidade daquelas informações.
3 - O instituto da antecipação da tutela não se compatibiliza com a necessidade de dilação probatória.
4 - Agravo de Instrumento não provido." (Grifei.) (AG nº 2003.01.00.009411-0/MA - Rel. Juíza Federal Daniele Maranhão Costa (Conv.) - TRF/1ª Região - Sétima Turma - Unânime - D.J. 09/6/2006 - pág. 74.)
"MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL. EXAME PSICOLÓGICO. LEGALIDADE. IRREGULARIDADES APONTADAS NA PROVA. IMPOSSIBILIDADE DE AVALIAÇÃO EM SEDE DE TUTELA ANTECIPADA. NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL. PROVIMENTO DO AGRAVO.
1. O exame psicotécnico é exigido para o ingresso na Carreira Policial Federal (Lei nº 9.266/96, art. 2º, e Decreto-Lei nº 2.320/87, arts. 5º e 8º, III), devendo o concurso público para provimento de vagas do cargo de Agente de Polícia Federal se desenvolver sob a égide de tais regramentos legais.
2. Se o agravado foi considerado não recomendado no exame psicotécnico, de caráter eliminatório, não é admissível o prosseguimento nas demais etapas do certame, inclusive, com autorização para que participe do curso de formação, sem ter logrado êxito nessa fase do certame que antecede a convocação para o referido curso.
3. A alegação de subjetividade apontada pelo agravado é questão que demanda indagação e dilação probatória, inclusive com produção de prova pericial. Não é cabível, em exame de cognição sumária, o reconhecimento de que o recorrente possui o perfil psicológico adequado ao exercício do cargo que postula, pois se assim fosse, não estaria discutindo o resultado da avaliação psicológica que era uma etapa eliminatória do certame. A concessão de tutela antecipada deve estar fundada em elementos objetivos constantes dos autos e, em prova que de pronto permita avaliar a viabilidade do pedido deduzido na inicial como dotado de alta probabilidade de êxito por ocasião da prolação da sentença.
4. Não é possível conceder liminar ou antecipação de tutela para permitir a realização de curso de formação, causando dispêndios à União, se ao final, é possível a improcedência do pleito deduzido na inicial, o que se afigura frontalmente contrário às regras do instituto da tutela antecipada.
5. Agravo de instrumento da União provido." (Grifei.) (AG nº 2005.01.00.060077-5/DF - Rel. Des. Federal Selene Maria de Almeida - TRF/1ª Região - Quinta Turma - Unânime - D.J. 27/7/2006 - pág. 101.)
"PROCESSUAL CIVIL E ECONÔMICO - MULTA DO CADE (ART. 7º DA LEI Nº 8.884/94) - DESCONTITUIÇÃO: NECESSIDADE DE GARANTIA DO JUÍZO (ART. 65 DA LEI Nº 8.884/94) - PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS: AFASTAMENTO POR MEIO DE LIMINAR (ANTECIPAÇÃO DE TUTELA): EXCEPCIONALIDADE - SEGUIMENTO NEGADO - AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.
1 - A decisão plenária do CADE tem força de título executivo extrajudicial que somente poderá ser desconstituído após a garantia do juízo nos termos do art. 65 da Lei 8.884, de 11 JUN 1994.
2 - Os atos administrativos gozam de presunção de legitimidade, veracidade e de legalidade, não sendo possível seu eventual afastamento por medida liminar, com flagrante ofensa ao princípio do devido processo legal, a não ser diante de evidências concretas e unívocas, o que não é caso.
3 - Agravo interno não provido.
4 - Peças liberadas pelo Relator, em 13/12/2005, para publicação do acórdão." (Grifei.) (AGTAG nº 2005.01.00.054821-9/DF - Rel. Des. Federal Luciano Tolentino Amaral - TRF/1ªRegião - Sétima Turma - Unânime - D.J. 21/12/2005 - pág. 20.)
4 - Diante disso, a decisão agravada não é suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, pelo que, nos termos do art. 522, caput, do Código de Processo Civil, este Agravo de Instrumento deve permanecer na forma retida junto aos autos principais para ser analisado na ocasião do julgamento de Apelação eventualmente interposta.
Pelo exposto, com espeque no art. 527, II, do Código de Processo Civil, converto o presente Agravo de Instrumento em Agravo Retido e determino sua remessa ao juízo de origem.
Publique-se e intimem-se.
Brasília, 20 de março de 2007.

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.006476-7/BA
Processo na Origem: 200633080012086

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
AGRAVANTE	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADA	:	BAHIA LOGÍSTICA LTDA

D E C I S Ã O

1 - A UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL) interpôs recurso de AGRAVO DE INSTRUMENTO, com pedido de efeito suspensivo, para reforma de decisão do Juiz da Vara Única Federal da Subseção Judiciária de Jequié, Estado da Bahia, que, em EXECUÇÃO FISCAL, indeferira pedido para citação da Agravada por meio de edital.
2 - Verifica-se, pelo exame dos autos, que o prolator da decisão agravada indeferiu o pedido ao fundamento de que a citação mediante edital somente deve ser efetivada depois de esgotados todos os meios de localização do devedor. (Fls. 27.)
3 - A decisão agravada não destoa do entendimento deste Tribunal:
"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL - CITAÇÃO EDITALÍCIA DO DEVEDOR - JURISPRUDÊNCIA CONVERGENTE DO STJ - SÚMULA 210 DO EXTINTO TFR - INEXISTÊNCIA DE DILIGÊNCIAS DO OFICIAL DE JUSTIÇA.
1."Na execução fiscal, não sendo encontrados o devedor nem bens arrestáveis, é cabível a citação editalícia" (Súmula nº 210/TFR - grifei).
2."Ocorre nulidade de citação editalícia quando não se utiliza, primeiramente, da determinação legal para que o Oficial de Justiça proceda às diligências necessárias à localização do réu" (grifei). (STJ, REsp nº 247.368/RS, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, T1, ac. un., DJ 29/5/2000, p.125).
3. A agravante se precipita ao pedir a citação por edital da devedora e do co-responsável tributário sem que previamente requerido o cumprimento da diligência por Oficial de Justiça, conforme jurisprudência vetusta.
4. Peças liberadas pelo Relator em 28/8/2002 para publicação do acórdão." (Grifei.) (AG nº 2000.01.00.050981-5/MG - Rel. Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral - TRF/1ª Região - Sétima Turma - Unânime - D.J. 20/9/2002 - pág. 106.)
"PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE IMISSÃO DE POSSE. CITAÇÃO DOS RÉUS. ENDEREÇO DESCONHECIDO. PRAZO PARA DILIGENCIA. MORADORA ATUAL.
1. Não tendo a Autora localizado o endereço atual de um dos réus (ex-mulher do mutuário), não se justifica a extinção do processo sem julgamento do mérito, mas o deferimento do pedido por ela feito de prazo para diligenciar seu novo endereço, sendo possível, se infrutíferas todas as diligências a citação por edital.
2. Necessidade de integração à lide da atual moradora do imóvel.
3. Apelação a que se dá provimento." (AC nº 2003.38.00.011155-4/MG - Rel. Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues - TRF/1ª Região - Sexta Turma - Unânime - D.J. 29/8/2005 - pág. 156.)
4 - Outro não é o entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça:
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. EXECUÇÃO FISCAL. CITAÇÃO POR EDITAL. POSSIBILIDADE APÓS O EXAURIMENTO DE TODOS OS MEIOS POSSÍVEIS À LOCALIZAÇÃO DO DEVEDOR. ART. 8º, III, DA LEI N. 6.830/80. NÃO-OCORRÊNCIA, IN CASU. VASTIDÃO DE PRECEDENTES.
1. Agravo regimental contra decisão que desproveu agravo de instrumento.
2. O acórdão a quo, nos autos de execução fiscal, indeferiu a citação por edital, porque não esgotados todos os meios para localização do devedor.
3. A citação por edital integra os meios a serem esgotados na localização do devedor. Produz ela efeitos que não podem ser negligenciados quando da sua efetivação.
4. O Oficial de Justiça deve envidar todos os meios possíveis à localização do devedor, ao que, somente depois, deve ser declarado, para fins de citação por edital, encontrar-se em lugar incerto e não-sabido. Assim, ter-se-á por nula a citação se o credor não afirmar que o réu está em lugar incerto ou não-sabido, ou que isso seja certificado pelo Oficial de Justiça (art. 232, I, do CPC), cujas certidões gozam de fé pública, somente ilidível por prova em contrário.
5. De acordo com o art. 8º, I e III, da LEF, c/c o art. 231, II, do CPC, a citação por edital será realizada apenas após o esgotamento de todos meios possíveis para localização do devedor.
6. Ocorre nulidade de citação editalícia quando não se utiliza, primeiramente, da determinação legal para que o Oficial de Justiça proceda as diligências necessárias à localização do réu.
7. "Na execução fiscal a citação do devedor por edital só é possível após o esgotamento de todos os meios possíveis à sua localização. Constatado pelo Tribunal de origem que não foram envidados esforços e promovidas as diligências necessárias para localização do devedor, impossível a citação por edital" (REsp nº 357.550/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, DJ de 06/3/2006).
8. "Somente quando não lograr êxito na via postal e for frustrada a localização do executado por oficial de justiça, fica o credor autorizado a utilizar-se da citação por edital, conforme disposto no art. 8º, inciso III, da Lei de Execuções Fiscais" (REsp nº 806.645/SP, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 06/3/2006).
9. Vastidão de precedentes desta Corte Superior.
10. Agravo regimental não-provido." (Grifei.) (AgRg no Ag nº 752.344/PR - Rel. Min. José Delgado - STJ - Primeira Turma - Unânime - D.J. 22/6/2006 - pág. 185.)

5 - Nessa ordem de idéias, não se me afiguram presentes risco de lesão grave e de difícil reparação e fundamentação relevante para suspensão da decisão impugnada.
Pelo exposto, ausentes os pressupostos que o autorizam, deixo de atribuir efeito suspensivo a este Agravo de Instrumento. (Código de Processo Civil, arts. 527, III, e 558.)
Intime-se a Agravada para resposta. (Código de Processo Civil, art. 527, V.)
Dê-se ciência ao ilustre prolator da decisão impugnada.
Brasília, 20 de março de 2007.

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.006477-0/BA
Processo na Origem: 200633080014727

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
AGRAVANTE	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADA	:	FC SERVIÇOS TERRAPLANAGEM SC LTDA

D E C I S Ã O

1 - A UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL) interpôs recurso de AGRAVO DE INSTRUMENTO, com pedido de efeito suspensivo, para reforma de decisão do Juiz da Vara Única Federal da Subseção Judiciária de Jequié, Estado da Bahia, que, em EXECUÇÃO FISCAL, indeferira pedido para citação da Agravada por meio de edital.
2 - Verifica-se, pelo exame dos autos, que o prolator da decisão agravada indeferiu o pedido ao fundamento de que a citação mediante edital somente deve ser efetivada depois de esgotados todos os meios de localização do devedor. (Fls. 47.)
3 - A decisão agravada não destoa do entendimento deste Tribunal:
"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL - CITAÇÃO EDITALÍCIA DO DEVEDOR - JURISPRUDÊNCIA CONVERGENTE DO STJ - SÚMULA 210 DO EXTINTO TFR - INEXISTÊNCIA DE DILIGÊNCIAS DO OFICIAL DE JUSTIÇA.
1."Na execução fiscal, não sendo encontrados o devedor nem bens arrestáveis, é cabível a citação editalícia" (Súmula nº 210/TFR - grifei).
2."Ocorre nulidade de citação editalícia quando não se utiliza, primeiramente, da determinação legal para que o Oficial de Justiça proceda às diligências necessárias à localização do réu" (grifei). (STJ, REsp nº 247.368/RS, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, T1, ac. un., DJ 29/5/2000, p.125).
3. A agravante se precipita ao pedir a citação por edital da devedora e do co-responsável tributário sem que previamente requerido o cumprimento da diligência por Oficial de Justiça, conforme jurisprudência vetusta.
4. Peças liberadas pelo Relator em 28/8/2002 para publicação do acórdão." (Grifei.) (AG nº 2000.01.00.050981-5/MG - Rel. Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral - TRF/1ª Região - Sétima Turma - Unânime - D.J. 20/9/2002 - pág. 106.)
"PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE IMISSÃO DE POSSE. CITAÇÃO DOS RÉUS. ENDEREÇO DESCONHECIDO. PRAZO PARA DILIGENCIA. MORADORA ATUAL.
1. Não tendo a Autora localizado o endereço atual de um dos réus (ex-mulher do mutuário), não se justifica a extinção do processo sem julgamento do mérito, mas o deferimento do pedido por ela feito de prazo para diligenciar seu novo endereço, sendo possível, se infrutíferas todas as diligências a citação por edital.
2. Necessidade de integração à lide da atual moradora do imóvel.
3. Apelação a que se dá provimento." (AC nº 2003.38.00.011155-4/MG - Rel. Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues - TRF/1ª Região - Sexta Turma - Unânime - D.J. 29/8/2005 - pág. 156.)
4 - Outro não é o entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça:
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. EXECUÇÃO FISCAL. CITAÇÃO POR EDITAL. POSSIBILIDADE APÓS O EXAURIMENTO DE TODOS OS MEIOS POSSÍVEIS À LOCALIZAÇÃO DO DEVEDOR. ART. 8º, III, DA LEI N. 6.830/80. NÃO-OCORRÊNCIA, IN CASU. VASTIDÃO DE PRECEDENTES.
1. Agravo regimental contra decisão que desproveu agravo de instrumento.
2. O acórdão a quo, nos autos de execução fiscal, indeferiu a citação por edital, porque não esgotados todos os meios para localização do devedor.
3. A citação por edital integra os meios a serem esgotados na localização do devedor. Produz ela efeitos que não podem ser negligenciados quando da sua efetivação.
4. O Oficial de Justiça deve envidar todos os meios possíveis à localização do devedor, ao que, somente depois, deve ser declarado, para fins de citação por edital, encontrar-se em lugar incerto e não-sabido. Assim, ter-se-á por nula a citação se o credor não afirmar que o réu está em lugar incerto ou não-sabido, ou que isso seja certificado pelo Oficial de Justiça (art. 232, I, do CPC), cujas certidões gozam de fé pública, somente ilidível por prova em contrário.
5. De acordo com o art. 8º, I e III, da LEF, c/c o art. 231, II, do CPC, a citação por edital será realizada apenas após o esgotamento de todos meios possíveis para localização do devedor.
6. Ocorre nulidade de citação editalícia quando não se utiliza, primeiramente, da determinação legal para que o Oficial de Justiça proceda as diligências necessárias à localização do réu.
7. "Na execução fiscal a citação do devedor por edital só é possível após o esgotamento de todos os meios possíveis à sua localização. Constatado pelo Tribunal de origem que não foram envidados esforços e promovidas as diligências necessárias para localização do devedor, impossível a citação por edital" (REsp nº 357.550/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, DJ de 06/3/2006).
8. "Somente quando não lograr êxito na via postal e for frustrada a localização do executado por oficial de justiça, fica o credor autorizado a utilizar-se da citação por edital, conforme disposto no art. 8º, inciso III, da Lei de Execuções Fiscais" (REsp nº 806.645/SP, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 06/3/2006).
9. Vastidão de precedentes desta Corte Superior.
10. Agravo regimental não-provido." (Grifei.) (AgRg no Ag nº 752.344/PR - Rel. Min. José Delgado - STJ - Primeira Turma - Unânime - D.J. 22/6/2006 - pág. 185.)
5 - Nessa ordem de idéias, não se me afiguram presentes risco de lesão grave e de difícil reparação e fundamentação relevante para suspensão da decisão impugnada.
Pelo exposto, ausentes os pressupostos que o autorizam, deixo de atribuir efeito suspensivo a este Agravo de Instrumento. (Código de Processo Civil, arts. 527, III, e 558.)
Intime-se a Agravada para resposta. (Código de Processo Civil, art. 527, V.)
Dê-se ciência ao ilustre prolator da decisão impugnada.
Brasília, 20 de março de 2007.

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.006615-0/BA
Processo na Origem: 200633080010524

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
AGRAVANTE	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADA	:	MARIA DA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA MENDES

D E C I S Ã O

1 - A UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL) interpôs recurso de AGRAVO DE INSTRUMENTO, com pedido de efeito suspensivo, para reforma de decisão do Juiz da Vara Única Federal da Subseção Judiciária de Jequié, Estado da Bahia, que, em EXECUÇÃO FISCAL, indeferira pedido para citação da Agravada por meio de edital.
2 - Verifica-se, pelo exame dos autos, que o prolator da decisão agravada indeferiu o pedido ao fundamento de que a citação mediante edital somente deve ser efetivada depois de esgotados todos os meios de localização do devedor. (Fls. 37.)
3 - A decisão agravada não destoa do entendimento deste Tribunal:
"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL - CITAÇÃO EDITALÍCIA DO DEVEDOR - JURISPRUDÊNCIA CONVERGENTE DO STJ - SÚMULA 210 DO EXTINTO TFR - INEXISTÊNCIA DE DILIGÊNCIAS DO OFICIAL DE JUSTIÇA.
1."Na execução fiscal, não sendo encontrados o devedor nem bens arrestáveis, é cabível a citação editalícia" (Súmula nº 210/TFR - grifei).
2."Ocorre nulidade de citação editalícia quando não se utiliza, primeiramente, da determinação legal para que o Oficial de Justiça proceda às diligências necessárias à localização do réu" (grifei). (STJ, REsp nº 247.368/RS, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, T1, ac. un., DJ 29/5/2000, p.125).
3. A agravante se precipita ao pedir a citação por edital da devedora e do co-responsável tributário sem que previamente requerido o cumprimento da diligência por Oficial de Justiça, conforme jurisprudência vetusta.
4. Peças liberadas pelo Relator em 28/8/2002 para publicação do acórdão." (Grifei.) (AG nº 2000.01.00.050981-5/MG - Rel. Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral - TRF/1ª Região - Sétima Turma - Unânime - D.J. 20/9/2002 - pág. 106.)
"PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE IMISSÃO DE POSSE. CITAÇÃO DOS RÉUS. ENDEREÇO DESCONHECIDO. PRAZO PARA DILIGÊNCIA. MORADORA ATUAL.
1. Não tendo a Autora localizado o endereço atual de um dos réus (ex-mulher do mutuário), não se justifica a extinção do processo sem julgamento do mérito, mas o deferimento do pedido por ela feito de prazo para diligenciar seu novo endereço, sendo possível, se infrutíferas todas as diligências a citação por edital.
2. Necessidade de integração à lide da atual moradora do imóvel.
3. Apelação a que se dá provimento." (AC nº 2003.38.00.011155-4/MG - Rel. Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues - TRF/1ª Região - Sexta Turma - Unânime - D.J. 29/8/2005 - pág. 156.)
4 - Outro não é o entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça:
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. EXECUÇÃO FISCAL. CITAÇÃO POR EDITAL. POSSIBILIDADE APÓS O EXAURIMENTO DE TODOS OS MEIOS POSSÍVEIS À LOCALIZAÇÃO DO DEVEDOR. ART. 8º, III, DA LEI Nº 6.830/80. NÃO-OCORRÊNCIA, IN CASU. VASTIDÃO DE PRECEDENTES.
1. Agravo regimental contra decisão que desproveu agravo de instrumento.
2. O acórdão a quo, nos autos de execução fiscal, indeferiu a citação por edital, porque não esgotados todos os meios para localização do devedor.
3. A citação por edital integra os meios a serem esgotados na localização do devedor. Produz ela efeitos que não podem ser negligenciados quando da sua efetivação.
4. O Oficial de Justiça deve envidar todos os meios possíveis à localização do devedor, ao que, somente depois, deve ser declarado, para fins de citação por edital, encontrar-se em lugar incerto e não-sabido. Assim, ter-se-á por nula a citação se o credor não afirmar que o réu está em lugar incerto ou não-sabido, ou que isso seja certificado pelo Oficial de Justiça (art. 232, I, do CPC), cujas certidões gozam de fé pública, somente ilidível por prova em contrário.
5. De acordo com o art. 8º, I e III, da LEF, c/c o art. 231, II, do CPC, a citação por edital será realizada apenas após o esgotamento de todos meios possíveis para localização do devedor.
6. Ocorre nulidade de citação editalícia quando não se utiliza, primeiramente, da determinação legal para que o Oficial de Justiça proceda as diligências necessárias à localização do réu.
7. "Na execução fiscal a citação do devedor por edital só é possível após o esgotamento de todos os meios possíveis à sua localização. Constatado pelo Tribunal de origem que não foram envidados esforços e promovidas as diligências necessárias para localização do devedor, impossível a citação por edital" (REsp nº 357.550/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, DJ de 06/3/2006).
8. "Somente quando não lograr êxito na via postal e for frustrada a localização do executado por oficial de justiça, fica o credor autorizado a utilizar-se da citação por edital, conforme disposto no art. 8º, inciso III, da Lei de Execuções Fiscais" (REsp nº 806.645/SP, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 06/3/2006).
9. Vastidão de precedentes desta Corte Superior.
10. Agravo regimental não-provido." (Grifei.) (AgRg no Ag nº 752.344/PR - Rel. Min. José Delgado - STJ - Primeira Turma - Unânime - D.J. 22/6/2006 - pág. 185.)
5 - Nessa ordem de idéias, não se me afiguram presentes risco de lesão grave e de difícil reparação e fundamentação relevante para suspensão da decisão impugnada.
Pelo exposto, ausentes os pressupostos que o autorizam, deixo de atribuir efeito suspensivo a este Agravo de Instrumento. (Código de Processo Civil, arts. 527, III, e 558.)
Intime-se a Agravada para resposta. (Código de Processo Civil, art. 527, V.)
Dê-se ciência ao ilustre prolator da decisão impugnada.
Brasília, 20 de março de 2007.

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.006617-8/BA
Processo na Origem: 200633080005183

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
AGRAVANTE	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADA	:	A G MINERAÇÃO E CONSULTORIA LTDA

D E C I S Ã O

1 - A UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL) interpôs recurso de AGRAVO DE INSTRUMENTO, com pedido de efeito suspensivo, para reforma de decisão do Juiz da Vara Única Federal da Subseção Judiciária de Jequié, Estado da Bahia, que, em EXECUÇÃO FISCAL, indeferira pedido para citação da Agravada por meio de edital.
2 - Verifica-se, pelo exame dos autos, que o prolator da decisão agravada indeferiu o pedido ao fundamento de que a citação mediante edital somente deve ser efetivada depois de esgotados todos os meios de localização do devedor. (Fls. 37.)
3 - A decisão agravada não destoa do entendimento deste Tribunal:
"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL - CITAÇÃO EDITALÍCIA DO DEVEDOR - JURISPRUDÊNCIA CONVERGENTE DO STJ - SÚMULA 210 DO EXTINTO TFR - INEXISTÊNCIA DE DILIGÊNCIAS DO OFICIAL DE JUSTIÇA.
1."Na execução fiscal, não sendo encontrados o devedor nem bens arrestáveis, é cabível a citação editalícia" (Súmula nº 210/TFR - grifei).
2."Ocorre nulidade de citação editalícia quando não se utiliza, primeiramente, da determinação legal para que o Oficial de Justiça proceda às diligências necessárias à localização do réu" (grifei). (STJ, REsp nº 247.368/RS, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, T1, ac. un., DJ 29/5/2000, p.125).
3. A agravante se precipita ao pedir a citação por edital da devedora e do co-responsável tributário sem que previamente requerido o cumprimento da diligência por Oficial de Justiça, conforme jurisprudência vetusta.
4. Peças liberadas pelo Relator em 28/8/2002 para publicação do acórdão." (Grifei.) (AG nº 2000.01.00.050981-5/MG - Rel. Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral - TRF/1ª Região - Sétima Turma - Unânime - D.J. 20/9/2002 - pág. 106.)
"PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE IMISSÃO DE POSSE. CITAÇÃO DOS RÉUS. ENDEREÇO DESCONHECIDO. PRAZO PARA DILIGÊNCIA. MORADORA ATUAL.
1. Não tendo a Autora localizado o endereço atual de um dos réus (ex-mulher do mutuário), não se justifica a extinção do processo sem julgamento do mérito, mas o deferimento do pedido por ela feito de prazo para diligenciar seu novo endereço, sendo possível, se infrutíferas todas as diligências a citação por edital.

2. Necessidade de integração à lide da atual moradora do imóvel.
3. Apelação a que se dá provimento." (AC nº 2003.38.00.011155-4/MG - Rel. Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues - TRF/1ª Região - Sexta Turma - Unânime - D.J. 29/8/2005 - pág. 156.)
4 - Outro não é o entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça:
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. EXECUÇÃO FISCAL. CITAÇÃO POR EDITAL. POSSIBILIDADE APÓS O EXAURIMENTO DE TODOS OS MEIOS POSSÍVEIS À LOCALIZAÇÃO DO DEVEDOR. ART. 8º, III, DA LEI Nº 6.830/80. NÃO-OCORRÊNCIA, IN CASU. VASTIDÃO DE PRECEDENTES.
1. Agravo regimental contra decisão que desproveu agravo de instrumento.
2. O acórdão a quo, nos autos de execução fiscal, indeferiu a citação por edital, porque não esgotados todos os meios para localização do devedor.
3. A citação por edital integra os meios a serem esgotados na localização do devedor. Produz ela efeitos que não podem ser negligenciados quando da sua efetivação.
4. O Oficial de Justiça deve envidar todos os meios possíveis à localização do devedor, ao que, somente depois, deve ser declarado, para fins de citação por edital, encontrar-se em lugar incerto e não-sabido. Assim, ter-se-á por nula a citação se o credor não afirmar que o réu está em lugar incerto ou não-sabido, ou que isso seja certificado pelo Oficial de Justiça (art. 232, I, do CPC), cujas certidões gozam de fé pública, somente ilidível por prova em contrário.
5. De acordo com o art. 8º, I e III, da LEF, c/c o art. 231, II, do CPC, a citação por edital será realizada apenas após o esgotamento de todos meios possíveis para localização do devedor.
6. Ocorre nulidade de citação editalícia quando não se utiliza, primeiramente, da determinação legal para que o Oficial de Justiça proceda as diligências necessárias à localização do réu.
7. "Na execução fiscal a citação do devedor por edital só é possível após o esgotamento de todos os meios possíveis à sua localização. Constatado pelo Tribunal de origem que não foram envidados esforços e promovidas as diligências necessárias para localização do devedor, impossível a citação por edital" (REsp nº 357.550/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, DJ de 06/3/2006).
8. "Somente quando não lograr êxito na via postal e for frustrada a localização do executado por oficial de justiça, fica o credor autorizado a utilizar-se da citação por edital, conforme disposto no art. 8º, inciso III, da Lei de Execuções Fiscais" (REsp nº 806.645/SP, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 06/3/2006).
9. Vastidão de precedentes desta Corte Superior.
10. Agravo regimental não-provido." (Grifei.) (AgRg no Ag nº 752.344/PR - Rel. Min. José Delgado - STJ - Primeira Turma - Unânime - D.J. 22/6/2006 - pág. 185.)
5 - Nessa ordem de idéias, não se me afiguram presentes risco de lesão grave e de difícil reparação e fundamentação relevante para suspensão da decisão impugnada.
Pelo exposto, ausentes os pressupostos que o autorizam, deixo de atribuir efeito suspensivo a este Agravo de Instrumento. (Código de Processo Civil, arts. 527, III, e 558.)
Intime-se a Agravada para resposta. (Código de Processo Civil, art. 527, V.)
Dê-se ciência ao ilustre prolator da decisão impugnada.
Brasília, 20 de março de 2007.

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.006639-0/BA
Processo na Origem: 200633080015256

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
AGRAVANTE	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADA	:	LOJA DE FÁBRICA COMÉRCIO DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA

D E C I S Ã O

1 - A UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL) interpôs recurso de AGRAVO DE INSTRUMENTO, com pedido de efeito suspensivo, para reforma de decisão do Juiz da Vara Única Federal da Subseção Judiciária de Jequié, Estado da Bahia, que, em EXECUÇÃO FISCAL, indeferira pedido para citação da Agravada por meio de edital.
2 - Verifica-se, pelo exame dos autos, que o prolator da decisão agravada indeferiu o pedido ao fundamento de que a citação mediante edital somente deve ser efetivada depois de esgotados todos os meios de localização do devedor. (Fls. 37.)
3 - A decisão agravada não destoa do entendimento deste Tribunal:
"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL - CITAÇÃO EDITALÍCIA DO DEVEDOR - JURISPRUDÊNCIA CONVERGENTE DO STJ - SÚMULA 210 DO EXTINTO TFR - INEXISTÊNCIA DE DILIGÊNCIAS DO OFICIAL DE JUSTIÇA.
1."Na execução fiscal, não sendo encontrados o devedor nem bens arrestáveis, é cabível a citação editalícia" (Súmula nº 210/TFR - grifei).
2."Ocorre nulidade de citação editalícia quando não se utiliza, primeiramente, da determinação legal para que o Oficial de Justiça proceda às diligências necessárias à localização do réu" (grifei). (STJ, REsp nº 247.368/RS, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, T1, ac. un., DJ 29/5/2000, p.125).
3. A agravante se precipita ao pedir a citação por edital da devedora e do co-responsável tributário sem que previamente requerido o cumprimento da diligência por Oficial de Justiça, conforme jurisprudência vetusta.
4. Peças liberadas pelo Relator em 28/8/2002 para publicação do acórdão." (Grifei.) (AG nº 2000.01.00.050981-5/MG - Rel. Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral - TRF/1ª Região - Sétima Turma - Unânime - D.J. 20/9/2002 - pág. 106.)
"PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE IMISSÃO DE POSSE. CITAÇÃO DOS RÉUS. ENDEREÇO DESCONHECIDO. PRAZO PARA DILIGÊNCIA. MORADORA ATUAL.
1. Não tendo a Autora localizado o endereço atual de um dos réus (ex-mulher do mutuário), não se justifica a extinção do processo sem julgamento do mérito, mas o deferimento do pedido por ela feito de prazo para diligenciar seu novo endereço, sendo possível, se infrutíferas todas as diligências a citação por edital.
2. Necessidade de integração à lide da atual moradora do imóvel.
3. Apelação a que se dá provimento." (AC nº 2003.38.00.011155-4/MG - Rel. Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues - TRF/1ª Região - Sexta Turma - Unânime - D.J. 29/8/2005 - pág. 156.)
4 - Outro não é o entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça:
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. EXECUÇÃO FISCAL. CITAÇÃO POR EDITAL. POSSIBILIDADE APÓS O EXAURIMENTO DE TODOS OS MEIOS POSSÍVEIS À LOCALIZAÇÃO DO DEVEDOR. ART. 8º, III, DA LEI Nº 6.830/80. NÃO-OCORRÊNCIA, IN CASU. VASTIDÃO DE PRECEDENTES.
1. Agravo regimental contra decisão que desproveu agravo de instrumento.
2. O acórdão a quo, nos autos de execução fiscal, indeferiu a citação por edital, porque não esgotados todos os meios para localização do devedor.
3. A citação por edital integra os meios a serem esgotados na localização do devedor. Produz ela efeitos que não podem ser negligenciados quando da sua efetivação.
4. O Oficial de Justiça deve envidar todos os meios possíveis à localização do devedor, ao que, somente depois, deve ser declarado, para fins de citação por edital, encontrar-se em lugar incerto e não-sabido. Assim, ter-se-á por nula a citação se o credor não afirmar que o réu está em lugar incerto ou não-sabido, ou que isso seja certificado pelo Oficial de Justiça (art. 232, I, do CPC), cujas certidões gozam de fé pública, somente ilidível por prova em contrário.
5. De acordo com o art. 8º, I e III, da LEF, c/c o art. 231, II, do CPC, a citação por edital será realizada apenas após o esgotamento de todos meios possíveis para localização do devedor.
6. Ocorre nulidade de citação editalícia quando não se utiliza, primeiramente, da determinação legal para que o Oficial de Justiça proceda as diligências necessárias à localização do réu.
7. "Na execução fiscal a citação do devedor por edital só é possível após o esgotamento de todos os meios possíveis à sua localização. Constatado pelo Tribunal de origem que não foram envidados esforços e promovidas as diligências necessárias para localização do devedor, impossível a citação por edital" (REsp nº 357.550/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, DJ de 06/3/2006).
8. "Somente quando não lograr êxito na via postal e for frustrada a localização do executado por oficial de justiça, fica o credor autorizado a utilizar-se da citação por edital, conforme disposto no art. 8º, inciso III, da Lei de Execuções Fiscais" (REsp nº 806.645/SP, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 06/3/2006).
9. Vastidão de precedentes desta Corte Superior.
10. Agravo regimental não-provido." (Grifei.) (AgRg no Ag nº 752.344/PR - Rel. Min. José Delgado - STJ - Primeira Turma - Unânime - D.J. 22/6/2006 - pág. 185.)
5 - Nessa ordem de idéias, não se me afiguram presentes risco de lesão grave e de difícil reparação e fundamentação relevante para suspensão da decisão impugnada.
Pelo exposto, ausentes os pressupostos que o autorizam, deixo de atribuir efeito suspensivo a este Agravo de Instrumento. (Código de Processo Civil, arts. 527, III, e 558.)
Intime-se a Agravada para resposta. (Código de Processo Civil, art. 527, V.)
Dê-se ciência ao ilustre prolator da decisão impugnada.
Brasília, 20 de março de 2007.

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.006657-9/BA
Processo na Origem: 200633080029504

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
AGRAVANTE	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADA	:	SAMUEL CRUZ E CIA LTDA

D E C I S Ã O

1 - A UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL) interpôs recurso de AGRAVO DE INSTRUMENTO, com pedido de efeito suspensivo, para reforma de decisão do Juiz da Vara Única Federal da Subseção Judiciária de Jequié, Estado da Bahia, que, em EXECUÇÃO FISCAL, indeferira pedido para citação da Agravada por meio de edital.
2 - Verifica-se, pelo exame dos autos, que o prolator da decisão agravada indeferiu o pedido ao fundamento de que a citação mediante edital somente deve ser efetivada depois de esgotados todos os meios de localização do devedor. (Fls. 37.)
3 - A decisão agravada não destoa do entendimento deste Tribunal:
"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL - CITAÇÃO EDITALÍCIA DO DEVEDOR - JURISPRUDÊNCIA CONVERGENTE DO STJ - SÚMULA 210 DO EXTINTO TFR - INEXISTÊNCIA DE DILIGÊNCIAS DO OFICIAL DE JUSTIÇA.
1."Na execução fiscal, não sendo encontrados o devedor nem bens arrestáveis, é cabível a citação editalícia" (Súmula nº 210/TFR - grifei).
2."Ocorre nulidade de citação editalícia quando não se utiliza, primeiramente, da determinação legal para que o Oficial de Justiça proceda às diligências necessárias à localização do réu" (grifei). (STJ, REsp nº 247.368/RS, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, T1, ac. un., DJ 29/5/2000, p.125).
3. A agravante se precipita ao pedir a citação por edital da devedora e do co-responsável tributário sem que previamente requerido o cumprimento da diligência por Oficial de Justiça, conforme jurisprudência vetusta.
4. Peças liberadas pelo Relator em 28/8/2002 para publicação do acórdão." (Grifei.) (AG nº 2000.01.00.050981-5/MG - Rel. Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral - TRF/1ª Região - Sétima Turma - Unânime - D.J. 20/9/2002 - pág. 106.)
"PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE IMISSÃO DE POSSE. CITAÇÃO DOS RÉUS. ENDEREÇO DESCONHECIDO. PRAZO PARA DILIGÊNCIA. MORADORA ATUAL.
1. Não tendo a Autora localizado o endereço atual de um dos réus (ex-mulher do mutuário), não se justifica a extinção do processo sem julgamento do mérito, mas o deferimento do pedido por ela feito de prazo para diligenciar seu novo endereço, sendo possível, se infrutíferas todas as diligências a citação por edital.
2. Necessidade de integração à lide da atual moradora do imóvel.
3. Apelação a que se dá provimento." (AC nº 2003.38.00.011155-4/MG - Rel. Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues - TRF/1ª Região - Sexta Turma - Unânime - D.J. 29/8/2005 - pág. 156.)
4 - Outro não é o entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça:
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. EXECUÇÃO FISCAL. CITAÇÃO POR EDITAL. POSSIBILIDADE APÓS O EXAURIMENTO DE TODOS OS MEIOS POSSÍVEIS À LOCALIZAÇÃO DO DEVEDOR. ART. 8º, III, DA LEI Nº 6.830/80. NÃO-OCORRÊNCIA, IN CASU. VASTIDÃO DE PRECEDENTES.
1. Agravo regimental contra decisão que desproveu agravo de instrumento.
2. O acórdão a quo, nos autos de execução fiscal, indeferiu a citação por edital, porque não esgotados todos os meios para localização do devedor.
3. A citação por edital integra os meios a serem esgotados na localização do devedor. Produz ela efeitos que não podem ser negligenciados quando da sua efetivação.
4. O Oficial de Justiça deve envidar todos os meios possíveis à localização do devedor, ao que, somente depois, deve ser declarado, para fins de citação por edital, encontrar-se em lugar incerto e não-sabido. Assim, ter-se-á por nula a citação se o credor não afirmar que o réu está em lugar incerto ou não-sabido, ou que isso seja certificado pelo Oficial de Justiça (art. 232, I, do CPC), cujas certidões gozam de fé pública, somente ilidível por prova em contrário.
5. De acordo com o art. 8º, I e III, da LEF, c/c o art. 231, II, do CPC, a citação por edital será realizada apenas após o esgotamento de todos meios possíveis para localização do devedor.
6. Ocorre nulidade de citação editalícia quando não se utiliza, primeiramente, da determinação legal para que o Oficial de Justiça proceda as diligências necessárias à localização do réu.
7. "Na execução fiscal a citação do devedor por edital só é possível após o esgotamento de todos os meios possíveis à sua localização. Constatado pelo Tribunal de origem que não foram envidados esforços e promovidas as diligências necessárias para localização do devedor, impossível a citação por edital" (REsp nº 357.550/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, DJ de 06/3/2006).
8. "Somente quando não lograr êxito na via postal e for frustrada a localização do executado por oficial de justiça, fica o credor autorizado a utilizar-se da citação por edital, conforme disposto no art. 8º, inciso III, da Lei de Execuções Fiscais" (REsp nº 806.645/SP, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 06/3/2006).
9. Vastidão de precedentes desta Corte Superior.
10. Agravo regimental não-provido." (Grifei.) (AgRg no Ag nº 752.344/PR - Rel. Min. José Delgado - STJ - Primeira Turma - Unânime - D.J. 22/6/2006 - pág. 185.)
5 - Nessa ordem de idéias, não se me afiguram presentes risco de lesão grave e de difícil reparação e fundamentação relevante para suspensão da decisão impugnada.
Pelo exposto, ausentes os pressupostos que o autorizam, deixo de atribuir efeito suspensivo a este Agravo de Instrumento. (Código de Processo Civil, arts. 527, III, e 558.)
Intime-se a Agravada para resposta. (Código de Processo Civil, art. 527, V.)
Dê-se ciência ao ilustre prolator da decisão impugnada.
Brasília, 20 de março de 2007.

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.006661-0/BA
Processo na Origem: 200633080016419

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
AGRAVANTE	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADA	:	GALILEU COMERCIAL LTDA ME

D E C I S Ã O

1 - A UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL) interpôs recurso de AGRAVO DE INSTRUMENTO, com pedido de efeito suspensivo, para reforma de decisão do Juiz da Vara Única Federal da Subseção Judiciária de Jequié, Estado da Bahia, que, em EXECUÇÃO FISCAL, indeferira pedido para citação da Agravada por meio de edital.

2 - Verifica-se, pelo exame dos autos, que o prolator da decisão agravada indeferiu o pedido ao fundamento de que a citação mediante edital somente deve ser efetivada depois de esgotados todos os meios de localização do devedor. (Fls. 37.)

3 - A decisão agravada não destoa do entendimento deste Tribunal:

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL - CITAÇÃO EDITALÍCIA DO DEVEDOR - JURISPRUDÊNCIA CONVERGENTE DO STJ - SÚMULA 210 DO EXTINTO TFR - INEXISTÊNCIA DE DILIGÊNCIAS DO OFICIAL DE JUSTIÇA.

1."Na execução fiscal, não sendo encontrados o devedor nem bens arrestáveis, é cabível a citação editalícia" (Súmula nº 210/TFR - grifei).

2."Ocorre nulidade de citação editalícia quando não se utiliza, primeiramente, da determinação legal para que o Oficial de Justiça proceda às diligências necessárias à localização do réu" (grifei). (STJ, REsp nº 247.368/RS, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, T1, ac. un., DJ 29/5/2000, p.125).

3. A agravante se precipita ao pedir a citação por edital da devedora e do co-responsável tributário sem que previamente requerido o cumprimento da diligência por Oficial de Justiça, conforme jurisprudência vetusta.

4. Peças liberadas pelo Relator em 28/8/2002 para publicação do acórdão." (Grifei.) (AG nº 2000.01.00.050981-5/MG - Rel. Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral - TRF/1ª Região - Sétima Turma - Unânime - D.J. 20/9/2002 - pág. 106.)

"PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE IMISSÃO DE POSSE. CITAÇÃO DOS RÉUS. ENDEREÇO DESCONHECIDO. PRAZO PARA DILIGÊNCIA. MORADORA ATUAL.

1. Não tendo a Autora localizado o endereço atual de um dos réus (ex-mulher do mutuário), não se justifica a extinção do processo sem julgamento do mérito, mas o deferimento do pedido por ela feito de prazo para diligenciar seu novo endereço, sendo possível, se infrutíferas todas as diligências a citação por edital.

2. Necessidade de integração à lide da atual moradora do imóvel.

3. Apelação a que se dá provimento." (AC nº 2003.38.00.011155-4/MG - Rel. Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues - TRF/1ª Região - Sexta Turma - Unânime - D.J. 29/8/2005 - pág. 156.)

4 - Outro não é o entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. EXECUÇÃO FISCAL. CITAÇÃO POR EDITAL. POSSIBILIDADE APÓS O EXAURIMENTO DE TODOS OS MEIOS POSSÍVEIS À LOCALIZAÇÃO DO DEVEDOR. ART. 8º, III, DA LEI Nº 6.830/80. NÃO-OCORRÊNCIA, IN CASU. VASTIDÃO DE PRECEDENTES.

1. Agravo regimental contra decisão que desproveu agravo de instrumento.

2. O acórdão a quo, nos autos de execução fiscal, indeferiu a citação por edital, porque não esgotados todos os meios para localização do devedor.

3. A citação por edital integra os meios a serem esgotados na localização do devedor. Produz ela efeitos que não podem ser negligenciados quando da sua efetivação.

4. O Oficial de Justiça deve envidar todos os meios possíveis à localização do devedor, ao que, somente depois, deve ser declarado, para fins de citação por edital, encontrar-se em lugar incerto e não-sabido. Assim, ter-se-á por nula a citação se o credor não afirmar que o réu está em lugar incerto ou não-sabido, ou que isso seja certificado pelo Oficial de Justiça (art. 232, I, do CPC), cujas certidões gozam de fé pública, somente ilidível por prova em contrário.

5. De acordo com o art. 8º, I e III, da LEF, c/c o art. 231, II, do CPC, a citação por edital será realizada apenas após o esgotamento de todos meios possíveis para localização do devedor.

6. Ocorre nulidade de citação editalícia quando não se utiliza, primeiramente, da determinação legal para que o Oficial de Justiça proceda as diligências necessárias à localização do réu.

7. "Na execução fiscal a citação do devedor por edital só é possível após o esgotamento de todos os meios possíveis à sua localização. Constatado pelo Tribunal de origem que não foram envidados esforços e promovidas as diligências necessárias para localização do devedor, impossível a citação por edital" (REsp nº 357.550/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, DJ de 06/3/2006).

8. "Somente quando não lograr êxito na via postal e for frustrada a localização do executado por oficial de justiça, fica o credor autorizado a utilizar-se da citação por edital, conforme disposto no art. 8º, inciso III, da Lei de Execuções Fiscais" (REsp nº 806.645/SP, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 06/3/2006).

9. Vastidão de precedentes desta Corte Superior.

10. Agravo regimental não-provido." (Grifei.) (AgRg no Ag nº 752.344/PR - Rel. Min. José Delgado - STJ - Primeira Turma - Unânime - D.J. 22/6/2006 - pág. 185.)

5 - Nessa ordem de idéias, não se me afiguram presentes risco de lesão grave e de difícil reparação e fundamentação relevante para suspensão da decisão impugnada.

Pelo exposto, ausentes os pressupostos que o autorizam, deixo de atribuir efeito suspensivo a este Agravo de Instrumento. (Código de Processo Civil, arts. 527, III, e 558.)

Intime-se a Agravada para resposta. (Código de Processo Civil, art. 527, V.)

Dê-se ciência ao ilustre prolator da decisão impugnada.

Brasília, 20 de março de 2007.

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.006670-9/BA
Processo na Origem: 200633080029655

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
AGRAVANTE	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	LUIZ ALMEIDA SANTOS

D E C I S Ã O

1 - A UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL) interpôs recurso de AGRAVO DE INSTRUMENTO, com pedido de efeito suspensivo, para reforma de decisão do Juiz da Vara Única Federal da Subseção Judiciária de Jequié, Estado da Bahia, que, em EXECUÇÃO FISCAL, indeferira pedido para citação da Agravada por meio de edital.

2 - Verifica-se, pelo exame dos autos, que o prolator da decisão agravada indeferiu o pedido ao fundamento de que a citação mediante edital somente deve ser efetivada depois de esgotados todos os meios de localização do devedor. (Fls. 37.)

3 - A decisão agravada não destoa do entendimento deste Tribunal:

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL - CITAÇÃO EDITALÍCIA DO DEVEDOR - JURISPRUDÊNCIA CONVERGENTE DO STJ - SÚMULA 210 DO EXTINTO TFR - INEXISTÊNCIA DE DILIGÊNCIAS DO OFICIAL DE JUSTIÇA.

1."Na execução fiscal, não sendo encontrados o devedor nem bens arrestáveis, é cabível a citação editalícia" (Súmula nº 210/TFR - grifei).

2."Ocorre nulidade de citação editalícia quando não se utiliza, primeiramente, da determinação legal para que o Oficial de Justiça proceda às diligências necessárias à localização do réu" (grifei). (STJ, REsp nº 247.368/RS, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, T1, ac. un., DJ 29/5/2000, p.125).

3. A agravante se precipita ao pedir a citação por edital da devedora e do co-responsável tributário sem que previamente requerido o cumprimento da diligência por Oficial de Justiça, conforme jurisprudência vetusta.

4. Peças liberadas pelo Relator em 28/8/2002 para publicação do acórdão." (Grifei.) (AG nº 2000.01.00.050981-5/MG - Rel. Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral - TRF/1ª Região - Sétima Turma - Unânime - D.J. 20/9/2002 - pág. 106.)

"PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE IMISSÃO DE POSSE. CITAÇÃO DOS RÉUS. ENDEREÇO DESCONHECIDO. PRAZO PARA DILIGÊNCIA. MORADORA ATUAL.

1. Não tendo a Autora localizado o endereço atual de um dos réus (ex-mulher do mutuário), não se justifica a extinção do processo sem julgamento do mérito, mas o deferimento do pedido por ela feito de prazo para diligenciar seu novo endereço, sendo possível, se infrutíferas todas as diligências a citação por edital.

2. Necessidade de integração à lide da atual moradora do imóvel.

3. Apelação a que se dá provimento." (AC nº 2003.38.00.011155-4/MG - Rel. Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues - TRF/1ª Região - Sexta Turma - Unânime - D.J. 29/8/2005 - pág. 156.)

4 - Outro não é o entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. EXECUÇÃO FISCAL. CITAÇÃO POR EDITAL. POSSIBILIDADE APÓS O EXAURIMENTO DE TODOS OS MEIOS POSSÍVEIS À LOCALIZAÇÃO DO DEVEDOR. ART. 8º, III, DA LEI Nº 6.830/80. NÃO-OCORRÊNCIA, IN CASU. VASTIDÃO DE PRECEDENTES.

1. Agravo regimental contra decisão que desproveu agravo de instrumento.

2. O acórdão a quo, nos autos de execução fiscal, indeferiu a citação por edital, porque não esgotados todos os meios para localização do devedor.

3. A citação por edital integra os meios a serem esgotados na localização do devedor. Produz ela efeitos que não podem ser negligenciados quando da sua efetivação.

4. O Oficial de Justiça deve envidar todos os meios possíveis à localização do devedor, ao que, somente depois, deve ser declarado, para fins de citação por edital, encontrar-se em lugar incerto e não-sabido. Assim, ter-se-á por nula a citação se o credor não afirmar que o réu está em lugar incerto ou não-sabido, ou que isso seja certificado pelo Oficial de Justiça (art. 232, I, do CPC), cujas certidões gozam de fé pública, somente ilidível por prova em contrário.

5. De acordo com o art. 8º, I e III, da LEF, c/c o art. 231, II, do CPC, a citação por edital será realizada apenas após o esgotamento de todos meios possíveis para localização do devedor.

6. Ocorre nulidade de citação editalícia quando não se utiliza, primeiramente, da determinação legal para que o Oficial de Justiça proceda as diligências necessárias à localização do réu.

7. "Na execução fiscal a citação do devedor por edital só é possível após o esgotamento de todos os meios possíveis à sua localização. Constatado pelo Tribunal de origem que não foram envidados esforços e promovidas as diligências necessárias para localização do devedor, impossível a citação por edital" (REsp nº 357.550/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, DJ de 06/3/2006).

8. "Somente quando não lograr êxito na via postal e for frustrada a localização do executado por oficial de justiça, fica o credor autorizado a utilizar-se da citação por edital, conforme disposto no art. 8º, inciso III, da Lei de Execuções Fiscais" (REsp nº 806.645/SP, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 06/3/2006).

9. Vastidão de precedentes desta Corte Superior.

10. Agravo regimental não-provido." (Grifei.) (AgRg no Ag nº 752.344/PR - Rel. Min. José Delgado - STJ - Primeira Turma - Unânime - D.J. 22/6/2006 - pág. 185.)

5 - Nessa ordem de idéias, não se me afiguram presentes risco de lesão grave e de difícil reparação e fundamentação relevante para suspensão da decisão impugnada.

Pelo exposto, ausentes os pressupostos que o autorizam, deixo de atribuir efeito suspensivo a este Agravo de Instrumento. (Código de Processo Civil, arts. 527, III, e 558.)

Intime-se a Agravada para resposta. (Código de Processo Civil, art. 527, V.)

Dê-se ciência ao ilustre prolator da decisão impugnada.

Brasília, 20 de março de 2007.

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.007064-0/MG
Processo na Origem: 199838010014435

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
AGRAVANTE	:	MINAS FORJA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
ADVOGADOS	:	DRS. JOÃO CÁSSIO FRANCA VIEIRA MARQUES E OUTRO
AGRAVADA	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO

D E C I S Ã O

À Agravada para resposta. (Código de Processo Civil, art. 527, V.)

Publique-se e intime-se.

Brasília, 28 de março de 2007.

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.007152-2/BA
Processo na Origem: 200633050006731

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
AGRAVANTE	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADA	:	B E TRANSPORTES LTDA

D E C I S Ã O

1 - A UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL) interpôs recurso de AGRAVO DE INSTRUMENTO, com pedido de efeito suspensivo, para reforma de decisão do Juiz da Vara Única Federal da Subseção Judiciária de Juazeiro, Estado da Bahia, que, em EXECUÇÃO FISCAL, indeferira pedido de inclusão no pólo passivo da relação processual de sócio da Executada e prosseguimento da execução contra eles.

2 - "A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída" e só "pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite". (Código Tributário Nacional, art. 204 e parágrafo único; Lei nº 6.830/80, art. 3º e parágrafo único.)

3 - Desse modo, legítima a pretensão de inclusão no pólo passivo da relação processual de sócio de empresa extinta, irregularmente, sendo juridicamente admissível sua citação, esteja, ou não, seu nome inserto na certidão de dívida ativa (AI nº 2003.01.00.003133-2/MG, Rel. Desembargador Federal I'talo Mendes), competindo-lhe comprovar, em dilação probatória, por meio do remédio processual adequado, os Embargos à Execução Fiscal, que não é ou não foi diretor, gerente ou representante da executada e que, portanto, não lhe pode ser atribuída responsabilidade pelo tributo devido.

4 - Assim sendo, não é lícito ao juízo de origem, afastando as normas legais pertinentes à espécie, inverter o ônus da prova e exigir que a Exeqüente a produza, uma vez que ela tem a seu favor a presunção de liquidez e certeza da dívida, que se estende, também, às pessoas vinculadas ao fato gerador, contribuinte ou responsável.

5 - Na esteira desse raciocínio, gozando a dívida ativa da presunção de liquidez e certeza e cabendo ao sujeito passivo, mediante prova inequívoca, ilidi-la, lídima a vindícia de inclusão na relação processual de sócio de empresa executada.

6 - Diante disso, a decisão agravada destoa do entendimento deste Tribunal:

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL - EXCEÇÃO DA PRÉ-EXECUTIVIDADE: ILEGITIMIDADE PASSIVA DO SÓCIO (RESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO) DEMANDA DILAÇÃO PROBATÓRIA (EMBARGOS DO DEVEDOR) - PRECEDENTES DO STJ - SEGUIMENTO NEGADO - AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1 - A execução fiscal, espécie de "processo de execução", é instruída unicamente com o titulo executivo. Nada mais. Decorre do direito de ação da Fazenda Pública redirecionar a execução contra o sócio reputado, nos termos da lei, co-responsável tributário, não cabendo ao Juiz, nesse momento, nenhum juízo de valor, senão que, no momento próprio (embargos), resolver eventual recusa da "responsabilidade" em sede de contraditório (para ambas as partes).

2 - Não cabe ao juízo da execução fiscal exigir do(a) exeqüente, para deferir o seu pedido do redirecionamento da EF contra o(s) responsável(eis) tributário(s), qual seja, a sua citação em nome próprio, qualquer "prova" de ele ter agido abusivamente ou contra a lei, seja porque as leis de regência (CPC e Lei nº 6.830/80) não prevêm tal exigência, seja porque o "processo" de execução não comporta tal dilação, ressalvado aos interessados, se o ponto, discuti-lo em sede de embargos.
3 - " O titular da firma individual e os sócios das empresas por cotas de responsabilidade limitada respondem solidariamente, com seus bens pessoais, pelos débitos junto à Seguridade Social." (Lei 8.620/93, art. 13).
4 - Agravo interno não provido.
5 - Autos recebidos em Gabinete em 04/5/2005 para lavratura do acórdão. Peças liberadas pelo Relator em 04/5/2005 para publicação do acórdão." (Grifei.) (AC nº 2004.01.00.058276-0/GO - Rel. Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral - TRF/1ª Região - Sétima Turma - Unânime - D.J. 13/5/2005 - pág. 39.)
7 - Nessa ordem de idéias, afiguram-se-me presentes risco de lesão grave e de difícil reparação e fundamentação relevante para suspensão da decisão impugnada.
Pelo exposto, presentes os pressupostos que o autorizam, atribuo efeito suspensivo a este Agravo de Instrumento. (Código de Processo Civil, arts. 527, III, e 558.)
Intime-se a Agravada para resposta. (Código de Processo Civil, art. 527, V.)
Dê-se ciência ao ilustre prolator da decisão impugnada.
Brasília, 27 de março de 2007.

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.007407-2/MG
Processo na Origem: 200638130000360

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
AGRAVANTE	:	EMBALAGENS VALADRES LTDA
ADVOGADOS	:	DRS. JOSÉ RIBAMAR MATOS AMARAL E OUTRO
AGRAVADA	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO

D E C I S Ã O

1 - EMBALAGENS VALADRES LTDA interpôs recurso de AGRAVO DE INSTRUMENTO, com pedido de efeito suspensivo, para reforma de decisão do Juiz de Direito da 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais, que, em EXECUÇÃO FISCAL, indeferira nomeação à penhora de obrigações ao portador emitidas pela ELETROBRÁS.
2 - A decisão agravada não destoa do entendimento deste Tribunal: "PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - NOMEAÇÃO À PENHORA DE "OBRIGAÇÕES DA ELETROBRÁS" SEM COTAÇÃO NA BOLSA DE VALORES: IMPOSSIBILIDADE POR FALTA DE LIQUIDEZ E CERTEZA - SEGUIMENTO NEGADO - AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.
1- É dado ao Relator, quando o recurso está em desacordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores e até do próprio Tribunal, negar -lhe seguimento de plano, nos termos do art. 557 do CPC, independentemente da oitiva da parte contrária, sem que isso signifique afronta ao princípio do contraditório, porque atende à agilidade da prestação jurisdicional, da mesma forma quando se lhe dá provimento quando em sintonia com a jurisprudência dos Tribunais Superiores.
2- As "obrigações da ELETROBRÁS", não negociáveis na bolsa de valores, não servem como garantia para as execuções fiscais, uma vez que carecentes de liquidez e certeza.
3- *"O título da dívida pública só será considerado de fácil liquidez se puder ser negociado na bolsa de valores, à semelhança dos títulos de crédito. Não tendo cotação em bolsa, tais títulos não se enquadram no inciso II da ordem legal do art. 11, da Lei de Execuções Fiscais, mas sim no inciso VIII do mesmo artigo (direitos e ações)"* (STJ, AGREsp 374.459/SP, T1, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, ac.un., DJ 14/10/2002, PG: 195).
4- Agravo interno não provido.
5- Peças liberadas pelo Relator em 29/6/2004 para publicação do acórdão." (AGTAG nº 2003.01.00.021683-1/MG - Rel. Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral - Sétima Turma - Unânime - D.J. 16/7/2004 - pág. 51.)
3 - Diante disso, a decisão agravada não é suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, pelo que, nos termos do art. 522, caput, do Código de Processo Civil, este Agravo de Instrumento deve permanecer na forma retida junto aos autos principais para ser analisado na ocasião do julgamento de Apelação eventualmente interposta.
Pelo exposto, com espeque no art. 527, II, do Código de Processo Civil, converto o presente Agravo de Instrumento em Agravo Retido e determino sua remessa ao juízo de origem.
Publique-se e intime-se.
Brasília, 27 de março de 2007.

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.007440-8/BA
Processo na Origem: 9600043272

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
AGRAVANTE	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADA	:	CIA DE PARTICIPAÇÕES BARRETO DE ARAÚJO
ADVOGADOS	:	DRS. WALTER MURILO ANDRADE E OUTROS

D E C I S Ã O

1 - A UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL) interpôs recurso de AGRAVO DE INSTRUMENTO, com pedido de efeito suspensivo, para reforma de decisão do Juiz da 20ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado da Bahia, que, em EXECUÇÃO FISCAL, indeferira pedido de inclusão no pólo passivo da relação processual de sócios da Executada e prosseguimento da execução contra eles.
2 - "A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída" e só "pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite". (Código Tributário Nacional, art. 204 e parágrafo único; Lei nº 6.830/80, art. 3º e parágrafo único.)
3 - Desse modo, legítima a pretensão de inclusão no pólo passivo da relação processual de sócio de empresa extinta, irregularmente, sendo juridicamente admissível sua citação, esteja, ou não, seu nome inserto na certidão de dívida ativa (AI nº 2003.01.00.003133-2/MG, Rel. Desembargador Federal I'talo Mendes), competindo-lhe comprovar, em dilação probatória, por meio do remédio processual adequado, os Embargos à Execução Fiscal, que não é ou não foi diretor, gerente ou representante da executada e que, portanto, não lhe pode ser atribuída responsabilidade pelo tributo devido.
4 - Assim sendo, não é lícito ao juízo de origem, afastando as normas legais pertinentes à espécie, inverter o ônus da prova e exigir que a Exeqüente a produza, uma vez que ela tem a seu favor a presunção de liquidez e certeza da dívida, que se estende, também, às pessoas vinculadas ao fato gerador, contribuinte ou responsável.
5 - Na esteira desse raciocínio, gozando a dívida ativa da presunção de liquidez e certeza e cabendo ao sujeito passivo, mediante prova inequívoca, ilidi-la, lídima a vindícia de inclusão na relação processual de sócio de empresa executada.
6 - Diante disso, a decisão agravada destoa do entendimento deste Tribunal:
"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL - EXCEÇÃO DA PRÉ-EXECUTIVIDADE: ILEGITIMIDADE PASSIVA DO SÓCIO (RESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO) DEMANDA DILAÇÃO PROBATÓRIA (EMBARGOS DO DEVEDOR) - PRECEDENTES DO STJ - SEGUIMENTO NEGADO - AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.
1 - A execução fiscal, espécie de "processo de execução", é instruída unicamente com o titulo executivo. Nada mais. Decorre do direito de ação da Fazenda Pública redirecionar a execução contra o sócio reputado, nos termos da lei, co-responsável tributário, não cabendo ao Juiz, nesse momento, nenhum juízo de valor, senão que, no momento próprio (embargos), resolver eventual recusa da "responsabilidade" em sede de contraditório (para ambas as partes).
2 - Não cabe ao juízo da execução fiscal exigir do(a) exeqüente, para deferir o seu pedido do redirecionamento da EF contra o(s) responsável(eis) tributário(s), qual seja, a sua citação em nome próprio, qualquer "prova" de ele ter agido abusivamente ou contra a lei, seja porque as leis de regência (CPC e Lei nº 6.830/80) não prevêm tal exigência, seja porque o "processo" de execução não comporta tal dilação, ressalvado aos interessados, se o ponto, discuti-lo em sede de embargos.
3 - " O titular da firma individual e os sócios das empresas por cotas de responsabilidade limitada respondem solidariamente, com seus bens pessoais, pelos débitos junto à Seguridade Social." (Lei 8.620/93, art. 13).
4 - Agravo interno não provido.
5 - Autos recebidos em Gabinete em 04/5/2005 para lavratura do acórdão. Peças liberadas pelo Relator em 04/5/2005 para publicação do acórdão." (Grifei.) (AC nº 2004.01.00.058276-0/GO - Rel. Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral - TRF/1ª Região - Sétima Turma - Unânime - D.J. 13/5/2005 - pág. 39.)
7 - Nessa ordem de idéias, afiguram-se-me presentes risco de lesão grave e de difícil reparação e fundamentação relevante para suspensão da decisão impugnada.
Pelo exposto, presentes os pressupostos que o autorizam, atribuo efeito suspensivo a este Agravo de Instrumento. (Código de Processo Civil, arts. 527, III, e 558.)
Intime-se a Agravada para resposta. (Código de Processo Civil, art. 527, V.)
Dê-se ciência ao ilustre prolator da decisão impugnada.
Brasília, 27 de março de 2007.

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.007685-0/BA
Processo na Origem: 200733030000743

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
AGRAVANTE	:	ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTURA E IRRIGANTES DA BAHIA - AIBA
ADVOGADOS	:	DRS. JEFERSON DA ROCHA E OUTROS
AGRAVADA	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

D E C I S Ã O

1 - A ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTURA E IRRIGANTES DA BAHIA - AIBA interpôs recurso de AGRAVO DE INSTRUMENTO, com pedido de efeito suspensivo, para reforma de decisão do Juiz da Vara Única Federal da Subseção Judiciária de Barreiras, Estado da Bahia, que lhe indeferira antecipação dos efeitos da tutela em AÇÃO ORDINÁRIA movida ao Agravado para suspender a exigibilidade da Contribuição Social Rural, nos moldes do art. 245 da Instrução Normativa MPS/SRP nº 03/2005, tendo em vista a ilegalidade e a inconstitucionalidade desse dispositivo, ou, alternativamente, para permitir-lhe efetuar depósito judicial.
2 - A Agravante alega, entre outros argumentos, que a Instrução Normativa MPS/SRP nº 03/2005 viola dispositivos constitucionais e infraconstitucionais.
3 - Requer, alternativamente, seja deferido o pedido para efetivação de depósito judicial dos valores referentes à Contribuição Social Rural incidente sobre exportações indiretas.
4 - Alega que o juízo de origem equivocou-se ao indeferir o pedido de depósito judicial e intimá-la para informar o valor total do tributo a ser depositado, tendo em vista que não há como se saber tal valor, já que o fato gerador, receita bruta proveniente da comercialização da safra a ser colhida no início de abril/2007, ainda não ocorreu.
5 - Verifica-se, pelo exame dos autos, que o prolator da decisão agravada indeferiu a antecipação de tutela ao fundamento de que "não é possível, em sede de antecipação dos efeitos da tutela, reconhecer inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, pois milita a favor das leis e dos atos normativos a presunção de constitucionalidade". (Fls. 88.)
6 - Afirmou, ainda, o juízo de origem que, tendo em vista que o oferecimento de depósito para suspensão do crédito deve ser integral e a parte autora não informou os valores controvertidos, não há como se aferir a exigência prevista no art. 151, II, do Código Tributário Nacional.
7 - A decisão agravada não merece reparo.
8 - Quanto à Instrução Normativa MPS/SRP nº 03/2005, entendo, data venia, que, no ordenamento jurídico brasileiro, a lei e os atos administrativos gozam de presunção de legalidade e de constitucionalidade, que não podem ser afastadas pelo juiz em cognição superficial (sumária) para reconhecer admissível o direito invocado.
9 - Outro não é o entendimento da Sétima Turma:
"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - ANTECIPAÇÃO DE TUTELA PARA SUSPENDER EXIGÊNCIA PREVISTA EM ATO NORMATIVO (LICENCIAMENTO DE IMPORTAÇÃO PREVIAMENTE AO DESPACHO ADUANEIRO) - AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 273 DO CPC E PRESUNÇÃO DE LEGALIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS: IMPOSSIBILIDADE - SEGUIMENTO NEGADO - AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.
1 - "A antecipação de tutela (art. 273 do CPC) exige prova inequívoca que convença o julgador acerca da verossimilhança das alegações do autor, à qual se deve agregar, cumulativamente, o trinômio dos incisos I e II do aludido artigo - perigo de dano, abuso de defesa ou propósito protelatório, tudo no intento de antecipar o resultado que, muito provavelmente, a ulterior sentença veiculará: à medida em que se esmaece a evidência do direito, porque a prova perde sua essência de gerar conclusão irrefutável, avulta o risco da contradição, assim inviabilizando a tutela imediata cognitiva." (TRF1, T7, AG nº 2003.01.00.035062-4/GO, minha relatoria, DJ 07/10/2005, p.116)
2 - As leis e os atos administrativos em geral gozam, no ordenamento jurídico brasileiro, da presunção de legalidade, que nenhum julgador pode, monocraticamente, afastar com duas ou três linhas em exame de mera delibação. A jurisprudência não respalda o precário e temporário afastamento, por medida liminar, de norma legal a não ser em ação própria perante o STF. A presunção da constitucionalidade das leis é mais forte e afasta a "eventual" relevância do fundamento, notadamente se o vício não é manifesto ou flagrante.
3- No mesmo sentido: "reconhecer, em sede de liminar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, para o fim de deferir a medida, representa, de regra, precipitação, dado que a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, nos Tribunais, somente pode ser declarada pelo voto da maioria absoluta dos membros da Corte. Essa declaração, para o fim de ser concedida a liminar, não deve ocorrer, em decisão monocrática, até por medida de prudência. No caso, ocorre, ademais, que a liminar esgota o julgamento da causa, porque, na prática, é satisfativa. Se, amanhã, os Tribunais Superiores derem pela constitucionalidade do ato normativo, terá ocorrido, com a concessão da liminar, grave atentado à ordem pública, em termos de ordem jurídico-constitucional" (STF, SS nº 1.853/DF, Rel. Min. CARLOS VELLOSO, DJ 04/10/2000)".
4- O mero repisar das alegações já examinadas e não acolhidas não merece prosperar, mormente, se exigíveis por força e na forma do Decreto nº 4.543/2002, art. 490, caput e §§, que prevê o disciplinamento das importações e na esteira desse comando posiciona-se a Portaria SECEX nº 14/2004, art. 9º, II, "b" que não autoriza o licenciamento automático às importações para a Zona Franca de Manaus.
5- Agravo interno não provido.
6- Peças liberadas pelo Relator, em 21/3/2006, para publicação do acórdão." (Grifei.) (AGTAG nº 2005.01.00.065675-3/AM - Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral - Sétima Turma - Unânime - D.J. 07/4/2006 - pág. 110.)
10 - Com relação ao depósito judicial dos valores controvertidos, não há como deferi-lo à parte para suspensão da exigibilidade de tributo cujo fato gerador e lançamento ainda não ocorreram.

11 - Diante disso, a decisão agravada não é suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, pelo que, nos termos do art. 522, caput, do Código de Processo Civil, este Agravo de Instrumento deve permanecer na forma retida junto aos autos principais para ser analisado na ocasião do julgamento de apelação eventualmente interposta.
Pelo exposto, com espeque no art. 527, II, do Código de Processo Civil, converto o presente Agravo de Instrumento em Agravo Retido e determino sua remessa ao juízo de origem.
Publique-se e intime-se.
Brasília, 02 de abril de 2007.

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.007690-5/DF
Processo na Origem: 200634000299314

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
AGRAVANTE	:	SINDICATO DOS TRABALHADORES PETROLEIROS, PETROQUÍMICOS, QUÍMICOS, E PLÁSTICOS DOS ESTADOS ALAGOAS E SERGIPE - SINDIPETRO AL/SE
ADVOGADOS	:	DRS. LAÉRCO SALUSTIANO BEZERRA E OUTROS
AGRAVADA	:	UNIÃO FEDERAL
PROCURADOR	:	DR. JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
AGRAVADA	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADOS	:	DRS. ALEXANDRE DUARTE DE LACERDA E OUTROS

D E C I S Ã O
1 - O SINDICATO DOS TRABALHADORES PETROLEIROS, PETROQUÍMICOS, QUÍMICOS, E PLÁSTICOS DOS ESTADOS ALAGOAS E SERGIPE - SINDIPETRO AL/SE interpôs recurso de AGRAVO DE INSTRUMENTO, com pedido de efeito suspensivo, para reforma de decisão do Juiz Substituto da 4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, que, em AÇÃO ORDINÁRIA movida à Agravada para compeli-la a liberar valores recolhidos a título de contribuição sindical, declinara da competência para a Justiça do Trabalho.
2 - Alega o Agravante que a matéria em questão não é da competência da Justiça do Trabalho porque a postulação visa a liberação de valor relativo a contribuição sindical retido pela Agravada.
3 - Prescreve o art. 114 da Constiuição Federal:
"Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:
I - as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
II - as ações que envolvam exercício do direito de greve;
III - as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores;
IV - os mandados de segurança, habeas corpus e habeas data , quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição;
V - os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvado o disposto no art. 102, I, o;
VI - as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho;
VII - as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho;
VIII - a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a , e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir;
IX - outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei." (Grifei.)
4 - Verifica-se, pela leitura do dispositivo legal transcrito no item anterior, que, das ações que envolvem sindicatos, somente aquelas sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, entre sindicatos e empregadores são da competência da Justiça do Trabalho.
5 - A hipótese em questão, ação de sindicato contra a Caixa Econômica Federal para liberação de valores recolhidos a título de contribuição sindical, não está abrangida pelo rol do art. 114 da Constituição Federal.
6 - Nessa ordem de idéias, afiguram-se-me presentes risco de lesão grave e de difícil reparação e fundamentação relevante para suspensão da decisão impugnada.
Pelo exposto, presentes os pressupostos que o autorizam, atribuo efeito suspensivo a este Agravo de Instrumento. (Código de Processo Civil, arts. 527, III, e 558.)
Intimem-se as Agravadas para resposta. (Código de Processo Civil, art. 527, V.)
Dê-se ciência ao ilustre prolator da decisão impugnada.
Brasília, 02 de abril de 2007.

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.007704-7/RR
Processo na Origem: 200542000023809

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
AGRAVANTE	:	FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
ADVOGADA	:	DRª ANAIR PAES PAULINO
AGRAVADA	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO

D E C I S Ã O
1 - FRANCISCA AURELINA DE MEDERIOS LIMA interpôs recurso de AGRAVO DE INSTRUMENTO para reforma de decisão do Juiz da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Roraima.
2 - Verifica-se, pelo exame dos autos, que a inicial do recurso veio desacompanhada de cópia da procuração outorgada ao advogado da Agravante.
Pelo exposto, sendo manifestamente inadmissível, nego seguimento ao recurso de Agravo de Instrumento de fls. 02/20, com fundamento no art. 557 do Código de Processo Civil.
Sem manifestação, arquivem-se os autos.
Publique-se e intimem-se.
Brasília, 28 de março de 2007.

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.008416-2/MG
Processo na Origem: 153060512099

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
AGRAVANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADORA	:	DRª GISELLE FILGUEIRAS CORRÊA
AGRAVADA	:	GLYNWED INDÚSTRIA DE BOMBAS E VÁLVULAS LTDA
ADVOGADOS	:	DRS. MARCO AURÉLIO ALVES MEDEIROS E OUTROS

D E C I S Ã O
1 - O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS interpôs recurso de AGRAVO DE INSTRUMENTO para reforma de decisão do Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Cataguases, Estado de Minas Gerais.
2 - Verifica-se, pela análise dos autos, que o Agravo de Instrumento foi protocolizado perante o Tribunal de Justiça de Minas Gerais-TJMG, contrariando o caput do art. 524 do Código de Processo Civil, que determina sua interposição diretamente no tribunal competente.
3 - Outro não é o entendimento deste Egrégio Tribunal:
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INTERPOSIÇÃO PERANTE O JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU. ERRO GROSSEIRO CONFIGURADO. ART. 524 DO CPC. PRECLUSÃO CONSUMATIVA.
1. O artigo 524 do CPC é claro ao dispor que o agravo de instrumento será dirigido diretamente ao Tribunal competente, configurando-se erro grosseiro a sua interposição perante o juízo de primeiro grau.
2. Não se admite a interposição de um segundo agravo de instrumento em face de uma mesma decisão, tendo em vista o óbice imposto pela preclusão consumativa, o qual impede que a parte que praticou um ato, ainda que de forma inadequada, como ocorreu in casu, possa realizá-lo novamente. Precedentes do TRF/1ª Região.
3. Agravo de instrumento não conhecido." (Grifei.) (AG nº 2003.01.00.034982-5/MG - Rel. Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida - 5ª Turma - Unânime - D.J. 09/12/2004 - pág. 33.)
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. INTEMPESTIVIDADE. PROTOCOLO INTEGRADO DA JUSTIÇA ESTADUAL DE MINAS GERAIS. INAPLICABILIDADE À JUSTIÇA FEDERAL.
1. A Resolução nº 309/96, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, regulamentou a criação do Sistema de Protocolo Integrado nas comarcas do Estado de Minas Gerais.
2. Trata-se de regra a ser aplicada, tão somente, na Justiça Estadual, não havendo que se falar em sua extensão à Justiça Federal.
3. Revela-se intempestivo o recurso interposto pelo INSS, protocolado neste Tribunal aos 12 de novembro de 2001, após, portanto, o esgotamento do prazo recursal.
4. Agravo regimental a que se nega provimento." (Grifei.) (AGA 2001.01.00.045079-4/MG - Rel. Des. Federal José Amilcar Machado - 1ª Turma - Unânime - D.J. 01/8/2005 - pág. 31.)
Pelo exposto, sendo manifestamente inadmissível, nego seguimento ao recurso de Agravo de Instrumento de fls. 02/09, com fundamento no art. 557 do Código de Processo Civil.
Sem manifestação, arquivem-se os autos.
Publique-se e intime-se.
Brasília, 27 de março de 2007.

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.008634-4/MG
Processo na Origem: 200638110041076

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
AGRAVANTE	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADA	:	FOTO ASIA LTDA
ADVOGADO	:	DR. RODRIGO RIOS MACHADO

D E C I S Ã O
À Agravada para resposta. (Código de Processo Civil, art. 527, V.)
Publique-se e intime-se.
Brasília, 28 de março de 2007.

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

Decisão n. /2007-T7
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.008669-0/DF Distribuído no TRF em 12/03/2007
Processo na Origem: 200634000352900

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	MINERACOES BRASILEIRAS REUNIDAS S/A - MBR
ADVOGADO	:	JOAREZ DE FREITAS HERINGER E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO

DECISÃO
AGRAVO CONTRA INDEFERIMENTO DE LEVANTAMENTO DO DEPÓSITO EM AO - EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO (ITR DE ÁREA DECLARADA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE) SUSPENSA POR ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - DEPÓSITO (DESNECESSÁRIO) PARA SUSPENDER A EXIGIBILIDADE DE CRÉDITO DE ITR DE ÁREA DE UTILIZAÇÃO LIMITADA (JÁ PAGO E DE QUE NÃO TRATA A AO) - AGRAVO PROVIDO MONOCRATICAMENTE.
1- Por agravo protocolizado em 12 MAR 2007, recebido em Gabinete em 13 MAR 2007, 10h, a agravante pede, com efeito suspensivo ativo, a reforma da decisão datada de 12 FEV 2007 (f. 316), do MM. Juiz Federal Substituto TALES KRAUSS QUEIROZ, da 8ª Vara/DF, que, nos autos da AO nº 2006.34.00.035290-0, que ajuizou em 22 NOV 2006 contra a agravada, objetivando anular crédito de ITR, período 2001, lançado no PA n. 13603.002106/2005-13 por glosa na declaração de área de preservação permanente, sem a correspondente apresentação do Ato Declaratório Ambiental, após a concessão, em parte, da antecipação de tutela *"apenas para suspender a exigibilidade da parte do auto de infração impugnado que procedeu à devida glosa da área de preservação permanente declarada pelo contribuinte como não tributável"* (mantendo a exigibilidade em relação à área de "utilização limitada"), lhe indeferiu o levantamento de depósito que realizou (f. 270/3), no valor de R$ 77.556,95 (relativo ao ITR da área de utilização limitada e já pago ao fisco). S. Exa. entendeu que, "*considerando que a decisão de fls. 246/249* (autos originais) *suspendeu a exigibilidade apenas da parte do auto relacionada à área de preservação permanente, concluo que ainda remanesce débito tributário legítimo, a indicar a incorreção da afirmação de fl. 281* (autos originais) *de que todo 'o débito relativo ao auto de infração em questão encontra-se efetivamente suspenso'"*.
2- A agravante alega que efetuou o depósito judicial para suspender a exigibilidade do ITR relativo à área de utilização limitada, entendendo que a antecipação de tutela havia suspendido apenas parte do ITR (relativo à área de preservação permanente). Como o fisco glosou, para a apuração do ITR, somente a declaração da área de preservação permanente (sem referir-se à área de utilização limitada), todo o crédito está com sua exigibilidade suspensa, sendo indevido o depósito que realizou e que deve ser levantado.
//
3- Ao que se vê da documentação apresentada, a agravante, em relação ao seu imóvel rural ("Fazenda Jangada") de 1.885,20 ha, declarou (f. 57) como de preservação permanente 1.000 ha e como área tributável 886,2 ha. Por sua vez, o fisco, em seu Demonstrativo de Apuração do ITR (f. 51), desconsiderou a declaração de "área de preservação permanente" (por inexistência do ADA), considerando a integralidade do imóvel como tributável, apontando uma diferença entre o crédito apurado e o declarado de R$ 60.203,81 (já haviam sido pagos R$ 53.345,43).
4- A agravante, pretendendo discutir apenas o lançamento complementar da área glosada pelo fisco (preservação permanente), já em sua inicial (f. 13/36), faz confusão dizendo ser inexigível *"a apresentação do Ato Declaratório Ambiental referente à DITR do período-base de 2001 (...) para comprovar a exclusão feita pela Autora das áreas de preservação permanente e utilização limitada (...)"* (grifei), sendo que não houve declaração de ITR de área de preservação limitada.
5- Induzido a erro (ao entendimento de que a discussão diz respeito também à área de utilização limitada), S. Exa. deferiu parcialmente, em 27 NOV 2006, a antecipação de tutela (f. 257/60), nestes termos:
"(...) suspender a exigibilidade da parte do auto de infração impugnado que procedeu à indevida glosa da área de preservação permanente declarada pelo contribuinte como não tributável. Fica indeferido o pedido de expedição de ordem para o fornecimento de CPD-EN porque remanesce débito tributário legítimo, a título de área de interesse ecológico (utilização limitada)" (grifei).
6- Vê-se, entretanto, que o valor relativo à área tributável declarada já fora pago pela agravante, tanto é que no "Termo de Verificação de Infração" (f. 55) o Auditor Fiscal aponta irregularidade na indevida declaração de área de preservação permanente dispondo que, *"do valor apurado como imposto devido, foi deduzido o imposto declarado pelo contribuinte em sua DITR/2001 (R$53.345,43), chegando-se ao valor lançado no presente Auto de Infração de R$60.203,81"* (grifei).
7- Em mais um equívoco, porém, a agravante, pretendendo a expedição de CPD-EN, efetuou o depósito do valor relativo à área de utilização limitada (f. 270/3) no valor de R$ 77.556,95. Não há, entretanto, discussão do ITR sobre área de utilização limitada e a parte da exação relativa à parte declarada como tributável está quitada pela contribuinte.

8- A SRF, em vista do depósito, manifestou-se (f. 281) nestes termos:
"Conclusão:
a. O valor correspondente à 'Área de Preservação Permanente' lançado no Auto de Infração, processo n. 13603.002106/2005-13, foi suspenso devido à decisão judicial;
b. O Auto de Infração se refere exclusivamente à glosa da parcela da área declarada como 'Área de Preservação Permanente";
c. Quanto a DITR/2001:
i. O contribuinte declarou área tributável de 886ha, e recolheu o ITR apurado, conforme apresentado;
ii. Não há na DITR/2001 área de utilização limitada;
iii. Na DITR/2001, o contribuinte declarou área de mineração 885,2ha e de benfeitoria 1 há, apurando área tributável de 886,2ha diferente do informado na petição inicial"
9- A exigibilidade do débito de ITR (área de preservação permanente) está com a exigibilidade suspensa pela antecipação de tutela. Sendo esse o único débito discutido na AO, não há razão, portanto, para o depósito realizado - em evidente equívoco - para suspensão da exigibilidade do ITR em relação à área tributável (já quitado), que sequer é objeto da AO.
//
10- Pelo exposto, DOU PROVIMENTO ao agravo (art. 557, §1º-A, do CPC).
11- Comunique-se.
12- Publique-se. Intime-se. Oportunamente, baixem e arquivem-se.
Brasília, 30 de março de 2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

MEDIDA CAUTELAR Nº 2007.01.00.009037-5/GO
Processo na Origem: 199735000008123

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
REQUERENTE	:	GOIÁS CONSTRUTORA LTDA
ADVOGADOS	:	DRS. AURES ROSA DO ESPÍRITO SANTO E OUTROS
REQUERIDO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

D E C I S Ã O

1 - GOIÁS CONSTRUTORA LTDA moveu AÇÃO CAUTELAR ao INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, pretendendo compeli-lo a excluir seu nome do Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Federais - CADIN.
2 - Alega a Requerente que, embora publicado acórdão que lhe é favorável em Ação Anulatória de Débito, o Requerido, com o intuito de coagi-la, inscreveu seu nome no cadastro em comento, motivo pelo qual, sendo ilegal, coercitivo e abusivo o ato impugnado, requer a concessão de liminar para o fim pretendido.
3 - Afirma, também, que, estando a dívida em discussão no Judiciário, é ilegal inscrição de devedores em cadastro de maus pagadores, consoante entendimento dos tribunais.
3 - Verifica-se, pelo compulsar do processo principal, que a Requerente movera ao Requerido Ação Anulatória com pedido de cancelamento de 54 (cinqüenta e quatro) Notificações Fiscais de Lançamentos de Débitos ao argumento de ilegalidade na utilização de aferição indireta para levantamento dos débitos.
4 - Nota-se, também, pelo exame dos autos, que, julgado procedente, em parte, o pedido para declarar a nulidade de 10 (dez) das 53 (cinqüenta e três) Notificações Fiscais de Lançamentos de Débitos, a Egrégia 7ª Turma do Tribunal, apreciando os recursos de Apelação das partes e a Remessa Oficial, confirmou a nulidade declarada pelo juízo de origem e anulou mais 29 (vinte e nove) Notificações, mantendo íntegras, porém, 14 (quatorze) delas.
5 - Ora, se, após a decisão judicial, persistem, sem pagamento, débitos regularmente constituídos, não há impedimento para inscrição da devedora no CADIN, nem ilegalidade no ato.
6 - De outro lado, o ajuizamento de Ação Anulatória, sem suspensão da exigibilidade do crédito ou oferecimento de garantia, não impede a inscrição do devedor no CADIN.
7 - Outro não é o entendimento deste Tribunal:
"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - LIMINAR EM MEDIDA CAUTELAR ADMITINDO CAUÇÃO (SEM OITIVA DA PARTE CONTRÁRIA) E SUSPENDENDO (SEM FUNDAMENTAÇÃO) EXIGIBILIDADE TRIBUTÁRIA: IMPOSSIBILIDADE - AGRAVO PROVIDO MONOCRATICAMENTE - AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.
1 - Se é fato que o §1º-A do art. 557 do CPC pressupõe jurisprudência de Corte Superior, não menos fato que, por via do recurso próprio, o colegiado ratifique e referende, ou não, a decisão monocrática sem a mesma exigência.
2 - Não é "inominada" a cautelar que tem nome e rito próprios expressamente previstos no CPC. Cautelar de caução reclama prévio contraditório. Não se concede cautelar sem expressa referência à satisfação dos seus requisitos legais.
3 - Se há caução, não há falar em "suspensão da exigibilidade" por manifesta antinomia. Caução é "garantia", não "causa" de suspensão da exigibilidade do tributo, razão por que a execução fiscal pode ser ajuizada e a caução antecipada se convolará em "penhora" para fins de embargos.
4 - O só ajuizamento da ação anulatória não é causa de suspensão da exigibilidade tributária elencada no art. 151 do CTN.
5 - Crédito tributário cuja exigibilidade não esteja suspensa (art. 151 do CTN) ou sem garantia viabiliza inscrição no CADIN (art. 7º da Lei nº 10.522/2002).
6 - Agravo interno não provido.
7 - Peças liberadas pelo Relator, em 11/10/2005, para publicação do acórdão." (AGTAG - nº 2005.01.00.061466-7/MG - Rel. Des. Federal LUCIANO TOLENTINO AMARAL - TRF/1ª Região - Sétima Turma - Por Maioria - D.J. 21.12.2005 - pág. 21.)
8 - Nessa ordem de idéias, não se me afigura presente o fumus boni iuris.
Pelo exposto, indefiro a liminar.
Cite-se.
Publique-se e intimem-se.
Brasília, 30 de março de 2007.

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.009560-7/MT
Processo na Origem: 200336000106092

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
AGRAVANTE	:	GAZZONI COMPANHIA LTDA
ADVOGADO	:	DR. EDILSON JAIR CASAGRANDE
AGRAVADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

D E C I S Ã O

Ao Agravado para resposta. (Código de Processo Civil, art. 527, V.)
Publique-se e intime-se.
Brasília, 28 de março de 2007.

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.009561-0/MG
Processo na Origem: 200538070025476

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
AGRAVANTE	:	PAPELBRÁS INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA
ADVOGADOS	:	DRS. JACKSON FERRAZ COSTA E OUTROS
AGRAVADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	DR. NILSON ROBERTO DE MORAIS

D E C I S Ã O

1 - PAPELBRÁS INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA interpôs recurso de AGRAVO DE INSTRUMENTO para reforma de decisão do Juiz da Vara Federal da Subseção Judiciária de Montes Claros-MG.
2 - Verifica-se, pelo exame dos autos, que a inicial do recurso veio desacompanhada de cópia da certidão de intimação da decisão agravada.
Pelo exposto, sendo manifestamente inadmissível, nego seguimento ao recurso de Agravo de Instrumento de fls. 04/12, com fundamento no art. 557 do Código de Processo Civil.
Sem manifestação, arquivem-se os autos.
Publique-se e intimem-se.
Brasília, 28 de março de 2007.

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.009708-3/BA
Processo na Origem: 200533000198780

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
AGRAVANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	GRAZIELE SILVA NASCIMENTO

DECISÃO

Insurge-se a agravante contra decisão que, em execução fiscal, indeferiu pedido de bloqueio de ativos financeiros mediante o sistema BACEN JUD, bem como suspendeu o curso da execução por um ano.
Alega ser possível a penhora pleiteada, seja em razão do que dispõe o art. 11, I, da Lei 6.830/80, que prevê o dinheiro como o primeiro bem a ser penhorado; seja porque a lei processual não exige o prévio esgotamento de localização de outros bens do executado para penhorar valor pecuniário, motivo pelo qual requer a antecipação da pretensão recursal.

ISSO POSTO, DECIDO.

Não vislumbro relevância jurídica na pretensão da agravante. Com efeito, venho votando, na egrégia 7ª Turma, com base em precedente do STJ (cfr. REsp 796.485/PR, Rel. Min. Castro Meira, DJ de 13.03.2006, p. 305), no sentido de que o deferimento de pedido de bloqueio de valores eventualmente existentes em contas bancárias do executado, por ser medida de caráter excepcional, exige que a parte exeqüente demonstre ter esgotado todos os meios disponíveis para a localização de bens passíveis de serem penhorados.
Saliento que, ainda que o art. 185-A do CTN, acrescido pela LC n. 118/2005, disponha que o juiz determinará a indisponibilidade de bens e direitos do devedor, condiciona tal providência a que não tenham sido encontrados bens penhoráveis, não amparando o pedido da agravante.
No presente caso, a agravante não demonstrou que efetuou diligências para localizar outros bens da Agravada passíveis de penhora.
Daí por que DENEGO A ANTECIPAÇÃO DA PRETENSÃO RECURSAL.
Sem intimação da agravada para a apresentação de contraminuta, tendo em vista que não foram constituídos advogados nos autos da execução fiscal, conforme certidão de fl. 08.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília-DF, 29 de março de 2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.009714-1/BA
Processo na Origem: 200333000160964

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
AGRAVANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	SINGREMAQ COMERCIO E IMPORTACAO DE MAQ DE COST E PECAS LTDA
AGRAVADO	:	GERALDO MANGELA LACERDA DE OLIVEIRA

DECISÃO

Insurge-se a agravante contra decisão que, em execução fiscal, indeferiu pedido de bloqueio de dinheiro eventualmente existente em contas bancárias dos executados por meio do sistema BACEN JUD.
Alega ser possível a penhora pleiteada, seja em razão do que dispõe o art. 11, I, da Lei 6.830/80, que prevê o dinheiro como o primeiro bem a ser penhorado; seja porque a lei processual não exige o prévio esgotamento de localização de outros bens do executado para penhorar valor pecuniário, motivo pelo qual requer a antecipação da pretensão recursal.

ISSO POSTO, DECIDO.

Não vislumbro relevância jurídica na pretensão da agravante. Com efeito, venho votando, na egrégia 7ª Turma, com base em precedente do STJ (cfr. REsp 796.485/PR, Rel. Min. Castro Meira, DJ de 13.03.2006, p. 305), no sentido de que o deferimento de pedido de bloqueio de valores eventualmente existentes em contas bancárias do executado, por ser medida de caráter excepcional, exige que a parte exeqüente demonstre ter esgotado todos os meios disponíveis para a localização de bens passíveis de serem penhorados.
Saliento que, ainda que o art. 185-A do CTN, acrescido pela LC n. 118/2005, disponha que o juiz determinará a indisponibilidade de bens e direitos do devedor, condiciona tal providência a que não tenham sido encontrados bens penhoráveis, não amparando o pedido da agravante.
No presente caso, a agravante não demonstrou que efetuou diligências para localizar outros bens da Agravada passíveis de penhora.
Daí por que DENEGO A ANTECIPAÇÃO DA PRETENSÃO RECURSAL.
Intime-se a agravada para os fins do art. 527, V, do CPC (Lei nº 10.352/01).
Publique-se. Intimem-se.
Brasília-DF, 29 de março de 2007.

JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.009718-6/BA
Processo na Origem: 200533000196129

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
AGRAVANTE	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	CHYSTIAN SANTOS COSTA

D E C I S Ã O

1 - A UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL) interpôs recurso de AGRAVO DE INSTRUMENTO, com pedido de efeito suspensivo, para reforma de decisão do Juiz da 20ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado da Bahia, que, em EXECUÇÃO FISCAL, indeferira pedido de bloqueio de valores existentes em contas correntes do Executado nos termos do Convênio BACENJUD, celebrado com o Banco Central do Brasil.
2 - A decisão agravada destoa do entendimento deste Tribunal:
"AGRAVO CONTRA INDEFERIMENTO DE BLOQUEIO DE VALOR EM CONTA CORRENTE ATÉ O LIMITE DO DÉBITO COBRADO: POSSIBILIDADE - AGRAVO PROVIDO MONOCRATICAMENTE.
1- Por agravo protocolizado em 15 SET 2005 (protocolo descentralizado SJ/MG), recebido em Gabinete, em 20 SET 2005, 11h, o agravante pede, com efeito suspensivo ativo, a reforma da decisão datada de 20 JUL 2005 (f. 59/60), do MM. Juiz de Direito ARECLIDES JOSÉ DO PINHO REZENDE, da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Contagem/MG, que nos autos da EF nº 79.98.031575-2, ajuizada em 04 DEZ 1998, contra Centro Educacional Pingo de Gente e outro, lhe indeferiu a utilização da via eletrônica (BACENJUD) para efetuar o bloqueio de depósitos em conta corrente e aplicações financeiras, até o limite do crédito tributário, em nome do executado e da co-responsável Lucisne Cristina Ferreira de Oliveira, determinando somente a expedição de ofício ao Banco Central para obter informações acerca da existência dos ativos financeiros e o bloqueio apenas das aplicações financeiras ao fundamento de que *"a fim de se evitar o risco de o bloqueio impedir a movimentação do capital de giro da EMPRESA - EXECUTADA PRINCIPAL, causando eventuais prejuízos a fornecedores, pagamen-*

tos de trabalhadores, etc., e quanto aos CO-DEVEDORES, o risco de incidir sobre valores destinados ao próprio sustento e alimentos, conforme o disposto no art. 649, inciso II, do CPC, recomendável que o bloqueio não ocorra sobre a CONTA CORRENTE, devendo tão somente incidir sobre as aplicações financeiras (renda fixa, fundos de ações, etc.) e /ou conta de investimentos" (grifo original).

2- O agravante aduz que os executados não nomearam bens à penhora, sujeitando-se à constrição de bens na ordem do art. 11 da Lei 6.830/80, podendo ser indisponibilizado todo o seu patrimônio, inclusive os depósitos em conta corrente. Sendo prioritária a penhora em dinheiro operacionalizada por meio do BACENJUD, nos termos do art. 185-A do CTN *"(...) o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico (...)"*.

II

3- A ordem de Juiz de Direito, que não tem acesso ao BACENJUD, de oficiar às instituições financeiras requisitando informações sobre o saldo do executado (e de seus co-responsáveis) e o bloqueio dos valores suficientes à garantia, por terem a mesma função (garantir a EF), devem ser interpretadas igualmente.

4- Dessa forma, não há sequer, na espécie, nenhuma quebra do "*sigilo bancário*", senão que apenas bloqueio da quantia em espécie suficiente, no máximo, e se o caso, à garantia da instância executiva. Para essa medida não há falar em exaurimento das outras modalidades de tentativas de localização de bens móveis ou imóveis. A lei não exige que o exeqüente faça pesquisas em cartórios ou em DETRANS ou em bancos ou sequer nessa ordem de preferência. É ônus do credor apontar bens penhoráveis se o devedor não exerceu o seu direito de nomeá-los. A gradação do art. 11 da LEF, que não é exaustiva, consagra o "*dinheiro*" como o primeiro valor penhorável. A recente possibilidade de "*bloqueio*" de dinheiro suficiente via BACENJUD reflete o aprimoramento do sistema oficial na integração de suas atividades básicas em nome do bem comum e da realização da sua finalidade.

5- O STJ já enfrentou o assunto e decidiu nessa mesma linha*: "(...) Não se verifica qualquer ofensa aos artigos 620, 655 e 656 do Código de Processo Civil o bloqueio dos depósitos existentes em contas correntes da executada, até o limite da execução, determinado em razão de o bem ofertado pela devedora ser impenhorável e inalienável, já que de domínio público. A recorrente não impugnou o entendimento de que o bem por ela indicado era impenhorável, não havendo ilegalidade no bloqueio determinado, mormente porque determinado sobre depósitos em conta e não sobre a renda da empresa.*"(STJ, AGA nº 355.305/PA, Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, T3, ac. un., DJ 24/9/2001, p. 300).

6- No mesmo sentido, o REsp nº 25.029/SP, Rel. Min. PEÇANHA MARTINS, T2, ac. un., DJ 05/6/1995, p. 16.648: *"Simples pedido ao BACEN, através do judiciário, de identificação da agência bancária onde o executado possui conta corrente não implica quebra de sigilo bancário."*

II

Pelo exposto, DOU PROVIMENTO ao agravo (art. 557, §1º-A, do CPC)." (AG Nº 2005.01.00.062636-3/MG - Relator Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral - D.J. de 30/9/2005 - pág. 113.)

3 - Nessa ordem de idéias, afiguram-se-me presentes risco de lesão grave e de difícil reparação e fundamentação relevante para suspensão da decisão impugnada.

Pelo exposto, presentes os pressupostos que o autorizam, atribuo efeito suspensivo a este Agravo de Instrumento. (Código de Processo Civil, arts. 527, III, e 558.)

Intime-se o Agravado para resposta. (Código de Processo Civil, art. 527, V.)

Dê-se ciência ao ilustre prolator da decisão impugnada.

Brasília, 26 de março de 2007.

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.009724-4/BA
Processo na Origem: 200333000049449

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
AGRAVANTE	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADA	:	DROGANEW COM E REP LTDA
AGRAVADA	:	RUTH CARAPIA DARZE
AGRAVADO	:	PAULO SÉRGIO DARZE LIMA

D E C I S Ã O

1 - A UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL) interpôs recurso de AGRAVO DE INSTRUMENTO, com pedido de efeito suspensivo, para reforma de decisão do Juiz da 20ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado da Bahia, que, em EXECUÇÃO FISCAL, indeferira pedido de bloqueio de valores existentes em contas correntes dos Executados nos termos do Convênio BACENJUD, celebrado com o Banco Central do Brasil.

2 - A decisão agravada destoa do entendimento deste Tribunal:

"AGRAVO CONTRA INDEFERIMENTO DE BLOQUEIO DE VALOR EM CONTA CORRENTE ATÉ O LIMITE DO DÉBITO COBRADO: POSSIBILIDADE - AGRAVO PROVIDO MONOCRATICAMENTE.

1- Por agravo protocolizado em 15 SET 2005 (protocolo descentralizado SJ/MG), recebido em Gabinete, em 20 SET 2005, 11h, o agravante pede, com efeito suspensivo ativo, a reforma da decisão datada de 20 JUL 2005 (f. 59/60), do MM. Juiz de Direito ARECLIDES JOSÉ DO PINHO REZENDE, da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Contagem/MG, que nos autos da EF nº 79.98.031575-2, ajuizada em 04 DEZ 1998, contra Centro Educacional Pingo de Gente e outro, lhe indeferiu a utilização da via eletrônica (BACENJUD) para efetuar o bloqueio de depósitos em conta corrente e aplicações financeiras, até o limite do crédito tributário, em nome do executado e da co-responsável Lucisne Cristina Ferreira de Oliveira, determinando somente a expedição de ofício ao Banco Central para obter informações acerca da existência dos ativos financeiros e o bloqueio apenas das aplicações financeiras ao fundamento de que *"a fim de se evitar o risco de o bloqueio impedir a movimentação do capital de giro da EMPRESA - EXECUTADA PRINCIPAL, causando eventuais prejuízos a fornecedores, pagamentos de trabalhadores, etc., e quanto aos CO-DEVEDORES, o risco de incidir sobre valores destinados ao próprio sustento e alimentos, conforme o disposto no art. 649, inciso II, do CPC, recomendável que o bloqueio não ocorra sobre a CONTA CORRENTE, devendo tão somente incidir sobre as aplicações financeiras (renda fixa, fundos de ações, etc.) e /ou conta de investimentos"* (grifo original).

2- O agravante aduz que os executados não nomearam bens à penhora, sujeitando-se à constrição de bens na ordem do art. 11 da Lei 6.830/80, podendo ser indisponibilizado todo o seu patrimônio, inclusive os depósitos em conta corrente. Sendo prioritária a penhora em dinheiro operacionalizada por meio do BACENJUD, nos termos do art. 185-A do CTN *"(...) o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico (...)"*.

II

3- A ordem de Juiz de Direito, que não tem acesso ao BACENJUD, de oficiar às instituições financeiras requisitando informações sobre o saldo do executado (e de seus co-responsáveis) e o bloqueio dos valores suficientes à garantia, por terem a mesma função (garantir a EF), devem ser interpretadas igualmente.

4- Dessa forma, não há sequer, na espécie, nenhuma quebra do "*sigilo bancário*", senão que apenas bloqueio da quantia em espécie suficiente, no máximo, e se o caso, à garantia da instância executiva. Para essa medida não há falar em exaurimento das outras modalidades de tentativas de localização de bens móveis ou imóveis. A lei não exige que o exeqüente faça pesquisas em cartórios ou em DETRANS ou em bancos ou sequer nessa ordem de preferência. É ônus do credor apontar bens penhoráveis se o devedor não exerceu o seu direito de nomeá-los. A gradação do art. 11 da LEF, que não é exaustiva, consagra o "*dinheiro*" como o primeiro valor penhorável. A recente possibilidade de "*bloqueio*" de dinheiro suficiente via BACENJUD reflete o aprimoramento do sistema oficial na integração de suas atividades básicas em nome do bem comum e da realização da sua finalidade.

5- O STJ já enfrentou o assunto e decidiu nessa mesma linha*: "(...) Não se verifica qualquer ofensa aos artigos 620, 655 e 656 do Código de Processo Civil o bloqueio dos depósitos existentes em contas correntes da executada, até o limite da execução, determinado em razão de o bem ofertado pela devedora ser impenhorável e inalienável, já que de domínio público. A recorrente não impugnou o entendimento de que o bem por ela indicado era impenhorável, não havendo ilegalidade no bloqueio determinado, mormente porque determinado sobre depósitos em conta e não sobre a renda da empresa.*"(STJ, AGA nº 355.305/PA, Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, T3, ac. un., DJ 24/9/2001, p. 300).

6- No mesmo sentido, o REsp nº 25.029/SP, Rel. Min. PEÇANHA MARTINS, T2, ac. un., DJ 05/6/1995, p. 16.648: *"Simples pedido ao BACEN, através do judiciário, de identificação da agência bancária onde o executado possui conta corrente não implica quebra de sigilo bancário."*

II

Pelo exposto, DOU PROVIMENTO ao agravo (art. 557, §1º-A, do CPC)." (AG Nº 2005.01.00.062636-3/MG - Relator Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral - D.J. de 30/9/2005 - pág. 113.)

3 - Nessa ordem de idéias, afiguram-se-me presentes risco de lesão grave e de difícil reparação e fundamentação relevante para suspensão da decisão impugnada.

Pelo exposto, presentes os pressupostos que o autorizam, atribuo efeito suspensivo a este Agravo de Instrumento. (Código de Processo Civil, arts. 527, III, e 558.)

Intimem-se os Agravados para resposta. (Código de Processo Civil, art. 527, V.)

Dê-se ciência ao ilustre prolator da decisão impugnada.

Brasília, 26 de março de 2007.

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.009726-1/BA
Processo na Origem: 200133000007323

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
AGRAVANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	GLOBAL ASSISTENCIA MEDICA LTDA
AGRAVADO	:	JOSE LUIZ TEIXEIRA DE LACERDA
AGRAVADO	:	JOSEFA NASCIMENTO DA CRUZ

DECISÃO

Insurge-se a agravante contra decisão que, em execução fiscal, indeferiu pedido de bloqueio de ativos financeiros mediante o sistema BACEN JUD, bem como suspendeu o curso da execução por um ano.

Alega ser possível a penhora pleiteada, seja em razão do que dispõe o art. 11, I, da Lei 6.830/80, que prevê o dinheiro como o primeiro bem a ser penhorado; seja porque a lei processual não exige o prévio esgotamento de localização de outros bens do executado para penhorar valor pecuniário, motivo pelo qual requer a antecipação da pretensão recursal.

ISSO POSTO, DECIDO.

Não vislumbro relevância jurídica na pretensão da agravante. Com efeito, venho votando, na egrégia 7ª Turma, com base em precedente do STJ (cfr. REsp 796.485/PR, Rel. Min. Castro Meira, DJ de 13.03.2006, p. 305), no sentido de que o deferimento de pedido de bloqueio de valores eventualmente existentes em contas bancárias do executado, por ser medida de caráter excepcional, exige que a parte exeqüente demonstre ter esgotado todos os meios disponíveis para a localização de bens passíveis de serem penhorados.

Saliento que, ainda que o art. 185-A do CTN, acrescido pela LC n. 118/2005, disponha que o juiz determinará a indisponibilidade de bens e direitos do devedor, condiciona tal providência a que não tenham sido encontrados bens penhoráveis, não amparando o pedido da agravante.

No presente caso, a agravante não demonstrou que efetuou diligências para localizar outros bens da Agravada passíveis de penhora.

Daí por que DENEGO A ANTECIPAÇÃO DA PRETENSÃO RECURSAL.

Sem intimação da agravada para a apresentação de contraminuta, tendo em vista que não foram constituídos advogados nos autos da execução fiscal, conforme certidão de fl. 08.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 29 de março de 2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.009728-9/BA
Processo na Origem: 200633000083322

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
AGRAVANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	JORGE EDUARDO ALVES NASCIMENTO

DECISÃO

Insurge-se a agravante contra decisão que, em execução fiscal, indeferiu pedido de bloqueio de ativos financeiros mediante o sistema BACEN JUD, bem como suspendeu o curso da execução por um ano.

Alega ser possível a penhora pleiteada, seja em razão do que dispõe o art. 11, I, da Lei 6.830/80, que prevê o dinheiro como o primeiro bem a ser penhorado; seja porque a lei processual não exige o prévio esgotamento de localização de outros bens do executado para penhorar valor pecuniário, motivo pelo qual requer a antecipação da pretensão recursal.

ISSO POSTO, DECIDO.

Confiro relevância jurídica à pretensão da agravante. Ainda que venha adotando, na Turma, entendimento no sentido de que o deferimento de pedido de bloqueio de valores eventualmente existentes em contas bancárias dos executados, por ser medida de caráter excepcional, exige que a parte exeqüente demonstre ter esgotado todos os meios disponíveis para a localização de bens do devedor passíveis de serem penhorados, tenho que, no caso, deve ser relevada dita exigência, diante da afirmação do executado de não possuir bens (fl. 15v).

Nessas condições, CONCEDO A ANTECIPAÇÃO DA PRETENSÃO RECURSAL.

Dê-se ciência ao ilustre prolator da decisão agravada.

Sem intimação da agravada para a apresentação de contraminuta, tendo em vista que não foram constituídos advogados nos autos da execução fiscal, conforme certidão de fl. 10.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 29 de março de 2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.009751-1/BA
Processo na Origem: 200433000087901

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
AGRAVANTE	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADA	:	SACOREJA INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE PAPEL LTDA
AGRAVADA	:	SAMI CHEILA

D E C I S Ã O

1 - A UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL) interpôs recurso de AGRAVO DE INSTRUMENTO, com pedido de efeito suspensivo, para reforma de decisão do Juiz da 20ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado da Bahia, que, em EXECUÇÃO FISCAL, indeferira pedido de bloqueio de valores existentes em contas correntes das Executadas nos termos do Convênio BACENJUD, celebrado com o Banco Central do Brasil.

2 - A decisão agravada destoa do entendimento deste Tribunal:

"AGRAVO CONTRA INDEFERIMENTO DE BLOQUEIO DE VALOR EM CONTA CORRENTE ATÉ O LIMITE DO DÉBITO COBRADO: POSSIBILIDADE - AGRAVO PROVIDO MONOCRATICAMENTE.

1- Por agravo protocolizado em 15 SET 2005 (protocolo descentralizado SJ/MG), recebido em Gabinete, em 20 SET 2005, 11h, o agravante pede, com efeito suspensivo ativo, a reforma da decisão datada de 20 JUL 2005 (f. 59/60), do MM. Juiz de Direito ARECLIDES JOSÉ DO PINHO REZENDE, da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Contagem/MG, que nos autos da EF nº 79.98.031575-2, ajuizada em 04 DEZ 1998, contra Centro Educacional Pingo de Gente e outro, lhe indeferiu a utilização da via eletrônica (BACENJUD) para efetuar o bloqueio de depósitos em conta corrente e aplicações financeiras, até o limite do crédito tributário, em nome do executado e da co-responsável Lucisne Cristina Ferreira de Oliveira, determinando somente a expedição de ofício ao Banco Central para obter informações acerca da existência dos ativos financeiros e o bloqueio apenas das aplicações financeiras ao fundamento de que *"a fim de se evitar o risco de o bloqueio impedir a movimentação do capital de giro da EMPRESA - EXECUTADA PRINCIPAL, causando eventuais prejuízos a fornecedores, pagamentos de trabalhadores, etc., e quanto aos CO-DEVEDORES, o risco de incidir sobre valores destinados ao próprio sustento e alimentos, conforme o disposto no art. 649, inciso II, do CPC, recomendável que o bloqueio não ocorra sobre a CONTA CORRENTE, devendo tão somente incidir sobre as aplicações financeiras (renda fixa, fundos de ações, etc.) e /ou conta de investimentos"* (grifo original).

2- O agravante aduz que os executados não nomearam bens à penhora, sujeitando-se à constrição de bens na ordem do art. 11 da Lei 6.830/80, podendo ser indisponibilizado todo o seu patrimônio, inclusive os depósitos em conta corrente. Sendo prioritária a penhora em dinheiro operacionalizada por meio do BACENJUD, nos termos do art. 185-A do CTN *"(...) o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico (...)"*.

II

3- A ordem de Juiz de Direito, que não tem acesso ao BACENJUD, de oficiar às instituições financeiras requisitando informações sobre o saldo do executado (e de seus co-responsáveis) e o bloqueio dos valores suficientes à garantia, por terem a mesma função (garantir a EF), devem ser interpretadas igualmente.

4- Dessa forma, não há sequer, na espécie, nenhuma quebra do "*sigilo bancário*", senão que apenas bloqueio da quantia em espécie suficiente, no máximo, e se o caso, à garantia da instância executiva. Para essa medida não há falar em exaurimento das outras modalidades de tentativas de localização de bens móveis ou imóveis. A lei não exige que o exeqüente faça pesquisas em cartórios ou em DETRANS ou em bancos ou sequer nessa ordem de preferência. É ônus do credor apontar bens penhoráveis se o devedor não exerceu o seu direito de nomeá-los. A gradação do art. 11 da LEF, que não é exaustiva, consagra o "*dinheiro*" como o primeiro valor penhorável. A recente possibilidade de "*bloqueio*" de dinheiro suficiente via BACENJUD reflete o aprimoramento do sistema oficial na integração de suas atividades básicas em nome do bem comum e da realização da sua finalidade.

5- O STJ já enfrentou o assunto e decidiu nessa mesma linha*: "(...) Não se verifica qualquer ofensa aos artigos 620, 655 e 656 do Código de Processo Civil o bloqueio dos depósitos existentes em contas correntes da executada, até o limite da execução, determinado em razão de o bem ofertado pela devedora ser impenhorável e inalienável, já que de domínio público. A recorrente não impugnou o entendimento de que o bem por ela indicado era impenhorável, não havendo ilegalidade no bloqueio determinado, mormente porque determinado sobre depósitos em conta e não sobre a renda da empresa.*"(STJ, AGA nº 355.305/PA, Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, T3, ac. un., DJ 24/9/2001, p. 300).

6- No mesmo sentido, o REsp nº 25.029/SP, Rel. Min. PEÇANHA MARTINS, T2, ac. un., DJ 05/6/1995, p. 16.648: *"Simples pedido ao BACEN, através do judiciário, de identificação da agência bancária onde o executado possui conta corrente não implica quebra de sigilo bancário."*

II

Pelo exposto, DOU PROVIMENTO ao agravo (art. 557, §1º-A, do CPC)." (AG Nº 2005.01.00.062636-3/MG - Relator Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral - D.J. de 30/9/2005 - pág. 113.)

3 - Nessa ordem de idéias, afiguram-se-me presentes risco de lesão grave e de difícil reparação e fundamentação relevante para suspensão da decisão impugnada.

Pelo exposto, presentes os pressupostos que o autorizam, atribuo efeito suspensivo a este Agravo de Instrumento. (Código de Processo Civil, arts. 527, III, e 558.)

Intimem-se as Agravadas para resposta. (Código de Processo Civil, art. 527, V.)

Dê-se ciência ao ilustre prolator da decisão impugnada.

Brasília, 26 de março de 2007.

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.009752-5/BA
Processo na Origem: 200133000229262

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
AGRAVANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	MARLENE RAIMUNDA DE MATOS

DECISÃO

Insurge-se a agravante contra decisão que, em execução fiscal, indeferiu pedido de bloqueio de ativos financeiros mediante o sistema BACEN JUD, bem como suspendeu o curso da execução por um ano.

Alega ser possível a penhora pleiteada, seja em razão do que dispõe o art. 11, I, da Lei 6.830/80, que prevê o dinheiro como o primeiro bem a ser penhorado; seja porque a lei processual não exige o prévio esgotamento de localização de outros bens do executado para penhorar valor pecuniário, motivo pelo qual requer a antecipação da pretensão recursal.

ISSO POSTO, DECIDO.

Não vislumbro relevância jurídica na pretensão da agravante. Com efeito, venho votando, na egrégia 7ª Turma, com base em precedente do STJ (cfr. REsp 796.485/PR, Rel. Min. Castro Meira, DJ de 13.03.2006, p. 305), no sentido de que o deferimento de pedido de bloqueio de valores eventualmente existentes em contas bancárias do executado, por ser medida de caráter excepcional, exige que a parte exeqüente demonstre ter esgotado todos os meios disponíveis para a localização de bens passíveis de serem penhorados.

Saliento que, ainda que o art. 185-A do CTN, acrescido pela LC n. 118/2005, disponha que o juiz determinará a indisponibilidade de bens e direitos do devedor, condiciona tal providência a que não tenham sido encontrados bens penhoráveis, não amparando o pedido da agravante.

No presente caso, a agravante não demonstrou que efetuou diligências para localizar outros bens da Agravada passíveis de penhora.

Daí por que DENEGO A ANTECIPAÇÃO DA PRETENSÃO RECURSAL.

Sem intimação da agravada para a apresentação de contraminuta, tendo em vista que não foram constituídos advogados nos autos da execução fiscal, conforme certidão de fl. 08.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 29 de março de 2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.009758-7/BA
Processo na Origem: 200333000218809

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
AGRAVANTE	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADA	:	RECÔNCAVO COMÉRCIO DE MARCAS LTDA ME
AGRAVADO	:	CLÁUDIO LUIZ PINHEIRO SILVA

D E C I S Ã O

1 - A UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL) interpôs recurso de AGRAVO DE INSTRUMENTO, com pedido de efeito suspensivo, para reforma de decisão do Juiz da 20ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado da Bahia, que, em EXECUÇÃO FISCAL, indeferira pedido de bloqueio de valores existentes em contas correntes dos Executados nos termos do Convênio BACENJUD, celebrado com o Banco Central do Brasil.

2 - A decisão agravada destoa do entendimento deste Tribunal:

"AGRAVO CONTRA INDEFERIMENTO DE BLOQUEIO DE VALOR EM CONTA CORRENTE ATÉ O LIMITE DO DÉBITO COBRADO: POSSIBILIDADE - AGRAVO PROVIDO MONOCRATICAMENTE.

1- Por agravo protocolizado em 15 SET 2005 (protocolo descentralizado SJ/MG), recebido em Gabinete, em 20 SET 2005, 11h, o agravante pede, com efeito suspensivo ativo, a reforma da decisão datada de 20 JUL 2005 (f. 59/60), do MM. Juiz de Direito ARECLIDES JOSÉ DO PINHO REZENDE, da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Contagem/MG, que nos autos da EF nº 79.98.031575-2, ajuizada em 04 DEZ 1998, contra Centro Educacional Pingo de Gente e outro, lhe indeferiu a utilização da via eletrônica (BACENJUD) para efetuar o bloqueio de depósitos em conta corrente e aplicações financeiras, até o limite do crédito tributário, em nome do executado e da co-responsável Lucisne Cristina Ferreira de Oliveira, determinando somente a expedição de ofício ao Banco Central para obter informações acerca da existência dos ativos financeiros e o bloqueio apenas das aplicações financeiras ao fundamento de que *"a fim de se evitar o risco de o bloqueio impedir a movimentação do capital de giro da EMPRESA - EXECUTADA PRINCIPAL, causando eventuais prejuízos a fornecedores, pagamentos de trabalhadores, etc., e quanto aos CO-DEVEDORES, o risco de incidir sobre valores destinados ao próprio sustento e alimentos, conforme o disposto no art. 649, inciso II, do CPC, recomendável que o bloqueio não ocorra sobre a CONTA CORRENTE, devendo tão somente incidir sobre as aplicações financeiras (renda fixa, fundos de ações, etc.) e /ou conta de investimentos"* (grifo original).

2- O agravante aduz que os executados não nomearam bens à penhora, sujeitando-se à constrição de bens na ordem do art. 11 da Lei 6.830/80, podendo ser indisponibilizado todo o seu patrimônio, inclusive os depósitos em conta corrente. Sendo prioritária a penhora em dinheiro operacionalizada por meio do BACENJUD, nos termos do art. 185-A do CTN *"(...) o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico (...)"*.

II

3- A ordem de Juiz de Direito, que não tem acesso ao BACENJUD, de oficiar às instituições financeiras requisitando informações sobre o saldo do executado (e de seus co-responsáveis) e o bloqueio dos valores suficientes à garantia, por terem a mesma função (garantir a EF), devem ser interpretadas igualmente.

4- Dessa forma, não há sequer, na espécie, nenhuma quebra do "*sigilo bancário*", senão que apenas bloqueio da quantia em espécie suficiente, no máximo, e se o caso, à garantia da instância executiva. Para essa medida não há falar em exaurimento das outras modalidades de tentativas de localização de bens móveis ou imóveis. A lei não exige que o exeqüente faça pesquisas em cartórios ou em DETRANS ou em bancos ou sequer nessa ordem de preferência. É ônus do credor apontar bens penhoráveis se o devedor não exerceu o seu direito de nomeá-los. A gradação do art. 11 da LEF, que não é exaustiva, consagra o "*dinheiro*" como o primeiro valor penhorável. A recente possibilidade de "*bloqueio*" de dinheiro suficiente via BACENJUD reflete o aprimoramento do sistema oficial na integração de suas atividades básicas em nome do bem comum e da realização da sua finalidade.

5- O STJ já enfrentou o assunto e decidiu nessa mesma linha*: "(...) Não se verifica qualquer ofensa aos artigos 620, 655 e 656 do Código de Processo Civil o bloqueio dos depósitos existentes em contas correntes da executada, até o limite da execução, determinado em razão de o bem ofertado pela devedora ser impenhorável e inalienável, já que de domínio público. A recorrente não impugnou o entendimento de que o bem por ela indicado era impenhorável, não havendo ilegalidade no bloqueio determinado, mormente porque determinado sobre depósitos em conta e não sobre a renda da empresa.*"(STJ, AGA nº 355.305/PA, Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, T3, ac. un., DJ 24/9/2001, p. 300).

6- No mesmo sentido, o REsp nº 25.029/SP, Rel. Min. PEÇANHA MARTINS, T2, ac. un., DJ 05/6/1995, p. 16.648: *"Simples pedido ao BACEN, através do judiciário, de identificação da agência bancária onde o executado possui conta corrente não implica quebra de sigilo bancário."*

II

Pelo exposto, DOU PROVIMENTO ao agravo (art. 557, §1º-A, do CPC)." (AG Nº 2005.01.00.062636-3/MG - Relator Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral - D.J. de 30/9/2005 - pág. 113.)

3 - Nessa ordem de idéias, afiguram-se-me presentes risco de lesão grave e de difícil reparação e fundamentação relevante para suspensão da decisão impugnada.

Pelo exposto, presentes os pressupostos que o autorizam, atribuo efeito suspensivo a este Agravo de Instrumento. (Código de Processo Civil, arts. 527, III, e 558.)

Intimem-se os Agravados para resposta. (Código de Processo Civil, art. 527, V.)

Dê-se ciência ao ilustre prolator da decisão impugnada.

Brasília, 27 de março de 2007.

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.009893-1/BA
Processo na Origem: 200633030015304

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
AGRAVANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	JUAREZ DA SILVA

DECISÃO

Insurge-se a agravante contra decisão que, em execução fiscal, indeferiu pedido de bloqueio de ativos financeiros mediante o sistema BACEN JUD, bem como suspendeu o curso da execução por um ano.

Alega ser possível a penhora pleiteada, seja em razão do que dispõe o art. 11, I, da Lei 6.830/80, que prevê o dinheiro como o primeiro bem a ser penhorado; seja porque a lei processual não exige o prévio esgotamento de localização de outros bens do executado para penhorar valor pecuniário, motivo pelo qual requer a antecipação da pretensão recursal.

ISSO POSTO, DECIDO.

Não vislumbro relevância jurídica na pretensão da agravante. Com efeito, venho votando, na egrégia 7ª Turma, com base em precedente do STJ (cfr. REsp 796.485/PR, Rel. Min. Castro Meira, DJ de 13.03.2006, p. 305), no sentido de que o deferimento de pedido de bloqueio de valores eventualmente existentes em contas bancárias do executado, por ser medida de caráter excepcional, exige que a parte exeqüente demonstre ter esgotado todos os meios disponíveis para a localização de bens passíveis de serem penhorados.

Saliento que, ainda que o art. 185-A do CTN, acrescido pela LC n. 118/2005, disponha que o juiz determinará a indisponibilidade de bens e direitos do devedor, condiciona tal providência a que não tenham sido encontrados bens penhoráveis, não amparando o pedido da agravante.
No presente caso, a agravante não demonstrou que efetuou diligências para localizar outros bens da Agravada passíveis de penhora.
Daí por que DENEGO A ANTECIPAÇÃO DA PRETENSÃO RECURSAL.
Sem intimação da agravada para a apresentação de contraminuta, tendo em vista que não foram constituídos advogados nos autos da execução fiscal.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília-DF, 28 de março de 2007.

Juíza Federal ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora

,

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.009894-5/BA
Processo na Origem: 200633030015229

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
AGRAVANTE	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	JOSÉ DANIEL CALADO DA SILVA

D E C I S Ã O

1 - A UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL) interpôs recurso de AGRAVO DE INSTRUMENTO, com pedido de efeito suspensivo, para reforma de decisão do Juiz da Vara Única Federal da Subseção Judiciária de Barreiras, Estado da Bahia, que, em EXECUÇÃO FISCAL, indeferira pedido de bloqueio de valores existentes em contas correntes do Executado nos termos do Convênio BACENJUD, celebrado com o Banco Central do Brasil.
2 - A decisão agravada destoa do entendimento deste Tribunal:
"AGRAVO CONTRA INDEFERIMENTO DE BLOQUEIO DE VALOR EM CONTA CORRENTE ATÉ O LIMITE DO DÉBITO COBRADO: POSSIBILIDADE - AGRAVO PROVIDO MONOCRATICAMENTE.
1- Por agravo protocolizado em 15 SET 2005 (protocolo descentralizado SJ/MG), recebido em Gabinete, em 20 SET 2005, 11h, o agravante pede, com efeito suspensivo ativo, a reforma da decisão datada de 20 JUL 2005 (f. 59/60), do MM. Juiz de Direito ARECLIDES JOSÉ DO PINHO REZENDE, da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Contagem/MG, que nos autos da EF nº 79.98.031575-2, ajuizada em 04 DEZ 1998, contra Centro Educacional Pingo de Gente e outro, lhe indeferiu a utilização da via eletrônica (BACENJUD) para efetuar o bloqueio de depósitos em conta corrente e aplicações financeiras, até o limite do crédito tributário, em nome do executado e da co-responsável Lucisne Cristina Ferreira de Oliveira, determinando somente a expedição de ofício ao Banco Central para obter informações acerca da existência dos ativos financeiros e o bloqueio apenas das aplicações financeiras ao fundamento de que *"a fim de se evitar o risco de o bloqueio impedir a movimentação do capital de giro da EMPRESA - EXECUTADA PRINCIPAL, causando eventuais prejuízos a fornecedores, pagamentos de trabalhadores, etc., e quanto aos CO-DEVEDORES, o risco de incidir sobre valores destinados ao próprio sustento e alimentos, conforme o disposto no art. 649, inciso II, do CPC, recomendável que o bloqueio não ocorra sobre a CONTA CORRENTE, devendo tão somente incidir sobre as aplicações financeiras (renda fixa, fundos de ações, etc.) e /ou conta de investimentos"* (grifo original).
2- O agravante aduz que os executados não nomearam bens à penhora, sujeitando-se à constrição de bens na ordem do art. 11 da Lei 6.830/80, podendo ser indisponibilizado todo o seu patrimônio, inclusive os depósitos em conta corrente. Sendo prioritária a penhora em dinheiro operacionalizada por meio do BACENJUD, nos termos do art. 185-A do CTN *"(...) o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico (...)"*.

II

3- A ordem de Juiz de Direito, que não tem acesso ao BACENJUD, de oficiar às instituições financeiras requisitando informações sobre o saldo do executado (e de seus co-responsáveis) e o bloqueio dos valores suficientes à garantia, por terem a mesma função (garantir a EF), devem ser interpretadas igualmente.
4- Dessa forma, não há sequer, na espécie, nenhuma quebra do "*sigilo bancário*", senão que apenas bloqueio da quantia em espécie suficiente, no máximo, e se o caso, à garantia da instância executiva. Para essa medida não há falar em exaurimento das outras modalidades de tentativas de localização de bens móveis ou imóveis. A lei não exige que o exeqüente faça pesquisas em cartórios ou em DETRANS ou em bancos ou sequer nessa ordem de preferência. É ônus do credor apontar bens penhoráveis se o devedor não exerceu o seu direito de nomeá-los. A gradação do art. 11 da LEF, que não é exaustiva, consagra o "*dinheiro*" como o primeiro valor penhorável. A recente possibilidade de "*bloqueio*" de dinheiro suficiente via BACENJUD reflete o aprimoramento do sistema oficial na integração de suas atividades básicas em nome do bem comum e da realização da sua finalidade.
5- O STJ já enfrentou o assunto e decidiu nessa mesma linha*: "(...) Não se verifica qualquer ofensa aos artigos 620, 655 e 656 do Código de Processo Civil o bloqueio dos depósitos existentes em contas correntes da executada, até o limite da execução, determinado em razão de o bem ofertado pela devedora ser impenhorável e inalienável, já que de domínio público. A recorrente não impugnou o entendimento de que o bem por ela indicado era impenhorável, não havendo ilegalidade no bloqueio determinado, mormente porque determinado sobre depósitos em conta e não sobre a renda da empresa.*"(STJ, AGA nº 355.305/PA, Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, T3, ac. un., DJ 24/9/2001, p. 300).
6- No mesmo sentido, o REsp nº 25.029/SP, Rel. Min. PEÇANHA MARTINS, T2, ac. un., DJ 05/6/1995, p. 16.648: *"Simples pedido ao BACEN, através do judiciário, de identificação da agência bancária onde o executado possui conta corrente não implica quebra de sigilo bancário."*

II

Pelo exposto, DOU PROVIMENTO ao agravo (art. 557, §1º-A, do CPC)." (AG Nº 2005.01.00.062636-3/MG - Relator Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral - D.J. de 30/9/2005 - pág. 113.)
3 - Nessa ordem de idéias, afiguram-se-me presentes risco de lesão grave e de difícil reparação e fundamentação relevante para suspensão da decisão impugnada.
Pelo exposto, presentes os pressupostos que o autorizam, atribuo efeito suspensivo a este Agravo de Instrumento. (Código de Processo Civil, arts. 527, III, e 558.)
Intime-se o Agravado para resposta. (Código de Processo Civil, art. 527, V.)
Dê-se ciência ao ilustre prolator da decisão impugnada.
Brasília, 27 de março de 2007.

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.009901-1/BA
Processo na Origem: 200633060013974

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
AGRAVANTE	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADA	:	PALAVEL PALACE VEÍCULOS E MOTORES LIMITADA
ADVOGADOS	:	DRS. FLÁVIO HENRIQUE MAGALHÃES LIMA E OUTROS

D E C I S Ã O

1 - A UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL) interpôs recurso de AGRAVO DE INSTRUMENTO, com pedido de efeito suspensivo, para reforma de decisão do Juiz da Vara Única Federal da Subseção Judiciária de Paulo Afonso, Estado da Bahia, que, em EXECUÇÃO FISCAL, indeferira pedido de bloqueio de valores existentes em contas correntes da Executada nos termos do Convênio BACENJUD, celebrado com o Banco Central do Brasil.
2 - A decisão agravada destoa do entendimento deste Tribunal:
"AGRAVO CONTRA INDEFERIMENTO DE BLOQUEIO DE VALOR EM CONTA CORRENTE ATÉ O LIMITE DO DÉBITO COBRADO: POSSIBILIDADE - AGRAVO PROVIDO MONOCRATICAMENTE.
1- Por agravo protocolizado em 15 SET 2005 (protocolo descentralizado SJ/MG), recebido em Gabinete, em 20 SET 2005, 11h, o agravante pede, com efeito suspensivo ativo, a reforma da decisão datada de 20 JUL 2005 (f. 59/60), do MM. Juiz de Direito ARECLIDES JOSÉ DO PINHO REZENDE, da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Contagem/MG, que nos autos da EF nº 79.98.031575-2, ajuizada em 04 DEZ 1998, contra Centro Educacional Pingo de Gente e outro, lhe indeferiu a utilização da via eletrônica (BACENJUD) para efetuar o bloqueio de depósitos em conta corrente e aplicações financeiras, até o limite do crédito tributário, em nome do executado e da co-responsável Lucisne Cristina Ferreira de Oliveira, determinando somente a expedição de ofício ao Banco Central para obter informações acerca da existência dos ativos financeiros e o bloqueio apenas das aplicações financeiras ao fundamento de que *"a fim de se evitar o risco de o bloqueio impedir a movimentação do capital de giro da EMPRESA - EXECUTADA PRINCIPAL, causando eventuais prejuízos a fornecedores, pagamentos de trabalhadores, etc., e quanto aos CO-DEVEDORES, o risco de incidir sobre valores destinados ao próprio sustento e alimentos, conforme o disposto no art. 649, inciso II, do CPC, recomendável que o bloqueio não ocorra sobre a CONTA CORRENTE, devendo tão somente incidir sobre as aplicações financeiras (renda fixa, fundos de ações, etc.) e /ou conta de investimentos"* (grifo original).
2- O agravante aduz que os executados não nomearam bens à penhora, sujeitando-se à constrição de bens na ordem do art. 11 da Lei 6.830/80, podendo ser indisponibilizado todo o seu patrimônio, inclusive os depósitos em conta corrente. Sendo prioritária a penhora em dinheiro operacionalizada por meio do BACENJUD, nos termos do art. 185-A do CTN *"(...) o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico (...)"*.

II

3- A ordem de Juiz de Direito, que não tem acesso ao BACENJUD, de oficiar às instituições financeiras requisitando informações sobre o saldo do executado (e de seus co-responsáveis) e o bloqueio dos valores suficientes à garantia, por terem a mesma função (garantir a EF), devem ser interpretadas igualmente.
4- Dessa forma, não há sequer, na espécie, nenhuma quebra do "*sigilo bancário*", senão que apenas bloqueio da quantia em espécie suficiente, no máximo, e se o caso, à garantia da instância executiva. Para essa medida não há falar em exaurimento das outras modalidades de tentativas de localização de bens móveis ou imóveis. A lei não exige que o exeqüente faça pesquisas em cartórios ou em DETRANS ou em bancos ou sequer nessa ordem de preferência. É ônus do credor apontar bens penhoráveis se o devedor não exerceu o seu direito de nomeá-los. A gradação do art. 11 da LEF, que não é exaustiva, consagra o "*dinheiro*" como o primeiro valor penhorável. A recente possibilidade de "*bloqueio*" de dinheiro suficiente via BACENJUD reflete o aprimoramento do sistema oficial na integração de suas atividades básicas em nome do bem comum e da realização da sua finalidade.
5- O STJ já enfrentou o assunto e decidiu nessa mesma linha*: "(...) Não se verifica qualquer ofensa aos artigos 620, 655 e 656 do Código de Processo Civil o bloqueio dos depósitos existentes em contas correntes da executada, até o limite da execução, determinado em razão de o bem ofertado pela devedora ser impenhorável e inalienável, já que de domínio público. A recorrente não impugnou o entendimento de que o bem por ela indicado era impenhorável, não havendo ilegalidade no bloqueio determinado, mormente porque determinado sobre depósitos em conta e não sobre a renda da empresa.*"(STJ, AGA nº 355.305/PA, Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, T3, ac. un., DJ 24/9/2001, p. 300).
6- No mesmo sentido, o REsp nº 25.029/SP, Rel. Min. PEÇANHA MARTINS, T2, ac. un., DJ 05/6/1995, p. 16.648: *"Simples pedido ao BACEN, através do judiciário, de identificação da agência bancária onde o executado possui conta corrente não implica quebra de sigilo bancário."*

II

Pelo exposto, DOU PROVIMENTO ao agravo (art. 557, §1º-A, do CPC)." (AG Nº 2005.01.00.062636-3/MG - Relator Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral - D.J. de 30/9/2005 - pág. 113.)
3 - Nessa ordem de idéias, afiguram-se-me presentes risco de lesão grave e de difícil reparação e fundamentação relevante para suspensão da decisão impugnada.
Pelo exposto, presentes os pressupostos que o autorizam, atribuo efeito suspensivo a este Agravo de Instrumento. (Código de Processo Civil, arts. 527, III, e 558.)
Intime-se a Agravada para resposta. (Código de Processo Civil, art. 527, V.)
Dê-se ciência ao ilustre prolator da decisão impugnada.
Brasília, 27 de março de 2007.

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.009905-6/BA
Processo na Origem: 200533030034612

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
AGRAVANTE	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADA	:	MARCILENE NAZARÉ NASCIMENTO DA SILVA - ME
AGRAVADA	:	MARCILENE NAZARÉ NASCIMENTO DA SILVA

D E C I S Ã O

1 - A UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL) interpôs recurso de AGRAVO DE INSTRUMENTO, com pedido de efeito suspensivo, para reforma de decisão do Juiz da Vara Única Federal da Subseção Judiciária de Barreiras, Estado da Bahia, que, em EXECUÇÃO FISCAL, indeferira pedido de bloqueio de valores existentes em contas correntes das Executadas nos termos do Convênio BACENJUD, celebrado com o Banco Central do Brasil.
2 - A decisão agravada destoa do entendimento deste Tribunal:
"AGRAVO CONTRA INDEFERIMENTO DE BLOQUEIO DE VALOR EM CONTA CORRENTE ATÉ O LIMITE DO DÉBITO COBRADO: POSSIBILIDADE - AGRAVO PROVIDO MONOCRATICAMENTE.
1- Por agravo protocolizado em 15 SET 2005 (protocolo descentralizado SJ/MG), recebido em Gabinete, em 20 SET 2005, 11h, o agravante pede, com efeito suspensivo ativo, a reforma da decisão datada de 20 JUL 2005 (f. 59/60), do MM. Juiz de Direito ARECLIDES JOSÉ DO PINHO REZENDE, da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Contagem/MG, que nos autos da EF nº 79.98.031575-2, ajuizada em 04 DEZ 1998, contra Centro Educacional Pingo de Gente e outro, lhe indeferiu a utilização da via eletrônica (BACENJUD) para efetuar o bloqueio de depósitos em conta corrente e aplicações financeiras, até o limite do crédito tributário, em nome do executado e da co-responsável Lucisne Cristina Ferreira de Oliveira, determinando somente a expedição de ofício ao Banco Central para obter informações acerca da existência dos ativos financeiros e o bloqueio apenas das aplicações financeiras ao fundamento de que *"a fim de se evitar o risco de o bloqueio impedir a movimentação do capital de giro da EMPRESA - EXECUTADA PRINCIPAL, causando eventuais prejuízos a fornecedores, pagamentos de trabalhadores, etc., e quanto aos CO-DEVEDORES, o risco de incidir sobre valores destinados ao próprio sustento e alimentos, conforme o disposto no art. 649, inciso II, do CPC, recomendável que o bloqueio não ocorra sobre a CONTA CORRENTE, devendo tão somente incidir sobre as aplicações financeiras (renda fixa, fundos de ações, etc.) e /ou conta de investimentos"* (grifo original).

2- O agravante aduz que os executados não nomearam bens à penhora, sujeitando-se à constrição de bens na ordem do art. 11 da Lei 6.830/80, podendo ser indisponibilizado todo o seu patrimônio, inclusive os depósitos em conta corrente. Sendo prioritária a penhora em dinheiro operacionalizada por meio do BACENJUD, nos termos do art. 185-A do CTN *"(...) o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico (...)"*.

II

3- A ordem de Juiz de Direito, que não tem acesso ao BACENJUD, de oficiar às instituições financeiras requisitando informações sobre o saldo do executado (e de seus co-responsáveis) e o bloqueio dos valores suficientes à garantia, por terem a mesma função (garantir a EF), devem ser interpretadas igualmente.

4- Dessa forma, não há sequer, na espécie, nenhuma quebra do "*sigilo bancário*", senão que apenas bloqueio da quantia em espécie suficiente, no máximo, e se o caso, à garantia da instância executiva. Para essa medida não há falar em exaurimento das outras modalidades de tentativas de localização de bens móveis ou imóveis. A lei não exige que o exeqüente faça pesquisas em cartórios ou em DETRANS ou em bancos ou sequer nessa ordem de preferência. É ônus do credor apontar bens penhoráveis se o devedor não exerceu o seu direito de nomeá-los. A gradação do art. 11 da LEF, que não é exaustiva, consagra o "*dinheiro*" como o primeiro valor penhorável. A recente possibilidade de "*bloqueio*" de dinheiro suficiente via BACENJUD reflete o aprimoramento do sistema oficial na integração de suas atividades básicas em nome do bem comum e da realização da sua finalidade.

5- O STJ já enfrentou o assunto e decidiu nessa mesma linha*: "(...) Não se verifica qualquer ofensa aos artigos 620, 655 e 656 do Código de Processo Civil o bloqueio dos depósitos existentes em contas correntes da executada, até o limite da execução, determinado em razão de o bem ofertado pela devedora ser impenhorável e inalienável, já que de domínio público. A recorrente não impugnou o entendimento de que o bem por ela indicado era impenhorável, não havendo ilegalidade no bloqueio determinado, mormente porque determinado sobre depósitos em conta e não sobre a renda da empresa.*"(STJ, AGA nº 355.305/PA, Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, T3, ac. un., DJ 24/9/2001, p. 300).

6- No mesmo sentido, o REsp nº 25.029/SP, Rel. Min. PEÇANHA MARTINS, T2, ac. un., DJ 05/6/1995, p. 16.648: *"Simples pedido ao BACEN, através do judiciário, de identificação da agência bancária onde o executado possui conta corrente não implica quebra de sigilo bancário."*

II

Pelo exposto, DOU PROVIMENTO ao agravo (art. 557, §1º-A, do CPC)." (AG Nº 2005.01.00.062636-3/MG - Relator Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral - D.J. de 30/9/2005 - pág. 113.)

3 - Nessa ordem de idéias, afiguram-se-me presentes risco de lesão grave e de difícil reparação e fundamentação relevante para suspensão da decisão impugnada.

Pelo exposto, presentes os pressupostos que o autorizam, atribuo efeito suspensivo a este Agravo de Instrumento. (Código de Processo Civil, arts. 527, III, e 558.)

Intimem-se as Agravadas para resposta. (Código de Processo Civil, art. 527, V.)

Dê-se ciência ao ilustre prolator da decisão impugnada.

Brasília, 27 de março de 2007.

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

Decisão n. /2007-T7

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.010300-8/BA Distribuído no TRF em 27/03/2007

Processo na Origem: 200433000265147

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	ADILSON DERMEVAL DOS SANTOS

DECISÃO

AGRAVO CONTRA INDEFERIMENTO DE BLOQUEIO, VIA BACENJUD, DE ATIVOS FINANCEIROS ATÉ O LIMITE DO DÉBITO: POSSIBILIDADE (LEI N 11.382, DE 06/12/2006) - AGRAVO PROVIDO MONOCRATICAMENTE.

1- Por agravo protocolizado em 22 MAR 2007 (protocolo descentralizado SJ/BA), recebido em Gabinete em 28 MAR 2007, 10h, a agravante pede, com efeito suspensivo ativo, a reforma da decisão datada de 15 FEV 2007 (f. 48/50), do MM. Juiz Federal CÂNDIDO MORAES PINTO FILHO, da 20ª Vara/BA, que, nos autos da EF n. 2004.33.00.026514-7, que ajuizou em 25 NOV 2004 contra ADILSON DERMEVAL DOS SANTOS, para cobrança de SIMPLES, período 1999 a 2003, no valor de, à época, R$15.857,73 (f.11), lhe indeferiu o bloqueio, via BACENJUD, de ativos financeiros do executado até o total da dívida, ao fundamento de que *"(...) o bloqueio de ativos financeiros, mediante expedição de ofício ao BACEN, só deve ser deferido em caráter excepcional e quando houver comprovação, por parte da exeqüente, de que exauriu todas as diligências no intuito de localizar bens penhoráveis do executado, o que não restou demonstrado nestes autos"*.

2- A agravante aduz que a penhora em dinheiro tem preferência, nos termos do art. 11 da Lei n. 6.830/80, e que desnecessária a comprovação de realização de diligências no sentido de localização de bens em nome do devedor.

II

3- Não há na espécie nenhuma quebra do "*sigilo bancário*", senão que apenas bloqueio da quantia em espécie suficiente, no máximo, e se o caso, à garantia da instância executiva. Para essa medida não há falar em exaurimento das outras modalidades de tentativas de localização de bens móveis ou imóveis. A lei não exige que o exeqüente faça pesquisas em cartórios ou em DETRANS ou em bancos ou sequer nessa ordem de preferência. É ônus do credor apontar bens penhoráveis se o devedor não exerceu o seu direito de nomeá-los. A gradação do art. 11 da LEF, que não é exaustiva, consagra o "*dinheiro*" como o primeiro valor penhorável. A recente possibilidade de "*bloqueio*" de dinheiro suficiente via BACENJUD reflete o aprimoramento do sistema oficial na integração de suas atividades básicas em nome do bem comum e da realização da sua finalidade.

4- Corrobora tal entendimento a nova redação do art. 655 do CPC, dada pela Lei nº 11.382, de 06 DEZ 2006, que, ao estabelecer a preferência na penhora, consigna em seu inciso I, o dinheiro, em espécie ou o depósito ou aplicação em instituição financeira, acrescente-se, ainda, o art. 655-A, introduzido pela novel norma, que fixa a sistemática de requisição pelo juiz à autoridade do sistema bancário de informações sobre ativos financeiros do executado.

5- O STJ já enfrentou o assunto e decidiu nessa mesma linha*:"...Não se verifica qualquer ofensa aos artigos 620, 655 e 656 do Código de Processo Civil o bloqueio dos depósitos existentes em contas-correntes da executada, até o limite da execução, determinado em razão de o bem ofertado pela devedora ser impenhorável e inalienável, já que de domínio público. A recorrente não impugnou o entendimento de que o bem por ela indicado era impenhorável, não havendo ilegalidade no bloqueio determinado, mormente porque determinado sobre depósitos em conta e não sobre a renda da empresa.*"(STJ, AGA nº 355.305/PA, Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, T3, ac. un., DJ 24/09/2001, p. 300). No mesmo sentido, o REsp nº 25.029/SP, Rel. Min. PEÇANHA MARTINS, T2, ac. un., DJ 05/06/1995, p. 16.648: *"Simples pedido ao BACEN, através do judiciário, de identificação da agência bancária onde o executado possui conta corrente não implica quebra de sigilo bancário."*.

6- O bloqueio não se exaure em si mesmo: é apenas o veículo conducente à "penhora" ou "arresto", representando a concreção do princípio de que a execução se realiza no interesse do credor, e não afasta sua eventual substituição por outros bens nomeados pelo executado em face de peculiaridades ou dificuldades que cada caso possa revelar, para que atendido o contra-ponto de que a execução se faça da maneira menos gravosa ao devedor. *("... DEPÓSITOS REALIZADOS EM CONTA CORRENTE. PENHORA. POSSIBILIDADE. Quando o devedor não nomeia bens à penhora no momento oportuno, o direito de fazê-lo é transferido ao credor. Não se configura ofensa ao princípio da menor onerosidade da execução para o devedor o fato de a constrição patrimonial recair sobre valores depositados em sua conta corrente*." STJ, REsp 332584/SP, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, T3, un., DJ 18/02/2002, p. 422).

7- No mesmo sentido, a jurisprudência deste TRF1:

"(...) EXECUÇÃO FISCAL - BLOQUEIO DE VALOR EM CONTA CORRENTE DO EXECUTADO, POR MEIO DO CONVÊNIO BACENJUD-SISTEMA DE ATENDIMENTO DAS SOLICITAÇÕES DO PODER JUDICIÁRIO AO BANCO CENTRAL DO BRASIL, ATÉ O LIMITE DO DÉBITO COBRADO - LEGITIMIDADE - LEI Nº 6.830/80, ART. 11; CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, ART. 655.

1 - Lídimo o bloqueio, por meio do Convênio BACENJUD-Sistema de Atendimento das Solicitações do Poder Judiciário ao Banco Central do Brasil, de depósitos em dinheiro, existentes em contas correntes do Executado, até o limite da Execução, para garantia desta. (Lei nº 6.830/80, art. 11; Código de Processo Civil, art. 655.)

(...)"

(TRF1, AG 2001.01.00.009426-4/MG, Rel. Des. Fed. CATÃO ALVES, T7, maioria, DJ 06/10/2006, p.114)

II

8- Pelo exposto, DOU PROVIMENTO ao agravo (art. 557, §1º-A, do CPC), para determinar o bloqueio de ativos financeiros do devedor ADILSON DERMEVAL DOS SANTOS até o limite da dívida.

9- Comunique-se.

10- Publique-se. Intime-se. Oportunamente, baixem e arquivem-se.

Brasília, 29 de março de 2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

Decisão n. /2007-T7

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.010330-6/BA Distribuído no TRF em 27/03/2007

Processo na Origem: 200633000011963

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	JURACY CELESTINO PEREIRA

DECISÃO

AGRAVO CONTRA INDEFERIMENTO DE BLOQUEIO, VIA BACENJUD, DE ATIVOS FINANCEIROS ATÉ O LIMITE DO DÉBITO: POSSIBILIDADE (LEI N 11.382, DE 06/12/2006) - AGRAVO PROVIDO MONOCRATICAMENTE.

1- Por agravo protocolizado em 22 MAR 2007 (protocolo descentralizado SJ/BA), recebido em Gabinete em 28 MAR 2007, 10h, a agravante pede, com efeito suspensivo ativo, a reforma da decisão datada de 02 FEV 2007 (f. 21/3), do MM. Juiz Federal CÂNDIDO MORAES PINTO FILHO, da 20ª Vara/BA, que, nos autos da EF n. 2006.33.00.001196-3, que ajuizou em 31 JAN 2006 contra JURACY CELESTINO PEREIRA, para cobrança de IRPF, período 2001/2004, no valor de, à época, R$12.969,55 (f.12), lhe indeferiu o bloqueio, via BACENJUD, de ativos financeiros do executado até o total da dívida, ao fundamento de que *"(...) o bloqueio de ativos financeiros, mediante expedição de ofício ao BACEN, só deve ser deferido em caráter excepcional e quando houver comprovação, por parte da exeqüente, de que exauriu todas as diligências no intuito de localizar bens penhoráveis do executado, o que não restou demonstrado nestes autos"*.

2- A agravante aduz que a penhora em dinheiro tem preferência, nos termos do art. 11 da Lei n. 6.830/80, e que desnecessária a comprovação de realização de diligências no sentido de localização de bens em nome do devedor.

II

3- Não há na espécie nenhuma quebra do "*sigilo bancário*", senão que apenas bloqueio da quantia em espécie suficiente, no máximo, e se o caso, à garantia da instância executiva. Para essa medida não há falar em exaurimento das outras modalidades de tentativas de localização de bens móveis ou imóveis. A lei não exige que o exeqüente faça pesquisas em cartórios ou em DETRANS ou em bancos ou sequer nessa ordem de preferência. É ônus do credor apontar bens penhoráveis se o devedor não exerceu o seu direito de nomeá-los. A gradação do art. 11 da LEF, que não é exaustiva, consagra o "*dinheiro*" como o primeiro valor penhorável. A recente possibilidade de "*bloqueio*" de dinheiro suficiente via BACENJUD reflete o aprimoramento do sistema oficial na integração de suas atividades básicas em nome do bem comum e da realização da sua finalidade.

4- Corrobora tal entendimento a nova redação do art. 655 do CPC, dada pela Lei nº 11.382, de 06 DEZ 2006, que, ao estabelecer a preferência na penhora, consigna em seu inciso I, o dinheiro, em espécie ou o depósito ou aplicação em instituição financeira, acrescente-se, ainda, o art. 655-A, introduzido pela novel norma, que fixa a sistemática de requisição pelo juiz à autoridade do sistema bancário de informações sobre ativos financeiros do executado.

5- O STJ já enfrentou o assunto e decidiu nessa mesma linha*:"...Não se verifica qualquer ofensa aos artigos 620, 655 e 656 do Código de Processo Civil o bloqueio dos depósitos existentes em contas-correntes da executada, até o limite da execução, determinado em razão de o bem ofertado pela devedora ser impenhorável e inalienável, já que de domínio público. A recorrente não impugnou o entendimento de que o bem por ela indicado era impenhorável, não havendo ilegalidade no bloqueio determinado, mormente porque determinado sobre depósitos em conta e não sobre a renda da empresa.*"(STJ, AGA nº 355.305/PA, Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, T3, ac. un., DJ 24/09/2001, p. 300). No mesmo sentido, o REsp nº 25.029/SP, Rel. Min. PEÇANHA MARTINS, T2, ac. un., DJ 05/06/1995, p. 16.648: *"Simples pedido ao BACEN, através do judiciário, de identificação da agência bancária onde o executado possui conta corrente não implica quebra de sigilo bancário."*.

6- O bloqueio não se exaure em si mesmo: é apenas o veículo conducente à "penhora" ou "arresto", representando a concreção do princípio de que a execução se realiza no interesse do credor, e não afasta sua eventual substituição por outros bens nomeados pelo executado em face de peculiaridades ou dificuldades que cada caso possa revelar, para que atendido o contra-ponto de que a execução se faça da maneira menos gravosa ao devedor. *("... DEPÓSITOS REALIZADOS EM CONTA CORRENTE. PENHORA. POSSIBILIDADE. Quando o devedor não nomeia bens à penhora no momento oportuno, o direito de fazê-lo é transferido ao credor. Não se configura ofensa ao princípio da menor onerosidade da execução para o devedor o fato de a constrição patrimonial recair sobre valores depositados em sua conta corrente*." STJ, REsp 332584/SP, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, T3, un., DJ 18/02/2002, p. 422).

7- No mesmo sentido, a jurisprudência deste TRF1:

"(...) EXECUÇÃO FISCAL - BLOQUEIO DE VALOR EM CONTA CORRENTE DO EXECUTADO, POR MEIO DO CONVÊNIO BACENJUD-SISTEMA DE ATENDIMENTO DAS SOLICITAÇÕES DO PODER JUDICIÁRIO AO BANCO CENTRAL DO BRASIL, ATÉ O LIMITE DO DÉBITO COBRADO - LEGITIMIDADE - LEI Nº 6.830/80, ART. 11; CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, ART. 655.

1 - Lídimo o bloqueio, por meio do Convênio BACENJUD-Sistema de Atendimento das Solicitações do Poder Judiciário ao Banco Central do Brasil, de depósitos em dinheiro, existentes em contas correntes do Executado, até o limite da Execução, para garantia desta. (Lei nº 6.830/80, art. 11; Código de Processo Civil, art. 655.)

(...)"

(TRF1, AG 2001.01.00.009426-4/MG, Rel. Des. Fed. CATÃO ALVES, T7, maioria, DJ 06/10/2006, p.114)

II

8- Pelo exposto, DOU PROVIMENTO ao agravo (art. 557, §1º-A, do CPC), para determinar o bloqueio de ativos financeiros do devedor JURACY CELESTINO PEREIRA até o limite da dívida.

9- Comunique-se.

10- Publique-se. Intime-se. Oportunamente, baixem e arquivem-se.

Brasília, 29 de março de 2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

Decisão nº /2007-T7

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.010332-3/DF Distribuído no TRF em 23/03/2007

Processo na Origem: 200734000029241

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	ALINE LOURENCO CUNHA
ADVOGADO	:	OCELIO NOBRE DA SILVA E OUTRO(A)
AGRAVADO	:	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR	:	OSIRES DE AZEVEDO LOPES FILHO E OUTROS(AS)

DECISÃO
AGRAVO CONTRA INDEFERIMENTO DE LIMINAR EM MS PARA DETERMINAR A TRANSFERÊNCIA DE INSCRIÇÃO DO CRM/TO PARA O CRM/DF - INSCRIÇÃO NO CRM/TO MANTIDA POR MEIO DE SEGURANÇA CONCEDIDA EM OUTRO MS (SEM TRÂNSITO EM JULGADO) - AUSÊNCIA DE REGISTRO DO DIPLOMA NO MEC - DESCUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL SE DISCUTE NOS AUTOS ORIGINAIS - SEGUIMENTO NEGADO.
1- Por agravo protocolizado em 23 MAR 2007, recebido em Gabinete em 26 FEV 2007, 11h, a agravante pede, com efeito suspensivo ativo, a reforma da decisão datada de 15 MAR 2007 (f. 10/4) do MM. Juiz Federal Substituto TALES KRAUSS QUEIROZ, da 8ª Vara/DF, que, nos autos do MS nº 2007.34.00.002924-1, que impetrou em 30 JAN 2007 contra ato atribuído ao Presidente do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal, consistente no indeferimento de sua inscrição (por transferência) no CRM/DF, por ausência de registro no MEC do seu diploma na Faculdade de Medicina do Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos - ITPAC, lhe indeferiu a liminar. S. Exa. entendeu que *"(...) a alegação de descumprimento de decisão judicial não pode ser dirimida neste mandado de segurança"*.
2- A agravante alega que está inscrita no CRM/TO mediante decisão judicial. Porque está aprovada em concurso para cursar Residência Médica em Brasília/DF, necessita de sua transferência para o CRM/DF. Aduz que, sendo médica, pode exercer a medicina em qualquer Estado da Federação, sendo ilegal a negativa do CRM/DF.
II
3- No antecedente MS n. 2006.43.00.003433-8, impetrado em 30 NOV 2006, a mesma impetrante obteve liminar e sentença para manutenção de seu registro no CRM/TO (cancelado por determinação da Circular CFM n. 204/2006, por ausência do registro do diploma no MEC). Indeferida sua inscrição pelo CRM/DF, impetrou o MS n. 2007.34.00.002924-1, alegando basicamente o descumprimento, via transversa, da segurança concedida no MS n. 2006.43.00.003433-8.
4- Não há como, em nova impetração, discutir o descumprimento de decisão em MS diverso (em princípio, motivo bastante para o pronto indeferimento do seu MS). Esta, a jurisprudência do STJ (princípio subjacente):
"(...) IMPETRAÇÃO CONTRA SUPOSTOS DESCUMPRIMENTOS DE DECISÕES PROFERIDAS PELA CORTE ESTADUAL E POR ESTE TRIBUNAL SUPERIOR. (...) DESCABIMENTO DO MANDAMUS. (...)
1. Segundo o art. 5º, II, da Lei 1.533/51, não se dará mandado de segurança quando o ato impetrado se tratar de despacho ou decisão judicial, quando haja recurso previsto nas leis processuais ou possa ser modificado por via de correição. Outrossim, nos termos da Súmula 267/STF, "não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição".
2. É descabida, portanto, a ação mandamental impetrada contra atos judiciais e incidentes ocorridos na fase de liquidação de sentença passíveis de reforma por meio de recurso previsto na legislação processual civil, ou até mesmo por meio de reclamação, expediente inclusive utilizado pelos recorrentes perante esta Corte Superior (Rcl 713/SP, 1ª Seção, desta Relatoria, DJ de 1º.2.2005, improcedente).
(....)"
(STJ, RMS 13718/SP, Rel. Min. DENISE ARRUDA, T1, ac. un., DJ 27.03.2006, p. 153).
5- Não o bastante, a agravante ainda não comprova, o até hoje faltante registro do diploma no MEC, como exigido pelo art. 17 da Lei n. 3.268, de 30 SET 1957:
"Art . 17. Os médicos só poderão exercer legalmente a medicina, em qualquer de seus ramos ou especialidades, após o prévio registro de seus títulos, diplomas, certificados ou cartas no Ministério da Educação e Cultura e de sua inscrição no Conselho Regional de Medicina, sob cuja jurisdição se achar o local de sua atividade" (grifei).
6- De mais a mais, o pedido formulado no mandado de segurança é o mesmo que a impetrante pretende já em provimento liminar, o que evidencia o esvaziamento do objeto do "writ" diante de sua satisfatividade, o que não é aceito pela jurisprudência deste TRF1 e do STJ (REsp n. 282727/MS; REsp n. 165452/PE; REsp n. 149320/SP; AGRMC n. 3311/MG).
II
7- Pelo exposto, manifestamente improcedente o agravo, NEGO-LHE SEGUIMENTO (art. 557 do CPC).
8- Comunique-se.
9- Publique-se. Intime-se. Oportunamente, baixem e arquivem-se.
Brasília, 02 de abril de 2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

Decisão nº /2006-T7
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.010443-1/MG Distribuído no TRF em 23/03/2007
Processo na Origem: 200638120058865

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	COMPANHIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS - CEMIG
ADVOGADO	:	DANIEL NEIVA FREIRE E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	CERAMICA SETELAGOAS S/A
ADVOGADO	:	ROBERTO DE SOUZA BRANDAO E OUTROS(AS)

DECISÃO
EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO SOBRE ENERGIA ELÉTRICA (ECE) - AGRAVO CONTRA INDEFERIMENTO DE DENUNCIAÇÃO À LIDE DA ELETROBRÁS: POSSIBILIDADE (EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO RECOLHIDO À ORDEM DA ELETROBRÁS) - AGRAVO PROVIDO MONOCRATICAMENTE.
1- Por agravo protocolizado em 21 MAR 2007 (protocolo descentralizado SJ/MG), recebido em Gabinete em 26 MAR 2007, 11h, a agravante pede, com efeito suspensivo, a reforma da decisão datada de 06 MAR 2007 (f. 28), do MM. Juiz Federal GRIGÓRIO CARLOS DOS SANTOS, da Vara Única da Subseção Judiciária de Sete Lagoas/MG, que, nos autos da AO n. 2006.38.12.005886-5, ajuizada em 29 NOV 2005 pela agravada contra a CEMIG, objetivando a repetição do Empréstimo Compulsório sobre a Energia Elétrica - ECE, no que majorado em 72,47% [cujos valores depositou no MS n. 90.0010592-7 (em que discutiu a exigibilidade do tributo), e foram levantados pela agravante após trânsito em julgado da sentença de improcedência], lhe rejeitou a denunciação à lide da ELETROBRAS, ao fundamento de que "*os valores foram levantados pela CEMIG, de acordo com os alvarás de levantamento de fls. 151/152* (autos originais)".
2- A agravante alega que os valores que levantou no MS n. 90.00.10592-7 foram integralmente repassados a ELETROBRÁS por vinculação legal.
//
3- Dispõe o art. 4º da Lei n. 4.156/62:
"Art. 4º Até 30 de junho de 1965, o consumidor de energia elétrica tomará obrigações da ELETROBRÁS, resgatáveis em 10 (dez) anos, a juros de 12% (doze por cento) ao ano, correspondentes a 20% (vinte por cento) do valor de suas contas. A partir de 1º de julho de 1965, e até o exercício de 1968, inclusive, o valor da tomada de tais obrigações será equivalente ao que for devido a título de imposto único sobre energia elétrica.
§ 1º O distribuidor de energia elétrica promoverá a cobrança ao consumidor, conjuntamente com as suas contas, do empréstimo de que trata este artigo e mensalmente o recolherá, nos prazos, previstos para o imposto único e sob as mesmas penalidades, à ordem da Eletrobrás, em agência do Banco do Brasil" (grifei).
4- Na hipótese, os valores depositados pela agravada no MS n. 90.00.10592-7 (com a sua improcedência) foram levantados pela CEMIG e, consoante documentos de f. 94/6, repassados integralmente a ELETROBRÁS. Sendo, portanto, real beneficiária dos valores, possível a denunciação da ELETROBRÁS, como responsável (por força do mesmo dispositivo legal), a eventual reparação da agravante em ação regressiva.
5- Esta, a jurisprudência do STJ (contrário senso):
"EMPRESTIMO COMPULSORIO (DEC 68.419/1971, ART. 51). (...) INDEFERIMENTO DE DENUNCIAÇÃO DA LIDE. (...)
1. AÇÃO ORDINARIA PARA A COBRANÇA DO "EMPRESTIMO COMPULSORIO" (DEC 68.419/1971, ART. 51), A TEMPO E MODO, NÃO RECOLHIDO PELA CONCESSIONARIA.
2. INDEMONSTRADA A OBRIGATORIEDADE DA DENUNCIAÇÃO DA LIDE, A LUZ DA CELERIDADE PROCESSUAL, DIANTE DO PEDIDO DE ANULAÇÃO DO PROCESSO, SALVAGUARDANDO O DIREITO DE REGRESSO, URGE QUE SEJA EXAMINADA A CONVENIENCIA, UMA VEZ QUE O TITULAR DAQUELE DIREITO, COM MAIOR AMPLITUDE, TERA OPORTUNIDADE EM AÇÃO REGRESSIVA AUTONOMA. NO CASO, AFASTA-SE O IMPACTO DA ANULAÇÃO DO PROCESSO.
3. DESFIGURADO O FATO APONTADO COMO CAUSA DO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO LEGAL, INDISCUTIDO O CREDITO, A CONCESSIONARIA ESTA OBRIGADA AO ADIMPLEMENTO, COM SUJEIÇÃO A MULTA LEGALMENTE PREVISTA E ATUALIZADA MONETARIAMENTE.
4. IMPROVIDO O RECURSO DA CESP E PROVIDO O DA ELETROBRAS.
*(*STJ, *REsp 88.603/SP, Rel. Min. MILTON LUIZ PEREIRA, T1, maioria, DJ 16.06.1997, p. 27318).*
//
6- Pelo exposto, DOU PROVIMENTO ao agravo (art. 557, § 1º-A, do CPC).
7- Comunique-se.
8- Publique-se. I. Oportunamente, baixem e arquivem-se.
Brasília, 29 de março de 2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.010462-3/PA
Processo na Origem: 200739000008989

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.)
AGRAVANTE	:	AMAZONIA CELULAR S/A
ADVOGADO	:	SACHA CALMON NAVARRO COELHO E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO

DECISÃO
Insurge-se a agravante contra decisão que, em mandado de segurança preventivo, indeferiu a liminar que objetivava suspender a exigibilidade do crédito tributário decorrente da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS.
Alega que a ICMS não pode compor a base de cálculo do PIS e da COFINS, por se tratar de receita do Estado, não podendo ser equiparado a receita própria que ingressa no patrimônio do contribuinte. Sustenta que os termos "faturamento" e "receita" possuem significado diferentes e que a parcela do ICMS não faz parte de nenhum deles. Por tais razões, requer a concessão da antecipação da pretensão recursal, alegando a demonstração dos requisitos.
ISSO POSTO, DECIDO.
Não vislumbro relevância jurídica na pretensão da agravante, seja porque esta egrégia Corte vem decidindo, com base em precedentes do colendo STJ (Súmulas 68 e 94), que os valores devidos a título de ICMS, que estão embutidos no preço da mercadoria, integram a base de cálculo da COFINS (AMS 2002.38.00.055525-0/MG, Rel. Juíza Federal Anamaria Reys Resende (conv), 7ª Turma, *DJ* de 04.08.2006, p. 70 e AMS 2000.34.00.044246-0/DF, Rel. Desembargador Federal Leomar Barros Amorim de Sousa, 8ª Turma, *DJ* de 24/06/2005, p.113); seja porque o acolhimento do pedido liminar pressupõe o reconhecimento da inconstitucionalidade das Leis n.s 10.637/2002 e 10.833/2003, o que, no caso, conforme decisão do Ministro Carlos Velloso, não deve se dar em sede de liminar, *in verbis*: "Ademais, reconhecer, em sede de liminar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, para o fim de deferir a medida, representa, de regra, precipitação, dado que a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, nos Tribunais, somente pode ser declarada pelo voto da maioria absoluta dos membros da Corte. Essa declaração, para o fim de ser concedida a liminar, não deve ocorrer, em decisão monocrática, até por medida de prudência. No caso, ocorre, ademais, que a liminar esgota o julgamento da causa, porque, na prática, é satisfativa. Se, amanhã, os Tribunais Superiores derem pela constitucionalidade do ato normativo, terá ocorrido, com a concessão da liminar, grave atentado à ordem pública, em termos de ordem jurídico-constitucional" (SS n. 1.853/DF, DJ 04/10/2000).
Ressalto que, ao meu ver, não configura *fumus boni iuris*, a ensejar o deferimento da medida, a posição atual de processo em tramitação no STF (RE 240.785-2/MG), cujo julgamento ainda não foi concluído.
Ademais, mesmo quando a contribuição para o PIS e a COFINS tinham como base de cálculo apenas o faturamento, ou seja, antes do advento da EC n. 20/98, que passou a admitir a incidência das mesmas sobre "a receita ou o faturamento", o colendo STJ, pelas citadas Súmulas 68 e 94, já admitia que o ICMS embutido no preço de mercadoria integrava a base de cálculo do PIS e da COFINS, respectivamente.
Daí por que DENEGO A ANTECIPAÇÃO DA PRETENSÃO RECURSAL.
Intime-se a agravada para os fins do art. 527, V, do CPC. Após o transcurso do prazo, com ou sem a apresentação de contraminuta, dê-se vista à Procuradoria Regional da República.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília-DF, 03 de abril de 2007.

JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

Decisão n. /2007-T7
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.010478-8/BA Distribuído no TRF em 27/03/2007
Processo na Origem: 200133000042242

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	OSVALDO TOMAZ DO NASCIMENTO - ME

DECISÃO
AGRAVO CONTRA INDEFERIMENTO DE BLOQUEIO, VIA BACENJUD, DE ATIVOS FINANCEIROS ATÉ O LIMITE DO DÉBITO: POSSIBILIDADE (LEI N 11.382, DE 06/12/2006) - AGRAVO PROVIDO MONOCRATICAMENTE.
1- Por agravo protocolizado em 22 MAR 2007 (protocolo descentralizado SJ/BA), recebido em Gabinete em 28 MAR 2007, 10h, a agravante pede, com efeito suspensivo ativo, a reforma da decisão datada de 06 FEV 2007 (f. 59/61), do MM. Juiz Federal CÂNDIDO MORAES PINTO FILHO, da 20ª Vara/BA, que, nos autos da EF n. 2001.33.00.004224-2, que ajuizou em 13 MAR 2001 contra OSVALDO TOMAZ DO NASCIMENTO - ME, para cobrança de Contribuição Social, período 1995/1996/1998, no valor de, à época, R$12.441,04 (f.11), lhe indeferiu o bloqueio, via BACENJUD, de ativos financeiros do executado até o total da dívida, ao fundamento de que *"(...) o bloqueio de ativos financeiros, mediante expedição de ofício ao BACEN, só deve ser deferido em caráter excepcional e quando houver comprovação, por parte da exeqüente, de que exauriu todas as diligências no intuito de localizar bens penhoráveis do executado, o que não restou demonstrado nestes autos"*.
2- A agravante aduz que a penhora em dinheiro tem preferência, nos termos do art. 11 da Lei n. 6.830/80, e que desnecessária a comprovação de realização de diligências no sentido de localização de bens em nome do devedor.

II

3- Não há na espécie nenhuma quebra do "*sigilo bancário*", senão que apenas bloqueio da quantia em espécie suficiente, no máximo, e se o caso, à garantia da instância executiva. Para essa medida não há falar em exaurimento das outras modalidades de tentativas de localização de bens móveis ou imóveis. A lei não exige que o exeqüente faça pesquisas em cartórios ou em DETRANS ou em bancos ou sequer nessa ordem de preferência. É ônus do credor apontar bens penhoráveis se o devedor não exerceu o seu direito de nomeá-los. A gradação do art. 11 da LEF, que não é exaustiva, consagra o "*dinheiro*" como o primeiro valor penhorável. A recente possibilidade de "*bloqueio*" de dinheiro suficiente via BACENJUD reflete o aprimoramento do sistema oficial na integração de suas atividades básicas em nome do bem comum e da realização da sua finalidade.

4- Corrobora tal entendimento a nova redação do art. 655 do CPC, dada pela Lei nº 11.382, de 06 DEZ 2006, que, ao estabelecer a preferência na penhora, consigna em seu inciso I, o dinheiro, em espécie ou o depósito ou aplicação em instituição financeira, acrescente-se, ainda, o art. 655-A, introduzido pela novel norma, que fixa a sistemática de requisição pelo juiz à autoridade do sistema bancário de informações sobre ativos financeiros do executado.

5- O STJ já enfrentou o assunto e decidiu nessa mesma linha:*"...Não se verifica qualquer ofensa aos artigos 620, 655 e 656 do Código de Processo Civil o bloqueio dos depósitos existentes em contas-correntes da executada, até o limite da execução, determinado em razão de o bem ofertado pela devedora ser impenhorável e inalienável, já que de domínio público. A recorrente não impugnou o entendimento de que o bem por ela indicado era impenhorável, não havendo ilegalidade no bloqueio determinado, mormente porque determinado sobre depósitos em conta e não sobre a renda da empresa.*"(STJ, AGA nº 355.305/PA, Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, T3, ac. un., DJ 24/09/2001, p. 300). No mesmo sentido, o REsp nº 25.029/SP, Rel. Min. PEÇANHA MARTINS, T2, ac. un., DJ 05/06/1995, p. 16.648: *"Simples pedido ao BACEN, através do judiciário, de identificação da agência bancária onde o executado possui conta corrente não implica quebra de sigilo bancário."*.

6- O bloqueio não se exaure em si mesmo: é apenas o veículo conducente à "penhora" ou "arresto", representando a concreção do princípio de que a execução se realiza no interesse do credor, e não afasta sua eventual substituição por outros bens nomeados pelo executado em face de peculiaridades ou dificuldades que cada caso possa revelar, para que atendido o contra-ponto de que a execução se faça da maneira menos gravosa ao devedor. *("... DEPÓSITOS REALIZADOS EM CONTA CORRENTE. PENHORA. POSSIBILIDADE. Quando o devedor não nomeia bens à penhora no momento oportuno, o direito de fazê-lo é transferido ao credor. Não se configura ofensa ao princípio da menor onerosidade da execução para o devedor o fato de a constrição patrimonial recair sobre valores depositados em sua conta corrente.*" STJ, REsp 332584/SP, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, T3, un., DJ 18/02/2002, p. 422).

7- No mesmo sentido, a jurisprudência deste TRF1:

"(...) EXECUÇÃO FISCAL - BLOQUEIO DE VALOR EM CONTA CORRENTE DO EXECUTADO, POR MEIO DO CONVÊNIO BACENJUD-SISTEMA DE ATENDIMENTO DAS SOLICITAÇÕES DO PODER JUDICIÁRIO AO BANCO CENTRAL DO BRASIL, ATÉ O LIMITE DO DÉBITO COBRADO - LEGITIMIDADE - LEI Nº 6.830/80, ART. 11; CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, ART. 655.

1 - Lídimo o bloqueio, por meio do Convênio BACENJUD-Sistema de Atendimento das Solicitações do Poder Judiciário ao Banco Central do Brasil, de depósitos em dinheiro, existentes em contas correntes do Executado, até o limite da Execução, para garantia desta. (Lei nº 6.830/80, art. 11; Código de Processo Civil, art. 655.)

(...)"

(TRF1, AG 2001.01.00.009426-4/MG, Rel. Des. Fed. CATÃO ALVES, T7, maioria, DJ 06/10/2006, p.114)

II

8- Pelo exposto, DOU PROVIMENTO ao agravo (art. 557, §1º-A, do CPC), para determinar o bloqueio de ativos financeiros do devedor OSVALDO TOMAZ DO NASCIMENTO - ME até o limite da dívida.

9- Comunique-se.

10- Publique-se. Intime-se. Oportunamente, baixem e arquivem-se.

Brasília, 29 de março de 2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

Decisão n. /2007-T7

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.010480-1/BA Distribuído no TRF em 27/03/2007

Processo na Origem: 199933000132984

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	RETIFICADORA IAPI LTDA
AGRAVADO	:	LAZARO JOSE DA CONCEIÇÃO
AGRAVADO	:	LUIZ SILVA
AGRAVADO	:	PAULO CARVALHO SILVA

DECISÃO

AGRAVO CONTRA INDEFERIMENTO DE BLOQUEIO, VIA BACENJUD, DE ATIVOS FINANCEIROS ATÉ O LIMITE DO DÉBITO: POSSIBILIDADE (LEI N 11.382, DE 06/12/2006) - AGRAVO PROVIDO MONOCRATICAMENTE.

1- Por agravo protocolizado em 22 MAR 2007 (protocolo descentralizado SJ/BA), recebido em Gabinete em 28 MAR 2007, 10h, a agravante pede, com efeito suspensivo ativo, a reforma da decisão datada de 07 FEV 2007 (f. 44/6), do MM. Juiz Federal CÂNDIDO MORAES PINTO FILHO, da 20ª Vara/BA, que, nos autos da EF n. 1999.33.00.013298-4, que ajuizou em 13 SET 1999 contra RETIFICADORA IAPI LTDA, para cobrança de COFINS, período 1996/1997, no valor de, à época, R$8.086,50 (f.11), lhe indeferiu o bloqueio, via BACENJUD, de ativos financeiros dos executados até o total da dívida, ao fundamento de que *"(...) o bloqueio de ativos financeiros, mediante expedição de ofício ao BACEN, só deve ser deferido em caráter excepcional e quando houver comprovação, por parte da exeqüente, de que exauriu todas as diligências no intuito de localizar bens penhoráveis do executado, o que não restou demonstrado nestes autos"*.

2- A agravante aduz que a penhora em dinheiro tem preferência, nos termos do art. 11 da Lei n. 6.830/80, e que desnecessária a comprovação de realização de diligências no sentido de localização de bens em nome do devedor.

II

3- Não há na espécie nenhuma quebra do "*sigilo bancário*", senão que apenas bloqueio da quantia em espécie suficiente, no máximo, e se o caso, à garantia da instância executiva. Para essa medida não há falar em exaurimento das outras modalidades de tentativas de localização de bens móveis ou imóveis. A lei não exige que o exeqüente faça pesquisas em cartórios ou em DETRANS ou em bancos ou sequer nessa ordem de preferência. É ônus do credor apontar bens penhoráveis se o devedor não exerceu o seu direito de nomeá-los. A gradação do art. 11 da LEF, que não é exaustiva, consagra o "*dinheiro*" como o primeiro valor penhorável. A recente possibilidade de "*bloqueio*" de dinheiro suficiente via BACENJUD reflete o aprimoramento do sistema oficial na integração de suas atividades básicas em nome do bem comum e da realização da sua finalidade.

4- Corrobora tal entendimento a nova redação do art. 655 do CPC, dada pela Lei nº 11.382, de 06 DEZ 2006, que, ao estabelecer a preferência na penhora, consigna em seu inciso I, o dinheiro, em espécie ou o depósito ou aplicação em instituição financeira, acrescente-se, ainda, o art. 655-A, introduzido pela novel norma, que fixa a sistemática de requisição pelo juiz à autoridade do sistema bancário de informações sobre ativos financeiros do executado.

5- O STJ já enfrentou o assunto e decidiu nessa mesma linha:*"...Não se verifica qualquer ofensa aos artigos 620, 655 e 656 do Código de Processo Civil o bloqueio dos depósitos existentes em contas-correntes da executada, até o limite da execução, determinado em razão de o bem ofertado pela devedora ser impenhorável e inalienável, já que de domínio público. A recorrente não impugnou o entendimento de que o bem por ela indicado era impenhorável, não havendo ilegalidade no bloqueio determinado, mormente porque determinado sobre depósitos em conta e não sobre a renda da empresa.*"(STJ, AGA nº 355.305/PA, Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, T3, ac. un., DJ 24/09/2001, p. 300). No mesmo sentido, o REsp nº 25.029/SP, Rel. Min. PEÇANHA MARTINS, T2, ac. un., DJ 05/06/1995, p. 16.648: *"Simples pedido ao BACEN, através do judiciário, de identificação da agência bancária onde o executado possui conta corrente não implica quebra de sigilo bancário."*.

6- O bloqueio não se exaure em si mesmo: é apenas o veículo conducente à "penhora" ou "arresto", representando a concreção do princípio de que a execução se realiza no interesse do credor, e não afasta sua eventual substituição por outros bens nomeados pelo executado em face de peculiaridades ou dificuldades que cada caso possa revelar, para que atendido o contra-ponto de que a execução se faça da maneira menos gravosa ao devedor. *("... DEPÓSITOS REALIZADOS EM CONTA CORRENTE. PENHORA. POSSIBILIDADE. Quando o devedor não nomeia bens à penhora no momento oportuno, o direito de fazê-lo é transferido ao credor. Não se configura ofensa ao princípio da menor onerosidade da execução para o devedor o fato de a constrição patrimonial recair sobre valores depositados em sua conta corrente.*" STJ, REsp 332584/SP, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, T3, un., DJ 18/02/2002, p. 422).

7- No mesmo sentido, a jurisprudência deste TRF1:

"(...) EXECUÇÃO FISCAL - BLOQUEIO DE VALOR EM CONTA CORRENTE DO EXECUTADO, POR MEIO DO CONVÊNIO BACENJUD-SISTEMA DE ATENDIMENTO DAS SOLICITAÇÕES DO PODER JUDICIÁRIO AO BANCO CENTRAL DO BRASIL, ATÉ O LIMITE DO DÉBITO COBRADO - LEGITIMIDADE - LEI Nº 6.830/80, ART. 11; CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, ART. 655.

1 - Lídimo o bloqueio, por meio do Convênio BACENJUD-Sistema de Atendimento das Solicitações do Poder Judiciário ao Banco Central do Brasil, de depósitos em dinheiro, existentes em contas correntes do Executado, até o limite da Execução, para garantia desta. (Lei nº 6.830/80, art. 11; Código de Processo Civil, art. 655.)

(...)"

(TRF1, AG 2001.01.00.009426-4/MG, Rel. Des. Fed. CATÃO ALVES, T7, maioria, DJ 06/10/2006, p.114)

II

8- Pelo exposto, DOU PROVIMENTO ao agravo (art. 557, §1º-A, do CPC), para determinar o bloqueio de ativos financeiros dos devedores RETIFICADORA IAPI LTDA, LÁZARO JOSÉ DA CONCEIÇÃO, PAULO CARVALHO SILVA e LUIZ SILVA até o limite da dívida.

9- Comunique-se.

10- Publique-se. Intime-se. Oportunamente, baixem e arquivem-se.

Brasília, 29 de março de 2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.010625-7/DF

Processo na Origem: 199734000129232

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
AGRAVANTE	:	BRASFRUTA COMERCIAL E IMPORTADORA DE FRUTAS LTDA
CURADOR	:	NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DA UNICEUB
AGRAVADA	:	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	:	DR. JOSÉ LUIZ GOMES ROLO

D E S P A C H O

À Agravada para resposta (Código de Processo Civil, art. 527, V).

Publique-se e intime-se.

Brasília, 02 de abril de 2007.

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

Decisão n. /2006-T7

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.010671-6/DF Distribuído no TRF em 27/03/2007

Processo na Origem: 200634000298388

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	MUNICIPIO DE PORTEIRAO
PROCURADOR	:	HUGO MENDES PLUTARCO E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
AGRAVADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO

DECISÃO

AGRAVO CONTRA INDEFERIMENTO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA PARA SUSPENDER A EXIGIBILIDADE DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA (COTA PATRONAL) SOBRE SUBSÍDIOS DOS EXERCENTES DE MANDATO ELETIVO E REMUNERAÇÃO DOS OCUPANTES DE CARGO EM COMISSÃO - EFEITO SUSPENSIVO ATIVO CONCEDIDO EM PARTE.

1- Por agravo protocolizado em 26 MAR 2007, recebido em Gabinete em 28 MAR 2007, 10h, o agravante pede, com efeito suspensivo ativo, a reforma da decisão (f. 197/203) datada de 07 FEV 2007, da MMª. Juíza Federal IVANI SILVA DA LUZ, da 6ª Vara/DF, que, nos autos da AO n. 2006.34.00.029838-8, que ajuizou em 28 SET 2006, objetivando: a) eximir-se da contribuição previdenciária (cota patronal) sobre os subsídios dos ocupantes de cargo eletivo municipal, porque tal exação não é devida após o STF ter declarado (RE n. 351717-1) a inconstitucionalidade do art. 12, "h", da Lei n. 8.212/91 (tanto em relação ao período da vigência da Lei n. 9.506/97, quanto após a promulgação da EC n. 20/98, mesmo após a vigência da Lei 10.887/2004); b) eximir-se da contribuição previdenciária sobre as remunerações dos detentores de cargos em comissão, porque ilegal a cobrança, já que a aposentadoria dos servidores públicos tem como base de cálculo apenas a remuneração do cargo efetivo; c) obstar a retenção de tais verbas de seu FPM; d) determinação para expedição de CPD-EN e e) a repetição desses indébitos, lhe indeferiu antecipação de tutela (para suspensão da exigibilidade da exação combatida), ao fundamento de que *"(...) inexiste dúvida quanto à instituição, a partir da EC n. 20/1998, da contribuição previdenciária sobre rendimentos auferidos por detentores de mandato eletivo (...)"* e que o STF já se manifestou pela constitucionalidade da submissão dos ocupantes exclusivamente de cargos em comissão, temporário ou de emprego público ao regime geral da previdência social.

2- O agravante pede (f. 15) no AG que seja *"(...) determinado ao agravado que se abstenha de efetuar a cobrança das contribuições previdenciárias patronais incidentes sobre os valores pagos aos exercentes de mandatos eletivos, antes e após a Lei n. 10.887/2004, sobre os valores da função gratificada dos servidores efetivos e sobre os valores pagos aos ocupantes de cargos comissionados e temporários"*.

//

3- Inexiste inconstitucionalidade aparente da contribuição (cota patronal) sobre os subsídios dos exercentes de mandato eletivo. Após a promulgação da EC n. 20/98, tal contribuição tornou-se exigível sobre os subsídios dos exercentes de mandato eletivo desde então, observada a anterioridade mitigada (90 dias). Neste exato sentido, a jurisprudência do STF:

"CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. PREVIDÊNCIA SOCIAL. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: PARLAMENTAR: EXERCENTE DE MANDATO ELETIVO FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL. LEI 9.506/97. LEI 8.212/91, CF ART 195, II, SEM A EC 20/98; ART. 195, §4º; ART. 154, I.

I - A Lei 9.506/97, §1º do art. 13, acrescentou a alínea h ao inc. I do art. 12 da lei 8.212/91, tornando segurado obrigatório do regime geral de previdência social o exercente de mandato eletivo, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social.

II - Todavia, não poderia a lei criar figura nova de segurado obrigatório da previdência social, tendo em vista o disposto no art. 195, II, CF. Ademais, a Lei 9.506/97, §1º do art. 13, ao criar figura nova de segurado obrigatório, instituiu fonte nova de custeio da seguridade social, instituindo contribuição social sobre o subsídio de agente político. A instituição dessa nova contribuição, que não estaria incidindo sobre "a folha de salário, o faturamento e os lucros" (CF, art. 195, I, sem a EC 20/98), exigiria a técnica da competência residual da União, art. 154, I, ex vi do disposto no art. 195, §4º, ambos da CF. É dizer, somente por lei complementar poderia ser instituída citada contribuição.

III - Inconstitucionalidade da alínea h do inc. I do art. 12 da Lei 8.212/91, introduzida pela Lei 9.506/97, §1º do art. 13.
....."
(STF, RE 351717-1/PR, Rel. Min. CARLOS VELLOSO, plenário un., DJ 21/11/2003).

4- A EC n. 20/98, todavia, deu nova redação ao artigo 195, I, "a", da CF/88:
"Art. 195. (...)
I- do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:
a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício." (grifei)
5- Portanto, a aludida EC 20/98, trouxe para o seio da seguridade social (Leis nºs 8.212 e 8.213/91) os exercentes de cargo eletivo. Em sua disciplina, o "ente público" é equiparado a "empresa" (Lei n. 8.212/91, art. 15, I) e todo aquele que dele recebe qualquer tipo de remuneração (salário, subsídio, proventos, pensão etc.) é considerado "*segurado da previdência social*". Para o agente político, seu salário de contribuição é a base de cálculo do tributo (Lei n. 8.212/91, art. 20 c/c art. 28); para o ente público, é o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título ao segurado (art. 22), no prazo de recolhimento fixado pelo art. 30, todos da Lei n. 8.212/91.
6- Em síntese, o STF entendeu que a contribuição previdenciária dos exercentes de mandato eletivo veiculada pela Lei nº 9.506/97 é formalmente inconstitucional, pois reclamava instituição via lei complementar. Com a edição da EC n. 20/98, todavia, tal contribuição foi por ela instituída, observada, todavia, a anterioridade nonagesimal ou mitigada.
7- Ademais, a novel Lei n. 10.887, de 18 JUN 2004, que acrescenta a alínea "j" ao inciso I do art. 12 da Lei n. 8.212/91, tem natureza interpretativa e a finalidade única de atualizar a legislação consolidada da Previdência Social, explicitando a hipótese inovada pela EC 20/98, o que, por si, seria suficiente para a cobrança da contribuição.
8- No tocante à contribuição previdenciária sobre a remuneração paga aos ocupantes de cargos em comissão, o agravante, em princípio, parece confundir a exigência de contribuição previdenciária sobre "função comissionada" (o acréscimo pago ao servidor exercente de função de confiança) com remuneração paga aos detentores de "cargo exclusivamente em comissão" (cargo de livre provimento). O agravante, ademais, não trouxe qualquer prova da existência de regime próprio de previdência municipal, aparentando que o regime de previdência de seus servidores é o geral (pago pelo INSS).
//
9- Pelo exposto, CONCEDO o efeito suspensivo ativo apenas para suspender a exigibilidade das contribuições relativas ao período anterior à EC nº 20, de 18 DEZ 1998, cobrados com fundamento na Lei n. 9.506/97 (Lei n. 8.212/91, art. 12, "h").
10- Comunique-se e solicitem-se as informações.
11- Aos agravados, para resposta.
12- Publique-se. Intime-se. Após prazos dos itens 10 e 11, voltem-me.
Brasília, 30 de março de 2007.
LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

Decisão n. /2007-T7
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.010694-2/BA Distribuído no TRF em 27/03/2007
Processo na Origem: 200433000052005

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	SEROLI COMERCIO INDUSTRIA IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO LTDA
AGRAVADO	:	AURELINO FLORÊNCIO GOMES

DECISÃO
AGRAVO CONTRA INDEFERIMENTO DE BLOQUEIO, VIA BACENJUD, DE ATIVOS FINANCEIROS ATÉ O LIMITE DO DÉBITO: POSSIBILIDADE (LEI N 11.382, DE 06/12/2006) - AGRAVO PROVIDO MONOCRATICAMENTE.
1- Por agravo protocolizado em 22 MAR 2007 (protocolo descentralizado SJ/BA), recebido em Gabinete em 28 MAR 2007, 10h, a agravante pede, com efeito suspensivo ativo, a reforma da decisão datada de 15 FEV 2007 (f. 30/2), do MM. Juiz Federal CÂNDIDO MORAES PINTO FILHO, da 20ª Vara/BA, que, nos autos da EF n. 2004.33.00.005200-5, que ajuizou em 15 MAR 2004 contra SEROLI COMÉRCIO INDÚSTRIA IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO LTDA, para cobrança de PIS, período 2000, no valor de, à época, R$53.361,00 (f.09), lhe indeferiu o bloqueio, via BACENJUD, de ativos financeiros dos executados até o total da dívida, ao fundamento de que *"(...) o bloqueio de ativos financeiros, mediante expedição de ofício ao BACEN, só deve ser deferido em caráter excepcional e quando houver comprovação, por parte da exeqüente, de que exauriu todas as diligências no intuito de localizar bens penhoráveis do executado, o que não restou demonstrado nestes autos"*.
2- A agravante aduz que a penhora em dinheiro tem preferência, nos termos do art. 11 da Lei n. 6.830/80, e que desnecessária a comprovação de realização de diligências no sentido de localização de bens em nome do devedor.
II
3- Não há na espécie nenhuma quebra do "*sigilo bancário*", senão que apenas bloqueio da quantia em espécie suficiente, no máximo, e se o caso, à garantia da instância executiva. Para essa medida não há falar em exaurimento das outras modalidades de tentativas de localização de bens móveis ou imóveis. A lei não exige que o exeqüente faça pesquisas em cartórios ou em DETRANS ou em bancos ou sequer nessa ordem de preferência. É ônus do credor apontar bens penhoráveis se o devedor não exerceu o seu direito de nomeá-los. A gradação do art. 11 da LEF, que não é exaustiva, consagra o "*dinheiro*" como o primeiro valor penhorável. A recente possibilidade de "*bloqueio*" de dinheiro suficiente via BACENJUD reflete o aprimoramento do sistema oficial na integração de suas atividades básicas em nome do bem comum e da realização da sua finalidade.
4- Corrobora tal entendimento a nova redação do art. 655 do CPC, dada pela Lei nº 11.382, de 06 DEZ 2006, que, ao estabelecer a preferência na penhora, consigna em seu inciso I, o dinheiro, em espécie ou o depósito ou aplicação em instituição financeira, acrescente-se, ainda, o art. 655-A, introduzido pela novel norma, que fixa a sistemática de requisição pelo juiz à autoridade do sistema bancário de informações sobre ativos financeiros do executado.
5- O STJ já enfrentou o assunto e decidiu nessa mesma linha*:"...Não se verifica qualquer ofensa aos artigos 620, 655 e 656 do Código de Processo Civil o bloqueio dos depósitos existentes em contas-correntes da executada, até o limite da execução, determinado em razão de o bem ofertado pela devedora ser impenhorável e inalienável, já que de domínio público. A recorrente não impugnou o entendimento de que o bem por ela indicado era impenhorável, não havendo ilegalidade no bloqueio determinado, mormente porque determinado sobre depósitos em conta e não sobre a renda da empresa.*"(STJ, AGA nº 355.305/PA, Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, T3, ac. un., DJ 24/09/2001, p. 300). No mesmo sentido, o REsp nº 25.029/SP, Rel. Min. PEÇANHA MARTINS, T2, ac. un., DJ 05/06/1995, p. 16.648: *"Simples pedido ao BACEN, através do judiciário, de identificação da agência bancária onde o executado possui conta corrente não implica quebra de sigilo bancário."*.
6- O bloqueio não se exaure em si mesmo: é apenas o veículo conducente à "penhora" ou "arresto", representando a concreção do princípio de que a execução se realiza no interesse do credor, e não afasta sua eventual substituição por outros bens nomeados pelo executado em face de peculiaridades ou dificuldades que cada caso possa revelar, para que atendido o contra-ponto de que a execução se faça da maneira menos gravosa ao devedor. *("... DEPÓSITOS REALIZADOS EM CONTA CORRENTE. PENHORA. POSSIBILIDADE. Quando o devedor não nomeia bens à penhora no momento oportuno, o direito de fazê-lo é transferido ao credor. Não se configura ofensa ao princípio da menor onerosidade da execução para o devedor o fato de a constrição patrimonial recair sobre valores depositados em sua conta corrente.*" STJ, REsp 332584/SP, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, T3, un., DJ 18/02/2002, p. 422).
7- No mesmo sentido, a jurisprudência deste TRF1:
"(...) EXECUÇÃO FISCAL - BLOQUEIO DE VALOR EM CONTA CORRENTE DO EXECUTADO, POR MEIO DO CONVÊNIO BACENJUD-SISTEMA DE ATENDIMENTO DAS SOLICITAÇÕES DO PODER JUDICIÁRIO AO BANCO CENTRAL DO BRASIL, ATÉ O LIMITE DO DÉBITO COBRADO - LEGITIMIDADE - LEI Nº 6.830/80, ART. 11; CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, ART. 655.
1 - Lídimo o bloqueio, por meio do Convênio BACENJUD-Sistema de Atendimento das Solicitações do Poder Judiciário ao Banco Central do Brasil, de depósitos em dinheiro, existentes em contas correntes do Executado, até o limite da Execução, para garantia desta. (Lei nº 6.830/80, art. 11; Código de Processo Civil, art. 655.)
(...)"
(TRF1, AG 2001.01.00.009426-4/MG, Rel. Des. Fed. CATÃO ALVES, T7, maioria, DJ 06/10/2006, p.114)
II
8- Pelo exposto, DOU PROVIMENTO ao agravo (art. 557, §1º-A, do CPC), para determinar o bloqueio de ativos financeiros dos devedores SEROLI COMERCIO INDUSTRIA IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO LTDA e AURELINO FLORÊNCIO GOMES até o limite da dívida.
9- Comunique-se.
10- Publique-se. Intime-se. Oportunamente, baixem e arquivem-se.
Brasília, 29 de março de 2007.
LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

Decisão n. /2007-T7
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.010700-5/BA Distribuído no TRF em 27/03/2007
Processo na Origem: 200233000102184

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	F 1 COMÉRCIO E REPRESETAÇÕES LTDA - ME
AGRAVADO	:	FÁBIO MUNIZ DE OLIVEIRA
AGRAVADO	:	ISAIAS GONÇALVES AMY NETO

DECISÃO
AGRAVO CONTRA INDEFERIMENTO DE BLOQUEIO, VIA BACENJUD, DE ATIVOS FINANCEIROS ATÉ O LIMITE DO DÉBITO: POSSIBILIDADE (LEI N 11.382, DE 06/12/2006) - AGRAVO PROVIDO MONOCRATICAMENTE.
1- Por agravo protocolizado em 22 MAR 2007 (protocolo descentralizado SJ/BA), recebido em Gabinete em 28 MAR 2007, 10h, a agravante pede, com efeito suspensivo ativo, a reforma da decisão datada de 08 FEV 2007 (f. 41/3), do MM. Juiz Federal CÂNDIDO MORAES PINTO FILHO, da 20ª Vara/BA, que, nos autos da EF n. 2002.33.00.010218-4, que ajuizou em 30 ABR 2002 contra F 1 COMÉRCIO E REPRESETAÇÕES LTDA - ME, para cobrança de IRPJ, período 1996, no valor de, à época, R$5.779,80 (f.12), lhe indeferiu o bloqueio, via BACENJUD, de ativos financeiros dos executados até o total da dívida, ao fundamento de que *"(...) o bloqueio de ativos financeiros, mediante expedição de ofício ao BACEN, só deve ser deferido em caráter excepcional e quando houver comprovação, por parte da exeqüente, de que exauriu todas as diligências no intuito de localizar bens penhoráveis do executado, o que não restou demonstrado nestes autos"*.
2- A agravante aduz que a penhora em dinheiro tem preferência, nos termos do art. 11 da Lei n. 6.830/80, e que desnecessária a comprovação de realização de diligências no sentido de localização de bens em nome do devedor.
II
3- Não há na espécie nenhuma quebra do "*sigilo bancário*", senão que apenas bloqueio da quantia em espécie suficiente, no máximo, e se o caso, à garantia da instância executiva. Para essa medida não há falar em exaurimento das outras modalidades de tentativas de localização de bens móveis ou imóveis. A lei não exige que o exeqüente faça pesquisas em cartórios ou em DETRANS ou em bancos ou sequer nessa ordem de preferência. É ônus do credor apontar bens penhoráveis se o devedor não exerceu o seu direito de nomeá-los. A gradação do art. 11 da LEF, que não é exaustiva, consagra o "*dinheiro*" como o primeiro valor penhorável. A recente possibilidade de "*bloqueio*" de dinheiro suficiente via BACENJUD reflete o aprimoramento do sistema oficial na integração de suas atividades básicas em nome do bem comum e da realização da sua finalidade.
4- Corrobora tal entendimento a nova redação do art. 655 do CPC, dada pela Lei nº 11.382, de 06 DEZ 2006, que, ao estabelecer a preferência na penhora, consigna em seu inciso I, o dinheiro, em espécie ou o depósito ou aplicação em instituição financeira, acrescente-se, ainda, o art. 655-A, introduzido pela novel norma, que fixa a sistemática de requisição pelo juiz à autoridade do sistema bancário de informações sobre ativos financeiros do executado.
5- O STJ já enfrentou o assunto e decidiu nessa mesma linha*:"...Não se verifica qualquer ofensa aos artigos 620, 655 e 656 do Código de Processo Civil o bloqueio dos depósitos existentes em contas-correntes da executada, até o limite da execução, determinado em razão de o bem ofertado pela devedora ser impenhorável e inalienável, já que de domínio público. A recorrente não impugnou o entendimento de que o bem por ela indicado era impenhorável, não havendo ilegalidade no bloqueio determinado, mormente porque determinado sobre depósitos em conta e não sobre a renda da empresa.*"(STJ, AGA nº 355.305/PA, Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, T3, ac. un., DJ 24/09/2001, p. 300). No mesmo sentido, o REsp nº 25.029/SP, Rel. Min. PEÇANHA MARTINS, T2, ac. un., DJ 05/06/1995, p. 16.648: *"Simples pedido ao BACEN, através do judiciário, de identificação da agência bancária onde o executado possui conta corrente não implica quebra de sigilo bancário."*.
6- O bloqueio não se exaure em si mesmo: é apenas o veículo conducente à "penhora" ou "arresto", representando a concreção do princípio de que a execução se realiza no interesse do credor, e não afasta sua eventual substituição por outros bens nomeados pelo executado em face de peculiaridades ou dificuldades que cada caso possa revelar, para que atendido o contra-ponto de que a execução se faça da maneira menos gravosa ao devedor. *("... DEPÓSITOS REALIZADOS EM CONTA CORRENTE. PENHORA. POSSIBILIDADE. Quando o devedor não nomeia bens à penhora no momento oportuno, o direito de fazê-lo é transferido ao credor. Não se configura ofensa ao princípio da menor onerosidade da execução para o devedor o fato de a constrição patrimonial recair sobre valores depositados em sua conta corrente.*" STJ, REsp 332584/SP, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, T3, un., DJ 18/02/2002, p. 422).
7- No mesmo sentido, a jurisprudência deste TRF1:
"(...) EXECUÇÃO FISCAL - BLOQUEIO DE VALOR EM CONTA CORRENTE DO EXECUTADO, POR MEIO DO CONVÊNIO BACENJUD-SISTEMA DE ATENDIMENTO DAS SOLICITAÇÕES DO PODER JUDICIÁRIO AO BANCO CENTRAL DO BRASIL, ATÉ O LIMITE DO DÉBITO COBRADO - LEGITIMIDADE - LEI Nº 6.830/80, ART. 11; CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, ART. 655.
1 - Lídimo o bloqueio, por meio do Convênio BACENJUD-Sistema de Atendimento das Solicitações do Poder Judiciário ao Banco Central do Brasil, de depósitos em dinheiro, existentes em contas correntes do Executado, até o limite da Execução, para garantia desta. (Lei nº 6.830/80, art. 11; Código de Processo Civil, art. 655.)
(...)"
(TRF1, AG 2001.01.00.009426-4/MG, Rel. Des. Fed. CATÃO ALVES, T7, maioria, DJ 06/10/2006, p.114)
II
8- Pelo exposto, DOU PROVIMENTO ao agravo (art. 557, §1º-A, do CPC), para determinar o bloqueio de ativos financeiros dos devedores F 1 COMÉRCIO E REPRESETAÇÕES LTDA - ME, FÁBIO MUNIZ DE OLIVEIRA e ISAÍAS GONÇALVES AMY NETO até o limite da dívida.
9- Comunique-se.
10- Publique-se. Intime-se. Oportunamente, baixem e arquivem-se.
Brasília, 29 de março de 2007.
LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

Decisão nº /2007-T7
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.010701-9/MG Distribuído no TRF em 27/03/2007
Processo na Origem: 200638070063209

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	KATIANE DA SILVA OLIVEIRA
AGRAVADO	:	MINAS NORTE SERVICOS LTDA
ADVOGADO	:	PABLO DUTRA MARTUSCELLI E OUTRO(A)

DECISÃO
AGRAVO CONTRA LIMINAR EM MS DESOBRIGANDO A IMPETRANTE, EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS OPTANTE PELO SIMPLES, DA RETENÇÃO DE 11% SOBRE A SUA NOTA OU FATURA PELA EMPRESA TOMADORA DO SERVIÇO - JURISPRUDÊNCIA CONVERGENTE DO STJ E TRF1 - SEGUIMENTO NEGADO.
1- Por agravo protocolizado em 22 MAR 2007 (protocolo descentralizado da Vara Única da Subseção Judiciária de Montes Claros/MG), recebido em Gabinete em 28 MAR 2007, 10h, o agravante pede, com efeito suspensivo, a reforma da liminar datada de 26 JAN 2007 (f. 24/8), que o MM. Juiz Federal Substituto PAULO ALKMIN COSTA JÚNIOR, da Vara Única da Subseção Judiciária de Montes Claros/MG, concedeu nos autos do MS nº 2006.38.07.006320-9, impetrado em 04 DEZ 2006 contra ato atribuído ao Chefe da Delegacia da Receita Previdenciária de Montes Claros/MG, desobrigando a retenção do percentual de 11% de contribuição previdenciária sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura da agravada (empresa prestadora de serviços), por suas tomadoras de serviço, conforme previsão no art. 31 da Lei nº 8.212/91, na redação da Lei nº 9.711/98, por ser optante do SIMPLES.
//
2- A jurisprudência unívoca deste TRF1 é no sentido de que a empresa prestadora de serviço por cessão de mão-de-obra, optante pelo SIMPLES, não está sujeita à retenção pela empresa tomadora de serviços de 11% sobre os valores de suas notas fiscais ou faturas:
"PROCESSUAL CIVIL, CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA (11% DA LEI Nº 9.711/98) DA EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS. EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES. (...)
.....
3. A sistemática do recolhimento da contribuição previdenciária sobre a folha de salários (Lei nº 8.212/91, art. 31,) instituída pela Lei nº 9.711/98, consistente na retenção de 11% do valor da nota fiscal ou fatura pela empresa tomadora de serviços, não altera a base de cálculo do tributo nem institui nova fonte de custeio sobre a mesma base de cálculo, resumindo-se, exclusivamente, à alteração do responsável tributário pelo recolhimento, com a conseqüente antecipação desse recolhimento, elementos que se situam no campo da política fiscal sem comprometimento de qualquer princípio constitucional.
4. A opção pelo sistema SIMPLES, estatuto jurídico instituído pela Lei nº 9.317/96 em cumprimento ao art. 179 da CF/88, que prescreve "tratamento jurídico diferenciado" às microempresas e empresas de pequeno porte, consiste essencialmente no recolhimento unificado de tributos federais (incluídas as contribuições previdenciárias), exclui a empresa da modalidade de recolhimento prevista na Lei nº 9.711/98, que, por ser norma geral, cede espaço à lei especial.(...)"
(TRF1, AMS nº 1999.38.00.035431-1/MG, Rel. Des. Fed. LUCIANO TOLENTINO AMARAL, T3, ac. un., DJ II 21/06/2002, p. 82) No mesmo sentido, entre outros: AMS nº 2000.01.00.025758-6/MG, DJ II 20/06/2001, p. 103; AMS nº 1999.01.00.102197-2/MG, DJ II 12/07/2002, p. 101.
3- No mesmo diapasão, a jurisprudência do STJ:
"(...) CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO OPTANTES PELO SIMPLES. RETENÇÃO DE 11% SOBRE FATURAS. ILEGITIMIDADE DA EXIGÊNCIA.
1. A Lei 9.317/96 instituiu tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte, simplificando o cumprimento de suas obrigações administrativas, tributárias e previdenciárias mediante opção pelo SIMPLES - Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições. Por este regime de arrecadação, é efetuado um pagamento único relativo a vários tributos federais, cuja base de cálculo é o faturamento, sobre a qual incide uma alíquota única, ficando a empresa optante dispensada do pagamento das demais contribuições instituídas pela União (art. 3º, § 4º).
2. O sistema de arrecadação destinado aos optantes do SIMPLES não é compatível com o regime de substituição tributária imposto pelo art. 31 da Lei 8.212/91, que constitui "nova sistemática de recolhimento" daquela mesma contribuição destinada à Seguridade Social. A retenção, pelo tomador de serviços, de contribuição sobre o mesmo título e com a mesma finalidade, na forma imposta pelo art. 31 da Lei 8.212/91 e no percentual de 11%, implica supressão do benefício de pagamento unificado destinado às pequenas e microempresas.
3. Aplica-se, na espécie, o princípio da especialidade, visto que há incompatibilidade técnica entre a sistemática de arrecadação da contribuição previdenciária instituída pela Lei 9.711/98, que elegeu as empresas tomadoras de serviço como responsáveis tributários pela retenção de 11% sobre o valor bruto da nota fiscal, e o regime de unificação de tributos do SIMPLES, adotado pelas pequenas e microempresas (Lei 9.317/96).
(...)".
(STJ, REsp 654118/MG, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, T1, ac. un., DJ 03.04.2006, p. 235).
//
4- Pelo exposto, manifestamente improcedente o agravo, NEGO-LHE SEGUIMENTO (art. 557, do CPC)
5- Comunique-se.
6- Publique-se. Oportunamente, baixem e arquivem-se.
Brasília, 29 de março de 2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

Decisão nº / 2007-T7
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.010705-3/MA Distribuído no TRF em 26/03/2007
Processo na Origem: 200737000018098

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	COLEGIO DOM BOSCO LTDA
ADVOGADO	:	PEDRO DANTAS DA ROCHA NETO E OUTROS(AS)

DECISÃO
AGRAVO CONTRA ANTECIPAÇÃO DE TUTELA SUSPENDENDO A EXIGIBILIDADE DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO (MULTA POR ATRASO NO REPASSE DE IRRF) - MATÉRIA FÁTICA CONTROVERTIDA: AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 273 DO CPC - SEGUIMENTO NEGADO.
1- Por agravo protocolizado em 22 MAR 2007 (protocolo descentralizado SJ/MA), recebido em Gabinete em 27 MAR 2007, 10h, a agravante pede, com efeito suspensivo ativo, a reforma da antecipação de tutela datada de 07 MAR 2007 (f. 17/21), que o MM Juiz Federal Substituto JOSÉ VALTERSON DE LIMA, da 3ª Vara/MA, concedeu, nos autos da AO n. 2007.37.00.001809-8, ajuizada em 06 MAR 2007, objetivando anular a multa de R$ 16.668,37 aplicada pelo fisco pelo atraso no repasse de IRRF retido do pró-labore dos sócios. S. Exa. suspendeu a exigibilidade do crédito, obstando a inscrição da agravada no CADIN e determinado a expedição de CPD-EN, ao fundamento de que *"(...) sendo fortes as evidências de que os períodos de apuração dos pagamentos efetuados são, em verdade, 2ª semana de fevereiro/97 e 2ª semana de março/97, e não 1ª semana de março, não há como reputar que os pagamentos efetuados em 12/02/1997 e 12/03/1997 (f. 100/109 - autos originais) se tenham dado fora do prazo. 'Ad argumentandum tantum', mesmo que se admita que os documentos trazidos aos autos não são suficientes para comprovar a tempestividade dos pagamentos, ainda assim não há como manter a exigibilidade de um crédito tributário referente a multa moratória imposta no absurdo percentual de 75%, notadamente quando o atraso que lhe serviu de causa é inferior a quinze dias"*.
2- A agravante alega que "não há elementos de prova suficientes para atestar a regularidade do recolhimento(...)". Aduz que o registro no CADIN só pode ser suspenso com o depósito integral do valor do débito.
//
3- A antecipação de tutela passa necessariamente pela existência concomitante dos requisitos do art. 273 do CPC. Necessária, então, a ocorrência da verossimilhança da alegação e de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação ou que fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu, inocorrente na espécie.
4- Ao que se vê, a documentação apresentada pela agravada (f. 160/221) é, em sua maior parte, composta de cópias de recibos e outros documentos particulares que, como tal, não são incontroversos. Dessa forma, sem o necessário contraditório, tais documentos não são suficientes para infirmar o crédito devidamente constituído pela Fazenda (que goza de presunção de legalidade e legitimidade).
5- Ocorrendo o atraso no recolhimento (sem o necessário acréscimo da multa moratória), incide previsão de cominação de multa (de ofício), nos termos do art. 44, I, da Lei n. 9.430/96:
"Art. 44. Nos casos de lançamento de ofício, serão aplicadas as seguintes multas, calculadas sobre a totalidade ou diferença de tributo ou contribuição:
I - de setenta e cinco por cento, nos casos de falta de pagamento ou recolhimento, pagamento ou recolhimento após o vencimento do prazo, sem o acréscimo de multa moratória, de falta de declaração e nos de declaração inexata, excetuada a hipótese do inciso seguinte".
6- Inexiste empeço legal ao registro de nomes no CADIN, ou em outro banco de dados de proteção ao crédito, salvo nas hipóteses de inexistência do débito (quando anulado por decisão judicial definitiva, pelo seu pagamento ou pelo seu parcelamento) ou quando a sua exigibilidade estiver suspensa (por penhora ou garantia válida e suficiente em executivo fiscal ou por qualquer dos modos de suspensão previstos no art. 151 do CTN).
7- No caso, a situação do agravante não está prevista no art. 7º da Lei n. 10.522/2002:
"Art. 7º. Será suspenso o registro do CADIN quando o devedor comprove que:
I - tenha ajuizado ação, com o objetivo de discutir a natureza da obrigação ou o seu valor, com o oferecimento de garantia idônea e suficiente ao Juízo, na forma da lei."
8- A jurisprudência assente desta Corte é no sentido de que a só propositura de Ação Anulatória de débito fiscal não tem, por si só, o condão de suspender a exigibilidade do crédito tributário. Precedentes desta Corte: AG 96.01.40271-3 /DF; AMS 96.01.05056-6/BA; REO 1999.01.00.107100- 7 /DF; AMS 1999.01.00.107143-9 /MT; AG 2001.01.00.002325-2/GO.
9- A CND só tem cabimento quando ou não há nenhum débito do contribuinte ou o crédito tributário não está definitivamente constituído (hipóteses diferentes do caso concreto) - CTN, art. 205. A CPD-EN tem cabimento quando o crédito tributário já está definitivamente constituído, mas garantido ou com a sua exigibilidade suspensa na forma da lei (CTN, art. 206). Comprovada a existência de débito tributário exigível e não pago, impossível a expedição de CND ou CPD-EN:
"EXECUÇÃO FISCAL - CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA - FORNECIMENTO (. . .)
1- Não se pode fornecer certidão positiva com efeito de negativa se o débito não estiver suficientemente garantido por penhora ou suspenso na forma da lei.
....."
(STJ, REsp n. 182984/SE, Rel. Min. GARCIA VIEIRA, T1, ac. un., DJ 14/12/1998, p. 161).
10- Gozando os atos normativos e legais da presunção de legalidade e constitucionalidade respectivamente, não cabe proferir decisão liminar (temporária e precária) contrária a eles com base exclusivamente em linear juízo subjetivo de excesso de valor do percentual da exação neles prevista.
//
11- Pelo exposto, DOU PROVIMENTO ao agravo (art. 557, §1º-A, do CPC) para cassar a antecipação de tutela.
12- Comunique-se.
13- Publique-se. Oportunamente, baixem e arquivem-se.
Brasília, 29 de março de 2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

Decisão n. /2007-T7
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.010721-4/BA Distribuído no TRF em 27/03/2007
Processo na Origem: 200533000196708

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	MARCOS ROBERTO CORREIA

DECISÃO
AGRAVO CONTRA INDEFERIMENTO DE BLOQUEIO, VIA BACENJUD, DE ATIVOS FINANCEIROS ATÉ O LIMITE DO DÉBITO: POSSIBILIDADE (LEI N 11.382, DE 06/12/2006) - AGRAVO PROVIDO MONOCRATICAMENTE.
1- Por agravo protocolizado em 22 MAR 2007 (protocolo descentralizado SJ/BA), recebido em Gabinete em 28 MAR 2007, 10h, a agravante pede, com efeito suspensivo ativo, a reforma da decisão datada de 02 FEV 2007 (f. 17/9), do MM. Juiz Federal CÂNDIDO MORAES PINTO FILHO, da 20ª Vara/BA, que, nos autos da EF n. 2005.33.00.019670-8, que ajuizou em 20 SET 2005 contra MARCOS ROBERTO CORREIA, para cobrança de IRPF, período 2002/2003, no valor de, à época, R$32.543,11 (f.09), lhe indeferiu o bloqueio, via BACENJUD, de ativos financeiros do executado até o total da dívida, ao fundamento de que *"(...) o bloqueio de ativos financeiros, mediante expedição de ofício ao BACEN, só deve ser deferido em caráter excepcional e quando houver comprovação, por parte da exeqüente, de que exauriu todas as diligências no intuito de localizar bens penhoráveis do executado, o que não restou demonstrado nestes autos"*.
2- A agravante aduz que a penhora em dinheiro tem preferência, nos termos do art. 11 da Lei n. 6.830/80, e que desnecessária a comprovação de realização de diligências no sentido de localização de bens em nome do devedor.

II

3- Não há na espécie nenhuma quebra do "*sigilo bancário*", senão que apenas bloqueio da quantia em espécie suficiente, no máximo, e se o caso, à garantia da instância executiva. Para essa medida não há falar em exaurimento das outras modalidades de tentativas de localização de bens móveis ou imóveis. A lei não exige que o exeqüente faça pesquisas em cartórios ou em DETRANS ou em bancos ou sequer nessa ordem de preferência. É ônus do credor apontar bens penhoráveis se o devedor não exerceu o seu direito de nomeá-los. A gradação do art. 11 da LEF, que não é exaustiva, consagra o "*dinheiro*" como o primeiro valor penhorável. A recente possibilidade de "*bloqueio*" de dinheiro suficiente via BACENJUD reflete o aprimoramento do sistema oficial na integração de suas atividades básicas em nome do bem comum e da realização da sua finalidade.
4- Corrobora tal entendimento a nova redação do art. 655 do CPC, dada pela Lei nº 11.382, de 06 DEZ 2006, que, ao estabelecer a preferência na penhora, consigna em seu inciso I, o dinheiro, em espécie ou o depósito ou aplicação em instituição financeira, acrescente-se, ainda, o art. 655-A, introduzido pela novel norma, que fixa a sistemática de requisição pelo juiz à autoridade do sistema bancário de informações sobre ativos financeiros do executado.

5- O STJ já enfrentou o assunto e decidiu nessa mesma linha:*"...Não se verifica qualquer ofensa aos artigos 620, 655 e 656 do Código de Processo Civil o bloqueio dos depósitos existentes em contas-correntes da executada, até o limite da execução, determinado em razão de o bem ofertado pela devedora ser impenhorável e inalienável, já que de domínio público. A recorrente não impugnou o entendimento de que o bem por ela indicado era impenhorável, não havendo ilegalidade no bloqueio determinado, mormente porque determinado sobre depósitos em conta e não sobre a renda da empresa.*"(STJ, AGA nº 355.305/PA, Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, T3, ac. un., DJ 24/09/2001, p. 300). No mesmo sentido, o REsp nº 25.029/SP, Rel. Min. PEÇANHA MARTINS, T2, ac. un., DJ 05/06/1995, p. 16.648: *"Simples pedido ao BACEN, através do judiciário, de identificação da agência bancária onde o executado possui conta corrente não implica quebra de sigilo bancário."*.

6- O bloqueio não se exaure em si mesmo: é apenas o veículo conducente à "penhora" ou "arresto", representando a concreção do princípio de que a execução se realiza no interesse do credor, e não afasta sua eventual substituição por outros bens nomeados pelo executado em face de peculiaridades ou dificuldades que cada caso possa revelar, para que atendido o contra-ponto de que a execução se faça da maneira menos gravosa ao devedor. *("... DEPÓSITOS REALIZADOS EM CONTA CORRENTE. PENHORA. POSSIBILIDADE. Quando o devedor não nomeia bens à penhora no momento oportuno, o direito de fazê-lo é transferido ao credor. Não se configura ofensa ao princípio da menor onerosidade da execução para o devedor o fato de a constrição patrimonial recair sobre valores depositados em sua conta corrente.*" STJ, REsp 332584/SP, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, T3, un., DJ 18/02/2002, p. 422).

7- No mesmo sentido, a jurisprudência deste TRF1:

"(...) EXECUÇÃO FISCAL - BLOQUEIO DE VALOR EM CONTA CORRENTE DO EXECUTADO, POR MEIO DO CONVÊNIO BACENJUD-SISTEMA DE ATENDIMENTO DAS SOLICITAÇÕES DO PODER JUDICIÁRIO AO BANCO CENTRAL DO BRASIL, ATÉ O LIMITE DO DÉBITO COBRADO - LEGITIMIDADE - LEI Nº 6.830/80, ART. 11; CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, ART. 655.

1 - Lídimo o bloqueio, por meio do Convênio BACENJUD-Sistema de Atendimento das Solicitações do Poder Judiciário ao Banco Central do Brasil, de depósitos em dinheiro, existentes em contas correntes do Executado, até o limite da Execução, para garantia desta. (Lei nº 6.830/80, art. 11; Código de Processo Civil, art. 655.)

(...)"

(TRF1, AG 2001.01.00.009426-4/MG, Rel. Des. Fed. CATÃO ALVES, T7, maioria, DJ 06/10/2006, p.114)

II

8- Pelo exposto, DOU PROVIMENTO ao agravo (art. 557, §1º-A, do CPC), para determinar o bloqueio de ativos financeiros dos devedores MARCOS ROBERTO CORREIA até o limite da dívida.

9- Comunique-se.

10- Publique-se. Intime-se. Oportunamente, baixem e arquivem-se.

Brasília, 29 de março de 2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

Decisão n. /2007-T7

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.010725-9/BA Distribuído no TRF em 27/03/2007

Processo na Origem: 200233000046823

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	LICURGO MACHADO NASCIMENTO

DECISÃO

AGRAVO CONTRA INDEFERIMENTO DE BLOQUEIO, VIA BACENJUD, DE ATIVOS FINANCEIROS ATÉ O LIMITE DO DÉBITO: POSSIBILIDADE (LEI N 11.382, DE 06/12/2006) - AGRAVO PROVIDO MONOCRATICAMENTE.

1- Por agravo protocolizado em 22 MAR 2007 (protocolo descentralizado SJ/BA), recebido em Gabinete em 28 MAR 2007, 10h, a agravante pede, com efeito suspensivo ativo, a reforma da decisão datada de 06 FEV 2007 (f. 50/2), do MM. Juiz Federal CÂNDIDO MORAES PINTO FILHO, da 20ª Vara/BA, que, nos autos da EF n. 2002.33.00.004682-3, que ajuizou em 26 FEV 2002 contra CENTRO EDUCACIONAL DE VALÉRIA E COMÉRCIO LTDA, para cobrança de COFINS, período 1994/1995, no valor de, à época, R$22.688,65 (f.09), lhe indeferiu o bloqueio, via BACENJUD, de ativos financeiros do executado até o total da dívida, ao fundamento de que *"(...) o bloqueio de ativos financeiros, mediante expedição de ofício ao BACEN, só deve ser deferido em caráter excepcional e quando houver comprovação, por parte da exeqüente, de que exauriu todas as diligências no intuito de localizar bens penhoráveis do executado, o que não restou demonstrado nestes autos"*.

2- A agravante aduz que a penhora em dinheiro tem preferência, nos termos do art. 11 da Lei n. 6.830/80, e que desnecessária a comprovação de realização de diligências no sentido de localização de bens em nome do devedor.

II

3- Não há na espécie nenhuma quebra do "*sigilo bancário*", senão que apenas bloqueio da quantia em espécie suficiente, no máximo, e se o caso, à garantia da instância executiva. Para essa medida não há falar em exaurimento das outras modalidades de tentativas de localização de bens móveis ou imóveis. A lei não exige que o exeqüente faça pesquisas em cartórios ou em DETRANS ou em bancos ou sequer nessa ordem de preferência. É ônus do credor apontar bens penhoráveis se o devedor não exerceu o seu direito de nomeá-los. A gradação do art. 11 da LEF, que não é exaustiva, consagra o "*dinheiro*" como o primeiro valor penhorável. A recente possibilidade de "*bloqueio*" de dinheiro suficiente via BACENJUD reflete o aprimoramento do sistema oficial na integração de suas atividades básicas em nome do bem comum e da realização da sua finalidade.

4- Corrobora tal entendimento a nova redação do art. 655 do CPC, dada pela Lei nº 11.382, de 06 DEZ 2006, que, ao estabelecer a preferência na penhora, consigna em seu inciso I, o dinheiro, em espécie ou o depósito ou aplicação em instituição financeira, acrescente-se, ainda, o art. 655-A, introduzido pela novel norma, que fixa a sistemática de requisição pelo juiz à autoridade do sistema bancário de informações sobre ativos financeiros do executado.

5- O STJ já enfrentou o assunto e decidiu nessa mesma linha:*"...Não se verifica qualquer ofensa aos artigos 620, 655 e 656 do Código de Processo Civil o bloqueio dos depósitos existentes em contas-correntes da executada, até o limite da execução, determinado em razão de o bem ofertado pela devedora ser impenhorável e inalienável, já que de domínio público. A recorrente não impugnou o entendimento de que o bem por ela indicado era impenhorável, não havendo ilegalidade no bloqueio determinado, mormente porque determinado sobre depósitos em conta e não sobre a renda da empresa.*"(STJ, AGA nº 355.305/PA, Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, T3, ac. un., DJ 24/09/2001, p. 300). No mesmo sentido, o REsp nº 25.029/SP, Rel. Min. PEÇANHA MARTINS, T2, ac. un., DJ 05/06/1995, p. 16.648: *"Simples pedido ao BACEN, através do judiciário, de identificação da agência bancária onde o executado possui conta corrente não implica quebra de sigilo bancário."*.

6- O bloqueio não se exaure em si mesmo: é apenas o veículo conducente à "penhora" ou "arresto", representando a concreção do princípio de que a execução se realiza no interesse do credor, e não afasta sua eventual substituição por outros bens nomeados pelo executado em face de peculiaridades ou dificuldades que cada caso possa revelar, para que atendido o contra-ponto de que a execução se faça da maneira menos gravosa ao devedor. *("... DEPÓSITOS REALIZADOS EM CONTA CORRENTE. PENHORA. POSSIBILIDADE. Quando o devedor não nomeia bens à penhora no momento oportuno, o direito de fazê-lo é transferido ao credor. Não se configura ofensa ao princípio da menor onerosidade da execução para o devedor o fato de a constrição patrimonial recair sobre valores depositados em sua conta corrente.*" STJ, REsp 332584/SP, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, T3, un., DJ 18/02/2002, p. 422).

7- No mesmo sentido, a jurisprudência deste TRF1:

"(...) EXECUÇÃO FISCAL - BLOQUEIO DE VALOR EM CONTA CORRENTE DO EXECUTADO, POR MEIO DO CONVÊNIO BACENJUD-SISTEMA DE ATENDIMENTO DAS SOLICITAÇÕES DO PODER JUDICIÁRIO AO BANCO CENTRAL DO BRASIL, ATÉ O LIMITE DO DÉBITO COBRADO - LEGITIMIDADE - LEI Nº 6.830/80, ART. 11; CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, ART. 655.

1 - Lídimo o bloqueio, por meio do Convênio BACENJUD-Sistema de Atendimento das Solicitações do Poder Judiciário ao Banco Central do Brasil, de depósitos em dinheiro, existentes em contas correntes do Executado, até o limite da Execução, para garantia desta. (Lei nº 6.830/80, art. 11; Código de Processo Civil, art. 655.)

(...)"

(TRF1, AG 2001.01.00.009426-4/MG, Rel. Des. Fed. CATÃO ALVES, T7, maioria, DJ 06/10/2006, p.114)

II

8- Pelo exposto, DOU PROVIMENTO ao agravo (art. 557, §1º-A, do CPC), para determinar o bloqueio de ativos financeiros do devedor LICURGO MACHADO NASCIMENTO até o limite da dívida.

9- Comunique-se.

10- Publique-se. Intime-se. Oportunamente, baixem e arquivem-se.

Brasília, 29 de março de 2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

Decisão n. /2007-T7

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.010729-3/BA Distribuído no TRF em 27/03/2007

Processo na Origem: 200633000032206

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	RECICLE TREINAMENTO EMPRESARIAL LTDA

DECISÃO

AGRAVO CONTRA INDEFERIMENTO DE BLOQUEIO, VIA BACENJUD, DE ATIVOS FINANCEIROS ATÉ O LIMITE DO DÉBITO: POSSIBILIDADE (LEI N 11.382, DE 06/12/2006) - AGRAVO PROVIDO MONOCRATICAMENTE.

1- Por agravo protocolizado em 22 MAR 2007 (protocolo descentralizado SJ/BA), recebido em Gabinete em 28 MAR 2007, 10h, a agravante pede, com efeito suspensivo ativo, a reforma da decisão datada de 06 FEV 2007 (f. 115/7), do MM. Juiz Federal CÂNDIDO MORAES PINTO FILHO, da 20ª Vara/BA, que, nos autos da EF n. 2006.33.00.003220-6, que ajuizou em 20 FEV 2006 contra RECICLE TREINAMENTO EMPRESARIAL LTDA, para cobrança de IRPJ, período 1996 a 2000, COFINS, período 1999/2000, PIS, período 1995/1996, 1996/1997, 1998/1999 e 2000, no valor de, à época, R$32.720,23 (f.25), lhe indeferiu o bloqueio, via BACENJUD, de ativos financeiros do executado até o total da dívida, ao fundamento de que *"(...) o bloqueio de ativos financeiros, mediante expedição de ofício ao BACEN, só deve ser deferido em caráter excepcional e quando houver comprovação, por parte da exeqüente, de que exauriu todas as diligências no intuito de localizar bens penhoráveis do executado, o que não restou demonstrado nestes autos"*.

2- A agravante aduz que a penhora em dinheiro tem preferência, nos termos do art. 11 da Lei n. 6.830/80, e que desnecessária a comprovação de realização de diligências no sentido de localização de bens em nome do devedor.

II

3- Não há na espécie nenhuma quebra do "*sigilo bancário*", senão que apenas bloqueio da quantia em espécie suficiente, no máximo, e se o caso, à garantia da instância executiva. Para essa medida não há falar em exaurimento das outras modalidades de tentativas de localização de bens móveis ou imóveis. A lei não exige que o exeqüente faça pesquisas em cartórios ou em DETRANS ou em bancos ou sequer nessa ordem de preferência. É ônus do credor apontar bens penhoráveis se o devedor não exerceu o seu direito de nomeá-los. A gradação do art. 11 da LEF, que não é exaustiva, consagra o "*dinheiro*" como o primeiro valor penhorável. A recente possibilidade de "*bloqueio*" de dinheiro suficiente via BACENJUD reflete o aprimoramento do sistema oficial na integração de suas atividades básicas em nome do bem comum e da realização da sua finalidade.

4- Corrobora tal entendimento a nova redação do art. 655 do CPC, dada pela Lei nº 11.382, de 06 DEZ 2006, que, ao estabelecer a preferência na penhora, consigna em seu inciso I, o dinheiro, em espécie ou o depósito ou aplicação em instituição financeira, acrescente-se, ainda, o art. 655-A, introduzido pela novel norma, que fixa a sistemática de requisição pelo juiz à autoridade do sistema bancário de informações sobre ativos financeiros do executado.

5- O STJ já enfrentou o assunto e decidiu nessa mesma linha:*"...Não se verifica qualquer ofensa aos artigos 620, 655 e 656 do Código de Processo Civil o bloqueio dos depósitos existentes em contas-correntes da executada, até o limite da execução, determinado em razão de o bem ofertado pela devedora ser impenhorável e inalienável, já que de domínio público. A recorrente não impugnou o entendimento de que o bem por ela indicado era impenhorável, não havendo ilegalidade no bloqueio determinado, mormente porque determinado sobre depósitos em conta e não sobre a renda da empresa.*"(STJ, AGA nº 355.305/PA, Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, T3, ac. un., DJ 24/09/2001, p. 300). No mesmo sentido, o REsp nº 25.029/SP, Rel. Min. PEÇANHA MARTINS, T2, ac. un., DJ 05/06/1995, p. 16.648: *"Simples pedido ao BACEN, através do judiciário, de identificação da agência bancária onde o executado possui conta corrente não implica quebra de sigilo bancário."*.

6- O bloqueio não se exaure em si mesmo: é apenas o veículo conducente à "penhora" ou "arresto", representando a concreção do princípio de que a execução se realiza no interesse do credor, e não afasta sua eventual substituição por outros bens nomeados pelo executado em face de peculiaridades ou dificuldades que cada caso possa revelar, para que atendido o contra-ponto de que a execução se faça da maneira menos gravosa ao devedor. *("... DEPÓSITOS REALIZADOS EM CONTA CORRENTE. PENHORA. POSSIBILIDADE. Quando o devedor não nomeia bens à penhora no momento oportuno, o direito de fazê-lo é transferido ao credor. Não se configura ofensa ao princípio da menor onerosidade da execução para o devedor o fato de a constrição patrimonial recair sobre valores depositados em sua conta corrente.*" STJ, REsp 332584/SP, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, T3, un., DJ 18/02/2002, p. 422).

7- No mesmo sentido, a jurisprudência deste TRF1:

"(...) EXECUÇÃO FISCAL - BLOQUEIO DE VALOR EM CONTA CORRENTE DO EXECUTADO, POR MEIO DO CONVÊNIO BACENJUD-SISTEMA DE ATENDIMENTO DAS SOLICITAÇÕES DO PODER JUDICIÁRIO AO BANCO CENTRAL DO BRASIL, ATÉ O LIMITE DO DÉBITO COBRADO - LEGITIMIDADE - LEI Nº 6.830/80, ART. 11; CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, ART. 655.

1 - Lídimo o bloqueio, por meio do Convênio BACENJUD-Sistema de Atendimento das Solicitações do Poder Judiciário ao Banco Central do Brasil, de depósitos em dinheiro, existentes em contas correntes do Executado, até o limite da Execução, para garantia desta. (Lei nº 6.830/80, art. 11; Código de Processo Civil, art. 655.)

(...)"

(TRF1, AG 2001.01.00.009426-4/MG, Rel. Des. Fed. CATÃO ALVES, T7, maioria, DJ 06/10/2006, p.114)

II

8- Pelo exposto, DOU PROVIMENTO ao agravo (art. 557, §1º-A, do CPC), para determinar o bloqueio de ativos financeiros do devedor RECICLE TREINAMENTO EMPRESARIAL LTDA até o limite da dívida.

9- Comunique-se.

10- Publique-se. Intime-se. Oportunamente, baixem e arquivem-se.

Brasília, 29 de março de 2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

Decisão nº /2007-T7
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.010745-4/DF Distribuído no TRF em 27/03/2007
Processo na Origem: 200734000042309

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	MARCOS APARECIDO DONIZETTI ABACKERLI TRANSPORTES - ME
ADVOGADO	:	ERICO MARTINS DA SILVA E OUTROS(AS)

DECISÃO
AGRAVO CONTRA ANTECIPAÇÃO DE TUTELA SUSPENDENDO A APLICAÇÃO DE PENA DE PERDIMENTO DE VEÍCULO APREENDIDO TRANSPORTANDO MERCADORIAS IMPORTADAS DESACOMPANHADAS DE DOCUMENTAÇÃO LEGAL - SEGUIMENTO NEGADO.
1- Por agravo protocolizado em 26 MAR 2007, recebido em Gabinete em 28 MAR 2007, 10h, a FN pede, com efeito suspensivo, a reforma da antecipação de tutela datada de 13 FEV 2007 (f. 52), que o MM. Juiz Federal NOVÉLY VILANOVA DA SILVA REIS, da 7ª Vara/DF, concedeu nos autos do AO n. 2007.34.00.004230-9, ajuizada pela agravada em 09 FEV 2007 contra a União, objetivando a liberação de veículo (ônibus Scania K 112, placa BUD-2447, ano/modelo 1987/1987) apreendido por auditores da Delegacia da Receita Federal em Foz do Iguaçu, em 08 MAR 2006 (f. 36/9), por transportar mercadorias importadas desacompanhadas de documentação legal, ficando sujeito à pena de perdimento prevista no Decreto-Lei n. 1455/76 e no Regulamento Aduaneiro (Decreto 4.543/02). S. Exa. obstou a aplicação da pena de perdimento do veículo ao entendimento de que *"a apreensão do veículo está amparada no Dl n. 1.455/76 e não se confunde com a pena de perdimento; o bem não pode ser liberado enquanto não for apurada em processo administrativo a responsabilidade do autor pelo ilícito fiscal"*.
2- A agravante aduz a legalidade da apreensão do veículo que somente pode ser liberado com o pagamento da multa. Aduz que transcorridos 45 dias sem o pagamento da multa, possível a aplicação da pena de perdimento do veículo.
II
3- Contrariamente ao que afirma a agravante, a decisão "a quo" não liberou o bem à agravada; apenas impediu temporariamente a aplicação da pena de perdimento.
4- O art. 75, § 4º, da Lei n. 10.833, de 29 DEZ 2003, dispõe que, *"Decorrido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias da aplicação da multa, ou da ciência do indeferimento do recurso, e não recolhida a multa prevista, o veículo será considerado abandonado, caracterizando dano ao Erário e ensejando a aplicação da pena de perdimento, observado o rito estabelecido no*
5- Ainda que, em tese, tenha ocorrido a inadimplência da agravada, o que possibilitaria a aplicação da pena de perdimento, no concreto a agravada questiona a apreensão prevista na Lei n. 10.833/2003. Não há, portanto, ilegalidade na cautela concedida pelo Dr. Juiz "a quo", suspendendo tão-somente a eventual aplicação da pena de perdimento (a fim de evitar dano de difícil reparação) até que decidida a matéria *sub judice*.
II
6- Pelo exposto, manifestamente improcedente o agravo, NEGO-LHE SEGUIMENTO (art. 557 do CPC).
7- Comunique-se.
8- Publique-se. Intime-se. Oportunamente, baixem e arquivem-se.
Brasília, 29 de março de 2007.
LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.010751-2/DF Distribuído no TRF em 27/03/2007
Processo na Origem: 200734000069824

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	PAULINO CONSONI ICHAUKOSKI
ADVOGADO	:	CESAR WILLAR CORREIA E OUTRO(A)
AGRAVADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO

DECISÃO
AGRAVO CONTRA INDEFERIMENTO DE ANTECIPAÇÃO DA TUTELA PARA LIBERAR VEÍCULO APREENDIDO TRANSPORTANDO MERCADORIAS ESTRANGEIRAS DESACOMPANHADAS DE DOCUMENTAÇÃO LEGAL, SUJEITAS A PENA DE PERDIMENTO - SEGUIMENTO NEGADO.
1- Por agravo protocolizado em 26 MAR 2007, recebido em Gabinete em 28 MAR 2007, 10h, o agravante pede, com efeito suspensivo ativo, a reforma da decisão datada de 13 MAR 2007 (f. 144/7), da MMª. Juíza Federal Substituta CRISTIANE PEDERZOLLI RENTZSCH, da 17ª Vara/DF, que, nos autos da AO n. 2007.34.00.006982-4, que ajuizou em 07 MAR 2007 contra a União, objetivando a liberação de veículo (MARCOPOLO/VOLARE A6 ON, ano 2004/05, placa AMK-8866) apreendido por agentes da Receita Federal em Santa Terezinha de Itaipu/PR, em 21 JUL 2006 (f. 59/62), por transportar mercadorias estrangeiras desacompanhadas de documentação legal e sem provas de introdução regular no país, sujeitas à pena de perdimento, lhe indeferiu a antecipação de tutela.
2- O agravante alega que não teve responsabilidade no evento em tela porque o veículo estava alugado a terceiro, sendo as mercadorias todas dos ocupantes do veículo. Aduz a existência de *periculum in mora*, o que autoriza a tutela antecipada de natureza cautelar, haja vista o veículo ser utilizado como ferramenta de trabalho.
II
3- A antecipação de tutela tem seus parâmetros nos requisitos do art. 273 do CPC, que se exigem concomitantes.
4- A alegação de que as mercadorias importadas pertencem a terceiros ou que o veículo estava alugado é absolutamente desinfluente para a tipificação da infração. A apreensão do veículo em tais condições tem explícita previsão no § 1º do art. 75 da Lei n. 10.833/03.
5- A jurisprudência deste TRF1 não abona a liberação do veículo em sede de antecipação de tutela ou liminar em MS (AGTAG nº 2004.01.00.046058-7/MT, T7, DJ II 14/01/2005, p. 46)
6- A lei goza, no ordenamento jurídico brasileiro, da "presunção" de constitucionalidade, assim como os atos administrativos gozam da presunção de legalidade, que nenhum julgador pode, monocraticamente, afastar com duas ou três linhas em exame de mera delibação. Como a matéria é de reserva legal, a jurisprudência não respalda o precário e temporário afastamento, por medida liminar, de norma legal a não ser em ação própria perante o STF. A presunção da constitucionalidade das leis é mais forte e afasta a "eventual" relevância do fundamento, notadamente se o vício não é manifesto ou flagrante.
7- *"Reconhecer, em sede de liminar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, para o fim de deferir a medida, representa, de regra, precipitação, dado que a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, nos Tribunais, somente pode ser declarada pelo voto da maioria absoluta dos membros da Corte. Essa declaração, para o fim de ser concedida a liminar, não deve ocorrer, em decisão monocrática, até por medida de prudência. No caso, ocorre, ademais, que a liminar esgota o julgamento da causa, porque, na prática, é satisfativa. Se, amanhã, os Tribunais Superiores derem pela inconstitucionalidade do ato normativo, terá ocorrido, com a concessão da liminar, grave atentado à ordem pública, em termos de ordem jurídico-constitucional*" (STF, SS n. 1.853/DF, Rel. Min. CARLOS VELLOSO, DJ 04/10/2000).
II
8- Pelo exposto, manifestamente improcedente o agravo, NEGO-LHE SEGUIMENTO (art. 557 do CPC).
9- Comunique-se.
10- Publique-se. Intime-se. Oportunamente, baixem e arquivem-se.
Brasília, 29 de março de 2007.
LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

Decisão n. /2007-T7

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.010831-9/DF Distribuído no TRF em 28/03/2007
Processo na Origem: 200634000353737

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	TODIMO MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA
ADVOGADO	:	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES E OUTROS
AGRAVADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
AGRAVADO	:	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA
PROCURADOR	:	VALDEZ ADRIANI FARIAS

DECISÃO
AGRAVO CONTRA INDEFERIMENTO DE LIMINAR EM MS PARA SUSPENDER ADICIONAL ARRECADADO PELO INSS PARA O INCRA DE 0,2% INSTITUÍDO PELO DL N. 1.146/70 - SEGUIMENTO NEGADO.
1- Por agravo protocolizado em 27 MAR 2007, recebido em Gabinete em 29 MAR 2007, 12:50h, a agravante pede, com efeito suspensivo ativo, a reforma da decisão datada de 08 FEV 2007 (f. 61/5), da MMª. Juíza Federal Substituta MARIA CECÍLIA DE MARCO ROCHA, da 6ª Vara/DF, que, nos autos do MS nº 2006.34.00.035373-7, que impetrou em 23 NOV 2006 contra ato atribuído ao Secretário da Receita Previdenciária e ao INCRA (litisconsorte), objetivando eximir-se do adicional de 0,2% sobre a folha de salários, criado pela Lei n. 2.613/55 e Dl. n. 1.146/70, lhe indeferiu a liminar suspensão da exação ao fundamento de que *"(...) a Lei nº 8.212/91, ao exaurir o custeio da seguridade social, não implicou a extinção da contribuição ao INCRA, eis que, frise-se, o tributo não se destina à seguridade social"*.
//
2- O adicional criado pelo art. 6º da Lei n. 2.613/55 (então 0,3% sobre a folha de salários) sofreu diversas alterações por extensa e vetusta cadeia legislativa (Lei n. 4.863/65, Dl n. 582/69, Dl 1.146/70, Dl 58/66, Dl n. 1.110/70, LC n. 11/71), alterando, por vezes, sua alíquota e base de cálculo, tendo chegado ao percentual de 2,6%.
3- De todo modo, a Lei n. 7.787/89 suprimiu desses 2,6% a contribuição de 2,4% ao FUNRURAL (por absorção aos 20%) sem fazer referência ao adicional de 0,2% devido ao INCRA, não havendo falar, em princípio, em sua extinção:
"Art. 3º A contribuição das empresas em geral e das entidades ou órgãos a ela equiparados, destinada à Previdência Social, incidente sobre a folha de salários, será:
(...)
§ 1º A alíquota de que trata o inciso I abrange as contribuições para o salário-família, para o salário-maternidade, para o abono anual e para o PRORURAL, que ficam suprimidas a partir de 1º de setembro, assim como a contribuição básica para a Previdência Social".
4- Não há confundir a contribuição ao então PRORURAL/FUNRURAL (LC n. 11/71) com a contribuição ao INCRA (0,2%). Esta, a recente jurisprudência desta Corte:
"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - CONTRIBUIÇÃO AO INCRA (0,2% SOBRE A FOLHA DE SALÁRIOS) - RECEPÇÃO PELA CF/88 COMO CONTRIBUIÇAO SOCIAL GERAL - EXAÇÃO QUE SE MANTÉM - AUSÊNCIA DE NATUREZA PREVIDENCIÁRIA E NÃO-IDENTIFICAÇÃO COM O FUNRURAL.
(...)
2 - A Contribuição ao INCRA (que não se confunde com a Contribuição ao FUNRURAL) possui o seguinte histórico legislativo:
[a] A Lei nº 2.613/55, criadora do Serviço Social Rural (SSR), instituiu contribuição (tríplice) sobre a folha de salários, a cargo de empresas rurais e urbanas, para custeio da prestação de serviços sociais no meio rural (art. 6º, CAPUT [3% a cargo dos empregadores rurais enumerados]; art. 6º, §4º [adicional de 0,3% a cargo dos empregadores de profissionais vinculados a Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões]; e art. 7º [1% a cargo dos empregadores rurais não-enumerados no art. 6º]).
[b] A Lei Delegada nº 11/62 criou a Superintendência de Política Agrária (SUPRA), sucessora do SSR, destinando-lhe a arrecadação das contribuições da Lei nº 2.613/55 para - nova finalidade - formulação da política agrária e prestação de serviços de extensão rural e de assistência social aos trabalhadores rurais.
[c] A Lei nº 4.214/63 (Estatuto do Trabalhador Rural) encarregou (art. 159) o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) da arrecadação das contribuições ao Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural.
[d] A Lei 4.504/64 (Estatuto da Terra) extinguiu a SUPRA, criando, como seus sucessores, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário (INDA), afetando metade da arrecadação das contribuições da Lei nº 2.613/55 (3%; 1%; e 0,3% sobre a folha de salários) ao INDA (para desenvolvimento rural nos setores da colonização, da extensão rural e do cooperativismo) e outra metade ao Serviço Social da Previdência (para a prestação de serviços de previdência aos rurícolas), atribuindo-se a promoção da reforma agrária ao IBRA (mediante recursos do Fundo Nacional de Reforma Agrária).
[e] A Lei nº 4.863/65 elevou a alíquota da contribuição prevista no §4º do art. 6º da Lei nº 2.613/55 (adicional), de 0,3% para 0,4%, mantendo a partilha (meio-a-meio) entre o INDA e o Serviço Social da Previdência dos rurícolas.
[f] O Decreto nº 276/67 criou/reformulou o FUNRURAL - Fundo de Assistência e Previdência ao Trabalhador Rural (alterando a redação de preceitos da Lei nº 4.214/63), a ele destinando metade (0,2%) da contribuição-adicional de 0,4% da folha de salários (antes pertencente ao Serviço Social da Previdência), além de atribuir-lhe o produto de nova contribuição (1% sobre a comercialização de produtos rurais), a serem arrecadados pelo extinto INPS. A outra metade (0,2%) da contribuição-adicional permaneceu atrelada ao INDA (art. 117, I, da Lei nº 4.504/64).
[g] O Decreto-lei nº 582/69, que estabeleceu "medidas para acelerar a Reforma Agrária" e organiza o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), estipulou que as contribuições do art. 6º e 7º da Lei nº 2.613/55 (3% e 1%) seriam destinadas ao IBRA; o "Adicional de 0,3%" (art. 6º, §4º, da Lei nº 2.613/55) (já elevado para 0,4%), seria partilhado entre o IBRA (0,1%), o INDA (0,1%) e o FUNRURAL (0,2%). Doravante, as parcelas da Lei nº 2.613/55 destinadas ao IBRA (3% + 1% + 0,1%) passaram também a integrar o "Fundo Nacional de Reforma Agrária".
[h] O Decreto-lei nº 1.110/70 criou o INCRA, destinando-lhe competências e recursos do IBRA, do INDA e do GERA (extintos): a receita do INCRA compunha-se da fração de 0,2% do "Adicional de 0,4%" (art. 6º, §4º, da Lei nº 2.613/55), que integrava (0,1%) o "Fundo Nacional de Colonização e Reforma Agrária" e o patrimônio (0,1%) do extinto INDA (0,2%, pois). A Contribuição ao FUNRURAL (0,2%) seguiu disciplina própria outra.
[i] O Decreto-lei nº 1.146/70 preceituou que as contribuições do art. 6º, CAPUT, e do art. 7º da Lei nº 2.613/55 (3% [agora reduzidos para 2,5%], a cargo das empresas enumeradas, e 1%, a cargo das empresas rurais não enumeradas [sujeitas ao ITR]) pertenceriam ao INCRA, assim como metade do "Adicional de 0,4%" (art. 6º, §4º, da Lei nº 2.613/55); a outra metade (0,2%) pertenceria ao FUNRURAL. As contribuições ao INCRA seriam por ele mesmo arrecadadas; a do FUNRURAL, pelo INPS.
[j] A LC nº 11/71, instituidora da contribuição para o custeio do PRORURAL (Programa de Assistência do Trabalhador Rural), elevou a alíquota do Adicional previsto no art. 6º, §4º, da Lei nº 2.613/55 de 0,4% para 2,6%, destinando 2,4% ao FUNRURAL, arrecadável pelo rede bancária credenciada junto ao INSS, permanecendo, pois, 0,2% em prol do INCRA, por ele arrecadado.
[k] A Lei nº 7.231/84 confirma a titularidade do INCRA quanto às contribuições.
[l] A arrecadação da contribuição ao INCRA pelo INSS firma-se no art. 84 da Lei nº 8.212/91, o que não denota mudança do perfil jurídico da contribuição para previdenciário.
[m] Ao tempo da promulgação da CF/88, a contribuição de 0,2% sobre a folha de salários pertencia ao INCRA, integrando o Fundo Nacional de Colonização e Reforma Agrária, sem nenhuma vinculação direta ou indireta, salvo pontos de contato legislativo, com a denominada "contribuição ao FUNRURAL" (que sempre ostentou natureza previdenciária).

3 - À luz dos preceitos constitucionais próprios, vê-se que a "Contribuição ao INCRA" não é, por claro, [a] "taxa" (não atina com contra-prestação pecuniária por serviços públicos nem poder de polícia); [b] "contribuição de melhoria" (nada tem a ver com obras públicas e valorização de imóveis lindeiros); [c] "empréstimo compulsório" (não se destina ao custeio imprevisto e vinculado advindo de calamidade pública, guerra externa ou da necessidade de investimento público caráter urgente e de relevante interesse nacional; [d] "contribuição previdenciária" (já que não se destina ao custeio de ações em tal área, daí decorrendo, inclusive, a desinfluência de a Lei nº 8.212/91 ser omissa a respeito); [e] "imposto" (uma vez que lhe falta o caráter de generalidade e de não-vinculação); [f] "contribuição social de interesse de categoria profissional" (dada a patente ausência de qualquer finalidade acerca de tal mister); tampouco [g] "Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico" (CIDE)", pois não há qualquer relação de causa e efeito entre a "intervenção" e a finalidade extrafiscal almejada, ou, quando menos, algum ponto de contato ente uma coisa e outra, como, por exemplo, no caso da CIDE-Combustíveis (Lei nº 10.336, de 19 DEZ 2001), que possui objetivos atinentes direta ou indiretamente ao universo de atuação dos contribuintes.
4 - A "Contribuição ao INCRA", tomando como vetor a orientação do STF (ADIN-MC nº 2.256), foi recepcionada como Contribuição Social "Geral" (art. 149 da CF/88, primeira parte), destinada a custear a atividade social da reforma agrária, constitucionalmente prevista (programa), não se tratando de contribuição de seguridade social (previdência, assistência ou saúde).
5 - A só circunstância de o universo contributivo não integrar todas as empresas possíveis (rurais e urbanas) ou, quiçá, somente grandes latifundiários, não a desqualifica, até porque os posicionamentos do STF e do STJ atestam que, em situação assim (contribuição social geral), a ausência de contra-partida entre o objeto da contribuição e os fins dos contribuintes é irrelevante, não havendo falar em sobreposição tributária por adotar a mesma base de cálculo das contribuições previdenciárias (folha de salários), já porque a vedação constitucional de não-identidade entre bases imponíveis atina com o conflito "taxa" versus "imposto" (art. 145, §2º, da CF/88), já porque só há resíduo de "bis in idem" na ocorrência de tributação do mesmo fato gerador.
6 - A exigibilidade do tributo permanece, pois a Lei nº 7.787/89, ao instituir/unificar a contribuição previdenciária das empresas (art. 3, I - alíquota de 20%), suprimiu somente a contribuição ao PRORURAL (administrada pelo FUNRURAL), não tratando, todavia, da contribuição ao INCRA.
7 - As Leis nº 8.212/91 e 8.213/91 não atinam com a contribuição ao INCRA. A superveniência da segunda, aliás, induziu apenas a extinção da contribuição ao FUNRURAL sobre a comercialização de produtos rurais. Precedente desta Corte (AR nº 2005.01.00.028780-6/MG). A Lei nº 8.315/91 (SENAR), do mesmo modo, não tem força ou influência no caso.
8 - Alguns Tribunais, embora entendendo que a contribuição é devida por empresas urbanas, concluem, de maneira equivocada (e o emaranhado legislativo a tal pode mesmo induzir), que a Lei nº 7.787/89 suprimiu também a contribuição ao INCRA (0,2%), tal decorrendo fundamentalmente (falsa premissa) de se vislumbrar perfil previdenciário (que não há) na contribuição ao INCRA, daí concluindo pela sua exigência "em face princípio da solidarização da seguridade social", traçando-se, ademais, indevida simbiose com o FUNRURAL (contribuição que - caminhando ao lado da INCRA - jamais com ela se identificou).
(...)".
(TRF1, AMS 2000.38.00.023058-9/MG, Rel. Des. Fed. LUCIANO TOLENTINO AMARAL, T7, ac. un., DJ de 22/12/2006, p.13).
//
5- Pelo exposto, manifestamente improcedente o agravo, NEGO-LHE SEGUIMENTO (art. 557 do CPC).
6- Comunique-se.
7- Publique-se. Intime-se. Oportunamente, baixem e arquivem-se.
Brasília, 30 de março de 2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.010849-0/MG
Processo na Origem: 200738000073929

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
AGRAVANTE	:	BELGO SIDERURGIA S/A
ADVOGADOS	:	DRS. VALTER DE SOUZA LOBATO E OUTROS
AGRAVADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

D E C I S Ã O

1 - BELGO SIDERURGIA S/A interpôs recurso de AGRAVO DE INSTRUMENTO, com pedido de efeito suspensivo, para reforma de decisão da Juíza da 18ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, que lhe indeferira liminar em MANDADO DE SEGURANÇA, impetrado para afastar exigência de prévio depósito de 30% (trinta por cento) de débito impugnado para que pudesse tramitar seu recurso administrativo.
2 - Alega a Agravante que a exigência de depósito prévio viola os princípios constitucionais do devido processo legal e da ampla defesa.
3 - Razão assiste à Agravante.
4 - Este Egrégio Tribunal, na esteira de manifestações do Excelso Pretório, vinha entendendo como equivocadas as alegações de que a exigência de depósito prévio violaria a Constituição Federal, seja por não impedir a exigência altercada a interposição de recurso administrativo, tendo, apenas, o objetivo de proteger a Fazenda Pública contra recursos protelatórios, seja por não haver previsão constitucional para duplo grau de jurisdição administrativa, seja por não prejudicar a exigência o direito de ampla defesa, que pode ser exercido, exaustivamente, em instância única, seja por não exigirem as normas legais pertinentes à espécie exaustão da via administrativa para discussão da causa perante o Judiciário, a quem compete a solução final dos litígios.
5 - Ocorre, porém, que, em 28/3/2007, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por meio do julgamento conjunto dos Recursos Extraordinários nºs 388.359, 389.383 e 390.513, declarou a inconstitucionalidade da exigência do aludido depósito prévio.
6 - Nessa ordem de idéias, não obstante, concessa venia, ainda esteja convencido de que a exigência de prévio depósito para conhecimento de recurso administrativo não ofende a Constituição Federal, não me resta, senão, em face dos julgados do Supremo Tribunal Federal, acatar o entendimento deste e passar a decidir nos termos da sua orientação.
7 - Diante disso, estando em desacordo com orientação da Corte Maior, a decisão agravada deve ser modificada.
8 - Assim sendo, afiguram-se-me presentes risco de lesão grave e de difícil reparação e fundamentação relevante para suspensão da decisão impugnada.
Pelo exposto, presentes os pressupostos que o autorizam, atribuo efeito suspensivo a este Agravo de Instrumento. (Código de Processo Civil, arts. 527, III, e 558.)
Intime-se o Agravado para resposta. (Código de Processo Civil, art. 527, V.)
Dê-se ciência à ilustre prolatora da decisão impugnada.
Brasília, 02 de abril de 2007.

Desembargador Federal CATÃO ALVES
Relator

Decisão n. /2007-T7
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.010862-0/BA Distribuído no TRF em 27/03/2007
Processo na Origem: 200333000217084

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	MULTIMIX COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
AGRAVADO	:	JOSE GILBERTO FAVILA COELHO
AGRAVADO	:	MARCIA RIBEIRO MENDES

DECISÃO

AGRAVO CONTRA INDEFERIMENTO DE BLOQUEIO, VIA BACENJUD, DE ATIVOS FINANCEIROS ATÉ O LIMITE DO DÉBITO: POSSIBILIDADE (LEI N 11.382, DE 06/12/2006) - AGRAVO PROVIDO MONOCRATICAMENTE.
1- Por agravo protocolizado em 23 MAR 2007 (protocolo descentralizado SJ/BA), recebido em Gabinete em 28 MAR 2007, 10h, a agravante pede, com efeito suspensivo ativo, a reforma da decisão datada de 08 FEV 2007 (f. 39/41), do MM. Juiz Federal CÂNDIDO MORAES PINTO FILHO, da 20ª Vara/BA, que, nos autos da EF n. 2003.33.00.021708-4, que ajuizou em 10 SET 2003 contra MULTIMIX COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, para cobrança de COFINS, período 1999, no valor de, à época, R$10.257,74 (f.11), lhe indeferiu o bloqueio, via BACENJUD, de ativos financeiros dos executados até o total da dívida, ao fundamento de que *"(...) o bloqueio de ativos financeiros, mediante expedição de ofício ao BACEN, só deve ser deferido em caráter excepcional e quando houver comprovação, por parte da exeqüente, de que exauriu todas as diligências no intuito de localizar bens penhoráveis do executado, o que não restou demonstrado nestes autos"*.
2- A agravante aduz que a penhora em dinheiro tem preferência, nos termos do art. 11 da Lei n. 6.830/80, e que desnecessária a comprovação de realização de diligências no sentido de localização de bens em nome do devedor.

II

3- Não há na espécie nenhuma quebra do "*sigilo bancário*", senão que apenas bloqueio da quantia em espécie suficiente, no máximo, e se o caso, à garantia da instância executiva. Para essa medida não há falar em exaurimento das outras modalidades de tentativas de localização de bens móveis ou imóveis. A lei não exige que o exeqüente faça pesquisas em cartórios ou em DETRANS ou em bancos ou sequer nessa ordem de preferência. É ônus do credor apontar bens penhoráveis se o devedor não exerceu o seu direito de nomeá-los. A gradação do art. 11 da LEF, que não é exaustiva, consagra o "*dinheiro*" como o primeiro valor penhorável. A recente possibilidade de "*bloqueio*" de dinheiro suficiente via BACENJUD reflete o aprimoramento do sistema oficial na integração de suas atividades básicas em nome do bem comum e da realização da sua finalidade.
4- Corrobora tal entendimento a nova redação do art. 655 do CPC, dada pela Lei nº 11.382, de 06 DEZ 2006, que, ao estabelecer a preferência na penhora, consigna em seu inciso I, o dinheiro, em espécie ou o depósito ou aplicação em instituição financeira, acrescente-se, ainda, o art. 655-A, introduzido pela novel norma, que fixa a sistemática de requisição pelo juiz à autoridade do sistema bancário de informações sobre ativos financeiros do executado.
5- O STJ já enfrentou o assunto e decidiu nessa mesma linha:*"...Não se verifica qualquer ofensa aos artigos 620, 655 e 656 do Código de Processo Civil o bloqueio dos depósitos existentes em contas-correntes da executada, até o limite da execução, determinado em razão de o bem ofertado pela devedora ser impenhorável e inalienável, já que de domínio público. A recorrente não impugnou o entendimento de que o bem por ela indicado era impenhorável, não havendo ilegalidade no bloqueio determinado, mormente porque determinado sobre depósitos em conta e não sobre a renda da empresa.*"(STJ, AGA nº 355.305/PA, Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, T3, ac. un., DJ 24/09/2001, p. 300). No mesmo sentido, o REsp nº 25.029/SP, Rel. Min. PEÇANHA MARTINS, T2, ac. un., DJ 05/06/1995, p. 16.648: *"Simples pedido ao BACEN, através do judiciário, de identificação da agência bancária onde o executado possui conta corrente não implica quebra de sigilo bancário."*.
6- O bloqueio não se exaure em si mesmo: é apenas o veículo conducente à "penhora" ou "arresto", representando a concreção do princípio de que a execução se realiza no interesse do credor, e não afasta sua eventual substituição por outros bens nomeados pelo executado em face de peculiaridades ou dificuldades que cada caso possa revelar, para que atendido o contra-ponto de que a execução se faça da maneira menos gravosa ao devedor. *("... DEPÓSITOS REALIZADOS EM CONTA CORRENTE. PENHORA. POSSIBILIDADE. Quando o devedor não nomeia bens à penhora no momento oportuno, o direito de fazê-lo é transferido ao credor. Não se configura ofensa ao princípio da menor onerosidade da execução para o devedor o fato de a constrição patrimonial recair sobre valores depositados em sua conta corrente.*" STJ, REsp 332584/SP, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, T3, un., DJ 18/02/2002, p. 422).
7- No mesmo sentido, a jurisprudência deste TRF1:
"(...) EXECUÇÃO FISCAL - BLOQUEIO DE VALOR EM CONTA CORRENTE DO EXECUTADO, POR MEIO DO CONVÊNIO BACENJUD-SISTEMA DE ATENDIMENTO DAS SOLICITAÇÕES DO PODER JUDICIÁRIO AO BANCO CENTRAL DO BRASIL, ATÉ O LIMITE DO DÉBITO COBRADO - LEGITIMIDADE - LEI Nº 6.830/80, ART. 11; CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, ART. 655.
1 - Lídimo o bloqueio, por meio do Convênio BACENJUD-Sistema de Atendimento das Solicitações do Poder Judiciário ao Banco Central do Brasil, de depósitos em dinheiro, existentes em contas correntes do Executado, até o limite da Execução, para garantia desta. (Lei nº 6.830/80, art. 11; Código de Processo Civil, art. 655.)
(...)"
(TRF1, AG 2001.01.00.009426-4/MG, Rel. Des. Fed. CATÃO ALVES, T7, maioria, DJ 06/10/2006, p.114)

II

8- Pelo exposto, DOU PROVIMENTO ao agravo (art. 557, §1º-A, do CPC), para determinar o bloqueio de ativos financeiros dos devedores MULTIMIX COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, JOSÉ GILBERTO FÁVILA COELHO e MÁRCIA RIBEIRO MENDES até o limite da dívida.
9- Comunique-se.
10- Publique-se. Intime-se. Oportunamente, baixem e arquivem-se.
Brasília, 29 de março de 2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

Decisão n. /2007-T7
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.010863-4/BA Distribuído no TRF em 27/03/2007
Processo na Origem: 200333000043184

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	PROD COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
AGRAVADO	:	SIMONE DA SILVA ARGOLO

DECISÃO

AGRAVO CONTRA INDEFERIMENTO DE BLOQUEIO, VIA BACENJUD, DE ATIVOS FINANCEIROS ATÉ O LIMITE DO DÉBITO: POSSIBILIDADE (LEI N 11.382, DE 06/12/2006) - AGRAVO PROVIDO MONOCRATICAMENTE.
1- Por agravo protocolizado em 23 MAR 2007 (protocolo descentralizado SJ/BA), recebido em Gabinete em 29 MAR 2007, 10h, a agravante pede, com efeito suspensivo ativo, a reforma da decisão datada de 02 FEV 2007 (f. 32/4), do MM. Juiz Federal CÂNDIDO MORAES PINTO FILHO, da 20ª Vara/BA, que, nos autos da EF n. 2003.33.00.004318-4, que ajuizou em 28 JAN 2003 contra PROD COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, para cobrança de COFINS, período JAN a FEV/2001, no valor de, à época, R$13.227,34 (f.11), lhe indeferiu o bloqueio, via BACENJUD, de ativos financeiros dos executados até o total da dívida, ao fundamento de que *"(...) o bloqueio de ativos financeiros, mediante expedição de ofício ao BACEN, só deve ser deferido em caráter excepcional e quando houver comprovação, por parte da exeqüente, de que exauriu todas as diligências no intuito de localizar bens penhoráveis do executado, o que não restou demonstrado nestes autos"*.
2- A agravante aduz que a penhora em dinheiro tem preferência, nos termos do art. 11 da Lei n. 6.830/80, e que desnecessária a comprovação de realização de diligências no sentido de localização de bens em nome do devedor.

II

3- Não há na espécie nenhuma quebra do "*sigilo bancário*", senão que apenas bloqueio da quantia em espécie suficiente, no máximo, e se o caso, à garantia da instância executiva. Para essa medida não há falar em exaurimento das outras modalidades de tentativas de localização de bens móveis ou imóveis. A lei não exige que o exeqüente faça pesquisas em cartórios ou em DETRANS ou em bancos ou sequer nessa ordem de preferência. É ônus do credor apontar bens penhoráveis se o devedor não exerceu o seu direito de nomeá-los. A gradação do art. 11 da LEF, que não é exaustiva, consagra o "*dinheiro*" como o primeiro valor penhorável. A recente possibilidade de "*bloqueio*" de dinheiro suficiente via BACENJUD reflete o aprimoramento do sistema oficial na integração de suas atividades básicas em nome do bem comum e da realização da sua finalidade.

4- Corrobora tal entendimento a nova redação do art. 655 do CPC, dada pela Lei nº 11.382, de 06 DEZ 2006, que, ao estabelecer a preferência na penhora, consigna em seu inciso I, o dinheiro, em espécie ou o depósito ou aplicação em instituição financeira, acrescente-se, ainda, o art. 655-A, introduzido pela novel norma, que fixa a sistemática de requisição pelo juiz à autoridade do sistema bancário de informações sobre ativos financeiros do executado.

5- O STJ já enfrentou o assunto e decidiu nessa mesma linha:*"...Não se verifica qualquer ofensa aos artigos 620, 655 e 656 do Código de Processo Civil o bloqueio dos depósitos existentes em contas-correntes da executada, até o limite da execução, determinado em razão de o bem ofertado pela devedora ser impenhorável e inalienável, já que de domínio público. A recorrente não impugnou o entendimento de que o bem por ela indicado era impenhorável, não havendo ilegalidade no bloqueio determinado, mormente porque determinado sobre depósitos em conta e não sobre a renda da empresa.*"(STJ, AGA nº 355.305/PA, Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, T3, ac. un., DJ 24/09/2001, p. 300). No mesmo sentido, o REsp nº 25.029/SP, Rel. Min. PEÇANHA MARTINS, T2, ac. un., DJ 05/06/1995, p. 16.648: *"Simples pedido ao BACEN, através do judiciário, de identificação da agência bancária onde o executado possui conta corrente não implica quebra de sigilo bancário."*.

6- O bloqueio não se exaure em si mesmo: é apenas o veículo conducente à "penhora" ou "arresto", representando a concreção do princípio de que a execução se realiza no interesse do credor, e não afasta sua eventual substituição por outros bens nomeados pelo executado em face de peculiaridades ou dificuldades que cada caso possa revelar, para que atendido o contra-ponto de que a execução se faça da maneira menos gravosa ao devedor. *("... DEPÓSITOS REALIZADOS EM CONTA CORRENTE. PENHORA. POSSIBILIDADE. Quando o devedor não nomeia bens à penhora no momento oportuno, o direito de fazê-lo é transferido ao credor. Não se configura ofensa ao princípio da menor onerosidade da execução para o devedor o fato de a constrição patrimonial recair sobre valores depositados em sua conta corrente.*" STJ, REsp 332584/SP, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, T3, un., DJ 18/02/2002, p. 422).

7- No mesmo sentido, a jurisprudência deste TRF1:

"(...) EXECUÇÃO FISCAL - BLOQUEIO DE VALOR EM CONTA CORRENTE DO EXECUTADO, POR MEIO DO CONVÊNIO BACENJUD-SISTEMA DE ATENDIMENTO DAS SOLICITAÇÕES DO PODER JUDICIÁRIO AO BANCO CENTRAL DO BRASIL, ATÉ O LIMITE DO DÉBITO COBRADO - LEGITIMIDADE - LEI Nº 6.830/80, ART. 11; CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, ART. 655.

1 - Lídimo o bloqueio, por meio do Convênio BACENJUD-Sistema de Atendimento das Solicitações do Poder Judiciário ao Banco Central do Brasil, de depósitos em dinheiro, existentes em contas correntes do Executado, até o limite da Execução, para garantia desta. (Lei nº 6.830/80, art. 11; Código de Processo Civil, art. 655.)

(...)"

(TRF1, AG 2001.01.00.009426-4/MG, Rel. Des. Fed. CATÃO ALVES, T7, maioria, DJ 06/10/2006, p.114)

II

8- Pelo exposto, DOU PROVIMENTO ao agravo (art. 557, §1º-A, do CPC), para determinar o bloqueio de ativos financeiros dos devedores PROD COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA e SIMONE DA SILVA ARGOLO até o limite da dívida.

9- Comunique-se.

10- Publique-se. Intime-se. Oportunamente, baixem e arquivem-se.

Brasília, 29 de março de 2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

Decisão n. /2007-T7

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.010869-6/BA Distribuído no TRF em 27/03/2007

Processo na Origem: 200233000004929

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	JP SUPERMERCADOS LTDA
AGRAVADO	:	VIVIANE SANTANA DE JESUS
AGRAVADO	:	VALDILENE MARIA SANTOS DE ALBUQUERQUE

DECISÃO

AGRAVO CONTRA INDEFERIMENTO DE BLOQUEIO, VIA BACENJUD, DE ATIVOS FINANCEIROS ATÉ O LIMITE DO DÉBITO: POSSIBILIDADE (LEI N 11.382, DE 06/12/2006) - AGRAVO PROVIDO MONOCRATICAMENTE.

1- Por agravo protocolizado em 23 MAR 2007 (protocolo descentralizado SJ/BA), recebido em Gabinete em 28 MAR 2007, 10h, a agravante pede, com efeito suspensivo ativo, a reforma da decisão datada de 02 FEV 2007 (f. 31/3), do MM. Juiz Federal CÂNDIDO MORAES PINTO FILHO, da 20ª Vara/BA, que, nos autos da EF n. 2002.33.00.000492-9, que ajuizou em 10 JAN 2002 contra JP SUPERMERCADOS LTDA, para cobrança de IRPJ, período 1991/1996, no valor de, à época, R$37.833,74 (f.09), lhe indeferiu o bloqueio, via BACENJUD, de ativos financeiros dos executados até o total da dívida, ao fundamento de que *"(...) o bloqueio de ativos financeiros, mediante expedição de ofício ao BACEN, só deve ser deferido em caráter excepcional e quando houver comprovação, por parte da exeqüente, de que exauriu todas as diligências no intuito de localizar bens penhoráveis do executado, o que não restou demonstrado nestes autos"*.

2- A agravante aduz que a penhora em dinheiro tem preferência, nos termos do art. 11 da Lei n. 6.830/80, e que desnecessária a comprovação de realização de diligências no sentido de localização de bens em nome do devedor.

II

3- Não há na espécie nenhuma quebra do "*sigilo bancário*", senão que apenas bloqueio da quantia em espécie suficiente, no máximo, e se o caso, à garantia da instância executiva. Para essa medida não há falar em exaurimento das outras modalidades de tentativas de localização de bens móveis ou imóveis. A lei não exige que o exeqüente faça pesquisas em cartórios ou em DETRANS ou em bancos ou sequer nessa ordem de preferência. É ônus do credor apontar bens penhoráveis se o devedor não exerceu o seu direito de nomeá-los. A gradação do art. 11 da LEF, que não é exaustiva, consagra o "*dinheiro*" como o primeiro valor penhorável. A recente possibilidade de "*bloqueio*" de dinheiro suficiente via BACENJUD reflete o aprimoramento do sistema oficial na integração de suas atividades básicas em nome do bem comum e da realização da sua finalidade.

4- Corrobora tal entendimento a nova redação do art. 655 do CPC, dada pela Lei nº 11.382, de 06 DEZ 2006, que, ao estabelecer a preferência na penhora, consigna em seu inciso I, o dinheiro, em espécie ou o depósito ou aplicação em instituição financeira, acrescente-se, ainda, o art. 655-A, introduzido pela novel norma, que fixa a sistemática de requisição pelo juiz à autoridade do sistema bancário de informações sobre ativos financeiros do executado.

5- O STJ já enfrentou o assunto e decidiu nessa mesma linha:*"...Não se verifica qualquer ofensa aos artigos 620, 655 e 656 do Código de Processo Civil o bloqueio dos depósitos existentes em contas-correntes da executada, até o limite da execução, determinado em razão de o bem ofertado pela devedora ser impenhorável e inalienável, já que de domínio público. A recorrente não impugnou o entendimento de que o bem por ela indicado era impenhorável, não havendo ilegalidade no bloqueio determinado, mormente porque determinado sobre depósitos em conta e não sobre a renda da empresa.*"(STJ, AGA nº 355.305/PA, Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, T3, ac. un., DJ 24/09/2001, p. 300). No mesmo sentido, o REsp nº 25.029/SP, Rel. Min. PEÇANHA MARTINS, T2, ac. un., DJ 05/06/1995, p. 16.648: *"Simples pedido ao BACEN, através do judiciário, de identificação da agência bancária onde o executado possui conta corrente não implica quebra de sigilo bancário."*.

6- O bloqueio não se exaure em si mesmo: é apenas o veículo conducente à "penhora" ou "arresto", representando a concreção do princípio de que a execução se realiza no interesse do credor, e não afasta sua eventual substituição por outros bens nomeados pelo executado em face de peculiaridades ou dificuldades que cada caso possa revelar, para que atendido o contra-ponto de que a execução se faça da maneira menos gravosa ao devedor. *("... DEPÓSITOS REALIZADOS EM CONTA CORRENTE. PENHORA. POSSIBILIDADE. Quando o devedor não nomeia bens à penhora no momento oportuno, o direito de fazê-lo é transferido ao credor. Não se configura ofensa ao princípio da menor onerosidade da execução para o devedor o fato de a constrição patrimonial recair sobre valores depositados em sua conta corrente.*" STJ, REsp 332584/SP, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, T3, un., DJ 18/02/2002, p. 422).

7- No mesmo sentido, a jurisprudência deste TRF1:

"(...) EXECUÇÃO FISCAL - BLOQUEIO DE VALOR EM CONTA CORRENTE DO EXECUTADO, POR MEIO DO CONVÊNIO BACENJUD-SISTEMA DE ATENDIMENTO DAS SOLICITAÇÕES DO PODER JUDICIÁRIO AO BANCO CENTRAL DO BRASIL, ATÉ O LIMITE DO DÉBITO COBRADO - LEGITIMIDADE - LEI Nº 6.830/80, ART. 11; CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, ART. 655.

1 - Lídimo o bloqueio, por meio do Convênio BACENJUD-Sistema de Atendimento das Solicitações do Poder Judiciário ao Banco Central do Brasil, de depósitos em dinheiro, existentes em contas correntes do Executado, até o limite da Execução, para garantia desta. (Lei nº 6.830/80, art. 11; Código de Processo Civil, art. 655.)

(...)"

(TRF1, AG 2001.01.00.009426-4/MG, Rel. Des. Fed. CATÃO ALVES, T7, maioria, DJ 06/10/2006, p.114)

II

8- Pelo exposto, DOU PROVIMENTO ao agravo (art. 557, §1º-A, do CPC), para determinar o bloqueio de ativos financeiros dos devedores JP SUPERMERCADOS LTDA, VIVIANE SANTANA DE JESUS e VALDILENE MARIA SANTOS DE ALBUQUERQUE até o limite da dívida.

9- Comunique-se.

10- Publique-se. Intime-se. Oportunamente, baixem e arquivem-se.

Brasília, 29 de março de 2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

Decisão nº /2007-T7

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.010879-9/DF Distribuído no TRF em 27/03/2007

Processo na Origem: 200734000086505

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	VIB - TECH INDUSTRIAL LTDA
ADVOGADO	:	GUILHERME VON MULLER LESSA VERGUEIRO E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

DECISÃO

AGRAVO CONTRA INDEFERIMENTO DE LIMINAR EM MC PARA CAUÇÃO DE IMÓVEL EM GARANTIA DE FUTURA EF, PARA FINS DE EXPEDIÇÃO DE CPD-EN - AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DO REQUERIDO (ART. 831 DO CPC): IMPOSSIBILIDADE - SEGUIMENTO NEGADO.

1- Por agravo protocolizado em 27 MAR 2007, recebido em Gabinete em 28 MAR 2007, 10h, a agravante pede, com efeito suspensivo, a reforma da decisão datada de 21 MAI 2007 (fls. 116/8), do MM. Juiz Federal Substituto TALES KRAUSS QUEIROZ, da 8ª Vara/DF, que, nos autos da MC (caução) nº. 2007.34.00.008650-5, que ajuizou em 20 MAR 2007 contra a União e o INSS, objetivando caucionar imóvel urbano (lote de 10.370 m2 e prédio industrial com área construída de 998,60m2), que avaliou em R$ 1.536.229,45, em garantia de futuras EFs que, segundo seus cálculos, atingirão o total de R$ 377.540,67 (f. 72/91), com a conseqüente expedição de CPD-EN, lhe indeferiu a liminar "*inaudita altera parte*", ao fundamento de que *"entendo prudente a prévia oitiva dos requeridos, sobretudo porque a inicial menciona a existência de diversos débitos da Secretaria da Receita Federal, da Procuradoria da Fazenda Nacional e do INSS, relacionados a distintos períodos, alguns aliás, decorrentes da exclusão da empresa do REFIS"*.

2- A agravante alega que o valor do imóvel é suficiente para a garantia de todos os débitos.

//

3- Embora, em tese, seja possível ao contribuinte, em sede de MC de caução, oferecer ou indicar bens suficientes à garantia da futura execução fiscal, a apreciação do pedido somente deve acontecer depois de ouvido o requerido, porque o deferimento da caução anteriormente à manifestação do credor, apenas ao juízo do julgador, leva à quebra do princípio de que a execução se faz no interesse do credor e ao estatuído no art. 831 do CPC:

"O requerido será citado para, no prazo de cinco dias, aceitar a caução (art. 829), prestá-la (art. 830), ou contestar o pedido."

4- Esta, a jurisprudência desta Corte:

"(...) INDEFERIMENTO DE LIMINAR DE CAUÇÃO DE BEM EM GARANTIA DE FUTURA EF, PARA FINS DE EXPEDIÇÃO DE CPD-EN - NECESSIDADE DE REGULAR CONTRADITÓRIO PRÉVIO (ART. 831, CPC) - AGRAVO PROVIDO EM PARTE.

1 - Seja para garantia do juízo em futura (ainda não ajuizada) execução fiscal ou como garantia dos débitos tributários cuja nulidade eventualmente se pretenda discutir em ação ordinária, o devedor pode caucionar, em processo cautelar, bens suficientes em ordem a que, caucionados, se lhe expeça CPD-EN.

2 - Necessária a prévia audiência da FN e que se atendam as formalidades da espécie, como prova da propriedade, certidão negativa de ônus, de débito, avaliação do bem etc, em ordem a que viabilizada expedição de CPD-EN.

(...)"

(TRF1, AG 2006.01.00.000021-9/DF, Rel. Juiz Federal Rafael Paulo Soares Pinto (conv), T7, DJ de 23/06/2006, p.169).

//

5- Pelo exposto, manifestamente improcedente o agravo, NEGO-LHE SEGUIMENTO (art. 557 do CPC).

6- Comunique-se.

7- Publique-se. Intime-se. Oportunamente, baixem e arquivem-se.

Brasília, 29 de março de 2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

Decisão n. 2007/-T7

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.010890-1/BA Distribuído no TRF em 27/03/2007

Processo na Origem: 200733000030240

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	CEEMA CONSTRUCOES E MEIO AMBIENTE LTDA
ADVOGADO	:	MAURICIO SANTANA DE OLIVEIRA TORRES E OUTROS
AGRAVADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO

DECISÃO

AGRAVO CONTRA INDEFERIMENTO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA PARA MANTER NO PAES EMPRESA EXCLUÍDA POR INADIMPLÊNCIA - AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 273 DO CPC - SEGUIMENTO NEGADO.

1- Por agravo protocolizado em 27 MAR 2007, recebido em Gabinete em 28 MAR 2007, 10h, a agravante pede, com efeito suspensivo ativo, a reforma da decisão datada de 13 MAR 2007 (f. 110/14), da MMa. Juíza Federal NILZA REIS, da 8ª Vara/BA, que, nos autos da AO n. 2007.33.00.003024-0, ajuizada em 08 MAR 2007, pleiteando manter-se no PAES (Lei n. 10.684/2003), de que fora excluída por inadimplência (sem cópia do Ato de Exclusão), lhe indeferiu a antecipação de tutela. A agravante alega violação ao art. 7º da Lei n. 10.684/2003 e aos princípios do devido processo legal substantivo (art. 5º, LIV, CF/88) e da razoabilidade, manifesto nos princípios da legalidade (arts. 5º, II, 37 e 84, CF/88) e da finalidade (art. 5º, LXIX, CF/88).

//

2- A antecipação de tutela só pode ser deferida nos exatos limites do art. 273 do CPC, com a concorrência dos requisitos da verossimilhança da alegação e do risco de dano irreparável ou de difícil reparação.

3- A Lei nº 10.684/03 estabelece as regras e condições para a adesão ao programa PAES ("*favor legal*"), que importa em confissão dos débitos consolidados e na aceitação de todas as condições. O requerimento de adesão é o início do procedimento administrativo próprio. A pré-ciência dessas "*cláusulas* legais" afasta qualquer elemento surpresante a justificar "*novo procedimento*", reclamado por visão distorcida do "*devido processo legal*" ou "*do amplo direito de defesa*". Do mesmo modo, descabido falar-se em ofensa a qualquer dos princípios aludidos pela agravante.

4- Se, em vez de solver algum equívoco na própria esfera administrativa, a interessada vem a juízo questionar o ato administrativo, que goza da presunção de legitimidade, veracidade e legalidade, é dela o ônus de, para elidir tal presunção, provar a não ocorrência do fato ensejador da sua exclusão. Nesse ponto, e só nesse ponto, poderá demonstrar a relevância dos fundamentos do seu pedido de segurança ou a verossimilhança da alegação. Ademais, há expressa previsão nas Leis n. 10.684/03 e 11.033/04 de que a exclusão do sujeito passivo do parcelamento independerá de notificação prévia.

5- No mais, a jurisprudência deste TRF1 assentou que não é possível, em sede de liminar em cautelar ou mandado de segurança, ou em qualquer tipo de provimento que antecipe a tutela, a manutenção de empresa excluída do PAES, seja por inadimplência, seja por falta de garantia ou arrolamento de bens. Nesse sentido, dentre outros (AG n. 2002.01.00.026635-6/DF, AG 2002.01.00.036222-4/DF, AG nº 2002.01.00.013531-8/DF).

//

6- Pelo exposto, manifestamente improcedente o agravo, NEGO-LHE SEGUIMENTO (art. 557 do CPC).

7- Comunique-se.

8- Publique-se. I. Oportunamente, baixem e arquivem-se.

Brasília, 29 de março de 2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL

Relator

Decisão n. /2007-T7

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.010910-1/DF Distribuído no TRF em 28/03/2007

Processo na Origem: 200634000344861

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	METALTEC - INDUSTRIA METALURGICA
ADVOGADO	:	ALESSANDRO ALBERTO DA SILVA E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO

DECISÃO

AGRAVO CONTRA INDEFERIMENTO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA PARA MANTER NO REFIS EMPRESA EXCLUÍDA POR INADIMPLÊNCIA (ART. 5º, II, DA LEI 9.964/2000) - AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 273 DO CPC - SEGUIMENTO NEGADO.

1- Por agravo protocolizado em 28 MAR 2007, recebido em Gabinete em 29 MAR 2007, 12:58h, a agravante pede, com efeito suspensivo ativo, a reforma da decisão datada de 23 FEV 2007 (f. 47/9), do MM. Juiz Federal Substituto MARCELO REBELLO PINHEIRO, da 1ª Vara/DF, que, nos autos da AO n. 2006.34.00.034486-1, que ajuizou em 16 NOV 2006, pleiteando manter-se no REFIS, de que fora excluída por inadimplência (art. 5º, II, da Lei n. 9.964/2000), consoante Portaria CG/REFIS nº 68, de 03 DEZ 2001 (f. 30), lhe indeferiu a antecipação de tutela, ao fundamento de que, "*(...) não há na espécie dos autos o risco de dano irreparável ou de difícil reparação, caso a tutela pretendida seja concedida apenas ao final, tendo em vista que a autora vem suportando os efeitos reclamados desde 2001, quando ocorreu a publicação da Portaria REFIS nº 68/2001, que efetuou a questionada exclusão*". A agravante alega a ilegalidade da exclusão do REFIS, com notificação apenas pela internet, e violação do princípio constitucional da ampla defesa.

//

2- A antecipação de tutela só pode ser deferida nos exatos limites do art. 273 do CPC, com a concorrência dos requisitos da verossimilhança da alegação e do risco de dano irreparável ou de difícil reparação.

3- A Lei nº 9.964/2000 estabelece as regras e condições para a adesão ao programa REFIS ("*favor legal*"), que importa em confissão dos débitos consolidados e na aceitação de todas as condições. O requerimento de adesão é o início do procedimento administrativo próprio. A pré-ciência dessas "*cláusulas* legais" afasta qualquer elemento surpresante a justificar "*novo procedimento*", reclamado por visão distorcida do "*devido processo legal*" ou "*do amplo direito de defesa*". Do mesmo modo, descabido falar-se em ofensa a qualquer dos princípios aludidos pela agravante:

"(...). EXCLUSÃO DO REFIS. DESNECESSIDADE DE NOTIFICAÇÃO PESSOAL. INTIMAÇÃO POR MEIO DA IMPRENSA OFICIAL (DIÁRIO) E DA INTERNET. POSSIBILIDADE. LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DO PROGRAMA. PRECEDENTES.

1. A jurisprudência da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça vem firmando entendimento no sentido de que: - "A Lei 9.784/99, que regula o processo administrativo da Administração Pública Federal prevê em seu art. 69, que suas normas somente se aplicam subsidiariamente, nos procedimentos regulados por normas específicas. A legislação do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, 'regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais' (Lei 9.964/00, art. 2º), ao qual o contribuinte adere mediante 'aceitação plena e irretratável de todas as condições' (art. 3º, IV), prevê a notificação da exclusão do devedor por meio do Diário Oficial e da Internet (Lei 9.964/00, art. 9º, III, c/c art. 5º da Resolução 20/2001 do Comitê Gestor). Ademais, no caso concreto, não há falar em prejuízo a eventual defesa administrativa do contribuinte excluído do REFIS, já que sua insurgência é apenas contra o procedimento de cientificação da exclusão do Programa, não sendo infirmadas as razões da exclusão." (REsp nº 601208/PR, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 23/08/2004)

- "O art. 5º da Resolução 20/2001 do Comitê Gestor do Programa prevê a notificação da exclusão do REFIS por meio de publicação no Diário Oficial ou pela Internet, o que torna desarrazoada a pretensão de intimação pessoal para esta finalidade. 'A Lei 9.784/99 regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, ressalvando, em seu art. 69, sua aplicação meramente subsidiária quando se tratar de processo administrativo específico, regulado por lei própria.' (RESP 506.675-PR, DJ de 20/10/2003, Relator Min. Francisco Falcão)." (REsp nº 571597/PR, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJ de 28/06/2004)

(...)".

(STJ, : RESP - RECURSO ESPECIAL - 660040, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, T1, ac. un., DJ 08.11.2004, p. 191)

4- Se, em vez de solver algum equívoco na própria esfera administrativa, a interessada vem a juízo questionar o ato administrativo, que goza da presunção de legitimidade, veracidade e legalidade, é dela o ônus de, para elidir tal presunção, provar a não ocorrência do fato ensejador da sua exclusão. Nesse ponto, e só nesse ponto, poderá demonstrar a relevância dos fundamentos do seu pedido de segurança ou a verossimilhança da alegação.

5- Ademais, a jurisprudência deste TRF1 assentou que não é possível, em sede de liminar em cautelar ou mandado de segurança, ou em qualquer tipo de provimento que antecipe a tutela, a manutenção de empresa excluída do REFIS, seja por inadimplência, seja por falta de garantia ou arrolamento de bens. Nesse sentido, dentre outros (AG n. 2002.01.00.026635-6/DF, AG 2002.01.00.036222-4/DF, AG nº 2002.01.00.013531-8/DF).

6- Não o bastante, milita contra a "boa-fé" da autora, com reflexos obviamente negativos à pretendida verossimilhança, a ação ter sido ajuizada quase seis anos após a exclusão do programa.

///

7- Pelo exposto, manifestamente improcedente o agravo, NEGO-LHE SEGUIMENTO (art. 557 do CPC).

8- Comunique-se.

9- Publique-se. I. Oportunamente, baixem e arquivem-se.

Brasília, 30 de março de 2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

Decisão nº /2007-T7

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.010952-0/MG Distribuído no TRF em 29/03/2007

Processo na Origem: 699980013618

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	UIRA ALMEIDA MANSUR
AGRAVADO	:	TONITO CONFECCOES IND E COM LTDA
AGRAVADO	:	SANDRA KARLA COSTA DA SILVA
AGRAVADO	:	FLAVIO LUCIO MONTANHA

DECISÃO

AGRAVO CONTRA INDEFERIMENTO DE BLOQUEIO, VIA BACENJUD, DE ATIVOS FINANCEIROS ATÉ O LIMITE DO DÉBITO: POSSIBILIDADE (LEI Nº 11.382, DE 06/12/2006) - AGRAVO PROVIDO MONOCRATICAMENTE.

1- Por agravo protocolizado em 26 MAR 2007 (protocolo descentralizado SJ/MG), recebido em Gabinete em 30 MAR 2007, 10:30h, o agravante (INSS) pede, com efeito suspensivo ativo, a reforma da decisão datada de 25 JAN 2007 (f. 30), da MMa. Juíza de Direito SIMONE SARAIVA DE ABREU ABRAS, da 2ª Vara Cível da Comarca de Ubá/MG, que, nos autos da EF n. 0699.98.001361-8, que ajuizou em 25 SET 1998 contra os agravados (tributo e valor não informados), lhe indeferiu o bloqueio, via BACENJUD, de ativos financeiros dos executados até o total da dívida.

2- O agravante aduz que há convênio do TJMG para a utilização do BACENJUD pelos Juízes de Direito do Estado de Minas Gerais. Alega que prescindível a prova de inexistência de outros bens penhoráveis para a utilização do sistema.

II

3- O TJ/MG, desde 31/05/2001, celebrou Convênio de Cooperação Técnico-Institucional com o Superior Tribunal de Justiça, com o Conselho da Justiça Federal e com o Banco Central do Brasil para possibilitar a utilização do sistema BACENJUD pelos magistrados do Estado de Minas Gerais. Não há na espécie nenhuma quebra do "*sigilo bancário*", senão que apenas bloqueio da quantia em espécie suficiente, no máximo, e se o caso, à garantia da instância executiva. Para essa medida não há falar em exaurimento das outras modalidades de tentativas de localização de bens móveis ou imóveis. A lei não exige que o exeqüente faça pesquisas em cartórios ou em DETRANS ou em bancos ou sequer nessa ordem de preferência. É ônus do credor apontar bens penhoráveis se o devedor não exerceu o seu direito de nomeá-los. A gradação do art. 11 da LEF, que não é exaustiva, consagra o "*dinheiro*" como o primeiro valor penhorável. A recente possibilidade de "*bloqueio*" de dinheiro suficiente via BACENJUD reflete o aprimoramento do sistema oficial na integração de suas atividades básicas em nome do bem comum e da realização da sua finalidade.

4- Corrobora tal entendimento a nova redação do art. 655 do CPC, dada pela Lei nº 11.382, de 06 DEZ 2006, que, ao estabelecer a preferência na penhora, consigna em seu inciso I, o dinheiro, em espécie ou o depósito ou aplicação em instituição financeira, acrescente-se, ainda, o art. 655-A, introduzido pela novel norma, que fixa a sistemática de requisição pelo juiz à autoridade do sistema bancário de informações sobre ativos financeiros do executado.

5- O STJ já enfrentou o assunto e decidiu nessa mesma linha*:"...Não se verifica qualquer ofensa aos artigos 620, 655 e 656 do Código de Processo Civil o bloqueio dos depósitos existentes em contas-correntes da executada, até o limite da execução, determinado em razão de o bem ofertado pela devedora ser impenhorável e inalienável, já que de domínio público. A recorrente não impugnou o entendimento de que o bem por ela indicado era impenhorável, não havendo ilegalidade no bloqueio determinado, mormente porque determinado sobre depósitos em conta e não sobre a renda da empresa.*"(STJ, AGA nº 355.305/PA, Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, T3, ac. un., DJ 24/09/2001, p. 300). No mesmo sentido, o REsp nº 25.029/SP, Rel. Min. PEÇANHA MARTINS, T2, ac. un., DJ 05/06/1995, p. 16.648: *"Simples pedido ao BACEN, através do judiciário, de identificação da agência bancária onde o executado possui conta corrente não implica quebra de sigilo bancário."*.

6- O bloqueio não se exaure em si mesmo: é apenas o veículo conducente à "penhora" ou "arresto", representando a concreção do princípio de que a execução se realiza no interesse do credor, e não afasta sua eventual substituição por outros bens nomeados pelo executado em face de peculiaridades ou dificuldades que cada caso possa revelar, para que atendido o contra-ponto de que a execução se faça da maneira menos gravosa ao devedor. *("... DEPÓSITOS REALIZADOS EM CONTA CORRENTE. PENHORA. POSSIBILIDADE. Quando o devedor não nomeia bens à penhora no momento oportuno, o direito de fazê-lo é transferido ao credor. Não se configura ofensa ao princípio da menor onerosidade da execução para o devedor o fato de a constrição patrimonial recair sobre valores depositados em sua conta corrente.*" STJ, REsp 332584/SP, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, T3, un., DJ 18/02/2002, p. 422).

7- No mesmo sentido, a jurisprudência deste TRF1:

"(...) EXECUÇÃO FISCAL - BLOQUEIO DE VALOR EM CONTA CORRENTE DO EXECUTADO, POR MEIO DO CONVÊNIO BACENJUD-SISTEMA DE ATENDIMENTO DAS SOLICITAÇÕES DO PODER JUDICIÁRIO AO BANCO CENTRAL DO BRASIL, ATÉ O LIMITE DO DÉBITO COBRADO - LEGITIMIDADE - LEI Nº 6.830/80, ART. 11; CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, ART. 655.

1 - Lídimo o bloqueio, por meio do Convênio BACENJUD-Sistema de Atendimento das Solicitações do Poder Judiciário ao Banco Central do Brasil, de depósitos em dinheiro, existentes em contas correntes do Executado, até o limite da Execução, para garantia desta. (Lei nº 6.830/80, art. 11; Código de Processo Civil, art. 655.)

(...)"

(TRF1, AG 2001.01.00.009426-4/MG, Rel. Des. Fed. CATÃO ALVES, T7, maioria, DJ 06/10/2006, p.114)

II

8- Pelo exposto, DOU PROVIMENTO ao agravo (art. 557, §1º-A, do CPC) para determinar o bloqueio de ativos financeiros dos devedores TONITO CONFECÇÕES IND. E COM. LTDA. e SANDRA KARLA COSTA DA SILVA até o limite da dívida.

9- Comunique-se.

10- Publique-se. Intime-se. Oportunamente, baixem e arquivem-se.

Brasília, 02 de abril de 2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

Decisão nº /2007-T7

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.010983-1/BA Distribuído no TRF em 29/03/2007

Processo na Origem: 200633040018773

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	INBRAC NORDESTE S/A

DECISÃO
AGRAVO CONTRA DECISÃO EM EF QUE CONDICIONOU A CITAÇÃO POR EDITAL A COMPROVAÇÃO DE ESGOTAMENTO DAS DILIGÊNCIAS NA BUSCA DO DEVEDOR (PESQUISA EM CARTÓRIOS, JUNTA COMERCIAL, LISTA TELEFÔNICA, DETRAN, ENTRE OUTROS) - CITAÇÃO POR OFICIAL DE JUSTIÇA FRUSTRADA - AGRAVO PROVIDO MONOCRATICAMENTE.
1- Por agravo protocolizado em 26 MAR 2007, recebido em Gabinete em 30 MAR 2007, 10h, a agravante pede, com efeito suspensivo ativo, a reforma da decisão datada de 13 DEZ 2006 (f. 23), da MMa. Juíza Federal Substituta KARIN ALMEIDA WEH, da Vara Única da Subseção Judiciária de Feira de Santana, que, nos autos da EF nº 2006.33.04.001877-3, que ajuizou em 22 MAR 2006 contra INBRAC NORDESTE S/A, para cobrança do IPI, período JUN 1998, no valor de R$ 11.073,19 (f. 11), condicionou a citação editalícia à produção de prova, pela exeqüente, de que esgotou todos as diligências possíveis na busca da executada, tais como pesquisa junto aos Cartórios de Registro de Imóveis, Junta Comercial, listas telefônicas, Detran, entre outros.
2- A agravante alega que a executada não foi encontrada no endereço constante da CDA, como atesta a certidão expedida pelo Oficial de Justiça (f. 17), sendo desconhecida sua localização. Possível, portanto, a citação por edital (art. 8º, III, da Lei n. 6.830/80).
//
3- A SÚMULA nº 210 do ex-TFR diz:
"SÚMULA nº 210: na execução fiscal, não sendo encontrado o devedor, nem bens arrestáveis, é cabível a citação editalícia."
4- A jurisprudência do STJ e desta Corte é convergente no sentido de que a citação editalícia deve ser precedida de frustrada citação por oficial de justiça:
"(...). CITAÇÃO POR OFICIAL DE JUSTIÇA FRUSTRADA. CITAÇÃO POR EDITAL. CABIMENTO. (...)
1. É cabível a citação por edital quando estiver evidenciada que restou frustrada a tentativa de citação do executado por oficial de justiça. (SÚMULA nº 210/TFR).
(STJ, REsp nº 416.922/RO, Rel. Min. GARCIA VIEIRA, T1, ac. un., DJ II 01/07/2002, p. 256).
"PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - CITAÇÃO EDITALÍCIA (...).
1. "É cabível a citação por edital quando estiver evidenciada que restou frustrada a tentativa de citação do executado por oficial de justiça. (SÚMULA nº 210/TFR)." (STJ, REsp nº 416.922/RO, Rel. Min. GARCIA VIEIRA, T1, ac. un., DJ II 01/07/2002, p. 256)
....."
(AG nº 2000.01.00.049997-9/MG, TRF1, T3 (antiga), Rel. Desembargador Federal LUCIANO TOLENTINO AMARAL, DJ 20/09/2002, p. 105)
"PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. CITAÇÃO POR EDITAL. (...).
1. "Na execução fiscal, não sendo encontrado o devedor, nem bens arrestáveis, é cabível a citação editalícia." (Súmula 210 do extinto TFR)
....."
(AC nº 2002.01.00.006652-2 /MG, TRF1, T3 (antiga), un., Rel. Desembargador Federal OLINDO MENEZES, DJ 09/05/2003, p. 136)
5- No caso dos autos, a exeqüente tentou previamente a citação pelo Oficial de Justiça, sem sucesso (f. 17). Possível, portanto, a citação por edital.
//
6- Pelo exposto, DOU PROVIMENTO ao agravo (art. 557, §1º-A, do CPC) para deferir a citação por edital.
7- Comunique-se.
8- Publique-se. I. Oportunamente, baixem e arquivem-se.
Brasília, 30 de março de 2007.
LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

Decisão nº /2007-T7
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.011010-6/DF Distribuído no TRF em 28/03/2007
Processo na Origem: 200634000181635

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	HABIBI FILMADORA LTDA - ME
ADVOGADO	:	LEOCADIO RAIMUNDO MICHETTI E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO

DECISÃO
AGRAVO CONTRA INDEFERIMENTO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA PARA LIBERAR MERCADORIA ESTRANGEIRA (31 "NOTEBOOKS") DESACOMPANHADA DE DOCUMENTAÇÃO LEGAL, SUJEITA A PENA DE PERDIMENTO - AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 273 DO CPC - SEGUIMENTO NEGADO.
1- Por agravo protocolizado em 28 MAR 2007 (protocolo descentralizado SJ/DF), recebido em Gabinete em 29 MAR 2007, 13h, a agravante pede, com efeito suspensivo, a reforma da decisão datada de 05 MAR 2007 (f. 49/51), da MMª. Juíza Federal Substituta Emília Maria Velano, da 15ª Vara/DF, que, nos autos da AO n. 2006.34.00.018163-5, que ajuizou em 16 JUN 2006 contra a União, objetivando a nulidade das sanções aplicadas nos PTAs n.º 10240.001341/2005-46 (multa) e n.º 10240.001317/2005-15 (pena de perdimento), por introdução irregular no país de 31 computadores portáteis (notebooks), desacompanhados de documentação legal, apreendidos em 30 MAI 2005 pela Receita Estadual de Rondônia e encaminhados à Receita Federal, lhe indeferiu a liminar liberação da mercadoria. S. Exa. entendeu que *"(...) levando-se em consideração que as notas fiscais foram emitidas em 20/05/2005 por empresa que já estava desconstituída desde 2001, agiu a Administração Pública dentro dos estritos ditames da lei (...)"*.
2- A agravante alega que adquiriu regularmente, no mercado interno, os computadores da empresa Saint Clair Comércio Ltda., não podendo ser responsabilizada pelo eventual *"não recolhimento dos tributos pertinentes à operação de importação"*.
II
3- A antecipação de tutela tem seus parâmetros nos requisitos do art. 273 do CPC, que se exigem concomitantes.
4- A agravante não trouxe cópia dos processos administrativos que resultaram nas sanções que busca anular, apenas insistindo que não importou os computadores, mas os adquiriu, no mercado interno, de outra empresa, única responsável por sua importação.
5- Na contestação da agravada (f. 42/8), consta que a nota fiscal da mercadoria (pretensamente adquirida da empresa Saint Clair Comércio Ltda.) não foi aceita pela fiscalização porque *"não se reveste dos requisitos necessários para lhe conferir validade, por omitir indicações exigidas, tais como o número de série de cada um dos 31 microcomputadores portáteis para que se permitisse sua perfeita indicação. Assim sendo, conclui-se pela sua inidoneidade, fazendo prova apenas contra seus emissores e possuidores"*.
6- Dispõem os arts. 83, I, e 87 da Lei n. 4.502, de 30 NOV 1964:
Art . 83. Incorrem em multa igual ao valor comercial da mercadoria ou ao que lhe é atribuído na nota fiscal, respectivamente:
I - Os que entregarem ao consumo, ou consumirem produto de procedência estrangeira introduzido clandestinamente no País ou importado irregular ou fraudulentamente ou que tenha entrado no estabelecimento, dele saído ou nele permanecido desacompanhado da nota de importação ou da nota-fiscal, conforme o caso;
(...)
Art . 87. Incorre na pena de perda da mercadoria o proprietário de produtos de procedência estrangeira, encontrados fora da zona fiscal aduaneira, em qualquer situação ou lugar, nos seguintes casos:
I - quando o produto, tributado ou não, tiver sido introduzido clandestinamente no país ou importado irregular ou fraudulentamente;
(...)".
7- Nos processos administrativos, consta a informação (citada pela agravada) de que a empresa Saint Clair Comércio Ltda. (da qual a agravante alega ter adquirido os computadores) está *"inativa nos últimos três anos-calendários (conforme tela do sistema CNPJ)"*, ou seja, antes mesmo da emissão das notas fiscais apresentadas (f. 36/9), datadas de 20/05/2005. Ainda, a agravante está estabelecida na conhecida "Feira de importados" de Brasília/DF, local em que o fisco vem constantemente realizando diligências para apreensão de mercadorias introduzidas irregularmente no país, fatos suficientes para afastar a boa-fé exigida pela jurisprudência em abono da tese defendida pela agravante.
8- Não o bastante, a agravante percorreu todas as instâncias administrativas fiscais, sem êxito na desqualificação do ilícito fiscal.
9- A jurisprudência do STJ é firme no sentido de que a falta do requisito primordial de prova inequívoca da verossimilhança da alegação é suficiente à não concessão da antecipação de tutela:
"PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. ANTECIPAÇÃO DA TUTELA. REQUISITOS.
Os pressupostos necessários à concessão da tutela antecipada são concorrentes, a ausência de um deles inviabiliza a pretensão do autor.
A falta do requisito primordial, qual seja, prova inequívoca da verossimilhança da alegação inviabiliza o deferimento da antecipação da tutela, dispensado o julgador da apreciação do "periculum in mora" que, de qualquer modo, foi analisado no acórdão recorrido.
....."
(REsp nº 265.528/RS, Rel. Min. FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, T2, ac. un., DJ 25/08/2003, p. 271)
II
10- Pelo exposto, manifestamente improcedente o agravo, NEGO-LHE SEGUIMENTO (art. 557 do CPC).
11- Comunique-se.
12- Publique-se. I. Oportunamente, baixem e arquivem-se.
Brasília, 02 de abril de 2007.
LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

Decisão n. /2007-T7
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.011014-0/RO Distribuído no TRF em 29/03/2007
Processo na Origem: 200641000011210

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	INAH OLIVEIRA E SILVA DE ARAUJO
AGRAVADO	:	MARIA ALDENORA BRITO BERNARDO

DECISÃO
AGRAVO CONTRA INDEFERIMENTO DE REQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES À SRF -COMPROVAÇÃO DO EXAURIMENTO DE DILIGÊNCIAS PARA LOCALIZAÇÃO DE BENS DA DEVEDORA: POSSIBILIDADE - AGRAVO PROVIDO MONOCRATICAMENTE.
1- Por agravo protocolizado em 26 MAR 2007 (protocolo descentralizado SJ/RO), recebido em Gabinete em 30 MAR 2007, 10h30, o agravante pede, com efeito suspensivo ativo, a reforma da decisão (f. 59) datada de 09 MAR 2007, do MM. Juiz Federal ÉLCIO ARRUDA, da 3ª Vara/RO, que, nos autos da EF n. 2006.41.00.001121-0, que ajuizou em 14 MAR 2006 contra a agravada para cobrança de crédito previdenciário, período 03/1996 a 04/2002, no valor de R$ 24.473,82, lhe indeferiu a requisição à Delegacia da Receita Federal das declarações de imposto de renda da executada dos últimos 5 anos, ao fundamento de que *"os elementos constantes das declarações de bens se revestem de caráter sigiloso que não deve ser afastado senão em situações especiais em que se patenteie relevante interesse da administração da Justiça"*.
2- O agravante alega que exauriu as diligências para localização de bens da agravada, não logrando êxito. Aduz a possibilidade de requisição de informações à SRF, não podendo o sigilo das informações fiscais servir de obstáculo à satisfação do crédito exeqüendo.
//
3- Ao que se vê, as diversas tentativas de localização de bens da executada não surtiram efeito. Conforme certidão de f. 29v, o Oficial de Justiça não localizou bens penhoráveis em sua residência. Também negativas as diligências junto aos Cartórios de Imóveis da região, DETRAN, e até mesmo à Secretaria Municipal de Regularização Fundiária e Habitação de Porto Velho (f. 38/50). Finalmente, foi determinado pelo juízo "a quo" o bloqueio, via BACENJUD, de ativos financeiros da agravada (f. 52/3), também sem sucesso.
4- Esta, a jurisprudência do STJ:
"EXECUÇÃO. REQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES À RECEITA FEDERAL, A PEDIDO DO EXEQÜENTE, QUANDO FRUSTRADOS OS ESFORÇOS PARA LOCALIZAR BENS DO EXECUTADO. ADMISSIBILIDADE. ART. 600, CPC.
A requisição, frustrados os esforços do exeqüente para localização de bens do devedor para a constrição, é feita no interesse da justiça como instrumento necessário para o Estado cumprir o seu dever de prestar jurisdição. Não é somente no interesse do credor.
(...)"
(STJ, EREsp 163.408/RS, Rel. Min. JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, CORTE ESPECIAL, ac. un., DJ 11.06.2001, p. 86).
//
5- Pelo exposto, DOU PROVIMENTO ao agravo (art. 557, §1º-A, do CPC).
6- Comunique-se.
7- Publique-se. Intime-se. Oportunamente, baixem e arquivem-se.
Brasília, 30 de março de 2007.
LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

Decisão nº /2007-T7
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.011025-7/MG Distribuído no TRF em 29/03/2007
Processo na Origem: 200738000054264

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	R C T SERVICOS DE VULCANIZACAO LTDA
ADVOGADO	:	AUGUSTO REZENDE NOGUEIRA MACHADO E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO

DECISÃO
AGRAVO CONTRA INDEFERIMENTO DE LIMINAR EM MS PARA EXCLUIR DO CONCEITO DE FATURAMENTO (BASE DE CÁLCULO DO PIS/COFINS) O VALOR CORRESPONDENTE AO ICMS - LEIS N. 10.637/02 (PIS) E N. 10.833/03 (COFINS): PRESUNÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE - SEGUIMENTO NEGADO.
1- Por agravo protocolizado em 26 MAR 2007 (protocolo descentralizado SJ/MG), recebido em Gabinete em 30 MAR 2007, 10h, a agravante pede, com efeito suspensivo ativo, a reforma da decisão datada de 14 MAR 2007 (f. 14/26), do MM. Juiz Federal JOÃO BATISTA RIBEIRO, da 5ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, que, nos autos do MS n. 2007.38.00.005426-4, que impetraram em 02 MAR 2007, contra ato atribuído ao Delegado da Receita Federal de Belo Horizonte/MG, objetivando excluir do seu faturamento (base de cálculo do PIS/COFINS) o valor relativo ao ICMS, ao argumento de que o ICMS não integra sua receita bruta ou faturamento, não compondo a base de cálculo do PIS/COFINS, lhe indeferiu a antecipação de tutela. S. Exa. fundamentou que "*A parcela do ICMS, pela legislação vigente, integra o faturamento cujo conceito foi igualado ao da receita bruta por força do disposto nas Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, podendo-se seguramente afirmar - pela data de sua edição - já na vigência da EC 20/98 - que a elas não se aplicam os mesmos fundamentos de incostitucionalidade afirmados pela Suprema Corte em torno do § 1º, do art. 3º, da Lei 9718, de 27/11/1998 ".*

2- As agravantes insistem que *"(...) o PIS e a COFINS não devem ser recolhidos sobre receitas que não se enquadram no conceito constitucional de faturamento (...)"*.

//

3- As Leis n. 10.833/2003 e n. 10.637/2002 dispõem expressamente:

"Art. 1º A contribuição para o PIS/Pasep tem como fato gerador o faturamento mensal, assim entendido o total das receitas auferidas pela pessoa jurídica, independentemente de sua denominação ou classificação contábil.

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, o total das receitas compreende a receita bruta da venda de bens e serviços nas operações em conta própria ou alheia e todas as demais receitas auferidas pela pessoa jurídica".

"Art. 1º A Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, com a incidência não-cumulativa, tem como fato gerador o faturamento mensal, assim entendido o total das receitas auferidas pela pessoa jurídica, independentemente de sua denominação ou classificação contábil.

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, o total das receitas compreende a receita bruta da venda de bens e serviços nas operações em conta própria ou alheia e todas as demais receitas auferidas pela pessoa jurídica".

4- A pretensão das agravantes, em superficial exame, implica, pois, alteração, em seu favor, da base de cálculo legalmente estabelecida do PIS/COFINS. Os valores que arrecadam, independentemente da sua discriminação (contábil), compõem o preço (único) das mercadorias. Esse valor seguirá, sem distinção, para o caixa da empresa. A relação fiscal (substituição tributária do ICMS) da agravante com o fisco estadual tem natureza distinta nessa relação jurídica, não havendo, em princípio, amparo legal à sua pretensão de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

5- A lei goza, no ordenamento jurídico brasileiro, da "presunção" de constitucionalidade, assim como os atos administrativos gozam da presunção de legalidade, que nenhum julgador pode, monocraticamente, afastar com duas ou três linhas em exame de mera delibação, com flagrante ofensa ao princípio do devido processo legal, a não ser diante de evidências concretas e unívocas, o que não é caso.

6- No mesmo sentido: *"reconhecer, em sede de liminar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, para o fim de deferir a medida, representa, de regra, precipitação, dado que a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, nos Tribunais, somente pode ser declarada pelo voto da maioria absoluta dos membros da Corte. Essa declaração, para o fim de ser concedida a liminar, não deve ocorrer, em decisão monocrática, até por medida de prudência. No caso, ocorre, ademais, que a liminar esgota o julgamento da causa, porque, na prática, é satisfativa. Se, amanhã, os Tribunais Superiores derem pela inconstitucionalidade do ato normativo, terá ocorrido, com a concessão da liminar, grave atentado à ordem pública, em termos de ordem jurídico-constitucional"* (STF, SS n. 1.853/DF, Rel. Min. CARLOS VELLOSO, DJ 04/10/2000).

//

7- Pelo exposto, manifestamente improcedente o agravo, NEGO-LHE SEGUIMENTO (art. 557 do CPC).

8- Comunique-se.

9- Publique-se. Intime-se. Oportunamente, baixem e arquivem-se.

Brasília, 30 de março de 2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

Decisão nº /2007-T7

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.011252-8/PA Distribuído no TRF em 29/03/2007

Processo na Origem: 9400051760

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	HIGSON FRANCISCO DOS SANTOS
AGRAVADO	:	COPY RIMAC MAQUINAS E AUTOMACAO COMERCIAL LTDA
AGRAVADO	:	AMADEU JOSE BAHIA DE REZENDE
ADVOGADO	:	JOSE RONALDO MARTINS DE JESUS

DECISÃO

AGRAVO CONTRA DECISÃO QUE, ACOLHENDO EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE, PRONUNCIA A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE DA EXECUÇÃO FISCAL CONTRA CO-RESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO - AUSÊNCIA DE PARALISAÇÃO DO FEITO POR INÉRCIA DA EXEQUENTE (SÚMULA 106/STJ) - AGRAVO PROVIDO MONOCRATICAMENTE.

1- Por agravo protocolizado em 26 MAR 2007 (protocolo descentralizado SJ/PA), recebido em Gabinete em 30 MAR 2007, 10h, a agravante pede , com efeito suspensivo ativo, a reforma da decisão datada de 07 ABR 2006 (f. 16/7), do MM. Juiz Federal JOSÉ ALEXANDRE FRANCO, da 6ª Vara/PA, que, nos autos da EF nº 94.00.05176-0, que ajuizou em 06 OUT 1994 contra os agravados, para cobrança de crédito previdenciário, no período de MAR 1990 a NOV 1992, no valor atualizado de R$ 61.964,80 (f. 21), acolheu exceção de pré-executividade, reconhecendo a prescrição intercorrente em face do co-responsável Amadeu José Bahia de Rezende.

2- A agravante alega que a hipótese é de aplicação da Súmula 106/STJ, tendo o feito ficado paralisado por culpa não imputável à exeqüente.

//

3- A citação da empresa agravada, ocorrida em 16/06/1995, segundo afirma o agravante, interrompeu a prescrição também em relação aos sócios co-responsáveis. Nesse sentido, a jurisprudência do STJ:

"TRIBUTARIO. PRESCRIÇÃO. SOCIO. ART. 125, III, CTN.

1. de acordo com o art. 125, III, do CTN, em combinação com o art. 8., §2º., da Lei n. 6.830, de 1980, a ordem de citação da pessoa jurídica interrompe a prescrição em relação ao sócio responsável tributário pelo débito fiscal.

2. Fenômeno integrativo de responsabilidade tributaria que não pode deixar de ser reconhecido pelo instituto da prescrição, sob pena de se considerar não prescrito o débito para a pessoa jurídica e prescrito para o sócio responsável. Ilogicidade não homenageada pela ciência jurídica."

(STJ, REsp n. 146629/RS, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, T1, ac. un., DJ 16/03/1998 p. 30)

4- A causa motivadora da "prescrição" é a inércia do titular do direito. Esse não é o caso dos autos. Embora ausente cópia da EF, em princípio, pelo que se vê das várias diligências e movimentações processuais promovidas pela exeqüente (51/5) não houve sua inércia, não havendo falar em prescrição intercorrente:

"PROCESSO CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. ART. 8º, § 2º, DA LEI N.º 6.830/80. (. . .)

.....

2. O mero transcurso de prazo não é causa bastante para que seja reconhecida a prescrição intercorrente, se a culpa pela paralisação do processo executivo não pode ser imputada ao credor exeqüente.

....."

(STJ, REsp n. 176.365/CE, Rel. Min. CASTRO MEIRA, T2, ac. un., DJ 16/11/2004 p. 219).

//

5- Pelo exposto, DOU PROVIMENTO ao agravo (art. 557, §1º-A, do CPC).

6- Comunique-se.

7- Publique-se. I. Oportunamente, baixem e arquivem-se.

Brasília, 03 de março de 2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.011260-3/MT

Processo na Origem: 200736000017340

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
RELATOR(A)	:	JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.) ATO/PRESIDENTE/1104 - 1351
AGRAVANTE	:	DOMINGOS JOSE BRESSAN
ADVOGADO	:	MAUREN LAZZARETTI AGUIAR E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra ato do juiz que, em ação anulatória, postergou a análise do pedido liminar para após a apresentação da contestação.

Asseverando o agravante que restaram demonstrados os requisitos ensejadores da liminar pleiteada, requer a antecipação da pretensão recursal.

ISSO POSTO, DECIDO.

O art. 522 do CPC dispõe que caberá agravo das decisões interlocutórias, sendo essas, nos termos do § 2º do art. 162 do CPC, aquelas que, no curso do processo, resolvem questões incidentes, ou seja, que têm carga decisória.

Não sendo essa a natureza do ato do juiz que se reserva para decidir sobre o pedido de liminar após as informações do impetrado, como já decidiu esta Corte, por sua Quarta Turma, no AG 1999.01.00.038851-7/DF, Rel. Juiz MÁRIO CÉSAR RIBEIRO, DJ de 17/03/00, p. 781, NEGO SEGUIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO, com base no art. 30, XXV, do RITRF-1ª Região, c/c o art. 557 do CPC.

Publique-se. Intimem-se. No momento oportuno, dê-se baixa e remetam-se os autos à Vara de origem, nos termos da Resolução n. 600-12, de 13.09.2004, deste TRF.

Brasília-DF, 02 de abril de 2007.

JUÍZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE
Relatora Convocada

Decisão n. /2007-T7

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.011278-5/MG Distribuído no TRF em 28/03/2007

Processo na Origem: 338070569755

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	ELNAN COMERCIO E IMPORTACAO DE VEICULOS LTDA
ADVOGADO	:	MARILDA FRANCA CHAVES E OUTRO(A)
AGRAVADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

DECISÃO

EXECUÇÃO FISCAL - FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS, EM EF NÃO EMBARGADA, EM 10% DO VALOR DO DÉBITO: POSSIBILIDADE - SEGUIMENTO NEGADO.

1- Por agravo protocolizado em 23 MAR 2007 (protocolo descentralizado SJ/MG), recebido em Gabinete em 29 MAR 2007, 13h, a agravante pede, com efeito suspensivo ativo, a reforma da decisão datada de 08 MAR 2007 (f. 07), da MMª. Juíza de Direito ANDRÉA DE SOUZA FOUREAUX BENFICA, da 2ª Vara Cível da Comarca de Itaúna/MG, que, nos autos da EF n. 056975-5/07, ajuizada em 06 MAR 2007 pelo INSS contra a agravante, para cobrança de contribuição previdenciária, período 04/1997 a 05/1999, no valor de R$ 40.538,04, fixou (no despacho que ordenou a citação da executada), "em caso de pagamento ou de não oferecimento de embargos", os honorários de sucumbência em 10% do débito.

2- A agravante alega que nos embargos à EF opostos contra o INSS os honorários são limitados a 1% do valor do débito .

//

3- A limitação dos honorários advocatícios em 1% do valor do débito pretendida pela agravante, aplica-se na exclusiva hipótese de desistência da ação para fins de adesão da autora ao REFIS:

"(...) DÉBITO FISCAL - ADESÃO AO REFIS - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DEVIDOS.

1. A opção do contribuinte pelo parcelamento do débito tributário por meio da inscrição no Programa de Recuperação Fiscal, condicionada à desistência dos embargos à execução, não o desonera do pagamento dos honorários advocatícios.

2. A Primeira Seção decidiu, pacificando o posicionamento jurisprudencial, que são devidos honorários advocatícios no percentual de 1% sobre o débito consolidado.

(...)"

(STJ, EAg 463.414/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, S1, ac. un., DJ 12.02.2007, p. 228).

4- A decisão "a quo" fixou os honorários advocatícios em favor do exeqüente (INSS) em 10% do valor do débito (dentro dos limites do art. 20, §3º, do CPC) em hipótese totalmente distinta - não oferecimento de embargos -, não havendo, portanto, falar na limitação de 1% do valor do débito (por desistência, se o caso, dos embargos para adesão ao REFIS).

//

5- Pelo exposto, manifestamente improcedente o agravo, NEGO-LHE SEGUIMENTO (art. 557 do CPC).

6- Comunique-se.

7- Publique-se. I. Oportunamente, baixem e arquivem-se.

Brasília, 30 de março de 2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

Decisão n. /2007-T7

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.011332-4/BA Distribuído no TRF em 29/03/2007

Processo na Origem: 200733000047350

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	HOSPITAL EVANGELICO DA BAHIA
ADVOGADO	:	FERNANDO ANTONIO DA SILVA NEVES
AGRAVADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

DECISÃO

AGRAVO CONTRA INDEFERIMENTO DE LIMINAR PARA PROCESSAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO SEM DEPÓSITO PRÉVIO RECURSAL - RECENTE DECISÃO DO STF PELA INCONSTITUCIONALIDADE DA EXIGÊNCIA - AGRAVO PROVIDO MONOCRATICAMENTE.

1- Por agravo protocolizado em 29 MAR 2007, recebido em Gabinete em 30 MAR 2007, 10h, a agravante pede, com efeito suspensivo ativo, a reforma da decisão datada de 26 MAR 2007 (f. 25/6), do MM. Juiz Federal PEDRO BRAGA FILHO, da 1ª Vara/BA, que, nos autos do MS n. 2007.33.00.004735-0, que impetrou, em 23 MAR 2007, contra ato atribuído ao Gerente de Arrecadação do INSS em Salvador/BA, objetivando afastar, por inconstitucionalidade, o depósito prévio de 30% do crédito previdenciário para interposição de recurso administrativo ao Conselho de Recursos da Previdência Social relativamente à NFLD nº 35.790.839-2, lhe indeferiu a liminar, ao fundamento de que *"(...) relativamente aos recursos interpostos perante órgãos do INSS, em processos administrativos em que se discute crédito previdenciário, é aplicável o art. 126, § 1º, da Lei nº 8.213, de 24.07.91, que exige para o seguimento do recurso de pessoa jurídica o depósito do valor correspondente a 30% da exigência fiscal"*.

2- A agravante alega que o prazo para interposição do aludido recurso administrativo se encerra em 04 ABR 2007, tornando premente o provimento jurisdicional. Aduz a inconstitucionalidade do depósito prévio, afirmando que tal exigência aniquila qualquer possibilidade de defesa em virtude do alto valor da NFLD.

//

3- Esta Corte sempre aplicou a jurisprudência do STF no sentido de constitucional o depósito prévio recursal (STF, ADIMC nº 1049-2/DF, Rel. Min. CARLOS VELLOSO, Plenário, DJ 25/08/1995, pg. 26021).

4- Ocorre, todavia, que, o STF - recentemente (28 MAR 2007) - revendo o seu posicionamento anterior, declarou inconstitucional o depósito prévio em recursos administrativos, porque tal exigência cria *"empecilho desarrazoado para o ingresso na segunda instância administrativa. Sob esse ângulo, torna-se evidente que os canais possibilitados pela Constituição para recorrer administrativamente são igualmente obstruídos"* (Notícias - STF, ADI nº 1976-7/DF, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA).

//

5- Pelo exposto, DOU PROVIMENTO ao agravo (art. 557, § 1º - A, do CPC).
6- Comunique-se.
7- Publique-se. Intime-se. Oportunamente, baixem-se e arquivem-se Brasília, 02 de abril de 2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

Decisão n. /2007-T7
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.011355-0/MG Distribuído no TRF em 29/03/2007
Processo na Origem: 200438000429996

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	COOPERATIVA MISTA DE CONSUMO E TRABALHO DOS CONDUTORES AUTONOMOS DE VEICULOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - COOAVEMIG
ADVOGADO	:	DAVID GONCALVES DE ANDRADE SILVA

DECISÃO
AGRAVO CONTRA INDEFERIMENTO DE SUBSTITUIÇÃO DA CDA - OCORRÊNCIA DE ERRO FORMAL (AUSÊNCIA DO ANEXO): POSSIBILIDADE (ART. 8º, § 2º, LEI N. 6.830/80) - AGRAVO PROVIDO MONOCRATICAMENTE.
1- Por agravo protocolizado em 27 MAR 2007 (protocolo descentralizado SJ/MG), recebido em Gabinete em 30 MAR 2007, 10h30, a agravante pede, com efeito suspensivo ativo, a reforma da decisão datada de 30 JAN 2007 (f. 43), do MM. Juiz Federal Substituto GUSTAVO MOREIRA MAZZILLI, da 16ª Vara/MG, que, nos autos da EF n. 2004.38.00.042999-6, que ajuizou em 11 OUT 2004 contra a agravada, para cobrança de IRPJ (CDA n. 60.2.04.007376-36), período JUN/92, e CSLL (CDA n. 60.6.04.012304-61), período MAI/93, no valor total de, à época, R$ 73.605,71 (f. 12), lhe rejeitou pedido de complementação da CDA n. 60.6.04.012304-61 (para inclusão do Anexo I), ao fundamento de que *"o pedido (...) não se refere à emenda ou substituição de CDA, conforme faculdade prevista no art. 2º, §8º da LEF. Ademais, a ausência da CDA é objeto dos Embargos à Execução, Processo n. 2005.38.00.023292-4, e naqueles autos deverá ser apreciada"*.
2- A agravante alega que a substituição da CDA está prevista no art. 2º, § 8º, da Lei 6.830/80, sendo uma faculdade legal atribuída à Fazenda Pública.

//

3- Ao que se vê, a FN ajuizou a EF 2004.38.00.042999-6 para a cobrança de crédito tributário (IRPJ e CSLL) relativo a duas CDAs. Por equívoco do fisco, em evidente erro material, não juntou o Anexo I da CDA n. 60.6.04.012304-61 (CSLL).
4- Dispõe o art. 8º, §2º, da Lei 6.830/80:
"Art. 2º - (...)
§ 8º - Até a decisão de primeira instância, a Certidão de Dívida Ativa poderá ser emendada ou substituída, assegurada ao executado a devolução do prazo para embargos".
5- Se a LEF autoriza a emenda ou a própria substituição da CDA, de conseqüência, admite também a inclusão do seu Anexo que é mero discriminativo do débito já especificado na inicial da EF (quem pode o mais, pode o menos!).
6- Não há falar, de outra banda, em prejuízo à embargante uma vez que a lei assegura a devolução do prazo dos embargos para o executado.
7- Esta, a jurisprudência do STJ:
"(...) EXECUÇÃO FISCAL. (...) CDA. VÍCIO. SUBSTITUIÇÃO ATÉ A SENTENÇA DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO. POSSIBILIDADE. REQUISITOS DE VALIDADE. AUSÊNCIA. NULIDADE.
1. É permitida à Fazenda Pública a substituição da Certidão de Dívida Ativa até a prolação da sentença dos embargos à execução. Inteligência do § 8º do art. 2º da Lei n.º 6.830/80.
(...)".
(STJ, REsp 819407/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, T2, ac. un., DJ 18.04.2006, p. 198).

//

8- Pelo exposto, DOU PROVIMENTO ao agravo (art. 557, §1º-A, do CPC).
9- Comunique-se.
10- Publique-se. Intime-se. Oportunamente, baixem e arquivem-se.
Brasília, 03 de abril de 2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

Decisão n. /2007-T7
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.011392-0/MG Distribuído no TRF em 29/03/2007
Processo na Origem: 200638110016528

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	MARCELO KOKKE GOMES
AGRAVADO	:	PAUBLER INDUSTRIA COMERCIO LTDA
AGRAVADO	:	MARIA BERENICE FREITAS CORREA

DECISÃO
EXECUÇÃO FISCAL - EMPRESA, DEVEDORA PRINCIPAL, JÁ CITADA OU CITANDA - CITAÇÃO DO CO-RESPONSÁVEL: POSSIBILIDADE - AGRAVO PROVIDO MONOCRATICAMENTE.
1- Por agravo protocolizado em 29 MAR 2007, recebido em Gabinete em 30 MAR 2007, 10h30, o agravante pede, com efeito suspensivo ativo, a reforma da decisão (f. 62) datada de 27 FEV 2007, do MM. Juiz Federal Substituto MAURO REZENDE DE AZEVEDO, da 1ª Vara da Subseção Judiciária de Divinópolis/MG, que, nos autos da EF n. 2006.38.11.001652-8, que ajuizou em 31 JUL 1997 contra Paubler Indústria e Comércio Ltda., para cobrança contribuição previdenciária, período 08/1995 a 03/1996, no valor de R$ 17.807,44 (f. 44), indeferiu a citação da co-responsável, Maria Berenice Freitas Correa, determinando a suspensão da execução.
2- A agravante alega que, em razão da não localização da devedora principal, deve ser promovida a citação dos co-responsáveis, sendo indevida a suspensão da EF.
//
3- A EF foi proposta contra a devedora principal e a sua co-responsável. O nome da agravada Maria Berenice Freitas Correa consta também na CDA (f. 11). A citação do co-responsável tributário, ainda que o seu nome não conste da CDA, é possível, consoante jurisprudência vetusta e remansosa de todos os Tribunais, v.g.:
"PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. CO-RESPONSÁVEL. CITAÇÃO.
I- Não é necessário que o sócio-gerente faça parte do processo administrativo-fiscal, nem que seu nome conste da CDA para que, em processo de execução fiscal movido contra a empresa, possa ser citado como responsável tributário. Precedentes.
II- Os sócios respondem pelos débitos da sociedade, independentemente de figurarem na CDA como co-devedores."
(TRF1, AG Nº 1999.01.00.078889-0/MG, Rel. Juiz CÂNDIDO RIBEIRO, T3, ac. un., DJ II 16/02/2001, p. 59).
4- O art. 40 da Lei n. 6.830/80 determina a suspensão da EF *"enquanto não for localizado o devedor"*. No concreto, sequer foi promovida a citação da co-responsável, não havendo falar em sua não localização. Indevida, por ora, a suspensão da EF.
//
5- Pelo exposto, DOU PROVIMENTO ao agravo (art. 557, §1º-A, do CPC).
6- Comunique-se.
7- Publique-se. Intime-se. Oportunamente, baixem e arquivem-se.
Brasília, 30 de março de 2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

Decisão n. /2007-T7

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.011423-7/BA Distribuído no TRF em 29/03/2007
Processo na Origem: 200733070005073

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	MUNICIPIO DE DOM BASILIO - BA
PROCURADOR	:	LEONARDO RIBEIRO PASSOS DOURADO E OUTROS

DECISÃO
AGRAVO CONTRA ANTECIPAÇÃO DE TUTELA EXIMINDO MUNICÍPIO DO REDUTOR DO FPM, CALCULADO SEGUNDO DADOS DO IBGE - DECISÃO EMANADA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, QUE TEM FORO NO STF (§ 1º DO ART. 1º DA LEI Nº 8.437/92) - PRESUNÇÃO DE LEGALIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS - AGRAVO PROVIDO MONOCRATICAMENTE.
1- Por agravo protocolizado em 28 MAR 2007 (protocolo descentralizado SJ/BA), recebido em Gabinete em 30 MAR 2007, 10:30h, a agravante pede, com efeito suspensivo, a reforma da decisão datada de 15 MAR 2007 (f. 150/4), que o MM. Juiz Federal JOÃO BATISTA DE CASTRO JÚNIOR, da Vara Única da Subseção Judiciária de Vitória da Conquista/BA, concedeu nos autos da AO n. 2007.33.07.000507-3, ajuizada em 13 MAR 2007 contra a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e a União, objetivando [a] a fixação do coeficiente do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) em 1,2 (um inteiro e dois décimos), com base nos dados objetivos que indicam uma população municipal superior a 16.981 habitantes, ou a aplicação da cota de participação imediatamente subseqüente a esta, de 1,0 (um inteiro), para municípios com população entre 13.585 e 16.980 habitantes; [b] anulação do ato administrativo do IBGE, por erro nas informações demográficas prestadas para o ano de 2007, bem como da decisão normativa nº 79/2006, do TCU. S. Exa. determinou liminarmente que *"seja adotado como coeficiente populacional atual para o Município de Dom Basílio, no exercício de 2007, para fins de cálculo da quota do FPM que lhe cabe, o coeficiente de 1,0 (um inteiro) (faixa de habitantes de 13.585 a 16.980)"*.

//

2- A antecipação de tutela tem seus parâmetros nos requisitos do art. 273 do CPC, que se exigem concomitantes.
3- De comum sabença, os atos administrativos gozam de presunção de legitimidade, veracidade e de legalidade, não sendo possível seu eventual afastamento por medida liminar, com flagrante ofensa ao princípio do devido processo legal, a não ser diante de evidências concretas e unívocas, o que não é caso.
4- *"Reconhecer, em sede de liminar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, para o fim de deferir a medida, representa, de regra, precipitação, dado que a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, nos Tribunais, somente pode ser declarada pelo voto da maioria absoluta dos membros da Corte. Essa declaração, para o fim de ser concedida a liminar, não deve ocorrer, em decisão monocrática, até por medida de prudência. No caso, ocorre, ademais, que a liminar esgota o julgamento da causa, porque, na prática, é satisfativa. Se, amanhã, os Tribunais Superiores derem pela inconstitucionalidade do ato normativo, terá ocorrido, com a concessão da liminar, grave atentado à ordem pública, em termos de ordem jurídico-constitucional"* (STF, SS n. 1.853/DF, Rel. Min. CARLOS VELLOSO, DJ 04/10/2000).
5- Não o bastante, a tutela requerida fere decisão emanada do Tribunal de Contas da União, que tem como foro o STF (CF, art. 102, I, "d"), incidindo na espécie a vedação contida no § 1º do art. 1º da Lei nº 8.437/92 *("Não será cabível, no juízo de primeiro grau, medida cautelar inominada ou a sua liminar, quando impugnado ato de autoridade sujeita, na via de mandado segurança, à competência originária de tribunal")*.
6- Nesse diapasão, não há falar em antecipação de tutela, uma vez que ausentes os requisitos do art. 273 do CPC. Esta, a jurisprudência:
"PROCESSUAL CIVIL. (. . .). ANTECIPAÇÃO DA TUTELA. REQUISITOS.
Os pressupostos necessários à concessão da tutela antecipada são concorrentes, a ausência de um deles inviabiliza a pretensão do autor.
A falta do requisito primordial, qual seja, prova inequívoca da verossimilhança da alegação inviabiliza o deferimento da antecipação da tutela, dispensado o julgador da apreciação do "periculum in mora" que, de qualquer modo, foi analisado no acórdão recorrido.
....."
(REsp nº 265.528/RS, Rel. Min. FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, T2, ac. un., DJ 25/08/2003, p. 271)

//

7- Pelo exposto, DOU PROVIMENTO ao agravo (art. 557, §1º-A, do CPC) para cassar a antecipação de tutela.
8- Comunique-se.
9- Publique-se. Oportunamente, baixem e arquivem-se.
Brasília, 30 de março de 2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

Decisão n. /2007-T7
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.011498-4/MG Distribuído no TRF em 02/04/2007
Processo na Origem: 8900022890

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	CONSTRUTORA APIA LTDA
ADVOGADO	:	PAULO DA GAMA TORRES E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:	ANA PAULA GONCALVES DA SILVA E OUTROS(AS)

DECISÃO
AGRAVO INTEMPESTIVO (ART. 522 DO CPC) - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE EQUIVALEM A PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO - SEGUIMENTO NEGADO.
1- Por agravo protocolizado em 28 MAR 2007, recebido em Gabinete em 03 ABR 2007, 10h, a agravante pede, com efeito suspensivo, a reforma da decisão datada de 15 FEV 2007 (f. 243/5), da MMª. Juíza Federal Substituta GABRIELA DE ALVARENGA SILVA MURTA, da 13ª Vara/MG, que, nos autos do MS n. 89.0002289-0, que impetrou em 18 MAI 1989 contra ato atribuído ao Delegado da Receita Federal em Belo Horizonte/MG, objetivando afastar a majoração do FINSOCIAL (Lei n. 7.738/89), em que realizou o depósito da exação discutida (período 16.10.89 a 20.04.92), após o trânsito em julgado da sentença de procedência (sem cópia) e o levantamento dos depósitos, lhe indeferiu a sua complementação pela CEF, ao fundamento de que *"(...) na conformidade com a manifestação e cálculos efetuados pela Contadoria Judicial (f. 632/634 - autos originais) os valores levantados pela impetrante em outubro/2002 foram superiores aos valores resultantes da decisão de fls. 456/458, concluindo-se que não há diferenças a seu favor"*.
2- A agravante opôs, em 02 MAR 2007, "Embargos de Declaração" (f. 246/7), requerendo *"o acolhimento dos presentes, para declarar os pontos aqui mencionados, inclusive com efeitos infringentes, o que é reconhecidamente possível"*. Os embargos foram rejeitados pela MMª. Juíza "a quo", em 09 MAR 2007 (f. 248/9), nestes termos: *"(...) além de discordar integralmente das razões externadas pela agravante, constata este Juízo que a via recursal por ela eleita para manifestação de seu inconformismo não é adequada, já que existe recurso próprio na legislação processual civil para provocação de reexame da decisão"*.

//

3- Os embargos declaratórios, a título de suposta "omissão", consubstanciam, em cruel realidade, infringência à decisão, de autêntica simulação dos pressupostos desse recurso. Os supostos "embargos de declaração" equivalem, portanto, a "pedido de reconsideração" ou de reexame do assunto e, por isso, muito acertadamente não foram conhecidos (f. 248/9).
4- Se a agravante não concordava com o contido na decisão agravada, deveria ter recorrido a tempo e modo próprios. *"A interposição de recurso incabível (embargos de declaração contra decisão interlocutória), e que não foi admitido, não suspende nem interrompe o prazo para interposição do recurso próprio contra a decisão recorrida"* (AG n. 1998.01.00.080311-1/MG).
5- Esta, a jurisprudência:
"*PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. TEMPESTIVIDADE. EMBARGOS DECLARATÓRIOS NÃO CONHECIDOS. PRAZO QUE NÃO SE INTERROMPE. Se os embargos de declaração não foram conhecidos, em virtude de aspectos formais e por ser a petição destituída de fundamento, eles não interrompem o prazo do recurso especial versando sobre objeto diverso do conhecimento do incidente de esclarecimento. Só a interposição de embargos conhecidos, ainda que rejeitados, é que ensejariam a contagem do prazo remanescente após cessada a suspensão. Precedentes.(...)"*
(STJ, REsp 328388/RR, Rel. Min. FELIX FISCHER, T5, ac. un., DJ 04.02.2002 p. 489).

//

6- Pelo exposto, manifestamente inadmissível por intempestivo o agravo, NEGO-LHE SEGUIMENTO (art. 557 do CPC).
7- Comunique-se.
8- Publique-se. I. Oportunamente, baixem e arquivem-se.
Brasília, 03 de abril de 2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

Decisão n. /2007-T7
AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 2007.01.00.011754-4/MA Distribuído no TRF em 02/04/2007
Processo na Origem: 200737000019367

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	COMPANHIA SIDERURGICA VALE DO PINDARE
ADVOGADO	:	MARCIO SOUZA PIRES E OUTRO(A)
AGRAVADO	:	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA

DECISÃO
AGRAVO CONTRA DECISÃO DE JUIZ FEDERAL REMETENDO, DE OFÍCIO, AÇÃO ORDINÁRIA AO JUÍZO DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA FEDERAL COM JURISDIÇÃO SOBRE O DOMICÍLIO DA AUTORA: INCOMPETÊNCIA RELATIVA -- AGRAVO PROVIDO MONOCRATICAMENTE.
1- Por agravo protocolizado em 30 MAR 2007 (protocolo descentralizado da SJ/MG), recebido em Gabinete em 03 ABR 2007, 10h, a agravante pede, com efeito suspensivo, a reforma da decisão datada de 14 MAR 2007 (f. 58/9), do MM. Juiz Federal MARCELO DOLZANY DA COSTA, da 6.ª Vara/MA, que, nos autos da AO n.º 2007.37.00.001963-7, que ajuizou em 15 FEV 2007 contra o IBAMA, objetivando anular multa, no valor de R$ 57.000,00 (cinqüenta e sete mil reais), aplicada no AI n.º 487807/D, lavrado em razão de ter desmatado a corte raso 18,0586ha de mata ciliar em área de reserva legal, se declarou, de ofício, incompetente e remeteu o feito à Subseção Judiciária Federal de Imperatriz/MA, ao fundamento de que a autora tem domicílio em Açailândia/MA, sob jurisdição da Subseção Judiciária de Imperatriz/MA, *cuja "competência funcional é absoluta, portanto declinável de ofício pelo juiz, nos termos do art. 113 do CPC"*.

//

2- Entre um juízo federal da capital e um juízo federal da subseção com jurisdição sobre o município onde está sediada a autora (em tese, dois juízes competentes), não há que se cogitar de incompetência absoluta, mas relativa, que não pode ser proclamada de ofício.
3- Esse, o firme entendimento de nossos Tribunais:
"*COMPETENCIA - CONFLITO ENTRE JUIZES FEDERAIS. COMPETENCIA TERRITORIAL. SUMULA N. 33-STJ.*
1. NOS TERMOS DO ENUNCIADO DA SUMULA N. 33-STJ "INCOMPETENCIA RELATIVA NÃO PODE SER DECLARADA DE OFICIO".
2. TRATANDO-SE DE INCOMPETENCIA RELATIVA, IN CASU, E POSSIVEL A SUA PRORROGAÇÃO PELA INERCIA DA PARTE INTERESSADA, DE SORTE QUE A SUSCITAÇÃO DO TEMA PELA VIA DA EXCEÇÃO SE MOSTRA INDISPENSAVEL.
(...)".
(STJ, CC n.º 17305/RJ, Rel. ANSELMO SANTIAGO, S3, ac. un *DJ 19/12/1997, p. 67446*)
"CONFLITO DE COMPETÊNCIA - (...) - COMPETÊNCIA RELATIVA: IMPOSSIBILIDADE DE DECLINAÇÃO DE FORO, DE OFÍCIO.
(...)
3. Ajuizada a ação na capital, sede de Vara Federal, não é dado ao juízo, de ofício, declinar da competência, o que somente pode fazer quando provocado pela parte interessada, no caso, o executado, quando citado. Esse é o entendimento consagrado na SÚMULA n.º 33 /STJ: "A incompetência relativa não pode ser declarada de ofício".
(...)".
(TRF1, CC n.º 2004.01.00.020328-0/MG, Rel. Des. Fed. LUCIANO TOLENTINO AMARAL, S4, DJ 10/08/2004, p.17).

//

4- Pelo exposto, DOU PROVIMENTO ao agravo (art. 557, §1.º - A, CPC).
5- Comunique-se.
6- Publique-se. Intime-se. Oportunamente, baixem e arquivem-se.
Brasília, 03 de abril de 2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

Decisão n. /2007-T7
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.011780-8/MG Distribuído no TRF em 02/04/2007
Processo na Origem: 200538090016410

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	COMERCIAL CBS LTDA

DECISÃO
AGRAVO INTEMPESTIVO (ART. 522 DO CPC) - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE EQUIVALEM A PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO - SEGUIMENTO NEGADO.
1- Por agravo protocolizado em 29 MAR 2007 (protocolo descentralizado SJ/MG - Subseção Judiciária de Varginha), recebido em Gabinete em 03 ABR 2007, 10h, a agravante pede, com efeito suspensivo ativo, a reforma da decisão datada de 06 MAR 2007 (f. 46), do MM. Juiz Federal Substituto LUIZ ANTÔNIO RIBEIRO DA CRUZ, da Vara Única da Subseção Judiciária de Varginha/MG, que, nos autos da EF n. 2005.38.09.001641-0 que ajuizaram em 06 DEZ 2005, contra Comercial CBS Ltda., objetivando execução de CDA no valor de R$ 20.893,40, indeferiu a expedição de "mandado de constatação" ao fundamento de que "*compete ao exeqüente diligenciar para a satisfação do seu crédito"*
2- A agravante opôs, em 27 FEV 2007, "Embargos de Declaração" (f. 42/4), nestes termos: *"(...) requer a ora Embargante sejam acolhidos os presentes Embargos Declaratórios, aclarando-se a v. decisão de fls. 30, a fim de se esclarecer os motivos pelos quais foi indeferido o pedido de mandado de constatação, tendo em vista não ser diligência a ser efetuada pela exeqüente (...)".*

//

3- Os embargos declaratórios, a título de suposta "omissão", consubstancia, em cruel realidade, infringência à decisão, de autêntica simulação dos pressupostos desse recurso. Os supostos "embargos de declaração" equivalem, portanto, a "pedido de reconsideração" ou de reexame do assunto e, por isso, muito acertadamente foram rejeitados (f. 46).
4- Se a agravante não concordava com o contido na decisão agravada, deveria ter recorrido a tempo e modo próprios. *"A interposição de recurso incabível (embargos de declaração contra decisão interlocutória), e que não foi admitido, não suspende nem interrompe o prazo para interposição do recurso próprio contra a decisão recorrida"* (AG n. 1998.01.00.080311-1/MG).
5- Esta, a jurisprudência:
"*PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. TEMPESTIVIDADE. EMBARGOS DECLARATÓRIOS NÃO CONHECIDOS. PRAZO QUE NÃO SE INTERROMPE. Se os embargos de declaração não foram conhecidos, em virtude de aspectos formais e por ser a petição destituída de fundamento, eles não interrompem o prazo do recurso especial versando sobre objeto diverso do conhecimento do incidente de esclarecimento. Só a interposição de embargos conhecidos, ainda que rejeitados, é que ensejariam a contagem do prazo remanescente após cessada a suspensão. Precedentes.(...)"*
(STJ, REsp 328388/RR, Rel. Min. FELIX FISCHER, T5, ac. un., DJ 04.02.2002, p. 489).

//

6- Pelo exposto, manifestamente inadmissível por intempestivo o agravo, NEGO-LHE SEGUIMENTO (art. 557 do CPC).
7- Comunique-se.
8- Publique-se. I. Oportunamente, baixem e arquivem-se.
Brasília, 03 de abril de 2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

Decisão n. /2007-T7
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.011782-5/MG Distribuído no TRF em 02/04/2007
Processo na Origem: 200538090021634

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	:	ESSENCIA MONTAGENS MECANICAS LTDA

DECISÃO
AGRAVO INTEMPESTIVO (ART. 522 DO CPC) - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE EQUIVALEM A PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO - SEGUIMENTO NEGADO.
1- Por agravo protocolizado em 29 MAR 2007 (protocolo descentralizado SJ/MG - Subseção Judiciária de Varginha), recebido em Gabinete em 03 ABR 2007, 10h, a agravante pede, com efeito suspensivo ativo, a reforma da decisão datada de 06 MAR 2007 (f. 52), do MM. Juiz Federal Substituto LUIZ ANTÔNIO RIBEIRO DA CRUZ, da Vara Única da Subseção Judiciária de Varginha/MG, que, nos autos da EF n. 2005.38.09.002163-4 que ajuizou em 14 DEZ 2006, contra a empresa Essência Montagens Mecânicas Ltda., objetivando execução de CDA no valor de R$ 3.796,99, indeferiu a expedição de "mandado de constatação" ao fundamento de que "*cabe à exeqüente diligenciar para a satisfação do seu crédito"*
2- A agravante opôs, em 26 FEV 2007, "Embargos de Declaração" (f. 49/51), nestes termos: *"(...) requer a ora Embargante sejam acolhidos os presentes Embargos Declaratórios, aclarando-se a v. decisão de fls. 38, a fim de se esclarecer os motivos pelos quais foi indeferido o pedido de mandado de constatação, tendo em vista não ser diligência a ser efetuada pela exeqüente (...)".*

//

3- Os embargos declaratórios, a título de suposta "omissão", consubstancia, em cruel realidade, infringência à decisão, de autêntica simulação dos pressupostos desse recurso. Os supostos "embargos de declaração" equivalem, portanto, a "pedido de reconsideração" ou de reexame do assunto e, por isso, muito acertadamente foram rejeitados (f. 52).
4- Se a agravante não concordava com o contido na decisão agravada, deveria ter recorrido a tempo e modo próprios. *"A interposição de recurso incabível (embargos de declaração contra decisão interlocutória), e que não foi admitido, não suspende nem interrompe o prazo para interposição do recurso próprio contra a decisão recorrida"* (AG n. 1998.01.00.080311-1/MG).
5- Esta, a jurisprudência:
"*PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. TEMPESTIVIDADE. EMBARGOS DECLARATÓRIOS NÃO CONHECIDOS. PRAZO QUE NÃO SE INTERROMPE. Se os embargos de declaração não foram conhecidos, em virtude de aspectos formais e por ser a petição destituída de fundamento, eles não interrompem o prazo do recurso especial versando sobre objeto diverso do conhecimento do incidente de esclarecimento. Só a interposição de embargos conhecidos, ainda que rejeitados, é que ensejariam a contagem do prazo remanescente após cessada a suspensão. Precedentes.(...)"*
(STJ, REsp 328388/RR, Rel. Min. FELIX FISCHER, T5, ac. un., DJ 04.02.2002, p. 489).

//

6- Pelo exposto, manifestamente inadmissível por intempestivo o agravo, NEGO-LHE SEGUIMENTO (art. 557 do CPC).
7- Comunique-se.
8- Publique-se. I. Oportunamente, baixem e arquivem-se.
Brasília, 03 de abril de 2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

Decisão n. /2007-T7
AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 2007.01.00.011790-0/MG Distribuído no TRF em 02/04/2007
Processo na Origem: 200738000080119

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
AGRAVANTE	:	FUNDACAO FORLUMINAS DE SEGURIDADE SOCIAL - FORLUZ
ADVOGADO	:	MARIA INES CALDEIRA PEREIRA DA SILVA MURGEL E OUTROS(AS)
AGRAVADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

DECISÃO
AGRAVO CONTRA INDEFERIMENTO DE LIMINAR PARA PROCESSAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO SEM DEPÓSITO PRÉVIO RECURSAL - RECENTE DECISÃO DO STF PELA INCONSTITUCIONALIDADE DA EXIGÊNCIA - AGRAVO PROVIDO MONOCRATICAMENTE.
1- Por agravo protocolizado em 02 ABR 2007, recebido em Gabinete em 03 ABR 2007, 10h, a agravante pede, com efeito suspensivo ativo, a reforma da decisão datada de 29 MAR 2007 (f. 151/5), do MM. Juiz Federal EDUARDO JOSÉ CORRÊA, da 21.ª Vara/MG, que, nos autos do MS n.º 2007.38.00.008011-9, que impetrou, em 22 MAR 2007, contra ato atribuído ao Delegado da Receita Previdenciária em Belo Horizonte/MG, objetivando afastar, por inconstitucionalidade, o depósito prévio de 30% do crédito previdenciário para interposição de recurso administrativo ao Conselho de Recursos da Previdência Social relativamente à NFLD n.º 37.033.679-8 e ao AI n.º 37.033.680-1, lhe indeferiu a liminar, ao fundamento de que *"(...) a exigência de depósito prévio de parte do débito ou de totalidade, nos casos previstos na legislação em vigor, não fere os princípios constitucionais da ampla defesa, contraditório e do devido processo legal, nem o direito de petição, previsto no art. 5.º, XXXIV, da Carta Magna, haja vista que constitui pressuposto de admissibilidade do recurso"*.

2- A agravante alega que o prazo para interposição do aludido recurso administrativo se encerra em 05 ABR 2007, tornando premente o provimento jurisdicional. Aduz a inconstitucionalidade do depósito prévio, afirmando que tal exigência aniquila qualquer possibilidade de defesa em virtude do alto valor da NFLD.

//

3- Esta Corte sempre aplicou a jurisprudência do STF no sentido de constitucional o depósito prévio recursal (STF, ADIMC n.º 1049-2/DF, Rel. Min. CARLOS VELLOSO, Plenário, DJ 25/08/1995, pg. 26021).

4- Ocorre, todavia, que, o STF - recentemente (28 MAR 2007) - revendo o seu posicionamento anterior, declarou inconstitucional o depósito prévio em recursos administrativos, porque tal exigência cria *"empecilho desarrazoado para o ingresso na segunda instância administrativa. Sob esse ângulo, torna-se evidente que os canais possibilitados pela Constituição para recorrer administrativamente são igualmente obstruídos"* (Notícias - STF, ADI n.º 1976-7/DF, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA).

//

5- Pelo exposto, DOU PROVIMENTO ao agravo (art. 557, §1.º - A, CPC).

6- Comunique-se.

7- Publique-se. Intime-se. Oportunamente, baixem-se e arquivem-se.

Brasília, 03 de abril de 2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2007.01.00.011802-5/DF
Processo na Origem: 200634000225876

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONVOCADO)
AGRAVANTE	:	TAM LINHAS AÉREAS S/A
ADVOGADOS	:	DRS. ÂNGELA PAES DE BARROS DI FRANCO E OUTROS
AGRAVADO	:	CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA - CADE
PROCURADOR	:	DR. ARTHUR BADIN

D E C I S Ã O

1 - TAM LINHAS AÉREAS S/A interpôs recurso de AGRAVO DE INSTRUMENTO, com pedido de efeito suspensivo, para reforma de decisão do Juiz da 19ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, que, em EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL, fixara: (a) multa diária no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), pelo não cumprimento de obrigação de fazer, imposta por decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, e (b) caução de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) em caso de oferecimento de embargos. E mais, autorizara intervenção sobre a empresa, a partir do 31º dia, a contar da citação.

2 - Alega a Agravante que, em se tratando de título extrajudicial com previsão de multa diária, o magistrado não pode fixar outra multa, de forma cumulativa. Afirma que o valor da caução é desproporcional, e que a intervenção não pode ser decretada, tendo em vista que consiste em medida drástica somente cabível quando a continuação da conduta possa causar gravíssimos danos ao mercado ou quando não existir nenhum outro instrumento apto a compelir o executado ao cumprimento da obrigação.

3 - O M.M.Juízo de origem, após apreciar petição do CADE, pugnando pela fixação das *astreintes*, assim decidiu:

"Reconsidero o despacho de recebimento da petição inicial, na parte que indefere a aplicação de multa diária, para, acolhendo as ponderações que vêm de ser expedidas pelo exeqüente e à vista do disposto no CPC, art. 645, fixar multa diária de R$ 10.000,00 (dez mil reais), incidente a partir do 11º (décimo-primeiro) dia da citação, sem prejuízo da intervenção na empresa a contar do 31º (trigésimo-primeiro) dia também da citação (Lei n. 8.884/94, arts. 63 e 69).

Ademais, adito o mesmo despacho para fixar em 10 (dez) dias o prazo para cumprimento da obrigação estipulada no título executivo (CPC, art. 632).

Fixo ainda a caução em R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), em caso de oferecimento de embargos à execução (Lei n. 8.884/94, art. 65; CPC, art. 738, inc. IV).

Anote-se na capa dos autos e registre-se no sistema processual a preferência no processamento do feito (Lei n. 8.884/94, art. 68).

Mantenho os honorários advocatícios fixados.

Depreque-se a citação." (Fls. 56.)

4 - Pois bem, verifica-se dos autos que o CADE ingressou com ação de execução de duas obrigações impostas à Agravante, no julgamento do Processo Administrativo nº 08012.000677/1999-70. São elas:

a) não mais fixar e divulgar aos seus concorrentes a redução paralela de descontos e reajustes aplicados, por qualquer meio de divulgação (obrigação de não-fazer);

b) publicar, às suas expensas e sem prejuízo da multa aplicada, em meia página de jornal de grande circulação no mercado relevante definido, o teor do acórdão, por dois dias seguidos e em duas semanas consecutivas, conforme prescrição do art. 24, I, da Lei 8.884/94 (obrigação de fazer).

5 - Para a hipótese de descumprimento de ambas as obrigações estipuladas, fixou multa diária no valor de R$ 5.320,50, correspondente a 5.000 UFIR.

6 - Pois bem, a r. decisão agravada, com fundamento no art. 645, CPC, fixou multa diária pelo descumprimento da obrigação de fazer inscrita no item "a" supra, acolhendo argumento do CADE, no sentido de que a legislação pertinente à matéria não prevê a fixação de multas em tais hipóteses, a despeito de o título executivo estipulá-la.

7 - De fato, a Lei nº 8.884/94 não prevê aplicação de multa pelo descumprimento das obrigações previstas no art. 24, da mesma norma, dentre elas, a de publicação do extrato da decisão condenatória em jornal de grande circulação (inc. I). Entretanto, tal imperfeição da norma ao autoriza a invocação do dispositivo genérico previsto no art. 645, CPC, já que a Lei nº 8.884/94 contém norma específica, aplicável à situação em exame, qual seja, o art. 62, *verbis*:

"*Na execução que tenha por objeto, além da cobrança de multa, o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o Juiz concederá a tutela específica da obrigação, ou determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.*"

8 - Com efeito, para a hipótese de descumprimento da obrigação de publicar o extrato da decisão condenatória em jornal de grande circulação, deve o magistrado: (a) determinar ao executado que o faça, pessoalmente, ou, (b) considerando tratar-se de obrigação fungível, adotar as providências necessárias para o seu fiel cumprimento.

9 - Descabe, assim, a fixação de multa pelo não cumprimento da obrigação em exame, seja por não prevista na legislação de regência, seja pela existência de norma específica a disciplinar a matéria.

10 - Permanece, no entanto, a multa fixada no título executivo, para a hipótese de descumprimento da obrigação de não mais fixar e divulgar aos seus concorrentes a redução paralela de descontos e reajustes aplicados, por qualquer meio de divulgação, no valor de 5.000 UFIR, por dia.

11 - O documento de fls. 25 (Nota Técnica CAD-CADE nº 42/206), informa que o prazo de cumprimento da obrigação em questão expirou em 08.04.2005. Assim, considerando o disposto no art. 67, da Lei nº 8.884/94, que fixa os termos inicial e final de contagem da multa diária, tem-se que o valor da caução, fixada em atenção ao disposto no art. 65, da mesma lei, é bem inferior ao que devido pela executada, se considerado o descumprimento da obrigação até os dias de hoje. Saliento que, sobre este aspecto, não há evidências nos autos, devendo-se presumir o descumprimento por parte da executada, pois não fosse assim não haveria necessidade de o CADE ingressar com a ação de execução.

12 - Sobre este aspecto, cito o seguinte julgado, *verbis*:

"EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER - CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA - CADE - EMBARGOS À EXECUÇÃO - CAUÇÃO DECORRENTE DE LEI (ART 65, DA LEI Nº 8.884/94) - VALOR RAZOÁVEL FIXADO PELO JUÍZO.

1. O art. 65, da Lei Nº 8.884/94, prevê: "O oferecimento de embargos ou o ajuizamento de qualquer outra ação que vise a desconstituição do título executivo não suspenderá a execução, se não for garantido o juízo no valor das multas aplicadas, assim como de prestação de caução, a ser fixada pelo juízo, que garanta o cumprimento da decisão final proferida nos autos, inclusive no que tange a multas diárias".

2. Enquanto a multa constitui penalidade no caso de descumprimento da determinação do CADE, a caução se constitui numa garantia, para o cumprimento da decisão final.

3. Compulsando os autos, verifica-se que da data da publicação do voto do CADE, DJ de 29/07/1996, até a data da decisão impondo a caução, 06/08/1998, transcorreram mais de 24 meses, que, multiplicando-se pela multa diária imposta de R$ 4.423,50 (quatro mil, quatrocentos e vinte e três reais e cinqüenta centavos), obtém-se valor superior a R$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

4. Agravo não provido. Agravo regimental prejudicado." (Grifei.) (AG nº 1998.01.00.062922-2/DF - Rel. Juiz Federal Moacir Ferreira Ramos (Convocado) - Terceira Turma Suplementar - Unânime - D.J. 10/7/2003 - pág. 200.)

13 - Quanto à intervenção a que esta sujeita a empresa, por força da decisão agravada, assim dispõem os arts. 63 e 69, d Lei nº 8.884/94, *verbis*:

"*art. 63 A execução será feita por todos os meios, inclusive mediante intervenção na empresa, quando necessária.*

art. 69. O Juiz decretará a intervenção na empresa quando necessária para permitir a execução específica, nomeando o interventor.

Parágrafo único. A decisão que determinar a intervenção deverá ser fundamentada e indicará, clara e precisamente, as providências a serem tomadas pelo interventor nomeado." (grifamos)

14 - De imediato, verifica-se que a r. decisão agravada, no particular, não atende às exigências da lei, eis que carente de fundamentação, e da indicação clara e precisa, das providências a serem adotadas pelo interventor.

15 - Ademais, a intervenção é medida extrema a ser adotada em última hipótese, quando frustrados os meios coercitivos ordinários, não se afigurando razoável a sua decretação no momento inicial do processo de execução.

Pelo exposto, presentes os pressupostos que o autorizam, atribuo, em parte, efeito suspensivo a este Agravo de Instrumento, tão-somente, para suspender a decisão agravada no que diz respeito à decretação da intervenção. (Código de Processo Civil, arts. 527, III, e 558.)

Intime-se o Agravado para resposta. (Código de Processo Civil, art. 527, V.)

Dê-se ciência ao ilustre prolator da decisão impugnada.

Brasília, 09 de abril de 2007.

Juiz Federal FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO
Relator Convocado

Despacho n. 2007/T7

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2007.01.99.006531-2/RO Distribuído no TRF em 27/02/2007
Processo na Origem: 16020024520

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	:	INDUSTRIA RIO NEGRO DE MADEIRAS PARA EXPORTACAO LTDA

DESPACHO

Nos termos do art. 114, VII, da EC n. 45, de 08 de dezembro de 2004, DECLINO da competência e REMETO estes autos ao TRT da 14ª Região (STJ, CC 47380/AP, S1, Rel. Min. CASTRO MEIRA, DJ 01.08.2005).

Publique-se.

Brasília, 03 de abril de 2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

Despacho n. 2007/T7

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2007.01.99.009411-8/RO Distribuído no TRF em 15/03/2007
Processo na Origem: 7030019482

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	:	METALURGIA CACOAL LTDA
CURADOR	:	HERISSON MORESCHI RICHTER

DESPACHO

Nos termos do art. 114, VII, da EC n. 45, de 08 de dezembro de 2004, DECLINO da competência e REMETO estes autos ao TRT da 14ª Região (STJ, CC 47380/AP, S1, Rel. Min. CASTRO MEIRA, DJ 01.08.2005).

Publique-se.

Brasília, 03 de abril de 2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

Despacho n. 2007/T7

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2007.01.99.009415-2/RO Distribuído no TRF em 15/03/2007
Processo na Origem: 7000040726

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	:	BONANCA PRESTACAO DE SERVICOS SC LTDA
CURADOR	:	HERISSON MORESCHI RICHTER

DESPACHO

Nos termos do art. 114, VII, da EC n. 45, de 08 de dezembro de 2004, DECLINO da competência e REMETO estes autos ao TRT da 14ª Região (STJ, CC 47380/AP, S1, Rel. Min. CASTRO MEIRA, DJ 01.08.2005).

Publique-se.

Brasília, 03 de abril de 2007.

LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Relator

COORDENADORIA DA OITAVA TURMA

ACÓRDÃOS

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA N. 92.01.18762-9/MG
Processo na Origem: 9102007991

RELATOR(A)	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
RELATOR(A)	:	JUIZ FEDERAL ROBERTO CARVALHO VELOSO (CONV.)
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	JOSE SERGIO GOMES
APELADO	:	PAGLIARO SERVICOS SOCIAIS LTDA
ADVOGADO	:	ASCANIO DARQUES SILVA E OUTROS(AS)
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DE UBERABA-MG

E M E N T A

TRIBUTÁRIO. PROCESSO ADMINISTRATIVO. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. DECRETO-LEI 822, de 05.09.1969. Decreto 70.235, de 06.03.1972. Decreto 75.445, de 06.03.1975. Lei 8.541, de 23.12.1991.

1. Esta Corte firmou entendimento no sentido de que a disciplina do processo administrativo tributário é matéria reservada à lei, além do que a delegação legislativa, autorizada no Decreto-lei 822/69, exauriu-se com a edição do Decreto 70.235/72.

2. Não havendo autorização legal, o pedido de reconsideração não pode ser suprimido.

3. Não se aplica, à espécie, a Lei 8.541/92, que aboliu o pedido de reconsideração do julgamento do Conselho dos Contribuintes, vez que é posterior à data da decisão recorrida. Incidência da Súmula 26 do TRF 1ª Região: "A lei regente do recurso é a que está em vigor na data da publicação da sentença ou da decisão".
4. Apelação e remessa oficial improvidas.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, por unanimidade, negar provimento à apelação da União e à remessa oficial.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007.

Juiz Federal ROBERTO VELOSO
Relator Convocado

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL N. 94.01.21274-0/DF
Processo na Origem: 9100017744

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
RELATOR(A)	: JUIZ FEDERAL ROBERTO CARVALHO VELOSO (CONV.)
APELANTE	: INBRAC NORDESTE S/A E OUTROS(AS)
ADVOGADO	: WALDIR LUIZ BRAGA E PLINIO JOSE MARAFON E OUTROS(AS)
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE HUMBERTO DA ROCHA
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. FAZENDA NACIONAL. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. CONDENAÇÃO. MULTA.
1. Uma das funções a que se destinam os embargos declaratórios é resolver omissão porventura existente no julgado, a teor do art. 535, II, do CPC.
2. Não há qualquer omissão a ser sanada no acórdão embargado. Tampouco ocorreu julgamento *ultra petita* como alegado pela Fazenda Nacional.
3. O julgamento foi claro ao frisar que "se a parte comprova que obteve êxito em ação ordinária em que restou declarada a constitucionalidade dos diplomas legais que instituíram a cobrança do FINSOCIAL em alíquotas superiores a 0,5%, é legítimo o levantamento da parte dos depósitos judiciais que excedam tal percentual, convertendo-se o restante em renda da União".
4. Embargos de declaração rejeitados.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 20/03/2007.

Juiz Federal ROBERTO VELOSO
Relator Convocado

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL N. 95.01.11531-3/MG
Processo na Origem: 9300162942

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
RELATOR(A)	: JUIZ FEDERAL ROBERTO CARVALHO VELOSO (CONV.)
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE NICOMEDES DA SILVA
APELADO	: AUTO PASSOS LTDA
ADVOGADO	: WALTER MELO VASCONCELOS BARBARA E OUTROS(AS)
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 7A VARA - MG
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO SANADA. INCONSTITUCIONALIDADE DOS DECRETOS-LEIS 2.445/88 E 2.449/88. DIREITO À COMPENSAÇÃO.
1. Uma das funções a que se destinam os embargos declaratórios é resolver omissão porventura existente no julgado, a teor do art. 535, II, do CPC.
2. Os Decretos-Leis ns. 2.445 e 2.449, de 1988, que alteraram a sistemática da contribuição para o PIS, base de cálculo e a alíquota, foram declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 148.754-2/RJ, de 24/06/1993, por impossibilidade de utilização desses instrumentos normativos, face a reserva qualificada das matérias (art. 55 da CF). A Resolução n. 49 do Senado Federal, publicada em 10 de outubro de 1995, suspendeu a execução dos referidos decretos-leis.
3. Cabe ao Judiciário declarar o direito, do contribuinte, à compensação, em razão de ter recolhido a maior o PIS com base nos Decretos-leis 2.445/88 e 2.449/88, incumbindo à Administração controlar e fiscalizar o encontro dos créditos e débitos a serem compensados, cuja determinação do valor depende apenas de simples cálculos aritméticos.
4. Acórdão de fl. 77 retificado para negar provimento aos pedidos de declaração de constitucionalidade dos citados decretos-leis e da impossibilidade de ser reconhecido o direito à compensação.
5. Embargos declaratórios acolhidos para sanar as mencionadas omissões.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, por unanimidade, acolher os embargos de declaração.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 20/03/2007.

Juiz Federal ROBERTO VELOSO
Relator Convocado

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 96.01.24498-0/MG
Processo na Origem: 9300156098

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
RELATOR(A)	: JUIZ FEDERAL ROBERTO CARVALHO VELOSO (CONV.)
APELANTE	: ADMINISTRADORA PROGRESSO CORRETORA DE SEGUROS LTDA
ADVOGADO	: RUI BATISTA MENDES E OUTROS(AS)
APELADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ROGERIO EMILIO DA COSTA MOREIRA

E M E N T A

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ADICIONAL DE 2,5% (DOIS E MEIO POR CENTO) SOBRE A FOLHA DE SALÁRIOS (§ 1º, ART. 22 DA LEI 8.212/91 e ART. 2º DA LC 84/96). CONSTITUCIONALIDADE. PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E CAPACIDADE CONTRIBUTIVA. VIOLAÇÃO. INEXISTÊNCIA.
1. A contribuição adicional de 2,5% incidente sobre a folha de salários das instituições financeiras e congêneres foi instituída originalmente pela Lei n. 7.787/89 (art. 3º, § 2º).
2. Posteriormente, com a edição da Lei n. 8.212/91, foi mantida a exigência da referida contribuição adicional às pessoas jurídicas elencadas no § 1º do art. 22.
3. Por sua vez, a Lei Complementar n. 84/96, em seu art. 2º, dispôs ser devida a contribuição adicional de dois e meio por cento às mesmas pessoas jurídicas já definidas no § 1º do art. 22 da Lei n. 8.212/91 (ADIn 1.432-3/DF).
4. A contribuição adicional de 2,5% foi estabelecida indistintamente às instituições financeiras e congêneres, enquadrando-se nestas, as sociedades corretoras, as empresas de seguros privados e os agentes autônomos de seguros privados, como é o caso da apelante, e, portanto, não há como se vislumbrar qualquer ofensa ao princípio da isonomia tributária, inscrito no art. 150, II, da Constituição, que, veda tratamento desigual a contribuintes que estejam em situações equivalentes.
5. Da mesma forma, a exigência do adicional de 2,5% não constitui ofensa ao princípio da capacidade contributiva, pois o art. 195, § 9º da Constituição Federal permite, inclusive, a diferenciação de alíquotas em razão da atividade econômica exercida pelo contribuinte.
6. Precedentes desta Corte (AMS 2000.38.00.0012570/MG e AMS 96.01.246126/DF).
7. Apelação improvida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, por unanimidade, negar provimento à apelação.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 20/03/2007.

Juiz Federal ROBERTO VELOSO
Relator Convocado

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 96.01.50230-0/RO
Processo na Origem: 9600008876

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
RELATOR(A)	: JUIZ FEDERAL ROBERTO CARVALHO VELOSO (CONV.)
APELANTE	: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA - UNIR
PROCURADOR	: FERNANDA KOPANAKIS PACHECO
APELADO	: IEDO LUIZ MARTINOVSKY E OUTROS(AS)
ADVOGADO	: JOSE ALVES PEREIRA FILHO
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 3A VARA - RO

E M E N T A

MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. MEDIDA PROVISÓRIA 1350, de 12.03.06 (REEDIÇÃO DA MP 560, de 26.07.94). PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. PRINCÍPIO DA ISONOMIA. IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS. ADIN 1.135-9.
1. A jurisprudência, firmada anteriormente à alteração do art. 62, da CF pela Emenda Constitucional 32/2001, pacificou o entendimento de que medida provisória pode instituir/majorar tributos. (STF: RE 146.733/SP; STF: RE 138.284/CE; STF: RE-AgR 286292 / PR).
2. Descabe exigir-se lei complementar para regular as contribuições sociais dos servidores públicos, em razão de o § 6º do art. 40 da CF, à época vigente, não prever tal espécie legislativa.
3. A incidência de contribuição social sobre a remuneração dos servidores não ofende o princípio da irredutibilidade de vencimentos.
4. A progressividade das alíquotas está em consonância com o princípio da isonomia.
5. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADIN 1.135-9/DF, entendeu que a MP 560/94 e suas posteriores reedições, que majorou as alíquotas das contribuições sociais dos servidores federais para 9% a 12%, violou apenas o princípio da anterioridade nonagesimal, razão pela qual tal exação somente poderia ser exigida após o transcurso do prazo de noventa dias.
6. Apelação e remessa oficial providas.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, por unanimidade, dar provimento à apelação e à remessa oficial.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 20/03/2007.

Juiz Federal ROBERTO VELOSO
Relator Convocado

APELAÇÃO CÍVEL N. 1997.01.00.005046-7/MG
Processo na Origem:

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
RELATOR(A)	: JUIZ FEDERAL ROBERTO CARVALHO VELOSO (CONV.)
APELANTE	: SIDERURGICA SAO GONCALO LTDA
ADVOGADO	: JOAO BOSCO KUMAIRA
APELADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: TELMA PASSOS

E M E N T A

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNRURAL. LEI COMPLEMENTAR N. 11/71, ART. 15, INCISO I e LC 16/73. CARVÃO VEGETAL. PRODUTO RURAL. RESPONSABILIDADE DO ADQUIRENTE. PRECEDENTES DO STJ E DO TRF/1ª REGIÃO.
1. Está assente na jurisprudência desta Corte e do Superior Tribunal de Justiça que o carvão vegetal é produto rural e sobre a sua aquisição incide a contribuição para a previdência social, ficando o adquirente sub-rogado nas obrigações do produtor.
2. Tratando-se de contribuição destinada ao FUNRURAL relativa à competência de agosto de 1990, válido o lançamento de débito fiscal, subsistindo a hipótese contida no inciso I do art. 15 da LC 11/71 alterada pela LC 16/73, até o advento das Leis 8.212/91 e 8.213/91.
3. Apelação improvida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, por unanimidade, negar provimento à apelação.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007.

Juiz Federal ROBERTO VELOSO
Relator Convocado

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1997.01.00.006478-1/RO
Processo na Origem: 9600012296

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
RELATOR(A)	: JUIZ FEDERAL ROBERTO CARVALHO VELOSO (CONV.)
APELANTE	: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
APELADO	: CLAUDIO AUGUSTO BUSQUETTI TARIFA E OUTROS(AS)
ADVOGADO	: MARILENE MIOTO
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 2A VARA - RO

E M E N T A

CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. MEDIDA PROVISÓRIA 560, de 26.07.94. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE MITIGADA. ADIN 1.135-9.
1. A jurisprudência, firmada anteriormente à alteração do art. 62, da CF pela Emenda Constitucional 32/2001, pacificou o entendimento de que: a) medida provisória pode instituir/majorar tributos. (STF: RE 146.733/SP; STF: RE 138.284/CE; STF: RE-AgR 286292 / PR); b) a medida provisória não apreciada pelo Congresso Nacional pode ser reeditada, desde que dentro do prazo de validade de 30 (trinta) dias. (STF: RE nº 232.896/PA).
2. Descabe exigir-se lei complementar para regular as contribuições sociais dos servidores públicos, em razão de o então § 6º do art. 40 da CF, à época vigente, não prever tal espécie legislativa.
3. Precedentes desta Corte de que os requisitos da medida provisória - relevância e urgência - decorrem do juízo discricionário do Presidente da República, admitindo-se o controle jurisdicional apenas quanto ao excesso do Poder de Legislar. (AMS 9601502351. TRF - 1ª Região).
4. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADIN 1.135-9/DF, entendeu que a MP 560 de 26.07.94 e suas posteriores reedições, que majorou as alíquotas das contribuições sociais dos servidores federais para 9% a 12%, violou apenas o princípio da anterioridade nonagesimal, razão pela qual a exação prevista neste ato normativo somente poderia ser exigida após o transcurso do prazo de noventa dias.
5. É devida a restituição aos apelados dos valores indevidamente recolhidos, a título de contribuição social com base na MP 560/94, apenas no período compreendido entre 26.07.94 a 26.10.94.
6. Apelação e remessa oficial parcialmente providas.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, por unanimidade, dar parcial provimento à apelação e à remessa oficial.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 20/03/2007.

Juiz Federal ROBERTO VELOSO
Relator Convocado

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 1997.01.00.006867-0/MA
Processo na Origem: 9500024608

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
RELATOR(A)	: JUIZ FEDERAL ROBERTO CARVALHO VELOSO (CONV.)
APELANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: MARIA DA GRACA LIMA DE AZEVEDO
APELADO	: CERVEJARIA ASTRA SA UNIDADE EQUATORIAL
ADVOGADO	: ESTEFANIA FERREIRA DE SOUZA VIVEIROS E OUTROS(AS)
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 2A VARA - MA

E M E N T A

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS. ART. 7º, INCISO XI, CF. MEDIDA PROVISÓRIA 794/94 CONVERTIDA NA LEI 10.101/2000.
1. Até o advento da Medida Provisória 794/94, a verba paga pela empresa a título de participação nos lucros não tinha vinculação com a remuneração do trabalhador, por expressa determinação da Constituição Federal (art. 7º, inciso XI).
2 Segundo jurisprudência firmada por esta Corte e pelo Superior Tribunal de Justiça, a participação dos empregados nos lucros ou resultados da empresa, por não ter natureza salarial é desvinculada da remuneração, sendo indevida a cobrança de contribuição previdenciária sobre a distribuição de lucros e resultados aos empregados, mesmo após o advento da Medida Provisória n. 794/94, posteriormente convertida na Lei 10.101/2000. Precedentes: STJ - REsp 283.512, Rel. Min. Franciulli Netto, DJ de 1º.10.2002; REsp 675.433/RS, Rel. Min. Denise Arruda, DJ de 26.10.2006; AGREsp 376.051/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 28.10.2003 - TRF 1ª Região.: AMS 1999.01.00120580-8, Rel. Juiz Federal Vallisney de Souza Oliveira (Conv.), DJ de 04.08.20005; AC 2000.01.00.025521-9, Rel. Des. Fed. Hilton Queiroz, DJ de 1º.08.2003; AMS 1999.38.00.002525-4, Des. Fed. Olindo Menezes, DJ de 10.10.2003).
3. Não tendo sido objeto de impugnação judicial as competências 12/92 a 06/93, 10/93, 11/93 e 12/94 da NFLD n. 31.994.032-2, por se tratarem de fatos geradores diversos, devem ser declaradas subsistentes, sob pena de se incorrer em julgamento *extra petita*.
4. Corrige-se a sentença neste ponto para declarar subsistente o crédito tributário constituído por meio da NFLD n. 31.994.032-2, relativo às competências 12/92 a 06/93, 10/93, 11/93, 12/94, mantendo-se a sentença nos demais termos.
5. Apelação do INSS e remessa oficial providas, em parte.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, por unanimidade, dar provimento parcial à apelação e à remessa oficial.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 20/03/2007

Juiz Federal ROBERTO VELOSO
Relator Convocado

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 1997.01.00.031363-2/BA
Processo na Origem: 9600166790

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
RELATOR(A)	: JUIZ FEDERAL ROBERTO CARVALHO VELOSO (CONV.)
APELANTE	: COMERCIAL FARMACEUTICA BRASIL LTDA
ADVOGADO	: JORGE SANTOS ROCHA JUNIOR E OUTROS(AS)
APELADO	: CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR	: ANTONIO MARCELO FERREIRA DE SANTANA E OUTRO(A)

E M E N T A

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA. AUSÊNCIA DE RESPONSÁVEL TÉCNICO. INCOMPETÊNCIA. NULIDADE DOS AUTOS DE INFRAÇÃO.
1. Se o mandado de segurança visa impugnar a validade do auto de infração, o prazo decadencial para a impetração é contado da ciência da homologação do auto, *in casu*, via notificação, e não de sua lavratura. Descabida a prejudicial de decadência do *writ* quanto aos autos de infração de ns. 14154 e 16168.
2. Não ocorrência de cerceamento de defesa na esfera administrativa, porque o prazo de 30 (trinta) dias previsto no Decreto n. 70.235/72 somente se aplica ao processo administrativo fiscal. (AC 1999.37.01.000889-0/MA, Rel. Des. Federal Antônio Ezequiel da Silva, DJ de 14.11.2002; AMS 1997.01.00.031508-7/BA, Rel. Juiz Federal Wilson Alves de Souza (Conv.), DJ de 17.02.2005).
3. Da leitura da Lei n. 3.820/60, que criou o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Farmácia, conclui-se que a finalidade institucional do CRF é a fiscalização do efetivo exercício da profissão de farmacêutico, inclusive o registro de profissionais, e, aos órgãos de fiscalização sanitária, em caráter exclusivo, estabelecer os critérios para licenciamento dos estabelecimentos destinados ao comércio de drogas e medicamentos, conforme se infere dos arts. 15, § 3º, 21 e 30 da Lei n. 5.991/73.
4. A assistência de técnico responsável constitui pressuposto ao licenciamento do respectivo estabelecimento, razão pela qual somente ao órgão sanitário compete certificar sua inexistência e aplicar as penalidades cabíveis. (Precedentes deste Tribunal: AMS 2000.01.00.055758-3/MA, Rel. Des. Federal Maria do Carmo Cardoso, DJ de 12.05.2006, AMS 2003.34.00.007950-0/DF, minha relatoria, DJ de 17.03.2006).
5. Nulos os autos de infração de ns. 14154 e 16168 lavrados pelo Conselho Regional de Farmácia da Bahia em desfavor da apelante Comercial Farmacêutica Brasil Ltda.
6. Inacolhido o pedido de declaração de inexigibilidade de profissional de farmácia ou técnico responsável durante todo o horário de funcionamento do estabelecimento farmacêutico.
7. Apelação provida, em parte, para declarar nulos os autos de infração ns. 14154 e 16168 lavrados pelo Conselho Regional de Farmácia da Bahia.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, por unanimidade, dar provimento parcial à apelação.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 20/03/2007.

Juiz Federal ROBERTO VELOSO
Relator Convocado

REMESSA EX OFFICIO EM MS Nº 1997.01.00.035698-4/MT
Processo na Origem: 9600045372

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
RELATOR(A)	: JUIZ FEDERAL ROBERTO CARVALHO VELOSO (CONV.)
IMPETRANTE	: BENEDITO CARLOS TEIXEIRA SEROR
ADVOGADO	: EVALDO DUARTE DE BARROS E OUTROS(AS)
IMPETRADO	: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCIONAL DE MATO GROSSO
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 2A VARA - MT

E M E N T A

MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. CONSTITUCIONAL. EXAME DA ORDEM. OBTENÇÃO DE CÓPIAS DO CADERNO DE PROVAS. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE PROCESSUAL.
1. Há perda superveniente do interesse processual, em razão do fornecimento, pela impetrada, de cópia do caderno de perguntas e respostas do impetrante, vez que exaurido o objeto da demanda.
2. Remessa oficial provida para extinguir o processo sem resolução do mérito, com base no art. 267, VI, do CPC.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, por unanimidade, dar provimento à remessa oficial.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007.

Juiz Federal ROBERTO VELOSO
Relator Convocado

APELAÇÃO CÍVEL N. 1997.01.00.039036-2/MG
Processo na Origem: 11496

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
RELATOR(A)	: JUIZ FEDERAL ROBERTO CARVALHO VELOSO (CONV.)
APELANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: MARIA ASSUNCAO DE OLIVEIRA
APELADO	: NILTON GERALDO DA SILVA
ADVOGADO	: PAULO JOSE RAMALHO COSTA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. ANULAÇÃO DA INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA APÓS A PROPOSITURA DOS EMBARGOS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DEVIDOS PELO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. INAPLICABILIDADE DO ART. 26, DA LEF. INCIDÊNCIA DA LEI ESTADUAL Nº 12.427/96, EM RELAÇÃO ÀS CUSTAS PROCESSUAIS.
1. Nos presentes embargos à execução fiscal, o INSS deve arcar com os honorários de sucumbência ante o princípio da causalidade, não se aplicando à hipótese o art. 26, da Lei n. 6.830/80.
2. Cuidando-se de embargos à execução fiscal ajuizado perante a Justiça Estadual, o recolhimento das custas é regido pela legislação estadual, segundo preceitua o art. 1º, § 1º, da Lei n. 9.289/96.
3. Não havendo provas de que o apelado adiantou custas processuais, não cabe a condenação da autarquia ao ressarcimento desta despesa. Incabível, ainda, a sua condenação ao pagamento das custas, face à isenção contida na Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.427/96.
4. Apelação e remessa oficial, tida por interposta, providas em parte, para excluir da condenação o pagamento das custas.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, por unanimidade, dar parcial provimento à apelação e à remessa oficial, tida por interposta.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007.

Juiz Federal ROBERTO VELOSO
Relator Convocado

APELAÇÃO CÍVEL N. 1997.01.00.040477-5/PA
Processo na Origem: 9600216460

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
RELATOR(A)	: JUIZ FEDERAL ROBERTO CARVALHO VELOSO (CONV.)
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: NELITO INDUSTRIA E COMERCIO S/A
ADVOGADO	: MANOEL DORNELLES BARRETO VIANNA E OUTRO(A)

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. SUPERVENIENTE PERDA DO OBJETO. ALEGAÇÃO DE PAGAMENTO DO DÉBITO ANTES DOS EMBARGOS. ÔNUS PROBATÓRIO DO EMBARGANTE. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. ÔNUS DE SUCUMBÊNCIAS PELO EMBARGANTE.
1. Embargos à execução extintos por perda superveniente do objeto, ante o pagamento do débito.
2. Como o embargante (apelado) não se desincumbiu do ônus de comprovar a data da quitação da dívida, se antes ou depois da oposição dos embargos, deve arcar com o ônus de sucumbência, em face do princípio da causalidade, não se aplicando à hipótese o art. 26, da Lei 6.830/80.
3. Apelação e remessa oficial, tida por interposta, providas para condenar o apelado no pagamento de custas, nos termos da legislação estadual (art. 1º, § 1º, da Lei 9.289/96) e honorários advocatícios fixados em R$ 500,00 (quinhentos reais).

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, por unanimidade, dar provimento à apelação e à remessa oficial, tida por interposta.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007.

Juiz Federal ROBERTO VELOSO
Relator Convocado

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1997.01.00.042386-3/MG
Processo na Origem: 33395

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
RELATOR(A)	: JUIZ FEDERAL ROBERTO CARVALHO VELOSO (CONV.)
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: INDÚSTRIA DE CALCADOS CISNE LTDA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. NÃO OCORRÊNCIA DE SATISFAÇÃO DA OBRIGAÇÃO. CRÉDITO IRRISÓRIO. ARQUIVAMENTO DOS AUTOS SEM BAIXA NA DISTRIBUIÇÃO. MP 1.110/95. LEI N. 10.522/2002.
1. A Medida Provisória n. 1.110, de 30 de agosto de 1995, sucessivamente reeditada, determinou o arquivamento, sem baixa na distribuição, dos autos em que executados, exclusivamente, honorários advocatícios devidos à Fazenda Nacional de valor igual ou inferior a 100 (cem) Unidades Fiscais de Referência.
2. Nos termos do artigo 20 da Lei n. 10.522/2002, "serão arquivados, sem baixa na distribuição, os autos das execuções fiscais de débitos inscritos como Dívida Ativa da União pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ou por ela cobrados, de valor consolidado igual ou inferior a R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)".
3. Na espécie, constata-se que o crédito exeqüendo não ultrapassa o limite de R$2.500,00 e, dessa forma, os autos de execução fiscal deverão ficar arquivados sem baixa na distribuição, e não extintos, de modo que serão reativados quando superado o valor de R$2.500,00, nos termos do § 1º do art. 20 da Lei 10.522/2002. (Precedentes do STJ e desta Corte: *REsp 876.656/RS, Rel. Ministro Humberto Martins, DJ de 07.11.2006; AC 2006.01.99008480-9/RO, Rel. Desembargador Federal Leomar Amorim de Sousa, DJU de 04.08.2006).*
4. Apelação e remessa oficial, tida por interposta, providas. Sentença anulada.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, por unanimidade, dar provimento à apelação e à remessa oficial, tida por interposta.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 20/03/2007.

Juiz Federal ROBERTO VELOSO
Relator Convocado

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1997.01.00.043567-4/AP
Processo na Origem: 9600006695

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
RELATOR(A)	: JUIZ FEDERAL ROBERTO CARVALHO VELOSO (CONV.)
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: MARCOS LUCIO SILVA FROEDE
ADVOGADO	: CARLOS EDUARDO MELLO SILVA
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 2A VARA - AP

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS DE TERCEIROS. LEGITIMIDADE ATIVA DA PARTE. PROPRIEDADE. VEÍCULO AUTOMOTOR. BEM MÓVEL. TRANSMISSÃO DA PROPRIEDADE PELA TRADIÇÃO. DESNECESSIDADE DE REGISTRO NO ÓRGÃO DE TRÂNSITO. DESCONSTITUIÇÃO DE PENHORA.

1. Pode opor embargos de terceiros, o possuidor, promitente comprador, para proteger a posse de seu bem objeto de penhora.

2. No caso dos autos, o bem foi adquirido pelo apelado em 16 de maio de 1994, conforme reconhecimento da assinatura do vendedor por tabelião público, antes mesmo do ajuizamento da execução fiscal, que ocorreu em 5 dez 1994, não podendo subsistir a penhora sobre ele efetuada.

3. A transferência do domínio do veículo aperfeiçoa-se pela tradição típica da venda de coisa móvel e não pela modificação de dados nos cadastros do DETRAN.

4. A penhora efetuada no bem em discussão não pode subsistir por pertencer a terceiro não constante da relação processual.

5. Mantido o valor dos honorários advocatícios fixado na sentença *a quo*, vez que arbitrado em conformidade com o disposto no art. 20, § 4º, do CPC.

6. Apelação da Fazenda Nacional e remessa oficial improvidas.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, por unanimidade, negar provimento à apelação e à remessa oficial.

8ª Turma do TRF da 1ª Região - 20/03/2007.

Juiz Federal ROBERTO VELOSO
Relator Convocado

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL N.1997.01.00.043629-3/DF
Processo na Origem: 9500158647

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
RELATOR(A)	: JUIZ FEDERAL ROBERTO CARVALHO VELOSO (CONV.)
APELANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: RICARDO MOURAO PEREIRA
APELANTE	: ALFEMA DOIS MERCANTIL CIRURGICA LTDA
ADVOGADO	: LUIS FELIPE CAVALCANTE SARMENTO DE AZEVEDO E OUTROS(AS)
APELADO	: OS MESMOS
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 13A VARA - DF
EMBARGANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INSS. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. CONDENAÇÃO. MULTA.

1. Para a oposição de embargos declaratórios com a finalidade de prequestionar matéria de direito, a fim de viabilizar a interposição dos recursos excepcionais, é mister que a parte demonstre inequivocamente a existência na decisão embargada de um dos vícios de que cuida a legislação de regência (CPC, art. 535, I e II).

2. Não há qualquer omissão a ser sanada no acórdão embargado.

3. O acórdão embargado foi claro ao frisar que a prescrição da ação somente ocorre decorridos cinco anos, a partir do fato gerador, acrescido de mais cinco anos, contados da homologação tácita por parte do fisco, tese a muito consagrada pelo Superior Tribunal de Justiça antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005.

4. A Lei Complementar n. 118/95 somente é aplicável às ações propostas a partir de 09 de junho de 2005. (Precedentes do STJ e desta Corte: EDREsp 849.998, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 30.11.2006; REsp 688.393/RJ, Rel. Ministro Luiz Fux, DJ de 13.11.2006; AMS 2003.35.00.0062541/GO, Rel. Des. Fed. Leomar Barros Amorim de Sousa, DJ de 21.07.2006).

5. Dispensável suscitar incidente de inconstitucionalidade do art. 3º da LC 118/2005 (art. 97 da Constituição Federal), posto que somente aplicável às ações ajuizadas após a sua vigência, ou seja, após 09 de junho de 2005.

6. No caso em espécie, deve ser mantida a tese da prescrição decenal (tese dos cinco mais cinco), conforme restou devidamente consignado no acórdão recorrido.

7. Embargos de declaração com intuito manifestamente protelatório.

8. Condenação do INSS à multa de 1% sobre o valor da causa, por litigância de má-fé, em conformidade com o inciso VII do art. 17 c/c *caput* art. 18 e parágrafo único do art. 538, CPC.

9. Embargos rejeitados.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração.

8ª Turma do TRF da 1ª Região - 20/03/2007.

Juiz Federal ROBERTO VELOSO
Relator Convocado

APELAÇÃO CÍVEL N. 1997.01.00.050833-0/BA
Processo na Origem: 9400047347

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
RELATOR(A)	: JUIZ FEDERAL ROBERTO CARVALHO VELOSO (CONV.)
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: BANCO NACIONAL DA BAHIA S/A
ADVOGADO	: TANIA MARIA DA CUNHA G S FREIRE
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 1A VARA - BA

E M E N T A

EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. MULTA. INFRINGÊNCIA ARTIGO 41 DA CLT. DESCARACTERIZAÇÃO DA INFRAÇÃO.

1. Afigura-se ilegítima a cobrança de multa trabalhista, por infringência ao artigo 41 da CLT, tendo em vista que a instituição financeira logrou êxito em produzir prova inequívoca, capaz de ilidir a presunção de certeza e liquidez de que goza a certidão de dívida ativa (art. 3º da Lei n. 6.830/80).

2. Apelação da União e remessa oficial improvidas.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, por unanimidade, negar provimento à apelação e à remessa oficial.

8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007.

Juiz Federal ROBERTO VELOSO
Relator Convocado

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1997.01.00.052327-4/MG
Processo na Origem: 9500255154

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
RELATOR(A)	: JUIZ FEDERAL ROBERTO CARVALHO VELOSO (CONV.)
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: EMPREITEIRA GONCALVES LTDA E OUTROS(AS)
ADVOGADO	: MARCO AURELIO BICALHO DE ABREU CHAGAS
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 5A VARA - MG

E M E N T A

PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL. INOCORRÊNCIA DE ERRO MATERIAL. IMPRESTABILIDADE DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO PARA MODIFICAR ACÓRDÃO TRANSITADO EM JULGADO.

1. Execução de acórdão do TRF - 1ª Região, transitado em julgado, condenando a União à devolução do valor, comprovadamente pago, daquilo que excedeu a alíquota de 0,5% de FINSOCIAL, prevista no Decreto-lei 1940/82.

2. Os embargos à execução não se prestam a desconstituir o mérito de decisão judicial transitada em julgado, salvo em caso de flagrante erro material, o que não é a hipótese dos autos.

3. Para atacar o mérito de acórdãos de tribunais, deve o interessado valer-se dos meios e recursos estabelecidos na legislação pertinente, na qual não se incluem os embargos à execução.

4. Apelação da União improvida.

5. Remessa Oficial não conhecida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, por unanimidade, negar provimento à apelação da União e não conhecer da remessa oficial.

8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007.

Juiz Federal ROBERTO VELOSO
Relator Convocado

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1997.01.00.056844-4/MG
Processo na Origem: 896096

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
RELATOR(A)	: JUIZ FEDERAL ROBERTO CARVALHO VELOSO (CONV.)
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: JACY MIGUEL
ADVOGADO	: JURANDIR DE CARVALHO
REMETENTE	: JUIZO DE DIREITO DA 3A VARA CIVEL DA COMARCA DE POCOS DE CALDAS - MG

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO DO DÉBITO ANTES DOS EMBARGOS E DA EXECUÇÃO. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. HONORÁRIOS PELA APELANTE/EMBARGADA.

1. Comprovado o pagamento do débito antes do ajuizamento da ação, o pedido dos embargos deve ser julgado procedente.

2. Vencida a Fazenda, deve a mesma suportar os honorários advocatícios ante o princípio da causalidade.

3. Apelação e remessa oficial improvidas.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, por unanimidade, negar provimento à apelação e à remessa oficial.

8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007.

Juiz Federal ROBERTO VELOSO
Relator Convocado

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1997.34.00.028978-4/DF
Processo na Origem: 199734000289784

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: VIACAO MEIER LTDA
ADVOGADO	: CIRILO ENDRES E OUTROS(AS)
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 20A VARA - DF

E M E N T A

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. PIS. INCONSTITUCIONALIDADE DOS DECRETOS-LEIS NS. 2.445/88 E 2.449/88. PRESTADORAS DE SERVIÇOS. SISTEMÁTICA DA LEI COMPLEMENTAR N. 07/70. COMPENSAÇÃO DO INDÉBITO. FINSOCIAL. LEIS 7.689/88, 7.787/89, 7.894/89 E 8.147/90. EMPRESA EXCLUSIVAMENTE PRESTADORA DE SERVIÇOS. CONSTITUCIONALIDADE.

1. A alegação da Fazenda Nacional de que os créditos não são líquidos, o que impediria a compensação, não pode ser acatada, porquanto se pedida judicialmente, cabe ao Judiciário declarar o direito à compensação, desde que demonstrado nos autos o recolhimento indevido, incumbindo à Administração controlar e fiscalizar a liquidez e certeza dos créditos e débitos a serem compensados, cuja determinação do valor depende apenas de simples cálculos aritméticos.

2. Tratando-se o PIS de tributo sujeito a lançamento por homologação, a prescrição da ação de restituição somente ocorre decorridos cinco anos, a partir do fato gerador, acrescidos de mais cinco anos, contados da homologação tácita.

3. A contribuição social para o PIS foi expressamente recepcionada pelo artigo 239 da CF/88, permanecendo em vigor a Lei Complementar n. 07/70, com modificação apenas do destino da correspondente receita.

4. Os Decretos-leis ns. 2.445 e 2449, de 1988, extinguiram as contribuições para o PIS constituídas mediante deduções do imposto de renda ou que tinham esse tributo como base de cálculo. Assim, o recolhimento das empresas prestadoras de serviço passou a ser de 0,65% da receita operacional bruta, mensalmente.

5. Declarados inconstitucionais pelo STF (RE 148.754-2/RJ), os referidos decretos-leis tiveram sua execução suspensa pela Resolução n. 49 do Senado Federal, publicada em 10 de outubro de 1995, pelo que permaneceu em vigor a sistemática estabelecida pela LC n. 07/70, até a edição da Medida Provisória n. 1.212/95.

6. As empresas prestadoras de serviço têm direito à devolução dos valores relativos à diferença entre o montante recolhido na forma dos Decretos-leis ns. 2.445 e 2.449/88 e os que deveriam ter sido recolhidos nos moldes da LC n. 7/70.

7. Tratando-se de empresa exclusivamente prestadora de serviços, o Supremo Tribunal Federal declarou ser constitucional as majorações das alíquotas do FINSOCIAL levadas a efeito pelas Leis ns. 7.689/88, 7.787/89, 7.894/89 e 8.147/90.

8. Apelação da Fazenda e remessa oficial parcialmente providas.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, à unanimidade, dar parcial provimento à apelação e à remessa oficial.

8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007.

Desembargador Federal LEOMAR AMORIM
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL N. 1997.35.00.010830-0/GO

RELATOR	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
REL. CONV.	: JUIZ FEDERAL OSMANE ANTONIO DOS SANTOS
EMBARGANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: CARLOS ANDRE STUDART PEREIRA
EMBARGADA	: AGROVALE - COOPERATIVA MISTA DOS PRODUTORES RURAIS DO VALE DO PARAÍBA LTDA E OUTROS (AS)
ADVOGADO	: MARCELO ARANTES DE MELO BORGES E OUTROS (AS)

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA.

Embargos de declaração acolhidos para corrigir omissão e ressaltar que o índice de correção dos créditos tributários a serem repetidos, mediante compensação, no período de janeiro de 1992 a dezembro de 1995, é a UFIR.

ACÓRDÃO

Decide a Turma acolher os embargos de declaração, por unanimidade.

8ª Turma do TRF da 1ª Região - 27/02/2007 (data do julgamento)

Juiz Federal OSMANE ANTONIO DOS SANTOS
Relator Convocado

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1997.38.00.041598-4/MG
Processo na Origem: 199738000415984

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
RELATOR(A)	: JUIZ FEDERAL ROBERTO CARVALHO VELOSO (CONV.)
APELANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ARTHUR ROSEMBURG FILHO
APELADO	: ENGESOLO ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO	: BENEDITO ANTONIO DINIS LEITE E OUTROS(AS)
REMETENTE	: JUÍZO FEDERAL DA 24ª VARA - MG

E M E N T A

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. INSS. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. AUTONÔMOS. TRABALHADORES EVENTUAIS. PRESUNÇÃO DE CERTEZA DA CDA ELIDIDA. NULIDADE DA CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA.
1. Na dicção do art. 12, inciso I, da Lei n. 8.212/91 é segurado obrigatório da Previdência Social, na condição de empregado *"aquele que presta serviços de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não-eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração.*
2. Segundo a legislação trabalhista (art. 3º da CLT) constituem elementos necessários à configuração da relação de emprego a subordinação, a não-eventualidade (permanência e habitualidade), a pessoalidade e a remuneração. Portanto, é necessário que estejam presentes todos os requisitos do aludido art. 3º para que se configure a existência de relação de emprego.
3. A subordinação pressupõe atividade fiscalizadora e obediência hierárquica e a eventualidade opõe-se à habitualidade da prestação laboral, enquanto o trabalho autônomo, caracteriza-se pela sua eventualidade.
4. Entretanto, a diferenciação entre o vínculo de trabalho autônomo e o empregatício exige exame do conjunto das características fáticas do serviço prestado.
5. Na hipótese, oportunizada à empresa a produção de prova no sentido de afastar a presunção de certeza de que goza a CDA (art. 204, CTN e 3º da LEF), a embargante/apelada logrou demonstrar, mediante os contratos de prestação de serviços e recibos coligidos, corroborado com a prova testemunhal produzida nos autos, que os trabalhadores referidos no relatório fiscal lhe prestaram serviço na condição de autônomos.
6. Apelação do INSS desprovida. Remessa oficial provida, em parte, para reduzir o valor dos honorários advocatícios devidos pelo INSS, que fixo em R$ 3.000,00 (três mil reais).

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, por unanimidade, negar provimento à apelação e dar provimento parcial à remessa oficial.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 20/03/2007.

Juiz Federal ROBERTO VELOSO
Relator Convocado

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1998.01.00.050950-2/MG
Processo na Origem: 61897

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
RELATOR(A)	: JUIZ FEDERAL ROBERTO CARVALHO VELOSO (CONV.)
APELANTE	: MUNICIPIO DE ENGENHEIRO NAVARRO-MG
ADVOGADO	: GERALDO MAGELA CAMELO
APELADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: CLEUSA DE FATIMA O LOPES
REMETENTE	: JUIZO DE DIREITO DA 2A VARA CIVEL DA COMARCA DE BOCAIUVA-MG

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. PETIÇÃO DE DESISTÊNCIA INTERPOSTA VIA FAX. NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PRELIMINAR REJEITADA. NULIDADE DA CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA NÃO CARACTERIZADA.
1. A Lei 9800/99 possibilitou a utilização de sistema de transmissão de dados e imagens para a prática de atos processuais que dependam de petição escrita, devendo, contudo, os originais ser entregues, necessariamente, até cinco dias da data da recepção do material (art. 2º, parágrafo único, da Lei 9800/99).
2. Considerando que o fax foi recebido no protocolo deste Tribunal no dia 12.12.2001 (fls. 65) e até a presente data não foi apresentado o original da petição, o pedido de desistência, objeto do fax, não deve ser considerado.
3. Embora o recurso do ente municipal não seja um primor de técnica processual, o mesmo deve ser conhecido, vez que apresenta as razões do seu inconformismo, consistente na não observância do princípio do contraditório e no excessivo valor executado. Preliminar suscitada pelo Ministério Público Estadual rejeitado.
4. A certidão de dívida ativa goza de presunção de certeza e liquidez, que apenas pode ser ilidida por provas robustas em contrário (art. 3º, da LEF).
5. O embargante não produziu nenhuma prova em contrário a esta presunção, restringindo-se a fazer meras alegações.
6. Apelação improvida
7. Remessa Oficial não conhecida..

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, por unanimidade, negar provimento à apelação e não conhecer da remessa oficial.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 20/03/2007.

Juiz Federal ROBERTO VELOSO
Relator Convocado

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1998.01.00.073901-3/DF
Processo na Origem: 9500125137

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
RELATOR(A)	: JUIZ FEDERAL ROBERTO CARVALHO VELOSO (CONV.)
APELANTE	: HC PNEUS S/A E OUTRO(A)
ADVOGADO	: JANDIR JOSE DALLE LUCA E OUTRO(A)
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO

E M E N T A

PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO EM EMBARGOS À EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL. COMPENSAÇÃO E REPETIÇÃO DE INDÉBITO TRIBUTÁRIO. IDENTIDADE JURÍDICA DOS PEDIDOS. IMPOSSIBILIDADE DE EXECUÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. *BIS IN IDEM*. INEXIGIBILIDADE DO TÍTULO EXECUTIVO.
1. Ocorre a identidade de pedidos quando a parte pleiteia em um ação a repetição de valores pagos indevidamente a título de FINSOCIAL, e em outra, a compensação desses valores com outra contribuição, em razão da utilização de duas ações diversas, buscando o mesmo resultado.
2. Neste caso, há identidade jurídica entre os pedidos formulados nas duas ações, pois em ambas, as autoras objetivam o mesmo efeito jurídico, sendo despicienda a propositura de nova ação objetivando a compensação do crédito reconhecido mediante repetição do indébito. Precedente do STJ (REsp 443614/AL, Rel. Ministro Luiz Fux, DJU de 08.04.2003).
3. Satisfeito integralmente o pedido em ação transitada em julgado e devidamente executada a sentença no principal e nos honorários advocatícios, não há que se falar em execução de honorários advocatícios em ação litispendente, sob pena de se incorrer em *bis in idem.*
4. Mantida a sentença do Juiz Federal da 16ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, que extinguiu a execução pela inexigibilidade do título (art. 794, II, CPC).
5. Apelação improvida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, por unanimidade, negar provimento à apelação.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06.03.2007.

Juiz Federal ROBERTO VELOSO
Relator Convocado

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1998.33.00.023304-3/BA
Processo na Origem: 199833000233043

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	: SERTEL - SERVICOS DE INSTALACOES TERMICAS LTDA
ADVOGADO	: CARLOS ALBERTO NAPOLI E OUTRO(A)
APELADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: PLACIDO SERRA DE FARIA

EMENTA

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL.TÍTULO DA DÍVIDA AGRÁRIA.DAÇÃO EM PAGAMENTO. COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.
I. Títulos da Dívida Agrária, espécie de Título da Dívida Pública, de validade jurídica discutível e de difícil resgate, não se apresentam como hábeis a garantir o crédito tributário.
II. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Decide a Turma negar provimento à apelação, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007 (data do julgamento).

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 1998.34.00.030906-9/DF
Processo na Origem: 199834000309069

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
APELANTE	: JUVESA VEICULOS LTDA
ADVOGADO	: ROMEO PIAZERA JUNIOR
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: PEDRO CAMARA RAPOSO LOPES
EMBARGANTE	: JUVESA VEICULOS LTDA

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PIS/PASEP E COFINS. LEI 9.718/98. OMISSÃO NÃO CARACTERIZADA. PRETENDIDA REVISÃO DO JULGADO.
1. O Tribunal, ao dirimir a controvérsia, não está obrigado a manifestar-se sobre todas as alegações suscitadas pelas partes, se o fundamento que suporta o acórdão é suficiente a decidir o litígio.
2. Para a oposição de embargos declaratórios com a finalidade de prequestionar matéria de direito, a fim de viabilizar a interposição dos recursos excepcionais, é mister que a parte demonstre inequivocamente a existência na decisão embargada de um dos vícios de que cuida a legislação de regência (CPC, art. 535, incisos I e II).
3. A via adequada para a revisão do julgado é o recurso próprio e não os embargos ora opostos.
4. Embargos de declaração rejeitados.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, à unanimidade, rejeitar os embargos de declaração.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007.

Desembargador Federal LEOMAR AMORIM
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 1998.38.00.017381-8/MG
Processo na Origem: 199838000173818

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
APELANTE	: MUNICIPIO DE BELO HORIZONTE - MG
PROCURADOR	: JOSE MARCIO DA ROSA LOPES
APELADO	: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: HAMILTON EZEQUIEL DE RESENDE E OUTROS(AS)
EMBARGANTE	: MUNICIPIO DE BELO HORIZONTE - MG

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EXECUÇÃO FISCAL. OMISSÃO NÃO CARACTERIZADA. PRETENDIDA REVISÃO DO JULGADO.
1. O Tribunal, ao dirimir a controvérsia, não está obrigado a manifestar-se sobre todas as alegações suscitadas pelas partes, se o fundamento que suporta o acórdão é suficiente a decidir o litígio.
2. Para a oposição de embargos declaratórios com a finalidade de prequestionar matéria de direito, a fim de viabilizar a interposição dos recursos excepcionais, é mister que a parte demonstre inequivocamente a existência na decisão embargada de um dos vícios de que cuida a legislação de regência (CPC, art. 535, incisos I e II).
3. A via adequada para a revisão do julgado é o recurso próprio e não os embargos ora opostos.
4. Embargos de declaração rejeitados.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, à unanimidade, rejeitar os embargos de declaração.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007.

Desembargador Federal LEOMAR AMORIM
Relator

APELAÇÃO CÍVEL N. 1998.38.01.003884-9/MG
Processo na Origem: 199838010038849

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
RELATOR(A)	: JUIZ FEDERAL ROBERTO CARVALHO VELOSO (CONV.)
APELANTE	: SERRARIA HALLEY INDUSTRIA E COMERCIO LTDA E OUTRO(A)
ADVOGADO	: GERSON GUILHERMINO
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO

E M E N T A

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. RESPONSABILIDADE PESSOAL DO SÓCIO GERENTE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE MÁ FÉ E ABUSO DE PODERES. APLICAÇÃO DA TAXA REFERENCIAL (TR) COMO TAXA DE JUROS. APLICAÇÃO DA UFIR COMO INDÍCE DE CORREÇÃO MONETÁRIA.
1. A responsabilidade pessoal do sócio, gerente ou administrador é subjetiva, devendo a Fazenda Nacional provar que este agiu com má fé, excesso de mandato ou infringiu a lei, para que seus bens respondam pelo débito (art. 135, II, CTN).
2. A taxa referencial (TR) é aplicável a título de juros de mora sobre débitos oriundos de parcelas não pagas a partir da vigência do artigo 9º da Lei n. 8.177/91.
3. A aplicação da UFIR como índice de correção monetária é permitida a partir de 1º de janeiro de 1992 até 31 de dezembro de 1995 e, a partir de 1º de janeiro de 1996, a Taxa SELIC.
4. Apelação dos embargantes parcialmente provida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, por unanimidade, dar provimento parcial à apelação.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007.

Juiz Federal ROBERTO VELOSO
Relator Convocado

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 1999.01.00.121384-0/MG

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	: COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DO PRATA LTDA
ADVOGADO	: OZIRES EDUARDO VILELA PADUA
AGRAVADO	: VAZANTE AGROPECUARIA LTDA
ADVOGADO	: JORGE MUSSE
AGRAVADO	: LUIZ ALBERTO GARCIA E OUTROS(AS)
ADVOGADO	: VIRGILIO FERREIRA DE CARVALHO ALVES E OUTRO(A)
AGRAVADO	: COOPERATIVA DE PRODUCAO E CONSUMO DE ALCOOL DO TRIANGULO MINEIRO

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA JULGADA. IMPOSSIBILIDADE.
1. Pretensos vícios argüidos pela embargante que, *in casu*, consubstanciam apenas inconformismo com o entendimento acolhido pelo julgado, o que não enseja a oposição deste recurso, nos estreitos limites do art. 535, do Código de Processo Civil. Precedentes.
2. A jurisprudência do STJ já se firmou no sentido de que *se considera explícito o prequestionamento, quando o Tribunal* a quo, *mesmo sem fazer referência expressa a dispositivos legais, nem declinar os números que os identificam no Ordenamento Jurídico, enfrenta as regras neles contidas* (EREsp 165.212/MS, Relator Ministro Humberto Gomes de Barros, Corte Especial, Unânime, DJ 17/10/2001).
3. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 16 de janeiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA N. 1999.33.00.014011-9/BA

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: VIACAO JAUA LTDA E OUTROS(AS)
ADVOGADO	: RIZE LEDA REZENDE OLIVEIRA
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 3A VARA - BA

EMENTA

TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÃO PROVISÓRIA SOBRE MOVIMENTÇÃO FINANCEIRA - CPMF. EMENDA CONSTITUCIONAL 21/99. CONSTITUCIONALIDADE. ADIN 2.031/DF.
1. A constitucionalidade da CPMF foi analisada pelo Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento da ADIn 2031-5/DF, relatora Ministra Ellen Gracie, DJ de 17/10/2003.
2. A ação, por maioria, foi julgada parcialmente procedente, tão-somente, para declarar a inconstitucionalidade do § 3º do art. 75 do ADCT, incluído pela EC 21/99, que autorizava a União *a emitir títulos da dívida pública interna, cujos recursos serão destinados ao custeio da saúde e da previdência social, em montante equivalente ao produto da arrecadação da contribuição, prevista e não realizada em 1999*.
3. Entendendo que a pretensão da impetrante não encontra arrimo na última instância do Poder Judiciário, não se afigura razoável a manutenção da sentença, no que se refere à declaração de inexigibilidade da CPMF.
4. Apelação da União e remessa oficial a que se dá provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, dar provimento à apelação da Fazenda Nacional e à remessa oficial, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1999.33.01.000016-0/BA
Processo na Origem: 199933010000160

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
RELATOR(A)	: JUIZ FEDERAL ROBERTO CARVALHO VELOSO (CONV.)
APELANTE	: MUNICIPIO DE ILHEUS-BA
PROCURADOR	: EILEEN MARIA TAVARES LACERDA PAIXAO E OUTROS(AS)
APELADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: DENZIL HUDSON DE OLIVEIRA E OUTROS(AS)

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. LEGITIMIDADE DA PARTE PASSIVA. INTEMPESTIVIDADE DAS CONTRA-RAZÕES. NULIDADE DA CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA NÃO CARACTERIZADA.
1. O Município de Ilhéus é parte legítima para figurar no pólo passivo da execução fiscal, vez que as atividades da Empresa Municipal de Pavimentação de Ilhéus - EMPAV foram suspensas, passando os bens desta empresa à administração direta do ente municipal.
2. Contra-razões do INSS intempestivas, em razão de terem sido protocoladas fora do prazo de 15 (quinze) dias.
3. A certidão de dívida ativa goza de presunção de certeza e liquidez, que apenas pode ser ilidida por provas robustas em contrário (art. 3º, da LEF).
4. *In casu*, o embargante não produziu nenhuma prova em contrário a esta presunção, restringindo-se a fazer meras alegações.
5. Apelação e remessa oficial, tida por interposta, improvidas.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, por unanimidade, negar provimento à apelação e à remessa oficial, tida por interpsota.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 20/03/2007.

Juiz Federal ROBERTO VELOSO
Relator Convocado

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 1999.34.00.028320-5/DF
Processo na Origem: 199934000283205

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
APELANTE	: SINDICATO NACIONAL DOS PROCURADORES DA FAZENDA NACIONAL - SINPROFAZ
ADVOGADO	: RIVALDO LOPES E OUTROS(AS)
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. PEDIDO DE RESTITUIÇÃO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA.
1. O mandado de segurança não é a via adequada para pleitear a restituição de valores considerados indevidos por não ser substitutivo da ação de cobrança (Súmula 269 do STF).
2. Apelação improvida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, à unanimidade, negar provimento à apelação.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007.

Desembargador Federal LEOMAR AMORIM
Relator

APELAÇÃO CÍVEL N. 1999.36.00.006032-2/MT
Processo na Origem: 199936000060322

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
RELATOR(A)	: JUIZ FEDERAL ROBERTO CARVALHO VELOSO (CONV.)
APELANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: SOLANGE DE HOLANDA ROCHA WHELAN
APELADO	: ENEIDA MARIA DE OLIVEIRA
ADVOGADO	: ULYSSES RIBEIRO E OUTRO(A)

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS DE TERCEIROS. LEGITIMIDADE ATIVA DA PARTE. CONTRATO DE COMPRA E VENDA ANTERIOR AO AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL. TRANSCRIÇÃO DO TÍTULO NO REGISTRO DE IMÓVEIS. DESCONSTITUIÇÃO DA PENHORA. FRAUDE À EXECUÇÃO NÃO CARACTERIZADA.
1. Pode opor embargos de terceiros, o possuidor, promitente comprador, para proteger a posse de seu bem objeto de penhora.
2. Antes do ajuizamento da execução fiscal, que ocorreu no ano de 1995, foi reduzido a termo, em 15.07.94, o contrato de compromisso de compra e venda celebrado entre o executado Erasmo Pinto e sua mulher com a apelada Eneida Oliveira, constando da cláusula quinta que a posse do imóvel mencionado era imediatamente transmitida para a apelada (promitente compradora).
3. A teor da Súmula 84, do Superior Tribunal de Justiça: "*É admissível a oposição de embargos de terceiros fundado em alegação de posse advinda de compromisso de compra e venda de imóvel, ainda que desprovido de registro*".
4. Aliado a isso, em 19.09.98, foi lavrada a escritura pública de compra e venda do citado imóvel firmada entre Erasmo Pinto e sua mulher com a apelada Eneida Oliveira e sua filha Maria Cristina. A referida escritura foi levada a registro em 26.10.98, consumando-se a transmissão da propriedade do bem.
5. A penhora efetuada no bem em discussão não pode subsistir por pertencer a terceiro não constante da relação processual.
6. À luz do art. 185, do CTN, na redação anterior à Lei Complementar 118/2005, não há fraude à execução quando a alienação do bem se dá antes da citação do executado.
7. No caso dos autos, o contrato de compromisso de compra e venda relativo ao imóvel foi reduzido a termo em 15.07.94 antes mesmo do ajuizamento da execução fiscal, que ocorreu no ano de 1995, não subsistindo, portanto, a alegada fraude à execução.
8. Mantido o valor dos honorários advocatícios fixado na sentença *a quo*, vez que arbitrado em conformidade com o disposto no art. 20, § 4º, do CPC.
9. Apelação do Instituto Nacional do Seguro Social e remessa oficial, tida por interposta, desprovidas.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, por unanimidade, negar provimento à apelação e à remessa oficial, tida por interposta.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007.

Juiz Federal ROBERTO VELOSO
Relator Convocado

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CIVEL N. 1999.36.00.009067-1/MT

RELATOR	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
REL. CONV.	: JUIZ FEDERAL OSMANE ANTONIO DOS SANTOS
EMBARGANTE	: MADEMÓVEIS INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS E MOVEIS LTDA
ADVOGADO	: EDILSON JAIR CASAGRANDE
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: WAGNER PIRES DE OLIVEIRA
EMBARGADOS	: OS MESMOS

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. FINSOCIAL. PRESCRIÇÃO. REPETIÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. HONORÁRIOS.
1. O prazo prescricional para se pleitear a restituição dos valores indevidamente recolhidos a título de FINSOCIAL, tributos sujeitos a lançamento por homologação, deve ser contado com base na sistemática dos "cinco mais cinco" (REsp n. 509.897, Rel. Ministra Denise Arruda, DJ de 13/03/2006, p. 189).
2. A correção monetária deverá ser feita, a partir do recolhimento indevido, com inclusão dos índices expurgados da inflação, até 31/12/95, pelo indexador e índices reiteradamente adotados pelo e. Superior Tribunal de Justiça. Assim, aplica-se o IPC nos seguintes percentuais: 84,32% (março/90), 44,80% (abril/90), 7,87% (maio/90), 12,92% (julho/90), 12,03% (agosto/90), 14,20 (outubro/90) e 21,87% (fevereiro de 1991). Entre março/91 até dezembro/91 aplica-se o INPC e a variação da UFIR de janeiro/92 até dezembro/95. Após 1º/01/96, incidirá a taxa SELIC.
3. Buscando-se o direito de repetição deve ser corrigido o acórdão que reconheceu o direito à compensação.
4. Não há contradição se os honorários foram fixados em 5% sobre o valor da condenação em conformidade com o art. 20, § 4º, do CPC. Ademais, nesse particular, o que busca a embargante é rediscutir a questão.
5. Embargos parcialmente acolhidos.

ACÓRDÃO

Decide a Turma acolher parcialmente os embargos, à unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 27/02/2007 (data do julgamento)

Juiz Federal OSMANE ANTONIO DOS SANTOS
Relator Convocado

APELAÇÃO CÍVEL N. 1999.38.00.021368-6/MG

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: FAPEZ ACOS ESPECIAIS S/A
ADVOGADO	: RODRIGO DE CASTRO LUCAS E OUTROS(AS)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NÃO CABIMENTO. DECRETO-LEI 1.025/69. SÚMULA 168, DO EXTINTO TFR.
1. Tendo a sentença extinto os embargos à execução com exame de mérito, nos termos do art. 269, V, do CPC, não tem interesse recursal a apelante que requer a extinção do feito como, expressamente, determinado na sentença.
2. O encargo de 20% do art. 1º, do DL 1.025/69, abrange a verba sucumbencial devida nos embargos à execução. Enunciado da Súmula 168, do extinto TFR.
3. Apelação da Fazenda Nacional a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 16 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1999.38.00.029494-1/MG
Processo na Origem: 199938000294941

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: ARIEL BARBOSA DE CARVALHO E OUTRO(A)
ADVOGADO	: ALEXANDRE BUENO CATEB E OUTROS(AS)
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 22ª VARA - MG

EMENTA
TRIBUTÁRIO. CONSTITUCIONAL. CPMF. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 21/99. ADInMC Nº 2.031/DF.
I - Não há falar-se em ofensa ao princípio da legalidade na hipótese *sub examine*, uma vez que o artigo 154, I, da Constituição restringe-se à criação ou majoração de tributos novos, que, não é o caso.
II - É de se ressaltar que o Supremo Tribunal Federal já apreciou a matéria, quando do julgamento da ADInMC nº 2.031/DF.
III - Apelação e remessa oficial providas.
ACÓRDÃO
Decide a Turma dar provimento à apelação e à remessa oficial, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA
APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 1999.38.00.030105-4/MG
Processo na Origem: 199938000301054

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: ER FRIGORIFICO SILVA LTDA E OUTROS (AS)
ADVOGADO	: LUIZ FERNANDO ALVES DOS REIS E OUTROS (AS)
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 17A VARA - MG
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL

E M E N T A
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PIS. MENÇÃO À LC 17/73. JULGAMENTO *ULTRA PETITA*.
1. Evidente a presença de julgamento *ultra petita*, visto que, em momento algum os impetrantes requereram o afastamento da incidência da LC 17/73.
2. Embargos acolhidos.
A C Ó R D Ã O
Decide a Turma, à unanimidade, acolher os embargos de declaração.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007.

Desembargador Federal LEOMAR AMORIM
Relator

RECURSO ESPECIAL - APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA N. 1999.38.00.036071-5/MG

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: REDE MINEIRA DE PNEUS LTDA
ADVOGADO	: PAULO ROBERTO COIMBRA E OUTROS(AS)
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: OS MESMOS
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 2A VARA - MG

EMENTA
TRIBUTÁRIO. COFINS. BASE DE CÁLCULO. LEI 9.718/98 - ART. 3º § 1º. INCONSTITUCIONALIDADE DECLARADA PELO STF. MAJORAÇÃO DA ALÍQUOTA. ARTIGO 8º. CONSTITUCIONALIDADE. COMPENSAÇÃO. POSSIBILIDADE.
1. A Lei 9.718/98 trouxe, no art. 3º, *caput*, §§1º e 8º, respectivamente, a modificação do conceito de faturamento e a majoração da sua alíquota, conferidos anteriormente pela LC 70/91.
2. O Supremo Tribunal Federal, ao concluir o julgamento dos Recursos Extraordinários 357.950/RS, 358.273/RS, 346.084/PR e 390.840/MG (Informativo 408, STF), declarou a inconstitucionalidade do § 1º, art. 3º, da Lei 9.718/98, que, dando novo conceito ao termo faturamento, ampliou indevidamente a base de cálculo para a exação, abrangendo a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, pouco importando o tipo de atividade por esta exercida e a classificação contábil porventura adotada para as receitas.
3. Embora a Corte Especial deste TRF, em julgamento da Argüição de Inconstitucionalidade suscitada nos autos da AMS 1999.01.00.096053-2/MG - DJ de 24/09/01 - tenha concluído, por maioria, por declarar a constitucionalidade dos artigos 2º, 3º, *caput*, § 1º, e 8º, caput, da Lei 9.718/98, há de aplicar o disposto no art. 354, do RITRF da 1ª Região, tão-somente em relação ao artigo 8º, mantida, assim, a declaração de sua constitucionalidade.
4. Está autorizada a compensação de créditos decorrentes do recolhimento indevido a título de COFINS, com qualquer tributo arrecadado e administrado pela Secretaria da Receita Federal, ainda que o destino das arrecadações seja outro.
5. Apelação da impetrante a que se dá parcial provimento.
6. Apelação da Fazenda e remessa oficial a que se nega provimento.
ACÓRDÃO
Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, dar provimento parcial à apelação da impetrante e negar provimento à apelação da Fazenda Nacional e à remessa oficial, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1999.38.00.040172-8/MG
Processo na Origem: 199938000401728

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
RELATOR(A)	: JUIZ FEDERAL ROBERTO CARVALHO VELOSO (CONV.)
APELANTE	: MUNICIPIO DE BONFIM - MG
PROCURADOR	: JESUS NATALICIO DE SOUZA E OUTRO(A)
APELADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: TERESA CRISTINA DE SOUZA

E M E N T A
PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL E EMBARGOS À EXECUÇÃO AJUIZADOS EM COMARCA NÃO SEDE DE VARA FEDERAL - AÇÃO ANULATÓRIA EM CURSO PELO JUÍZO FEDERAL NA CAPITAL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA JULGADO EM FAVOR DO JUÍZO DE DIREITO PARA PROCESSAR E JULGAR A EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO JULGADOS EXTINTOS POR LITISPENDÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE.
1. Se "A Execução fiscal da Fazenda Pública Federal será proposta perante o Juiz de Direito da Comarca do domicílio do devedor, desde que não seja ela sede de Vara da Justiça Federal" (SÚMULA n. 40/TFR), os correspondentes embargos do devedor não podem ser extintos sem julgamento do mérito sob a alegação de litispendência com ação anulatória proposta em vara federal da capital.
2. Ainda que os Embargos à Execução Fiscal, em que se discute desconstituição de auto de infração, mesma matéria tratada em Ação Anulatória, tenham conexão com essa ação ordinária, o Juízo de Direito de Comarca não sede de Vara da Justiça Federal não pode deixar de analisar o mérito dos embargos, sob a alegação de litispendência.
3. Como os embargos do devedor são a defesa do executado, sua natureza de ação autônoma incidental está juridicamente atrelada à competência inderrogável e inafastável do juízo da execução. (Precedentes deste Tribunal)
4. Apelação a que se dá provimento para anular a sentença a fim de receber os embargos para processo e julgamento pelo Juízo de Direito da Comarca de Bonfim-MG, inclusive com a suspensão da execução fiscal.
5. Apelação provida.
A C Ó R D Ã O
Decide a Turma, por unanimidade, dar provimento à apelação.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 20/03/2007.

Juiz Federal ROBERTO VELOSO
Relator Convocado

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1999.38.03.000517-0/MG
Processo na Origem: 199938030005170

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: MINASCOR IMPORTACAO E COMERCIO DE CORREIAS E ROLAMENTOS LTDA
ADVOGADO	: LIOPINO LOURENCO ARAUJO NETO E OUTRO(A)

EMENTA
PROCESSO CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. INDEFERIMENTO DA INICIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MAJORAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.
I. O artigo 20 do CPC estabelece - como parâmetros a serem observados na avaliação do julgador, para a fixação dos honorários advocatícios - o grau de zelo do profissional, o lugar de prestação do serviço, a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido. *In casu*, tratando-se de hipótese de indeferimento da inicial, não se evidencia afronta a tais paradigmas, a justificar majoração da condenação naquela verba.
II. Apelação não provida.
ACÓRDÃO
Decide a Turma negar provimento à apelação, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

REMESSA EX OFFICIO Nº 1999.39.00.004791-3/PA
Processo na Origem: 199939000047913

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
RELATOR(A)	: JUIZ FEDERAL ROBERTO CARVALHO VELOSO (CONV.)
AUTOR	: VIACAO RIO GUAMA LTDA
ADVOGADO	: JOSE DE ARIMATEIA CHAVES SOUSA E OUTROS(AS)
REU	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 6A VARA - PA

E M E N T A
PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. ERRO DO CONTRIBUINTE NO PREECHIMENTO DA DECLARAÇÃO DO IRPJ. RETIFICAÇÃO. CANCELAMENTO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.
1. Crédito tributário constituído em razão de erro da embargante/contribuinte no preenchimento da declaração do IRPJ.
2. A embargante/contribuinte providenciou a retificação de sua declaração, que foi acolhida pela autoridade administrativa.
3. A sentença julgou procedente o pedido, determinando o cancelamento do crédito inscrito na dívida ativa.
4. Sentença confirmada.
5. Remessa oficial desprovida.
A C Ó R D Ã O
Decide a Turma, por unanimidade, negar provimento à remessa oficial.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 20/03/2007.

Juiz Federal ROBERTO VELOSO
Relator Convocado

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 1999.39.00.008517-3/PA
Processo na Origem: 199939000085173

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
APELANTE	: TRANSPORTE BRASILEIRO LTDA
ADVOGADO	: JEAN DE JESUS NUNES
APELADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: LUCIA PAMPOLHA SANTA BRIGIDA

E M E N T A
PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. PREVIDENCIÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PARA O INCRA. LEGITIMIDADE PASSIVA DO INSS E DO INCRA. LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO. ANULAÇÃO DA SENTENÇA.
1. Nas ações em que se discute a legalidade da cobrança da contribuição ao INCRA, o pólo passivo da demanda deve ser necessariamente preenchido tanto pela autarquia destinatária final da exação quanto pelo INSS, a quem cabe efetuar o lançamento, a arrecadação e a fiscalização da contribuição.
2. Tratando-se de litisconsórcio passivo necessário, deve o feito retornar ao juízo de origem para que o INCRA seja devidamente citado, restando anulados todos os atos decisórios proferidos nos autos.
3. Sentença anulada de ofício. Remessa dos autos à origem.
4. Apelação prejudicada.
A C Ó R D Ã O
Decide a Turma, à unanimidade, anular de ofício a sentença e julgar prejudicada a apelação.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007.

Desembargador Federal LEOMAR AMORIM
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2000.01.00.014139-3/BA
Processo na Origem: 199933000054373

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	: PLANTEL INFORMATICA LTDA
ADVOGADO	: MARCELO NEESER NOGUEIRA REIS E OUTROS(AS)
APELADO	: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO

EMENTA
TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CAUTELAR. EXECUÇÃO FISCAL. TÍTULO DA DÍVIDA PÚBLICA. CAUÇÃO. COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.
I. Títulos da Dívida Pública, de validade jurídica discutível e de difícil resgate, não se apresentam como hábeis a garantir o crédito tributário.
II. Apelação não provida.
ACÓRDÃO
Decide a Turma negar provimento à apelação, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007 (data do julgamento).

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

APELAÇÃO CÍVEL N. 2000.01.00.032626-5/MG
Processo na Origem: 250897

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
RELATOR(A)	: JUIZ FEDERAL ROBERTO CARVALHO VELOSO (CONV.)
APELANTE	: CIA INDUSTRIAL E AGRICOLA OESTE DE MINAS-CIAOM
ADVOGADO	: RUI BATISTA MENDES E OUTROS(AS)
APELADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ANTONIO CARLOS GOMES

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. ANULAÇÃO DA INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA APÓS A PROPOSITURA DOS EMBARGOS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DEVIDOS PELO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. INAPLICABILIDADE DO ART. 26, DA LEF. REEMBOLSO DAS CUSTAS.
1. Anulada a inscrição da dívida ativa após a propositura dos embargos à execução, deve o INSS arcar com os honorários de sucumbência ante o princípio da causalidade, não se aplicando a hipótese do art. 26, da Lei 6.830/80.
2. Fixação dos honorários advocatícios em R$ 1.000,00 (um mil reais), em consonância com o disposto no art. 20, § 4º, do Código de Processo Civil.
3. O apelado deve arcar, ainda, com o reembolso das custas despendidas pela empresa ao ajuizar os embargos na Justiça Estadual.
4. Apelação provida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, por unanimidade, dar provimento à apelação.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007.

Juiz Federal ROBERTO VELOSO
Relator Convocado

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2000.01.00.043827-2/MG
Processo na Origem: 199938010047123

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
AGRAVANTE	: GORI E CIA LTDA
ADVOGADO	: LUIZ FERNANDO ALVES DOS REIS
AGRAVADO	: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - RESGATE DE TÍTULO DA DÍVIDA PÚBLICA. IMPUGNAÇÃO DO VALOR DA CAUSA - FIXAÇÃO DE NOVO VALOR.
I - O valor da causa, por princípio, deve expressar o conteúdo econômico da demanda.
II - Quando não pode ser estimado, desde logo, tal valor é de ser considerado válido o apontado pelo autor na inicial, havendo, naturalmente, de ser complementado, uma vez apurado valor maior *a posteriori*, máxime em sede de execução.Tal inteligência tem sido consagrada pelo STJ (q.v. *verbi gratia*: REsp. 8323/SP, STJ, 3ª Turma, DJ de 3.6.91.
III - Agravo de instrumento provido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma dar provimento ao agravo de instrumento, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007 (data do julgamento).

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2000.01.00.053895-3/MG
Processo na Origem: 199938020015465

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: CONSTRIG-CONSORCIO TRIANGULINO DE ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO	: ROBERTO OLIVEIRA DE FARIA E OUTROS(AS)
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 1A VARA DA SUBSECAO JUDICIARIA DE UBERABA - MG

E M E N T A

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. PRESCRIÇÃO. PIS. RECOLHIMENTO NO PERÍODO COMPREENDIDO DA DATA DA EDIÇÃO DA MP 1.212 DE 1995 ATÉ SUA VIGÊNCIA. PRAZO NONAGESIMAL. VIGÊNCIA DA LC 07/70. COMPENSAÇÃO.
1. Tratando-se o PIS de tributo sujeito a lançamento por homologação, a prescrição da ação de restituição somente ocorre decorridos cinco anos, a partir do fato gerador, acrescidos de mais cinco anos, contados da homologação tácita.
2. A contribuição social para o PIS foi expressamente recepcionada pelo artigo 239 da Constituição Federal de 1988, permanecendo, *ipso facto*, em vigor a Lei Complementar n. 07/70, com modificação apenas do destino da correspondente receita.
3. Os decretos-leis ns. 2.445 e 2449, de 1988, que alteraram a sistemática da contribuição para o PIS, base de cálculo e a alíquota, foram declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 148.754-2/RJ, de 24/06/1993, por impossibilidade de utilização desses instrumentos normativos, face à reserva qualificada das matérias (art. 55 da CF). A Resolução n. 49 do Senado Federal, publicada em 10 de outubro de 1995, suspendeu a execução dos referidos decretos-leis.
4. Afastados os referidos decretos-leis, a contribuição para o PIS passou a ser disciplinada pela LC n. 07/70, com as alterações introduzidas pela LC n. 17/73, até a edição da Medida Provisória n. 1.212/95.
5. A Medida Provisória 1.212, publicada em 29/11/95, passou a ter eficácia somente em 27/02/96, consoante o princípio da anterioridade nonagesimal. Por conseguinte, no período de outubro de 1995 a fevereiro de 1996 encontrava-se em vigência a LC 07/70. Precedente desta Corte.
6. A base de cálculo do PIS, no período de vigência da LC n. 07/70, e até a edição da Medida Provisória 1.212/95, é o faturamento do 6º mês anterior ao fato gerador, não incidindo correção monetária, por ausência de previsão legal.
7. As alterações estabelecidas pela legislação posterior à LC n. 07/70 - Leis ns. 7.691/88, 7.799/89, 8.218/91, 8.383/91, 8.891/95 e 9.069/95 -, não lhe modificaram a base de cálculo, mas, tão-somente, o prazo e a forma de recolhimento do PIS.
8. Apelação e remessa oficial parcialmente providas.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, à unanimidade, dar parcial provimento à apelação e à remessa oficial.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 16/02/2007.

Desembargador Federal LEOMAR AMORIM
Relator

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA N. 2000.01.00.057654-9/MG

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: LUCIO ARISTIDES DALDEGAN FRANCA E OUTROS(AS)
ADVOGADO	: SILVIO HUMBERTO PINTO ARANTES E OUTROS(AS)
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 11A VARA - MG

EMENTA

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. APOSENTADORIA COMPLEMENTAR MÓVEL VITALÍCIA - ACMV. ANTECIPAÇÃO DO RECEBIMENTO DA VERBA POR FORÇA DE ACORDO TRABALHISTA. NATUREZA INDENIZATÓRIA.
1. A verba relativa à Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia - ACMV, recebida de forma antecipada, por força de acordo trabalhista, em razão da extinção do fundo previdenciário do BEMGE no momento de sua privatização, possui natureza indenizatória, não podendo, portanto, sofrer incidência do imposto de renda.
2. Apelação e remessa oficial a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação e à remessa oficial, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2000.01.00.060416-4/MG
Processo na Origem: 199838000306910

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	: MINAS BAHIA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA
ADVOGADO	: HERON NAPOLEAO PINTO E OUTROS(AS)
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. TÍTULO DA DÍVIDA PÚBLICA. CAUÇÃO.COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.
I. Títulos da Dívida Pública, de validade jurídica discutível e de difícil resgate, não se apresentam como hábeis a garantir o crédito tributário.
II. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Decide a Turma negar provimento à apelação, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

REMESSA EX OFFICIO N. 2000.01.00.063443-4/AC
Processo na Origem: 199830000027001

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
RELATOR(A)	: JUIZ FEDERAL ROBERTO CARVALHO VELOSO (CONV.)
AUTOR	: MARILDA BUENO MARCAL
ADVOGADO	: JEFFERSON MARINHO E OUTRO(A)
REU	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 3A VARA - AC

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. FALTA DE INTIMAÇÃO DA PENHORA AO CÔNJUGE DO EXECUTADO. IRREGULARIDADE SANADA. EMBARGOS DE TERCEIROS. MEAÇÃO. PENHORA. BEM INDIVISÍVEL. ALIENAÇÃO.
1. Cônjuge virago de sócio da empresa executada pela Fazenda Nacional opõe embargos de terceiros contra a penhora efetivada em dois bens imóveis: um pertencente ao casal e outro pertencente à empresa executada.
2. Ilegitimidade da embargante para pedir a desconstituição da constrição judicial sobre o bem imóvel pertencente à empresa executada.
3. A falta de intimação da embargante acerca da penhora que recaiu sobre o bem imóvel pertencente ao casal foi sanada com a oposição dos embargos de terceiros.
4. Em relação ao bem imóvel pertencente ao casal, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento de que, "em execução fiscal, na cobrança de dívidas fiscais contra empresa em que o marido seja sócio, há de se excluir a meação da mulher sobre o bem de propriedade do casal que foi objeto de penhora, notadamente nos casos em que o credor não comprovou a existência de benefício do cônjuge com o produto da infração cometida pela empresa" (REsp nº 641.400/PB, Rel. Min. José Delgado, DJU de 1º.02.2005). Tal posicionamento já se encontra sumulado pelo STJ a teor do Verbete n. 251: "*A meação só responde pelo ato ilícito quando o credor, na execução fiscal, provar que o enriquecimento dele resultante aproveitou ao casal.*"
5. Sendo o bem do casal penhorado indivisível, há de ser levado à hasta pública, reservado 50% do produto da alienação ao cônjuge meeiro. (REsp 200.251/SP, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJU de 29.04.2002).
6. Remessa Oficial parcialmente provida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, por unanimidade, dar parcial provimento à remessa oficial.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007.

Juiz Federal ROBERTO VELOSO
Relator Convocado

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA N. 2000.01.00.064083-9/MG

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: CONSELHO REGIONAL DE MINAS GERAIS - ORDEM DOS MUSICOS DO BRASIL
ADVOGADO	: FRANCISCO BRAZ NETO E OUTRO(A)
APELADO	: A OBRA LTDA
ADVOGADO	: ERICA REGINA DE OLIVEIRA COMPART
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 20A VARA - MG

EMENTA

MULTA ADMINISTRATIVA. MANDADO DE SEGURANÇA. AUTO DE INFRAÇÃO. ANULAÇÃO. ORDEM DOS MÚSICOS DO BRASIL. AUTORIDADE INCOMPETENTE. ART. 55 DA LEI 3.857/60. DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO. ART. 18, DA LEI 3.857/60. DESTINÁRIO DA NORMA. MÚSICOS.
1. Nos termos do art. 55, da Lei 3.857/60, inquestionável a competência da Delegacia Regional do Trabalho no Estado e não da Ordem dos Músicos do Brasil para fiscalizar estabelecimentos quanto à apresentação do contrato de trabalho dos músicos.
2. Sendo a competência condição de validade do ato administrativo, nulo se mostra o auto de infração emitido por autoridade incompetente.
3. Os arts. 56 e 57, da Lei 3.857/60 não fazem qualquer designação de competência à Ordem dos Músicos do Brasil.
4. A leitura do art. 18, da Lei 3.857/60, não permite outra interpretação a não ser a de que a norma estabelecida tem como único destinatário o músico e não o estabelecimento que o contrata.
5. Apelação e remessa oficial a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação e à remessa oficial, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 6 de março de 2007.

Desembargadora Federal *Maria do Carmo Cardoso*
Relatora

REMESSA EX OFFICIO N. 2000.01.00.064479-5/MG

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
AUTOR	: SUL MINEIRA ALIMENTOS S/A E OUTRO(A)
ADVOGADO	: TANCREDO ROCHA JUNIOR E OUTROS(AS)
REU	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 14A VARA - MG

EMENTA

TRIBUTÁRIO. FINSOCIAL. MAJORAÇÃO DE ALÍQUOTAS. LEIS 7.787/89, 7.894/89 E 8.147/90. INCONSTITUCIONALIDADE. COMPENSAÇÃO. POSSIBILIDADE. JUROS DE MORA. CORREÇÃO MONETÁRIA.

1. A declaração de inconstitucionalidade da Lei 7.689/88, pelo Supremo Tribunal Federal, no caso, foi *incidenter tantum*, devendo o prazo prescricional para o ajuizamento da ação, que visa à restituição ou à compensação do FINSOCIAL, fluir a partir da publicação da Resolução editada pelo Senado Federal.

2. Não tendo o Senado Federal editado a Resolução que suspenda a execução da norma declarada inconstitucional, a prescrição deve ser verificada com base na regra geral dos tributos sujeitos a lançamento por homologação.

3. Independentemente da natureza da Lei Complementar 118/2005, se interpretativa ou não, esta não pode retroagir, em atenção ao princípio da segurança jurídica, evitando-se, desta forma, a denominada *surpresa fiscal*.

4. Inconstitucionalidade das majorações de alíquotas do FINSOCIAL, posteriores ao Decreto-Lei 1.940/82, declarada pelo STF.

5. Diante da evolução da legislação reguladora da compensação tributária, ficou autorizada a compensação de créditos decorrentes do recolhimento a maior a título de FINSOCIAL, em razão da majoração da alíquota em função das Leis 7.787/89, 7.894/89 e 8.147/90, com qualquer tributo arrecadado e administrado pela Secretaria da Receita Federal, ainda que o destino das arrecadações seja outro, sendo aplicável a lei vigente no momento em que efetivamente ocorrer a compensação, ou seja, no encontro das contas.

6. A incidência de juros de mora, em restituição total ou parcial, é devida a partir do trânsito em julgado da decisão definitiva que a determinar (art. 167, do CTN).

7. A verba honorária deve ser fixada em valor certo, evitando-se, assim, o aviltamento do exercício da advocacia, ou, de outra sorte, sua elevação a valores exacerbados.

8. Remessa oficial a que se dá parcial provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento à remessa oficial, nos termos do voto da Relatora.

Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2000.01.00.067449-0/MG
Processo na Origem: 9501031527

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
RELATOR(A)	: JUIZ FEDERAL ROBERTO CARVALHO VELOSO (CONV.)
APELANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: DIMAS ROBERTO BIANCO DA SILVA
APELADO	: DINEU VIDAL COSTA
ADVOGADO	: WLADIMIR DE OLIVEIRA ANDRADE
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 2A VARA DA SUBSECAO JUDICIARIA DE JUIZ DE FORA - MG

E M E N T A

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. RESPONSABILIDADE DO SÓCIO- GERENTE. ART. 135, III, DO CTN. NOME DO SÓCIO-GERENTE NA CDA COMO CO-RESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO. IMPOSSIBILIDADE DE REDIRECIONAMENTO. FALÊNCIA. SOCIEDADE LIMITADA. DISSOLUÇÃO IRREGULAR NÃO-CONFIGURADA.

1. Tratando-se de débitos previdenciários relativos às competências de 08/80 a 04/81, ocorridos após a edição da Emenda Constitucional n. 08/77, aplicável o prazo prescricional de trinta anos previsto na Lei 3.807/60 (Precedentes: STJ - REsp 514935/PR, Ministro Luiz Fux, DJ de 28.02.2005; TRF 1ª Região - AC 2006.01.00.000578-7, Desembargador Federal Leomar Amorim, DJ de 24.03.2006). Afastada a argüição de prescrição intercorrente.

2. A responsabilidade pessoal do sócio-gerente ou administrador é subjetiva, devendo ser comprovado se este agiu com má-fé, excesso de mandato ou infringiu a lei, para que seus bens respondam pelo débito. Inteligência do art. 135, III, do CTN.

3. Iniciada a execução contra a pessoa jurídica e, posteriormente, redirecionada contra o sócio-gerente, que não constava da Certidão de Dívida Ativa, cabe ao INSS demonstrar a ocorrência de qualquer das hipóteses do art. 135 do CTN. (Precedentes do STJ: EREsp 702.232/RS, Ministro Castro Meira, DJ de 26.09.2005 e AgRg no REsp n. 720.043/RS, Ministro Luiz Fux, DJ de 14.11.2005).

4. A alegação do INSS de que a empresa fora dissolvida irregularmente não procede. Restou devidamente comprovada nos autos a dissolução regular da sociedade, não tendo o apelante comprovado o contrário, ônus que lhe cabia.

5. A falência não configura modo irregular de dissolução da sociedade, pois além de estar prevista na legislação pertinente, o patrimônio da empresa é que deve responder pelas obrigações por ela contraídas. Portanto, a decretação da falência não enseja, por si só, o redirecionamento da execução fiscal. (Precedentes do STJ: REsp 442.301, Min. Denise Arruda, DJ de 05.12.2005; REsp 571.740, Min. Francisco Peçanha Martins, DJ de 08.08.2005 e AGA 767.383, Min. Castro Meira, DJU de 15.08.2006).

6. Apelação e remessa oficial improvidas.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, por unanimidade, negar provimento à apelação e à remessa oficial.

8ª Turma do TRF da 1ª Região - 20/03/2007.

Juiz Federal ROBERTO VELOSO - Relator Convocado

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2000.01.00.069362-0/MG
Processo na Origem: 199838000305197

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	: J C R GONTIJO LTDA
ADVOGADO	: MAXIMA ANTUNES SILVEIRA E OUTROS(AS)
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA

TRIBUTÁRIO, PROCESSUAL CIVIL. MEDIDA CAUTELAR. TÍTULO DA DÍVIDA AGRÁRIA.COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.

I. Títulos da Dívida Agrária, espécie de Título da Dívida Pública, de validade jurídica discutível e de difícil resgate, não se apresentam como hábeis a garantir o crédito tributário.

II. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Decide a Turma negar provimento à apelação, por unanimidade.

8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS - Relator

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2000.01.00.074045-4/MG
Processo na Origem: 199838000385630

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: TECIDOS E ARMARINHOS MIGUEL BARTOLOMEU S/A
ADVOGADO	: JOSE ALEXANDRE BERNARDES
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 10ª VARA - MG

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. FINSOCIAL. INCONSTITUCIONALIDADE DA MAJORAÇÃO DE ALÍQUOTAS (RE 186071). LEIS 7.787/89, 7.894/89 E 8.147/90. COMPENSAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. TAXA SELIC.

I. Rejeitada a preliminar de decadência argüida pela Fazenda, uma vez que se trata de mandado de segurança preventivo, não se aplicando, *in casu*, o prazo decadencial de 120 (cento e vinte) dias.

II. São compensáveis os valores recolhidos a maior a título de FINSOCIAL, por força da majoração da alíquota pelas Leis 7.787/89, 7.894/89 e 8.147/90, com quaisquer tributos arrecadados e administrados pela Secretaria da Receita Federal, ainda que o destino das arrecadações seja outro.

III. A correção monetária deverá ser feita, a partir do recolhimento indevido, pelos expurgos inflacionários até 31/12/95, utilizando-se como indexador o IPC nos seguintes percentuais: 84,32% (março/90), 44,80% (abril/90), 7,87% (maio/90), 12,92% (julho/90), 12,03% (agosto/90), 14,20 (outubro/90) e 21,87% (fevereiro de 1991). Entre março/91 até dezembro/91 aplica-se o INPC e a variação da UFIR de janeiro/92 até dezembro/95. Após 1º/01/96, incidirá exclusivamente a taxa SELIC.

IV. Apelação e remessa oficial não providas.

ACÓRDÃO

Decide a Turma rejeitar a preliminar e negar provimento à apelação e à remessa oficial, por unanimidade.

8ª Turma do TRF da 1ª Região - 13/032007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2000.32.00.004752-8/AM
Processo na Origem: 200032000047528

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: AFRAUDISO DA SILVA XAVIER
APELADO	: METALFINO DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	: MARIO CORDELLA FILHO E OUTROS (AS)
REMETENTE	JUIZO FEDERAL DA 3A VARA - AM
EMBARGANTE	: METALFINO DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	MARIO CORDELLA FILHO E OUTROS (AS)
EMBARGADO	: V. ACORDÃO DE FLS. 227/230

EMENTA

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EMISSÃO DE CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA. ARTIGO 151 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. IMPOSSIBILIDADE. OMISSÃO. INEXISTENCIA. EFEITO MODIFICATIVO. IMPOSSIBILIDADE.

I. Uma vez que todas as questões suscitadas foram devidamente apreciadas, inexistindo no acórdão obscuridade, omissão ou contradição, impõe-se a sua rejeição.

II. Eventual reforma do *decisum* deverá ser buscada pela via recursal própria.

III. Embargos rejeitados.

ACÓRDÃO

Decide a Turma rejeitar os embargos de declaração, por unanimidade.

8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2000.33.00.000037-7/BA
Processo na Origem: 200033000000377

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: PADARIA E PASTELARIA DA FE LTDA E OUTROS(AS)
ADVOGADO	: JURACY PINHEIRO DE BRITO
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 9ª VARA - BA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. FINSOCIAL. PRESCRIÇÃO DECENAL. INCONSTITUCIONALIDADE DA MAJORAÇÃO DE ALÍQUOTAS (RE 186071). LEIS 7.787/89, 7.894/89 E 8.147/90. COMPENSAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. TAXA SELIC.

I. São compensáveis os valores recolhidos a maior a título de FINSOCIAL, por força da majoração da alíquota pelas Leis 7.787/89, 7.894/89 e 8.147/90, com quaisquer tributos arrecadados e administrados pela Secretaria da Receita Federal, ainda que o destino das arrecadações seja outro.

II. A correção monetária deverá ser feita, a partir do recolhimento indevido, pelos expurgados inflacionários até 31/12/95, utilizando-se como indexador o IPC nos seguintes percentuais: 84,32% (março/90), 44,80% (abril/90), 7,87% (maio/90), 12,92% (julho/90), 12,03% (agosto/90), 14,20 (outubro/90) e 21,87% (fevereiro de 1991). Entre março/91 até dezembro/91 aplica-se o INPC e a variação da UFIR de janeiro/92 até dezembro/95. Após 1º/01/96, incidirá exclusivamente a taxa SELIC.

III. Apelação e remessa oficial parcialmente providas.

ACÓRDÃO

Decide a Turma rejeitar a preliminar e dar parcial provimento à apelação e à remessa oficial, por unanimidade.

8ª Turma do TRF da 1ª Região - 13/03/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2000.33.00.001796-1/BA
Processo na Origem: 200033000017961

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	: TECNOLOGIA AVANCADA GARANTIDA S/A
ADVOGADO	: NEWTON JOSE DE OLIVEIRA NEVES E OUTROS(AS)
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA

TRIBUTÁRIO. CONSTITUCIONAL. CPMF. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 21/99. ADInMC Nº 2.031/DF.

I - Não falar-se em ofensa ao princípio da legalidade, uma vez que o artigo 154, I, da Constituição restringe-se à criação ou majoração de tributos novos, todavia, que não é o caso da contribuição em referência.

II - É de se ressaltar que o Supremo Tribunal Federal já apreciou a matéria em debate, quando do julgamento da ADInMC nº 2.031/DF.

III - Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Decide a Turma negar provimento à Apelação, por unanimidade.

2ª Turma do TRF da 1ª Região -06/03/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

APELAÇÃO CÍVEL N. 2000.33.00.006477-8/BA

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: ASSOCIACAO ATLETICA DA BAHIA
ADVOGADO	: EDVALDO BRITO FILHO E OUTROS(AS)
APELADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: EZILEIDE MIRANDA PITANGA DIAS

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. ADESÃO AO REFIS. AUSÊNCIA DE PEDIDO DE RENÚNCIA. EXTINÇÃO DO FEITO COM EXAME DE MÉRITO (ART. 269, V, CPC). IMPOSSIBILIDADE.
1. A condição para aderir ao REFIS, estipulada pelo art. 2º, § 6º, da Lei 9.964/2000, de desistência da ação, renunciando-se ao direito sobre o qual se funda, não tem o condão de levar à extinção, de ofício, dos embargos à execução, sem que haja expresso requerimento da parte.
2. Apelação a que se dá provimento.
ACÓRDÃO
Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, dar provimento à apelação, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 16 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL N. 2000.33.00.012795-8/BA

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
REL. CONV.	: JUIZ FEDERAL OSMANE ANTONIO DOS SANTOS
APELANTE	: COMERCIAL DE ALIMENTOS GOES LTDA
ADVOGADO	: FERNANDO JOSE MAXIMO MOREIRA E OUTROS
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL. EXTINÇÃO DO PROCESSO. IRREGULARIDADE DA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO AUTOR. ART. 267, III, § 1º, CPC.
1. A extinção do processo sem julgamento do mérito, na hipótese do autor, por não promover os atos e diligências que lhe competir, abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias, depende de prévia intimação pessoal para que supra a falta no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, conforme previsto no art. 267, III, § 1º, do CPC. A intimação, mediante publicação no diário oficial, não supre a exigência legal.
2. Considera-se suprida a pendência se o autor, com a apelação, juntou cópia do seu ato constitutivo atestando a legitimidade dos poderes outorgados.
3. Provimento do recurso para anular a sentença e determinar o retorno dos autos para regular apreciação do pedido.
ACÓRDÃO
Decide a Turma dar provimento à Apelação, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 27/02/2007 (data do julgamento)

Juiz Federal OSMANE ANTONIO DOS SANTOS
Relator Convocado

RECURSO ESPECIAL - APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA N. 2000.36.00.004059-2/MT

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO	: GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA E OUTROS(AS)
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. ILEGITIMIDADE ATIVA DO CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA. ART. 5º, LXX, "B", DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INEXIGIBILIDADE DA CPMF DE SEUS FILIADOS.
1. O art. 5º, LXX, *b*, da Constituição Federal, dispõe sobre o cabimento de mandado de segurança coletivo, impetrado por organização sindical, entidade de classe, ou associação legalmente constituída, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
2. O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Odontologia foram instituídos pela Lei 4.324/64, alterada pela Lei 5.965/73, dispondo em seu art. 2º que tais entidades *constituem em seu conjunto uma autarquia, sendo cada um deles dotado de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, e têm por finalidade a supervisão da ética profissional em toda a República cabendo-lhes zelar pelo perfeito desempenho ético da odontologia e pelo prestígio e bom conceito da profissão e dos que a exercem legalmente."*
3. Tendo em vista que a finalidade da entidade de classe, no caso, o Conselho Regional de Odontologia, não guarda qualquer vinculação com o objeto do presente mandado de segurança - inexigibilidade da CPMF de seus filiados, não há de se reconhecer a legitimidade ativa do impetrante.
4. Apelação a que se nega provimento. Sentença mantida.
ACÓRDÃO
Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2000.37.00.003437-2/MA
Processo na Origem: 200037000034372

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
RELATOR(A)	: JUIZ FEDERAL ROBERTO CARVALHO VELOSO (CONV.)
APELANTE	: POSTO MAGNOLIA LTDA
ADVOGADO	: NESTOR ROCHA CABRAL E OUTROS(AS)
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
EMBARGANTE	: POSTO MAGNOLIA LTDA

E M E N T A
PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. TAXA SELIC. VALORES RECOLHIDOS POR MEIO DE DARFs. POSSIBILIDADE. OMISSÃO SANADA VIA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.
1. Uma das funções a que se destinam os embargos declaratórios é sanar omissão porventura existente no julgado, a teor do art. 535, II, do CPC.
2. Evidente omissão no acórdão quanto ao pedido de expurgo dos valores referentes a juros calculados com base na taxa SELIC do parcelamento e reparcelamento procedido junto à Receita Federal e quanto ao pedido de consideração dos valores efetuados através de DARFs.
3. Com o advento da Lei 9.250/95, a partir de 1º.01.96, os juros de mora passaram a ser devidos pela taxa SELIC, mesmo em casos de parcelamentos de débitos tributários. Neste ponto, mantida a sentença *a quo*.
4. Os valores recolhidos por meio de DARFs, coligidos aos autos, relativos às competências 08/96 e 10/96 a título de CSLL, deverão ser considerados pela Receita Federal, quando da consolidação do crédito tributário.
5. Acórdão de fl. 316 retificado para constar as omissões apontadas.
6. Embargos de Declaração acolhidos.
A C Ó R D Ã O
Decide a Turma, por unanimidade, acolher os embargos de declaração.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007.

Juiz Federal ROBERTO VELOSO
Relator Convocado

APELAÇÃO CÍVEL N. 2000.38.00.009062-6/MG
Processo na Origem: 200038000090626

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
RELATOR(A)	: JUIZ FEDERAL ROBERTO CARVALHO VELOSO (CONV.)
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: MARCOS ESTEVAM BICALHO
ADVOGADO	: LUIS FERNANDO LARA DA SILVA E OUTRO(A)

E M E N T A
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL DA FAZENDA NACIONAL INTEMPESTIVOS. ART. 739, I, CPC.
1. Na execução de título judicial contra a Fazenda Pública, o termo *a quo* para a interposição dos embargos à execução, dar-se-á com a juntada do mandado de citação aos autos e não a partir da remessa dos autos à Procuradoria da Fazenda Nacional.
2. Apelação da União improvida.
A C Ó R D Ã O
Decide a Turma, por unanimidade, negar provimento à apelação.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06.03.2007.

Juiz Federal ROBERTO VELOSO
Relator Convocado

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA N. 2000.38.00.012468-5/MG

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: MINACO S/A
ADVOGADO	: AMANAJOS PESSOA DA COSTA
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 22A VARA - MG

EMENTA
TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÃO PROVISÓRIA SOBRE MOVIMENTÇÃO FINANCEIRA - CPMF. EMENDA CONSTITUCIONAL 21/99. CONSTITUCIONALIDADE. ADIN 2.031/DF.
1. A constitucionalidade da CPMF foi analisada pelo Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento da ADIn 2031-5/DF, relatora Ministra Ellen Gracie, DJ de 17/10/2003.
2. A ação, por maioria, foi julgada parcialmente procedente, tão-somente, para declarar a inconstitucionalidade do § 3º do art. 75 do ADCT, incluído pela EC 21/99, que autorizava a União *a emitir títulos da dívida pública interna, cujos recursos serão destinados ao custeio da saúde e da previdência social, em montante equivalente ao produto da arrecadação da contribuição, prevista e não realizada em 1999*.
3. Entendendo que a pretensão da impetrante não encontra arrimo na última instância do Poder Judiciário, não se afigura razoável a manutenção da sentença, no que se refere à declaração de inexigibilidade da CPMF.
4. Apelação da União e remessa oficial a que se dá provimento.
ACÓRDÃO
Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, dar provimento à apelação da Fazenda Nacional e à remessa oficial, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2000.38.00.013310-3/MG
Processo na Origem: 200038000133103

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: GENESIO ALTIVO MACHADO
ADVOGADO	: SABRINA TORRES LAGE PEIXOTO DE MELO
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 5ª VARA - MG

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. FINSOCIAL. PRESCRIÇÃO DECENAL. INCONSTITUCIONALIDADE DA MAJORAÇÃO DE ALÍQUOTAS (RE 186071). LEIS 7.787/89, 7.894/89 E 8.147/90. COMPENSAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. TAXA SELIC.
I. Rejeitada a preliminar de decadência argüida pela Fazenda Nacional, uma vez que a intimação que informa ao impetrante sobre o indeferimento de seu pedido administrativo de compensação tributária é datada de 14 de março de 2000, tendo o presente *mandamus* sido impetrado em 12 de maio de 2000. Portanto, não há que se falar em decadência.
II. Rejeitada também a preliminar de impossibilidade jurídica do pedido, eis que se confunde com o mérito da demanda. Até mesmo porque não constitui óbice à compensação do FINSOCIAL com outros tributos arrecadados pela Secretaria da Receita Federal a circunstância de a empresa ter optado por recolher tributos pelo regime denominado SIMPLES, instituído pela Lei nº 9.317, de 05.12.96.
III. É entendimento pacificado nesta Corte que a extinção do direito em causa, por se tratar de tributo sujeito a lançamento por homologação, somente se verifica após o transcurso do prazo de cinco anos contados da ocorrência do fato gerador, acrescido de mais cinco anos, a partir da homologação tácita.
IV. Uma vez que "*a declaração da inconstitucionalidade dos arts. 9º da Lei 7.689/88, 7º da Lei 7.787/89, 1º da Lei 7.894/89 e 1º da Lê 8.147/90, que majoraram as alíquotas da contribuição ao FINSOCIAL, se deu no julgamento do Recurso Extraordinário 150.764-1-PE (controle difuso), publicado no DJ de 02/04/1993. Entretanto, não foi editada Resolução do Senado Federal, conferindo efeitos erga omnes ao referido julgamento, motivo pelo qual, tratando-se de tributo sujeito a lançamento por homologação, deve ser aplicada a tese dos 5(cinco) mais 5(cinco)*" (AGResp n. 511279/MG, Rel. Ministro Luiz Fux, 1ª Turma, DJU de 10/05/2004).
V. São compensáveis os valores recolhidos a maior a título de FINSOCIAL, por força da majoração da alíquota pelas Leis 7.787/89, 7.894/89 e 8.147/90, com quaisquer tributos arrecadados e administrados pela Secretaria da Receita Federal, ainda que o destino das arrecadações seja outro.
VI. A correção monetária deverá ser feita, a partir do recolhimento indevido, pelos expurgados inflacionários até 31/12/95, utilizando-se como indexador o IPC nos seguintes percentuais: 84,32% (março/90), 44,80% (abril/90), 7,87% (maio/90), 12,92% (julho/90), 12,03% (agosto/90), 14,20 (outubro/90) e 21,87% (fevereiro de 1991). Entre março/91 até dezembro/91 aplica-se o INPC e a variação da UFIR de janeiro/92 até dezembro/95. Após 1º/01/96, incidirá exclusivamente a taxa SELIC.
VII. Apelação e remessa oficial não providas.
ACÓRDÃO
Decide a Turma rejeitar as preliminares e negar provimento à apelação e à remessa oficial, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 13/03/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2000.38.00.026918-0/MG
Processo na Origem: 200038000269180

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: INDUSTRIA DE REFRIGERANTES DEL REY LTDA
ADVOGADO	: KARLEY CORREA DA SILVA E OUTRO(A)

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. FAZENDA NACIONAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS INDEVIDOS. SÚMULA 168/TFR.
I. Não cabem honorários advocatícios no caso de rejeição de embargos opostos contra execução fiscal movida pela Fazenda Nacional, tendo em vista que o encargo de 20% de que trata o Decreto-Lei nº 1.025/69 encontra-se incluso na CDA.
II. Apelação não provida.
ACÓRDÃO
Decide a Turma negar provimento à apelação da Fazenda Nacional, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2000.38.00.040065-0/MG
Processo na Origem: 200038000400650

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
APELANTE	: SAPATARIA NOVA INDIANA LTDA
ADVOGADO	: SABRINA TORRES LAGE PEIXOTO DE MELO
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
EMBARGANTE	: SAPATARIA NOVA INDIANA LTDA

E M E N T A
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. FINSOCIAL. COMPENSAÇÃO. COMPROVANTE DO RECOLHIMENTO. AUSÊNCIA. SEGURANÇA DENEGADA. OMISSÃO NÃO CARACTERIZADA. PRETENDIDA REVISÃO DO JULGADO.
1. O Tribunal, ao dirimir a controvérsia, não está obrigado a manifestar-se sobre todas as alegações suscitadas pelas partes, se o fundamento que suporta o acórdão é suficiente a decidir o litígio.
2. Para a oposição de embargos declaratórios com a finalidade de prequestionar matéria de direito, a fim de viabilizar a interposição dos recursos excepcionais, é mister que a parte demonstre inequivocamente a existência na decisão embargada de um dos vícios de que cuida a legislação de regência (CPC, art. 535, incisos I e II.
3. A via adequada para a revisão do julgado é o recurso próprio e não os embargos ora opostos.
4. Embargos de declaração rejeitados.
A C Ó R D Ã O
Decide a Turma, à unanimidade, rejeitar os embargos de declaração.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007.

Desembargador Federal LEOMAR AMORIM
Relator

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2000.38.00.040824-8/MG
Processo na Origem: 200038000408248

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
APELANTE	: S/A RADIO GUARANI
ADVOGADO	: THAIS NOVAES CAVALCANTI
APELADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: RAFAEL ISAAC DE ALMEIDA COELHO

E M E N T A
PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. DECADÊNCIA DO DIREITO À IMPETRAÇÃO AFASTADA. COMPENSAÇÃO. ADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA.
1. Decadência do direito de propor mandado de segurança afastada dada a natureza preventiva da ação.
2. O direito à compensação pode ser deferido através de ação mandamental, conforme estabelece a Súmula n. 213 do STJ. Cabe ao Poder Judiciário, ao analisar o pedido do impetrante, declarar se o crédito é compensável, restando à Administração verificar sua liquidez e certeza.
3. Apelação parcialmente provida. Sentença reformada. Autos devolvidos à origem.
A C Ó R D Ã O
Decide a Turma, à unanimidade, dar parcial provimento à apelação.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007.

Desembargador Federal LEOMAR AMORIM
Relator

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA N. 2000.41.00.004852-8/RO

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: GUSTAVO DO AMARAL MARTINS E OUTROS(AS)
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA
TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÃO PROVISÓRIA SOBRE MOVIMENTÇÃO FINANCEIRA - CPMF. EMENDA CONSTITUCIONAL 21/99. CONSTITUCIONALIDADE. ADIN 2.031/DF.
1. A constitucionalidade da CPMF foi analisada pelo Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento da ADIn 2031-5/DF, relatora Ministra Ellen Gracie, DJ de 17/10/2003.
2. A ação, por maioria, foi julgada parcialmente procedente, tão-somente, para declarar a inconstitucionalidade do § 3º do art. 75 do ADCT, incluído pela EC 21/99, que autorizava a União *a emitir títulos da dívida pública interna, cujos recursos serão destinados ao custeio da saúde e da previdência social, em montante equivalente ao produto da arrecadação da contribuição, prevista e não realizada em 1999.*
3. Entendendo que a pretensão da impetrante não encontra arrimo na última instância do Poder Judiciário, não se afigura razoável a manutenção da sentença, no que se refere à declaração de inexigibilidade da CPMF.
4. Apelação da impetrante a que se nega provimento.
ACÓRDÃO
Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação da impetrante, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2001.01.00.033856-1/MG
Processo na Origem: 9600182477

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	: SOCIEDADE MASTER LTDA - ME
ADVOGADO	: CRISTIANA BRASIL CAMPOS REBELO E OUTROS(AS)
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA
TRIBUTÁRIO. TÍTULO DA DÍVIDA AGRÁRIA.COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.
I. Títulos da Dívida Agrária, espécie de Título da Dívida Pública, de validade jurídica discutível e de difícil resgate, não se apresentam como hábeis a garantir o crédito tributário.
II. Apelação não provida.
ACÓRDÃO
Decide a Turma negar provimento à apelação, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL N. 2001.01.00.045462-3/DF

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA ARQUITETURA E AGRONOMIA - CONFEA
ADVOGADO	: LUIZ FILIPE RIBEIRO COELHO
APELADO	: INDUSTRIAS VILLARES S/A E OUTROS(AS)
ADVOGADO	: PEDRO LUCIANO MARREY JUNIOR E OUTROS(AS)
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 22A VARA - DF

EMENTA
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO INEXISTENTE. CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA - CONFEA. EMPRESA QUE SE DEDICA À INDUSTRIALIZAÇÃO, COMÉRCIO E MANUTENÇÃO DE ELEVADORES. EFEITOS INFRINGENTES. FUNDAMENTADO EM RELAÇÃO AO PEDIDO E À QUESTÃO NOVA TRAZIDA NO JULGAMENTO.
1. São incabíveis embargos de declaração utilizados indevidamente com a finalidade de manter discussão sobre tema jurídico já apreciado pelo julgador (RTJ 132/1020 - RTJ 158/993 - RTJ 164/793).
2. Ficou consolidado que a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, instituída expressamente como TAXA pela Lei 6.994/82, configura-se como manifestação do exercício do Poder de Polícia conferido ao sistema CONFEA-CREA para fiscalização do exercício das profissões englobadas pelo Conselho, nos termos do art. 145, II, da Constituição Federal de 1988.
3. Só é possível, em casos excepcionais, a atribuição de efeito infringente ao julgado, quando, em função de orientação jurisprudencial superveniente, a questão controversa se torna pacífica, e a adequação do julgado à nova orientação evita o desnecessário alongamento no desfecho do processo, embora não caracterizada omissão, contradição, obscuridade, ou mesmo erro material.
4. Embargos de declaração rejeitados.
ACÓRDÃO
Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 16 de janeiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2001.32.00.002254-2/AM
Processo na Origem: 200132000022542

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: PEDRO CAMARA RAPOSO LOPES
APELADO	: ALBERTIZA MITOZO FERREIRA E OUTROS(AS)
ADVOGADO	: FAUSTO MENDONCA VENTURA

EMENTA
TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. LICENÇA-PRÊMIO. ABONO PECUNIÁRIO DE FÉRIAS. APIP'S. ISENÇÃO. NECESSIDADE DO SERVIÇO. COMPROVAÇÃO.SÚMULA N. 125/STJ E SÚMULA N. 136/STJ. JUROS DE MORA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
I - O pagamento em dinheiro do abono pecuniário de férias, licença-prêmio e Ausências Permitidas para Tratar de Interesse Particular (APIP'S) possui caráter indenizatório, não estando sujeita à incidência do Imposto de Renda.
II - A Administração, ao pagar ao seu servidor os referidos benefícios em pecúnia, o faz porque, por certo, precisou dos seus serviços.
III - Aplicabilidade das Súmulas 125 e 136/STJ
IV - Os juros de mora iniciam-se a partir do trânsito em julgado, consoante o art. 167 do CTN.
V - A fixação dos honorários encontra respaldo legal (art. 20 & 4º do CPC).
VI - Apelação e remessa oficial, tida como interposta, providas parcialmente.
ACÓRDÃO
Decide a Turma dar parcial provimento à apelação e à remessa oficial, tida como interposta, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 01/12/2004 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL N. 2001.34.00.001696-0/DF

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: AIRTON JOSE POZZA E OUTROS(AS)
ADVOGADO	: LIGIA LUCIBEL FRANZIO DE SOUZA E OUTRO(A)
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EXECUÇÃO FISCAL. IMPOSTO DE RENDA. VERBAS INDENIZATÓRIAS COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA JULGADA.
1. São incabíveis embargos de declaração utilizados indevidamente com a finalidade de reabrir discussão sobre tema jurídico já apreciado pelo julgador. (RTJ 132/1020 - RTJ 158/993 - RTJ 164/793).
2. Ficou consolidado no acórdão embargado que: *a amparar o direito pleiteado pelos autores, basta a juntada de documentos que comprovem a retenção da exação na fonte, incumbindo ao réu, inclusive por ser fato extintivo de direito, a apresentação de eventuais documentos que comprovem que houve a compensação do recolhimento indevido*
3. Embargos de declaração rejeitados.
ACÓRDÃO
Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 2001.34.00.004794-5/DF
Processo na Origem: 200134000047945

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
APELANTE	: DENISE MARIA BREGA RESENDE E OUTROS(AS)
ADVOGADO	: EDINO CEZAR FRANZIO DE SOUZA
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: OS MESMOS
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 22A VARA - DF
EMBARGANTE	: DENISE MARIA BREGA RESENDE E OUTROS(AS)

E M E N T A
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. IMPOSTO DE RENDA. PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA. OMISSÃO. HONORÁRIOS. CUSTAS.
1. Por se tratar de matéria pacífica e reiteradamente decidida sendo vencida a Fazenda Pública, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC, afigura-se justa a sua fixação em 5% (cinco por cento) sobre o valor da condenação.

2. A União é isenta do pagamento de custas processuais, a teor do disposto no inciso I, art. 4º, da Lei n. 9.289/96. Sua condenação só pode ser ao reembolso das custas processuais antecipadas pela parte vencedora.
3. Embargos de declaração acolhidos.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, à unanimidade, acolher os embargos de declaração.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007.

Desembargador Federal LEOMAR AMORIM
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 2001.34.00.025609-0/DF
Processo na Origem: 200134000256090

RELATOR(A)	: CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PODER JUDICIARIO E DO MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO NO DF - SINDJUS/DF
ADVOGADO	JOSE LUIS WAGNER E OUTROS (AS)
APELADO	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
EMBARGANTE	: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
EMBARGADO	: V. ACÓRDÃO DE FLS. 358/361

EMENTA

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FUNÇÃO COMISSIONADA. LEI Nº. 9.783/99. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. REDISCUSSAO DE MATERIA JULGADA.
I. Uma vez que todas as questões suscitadas foram devidamente apreciadas, inexistindo no acórdão obscuridade, omissão ou contradição, impõe-se a sua rejeição.
II. Eventual reforma do *decisum* deverá ser buscada pela via recursal própria.
III. Mesmo nas hipóteses de pré-questionamento, os embargos devem obedecer aos ditames do art. 535 do C.P.C.
IV. Embargos rejeitados.

ACÓRDÃO

Decide a Turma rejeitar os embargos de declaração, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007 (data do julgamento)

Dês. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - APELAÇÃO CÍVEL N. 2001.34.00.029097-5/DF

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	: SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PODER JUDICIARIO E DO MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO NO DF - SINDJUS/DF
ADVOGADO	: JOSE LUIS WAGNER E OUTROS(AS)
APELADO	: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO

EMENTA

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA JULGADA. PREQUESTIONAMENTO.
1. Incabíveis, embargos de declaração utilizados indevidamente com a finalidade de reabrir discussão sobre tema jurídico já apreciado pelo julgador. (RTJ 132/1020 - RTJ 158/993 - RTJ 164/793).
2. Constou no acórdão embargado que sobre as parcelas relativas o adicional por tempo de serviço e hora de repouso incide a contribuição previdenciária, por integrarem os proventos do servidor, bem como sobre o 13º salário, nos termos da Súmula 688, do STF.
3. Não se pode exigir que o órgão julgador aprecie todos os pontos elencados pela parte para a defesa de sua tese, bastando que indique os motivos que embasaram sua convicção.
4. A jurisprudência do STJ se firmou no sentido de que *se considera explícito o prequestionamento, quando o Tribunal* a quo, *mesmo sem fazer referência expressa a dispositivos legais, nem declinar os números que os identificam no Ordenamento Jurídico, enfrenta as regras neles contidas* (EREsp 165.212-MS, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, Corte Especial, unânime - DJ/I, de 17/10/2001).
5. Embargos declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 16 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2001.34.00.034750-4/DF
Processo na Origem: 200134000347504

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: IVAN TAVARES DE PINHO SILVA
ADVOGADO	: ELIAS ALVES DE CARVALHO
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 5ª VARA - DF

EMENTA

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. LICENÇAS-PRÊMIO E FÉRIAS. ISENÇÃO. NECESSIDADE DO SERVIÇO. COMPROVAÇÃO. SÚMULAS NºS. 125 E 136/STJ. TERÇO CONSTITUCIONAL. JUROS MORATÓRIOS. HONORÁRIOS.
I. O pagamento em dinheiro das férias e licença-prêmio possui caráter indenizatório, não estando sujeita à incidência do Imposto de Renda. Cuida-se de medida reparatória, destinada a compensar o servidor pelo trabalho desempenhado sem a contemporânea fruição do benefício assegurado por lei.
II. O terço constitucional de férias importa em acréscimo patrimonial, enquadrando-se, para todos os fins, no artigo 43, do Código Tributário Nacional.
III. A Administração, ao pagar ao seu servidor os referidos benefícios em pecúnia, o fez, por certo, porque precisou dos serviços.
IV. Os indébitos tributários serão corrigidos monetariamente: a) IPC, nos períodos de janeiro e fevereiro de 1989 e março/1990 a fevereiro/1991; b) INPC (de março/1991 até dezembro/1991); c) após janeiro/1992, a aplicação da UFIR, nos moldes estabelecidos pela Lei n. 8.383/1991; e, d) a partir de 1º de janeiro de 1996, a correção monetária deve ser calculada exclusivamente pela Taxa SELIC (Lei n. 9.250/1995, art. 39, § 4º). Os valores a serem repetidos, a partir de 01.01.1996, devem ser corrigidos exclusivamente pela Taxa SELIC (artigo 39, § 4º, da Lei n. 9.250/1995), afastada a aplicação de quaisquer índices de correção monetária ou juros de mora autônomos, por representar a cumulação de juros reais e fator de atualização da moeda já considerados nos cálculos fixadores daquela Taxa.
V. Sobre os valores devidos, em período anterior à lei 9.250/95, devem incidir juros de mora na proporção de 1% (um por cento) ao mês, a partir do trânsito em julgado da demanda, nos termos do artigo 167 c/c 161 do Código Tributário Nacional.
VI. Honorários advocatícios fixados em 5% (cinco por cento) sobre o valor da condenação.
VII. Apelação provida parcialmente e remessa oficial, não conhecida.

ACÓRDÃO

Decide a Turma dar provimento parcial à apelação e remessa oficial não conhecida, à unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007 (data do julgamento).

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2001.35.00.014545-1/GO
Processo na Origem: 200135000145451

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
APELANTE	: LATICINIOS MORRINHOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
ADVOGADO	: FERNANDA TERRA DE CASTRO E OUTROS(AS)
APELANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: EVERALDA GARCIA DE MORAIS
APELADO	: OS MESMOS
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 1A VARA - GO

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. PREVIDENCIÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PARA O INCRA. LEGITIMIDADE PASSIVA DO INSS E DO INCRA. LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO. ANULAÇÃO DA SENTENÇA.
1. Nas ações em que se discute a legalidade da cobrança da contribuição ao INCRA, o pólo passivo da demanda deve ser necessariamente preenchido tanto pela autarquia destinatária final da exação quanto pelo INSS, a quem cabe efetuar o lançamento, a arrecadação e a fiscalização da contribuição.
2. Tratando-se de litisconsórcio passivo necessário, deve o feito retornar ao juízo de origem para que o INCRA seja devidamente citado, restando anulados todos os atos decisórios proferidos nos autos.
3. Remessa oficial provida. Sentença anulada. Retorno dos autos à origem.
4. Apelações da impetrante e do INSS prejudicadas.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, à unanimidade, dar provimento à remessa oficial para anular a sentença e julgar prejudicada a apelação da impetrante e do INSS.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007.

Desembargador Federal LEOMAR AMORIM
Relator

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA N. 2001.35.00.016482-0/GO

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
REL. CONV.	: JUIZ FEDERAL OSMANE ANTONIO DOS SANTOS
APELANTE	: ARAGUAIA SHOPPING S/A LTDA
ADVOGADO	: DANIELA LEÃO COIMBRA E OUTRO
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: WAGNER PIRES DE OLIVEIRA

EMENTA

CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. IMÓVEIS PRÓPRIOS. LOCAÇÃO. INCIDÊNCIA DA COFINS (LC 70/91). POSSIBILIDADE. CARACTERIZAÇÃO. FATURAMENTO (ART. 195, I, "b", CF).
1. É pacífico no âmbito da jurisprudência da 1ª Seção do STJ o entendimento segundo o qual as receitas decorrentes de atividade de locação de bens imóveis, mesmo que próprios, sujeitam-se à incidência da COFINS, por integrarem esses valores o faturamento da pessoa jurídica, compreendido como o resultado econômico da atividade empresarial exercida. (AGA 596.805/PR, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 28/02/2005, p. 210)
2. Nos termos do contrato social da impetrante percebe-se que a locação imobiliária está caracterizada dentre suas atividades fins, o que demonstra que a remuneração desses serviços, mesmo quando administre imóveis próprios, constitui faturamento para os fins do art. 195, I, "b", da Constituição Federal.
3. Apelação a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Turma negar provimento à Apelação, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 27/02/2007 (data do julgamento)

Juiz Federal OSMANE ANTONIO DOS SANTOS
Relator Convocado

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL N. 2001.36.00.005120-7/MG

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
REL. CONV.	: JUIZ FEDERAL OSMANE ANTONIO DOS SANTOS
EMBTE.	: ROSCH ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS E INFORMÁTICA LTDA
ADVOGADO	: RICARDO ARO E OUTROS
EMBDO.	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR	: JUSSARA BEATRIZ OLIVEIRA DE OLIVEIRA

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO.
Não existindo omissão e tendo os embargos efeitos meramente prequestionatórios deles se conhece apenas para acrescentar aos fundamentos do acórdão embargado a rejeição também dos pontos tidos como omissos, mas irrelevantes para alterar o entendimento ali manifestado. No mérito, os mesmos devem ser rejeitados.

ACÓRDÃO

Decide a Turma rejeitar os embargos de declaração, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 27/02/2007 (data do julgamento)

Juiz Federal OSMANE ANTONIO DOS SANTOS
Relator Convocado

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA N. 2001.36.00.006755-1/MT

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: RENATA KS SILVA E CIA LTDA
ADVOGADO	: RUBENS BORTOLI JUNIOR E OUTROS(AS)
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 5A VARA - MT

EMENTA

TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÃO PROVISÓRIA SOBRE MOVIMENTÇÃO FINANCEIRA - CPMF. EMENDA CONSTITUCIONAL 21/99. CONSTITUCIONALIDADE. ADIN 2.031/DF.
1. A constitucionalidade da CPMF foi analisada pelo Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento da ADIn 2031-5/DF, relatora Ministra Ellen Gracie, DJ de 17/10/2003.
2. A ação, por maioria, foi julgada parcialmente procedente, tão-somente, para declarar a inconstitucionalidade do § 3º do art. 75 do ADCT, incluído pela EC 21/99, que autorizava a União *a emitir títulos da dívida pública interna, cujos recursos serão destinados ao custeio da saúde e da previdência social, em montante equivalente ao produto da arrecadação da contribuição, prevista e não realizada em 1999*.
3. Entendendo que a pretensão da impetrante não encontra arrimo na última instância do Poder Judiciário, não se afigura razoável a manutenção da sentença, no que se refere à declaração de inexigibilidade da CPMF.
4. Apelação da União e remessa oficial a que se dá provimento.

ACÓRDÃO
Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, dar provimento à apelação da Fazenda Nacional e à remessa oficial, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2001.38.00.007393-0/MG
Processo na Origem: 200138000073930

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: PIZZAMIGLIO E CIA LTDA E OUTROS(AS)
ADVOGADO	: DENIZE DE CASTRO PERDIGAO E OUTROS(AS)
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 2ª VARA - MG

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. FINSOCIAL. PRESCRIÇÃO DECENAL. INCONSTITUCIONALIDADE DA MAJORAÇÃO DE ALÍQUOTAS (RE 186071). LEIS 7.787/89, 7.894/89 E 8.147/90. COMPENSAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. TAXA SELIC.
I. Rejeitada a preliminar de decadência argüida pela Fazenda Nacional, uma vez que se trata de mandado de segurança preventivo.
II. Rejeitada também a preliminar de ausência de direito líquido e certo, pois se confunde com o mérito da demanda.
III. É entendimento pacificado nesta Corte que a extinção do direito em causa, por se tratar de tributo sujeito a lançamento por homologação, somente se verifica após o transcurso do prazo de cinco anos contados da ocorrência do fato gerador, acrescido de mais cinco anos, a partir da homologação tácita.
IV. Uma vez que "*a declaração da inconstitucionalidade dos arts. 9º da Lei 7.689/88, 7º da Lei 7.787/89, 1º da Lei 7.894/89 e 1º da Lê 8.147/90, que majoraram as alíquotas da contribuição ao FINSOCIAL, se deu no julgamento do Recurso Extraordinário 150.764-1-PE (controle difuso), publicado no DJ de 02/04/1993. Entretanto, não foi editada Resolução do Senado Federal, conferindo efeitos erga omnes ao referido julgamento, motivo pelo qual, tratando-se de tributo sujeito a lançamento por homologação, deve ser aplicada a tese dos 5(cinco) mais 5(cinco)*" (q. v. *verbi gratia*: AGResp n. 511279/MG, STJ, 1ª Turma, DJU de 10/05/2004).
V. São compensáveis os valores recolhidos a maior a título de FINSOCIAL, por força da majoração da alíquota pelas Leis 7.787/89, 7.894/89 e 8.147/90, com quaisquer tributos arrecadados e administrados pela Secretaria da Receita Federal, ainda que o destino das arrecadações seja outro.
VI. A correção monetária deverá ser feita, a partir do recolhimento indevido, pelos expurgados inflacionários até 31/12/95, utilizando-se como indexador o IPC nos seguintes percentuais: 84,32% (março/90), 44,80% (abril/90), 7,87% (maio/90), 12,92% (julho/90), 12,03% (agosto/90), 14,20 (outubro/90) e 21,87% (fevereiro de 1991). Entre março/91 até dezembro/91 aplica-se o INPC e a variação da UFIR de janeiro/92 até dezembro/95. Após 1º/01/96, incidirá exclusivamente a Taxa SELIC.
VII. Apelação e remessa oficial não providas.
ACÓRDÃO
Decide a Turma rejeitar as preliminares e negar provimento à apelação e à remessa oficial, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 13/03/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

RECURSO ESPECIAL - APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA N. 2001.38.00.017061-6/MG

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: CROS CONSTRUTORA ROCHA SOUZA LTDA
ADVOGADO	: BENEDITO ANTONIO DINIS LEITE E OUTROS(AS)
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: OS MESMOS

EMENTA
TRIBUTÁRIO. DENÚNCIA ESPONTÂNEA. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. TAXA SELIC. INCIDÊNCIA. LEI 9.250/95. MULTA MORATÓRIA. INEXIGIBILIDADE. COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. RESTITUIÇÃO.
1. É indevida a multa moratória quando o contribuinte, mesmo que depois do vencimento do tributo, efetua, voluntariamente, antes de qualquer procedimento levado a efeito pela administração tributária, o recolhimento da exação, acrescida dos juros de mora.
2. A incidência da taxa SELIC encontra respaldo na previsão contida na Lei 9.250/95, ao tempo em que, aos débitos tributários em atraso, deve incidir, a partir de 1º de janeiro de 1996, os juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC.
3. Incabível a compensação, pois é *impossível compensar os valores recolhidos a título de multa moratória (natureza administrativa) com débitos de natureza tributária, por total ausência de previsão legal.* (REsp 512.231/RS, rel. Ministro Francisco Peçanha Martins, DJ de 16/05/2005)
4. Apelação da autora a que se nega provimento.
5. Apelação da Fazenda Nacional a que se dá parcial provimento.
ACÓRDÃO
Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação da autora, e dar parcial provimento à apelação da Fazenda Nacional, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 16 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2001.38.00.024882-9/MG
Processo na Origem: 200138000248829

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: PEDRO CAMARA RAPOSO LOPES
APELADO	: CCM - CONSTRUTORA CENTRO MINAS LTDA
ADVOGADO	: ADRIANA BELLI DE SOUZA ALVES COSTA E OUTROS(AS)

E M E N T A
PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
1. Pelo princípio da causalidade, aquele que der causa à instauração do processo deve arcar com o pagamento das despesas dele decorrentes.
2. Apelação improvida.
A C Ó R D Ã O
Decide a Turma, à unanimidade, negar provimento à apelação.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007.

Desembargador Federal LEOMAR AMORIM
Relator

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2001.38.03.002886-3/MG
Processo na Origem: 200138030028863

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: ELTRO CARMO MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA
ADVOGADO	: ANAMARIA MONTINI DE CASTRO E OUTROS(AS)
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 2ª VARA DA SUBSECAO JUDICIARIA DE UBERLANDIA - MG

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. FINSOCIAL. PRESCRIÇÃO DECENAL. INCONSTITUCIONALIDADE DA MAJORAÇÃO DE ALÍQUOTAS (RE 186071). LEIS 7.787/89, 7.894/89 E 8.147/90. COMPENSAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. TAXA SELIC.
I. Rejeitada a preliminar de decadência argüida pela Fazenda Nacional, uma vez que se trata de mandado de segurança preventivo, não se aplicando, *in casu*, o prazo decadencial de 120 (cento e vinte) dias.
II. Rejeitada também a preliminar de inadequação da via eleita, uma vez que o mandado de segurança constitui ação adequada para a declaração do direito à compensação tributária (Súmula 213/STJ).
III. É entendimento pacificado nesta Corte que a extinção do direito em causa, por se tratar de tributo sujeito a lançamento por homologação, somente se verifica após o transcurso do prazo de cinco anos contados da ocorrência do fato gerador, acrescido de mais cinco anos, a partir da homologação tácita.
IV. Por outro lado, rejeito, ainda, a alegação de que as guias DARFs juntadas aos autos não são suficientes para definir o direito ao ressarcimento ora buscado, porquanto, estas, em original ou devidamente autenticadas, são prova suficiente do direito da autora e hábeis à apuração do quantum recolhido a maior, a título de FINSOCIAL, a ser compensado "com obrigações vincendas da COFINS e CSLL, apenas" (fls. 81), como já definido neste Tribunal (q. v. *verbi gratia*: AC 2001.01.00.021445-7, DJ de 15/05/2003, p. 126).
V. Uma vez que "*a declaração da inconstitucionalidade dos arts. 9º da Lei 7.689/88, 7º da Lei 7.787/89, 1º da Lei 7.894/89 e 1º da Lê 8.147/90, que majoraram as alíquotas da contribuição ao FINSOCIAL, se deu no julgamento do Recurso Extraordinário 150.764-1-PE (controle difuso), publicado no DJ de 02/04/1993. Entretanto, não foi editada Resolução do Senado Federal, conferindo efeitos erga omnes ao referido julgamento, motivo pelo qual, tratando-se de tributo sujeito a lançamento por homologação, deve ser aplicada a tese dos 5(cinco) mais 5(cinco).*" (q. v. *verbi gratia*: AGResp n. 511279/MG, STJ, 1ª Turma, DJU de 10/05/2004).
VI. São compensáveis os valores recolhidos a maior a título de FINSOCIAL, por força da majoração da alíquota pelas Leis 7.787/89, 7.894/89 e 8.147/90, com quaisquer tributos arrecadados e administrados pela Secretaria da Receita Federal, ainda que o destino das arrecadações seja outro.
VII. A correção monetária deverá ser feita, a partir do recolhimento indevido, pelos expurgados inflacionários até 31/12/95, utilizando-se como indexador o IPC nos seguintes percentuais: 84,32% (março/90), 44,80% (abril/90), 7,87% (maio/90), 12,92% (julho/90), 12,03% (agosto/90), 14,20 (outubro/90) e 21,87% (fevereiro de 1991). Entre março/91 até dezembro/91 aplica-se o INPC e a variação da UFIR de janeiro/92 até dezembro/95. Após 1º/01/96, incidirá exclusivamente a taxa SELIC.
VIII. Apelação e remessa oficial parcialmente providas.
ACÓRDÃO
Decide a Turma rejeitar as preliminares e dar parcial provimento à apelação e à remessa oficial, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 13/03/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2001.38.03.003644-9/MG
Processo na Origem: 200138030036449

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
RELATOR(A)	: JUIZ FEDERAL ROBERTO CARVALHO VELOSO (CONV.)
APELANTE	: ELIANE HUGUENEY SANTOS
ADVOGADO	: SALVIO MOREIRA PENA FRANCO E OUTROS(AS)
APELADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: SILANDIA CANEDO MAGALHAES MENDONCA
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 2A VARA DA SUBSECAO JUDICIARIA DE UBERLANDIA - MG

E M E N T A
PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. EXCLUSÃO DE BEM DE EX-CÔNJUGE. ÔNUS SUCUMBENCIAIS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE.
1. Bem adquirido por mulher, na partilha homologada na separação judicial, não pode ser objeto de penhora na execução ajuizada contra empresa cujo co-responsável é o ex-marido da embargante.
2. Na hipótese vertente, o bem penhorado não mais pertencia ao patrimônio do co-responsável, ex-cônjuge da embargante, em razão de a sentença homologatória de partilha ter sido proferida em 05.12.94, ao passo que a execução fiscal foi proposta em 27.11.97 e a penhora ocorreu em 10.04.2000.
3. Correta a sentença *a quo* ao condenar a embargante no pagamento do ônus de sucumbência, considerando que a mesma deu causa à instauração do processo ao não promover o registro da partilha no cartório competente antes da efetivação da penhora (princípio da causalidade).
4. Apelação e remessa oficial desprovidas.
A C Ó R D Ã O
Decide a Turma, por unanimidade, negar provimento à apelação e à remessa oficial.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 20/03/2007.

Juiz Federal ROBERTO VELOSO
Relator Convocado

APELAÇÃO CÍVEL N. 2001.39.00.007868-9/PA
Processo na Origem: 200139000078689

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
RELATOR(A)	: JUIZ FEDERAL ROBERTO CARVALHO VELOSO (CONV.)
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: MARIA BETANIA MOREIRA GONCALVES
ADVOGADO	: AFONSO VITOR CARDOSO
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 7A VARA - PA

E M E N T A
PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. EXCLUSÃO DE BEM DE EX-CÔNJUGE.
1. Bem adquirido por ex-mulher, na partilha homologada na separação judicial, não pode ser objeto de penhora na execução ajuizada contra empresa cujo co-responsável é o ex-marido.
2. À luz do art. 185, do CTN, na redação anterior à Lei Complementar 118/2005, não há fraude à execução quando a alienação do bem se dá antes da citação do executado.
3. Apelação da Fazenda Nacional e remessa oficial improvidas.
A C Ó R D Ã O
Decide a Turma, por unanimidade, negar provimento à apelação da Fazenda Nacional e à remessa oficial.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007.

Juiz Federal ROBERTO VELOSO
Relator Convocado

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2001.40.00.002004-5/PI
Processo na Origem: 200140000020045

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
RELATOR(A)	: JUIZ FEDERAL ROBERTO CARVALHO VELOSO (CONV.)
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: IVANEIDE SOUSA DE ALMEIDA
ADVOGADO	: JOSE COELHO
REMETENTE	: JUÍZO FEDERAL DA 4ª VARA - PI

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DA PENHORA QUE RECAIU SOBRE O IMÓVEL DO CASAL. BEM INDIVISÍVEL. MEAÇÃO. ALIENAÇÃO.

1. Não procede a alegação da embargante de que não foi intimada da penhora que recaiu sobre o bem imóvel do casal, conforme ressaltado pelo magistrado *a quo, "vez que os documentos de fls. 41 e 45 do processo de execução fiscal contrariam tal afirmação"* (fls. 22). Ademais, ainda que não houvesse sido intimada, a embargante sanou a falta de comunicação processual com a oposição dos embargos de terceiros, não havendo que se falar em nulidade dos atos subseqüentes.

2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento de que, "em execução fiscal, na cobrança de dívidas fiscais contra empresa em que o marido seja sócio, há de se excluir a meação da mulher sobre o bem de propriedade do casal que foi objeto de penhora, notadamente nos casos em que o credor não comprovou a existência de benefício do cônjuge com o produto da infração cometida pela empresa" (REsp nº 641.400/PB, Rel. Min. José Delgado, DJU de 1º.02.2005). Tal posicionamento se encontra sumulado pelo STJ a teor do verbete nº 251: "*A meação só responde pelo ato ilícito quando o credor, na execução fiscal, provar que o enriquecimento dele resultante aproveitou ao casal."*

3. Entretanto, sendo o bem penhorado indivisível, há de ser levado à hasta pública, reservado 50% do produto da alienação ao cônjuge meeiro. (STJ. REsp 200.251/SP, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJU de 29.04.2002).

4. Como o pedido deduzido nos embargos visava à exclusão da penhora que onerava o bem e o pleito foi acolhido apenas parcialmente para garantir à embargante a metade do produto da venda do bem, não é devida a condenação da União (Fazenda Nacional) ao pagamento dos honorários advocatícios ante a sucumbência recíproca.

5. Custas *ex lege*, ou seja, devem ser rateadas entre as partes, ressaltando-se que a União é isenta do seu pagamento (art. 4º, I, da Lei 9289/96).

6. Apelação da União (Fazenda Nacional) provida para excluir a condenação em honorários e remessa oficial parcialmente provida também neste ponto.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, por unanimidade, dar provimento à apelação e dar parcial provimento à remessa oficial.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 20/03/2007.

Juiz Federal ROBERTO VELOSO
Relator Convocado

REMESSA OFICIAL EM MANDADO DE SEGURANÇA N. 2001.41.00.000836-9/RO

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
REL. CONV.	: JUIZ FEDERAL OSMANE ANTONIO DOS SANTOS
AUTOR	: POLIVETTI COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
ADVOGADO	: DALMO JACOB DO AMARAL JUNIOR E OUTRO
RÉU	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: WAGNER PIRES DE OLIVEIRA
REMETENTE	: JUÍZO FEDERAL DA 1ª VARA/RO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. FINSOCIAL. PRESCRIÇÃO (TESE DOS 5 + 5). INCONSTITUCIONALIDADE. MAJORAÇÃO DE ALÍQUOTAS (RE 186071). LEIS 7.787/89, 7.894/89 E 8.147/90. COMPENSAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. TAXA SELIC.

1. O prazo de prescrição para se pleitear a restituição dos valores indevidamente recolhidos a título de FINSOCIAL, tributo sujeito a lançamento por homologação, com a alíquota superior a 0,5%, não obstante a inconstitucionalidade incidental declarada pelo STF, conta-se com base na sistemática dos "cinco mais cinco".

3. São compensáveis os valores recolhidos a maior a título de FINSOCIAL, por força da majoração da alíquota pelas Leis 7.787/89, 7.894/89 e 8.147/90, devidamente corrigidos, com quaisquer tributos arrecadados e administrados pela Secretaria da Receita Federal, ainda que o destino das arrecadações seja outro.

4. Remessa a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Turma negar provimento à Remessa Oficial, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 27/02/2007 (data do julgamento)

Juiz Federal OSMANE ANTONIO DOS SANTOS
Relator Convocado

APELAÇÃO CÍVEL N. 2002.01.00.000298-2/BA

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: PEDRO LINO DE CARVALHO JUNIOR
APELADO	: ALMIR DE OLIVEIRA DOS SANTOS
ADVOGADO	: DERALDO DE OLIVEIRA DOS SANTOS
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 20A VARA - BA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FATOS GERADORES OCORRIDOS ENTRE A VIGÊNCIA DA EC 8/77 E A PROMULGAÇÃO DA CF/88. PRAZO PRESCRICIONAL TRITENÁRIO. LEI 3.807/60.

1. Nos termos do § 2º, art. 475, do CPC, na redação dada pela Lei 10.352/2001, não se aplica o duplo grau de jurisdição necessário no caso cuja sentença, proferida a condenação ou direito controvertido, não exceda a 60 salários-mínimos.

2. Assentado pelo STF que as contribuições sociais têm natureza tributária, deve ser aplicado o prazo prescricional estabelecido pelo Código Tributário Nacional.

3. Essa regra encontra exceção quando os fatos geradores das contribuições previdenciárias ocorreram entre a vigência da EC 8/77 e promulgação da CF/88, uma vez que nesse período as referidas contribuições perderam a natureza tributária e passaram a ser consideradas contribuições sociais, com prazos de decadência e prescrição não mais regulados pelo Código Tributário Nacional, mas pela Lei 3.807/60.

4. Apelação do INSS a que se dá provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, dar provimento à apelação do INSS, nos termos do voto do Relator.
Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2002.01.00.006818-7/MG

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: JOAO CESAR OTONI DE MATOS
AGRAVADO	: CALCADOS ELBA RIO LTDA E OUTROS(AS)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO. LEILÃO FRUSTRADO. AUSÊNCIA DE LICITANTES. BENS PENHORADOS PASSÍVEIS SUJEITOS À DEPRECIAÇÃO. REAVALIAÇÃO DOS BENS POR OFICIAL DE JUSTIÇA. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE

1. Consistindo os bens penhorados em maquinários, pares de sapatos e automóvel, os quais, com o decurso dos anos estão sujeitos à depreciação, acarretando ponderável diminuição superveniente do respectivo valor anteriormente apurado, razoável se deferir nova avaliação, por intermédio de Oficial de Justiça, que em contato direto com os bens, poderá atribuir-lhes o real valor.

2. Agravo de instrumento a que se dá provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, dar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2002.01.00.023723-5/GO
Processo na Origem: 9600115281

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
APELANTE	: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA
PROCURADOR	: SALETE SILVA PRADO BASILIO E OUTROS(AS)
APELANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: JOAQUIM PEDRO DA SILVA
APELADO	: POLIGEL EMBALAGENS PLASTICAS LTDA
ADVOGADO	: SAMI ABRAO HELOU E OUTROS(AS)
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 3A VARA - GO

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. PREVIDENCIÁRIO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNRURAL E INCRA. EMPRESA URBANA. LEI N. 7.787/89, LEI COMPLEMENTAR 11/71, LEI N. 8.212/91.

1. Tratando-se a contribuição para o INCRA de tributo sujeito a lançamento por homologação, a prescrição da ação de restituição somente ocorre decorridos cinco anos, a partir do fato gerador, acrescidos de mais cinco anos, contados da homologação tácita.

2. A jurisprudência dominante fixou-se no sentido da legitimidade constitucional da imposição tributária da contribuição para o FUNRURAL e INCRA às empresas urbanas (precedentes do STF e STJ).

3. Extinta a contribuição para o FUNRURAL, foi ela absorvida na alíquota de 20% (vinte por cento), devida pelas empresas em geral, e que incidente sobre as remunerações pagas aos segurados empregados, nos termos do §1º do artigo 3º da Lei 7.787/89. A partir de então o que existe é contribuição paga pelos empregadores, em razão da folha de salários em obediência aos princípios da seguridade social, na conformidade dos artigos 194 e 195, I, alínea a, da Constituição Federal.

4. A cobrança do adicional de 0,2% (zero vírgula dois por cento) referente à contribuição para o INCRA mostra-se indevida a partir da Lei 8.212/91, porquanto inexiste qualquer base legal para a referida cobrança, o que constituiria, inclusive, além de ilegalidade, duplicidade da cobrança.

5. Apelação do INSS improvida.

6. Apelação do INCRA improvida.

7. Remessa oficial parcialmente provida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, à unanimidade, negar provimento às apelações do INSS e do INCRA e dar parcial provimento à remessa oficial.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 16/02/2007.

Desembargador Federal LEOMAR AMORIM
Relator

APELAÇÃO CÍVEL N. 2002.01.99.009751-6/MG
Processo na Origem: 5202001

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
RELATOR(A)	: JUIZ FEDERAL ROBERTO CARVALHO VELOSO (CONV.)
APELANTE	: ITE TELEINFORMATICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
ADVOGADO	: NELSON FRAGA DA SILVA
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA DE SATISFAÇÃO DA OBRIGAÇÃO. ANULAÇÃO DA INSCRIÇÃO NA DÍVIDA ATIVA APÓS A PROPOSITURA DOS EMBARGOS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DEVIDOS PELA FAZENDA. INAPLICABILIDADE DO ART. 26, DA LEF. REEMBOLSO DAS CUSTAS.

1. *In casu*, os embargos devem ser acolhidos para declarar a extinção da execução, devido ao cancelamento da CDA.

2. Anulada a inscrição da dívida ativa após a propositura dos embargos à execução, deve a Fazenda Pública arcar com os honorários advocatícios, ante o princípio da causalidade, não se aplicando a hipótese do art. 26, da Lei 6.830/80.

3. Fixação dos honorários advocatícios em R$ 1.000,00 (um mil reais), em consonância com o disposto no art. 20, § 4º, do Código de Processo Civil.

4. A apelada deve arcar com o reembolso das custas despendidas pela apelante no ajuizamento dos embargos na Justiça Estadual.

5. Apelação provida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, por unanimidade, dar provimento à apelação.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007.

Juiz Federal ROBERTO VELOSO
Relator Convocado

REMESSA EX OFFICIO N. 2002.01.99.020983-5/MG

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
AUTOR	: WALTER AZEVEDO
ADVOGADO	: LUIZ ANTONIO GALANTE
REU	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
REMETENTE	: JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE ESTRELA DO SUL - MG

EMENTA

EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. PRESUNÇÃO DE CERTEZA E LIQUIDEZ DA CDA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO DIREITO DE DEFESA ADMINISTRATIVA. INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES NO PROCEDIMENTO FISCAL. NULIDADE DA CDA E DA EXECUÇÃO.

1. Nos termos do disposto no art. 3º, *caput*, parágrafo único, da Lei 6.830/80, a dívida ativa regularmente inscrita goza da presunção de liquidez e certeza, que pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do executado ou de terceiro, a quem aproveite.

2. Apesar de a comprovação do direito de defesa do executado na esfera administrativa não constituir requisito essencial à propositura da ação executiva, a inércia da exeqüente em demonstrar que tal direito fora observado, quando do procedimento fiscal, consiste prova bastante a afastar a presunção de legitimidade atribuída à CDA.

3. Remessa oficial a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à remessa oficial, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso - Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2002.33.00.003775-2/BA
Processo na Origem: 200233000037752

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
APELADO	: MUNICIPIO DE CORONEL JOAO SA - BA
PROCURADOR	: HENRIQUE SERAPIAO DOS SANTOS

EMENTA
ADMINISTRATIVO. MULTA. LEGALIDADE. APREENSÃO DE VEÍCULO. TRANSPORTE RODOVIÁRIO. LIBERAÇÃO CONDICIONADA AO PAGAMENTO DE MULTAS. IMPOSSIBILIDADE.
I. A jurisprudência vem-se assentando no sentido de não divisar licitude na retenção de veículos, condicionada à liberação ou pagamento de multas, sem embargo da legalidade destas.
II. Apelação e remessa oficial, tida como interposta, não providas.
ACÓRDÃO
Decide a Turma negar provimento à apelação e à remessa oficial, tida como interposta, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

RECURSO ESPECIAL - APELAÇÃO CÍVEL N. 2002.33.00.004943-1/BA

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: IDEIA 3 COMUNICACAO E EXPANSAO DE NEGOCIOS LTDA
ADVOGADO	: ANDRE ANTONIO ARAUJO DE MEDEIROS
APELADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: MARIA DA CONCEICAO ROSA LIMA

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. INCONSTITUCIONALIDADE DAS EXPRESSÕES "ADMINISTRADORES" E "AUTÔNOMOS" CONSTANTES DO INCISO I DO ART. 3º DA LEI 7.787/89, E DOS TERMOS "EMPRESÁRIOS" E "AUTÔNOMOS" CONSTANTES DO INCISO I DO ART. 22, DA LEI 8.212/91. PRESCRIÇÃO DEFINIDA PELO STJ. ARTIGO 515 PARÁGRAFO 3º DO CPC. COMPENSAÇÃO. POSSIBILIDADE ENTRE TRIBUTOS DA MESMA ESPÉCIE. INAPLICABILIDADE DA LIMITAÇÃO PREVISTA PELA LEI 8.212/91. JUROS DE MORA E COMPENSATÓRIOS. CORREÇÃO MONETÁRIA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. TAXA SELIC.
1. Segundo posicionamento emanado pelo STJ, em se tratando de tributos sujeitos a lançamento por homologação, o prazo prescricional da ação de repetição de indébito ocorrerá após o transcurso do prazo de cinco anos, contados da ocorrência do fato gerador (prazo decadencial), acrescido de mais cinco anos, contados da homologação tácita (esse sim, prazo prescricional). (Precedentes: REsp 795.733/SP, rel. Min. José Delgado, DJ de 06/02/2006).
2. Declarada a inconstitucionalidade das expressões "autônomos" e "administradores", contidas no inciso I, art. 3º, da Lei 7.787/89, exsurge o direito do contribuinte à restituição de todas as importâncias pagas a esse título, inclusive mediante compensação, sem qualquer limitação, nos termos do art. 66, da Lei 8.383, de 30/12/91.
3. Quanto à contribuição previdenciária recolhida com base no inciso I do art. 22 da Lei 8.212/91, o dia limite para que o contribuinte formule o pedido é 13/12/2000, uma vez que os termos "empresários" e "autônomos" constantes do dispositivo foram declarados inconstitucionais no julgamento da ADIN 1.108-1/DF, acórdão publicado no DJ de 17/11/1995, republicado a data 1º/12/1995, e trânsito em julgado em 13/12/1995, *dies a quo* para contagem desse prazo.
4. Em razão da metodologia de cálculo, sendo a taxa SELIC constituída por duas parcelas no mesmo período, quais sejam, a taxa de juros reais e a taxa de inflação, a sua aplicação, conforme determina a Lei 9.250/95, não pode acumular juros de mora e correção monetária, sob pena de ocorrer *bis in idem.*
5. A correção monetária deverá ser feita, a partir do recolhimento indevido até 31/12/95, pelos índices adotados pelo *Manual de Orientação de Procedimento para os Cálculos na Justiça Federal*.
6. Apelação da autora a que se dá provimento.
ACÓRDÃO
Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, dar provimento à apelação da autora, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

REMESSA EX OFFICIO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2002.33.00.024616-7/BA
Processo na Origem: 200233000246167

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
IMPETRANTE	: FASCINATUR LTDA
ADVOGADO	: NILTON CARDOSO DAS NEVES
IMPETRADO	: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 6ª VARA - BA

EMENTA
ADMINISTRATIVO. APREENSÃO DE VEÍCULO. TRANSPORTE RODOVIÁRIO. LIBERAÇÃO CONDICIONADA AO PAGAMENTO DE MULTAS. IMPOSSIBILIDADE.
I. A jurisprudência vem-se assentando no sentido de não divisar licitude na retenção de veículos, condicionada à liberação ou pagamento de multas, sem embargo da legalidade destas.
II. Remessa oficial não provida.
ACÓRDÃO
Decide a Turma negar provimento à remessa oficial, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 27/02/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2002.33.00.025676-4/BA
Processo na Origem: 200233000256764

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
APELANTE	: AGRO INDUSTRIAS DO VALE DO SAO FRANCISCO S/A - AGROVALE
ADVOGADO	: FLAVIA NEVES NOU DE BRITO E OUTROS(AS)
APELADO	: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA
PROCURADOR	: ANIBAL DE SENNA PAIM

E M E N T A
TRIBUTÁRIO. PREVIDENCIÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PARA O INCRA. EMPRESA URBANA. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. LEI N. 7.787/89, LEI COMPLEMENTAR 11/71, LEI N. 8.212/91. LEGITIMIDADE PASSIVA DO INSS E DO INCRA. COMPENSAÇÃO. REPETIÇÃO DO INDÉBITO.
1. Tratando-se a contribuição para o INCRA de tributo sujeito a lançamento por homologação, a prescrição da ação de restituição somente ocorre decorridos cinco anos, a partir do fato gerador, acrescidos de mais cinco anos, contados da homologação tácita.
2. Na forma como dispõe a Lei 8.212/91, art. 22, inciso I, absorvida a contribuição para o INCRA pela alíquota de 20% (vinte por cento), mostra-se indevida a cobrança de adicional para referida autarquia no valor de 0,2% (zero vírgula dois por cento) a partir da edição da citada lei, porquanto inexiste qualquer base legal para sua cobrança, o que constituiria, inclusive, além de ilegalidade, duplicidade da cobrança.
3. "A contribuição para o INCRA não se destina a financiar a Seguridade Social. Os valores recolhidos indevidamente a este título não podem ser compensados com outras contribuições arrecadadas pelo INSS que se destinam ao custeio da Seguridade Social. Não se aplica, portanto, o § 1º do art. 66 da Lei n. 8.383/91. O encontro de contas só pode ser efetuado com prestações vincendas da mesma espécie, ou seja, destinadas ao mesmo orçamento." EREsp 681120/SC, Rel. Ministro Castro Meira, Primeira Seção, julgado em 27.09.2006, DJ 06.11.2006, p. 296.
4. Apelação parcialmente provida.
A C Ó R D Ã O
Decide a Turma, à unanimidade, dar parcial provimento à apelação.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 16/02/2007.

Desembargador Federal LEOMAR AMORIM
Relator

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA N. 2002.34.00.004599-5/DF

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: POSTO TIRADENTES LTDA
ADVOGADO	: DALMO JACOB DO AMARAL JUNIOR E OUTRO(A)
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA
TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO. CSLL. JUNTADA DAS GUIAS DE RECOLHIMENTO. DECADÊNCIA. PRESCRIÇÃO. TESE DOS CINCO MAIS CINCO. JULGAMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 8º DA LEI 7.689/88. RESOLUÇÃO 11 DO SENADO FEDERAL. LEI COMPLEMENTAR 70/91. CONFIGURAÇÃO JURÍDICA RENOVADA.
1. Desnecessária a juntada de todas as guias de recolhimento da exação questionada, se a pretensão da Impetrante não é a determinação da compensação, mas que seja declarado o direito de compensar, evitando, com isso, qualquer óbice ou dificuldade que possa lhes ser imposto pelo Fisco, quando então pretender efetivamente compensar.
2. Segundo posicionamento emanado pelo STJ, tratando-se de tributos sujeitos a lançamento por homologação, o prazo prescricional da ação de repetição de indébito ocorrerá após o transcurso do prazo de cinco anos, contados da ocorrência do fato gerador (prazo decadencial), acrescido de mais cinco anos, contados da homologação tácita (esse sim, prazo prescricional) (Precedentes: REsp 795.733/SP, rel. Min. José Delgado, DJ de 06/02/2006).
3. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário 138.284-8/CE, ocorrido em 1º/07/1992, DJ de 28/08/1992, declarou a inconstitucionalidade apenas do art. 8º da Lei 7.689/88, o qual estipulava a cobrança da contribuição sobre o lucro apurado no balanço do mesmo ano em que a referida Lei foi editada.
4. A Resolução 11 do Senado Federal, editada em 04/04/1995, no art. 1º, estabeleceu: *É suspensa a execução do disposto no art. 8º da Lei 7.689, de 15 de dezembro de 1988.*
5. A inconstitucionalidade não está na totalidade da Lei 7.689/88, mas restrita, tão-somente, ao art. 8º, por inobservância ao prazo nonagesinal estipulado no § 6º do art. 195 da Constituição Federal.
6. Com o advento da Lei Complementar 70/91, o art. 11 foi taxativo em manter as disposições da Lei 7.689/88, alterando unicamente a alíquota. Destarte, a contribuição social sobre o lucro foi renovada no ordenamento jurídico, não havendo de se falar em violação ao princípio da legalidade ou da tipicidade cerrada.
7. O indébito é somente em relação ao lucro apurado no ano-base de 1988, no entanto, tendo em vista a prescrição das parcelas recolhidas anteriormente a fevereiro de 1992, não há de se falar em procedência do pedido.
8. Apelação da impetrante a que se nega provimento.
ACÓRDÃO
Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação da impetrante, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 16 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº. 2002.34.00.009006-5/DF
Processo na Origem: 200234000090065

RELATOR(A)	: CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	Y YAMADA S/A COMERCIO E INDUSTRIA E OUTROS(AS)
ADVOGADO	EDILSON JAIR CASAGRANDE
APELADO	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	JOSE CARLOS RODRIGUES SILVA
APELADO	SERVICO BRASILEIRO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE
ADVOGADO	JOSE ANTONIO MARTINS DE OLIVEIRA ITAPARY E OUTROS (AS)
EMBARGANTE	: Y YAMADA S/A COMERCIO E INDUSTRIA E OUTROS(AS)
ADVOGADO	EDILSON JAIR CASAGRANDE
EMBARGADO	: V. ACORDÃO DE FLS. 1671/1676

EMENTA
CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRIBUIÇÃO AO SEBRAE. INSTITUIÇÃO POR LEI ORDINÁRIA. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE SOCIAL. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. PREQUESTIONAMENTO. REDISCUSSAO DE MATERIA JULGADA.
I. Uma vez que todas as questões suscitadas foram devidamente apreciadas, inexistindo no acórdão obscuridade, omissão ou contradição, impõe-se a sua rejeição.
II. Eventual reforma do *decisum* deverá ser buscada pela via recursal própria.
III. Mesmo nas hipóteses de pré-questionamento, os embargos devem obedecer aos ditames do art. 535 do CPC.
IV. Embargos rejeitados.
ACÓRDÃO
Decide a Turma rejeitar os embargos de declaração, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007 (data do julgamento)

Dês. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA N. 2002.34.00.014102-7/DF

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: KARSERV COMBUSTIVEIS LUBRIFICANTES E SERVICOS LTDA
ADVOGADO	: DALMO JACOB DO AMARAL JUNIOR E OUTROS(AS)
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA
TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO. CSLL. JUNTADA DAS GUIAS DE RECOLHIMENTO. DECADÊNCIA. PRESCRIÇÃO. TESE DOS CINCO MAIS CINCO. JULGAMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 8º DA LEI 7.689/88. RESOLUÇÃO 11 DO SENADO FEDERAL. LEI COMPLEMENTAR 70/91. CONFIGURAÇÃO JURÍDICA RENOVADA.
1. Desnecessária a juntada de todas as guias de recolhimento da exação questionada, se a pretensão da impetrante não é a determinação da compensação, mas ser declarado o direito de compensar, evitando, com isso, qualquer óbice ou dificuldade que possa lhes ser imposto pelo Fisco, quando então pretender efetivamente compensar.

2. Segundo posicionamento emanado pelo STJ, tratando-se de tributos sujeitos a lançamento por homologação, o prazo prescricional da ação de repetição de indébito ocorrerá após o transcurso do prazo de cinco anos, contados da ocorrência do fato gerador (prazo decadencial), acrescido de mais cinco anos, contados da homologação tácita (esse sim, prazo prescricional) (Precedentes: REsp 795.733/SP, rel. Min. José Delgado, DJ de 06/02/2006).
3. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário 138.284-8/CE, ocorrido em 1º/07/1992, DJ de 28/08/1992, declarou a inconstitucionalidade apenas do art. 8º da Lei 7.689/88, o qual estipulava a cobrança da contribuição sobre o lucro apurado no balanço do mesmo ano em que a referida Lei foi editada.
4. A Resolução 11 do Senado Federal, editada em 04/04/1995, no art. 1º, estabeleceu: *É suspensa a execução do disposto no art. 8º da Lei 7.689, de 15 de dezembro de 1988.*
5. A inconstitucionalidade não está na totalidade da Lei 7.689/88, mas restrita, tão-somente, ao art. 8º, por inobservância ao prazo nonagesinal estipulado no § 6º do art. 195 da Constituição Federal.
6. Com o advento da Lei Complementar 70/91, o art. 11 foi taxativo em manter as disposições da Lei 7.689/88, alterando unicamente a alíquota. Destarte, a contribuição social sobre o lucro foi renovada no ordenamento jurídico, não havendo de se falar em violação ao princípio da legalidade ou da tipicidade cerrada.
7. O indébito é somente em relação ao lucro apurado no ano-base de 1988, no entanto, tendo em vista a prescrição das parcelas recolhidas anteriormente a maio de 1992, não há de se falar em procedência do pedido.
8. Apelação da impetrante a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação da impetrante, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 16 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL N. 2002.34.00.022387-8/DF

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: JOSE MENDES CORREA E OUTRO(A)
ADVOGADO	: MARIA EDITH FERREIRA DE MORAIS SOUZA E OUTROS(AS)
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. IMPOSTO DE RENDA. VERBAS INDENIZATÓRIAS. PRESCRIÇÃO. EXTINÇÃO DO PROCESSO. JULGAMENTO DA LIDE. POSSIBILIDADE. ART. 515, § 3º, DO CPC. PRESCRIÇÃO. FÉRIAS. TERÇO CONSITUCIONAL. NÃO-INCIDÊNCIA. DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO (GRATIFICAÇÃO NATALINA). POSSIBILIDADE DE INCIDÊNCIA. CORREÇÃO MONETÁRIA.
1. Nos casos em que o lançamento do tributo se processar por homologação tácita, nos termos do art. 150, § 4º, do Código Tributário Nacional, a contagem do prazo prescricional de que trata o art. 168, I, do CTN, somente começa a fluir após o decurso de cinco anos do pagamento antecipado do tributo, ocasião em que se dá a efetiva extinção do crédito tributário vinculado a condição resolutiva. Portanto, torna-se exigível a restituição do tributo indevido, dentro do decênio anterior à propositura da ação. No caso do imposto de renda, o lançamento do crédito tributário se dá não pela retenção do tributo na fonte, mas pela entrega da declaração anual por parte do contribuinte.
2. Tendo sido extinto o processo, com julgamento de mérito, pelo acolhimento da prescrição ou decadência, é aplicável o art. 515, § 3º, do Código de Processo Civil, podendo o Tribunal prosseguir no julgamento do feito, caso superada a questão prejudicial, desde que verse o processo sobre questão unicamente de direito, em homenagem ao princípio da celeridade processual, que embasou a criação do instituto.
3. O imposto de renda somente pode incidir em proventos que configurem aumento de riqueza ou aumento patrimonial, estando isentas as parcelas indenizatórias tais como férias e licenças-prêmio não gozadas, ainda que a Lei 7.713/88 restrinja com impropriedade ímpar essas hipóteses, as quais se subsumem à inteligência das Súmulas 125 e 136, do Superior Tribunal de Justiça.
4. Os valores percebidos pelo empregado a título de 13º Salário (gratificação natalina) constitui aquisição de disponibilidade econômica, e, via de conseqüência, se sujeitam à incidência do imposto de renda.
5. Quanto à aplicação da correção monetária, o critério de cálculo deve ser aquele contido no *Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal* - Resolução 242, de 03/07/01, nos casos de repetição de indébito, como na espécie.
6. Apelação dos autores a que se dá parcial provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento à apelação dos autores, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 13 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA N. 2002.34.00.023041-0/DF

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: SO CAR DERIVADOS DE PETROLEO LTDA
ADVOGADO	: DALMO JACOB DO AMARAL JUNIOR E OUTROS(AS)
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA

TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL. DECADÊNCIA. PRESCRIÇÃO. TESE DOS *CINCO MAIS CINCO*. JULGAMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 8º DA LEI 7.689/88. RESOLUÇÃO 11 DO SENADO FEDERAL. LEI COMPLEMENTAR 70/91. CONFIGURAÇÃO JURÍDICA RENOVADA.
1. Segundo posicionamento emanado pelo STJ, tratando-se de tributos sujeitos a lançamento por homologação, o prazo prescricional da ação de repetição de indébito ocorrerá após o transcurso do prazo de cinco anos, contados da ocorrência do fato gerador (prazo decadencial), acrescido de mais cinco anos, contados da homologação tácita (esse sim, prazo prescricional) (Precedentes: REsp 795.733/SP, rel. Min. José Delgado, DJ de 06/02/2006).
2. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário 138.284-8/CE, ocorrido em 1º/07/1992, DJ de 28/08/1992, declarou a inconstitucionalidade apenas do art. 8º da Lei 7.689/88, o qual estipulava a cobrança da contribuição sobre o lucro apurado no balanço do mesmo ano em que a referida Lei foi editada.
3. A Resolução 11 do Senado Federal, editada em 04/04/1995, no art. 1º, estabeleceu: *É suspensa a execução do disposto no art. 8º da Lei 7.689, de 15 de dezembro de 1988.*
4. A inconstitucionalidade não está na totalidade da Lei 7.689/88, mas restrita, tão-somente, ao art. 8º, por inobservância ao prazo nonagesinal estipulado no § 6º do art. 195 da Constituição Federal.
5. Com o advento da Lei Complementar 70/91, o art. 11 foi taxativo em manter as disposições da Lei 7.689/88, alterando unicamente a alíquota. Destarte, a contribuição social sobre o lucro foi renovada no ordenamento jurídico, não havendo de se falar em violação ao princípio da legalidade ou da tipicidade cerrada.
6. O indébito é somente em relação ao lucro apurado no ano-base de 1988, no entanto, tendo em vista a prescrição das parcelas recolhidas anteriormente a julho de 1992, não há de se falar em procedência do pedido.
7. Apelação da impetrante a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação da impetrante, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 16 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA N. 2002.34.00.023809-3/DF

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: POSTO DE SERVICO PIONEIRA LTDA
ADVOGADO	: DALMO JACOB DO AMARAL JUNIOR E OUTROS(AS)
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA

TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO. CSLL. DECADÊNCIA. PRESCRIÇÃO. TESE DOS CINCO MAIS CINCO. JULGAMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 8º DA LEI 7.689/88. RESOLUÇÃO 11 DO SENADO FEDERAL. LEI COMPLEMENTAR 70/91. CONFIGURAÇÃO JURÍDICA RENOVADA.
1. Segundo posicionamento emanado pelo STJ, tratando-se de tributos sujeitos a lançamento por homologação, o prazo prescricional da ação de repetição de indébito ocorrerá após o transcurso do prazo de cinco anos, contados da ocorrência do fato gerador (prazo decadencial), acrescido de mais cinco anos, contados da homologação tácita (esse sim, prazo prescricional) (Precedentes: REsp 795.733/SP, rel. Min. José Delgado, DJ de 06/02/2006).
2. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário 138.284-8/CE, ocorrido em 1º/07/1992, DJ de 28/08/1992, declarou a inconstitucionalidade apenas do art. 8º da Lei 7.689/88, o qual estipulava a cobrança da contribuição sobre o lucro apurado no balanço do mesmo ano em que a referida Lei foi editada.
3. A Resolução 11 do Senado Federal, editada em 04/04/1995, no art. 1º, estabeleceu: *É suspensa a execução do disposto no art. 8º da Lei 7.689, de 15 de dezembro de 1988.*
4. A inconstitucionalidade não está na totalidade da Lei 7.689/88, mas restrita, tão-somente, ao art. 8º, por inobservância ao prazo nonagesinal estipulado no § 6º do art. 195 da Constituição Federal.
5. Com o advento da Lei Complementar 70/91, o art. 11 foi taxativo em manter as disposições da Lei 7.689/88, alterando unicamente a alíquota. Destarte, a contribuição social sobre o lucro foi renovada no ordenamento jurídico, não havendo de se falar em violação ao princípio da legalidade ou da tipicidade cerrada.
6. O indébito é somente em relação ao lucro apurado no ano-base de 1988, no entanto, tendo em vista a prescrição das parcelas recolhidas anteriormente a agosto de 1992, não há de se falar em procedência do pedido.
7. Apelação da impetrante a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação da impetrante, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 16 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2002.34.00.025077-2/DF
Processo na Origem: 200234000250772

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	: CARTONAGEM SALINAS LTDA
ADVOGADO	: FABIO DOS SANTOS ROSA E OUTROS(AS)
APELADO	: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCURADOR	: RICARDO CAVALCANTE BARROSO

EMENTA

TRIBUTÁRIO E CONSTITUCIONAL. TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL. LEI Nº 10.165/2000. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE.
I - A Constituição atribui competência comum à União, aos Estados e aos Municípios para a proteção do meio ambiente e seus diversos bens, bem como para o combate à poluição por qualquer de suas formas, nos termos do artigo 23, incisos III, VI e VII da Constituição.
II - A Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA tem por fato gerador o exercício do poder de polícia pelo IBAMA no controle e fiscalização das atividades poluidoras e utilizadoras de recursos naturais. Portanto, esse fato gerador não tem relação de similitude com aqueles próprios dos impostos previstos na Constituição, assim não há ofensa ao artigo 145, II da Constituição.
III - As incorreções contidas na Lei nº 9.960/2000, apontadas pelo Supremo Tribunal Federal, foram corrigidas com a edição da Lei nº 10.165/2000, que criou a TCFA.
IV - Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Decide a Turma negar provimento à apelação, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007 (data do julgamento).

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2002.34.00.025220-7/DF
Processo na Origem: 200234000252207

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	: ANTONIO AIRTON SILVA MANGANELLI E OUTROS(AS)
ADVOGADO	: IVO EVANGELISTA DE AVILA E OUTROS(AS)
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. IMPOSTO DE RENDA COMPENSAÇÃO. AJUSTE ANUAL. PRECLUSÃO. TAXA SELIC. IMPOSSIBILIDADE. COISA JULGADA.
I - A matéria relativa à compensação do Imposto de Renda retido na fonte no ajuste anual de declaração de rendimentos deve ser apreciada na fase cognitiva, sob pena de preclusão.
II - O ônus da prova da compensação incumbe evidentemente à Fazenda Nacional na fase de conhecimento, pois a existência de parcelas já restituídas ao contribuinte, para fins de dedução, constitui fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, nos termos art. 333, II, do CPC. (q.v., *verbi gratia*, AC 2002.34.00.034648-7/DF, DJ 09/06/2006)
III - A incidência da Taxa Selic, quando da liquidação, ofende a coisa julgada.
IV - Apelação provida em parte.

ACÓRDÃO

Decide a Turma dar provimento parcial à apelação, à unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007 (data do julgamento).

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2002.34.00.034261-0/DF
Processo na Origem: 200234000342610

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	: UNIAO AUDITORA INDEPENDENTES S/C
ADVOGADO	: CRISTIANE FREIRE BRANQUINHO ROCHA E OUTROS(AS)
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
EMBARGANTE	: UNIAO AUDITORA INDEPENDENTES S/C
EMBARGANTE	: UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)
EMBARGADO	: V. ACORDÃO DE FLS. 134/138

EMENTA
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. TRIBUTÁRIO. COFINS. SOCIEDADE CIVIL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSÃO REGULAMENTADA. LEI COMPLEMENTAR Nº 70/91. LEI Nº 9.430/96. SÚMULA Nº 276 DO STJ. RESP. 382.736. CORREÇÃO MONETÁRIA. PRESCRIÇÃO. COMPENSAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO.
I. Uma vez que todas a questões suscitadas foram devidamente apreciadas, inexistindo no acórdão obscuridade, omissão ou contradição, impõe-se a sua rejeição.
II. Mesmo nas hipóteses de pré-questionamento, os embargos devem obedecer aos ditames do art. 535 do CPC. Sem obscuridade, omissão ou contradição, os embargos de declaração são via imprópria para o rejulgamento da causa.
III. Embargos da Impetrante e da UNIÃO AUDITORA INDEPENDENTES S/C rejeitados.
ACÓRDÃO
Decide a Turma rejeitar os Embargos de Declaração da Impetrante e da UNIÃO AUDITORA INDEPENDENTES S/C, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 27/02/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2002.34.00.035128-3/DF
Processo na Origem: 200234000351283

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	: ITATICO COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
ADVOGADO	: PEDRO PAULO CASTELO BRANCO COELHO E OUTRO(A)
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA
TRIBUTÁRIO. PARCELAMENTO DA DÍVIDA EM 240 MESES. IMPOSSIBILIDADE LEGAL. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.185/2001. TR. TAXA SELIC.CORREÇÃO MONETÁRIA.
I - "*A simples confissão de dívida, acompanhada do seu pedido de parcelamento, não configura denúncia espontânea*", Súmula n. 208 do extinto Tribunal Federal de Recursos.
II - O parcelamento do débito tributário em 240 meses na modalidade da MP nº 2.043-21, de 25.08.2000, que o permitiu somente aos entes federados, empresas públicas e sociedades de economia mista, não pode ser concedido sem previsão legal, vedada, no regime tributário, a extensão de favor legal, que, por natureza, se interpreta restritivamente, ainda mais que os destinatários são entes públicos e a requerente é empresa privada (q. v. *verbi gratia*: AG. 2001.01.00.036167-8/DF, publicado em 12/04/2002).
III - A Taxa Referencial não é índice de atualização da moeda. Assim, o índice a ser aplicado é o oficial para o período, não podendo ser acumulado com a Taxa Selic, que deve ser aplicada a partir de janeiro de 1996.
IV - Apelação parcialmente provida.
ACÓRDÃO
Decide a Turma dar parcial provimento à apelação, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007 (data do julgamento).

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA N. 2002.35.00.011956-2/GO

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: DISPLAN COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA
ADVOGADO	: DALMO JACOB DO AMARAL JUNIOR
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA
TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL. DECADÊNCIA. PRESCRIÇÃO. TESE DOS *CINCO MAIS CINCO*. JULGAMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 8º DA LEI 7.689/88. RESOLUÇÃO 11 DO SENADO FEDERAL. LEI COMPLEMENTAR 70/91. CONFIGURAÇÃO JURÍDICA RENOVADA.
1. Segundo posicionamento emanado pelo STJ, tratando-se de tributos sujeitos a lançamento por homologação, o prazo prescricional da ação de repetição de indébito ocorrerá após o transcurso do prazo de cinco anos, contados da ocorrência do fato gerador (prazo decadencial), acrescido de mais cinco anos, contados da homologação tácita (esse sim, prazo prescricional) (Precedentes: REsp 795.733/SP, rel. Min. José Delgado, DJ de 06/02/2006).
2. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário 138.284-8/CE, ocorrido em 1º/07/1992, DJ de 28/08/1992, declarou a inconstitucionalidade apenas do art. 8º da Lei 7.689/88, o qual estipulava a cobrança da contribuição sobre o lucro apurado no balanço do mesmo ano em que a referida Lei foi editada.
3. A Resolução 11 do Senado Federal, editada em 04/04/1995, no art. 1º, estabeleceu: *É suspensa a execução do disposto no art. 8º da Lei 7.689, de 15 de dezembro de 1988.*
4. A inconstitucionalidade não está na totalidade da Lei 7.689/88, mas restrita, tão-somente, ao art. 8º, por inobservância ao prazo nonagesinal estipulado no § 6º do art. 195 da Constituição Federal.
5. Com o advento da Lei Complementar 70/91, o art. 11 foi taxativo em manter as disposições da Lei 7.689/88, alterando unicamente a alíquota. Destarte, a contribuição social sobre o lucro foi renovada no ordenamento jurídico, não havendo de se falar em violação ao princípio da legalidade ou da tipicidade cerrada.
6. O indébito é somente em relação ao lucro apurado no ano-base de 1988, no entanto, tendo em vista a prescrição das parcelas recolhidas anteriormente a outubro de 1992, não há se falar em procedência do pedido.
7. Apelação da impetrante a que se nega provimento.
ACÓRDÃO
Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação da impetrante, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 16 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - APELAÇÃO CÍVEL N. 2002.35.00.014560-9/GO

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: CENTERMALHAS ROUPAS LTDA E OUTROS(AS)
ADVOGADO	: LUIZ ADRIANO ARTIAGA DA ROSA E OUTROS(AS)
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA
TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. ADESÃO AO REFIS. DESISTÊNCIA DO FEITO. HOMOLOGAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DESCABIMENTO. DECRETO-LEI 1.025/69. SÚMULA 168/EXTINTO TFR.
1. O encargo de 20% do art. 1º, do DL 1.025/69, abrange a verba sucumbencial devida nos embargos à execução pelo desistente, não se aplicando, portanto, a verba honorária prevista no art. 20, § 3º, do Código de Processo Civil. Enunciado da Súmula 168, do extinto TFR.
2. Apelação a que se dá provimento.
ACÓRDÃO
Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, dar provimento à apelação, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 16 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2002.38.00.001710-3/MG
Processo na Origem: 200238000017103

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	: PALMEIRA INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA
ADVOGADO	: MARIA CLARISSA VILLANI CORREA E OUTROS(AS)
APELADO	: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCURADOR	: MARIA IMACULADA DE ABREU

EMENTA
TRIBUTÁRIO E CONSTITUCIONAL. TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL. LEI Nº 10.165/2000. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE.
I - A Constituição atribui competência comum à União, aos Estados e aos Municípios para a proteção do meio ambiente e seus diversos bens, bem como para o combate à poluição por qualquer de suas formas, nos termos do artigo 23, incisos III, VI e VII da Constituição.
II - A Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA tem por fato gerador o exercício do poder de polícia pelo IBAMA no controle e fiscalização das atividades poluidoras e utilizadoras de recursos naturais. Portanto, esse fato gerador não tem relação de similitude com aqueles próprios dos impostos previstos na Constituição, assim não há ofensa ao artigo 145, II da Constituição.
III - As incorreções contidas na Lei nº 9.960/2000, apontadas pelo Supremo Tribunal Federal, foram corrigidas com a edição da Lei nº 10.165/2000, que criou a TCFA.
IV - Apelação não provida.
ACÓRDÃO
Decide a Turma negar provimento à apelação, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 2002.38.00.002559-4/MG
Processo na Origem: 200238000025594

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	: NUCLEO DE OTORRINO S/C LTDA
ADVOGADO	: LEONARDO AUGUSTO DE ALMEIDA AGUIAR E OUTROS(AS)
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: OS MESMOS
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 7A VARA - MG
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL
EMBARGADO	: ACORDÃO DE FLS. 278/283

EMENTA
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. TRIBUTÁRIO. COFINS. SOCIEDADE CIVIL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSÃO REGULAMENTADA. LEI COMPLEMENTAR Nº 70/91. LEI Nº 9.430/96. SÚMULA Nº 276 DO STJ. RESP. 382.736. LEI COMPLEMENTAR N. 118/2005. PRESCRIÇÃO. ARTS. 2º, 5º, INC. II, 24, INC. II, 97, 102, §2º, 146, 150, INC. I, 195, INC. I DA CONSTITUIÇÃO. ART. 97, 111, INC. II, 141, 150, 168, INC. I, DO CTN. PRÉ-QUESTIONAMENTO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO.
I. Uma vez que todas a questões suscitadas foram devidamente apreciadas, inexistindo no acórdão obscuridade, omissão ou contradição, impõe-se a sua rejeição.
II. Eventual reforma do *decisum* deverá ser buscada pela via recursal própria.
III. Mesmo nas hipóteses de pré-questionamento, os embargos devem obedecer aos ditames do art. 535 do C.P.C.
IV. Embargos rejeitados.
ACÓRDÃO
Decide a Turma rejeitar os Embargos de Declaração, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 27/02/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

REMESSA EX OFFICIO Nº 2002.38.00.003789-7/MG
Processo na Origem: 200238000037897

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
AUTOR	: MUNICIPIO DE COUTO DE MAGALHAES DE MINAS - MG
PROCURADOR	: MOISES FIGUEIREDO DE CARVALHO
REU	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: HENRIQUE SERAPIAO DOS SANTOS
REU	: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 10A VARA - MG

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL - PROCESSO CAUTELAR - AJUIZAMENTO DA AÇÃO PRINCIPAL POSTERIORMENTE AO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS DO ART. 806, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - EXTINÇÃO DO PROCESSO CAUTELAR SEM JULGAMENTO DO MÉRITO.
1. O art. 806 do CPC prescreve que cabe à parte propor a ação, no prazo de 30 dias, contados da efetivação da medida cautelar, estabelecendo o inciso I do art. 808 que cessa a sua eficácia se a parte não intentar a ação, no prazo previsto.
2. Remessa oficial não provida.
ACÓRDÃO
Decide a Turma não conhecer da remessa oficial, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 13/3/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2002.38.00.004888-6/MG
Processo na Origem: 200238000048886

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	: SADOKIN ELETRO E ELETRONICA LTDA
ADVOGADO	: NORMA SUELI MENDES ROCHA E OUTROS(AS)
APELADO	: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA

EMENTA
TRIBUTÁRIO E CONSTITUCIONAL. TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL. LEI Nº 10.165/2000. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE.
I - A Constituição atribui competência comum à União, aos Estados e aos Municípios para a proteção do meio ambiente e seus diversos bens, bem como para o combate à poluição por qualquer de suas formas, nos termos do artigo 23, incisos III, VI e VII da Constituição.

II - A Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA tem por fato gerador o exercício do poder de polícia pelo IBAMA no controle e fiscalização das atividades poluidoras e utilizadoras de recursos naturais. Portanto, esse fato gerador não tem relação de similitude com aqueles próprios dos impostos previstos na Constituição, assim não há ofensa ao artigo 145, II da Constituição.
III - As incorreções contidas na Lei nº 9.960/2000, apontadas pelo Supremo Tribunal Federal, foram corrigidas com a edição da Lei nº 10.165/2000, que criou a TCFA.
IV - Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Decide a Turma negar provimento à apelação, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 2002.38.00.005932-3/MG
Processo na Origem: 200238000059323

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
APELANTE	: AUTO SERVICO PAGUE MENOS LTDA
ADVOGADO	: PABLO BRETAS DE AQUINO E OUTROS(AS)
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: PEDRO CAMARA RAPOSO LOPES
EMBARGANTE	: AUTO SERVICO PAGUE MENOS LTDA

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CSLL. OMISSÃO NÃO CARACTERIZADA. PRETENDIDA REVISÃO DO JULGADO.
1. O Tribunal, ao dirimir a controvérsia, não está obrigado a manifestar-se sobre todas as alegações suscitadas pelas partes, se o fundamento que suporta o acórdão é suficiente a decidir o litígio.
2. Para a oposição de embargos declaratórios com a finalidade de prequestionar matéria de direito, a fim de viabilizar a interposição dos recursos excepcionais, é mister que a parte demonstre inequivocamente a existência na decisão embargada de um dos vícios de que cuida a legislação de regência (CPC, art. 535, incisos I e II).
3. A via adequada para a revisão do julgado é o recurso próprio e não os embargos ora opostos.
4. Embargos de declaração rejeitados.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, à unanimidade, rejeitar os embargos de declaração.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007.

Desembargador Federal LEOMAR AMORIM
Relator

APELAÇÃO CÍVEL N. 2002.38.00.010982-1/MG

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: COMERCIAL SALES E KADDOURA LTDA
ADVOGADO	: ALEXANDRE TULIO CEZAR FERNANDES E OUTROS(AS)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. ADESÃO AO PAES. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. EXTINÇÃO POR RENÚNCIA AO DIREITO SOBRE O QUAL SE FUNDA A AÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NÃO CABIMENTO. DECRETO-LEI 1.025/69. SÚMULA 168/EXTINTO TFR.
1. Não cabe a extinção do feito por renúncia ao direito sobre o qual se funda a ação, porquanto tal renúncia prescinde de expresso pedido do agravante. Não pode o Juiz, de ofício, homologar o que não foi objeto de requerimento da parte.
2. O encargo de 20% do art. 1º, do DL 1.025/69, abrange a verba sucumbencial devida nos embargos à execução pelo desistente. Enunciado da Súmula 168, do extinto TFR.
3. Apelação a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 6 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria Do Carmo Cardoso
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL N. 2002.38.00.016612-2/MG

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: TRANSPORTADORA JUPITER LTDA
ADVOGADO	: JOAO CAETANO MUZZI FILHO E OUTROS(AS)
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL JULGADOS IMPROCEDENTES. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS TRIBUTOS DECLARADOS PELO CONTRIBUINTE POR MEIO DE DCTF. INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADE NO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO ANTE A AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO DA INSCRIÇÃO DO DÉBITO FISCAL EM DÍVIDA ATIVA. TAXA SELIC. APLICABILIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DESCABIMENTO. DECRETO-LEI 1.025/69. SÚMULA 168, DO EXTINTO TFR.
1. Nas hipóteses em que os débitos tributários decorrem de valores declarados em DCTF, ou seja, decorrem de confissão do próprio contribuinte acerca dos valores devidos, o crédito tributário prescinde de qualquer procedimento administrativo ou de notificação ao contribuinte para que se considere constituído, uma vez que a declaração do sujeito passivo equivale ao lançamento, tornando o crédito tributário formalizado e imediatamente exigível.
1. É plenamente constitucional e legítima a aplicação da taxa SELIC na correção do crédito tributário apurado em favor da Receita Federal ante o não-cumprimento por parte da apelante de responsabilidade tributária perante o fisco (Lei 9.250/95).
2. O encargo de 20% do art. 1º, do DL 1.025/69, abrange a verba sucumbencial devida nos embargos à execução.
3. Apelação da embargante e apelação da União Federal (Fazenda Nacional) a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento às apelações nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 6 de março de 2007

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 2002.38.00.027757-3/MG
Processo na Origem: 200238000277573

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: JULIMED COMERCIO E REPRESENTACOES DE MATERIAIS HOSPITALARES - ME
ADVOGADO	: RODRIGO ABREU FERREIRA E OUTROS(AS)
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL MOVIDA PELA FAZENDA NACIONAL. DESISTÊNCIA/RENÚNCIA. ADESÃO AO PARCELAMENTO DA LEI N. 10.684/2003. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS INDEVIDOS. DECRETO-LEI 1.025/69 E SÚMULA 168/TFR.
1. O Tribunal, ao dirimir a controvérsia, não está obrigado a manifestar-se sobre todas as alegações suscitadas pelas partes, se o fundamento que suporta o acórdão é suficiente a decidir o litígio.
2. Para a oposição de embargos declaratórios com a finalidade de prequestionar matéria de direito, a fim de viabilizar a interposição dos recursos excepcionais, é mister que a parte demonstre inequivocamente a existência na decisão embargada de um dos vícios de que cuida a legislação de regência (CPC, art. 535, incisos I e II).
3. A via adequada para a revisão do julgado é o recurso próprio e não os embargos ora opostos.
4. Embargos de declaração rejeitados.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, à unanimidade, rejeitar os embargos de declaração.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007.

Desembargador Federal LEOMAR AMORIM
Relator

APELAÇÃO CÍVEL N. 2002.38.00.031303-1/MG

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA ARQUITETURA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS - CREA/MG
ADVOGADO	: JOSE ELISIO RODRIGUES PINTO JUNIOR
APELADO	: EDUARDO OTAVIO NEVES PIMENTEL DE OLIVEIRA
ADVOGADO	: JOSE BOANERGES MEIRA E OUTROS(AS)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. SENTENÇA DECLARATÓRIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REDUÇÃO. EQÜIDADE.
1. Em sendo declaratória a sentença, não havendo condenação, deve o Juiz fixar honorários consoante apreciação eqüitativa, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC.
2. Apelação a que se dá provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, dar provimento à apelação, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2002.38.00.036839-5/MG
Processo na Origem: 200238000368395

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	: ELETROLEITO INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAL ELETRICO LTDA
ADVOGADO	: DENIZE DE CASTRO PERDIGAO E OUTROS(AS)
APELADO	: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCURADOR	: ANA ALICE MOREIRA DE MELO

EMENTA

TRIBUTÁRIO E CONSTITUCIONAL. TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL. LEI Nº 10.165/2000. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE.
I - A Constituição atribui competência comum à União, aos Estados e aos Municípios para a proteção do meio ambiente e seus diversos bens, bem como para o combate à poluição por qualquer de suas formas, nos termos do artigo 23, incisos III, VI e VII da Constituição.
II - A Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA tem por fato gerador o exercício do poder de polícia pelo IBAMA no controle e fiscalização das atividades poluidoras e utilizadoras de recursos naturais. Portanto, esse fato gerador não tem relação de similitude com aqueles próprios dos impostos previstos na Constituição, assim não há ofensa ao artigo 145, II da Constituição.
III - As incorreções contidas na Lei nº 9.960/2000, apontadas pelo Supremo Tribunal Federal, foram corrigidas com a edição da Lei nº 10.165/2000, que criou a TCFA.
IV - Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Decide a Turma negar provimento à apelação, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2002.38.00.042889-4/MG
Processo na Origem: 200238000428894

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
APELANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: NANCY DE PINHO AMARAL FILHA
APELANTE	: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA
PROCURADOR	: DANIELA TORRES DE M COSTA
APELANTE	: PRAIAMAR TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO	: DAVID GONCALVES DE ANDRADE SILVA E OUTROS(AS)
APELADO	: OS MESMOS
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 22A VARA - MG

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. PREVIDENCIÁRIO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. CONTRIBUIÇÃO PARA O INCRA. EMPRESA URBANA. LEI N. 7.787/89, LEI COMPLEMENTAR 11/71, LEI N. 8.212/91.
1. Tratando-se a contribuição para o INCRA de tributo sujeito a lançamento por homologação, a prescrição da ação de restituição somente ocorre decorridos cinco anos, a partir do fato gerador, acrescidos de mais cinco anos, contados da homologação tácita.
2. A jurisprudência dominante fixou-se no sentido da legitimidade constitucional da imposição tributária da contribuição para o INCRA às empresas urbanas (precedentes do STF e STJ).
3. A cobrança do adicional de 0,2% (zero vírgula dois por cento) referente à contribuição para o INCRA mostra-se indevida a partir da Lei n. 8.212/91, porquanto inexiste qualquer base legal para a referida cobrança, o que constituiria, inclusive, além de ilegalidade, duplicidade da cobrança.
4. Apelações da autora, do INCRA e do INSS improvidas.
5. Remessa oficial parcialmente provida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, à unanimidade, negar provimento às apelações da autora, do INCRA e do INSS e dar parcial provimento à remessa oficial.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007.

Desembargador Federal LEOMAR AMORIM
Relator

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2002.38.00.045170-9/MG
Processo na Origem: 200238000451709

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
APELANTE	: EMPRESA SANTA MARIA LTDA
ADVOGADO	: ALFREDO GOMES DE SOUZA JUNIOR E OUTROS(AS)
APELADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: FABIANO VERLI

E M E N T A

TRIBUTÁRIO. PREVIDENCIÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNRURAL. EMPRESA URBANA. LEI N. 7.787/89.
1. A jurisprudência dominante fixou-se no sentido da legitimidade constitucional da contribuição para o FUNRURAL às empresas urbanas (precedentes do STF e STJ).
2. Extinta a contribuição para o FUNRURAL, foi ela absorvida na alíquota de 20% (vinte por cento), devida pelas empresas em geral, e que incidente sobre as remunerações pagas aos segurados empregados, nos termos do §1º do artigo 3º da Lei 7.787/89. A partir de então o que existe é contribuição paga pelos empregadores, em razão da folha de salários em obediência aos princípios da seguridade social, na conformidade dos artigos 194 e 195, I, alínea a, da Constituição Federal.
3. Apelação improvida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, à unanimidade, negar provimento à apelação.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007.

Desembargador Federal LEOMAR AMORIM
Relator

REMESSA EX OFFICIO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2002.38.01.001060-1/MG
Processo na Origem: 200238010010601

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
IMPETRANTE	: POSTO VISAO LTDA
ADVOGADO	: JOSE RUFINO DE SOUZA JUNIOR
IMPETRADO	: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCURADOR	: MARIA IMACULADA DE ABREU
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 14ª VARA - MG

EMENTA

TRIBUTÁRIO E CONSTITUCIONAL. TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL. LEI Nº 10.165/2000. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE.
I - A Constituição atribui competência comum à União, aos Estados e aos Municípios para a proteção do meio ambiente e seus diversos bens, bem como para o combate à poluição por qualquer de suas formas, nos termos do artigo 23, incisos III, VI e VII da Constituição.
II - A Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA tem por fato gerador o exercício do poder de polícia pelo IBAMA no controle e fiscalização das atividades poluidoras e utilizadoras de recursos naturais. Portanto, esse fato gerador não tem relação de similitude com aqueles próprios dos impostos previstos na Constituição, assim não há ofensa ao artigo 145, II da Constituição.
III - As incorreções contidas na Lei nº 9.960/2000, apontadas pelo Supremo Tribunal Federal, foram corrigidas com a edição da Lei nº 10.165/2000, que criou a TCFA.
IV - Remessa oficial provida.

ACÓRDÃO

Decide a Turma dar provimento à remessa oficial, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007 (data do julgamento).

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2002.38.03.001366-3/MG
Processo na Origem: 200238030013663

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
APELANTE	: NACIONAL EXPRESSO LTDA
ADVOGADO	: GLENDA MARLYAN SILVA E SOUSA E OUTROS(AS)
APELADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: MARIZA BELLORIO

E M E N T A

TRIBUTÁRIO. PREVIDENCIÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNRURAL E INCRA. EMPRESA URBANA. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. LEI N. 7.787/89, LEI COMPLEMENTAR 11/71, LEI N. 8.212/91.
1. Tratando-se a contribuição para o INCRA de tributo sujeito a lançamento por homologação, a prescrição da ação de restituição somente ocorre decorridos cinco anos, a partir do fato gerador, acrescidos de mais cinco anos, contados da homologação tácita.
2. A jurisprudência dominante fixou-se no sentido da legitimidade constitucional da imposição tributária da contribuição para o FUNRURAL e INCRA às empresas urbanas (precedentes do STF e STJ).
3. Extinta a contribuição para o FUNRURAL, foi ela absorvida na alíquota de 20% (vinte por cento), devida pelas empresas em geral, e que incidente sobre as remunerações pagas aos segurados empregados, nos termos do §1º do artigo 3º da Lei 7.787/89. A partir de então o que existe é contribuição paga pelos empregadores, em razão da folha de salários em obediência aos princípios da seguridade social, na conformidade dos artigos 194 e 195, I, alínea a, da Constituição Federal.
4. A cobrança do adicional de 0,2% (zero vírgula dois por cento) referente à contribuição para o INCRA mostra-se indevida a partir da Lei 8.212/91, porquanto inexiste qualquer base legal para a referida cobrança, o que constituiria, inclusive, além de ilegalidade, duplicidade da cobrança.
5. Apelação parcialmente provida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, à unanimidade, dar parcial provimento à apelação.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 16/02/2007.

Desembargador Federal LEOMAR AMORIM
Relator

REMESSA EX OFFICIO Nº 2002.39.02.000649-1/PA
Processo na Origem: 200239020006491

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
AUTOR	: MUNICIPIO DE MEDICILANDIA
PROCURADOR	: MAURO CESAR LISBOA DOS SANTOS
REU	: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA SUBSECAO JUDICIARIA DE SANTAREM - PA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE. ART. 475, I, DO CPC. REEXAME NECESSÁRIO. NÃO CONHECIMENTO.
1. A sentença proferida contra a União, o Estado, o Distrito Federal, o Município e as respectivas autarquias e fundações de direito público (art. 475, inc. I, do CPC) está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeitos senão depois de confirmada pelo tribunal.
2. Julgado improcedente pedido formulado por Município em ação proposta contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, inocorre quaisquer das hipóteses do art. 475, I, do CPC.
3. Remessa oficial não conhecida.

ACÓRDÃO

Decide a Turma não conhecer da remessa oficial, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 13/3/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2002.43.00.001562-8/TO
Processo na Origem: 200243000015628

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
APELANTE	: CAMPINA VERDE AGROPECUARIA LTDA
ADVOGADO	: ALFREDO GOMES DE SOUZA JUNIOR E OUTROS(AS)
APELADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ADRIANO CARDOSO HENRIQUE

E M E N T A

TRIBUTÁRIO. DENÚNCIA ESPONTÂNEA. PAGAMENTO INTEGRAL DO DÉBITO. MULTA MORATÓRIA. ILEGALIDADE.
1. O contribuinte que denuncia espontaneamente o débito fiscal vencido e paga o montante devido, acrescido de juros de mora, antes de qualquer procedimento administrativo, fica desonerado de multa moratória, nos termos do art. 138 do CTN. Precedentes deste Tribunal e do STJ. Assim, legítimo é o seu direito de pleitear a restituição do que foi pago indevidamente.
2. Apelação provida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, à unanimidade, dar provimento à apelação.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007.

Desembargador Federal LEOMAR AMORIM
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2003.01.00.008440-4/MG

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	: ZEBRA DE OURO LTDA
ADVOGADO	: GERALDO IZIDORO DE SOUZA E OUTRO(A)

EMENTA

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIO COMPLEMENTAR. CORREÇÃO MONETÁRIA. APLICABILIDADE. TAXA SELIC. NÃO INCIDÊNCIA.
1. A taxa SELIC sendo constituída por duas parcelas no mesmo período, quais sejam a taxa de juros reais e a taxa de inflação, não pode ser aplicada na atualização de precatório complementar em que, nos termos da Súmula 45, deste TRF, não cabem juros de mora, salvo se não observado o prazo previsto no art. 100, § 1°, da Constituição Federal.
2. Agravo de instrumento a que se dá provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade dar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2003.01.00.020042-5/MG

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	: COMERCIAL ELETRICA TENSAO LTDA E OUTRO(A)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. ALIENAÇÃO DE BENS ANTES DA EFETIVAÇÃO DO ATO DE PENHORA FRAUDE À EXECUÇÃO NÃO CONFIGURADA. TERCEIROS DE BOA-FÉ.
1. As alienações de bens após a propositura de ação executória não configuram fraude à execução, pois somente após a citação válida do devedor co-responsável e a efetivação do ato de penhora é que os bens se vinculam ao processo executivo. Para que se configure a fraude à execução é imprescindível o registro da penhora ou a prova, a cargo do exeqüente, de que o adquirente tinha conhecimento da existência da ação.
2. Agravo de instrumento a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2003.01.00.021441-0/PA

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	: SIDNEY ALEIXO MORAES ALBUQUERQUE
ADVOGADO	: ALVARO CALILO KZAN FILHO

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS DE TERCEIROS. ALIENAÇÃO DE BENS APÓS AJUIZAMENTO DA AÇÃO DE EXECUÇÃO. FRAUDE À EXECUÇÃO NÃO CONFIGURADA. TERCEIROS DE BOA-FÉ.
1. As alienações de bens após a propositura de ação executória não configuram fraude à execução, pois somente após a citação válida do devedor co-responsável e a efetivação do ato de penhora é que os bens se vinculam ao processo executivo. Para que se configure a fraude à execução é imprescindível o registro da penhora ou a prova, a cargo do exeqüente, de que o adquirente tinha conhecimento da existência da ação.
2. Agravo de instrumento a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2003.01.00.040619-1/DF
Processo na Origem: 200334000353887

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
AGRAVANTE	: HOSPITAL VETERINARIO ANTONIO CLEMENCEAU S/C
ADVOGADO	: FRANK EDUARDO SILVA
AGRAVADO	: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - LIMINAR - SENTENÇA - PERDA DE OBJETO - AGRAVO REGIMENTAL.
I - Se antes do julgamento do agravo foi prolatada sentença de mérito, fica prejudicado o agravo interposto contra decisão que deferiu a liminar.
II - Agravo de instrumento e agravo regimental prejudicados.

ACÓRDÃO

Decide a Turma julgar prejudicados o agravo de instrumento e o agravo regimental, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS - Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2003.33.00.000862-1/BA
Processo na Origem: 200333000008621

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
APELANTE	: INDUSTRIA DE AZULEJOS DA BAHIA S/A
ADVOGADO	: ANDREA MENEZES
APELADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: PLACIDO SERRA DE FARIA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. PREVIDENCIÁRIO. PRESCRIÇÃO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNRURAL.
1. Tratando-se a contribuição para o FUNRURAL de tributo sujeito a lançamento por homologação, a prescrição da ação de restituição ocorre decorridos cinco anos, a partir do fato gerador, acrescidos de mais cinco anos, contados da homologação tácita.
2. Ajuizada a ação a 10/01/2003, inviável é o pedido de restituição ou a compensação da contribuição recolhida no período de janeiro/81 a agosto/89.
3. Apelação improvida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, à unanimidade, negar provimento à apelação.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 16/02/2007.

Desembargador Federal LEOMAR AMORIM
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA N. 2003.33.00.008475-5/BA

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: REDE ROYAL DE AUTO POSTOS LTDA
ADVOGADO	: DALMO JACOB DO AMARAL JUNIOR E OUTROS(AS)
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA

TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL. DECADÊNCIA. PRESCRIÇÃO. TESE DOS *CINCO MAIS CINCO*. JULGAMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 8º DA LEI 7.689/88. RESOLUÇÃO 11 DO SENADO FEDERAL. LEI COMPLEMENTAR 70/91. CONFIGURAÇÃO JURÍDICA RENOVADA.
1. Segundo posicionamento emanado pelo STJ, tratando-se de tributos sujeitos a lançamento por homologação, o prazo prescricional da ação de repetição de indébito ocorrerá após o transcurso do prazo de cinco anos, contados da ocorrência do fato gerador (prazo decadencial), acrescido de mais cinco anos, contados da homologação tácita (esse sim, prazo prescricional) (Precedentes: REsp 795.733/SP, rel. Min. José Delgado, DJ de 06/02/2006).
2. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário 138.284-8/CE, ocorrido em 1º/07/1992, DJ de 28/08/1992, declarou a inconstitucionalidade apenas do art. 8º da Lei 7.689/88, o qual estipulava a cobrança da contribuição sobre o lucro apurado no balanço do mesmo ano em que a referida Lei foi editada.
3. A Resolução 11 do Senado Federal, editada em 04/04/1995, no art. 1º, estabeleceu: *É suspensa a execução do disposto no art. 8º da Lei 7.689, de 15 de dezembro de 1988*.
4. A inconstitucionalidade não está na totalidade da Lei 7.689/88, mas restrita, tão-somente, ao art. 8º, por inobservância ao prazo nonagesinal estipulado no § 6º do art. 195 da Constituição Federal.
5. Com o advento da Lei Complementar 70/91, o art. 11 foi taxativo em manter as disposições da Lei 7.689/88, alterando unicamente a alíquota. Destarte, a contribuição social sobre o lucro foi renovada no ordenamento jurídico, não havendo de se falar em violação ao princípio da legalidade ou da tipicidade cerrada.
6. O indébito é somente em relação ao lucro apurado no ano-base de 1988, no entanto, tendo em vista a prescrição das parcelas recolhidas anteriormente a março de 1993, não há de se falar em procedência do pedido.
7. Apelação da impetrante a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação da impetrante, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA N. 2003.33.00.008495-0/BA

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: AUTO POSTO CEPIL LTDA
ADVOGADO	: DALMO JACOB DO AMARAL JUNIOR E OUTROS(AS)
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA

TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL. DECADÊNCIA. PRESCRIÇÃO. TESE DOS *CINCO MAIS CINCO*. JULGAMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 8º DA LEI 7.689/88. RESOLUÇÃO 11 DO SENADO FEDERAL. LEI COMPLEMENTAR 70/91. CONFIGURAÇÃO JURÍDICA RENOVADA.
1. Segundo posicionamento emanado pelo STJ, tratando-se de tributos sujeitos a lançamento por homologação, o prazo prescricional da ação de repetição de indébito ocorrerá após o transcurso do prazo de cinco anos, contados da ocorrência do fato gerador (prazo decadencial), acrescido de mais cinco anos, contados da homologação tácita (esse sim, prazo prescricional) (Precedentes: REsp 795.733/SP, rel. Min. José Delgado, DJ de 06/02/2006).
2. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário 138.284-8/CE, ocorrido em 1º/07/1992, DJ de 28/08/1992, declarou a inconstitucionalidade apenas do art. 8º da Lei 7.689/88, o qual estipulava a cobrança da contribuição sobre o lucro apurado no balanço do mesmo ano em que a referida Lei foi editada.
3. A Resolução 11 do Senado Federal, editada em 04/04/1995, no art. 1º, estabeleceu: *É suspensa a execução do disposto no art. 8º da Lei 7.689, de 15 de dezembro de 1988*.
4. A inconstitucionalidade não está na totalidade da Lei 7.689/88, mas restrita, tão-somente, ao art. 8º, por inobservância ao prazo nonagesinal estipulado no § 6º do art. 195 da Constituição Federal.
5. Com o advento da Lei Complementar 70/91, o art. 11 foi taxativo em manter as disposições da Lei 7.689/88, alterando unicamente a alíquota. Destarte, a contribuição social sobre o lucro foi renovada no ordenamento jurídico, não havendo de se falar em violação ao princípio da legalidade ou da tipicidade cerrada.
6. O indébito é somente em relação ao lucro apurado no ano-base de 1988, no entanto, tendo em vista a prescrição das parcelas recolhidas anteriormente a março de 1993, não há de se falar em procedência do pedido.
7. Apelação da impetrante a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação da impetrante, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 16 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA
APELAÇÃO CÍVEL N. 2003.34.00.000342-2/DF
Processo na Origem: 200334000003422

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
APELANTE	: IVONEIDE SULTANUM DE FIGUEIREDO E OUTROS(AS)
ADVOGADO	: AUGUSTO CESAR DE OLIVEIRA SAMPAIO
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. IMPOSTO DE RENDA. RESGATE DE COTAS DE CONTRIBUIÇÃO. EXTINÇÃO DA CENTRUS. LITISPENDÊNCIA. RENDIMENTOS PROVENIENTES DE INVESTIMENTOS E LUCROS: TRIBUTAÇÃO. OMISSÃO NÃO CARACTERIZADA. PRETENDIDA REVISÃO DO JULGADO.
1. Não há litispendência entre ação coletiva e ação individual, dado que a ação proposta por sindicato, como substituto processual, não tem o condão de inibir a demanda individual do titular do direito discutido.
2. O Tribunal, ao dirimir a controvérsia, não está obrigado a manifestar-se sobre todas as alegações suscitadas pelas partes, se o fundamento que suporta o acórdão é suficiente a decidir o litígio.
3. Para a oposição de embargos declaratórios com a finalidade de prequestionar matéria de direito, a fim de viabilizar a interposição dos recursos excepcionais, é mister que a parte demonstre inequivocamente a existência na decisão embargada de um dos vícios de que cuida a legislação de regência (CPC, art. 535, incisos I e II).
4. A via adequada para a revisão do julgado é o recurso próprio e não os embargos ora opostos.
5. Embargos de declaração parcialmente acolhidos.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, à unanimidade, acolher parcialmente os embargos de declaração.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007.

Desembargador Federal LEOMAR AMORIM
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2003.34.00.000612-0/DF
Processo na Origem: 200334000006120

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	: AUZIR VERNIZI E OUTROS(AS)
ADVOGADO	: CAROLINA LOUZADA PETRARCA
APELANTE	: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
APELADO	: OS MESMOS
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 4ª VARA - DF

EMENTA

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA SOBRE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. INCIDÊNCIA. LEI 9.250/95. NATUREZA DE ACRÉSCIMO PATRIMONIAL. VEDAÇÃO DA BITRIBUTAÇÃO. LEGISLAÇÃO PERTINENTE. PRESCRIÇÃO.
I. O Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de que a prescrição aplicável à espécie é decenal.
II. O recebimento da complementação de aposentadoria e o resgate das contribuições recolhidas para entidade de previdência privada no período de 1º.01.1989 a 31.12.1995 não constituíam renda tributável pelo IRPF, por força da isenção concedida pelo art. 6º, VII, b, da Lei 7.713/88, na redação anterior à que lhe foi dada pela Lei 9.250/95. Em contrapartida,as contribuições vertidas para tais planos não podiam ser deduzidas da base de cálculo do referido tributo, sendo, portanto, tributadas (q. v. *verbi gratia*: EREsp 621348/DF, STJ, Primeira Seção, publicado em 11.09.2006)
III. Apelações e remessa oficial não providas.

ACÓRDÃO

Decide a Turma negar provimento às apelações e à remessa oficial, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 27/02/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 2003.34.00.006632-0/DF
Processo na Origem: 200334000066320

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
APELANTE	: YANNATOS E ARAUJO LTDA - ME
ADVOGADO	: ROMULO SULZ GONSALVES JUNIOR E OUTROS(AS)
APELANTE	: CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINARIA - CFMV
PROCURADOR	: ANTONIO GERALDO DE MORAIS
APELADO	: OS MESMOS
EMBARGANTE	: CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINARIA - CFMV

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONSELHOS PROFISSIONAIS. INTIMAÇÃO. PUBLICAÇÃO NA IMPRENSA OFICIAL. RECURSO INTEMPESTIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO CONHECIDOS.
1. O termo inicial da contagem do prazo para interposição de recurso se dá com a intimação via publicação na imprensa oficial, uma vez que os conselhos representativos de classe, autarquias corporativas, não gozam do benefício da intimação pessoal.
2. Embargos de declaração não conhecidos.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, à unanimidade, não conhecer dos embargos de declaração.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007.

Desembargador Federal LEOMAR AMORIM
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 2003.34.00.013284-0/DF
Processo na Origem: 200334000132840

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
APELANTE	: ADEMIR JULIO SCHENATTO E OUTROS(AS)
ADVOGADO	: JORGE AMAURY MAIA NUNES E OUTROS(AS)
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
REC. ADESIVO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
EMBARGANTE	: ADEMIR JULIO SCHENATTO E OUTROS(AS)

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. IMPOSTO DE RENDA. RESGATE DE COTAS DE CONTRIBUIÇÃO. EXTINÇÃO DA CENTRUS. VALORES PROVENIENTES DE INVESTIMENTOS E LUCROS: TRIBUTAÇÃO. OMISSÃO NÃO CARACTERIZADA. PRETENDIDA REVISÃO DO JULGADO.
1. Na hipótese de rateio do patrimônio de entidade de previdência privada, não incide imposto de renda sobre as contribuições efetuadas pelo participante sob o artigo 6º, VII, b, da Lei 7.713/88 (período de 1º de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1995).
2. Os valores referentes aos rendimentos, provenientes de investimentos e lucros da entidade de previdência privada, constituem acréscimo patrimonial, e sobre eles incide imposto de renda.
3. O Tribunal, ao dirimir a controvérsia, não está obrigado a manifestar-se sobre todas as alegações suscitadas pelas partes, se o fundamento que suporta o acórdão é suficiente a decidir o litígio.
4. Para a oposição de embargos declaratórios com a finalidade de prequestionar matéria de direito, a fim de viabilizar a interposição dos recursos excepcionais, é mister que a parte demonstre inequivocamente a existência na decisão embargada de um dos vícios de que cuida a legislação de regência (CPC, art. 535, incisos I e II).
5. A via adequada para a revisão do julgado é o recurso próprio e não os embargos ora opostos.
6. Embargos de declaração parcialmente acolhidos.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, à unanimidade, acolher parcialmente os embargos de declaração.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007.

Desembargador Federal LEOMAR AMORIM
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 2003.34.00.014742-2/DF
Processo na Origem: 200334000147422

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
APELANTE	: ARTUR CORREIA AFONSO E OUTROS(AS)
ADVOGADO	: AUGUSTO CESAR DE OLIVEIRA SAMPAIO
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL

E M E N T A

CONTRIBUIÇÃO. EXTINÇÃO DA CENTRUS. RENDIMENTOS PROVENIENTES DE INVESTIMENTOS E LUCROS: TRIBUTAÇÃO.
1. Na hipótese de rateio do patrimônio de entidade de previdência privada, não incide imposto de renda sobre as contribuições efetuadas pelo participante sob a égide do artigo 6º, VII, *b*, da Lei 7.713/88 (período de 1º de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1995).
2. Os valores referentes aos rendimentos, provenientes de investimentos e lucros da entidade de previdência privada, constituem acréscimo patrimonial, e sobre eles incide imposto de renda.
3. Embargos de declaração acolhidos.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, à unanimidade, acolher os embargos de declaração.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007

Desembargador Federal LEOMAR AMORIM
Relator

APELAÇÃO CÍVEL N. 2003.34.00.021901-8/DF

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: AUTINIO JORGE SOUZA CORREA E OUTROS(AS)
ADVOGADO	: IVO EVANGELISTA DE AVILA E OUTROS(AS)
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. DEDUÇÃO DE VALORES RESTITUÍDOS NA DECLARAÇÃO DE AJUSTE. IMPOSSIBILIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA. TAXA SELIC. OFENSA À COISA JULGADA.
1. Quanto à possibilidade de dedução dos valores já restituídos por ocasião da Declaração de Ajuste Anual, uma vez que tal matéria não foi objeto de questionamento na fase de conhecimento, bem como, em se tratando de verdadeira compensação, necessário pedido específico e procedimento adequado, sendo inadmissível em sede de embargos à execução.
2. O ônus da prova da compensação incumbe, evidentemente, à Fazenda Nacional na fase de conhecimento, pois a existência de parcelas já restituídas ao contribuinte, para fins de dedução, constitui fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, nos termos do art. 333, II, do Código de Processo Civil.
3. Estabelecer a incidência da taxa SELIC em fase de liquidação de sentença, além de malferir a coisa julgada, acarreta o *bis in idem*, haja vista que essa taxa não pode ter sua aplicação cumulativa à correção monetária e aos juros de mora de 1%, ao mês, fixados pelo título executivo judicial.
4. Apelação a que se dá parcial provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento à apelação, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 16 de fevereiro 2007

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2003.34.00.024635-8/DF
Processo na Origem: 200334000246358

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: MARIA ISABEL LEITAO
ADVOGADO	: LUCIANA VALERIA PINHEIRO GONCALVES E OUTROS(AS)
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 22ª VARA - DF

EMENTA

TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. IMPOSTO DE RENDA. FÉRIAS INDENIZADAS. ISENÇÃO. NECESSIDADE DO SERVIÇO. COMPROVAÇÃO. SÚMULA N. 125/STJ.
I - O pagamento em dinheiro das férias possui caráter indenizatório, não estando sujeita à incidência do Imposto de Renda. Cuida-se de medida reparatória, destinada a compensar o servidor pelo trabalho desempenhado sem a contemporânea fruição do benefício assegurado por lei.
II - O abono-pecuniário decorrente da conversão de 1/3 de férias, na forma da Súmula 125 do STJ, possui caráter indenizatório, pois visa apenas a ressarcir o servidor de um direito ao descanso de que o mesmo não chegou a usufruir e que beneficiou a Administração (q. v. *verbi gratia*: AC 2001.38.00.042728-1/MG, Sétima Turma, DJ de 16/07/2004, p.28).
III - A Administração, ao pagar ao seu servidor os referidos benefícios em pecúnia, o fez porque precisou dos serviços de seus agentes.
IV - Apelação e remessa oficial não providas.

ACÓRDÃO

Decide a Turma negar provimento à apelação e à remessa oficial, à unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007 (data do julgamento).

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO À APELAÇÃO CÍVEL Nº 2003.34.00.029104-1/DF
Processo na Origem: 200334000291041

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
APELANTE	: ANA LUCIA SILVA FERNANDES DIAS E OUTROS(AS)
ADVOGADO	: CLAUDIO FONTES E SILVA
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: OS MESMOS
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 2A VARA - DF
EMBARGANTE	: ANA LUCIA SILVA FERNANDES DIAS E OUTROS(AS)

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. IMPOSTO DE RENDA. RESGATE DE COTAS DE CONTRIBUIÇÃO. EXTINÇÃO DA CENTRUS. RENDIMENTOS PROVENIENTES DE INVESTIMENTOS E LUCROS: TRIBUTAÇÃO. OMISSÃO NÃO CARACTERIZADA. PRETENDIDA REVISÃO DO JULGADO.
1. Os valores referentes aos rendimentos, provenientes de investimentos e lucros da entidade, constituem acréscimo patrimonial, e sobre eles incide imposto de renda.
2. O Tribunal, ao dirimir a controvérsia, não está obrigado a manifestar-se sobre todas as alegações suscitadas pelas partes, se o fundamento que suporta o acórdão é suficiente a decidir o litígio.
3. Para a oposição de embargos declaratórios com a finalidade de prequestionar matéria de direito, a fim de viabilizar a interposição dos recursos excepcionais, é mister que a parte demonstre inequivocamente a existência na decisão embargada de um dos vícios de que cuida a legislação de regência (CPC, art. 535, incisos I e II).
4. A via adequada para a revisão do julgado é o recurso próprio e não os embargos ora opostos.
5. Embargos de declaração parcialmente acolhidos.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, à unanimidade, acolher parcialmente os embargos de declaração.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007.

Desembargador Federal LEOMAR AMORIM
Relator

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2003.34.00.032710-3/DF
Processo na Origem: 200334000327103

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	: AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - ANVISA
PROCURADOR	: PEDRO DUMANS GUEDES
APELADO	: NEWTEQUI INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
ADVOGADO	: JESUS GERALDO MOROSINO E OUTRO(A)
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 21A VARA - DF

EMENTA

MANDADO DE SEGURANÇA. ANVISA. AUTO DE INFRAÇÃO. RECURSO ADMINISTRATIVO. INCOMPETÊNCIA DA AUTORIDADE JULGADORA. COMPETÊNCIA EXPRESSA.LEI 9.782/99, §2º
1 - Consoante a Lei 9.782/99, §2º o julgamento do recurso administrativo deve ser realizado por órgão colegiado, ou seja, pela Diretoria Colegiada da Anvisa.
2 - Apelação e remessa oficial não providas.

ACÓRDÃO

Decide a Turma negar provimento à apelação e à remessa oficial, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 13/3/2007 (data do julgamento).

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2003.34.00.037933-8/DF
Processo na Origem: 200334000379338

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	: COOPERATIVA DE TRABALHO DE LIMPEZA E CONSERVACAO E SERVICOS GERAIS - CLASSE A
ADVOGADO	: MARCELO LUIZ AVILA DE BESSA E OUTROS(AS)
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA

CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. ATO COOPERATIVO. LEI 5.764/71. COFINS. ISENÇÃO. ART. 6º, DA LC 70/91. REVOGAÇÃO DO BENEFÍCIO FISCAL POR MEDIDA PROVISÓRIA CONVERTIDA EM LEI ORDINÁRIA. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA HIERARQUIA DAS LEIS.
1. A exigência de lei complementar para conferir às sociedades cooperativas adequado tratamento tributário, nos termos em que contida no art. 146, III, da CF, foi satisfeita pelo art. 6º, I, da LC 70/91. Portanto, nesse ponto, ostentando essa norma natureza formal e materialmente complementar, não pode ser revogada por medida provisória ou lei ordinária (MPV nº 1.858-6, de 29/06/1999, hoje MPV nº 2.158-35, de 24/08/2001).
2. Os atos praticados pelas cooperativas, diretamente relacionados com o seu objeto social e que, portanto, não se traduzem em lucro, receita ou faturamento da entidade, estão isentos da COFINS (arts. 79, 85, 86, 88 e 111 da Lei nº 5.764/71).
3. Na hipótese, se não demonstrado praticar a impetrante qualquer ato que constitua receita tributável, é inexigível o recolhimento da contribuição para o financiamento da seguridade social, à luz da MP nº 1.858/99, prevalecendo, portanto, a isenção definida no art. 6º, I, da LC n. 70/91.
4. Apelação a que se dá provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Turma dar provimento à Apelação, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 20/10/2006 (data do julgamento)

Juiz Federal OSMANE ANTONIO DOS SANTOS
Relator Convocado

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - APELAÇÃO CÍVEL N. 2003.34.00.042134-1/DF

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: CEBRAL COMERCIO E EXIBICOES BRASILIA LTDA
ADVOGADO	: LELIANE MARIA ROLIM DE PONTES VIEIRA E OUTROS(AS)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO SEGUNDO CRITÉRIO EQÜITATIVO. ART. 20, § 4º, DO CPC. REDUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.
1. Nos embargos à execução não há sentença condenatória, mas declaratória, se improcedentes, ou constitutiva negativa, se procedentes. O Juiz deve fixar honorários consoante apreciação eqüitativa, nos termos do art. 20, § 4º, do Código de Processo Civil, atendidas as normas das alíneas do § 3º, art. 20, CPC. Arbitrada com eqüidade, verba honorária mantida, verificada a peculiaridade do caso.
2. Apelação da Fazenda Nacional a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação da Fazenda Nacional, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 6 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2003.34.00.043634-1/DF
Processo na Origem: 200334000436341

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	: POSTO BRASAL LTDA
ADVOGADO	: MARCELO LUIZ AVILA DE BESSA E OUTROS(AS)
APELADO	: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCURADOR	: LUDMILA ROLIM GOMES DE FAIRA

EMENTA

TRIBUTÁRIO E CONSTITUCIONAL. TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL. LEI Nº 10.165/2000. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
I - A Constituição atribui competência comum à União, aos Estados e aos Municípios para a proteção do meio ambiente e seus diversos bens, bem como para o combate à poluição por qualquer de suas formas, nos termos do artigo 23, incisos III, VI e VII da Constituição.
II - A Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA tem por fato gerador o exercício do poder de polícia pelo IBAMA no controle e fiscalização das atividades poluidoras e utilizadoras de recursos naturais. Portanto, esse fato gerador não tem relação de similitude com aqueles próprios dos impostos previstos na Constituição, assim não há ofensa ao artigo 145, II da Constituição.

III - As incorreções contidas na Lei nº 9.960/2000, apontadas pelo Supremo Tribunal Federal, foram corrigidas com a edição da Lei nº 10.165/2000, que criou a TCFA.
IV - Honorários fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa.
V- Apelação parcialmente provida.

ACÓRDÃO

Decide a Turma dar parcial provimento à apelação, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA N. 2003.35.00.001150-0/GO

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: ABC PETROLEO E DERIVADOS LTDA
ADVOGADO	: DALMO JACOB DO AMARAL JUNIOR E OUTRO(A)
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA

TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL. DECADÊNCIA. PRESCRIÇÃO. TESE DOS *CINCO MAIS CINCO*. JULGAMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 8º DA LEI 7.689/88. RESOLUÇÃO 11 DO SENADO FEDERAL. LEI COMPLEMENTAR 70/91. CONFIGURAÇÃO JURÍDICA RENOVADA.
1. Segundo posicionamento emanado pelo STJ, tratando-se de tributos sujeitos a lançamento por homologação, o prazo prescricional da ação de repetição de indébito ocorrerá após o transcurso do prazo de cinco anos, contados da ocorrência do fato gerador (prazo decadencial), acrescido de mais cinco anos, contados da homologação tácita (esse sim, prazo prescricional) (Precedentes: REsp 795.733/SP, rel. Min. José Delgado, DJ de 06/02/2006).
2. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário 138.284-8/CE, ocorrido em 1º/07/1992, DJ de 28/08/1992, declarou a inconstitucionalidade apenas do art. 8º da Lei 7.689/88, o qual estipulava a cobrança da contribuição sobre o lucro apurado no balanço do mesmo ano em que a referida Lei foi editada.
3. A Resolução 11 do Senado Federal, editada em 04/04/1995, no art. 1º, estabeleceu: *É suspensa a execução do disposto no art. 8º da Lei 7.689, de 15 de dezembro de 1988*.
4. A inconstitucionalidade não está na totalidade da Lei 7.689/88, mas restrita, tão-somente, ao art. 8º, por inobservância ao prazo nonagesinal estipulado no § 6º do art. 195 da Constituição Federal.
5. Com o advento da Lei Complementar 70/91, o art. 11 foi taxativo em manter as disposições da Lei 7.689/88, alterando unicamente a alíquota. Destarte, a contribuição social sobre o lucro foi renovada no ordenamento jurídico, não havendo de se falar em violação ao princípio da legalidade ou da tipicidade cerrada.
6. O indébito é somente em relação ao lucro apurado no ano-base de 1988, no entanto, tendo em vista a prescrição das parcelas recolhidas anteriormente a janeiro de 1993, não há se falar em procedência do pedido.
7. Apelação da impetrante a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação da impetrante, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 16 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA N. 2003.35.00.015387-0/GO

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: SOCIEDADE ACUCAREIRA MONTEIRO DE BARROS LTDA
ADVOGADO	: AUGUSTO CESAR ROCHA VENTURA E OUTROS(AS)
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. INTEMPESTIVIDADE. ART. 508, DO CPC. NÃO CONHECIMENTO.
1. Não conhecimento da apelação por intempestividade, pois, interposta fora do prazo de 15 dias estipulado no art. 508, do CPC.
2. Apelação não conhecida.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, não conhecer da apelação, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 16 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2003.36.00.017198-0/MT
Processo na Origem: 200336000171980

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
APELANTE	: CUIABA CARTORIO DO PRIMEIRO OFICIO REGISTRO EM GERAL E OUTROS(AS)
ADVOGADO	: ISAIAS GRASEL ROSMAN
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO

E M E N T A

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. PRESCRIÇÃO. PIS. DECRETOS-LEIS NS. 2.445/88 E 2.449/88. RESOLUÇÃO N. 49 DO SENADO FEDERAL. EFEITOS *ERGA OMNES*. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. BASE DE CÁLCULO. COMPENSAÇÃO.
1. Tratando-se o PIS de tributo sujeito a lançamento por homologação, a prescrição da ação de restituição somente ocorre decorridos cinco anos, a partir do fato gerador, acrescidos de mais cinco anos, contados da homologação tácita.
2. A contribuição social para o PIS foi expressamente recepcionada pelo artigo 239 da Constituição Federal de 1988, permanecendo, *ipso facto*, em vigor a Lei Complementar n. 07/70, com modificação apenas do destino da correspondente receita.
3. Os Decretos-leis ns. 2.445 e 2.449, de 1988, que alteraram a sistemática da contribuição para o PIS, base de cálculo e a alíquota, foram declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 148.754-2/RJ, de 24/06/1993, por impossibilidade de utilização desses instrumentos normativos, face a reserva qualificada das matérias (art. 55 da CF). A Resolução n. 49 do Senado Federal, publicada em 10 de outubro de 1995, suspendeu a execução dos referidos decretos-leis.
4. Afastados os referidos decretos-leis, a contribuição para o PIS passou a ser disciplinada pela LC n. 07/70, com as alterações introduzidas pela LC n. 17/73, até a edição da Medida Provisória n. 1.212/95.
5. A base de cálculo do PIS, no período de vigência da LC n. 07/70, e até a edição da Medida Provisória 1.212/95, é o faturamento do 6º mês anterior ao fato gerador, não incidindo correção monetária, por ausência de previsão legal.
6. As alterações estabelecidas pela legislação posterior à LC n. 07/70 - Leis ns. 7.691/88, 7.799/89, 8.218/91, 8.383/91, 8.891/95 e 9.069/95 -, não lhe modificaram a base de cálculo, mas, tão-somente, o prazo e a forma de recolhimento do PIS.
7. Para as empresas exclusivamente prestadores de serviços, a contribuição é conhecida como PIS-DEDUÇÃO ou PIS-REPIQUE e se caracteriza por ser calculada com base no imposto de renda apurado pelo contribuinte.
8. Os Decretos-leis ns. 2.445 e 2449, de 1988, extinguiram as contribuições para o PIS constituídas mediante deduções do imposto de renda ou que tinham esse tributo como base de cálculo. Assim, o recolhimento das empresas prestadoras de serviço passou a ser de 0,65% da receita operacional bruta, mensalmente.
9. Declarados inconstitucionais pelo STF (RE 148.754-2/RJ), os referidos decretos-leis tiveram sua execução suspensa pela Resolução n. 49 do Senado Federal, publicada em 10 de outubro de 1995, pelo que permaneceu em vigor a sistemática estabelecida pela LC n. 07/70, até a edição da Medida Provisória n. 1.212/95.
10. Há de ser reconhecido, portanto, o direito de a parte impetrante compensar o excesso de recolhimento de contribuição ao PIS, sob a égide dos Decretos-leis ns. 2.445 e 2.449/88, nos termos do voto.
11. O Superior Tribunal de Justiça, nos Embargos de Divergência no Recurso Especial n. 78.301/BA, de que foi relator o Ministro Ari Pargendler, firmou orientação no sentido de que é possível reconhecer ao contribuinte a compensação entre créditos tributários decorrentes de pagamentos indevidos com débitos originários de outros tributos, com fundamento no artigo 66 da Lei n. 8.383/91, no caso de tributos sujeitos a lançamento por homologação.
12. Apelação provida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, à unanimidade, dar provimento à apelação.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007.

Desembargador Federal LEOMAR AMORIM - Relator

REMESSA EX OFFICIO N. 2003.37.00.012787-6/MA

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
AUTOR	: VENNER LINE INDUSTRIA E COMERCIO DE IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
ADVOGADO	: JOEL DANTAS DOS SANTOS E OUTROS(AS)
REU	: CONSELHO REGIONAL DE QUIMICA - CRQ - 11A REGIAO
PROCURADOR	: SUZAMIRA RAMOS MOURA SANTOS
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 5A VARA - MA

EMENTA

EMPRESA DE COMPENSADO DE MADEIRA. AUSÊNCIA DE RESPONSÁVEL TÉCNICO QUÍMICO REGISTRADO PERANTE O CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA. INEXIGIBILIDADE DE INSCRIÇÃO DO ESTABELECIMENTO. ATIVIDADE BÁSICA NÃO RELACIONADA À ÁREA DE QUÍMICA.
1. Nos termos do art. 1º, da Lei 6.830/80, o fator determinante do registro em Conselho Profissional é a atividade principal exercida pelo estabelecimento.
2. O simples fato de a recorrida utilizar produtos químicos no beneficiamento da madeira não conduz à exigibilidade de contratação de químico ou de inscrição do estabelecimento no Conselho de Química da região onde atua, eis que sua atividade precípua não diz respeito à área de química.
3. Remessa oficial a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à remessa oficial, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 6 de março de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA N. 2003.38.00.000402-5/MG

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: EGESA ENGENHARIA S/A
ADVOGADO	: MARIO AUGUSTO GIANNERINI E OUTRO(A)

EMENTA

TRIBUTÁRIO. DENÚNCIA ESPONTÂNEA. MULTA MORATÓRIA. INEXIGIBILIDADE.
1. É indevida a multa moratória quando o contribuinte, mesmo depois do vencimento do tributo, efetua, voluntariamente, antes de qualquer procedimento levado a efeito pela administração tributária, o recolhimento da exação, acrescida dos juros de mora.
2. Apelação da Fazenda Nacional e remessa oficial, tida por interposta, a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação da Fazenda Nacional e à remessa oficial, tida por interposta, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 16 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2003.38.00.007998-7/MG
Processo na Origem: 200338000079987

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
APELANTE	: CALCINACAO VITORIA LTDA
ADVOGADO	: DENIZE DE CASTRO PERDIGAO E OUTROS(AS)
APELADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: FERNANDO MAURO DE SIQUEIRA BORGES
APELADO	: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA
PROCURADOR	: JULIANA RIBEIRO JUSTO

E M E N T A

TRIBUTÁRIO. PREVIDENCIÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PARA O INCRA. EMPRESA URBANA. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. LEI N. 7.787/89, LEI COMPLEMENTAR 11/71, LEI N. 8.212/91. LEGITIMIDADE PASSIVA DO INSS E DO INCRA. COMPENSAÇÃO. REPETIÇÃO DO INDÉBITO.
1. Tratando-se a contribuição para o INCRA de tributo sujeito a lançamento por homologação, a prescrição da ação de restituição somente ocorre decorridos cinco anos, a partir do fato gerador, acrescidos de mais cinco anos, contados da homologação tácita.
2. Na forma como dispõe a Lei 8.212/91, art. 22, inciso I, absorvida a contribuição para o INCRA pela alíquota de 20% (vinte por cento), mostra-se indevida a cobrança de adicional para referida autarquia no valor de 0,2% (zero vírgula dois por cento) a partir da edição da citada lei, porquanto inexiste qualquer base legal para sua cobrança, o que constituiria, inclusive, além de ilegalidade, duplicidade da cobrança.
3. "A contribuição para o INCRA não se destina a financiar a Seguridade Social. Os valores recolhidos indevidamente a este título não podem ser compensados com outras contribuições arrecadadas pelo INSS que se destinam ao custeio da Seguridade Social. Não se aplica, portanto, o § 1º do art. 66 da Lei n. 8.383/91. O encontro de contas só pode ser efetuado com prestações vincendas da mesma espécie, ou seja, destinadas ao mesmo orçamento." EREsp 681120/SC, Rel. Ministro Castro Meira, Primeira Seção, julgado em 27.09.2006, DJ 06.11.2006, p. 296.
4. Apelação parcialmente provida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, à unanimidade, dar parcial provimento à apelação.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 16/02/2007.

Desembargador Federal LEOMAR AMORIM
Relator

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2003.38.00.019820-8/MG
Processo na Origem: 200338000198208

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	: CSD ENGENHARIA E COMERCIO LTDA
ADVOGADO	: ALEXANDRE PIMENTA DA ROCHA DE CARVALHO E OUTROS(AS)
APELADO	: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCURADOR	: JULIANA LIMA SALVADOR

EMENTA
TRIBUTÁRIO E CONSTITUCIONAL. TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL. LEI Nº 10.165/2000. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE.
I - A Constituição atribui competência comum à União, aos Estados e aos Municípios para a proteção do meio ambiente e seus diversos bens, bem como para o combate à poluição por qualquer de suas formas, nos termos do artigo 23, incisos III, VI e VII da Constituição.
II - A Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA tem por fato gerador o exercício do poder de polícia pelo IBAMA no controle e fiscalização das atividades poluidoras e utilizadoras de recursos naturais. Portanto, esse fato gerador não tem relação de similitude com aqueles próprios dos impostos previstos na Constituição, assim não há ofensa ao artigo 145, II da Constituição.
III - As incorreções contidas na Lei nº 9.960/2000, apontadas pelo Supremo Tribunal Federal, foram corrigidas com a edição da Lei nº 10.165/2000, que criou a TCFA.
IV - Apelação não provida.
ACÓRDÃO
Decide a Turma negar provimento à apelação, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007 (data do julgamento)
Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2003.38.00.041662-2/MG
Processo na Origem: 200338000416622

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
APELANTE	: LASSANE PLASTICOS LTDA
ADVOGADO	: BIANCA DELGADO PINHEIRO E OUTROS(AS)
APELADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: GUILHERME ESTRADA RODRIGUES

E M E N T A
TRIBUTÁRIO. PREVIDENCIÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNRURAL. EMPRESA URBANA. LEI N. 7.787/89.
1. A jurisprudência dominante fixou-se no sentido da legitimidade constitucional da contribuição para o FUNRURAL às empresas urbanas (precedentes do STF e STJ).
2. Extinta a contribuição para o FUNRURAL, foi ela absorvida na alíquota de 20% (vinte por cento), devida pelas empresas em geral, e que incidente sobre as remunerações pagas aos segurados empregados, nos termos do §1º do artigo 3º da Lei n. 7.787/89. A partir de então o que existe é contribuição paga pelos empregadores, em razão da folha de salários em obediência aos princípios da seguridade social, na conformidade dos artigos 194 e 195, I, alínea a, da Constituição Federal.
3. Apelação improvida.
A C Ó R D Ã O
Decide a Turma, à unanimidade, negar provimento à apelação.
8ª Turma do TRF da 1ª Região -06/03/2007.
Desembargador Federal LEOMAR AMORIM
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2003.38.00.069342-7/MG
Processo na Origem: 200338000693427

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: AMAURI DE SOUZA
APELADO	: MUNICIPIO DE GALILEIA - MG
PROCURADOR	: VALZEMIR JOSE DUARTE E OUTRO(A)
EMBARGANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
EMBARGADO	: V. ACÓRDÃO DE FLS. 185/188

EMENTA
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. TRIBUTÁRIO. FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS. BLOQUEIO. POSSIBILIDADE. EMENTAS CONSTITUCIONAIS Nº. 03/1993 E 29/2000. ARTIGO 160 DA CONSTITUIÇÃO. RECONHECIMENTO. ERRO MATERIAL NO ACÓRDÃO EMBARGADO.
I. Verificado erro material, ou melhor, inexatidão material no v. acórdão, este deve ser corrigido de ofício.
II. Embargos prejudicados.
ACÓRDÃO
Decide a Turma julgar prejudicados os Embargos de Declaração, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 27/02/2007 (data do julgamento)
Dês. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 2003.38.00.070184-2/MG
Processo na Origem: 200338000701842

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
RELATOR DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
APELANTE	: ORLANDO PAPINI
ADVOGADO	: MADALENE SALOMAO RAMOS E OUTRO(A)
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: OS MESMOS
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 15A VARA - MG
EMBARGANTE	: ORLANDO PAPINI

E M E N T A
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. PRESCRIÇÃO. IMPOSTO DE RENDA. INCIDÊNCIA SOBRE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. OMISSÃO NÃO CARACTERIZADA. PRETENDIDA REVISÃO DO JULGADO.
1. O Tribunal, ao dirimir a controvérsia, não está obrigado a manifestar-se sobre todas as alegações suscitadas pelas partes, se o fundamento que suporta o acórdão é suficiente a decidir o litígio.
2. A via adequada para a revisão do julgado é o recurso próprio e não os embargos ora opostos.
3. Embargos de declaração rejeitados.
A C Ó R D Ã O
Decide a Turma, à unanimidade, rejeitar os embargos de declaração.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007.
Desembargador Federal LEOMAR AMORIM
Relator dos Embargos de Declaração

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2003.38.00.071071-8/MG
Processo na Origem: 200338000710718

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	: PERSONA CENTRO DE ESTETICA E LAZER LTDA
ADVOGADO	: SERGIO PEREIRA DINIZ BOTINHA
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: PEDRO CAMARA RAPOSO LOPES
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL
EMBARGADO	: V. ACORDÃO DE FLS. 111/114

EMENTA
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. TRIBUTÁRIO. COFINS. SOCIEDADE CIVIL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSÃO REGULAMENTADA. LEI COMPLEMENTAR Nº 70/91. LEI Nº 9.430/96. SÚMULA Nº 276 DO STJ. RESP. 382.736. AGRAVO RETIDO. ARTS. 59, 69, 97, 146, 150, §6º, 195, INC. I, "b" e §4º DA CONSTITUIÇÃO. PRÉ-QUESTIONAMENTO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO.
I. Uma vez que todas as questões suscitadas foram devidamente apreciadas, inexistindo no acórdão obscuridade, omissão ou contradição, impõe-se a sua rejeição.
II. Eventual reforma do *decisum* deverá ser buscada pela via recursal própria.
III. Mesmo nas hipóteses de pré-questionamento, os embargos devem obedecer aos ditames do art. 535 do C.P.C.
IV. Embargos rejeitados.
ACÓRDÃO
Decide a Turma rejeitar os Embargos de Declaração, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007 (data do julgamento)
Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2003.38.01.004435-5/MG
Processo na Origem: 200338010044355

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
APELANTE	: LATICINIO M B LTDA
ADVOGADO	: FRANCISCO XAVIER AMARAL E OUTROS(AS)
APELADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: BRUNO SOUZA SAVINO

E M E N T A
TRIBUTÁRIO. PREVIDENCIÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNRURAL. EMPRESA URBANA. LEI N. 7.787/89.
1. A jurisprudência dominante fixou-se no sentido da legitimidade constitucional da contribuição para o FUNRURAL às empresas urbanas (precedentes do STF e STJ).
2. Extinta a contribuição para o FUNRURAL, foi ela absorvida na alíquota de 20% (vinte por cento), devida pelas empresas em geral, e que incidente sobre as renumerações pagas aos segurados empregados, nos termos do §1º do artigo 3º da Lei 7.787/89. A partir de então o que existe é contribuição paga pelos empregadores, em razão da folha de salários em obediência aos princípios da seguridade social, na conformidade dos artigos 194 e 195, I, alínea a, da Constituição Federal.
3. Apelação improvida.
A C Ó R D Ã O
Decide a Turma, à unanimidade, negar provimento à apelação.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 16/02/2007.
Desembargador Federal LEOMAR AMORIM
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - APELAÇÃO CÍVEL N. 2003.40.00.003871-1/PI

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: PAULO DE TARSO LAGES CAVALCANTI FILHO
APELADO	: COMPANHIA EDITORA DO PIAUI COMEPI
ADVOGADO	: ARLENE PEREIRA DA SILVA

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. DESISTÊNCIA ANTERIOR À CITAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NÃO CABIMENTO.
1. Incabível a condenação, em honorários advocatícios, do embargante que desiste da ação antes da citação da embargada, posto que a angularização da relação processual não se efetivou.
2. Apelação a que se nega provimento.
ACÓRDÃO
Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 16 de fevereiro de 2007.
Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2003.41.00.006622-6/RO
Processo na Origem: 200341000066226

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: PEDRO CAMARA RAPOSO LOPES
APELADO	: PASCOAL NIVALDO CAVALINI E OUTROS(AS)
ADVOGADO	: ESTERLITA AFONSO DAVYS
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 1A VARA - RO
EMBARGANTE(S)	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: PEDRO CAMARA RAPOSO LOPES
EMBARGADO	: V. ACÓRDÃO DE FLS. 154

EMENTA
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. RATEIO DE FUNDO DE PREVIDÊNCIA. LIQUIDAÇÃO. INCIDÊNCIA. LEI 7.713/88. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. FUNDAMENTAÇÃO. PRECEDENTE MENCIONADO NO VOTO.
I. Uma vez que todas a questões suscitadas foram devidamente apreciadas, inexistindo no acórdão obscuridade, omissão ou contradição, impõe-se a sua rejeição.
II. Precedente jurisprudencial indicado no voto passa a integrar a fundamentação do acórdão recorrido.
III. Embargos rejeitados.
ACÓRDÃO
Decide a Turma rejeitar os Embargos de Declaração, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007 (data do julgamento)
Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2004.01.00.016854-0/DF

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
AGRAVANTE	: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR	: OTHON DE AZEVEDO LOPES
AGRAVADO	: SINDIMEDICO - SINDICATO DOS MEDICOS DO DISTRITO FEDERAL
ADVOGADO	: RAUL CANAL E OUTROS(AS)

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. SUSPENSÃO DE ANUIDADE FIXADA PELO CFM. FALTA DE INTERESSE EM RECORRER E RAZOABILIDADE DA PRETENSÃO. NEGADO SEGUIMENTO AO RECURSO.
1. Inexiste interesse do agravante em recorrer, eis que há possibilidade de que seja retificado o valor das anuidades. Não há razoabilidade na pretensão deduzida por ausência de elementos probatórios.
2. Nos termos do art. 557, do CPC, poderá o Relator *negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.*
3. Agravo regimental a que se nega provimento.
ACÓRDÃO
Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 16 de fevereiro de 2007.
Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2004.01.00.042613-5/BA
Processo na Origem: 200433000096527

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
AGRAVANTE	: ITAPOAN TRANSPORTES TRIUNFO LTDA
ADVOGADO	: JOAO BATISTA NUNES E OUTRO(A)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO

E M E N T A

AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. NECESSIDADE DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA.

1. A exceção de pré-executividade é incidente processual, fruto de construção doutrinária e jurisprudencial, que só se presta a impugnar títulos executivos despidos das condições de execução previstas em lei, não admitindo dilação probatória.

2. Se o exame do incidente processual exige dilação probatória, a via processual adequada são os embargos à execução.

3. Agravo de instrumento improvido.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, à unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.

8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007.

Desembargador Federal LEOMAR AMORIM
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2004.01.00.043780-6/DF
Processo na Origem: 199834000182268

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
AGRAVANTE	: TRANSPORTES RODOVIA LTDA
ADVOGADO	: SAMUEL BARBOSA DOS SANTOS E OUTROS (AS)
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	BRENO DA SILVA MAIA FILHO
EMBARGANTE	TRANSPORTES RODOVIA LTDA
ADVOGADO	SAMUEL BARBOSA DOS SANTOS E OUTROS (AS)
EMBARGADO	V. ACORDÃO DE FLS. 56/61

EMENTA

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. SUBSTITUIÇÃO DE BENS PENHORADOS. VEÍCULOS. IMÓVEL EM OUTRA LOCALIDADE. ARTIGO 15, I DA LEI Nº. 6.830/80. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. EFEITO MODIFICATIVO. IMPOSSIBILIDADE.

I. Uma vez que todas as questões suscitadas foram devidamente apreciadas, inexistindo no acórdão obscuridade, omissão ou contradição, impõe-se a sua rejeição.

II Eventual reforma do *decisum* deverá ser buscada pela via recursal própria.

III. Embargos rejeitados.

ACÓRDÃO

Decide a Turma rejeitar os embargos de declaração, por unanimidade.

8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2004.01.99.015505-6/MG
Processo na Origem: 79020122556

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
RELATOR(A)	: JUIZ FEDERAL ROBERTO CARVALHO VELOSO (CONV.)
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: DEPOSITO GANGORRA LTDA
ADVOGADO	: EDUARDO CAVALIERI PINHEIRO E OUTROS(AS)

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. QUESTIONAMENTO DA CONFISSÃO DE DÉBITO. DECADÊNCIA CARACTERIZADA.

1. Segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, "na hipótese em que não houve o recolhimento de tributo sujeito a lançamento por homologação, cabe ao Fisco proceder ao lançamento de ofício no prazo decadencial de 5 (cinco) anos, na forma estabelecida no art. 173, I, do Código Tributário Nacional" (REsp 526025/SP, do STJ).

2. Na espécie vertente, os fatos geradores da obrigação tributária ocorreram em 1991, logo o prazo decadencial iniciou-se no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, ou seja, em 01.01.92, terminando em 01.01.97.

3. Correta a sentença *a quo* ao aplicar o direito à espécie, declarando que o Fisco decaiu do seu direito de constituir o crédito tributário, em razão de a confissão de dívida, ato equiparável ao lançamento tributário e, portanto, marco para se aferir a decadência, ter ocorrido apenas em 26.03.97.

4. Improcede o argumento da União de que a embargante/apelada renunciou ao direito que funda a ação, vez que o art. 4º, II, da Lei 10.684/2003, exige que a renúncia seja expressa, o que não restou configurado nos autos.

5. Apelação e remessa oficial, tida por interposta, improvidas.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, por unanimidade, negar provimento à apelação e à remessa oficial, tida por interposta.

8ª Turma do TRF da 1ª Região - 20/03/2007.

Juiz Federal ROBERTO VELOSO
Relator Convocado

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº. 2004.33.00.017886-0/BA
Processo na Origem: 200433000178860

RELATOR(A)	: CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	: AUDASC AUDITORIA ASSESSORIA E CONTABILIDADE S/C LTDA
ADVOGADO	ALESSANDRA BRANDAO
APELADO	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	JOSE LUIZ GOMES ROLO
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	JOSE LUIZ GOMES ROLO
EMBARGADO	V. ACÓRDÃO DE FLS. 166/170

EMENTA

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. COFINS. SOCIEDADE CIVIL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSÃO REGULAMENTADA. LEI COMPLEMENTAR Nº 70/91. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. PRINCIPIO DA HIERARQUIA DAS NORMAS. RESERVA DE PLENARIO.

I. Uma vez que todas as questões suscitadas foram devidamente apreciadas, inexistindo no acórdão obscuridade, omissão ou contradição, impõe-se a sua rejeição.

II. Eventual reforma do *decisum* deverá ser buscada pela via recursal própria.

III. Embargos rejeitados.

ACÓRDÃO

Decide a Turma rejeitar os embargos de declaração, por unanimidade.

8ª Turma do TRF da 1ª Região - 27/02/2007 (data do julgamento)

Dês. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS - Relator

APELAÇÃO CÍVEL N. 2004.33.00.027049-5/BA

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: EDIR LOPES BAHIA MAROCCI
ADVOGADO	: VICTOR HUGO LOPES DA SILVEIRA E OUTROS(AS)
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: PEDRO CAMARA RAPOSO LOPES
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 12A VARA - BA

EMENTA

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. PLANO DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA - PDV. PARCELAS INDENIZATÓRIAS. FÉRIAS CONVERTIDAS EM PECÚNIA. IMPOSSIBILIDADE DE INCIDÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

1. O imposto de renda somente pode incidir em proventos que configuram aumento de riqueza ou aumento patrimonial, estando isentas as parcelas indenizatórias, tal como férias não gozadas e seu abono, ainda que a Lei 7.713/88 restrinja com impropriedade ímpar essas hipóteses, as quais se subsumem à inteligência das Súmulas 125 e 136 do Superior Tribunal de Justiça.

2. Apelação da União e remessa oficial a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação e à remessa oficial, nos termos do voto da Relatora.

Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso - Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2004.34.00.001049-7/DF
Processo na Origem: 200434000010497

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	: ABDO NEHME TANNOURI E OUTROS(AS)
ADVOGADO	: IVO EVANGELISTA DE AVILA E OUTROS(AS)
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: OS MESMOS

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. IMPOSTO DE RENDA COMPENSAÇÃO. AJUSTE ANUAL. PRECLUSÃO. TAXA SELIC. IMPOSSIBILIDADE. COISA JULGADA.

I. A matéria relativa à compensação do Imposto de Renda retido na fonte no ajuste anual de declaração de rendimentos deve ser apreciada na fase cognitiva, sob pena de preclusão.

II. O ônus da prova da compensação incumbe evidentemente à Fazenda Nacional na fase de conhecimento, pois a existência de parcelas já restituídas ao contribuinte, para fins de dedução, constitui fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, nos termos art. 333, II, do CPC (q.v., *verbi gratia*, AC 2002.34.00.034648-7/DF, DJ 09/06/2006).

III. A incidência da Taxa Selic, quando da liquidação, ofende a coisa julgada.

IV. Apelações providas.

ACÓRDÃO

Decide a Turma dar provimento às apelações, por unanimidade.

8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS - Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - APELAÇÃO CÍVEL N. 2004.34.00.001768-1/DF

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: CLAUDIO NATALINO BATTISTUZZI E OUTROS(AS)
ADVOGADO	: DESIREE COSTA GOSSLING VALERIO
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. IMPOSTO DE RENDA. PRESCRIÇÃO. LC 118/2005. CONTRIBUIÇÕES DESTINADAS A ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. PROVA DOCUMENTAL DA COMPENSAÇÃO. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. NATUREZA DE ACRÉSCIMO PATRIMONIAL. POSSIBILIDADE DE INCIDÊNCIA. VEDAÇÃO DA BITRIBUTAÇÃO. LEGISLAÇÃO PERTINENTE. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS.

1. Nos casos em que o lançamento do tributo se processar por homologação tácita, nos termos do art. 150, § 4º, do Código Tributário Nacional, a contagem do prazo prescricional de que trata o art. 168, I, do CTN, somente começa a fluir após o decurso de cinco anos do pagamento antecipado do tributo, ocasião em que se dá a efetiva extinção do crédito tributário vinculado a condição resolutiva. Especificamente no caso do imposto de renda, o lançamento do crédito tributário se dá não pela retenção do tributo na fonte, mas pela entrega da declaração anual por parte do contribuinte.

2. Quando a aposentadoria do segurado, ou o resgate em cota única, ocorrer na vigência da Lei 9.205/95, o termo *a quo* da prescrição começará a fluir da data de sua aposentadoria, pois é a partir desse momento que ocorrem os descontos relativos ao imposto de renda. Por outro lado, quando a aposentadoria ocorrer na vigência da Lei 7.713/88, o termo inicial a ser considerado é a partir da vigência da Lei 9.250/95, quando houve a mudança na sistemática de desconto do imposto de renda.

3. Por constituir fato extintivo de direito, incumbe à União a apresentação dos documentos que atestem ter havido a compensação ou a restituição do montante irregularmente retido na fonte a título de imposto de renda, a teor do art. 333, II, do Código de Processo Civil, bastando aos autores a simples apresentação de documentos que comprovem ter havido a retenção ilegal.

4. É pacífico o entendimento da Primeira Seção do STJ, no sentido de afastar a tributação pelo IRPF até o limite do imposto recolhido sobre as contribuições por este custeadas no período em que vigorou a Lei 7.713/88, tendo em vista que a complementação de aposentadoria paga pelas entidades de previdência privada é constituída, em parte, pelas contribuições efetuadas pelo beneficiário (EREsp 621.348-DF, Rel. Min.Teori Albino Zavascki).

5. Quanto à aplicação da correção monetária, o critério de cálculo deve ser aquele contido no *Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal* - Resolução 242, de 03/07/01, nos casos de repetição de indébito, como na espécie.

6. A taxa SELIC é devida tanto na compensação quanto na repetição de indébitos, desde que os recolhimentos indevidos tenham se operado a partir de 1º de janeiro de 1996, data em que entrou em vigor a Lei 9.250/95.

7. São pacíficas as jurisprudências do STJ e desta Corte no sentido de que devam ser incluídos no cálculo da correção monetária os índices expurgados na inflação.

8. Apelação dos autores a que se dá parcial provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento à apelação dos autores, nos termos do voto da Relatora.

Brasília/DF, 13 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - APELAÇÃO CÍVEL N. 2004.34.00.008611-7/DF

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: ODORICO FRANCISCO DE OLIVEIRA E OUTROS(AS)
ADVOGADO	: ALEXANDRE AUGUSTO SANTOS DE VASCONCELOS E OUTROS(AS)
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA
TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. IMPOSTO DE RENDA. PRESCRIÇÃO. LC 118/2005. CONTRIBUIÇÕES DESTINADAS A ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. NATUREZA DE ACRÉSCIMO PATRIMONIAL. POSSIBILIDADE DE INCIDÊNCIA. VEDAÇÃO DA BITRIBUTAÇÃO. LEGISLAÇÃO PERTINENTE. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS.
1. Nos casos em que o lançamento do tributo se processar por homologação tácita, nos termos do art. 150, § 4º, do Código Tributário Nacional, a contagem do prazo prescricional de que trata o art. 168, I, do CTN, somente começa a fluir após o decurso de cinco anos do pagamento antecipado do tributo, ocasião em que se dá a efetiva extinção do crédito tributário vinculado a condição resolutiva. Especificamente no caso do imposto de renda, o lançamento do crédito tributário se dá não pela retenção do tributo na fonte, mas pela entrega da declaração anual por parte do contribuinte.
2. Quando a aposentadoria do segurado, ou o resgate em cota única, ocorrer na vigência da Lei 9.205/95, o termo *a quo* da prescrição começará a fluir da data de sua aposentadoria, pois é a partir desse momento que ocorrem os descontos relativos ao imposto de renda. Por outro lado, quando a aposentadoria ocorrer na vigência da Lei 7.713/88, o termo inicial a ser considerado é a partir da vigência da Lei 9.250/95, quando houve a mudança na sistemática de desconto do imposto de renda.
3. Independentemente da natureza da Lei Complementar 118/2005, se interpretativa ou não, não pode esta retroagir em atenção ao princípio da segurança jurídica, evitando-se, dessa forma, a denominada "surpresa fiscal".
4. É pacífico o entendimento da Primeira Seção do STJ, no sentido de afastar a tributação pelo IRPF até o limite do imposto recolhido sobre as contribuições por este custeadas no período em que vigorou a Lei 7.713/88, tendo em vista que a complementação de aposentadoria paga pelas entidades de previdência privada é constituída, em parte, pelas contribuições efetuadas pelo beneficiário (EREsp 621.348-DF, Rel. Min.Teori Albino Zavascki).
5. Quanto à aplicação da correção monetária, o critério de cálculo deve ser aquele contido no *Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal* - Resolução 242, de 03/07/01, nos casos de repetição de indébito, como na espécie.
6. A taxa SELIC é devida tanto na compensação quanto na repetição de indébitos, desde que os recolhimentos indevidos tenham se operado a partir de 1º de janeiro de 1996, data em que entrou em vigor a Lei 9.250/95.
7. São pacíficas as jurisprudências do STJ e desta Corte no sentido de que devam ser incluídos no cálculo da correção monetária os índices expurgados na inflação.
8. Apelação dos autores a que se dá parcial provimento.
ACÓRDÃO
Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento à apelação dos autores, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.
Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2004.34.00.010260-1/DF
Processo na Origem: 200434000102601

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
APELANTE	: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
APELADO	: MARIA DA PENHA ARAUJO MATOS
ADVOGADO	: JOSE DE JESUS ALENCAR MAFRA

E M E N T A
TRIBUTÁRIO. PREVIDENCIÁRIO. SERVIDOR INATIVO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. EMENDA CONSTITUCIONAL N. 41/2003. CONSTITUCIONALIDADE DA TRIBUTAÇÃO. INCONSTITUCIONALIDADE DA DIFERENCIAÇÃO DO VALOR REFERENCIAL PARA NÃO INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO.
1. O Supremo Tribunal Federal reconheceu a constitucionalidade da EC n. 41/2003, por inexistir direito adquirido frente à exigência tributária e por ausência de imunidade absoluta quanto aos rendimentos dos servidores públicos.
2. Declaração de inconstitucionalidade, por ofensa à isonomia tributária, da diferenciação do valor referencial para não incidência da contribuição (incisos I e II do parágrafo único do art. 4º da EC nº 41/2003), devendo ser ele idêntico para todos os servidores públicos, equivalendo ao limite previsto no art. 5º da EC 41/2003, com suas periódicas atualizações.
3. Apelação e remessa oficial, tida por interposta, parcialmente providas.
A C Ó R D Ã O
Decide a Turma, por unanimidade, dar parcial provimento à apelação e à remessa oficial, tida por interposta.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007.
Desembargador Federal LEOMAR AMORIM
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA N. 2004.34.00.017959-0/DF

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: FUNDACAO DE EDUCACAO E CULTURA ESPIRITA PARANA - SANTA CATARINA
ADVOGADO	: RENATO COSTA LUZ PINHEIRO DA HORA
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA
TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. EXCLUSÃO DO REFIS. CIENTIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO COMITÊ GESTOR. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO PESSOAL. LEI 9.784/99. EXIGIBILIDADE.
1. Não obstante haver a Resolução 20, de 27/09/2001, regulamentado o processo administrativo para o Programa de Recuperação Fiscal, deve a Lei 9.784/1999 ser aplicada às formalidades concernentes à cientificação dos atos praticados pelo Comitê Gestor.
2. Apelação a que se dá provimento.
ACÓRDÃO
Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, dar provimento à apelação, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 16 de fevereiro de 2007.
Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - APELAÇÃO CÍVEL N. 2004.34.00.029685-0/DF

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: ARISTIDES DE ALMEIDA E OUTROS(AS)
ADVOGADO	: JOSE CARLOS DE ALMEIDA E OUTROS(AS)
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA
TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. IMPOSTO DE RENDA. PRESCRIÇÃO. CONTRIBUIÇÕES DESTINADAS A ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. NATUREZA DE ACRÉSCIMO PATRIMONIAL. POSSIBILIDADE DE INCIDÊNCIA. VEDAÇÃO DA BITRIBUTAÇÃO. LEGISLAÇÃO PERTINENTE. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA.
1. Nos casos em que o lançamento do tributo se processar por homologação tácita, nos termos do art. 150, § 4º, do Código Tributário Nacional, a contagem do prazo prescricional de que trata o art. 168, I, do CTN, somente começa a fluir após o decurso de cinco anos do pagamento antecipado do tributo, ocasião em que se dá a efetiva extinção do crédito tributário vinculado a condição resolutiva. No caso do imposto de renda, o lançamento do crédito tributário se dá não pela retenção do tributo na fonte, mas pela entrega da declaração anual por parte do contribuinte.
2. Quando a aposentadoria do segurado,ou o resgate em cota única, ocorrer na vigência da Lei 9.205/95, o termo *a quo* da prescrição começará a fluir da data de sua aposentadoria, pois é a partir deste momento que ocorrem os descontos relativos ao imposto de renda. Por outro lado, quando a aposentadoria ocorrer na vigência da Lei 7.713/88, o termo inicial a ser considerado é a partir da vigência da Lei 9.250/95, quando houve a mudança na sistemática de desconto do imposto de renda.
3. Independentemente da natureza da Lei Complementar 118/2005, se interpretativa ou não, ela não pode retroagir em atenção ao princípio da segurança jurídica, evitando-se, dessa forma, a denominada *surpresa fiscal*.
4. É pacífico o entendimento da Primeira Seção do STJ, no sentido de afastar a tributação pelo IRPF até o limite do imposto recolhido sobre as contribuições por ele custeadas no período em que vigorou a Lei 7.713/88, tendo em vista que a complementação de aposentadoria paga pelas entidades de previdência privada é constituída, em parte, pelas contribuições efetuadas pelo beneficiário (EREsp 621.348-DF, Rel. Min. Teori Albino Zavascki).
5. Quanto à aplicação da correção monetária, o critério de cálculo deve ser aquele cuja fórmula esteja contida no *Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal* - Resolução 242, de 03/07/01, nos casos de repetição de indébito, como na espécie.
6. Apelação dos autores a que se dá parcial provimento.
ACÓRDÃO
Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento à apelação dos autores, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 16 de fevereiro de 2007.
Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2004.34.00.040560-4/DF
Processo na Origem: 200434000405604

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: EDGAR WILSON VILANOVA E OUTROS(AS)
ADVOGADO	: JOSE CARLOS DE ALMEIDA
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 16ª VARA - DF

EMENTA
TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA SOBRE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. INCIDÊNCIA. LEI 9.250/95. NATUREZA DE ACRÉSCIMO PATRIMONIAL. VEDAÇÃO DA BITRIBUTAÇÃO. LEGISLAÇÃO PERTINENTE.
I. O recebimento da complementação de aposentadoria e o resgate das contribuições recolhidas para entidade de previdência privada no período de 1º.01.1989 a 31.12.1995 não constituíam renda tributável pelo IRPF, por força da isenção concedida pelo art. 6º, VII, b, da Lei 7.713/88, na redação anterior à que lhe foi dada pela Lei 9.250/95. Em contrapartida,as contribuições vertidas para tais planos não podiam ser deduzidas da base de cálculo do referido tributo, sendo, portanto, tributadas (q. v. *verbi gratia*: EREsp 621348/DF, STJ, PRIMEIRA SEÇÃO, DJ. De 11.09.2006).
II. Apelação e remessa oficial não providas.
ACÓRDÃO
Decide a Turma negar provimento à apelação e à remessa oficial, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007 (data do julgamento).
Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

APELAÇÃO CÍVEL N. 2004.35.00.005369-7/GO

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: REGINA MARIA COSTA BRITTO PEREIRA E OUTROS(AS)
ADVOGADO	: RICARDO OLIVEIRA DE SOUSA E OUTRO(A)
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: OS MESMOS
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 6A VARA - GO

EMENTA
TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. CONTRIBUIÇÕES DESTINADAS A ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. NATUREZA DE ACRÉSCIMO PATRIMONIAL. POSSIBILIDADE DE INCIDÊNCIA. VEDAÇÃO DA BITRIBUTAÇÃO. LEGISLAÇÃO PERTINENTE.
1. Os valores recebidos da entidade de previdência privada constituem aquisição de patrimônio tributável, visto que há participação de empregado e empregador na composição do fundo de pensão que reflita acréscimo de seus proventos de aposentado.
2. Desde a instituição dos planos de previdência privada pela Lei 6.453/77, até o advento da Lei 7.713/88, os numerários destinados a esse fim eram isentos de tributação na fonte, a título de imposto de renda, incidindo a exação somente no momento do saque.
3. Somente sobre os valores vertidos às entidades de previdência privada como contribuição mensal do participante para o fundo, no período compreendido entre 1º de janeiro de 1989 e 31 de dezembro de 1995, não deve incidir o imposto de renda quando do resgate dos numerários pelo beneficiário, sob pena de incorrer em bitributação, haja vista ter sido o imposto de renda, naquele período, retido na fonte.
4. Apelação dos autores a que se dá provimento.
5. Apelação da União e remessa oficial a que se nega provimento.
ACÓRDÃO
Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, dar provimento à apelação dos autores e negar provimento à apelação da União e à remessa oficial, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.
Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2004.35.00.011296-8/GO
Processo na Origem: 200435000112968

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
APELANTE	: SUPER POSTO GOIANAO LTDA
ADVOGADO	: DANIEL PUGA E OUTROS(AS)
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
EMBARGANTE	: SUPER POSTO GOIANAO LTDA

E M E N T A
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DAS PESSOAS JURÍDICAS. INCONSTITUCIONALIDADE APENAS DO ART. 8º DA LEI N. 7.689/88. OMISSÃO NÃO CARACTERIZADA. PRETENDIDA REVISÃO DO JULGADO.

1. O Tribunal, ao dirimir a controvérsia, não está obrigado a manifestar-se sobre todas as alegações suscitadas pelas partes, se o fundamento que suporta o acórdão é suficiente a decidir o litígio.
2. Para a oposição de embargos declaratórios com a finalidade de prequestionar matéria de direito, a fim de viabilizar a interposição dos recursos excepcionais, é mister que a parte demonstre inequivocamente a existência na decisão embargada de um dos vícios de que cuida a legislação de regência (CPC, art. 535, incisos I e II).
3. A via adequada para a revisão do julgado é o recurso próprio e não os embargos ora opostos.
4. Embargos de declaração rejeitados.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, à unanimidade, rejeitar os embargos de declaração.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007.

Desembargador Federal LEOMAR AMORIM
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 2004.35.00.012131-2/GO
Processo na Origem: 200435000121312

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: BIOCITO ULTRA - SONOGRAFIA S/C LTDA
ADVOGADO	: ALEXANDRE PRUDENTE MARQUES E OUTROS(AS)
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 9ª VARA - GO
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL
EMBARGADO	; V. ACÓRDÃO DE FLS. 204/208

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. TRIBUTÁRIO. COFINS. SOCIEDADE CIVIL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSÃO REGULAMENTADA. LEI COMPLEMENTAR Nº 70/91. LEI Nº 9.430/96. SÚMULA Nº 276 DO STJ. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO.
I. Uma vez que todas a questões suscitadas foram devidamente apreciadas, inexistindo no acórdão obscuridade, omissão ou contradição, impõe-se a sua rejeição.
II. Eventual reforma do *decisum* deverá ser buscada pela via recursal própria.
III. Embargos rejeitados.

ACÓRDÃO

Decide a Turma rejeitar os Embargos de Declaração, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007 (data do julgamento)

Dês. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2004.35.00.012732-7/GO
Processo na Origem: 200435000127327

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
APELANTE	: MATERNIDADE DOUTOR ADALBERTO PEREIRA DA SILVA
ADVOGADO	: DALMO JACOB DO AMARAL JUNIOR E OUTROS(AS)
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: OS MESMOS
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 1A VARA - GO

E M E N T A

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. PIS. PRESCRIÇÃO. INCONSTITUCIONALIDADE DOS DECRETOS-LEIS NS. 2.445/88 E 2.449/88. PRESTADORAS DE SERVIÇOS. SISTEMÁTICA DA LEI COMPLEMENTAR N. 07/70. COMPENSAÇÃO DO INDÉBITO.
1. Tratando-se o PIS de tributo sujeito a lançamento por homologação, a prescrição da ação de restituição somente ocorre decorridos cinco anos, a partir do fato gerador, acrescidos de mais cinco anos, contados da homologação tácita.
2. A contribuição social para o PIS foi expressamente recepcionada pelo artigo 239 da CF/88, permanecendo em vigor a Lei Complementar n. 07/70, com modificação apenas do destino da correspondente receita.
3. Os Decretos-leis ns. 2.445 e 2449, de 1988, extinguiram as contribuições para o PIS constituídas mediante deduções do imposto de renda ou que tinham esse tributo como base de cálculo. Assim, o recolhimento das empresas prestadoras de serviço passou a ser de 0,65% da receita operacional bruta, mensalmente.
4. Declarados inconstitucionais pelo STF (RE 148.754-2/RJ), os referidos decretos-leis tiveram sua execução suspensa pela Resolução n. 49 do Senado Federal, publicada em 10 de outubro de 1995, pelo que permaneceu em vigor a sistemática estabelecida pela LC n. 07/70, até a edição da Medida Provisória n. 1.212/95.
5. As empresas prestadoras de serviço têm direito à devolução dos valores relativos à diferença entre o montante recolhido na forma dos Decretos-leis ns. 2.445 e 2449/88 e os que deveriam ter sido recolhidos nos moldes da LC n. 7/70.
6. O Superior Tribunal de Justiça, nos Embargos de Divergência no Recurso Especial n. 78.301/BA, de que foi relator o Ministro Ari Pargendler, firmou orientação no sentido de que é possível reconhecer ao contribuinte a compensação entre créditos tributários decorrentes de pagamentos indevidos com débitos originários de outros tributos, com fundamento no artigo 66 da Lei n. 8.383/91, no caso de tributos sujeitos a lançamento por homologação.
7. Apelação da impetrante provida.
8. Apelação da Fazenda Nacional improvida.
9. Remessa oficial parcialmente provida, tão-somente quanto ao termo final do indébito.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, à unanimidade, dar provimento à apelação da impetrante, negar provimento à apelação da Fazenda Nacional e dar parcial provimento à remessa oficial.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 16/02/2007.

Desembargador Federal LEOMAR AMORIM
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 2004.35.00.019236-9/GO
Processo na Origem: 200435000192369

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	: LUCY MEIRE RIBEIRO NEVES E OUTROS(AS)
ADVOGADO	: RENATA ABALEM SUSAKI
APELADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: GERALDO LOURENCO FILHO
EMBARGANTE	: LUCY MEIRE RIBEIRO NEVES E OUTROS(AS)
EMBARGADO	: V. ACÓRDÃO DE FLS. 205/208

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE GRATIFICAÇÃO NATALINA. CÁLCULO EM SEPARADO DA CONTRIBUIÇÃO. LEGALIDADE. LEI Nº 8.620/93. PREQUESTIONAMENTO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO.
I. Uma vez que todas as questões suscitadas foram devidamente apreciadas, inexistindo no acórdão obscuridade, omissão ou contradição, impõe-se a sua rejeição.
II. Mesmo nas hipóteses de pré-questionamento, os embargos devem obedecer aos ditames do art. 535 do C.P.C. Sem obscuridade, omissão ou contradição, os embargos de declaração são via imprópria para o rejulgamento da causa.
III. Embargos rejeitados.

ACÓRDÃO

Decide a Turma rejeitar os Embargos de Declaração, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA N. 2004.36.00.007981-1/MT

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCURADOR	: ADRIANA CRISTINA GONCALVES LIGABO DUARTE
APELADO	: BERNECK E CIA
ADVOGADO	: ANTONIO CARLOS TAVARES DE MELLO E OUTROS(AS)
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 3A VARA - MT

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AUTARQUIA. INTIMAÇÃO PESSOAL. DESNECESSIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INTEMPESTIVIDADE. PRELIMINAR ULTRAPASSADA POR MAIORIA. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA JULGADA. PREQUESTIONAMENTO.
1. Não obstante a criação, pela Lei 10.480/02, da Procuradoria-Geral Federal, vinculada à Advocacia-Geral da União, a quem compete a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas, assegurada autonomia administrativa e financeira, ficaram mantidas as Procuradorias Federais Especializadas, como a atuante nestes autos.
2. A referida vinculação estabelecida por essa lei não indica que os procuradores passaram a integrar os quadros da Advocacia-Geral da União, a ponto de que lhes fossem estendidas as mesmas prerrogativas conferidas aos membros da AGU, nos termos do art. 35, da LC 73/93.
3. Considerando que a Autarquia Federal tem prazo em dobro para recorrer, conforme disposto no art. 10, da Lei 9.469/97, c/c o art. 188, do CPC, e que o *dies a quo* do prazo começa a fluir a partir da data da publicação na imprensa oficial, são intempestivos os embargos de declaração.
4. Preliminar de intempestividade ultrapassada por maioria.
5. São incabíveis embargos de declaração utilizados indevidamente com a finalidade de manter discussão sobre tema jurídico já apreciado pelo julgador. (RTJ 132/1020 - RTJ 158/993 - RTJ 164/793).
6. O órgão julgador não está obrigado a rebater a todos os argumentos trazidos pelas partes para defesa de sua tese, podendo, apenas, decidir a controvérsia observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução.
7. Restou consolidado no acórdão embargado o entendimento de que o auto de infração lavrado pelo IBAMA contra os impetrantes, ora embargados, não se reveste de legalidade, por ausência de provas da infração.
8. A jurisprudência do STJ se firmou no sentido de que: *considera-se explícito o prequestionamento, quando o Tribunal* a quo, *mesmo sem fazer referência expressa a dispositivos legais, nem declinar os números que os identificam no Ordenamento Jurídico, enfrenta as regras neles contidas* (EREsp 165.212-MS, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, Corte Especial, unânime - DJ/I de 17/10/2001).
9. Embargos de declaração conhecidos por maioria, e, no mérito, rejeitados por unanimidade.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por maioria, vencida a relatora, conhecer dos embargos de declaração, e, no mérito, por unanimidade, rejeitá-los, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA N. 2004.36.00.008076-1/MT

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: SOLANGE DE HOLANDA ROCHA WHELAN
APELADO	: ANTONIO DE PADUA SANTOME FILHO E OUTROS(AS)
ADVOGADO	: LUIS ESTEVAO TORQUATO DA SILVA
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 5A VARA - MT

EMENTA

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. AGENTE POLÍTICO. OCUPANTE DE CARGO ELETIVO FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL. INCONSTITUCIONALIDADE RECONHECIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL QUANDO DO JULGAMENTO DO RE 351.171/PR. EMENDA CONSTITUCIONAL 20/98. CONSTITUCIONALIZAÇÃO DE NORMA ANTERIOR. IMPOSSIBILIDADE. LEI 10.887/04.
1. A inclusão daquele que exerce mandato eletivo municipal, estadual ou federal entre os segurados obrigatórios do regime geral de previdência pela alínea *h* do inciso I do art. 12 da Lei 8.212/91, introduzida pelo § 1º do art. 13 da Lei 9.506/97, foi declarada inconstitucional pelo STF no julgamento do RE 351.717/PR, ao fundamento de que a instituição de nova modalidade de contribuição previdenciária somente poderia ocorrer por lei complementar, nos termos do disposto nos arts. 154, I, e 195, § 4º, da Constituição Federal.
2. Assentou-se, ainda, que *os ocupantes de cargo eletivo federal, estadual ou municipal qualificam-se como agentes políticos*, não se enquadram no conceito de trabalhador previsto no art. 195, II, da CF.
3. As alterações trazidas pela Emenda Constitucional 20/98 não têm o condão de constitucionalizar a Lei 9.506/97.
4. A contribuição previdenciária sobre a remuneração dos ocupantes de cargo eletivo municipal, estadual ou federal somente passou a ter validade com a edição da Lei 10.887, de 21 de junho de 2004, respeitado o prazo nonagesimal previsto no art. 195, § 6º, da CF.
5. Apelação e remessa oficial a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação e à remessa oficial, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2004.37.01.000029-4/MA
Processo na Origem: 200437010000294

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	: ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO	: ROBERTO ARAUJO DE OLIVEIRA
APELADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: PEDRO VIEIRA DE SOUSA
REMETENTE	: JUIZADO ESPECIAL FEDERAL CIVEL DE IMPERATRIZ - MA

EMENTA
TRIBUTÁRIO. CONSTITUCIONAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. AGENTES POLÍTICOS. LEI N. 8.212/1991, ART. 12, INC. I, ALÍNEA "H". LEI N. 9.506/1997, ART. 13, § 1º. STF. INCONSTITUCIONALIDADE. COMPENSAÇÃO. LIMITAÇÃO. LEI 9.125/95.
I - Em sessão plenária de 08 de outubro do ano de 2003, ao julgar o RE 351.717/PR, tendo como relator o Ministro Carlos Mario Velloso, o Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade da alínea "h" do inciso I do art. 12 da Lei 8.212/91, introduzida pelo § 1º do art. 13 da Lei 9.506/97, que extinguindo o Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC, incluía, entre os segurados obrigatórios da Previdência Social, como empregado, "*o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social*". Diante da inconstitucionalidade já declarada pelo STF, não há mais que se falar em contribuição previdenciária sobre subsídios dos ocupantes de mandato eletivo (q. v. *verbi gratia*: REOMS 2000.38.00.014676-3/MG, SÉTIMA TURMA, Publicação 06/09/2004).
II - A jurisprudência tem repelido a possibilidade de, por efeito da EC20, constitucionalizar-se *a posteriori* dispositivo (art. 13, § 1º, da Lei nº 9.506/97) declarado inconstitucional pelo excelso pretório.
III - Ao ser editada a Lei 9.506/97, vigorava o art. 195, II, da CF, cuja redação não incluía os agentes políticos como segurados da Previdência.
IV - Apelação parcialmente provida.
ACÓRDÃO
Decide a Turma dar parcial provimento à apelação, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007 (data do julgamento).
Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS - Relator

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2004.38.00.019202-2/MG
Processo na Origem: 200438000192022

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: AMAURI DE SOUZA
APELADO	: ALEX VILELA DAMASCENO E OUTRO(A)
ADVOGADO	: BRUNO AMERICO RIOS MALACHIAS
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 14A VARA - MG

EMENTA
TRIBUTÁRIO. CONSTITUCIONAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. AGENTES POLÍTICOS. LEI Nº 8.212/1991, ART. 12, INC. I, ALÍNEA "H". LEI Nº 9.506/1997, ART. 13, § 1º. STF. INCONSTITUCIONALIDADE.
I - O STF (q. v. *verbi gratia*: RE 351.717/PR) declarou a inconstitucionalidade da alínea "h" do inciso I do art. 12 da Lei 8.212/91, introduzida pelo § 1º do art. 13 da Lei nº 9.506/97, que extinguindo o Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC, incluía, entre os segurados obrigatórios da Previdência Social, como empregado, "*o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social*".
II - A jurisprudência tem repelido a possibilidade de, por efeito da EC20, constitucionalizar-se *a posteriori* dispositivo (art. 13, § 1º, da Lei nº 9.506/97) declarado inconstitucional pelo excelso pretório.
III - Ao ser editada a Lei 9.506/97, vigorava o art. 195, II, da CF, cuja redação não incluía os agentes políticos como segurados da Previdência.
IV - Apelação e remessa oficial parcialmente providas.
ACÓRDÃO
Decide a Turma dar parcial provimento à apelação, à unanimidade, e, por maioria, à remessa oficial.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 27/02/07 (data do julgamento)
Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - APELAÇÃO CÍVEL N. 2004.38.00.031273-6/MG

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: ALVARO JOSE DOS SANTOS FERREIRA E OUTROS(AS)
ADVOGADO	: ANA FLAVIA GONTIJO MARINHO E OUTRO(A)
REC. ADESIVO	: ALVARO JOSE DOS SANTOS FERREIRA E OUTROS(AS)
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 10A VARA - MG

EMENTA
TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. PARCELAS INDENIZATÓRIAS. PRESCRIÇÃO. IRRETROATIVIDADE DA LEI COMPLEMENTAR 118/05. FÉRIAS E LICENÇAS-PRÊMIO, FOLGAS E ABONOS-ASSIDUIDADE CONVERTIDOS EM PECÚNIA. IMPOSSIBILIDADE DE INCIDÊNCIA. PROVA DA NECESSIDADE DO SERVIÇO. DESNECESSIDADE. COMPENSAÇÃO. POSSIBILIDADE. TAXA SELIC. APLICAÇÃO.
1. Nos casos em que o lançamento do tributo se processar por homologação tácita, nos termos do art. 150, § 4º, do Código Tributário Nacional, a contagem do prazo prescricional de que trata o art. 168, I, do CTN, somente começa a fluir após o decurso de cinco anos do pagamento antecipado do tributo, ocasião em que se dá a efetiva extinção do crédito tributário vinculado a condição resolutiva. Portanto, torna-se exigível a restituição do tributo indevido, dentro do decêndio anterior à propositura da ação. No caso do imposto de renda, o lançamento do crédito tributário se dá não pela retenção do tributo na fonte, mas pela entrega da declaração anual por parte do contribuinte.
2. Independentemente da natureza da Lei Complementar 118/2005, se interpretativa ou não, não pode ela retroagir em atenção ao princípio da segurança jurídica, evitando-se, desta forma, a denominada "surpresa fiscal".
3. O imposto de renda somente pode incidir em proventos que configurem aumento de riqueza ou aumento patrimonial, estando isentas as parcelas indenizatórias tais como férias e licenças-prêmio, folgas e abonos assiduidade convertidos em pecúnia, ainda que a Lei 7.713/88 restrinja com impropriedade ímpar essas hipóteses, as quais se subsumem à inteligência das Súmulas 125 e 136, do Superior Tribunal de Justiça.
4. Não se faz necessária a prova de que tenha havido necessidade de serviço à qual se reportam as Súmulas 125 e 136, do Superior Tribunal de Justiça, haja vista que o fato de ter havido pagamento do abono a esse título pressupõe existência da aludida necessidade. Não obstante, a jurisprudência majoritária tem entendido pela impossibilidade de incidência do imposto de renda, ainda que a conversão dos benefícios em pecúnia tenha se dado por interesse do empregado.
5. A partir da declaração judicial reconhecendo o recolhimento indevido perpetrado pela parte autora, para ela surgiu o crédito, bem como o direito de serem restituídos de tais valores, nos procedimentos previstos na lei, seja pela restituição por precatório, seja pela compensação.
6. O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de ser perfeitamente compatível o art. 13, da Lei 9.065/95, com o art. 161, § 1º, do CTN, que permite ao legislador ordinário fixar juros de mora, concluindo que os juros de mora incidentes sobre tributos e contribuições arrecadados pelo Fisco Federal são equivalentes à taxa SELIC.
7. Quando vencida a Fazenda Pública, os honorários devem ser fixados nos termos do art. 20, § 4º, do CPC, não devendo se afastar, contudo, dos critérios estabelecidos no art. 20, § 3º, do CPC, devendo ser aferido o grau de zelo do profissional, o lugar de prestação do serviço, a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço, sob pena de aviltamento da atividade do advogado. Fixação da verba honorária em 10% sobre o valor da condenação.
8. Remessa oficial e apelação da União a que se nega provimento.
9. Recuso adesivo dos autores a que se dá provimento.
ACÓRDÃO
Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação da União e à remessa oficial, e dar provimento ao recurso adesivo dos autores, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 6 de fevereiro de 2007.
Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2004.38.00.033076-5/MG
Processo na Origem: 200438000330765

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	: TRANEGURO-BH TRANSPORTES DE VALORES E VIGILANCIA LTDA
ADVOGADO	: ROGERIO WILTON GUIMARAES E OUTROS (AS)
APELADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: RENATA RESENDE RAMALHO COSTA
EMBARGANTE	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	JOAO PAULO CORDEIRO CAVALCANTI
EMBARGADO	V. ACORDÃO DE FLS. 168/171

EMENTA
TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EMISSÃO DE CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA. DIFERENÇAS DE GFIP'S. PREQUESTIONAMENTO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO,NO ACÓRDÃO. REDISCUSSÃO DE MATERIA JULGADA.
I. Uma vez que todas as questões suscitadas foram devidamente apreciadas, inexistindo no acórdão obscuridade, omissão ou contradição, impõe-se a sua rejeição.
II. Eventual reforma do *decisum* deverá ser buscada pela via recursal própria.
III. Mesmo nas hipóteses de pré-questionamento, os embargos devem obedecer aos ditames do art. 535 do C.P.C.
IV. Embargos rejeitados.
ACÓRDÃO
Decide a Turma rejeitar os embargos de declaração, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007 (data do julgamento)
Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2004.38.00.034832-5/MG
Processo na Origem: 200438000348325

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO	: PEDRO CAMARA RAPOSO LOPES
APELADO	: SPEZIALI CALDAS CORRETORA DE SEGUROS LTDA
PROCURADOR	: CARLOS HENRIQUE MARTINS TEIXEIRA E OUTROS(AS)
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 22ª VARA - MG
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL
EMBARGADO	: V. ACORDÃO DE FLS. 142/145

EMENTA
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. TRIBUTÁRIO. COFINS. SOCIEDADE CIVIL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSÃO REGULAMENTADA. LEI COMPLEMENTAR Nº 70/91. LEI Nº 9.430/96. SÚMULA Nº 276 DO STJ. RESP. 382.736. ARTS. 59, 69, 97, 146, 150, §6º, 195, INC. I, "b" DA CONSTITUIÇÃO. PRÉQUESTIONAMENTO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO.
I. Uma vez que todas as questões suscitadas foram devidamente apreciadas, inexistindo no acórdão obscuridade, omissão ou contradição, impõe-se a sua rejeição.
II. Eventual reforma do *decisum* deverá ser buscada pela via recursal própria.
III. Mesmo nas hipóteses de pré-questionamento, os embargos devem obedecer aos ditames do art. 535 do C.P.C.
IV. Embargos rejeitados.
ACÓRDÃO
Decide a Turma rejeitar os Embargos de Declaração, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007 (data do julgamento)
Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA N. 2004.38.00.035837-4/MG

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: TRANSGAFER TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO	: WANDER BRUGNARA E OUTROS(AS)
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA
TRIBUTÁRIO. PIS - COFINS. BASE DE CÁLCULO. FATURAMENTO. LEI 10.637/02. COMPATIBILIDADE COM O TEXTO ANTERIOR AO ADVENTO DA EC 20/98. LEI 9.718/98 -- ART. 3º, § 1º. INCONSTITUCIONALIDADE DECLARADA PELO STF. ART. 354, DO RITRF - 1ª REGIÃO. MAJORAÇÃO ALÍQUOTA. CONSTITUCIONALIDADE.
1. A Lei 9.718/98 trouxe, nos arts. 3º, *caput*, § 1º, e 8º, respectivamente, a modificação do conceito de faturamento e a majoração da sua alíquota, conferidos anteriormente pela LC 70/91.
2. O Supremo Tribunal Federal, ao concluir o julgamento dos Recursos Extraordinários 357.950/RS, 358.273/RS, 346.084/PR e 390.840/MG (Informativo 408, do STF), declarou a inconstitucionalidade do referido § 1º, art. 3º, da Lei 9.718/98, que, dando novo conceito ao termo *faturamento* ampliou indevidamente a base de cálculo para a exação, abrangendo a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, pouco importando o tipo de atividade por esta exercida e a classificação contábil porventura adotada para as receitas.
3. Embora a Corte Especial deste TRF, em julgamento da Argüição de Inconstitucionalidade suscitada nos autos da AMS 1999.01.00.096053-2/MG, DJ de 24/09/01, tenha concluído, por maioria, por declarar a constitucionalidade dos arts. 2º, 3º, *caput*, § 1º, e 8º, caput, da Lei 9.718/98, há de se aplicar o disposto no art. 354, do RITRF da 1ª Região, tão-somente em relação ao art. 8º, que considerou constitucional a majoração da alíquota da COFINS de 2% para 3%, haja vista a inocorrência de apreciação definitiva da matéria pelo STF.

4. Em relação ao PIS, o afastamento do art. 3º, *caput*, § 1º, da Lei 9.718/98, não implica a imediata aplicação da Lei Complementar 07/70 e da Lei 9.715/98. Deve ser observado, nesse aspecto, o art. 1º, *caput*, § 1º, da Lei 10.637/02, não atingido pelo fundamento de inconstitucionalidade utilizado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento dos REs 357.950/RS, 358.273/RS, 346.084/PR e 390.840/MG, que apreciou a compatibilidade da equiparação do conceito de faturamento ao de receita bruta com o texto Constitucional anterior ao advento da EC 20/98.
5. Apelação a que se dá parcial provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento à apelação, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2004.38.00.037278-0/MG
Processo na Origem: 200438000372780

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: CERAMICA IBITURUNA LTDA
ADVOGADO	: FRANCISCO XAVIER AMARAL E OUTROS(AS)
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 16A VARA - MG

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. PERDA DE OBJETO. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR.
1. Inexistindo óbices à obtenção da certidão pleiteada, resta sem objeto o presente mandado de segurança, devendo o processo ser extinto sem julgamento do mérito, nos termos do inciso VI do art. 267 do CPC.
2. Apelação e remessa oficial providas. Sentença reformada. Processo extinto sem julgamento do mérito.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, à unanimidade, dar provimento à apelação e à remessa oficial.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007.

Desembargador Federal LEOMAR AMORIM
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL N. 2004.38.00.054615-5/MG

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: ELAINE VIDIGAL CARNEIRO E OUTROS(AS)
ADVOGADO	: FERNANDO OTAVIO DE PAIVA MARINHO E OUTRO(A)
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 14A VARA - MG

EMENTA

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREVIDÊNCIA PRIVADA. INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO. JUROS DE MORA. TAXA SELIC.
1. São incabíveis embargos de declaração utilizados indevidamente com a finalidade de reabrir discussão sobre tema jurídico já apreciado pelo julgador (RTJ 132/1020 - RTJ 158/993 - RTJ 164/793).
2. Restou consolidado no acórdão que, em razão de sua natureza, a taxa SELIC recompõe a perda do poder aquisitivo da moeda, e impõe a real taxa de juros, sendo vedada a cumulação desta com outra taxa, seja a título de correção monetária ou de juros de mora.
3. Embargos rejeitados.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 6 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - APELAÇÃO CÍVEL N. 2004.41.00.004063-1/RO

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: HERBERT PEREIRA DA SILVA
APELADO	: NTRITIVA ALIMENTOS LTDA
APELADO	: LEONARDO ALVES COSTA
APELADO	: GABRIEL PARENTE FERREIRA

EMENTA

EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO. ABANDONO DA CAUSA. INTIMAÇÃO PARA SUPRIR A FALTA EM 48 HORAS. ARQUIVAMENTO PROVISÓRIO.
1. Em sede de execução fiscal, paralisado o feito por inércia do credor cabe ao Juiz ordenar o arquivamento provisório dos autos nos termos do art. 40, da Lei 6.830/80, e não extinguir o processo de ofício, como ocorreu na espécie.
2. Apelação a que se dá provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, dar provimento à apelação, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 16 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - APELAÇÃO CÍVEL N. 2004.41.00.004067-6/RO

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: HERBERT PEREIRA DA SILVA
APELADO	: IPANEMA GONSTRUCOES RO

EMENTA

EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO. ABANDONO DA CAUSA. INTIMAÇÃO PARA SUPRIR A FALTA EM 48 HORAS. ARQUIVAMENTO PROVISÓRIO.
1. Em sede de execução fiscal, paralisado o feito por inércia do credor cabe ao Juiz ordenar o arquivamento provisório dos autos nos termos do art. 40,da Lei 6.830/80, e não extinguir o processo de ofício, como ocorreu na espécie.
2. Apelação a que se dá provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, dar provimento à apelação, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 16e fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2005.01.00.007452-0/DF

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
AGRAVANTE	: SERV - BEM POSTO DE SERVICO LTDA
ADVOGADO	: CLAUDIA SIMONE PRACA PAULA E OUTROS(AS)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXCLUSÃO DO REFIS. CIENTIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO COMITÊ GESTOR. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO PESSOAL. LEI 9.784/99. EXIGIBILIDADE.
1. Não obstante haver a Resolução 20, de 27/09/2001, regulamentado o processo administrativo para o Programa de Recuperação Fiscal, deve a Lei 9.784/1999 ser aplicada às formalidades concernentes à cientificação dos atos praticados pelo Comitê Gestor.
2. Agravo de instrumento a que se dá provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, dar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2005.01.00.028015-2/BA
Processo na Origem: 200533000040453

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
AGRAVANTE	: MUNICIPIO DE COCOS
PROCURADOR	: VINICIUS MACHADO MARQUES
AGRAVADO	: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - LIMINAR - SENTENÇA - PERDA DE OBJETO.
I - Se antes do julgamento do agravo, foi prolatada sentença de mérito, fica prejudicado o agravo interposto contra decisão concessiva de liminar.
II - Agravo de instrumento e agravo regimental prejudicados.

ACÓRDÃO

Decide a Turma julgar prejudicados o agravo de instrumento e o agravo regimental, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 6/3/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2005.01.00.029919-4/MG

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	: CAFE MONJOLINHO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
ADVOGADO	: RAYMUNDO LAZARO VELLANI JUNIOR E OUTRO(A)

EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PARCELAMENTO DO DÉBITO. EXTINÇÃO DO FEITO ANTES DO ADIMPLEMENTO DA ÚLTIMA PARCELA. IMPOSSIBILIDADE. PRESENÇA DO INTERESSE EM RECORRER.
1. A opção pelo PAES não implica a extinção dos débitos do contribuinte. Ora, se o débito persiste, na medida em que ocorre, tão-somente, um parcelamento, não há que se falar em extinção da execução, mas na suspensão do processo para que se cumpra integralmente a obrigação tributária, objeto da ação executiva.
2. Merece ser reformada a decisão agravada que não recebeu o apelo sob o fundamento de que a agravante não tem interesse em recorrer.
3. Agravo de instrumento a que se dá provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, dar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 16 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2005.01.00.031943-2/GO

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
AGRAVANTE	: BANCO BEG S/A
ADVOGADO	: FERNANDO OLAVO SADDI CASTRO E OUTROS(AS)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. DENÚNCIA ESPONTÂNEA. MULTA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA NOS AUTOS PRINCIPAIS. PERDA DE OBJETO.
1. Tendo sido proferida sentença no processo principal, resta prejudicado o agravo de instrumento, por perda de seu objeto útil.
2. Recurso prejudicado.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, julgar prejudicado o recurso, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2005.01.00.032972-8/DF
Processo na Origem: 9000053064

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
AGRAVANTE	: DI CICCO S/A COMERCIO E INDUSTRIA
ADVOGADO	: SAVIO DE FARIA CARAM ZUQUIM E OUTROS(AS)
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

EMENTA

CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL.EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE LEVANTAMENTO. ARTIGO 19 DA LEI N. 11.033/2004. INCONSTITUCIONALIDADE RECONHECIDA PELO STF. ADIN N. 3453/DF.
I - O Supremo Tribunal Federal julgou procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 3453, declarando a inconstitucionalidade do artigo 19 da Lei n. 11033/2004.
II - Agravo de instrumento provido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma dar provimento ao agravo de instrumento, à unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região -06/03/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2005.01.00.039397-7/DF
Processo na Origem: 9100166723

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
AGRAVANTE	: CARLOS ARRUDA GARMS E OUTROS(AS)
ADVOGADO	: SAVIO DE FARIA CARAM ZUQUIM E OUTROS(AS)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA

CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL.EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE LEVANTAMENTO. ARTIGO 19 DA LEI Nº 11.033/2004. INCONSTITUCIONALIDADE RECONHECIDA PELO STF. ADIN Nº 3453/DF.

I - O Supremo Tribunal Federal julgou procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 3453, declarando a inconstitucionalidade do artigo 19 da Lei nº 11.033/2004.

II - Agravo de instrumento provido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma dar provimento ao agravo de instrumento, à unanimidade.

8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007 (data do julgamento).

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2005.01.00.039664-3/MG

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	: CASA BOCZAR LTDA
ADVOGADO	: RAYMUNDO LAZARO VELLANI JUNIOR

EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PARCELAMENTO DO DÉBITO. EXTINÇÃO DO FEITO ANTES DO ADIMPLEMENTO DA ÚLTIMA PARCELA. IMPOSSIBILIDADE. PRESENÇA DO INTERESSE EM RECORRER.

1. A opção pelo PAES não implica a extinção dos débitos do contribuinte. Ora, se o débito persiste, na medida em que ocorre, tão-somente, um parcelamento, não há que se falar em extinção da execução, mas na suspensão do processo para que se cumpra integralmente a obrigação tributária, objeto da ação executiva.

2. Merece ser reformada a decisão agravada que não recebeu o apelo sob o fundamento de que a agravante não tem interesse em recorrer.

3. Agravo de instrumento a que se dá provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, dar provimento ao agravo, nos termos do voto da Relatora.

Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2005.01.00.042078-2/BA
Processo na Origem: 200533000097598

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
AGRAVANTE	: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
AGRAVADO	: MUNICIPIO DE ITABERABA - BA
PROCURADOR	: AURELISIO MOREIRA DE OLIVEIRA JUNIOR E OUTRO(A)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - TUTELA - SENTENÇA - PERDA DE OBJETO - AGRAVO REGIMENTAL.

I - Se antes do julgamento do agravo foi prolatada sentença de mérito, fica prejudicado o agravo interposto contra decisão que deferiu a antecipação da tutela.

II - Agravo de instrumento e agravo regimental prejudicados.

ACÓRDÃO

Decide a Turma julgar prejudicados o agravo de instrumento e o agravo regimental, por unanimidade.

8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2005.01.00.042494-0/MG

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	: MARIA LUIZA PEREIRA
ADVOGADO	: MIRIAN VIEIRA DA SILVA E OUTRO(A)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRECATÓRIO COMPLEMENTAR. JUROS MORATÓRIOS. SÚMULA 45, DO TRF/1ª REGIÃO.

1. Tendo o depósito para pagamento do precatório anterior sido efetuado dentro do prazo estabelecido no art. 100, § 1º, da Constituição Federal, incabível a incidência de juros de mora no precatório suplementar.

2. Agravo de instrumento a que se dá provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, dar provimento ao agravo de istrumento, nos termos do voto da Relatora.

Brasília/DF, 13 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2005.01.00.043877-4/BA
Processo na Origem: 200533000080683

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
AGRAVANTE	: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
AGRAVADO	: MUNICIPIO DE COARACI - BA
PROCURADOR	: VINICIUS MACHADO MARQUES E OUTROS(AS)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - TUTELA - SENTENÇA - PERDA DE OBJETO - AGRAVO REGIMENTAL.

I - Se antes do julgamento do agravo foi prolatada sentença de mérito, fica prejudicado o agravo interposto contra decisão que deferiu a antecipação da tutela.

II - Agravo de instrumento e agravo regimental prejudicados.

ACÓRDÃO

Decide a Turma julgar prejudicados o agravo de instrumento e o agravo regimental, por unanimidade.

8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2005.01.00.053323-6/MG
Processo na Origem: 9603036498

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: ALVORADA INDUSTRIA E COMERCIO DE METAIS LTDA E OUTRO(A)
CURADOR	: MORILLO CREMASCO JUNIOR

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. ARGÜIÇÃO ATRAVÉS DE EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE: POSSIBILIDADE. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL.

1. A jurisprudência admitia a prescrição intercorrente na execução fiscal, se esta restasse suspensa por mais de cinco anos, desde que fosse argüida pela parte interessada ou por curador especial, ao argumento de que a norma inserta no artigo 40 da Lei n. 6.830/80 (LEF) deveria ser interpretada em harmonia com o artigo 174 do Código Tributário Nacional em ordem a evitar a imprescritibilidade da dívida fiscal.

2. Após a Constituição Federal de 1988 as contribuições previdenciárias, inclusive as destinadas para o financiamento da seguridade social, têm natureza de *tributo.* Desta forma, a elas são aplicadas as normas gerais do direito tributário, incluindo-se nestas as regras relativas à prescrição. Ocorrência da prescrição qüinqüenal.

3. Apelação improvida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, à unanimidade, negar provimento à apelação.

8ª Turma do TRF da 1ª Região - 16/02/2007.

Desembargador Federal LEOMAR AMORIM
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2005.01.00.053497-1/MG

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	: ARTMED LTDA
ADVOGADO	: RONAN CAMILO DE CARVALHO E SILVA E OUTROS(AS)

EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PARCELAMENTO DO DÉBITO. EXTINÇÃO DO FEITO ANTES DO ADIMPLEMENTO DA ÚLTIMA PARCELA. IMPOSSIBILIDADE. PRESENÇA DO INTERESSE EM RECORRER.

1. A opção pelo PAES não implica a extinção dos débitos do contribuinte. Ora, se o débito persiste, na medida em que ocorre, tão-somente, um parcelamento, não há que se falar em extinção da execução, mas na suspensão do processo para que se cumpra integralmente a obrigação tributária, objeto da ação executiva.

2. Merece ser reformada a decisão agravada que não recebeu o apelo sob o fundamento de que a agravante não tem interesse em recorrer.

3. Agravo de instrumento a que se dá provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, dar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do voto da Relatora.

Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2005.01.00.058528-2/BA
Processo na Origem: 200333000109903

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
EMBARGANTE(S)	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
EMBARGADO	: V. ACÓRDÃO DE FLS. 34/37

EMENTA

PROCESSO CIVIL. ERRO MATERIAL NA EMENTA. CORREÇÃO DE OFÍCIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL. RESPONSABILIDADE PESSOAL DO SÓCIO-GERENTE. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO NO ACÓRDÃO. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA JULGADA. PREQUESTIONAMENTO. EFEITO MODIFICATIVO.

I - Verificada a existência de inexatidão material (erro material) na ementa do acórdão embargado, pode (e deve) ser corrigida de ofício.

II - Dá-se ao item II da ementa do acórdão embargado a seguinte redação: "II - Por outro lado, para o pretendido redirecionamento da execução contra os sócios, deve restar comprovado o elemento subjetivo, uma vez que a responsabilidade do sócio não é objetiva. Deve estar comprovado que o sócio agiu com excesso de mandato, ou infringiu a lei, o contrato social ou o estatuto, ou ocorreu a dissolução irregular da sociedade".

III - Uma vez que todas as questões suscitadas foram devidamente apreciadas, inexistindo no acórdão obscuridade, omissão ou contradição, impõe-se a sua rejeição.

IV - Eventual reforma do *decisum* deverá ser buscada pela via recursal própria.

V - Mesmo nas hipóteses de pré-questionamento, os embargos devem obedecer aos ditames do art. 535 do C.P.C.

VI - Erro material, constante da ementa, corrigido de ofício. Embargos rejeitados.

ACÓRDÃO

Decide a Turma rejeitar os Embargos, por unanimidade.

8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/02/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2005.01.00.062648-3/MG

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
AGRAVANTE	: GRANJAS GOIANAS LTDA
ADVOGADO	: JOSE ORNELAS DE MELO E OUTRO(A)
AGRAVADO	: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCURADOR	: SAULO HENRIQUE SIQUEIRA LARA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. PESSOAS JURÍDICAS COM FINS LUCRATIVOS.SITUAÇÃO DE IMPOSSIBILIDADE DE ARCAR COM AS DESPESAS DEMONSTRADAS.

1. A assistência judiciária integral e gratuita e a ampla defesa estão previstas no art. 5º, LV e LXXIV, da Constituição Federal. A Lei 1.060/1950, por sua vez, assegura à parte o direito de requerer a concessão dos benefícios da justiça gratuita a qualquer tempo (AC 1998.01.00.089785-0, TRF da 1ª Região, Relator Desembargador Federal Hilton Queiroz, DJ 09/04/1999).

2. No que concerne à concessão do benefício às pessoas jurídicas com fins lucrativos, as jurisprudências desta Corte, do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal são assentes no sentido de que não basta a simples declaração de impossibilidade de arcar com as custas do processo, faculdade que a Lei 1.060/50 concebeu apenas às pessoas físicas, sendo imprescindível, para seu deferimento, prova concreta da situação de hipossuficiência, o que ocorreu *in casu.*

3. Agravo de instrumento a que se dá provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, dar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do voto da Relatora.

Brasília/DF, 27 fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2005.01.00.065274-2/BA
Processo na Origem: 200333000179019

RELATOR(A)	: CARLOS FERNANDO MATHIAS
AGRAVANTE	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	PEDRO CAMARA RAPOSO LOPES
AGRAVADO	CASA ESPORTIVA RAPOSO LTDA
EMBARGANTE	: UNIAO (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	VALERIA SAQUES
EMBARGADO	: V. ACÓRDÃO DE FLS. 36/39

EMENTA
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL. RESPONSABILIDADE PESSOAL DO SÓCIO-GERENTE. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO NO ACÓRDÃO. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA JULGADA. PREQUESTIONAMENTO. EFEITO MODIFICATIVO.
I. Uma vez que todas as questões suscitadas foram devidamente apreciadas, inexistindo no acórdão obscuridade, omissão ou contradição, impõe-se a sua rejeição.
II. Eventual reforma do *decisum* deverá ser buscada pela via recursal própria.
III. Mesmo nas hipóteses de pré-questionamento, os embargos devem obedecer aos ditames do art. 535 do C.P.C.
IV. Embargos rejeitados.
ACÓRDÃO
Decide a Turma rejeitar os embargos de declaração, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 13/02/2007 (data do julgamento)

Dês. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL N. 2005.01.00.066775-6/DF

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: PANIFICADORA E CONFEITARIA CASA NOVA LTDA
CURADOR	: DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA JULGADA. PREQUESTIONAMENTO. DESNECESSIDADE. RESERVA DE PLENÁRIO. PRESCINDIBILIDADE.
1. São incabíveis embargos de declaração utilizados indevidamente com a finalidade de reabrir discussão sobre tema jurídico já apreciado pelo julgador. (RTJ 132/1020 - RTJ 158/993 - RTJ 164/793).
2. Ficou consolidado no acórdão embargado o reconhecimento da prescrição intercorrente sobre os créditos cobrados pela União na execução em trâmite, uma vez que o artigo 40, da Lei 6.830/1980, deve ser interpretado em harmonia com o artigo 174, do CTN, sob pena de se admitir a imprescritibilidade da dívida fiscal.
3. O órgão julgador não está obrigado a rebater a todos os argumentos trazidos pelas partes para a defesa de sua tese, podendo apenas decidir a controvérsia, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução.
4. Desnecessidade de obediência à cláusula de reserva de Plenário (art, 97, da CF, 480 a 482, do CPC), uma vez que a inaplicabilidade da Lei não decorreu da sua inconstitucionalidade, mas pela impossibilidade de sua aplicação no caso concreto, sob pena de imprescritibilidade da dívida fiscal.
5. A jurisprudência do STJ já se firmou no sentido de que: *considera-se explícito o prequestionamento, quando o Tribunal* a quo, *mesmo sem fazer referência expressa a dispositivos legais, nem declinar os números que os identificam no Ordenamento Jurídico, enfrenta as regras neles contidas* (EREsp 165.212-MS, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, Corte Especial, unânime - DJ/I de 17/10/2001).
6. Embargos de declaração rejeitados.
ACÓRDÃO
Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - APELAÇÃO CÍVEL N. 2005.01.00.067452-5/DF

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: FENIX AUTO PECAS E ACESSORIOS LTDA
CURADOR	: DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA JULGADA.
1. São incabíveis embargos de declaração utilizados indevidamente com a finalidade de reabrir discussão sobre tema jurídico já apreciado pelo julgador. (RTJ 132/1020 - RTJ 158/993 - RTJ 164/793).
2. Constou no acórdão embargado que desinfluente o fato de a exequente não ter sido intimada, antes de decretada a prescrição, por inexistir determinação legal nesse sentido, após ter requerido o arquivamento do feito.
3. O órgão julgador não está obrigado a rebater a todos os argumentos trazidos pelas partes para a defesa de sua tese, podendo apenas decidir a controvérsia, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução.
4. Embargos de declaração rejeitados.
ACÓRDÃO
Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 16 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2005.01.00.071018-2/DF

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	: BERTINI LTDA
ADVOGADO	: FERNANDO DANTAS CASILLO GONCALVES E OUTROS(AS)

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. DECISÃO QUE CONVERTEU AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RETIDO, NOS TERMOS DA LEI 11.187/2005. POSSIBILIDADE. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO RECOLHIMENTO DE IPI INCIDENTE NA IMPORTAÇÃO DE AERONAVE ESTRANGEIRA. PERIGO DE LESÃO GRAVE OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO NÃO DEMONSTRADO.
1. A redação do art. 527, II, do CPC, na redação da Lei 10.352/2001 (antes da edição da Lei 11.187/2005), permitia a conversão do agravo em retido, quando não demonstrado o perigo de lesão grave ou de difícil e incerta reparação, cuja decisão é recorrível de agravo.
2. No caso, a União (Fazenda Nacional) não demonstrou o risco de lesão grave ou de difícil e incerta reparação, que poderá vir a sofrer com a suspensão da exigibilidade do recolhimento do Imposto sobre Produtos Industrializados para a liberação da aeronave, identificada nos autos.
3. Agravo regimental a que se nega provimento.
ACÓRDÃO
Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 16 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2005.01.00.071947-3/BA
Processo na Origem: 200033000033443

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	: WOG COMERCIO DE MATERIAIS INDUSTRIA LTDA
AGRAVADO	: DJALMA CONCEICAO SILVA

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. ARTIGO 620 DO CPC. BLOQUEIO DE ATIVOS FINANCEIROS. BACENJUD.
I - A execução deve ser realizada de forma menos gravosa à parte executada, nos termos do artigo 620 do Código de Processo Civil. Verifica-se que a medida pleiteada só pode ser deferida quando foram realizados todos os esforços na busca de outros bens passíveis de penhora.
II - Agravo de instrumento não provido.
ACÓRDÃO
Decide a Turma negar provimento ao agravo de instrumento, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2005.01.00.072254-3/DF
Processo na Origem: 9600096902

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
RELATOR(A)	: JUIZ FEDERAL ROBERTO CARVALHO VELOSO (CONV.)
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: PEDRO CAMARA RAPOSO LOPES
APELADO	: DISVA DISTRIBUIDORA E VAREJISTA DE ARMARINHO LTDA

E M E N T A
PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. POSSIBILIDADE DE ARGÜIÇÃO POR CURADOR ESPECIAL. CERCEAMENTO DE DIREITO.
1. A jurisprudência, antes do advento da Lei n. 11.051/2004, já admitia a prescrição intercorrente na execução fiscal, desde que argüida pela parte interessada ou por curador especial, se a execução restasse suspensa por mais de cinco anos, ao argumento de que a norma inserta no artigo 40 da Lei 6.830/80 (LEF) deve ser interpretada em harmonia com o artigo 174 do Código Tributário Nacional em ordem a evitar a imprescritibilidade da dívida fiscal.
2. Tendo sido alegado pelo curador especial a ocorrência de prescrição, não pode o juiz acolher sua existência, sem antes abrir vista à Fazenda Nacional, sob pena de cerceamento de defesa.
3. Apelação improvida.
A C Ó R D Ã O
Decide a Turma, à unanimidade, negar provimento à apelação.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007.

Juiz Federal ROBERTO VELOSO
Relator Convocado

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2005.01.00.073824-7/PA
Processo na Origem:

RELATOR(A)	: CARLOS FERNANDO MATHIAS
AGRAVANTE	: CONGREGACAO DAS FILHAS DA IMACULADA CONCEICAO E OUTRO(A)
ADVOGADO	: FABIO LUIS FERREIRA MOURAO
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: JULIO CESAR MELO BORGES
EMBARGANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ISABELA GUEDES DANTAS CARNEIRO
EMBARGADO	: V. ACÓRDÃO DE FLS. 169/172

EMENTA
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO NO ACÓRDÃO. EFEITO MODIFICATIVO. PRÉ-QUESTIONAMENTO. MULTA. SÚMULA 98/STJ.
I. *"Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não tem caráter protelatório"* (Súmula 98, STJ)
II. Uma vez que todas as questões suscitadas foram devidamente apreciadas, inexistindo no acórdão obscuridade, omissão ou contradição, impõe-se a sua rejeição.
III. Eventual reforma do *decisum* deverá ser buscada pela via recursal própria.
IV. Mesmo nas hipóteses de pré-questionamento, os embargos devem obedecer aos ditames do art. 535 do C.P.C.
Embargos rejeitados.
ACÓRDÃO
Decide a Turma rejeitar os embargos de declaração, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007 (data do julgamento)

Dês. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2005.01.00.073900-9/DF

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
AGRAVANTE	: GREGORY MODAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
ADVOGADO	: CLAUDIA SIMONE PRACA PAULA E OUTROS(AS)
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: JOSE CANDIDO DE CARVALHO JUNIOR

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. OBTENÇÃO DE PARCELAMENTO. IMPOSSIBILIDADE.
1. A ação de consignação em pagamento não é sucedâneo legal, *in casu*, do parcelamento administrativo previsto no Programa de Parcelamento Especial de Débitos.
2. Agravo de instrumento a que se nega provimento.
ACÓRDÃO
Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº. 2005.33.00.005004-0/BA
Processo na Origem: 200533000050040

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
EMBARGANTE	: INDEBA INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA
ADVOGADO	: SUZELE VELOSO DE OLIVEIRA

EMBARGADO	: V. ACÓRDÃO DE FLS. 128/138
APELANTE	: INDELA INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA
ADVOGADO	: LEILA DE ALENCAR COSTA E OUTROS (AS)
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: PEDRO CAMARA RAPOSO LOPES

EMENTA

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. IMPOSTO DE RENDA. DENÚNCIA ESPONTÂNEA. ART 138 DO CTN. NÃO CARACTERIZAÇÃO. MULTA MORATÓRIA. EXIGIBILIDADE. SÚMULA Nº 208 DO EXTINTO TFR. INEXISTÊNCIA DE CONTRADIÇÃO E OMISSÃO. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE.
I. Uma vez que todas as questões suscitadas foram devidamente apreciadas, inexistindo no acórdão obscuridade, omissão ou contradição, impõe-se a sua rejeição.
II. Eventual reforma do *decisum* deverá ser buscada pela via recursal própria.
III. Embargos rejeitados.

ACÓRDÃO

Decide a Turma rejeitar os embargos de declaração, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA N. 2005.33.00.011644-7/BA

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
REL. CONV.	: JUIZ FEDERAL OSMANE ANTONIO DOS SANTOS
APELANTE	: MILLENNIUM INORGANIC CHEMICALS DO BRASIL S/A
ADVOGADO	: CRISTIANE DE ARAÚJO GOES MAGALHÃES E OUTROS
APELADA	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: PEDRO CÂMARA RAPOSO LOPES

EMENTA

TRIBUTÁRIO. PIS E COFINS. LC 07/70 e 70/91. BASE DE CÁLCULO. ALÍQUOTA. LEI N. 9.718/98, ARTS. 3º, § 1º E 8º, CAPUT. COMPENSAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA.
1. Apesar da Corte Especial deste Tribunal, na Argüição de Inconstitucionalidade na AMS 1999.01.00.096053-2/MG, ter concluído, por maioria, pela constitucionalidade dos arts. 2º, 3º, *caput* e § 1º, e art. 8º, *caput*, da Lei 9.718/98, por força do parágrafo único do art. 354 do Regimento Interno, a posterior declaração de inconstitucionalidade, pelo STF, tão-somente do § 1º do art. 3º da Lei 9.718/98, fez cessar, nesse particular, a vinculação desta Turma.
2. No tocante à majoração da alíquota da COFINS pelo art. 8º, *caput*, da mesma lei, subsiste a vinculação ao entendimento desta Corte que declarou sua constitucionalidade.
3. A base de cálculo da COFINS e do PIS deve obedecer, respectivamente, o art. 2º da LC 70/91 e art. 3º, "b", da LC 07/70, esta, com as alterações impostas pela Lei nº 9.715/98, até a edição das MPs nºs 66/2002 e 135/2003, convertidas nas Leis nºs 10.637/02 e 10.833/2003.
4. Compensação com quaisquer tributos administrados pela Receita Federal, observando-se a atualização monetária exclusivamente pela SELIC.
5. Apelação a que se dá parcial provimento. Precedentes desta Turma.

ACÓRDÃO

Decide a Turma dar parcial provimento à Apelação, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 27/02/2007 (data do julgamento)

Juiz Federal OSMANE ANTONIO DOS SANTOS
Relator Convocado

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA N. 2005.33.00.011705-1/BA

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: ASSOCIACAO COMERCIAL INDUSTRIAL E AGROPECUARIA DE PAULO AFONSO-ASCOPA
ADVOGADO	: NORMANDO MACEDO FERNANDES E OUTRO(A)
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA

TRIBUTÁRIO. COFINS. BASE DE CÁLCULO. LEI 9.718/98 - ART. 3º § 1º. INCONSTITUCIONALIDADE DECLARADA PELO STF. MAJORAÇÃO DA ALÍQUOTA. ARTIGO 8º. CONSTITUCIONALIDADE. PRESCRIÇÃO. COMPENSAÇÃO. POSSIBILIDADE.
1. Tratando-se de tributos sujeitos a lançamento por homologação, o Superior Tribunal de Justiça assentou que o prazo prescricional da ação de repetição de indébito, como regra geral, ocorrerá após o transcurso do prazo de cinco anos, contados da ocorrência do fato gerador (prazo decadencial), acrescido de mais cinco anos, contados da homologação tácita.
2. A Lei 9.718/98 trouxe, nos arts. 3º, *caput*, §1º, e 8º, respectivamente, a modificação do conceito de faturamento e a majoração da sua alíquota, conferidos anteriormente pela LC 70/91.
3. O Supremo Tribunal Federal, ao concluir o julgamento dos Recursos Extraordinários 357.950/RS, 358.273/RS, 346.084/PR e 390.840/MG (Informativo 408, do STF), declarou a inconstitucionalidade do § 1º, art. 3º, da Lei 9.718/98, que, dando novo conceito ao termo faturamento ampliou indevidamente a base de cálculo para a exação, abrangendo a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, pouco importando o tipo de atividade por esta exercida e a classificação contábil porventura adotada para as receitas.
4. Embora a Corte Especial deste TRF, em julgamento da Argüição de Inconstitucionalidade suscitada nos autos da AMS 1999.01.00.096053-2/MG - DJ de 24/09/01 - tenha concluído, por maioria, por declarar a constitucionalidade dos artigos 2º, 3º, *caput*, § 1º, e 8º, *caput*, da Lei 9.718/98, há de aplicar o disposto no art. 354, do RITRF da 1ª Região, tão-somente em relação ao artigo 8º, mantida, assim, a declaração de sua constitucionalidade.
5. Está autorizada a compensação de créditos decorrentes do recolhimento indevido a título de COFINS, com qualquer tributo arrecadado e administrado pela Secretaria da Receita Federal, ainda que o destino das arrecadações seja outro.
6. Apelação a que se dá parcial provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento à apelação, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 02 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA N. 2005.33.00.011756-9/BA

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: TRANSPORTDORA PRIMEIRA DO NORDESTE LTDA
ADVOGADO	: MARCELO NEESER NOGUEIRA REIS E OUTROS(AS)
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA

TRIBUTÁRIO. PIS - COFINS. BASE DE CÁLCULO. FATURAMENTO. LEI 10.637/02. COMPATIBILIDADE COM O TEXTO ANTERIOR AO ADVENTO DA EC 20/98. LEI 9.718/98 -- ART. 3º § 1º. INCONSTITUCIONALIDADE DECLARADA PELO STF. ART. 354 DO RITRF - 1ª REGIÃO. MAJORAÇÃO DE ALÍQUOTA. CONSTITUCIONALIDADE. COMPENSAÇÃO. POSSIBILIDADE.
1. A Lei 9.718/98 trouxe, no art. 3º, *caput*, § 1º, e art. 8º, respectivamente, a modificação do conceito de faturamento e a majoração da sua alíquota, conferidos anteriormente pela LC 70/91.
2. O Supremo Tribunal Federal, ao concluir o julgamento dos Recursos Extraordinários 357.950/RS, 358.273/RS, 346.084/PR e 390.840/MG (Informativo 408, do STF), declarou a inconstitucionalidade do § 1º, art. 3º, da Lei 9.718/98, que, dando novo conceito ao termo *faturamento* ampliou indevidamente a base de cálculo para a exação, abrangendo a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, pouco importando o tipo de atividade por esta exercida e a classificação contábil porventura adotada para as receitas.
3. Embora a Corte Especial deste TRF, em julgamento da Argüição de Inconstitucionalidade suscitada nos autos da AMS 1999.01.00.096053-2/MG, DJ de 24/09/01, tenha concluído, por maioria, por declarar a constitucionalidade dos arts. 2º, 3º, *caput*, § 1º, e 8º, caput, da Lei 9.718/98, há de se aplicar o disposto no art. 354, do RITRF da 1ª Região, tão-somente em relação ao art. 8º, que considerou constitucional a majoração da alíquota da COFINS de 2% para 3%, haja vista a inocorrência de apreciação definitiva da matéria pelo STF.
4. Em relação ao PIS, o afastamento do art. 3º, *caput*, § 1º, da Lei 9.718/98, não implica a imediata aplicação da Lei Complementar 07/70 e da Lei 9.715/98. Deve ser observado, nesse aspecto, o art. 1º, *caput*, § 1º, da Lei 10.637/02, não atingido pelo fundamento de inconstitucionalidade utilizado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento dos REs 357.950/RS, 358.273/RS, 346.084/PR e 390.840/MG, que apreciou a compatibilidade da equiparação do conceito de faturamento ao de receita bruta com o texto Constitucional anterior ao advento da EC 20/98.
5. Está autorizada a compensação de créditos decorrentes do recolhimento indevido a título de COFINS, com qualquer tributo arrecadado e administrado pela Secretaria da Receita Federal, ainda que o destino das arrecadações seja outro.
6. Apelação a que se dá parcial provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento à apelação, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2005.33.00.022722-6/BA
Processo na Origem: 200533000227226

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: UCAR PRODUTOS DE CARBONO S/A E OUTRO(A)
APELADO	: CARBONE SAVOIE S/A
ADVOGADO	: ROSANI ROMANO ROSA DE JESUS CARDOZO E OUTROS(AS)

EMENTA

MANDADO DE SEGURANÇA. GREVE. SERVIDORES PÚBLICOS. LIBERAÇÃO DE MERCADORIA IMPORTADA. DESEMBARAÇO ADUANEIRO. RESSARCIMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS.
I - O direito de greve é assegurado pela Constituição. Todavia, o direito de greve de servidor público ainda não está regulamentado. Sem embargo desse aspecto, se acontece a paralisação, registre-se, de passagem, a Administração Pública tem o dever de zelar para a manutenção dos serviços, máxime os considerados essenciais.
II - Cumpridas todas as exigências fiscais e, mesmo assim, continuando as mercadorias retidas em razão de greve de servidores, caracteriza-se o prejuízo para a empresa, que depende das mercadorias para continuar sua atividade produtora e cumprir com seus contratos.
III - Quanto ao ressarcimento das custas processuais antecipadas pelo impetrante, a Fazenda não está isenta, quando sucumbente.
IV - Apelação e remessa oficial, tida como interposta, não providas.

ACÓRDÃO

Decide a Turma negar provimento à apelação e à remessa oficial, tida como interposta, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA N. 2005.34.00.007213-0/DF

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: ADSERVIS ADMINISTRACAO DE SERVICOS INTERNOS LTDA
ADVOGADO	: VANESSA DOS SANTOS GONCALVES
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. EXCLUSÃO DO REFIS. CIENTIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO COMITÊ GESTOR. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO PESSOAL. LEI 9.784/99. EXIGIBILIDADE.
1. Não obstante haver a Resolução 20, de 27/09/2001, regulamentado o processo administrativo para o Programa de Recuperação Fiscal, deve a Lei 9.784/1999 ser aplicada às formalidades concernentes à cientificação dos atos praticados pelo Comitê Gestor.
2. Apelação a que se dá provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, dar provimento à apelação, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 13 de março de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL N. 2005.34.00.008151-2/DF

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: ANA MARIA ROGERI DA SILVA E OUTROS(AS)
ADVOGADO	: IVO EVANGELISTA DE AVILA E OUTROS(AS)
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: OS MESMOS
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 4A VARA - DF

EMENTA

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. IMPOSTO DE RENDA. PRESCRIÇÃO. LC 118/2005. CONTRIBUIÇÕES DESTINADAS A ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. NATUREZA DE ACRÉSCIMO PATRIMONIAL. POSSIBILIDADE DE INCIDÊNCIA. VEDAÇÃO DA BITRIBUTAÇÃO. LEGISLAÇÃO PERTINENTE. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS.
1. Nos casos em que o lançamento do tributo se processar por homologação tácita, nos termos do art. 150, § 4º, do Código Tributário Nacional, a contagem do prazo prescricional de que trata o art. 168, I, do CTN, somente começa a fluir após o decurso de cinco anos do pagamento antecipado do tributo, ocasião em que se dá a efetiva extinção do crédito tributário vinculado a condição resolutiva. No caso do imposto de renda, o lançamento do crédito tributário se dá não pela retenção do tributo na fonte, mas pela entrega da declaração anual por parte do contribuinte.
2. Quando a aposentadoria do segurado, ou o resgate em cota única, ocorrer na vigência da Lei 9.205/95, o termo *a quo* da prescrição começará a fluir da data de sua aposentadoria, pois é a partir desse momento que ocorrem os descontos relativos ao imposto de renda. Por outro lado, quando a aposentadoria ocorrer na vigência da Lei 7.713/88, o termo inicial a ser considerado é a partir da vigência da Lei 9.250/95, quando houve a mudança na sistemática de desconto do imposto de renda.

3. Independentemente da natureza da Lei Complementar 118/2005, se interpretativa ou não, ela não pode retroagir em atenção ao princípio da segurança jurídica, evitando-se, dessa forma, a denominada *surpresa fiscal*.
4. É pacífico o entendimento da Primeira Seção do STJ, no sentido de afastar a tributação pelo IRPF até o limite do imposto recolhido sobre as contribuições por ele custeadas no período em que vigorou a Lei 7.713/88, tendo em vista que a complementação de aposentadoria paga pelas entidades de previdência privada é constituída, em parte, pelas contribuições efetuadas pelo beneficiário (EREsp 621.348-DF, Rel. Min.Teori Albino Zavascki).
5. Quanto à aplicação da correção monetária, o critério de cálculo deve ser aquele contido no *Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal* - Resolução 242, de 03/07/01, nos casos de repetição de indébito, como na espécie.
6. A taxa SELIC é devida tanto na compensação quanto na repetição de indébitos, desde que os recolhimentos indevidos tenham se operado a partir de 1º de janeiro de 1996, data em que entrou em vigor a Lei 9.250/95.
7. São pacíficas as jurisprudências do STJ e desta Corte no sentido de que devam ser incluídos no cálculo da correção monetária os índices expurgados na inflação.
8. Apelação dos autores a que se nega provimento.
9. Remessa oficial e apelação da União a que se dá parcial provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação dos autores e dar parcial provimento à apelação da União e à remessa oficial, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL N. 2005.34.00.008166-3/DF

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: PAULO ROBERTO LEHMKHL CARNEIRO E OUTROS(AS)
ADVOGADO	: CAROLINA LOUZADA PETRARCA E OUTROS(AS)
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. DEDUÇÃO DE VALORES RESTITUÍDOS NA DECLARAÇÃO DE AJUSTE. IMPOSSIBILIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA. TAXA SELIC. OFENSA À COISA JULGADA.
1. Quanto à possibilidade de dedução dos valores já restituídos por ocasião da Declaração de Ajuste Anual, uma vez que tal matéria não foi objeto de questionamento na fase de conhecimento, bem como, em se tratando de verdadeira compensação, necessário pedido específico e procedimento adequado, sendo inadmissível em sede de embargos à execução.
2. O ônus da prova da compensação incumbe, evidentemente, à Fazenda Nacional na fase de conhecimento, pois a existência de parcelas já restituídas ao contribuinte, para fins de dedução, constitui fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, nos termos do art. 333, II, do Código de Processo Civil.
3. Estabelecer a incidência da taxa SELIC em fase de liquidação de sentença, além de malferir a coisa julgada, acarreta o *bis in idem*, haja vista que essa taxa não pode ter sua aplicação cumulativa à correção monetária e aos juros de mora de 1%, ao mês, fixados pelo título executivo judicial.
4. Apelação a que se dá provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento à apelação, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 16 de fevereiro de 2007

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL N. 2005.34.00.012848-1/DF

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: WALMIR AYRTON NUNES E OUTRO(A)
ADVOGADO	: CARLA LOUZADA MARQUES E OUTROS(AS)
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. DEDUÇÃO DE VALORES RESTITUÍDOS NA DECLARAÇÃO DE AJUSTE. IMPOSSIBILIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA. TAXA SELIC. OFENSA À COISA JULGADA.
1. Quanto à possibilidade de dedução dos valores já restituídos por ocasião da Declaração de Ajuste Anual, uma vez que tal matéria não foi objeto de questionamento na fase de conhecimento, bem como, em se tratando de verdadeira compensação, necessário pedido específico e procedimento adequado, sendo inadmissível em sede de embargos à execução.
2. O ônus da prova da compensação incumbe, evidentemente, à Fazenda Nacional na fase de conhecimento, pois a existência de parcelas já restituídas ao contribuinte, para fins de dedução, constitui fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, nos termos do art. 333, II, do Código de Processo Civil.
3. Estabelecer a incidência da taxa SELIC em fase de liquidação de sentença, além de malferir a coisa julgada, acarreta o *bis in idem*, haja vista que essa taxa não pode ter sua aplicação cumulativa à correção monetária e aos juros de mora de 1%, ao mês, fixados pelo título executivo judicial.
4. Na hipótese dos autos, a sentença exeqüenda determinou a aplicação dos juros moratórios de 1% ao mês a partir da citação.
5. Apelação dos embargados a que se dá parcial provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento à apelação dos embargados, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2005.34.00.021307-6/DF
Processo na Origem: 200534000213076

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
APELANTE	: MAGAZINE LUZES LTDA
ADVOGADO	: CONSUELO RODRIGUEZ GOMEZ ALVES
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EXCLUSÃO DO REFIS. OMISSÃO INEXISTENTE. PRETENDIDA REVISÃO DO JULGADO.
1. O Tribunal, ao dirimir a controvérsia, não está obrigado a manifestar-se sobre todas as alegações suscitadas pelas partes, se o fundamento que suporta o acórdão é suficiente a decidir o litígio.
2. Para a oposição de embargos declaratórios com a finalidade de prequestionar matéria de direito, a fim de viabilizar a interposição dos recursos excepcionais, é mister que a parte demonstre inequivocamente a existência na decisão embargada de um dos vícios de que cuida a legislação de regência (CPC, art. 535, incisos I e II).
3. A via adequada para a revisão do julgado é o recurso próprio e não os embargos ora opostos.
4. Embargos rejeitados.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, à unanimidade, rejeitar os embargos de declaração.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007.

Desembargador Federal LEOMAR AMORIM
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº. 2005.34.00.027707-9/DF
Processo na Origem: 200534000277079

RELATOR (A)	: CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	HOSPITAL E MATERNIDADE MODELO TAMANDARE S/A
ADVOGADO	FRANCINE TAVELLA CUNHA COSTA E OUTROS (AS)
APELADO	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	JOSE LUIZ GOMES ROLO
EMBARGANTE	: UNIAO (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
EMBARGADO	: V. ACÓRDÃO DE FLS. 482/485

EMENTA

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REFIS. EXCLUSÃO DO PAES. INTIMAÇÃO VIA INTERNET. IMPOSSIBILIDADE. OFENSA AOS ARTS. 5º, INCISO LV, DA CONSTITUIÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. REDISCUSSAO DE MATERIA JULGADA.
I. Uma vez que todas as questões suscitadas foram devidamente apreciadas, inexistindo no acórdão obscuridade, omissão ou contradição, impõe-se a sua rejeição.
II. Eventual reforma do *decisum* deverá ser buscada pela via recursal própria.
III. Mesmo nas hipóteses de pré-questionamento, os embargos devem obedecer aos ditames do art. 535 do C.P.C.
IV. Embargos rejeitados.

ACÓRDÃO

Decide a Turma rejeitar os embargos de declaração, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007 (data do julgamento)

Dês. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2005.34.00.028050-5/DF
Processo na Origem: 200534000280505

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
APELANTE	: MOLAS ESPIRAIS MATHIAS LTDA
ADVOGADO	: ANTONIO SERGIO DA SILVEIRA E OUTROS(AS)
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EXCLUSÃO DO REFIS. OMISSÃO INEXISTENTE.
1. O Tribunal não está obrigado a pronunciar-se sobre todas as questões argüidas pelas partes, se a fundamentação que suporta o acórdão é suficiente a dirimir a causa.
2. Embargos rejeitados.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, à unanimidade, rejeitar os embargos de declaração.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007.

Desembargador Federal LEOMAR AMORIM
Relator

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2005.34.00.037506-0/DF
Processo na Origem: 200534000375060

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	: COMERCIAL UB LTDA
ADVOGADO	: MAURO ROCA PERROGON E OUTROS(AS)
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA

TRIBUTÁRIO. REFIS. EXCLUSÃO DO REFIS. INTIMAÇÃO VIA INTERNET. IMPOSSIBILIDADE. OFENSA AOS ARTS. 5º, INCISO LV, DA CONSTITUIÇÃO.
I. O impetrante não foi notificado pessoalmente da decisão que o excluiu do REFIS, portanto, não há de se falar em decurso do prazo de 120 (cento e vinte) dias para a impetração do Mandado de Segurança (q. v. *verbi gratia*: Apelação em Mandado de Segurança n. 2002.34.00.019034-5-DF, TRF1, DJ de 20/02/2004). Por oportuno, e com fundamento no § 3º do artigo 515 do CPC, tratando-se de questão eminentemente de direito e que as provas já foram acostadas aos autos, passo à análise do pedido, até mesmo em face ao princípio da economia processual.
A jurisprudência desta Corte vem-se firmando no sentido de que a Lei n. 9.784/99 não é aplicável ao REFIS, uma vez que já existe legislação específica reguladora do processo quando se tratar de exclusão de pessoa jurídica do referido programa (q.v., *verbi gratia*, AG nº 2002.01.00.017695-4-MG, DJU de 08.11.2002; AG nº 2002.01.00.016766-0-DF, DJU de 30.05.2003; AMS nº 2002.34.00.009568-8-DF, DJU de 19.02.2003).
II. A jurisprudência vem-se firmando, ainda, no sentido de ser nula a intimação da pessoa jurídica por meio tão-só de ato publicado no DOU, a indicar apenas o número do processo administrativo, e divulgação na internet do nome do interessado e dos motivos de exclusão. Ofensa aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.
III. Apelação provida.

ACÓRDÃO

Decide a Turma, por unanimidade, dar provimento à apelação.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 13/02/2007 (data do julgamento).

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA N. 2005.35.00.006237-4/GO

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: CONSELHO REGIONAL DE QUIMICA - CRQ - 12A REGIAO
PROCURADOR	: NEREU GOMES CAMPOS
APELADO	: BISINOTO E DIAS LTDA
ADVOGADO	: MAX WILSON FERREIRA BARBOSA
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 9A VARA - GO

EMENTA

EMPRESA CUJA ATIVIDADE BÁSICA É A PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE RAÇÕES E PRODUTOS AGROPECUÁRIOS E VETERINÁRIOS. REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA E CONTRATAÇÃO DE RESPONSÁVEL QUÍMICO. INEXIGIBILIDADE.
1. O art. 1º, da Lei 6.839/80, estabelece que a inscrição far-se-á pela atividade básica desenvolvida pela empresa.

2. A impetrante tem como atividade essencial fabricação de rações, comércio de produtos agropecuários e veterinários, areia, brita, tijolo, telha e madeiras em geral, o que conduz à inexigibilidade de registro junto ao Conselho Regional de Química, uma vez que não exerce funções inerentes à química, bem assim à desnecessidade de contratação de responsável técnico da área de química.
3. Apelação e remessa oficial a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação e à remessa oficial, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

REMESSA EX OFFICIO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2005.35.00.012255-8/GO
Processo na Origem: 200535000122558

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
IMPETRANTE	: ROSIMAR DE SOUZA
ADVOGADO	: CLAUDIA CRISTINA NATAL SILVA
IMPETRADO	: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO GOIAS
PROCURADOR	: ALERTE MARTINS DE JESUS
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 7A VARA - GO

EMENTA

REMESSA EX OFFICIO. ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. OAB. EXAME DE ORDEM. ANULAÇÃO DE QUESTÕES PELO PODER JUDICIÁRIO. IMPOSSIBILIDADE.
1. *"Se não cabe ao Poder Judiciário substituir-se à Banca Examinadora do Exame da OAB, limitada a sua atuação, em casos que tais, à apreciação de eventual ilegalidade do procedimento administrativo do exame em referência, afigura-se incabível a apreciação do mérito dos critérios de correção das provas aplicadas no certame."* (q.v., *verbi gratia*, AMS º 2002.33.00.022325-9/BA, D.j. de 05/05/2006, Sétima Turma).
2. Remessa oficial provida.

ACÓRDÃO

Decide a Turma dar provimento à remessa oficial, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2005.35.00.020530-7/GO
Processo na Origem: 200535000205307

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
APELANTE	: FIEL VIGILANCIA LTDA
ADVOGADO	: DANIEL PUGA E OUTROS(AS)
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: PEDRO CAMARA RAPOSO LOPES
EMBARGANTE	: FIEL VIGILANCIA LTDA

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. COMPENSAÇÃO DE TRIBUTOS FEDERAIS COM TÍTULOS DA ELETROBRÁS. OMISSÃO NÃO CARACTERIZADA. PRETENDIDA REVISÃO DO JULGADO.
1. O Tribunal, ao dirimir a controvérsia, não está obrigado a manifestar-se sobre todas as alegações suscitadas pelas partes, se o fundamento que suporta o acórdão é suficiente a decidir o litígio.
2. Para a oposição de embargos declaratórios com a finalidade de prequestionar matéria de direito, a fim de viabilizar a interposição dos recursos excepcionais, é mister que a parte demonstre inequivocamente a existência na decisão embargada de um dos vícios de que cuida a legislação de regência (CPC, art. 535, incisos I e II).
3. A via adequada para a revisão do julgado é o recurso próprio e não os embargos ora opostos.
4. Embargos de declaração rejeitados.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, à unanimidade, rejeitar os embargos de declaração.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007.

Desembargador Federal LEOMAR AMORIM
Relator

REMESSA EX OFFICIO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2005.37.00.005443-6/MA
Processo na Origem: 200537000054436

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
IMPETRANTE	: SOLANGE DE ARAUJO MELO
ADVOGADO	: EMILENE GONCALVES OLIVEIRA
IMPETRADO	: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA DO MARANHAO
PROCURADOR	: FABIO ELIAS MEDEIROS MOUCHREK
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 6A VARA - MA

EMENTA

ADMINISTRATIVO. CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA. EXAME DE SUFICIÊNCIA. RESOLUÇÃO Nº 691/2001.
I - O inciso XIII do artigo 5° da Constituição consagra a liberdade do exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, desde que atendidas as qualificações que a lei estabelecer.
II - Tratando-se de uma limitação ao pleno exercício de um direito constitucionalmente assegurado, a exigência de aprovação em exame fornecido pelo conselho profissional para a obtenção do registro perante o órgão regulamentador da profissão, somente pode ocorrer em virtude de lei, haja vista o princípio da legalidade nos termos do art. 5°, II, da Constituição.
III - A Lei nº 5.517/68 dispõe sobre o exercício da profissão de médico-veterinário, todavia não há qualquer dispositivo que determine a aprovação em exame nacional para os formados no curso de medicina-veterinária como condição para o registro perante o Conselho da profissão.
IV - Remessa oficial não provida.

ACÓRDÃO

Decide a Turma negar provimento à remessa oficial, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2005.38.00.000442-3/MG
Processo na Origem: 199839000097538

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: PEDRO CAMARA RAPOSO LOPES
APELADO	: TRANSVERSAL TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO	: ANDRE LUIZ MARTINS FREITAS
REMETENTE	: JUÍZO FEDERAL DA 13ª VARA/MG

EMENTA

TRIBUTÁRIO. COFINS. PIS/PASEP. ISENÇÃO. TRANSPORTE INTERNACIONAL DE CARGAS.
1. O transporte de cargas destinadas à exportação mesmo quando realizado internamente, entre o estabelecimento do industrial exportador e a zona alfandegada (Portos, Aeroportos e etc), caracteriza o transporte internacional de cargas, como definido no art. 14, V, § 1º, da MP nº 1.858-6/99 (atual MP nº 2.158-35/2000).
2. Se o objetivo da norma é tornar o produto nacional mais competitivo no mercado internacional, exigir das empresas exportadoras que se localizam no interior do País o recolhimento da COFINS e do PIS/PASEP sobre o custo do transporte interno da mercadoria a ser exportada, não encontra suporte legal se o pagamento do transporte internacional é isento.
4. Apelação e remessa a que se negam provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Turma negar provimento à Apelação e à remessa oficial, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 27/02/2007 (data do julgamento)

Juiz Federal OSMANE ANTONIO DOS SANTOS
Relator Convocado

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA N. 2005.38.00.006034-6/MG

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: METALCLIP LTDA
ADVOGADO	: HUGO DO CARMO RIBEIRO E OUTRO(A)
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 14A VARA - MG

EMENTA

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. INTEMPESTIVIDADE. BAIXA DA INSCRIÇÃO NO CNPJ. EXIGÊNCIA DE REGULARIZAÇÃO DOS DÉBITOS JUNTO À RECEITA FEDERAL. ILEGALIDADE.
1. Considerando que a União tem prazo em dobro para recorrer, conforme disposto no art. 10, da Lei 9.469/97, c/c art. 188, do CPC, e que o *dies a quo* do prazo começa a fluir da data da intimação pessoal da procuradoria da sentença *a quo*, a apelação é intempestiva.
2. A exigência de regularização dos débitos junto à Receita Federal como condicionante para efetuar a baixa da inscrição da empresa no CNPJ é ilegal, uma vez que a Administração possui meios adequados para a cobrança do que supõe ser lhe devido.
3. Apelação da Fazenda Nacional não conhecida e Remessa Oficial improvida.
4. Remessa Oficial a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, não conhecer da apelação da Fazenda Nacional e negar provimento à remessa oficial, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 13 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria Do Carmo Cardoso
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL N. 2005.38.00.008186-0/MG

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: JOSE ADAUTO DE OLIVEIRA GODIN
ADVOGADO	: HAMILTON DE FIGUEIREDO SILVA

EMENTA

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. IMPOSTO DE RENDA. PRESCRIÇÃO. LC 118/2005. CONTRIBUIÇÕES DESTINADAS A ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. NATUREZA DE ACRÉSCIMO PATRIMONIAL. POSSIBILIDADE DE INCIDÊNCIA. VEDAÇÃO DA BITRIBUTAÇÃO. LEGISLAÇÃO PERTINENTE. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA.
1. Nos casos em que o lançamento do tributo se processar por homologação tácita, nos termos do art. 150, § 4º, do Código Tributário Nacional, a contagem do prazo prescricional de que trata o art. 168, I, do CTN, somente começa a fluir após o decurso de cinco anos do pagamento antecipado do tributo, ocasião em que se dá a efetiva extinção do crédito tributário vinculado a condição resolutiva. No caso do imposto de renda, o lançamento do crédito tributário se dá não pela retenção do tributo na fonte, mas pela entrega da declaração anual por parte do contribuinte.
2. Quando a aposentadoria do segurado, ou o resgate em cota única, ocorrer na vigência da Lei 9.205/95, o termo *a quo* da prescrição começará a fluir da data de sua aposentadoria, pois é a partir desse momento que ocorrem os descontos relativos ao imposto de renda. Por outro lado, quando a aposentadoria ocorrer na vigência da Lei 7.713/88, o termo inicial a ser considerado é a partir da vigência da Lei 9.250/95, quando houve a mudança na sistemática de desconto do imposto de renda.
3. Independentemente da natureza da Lei Complementar 118/2005, se interpretativa ou não, ela não pode retroagir em atenção ao princípio da segurança jurídica, evitando-se, dessa forma, a denominada *surpresa fiscal*.
4. É pacífico o entendimento da Primeira Seção do STJ, no sentido de afastar a tributação pelo IRPF até o limite do imposto recolhido sobre as contribuições por ele custeadas no período em que vigorou a Lei 7.713/88, tendo em vista que a complementação de aposentadoria paga pelas entidades de previdência privada é constituída, em parte, pelas contribuições efetuadas pelo beneficiário (EREsp 621.348-DF, Rel. Min.Teori Albino Zavascki).
5. Quanto à aplicação da correção monetária, o critério de cálculo deve ser aquele contido no *Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal* - Resolução 242, de 03/07/01, nos casos de repetição de indébito, como na espécie.
6. Remessa oficial e apelação da União a que se dá parcial provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento à apelação da União e à remessa oficial, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

RECURSO ESPECIAL - APELAÇÃO CÍVEL N. 2005.38.00.010526-3/MG

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS TRABALHADORES NA INDUSTRIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS - SINDIELETRO/MG
ADVOGADO	: FREDERICO GARCIA GUIMARAES E OUTROS(AS)
APELADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: AMAURI DE SOUZA

EMENTA

PROCESSUAL. PRESCRIÇÃO. CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. LEI 8.212/91. GRATIFICAÇÃO NATALINA. FORMA DE CÁLCULO DA INCIDÊNCIA. DECRETO 612/92. LEI 8.620/93.
1. Independentemente da natureza da Lei Complementar 118/2005, se interpretativa ou não, esta não pode retroagir em atenção ao princípio da segurança jurídica.
2. Assentado pelo STF que as contribuições sociais têm natureza tributária, deve ser aplicado o prazo prescricional estabelecido pelo CTN.
3. Sujeitando-se, também, as contribuições previdenciárias ao lançamento por homologação, foi pacificada pelo Superior Tribunal de Justiça a regra segundo a qual o direito de restituição extingue-se com o decurso do prazo de cinco anos, contados a partir da homologação, expressa ou tácita, do lançamento. Não ocorrida a homologação expressa do lançamento, a tácita se concretiza após cinco anos contados do fato gerador.
4. Uma vez que o Decreto 612/92 não se cingiu aos limites da lei que regulamentou, padece de ilegalidade a disposição que contemplou o cálculo em separado da contribuição incidente sobre o 13º salário.

5. Ainda que o art. 7º, § 2º, da Lei 8.620/93, permita dupla interpretação, em decorrência da deficiente técnica legislativa utilizada, a intenção do legislador foi estabelecer que, tanto as alíquotas estabelecidas no art. 20 quanto no art. 22, da Lei 8.212/91, deveriam ser aplicadas sobre o valor bruto da gratificação natalina, separadamente da incidência sobre o salário, ou seja, ambas as alíquotas, do empregado e do empregador, devem ser aplicadas sobre o salário e sobre o 13º salário, em separado.
6. A Lei 8.620/93 conferiu *status* legal à aplicação em separado da contribuição previdenciária sobre o 13º salário, o que torna devida a restituição pleiteada apenas em relação aos valores recolhidos indevidamente na vigência do Decreto 612/92, a qual, contudo, não foi objeto do pedido.
7. Apelação do autor a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação do autor, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL N. 2005.38.00.011466-3/MG

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS TRABALHADORES NA INDUSTRIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS-SINDIELETRO-MG
ADVOGADO	: FLAVIO CARDOSO ROESBERG MENDES E OUTROS(AS)
APELADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: MARIA DA PIEDADE DE FATIMA CASTRO

EMENTA

PROCESSUAL. PRESCRIÇÃO. CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. LEI 8.212/91. GRATIFICAÇÃO NATALINA. FORMA DE CÁLCULO DA INCIDÊNCIA. DECRETO 612/92. LEI 8.620/93.
1. Independentemente da natureza da Lei Complementar 118/2005, se interpretativa ou não, esta não pode retroagir em atenção ao princípio da segurança jurídica.
2. Assentado pelo STF que as contribuições sociais têm natureza tributária, deve ser aplicado o prazo prescricional estabelecido pelo CTN.
3. Sujeitando-se, também, as contribuições previdenciárias ao lançamento por homologação, foi pacificada pelo Superior Tribunal de Justiça a regra segundo a qual o direito de restituição extingue-se com o decurso do prazo de cinco anos, contados a partir da homologação, expressa ou tácita, do lançamento. Não ocorrida a homologação expressa do lançamento, a tácita se concretiza após cinco anos contados do fato gerador.
4. Uma vez que o Decreto 612/92 não se cingiu aos limites da lei que regulamentou, padece de ilegalidade a disposição que contemplou o cálculo em separado da contribuição incidente sobre o 13º salário.
5. Ainda que o art. 7º, § 2º, da Lei 8.620/93, permita dupla interpretação, em decorrência da deficiente técnica legislativa utilizada, a intenção do legislador foi estabelecer que tanto as alíquotas estabelecidas no art. 20 quanto no art. 22, da Lei 8.212/91, deveriam ser aplicadas sobre o valor bruto da gratificação natalina, separadamente da incidência sobre o salário, ou seja, ambas as alíquotas, do empregado e do empregador, devem ser aplicadas sobre o salário e sobre o 13º salário, em separado.
6. A Lei 8.620/93 conferiu *status* legal à aplicação em separado da contribuição previdenciária sobre o 13º salário, o que torna devida a restituição pleiteada apenas em relação aos valores recolhidos indevidamente na vigência do Decreto 612/92, a qual, contudo, foi alcançada pela prescrição.
7. Apelação a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação do Sindicato-autor, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 6 de março de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 2005.38.00.017093-9/MG
Processo na Origem: 200538000170939

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
APELANTE	: JOGEPE AUTOPECAS LTDA
ADVOGADO	: SABRINA TORRES LAGE PEIXOTO DE MELO E OUTROS(AS)
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: PEDRO CAMARA RAPOSO LOPES
EMBARGANTE	: JOGEPE AUTOPECAS LTDA

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PIS. OMISSÃO NÃO CARACTERIZADA. PRETENDIDA REVISÃO DO JULGADO.
1. O Tribunal, ao dirimir a controvérsia, não está obrigado a manifestar-se sobre todas as alegações suscitadas pelas partes, se o fundamento que suporta o acórdão é suficiente a decidir o litígio.
2. A via adequada para a revisão do julgado é o recurso próprio e não os embargos ora opostos.
3. Embargos de declaração rejeitados.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, à unanimidade, rejeitar os embargos de declaração.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007.

Desembargador Federal LEOMAR AMORIM
Relator

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA N. 2005.38.00.020734-1/MG

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: HOSPITAL SAO BENTO CARDIOCLINICA S/A
ADVOGADO	: MUCIO RICARDO CALEIRO ACERBI

EMENTA

TRIBUTÁRIO. PRESCRIÇÃO. PIS - COFINS. BASE DE CÁLCULO. FATURAMENTO. LEI 10.637/02. COMPATIBILIDADE COM O TEXTO ANTERIOR AO ADVENTO DA EC 20/98. LEI 9.718/98 - ART. 3º § 1º. INCONSTITUCIONALIDADE DECLARADA PELO STF. ART. 354 DO RITRF - 1ª REGIÃO. MAJORAÇÃO ALÍQUOTA. CONSTITUCIONALIDADE. COMPENSAÇÃO. POSSIBILIDADE.
1. Tratando-se de tributos sujeitos a lançamento por homologação, o Superior Tribunal de Justiça assentou que o prazo prescricional da ação de repetição de indébito, como regra geral, ocorrerá após o transcurso do prazo de cinco anos, contados da ocorrência do fato gerador (prazo decadencial), acrescido de mais cinco anos, contados da homologação tácita.
2. A Lei 9.718/98 trouxe, no art. 3º, *caput* e § 1º, e art. 8º, respectivamente, a modificação do conceito de faturamento e a majoração da sua alíquota, conferidos anteriormente pela LC 70/91.
3. O Supremo Tribunal Federal, ao concluir o julgamento dos Recursos Extraordinários 357.950/RS, 358.273/RS, 346.084/PR e 390.840/MG (Informativo 408 STF), declarou a inconstitucionalidade do referido § 1º do art. 3º da Lei 9.718/98, que, dando novo conceito ao termo *faturamento* ampliou indevidamente a base de cálculo para a exação, abrangendo a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, pouco importando o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil porventura adotada para as receitas.
4. Embora a Corte Especial deste TRF, em julgamento da Argüição de Inconstitucionalidade suscitada nos autos da AMS 1999.01.00.096053-2/MG, DJ de 24/09/01, tenha concluído, por maioria, por declarar a constitucionalidade dos arts. 2º, 3º, *caput*, e § 1º, e art. 8º, caput, da Lei 9.718/98, há de se aplicar o disposto no art. 354 do RITRF da 1ª Região, tão-somente em relação ao art. 8º, que considerou constitucional a majoração da alíquota da COFINS de 2% para 3%, haja vista a inocorrência de apreciação definitiva da matéria pelo STF.
5. Em relação ao PIS, o afastamento do art. 3º, *caput* e § 1º, da Lei 9.718/98, não implica a imediata aplicação da Lei Complementar 07/70 e da Lei 9.715/98. Deve ser observado, nesse aspecto, o art. 1º, *caput* e § 1º, da Lei 10.637/02, não atingido pelo fundamento de inconstitucionalidade utilizado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento dos REs 357.950/RS, 358.273/RS, 346.084/PR e 390.840/MG, que apreciou a compatibilidade da equiparação do conceito de faturamento ao de receita bruta com o texto Constitucional anterior ao advento da EC 20/98.
6. Está autorizada a compensação de créditos decorrentes do recolhimento indevido a título de COFINS, com qualquer tributo arrecadado e administrado pela Secretaria da Receita Federal, ainda que o destino das arrecadações seja outro.
7. Apelação a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2005.38.00.020770-8/MG
Processo na Origem: 200538000207708

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
APELANTE	: FIBRA AUTOMOVEIS LTDA
ADVOGADO	: ALEX DOS SANTOS RIBAS E OUTRO(A)
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: OS MESMOS
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 10A VARA - MG

E M E N T A

TRIBUTÁRIO. CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL CIVIL. PIS E COFINS. LEI 9.718/98. RECEITA BRUTA. FATURAMENTO. INCONSTITUCIONALIDADE. COMPENSAÇÃO. LC 104/2001. ART. 170-A DO CTN. ATUALIZAÇÃO.
1. O Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento de que contribuições para o custeio da seguridade social podem ser instituídas por lei ordinária quando inseridas nas hipóteses do art. 195, inciso I, da Constituição Federal. Lei complementar somente é exigível na hipótese do § 4º do artigo 195 da Constituição Federal, ou seja, no caso de instituição de novas fontes para o custeio da seguridade social (RE n. 146733).
2. Apesar de a Corte Especial deste Tribunal, em julgamento da argüição de inconstitucionalidade suscitada nos autos da AMS 1999.01.00.096053-2/MG, ter concluído, por maioria, pela declaração de constitucionalidade dos arts. 2º, 3º, *caput* e § 1º, e art. 8º, *caput*, da Lei 9.718/98, deve ser aplicado o disposto no parágrafo único do art. 354 do RITRF da 1ª Região em razão da posterior declaração da inconstitucionalidade, pelo STF, tão-somente do parágrafo 1º do art. 3º da Lei 9.718/98.
3. Prevalece, portanto, a fim de determinação da base de cálculo da COFINS, o art. 2º da Lei Complementar 70/91, que considera faturamento somente a receita bruta das vendas de mercadorias, de mercadorias e serviços e de serviços de qualquer natureza. Precedentes deste Tribunal.
4. Apelação da autora parcialmente provida.
5. Apelação da Fazenda Nacional improvida.
6. Remessa oficial parcialmente provida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, por unanimidade, dar parcial provimento à apelação da parte autora, negar provimento à apelação da Fazenda Nacional e dar parcial provimento à remessa oficial.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007.

Desembargador Federal LEOMAR AMORIM
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - APELAÇÃO CÍVEL N. 2005.38.00.020932-8/MG

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: JOAO FRANCISCO DE SOUZA E OUTROS(AS)
ADVOGADO	: CRISTIANE LEROY RIBEIRO
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 13A VARA - MG

EMENTA

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. PARCELAS INDENIZATÓRIAS. FÉRIAS NÃO GOZADAS. LICENÇA-PRÊMIO CONVERTIDA EM PECÚNIA. APIP. IMPOSSIBILIDADE DE INCIDÊNCIA.
1. Nos termos do § 3º, art. 475, do CPC, na redação dada pela Lei 10.352/2001, não se aplica o duplo grau de jurisdição necessário no caso em que a sentença estiver fundada em súmula do Tribunal Superior competente (STJ).
2. O imposto de renda somente pode incidir em proventos que configurem aumento de riqueza ou aumento patrimonial, estando isentas as parcelas indenizatórias tais como as ausências permitidas ao trabalho (APIP) não utilizadas, ou as férias e as licenças-prêmio não gozadas, ainda que a Lei 7.713/88 restrinja com impropriedade ímpar essas hipóteses, as quais se subsumem a inteligência das Súmulas 125 e 136, do Superior Tribunal de Justiça.
3. Diante da evolução da legislação reguladora da compensação tributária, restou autorizada a compensação de créditos decorrentes do recolhimento indevido a título de imposto de renda, com qualquer tributo arrecadado e administrado pela Secretaria da Receita Federal, ainda que o destino das arrecadações seja outro.
1. Apelação da União a que se dá parcial provimento.
4. Remessa oficial não conhecida.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento à apelação da União e não conhecer da remessa oficial, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 16 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria Do Carmo Cardoso
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - REMESSA EX OFFICIO N. 2005.38.00.021340-3/MG

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
AUTOR	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
REU	: GERALDO GONCALVES DE JESUS E OUTROS(AS)
ADVOGADO	: ABELARDO FLORES E OUTROS(AS)
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 19A VARA - MG

EMENTA

TRIBUTÁRIO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. REMESSA OFICIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. DEDUÇÃO DE VALORES RESTITUÍDOS NA DECLARAÇÃO DE AJUSTE. IMPOSSIBILIDADE.
1. Se o embargado não entregou a declaração de ajuste anual ao Fisco, não houve a compensação dos valores indevidamente retidos a título de imposto de renda, razão pela qual não há como ocorrer a dedução.
2. Remessa oficial a que se nega provimento.

ACÓRDÃO
Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à remessa oficial, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 6 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2005.38.00.023127-1/MG
Processo na Origem: 200538000231271

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
APELANTE	: SA QUARTZITE LTDA - ME E OUTRO(A)
ADVOGADO	: LARISSA MORAES BERTOLI
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: PEDRO CAMARA RAPOSO LOPES
EMBARGANTE	: SA QUARTZITE LTDA - ME E OUTRO(A)

E M E N T A
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. IPI. CRÉDITO-PRÊMIO. OMISSÃO INEXISTENTE.
1. O Tribunal não está obrigado a pronunciar-se sobre todas as questões argüidas pelas partes, se a fundamentação que suporta o acórdão é suficiente a dirimir a causa.
2. Embargos rejeitados.
A C Ó R D Ã O
Decide a Turma, à unanimidade, rejeitar os embargos de declaração.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007.

Desembargador Federal LEOMAR AMORIM
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2005.38.00.023616-4/MG
Processo na Origem: 200538000236164

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: JOSE LOQUE ALVES GARCIA E OUTROS(AS)
ADVOGADO	: JULIANA MARIA RIBEIRO FRANCA E OUTRO(A)

EMENTA
TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. LICENÇA PRÊMIO. ISENÇÃO. SÚMULA Nº 136/STJ. PRESCRIÇÃO DECENAL. INTERESSE DE AGIR.
I - O Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de que a prescrição aplicável à espécie é decenal.
II - Comprovados nos autos os documentos necessários para o deslinde da ação, afasta-se a alegação de falta de interesse de agir dos autores.
III - A conversão em pecúnia do direito à licença-prêmio e férias possui caráter indenizatório, isto é, não é produto de trabalho e nem representa acréscimo patrimonial. Cuida-se de medida reparatória, destinada a compensar o servidor pelo trabalho desempenhado sem a contemporânea fruição do benefício assegurado por lei.
IV - Os valores a serem repetidos, a partir de 01.01.1996, devem ser corrigidos exclusivamente pela Taxa SELIC (artigo 39, § 4º, da Lei nº 9.250/1995), afastada a aplicação de quaisquer índices de correção monetária ou juros de mora autônomos, por representar a cumulação de juros reais e fator de atualização da moeda já considerados nos cálculos fixadores daquela taxa.
V - Apelação da Fazenda Nacional parcialmente provida e remessa oficial não conhecida.
ACÓRDÃO
Decide a Turma dar provimento parcial à apelação da Fazenda Nacional e não conhecer da remessa oficial, à unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007 (data do julgamento).

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2005.38.00.026177-8/MG
Processo na Origem: 200538000261778

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
APELANTE	: ARIOSTOM GOMES FERREIRA E OUTROS(AS)
ADVOGADO	: EDEWYLTON WAGNER SOARES E OUTROS(AS)
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO

E M E N T A
TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. PRESCRIÇÃO. IMPOSTO DE RENDA SOBRE A COMPLEMENTAÇÃO DA APOSENTADORIA. INCIDÊNCIA. LEI 9.250/95. DEDUÇÃO DA BASE DE CÁLCULO. RESTITUIÇÃO. ATUALIZAÇÃO.
1. Segundo entendimento desta Corte e do STJ, o prazo prescricional para a repetição do valor indevidamente recolhido, a título de imposto de renda retido na fonte, obedece à mesma sistemática adotada para os tributos sujeitos a lançamento por homologação, cabendo à Fazenda Nacional a prova de que houve homologação expressa do tributo.
2. Os valores das contribuições vertidas ao fundo previdenciário no período de vigência da Lei 7.713/88, de 1º de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1995, cujo ônus tenha sido da pessoa física não devem compor a base de cálculo do imposto de renda sobre aposentadoria complementar, porque já tributadas segundo a sistemática de recolhimento do IRPF à época.
3. Apelação parcialmente provida.
A C Ó R D Ã O
Decide a Turma, por unanimidade, dar parcial provimento à apelação.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/02/2007.

Desembargador Federal LEOMAR AMORIM
Relator

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2005.38.00.034268-8/MG
Processo na Origem: 200538000342688

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: BAZAR TURCO LTDA
ADVOGADO	: HUGO DO CARMO RIBEIRO E OUTROS(AS)
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 11ª VARA - MG

EMENTA
TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL. BAIXA NO CNPJ. EXIGÊNCIA DE REGULARIZAÇÃO DOS DÉBITOS JUNTO À RECEITA FEDERAL. ILEGALIDADE. PRELIMINARES REJEITADAS.
I. Rejeitada a preliminar de ausência de direito líquido e certo, uma vez que se confunde com o mérito da demanda.
II. Rejeitada também a preliminar de nulidade da r. sentença, eis que a mesa ateve-se aos pedidos formulados na petição inicial.
III. Conforme entendimento pacificado pela jurisprudência, é ilegal o ato de condicionar a baixa da inscrição da empresa no CNPJ à regularização dos débitos junto à Receita Federal.
IV. Apelação e remessa oficial não providas.
ACÓRDÃO
Decide a Turma rejeitar as preliminares e negar provimento à apelação e à remessa oficial, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2005.38.00.039835-4/MG
Processo na Origem: 200538000398354

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: JULIO MARCONI GONTIJO ALBERTO E OUTROS(AS)
ADVOGADO	: GERALDO MARCOS LEITE DE ALMEIDA

EMENTA
EMBARGOS À EXECUÇÃO. IMPOSTO DE RENDA. COMPENSAÇÃO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. RESTITUIÇÃO VIA COMPENSAÇÃO E VIA PRECATÓRIO. OFENSA À COISA JULGADA. INOCORRENTE.
I - Reconhecido judicialmente o indébito - objeto principal na ação de conhecimento - nada obsta que, em sede de execução, os autores optem por outro procedimento de extinção do crédito tributário, que não aquele reconhecido no título judicial transitado em julgado (compensação), sem que, para tanto, ocorra ofensa à coisa julgada (q.v., *verbi gratia*, AC 2001.38.00.026222-2/MG; publicado em 09/06/2006).
II - Apelação não provida.
ACÓRDÃO
Decide a Turma negar provimento à apelação, à unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007 (data do julgamento).

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA N. 2005.38.00.041223-5/MG

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA DE MINAS GERAIS - CRMV/MG
ADVOGADO	: BERNARDO CORGOSINHO ALVES DE MEIRA E OUTRO(A)
APELADO	: JUSIELLE DE CASSIA FERREIRA OLIVEIRA
ADVOGADO	: CARLOS LUCIO RIBEIRO DANGELIS
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 11A VARA - MG

EMENTA
CONSELHO DE MEDICINA VETERINÁRIA. INSCRIÇÃO. EXIGÊNCIA DO EXAME NACIONAL DE CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL. RESOLUÇÃO 691/01. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE.
1. A Lei 5.517/68, que criou os Conselhos de Medicina Veterinária e definiu as atribuições de seus membros, não exige aprovação no Exame Nacional de Certificação Profissional como requisito para inscrição nos referidos Conselhos.
2. Apresenta-se ilegal a Resolução que ultrapassa os limites do poder regulamentar.
3. Apelação e remessa oficial a que se nega provimento.
ACÓRDÃO
Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação e à remessa oficial, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2005.38.01.001229-8/MG
Processo na Origem: 200538010012298

RELATOR(A)	: CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	SERFOR ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO	RODRIGO AUGUSTO MONACO ALCANTARA E OUTROS(AS)
APELANTE	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	PEDRO CAMARA RAPOSO LOPES
APELADO	OS MESMOS
REMETENTE	JUIZO FEDERAL DA 2ª VARA DA SUBSECAO JUDICIARIA DE JUIZ DE FORA - MG
EMBARGANTE	: UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR	PEDRO CAMARA RAPOSO LOPES
EMBARGADO	: V. ACÓRDÃO DE FLS. 199/203

EMENTA
TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. COFINS. SOCIEDADE CIVIL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSÃO REGULAMENTADA. LEI COMPLEMENTAR Nº 70/91. LEI Nº 9.430/96. SÚMULA Nº 276 DO STJ. HIERARQUIA DAS NORMAS. RESERVA DE PLENÁRIO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE NO ACÓRDÃO. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA JULGADA.
I. Uma vez que as demais questões suscitadas foram devidamente apreciadas, inexistindo no acórdão obscuridade, omissão ou contradição, impõe-se a sua rejeição.
II. Eventual reforma do *decisum* deverá ser buscada pela via recursal própria.
III. Embargos rejeitados.
ACÓRDÃO
Decide a Turma rejeitar os embargos de declaração, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 27/02/2007 (data do julgamento)

Dês. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2005.38.01.002697-8/MG
Processo na Origem: 200538010026978

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	: INSTITUTO DO CORACAO DE JUIZ DE FORA LTDA
ADVOGADO	: KATARINA BARBARA A DO NASCIMENTO
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL
EMBARGADO	: V. ACORDÃO DE FLS. 74/77

EMENTA
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. TRIBUTÁRIO. COFINS. SOCIEDADE CIVIL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSÃO REGULAMENTADA. LEI COMPLEMENTAR Nº 70/91. LEI Nº 9.430/96. SÚMULA Nº 276 DO STJ. RESP. 382.736. ARTS. 59, 69, 97, 146, 150, §6º, 195, INC. I, "b" e §4º DA CONSTITUIÇÃO. PRÉ-QUESTIONAMENTO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO.
I. Uma vez que todas as questões suscitadas foram devidamente apreciadas, inexistindo no acórdão obscuridade, omissão ou contradição, impõe-se a sua rejeição.
II. Eventual reforma do *decisum* deverá ser buscada pela via recursal própria.
III. Mesmo nas hipóteses de pré-questionamento, os embargos devem obedecer aos ditames do art. 535 do C.P.C.
IV. Embargos rejeitados.
ACÓRDÃO
Decide a Turma rejeitar os Embargos de Declaração, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2005.38.01.002731-1/MG
Processo na Origem: 200538010027311

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
APELANTE	: INDUSTRIAS FLORIDA LTDA
ADVOGADO	: RODRIGO AUGUSTO MONACO ALCANTARA E OUTROS(AS)
APELADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ALAOR NAVARRO DE MORAES JUNIOR

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. PREVIDENCIÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PARA O INCRA. LEGITIMIDADE PASSIVA DO INSS E DO INCRA. LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO. ANULAÇÃO DA SENTENÇA.
1. Nas ações em que se discute a legalidade da cobrança da contribuição ao INCRA, o pólo passivo da demanda deve ser necessariamente preenchido tanto pela autarquia destinatária final da exação quanto pelo INSS, a quem cabe efetuar o lançamento, a arrecadação e a fiscalização da contribuição.
2. Tratando-se de litisconsórcio passivo necessário, deve o feito retornar ao juízo de origem para que o INCRA seja devidamente citado, restando anulados todos os atos decisórios proferidos nos autos.
3. Sentença anulada de ofício. Remessa dos autos à origem.
4. Apelação prejudicada.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, à unanimidade, anular de ofício a sentença e julgar prejudicada a apelação.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 16/02/2007.

Desembargador Federal LEOMAR AMORIM
Relator

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA N. 2005.38.03.000346-8/MG

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: DABLOA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - ME
ADVOGADO	: PIERRE LAU FERREIRA ALMEIDA E OUTRO(A)
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 3A VARA DA SUBSECAO JUDICIARIA DE UBERLANDIA - MG

EMENTA

TRIBUTÁRIO.BAIXA DA INSCRIÇÃO NO CNPJ. EXIGÊNCIA DE REGULARIZAÇÃO DOS DÉBITOS JUNTO À RECEITA FEDERAL. ILEGALIDADE.
1. A exigência de regularização dos débitos junto à Receita Federal, como condicionante para efetuar a baixa da inscrição da empresa no CNPJ, é ilegal, dado que a administração possui meios adequados para a cobrança do que lhe supõe devido.
2. Apelação da Fazenda Nacional e remessa oficial a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação da Fazenda Nacional e à remessa oficial, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2005.39.00.000698-8/PA
Processo na Origem: 200539000006988

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	: CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DOS ESTADOS DO PARA E AMAPA-CRF/PA/AP
PROCURADOR	: JOSE MARIA TUMA HABER
APELADO	: A M C AGUILERA
ADVOGADO	: ANDRE LUIZ SALGADO PINTO E OUTROS(AS)
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 2ª VARA - PA

EMENTA

MANDADO DE SEGURANÇA. ANUIDADES DO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARÁ E AMAPÁ - NATUREZA TRIBUTÁRIA DA CONTRIBUIÇÃO - IMPOSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO POR SIMPLES RESOLUÇÃO - PRECEDENTES DA CORTE ESPECIAL DESTE TRIBUNAL.
I. A jurisprudência da Corte pacificou-se no sentido de que a contribuição social devida aos conselhos regionais de fiscalização profissional tem natureza tributária, não podendo seu valor ser fixado por simples Resolução em face do princípio da reserva legal, inserto no art. 150, I, da Constituição (q.v., *verbi gratia*, AGSS 2003.01.00.008930-0/AM, Corte Especial, DJ de 27 /01 /2004, p.05).
II. Apelação e remessa oficial não providas.

ACÓRDÃO

Decide a Turma negar provimento à apelação e à remessa oficial, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2006 (data do julgamento).

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.003553-6/GO
Processo na Origem: 200235000082050

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	: ELDORADO COM E REP EQUIP MEDICOS E ODONTOLOGICOS LTDA
AGRAVADO	: IVO NOGUEIRA RUFINO
ADVOGADO	: ODILIA LEMES DE AVILA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - SÓCIO - REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL - SÓCIO-GERENTE - ARTIGO 135, III DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL.
I - Para que seja caracterizada a responsabilidade pessoal do sócio, gerente ou administrador, deve a Fazenda comprovar que o sócio, contra quem pretende seja redirecionada a execução fiscal, exercia, ao tempo da constituição do crédito tributário, o cargo de gerência ou de administrador da pessoa jurídica.
II - Deve embasar ainda tal direcionamento na comprovação do elemento subjetivo, posto que a responsabilidade do sócio não é objetiva.
III - A apresentação de exceção de pré-executividade constitui forma de defesa processual, para a qual é necessária a contratação de advogado, daí a pertinência da condenação da Fazenda em honorários de sucumbência.
IV - Agravo não provido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma negar provimento ao agravo de instrumento, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 13/03/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.007393-7/PA
Processo na Origem: 9200017053

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: JOAQUIM MOREIRA ROCHA
AGRAVADO	: M P FERREIRA E CIA LTDA
AGRAVADO	: SANTOS ALMEIDA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - SÓCIO - REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL - SÓCIO-GERENTE - ARTIGO 135, III DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL.
I - Para que seja caracterizada a responsabilidade pessoal do sócio, gerente ou administrador, deve o INSS comprovar que o sócio, contra quem pretende seja redirecionada a execução fiscal, exercia, ao tempo da constituição do crédito tributário, o cargo de gerência ou de administrador da pessoa jurídica.
II - Deve embasar ainda tal direcionamento na comprovação do elemento subjetivo, posto que a responsabilidade do sócio não é objetiva.
III - Agravo não provido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma negar provimento ao agravo de instrumento, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 13/03/2007 (data do julgamento).

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.009001-1/MG
Processo na Origem: 9500244314

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
AGRAVANTE	: PAVEL DA MATTA MACHADO BERSAN
ADVOGADO	: EZEQUIEL DE MELO CAMPOS FILHO E OUTROS(AS)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. ARTIGO 620 DO CPC. BLOQUEIO DE ATIVOS FINANCEIROS. BACENJUD.SÓCIO.REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO.
I - Para que haja responsabilidade pessoal do sócio, gerente ou administrador, deve a Fazenda comprovar que o sócio, contra quem pretende seja redirecionada a execução fiscal, exercia, ao tempo da constituição do crédito tributário, o cargo de gerência ou de administrador da pessoa jurídica.
Por outro lado, para o pretendido redirecionamento da execução contra os sócios, deve restar comprovado o elemento subjetivo, uma vez que a responsabilidade do sócio não é objetiva. Deve estar comprovado que o sócio agiu com excesso de mandato ou infringiu a lei, o contrato social ou o estatuto, ou ainda, que tenha ocorrido a dissolução irregular da sociedade.
A execução deve ser realizada de forma menos gravosa à parte executada, nos termos do artigo 620 do Código de Processo Civil. Verifica-se que a medida pleiteada só pode ser deferida quando foram realizados todos os esforços na busca de outros bens passíveis de penhora.
II - Agravo de instrumento provido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma dar provimento ao agravo de instrumento, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 13/03/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.012817-3/MG
Processo na Origem: 200338000091583

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
AGRAVANTE	: RODOVIARIO RAMOS LTDA
ADVOGADO	: RAQUEL ELITA ALVES PRETO VILLA REAL E OUTROS(AS)
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: EDUARDO MIGUEL LEAO SETTE
EMBARGANTE	: RODOVIARIO RAMOS LTDA

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. CRIAÇÃO DE VARA FEDERAL. PROVIMENTO DA CORREGEDORIA-GERAL. REDISTRIBUIÇÃO. PRINCÍPIOS DO JUIZ NATURAL, DA LEGALIDADE, DA INDELEGABILIDADE DA JURISDIÇÃO E DA PERPETUATIO JURISDICIONIS. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO. OMISSÃO NÃO CARACTERIZADA. PRETENDIDA REVISÃO DO JULGADO.
1. O Tribunal, ao dirimir a controvérsia, não está obrigado a manifestar-se sobre todas as alegações suscitadas pelas partes, se o fundamento que suporta o acórdão é suficiente a decidir o litígio.
2. Para a oposição de embargos declaratórios com a finalidade de prequestionar matéria de direito, a fim de viabilizar a interposição dos recursos excepcionais, é mister que a parte demonstre inequivocamente a existência na decisão embargada de um dos vícios de que cuida a legislação de regência (CPC, art. 535, incisos I e II).
3. A via adequada para a revisão do julgado é o recurso próprio e não os embargos ora opostos.
4. Embargos de declaração rejeitados.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, à unanimidade, rejeitar os embargos de declaração.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007.

Desembargador Federal LEOMAR AMORIM
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.013337-0/RO
Processo na Origem: 200341000024455

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	: MAXIMUS COMPUTADORES INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. ARTIGO 620 DO CPC. BLOQUEIO DE ATIVOS FINANCEIROS. BACENJUD.
I - A execução deve ser realizada de forma menos gravosa à parte executada, nos termos do artigo 620 do Código de Processo Civil. Verifica-se que a medida pleiteada só pode ser deferida quando forem realizados todos os esforços na busca de outros bens passíveis de penhora.
II - Agravo de instrumento não provido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma negar provimento ao agravo de instrumento, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.015433-0/MG
Processo na Origem: 199838030040054

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: SILANDIA CANEDO MAGALHAES MENDONCA
AGRAVADO	: CENTRO DE ESTUDOS DE SUPLENCIA DE UBERLANDIA LTDA E OUTROS(AS)
ADVOGADO	: CARLOS ALBERTO MIRO DA SILVA

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL - SÓCIO - REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL - SÓCIO-GERENTE - ARTIGO 135, III DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL.
I - Para que seja caracterizada a responsabilidade pessoal do sócio, gerente ou administrador, deve o INSS comprovar que o sócio, contra quem pretende seja redirecionada a execução fiscal, exercia, ao tempo da constituição do crédito tributário, o cargo de gerência ou de administrador da pessoa jurídica.
II - Deve embasar ainda tal direcionamento na comprovação do elemento subjetivo, posto que a responsabilidade do sócio não é objetiva.
III - Agravo não provido.
ACÓRDÃO
Decide a Turma negar provimento ao agravo de instrumento, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 13/03/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.017464-3/MG
Processo na Origem: 21040238540

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
AGRAVANTE	: LYDNEY SEBASTIAO BELEM JARDIM
ADVOGADO	: ANA PATRICIA LAFETA DE OLIVEIRA
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: FABIO MUNHOZ

EMENTA
EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. RESPONSABILIDADE DO SÓCIO PELOS DÉBITOS EM EXECUÇÃO FISCAL. NÃO OCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO.
I. A exceção de pré-executividade é uma construção jurisprudencial, uma vez que não está prevista em lei e apenas é admitida nos casos em que o Juiz possa, de ofício, conhecer a matéria alegada, desde que haja prova inequívoca da nulidade da execução, sem necessidade de dilação probatória.
II. A prescrição é matéria que, em princípio, pode ser examinada em exceção de pré-executividade, porque é causa extintiva do direito da Fazenda Pública, caso não demande mais que superficial exame. Esse o entendimento do STJ (q. v. *verbi gratia*: REsp n. 388.000/RS). Pelos documentos juntados aos autos, não se verifica a ocorrência da prescrição, ressaltando que se trata de cobrança de crédito previdenciário, declarado mediante Confissão de Dívida Fiscal, com lançamento efetuado em 16/4/1997 e execução iniciada em 26/11/2004.
III. A responsabilidade solidária só pode ser verificada se presentes os requisitos no artigo 135, III, do Código Tributário Nacional. Assim, para que haja responsabilidade pessoal do sócio, gerente ou administrador, deve o INSS comprovar que o sócio, contra quem pretende seja redirecionada a execução fiscal, exercia, ao tempo da constituição do crédito tributário, o cargo de gerência ou de administrador da pessoa jurídica.
IV. Agravo de instrumento parcialmente provido.
ACÓRDÃO
Decide a Turma dar parcial provimento ao agravo de instrumento, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 13/03/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.019635-4/BA
Processo na Origem: 200633000056178

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
AGRAVANTE	: PEVAL S/A
ADVOGADO	: MARCELO BITTENCOURT AMARAL E OUTROS(AS)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AG.REGIMENTAL	: FAZENDA NACIONAL

E M E N T A
TRIBUTÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. EXPEDIÇÃO DE CND. CRÉDITO COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA. POSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL. SENTENÇA PROFERIDA. RECURSO PREJUDICADO.
1. O agravo regimental interposto em face de decisão que deu provimento ao recurso de agravo de instrumento perde seu objeto se, após sua oposição, foi proferida sentença que denegou a segurança no processo originário.
2. Agravo regimental prejudicado.
A C Ó R D Ã O
Decide a Turma, por unanimidade, julgar prejudicado o agravo regimental.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007.

Desembargador Federal LEOMAR AMORIM
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2006.01.00.020508-6/DF
Processo na Origem: 200534000131846

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
AGRAVANTE	: COMERCIAL ATACADISTA UNIAO LTDA
ADVOGADO	: ANTONIO SAGRILO E OUTRO(A)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
EMBARGANTE	: COMERCIAL ATACADISTA UNIÃO LTDA

E M E N T A
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PENHORA. OMISSÃO INEXISTENTE. PRETENDIDA REVISÃO DO JULGADO.
1. O Tribunal, ao dirimir a controvérsia, não está obrigado a manifestar-se sobre todas as alegações suscitadas pelas partes, se o fundamento que suporta o acórdão é suficiente a decidir o litígio.
2. Para a oposição de embargos declaratórios com a finalidade de prequestionar matéria de direito, a fim de viabilizar a interposição dos recursos excepcionais, é mister que a parte demonstre inequivocamente a existência na decisão embargada de um dos vícios de que cuida a legislação de regência (CPC, art. 535, incisos I e II).
3. A via adequada para a revisão do julgado é o recurso próprio e não os embargos ora opostos.
4. Embargos rejeitados.
A C Ó R D Ã O
Decide a Turma, à unanimidade, rejeitar os embargos de declaração.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007.

Desembargador Federal LEOMAR AMORIM
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2006.01.00.020849-6/DF
Processo na Origem: 200534000032523

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
AGRAVANTE	: MOLD MOTORES LTDA
ADVOGADO	: ANDERSON JASKI SANTOS E OUTRO(A)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
EMBARGANTE	: MOLD MOTORES LTDA

E M E N T A
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REFIS. OMISSÃO INEXISTENTE.
1. O Tribunal não está obrigado a pronunciar-se sobre todas as questões argüidas pelas partes, se a fundamentação que suporta o acórdão é suficiente a dirimir a causa.
2. Embargos rejeitados.
A C Ó R D Ã O
Decide a Turma, à unanimidade, rejeitar os embargos de declaração.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02.03.2007.

Desembargador Federal LEOMAR AMORIM
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.025690-8/DF
Processo na Origem: 9400003536

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	: YONG RUBICAM COMUNICACOES S/C LTDA
ADVOGADO	: PEDRO AUGUSTO DE FREITAS GORDILHO E OUTROS(AS)

EMENTA
CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL.EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE LEVANTAMENTO. ARTIGO 19 DA LEI N. 11.033/2004. INCONSTITUCIONALIDADE RECONHECIDA PELO STF. ADIN N. 3453/DF.
I - O Supremo Tribunal Federal julgou procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 3453, declarando a inconstitucionalidade do artigo 19 da Lei n. 11033/2004.
II - Agravo de instrumento não provido.
ACÓRDÃO
Decide a Turma negar provimento ao agravo de instrumento, à unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007 (data do julgamento).

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.026460-7/MG
Processo na Origem: 200538030022410

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
AGRAVANTE	: TEM TEM FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA COMERCIO E IMPORTACAO LTDA
ADVOGADO	: CATIA MARA BORGES
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. ARTIGO 620 DO CPC. PEDRAS PRECIOSAS.
I - A execução deve ser realizada de forma menos gravosa à parte executada, nos termos do artigo 620 do Código de Processo Civil. Todavia, as pedras preciosas oferecidas pelo ora agravante são de difícil alienação e podem ser recusadas como garantia da execução.
II - Todavia, o exeqüente recusou os bens oferecidos à penhora pelo executado, portanto, cabe ao exeqüente indicar onde se encontram os bens do devedor para serem penhorados (q. v. *verbi gratia*: AG n. 92.01.26256-6/PA).
III - Agravo de instrumento não provido.
ACÓRDÃO
Decide a Turma negar provimento ao agravo de instrumento, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.026665-9/BA
Processo na Origem: 200433000231801

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	: MILTON DE ALBUQUERQUE MELLO

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. ARTIGO 620 DO CPC. BLOQUEIO DE ATIVOS FINANCEIROS. BACENJUD.
I - A execução deve ser realizada de forma menos gravosa à parte executada, nos termos do artigo 620 do Código de Processo Civil. Verifica-se que a medida pleiteada só pode ser deferida quando forem realizados todos os esforços na busca de outros bens passíveis de penhora.
II - Agravo de instrumento não provido.Agravo regimental prejudicado.
ACÓRDÃO
Decide a Turma negar provimento ao agravo de instrumento e julgar prejudicado o agravo regimental, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

AGRAVO REGIMENTAL NO
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.028070-4/BA
Processo na Origem: 199933000086410

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	: MAX MERCADO DE ALIMENTOS LTDA E OUTROS(AS)
ADVOGADO	: RUBEM FERREIRA GOMES
AG. REGIMENTAL	: FAZENDA NACIONAL

E M E N T A
AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO. ART. 620 DO CPC. BLOQUEIO DE ATIVOS POR MEIO DO BACENJUD. IMPOSSIBILIDADE. NÃO-COMPROVAÇÃO DE DILIGÊNCIAS NECESSÁRIAS À LOCALIZAÇÃO DE BENS PASSÍVEIS DE PENHORA.
1. A execução deve realizar-se pelo modo menos gravoso à parte executada (CPC, art. 620). O bloqueio de importância em dinheiro, por meio do sistema BACENJUD, é medida extrema e somente deve ser deferida após a demonstração pela parte requerente da realização de todas as diligências possíveis no sentido de encontrar bens do devedor passíveis de garantir a execução fiscal ajuizada. Precedentes deste Tribunal.
2. Não demonstrados os esforços do exeqüente em diligenciar a localização de outros bens passíveis de penhora, a fim de garantir a dívida exeqüenda, correta a decisão recorrida que indeferiu o pedido de bloqueio de dinheiro.
3. Agravo regimental improvido.
A C Ó R D Ã O
Decide a Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007.

Desembargador Federal LEOMAR AMORIM
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2006.01.00.028072-1/BA

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	: VALMIR MANFREDI

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. EXECUÇÃO FISCAL. BLOQUEIO DE ATIVOS VIA SISTEMA BACEN JUD. ART. 557, DO CPC. APLICABILIDADE. NÃO-COMPROVAÇÃO DE DILIGÊNCIAS NECESSÁRIAS À LOCALIZAÇÃO DE BENS PASSÍVEIS DE PENHORA. IMPOSSIBILIDADE.

1. Nos termos do art. 557, do CPC, poderá o Relator negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior.

2. A execução deve realizar-se pelo modo menos gravoso à parte executada (CPC, art. 620). O bloqueio de importância em dinheiro, via sistema BACEN JUD, é medida extrema e somente deve ser deferida após a demonstração pela parte requerente da realização de todas as diligências possíveis no sentido de encontrar bens do devedor passíveis de garantir a execução fiscal ajuizada.

3. Não demonstrados os esforços da exeqüente em diligenciar a localização de outros bens passíveis de penhora, a fim de garantir a dívida exeqüenda, correta a decisão recorrida que indeferiu o pedido de bloqueio de dinheiro.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da relatora.

Brasília/DF, 16 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2006.01.00.028326-8/BA

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	: LINHA CIRURGICA COM REP DE PROD MEDICO HOSPITALAR LTDA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. EXECUÇÃO FISCAL. BLOQUEIO DE ATIVOS VIA SISTEMA BACEN JUD. ART. 557, DO CPC. APLICABILIDADE. NÃO-COMPROVAÇÃO DE DILIGÊNCIAS NECESSÁRIAS À LOCALIZAÇÃO DE BENS PASSÍVEIS DE PENHORA. IMPOSSIBILIDADE.

1. Nos termos do art. 557, do CPC, poderá o Relator negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior.

2. A execução deve realizar-se pelo modo menos gravoso à parte executada (CPC, art. 620). O bloqueio de importância em dinheiro, via sistema BACEN JUD, é medida extrema e somente deve ser deferida após a demonstração pela parte requerente da realização de todas as diligências possíveis no sentido de encontrar bens do devedor passíveis de garantir a execução fiscal ajuizada.

3. Não demonstrados os esforços da exeqüente em diligenciar a localização de outros bens passíveis de penhora, a fim de garantir a dívida exeqüenda, correta a decisão recorrida que indeferiu o pedido de bloqueio de dinheiro.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Relatora.

Brasília/DF, 16 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.029178-6/MG
Processo na Origem: 200438010073421

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
AGRAVANTE	: RUBEM DARIO CARDOSO VALE
ADVOGADO	: NICOLE WEITMANN E OUTROS(AS)
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: GISELLE FILGUEIRAS CORREA

EMENTA

EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE.

I. A exceção de pré-executividade é uma construção jurisprudencial, uma vez que não está prevista em lei e apenas é admitida nos casos em que o Juiz possa, de ofício, conhecer a matéria alegada, desde que haja prova inequívoca da nulidade da execução, sem necessidade de dilação probatória.

II. Agravo de instrumento não provido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma negar provimento ao agravo de instrumento, por unanimidade.

8ª Turma do TRF da 1ª Região - 13/03/2007 (data do julgamento).

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

AGRAVO REGIMENTAL NO
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.029462-7/BA
Processo na Origem: 200033000034164

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	: J M EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS LTDA
AGRAVADO	: JOSE CARLOS GUIMARAES SOARES
AG. REGIMENTAL	: FAZENDA NACIONAL

E M E N T A

AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO. ART. 620 DO CPC. BLOQUEIO DE ATIVOS POR MEIO DO BACENJUD. IMPOSSIBILIDADE. NÃO-COMPROVAÇÃO DE DILIGÊNCIAS NECESSÁRIAS À LOCALIZAÇÃO DE BENS PASSÍVEIS DE PENHORA.

1. A execução deve realizar-se pelo modo menos gravoso à parte executada (CPC, art. 620). O bloqueio de importância em dinheiro, por meio do sistema BACENJUD, é medida extrema e somente deve ser deferida após a demonstração pela parte requerente da realização de todas as diligências possíveis no sentido de encontrar bens do devedor passíveis de garantir a execução fiscal ajuizada. Precedentes deste Tribunal.

2. Não demonstrados os esforços do exeqüente em diligenciar a localização de outros bens passíveis de penhora, a fim de garantir a dívida exeqüenda, correta a decisão recorrida que indeferiu o pedido de bloqueio de dinheiro.

3. Agravo regimental improvido.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental.

8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007.

Desembargador Federal LEOMAR AMORIM
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.030320-8/BA
Processo na Origem: 200333000280581

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
AGRAVANTE	: CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO MARTINS
ADVOGADO	: EDUARDO ANTAR RIBEIRO
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA

EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. RESPONSABILIDADE DO SÓCIO PELOS DÉBITOS EM EXECUÇÃO FISCAL.

I. A exceção de pré-executividade é uma construção jurisprudencial, uma vez que não está prevista em lei e apenas é admitida nos casos em que o Juiz possa, de ofício, conhecer a matéria alegada, desde que haja prova inequívoca da nulidade da execução, sem necessidade de dilação probatória.

II. A responsabilidade solidária só pode ser verificada se presentes os requisitos no artigo 135, III, do Código Tributário Nacional. Assim, para que haja responsabilidade pessoal do sócio, gerente ou administrador, deve a Fazenda comprovar que o sócio, contra quem pretende seja redirecionada a execução fiscal, exercia, ao tempo da constituição do crédito tributário, o cargo de gerência ou de administrador da pessoa jurídica.

III. Agravo de instrumento provido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma dar provimento ao agravo de instrumento, por unanimidade.

8ª Turma do TRF da 1ª Região - 13/03/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.031195-2/BA
Processo na Origem: 200033000029525

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	: FC LL ARTIGOS DO VESTUARIO LTDA
AGRAVADO	: FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA LEITE

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. ARTIGO 620 DO CPC. BLOQUEIO DE ATIVOS FINANCEIROS. BACENJUD.

I - A execução deve ser realizada de forma menos gravosa à parte executada, nos termos do artigo 620 do Código de Processo Civil. Verifica-se que a medida pleiteada só pode ser deferida quando forem realizados todos os esforços na busca de outros bens passíveis de penhora.

II - Agravo de instrumento não provido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma negar provimento ao agravo de instrumento, por unanimidade.

8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

AGRAVO REGIMENTAL NO
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.031786-4/BA
Processo na Origem: 199833000164661

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	: CEREALISTA TIO GARCIA LTDA
ADVOGADO	: PATRICIA SABACK PACHECO STARTARI DE OLIVEIRA E OUTROS(AS)
AG. REGIMENTAL	: FAZENDA NACIONAL

E M E N T A

AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO. ART. 620 DO CPC. BLOQUEIO DE ATIVOS POR MEIO DO BACENJUD. IMPOSSIBILIDADE. NÃO-COMPROVAÇÃO DE DILIGÊNCIAS NECESSÁRIAS À LOCALIZAÇÃO DE BENS PASSÍVEIS DE PENHORA.

1. A execução deve realizar-se pelo modo menos gravoso à parte executada (CPC, art. 620). O bloqueio de importância em dinheiro, por meio do sistema BACENJUD, é medida extrema e somente deve ser deferida após a demonstração pela parte requerente da realização de todas as diligências possíveis no sentido de encontrar bens do devedor passíveis de garantir a execução fiscal ajuizada. Precedentes deste Tribunal.

2. Não demonstrados os esforços do exeqüente em diligenciar a localização de outros bens passíveis de penhora, a fim de garantir a dívida exeqüenda, correta a decisão recorrida que indeferiu o pedido de bloqueio de dinheiro.

3. Agravo regimental improvido.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental.

8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007.

Desembargador Federal LEOMAR AMORIM
Relator

AGRAVO REGIMENTAL NO
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.031788-1/BA
Processo na Origem: 199833000200260

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	: FRIOSUL COMERCIO E REPRESENTACOES
AGRAVADO	: TELMIR GASPAR LUNARDI
AG. REGIMENTAL	: FAZENDA NACIONAL

E M E N T A

AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO. ART. 620 DO CPC. BLOQUEIO DE ATIVOS POR MEIO DO BACENJUD. IMPOSSIBILIDADE. NÃO-COMPROVAÇÃO DE DILIGÊNCIAS NECESSÁRIAS À LOCALIZAÇÃO DE BENS PASSÍVEIS DE PENHORA.

1. A execução deve realizar-se pelo modo menos gravoso à parte executada (CPC, art. 620). O bloqueio de importância em dinheiro, por meio do sistema BACENJUD, é medida extrema e somente deve ser deferida após a demonstração pela parte requerente da realização de todas as diligências possíveis no sentido de encontrar bens do devedor passíveis de garantir a execução fiscal ajuizada. Precedentes deste Tribunal.

2. Não demonstrados os esforços do exeqüente em diligenciar a localização de outros bens passíveis de penhora, a fim de garantir a dívida exeqüenda, correta a decisão recorrida que indeferiu o pedido de bloqueio de dinheiro.

3. Agravo regimental improvido.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental.

8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007.

Desembargador Federal LEOMAR AMORIM
Relator

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2006.01.00.031883-5/BA

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	: MARCIA CRISTINA ALVES DE SOUZA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. EXECUÇÃO FISCAL. BLOQUEIO DE ATIVOS VIA SISTEMA BACENJUD. ART. 557, DO CPC. APLICABILIDADE. NÃO COMPROVAÇÃO DE DILIGÊNCIAS NECESSÁRIAS À LOCALIZAÇÃO DE BENS PASSÍVEIS DE PENHORA. IMPOSSIBILIDADE.

1. Nos termos do art. 557, do CPC, poderá o Relator negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.

2. A execução deve realizar-se pelo modo menos gravoso à parte executada (CPC, art. 620). O bloqueio de importância em dinheiro, via sistema BACEN JUD, é medida extrema e somente deve ser deferida após a demonstração pela parte requerente da realização de todas as diligências possíveis no sentido de encontrar bens do devedor passíveis de garantir a execução fiscal ajuizada.
3. Não demonstrados os esforços da exeqüente em diligenciar a localização de outros bens passíveis de penhora, a fim de garantir a dívida exeqüenda, correta a decisão recorrida que indeferiu o pedido de bloqueio de dinheiro.
4. Agravo regimental a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

AGRAVO REGIMENTAL NO
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.031894-1/BA
Processo na Origem: 200133000149393

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	: VRC REPRESENTACOES E INDUSTRIA LTDA
Ag. REGIMENTAL	: FAZENDA NACIONAL

E M E N T A

AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO. ART. 620 DO CPC. BLOQUEIO DE ATIVOS POR MEIO DO BACENJUD. IMPOSSIBILIDADE. NÃO-COMPROVAÇÃO DE DILIGÊNCIAS NECESSÁRIAS À LOCALIZAÇÃO DE BENS PASSÍVEIS DE PENHORA.
1. A execução deve realizar-se pelo modo menos gravoso à parte executada (CPC, art. 620). O bloqueio de importância em dinheiro, por meio do sistema BACENJUD, é medida extrema e somente deve ser deferida após a demonstração pela parte requerente da realização de todas as diligências possíveis no sentido de encontrar bens do devedor passíveis de garantir a execução fiscal ajuizada. Precedentes deste Tribunal.
2. Não demonstrados os esforços do exeqüente em diligenciar a localização de outros bens passíveis de penhora, a fim de garantir a dívida exeqüenda, correta a decisão recorrida que indeferiu o pedido de bloqueio de dinheiro.
3. Agravo regimental improvido.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007.

Desembargador Federal LEOMAR AMORIM
Relator

AGRAVO REGIMENTALNO
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.031895-5/BA
Processo na Origem: 200433000293163

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	: JACY MARIA MACEDO MASSARENTI
AG. REGIMENTAL	: FAZENDA NACIONAL

E M E N T A

AGRVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO. ART. 620 DO CPC. BLOQUEIO DE ATIVOS POR MEIO DO BACENJUD. IMPOSSIBILIDADE. NÃO-COMPROVAÇÃO DE DILIGÊNCIAS NECESSÁRIAS À LOCALIZAÇÃO DE BENS PASSÍVEIS DE PENHORA.
1. A execução deve realizar-se pelo modo menos gravoso à parte executada (CPC, art. 620). O bloqueio de importância em dinheiro, por meio do sistema BACENJUD, é medida extrema e somente deve ser deferida após a demonstração pela parte requerente da realização de todas as diligências possíveis no sentido de encontrar bens do devedor passíveis de garantir a execução fiscal ajuizada. Precedentes deste Tribunal.
2. Não demonstrados os esforços do exeqüente em diligenciar a localização de outros bens passíveis de penhora, a fim de garantir a dívida exeqüenda, correta a decisão recorrida que indeferiu o pedido de bloqueio de dinheiro.
3. Agravo regimental improvido.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007.

Desembargador Federal LEOMAR AMORIM
Relator

AGRAVO REGIMENTAL NO
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.031904-9/BA
Processo na Origem: 200233000012573

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	: ESFERA CONSTRUTORA LTDA
AGRAVADO	: LUIZ BRAZ
Ag. REGIMENTAL	: FAZENDA NACIONAL

E M E N T A

AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO. ART. 620 DO CPC. BLOQUEIO DE ATIVOS POR MEIO DO BACENJUD. IMPOSSIBILIDADE. NÃO-COMPROVAÇÃO DE DILIGÊNCIAS NECESSÁRIAS À LOCALIZAÇÃO DE BENS PASSÍVEIS DE PENHORA.
1. A execução deve realizar-se pelo modo menos gravoso à parte executada (CPC, art. 620). O bloqueio de importância em dinheiro, por meio do sistema BACENJUD, é medida extrema e somente deve ser deferida após a demonstração pela parte requerente da realização de todas as diligências possíveis no sentido de encontrar bens do devedor passíveis de garantir a execução fiscal ajuizada. Precedentes deste Tribunal.
2. Não demonstrados os esforços do exeqüente em diligenciar a localização de outros bens passíveis de penhora, a fim de garantir a dívida exeqüenda, correta a decisão recorrida que indeferiu o pedido de bloqueio de dinheiro.
3. Agravo regimental improvido.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007.

Desembargador Federal LEOMAR AMORIM
Relator

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2006.01.00.032110-3/BA

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	: HEVERTON MANUTENCAO E DISTRIBUICAO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA E OUTRO(A)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. EXECUÇÃO FISCAL. BLOQUEIO DE ATIVOS VIA BACEN JUD. ART. 557, DO CPC. APLICABILIDADE. NÃO COMPROVAÇÃO DE DILIGÊNCIAS NECESSÁRIAS À LOCALIZAÇÃO DE BENS PASSÍVEIS DE PENHORA. IMPOSSIBILIDADE.
1. Nos termos do art. 557, do CPC, poderá o Relator negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.
2. A execução deve realizar-se pelo modo menos gravoso à parte executada (CPC, art. 620). O bloqueio de importância em dinheiro, via sistema BACEN JUD, é medida extrema e somente deve ser deferida após a demonstração pela parte requerente da realização de todas as diligências possíveis no sentido de encontrar bens do devedor passíveis de garantir a execução fiscal ajuizada.
3. Não demonstrados os esforços da exeqüente em diligenciar a localização de outros bens passíveis de penhora, a fim de garantir a dívida exeqüenda, correta a decisão recorrida que indeferiu o pedido de bloqueio de dinheiro.
4. Agravo regimental a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da relatora.
Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2006.01.00.032212-2/DF
Processo na Origem: 200534000101888

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
AGRAVANTE	: BRASILIA COMUNICACAO LTDA
ADVOGADO	: PAULO ROBERTO MACHADO CUNHA E OUTROS(AS)
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ROGERIO SANTOS MUNIZ
EMBARGANTE	: BRASÍLIA COMUNICAÇÃO LTDA

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DEPÓSITO PRÉVIO. INCONSTITUCIONALIDADE. OMISSÃO INEXISTENTE.
1. O Tribunal não está obrigado a pronunciar-se sobre todas as questões argüidas pelas partes, se a fundamentação que suporta o acórdão é suficiente a dirimir a causa.
2. Embargos rejeitados.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, à unanimidade, rejeitar os embargos de declaração.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02.03.2007.

Desembargador Federal LEOMAR AMORIM
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2006.01.00.032885-3/GO
Processo na Origem: 9501003558

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: SUPERMERCADO O VERDAO LTDA
ADVOGADO	: ODAIR DE OLIVEIRA PIO
REMETENTE	: JUIZO DE DIREITO DA 2A VARA CIVEL DA COMARCA DE PORANGATU - GO

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. ARGÜIÇÃO EM CONTRA-RAZÕES. POSSIBILIDADE.
1. A jurisprudência admite a prescrição intercorrente na execução fiscal, desde que argüida pela parte interessada ou por curador especial, se a execução restar suspensa por mais de cinco anos, ao argumento de que a norma inserta no artigo 40 da Lei n. 6.830/80 (LEF) deve ser interpretada em harmonia com o artigo 174 do Código Tributário Nacional em ordem a evitar a imprescritibilidade da dívida fiscal.
2. Em homenagem ao princípio da economia processual, é possível a argüição de prescrição nas contra-razões da apelação.
3. Apelação improvida. Remessa oficial não conhecida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma, à unanimidade, negar provimento à apelação e não conhecer da remessa oficial.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 16/02/2007.

Desembargador Federal LEOMAR AMORIM
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.033329-3/DF
Processo na Origem: 200334000310127

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	: FRICOL COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
AGRAVADO	: ANTOIO JARDIM FILHO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. INCOMPETÊNCIA RELATIVA. CONHECIMENTO DE OFICIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 33 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.
I - "*A competência relativa não pode ser declarada de ofício.*" (Súmula nº 33 do STJ).
II - Agravo provido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma dar provimento ao agravo, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007 (data do julgamento).

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.033555-0/DF
Processo na Origem: 850000051418

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
AGRAVANTE	: SERVIX ENGENHARIA S/A
ADVOGADO	: LUIZ ANTONIO BETTIOL E OUTROS(AS)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO

RELATÓRIO

Cuida-se de agravo de instrumento interposto por SERVIX ENGENHARIA S/A contra decisão prolatada pela MMª. Juíza Federal Substituta da 2ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal que condicionou a expedição de alvará de levantamento de precatório à apresentação das certidões exigidas pela Lei nº 11.033/2004.
Em suas razões, sustenta a ilegalidade e a inconstitucionalidade da referida lei.
Deferido o efeito suspensivo aos fls. 34.
Pedido de reconsideração aos fls. 40/55.
É o relatório.

VOTO

Com efeito, o Supremo Tribunal Federal julgou procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3453, declarando a inconstitucionalidade do artigo 19 da Lei nº 11033/2004, nos seguintes termos, *verbis*:
"O Tribunal, por unanimidade, julgou procedente a ação direta de inconstitucionalidade, nos termos do voto da relatora." (Julgado em 30 de novembro de 2006)

Ademais, esta Turma já havia se manifestado sobre a exigência de apresentação de certidões negativas de débito, como condição para a expedição de Precatório, quando do julgamento do Agravo de Instrumento n. 2005.01.00.064783-0-DF, *verbis*:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE LEVANTAMENTO. ART. 19 DA LEI N. 11.033, DE 21.12.2004. EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE CERTIDÕES NEGATIVAS DE DÉBITO. OFENSA AO PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL.

1. A apresentação de certidões negativas de tributos, como pressuposto para recebimento de precatório, entremostra-se como exigência destituída de legitimidade constitucional por aparente ofensa ao princípio do devido processo legal, assim como dos postulados da razoabilidade e proporcionalidade.

2. O dever instituído - apresentação de certidão negativa de débito - tem como conseqüência lógica, imediata e incontornável a obrigação do contribuinte de pagar a imposição tributária, caso existente, sem ao menos poder discutir-lhe a legalidade.

3. Não há razoabilidade, nem racionalidade, nem proporcionalidade, nem necessidade material que justifique, após longo, penoso e demorado processo contra o Estado, venha ele, no momento em que é chamado pelo Judiciário a cumprir a sentença, a exigir, primeiro, que o cidadão pague seus tributos, para só então cumprir a decisão.

4. Agravo de instrumento provido." (AG 2005.01.00.064783-0/DF, Rel. Des. Fed. LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA, Julgado em 01/08/2006 DJ. de 25/08/2006 DJ p.215.)

Ante o exposto, dou provimento ao agravo de instrumento.

É como voto.

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.034103-3/MG
Processo na Origem: 200438030071155

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: MARIA CRISTINA BUFOLO CREMASCO
AGRAVADO	: CRISTIANE LOROTHECA BARTELMAN

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. ARTIGO 620 DO CPC. BLOQUEIO DE ATIVOS FINANCEIROS. BACENJUD.

I - A execução deve ser realizada de forma menos gravosa à parte executada, nos termos do artigo 620 do Código de Processo Civil. Verifica-se que a medida pleiteada só pode ser deferida quando forem realizados todos os esforços na busca de outros bens passíveis de penhora.

II - Agravo de instrumento não provido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma negar provimento ao agravo de instrumento, por unanimidade.

8ª Turma do TRF da 1ª Região - (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.034112-2/RO
Processo na Origem: 200541000058781

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
AGRAVANTE	: ALMEIDA E COSTA LTDA
ADVOGADO	: WALTER GUSTAVO SILVA LEMOS
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: HERBERT PEREIRA DA SILVA E OUTROS(AS)

EMENTA

EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. PRAZADO DECADENCIAL.

I. A exceção de pré-executividade é uma construção jurisprudencial, uma vez que não está prevista em lei e apenas é admitida nos casos em que o Juiz possa, de ofício, conhecer a matéria alegada, desde que haja prova inequívoca da nulidade da execução, sem necessidade de dilação probatória.

II. Independentemente do prazo prescricional a ser aplicado à espécie, o tempo para constituição do crédito previdenciário em comento, por força do art. 173, I do CTN, é de 5 anos, contados a partir do 1º dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

III. *In casu*, pelos documentos juntados aos autos, não se verifica a ocorrência da decadência, pois as contribuições previdenciárias executadas referentes às Certidões de Dívida Ativa nº 35.232.270-5 e 35.232.271-3, tiveram seus fatos geradores ocorridos, respectivamente, nos exercícios de 04/1995 a 12/1998 e 01/1999 a 01/2000.Dessa forma, o início do prazo decadencial para o INSS constituir o crédito tributário, consoante os termos do art. 173, I do CTN, deu-se em 1/1/1996 encerrando-se, em relação às contribuições vencidas no ano de 1995, somente em 1/1/2001. Assim, tendo sido apuradas e constituídas em 8/12/2000 (fls. 23 e 35), não há que falar-se, pois, em decadência.

IV. Agravo de instrumento não provido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma negar provimento ao agravo de instrumento, por unanimidade.

8ª Turma do TRF da 1ª Região - 13/03/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2006.01.00.034241-9/AM

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
AGRAVANTE	: AGUAS DO AMAZONAS S/A
ADVOGADO	: PATRICIA GUIMARAES HERNANDEZ E OUTROS(AS)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA

TRIBUTÁRIO. PIS - COFINS. LEI 10.637/02. LEI 10.833/03. APURAÇÃO. REGIME CONTÁBIL DE COMPETÊNCIA. VENDA DE SERVIÇOS. PRESUNÇÃO DE RECEITA INADIMPLÊNCIA. BASE DE CÁLCULO. RECEITA AUFERIDA. CONCEITO. NÃO INCLUSÃO DE VALORES NÃO RECEBIDOS.

1. Na interpretação de qualquer norma, deve-se atentar que os preceitos legais estão integrados em sistema de regras e princípios que não podem ser desprezados. Isso porque, a presunção de legalidade, que legitima a atividade administrativa, deve ser considerada à luz das normas positivas, dos princípios gerais do Direito, dos bens e valores juridicamente tutelados e das garantias fundamentais.

2. Os valores escriturados das vendas de serviços conforme regime contábil de competência apurados com base em presunção de receita, nos termos disciplinados na legislação que regulamenta o PIS e COFINS e que não ingressaram nos cofres do contribuinte por inadimplência, não configuram a hipótese legal, uma vez que não há receita auferida.

3. Agravo de instrumento a que se dá provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por maioria, dar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do voto da Relatora.

Brasília/DF, 16 de março de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - APELAÇÃO CÍVEL N. 2006.01.00.034510-2/MG

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMOVEIS DO ESTDO DE MINAS GERAIS - CRECI / 4A REGIAO
ADVOGADO	: PEDRO JOSE VILACA
APELADO	: CLAUDIA MARIA DE MAGALHAES

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. SUSPENSÃO DO FEITO, A PEDIDO, NOS TERMOS DO ART. 40, DA LEF. ARQUIVAMENTO. FALTA DE INTIMAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREJUIZO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. DECRETAÇÃO DE OFÍCIO. IMPOSSIBILIDADE. SENTENÇA ANTERIOR A NOVA REDAÇÃO AO § 5º, ART. 219, DO CPC. ENUNCIADO DA SÚMULA 26, DESTE TRIBUNAL.

1. Nos termos do § 2º, art. 475, do CPC, na redação dada pela Lei 10.352/2001, não se aplica o duplo grau de jurisdição necessário no caso cuja sentença, proferida a condenação ou direito controvertido, não exceda a 60 salários-mínimos.

2. Nas sessões de julgamento, desta Oitava Turma, firmou-se a orientação de que, quando a própria exeqüente requerer a suspensão do feito, nos termos do art. 40, da LEF, a sua intimação do ato que ordenar o arquivamento não é imprescindível, sendo que a sua ausência não acarreta prejuízo, pois, parte-se do princípio de que à Fazenda Pública, não é dado desconhecer a lei.

3. O art. 40, da Lei 6.830/80, deve ser interpretado em harmonia com o art. 174, do Código Tributário Nacional, sob pena de se admitir a imprescritibilidade da dívida fiscal.

4. Análise do mérito sob a ótica anterior a reforma processual, no sentido de que a prescrição, quando envolver direitos patrimoniais, só poderá ser decretada, pelo Juiz Federal Mark Yshida Brandão, se argüida pela parte a quem aproveita. Inteligência dos arts. 193, 194, do Código Civil, 128 e 219, § 5º, do Código de Processo Civil.

5. Não se aplica, ao presente caso, a nova redação conferida pela Lei 11.280/2006, ao § 5º, art. 219, do CPC, que possibilitou a decretação, de ofício, pelo Juiz, da prescrição, ainda que envolva direito patrimoniais, uma vez que a sentença recorrida foi publicada em data anterior a alteração processual.

6. Enunciado da Súmula 26, deste Tribunal, que consignou que a *lei regente do recurso é a que está em vigor na data da publicação da sentença ou decisão.*

7. Apelação do CRECI/4ª REGIÃO/MG a que se dá provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, dar provimento à apelação, nos termos do voto da Relatora.

Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.034946-0/BA
Processo na Origem: 200233000293420

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	: GRIBEL COMERCIAL DE ESTIVAS E BEBIDAS LTDA
AGRAVADO	: ALFREDO DA COSTA DORIA
AGRAVADO	: ERIVALDO LEMOS BARRETO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. ARTIGO 620 DO CPC. BLOQUEIO DE ATIVOS FINANCEIROS. BACENJUD.

I - A execução deve ser realizada de forma menos gravosa à parte executada, nos termos do artigo 620 do Código de Processo Civil. Verifica-se que a medida pleiteada só pode ser deferida quando foram realizados todos os esforços na busca de outros bens passíveis de penhora.

II - Agravo de instrumento não provido. Agravo regimental prejudicado.

ACÓRDÃO

Decide a Turma negar provimento ao agravo de instrumento e julgar prejudicado o agravo regimental, por unanimidade.

8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007 (data do julgamento).

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.036585-1/BA
Processo na Origem: 200533000083346

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	: CLINICA DE IMAGEM SALVADOR S/C LTDA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. ARTIGO 620 DO CPC. BLOQUEIO DE ATIVOS FINANCEIROS. BACENJUD.

I - A execução deve ser realizada de forma menos gravosa à parte executada, nos termos do artigo 620 do Código de Processo Civil. Verifica-se que a medida pleiteada só pode ser deferida quando foram realizados todos os esforços na busca de outros bens passíveis de penhora.

II - Agravo de instrumento não provido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma negar provimento ao agravo de instrumento, por unanimidade.

8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.036596-8/BA
Processo na Origem: 200433000267329

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	: EVERALDO SILVA SOUSA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. ARTIGO 620 DO CPC. BLOQUEIO DE ATIVOS FINANCEIROS. BACENJUD.

I - A execução deve ser realizada de forma menos gravosa à parte executada, nos termos do artigo 620 do Código de Processo Civil. Verifica-se que a medida pleiteada só pode ser deferida quando foram realizados todos os esforços na busca de outros bens passíveis de penhora.

II - Agravo de instrumento não provido. Agravo regimental prejudicado.

ACÓRDÃO

Decide a Turma negar provimento ao agravo de instrumento e julgar prejudicado o agravo regimental, por unanimidade.

8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.036999-6/MG
Processo na Origem: 200338010078581

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ALAOR NAVARRO DE MORAES JUNIO
AGRAVADO	: RICALI COMERCIO DE OTICA LTDA
ADVOGADO	: GILSON SALIM DAU
AGRAVADO	: P RODRIGUES COMERCIO DE OTICA LTDA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - SÓCIO - REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL - SÓCIO-GERENTE - ARTIGO 135, III DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL.

I - Para que seja caracterizada a responsabilidade pessoal do sócio, gerente ou administrador, deve o INSS comprovar que o sócio, contra quem pretende seja redirecionada a execução fiscal, exercia, ao tempo da constituição do crédito tributário, o cargo de gerência ou de administrador da pessoa jurídica.
II - Deve embasar ainda tal direcionamento na comprovação do elemento subjetivo, posto que a responsabilidade do sócio não é objetiva.
III - Agravo não provido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma negar provimento ao agravo de instrumento, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 13/03/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.037004-8/MG
Processo na Origem: 200338010077771

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: FLAVIO FERRAZ TORRES
AGRAVADO	: DAMATA IND E COM DE PROD ALIMENTICIOS LTDA E OUTRO(A)
ADVOGADO	: HUGO OTONI NEIVA FILHO E OUTROS(AS)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - SÓCIO - REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL - ARTIGO 135, III DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL.
I - Para que seja caracterizada a responsabilidade pessoal do sócio, gerente ou administrador, deve o INSS comprovar que o sócio, contra quem pretende seja redirecionada a execução fiscal, exercia, ao tempo da constituição do crédito tributário, o cargo de gerência ou de administrador da pessoa jurídica.
II - Deve embasar ainda tal direcionamento na comprovação do elemento subjetivo, posto que a responsabilidade do sócio não é objetiva.
III - Agravo não provido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma negar provimento ao agravo de instrumento, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 13/03/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.037418-2/MG
Processo na Origem: 400000031619

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	: COOPERATIVA DO CONSUMO DOS FUNCIONARIOS DA CVRD E VINC LTDA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - SÓCIO - REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL - SÓCIO-GERENTE - ARTIGO 135, III DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL.
I - Para que seja caracterizada a responsabilidade pessoal do sócio, gerente ou administrador, deve o INSS comprovar que o sócio, contra quem pretende seja redirecionada a execução fiscal, exercia, ao tempo da constituição do crédito tributário, o cargo de gerência ou de administrador da pessoa jurídica.
II - Deve embasar ainda tal direcionamento na comprovação do elemento subjetivo, posto que a responsabilidade do sócio não é objetiva.
III - Agravo não provido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma negar provimento ao agravo de instrumento, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 13/03/2006 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.037448-0/MG
Processo na Origem: 200338010018590

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: GISELLE FILGUEIRAS CORREA
AGRAVADO	: SCRIPT LANCHES LTDA
AGRAVADO	: LENIR KREISCHER CORREA
AGRAVADO	: ROSEMERE SILVERIO CORREA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - SÓCIO - REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL - ARTIGO 135, III DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL.
I - Para que seja caracterizada a responsabilidade pessoal do sócio, gerente ou administrador, deve o INSS comprovar que o sócio, contra quem pretende seja redirecionada a execução fiscal, exercia, ao tempo da constituição do crédito tributário, o cargo de gerência ou de administrador da pessoa jurídica.
II - Deve embasar ainda tal direcionamento na comprovação do elemento subjetivo, posto que a responsabilidade do sócio não é objetiva.
III - Agravo não provido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma negar provimento ao agravo de instrumento, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 13/03/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.037514-0/MG
Processo na Origem: 629020053282

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ALAOR NAVARRO DE MORAES JUNIOR
AGRAVADO	: PINGO DE MEL CONFECCOES LTDA
AGRAVADO	: DEUVER CASSIO ZAQUEU

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. ARTIGO 620 DO CPC. BLOQUEIO DE ATIVOS FINANCEIROS. BACENJUD.
I - A execução deve ser realizada de forma menos gravosa à parte executada, nos termos do artigo 620 do Código de Processo Civil. Verifica-se que a medida pleiteada só pode ser deferida quando foram realizados todos os esforços na busca de outros bens passíveis de penhora.
II - Agravo de instrumento não provido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma negar provimento ao agravo de instrumento, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.037740-7/MG
Processo na Origem: 200638030071001

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	: MARTINS COMERCIO E SERVICOS DE DISTRIBUICAO S/A
ADVOGADO	: PAULIRAN GOMES E SILVA E OUTROS(AS)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL.PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 527 COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº. 11.187/2005. AGRAVO REGIMENTAL NÃO CONHECIDO.
I - O parágrafo único do artigo 527, com a redação dada pela Lei n. 11.187/2005 dispões que da decisão liminar, proferida nos casos dos incisos II e III do *caput* deste artigo, somente é passível de reforma no momento do julgamento do agravo, salvo se o próprio relator a reconsiderar.
II - Agravo regimental não conhecido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma não conhecer do agravo regimental, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.037784-2/BA
Processo na Origem: 200633040059169

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	: CLINICA SENHOR DO BONFIM LTDA
ADVOGADO	: MANOEL SANTOS NETO E OUTROS(AS)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL.PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 527 COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº. 11.187/2005. AGRAVO REGIMENTAL NÃO CONHECIDO.
I - O parágrafo único do artigo 527, com a redação dada pela Lei n. 11.187/2005 dispões que da decisão liminar, proferida nos casos dos incisos II e III do *caput* deste artigo, somente é passível de reforma no momento do julgamento do agravo, salvo se o próprio relator a reconsiderar.
II - Agravo regimental não conhecido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma não conhecer do agravo regimental, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.037997-0/RO
Processo na Origem: 200341000033512

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRAVADO	: ALTAIR JOSE FERREIRA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. ARTIGO 620 DO CPC. BLOQUEIO DE ATIVOS FINANCEIROS. BACENJUD.
I - A execução deve ser realizada de forma menos gravosa à parte executada, nos termos do artigo 620 do Código de Processo Civil. Verifica-se que a medida pleiteada só pode ser deferida quando foram realizados todos os esforços na busca de outros bens passíveis de penhora.
II - Agravo de instrumento não provido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma negar provimento ao agravo de instrumento, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007 (data do julgamento).

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.038413-5/MG
Processo na Origem: 27050742322

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: DANIELA BERTOLINI ROSA SILVA
AGRAVADO	: VALDEIR DE CASTRO OLIVEIRA
ADVOGADO	: EDUARDO HALLEY DOS SANTOS E OUTROS(AS)
AGRAVADO	: BRAZ DE ASSIS CAMPOS E OUTRO(A)
ADVOGADO	: CRISTIANO PESSOA SOUSA E OUTROS(AS)
AGRAVADO	: TERMOBEL INDUSTRIA MECANICA LTDA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - SÓCIO - REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL - ARTIGO 135, III DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL.
I - Para que seja caracterizada a responsabilidade pessoal do sócio, gerente ou administrador, deve o INSS comprovar que o sócio, contra quem pretende seja redirecionada a execução fiscal, exercia, ao tempo da constituição do crédito tributário, o cargo de gerência ou de administrador da pessoa jurídica.
II - Deve embasar ainda tal direcionamento na comprovação do elemento subjetivo, posto que a responsabilidade do sócio não é objetiva.
III - Agravo não provido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma negar provimento ao agravo de instrumento, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 13/03/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.040886-4/GO
Processo na Origem: 200635020035999

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: LUIZA HELENA PONTES COSTA WOLNEY
AGRAVADO	: MULTILAVE LAVANDERIA LTDA
AGRAVADO	: ANTONIO ORLANDO B DE MORAIS
AGRAVADO	: MARIA ZIMA VIANA DE MORAIS

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - SÓCIO - REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL - ARTIGO 135, III DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL.
I - Para que seja caracterizada a responsabilidade pessoal do sócio, gerente ou administrador, deve o INSS comprovar que o sócio, contra quem pretende seja redirecionada a execução fiscal, exercia, ao tempo da constituição do crédito tributário, o cargo de gerência ou de administrador da pessoa jurídica.
II - Deve embasar ainda tal direcionamento na comprovação do elemento subjetivo, posto que a responsabilidade do sócio não é objetiva.
III - Agravo não provido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma negar provimento ao agravo de instrumento, por unanimidade.

8ª Turma do TRF da 1ª Região - 13/03/2007 (data do julgamento).

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.042015-9/BA
Processo na Origem: 200633070079858

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: RODRIGO DE MELO CABRAL
AGRAVADO	: INDUSTRIA E COMERCIO BLOCOS DE CIMENTO AGUIAR LTDA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. ARTIGO 620 DO CPC. BLOQUEIO DE ATIVOS FINANCEIROS. BACENJUD.

I - A execução deve ser realizada de forma menos gravosa à parte executada, nos termos do artigo 620 do Código de Processo Civil. Verifica-se que a medida pleiteada só pode ser deferida quando foram realizados todos os esforços na busca de outros bens passíveis de penhora.

II - Agravo de instrumento não provido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma negar provimento ao agravo de instrumento, por unanimidade.

8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2006.01.00.042391-1/DF

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
AGRAVANTE	: CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S/A E OUTROS(AS)
ADVOGADO	: RENATA PAGY BONILHA E OUTROS(AS)
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ROGERIO SANTOS MUNIZ
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA
PROCURADOR	: VALDEZ ADRIANI FARIAS

EMENTA

TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO AO INCRA. EMPRESAS URBANAS. LEI 7.787/89. EXTINÇÃO. EXIGIBILIDADE.

1. O Supremo Tribunal Federal pacificou que não existe óbice à cobrança da contribuição ao INCRA das empresas urbanas. (Precedente daquela Corte: AI-AgR 548733 / DF, rel. Min. Carlos Britto, DJ de 10/08/2006).

2. Levando-se em consideração que o adicional de 0,2% está englobado no percentual previsto no inciso II do art. 15 da LC 11/71, a Lei 7.787/89, que produziu efeitos a partir de 1º de setembro de 1989 (art. 12), tornou inexigível, também, a alíquota da contribuição destinada ao INCRA, ou seja, passou a não mais haver previsão legal para cobrança da referida contribuição na forma de alíquota destacada (0,2%), conforme previsto na legislação anterior.

3. *A contribuição de 0,4% (quatro décimos por cento) prevista no art. 35, §2º, item VIII, da Lei 4.863/65, mantida pelo art. 3º do Decreto-Lei 1.146, de 31/12/1970, incidente sobre a folha de salários, e majorada pela Lei Complementar 11/71, para 2,6%, sendo 0,2% (dois décimos por cento) destinados ao Incra, foi extinta pela Lei 7.787/89, em seu art. 3º, § 1º, a partir de 1º/09/1989.* (EREsp 503.287/PR, rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ de 19/09/05).

4. Se, por um lado, não deve ser destacado o percentual de 0,2% da alíquota de 20% destinada ao PRORURAL, por outro lado, não há prova pré-constituída quanto a alegada cobrança, em apartado, de 0,2% sobre a folha de salários.

5. Não havendo comprovação acerca da existência de eventual cobrança do percentual de 0,2%, destinado ao INCRA, em destacado, inviável que, por ilações ou conjecturas, venha a ser reconhecida a existência das provas necessárias.

6. Agravo de instrumento a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do voto da Relatora.

Brasília/DF, 16 de março de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.045389-0/MG
Processo na Origem: 200638000331911

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: EDUARDO MIGUEL LEAO SETTE
AGRAVADO	: TNT LOGISTICS LTDA
ADVOGADO	: ROGERIO RAVANINI MAGALHAES E OUTROS(AS)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL.PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 527 COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº. 11.187/2005. AGRAVO REGIMENTAL NÃO CONHECIDO.

I - O parágrafo único do artigo 527, com a redação dada pela Lei n. 11.187/2005 dispões que da decisão liminar, proferida nos casos dos incisos II e III do *caput* deste artigo, somente é passível de reforma no momento do julgamento do agravo, salvo se o próprio relator a reconsiderar.

II - Agravo regimental não conhecido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma não conhecer do agravo regimental, por unanimidade.

8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

RECURSO ESPECIAL - AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2006.01.00.046130-1/MG

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: UIRA ALMEIDA MANSUR
AGRAVADO	: ORGANIZACAO PAO NOSSO LTDA
ADVOGADO	: IRIS VILELA DE LIMA E OUTRO(A)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. EXECUÇÃO FISCAL. REQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES AO BACEN ACERCA DA EXISTÊNCIA DE CONTAS BANCÁRIAS EM NOME DA DEVEDORA. BLOQUEIO DE QUANTIA EM DINHEIRO. IMPOSSIBILIDADE.

1. A ordem estabelecida no art. 11, da Lei 6.830/80, e no art. 655, do Código de Processo Civil, tem caráter relativo, devendo ser interpretada em consonância com os demais valores albergados pela legislação processual civil, entre os quais ressalta-se o princípio de que a execução deve processar-se da maneira menos gravosa para o devedor.

2. Incumbe ao exeqüente o ônus de localizar os bens da devedora que sejam passíveis de penhora para a garantia do processo de execução.

3. A possibilidade de requisição de informações acerca da existência de bens passíveis de penhora somente é dada ao Magistrado em excetuadas situações, no estrito interesse da Justiça, caso em que, como condutor do processo de execução, deve viabilizar a satisfação do crédito do exeqüente, sendo-lhe vedado, todavia, substituir a parte exeqüente na busca dos aludidos bens, sob o grave risco de instaurar desequilíbrio entre as partes litigantes.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Relatora.

Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relator convocado

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.046660-9/BA
Processo na Origem: 200633000140977

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
AGRAVANTE	: POLITENO INDUSTRIA E COMERCIO S/A E OUTROS(AS)
ADVOGADO	: JOAO AGRIPINO MAIA E OUTROS(AS)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL.PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 527 COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº. 11.187/2005. AGRAVO REGIMENTAL NÃO CONHECIDO.

I - O parágrafo único do artigo 527, com a redação dada pela Lei n. 11.187/2005 dispões que da decisão liminar, proferida nos casos dos incisos II e III do *caput* deste artigo, somente é passível de reforma no momento do julgamento do agravo, salvo se o próprio relator a reconsiderar.

II - Agravo regimental não conhecido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma não conhecer do agravo regimental, por unanimidade.

8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2006.01.00.046730-2/PA
Processo na Origem: 200639040024108

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
AGRAVANTE	: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCURADOR	: MARIA DEUSDETH MARQUES VIERIA REALE
AGRAVADO	: ELCO JOSE DE LOURENCO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. INCOMPETÊNCIA RELATIVA. CONHECIMENTO DE OFICIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 33 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

I - "*A competência relativa não pode ser declarada de ofício.*" (Súmula nº 33 do STJ).

II - Agravo provido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma dar provimento ao agravo, por unanimidade.

8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - APELAÇÃO CÍVEL N. 2006.01.99.000731-7/MG

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: SIDERURGICA ITALIANA S/A
ADVOGADO	: MARILDA FRANCA CHAVES
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. ADESÃO A PROGRAMA DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DESCABIMENTO. DECRETO-LEI 1.025/69. SÚMULA 168/EXTINTO TFR.

1. O encargo de 20% do art. 1º, do DL 1.025/69 abrange a verba sucumbencial devida nos embargos à execução pela embargante.

2. Enunciado da Súmula 168, do extinto TFR.

3. Apelação a que se dá provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, dar provimento à apelação autora, nos termos do voto da Relatora.

Brasília/DF, 6 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - APELAÇÃO CÍVEL N. 2006.01.99.026884-7/MA

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: PEDRO BATISTA COSTA COMERCIO LTDA

EMENTA

EXECUÇÃO FISCAL. LEI 10.522/2002. VALOR CONSIDERADO IRRISÓRIO. EXTINÇÃO DE OFÍCIO PELO JUIZ. IMPOSSIBILIDADE.

1. O Juiz não poderia, de ofício, extinguir execução fiscal que objetivava a cobrança de créditos devidos à União, por entender ausente o interesse de agir em razão do suposto valor irrisório conferido à ação, principalmente quando considerado que havia disposição expressa, à época, determinando que, nesses casos, o procedimento a ser adotado deveria ser o arquivamento dos autos sem baixa na distribuição.

2. Apelação da União (Fazenda Nacional) a que se dá parcial provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento à apelação, nos termos do voto da Relatora.

Brasília/DF, 16 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL N. 2006.01.99.034470-0/MG

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: CACHOEIRA VILANORTE S/A
ADVOGADO	: EDUARDO AUGUSTO FRANKLIN ROCHA E OUTROS(AS)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. RENÚNCIA AO DIREITO EM QUE SE FUNDA A AÇÃO. ADESÃO AO PAES. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DESCABIMENTO. DECRETO-LEI 1.025/69. SÚMULA 168/TFR.

1. O encargo de 20% do art. 1º, do DL 1.025/69 abrange a verba sucumbencial devida nos embargos à execução pela desistente.
2. Enunciado da Súmula 168, do extinto TFR.
3. Em homenagem ao princípio do *non reformatio in pejus*, não se afigura possível, *in casu*, a exoneração da verba honorária, uma vez que não houve recurso da embargante nesse sentido.
4. Apelação da Fazenda Nacional a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação da Fazenda Nacional, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 13 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL N. 2006.01.99.040826-0/MT

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: COOPERATIVA MISTA AGROPECUARIA DE JUSCIMEIRA LTDA - COMAJUL
ADVOGADO	: ANTONIO CARLOS TAVARES DE MELLO
APELADO	: FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - FNDE
PROCURADOR	: SOLANGE DE HOLANDA ROCHA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. CUSTAS PROCESSUAIS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE.
1. A cobrança de custas nas causas ajuizadas perante a Justiça Estadual, no exercício da Jurisdição Federal, rege-se pela respectiva legislação estadual (Lei 9.289/96).
2. Corretamente ajuizada a execução fiscal, em face do inadimplemento do contribuinte, o pagamento posterior do débito não o exime do pagamento das custas processuais devidas perante a Justiça Estadual.
3. Apelação a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 16 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL N. 2006.01.99.040989-0/MG

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: CESAR DONIZETE DA SILVA
ADVOGADO	: FRANCISCO DE ARAUJO E OUTROS(AS)

EMENTA

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. ADESÃO AO PAES. DESISTÊNCIA DO FEITO. HOMOLOGAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DESCABIMENTO. DECRETO-LEI 1.025/69. SÚMULA 168/EXTINTO TFR.
1. O encargo de 20% do art. 1º, do DL 1.025/69, abrange a verba sucumbencial devida nos embargos à execução pelo desistente, não se aplicando, portanto, a verba honorária prevista no art. 20, § 3º, do Código de Processo Civil. Enunciado da Súmula 168, do extinto TFR.
2. Apelação a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 6 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal MARIA DO CARMO CARDOSO
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL N. 2006.01.99.048493-9/MG

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: INSTITUTO IRIAS MARQUES
ADVOGADO	: SEBASTIAO ASTEZIO DE OLIVEIRA
REMETENTE	: JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE SILVIANOPOLIS - MG

EMENTA

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. APELAÇÃO. INTEMPESTIVIDADE. PRESCRIÇÃO. ARTS. 173 E 174, DO CTN. NOTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE.
1. Por intimação pessoal do Procurador Fazendário deve-se entender a comunicação do ato processual que é procedida via mandado ou com a entrega dos autos em cartório. Isso, no entanto, não significa a obrigatoriedade da remessa dos autos via postal, para que se dê por intimado o representante da Fazenda Nacional.
2. A prescrição alcança os créditos lançados pela Fazenda Pública, cujo período entre o vencimento dos créditos e a citação do devedor em ação de execução fiscal, seja superior a cinco anos, nos termos do art. 174, do Código Tributário Nacional.
3. Quando o contribuinte não impugnar o débito, após o lançamento, a constituição definitiva do crédito tributário ocorrerá no 31º dia.
4. Apelação da Fazenda Nacional não conhecida.
5. Remessa oficial a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, não conhecer da apelação da Fazenda Nacional e negar provimento à remessa oficial, nos termos do voto da relatora.
Brasília/DF, 16 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - APELAÇÃO CÍVEL N. 2006.01.99.048496-0/RO

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: COMERCIO DE FRIOS ARIQUEMES LTDA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. DECRETAÇÃO DE OFÍCIO. PRAZO NÃO TRANSCORRIDO.
1. Por intimação pessoal do Procurador Fazendário deve-se entender a comunicação do ato processual que é procedida via mandado ou com a entrega dos autos em cartório. Isso, no entanto, não significa a obrigatoriedade da remessa dos autos via postal, para que se dê por intimado o representante da Fazenda Nacional.
2. Nas sessões de julgamento, desta Oitava Turma, firmou-se a orientação de que, quando a própria exeqüente requerer o arquivamento do feito, a intimação do ato não é imprescindível e nem acarreta prejuízo se inexistente, pois, parte-se do princípio de que a Fazenda Pública tem a exata noção de que permanecendo inerte, ante o seu pedido de arquivamento do feito, deixando transcorrer o lapso temporal, superior a cinco anos, ocorrerá a prescrição intercorrente, da pretensão executiva. Ademais, não lhe é dado desconhecer a lei.
3. O que se verifica, *in casu*, é que, não transcorreu *in totum* o prazo de cinco anos para decretação da prescrição intercorrente, uma vez que foi determinado o arquivamento dos autos em 19/11/2001, e a prescrição declarada em 17 de outubro de 2006.
4. Apelação da Fazenda Nacional, e remessa oficial, tida por interposta, a que se dá provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, dar provimento à apelação da Fazenda Nacional e à remessa oficial, tida por interposta, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 16 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

REMESSA EX OFFICIO EM MS N. 2006.30.00.001108-0/AC

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
IMPETRANTE	: SW TRAJANO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
ADVOGADO	: JOEL BENVINDO RIBEIRO
IMPETRADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 1A VARA - AC

EMENTA

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. MERCADORIA IMPORTADA. DESEMBARAÇO ADUANEIRO. SERVIÇO ESSENCIAL. GREVE DE AUDITORES DA RECEITA FEDERAL. DANO A TERCEIRO. IMPOSSIBLIDADE. PRECEDENTES.
1. O desembaraço aduaneiro, por configurar serviço público essencial, não pode ser paralisado em razão de movimento grevista, mormente quando vier a causar dano ao contribuinte. Precedentes do STJ e desta Corte.
2. Remessa oficial a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à remessa oficial, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA N. 2006.32.00.002097-0/AM

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: PANIFICADORA SAO PEDRO LTDA
ADVOGADO	: EDSON ROSAS JUNIOR E OUTROS(AS)
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO

EMENTA

TRIBUTÁRIO. COFINS. BASE DE CÁLCULO. LEI 9.718/98 - ART. 3º § 1º. INCONSTITUCIONALIDADE DECLARADA PELO STF. CONSTITUCIONALIDADE.
1. É perfeitamente admissível a impetração de mandado de segurança contra ato administrativo apto a gerar efeitos concretos na esfera patrimonial da impetrante, não operando na espécie a vedação imposta pela Súmula 266, do Supremo Tribunal Federal, no sentido do não cabimento do *mandamus* contra lei em tese.
2. A Lei 9.718/98 trouxe, no art. 3º, *caput*, § 1º, a modificação do conceito de faturamento conferido anteriormente pela LC 70/91.
3. O Supremo Tribunal Federal, ao concluir o julgamento dos Recursos Extraordinários 357.950/RS, 358.273/RS, 346.084/PR e 390.840/MG (Informativo 408, do STF), declarou a inconstitucionalidade do § 1º, art. 3º, da Lei 9.718/98, que, dando novo conceito ao termo faturamento, ampliou indevidamente a base de cálculo para a exação, abrangendo a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, pouco importando o tipo de atividade por esta exercida e a classificação contábil porventura adotada para as receitas.
4. Apelação a que se dá provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, dar provimento à apelação, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

REMESSA EX OFFICIO EM MS N. 2006.33.00.006935-2/BA

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
IMPETRANTE	: ATACADAO DO PAPEL LTDA
ADVOGADO	: FERNANDO ANTONIO DA SILVA NEVES E OUTROS(AS)
IMPETRADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 13A VARA - BA

EMENTA

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. MERCADORIA IMPORTADA. DESEMBARAÇO ADUANEIRO. SERVIÇO ESSENCIAL. GREVE DOS SERVIDORES DA ANVISA. DANO A TERCEIROS. IMPOSSIBLIDADE.
1. O desembaraço aduaneiro, por configurar serviço público essencial, não pode ser paralisado em razão de movimento grevista.
2. Remessa oficial a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à remessa oficial, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA N. 2006.33.00.007844-0/BA

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA DO ESTADO DA BAHIA - CRMV/BA
PROCURADOR	: ALEXANDRE PEIXOTO GOMES
APELADO	: MARCOS VINICIUS MENDES SILVA
ADVOGADO	: THARCIO AUGUSTO DE AZEVEDO E OUTROS(AS)
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 12A VARA - BA

EMENTA

CONSELHO DE MEDICINA VETERINÁRIA. INSCRIÇÃO. EXIGÊNCIA DO EXAME NACIONAL DE CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL. RESOLUÇÃO 691/01. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE.
1. A Lei 5.517/68, que criou os Conselhos de Medicina Veterinária e definiu as atribuições de seus membros, não exige a aprovação no Exame Nacional de Certificação Profissional como requisito para inscrição nos referidos Conselhos.
2. Apresenta-se ilegal a Resolução que ultrapassa os limites do poder regulamentar.
3. Apelação e remessa oficial a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação e à remessa oficial, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - REMESSA EX OFFICIO EM MS N. 2006.33.00.008545-0/BA

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
IMPETRANTE	: DOW BRASIL S/A
ADVOGADO	: JOSE MILTON DE AQUINO MIRANDA E OUTROS(AS)
IMPETRADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 16A VARA - BA

EMENTA
ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. MERCADORIA IMPORTADA. DESEMBARAÇO ADUANEIRO. SERVIÇO ESSENCIAL. GREVE DOS SERVIDORES DA ANVISA. DANO A TERCEIRO. IMPOSSIBLIDADE.
1. O desembaraço aduaneiro, por configurar serviço público essencial, não pode ser paralisado em razão de movimento grevista.
2. Remessa oficial a que se nega provimento.
ACÓRDÃO
Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à remessa oficial, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA N. 2006.33.00.009365-2/BA

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA DO ESTADO DA BAHIA - CRMV - BA
PROCURADOR	: ALEXANDRE PEIXOTO GOMES
APELADO	: ARLINE SANTOS LIMA
ADVOGADO	: EUNYCE ALVES SANTOS E OUTROS(AS)
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 16A VARA - BA

EMENTA
CONSELHO DE MEDICINA VETERINÁRIA. INSCRIÇÃO. EXIGÊNCIA DO EXAME NACIONAL DE CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL. RESOLUÇÃO 691/01. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE.
1. A Lei 5.517/68, que cria os Conselhos de Medicina Veterinária e define as atribuições de seus membros, não exige a aprovação no Exame Nacional de Certificação Profissional como requisito para inscrição nos referidos Conselhos.
2. Apresenta-se ilegal a resolução que ultrapassa os limites do poder regulamentar.
3. Apelação e remessa oficial a que se nega provimento.
ACÓRDÃO
Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação e à remessa oficial, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA N. 2006.33.00.009368-3/BA

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA-CRMV/BA
PROCURADOR	: ALEXANDRE PEIXOTO GOMES
APELADO	: TAIS GUSMAO RIOS
ADVOGADO	: EUNYCE ALVES SANTOS E OUTROS(AS)
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 12A VARA - BA

EMENTA
CONSELHO DE MEDICINA VETERINÁRIA. INSCRIÇÃO. EXIGÊNCIA DO EXAME NACIONAL DE CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL. RESOLUÇÃO 691/01. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE.
1. A Lei 5.517/68, que criou os Conselhos de Medicina Veterinária e define as atribuições de seus membros, não exige a aprovação no Exame Nacional de Certificação Profissional como requisito para inscrição nos referidos Conselhos.
2. Apresenta-se ilegal a Resolução que ultrapassa os limites do poder regulamentar.
3. Apelação e remessa oficial a que se nega provimento.
ACÓRDÃO
Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação e à remessa oficial, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - REMESSA EX OFFICIO EM MS N. 2006.33.00.010255-9/BA

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
IMPETRANTE	: PETROLEO BRASILEIRO S/A-PETROBRAS
ADVOGADO	: MICAELA DOMINGUEZ DUTRA E OUTROS(AS)
IMPETRADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 13A VARA - BA

EMENTA
ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. MERCADORIA IMPORTADA. DESEMBARAÇO ADUANEIRO. SERVIÇO ESSENCIAL. GREVE DOS SERVIDORES DA ANVISA. DANO A TERCEIRO. IMPOSSIBLIDADE.
1. O desembaraço aduaneiro, por configurar serviço público essencial, não pode ser paralisado em razão de movimento grevista.
2. Remessa oficial a que se nega provimento.
ACÓRDÃO
Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à remessa oficial, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - APELAÇÃO CÍVEL N. 2006.33.08.001845-7/BA

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: CARLOS GERALDO VALADARES JUNIOR
APELADO	: BREMER SA MODA JUVENIL
APELADO	: JOEL DE ASSIS NOGUEIRA

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. NÃO OCORRÊNCIA. ENUNCIADO DE SÚMULA 106 DO STJ.
1. O art. 40, da Lei 6.830/80, deve ser interpretado em harmonia com o art. 174, do Código Tributário Nacional, sob pena de se admitir a imprescritibilidade da dívida fiscal.
2. Não se pode imputar à parte exeqüente culpa pela paralisação do feito, em face da ausência da prestação jurisdicional, em realizar a citação da parte devedora.
3. Inteligência do enunciado de Súmula 106/STJ.
4. Apelação do INSS a que se dá provimento.
ACÓRDÃO
Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, dar provimento à apelação do INSS, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 16 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2006.34.00.006554-2/DF
Processo na Origem: 200634000065542

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	: COLAU QUIMICA DOBRASIL LTDA
ADVOGADO	: ELENICE GIRONDI KOFF E OUTRO(A)
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL
EMBARGADO	: V. ACÓRDÃO DE FLS. 399/401

EMENTA
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL. EXCLUSÃO DO REFIS. INTIMAÇÃO VIA INTERNET. RETORNO DOS AUTOS À VARA DE ORIGEM, PARA APRECIAÇÃO DO MÉRITO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO.
I. Uma vez que todas a questões suscitadas foram devidamente apreciadas, inexistindo no acórdão obscuridade, omissão ou contradição, impõe-se a sua rejeição.
II. Eventual reforma do *decisum* deverá ser buscada pela via recursal própria.
III. Embargos rejeitados.
ACÓRDÃO
Decide a Turma rejeitar os Embargos de Declaração, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 02/03/2007 (data do julgamento)

Dês. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA N. 2006.34.00.006950-5/DF

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: ELPIDIO COSTA
ADVOGADO	: GRIMOALDO ROBERTO DE RESENDE E OUTROS(AS)
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 22A VARA - DF

EMENTA
TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. IMPOSTO DE RENDA. PARCELAS INDENIZATÓRIAS. FÉRIAS NÃO GOZADAS. INDENIZAÇÃO POR DISPENSA IMOTIVADA. IMPOSSIBILIDADE DE INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA.
1. Nos termos do § 3º, art. 475, do CPC, na redação dada pela Lei 10.352/2001, não se aplica o duplo grau de jurisdição necessário no caso em que a sentença estiver fundada em súmula do tribunal superior competente (STJ).
2. O imposto de renda somente pode incidir em proventos que configurem aumento de riqueza ou aumento patrimonial, estando isentas as parcelas indenizatórias tais como as férias vencidas e o 1/3 (um terço) constitucional de férias não gozadas e convertidas em pecúnia. Súmulas 125, do STJ.
3. A indenização paga pelo empregador ao seu empregado, como indenização à dispensa sem justa causa, não se reveste de caráter de acréscimo patrimonial passível de tributação. Súmula 215, do STJ.
4. Apelação da Fazenda Nacional que se nega provimento.
5. Remessa oficial não conhecida.
ACÓRDÃO
Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação e não conhecer da remessa oficial, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 16 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA N. 2006.34.00.011383-8/DF

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: ANTONIO JOSE RIBEIRO DOS SANTOS
ADVOGADO	: GERALDO MARCONE PEREIRA E OUTROS(AS)
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: OS MESMOS
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 7A VARA - DF

EMENTA
TRIBUTÁRIO. PROCESSO CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. IMPOSTO DE RENDA. PARCELAS INDENIZATÓRIAS. ILEGITIMIDADE PASSIVA DO EMPREGADOR. INDENIZAÇÃO ESPECIAL. INOVAÇÃO DO PEDIDO. NÃO CONHECIMENTO DA APELAÇÃO, NO PONTO. FÉRIAS PROPORCIONAIS. AVISO PRÉVIO INDENIZADO. IMPOSSIBILIDADE DE INCIDÊNCIA. BÔNUS POR PRODUTIVIDADE. POSSIBILIDADE DE INCIDÊNCIA.
1. O empregador não possui legitimidade passiva *ad causam* em mandado de segurança que pretende a não-incidência de imposto de renda sobre as parcelas recebidas a título de indenização no momento da rescisão contratual, uma vez que não age em interesse próprio, mas apenas detém a incumbência de repassar o imposto aos cofres públicos.
2. Não conhecimento da apelação quanto à parcela denominada *indenização especial*, por se tratar de inovação da causa de pedir e do pedido.
3. O imposto de renda somente pode incidir em proventos que configurem aumento de riqueza ou aumento patrimonial, estando isentas as parcelas indenizatórias tais como as férias proporcionais, e o aviso prévio indenizado.
4. Uma vez que o *Bônus 2005* refere-se a pagamento por produtividade, em razão de o trabalhador atingir ou até mesmo ultrapassar a meta, ele possui natureza salarial, configurando acréscimo patrimonial.
5. Remessa oficial e apelação da União a que se nega provimento.
6. Apelação do impetrante parcialmente provida, na parte conhecida.
ACÓRDÃO
Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação da União e à remessa oficial, e conhecer, em parte, da apelação do impetrante e nesta parte dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2006.34.00.019143-0/DF
Processo na Origem: 200634000191430

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: JACI LINO DA CRUZ E OUTROS(AS)
ADVOGADO	: DANILO COSTA BARBOSA E OUTRO(A)
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 7ª VARA - DF

EMENTA
TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. IMPOSTO DE RENDA. FÉRIAS INDENIZADAS. LICENÇA PRÊMIO. ABONO ASSIDUIDADE. ISENÇÃO. NECESSIDADE DO SERVIÇO. COMPROVAÇÃO. SÚMULAS NºS. 125, 136 E 215/STJ.
I. O pagamento em dinheiro das férias, licença-prêmio e abono assiduidade possui caráter indenizatório, não estando sujeita à incidência do Imposto de Renda. Cuida-se de medida reparatória, destinada a compensar o servidor pelo trabalho desempenhado sem a contemporânea fruição do benefício assegurado por lei.
II. O abono-pecuniário decorrente da conversão de 1/3 de férias, na forma da Súmula 125 do STJ, possui caráter indenizatório, pois visa apenas a ressarcir o servidor de um direito ao descanso de que o mesmo não chegou a usufruir e que beneficiou a Administração. (q. v. *verbi gratia*: AC 2001.38.00.042728-1/MG, TRF1, Sétima Turma, DJ de 16/07/2004, p.28)
III. A Administração, ao pagar ao seu servidor os referidos benefícios em pecúnia, o faz, por certo, porque precisou dos serviços.
IV. Aplicabilidade das Súmulas nºs 125, 136 e 215 do STJ
V. Apelação e remessa oficial não providas.

ACÓRDÃO
Decide a Turma negar provimento à apelação e à remessa oficial, à unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007 (data do julgamento).

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - REMESSA EX OFFICIO EM MS N. 2006.35.02.002176-4/GO

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
IMPETRANTE	: LABORATORIO TEUTO BRASILEIRO S/A
ADVOGADO	: FRANCELMO JOSE ALVES PEREIRA
IMPETRADO	: AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - ANVISA
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA SUBSECAO JUDICIARIA DE ANAPOLIS - GO

EMENTA
ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. MERCADORIA IMPORTADA. DESEMBARAÇO ADUANEIRO. SERVIÇO ESSENCIAL. GREVE DOS SERVIDORES DA ANVISA. DANO A TERCEIRO. IMPOSSIBLIDADE. PRECEDENTES.
1. O desembaraço aduaneiro, por configurar serviço público essencial, não pode ser paralisado em razão de movimento grevista.
2. Remessa oficial a que se nega provimento.
ACÓRDÃO
Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à remessa oficial, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

REMESSA EX OFFICIO EM MS N. 2006.38.00.012167-6/MG

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
IMPETRANTE	: MARGARET ANGELICA DE OLIVEIRA CHAVES
ADVOGADO	: LEONARDO DE CASTRO FRANCISCO
IMPETRADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 13A VARA - MG

EMENTA
TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. IMPOSTO DE RENDA. PARCELAS INDENIZATÓRIAS. PDV. AVISO PRÉVIO INDENIZADO. INDENIZAÇÃO PREVISTA EM CONVENÇÃO COLETIVA DO TRABALHO. FÉRIAS E TERÇO CONSTITUCIONAL, CONVERTIDOS EM PECÚNIA. IMPOSSIBILIDADE DE INCIDÊNCIA. PROVA DA NECESSIDADE DO SERVIÇO. DESNECESSIDADE. JUROS DE MORA. CUSTAS PROCESSUAIS.
1. As verbas provenientes da adesão aos planos de incentivo ao desligamento voluntário possuem natureza indenizatória, bem como o aviso prévio indenizado, não determinando acréscimo patrimonial, mas compensação pela perda do posto de trabalho, não estando por esta razão, sujeitas à incidência do imposto de renda, a teor da Súmula 215, do Superior Tribunal de Justiça.
2. O imposto de renda somente pode incidir em proventos que configurem aumento de riqueza ou aumento patrimonial, estando isentas as parcelas indenizatórias tais como as férias vencidas e o 1/3 constitucional de férias não gozadas e convertidas em pecúnia, ainda que a Lei 7.713/88 restrinja com impropriedade ímpar essas hipóteses, as quais se subsumem à inteligência das Súmulas 125 e 136, do Superior Tribunal de Justiça.
3. Não se faz necessária a prova de que tenha havido necessidade de serviço à qual se reportam as Súmulas 125 e 136, do Superior Tribunal de Justiça, haja vista que o fato de ter havido pagamento do abono a esse título pressupõe existência da aludida necessidade. Não obstante, a jurisprudência majoritária tem entendido pela impossibilidade de incidência do imposto de renda, ainda que a conversão dos benefícios em pecúnia tenha se dado por interesse do empregado.
4. A verba indenizatória prevista na convenção coletiva de trabalho, no caso, diz respeito ao pagamento do aviso prévio, acrescido de um dia de serviço de trabalho por ano trabalho, até o limite de cinco anos, restando caracterizada sua natureza indenizatória.
5. Remessa oficial a que se nega provimento.
ACÓRDÃO
Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à remessa oficial, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

RECURSO ESPECIAL - REMESSA EX OFFICIO EM MS N. 2006.38.00.015279-0/MG

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
IMPETRANTE	: NANSEN S/A INSTRUMENTO DE PRECISAO
ADVOGADO	: DIOGENES QUINTINO GOMES FILHO E OUTRO(A)
IMPETRADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 3A VARA - MG

EMENTA
ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. MERCADORIA IMPORTADA. DESEMBARAÇO ADUANEIRO. SERVIÇO ESSENCIAL. GREVE DOS SERVIDORES DA ANVISA. DANO A TERCEIROS. IMPOSSIBLIDADE.
1. O desembaraço aduaneiro, por configurar serviço público essencial, não pode ser paralisado em razão de movimento grevista.
2. Remessa oficial a que se nega provimento.
ACÓRDÃO
Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à remessa oficial, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

REMESSA EX OFFICIO EM MS N. 2006.38.00.026171-0/MG

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
IMPETRANTE	: MARIA EUGENIA RAMOS DE FARIA
ADVOGADO	: CARLOS ALBERTO RIBEIRO DE SOUSA
IMPETRADO	: GRECI - 4A REGIAO - CONSELHO REGIONAL DOS CORRETORES DE IMOVEIS - MG
PROCURADOR	: PEDRO JOSE VILACA
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 21A VARA - MG

EMENTA
CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMOVEIS. INSCRIÇÃO. EXIGÊNCIA DO EXAME NACIONAL DE CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL. RESOLUÇÃO 800/02. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE.
1. A Lei 6.530/78, que regulamenta a profissão de Corretor de Imóveis, disciplina o funcionamento de seus órgãos de fiscalização e dá outras providências, não exige a aprovação no Exame Nacional de Certificação Profissional como requisito para inscrição nos referidos Conselhos.
2. Apresenta-se ilegal a Resolução que ultrapassa os limites do poder regulamentar.
3. Remessa oficial a que se nega provimento.
ACÓRDÃO
Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à remessa oficial, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2006.38.10.000549-0/MG
Processo na Origem: 200638100005490

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	: MUNICIPIO DE SAO LOURENCO - MG
ADVOGADO	: FRANCISCO XAVIER AMARAL
APELANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ANDRE LUIZ MENEZES AZEVEDO SETTE
APELADO	: OS MESMOS
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA SUBSECAO JUDICIARIA DE POUSO ALEGRE - MG

EMENTA
TRIBUTÁRIO. CONSTITUCIONAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. AGENTES POLÍTICOS. LEI N. 8.212/1991, ART. 12, INC. I, ALÍNEA "H". LEI N.9.506/1997, ART. 13, § 1º. STF. INCONSTITUCIONALIDADE. COMPENSAÇÃO. LIMITAÇÃO. LEI 9.125/95. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
I - O STF (RE 351.717/PR, Rel. Min. Carlos Mario Velloso) declarou a inconstitucionalidade da alínea "h" do inciso I do art. 12 da Lei 8.212/91, introduzida pelo § 1º do art. 13 da Lei nº 9.506/97, que extinguindo o Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC, incluía, entre os segurados obrigatórios da Previdência Social, como empregado, "*o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social*".
II - A jurisprudência tem repelido a possibilidade de, por efeito da EC20, constitucionalizar-se a posteriori dispositivo (art. 13, § 1º, da Lei nº 9.506/97) declarado inconstitucional pelo excelso pretório.
III - Ao ser editada a Lei 9.506/97, vigorava o art. 195, II, da CF, cuja redação não incluía os agentes políticos como segurados da Previdência.
IV - Apelações e remessa oficial não providas.
ACÓRDÃO
Decide a Turma negar provimento às apelações e à remessa oficial, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 27/02/2007 (data do julgamento)

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

APELAÇÃO CÍVEL N. 2006.38.11.005318-7/MG

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCURADOR	: CLAUDIA MARIA DIAS COELHO PESSOA
APELADO	: SINDUMIAS SIDERURGIA INDUSTRIAL MINEIRA LTDA
ADVOGADO	: MAURO LUIZ RODRIGUES DE SOUZA E ARAUJO E OUTRO(A)

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO NA DÍVIDA ATIVA APÓS AJUIZAMENTO DE EXECUÇÃO FISCAL E OPOSIÇÃO DE EMBARGOS. HONORÁRIOS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. APLICAÇÃO DA SÚMULA 153, DO STJ.
1. Tendo sido opostos embargos à execução, aplica-se, em caso de cancelamento da inscrição em dívida ativa, a Súmula 153, do STJ.
2. Apelação a que se nega provimento.
ACÓRDÃO
Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 16 de fevereiro de 2007.

Desembargador Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2006.38.11.006359-2/MG
Processo na Origem: 200638110063592

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	: PREVENIR SEGURANCA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA
ADVOGADO	: HUGO DO CARMO RIBEIRO E OUTROS(AS)
APELADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 2ª VARA DA SUBSECAO JUDICIARIA DE DIVINOPOLIS - MG

EMENTA
TRIBUTÁRIO. COFINS. SOCIEDADE CIVIL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSÃO REGULAMENTADA. LEI COMPLEMENTAR Nº 70/91. LEI Nº 9.430/96. SÚMULA Nº 276 DO STJ. RESP. 382.736.
I. As sociedades civis de prestação de serviços profissionais são isentas da COFINS, irrelevante o regime adotado (Súmula 276 do STJ).
II. A isenção *sub examine* decorre da Lei Complementar nº 70/91 (art. 6º, II).
III. A Lei nº 9.430/96, por ser lei ordinária, em atenção ao princípio da hierarquia das leis, não poderia revogar a Lei Complementar em referência.
IV. O enunciado da Súmula 276 foi mantido pelo STJ no julgamento do Recurso Especial nº 382.736.
V. Apelação provida. Remessa oficial não conhecida.
ACÓRDÃO
Decide a Turma dar provimento à apelação e não conhecer da remessa oficial, à unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007 (data do julgamento).

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 2006.38.12.001897-8/MG
Processo na Origem: 200638120018978

RELATOR(A)	: CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	CONSELHO REGIONAL DE QUIMICA DA 2A REGIAO
PROCURADOR	ROSA ISABEL DE CASTRO ALVARES NOGUEIRA
APELADO	AGUARDENTE E LATICINIOS VITORIA LTDA
ADVOGADO	LEONARDO FULGENCIO JUNIOR E OUTROS (AS)
EMBARGANTE	: AGUARDENTE E LATICINIOS VITORIA LTDA
ADVOGADOS	: LEONARDO FULGENCIO JUNIOR E OUTROS (AS)
EMBARGADO	: V. ACÓRDÃO DE FLS. 108/111

EMENTA
EMPRESA PRODUTORA DE AGUARDENTE DE CANA. REGISTRO PERANTE O CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA. CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL QUÍMICO. DESNECESSIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSAO DE MATERIA JULGADA.

I. Uma vez que todas as questões suscitadas foram devidamente apreciadas, inexistindo no acórdão obscuridade, omissão ou contradição, impõe-se a sua rejeição.
II. Eventual reforma do *decisum* deverá ser buscada pela via recursal própria.
III. Embargos rejeitados.

ACÓRDÃO

Decide a Turma rejeitar os embargos de declaração, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 06/03/2007 (data do julgamento)

Dês. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

REMESSA EX OFFICIO EM MS Nº 2006.38.13.008360-9/MG
Processo na Origem: 200638130083609

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
IMPETRANTE	: AUTO DISTRIBUIDORA MANHUMIRIM LTDA
ADVOGADO	: FRANCISCO XAVIER AMARAL E OUTROS(AS)
IMPETRADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 1A VARA DA SUBSECAO JUDICIARIA DE GOVERNADOR VALADARES - MG

EMENTA

REMESSA OFICIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. PEDIDO DE HABILITAÇÃO DE CRÉDITO. DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO. SEM A EXIGÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 3º, INCISO IV, §2º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 517/05. SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.
I - Consoante o art. 3º, inciso IV, §2º "O pedido de habilitação do crédito será deferido pelo titular da DRF, Derat ou Deinf, mediante a confirmação de que: Houve a homologação pela Justiça federal da desistência da execução do título judicial ou da renúncia à sua execução, bem assim a assunção de todas as custas do processo de execução, inclusive os honorários advocatícios, no caso de ação de repetição de indébito. "
II - *In casu*, verifica-se que a instrução normativa extrapolou os limites regulamentares ao impor ao contribuinte, como condição para o processamento de seu pedido de compensação, a renúncia a direito que não lhe pertence, (cf. art. 23 da Lei nº 8.906, de 04/07/1994).
III - Remessa oficial não provida.

ACÓRDÃO

Decide a Turma negar provimento à remessa oficial, por unanimidade.
8ª Turma do TRF da 1ª Região - 13/02/2007 (data do julgamento).

Des. Fed. CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

REMESSA EX OFFICIO EM MS N. 2006.39.00.002001-2/PA

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
IMPETRANTE	: JOSE VALDENIZ DOS SANTOS TAKANO
ADVOGADO	: MARCUS ALEXANDRE RIBEIRO FIDELIS
IMPETRADO	: CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMOVEIS -CRECI-12A REGIAO
PROCURADOR	: JOSE ROCHA DA COSTA JUNIOR
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 5A VARA - PA

EMENTA

CONSELHO DE CORRETORES DE IMÓVEIS. INSCRIÇÃO. EMISSÃO DA CARTEIRA PROFISSIONAL. EXIGÊNCIA DO EXAME DE PROFICIÊNCIA. RESOLUÇÕES 800/2002. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE.
1. Tal imposição não encontra previsão na Lei 6.530/78, que definiu e limitou a competência do Conselho Federal nos termos do art 16, sendo certo que ofende o princípio da legalidade, insculpido no art. 5º, II, da Lei Maior, limitar o exercício de atividade profissional, direito constitucionalmente garantido, por ato que não a lei em sentido estrito
2. Apresenta-se ilegal a Resolução que ultrapassa os limites do poder regulamentar.
3. Remessa oficial a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à remessa oficial, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL N. 2007.01.99.001192-0/MG

RELATOR(A)	: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: CIA ACUCAREIRA RIOLANQUENSE
ADVOGADO	: FLAVIO CRUZ NEVES

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. ARGÜIÇÃO EM SEDE DE CONTRA-RAZÕES. PRINCÍPIO DA ECONOMIA PROCESSUAL.
1. O art. 40, da Lei 6.830/80, deve ser interpretado em harmonia com o art. 174, do Código Tributário Nacional, sob pena de se admitir a imprescritibilidade da dívida fiscal.
2. A prescrição, quando envolver direitos patrimoniais, só poderá ser decretada, pelo Juiz, quando argüida pela parte interessada. Inteligência dos arts. 193, 194, do Código Civil, 128 e 219, § 5º, do Código de Processo Civil.
3. Oportuno, para a argüição da prejudicial de mérito, o momento processual do oferecimento de contra-razões de apelação, em homenagem ao princípio da economia processual, e por não constituir prescrição a matéria passível de preclusão.
4. Remessa oficial, tida por interposta, e apelação da União a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à remessa oficial, tida por interposta, e à apelação, nos termos do voto da Relatora.
Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL N. 1999.34.00.029422-1/DF

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
APELANTE	: CECILIA GOLBERG PRADA E OUTROS(AS)
ADVOGADO	: ROBERTO MOHAMED AMIN JUNIOR E OUTROS(AS)
APELANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APELADO	: OS MESMOS
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 15A VARA - DF

EMENTA

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. CONTRIBUIÇÕES DESTINADAS A ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. PRESCRIÇÃO. NATUREZA DE ACRÉSCIMO PATRIMONIAL. POSSIBILIDADE DE INCIDÊNCIA. VEDAÇÃO DA BITRIBUTAÇÃO. LEGISLAÇÃO PERTINENTE. CORREÇÃO MONETÁRIA.
1. Nos casos em que o lançamento do tributo se processar por homologação tácita, nos termos do art. 150, § 4º do Código Tributário Nacional, a contagem do prazo prescricional de que trata o art. 168, I do CTN, somente começa a fluir após o decurso de cinco anos do pagamento antecipado do tributo, ocasião em que se dá a efetiva extinção do crédito tributário vinculado a condição resolutiva. Portanto, torna-se exigível a restituição do tributo indevido, dentro do decêndio anterior à propositura da ação. No caso do imposto de renda, o lançamento do crédito tributário se dá não pela retenção do tributo na fonte, mas pela entrega da declaração anual por parte do contribuinte.
2. Os valores recebidos da entidade de previdência privada constituem em grande parte aquisição de patrimônio tributável, uma vez que há participação do empregador na composição do fundo de pensão o que reflete acréscimo nos proventos de aposentado do empregado.
3. Desde a instituição dos planos de previdência privada pela Lei 6.453/77, até o advento da Lei 7.713/88, os numerários destinados a esse fim eram isentos de tributação na fonte, a título de imposto de renda, incidindo a exação no momento do saque.
4. Somente sobre os valores vertidos às entidades de previdência privada como contribuição mensal do participante para o fundo, no período compreendido entre 1º de janeiro de 1989 e 31 de dezembro de 1995, não deve incidir o imposto de renda quando do resgate dos numerários pelo beneficiário, sob pena de incorrer em bitributação, haja vista ter sido o imposto de renda, naquele período, retido na fonte.
5. A taxa SELIC é devida tanto na compensação quanto na repetição de indébitos, desde que os recolhimentos indevidos tenham se operado a partir de 1º de janeiro de 1996, dia em que entrou em vigor a Lei 9.250/95.
6. Apelação dos autores a que se nega provimento.
7. Apelação da Fazenda Nacional e remessa oficial a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação dos autores e, por maioria, negar provimento à apelação da Fazenda Nacional e à remessa oficial.
Brasília/DF, 25 de agosto de 2006.

Desembargadora Federal *Maria do Carmo Cardoso*
Relatora para o acórdão

COORDENADORIA DE RECURSOS

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 1999.01.00.052610-1/RR
Processo na Origem: 9500006146

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL PLAUTO RIBEIRO
APELANTE	: ROSBER NEVES DE ALMEIDA
ADVOGADO	: ATAIDE JORGE DE OLIVEIRA
APELADO	: JUSTICA PUBLICA
PROCURADOR	: AGEU FLORENCIO DA CUNHA

DESPACHO

Intimem-se as partes para se manifestarem, sobre a informação de fls. 1222, tendo em vista o disposto nos arts. 1.063 e seguintes do CPC.
Brasília, 02 de abril de 2007.

REYNALDO SOARES DA FONSECA
Juiz Federal em Auxílio à Presidência
(ATO/PRESI 1104-1191, DE 17/04/2006; PORT/PRESI 100-262, DE 26/04/2006)

AUTOS COM VISTA AOS INTERESSADOS

NOS PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS FICAM INTIMADOS OS AGRAVADOS A OFERECEREM RESPOSTA NO PRAZO DE 10(DEZ)DIAS

AG/RESP	2007.01.00.006094-8 / MG	(1)
AGRTE:	FERNANDO MOTTA AUDITORES INDEPENDENTES	
ADV:	MARIA INES CALDEIRA PEREIRA DA SILVA MURGEL E OUTRO(A)	
AGRDO:	SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC/ARMG	
ADV:	ROBERTA ESPINHA CORREA	
AGRDO:	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC	
ADV:	ROBERTA ESPINHA CORREA	
AGRDO:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	MARIA DA GRACA DE CARVALHO PIERUCCETTI	
AG/RE	2007.01.00.006937-9 / GO	(2)
AGRTE:	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA	
PROCUR:	VALDEZ ADRIANI FARIAS	
AGRDO:	FIORENTINO CAPPELLESSO	
ADV:	IDAIR PAULINO CAPPELLESSO	
AGRDO:	VALDEMIR DA SILVA E OUTROS(AS)	
AG/RESP	2007.01.00.007656-6 / DF	(3)
AGRTE:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS	
AGRDO:	ADERSON BORGES SOARES E OUTROS(AS)	
ADV:	SEBASTIAO MIGUEL JULIAO	
AG/RESP	2007.01.00.007657-0 / GO	(4)
AGRTE:	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS - UFGO	
PROCUR:	HUGO MARCELINO DA SILVA	
AGRDO:	JOSE LUIZ DE ARAUJO CARVALHO	
ADV:	JOSE LUIS WAGNER E OUTROS(AS)	
AG/RE	2007.01.00.007658-3 / MG	(5)
AGRTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES	
AGRDO:	TEREZA LEAL DE MELLO CHERCHIGLIA	
ADV:	ALEXANDRE PASCHOINI SILVA E OUTRO(A)	
AG/RE	2007.01.00.007659-7 / MG	(6)
AGRTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES	
AGRDO:	TEREZINHA BATISTA DA FONSECA	
ADV:	ALEXANDRE PORTHUS VIAL E OUTRO(A)	
AG/RESP	2007.01.00.007660-7 / MA	(7)
AGRTE:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS	
AGRDO:	MARIO DE ANDRADE MACIEIRA E OUTROS(AS)	
ADV:	MARIO DE ANDRADE MACIEIRA E OUTROS(AS)	
AG/RESP	2007.01.00.007661-0 / PI	(8)
AGRTE:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS	
AGRDO:	MARCIA MARIA MACAU FURTADO	
ADV:	LUIS SOARES DE AMORIM E OUTROS(AS)	
AG/RESP	2007.01.00.007662-4 / MG	(9)
AGRTE:	UNIAO FEDERAL	
PROCUR:	JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS	
AGRDO:	GILDESIO VENANCIO	
ADV:	EDUARDO HUMBERTO DA CUNHA MACHADO JUNIOR E OUTROS(AS)	

AG/RE 2007.01.00.007663-8 / MG (10)
AGRTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: ALICE AIKO FUJIOKA YAMADA
AGRDO: KATIA MARIA RAYMUNDO ESTEFANO
ADV: ALEXANDRE DE MORAES FERREIRA E OUTROS(AS)

AG/RE 2007.01.00.007664-1 / MG (11)
AGRTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: ALICE AIKO FUJIOKA YAMADA
AGRDO: DIVA MARCHETTI CORTES
ADV: GILMAR ROCHA MARTINS

AG/RESP 2007.01.00.007665-5 / DF (12)
AGRTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: ALICE AIKO FUJIOKA YAMADA
AGRDO: RAIMUNDO OLIVEIRA ROSA E OUTROS(AS)
ADV: JOAO ROBERTO SANTIAGO DIAS E OUTRO(A)

AG/RESP 2007.01.00.007666-9 / TO (13)
AGRTE: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA
PROCUR: VALDEZ ADRIANI FARIAS
AGRDO: ORISVALDO JOSE MENDES E CONJUGE
ADV: ADENILSON CARLOS VIDOVIX E OUTRO(A)

AG/RE 2007.01.00.007667-2 / MG (14)
AGRTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: MARCELA ALBUQUERQUE MACIEL
AGRDO: MARISA MATTOS ROCHA
ADV: GUILHERME MENDES FERREIRA E OUTRO(A)

AG/RESP 2007.01.00.007668-6 / DF (15)
AGRTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
AGRDO: MIGUEL CELESTINO DOS SANTOS
ADV: LINO DE CARVALHO CAVALCANTE E OUTROS(AS)

AG/RESP 2007.01.00.007669-0 / MG (16)
AGRTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: MARCELA ALBUQUERQUE MACIEL
AGRDO: MARISA MATTOS ROCHA
ADV: GUILHERME MENDES FERREIRA E OUTRO(A)

AG/RESP 2007.01.00.007670-0 / PA (17)
AGRTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
AGRDO: REGINA CELIA ALVES ESTACIO E OUTROS(AS)
ADV: JOSE WILLIAM COELHO DIAS

AG/RESP 2007.01.00.008191-0 / MG (18)
AGRTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: ALICE AIKO FUJIOKA YAMADA
AGRDO: JOUBER ANGELO CARVALHO
ADV: GILMAR JOSE RAIMUNDO E OUTRO(A)

AG/RESP 2007.01.00.008194-1 / PA (19)
AGRTE: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA
PROCUR: VALDEZ ADRIANI FARIAS
AGRDO: CLARISSA RANGEL E SILVA
ADV: ANTONIO JOAQUIM GARCIA E OUTRO(A)

AG/RESP 2007.01.00.008195-5 / MG (20)
AGRTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES
AGRDO: VALDIR FERREIRA PIRES
ADV: WILSON DIAS DA SILVA

AG/RESP 2007.01.00.008196-9 / PA (21)
AGRTE: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA
PROCUR: VALDEZ ADRIANI FARIAS
AGRDO: VICTOR LUIZ LEITE PESTANA E OUTRO(A)
ADV: PLINIO PINHEIRO NETO E OUTRO(A)

AG/RESP 2007.01.00.008197-2 / MG (22)
AGRTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA - UFU
PROCUR: HUGO MARCELINO DA SILVA
AGRDO: VALTER MATOS E OUTROS(AS)
ADV: MARCIA LEONORA SANTOS REGIS ORLANDINI

AG/RESP 2007.01.00.008199-0 / AP (23)
AGRTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES
AGRDO: OSVALDO CORREA
ADV: MAURO JOAO MACEDO DA SILVA E OUTROS(AS)

AG/RESP 2007.01.00.008201-8 / BA (24)
AGRTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ALBERTO CAVALCANTE BRAGA E OUTROS(AS)
AGRDO: JOAO JUAREZ BARRETO E CONJUGE
ADV: MARIA DA CONCEICAO LACERDA BARRETO E OUTROS(AS)

AG/RESP 2007.01.00.008203-5 / MG (25)
AGRTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - UFV
PROCUR: HUGO MARCELINO DA SILVA
AGRDO: JOAO BOSCO BALBINO
ADV: PAULO SERGIO ROCHA CASTRO

AG/RE 2007.01.00.008204-9 / MG (26)
AGRTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - UFV
PROCUR: HUGO MARCELINO DA SILVA
AGRDO: JOAO BOSCO BALBINO
ADV: PAULO SERGIO ROCHA CASTRO

AG/RESP 2007.01.00.008205-2 / MT (27)
AGRTE: JUSTICA PUBLICA
PROCUR: MARCELO ANTONIO CEARA SERRA AZUL
AGRDO: ROBERTO ALMEIDA GIL
ADV: RICARDO DA SILVA MONTEIRO

AG/RESP 2007.01.00.008206-6 / MT (28)
AGRTE: JUSTICA PUBLICA
PROCUR: MARCELO ANTONIO CEARA SERRA AZUL
AGRDO: AGOSTINHO CARVALHO TELES
ADV: VALBER DA SILVA MELO

AG/RESP 2007.01.00.008209-7 / MT (29)
AGRTE: JUSTICA PUBLICA
PROCUR: MARCELO ANTONIO CEARA SERRA AZUL
AGRDO: VALDELEI CACHIATORI
ADV: FLAVIANO KLEBER TAQUES FIGUEIREDO

AG/RESP 2007.01.00.008210-7 / MT (30)
AGRTE: JUSTICA PUBLICA
PROCUR: MARCELO ANTONIO CEARA SERRA AZUL
AGRDO: EUDES MANFARDINI
AGRDO: LUIZ ANTONIO APPI
ADV: FLAVIANO KLEBER TAQUES FIGUEIREDO

AG/RESP 2007.01.00.008553-4 / MT (31)
AGRTE: JUSTICA PUBLICA
PROCUR: MARCELO ANTONIO CEARA SERRA AZUL
AGRDO: AGNALDO DE SOUZA MIRANDA

AG/RESP 2007.01.00.008554-8 / MT (32)
AGRTE: JUSTICA PUBLICA
PROCUR: MARCELO ANTONIO CEARA SERRA AZUL
AGRDO: ABILIO MATEUS
ADV: SILVIO GUILEN LOPES E OUTROS(AS)

AG/RE 2007.01.00.008560-6 / GO (33)
AGRTE: ONESTAIR MARTINS DE SOUZA
ADV: DIVINO PEREIRA MACHADO E OUTROS(AS)
AGRDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF

AG/RE 2007.01.00.008570-9 / PI (34)
AGRTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
AGRDO: WILTON LUIS NEIVA DE MOURA SANTOS
ADV: PEDRO ELOI SOARES

AG/RESP 2007.01.00.008572-6 / BA (35)
AGRTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRDO: AUTOMAG COMERCIAL DE MAQUINAS E VEICULOS LTDA

AG/RE 2007.01.00.008573-0 / DF (36)
AGRTE: JUSTICA PUBLICA
PROCUR: ALEXANDRE CAMANHO DE ASSIS
AGRDO: LEONARDO FRANCO OLMEDO

AG/RESP 2007.01.00.008574-3 / MG (37)
AGRTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ALBERTO CAVALCANTE BRAGA E OUTROS(AS)
AGRDO: GERALDO FRANCISCO CHAGAS
ADV: SAMUEL OLIVEIRA MACIEL

AG/RESP 2007.01.00.008575-7 / DF (38)
AGRTE: JUSTICA PUBLICA
PROCUR: ALEXANDRE CAMANHO DE ASSIS
AGRDO: LEONARDO FRANCO OLMEDO

AG/RESP 2007.01.00.008577-4 / DF (39)
AGRTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
AGRDO: HOSPITAL NOSSA SENHORA DE LOURDES LTDA
ADV: ANA CLAUDIA MOREIRA DOS SANTOS

AG/RESP 2007.01.00.008579-1 / MG (40)
AGRTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: LUIZ EMANNUEL ANDRADE FARIAS
AGRDO: FUNDACAO EDUCACIONAL CAIO MARTINS
PROCUR: GERALDO ALMEIDA FERREIRA

AG/RESP 2007.01.00.008580-1 / DF (41)
AGRTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
AGRDO: THIAGO CRYSIN SANTOS CHEMERIS
ADV: JOSE VANIO OLIVEIRA SENA

AG/RESP 2007.01.00.008941-1 / DF (42)
AGRTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
AGRDO: CONDOMINIO DO BLOCO D DA SQN 402
ADV: DELZIO JOAO DE OLIVEIRA JUNIOR E OUTRO(A)

AG/RESP 2007.01.00.008942-5 / MG (43)
AGRTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
AGRDO: LEOVI ANTONIA PINTO CARISIO
ADV: GERALDO MAGELA SILVA FREIRE E OUTROS(AS)

AG/RESP 2007.01.00.008943-9 / DF (44)
AGRTE: WANDERLEY LUCENA DE OLIVEIRA
ADV: SILVIO DE ARAUJO NUNES E OUTRO(A)
AGRDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ALBERTO CAVALCANTE BRAGA E OUTROS(AS)

AG/RESP 2007.01.00.008944-2 / PA (45)
AGRTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: LUIZ EMANNUEL ANDRADE FARIAS
AGRDO: R MATOS TERRAPLANAGEM LTDA E OUTROS(AS)
ADV: HAROLDO GUILHERME PINHEIRO DA SILVA E OUTROS(AS)

AG/RESP 2007.01.00.008945-6 / GO (46)
AGRTE: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA
PROCUR: VALDEZ ADRIANI FARIAS
AGRDO: JOSE PEDRO DA SILVA
ADV: EDMAR TEIXEIRA DE PAULA E OUTROS(AS)

AG/RESP 2007.01.00.008947-3 / BA (47)
AGRTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
AGRDO: ROGERIO CEZIMBRA DE PINTO FILHO
ADV: JONES RODRIGUES DE ARAUJO

AG/RE 2007.01.00.008948-7 / DF (48)
AGRTE: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCUR: JOAO DE DEUS PEREIRA BENICIO DA SILVA
AGRDO: JOAO BORGES DE ARAUJO FILHO E OUTROS(AS)
ADV: ROBSON FREITAS MELO E OUTROS(AS)

AG/RESP 2007.01.00.008949-0 / DF (49)
AGRTE: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCUR: JOAO DE DEUS PEREIRA BENICIO DA SILVA
AGRDO: JOAO BORGES DE ARAUJO FILHO E OUTROS(AS)
ADV: ROBSON FREITAS MELO E OUTROS(AS)

AG/RESP 2007.01.00.008950-0 / MA (50)
AGRTE: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA
PROCUR: VALDEZ ADRIANI FARIAS
AGRDO: ELDALECIO NOGUEIRA DIOGENES E OUTRO(A)
ADV: MARCO AURELIO ALVES DE SOUSA

AG/RESP 2007.01.00.008951-4 / RO (51)
AGRTE: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA - UNIR
PROCUR: HUGO MARCELINO DA SILVA
AGRDO: DINAMAR ATAIDE GUIMARAES
ADV: JOSE ALVES PEREIRA FILHO

AG/RESP 2007.01.00.008952-8 / DF (52)
AGRTE: DULCINEIA OLIVEIRA LOPES E OUTROS(AS)
ADV: HELDER SARAIVA DOS SANTOS E OUTRO(A)
AGRDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ALBERTO CAVALCANTE BRAGA E OUTROS(AS)

AG/RESP 2007.01.00.008953-1 / DF (53)
AGRTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: LUIZ EMANNUEL ANDRADE FARIAS
AGRDO: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA-INFRAERO
PROCUR: FABIANA MENDONCA MOTA

AG/RESP 2007.01.00.008955-9 / DF (54)
AGRTE: MANOEL BERNARDES MAGALHAES PAE DE BARROS E CONJUGE
ADV: WILSON CESAR RASCOVIT
AGRDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ALBERTO CAVALCANTE BRAGA E OUTROS(AS)

AG/RESP 2007.01.00.009471-1 / MT (55)
AGRTE: JUSTICA PUBLICA
PROCUR: ELIZETA MARIA DE PAIVA RAMOS
AGRDO: CRISTIANO DE SOUZA BERNARDO
ADV: JOAO AMILCAR VALLE

AG/RESP 2007.01.00.009472-5 / AM (56)
AGRTE: COMPANHIA BRASILEIRA DE PLANTACOES - CBP
ADV: JOSE CARLOS AUDIFACE DE BRITO
AGRDO: UNIAO FEDERAL
PROCUR: JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
AGRDO: ESTADO DO AMAZONAS
PROCUR: ELIZANGELA LIMA COSTA MARINHO

AG/RESP 2007.01.00.009473-9 / MG (57)
AGRTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: JOAO PAULO CORDEIRO CAVALCANTI
AGRDO: FERNANDO SANTANA E CASTRO
ADV: VICENTE CESAR SANTANNA

AG/RESP 2007.01.00.009474-2 / RR (58)
AGRTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR
PROCUR: HUGO MARCELINO DA SILVA
AGRDO: CAMILA ARAUJO GUERRA
ADV: STELIO DENER DE SOUZA CRUZ

AG/RESP 2007.01.00.009475-6 / MT (59)
AGRTE: JUSTICA PUBLICA
PROCUR: MARCELO ANTONIO CEARA SERRA AZUL
AGRDO: VICENTE DO CARMO PAES DE BARROS
ADV: MAURO SERGIO ABREU LIMA REZENDE

AG/RESP 2007.01.00.009476-0 / MT (60)
AGRTE: JUSTICA PUBLICA
PROCUR: MARCELO ANTONIO CEARA SERRA AZUL
AGRDO: DONIZETE SOARES DA CUNHA
ADV: GILSON HIDEO TACADA E OUTROS(AS)

AG/RESP 2007.01.00.009477-3 / MT (61)
AGRTE: JUSTICA PUBLICA
PROCUR: MARCELO ANTONIO CEARA SERRA AZUL
AGRDO: ALCEU SOARES AGUIAR
ADV: RAUL CANAL E OUTRO(A)

AG/RESP 2007.01.00.009478-7 / MG (62)
AGRTE: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA
PROCUR: VALDEZ ADRIANI FARIAS
AGRDO: ASSAD CHEQUER AGROPECUARIA COMERCIO LTDA
ADV: DIAMANTINO SILVA FILHO

AG/RESP 2007.01.00.009479-0 / PI (63)
AGRTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
AGRDO: MUNICIPIO DE LUZILANDIA-PI
PROCUR: CARLOS DOUGLAS DOS SANTOS ALVES

AG/RESP 2007.01.00.009480-0 / DF (64)
AGRTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
AGRDO: ONDINA BRAGA MOREIRA MARLIERE
ADV: SANDRA LUCIA GUERREIRO DA SILVA DE ARAUJO

AG/RESP 2007.01.00.009481-4 / BA (65)
AGRTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
AGRDO: DENIS GERALD MC CLAY
ADV: DJALMA DA SILVA LEANDRO

AG/RE 2007.01.00.009482-8 / MG (66)
AGRTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRDO: COSATRIL COMERCIAL SANTA TRINDADE
ADV: CLAUDIO HENRIQUE CALDEIRA E OUTROS(AS)

AG/RESP 2007.01.00.009483-1 / MA (67)
AGRTE: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA
PROCUR: VALDEZ ADRIANI FARIAS
AGRDO: JOSE NILSON DA SILVEIRA
ADV: OSIAS DE SOUZA MARTINS FILHO E OUTRO(A)

AG/RESP 2007.01.00.009484-5 / MA (68)
AGRTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
AGRDO: MATEUS ANTONIO DA SILVA NETO
ADV: GEDECY FONTES DE MEDEIROS FILHO E OUTROS(AS)

AG/RESP 2007.01.00.009485-9 / DF (69)
AGRTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
AGRDO: MAGALY MONTEIRO RIBEIRO ALBERNAZ
ADV: ANTONIO TORREAO BRAZ FILHO E OUTROS(AS)

AG/RESP 2007.01.00.009486-2 / AM (70)
AGRTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ALBERTO CAVALCANTE BRAGA E OUTROS(AS)
AGRDO: MARA REGINA FARIAS FREIRE
ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA E OUTROS(AS)

AG/RE 2007.01.00.009487-6 / BA (71)
AGRTE: FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA
PROCUR: HUGO MARCELINO DA SILVA
AGRDO: ANTONIO LIMA FERREIRA E OUTROS(AS)
ADV: FLAVIUS AUGUSTUS F MACEDO

AG/RESP 2007.01.00.009488-0 / PA (72)
AGRTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
AGRDO: ADOLPHO ARMANDO NOGUEIRA ROBERT E OUTROS(AS)
ADV: REGINALDO DE CASTRO MAIA

AG/RESP 2007.01.00.009489-3 / DF (73)
AGRTE: FUNDACAO NACIONAL DO INDIO - FUNAI
PROCUR: HUGO MARCELINO DA SILVA
PROCUR: LUIZ FERNANDO VILLARES E SILVA
AGRDO: JOSE ARAUJO FILHO
ADV: ULISSES BORGES DE RESENDE

AG/RE 2007.01.00.009490-3 / BA (74)
AGRTE: FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA
PROCUR: HUGO MARCELINO DA SILVA
AGRDO: ADEMAR BRITO DE SOUZA E OUTROS(AS)
ADV: FLAVIUS AUGUSTUS F MACEDO E OUTROS(AS)

AG/RESP 2007.01.00.009803-7 / DF (75)
AGRTE: HELENO SOARES DE SOUZA E OUTROS(AS)
ADV: MARCOS ANTONIO ZIN ROMANO E OUTRO(A)
AGRDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ALBERTO CAVALCANTE BRAGA E OUTROS(AS)

AG/RESP 2007.01.00.009804-0 / AM (76)
AGRTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ALBERTO CAVALCANTE BRAGA E OUTROS(AS)
AGRDO: ALDENORA PEREIRA DA COSTA
DEFEN.: DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO

AG/RESP 2007.01.00.009805-4 / BA (77)
AGRTE: EDSON MOREIRA DE ARAGAO
ADV: JAIRO ANDRADE DE MIRANDA
AGRDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ALBERTO CAVALCANTE BRAGA E OUTROS(AS)

AG/RESP 2007.01.00.009806-8 / DF (78)
AGRTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
AGRDO: CENTRO DE CULTURA INFORMACAO E MEIO AMBIENTE
ADV: CARLOS EDUARDO FONTOURA DOS SANTOS JACINTO E OUTRO(A)

AG/RESP 2007.01.00.009807-1 / DF (79)
AGRTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
AGRDO: JOSIAS MARQUES DE MIRANDA
ADV: HUMBERTO BARBOSA DE CASTRO E OUTRO(A)

AG/RESP 2007.01.00.009809-9 / PA (80)
AGRTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ALBERTO CAVALCANTE BRAGA E OUTROS(AS)
AGRDO: EDILSON PAIVA DE ABREU
ADV: KELMA SOUZA DE OLIVEIRA REUTER COUTINHO

AG/RESP 2007.01.00.009810-9 / MG (81)
AGRTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA - UFU
PROCUR: HUGO MARCELINO DA SILVA
AGRDO: SINDICATO DOS TRABALHADORES TECNICOS ADMINISTRATIVO EM INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR DE UBERLANDIA - SINTET/ UFU
ADV: ARLETE ROSA AMARAL

AG/RESP 2007.01.00.009811-2 / GO (82)
AGRTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ALBERTO CAVALCANTE BRAGA E OUTROS(AS)
AGRDO: JOAQUIM GUEDES COELHO FILHO E OUTRO(A)
ADV: DIVINO PEREIRA MACHADO E OUTROS(AS)

AG/RESP 2007.01.00.009812-6 / MG (83)
AGRTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
AGRDO: REGINA LISBOA DE MELO MESQUITA E OUTROS(AS)
ADV: EDER MARCOS VALERIANO

AG/RESP 2007.01.00.009814-3 / DF (84)
AGRTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
AGRDO: ILMA VIEIRA SILVA
ADV: JAERSILVIO PEREIRA DA SILVA

AG/RE 2007.01.00.009816-0 / BA (85)
AGRTE: FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA
PROCUR: HUGO MARCELINO DA SILVA
AGRDO: JOSE BATISTA DOS SANTOS E OUTROS(AS)
ADV: FLAVIUS AUGUSTUS F MACEDO

AG/RE 2007.01.00.009818-8 / BA (86)
AGRTE: FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA
PROCUR: HUGO MARCELINO DA SILVA
AGRDO: MARLY SANTANA REIS E OUTROS(AS)
ADV: FLAVIUS AUGUSTUS F MACEDO

AG/RESP 2007.01.00.009820-1 / PI (87)
AGRTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
AGRDO: MUNICIPIO DE ISAIAS COELHO-PI
PROCUR: ARMANDO FERRAZ NUNES

AG/RESP 2007.01.00.009821-5 / PA (88)
AGRTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCUR: ANTONIO CARLOS ALPINO BIGONHA
AGRDO: BERNARDINO PEREIRA FILHO E CONJUGE
ADV: PLINIO PINHEIRO NETO

AG/RE 2007.01.00.009822-9 / DF (89)
AGRTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
AGRDO: ILMA VIEIRA SILVA
ADV: JAERSILVIO PEREIRA DA SILVA

AG/RE 2007.01.00.009823-2 / PA (90)
AGRTE: FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA
PROCUR: HUGO MARCELINO DA SILVA
AGRDO: OTAVIO AGENOR DE FREITAS OSMAR E OUTROS(AS)
ADV: DANIEL KONSTADINIDIS E OUTROS(AS)

AG/RESP 2007.01.00.009824-6 / DF (91)
AGRTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
AGRDO: LUIZ ANTONIO DOS SANTOS
ADV: GLADSTOM DE LIMA DONOLA

AG/RE 2007.01.00.009825-0 / BA (92)
AGRTE: FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA
PROCUR: HUGO MARCELINO DA SILVA
AGRDO: GILMAR DE SOUZA BARRETO E OUTROS(AS)
ADV: FLAVIUS AUGUSTUS F MACEDO

AG/RESP 2007.01.00.009830-4 / MG (93)
AGRTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: CARMEN SANT'ANNA
AGRDO: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM SEGURIDADE SOCIAL SAUDE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL EM MINAS GERAIS - SINTSPREV/MG
ADV: MARIA DA PENHA FONSECA LINO DE SOUZA E OUTRO(A)

AG/RE 2007.01.00.009831-8 / MG (94)
AGRTE: FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA
PROCUR: HUGO MARCELINO DA SILVA
AGRDO: DAVID TIAGO NETO E OUTROS(AS)
ADV: BEATRIZ MORAIS DE SA RABELO CORREA E OUTRO(A)

AG/RE 2007.01.00.009832-1 / BA (95)
AGRTE: FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA
PROCUR: HUGO MARCELINO DA SILVA
AGRDO: EDVALDO SANTOS SOUZA E OUTROS(AS)
ADV: FLAVIUS AUGUSTUS F MACEDO

AG/RESP 2007.01.00.009833-5 / DF (96)
AGRTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
AGRDO: FERNANDO DIAS DA COSTA E OUTROS(AS)
ADV: FELIPE NERI DRESCH DA SILVEIRA E OUTROS(AS)

AG/RESP 2007.01.00.009835-2 / MT (97)
AGRTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ALBERTO CAVALCANTE BRAGA E OUTROS(AS)
AGRDO: MUNICIPIO DE CACERES-MT
PROCUR: VALDEMAR GOMES DA SILVA

AG/RESP 2007.01.00.009836-6 / MG (98)
AGRTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
AGRDO: WALTER BUENO RIBEIRO E OUTROS(AS)
ADV: JUAREZ LOPES DA SILVA

AG/RESP 2007.01.00.009840-7 / DF (99)
AGRTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
AGRDO: MUNICIPIO DE PLACIDO DE CASTRO
PROCUR: VICENTE ARAGAO PRADO JUNIOR

AG/RE 2007.01.00.009862-0 / DF (100)
AGRTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
AGRDO: HILARIO RICARDO DE OLIVEIRA
ADV: RAUL FREITAS PIRES DE SABOIA

AG/RESP 2007.01.00.009863-3 / BA (101)
AGRTE: MARLENE BARBOSA SANTOS DE MIRANDA
ADV: JAIRO ANDRADE DE MIRANDA
AGRDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ALBERTO CAVALCANTE BRAGA E OUTROS(AS)

AG/RESP 2007.01.00.009864-7 / BA (102)
AGRTE: WILTON IMPROTA BORGES E OUTROS(AS)
ADV: JAIRO ANDRADE DE MIRANDA
AGRDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ALBERTO CAVALCANTE BRAGA E OUTROS(AS)

AG/RESP 2007.01.00.009865-0 / BA (103)
AGRTE: FERNANDO BORGES TORRES
ADV: JAIRO ANDRADE DE MIRANDA
AGRDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ALBERTO CAVALCANTE BRAGA E OUTROS(AS)

AG/RESP 2007.01.00.009866-4 / DF (104)
AGRTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
AGRDO: CARLOS ALBERTO DE CASTRO DAVID E OUTROS(AS)
ADV: ROGERIO DA SILVA VENANCIO PIRES E OUTRO(A)

AG/RESP 2007.01.00.009867-8 / MA (105)
AGRTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
AGRDO: MUNICIPIO DE IGARAPE GRANDE
PROCUR: ANTONIO CARLOS MUNIZ CANTANHEDE E OUTROS(AS)

AG/RESP 2007.01.00.009869-5 / DF (106)
AGRTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
AGRDO: ANDRE LUIZ RIBEIRO DOS SANTOS E OUTROS(AS)
ADV: MIGUEL ALFREDO DE OLIVEIRA JUNIOR

AG/RESP 2007.01.00.009873-6 / MT (107)
AGRTE: JUSTICA PUBLICA
PROCUR: MARCELO ANTONI CEARA SERRA AZUL
AGRDO: ROZIANE DE CARVALHO BARROS
ADV: MAURO SERGIO ABREU LIMA REZENDE

AG/RESP 2007.01.00.009874-0 / MT (108)
AGRTE: JUIZO DE DIREITO DA 1A VARA CIVEL DA COMARCA DE IPORA - GO
PROCUR: MARCELO ANTONIO CEARA SERRA AZUL
AGRDO: ANITO ANDRADE DE ARAUJO
ADV: MAURO SERGIO ABREU LIMA REZENDE

AG/RESP 2007.01.00.009875-3 / MT (109)
AGRTE: JUSTICA PUBLICA
PROCUR: MARCELO ANTONIO CEARA SERRA AZUL
AGRDO: RENATO PINTO
ADV: MAURO SERGIO ABREU LIMA REZENDE

AG/RESP 2007.01.00.009877-0 / MT (110)
AGRTE: JUSTICA PUBLICA
PROCUR: MARCELO ANTONIO CEARA SERRA AZUL
AGRDO: ALCEU SCHIMAINSKI
ADV: JULIO CESAR PILEGI RODRIGUES

AG/RESP 2007.01.00.009878-4 / MT (111)
AGRTE: JUSTICA PUBLICA
PROCUR: MARCELO ANTONIO CEARA SERRA AZUL
AGRDO: ROBERTO MATEUS TINOCO
ADV: MAURO SERGIO ABREU LIMA REZENDE

AG/RESP 2007.01.00.009879-8 / DF (112)
AGRTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
AGRDO: GILKA MARIA CELESTINO DA SILVA
ADV: IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR

AG/RESP 2007.01.00.010262-0 / BA (113)
AGRTE: ANTONIO LIBORIO LUSTOSA
ADV: JAIRO ANDRADE DE MIRANDA
AGRDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ALBERTO CAVALCANTE BRAGA E OUTROS(AS)

AG/RESP 2007.01.00.010265-0 / DF (114)
AGRTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
AGRDO: VALBER MACHADO DOS SANTOS E OUTROS(AS)
ADV: LUIZ FREITAS PIRES DE SABOIA

AG/RESP 2007.01.00.010266-4 / MG (115)
AGRTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A
ADV: ANA CAROLINA M DE ARAUJO
AGRDO: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA - CODEVASF
ADV: WILSON GUERRA DE FREITAS JUNIOR E OUTROS(AS)

AG/RE 2007.01.00.010267-8 / MG (116)
AGRTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A
ADV: ANA CAROLINA M DE ARAUJO
AGRDO: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA - CODEVASF
ADV: WILSON GUERRA DE FREITAS JUNIOR E OUTROS(AS)

AG/RESP 2007.01.00.010273-6 / DF (117)
AGRTE: MARIO GREGORCZYK E OUTRO(A)
ADV: LIGIA LUCIBEL FRANZIO DE SOUZA
AGRDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ALBERTO CAVALCANTE BRAGA E OUTROS(AS)

AG/RESP 2007.01.00.010274-0 / BA (118)
AGRTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
AGRDO: SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVICO PUBLICO FEDERAL NO ESTADO DA BAHIA - SINTSEF/BA
ADV: LUIS AUGUSTO PIRES SEIXAS

AG/RESP 2007.01.00.010276-7 / MG (119)
AGRTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: LUIZ EMANNUEL ANDRADE FARIAS
AGRDO: SEMOP-SERVICOS DE MANUTENCAO DE OBRAS E PAVIMENTACAO LTDA
ADV: ALEXANDRE PIMENTA DA ROCHA DE CARVALHO E OUTRO(A)

AG/RESP 2007.01.00.010277-0 / MG (120)
AGRTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: LUIZ EMANNUEL ANDRADE FARIAS
AGRDO: MINICIPIO DE MONTE AZUL-MG
PROCUR: PETRONIO BRAZ

AG/RESP 2007.01.00.010279-8 / BA (121)
AGRTE: SIMONE NADYER MACEDO
ADV: VICENTE OLIVA BURATTO
AGRDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ALBERTO CAVALCANTE BRAGA E OUTROS(AS)

AG/RESP 2007.01.00.010280-8 / MG (122)
AGRTE: ANTONIO JOSE ARAUJO VILELA E OUTRO(A)
ADV: HENRIQUE JAMBISKI PINTO DOS SANTOS
AGRDO: BANCO DO BRASIL S/A
AGRDO: UNIAO FEDERAL
PROCUR: JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS

AG/RESP 2007.01.00.010514-9 / MG (123)
AGRTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ALBERTO CAVALCANTE BRAGA E OUTROS(AS)
AGRDO: FELIPE SOARES ARANHA E CONJUGE
ADV: GERALDO MAGELA SILVA FREIRE

AG/RESP 2007.01.00.010515-2 / BA (124)
AGRTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ALBERTO CAVALCANTE BRAGA E OUTROS(AS)
AGRDO: SIMONE NADYER MACEDO
ADV: MARCOS SAMPAIO DE SOUZA E OUTROS(AS)

AG/RESP 2007.01.00.010516-6 / MG (125)
AGRTE: ALINE CRISTINA RODRIGUES
ADV: ANTONIO NOVAIS CAIAFA
AGRDO: UNIFENAS-UNIVERSIDADE DE ALFENAS
ADV: CAMILA FRANCO E SILVA VELANO

AG/RESP 2007.01.00.010517-0 / AM (126)
AGRTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ALBERTO CAVALCANTE BRAGA E OUTROS(AS)
AGRDO: PEDRO GENTIL CORDEIRO DO NASCIMENTO AMORIM E CONJUGE
DEFEN.: DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO

AG/RESP 2007.01.00.010519-7 / DF (127)
AGRTE: ANA MARIA VIEIRA GROSSANO DE ALBUQUERQUE E OUTROS(AS)
ADV: CARLA LOUZADA MARQUES E OUTROS(AS)
AGRDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ALBERTO CAVALCANTE BRAGA E OUTROS(AS)

AG/RESP 2007.01.00.010520-7 / DF (128)
AGRTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
AGRDO: BRASILINA GONDIM DE ALBUQUERQUE E OUTROS(AS)
ADV: AMARIO CASSIMIRO DA SILVA E OUTROS(AS)

AG/RESP 2007.01.00.010521-0 / DF (129)
AGRTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
AGRDO: RODOVAL DE SOUZA GUEDES
ADV: LINO DE CARVALHO CAVALCANTE E OUTRO(A)

AG/RESP 2007.01.00.010523-8 / MG (130)
AGRTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
AGRDO: CYRO BORJA E OUTRO(A)
ADV: DANIEL DA SILVA GLORIA E OUTRO(A)

AG/RESP 2007.01.00.010524-1 / GO (131)
AGRTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
AGRDO: ELOI RODRIGUES CABRAL
ADV: MARIA IZABEL DE MELO OLIVEIRA DOS SANTOS E OUTRO(A)

AG/RESP 2007.01.00.010525-5 / MG (132)
AGRTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: LUIZ EMANNUEL ANDRADE FARIAS
AGRDO: CONSERVADORA SOCCER LTDA
ADV: ALVIMAR ARAMUNI E SILVA

AG/RESP 2007.01.00.010526-9 / BA (133)
AGRTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ALBERTO CAVALCANTE BRAGA E OUTROS(AS)
AGRDO: SIMONE NADYER MACEDO
ADV: VICENTE OLIVA BURATTO

AG/RESP 2007.01.00.010527-2 / BA (134)
AGRTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: LUIZ EMANNUEL ANDRADE FARIAS
AGRDO: MUNICIPIO DE JEQUIE-BA
PROCUR: HENRIQUE SANTOS MESSIAS DE FIGUEIREDO E OUTROS(AS)

AG/RESP 2007.01.00.010528-6 / TO (135)
AGRTE: ENERPEIXE S/A
ADV: JULIANA POLI ANTUNES DE OLIVEIRA E OUTRO(A)
AGRDO: MAURO DE FREITAS CORREA E CONJUGE
ADV: MAURO DE FREITAS CORREA
A. LITIS: UNIAO FEDERAL
PROCUR: JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS

AG/RESP 2007.01.00.010530-0 / GO (136)
AGRTE: SSOCIACAO SALGADO DE OLIVEIRA DE EDUCACAO E CULTURA - ASOEC
ADV: MARCIO ANDRE MENDES COSTA
AGRDO: ANA PAULA CUNHA LEITAO
ADV: RENATO RATES

AG/RESP 2007.01.00.010531-3 / MG (137)
AGRTE: ASSOCIACAO SALGADO DE OLIVEIRA DE EDUCACAO E CULTURA-ASOEC
ADV: MARCIO ANDRE MENDES COSTA
AGRDO: SORAIA APARECIDA ROSA
ADV: REINER CHAFIC MIGUEL E OUTROS(AS)

AG/RESP 2007.01.00.010534-4 / MG (138)
AGRTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT
ADV: CESAR AUGUSTO SOARES REGO E OUTROS(AS)
AGRDO: SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE OLIVEIRA
ADV: MARCOS ESTEVAM BICALHO E OUTROS(AS)

AG/RESP 2007.01.00.010535-8 / MG (139)
AGRTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT
ADV: CESAR AUGUSTO SOARES REGO
AGRDO: SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE ITAMBACURI
ADV: HELTA YEDDA TORRES ALVES DA SILVA E OUTROS(AS)

AG/RESP 2007.01.00.010536-1 / BA (140)
AGRTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT
ADV: ANA VIRGINIA BATISTA LOPES DE SOUZA E OUTRO(A)
AGRDO: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E ACAO REGIONAL - CAR
ADV: BENJAMIM ALVES DE CARVALHO NETO

AG/RESP 2007.01.00.010538-9 / DF (141)
AGRTE: WILSON RODRIGUES CHAVES
ADV: JOSE EYMARD LOGUERCIO E OUTRO(A)
AGRDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ALBERTO CAVALCANTE BRAGA E OUTROS(AS)

AG/RESP 2007.01.00.010539-2 / MG (142)
AGRTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT
ADV: CESAR AUGUSTO SOARES REGO E OUTROS(AS)
AGRDO: SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DO MUNICIPIO DE BOCAIUVA - MG

AG/RESP 2007.01.00.010596-8 / DF (143)
AGRTE: RICARDO PAOLIELLO PALET E OUTRO(A)
ADV: SILVIO DE ARAUJO NUNES
AGRDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ALBERTO CAVALCANTE BRAGA E OUTROS(AS)

AG/RESP 2007.01.00.010598-5 / DF (144)
AGRTE: DIRCEU ANTONIO CORDEIRO E OUTROS(AS)
ADV: IVO EVANGELISTA DE AVILA E OUTROS(AS)
AGRDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ALBERTO CAVALCANTE BRAGA E OUTROS(AS)

AG/RESP 2007.01.00.010600-3 / DF (145)
AGRTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
AGRDO: ERALDO FERREIRA DA SILVA E OUTROS(AS)
ADV: FERNANDO FREIRE DIAS E OUTROS(AS)

AG/RESP 2007.01.00.010604-8 / DF (146)
AGRTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
AGRDO: JORGE ALVARENGA E OUTROS(AS)
ADV: LUIZA TIMOTEO DE OLIVEIRA SOUZA E OUTROS(AS)

AG/RESP 2007.01.00.010605-1 / DF (147)
AGRTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
AGRDO: MARIA DINAH DE AZEREDO E OUTROS(AS)
ADV: UBIRAJARA ARRAIS DE AZEVEDO E OUTROS(AS)

AG/RESP 2007.01.00.010607-9 / GO (148)
AGRTE: NOE LOPES CARDOSO
ADV: TEREZA RAQUEL DE AGUIAR MATIAS
AGRDO: CAIXA SEGURADORA S/A
ADV: SANDRA MARCELINO DA SILVA
AGRDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ALBERTO CAVALCANTE BRAGA E OUTROS(AS)
AGRDO: UNIAO FEDERAL
PROCUR: JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS

AG/RE 2007.01.00.010608-2 / BA (149)
AGRTE: FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA
PROCUR: HUGO MARCELINO DA SILVA
AGRDO: JOAMILTON SILVA SAMPAIO E OUTROS(AS)
ADV: FLAVIUS AUGUSTUS F MACEDO

AG/RE 2007.01.00.010609-6 / BA (150)
AGRTE: FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA
PROCUR: HUGO MARCELINO DA SILVA
AGRDO: EDGAR MACIEL DE LIMA E OUTROS(AS)
ADV: MARCOS ANTONIO SILVA DIAS

AG/RESP 2007.01.00.010610-6 / GO (151)
AGRTE: NOE LOPES CARDOSO E CONJUGE
ADV: TEREZA RAQUEL DE AGUIAR MATIAS
AGRDO: CAIXA SEGURADORA S/A
ADV: SANDRA MARCELINO DA SILVA
AGRDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ALBERTO CAVALCANTE BRAGA E OUTROS(AS)
AGRDO: UNIAO FEDERAL
PROCUR: JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS

AG/RESP 2007.01.00.010611-0 / GO (152)
AGRTE: NOE LOPES CARDOSO E CONJUGE
ADV: TEREZA RAQUEL DE AGUIAR MATIAS
AGRDO: UNIAO FEDERAL
PROCUR: JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
AGRDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ALBERTO CAVALCANTE BRAGA E OUTROS(AS)

AG/RESP 2007.01.00.010617-1 / BA (153)
AGRTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ALBERTO CAVALCANTE BRAGA E OUTROS(AS)
AGRDO: ARNOLDO GONCALVES FILHO
ADV: EURIPEDES BRITO CUNHA E OUTROS(AS)

AG/RESP 2007.01.00.010618-5 / BA (154)
AGRTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ALBERTO CAVALCANTE BRAGA E OUTROS(AS)
AGRDO: MILTON SOUZA
ADV: EDMUNDO SAMPAIO JONES E OUTROS(AS)

AG/RE 2007.01.00.010619-9 / BA (155)
AGRTE: FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA
PROCUR: HUGO MARCELINO DA SILVA
AGRDO: MANOEL DA CONCEICAO DOS SANTOS E OUTRO(A)
ADV: BOLIVAR FERREIRA COSTA E OUTRO(A)

AG/RESP 2007.01.00.010921-8 / DF (156)
AGRTE: CECILIA KIMAID VALENTE E OUTRO(A)
ADV: CLAUDIO MARANHAO QUEIROZ E OUTRO(A)
AGRDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ALBERTO CAVALCANTE BRAGA E OUTROS(AS)

AG/RESP 2007.01.00.010922-1 / DF (157)
AGRTE: CECILIA KIMAID VALENTE E OUTRO(A)
ADV: CLAUDIO MARANHAO QUEIROZ
AGRDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ALBERTO CAVALCANTE BRAGA E OUTROS(AS)

AG/RESP 2007.01.00.010926-6 / DF (158)
AGRTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
AGRDO: DARIU BATISTA DE CASTRO E OUTROS(AS)
ADV: RENILDE TEREZINHA DE RESENDE AVILA

AG/RESP 2007.01.00.010928-3 / DF (159)
AGRTE: RICARDO PAOLIELLO PALET E CONJUGE
ADV: SILVIO DE ARAUJO NUNES E OUTRO(A)
AGRDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ALBERTO CAVALCANTE BRAGA E OUTROS(AS)

AG/RESP 2007.01.00.010929-7 / MG (160)
AGRTE: EUGENIO LUCIO FERREIRA DE MELO E OUTROS(AS)
ADV: VANESSA VIEIRA LACERDA E OUTROS(AS)
AGRDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ALBERTO CAVALCANTE BRAGA E OUTROS(AS)

AG/RESP 2007.01.00.010932-4 / BA (161)
AGRTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ALBERTO CAVALCANTE BRAGA E OUTROS(AS)
AGRDO: SILVANO NOGUEIRA MORAIS E OUTROS(AS)
ADV: MONICA MACHADO BITTENCOURT

AG/RESP 2007.01.00.010938-6 / MG (162)
AGRTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: CARLOS ANDRE STUDART PEREIRA
AGRDO: CONSORCIO MRV PRIME LTDA E OUTROS(AS)
ADV: MARIA FERNANDA NAZARETH TEIXEIRA DE SOUZA E OUTROS(AS)

AG/RESP 2007.01.00.010939-0 / MG (163)
AGRTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRDO: CARLA JOHANNA SIMON KURRLE E OUTROS(AS)
ADV: RICARDO MAGALHAES DE SOUZA LIMA

AG/RESP 2007.01.00.010940-0 / MT (164)
AGRTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: CARLOS ANDRE STUDART PEREIRA
AGRDO: TELECOMUNICACOES DE MATO GROSSO S/A - TELEMAT
ADV: FRANCISCO EDUARDO TORRES ESGAIB

AG/RESP 2007.01.00.011431-2 / MA (165)
AGRTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: CARLOS ANDRE STUDART PEREIRA
AGRDO: MUNICIPIO DE IMPERATRIZ - MA
PROCUR: MIRIAM SANTOS

AG/RE 2007.01.00.011432-6 / BA (166)
AGRTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
AGRDO: MARILZA ARAUJO DOS SANTOS E OUTRO(A)
ADV: ALCIR SANTOS DE OLIVEIRA E OUTRO(A)

AG/RESP 2007.01.00.011433-0 / GO (167)
AGRTE: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADV: CARLOS JOSE ELIAS JUNIOR E OUTROS(AS)
AGRDO: JOAQUIM GUEDES COELHO FILHO E OUTRO(A)
ADV: DIVINO PEREIRA MACHADO E OUTROS(AS)

AG/RESP 2007.01.00.011434-3 / DF (168)
AGRTE: FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA
PROCUR: HUGO MARCELINO DA SILVA
AGRDO: MUNICIPIO DE ARRAIAL - PI
PROCUR: WILLAMY ALVES DOS SANTOS

AG/RESP 2007.01.00.011435-7 / DF (169)
AGRTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
AGRDO: GILSON DE OLIVEIRA E OUTRO(A)
ADV: UBIRAJARA ARRAIS DE AZEVEDO E OUTROS(AS)

AG/RESP 2007.01.00.011436-0 / DF (170)
AGRTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
AGRDO: CLINICA SAO CAMILO DE LELIS LTDA
ADV: ANTONIO CARLOS ROCHA PIRES DE OLIVEIRA E OUTROS(AS)

AG/RESP 2007.01.00.011437-4 / MG (171)
AGRTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA - UFU
PROCUR: LISBETE GOMES ARAUJO
AGRDO: GEISA DAISE GUMIERO CLEPS
ADV: ANTONIO SEVERINO MUNIZ

AG/RESP 2007.01.00.011438-8 / TO (172)
AGRTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: CARLOS ANDRE STUDART PEREIRA
AGRDO: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO TOCANTINS - SANEATINS
ADV: LUCIANA CORDEIRO CAVALCANTE CERQUEIRA E OUTRO(A)

AG/RESP 2007.01.00.011443-2 / DF (173)
AGRTE: AMANTINO CAETANO E OUTROS(AS)
ADV: JOSE PEIXOTO GUIMARAES NETO E OUTROS(AS)
AGRDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ALBERTO CAVALCANTE BRAGA E OUTROS(AS)

AG/RE 2007.01.00.011455-2 / MG (174)
AGRTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
PROCUR: HUGO MARCELINO DA SILVA
AGRDO: ADRIANO GOMES CARREIRA
PROCUR: ADRIANO GOMES CARREIRA

AG/RESP 2007.01.00.011457-0 / DF (175)
AGRTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
AGRDO: JOSE PEDRO FERREIRA E OUTROS(AS)
ADV: ANTONIO TORREAO BRAZ FILHO E OUTROS(AS)

AG/RESP 2007.01.00.011458-3 / MG (176)
AGRTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRDO: INSTITUTO DE FISIOTERAPIA CLINICA E REABILITACAO LTDA
ADV: MARCELO ROCHA BITTENCOURT E OUTROS(AS)

AG/RESP 2007.01.00.011459-7 / DF (177)
AGRTE: AJAX SAMPAIO SILVA E OUTROS(AS)
ADV: IVALDO DE HOLANDA CUNHA E OUTRO(A)
AGRDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ALBERTO CAVALCANTE BRAGA E OUTROS(AS)

AG/RE 2007.01.00.011928-4 / DF (178)
AGRTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
AGRDO: JOSE PEDRO FERREIRA E OUTROS(AS)
ADV: ANTONIO TORREAO BRAZ FILHO E OUTROS(AS)

AG/RESP 2007.01.00.011930-8 / MA (179)
AGRTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ALBERTO CAVALCANTE BRAGA E OUTROS(AS)
AGRDO: IVANIR MARTINS E OUTROS(AS)
ADV: ANTONIO ROBERTO PIRES DA COSTA
INTERES: CONSTRUTORA PENAFORTE LTDA
ADV: JOSE RAIMUNDO SOARES SERRA

AUTOS COM VISTAS AOS INTERESSADOS (218)

A Excelentíssima Senhora Desembargadora Federal ASSUSETE MAGALHÃES, Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, exarou decisão(ões) inadmitindo recurso(s) especial(ais), no(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

AC 1997.35.00.008309-6 / GO (227)
APTE: HUSSEIN HASSAN SAMMOUR
ADV: CHIANG DE GOMES E OUTROS(AS)
APDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: CLEIDE STELLA DE JESUS COSTA PINTO BORGES E OUTROS(AS)
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCUR: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL FAGUNDES DE DEUS

AC 1997.36.00.000102-0 / MT (228)
APTE: CONSTRUTORA ARANTES FERREIRA LTDA
ADV: RITA DE CASSIA LEVENTI ALEIXES
APDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ALESSANDRO MACIEL E OUTROS(AS)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE

AC 1998.38.00.028533-5 / MG (229)
APTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APDO: ANTONIO SANTANA E OUTROS(AS)
ADV: MARISA PEREIRA CAMPOS
RELATOR: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO

AC 1998.40.00.006147-7 / PI (230)
APTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: EDUILTON FRANCISCO DE VASCONCELOS BARROS
APDO: OSVALDO MENDES E CIA LTDA E OUTROS(AS)
REU: VIACAO PIAUIENSE LTDA

REU: TRANSPORTE COLETICO CIDADE VERDE LTDA
REU: TRANSCOL - TRANSPORTES COLETIVOS LTDA
REU: EMTRACOL - EMPRESA DE TRANSPORTES COLETIVO LTDA
ADV: MANUEL LUIS DA ROCHA NETO E OUTROS(AS)
APDO: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA
PROCUR: VIRGOLINO DA SILVA COELHO NETO
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 5A VARA - PI
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES

AC 1999.38.00.039017-0 / MG (231)
APTE: VALTER SOARES DOS SANTOS E OUTROS(AS)
ADV: ANTONIO PEREIRA ALBINO E OUTRO(A)
APDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE

AC 2000.01.00.064047-2 / BA (232)
APTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APDO: ALVARO JOSE DE MATOS BRECHBVEHLER
ADV: PAULO ROBERTO DA SILVA ONETY
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 6A VARA - BA
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS

AC 2000.34.00.000314-3 / DF(AG 200001000014784 /DF) (233)
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: CLEBER MARIA MELO E SILVA E OUTROS(AS)
APDO: ERONALDO ALVES DE OLIVEIRA E CONJUGE
ADV: DEUSDEDITA SOUTO CAMARGO E OUTRO(A)
RELATOR: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES

AC 2000.34.00.000584-8 / DF(AC 200034000003143 /DF) (234)
APTE: ERONALDO ALVES DE OLIVEIRA E CONJUGE
AUTOR: LENISIA ARDILA GENESS
ADV: DEUSDEDITA SOUTO CAMARGO
APDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ELGA LUSTOSA DE MOURA E OUTROS(AS)
RELATOR: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES

AMS 2000.38.00.030789-2 / MG (235)
APTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APDO: AEFE/MG ASSOCIACAO DAS EMPRESAS FRANQUEADAS DE CORREIOS NO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADV: JOSE DE ASSIS SILVA E OUTROS(AS)
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 5A VARA - MG
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS

AG 2001.01.00.043700-3 / MG (236)
AGRTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRDO: ETEL ELETRICIDADE E TELECOMUNICACOES LTDA
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS

AC 2001.34.00.019137-6 / DF (237)
APTE: ANSELMO MARTINS DE ARAUJO E OUTROS(AS)
ADV: DESIREE COSTA GOSSLING VALERIO E OUTROS(AS)
APDO: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
RELATOR: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO

AC 2001.34.00.021105-4 / DF (238)
APTE: ADHEMAR NASCIMENTO COSTA E OUTROS(AS)
AUTOR: DEODORO OLIVEIRA CANABARRO
AUTOR: NELSON ALMEIDA SANTOS
AUTOR: ROSA MARIA LOHMANN
AUTOR: ZUELY FARIAS DA SILVA
ADV: IVO EVANGELISTA DE AVILA E OUTROS(AS)
APTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APDO: OS MESMOS
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 22A VARA - DF
RELATOR: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO

AC 2001.34.00.023373-3 / DF (239)
APTE: ANTONIO LUIS ORLANDINI E OUTROS(AS)
ADV: EDINO CEZAR FRANZIO DE SOUZA
APTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APDO: OS MESMOS
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL

REO 2001.34.00.033930-2 / DF (240)
AUTOR: JEANETE OLIMPIA DOS SANTOS MARQUES
ADV: JOSE DANILO CARNEIRO E OUTRO(A)
REU: UNIAO FEDERAL
PROCUR: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 16A VARA - DF
RELATOR: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES

AMS 2001.35.00.002337-4 / GO (241)
APTE: CONCEICAO BATISTA DOS SANTOS
ADV: KATIA REGINA DO PADRO FARIA E OUTRO(A)
APDO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS - UFGO
PROCUR: ROBSON PEREIRA NUNES
RELATOR: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES

AC 2001.37.00.006252-4 / MA (242)
APTE: RADIO LITORAL MARANHENSE
ADV: JOSE MAERCIO PEREIRA E OUTROS(AS)
APDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: LUIZ EMANNUEL ANDRADE FARIAS
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS

AC 2001.38.00.013198-1 / MG (243)
APTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APDO: ANTONIO RAFAEL DE FIGUEIREDO E OUTROS(AS)
ADV: RENATA ALVES PASSOS E OUTRO(A)
RELATOR: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO

AC 2001.38.00.040730-1 / MG (244)
APTE: CONSORCIO MERCANTIL S/C LTDA
ADV: DALMAR DO ESPIRITO SANTO PIMENTA E OUTROS(AS)
APTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APDO: OS MESMOS
RELATOR: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO

AG 2002.01.00.026965-0 / MG (245)
AGRTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: JOAO CESAR OTONI DE MATOS
AGRDO: LUIZ ROBERTO GRASSI E CIA LTDA
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS

AG 2002.01.00.038126-9 / BA (246)
AGRTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRDO: PSA PUBLICIDADE LTDA
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS

AMS 2002.33.00.014284-2 / BA(AG 200201000286906 /BA) (247)
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
APDO: TRANSPORTE COLETIVO NOVA ESPERANCA LTDA
ADV: NILTON CARDOSO DAS NEVES
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA

AMS 2002.33.00.022919-1 / BA (248)
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCUR: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
APDO: VIACAO NOSSA SENHORA D ABADIA LTDA
ADV: NILTON CARDOSO DAS NEVES
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 1A VARA - BA
RELATOR: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO

AC 2002.34.00.005458-0 / DF(AG 200301000368647 /DF) (249)
APTE: NELSON NOBOYOSHI NAKAZONE E OUTRO(A)
AUTOR: SILVIANA MOREIRA DE MIRANDA
ADV: IVO EVANGELISTA DE AVILA E OUTROS(AS)
APTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APDO: OS MESMOS
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 3A VARA - DF
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA

AC 2002.34.00.021474-5 / DF (250)
APTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APDO: ALTINO RAMOS COSTA E OUTROS(AS)
ADV: EDINO CEZAR FRANZIO DE SOUZA
RELATOR: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO

AC 2002.34.00.029371-0 / DF (251)
APTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APDO: IDENE PAZ SARAIVA CAMARA
ADV: MARTINHO COURA
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 8A VARA - DF
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA

AC 2002.34.00.039839-6 / DF (252)
APTE: JOAO FRANCISCO DE OLIVEIRA CARMO E OUTROS(AS)
AUTOR: MARIA ALICE MANTOVANI SANTANA
AUTOR: NESTOR CARLOS BIGARELLA
AUTOR: VALMIR RODRIGUES ROCHA
ADV: IVO EVANGELISTA DE AVILA E OUTROS(AS)
APTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APDO: OS MESMOS
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 4A VARA - DF
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS

AC 2002.38.00.026444-3 / MG (253)
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: NEWTON DO ESPIRITO SANTO E OUTROS(AS)
APDO: CLARICE REIS
ADV: FERNANDO OTAVIO DE PAIVA MARINHO
REC ADES: CLARICE REIS
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE

AC 2002.38.00.027465-3 / MG (254)
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ROGERIO RUBIM DE MIRANDA MAGALHAES
APDO: JANDIR RIBEIRO DA SILVA E OUTRO(A)
REU: MARIA DAS GRACAS SILVA
ADV: CARLOS ALEXANDRE DE PAULA MOREIRA
RELATOR: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES

AC 2002.38.00.044515-7 / MG (255)
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: SIBELI MARIA PINTO E OUTROS(AS)
APDO: ALVARO JOSE DOS SANTOS FERREIRA E OUTROS(AS)
ADV: SERGIO CAETANO DE RESENDE
RELATOR: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO

AG 2003.01.00.001401-0 / BA (256)
AGRTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRDO: PROENDE PROJ DE ENGENHARIA BASICA DE DETALHAMENTO
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS

AG 2003.01.00.003157-2 / MG (257)
AGRTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRDO: HILTON IMPRESSOS DE LUXO LTDA
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS

AG 2003.01.00.011146-3 / BA (258)
AGRTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRDO: EMPRESA DE TURISMO S/A EMTURSA
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS

AG 2003.01.00.011858-6 / BA (259)
AGRTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRDO: SEMAQ SERVICOS DE MAQUINA LTDA E OUTRO(A)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS

AG 2003.01.00.012910-9 / BA (260)
AGRTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRDO: ERGON ENGENHARIA LTDA
AGRDO: GERALDO DANNEMANN
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS

AG 2003.01.00.015071-5 / BA (261)
AGRTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRDO: ESCRAVA INDUSTRIA E COMERCIO DE ROUPAS LTDA E OUTRO(A)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS

AG 2003.01.00.018528-9 / BA (262)
AGRTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRDO: ELETROSERRA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
AGRDO: HYBERNON PERDIZ SERRA
AGRDO: FABIO PERDIZ SERRA
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS

AG 2003.01.00.022754-0 / MG (263)
AGRTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRDO: COMERCIAL LUSGLAFANI LTDA
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS

AG 2003.01.00.023332-0 / BA (264)
AGRTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRDO: FALCON DISTRIBUIDORAS DE PRODUTOS INDUSTRIAIS LTDA
AGRDO: HUGO HERMIDA RODRIGUES OUBINHA NETO
AGRDO: FRANCISCO MIGUEL LIMA BERTALO GUIMARAES
ADV: DANILO AUGUSTO PAES DE AZEVEDO E OUTRO(A)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS

AG 2003.01.00.028531-5 / BA (265)
AGRTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRDO: FARMACIA PEROLA LTDA
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS

AG 2003.01.00.028971-3 / BA (266)
AGRTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRDO: EQUIPTRON EQUIPAMENTOS ELETRICOS E HIDRAULICOS LTDA
ADV: JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA E OUTROS(AS)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS

AG 2003.01.00.034706-4 / BA (267)
AGRTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRDO: SA E RIBEIRO LTDA
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS

AG 2003.01.00.035203-5 / BA (268)
AGRTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRDO: MERCADINHO MAYDAN
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS

AG 2003.01.00.038498-4 / BA (269)
AGRTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRDO: MAIA MAIA LTDA
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS

AC 2003.34.00.004850-0 / DF(AC 200234000398930 /DF) (270)
APTE: FERNANDO TEIXEIRA CUTRIM
ADV: ANDERSON NAZARENO RODRIGUES E OUTRO(A)
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCUR: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 5A VARA - DF
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA

AC 2003.34.00.033929-3 / DF (271)
APTE: CONFIANCA SEGURANCA EMPRESARIAL S/C LTDA E OUTRO(A)
AUTOR: CONFIANCA SERVICOS ADMINISTRATIVOS S/C LTDA ME
ADV: FERNANDA CABELLO DA SILVA MAGALHAES
APDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: ROGERIO SANTOS MUNIZ
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS

AMS 2003.34.00.039412-1 / DF (272)
APTE: DAGMAR DOCKHORN FREITAS
ADV: MARIA EDITH FERREIRA DE MORAIS SOUZA E OUTROS(AS)
APDO: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 15A VARA - DF
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA

AMS 2003.34.00.040833-9 / DF (273)
APTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APDO: CRISTINA BECKERT MATZ
ADV: MARIA EDITH FERREIRA DE MORAIS SOUZA E OUTROS(AS)
RELATOR: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO

AC 2003.34.00.044381-0 / DF(AG 200401000061120 /DF) (274)
APTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APDO: MOREIRA E MOREIRA ABATE LTDA
ADV: RUTH MARIA TEIXEIRA GUERREIRO CACAIS E OUTROS(AS)
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 2A VARA - DF
RELATOR: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO

AC 2003.38.00.033858-8 / MG (275)
APTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APDO: LANACASTRO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA
ADV: NORTON RAFAEL DE SOUZA COTA E OUTROS(AS)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL

AMS 2003.38.00.038355-2 / MG (276)
APTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: AMAURI DE SOUZA
APDO: DMG EMPREENDIMENTOS DE ENGENHARIA LTDA
ADV: GUILHERME AUGUSTO GONCALVES MACHADO
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 11A VARA - MG
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS

AG 2004.01.00.008339-6 / BA (277)
AGRTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRDO: MAGALY BRASILEIRO ALENCAR ALBUQUERQUE
ADV: FLORA MARIA BRITO PEREIRA
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS

AG 2004.01.00.035663-2 / BA (278)
AGRTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRDO: RIOSEG ADMINISTRACAO E SERVICOS DE SEGUROS LTDA
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS

AG 2004.01.00.053978-5 / PI(AG 200401000539771 /PI) (279)
AGRTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: EDUILTON FRANCISCO DE VASCONCELOS BARROS
AGRDO: AGENOR DE ALMEIDA LIRA
AGRDO: COIMA COMERCIO E INDUSTRIA DE MARMORE LTDA
AGRDO: ANTONIO RIBEIRO DIAS FILHO
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA

AG 2004.01.00.053979-9 / PI(AG 200401000539771 /PI) (280)
AGRTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: EDUILTON FRANCISCO DE VASCONCELOS BARROS
AGRDO: NUBIA DA SILVA MATOS DE CARVALHO
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA

AG 2004.01.00.058393-6 / MG (281)
AGRTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: BRENO GUMIERO PEREIRA
AGRDO: LATICINIO NEVES E OUTROS(AS)
REU: OTACIANO ESTEVES SILVA FILHO
REU: LUCELIA DE ALMEIDA LOPES ESTEVES
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS

AC 2004.33.00.009702-5 / BA (282)
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: EMILIA FRANCISCONE AFONSO BARBOSA E OUTROS(AS)
APDO: GILBERTO RUY LOPES VENTURI E CONJUGE
REU: IVANETE DA CUNHA RANGEL
ADV: LEONARDO DE ALMEIDA AZI E OUTROS(AS)
APDO: BANCO ECONOMICO S/A
ADV: AIRTON DE SOUZA LIMA E OUTROS(AS)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA

AC 2004.33.00.020125-0 / BA(AC 200033000209373 /BA) (283)
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: MAGNO ANGELO PINHEIRO DE FREITAS E OUTROS(AS)
APDO: FRANCISCO BATISTA ALVES E OUTROS(AS)
ADVDATIVO: LUCIANA MARIA MINERVINO LERNER
REU: JOSE OTAVIANO DE SOUZA
REU: ILTON FRANCISCO DE SOUZA
REU: GONCALO JOSE DOS SANTOS
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE

AC 2004.33.00.029740-7 / BA (284)
APTE: MARIA DE LOURDES CARDOSO FIALHO
ADV: ANTONIO GERALDO TEIXEIRA NETO E OUTRO(A)
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: YASMY BRANDAO FIUZA E OUTROS(AS)
APDO: OS MESMOS
RELATOR: DESEMBARGADORA FEDERAL SELENE MARIA DE ALMEIDA

AMS 2004.34.00.005622-0 / DF (285)
APTE: FERDINAND SIDNEI MENDES
ADV: MARIA EDITH FERREIRA DE MORAIS SOUZA E OUTROS(AS)
APTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APDO: OS MESMOS
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA

AC 2004.34.00.022660-0 / DF (286)
APTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APDO: ROBERTO BANDEIRA ALVES E OUTROS(AS)
AUTOR: CELSO DE OLIVEIRA PARADELA
AUTOR: WASHINGTON PINTO MANZUETO
AUTOR: VERA ROSANE PINTO MANZUETO
AUTOR: RICARDO BICALHO BARBOSA
AUTOR: MARLY DA SILVA NETTO
AUTOR: MANOEL JOSE DA SILVA
AUTOR: FRANCISCO JOSE AZEVEDO BOTTINO
AUTOR: ELIAS FERREIRA SERRA FILHO
ADV: ALEXANDRE AUGUSTO SANTOS DE VASCONCELOS E OUTROS(AS)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA

AMS 2004.34.00.042105-0 / DF (287)
APTE: ARLETE SANTANA E SILVA NEVES
ADV: MARIA EDITH FERREIRA DE MORAIS SOUZA E OUTROS(AS)
APTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APDO: OS MESMOS
RELATOR: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO

AC 2004.35.00.023170-0 / GO (288)
APTE: APARECIDA NAZARETH DE FREITAS
ADV: TEREZA RAQUEL DE AGUIAR MATIAS E OUTROS(AS)
APDO: MUTUAL APETRIM CREDITO IMOBILIARIO S/A
ADV: THYAGO MELLO MORAES GUALBERTO E OUTROS(AS)
APDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: LUIZ FERNANDO CAMARGO PADILHA E OUTROS(AS)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL FAGUNDES DE DEUS

AC 2004.38.00.004389-8 / MG (289)
APTE: VICENTE DE OLIVEIRA SILVA
ADV: MAGNA BORGES SANTOS E OUTROS(AS)
APDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: JOAO VIEIRA NUNES NETO E OUTROS(AS)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE

AMS 2004.38.00.015354-1 / MG(AG 200401000141620 /MG) (290)
APTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: NANCY DE PINHO AMARAL FILHA
APDO: TRANSEGURO - BH TRANSPORTES DE VALORES E VIGILANCIA LTDA
ADV: ANDREA BESSONE GUIMARAES E OUTROS(AS)
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 17A VARA - MG
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA

AMS 2004.38.00.025606-0 / MG (291)
APTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: BARBARA ANDRADE DE RESENDE CHAVES
APDO: ALICERCE ENGENHERIA LTDA
ADV: PAULO SERGIO BARBOSA CARVALHO E OUTROS(AS)
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 21A VARA - MG
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS

AG 2005.01.00.000501-9 / MG (292)
AGRTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: LUCIANA CASTRO CERQUEIRA
AGRDO: CIA ACUCAREIRA RIOBRANQUENSE
ADV: FLAVIO CRUZ NEVES E OUTROS(AS)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS

AG 2005.01.00.000549-9 / MG (293)
AGRTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: LUCIANA CASTRO CERQUEIRA
AGRDO: CIA ACUCAREIRA RIOBRANQUENSE
ADV: FLAVIO CRUZ NEVES E OUTRO(A)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS

AG 2005.01.00.021208-8 / RR (294)
AGRTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRDO: HIDROLAZER COMERCIO LTDA
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS

AG 2005.01.00.054795-0 / MG (295)
AGRTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: DANIELA MARIA BAETA SCARPELLI
AGRDO: BRASTEXTEIS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA E OUTROS(AS)
REU: LWIDI GONCALVES PEREIRA
REU: ROBERTO MARENI
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS

AC 2005.01.00.055448-3 / DF (296)
APTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APDO: PANIFICADORA E CONFEITARIA CAPRI LTDA E OUTROS(AS)
REU: ERIVAMAR PEREIRA LIMA
REU: ALDENOR PEREIRA LIMA
REU: JONAS CONTI
REU: JAIRO PEREIRA LIMA
CURAD.: ANDRE DO NASCIMENTO DEL FIACO
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO

AG 2005.01.00.058871-6 / MG (297)
AGRTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRDO: FRIGORIFICO SARAMANDAIA LTDA
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS

AG 2005.01.00.062622-6 / MG (298)
AGRTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: DANIELA MARIA BAETA SCARPELLI
AGRDO: ASSIST ASSISTENCIA TECNICA JURIDICA CONTABIL ECONOMICA S/C LTDA
AGRDO: LILLIAN MARCIA LEO
INTERES: JOAO BOSCO SANTANA
RELATOR: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO

AG 2005.01.00.062637-7 / MG (299)
AGRTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: TERESA CRISTINA DE SOUZA
AGRDO: PORTICO CONSTRUCOES METALICAS LTDA
AGRDO: PEDRO LEMOS DOS SANTOS
AGRDO: PAULO MENDES DOS SANTOS JUNIOR
RELATOR: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO

AG 2005.01.00.062639-4 / MG (300)
AGRTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: DANIELA BERTOLINI ROSA SILVA
AGRDO: INSTEL ELETROMECANICA E PINTURA INDUSTRIAL LTDA
ADV: JAIME PATTO ROCHA
AGRDO: DARCY LUIZ CARNEIRO
AGRDO: VICENZO BOSCIA
RELATOR: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO

AG 2005.01.00.062640-4 / MG (301)
AGRTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: DANIELA BERTOLINI ROSA SILVA
AGRDO: LUCIMAR TRANSPORTES E REPRESENTACOES LTDA E OUTROS(AS)
REU: JOSE CARLOS SUCADORNI
RELATOR: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO

AG 2005.01.00.067412-4 / MG (302)
AGRTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: GISELLE FILGUEIRAS CORREA
AGRDO: LARIVOIR ENGENARIA LTDA
ADV: VICENTE THOMAS DE AQUINO E OUTRO(A)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS

AG 2005.01.00.071948-7 / BA(AG 200501000042329 /BA) (303)
AGRTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRDO: ALIMED PRODUTOS FARMACEUTICOS E HOSPITALARES LTDA
AGRDO: VERA LUCIA CASTRO DE SA
ADV: JOAO ALBERTO FACO JUNIOR E OUTRO(A)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA

AC 2005.33.00.001989-2 / BA(AC 200033000234119 /BA) (304)
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: MAGNO ANGELO PINHEIRO DE FREITAS E OUTROS(AS)
APDO: GILBERTO DE PINHO E OUTRO(A)
REU: TANIA MARIA SILVA CALMON
ADV: ANA MARIA FARIAS REGIS GOMES
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE

AMS 2005.38.00.005564-2 / MG(AG 200501000137607 /MG) (305)
APTE: FLAVIOTUR VIAGENS E TURISMO LTDA
ADV: CARLOS LINDOMAR DE SOUZA E OUTRO(A)
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCUR: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS

AC 2005.38.00.011601-2 / MG (306)
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: RONALDO BATISTA DE CARVALHO E OUTROS(AS)
APDO: TANCREDO DE OLIVEIRA BASTOS
ADV: NOE ALEXANDRE DE MELO E OUTROS(AS)
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA

AG 2006.01.00.002893-1 / BA (307)
AGRTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRDO: BAHIANA VEICULOS E MAQUINAS S/A
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA

AG	2006.01.00.005807-4 / MG	(308)
AGRTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	ELVIO GUSMAO SANTOS	
AGRDO:	ARAGUAIA CONSTRUCOES E SANEAMENTO LTDA	
RELATOR :	DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS	
AG	2006.01.00.007807-6 / MG	(309)
AGRTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	BRUNO SOUZA SAVINO	
AGRDO:	CAD SERVICE CONSERVADORA E ADM SERVICOS LTDA	
AGRDO:	JAIRO JOSE RODRIGUES	
AGRDO:	VIRGINIA MARIA MARTINS CELEIRO	
AGRDO:	ZILDA MARTINS SELEIRO	
RELATOR :	DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA	
AG	2006.01.00.008141-3 / MG	(310)
AGRTE:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	LUCIANA CASTRO CERQUEIRA	
AGRDO:	PARMA S/A INDUSTRIA E COMERCIO	
AGRDO:	FRANCISCO CARLOS GAZOLLA PARMA	
AGRDO:	BRAZ LUIZ GAZOLLA PARMA	
RELATOR :	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO	

AUTOS COM VISTAS AOS INTERESSADOS (220)

A Excelentíssima Senhora Desembargadora Federal ASSUSETE MAGALHÃES, Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, exarou decisão(ões) inadmitindo recurso(s) extraordinário(s), no(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

AC	2001.34.00.026137-5 / DF	(311)
APTE:	NORDESTE SEGURANCA DE VALORES LTDA	
ADV:	LIRIAN SOUSA SOARES E OUTROS(AS)	
APTE:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF	
ADV:	LEANDRO CLEMENTONI DA CUNHA E OUTROS(AS)	
APTE:	FAZENDA NACIONAL	
PROCUR:	JOSE LUIZ GOMES ROLO	
APDO:	OS MESMOS	
RELATOR :	DESEMBARGADOR FEDERAL FAGUNDES DE DEUS	
AC	2001.34.00.026312-0 / DF(AG 200101000464480 /DF)	(312)
APTE:	FAZENDA NACIONAL	
PROCUR:	JOSE LUIZ GOMES ROLO	
APDO:	SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANCA PRIVADA NOS ESTADOS DE GOIAS E TOCANTINS - SINDESP/GO/TO	
ADV:	LIRIAN SOUSA SOARES E OUTROS(AS)	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA 2A VARA - DF	
RELATOR :	DESEMBARGADORA FEDERAL SELENE MARIA DE ALMEIDA	
AMS	2001.38.03.003756-7 / MG	(313)
APTE:	FAZENDA NACIONAL	
PROCUR:	JOSE LUIZ GOMES ROLO	
APDO:	REPEL PNEUS LTDA E OUTRO(A)	
ADV:	JACKSON VALERI LAGES E OUTRO(A)	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA 2A VARA DA SUBSECAO JUDICIARIA DE UBERLANDIA - MG	
RELATOR :	DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA	
AMS	2002.33.01.000507-1 / BA	(314)
APTE:	VELA BRANCA HOTEIS E TURISMO LTDA	
ADV:	JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA E OUTROS(AS)	
APTE:	FAZENDA NACIONAL	
PROCUR:	JOSE LUIZ GOMES ROLO	
APDO:	OS MESMOS	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DE ILHEUS - BA	
RELATOR :	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL	
AC	2002.34.00.024828-6 / DF	(315)
APTE:	NORDESTE SEGURANCA DE VALORES LTDA FILIAL PETROLINA	
ADV:	LIRIAN SOUSA SOARES E OUTRO(A)	
APTE:	FAZENDA NACIONAL	
PROCUR:	JOSE LUIZ GOMES ROLO	
APDO:	OS MESMOS	
APDO:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF	
ADV:	LUIS GUSTAVO SOARES ALFAYA E OUTROS(AS)	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA 2A VARA - DF	
RELATOR :	DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE	
AMS	2002.38.00.013346-7 / MG(AG 200201000202620 /MG)	(316)
APTE:	INSTITUTO EDUCACIONAL SILVA CARMO LTDA	
ADV:	ALETEIA SILVA ARAUJO E OUTROS(AS)	
APDO:	FAZENDA NACIONAL	
PROCUR:	JOSE LUIZ GOMES ROLO	
RELATOR :	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA	
AMS	2004.35.00.003135-9 / GO	(317)
APTE:	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS - UFGO	
PROCUR:	ANTONIO ROBERTO BASSO	
APDO:	KARITA PAUL DE MELO PEDRA E OUTROS(AS)	
ADV:	FERNANDO AUGUSTO SENA RODRIGUES	
REU:	ANA LUCIA NUNES DE SOUSA	
REU:	CAMILA LUCIA NUNES DE SOUSA	
REU:	CAROLINA NOGUEIRA RODRIGUES	
REU:	ENVER DIAS MURARI BORBA	
REU:	FREDERICO COSTA E SILVA	
REU:	JARDEL MARQUES DE SOUZA	
REU:	MAIARA DE ANDRADE AMADOR	
REU:	MARCELO DE PAULA PEREIRA PERILO	
REU:	MARCELO LIMA DE ALMEIDA	
REU:	MARCIO RODRIGUES DA MATA	
REU:	PRISCILENY SALES CAMPOS	
REU:	TUANNY ROBERTA BELOTI	
REU:	WENDER FRANCISCO DE ASSIS	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA 3A VARA - GO	
RELATOR :	DESEMBARGADOR FEDERAL FAGUNDES DE DEUS	
AMS	2005.38.00.001254-0 / MG(AG 200501000042288 /MG)	(318)
APTE:	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG	
PROCUR:	ANTONIO ROBERTO BASSO	
APDO:	THIAGO GIARDINI VIEIRA E OUTROS(AS)	
ADV:	JOSE CARLOS GOBBI	
REU:	MARCOS TITO TOLENTINO	
REU:	LETICIA COUTO GARCIA	
REU:	JUNO ASSIS MORAIS	
REU:	HENRIQUE MAURICIO DELUCCA	
REU:	FELIPE DIAS FIRPO	
REU:	RAFAEL HENRIQUE GOMES CARDOSO	
REU:	CRISTINA COUTO GARCIA	
REU:	RAPHAEL LIGEIRO BARROSO SANTOS	
REU:	VANESSA MATOS GOMES	
REU:	THIAGO GIARDINI VIEIRA	
REU:	LIDIA FRICHE PEIXOTO	
REU:	MARINA CAVALCANTI SANTOS	
REU:	DIOGO PORTELLA ORNELAS DE MELO	
REU:	CESAR FELIPE DE SOUZA PALMUTI	
REU:	BRUNO GARCIA PACHECO	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA 16A VARA - MG	
RELATOR :	DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE	
AMS	2005.38.00.020246-2 / MG	(319)
APTE:	CIA FERROLIGAS MINAS GERAIS - MINASLIGAS	
ADV:	DANIEL BARROS GUAZZELLI E OUTRO(A)	
APDO:	FAZENDA NACIONAL	
PROCUR:	JOSE LUIZ GOMES ROLO	
RELATOR :	DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL	
AMS	2005.38.00.024463-4 / MG(AG 200501000564419 /MG)	(320)
APTE:	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG	
PROCUR:	ANTONIO ROBERTO BASSO	
APDO:	RAFAEL LEMOS GUERRA E OUTROS(AS)	
REU:	TULIO DORNAS DE OLIVEIRA	
REU:	LEONARDO MENDES PADILHA	
REU:	KATIA ELISA ARAUJO	
REU:	FLAVIO HENRIQUE PEREIRA SANTOS	
REU:	GIANCARLO THADEU RAMOS MONTALVAO COUTINHO	
REU:	RAFAEL LINO MONTEIRO DE BARROS	
REU:	RODRIGO LARA VIEGAS	
REU:	ELIANE DE LOURDES CALSAVARA	
REU:	VANESSA RODRIGUES MALHEIROS LIMA	
ADV:	JOSE CARLOS GOBBI	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA 19A VARA - MG	
RELATOR :	DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE	
AMS	2006.38.00.000232-0 / MG(AG 200601000027200 /MG)	(321)
APTE:	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG	
PROCUR:	ANTONIO ROBERTO BASSO	
APDO:	BERNADO DE FARIA LEOPOLDO E OUTROS(AS)	
REU:	CINTIA AVELAR PALHARES	
REU:	CRISTIANO OTAVIO LUCIANO GOULART	
REU:	GABRIEL CALDEIRA MACHADO	
REU:	GUILHERME AUGUSTO AZEVEDO LIMA	
REU:	RENATO ANTONACI GAMA	
REU:	RENATO RIBEIRO FERREIRA	
REU:	THIAGO MARTINS TEIXEIRA	
REU:	VANESSA MATOS GOMES	
REU:	WARRISON ATHANASIO COELHO DE ANDRADE	
REU:	REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS-UFMG	
REU:	PRESIDENTE DA FUNDACAO UNIVERSITARIA MENDES PIMENTEL - FUMP	
ADV:	JOSE CARLOS GOBBI	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA 13A VARA - MG	
RELATOR :	DESEMBARGADOR FEDERAL FAGUNDES DE DEUS	

AUTOS COM VISTAS AOS INTERESSADOS (223)

A Excelentíssima Senhora Desembargadora Federal ASSUSETE MAGALHÃES, Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, exarou decisões inadmitindo recursos especial(ais) e extraordinário(s), no(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

AMS	1999.34.00.027214-3 / DF(AG 199901001019705 /DF)	(218)
APTE:	BRASIL TELECOM PARTICIPACOES S/A	
ADV:	GUSTAVO DO AMARAL MARTINS E OUTROS(AS)	
APDO:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	JOSE CARLOS RODRIGUES SILVA	
RELATOR :	DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES	
AC	2000.36.00.008599-4 / MT	(219)
APTE:	LCMIL - LAMINADOS E COMPENSADOS MISTURINI LTDA	
ADV:	ANGELICA SANSON ANDRADE	
APDO:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PROCUR:	REINALDO OLIVEIRA	
RELATOR :	DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS	
AMS	2002.31.00.001105-0 / AP(AG 200201000298705 /AP)	(220)
APTE:	COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPA	
ADV:	RICARDO LUZ DE BARROS BARRETO E OUTROS(AS)	
APTE:	FAZENDA NACIONAL	
PROCUR:	JOSE LUIZ GOMES ROLO	
APDO:	OS MESMOS	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA 1A VARA - AP	
RELATOR :	DESEMBARGADOR FEDERAL FAGUNDES DE DEUS	
AC	2002.34.00.020786-0 / DF	(221)
APTE:	CAJU DO BRASIL S/A AGRO - INDUSTRIA - CAJUBRAZ	
ADV:	MAXIMINIANO EDUARDO ANDRADE CARDOSO E OUTRO(A)	
APTE:	CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETROBRAS	
ADV:	FERNANDO BARBOSA DE SOUZA E OUTROS(AS)	
APTE:	FAZENDA NACIONAL	
PROCUR:	JOSE LUIZ GOMES ROLO	
APDO:	OS MESMOS	
REMTE:	JUIZO FEDERAL DA 16A VARA - DF	
RELATOR :	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA	
AMS	2002.38.00.052308-9 / MG	(222)
APTE:	GRUPO TECNICO DE CONSULTORES S/C LTDA	
ADV:	RENATA MARTINS GOMES E OUTROS(AS)	
APDO:	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC	
ADV:	ROBERTA ESPINHA CORREA E OUTROS(AS)	
APDO:	SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC/ARMG	

ADV: ROBERTA ESPINHA CORREA E OUTROS(AS)
APDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: MARIA LUCIA CASSIANO ARAUJO
RELATOR : DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO

AMS 2003.33.00.008705-1 / BA (223)
APTE: CURTUME CAMPELO S/A
ADV: MARCIANO BUFFON E OUTRO(A)
APDO: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA

AC 2003.33.00.013053-0 / BA (224)
APTE: JOSUE PEREIRA DOS SANTOS E OUTRO(A)
AUTOR: MANOEL SANTOS TRINDADE FILHO
ADV: JAIRO ANDRADE DE MIRANDA
APDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: VICENTE MAIA BARRETO DE OLIVEIRA E OUTROS(AS)
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL FAGUNDES DE DEUS

AMS 2003.39.00.004282-2 / PA (225)
APTE: AGROPALMA S/A E OUTRO(A)
AUTOR: CRAI AGROINDUSTRIA S/A
ADV: MARCOS SEIITI ABE E OUTROS(AS)
APDO: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA

AMS 2004.36.00.000948-0 / MT (226)
APTE: MADENORTE LTDA E OUTROS(AS)
AUTOR: MADEIRANIT MADEIRAS LTDA
AUTOR: MADEREIRA BOM SUCESSO LTDA
ADV: RYCHARDE FARAH E OUTROS(AS)
APDO: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES

AUTOS COM VISTAS AOS INTERESSADOS (229)

A Excelentíssima Senhora Desembargadora Federal ASSUSETE MAGALHÃES, Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, exarou decisões inadmitindo recurso(s) especial(ais) e admitindo recurso especial(ais), no(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

AC 2001.34.00.001404-6 / DF (322)
APTE: EVALDO ESTEVAO FABIANO BORGES E OUTROS(AS)
AUTOR: EUSTAQUIO PAULO ADAM
AUTOR: IVO DEBARBA
AUTOR: MARIA ILISABETH BRAGA MILANI
AUTOR: MAURO ANDRE FERRAZZA
AUTOR: WELLINGTON MENDES MARINHO
ADV: CAROLINA LOUZADA PETRARCA
APTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APDO: OS MESMOS
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA

AC 2002.34.00.021792-9 / DF (323)
APTE: ANA SILVIA SARTI E OUTROS(AS)
ADV: IVO EVANGELISTA DE AVILA E OUTROS(AS)
APDO: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA

AC 2003.34.00.001103-2 / DF (324)
APTE: JOSE CARLOS MARTINS GOMES E OUTROS(AS)
AUTOR: JOSE HENRIQUE CARVALHO DA COSTA
AUTOR: LAZARO JOSE DA SILVA
AUTOR: PEDRO CARLOS ARAUJO DA FONSECA
AUTOR: SAMUEL BARBOSA MACHADO
ADV: ALVIMAR BERTRAND DUARTE GUERRA DE MACEDO E OUTROS(AS)
APTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APDO: OS MESMOS
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA

AC 2004.34.00.019863-1 / DF (325)
APTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APDO: ELZA MARIA LIMA
REU: MAURICIO FERNANDES
REU: LAERTE DE PAULA
REU: MAURA PIRES PONTES
REU: PEDRO WILSON CARRANO ALBUQUERQUE
REU: JOAS DE ALMEIDA CAMPOS
REU: ERCIO JOSE DALL AQUA
REU: JOSE CARLOS BERCI
REU: JOSE CARNELOSSI FILHO
REU: MARIA DA CONCEICAO GOMES SOUZA
ADV: IVO EVANGELISTA DE AVILA E OUTROS(AS)
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES

AUTOS COM VISTA AOS INTERESSADOS (221)

A Excelentíssima Senhora Desembargadora Federal ASSUSETE MAGALHÃES, Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, exarou decisões inadmitindo recurso(s) especial(ais) e admitindo recurso(s) extraordinário(s), no(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

EAC 2001.34.00.031590-0 / DF (180)
EMBTE: CARLOS EDUARDO JANSEN MELO E OUTROS(AS)
AUTOR: AVELINO MARTINS DE GODOI
AUTOR: JONILTON LIMA ROCHA
AUTOR: JOSE SILVEIRA DE JESUS
AUTOR: SERGIO EGIDIO PEREIRA
ADV: JOSE EYMARD LOGUERCIO
EMBDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: MARCIO RAFAEL SILVA LAEBER E OUTROS(AS)
RELATOR : DESEMBARGADORA FEDERAL SELENE MARIA DE ALMEIDA

EAC 2002.34.00.006762-7 / DF (181)
EMBTE: ALMIR RUIZ E OUTROS(AS)
ADV: JOSE RONALDO MENDONCA MOTTA
EMBDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: CARLOS HENRIQUE BERNARDES CASTELLO CHIOSSI E OUTROS(AS)
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO

EAC 2002.34.00.036044-3 / DF (182)
EMBTE: MAURILIO JOSE DE ALMEIDA
ADV: JOSE EYMARD LOGUERCIO E OUTROS(AS)
EMBDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: JORGE LUIS SCHMITZ E OUTROS(AS)
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL FAGUNDES DE DEUS

EAC 2003.34.00.006631-7 / DF (183)
EMBTE: FRANCISCO SOARES FURTADO
ADV: JOSE EYMARD LOGUERCIO E OUTROS(AS)
EMBDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: CARLOS HENRIQUE BERNARDES CASTELLO CHIOSSI E OUTROS(AS)
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO

AMS 2004.38.00.039817-2 / MG(AG 200401000454922 /MG) (184)
APTE: TRASBUS TRANSPORTE LTDA
ADV: MARIA CLEUSA DE ANDRADE E OUTRO(A)
APDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: MARIA CECILIA DE MARCO ROCHA E OUTROS(AS)
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS

AG 2006.01.00.001622-4 / DF (185)
AGRTE: CONCEICAO MARIA LOPES DE O SA E OUTROS(AS)
AUTOR: DIVA MARIA VALENTE
AUTOR: JOAO ROBERTO CAMARGO
AUTOR: OTAVIO DE OLIVEIRA DIAS
AUTOR: PAULO CASTELLO BRANCO
AUTOR: ROSALBA MOREIRA DE ALBUQUERQUE MENDES
AUTOR: VICENTE GOMES PEREIRA
AUTOR: WILMA SAGADO
ADV: MARCOS ANTONIO ZIN ROMANO
AGRDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: LUCIANO CAIXETA AMANCIO E OUTROS(AS)
RELATOR : DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES

AG 2006.01.00.009566-5 / DF (186)
AGRTE: ILCE MARIA DOS SANTOS FIALHO E OUTROS(AS)
ADV: MARCOS ANTONIO ZIN ROMANO E OUTROS(AS)
AUTOR: IVARDA PEREIRA DOS SANTOS
AUTOR: JOSE ABIATTI
AUTOR: JOSE EDAGMAR ALMEIDA
AUTOR: JOSE ROBERTO DA SILVA ALMEIDA
AUTOR: LEILA POLICASTRO DE ASSIS
AUTOR: LEO CARLOS AUGUSTO DE OLIVEIRA
AUTOR: MARIA DAS GRACAS DE LIMA MORAIS
AUTOR: CARMEN LUCIA FURLAN
AGRDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ALBERTO CAVALCANTE BRAGA E OUTROS(AS)
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA

AG 2006.01.00.010097-9 / DF (187)
AGRTE: ADA LUCIA BOSIO FABIUS E OUTROS(AS)
AUTOR: AMELIA NOGUEIRA DE SOUZA
AUTOR: ARIOVALDO CANDIDO DE OLIVEIRA
AUTOR: CIBELE APARECIDA BUENO DE MORAES
AUTOR: MARCIA CARUSO THEOPHILO CALDAS
AUTOR: MARGARETE CABRAL ROSINHA
AUTOR: PEDRO FONSECA FILHO
AUTOR: SAVIO SILVEIRA CRUZ
ADV: MARCOS ANTONIO ZIN ROMANO E OUTROS(AS)
AGRDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: ALEXANDRE DUARTE DE LACERDA E OUTROS(AS)
RELATOR : DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES

AUTOS COM VISTAS AOS INTERESSADOS (222)

A Excelentíssima Senhora Desembargadora Federal ASSUSETE MAGALHÃES, Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, exarou decisões inadmitindo recurso(s) extraordinário(s) e admitindo recurso(s) especial(ais), no(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

AC 1999.01.00.069143-7 / MG (188)
APTE: THYSSEN FUNDICOES LTDA
ADV: PLINIO GUSTAVO PRADO GARCIA E OUTROS(AS)
APDO: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL

AMS 1999.01.00.077476-9 / MG (189)
APTE: FREDERICO TORRES DE SOUZA
ADV: FLAVIO COUTO BERNARDES E OUTROS(AS)
APDO: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA

AMS 2000.34.00.003633-7 / DF (190)
APTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
APDO: USINA SANTA CRUZ
ADV: ALEXANDRE PALMEIRA E OUTROS(AS)
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 4A VARA - DF
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA

AC 2000.38.00.005335-1 / MG (191)
APTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: PEDRO CAMARA RAPOSO LOPES
APDO: CAMARGO CORREIA CIMENTOS S/A
ADV: BERNARDO JOAO VAZ DE MELLO E OUTROS(AS)
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 17A VARA - MG
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL

AC 2000.38.00.047391-8 / MG (192)
APTE: MUNICIPIO DE BELO HORIZONTE - MG
ADV: CRISTIANA RODRIGUES GONTIJO E ROBINSON NEVES FILHO E OUTROS(AS)
APDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: ELVIO GUSMAO SANTOS
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 25A VARA - MG
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL

AC 2001.38.00.013823-1 / MG (193)
APTE: FAUSTO DE SOUZA ALBUQUERQUE
ADV: WALDIVINO FRANCISCO DE LOURDES MAZZEO E OUTRO(A)
APDO: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL

AUTOS COM VISTAS AOS INTERESSADOS (219)

A Excelentíssima Senhora Desembargadora Federal ASSUSETE MAGALHÃES, Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, exarou decisão(ões) inadmitindo recurso(s) especial(ais), no(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

AG 2002.01.00.014079-0 / BA (194)
AGRTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRDO: FRANCISCO FONSECA E CIA LTDA
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS

AG 2002.01.00.044963-9 / BA (195)
AGRTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRDO: INDIANA CORRETORA DE SEGUROS LTDA
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS

AG 2003.01.00.009392-4 / BA (196)
AGRTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRDO: ZINAS AVENIDA CONFECCOES LTDA
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS

AG 2003.01.00.012426-4 / BA (197)
AGRTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRDO: HIPER DISCOS COMERCIAL DE DISCOS E FITAS LTDA
AGRDO: ANTONIO BENEDITO VIRGINIO BARBOSA
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS

AG 2003.01.00.012472-3 / BA (198)
AGRTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRDO: TIPOGRAFIA CONFIANCA LTDA
AGRDO: ROBERTO WALTER LIMA
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS

AG 2003.01.00.016522-5 / RR (199)
AGRTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRDO: F C K CONSTRUTORA LTDA
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS

AG 2003.01.00.022678-8 / MG (200)
AGRTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRDO: MINI MERCADO MARINHO E FATIMA LTDA
AGRDO: MARINHO RAMOS DE SA
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS

AG 2003.01.00.022680-1 / MG (201)
AGRTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRDO: AUTO SERVICOS CAROLINE LTDA
AGRDO: RENATO AMORIM AMERICANO
RELATOR : DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO

AG 2003.01.00.022700-1 / MG (202)
AGRTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRDO: INSTITUTO GINASTICO DE MOD FISICA MARCO ANTONIO RIBEIRO LTDA
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS

AG 2003.01.00.022721-0 / MG (203)
AGRTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRDO: SUPERMERCADO BRASAO LTDA
AGRDO: LUIZ DA SILVA
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS

AG 2003.01.00.022732-7 / MG (204)
AGRTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRDO: FRANCISCO DONIZETTE DA SILVA E CIA LTDA
AGRDO: FRANCISCO DONIZETTE DA SILVA
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS

AG 2003.01.00.022741-6 / MG (205)
AGRTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRDO: SUSETE M MATIAS FLORI E FILHO LTDA
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS

AG 2003.01.00.034877-9 / BA (206)
AGRTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRDO: VALMAT COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA
AGRDO: ELISABETH FAVERSANI
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS

AC 2003.38.00.026650-9 / MG (207)
APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV: SONIA FERNANDES GANDRA E OUTROS(AS)
APTE: MOACIR PEREIRA GOULART
AUTOR: JOSE ALVESDE ABREU
AUTOR: JOSE EVANGELISTA DA SILVA
AUTOR: JOSE MACIEL
AUTOR: MOACIR DOS SANTOS ROSA
ADV: KATIA PEREIRA GONCALVES BENEDETTI E OUTROS(AS)
APDO: OS MESMOS
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL FAGUNDES DE DEUS

AG 2004.01.00.035691-3 / BA (208)
AGRTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRDO: ARTPLACA INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS

AG 2004.01.00.037358-4 / BA (209)
AGRTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRDO: FRED E UIRA REFEICOES LTDA ME
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS

AG 2004.01.00.052658-3 / BA (210)
AGRTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRDO: ESCOLINHA CASTELO MAGICO LTDA
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS

AG 2004.01.00.053977-1 / PI (211)
AGRTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: EDUILTON FRANCISCO DE VASCONCELOS BARROS
AGRDO: PAULO HENRIQUE GONCALVES VILHENA
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA

AG 2005.01.00.024666-7 / MG (212)
AGRTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRDO: CONSTRUTORA A E J LTDA
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS

AG 2005.01.00.056930-1 / BA (213)
AGRTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRDO: AUSAFIAN SERVICOS E MONTAGENS INDUSTRIAL LTDA
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS

AG 2005.01.00.057136-0 / BA (214)
AGRTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRDO: ENOCH SILVA E CIA LTDA
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS

AG 2005.01.00.058549-1 / BA (215)
AGRTE: FAZENDA NACIONAL
PROCUR: JOSE LUIZ GOMES ROLO
AGRDO: ISOFLEX SOCIEDADE ANONIMA
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS

AC 2005.38.00.000548-7 / MG (216)
APTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: ARTHUR ROSEMBURG FILHO
APDO: PATRIMAR ENGENHARIA LTDA
ADV: OCTAVIO DE CASTRO MAIA E OUTRO(A)
REMTE: JUIZO FEDERAL DA 24A VARA - MG
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS

AUTOS COM VISTAS AOS INTERESSADOS (318)

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Federal CARLOS OLAVO, Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, exarou decisão(ões) inadmitindo recurso(s) especial(ais), no(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

AC 2006.01.99.004030-4 / GO (217)
APTE: CLAVELINA PRUDENCIANA DOS REIS
ADV: JOAO ANTONIO FRANCISCO E OUTRO(A)
APDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCUR: EULINA DE SOUSA BRITO DORNELLES BERNI
REMTE: JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE PIRANHAS - GO
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ GONZAGA BARBOSA MOREIRA

ÍNDICE DE PESQUISA

ÍNDICE DE PESQUISA POR ADVOGADO
(Portaria/DIGES/PRESI/N.53 art. 2º)

Nome do Advogado

ABADIA DAS DORES DE MELO 00766
ABDILATIF MAHAMED TUFAILE E OUTROS(AS) 00394 00396
ABELARDO RIBEIRO DOS SANTOS FILHO E OUTROS(AS) 00618
ADALBERTO DE SOUZA SANTOS E OUTRO(A) 00501
ADALBERTO DIMAS ANDRADE PAIVA 00456
ADALBERTO JORGE SILVA PORTO 00571
ADALGISA PEREIRA MAYNARD CERQUEIRA E OUTROS(AS) 00759
ADENILSON CARLOS VIDOVIX E OUTRO(A) 00013
ADILSON CARLOS FARIA E OUTROS(AS) 00626 00630,00632,00634,00651,00654,00704,00705,00731,00732,00755
ADONIAS FEITOSA DE SOUSA E OUTRO(A) 00637
ADRIANA ABREU BORGES DE MEDEIROS 00613 00709,00710
ADRIANE GONTIJO SALIBA NOBRE 00436 00437
ADRIANO ANTONIO DE SOUSA 00451
ADRIANO GOMES CARREIRA 00174
ADRIANO RODRIGUES 00589
ADRIANO STANLEY ROCHA SOUZA E OUTROS(AS) 00368
AIDEE MARIA MOSER TORQUATO LUIZ 00668
AIRTON DE SOUZA LIMA E OUTROS(AS) 00282
ALADIO COSTA FERREIRA 00501
ALAN PEREIRA DE ARAUJO 00443
ALBENOR JOSE PASSOS DA CUNHA 00330
ALBERTO BARBOSA ROCHA 00605
ALBERTO CAVALCANTE BRAGA E OUTROS(AS) 00024 00037,00044,00052,00054,00070,00075,00076,00077,00080,00082 00097,00101,00102,00103,00113,00117,00121,00123,00124,00126 00127,00133,00141,00143,00144,00148,00151,00152,00153,00154 00156,00157,00159,00160,00161,00173,00177,00179,00186
ALBERTO MONTEIRO ALVES E OUTROS(AS) 00557
ALCIDES LUIZ FERREIRA E OUTRO(A) 00678
ALCIR SANTOS DE OLIVEIRA E OUTRO(A) 00166
ALESSANDRA GOMES VARISCO 00375
ALESSANDRA SALES LOPES FIGUEIREDO E OUTRO(A) 00331
ALESSANDRO MACIEL E OUTROS(AS) 00228
ALETEIA SILVA ARAUJO E OUTROS(AS) 00316
ALEX GUERRA E OUTRO(A) 00782
ALEXANDRE AUGUSTO MOREIRA COSTA E OUTROS(AS) 00399
ALEXANDRE AUGUSTO SANTOS DE VASCONCELOS E OUTROS(A 00286
ALEXANDRE CAMANHO DE ASSIS 00036 00038
ALEXANDRE DE MORAES FERREIRA E OUTROS(AS) 00010
ALEXANDRE DUARTE DE LACERDA E OUTROS(AS) 00187 00635
ALEXANDRE MATHEUS DA SILVEIRA REIJNEN E OUTROS(AS) 00493
ALEXANDRE NUNES SILVEIRA E OUTROS(AS) 00696 00733,00757
ALEXANDRE PALMEIRA E OUTROS(AS) 00190

ALEXANDRE PASCHOINI SILVA E OUTRO(A) 00005
ALEXANDRE PIMENTA DA ROCHA DE CARVALHO E OUTRO(A) 00119
ALEXANDRE PORTHUS VIAL E OUTRO(A) 00006
ALEXANDRE TAVARES REIS E OUTROS(AS) 00662
ALICE AIKO FUJIOKA YAMADA 00010
00011,00012,00018
ALINE RODRIGUES DE CARVALHO E OUTROS(AS) 00738
ALLAN HELBER DE OLIVEIRA E OUTROS(AS) 00423
ALLAN JOSE METELLO DE SIQUEIRA 00413
ALMIR BRITTO 00594
ALTEMIR DE OLIVEIRA PASSOS 00689
ALVIMAR ARAMUNI E SILVA 00132
ALVIMAR BERTRAND DUARTE GUERRA DE MACEDO E OUTROS(00324
ALZIR LEOPOLDO DO NASCIMENTO 00432
AMARIO CASSIMIRO DA SILVA E OUTROS(AS) 00128
00414
AMAURI DE SOUZA 00276
AMAURI LUDOVICO DOS SANTOS E OUTROS(AS) 00458
AMAURI SERRALVO 00448
00449
AMAURI SERRALVO E OUTROS(AS) 00479
AMELIA MARIA JUNGER CESTARI 00400
ANA CAROLINA M DE ARAUJO 00115
00116
ANA CLAUDIA FERREIRA PASTORE 00334
ANA CLAUDIA MOREIRA DOS SANTOS 00039
ANA DA SILVA CASTANHO MAX 00384
ANA GLEYSA DE OLIVEIRA GUEDES 00761
ANA LUCIA ALBUQUERQUE ROCHA AQUINO 00337
00351
ANA MARIA FARIAS REGIS GOMES 00304
ANA MARIA RIBAS MAGNO E OUTRO(A) 00604
ANA PAULA PEREIRA CONDE 00515
00518,00519
ANA VIRGINIA BATISTA LOPES DE SOUZA E OUTRO(A) 00140
ANAMARIA PEIXOTO E SOUZA CRUZ 00471
ANDERSON NAZARENO RODRIGUES E OUTRO(A) 00270
ANDERSON RICO MORAES NERY E OUTROS(AS) 00669
ANDRE LUIZ FARIA DE SOUZA 00624
00704
ANDRE LUIZ FARIA DE SOUZA E OUTRO(A) 00433
ANDRE LUIZ PELEGRINI 00440
ANDRE MANSUR BRANDAO 00784
ANDRE VICENTE LEITE DE FREITAS E OUTROS(AS) 00362
ANDREA BESSONE GUIMARAES E OUTROS(AS) 00290
ANDREIA AVELAR CLEMENTE 00336
ANESIO ANTONIO TENORIO E OUTRO(A) 00490
ANGELICA SANSON ANDRADE 00219
ANGELO DEMETRIUS DE ALBUQUERQUE CARRASCOSA E OUTRO 00607
ANILDA ROSA DE JESUS E OUTRO(A) 00469
ANNE MICHELLE DE CASTRO COSTA E OUTRO(A) 00649
ANTENOR PEREIRA MADRUGA FILHO 00327
00339,00347,00357,00361,00362,00365,00366,00607
ANTONIA FRANCISCA SOARES BARROSO MAIA 00427
ANTONIO CARLOS ALPINO BIGONHA 00088
ANTONIO CARLOS GONCALVES E OUTROS(AS) 00614
ANTONIO CARLOS MUNIZ CANTANHEDE E OUTROS(AS) 00105
ANTONIO CARLOS ROCHA PIRES DE OLIVEIRA E OUTROS(AS 00170
ANTONIO DOS SANTOS CARVALHO LIMA FILHO 00467
ANTONIO DOS SANTOS CARVALHO LIMA FILHO E OUTROS(AS 00600
ANTONIO FERNANDO RODRIGUES LOPES 00587
ANTONIO FERREIRA DE CARVALHO E OUTRO(A) 00468
ANTONIO GERALDO TEIXEIRA NETO E OUTRO(A) 00284
ANTONIO GLAUCIUS DE MORAIS E OUTRO(A) 00652
ANTONIO JOAQUIM GARCIA E OUTRO(A) 00019
ANTONIO JOSE PANCOTTI E OUTROS(AS) 00450
00520,00526
ANTONIO NOVAIS CAIAFA 00125
ANTONIO PEREIRA ALBINO E OUTRO(A) 00231
ANTONIO PEREIRA ALBINO E OUTROS(AS) 00621
ANTONIO PROTASIO MAGNAVITA 00586
ANTONIO RAIMUNDO DE CASTRO QUEIROZ JUNIOR 00741
ANTONIO ROBERTO BASSO 00317
00318,00320,00321,00402,00422,00432,00468,00483,00531,00532
00533,00534,00535,00536,00537,00538,00539,00540,00541,00542
00544,00545,00547,00548,00550,00551,00552,00553,00554,00555
00556,00558,00559,00697,00740,00745,00764,00765,00766,00778
00779,00780
ANTONIO ROBERTO PIRES DA COSTA 00179
ANTONIO SEVERINO MUNIZ 00171
00367
ANTONIO TORREAO BRAZ FILHO E OUTRO(A) 00412
ANTONIO TORREAO BRAZ FILHO E OUTROS(AS) 00069
00175,00178
ANTONIO YUKICHI YOTOKO 00438
00460,00461,00512,00513
ARIOVALDO VIEIRA DA SILVA 00568
ARISTOTELES LEAL E OUTROS(AS) 00616
ARLETE ROSA AMARAL 00081
ARMANDO FERRAZ NUNES 00087
ARNALDO SILVA 00366
ARNON JOSE NUNES CAMPOS 00729
00732
ARTHUR MAXIMUS MONTEIRO 00642
ARTHUR ROSEMBURG FILHO 00216
ATHOS GERALDO DOLABELA DA SILVEIRA E OUTROS(AS) 00436
00437
ATTILIO MARIANO SAWAZACHI DE AVILA 00383
00389
AUGUSTO BONFIM NERY 00720
AUGUSTO BONFIM NERY E OUTROS(AS) 00666
AURO NOGUEIRA DE BARROS 00549
AURO VIDIGAL DE OLIVEIRA E OUTROS(AS) 00404
BARBARA ANDRADE DE RESENDE CHAVES 00291
BEATRIZ MORAIS DE SA RABELO CORREA E OUTRO(A) 00094
BEATRIZ NACHTIGALL BACCI 00420
BENJAMIM ALVES DE CARVALHO NETO 00140
BERNARDO JOAO VAZ DE MELLO E OUTROS(AS) 00191
BOLIVAR FERREIRA COSTA E OUTRO(A) 00155
BRENO GUMIERO PEREIRA 00281
BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO E OUTROS(AS) 00629
BRUNO SOUZA SAVINO 00309
CAIO VINICIUS AOUN E OUTROS(AS) 00668
CALIMERIO CARVALHO NETO 00377
00389,00546
CAMILA FRANCO E SILVA VELANO 00125
CANDIDA ZULEIDE BACELLAR URPIA 00774
CARINA PINHEIRO CARVALHO E OUTRO(A) 00628
CARLA LOUZADA MARQUES E OUTROS(AS) 00127
CARLOS ALBERTO AZEVEDO PIMENTEL E OUTRO(A) 00713
CARLOS ALBERTO FERNANDES E OUTRO(A) 00506
CARLOS ALBERTO LOUREIRO DA COSTA 00665
CARLOS ALBERTO PURAS E OUTRO(A) 00546
CARLOS ALBERTO SOARES BORGES 00747
CARLOS ALEXANDRE DE PAULA MOREIRA 00254
CARLOS ANDRE STUDART PEREIRA 00162
00164,00165,00172
CARLOS ARI DE NORONHA 00510
CARLOS BLANC DA SILVA LEITE E OUTROS(AS) 00471
CARLOS CALDEIRA 00486
CARLOS DOUGLAS DOS SANTOS ALVES 00063
CARLOS EDUARDO FONTOURA DOS SANTOS JACINTO E OUTRO 00078
CARLOS HENRIQUE BERNARDES CASTELLO CHIOSSI E OUTRO 00181
00183
CARLOS JOSE DE AMORIM PINTO E OUTROS(AS) 00683
CARLOS JOSE ELIAS JUNIOR E OUTROS(AS) 00167
CARLOS LINDOMAR DE SOUZA E OUTRO(A) 00305
CARLOS ROBERTO DOS SANTOS OKAMOTO E OUTROS(AS) 00379
CARLOS VICTOR MUZZI E OUTRO(A) 00344
CARMEN SANT'ANNA 00093
CARMINA FERREIRA CAMPOS VIEIRA 00404
CAROLINA LOUZADA PETRARCA 00322
CELIA PIMENTA BARROSO PITCHON 00755
CELSO DE OLIVEIRA JUNIOR E OUTROS(AS) 00613
CELSO LUIZ BRAGA DE CASTRO 00594
CESAR AUGUSTO DE SOUZA CARVALHO E OUTROS(AS) 00402
CESAR AUGUSTO SOARES REGO 00139
CESAR AUGUSTO SOARES REGO E OUTROS(AS) 00138
00142
CESAR IRINEU O DA CONCEICAO 00391
CHIANG DE GOMES E OUTROS(AS) 00227
CICERO PEREIRA DA SILVA 00347
CLAUDIA DANIELA DE FREITAS SILVEIRA FRANCO 00350
CLAUDIANE REBONATTO LOPES E OUTROS(AS) 00767
00768,00769
CLAUDIO GUSMAO 00788
CLAUDIO HENRIQUE CALDEIRA E OUTROS(AS) 00066
CLAUDIO MARANHAO QUEIROZ 00157
CLAUDIO MARANHAO QUEIROZ E OUTRO(A) 00156
CLAUDIO MARQUES DE PAULA 00374
CLAUDIO ROBERTO ALVES DE LIMA E OUTROS(AS) 00573
CLEBER EUSTAQUIO NEVES 00697
00775
CLEBER MARIA MELO E SILVA E OUTROS(AS) 00233
CLEIDE STELLA DE JESUS COSTA PINTO BORGES E OUTROS 00227
00690
CLELIO ANTONIO NEVES 00395
00397,00442,00560,00573
CRISTIANA RODRIGUES GONTIJO E ROBINSON NEVES FILHO 00192
CRISTIANE MENDONCA LAGE 00346
CRISTIANNE ZAKA RODRIGUES 00456
CYNTHIA MARIA PISKE SILVERIO SOUZA E OUTROS(AS) 00338
DALMAR DO ESPIRITO SANTO PIMENTA E OUTROS(AS) 00244
DAMARIS PORTE 00489
00491,00492,00494,00495,00496,00515,00518,00519,00525,00529
00530
DANIEL BARROS GUAZZELLI E OUTRO(A) 00319
DANIEL BARROS GUAZZELLI E OUTROS(AS) 00707
DANIEL DA SILVA GLORIA E OUTRO(A) 00130
DANIEL GUIMARAES SILVA ROMAN E OUTROS(AS) 00758
DANIEL KONSTADINIDIS E OUTROS(AS) 00090
DANIELA BERTOLINI ROSA SILVA 00300
00301
DANIELA MARIA BAETA SCARPELLI 00295
00298
DANILO ALVES SANTANA 00664
DANILO AUGUSTO PAES DE AZEVEDO E OUTRO(A) 00264
DAVID ODISIO HISSA E OUTRO(A) 00370
DECIO FLAVIO GONCALVES TORRES FREIRE E OUTROS(AS) 00786
DELIVAR TADEU DE MATTOS 00781
DELZIO JOAO DE OLIVEIRA JUNIOR E OUTRO(A) 00042
DENISE ABREU CAVALCANTI 00778
00779,00779
DENISE CABRAL GARCIA NOGUEIRA E OUTRO(A) 00739
DEOMAR AFONSO 00358
DEOPHANES ARAUJO SOARES FILHO E OUTROS(AS) 00340
DESIREE COSTA GOSSLING VALERIO E OUTROS(AS) 00237
DEUSDEDITA SOUTO CAMARGO 00234
DEUSDEDITA SOUTO CAMARGO E OUTRO(A) 00233
DEUSMARY RODRIGUES CAMPOS DONA 00418
00419
DIAMANTINO SILVA FILHO 00062
DIEGO DA FONSECA HERMES ORNELLAS DE GUSMAO 00614
DILSON FERREIRA PEDROSA FILHO 00378
00385
DINE CLEY NEVES DOS SANTOS 00636
DIRCEU ROQUE TOSTES BARBOSA E OUTROS(AS) 00328
DIRCINHA CARREIRA DUARTE E OUTROS(AS) 00778
00779
DIVINO PEREIRA MACHADO E OUTROS(AS) 00033
00082,00167
DJALMA DA SILVA LEANDRO 00065
DJALMA NUNES FERNANDES JUNIOR E OUTROS(AS) 00615
00691
DOMERINA MACHADO DE OLIVEIRA E OUTROS(AS) 00770
DORIVAL FERNANDES RODRIGUES E OUTRO(A) 00635
EDER MARCOS VALERIANO 00083
EDEVALDO ASSUNCAO CALDAS 00531
00532,00533,00534,00535,00536,00537,00538,00540,00541,00542
00544,00545,00547,00548,00551,00552,00553,00554,00555,00556
00558
EDEVALDO ASSUNCAO CALDAS E OUTRO(A) 00559
EDILAINE MATCHIL MACHADO DA SILVA 00385
EDINO CEZAR FRANZIO DE SOUZA 00239
00250
EDISON DE SOUZA E OUTRO(A) 00759
EDMAR TEIXEIRA DE PAULA E OUTROS(AS) 00046
EDMUNDO SAMPAIO JONES 00597
EDMUNDO SAMPAIO JONES E OUTROS(AS) 00154
00590

EDUARDO ARGOLO DE ARAUJO LIMA E OUTROS(AS) 00712
EDUARDO BOTELHO DE CARVALHO E OUTROS(AS) 00623
EDUARDO HUMBERTO DA CUNHA MACHADO JUNIOR E OUTROS(00009
EDUARDO MONTEIRO NERY E OUTROS(AS) 00794
EDUARDO PEREIRA PESSOA 00477
00478,00480
EDUILTON FRANCISCO DE VASCONCELOS BARROS 00211
00230,00279,00280
EGILDA ROSA CASTELO BRANCO ROCHA 00428
ELCIO NUNES DOURADO 00785
ELENI ALVES PEREIRA 00357
00358
ELGA LUSTOSA DE MOURA E OUTROS(AS) 00234
ELIANA MARIA RENO E OUTROS(AS) 00735
ELIANE OLIVEIRA DE ALMEIDA E OUTROS(AS) 00672
ELIETE DE SOUZA COLARES E OUTRO(A) 00683
ELIZABETH ALVES BASTOS 00329
ELIZABETH IMACULADA MOREIRA E OUTROS(AS) 00346
ELIZABETH LOPES FIGUEIREDO 00330
00452,00459,00487
ELIZANGELA LIMA COSTA MARINHO 00056
ELIZETA MARIA DE PAIVA RAMOS 00055
ELOA SOARES GOMES PEREIRA DO NASCIMENTO 00685
ELSON MARTINS LOPES 00566
00567
ELVIO GUSMAO SANTOS 00192
00308
ELY VILAS-BOAS COSTA 00583
00591
ELY VILAS-BOAS COSTA E OUTROS(AS) 00600
00785
EMERSON BARBOSA MACIEL E OUTROS(AS) 00789
EMERSON FERREIRA DOMINGUES E OUTROS(AS) 00604
EMILIA FRANCISCONE AFONSO BARBOSA 00747
EMILIA FRANCISCONE AFONSO BARBOSA E OUTROS(AS) 00282
00585
EMILIO PUCHADES GALVEZ E OUTROS(AS) 00738
ENOS SILVERIO DE ARAUJO E OUTROS(AS) 00708
ENZO MARCOS DI PIETRO 00730
ERI DE LIMA SANTOS E OUTROS(AS) 00772
ERICA LIMA DE PAIVA MUGLIA E OUTROS(AS) 00677
ERICO LIMA DE OLIVEIRA 00647
ERICO LIMA DE OLIVEIRA E OUTRO(A) 00660
ERICO MARTINS DA SILVA E OUTROS(AS) 00763
EULINA DE SOUSA BRITO DORNELLES BERNI 00217
00376,00516,00523
EURICO SOARES MONTENEGRO NETO E OUTROS(AS) 00679
EURIPEDES BRITO CUNHA E OUTROS(AS) 00153
EURIPEDES FELIX FILHO 00364
EUVALDO TEIXEIRA DE MATOS FILHO E OUTRO(A) 00465
EVILASIO YEHOSHUA ORENSTEIN DE ARAUJO COHEN E OUTR 00405
FABIANA MENDONCA MOTA 00053
FABRICIO LUIZ NOGUEIRA DE BRITTO 00504
FELIPE NERI DRESCH DA SILVEIRA E OUTROS(AS) 00096
FELIPE TAVARES SEIXAS 00350
FERNANDA ALVES DE OLIVEIRA 00659
FERNANDA CABELLO DA SILVA MAGALHAES 00271
FERNANDA FERREIRA MACIEL E OUTRO(A) 00757
FERNANDA FERREIRA MACIEL E OUTROS(AS) 00762
FERNANDO AUGUSTO SENA RODRIGUES 00317
00764,00765
FERNANDO BARBOSA DE SOUZA E OUTROS(AS) 00221
FERNANDO DE CASTRO VASCONCELLOS 00406
00457,00464,00472,00473
FERNANDO FREIRE DIAS E OUTRO(A) 00447
FERNANDO FREIRE DIAS E OUTROS(AS) 00145
00430,00431,00475
FERNANDO HENRIQUE SILVA VIEIRA E OUTROS(AS) 00786
FERNANDO JOSE PEREIRA DE ALMEIDA E OUTROS(AS) 00598
FERNANDO OTAVIO DE PAIVA MARINHO 00253
FLAVIA MIRANDA DE RESENDE 00375
FLAVIANO KLEBER TAQUES FIGUEIREDO 00029
00030
FLAVIO COUTO BERNARDES E OUTROS(AS) 00189
FLAVIO CRUZ NEVES E OUTRO(A) 00293
FLAVIO CRUZ NEVES E OUTROS(AS) 00292
FLAVIO DE MENDONCA CAMPOS E OUTROS(AS) 00341
FLAVIUS AUGUSTUS F MACEDO 00071
00085,00086,00092,00095,00149
FLAVIUS AUGUSTUS F MACEDO E OUTROS(AS) 00074
FLORA MARIA BRITO PEREIRA 00277
FLORA MARQUES PAZOS 00363
FOUAD DEGANI MIKHAIL 00415
00441
FRANCISCA GONCALVES BERTOLDO E OUTRO(A) 00565
FRANCISCO ANTONIO NUNES 00503
FRANCISCO EDUARDO TORRES ESGAIB 00164
FRANCISCO GOMES NETO 00392
00561
FRED WILLIAMS COUTO E OUTRO(A) 00372
GABRIEL DE FASSIA PAULO 00650
GABRIEL DE FASSIO PAULO E OUTROS(AS) 00640
GAMALIEL FRAGA DUARTE E OUTROS(AS) 00673
00674,00678
GEDECY FONTES DE MEDEIROS FILHO E OUTROS(AS) 00068
GEORGE HARRISON DOS SANTOS NERY 00393
00578,00579,00580
GERALDO ALMEIDA FERREIRA 00040
GERALDO MAGELA HERMOGENES DA SILVA 00435
GERALDO MAGELA SILVA FREIRE 00123
GERALDO MAGELA SILVA FREIRE E OUTROS(AS) 00043
GERALDO MARCOS LEITE DE ALMEIDA 00702
00703,00705,00727,00731
GERALDO REZENDE DE ALMEIDA 00584
GETULIO BARBOSA DE QUEIROZ E OUTROS(AS) 00410
GETULIO RIVERA VELASCO CANTANHEDE 00334
GILDA IRENE AMARANTE LIMOEIRO RUBIN 00517
00561,00572
GILDEMAR COSTA E SILVA 00592
GILMAR JOSE RAIMUNDO E OUTRO(A) 00018
GILMAR ROCHA MARTINS 00011
GILSON HIDEO TACADA E OUTROS(AS) 00060
GILVAN SIMOES PIRES DA MOTTA 00421
GISELLE FILGUEIRAS CORREA 00302
GISLAINE APARECIDA DOS SANTOS 00564
00569,00570
GISLAINE APARECIDA DOS SANTOS E OUTROS(AS) 00390
00563,00566,00567
GISLAINE GUILHERME TOLEDO 00760
GLADSTOM DE LIMA DONOLA 00091
GLAYSTON DE FREITAS DA COSTA 00733
GOYA LAMARTINE DA COSTA E SILVA E OUTROS(AS) 00417
GUILHERME AUGUSTO GONCALVES MACHADO 00276
GUILHERME ESTRADA RODRIGUES 00410
GUILHERME MENDES FERREIRA E OUTRO(A) 00014
00016
GUSTAVO DO AMARAL MARTINS E OUTROS(AS) 00218
GUSTAVO MONTEIRO FAGUNDES 00619
HAMILTON EZEQUIEL DE RESENDE 00610
HAMILTON EZEQUIEL DE RESENDE E OUTROS(AS) 00612
00685,00707
HAMILTON OLIVEIRA LEITE 00390
00484,00563,00564,00569,00570
HAROLDO GUILHERME PINHEIRO DA SILVA E OUTROS(AS) 00045
HEITOR ALVES SOARES 00614
00668
HELDER SARAIVA DOS SANTOS E OUTRO(A) 00052
HELEN CRISTINA GOMES MOREIRA 00633
00694
HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO 00227
00240,00247,00248,00270,00305,00326,00328,00329,00331,00333
00335,00336,00337,00338,00340,00343,00346,00351,00352,00353
00355,00360,00363,00366,00369,00370,00399,00400,00403,00405
00408,00409,00411,00414,00416,00420,00421,00423,00424,00425
00430,00431,00433,00434,00435,00445,00446,00448,00449,00475
00476,00479,00583,00584,00585,00586,00587,00589,00589,00590
00591,00597,00598,00599,00601,00604,00606,00609,00619,00628
00646,00647,00649,00655,00656,00658,00660,00670,00671,00672
00676,00677,00707,00721,00734,00746,00747,00756,00760,00773
00777,00778,00779,00780,00784,00789
HELIO PEREIRA LIMA 00372
HELTA YEDDA TORRES ALVES DA SILVA E OUTROS(AS) 00139
HENRIQUE CARLOS OLIVA E OUTRO(A) 00499
HENRIQUE JAMBISKI PINTO DOS SANTOS 00122
HENRIQUE SANTOS MESSIAS DE FIGUEIREDO E OUTROS(AS) 00134
HUGO MARCELINO DA SILVA 00004
00022,00025,00026,00051,00058,00071,00073,00074,00081,00085
00086,00090,00092,00094,00095,00149,00150,00155,00168,00174
HUGO MORAES PEREIRA DE LUCENA 00655
HUMBERTO BARBOSA DE CASTRO E OUTRO(A) 00079
HUMBERTO DE CARVALHO MATOS E OUTROS(AS) 00592
HUMBERTO MARCIAL FONSECA E OUTROS(AS) 00684
IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR 00112
IDAIR PAULINO CAPPELLESSO 00002
IGOR FELIPE GUSKOW E OUTROS(AS) 00793
INACIO VALERIO DE SOUZA E OUTROS(AS) 00403
INIS FATIMA DE PAULA E OUTROS(AS) 00422
IRIS VILELA DE LIMA 00632
00751
IRIS VILELA DE LIMA E OUTRO(A) 00695
00696
ISAAC VASCONCELOS LISBOA FILHO 00452
ISMAR DE OLIVEIRA ARAUJO FILHO E OUTROS(AS) 00788
IVALDO DE HOLANDA CUNHA E OUTRO(A) 00177
IVANETE DAS CHAGAS MACEDO 00767
IVENS SA DE CASTRO SOUSA 00565
IVO EVANGELISTA DE AVILA E OUTROS(AS) 00144
00238,00249,00252,00323,00325,00622
IZABELLA FLEGNER LEITE 00602
JACIANA APARECIDA MARTINS 00365
JACILDA DA SILVA SANTOS E OUTROS(AS) 00583
JACKSON VALERI LAGES E OUTRO(A) 00313
JAERSILVIO PEREIRA DA SILVA 00084
00089
JAIME PATTO ROCHA 00300
JAIRO ANDRADE DE MIRANDA 00077
00101,00102,00103,00113,00224
JANUARIO SPISLA E OUTROS(AS) 00611
JAYME NELITO COY FILHO E OUTROS(AS) 00345
JOAO ALBERTO FACO JUNIOR E OUTRO(A) 00303
JOAO AMILCAR VALLE 00055
JOAO ANTONIO FRANCISCO E OUTRO(A) 00217
00386,00387
JOAO ANTONIO FRANCISCO E OUTROS(AS) 00376
00503,00507,00508,00516,00523
JOAO BATISTA ARDIZONI DOS REIS 00602
JOAO BATISTA BARBOSA ARRUDA E OUTROS(AS) 00599
00601
JOAO BATISTA DE MATOS AZEVEDO E OUTRO(A) 00393
00398,00578,00579,00580,00581
JOAO BATISTA DE OLIVEIRA ROCHA E OUTROS(AS) 00675
JOAO CARLOS NOGUEIRA REIS E OUTROS(AS) 00483
JOAO CESAR OTONI DE MATOS 00245
JOAO DE DEUS PEREIRA BENICIO DA SILVA 00048
00049
JOAO GABRIEL ISAAC 00373
00528
JOAO JOSE CURY E OUTRO(A) 00333
JOAO LUIS HAMILTON FERRAZ LEAO E OUTROS(AS) 00609
JOAO NUNES DIAS 00617
JOAO PAULO CORDEIRO CAVALCANTI 00057
JOAO ROBERTO SANTIAGO DIAS E OUTRO(A) 00012
JOAO VIEIRA NUNES NETO E OUTROS(AS) 00289
00608
JOAQUIM COELHO PEREIRA 00428
JOAQUIM FERREIRA FILHO E OUTROS(AS) 00669
JOAQUIM JOSE DE OLIVEIRA SILVA E OUTROS(AS) 00361
JOAQUIM LOURENCO MARTINS E OUTROS(AS) 00426
JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS 00003
00007,00008,00009,00015,00017,00034,00039,00041,00042,00043
00047,00056,00063,00064,00065,00068,00069,00072,00078,00079
00083,00084,00087,00089,00091,00096,00098,00099,00100,00104
00105,00106,00112,00114,00118,00122,00128,00129,00130,00131
00135,00145,00146,00147,00148,00151,00152,00158,00166,00169
00170,00175,00178,00636,00637,00642,00662
JOELMA COSTA SILVA BARBO 00749
JONES RODRIGUES DE ARAUJO JUNIOR 00047
JORGE LUIS SCHMITZ E OUTROS(AS) 00182
JOSAFA PUBLIO DA PAIXAO NETO 00457
JOSE AFONSO RODRIGUES 00651
JOSE ALVES DA SILVA 00776
JOSE ALVES DA SILVA E OUTROS(AS) 00771
JOSE ALVES PEREIRA FILHO 00051
JOSE ANTONIO MARTINS LACERDA E OUTROS(AS) 00625
00709,00710

JOSE ANTONIO RIBEIRO MUNIZ 00698
JOSE CAMPOS E OUTRO(A) 00356
JOSE CANDIDO DUTRA JUNIOR E OUTRO(A) 00397
JOSE CARLOS AUDIFACE DE BRITO 00056
JOSE CARLOS GOBBI 00318
00320,00321
JOSE CARLOS RODRIGUES SILVA 00218
JOSE CARLOS SOUSA SILVA 00603
JOSE CUPERTINO FERRAZ 00407
JOSE DA COSTA GOMES E OUTRO(A) 00681
JOSE DANILO CARNEIRO E OUTRO(A) 00240
JOSE DE ASSIS SILVA E OUTROS(AS) 00235
JOSE DE JESUS ALENCAR MAFRA 00445
JOSE DE OLIVEIRA 00356
JOSE EDUARDO DE PODESTA BOTELHO 00528
JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA E OUTROS(AS) 00266
00314
JOSE EYMARD LOGUERCIO 00180
JOSE EYMARD LOGUERCIO E OUTRO(A) 00141
JOSE EYMARD LOGUERCIO E OUTROS(AS) 00182
00183
JOSE FERREIRA DA SILVA E OUTRO(A) 00409
JOSE GOMES DE MATOS FILHO 00425
JOSE HERCULES GUIMARAES E OUTROS(AS) 00588
JOSE LEONIDAS PARAIZO LEITE 00406
JOSE LUIS WAGNER E OUTROS(AS) 00004
JOSE LUIZ GOMES ROLO 00035
00066,00163,00176,00188,00189,00190,00193,00194,00195,00196
00197,00198,00199,00200,00201,00202,00203,00204,00205,00206
00208,00209,00210,00212,00213,00214,00215,00220,00221,00223
00225,00226,00229,00232,00235,00236,00237,00238,00239,00243
00244,00246,00249,00250,00251,00252,00256,00257,00258,00259
00260,00261,00262,00263,00264,00265,00266,00267,00268,00269
00272,00273,00274,00275,00277,00278,00285,00286,00287,00294
00296,00297,00303,00307,00311,00312,00313,00314,00315,00316
00319,00322,00323,00324,00325,00610,00631
JOSE LUIZ SOBREIRA 00601
JOSE MACIEL SANTANA E OUTRO(A) 00476
JOSE MAERCIO PEREIRA E OUTROS(AS) 00242
JOSE MARIA RICARDO 00398
00572
JOSE MAURO BARBOSA 00364
JOSE NICOMEDES DA SILVA 00742
JOSE OSVALDO DE ARAUJO 00359
JOSE PEIXOTO GUIMARAES NETO E OUTROS(AS) 00173
JOSE RAIMUNDO SOARES SERRA 00179
JOSE RINALDO VIEIRA RAMOS E OUTRO(A) 00787
JOSE ROBERTO DIAS BALBI E OUTRO(A) 00726
JOSE RODRIGUES BONFIM 00369
JOSE RONALDO MENDONCA MOTTA 00181
JOSE VANIO OLIVEIRA SENA 00041
JOSE VANIO OLIVEIRA SENA E OUTROS(AS) 00756
JOSE WAGNER FREITAS PEDROSA ALCANTARA E OUTROS(AS) 00689
JOSE WILLIAM COELHO DIAS 00017
JOSMAR MARCELINO DOS REIS 00509
00514
JOUSE CAMPOS SCHRODER E OUTRO(A) 00348
JOYCE BATALHA BARROCA 00346
JUAREZ LOPES DA SILVA 00098
JULGACY JOSE GONCALVES 00373
JULIANA POLI ANTUNES DE OLIVEIRA E OUTRO(A) 00135
JULIANO TRAMONTINA 00639
JULIO CESAR MARQUES E OUTRO(A) 00427
JULIO CESAR PILEGI RODRIGUES 00110
JULIO COUTO FILHO E OUTRO(A) 00588
JULIO GOMES FERREIRA NETO 00484
JULIO MAGALHAES PIRES DUARTE 00753
JULIO MAGALHAES PIRES DUARTE E OUTROS(AS) 00657
00752
JULIO PEREIRA E OUTRO(A) 00454
JUNIOR SEBASTIAO SILVA DE OLIVEIRA 00782
JUSSARA GABRIEL E OUTROS(AS) 00686
00688
JUSTINA COUTINHO MODESTO 00453
00458,00462,00474,00489,00491,00492,00494,00495,00496,00498
00562,00568,00582
JUVERCI ANTONIO BERNADI REBELATO E OUTROS(AS) 00560
KARINA AMZALAK PEREIRA MAGALHAES E OUTROS(AS) 00415
00441
KARINA BRITO MAFRA 00652
KARINE KELLY QUEIROZ PAIXAO 00335
KARLA FERNANDA ROCHA DA CUNHA 00697
KATARINA ANDRADE AMARAL MOTTA 00728
KATIA PEREIRA GONCALVES BENEDETTI 00687
00699
KATIA PEREIRA GONCALVES BENEDETTI E OUTROS(AS) 00207
00714
KATIA REGINA DO PADRO FARIA E OUTRO(A) 00241
KELMA SOUZA DE OLIVEIRA REUTER COUTINHO 00080
LAURITO RODRIGUES DE ARAUJO 00497
LAZARO OLIVEIRA NETO 00658
LEANDRO CLEMENTONI DA CUNHA E OUTROS(AS) 00311
LEANDRO RIBEIRO MIRO 00698
LEDA MARIA DA SILVA FERREIRA E OUTROS(AS) 00587
00644,00645
LEDIO WILLIAM RIBEIRO TEIXEIRA 00463
LEONARDO CANABRAVA TURRA E OUTRO(A) 00595
LEONARDO DE ALMEIDA AZI E OUTROS(AS) 00282
LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES 00005
00006,00020,00023
LEONARDO VIEIRA SANTOS E OUTROS(AS) 00676
LEONIDAS CANDIDO MACHADO 00382
00388
LESLIE FERNANDA FERNANDES FRONCHETTI 00585
LEURY MARCIA RODRIGUES 00636
LIDIA TERESINHA SOUZA SILVEIRA 00737
LIGIA LUCIBEL FRANZIO DE SOUZA 00117
LILIANE NETO BARROSO E OUTROS(AS) 00686
LINDALVA APARECIDA LIMA SILVA E OUTRO(A) 00582
LINO ALBERTO DE CASTRO E OUTROS(AS) 00672
LINO DE CARVALHO CAVALCANTE E OUTRO(A) 00129
LINO DE CARVALHO CAVALCANTE E OUTROS(AS) 00015
LIRIAN SOUSA SOARES E OUTRO(A) 00315
LIRIAN SOUSA SOARES E OUTROS(AS) 00311
00312
LISBETE GOMES ARAUJO 00171
LUCIANA CASTRO CERQUEIRA 00292
00293,00310
LUCIANA CORDEIRO CAVALCANTE CERQUEIRA E OUTRO(A) 00172
LUCIANA MARIA MINERVINO LERNER 00283
LUCIANA ODILA DE ABREU COSTA VELOSO E OUTROS(AS) 00763
LUCIANO CAIXETA AMANCIO E OUTROS(AS) 00185
LUCIANO DE OLIVEIRA VALTUILLE E OUTROS(AS) 00739
LUCIANO MARCOS DA SILVA 00620
00634,00701,00706
LUCIANO MARCOS DA SILVA E OUTRO(A) 00630
00750
LUCILA DE OLIVEIRA CARVALHO E OUTROS(AS) 00688
LUIS AUGUSTO PIRES SEIXAS 00118
LUIS AUGUSTO PIRES SEIXAS E OUTROS(AS) 00717
LUIS GUSTAVO SOARES ALFAYA E OUTROS(AS) 00315
LUIS SOARES DE AMORIM E OUTROS(AS) 00008
LUIZ CARLOS DE ANDRADE LOPES E OUTROS(AS) 00631
LUIZ CARLOS DE SOUZA 00408
00640
LUIZ CARLOS JOAU E SILVA E OUTROS(AS) 00691
00713,00716,00717
LUIZ CLAUDIO FONSECA PEREIRA 00485
00509,00510,00514
LUIZ EMANNUEL ANDRADE FARIAS 00040
00045,00053,00119,00120,00132,00134,00242
LUIZ FERNANDO CAMARGO PADILHA E OUTROS(AS) 00288
LUIZ FERNANDO VILLARES E SILVA 00073
00778,00779,00780
LUIZ FREITAS PIRES DE SABOIA 00114
LUIZA MENEZES GARRIDO 00665
LUIZA TIMOTEO DE OLIVEIRA SOUZA E OUTROS(AS) 00146
LUZMAR MARTINS DAMACENA 00386
00387
MADSON BARROS E OUTRO(A) 00598
MAGNA BORGES SANTOS E OUTROS(AS) 00289
MAGNO ANGELO PINHEIRO DE FREITAS E OUTROS(AS) 00283
00304
MANOEL ANTONIO CURCINO RIBEIRO 00332
MANOEL DA SILVA 00380
MANOEL EGIDIO COSTA NETO 00439
MANOEL FRANCISCO DA SILVA 00378
MANOEL FRANCISCO TAVARES E OUTROS(AS) 00341
MANOEL FREDERICO VIEIRA E OUTRO(A) 00451
MANUEL LUIS DA ROCHA NETO E OUTROS(AS) 00230
MARCELA ALBUQUERQUE MACIEL 00014
00016
MARCELLA PEIXOTO SMITH E OUTROS(AS) 00661
MARCELLO GOMES PEREIRA 00643
MARCELO ANTONI CEARA SERRA AZUL 00107
MARCELO ANTONIO CEARA SERRA AZUL 00027
00028,00029,00030,00031,00032,00059,00060,00061,00108,00109
00110,00111
MARCELO AZEVEDO PALMA E OUTRO(A) 00774
MARCELO CALDEIRA FRANCA 00557
MARCELO JOSE DE CASTRO ESCOBAR E OUTROS(AS) 00329
MARCELO MIGUEL ROSSI E OUTROS(AS) 00616
MARCELO ROCHA BITTENCOURT E OUTROS(AS) 00176
MARCELO SIERVI RUFINO 00455
00480,00481
MARCIA APARECIDA FERNANDES 00654
MARCIA LEONORA SANTOS REGIS ORLANDINI 00022
MARCIANO BUFFON E OUTRO(A) 00223
MARCIO ANDRE MENDES COSTA 00136
00137
MARCIO DIORIO PAIXAO 00627
MARCIO EMERSON ALVES PEREIRA E OUTROS(AS) 00392
MARCIO PINA MARQUES 00629
MARCIO RAFAEL SILVA LAEBER E OUTROS(AS) 00180
MARCO ANTONIO ADDAD ABED 00596
MARCO AURELIO ALVES DE SOUSA 00050
MARCO AURELIO BASSO DE MATOS AZEVEDO E OUTRO(A) 00460
00461,00512,00513
MARCO AURELIO BASSO DE MATOS AZEVEDO E OUTROS(AS) 00438
MARCOS ANTONIO SILVA DIAS 00150
MARCOS ANTONIO ZIN ROMANO 00185
MARCOS ANTONIO ZIN ROMANO E OUTRO(A) 00075
MARCOS ANTONIO ZIN ROMANO E OUTROS(AS) 00186
00187,00693,00793
MARCOS BIZARRIA INEZ DE ALMEIDA 00413
MARCOS ESTEVAM BICALHO E OUTROS(AS) 00138
MARCOS SAMPAIO DE SOUZA E OUTROS(AS) 00124
MARCOS SEIITI ABE E OUTROS(AS) 00225
MARCOS SILVA ROCHA 00499
MARCOS SILVA ROSA 00500
MARCUS BARBOSA ANDRADE E OUTROS(AS) 00617
MARCUS VINICIUS DE ALMEIDA RAMOS E OUTROS(AS) 00734
MARCUS VINICIUS DRUMOND REZENDE 00543
MARIA ADELAIDE MACHADO ROCHA 00746
MARIA ANGELICA PAZDZIORNY E OUTROS(AS) 00680
00681,00682
MARIA ANTONIETA TOSETTO E OUTRO(A) 00424
MARIA AUXILIADORA DE PAULA BRAZ 00348
MARIA AUXILIADORA NEIVA ALVIM 00368
MARIA BEATRIZ CASTILHO E OUTROS(AS) 00411
MARIA CECILIA DE MARCO ROCHA E OUTROS(AS) 00184
MARIA CLEUSA DE ANDRADE E OUTRO(A) 00184
MARIA CONCEICAO CASTELLAR PINHEIRO VILLELA 00470
00504
MARIA DA CONCEICAO LACERDA BARRETO E OUTROS(AS) 00024
MARIA DA GRACA DE CARVALHO PIERUCCETTI 00001
MARIA DA PENHA FONSECA LINO DE SOUZA E OUTRO(A) 00093
MARIA DAS DORES GARCIA DE OLIVEIRA 00394
00396,00450,00520,00521,00526,00527
MARIA DO SOCORRO GALINDO ALEXANDRE 00663
MARIA EDITH FERREIRA DE MORAIS SOUZA E OUTROS(AS) 00272
00273,00285,00287
MARIA FERNANDA NAZARETH TEIXEIRA DE SOUZA E OUTROS 00162
MARIA HELENA DE CARVALHO 00407
00426
MARIA HELENA DE LIMA PEREIRA E OUTRO(A) 00498
MARIA INES CALDEIRA PEREIRA DA SILVA MURGEL E OUTR 00001
MARIA ISABEL SILVA DIAS E OUTRO(A) 00339
MARIA IZABEL COSTA FLORES DE CARVALHO 00608
00700
MARIA IZABEL COSTA FLORES DE CARVALHO E OUTROS(AS) 00611
00612
MARIA IZABEL DE MELO OLIVEIRA DOS SANTOS E OUTRO(A 00131
MARIA LUCIA CASSIANO ARAUJO 00222
MARIA LUIZA BORGES FERREIRA WESTIN 00497
MARIA LUIZA DE CASTRO RACHID E OUTROS(AS) 00664
00706

MARIA LUZIA RIBEIRO SILVA 00486
00549
MARIA OLIVIA MAIA 00638
MARIA REGINA PEREIRA GONCALVES FERREIRA E OUTRO(A) 00474
MARIA ROSANGELA DA SILVA COELHO DE SOUZA E OUTROS(00330
MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO 00773
MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO E OUTROS(AS) 00332
MARIO DE ANDRADE MACIEIRA E OUTROS(AS) 00007
00326,00327
MARIO EUGENIO COHEN E OUTRO(A) 00459
MARISA PEREIRA CAMPOS 00229
MARIZA HELENA DE ANDRADE E OUTROS(AS) 00783
MARIZA PRADO GOMES E OUTRO(A) 00462
MARLANA CARLA PEIXOTO RIBEIRO 00772
MARLENE MARIANO DA SILVA 00383
00485,00511
MARLI DE ANDRADE RIBEIRO E OUTROS(AS) 00401
MARTINHO COURA 00251
MATEUS DE ANDRADE MASCARENHAS E OUTROS(AS) 00757
MAURICIO PINTO COELHO 00606
MAURO AUGUSTO RIOS BRITO 00768
MAURO DE FREITAS CORREA 00135
MAURO HENRIQUE CASSEB FINATO E OUTROS(AS) 00382
00388
MAURO JOAO MACEDO DA SILVA E OUTROS(AS) 00023
MAURO SANABIO SILVA PEREIRA E OUTROS(AS) 00701
MAURO SERGIO ABREU LIMA REZENDE 00059
00107,00108,00109,00111
MAXIMINIANO EDUARDO ANDRADE CARDOSO E OUTRO(A) 00221
MIGUEL ALFREDO DE OLIVEIRA JUNIOR 00106
MIRELLA DE SOUZA FERREIRA 00708
MIRIAM SANTOS 00165
MOACIR JESUS BARBOZA E OUTROS(AS) 00384
MOACYR AMANCIO DE SOUZA E OUTROS(AS) 00352
00353
MONICA ALMEIDA DE OLIVEIRA 00720
MONICA MACHADO BITTENCOURT 00161
MURILO DE PAULO VIEIRA E OUTROS(AS) 00653
NADIMIR KAYSER DE OLIVEIRA 00648
NAMIR NIBLAN MINARDI E OUTROS(AS) 00684
NANCY DE PINHO AMARAL FILHA 00290
NEFERTITI SACRAMENTO FERREIRA MARMUND 00502
NEUSA BASTOS SANTANA 00367
NEWTON DO ESPIRITO SANTO E OUTROS(AS) 00253
NICOLAO DINO DE CASTRO E COSTA NETO 00603
NICOLE ROMEIRO TAVEIROS E OUTROS(AS) 00410
NIEDE JACQUES KERSTING E OUTRO(A) 00680
00682
NILMA REGINA SANCHES 00718
00743,00744
NILMA REGINA SANCHES E OUTROS(AS) 00715
NILSON MACIEL DE LIMA E OUTROS(AS) 00787
NILTON CARDOSO DAS NEVES 00247
00248
NOE ALEXANDRE DE MELO E OUTROS(AS) 00306
NOREVALDO CARVALHO MOREIRA DE SOUZA 00429
NORTON RAFAEL DE SOUZA COTA E OUTROS(AS) 00275
OCTAVIO DE CASTRO MAIA E OUTRO(A) 00216
ODAIR ANDRADE E OUTRO(A) 00377
OLIVIA MARIA NAHASS FRANCO DE SOUSA E OUTRO(A) 00395
00442
ONOFRE FERNANDES VELOSO 00500
ORESTES MUNIZ FILHO E OUTROS(AS) 00722
OSIAS DE SOUZA MARTINS FILHO E OUTRO(A) 00067
OTANIEL RODRIGUES DA SILVA 00517
00574,00575,00576,00577
PATRICIA DE ALMEIDA SILVA 00493
PAULO ALEXANDRE DE OLIVEIRA ALMEIDA 00447
PAULO CINTRA 00453
PAULO ENEAS DA SILVA PARANHOS NERIS E OUTROS(AS) 00354
PAULO GERMANO MOREIRA NEVES DA ROCHA E OUTROS(AS) 00748
PAULO HENRIQUE DOLABELLA DE SOUZA E OUTRO(A) 00477
00478
PAULO RIOS MATOS ROCHA 00581
PAULO ROBERTO AGOSTINI FILHO 00342
PAULO ROBERTO DA SILVA ONETY 00232
PAULO ROBERTO DIEHL 00690
00735
PAULO ROBERTO ROQUE ANTONIO KHOURI 00794
PAULO SERGIO BARBOSA CARVALHO E OUTROS(AS) 00291
PAULO SERGIO GARCIA DE ARAUJO 00656
PAULO SERGIO ROCHA CASTRO 00025
00026
PEDRO AUGUSTO DE SOUZA 00418
00419
PEDRO CAMARA RAPOSO LOPES 00191
PEDRO ELOI SOARES 00034
PEDRO LACERDA 00345
PEDRO SAMPAIO DE LACERDA NETO E OUTRO(A) 00408
PETRONIO BRAZ 00120
PIRATAN ARAUJO FILHO 00646
PLINIO GUSTAVO PRADO GARCIA E OUTROS(AS) 00188
PLINIO PINHEIRO NETO 00088
PLINIO PINHEIRO NETO E OUTRO(A) 00021
RAIMUNDO ARAUJO E OUTRO(A) 00725
RAIMUNDO FLORENCIO PINHEIRO E OUTROS(AS) 00439
RAIMUNDO PRADO NETO 00679
RAMIRO WANDERLEY DUTRA 00463
RAQUEL ZAGO PEREIRA E OUTRO(A) 00574
00575,00576,00577
RAUL CANAL E OUTRO(A) 00061
RAUL FREITAS PIRES DE SABOIA 00100
RAYNER DALMEIDA RODRIGUES E OUTROS(AS) 00623
REGINALDO DE CASTRO MAIA 00072
REINALDO OLIVEIRA 00219
REINER CHAFIC MIGUEL E OUTROS(AS) 00137
RENATA ALVES PASSOS E OUTRO(A) 00243
RENATA GAMBOGI CARDOSO CAMPOS 00329
RENATA MARIA DIAS PEREIRA E OUTROS(AS) 00790
RENATA MARTINS GOMES E OUTROS(AS) 00222
RENATA SAVINO KELMER 00455
00481
RENATO DE MAGALHAES 00360
RENATO RATES 00136
RENILDE TEREZINHA DE RESENDE AVILA 00158
REYNALDO BOTELHO DA FONSECA ACCIOLY JUNIOR E OUTRO 00391
RICARDO DA COSTA POSSAS 00657
00723,00724,00752,00753
RICARDO DA SILVA MONTEIRO 00027
RICARDO DE JESUS CLAUDINO E OUTRO(A) 00749
RICARDO EMILIO DE OLIVEIRA E OUTRO(A) 00754
RICARDO LUZ DE BARROS BARRETO E OUTROS(AS) 00220
RICARDO MAGALHAES DE SOUZA LIMA 00163
RICARDO MOURAO PEREIRA 00412
RICARDO RIBEIRO DA ROCHA 00349
RITA DE CASSIA LEVENTI ALEIXES 00228
RITA DE CASSIA SILVA DE CARVALHO 00470
ROBERTA ESPINHA CORREA 00001
00001
ROBERTA ESPINHA CORREA E OUTROS(AS) 00222
00222
ROBERTA MURATORI ATHAYDE E OUTROS(AS) 00783
ROBERTO EVANGELISTA NUNES E OUTROS(AS) 00723
00724
ROBERTO VIEIRA SANTOS 00591
ROBSON EDUARDO DE OLIVEIRA 00506
ROBSON FREITAS MELO E OUTROS(AS) 00048
00049
ROBSON PEREIRA NUNES 00241
RODRIGO BRUNO BEZERRA PEREIRA E OUTROS(AS) 00622
00638
RODRIGO DANIEL DOS SANTOS E OUTROS(AS) 00692
ROGER LIMA DE MOURA 00344
ROGERIO ALVES DANTAS E OUTROS(AS) 00692
ROGERIO DA SILVA VENANCIO PIRES E OUTRO(A) 00104
ROGERIO PEREIRA GUEDES E OUTROS(AS) 00667
ROGERIO RUBIM DE MIRANDA MAGALHAES 00254
ROGERIO SANTOS MUNIZ 00271
ROMEU MACEDO CRUZ JUNIOR 00543
ROMULO SULZ GONSALVES JUNIOR E OUTROS(AS) 00354
RONALDO BATISTA DE CARVALHO E OUTROS(AS) 00306
RONALDO ERMELINDO FERREIRA E OUTRO(A) 00443
ROSELY DO SOCORRO PRADO CALDAS 00343
ROSY MARY MELLO BUENO LOPES E OUTROS(AS) 00589
ROTERLANDO CORDEIRO PAIVA E OUTROS(AS) 00666
ROZANA REZENDE SILVA E OUTROS(AS) 00675
RUI LUIZ DE SOUZA 00596
RUTH MARIA TEIXEIRA GUERREIRO CACAIS E OUTROS(AS) 00274
RUY COSTA E OUTROS(AS) 00511
RUYTER DOURADO 00417
00464,00465,00466,00467,00472,00473
RYCHARDE FARAH E OUTROS(AS) 00226
SAMUEL OLIVEIRA MACIEL 00037
SANDRA HELENA NASCIMENTO PINTO LEAL 00586
SANDRA LUCIA GUERREIRO DA SILVA DE ARAUJO 00064
SANDRA MARCELINO DA SILVA 00148
00151
SANTIAGO RAMON GISBERT BANUS 00444
00488,00505,00522,00524,00571
SEBASTIAO CIPRIANO DE SOUSA FILHO 00508
SEBASTIAO LUCIANO DE REZENDE E OUTROS(AS) 00792
SEBASTIAO MIGUEL JULIAO 00003
SEBASTIAO MORAES DA CUNHA E OUTROS(AS) 00719
SERGIO AUGUSTO VECCHIO SALOMON 00359
SERGIO BOTREL VILELA 00440
00482
SERGIO CAETANO DE RESENDE 00255
SERGIO FRANCISCO FURQUIM 00562
SERGIO NATALINO FERNANDES E OUTROS(AS) 00653
SIBELI MARIA PINTO 00776
SIBELI MARIA PINTO E OUTROS(AS) 00255
00593,00643,00663,00725,00727,00728,00729,00730,00742,00750
SILVANA DE OLIVEIRA MELO 00700
SILVIA NASCIMENTO CARDOSO DOS SANTOS CERQUEIRA 00429
SILVIO DE ARAUJO NUNES 00143
SILVIO DE ARAUJO NUNES E OUTRO(A) 00044
00159
SILVIO GUILEN LOPES E OUTROS(AS) 00032
SIMONE GONCALVES DOS MARES GUIA E OUTROS(AS) 00610
SIRLEI ALVES DE ABREU E OUTRO(A) 00371
SOLANGE APARECIDA DE PADUA PENHA 00374
00381,00454
SOLANGE APARECIDA RIPOSATI 00482
SONIA DAS GRACAS NUNES VIANA NALON E OUTROS(AS) 00502
SONIA FERNANDES GANDRA E OUTROS(AS) 00207
00620,00624,00627,00687,00694,00736,00737
STANLEY MARTINS FRASAO E OUTRO(A) 00593
STELIO DENER DE SOUZA CRUZ 00058
TERESA CRISTINA DE SOUZA 00299
TEREZA RAQUEL DE AGUIAR MATIAS 00148
00151,00152
TEREZA RAQUEL DE AGUIAR MATIAS E OUTROS(AS) 00288
TEREZINHA PUPULIN ROCHA 00401
THIAGO ANDRADE BUENO DE TOLEDO E OUTROS(AS) 00592
THYAGO MELLO MORAES GUALBERTO E OUTROS(AS) 00288
TITO MOREIRA SERGIO E OUTROS(AS) 00599
TUDE MOUTINHO DA COSTA E OUTROS(AS) 00070
UBIRACI MOREIRA LISBOA E OUTROS(AS) 00670
00791,00792
UBIRAJARA ARRAIS DE AZEVEDO 00416
UBIRAJARA ARRAIS DE AZEVEDO E OUTROS(AS) 00147
00169,00355,00446
UILE REGINALDO PINTO 00592
ULISSES BORGES DE RESENDE 00073
ULISSES MATARESIO ARIAS 00521
ULISSES MATARESIO ARIAS E OUTRO(A) 00527
ULYSSES CALDAS PINTO NETO E OUTROS(AS) 00349
UMBERTO PARMA MACHADO E OUTROS(AS) 00621
00633,00699,00711,00714,00715,00718,00726,00741,00743,00744
00751,00754
VALBER DA SILVA MELO 00028
VALDEMAR GOMES DA SILVA 00097
VALDEZ ADRIANI FARIAS 00002
00013,00019,00021,00046,00050,00062,00067
VALDINEIA MARIA MAIFREDE MOTTA 00444
00488,00505
VALTER LEONEL COELHO SEIXAS 00605
VANDERLEI SILVA PEREZ E OUTROS(AS) 00721
VANESSA VIEIRA LACERDA E OUTROS(AS) 00160
VANIA ALVARENGA ARAUJO 00625
VERUSCHKA FERNANDES REGO AGRELLI E OUTROS(AS) 00590
VICENTE ARAGAO PRADO JUNIOR 00099
VICENTE CESAR SANTANNA 00057
VICENTE DA CUNHA PASSOS JUNIOR 00748
VICENTE DE PAULO CUNHA BRAGA 00371
VICENTE MAIA BARRETO DE OLIVEIRA E OUTROS(AS) 00224
00615
VICENTE OLIVA BURATTO 00121
00133
VICENTE THOMAS DE AQUINO E OUTRO(A) 00302
VICTOR JOSE RODRIGUES DE CASTRO 00671
VINICIUS BRIGLIA PINTO 00659
VIRGILIO DOS GUIMARAES ALVIM E OUTRO(A) 00434
VIRGOLINO DA SILVA COELHO NETO 00230
VITOR FARIA DA COSTA PEREIRA 00522
00524
VIVIANE MARIA PEREIRA TEIXEIRA 00381
WAGNO J F DE SOUZA GUERRA 00380
WALDEMAR COSTA NETO 00584
WALDENIA MARILIA SILVEIRA SANTANA E OUTROS(AS) 00702

00703
WALDIR CECHET JUNIOR 00673
00674
WALDIVINO FRANCISCO DE LOURDES MAZZEO E OUTRO(A) 00193
WALTER JANUARIO DE SOUZA E OUTROS(AS) 00340
WALTER MENDES DE SOUZA 00740
WANDERLEI ELIAS COLHADO 00525
00529,00530
WELISANGELA CARDOSO DE MENEZES E OUTROS(AS) 00693
WILLAMY ALVES DOS SANTOS 00168
WILLIAM BERTOZZI DORNAS 00711
WILMAR PEREIRA GONCALVES 00379
00469,00490
WILSON CESAR RASCOVIT 00054
WILSON DIAS DA SILVA 00020
WILSON GUERRA DE FREITAS JUNIOR E OUTROS(AS) 00115
00116
WILSON PIRES NASCIMENTO 00670
WILSON TORRES COSTA E OUTROS(AS) 00626
YASMY BRANDAO FIUZA E OUTROS(AS) 00284
00641
ZEIDNA DE OLIVEIRA CARDOSO 00775
ZILMAR ANTONIO DRUMOND 00760

Tribunal Regional Federal da 2ª Região

PRESIDÊNCIA

ATO Nº 73, DE 29 DE MARÇO DE 2007

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições, resolve:

ALTERAR o Ato nº 448, de 20.12.2006, publicado no Diário da Justiça, Seção 2, no dia 26.12.2006, às fls. 1/2, que trata da escala de plantão dos Exmos. Desembargadores Federais do TRF - 2ª Região, para o exercício de 2007, relativa aos sábados, domingos e feriados, na forma abaixo:

Desembargador Federal ANDRÉ FONTES - 14.04.2007 e 15.04.2007
Desembargador Federal FREDERICO GUEIROS - 21.04.2007 a 23.04.2007.

FREDERICO GUEIROS

VICE-PRESIDÊNCIA

ASSESSORIA DE RECURSOS

EXPEDIENTE DO DIA 11 DE ABRIL DE 2007

Decisões e/ou despachos do Exmo. Sr. Vice-Presidente :

IV - APELACAO CIVEL 97.02.41453-9

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL VICE PRESIDENTE
APELANTE	:EMPRESA DE TRANSPORTES IRMAOS SILVA E OUTROS
ADVOGADO	:ARISTIDES PEREIRA BAHIA SILVA E OUTRO
APELANTE	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:OS MESMOS
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 27A VARA-RJ
ORIGEM	:VIGÉSIMA SÉTIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9500116332)

DESPACHO

Indefiro o pedido de fls. 439/459, tendo em vista que os autos podem ser examinados no balcão de atendimentos da Assessoria de Recursos.

Retifique-se a autuação, em virtude do falecimento do advogado dos recorridos que consta na capa dos autos.

Após, republique-se para o oferecimento de contra-razões.

Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2007.

J. E. CARREIRA ALVIM
Vice-Presidente

XLVII - MEDIDA CAUTELAR INOMINADA 2006.02.01.014848-4

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL CARREIRA ALVIM
REQUERENTE	:MARCELLO JANSEN DE MELLO
ADVOGADO	:JOSE MANUEL DUARTE CORREIA
REQUERIDO	:UNIAO FEDERAL
ORIGEM	:VIGÉSIMA TERCEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200451010220905)

DESPACHO

Fls. 245/247, trata-se de requerimento de antecipação de tutela formulado por MARCELLO JANSEN DE MELLO com o objetivo de assegurar eventual nomeação e posse, caso aprovado no curso de formação profissional de delegados da Polícia Federal, junto com os demais candidatos, cuja conclusão se encontra prevista para o dia 29 de junho de 2007.

No caso, esgotou-se a competência desta Vice-Presidência, especialmente com relação ao requerimento formulado, pois a admissibilidade do RE do requerente nos autos do agravo de instrumento nº 2005.02.01.001609-5, em apenso, já foi examinada, tendo sido admitido.

Além disso, a seu pedido, a eficácia da liminar deferida nestes autos foi estendida até o reexame pelo tribunal de destino do RE (STF), como se depreende da decisão cuja cópia se encontra acostada às fls. 242/243.

Logo, como se vê, nesse caso, o enfrentamento do pedido formulado pelo requerente significaria invadir a competência do STF.

Posto isto, deixo de apreciar o pedido de fls. 245/247.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2007.

J. E. CARREIRA ALVIM
Vice-Presidente

IV - APELACAO CIVEL 1996.51.01.013165-0

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL VICE PRESIDENTE
APELANTE	:CECILIA NEIDE CONTI E OUTROS
ADVOGADO	:PAULO SERGIO DA COSTA MARTINS E OUTRO
APELANTE	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:GLAUCIA PAIVA MOREIRA LEITE E OUTROS
APELADO	:OS MESMOS
ORIGEM	:VIGÉSIMA QUARTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9600131651)

DECISÃO

Trata-se de ação consignatória, originária da 24ª Vara Federal do Rio de Janeiro, movida por CECILIA NEIDE CONTI e outros em face da Caixa Econômica Federal, referente à ação ordinária nº 99.0552268-9, em trâmite na 2ª Vara Federal de Petrópolis.

Diversos requerimentos se encontram pendentes de apreciação:

Às fls. 1.230/1.234, consta ofício do Juízo da 2ª Vara Federal de Petrópolis com cópia de assentada de audiência de conciliação acostada, em que noticia a homologação do acordo realizado entre a CEF e o autor ROGÉRIO VIEIRA AFFONSO, com o conseqüente levantamento dos valores contidos na conta nº 625.005.24001854-0 em favor da ré;

À fl. 1.236, consta petição firmada pela CEF e pelos autores requerendo a expedição de alvará de levantamento em favor da ré, em virtude da homologação relatada no item 1, firmada por advogados com poderes específicos (procuração de fl. 171 e substabelecimento de fl. 1.228);

Às fls. 1.238/1.245, consta petição da CEF com a mesma assentada de audiência de conciliação mencionada no item 1 acostada, requerendo a mesma providência relatada no item 2;

À fl. 1.247, consta petição de MARCELO MUNIZ requerendo a renúncia ao direito sobre o que se funda a ação em virtude de acordo firmado com a ré, em petição subscrita por advogado com poderes específicos (procuração de fl. 125 e substabelecimento de fl. 1.228).

Posto isto:

Homologo o acordo firmado entre a Caixa Econômica Federal e o autor Rogério Vieira Affonso, nos termos da assentada da audiência de conciliação cuja cópia se encontra acostada ao ofício do Juízo da 2ª Vara Federal de Petrópolis (fls. 1.230/1.234), extinguindo o feito com base no art. 269, III, do CPC, em virtude do que defiro a expedição de alvará de levantamento em favor da ré com relação aos valores contidos na conta nº 625.005.24001854-0 e seus acréscimos;

Homologo a renúncia ao direito sobre o que se funda a ação com relação a Marcelo Muniz, posto que é ato privativo do autor que independe da anuência da parte contrária, com base no art. 269, V, do CPC.

Decorrido sem manifestação, certifique-se o trânsito em julgado desta decisão com relação aos autores Rogério Vieira Affonso e Marcelo Muniz.

Prossiga-se quanto aos demais.

Publique-se.

Rio de Janeiro, 03 de abril de 2007.

J. E. CARREIRA ALVIM
Vice-Presidente

MEDIDA CAUTELAR INOMINADA 1515 2007.02.01.000067-9

RELATOR	:J. E. CARREIRA ALVIM
REQUERENTE	:A.C. BURLAMAQUI CONSULTORES S/C
ADVOGADO	:FRANCISCO CARLOS ROSAS GIARDINA E OUTROS
REQUERIDO	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de petição de A.C. BURLAMAQUI CONSULTORES S/C, juntada às fls. 207/208, nos autos da Medida Cautelar que objetiva a atribuição de efeito suspensivo aos recursos especial e extraordinário a serem oportunamente interpostos nos autos do mandado de segurança nº 2001.51.01.006258-2, versando a demanda principal sobre suspensão da exigibilidade da COFINS .

Parcialmente deferida a liminar pleiteada às fls. 196/200.

Alega o requerente que, não obstante o acerto da decisão de fls. 196/200, esta deixou de mencionar o comando legal atacado, ou seja o art. 56 da Lei nº 9.430/96.

Posto isto:

Com o escopo de evitar qualquer dúvida sobre o cumprimento da liminar parcialmente deferida, retifico a parte dispositiva da decisão de fls 196/200, que passa a figurar nos seguintes termos:

"Posto isto, concedo, em parte, a liminar requerida para atribuir efeito suspensivo aos recursos especial e extraordinário a fim de suspender os efeitos dos acórdãos atacados até o juízo de admissibilidade dos recursos extremos a serem interpostos com o objetivo de reconhecer a inexistência de relação jurídica do autor com a requerida no que se refere ao recolhimento da COFINS (LC nº 70/91), exigido nos termos do art. 56 da Lei nº 9.430/96, determinando à Secretaria da Receita Federal que se abstenha, não só de aplicar a regra do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98 com relação à requerente, como também de prosseguir na prática de quaisquer atos oriundos da exigibilidade ora suspensa, sob pena de multa de R$ 1.000 (mil reais) por dia de atraso, suportados pelo agente público, sem prejuízo de incorrer em crime de desobediência por descumprimento de decisão judicial."

Esta decisão perderá sua eficácia se não forem interpostos os recursos especial e extraordinário a que se referem.

Publique-se. Intime-se. Oficie-se, inclusive por fax, com cópia desta decisão.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2007

J. E. CARREIRA ALVIM
Vice-Presidente

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA FEDERAL

ATO Nº 171, DE 30 DE MARÇO DE 2007

O Doutor JOAQUIM ANTÔNIO CASTRO AGUIAR, Corregedor-Geral da Justiça Federal da 2ª Região, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o despacho exarado no rosto do ofício nº 040-0/2007,da 16ª Vara/RJ, resolve designar o MM. Juiz Federal Substituto em auxílio à 5ª Vara/RJ, Dr. DARIO RIBEIRO MACHADO JUNIOR, para, sem prejuízo de sua jurisdição, prestar auxílio junto à 16ª Vara/RJ, nos dias 02 e 03.04.07.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

JOAQUIM ANTÔNIO CASTRO AGUIAR

ATO Nº 172, DE 2 DE ABRIL DE 2007

O Doutor JOAQUIM ANTÔNIO CASTRO AGUIAR, Corregedor-Geral da Justiça Federal da 2ª Região, no uso de suas atribuições legais, resolve designar o MM. Juiz Federal Substituto em auxílio à 2ª Vara Criminal/RJ, Dr. RODOLFO KRONEMBERG HARTMANN, para assumir a titularidade da referida Vara nos dias 10 e 11.04.2007, em virtude de afastamento autorizado do MM. Juiz Federal Titular, Dr. ALEXANDRE LIBONATI DE ABREU.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

JOAQUIM ANTÔNIO CASTRO AGUIAR

ATO Nº 173, DE 3 DE ABRIL DE 2007

O Doutor JOAQUIM ANTÔNIO CASTRO AGUIAR, Corregedor-Geral da Justiça Federal da 2ª Região, no uso de suas atribuições legais, resolve designar o MM. Juiz Federal Substituto em auxílio à 3ª Vara de Niterói/RJ, Dr. LUIZ CLEMENTE PEREIRA FILHO, para, sem prejuízo de sua jurisdição, assumir a titularidade da 2ª Vara de Niterói/RJ, nos dias 12 e 13.04.2007, em virtude de afastamento autorizado do MM. Juiz Federal Titular, Dr. RICARDO PERLINGEIRO MENDES DA SILVA e férias regulamentares do MM. Juiz Federal Substituto, Dr. FÁBIO DE SOUZA E SILVA.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

JOAQUIM ANTÔNIO CASTRO AGUIAR

ATO Nº 174, DE 3 DE ABRIL DE 2007

O Doutor JOAQUIM ANTÔNIO CASTRO AGUIAR, Corregedor-Geral da Justiça Federal da 2ª Região, no uso de suas atribuições legais, resolve retificar o Ato nº 167/07, que designou o MM. Juiz Federal Substituto Dr. VLAMIR COSTA MAGALHÃES, para assumir a titularidade da 7ª Vara criminal/RJ, nos dias 29 e 30.03.2007, para fazer constar "MM.Juiz Federal Substituto em auxílio à 4ª Vara Criminal Federal/RJ," no lugar de MM. Juiz Federal Substituto em auxílio à 6ª Vara Criminal Federal/RJ.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

JOAQUIM ANTÔNIO CASTRO AGUIAR

ATO Nº 175, DE 9 DE ABRIL DE 2007

O Doutor JOAQUIM ANTÔNIO CASTRO AGUIAR, Corregedor-Geral da Justiça Federal da 2ª Região, no uso de suas atribuições legais, resolve designar o MM. Juiz Federal Substituto em auxílio à 1ª Vara Cível/ES, Dr. PAULO GONÇALVES DE OLIVEIRA FILHO, para assumir a titularidade da referida Vara no dia 12.04.07, em virtude de afastamento autorizado do MM. Juiz Federal Titular, Dr. JOSÉ FERREIRA NEVES NETO.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

JOAQUIM ANTÔNIO CASTRO AGUIAR

ATO Nº 176, DE 9 DE ABRIL DE 2007

O Doutor JOAQUIM ANTÔNIO CASTRO AGUIAR, Corregedor-Geral da Justiça Federal da 2ª Região, no uso de suas atribuições legais, resolve designar o MM. Juiz Federal Substituto em auxílio à 1ª Vara Criminal/ES, Dr. PABLO COELHO CHARLES GOMES, para, assumir a titularidade da referida Vara, no dia 12.04.07, em virtude de afastamento autorizado da MM. Juíza Federal Titular, Dra. VIRGÍNIA PROCÓPIO OLIVEIRA SILVA.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

JOAQUIM ANTÔNIO CASTRO AGUIAR

ATO Nº 177, DE 9 DE ABRIL DE 2007

O Doutor JOAQUIM ANTÔNIO CASTRO AGUIAR, Corregedor-Geral da Justiça Federal da 2ª Região, no uso de suas atribuições legais, resolve designar o MM. Juiz Federal Substituto em auxílio ao 2º Juizado Especial Federal/ES, Dr. ROBERTO GIL LEAL FARIA, para assumir a titularidade do referido Juizado no dia 12.04.07, em virtude de afastamento autorizado da MM. Juíza Federal Titular, Dra. CRISTIANE CONDE CHMATALIK

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

JOAQUIM ANTÔNIO CASTRO AGUIAR

ATO Nº 178, DE 9 DE ABRIL DE 2007

O Doutor JOAQUIM ANTÔNIO CASTRO AGUIAR, Corregedor-Geral da Justiça Federal da 2ª Região, no uso de suas atribuições legais, resolve designar o MM. Juiz Federal Substituto da 2ª Vara Criminal/ES, Dr. RODRIGO ESPERANÇA BORBA, para, sem prejuízo de sua jurisdição, assumir a titularidade da 1ª Vara de Cachoeiro de Itapemirim/ES, no dia 12.04.07, em virtude de afastamento autorizado do MM. Juiz Federal Titular, Dr. VALTER SHUENQUENER DE ARAÚJO.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

JOAQUIM ANTÔNIO CASTRO AGUIAR

ATO Nº 179, DE 9 DE ABRIL DE 2007

O Doutor JOAQUIM ANTÔNIO CASTRO AGUIAR, Corregedor-Geral da Justiça Federal da 2ª Região, no uso de suas atribuições legais, resolve designar o MM. Juiz Federal do Juizado Especial de Resende/RJ, Dr. LUIS EDUARDO BIANCHI CERQUEIRA, para, sem prejuízo de sua jurisdição, assumir a titularidade da Vara Única de Resende/RJ, no dia 12.04.07, em virtude de afastamento autorizado do MM. Juiz Federal Titular, Dr. PAULO PEREIRA LEITE FILHO.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

JOAQUIM ANTÔNIO CASTRO AGUIAR

ATO Nº 180, DE 9 DE ABRIL DE 2007

O Doutor JOAQUIM ANTÔNIO CASTRO AGUIAR, Corregedor-Geral da Justiça Federal da 2ª Região, no uso de suas atribuições legais, resolve designar o MM. Juiz Federal Substituto na titularidade da 1ª Vara de Nova Friburgo/RJ, Dr. ELMO GOMES DE SOUZA, para, sem prejuízo de sua jurisdição, assumir a titularidade do Juizado Especial Federal de Nova Friburgo/RJ, no dia 12.04.07, em virtude de afastamento autorizado do MM. Juiz Federal Titular, Dr. CASSIO MURILO MONTEIRO GRANZINOLI.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

JOAQUIM ANTÔNIO CASTRO AGUIAR

ATO Nº 181, DE 9 DE ABRIL DE 2007

O Doutor JOAQUIM ANTÔNIO CASTRO AGUIAR, Corregedor-Geral da Justiça Federal da 2ª Região, no uso de suas atribuições legais, resolve designar o MM. Juiz Federal Substituto em auxílio ao Juizado Especial de Campos/RJ, Dr. ANDRÉ LUIZ MARTINS DA SILVA, para, sem prejuízo de sua jurisdição, responder pelas medidas de urgência da Vara Federal de Itaperuna/RJ, no dia 12.04.07, em virtude de afastamento autorizado da MM. Juíza Federal Titular, Dra. TATIANA CARDOSO DE FREITAS.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

JOAQUIM ANTÔNIO CASTRO AGUIAR

ATO Nº 182, DE 9 DE ABRIL DE 2007

O Doutor JOAQUIM ANTÔNIO CASTRO AGUIAR, Corregedor-Geral da Justiça Federal da 2ª Região, no uso de suas atribuições legais, resolve designar o MM. Juiz Federal da Vara de Resende/RJ, Dr. PAULO PEREIRA LEITE FILHO, para, sem prejuízo de sua jurisdição, responder pelas medidas de urgências do Juizado Especial Federal de Resende/RJ, no dia 13.04.2007, em virtude de afastamento autorizado do MM. Juiz Federal Dr. LUIZ EDUARDO BIANCHI CERQUEIRA.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

JOAQUIM ANTÔNIO CASTRO AGUIAR

ATO Nº 183, DE 9 DE ABRIL DE 2007

O Doutor JOAQUIM ANTÔNIO CASTRO AGUIAR, Corregedor-Geral da Justiça Federal da 2ª Região, no uso de suas atribuições legais, resolve designar o MM. Juiz Federal Substituto na titularidade do 1º Juizado Especial de Volta Redonda/RJ, Dr. RAFAEL DE SOUZA PEREIRA PINTO, para, sem prejuízo de sua jurisdição, responder pelas medidas de urgências do 2º Juizado Especial Federal de Volta Redonda/RJ, no dia 13.04.2007, em virtude de afastamento autorizado do MM. Juiz Federal Substituto na titularidade, Dr. BRUNO OTERO NERY.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

JOAQUIM ANTÔNIO CASTRO AGUIAR

ATO Nº 184, DE 9 DE ABRIL DE 2007

O Doutor JOAQUIM ANTÔNIO CASTRO AGUIAR, Corregedor-Geral da Justiça Federal da 2ª Região, no uso de suas atribuições legais, resolve designar o MM. Juiz Federal Substituto do 1º Juizado Especial de Campos/RJ, Dr. ANDRÉ LUIZ MARTINS DA SILVA, para, sem prejuízo de sua jurisdição, responder pelas medidas de urgência da 1ª Vara de Campos/RJ, no dia 13.04.2007, em virtude de afastamento autorizado do MM. Juiz Federal Substituto na titularidade, Dr. ROBERTO DANTES SCHUMAN DE PAULA..

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

JOAQUIM ANTÔNIO CASTRO AGUIAR

ATO Nº 185, DE 9 DE ABRIL DE 2007

O Doutor JOAQUIM ANTÔNIO CASTRO AGUIAR, Corregedor-Geral da Justiça Federal da 2ª Região, no uso de suas atribuições legais, resolve designar o MM. Juiz Federal Substituto em auxílio à Vara Única de Três Rios/RJ, Dr. FÁBIO NOBRE BUENO BRANDÃO, para assumir a titularidade da referida Vara, no período de 09 a 20.04.2007, em virtude de licença Médica da MM. Juíza Federal Titular, Dra. SIMONE BRETAS.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

JOAQUIM ANTÔNIO CASTRO AGUIAR

ATO Nº 186, DE 10 DE ABRIL DE 2007

O Doutor JOAQUIM ANTÔNIO CASTRO AGUIAR, Corregedor-Geral da Justiça Federal da 2ª Região, no uso de suas atribuições legais, resolve designar a MM. Juíza Federal Substituta em auxílio ao 8º Juizado Especial/RJ, Dra. ANA CRISTINA FERREIRA DE MIRANDA, para, assumir a titularidade do referido Juizado Especial/RJ, nos dias 24 e 25.04.2007, em virtude de afastamento autorizado da MM. Juíza Federal, Dra. LÍVIA MARIA FERREIRA OROTAVO.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

JOAQUIM ANTÔNIO CASTRO AGUIAR

PORTARIA Nº 77, DE 27 DE MARÇO DE 2007

O Excelentíssimo Dr. JOAQUIM ANTÔNIO CASTRO AGUIAR, Corregedor-Geral da Justiça Federal da 2ª Região, no uso de suas atribuições legais, resolve:

I - Alterar a Escala de Férias, aprovada pela Portaria nº 273, de 30 de novembro de 2006, relativa a MM. Juíza Federal da Vara Única de Itaperuna/RJ, Dra. TATIANA CARDOSO DE FREITAS, explicitando que as férias se darão nos seguintes períodos:
1º período de 2005/2006 : 11.06 a 10.07.2007
2º período de 2005/2006 : 20.11 a 19.12.2007

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

JOAQUIM ANTÔNIO CASTRO AGUIAR

PORTARIA Nº 78, DE 2 DE ABRIL DE 2007

O Excelentíssimo Dr. JOAQUIM ANTÔNIO CASTRO AGUIAR, Corregedor-Geral da Justiça Federal da 2ª Região, no uso de suas atribuições legais, resolve:

I - Alterar a Escala de Férias, aprovada pela Portaria nº 273, de 30 de novembro de 2006, relativa ao MM. Juiz Federal Substituto da 2ª Vara de Campos/RJ, Dr. ROBERTO DANTES SCHUMAN DE PAULA, explicitando que as férias se darão nos seguintes períodos:
1º período de 2006/2007 : 16.05 a 14.06.2007
2º período de 2006/2007 : 20.11 a 19.12.2007

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

JOAQUIM ANTÔNIO CASTRO AGUIAR

PORTARIA Nº 79, DE 2 DE ABRIL DE 2007

O Excelentíssimo Dr. JOAQUIM ANTÔNIO CASTRO AGUIAR, Corregedor-Geral da Justiça Federal da 2ª Região, no uso de suas atribuições legais, resolve:

I - Alterar a Escala de Férias, aprovada pela Portaria nº 273, de 30 de novembro de 2006, relativa ao MM. Juiz Federal 2ª Vara/RJ, Dr. MAURO LUIS ROCHA LOPES, explicitando que as férias se darão nos seguintes períodos:
1º período de 2005/2006 : 21.05 a 19.06.2007
2º período de 2005/2006 : 01.10 a 30.10.2007

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

JOAQUIM ANTÔNIO CASTRO AGUIAR

PORTARIA Nº 80, DE 2 DE ABRIL DE 2007

O Excelentíssimo Dr. JOAQUIM ANTÔNIO CASTRO AGUIAR, Corregedor-Geral da Justiça Federal da 2ª Região, no uso de suas atribuições legais, resolve:

I - Alterar a Escala de Férias, aprovada pela Portaria nº 273, de 30 de novembro de 2006, relativa a MM. Juíza Federal Substituta em auxílio ao 3º Juizado Especial Federal/RJ, Dra. MÁRCIA MARIA FERREIRA DA SILVA, explicitando que as férias se darão nos seguintes períodos:
1º período de 2006/2007 : 14.05 a 12.06.2007
2º período de 2006/2007 : 01.09 a 30.09.2007

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

JOAQUIM ANTÔNIO CASTRO AGUIAR

PORTARIA Nº 81, DE 3 DE ABRIL DE 2007

O Excelentíssimo Dr. JOAQUIM ANTÔNIO CASTRO AGUIAR, Corregedor-Geral da Justiça Federal da 2ª Região, no uso de suas atribuições legais, resolve:

I - Alterar a Escala de Férias, aprovada pela Portaria nº 273, de 30 de novembro de 2006, relativa ao MM. Juiz Federal Substituto na titularidade da 1ª Vara de Execução Fiscal/SJM/RJ, Dr. JOSÉ LUIS CASTRO RODRIGUES, explicitando que as férias se darão nos seguintes períodos:
2º período de 2005/2006 : 16.05 a 14.06.2007
1º período de 2006/2007 : 20.11 a 19.12.2007

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

JOAQUIM ANTÔNIO CASTRO AGUIAR

PORTARIA Nº 82, DE 03 DE ABRIL DE 2007

O Excelentíssimo Dr. JOAQUIM ANTÔNIO CASTRO AGUIAR, Corregedor-Geral da Justiça Federal da 2ª Região, no uso de suas atribuições legais, resolve:

I - Alterar a Escala de Férias, aprovada pela Portaria nº 15, de 16 de Janeiro de 2007, relativa a MM. Juíza Federal Substituta na titularidade da 24ª Vara/RJ, Dra. VELLEDA BIVAR SOARES DIAS NETA, explicitando que as férias se darão nos seguintes períodos:
2º período aquisitivo de 2005/2006: 02.05 a 31.05.2007
1º período aquisitivo de 2006/2007: 12.09 a 11.10.2007
2º período aquisitivo de 2006/2007: 15.10 a 13.11.2007

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

JOAQUIM ANTÔNIO CASTRO AGUIAR

PORTARIA Nº 83, DE 9 DE ABRIL DE 2007

O Excelentíssimo Dr. JOAQUIM ANTÔNIO CASTRO AGUIAR, Corregedor-Geral da Justiça Federal da 2ª Região, no uso de suas atribuições legais, resolve:

I - Alterar a Escala de Férias, aprovada pela Portaria nº 274, de 30 de novembro de 2006, relativa ao MM. Juiz Federal Substituto em auxílio ao 2º Juizado Especial Federal/ES, Dr. ROBERTO GIL LEAL FARIA, explicitando que as férias se darão nos seguintes períodos:
1º período de 2006/2007 : 10.05 a 08.06.2007
2º período de 2006/2007 : 12.09 a 11.10.2007

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

JOAQUIM ANTÔNIO CASTRO AGUIAR

PORTARIA Nº 84, DE 9 DE ABRIL DE 2007

O Excelentíssimo Dr. JOAQUIM ANTÔNIO CASTRO AGUIAR, Corregedor-Geral da Justiça Federal da 2ª Região, no uso de suas atribuições legais, resolve:

I - Alterar a Escala de Férias, aprovada pela Portaria nº 273, de 30 de novembro de 2006, relativa a MM. Juíza Federal da 3ª Vara de Volta Redonda/RJ, Dra. ADRIANA BARRETTO DE CARVALHO RIZZOTTO, explicitando que as férias se darão nos seguintes períodos:
1º período aquisitivo de 2006/2007: 02.05 a 31.05.2007
2º período aquisitivo de 2006/2007: 04.07 a 02.08.2007

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

JOAQUIM ANTÔNIO CASTRO AGUIAR

SUBSECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO

DIVISÃO DE PROCESSAMENTO

DESPACHOS/DECISÕES

EXPEDIENTE DO DIA 11 DE ABRIL DE 2007
(DECISÃO)

VII - CONFLITO DE COMPETÊNCIA 2002.02.01.006028-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
AGRAVANTE	:	EDESIO CONCEICAO DE ARAUJO
ADVOGADO	:	EDSON DALTRO MATOS
AGRAVADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	:	PAULO ALBERTO R. DE SA OLIVEIRA
SUSCITANTE	:	EXMO SR. DES. FED. SERGIO SCHWAITZER
SUSCITADO	:	EXMA. SRA. DES. FED. JULIETA LIDIA LUNZ
ORIGEM	:	2A. VARA ESTADUAL - MACAE/RJ (001000)

D E C I SÃO

Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Exmo. Desembargador Federal Sérgio Schwaitzer em face da Exma. Desembargadora Federal Julieta Lídia Lunz que não reconheceu a prevenção de fls. 17-v para julgar o agravo de instrumento interposto de decisão proferida em ação ordinária de revisão de benefício previdenciário.

No presente caso, constata-se que os Eminentes desembargadores não compõem as turmas especializadas em matéria previdenciária, determinadas pela Resolução nº 36, de 25/11/2004, da presidência desta Egrégia Corte.

Portanto, o presente conflito perdeu o objeto, tendo em vista a especialização turmas deste Tribunal determinada pela referida resolução. Os autos certamente serão redistribuídos a uma das turmas especializadas em matéria previdenciária.

Diante do exposto, JULGO PREJUDICADO o conflito de competência.

Comunique-se aos Senhores Relatores em conflito.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2007.

XII - MANDADO DE SEGURANÇA 2006.02.01.006885-3

RELATOR	:	DESEMBARGADORA FEDERAL LILIANE RORIZ
IMPETRANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
IMPETRADO	:	EXMO(A). SR(A). VICE-PRESIDENTE / TRF 2A. REGIAO
LITISCONSORTE	:	CERVEJARIA PETROPOLIS S/A
ADVOGADO	:	DANIEBER MARCHIORI MULLER
ORIGEM	:	QUARTA VARA FEDERAL DE SÃO JOÃO DE MERITI (200351060015080)

Decisão

Observo que a decisão impugnada concedeu, em parte, a liminar atribuindo efeito suspensivo ao recurso extraordinário interposto pela empresa litisconsorte somente até seu juízo de admissibilidade (fls. 181/182).

Observo, ainda, que, em consulta à Base de Dados deste Tribunal, tal exame foi feito, sendo tanto o recurso extraordinário quanto o especial, admitidos através de decisões datadas de 06/07/2006 e que, os autos do mandado de segurança nº 2003.51.06.001508-0 foram remetidos ao Egrégio STJ, em 12/09/2006, juntamente com os autos da medida cautelar nº 2006.02.01.005917-7, ainda não julgada, de forma contrária, aliás, ao rito processual.

Isto posto, determino:

1) manifestem-se as partes, em 5 dias sucessivos, se ainda há interesse no julgamento do presente *writ* eis que, ao que tudo indica, o mesmo perdeu seu objeto com a admissão do recurso extraordinário;

2) oficie-se à Vice-Presidência comunicando-se o indevido envio dos autos da medida cautelar (processo nº 2006.02.01.005917-7), pela Assessoria de Recursos, ao Egrégio STJ, apensada aos autos do mandado de segurança.

Rio de Janeiro, em 09 de abril de 2007.

EXPEDIENTE DO DIA 10 DE ABRIL DE 2007

XII - MANDADO DE SEGURANÇA 2007.02.01.001620-1

RELATOR	:	DESEMBARGADORA FEDERAL VERA LÚCIA LIMA
IMPETRANTE	:	SIDARTA HALI CABRAL
ADVOGADO	:	LUIZ HENRIQUE BRAZ JUNIOR
IMPETRADO	:	EXMO. SR. PRESIDENTE DA COMISSAO ORGANIZADORA DO XI CONCURSO PUBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGO DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DO TRF DA 2A REGIAO
ORIGEM	:	TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL (000000000000000)

d e s p a c h o

O presente *mandamus* foi ajuizado com o intuito de assegurar a inscrição preliminar do impetrante no XI Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto da Primeira Instância do TRF 2ª Região.

A liminar foi indeferida em decisão exarada às fls. 102/105, sendo certo que a primeira etapa do certame já foi superada. (fls. 31).

Assim, resta patente a perda do objeto do presente *writ*, razão pela qual julgo-o prejudicado.

Publique-se.

Oportunidade, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2007

EXPEDIENTE DO DIA 10 DE ABRIL DE 2007

II - ACAO RESCISORIA 91.02.10044-4

RELATOR	:	DESEMBARGADORA FEDERAL VERA LÚCIA LIMA
AUTOR	:	ADOLPHO LUIZ LAYDNER JUNIOR E CONJUGE
ADVOGADO	:	JOEL ALVES ANDRADE E OUTROS
RÉU	:	JOSE HERNANI CAMPELO DE SOUZA E CONJUGE
ADVOGADO	:	SAMANTHA OLIVEIRA RODRIGUES E OUTROS
RÉU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:	TUTECIO GOMES DE MELLO E OUTROS
ORIGEM	:	DÉCIMA SEXTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (0009314326)

d e s p a c h o

Cuida-se de Ação Rescisória, proposta por ADOLPHO LUIZ LAYDNER JUNIOR e CÔNJUGE em face da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e JOSÉ HERNANI CAMPELLO e CÔNJUGE, por meio da qual se postulou, em apertada síntese, a rescisão de sentenças proferidas pelo Juízo da 16ª Vara Federal. A pretensão veiculada no bojo da presente ação foi julgada procedente em *decisum* já transitado em julgado.

À fl. 428, José Hernani Campello de Souza e cônjuge requerem a intimação da CEF para que, diante dos termos do título judicial formado, restituir-lhes, no prazo de 24 horas, o *quantum* dispensado à época da arrematação do imóvel em leilão promovido pela referida empresa pública federal, devidamente atualizado e corrigidos de acordo com a taxa legal de juros.

DECIDO.

A questão da competência dos órgãos fracionários desta Corte para processar as execuções de acórdãos proferidos em sede de Ação Rescisória foi objeto de debate pela colenda Terceira Seção Especializada, no seio de Questão de Ordem suscitada pelo eminente Des. Federal ROGÉRIO VIEIRA DE CARVALHO, relator da Ação Rescisória nº 99.02.14284-2.

Naquela oportunidade, sustentou o ilustre Desembargador Federal que *"(...) refletindo sobre a competência para processar a execução do julgado havido em ação rescisória que, ao ingressar no "judicium rescissorium" julgou procedente pedido, entendo que a decisão do E. Tribunal limita-se a substituir aquela rescindida - diante do reconhecimento da presença de alguma das hipóteses legais de que trata o art. 485 do Estatuto Processual - "judicium rescindens". Ora, a execução do v. acórdão proferido pela 4ª Turma - objeto da rescisão - seria processada pelo MM. Juiz de primeiro grau e, da mesma forma, deve ser o v. acórdão aqui prolatado. Não vejo porque trazer esta competência para o E. Tribunal integralmente.*

A argumentação alinhavada pelo nobre relator do feito encontra-se alicerçada em arestos do Superior Tribunal de Justiça, desta E. Corte e em valioso magistério doutrinário.

A Questão de Ordem foi acolhida, à unanimidade, pelos membros do citado órgão fracionário, restando assim ementado o acórdão, *verbis*:

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. QUESTÃO DE ORDEM. EXECUÇÃO DO V. ACÓRDÃO, TRANSITADO EM JULGADO, HAVIDO NOS AUTOS DE AÇÃO RESCISÓRIA. COMPETÊNCIA DO JUIZ DE PRIMEIRO GRAU. INTELIGÊNCIA DO ART. 525, I e II DO CPC. REMESSA DOS AUTOS À VARA DE ORIGEM.

1. Diante do duplo caráter da ação rescisória - em que se cumulam os *"judicium rescindens"* e *"judicium rescissorium"* - reconhece-se que este último substitui efetivamente a r. sentença ou acórdão rescindido.

2. Nessa esteira, sua execução deve ser processada junto ao Juiz de Primeiro Grau, porquanto seria dele a competência para a execução da demanda originária.

3. Precedentes do E. Superior Tribunal de Justiça e desta C. Corte Regional.

4. Moderna manifestação doutrinária na mesma linha.

5. Homenagem aos princípios da instrumentalidade e da economia processual, com o aproveitamento dos atos processuais, que não ostentem cunho decisório.

6. Questão de Ordem acolhida.

Diante do posicionamento firmado pela Terceira Seção Especializada deste Tribunal, no sentido de que compete ao Juízo de primeiro grau processar a execução de acórdão proferido em Ação Rescisória, alternativa não resta senão remeter os presentes autos à Vara na qual tramitaram as ações originárias para que a petição acima referida possa ser apreciada.

Nestes termos, dê-se baixa na distribuição, remetendo-se os autos ao Juízo de origem após o decurso do prazo legal sem a interposição de recurso contra este *decisum*.

Publique-se.

Rio de Janeiro, 02 de abril de 2007.

SECRETARIA DE ATIVIDADES JUDICIÁRIAS

ATA DE DISTRIBUIÇÃO DO DIA 10 DE ABRIL DE 2007

PROCESSO	:	2007.02.01.003990-0 (200351015328283) 154247 - AG R
AGRTE	:	HEITOR PINHO DE ALENCAR
ADV	:	VERA LUCIA CARVALHO S. DE ALENCAR
AGRDO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC	:	BRUNA SARMENTO DOS SANTOS
RELATOR	:	DES.FED. SERGIO FELTRIN CORREA - 1A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.04.2007

PROCESSO	:	2007.02.01.003786-1 (200651010061332) 154154 - AG R
AGRTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	SAMUEL RICARDO BRAND BENCUYA
ADV	:	ILANA FRIED BENJO E OUTROS
RELATOR	:	DES.FED. PAULO BARATA - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.04.2007

PROCESSO	:	2007.02.01.004196-7 (200750010019019) 154355 - AG E
AGRTE	:	DEJAIR CESAR BATISTA
ADV	:	NOEMAR SEYDEL LYRIO E OUTROS
AGRDO	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR	:	DES.FED. TANIA HEINE - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.04.2007

PROCESSO	:	2007.02.01.004103-7 (200751010019320) 154345 - AG R
AGRTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC	:	MAURO CABRAL TEIXEIRA
AGRDO	:	REGINAVES INDUSTRIA E COMERCIO DE AVES LTDA
ADV	:	LINDONICE DE BRITO PEREIRA DOS SANTOS E OUTRO
RELATOR	:	JC JOSE NEIVA/no afast. Relator - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.04.2007

PROCESSO	:	2007.02.01.004195-5 (9900027930) 154354 - AG ES
AGRTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	INDUSTRIA DE MASSAS E BISCOITOS ALCOBACA S/A
ADV	:	IVON ALCURE DO NASCIMENTO E OUTROS
RELATOR	:	JC JOSE NEIVA/no afast. Relator - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.04.2007

PROCESSO	:	2007.02.01.004203-0 (9900298152) 154357 - AG RJ
AGRTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	LUIZ DE FREITAS MACHADO JUNIOR
ADV	:	JOAO DONATO D'ANGELO E OUTROS
RELATOR	:	JC JOSE NEIVA/no afast. Relator - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.04.2007

PROCESSO	:	2007.02.01.004192-0 (200451015098506) 154351 - AG R
AGRTE	:	RUBENS JORGE TALEB
ADV	:	MARCOS CEZAR NAJJARIAN BATISTA E OUTRO
AGRDO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC	:	ATILIO REGULO TINOCO
RELATOR	:	DES.FED. JULIETA LIDIA LUNZ - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.04.2007

PROCESSO	:	2007.02.01.004194-3 (025920000442) 154353 - AG E
AGRTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC	:	SERGIO DE NOROES MILFONT JUNIOR
AGRDO	:	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DO MUNICIPIO DE ITAGUACU
ADV	:	WINSTON CHURCHILL DA SILVA BERGAMO
RELATOR	:	DES.FED. JULIETA LIDIA LUNZ - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.04.2007

PROCESSO	:	2007.02.01.004197-9 (200350010058007) 154356 - AG R
AGRTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	LUCIANO FIOROTTO JUNIOR
ADV	:	BRUNO COLODETTI E OUTROS
RELATOR	:	DES.FED. ALBERTO NOGUEIRA - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004205-4 (9200449506) 154359 - AG RJ
AGRTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO : MILTON TAVARES DA SILVA E OUTROS
ADV : JORGE DE SOUZA COSTA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. ALBERTO NOGUEIRA - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004102-5 (200751100010160) 154344 - AG R
AGRTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : PEDRO GONZALEZ CARDOSO
AGRDO : COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN
ADV : MARCOS ANDRE VINHAS CATAO E OUTROS
RELATOR : DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004105-0 (200451100074689) 154347 - AG R
AGRTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO : VIACAO BEIRA MAR LTDA
ADV : LAURO DE ALMEIDA FLORES E OUTROS
RELATOR : DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004258-3 (200451100000517) 154362 - AG R
AGRTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO : FENTON INDUSTRIA E COMERCIO DE CIGARROS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
ADV : LEONARDO PIETRO ANTONELLI E OUTROS
RELATOR : DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004260-1 (200751010029556) 154363 - AG R
AGRTE : UNIAO FEDERAL
AGRDO : ALESSANDRA DA SILVA DANTAS
ADV : DANIEL VIEIRA MONTEIRO E OUTRO
RELATOR : DES.FED. PAULO ESPIRITO SANTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004206-6 (200751010034321) 154360 - AG R
AGRTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO : HOSPITAL DO CORACAO SAMCORDIS LTDA
ADV : OSWALDO DUARTE DE SOUZA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. ANTÔNIO CRUZ NETTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004261-3 (200651010238359) 154365 - AG R
AGRTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : DANIELLE DE ALEXANDRE LOURENCO
AGRDO : ANTONIO VIEIRA E OUTRO
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. VERA LÚCIA LIMA - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004191-8 (200651010181167) 154350 - AG R
AGRTE : UNIAO FEDERAL
AGRDO : FERNANDO CESAR DOS SANTOS SILVA
ADV : REGINA ANTONIETA DE LIMA CORTEZ E OUTRO
RELATOR : DES.FED. BENEDITO GONCALVES - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004104-9 (200751020012334) 154346 - AG R
AGRTE : ASSOCIACAO SALGADO DE OLIVEIRA DE EDUCACAO E CULTURA-ASOEC
ADV : CRISTIANE DE OLIVEIRA BITETI E OUTROS
AGRDO : CRISTIANE LOPES DOS SANTOS
ADV : JACY GOMES
RELATOR : DES.FED. RICARDO REGUEIRA - 7A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004101-3 (200651010174126) 7526 - CC RJ
AUTOR : ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONJUNTO RESIDENCIAL AMIGOS DA PAZ
ADV : TANIA LUCIA MARQUES SANTOS E OUTROS
RÉU : LEO LYNCE RORIZ DE ARAUJO
ADV : SEM ADVOGADO
SUSCTE : JUIZO FEDERAL DA 24A VARA-RJ
SUSDO : JUIZO FEDERAL DA 19A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER - 7A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004142-6 (200651010088799) 154349 - AG R
AGRTE : BANCO ITAU S/A
ADV : VINICIUS MARI E OUTROS
AGRDO : ROBERTO DOMINGOS GABRIEL CHABO
ADV : IEDA JULIATTI DE CARVALHO
RELATOR : JC GUILHERME CALMON/no afast. Relator - 8A.TURMA ESPECIALIZA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004272-8 7565 - PA/COR
REQTE : JUIZO DA 1A. VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO
REQDO : EXMO(A) SR(A) CORREGEDOR(A) DA JUSTICA FEDERAL DA 2A REGIAO
RELATOR : DES.FED. CASTRO AGUIAR - CORREGEDORIA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004025-2 (200751010057370) 154282 - AG R
AGRTE : WEMOTO TRADE INDUSTRIA E COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
ADV : MARCO ENRICO SLERCA E OUTROS
AGRDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. POR DEPEND. INSTANTÂNEA EM 10.04.2007

QUADRO DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO DE 10.04.2007

DESEMBARGADOR	ENC	ATRI	1REG	2REG	DIST	REDI	TOTAL
PAULO BARATA	0	0	0	0	1	0	1
JULIETA LIDIA LUNZ	1	0	0	0	2	0	3
TANIA HEINE	0	0	0	0	1	0	1
ALBERTO NOGUEIRA	2	0	0	0	2	0	4
RICARDO REGUEIRA	0	0	0	0	1	0	1
ROGERIO CARVALHO	1	0	0	0	0	0	1
PAULO ESPIRITO SANTO	1	0	0	0	1	0	2
ANTÔNIO CRUZ NETTO	0	0	0	0	1	0	1
CASTRO AGUIAR	0	0	0	0	1	0	1
FERNANDO MARQUES	2	0	0	0	0	0	2
MARIA HELENA CISNE	2	0	0	0	0	0	2
VERA LÚCIA LIMA	1	0	0	0	1	0	2
SERGIO FELTRIN CORREA	0	0	0	0	1	0	1
LUIZ ANTONIO SOARES	0	0	0	0	4	0	4
BENEDITO GONCALVES	0	0	0	0	1	0	1
SERGIO SCHWAITZER	0	0	0	0	1	0	1
POUL ERIK DYRLUND	1	0	0	0	0	0	1
REIS FRIEDE	2	0	0	0	0	0	2
JOSE NEIVA/no afast. Relator	1	0	0	0	3	0	4
GUILHERME CALMON/no afast. Relator	0	0	0	0	1	0	1
TOTAL	14	0	0	0	22	0	36

PROCESSOS REMETIDOS PARA ANÁLISE DE CORRELAÇÃO:

PROCESSO : 1997.51.01.101268-4 (9701012682) 394594 - REOAC
: 200251010006388
PARTEA : ASSOCIACAO DOS EMPREGADOS DA EMBRATUR - ASSEMTUR E OUTROS
ADV : MAURO ROBERTO GOMES DE MATTOS
PARTER : EMBRATUR - EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO
PROC : MARCELO FRANCISCO FRAGOSO DE CASTRO
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 10A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. REIS FRIEDE

PROCESSO : 2001.51.01.009155-7 (200151010091557) 394607 - AC R
: 9400460546
: 200051010108620
: 200151010090619
: 200151010091569
: 200151010091570
: 200151010103730
: 200151010103742
: 200151010106135
: 200151010106561
: 200151010155183
: 200151010155195
: 200251010190102
APTE : DORA MARIA VILLELA JOSE
ADV : KARINE TERRA DE AZEVEDO E OUTRO
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : OCTAVIO CAIO MORA Y ARAUJO DE COUTO E SILVA E OUTROS
APDO : OS MESMOS
RELATOR : DES.FED. FERNANDO MARQUES

PROCESSO : 2004.51.02.004889-3 (200451020048893) 394613 - AC R
APTE : UNIAO FEDERAL
APTE : FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA - FUB
PROC : LUIZ CARLOS DE SOUZA
APDO : ALEXANDRE DA SILVA ORDACGY
ADV : ANDRE LUIZ DUARTE CANCADO
RMTE : JUIZO DE DIREITO DA 2 VARA DE NITEROI RJ
RELATOR : DES.FED. VERA LÚCIA LIMA

PROCESSO : 2005.50.01.009865-8 (200550010098658) 5438 - ACR ES
APTE : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ADV : LUIZ CARLOS DA SILVA NETO E OUTRO
APDO : OS MESMOS
RELATOR : DES.FED. MARIA HELENA CISNE

PROCESSO : 2005.51.01.015252-7 (200551010152527) 394597 - AC R
APTE : VALDA MARIA DE ALMEIDA
ADV : PRISCILA MATHIAS DE MORAIS FICHTNER E OUTROS
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : SERGIO RICARDO DE OLIVEIRA ANDRADA E OUTROS
APDO : OS MESMOS
RELATOR : DES.FED. ROGERIO CARVALHO

PROCESSO : 2005.51.01.526979-2 (200551015269792) 394615 - AC R
: 200351015380529
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : ISTVAN NUNES LAKI
APDO : JOAO CUNHA
ADV : SIBELE WALKIRIA LERNER HODARA E OUTRO
RELATOR : DES.FED. MARIA HELENA CISNE

PROCESSO : 2006.50.01.008046-4 (200650010080464) 68489 - AMS E
APTE : HUGO REZENDE LUZ
ADV : ERCIO DE MIRANDA MURTA E OUTROS
APDO : UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - UFES
PROC : OSWALDO HORTA AGUIRRE FILHO
RELATOR : DES.FED. PAULO ESPIRITO SANTO

PROCESSO : 2006.51.01.005600-2 (200651010056002) 68483 - AMS R
APTE : FEDERACAO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : JC JOSE NEIVA/NO AFAST. RELATOR

PROCESSO : 2007.02.01.003865-8 (9500018802) 154209 - AG RJ
: 200051010247942
AGRTE : UNIAO FEDERAL
AGRDO : DECIO LEAL PEREIRA DE SOUZA E OUTROS
ADV : SERGIO PINHEIRO DRUMMOND E OUTROS
RELATOR : DES.FED. FERNANDO MARQUES

PROCESSO : 2007.02.01.004141-4 (200651010210593) 154348 - AG R
: 200551010195370
AGRTE : HOSPITAL SÃO MARCOS S/A
ADV : GAMALIEL ROSSI SEVERINO E OUTROS
AGRDO : AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROC : OTAVIO AUGUSTO LIMA DE PILLA
RELATOR : DES.FED. POUL ERIK DYRLUND

PROCESSO : 2007.02.01.004193-1 (200451015098506) 154352 - AG R
AGRTE : SERGIO MORAD
ADV : MARCOS CEZAR NAJJARLAN BATISTA E OUTRO
AGRDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : ATILIO REGULO TINOCO
RELATOR : DES.FED. JULIETA LIDIA LUNZ

PROCESSO : 2007.02.01.004204-2 (9100178152) 154358 - AG RJ
: 9900577205
AGRTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO : JULIO GOMES ADVOGADOS ASSOCIADOS
ADV : JULIO CESAR GOMES DA SILVA E OUTRO
RELATOR : DES.FED. ALBERTO NOGUEIRA

PROCESSO : 2007.02.01.004257-1 (200751010030467) 154364 - AG R
: 200651010201567
AGRTE : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAI RENOVAVEIS - IBAMA
ADV : CLAUDIA NEDER
AGRDO : PETROLEO BRASILEIRO S/A
ADV : CAROLINA ALBUQUERQUE LIMA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. REIS FRIEDE

PROCESSO : 2007.02.01.004259-5 (200651014902679) 154361 - AG R
AGRTE : COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN
ADV : OSCAR SANT'ANNA DE FREITAS E CASTRO E OUTROS
AGRDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. ALBERTO NOGUEIRA

TERMO DE ENCERRAMENTO - 2ª VIA

Contém a presente ata a distribuição de 0022 feitos, realizada por processamento eletrônico de dados e 0014 encaminhados para verificação de correlação totalizando, 0005 folhas, todas por mim conferidas e rubricadas. (a) ..... (Romildo Narciso Volotão), Diretor da Secretaria de Atividades Judiciárias.

Rio de Janeiro - RJ, 10 de abril de 2007.

FREDERICO GUEIROS
PRESIDENTE

ÍNDICES POR ADVOGADO DOS FEITOS DISTRIBUÍDOS EM 10.04.2007.

Nome do Advogado	Código OAB	Número do Processo
ACCACIO MONTEIRO BARROZO	RJ090955	2007.02.01.004180-3
		2007.02.01.004218-2
		2007.02.01.004230-3
		2007.02.01.004244-3
ADAUTO SILVA EMERENCIANO	SP163405	2000.02.01.021305-0
ADILSON MARTINS GOMES	RJ026066	2006.51.17.000730-3
ADOLPHO DOS SANTOS MARQUES DE ABREU	RJ065963	1998.51.01.019267-1
ADRIANA MARIA DE ALMEIDA MEIRELLES FA	RJ099101	2007.02.01.004178-5
ADRIANA RIBEIRO DOS SANTOS	RJ133855	2007.02.01.004146-3
		2007.02.01.004160-8
ADRIANE NUNES QUINTAES	ES006549	2007.02.01.004100-1
ADRIANO ALMEIDA FIGUEIRA	RJ088753	2005.51.01.506183-4
AGUINALDO BELMINO DE SOUTO	RJ075935	2005.02.01.008441-6
ALBERTINHO POSSAMAI	RJ038697	2006.02.01.007744-1
ALDIR GOMES SELLES	RJ083136	1999.51.01.010711-8
ALESSANDRA JAPIASSU MAIA		2004.51.01.513500-0
ALESSANDRO STERN DA SILVA	RJ107634	2005.51.01.008512-5
ALEXANDER ALI SHAH	RJ107504	2004.51.01.016406-9
ALEXANDER LAMOGLIA DE MACEDO	RJ071825	1992.51.01.059652-4
ALEXANDRE AUGUSTO QUINTAS		2007.02.01.004168-2
		2007.02.01.004175-0
ALEXANDRE DO NASCIMENTO SOUZA	RJ084106	2007.02.01.004216-9
ALEXANDRE GONÇALVES	SP121485	2007.02.01.004125-6
ALEXANDRE PUPPIM	ES008265	1999.50.01.002184-2
ALEXANDRE SCHILLER FREIBURGHAUS	RJ095493	2000.51.01.032274-5
ALEXANDRE SFRAPPINI	RJ044482	2001.51.01.012001-6
ALICE SANTINHA DE SOUZA RODRIGUES	RJ033073	2004.02.01.003125-0
AMÉRICO LUIZ M. DA SILVA		1995.51.01.016500-9
ANA CECILIA MONTEIRO CHAVES DE AZEVED	RJ076206	2003.51.01.012271-0
ANA COELI DE OLIVEIRA PIOVESAN	ES001524	2007.02.01.004120-7
ANA CRISTINA VELTEN RANGEL	ES009461	2007.02.01.004236-4
ANA EMILIA GAZEL JORGE	RO000239	2000.02.01.002770-8
ANA MARIA FERNANDES LIMA	RJ047599	1999.02.01.040688-0
ANA MARIA MULLER	RJ021221	2005.51.01.025453-1
ANA MARIA TROUFA LENCASTRE	RJ023136	2007.02.01.004167-0
ANDRE GOMES DE OLIVEIRA	RJ085266	2004.51.10.007048-9
ANDRE LUIS TEIXEIRA GODINHO		1999.02.01.037389-8
		2003.51.06.002034-8
ANDRE LUIZ AGOSTINHO DA SILVEIRA REIS	RJ116677	2005.51.01.019736-5
ANDRE LUIZ FALCAO TANABE	RJ095452	1983.51.01.513665-4
ANDRE LUIZ PINHEIRO DE AMORIM	RJ102200	2007.02.01.004227-3
ANDRE PIRES GODINHO	RJ100272	2007.02.01.004181-5
		2007.02.01.004268-6
ANDREA DE ARAUJO PEIXOTO		2007.02.01.004252-2
ANDREA MENGE SILVA DA ROCHA E REIS	RJ093089	2007.02.01.004217-0
ANDREI FURTADO FERNANDES	RJ089250	2007.02.01.004094-0
ANDREIA ERTHAL LUZ	RJ103852	97.02.22046-7
ANGELA ALVES PEREIRA	RJ054691	2007.02.01.004098-7
ANGELO MARCIO LEITAO SOARES	RJ044731	2007.02.01.004250-9
ANTONIA SOUZA LOPES FERREIRA PINTO	RJ076041	2007.02.01.004183-9
ANTONIO CHAHER	RJ006878	2007.02.01.004242-0
ANTONIO JOSE FERNANDES COSTA NETO	RJ055264	2000.02.01.051755-4
		2007.02.01.004116-5
		2007.02.01.004140-2
		2007.02.01.004148-7
		2007.02.01.004149-9
		2007.02.01.004156-6
		2007.02.01.004157-8
		2007.02.01.004162-1
		2007.02.01.004163-3
		2007.02.01.004164-5
		2007.02.01.004168-2
		2007.02.01.004173-6
		2007.02.01.004175-0
		2007.02.01.004239-0
		2007.02.01.004240-6
		2007.02.01.004246-7
		2007.02.01.004252-2
		2007.02.01.004253-4
		2007.02.01.004254-6
		2007.02.01.004255-8
		2007.02.01.004256-0
		2007.02.01.004262-5
		2007.02.01.004263-7
		2007.02.01.004264-9
		2007.02.01.004278-9
ANTONIO PADUA PINTO NETO	RJ002363A	2007.02.01.004270-4
ARALTON LIMA JUNIOR	RJ082647	1999.51.01.013199-6
ARCINELIO DE AZEVEDO CALDAS	RJ004777	2007.02.01.004270-4
ARLINDO TEIXEIRA	RJ064710	2001.51.01.019598-3
ARMANDO MICELI FILHO	RJ048237	1996.51.01.024874-6
ARY LOPES FERREIRA	ES000430	1999.50.01.002577-0
ATILIO REGULO TINOCO	RJ021538	2007.02.01.004192-0
AUGUSTO FREDERICO C. DO C. SOUTO MAIO	RJ079109	2007.02.01.004215-7
AUREANE RODRIGUES DA SILVA	RJ002722A	2007.02.01.004161-0
AURIVAL JORGE PARDAUIL SILVA	RJ000821B	2007.02.01.004199-2
AURIVAL PARDAUIL SILVA	RJ000821	2007.02.01.004137-2
BARBARA VALERIA ZIZAS	SP027060	2007.02.01.004228-5
BENTO ADEODATO PORTO	ES007486	2002.50.01.003263-4
BERY CHEVALIER DO NASCIMENTO	RJ071135	1997.51.01.101254-4
BRENNO DE MENDONÇA CAVALCANTI	RJ124201	2005.51.01.019717-1
BRUNA SARMENTO DOS SANTOS		2007.02.01.003990-0
BRUNO COLODETTI	ES011376	2007.02.01.004197-9
BRUNO VAZ DE CARVALHO	RJ097626	2007.02.01.004158-0
CARLA DE CASTRO MACEDO DE AMORIM	RJ135011	1996.51.01.034906-0
		2001.51.02.006807-6
		2007.02.01.004114-1
CARLOS ALBERTO ESTEVES BARROSO DE SIQ	RJ067003	2001.02.01.030246-3
CARLOS ALBERTO L. DE AMORIM	RJ054536	2007.02.01.004202-9
CARLOS ALBERTO LIMA DE ALMEIDA	RJ072704	2007.02.01.004170-0
CARLOS ALBERTO LORANG DE AMORIM	RJ054536	2003.51.06.002034-8
CARLOS EDISON DO REGO MONTEIRO FILHO	RJ072235	2002.51.01.012780-5
CARLOS JOSE LOPES PAIVA	RJ100153	2004.51.01.015844-6
CARLOS LENO DE MORAES SARMENTO	RJ075458	2006.51.01.524836-7
CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA	RJ079452	2007.02.01.004145-1
CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO	RJ020283	96.02.08332-8
CARLOS VARGAS FARIAS	RJ074153	2005.51.01.507991-7
CARMEN LUCIA HENRIQUES MENDES	RJ108296	2007.02.01.004217-0
		2007.02.01.004218-2
		2007.02.01.004244-3
CARMEN LUCIA LISBOA BOTELHO BONATES	RJ061567	2007.02.01.004163-3
		2007.02.01.004251-0
CELIA DESTRI	RJ067576	2007.02.01.004176-1
CESAR AUGUSTO CARVALHO PEREIRA	RJ058717	1998.51.01.019267-1

CHRISTIANE MARIA DE AZEVEDO MARTINS	RJ121316	2005.02.01.007411-3
CHRISTIANO MELLO RODRIGUES DA SILVA	RJ109177	2007.02.01.004138-4
CLAUDIO MENDONCA RAMOS	RJ044354	2007.02.01.004147-5
CLAUDIO PENEDO MADUREIRA	ES011377	2005.50.01.012022-6
CLAUDIO ROBERTO PINTO SOBRAL	RJ101555	2001.51.01.019257-0
CRISTIANE DE OLIVEIRA BITETI	RJ096176	2007.02.01.004104-9
CRISTINA DO AMARAL BARRETO		2005.51.01.027225-9
CYNTIA REGINA MOTA CUNHA	RJ081583	2007.02.01.004233-9
DAGOBERTO JOSE STEINMEYER LIMA	RJ002726A	2002.51.01.014563-7
DALTON ROBERT TIBÚRCIO		2007.02.01.004172-4
DALVA APARECIDA PEDROSO PASCHOA	RJ032636	2006.51.01.012265-5
DANIEL BURKLE WARD	RJ135235	1993.51.02.001464-0
DANIEL DE MARCO	RJ010765	2007.02.01.004242-0
DANIEL DINIZ MANUCCI	MG086414	2006.51.01.013689-7
DANIEL SOARES DE CARVALHO	RJ094699	2004.51.01.001397-3
DANIEL VIEIRA MONTEIRO	RJ095809	2007.02.01.004260-1
DANIELA GUIMARAES FERNANDES	RJ060900	2005.51.01.013351-0
DANIELLE DE A LOURENCO	RJ116610	1997.51.01.071065-3
DANIELLE DE ALEXANDRE LOURENCO	RJ116610	2003.51.01.021133-0
		2007.02.01.004261-3
DAVI ARMOND DE ALMEIDA	RJ090863	2007.02.01.004237-6
DAVID ALFREDO NIGRI	RJ086149	2006.51.01.007551-3
DEBORAH DA SILVA SIMONETTI ABREU	RJ090849	2001.02.01.026622-7
DECIO MAHACO BORBA NETTO	RJ113473B	2007.02.01.004233-9
DEFENSOR PUBLICO DA UNIAO		2007.02.01.004245-5
DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO		2006.50.01.006642-0
DENISE M. AUGUSTO F. ANDRADE LOPES	RJ065454	2007.02.01.004271-6
DENNIS CINCINATUS	RJ114111	2006.51.01.007425-9
DYLMAR FIGUEIREDO GOMES FILHO	RJ045573	2007.02.01.004201-7
EDILSON DE VASCONCELOS LEAL		1991.51.01.004281-2
EDISON FREITAS DE SIQUEIRA	RJ002541A	2007.02.01.004111-6
EDSON DA COSTA LOBO		2005.51.01.507479-8
EDSON DALTRO MATOS	RJ076606	2003.51.16.000339-7
EDSON DE QUEIROZ FRANÇA	RJ112966	2005.51.01.516719-3
EDUARDO DE CARVALHO	RJ067913	2007.02.01.004231-5
EDUARDO JORGE ARAUJO DA SILVA	RJ098659	2007.02.01.004123-2
EDUARDO JOSE LAPA TORRES	RJ024897	2007.02.01.004180-3
		2007.02.01.004226-1
EDUARDO MACHADO DOS SANTOS	RJ071405	2004.02.01.004190-5
		2004.02.01.006410-3
EDUARDO MANEIRA	MG053500	2006.51.01.011550-0
EDUARDO VALIANTE DE REZENDE	RJ114485	2004.02.01.008713-9
EDUARDO XIBLE SALLES RAMOS	ES011520	2003.02.01.016777-5
EDVALDO MARTINS VIANA JUNIOR	PI003173	2007.02.01.004271-6
EDWALDO DE SOUZA ABREU	RJ051125	2007.02.01.004171-2
EIDIANO J MAURO	ES008961	2006.50.01.007257-1
EISENHOWER DIAS MARIANO	RJ056550	1993.51.02.001464-0
ELCY SILVA SOARES	RJ021920	2002.02.01.009407-0
ELIAS WROTSLAVSKY	RJ011549	97.02.24398-0
ELIEL SANTOS JACINTHO	RJ059663	2007.02.01.004114-1
ELIETE T. RAMOS DE OLIVEIRA FARIA	RJ078035	2007.02.01.004219-4
ENEIDA MARIA DOS SANTOS		2005.51.01.515966-4
		2006.51.01.524836-7
ERICA BATISTA DE CASTRO	RJ106485	2007.02.01.004153-0
ERIKA RODRIGUES COELHO		2001.51.01.014999-7
ERIKA SEIBEL PINTO	ES009181	2004.51.01.003730-8
ESTEVAO SANTIAGO PIZOL DA SILVA		2005.02.01.002889-9
EUNICE TEIXEIRA LEITAO	RJ083058	1999.51.01.758717-1
EVANDERSON DE JESUS GUTIERRES	DF010122	2003.02.01.018283-1
FABIO JOSE DE FARIA PROCACI	RJ103420	2005.51.01.019730-4
FABIO LUIZ DE SOUZA CARVALHO		2002.51.01.014563-7
FELIPE HERMANNY	RJ103811	2007.02.01.004106-2
FELIZUMIR DIAS RIBEIRO	RJ050916	2007.02.01.004249-2
FERNANDO AUGUSTO DA SILVA	RJ108877	2006.51.01.518823-1
FERNANDO AUGUSTO LYRA F. CAJU	RJ001275	2007.02.01.004222-4
FERNANDO DE CARVALHO FILHO	RJ037260	2007.02.01.004131-1
FERNANDO DE PAULA FARIA	RJ019308	2003.51.01.028587-7
FERNANDO LINO VIEIRA	RJ060390	2005.51.01.500063-8
FERNANDO MAXIMO DE A. P. DRUMMOND	RJ061557	1995.51.01.016500-9
FERNANDO SANTIAGO VAZ	RJ050910	2007.02.01.004273-0
FIRLY NASCIMENTO	RJ013115	2007.02.01.004134-7
FLAVIA CORREA AZEREDO		2006.51.01.518823-1
FLAVIO ANDRADE DE CARVALHO BRITTO	RJ051304	2007.02.01.004113-0
FLAVIO EL-AMME PARANHOS	RJ104806	2006.51.01.011996-6
FLAVIO LESSA BERALDO MAGALHAES	RJ085315	2007.02.01.004184-0
FLÁVIA MEDINA VILHENA	RJ091822	2007.02.01.004126-8
FRANCISCO CARLOS ROSAS GIARDINA	RJ069114	1996.51.01.024874-6
FRANCISCO JOSE BARBOSA NOBRE	RJ053688	2007.02.01.004145-1
		2007.02.01.004154-2
FRANCISCO JOSE NOVAIS JUNIOR	RJ117882	2007.02.01.004198-0
FRANK MARTINI CLARO	RJ025175	2007.02.01.004144-0
FREDERICO FERREIRA DE OLIVEIRA	RJ111068	2007.02.01.004189-0
GABRIEL SANT'ANNA QUINTANILHA	RJ135127	2006.51.01.010859-2
GARY DE OLIVEIRA BON ALI	RJ004474	2005.51.01.011198-7
GERALDO ELIAS BRUM	ES003325	2002.50.01.003263-4
GERALDO NUNES MACHADO	RJ068750	2007.02.01.004184-0
GERMANA ARAGAO DE MESQUITA AGUIAR	RJ080073	2007.02.01.004277-7
GERSON DE CARVALHO FRAGOZO	RJ106445	1998.51.01.019267-1
		2002.51.01.024583-8
		2007.02.01.004277-7
GILBERTO DOS SANTOS PEREIRA JUNIOR	RJ102181	2007.02.01.004139-6
GILMAR LOZER PIMENTEL	ES007314	2000.50.01.003782-9
GILMAR ZUMAK PASSOS	ES004656	1986.50.01.008510-2
		2007.02.01.004135-9
		2007.02.01.004136-0
GILSON SOUZA LOBO	RJ054456	2003.51.10.003237-0
GIORGIO VILELA SANTONI	RJ092780	2007.02.01.004169-4
GIOVANNI F MARCHESE	RJ090950	2006.51.01.007425-9
GREICE FREDERICA N. LEAL	RJ062573	2007.02.01.004224-8
		2007.02.01.004225-0
GUARACY M BASTOS	RJ096415	2006.51.01.011042-2
GUILHERME BASTOS NUNES BATISTA	RJ104517	2003.02.01.018283-1
GUILHERME VIANA RANDOW	ES007433	2001.50.01.011212-1
GUSTAVO DA ROCHA SCHMIDT	RJ108761	2007.02.01.004267-4
GUSTAVO MIGUEZ DE MELLO	RJ012996	2007.02.01.004119-0
HELCIAS DE ALMEIDA CASTRO	ES003107	1986.50.01.008510-2
HELIO DIAS OCCHIUZZI	RJ082803	2005.51.01.019736-5
HELIO MARCOS FERREIRA DA SILVA	RJ077135	2005.51.01.506183-4
HELIO MARQUES DA SILVA	RJ046572	2005.51.02.000497-3
HERBERT MACHICAO CAZELI	RJ125857	2006.02.01.004863-5
HERBERTH MEDEIROS SAMPAIO	RJ101253	2007.02.01.004151-7
		2007.02.01.004152-9
		2007.02.01.004179-7
		2007.02.01.004268-6
HERMES BASSALO ANTUNES	RJ017249	2004.51.10.001357-3
HUMBERTO MACHADO NETO	RJ059661	2007.02.01.004243-1
HUMBERTO MARCELINO FERREIRA	RJ050615	2003.51.10.003237-0
HUMBERTO PESSOA PAES PINTO	RJ107955	2003.51.01.024300-7
		2003.51.01.028314-5
HUMBERTO SILVA	RJ062769	2004.02.01.009270-6
IEDA JULIATTI DE CARVALHO	RJ050865	2007.02.01.004142-6
IGOR DALIS MIGUEL	RJ093344	2002.51.02.002374-7
ILANA FRIED BENJO	RJ103345	2007.02.01.003786-1
INACIO JOSE DE FARIAS NETO	RJ071450	2007.02.01.004186-4
INGRID CRISTINA CAMPOS MOREIRA	RJ111512	2006.51.01.021687-0
IRANY COELHO DA SILVA	RJ026590	2007.02.01.004129-3
ISTVAN NUNES LAKI		2002.51.01.507484-0
		2004.51.01.528857-5
		2005.51.01.506173-1
IVON ALCURE DO NASCIMENTO	ES003746	2007.02.01.004195-5
JACY GOMES	RJ005659	2007.02.01.004104-9
JADER FERREIRA GUIMARAES	ES004709	2007.02.01.004124-4
JAIME PLACIDO DE OLIVEIRA	RJ088433	2001.51.01.014999-7
JAIRO NOGUEIRA GUIMARAES	RJ024612	2002.51.01.018575-1
JAYME MOREIRA DE LUNA NETO	RJ067644	2007.02.01.004159-1
		2007.02.01.004160-8
JEANINE NUNES ROMANO	ES011063	2005.50.01.011639-9
JEFFERSON H. DE MEDEIROS KIRCHNER	DF012407	2005.51.05.001218-2
JEFFERSON RAMOS RIBEIRO	RJ079978	2002.51.01.000843-9
JESSE GOMES DE OLIVEIRA	RJ073572	2007.02.01.004250-9
		2007.02.01.004251-0
JOAO BATISTA DALAPICOLA SAMPAIO	ES004367	2002.50.01.005352-2
JOAO CARLOS ALVES MASSA	RJ046538	2007.02.01.004150-5
JOAO DAMASCENO FILHO	RJ045724	2001.02.01.011624-2
JOAO DONATO D'ANGELO	RJ079034	2007.02.01.004203-0
JOAO RABACA DO COUTO	RJ068089	2007.02.01.004262-5
JOCIMAR CUSTODIO GOMES	RJ046027	2007.02.01.004179-7
JOILSON OLIVEIRA DE ALMEIDA	RJ039038	2007.02.01.004238-8
JONIZETE AMORIM VASCONCELOS		2007.02.01.004202-9
JORGE ALBERTO PASSARELLI DE SOUZA	RJ104083	2003.51.01.017732-1
JORGE BARATA DE LACERDA	RS024867	2003.02.01.003034-4
JORGE BLOISE	RJ034125	2006.51.01.010438-0
JORGE DE SOUZA COSTA	RJ021961	2007.02.01.004205-4
JORGE EDUARDO GOUVEA VIEIRA	RJ083657	2007.02.01.004200-5
		2007.02.01.004229-7
JORGE HENRIQUE NUNES DURVAL	RJ049142	2006.51.01.010438-0
JOSE ALBERTO B. DA CAMARA GRACA	RJ035396	2006.51.01.006119-8
JOSE ARCISO FIOROT	ES006106	2007.02.01.004100-1
JOSE BARBOSA DA SILVA	RJ110558	2003.51.01.010011-7
JOSE CARLOS ARAUJO TAJRA	RJ016184	2007.02.01.004241-8
JOSE CARLOS DA FROTA MATOS	RJ022042	2007.02.01.004140-2
		2007.02.01.004148-7
		2007.02.01.004149-9
		2007.02.01.004156-6
		2007.02.01.004157-8
		2007.02.01.004162-1
		2007.02.01.004255-8
JOSE GREGORIO MARQUES	RJ001721A	1995.51.01.002578-9
		2005.51.01.506173-1

JOSE LUIZ TORO DA SILVA	RJ110493A	2005.02.01.000499-8
JOSE MAURICIO FERREIRA MOURAO	RJ053484	2007.02.01.004248-0
JOSE OSWALDO CORREA	RJ012667	2000.02.01.017737-8
		2004.51.10.004847-2
		2007.02.01.004215-7
JOSE PAULO DOS SANTOS	RJ083920	2007.02.01.004220-0
JOSE PERICLES COUTO ALVES	RJ026200	2005.51.01.009112-5
JOSE RICARDO DE ABREU JUDICE	ES002943	2000.50.01.003782-9
JOSE RICARDO LARICCHIA		2007.02.01.004224-8
		2007.02.01.004225-0
JOSE ROBERTO NEVES SILVEIRA	RJ082362	2004.51.01.010121-7
JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA	RJ013040	2004.02.01.002983-8
		2006.51.01.009715-6
		2006.51.01.009991-8
		2007.02.01.004110-4
		2007.02.01.004117-7
		2007.02.01.004118-9
		2007.02.01.004214-5
		2007.02.01.004223-6
		2007.02.01.004232-7
		2007.02.01.004265-0
		2007.02.01.004266-2
		2007.02.01.004276-5
JOSE SCHUELER DE OLIVEIRA	RJ100136	2007.02.01.004146-3
JOSE SOARES	RJ040566	2007.02.01.004109-8
JOSEMILDO FELISARDO DA SILVA	RJ063815	2007.02.01.004099-9
		2007.02.01.004243-1
JOSEVALDA SILVA DIAS	RJ128268	1999.51.01.010711-8
JOÃO PEDRO FARINHAS DA CRUZ	RJ021384	2007.02.01.004269-8
JULIANA PIMENTEL DE ALMEIDA		1999.51.01.758717-1
		2005.51.01.516719-3
JULIO SERGIO DA SILVA BRAGA	RJ100778	2005.51.02.000497-3
KATIA DA COSTA FERREIRA	RJ066305	2004.51.01.528857-5
LAURO DE ALMEIDA FLORES		2007.02.01.004105-0
LAURO LUIZ STUDART LEAO	RJ121055	2007.02.01.004269-8
LEONARDO CARDOSO DE FREITAS	RJ084987	2007.02.01.004253-4
LEONARDO D. MOREIRA LIMA	RJ087032	2005.51.01.500063-8
LEONARDO DE CAMARGO BARROSO	RJ082139	2007.02.01.004241-8
		2007.02.01.004275-3
LEONARDO JUNHO GARCIA	ES010864	2002.50.01.005352-2
LEONARDO MIGUEL SAAD	RJ049015	2005.51.05.001218-2
LEONARDO PIETRO ANTONELLI	RJ084738	2007.02.01.004258-3
LICIA ROSENFELD		2007.02.01.004189-0
LINDONICE DE BRITO PEREIRA DOS SANTOS	RJ131507	2007.02.01.004103-7
LISETTE MARIA FARINA BIANCHI	RJ030542	2007.02.01.004222-4
LUCIA MARIA CESAR MATOS	RJ037512	2007.02.01.004109-8
		2007.02.01.004207-8
LUCIA RODRIGUES CAETANO	RJ072123	2007.02.01.004098-7
LUCIENE BARBOSA DA SILVA	RJ131862	2007.02.01.004213-3
LUIS GUSTAVO ROCHA OLIVEIRA	MG072002	2007.02.01.004126-8
LUIS HENRIQUE ANDRE DA SILVA	RJ089142	2007.02.01.004128-1
LUIZ ANTONIO AZAMOR RODRIGUES	RJ032254	2007.02.01.004209-1
		2007.02.01.004210-8
		2007.02.01.004219-4
LUIZ ANTONIO AZAMOR RODRIGUES	RJ032256	2007.02.01.004138-4
LUIZ ANTONIO WERDINE MACHADO	RJ084736	2006.02.01.007744-1
LUIZ EDUARDO DE CASTILHO GIROTTO	RJ002206A	2005.51.01.011388-1
LUIZ FERNANDO FARIA MACEDO	RJ038749	2002.51.01.021322-9
		2007.02.01.004122-0
LUIZ FERNANDO PADILHA	RJ100343	2007.02.01.004159-1
		2007.02.01.004238-8
LUIZ GUSTAVO A. S. BICHARA	RJ112310	1998.51.01.011300-0
LUIZ LEONARDOS	RJ009647	2005.51.01.507479-8
LUIZ MANOEL FERNANDES COSTA	RJ081467	2007.02.01.004166-9
LUIZ OCTAVIO BARBOSA LIMA PEDROSO	RJ063215	2007.02.01.004150-5
MANOEL FERREIRA DE CASTRO	RJ113625	2005.51.01.515966-4
MANOEL MONTEIRO DA SILVA		97.02.03394-2
MARCELA LAMONICA REGO		2006.51.01.020417-9
MARCELE SILVEIRA VIDAL BALDANZA	ES007074	2001.50.01.008007-7
MARCELLE GOMES DA CRUZ	RJ118400	2007.02.01.004171-2
MARCELLO MOREIRA DA SILVA	RJ089129	2007.02.01.004207-8
		2007.02.01.004209-1
		2007.02.01.004210-8
		2007.02.01.004212-1
MARCELO ENES FIGUEIRA		2007.02.01.004227-3
MARCELO JOSE DOMINGUES	RJ017563	1999.51.01.001546-7
MARCELO LOPES DA SILVA	RJ082795	2005.51.01.011198-7
MARCELO RODRIGUES LANZANA FERREIRA		2007.02.01.004177-3
MARCELO RULI	RJ115566	2004.51.01.001397-3
		2005.51.01.013351-0
MARCELO THOMPSON LANDGRAF	RJ082845	2005.51.01.019717-1
MARCELO VASCONCELLOS ROALE ANTUNES	RJ045539	2007.02.01.004187-6
		2007.02.01.004188-8
		2007.02.01.004220-0
MARCIA RIBEIRO PAIVA		2005.50.01.011639-9
MARCIO DE OLIVEIRA RIBEIRO	RJ082723	2005.51.04.001916-7
MARCIO DIOGENES MELO	RJ000666B	97.02.22046-7
MARCIO LUIZ DE CAMPOS MATHIAS	RJ083678	2007.02.01.004165-7
		2007.02.01.004208-0
MARCIO QUARTIN PINTO	RJ017456	2007.02.01.004221-2
MARCIO SOKELAND DORIA	RJ094647	2006.51.01.020417-9
MARCIO SOUZA PIRES	ES00308A	2000.02.01.002770-8
MARCO ANTONIO DOS R. ROSA	RJ061284	2007.02.01.004185-2
		2007.02.01.004245-5
MARCO ANTONIO HURTADO	RJ085157	2004.51.01.003985-8
		2005.51.01.008717-1
		2005.51.01.014221-2
MARCO ENRICO SLERCA	RJ022986	2007.02.01.004025-2
MARCO MAGNO MANELA		2004.51.10.007048-9
MARCOS ANDRE VINHAS CATAO	RJ067086	2007.02.01.004102-5
MARCOS AURELIO FERREIRA COELHO	RJ066939	2007.02.01.004178-5
MARCOS CEZAR NAJJARIAN BATISTA	SP127352	2007.02.01.004192-0
MARCOS DAVIDOVICH		2005.51.01.507991-7
		2007.02.01.004164-5
		2007.02.01.004235-2
		2007.02.01.004256-0
MARCUS ALEXANDRE SIQUEIRA MELO	RJ065342	2007.02.01.004127-0
MARGARIDA M. NEWLANDS DE FREITAS	RJ027297	2007.02.01.004201-7
MARIA ADELINA CADETE DE REZENDE OLIVE	RJ055215	2007.51.01.800148-1
MARIA APARECIDA BARBOZA PREVOT	RJ088351	2000.02.01.051755-4
		2007.02.01.004246-7
MARIA DAS GRACAS C. LIMA DE ANDRADE	RJ047754	1997.51.01.071065-3
		1998.51.01.014048-8
MARIA DAS GRACAS DO NASCIMENTO AGUIAR	RJ084798	2005.51.04.001916-7
		2007.02.01.004274-1
MARIA DE FATIMA KNAIPPE DIBE		2002.51.02.002374-7
MARIA DO SOCORRO OLIVEIRA CONTRUCCI	RJ045047	2002.51.01.490017-3
MARIA EDITH JOURDAN DE LUCENA	RJ019793	2007.02.01.004228-5
MARIA INES SOBREIRA DE AZEVEDO	RJ001622A	2002.02.01.013203-3
MARIA LOPEZ LAGO	RJ044739	2007.02.01.004132-3
MARIA LUCIA NOGUEIRA DOS SANTOS	RJ103971	2005.51.01.021231-7
MARIA PAULA TEPERINO		2001.02.01.011624-2
MARIA THERESA WERNECK MELLO		2006.51.01.006119-8
MARIA THEREZA MENGE E SILVA	RJ024153	1996.51.01.034906-0
MARIO ROGERIO NASCIMENTO BRANDAO	RJ086086	2004.51.01.023420-5
MAURICIO ALVAREZ CAMPOS	RJ087598	2002.02.01.000903-0
MAURICIO ALVES COSTA	RJ066653	2005.51.01.019432-7
MAURICIO FERREIRA DO REGO	RJ085479	2006.51.01.017284-1
MAURO CABRAL TEIXEIRA		2007.02.01.004103-7
		2007.02.01.004115-3
MAURO ROBERTO GOMES DE MATTOS	RJ057739	1999.02.01.037389-8
MONICA PELOSI	RJ083965	2006.51.01.010796-4
MURILO CEZAR P. BAPTISTA	RJ005295	2007.02.01.004199-2
MURILO VOUZELLA DE ANDRADE	RJ091262	2007.02.01.004097-5
		2007.02.01.004107-4
		2007.02.01.004115-3
		2007.02.01.004182-7
		2007.02.01.004284-4
NELCY ESTRELA RODRIGUES	RJ098244	1996.51.01.034906-0
NELSON HALIM KAMEL	RJ087036	2001.51.01.013977-3
NEUZA RODRIGUES DE OLIVEIRA	RJ025930	2007.02.01.004144-0
NEWTON DA ROCHA E SILVA FILHO	RJ093179	2005.51.02.000497-3
NILTON BASILIO TEIXEIRA	ES007543	2005.02.01.002889-9
NOEMAR SEYDEL LYRIO	ES003666	2007.02.01.004196-7
OCTAVIO BLATTER PINHO	RJ005923	2007.02.01.004112-8
OCTAVIO CAIO MORA Y ARAUJO DE COUTO E	RJ116261	2007.02.01.004230-3
OLIENS WANZELLER	ES003561	2001.02.01.041900-7
OLINDA MARIA REBELLO	RJ074145	2004.51.01.003730-8
OSWALDO DUARTE DE SOUZA	RJ024397	2007.02.01.004206-6
OSWALDO HORTA AGUIRRE FILHO	ES004674	2007.02.01.004236-4
OSWALDO MONTEIRO RAMOS	RJ014878	2005.02.01.011693-4
		2007.02.01.004099-9
OTAVIO BARBOSA CORTES FREITAS	RJ026569	2007.02.01.004158-0
OTAVIO BEZERRA NEVES	RJ059709	95.02.09092-6
PATRICIA DUARTE DAMATO	RJ108990	2003.51.01.019544-0
		2007.02.01.004147-5
PATRICIA F DE SOUZA MELLO	RJ097503	2002.51.01.024583-8
PATRICIA MUNHOZ BARBOZA DE SA	RJ103280	2007.02.01.004254-6
		2007.02.01.004278-9
PATRICIA REIS NEVES BEZERRA	RJ083102	2002.51.01.507484-0
PATRICIA SOARES FURLANETTO	RJ107267	2007.02.01.004155-4
PAULO CESAR BARATA	RJ033101	2007.02.01.004221-2
PAULO CESAR DAS NEVES CARDOSO	RJ047785	2005.51.02.003504-0
PAULO CESAR DE MATTOS G. CRUZ	RJ058578	2007.02.01.004108-6
		2007.02.01.004276-5
PAULO GUILHERME LUNA VENANCIO	RJ068213	2002.51.03.002895-0

PAULO ROBERTO DE CARVALHO GOMES	RJ097868	2007.02.01.004172-4
PAULO ROBERTO PERES FILGUEIRAS		2006.51.17.000730-3
PAULO SERGIO DA COSTA MARTINS	RJ020986	2002.51.01.015787-1
PEDRO GONZALEZ CARDOSO		2004.51.10.007048-9
		2007.02.01.004102-5
		2007.02.01.004169-4
PERY BARBOSA DO NASCIMENTO MONROY	RJ090281	2007.02.01.004237-6
PRISCILA CANDIDO BONADIMAN	ES009598	2001.50.01.008007-7
RAFAEL DUAILIBE BACHA	RJ123467	2006.51.01.017769-3
RAFAEL JOSE DA COSTA	RJ093011	2007.02.01.004231-5
RAFAEL MOREIRA ALBUQUERQUE DE MENEZES	RJ124035	2004.51.01.012244-0
RAIMUNDO NONATO FERREIRA	RJ061480	2007.02.01.004248-0
RAUL J. L. P. SOUTO	RJ081919	1999.51.01.063857-4
REGINA ANTONIETA DE LIMA CORTEZ	RJ041407	2007.02.01.004191-8
REGINA CELIA MACHADO MARQUEZ	RJ053002	2007.02.01.004226-1
RENATO DIONISIO DOS SANTOS	RJ047860	2000.02.01.061855-3
RENATO JOSE LAGUN	RJ022001	2007.02.01.004112-8
		2007.02.01.004165-7
		2007.02.01.004208-0
RENATO MIGUEL	ES006494	1999.50.01.002184-2
		2007.02.01.004121-9
RENATO PEREIRA CHAVES	RJ088567	2007.02.01.004212-1
RICARDO JORGE FERREIRA BRANDAO	RJ025982	1999.51.01.063857-4
RICARDO VIANA RAMOS FERNANDEZ	RJ028681	2004.51.01.016406-9
RICARDO W. DE CARVALHO BERNARDINO	RJ055670	2006.51.01.004755-4
ROBERT ALDA	RJ072945	2002.51.10.008634-8
ROBERTO CARLOS MARTINS PIRES	RJ056175	2007.02.01.004143-8
ROBERTO MARTINS DA SILVA	RJ075665	2007.02.01.004177-3
ROBERTO MOHAMED AMIN JUNIOR	SP140493	1999.51.01.063857-4
ROBERTO MUSA CORRÊA	RJ103156	2005.02.01.007411-3
ROBERTO PINHO GILVAZ	RJ079620	2007.02.01.004108-6
ROBERTSON WERNER		1996.51.01.024874-6
RODRIGO DE SOUZA	RJ016064	2007.02.01.004234-0
RODRIGO GASPAR DE MELLO		1998.51.01.011300-0
RODRIGO LYCHOWSKI	RJ071762	2007.02.01.004186-4
RODRIGO SERGIO BONAN DE AGUIAR	RJ047111	2007.02.01.004216-9
RODRIGO VILLA REAL AYALA	RJ108650	2007.02.01.004273-0
ROGERIO ALVES MOTTA	ES006785	2001.50.02.001200-7
		2002.50.02.000001-0
ROGERIO BORGES DE CASTRO	RJ001802A	96.02.41790-0
ROGERIO COELHO PEDROSO	RJ047861	2006.51.06.001251-1
ROMEU FERNANDO C.DE SOUZA	RJ065722	2001.51.02.006807-6
RONALDO ESPINOLA CATALDI	RJ065534	2000.02.01.062720-7
RONALDO GOTLIB COSTA	RJ091379	2007.02.01.004112-8
ROSA MARIA RODRIGUES MOTTA		2007.02.01.004216-9
ROSANGELA MARIA MONTEIRO DIAS	RJ068007	2007.02.01.004198-0
ROSANGELA SANTOS DE OLIVEIRA	RJ054291	2002.51.01.012780-5
ROSI PAIVA DA SILVA	RJ082739	2004.51.01.513500-0
		2007.02.01.004235-2
ROSILENE MOREIRA CARDIAS SANTAGUIDA		2004.02.01.002983-8
RUIZ SERGIO RIBEIRO BARBOSA		2003.51.16.000339-7
S/ ADVOGADO	RJ000999	2007.02.01.004153-0
SABRINA KINDLEIN	RJ136680	2002.51.01.021576-7
SANDRA CRISTINA GONZAGA DOS REIS	RJ067598	2007.02.01.004165-7
		2007.02.01.004208-0
SANDRA CRISTINA PEIXOTO DE SOUZA	RJ072440	1983.51.01.513665-4
SEBASTIAO FORTUNATO ZANON	ES002125	2004.50.01.007715-8
SEBASTIAO LUIZ DE FREITAS FILHO	RJ093173	2002.02.01.007431-8
SELEO DE ANDRADE BARBOSA PAIVA	RJ081439	2007.02.01.004190-6
SELMA GOMES DA SILVA CARDOSO	RJ101490	2005.51.01.002822-1
SEM ADVOGADO		1980.51.01.252058-2
		1995.50.01.003843-5
		1999.51.01.013199-6
		2000.02.01.062720-7
		2000.02.01.067974-8
		2003.51.12.000878-5
		2005.02.01.000499-8
		2006.02.01.004863-5
		2007.02.01.004101-3
		2007.02.01.004137-2
		2007.02.01.004234-0
		2007.02.01.004261-3
		2007.02.01.004275-3
SEM ADVOGADO	RJ999999	2007.02.01.004151-7
		2007.02.01.004152-9
SEM PRCURADOR		2007.02.01.004116-5
SEM PROCURADOR		2004.02.01.008713-9
		2007.02.01.004111-6
		2007.02.01.004161-0
		2007.02.01.004173-6
		2007.02.01.004263-7
		2007.51.01.800148-1
SERGIO DE NOROES MILFONT JUNIOR		2007.02.01.004194-3
SERGIO MACIEL	RJ093611	2002.51.01.010789-2
SERGIO MANDELBLATT	RJ078509	2007.02.01.004269-8
SERGIO PAIXAO	RJ075205	2007.02.01.004143-8
		2007.02.01.004181-5
SERGIO RICARDO DE OLIVEIRA ANDRADA	RJ093742	1998.51.01.014048-8
		2002.51.01.015787-1
		2004.51.01.012244-0
		2005.02.01.009197-4
SEVERINO JOSE DA SILVA	RJ001569A	2006.51.01.014222-8
SILLAS TEIXEIRA	RJ026207	98.02.38203-5
SIMONE SIQUEIRA MIGUEL FREITAS	ES007572	2007.02.01.004121-9
		2007.02.01.004135-9
		2007.02.01.004136-0
STELLY GOMES LEAL DA CRUZ PACHECO		2007.02.01.004264-9
SUZANA DUARTE DE SOUZA	RJ115702	2003.51.01.021133-0
SYLVIO DE BARROS IMBASSAHY	RJ119567	2007.02.01.004274-1
SYLVIO RICARDO LOPES F. GONCALVES	MG083896	2002.51.03.002895-0
TANIA AZEVEDO DE OLIVEIRA	RJ069600	2000.02.01.021305-0
TANIA LUCIA MARQUES SANTOS	RJ109191	2007.02.01.004101-3
TATIANA COELHO DE MELO	RJ105844	2007.02.01.004211-0
TATIANA MOTTA VIEIRA		2007.02.01.004183-9
TERESA CRISTINA PASOLINI	ES006688	2001.50.01.011053-7
TUTECIO GOMES DE MELLO	RJ075478	2007.02.01.004112-8
		2007.02.01.004139-6
TÁRSIS NAMETALA JORGE		2004.51.01.023420-5
VALDIR PAES LOUREIRO	RJ024344	2003.51.01.019544-0
		2005.02.01.009197-4
		2007.02.01.004154-2
VALERIA CRISTINA DE SOUZA CARNEIRO	RJ110250	2003.51.12.000878-5
VANIA MARIA NOGUEIRA CABRAL DOS SANTO	RJ096869	2007.02.01.004170-0
VERA LUCIA CARVALHO S. DE ALENCAR	RJ071907	2007.02.01.003990-0
VERA LUCIA CASTANHEIRA	RJ026478	2007.02.01.004247-9
VERA MARIA MUNIZ DE MENDONCA	RJ061122	2001.02.01.026622-7
VERONICA TORRI	RJ107834	2001.51.01.013977-3
VICTOR ROBERTO CORREA DE SOUZA		2006.51.06.001251-1
VINICIUS MARI	RJ075232	2007.02.01.004142-6
VIVALDO DE PAULA E SILVA	RJ056665	2007.02.01.004133-5
VIVIANE DIAS SIQUEIRA	RJ124482	2004.51.01.015844-6
WAGNER DE FREITAS RAMOS	ES003712	2001.02.01.041900-7
WAGNER GIL JANSEN PEREIRA	RJ121321	2007.02.01.004174-8
WALDIR ASSIS DOS SANTOS	RJ070781	2005.51.01.004341-6
WALTER GONCALVES DE FREITAS	RJ026058	2007.02.01.004239-0
		2007.02.01.004240-6
WANDER MOREIRA	RJ105368	2007.02.01.004185-2
WANDERLEY MARQUES FRANCO	RJ022692	2002.02.01.017295-0
WANESSA CARNEIRO M FERREIRA		2006.51.01.011996-6
WANESSA CARNEIRO MOLIANARO FERREIRA		1980.51.01.252058-2
WASHINGTON LUIZ STELLE TEIXEIRA	PR016243	2005.51.01.027225-9
WILLIAM CARDOSO	RJ057900	2007.02.01.004130-0
WILMA LOPES PONTES SOUSA SANTOS	RJ069595	2004.51.01.017651-5
WILTON CARLOS SANTINO	RJ089864	2007.02.01.004247-9
WINSTON CHURCHILL DA SILVA BERGAMO	ES002129	2007.02.01.004194-3
YEDA MARIA FERREIRA VERGARA		95.02.09564-2
ZENILDA GUIMARAES QUEIROZ	RJ068227	2004.51.01.012244-0

ATA DE DISTRIBUIÇÃO DO DIA 10 DE ABRIL DE 2007

PROCESSO : 1999.51.01.758717-1 (9907587176) 394582 - AC RJ
APTE : NORMA BATISTA SOARES
ADV : EUNICE TEIXEIRA LEITAO E OUTRO
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : JULIANA PIMENTEL DE ALMEIDA
RELATOR : DES.FED. MARIA HELENA CISNE - 1A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2003.51.10.003237-0 (200351100032370) 394587 - AC R
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV : HUMBERTO MARCELINO FERREIRA
APDO : GLEYCE FERREIRA DE MENEZES REP/POR SIMONE FERREIRA DE SOUZA
ADV : GILSON SOUZA LOBO
RELATOR : DES.FED. MARIA HELENA CISNE - 1A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2006.50.01.006642-0 (200650010066420) 5440 - ACR ES
APTE : MAURICIO GALVAO BRAGA
ADV : DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO
APDO : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. MARIA HELENA CISNE - 1A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2006.51.01.524836-7 (200651015248367) 68485 - AMS R
APTE : LUZINETE SANTOS ARAUJO
ADV : CARLOS LENO DE MORAES SARMENTO E OUTROS
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : ENEIDA MARIA DOS SANTOS
RELATOR : DES.FED. MARIA HELENA CISNE - 1A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2005.51.01.507991-7 (200551015079917) 394609 - AC R
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : MARCOS DAVIDOVICH
APDO : ANTONIO JOSE PINTO DE AZEVEDO
ADV : CARLOS VARGAS FARIAS E OUTROS
RELATOR : DES.FED. SERGIO FELTRIN CORREA - 1A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2005.51.01.516719-3 (200551015167193) 394610 - AC R
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : JULIANA PIMENTEL DE ALMEIDA
APDO : ANTONIO LUIZ VELLASCO

ADV : EDSON DE QUEIROZ FRANÇA E OUTRO
RELATOR : DES.FED. SERGIO FELTRIN CORREA - 1A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2004.51.01.528857-5 (200451015288575) 394606 - AC R
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : ISTVAN NUNES LAKI
APDO : AIRUAN RIBEIRO
ADV : KATIA DA COSTA FERREIRA E OUTRO
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 37A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. ABEL GOMES - 1A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2001.50.01.011212-1 (200150010112121) 5441 - ACR ES
APTE : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
APDO : GUILHERME VIANA RANDOW
ADV : GUILHERME VIANA RANDOW
RELATOR : DES.FED. LILIANE RORIZ - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2005.51.01.515966-4 (200551015159664) 394580 - AC R
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : ENEIDA MARIA DOS SANTOS
APDO : JOÃO BATISTA MALAQUIAS
ADV : MANOEL FERREIRA DE CASTRO
RELATOR : DES.FED. LILIANE RORIZ - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2006.51.01.518823-1 (200651015188231) 68487 - AMS R
APTE : MAURICIO HENRIQUES VILLAS
ADV : FERNANDO AUGUSTO DA SILVA E OUTROS
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : FLAVIA CORREA AZEREDO
RELATOR : DES.FED. LILIANE RORIZ - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.51.01.800148-1 (200751018001481) 394593 - AC R
APTE : MARIA DAS GRAÇAS BRANCO ALVIM
ADV : MARIA ADELINA CADETE DE REZENDE OLIVEIRA E OUTROS
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : SEM PROCURADOR
RELATOR : DES.FED. LILIANE RORIZ - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2005.51.01.506173-1 (200551015061731) 394619 - AC R
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : ISTVAN NUNES LAKI
APDO : GRETEL MACHADO FAGUNDES E OUTROS
ADV : JOSE GREGORIO MARQUES
RELATOR : DES.FED. ANDRÉ FONTES - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2005.51.01.506183-4 (200551015061834) 394614 - AC R
APTE : EDSON FRANCISCO DA SILVA E OUTROS
ADV : HELIO MARCOS FERREIRA DA SILVA E OUTROS
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : ADRIANO ALMEIDA FIGUEIRA
RELATOR : DES.FED. ANDRÉ FONTES - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2006.51.06.001251-1 (200651060012511) 68490 - AMS R
APTE : DILMA MARIA MENDES DE SOUZA
ADV : ROGERIO COELHO PEDROSO
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : VICTOR ROBERTO CORREA DE SOUZA
RELATOR : DES.FED. ANDRÉ FONTES - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2002.51.01.507484-0 (200251015074840) 394612 - AC R
APTE : LUIZ FLAVIO SILVA DOS SANTOS
ADV : PATRICIA REIS NEVES BEZERRA E OUTROS
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : ISTVAN NUNES LAKI
RELATOR : DES.FED. MESSOD AZULAY NETO - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2005.51.02.000497-3 (200551020004973) 5439 - ACR RJ
APTE : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
APDO : MARISA GOMES DE CASTRO
ADV : HELIO MARQUES DA SILVA E OUTRO
APDO : TANIA APARECIDA OLIVEIRA DA SILVA
ADV : NEWTON DA ROCHA E SILVA FILHO
APDO : LUIZ CARVALHO LINHARES
ADV : JULIO SERGIO DA SILVA BRAGA
RELATOR : DES.FED. MESSOD AZULAY NETO - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2006.51.17.000730-3 (200651170007303) 394592 - AC R
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : PAULO ROBERTO PERES FILGUEIRAS
APDO : JOSE CARLOS PAIVA
ADV : ADILSON MARTINS GOMES E OUTROS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 2A VARA DE SAO GONCALO-RJ
RELATOR : DES.FED. MESSOD AZULAY NETO - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 1980.51.01.252058-2 (0002520583) 393893 - AC RJ
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : WANESSA CARNEIRO MOLIANARO FERREIRA
APDO : COZIMPLAC INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA.
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. PAULO BARATA - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2002.51.10.008634-8 (200251100086348) 394256 - AC R
APTE : PETROFLEX INDUSTRIA E COMERCIO S/A
ADV : ROBERT ALDA E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. PAULO BARATA - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2006.51.01.013689-7 (200651010136897) 68479 - AMS R
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : CASA DE SAUDE LARANJEIRAS LTDA
ADV : DANIEL DINIZ MANUCCI E OUTROS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 29A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. PAULO BARATA - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2005.51.01.019717-1 (200551010197171) 394583 - AC R
APTE : RENILVA VENTURA BARDY
ADV : BRENNO DE MENDONÇA CAVALCANTI
APDO : CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETROBRAS
ADV : MARCELO THOMPSON LANDGRAF E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. TANIA HEINE - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2005.51.01.500063-8 (200551015000638) 394631 - AC R
APTE : ALEXANDRE GONCALVES SILVA
ADV : LEONARDO D. MOREIRA LIMA E OUTROS
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : FERNANDO LINO VIEIRA
RELATOR : DES.FED. TANIA HEINE - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2005.51.01.009112-5 (200551010091125) 394581 - AC R
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : EVALDINO ROSA PAES
ADV : JOSE PERICLES COUTO ALVES E OUTROS
RELATOR : JC JOSE NEIVA/no afast. Relator - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2006.51.01.011996-6 (200651010119966) 68482 - AMS R
APTE : AMERICAN CHAMBER OF COMMERCE FOR BRAZIL - CAMARA AMERICANA D COM/ DO BRASIL
ADV : FLAVIO EL-AMME PARANHOS E OUTROS
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : WANESSA CARNEIRO M FERREIRA
RELATOR : JC JOSE NEIVA/no afast. Relator - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2002.51.01.021576-7 (200251010215767) 394578 - AC R
APTE : VOLVO DO BRASIL VEICULOS LTDA
ADV : SABRINA KINDLEIN E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. JULIETA LIDIA LUNZ - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2006.51.01.017284-1 (200651010172841) 68486 - AMS R
APTE : JSH EMPREENDIMENTOS COMERCIASI LTDA
ADV : MAURICIO FERREIRA DO REGO E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. JULIETA LIDIA LUNZ - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2004.51.10.007048-9 (200451100070489) 68488 - AMS R
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : PEDRO GONZALEZ CARDOSO
APTE : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA
PROC : MARCO MAGNO MANELA
APDO : CONSORCIO LUMMUS ANDROMEDA E OUTROS
ADV : ANDRE GOMES DE OLIVEIRA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. ALBERTO NOGUEIRA - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2005.51.01.011198-7 (200551010111987) 394591 - AC R
APTE : ARY TRILLES E OUTROS
ADV : GARY DE OLIVEIRA BON ALI E OUTROS
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : OS MESMOS
TERCINT : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC : MARCELO LOPES DA SILVA
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 6A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. ALBERTO NOGUEIRA - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2006.50.01.007257-1 (200650010072571) 394289 - AC E
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : JOSE MAURILIO GUISSO
ADV : EIDIANO J MAURO
RELATOR : DES.FED. ALBERTO NOGUEIRA - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2006.51.01.017769-3 (200651010177693) 68477 - AMS R
APTE : XAVIER DOMINGUES ADVOGADOS SOCIEDADE SIMPLES
ADV : RAFAEL DUAILIBE BACHA E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. ALBERTO NOGUEIRA - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2002.50.01.003263-4 (200250010032634) 394357 - AC E
APTE : TRANSPORTADORA JOLIVAN LTDA
ADV : GERALDO ELIAS BRUM E OUTROS
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : BENTO ADEODATO PORTO
RELATOR : DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2004.51.10.001357-3 (200451100013573) 394384 - AC R
APTE : CLINICA DE TRAUMATO-ORTOPEDIA DE NILOPOLIS LTDA
ADV : HERMES BASSALO ANTUNES E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2006.51.01.014222-8 (200651010142228) 68476 - AMS R
APTE : TECHNIP ENGENHARIA S/A
ADV : SEVERINO JOSE DA SILVA E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 1986.50.01.008510-2 (0000085103) 394017 - AC ES
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : GILMAR ZUMAK PASSOS E OUTROS
APDO : EDUARDO DE ALMEIDA PRATA E OUTRO
ADV : HELCIAS DE ALMEIDA CASTRO E OUTRO
RELATOR : DES.FED. PAULO ESPIRITO SANTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2000.51.01.032274-5 (200051010322745) 394588 - AC R
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : KLEBER DOS SANTOS MONTEIRO E OUTRO
ADV : ALEXANDRE SCHILLER FREIBURGHAUS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 26A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. PAULO ESPIRITO SANTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2002.51.01.024583-8 (200251010245838) 394620 - AC R
APTE : LUIZ THOMAZ DE QUEIROZ E CONJUGE
ADV : PATRICIA F DE SOUZA MELLO E OUTRO
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : GERSON DE CARVALHO FRAGOZO E OUTROS
APDO : OS MESMOS
RELATOR : DES.FED. PAULO ESPIRITO SANTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2006.51.01.020417-9 (200651010204179) 68484 - AMS R
APTE : FUNDACAO OSWALDO CRUZ
PROC : MARCELA LAMONICA REGO
APDO : MARIA JULIA BARBOSA DA SILVA
ADV : MARCIO SOKELAND DORIA E OUTRO
RELATOR : DES.FED. PAULO ESPIRITO SANTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 1999.51.01.013199-6 (9900131991) 394611 - AC RJ
APTE : NEUZA RENDE RIBEIRO E OUTRO
ADV : ARALTON LIMA JUNIOR E OUTRO
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. ANTÔNIO CRUZ NETTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 1999.51.01.063857-4 (9900638573) 394585 - AC RJ
APTE : ISABEL DA SILVA SIQUEIRA E OUTROS
ADV : ROBERTO MOHAMED AMIN JUNIOR
APDO : REDE FERROVIARIA FEDERAL S/A
ADV : RICARDO JORGE FERREIRA BRANDAO
APDO : UNIAO FEDERAL
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV : RAUL J. L. P. SOUTO
RELATOR : DES.FED. ANTÔNIO CRUZ NETTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2001.50.01.008007-7 (200150010080077) 68464 - AMS E
APTE : UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - UFES
PROC : MARCELE SILVEIRA VIDAL BALDANZA
APDO : POLLYANA ALVARENGA DE MELO E OUTROS
ADV : PRISCILA CANDIDO BONADIMAN E OUTROS
RMTE : JUIZO DA 3A VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA-ES
RELATOR : DES.FED. ANTÔNIO CRUZ NETTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2002.51.01.021322-9 (200251010213229) 393948 - AC R
APTE : SANDRA ELIZABETH DUTRA
ADV : LUIZ FERNANDO FARIA MACEDO
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. ANTÔNIO CRUZ NETTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2004.51.01.017651-5 (200451010176515) 394448 - AC R
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : SINTRASEF-SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E OUTROS
ADV : WILMA LOPES PONTES SOUSA SANTOS E OUTROS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 7A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. ANTÔNIO CRUZ NETTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 1991.51.01.004281-2 (9100042811) 394603 - AC RJ
APTE : DORGIVAL ROBERTO DA SILVA
ADV : EDILSON DE VASCONCELOS LEAL E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. VERA LÚCIA LIMA - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2001.50.01.011053-7 (200150010110537) 394077 - AC E
APTE : MARCELA DE MORAES
ADV : TERESA CRISTINA PASOLINI E OUTROS
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : OS MESMOS
RELATOR : DES.FED. VERA LÚCIA LIMA - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2005.51.01.027225-9 (200551010272259) 394115 - AC R
APTE : FUNDACAO DE SAUDE ITAIGUAPY
ADV : WASHINGTON LUIZ STELLE TEIXEIRA E OUTROS
APTE : AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR-ANS
PROC : CRISTINA DO AMARAL BARRETO
APDO : OS MESMOS
RELATOR : DES.FED. VERA LÚCIA LIMA - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2005.51.02.003504-0 (200551020035040) 394618 - REOAC
PARTEA : UNIAO FEDERAL
PARTER : ADELAIDE BENSIMON
ADV : PAULO CESAR DAS NEVES CARDOSO
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 2A VARA DE NITEROI-RJ
RELATOR : DES.FED. VERA LÚCIA LIMA - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2006.51.01.010859-2 (200651010108592) 68481 - AMS R
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : MARCELO FONSECA ARRAES
ADV : GABRIEL SANT'ANNA QUINTANILHA
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 29A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. VERA LÚCIA LIMA - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2002.51.01.012780-5 (200251010127805) 394577 - AC R
APTE : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC : CARLOS EDISON DO REGO MONTEIRO FILHO
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : MARIA DE LOURDES CAMPOS BANDEIRA - REP/ P/ SERGIO CAMPOS BANDEIRA
ADV : ROSANGELA SANTOS DE OLIVEIRA
RELATOR : DES.FED. ROGERIO CARVALHO - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2005.51.01.025453-1 (200551010254531) 394600 - AC R
APTE : LEDA NONATO FONSECA
ADV : ANA MARIA MULLER E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. ROGERIO CARVALHO - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2002.51.01.015787-1 (200251010157871) 394586 - AC R
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : SERGIO RICARDO DE OLIVEIRA ANDRADA E OUTROS
APDO : CARLOS ROBERTO LEIRA DOS SANTOS
ADV : PAULO SERGIO DA COSTA MARTINS E OUTROS
RELATOR : DES.FED. FERNANDO MARQUES - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2006.51.01.007425-9 (200651010074259) 394602 - AC R
APTE : CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRACAO DO R.J.- CRA/RJ
ADV : GIOVANNI F MARCHESE E OUTROS
APDO : LIMPATECH SERVICOS E CONSTRUCOES LTDA
ADV : DENNIS CINCINATUS
RELATOR : DES.FED. FERNANDO MARQUES - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 1993.51.02.001464-0 (9300014641) 394616 - AC RJ
APTE : JOSE LUIZ FONSECA
ADV : EISENHOWER DIAS MARIANO E OUTRO
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : DANIEL BURKLE WARD E OUTROS
RELATOR : DES.FED. BENEDITO GONCALVES - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 1999.50.01.002184-2 (9900021843) 393514 - AC ES
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : RENATO MIGUEL E OUTROS
APDO : CLELIA LIGIA VAZ DE ARAUJO
ADV : ALEXANDRE PUPPIM
RELATOR : DES.FED. BENEDITO GONCALVES - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2001.51.02.006807-6 (200151020068076) 394359 - AC R
APTE : JOSE CARLOS DOS SANTOS E OUTROS
ADV : ROMEU FERNANDO C.DE SOUZA E OUTROS
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : CARLA DE CASTRO MACEDO DE AMORIM E OUTROS
RELATOR : DES.FED. BENEDITO GONCALVES - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2006.51.01.007551-3 (200651010075513) 394604 - AC R
APTE : IRIS GRANGEIRO FREIRE
ADV : DAVID ALFREDO NIGRI E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. BENEDITO GONCALVES - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2006.51.01.009991-8 (200651010099918) 68478 - AMS R
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : SONIA MARIA MENEZES E OUTROS
ADV : JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 29A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. BENEDITO GONCALVES - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2004.51.01.003730-8 (200451010037308) 394130 - AC R
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ERIKA SEIBEL PINTO E OUTROS
APDO : MADOMIN GOMES CHAVES E OUTROS
ADV : OLINDA MARIA REBELLO E OUTROS
RELATOR : DES.FED. RICARDO REGUEIRA - 7A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2005.51.01.008717-1 (200551010087171) 394601 - AC R
APTE : SANDRA DIAS DE PAULA
ADV : MARCO ANTONIO HURTADO E OUTRO
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : OS MESMOS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 29A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. RICARDO REGUEIRA - 7A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2005.51.01.019432-7 (200551010194327) 68480 - AMS R
APTE : FABIO DOMINGOS DA COSTA
ADV : MAURICIO ALVES COSTA
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. RICARDO REGUEIRA - 7A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 1996.51.01.034906-0 (9600349061) 394589 - AC RJ
APTE : EDUARDO BARGA DOS SANTOS E OUTROS
ADV : MARIA THEREZA MENGE E SILVA
APTE : UBIRACY DA COSTA MEDEIROS E OUTRO
ADV : NELCY ESTRELA RODRIGUES
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : CARLA DE CASTRO MACEDO DE AMORIM E OUTROS
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER - 7A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2005.51.01.019730-4 (200551010197304) 394557 - AC R
APTE : CARLOS XAVIER PAES BARRETO BRANDAO
ADV : FABIO JOSE DE FARIA PROCACI
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER - 7A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2005.51.05.001218-2 (200551050012182) 393930 - AC R
APTE : MARCOS CEZAR DAFLON BARROZO
ADV : LEONARDO MIGUEL SAAD E OUTROS
APDO : CONSELHO NACIONAL DE DES. CIENTIFICO E TEC. - CNPQ
PROC : JEFFERSON H. DE MEDEIROS KIRCHNER
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER - 7A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 1983.51.01.513665-4 (0005136652) 394419 - AC RJ
APTE : FURNAS - CENTRAIS ELETRICAS S/A
ADV : ANDRE LUIZ FALCAO TANABE E OUTROS
APDO : JOAQUIM TEXEIRA DA COSTA
ADV : SANDRA CRISTINA PEIXOTO DE SOUZA
RELATOR : DES.FED. REIS FRIEDE - 7A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 1998.51.01.019267-1 (9800192670) 394227 - AC RJ
APTE : BANCO MORADA S/A
ADV : CESAR AUGUSTO CARVALHO PEREIRA
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : GERSON DE CARVALHO FRAGOZO E OUTROS
APTE : WESSMULLER DE FREITAS AGERO
ADV : ADOLPHO DOS SANTOS MARQUES DE ABREU E OUTROS
APDO : OS MESMOS
RELATOR : DES.FED. REIS FRIEDE - 7A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 1999.50.01.002577-0 (9900025776) 394446 - AC ES
APTE : SOCIEDADE DE CULTURA ARTISTICA DE VITORIA - SCAVI
ADV : ARY LOPES FERREIRA E OUTRO
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : OS MESMOS
RELATOR : DES.FED. REIS FRIEDE - 7A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2004.50.01.007715-8 (200450010077158) 68430 - AMS E
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : SEBASTIAO FURTUNATO ZANON
ADV : SEBASTIAO FORTUNATO ZANON E OUTRO
RMTE : JUIZO DA 2A VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA-ES
RELATOR : DES.FED. REIS FRIEDE - 7A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2002.50.01.005352-2 (200250010053522) 394605 - AC E
APTE : PAULO ROBERTO DO NASCIMENTO MATTOS E OUTROS
ADV : JOAO BATISTA DALAPICOLA SAMPAIO E OUTROS
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : LEONARDO JUNHO GARCIA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. RALDÊNIO BONIFACIO COSTA - 8A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2004.51.01.012244-0 (200451010122440) 394595 - AC R
APTE : BANCO BRJ S/A
ADV : ZENILDA GUIMARAES QUEIROZ E OUTROS
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : SERGIO RICARDO DE OLIVEIRA ANDRADA E OUTROS
APDO : DANTE PEREIRA DE OLIVEIRA E CONJUGE
ADV : RAFAEL MOREIRA ALBUQUERQUE DE MENEZES E OUTRO
RELATOR : DES.FED. RALDÊNIO BONIFACIO COSTA - 8A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2004.51.01.023420-5 (200451010234205) 394598 - AC R
APTE : RUBELIA DE OLIVEIRA VIEIRA E OUTROS
ADV : MARIO ROGERIO NASCIMENTO BRANDAO E OUTROS
APDO : COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR - CNEN
PROC : TÁRSIS NAMETALA JORGE
RELATOR : DES.FED. RALDÊNIO BONIFACIO COSTA - 8A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2006.51.01.011042-2 (200651010110422) 68389 - AMS R
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : ERICA SOUZA GUIMARAES
ADV : GUARACY M BASTOS E OUTRO
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 10A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. RALDÊNIO BONIFACIO COSTA - 8A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 1997.51.01.101254-4 (9701012542) 394596 - AC RJ
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : JAIME ALVES DA SILVA REP/ P/ PAULINA FELIZARDO DA SILVA
ADV : BERY CHEVALIER DO NASCIMENTO
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 7A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. POUL ERIK DYRLUND - 8A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2006.51.01.004755-4 (200651010047554) 394584 - AC R
APTE : ADALGISA FERNANDES DA SILVA E OUTROS
ADV : RICARDO W. DE CARVALHO BERNARDINO E OUTRO
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. POUL ERIK DYRLUND - 8A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2006.51.01.010438-0 (200651010104380) 68445 - AMS R
APTE : MARISTELA REGINA DIMITROF
ADV : JORGE HENRIQUE NUNES DURVAL
APDO : ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - RIO DE JANEIRO
ADV : JORGE BLOISE
RELATOR : DES.FED. POUL ERIK DYRLUND - 8A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2006.51.01.021687-0 (200651010216870) 394579 - AC R
APTE : CELIA REGINA DA CUNHA DE SOUZA
ADV : INGRID CRISTINA CAMPOS MOREIRA E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. POUL ERIK DYRLUND - 8A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 1998.51.01.014048-8 (9800140484) 394599 - AC RJ
APTE : SILVANO DA SILVA BARBOSA E CONJUGE
ADV : MARIA DAS GRACAS C. LIMA DE ANDRADE
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : SERGIO RICARDO DE OLIVEIRA ANDRADA E OUTROS
RELATOR : JC GUILHERME CALMON/no afast. Relator - 8A.TURMA ESPECIALIZA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2004.51.01.016406-9 (200451010164069) 394608 - AC R
APTE : FUNDACAO INST. BRAS. DE GEOGRAFIA E ESTAT. - IBGE
PROC : ALEXANDER ALI SHAH
APDO : PAULO TREZENA CHRISTINO E OUTROS
ADV : RICARDO VIANA RAMOS FERNANDEZ E OUTRO
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 7A VARA-RJ
RELATOR : JC GUILHERME CALMON/no afast. Relator - 8A.TURMA ESPECIALIZA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2005.50.01.012022-6 (200550010120226) 394370 - AC E
APTE : SINDICATO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIARIO FEDERAL NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO - SINPOJUFES
ADV : CLAUDIO PENEDO MADUREIRA E OUTRO
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : OS MESMOS
RMTE : JUIZO DA 2A VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA-ES
RELATOR : JC GUILHERME CALMON/no afast. Relator - 8A.TURMA ESPECIALIZA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004094-0 (199751011009661) 8159 - AGREXT
AGVTE : TERMOLITE IND/ COM/ LTDA
ADV : ANDREI FURTADO FERNANDES E OUTRO
AGVDO : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA
AGVDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA
REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004097-5 (200451010155469) 8293 - AGREXT
AGVTE : ORTO-PENHA - CLINICA ORTOPEDICA E TRAUMATOLOGICA LTDA
ADV : MURILO VOUZELLA DE ANDRADE E OUTRO
AGVDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004098-7 (200202010164253) 8290 - AGRESP
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : LUCIA RODRIGUES CAETANO E OUTROS
AGVDO : PAULO SERGIO BRAGA DE SOUZA PIRES E OUTRO
ADV : ANGELA ALVES PEREIRA E OUTRO
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004099-9 (200202010089413) 8223 - AGRESP
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : JOSEMILDO FELISARDO DA SILVA E OUTROS
AGVDO : PREMIOS LOTO E LOTERIA LTDA
ADV : OSWALDO MONTEIRO RAMOS E OUTROS
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004100-1 (199850010053309) 8174 - AGRESP
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ADRIANE NUNES QUINTAES E OUTROS
AGVDO : FAWZIA SATOUR
ADV : JOSE ARCISO FIOROT E OUTRO
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004106-2 (200351010164260) 8176 - AGRESP
AGVTE : ROCHA SCHMIDT ADVOGADOS E OUTROS
ADV : FELIPE HERMANNY E OUTROS
AGVDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004107-4 (200351040028883) 8173 - AGRESP
AGVTE : FGC CLINICA DE FISIOTERAPIA LTDA
ADV : MURILO VOUZELLA DE ANDRADE E OUTROS
AGVDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004108-6 (200051010307963) 8171 - AGRESP
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : PAULO CESAR DE MATTOS G. CRUZ E OUTROS
AGVDO : JOSE JORGE RIBEIRO DA COSTA
ADV : ROBERTO PINHO GILVAZ
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004109-8 (200051010051427) 8162 - AGRESP
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : LUCIA MARIA CESAR MATOS E OUTROS
AGVDO : JAIR VIEIRA DUARTE E CONJUGE
ADV : JOSE SOARES
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004110-4 (200551010166599) 8138 - AGRESP
AGVTE : UNIAO FEDERAL
AGVDO : ALAM BARCELOS DA SILVA E OUTROS
ADV : JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004111-6 (200602010024382) 8284 - AGREXT
AGVTE : SANDRA SANT'ANNA DOS SANTOS
ADV : EDISON FREITAS DE SIQUEIRA E OUTROS
AGVDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : SEM PROCURADOR
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004112-8 (200151100006567) 8139 - AGRESP
AGVDO : SONIA MARIA DOS SANTOS PEREIRA
ADV : RONALDO GOTLIB COSTA E OUTROS
AGVDO : IRB - BRASIL RESSEGUROS S/A
ADV : OCTAVIO BLATTER PINHO E OUTROS
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : TUTECIO GOMES DE MELLO E OUTROS
AGVDO : CAIXA SEGURADORA S/A
ADV : RENATO JOSE LAGUN E OUTROS
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004113-0 (200551010002621) 8140 - AGREXT
AGVTE : LEONI SIQUEIRA ADVOGADOS E OUTRO
ADV : FLAVIO ANDRADE DE CARVALHO BRITTO E OUTROS
AGVDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004114-1 (200602010043352) 8141 - AGRESP
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : CARLA DE CASTRO MACEDO DE AMORIM
AGVDO : CARLOS LOBO BORBA E CONJUGE
ADV : ELIEL SANTOS JACINTHO E OUTROS
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004115-3 (200551100045086) 8157 - AGRESP
AGVTE : EXPRESSO SAO JORGE LTDA
ADV : MURILO VOUZELLA DE ANDRADE E OUTROS
AGVDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : MAURO CABRAL TEIXEIRA
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004116-5 (9902303501) 8134 - AGRESP
AGVTE : JOSE BERNARDINO DE ARAUJO E OUTRO
ADV : ANTONIO JOSE FERNANDES COSTA NETO E OUTROS
AGVDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : SEM PRCURADOR
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004117-7 (200551010143794) 8135 - AGREXT
AGVTE : ANDERSON LUIZ DA SILVA VICTOR E OUTROS
ADV : JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA E OUTROS
AGVDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004118-9 (200451010167423) 8136 - AGRESP
AGVTE : FATIMA DA SILVA DIAS
ADV : JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA E OUTRO
AGVDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004119-0 (9902201725) 8152 - AGREXT
AGVTE : SOUZA CRUZ S/A E OUTROS
ADV : GUSTAVO MIGUEZ DE MELLO E OUTROS
AGVDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004120-7 (200102010075471) 8149 - AGRESP
AGVTE : REALCAFE SOLUVEL DO BRASIL S/A
ADV : ANA COELI DE OLIVEIRA PIOVESAN E OUTRO
AGVDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004121-9 (200350010138994) 8169 - AGRESP
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : RENATO MIGUEL E OUTROS
AGVDO : LEDA SIQUEIRA ROSA
ADV : SIMONE SIQUEIRA MIGUEL FREITAS
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004122-0 (199551010134438) 8167 - AGRESP
AGVTE : UNIAO FEDERAL
AGVDO : CELINA BRITO GUIMARAES
ADV : LUIZ FERNANDO FARIA MACEDO E OUTRO
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004123-2 (200602010017286) 8165 - AGRESP
AGVTE : UNIAO FEDERAL
AGVDO : EDITH NITSCH FRAGOSO
ADV : EDUARDO JORGE ARAUJO DA SILVA
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004124-4 (200150010116126) 8163 - AGREXT
AGVTE : ALTAMIR CICERO DE MIRANDA E OUTROS
ADV : JADER FERREIRA GUIMARAES E OUTRO
AGVDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004125-6 (200002010224990) 8137 - AGRESP
AGVTE : IBRAME INDUSTRIA BRASILEIRA DE METAIS S/A
ADV : ALEXANDRE GONÇALVES
AGVDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004126-8 (200202010313064) 8142 - AGRESP
AGVTE : UNIMED SANTA BARBARA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO
ADV : LUIS GUSTAVO ROCHA OLIVEIRA E OUTROS
AGVDO : AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
ADV : FLÁVIA MEDINA VILHENA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004127-0 (9802446548) 8147 - AGRESP
AGVTE : UNIAO FEDERAL
AGVDO : IONE SIQUEIRA DE ABREU MELO
ADV : MARCUS ALEXANDRE SIQUEIRA MELO E OUTRO
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004128-1 (200251100085915) 8145 - AGRESP
AGVTE : ANCILIO CERQUEIRA NETO
ADV : LUIS HENRIQUE ANDRE DA SILVA E OUTROS
ADV : CARLOS LENO DE MORAES SARMENTO
AGVDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004129-3 (199851010263859) 8143 - AGRESP
AGVTE : UNIAO FEDERAL
AGVDO : CARLOS ROBERTO DE VASCONCELLOS
ADV : IRANY COELHO DA SILVA
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004130-0 (198851010278614) 8154 - AGRESP
AGVTE : UNIAO FEDERAL
AGVDO : ANTONIO FERNANDO DE SOUZA FERREIRA
ADV : WILLIAM CARDOSO
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004131-1 (200002010715443) 8151 - AGRESP
AGVTE : UNIAO FEDERAL
AGVDO : HERME DE SOUZA PINTO
ADV : FERNANDO DE CARVALHO FILHO
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004132-3 (199651010781590) 8155 - AGRESP
AGVTE : UNIAO FEDERAL
AGVDO : NIVALDO DAS VIRGENS LIMA
ADV : MARIA LOPEZ LAGO E OUTRO
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004133-5 (199451010482084) 8184 - AGRESP
AGVTE : UNIAO FEDERAL
AGVDO : SILVAN SILVA RIGO
ADV : VIVALDO DE PAULA E SILVA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004134-7 (200002010130647) 8183 - AGRESP
AGVTE : UNIAO FEDERAL
AGVDO : ANTONIO ZANARDI DE OLIVEIRA REPRESENTADO POR MARIA DE LOURDE SAO SEVERINO OLIVEIRA
ADV : FIRLY NASCIMENTO E OUTRO
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004135-9 (199750010049790) 8182 - AGRESP
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : GILMAR ZUMAK PASSOS E OUTROS
AGVDO : VANER CORREA SIMOES JUNIOR E CONJUGE
ADV : SIMONE SIQUEIRA MIGUEL FREITAS
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004136-0 (199750010065848) 8180 - AGRESP
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : GILMAR ZUMAK PASSOS E OUTROS
AGVDO : VANER CORREA SIMOES JUNIOR E CONJUGE
ADV : SIMONE SIQUEIRA MIGUEL FREITAS
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004137-2 (200551010037489) 8178 - AGRESP
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : AURIVAL PARDAUIL SILVA E OUTROS
AGVDO : ANTONIO ADEMIR CANDIDO RODRIGUES
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004138-4 (200202010353621) 8160 - AGRESP
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : LUIZ ANTONIO AZAMOR RODRIGUES
AGVDO : CELESTE CONSUELO DA ROCHA ALBERNAZ DE OLIVEIRA E OUTRO
ADV : CHRISTIANO MELLO RODRIGUES DA SILVA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004139-6 (200151010038350) 8158 - AGRESP
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : TUTECIO GOMES DE MELLO E OUTROS
AGVDO : ROSANGELA ALCANTARA MARTINS
ADV : GILBERTO DOS SANTOS PEREIRA JUNIOR
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004140-2 (199851010291594) 8156 - AGRESP
AGVTE : WALDYR ORNELLAS E OUTRO
ADV : ANTONIO JOSE FERNANDES COSTA NETO E OUTROS
AGVDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : JOSE CARLOS DA FROTA MATOS E OUTRO
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004143-8 (199951010213678) 8144 - AGRESP
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ROBERTO CARLOS MARTINS PIRES E OUTROS
AGVDO : RICARDO HARDMAN DE CASTRO E CONJUGE
ADV : SERGIO PAIXAO E OUTRO
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004144-0 (199551020511358) 8146 - AGRESP
AGVTE : RICARDO JOSE LIMA TRINDADE E OUTROS
ADV : FRANK MARTINI CLARO E OUTROS
AGVDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV : NEUZA RODRIGUES DE OLIVEIRA
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004145-1 (200002010525289) 8148 - AGRESP
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : FRANCISCO JOSE BARBOSA NOBRE E OUTROS
AGVDO : NEUZA MOREIRA PEREIRA
ADV : CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004146-3 (200551010171777) 8150 - AGRESP
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ADRIANA RIBEIRO DOS SANTOS E OUTROS
AGVDO : MARSELHA PINHEIRO GARCIA
ADV : JOSE SCHUELER DE OLIVEIRA
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004147-5 (199451020317938) 8153 - AGRESP
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : PATRICIA DUARTE DAMATO E OUTROS
AGVDO : FLAVIO DELGADO FILHO
ADV : CLAUDIO MENDONCA RAMOS E OUTRO
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004148-7 (200002010107777) 8161 - AGREXT
AGVTE : MARLI DOS REIS ARAUJO E OUTRO
ADV : ANTONIO JOSE FERNANDES COSTA NETO E OUTROS
AGVDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : JOSE CARLOS DA FROTA MATOS
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004149-9 (200002010107777) 8164 - AGRESP
AGVTE : MARLI DOS REIS ARAUJO E OUTRO
ADV : ANTONIO JOSE FERNANDES COSTA NETO E OUTROS
AGVDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : JOSE CARLOS DA FROTA MATOS
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004150-5 (200351010165422) 8166 - AGRESP
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : LUIZ OCTAVIO BARBOSA LIMA PEDROSO E OUTROS
AGVDO : LUIS GUILHERME ALVES FARIA E CONJUGE
ADV : JOAO CARLOS ALVES MASSA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004151-7 (200451010027110) 8168 - AGRESP
AGVTE : ANTONIO JORGE CONHASCA BASTOS
ADV : HERBERTH MEDEIROS SAMPAIO E OUTRO
AGVDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004152-9 (200451010027110) 8170 - AGREXT
AGVTE : ANTONIO JORGE CONHASCA BASTOS
ADV : HERBERTH MEDEIROS SAMPAIO E OUTRO
AGVDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004153-0 (200451010096337) 8172 - AGRESP
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ERICA BATISTA DE CASTRO E OUTROS
AGVDO : ALVARO LUIZ ARGAO NUNES
ADV : S/ ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004154-2 (199902010419084) 8175 - AGRESP
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : FRANCISCO JOSE BARBOSA NOBRE E OUTROS
AGVDO : JOSE LUIZ FERREIRA DA SILVA
ADV : VALDIR PAES LOUREIRO E OUTRO
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004155-4 (200602010018047) 8177 - AGRESP
AGVTE : DROGARIA SERVIDOR LTDA
ADV : PATRICIA SOARES FURLANETTO
AGVDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004156-6 (200002010107870) 8179 - AGREXT
AGVTE : MARCIO SEABRA BASTOS E OUTRO
ADV : ANTONIO JOSE FERNANDES COSTA NETO E OUTROS
AGVDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : JOSE CARLOS DA FROTA MATOS
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004157-8 (200002010107870) 8181 - AGRESP
AGVTE : MARCIO SEABRA BASTOS E OUTRO
ADV : ANTONIO JOSE FERNANDES COSTA NETO E OUTROS
AGVDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : JOSE CARLOS DA FROTA MATOS
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004158-0 (200451010136207) 8185 - AGRESP
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : BRUNO VAZ DE CARVALHO E OUTROS
AGVDO : FERNANDO JOSE LEAL PACHECO E OUTRO
ADV : OTAVIO BARBOSA CORTES FREITAS
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004159-1 (200451010076405) 8186 - AGRESP
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : LUIZ FERNANDO PADILHA E OUTROS
AGVDO : MARIO GRACINDO MOREIRA DA COSTA
ADV : JAYME MOREIRA DE LUNA NETO
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004160-8 (200602010005533) 8187 - AGRESP
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ADRIANA RIBEIRO DOS SANTOS E OUTROS
AGVDO : MARIO GRACINDO MOREIRA DA COSTA
ADV : JAYME MOREIRA DE LUNA NETO E OUTROS
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004161-0 (200602010030576) 8211 - AGRESP
AGVTE : SERVMED SAUDE LTDA
ADV : AUREANE RODRIGUES DA SILVA
AGVDO : AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROC : SEM PROCURADOR
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004162-1 (200002010164177) 8210 - AGRESP
AGVTE : SEBASTIAO RIBEIRO E OUTRO
ADV : ANTONIO JOSE FERNANDES COSTA NETO E OUTROS
AGVDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : JOSE CARLOS DA FROTA MATOS
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004163-3 (200002010047264) 8206 - AGRESP
AGVTE : ELIAS DE SOUZA LEITE E OUTRO
ADV : ANTONIO JOSE FERNANDES COSTA NETO E OUTROS
AGVDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : CARMEN LUCIA LISBOA BOTELHO BONATES
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004164-5 (199851010114726) 8204 - AGREXT
AGVTE : JAIR BATISTA PEDROSO DE OLIVEIRA
ADV : ANTONIO JOSE FERNANDES COSTA NETO E OUTRO
AGVDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : MARCOS DAVIDOVICH
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004165-7 (200051010031350) 8202 - AGREXT
AGVTE : AURELIO SOEIRO E CONJUGE
ADV : SANDRA CRISTINA GONZAGA DOS REIS E OUTROS
AGVDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : MARCIO LUIZ DE CAMPOS MATHIAS E OUTROS
AGVDO : SASSE SEGURADORA
ADV : RENATO JOSE LAGUN E OUTROS
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : MARCIO LUIZ DE CAMPOS MATHIAS E OUTROS
AGVDO : AURELIO SOEIRO E CONJUGE
ADV : SANDRA CRISTINA GONZAGA DOS REIS E OUTROS
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004166-9 (9602337761) 8199 - AGRESP
AGVTE : VICTORIA LUCIA MARTINS PAMPLONA MONTEIRO E OUTROS
ADV : LUIZ MANOEL FERNANDES COSTA E OUTROS
AGVDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004167-0 (200051010159068) 8197 - AGRESP
AGVTE : UNIAO FEDERAL
AGVDO : UBIRATAN DE SOUZA CARDOSO DE LIMA
ADV : ANA MARIA TROUFA LENCASTRE
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004168-2 (199851010292070) 8196 - AGRESP
AGVTE : MARIA DO SOCORRO LINHARES SILVA
ADV : ANTONIO JOSE FERNANDES COSTA NETO E OUTROS
AGVDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : ALEXANDRE AUGUSTO QUINTAS
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004169-4 (200051100088221) 8195 - AGRESP
AGVTE : MORSING CABOS DE ACO LTDA
ADV : GIORGIO VILELA SANTONI
AGVDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : PEDRO GONZALEZ CARDOSO
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004170-0 (200002010220818) 8194 - AGRESP
AGVTE : SOCIEDADE EDUCACIONAL COMECINHO DE VIDA LTDA E OUTROS
ADV : CARLOS ALBERTO LIMA DE ALMEIDA
AGVDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGVDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : VANIA MARIA NOGUEIRA CABRAL DOS SANTOS
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004171-2 (200351010271970) 8193 - AGRESP
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : MARCELLE GOMES DA CRUZ E OUTROS
AGVDO : MANOEL MOREIRA LOPES E OUTRO
ADV : EDWALDO DE SOUZA ABREU E OUTRO
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004172-4 (200351015284413) 8192 - AGRESP
AGVTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : DALTON ROBERT TIBÚRCIO
AGVDO : JOSE MARIA TEIXEIRA
ADV : PAULO ROBERTO DE CARVALHO GOMES
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004173-6 (199902010403167) 8191 - AGRESP
AGVTE : SCYLAS GOMES MARTINS E OUTRO
ADV : ANTONIO JOSE FERNANDES COSTA NETO E OUTROS
AGVDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : SEM PROCURADOR
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004174-8 (200451010119726) 8190 - AGRESP
AGVTE : UNIAO FEDERAL
AGVDO : LUIZ FERNANDO JANSEN PEREIRA
ADV : WAGNER GIL JANSEN PEREIRA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004175-0 (199851010292070) 8189 - AGREXT
AGVTE : MARIA DO SOCORRO LINHARES SILVA
ADV : ANTONIO JOSE FERNANDES COSTA NETO E OUTROS
AGVDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : ALEXANDRE AUGUSTO QUINTAS
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004176-1 (199351010115824) 8188 - AGREXT
AGVTE : ERNANDINA NEVES GAIA
ADV : CELIA DESTRI
AGVDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004177-3 (200151010252498) 8222 - AGRESP
AGVTE : ROBERTO MARTINS DA SILVA E OUTROS
ADV : ROBERTO MARTINS DA SILVA
AGVDO : EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT
ADV : MARCELO RODRIGUES LANZANA FERREIRA E OUTROS
AGVDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004178-5 (199951022078593) 8221 - AGRESP
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ADRIANA MARIA DE ALMEIDA MEIRELLES FAGUNDES E OUTROS
AGVDO : IDAMAR MARQUES DA ROCHA
ADV : MARCOS AURELIO FERREIRA COELHO
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004179-7 (200251020026440) 8220 - AGRESP
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : JOCIMAR CUSTODIO GOMES E OUTROS
AGVDO : NELI PORTO DA CONCEICAO
ADV : HERBERTH MEDEIROS SAMPAIO
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004180-3 (200102010210441) 8219 - AGRESP
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : EDUARDO JOSE LAPA TORRES E OUTROS
AGVDO : JOAO RENATO LEMOS MARTINS E CONJUGE
ADV : ACCACIO MONTEIRO BARROZO E OUTROS
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA
REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004181-5 (199951010631750) 8218 - AGRESP
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ANDRE PIRES GODINHO E OUTROS
AGVDO : RICARDO HARDMAN DE CASTRO E CONJUGE
ADV : SERGIO PAIXAO E OUTROS
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA
REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004182-7 (200351040028883) 8217 - AGREXT
AGVTE : FGC CLINICA DE FISIOTERAPIA LTDA
ADV : MURILO VOUZELLA DE ANDRADE E OUTROS
AGVDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA
REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004183-9 (200451010105119) 8216 - AGRESP
AGVTE : FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FNS
PROC : TATIANA MOTTA VIEIRA
AGVDO : JORGE TADEU ARRUDA E OUTROS
ADV : ANTONIA SOUZA LOPES FERREIRA PINTO
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA
REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004184-0 (200351010208070) 8215 - AGRESP
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : FLAVIO LESSA BERALDO MAGALHAES E OUTROS
AGVDO : LIVIO MESSIAS DA SILVA
ADV : GERALDO NUNES MACHADO
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA
REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004185-2 (200251010178515) 8214 - AGRESP
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : MARCO ANTONIO DOS R. ROSA E OUTROS
AGVDO : MARIA ANGELICA FREITAS PEREIRA
ADV : WANDER MOREIRA
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA
REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004186-4 (199351010183120) 8213 - AGRESP
AGVTE : UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
PROC : RODRIGO LYCHOWSKI
AGVDO : HAROLDO GENTIL SILVA
ADV : INACIO JOSE DE FARIAS NETO
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA
REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004187-6 (200502010139429) 8212 - AGREXT
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : MARCELO VASCONCELLOS ROALE ANTUNES E OUTROS
AGVDO : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA
REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004188-8 (200502010139429) 8209 - AGRESP
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : MARCELO VASCONCELLOS ROALE ANTUNES E OUTROS
AGVDO : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA
REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004189-0 (200151010010697) 8203 - AGREXT
AGVTE : VERA LUCIA DE TOTTI
ADV : FREDERICO FERREIRA DE OLIVEIRA E OUTRO
AGVDO : UNIAO FEDERAL
ADV : LICIA ROSENFELD
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA
REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004190-6 (200402010133046) 8201 - AGREXT
AGVTE : ASSOCIAÇAO BRASILEIRA DE CONSULTORES DE ENGENHARIA-ABCE
ADV : SELEO DE ANDRADE BARBOSA PAIVA E OUTROS
AGVDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA
REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004198-0 (200551010178164) 8208 - AGRESP
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : FRANCISCO JOSE NOVAIS JUNIOR E OUTROS
AGVDO : CELSO CRAVO
ADV : ROSANGELA MARIA MONTEIRO DIAS E OUTRO
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA
REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004199-2 (200151010129974) 8207 - AGRESP
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : AURIVAL JORGE PARDAUIL SILVA E OUTROS
AGVDO : UNIAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E ENSINO CENTRO MARISTA SAO JOS DAS PAINEIRAS
ADV : MURILO CEZAR P. BAPTISTA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA
REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004200-5 (199902010416599) 8205 - AGREXT
AGVTE : FLUMAR TRANSPORTES FLUVIAIS E MARITIMOS S/A
ADV : JORGE EDUARDO GOUVEA VIEIRA E OUTROS
AGVDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA
REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004201-7 (199902010505626) 8200 - AGRESP
AGVTE : HELIO HENRIQUES DUTRA E OUTROS
ADV : MARGARIDA M. NEWLANDS DE FREITAS E OUTROS
AGVDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : DYLMAR FIGUEIREDO GOMES FILHO
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA
REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004202-9 (200151060022233) 8198 - AGRESP
AGVTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : JONIZETE AMORIM VASCONCELOS
AGVDO : MARIA VIEIRA DA SILVA LOUREIRO
ADV : CARLOS ALBERTO L. DE AMORIM
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA
REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004207-8 (200251010163007) 8259 - AGREXT
AGVTE : PAULO ROBERTO FERREIRA DA SILVA
ADV : MARCELLO MOREIRA DA SILVA E OUTRO
AGVDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : LUCIA MARIA CESAR MATOS E OUTROS
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA
REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004208-0 (200051010031350) 8258 - AGRESP
AGVTE : AURELIO SOEIRO E CONJUGE
ADV : SANDRA CRISTINA GONZAGA DOS REIS E OUTROS
AGVDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : MARCIO LUIZ DE CAMPOS MATHIAS E OUTROS
AGVDO : SASSE SEGURADORA
ADV : RENATO JOSE LAGUN E OUTROS
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : MARCIO LUIZ DE CAMPOS MATHIAS E OUTROS
AGVDO : AURELIO SOEIRO E CONJUGE
ADV : SANDRA CRISTINA GONZAGA DOS REIS E OUTROS
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA
REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004209-1 (200202010490818) 8257 - AGREXT
AGVTE : CARLOS ROSALVO INOCENCIO COSTA E CONJUGE
ADV : MARCELLO MOREIRA DA SILVA
AGVDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : LUIZ ANTONIO AZAMOR RODRIGUES
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA
REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004210-8 (200202010490818) 8256 - AGRESP
AGVTE : CARLOS ROSALVO INOCENCIO COSTA E CONJUGE
ADV : MARCELLO MOREIRA DA SILVA
AGVDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : LUIZ ANTONIO AZAMOR RODRIGUES
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA
REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004211-0 (200251010176725) 8255 - AGREXT
AGVTE : UNIAO FEDERAL
AGVDO : ADRIANE MOREIRA DE BRITO ASSIST/ P/ CLEUSA MARIA MOREIRA E OUTROS
ADV : TATIANA COELHO DE MELO
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA
REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004212-1 (200202010181755) 8254 - AGREXT
AGVTE : JORGE LUIZ VIANNA MARCIAL E S/M
ADV : MARCELLO MOREIRA DA SILVA
AGVDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : RENATO PEREIRA CHAVES E OUTROS
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA
REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004213-3 (200651010017094) 8249 - AGREXT
AGVTE : MARIA CECILIA SOARES DA CUNHA E OUTRO
ADV : LUCIENE BARBOSA DA SILVA E OUTROS
AGVDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA
REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004214-5 (200451010251501) 8244 - AGRESP
AGVTE : MARIA JOSE MONTEIRO ZAU
ADV : JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA
AGVDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA
REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004215-7 (200002010691712) 8232 - AGREXT
AGVTE : INDUSTRIAS ALIMENTICIAS NOSSO LAR LTDA
ADV : JOSE OSWALDO CORREA E OUTROS
AGVDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : AUGUSTO FREDERICO C. DO C. SOUTO MAIOR
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA
REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004216-9 (199951010239771) 8228 - AGREXT
AGVTE : H B FARMA LABORATORIOS LTDA
ADV : ALEXANDRE DO NASCIMENTO SOUZA E OUTROS
AGVDO : INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL - INPI
PROC : ROSA MARIA RODRIGUES MOTTA
AGVDO : SMITHKLINE BEECHAM CORP
ADV : RODRIGO SERGIO BONAN DE AGUIAR E OUTROS
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004217-0 (200402010002067) 8225 - AGRESP
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : CARMEN LUCIA HENRIQUES MENDES E OUTROS
AGVDO : ALEXANDRE ALVES DE ABREU E CONJUGE
ADV : ANDREA MENGE SILVA DA ROCHA E REIS E OUTRO
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004218-2 (199851010324629) 8227 - AGRESP
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : CARMEN LUCIA HENRIQUES MENDES E OUTROS
AGVDO : DOUGLAS NOGUEIRA DE ANDRADE E CONJUGE
ADV : ACCACIO MONTEIRO BARROZO E OUTROS
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004219-4 (200551010242322) 8229 - AGRESP
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : LUIZ ANTONIO AZAMOR RODRIGUES E OUTROS
AGVDO : CONDOMINIO DO EDIFICIO WALTER SILVA
ADV : ELIETE T. RAMOS DE OLIVEIRA FARIA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004220-0 (200151020042014) 8231 - AGRESP
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : MARCELO VASCONCELLOS ROALE ANTUNES E OUTROS
AGVDO : NEUSIDES DE ARAUJO DINIZ E OUTROS
ADV : JOSE PAULO DOS SANTOS
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004221-2 (9502119312) 8224 - AGRESP
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : MARCIO QUARTIN PINTO E OUTROS
AGVDO : SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DISTRIBUIDORAS DE JORNAIS E REVISTAS DO ESTADO DO RIO DE JA
ADV : PAULO CESAR BARATA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004222-4 (200251010046362) 8226 - AGRESP
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : LISETTE MARIA FARINA BIANCHI E OUTROS
AGVDO : DICLER DE AMEIDA FEREIRA E OUTRO
ADV : FERNANDO AUGUSTO LYRA F. CAJU E OUTROS
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004223-6 (200551010234581) 8230 - AGREXT
AGVTE : ANTONIO LOURES DE MIRANDA FILHO E OUTROS
ADV : JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA E OUTROS
AGVDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004224-8 (9502239555) 8233 - AGREXT
AGVTE : ADY PAULO DE OLIVEIRA
ADV : GREICE FREDERICA N. LEAL E OUTROS
AGVDO : UNIAO FEDERAL
ADV : JOSE RICARDO LARICCHIA
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004225-0 (9502239555) 8234 - AGRESP
AGVTE : ADY PAULO DE OLIVEIRA
ADV : GREICE FREDERICA N. LEAL E OUTROS
AGVDO : UNIAO FEDERAL
ADV : JOSE RICARDO LARICCHIA
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004226-1 (200002010591043) 8235 - AGRESP
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : EDUARDO JOSE LAPA TORRES E OUTROS
AGVDO : CARLOS ALBERTO ALVES FERREIRA
ADV : REGINA CELIA MACHADO MARQUEZ
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004227-3 (200151010202355) 8236 - AGRESP
AGVTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : MARCELO ENES FIGUEIRA
AGVDO : ARMINDA HYGINO DO NASCIMENTO
ADV : ANDRE LUIZ PINHEIRO DE AMORIM
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004228-5 (199951010198379) 8237 - AGRESP
AGVTE : FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS-FINEP
ADV : MARIA EDITH JOURDAN DE LUCENA E OUTROS
AGVDO : RONALDO CAVALIERI E OUTRO
ADV : BARBARA VALERIA ZIZAS
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004229-7 (199902010416599) 8238 - AGRESP
AGVTE : FLUMAR TRANSPORTES FLUVIAIS E MARITIMOS S/A
ADV : JORGE EDUARDO GOUVEA VIEIRA E OUTROS
AGVDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004230-3 (200251010102572) 8239 - AGRESP
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : OCTAVIO CAIO MORA Y ARAUJO DE COUTO E SILVA E OUTROS
AGVDO : JOSE ANTONIO QUADROS E OUTRO
ADV : ACCACIO MONTEIRO BARROZO E OUTROS
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004231-5 (200451010156528) 8247 - AGRESP
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
ADV : EDUARDO DE CARVALHO E OUTROS
AGVDO : OSCAR BRANDAO LIRA E OUTRO
ADV : RAFAEL JOSE DA COSTA
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004232-7 (200451010025471) 8245 - AGRESP
AGVTE : UNIAO FEDERAL
AGVDO : CARLOS MARQUES DOS SANTOS
ADV : JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004233-9 (200351160017591) 8242 - AGRESP
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : CYNTIA REGINA MOTA CUNHA E OUTROS
AGVDO : ILZA MARIA DE SOUZA
ADV : DECIO MAHACO BORBA NETTO
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004234-0 (200602010042645) 8241 - AGRESP
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : RODRIGO DE SOUZA
AGVDO : ROSANGELA PEREIRA REGO
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004235-2 (200351015328416) 8240 - AGRESP
AGVTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : MARCOS DAVIDOVICH
AGVDO : NILZA GONCALVES MARTINS
ADV : ROSI PAIVA DA SILVA
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004236-4 (200350010081911) 8252 - AGRESP
AGVTE : UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - UFES
PROC : OSWALDO HORTA AGUIRRE FILHO
AGVDO : RICARDO TEIXEIRA GIRELLI
ADV : ANA CRISTINA VELTEN RANGEL
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004237-6 (199951022062032) 8243 - AGRESP
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : PERY BARBOSA DO NASCIMENTO MONROY E OUTROS
AGVDO : MARGARETE AMARO DA SILVA
ADV : DAVI ARMOND DE ALMEIDA E OUTRO
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004238-8 (200251040012421) 8246 - AGRESP
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : LUIZ FERNANDO PADILHA E OUTROS
AGVDO : CARLOS ALBERTO DE ANDRADE
ADV : JOILSON OLIVEIRA DE ALMEIDA
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004239-0 (200402010099877) 8248 - AGRESP
AGVTE : AILTON PERICLES
ADV : ANTONIO JOSE FERNANDES COSTA NETO E OUTROS
AGVDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV : WALTER GONCALVES DE FREITAS
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004240-6 (200402010099877) 8250 - AGREXT
AGVTE : AILTON PERICLES
ADV : ANTONIO JOSE FERNANDES COSTA NETO E OUTROS
AGVDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV : WALTER GONCALVES DE FREITAS
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004241-8 (200402010040937) 8251 - AGRESP
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : LEONARDO DE CAMARGO BARROSO E OUTROS
AGVDO : ELYMAR COMERCIO EXTERIOR LTDA.
ADV : JOSE CARLOS ARAUJO TAJRA
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004242-0 (200151010254161) 8253 - AGRESP
AGVTE : ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
ADV : DANIEL DE MARCO
AGVDO : ANTONIO CHAHER
ADV : ANTONIO CHAHER
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004243-1 (199651010783329) 8267 - AGRESP
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : JOSEMILDO FELISARDO DA SILVA E OUTROS
AGVDO : CARLOS VALLEJO CONTRERAS E OUTRO
ADV : HUMBERTO MACHADO NETO E OUTROS
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004244-3 (199951010574614) 8269 - AGRESP
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : CARMEN LUCIA HENRIQUES MENDES E OUTROS
AGVDO : DOUGLAS NOGUEIRA DE ANDRADE E CONJUGE
ADV : ACCACIO MONTEIRO BARROZO E OUTROS
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004245-5 (200451010255403) 8273 - AGRESP
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : MARCO ANTONIO DOS R. ROSA E OUTROS
AGVDO : JOSE IRONALDO DOS SANTOS
ADV : DEFENSOR PUBLICO DA UNIAO
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004246-7 (200002010198242) 8277 - AGRESP
AGVTE : DIVA SAMPAIO FELIPPE E OUTRO
ADV : ANTONIO JOSE FERNANDES COSTA NETO E OUTROS
AGVDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : MARIA APARECIDA BARBOZA PREVOT
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004247-9 (200251010069477) 8289 - AGRESP
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : WILTON CARLOS SANTINO E OUTROS
AGVDO : ARMINDA DE JESUS CARVALHO MACHADO
ADV : VERA LUCIA CASTANHEIRA
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004248-0 (200302010146206) 8286 - AGREXT
AGVTE : CIA/ MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - COMLURB
ADV : JOSE MAURICIO FERREIRA MOURAO E OUTROS
AGVDO : EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT
ADV : RAIMUNDO NONATO FERREIRA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004249-2 (200351010172797) 8283 - AGREXT
AGVTE : UNIAO FEDERAL
AGVDO : DEUSA DE OLIVEIRA THIMOTHEO E OUTRO
ADV : FELIZUMIR DIAS RIBEIRO
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004250-9 (199751020009054) 8282 - AGRESP
AGVTE : ALDA SOARES MARQUES
ADV : JESSE GOMES DE OLIVEIRA E OUTROS
AGVDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : ANGELO MARCIO LEITAO SOARES
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004251-0 (199902010485147) 8280 - AGRESP
AGVTE : SENI RIBEIRO DE SOUZA
ADV : JESSE GOMES DE OLIVEIRA E OUTROS
AGVDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : CARMEN LUCIA LISBOA BOTELHO BONATES
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004252-2 (200002010259322) 8278 - AGRESP
AGVTE : JOAO UBIRAJARA MACHADO VIEIRA E OUTRO
ADV : ANTONIO JOSE FERNANDES COSTA NETO E OUTROS
AGVDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : ANDREA DE ARAUJO PEIXOTO
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004253-4 (199651010132173) 8276 - AGRESP
AGVTE : WALTER CLEMENTE E OUTRO
ADV : ANTONIO JOSE FERNANDES COSTA NETO E OUTROS
AGVDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : LEONARDO CARDOSO DE FREITAS
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004254-6 (200002010465542) 8274 - AGRESP
AGVTE : NEUZA REGINA DOS SANTOS SOUZA E OUTRO
ADV : ANTONIO JOSE FERNANDES COSTA NETO E OUTROS
AGVDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : PATRICIA MUNHOZ BARBOZA DE SA
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004255-8 (200002010164177) 8271 - AGREXT
AGVTE : SEBASTIAO RIBEIRO E OUTRO
ADV : ANTONIO JOSE FERNANDES COSTA NETO E OUTROS
AGVDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : JOSE CARLOS DA FROTA MATOS
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004256-0 (199851010114726) 8268 - AGRESP
AGVTE : JAIR BATISTA PEDROSO DE OLIVEIRA
ADV : ANTONIO JOSE FERNANDES COSTA NETO E OUTRO
AGVDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : MARCOS DAVIDOVICH
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004262-5 (200402010121044) 8260 - AGRESP
AGVTE : LEUZINGER DE OLIVEIRA FRANCO E OUTRO
ADV : ANTONIO JOSE FERNANDES COSTA NETO E OUTROS
AGVDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV : JOAO RABACA DO COUTO
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004263-7 (9902005896) 8261 - AGRESP
AGVTE : SONIA MARIA SILVA E OUTROS
ADV : ANTONIO JOSE FERNANDES COSTA NETO E OUTROS
AGVDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : SEM PROCURADOR
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004264-9 (200002010708293) 8262 - AGREXT
AGVTE : DALVA ALVEZ PAZOS GONZALEZ E OUTRO
ADV : ANTONIO JOSE FERNANDES COSTA NETO E OUTROS
AGVDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : STELLY GOMES LEAL DA CRUZ PACHECO
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004265-0 (200451010141185) 8263 - AGREXT
AGVTE : LEDIR POVOA SANTOS E OUTROS
ADV : JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA E OUTRO
AGVDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004266-2 (200451010141185) 8264 - AGRESP
AGVTE : LEDIR POVOA SANTOS E OUTROS
ADV : JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA E OUTRO
AGVDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004267-4 (200351010164260) 8265 - AGREXT
AGVTE : ROCHA SCHMIDT ADVOGADOS E OUTROS
ADV : GUSTAVO DA ROCHA SCHMIDT E OUTROS
AGVDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004268-6 (200602010061354) 8266 - AGRESP
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ANDRE PIRES GODINHO E OUTROS
AGVDO : VALDEMAR DA COSTA CHAVES E CONJUGE
ADV : HERBERTH MEDEIROS SAMPAIO E OUTRO
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004269-8 (198651017724155) 8270 - AGRESP
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : SERGIO MANDELBLATT E OUTROS
AGVDO : OSCARLINA CAETANO CURVO E OUTROS

ADV : JOÃO PEDRO FARINHAS DA CRUZ
AGVDO : IGOR LUIZ BACELAR LEAO
ADV : LAURO LUIZ STUDART LEAO
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004270-4 (200602010055895) 8272 - AGRESP
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ARCINELIO DE AZEVEDO CALDAS E OUTROS
AGVDO : TALENTO DE CAXIAS FESTA E ARMARINHO LTDA
ADV : ANTONIO PADUA PINTO NETO
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004271-6 (200351010181490) 8275 - AGRESP
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : EDVALDO MARTINS VIANA JUNIOR E OUTROS
AGVDO : MANUEL BRITO CALHEIROS LOBO
ADV : DENISE M. AUGUSTO F. ANDRADE LOPES E OUTRO
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004273-0 (200351010189270) 8279 - AGRESP
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : RODRIGO VILLA REAL AYALA E OUTROS
AGVDO : CRISTINA DOS SANTOS
ADV : FERNANDO SANTIAGO VAZ
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004274-1 (200551040025660) 8281 - AGRESP
AGVTE : JOSE TEIXEIRA DO NASCIMENTO
ADV : MARIA DAS GRACAS DO NASCIMENTO AGUIAR
AGVDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : SYLVIO DE BARROS IMBASSAHY E OUTROS
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004275-3 (200402010140956) 8285 - AGRESP
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : LEONARDO DE CAMARGO BARROSO E OUTROS
AGVDO : OSWALDO DA COSTA CLEMENTE
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004276-5 (200351010218803) 8287 - AGRESP
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : PAULO CESAR DE MATTOS G. CRUZ E OUTROS
AGVDO : MARIA DA CAMARA LEITE
ADV : JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004277-7 (200151010046140) 8288 - AGRESP
AGVTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : GERSON DE CARVALHO FRAGOZO E OUTROS
AGVDO : CONDOMINIO DO EDIFICIO PARQUE DO LAZER
ADV : GERMANA ARAGAO DE MESQUITA AGUIAR
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004278-9 (200002010534692) 8291 - AGRESP
AGVTE : HARLEY BATISTA FERNANDES E OUTRO
ADV : ANTONIO JOSE FERNANDES COSTA NETO E OUTROS
AGVDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : PATRICIA MUNHOZ BARBOZA DE SA
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004284-4 (200351050000640) 8292 - AGREXT
AGVTE : CENTRO RADIOLOGICO DE NOVA FRIBURGO LTDA
ADV : MURILO VOUZELLA DE ANDRADE E OUTRO
AGVDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. CARREIRA ALVIM - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2003.02.01.003034-4 (200151010062727) 8012 - MS RJ
IMPTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
IMPDO : E. 1A TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A REGIAO
LITIS : MULTI GAMES - CONCURSO DE PROGNOSTICOS LTDA
ADV : JORGE BARATA DE LACERDA
RELATOR : DES.FED. ANTÔNIO CRUZ NETTO - 3A.SEÇÃO ESPECIALIZADA

REDIS. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

OBS : PROCESSO REDISTRIBUIDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

PROCESSO : 1998.51.01.011300-0 (9800113002) 68494 - AMS RJ
APTE : CONCAL CONSTRUTORA CONDE CALDAS
ADV : LUIZ GUSTAVO A. S. BICHARA E OUTROS
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : RODRIGO GASPAR DE MELLO
RELATOR : DES.FED. TANIA HEINE - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

REDIS. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

OBS : PROCESSO REDISTRIBUIDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

PROCESSO : 2003.51.01.024300-7 (200351010243007) 68493 - AMS R
APTE : FLAVIA DE SOUZA BASTOS MEDEIROS
ADV : HUMBERTO PESSOA PAES PINTO E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : JC JOSE NEIVA/no afast. Relator - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

REDIS. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

OBS : PROCESSO REDISTRIBUIDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

PROCESSO : 2002.51.01.014563-7 (200251010145637) 394650 - AC R
APTE : SANTA CASA DE MISERICORDIA DE MARINGA
ADV : DAGOBERTO JOSE STEINMEYER LIMA E OUTROS
APDO : AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROC : FABIO LUIZ DE SOUZA CARVALHO
RELATOR : DES.FED. RICARDO REGUEIRA - 7A.TURMA ESPECIALIZADA

REDIS. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

OBS : PROCESSO REDISTRIBUIDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

PROCESSO : 2006.02.01.007744-1 (0009838210) 148055 - AG RJ
AGRTE : ALBERTINHO POSSAMAI
ADV : ALBERTINHO POSSAMAI
AGRDO : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA
PROC : LUIZ ANTONIO WERDINE MACHADO E OUTROS
RELATOR : DES.FED. RICARDO REGUEIRA - 7A.TURMA ESPECIALIZADA
OBS : PROCESSO REDISTRIBUIDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

REDIS. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2001.51.01.019257-0 (200151010192570) 45904 - AMS R
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
APDO : ZULEIKA DA LUZ RODRIGUES
ADV : CLAUDIO ROBERTO PINTO SOBRAL
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 20A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER - 7A.TURMA ESPECIALIZADA

REDIS. AUTOMÁTICA EM 10.04.2007

OBS : PROCESSO REDISTRIBUIDO TENDO EM VISTA A RESOLUÇÃO 7/2006 E O

PROCESSO : 2003.51.06.002034-8 (200351060020348) 359964 - EINF
EMBGTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : ANDRE LUIS TEIXEIRA GODINHO
EMBGDO : MAURO LEITE FROES
ADV : CARLOS ALBERTO LORANG DE AMORIM E OUTROS
RELATOR : DES.FED. MESSOD AZULAY NETO - 1A.SEÇÃO ESPECIALIZADA
IMPEDIDO(S) : DES.FED.LILIANE RORIZ

REDISTRIB P/ ALTERACAO CLASSE EM 10.04.2007

OBS : PROCESSO REDISTRIBUIDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

PROCESSO : 1995.51.01.002578-9 (9500025787) 355026 - EINF
EMBGTE : UNIAO FEDERAL
EMBGDO : FERNANDO LUCIO CARNEIRO
ADV : JOSE GREGORIO MARQUES E OUTRO
RELATOR : DES.FED. RICARDO REGUEIRA - 4A.SEÇÃO ESPECIALIZADA
IMPEDIDO(S) : DES.FED.REIS FRIEDE

DES.FED.SERGIO SCHWAITZER
REDISTRIB P/ ALTERACAO CLASSE EM 10.04.2007

OBS : PROCESSO REDISTRIBUIDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

PROCESSO : 2002.51.02.002374-7 (200251020023747) 52946 - AMS R
APTE : ANA MARIA FERREIRA SARDINHA
ADV : IGOR DALIS MIGUEL
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : MARIA DE FATIMA KNAIPPE DIBE
RELATOR : DES.FED. ABEL GOMES - 1A.TURMA ESPECIALIZADA

REDISTRIB P/ ALTERACAO CLASSE EM 10.04.2007

OBS : PROCESSO REDISTRIBUIDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

PROCESSO : 1996.51.01.024874-6 (9600248745) 326887 - AC RJ
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : ROBERTSON WERNER
APDO : LIGHT - SERVICOS DE ELETRICIDADE S/A
ADV : FRANCISCO CARLOS ROSAS GIARDINA E OUTROS
APDO : MAXSERVICE COM/ E SERVICOS LTDA
ADV : ARMANDO MICELI FILHO
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 10A VARA-RJ
RELATOR : JC JOSE NEIVA/no afast. Relator - 3A.TURMA ESPECIALIZADA
OBS : PROCESSO REDISTRIBUIDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

REDISTRIB P/ ALTERACAO CLASSE EM 10.04.2007

PROCESSO : 1999.02.01.037389-8 (9900198018) 43704 - AG RJ
AGRTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : ANDRE LUIS TEIXEIRA GODINHO
AGRDO : CHREEM EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
ADV : MAURO ROBERTO GOMES DE MATTOS E OUTROS
RELATOR : DES.FED. ALBERTO NOGUEIRA - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

REDISTRIB P/ ALTERACAO CLASSE EM 10.04.2007

OBS : PROCESSO REDISTRIBUIDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

PROCESSO : 2006.51.01.012265-5 (200651010122655) 68231 - REOMS
PARTEA : TESCO DO BRASIL LTDA
ADV : DALVA APARECIDA PEDROSO PASCHOA E OUTROS
PARTER : UNIAO FEDERAL
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 21A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. ALBERTO NOGUEIRA - 4A.TURMA ESPECIALIZADA
OBS : PROCESSO REDISTRIBUIDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

REDISTRIB P/ ALTERACAO CLASSE EM 10.04.2007

PROCESSO : 2002.02.01.013203-3 (200151010056478) 42840 - AMS R
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : ANEILDE DE OLIVEIRA
ADV : MARIA INES SOBREIRA DE AZEVEDO
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 18A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

REDISTRIB P/ ALTERACAO CLASSE EM 10.04.2007

OBS : PROCESSO REDISTRIBUIDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

PROCESSO : 2000.02.01.061855-3 (9700057356) 250277 - AC RJ
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : ALAIDES MORAES
ADV : RENATO DIONISIO DOS SANTOS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 18A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. ROGERIO CARVALHO - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

REDISTRIB P/ ALTERACAO CLASSE EM 10.04.2007

OBS : PROCESSO REDISTRIBUIDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

PROCESSO : 2002.02.01.009407-0 (9902040080) 281987 - AC RJ
APTE : INST NAC DE METROLOGIA, NORMALIZACAO E QUALIDADE INDUST - INMETRO
ADV : ELCY SILVA SOARES E OUTRO
APDO : PADARIA E CONFEITARIA FLOR DO BADU LTDA
RELATOR : DES.FED. FERNANDO MARQUES - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

REDISTRIB P/ ALTERACAO CLASSE EM 10.04.2007

OBS : PROCESSO REDISTRIBUIDO TENDO EM VISTA O R.DESPACHO DE FLS. 6

PROCESSO : 1999.02.01.040688-0 (9200148247) 209267 - AC RJ
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : PAULINO MONTEIRO DA SILVA
ADV : ANA MARIA FERNANDES LIMA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. RALDÊNIO BONIFACIO COSTA - 8A.TURMA ESPECIALIZADA

REDISTRIB P/ ALTERACAO CLASSE EM 10.04.2007

OBS : PROCESSO REDISTRIBUIDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

PROCESSO : 1995.51.01.016500-9 (9500165007) 344704 - AC RJ
APTE : SILVIA REGINA HOFFMAN
ADV : FERNANDO MAXIMO DE A. P. DRUMMOND E OUTROS
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : AMÉRICO LUIZ M. DA SILVA
RELATOR : JC GUILHERME CALMON/no afast. Relator - 8A.TURMA ESPECIALIZA
OBS : PROCESSO REDISTRIBUIDO TENDO EM VISTA O R.DESPACHO DE FLS. 2

REDISTRIB P/ ALTERACAO CLASSE EM 10.04.2007

PROCESSO : 2000.02.01.017737-8 (9600653801) 55016 - AG RJ
AGRTE : PAES MENDONCA S/A
ADV : JOSE OSWALDO CORREA E OUTROS
AGRDO : FAZENDA NACIONAL
RELATOR : JC GUILHERME CALMON/no afast. Relator - 8A.TURMA ESPECIALIZA
OBS : PROCESSO REDISTRIBUIDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

REDIS. POR DEPENDÊNCIA EM 10.04.2007

PROCESSO : 1999.51.01.001546-7 (9900015460) 303933 - AC RJ
APTE : LUIZ CARLOS RODRIGUES FERREIRA DA SILVA
ADV : MARCELO JOSE DOMINGUES E OUTRO
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER - 7A.TURMA ESPECIALIZADA
OBS : ALTERAÇÃO DE ÓRGÃO DE JULGADOR TENDO EM VISTA A RESOLUÇÃO 07

ALTERAÇÃO DE ÓRGÃO JULGADOR EM 10.04.2007

PROCESSO : 2001.51.01.012001-6 (200151010120016) 340344 - AC R
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : JOSE PEREIRA
ADV : ALEXANDRE SFRAPPINI E OUTRO
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 29A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER - 7A.TURMA ESPECIALIZADA

ALTERAÇÃO DE ÓRGÃO JULGADOR EM 10.04.2007

OBS : ALTERAÇÃO DE ÓRGÃO JULGADOR TENDO EM VISTA A RESOLUÇÃO 07/20

PROCESSO : 2004.02.01.001827-0 (000000000000000) 244 - INQ RJ
AUTOR : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
INDIC : APURAR RESPONSABILIDADE
RELATOR : DES.FED. ROGERIO CARVALHO - TRIBUNAL PLENO

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.04.2007

OBS : PROCESSO ATRIBUÍDO TENDO EM VISTA A REMESSA DE FLS. 735 V.

PROCESSO : 2000.02.01.021305-0 (9900234529) 232294 - AC RJ
APTE : ADEMAR ASHCAR E OUTRO
ADV : ADAUTO SILVA EMERENCIANO E OUTROS
APDO : INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICO E VIDRO BRACO LTDA
ADV : TANIA AZEVEDO DE OLIVEIRA
RELATOR : DES.FED. ABEL GOMES - 1A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.04.2007

OBS : PROCESSO ATRIBUIDO TENDO EM VISTA A RESOLUÇÃO 7/2006

PROCESSO : 2000.02.01.062720-7 (9802044890) 67505 - AG RJ
AGRTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : RONALDO ESPINOLA CATALDI
AGRDO : PAPELARIA AMERICA LTDA - MASSA FALIDA
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. PAULO BARATA - 3A.TURMA ESPECIALIZADA
OBS : PROCESSO ATRIBUIDO TENDO EM VISTA O R. DESPCHO DE FLS. 108

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2001.02.01.026622-7 (200051020058870) 80689 - AG RJ
AGRTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : DEBORAH DA SILVA SIMONETTI ABREU
AGRDO : PRACTICAL TIME ASSESSORIA E SERVICOS LTDA E OUTROS
ADV : VERA MARIA MUNIZ DE MENDONCA
RELATOR : DES.FED. PAULO BARATA - 3A.TURMA ESPECIALIZADA
OBS : PROCESSO ATRIBUIDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS. 82

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2002.02.01.007431-8 (20005107000887) 280779 - AC R
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : LUZIA DE OLIVEIRA LEITAO E OUTRO
ADV : SEBASTIAO LUIZ DE FREITAS FILHO
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 1A VARA DE ITABORAI-RJ
RELATOR : DES.FED. RICARDO REGUEIRA - 7A.TURMA ESPECIALIZADA
OBS : PROCESSO ATRIBUIDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS. 240

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2002.51.01.010789-2 (200251010107892) 341125 - AC R
APTE : AILTON ROBERTO DOS SANTOS E OUTROS
ADV : SERGIO MACIEL
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. RICARDO REGUEIRA - 7A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2003.51.12.000878-5 (200351120008785) 53872 - AMS R
APTE : ASCOUTA FRETAMENTO E TURISMO LTDA
ADV : VALERIA CRISTINA DE SOUZA CARNEIRO
APDO : UNIAO FEDERAL
APDO : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. REIS FRIEDE - 7A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.04.2007

OBS : PROCESSO ATRIBUIDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS. 76

PROCESSO : 97.02.22046-7 (9400428065) 142515 - AC RJ
APTE : PRIMUS CORRETORA DE VALORES E CAMBIO S/A
ADV : ANDREIA ERTHAL LUZ E OUTROS
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : MARCIO DIOGENES MELO E OUTROS
RELATOR : DES.FED. POUL ERIK DYRLUND - 8A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.04.2007

OBS : PROCESSO ATRIBUIDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS. 352

PROCESSO : 2003.51.16.000339-7 (200351160003397) 394647 - AC R
APTE : JAIME PINTO
ADV : EDSON DALTRO MATOS
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : RUIZ SERGIO RIBEIRO BARBOSA
RELATOR : DES.FED. MARIA HELENA CISNE - 1A.TURMA ESPECIALIZADA

REDISTRIBUIÇÃO POR PREVENÇÃO EM 10.04.2007

OBS : PROCESSO REDISTRIBUIDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

PROCESSO : 2000.02.01.067974-8 (9400317530) 253259 - AC RJ
APTE : FAZENDA NACIONAL
APDO : NILMAR LOUCAS FERRAGENS E ELETRICIDADE LTDA
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : JC JOSE NEIVA/no afast. Relator - 3A.TURMA ESPECIALIZADA
OBS : PROCESSO REDISTRIBUIDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

REDISTRIBUIÇÃO POR PREVENÇÃO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2005.51.01.021231-7 (200551010212317) 68495 - REOMS
PARTEA : MARIA APARECIDA PINTO FERREIRA
ADV : MARIA LUCIA NOGUEIRA DOS SANTOS
PARTER : UNIAO FEDERAL
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 12A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. PAULO ESPIRITO SANTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

REDISTRIBUIÇÃO POR PREVENÇÃO EM 10.04.2007

OBS : PROCESSO REDISTRIBUIDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

PROCESSO : 2001.51.01.013977-3 (200151010139773) 394646 - AC R
APTE : LUIZ CARLOS MACHADO
ADV : NELSON HALIM KAMEL E OUTRO
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
PROC : VERONICA TORRI E OUTROS
RELATOR : DES.FED. VERA LÚCIA LIMA - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

REDISTRIBUIÇÃO POR PREVENÇÃO EM 10.04.2007

OBS : PROCESSO REDISTRIBUIDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

PROCESSO : 2005.51.04.001916-7 (200551040019167) 394653 - AC R
APTE : MARIA DAS GRACAS MONTEIRO DA SILVA
ADV : MARIA DAS GRACAS DO NASCIMENTO AGUIAR
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : MARCIO DE OLIVEIRA RIBEIRO E OUTROS
RELATOR : JC GUILHERME CALMON/no afast. Relator - 8A.TURMA ESPECIALIZA

REDISTRIBUIÇÃO POR PREVENÇÃO EM 10.04.2007

OBS : PROCESSO REDISTRIBUIDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

PROCESSO : 2006.51.01.006119-8 (200651010061198) 68433 - AMS R
APTE : FRATELLI VITA BEBIDAS S/A
ADV : JOSE ALBERTO B. DA CAMARA GRACA E OUTROS
APDO : JUNTA COML/ DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-JUCERJA
PROC : MARIA THERESA WERNECK MELLO
RELATOR : DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

CONFIRMAÇÃO DE CORRELAÇÃO EM 10.04.2007

PROCESSO : 95.02.09564-2 (0009842985) 79863 - AC RJ
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : AFONSO RODRIGUES DA SILVA E OUTROS
ADV : YEDA MARIA FERREIRA VERGARA
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 9A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. REIS FRIEDE - 7A.TURMA ESPECIALIZADA

ALTERAÇÃO DE CLASSE EM 10.04.2007

OBS : ALTERAÇÃO DE CLASSE TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS. 200

PROCESSO : 98.02.38203-5 (9101473000) 181805 - AC RJ
APTE : CLAUDIO INTERLANDI E OUTROS
ADV : SILLAS TEIXEIRA
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. PAULO BARATA - 3A.TURMA ESPECIALIZADA
IMPEDIDO(S) : JCJOSE NEIVA/no afast. Relator

REDISTRIB. PARA ORGÃO JULGADOR EM 10.04.2007

OBS : PROCESSO REDISTRIBUIDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

PROCESSO : 2000.50.01.003782-9 (200050010037829) 381519 - AC E
APTE : MARCIONILA MIRANDA BARCELOS E OUTROS
ADV : GILMAR LOZER PIMENTEL
APDO : INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA JERONIMO MONTEIRO - IPAJM
PROC : JOSE RICARDO DE ABREU JUDICE
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. ALBERTO NOGUEIRA - 4A.TURMA ESPECIALIZADA
IMPEDIDO(S) : DES.FED.LUIZ ANTONIO SOARES

REDISTRIB. PARA ORGÃO JULGADOR EM 10.04.2007

OBS : PROCESSO REDISTRIBUIDO TENDO EM VISTA O R.DESPACHO DE FLS. 1

PROCESSO : 2006.51.01.011550-0 (200651010115500) 68086 - REOMS
PARTEA : BELGO SIDERURGICA S/A
ADV : EDUARDO MANEIRA E OUTROS
PARTER : UNIAO FEDERAL
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 8A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER - 7A.TURMA ESPECIALIZADA
IMPEDIDO(S) : DES.FED.RICARDO REGUEIRA

REDISTRIB. PARA ORGÃO JULGADOR EM 10.04.2007

OBS : PROCESSO REDISTRIBUIDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

PROCESSO : 2006.51.01.010796-4 (200651010107964) 67704 - REOMS
PARTEA : THYSSENKRUPP ELEVADORES S/A
ADV : MONICA PELOSI E OUTROS
PARTER : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 8A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. REIS FRIEDE - 7A.TURMA ESPECIALIZADA
IMPEDIDO(S) : DES.FED.RICARDO REGUEIRA

REDISTRIB. PARA ORGÃO JULGADOR EM 10.04.2007

OBS : PROCESSO REDISTRIBUIDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

PROCESSO : 2004.02.01.004190-5 8349 - MS
IMPTE : TEREZA EMILIA CLAVEROL E OUTRO
ADV : EDUARDO MACHADO DOS SANTOS E OUTROS
IMPDO : EXMO(A).SR(A).PRESIDENTE DO TRF - 2A. REGIAO
RELATOR : DES.FED. PAULO ESPIRITO SANTO - TRIBUNAL PLENO

RESTAURAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO EM 10.04.2007

OBS : RESTAURAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE

PROCESSO : 2001.02.01.041900-7 (9600077320) 1828 - AR ES
AUTOR : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : WAGNER DE FREITAS RAMOS E OUTROS
REU : JOAO FRANCISCO LUCHI
ADV : OLIENS WANZELLER
RELATOR : DES.FED. VERA LÚCIA LIMA - 3A.SEÇÃO ESPECIALIZADA

RESTAURAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO EM 10.04.2007

OBS : RESTAURAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE

PROCESSO : 2004.02.01.002983-8 (200051010061883) 2368 - AR RJ
AUTOR : JOAO GONCALVES LIMA
ADV : JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA E OUTROS
REU : UNIAO FEDERAL
ADV : ROSILENE MOREIRA CARDIAS SANTAGUIDA
RELATOR : DES.FED. RALDÊNIO BONIFACIO COSTA - 4A.SEÇÃO ESPECIALIZADA

RESTAURAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO EM 10.04.2007

OBS : RESTAURAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE

PROCESSO : 2004.02.01.009270-6 (9400453655) 2452 - AR RJ
AUTOR : PEDRO PAULO GENTIL
ADV : HUMBERTO SILVA
REU : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. REIS FRIEDE - 4A.SEÇÃO ESPECIALIZADA

RESTAURAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO EM 10.04.2007

OBS : RESTAURAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE

PROCESSO : 2005.02.01.011693-4 (200351015327710) 4271 - HC RJ
IMPTE : OSWALDO MONTEIRO RAMOS E OUTRO
IMPDO : JUIZO DA 6A. VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO
PACTE : MAX DA FONSECA GUEDES REU PRESO
ADV : OSWALDO MONTEIRO RAMOS E OUTRO
RELATOR : DES.FED. MESSOD AZULAY NETO - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

RESTAURAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO EM 10.04.2007

OBS : RESTAURAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE

PROCESSO : 2004.02.01.003125-0 8316 - MS
IMPTE : JORGE OCTAVIO DE CASTRO MIGUEZ FIGUEIREDO
ADV : ALICE SANTINHA DE SOUZA RODRIGUES
IMPTDO : EXMO(A).SR(A). JUIZ(A) FEDERAL DIRETOR(A) DO FORO / SECAO JUDIC.-RJ
RELATOR : DES.FED. PAULO BARATA - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

RESTAURAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO EM 10.04.2007

OBS : RESTAURAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE

PROCESSO : 97.02.03394-2 (9600007730) 130988 - AC RJ
APTE : HERCULES ANTONIO MORSELLI
ADV : MANOEL MONTEIRO DA SILVA
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. FERNANDO MARQUES - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
OBS : RESTAURAÇÃO DE DISTRIUIÇÃO TENDO EM VISTA A RESOLUÇÃO 7/2006

RESTAURAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2004.02.01.006410-3 8421 - MS
IMPTE : JORGE MENDONÇA RIBEIRO
ADV : EDUARDO MACHADO DOS SANTOS E OUTROS
IMPTDO : EXMO(A).SR(A). JUIZ(A) FEDERAL DIRETOR(A) DO FORO / SECAO JUDIC.-RJ
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER - 7A.TURMA ESPECIALIZADA

RESTAURAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO EM 10.04.2007

OBS : RESTAURAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE

PROCESSO : 2005.02.01.007411-3 (200551010143964) 139102 - AG R
AGRTE : SERGIO GOMES DA SILVA
ADV : CHRISTIANE MARIA DE AZEVEDO MARTINS E OUTROS
AGRDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ROBERTO MUSA CORRÊA
RELATOR : DES.FED. REIS FRIEDE - 7A.TURMA ESPECIALIZADA

RESTAURAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO EM 10.04.2007

OBS : RESTAURAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE

PROCESSO : 2005.02.01.008441-6 (200551010145195) 139863 - AG R
AGRTE : UNIAO FEDERAL
AGRDO : RICARDO DE MATOS FERNANDES
ADV : AGUINALDO BELMINO DE SOUTO
RELATOR : DES.FED. RALDÊNIO BONIFACIO COSTA - 8A.TURMA ESPECIALIZADA

RESTAURAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO EM 10.04.2007

OBS : RESTAURAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE

PROCESSO : 2005.02.01.002889-9 (200550010016150) 136043 - AG E
AGRTE : CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DO ESPIRITO SANTO - CEFET -ES
PROC : ESTEVAO SANTIAGO PIZOL DA SILVA
AGRDO : LETICIA SANTANA BRAGATTO REP/ P/ ELIZABETE RIBEIRO DE SANTAN BRAGATTO
ADV : NILTON BASILIO TEIXEIRA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. POUL ERIK DYRLUND - 8A.TURMA ESPECIALIZADA
OBS : RESTAURAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE

RESTAURAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.003990-0 (200351015328283) 154247 - AG R
AGRTE : HEITOR PINHO DE ALENCAR
ADV : VERA LUCIA CARVALHO S. DE ALENCAR
AGRDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : BRUNA SARMENTO DOS SANTOS
RELATOR : DES.FED. SERGIO FELTRIN CORREA - 1A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.003786-1 (200651010061332) 154154 - AG R
AGRTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO : SAMUEL RICARDO BRAND BENCUYA
ADV : ILANA FRIED BENJO E OUTROS
RELATOR : DES.FED. PAULO BARATA - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004196-7 (200750010019019) 154355 - AG E
AGRTE : DEJAIR CESAR BATISTA
ADV : NOEMAR SEYDEL LYRIO E OUTROS
AGRDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. TANIA HEINE - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004103-7 (200751010019320) 154345 - AG R
AGRTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : MAURO CABRAL TEIXEIRA
AGRDO : REGINAVES INDUSTRIA E COMERCIO DE AVES LTDA
ADV : LINDONICE DE BRITO PEREIRA DOS SANTOS E OUTRO
RELATOR : JC JOSE NEIVA/no afast. Relator - 3A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004195-5 (9900027930) 154354 - AG ES
AGRTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO : INDUSTRIA DE MASSAS E BISCOITOS ALCOBACA S/A
ADV : IVON ALCURE DO NASCIMENTO E OUTROS
RELATOR : JC JOSE NEIVA/no afast. Relator - 3A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004203-0 (9900298152) 154357 - AG RJ
AGRTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO : LUIZ DE FREITAS MACHADO JUNIOR
ADV : JOAO DONATO D'ANGELO E OUTROS
RELATOR : JC JOSE NEIVA/no afast. Relator - 3A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004192-0 (200451015098506) 154351 - AG R
AGRTE : RUBENS JORGE TALEB
ADV : MARCOS CEZAR NAJJARIAN BATISTA E OUTRO
AGRDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : ATILIO REGULO TINOCO
RELATOR : DES.FED. JULIETA LIDIA LUNZ - 4A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004194-3 (025920000442) 154353 - AG E
AGRTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : SERGIO DE NOROES MILFONT JUNIOR
AGRDO : SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DO MUNICIPIO DE ITAGUACU
ADV : WINSTON CHURCHILL DA SILVA BERGAMO
RELATOR : DES.FED. JULIETA LIDIA LUNZ - 4A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004197-9 (200350010058007) 154356 - AG R
AGRTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO : LUCIANO FIOROTTO JUNIOR
ADV : BRUNO COLODETTI E OUTROS
RELATOR : DES.FED. ALBERTO NOGUEIRA - 4A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004205-4 (9200449506) 154359 - AG RJ
AGRTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO : MILTON TAVARES DA SILVA E OUTROS
ADV : JORGE DE SOUZA COSTA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. ALBERTO NOGUEIRA - 4A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004102-5 (200751100010160) 154344 - AG R
AGRTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : PEDRO GONZALEZ CARDOSO
AGRDO : COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN
ADV : MARCOS ANDRE VINHAS CATAO E OUTROS
RELATOR : DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES - 4A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004105-0 (200451100074689) 154347 - AG R
AGRTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO : VIACAO BEIRA MAR LTDA
ADV : LAURO DE ALMEIDA FLORES E OUTROS
RELATOR : DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES - 4A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004258-3 (200451100000517) 154362 - AG R
AGRTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO : FENTON INDUSTRIA E COMERCIO DE CIGARROS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
ADV : LEONARDO PIETRO ANTONELLI E OUTROS
RELATOR : DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004260-1 (200751010029556) 154363 - AG R
AGRTE : UNIAO FEDERAL
AGRDO : ALESSANDRA DA SILVA DANTAS
ADV : DANIEL VIEIRA MONTEIRO E OUTRO
RELATOR : DES.FED. PAULO ESPIRITO SANTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004206-6 (200751010034321) 154360 - AG R
AGRTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO : HOSPITAL DO CORACAO SAMCORDIS LTDA
ADV : OSWALDO DUARTE DE SOUZA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. ANTÔNIO CRUZ NETTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004261-3 (200651010238359) 154365 - AG R
AGRTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : DANIELLE DE ALEXANDRE LOURENCO
AGRDO : ANTONIO VIEIRA E OUTRO
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. VERA LÚCIA LIMA - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004191-8 (200651010181167) 154350 - AG R
AGRTE : UNIAO FEDERAL
AGRDO : FERNANDO CESAR DOS SANTOS SILVA
ADV : REGINA ANTONIETA DE LIMA CORTEZ E OUTRO
RELATOR : DES.FED. BENEDITO GONCALVES - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004104-9 (200751020012334) 154346 - AG R
AGRTE : ASSOCIACAO SALGADO DE OLIVEIRA DE EDUCACAO E CULTURA-ASOEC
ADV : CRISTIANE DE OLIVEIRA BITETI E OUTROS
AGRDO : CRISTIANE LOPES DOS SANTOS
ADV : JACY GOMES
RELATOR : DES.FED. RICARDO REGUEIRA - 7A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004101-3 (200651010174126) 7526 - CC RJ
AUTOR : ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONJUNTO RESIDENCIAL AMIGOS DA PAZ
ADV : TANIA LUCIA MARQUES SANTOS E OUTROS
RÉU : LEO LYNCE RORIZ DE ARAUJO
ADV : SEM ADVOGADO
SUSCTE : JUIZO FEDERAL DA 24A VARA-RJ
SUSDO : JUIZO FEDERAL DA 19A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER - 7A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004142-6 (200651010088799) 154349 - AG R
AGRTE : BANCO ITAU S/A
ADV : VINICIUS MARI E OUTROS
AGRDO : ROBERTO DOMINGOS GABRIEL CHABO
ADV : IEDA JULIATTI DE CARVALHO
RELATOR : JC GUILHERME CALMON/no afast. Relator - 8A.TURMA ESPECIALIZA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004272-8 7565 - PA/COR
REQTE : JUIZO DA 1A. VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO
REQDO : EXMO(A) SR(A) CORREGEDOR(A) DA JUSTICA FEDERAL DA 2A REGIAO
RELATOR : DES.FED. CASTRO AGUIAR - CORREGEDORIA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.04.2007

PROCESSO : 2007.02.01.004025-2 (200751010057370) 154282 - AG R
AGRTE : WEMOTO TRADE INDUSTRIA E COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
ADV : MARCO ENRICO SLERCA E OUTROS
AGRDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. POR DEPEND. INSTANTÂNEA EM 10.04.2007

QUADRO DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO DE 10.04.2007

DESEMBARGADOR	ENC	ATRI	1REG	2REG	DIST	REDI	TOTAL
PAULO BARATA	0	2	0	0	4	2	8
JULIETA LIDIA LUNZ	1	0	0	0	4	0	5
TANIA HEINE	0	0	0	0	3	1	4
ALBERTO NOGUEIRA	2	0	0	0	6	3	11
CARREIRA ALVIM	0	0	160	0	0	0	160
RICARDO REGUEIRA	0	2	0	0	4	3	9
ROGERIO CARVALHO	1	1	0	0	2	1	5
PAULO ESPIRITO SANTO	1	0	0	0	5	2	8
ANTÔNIO CRUZ NETTO	0	0	0	0	6	1	7
CASTRO AGUIAR	0	0	0	0	1	0	1
FERNANDO MARQUES	2	0	0	0	2	2	6
MARIA HELENA CISNE	2	0	0	0	4	1	7
VERA LÚCIA LIMA	1	0	0	0	6	2	9
RALDÊNIO BONIFACIO COSTA	0	0	0	0	4	3	7
SERGIO FELTRIN CORREA	0	0	0	0	3	0	3
LUIZ ANTONIO SOARES	0	0	0	0	8	1	9
BENEDITO GONCALVES	0	0	0	0	6	0	6
LILIANE RORIZ	0	0	0	0	4	0	4
SERGIO SCHWAITZER	0	0	0	0	4	5	9
POUL ERIK DYRLUND	1	1	0	0	4	1	7
ANDRÉ FONTES	0	0	0	0	3	0	3
REIS FRIEDE	2	1	0	0	4	4	11
ABEL GOMES	0	1	0	0	1	1	3
JOSE NEIVA/no afast. Relator	1	0	0	0	5	3	9
GUILHERME CALMON/no afast. Relator	0	0	0	0	4	3	7
MESSOD AZULAY NETO	0	0	0	0	3	2	5
TOTAL	14	8	160	0	100	41	323

PROCESSOS REMETIDOS PARA ANÁLISE DE CORRELAÇÃO:

PROCESSO : 1997.51.01.101268-4 (9701012682) 394594 - REOAC
: 200251010006388
PARTEA : ASSOCIACAO DOS EMPREGADOS DA EMBRATUR - ASSEMTUR E OUTROS
ADV : MAURO ROBERTO GOMES DE MATTOS
PARTER : EMBRATUR - EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO
PROC : MARCELO FRANCISCO FRAGOSO DE CASTRO
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 10A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. REIS FRIEDE

PROCESSO : 2001.51.01.009155-7 (200151010091557) 394607 - AC R
: 9400460546
: 200051010108620
: 200151010090619
: 200151010091569
: 200151010091570
: 200151010103730
: 200151010103742
: 200151010106135
: 200151010106561
: 200151010155183
: 200151010155195
: 200251010190102
APTE : DORA MARIA VILLELA JOSE
ADV : KARINE TERRA DE AZEVEDO E OUTRO
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : OCTAVIO CAIO MORA Y ARAUJO DE COUTO E SILVA E OUTROS
APDO : OS MESMOS
RELATOR : DES.FED. FERNANDO MARQUES

PROCESSO : 2004.51.02.004889-3 (200451020048893) 394613 - AC R
APTE : UNIAO FEDERAL
APTE : FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA - FUB
PROC : LUIZ CARLOS DE SOUZA
APDO : ALEXANDRE DA SILVA ORDACGY
ADV : ANDRE LUIZ DUARTE CANCADO
RMTE : JUIZO DE DIREITO DA 2 VARA DE NITEROI RJ
RELATOR : DES.FED. VERA LÚCIA LIMA

PROCESSO : 2005.50.01.009865-8 (200550010098658) 5438 - ACR ES
APTE : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ADV : LUIZ CARLOS DA SILVA NETO E OUTRO
APDO : OS MESMOS
RELATOR : DES.FED. MARIA HELENA CISNE

PROCESSO : 2005.51.01.015252-7 (200551010152527) 394597 - AC R
APTE : VALDA MARIA DE ALMEIDA
ADV : PRISCILA MATHIAS DE MORAIS FICHTNER E OUTROS
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : SERGIO RICARDO DE OLIVEIRA ANDRADA E OUTROS
APDO : OS MESMOS
RELATOR : DES.FED. ROGERIO CARVALHO

PROCESSO : 2005.51.01.526979-2 (200551015269792) 394615 - AC R
: 200351015380529
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : ISTVAN NUNES LAKI
APDO : JOAO CUNHA
ADV : SIBELE WALKIRIA LERNER HODARA E OUTRO
RELATOR : DES.FED. MARIA HELENA CISNE

PROCESSO : 2006.50.01.008046-4 (200650010080464) 68489 - AMS E
APTE : HUGO REZENDE LUZ
ADV : ERCIO DE MIRANDA MURTA E OUTROS
APDO : UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - UFES
PROC : OSWALDO HORTA AGUIRRE FILHO
RELATOR : DES.FED. PAULO ESPIRITO SANTO

PROCESSO : 2006.51.01.005600-2 (200651010056002) 68483 - AMS R
APTE : FEDERACAO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : JC JOSE NEIVA/NO AFAST. RELATOR

PROCESSO : 2007.02.01.003865-8 (9500018802) 154209 - AG RJ
: 200051010247942
AGRTE : UNIAO FEDERAL
AGRDO : DECIO LEAL PEREIRA DE SOUZA E OUTROS
ADV : SERGIO PINHEIRO DRUMMOND E OUTROS
RELATOR : DES.FED. FERNANDO MARQUES

PROCESSO : 2007.02.01.004141-4 (200651010210593) 154348 - AG R
: 200551010195370
AGRTE : HOSPITAL SÃO MARCOS S/A
ADV : GAMALIEL ROSSI SEVERINO E OUTROS
AGRDO : AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROC : OTAVIO AUGUSTO LIMA DE PILLA
RELATOR : DES.FED. POUL ERIK DYRLUND

PROCESSO : 2007.02.01.004193-1 (200451015098506) 154352 - AG R
AGRTE : SERGIO MORAD
ADV : MARCOS CEZAR NAJJARLAN BATISTA E OUTRO
AGRDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : ATILIO REGULO TINOCO
RELATOR : DES.FED. JULIETA LIDIA LUNZ

PROCESSO : 2007.02.01.004204-2 (9100178152) 154358 - AG RJ
: 9900577205
AGRTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO : JULIO GOMES ADVOGADOS ASSOCIADOS
ADV : JULIO CESAR GOMES DA SILVA E OUTRO
RELATOR : DES.FED. ALBERTO NOGUEIRA

PROCESSO : 2007.02.01.004257-1 (200751010030467) 154364 - AG R
: 200651010201567
AGRTE : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAI RENOVAVEIS - IBAMA
ADV : CLAUDIA NEDER
AGRDO : PETROLEO BRASILEIRO S/A
ADV : CAROLINA ALBUQUERQUE LIMA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. REIS FRIEDE

PROCESSO : 2007.02.01.004259-5 (200651014902679) 154361 - AG R
AGRTE : COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN
ADV : OSCAR SANT'ANNA DE FREITAS E CASTRO E OUTROS
AGRDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. ALBERTO NOGUEIRA

T E R M O D E E N C E R R A M E N T O - 2ª V I A

Contém a presente ata a distribuição de 0309 feitos, realizada por processamento eletrônico de dados e 0014 encaminhados para verificação de correlação totalizando, 0040 folhas, todas por mim conferidas e rubricadas. (a) ..... (Romildo Narciso Volotão), Diretor da Secretaria de Atividades Judiciárias.

Rio de Janeiro - RJ, 10 de abril de 2007.

FREDERICO GUEIROS
PRESIDENTE

ÍNDICES POR ADVOGADO DOS FEITOS DISTRIBUÍDOS EM 10.04.2007.

Nome do Advogado	Código OAB	Número do Processo
ACCACIO MONTEIRO BARROZO	RJ090955	2007.02.01.004180-3
		2007.02.01.004218-2
		2007.02.01.004230-3
		2007.02.01.004244-3
ADAUTO SILVA EMERENCIANO	SP163405	2000.02.01.021305-0
ADILSON MARTINS GOMES	RJ026066	2006.51.17.000730-3
ADOLPHO DOS SANTOS MARQUES DE ABREU	RJ065963	1998.51.01.019267-1
ADRIANA MARIA DE ALMEIDA MEIRELLES FA	RJ099101	2007.02.01.004178-5
ADRIANA RIBEIRO DOS SANTOS	RJ133855	2007.02.01.004146-3
		2007.02.01.004160-8
ADRIANE NUNES QUINTAES	ES006549	2007.02.01.004100-1
ADRIANO ALMEIDA FIGUEIRA	RJ088753	2005.51.01.506183-4
AGUINALDO BELMINO DE SOUTO	RJ075935	2005.02.01.008441-6
ALBERTINHO POSSAMAI	RJ038697	2006.02.01.007744-1
ALDIR GOMES SELLES	RJ083136	1999.51.01.010711-8
ALESSANDRA JAPIASSU MAIA		2004.51.01.513500-0
ALESSANDRO STERN DA SILVA	RJ107634	2005.51.01.008512-5
ALEXANDER ALI SHAH	RJ107504	2004.51.01.016406-9
ALEXANDER LAMOGLIA DE MACEDO	RJ071825	1992.51.01.059652-4
ALEXANDRE AUGUSTO QUINTAS		2007.02.01.004168-2
		2007.02.01.004175-0
ALEXANDRE DO NASCIMENTO SOUZA	RJ084106	2007.02.01.004216-9
ALEXANDRE GONÇALVES	SP121485	2007.02.01.004125-6
ALEXANDRE PUPPIM	ES008265	1999.50.01.002184-2
ALEXANDRE SCHILLER FREIBURGHAUS	RJ095493	2000.51.01.032274-5
ALEXANDRE SFRAPPINI	RJ044482	2001.51.01.012001-6
ALICE SANTINHA DE SOUZA RODRIGUES	RJ033073	2004.02.01.003125-0
AMÉRICO LUIZ M. DA SILVA		1995.51.01.016500-9
ANA CECILIA MONTEIRO CHAVES DE AZEVED	RJ076206	2003.51.01.012271-0
ANA COELI DE OLIVEIRA PIOVESAN	ES001524	2007.02.01.004120-7
ANA CRISTINA VELTEN RANGEL	ES009461	2007.02.01.004236-4
ANA EMILIA GAZEL JORGE	RO000239	2000.02.01.002770-8
ANA MARIA FERNANDES LIMA	RJ047599	1999.02.01.040688-0
ANA MARIA MULLER	RJ021221	2005.51.01.025453-1
ANA MARIA TROUFA LENCASTRE	RJ023136	2007.02.01.004167-0
ANDRE GOMES DE OLIVEIRA	RJ085266	2004.51.10.007048-9
ANDRE LUIS TEIXEIRA GODINHO		1999.02.01.037389-8
		2003.51.06.002034-8
ANDRE LUIZ AGOSTINHO DA SILVEIRA REIS	RJ116677	2005.51.01.019736-5
ANDRE LUIZ FALCAO TANABE	RJ095452	1983.51.01.513665-4
ANDRE LUIZ PINHEIRO DE AMORIM	RJ102200	2007.02.01.004227-3
ANDRE PIRES GODINHO	RJ100272	2007.02.01.004181-5
		2007.02.01.004268-6
ANDREA DE ARAUJO PEIXOTO		2007.02.01.004252-2
ANDREA MENGE SILVA DA ROCHA E REIS	RJ093089	2007.02.01.004217-0
ANDREI FURTADO FERNANDES	RJ089250	2007.02.01.004094-0
ANDREIA ERTHAL LUZ	RJ103852	97.02.22046-7
ANGELA ALVES PEREIRA	RJ054691	2007.02.01.004098-7
ANGELO MARCIO LEITAO SOARES	RJ044731	2007.02.01.004250-9
ANTONIA SOUZA LOPES FERREIRA PINTO	RJ076041	2007.02.01.004183-9
ANTONIO CHAHER	RJ006878	2007.02.01.004242-0
ANTONIO JOSE FERNANDES COSTA NETO	RJ055264	2000.02.01.051755-4
		2007.02.01.004116-5
		2007.02.01.004140-2
		2007.02.01.004148-7
		2007.02.01.004149-9
		2007.02.01.004156-6
		2007.02.01.004157-8
		2007.02.01.004162-1
		2007.02.01.004163-3
		2007.02.01.004164-5
		2007.02.01.004168-2
		2007.02.01.004173-6

		2007.02.01.004175-0
		2007.02.01.004239-0
		2007.02.01.004240-6
		2007.02.01.004246-7
		2007.02.01.004252-2
		2007.02.01.004253-4
		2007.02.01.004254-6
		2007.02.01.004255-8
		2007.02.01.004256-0
		2007.02.01.004262-5
		2007.02.01.004263-7
		2007.02.01.004264-9
		2007.02.01.004278-9
ANTONIO PADUA PINTO NETO	RJ002363A	2007.02.01.004270-4
ARALTON LIMA JUNIOR	RJ082647	1999.51.01.013199-6
ARCINELIO DE AZEVEDO CALDAS	RJ004777	2007.02.01.004270-4
ARLINDO TEIXEIRA	RJ064710	2001.51.01.019598-3
ARMANDO MICELI FILHO	RJ048237	1996.51.01.024874-6
ARY LOPES FERREIRA	ES000430	1999.50.01.002577-0
ATILIO REGULO TINOCO	RJ021538	2007.02.01.004192-0
AUGUSTO FREDERICO C. DO C. SOUTO MAIO	RJ079109	2007.02.01.004215-7
AUREANE RODRIGUES DA SILVA	RJ002722A	2007.02.01.004161-0
AURIVAL JORGE PARDAUIL SILVA	RJ000821B	2007.02.01.004199-2
AURIVAL PARDAUIL SILVA	RJ000821	2007.02.01.004137-2
BARBARA VALERIA ZIZAS	SP027060	2007.02.01.004228-5
BENTO ADEODATO PORTO	ES007486	2002.50.01.003263-4
BERY CHEVALIER DO NASCIMENTO	RJ071135	1997.51.01.101254-4
BRENNO DE MENDONÇA CAVALCANTI	RJ124201	2005.51.01.019717-1
BRUNA SARMENTO DOS SANTOS		2007.02.01.003990-0
BRUNO COLODETTI	ES011376	2007.02.01.004197-9
BRUNO VAZ DE CARVALHO	RJ097626	2007.02.01.004158-0
CARLA DE CASTRO MACEDO DE AMORIM	RJ135011	1996.51.01.034906-0
		2001.51.02.006807-6
		2007.02.01.004114-1
CARLOS ALBERTO ESTEVES BARROSO DE SIQ	RJ067003	2001.02.01.030246-3
CARLOS ALBERTO L. DE AMORIM	RJ054536	2007.02.01.004202-9
CARLOS ALBERTO LIMA DE ALMEIDA	RJ072704	2007.02.01.004170-0
CARLOS ALBERTO LORANG DE AMORIM	RJ054536	2003.51.06.002034-8
CARLOS EDISON DO REGO MONTEIRO FILHO	RJ072235	2002.51.01.012780-5
CARLOS JOSE LOPES PAIVA	RJ100153	2004.51.01.015844-6
CARLOS LENO DE MORAES SARMENTO	RJ075458	2006.51.01.524836-7
CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA	RJ079452	2007.02.01.004145-1
CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO	RJ020283	96.02.08332-8
CARLOS VARGAS FARIAS	RJ074153	2005.51.01.507991-7
CARMEN LUCIA HENRIQUES MENDES	RJ108296	2007.02.01.004217-0
		2007.02.01.004218-2
		2007.02.01.004244-3
CARMEN LUCIA LISBOA BOTELHO BONATES	RJ061567	2007.02.01.004163-3
		2007.02.01.004251-0
CELIA DESTRI	RJ067576	2007.02.01.004176-1
CESAR AUGUSTO CARVALHO PEREIRA	RJ058717	1998.51.01.019267-1
CHRISTIANE MARIA DE AZEVEDO MARTINS	RJ121316	2005.02.01.007411-3
CHRISTIANO MELLO RODRIGUES DA SILVA	RJ109177	2007.02.01.004138-4
CLAUDIO MENDONCA RAMOS	RJ044354	2007.02.01.004147-5
CLAUDIO PENEDO MADUREIRA	ES011377	2005.50.01.012022-6
CLAUDIO ROBERTO PINTO SOBRAL	RJ101555	2001.51.01.019257-0
CRISTIANE DE OLIVEIRA BITETI	RJ096176	2007.02.01.004104-9
CRISTINA DO AMARAL BARRETO		2005.51.01.027225-9
CYNTIA REGINA MOTA CUNHA	RJ081583	2007.02.01.004233-9
DAGOBERTO JOSE STEINMEYER LIMA	RJ002726A	2002.51.01.014563-7
DALTON ROBERT TIBÚRCIO		2007.02.01.004172-4
DALVA APARECIDA PEDROSO PASCHOA	RJ032636	2006.51.01.012265-5
DANIEL BURKLE WARD	RJ135235	1993.51.02.001464-0
DANIEL DE MARCO	RJ010765	2007.02.01.004242-0
DANIEL DINIZ MANUCCI	MG086414	2006.51.01.013689-7
DANIEL SOARES DE CARVALHO	RJ094699	2004.51.01.001397-3
DANIEL VIEIRA MONTEIRO	RJ095809	2007.02.01.004260-1
DANIELA GUIMARAES FERNANDES	RJ060900	2005.51.01.013351-0
DANIELLE DE A LOURENCO	RJ116610	1997.51.01.071065-3
DANIELLE DE ALEXANDRE LOURENCO	RJ116610	2003.51.01.021133-0
		2007.02.01.004261-3
DAVI ARMOND DE ALMEIDA	RJ090863	2007.02.01.004237-6
DAVID ALFREDO NIGRI	RJ086149	2006.51.01.007551-3
DEBORAH DA SILVA SIMONETTI ABREU	RJ090849	2001.02.01.026622-7
DECIO MAHACO BORBA NETTO	RJ113473B	2007.02.01.004233-9
DEFENSOR PUBLICO DA UNIAO		2007.02.01.004245-5
DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO		2006.50.01.006642-0
DENISE M. AUGUSTO F. ANDRADE LOPES	RJ065454	2007.02.01.004271-6
DENNIS CINCINATUS	RJ114111	2006.51.01.007425-9
DYLMAR FIGUEIREDO GOMES FILHO	RJ045573	2007.02.01.004201-7
EDILSON DE VASCONCELOS LEAL		1991.51.01.004281-2
EDISON FREITAS DE SIQUEIRA	RJ002541A	2007.02.01.004111-6
EDSON DA COSTA LOBO		2005.51.01.507479-8
EDSON DALTRO MATOS	RJ076606	2003.51.16.000339-7
EDSON DE QUEIROZ FRANÇA	RJ112966	2005.51.01.516719-3
EDUARDO DE CARVALHO	RJ067913	2007.02.01.004231-5
EDUARDO JORGE ARAUJO DA SILVA	RJ098659	2007.02.01.004123-2
EDUARDO JOSE LAPA TORRES	RJ024897	2007.02.01.004180-3
		2007.02.01.004226-1
EDUARDO MACHADO DOS SANTOS	RJ071405	2004.02.01.004190-5
		2004.02.01.006410-3
EDUARDO MANEIRA	MG053500	2006.51.01.011550-0
EDUARDO VALIANTE DE REZENDE	RJ114485	2004.02.01.008713-9
EDUARDO XIBLE SALLES RAMOS	ES011520	2003.02.01.016777-5
EDVALDO MARTINS VIANA JUNIOR	PI003173	2007.02.01.004271-6
EDWALDO DE SOUZA ABREU	RJ051125	2007.02.01.004171-2
EIDIANO J MAURO	ES008961	2006.50.01.007257-1
EISENHOWER DIAS MARIANO	RJ056550	1993.51.02.001464-0
ELCY SILVA SOARES	RJ021920	2002.02.01.009407-0
ELIAS WROTSLAVSKY	RJ011549	97.02.24398-0
ELIEL SANTOS JACINTHO	RJ059663	2007.02.01.004114-1
ELIETE T. RAMOS DE OLIVEIRA FARIA	RJ078035	2007.02.01.004219-4
ENEIDA MARIA DOS SANTOS		2005.51.01.515966-4
		2006.51.01.524836-7
ERICA BATISTA DE CASTRO	RJ106485	2007.02.01.004153-0
ERIKA RODRIGUES COELHO		2001.51.01.014999-7
ERIKA SEIBEL PINTO	ES009181	2004.51.01.003730-8
ESTEVAO SANTIAGO PIZOL DA SILVA		2005.02.01.002889-9
EUNICE TEIXEIRA LEITAO	RJ083058	1999.51.01.758717-1
EVANDERSON DE JESUS GUTIERRES	DF010122	2003.02.01.018283-1
FABIO JOSE DE FARIA PROCACI	RJ103420	2005.51.01.019730-4
FABIO LUIZ DE SOUZA CARVALHO		2002.51.01.014563-7
FELIPE HERMANNY	RJ103811	2007.02.01.004106-2
FELIZUMIR DIAS RIBEIRO	RJ050916	2007.02.01.004249-2
FERNANDO AUGUSTO DA SILVA	RJ108877	2006.51.01.518823-1
FERNANDO AUGUSTO LYRA F. CAJU	RJ001275	2007.02.01.004222-4
FERNANDO DE CARVALHO FILHO	RJ037260	2007.02.01.004131-1
FERNANDO DE PAULA FARIA	RJ019308	2003.51.01.028587-7
FERNANDO LINO VIEIRA	RJ060390	2005.51.01.500063-8
FERNANDO MAXIMO DE A. P. DRUMMOND	RJ061557	1995.51.01.016500-9
FERNANDO SANTIAGO VAZ	RJ050910	2007.02.01.004273-0
FIRLY NASCIMENTO	RJ013115	2007.02.01.004134-7
FLAVIA CORREA AZEREDO		2006.51.01.518823-1
FLAVIO ANDRADE DE CARVALHO BRITTO	RJ051304	2007.02.01.004113-0
FLAVIO EL-AMME PARANHOS	RJ104806	2006.51.01.011996-6
FLAVIO LESSA BERALDO MAGALHAES	RJ085315	2007.02.01.004184-0
FLÁVIA MEDINA VILHENA	RJ091822	2007.02.01.004126-8
FRANCISCO CARLOS ROSAS GIARDINA	RJ069114	1996.51.01.024874-6
FRANCISCO JOSE BARBOSA NOBRE	RJ053688	2007.02.01.004145-1
		2007.02.01.004154-2
FRANCISCO JOSE NOVAIS JUNIOR	RJ117882	2007.02.01.004198-0
FRANK MARTINI CLARO	RJ025175	2007.02.01.004144-0
FREDERICO FERREIRA DE OLIVEIRA	RJ111068	2007.02.01.004189-0
GABRIEL SANT'ANNA QUINTANILHA	RJ135127	2006.51.01.010859-2
GARY DE OLIVEIRA BON ALI	RJ004474	2005.51.01.011198-7
GERALDO ELIAS BRUM	ES003325	2002.50.01.003263-4
GERALDO NUNES MACHADO	RJ068750	2007.02.01.004184-0
GERMANA ARAGAO DE MESQUITA AGUIAR	RJ080073	2007.02.01.004277-7
GERSON DE CARVALHO FRAGOZO	RJ106445	1998.51.01.019267-1
		2002.51.01.024583-8
		2007.02.01.004277-7
GILBERTO DOS SANTOS PEREIRA JUNIOR	RJ102181	2007.02.01.004139-6
GILMAR LOZER PIMENTEL	ES007314	2000.50.01.003782-9
GILMAR ZUMAK PASSOS	ES004656	1986.50.01.008510-2
		2007.02.01.004135-9
		2007.02.01.004136-0
GILSON SOUZA LOBO	RJ054456	2003.51.10.003237-0
GIORGIO VILELA SANTONI	RJ092780	2007.02.01.004169-4
GIOVANNI F MARCHESE	RJ090950	2006.51.01.007425-9
GREICE FREDERICA N. LEAL	RJ062573	2007.02.01.004224-8
		2007.02.01.004225-0
GUARACY M BASTOS	RJ096415	2006.51.01.011042-2
GUILHERME BASTOS NUNES BATISTA	RJ104517	2003.02.01.018283-1
GUILHERME VIANA RANDOW	ES007433	2001.50.01.011212-1
GUSTAVO DA ROCHA SCHMIDT	RJ108761	2007.02.01.004267-4
GUSTAVO MIGUEZ DE MELLO	RJ012996	2007.02.01.004119-0
HELCIAS DE ALMEIDA CASTRO	ES003107	1986.50.01.008510-2
HELIO DIAS OCCHIUZZI	RJ082803	2005.51.01.019736-5
HELIO MARCOS FERREIRA DA SILVA	RJ077135	2005.51.01.506183-4
HELIO MARQUES DA SILVA	RJ046572	2005.51.02.000497-3
HERBERT MACHICAO CAZELI	RJ125857	2006.02.01.004863-5
HERBERTH MEDEIROS SAMPAIO	RJ101253	2007.02.01.004151-7
		2007.02.01.004152-9
		2007.02.01.004179-7

		2007.02.01.004268-6
HERMES BASSALO ANTUNES	RJ017249	2004.51.10.001357-3
HUMBERTO MACHADO NETO	RJ059661	2007.02.01.004243-1
HUMBERTO MARCELINO FERREIRA	RJ050615	2003.51.10.003237-0
HUMBERTO PESSOA PAES PINTO	RJ107955	2003.51.01.024300-7
		2003.51.01.028314-5
HUMBERTO SILVA	RJ062769	2004.02.01.009270-6
IEDA JULIATTI DE CARVALHO	RJ050865	2007.02.01.004142-6
IGOR DALIS MIGUEL	RJ093344	2002.51.02.002374-7
ILANA FRIED BENJO	RJ103345	2007.02.01.003786-1
INACIO JOSE DE FARIAS NETO	RJ071450	2007.02.01.004186-4
INGRID CRISTINA CAMPOS MOREIRA	RJ111512	2006.51.01.021687-0
IRANY COELHO DA SILVA	RJ026590	2007.02.01.004129-3
ISTVAN NUNES LAKI		2002.51.01.507484-0
		2004.51.01.528857-5
		2005.51.01.506173-1
IVON ALCURE DO NASCIMENTO	ES003746	2007.02.01.004195-5
JACY GOMES	RJ005659	2007.02.01.004104-9
JADER FERREIRA GUIMARAES	ES004709	2007.02.01.004124-4
JAIME PLACIDO DE OLIVEIRA	RJ088433	2001.51.01.014999-7
JAIRO NOGUEIRA GUIMARAES	RJ024612	2002.51.01.018575-1
JAYME MOREIRA DE LUNA NETO	RJ067644	2007.02.01.004159-1
		2007.02.01.004160-8
JEANINE NUNES ROMANO	ES011063	2005.50.01.011639-9
JEFFERSON H. DE MEDEIROS KIRCHNER	DF012407	2005.51.05.001218-2
JEFFERSON RAMOS RIBEIRO	RJ079978	2002.51.01.000843-9
JESSE GOMES DE OLIVEIRA	RJ073572	2007.02.01.004250-9
		2007.02.01.004251-0
JOAO BATISTA DALAPICOLA SAMPAIO	ES004367	2002.50.01.005352-2
JOAO CARLOS ALVES MASSA	RJ046538	2007.02.01.004150-5
JOAO DAMASCENO FILHO	RJ045724	2001.02.01.011624-2
JOAO DONATO D'ANGELO	RJ079034	2007.02.01.004203-0
JOAO RABACA DO COUTO	RJ068089	2007.02.01.004262-5
JOCIMAR CUSTODIO GOMES	RJ046027	2007.02.01.004179-7
JOILSON OLIVEIRA DE ALMEIDA	RJ039038	2007.02.01.004238-8
JONIZETE AMORIM VASCONCELOS		2007.02.01.004202-9
JORGE ALBERTO PASSARELLI DE SOUZA	RJ104083	2003.51.01.017732-1
JORGE BARATA DE LACERDA	RS024867	2003.02.01.003034-4
JORGE BLOISE	RJ034125	2006.51.01.010438-0
JORGE DE SOUZA COSTA	RJ021961	2007.02.01.004205-4
JORGE EDUARDO GOUVEA VIEIRA	RJ083657	2007.02.01.004200-5
		2007.02.01.004229-7
JORGE HENRIQUE NUNES DURVAL	RJ049142	2006.51.01.010438-0
JOSE ALBERTO B. DA CAMARA GRACA	RJ035396	2006.51.01.006119-8
JOSE ARCISO FIOROT	ES006106	2007.02.01.004100-1
JOSE BARBOSA DA SILVA	RJ110558	2003.51.01.010011-7
JOSE CARLOS ARAUJO TAJRA	RJ016184	2007.02.01.004241-8
JOSE CARLOS DA FROTA MATOS	RJ022042	2007.02.01.004140-2
		2007.02.01.004148-7
		2007.02.01.004149-9
		2007.02.01.004156-6
		2007.02.01.004157-8
		2007.02.01.004162-1
		2007.02.01.004255-8
JOSE GREGORIO MARQUES	RJ001721A	1995.51.01.002578-9
		2005.51.01.506173-1
JOSE LUIZ TORO DA SILVA	RJ110493A	2005.02.01.000499-8
JOSE MAURICIO FERREIRA MOURAO	RJ053484	2007.02.01.004248-0
JOSE OSWALDO CORREA	RJ012667	2000.02.01.017737-8
		2004.51.10.004847-2
		2007.02.01.004215-7
JOSE PAULO DOS SANTOS	RJ083920	2007.02.01.004220-0
JOSE PERICLES COUTO ALVES	RJ026200	2005.51.01.009112-5
JOSE RICARDO DE ABREU JUDICE	ES002943	2000.50.01.003782-9
JOSE RICARDO LARICCHIA		2007.02.01.004224-8
		2007.02.01.004225-0
JOSE ROBERTO NEVES SILVEIRA	RJ082362	2004.51.01.010121-7
JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA	RJ013040	2004.02.01.002983-8
		2006.51.01.009715-6
		2006.51.01.009991-8
		2007.02.01.004110-4
		2007.02.01.004117-7
		2007.02.01.004118-9
		2007.02.01.004214-5
		2007.02.01.004223-6
		2007.02.01.004232-7
		2007.02.01.004265-0
		2007.02.01.004266-2
		2007.02.01.004276-5
JOSE SCHUELER DE OLIVEIRA	RJ100136	2007.02.01.004146-3
JOSE SOARES	RJ040566	2007.02.01.004109-8
JOSEMILDO FELISARDO DA SILVA	RJ063815	2007.02.01.004099-9
		2007.02.01.004243-1
JOSEVALDA SILVA DIAS	RJ128268	1999.51.01.010711-8
JOÃO PEDRO FARINHAS DA CRUZ	RJ021384	2007.02.01.004269-8
JULIANA PIMENTEL DE ALMEIDA		1999.51.01.758717-1
		2005.51.01.516719-3
JULIO SERGIO DA SILVA BRAGA	RJ100778	2005.51.02.000497-3
KATIA DA COSTA FERREIRA	RJ066305	2004.51.01.528857-5
LAURO DE ALMEIDA FLORES		2007.02.01.004105-0
LAURO LUIZ STUDART LEAO	RJ121055	2007.02.01.004269-8
LEONARDO CARDOSO DE FREITAS	RJ084987	2007.02.01.004253-4
LEONARDO D. MOREIRA LIMA	RJ087032	2005.51.01.500063-8
LEONARDO DE CAMARGO BARROSO	RJ082139	2007.02.01.004241-8
		2007.02.01.004275-3
LEONARDO JUNHO GARCIA	ES010864	2002.50.01.005352-2
LEONARDO MIGUEL SAAD	RJ049015	2005.51.05.001218-2
LEONARDO PIETRO ANTONELLI	RJ084738	2007.02.01.004258-3
LICIA ROSENFELD		2007.02.01.004189-0
LINDONICE DE BRITO PEREIRA DOS SANTOS	RJ131507	2007.02.01.004103-7
LISETTE MARIA FARINA BIANCHI	RJ030542	2007.02.01.004222-4
LUCIA MARIA CESAR MATOS	RJ037512	2007.02.01.004109-8
		2007.02.01.004207-8
LUCIA RODRIGUES CAETANO	RJ072123	2007.02.01.004098-7
LUCIENE BARBOSA DA SILVA	RJ131862	2007.02.01.004213-3
LUIS GUSTAVO ROCHA OLIVEIRA	MG072002	2007.02.01.004126-8
LUIS HENRIQUE ANDRE DA SILVA	RJ089142	2007.02.01.004128-1
LUIZ ANTONIO AZAMOR RODRIGUES	RJ032254	2007.02.01.004209-1
		2007.02.01.004210-8
		2007.02.01.004219-4
LUIZ ANTONIO AZAMOR RODRIGUES	RJ032256	2007.02.01.004138-4
LUIZ ANTONIO WERDINE MACHADO	RJ084736	2006.02.01.007744-1
LUIZ EDUARDO DE CASTILHO GIROTTO	RJ002206A	2005.51.01.011388-1
LUIZ FERNANDO FARIA MACEDO	RJ038749	2002.51.01.021322-9
		2007.02.01.004122-0
LUIZ FERNANDO PADILHA	RJ100343	2007.02.01.004159-1
		2007.02.01.004238-8
LUIZ GUSTAVO A. S. BICHARA	RJ112310	1998.51.01.011300-0
LUIZ LEONARDOS	RJ009647	2005.51.01.507479-8
LUIZ MANOEL FERNANDES COSTA	RJ081467	2007.02.01.004166-9
LUIZ OCTAVIO BARBOSA LIMA PEDROSO	RJ063215	2007.02.01.004150-5
MANOEL FERREIRA DE CASTRO	RJ113625	2005.51.01.515966-4
MANOEL MONTEIRO DA SILVA		97.02.03394-2
MARCELA LAMONICA REGO		2006.51.01.020417-9
MARCELE SILVEIRA VIDAL BALDANZA	ES007074	2001.50.01.008007-7
MARCELLE GOMES DA CRUZ	RJ118400	2007.02.01.004171-2
MARCELLO MOREIRA DA SILVA	RJ089129	2007.02.01.004207-8
		2007.02.01.004209-1
		2007.02.01.004210-8
		2007.02.01.004212-1
MARCELO ENES FIGUEIRA		2007.02.01.004227-3
MARCELO JOSE DOMINGUES	RJ017563	1999.51.01.001546-7
MARCELO LOPES DA SILVA	RJ082795	2005.51.01.011198-7
MARCELO RODRIGUES LANZANA FERREIRA		2007.02.01.004177-3
MARCELO RULI	RJ115566	2004.51.01.001397-3
		2005.51.01.013351-0
MARCELO THOMPSON LANDGRAF	RJ082845	2005.51.01.019717-1
MARCELO VASCONCELLOS ROALE ANTUNES	RJ045539	2007.02.01.004187-6
		2007.02.01.004188-8
		2007.02.01.004220-0
MARCIA RIBEIRO PAIVA		2005.50.01.011639-9
MARCIO DE OLIVEIRA RIBEIRO	RJ082723	2005.51.04.001916-7
MARCIO DIOGENES MELO	RJ000666B	97.02.22046-7
MARCIO LUIZ DE CAMPOS MATHIAS	RJ083678	2007.02.01.004165-7
		2007.02.01.004208-0
MARCIO QUARTIN PINTO	RJ017456	2007.02.01.004221-2
MARCIO SOKELAND DORIA	RJ094647	2006.51.01.020417-9
MARCIO SOUZA PIRES	ES00308A	2000.02.01.002770-8
MARCO ANTONIO DOS R. ROSA	RJ061284	2007.02.01.004185-2
		2007.02.01.004245-5
MARCO ANTONIO HURTADO	RJ085157	2004.51.01.003985-8
		2005.51.01.008717-1
		2005.51.01.014221-2
MARCO ENRICO SLERCA	RJ022986	2007.02.01.004025-2
MARCO MAGNO MANELA		2004.51.10.007048-9
MARCOS ANDRE VINHAS CATAO	RJ067086	2007.02.01.004102-5
MARCOS AURELIO FERREIRA COELHO	RJ066939	2007.02.01.004178-5
MARCOS CEZAR NAJJARIAN BATISTA	SP127352	2007.02.01.004192-0
MARCOS DAVIDOVICH		2005.51.01.507991-7
		2007.02.01.004164-5
		2007.02.01.004235-2
		2007.02.01.004256-0
MARCUS ALEXANDRE SIQUEIRA MELO	RJ065342	2007.02.01.004127-0
MARGARIDA M. NEWLANDS DE FREITAS	RJ027297	2007.02.01.004201-7
MARIA ADELINA CADETE DE REZENDE OLIVE	RJ055215	2007.51.01.800148-1
MARIA APARECIDA BARBOZA PREVOT	RJ088351	2000.02.01.051755-4
		2007.02.01.004246-7
MARIA DAS GRACAS C. LIMA DE ANDRADE	RJ047754	1997.51.01.071065-3
		1998.51.01.014048-8

MARIA DAS GRACAS DO NASCIMENTO AGUIAR	RJ084798	2005.51.04.001916-7
		2007.02.01.004274-1
MARIA DE FATIMA KNAIPPE DIBE		2002.51.02.002374-7
MARIA DO SOCORRO OLIVEIRA CONTRUCCI	RJ045047	2002.51.01.490017-3
MARIA EDITH JOURDAN DE LUCENA	RJ019793	2007.02.01.004228-5
MARIA INES SOBREIRA DE AZEVEDO	RJ001622A	2002.02.01.013203-3
MARIA LOPEZ LAGO	RJ044739	2007.02.01.004132-3
MARIA LUCIA NOGUEIRA DOS SANTOS	RJ103971	2005.51.01.021231-7
MARIA PAULA TEPERINO		2001.02.01.011624-2
MARIA THERESA WERNECK MELLO		2006.51.01.006119-8
MARIA THEREZA MENGE E SILVA	RJ024153	1996.51.01.034906-0
MARIO ROGERIO NASCIMENTO BRANDAO	RJ086086	2004.51.01.023420-5
MAURICIO ALVAREZ CAMPOS	RJ087598	2002.02.01.000903-0
MAURICIO ALVES COSTA	RJ066653	2005.51.01.019432-7
MAURICIO FERREIRA DO REGO	RJ085479	2006.51.01.017284-1
MAURO CABRAL TEIXEIRA		2007.02.01.004103-7
		2007.02.01.004115-3
MAURO ROBERTO GOMES DE MATTOS	RJ057739	1999.02.01.037389-8
MONICA PELOSI	RJ083965	2006.51.01.010796-4
MURILO CEZAR P. BAPTISTA	RJ005295	2007.02.01.004199-2
MURILO VOUZELLA DE ANDRADE	RJ091262	2007.02.01.004097-5
		2007.02.01.004107-4
		2007.02.01.004115-3
		2007.02.01.004182-7
		2007.02.01.004284-4
NELCY ESTRELA RODRIGUES	RJ098244	1996.51.01.034906-0
NELSON HALIM KAMEL	RJ087036	2001.51.01.013977-3
NEUZA RODRIGUES DE OLIVEIRA	RJ025930	2007.02.01.004144-0
NEWTON DA ROCHA E SILVA FILHO	RJ093179	2005.51.02.000497-3
NILTON BASILIO TEIXEIRA	ES007543	2005.02.01.002889-9
NOEMAR SEYDEL LYRIO	ES003666	2007.02.01.004196-7
OCTAVIO BLATTER PINHO	RJ005923	2007.02.01.004112-8
OCTAVIO CAIO MORA Y ARAUJO DE COUTO E	RJ116261	2007.02.01.004230-3
OLIENS WANZELLER	ES003561	2001.02.01.041900-7
OLINDA MARIA REBELLO	RJ074145	2004.51.01.003730-8
OSWALDO DUARTE DE SOUZA	RJ024397	2007.02.01.004206-6
OSWALDO HORTA AGUIRRE FILHO	ES004674	2007.02.01.004236-4
OSWALDO MONTEIRO RAMOS	RJ014878	2005.02.01.011693-4
		2007.02.01.004099-9
OTAVIO BARBOSA CORTES FREITAS	RJ026569	2007.02.01.004158-0
OTAVIO BEZERRA NEVES	RJ059709	95.02.09092-6
PATRICIA DUARTE DAMATO	RJ108990	2003.51.01.019544-0
		2007.02.01.004147-5
PATRICIA F DE SOUZA MELLO	RJ097503	2002.51.01.024583-8
PATRICIA MUNHOZ BARBOZA DE SA	RJ103280	2007.02.01.004254-6
		2007.02.01.004278-9
PATRICIA REIS NEVES BEZERRA	RJ083102	2002.51.01.507484-0
PATRICIA SOARES FURLANETTO	RJ107267	2007.02.01.004155-4
PAULO CESAR BARATA	RJ033101	2007.02.01.004221-2
PAULO CESAR DAS NEVES CARDOSO	RJ047785	2005.51.02.003504-0
PAULO CESAR DE MATTOS G. CRUZ	RJ058578	2007.02.01.004108-6
		2007.02.01.004276-5
PAULO GUILHERME LUNA VENANCIO	RJ068213	2002.51.03.002895-0
PAULO ROBERTO DE CARVALHO GOMES	RJ097868	2007.02.01.004172-4
PAULO ROBERTO PERES FILGUEIRAS		2006.51.17.000730-3
PAULO SERGIO DA COSTA MARTINS	RJ020986	2002.51.01.015787-1
PEDRO GONZALEZ CARDOSO		2004.51.10.007048-9
		2007.02.01.004102-5
		2007.02.01.004169-4
PERY BARBOSA DO NASCIMENTO MONROY	RJ090281	2007.02.01.004237-6
PRISCILA CANDIDO BONADIMAN	ES009598	2001.50.01.008007-7
RAFAEL DUAILIBE BACHA	RJ123467	2006.51.01.017769-3
RAFAEL JOSE DA COSTA	RJ093011	2007.02.01.004231-5
RAFAEL MOREIRA ALBUQUERQUE DE MENEZES	RJ124035	2004.51.01.012244-0
RAIMUNDO NONATO FERREIRA	RJ061480	2007.02.01.004248-0
RAUL J. L. P. SOUTO	RJ081919	1999.51.01.063857-4
REGINA ANTONIETA DE LIMA CORTEZ	RJ041407	2007.02.01.004191-8
REGINA CELIA MACHADO MARQUEZ	RJ053002	2007.02.01.004226-1
RENATO DIONISIO DOS SANTOS	RJ047860	2000.02.01.061855-3
RENATO JOSE LAGUN	RJ022001	2007.02.01.004112-8
		2007.02.01.004165-7
		2007.02.01.004208-0
RENATO MIGUEL	ES006494	1999.50.01.002184-2
		2007.02.01.004121-9
RENATO PEREIRA CHAVES	RJ088567	2007.02.01.004212-1
RICARDO JORGE FERREIRA BRANDAO	RJ025982	1999.51.01.063857-4
RICARDO VIANA RAMOS FERNANDEZ	RJ028681	2004.51.01.016406-9
RICARDO W. DE CARVALHO BERNARDINO	RJ055670	2006.51.01.004755-4
ROBERT ALDA	RJ072945	2002.51.10.008634-8
ROBERTO CARLOS MARTINS PIRES	RJ056175	2007.02.01.004143-8
ROBERTO MARTINS DA SILVA	RJ075665	2007.02.01.004177-3
ROBERTO MOHAMED AMIN JUNIOR	SP140493	1999.51.01.063857-4
ROBERTO MUSA CORRÊA	RJ103156	2005.02.01.007411-3
ROBERTO PINHO GILVAZ	RJ079620	2007.02.01.004108-6
ROBERTSON WERNER		1996.51.01.024874-6
RODRIGO DE SOUZA	RJ016064	2007.02.01.004234-0
RODRIGO GASPAR DE MELLO		1998.51.01.011300-0
RODRIGO LYCHOWSKI	RJ071762	2007.02.01.004186-4
RODRIGO SERGIO BONAN DE AGUIAR	RJ047111	2007.02.01.004216-9
RODRIGO VILLA REAL AYALA	RJ108650	2007.02.01.004273-0
ROGERIO ALVES MOTTA	ES006785	2001.50.02.001200-7
		2002.50.02.000001-0
ROGERIO BORGES DE CASTRO	RJ001802A	96.02.41790-0
ROGERIO COELHO PEDROSO	RJ047861	2006.51.06.001251-1
ROMEU FERNANDO C.DE SOUZA	RJ065722	2001.51.02.006807-6
RONALDO ESPINOLA CATALDI	RJ065534	2000.02.01.062720-7
RONALDO GOTLIB COSTA	RJ091379	2007.02.01.004112-8
ROSA MARIA RODRIGUES MOTTA		2007.02.01.004216-9
ROSANGELA MARIA MONTEIRO DIAS	RJ068007	2007.02.01.004198-0
ROSANGELA SANTOS DE OLIVEIRA	RJ054291	2002.51.01.012780-5
ROSI PAIVA DA SILVA	RJ082739	2004.51.01.513500-0
		2007.02.01.004235-2
ROSILENE MOREIRA CARDIAS SANTAGUIDA		2004.02.01.002983-8
RUIZ SERGIO RIBEIRO BARBOSA		2003.51.16.000339-7
S/ ADVOGADO	RJ000999	2007.02.01.004153-0
SABRINA KINDLEIN	RJ136680	2002.51.01.021576-7
SANDRA CRISTINA GONZAGA DOS REIS	RJ067598	2007.02.01.004165-7
		2007.02.01.004208-0
SANDRA CRISTINA PEIXOTO DE SOUZA	RJ072440	1983.51.01.513665-4
SEBASTIAO FORTUNATO ZANON	ES002125	2004.50.01.007715-8
SEBASTIAO LUIZ DE FREITAS FILHO	RJ093173	2002.02.01.007431-8
SELEO DE ANDRADE BARBOSA PAIVA	RJ081439	2007.02.01.004190-6
SELMA GOMES DA SILVA CARDOSO	RJ101490	2005.51.01.002822-1
SEM ADVOGADO		1980.51.01.252058-2
		1995.50.01.003843-5
		1999.51.01.013199-6
		2000.02.01.062720-7
		2000.02.01.067974-8
		2003.51.12.000878-5
		2005.02.01.000499-8
		2006.02.01.004863-5
		2007.02.01.004101-3
		2007.02.01.004137-2
		2007.02.01.004234-0
		2007.02.01.004261-3
		2007.02.01.004275-3
SEM ADVOGADO	RJ999999	2007.02.01.004151-7
		2007.02.01.004152-9
SEM PRCURADOR		2007.02.01.004116-5
SEM PROCURADOR		2004.02.01.008713-9
		2007.02.01.004111-6
		2007.02.01.004161-0
		2007.02.01.004173-6
		2007.02.01.004263-7
		2007.51.01.800148-1
SERGIO DE NOROES MILFONT JUNIOR		2007.02.01.004194-3
SERGIO MACIEL	RJ093611	2002.51.01.010789-2
SERGIO MANDELBLATT	RJ078509	2007.02.01.004269-8
SERGIO PAIXAO	RJ075205	2007.02.01.004143-8
		2007.02.01.004181-5
SERGIO RICARDO DE OLIVEIRA ANDRADA	RJ093742	1998.51.01.014048-8
		2002.51.01.015787-1
		2004.51.01.012244-0
		2005.02.01.009197-4
SEVERINO JOSE DA SILVA	RJ001569A	2006.51.01.014222-8
SILLAS TEIXEIRA	RJ026207	98.02.38203-5
SIMONE SIQUEIRA MIGUEL FREITAS	ES007572	2007.02.01.004121-9
		2007.02.01.004135-9
		2007.02.01.004136-0
STELLY GOMES LEAL DA CRUZ PACHECO		2007.02.01.004264-9
SUZANA DUARTE DE SOUZA	RJ115702	2003.51.01.021133-0
SYLVIO DE BARROS IMBASSAHY	RJ119567	2007.02.01.004274-1
SYLVIO RICARDO LOPES F. GONCALVES	MG083896	2002.51.03.002895-0
TANIA AZEVEDO DE OLIVEIRA	RJ069600	2000.02.01.021305-0
TANIA LUCIA MARQUES SANTOS	RJ109191	2007.02.01.004101-3
TATIANA COELHO DE MELO	RJ105844	2007.02.01.004211-0
TATIANA MOTTA VIEIRA		2007.02.01.004183-9
TERESA CRISTINA PASOLINI	ES006688	2001.50.01.011053-7
TUTECIO GOMES DE MELLO	RJ075478	2007.02.01.004112-8
		2007.02.01.004139-6
TÁRSIS NAMETALA JORGE		2004.51.01.023420-5
VALDIR PAES LOUREIRO	RJ024344	2003.51.01.019544-0
		2005.02.01.009197-4
		2007.02.01.004154-2
VALERIA CRISTINA DE SOUZA CARNEIRO	RJ110250	2003.51.12.000878-5
VANIA MARIA NOGUEIRA CABRAL DOS SANTO	RJ096869	2007.02.01.004170-0

VERA LUCIA CARVALHO S. DE ALENCAR	RJ071907	2007.02.01.003990-0
VERA LUCIA CASTANHEIRA	RJ026478	2007.02.01.004247-9
VERA MARIA MUNIZ DE MENDONCA	RJ061122	2001.02.01.026622-7
VERONICA TORRI	RJ107834	2001.51.01.013977-3
VICTOR ROBERTO CORREA DE SOUZA		2006.51.06.001251-1
VINICIUS MARI	RJ075232	2007.02.01.004142-6
VIVALDO DE PAULA E SILVA	RJ056665	2007.02.01.004133-5
VIVIANE DIAS SIQUEIRA	RJ124482	2004.51.01.015844-6
WAGNER DE FREITAS RAMOS	ES003712	2001.02.01.041900-7
WAGNER GIL JANSEN PEREIRA	RJ121321	2007.02.01.004174-8
WALDIR ASSIS DOS SANTOS	RJ070781	2005.51.01.004341-6
WALTER GONCALVES DE FREITAS	RJ026058	2007.02.01.004239-0
		2007.02.01.004240-6
WANDER MOREIRA	RJ105368	2007.02.01.004185-2
WANDERLEY MARQUES FRANCO	RJ022692	2002.02.01.017295-0
WANESSA CARNEIRO M FERREIRA		2006.51.01.011996-6
WANESSA CARNEIRO MOLIANARO FERREIRA		1980.51.01.252058-2
WASHINGTON LUIZ STELLE TEIXEIRA	PR016243	2005.51.01.027225-9
WILLIAM CARDOSO	RJ057900	2007.02.01.004130-0
WILMA LOPES PONTES SOUSA SANTOS	RJ069595	2004.51.01.017651-5
WILTON CARLOS SANTINO	RJ089864	2007.02.01.004247-9
WINSTON CHURCHILL DA SILVA BERGAMO	ES002129	2007.02.01.004194-3
YEDA MARIA FERREIRA VERGARA		95.02.09564-2
ZENILDA GUIMARAES QUEIROZ	RJ068227	2004.51.01.012244-0

SUBSECRETARIA DAS SEÇÕES

QUARTA SEÇÃO ESPECIALIZADA

DIVISÃO DE PROCESSAMENTO

DESPACHOS/DECISÕES

EXPEDIENTE Nº 1 DO DIA 10 de abril de 2007

II - AÇÃO RESCISÓRIA 2006.02.01.009846-8

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL RICARDO REGUEIRA
AUTOR	:UNIAO FEDERAL
REU	:ANTONIO CARLOS DE ANDRADE E OUTROS
ADVOGADO	:SEM ADVOGADO
ORIGEM	:VIGÉSIMA OITAVA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9200193811)

DECISÃO

Trata-se de ação rescisória ajuizada pela União Federal em face de ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE, AILTON CARLOS DE MORAES, CLAUDECI FERREIRA MACHADO e SÉRGIO DA COSTA CAVALCANTE, cujo objeto, respaldada no permissivo do inciso V, do artigo 485, do Código de Processo Civil, é a desconstituição do acórdão que concedeu aos ora réus, taifeiros da Aeronáutica, promoções sucessivas até a graduação de Suboficial.

Alega, em síntese, que o deferimento da promoção aos taifeiros, de forma a igualar os desiguais, implica em ato flagrantemente inconstitucional, posto que ofende princípios que devem nortear o Poder Público no exercício de suas funções, dentre eles a legalidade, a igualdade e a separação dos poderes.

É o relatório.

DECIDO:

Em que pesem as alegações da União relativamente à questão de mérito, ou seja, a impropriedade das promoções dos taifeiros até a graduação de Suboficial, a ação rescisória não merece acolhimento, eis que não apresenta condições para o seu regular processamento.

A ação rescisória, de acordo com o artigo 485, do Código de Processo Civil, tem por objetivo desconstituir sentença de mérito, transitada em julgado, quando: (I) - se verificar que foi dada por prevaricação, concussão ou corrupção do juiz; (II) - proferida por juiz impedido ou absolutamente incompetente; (III) - resultar de dolo da parte vencedora em detrimento da parte vencida, ou de colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei; (IV) - ofender a coisa julgada; (V) - violar literal disposição de lei; (Vl) - se fundar em prova, cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou seja provada na própria ação rescisória; (Vll) - depois da sentença, o autor obtiver documento novo, cuja existência ignorava, ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de Ihe assegurar pronunciamento favorável; (VIII) - houver fundamento para invalidar confissão, desistência ou transação, em que se baseou a sentença; e (IX) - fundada em erro de fato, resultante de atos ou de documentos da causa.

Como se vê, as hipóteses de rescindibilidade da sentença são expressamente previstas em lei e devem ser interpretadas restritivamente, haja vista que a possibilidade de ataque à coisa julgada material é excepcional, já que albergada, inclusive, pelo texto constitucional - artigo 5º, inciso XXXVI.

No caso da presente ação, a União carece de interesse de agir, diante da ausência de adequação, considerando que, para que haja interesse-adequação, é preciso que o demandante ingresse em juízo valendo-se da via processual adequada, a fim de buscar o provimento jurisdicional satisfatório à sua pretensão.

Tal condição não tem sido verificada, eis que a ação rescisória tornou-se uma panacéia para as situações de trânsito em julgado de decisões judiciais relativas a questões que, invariavelmente, apresentam uma gama de interpretações por parte dos tribunais.

Não é essa a *ratio juris* da demanda rescisória que, tal como vem sendo utilizada, não pode ficar ao sabor das oscilações jurisprudenciais, de forma a eternizar as contendas e penalizar, sobremaneira, as partes que, já fragilizadas em razão do tormentoso trâmite processual e da enorme demora em ver reconhecida sua pretensão, passam de autores a réus, em uma nova ação, rediscutindo um assunto já antes exaurido.

Assim, é com absoluta reserva que encaro a verdadeira avalanche de ações rescisórias que, no mais das vezes, têm sido utilizadas como sucedâneo de mero recurso, com prazo de dois anos, não se respeitando, com isso, a excepcionalidade da medida.

A jurisprudência tem sido contundente no repúdio ao ajuizamento desenfreado desse tipo de ação.

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS INFRINGENTES EM AÇÃO RESCISÓRIA. ACÓRDÃO RESCINDENDO QUE NEGOU PROVIMENTO A APELAÇÃO DO BANCO DO BRASIL E AFASTOU PRELIMINAR DE NULIDADE POR CERCEAMENTO DE DEFESA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO A LITERAL DISPOSIÇÃO DE LEI. UTILIZAÇÃO DA AÇÃO RESCISÓRIA COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE.

1. Não há ofensa a literal disposição de lei quando o acórdão rescindendo, dentre as interpretações cabíveis, elege uma delas e a interpretação dada não destoa da literalidade do texto legal. Não se pode considerar como aberrante mera valoração da prova efetivada pelo julgador, considerando-a desnecessária na modalidade pericial, diante da suficiência da prova documental para o deslinde da controvérsia. Precedentes.

2. Os embargantes lograram comprovar que o Banco do Brasil não produziu provas à época oportuna. O pedido de prova pericial deveria ter sido formulado no lugar e tempo devidos, restando reclusa a faculdade de praticar o ato processual.

3. A pretexto da alegação de ocorrência de violação de literal disposição de lei (CPC, art. 485, V), o autor pretende, na verdade, a reapreciação do entendimento ventilado no acórdão rescindendo. Tal procedimento não se afigura cabível, eis que o iudicium rescindens não possui o caráter de reexame ou revisão. Como é cediço, a ação rescisória tem por finalidade a alteração de um estado jurídico alcançado pela autoridade da coisa julgada. Não se presta a exercer funções típicas dos recursos. Precedentes.

4. Embargos infringentes providos."

(Origem: TRF - PRIMEIRA REGIÃO Classe: EIAR - EMBARGOS INFRINGENTES NA AÇÃO RESCISORIA - 200001000152040 Processo: 200001000152040 UF: DF Órgão Julgador: TERCEIRA SEÇÃO Data da decisão: 8/8/2006 Documento: TRF100235385 - DJ DATA: 15/9/2006 PAGINA: 5 - Relatora DESEMBARGADORA FEDERAL SELENE MARIA DE ALMEIDA)

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR. AÇÃO RESCISÓRIA. DESCABIMENTO. PRESCRIÇAO BIENAL. ART. 11 DA CLT. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DA AÇÃO DESCONSTITUTIVA COMO SUCEDANEO DE RECURSO. SÚMULA 343 DO STF. APLICAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

1. A ação rescisória não pode ser utilizada como sucedâneo de recurso não aviado no momento oportuno, não sendo outra a hipótese dos autos, tendo em vista que a forma de aplicação do art. 11 da CLT conferida pelo magistrado a quo não foi objeto de questionamento no recurso ordinário interposto pelo DNER.

2. Ademais, o afastamento das parcelas vencidas anteriormente ao biênio legal, sem se cogitar da prescrição do próprio fundo de direito, se compraz com a
jurisprudência firmada em casos símiles.

3. Se é certo que a Súmula 343 do STF veda o manejo da ação rescisória quando a decisão atacada tiver se fundado em texto legal de interpretação controvertida nos Tribunais, muito mais quando há notícia que mesmo após o acionamento da ação desconstitutiva, existem decisões pretorianas em sentido desfavorável à pretensão do ente público autor.

4. Ação rescisória de que não se conhece."

(Origem: TRF - PRIMEIRA REGIÃO Classe: AR - AÇÃO RESCISORIA - 9401048401 Processo: 9401048401 UF: DF Órgão Julgador: PRIMEIRA SEÇÃO Data da decisão: 29/8/2006 Documento: TRF100235120 - DJ DATA: 15/9/2006 PAGINA: 2 - Relatora DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA)

"CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA DE ACÓRDÃO. 47,94%. LEI Nº 8.676/93. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 434/93. SUCEDÂNEO DE RECURSO. INAPLICABILIDADE. VIOLAÇÃO A LITERAL DISPOSITIVO LEGAL. INOCORRÊNCIA. RESPEITO A COISA JULGADA.

1. "A AÇÃO RESCISÓRIA DEVE SER REPELIDA QUANDO EMPREGADA COMO SUCEDÂNEO DO RECURSO ADEQUADO POR PRETENDER CORRIGIR SITUAÇÃO JÁ CONSTITUÍDA" (EAR 1246-SE, REL. DES. FEDERAL CASTRO MEIRA).

2. "SE A DECISÃO QUE SE PRETENDE RESCINDIR PASSOU EM JULGADO ANTES (O MESMO APÓS) DO PRONUNCIAMENTO DO COLENDO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL ACERCA DA MATÉRIA TRAZIDA À APRECIAÇÃO, NÃO É JURIDICAMENTE ADMISSÍVEL PRETENDER-SE-LHE A RESCISÃO, MÁXIME SE ÀS DISPOSIÇÕES LEGAIS EM VIGOR AO TEMPO DOS FATOS, DEU-SE RAZOÁVEL INTERPRETAÇÃO E SE, EM RELAÇÃO AO JULGADO, NÃO SE FEZ DESAFIAR O RECURSO EXTRAORDINÁRIO" (AR 634-AL, REL. DES. FEDERAL GERALDO APOLIANO). 3. PRECEDENTES DESTA CORTE. AÇÃO RESCISÓRIA IMPROCEDENTE.

(Origem: TRIBUNAL - QUINTA REGIAO Classe: AR - Ação Rescisória - 2642 Processo: 200005000412845 UF: PE Órgão Julgador: Pleno Data da decisão: 25/04/2001 Documento: TRF500048597 - DJ - Data::06/07/2001 - Página::156 - Relatora Desembargadora Federal Margarida Cantarelli)

Desta feita, não restando verificada a hipótese legal de utilização da ação rescisória, deixo de acolhê-la.

Isto posto, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL, nos termos dos artigos 295, III, c/c 490, I, ambos do Código de Processo Civil.

Decorrido o prazo recursal, dê-se baixa e arquive-se.

P.I.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2007.

RICARDO REGUEIRA

MANDADO DE SEGURANÇA 2007.02.01.000504-5

RELATOR	:JUIZ FEDERAL CONVOCADO GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
IMPETRANTE	:MARCOS ROGÉRIO BAPTISTA
ADVOGADO	:MARCOS ROGÉRIO BAPTISTA
IMPETRADO	:EXMO. SR. DES. FED. FERNANDO MARQUES

DECISÃO

1. Trata-se de Mandado de Segurança impetrado por MARCOS ROGÉRIO BAPTISTA em face do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e do Desembargador Fernando Marques, Relator do Mandado de Segurança nº 2006.02.01.012768-7/RJ, que indeferiu o pedido de liminar ordenando que a Agência Nacional de Transportes Terrestres emitisse bilhete de ida e volta para Brasília, cassando, dessa forma, liminar deferida pelo Desembargador Federal Paulo Espírito Santo.

2. O impetrante requer a concessão de liminar para que seja cassada a decisão prolatada pelo Desembargador Federal Fernando Marques, Relator do Mandado de Segurança acima mencionado, tendo em vista sua total ilegitimidade e antijuridicidade, para que não sofra prejuízos econômicos/financeiros, morais e psicológicos. Ademais, requer, mediante aditamento à inicial, seja concedida liminar determinando que o Conselho Federal da OAB, os Conselhos Federais da OAB/Pará, OAB/D.F e OAB/RJ se abstenham de produzir atos coercitivos, ilegítimos, ilegais e arbitrários em face do Advogado ora impetrante.

3. À fl. 111, foi proferido despacho ordenando que o impetrante providenciasse a emenda da petição inicial, atendendo ao disposto no artigo 282 do CPC e na Lei nº 1533/51, notadamente quanto à causa de pedir relacionada à impetração de mandado de segurança, devendo ainda providenciar o número necessário de cópias das peças que deveriam acompanhar eventuais notificações, sob pena de indeferimento da petição inicial.

4. Regularmente intimado, o Impetrante quedou-se inerte, conforme certidão da Subsecretaria à 113.

É o breve relato do necessário. Decido.

5. Conforme acima relatado, a hipótese consiste em mandado de segurança impetrado contra ato judicial consistente em decisão do eminente Desembargador Federal Fernando Marques, Relator do Mandado de Segurança nº 8940/RJ - Processo 2006.02.01.012768-7/RJ, que cassou a liminar deferida pelo Desembargador Federal Paulo Espírito Santo.

6. No caso em questão, observa-se, da leitura das peças que constam dos autos, que o Impetrante busca, através da concessão de uma liminar, a cassação da decisão prolatada pelo Desembargador Federal Fernando Marques, para que não venha a sofrer prejuízos econômicos/financeiros, morais e psicológicos. Ademais, requer seja concedida, mediante aditamento à inicial, liminar determinando que o Conselho Federal da OAB, os Conselhos Federais da OAB/Pará, OAB/D.F e OAB/RJ se abstenham de produzir atos coercitivos, ilegítimos, ilegais e arbitrários em face do advogado, ora Impetrante

7. No entanto, acontece que neste mandado de segurança, não se trata em analisar as questões de fato e mérito alegadas, porquanto, pela leitura completa dos autos, conclui-se que não houve manifestação por parte do Impetrante para que se desse regular andamento ao processo. Não providenciou a emenda da inicial atendendo ao disposto no artigo 282, CPC e na Lei nº 1533/51, notadamente quanto à causa de pedir relacionada à impetração de mandado de segurança. Além disso, nada foi feito acerca da providência acerca do número de cópias das peças que deveriam acompanhar eventuais notificações.

8. Assim, a questão da irregularidade processual prepondera no julgamento deste *mandamus*, eis que o Impetrante não atendeu ao disposto no artigo 284 do CPC, apesar de regularmente intimado, sendo, pois, hipótese de extinção do processo sem análise do mérito.

9. Diante de tais ponderações, INDEFIRO a petição inicial e, em conseqüência, EXTINGO o processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 295, VI e art. 267, inciso I, todos do Código de Processo Civil. Sem honorários, por não ter havido litígio. Decorrido o prazo legal, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.

Publique-se e intime-se.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2007.

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Juiz Federal Convocado - Relator

II - AÇÃO RESCISÓRIA 2006.02.01.014348-6

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL RALDÊNIO BONIFACIO COSTA
AUTOR	:MAURO ADOLFO DA SILVA
ADVOGADO	:ADALINA CARNEIRO MORAIS LIMA (RJ061586)
REU	:UNIAO FEDERAL
ORIGEM	:TRIGÉSIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200251010215226)

DESPACHO

À Parte Autora, sobre a contestação de fls. 85/88, pelo prazo de 10 (dez) dias.
P. I.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2007.

RALDÊNIO BONIFACIO COSTA
RELATOR

II - AÇÃO RESCISÓRIA 2809 2006.02.01.006556-6

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL RALDÊNIO BONIFACIO COSTA
AUTOR	:UNIAO FEDERAL
REU	:ROBSON DANSIGER DOS SANTOS
ADVOGADO	:MARCIO ANDRE PEREIRA NUNES (RJ092126)
ORIGEM	:DÉCIMA NONA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200051010304743)

=DECISÃO=

1. Fls. 517/518: Indefiro a requisição de autos de mandado de segurança junto ao MM. Juízo da 1ª Vara Federal/RJ, eis que cabe à própria parte diligenciar, junto aos órgãos competentes, a fim de obter documentação para instruir autos de processo.

2. Às partes, em razões finais.

3. Após, ao Ministério Público Federal.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2007.

RALDÊNIO BONIFACIO COSTA
RELATOR

SUBSECRETARIA DA 1ª TURMA ESPECIALIZADA

DIVISÃO DE PROCEDIMENTOS DIVERSOS

DESPACHOS/DECISÕES

EXPEDIENTE Nº 131 DO DIA 3 DE ABRIL DE 2007

IV - APELACAO CIVEL 91.02.08804-5

RELATOR	:JUÍZA FEDERAL CONVOCADA, MARCIA HELENA NUNES EM AUXÍLIO À DES. FED. MARIA HELENA CISNE
APELANTE	:INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDENCIA SOCIAL - INPS
ADVOGADO	:SIMONE SERRA VIEIRA NITZSCHE
APELADO	:JOSE DE PAULA PAIM
ADVOGADO	:MARIA ROSILENE DE MEDEIROS MENDES
ORIGEM	:2A. VARA ESTADUAL - TERESOPOLIS/RJ (0000007875)
ÓRGÃO ATUAL	:GABINETE DA DRA. MARIA HELENA CISNE

DECISÃO

Trata-se de Recurso de Apelação interposto pelo *INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS* contra sentença que homologou os cálculos de fl. 32, em demanda previdenciária em que se alega excesso de execução.
Apelação da Autarquia alegando, em síntese, que os cálculos não foram elaborados de acordo com o que determina a Súmula 260 do ex-TFR. Acrescentou, ainda, que foi utilizado indevidamente o Piso Nacional de Salários, em desacordo com o D.L. 2.351/87, que determinava a utilização do Salário Mínimo de Referência, enquanto em vigor.

Contra-razões pela manutenção do r. *decisum*.

Opinam o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e o Ministério Público Federal pelo provimento parcial do Apelo, juntando planilha de cálculos nas fls. 59/60.

Parecer da Seção de Apoio de Cálculo Judiciário desta Egrégia Corte de Justiça na fl. 64.

É o relatório. Decido.

Compulsando mais detidamente os autos, tem-se que os cálculos elaborados nas fls. 28/29, atualizados pela Contadoria do Juízo na fl. 32 e homologados pelo r. Julgador na fl. 37 estão em perfeita consonância com o que ficou determinado no r. *decisum* de fls. 18/21 quanto ao critério adotado.
Quanto à questão da aplicação do salário mínimo de referência ou do piso nacional de salários, tenho que seja correta a aplicação do primeiro, conforme entendimento dessa Eg.Turma e precedentes do STJ, a saber:

PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. SÚMULA 260 TFR. CORREÇÃO MONETÁRIA. SÚMULA 148 STJ. DECRETO-LEI 2.351/87. SALÁRIO MÍNIMO DE REFERÊNCIA.
A dicção da Súmula TFR 260 não determina a manutenção do benefício no mesmo número de salários mínimos da época de sua concessão.
A correção monetária deve ser calculada na forma prevista na Lei nº 6.899/81, conforme Súmula 148 do STJ.
No período de eficácia do Decreto-lei 2.351/87, aplica-se o SALÁRIO MÍNIMO DE REFERÊNCIA, conforme precedentes do STJ (ERESP 187472/RJ, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca). - Embargos Infringentes providos para que prevaleça o voto vencido."
(EIAC 180592/RJ, Processo 98.02.36330-8, Relator para Acórdão Juiz Abel Gomes)

Os benefícios previdenciários devem ser corrigidos pelo salário-mínimo de referência durante a vigência do DL 2.351/87, até março de 1989.

Considerando as informações da Contadoria do Juízo na fl. 54, tenho que os cálculos, quanto a este particular, devem ser retificados.

Diante do exposto e com fundamento no artigo 557, § 1º. - A, do CPC, DOU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO de Apelação do INSS, para determinar que os cálculos de fls.28/29, atualizados na fls. 32, sejam refeitos para considerar, em sua elaboração, o Salário Mínimo de Referência e, não, o Piso Nacional de Salários. Honorários que se compensam por força do art. 21, *caput*.
Observadas as cautelas de praxe, devolvam-se os presentes autos à Vara de origem.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007.

Marcia Helena Nunes
Juíza Federal Convocada

IV - APELACAO CIVEL 59814 94.02.05340-9

RELATOR	:JUÍZA FEDERAL CONVOCADA MARCIA HELENA NUNES EM AUXÍLIO À DES. FED. MARIA HELENA
APELANTE	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	:ADALGENIO RODRIGUES ANTUNES
APELANTE	:ERCILIA DA CONCEICAO CUNHA E OUTRO
ADVOGADO	:WANDERLEY DE HOLLANDA GOMES
APELADO	:OS MESMOS
ORIGEM	:JUÍZO FEDERAL DA 2ª. VARA DE NITEROI/SJRJ (9100547158)
ÓRGÃO ATUAL	:GABINETE DA DRA. MARIA HELENA CISNE

D E C I S Ã O

Trata-se de remessa oficial e de apelações interpostas pelo INSS e pelas Autoras, em face da sentença de fls. 49/58, que julgou procedente em parte o pedido, para condenar o INSS a implantar a pensão por morte de JOSÉ FERREIRA BRANTES, em favor de ADRIANA CUNHA BRANTES desde outubro/1989, pagando-lhe os atrasados, com correção monetária e juros de mora de 6% ao ano, desde a citação, além de 5% de honorários advocatícios.

ERCILIA DA CONCEIÇÃO CUNHA E ADRIANA CUNHA BRANTES (esta filha da primeira autora), ajuizaram, em 26/03/1991, sob a égide da gratuidade de Justiça, ação ordinária, em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, visando à concessão de pensão previdenciária, respectivamente na qualidade de companheira e de filha de JOSÉ FERREIRA BRANTES, falecido em 26/10/1989. A primeira autora alega ter sido companheira do finado segurado por mais de 13 anos, informando que o finado trabalhava como caseiro de imóvel de propriedade de Maria José da Silva Santos, com endereço na Rua 81 nº 177, Avenida Central, Itaipu, Niterói, tendo a prestação laboral se iniciado em 03/03/1980 e não em 01/07/88, como a dita empregadora fez constar da CTPS do trabalhador extinto. Outra irregularidade praticada pela aludida empregadora foi a de só ter recolhido as contribuições previdenciárias de setembro a dezembro de 1988 e de janeiro a julho de 1989, motivo pelo qual o INSS veio a negar a concessão do benefício de pensão por morte aos dependentes do *"de cujus"*. Mesmo se fosse reduzido o tempo de serviço do empregado, se recolhidas todas as contribuições do período reconhecido, seriam 15 contribuições, atingindo-se o período de carência para a concessão do benefício. Alega que o falecido recebia pelo seu trabalho como caseiro, cuidando das plantações, animais, jardins, cercas e piscina, um salário mínimo mensal, enquanto que a primeira autora também lá trabalhava, como empregada doméstica, auferindo meio salário mínimo por mês. Requer a concessão de pensão por morte no valor de um salário mínimo, a ser rateada entre as duas autoras, desde a data do óbito do finado, a ser corrigida conforme a Súmula nº 260/TFR, requerendo os corolários legais. São adunados os documentos de fls. 06/11. Retificação da inicial na fl. 13. Pedido de gratuidade de Justiça na fl. 17, com declaração de fl. 18 Deferida a gratuidade na fl. 19.

Contestação do INSS, nas fls. 24/25, apontando que, embora seja dito que o início do contrato de trabalho como caseiro foi anterior à data do registro em 01/07/88, a CTPS do trabalhador foi expedida em 05/07/88 e não foi apresentada outra carteira anterior, não sendo o presente processo via própria para demandar a questão trabalhista. O direito à pensão por morte decorre de contar o segurado, ao tempo do óbito, com 12 contribuições mensais para a Previdência Social (art. 47, da CLPS) e, no caso, só foram feitas 11 contribuições em nome do finado, sendo todos os pagamentos feitos na mesma data de 07/08/99, quanto ao período de 09/88 a 07/99, dois meses antes de o segurado falecer. Não tendo sido completa a exigência da legislação previdenciária, não pode ser pretendida a concessão da pensão por morte. Quanto à primeira autora, pode, pela via judicial própria requerer seus direitos trabalhistas alegados. Espera a improcedência do pedido.

Com a petição de fls. 33/34, comunica a Autora que, em face de reclamação trabalhista ajuizada, a ex-empregadora do finado segurado concordou em recolher as contribuições previdenciárias não só de agosto, setembro e outubro de 1989 como de julho de 1988, para o que apresenta o carnê de fl. 35 e o termo de conciliação de fl. 36.

Ns fl. 44, a parte autora desiste da prova testemunhal que antes requerera.
O magistrado de primeiro grau considerou presentes os requisitos para a concessão da pensão por morte do trabalhador, só deferindo, porém, a pensão à filha registrada pelo trabalhador, não tendo a primeira autora se desincumbido do ônus de provar a condição alegada de companheira.

Da aludida sentença apela o INSS, nas fls. 63/65, sustentando que o falecido, como caseiro, era empregado doméstico, contribuinte individual, sendo que só foram efetivamente recolhidas em 07/08/99 11 contribuições e, assim, o falecido, ao tempo do óbito não ostentava a carência indispensável para que seus dependentes fizessem jus à pensão, motivo pelo qual a sentença não fez ao caso a devida Justiça. Espera a reforma da sentença.

Também apelam as autoras quanto à procedência em parte do pedido, nas fls. 66/67, pelo fato de não ter o julgador de primeiro grau reconhecido a condição de dependente econômica da primeira autora em relação ao falecido, na data do óbito e também recorrem quanto aos honorários advocatícios, para terem majorado seu percentual, que não pode ser inferior a 10%, além do que a correção monetária deve ser contado da dato do óbito até o dia do efetivo pagamento.

Contra-razões do INSS, nas fls. 70/71, não tendo as autoras formulado suas contra-razões, conforme a certidão de fl. 73.

Subindo os autos, o MPF ofereceu o parecer de fls. 78/80, pela denegação de ambos os recursos.

É o relatório. Passo a decidir:

Como relatado, trata-se de remessa necessária e de apelações do INSS e das Autoras, em face da sentença que julgou procedente em parte o pedido de concessão de pensão por morte.

Os recursos não merecem prosperar, sendo correta a decisão proferida.

Com efeito, foi alegado que o falecido segurado era caseiro da Sra. Maria José da Silva Santos, que lhe assinou a CTPS pelo período de 01/07/88 a 26/10/1989 [esta sendo a data do óbito do trabalhador - conforme certidão de óbito de fls. 07/vº, em que consta que ele faleceu no local de trabalho, por infarte (sic) agudo do miocárdio], mas não recolheu corretamente as contribuições previdenciárias do trabalhador, só o fazendo quanto às competências de setembro/88 a julho/89, inclusive, todas na data de 07/08/99, conforme o carnê de fls. 11.

Foi necessário que fosse ajuizada a reclamação trabalhista de nº 748/91, pela filha do finado, Adriana Cunha Brantes, representada pela primeira autora, para que se seguisse o Termo de Conciliação datado de 24/09/91 (fl. 36), pelo qual a ex-empregadora do caseiro, se dispusesse a recolher as contribuições previdenciárias de agosto, setembro e outubro de 1989 e de julho/1988, comprovadas pelo carnê, com recolhimentos, junto nas fls. 35.

De qualquer forma, bastariam as anotações da CTPS para comprovar a condição de trabalhador do finado caseiro, cabendo ao INSS agir perante os empregadores para lhes exigir o recolhimento das contribuições previdenciárias devidas. O fato de um caseiro ser empregado doméstico não significa que seja um contribuinte individual, cujos recolhimentos à Previdência social sejam de suas exclusiva responsabilidade, pois dele é descontado o valor usual, sendo que ao empregador cabe acrescer o valor da contribuição patronal, recolhendo o montante total aos cofres da Previdência Social na data devida (até o dia 15 do mês seguinte) ou arcar com os encargos da mora.

Assim sendo, não há dúvida de que o falecido ostentava a condição de segurado da Previdência social e que havia cumprido a carência então exigida de doze meses de contribuição. Entender de forma diversa seria deixar ao desamparo os dependentes de um modesto trabalhador só pela negligência de sua empregadora, a respeito de cujo cumprimento das obrigações a vigilância cabe ao próprio INSS.

A legislação vigente à data do óbito, ou seja, em 26/10/1989, era a CLPS, mas os benefícios alusivos ao citado período do *"buraco negro"* devem todos ser revistos em face do artigo 144 da Lei nº 8.213, de 24/07/1991, que regulamentou o Plano de Benefícios da Previdência Social, conforme previsto nos artigos 194 e ss. da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05/10/1988, anterior à data do óbito do segurado.

Em todos os casos, não há dúvida quanto a ser devida a concessão da pensão por morte, no valor de um salário mínimo, desde a data do óbito, à filha do segurado, por ele registrada.

A respeito a possibilidade de concessão do benefício em caso similar, segue exemplificada a jurisprudência:

"PREVIDENCIÁRIO - CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE - IMPRESCRITIBILIDADE DO BENEFÍCIO - PERDA DA CONDIÇÃO DE SEGURADO.
1. Ação ordinária objetivando a concessão do benefício da pensão por morte, a contar da data do óbito.
2. Comprovado o período mínimo de carência necessário à obtenção da pensão por morte, faz jus a autora ao benefício, até porque tal direito é imprescritível, mesmo após a perda da qualidade de segurado, desde que preenchidos os requisitos para a concessão do benefício, conforme reiterada jurisprudência.
3. Remessa oficial e apelação a que se nega provimento."
(Tribunal Regional Federal da 2ª Região - Terceira Turma - Apelação Cível nº 99.02.12700-2/RJ - Relator Desembargador Federal PAULO BARATA - Julg. em 21/05/2002 - DJU 18/06/2002, p. 390)

"PENSÃO POR MORTE. PAIS. DECRETO Nº 83.080/79. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. CARÊNCIA, SERVIÇO MILITAR. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PERCENTUAL DA CONDENAÇÃO.
- Pleito visando a concessão de pensão por morte aos pais de segurado morto durante a vigência do Decreto nº 83.080/79. Necessidade de observância aos requisitos da carência de 12 (doze) contribuições e dependência econômica, conforme, respectivamente, os arts. 67, caput e 15 do referido decreto.
- Comprovada a dependência econômica entre segurado falecido e os pais deste, bem como o cumprimento do período de carência, impõe-se a concessão de pensão por morte na razão de 50% (cinqüenta por cento) para cada.
- O tempo prestado perante o serviço militar deve ser contado para fins previdenciários, consoante ilação trazida pelo art. 54, § 2º, IV do Decreto 83.080/79.
(...)
- Sentença reformada somente na parte referente à verba honorária.
- Remessa oficial não conhecida. Recurso provido em parte."
(Tribunal Regional Federal da 2ª Região - Primeira Turma - Apelação Cível nº 1999.02.01.050697-7/RJ - Relator Desembargador Federal RICARDO REGUEIRA - Julg. em 11/03/2002 - DJU 07/05/2002)

É fato que a filha do segurado também é filha da autora, tendo nascido em 27/01/1977 (certidão de fl. 06), mas tal fato só por si não prova a alegada condição de companheira por parte da primeira autora, Ercilia Conceição Cunha.

Necessário seria trazer aos autos prova cabal quanto à convivência do casal até o momento do óbito do segurado. Daí derivaria a qualidade de dependente econômica, presumida.

É fato que a primeira autora, na inicial, narra que também trabalhava para a mesma patroa, na condição de empregada doméstica, desincumbindo-se dos afazeres caseiros, enquanto o finado trabalhador cuidava das plantações , dos animais, dos jardins, das cercas e da piscina. Ele auferia um salário mínimo e ela meio salário mínimo.

Em sua contestação, o INSS, com razão, esclarece para a demandante que qualquer dúvida acerca de matéria trabalhista tem foro próprio e especializado, distinto do presente. Assim, se tivesse a primeira autora ajuizado reclamação trabalhista contra sua alegada empregadora teria, pelo menos, provado que estavam ela e o finado segurado trabalhando no mesmo imóvel, durante o período a ser comprovado. Isso já lhes daria, sendo o caso, um endereço comum.

No entanto, como visto, só a prole comum, de filha que tinha 12 anos por ocasião do óbito do pai, por si só, não basta para comprovar a alegada condição de companheira por parte da primeira autora. Deveria a mesma ter mantido seu requerimento de produção de prova oral, como fizera na fl. 31, chegando a arrolar 3 testemunhas. No entanto, veio a desistir de tal prova, com a petição de fl. 44, contentando-se com o fato de ter obtido mais recolhimentos de contribuições previdenciárias por parte da ex-empregadora do caseiro, como já esclarecido acima.

No mesmo sentido do acima sustentado, encontra-se a jurisprudência abaixo exemplificada:

"PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO. NECESSIDADE DE PROVA DO CONCUBINATO
- Apesar de protegido pela atual Constituição Federal, o concubinato não se presume, necessita de prova dos elementos constantes do artigo 11, p. 1º do Decreto nº 89.312/84.
- Sendo insuficiente a prova do concubinato, e não havendo prova alguma de dependência econômica, impõe-se a improcedência do pedido.
- Recurso provido. Sentença reformada."
(Tribunal Regional Federal da 2ª Região - Primeira Turma - Apelação Cível nº 94.02.04169-9/RJ - Relatora Juíza Federal convocada VALÉRIA ALBUQUERQUE - Julg. em 12/09/1994 - DJU 08/11/1994, pág. 63397)

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO À COMPANHEIRA. NECESSIDADE DE PROVA DA CONVIVÊNCIA EM COMUM E DE DEPENDÊNCIA ECONÔMICA.
- Para que a companheira faça jus à pensão deixada pelo falecido segurado, indispensável se faz a convivência em comum, por mais de cinco anos, e a dependência econômica dela para com ele.
- A simples declaração de Presidente de Sindicato, no sentido de que ela figurava como companheira, é insuficiente, principalmente quando outro é o nome da dependente que consta nos registros da empresa empregadora.
- Recurso não provido. Sentença confirmada."
(Tribunal Regional Federal da 2ª Região - Primeira Turma - Apelação Cível nº 90.02.13894-6/RJ - Relator Desembargador Federal CLELIO ERTHAL - Julg. em 16/05/1990 - DJU 03/07/1990)

"PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. COMPANHEIRA. INEXISTÊNCIA DE PROVA DOCUMENTAL. UNIÃO ESTÁVEL NÃO COMPROVADA.
1. A companheira do segurado do Regime Geral da Previdência Social é, ao teor do artigo 16, inciso I, da Lei nº 8.213/91, beneficiária na condição de dependente. Para ostentar a condição de companheira, deve a autora juntar provas e testemunhos convergentes ao seu intento, não havendo necessidade de comprovação de dependência econômica, presumida por lei.
2. Não comprovando a autora a existência da união estável, nos termos do Decreto nº 611/92, indevido o benefício de pensão por morte.
3. Apelação provida."
(Tribunal Regional Federal da 1ª Região - 2ª Turma Suplementar - Apelação Cível nº 9401248974 - UF: Minas Gerais - Relator Juiz Federal convocado MIGUEL ÂNGELO DE ALVARENGA LOPES - Decisão de 12/05/2004 - DJU de 03/06/2004, pág. 154)

Em face de tudo o que foi exposto, entendo que o MM. Juíz *a quo* trilhou o melhor caminho ao reconhecer, apenas, o direito da segunda autora, à pensão por morte deixada pelo pai.

Quanto aos honorários advocatícios, vieram a ser fixados em apenas 5% do valor da condenação (a entender-se das parcelas vencidas, por força da Súmula nº 111/STJ), em face de se tratar de sucumbência parcial de parte das autoras, bem como por não haver esforço especial por parte do patrono das demandantes.

Ao contrário do alegado pelo recurso das Autoras, a sentença, em sua fundamentação deixa claro que a correção monetária se faz devida desde o efetivo inadimplemento de cada prestação previdenciária (vide o último parágrafo da fundamentação quanto ao aludido item, na fl. 56). Assim, vigora o critério estabelecido pelo enunciado da Súmula nº 148/STJ, pelo qual a correção monetária se rege pela Lei nº 6.899/81, fazendo-se devida desde a data em que cada pagamento se torna devido, isto é, desde a data da primeira prestação do benefício, a ser concedido com DIB em 26/10/1989. Estando também correta a sentença neste referente, nada há a merecer reforma.

Isto posto, com base no "caput" do artigo 557 do CPC, *nego provimento aos apelos e à Remessa Necessária, mantendo integralmente a douta sentença recorrida.* .

Observadas as formalidades legais, não havendo recurso, baixem os autos à Vara de Origem.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007.

MARCIA HELENA NUNES
Juíza Federal Convocada - Relatora

IV - APELACAO CIVEL 98.02.02523-2

RELATORA	:JUÍZA FEDERAL CONV. MARCIA HELENA NUNES, EM AUXÍLIO À DES. FED. MARIA HELENA CISNE
APELANTE	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:JOSE CRISTIANO ALVES FERREIRA
APELADO	:JOAO MOREIRA
ADVOGADO	:RICARDO GUIMARAES DOS SANTOS
ORIGEM	:SEGUNDA VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA (9700332934)

DECISÃO

Trata-se de APELAÇÃO CÍVEL de sentença de fls. 36/40 que julgou procedente em parte o pedido autoral para condenar o INSS a reajustar o benefício previdenciário do autor nos termos da Súmula 260 do ex-TFR e manutenção da equivalência salarial.

O MM Juízo determinou o pagamento das diferenças, excluídas as parcelas prescritas a partir da citação, tudo corrigido, exceto o período de 28/02/86 a 28/02/87, onde contar-se-ão, apenas juros moratórios e, após, correção em OTN com todo o valor convertido em cruzados. O INSS foi condenado, ainda, ao ressarcimento das custas judiciais e ao pagamento da verba honorária, fixada em 10% sobre o valor da condenação.

A ação, inicialmente interposta em litisconsórcio ativo entre 51 autores, foi desmembrada por determinação de fl. 80, tratando-se os presentes autos de ação proposta por JOÃO MOREIRA.

Inconformada com a r. sentença, a Autarquia Previdenciária recorreu (fls. 41/43) requerendo, preliminarmente, a apreciação do Agravo Retido interposto quanto ao indeferimento da impugnação ao valor da causa, que alega estar em apenso aos presentes autos.

Reiterou as alegações da peça contestatória, de impossibilidade jurídica do pedido ante a ocorrência de prescrição e ilegitimidade da parte, pugnando ao final pela improcedência da ação.

Sem contra-razões, os litigantes apresentaram transação de acordo extrajudicial, tendo sido, posteriormente, requerido pela parte autora a sua desistência, homologada na fl. 78v.

Os autos vieram a esta Eg. Corte, oportunidade em que o Ministério Público Federal opinou pelo provimento parcial da apelação. Relatados, decido:

Inicialmente, cabe registrar que o Agravo Retido noticiado pelo recorrente não integrou a presente lide. No mérito, merece ser provido em parte o recurso.

Da exata interpretação da Súmula 260/TFR:

Acerca dos reajustes dos benefícios, o extinto Tribunal Federal de Recursos editou a Súmula 260 com o seguinte teor:

"No primeiro reajuste do benefício previdenciário, deve-se aplicar o índice integral do aumento verificado, independente do mês de concessão, considerando nos reajustes subseqüentes, o salário mínimo atualizado"

A jurisprudência de nossos tribunais, dirimindo qualquer dúvida que pudesse subsistir sobre a interpretação da referida Súmula, pacificou o entendimento de que o seu comando não vincula o benefício ao número de salários mínimos, o que somente foi instituído pelo art. 58 do ADCT, que determinou a revisão dos benefícios em manutenção em 5 de outubro de 1988, com aplicação da equivalência salarial no período compreendido entre abril de 1989 e a data da regulamentação da Lei 8.213/91 (REsp nº 491436/RJ, relator Min. HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, *in* DJU de 13.09.2004, p. 300; REsp nº 623376/RJ, relator Min. JORGE SCARTEZZINI, in DJU de 02.08.2004, p. 556; REsp nº 313494/RJ, relator Min. FERNANDO GONÇALVES, *in* DJU de 19.12.2003, p. 629).

Isto porque o comando da Súmula 260/TFR apenas consolidou o entendimento jurisprudencial de que a Autarquia Previdenciária, a partir da edição da Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, ao reajustar os benefícios previdenciários, aplicou critérios que geraram prejuízos de duas ordens para o segurado da previdência social.

Por essa razão, diz-se que a referida Súmula compõe-se de duas partes. A primeira diz respeito ao prejuízo causado ao segurado por ocasião do primeiro reajustamento, ao ser aplicado a proporcionalidade dos índices de reajustes previstos para a correção dos benefícios previdenciários. A segunda aborda o errôneo enquadramento nas faixas salariais de reajuste por não ter a autarquia considerado o salário mínimo atualizado.

Posteriormente, essas distorções cessaram em dois momentos distintos:

1 . Em 13.11.1984, data da edição do Decreto-Lei nº 2.171/84, cessaram os problemas referentes à SEGUNDA PARTE da referida Súmula, ou seja, aqueles resultantes da aplicação do salário mínimo antigo. Aquele diploma legal determinou, expressamente, a utilização do salário mínimo atualizado.

2 . Em 07.08.1987, data da edição do Decreto-Lei nº 2.351/87, cessaram as distorções no que tange à PRIMEIRA PARTE, ou seja, aquelas referentes à aplicação proporcional do índice da política salarial. Aquele diploma legal determinou que o reajuste passassem a ser mensal.

Das distorções corrigidas pela PRIMEIRA PARTE da Súmula 260/TFR

O critério da aplicação proporcional dos índices de reajuste previstos para a correção dos benefícios previdenciários, adotado pela autarquia para aqueles benefícios cujas datas de concessão não coincidissem com a data de reajuste do salário mínimo, e combatido pela primeira parte do enunciado da Súmula 260/TFR teve início, conforme visto acima, a partir da Lei nº 6.708/79.

Contudo, a defasagem apontada nessa primeira parte da Súmula 260/TFR não atingiu todos os benefícios previdenciários.

Com efeito, tal critério não alcançou os benefícios enquadrados nas seguintes hipóteses:

os concedidos anteriormente à Lei nº 6.708/79 (DIB até 29.10.79), em razão de não existir distorção no primeiro reajuste, isto é, nesses casos, a autarquia aplicou integralmente o índice previsto;
os iniciados quando os reajustes eram semestrais e conferidos nos meses de maio e novembro de cada ano (DIB: nov/79; mai e nov/80; mai e nov/81; mai e nov/82; mai e nov/83; mai e nov/84 e mai e nov/85), em virtude da aplicação integral do índice de reajuste para os benefícios concedidos nesses meses, por coincidirem com a data de reajuste do salário mínimo.
os iniciados nos meses de março de 1986 e em janeiro, março, maio e junho de 1987, igualmente porque foram meses em que houve reajustes do salário mínimo. Logo, aplicado integralmente o índice previsto;
os iniciados em qualquer mês no período de agosto de 1987 a abril de 1989 (DIB entre 07.08.87 a 04.04.89), por força do Decreto-lei nº 2.351, de 07.08.87, quando os reajustes passaram a ser mensais;
e. os iniciados a partir de 05.04.89, em conseqüência da perda de eficácia da Súmula em referência.

Das distorções corrigidas pela SEGUNDA PARTE da Súmula 260/TFR

No que tange à segunda parte da Súmula 260 - o enquadramento nas faixas salariais de reajuste, considerando o salário mínimo atualizado e não o revogado -, a distorção atingiu, a princípio, os segurados que se aposentaram antes de novembro de 1984, posto que a partir dessa data, por força da determinação contida no Decreto-Lei nº 2.171, de 13.11.84, a autarquia previdenciária, ao reajustar os benefícios previdenciários, passou a considerar o valor do salário mínimo atualizado.

Posteriormente, essa distorção foi integralmente revista pelo INSS, alcançando o período, inclusive, de novembro de 1979 a outubro de 1984, em obediência aos preceitos da Lei nº 7.604/87, que determinou a atualização dos benefícios na forma corretamente estabelecida pelo Decreto-lei nº 2.171/84, e não na errônea interpretação do órgão, o que foi efetivamente cumprido e pago a todos os beneficiários, inexistindo diferenças devidas a esse título.

Art. 58 do ADCT

Em abril de 1989 perde eficácia a Súmula 260 em face da revisão determinada no art. 58 do ADCT-CF, passando a vigorar, temporariamente, o critério da equivalência em número de salários mínimos. Esta regra, de eficácia transitória, foi cumprida administrativamente pela Autarquia Previdenciária, através da Portaria Ministerial nº 4.426/1989, sendo indevida nova revisão, uma vez que já efetivada pelo INSS no período compreendido entre maio de 1989 até a regulamentação da legislação previdenciária que a sucedeu (art. 58, parágrafo único, do ADCT).

Art. 201, § 4º - EC nº 20/98

Com a implantação do Plano de Custeio e Benefícios da Previdência Social, a regra do art. 58 do ADCT perdeu sua eficácia, e o reajustamento, de modo a preservar, em caráter permanente, o valor real do benefício (CF, art. 201, §4º - EC nº 20/1998), passou a ser feito nos termos da legislação específica (Lei 8.213/1991 e alterações posteriores), não tendo relação com o número de salários mínimos correspondentes na época da concessão.

Essa vem sendo a orientação da jurisprudência de nossos Tribunais. Este E. Tribunal, por sua vez, no julgamento da Argüição de Inconstitucionalidade - AC nº 122804, em decisão plenária, conheceu do incidente para declarar a constitucionalidade do art. 41, inciso II, da Lei 8.213/1991 e alterar a dicção da sua Súmula 17, suprimindo-se do seu texto a referência ao salário mínimo como parâmetro para reajuste dos benefícios previdenciários (TRF-2ª Região, Argüição de Inconstitucionalidade na Apelação Cível 122804, Proc. nº 96.02.36095-0/RJ, Plenário, Rel. Des. Fed. Castro Aguiar, Julg. 07/02/2002, DJU 23/04/2002), sobrevindo a Súmula 29, com o seguinte teor:

"No reajuste dos benefícios de prestação continuada, mantidos pela Previdência Social, aplica-se o critério da Súmula nº 260 do extinto Tribunal Federal de Recursos até o sétimo mês após a vigência da Constituição Federal de 1988 e, a partir de então, os critérios de revisão estabelecidos nos arts. 58 do ADCT e 201, par. 2º, da mesma Carta Magna".

Feitas essas considerações, conclui-se que o benefício em tela DEVE ser revisto com base apenas na primeira parte da Súmula 260/TFR, para fins de aplicação do índice integral no primeiro reajustamento, em virtude de ter sido concedido em 03/01/1980 - fls. 17 e 49, considerando que, no que tange à segunda parte da referida Súmula, o benefício foi corretamente enquadrado no sistema de faixas, conforme determinado pela Lei nº 7.604/87.

Cabe salientar, ainda, que as parcelas atrasadas deverão ser corrigidas monetariamente conforme os índices da Tabela de Precatórios da Justiça Federal e acrescidas de juros de mora de 0,5% ao mês desde a citação até o dia 10/01/2003 e de 1% ao mês a partir desta data, nos termos do art. 406 do Código Civil c/c art. 161, § 1º, do CTN.

Ante o exposto, CONHEÇO DA REMESSA OFICIAL e, fulcro no art. 557, § 1º-A, do CPC, c/c art. 43, § 1º, inciso VII, do Regimento Interno deste TRF-2ª Região DOU-LHE PARCIAL PROVIMENTO para limitar a revisão nos termos da primeira parte da Súmula 260, do ex-TFR, com o pagamento das parcelas devidas, até março de 1989, respeitada a prescrição qüinqüenal, corrigidas monetariamente conforme os índices da Tabela de Precatórios da Justiça Federal e acrescidas de juros de mora de 0,5% ao mês desde a citação até o dia 10/01/2003 e de 1% ao mês a partir desta data, nos termos do art. 406 do Código Civil c/c art. 161, § 1º, do CTN.

Oportunamente, baixem os autos à Vara de origem.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007.

MARCIA HELENA NUNES
Juíza Federal Convocada
IDP

IV - APELACAO CIVEL 2000.51.01.529106-4

RELATORA	:JUÍZA FEDERAL CONV. MARCIA HELENA NUNES, EM AUXÍLIO À DES. FED. MARIA HELENA CISNE
APELANTE	:MARIA APARECIDA RODRIGUES FELHIPE
ADVOGADO	:JOELSON DE SOUZA MOREIRA
APELADO	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:RODRIGO FRANCA CALDAS
APELADO	:UNIAO FEDERAL
APELADO	:REDE FERROVIARIA FEDERAL S/A
ADVOGADO	:ROBERTO SILVA MAIA
ORIGEM	:TERCEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200051015291064)

DECISÃO

Trata-se de APELAÇÃO CÍVEL de sentença de fls. 188/191 que julgou improcedente o pedido de majoração do coeficiente de cálculo da pensão por morte para o percentual de 100%, nos termos do art. 75 da Lei nº 8.213/91.

Em razões de recurso (fls. 193/200) a Autora argumentou que adquiriu o direito à majoração da pensão com a lei de paridade nº 8.186/91, direito amparado no princípio da isonomia.

Contra-razões do INSS nas fls. 202/204. A União Federal, mantida no pólo passivo da ação, também apresentou contra-razões (fls. 207/208), os autos vieram a esta Eg. Corte, oportunidade em que o Ministério Público Federal opinou pelo provimento do recurso. Relatados, decido:

Inicialmente, cabe salientar que a majoração do coeficiente de cálculo do benefício determinada no art. 75 da Lei nº 8.213/91 não se confunde com a complementação das aposentadorias dos ex-funcionários da RFFSA, não procedendo a alegação de paridade com fulcro na Lei 8.186/91.

Quanto ao mérito, com efeito, é sabido que vinha adotando a tese esposada por parte da doutrina, segundo a qual, por considerar os fins sociais a que se destina o benefício de pensão por morte, autorizava a majoração do percentual aplicado no cálculo do benefício previdenciário, nos termos do art. 75 da Lei 8.213/91, alterado pela Lei 9.032/95.

Contudo, curvo-me, ao entendimento do Supremo Tribunal Federal que, por maioria de votos, deu provimento a dois recursos extraordinários interpostos pelo INSS (RE 416827/SC e RE 415454/SC), para cassar acórdão de Turma Recursal de Juizado Especial Federal que determinara a revisão da renda mensal de benefício de pensão por morte, com efeitos financeiros correspondentes à integralidade do salário de benefícios da previdência geral, a partir da vigência da Lei 9.032/95, independentemente da norma em vigor ao tempo do óbito do segurado.

De acordo com o informativo nº 455 do STF (5 a 9 de fevereiro de 2007), "considerou-se a orientação fixada pelo Supremo no sentido de que, se o direito ao benefício foi adquirido anteriormente à edição da nova lei, o seu cálculo deve se efetuar de acordo com a legislação vigente à época em que atendidos os requisitos necessários (princípio *tempus regit actum*). Asseverou-se, também, que a fonte de custeio da seguridade prevista no art. 195, § 5º, da CF assume feição típica de elemento institucional, de caráter dinâmico, estando a definição de seu conteúdo aberta a múltiplas concretizações. Dessa forma, cabe ao legislador regular o complexo institucional da seguridade, assim como suas fontes de custeio, compatibilizando o dever de contribuir do indivíduo com o interesse da comunidade. Afirmou-se que, eventualmente, o legislador, no caso, poderia ter previsto de forma diferente, mas desde que houvesse fonte de custeio adequada para tanto. Por fim, tendo em vista esse perfil do modelo contributivo da necessidade de fonte de custeio, aduziu-se que o próprio sistema previdenciário constitucionalmente adequado deve ser institucionalizado com vigência, em princípio, para o futuro."

De todo o exposto, conclui-se ser inadmissível qualquer interpretação da Lei 9.032/95 que venha imputar a aplicação de suas disposições a benefícios de pensão por morte concedidos em momento anterior a sua vigência.

No citado informativo, contém, ainda, a informação de que o Colendo Supremo Tribunal Federal deu provimento a mais 4.908 recursos extraordinários interpostos pelo INSS nos quais se discutia se a Lei 9.032/95 seria aplicável a pensões por morte e aposentadorias concedidas antes de sua vigência, cujo mérito, o STF, por unanimidade, aplicou a orientação fixada no julgamento dos dois supracitados recursos extraordinários, que foram julgados na sessão do dia 8.2.2007.

Portanto, se o benefício foi adquirido anteriormente à edição da nova lei (Lei 9.032/95), o seu cálculo deve se efetuar de acordo com a legislação vigente à época em que atendidos os requisitos necessários, incabível a aplicação da Lei 9.032/95 aos benefícios concedidos antes da sua vigência.

Ante o exposto, CONHEÇO DA APELAÇÃO CÍVEL e, com fulcro no art. 557 do CPC, c/c art. 43, § 1º, inciso II, do Regimento Interno deste TRF-2ª Região, NEGO-LHE SEGUIMENTO.

Oportunamente, baixem os autos à Vara de origem.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007.

MARCIA HELENA NUNES
Juíza Federal Convocada

IV - APELACAO CIVEL 2001.02.01.013912-6

RELATOR	:JUÍZA FEDERAL CONVOCADA, MARCIA HELENA NUNES EM AUXÍLIO À DES. FED. MARIA HELENA CISNE
APELANTE	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	:TARCISO PINHEIRO GUIMARAES E OUTROS
APELADO	:PEDRO ANTONIO DA SILVA
ADVOGADO	:JOAQUIM TEODORO DE PAIVA
ORIGEM	:QUARTA VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA (9600623783)
ÓRGÃO ATUAL	:GABINETE DA DRA. MARIA HELENA CISNE

DECISÃO

Trata-se de Recurso de Apelação interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS contra sentença que homologou os cálculos elaborados pelo Contador Judicial nas fls. 71/75, em demanda previdenciária em que se alega excesso de execução.
Apelação da Autarquia no sentido de que a conta embargada apresenta excesso de execução, considerando que os cálculos foram elaborados utilizando-se indevidamente o Piso Nacional de Salários, em desacordo com o D.L. 2.351/87, que determinava a utilização do Salário Mínimo de Referência, enquanto em vigor. Aduziu, ainda, que a correção monetária adotada nas contas é excessiva, tendo em vista que foi utilizada a Súmula 71 do ex-TFR, enquanto o certo seria tão-somente pela Lei 6.899/81 e que foi incluída indevidamente a gratificação natalina de 1988, não sendo a mesma concedida na r. Sentença.

Opina o Ministério Público Federal pelo improvimento do Recurso.

É o relatório. Decido.

Importante ressaltar, de início, que os cálculos da Contadoria do Juízo - fls. 71/75 - foram elaborados em perfeita consonância com o preceito mandamental da r. sentença de fls. 31/33.

Quanto à questão da aplicação do salário mínimo de referência ou do piso nacional de salários, tenho que seja correta a aplicação do primeiro, conforme entendimento dessa Eg.Turma e precedentes do STJ, a saber:

PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. SÚMULA 260 TFR. CORREÇÃO MONETÁRIA. SÚMULA 148 STJ. DECRETO-LEI 2.351/87. SALÁRIO MÍNIMO DE REFERÊNCIA.
- A dicção da Súmula TFR 260 não determina a manutenção do benefício no mesmo número de salários mínimos da época de sua concessão.
- A correção monetária deve ser calculada na forma prevista na Lei nº 6.899/81, conforme Súmula 148 do STJ.
- No período de eficácia do Decreto-lei 2.351/87, aplica-se o SALÁRIO MÍNIMO DE REFERÊNCIA, conforme precedentes do STJ (ERESP 187472/RJ, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca). - Embargos Infringentes providos para que prevaleça o voto vencido."
(EIAC 180592/RJ, Processo 98.02.36330-8, Relator para Acórdão Juiz Abel Gomes)

Os benefícios previdenciários devem ser corrigidos pelo salário-mínimo de referência durante a vigência do DL 2.351/87, até março de 1989.

Porém, não se há de revisar os cálculos quanto a esse item, considerando que a memória de cálculos de fl. 75 discrimina em seus dados básicos que na elaboração da planilha foi utilizado o Salário Mínimo de referência.

Considero corretos os cálculos que incluem a gratificação natalina do ano de 1988, dada a auto-aplicabilidade do art. 201, § 6º, da CF/88, bem como firmo entendimento no sentido de se encontrar implicitamente inserida no que foi pedido e concedido na sentença, em conformidade com o posicionamento manifestado em julgado da Primeira turma desta Corte, *in verbis:*

"PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO - GRATIFICAÇÕES NATALINAS DOS ANOS DE 1988 E 1989 E SALÁRIO MÍNIMO DE JUNHO/89 - INCLUSÃO NOS CÁLCULOS - POSSIBILIDADE - DESPESAS PROCESSUAIS - DESCABIMENTO - GRATUIDADE DE JUSTIÇA.
Quando a parte pretende reajuste de benefício previdenciário, a auto-aplicabilidade do art. 201, § 6º, da CF, faz com que seja desnecessária a expressa referência aos abonos natalinos de 1988 e 1989 e ao salário mínimo de junho/89, no valor de CZ$ 120,00, compreendendo-se estejam implícitos no pedido e na sentença que o julga procedente. Precedentes da 1ª Turma.
(...)
(TRF da 2ª Região, Primeira Turma, processo nº 200.02.01.006142-0, Rel. Juiz Abel Gomes, DJ de 26.09.2003, p. 362).

No mais, a questão atinente às gratificações natalinas se encontra superada por esta E. Corte que julgando, em sessão plenária, os Embargos Infringentes em AC nº 90.02.21122-8/RJ, decidiu ser auto-aplicável o artigo 201, §6º da Constituição Federal de 1988, segundo o qual o 13º salário devido aos aposentados e pensionistas deve ser pago no valor correspondente ao provento do mês de dezembro.

O Supremo Tribunal Federal pacificou o entendimento no sentido de que a norma contida no dispositivo em questão é de eficácia plena e aplicabilidade direta e imediata, não carecendo de regulamentação legislativa. (cf. Rec. Ext. 172.361-1, rel. Min. Ilmar Galvão e Rec. Ext. 168.419-4, rel. Min. Moreira Alves).

Como o abono anual (gratificação natalina e/ou 13º salário) é parte integrante do benefício de prestação continuada é certo que o pedido inicial englobou o abono anual.
Assim, ao determinar o juiz sentenciante o pagamento das diferenças do benefício de prestação continuada da Autora, ora Embargada, a gratificação natalina (abono anual e/ou 13º salário) esta aí implicitamente incluída, tendo sido automaticamente alcançada pelo comando da sentença.

Relativamente à correção monetária, também objeto do Recurso de Apelação da Autarquia, importante ressaltar que o E. Superior Tribunal de Justiça, examinando os limites temporais de aplicação da Súmula 71 e da Lei nº 6.899/81, em ações revisionais de benefício previdenciário, editou a Súmula nº 148, *verbis*:

"Os débitos relativos a benefício previdenciário, vencidos e cobrados em Juízo após a vigência da Lei nº 6.899/81, devem ser corrigidos monetariamente na forma prevista neste diploma legal."

Cumpre esclarecer que a Súmula nº 148 não retira do segurado a incidência da correção monetária nos períodos anteriores ao ajuizamento da ação. Com a edição da referida Súmula, a Lei nº 6.899/81 se afirma como única norma disciplinadora para a aplicação do cálculo da correção monetária, afastando-se o cabimento da Súmula nº 71 nos casos de débitos judicialmente cobrados em momento posterior à vigência da supramencionada Lei.

Nesse sentido, vale trazer à colação o aresto do Eg. STJ, a seguir transcrito, *in verbis*:

"PREVIDENCIÁRIO. REVISIONAL DE BENEFÍCIOS. CORREÇÃO MONETÁRIA. SUMULA 71, TFR, LEI 6.899/81. APLICAÇÃO.
1- A lei 6899/81 não afastou o comando consolidado na Sumula 71 do extinto TFR, onde os benefícios previdenciários, por sua natureza alimentar, estavam sujeitos a correção monetária desde a época em que eram devidos.
2. A Súmula 71, TFR, não e mais aplicável em casos de correção monetária, de débitos previdenciários vencidos apos a vigência da lei nº 6.899/81.
3. A correção monetária alcança período anterior ao ajuizamento da ação. Incidência e aplicação da Sumula 71, ex-TFR.
4. Recurso improvido."
(AGA nº 73087, STJ, relato r. Min Edson Vidigal, 5ª Turma STF, unânime, publ. DJ de 30/08/95)

Neste mesmo diapasão, o julgado desta Egrégia Corte de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. SÚMULA 260/TFR. INTERPRETAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. RENDA MENSAL INICIAL (RMI).
SALÁRIO MÍNIMO DE REFERÊNCIA.
A sentença de conhecimento concedeu a revisão pleiteada, de acordo com a Súmula n.º 260/TFR, atribuindo-lhe a interpretação de equivalência ao número de salários mínimos da época de concessão, a qual não pode ser modificada por se encontrar sob o manto da imutabilidade da coisa julgada.
Encontra-se consolidado o entendimento de que não mais se aplicam os critérios da Súmula 71 do extinto TFR, mesmo quando referentes a débitos anteriores ao ajuizamento da demanda, esta a inteligência perfeita das Súmulas 43 e 148 do STJ, que determinam a incidência somente da Lei 6899/81 para todo período a ser considerado.
Há suficientes elementos, nos autos, para afirmar ser verdadeira a Renda Mensal Inicial (RMI) de Cr$ 863,13 (oitocentos e sessenta e três cruzeiros e treze centavos) em maio de 1975.
A teor do Decreto n° 2.351/87, o reajuste dos benefícios previdenciários deve pautar-se no Salário Mínimo de Referência, no período compreendido de setembro de 1987 a abril de 1989.
Apelação parcialmente provida.
(AC/TRF2ª Região, Processo: 9602220880 UF: RJ Órgão Julgador: SEGUNDA TURMA, DJU DATA:11/01/2005 PÁGINA: 25, Relator: JUIZ SERGIO FELTRIN CORREA)

Portanto, *in casu*, não é de se aplicar a Súmula 71 do ex-TFR, em considerando que na data do ajuizamento da demanda (02/12/87) já estava em vigor a Lei nº 6.899, de 08 de abril de 1981.

Diante do exposto e com fundamento no artigo 557, § 1º. - A, do CPC, *DOU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO* de Apelação do INSS, para determinar que os cálculos de fls. 71/75 sejam refeitos, utilizando-se tão-somente a Lei 6899/81 na correção monetária. Honorários que se compensam por força do art. 21, *caput*.
Observadas as cautelas de praxe, devolvam-se os presentes autos à Vara de origem.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007.

Marcia Helena Nunes
Juíza Federal Convocada

IV - APELACAO CIVEL 2001.51.01.006748-8

RELATORA	:JUÍZA FEDERAL CONV. MARCIA HELENA NUNES, EM AUXÍLIO À DES. FED. MARIA HELENA CISNE
APELANTE	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:JORGE BATISTA FERNANDES JR.
APELADO	:BEATRIZ XAVIER DE SOUZA
ADVOGADO	:JOELSON DE SOUZA MOREIRA E OUTROS
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 35A VARA-RJ
ORIGEM	:TRIGÉSIMA QUINTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200151010067488)

DECISÃO

Trata-se de REMESSA OFICIAL e APELAÇÃO CÍVEL de sentença de fls. 175/183 que, antecipando a Tutela requerida, condenou o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a majorar o coeficiente de cálculo da pensão por morte, concedida à parte autora, para o percentual de 100%, nos termos do art. 75 da Lei nº 8.213/91. Sem honorários, face à sucumbência recíproca.

Em razões de recurso (fls. 189/196) a Autarquia Previdenciária, em síntese, pugnou pela improcedência da ação com fulcro nos artigos 5º, XXXVI, 195, § 5º, e 201, § 4º, todos da Constituição Federal de 1988.

Contra-razões apresentadas (fls. 202/210), os autos vieram a esta Eg. Corte, oportunidade em que o Ministério Público Federal oficiou pela não intervenção no feito. Relatados, decido:

Com efeito, é sabido que vinha adotando a tese esposada por parte da doutrina, segundo a qual, por considerar os fins sociais a que se destina o benefício de pensão por morte, autorizava a majoração do percentual aplicado no cálculo do benefício previdenciário, nos termos do art. 75 da Lei 8.213/91, alterado pela Lei 9.032/95.

Contudo, curvo-me, ao entendimento do Supremo Tribunal Federal que, por maioria de votos, deu provimento a dois recursos extraordinários interpostos pelo INSS (RE 416827/SC e RE 415454/SC), para cassar acórdão de Turma Recursal de Juizado Especial Federal que determinara a revisão da renda mensal de benefício de pensão por morte, com efeitos financeiros correspondentes à integralidade do salário de benefícios da previdência geral, a partir da vigência da Lei 9.032/95, independentemente da norma em vigor ao tempo do óbito do segurado.

De acordo com o informativo nº 455 do STF (5 a 9 de fevereiro de 2007), "considerou-se a orientação fixada pelo Supremo no sentido de que, se o direito ao benefício foi adquirido anteriormente à edição da nova lei, o seu cálculo deve se efetuar de acordo com a legislação vigente à época em que atendidos os requisitos necessários (princípio *tempus regit actum*). Asseverou-se, também, que a fonte de custeio da seguridade prevista no art. 195, § 5º, da CF assume feição típica de elemento institucional, de caráter dinâmico, estando a definição de seu conteúdo aberta a múltiplas concretizações. Dessa forma, cabe ao legislador regular o complexo institucional da seguridade, assim como suas fontes de custeio, compatibilizando o dever de contribuir do indivíduo com o interesse da comunidade. Afirmou-se que, eventualmente, o legislador, no caso, poderia ter previsto de forma diferente, mas desde que houvesse fonte de custeio adequada para tanto. Por fim, tendo em vista esse perfil do modelo contributivo da necessidade de fonte de custeio, aduziu-se que o próprio sistema previdenciário constitucionalmente adequado deve ser institucionalizado com vigência, em princípio, para o futuro."

De todo o exposto, conclui-se ser inadmissível qualquer interpretação da Lei 9.032/95 que venha imputar a aplicação de suas disposições a benefícios de pensão por morte concedidos em momento anterior a sua vigência.

No citado informativo, contém, ainda, a informação de que o Colendo Supremo Tribunal Federal deu provimento a mais 4.908 recursos extraordinários interpostos pelo INSS nos quais se discutia se a Lei 9.032/95 seria aplicável a pensões por morte e aposentadorias concedidas antes de sua vigência, cujo mérito, o STF, por unanimidade, aplicou a orientação fixada no julgamento dos dois supracitados recursos extraordinários, que foram julgados na sessão do dia 8.2.2007.

Portanto, se o benefício foi adquirido anteriormente à edição da nova lei (Lei 9.032/95), o seu cálculo deve se efetuar de acordo com a legislação vigente à época em que atendidos os requisitos necessários, incabível a aplicação da Lei 9.032/95 aos benefícios concedidos antes da sua vigência.

Com a inversão, verifico ser a Autora, beneficiária de justiça gratuita, hipossuficiente e a causa singela. Nessas condições, deve ser exonerada do ônus da sucumbência, inclusive da verba honorária, que fixo em R$50,00 (cinqüenta reais), enquanto estiver privada de recursos financeiros.

Sobre o tema, o Superior Tribunal de Justiça já decidiu, *verbis*:

"PROCESSUAL CIVIL - HONORÁRIOS - JUSTIÇA GRATUITA. A Lei nº 1.060/50 - estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados - estatui no art. 11, § 2º: "A parte vencida poderá acionar a vencedora para reaver as despesas do processo, inclusive honorários do advogado, desde que prove ter a última perdido a condição legal de necessitada". Cumpre distinguir ônus da sucumbência - igual para todas as partes e disponibilidade de recursos para o pagamento. Aqui, sim, reside a causa da distinção imposta pela isonomia. A exigência do pagamento fica suspensa enquanto persistir situação econômica que não permita ao vencido fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família. Cabe à parte vencedora, se for o caso, provar a não mais existência da condição legal de necessitado para reaver as custas e os honorários, conforme prevê o § 2º do art. 11 da Lei 1.060/50."
(REsp 189846/RJ - Sexta Turma - Rel. Min. Luiz Vicente Cernicchiaro - DJU 22/03/1999 p. 000270).

Ante o exposto, CONHEÇO DA REMESSA OFICIAL e da APELAÇÃO CÍVEL e, com fulcro no art. 557, § 1º-A, do CPC, c/c art. 43, § 1º, inciso VII, do Regimento Interno deste TRF-2ª Região DOU-LHES PROVIMENTO para julgar improcedente o pedido autoral, com a conseqüente inversão da sucumbência e revogação da Tutela antecipada.

Sem custas e honorários, enquanto persistir a situação de hipossuficiência econômica da Beneficiária.

Oportunamente, baixem os autos à Vara de origem.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007.

MARCIA HELENA NUNES
Juíza Federal Convocada
IDP

IV - APELACAO CIVEL 328739 2001.51.01.524404-2

RELATOR	:JUÍZA FEDERAL CONVOCADA MÁRCIA HELENA NUNES EM AUXÍLIO À DES. FED. MARIA HELENA
APELANTE	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:RODRIGO FRANCA CALDAS E OUTRO
APELADO	:DENISE FERREIRA DA SILVA
ADVOGADO	:MARIA MILDA SARAIVA REINALDO E OUTRO
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 35ª. VARA-RJ (200151015244042)
ÓRGÃO ATUAL	:GABINETE DA DRA. MARIA HELENA CISNE

D E C I S Ã O

Trata-se de remessa oficial e de apelação interposta pelo INSS em face da sentença de fls. 111/113, que julgou procedente em parte o pedido, para condenar o INSS a implantar, em favor da autora, pensão por morte de seu companheiro, desde a data do ajuizamento da ação, concedendo, outrossim, a antecipação dos efeitos da tutela, para a implantação imediata da pensão. Foi condenado o INSS em honorários advocatícios de R$200,00.

DENISE FERREIRA DA SILVA ajuizou, em 23.04.2001, ação ordinária em face do INSS, com pedido de tutela antecipada, para obter a implantação de pensão, alegando ter-se casado com SERGIO NAZARENO DIAS DE SOUZA, segurado da Previdência, com quem conviveu durante 14 anos, de 1982 a 1996, quando ocorreu a separação judicial, mas, logo após a separação o casal fez as pazes e voltaram a residir juntos na Rua Alves do Vale nº 195, ap. 103, em Vila Valqueire, onde permaneceram durante mais 4 anos, até o falecimento do varão, em 02/07/2000, continuando a demandante a residir no mesmo local. Aduz ter tentado requerer administrativamente a pensão, mas o funcionário negou-se a receber seus documentos, alegando que a demandante não teria direito, por ser separada judicialmente. Inconformada, retornou ao mencionado Posto, tentando obter uma solução favorável para seu caso, sem sucesso, não lhe restando outro caminho que a via judicial. Pede a concessão da pensão retroativamente à data do óbito, com os corolários legais.

Contestação do INSS, nas fls. 45/48, com preliminar de falta de interesse, pois a demandante não demonstra ter havido indeferimento na via administrativa. Também alega falta de comprovação da alegada união estável, já que para o fazer tem de atender aos requisitos previstos na legislação previdenciária. Aduz que, mesmo que a autora seja considera dependente não haverá pagamento de atrasados, pois a habilitação só produz efeitos a partir da data em que é feito, ou seja, do trânsito em julgado da decisão judicial que lhe assegure a condição de beneficiária. Espera a improcedência do pedido.

A Autora prova baixa na hipoteca do imóvel adquirido pelo varão, na fl. 68. Foi produzida prova oral, com oitiva de três testemunhas da autora, conforme a assentada de fls. 85/88. Alegações finais da Autora, com os documentos de fls. 93/94, relativos ao pagamento à mesma dos direitos trabalhistas do último emprego de seu ex-marido.

Instada pelo Juízo (despacho de fl. 100) a esclarecer divergências quanto ao endereço do casal, a autora o fez pela petição de fls. 103/105, com os anexos de fls. 106/107 e mais certidão de ônus reais do imóvel de fls. 109/vº.

Ao acolher o pedido judicial, o magistrado de primeiro grau reconheceu o interesse da demandante, sendo que a defesa enérgica da Autarquia Previdenciária comprovava a necessidade do ajuizamento da demanda, havendo interesse de agir e, no mérito, considerou que as provas documentais e testemunhais comprovavam as alegações autorais, só não sendo o caso de concessão da pensão desde o óbito, pela falta de prova de requerimento administrativo prévio ao ajuizamento da demanda.

Apelação do INSS, nas fls. 123/126, pedindo a reforma do julgado, sustentando que a autora não era dependente do segurado, apontando para o rol de documentos que considera necessários para a comprovação da alegada união estável, o que não foi atendido pela apelada.

Para obter o cumprimento da antecipação da tutela, a autora aduna, nas fls. 131/134, comprovante dos últimos salários do finado segurado, por meio de contracheques e anotações em sua CTPS. A autora apresenta suas contra-razões nas fls. 136/138, esperando a manutenção da sentença.

Finalmente, após reiteradas intimações, é comprovada a concessão de pensão à autora, na fls. 152, constando ter sido requerida em 01/09/1000, sendo a data do óbito 02/07/2000. Depois, veio aos autos a carta de concessão de fls. 155/vº e o documento relativo à apuração de atrasados, a serem pagos por meio alternativo, na fl. 156. O INSS presta esclarecimentos nas fls. 167/8, com os anexos de fl. 169.

É o relatório. Passo a decidir:

Conforme já exposto no relatório, em face da sentença que julgou procedente em parte o pedido, determinando ao INSS a implantação de pensão por morte à demandante, apela apenas o INSS, considerando não ter ficado configurada a condição de companheira por parte da ora apelada.

O apelo da Autarquia Previdenciária e a remessa não merecem prosperar.

Trata-se de hipótese, não incomum, em que, mesmo tendo havido separação judicial de um casal, retornou a convivência e a ex-esposa passa a demandar pensão na condição de companheira, logo, dependente do falecido segurado. A certidão de casamento do casal, em 11/12/1982, com averbação da separação judicial, conforme mandado expedido em 22/01/1996, encontra-se na fl. 11. A certidão de óbito de Sergio Nazareno, com endereço na Rua Alves do Vale, 195, casa 2, encontra-se na fl. 12, sendo que inicialmente constava ainda estar casado com a autora, o que foi retificado, conforme a certidão de fl. 181.

Em apoio a seu pleito apresenta a Autora, com a inicial, outros documentos que comprovam a condição de segurado do falecido, a residência comum e a condição de companheira e dependente econômica do *"de cujus"*, a saber:

a) fls. 13 - escritura de aquisição, em 21/11/1996, por seu companheiro Sergio Nazareno Dias de Souza, com financiamento da CAIXA, do apto. 103 da Rua Alves do Vale, 195, em Vila Valqueire, local em que a autora continua residindo;
b) fl. 14/vº - comunicação de sinistro por morte de Sergio Nazareno, o comprador do imóvel, e requerimento de quitação, formulado pela autora perante a SASSE Seguros, na qualidade de legítima beneficiária de seu falecido companheiro, para receber a quitação do imóvel em seu nome, por ser a beneficiária na apólice de seguro do imóvel;
c) fl. 15 - cópia da compra de bem móvel feita pelo casal, em 29/04/1997, em que o falecido comprou o bem para a autora, constando no documento a assinatura dela;
d) fl. 16 - cópia de cartão de consulta do Hospital da Piedade, emitida em nome da autora, assinalando consultas em set/96, nov/96, jan/97, abr/97, jun/97, ago/97 e set/97, como dependente de Sergio Nazareno Dias de Souza;
e) fl. 17 - cópia da conta de luz de fev/2001, em nome do falecido companheiro da autora, para o endereço do casal, onde continua a viver a autora, que paga tal conta;
f) fl. 18 - cópia da conta de telefone em nome da autora, enviada para o endereço do casal, na Rua Alves do Vale, 195, casa 03, onde a autora continua a residir;
g) fl. 19 - cópia de cobrança de cartão de crédito da autora, enviada para o endereço do casal, na Rua Alves do Vale, 195, casa 3, paga pela autora, que lá reside;
h) fl. 20 - cópia de cobrança da taxa de incêndio do imóvel referido, exercício de 2000, em nome do finado Sergio Nazareno, com pagamento;
i) fls. 21 - cópias do IPTU, exercícios de 2001, 2000, 1999, 1998, 19997 e 1996, do imóvel citado (R. Alves do Vale, 195, ap 103), em nome de Sergio Nazareno, quitados;
j) fls. 22 - cópia de cadastro bancário de clientes emitido em nome do falecido e da autora, onde consta o endereço do casal na Rua Alves do Vale, 195, casa 3;
k) fl. 23 - novo cartão de consultas do Hospital da Piedade, figurando a autora como dependente de Sergio Nazareno;
l) fls. 24 - cópias da CTPS nº 27490, série 283, de Sergio Nazareno, emitida em 2.2.71, com anotações de vínculos empregatícios de 10/8/72 a 26/01/81;
m) fls. 25/29 e 31 - cópias da CTPS nº 44480, série 031RJ, de Sergio Nazareno, emitida em 13/12/82, com anotação de vínculos empregatícios , de 01/03/81 a 10/02/92 e de 01/06/92 a 13/05/98;
n) fls. 30 e 32/38 - cópias da CTPS nº 71373, série 109RJ, de Sergio Nazareno, emitida em 11/10/93, com anotações diversas e do último vínculo empregatício, de 01/03/1999 em diante (fl. 36);
o) fl. 68. - cópia de autorização da CAIXA, datada de 16/10/2001, à autora para baixa na hipoteca do imóvel adquirido por Sergio Nazareno;
p) fls. 93 - cópia do pagamento à autora, em 22/08/2000, dos direitos trabalhistas de Sergio Nazareno, por parte de sua última empregadora (A.E. da Almeida & Cia Ltda.), no valor de R$333,00;
q) fl. 94 - cópia do extrato de 24/11/1001, do FGTS em nome do finado Sergio Nazareno, enviado ao endereço do casal;
r) fls. 103/105 - esclarecimentos da autora sobre divergências quanto à numeração do imóvel em que o casal por último residiu, comprovadas por meio da documentação de fls. 106 e 107 e da certidão do registro imobiliário de fls. 109/vº;
s) fls. 131/133 - cópia dos três últimos recibos de pagamentos de salários, por A.E. da Almeida & Cia Ltda.ao falecido Sergio Nazareno, com anotações da última CTPS do trabalhador, com as últimas alterações salariais.

Jamais alguém que não fosse a companheira do finado segurado poderia ter em seu poder tão grande, variada e expressiva documentação, abrangendo documentos pessoais, documentos comprobatórios de propriedade e manutenção do imóvel adquirido, de cobranças e pagamentos efetuados de contas comuns e especiais, de compra de bem para guarnecer o imóvel e de dependência econômica em matéria de saúde.

Aliada a tão expressiva prova documental, a autora ainda logrou produzir a prova testemunhal colhida na assentada datada de 19/02/2002, de fl. 85, tratando-se de três testemunhas, sendo:

a) fl. 86 - Diego de Figueiredo Braga Pereira, conhecendo a demandante há quatro anos, sendo as mães de ambos amigas, tendo visitado, algumas vezes, em ocasião de jogos de futebol e datas festivas, a casa em que a autora e Sergio moravam, afirmando que até a morte dele moraram juntos no local, perto do Campo dos Afonsos, adunando ser ela sustentada por Sérgio;
b) fl. 87 - Maria Amélia Lima, conhecendo a autora através da mãe dela que era vizinha da testemunha, vindo a conhecer o casal, continuando ambos a conviverem até o falecimento de Sergio, afirmando que a autora era sustentada pelo companheiro;
c) fl. 88 - José Antonio Gregores de Araújo, que conheceu Sergio por quinze anos e através dele conheceu a autora, sempre tendo morado juntos e no momento do falecimento ainda estavam juntos, sendo Sergio quem trabalhava fora e sustentava o lar em que morava junto com a autora.

Assim, o conjunto de documentos trazidos aos autos pode ser considerado como o início de prova documental possível de ser produzida na presente hipótese, mesmo que divirja da relação de documentos invocada pela defesa, prevista no regulamento, o qual se dirige apenas às autoridades administrativas. Isso se dá porque, no processo civil pátrio, o magistrado forma livremente seu juízo, baseado nos elementos de convicção presentes nos autos. Tal sistemática se contrapõe a mero critério legal (tarifado), excessivamente formalista e já superado, onde o exame das provas é disciplinado por regras que, em tese, as enumeram e valoram, hierarquizando-as.

Tendo em vista a natureza informal da união estável, a importância e valoração das provas são bem esclarecidas pela doutrina, como abaixo:

"Diante da peculiaridade do companheirismo, a questão probatória se reveste de vultosa importância para o reconhecimento do instituto, e a conseqüente irradiação dos efeitos próprios de tal espécie de família. Assim, diferentemente do casamento que é demonstrado pela certidão respectiva, inexiste um documento formal que comprove a existência da relação fundada no companheirismo, razão pela qual há de se admitir todo e qualquer meio de prova admitido em direito, tal como ocorre em relação às situações fáticas que irradiam efeitos jurídicos, como, por exemplo, o usucapião.
(...)
Verifica-se, pois, que a prévia previsão legislativa acerca dos "únicos" meios de prova considerados para demonstrar o companheirismo, bem como a atribuição de importância maior a um documento do que a outro, para fins de aferição da existência ou não da situação fática irradiadora de efeitos jurídicos, não pode ser aceita pelo ordenamento jurídico brasileiro, não estando conforme a legislação atual o tarifamento da prova, motivo pelo qual o regulamento previdenciário somente deve ser considerado a título ilustrativo, mas nunca como modelo ou única fonte para a aferição da existência ou não do companheirismo em determinada relação fática."
(Gama, Guilherme Calmon Nogueira da. O Companheirismo - Uma espécie de família. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 1998, pág. 480/482).

A possibilidade jurídica de a companheira ou companheiro serem qualificados como dependentes, fazendo jus à pensão por morte é incontroversa, principalmente com o advento da Carta Política de 1988 (artigos 201, *V*; e 226, *§* 3°), que elevou a união estável à categoria de entidade familiar.

Sobre a união estável dispõe a Lei nº 9.278/96, reconhecendo, em seu artigo 1º, sua existência da convivência duradoura, pública e contínua, de um homem e uma mulher, estabelecida com objetivo de constituição de família e esta é a hipótese em exame, quanto à Autora.

A Lei nº 8.213/91 reconhece a qualidade de dependente à companheira ou companheiro, consoante o artigo, 16, I, sendo presumida a dependência econômica, consoante o § 4º do dispositivo legal citado, o que se aplica ao caso presente.

A respeito, aplica-se a jurisprudência uniforme dos Tribunais, abaixo exemplificada:

PREVIDENCIÁRIO - ART. 226, § 3º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 - UNIÃO ESTÁVEL - DIREITO À PENSÃO POR MORTE - DEPENDÊNCIA ECONÔMICA PRESUMIDA NOS TERMOS DO ART. 16, i DA LEI Nº 8.213/91 - ANTECIPAÇÃO DE TUTELA CONCESSIVA DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO COM RESSALVA FUNDADA NO ARTIGO 77, I, DA Lei nº 8.213/91 - SENTENÇA CONFIRMADA.
- O artigo 226, § 3º da Constituição Federal, regulamentado pela Lei nº 9.278/96, considera a União Estável entidade familiar, merecendo plena proteção do Estado.
- A dependência econômica da companheira, nos termos do art. 16, inciso I, da Lei nº 8.213/91, é presumida, sendo suficiente para o reconhecimento da respectiva pensão por morte a comprovação da União Estável. Documentos acostados aos autos hábeis à configuração da relação de companheirismo entre o ex-segurado e a Autora.
- O fato de o ex-segurado ser supostamente casado não exclui a pretensão da Autora em obter o devido benefício previdenciário, impondo-se a aplicação do art. 77, inciso I, da Lei 8.213/91 no caso de já existir esposa na qualidade de pensionista. Ao que consta, o INSS não apresentou óbices ao cumprimento da decisão antecipatória de tutela que determinou a concessão da pensão por morte à companheira do ex-segurado.
- Apelação e remessa necessária desprovidas
(TRF da 2ª Reg. Segunda Turma. AC nº 20010201012172-9, Rel. Juiz SÉRGIO FELTRIN CORRÊA - DJ de 19/12/2003)

"PREVIDENCIÁRIO - PENSÃO POR MORTE - CONCUBINATO - LEI Nº 8.213/91.
1. Ocorrida a morte em 1998, sob a égide da Lei nº 8.213/91, esta é a legislação que regula a hipótese de recebimento de pensão pleiteada por ex-companheira.
2. Demonstrada a convivência estável e duradoura, é presumida a dependência econômica da companheira, sendo, evidentemente, desnecessário fazer prova neste sentido.
3. A prova testemunhal produzida nos autos é eficaz para comprovar a existência de união estável.
4. A designação da autora junto ao INSS como companheira do segurado é irrelevante, se comprovada a união estável como entidade familiar, nos termos do § 3º, do art. 226, da Constituição Federal. Isto porque o silêncio do finado não pode ser interpretado de modo a obstar o direito de sua companheira à percepção da pensão por morte.
5. Apelação e remessa "ex-officio" improvidas."
(TRF 2ª Região - Segunda Turma - AC 312318 - Relator Des. Fed. Antonio Cruz Netto - DJ 21.07.2003, p. 64 - Unânime)

Em face do que foi exposto, entendo que o MM. Juiz *a quo* trilhou o melhor caminho ao reconhecer o direito da Requerente à pensão por morte deixada pelo segurado, bem como ao conceder a antecipação dos efeitos da tutela.

A procedência em parte do pedido decorreu da não comprovação de pedido administrativo prévio, embora a autora tenha dito ter comparecido mais de uma vez ao Posto do INSS com o propósito de requerer pensão por morte em seu favor. No entanto, conforme consta da Certidão PIS/PASEP/FGTS (fl. 152) e da Carta de Concessão (fls. 155/vº), consta que a pensão foi requerida pela Autora em 01/09/2000, logo, bem antes do ajuizamento da demanda.

Daí que foram gerados atrasados, sobre cujo montante e respectivo pagamento veio a polemizar a autora com o INSS. Tal matéria, que veio à tona após a prolação da sentença e à interposição do recurso, é própria da execução do julgado, não tendo sido devolvida ao exame do Tribunal, cabendo qualquer eventual dúvida ainda existente ser sanada oportunamente pelo magistrado de primeiro grau, quando baixarem os autos.

Pelo exposto, com base no artigo 557, "caput" do CPC. *nego provimento ao apelo e à Remessa Necessária*, mantendo os termos da douta sentença apelada..

Observadas as formalidades legais, não havendo recurso, baixem os autos à Vara de Origem.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007

MARCIA HELENA NUNES
Juíza Federal Convocada - Relatora

IV - REMESSA EX-OFFICIO EM AÇÃO CÍVEL 2002.51.10.006420-1

RELATORA	:JUÍZA FEDERAL CONV. MARCIA HELENA NUNES, EM AUXÍLIO À DES. FED. MARIA HELENA CISNE
PARTE AUTORA	:LUIZA DA CONCEICAO FERREIRA
ADVOGADO	:JOELSON DE SOUZA MOREIRA
PARTE RÉ	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	:RUTH MENDES DE OLIVEIRA
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 5A VARA DE SAO JOAO DE MERITI-RJ
ORIGEM	:QUINTA VARA FEDERAL DE SÃO JOÃO DE MERITI (200251100064201)

DECISÃO

Trata-se de REMESSA OFICIAL de sentença de fls. 91/101 que, antecipando a Tutela, condenou o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a rever a renda mensal inicial da parte autora, a fim de alterar, sucessivamente, o coeficiente aplicado de 60% para 80% a partir de 01/06/1992 e deste percentual até o patamar correspondente a 100% do que teria direito o segurado falecido, nos termos da atual redação do art. 75 da Lei 8.213/91.

Os autos vieram a esta Eg. Corte por força da remessa obrigatória. Relatados, decido:

Com efeito, é sabido que vinha adotando a tese esposada por parte da doutrina, segundo a qual, por considerar os fins sociais a que se destina o benefício de pensão por morte, autorizava a majoração do percentual aplicado no cálculo do benefício previdenciário, nos termos do art. 75 da Lei 8.213/91, alterado pela Lei 9.032/95.

Contudo, curvo-me, ao entendimento do Supremo Tribunal Federal que, por maioria de votos, deu provimento a dois recursos extraordinários interpostos pelo INSS (RE 416827/SC e RE 415454/SC), para cassar acórdão de Turma Recursal de Juizado Especial Federal que determinara a revisão da renda mensal de benefício de pensão por morte, com efeitos financeiros correspondentes à integralidade do salário de benefícios da previdência geral, a partir da vigência da Lei 9.032/95, independentemente da norma em vigor ao tempo do óbito do segurado.

De acordo com o informativo nº 455 do STF (5 a 9 de fevereiro de 2007), "considerou-se a orientação fixada pelo Supremo no sentido de que, se o direito ao benefício foi adquirido anteriormente à edição da nova lei, o seu cálculo deve se efetuar de acordo com a legislação vigente à época em que atendidos os requisitos necessários (princípio *tempus regit actum*). Asseverou-se, também, que a fonte de custeio da seguridade prevista no art. 195, § 5º, da CF assume feição típica de elemento institucional, de caráter dinâmico, estando a definição de seu conteúdo aberta a múltiplas concretizações. Dessa forma, cabe ao legislador regular o complexo institucional da seguridade, assim como suas fontes de custeio, compatibilizando o dever de contribuir do indivíduo com o interesse da comunidade. Afirmou-se que, eventualmente, o legislador, no caso, poderia ter previsto de forma diferente, mas desde que houvesse fonte de custeio adequada para tanto. Por fim, tendo em vista esse perfil do modelo contributivo da necessidade de fonte de custeio, aduziu-se que o próprio sistema previdenciário constitucionalmente adequado deve ser institucionalizado com vigência, em princípio, para o futuro."

De todo o exposto, conclui-se ser inadmissível qualquer interpretação da Lei 9.032/95 que venha imputar a aplicação de suas disposições a benefícios de pensão por morte concedidos em momento anterior a sua vigência.

No citado informativo, contém, ainda, a informação de que o Colendo Supremo Tribunal Federal deu provimento a mais 4.908 recursos extraordinários interpostos pelo INSS nos quais se discutia se a Lei 9.032/95 seria aplicável a pensões por morte e aposentadorias concedidas antes de sua vigência, cujo mérito, o STF, por unanimidade, aplicou a orientação fixada no julgamento dos dois supracitados recursos extraordinários, que foram julgados na sessão do dia 8.2.2007.

Portanto, se o benefício foi adquirido anteriormente à edição da nova lei (Lei 9.032/95), o seu cálculo deve se efetuar de acordo com a legislação vigente à época em que atendidos os requisitos necessários, incabível a aplicação da Lei 9.032/95 aos benefícios concedidos antes da sua vigência.

Com a inversão, verifico ser a Autora, beneficiária de justiça gratuita, hipossuficiente e a causa singela. Nessas condições, deve ser exonerada do ônus da sucumbência, inclusive da verba honorária, que fixo em R$50,00 (cinqüenta reais), enquanto estiver privada de recursos financeiros.

Sobre o tema, o Superior Tribunal de Justiça já decidiu, *verbis*:

"PROCESSUAL CIVIL - HONORÁRIOS - JUSTIÇA GRATUITA. A Lei nº 1.060/50 - estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados - estatui no art. 11, § 2º: "A parte vencida poderá acionar a vencedora para reaver as despesas do processo, inclusive honorários do advogado, desde que prove ter a última perdido a condição legal de necessitada". Cumpre distinguir ônus da sucumbência - igual para todas as partes e disponibilidade de recursos para o pagamento. Aqui, sim, reside a causa da distinção imposta pela isonomia. A exigência do pagamento fica suspensa enquanto persistir situação econômica que não permita ao vencido fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família. Cabe à parte vencedora, se for o caso, provar a não mais existência da condição legal de necessitado para reaver as custas e os honorários, conforme prevê o § 2º do art. 11 da Lei 1.060/50."
(REsp 189846/RJ - Sexta Turma - Rel. Min. Luiz Vicente Cernicchiaro - DJU 22/03/1999 p. 000270).

Ante o exposto, CONHEÇO DA REMESSA OFICIAL e, com fulcro no art. 557, § 1º-A, do CPC, c/c art. 43, § 1º, inciso VII, do Regimento Interno deste TRF-2ª Região DOU-LHE PROVIMENTO para julgar improcedente o pedido autoral, com a conseqüente inversão da sucumbência e revogação da tutela deferida.

Sem custas e honorários, enquanto persistir a situação de hipossuficiência econômica da Beneficiária.

Oportunamente, baixem os autos à Vara de origem.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007.

MARCIA HELENA NUNES
Juíza Federal Convocada
IDP

IV - APELACAO CIVEL 2003.02.01.005161-0

RELATORA	:JUÍZA FEDERAL CONV. MARCIA HELENA NUNES, EM AUXÍLIO À DES. FED. MARIA HELENA CISNE
APELANTE	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:ROSANGELA DO NASCIMENTO M PERES
APELADO	:MARIETA DOS SANTOS BRANDAO
ADVOGADO	:VERA LUCIA ROCHA BIZZARRI
REMETENTE	:JUIZO DE DIREITO DA 1A VARA DE MENDES-RJ
ORIGEM	:1A. VARA ESTADUAL - MENDES/RJ (009074)

DECISÃO

Trata-se de REMESSA OFICIAL e APELAÇÃO CÍVEL de sentença de fls. 84/86 que julgou procedente em parte o pedido autoral para condenar o INSS a reajustar o benefício previdenciário em tela nos termos da primeira parte da Súmula 260 do ex-TFR, até abril de 1989 e, após, em conformidade com o art. 58 da ADCT, até a data da implantação do Plano de Custeio e Benefícios da Previdência Social, observada a prescrição qüinqüenal. Os honorários foram fixados em 5% sobre o valor da condenação.

Em razões de recurso (fls. 89/92), o INSS pugnou pela improcedência do pedido.

Contra-razões apresentadas (fls. 95/97), o Ministério Público Estadual opinou pelo não provimento do recurso. Relatados, decido:

Da exata interpretação da Súmula 260/TFR:

Acerca dos reajustes dos benefícios, o extinto Tribunal Federal de Recursos editou a Súmula 260 com o seguinte teor:

"No primeiro reajuste do benefício previdenciário, deve-se aplicar o índice integral do aumento verificado, independente do mês de concessão, considerando nos reajustes subseqüentes, o salário mínimo atualizado"

A jurisprudência de nossos tribunais, dirimindo qualquer dúvida que pudesse subsistir sobre a interpretação da referida Súmula, pacificou o entendimento de que o seu comando não vincula o benefício ao número de salários mínimos, o que somente foi instituído pelo art. 58 do ADCT, que determinou a revisão dos benefícios em manutenção em 5 de outubro de 1988, com aplicação da equivalência salarial no período compreendido entre abril de 1989 e a data da regulamentação da Lei 8.213/91 (REsp nº 491436/RJ, relator Min. HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, *in* DJU de 13.09.2004, p. 300; REsp nº 623376/RJ, relator Min. JORGE SCARTEZZINI, in DJU de 02.08.2004, p. 556; REsp nº 313494/RJ, relator Min. FERNANDO GONÇALVES, *in* DJU de 19.12.2003, p. 629).

Isto porque o comando da Súmula 260/TFR apenas consolidou o entendimento jurisprudencial de que a Autarquia Previdenciária, a partir da edição da Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, ao reajustar os benefícios previdenciários, aplicou critérios que geraram prejuízos de duas ordens para o segurado da previdência social.

Por essa razão, diz-se que a referida Súmula compõe-se de duas partes. A primeira diz respeito ao prejuízo causado ao segurado por ocasião do primeiro reajustamento, ao ser aplicado a proporcionalidade dos índices de reajustes previstos para a correção dos benefícios previdenciários. A segunda aborda o errôneo enquadramento nas faixas salariais de reajuste por não ter a autarquia considerado o salário mínimo atualizado.

Posteriormente, essas distorções cessaram em dois momentos distintos:

1 . Em 13.11.1984, data da edição do Decreto-Lei nº 2.171/84, cessaram os problemas referentes à SEGUNDA PARTE da referida Súmula, ou seja, aqueles resultantes da aplicação do salário mínimo antigo. Aquele diploma legal determinou, expressamente, a utilização do salário mínimo atualizado.

2 . Em 07.08.1987, data da edição do Decreto-Lei nº 2.351/87, cessaram as distorções no que tange à PRIMEIRA PARTE, ou seja, aquelas referentes à aplicação proporcional do índice da política salarial. Aquele diploma legal determinou que o reajuste passassem a ser mensal.

Das distorções corrigidas pela PRIMEIRA PARTE da Súmula 260/TFR

O critério da aplicação proporcional dos índices de reajuste previstos para a correção dos benefícios previdenciários, adotado pela autarquia para aqueles benefícios cujas datas de concessão não coincidissem com a data de reajuste do salário mínimo, e combatido pela primeira parte do enunciado da Súmula 260/TFR teve início, conforme visto acima, a partir da Lei nº 6.708/79.

Contudo, a defasagem apontada nessa primeira parte da Súmula 260/TFR não atingiu todos os benefícios previdenciários.

Com efeito, tal critério não alcançou os benefícios enquadrados nas seguintes hipóteses:

os concedidos anteriormente à Lei nº 6.708/79 (DIB até 29.10.79), em razão de não existir distorção no primeiro reajuste, isto é, nesses casos, a autarquia aplicou integralmente o índice previsto;
os iniciados quando os reajustes eram semestrais e conferidos nos meses de maio e novembro de cada ano (DIB: nov/79; mai e nov/80; mai e nov/81; mai e nov/82; mai e nov/83; mai e nov/84 e mai e nov/85), em virtude da aplicação integral do índice de reajuste para os benefícios concedidos nesses meses, por coincidirem com a data de reajuste do salário mínimo.
os iniciados nos meses de março de 1986 e em janeiro, março, maio e junho de 1987, igualmente porque foram meses em que houve reajustes do salário mínimo. Logo, aplicado integralmente o índice previsto;
os iniciados em qualquer mês no período de agosto de 1987 a abril de 1989 (DIB entre 07.08.87 a 04.04.89), por força do Decreto-lei nº 2.351, de 07.08.87, quando os reajustes passaram a ser mensais;
e. os iniciados a partir de 05.04.89, em conseqüência da perda de eficácia da Súmula em referência.

Das distorções corrigidas pela SEGUNDA PARTE da Súmula 260/TFR

No que tange à segunda parte da Súmula 260 - o enquadramento nas faixas salariais de reajuste, considerando o salário mínimo atualizado e não o revogado -, a distorção atingiu, a princípio, os segurados que se aposentaram antes de novembro de 1984, posto que a partir dessa data, por força da determinação contida no Decreto-Lei nº 2.171, de 13.11.84, a autarquia previdenciária, ao reajustar os benefícios previdenciários, passou a considerar o valor do salário mínimo atualizado.

Posteriormente, essa distorção foi integralmente revista pelo INSS, alcançando o período, inclusive, de novembro de 1979 a outubro de 1984, em obediência aos preceitos da Lei nº 7.604/87, que determinou a atualização dos benefícios na forma corretamente estabelecida pelo Decreto-lei nº 2.171/84, e não na errônea interpretação do órgão, o que foi efetivamente cumprido e pago a todos os beneficiários, inexistindo diferenças devidas a esse título.

Art. 58 do ADCT

Em abril de 1989 perde eficácia a Súmula 260 em face da revisão determinada no art. 58 do ADCT-CF, passando a vigorar, temporariamente, o critério da equivalência em número de salários mínimos. Esta regra, de eficácia transitória, foi cumprida administrativamente pela Autarquia Previdenciária, através da Portaria Ministerial nº 4.426/1989, sendo indevida nova revisão, uma vez que já efetivada pelo INSS no período compreendido entre maio de 1989 até a regulamentação da legislação previdenciária que a sucedeu (art. 58, parágrafo único, do ADCT).

Art. 201, § 4º - EC nº 20/98

Com a implantação do Plano de Custeio e Benefícios da Previdência Social, a regra do art. 58 do ADCT perdeu sua eficácia, e o reajustamento, de modo a preservar, em caráter permanente, o valor real do benefício (CF, art. 201, §4º - EC nº 20/1998), passou a ser feito nos termos da legislação específica (Lei 8.213/1991 e alterações posteriores), não tendo relação com o número de salários mínimos correspondentes na época da concessão.

Essa vem sendo a orientação da jurisprudência de nossos Tribunais. Este E. Tribunal, por sua vez, no julgamento da Argüição de Inconstitucionalidade - AC nº 122804, em decisão plenária, conheceu do incidente para declarar a constitucionalidade do art. 41, inciso II, da Lei 8.213/1991 e alterar a dicção da sua Súmula 17, suprimindo-se do seu texto a referência ao salário mínimo como parâmetro para reajuste dos benefícios previdenciários (TRF-2ª Região, Argüição de Inconstitucionalidade na Apelação Cível 122804, Proc. nº 96.02.36095-0/RJ, Plenário, Rel. Des. Fed. Castro Aguiar, Julg. 07/02/2002, DJU 23/04/2002), sobrevindo a Súmula 29, com o seguinte teor:

"No reajuste dos benefícios de prestação continuada, mantidos pela Previdência Social, aplica-se o critério da Súmula nº 260 do extinto Tribunal Federal de Recursos até o sétimo mês após a vigência da Constituição Federal de 1988 e, a partir de então, os critérios de revisão estabelecidos nos arts. 58 do ADCT e 201, par. 2º, da mesma Carta Magna".

Feitas essas considerações, conclui-se que o benefício em tela NÃO deve ser revisto com base na primeira parte da Súmula 260/TFR, em virtude de ter sido concedido em 01/09/1976 e convertido em Aposentadoria Invalidez em 01/09/1991 - fl. 68, tampouco com base na segunda parte da Súmula, posto que o benefício foi corretamente enquadrado no sistema de faixas, conforme determinado pela Lei nº 7.604/87.

Ante o exposto, CONHEÇO DA REMESSA OFICIAL e da APELAÇÃO CÍVEL e, com fulcro no art. 557, § 1º-A, do CPC, c/c art. 43, § 1º, inciso VII, do Regimento Interno deste TRF-2ª Região DOU-LHES PROVIMENTO para julgar improcedente o pedido inicial.

Com a inversão, condeno a parte autora ao pagamento das custas judiciais e verba honorária que fixo em R$50,00 (cinqüenta reais).

Oportunamente, baixem os autos à Vara de origem.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007.

MARCIA HELENA NUNES
Juíza Federal Convocada
IDP

IV - APELACAO CIVEL 2003.51.10.006445-0

RELATORA	:JUÍZA FEDERAL CONV. MARCIA HELENA NUNES, EM AUXÍLIO À DES. FED. MARIA HELENA CISNE
APELADO	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:FLAVIA CORREA AZEREDO
APELADO	:DOMINGAS SOUZA MUNIZ
ADVOGADO	:NEWTON BATISTA TRANQUEIRA CALDAS
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 3A VARA DE SAO JOAO DE MERITI-RJ
ORIGEM	:TERCEIRA VARA FEDERAL DE SÃO JOÃO DE MERITI (200351100064450)

DECISÃO

Trata-se de REMESSA OFICIAL e APELAÇÃO CÍVEL de sentença de fls. 75/81 que, antecipando a tutela, condenou o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a majorar o coeficiente de cálculo da pensão por morte, concedida à parte autora, para o percentual de 100%, nos termos do art. 75 da Lei nº 8.213/91. Os honorários foram fixados em 5% sobre o valor da condenação.

Em razões de recurso (fls. 86/94) a Autarquia Previdenciária, em síntese, pugnou pela improcedência da ação com fulcro no artigo 5º, XXXVI, da Constituição Federal de 1988.

A parte autora interpôs Recurso Adesivo (fls. 102/108) pugnando pela majoração do percentual da verba honorária para 20% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 20, § 3º, do CPC, contra-arrazoado nas fls. 113/115.

Os autos vieram a esta Eg. Corte, oportunidade em que o Ministério Público Federal oficiou pela não intervenção no feito. Relatados, decido:

Com efeito, é sabido que vinha adotando a tese esposada por parte da doutrina, segundo a qual, por considerar os fins sociais a que se destina o benefício de pensão por morte, autorizava a majoração do percentual aplicado no cálculo do benefício previdenciário, nos termos do art. 75 da Lei 8.213/91, alterado pela Lei 9.032/95.

Contudo, curvo-me, ao entendimento do Supremo Tribunal Federal que, por maioria de votos, deu provimento a dois recursos extraordinários interpostos pelo INSS (RE 416827/SC e RE 415454/SC), para cassar acórdão de Turma Recursal de Juizado Especial Federal que determinara a revisão da renda mensal de benefício de pensão por morte, com efeitos financeiros correspondentes à integralidade do salário de benefícios da previdência geral, a partir da vigência da Lei 9.032/95, independentemente da norma em vigor ao tempo do óbito do segurado.

De acordo com o informativo nº 455 do STF (5 a 9 de fevereiro de 2007), "considerou-se a orientação fixada pelo Supremo no sentido de que, se o direito ao benefício foi adquirido anteriormente à edição da nova lei, o seu cálculo deve se efetuar de acordo com a legislação vigente à época em que atendidos os requisitos necessários (princípio *tempus regit actum*). Asseverou-se, também, que a fonte de custeio da seguridade prevista no art. 195, § 5º, da CF assume feição típica de elemento institucional, de caráter dinâmico, estando a definição de seu conteúdo aberta a múltiplas concretizações. Dessa forma, cabe ao legislador regular o complexo institucional da seguridade, assim como suas fontes de custeio, compatibilizando o dever de contribuir do indivíduo com o interesse da comunidade. Afirmou-se que, eventualmente, o legislador, no caso, poderia ter previsto de forma diferente, mas desde que houvesse fonte de custeio adequada para tanto. Por fim, tendo em vista esse perfil do modelo contributivo da necessidade de fonte de custeio, aduziu-se que o próprio sistema previdenciário constitucionalmente adequado deve ser institucionalizado com vigência, em princípio, para o futuro."

De todo o exposto, conclui-se ser inadmissível qualquer interpretação da Lei 9.032/95 que venha imputar a aplicação de suas disposições a benefícios de pensão por morte concedidos em momento anterior a sua vigência.

No citado informativo, contém, ainda, a informação de que o Colendo Supremo Tribunal Federal deu provimento a mais 4.908 recursos extraordinários interpostos pelo INSS nos quais se discutia se a Lei 9.032/95 seria aplicável a pensões por morte e aposentadorias concedidas antes de sua vigência, cujo mérito, o STF, por unanimidade, aplicou a orientação fixada no julgamento dos dois supracitados recursos extraordinários, que foram julgados na sessão do dia 8.2.2007.

Portanto, se o benefício foi adquirido anteriormente à edição da nova lei (Lei 9.032/95), o seu cálculo deve se efetuar de acordo com a legislação vigente à época em que atendidos os requisitos necessários, incabível a aplicação da Lei 9.032/95 aos benefícios concedidos antes da sua vigência.

Desta forma, merece ser provido o recurso do INSS e julgado prejudicado o Recurso Adesivo da parte autora.

Com a inversão, verifico ser a Autora, beneficiária de justiça gratuita, hipossuficiente e a causa singela. Nessas condições, deve ser exonerada do ônus da sucumbência, inclusive da verba honorária, que fixo em R$50,00 (cinqüenta reais), enquanto estiver privada de recursos financeiros.

Sobre o tema, o Superior Tribunal de Justiça já decidiu, *verbis*:

"PROCESSUAL CIVIL - HONORÁRIOS - JUSTIÇA GRATUITA. A Lei nº 1.060/50 - estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados - estatui no art. 11, § 2º: "A parte vencida poderá acionar a vencedora para reaver as despesas do processo, inclusive honorários do advogado, desde que prove ter a última perdido a condição legal de necessitada". Cumpre distinguir ônus da sucumbência - igual para todas as partes e disponibilidade de recursos para o pagamento. Aqui, sim, reside a causa da distinção imposta pela isonomia. A exigência do pagamento fica suspensa enquanto persistir situação econômica que não permita ao vencido fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família. Cabe à parte vencedora, se for o caso, provar a não mais existência da condição legal de necessitado para reaver as custas e os honorários, conforme prevê o § 2º do art. 11 da Lei 1.060/50."
(REsp 189846/RJ - Sexta Turma - Rel. Min. Luiz Vicente Cernicchiaro - DJU 22/03/1999 p. 000270).

Ante o exposto, CONHEÇO DA REMESSA e da APELAÇÃO CÍVEL e, com fulcro no art. 557, § 1º-A, do CPC, c/c art. 43, § 1º, inciso VII, do Regimento Interno deste TRF-2ª Região DOU-LHES PROVIMENTO para julgar improcedente o pedido autoral, com a conseqüente inversão da sucumbência e revogação da tutela deferida, e JULGO PREJUDICADO O RECURSO ADESIVO DE FLS. 102/108.

Sem custas e honorários, enquanto persistir a situação de hipossuficiência econômica da Beneficiária.

Oportunamente, baixem os autos à Vara de origem.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007.

MARCIA HELENA NUNES
Juíza Federal Convocada

IV - REMESSA EX-OFFICIO EM AÇÃO CÍVEL 2004.51.52.003281-3

RELATORA	:JUÍZA FEDERAL CONV. MARCIA HELENA NUNES, EM AUXÍLIO À DES. FED. MARIA HELENA CISNE
PARTE AUTORA	:PAULO FREDERICO JOHANN E OUTRO
ADVOGADO	:FRANK MARTINI CLARO
PARTE RÉ	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:ANGELO MARCIO L. SOARES
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 1A VARA DE NITEROI-RJ
ORIGEM	:1A. VARA FEDERAL - NITEROI/RJ (200451520032813)

DECISÃO

Trata-se de REMESSA OFICIAL de sentença de fls. 63/64 que, determinando a antecipação da tutela, julgou procedente o pedido de revisão da renda mensal inicial dos benefícios previdenciários das partes autoras para condenar o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a atualizar monetariamente os salários-de-contribuição, através da aplicação da variação integral do IRSM de fevereiro de 1994, no percentual de 39,67%.

A matéria não comporta mais dúvidas, a teor da orientação firmada pelo E. Superior Tribunal de Justiça e das Turmas Recursais dos Juizados Especiais.

À guisa de ilustração, confiram-se os v. arestos abaixo transcritos:

"PREVIDENCIÁRIO - RECURSO ESPECIAL - SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA - IRSM DE FEVEREIRO/94 (39,67%) - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - TERMO FINAL.
...
- Na atualização monetária dos salários-de-contribuição de benefício concedido após março de 1994, deve-se computar os índices, mês a mês, com inclusão do IRSM de fevereiro/94 (39,67%). Precedentes. ..."
(STJ, RESP 411345, Rel. Min. JORGE SCARTEZZINI, DJ de 15/09/2003)
...
"PREVIDENCIÁRIO. URV DE FEVEREIRO DE 1994. LEI 8.880/94. EXPURGO DE DEZ PONTOS PERCENTUAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. BENEFÍCIOS PAGOS COM ATRASO.
...
Inexiste erro no acórdão que manda aplicar à correção monetária de pagamentos em atraso, o IRSM de 39,67%, antes da conversão em URV. Precedentes. ..."
(STJ, RESP 147709, Rel. Min. JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, DJ de 08/11/1999).

Por sua vez, as Turmas Recursais do Rio de Janeiro editaram o Enunciado nº 24, *verbis*:

"É devida a correção monetária de salários de contribuição, para fins de apuração de renda mensal inicial, com base no IRSM integral do mês de fevereiro de 1994, da ordem de 39,67%, conforme precedentes do Superior Tribunal de Justiça."

Nessa mesma linha de raciocínio, a Súmula nº 19, da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, a saber:

"Para o cálculo da renda mensal inicial do benefício previdenciário deve ser considerado, na atualização dos salários de contribuição anteriores a março de 1994, a variação integral do IRSM de fevereiro de 1994, na ordem de 39,67% (art. 21, § 1º, da Lei nº 8.880/94).

Vem se firmando o entendimento jurisprudencial no âmbito das Turmas Recursais no sentido de que tal revisão somente se faz devida para os casos em que, para a correção monetária dos salários-de-contribuição considerados no PBC - Período Básico de Cálculo -, houve aplicação de índice de correção monetária do mês de fevereiro de 1994, já que os salários-de-contribuição são corrigidos monetariamente desde a data da competência mais antiga, até a DIB, não se exigindo que, do PBC, conste salário-de-contribuição da competência fevereiro de 1994, mas, que, para a correção monetária dos salários de contribuição do PBC, tenha sido considerado o índice de correção do mês de fevereiro de 1994, o que somente acontecerá se o mês de fevereiro de 1994 estiver entre a competência do salário-de-contribuição mais antigo considerado no PBC e a DIB.

Conforme se extrai das memórias de cálculo acostadas aos autos (fls. 10 e 15), a competência fevereiro de 1994 integrou o cálculo das rendas mensais iniciais dos benefícios previdenciários em tela, sofrendo as partes autoras prejuízo em conseqüência da conversão do IRSM em URV.

Ante o exposto, CONHEÇO DA REMESSA e, com fulcro no art. 557, *caput*, do CPC, c/c art. 43, § 1º, inciso II, do Regimento Interno deste TRF-2ª Região NEGO-LHE SEGUIMENTO.

Oportunamente, baixem os autos à Vara de origem.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007.

MARCIA HELENA NUNES
Juíza Federal Convocada

IV - APELACAO CIVEL 376738 2005.51.02.004769-8

RELATOR	:JUÍZA FEDERAL CONVOCADA MARCIA HELENA NUNES EM AUXÍLIO À DES. FED. MARIA HELENA
APELANTE	:ROSA MARIA RAMOS
ADVOGADO	:FEBO MANUEL DOS SANTOS MAGALHAES E OUTRO
APELADO	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:SEM PROCURADOR
ORIGEM	:JUÍZO FEDERAL DA 3ª. VARA DE NITERÓI/SJRJ (200551020047698)
ÓRGÃO ATUAL	:GABINETE DA DRA. MARIA HELENA CISNE

DECISÃO
Trata-se de Apelação de sentença de fl. 66, que extinguiu o processo se julgamento do mérito, com fulcro no art. 267, III, do CPC, por ter deixado de cumprir determinação judicial apesar de regularmente intimado.
Insurge-se a Autora, nas fls. 69/79, aduzindo, em síntese, que a decisão não cumprida pela mesma, interpretada como abandono da causa pelo Juízo *a quo*, foi a determinação daquele juízo a modificar o pedido, o que não está obrigada a cumprir. Requer a anulação da sentença de primeiro grau e retorno dos autos para regular prosseguimento.
Ausência de contra-razões tendo em vista a falta de citação do INSS.
Manifestação do Ministério Público Federal, nas fl. 35/38, opinando pela provimento do recurso.
É o relatório.
Passo a decidir.

A Autora ROSA MARIA RAMOS requer na presente Justificação Judicial o reconhecimento de sua dependência econômica para com sua genitora obtuada em 23/04/1990, a quem passou a depender após o falecimento de seu genitor em 01/05/1981, por convalecer de seqüelas de infarto.

O Juízo de primeiro grau extinguiu o feito por abandono da causa, tendo em vista a falta de cumprimento quanto a sua determinação, por parte da Autora, a emendar a inicial, fundado em sua experiência que por mais das vezes a autarquia previdenciária não acolhe a Justificação como prova.

A justificação judicial que é um procedimento de jurisdição voluntária, por vezes não é acolhida na esfera administrativa, mas não podemos afirmar a falência do procedimento em todos os casos.

O interesse processual existe quando a parte tem necessidade de ir a juízo para alcançar a tutela pretendida e, ainda, quando essa tutela jurisdicional pode trazerlhe alguma utilidade do ponto de vista prático. Somente se mover a ação errada ou utilizarse do procedimento incorreto, o provimento jurisdicional não lhe será útil.

Assim, a propositura de justificação judicial ou de processo de conhecimento é faculdade exclusiva da parte, não cabendo o julgador adentrar nesta seara.

Na hipótese dos autos, está comprovado o interesse da parte na prova da existência de fato ou relação jurídica, nos termos do dispositivo 861 da Lei Adjetiva.

Diante do exposto, dou provimento à apelação, com fulcro no art. 557, §1-A c/c art. 43, § 1º, inciso VII, do Regimento Interno deste TRF-2ª Região, para anular a sentença de extinção sem julgamento do mérito, para que o processo siga o seu curso, observado o disposto no art. 863 do Código de Processo Civil, julgandoa por sentença (art. 866 do mesmo código).

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007.

MARCIA HELENA NUNES
Juíza Federal Convocada

EXPEDIENTE Nº 132 DO DIA 9 DE ABRIL DE 2007

IV - APELACAO CIVEL 1990.51.01.047073-8

RELATOR	:JUÍZA FEDERAL CONVOCADA MARCIA HELENA NUNES EM AUXÍLIO AO DESEMBARGADOR FEDERAL SERGIO FELTRIN CORREA
APELANTE	:RUTH DE OLIVEIRA CALIXTO
ADVOGADO	:NADIA LUCIA DOS SANTOS ROQUE E OUTRO
APELADO	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:ALEXANDRE AUGUSTO QUINTAS
ORIGEM	:TRIGÉSIMA OITAVA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9000470730)

D E C I S Ã O

Trata-se de apelação interposta pela parte autora em face da sentença que julgou improcedente o pedido de revisão de benefício previdenciário.

RUTH DE OLIVEIRA CALIXTO ajuíza, em 31/10/1990, ação de rito ordinário, sob a égide da gratuidade de Justiça, objetivando a revisão do seu benefício previdenciário (DIB 09/11/1987 - fl. 10), "de forma a manter corrigido de acordo como valor que serviu de referencia para o cálculo inicial".
A juíza de primeiro grau julgou improcedente o pedido, fls. 74/78.
Da mencionada sentença, apela a parte autora, fls. 88/93, pugnando por sua reforma.

Sem contra-razões, fl.96.
Remetidos os autos a este E. Tribunal, deles teve vista o Ilustre representante do Ministério Público Federal, oficiando pela não intervenção ministerial (fls. 102/104).

Relatados, decido:

Conforme já exposto no relatório, apela a parte autora da sentença que julgou improcedente o pleito inicial.

A apelação não merece prosperar.

Senão, vejamos.

Cumpre observar, inicialmente, que a autora inova, em parte, o pedido, ao fundamentar o seu apelo no disposto na Súmula 260, requerendo, ainda, a revisão de sua RMI.

Analisando a inicial, tem-se que o objeto da presente ação é a revisão do benefício da autora, "de forma a manter corrigido de acordo como valor que serviu de referencia para o cálculo inicial". Ora, não faz parte do pleito inicial a revisão do benefício, com base na Súmula 260, do extinto TFR, nem a revisão da sua RMI, ainda que constantes da réplica de fls. 68/70.

Sendo assim, a apelação, na parte em que inova o pedido, não merece ser conhecida, uma vez que nosso ordenamento jurídico consagra a teoria da substanciação, que exige, na inicial, a descrição do fato e do fundamento jurídico que sustentam a causa de pedir, impedindo a consideração do que não tenha sido nela devidamente posto e identificado.

A respeito, são pertinentes os seguintes ensinamentos de conceituados processualistas:

"Na teoria da substanciação, adotada por nossa lei, a petição inicial define a causa, de modo que fundamento jurídico não descrito não pode ser levado em consideração, mesmo porque a causa de pedir é um dos elementos que identificam a causa, não podendo ser modificado sem o consentimento do réu, após a citação e, em nenhuma hipótese após o saneamento do processo (art. 264). Se o autor tiver outro fundamento jurídico para o pedido e deixou de apresentá-lo com a inicial, somente em ação própria poderá fazê-lo."
(Vicente Greco Filho, in *Direito Processual Civil Brasileiro*, São Paulo: Editora Saraiva, 2003, 2º vol. p. 100) (nosso grifo)

"O texto atual, porém, foi mais claro. Feita a citação, ao réu o autor deve satisfações e não pode sem o consentimento dele: a) modificar o pedido, que é o objetivo perseguido pela ação; b) alterar a causa petendi, ou seja, os motivos que o levaram a pleitear a tutela jurídica..."
(Sergio Sahione Fadel, in *Código de Processo Civil Comentado*, Rio de Janeiro: Editora Forense, 2004, p. 299-300) (nosso grifo)

No mais, com o advento do art. 58 do ADCT-CF, passou a vigorar, temporariamente, o critério da equivalência em número de salários mínimos. Esta regra, de eficácia transitória, foi cumprida administrativamente pela autarquia previdenciária, por meio da Portaria Ministerial nº 4.426/1989, sendo indevida nova revisão, uma vez que já efetivada pelo INSS no período compreendido entre abril de 1989 até a regulamentação da legislação previdenciária que a sucedeu, o que se deu em dezembro/1991 (regra do art. 58, parágrafo único, do ADCT).

Por outro lado, se a intenção do constituinte fosse manter o critério da equivalência salarial estabelecida de forma temporária pelo art. 58 do ADCT, tal regra estaria expressa no § 2º do art. 201 da CF/88, subtraindo do legislador infraconstitucional o poder de dispor sobre a matéria, o que não ocorreu.

Como se sabe, com a implantação do Plano de Custeio e Benefícios da Previdência Social, o reajustamento, de modo a preservar, em caráter permanente, o valor real do benefício (CF, art. 201, §4º - EC nº 20/1998), passou a ser feito nos termos da legislação específica (Lei 8.213/1991 e alterações posteriores), não tendo relação com o número de salários mínimos correspondentes na época da concessão.

Ressalte-se que a preservação do valor real dos benefícios previdenciários resulta da aplicação dos índices estabelecidos nos termos da legislação ordinária, conforme determinação expressa do próprio constituinte e, desta forma, não há que se falar em inconstitucionalidade, uma vez que não há confronto aos ditames da Carta Magna.

Em sendo assim, mesmo que o índice eleito pelo legislador não reflita da melhor maneira o desgaste inflacionário em determinado período, ainda assim não há inconstitucionalidade, eis que a Constituição delegou à lei a fixação do índice que melhor refletisse a preservação do valor real dos benefícios previdenciários, destacando-se que o índice inflacionário é referência para preservação do valor real.

Ademais, não pode o Poder Judiciário admitir a substituição do índice adotado pelo Poder Legislativo para a correção do benefício previdenciário, sob pena de praticar-se a invasão de um dos Poderes na esfera de competência de outro.

Neste sentido, os Tribunais Superiores, em reiteradas decisões, reconheceram a constitucionalidade dos critérios de reajuste de benefícios introduzidos pela Lei 8.213/91, conforme se depreende dos v. arestos abaixo transcritos:

"PREVIDÊNCIA SOCIAL.
- No caso, trata-se de benefício concedido em 04.06.91, e, portanto, posteriormente à promulgação da Constituição de 1988.
- Ora, esta Corte já firmou o entendimento de que somente os benefícios de prestação continuada mantidos pela Previdência Social são suscetíveis de sofrer revisão de seus valores de acordo com os critérios estabelecidos no artigo 58 do ADCT, cuja incidência, temporalmente limitada, não se projeta sobre situações de caráter previdenciário constituídas após 05 de outubro de 1988.
- Por outro lado, este Tribunal também já assentou a orientação no sentido de que a preservação permanente do valor real do benefício previdenciário se faz, como preceitua o artigo 201, §2º, da Constituição, conforme os critérios definidos em lei, cabendo a esta estabelecê-los, sendo, pois, de se afastar, no caso, a aplicação da equivalência com o salário mínimo após a entrada em vigor da Lei 8.213/91.
- Recurso extraordinário conhecido e provido".
(STF, RE 294083/RJ, Primeira Turma, Rel. Min. Moreira Alves, DJ 27/04/2001).

"PREVIDENCIÁRIO - PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL - DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL - LEI 8.213/91, ARTIGO 41, II - IPC - INPC - REVISÃO - JUROS MORATÓRIOS - ART. 219, DO CPC - ARTS. 1.536, PARÁGRAFO 2º E 1.062, DO CCB - SÚMULA 204/STJ.
- Após a edição da Lei 8.213/91, o modo de cálculo dos reajustes previdenciários obedece aos critérios fixados pelo seu art. 41, II, fixando-se o INPC e sucedâneos legais como índices revisores dos benefícios. Incabível a aplicação do IPC.
- Omissis.
- Omissis.
- Recurso especial conhecido e parcialmente provido".
(STJ, REsp 457504/SC, Quinta Turma, Rel. Min. Jorge Scartezzini, Julg. 15/04/2003, unânime, DJ12/05/2003, p. 332).

Sendo assim, com base no artigo 557, caput, do CPC e do artigo 43, § 1º, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nego seguimento à apelação, para manter o *decisum a quo*, na forma da fundamentação supra.

Decorrido o prazo recursal, certifique-se o trânsito em julgado e devolvam-se os presentes autos à Vara de origem.

Publique-se e intime-se.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007.

MARCIA HELENA NUNES
Juíza Federal convocada -Relatora

IV - APELACAO CIVEL 97.02.32269-3

RELATOR	:JUÍZA FEDERAL CONVOCADA MARCIA HELENA NUNES EM AUXÍLIO AO DESEMBARGADOR FEDERAL SERGIO FELTRIN CORREA
APELANTE	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	:MIREIA OLIVEIRA D'ALMEIDA
APELADO	:RAIMUNDO FIRMO DE MACEDO
ADVOGADO	:ROBERTO BOSSIO E OUTROS
ORIGEM	:2A. VARA ESTADUAL - NILOPOLIS/RJ (00018650)

D E C I S Ã O

Trata-se de remessa oficial e de apelação interposta pelo INSS em face da sentença que julgou procedente em parte o pedido aduzido na inicial.

RAIMUNDO FIRMO DE MACEDO ajuíza, em 20/12/1995, ação de rito ordinário, objetivando a revisão do benefício previdenciário a que faz jus (DIB 11/08/1993 - fl. 12), com base na equivalência salarial.

O juiz de primeiro grau julgou procedente em parte o pedido, fls. 25/27, condenando o INSS a proceder à revisão do benefício, tomando-se por base a equivalência da renda mensal inicial ao salário mínimo, mantendo-se o mesmo número de salários mínimos da data de sua concessão até a data da prolação da sentença, a partir de quando os aumentos seguirão a política salarial própria.

Da mencionada sentença, apela o INSS, fls. 31/37, pugnando por sua reforma.
Contra-razões, fls. 40/45.
Parecer do Ministério Público Estadual, fls. 48/51, opinando pelo parcial provimento do recurso.
Remetidos os autos a este E. Tribunal, deles teve vista o Ilustre representante do Ministério Público Federal, opinando pela manutenção da sentença (fl. 55).

Relatados, decido:

Conforme já exposto no relatório, subiram os autos em decorrência de remessa oficial e de apelação interposta pelo INSS em face da sentença que julgou procedente em parte o pleito inicial.

A apelação, bem como a remessa necessária merecem prosperar.

Senão, vejamos.
Com o advento do artigo 58 do ADCT-CF, passou a vigorar, temporariamente, o critério da equivalência em número de salários mínimos. Esta regra, de eficácia transitória, foi cumprida administrativamente pela autarquia previdenciária, por meio da Portaria Ministerial nº 4.426/1989, sendo indevida nova revisão, uma vez que já efetivada pelo INSS no período compreendido entre abril de 1989 até a regulamentação da legislação previdenciária que a sucedeu, o que se deu em dezembro/1991 (regra do art. 58, parágrafo único, do ADCT).

Por outro lado, se a intenção do constituinte fosse manter o critério da equivalência salarial estabelecida de forma temporária pelo art. 58 do ADCT, tal regra estaria expressa no § 2º do art. 201 da CF/88, subtraindo do legislador infraconstitucional o poder de dispor sobre a matéria, o que não ocorreu.

Como se sabe, com a implantação do Plano de Custeio e Benefícios da Previdência Social, o reajustamento, de modo a preservar, em caráter permanente, o valor real do benefício (CF, art. 201, §4º - EC nº 20/1998), passou a ser feito nos termos da legislação específica (Lei 8.213/1991 e alterações posteriores), não tendo relação com o número de salários mínimos correspondentes na época da concessão.

Ressalte-se que a preservação do valor real dos benefícios previdenciários resulta da aplicação dos índices estabelecidos nos termos da legislação ordinária, conforme determinação expressa do próprio constituinte e, desta forma, não há que se falar em inconstitucionalidade, uma vez que não há confronto aos ditames da Carta Magna.

Em sendo assim, mesmo que o índice eleito pelo legislador não reflita da melhor maneira o desgaste inflacionário em determinado período, ainda assim não há inconstitucionalidade, eis que a Constituição delegou à lei a fixação do índice que melhor refletisse a preservação do valor real dos benefícios previdenciários, destacando-se que o índice inflacionário é referência para preservação do valor real.

Ademais, não pode o Poder Judiciário admitir a substituição do índice adotado pelo Poder Legislativo para a correção do benefício previdenciário, sob pena de praticar-se a invasão de um dos Poderes na esfera de competência de outro.

Neste sentido, os Tribunais Superiores, em reiteradas decisões, reconheceram a constitucionalidade dos critérios de reajuste de benefícios introduzidos pela Lei 8.213/91, conforme se depreende dos v. arestos abaixo transcritos:

"PREVIDÊNCIA SOCIAL
- No caso, trata-se de benefício concedido em 04.06.91, e, portanto, posteriormente à promulgação da Constituição de 1988.
- Ora, esta Corte já firmou o entendimento de que somente os benefícios de prestação continuada mantidos pela Previdência Social são suscetíveis de sofrer revisão de seus valores de acordo com os critérios estabelecidos no artigo 58 do ADCT, cuja incidência, temporalmente limitada, não se projeta sobre situações de caráter previdenciário constituídas após 05 de outubro de 1988.
- Por outro lado, este Tribunal também já assentou a orientação no sentido de que a preservação permanente do valor real do benefício previdenciário se faz, como preceitua o artigo 201, §2º, da Constituição, conforme os critérios definidos em lei, cabendo a esta estabelecê-los, sendo, pois, de se afastar, no caso, a aplicação da equivalência com o salário mínimo após a entrada em vigor da Lei 8.213/91.
- Recurso extraordinário conhecido e provido".
(STF, RE 294083/RJ, Primeira Turma, Rel. Min. Moreira Alves, DJ 27/04/2001).

"PREVIDENCIÁRIO - PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL - DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL - LEI 8.213/91, ARTIGO 41, II - IPC - INPC - REVISÃO - JUROS MORATÓRIOS - ART. 219, DO CPC - ARTS. 1.536, PARÁGRAFO 2º E 1.062, DO CCB - SÚMULA 204/STJ.
- Após a edição da Lei 8.213/91, o modo de cálculo dos reajustes previdenciários obedece aos critérios fixados pelo seu art. 41, II, fixando-se o INPC e sucedâneos legais como índices revisores dos benefícios. Incabível a aplicação do IPC.
- Omissis.
- Omissis.
- Recurso especial conhecido e parcialmente provido".
(STJ, REsp 457504/SC, Quinta Turma, Rel. Min. Jorge Scartezzini, Julg. 15/04/2003, unânime, DJ12/05/2003, p. 332).

Desta forma, o pleito inicial não merece prosperar, na medida em que o benefício do autor foi concedido em 11/08/93, quando já não mais vigorava o critério de reajuste do artigo 58, do ADCT.
Sendo assim, com base no artigo 557, parágrafo 1º.-A, do CPC e do artigo 43, § 1º, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal, dou provimento à remessa necessária e à apelação do INSS para, reformando o *decisum* a quo, JULGAR IMPROCEDENTE O PEDIDO, nos termos da fundamentação supra. Condeno o autor nas custas e em honorários advocatícios, estes fixados em 10% sobre o valor da causa.

Decorrido o prazo recursal, certifique-se o trânsito em julgado e devolvam-se os presentes autos à Vara de origem.

Publique-se e intime-se.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007.

MARCIA HELENA NUNES
Juíza Federal convocada -Relatora

IV - REMESSA EX-OFFICIO EM AÇÃO CÍVEL 98.02.39018-6

RELATOR	:JUÍZA FEDERAL CONVOCADA MARCIA HELENA NUNES EM AUXILIO AO DESEMBARGADOR FEDERAL SERGIO FELTRIN CORREA
PARTE AUTORA	:JOSE NILCIO MARINS DA SILVA
ADVOGADO	:ANTONIO OZORIO DA SILVA
PARTE RÉ	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

ADVOGADO	:CARLOS MELLACE ZIMBARDI
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 1A VARA DE SAO PEDRO DA ALDEIA-RJ
ORIGEM	:PRIMEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9809004745)

D E C I S Ã O

Trata-se de remessa oficial em face da sentença de fls. 50/53, que julgou procedente em parte o pedido autoral.

JOSÉ NILCIO MARINS DA SILVA ajuíza, em 22/05/1991, ação de rito ordinário sob a égide da gratuidade de Justiça, objetivando a revisão do seu benefício previdenciário (DIB 09.06.1980 - fl. 10), desde a data da concessão, com base na súmula 260, do extinto TFR.

O Juiz de primeiro grau julgou procedente em parte o pedido (fls 50/53) condenando o INSS à revisão dos critérios aplicados ao primeiro reajuste de seu benefício previdenciário, que deve se dar na forma determinada na primeira parte da Súmula 260, calculando os atrasados até março de 1989, devendo as diferenças serem corrigidas monetariamente com base na lei nº 6899/81, aplicando-se os expurgos inflacionários acrescidos de juros de mora de 0,5% (zero vírgula cindo por cento) ao mês a contar da data da citação.

Não foi oferecido recurso voluntário, na fl 58.

Remetidos os autos a este E. Tribunal, deles teve vista o Ilustre representante do Ministério Público Federal, opinando pelo provimento da remessa necessária.(fl 63).

Relatados, decido:

Conforme já exposto no relatório, trata-se de remessa em face da sentença que julgou procedente em parte o pedido autoral.

A remessa não merece prosperar.

Para uma perfeita compreensão do caso em tela, vale ressaltar a exata interpretação da Súmula 260 do ex-TFR, editada com o seguinte teor:

"No primeiro reajuste do benefício previdenciário, deve-se aplicar o índice integral do aumento verificado, independente do mês de concessão, considerando nos reajustes subseqüentes, o salário mínimo então atualizado".

A jurisprudência federal, dirimindo qualquer dúvida que pudesse subsistir sobre a interpretação da referida súmula, pacificou o entendimento de que o seu comando não vincula o benefício ao número de salários mínimos, o que somente foi instituído pelo art. 58, do ADCT, que determinou a revisão dos benefícios em manutenção em 05 de outubro de 1988, com aplicação da equivalência salarial no período compreendido entre abril de 1989 e a data da regulamentação da Lei 8.213/91 (REsp nº 491436/RJ, relator Ministro Hélio Quaglia Barbosa, DJU de 13.9.2004, pág. 300; REsp nº 623376/RJ, relator Ministro Jorge Scartezzini, DJU de 02.8.2004, pág. 556; REsp nº 313494/RJ, relator Ministro Fernando Gonçalves, DJU de 19.12.2003, pág. 629).

Isso porque o comando da Súmula 260/TFR apenas consolidou o entendimento jurisprudencial de que a autarquia previdenciária, a partir da edição da Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, ao reajustar os benefícios previdenciários, aplicou critérios que geraram prejuízos de duas ordens para o segurado da previdência social.

Por essa razão, diz-se que a referida súmula compõe-se de duas partes.

A primeira diz respeito ao prejuízo causado ao segurado por ocasião do primeiro reajustamento, ao ser aplicada a proporcionalidade dos índices de reajustes previstos para a correção dos benefícios previdenciários. A segunda aborda o errôneo enquadramento nas faixas salariais de reajuste por não ter a autarquia considerado o salário mínimo atualizado.

Posteriormente, essas distorções cessaram em dois momentos distintos:

01) Em 13.11.1984, data da edição do Decreto-Lei nº 2.171/84, cessaram os problemas referentes à segunda parte da referida súmula, ou seja, aqueles resultantes da aplicação do salário mínimo antigo. Aquele diploma legal determinou, expressamente, a utilização do salário mínimo atualizado.

2) Em 07.08.1987, data da edição do Decreto-Lei nº 2.351/87, cessaram as distorções no que tange à primeira parte, ou seja, aquelas referentes à aplicação proporcional do índice da política salarial. Aquele diploma legal determinou que o reajuste passasse a ser mensal.

Quanto às distorções corrigidas pela primeira parte da Súmula 260/TFR, eis que o critério da aplicação proporcional dos índices de reajuste previstos para a correção dos benefícios previdenciários, adotado pela autarquia para aqueles benefícios cujas datas de concessão não coincidissem com a data de reajuste do salário mínimo, teve início, conforme visto acima, a partir da Lei nº 6.708/79.

Contudo, a defasagem apontada nessa primeira parte da Súmula 260/TFR não atingiu todos os benefícios previdenciários.

Com efeito, tal critério não alcançou os benefícios enquadrados nas seguintes hipóteses:

a) os concedidos anteriormente à Lei nº 6.708/79 (DIB até 29.10.79), em razão de não existir distorção no primeiro reajuste, isto é, nesses casos, a autarquia aplicou integralmente o índice previsto;
b) os iniciados quando os reajustes eram semestrais e conferidos nos meses de maio e novembro de cada ano (DIB: novembro/79; maio e novembro/80; maio e novembro/81; maio e novembro/82; maio e novembro/83; maio e novembro/84 e maio e novembro/85), em virtude da aplicação integral do índice de reajuste para os benefícios concedidos nesses meses, por coincidirem com a data de reajuste do salário mínimo.
c) os iniciados nos meses de março de 1986 e em janeiro, março, maio e junho de 1987, igualmente porque foram meses em que houve reajustes do salário mínimo. Logo, aplicado integralmente o índice previsto;
d) os iniciados em qualquer mês no período de agosto de 1987 a abril de 1989 (DIB entre 07.08.87 a 04.04.89), por força do Decreto-lei nº 2.351, de 07.08.87, quando os reajustes passaram a ser mensais;
e) e os iniciados a partir de 05/4/89, em conseqüência da perda de eficácia da Súmula em referência.

No que tange à segunda parte da Súmula 260 - o enquadramento nas faixas salariais de reajuste, considerando o salário mínimo atualizado e não o revogado -, a distorção atingiu, a princípio, os segurados que se aposentaram antes de novembro de 1984, posto que a partir dessa data, por força da determinação contida no Decreto-Lei nº 2.171, de 13/11/84, a autarquia previdenciária, ao reajustar os benefícios previdenciários, passou a considerar o valor do salário mínimo atualizado.

Posteriormente, essa distorção foi integralmente revista pelo INSS, alcançando o período, inclusive, de novembro de 1979 a outubro de 1984, em obediência aos preceitos da Lei nº 7.604/87, que determinou a atualização dos benefícios na forma corretamente estabelecida pelo Decreto-lei nº 2.171/84, e não na errônea interpretação do órgão, o que foi efetivamente cumprido e pago a todos os beneficiários, inexistindo diferenças devidas a esse título.

Em abril de 1989 perde eficácia a Súmula n° 260 em face da revisão determinada no art. 58 do ADCT-CF, passando a vigorar, temporariamente, o critério da equivalência em número de salários mínimos. Esta regra, de eficácia transitória, foi cumprida administrativamente pela autarquia previdenciária, por meio da Portaria Ministerial nº 4.426/1989, sendo indevida nova revisão, uma vez que já efetivada pelo INSS no período compreendido entre abril de 1989 até a regulamentação da legislação previdenciária que a sucedeu, o que se deu em dezembro/1991 (regra do art. 58, parágrafo único, do ADCT).

A orientação da jurisprudência dos Tribunais passou a ser seguida por este E. Tribunal, no julgamento da Argüição de Inconstitucionalidade - AC nº 122.804, em decisão plenária que conheceu do incidente para declarar a constitucionalidade do art. 41, inciso II, da Lei n° 8.213/1991, e alterar a dicção da sua Súmula n° 17, suprimindo-se do seu texto a referência ao salário mínimo como parâmetro para reajuste dos benefícios previdenciários (TRF 2ª Região, Argüição de Inconstitucionalidade na Apelação Cível 122804, Processo nº 96.02.36095-0/RJ, Plenário, Relator Desembargador Federal Castro Aguiar, DJU de 23/4/2002), sobrevindo a Súmula n° 29, com o seguinte teor:

"No reajuste dos benefícios de prestação continuada, mantidos pela Previdência Social, aplica-se o critério da Súmula nº 260 do extinto Tribunal Federal de Recursos até o sétimo mês após a vigência da Constituição Federal de 1988 e, a partir de então, os critérios de revisão estabelecidos nos arts. 58 do ADCT e 201, par. 2º, da mesma Carta Magna".

Após, com a regulamentação do Plano de Benefícios da Previdência Social (Decreto nº 357/91), em dezembro de 1991, são devidos, apenas, os critérios de reajustamento previstos pela Lei nº 8.213/91.

Feitas essas considerações, conclui-se que o benefício do autor, cuja DIB é de 09.06.1980 (fl. 10), foi atingido pelas distorções objetos da Súmula 260, do extinto TFR, fazendo jus, portanto, à revisão com base na 1º parte da súmula.Quanto à segunda parte da citada súmula, as distorções inicialmente ocorrentes foram corrigidas administrativamente.
Não merece, pois, reforma a r sentença de fls. 50/53.
Sendo assim, com base no artigo 557, *caput* e no artigo 43, parágrafo 1º, inciso II do Regimento Interno deste Tribunal, nego seguimento à remessa, para manter a sentença, na forma da fundamentação supra.
Decorrido o prazo recursal, certifique-se o trânsito em julgado e devolvam-se os presentes autos à Vara de origem.
Publique-se e intime-se.
Rio de Janeiro, 21 de março de 2007.
MARCIA HELENA NUNES
Juíza Federal convocada -Relatora

IV - REMESSA EX-OFFICIO EM AÇÃO CÍVEL 99.02.30191-6

RELATOR	:JUÍZA FEDERAL CONVOCADA MARCIA HELENA NUNES EM AUXÍLIO AO DESEMBARGADOR FEDERAL SERGIO FELTRIN CORREA
PARTE AUTORA	:ELZA VERONICA DA CRUZ E CASTRO
ADVOGADO	:RICARDO GUIMARAES DOS SANTOS E OUTRO
PARTE RÉ	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	:MAGALY DE OLIVEIRA MARTINS
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 1A VARA DE VOLTA REDONDA-RJ
ORIGEM	:PRIMEIRA VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA (9600528454)

D E C I S Ã O

Trata-se de remessa necessária em face da sentença de fls. 61/65, que julgou procedente em parte o pedido autoral.

ELZA VERÔNICA DA CRUZ E CASTRO ajuíza, em 12/07/1989, ação de rito ordinário, sob a égide da gratuidade de Justiça, objetivando a revisão do seu benefício previdenciário (DIB 24.02.1971 - fl. 34).

A juíza de primeiro grau julgou procedente em parte o pedido, fls. 61/65, condenando o INSS a proceder à revisão do benefício previdenciário da autora, utilizando o critério da Súmula 260 do extinto TFR.

Não foi apresentado recurso voluntário.
Remetidos os autos a este E. Tribunal, deles teve vista o Ilustre representante do Ministério Público Federal, opinando pela manutenção da sentença (fls. 70/72).

Relatados, decido:

Conforme já exposto no relatório, subiram os autos em função da remessa necessária em face da sentença que julgou procedente em parte o pleito autoral.

A remessa necessária merece prosperar.

Para uma perfeita compreensão do caso em tela, vale ressaltar a exata interpretação da Súmula 260 do ex-TFR, editada com o seguinte teor:

"No primeiro reajuste do benefício previdenciário, deve-se aplicar o índice integral do aumento verificado, independente do mês de concessão, considerando nos reajustes subseqüentes, o salário mínimo então atualizado"

A jurisprudência federal, dirimindo qualquer dúvida que pudesse subsistir sobre a interpretação da referida súmula, pacificou o entendimento de que o seu comando não vincula o benefício ao número de salários mínimos, o que somente foi instituído pelo art. 58, do ADCT, que determinou a revisão dos benefícios em manutenção em 05 de outubro de 1988, com aplicação da equivalência salarial no período compreendido entre abril de 1989 e a data da regulamentação da Lei 8.213/91 (REsp nº 491436/RJ, relator Ministro Hélio Quaglia Barbosa, DJU de 13.9.2004, pág. 300; REsp nº 623376/RJ, relator Ministro Jorge Scartezzini, DJU de 02.8.2004, pág. 556; REsp nº 313494/RJ, relator Ministro Fernando Gonçalves, DJU de 19.12.2003, pág. 629).

Isso porque o comando da Súmula 260/TFR apenas consolidou o entendimento jurisprudencial de que a autarquia previdenciária, a partir da edição da Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, ao reajustar os benefícios previdenciários, aplicou critérios que geraram prejuízos de duas ordens para o segurado da previdência social.

Por essa razão, diz-se que a referida súmula compõe-se de duas partes.

A primeira diz respeito ao prejuízo causado ao segurado por ocasião do primeiro reajustamento, ao ser aplicada a proporcionalidade dos índices de reajustes previstos para a correção dos benefícios previdenciários. A segunda aborda o errôneo enquadramento nas faixas salariais de reajuste por não ter a autarquia considerado o salário mínimo atualizado.

Posteriormente, essas distorções cessaram em dois momentos distintos:

01) Em 13.11.1984, data da edição do Decreto-Lei nº 2.171/84, cessaram os problemas referentes à segunda parte da referida súmula, ou seja, aqueles resultantes da aplicação do salário mínimo antigo. Aquele diploma legal determinou, expressamente, a utilização do salário mínimo atualizado.

2) Em 07.08.1987, data da edição do Decreto-Lei nº 2.351/87, cessaram as distorções no que tange à primeira parte, ou seja, aquelas referentes à aplicação proporcional do índice da política salarial. Aquele diploma legal determinou que o reajuste passasse a ser mensal.

Quanto às distorções corrigidas pela primeira parte da Súmula 260/TFR, eis que o critério da aplicação proporcional dos índices de reajuste previstos para a correção dos benefícios previdenciários, adotado pela autarquia para aqueles benefícios cujas datas de concessão não coincidissem com a data de reajuste do salário mínimo, teve início, conforme visto acima, a partir da Lei nº 6.708/79.

Contudo, a defasagem apontada nessa primeira parte da Súmula 260/TFR não atingiu todos os benefícios previdenciários.

Com efeito, tal critério não alcançou os benefícios enquadrados nas seguintes hipóteses:

a) os concedidos anteriormente à Lei nº 6.708/79 (DIB até 29.10.79), em razão de não existir distorção no primeiro reajuste, isto é, nesses casos, a autarquia aplicou integralmente o índice previsto;
b) os iniciados quando os reajustes eram semestrais e conferidos nos meses de maio e novembro de cada ano (DIB: novembro/79; maio e novembro/80; maio e novembro/81; maio e novembro/82; maio e novembro/83; maio e novembro/84 e maio e novembro/85), em virtude da aplicação integral do índice de reajuste para os benefícios concedidos nesses meses, por coincidirem com a data de reajuste do salário mínimo.
c) os iniciados nos meses de março de 1986 e em janeiro, março, maio e junho de 1987, igualmente porque foram meses em que houve reajustes do salário mínimo. Logo, aplicado integralmente o índice previsto;

d) os iniciados em qualquer mês no período de agosto de 1987 a abril de 1989 (DIB entre 07.08.87 a 04.04.89), por força do Decreto-lei nº 2.351, de 07.08.87, quando os reajustes passaram a ser mensais;
e) e os iniciados a partir de 05/4/89, em conseqüência da perda de eficácia da Súmula em referência.

No que tange à segunda parte da Súmula 260 - o enquadramento nas faixas salariais de reajuste, considerando o salário mínimo atualizado e não o revogado -, a distorção atingiu, a princípio, os segurados que se aposentaram antes de novembro de 1984, posto que a partir dessa data, por força da determinação contida no Decreto-Lei nº 2.171, de 13/11/84, a autarquia previdenciária, ao reajustar os benefícios previdenciários, passou a considerar o valor do salário mínimo atualizado.

Posteriormente, essa distorção foi integralmente revista pelo INSS, alcançando o período, inclusive, de novembro de 1979 a outubro de 1984, em obediência aos preceitos da Lei nº 7.604/87, que determinou a atualização dos benefícios na forma corretamente estabelecida pelo Decreto-lei nº 2.171/84, e não na errônea interpretação do órgão, o que foi efetivamente cumprido e pago a todos os beneficiários, inexistindo diferenças devidas a esse título.

Em abril de 1989 perde eficácia a Súmula n° 260 em face da revisão determinada no art. 58 do ADCT-CF, passando a vigorar, temporariamente, o critério da equivalência em número de salários mínimos. Esta regra, de eficácia transitória, foi cumprida administrativamente pela autarquia previdenciária, por meio da Portaria Ministerial nº 4.426/1989, sendo indevida nova revisão, uma vez que já efetivada pelo INSS no período compreendido entre abril de 1989 até a regulamentação da legislação previdenciária que a sucedeu, o que se deu em dezembro/1991 (regra do art. 58, parágrafo único, do ADCT).

A orientação da jurisprudência dos Tribunais passou a ser seguida por este E. Tribunal, no julgamento da Argüição de Inconstitucionalidade - AC nº 122.804, em decisão plenária que conheceu do incidente para declarar a constitucionalidade do art. 41, inciso II, da Lei n° 8.213/1991, e alterar a dicção da sua Súmula n° 17, suprimindo-se do seu texto a referência ao salário mínimo como parâmetro para reajuste dos benefícios previdenciários (TRF 2ª Região, Argüição de Inconstitucionalidade na Apelação Cível 122804, Processo nº 96.02.36095-0/RJ, Plenário, Relator Desembargador Federal Castro Aguiar, DJU de 23/4/2002), sobrevindo a Súmula n° 29, com o seguinte teor:

"No reajuste dos benefícios de prestação continuada, mantidos pela Previdência Social, aplica-se o critério da Súmula nº 260 do extinto Tribunal Federal de Recursos até o sétimo mês após a vigência da Constituição Federal de 1988 e, a partir de então, os critérios de revisão estabelecidos nos arts. 58 do ADCT e 201, par. 2º, da mesma Carta Magna".

Após, com a regulamentação do Plano de Benefícios da Previdência Social (Decreto nº 357/91), em dezembro de 1991, são devidos, apenas, os critérios de reajustamento previstos pela Lei nº 8.213/91.

Feitas essas considerações, conclui-se que o benefício da autora, cuja DIB é de 24.02.1971 (fl. 34), não foi atingido pelas distorções objetos da Súmula 260, do extinto TFR, posto que concedido antes do advento da Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979. Quanto à segunda parte da citada súmula, as distorções inicialmente ocorrentes foram corrigidas administrativamente.

Merece, pois, reforma, a r. sentença de fls. 61/65.

Sendo assim, com base no artigo 557, parágrafo 1º - A, do CPC e no artigo 43, § 1º, VII, do Regimento Interno deste Tribunal, dou provimento à remessa necessária, para JULGAR IMPROCEDENTE O PEDIDO, condenando a autora em honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da causa, ficando a execução suspensa, posto que o beneficiário de justiça gratuita não tem direito à isenção da condenação nas verbas de sucumbência, mas à suspensão do pagamento, enquanto durar a situação de pobreza, pelo prazo máximo de cinco anos, findo o qual estará prescrita a obrigação, a teor do disposto no artigo 12 da Lei nº 1.060/50" (AgRg no Recurso Especial 364.021/DF, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 26.05.03).

Decorrido o prazo recursal, certifique-se o trânsito em julgado e devolvam-se os presentes autos à Vara de origem.

Publique-se e intime-se.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007.

MARCIA HELENA NUNES
Juíza Federal convocada -Relatora

IV - REMESSA EX-OFFICIO 1999.02.01.049890-7

RELATOR	:JUÍZA FEDERAL CONVOCADA MARCIA HELENA NUNES EM AUXÍLIO AO DESEMBARGADOR FEDERAL SERGIO FELTRIN CORRÊA
PARTE AUTORA	:ALDA DOS SANTOS
ADVOGADO	:MARLENE DA CONCEICAO RAMOS
PARTE RÉ	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADORA	:CARMEN LUCIA TEIXEIRA FRAZAO
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 1A VARA DE SAO JOAO DE MERITI-RJ

D E C I S Ã O

Trata-se de reexame necessário em face da sentença de fls. 52/56, que julgou procedente o pedido de revisão de benefício previdenciário.

ALDA DOS SANTOS ajuíza, em 08/11/90, ação de rito ordinário, sob a égide da gratuidade de Justiça, objetivando a revisão do seu benefício previdenciário (DIB 11/06/79 - fl. 49), sob o fundamento de que a autarquia vem efetuando reajustes mediante a adoção de índices diversos daqueles previstos para a política salarial, ensejando o decréscimo de seu valor real.

O juízo de primeiro grau julgou procedente o pedido, condenando o INSS a proceder à revisão do benefício previdenciário do autor, utilizando o critério da Súmula 260 do extinto TFR desde a data da concessão até 05 de abril de 1989, quando entrou em vigor o art. 58 do ADCT/88, e a pagar à parte autora, até a implantação correta, as diferenças sobre as prestações vencidas, apuradas em liquidação, respeitada a prescrição qüinqüenal a contar do ajuizamento da ação, com o acréscimo de correção monetária plena, nos termos da Lei n° 6.899/81, desde quando devida cada parcela, mesmo para aquelas anteriores ao ajuizamento da ação, consoante as súmulas n° 43 e 148 do STJ; e de juros de mora de 3º (seis por cento) ao ano, a partir da citação, sobre os valores corrigidos.

Não houve recurso voluntário.
Remetidos os autos a este e. Tribunal, deles teve vista o ilustre representante do Ministério Público Federal, oficiando pela manutenção da sentença de piso (fls. 62/63).

Relatados, decido:

Conforme já exposto no relatório, subiram os autos em face da remessa necessária, a qual merece prosperar.

Senão, vejamos.

Para uma perfeita compreensão do caso em tela, vale ressaltar a exata interpretação da Súmula 260 do ex-TFR, editada com o seguinte teor:

"No primeiro reajuste do benefício previdenciário, deve-se aplicar o índice integral do aumento verificado, independente do mês de concessão, considerando nos reajustes subseqüentes, o salário mínimo então atualizado"

A jurisprudência federal, dirimindo qualquer dúvida que pudesse subsistir sobre a interpretação da referida súmula, pacificou o entendimento de que o seu comando não vincula o benefício ao número de salários mínimos, o que somente foi instituído pelo art. 58, do ADCT, que determinou a revisão dos benefícios em manutenção em 05 de outubro de 1988, com aplicação da equivalência salarial no período compreendido entre abril de 1989 e a data da regulamentação da Lei 8.213/91 (REsp nº 491436/RJ, relator Ministro Hélio Quaglia Barbosa, DJU de 13.9.2004, pág. 300; REsp nº 623376/RJ, relator Ministro Jorge Scartezzini, DJU de 02.8.2004, pág. 556; REsp nº 313494/RJ, relator Ministro Fernando Gonçalves, DJU de 19.12.2003, pág. 629).

Isso porque o comando da Súmula 260/TFR apenas consolidou o entendimento jurisprudencial de que a autarquia previdenciária, a partir da edição da Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, ao reajustar os benefícios previdenciários, aplicou critérios que geraram prejuízos de duas ordens para o segurado da previdência social.

Por essa razão, diz-se que a referida súmula compõe-se de duas partes.

A primeira diz respeito ao prejuízo causado ao segurado por ocasião do primeiro reajustamento, ao ser aplicada a proporcionalidade dos índices de reajustes previstos para a correção dos benefícios previdenciários. A segunda aborda o errôneo enquadramento nas faixas salariais de reajuste por não ter a autarquia considerado o salário mínimo atualizado.

Posteriormente, essas distorções cessaram em dois momentos distintos:

01) Em 13.11.1984, data da edição do Decreto-Lei nº 2.171/84, cessaram os problemas referentes à segunda parte da referida súmula, ou seja, aqueles resultantes da aplicação do salário mínimo antigo. Aquele diploma legal determinou, expressamente, a utilização do salário mínimo atualizado.

2) Em 07.08.1987, data da edição do Decreto-Lei nº 2.351/87, cessaram as distorções no que tange à primeira parte, ou seja, aquelas referentes à aplicação proporcional do índice da política salarial. Aquele diploma legal determinou que o reajuste passasse a ser mensal.

Quanto às distorções corrigidas pela primeira parte da Súmula 260/TFR, eis que o critério da aplicação proporcional dos índices de reajuste previstos para a correção dos benefícios previdenciários, adotado pela autarquia para aqueles benefícios cujas datas de concessão não coincidissem com a data de reajuste do salário mínimo, teve início, conforme visto acima, a partir da Lei nº 6.708/79.

Contudo, a defasagem apontada nessa primeira parte da Súmula 260/TFR não atingiu todos os benefícios previdenciários.

Com efeito, tal critério não alcançou os benefícios enquadrados nas seguintes hipóteses:

a) os concedidos anteriormente à Lei nº 6.708/79 (DIB até 29.10.79), em razão de não existir distorção no primeiro reajuste, isto é, nesses casos, a autarquia aplicou integralmente o índice previsto;
b) os iniciados quando os reajustes eram semestrais e conferidos nos meses de maio e novembro de cada ano (DIB: novembro/79; maio e novembro/80; maio e novembro/81; maio e novembro/82; maio e novembro/83; maio e novembro/84 e maio e novembro/85), em virtude da aplicação integral do índice de reajuste para os benefícios concedidos nesses meses, por coincidirem com a data de reajuste do salário mínimo.
c) os iniciados nos meses de março de 1986 e em janeiro, março, maio e junho de 1987, igualmente porque foram meses em que houve reajustes do salário mínimo. Logo, aplicado integralmente o índice previsto;
d) os iniciados em qualquer mês no período de agosto de 1987 a abril de 1989 (DIB entre 07.08.87 a 04.04.89), por força do Decreto-lei nº 2.351, de 07.08.87, quando os reajustes passaram a ser mensais;
e) e os iniciados a partir de 05/4/89, em conseqüência da perda de eficácia da Súmula em referência.

No que tange à segunda parte da Súmula 260 - o enquadramento nas faixas salariais de reajuste, considerando o salário mínimo atualizado e não o revogado -, a distorção atingiu, a princípio, os segurados que se aposentaram antes de novembro de 1984, posto que a partir dessa data, por força da determinação contida no Decreto-Lei nº 2.171, de 13/11/84, a autarquia previdenciária, ao reajustar os benefícios previdenciários, passou a considerar o valor do salário mínimo atualizado.

Posteriormente, essa distorção foi integralmente revista pelo INSS, alcançando o período, inclusive, de novembro de 1979 a outubro de 1984, em obediência aos preceitos da Lei nº 7.604/87, que determinou a atualização dos benefícios na forma corretamente estabelecida pelo Decreto-lei nº 2.171/84, e não na errônea interpretação do órgão, o que foi efetivamente cumprido e pago a todos os beneficiários, inexistindo diferenças devidas a esse título.

Em abril de 1989 perde eficácia a Súmula n° 260 em face da revisão determinada no art. 58 do ADCT-CF, passando a vigorar, temporariamente, o critério da equivalência em número de salários mínimos. Esta regra, de eficácia transitória, foi cumprida administrativamente pela autarquia previdenciária, por meio da Portaria Ministerial nº 4.426/1989, sendo indevida nova revisão, uma vez que já efetivada pelo INSS no período compreendido entre abril de 1989 até a regulamentação da legislação previdenciária que a sucedeu, o que se deu em dezembro/1991 (regra do art. 58, parágrafo único, do ADCT).

A orientação da jurisprudência dos Tribunais passou a ser seguida por este E. Tribunal, no julgamento da Argüição de Inconstitucionalidade - AC nº 122.804, em decisão plenária que conheceu do incidente para declarar a constitucionalidade do art. 41, inciso II, da Lei n° 8.213/1991, e alterar a dicção da sua Súmula n° 17, suprimindo-se do seu texto a referência ao salário mínimo como parâmetro para reajuste dos benefícios previdenciários (TRF 2ª Região, Argüição de Inconstitucionalidade na Apelação Cível 122804, Processo nº 96.02.36095-0/RJ, Plenário, Relator Desembargador Federal Castro Aguiar, DJU de 23/4/2002), sobrevindo a Súmula n° 29, com o seguinte teor:

"No reajuste dos benefícios de prestação continuada, mantidos pela Previdência Social, aplica-se o critério da Súmula nº 260 do extinto Tribunal Federal de Recursos até o sétimo mês após a vigência da Constituição Federal de 1988 e, a partir de então, os critérios de revisão estabelecidos nos arts. 58 do ADCT e 201, par. 2º, da mesma Carta Magna".

Após, com a regulamentação do Plano de Benefícios da Previdência Social (Decreto nº 357/91), em dezembro de 1991, são devidos, apenas, os critérios de reajustamento previstos pela Lei nº 8.213/91.

Feitas essas considerações, conclui-se que o benefício da autora, cuja DIB é de 11.06.79 (fl. 49), não foi atingido pelas distorções objeto da Súmula 260, do extinto TFR, uma vez que concedido antes do advento da Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979. Quanto à segunda parte da citada súmula, as distorções inicialmente ocorrentes foram corrigidas administrativamente.

Sendo assim, com base no artigo 557, *caput* e parágrafo 1º.-A, do CPC, dou provimento à remessa necessária, para JULGAR IMPROCEDENTE O PEDIDO, deixando de condenar a parte autora nas custas e condenando-a em honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da causa, ficando a execução suspensa, nos termos do artigo 12, da Lei 1060/50, em face da gratuidade de Justiça ora deferida.

Decorrido o prazo recursal, certifique-se o trânsito em julgado e devolvam-se os presentes autos à Vara de origem.

Publique-se e intime-se.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2007.

MARCIA HELENA NUNES
Juíza Federal convocada -Relatora

IV - APELACAO CIVEL 2000.02.01.000817-9

RELATOR	:JUÍZA FEDERAL CONVOCADA MARCIA HELENA NUNES EM AUXÍLIO AO DESEMBARGADOR FEDERAL SERGIO FELTRIN CORREA
APELANTE	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	:MARIO DE SOUZA CAMARGO
APELADO	:NATANAEL MARTINS
ADVOGADO	:CLOVIS BORGES MORAES
ORIGEM	:2A. VARA ESTADUAL - NILOPOLIS/RJ (0014603)

D E C I S Ã O

Trata-se de remessa necessária e de apelação interposta pelo INSS em face da sentença que julgou procedente o pedido autoral.

NATANAEL MARTINS ajuíza, em 31/01/1991, ação de rito ordinário, sob a égide da gratuidade de Justiça, objetivando a revisão do seu benefício previdenciário (DIB 01.10.1979 - fl. 09), com base na Súmula 260, do extinto TFR.

A juíza de primeiro grau julgou procedente o pedido, fls. 21/24, condenando o INSS a proceder à revisão do benefício previdenciário da parte autora, com base na Súmula 260, do extinto TFR, até 31 de março de 1989, a partir de quando a revisão deverá ser feita nos moldes do artigo 58, do ADCT, até a vigência da Lei 8.213/91.

Da mencionada sentença, apela a autarquia, nas fls. 25/33, pugnando por sua reforma.
Sem contra-razões.
Parecer do Ministério Público Estadual, fls. 38/42, opinando pelo improvimento recurso.
Remetidos os autos a este E. Tribunal, deles teve vista o Ilustre representante do Ministério Público Federal, opinando pela manutenção da sentença (fls. 45/46).

Relatados, decido:

Conforme já exposto no relatório, subiram os autos em função da remessa necessária e apelação interposta pelo INSS em face da sentença que julgou procedente o pleito autoral.

A apelação, bem como a remessa necessária, merecem prosperar.

Senão, vejamos:

Para uma perfeita compreensão do caso em tela, vale ressaltar a exata interpretação da Súmula 260 do ex-TFR, editada com o seguinte teor:

"No primeiro reajuste do benefício previdenciário, deve-se aplicar o índice integral do aumento verificado, independente do mês de concessão, considerando nos reajustes subseqüentes, o salário mínimo então atualizado"

A jurisprudência federal, dirimindo qualquer dúvida que pudesse subsistir sobre a interpretação da referida súmula, pacificou o entendimento de que o seu comando não vincula o benefício ao número de salários mínimos, o que somente foi instituído pelo art. 58, do ADCT, que determinou a revisão dos benefícios em manutenção em 05 de outubro de 1988, com aplicação da equivalência salarial no período compreendido entre abril de 1989 e a data da regulamentação da Lei 8.213/91 (REsp nº 491436/RJ, relator Ministro Hélio Quaglia Barbosa, DJU de 13.9.2004, pág. 300; REsp nº 623376/RJ, relator Ministro Jorge Scartezzini, DJU de 02.8.2004, pág. 556; REsp nº 313494/RJ, relator Ministro Fernando Gonçalves, DJU de 19.12.2003, pág. 629).

Isso porque o comando da Súmula 260/TFR apenas consolidou o entendimento jurisprudencial de que a autarquia previdenciária, a partir da edição da Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, ao reajustar os benefícios previdenciários, aplicou critérios que geraram prejuízos de duas ordens para o segurado da previdência social.

Por essa razão, diz-se que a referida súmula compõe-se de duas partes.

A primeira diz respeito ao prejuízo causado ao segurado por ocasião do primeiro reajustamento, ao ser aplicada a proporcionalidade dos índices de reajustes previstos para a correção dos benefícios previdenciários. A segunda aborda o errôneo enquadramento nas faixas salariais de reajuste por não ter a autarquia considerado o salário mínimo atualizado.

Posteriormente, essas distorções cessaram em dois momentos distintos:

01) Em 13.11.1984, data da edição do Decreto-Lei nº 2.171/84, cessaram os problemas referentes à segunda parte da referida súmula, ou seja, aqueles resultantes da aplicação do salário mínimo antigo. Aquele diploma legal determinou, expressamente, a utilização do salário mínimo atualizado.

2) Em 07.08.1987, data da edição do Decreto-Lei nº 2.351/87, cessaram as distorções no que tange à primeira parte, ou seja, aquelas referentes à aplicação proporcional do índice da política salarial. Aquele diploma legal determinou que o reajuste passasse a ser mensal.

Quanto às distorções corrigidas pela primeira parte da Súmula 260/TFR, eis que o critério da aplicação proporcional dos índices de reajuste previstos para a correção dos benefícios previdenciários, adotado pela autarquia para aqueles benefícios cujas datas de concessão não coincidissem com a data de reajuste do salário mínimo, teve início, conforme visto acima, a partir da Lei nº 6.708/79.

Contudo, a defasagem apontada nessa primeira parte da Súmula 260/TFR não atingiu todos os benefícios previdenciários.

Com efeito, tal critério não alcançou os benefícios enquadrados nas seguintes hipóteses:

a) os concedidos anteriormente à Lei nº 6.708/79 (DIB até 29.10.79), em razão de não existir distorção no primeiro reajuste, isto é, nesses casos, a autarquia aplicou integralmente o índice previsto;

b) os iniciados quando os reajustes eram semestrais e conferidos nos meses de maio e novembro de cada ano (DIB: novembro/79; maio e novembro/80; maio e novembro/81; maio e novembro/82; maio e novembro/83; maio e novembro/84 e maio e novembro/85), em virtude da aplicação integral do índice de reajuste para os benefícios concedidos nesses meses, por coincidirem com a data de reajuste do salário mínimo.
c) os iniciados nos meses de março de 1986 e em janeiro, março, maio e junho de 1987, igualmente porque foram meses em que houve reajustes do salário mínimo. Logo, aplicado integralmente o índice previsto;
d) os iniciados em qualquer mês no período de agosto de 1987 a abril de 1989 (DIB entre 07.08.87 a 04.04.89), por força do Decreto-lei nº 2.351, de 07.08.87, quando os reajustes passaram a ser mensais;
e) e os iniciados a partir de 05/4/89, em conseqüência da perda de eficácia da Súmula em referência.

No que tange à segunda parte da Súmula 260 - o enquadramento nas faixas salariais de reajuste, considerando o salário mínimo atualizado e não o revogado -, a distorção atingiu, a princípio, os segurados que se aposentaram antes de novembro de 1984, posto que a partir dessa data, por força da determinação contida no Decreto-Lei nº 2.171, de 13/11/84, a autarquia previdenciária, ao reajustar os benefícios previdenciários, passou a considerar o valor do salário mínimo atualizado.

Posteriormente, essa distorção foi integralmente revista pelo INSS, alcançando o período, inclusive, de novembro de 1979 a outubro de 1984, em obediência aos preceitos da Lei nº 7.604/87, que determinou a atualização dos benefícios na forma corretamente estabelecida pelo Decreto-lei nº 2.171/84, e não na errônea interpretação do órgão, o que foi efetivamente cumprido e pago a todos os beneficiários, inexistindo diferenças devidas a esse título.

Em abril de 1989 perde eficácia a Súmula n° 260 em face da revisão determinada no art. 58 do ADCT-CF, passando a vigorar, temporariamente, o critério da equivalência em número de salários mínimos. Esta regra, de eficácia transitória, foi cumprida administrativamente pela autarquia previdenciária, por meio da Portaria Ministerial nº 4.426/1989, sendo indevida nova revisão, uma vez que já efetivada pelo INSS no período compreendido entre abril de 1989 até a regulamentação da legislação previdenciária que a sucedeu, o que se deu em dezembro/1991 (regra do art. 58, parágrafo único, do ADCT).

A orientação da jurisprudência dos Tribunais passou a ser seguida por este E. Tribunal, no julgamento da Argüição de Inconstitucionalidade - AC nº 122.804, em decisão plenária que conheceu do incidente para declarar a constitucionalidade do art. 41, inciso II, da Lei n° 8.213/1991, e alterar a dicção da sua Súmula n° 17, suprimindo-se do seu texto a referência ao salário mínimo como parâmetro para reajuste dos benefícios previdenciários (TRF 2ª Região, Argüição de Inconstitucionalidade na Apelação Cível 122804, Processo nº 96.02.36095-0/RJ, Plenário, Relator Desembargador Federal Castro Aguiar, DJU de 23/4/2002), sobrevindo a Súmula n° 29, com o seguinte teor:

"No reajuste dos benefícios de prestação continuada, mantidos pela Previdência Social, aplica-se o critério da Súmula nº 260 do extinto Tribunal Federal de Recursos até o sétimo mês após a vigência da Constituição Federal de 1988 e, a partir de então, os critérios de revisão estabelecidos nos arts. 58 do ADCT e 201, par. 2º, da mesma Carta Magna".

Após, com a regulamentação do Plano de Benefícios da Previdência Social (Decreto nº 357/91), em dezembro de 1991, são devidos, apenas, os critérios de reajustamento previstos pela Lei nº 8.213/91.

Feitas essas considerações, conclui-se que o benefício da autora, cuja DIB é de 01.10.1979 (fl. 09), não foi atingido pelas distorções objetos da Súmula 260, do extinto TFR, posto que concedido antes do advento da Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979. Quanto à segunda parte da citada súmula, as distorções inicialmente ocorrentes foram corrigidas administrativamente.

Merece, pois, reforma, a r. sentença de fls. 21/24.

Sendo assim, com base no artigo 557, parágrafo 1º - A, do CPC e no artigo 43, § 1º, VII, do Regimento Interno deste Tribunal, dou provimento à apelação e à remessa necessária, para JULGAR IMPROCEDENTE O PEDIDO, condenando o autor em honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da causa, ficando a execução suspensa, posto que o beneficiário de justiça gratuita não tem direito à isenção da condenação nas verbas de sucumbência, mas à suspensão do pagamento, enquanto durar a situação de pobreza, pelo prazo máximo de cinco anos, findo o qual estará prescrita a obrigação, a teor do disposto no artigo 12 da Lei nº 1.060/50" (AgRg no Recurso Especial 364.021/DF, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 26.05.03).

Decorrido o prazo recursal, certifique-se o trânsito em julgado e devolvam-se os presentes autos à Vara de origem.

Publique-se e intime-se.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007.

MARCIA HELENA NUNES
Juíza Federal convocada -Relatora

IV - APELACAO CIVEL 2000.02.01.002743-5

RELATOR	:JUÍZA FEDERAL CONVOCADA MARCIA HELENA NUNES EM AUXÍLIO AO DESEMBARGADOR FEDERAL SERGIO FELTRIN CORREA
APELANTE	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	:MARIO DE SOUZA CAMARGO
APELADO	:LILIAN GUIMARAES DA SILVA RICARDO
ADVOGADO	:DEFENSORIA PUBLICA
REMETENTE	:JUIZO DE DIREITO DA 1A VARA CIVEL DE NILOPOLIS-RJ
ORIGEM	:1A. VARA ESTADUAL - NILOPOLIS/RJ (0018805)

D E C I S Ã O

Trata-se de remessa necessária e de apelação interposta pelo INSS em face da sentença que julgou procedente o pedido autoral.

ADEMAR MACHADO BRAGA ajuíza, em 27/02/1991, ação de rito ordinário, sob a égide da gratuidade de Justiça, objetivando a revisão do seu benefício previdenciário (DIB 01.10.1979 - fl. 05), com base na Súmula 260, do extinto TFR.

Habilitada a Sra. Lílian Guimarães da Silva Ricardo, fl. 34, o juiz de primeiro grau julgou procedente o pedido, fls. 58/61, condenando o INSS a proceder à revisão do benefício previdenciário do autor, utilizando o critério da Súmula 260 do extinto TFR.

Da mencionada sentença, apela a autarquia, nas fls. 62/70, pugnando pela improcedência do pedido.
Contra-razões, fls. 74/77.
Parecer do Ministério Público do Estado, fls. 79/85, opinando pela improvimento do recurso.
Remetidos os autos a este E. Tribunal, deles teve vista o Ilustre representante do Ministério Público Federal, opinando pela manutenção da sentença (fls. 89/90).

Relatados, decido:

Conforme já exposto no relatório, subiram os autos em função da remessa necessária e apelação do INSS em face da sentença que julgou procedente o pleito autoral.

A apelação, bem como a remessa necessária, merecem prosperar.

Senão, vejamos:

Para uma perfeita compreensão do caso em tela, vale ressaltar a exata interpretação da Súmula 260 do ex-TFR, editada com o seguinte teor:

"No primeiro reajuste do benefício previdenciário, deve-se aplicar o índice integral do aumento verificado, independente do mês de concessão, considerando nos reajustes subseqüentes, o salário mínimo então atualizado"

A jurisprudência federal, dirimindo qualquer dúvida que pudesse subsistir sobre a interpretação da referida súmula, pacificou o entendimento de que o seu comando não vincula o benefício ao número de salários mínimos, o que somente foi instituído pelo art. 58, do ADCT, que determinou a revisão dos benefícios em manutenção em 05 de outubro de 1988, com aplicação da equivalência salarial no período compreendido entre abril de 1989 e a data da regulamentação da Lei 8.213/91 (REsp nº 491436/RJ, relator Ministro Hélio Quaglia Barbosa, DJU de 13.9.2004, pág. 300; REsp nº 623376/RJ, relator Ministro Jorge Scartezzini, DJU de 02.8.2004, pág. 556; REsp nº 313494/RJ, relator Ministro Fernando Gonçalves, DJU de 19.12.2003, pág. 629).

Isso porque o comando da Súmula 260/TFR apenas consolidou o entendimento jurisprudencial de que a autarquia previdenciária, a partir da edição da Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, ao reajustar os benefícios previdenciários, aplicou critérios que geraram prejuízos de duas ordens para o segurado da previdência social.

Por essa razão, diz-se que a referida súmula compõe-se de duas partes.

A primeira diz respeito ao prejuízo causado ao segurado por ocasião do primeiro reajustamento, ao ser aplicada a proporcionalidade dos índices de reajustes previstos para a correção dos benefícios previdenciários. A segunda aborda o errôneo enquadramento nas faixas salariais de reajuste por não ter a autarquia considerado o salário mínimo atualizado.

Posteriormente, essas distorções cessaram em dois momentos distintos:

01) Em 13.11.1984, data da edição do Decreto-Lei nº 2.171/84, cessaram os problemas referentes à segunda parte da referida súmula, ou seja, aqueles resultantes da aplicação do salário mínimo antigo. Aquele diploma legal determinou, expressamente, a utilização do salário mínimo atualizado.

2) Em 07.08.1987, data da edição do Decreto-Lei nº 2.351/87, cessaram as distorções no que tange à primeira parte, ou seja, aquelas referentes à aplicação proporcional do índice da política salarial. Aquele diploma legal determinou que o reajuste passasse a ser mensal.

Quanto às distorções corrigidas pela primeira parte da Súmula 260/TFR, eis que o critério da aplicação proporcional dos índices de reajuste previstos para a correção dos benefícios previdenciários, adotado pela autarquia para aqueles benefícios cujas datas de concessão não coincidissem com a data de reajuste do salário mínimo, teve início, conforme visto acima, a partir da Lei nº 6.708/79.

Contudo, a defasagem apontada nessa primeira parte da Súmula 260/TFR não atingiu todos os benefícios previdenciários.

Com efeito, tal critério não alcançou os benefícios enquadrados nas seguintes hipóteses:

a) os concedidos anteriormente à Lei nº 6.708/79 (DIB até 29.10.79), em razão de não existir distorção no primeiro reajuste, isto é, nesses casos, a autarquia aplicou integralmente o índice previsto;
b) os iniciados quando os reajustes eram semestrais e conferidos nos meses de maio e novembro de cada ano (DIB: novembro/79; maio e novembro/80; maio e novembro/81; maio e novembro/82; maio e novembro/83; maio e novembro/84 e maio e novembro/85), em virtude da aplicação integral do índice de reajuste para os benefícios concedidos nesses meses, por coincidirem com a data de reajuste do salário mínimo.
c) os iniciados nos meses de março de 1986 e em janeiro, março, maio e junho de 1987, igualmente porque foram meses em que houve reajustes do salário mínimo. Logo, aplicado integralmente o índice previsto;
d) os iniciados em qualquer mês no período de agosto de 1987 a abril de 1989 (DIB entre 07.08.87 a 04.04.89), por força do Decreto-lei nº 2.351, de 07.08.87, quando os reajustes passaram a ser mensais;
e) e os iniciados a partir de 05/4/89, em conseqüência da perda de eficácia da Súmula em referência.

No que tange à segunda parte da Súmula 260 - o enquadramento nas faixas salariais de reajuste, considerando o salário mínimo atualizado e não o revogado -, a distorção atingiu, a princípio, os segurados que se aposentaram antes de novembro de 1984, posto que a partir dessa data, por força da determinação contida no Decreto-Lei nº 2.171, de 13/11/84, a autarquia previdenciária, ao reajustar os benefícios previdenciários, passou a considerar o valor do salário mínimo atualizado.

Posteriormente, essa distorção foi integralmente revista pelo INSS, alcançando o período, inclusive, de novembro de 1979 a outubro de 1984, em obediência aos preceitos da Lei nº 7.604/87, que determinou a atualização dos benefícios na forma corretamente estabelecida pelo Decreto-lei nº 2.171/84, e não na errônea interpretação do órgão, o que foi efetivamente cumprido e pago a todos os beneficiários, inexistindo diferenças devidas a esse título.

Em abril de 1989 perde eficácia a Súmula n° 260 em face da revisão determinada no art. 58 do ADCT-CF, passando a vigorar, temporariamente, o critério da equivalência em número de salários mínimos. Esta regra, de eficácia transitória, foi cumprida administrativamente pela autarquia previdenciária, por meio da Portaria Ministerial nº 4.426/1989, sendo indevida nova revisão, uma vez que já efetivada pelo INSS no período compreendido entre abril de 1989 até a regulamentação da legislação previdenciária que a sucedeu, o que se deu em dezembro/1991 (regra do art. 58, parágrafo único, do ADCT).

A orientação da jurisprudência dos Tribunais passou a ser seguida por este E. Tribunal, no julgamento da Argüição de Inconstitucionalidade - AC nº 122.804, em decisão plenária que conheceu do incidente para declarar a constitucionalidade do art. 41, inciso II, da Lei n° 8.213/1991, e alterar a dicção da sua Súmula n° 17, suprimindo-se do seu texto a referência ao salário mínimo como parâmetro para reajuste dos benefícios previdenciários (TRF 2ª Região, Argüição de Inconstitucionalidade na Apelação Cível 122804, Processo nº 96.02.36095-0/RJ, Plenário, Relator Desembargador Federal Castro Aguiar, DJU de 23/4/2002), sobrevindo a Súmula n° 29, com o seguinte teor:

"No reajuste dos benefícios de prestação continuada, mantidos pela Previdência Social, aplica-se o critério da Súmula nº 260 do extinto Tribunal Federal de Recursos até o sétimo mês após a vigência da Constituição Federal de 1988 e, a partir de então, os critérios de revisão estabelecidos nos arts. 58 do ADCT e 201, par. 2º, da mesma Carta Magna".

Após, com a regulamentação do Plano de Benefícios da Previdência Social (Decreto nº 357/91), em dezembro de 1991, são devidos, apenas, os critérios de reajustamento previstos pela Lei nº 8.213/91.

Feitas essas considerações, conclui-se que o benefício do autor, cuja DIB é de 01.10.1979 (fl. 05), não foi atingido pelas distorções objetos da Súmula 260, do extinto TFR, posto que concedido antes do advento da Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979. Quanto à segunda parte da citada súmula, as distorções inicialmente ocorrentes foram corrigidas administrativamente.

Há que se ressaltar, por oportuno, que a Súmula 260/TFR tem aplicação até abril de 1989 e estariam prescritas todas as prestações, se devidas pela autarquia, anteriores a agosto de 1990, posto que a presente ação foi ajuizada em 23/08/95, conforme se extrai da certidão de fl. 01.
Nesse sentido, a jurisprudência remansosa deste E. Tribunal, como se vê:

"PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO. SÚMULA 260. PRESCRIÇÃO.
Os critérios de reajuste utilizados no período anterior a abril/89 não refletem nas parcelas dos benefícios pagas posteriormente, visto que, nos termos do art. 58 do ADCT, o novo valor foi calculado diretamente a partir da RMI. Uma vez que a ação somente foi proposta em 31/10/2000, estão prescritas quaisquer parcelas que seriam devidas pela aplicação da Súmula 260 do extinto TFR.
Apelação não provida." - (TRF 2ª Região - AC nº 333.099/RJ - 2ª Turma - Relator Desembargador Federal Sergio Feltrin Corrêa - DJU de 22/11/2004 - pág. 145 - grifei).
"PREVIDENCIÁRIO E CONSTITUCIONAL - REVISÃO DE BENEFÍCIO - SÚMULA Nº 260 DO EX-TFR - ART. 58 DO ADCT - PRESCRIÇÃO - OCORRÊNCIA - ART. 202 DA CF/88 - INAPLICABILIDADE - ART. 201, § 4º, DA CF/88 - ART. 41 DA LEI Nº 8.213/91 - APLICABILIDADE.
I - Tendo a ação sido proposta em 19/3/99, mais de cinco anos após a perda de eficácia da Súmula nº 260 do ex-TFR, todo o período atingida pela Súmula já foi irremediavelmente atingido pela prescrição, devendo a sentença ser mantida nesse aspecto.
II - A prescrição atingiu também o pedido com relação ao art. 58, do ADCT, vez que tal dispositivo vigeu somente até dezembro de 1991, mantida a sentença também nesse aspecto.
III - Com relação ao pedido de correção da RMI na forma do art. 202 da CF/88, também correta a sentença, porquanto, em se tratando de benefício com data de início anterior à Constituição Federal (DIB 1/11/76), não se lhe aplica o critério do art. 202.
IV - A partir da implantação do Plano de Benefícios, em 7/12/91, para preservação do valor real dos benefícios, devem ser aplicados os critérios de reajustes e os índices previstos nas Leis nºs 8.213/91, 8.542/92, 8.700/93, 8.880/94, 9.032/95 e na MP nº 1.415/96 e reedições, conforme suas respectivas vigências, que cumprem o disposto no art. 201, § 4º, da Constituição.
V - Na correção monetária das parcelas pagas com atraso incide a Lei n. 6.899/81, e deve ser aplicada a partir do momento em que eram devidas, compatibilizando-se a aplicação simultânea das Súmulas ns. 43 e 148 do STJ.
VI - Recurso parcialmente provido." - (TRF 2ª região - AC nº 323.791/RJ - 1ª Turma - Relator Desembargador Federal Carreira Alvim - DJU de 26/8/2004 - pág. 148).

Sendo assim, com base no artigo 557, parágrafo 1º - A, do CPC e no artigo 43, § 1º, VII, do Regimento Interno deste Tribunal, dou provimento à apelação e à remessa necessária, para JULGAR IMPROCEDENTE O PEDIDO, condenando o autor em honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da causa, ficando a execução suspensa, posto que o beneficiário de justiça gratuita não tem direito à isenção da condenação nas verbas de sucumbência, mas à suspensão do pagamento, enquanto durar a situação de pobreza, pelo prazo máximo de cinco anos, findo o qual estará prescrita a obrigação, a teor do disposto no artigo 12 da Lei nº 1.060/50" (AgRg no Recurso Especial 364.021/DF, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 26.05.03).

Decorrido o prazo recursal, certifique-se o trânsito em julgado e devolvam-se os presentes autos à Vara de origem.

Publique-se e intime-se.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007.

MARCIA HELENA NUNES
Juíza Federal convocada -Relatora

IV - APELACAO CIVEL 2001.02.01.004905-8

RELATOR	:JUÍZA FEDERAL CONVOCADA MARCIA HELENA NUNES EM AUXÍLIO AO DESEMBARGADOR FEDERAL SERGIO FELTRIN CORREA
APELANTE	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	:NILSON PROVENCANO
APELADO	:RAMON NICOLAS FERREIRO ALVAREZ
ADVOGADO	:ALVIRO CARDOSO DE MORAES
ORIGEM	:2A. VARA ESTADUAL - NILOPOLIS/RJ (0013431)

D E C I S Ã O

Trata-se de remessa necessária e de apelação interposta pelo INSS em face da sentença que julgou procedente o pedido autoral.

RAMON NICOLAS FERREIRO ALVAREZ ajuíza, em 20/06/1990, ação de rito ordinário, sob a égide da gratuidade de Justiça, objetivando a revisão do seu benefício previdenciário (DIB 01.01.1977 - fl. 06).

O juiz de primeiro grau julgou procedente o pedido, fls. 16/17, condenando o INSS a proceder à revisão do benefício percebido pelo autor, de modo a corresponder ao mesmo número de salários mínimos da época da concessão, bem como a recalcular os benefícios pagos administrativamente com base nas faixas do salário mínimo vigente à época do reajustamento.

Da mencionada sentença, apela a autarquia, nas fls. 28/36, pugnando pela improcedência do pedido.
Sem contra-razões, fl. 44vº.
Parecer do Ministério Público Estadual, fls. 45/50, opinando pelo improvimento do recurso.
Remetidos os autos a este E. Tribunal, deles teve vista o Ilustre representante do Ministério Público Federal, opinando pela manutenção da sentença (fls. 56/58).

Relatados, decido:

A apelação, bem como a remessa necessária, merecem prosperar.

Senão, vejamos:

Para uma perfeita compreensão do caso em tela, vale ressaltar a exata interpretação da Súmula 260 do ex-TFR, editada com o seguinte teor:

"No primeiro reajuste do benefício previdenciário, deve-se aplicar o índice integral do aumento verificado, independente do mês de concessão, considerando nos reajustes subseqüentes, o salário mínimo então atualizado"

A jurisprudência federal, dirimindo qualquer dúvida que pudesse subsistir sobre a interpretação da referida súmula, pacificou o entendimento de que o seu comando não vincula o benefício ao número de salários mínimos, o que somente foi instituído pelo art. 58, do ADCT, que determinou a revisão dos benefícios em manutenção em 05 de outubro de 1988, com aplicação da equivalência salarial no período compreendido entre abril de 1989 e a data da regulamentação da Lei 8.213/91 (REsp nº 491436/RJ, relator Ministro Hélio Quaglia Barbosa, DJU de 13.9.2004, pág. 300; REsp nº 623376/RJ, relator Ministro Jorge Scartezzini, DJU de 02.8.2004, pág. 556; REsp nº 313494/RJ, relator Ministro Fernando Gonçalves, DJU de 19.12.2003, pág. 629).

Isso porque o comando da Súmula 260/TFR apenas consolidou o entendimento jurisprudencial de que a autarquia previdenciária, a partir da edição da Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, ao reajustar os benefícios previdenciários, aplicou critérios que geraram prejuízos de duas ordens para o segurado da previdência social.

Por essa razão, diz-se que a referida súmula compõe-se de duas partes.

A primeira diz respeito ao prejuízo causado ao segurado por ocasião do primeiro reajustamento, ao ser aplicada a proporcionalidade dos índices de reajustes previstos para a correção dos benefícios previdenciários. A segunda aborda o errôneo enquadramento nas faixas salariais de reajuste por não ter a autarquia considerado o salário mínimo atualizado.

Posteriormente, essas distorções cessaram em dois momentos distintos:

01) Em 13.11.1984, data da edição do Decreto-Lei nº 2.171/84, cessaram os problemas referentes à segunda parte da referida súmula, ou seja, aqueles resultantes da aplicação do salário mínimo antigo. Aquele diploma legal determinou, expressamente, a utilização do salário mínimo atualizado.

2) Em 07.08.1987, data da edição do Decreto-Lei nº 2.351/87, cessaram as distorções no que tange à primeira parte, ou seja, aquelas referentes à aplicação proporcional do índice da política salarial. Aquele diploma legal determinou que o reajuste passasse a ser mensal.

Quanto às distorções corrigidas pela primeira parte da Súmula 260/TFR, eis que o critério da aplicação proporcional dos índices de reajuste previstos para a correção dos benefícios previdenciários, adotado pela autarquia para aqueles benefícios cujas datas de concessão não coincidissem com a data de reajuste do salário mínimo, teve início, conforme visto acima, a partir da Lei nº 6.708/79.

Contudo, a defasagem apontada nessa primeira parte da Súmula 260/TFR não atingiu todos os benefícios previdenciários.

Com efeito, tal critério não alcançou os benefícios enquadrados nas seguintes hipóteses:

a) os concedidos anteriormente à Lei nº 6.708/79 (DIB até 29.10.79), em razão de não existir distorção no primeiro reajuste, isto é, nesses casos, a autarquia aplicou integralmente o índice previsto;
b) os iniciados quando os reajustes eram semestrais e conferidos nos meses de maio e novembro de cada ano (DIB: novembro/79; maio e novembro/80; maio e novembro/81; maio e novembro/82; maio e novembro/83; maio e novembro/84 e maio e novembro/85), em virtude da aplicação integral do índice de reajuste para os benefícios concedidos nesses meses, por coincidirem com a data de reajuste do salário mínimo.
c) os iniciados nos meses de março de 1986 e em janeiro, março, maio e junho de 1987, igualmente porque foram meses em que houve reajustes do salário mínimo. Logo, aplicado integralmente o índice previsto;
d) os iniciados em qualquer mês no período de agosto de 1987 a abril de 1989 (DIB entre 07.08.87 a 04.04.89), por força do Decreto-lei nº 2.351, de 07.08.87, quando os reajustes passaram a ser mensais;
e) e os iniciados a partir de 05/4/89, em conseqüência da perda de eficácia da Súmula em referência.

No que tange à segunda parte da Súmula 260 - o enquadramento nas faixas salariais de reajuste, considerando o salário mínimo atualizado e não o revogado -, a distorção atingiu, a princípio, os segurados que se aposentaram antes de novembro de 1984, posto que a partir dessa data, por força da determinação contida no Decreto-Lei nº 2.171, de 13/11/84, a autarquia previdenciária, ao reajustar os benefícios previdenciários, passou a considerar o valor do salário mínimo atualizado.

Posteriormente, essa distorção foi integralmente revista pelo INSS, alcançando o período, inclusive, de novembro de 1979 a outubro de 1984, em obediência aos preceitos da Lei nº 7.604/87, que determinou a atualização dos benefícios na forma corretamente estabelecida pelo Decreto-lei nº 2.171/84, e não na errônea interpretação do órgão, o que foi efetivamente cumprido e pago a todos os beneficiários, inexistindo diferenças devidas a esse título.

Feitas essas considerações, conclui-se que o benefício do autor, cuja DIB é de 01.01.1977 (fl. 06), não foi atingido pelas distorções objetos da Súmula 260, do extinto TFR, posto que concedido antes do advento da Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979. Quanto à segunda parte da citada súmula, as distorções inicialmente ocorrentes foram corrigidas administrativamente.

A orientação da jurisprudência dos Tribunais passou a ser seguida por este E. Tribunal, no julgamento da Argüição de Inconstitucionalidade - AC nº 122.804, em decisão plenária que conheceu do incidente para declarar a constitucionalidade do art. 41, inciso II, da Lei n° 8.213/1991, e alterar a dicção da sua Súmula n° 17, suprimindo-se do seu texto a referência ao salário mínimo como parâmetro para reajuste dos benefícios previdenciários (TRF 2ª Região, Argüição de Inconstitucionalidade na Apelação Cível 122804, Processo nº 96.02.36095-0/RJ, Plenário, Relator Desembargador Federal Castro Aguiar, DJU de 23/4/2002), sobrevindo a Súmula n° 29, com o seguinte teor:

"No reajuste dos benefícios de prestação continuada, mantidos pela Previdência Social, aplica-se o critério da Súmula nº 260 do extinto Tribunal Federal de Recursos até o sétimo mês após a vigência da Constituição Federal de 1988 e, a partir de então, os critérios de revisão estabelecidos nos arts. 58 do ADCT e 201, par. 2º, da mesma Carta Magna".

Em abril de 1989 perde eficácia a Súmula n° 260 em face da revisão determinada no art. 58 do ADCT-CF, passando a vigorar, temporariamente, o critério da equivalência em número de salários mínimos. Esta regra, de eficácia transitória, foi cumprida administrativamente pela autarquia previdenciária, por meio da Portaria Ministerial nº 4.426/1989, sendo indevida nova revisão, uma vez que já efetivada pelo INSS no período compreendido entre abril de 1989 até a regulamentação da legislação previdenciária que a sucedeu, o que se deu em dezembro/1991 (regra do art. 58, parágrafo único, do ADCT).

Com a regulamentação do Plano de Benefícios da Previdência Social (Decreto nº 357/91), em dezembro de 1991, são devidos, apenas, os critérios de reajustamento previstos pela Lei nº 8.213/91.

Por outro lado, se a intenção do constituinte fosse manter o critério da equivalência salarial estabelecida de forma temporária pelo art. 58 do ADCT, tal regra estaria expressa no § 2º do art. 201 da CF/88, subtraindo do legislador infraconstitucional o poder de dispor sobre a matéria, o que não ocorreu.

Como se sabe, com a implantação do Plano de Custeio e Benefícios da Previdência Social, o reajustamento, de modo a preservar, em caráter permanente, o valor real do benefício (CF, art. 201, §4º - EC nº 20/1998), passou a ser feito nos termos da legislação específica (Lei 8.213/1991 e alterações posteriores), não tendo relação com o número de salários mínimos correspondentes na época da concessão.

Ressalte-se que a preservação do valor real dos benefícios previdenciários resulta da aplicação dos índices estabelecidos nos termos da legislação ordinária, conforme determinação expressa do próprio constituinte e, desta forma, não há que se falar em inconstitucionalidade, uma vez que não há confronto aos ditames da Carta Magna.

Em sendo assim, mesmo que o índice eleito pelo legislador não reflita da melhor maneira o desgaste inflacionário em determinado período, ainda assim não há inconstitucionalidade, eis que a Constituição delegou à lei a fixação do índice que melhor refletisse a preservação do valor real dos benefícios previdenciários, destacando-se que o índice inflacionário é referência para preservação do valor real.

Ademais, não pode o Poder Judiciário admitir a substituição do índice adotado pelo Poder Legislativo para a correção do benefício previdenciário, sob pena de praticar-se a invasão de um dos Poderes na esfera de competência de outro.

Neste sentido, os Tribunais Superiores, em reiteradas decisões, reconheceram a constitucionalidade dos critérios de reajuste de benefícios introduzidos pela Lei 8.213/91, conforme se depreende dos v. arestos abaixo transcritos:

"PREVIDÊNCIA SOCIAL.
- No caso, trata-se de benefício concedido em 04.06.91, e, portanto, posteriormente à promulgação da Constituição de 1988.
- Ora, esta Corte já firmou o entendimento de que somente os benefícios de prestação continuada mantidos pela Previdência Social são suscetíveis de sofrer revisão de seus valores de acordo com os critérios estabelecidos no artigo 58 do ADCT, cuja incidência, temporalmente limitada, não se projeta sobre situações de caráter previdenciário constituídas após 05 de outubro de 1988.
- Por outro lado, este Tribunal também já assentou a orientação no sentido de que a preservação permanente do valor real do benefício previdenciário se faz, como preceitua o artigo 201, §2º, da Constituição, conforme os critérios definidos em lei, cabendo a esta estabelecê-los, sendo, pois, de se afastar, no caso, a aplicação da equivalência com o salário mínimo após a entrada em vigor da Lei 8.213/91.
- Recurso extraordinário conhecido e provido".
(STF, RE 294083/RJ, Primeira Turma, Rel. Min. Moreira Alves, DJ 27/04/2001).

Sendo assim, com base no artigo 557, parágrafo 1º - A, do CPC e no artigo 43, § 1º, VII, do Regimento Interno deste Tribunal, dou provimento à apelação e à remessa necessária, para JULGAR IMPROCEDENTE O PEDIDO, condenando o autor em honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da causa, ficando a execução suspensa, posto que o beneficiário de justiça gratuita não tem direito à isenção da condenação nas verbas de sucumbência, mas à suspensão do pagamento, enquanto durar a situação de pobreza, pelo prazo máximo de cinco anos, findo o qual estará prescrita a obrigação, a teor do disposto no artigo 12 da Lei nº 1.060/50" (AgRg no Recurso Especial 364.021/DF, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 26.05.03).

Decorrido o prazo recursal, certifique-se o trânsito em julgado e devolvam-se os presentes autos à Vara de origem.

Publique-se e intime-se.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007.

MARCIA HELENA NUNES
Juíza Federal convocada -Relatora

IV - APELACAO CIVEL 2001.02.01.011724-6
RELATORA : JUÍZA FEDERAL CONVOCADA MARCIA HELENA NUNES EM AUXÍLIO AO DESEMBARGADOR FEDERAL SERGIO FELTRIN CORRÊA
APELANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO : JOÃO RABACA DO COUTO
APELADO : AVANI GONÇALVES CAMPOS
ADVOGADOS : FRANCISCO LEÔNIDAS DE ASSIS FILHO E OUTRO
REMETENTE : 4ª VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA/RJ

DECISÃO

Trata-se de ação proposta por AVANI GONÇALVES CAMPOS em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, objetivando o restabelecimento de auxílio-doença.

O Autor sustentou haver obtido o auxílio em 1991 (fl. 24), o qual veio a ser indevidamente suspenso em 1994.

Ao apreciar o pedido, o MM. Juiz da 4ª Vara Federal de Volta Redonda/RJ julgou-o procedente, mantendo *"a antecipação de tutela concedida que restabeleceu o benefício de auxílio-doença em favor do autor, bem como o pagamento de atrasados referente ao período subseqüente ao cancelamento do aludido benefício."* (fls. 273/277).

Dessa decisão foi interposta apelação pelo INSS, postulando a reforma do julgado (fls. 278/280).

O auxílio-doença é o benefício cabível quando o segurado for considerado totalmente incapaz para o trabalho, mas suscetível de recuperação, ou estiver permanente impossibilitado apenas de exercer a ocupação habitual, sendo, no caso, necessária reabilitação profissional. Em casos de inviabilidade de ambas as situações, impera-se a concessão de aposentadoria por invalidez.

A incapacidade temporária e parcial restou provada pelo laudo de fls. 238/239 e 248/249, pois sofre a autora de *"Alterações degenerativas e congênitas das colunas vertebrais, cervical e lombar; provável epilepsia (pelo tipo de medicamento usado, segundo informações colhidas); Hipertensão arterial leve"* . O Médico periciante deixa claro, ao responder os quesitos das partes, a possibilidade de recuperação da aptidão laborativa, visto o possível afastamento dos sintomas pelo controle ambulatorial das enfermidades:

"5) Queira o Sr. Perito informar se existe necessidade de afastamento do trabalho? E por quê?

R: No momento, pelas patologias apresentadas e dependendo da sintomatologia sim, se não houver sintomatologia importante não há necessidade de afastamento.

6) Queira o Sr. Perito informar se as patologias ósseas apresentadas pelo Autor são definitivamente curáveis?

R: A maioria das patologias apresentadas não são curáveis, mas são tratáveis, controláveis e com bom prognóstico.

O laudo também expressa a possibilidade do Autor exercer outra atividade profissional:

"5.3) Está total e permanentemente incapacitado para o trabalho próprio de sua categoria profissional, mas não para outro?

R: Sim"

Por fim, entendo não ser caso de restabelecimento, mas de nova concessão, visto a inexistência de qualquer perícia indicando que no momento da suspensão estivesse o Autor impossibilitado de trabalhar. Nesse sentido, manifestou-se o perito do Juízo, em 21/10/99: *"Não se pode fazer avaliação de uma patologia com uma data tão distante (12/94). Tal questionamento deve ser encaminhado a Perícia do INSS"* (v. fl. 239)

Essa perícia da Autarquia Previdenciária não se encontra nos autos, existindo apenas uma alusão na decisão denegatória do recurso administrativo interposto pelo autor, datada de 19/01/96 (v. fl. 35). Todavia, o próprio segurado admite ter recebido o auxílio sem a realização das obrigatórias perícias, atribuindo a culpa a um servidor do posto, Eneo do Carmo Francelino, o qual o dispensava dos exames médicos mediante "cervejinhas" (v. fls. 30/33).

O fato - mesmo presumido verdadeiro - não elide a culpa do Autor. Por mais simplório que seja, sabia da necessidade de realizar perícias, ele mesmo aduzindo na inicial que *"estranhava o seu não comparecimento perante o médico perito..."* (fl. 04). Logo, não pode o segurado beneficiar-se de sua própria torpeza, vindo a ser dada como certa uma incapacidade não atestada por laudo médico.

Ademais, o servidor acusado de pedir propina foi absolvido tanto administrativa como penalmente, consoante informação processual anexa.

Imperando-se, portanto, a dúvida, seguro eleger a data do laudo judicial como início do benefício.

Sobre o tema:

PREVIDENCIÁRIO - ACIDENTÁRIA - APOSENTADORIA - TERMO INICIAL - PERÍCIA JUDICIAL - PRECEDENTES.
(...)
- O termo inicial para a concessão do benefício de aposentadoria por invalidez é o da apresentação do laudo médico-pericial em juízo, quando não reconhecida à incapacidade administrativamente.
- Precedentes desta Corte.
- Recurso parcialmente conhecido e, nessa parte, provido.
(STJ, REsp 491.780/PR, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, QUINTA TURMA, julgado em 25.05.2004, DJ 02.08.2004 p. 488)

Assim, a e. Primeira Turma Especializada deste c. Tribunal também já decidiu:

PREVIDENCIÁRIO - AUXÍLIO-DOENÇA - INDEFINIÇÃO QUANTO AO HISTÓRICO DA INCAPACIDADE - PERÍCIA JUDICIAL - TERMO INICIAL - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
- Não sendo o laudo médico enfático em relação ao início e histórico das moléstias ensejadoras da incapacidade, deve ser a data de sua realização o termo inicial para a concessão do benefício.
- Parcial provimento à apelação do autor e improvidas a remessa necessária e apelação do INSS.
(AC 325968/RJ, Juiz Federal Aluízio de Castro Mendes. Julgado em 29/05/2006. DJ: 27/11/2006, pág.: 193. Unánime).

Assim, com fundamento no art. 557 do CPC, dou parcial provimento à apelação, para determinar a concessão do auxílio-doença somente a partir da feitura da perícia pelo *expert* do Juízo, mantendo inalterados os demais termos da sentença. Ressalto a inexistência de impedimentos a que o INSS submeta o autor aos exames previstos em Lei, tomando as medidas legais caso haja a recuperação da capacidade, seja total ou parcial, efetivando-se a reabilitação profissional no último caso.
Publique-se. Intime-se.
Decorrido o prazo recursal sem manifestação das partes, dê-se baixa na distribuição e retornem os autos à Vara de origem, observadas as cautelas de praxe.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2007.

MARCIA HELENA NUNES
Relatora

IV - APELACAO CIVEL 2001.02.01.038926-0

RELATOR	:JUIZA FEDERAL CONVOCADA MARCIA HELENA NUNES EM AUXILIO AO DESEMBARGADOR FEDERAL SERGIO FELTRIN CORREA
APELANTE	:JOVINA BASTOS DE FREITAS QUINTELLA
ADVOGADO	:WILSON DE SOUZA FALCK E OUTRO
APELADO	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:MARIA HELENA CAPISTRANO DO AMARAL PULCHERIO
ORIGEM	:1A. VARA JUSTIÇA FEDERAL - PETROPOLIS/RJ (9905510001)

D E C I S Ã O

Trata-se de apelação interposta pela parte autora, em face da r. sentença de fl. 93, que julgou extinto o feito, com base no artigo 267, inciso VI c/c 598, ambos do CPC.

Entendeu o MM. Juízo de primeira instância que a insignificância do valor a ser executado, no montante de R$ 1,07 (um real e sete centavos), afasta o interesse de agir e, em última instância, até mesmo a sua exigibilidade.

Da mencionada sentença, apela a autora, anexando o cálculo dos valores que entende devidos, fls. 96/98.

Contra-razões, fls. 104/106.

É o relatório. D E C ID O.

Creio não merecer reparos a sentença guerreada.

Remetidos os presentes autos ao Setor de Cálculos deste Tribunal, foi anexada informação de fl. 116, na qual consta a exatidão do cálculo de fls. 79/80.

O vasto aparato legal existente a respeito dos débitos em que a Fazenda Nacional não demonstra qualquer interesse, refere-se sempre à exigüidade desses valores.

Neste sentido, o § 2º, do art. 20, da Lei nº 10.522, de 19/7/2002, determina a extinção de execuções que versem exclusivamente sobre honorários devidos à Fazenda Nacional de valor igual ou inferior a 100 (cem) Ufir's.

Apesar da norma supra ser relativa à Fazenda, atentando-se sempre à *ratio* da lei e ao princípio da economia processual, não se justifica a utilização da máquina judiciária para realizar os diversos atos executórios, que implicariam em dispêndio superior ao que seria obtido, ou seja, R$ 1,07 (um real e sete centavos), resultando em prejuízo para a Administração Pública.

Nesse sentido, oportuna a transcrição dos seguintes julgados:
"PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - AUTARQUIA - VALOR IRRISÓRIO - IMPOSSIBILIDADE DE EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.542-24.
1. Não se justifica a movimentação do aparelho judiciário para a satisfação de crédito no valor ínfimo.
2. Arquivam-se os autos, sem baixa na distribuição, quando o valor executado é inferior a 100 (cem) Unidades Fiscais de Referência (Precedentes da Casa).
3. Apelo e remessa, tida por interposta, parcialmente providos." - (TRF 1ª Região - 4ª Turma - AC n º 100.095.470-0 - 15/6/1999 - Relator Desembargador Federal Hilton Queiroz - DJ de 15/10/99 - pág. 617 - grifei).

"PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO DE HONORÁRIOS FIXADOS EM SENTENÇA - EXTINÇÃO DO FEITO - VALOR *PER CAPITA* INFERIOR AO ESTABELECIDO NA PORTARIA 440/92 MEFP E MEDIDAS PROVISÓRIAS Nº 1.110/95 E 1.542/97.
- Cabível a extinção do feito quando a única quantia a executar seja verba honorária cujo valor, *per capita*, inferior ao aludido na Portaria 440/92 MEFP (60 UFIR'S), bem como ao que se referem as Medidas Provisórias nº 1.110 e 1.542 (100 UFIR'S), de 30/08/95 e 11/04/97, respectivamente.
- Recurso voluntário e Remessa Necessária, que se considera interposta, a que se nega provimento, mantendo-se a douta sentença apelada.
- Decisão unânime." - (TRF 2ª Região - AC n° 97.02.36212-1/RJ - 3ª Turma - DJ de 26/5/98 - Relatora Desembargadora Federal Maria Helena Cisne - grifei).

"PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO DE HONORÁRIOS DEVIDOS À FAZENDA NACIONAL, DE VALOR INFERIOR A 100 (CEM) UFIR'S, POR DEVEDOR - EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO.
- Cabe a extinção do processo de execução de honorários devidos à Fazenda Nacional, de valor inferior a 100 (cem) UFIR'S por devedor, autorizada pelo art. 20, § 2º da MP 1542-25, de 08/08/97.
- Apelação improvida.
- Decisão unânime." - (TRF 2ª Região - AC n° 97.02.03840-5/RJ - 4ª Turma - DJ de 26/5/98 - Relatora Juíza Federal Convocada Simone Schereiber - grifei).

"PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO DE HONORÁRIOS DEVIDOS AO INSS - VALOR INFERIOR A 60 (SESSENTA) UFIR'S POR DEVEDOR - EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO.
- Cabe extinção do processo de execução de honorários devidos ao INSS, de valor inferior a 60 (sessenta) UFIR'S, por devedor, autorizada pela Ordem de Serviço/INSS/PG nº 27, de 22/09/95.
- Apelação improvida.
- Decisão unânime." - (TRF 2ª Região - AC n° 97.02.00514-0/RJ - 4ª Turma - DJ de 07/5/98 - Relatora Juíza Federal Convocada Simone Schreiber - grifei).

"PROCESSUAL CIVIL. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO ART. 267, I c/c 295, II do CPC. BAIXO VALOR DA DÍVIDA.
- Extinção do processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 267, I, c/c 295, III do CPC, tendo em vista o baixo valor da dívida.
- Quando o valor pleiteado for inferior ao valor despendido para a sua cobrança, deve o processo de execução ser extinto.
- Recurso improvido." - (TRF 2ª Região - AC n° 1997.50.01.007723-1/ES - 2ª Turma - DJ de 06/4/2004 - pág. 315 - Relator Desembargador Federal Sergio Feltrin Corrêa - grifei).

O eventual acolhimento dos argumentos expendidos pela parte autora importaria violar todos os precedentes legais e jurisprudenciais acima expostos.

Ademais, em uma execução onde o que se busca é o pagamento de uma prestação pecuniária, é impossível o afastamento da análise da relação custo-benefício entre a prestação jurisdicional e o objeto pleiteado.

Pelo exposto, visto à irrelevância da vantagem pretendida na presente execução, nego seguimento ao recurso da parte autora.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007.

Marcia Helena Nunes
Juíza Federal Convocada
Relatora

IV - APELACAO CIVEL 2001.51.15.000076-7
RELATORA : JUÍZA FEDERAL CONVOCADA MARCIA HELENA NUNES EM AUXÍLIO AO DESEMBARGADOR FEDERAL SERGIO FELTRIN CORRÊA
APELANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADORES : JONIZETE AMORIM VASCONCELOS E OUTROS
APELADA : MARLITA DA CONCEIÇÃO LIBERALINO
ADVOGADO : ADAURY CARLOS CARPENTIERI CASTRO
REMETENTE : 1ª VARA FEDERAL DE TERESÓPOLIS/RJ.

DECISÃO

Trata-se de ação proposta por MARLITA DA CONCEIÇÃO LIBERALINO em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, objetivando o restabelecimento de auxílio-doença ou sua conversão em aposentadoria por invalidez.

A Autora sustentou haver obtido o auxílio em 1988, o qual veio a ser indevidamente suspenso em 1991 (v. fl. 07).

Ao apreciar o pedido, a MM. Juíza substituta da 1ª Vara Federal de Teresópolis/RJ julgou-o parcialmente procedente, condenando o INSS a *"aposentar por invalidez a autora, convertendo o auxílio- doença nº 31/82922343-6, preteritamente cancelado, a partir da competência do mês de janeiro de 2003."* (fls. 136/139).

Dessa decisão foi interposta apelação pelo INSS, postulando a reforma do julgado (fls. 141/144).

O auxílio-doença é o benefício cabível quando o segurado for considerado totalmente incapaz para o trabalho, mas suscetível de recuperação, ou estiver permanente impossibilitado apenas de exercer a ocupação habitual, sendo, no caso, necessária reabilitação profissional. Em casos de inviabilidade de ambas as situações, impera-se a concessão de aposentadoria por invalidez.

A incapacidade total e permanente restou provada pelo laudo de fls. 119/122, pois sofre a autora de *"manifestação psíquica depressiva, quadro este reativo a doença orgânica intercorrente - artrose e osteoporose"* . Os males, associados à idade avançada - atualmente, 67 anos - , levaram o médico periciante a concluir:

"Seu quadro depressivo, por si só, não seria de gravidade suficiente para impedir-lhe a atividade profissional. Contudo, avaliado no contexto de sua doença orgânica, assume dimensão de um potencializador de uma incapacidade constituída a partir do quadro físico. Considerada ainda a cronificação advinda de uma trajetória de pouco sucesso terapêutico, no que toca ao controle dos sintomas da patologia óssea, com a necessária repercussão sobre o ânimo da segurada, suas chances de reintegração ao mercado produtivo, aos sessenta e dois anos, francamente, são muito pequenas " (fl. 121).
Não resta dúvidas, portanto, da imperatividade da aposentadoria por invalidez, visando-lhe prover o sustento. Quanto ao início do benefício, somente será devido a partir da feitura da perícia judicial, pois o perito deixou expresso ser impraticável aferir o estado de saúde da autora no momento da suspensão:
"O benefício aludido foi cancelado, segundo consta, em 30/08/1991. Não me é possível dizer, hoje, qual seu estado naquela data. Melhor o dirá o laudo pericial, de responsabilidade da Coordenadoria geral de Perícias Médicas, que fundamentou a decisão". (fl. 122).
Sobre o tema:
PREVIDENCIÁRIO - ACIDENTÁRIA - APOSENTADORIA - TERMO INICIAL - PERÍCIA JUDICIAL - PRECEDENTES.
(...)
- O termo inicial para a concessão do benefício de aposentadoria por invalidez é o da apresentação do laudo médico-pericial em juízo, quando não reconhecida à incapacidade administrativamente.
- Precedentes desta Corte.
- Recurso parcialmente conhecido e, nessa parte, provido.
(STJ, REsp 491.780/PR, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, QUINTA TURMA, julgado em 25.05.2004, DJ 02.08.2004 p. 488)

Assim, a e. Primeira Turma Especializada deste c. Tribunal também já decidiu:

PREVIDENCIÁRIO - AUXÍLIO-DOENÇA - INDEFINIÇÃO QUANTO AO HISTÓRICO DA INCAPACIDADE - PERÍCIA JUDICIAL - TERMO INICIAL - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
- Não sendo o laudo médico enfático em relação ao início e histórico das moléstias ensejadoras da incapacidade, deve ser a data de sua realização o termo inicial para a concessão do benefício.
- Parcial provimento à apelação do autor e improvidas a remessa necessária e apelação do INSS.
(AC 325968/RJ, Juiz Federal Aluízio de Castro Mendes. D.D: 29/05/2006, DJU: 27/11/2006, pág.: 193. Unânime).
Assim, com fundamento no art. 557 do CPC, nego seguimento à apelação, mantendo *in totum* a sentença recorrida.
Publique-se. Intime-se.
Decorrido o prazo recursal sem manifestação das partes, dê-se baixa na distribuição e retornem os autos à Vara de origem, observadas as cautelas de praxe.
Rio de Janeiro, 19 de março de 2007.
MARCIA HELENA NUNES
Relatora

IV - APELACAO CIVEL 2002.02.01.001614-8

RELATOR	:JUÍZA FEDERAL CONVOCADA MARCIA HELENA NUNES EM AUXÍLIO AO DESEMBARGADOR FEDERAL SERGIO FELTRIN CORREA
APELANTE	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	:LEDA SANTOS DE OLIVEIRA
APELADO	:ANNIBAL MACHADO FABRICIO FILHO - ESPOLIO
ADVOGADO	:MARINILCE LOYOLA DE OLIVEIRA
ORIGEM	:2A. VARA ESTADUAL - NILOPOLIS/RJ (0013562)

D E C I S Ã O

Trata-se de remessa necessária e de apelação interposta pelo INSS em face da sentença que julgou procedente o pedido autoral.

ANNIBAL MACHADO FABRÍCIO FILHO ajuíza, em 19/07/1990, ação de rito ordinário, sob a égide da gratuidade de Justiça, objetivando a revisão do seu benefício previdenciário (DIB 17.07.1963 - fl. 10).

O juiz de primeiro grau julgou procedente o pedido, fls. 19/20, condenando o INSS a proceder à revisão do benefício percebido pelo autor, de modo a corresponder ao mesmo número de salários mínimos da época da concessão, bem como a recalcular os benefícios pagos administrativamente com base nas faixas do salário mínimo vigente à época do reajustamento.

Da mencionada sentença, apela a autarquia, nas fls. 34/35, pugnando pela improcedência do pedido. Igualmente apela a parte autora, fls. 38/39, vindo a desistir do mencionado apelo na fl. 44.

Homologada a desistência acima mencionada, fl. 58 vº, o Ministério Público Estadual ofereceu parecer, fl. 65, opinando pelo improvimento do apelo interposto pela autarquia previdenciária.
Sem contra-razões, fl. 40.
Remetidos os autos a este E. Tribunal, deles teve vista o Ilustre representante do Ministério Público Federal, oficiando pela não intervenção ministerial (fls. 71/78).

Relatados, decido:

A apelação, bem como a remessa necessária, merecem prosperar.

Senão, vejamos:

Para uma perfeita compreensão do caso em tela, vale ressaltar a exata interpretação da Súmula 260 do ex-TFR, editada com o seguinte teor:

"No primeiro reajuste do benefício previdenciário, deve-se aplicar o índice integral do aumento verificado, independente do mês de concessão, considerando nos reajustes subseqüentes, o salário mínimo então atualizado"

A jurisprudência federal, dirimindo qualquer dúvida que pudesse subsistir sobre a interpretação da referida súmula, pacificou o entendimento de que o seu comando não vincula o benefício ao número de salários mínimos, o que somente foi instituído pelo art. 58, do ADCT, que determinou a revisão dos benefícios em manutenção em 05 de outubro de 1988, com aplicação da equivalência salarial no período compreendido entre abril de 1989 e a data da regulamentação da Lei 8.213/91 (REsp nº 491436/RJ, relator Ministro Hélio Quaglia Barbosa, DJU de 13.9.2004, pág. 300; REsp nº 623376/RJ, relator Ministro Jorge Scartezzini, DJU de 02.8.2004, pág. 556; REsp nº 313494/RJ, relator Ministro Fernando Gonçalves, DJU de 19.12.2003, pág. 629).

Isso porque o comando da Súmula 260/TFR apenas consolidou o entendimento jurisprudencial de que a autarquia previdenciária, a partir da edição da Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, ao reajustar os benefícios previdenciários, aplicou critérios que geraram prejuízos de duas ordens para o segurado da previdência social.

Por essa razão, diz-se que a referida súmula compõe-se de duas partes.

A primeira diz respeito ao prejuízo causado ao segurado por ocasião do primeiro reajustamento, ao ser aplicada a proporcionalidade dos índices de reajustes previstos para a correção dos benefícios previdenciários. A segunda aborda o errôneo enquadramento nas faixas salariais de reajuste por não ter a autarquia considerado o salário mínimo atualizado.

Posteriormente, essas distorções cessaram em dois momentos distintos:

01) Em 13.11.1984, data da edição do Decreto-Lei nº 2.171/84, cessaram os problemas referentes à segunda parte da referida súmula, ou seja, aqueles resultantes da aplicação do salário mínimo antigo. Aquele diploma legal determinou, expressamente, a utilização do salário mínimo atualizado.

2) Em 07.08.1987, data da edição do Decreto-Lei nº 2.351/87, cessaram as distorções no que tange à primeira parte, ou seja, aquelas referentes à aplicação proporcional do índice da política salarial. Aquele diploma legal determinou que o reajuste passasse a ser mensal.

Quanto às distorções corrigidas pela primeira parte da Súmula 260/TFR, eis que o critério da aplicação proporcional dos índices de reajuste previstos para a correção dos benefícios previdenciários, adotado pela autarquia para aqueles benefícios cujas datas de concessão não coincidissem com a data de reajuste do salário mínimo, teve início, conforme visto acima, a partir da Lei nº 6.708/79.

Contudo, a defasagem apontada nessa primeira parte da Súmula 260/TFR não atingiu todos os benefícios previdenciários.

Com efeito, tal critério não alcançou os benefícios enquadrados nas seguintes hipóteses:

a) os concedidos anteriormente à Lei nº 6.708/79 (DIB até 29.10.79), em razão de não existir distorção no primeiro reajuste, isto é, nesses casos, a autarquia aplicou integralmente o índice previsto;

b) os iniciados quando os reajustes eram semestrais e conferidos nos meses de maio e novembro de cada ano (DIB: novembro/79; maio e novembro/80; maio e novembro/81; maio e novembro/82; maio e novembro/83; maio e novembro/84 e maio e novembro/85), em virtude da aplicação integral do índice de reajuste para os benefícios concedidos nesses meses, por coincidirem com a data de reajuste do salário mínimo.
c) os iniciados nos meses de março de 1986 e em janeiro, março, maio e junho de 1987, igualmente porque foram meses em que houve reajustes do salário mínimo. Logo, aplicado integralmente o índice previsto;
d) os iniciados em qualquer mês no período de agosto de 1987 a abril de 1989 (DIB entre 07.08.87 a 04.04.89), por força do Decreto-lei nº 2.351, de 07.08.87, quando os reajustes passaram a ser mensais;
e) e os iniciados a partir de 05/4/89, em conseqüência da perda de eficácia da Súmula em referência.

No que tange à segunda parte da Súmula 260 - o enquadramento nas faixas salariais de reajuste, considerando o salário mínimo atualizado e não o revogado -, a distorção atingiu, a princípio, os segurados que se aposentaram antes de novembro de 1984, posto que a partir dessa data, por força da determinação contida no Decreto-Lei nº 2.171, de 13/11/84, a autarquia previdenciária, ao reajustar os benefícios previdenciários, passou a considerar o valor do salário mínimo atualizado.

Posteriormente, essa distorção foi integralmente revista pelo INSS, alcançando o período, inclusive, de novembro de 1979 a outubro de 1984, em obediência aos preceitos da Lei nº 7.604/87, que determinou a atualização dos benefícios na forma corretamente estabelecida pelo Decreto-lei nº 2.171/84, e não na errônea interpretação do órgão, o que foi efetivamente cumprido e pago a todos os beneficiários, inexistindo diferenças devidas a esse título.

Feitas essas considerações, conclui-se que o benefício do autor, cuja DIB é de 17.07.1963 (fl. 10), não foi atingido pelas distorções objetos da Súmula 260, do extinto TFR, posto que concedido antes do advento da Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979. Quanto à segunda parte da citada súmula, as distorções inicialmente ocorrentes foram corrigidas administrativamente.

A orientação da jurisprudência dos Tribunais passou a ser seguida por este E. Tribunal, no julgamento da Argüição de Inconstitucionalidade - AC nº 122.804, em decisão plenária que conheceu do incidente para declarar a constitucionalidade do art. 41, inciso II, da Lei n° 8.213/1991, e alterar a dicção da sua Súmula n° 17, suprimindo-se do seu texto a referência ao salário mínimo como parâmetro para reajuste dos benefícios previdenciários (TRF 2ª Região, Argüição de Inconstitucionalidade na Apelação Cível 122804, Processo nº 96.02.36095-0/RJ, Plenário, Relator Desembargador Federal Castro Aguiar, DJU de 23/4/2002), sobrevindo a Súmula n° 29, com o seguinte teor:

"No reajuste dos benefícios de prestação continuada, mantidos pela Previdência Social, aplica-se o critério da Súmula nº 260 do extinto Tribunal Federal de Recursos até o sétimo mês após a vigência da Constituição Federal de 1988 e, a partir de então, os critérios de revisão estabelecidos nos arts. 58 do ADCT e 201, par. 2º, da mesma Carta Magna".

Em abril de 1989 perde eficácia a Súmula n° 260 em face da revisão determinada no art. 58 do ADCT-CF, passando a vigorar, temporariamente, o critério da equivalência em número de salários mínimos. Esta regra, de eficácia transitória, foi cumprida administrativamente pela autarquia previdenciária, por meio da Portaria Ministerial nº 4.426/1989, sendo indevida nova revisão, uma vez que já efetivada pelo INSS no período compreendido entre abril de 1989 até a regulamentação da legislação previdenciária que a sucedeu, o que se deu em dezembro/1991 (regra do art. 58, parágrafo único, do ADCT).

Com a regulamentação do Plano de Benefícios da Previdência Social (Decreto nº 357/91), em dezembro de 1991, são devidos, apenas, os critérios de reajustamento previstos pela Lei nº 8.213/91.

Por outro lado, se a intenção do constituinte fosse manter o critério da equivalência salarial estabelecida de forma temporária pelo art. 58 do ADCT, tal regra estaria expressa no § 2º do art. 201 da CF/88, subtraindo do legislador infraconstitucional o poder de dispor sobre a matéria, o que não ocorreu.

Como se sabe, com a implantação do Plano de Custeio e Benefícios da Previdência Social, o reajustamento, de modo a preservar, em caráter permanente, o valor real do benefício (CF, art. 201, §4º - EC nº 20/1998), passou a ser feito nos termos da legislação específica (Lei 8.213/1991 e alterações posteriores), não tendo relação com o número de salários mínimos correspondentes na época da concessão.

Ressalte-se que a preservação do valor real dos benefícios previdenciários resulta da aplicação dos índices estabelecidos nos termos da legislação ordinária, conforme determinação expressa do próprio constituinte e, desta forma, não há que se falar em inconstitucionalidade, uma vez que não há confronto aos ditames da Carta Magna.

Em sendo assim, mesmo que o índice eleito pelo legislador não reflita da melhor maneira o desgaste inflacionário em determinado período, ainda assim não há inconstitucionalidade, eis que a Constituição delegou à lei a fixação do índice que melhor refletisse a preservação do valor real dos benefícios previdenciários, destacando-se que o índice inflacionário é referência para preservação do valor real.

Ademais, não pode o Poder Judiciário admitir a substituição do índice adotado pelo Poder Legislativo para a correção do benefício previdenciário, sob pena de praticar-se a invasão de um dos Poderes na esfera de competência de outro.

Neste sentido, os Tribunais Superiores, em reiteradas decisões, reconheceram a constitucionalidade dos critérios de reajuste de benefícios introduzidos pela Lei 8.213/91, conforme se depreende dos v. arestos abaixo transcritos:

"PREVIDÊNCIA SOCIAL.
- No caso, trata-se de benefício concedido em 04.06.91, e, portanto, posteriormente à promulgação da Constituição de 1988.
- Ora, esta Corte já firmou o entendimento de que somente os benefícios de prestação continuada mantidos pela Previdência Social são suscetíveis de sofrer revisão de seus valores de acordo com os critérios estabelecidos no artigo 58 do ADCT, cuja incidência, temporalmente limitada, não se projeta sobre situações de caráter previdenciário constituídas após 05 de outubro de 1988.
- Por outro lado, este Tribunal também já assentou a orientação no sentido de que a preservação permanente do valor real do benefício previdenciário se faz, como preceitua o artigo 201, §2º, da Constituição, conforme os critérios definidos em lei, cabendo a esta estabelecê-los, sendo, pois, de se afastar, no caso, a aplicação da equivalência com o salário mínimo após a entrada em vigor da Lei 8.213/91.
- Recurso extraordinário conhecido e provido".
(STF, RE 294083/RJ, Primeira Turma, Rel. Min. Moreira Alves, DJ 27/04/2001).

Sendo assim, com base no artigo 557, parágrafo 1º - A, do CPC e no artigo 43, § 1º, VII, do Regimento Interno deste Tribunal, dou provimento à apelação e à remessa necessária, para JULGAR IMPROCEDENTE O PEDIDO, condenando o autor em honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da causa, ficando a execução suspensa, posto que o beneficiário de justiça gratuita não tem direito à isenção da condenação nas verbas de sucumbência, mas à suspensão do pagamento, enquanto durar a situação de pobreza, pelo prazo máximo de cinco anos, findo o qual estará prescrita a obrigação, a teor do disposto no artigo 12 da Lei nº 1.060/50" (AgRg no Recurso Especial 364.021/DF, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 26.05.03).

Decorrido o prazo recursal, certifique-se o trânsito em julgado e devolvam-se os presentes autos à Vara de origem.

Publique-se e intime-se.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007.

MARCIA HELENA NUNES
Juíza Federal convocada -Relatora

IV - REMESSA EX-OFFICIO EM AÇÃO CÍVEL 2002.02.01.026247-0

RELATOR	:JUÍZA FEDERAL CONVOCADA MARCIA HELENA NUNES EM AUXÍLIO AO DESEMBARGADOR FEDERAL SERGIO FELTRIN CORREA
PARTE AUTORA	:THEREZINHA DE JESUS PEREIRA
ADVOGADO	:IGARA PAULO SOUZA DA SILVA
PARTE RÉ	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:AUREA PEREIRA LORENA
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 3A VARA DE SAO JOAO DE MERITI-RJ
ORIGEM	:TERCEIRA VARA FEDERAL DE SÃO JOÃO DE MERITI (200151100040411)

D E C I S Ã O

Trata-se de remessa oficial em face da sentença de fls. 40/45, que julgou procedente em parte o pedido inicial.

THEREZINHA DE JESUS PEREIRA ajuíza, em 21/06/1989, ação de rito ordinário, sob a égide da gratuidade de Justiça, objetivando a revisão de seu beneficio previdenciário.

O magistrado de primeiro grau julgou procedente em parte o pedido, fls. 40/45, condenando o INSS a proceder à revisão do benefício previdenciário da autora, com a utilização do critério da Súmula 260 do extinto TFR, até abril de 1989.

Não houve recurso voluntário, fl. 48.
Remetidos os autos a este E. Tribunal, deles teve vista o Ilustre representante do Ministério Público Federal, opinando pela manutenção da sentença (fl. 51).

Relatados, decido:

Conforme já exposto no relatório, subiram os autos em face da remessa necessária, a qual merece prosperar em parte.

Para uma perfeita compreensão do caso em tela, vale ressaltar a exata interpretação da Súmula 260 do ex-TFR, editada com o seguinte teor:

"No primeiro reajuste do benefício previdenciário, deve-se aplicar o índice integral do aumento verificado, independente do mês de concessão, considerando nos reajustes subseqüentes, o salário mínimo então atualizado"

A jurisprudência federal, dirimindo qualquer dúvida que pudesse subsistir sobre a interpretação da referida súmula, pacificou o entendimento de que o seu comando não vincula o benefício ao número de salários mínimos, o que somente foi instituído pelo art. 58, do ADCT, que determinou a revisão dos benefícios em manutenção em 05 de outubro de 1988, com aplicação da equivalência salarial no período compreendido entre abril de 1989 e a data da regulamentação da Lei 8.213/91 (REsp nº 491436/RJ, relator Ministro Hélio Quaglia Barbosa, DJU de 13.9.2004, pág. 300; REsp nº 623376/RJ, relator Ministro Jorge Scartezzini, DJU de 02.8.2004, pág. 556; REsp nº 313494/RJ, relator Ministro Fernando Gonçalves, DJU de 19.12.2003, pág. 629).

Isso porque o comando da Súmula 260/TFR apenas consolidou o entendimento jurisprudencial de que a autarquia previdenciária, a partir da edição da Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, ao reajustar os benefícios previdenciários, aplicou critérios que geraram prejuízos de duas ordens para o segurado da previdência social.

Por essa razão, diz-se que a referida súmula compõe-se de duas partes.

A primeira diz respeito ao prejuízo causado ao segurado por ocasião do primeiro reajustamento, ao ser aplicada a proporcionalidade dos índices de reajustes previstos para a correção dos benefícios previdenciários. A segunda aborda o errôneo enquadramento nas faixas salariais de reajuste por não ter a autarquia considerado o salário mínimo atualizado.

Posteriormente, essas distorções cessaram em dois momentos distintos:

01) Em 13.11.1984, data da edição do Decreto-Lei nº 2.171/84, cessaram os problemas referentes à segunda parte da referida súmula, ou seja, aqueles resultantes da aplicação do salário mínimo antigo. Aquele diploma legal determinou, expressamente, a utilização do salário mínimo atualizado.

2) Em 07.08.1987, data da edição do Decreto-Lei nº 2.351/87, cessaram as distorções no que tange à primeira parte, ou seja, aquelas referentes à aplicação proporcional do índice da política salarial. Aquele diploma legal determinou que o reajuste passasse a ser mensal.

Quanto às distorções corrigidas pela primeira parte da Súmula 260/TFR, eis que o critério da aplicação proporcional dos índices de reajuste previstos para a correção dos benefícios previdenciários, adotado pela autarquia para aqueles benefícios cujas datas de concessão não coincidissem com a data de reajuste do salário mínimo, teve início, conforme visto acima, a partir da Lei nº 6.708/79.

Contudo, a defasagem apontada nessa primeira parte da Súmula 260/TFR não atingiu todos os benefícios previdenciários.

Com efeito, tal critério não alcançou os benefícios enquadrados nas seguintes hipóteses:

a) os concedidos anteriormente à Lei nº 6.708/79 (DIB até 29.10.79), em razão de não existir distorção no primeiro reajuste, isto é, nesses casos, a autarquia aplicou integralmente o índice previsto;
b) os iniciados quando os reajustes eram semestrais e conferidos nos meses de maio e novembro de cada ano (DIB: novembro/79; maio e novembro/80; maio e novembro/81; maio e novembro/82; maio e novembro/83; maio e novembro/84 e maio e novembro/85), em virtude da aplicação integral do índice de reajuste para os benefícios concedidos nesses meses, por coincidirem com a data de reajuste do salário mínimo.
c) os iniciados nos meses de março de 1986 e em janeiro, março, maio e junho de 1987, igualmente porque foram meses em que houve reajustes do salário mínimo. Logo, aplicado integralmente o índice previsto;
d) os iniciados em qualquer mês no período de agosto de 1987 a abril de 1989 (DIB entre 07.08.87 a 04.04.89), por força do Decreto-lei nº 2.351, de 07.08.87, quando os reajustes passaram a ser mensais;
e) e os iniciados a partir de 05/4/89, em conseqüência da perda de eficácia da Súmula em referência.

No que tange à segunda parte da Súmula 260 - o enquadramento nas faixas salariais de reajuste, considerando o salário mínimo atualizado e não o revogado -, a distorção atingiu, a princípio, os segurados que se aposentaram antes de novembro de 1984, posto que a partir dessa data, por força da determinação contida no Decreto-Lei nº 2.171, de 13/11/84, a autarquia previdenciária, ao reajustar os benefícios previdenciários, passou a considerar o valor do salário mínimo atualizado.

Posteriormente, essa distorção foi integralmente revista pelo INSS, alcançando o período, inclusive, de novembro de 1979 a outubro de 1984, em obediência aos preceitos da Lei nº 7.604/87, que determinou a atualização dos benefícios na forma corretamente estabelecida pelo Decreto-lei nº 2.171/84, e não na errônea interpretação do órgão, o que foi efetivamente cumprido e pago a todos os beneficiários, inexistindo diferenças devidas a esse título.

Em abril de 1989 perde eficácia a Súmula n° 260 em face da revisão determinada no art. 58 do ADCT-CF, passando a vigorar, temporariamente, o critério da equivalência em número de salários mínimos. Esta regra, de eficácia transitória, foi cumprida administrativamente pela autarquia previdenciária, por meio da Portaria Ministerial nº 4.426/1989, sendo indevida nova revisão, uma vez que já efetivada pelo INSS no período compreendido entre abril de 1989 até a regulamentação da legislação previdenciária que a sucedeu, o que se deu em dezembro/1991 (regra do art. 58, parágrafo único, do ADCT).

A orientação da jurisprudência dos Tribunais passou a ser seguida por este E. Tribunal, no julgamento da Argüição de Inconstitucionalidade - AC nº 122.804, em decisão plenária que conheceu do incidente para declarar a constitucionalidade do art. 41, inciso II, da Lei n° 8.213/1991, e alterar a dicção da sua Súmula n° 17, suprimindo-se do seu texto a referência ao salário mínimo como parâmetro para reajuste dos benefícios previdenciários (TRF 2ª Região, Argüição de Inconstitucionalidade na Apelação Cível 122804, Processo nº 96.02.36095-0/RJ, Plenário, Relator Desembargador Federal Castro Aguiar, DJU de 23/4/2002), sobrevindo a Súmula n° 29, com o seguinte teor:

"No reajuste dos benefícios de prestação continuada, mantidos pela Previdência Social, aplica-se o critério da Súmula nº 260 do extinto Tribunal Federal de Recursos até o sétimo mês após a vigência da Constituição Federal de 1988 e, a partir de então, os critérios de revisão estabelecidos nos arts. 58 do ADCT e 201, par. 2º, da mesma Carta Magna".

Após, com a regulamentação do Plano de Benefícios da Previdência Social (Decreto nº 357/91), em dezembro de 1991, são devidos, apenas, os critérios de reajustamento previstos pela Lei nº 8.213/91.

Feitas essas considerações, conclui-se que o benefício da autora, cuja DIB é de 01/12/1980 (fls. 06), foi atingido pelas distorções objetos da Súmula 260, do extinto TFR. Quanto à segunda parte da citada súmula, as distorções inicialmente ocorrentes foram corrigidas administrativamente, além do que só se aplica aos benefícios concedidos até novembro de 1984.

Sendo assim, com base no artigo 557, parágrafo 1º.-A, do CPC e do artigo 43, § 1º, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal, dou parcial provimento à remessa necessária para, reformando o *decisum* a quo, JULGAR PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, nos termos da fundamentação supra, determinando a revisão do benefício previdenciário a que faz jus a autora apenas com base na primeira parte da Súmula 260, do extinto TFR, mantendo, no mais, a r. sentença.

Decorrido o prazo recursal, certifique-se o trânsito em julgado e devolvam-se os presentes autos à Vara de origem.

Publique-se e intime-se.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007.

MARCIA HELENA NUNES
Juíza Federal convocada -Relatora

IV - APELACAO CIVEL 2002.02.01.033853-0

RELATOR	:JUÍZA FEDERAL CONVOCADA MARCIA HELENA NUNES EM AUXILIO AO DESEMBARGADOR FEDERAL SERGIO FELTRIN CORREA
APELANTE	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:EDMIR LEITE ROSETTI FILHO
APELADO	:NILDA DA FONSECA NASCIMENTO REP. P/ JOAO BADARO DA ROCHA
ADVOGADO	:ALEXANDRE MELO BRASIL E OUTRO
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 4A VARA-ES
ORIGEM	:QUARTA VARA FEDERAL DE VITÓRIA (9800074350)

D E C I S Ã O

Trata-se de remessa oficial e de apelação interposta pelo INSS em face da sentença de fls. 84/87, que julgou procedente o pedido.

NILDA DA FONSECA NASCIMENTO Rep/ p/ JOÃO BADARO DA ROCHA, ajuíza, em 31/07/1998, ação de rito ordinário, sob a égide da gratuidade de Justiça, objetivando a concessão de aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de é portadora de distúrbios mentais e emocionais que a tornam incapaz para atividades laborais.

O juiz de primeiro grau julgou procedente o pedido, fls. 84/87, condenando a autarquia a conceder à autora aposentadoria por invalidez, com efeitos retroativos à data da prolação da sentença que declarou a sua interdição.

Da aludida sentença apela o INSS, nas fls. 91/95, pugnando por sua reforma.
Contra-razões, fls. 97/99.
Remetidos os autos a este E. Tribunal, deles teve vista o Ilustre representante do Ministério Público Federal, opinando pelo provimento parcial do recurso (fls. 103/106).

Relatados, decido:

Conforme já exposto no relatório, em face da sentença que concedeu à autora aposentadoria por invalidez, apela o INSS, apontando, em resumo, para a necessidade de cumprimento dos requisitos do artigo 42, da Lei 8.213/91, para fins de concessão de aposentadoria por invalidez; perda da qualidade de segurada da autora; falta de contemporaneidade entre a causa da invalidez e a filiação ao ente previdenciário; para o fato de que a sentença só poderia produzir efeitos *ex nunc*, apontando, por fim, para a isenção das custas.

O apelo do INSS, bem como a remessa merecem prosperar apenas no que se refere às custas processuais.

Senão, vejamos:

A aposentadoria por invalidez e o auxílio-doença são os benefícios previdenciários cabíveis na hipótese de incapacidade do segurado para o exercício de atividade laborativa, permanente no primeiro caso e temporária no segundo.

O laudo médico de fls. 63 atestou a impossibilidade da Autora de exercer a atividade laborativa para prover sua subsistência. De forma conclusiva, atestou o médico periciante:

"Pac. não consegue estabilidade nem em trabalhos domésticos, com agressividade, depressão, angústia, nervosismo, insônia.".

Diante desse quadro, impera-se a concessão da aposentadoria por invalidez, pois comprovada a irreversibilidade do quadro clínico atual da autora.

Nestes temos, foi prolatada a sentença de primeiro grau:

"Sustenta a autora ser possuidora do direito a perceber o benefício da aposentadoria por invalidez permanente, uma vez sofrer de distúrbio mental e de comportamento à época em que trabalhava e possuía a condição de segurada pela autarquia ré, colacionando, para tanto, laudo médico em que se constata a veracidade de suas alegações, além da sentença declaratória de interdição, datada de 04 de Novembro de 1996, proferida pelo Exmo. Juiz de Direito da Vara de Órfãos e Sucessões de Vila Velha/ES.

Por sua vez, o réu alega que a autora deixou de contribuir ao INSS em novembro de 1994, perdendo, portanto, sua qualidade de segurada quando do momento em que pleiteou a concessão do benefício sub judice, o que acarretaria em prescrição de seu direito, razão pela qual pugna pela extinção do presente feito, nos moldes do art. 269, IV, do CPC.

Nesse sentido, vale transcrever o que dispõe o art. 15 da Lei 8.213/91, in verbis:

"art. 15. Mantém a qualidade de segurado, independentemente de suas contribuições:

II - até 12 (doze) meses após a cessação das contribuições, o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social ou estiver suspenso ou licenciado sem remuneração;
(...)

§1º O prazo do inciso II será prorrogado para até 24 (vinte e quatro) meses se o segurado já tiver pago mais de 120 (cento e vinte) contribuições mensais que acarrete a perda da qualidade de segurado."

No entanto, conforme depreende-se do documento de fl. 19, a autora exerceu a função de escriturária, junto ao Banestes S/A, desde outubro de 1978. Assim, considerando que a sua última contribuição ao INSS data de novembro de 1994, tem-se que a autora manteve a sua qualidade de segurada até novembro de 1996, posto preencher os requisitos para dilação de prazo previstos no §1º, do art. 15 da Lei 8.213/91.

Ora, tendo em vista o fato de a sentença que declarou a interdição da autora datar de 04 de novembro de 1996, é certo que, quando do momento da declaração de sua interdição, a autora ainda gozava da qualidade de segurada do INSS, o que demonstra que a mesma é detentora do direito adquirido de receber o benefício previdenciário por aposentadoria por invalidez."

No tocante ao cumprimento do disposto no artigo 42, da Lei 8.213/91, como bem asseverado pelo Ministério Público Federal, fls. 103/106, não há necessidade de realização de perícia a ser efetuada pelo INSS quando já existente sentença de interdição judicial, face ao principio da racionalidade dos atos do Poder Público.

A alegação de perda da qualidade de segurada não merece prosperar, na medida em que a autora afastou-se do trabalho em 29/11/1994 (fl. 18), quando já havia vertido mais de 120 contribuições ao INSS e a sentença de interdição foi prolatada em 04/11/1996 (fl. 08). Ora, a situação da autora enquadra-se no disposto no § 1º, do artigo 15, da Lei 8.213/91. Sendo assim, afasta-se o fundamento de que de que o início da incapacidade seria posterior à perda da qualidade de segurado.

Sobre o tema, segue jurisprudência:

"PREVIDENCIÁRIO - CONCESSÃO DE BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ - INCAPACIDADE LABORATIVA COMPROVADA - INÍCIO A PARTIR DA DATA DA INTERDIÇÃO JUDICIAL.
1. Comprovada a permanente incapacidade laborativa por perito médico especializado na doença que acomete a parte autora, deve o benefício de aposentadoria por invalidez lhe ser concedido, mesmo tendo a perícia realizada administrativamente pelo INSS concluído pela aptidão dela para o trabalho. Isto porque havendo divergência entre o laudo do perito do juízo e o dos médicos do INSS, deve prevalecer aquele, por ter sido elaborado por profissional sem nenhuma vinculação com as partes.
2. Portanto, no mérito, a sentença deve ser mantida no tocante ao reconhecimento da permanente incapacidade laborativa do autor. Contudo, o termo inicial da concessão da aposentadoria por invalidez é a partir da data em que ele foi interditado, 21-06-1993. Isto porque o laudo pericial feito em juízo, a partir do qual deveria se iniciar a concessão do benefício, conforme pacífica jurisprudência do STJ, só confirmou a doença mental do autor, já anteriormente constatada. Em sendo assim, não há que se falar em prescrição, uma vez que a presente ação foi ajuizada em julho de 1993.
3 - Apelação do autor improvida . Apelação do réu e remessa "ex-officio" parcialmente providas."
(AC 210809 - TRF da 2ª Região - 2ª Turma - Rel. Antônio Cruz N etto - DJU 20/10/2004 - pág. 165/166)

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO - CANCELAMENTO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO - AUXÍLIO-DOENÇA - SENTENÇA DECRETANDO A INTERDIÇÃO - DECLARAÇÃO DE INCAPACIDADE ABSOLUTA PARA OS ATOS DA VIDA CIVIL - INCAPACIDADE DO SEGURADO PARA DESENVOLVER ATIVIDADE LABORAL COMPROVADA POR CERTIDÃO DE INTERDIÇÃO - CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ - PEDIDO DE DANO MORAL - NÃO CONHECIMENTO - SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA.
I - O benefício de aposentadoria por invalidez é concedido em razão de ter sido averiguada a incapacidade do segurado para o trabalho ou atividade habitual que exercia e a insusceptibilidade de sua reabilitação para o desempenho de outra atividade que lhe garanta a subsistência.
II - A capacidade é conceito referente à idoneidade da pessoa para adquirir direitos ou contrais obrigações no universo negocial, estendendo-se a outros fatos e efeitos jurídicos, principalmente aos fatos ilícitos e a responsabilidade civil deles decorrentes.
III - Uma vez fixada a anomalia mental - podendo esta variar desde pequenos distúrbios até a completa loucura - o que é feito com o auxílio da Medicina, o indivíduo é considerado incapaz para os atos da vida civil. A inclusão dos que não têm o necessário discernimento no rol dos incapazes depende de processo de interdição, regulado pelos arts. 1177 e segs. do CPC, com fundamento no art. 1767 do Novo Código Civil, ou art. 446 do código de 1916.
IV - A sentença que decretou a interdição do Autor é oponível também ao órgão previdenciário.
V - Diante da declaração de incapacidade absoluta do Autor, mantendo este a condição de segurado, deve ser concedida a aposentadoria por invalidez, sendo desnecessária a realização de nova perícia.
VI - O exame médico pericial realizado interna corporis pela autarquia não se sobrepõe àquele elaborado pelo expert do juízo, o qual se encontra em posição eqüidistante do interesse das partes, e, tampouco à sentença judicial de interdição.
VII - Tendo o Autor decaído de parte do seu pedido, é de ser reconhecida a sucumbência recíproca, nos termos do art. 21, caput, do CPC.
(AC 339424 - TRF da 2ª Região - 6ª Turma - Rel. Sergio Schwaitzer - DJU 14/06/2004 - pág. 286)

"PREVIDENCIÁRIO - CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE APÓS A DEVIDA CONVERSÃO DO BENEFÍCIO ASSISTENCIAL EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO - AUSÊNCIA DE PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO
I- A Constituição Federal assegura assistência social a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social e tem por objetivos, entres eles, a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (art. 203, V, da CF/88).
II- No caso dos autos, ao de cujus foi concedido o benefício assistencial de amparo social à pessoa portadora de deficiência, com data de início em 01/04/99, em que pese ter sido contribuinte da Previdência Social por longos anos.
III- É certo que a qualidade de segurado da Previdência Social se extingue, em regra, após a ausência de recolhimento por mais de 12 (doze) contribuições. No entanto, tratando-se de segurado desempregado, que recolheu acima de 120 (cento e vinte) contribuições, o "período de graça" é estendido para 36 meses, contados a partir da cessação da última contribuição (art. 15, II, §§ 1º e 2º, da Lei 8.213/91).
IV-O marido e pai das Autoras ainda mantinha a condição de segurado da Previdência Social, quando do requerimento administrativo que concedeu erroneamente o benefício assistencial de amparo social de pessoa portadora de deficiência, ao invés do benefício previdenciário de auxílio-doença ao qual fazia jus, eis que era portador de neoplasia maligna.
V- Constatado evidente equívoco no benefício concedido ao segurado falecido, cabe a sua conversão, bem como a concessão do benefício de pensão por morte às Autoras, beneficiárias do Regime da Previdência Social, na condição de dependentes do segurado, conforme previsto no art. 16 da Lei nº 8.213/91."
(AC 289753 - TRF da 2ª Região - 6ª Turma - Rel. Sergio Schawaitzer - DJU 05/09/2003 - pág. 225)

"PREVIDÊNCIA SOCIAL. PENSÃO POR MORTE. COMPANHEIRA E FILHOS MENORES. PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO DO DE CUJUS. IMPROCEDÊNCIA MANTIDA.
- A norma de regência do benefício observa a data do óbito. In casu, disciplina-o a Lei nº 8.213/91, arts. 74 e seguintes, com as alterações da Lei nº 9.528/97, sendo os requisitos: a relação de dependência do pretendente da pensão para com o de cujus e a qualidade de segurado da Previdência Social deste, à época do passamento.
- Perde a qualidade de segurado do INSS quem deixa de contribuir para o sistema por mais de 12 meses, ex vi do art. 15, II, da Lei 8.213/91. Não cabimento da pensão .
- O "período de graça" pode ser estendido por até três anos, se comprovado o recolhimento de mais de 120 (cento e vinte) contribuições mensais sem interrupção, ou o desemprego involuntário pelo registro no órgão próprio do Ministério do Trabalho e da Previdência Social, o que não ocorre no caso presente, havendo a perda da qualidade de segurado (art. 15, §§ 1º e 2º, Lei nº 8.213/91).
- O art. 102 da Lei 8.213/91 não se aplica à espécie, pois estabelece que a perda da qualidade superveniente à implementação de todos os requisitos à concessão do benefício não obsta sua concessão. In casu, a perda da qualidade de segurado ocorreu antes de se aperfeiçoarem os requisitos ao direito à pensão por morte.
- Improcedência mantida.
- Apelação dos autores improvida."
(AC 918069 - TRF da 3ª Região - 8ª Turma - Rel. Vera Jucovski - DJU 29/11/2006- pág. 503)

Ressalte-se, ainda, que o momento da concessão do benefício deve ser mantido nos termos da r. sentença apelada, posto que, em que pese a existência do laudo de fl. 64, fato é que este apenas confirmou a doença mental da autora anteriormente constatada, de acordo com a sentença de interdição anexada na fl. 08.

Merece, no entanto, reforma a r. sentença de primeiro grau, apenas no ponto em que condena a autarquia ao pagamento das custas, por se tratar de demanda cuja autora é beneficiária da gratuidade de Justiça. Sendo assim, os honorários do perito devem ser requisitados à Direção do Foro da Justiça Federal do Espírito Santo, nos termos da Resolução 440, de 30/05/2005, do Conselho da Justiça Federal.

Face ao exposto, com base no artigo 557, parágrafo 1º.-A, do CPC e no artigo 43, § 1º, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal, dou parcial provimento à apelação do INSS e à remessa necessária, apenas para excluir a condenação da autarquia ao pagamento das custas judiciais, mantendo, no mais, inalterada a r. sentença *a quo*, nos termos da fundamentação supra.

Publique-se. Intime-se. Decorrido o prazo recursal, sem interposição de recurso pertinente, dê-se baixa na autuação, com as cautelas de estilo.
Rio de Janeiro, 21 de março de 2006.

MARCIA HELENA NUNES
Juíza Federal Convocada

IV - APELACAO CIVEL 2002.02.01.048139-8

RELATOR	:JUÍZA FEDERAL CONVOCADA MARCIA HELENA NUNES EM AUXÍLIO AO DESEMBARGADOR FEDERAL SERGIO FELTRIN CORREA
APELANTE	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	:MIREIA OLIVEIRA D'ALMEIDA
APELADO	:NILCE DA SILVA GAMBARDELLA
ADVOGADO	:CARLOS ALBERTO CLEMENTE MAGALHAES
REMETENTE	:JUIZO DE DIREITO DA 2 VARA DE NILOPOLIS RJ
ORIGEM	:2A. VARA ESTADUAL - NILOPOLIS/RJ (0013716)

D E C I S Ã O

Trata-se de remessa necessária e de apelação interposta pelo INSS em face da sentença que julgou procedente o pedido autoral.

NILCE DA SILVA GAMBARDELLA ajuíza, em 15/08/1990, ação de rito ordinário, sob a égide da gratuidade de Justiça, objetivando a revisão do seu benefício previdenciário (DIB 02.05.1987 - fl. 07), com base na Súmula 260, do extinto TFR.

A juíza de primeiro grau julgou procedente o pedido, fls. 49/51, condenando o INSS a proceder à revisão do benefício previdenciário da parte autora, com base na Súmula 260, do extinto TFR, até 31 de março de 1989.

Da mencionada sentença, apela a autarquia, nas fls. 52/55, pugnando por sua reforma.
Sem contra-razões, fl. 57vº.
Parecer do Ministério Público Estadual, fls. 58/61, opinando pelo improvimento recurso.
Remetidos os autos a este E. Tribunal, deles teve vista o Ilustre representante do Ministério Público Federal, opinando pela manutenção da sentença (fl. 65).

Relatados, decido:

Conforme já exposto no relatório, subiram os autos em função da remessa necessária e apelação interposta pelo INSS em face da sentença que julgou procedente o pleito autoral.

A apelação, bem como a remessa necessária, merecem prosperar.

Senão, vejamos:

Para uma perfeita compreensão do caso em tela, vale ressaltar a exata interpretação da Súmula 260 do ex-TFR, editada com o seguinte teor:

"No primeiro reajuste do benefício previdenciário, deve-se aplicar o índice integral do aumento verificado, independente do mês de concessão, considerando nos reajustes subseqüentes, o salário mínimo então atualizado"

A jurisprudência federal, dirimindo qualquer dúvida que pudesse subsistir sobre a interpretação da referida súmula, pacificou o entendimento de que o seu comando não vincula o benefício ao número de salários mínimos, o que somente foi instituído pelo art. 58, do ADCT, que determinou a revisão dos benefícios em manutenção em 05 de outubro de 1988, com aplicação da equivalência salarial no período compreendido entre abril de 1989 e a data da regulamentação da Lei 8.213/91 (REsp nº 491436/RJ, relator Ministro Hélio Quaglia Barbosa, DJU de 13.9.2004, pág. 300; REsp nº 623376/RJ, relator Ministro Jorge Scartezzini, DJU de 02.8.2004, pág. 556; REsp nº 313494/RJ, relator Ministro Fernando Gonçalves, DJU de 19.12.2003, pág. 629).

Isso porque o comando da Súmula 260/TFR apenas consolidou o entendimento jurisprudencial de que a autarquia previdenciária, a partir da edição da Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, ao reajustar os benefícios previdenciários, aplicou critérios que geraram prejuízos de duas ordens para o segurado da previdência social.

Por essa razão, diz-se que a referida súmula compõe-se de duas partes.

A primeira diz respeito ao prejuízo causado ao segurado por ocasião do primeiro reajustamento, ao ser aplicada a proporcionalidade dos índices de reajustes previstos para a correção dos benefícios previdenciários. A segunda aborda o errôneo enquadramento nas faixas salariais de reajuste por não ter a autarquia considerado o salário mínimo atualizado.

Posteriormente, essas distorções cessaram em dois momentos distintos:

01) Em 13.11.1984, data da edição do Decreto-Lei nº 2.171/84, cessaram os problemas referentes à segunda parte da referida súmula, ou seja, aqueles resultantes da aplicação do salário mínimo antigo. Aquele diploma legal determinou, expressamente, a utilização do salário mínimo atualizado.

2) Em 07.08.1987, data da edição do Decreto-Lei nº 2.351/87, cessaram as distorções no que tange à primeira parte, ou seja, aquelas referentes à aplicação proporcional do índice da política salarial. Aquele diploma legal determinou que o reajuste passasse a ser mensal.

Quanto às distorções corrigidas pela primeira parte da Súmula 260/TFR, eis que o critério da aplicação proporcional dos índices de reajuste previstos para a correção dos benefícios previdenciários, adotado pela autarquia para aqueles benefícios cujas datas de concessão não coincidissem com a data de reajuste do salário mínimo, teve início, conforme visto acima, a partir da Lei nº 6.708/79.

Contudo, a defasagem apontada nessa primeira parte da Súmula 260/TFR não atingiu todos os benefícios previdenciários.

Com efeito, tal critério não alcançou os benefícios enquadrados nas seguintes hipóteses:

a) os concedidos anteriormente à Lei nº 6.708/79 (DIB até 29.10.79), em razão de não existir distorção no primeiro reajuste, isto é, nesses casos, a autarquia aplicou integralmente o índice previsto;
b) os iniciados quando os reajustes eram semestrais e conferidos nos meses de maio e novembro de cada ano (DIB: novembro/79; maio e novembro/80; maio e novembro/81; maio e novembro/82; maio e novembro/83; maio e novembro/84 e maio e novembro/85), em virtude da aplicação integral do índice de reajuste para os benefícios concedidos nesses meses, por coincidirem com a data de reajuste do salário mínimo.
c) os iniciados nos meses de março de 1986 e em janeiro, março, maio e junho de 1987, igualmente porque foram meses em que houve reajustes do salário mínimo. Logo, aplicado integralmente o índice previsto;
d) os iniciados em qualquer mês no período de agosto de 1987 a abril de 1989 (DIB entre 07.08.87 a 04.04.89), por força do Decreto-lei nº 2.351, de 07.08.87, quando os reajustes passaram a ser mensais;
e) e os iniciados a partir de 05/4/89, em conseqüência da perda de eficácia da Súmula em referência.

No que tange à segunda parte da Súmula 260 - o enquadramento nas faixas salariais de reajuste, considerando o salário mínimo atualizado e não o revogado -, a distorção atingiu, a princípio, os segurados que se aposentaram antes de novembro de 1984, posto que a partir dessa data, por força da determinação contida no Decreto-Lei nº 2.171, de 13/11/84, a autarquia previdenciária, ao reajustar os benefícios previdenciários, passou a considerar o valor do salário mínimo atualizado.

Posteriormente, essa distorção foi integralmente revista pelo INSS, alcançando o período, inclusive, de novembro de 1979 a outubro de 1984, em obediência aos preceitos da Lei nº 7.604/87, que determinou a atualização dos benefícios na forma corretamente estabelecida pelo Decreto-lei nº 2.171/84, e não na errônea interpretação do órgão, o que foi efetivamente cumprido e pago a todos os beneficiários, inexistindo diferenças devidas a esse título.

Em abril de 1989 perde eficácia a Súmula n° 260 em face da revisão determinada no art. 58 do ADCT-CF, passando a vigorar, temporariamente, o critério da equivalência em número de salários mínimos. Esta regra, de eficácia transitória, foi cumprida administrativamente pela autarquia previdenciária, por meio da Portaria Ministerial nº 4.426/1989, sendo indevida nova revisão, uma vez que já efetivada pelo INSS no período compreendido entre abril de 1989 até a regulamentação da legislação previdenciária que a sucedeu, o que se deu em dezembro/1991 (regra do art. 58, parágrafo único, do ADCT).

A orientação da jurisprudência dos Tribunais passou a ser seguida por este E. Tribunal, no julgamento da Argüição de Inconstitucionalidade - AC nº 122.804, em decisão plenária que conheceu do incidente para declarar a constitucionalidade do art. 41, inciso II, da Lei n° 8.213/1991, e alterar a dicção da sua Súmula n° 17, suprimindo-se do seu texto a referência ao salário mínimo como parâmetro para reajuste dos benefícios previdenciários (TRF 2ª Região, Argüição de Inconstitucionalidade na Apelação Cível 122804, Processo nº 96.02.36095-0/RJ, Plenário, Relator Desembargador Federal Castro Aguiar, DJU de 23/4/2002), sobrevindo a Súmula n° 29, com o seguinte teor:

"No reajuste dos benefícios de prestação continuada, mantidos pela Previdência Social, aplica-se o critério da Súmula nº 260 do extinto Tribunal Federal de Recursos até o sétimo mês após a vigência da Constituição Federal de 1988 e, a partir de então, os critérios de revisão estabelecidos nos arts. 58 do ADCT e 201, par. 2º, da mesma Carta Magna".

Após, com a regulamentação do Plano de Benefícios da Previdência Social (Decreto nº 357/91), em dezembro de 1991, são devidos, apenas, os critérios de reajustamento previstos pela Lei nº 8.213/91.

Feitas essas considerações, conclui-se que o benefício da autora, cuja DIB é de 02.05.1987 (fl. 07), não foi atingido pelas distorções objetos da Súmula 260, do extinto TFR, posto que concedido no mês em que houve reajuste do salário mínimo. Logo, aplicado integralmente o índice previsto. Quanto à segunda parte da citada súmula, as distorções inicialmente ocorrentes foram corrigidas administrativamente.

Merece, pois, reforma, a r. sentença de fls. 49/51.

Sendo assim, com base no artigo 557, parágrafo 1º - A, do CPC e no artigo 43, § 1º, VII, do Regimento Interno deste Tribunal, dou provimento à apelação e à remessa necessária, para JULGAR IMPROCEDENTE O PEDIDO, condenando o autor em honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da causa, ficando a execução suspensa, posto que o beneficiário de justiça gratuita não tem direito à isenção da condenação nas verbas de sucumbência, mas à suspensão do pagamento, enquanto durar a situação de pobreza, pelo prazo máximo de cinco anos, findo o qual estará prescrita a obrigação, a teor do disposto no artigo 12 da Lei nº 1.060/50" (AgRg no Recurso Especial 364.021/DF, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 26.05.03).

Decorrido o prazo recursal, certifique-se o trânsito em julgado e devolvam-se os presentes autos à Vara de origem.

Publique-se e intime-se.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007.

MARCIA HELENA NUNES
Juíza Federal convocada -Relatora

IV - APELACAO CIVEL 2002.51.10.000900-7

RELATOR	:JUÍZA FEDERAL CONVOCADA MARCIA HELENA NUNES EM AUXÍLIO AO DESEMBARGADOR FEDERAL SERGIO FELTRIN CORREA
APELANTE	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:IVONETE RODRIGUES SARDINHA
APELADO	:DEVERCINA GOMES MUNIZ
ADVOGADO	:OZIVAL SANTOS MAIA E OUTRO
ORIGEM	:QUARTA VARA FEDERAL DE SÃO JOÃO DE MERITI (200251100009007)

D E C I S Ã O

Trata-se de remessa necessária e de apelação interposta pelo INSS em face da sentença que julgou procedente o pedido autoral.

EUCLIDES FRANCISCO MUNIZ ajuíza, em 26/06/1990, ação de rito ordinário, sob a égide da gratuidade de Justiça, objetivando a revisão do seu benefício previdenciário (DIB 04.1975 - fl. 06), com base na Súmula 260, do extinto TFR.

Homologada a habilitação de Devercina Gomes Muniz, fl. 54, o juiz de primeiro grau julgou procedente o pedido, fls. 66/77, condenando o INSS a proceder à revisão do benefício previdenciário do autor, com base na Súmula 260, do extinto TFR, no artigo 58, do ADCT, de 05.10.88 até 05.04.91, data da implantação do plano de custeio e benefícios.

Da mencionada sentença, apela a autarquia, nas fls. 80/81, pugnando pela improcedência do pedido.
Contra-razões, fls. 86/88.
Remetidos os autos a este E. Tribunal, deles teve vista o Ilustre representante do Ministério Público Federal, opinando pelo improvimento do apelo (fls. 93/94).

Relatados, decido:

Conforme já exposto no relatório, subiram os autos em função da remessa necessária e apelação interposta pelo INSS em face da sentença que julgou procedente o pleito autoral.

A apelação, bem como a remessa necessária, merecem prosperar.

Senão, vejamos:

Para uma perfeita compreensão do caso em tela, vale ressaltar a exata interpretação da Súmula 260 do ex-TFR, editada com o seguinte teor:

"No primeiro reajuste do benefício previdenciário, deve-se aplicar o índice integral do aumento verificado, independente do mês de concessão, considerando nos reajustes subseqüentes, o salário mínimo então atualizado"

A jurisprudência federal, dirimindo qualquer dúvida que pudesse subsistir sobre a interpretação da referida súmula, pacificou o entendimento de que o seu comando não vincula o benefício ao número de salários mínimos, o que somente foi instituído pelo art. 58, do ADCT, que determinou a revisão dos benefícios em manutenção em 05 de outubro de 1988, com aplicação da equivalência salarial no período compreendido entre abril de 1989 e a data da regulamentação da Lei 8.213/91 (REsp nº 491436/RJ, relator Ministro Hélio Quaglia Barbosa, DJU de 13.9.2004, pág. 300; REsp nº 623376/RJ, relator Ministro Jorge Scartezzini, DJU de 02.8.2004, pág. 556; REsp nº 313494/RJ, relator Ministro Fernando Gonçalves, DJU de 19.12.2003, pág. 629).

Isso porque o comando da Súmula 260/TFR apenas consolidou o entendimento jurisprudencial de que a autarquia previdenciária, a partir da edição da Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, ao reajustar os benefícios previdenciários, aplicou critérios que geraram prejuízos de duas ordens para o segurado da previdência social.

Por essa razão, diz-se que a referida súmula compõe-se de duas partes.

A primeira diz respeito ao prejuízo causado ao segurado por ocasião do primeiro reajustamento, ao ser aplicada a proporcionalidade dos índices de reajustes previstos para a correção dos benefícios previdenciários. A segunda aborda o errôneo enquadramento nas faixas salariais de reajuste por não ter a autarquia considerado o salário mínimo atualizado.

Posteriormente, essas distorções cessaram em dois momentos distintos:

01) Em 13.11.1984, data da edição do Decreto-Lei nº 2.171/84, cessaram os problemas referentes à segunda parte da referida súmula, ou seja, aqueles resultantes da aplicação do salário mínimo antigo. Aquele diploma legal determinou, expressamente, a utilização do salário mínimo atualizado.

2) Em 07.08.1987, data da edição do Decreto-Lei nº 2.351/87, cessaram as distorções no que tange à primeira parte, ou seja, aquelas referentes à aplicação proporcional do índice da política salarial. Aquele diploma legal determinou que o reajuste passasse a ser mensal.

Quanto às distorções corrigidas pela primeira parte da Súmula 260/TFR, eis que o critério da aplicação proporcional dos índices de reajuste previstos para a correção dos benefícios previdenciários, adotado pela autarquia para aqueles benefícios cujas datas de concessão não coincidissem com a data de reajuste do salário mínimo, teve início, conforme visto acima, a partir da Lei nº 6.708/79.

Contudo, a defasagem apontada nessa primeira parte da Súmula 260/TFR não atingiu todos os benefícios previdenciários.

Com efeito, tal critério não alcançou os benefícios enquadrados nas seguintes hipóteses:

a) os concedidos anteriormente à Lei nº 6.708/79 (DIB até 29.10.79), em razão de não existir distorção no primeiro reajuste, isto é, nesses casos, a autarquia aplicou integralmente o índice previsto;
b) os iniciados quando os reajustes eram semestrais e conferidos nos meses de maio e novembro de cada ano (DIB: novembro/79; maio e novembro/80; maio e novembro/81; maio e novembro/82; maio e novembro/83; maio e novembro/84 e maio e novembro/85), em virtude da aplicação integral do índice de reajuste para os benefícios concedidos nesses meses, por coincidirem com a data de reajuste do salário mínimo.
c) os iniciados nos meses de março de 1986 e em janeiro, março, maio e junho de 1987, igualmente porque foram meses em que houve reajustes do salário mínimo. Logo, aplicado integralmente o índice previsto;
d) os iniciados em qualquer mês no período de agosto de 1987 a abril de 1989 (DIB entre 07.08.87 a 04.04.89), por força do Decreto-lei nº 2.351, de 07.08.87, quando os reajustes passaram a ser mensais;
e) e os iniciados a partir de 05/4/89, em conseqüência da perda de eficácia da Súmula em referência.

No que tange à segunda parte da Súmula 260 - o enquadramento nas faixas salariais de reajuste, considerando o salário mínimo atualizado e não o revogado -, a distorção atingiu, a princípio, os segurados que se aposentaram antes de novembro de 1984, posto que a partir dessa data, por força da determinação contida no Decreto-Lei nº 2.171, de 13/11/84, a autarquia previdenciária, ao reajustar os benefícios previdenciários, passou a considerar o valor do salário mínimo atualizado.

Posteriormente, essa distorção foi integralmente revista pelo INSS, alcançando o período, inclusive, de novembro de 1979 a outubro de 1984, em obediência aos preceitos da Lei nº 7.604/87, que determinou a atualização dos benefícios na forma corretamente estabelecida pelo Decreto-lei nº 2.171/84, e não na errônea interpretação do órgão, o que foi efetivamente cumprido e pago a todos os beneficiários, inexistindo diferenças devidas a esse título.

Em abril de 1989 perde eficácia a Súmula n° 260 em face da revisão determinada no art. 58 do ADCT-CF, passando a vigorar, temporariamente, o critério da equivalência em número de salários mínimos. Esta regra, de eficácia transitória, foi cumprida administrativamente pela autarquia previdenciária, por meio da Portaria Ministerial nº 4.426/1989, sendo indevida nova revisão, uma vez que já efetivada pelo INSS no período compreendido entre abril de 1989 até a regulamentação da legislação previdenciária que a sucedeu, o que se deu em dezembro/1991 (regra do art. 58, parágrafo único, do ADCT).

A orientação da jurisprudência dos Tribunais passou a ser seguida por este E. Tribunal, no julgamento da Argüição de Inconstitucionalidade - AC nº 122.804, em decisão plenária que conheceu do incidente para declarar a constitucionalidade do art. 41, inciso II, da Lei n° 8.213/1991, e alterar a dicção da sua Súmula n° 17, suprimindo-se do seu texto a referência ao salário mínimo como parâmetro para reajuste dos benefícios previdenciários (TRF 2ª Região, Argüição de Inconstitucionalidade na Apelação Cível 122804, Processo nº 96.02.36095-0/RJ, Plenário, Relator Desembargador Federal Castro Aguiar, DJU de 23/4/2002), sobrevindo a Súmula n° 29, com o seguinte teor:

"No reajuste dos benefícios de prestação continuada, mantidos pela Previdência Social, aplica-se o critério da Súmula nº 260 do extinto Tribunal Federal de Recursos até o sétimo mês após a vigência da Constituição Federal de 1988 e, a partir de então, os critérios de revisão estabelecidos nos arts. 58 do ADCT e 201, par. 2º, da mesma Carta Magna".

Após, com a regulamentação do Plano de Benefícios da Previdência Social (Decreto nº 357/91), em dezembro de 1991, são devidos, apenas, os critérios de reajustamento previstos pela Lei nº 8.213/91.

Feitas essas considerações, conclui-se que o benefício do autor, cuja DIB é de 04.1975 (fl. 06), não foi atingido pelas distorções objetos da Súmula 260, do extinto TFR, posto que concedido antes do advento da Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979. Quanto à segunda parte da citada súmula, as distorções inicialmente ocorrentes foram corrigidas administrativamente.

Merece, pois, reforma, a r. sentença de fls. 66/77.

Sendo assim, com base no artigo 557, parágrafo 1º - A, do CPC e no artigo 43, § 1º, VII, do Regimento Interno deste Tribunal, dou provimento à apelação e à remessa necessária, para JULGAR IMPROCEDENTE O PEDIDO, condenando o autor em honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da causa, ficando a execução suspensa, posto que o beneficiário de justiça gratuita não tem direito à isenção da condenação nas verbas de sucumbência, mas à suspensão do pagamento, enquanto durar a situação de pobreza, pelo prazo máximo de cinco anos, findo o qual estará prescrita a obrigação, a teor do disposto no artigo 12 da Lei nº 1.060/50" (AgRg no Recurso Especial 364.021/DF, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 26.05.03).

Decorrido o prazo recursal, certifique-se o trânsito em julgado e devolvam-se os presentes autos à Vara de origem.

Publique-se e intime-se.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007.

MARCIA HELENA NUNES
Juíza Federal convocada -Relatora

IV - APELACAO CIVEL 2002.51.10.005484-0

RELATOR	:JUÍZA FEDERAL CONVOCADA MARCIA HELENA NUNES EM AUXÍLIO AO DESEMBARGADOR FEDERAL SERGIO FELTRIN CORREA
APELANTE	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	:ISABEL CRISTINA B. B. FERREIRA
APELADO	:EROTILDES SANTOS DE SOUZA
ADVOGADO	:EDINEA SILVA DE LIMA
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 4A VARA DE SAO JOAO DE MERITI-RJ
ORIGEM	:QUARTA VARA FEDERAL DE SÃO JOÃO DE MERITI (200251100054840)

D E C I S Ã O

Trata-se de remessa necessária e de apelação interposta pelo INSS em face da sentença que julgou procedente o pedido autoral.

EROTILDES SANTOS DE SOUZA ajuíza, em 27/09/1989, ação de rito ordinário, sob a égide da gratuidade de Justiça, objetivando a revisão do seu benefício previdenciário (DIB 02.11.1981 - fl. 75), com base na Súmula 260, do extinto TFR.

A juíza de primeiro grau julgou procedente o pedido, fls. 112/114, condenando o INSS a proceder à revisão do benefício previdenciário da parte autora, com base na Súmula 260, do extinto TFR, até 31 de março de 1989.

Da mencionada sentença, apela a autarquia, nas fls. 116/118, pugnando por sua parcial reforma, sob o fundamento de que, no período compreendido entre 07/87 a 03/89, deve-se estabelecer a utilização do salário mínimo de referência, para fins de reajuste do benefício previdenciário.
Contra-razões, fls. 137/138.
Remetidos os autos a este E. Tribunal, deles teve vista o Ilustre representante do Ministério Público Federal, oficiando pela não intervenção ministerial (fl. 142).

Relatados, decido:

Conforme já exposto no relatório, subiram os autos em função da remessa necessária e de apelação interposta pelo INSS em face da sentença que julgou procedente o pleito autoral.

A remessa necessária merece prosperar, restando prejudicada a apelação da ré.

Senão, vejamos:

Em função da remessa necessária, para uma perfeita compreensão do caso em tela, vale ressaltar a exata interpretação da Súmula 260 do ex-TFR, editada com o seguinte teor:

"No primeiro reajuste do benefício previdenciário, deve-se aplicar o índice integral do aumento verificado, independente do mês de concessão, considerando nos reajustes subseqüentes, o salário mínimo então atualizado"

Para uma perfeita compreensão do caso em tela, vale ressaltar a exata interpretação da Súmula 260 do ex-TFR, editada com o seguinte teor:

"No primeiro reajuste do benefício previdenciário, deve-se aplicar o índice integral do aumento verificado, independente do mês de concessão, considerando nos reajustes subseqüentes, o salário mínimo então atualizado"

A jurisprudência federal, dirimindo qualquer dúvida que pudesse subsistir sobre a interpretação da referida súmula, pacificou o entendimento de que o seu comando não vincula o benefício ao número de salários mínimos, o que somente foi instituído pelo art. 58, do ADCT, que determinou a revisão dos benefícios em manutenção em 05 de outubro de 1988, com aplicação da equivalência salarial no período compreendido entre abril de 1989 e a data da regulamentação da Lei 8.213/91 (REsp nº 491436/RJ, relator Ministro Hélio Quaglia Barbosa, DJU de 13.9.2004, pág. 300; REsp nº 623376/RJ, relator Ministro Jorge Scartezzini, DJU de 02.8.2004, pág. 556; REsp nº 313494/RJ, relator Ministro Fernando Gonçalves, DJU de 19.12.2003, pág. 629).

Isso porque o comando da Súmula 260/TFR apenas consolidou o entendimento jurisprudencial de que a autarquia previdenciária, a partir da edição da Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, ao reajustar os benefícios previdenciários, aplicou critérios que geraram prejuízos de duas ordens para o segurado da previdência social.

Por essa razão, diz-se que a referida súmula compõe-se de duas partes.

A primeira diz respeito ao prejuízo causado ao segurado por ocasião do primeiro reajustamento, ao ser aplicada a proporcionalidade dos índices de reajustes previstos para a correção dos benefícios previdenciários. A segunda aborda o errôneo enquadramento nas faixas salariais de reajuste por não ter a autarquia considerado o salário mínimo atualizado.

Posteriormente, essas distorções cessaram em dois momentos distintos:

01) Em 13.11.1984, data da edição do Decreto-Lei nº 2.171/84, cessaram os problemas referentes à segunda parte da referida súmula, ou seja, aqueles resultantes da aplicação do salário mínimo antigo. Aquele diploma legal determinou, expressamente, a utilização do salário mínimo atualizado.

2) Em 07.08.1987, data da edição do Decreto-Lei nº 2.351/87, cessaram as distorções no que tange à primeira parte, ou seja, aquelas referentes à aplicação proporcional do índice da política salarial. Aquele diploma legal determinou que o reajuste passasse a ser mensal.

Quanto às distorções corrigidas pela primeira parte da Súmula 260/TFR, eis que o critério da aplicação proporcional dos índices de reajuste previstos para a correção dos benefícios previdenciários, adotado pela autarquia para aqueles benefícios cujas datas de concessão não coincidissem com a data de reajuste do salário mínimo, teve início, conforme visto acima, a partir da Lei nº 6.708/79.

Contudo, a defasagem apontada nessa primeira parte da Súmula 260/TFR não atingiu todos os benefícios previdenciários.

Com efeito, tal critério não alcançou os benefícios enquadrados nas seguintes hipóteses:

a) os concedidos anteriormente à Lei nº 6.708/79 (DIB até 29.10.79), em razão de não existir distorção no primeiro reajuste, isto é, nesses casos, a autarquia aplicou integralmente o índice previsto;
b) os iniciados quando os reajustes eram semestrais e conferidos nos meses de maio e novembro de cada ano (DIB: novembro/79; maio e novembro/80; maio e novembro/81; maio e novembro/82; maio e novembro/83; maio e novembro/84 e maio e novembro/85), em virtude da aplicação integral do índice de reajuste para os benefícios concedidos nesses meses, por coincidirem com a data de reajuste do salário mínimo.
c) os iniciados nos meses de março de 1986 e em janeiro, março, maio e junho de 1987, igualmente porque foram meses em que houve reajustes do salário mínimo. Logo, aplicado integralmente o índice previsto;
d) os iniciados em qualquer mês no período de agosto de 1987 a abril de 1989 (DIB entre 07.08.87 a 04.04.89), por força do Decreto-lei nº 2.351, de 07.08.87, quando os reajustes passaram a ser mensais;
e) e os iniciados a partir de 05/4/89, em conseqüência da perda de eficácia da Súmula em referência.

No que tange à segunda parte da Súmula 260 - o enquadramento nas faixas salariais de reajuste, considerando o salário mínimo atualizado e não o revogado -, a distorção atingiu, a princípio, os segurados que se aposentaram antes de novembro de 1984, posto que a partir dessa data, por força da determinação contida no Decreto-Lei nº 2.171, de 13/11/84, a autarquia previdenciária, ao reajustar os benefícios previdenciários, passou a considerar o valor do salário mínimo atualizado.

Posteriormente, essa distorção foi integralmente revista pelo INSS, alcançando o período, inclusive, de novembro de 1979 a outubro de 1984, em obediência aos preceitos da Lei nº 7.604/87, que determinou a atualização dos benefícios na forma corretamente estabelecida pelo Decreto-lei nº 2.171/84, e não na errônea interpretação do órgão, o que foi efetivamente cumprido e pago a todos os beneficiários, inexistindo diferenças devidas a esse título.

Em abril de 1989 perde eficácia a Súmula n° 260 em face da revisão determinada no art. 58 do ADCT-CF, passando a vigorar, temporariamente, o critério da equivalência em número de salários mínimos. Esta regra, de eficácia transitória, foi cumprida administrativamente pela autarquia previdenciária, por meio da Portaria Ministerial nº 4.426/1989, sendo indevida nova revisão, uma vez que já efetivada pelo INSS no período compreendido entre abril de 1989 até a regulamentação da legislação previdenciária que a sucedeu, o que se deu em dezembro/1991 (regra do art. 58, parágrafo único, do ADCT).

A orientação da jurisprudência dos Tribunais passou a ser seguida por este E. Tribunal, no julgamento da Argüição de Inconstitucionalidade - AC nº 122.804, em decisão plenária que conheceu do incidente para declarar a constitucionalidade do art. 41, inciso II, da Lei n° 8.213/1991, e alterar a dicção da sua Súmula n° 17, suprimindo-se do seu texto a referência ao salário mínimo como parâmetro para reajuste dos benefícios previdenciários (TRF 2ª Região, Argüição de Inconstitucionalidade na Apelação Cível 122804, Processo nº 96.02.36095-0/RJ, Plenário, Relator Desembargador Federal Castro Aguiar, DJU de 23/4/2002), sobrevindo a Súmula n° 29, com o seguinte teor:

"No reajuste dos benefícios de prestação continuada, mantidos pela Previdência Social, aplica-se o critério da Súmula nº 260 do extinto Tribunal Federal de Recursos até o sétimo mês após a vigência da Constituição Federal de 1988 e, a partir de então, os critérios de revisão estabelecidos nos arts. 58 do ADCT e 201, par. 2º, da mesma Carta Magna".

Após, com a regulamentação do Plano de Benefícios da Previdência Social (Decreto nº 357/91), em dezembro de 1991, são devidos, apenas, os critérios de reajustamento previstos pela Lei nº 8.213/91.

Feitas essas considerações, conclui-se que o benefício da autora, cuja DIB é de 02.11.1981 (fl. 75), não foi atingido pelas distorções objetos da Súmula 260, do extinto TFR, em virtude da aplicação integral do índice de reajuste, posto que concedido no mês de reajuste do salário mínimo. Quanto à segunda parte da citada súmula, as distorções inicialmente ocorrentes foram corrigidas administrativamente.

Merece, pois, reforma, a r. sentença de fls. 112/114, restando prejudicada a apelação do INSS, na medida em que apenas pugna pela aplicação do salário mínimo de referência, para fins de reajuste do benefício a que faz jus a autora, no período compreendido entre 07/87 e 03/89.

Sendo assim, com base no artigo 557, parágrafo 1º - A, do CPC e no artigo 43, § 1º, VII, do Regimento Interno deste Tribunal, dou provimento à remessa necessária, restando prejudicada a apelação do INSS, para JULGAR IMPROCEDENTE O PEDIDO, condenando o autor em honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da causa, ficando a execução suspensa, posto que o beneficiário de justiça gratuita não tem direito à isenção da condenação nas verbas de sucumbência, mas à suspensão do pagamento, enquanto durar a situação de pobreza, pelo prazo máximo de cinco anos, findo o qual estará prescrita a obrigação, a teor do disposto no artigo 12 da Lei nº 1.060/50" (AgRg no Recurso Especial 364.021/DF, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 26.05.03).

Decorrido o prazo recursal, certifique-se o trânsito em julgado e devolvam-se os presentes autos à Vara de origem. Publique-se e intime-se.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007.

MARCIA HELENA NUNES
Juíza Federal convocada -Relatora

IV - APELAÇÃO CIVEL 2002.51.10.005650-2

RELATOR	:JUÍZA FEDERAL CONVOCADA MARCIA HELENA NUNES EM AUXÍLIO AO DESEMBARGADOR FEDERAL SERGIO FELTRIN CORRÊA
APELANTE	:DALZIZA AUGUSTA DO NASCIMENTO PAIXAO
ADVOGADO	:MARIA HELENA P. DA SILVA
APELADO	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:MIREIA OLIVEIRA D'ALMEIDA
ORIGEM	:SEGUNDA VARA FEDERAL DE SÃO JOÃO DE MERITI

D E C I S Ã O

Trata-se de apelação interposta pela parte autora em face da sentença de fls. 89/93, que julgou improcedente o pedido de revisão de benefício previdenciário.

DALZIZA AUGUSTA DO NASCIMENTO PAIXÃO, ajuíza, em 07/06/1989, ação de rito ordinário objetivando a revisão do seu benefício previdenciário, a fim de que seja observada a equivalência ao número de salários mínimos da época da concessão.

O juiz de primeiro grau julgou improcedente o pedido, fls. 35/37.

Da mencionada sentença, apela a parte autora, fls. 98/100, pugnando pela reforma da sentença.
Contra-razões às fls. 103/105.
Remetidos os autos a este E. Tribunal, deles teve vista o Ilustre representante do Ministério Público Federal, opinando pelo desprovimento do apelo (fls. 109).

Relatados, decido:

Conforme já exposto no relatório, apela a parte autora da sentença que julgou improcedente o pleito inicial.

A apelação não merece prosperar.

Senão, vejamos.

Incide o apelo em equívoco, pois em nenhum momento o douto julgado recorrido referendou a prevalência de critérios administrativos sobre preceitos constitucionais (art. 58, do ADCT) ou regras legais (Lei 8.213/91 e alterações).

Com o advento do art. 58 do ADCT-CF, passou a vigorar, temporariamente, o critério da equivalência em número de salários mínimos. Esta regra, de eficácia transitória, foi cumprida administrativamente pela autarquia previdenciária, por meio da Portaria Ministerial nº 4.426/1989, sendo indevida nova revisão, uma vez que já efetivada pelo INSS no período compreendido entre abril de 1989 até a regulamentação da legislação previdenciária que a sucedeu, o que se deu em dezembro/1991 (regra do art. 58, parágrafo único, do ADCT).

Por outro lado, se a intenção do constituinte fosse manter o critério da equivalência salarial estabelecida de forma temporária pelo art. 58 do ADCT, tal regra estaria expressa no § 2º do art. 201 da CF/88, subtraindo do legislador infraconstitucional o poder de dispor sobre a matéria, o que não ocorreu.

Como se sabe, com a implantação do Plano de Custeio e Benefícios da Previdência Social, o reajustamento, de modo a preservar, em caráter permanente, o valor real do benefício (CF, art. 201, §4º - EC nº 20/1998), passou a ser feito nos termos da legislação específica (Lei 8.213/1991 e alterações posteriores), não tendo relação com o número de salários mínimos correspondentes na época da concessão.

Ressalte-se que a preservação do valor real dos benefícios previdenciários resulta da aplicação dos índices estabelecidos nos termos da legislação ordinária, conforme determinação expressa do próprio constituinte e, desta forma, não há que se falar em inconstitucionalidade, uma vez que não há confronto aos ditames da Carta Magna.

Em sendo assim, mesmo que o índice eleito pelo legislador não reflita da melhor maneira o desgaste inflacionário em determinado período, ainda assim não há inconstitucionalidade, eis que a Constituição delegou à lei a fixação do índice que melhor refletisse a preservação do valor real dos benefícios previdenciários, destacando-se que o índice inflacionário é referência para preservação do valor real.

Ademais, não pode o Poder Judiciário admitir a substituição do índice adotado pelo Poder Legislativo para a correção do benefício previdenciário, sob pena de praticar-se a invasão de um dos Poderes na esfera de competência de outro.

Neste sentido, os Tribunais Superiores, em reiteradas decisões, reconheceram a constitucionalidade dos critérios de reajuste de benefícios introduzidos pela Lei 8.213/91, conforme se depreende dos v. arestos abaixo transcritos:

"PREVIDÊNCIA SOCIAL.
- No caso, trata-se de benefício concedido em 04.06.91, e, portanto, posteriormente à promulgação da Constituição de 1988.
- Ora, esta Corte já firmou o entendimento de que somente os benefícios de prestação continuada mantidos pela Previdência Social são suscetíveis de sofrer revisão de seus valores de acordo com os critérios estabelecidos no artigo 58 do ADCT, cuja incidência, temporalmente limitada, não se projeta sobre situações de caráter previdenciário constituídas após 05 de outubro de 1988.
- Por outro lado, este Tribunal também já assentou a orientação no sentido de que a preservação permanente do valor real do benefício previdenciário se faz, como preceitua o artigo 201, §2º, da Constituição, conforme os critérios definidos em lei, cabendo a esta estabelecê-los, sendo, pois, de se afastar, no caso, a aplicação da equivalência com o salário mínimo após a entrada em vigor da Lei 8.213/91.
- Recurso extraordinário conhecido e provido".
(STF, RE 294083/RJ, Primeira Turma, Rel. Min. Moreira Alves, DJ 27/04/2001).

"PREVIDENCIÁRIO - PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL - DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL - LEI 8.213/91, ARTIGO 41, II - IPC - INPC - REVISÃO - JUROS MORATÓRIOS - ART. 219, DO CPC - ARTS. 1.536, PARÁGRAFO 2º E 1.062, DO CCB - SÚMULA 204/STJ.
- Após a edição da Lei 8.213/91, o modo de cálculo dos reajustes previdenciários obedece aos critérios fixados pelo seu art. 41, II, fixando-se o INPC e sucedâneos legais como índices revisores dos benefícios. Incabível a aplicação do IPC.
- Omissis.
- Omissis.
- Recurso especial conhecido e parcialmente provido".
(STJ, REsp 457504/SC, Quinta Turma, Rel. Min. Jorge Scartezzini, Julg. 15/04/2003, unânime, DJ12/05/2003, p. 332).

Merece ser enfrentada, ainda, a questão aludida na peça recursal relativa à Súmula 71 do extinto TFR, que apenas diz respeito a critério de atualização monetária em cálculos de condenação e cuja aplicação deixou de prevalecer em face da edição da Lei n° 6.899/81 e da Súmula n° 148 do STJ.

Também é de ser afastada a menção à redução dos proventos em relação ao salário de contribuição. O cálculo da renda de benefício previdenciário parte de salários de contribuição mas depende tal relação dos critérios vigentes na época da concessão e, após, dá-se a desvinculação.

Em reiterados precedentes, o TRF da 4ª Região já decidiu não haver vinculação entre salário-de-contribuição e benefícios previdenciários, como se verifica no teor da Súmula nº 40 e nas ementas de julgados que seguem transcritas:

Súmula n° 40/TRF da 4ª Região:

"Por falta de previsão legal, é incabível a equivalência entre o salário-de-contribuição e o salário-de-benefício para o cálculo da renda mensal dos benefícios previdenciários." - editada em face de precedentes que sinalavam a necessária distinção entre relação de custeio e relação de Previdência Social.

*"PREVIDÊNCIA SOCIAL - VINCULAÇÃO DO MENOR E MAIOR VALOR-TETO AO SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO.
O Direito positivo sempre disciplinou de modo autônomo e individualizado, o salário-de-contribuição e o salário-de-benefício, inclusive no que se refere aos respectivos valores máximos.
Apelo do réu parcialmente provido.
Apelo do autor improvido."*
(TRF4, AC 02145-2-91/RS, 2º Turma., Rel. JUIZ TEORI ALBINO ZAVASCKI)

Sendo assim, com base no artigo 557, caput, do CPC e do artigo 43, § 1º, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nego seguimento à apelação, para manter o *decisum a quo*, na forma da fundamentação supra.

Decorrido o prazo recursal, certifique-se o trânsito em julgado e devolvam-se os presentes autos à Vara de origem.

Publique-se e intime-se.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2006.

MARCIA HELENA NUNES
Juíza Federal convocada - Relatora

IV - APELACAO CIVEL 2003.51.01.528847-9

RELATOR	:JUÍZA FEDERAL CONVOCADA MARCIA HELENA NUNES EM AUXÍLIO AO DESEMBARGADOR FEDERAL SERGIO FELTRIN CORREA
APELANTE	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:DIOGO ALVAREZ TRISTÃO
APELANTE	:ALBERTINA BARBOSA ALVES
ADVOGADO	:NEWTON BATISTA TRANQUEIRA CALDAS
APELADO	:OS MESMOS
REMETENTE	:JUÍZO FEDERAL DA 37ª VARA DO RIO DE JANEIRO
AGRAVO INTERNO ÀS FLS.150/159	
AGRAVANTE	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
AGRAVADA	:DECISÃO DE FLS. 142/146

DECISÃO
Trata-se de Agravo Interno interposto pelo INSS contra a decisão de fls. 142/146 que negou seguimento às apelações e à remessa necessária, mantendo a r. sentença *a quo* que determinou o pagamento da pensão por morte com base no percentual de 100%, nos termos do artigo 75 da Lei 8.213/91.

Inconformada com a decisão monocrática, a Autarquia Federal interpôs o presente Agravo Interno pugnando pela improcedência do pedido, ao argumento de que a pretensão autoral contraria os artigos 5º, incisos XXXVI e XL, 195, § 5º e 201, § 4º, ambos da CF/88.

É o relatório. Decido.
Como relatado, trata-se de Agravo Interno de decisão que negou seguimento à apelações e à remessa necessária, mantendo a r. sentença *a quo* que determinou o pagamento da pensão por morte com base no percentual de 100%, nos termos do artigo 75 da Lei 8.213/91.
A pensão por morte cuja revisão pleiteia a Autora iniciou-se em 05/10/1978 (fl. 21). Vigorava então a Lei 3807/60, segundo o qual esta espécie de benefício correspondia a 50% do valor da aposentadoria que o instituidor recebia ou teria direito se estivesse aposentado na data do falecimento, acrescida de tantas parcelas de 10% quantos fossem os dependentes, nos seguintes termos:
"Art. 37. A importância da pensão devida ao conjunto dos dependentes será constituída de uma parcela familiar, igual a 50% (cinqüenta por cento) do valor da aposentadoria que o segurado percebia ou a que teria direito se na data do seu falecimento estivesse aposentado, e mais tantas parcelas iguais cada uma a 10% (dez por cento) do valor da mesma aposentadoria quantos forem os seus dependentes, até o máximo de 5 (cinco)."
A Lei 8213/91 alterou o percentual aplicável às pensões, estabelecendo no artigo 75, abaixo transcrito, que o benefício seria constituído de uma parcela familiar equivalente a 80% do valor da aposentadoria que o segurado recebia ou a que teria direito, acrescida de um percentual de 10% por segurado:
"Art. 75. O valor mensal da pensão por morte será:
a) constituído de uma parcela, relativa à família, de 80% (oitenta por cento) do valor da aposentadoria que o segurado recebia ou à que teria direito, se estivesse aposentado na data do seu falecimento, mais tantas parcelas de 10% (dez por cento) do valor da mesma aposentadoria quantos forem os seus dependentes, até o máximo de 2 (duas);
b) 100% (cem por cento) do salário-de-benefício ou do salário-de-contribuição vigente no dia do acidente, o que for mais vantajoso, caso o falecimento seja conseqüência de acidente de trabalho."
Finalmente, com a edição da Lei 9032/95, que modificou o dispositivo supra citado, o valor da pensão por morte passou a equivaler ao valor integral do salário-de-benefício:

"Art. 75. O valor mensal da pensão por morte, inclusive a decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, observado o disposto na Seção III, especialmente no art. 33 desta Lei."
A questão em análise refere-se à possibilidade de extensão ao benefício, concedido na vigência da Lei 3807/60, dos percentuais previstos nas Leis 8213/91 e 9032/95.

Julgada procedente a presente ação, o INSS e a autora interpuseram apelações cíveis, as quais restaram apreciadas nos termos da decisão monocrática de fls. 142/146.

Ocorre, porém, que o Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, deu provimento a dois recursos extraordinários interpostos pelo INSS (RE 416827/SC e RE 415454/SC), para cassar acórdão de Turma Recursal de Juizado Especial Federal que determinara a revisão da renda mensal de benefício de pensão por morte, com efeitos financeiros correspondentes à integralidade do salário de benefícios da previdência geral, a partir da vigência da Lei 9.032/95, independentemente da norma em vigor ao tempo do óbito do segurado.

De acordo com o informativo nº 455 do STF (5 a 9 de fevereiro de 2007), "considerou-se a orientação fixada pelo Supremo no sentido de que, se o direito ao benefício foi adquirido anteriormente à edição da nova lei, o seu cálculo deve se efetuar de acordo com a legislação vigente à época em que atendidos os requisitos necessários (princípio *tempus regit actum*). Asseverou-se, também, que a fonte de custeio da seguridade prevista no art. 195, § 5º, da CF assume feição típica de elemento institucional, de caráter dinâmico, estando a definição de seu conteúdo aberta a múltiplas concretizações. Dessa forma, cabe ao legislador regular o complexo institucional da seguridade, assim como suas fontes de custeio, compatibilizando o dever de contribuir do indivíduo com o interesse da comunidade. Afirmou-se que, eventualmente, o legislador, no caso, poderia ter previsto de forma diferente, mas desde que houvesse fonte de custeio adequada para tanto. Por fim, tendo em vista esse perfil do modelo contributivo da necessidade de fonte de custeio, aduziu-se que o próprio sistema previdenciário constitucionalmente adequado deve ser institucionalizado com vigência, em princípio, para o futuro."

De todo o exposto, conclui-se ser inadmissível qualquer interpretação das Leis 8.213/91 e 9.032/95 que venha a imputar a aplicação de suas disposições a benefícios de pensão por morte concedidos em momento anterior a sua vigência.

O citado informativo esclarece, ainda, que o Colendo Supremo Tribunal Federal deu provimento a mais 4.908 recursos extraordinários interpostos pelo INSS nos quais se discutia se a Lei 9.032/95 seria aplicável a pensões por morte e aposentadorias concedidas antes de sua vigência, cujo mérito, o STF, por unanimidade, aplicou a orientação fixada no julgamento dos dois supracitados recursos extraordinários, que foram julgados na sessão do dia 8.2.2007.

Portanto, se o benefício foi adquirido anteriormente à edição das novas leis, o seu cálculo deve se efetuar de acordo com a legislação vigente à época em que atendidos os requisitos necessários, incabível a aplicação das Leis 8.213/91 e 9.032/95 aos benefícios concedidos antes das suas vigências.

Desta forma, em face da orientação já consolidada pelo Colendo STF, a decisão agravada deve ser revista, pois colidia com os seguintes preceitos constitucionais: artigo 5º, XXXVI (respeito ao ato jurídico perfeito) e artigo 195, § 5º (necessidade de previsão de fonte de custeio).

Sendo assim, dou provimento ao agravo, para reformar a decisão monocrática de fls. 142/146, julgando improcedente o pedido. Condeno a autora em honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da causa, ficando a execução suspensa, posto que o beneficiário de justiça gratuita não tem direito à isenção da condenação nas verbas de sucumbência, mas à suspensão do pagamento, enquanto durar a situação de pobreza, pelo prazo máximo de cinco anos, findo o qual estará prescrita a obrigação, a teor do disposto no artigo 12 da Lei nº 1.060/50" (AgRg no Recurso Especial 364.021/DF, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 26.05.03).

Decorrido o prazo recursal, certifique-se o trânsito em julgado e devolvam-se os presentes autos à Vara de origem.

Publique-se e intime-se.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007.

MARCIA HELENA NUNES
Juíza Federal Convocada

IV - APELACAO CIVEL 2004.51.10.000583-7

RELATOR	:JUÍZA FEDERAL CONVOCADA MARCIA HELENA NUNES EM AUXÍLIO AO DESEMBARGADOR FEDERAL SERGIO FELTRIN CORREA
APELANTE	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:MIREIA OLIVEIRA D'ALMEIDA
APELADO	:IZEQUIAS VIEIRA DA SILVA
ADVOGADO	:ANETE ANGELICA A. T. ALVES
ORIGEM	:QUINTA VARA FEDERAL DE SÃO JOÃO DE MERITI (200451100005837)

D E C I S Ã O

Trata-se de remessa necessária e de apelação interposta pelo INSS em face da sentença que julgou procedente em parte o pedido autoral.

EZEQUIAS VIEIRA DA SILVA ajuíza, em 15/12/1989, ação de rito ordinário, sob a égide da gratuidade de Justiça, objetivando a revisão do seu benefício previdenciário (DIB 03.05.1985 - fl. 07), com base na Súmula 260, do extinto TFR.

A juíza de primeiro grau julgou procedente em parte o pedido, fls. 82/85, condenando o INSS a proceder à revisão do benefício previdenciário da parte autora, com base na Súmula 260, do extinto TFR, até a entrada em vigor do artigo 58, do ADCT, da Constituição Federal.

Da mencionada sentença, apela a autarquia, nas fls. 91/93, pugnando por sua reforma.
Sem contra-razões, fl. 97.
Remetidos os autos a este E. Tribunal, deles teve vista o Ilustre representante do Ministério Público Federal, opinando pela manutenção da sentença (fls. 101/102).

Relatados, decido:

Conforme já exposto no relatório, subiram os autos em função da remessa necessária e apelação interposta pelo INSS em face da sentença que julgou procedente em parte o pleito autoral.

A apelação, bem como a remessa necessária, merecem prosperar.

Senão, vejamos:

Para uma perfeita compreensão do caso em tela, vale ressaltar a exata interpretação da Súmula 260 do ex-TFR, editada com o seguinte teor:

"No primeiro reajuste do benefício previdenciário, deve-se aplicar o índice integral do aumento verificado, independente do mês de concessão, considerando nos reajustes subseqüentes, o salário mínimo então atualizado"

A jurisprudência federal, dirimindo qualquer dúvida que pudesse subsistir sobre a interpretação da referida súmula, pacificou o entendimento de que o seu comando não vincula o benefício ao número de salários mínimos, o que somente foi instituído pelo art. 58, do ADCT, que determinou a revisão dos benefícios em manutenção em 05 de outubro de 1988, com aplicação da equivalência salarial no período compreendido entre abril de 1989 e a data da regulamentação da Lei 8.213/91 (REsp nº 491436/RJ, relator Ministro Hélio Quaglia Barbosa, DJU de 13.9.2004, pág. 300; REsp nº 623376/RJ, relator Ministro Jorge Scartezzini, DJU de 02.8.2004, pág. 556; REsp nº 313494/RJ, relator Ministro Fernando Gonçalves, DJU de 19.12.2003, pág. 629).

Isso porque o comando da Súmula 260/TFR apenas consolidou o entendimento jurisprudencial de que a autarquia previdenciária, a partir da edição da Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, ao reajustar os benefícios previdenciários, aplicou critérios que geraram prejuízos de duas ordens para o segurado da previdência social.

Por essa razão, diz-se que a referida súmula compõe-se de duas partes.

A primeira diz respeito ao prejuízo causado ao segurado por ocasião do primeiro reajustamento, ao ser aplicada a proporcionalidade dos índices de reajustes previstos para a correção dos benefícios previdenciários. A segunda aborda o errôneo enquadramento nas faixas salariais de reajuste por não ter a autarquia considerado o salário mínimo atualizado.

Posteriormente, essas distorções cessaram em dois momentos distintos:

01) Em 13.11.1984, data da edição do Decreto-Lei nº 2.171/84, cessaram os problemas referentes à segunda parte da referida súmula, ou seja, aqueles resultantes da aplicação do salário mínimo antigo. Aquele diploma legal determinou, expressamente, a utilização do salário mínimo atualizado.

2) Em 07.08.1987, data da edição do Decreto-Lei nº 2.351/87, cessaram as distorções no que tange à primeira parte, ou seja, aquelas referentes à aplicação proporcional do índice da política salarial. Aquele diploma legal determinou que o reajuste passasse a ser mensal.

Quanto às distorções corrigidas pela primeira parte da Súmula 260/TFR, eis que o critério da aplicação proporcional dos índices de reajuste previstos para a correção dos benefícios previdenciários, adotado pela autarquia para aqueles benefícios cujas datas de concessão não coincidissem com a data de reajuste do salário mínimo, teve início, conforme visto acima, a partir da Lei nº 6.708/79.

Contudo, a defasagem apontada nessa primeira parte da Súmula 260/TFR não atingiu todos os benefícios previdenciários.

Com efeito, tal critério não alcançou os benefícios enquadrados nas seguintes hipóteses:

a) os concedidos anteriormente à Lei nº 6.708/79 (DIB até 29.10.79), em razão de não existir distorção no primeiro reajuste, isto é, nesses casos, a autarquia aplicou integralmente o índice previsto;
b) os iniciados quando os reajustes eram semestrais e conferidos nos meses de maio e novembro de cada ano (DIB: novembro/79; maio e novembro/80; maio e novembro/81; maio e novembro/82; maio e novembro/83; maio e novembro/84 e maio e novembro/85), em virtude da aplicação integral do índice de reajuste para os benefícios concedidos nesses meses, por coincidirem com a data de reajuste do salário mínimo.
c) os iniciados nos meses de março de 1986 e em janeiro, março, maio e junho de 1987, igualmente porque foram meses em que houve reajustes do salário mínimo. Logo, aplicado integralmente o índice previsto;
d) os iniciados em qualquer mês no período de agosto de 1987 a abril de 1989 (DIB entre 07.08.87 a 04.04.89), por força do Decreto-lei nº 2.351, de 07.08.87, quando os reajustes passaram a ser mensais;
e) e os iniciados a partir de 05/4/89, em conseqüência da perda de eficácia da Súmula em referência.

No que tange à segunda parte da Súmula 260 - o enquadramento nas faixas salariais de reajuste, considerando o salário mínimo atualizado e não o revogado -, a distorção atingiu, a princípio, os segurados que se aposentaram antes de novembro de 1984, posto que a partir dessa data, por força da determinação contida no Decreto-Lei nº 2.171, de 13/11/84, a autarquia previdenciária, ao reajustar os benefícios previdenciários, passou a considerar o valor do salário mínimo atualizado.

Posteriormente, essa distorção foi integralmente revista pelo INSS, alcançando o período, inclusive, de novembro de 1979 a outubro de 1984, em obediência aos preceitos da Lei nº 7.604/87, que determinou a atualização dos benefícios na forma corretamente estabelecida pelo Decreto-lei nº 2.171/84, e não na errônea interpretação do órgão, o que foi efetivamente cumprido e pago a todos os beneficiários, inexistindo diferenças devidas a esse título.

Em abril de 1989 perde eficácia a Súmula n° 260 em face da revisão determinada no art. 58 do ADCT-CF, passando a vigorar, temporariamente, o critério da equivalência em número de salários mínimos. Esta regra, de eficácia transitória, foi cumprida administrativamente pela autarquia previdenciária, por meio da Portaria Ministerial nº 4.426/1989, sendo indevida nova revisão, uma vez que já efetivada pelo INSS no período compreendido entre abril de 1989 até a regulamentação da legislação previdenciária que a sucedeu, o que se deu em dezembro/1991 (regra do art. 58, parágrafo único, do ADCT).

A orientação da jurisprudência dos Tribunais passou a ser seguida por este E. Tribunal, no julgamento da Argüição de Inconstitucionalidade - AC nº 122.804, em decisão plenária que conheceu do incidente para declarar a constitucionalidade do art. 41, inciso II, da Lei n° 8.213/1991, e alterar a dicção da sua Súmula n° 17, suprimindo-se do seu texto a referência ao salário mínimo como parâmetro para reajuste dos benefícios previdenciários (TRF 2ª Região, Argüição de Inconstitucionalidade na Apelação Cível 122804, Processo nº 96.02.36095-0/RJ, Plenário, Relator Desembargador Federal Castro Aguiar, DJU de 23/4/2002), sobrevindo a Súmula n° 29, com o seguinte teor:

"No reajuste dos benefícios de prestação continuada, mantidos pela Previdência Social, aplica-se o critério da Súmula nº 260 do extinto Tribunal Federal de Recursos até o sétimo mês após a vigência da Constituição Federal de 1988 e, a partir de então, os critérios de revisão estabelecidos nos arts. 58 do ADCT e 201, par. 2º, da mesma Carta Magna".

Após, com a regulamentação do Plano de Benefícios da Previdência Social (Decreto nº 357/91), em dezembro de 1991, são devidos, apenas, os critérios de reajustamento previstos pela Lei nº 8.213/91.

Feitas essas considerações, conclui-se que o benefício do autor, cuja DIB é de 03.05.1985 (fl. 07), não foi atingido pelas distorções objetos da Súmula 260, do extinto TFR, posto que concedido no mês em que houve reajuste do salário mínimo. Logo, aplicado integralmente o índice previsto. Quanto à segunda parte da citada súmula, as distorções inicialmente ocorrentes foram corrigidas administrativamente.

Merece, pois, reforma, a r. sentença de fls. 82/85.

Sendo assim, com base no artigo 557, parágrafo 1º - A, do CPC e no artigo 43, § 1º, VII, do Regimento Interno deste Tribunal, dou provimento à apelação e à remessa necessária, para JULGAR IMPROCEDENTE O PEDIDO, condenando o autor em honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da causa, ficando a execução suspensa, posto que o beneficiário de justiça gratuita não tem direito à isenção da condenação nas verbas de sucumbência, mas à suspensão do pagamento, enquanto durar a situação de pobreza, pelo prazo máximo de cinco anos, findo o qual estará prescrita a obrigação, a teor do disposto no artigo 12 da Lei nº 1.060/50" (AgRg no Recurso Especial 364.021/DF, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 26.05.03).

Decorrido o prazo recursal, certifique-se o trânsito em julgado e devolvam-se os presentes autos à Vara de origem.

Publique-se e intime-se.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007.

MARCIA HELENA NUNES
Juíza Federal convocada -Relatora

IV - APELACAO CIVEL 2004.51.01.506938-5
RELATORA : JUÍZA FEDERAL CONVOCADA MARCIA HELENA NUNES EM AUXÍLIO AO DESEMBARGADOR FEDERAL SERGIO FELTRIN CORRÊA
APELANTE : FÁBIO JOSÉ ALVES MOTA
ADVOGADO : RODRIGO LOPES MAGALHÃES
APELADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADORA : BRUNA SARMENTO DOS SANTOS
REMETENTE : 37ª VARA FEDERAL/RJ

DECISÃO

Trata-se de ação proposta por FÁBIO JOSÉ ALVES MOTA em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, objetivando retroagir a DIB de auxílio-doença.

O Autor sustentou ter estado internado em manicômio judicial de 10/03/1998 a 23/10/2001, prolongando-se o tratamento até 04/10/2002 (v. fl. 10). Requereu então o auxílio, recebendo-o em 01/10/2002 (v. fl. 19). Aduz a incapacidade laborativa durante todo período da medida de segurança, sendo devido o benefício também durante esse lapso.

Ao apreciar o pedido, a MM. Juíza da 37ª Vara Federal/RJ julgou-o improcedente. (fls. 62/63).

Dessa decisão foi interposta apelação pelo Autor, postulando a reforma do julgado (fls. 68/69).

O §1 do art. 60 da Lei 8.213/91 elenca a data do requerimento administrativo como início do benefício de auxílio-doença para o segurado afastado a mais de 30 dias do trabalho:

"Art. 60. O auxílio-doença será devido ao segurado empregado a contar do décimo sexto dia do afastamento da atividade, e, no caso dos demais segurados, a contar da data do início da incapacidade e enquanto ele permanecer incapaz.
§ 1º Quando requerido por segurado afastado da atividade por mais de 30 (trinta) dias, o auxílio-doença será devido a contar da data da entrada do requerimento."
Sobre o tema:

PREVIDENCIÁRIO. CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA. INÍCIO DO BENEFÍCIO. DATA DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. ART.60 § 1º, LEI 8.213/91.
Nos termos da Lei 8.213/91, em seu artigo 60 § 1º, o benefício de auxílio-doença , quando requerido por segurado afastado da atividade por mais de 30 (trinta) dias, será devido a contar da data da entrada do requerimento.
(TRF 2º Região, Quarta Turma, AC 270392/RJ, julgado em 12/03/2003, DJU: 02/05/2003, pág.: 238. Unânime. Juiz Rogério Carvalho).

O Autor recebeu o benefício a partir do requerimento, nos termos do supracitado dispositivo legal, após o cumprimento de Medida de segurança. A alegação de incapacidade para os atos da vida civil durante esse período, justificando-se a ausência de pleito administrativo, não merece prosperar. Não existe nos autos qualquer notícia de interdição, inexistindo, pelo que se pode aqui analisar, empecilhos para a postulação do auxílio-doença. Nesses termos, já lucidamente discorreu a sentença recorrida:

"Ora, embora não reste dúvida quanto ao fato de que o Autor esteve durante certo período submetido a medida de segurança penal, recolhido a hospital psiquiátrico, entendo que tal fato, por si só, não induz à presunção de que não tivesse o mesmo o discernimento necessário para, se pudesse, requerer o benefício de auxílio-doença".

Não há, portanto, como retroagir o auxílio do Apelante ao início do cumprimento da medida de segurança, constituindo-se o requerimento elemento essencial para a concessão de benefício previdenciário.
Assim, com fundamento no art. 557 do CPC, nego seguimento à apelação, mantendo *in totum* a sentença recorrida.
Publique-se. Intime-se.
Decorrido o prazo recursal sem manifestação das partes, dê-se baixa na distribuição e retornem os autos à Vara de origem, observadas as cautelas de praxe.
Rio de Janeiro, 21 de março de 2007.

MARCIA HELENA NUNES
Relatora

IV - APELACAO CIVEL 2005.51.10.001880-0

RELATOR	:JUÍZA FEDERAL CONVOCADA MARCIA HELENA NUNES EM AUXÍLIO AO DESEMBARGADOR FEDERAL SERGIO FELTRIN CORREA
APELANTE	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	:AUREA PEREIRA LORENA
APELADO	:AIDE SEBASTIANA RODRIGUES ABRAHAO
ADVOGADO	:MARILENE RODRIGUES DE MOURA
ORIGEM	:QUARTA VARA FEDERAL DE SÃO JOÃO DE MERITI (200551100018800)

D E C I S Ã O

Trata-se de remessa necessária e de apelação interposta pelo INSS em face da sentença que julgou procedente o pedido autoral.

AZIZI ABRAHÃO ajuíza, em 17/11/89, ação de rito ordinário, sob a égide da gratuidade de Justiça, objetivando a revisão do seu benefício previdenciário (DIB 29.11.1982 - fl. 14), com base na Súmula 260, do extinto TFR.

Deferida a habilitação de Aidê Sebastiana Rodrigues Abrahão, fl. 79, o juiz de primeiro grau julgou procedente o pedido, fls. 99/103, condenando o INSS a proceder à revisão do benefício previdenciário da parte autora, com base na Súmula 260, do extinto TFR, até abril de 1989.

Da mencionada sentença, apela a autarquia, nas fls. 105/108, pugnando por sua reforma.
Contra-razões, fls. 118/120.

Remetidos os autos a este E. Tribunal, deles teve vista o Ilustre representante do Ministério Público Federal, oficiando pela não intervenção ministerial (fls. 124/125).

Relatados, decido:

Conforme já exposto no relatório, subiram os autos em função da remessa necessária e de apelação interposta pelo INSS em face da sentença que julgou procedente o pleito autoral.

A apelação, bem como a remessa necessária, merecem prosperar.

Senão, vejamos:

Para uma perfeita compreensão do caso em tela, vale ressaltar a exata interpretação da Súmula 260 do ex-TFR, editada com o seguinte teor:

"No primeiro reajuste do benefício previdenciário, deve-se aplicar o índice integral do aumento verificado, independente do mês de concessão, considerando nos reajustes subseqüentes, o salário mínimo então atualizado"

A jurisprudência federal, dirimindo qualquer dúvida que pudesse subsistir sobre a interpretação da referida súmula, pacificou o entendimento de que o seu comando não vincula o benefício ao número de salários mínimos, o que somente foi instituído pelo art. 58, do ADCT, que determinou a revisão dos benefícios em manutenção em 05 de outubro de 1988, com aplicação da equivalência salarial no período compreendido entre abril de 1989 e a data da regulamentação da Lei 8.213/91 (REsp nº 491436/RJ, relator Ministro Hélio Quaglia Barbosa, DJU de 13.9.2004, pág. 300; REsp nº 623376/RJ, relator Ministro Jorge Scartezzini, DJU de 02.8.2004, pág. 556; REsp nº 313494/RJ, relator Ministro Fernando Gonçalves, DJU de 19.12.2003, pág. 629).

Isso porque o comando da Súmula 260/TFR apenas consolidou o entendimento jurisprudencial de que a autarquia previdenciária, a partir da edição da Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, ao reajustar os benefícios previdenciários, aplicou critérios que geraram prejuízos de duas ordens para o segurado da previdência social.

Por essa razão, diz-se que a referida súmula compõe-se de duas partes.

A primeira diz respeito ao prejuízo causado ao segurado por ocasião do primeiro reajustamento, ao ser aplicada a proporcionalidade dos índices de reajustes previstos para a correção dos benefícios previdenciários. A segunda aborda o errôneo enquadramento nas faixas salariais de reajuste por não ter a autarquia considerado o salário mínimo atualizado.

Posteriormente, essas distorções cessaram em dois momentos distintos:

01) Em 13.11.1984, data da edição do Decreto-Lei nº 2.171/84, cessaram os problemas referentes à segunda parte da referida súmula, ou seja, aqueles resultantes da aplicação do salário mínimo antigo. Aquele diploma legal determinou, expressamente, a utilização do salário mínimo atualizado.

2) Em 07.08.1987, data da edição do Decreto-Lei nº 2.351/87, cessaram as distorções no que tange à primeira parte, ou seja, aquelas referentes à aplicação proporcional do índice da política salarial. Aquele diploma legal determinou que o reajuste passasse a ser mensal.

Quanto às distorções corrigidas pela primeira parte da Súmula 260/TFR, eis que o critério da aplicação proporcional dos índices de reajuste previstos para a correção dos benefícios previdenciários, adotado pela autarquia para aqueles benefícios cujas datas de concessão não coincidissem com a data de reajuste do salário mínimo, teve início, conforme visto acima, a partir da Lei nº 6.708/79.

Contudo, a defasagem apontada nessa primeira parte da Súmula 260/TFR não atingiu todos os benefícios previdenciários.

Com efeito, tal critério não alcançou os benefícios enquadrados nas seguintes hipóteses:

a) os concedidos anteriormente à Lei nº 6.708/79 (DIB até 29.10.79), em razão de não existir distorção no primeiro reajuste, isto é, nesses casos, a autarquia aplicou integralmente o índice previsto;
b) os iniciados quando os reajustes eram semestrais e conferidos nos meses de maio e novembro de cada ano (DIB: novembro/79; maio e novembro/80; maio e novembro/81; maio e novembro/82; maio e novembro/83; maio e novembro/84 e maio e novembro/85), em virtude da aplicação integral do índice de reajuste para os benefícios concedidos nesses meses, por coincidirem com a data de reajuste do salário mínimo.
c) os iniciados nos meses de março de 1986 e em janeiro, março, maio e junho de 1987, igualmente porque foram meses em que houve reajustes do salário mínimo. Logo, aplicado integralmente o índice previsto;
d) os iniciados em qualquer mês no período de agosto de 1987 a abril de 1989 (DIB entre 07.08.87 a 04.04.89), por força do Decreto-lei nº 2.351, de 07.08.87, quando os reajustes passaram a ser mensais;
e) e os iniciados a partir de 05/4/89, em conseqüência da perda de eficácia da Súmula em referência.

No que tange à segunda parte da Súmula 260 - o enquadramento nas faixas salariais de reajuste, considerando o salário mínimo atualizado e não o revogado -, a distorção atingiu, a princípio, os segurados que se aposentaram antes de novembro de 1984, posto que a partir dessa data, por força da determinação contida no Decreto-Lei nº 2.171, de 13/11/84, a autarquia previdenciária, ao reajustar os benefícios previdenciários, passou a considerar o valor do salário mínimo atualizado.

Posteriormente, essa distorção foi integralmente revista pelo INSS, alcançando o período, inclusive, de novembro de 1979 a outubro de 1984, em obediência aos preceitos da Lei nº 7.604/87, que determinou a atualização dos benefícios na forma corretamente estabelecida pelo Decreto-lei nº 2.171/84, e não na errônea interpretação do órgão, o que foi efetivamente cumprido e pago a todos os beneficiários, inexistindo diferenças devidas a esse título.

Em abril de 1989 perde eficácia a Súmula n° 260 em face da revisão determinada no art. 58 do ADCT-CF, passando a vigorar, temporariamente, o critério da equivalência em número de salários mínimos. Esta regra, de eficácia transitória, foi cumprida administrativamente pela autarquia previdenciária, por meio da Portaria Ministerial nº 4.426/1989, sendo indevida nova revisão, uma vez que já efetivada pelo INSS no período compreendido entre abril de 1989 até a regulamentação da legislação previdenciária que a sucedeu, o que se deu em dezembro/1991 (regra do art. 58, parágrafo único, do ADCT).

A orientação da jurisprudência dos Tribunais passou a ser seguida por este E. Tribunal, no julgamento da Argüição de Inconstitucionalidade - AC nº 122.804, em decisão plenária que conheceu do incidente para declarar a constitucionalidade do art. 41, inciso II, da Lei n° 8.213/1991, e alterar a dicção da sua Súmula n° 17, suprimindo-se do seu texto a referência ao salário mínimo como parâmetro para reajuste dos benefícios previdenciários (TRF 2ª Região, Argüição de Inconstitucionalidade na Apelação Cível 122804, Processo nº 96.02.36095-0/RJ, Plenário, Relator Desembargador Federal Castro Aguiar, DJU de 23/4/2002), sobrevindo a Súmula n° 29, com o seguinte teor:

"No reajuste dos benefícios de prestação continuada, mantidos pela Previdência Social, aplica-se o critério da Súmula nº 260 do extinto Tribunal Federal de Recursos até o sétimo mês após a vigência da Constituição Federal de 1988 e, a partir de então, os critérios de revisão estabelecidos nos arts. 58 do ADCT e 201, par. 2º, da mesma Carta Magna".

Após, com a regulamentação do Plano de Benefícios da Previdência Social (Decreto nº 357/91), em dezembro de 1991, são devidos, apenas, os critérios de reajustamento previstos pela Lei nº 8.213/91.

Feitas essas considerações, conclui-se que o benefício do autor, cuja DIB é de 29.11.1982 (fl. 14), não foi atingido pelas distorções objetos da Súmula 260, do extinto TFR, em virtude da aplicação integral do índice de reajuste, posto que concedido no mês de reajuste do salário mínimo. Quanto à segunda parte da citada súmula, as distorções inicialmente ocorrentes foram corrigidas administrativamente.

Merece, pois, reforma, a r. sentença de fls. 99/103.

Sendo assim, com base no artigo 557, parágrafo 1º - A, do CPC e no artigo 43, § 1º, VII, do Regimento Interno deste Tribunal, dou provimento à apelação e à remessa necessária, para JULGAR IMPROCEDENTE O PEDIDO, condenando a parte autora em honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da causa, ficando a execução suspensa, posto que o beneficiário de justiça gratuita não tem direito à isenção da condenação nas verbas de sucumbência, mas à suspensão do pagamento, enquanto durar a situação de pobreza, pelo prazo máximo de cinco anos, findo o qual estará prescrita a obrigação, a teor do disposto no artigo 12 da Lei nº 1.060/50" (AgRg no Recurso Especial 364.021/DF, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 26.05.03).

Decorrido o prazo recursal, certifique-se o trânsito em julgado e devolvam-se os presentes autos à Vara de origem.

Publique-se e intime-se.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007.

MARCIA HELENA NUNES
Juíza Federal convocada -Relatora

IV - REMESSA EX-OFFICIO EM AÇÃO CÍVEL 2006.51.01.504379-4

RELATORA	:JUÍZA FEDERAL CONV. MARCIA HELENA NUNES, EM AUXÍLIO À DES. FED. MARIA HELENA CISNE
PARTE AUTORA	:PIEDADE DA CONCEICAO SAMPAIO PEREIRA
ADVOGADO	:ALEX OLIVEIRA DE JESUS E OUTROS
PARTE RÉ	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:BRUNA SARMENTO DOS SANTOS
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 35A VARA-RJ
ORIGEM	:TRIGÉSIMA QUINTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200651015043794)

DECISÃO

Trata-se de REMESSA OFICIAL de sentença de fls. 30/35 que condenou o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a majorar o coeficiente de cálculo da pensão por morte, concedida à parte autora, para o percentual de 100%, nos termos do art. 75 da Lei nº 8.213/91. Os honorários foram fixados em 5% sobre o valor da condenação.

os autos vieram a esta Eg. Corte, oportunidade em que o Ministério Público Federal oficiou pela não intervenção no feito. Relatados, decido:

Com efeito, é sabido que vinha adotando a tese esposada por parte da doutrina, segundo a qual, por considerar os fins sociais a que se destina o benefício de pensão por morte, autorizava a majoração do percentual aplicado no cálculo do benefício previdenciário, nos termos do art. 75 da Lei 8.213/91, alterado pela Lei 9.032/95.

Contudo, curvo-me, ao entendimento do Supremo Tribunal Federal que, por maioria de votos, deu provimento a dois recursos extraordinários interpostos pelo INSS (RE 416827/SC e RE 415454/SC), para cassar acórdão de Turma Recursal de Juizado Especial Federal que determinara a revisão da renda mensal de benefício de pensão por morte, com efeitos financeiros correspondentes à integralidade do salário de benefícios da previdência geral, a partir da vigência da Lei 9.032/95, independentemente da norma em vigor ao tempo do óbito do segurado.

De acordo com o informativo nº 455 do STF (5 a 9 de fevereiro de 2007), "considerou-se a orientação fixada pelo Supremo no sentido de que, se o direito ao benefício foi adquirido anteriormente à edição da nova lei, o seu cálculo deve se efetuar de acordo com a legislação vigente à época em que atendidos os requisitos necessários (princípio *tempus regit actum*). Asseverou-se, também, que a fonte de custeio da seguridade prevista no art. 195, § 5º, da CF assume feição típica de elemento institucional, de caráter dinâmico, estando a definição de seu conteúdo aberta a múltiplas concretizações. Dessa forma, cabe ao legislador regular o complexo institucional da seguridade, assim como suas fontes de custeio, compatibilizando o dever de contribuir do indivíduo com o interesse da comunidade. Afirmou-se que, eventualmente, o legislador, no caso, poderia ter previsto de forma diferente, mas desde que houvesse fonte de custeio adequada para tanto. Por fim, tendo em vista esse perfil do modelo contributivo da necessidade de fonte de custeio, aduziu-se que o próprio sistema previdenciário constitucionalmente adequado deve ser institucionalizado com vigência, em princípio, para o futuro."

De todo o exposto, conclui-se ser inadmissível qualquer interpretação da Lei 9.032/95 que venha imputar a aplicação de suas disposições a benefícios de pensão por morte concedidos em momento anterior a sua vigência.

No citado informativo, contém, ainda, a informação de que o Colendo Supremo Tribunal Federal deu provimento a mais 4.908 recursos extraordinários interpostos pelo INSS nos quais se discutia se a Lei 9.032/95 seria aplicável a pensões por morte e aposentadorias concedidas antes de sua vigência, cujo mérito, o STF, por unanimidade, aplicou a orientação fixada no julgamento dos dois supracitados recursos extraordinários, que foram julgados na sessão do dia 8.2.2007.

Portanto, se o benefício foi adquirido anteriormente à edição da nova lei (Lei 9.032/95), o seu cálculo deve se efetuar de acordo com a legislação vigente à época em que atendidos os requisitos necessários, incabível a aplicação da Lei 9.032/95 aos benefícios concedidos antes da sua vigência.

Com a inversão, verifico ser a Autora, beneficiária de justiça gratuita, hipossuficiente e a causa singela. Nessas condições, deve ser exonerada do ônus da sucumbência, inclusive da verba honorária, que fixo em R$50,00 (cinqüenta reais), enquanto estiver privada de recursos financeiros.

Sobre o tema, o Superior Tribunal de Justiça já decidiu, *verbis*:

"PROCESSUAL CIVIL - HONORÁRIOS - JUSTIÇA GRATUITA. A Lei nº 1.060/50 - estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados - estatui no art. 11, § 2º: "A parte vencida poderá acionar a vencedora para reaver as despesas do processo, inclusive honorários do advogado, desde que prove ter a última perdido a condição legal de necessitada". Cumpre distinguir ônus da sucumbência - igual para todas as partes e disponibilidade de recursos para o pagamento. Aqui, sim, reside a causa da distinção imposta pela isonomia. A exigência do pagamento fica suspensa enquanto persistir situação econômica que não permita ao vencido fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família. Cabe à parte vencedora, se for o caso, provar a não mais existência da condição legal de necessitado para reaver as custas e os honorários, conforme prevê o § 2º do art. 11 da Lei 1.060/50."
(REsp 189846/RJ - Sexta Turma - Rel. Min. Luiz Vicente Cernicchiaro - DJU 22/03/1999 p. 000270).

Ante o exposto, CONHEÇO DA REMESSA e da APELAÇÃO CÍVEL e, com fulcro no art. 557, § 1º-A, do CPC, c/c art. 43, § 1º, inciso VII, do Regimento Interno deste TRF-2ª Região DOU-LHES PROVIMENTO para julgar improcedente o pedido autoral, com a conseqüente inversão da sucumbência.

Sem custas e honorários, enquanto persistir a situação de hipossuficiência econômica da Beneficiária.

Oportunamente, baixem os autos à Vara de origem.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2007.

MARCIA HELENA NUNES
Juíza Federal Convocada

EXPEDIENTE Nº 133 DO DIA 9 DE ABRIL DE 2007

AGRAVO DE INSTRUMENTO 2007.02.01.001323-6

RELATOR	:JUÍZA FEDERAL CONVOCADA MARCIA HELENA NUNES EM AUXÍLIO AO DESEMBARGADOR FEDERAL SERGIO FELTRIN CORRÊA
AGRAVANTE	:S. C. S/A
ADVOGADOS	:LUIZ LEONARDOS E OUTROS
AGRAVADO	:S. I. E C. DE C. LTDA
ADVOGADOS	:SABRINA MARIELLA BONINI
AGRAVADO	:INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL - INPI
PROCURADOR	:MAURO FERNANDO FERREIRA GUIMARÃES CAMARINHA
ORIGEM	:TRIGÉSIMA QUINTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200551015161816)

DESPACHO
Trata-se de agravo de instrumento interposto por S. C. S/A contra decisão (fls. 1936/1937 do processo originário) que deferiu o requerimento de produção de prova.
Irresignada, a parte Agravante interpôs o presente agravo, objetivando a reforma da decisão alvejada, conforme razões expostas nas fls. 04/11.
Ocorre que, nos termos do Ofício Nº 18/2007 - GAB 35ª VF, de 16/03/2007, informa o d. Juízo a *quo* ter revogado a decisão agravada (fls. 189/192).
Superada, pois, a decisão impugnada, julgo prejudicado o presente agravo de instrumento, pela perda do seu objeto, nos termos do que me autorizam o art. 557 do CPC e 43, § 1º, I, do Regimento Interno deste Tribunal.
Oportunamente, dê-se baixa na distribuição e encaminhem-se os autos à Vara de origem, observados os procedimentos de praxe.
Publique-se. Intime-se.
Rio de Janeiro, 21 de março de 2007.

MARCIA HELENA NUNES
Relatora

X - HABEAS CORPUS 2007.02.01.002423-4

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL ABEL GOMES
IMPETRANTE	:PAULO FREITAS RIBEIRO
IMPETRADO	:JUIZO DA 5A. VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE	:E. R. F.
ADVOGADO	:PAULO FREITAS RIBEIRO
PACIENTE	:E. DE A. P.
ADVOGADO	:PAULO FREITAS RIBEIRO
PACIENTE	:J. A. G. R.
ADVOGADO	:PAULO FREITAS RIBEIRO
ORIGEM	:QUINTA VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO (200651015322129)

DESPACHO

Considerando o teor da petição n. 2007019813, cuja juntada ora determino, oficie-se ao Juízo *a quo*, para que comunique a Receita Federal acerca da decisão que deferiu a liminar no presente *habeas corpus*.

Após, voltem conclusos.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2007.

ABEL GOMES
Desembargador Federal
Relator

EXPEDIENTE Nº 135 DO DIA 10 DE ABRIL DE 2007

VI - COMUNICACAO 2005.02.01.001532-7

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL ABEL GOMES
COMUNICANTE	:JUIZO DA 3A. VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO
COMUNICADO	:JUSTIÇA SUIÇA
ORIGEM	:TERCEIRA VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO (200351015002810)
APELANTE	:C. E. P. R.
ADVOGADO	:CLOVIS SAHIONE e OUTROS
APELANTE	:R. S. C.
ADVOGADO	:FERNANDO FRAGOSO e OUTROS
APELANTE	:R. G.
ADVOGADO	:SERGIO DO REGO MACEDO e OUTRO
APELANTE	:A. F. N. F.
ADVOGADO	:PAULO RICARDO LICODIEDOFF
APELANTE	:L. M. S. P.
ADVOGADO	:PAULO EDMUNDO AUGUSTO LOPES
APELANTE	:H. L. R. S.
ADVOGADO	:MURILO PERES e OUTROS
APELANTE	:A. R. H.
ADVOGADO	:MANUEL DE JESUS SOARES e OUTRO
APELANTE	:M. A. B. S.
ADVOGADO	:LUIZ CARLOS DA SILVA NETO e OUTROS

DESPACHO

Considerando a remessa de documentos referentes a R. G., R. S. C., C. E. P. R., L. M. S. P., H. L. R. S., M. A. B. S., A. F. N. F., A. R. H., pelo Escritório Federal de Justiça da Confederação Suíça (fls. 798/799), que constituíram os 8 (oito) apensos a estes autos, bem como as manifestações do MPF de fls. 843/847 e seguintes, e 889/891, intimem-se os apelantes acima nominados para se manifestarem.

Considerando que cada apenso diz respeito a documentos de movimentações financeiras referentes a cada um dos sujeitos acima indicados, deve a Subsecretaria apenas fornecer vista do(s) volume(s) do apenso que disser respeito à pessoa a quem pertencem as referidas movimentações, sendo vedada a vista àqueles que são estranhos às referidas movimentações, dado o óbvio sigilo que a hipótese reclama.

Considerando que cada indivíduo falará a respeito dos documentos que lhe são pertinentes, o prazo assinalado para que o façam, em comum, é de 15 (quinze) dias.

Decreto o segredo de justiça externo nestes autos, por conter documentação bancária de alguns acusados.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2007.

ABEL GOMES
Desembargador Federal
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO 2007.02.01.003124-0

RELATOR	:JUIZ FEDERAL CONVOCADO ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES EM AUXÍLIO AO DESEMBARGADOR FEDERAL SERGIO FELTRIN CORRÊA
AGRAVANTE	:MARIA DE FÁTIMA SILVA
ADVOGADOS	:MARIZA SILVA SANTOS E OUTRO
AGRAVADO	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:SEM PROCURADOR
ORIGEM	:TRIGÉSIMA OITAVA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200551015275354)

D E C I S Ã O
Trata-se de agravo de instrumento interposto por MARIA DE FÁTIMA SILVA contra decisão que indeferiu a antecipação de tutela na qual pretendia a implantação do benefício de pensão por morte de ex-companheiro falecido.
Há pedido de antecipação de tutela recursal, o qual passo a analisar.
Entendo que o Juízo onde tramita o feito, por acompanhá-lo com mais proximidade, detém maiores subsídios para a concessão ou não de medidas liminares ou antecipatórias de tutela. Assim, não caberia, em princípio, ao Tribunal *ad quem* substituir a decisão inserida na área de competência do Juiz que dirige o processo, a não ser que ficasse patenteada flagrante ilegalidade ou situação outra com premente necessidade de intervenção, o que não ocorre na espécie.
No caso, não obstante os argumentos expostos pela Agravante, creio, em preliminar exame, não haver razões bastantes, neste momento, para rever a r. decisão agravada.
Nesta peça recursal a Agravante não comprovou a qualidade de companheira à época do óbito do segurado. A recorrente trouxe aos autos, no afã de comprovar seu direito, alguns documentos que não possuem força probatória para tanto.
Assim, indefiro o efeito suspensivo pleiteado pelo Agravante.
Ao agravado, para os fins do artigo 527, inciso V, do Código de Processo Civil.
Decorrido o prazo, com ou sem resposta, ouça-se o digno representante do Ministério Público Federal.
Após, voltem cls.
Rio de Janeiro, 27 de março de 2007.
ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO 2007.02.01.003484-7

RELATOR	:JUIZ FEDERAL CONVOCADO ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES EM AUXÍLIO AO DESEMBARGADOR FEDERAL SERGIO FELTRIN CORRÊA
AGRAVANTES	:VITOR WESLEY GONCALVES MENDES E OUTROS
ADVOGADO	:SINVAL PEREIRA DE SOUZA
AGRAVADO	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:JOSE CARLOS DA SILVA MARINHO MAMEDE
ORIGEM	:VARA ÚNICA DE NOVA FRIBURGO (200051050000972)

D E C I S Ã O
Não encontro razões bastantes, neste momento e à luz do constante da r. decisão agravada, para revê-la.
O MM. Juízo *a quo* indeferiu o requerimento dos autores de remessa dos autos ao Contador e determinou a devolução de valores por parte dos autores e do patrono à autarquia previdenciária, conforme planilha de fls. 275.
Os agravantes apenas alegam genericamente ofensa ao direito adquirido e à dignidade da pessoa humana. Ademais não constam nos autos os valores apurados na planilha de fls. 275 do processo originário.
Assim, indefiro, por ora, a antecipação da tutela recursal pleiteada pelos agravantes.
Ao agravado, para os fins do artigo 527, inciso V, do Código de Processo Civil.
Decorrido o prazo, com ou sem resposta, ouça-se o digno representante do Ministério Público Federal.
Após, voltem cls.
Rio de Janeiro, 28 de março de 2007.

ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
Relator

EXPEDIENTE Nº 136 DO DIA 11 DE ABRIL DE 2007

IV - REMESSA EX-OFFICIO EM AÇÃO CÍVEL 351309 1998.51.02.205725-1

RELATOR	:JUÍZA FEDERAL CONVOCADA MARCIA HELENA NUNES EM AUXÍLIO À DES. FED. MARIA HELENA
PARTE AUTORA	:SEBASTIANA VASCONCELOS DA PAIXAO
ADVOGADO	:ADILSON MARTINS GOMES
PARTE RÉ	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	:VALDIR COSTA
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 1ª. VARA DE NITEROI/SJRJ (9802057258)
ÓRGÃO ATUAL	:GABINETE DA DRA. MARIA HELENA CISNE

DECISÃO
Trata-se de remessa oficial, em face da sentença de fls. 148/154, que julgou procedente o pedido, para condenar o INSS a conceder à Autora pensão por morte do segurado João José de Oliveira, a partir da data do óbito, em 25/04/1993, com o pagamento das diferenças apuradas com atualização monetária (Lei nº 6.899/81) e juros de mora no percentual de 1% ao mês a partir da citação, em razão de se tratar de verba de natureza alimentar, bem como honorários advocatícios de 10% do valor da condenação.

SEBASTIANA VASCONCELOS DA PAIXÃO ajuizou, em 01/10/1998, ação ordinária em face do INSS, com pedido de isenção de custas. Diz ter-se casado no religioso com João José de Oliveira, aposentado do INSS, com quem conviveu maritalmente durante 38 anos, havendo da união dois filhos, Gilberto Vasconcelos de Oliveira, nascido em 22/07/1956 e Gilvando Vasconcelos de Oliveira, nascido em 01/01/1959. Com o falecimento de seu "marido", em 15/04/93, a autora procurou a agência do INSS, em São Gonçalo, para requerer o benefício de pensão por morte, sendo ela dependente do *"de cujus"* ,mas tal benefício foi-lhe negado sob a alegação de ser casada somente no religioso e que teria que fazer justificação para provar a convivência comum. Assim, ajuizou o processo 93.0082956-4, que teve seu curso perante a 4ª Vara Federal de Niterói, sendo a ação ordinária transformada em justificação judicial, com a oitiva das testemunhas, sendo o processo entregue para que a autora requeresse administrativamente o benefício. Compareceu novamente perante a agência do INSS em São Gonçalo, sendo surpreendida pela exigência de repetir tudo que já tinha feito, com aviso de que a Autarquia Previdenciária não estava deferindo benefícios facilmente. Assim, veio a renovar sua *"via crucis"*, com o presente feito, devendo, também o INSS responder por perdas e danos. Pede a imediata concessão do benefício, sob pena de multa diária, com os corolários legais. Adunou os documentos de fls. 08/74, sendo-lhe concedida a gratuidade de Justiça na fl. 76.

Contestação do INSS nas fls. 80/81, sustentando que a autora não comprovou devidamente a união estável e a dependência econômica, não bastando juntar prova de casamento religioso, na fl. 13. Espera a improcedência do pedido.

A decisão de fls. 88/89 defere a antecipação dos efeitos da tutela, com a imediata concessão do benefício à Autora.

Embora interposto agravo de instrumento pelo INSS (fls. 96/99) foi o mesmo denegado (fl. 145 e 157/160).

O INSS comunica a implantação do benefício (fl.141).

Ao proferir a sentença de fls. 148/154, o magistrado afastou desde logo a prescrição qüinqüenal, em face do ajuizamento do feito anterior e do intervalo menor que um lustro para o ajuizamento da presente ação. No mérito, tendo em vista o casamento religioso da autora e o segurado, o nascimento de dois filhos comuns (fls. 129 e 130) e a prova da convivência longa do casal, até o falecimento do varão, considerou configurada a condição de companheira por parte da demandante, sendo presumida a dependência econômica, devendo reger-se o benefício pela legislação da data do óbito, a partir da qual é devida a pensão por morte à autora..

Não foi oferecido recurso voluntário.

Subindo os autos, em face do duplo grau obrigatório de jurisdição, foi aberta vista dos autos ao MPF, que ofereceu o parecer de fls. 170/172, pelo improvimento da remessa.

Relatados, passo a fundamentar e decidir:

Como visto, os autos subiram exclusivamente em face do duplo grau obrigatório de jurisdição, não tendo havido recurso voluntário.

Trata-se de pleito formulado por companheira do segurado que, para prova da união estável e da dependência econômica, trouxe aos autos os seguintes documentos relevantes, a partir da ação transformada em Justificação Judicial:
fls. 17 - protocolo de pagamento (de benefício) e cópia de identidade da autora;
fls. 18 - cópia do CPF da autora;
fls. 19 - cópia da identidade e do CPF de João José de Oliveira;
fls. 20 - boletos de pagamento do benefício do segurado, de nº 41/73.295.468-1, das competências de 06/91 e 11/92;
fl. 21 - fornecimento da senha secreta do BAMERINDUS, fornecida em 01/12/92 ao segurado;
fls. 22 - relação de documentos para pensão-companheira e requerimento de Justificação Administrativa;
fl. 23 - certidão de óbito de João José de Oliveira, em 25/04/93, no Hospital Luiz Palmier, em São Gonçalo, onde consta ser casado com Sebastiana Vasconcelos da Paixão, ter 77 anos, deixando 2 filhos maiores, residente na Rua Marcelino Lima, 36, Laranjal;
fl. 24 - certidão de casamento religioso entre o segurado João José de Oliveira e a autora, realizado em 25/06/1955, Paróquia de Santo Antonio em Água Fria e Arruda, Arquidiocese de Olinda e Recife, em Pernambuco;
fl. 25 - informações sobre benefício mantido, quanto àquele concedido ao segurado, relativamente a 03/93.

Foi realizada audiência em 09/07/98, ocasião em que foram colhidos depoimentos de duas testemunhas da parte autora, de cujos depoimentos se colhe:
fl. 73 - CLEVER VICENTE CAMPOS RODRIGUES - residente em São Gonçalo, disse conhecer Sebastião e João José há cerca de 40 anos, atestando que, em tal período, viveram juntos, sob o mesmo teto como casados e, ao que sabe, eram casados, tendo o casal vivido em comunhão até o falecimento do varão e tiveram dois filhos;
fl. 74 - PAULA TEREZA MOREIRA DE CARVALHO RODRIGUES - residente em São Gonçalo, disse conhecer a Autora há uns dez anos, sendo a mesma casada com João, tendo o casal dois filhos, morando debaixo do mesmo teto; esclarece que o Sr. João faleceu há uns 5 anos.

Da decisão que concedeu a antecipação dos efeitos da tutela (fls. 88/89), foi interposto agravo de instrumento (cópia de fls. 97/99) em que o INSS alega que, em seus cadastros, como procuradora do segurado constava a Sra. Manzete de Figueiredo de Oliveira, entendendo o INSS que a citada senhora poderá habilitar-se a receber a referida pensão, a qualquer momento. Determinado à Autora que preste esclarecimentos a respeito (fl. 108), pela petição de fl. 109 disse tratar-se da nora do segurado, esposa de Gilberto, um dos filhos do casal.

O despacho de fl. 121 determina à Autora comprovar suas alegações, sob pena de revogação da antecipação de tutela, tendo a petição de fls. 126/7 junto os documentos de fls. 128/131, tratando-se respectivamente de:
fl.128 - nova cópia da certidão do casamento religioso do casal da autora e do segurado;
fl. 129 - certidão de nascimento de Gilberto Vasconcelos de Oliveira, nascido em Recife, aos 22/07/56, filho do segurado e da autora, sendo declarante o genitor;
fl. 130 - certidão de nascimento de Gilvandro Vasconcelos de Oliveira, em Recife, ao 1º/01/1959, filho do segurado e da autora, sendo declarante o genitor;
fl. 131 - certidão de casamento entre Gilberto Vasconcelos de Oliveira e Marizete de Figueiredo Oliveira (nome que passou a usar), celebrado em 24/07/1976, na Paróquia de São Gonçalo e inscrito nos termos da lei civil.

Assim sendo, ficou comprovado não haver outra pessoa a poder pretender a pensão deixada pelo segurado João José de Oliveira, além da autora, a qual comprovou todos os requisitos para a concessão do benefício em seu favor.

É preciso, ainda, ressaltar a natureza informal da união estável, sobre a qual a importância e valoração das provas são bem esclarecidas pela doutrina, como abaixo:

"Diante da peculiaridade do companheirismo, a questão probatória se reveste de vultosa importância para o reconhecimento do instituto, e a conseqüente irradiação dos efeitos próprios de tal espécie de família. Assim, diferentemente do casamento que é demonstrado pela certidão respectiva, inexiste um documento formal que comprove a existência da relação fundada no companheirismo, razão pela qual há de se admitir todo e qualquer meio de prova admitido em direito, tal como ocorre em relação às situações fáticas que irradiam efeitos jurídicos, como, por exemplo, o usucapião.
(...)
Verifica-se, pois, que a prévia previsão legislativa acerca dos "únicos" meios de prova considerados para demonstrar o companheirismo, bem como a atribuição de importância maior a um documento do que a outro, para fins de aferição da existência ou não da situação fática irradiadora de efeitos jurídicos, não pode ser aceita pelo ordenamento jurídico brasileiro, não estando conforme a legislação atual o tarifamento da prova, motivo pelo qual o regulamento previdenciário somente deve ser considerado a título ilustrativo, mas nunca como modelo ou única fonte para a aferição da existência ou não do companheirismo em determinada relação fática."
(Gama, Guilherme Calmon Nogueira da. *O Companheirismo - Uma espécie de família*. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 1998, pág. 480/482)

A possibilidade jurídica de a companheira ou companheiro serem qualificados como dependentes, fazendo jus à pensão por morte é incontroversa, principalmente com o advento da Carta Política de 1988 (arts. 201, *V*; e 226, *§* 3°), que elevou a união estável à categoria de entidade familiar.

Sobre a união estável dispõe a Lei nº 9.278/96, reconhecendo, em seu artigo 1º, sua existência da convivência duradoura, pública e contínua, de um homem e uma mulher, estabelecida com objetivo de constituição de família. Esta é a hipótese em exame.

A Lei nº 8.213/91 reconhece a qualidade de dependente à companheira ou companheiro, consoante o artigo, 16, I, sendo presumida a dependência econômica, consoante o § 4º do dispositivo legal citado.

A respeito da hipótese, coloca-se a jurisprudência, como exemplificado pelos julgados cujas ementas se seguem:

"PREVIDENCIÁRIO - PENSÃO POR MORTE - EX-COMPANHEIRA - CONVIVÊNCIA POR MAIS DE VINTE E CINCO ANOS DE VIDA EM COMUM - PROVA TESTEMUNHAL - COMPROVAÇÃO - DEPENDÊNCIA ECONÔMICA - DESNECESSIDADE DE PROVA.
I - A existência de prova testemunhal e documental a demonstrar a vida more uxório supre a exigência junto à autarquia previdenciária para ex-companheira habilitar-se e obter pensão por morte de segurado falecido;
II - Provada a condição de companheira, faz jus a autora à pensão pleiteada;
III - Aplicabilidade do art. 16, da Lei nº 8.213/91;
IV - A união estável entre homem e mulher é reconhecida como entidade familiar para efeito de proteção do Estado, garante a Constituição Federal no § 3º, do art. 226;
V - Apelação cível e remessa necessária improvidas. Sentença confirmada."
(TRF 2ª Região - 1ª Turma - AC nº 2000.02.01.001486-6/RJ - Rel. Juiz NEY FONSECA - Julg. em 18/04/2000 - DJ de 08/06/2000)

"PREVIDENCIÁRIO - PENSÃO POR MORTE - CONCUBINATO - LEI Nº 8.213/91.
1. Ocorrida a morte em 1998, sob a égide da Lei nº 8.213/91, esta é a legislação que regula a hipótese de recebimento de pensão pleiteada por ex-companheira.
2. Demonstrada a convivência estável e duradoura, é presumida a dependência econômica da companheira, sendo, evidentemente, desnecessário fazer prova neste sentido.
3. A prova testemunhal produzida nos autos é eficaz para comprovar a existência de união estável.
4. A designação da autora junto ao INSS como companheira do segurado é irrelevante, se comprovada a união estável como entidade familiar, nos termos do § 3º, do art. 226, da Constituição Federal. Isto porque o silêncio do finado não pode ser interpretado de modo a obstar o direito de sua companheira à percepção da pensão por morte.
5. Apelação e remessa "ex-officio" improvidas."
(TRF 2ª Região - Segunda Turma - AC 312318 - Relator Des. Fed. Antonio Cruz Netto - DJ 21.07.2003, p. 64 - Unânime)

"PREVIDENCIÁRIO. COMPANHEIRA. PENSÃO. DIREITO. PROVA PRODUZIDA EM JUSTIFICAÇÃO JUDICIAL. ACUMULAÇÃO COM PENSÃO ESTADUAL.
- As provas da vida em comum para o fim de percepção de benefício previdenciário na condição de companheira não devem ser necessariamente constituídas dos documentos relacionados no art. 11 da CLPS, de vez que nem todas as pessoas, principalmente as mais pobres, podem dispor deles. Para estas a prova da vida em comum não pode ser outra senão a testemunhal, como a que foi produzida pela autora em justificação judicial devidamente homologada, a cujo processo se fez presente o INPS.
(...)
- Apelação desprovida. Sentença confirmada."
(TRF 5ª Região - Primeira Turma - AC 0506223 - Relator Des. Fed. Orlando Rebouças - Data Dec.: 10.11.1990 - Unânime)

"PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. DECLARAÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL ENTRE HOMEM E MULHER. PROVA EXCLUSIVAMENTE TESTEMUNHAL. POSSIBILIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA. CUSTAS. ISENÇÃO.
1. Comprovada a união estável com o ex-segurado da Previdência Social, por prova testemunhal, a autora faz jus ao benefício de pensão por morte.
2. A dependência econômica da companheira com o de cujus, nos termos do art. 16, § 4º, da Lei nº 8.213/91, é presumida.
3. A correção monetária deve ser calculada nos termos da Lei nº 6.899/81, a partir do vencimento de cada parcela (Súmulas nºs 43 e 148 do STJ).
4. (...)
5. Apelação a que se nega provimento e remessa oficial, tida por interposta, a que se dá parcial provimento."
(TRF 1ª Região - Primeira Turma - AC 01000818366 - Relator Des. Fed. Antonio Sávio de Oliveira Chaves - DJ 15.01.2004, p. 18 - Unânime)

Em face do que foi exposto, entendo que o MM. Juiz *a quo* agiu corretamente ao reconhecer o direito da Requerente à pensão por morte deixada pelo segurado, bem como a considerar como data do início do benefício a do óbito do segurado, em 25/04/93, dado que o falecimento deu-se antes da alteração do artigo 74, da Lei nº 8.213/91, pela Lei nº 9.528/97.

Em face da remessa necessária, deve, porém, ser alterada a fixação de juros moratórios na base de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação. Embora os juros moratórios devam, efetivamente, ser aplicados a partir da citação, eis que a mesma se deu em 19/11/1998 (fls. 78/vº) e, na época, estavam em vigor as regras do antigo Código Civil, de 1916, que determinava que os juros legais eram na alíquota de 0,5% (meio por cento) ao mês. Apenas com a entrada em vigor do novo Código Civil, em 11/01/2003, já quando prolatada a sentença remetida, de 15/12/2003, é que a alíquota que passou a vigorar é de 1% (um por cento) ao mês, com base em seu artigo 406, c/c. o artigo 167, § 1º, do CTN.. Assim tem-se pronunciado a jurisprudência exemplificada pelo aresto abaixo transcrito:

"AGRAVO INTERNO - BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO - IRSM DE FEVEREIRO/94 - JUROS MORATÓRIOS.
1 - Os juros moratórios devem ser fixados em 0,5% ao mês desde a citação até o dia 10/01/2003 e de 1% ao mês a partir desta data, nos termos do art. 406 do Código Civil c/c. o art. 161, § 1º, do CTN.

2 - Agravo provido."
(TRF2 - AC 20035101528840-6 - Rel. Juiz Fed. Conv. GUILHERME DIEFENTHALER - Julg. 10/10/05)

Também deveria constar que o pedido foi julgado procedente em parte, já que a autora pedira indenização por perdas e danos por não deferir desde logo o benefício pleiteado. Tal requerimento não foi devidamente fundamentado e daí, corretamente excluído da condenação, inclusive, não tendo havido recurso da parte autora.

Sendo de menor relevo a sucumbência da parte autora, mantém-se a condenação do INSS em honorários advocatícios, já que moderadamente fixados. Porém, em face do enunciado da Súmula nº 111, do colendo Superior Tribunal de Justiça, o percentual relativo aos honorários advocatícios, em causas previdenciárias, apenas incidem sobre as parcelas vencidas, estando excluídas as parcelas vincendas. Assim, não há que se dizer, apenas, que o percentual incide sobre o valor da condenação.

Pelo exposto, com base no artigo 557,§ 1º-A, do CPC, *dou parcial provimento à remessa necessária*, para fazer constar ter sido parcial a procedência da ação, em face do indeferimento da condenação do réu em perdas e danos, para fixar os juros moratórios em 0,5% (meio por cento) ao mês a partir da citação, sendo elevado o percentual para 1% (um por cento) ao mês, apenas a partir de 11/01/2003 e, quanto aos honorários advocatícios, no percentual fixado pela douta sentença remetida, aplica-se a Súmula nº 111/STJ, excluídas as prestações vincendas.

Observadas as formalidades de praxe e certificado o trânsito em julgado, baixem os autos à vara de origem.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007.

MARCIA HELENA NUNES
Juíza Federal Convocada - Relatora

IV - REMESSA EX-OFFICIO EM AÇÃO CÍVEL 209154 1999.02.01.040536-0

RELATOR	:JUÍZA FEDERAL CONVOCADA MARCIA HELENA NUNES EM AUXÍLIO À DES. FED. MARIA HELENA
PARTE AUTORA	:LIZETE GOMES FERREIRA
ADVOGADO	:CEZAR MACEDO GONCALVES E OUTRO
PARTE RÉ	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	:ANGELA MARIA MOREIRA
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 1ª. VARA DE VOLTA REDONDA/SJRJ (9600562121)
ÓRGÃO ATUAL	:GABINETE DA DRA. MARIA HELENA CISNE

DECISÃO

Trata-se de remessa oficial, em face da sentença de fls. 99/103, que julgou procedente o pedido, declarando o direito da autora de figurar perante a Previdência Social, que deve providenciar a implantação do benefício previdenciário de pensão por morte como dependente do segurado José Felizardo da Silva, condenando o INSS ao pagamento das parcelas referentes ao benefício, não alcançadas pela prescrição, acrescidas de atualização monetária e juros de 0,5% ao mês a partir da citação, além de pagar honorários advocatícios de 5% sobre o valor da causa.

LIZETE GOMES FERREIRA ajuizou, em 24/05/1994, em face do INSS, inicialmente perante a Justiça Estadual, em Volta Redonda, ação sumária, depois convertida para o rito ordinário, sob a égide da gratuidade de Justiça, benefício deferido na fl. 72/vº. Diz que, apesar de seu estado civil de casada, encontra-se separada de fato após dois anos do enlace ocorrido em 1951 e, decorrido algum tempo, passou a viver maritalmente como José Felizardo da Silva, solteiro, cuja convivência perdurou por cerca de 35 anos, ou seja, até o dia de seu passamento, em 14/09/1992, sendo que da aludida união estável advieram cinco filhos, Adriana (1967), José Filizardo Filho (1968), Marlene (1971), Heliene (1972) e Rui (1977), sendo que o nome da demandante não se encontra nas certidões dos menores já que ainda ostentava o estado civil de casada, sendo que o aludido direito só foi reconhecido pela Constituição de 1988, com a abolição de qualquer discriminação quanto à filiação, mas, por falta de recursos, não pôde incluir sua maternidade nas citadas certidões. Apesar da dependência econômica absoluta, comprovada em Justificação Judicial, não logrou perceber do réu o benefício a que faz jus, invocando o artigo 16, § 3º, da Lei 8.213/91, que, porém, considera inconstitucional, o que deseja ver declarado. Funda, também, seu direito no artigo 226, § 3º, da CF/88, que protege a família de fato. Espera ver declarado seu direito de reconhecimento como dependente do segurado, daí decorrendo a implantação da pensão por morte e o pagamento dos atrasados devidos, com os corolários legais.

Contestação do INSS nas fls. 76/77, com preliminares de: a) carência do direito de ação, pois ajuizou a demanda para obter declaração de concubinato para ver reconhecida a dependência econômica do segurado, não amparando a lei a declaração de uma situação de fato e o Réu é pessoa ilegítima para se obter tal declaração, pois estranho à relação que se pretende comprovar; b) carência de ação por não trazer aos autos prova de ter requerido qualquer benefício administrativamente e se nada requereu, também nada lhe foi negado, estado ausente o interesse processual; c) carência de ação, pois a Lei 8.213/091 considera companheira a pessoa que mantém união estável com o segurado, não sendo casada, o que não é a situação da Autora. No mérito, sustenta que a ação deve ser julgada improcedente, dispondo a lei previdenciária que, mediante justificação procedida perante a Previdência, poderá ser suprida a falta de documentos, mas é necessário haver razoável início de prova. No entanto, a Justificação Judicial trazida aos autos está despida de documentação comprobatória, fundamentando-se apenas em prova oral. Refuta o pedido de declaração de inconstitucionalidade por parte do Juízo. Caso procedente, são indevidas as custas e os honorários advocatícios devem ser fixados com base no art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC.

Conforme fl. 91, em 3/6/96, o Juiz da Vara de origem declinou de sua competência para a Vara Federal de Volta Redonda, instalada, sendo remetidos em 04/07/96 (fl. 93vº).

Ao julgar o feito, o magistrado de primeiro grau rejeitou as preliminares e considerou satisfatória a prova produzida nos autos acerca da união estável entre a autora e o segurado e conseqüente dependência econômica, não a prejudicando o fato de não comprovar ter feito previamente o pedido na área administrativa.

Da sentença não foi interposto recurso voluntário, embora o INSS se declare ciente do julgado (fl. 105).

Subindo os autos, em face do duplo grau obrigatório de jurisdição, foi aberta vista dos autos ao MPF, que ofereceu o parecer de fl. 110, pelo improvimento da remessa.

Relatados, passo a fundamentar e decidir:

Como visto, os autos subiram exclusivamente em face do duplo grau obrigatório de jurisdição, não tendo havido recurso voluntário.

Trata-se de pleito formulado por companheira do segurado que, para prova da união estável e da dependência econômica, trouxe aos autos os seguintes documentos:
fl. 13 - informações fornecidas pelo INSS, em 06/10/92, sobre o benefício mantido em nome do segurado José Felizardo da Silva, de nº 31/84.918.547-5, com DIB em 17/08/89;
fls. 14/vº - informações da CTPS da autora nº 86822, série 072RJ, com sua qualificação;
fl. 15 - cópia do título de eleitor da autora, emitido em 18/08/88;
fl. 16 - cópia do CPF da autora;
fl. 17 - boleto de pagamento do benefício do INSS, do segurado, de 08/92;
fls. 23 - da Justificação Judicial, três retratos, comprovando a convivência do casal e os filhos;
fl. 24 - certidão de óbito do segurado, falecido em 14/09/1992, em Volta Redonda, no domicílio, ou seja, na Rua F, nº 161, Jardim Padre Josino, no estado de solteiro, com cinco filhos;
fl. 25 - cópia pouco legível da certidão de casamento da autora com terceiro, em 1º/12/1951;
fl. 26 - certidão de nascimento de Rui Felizardo da Silva, nascido em 02/09/1977, sendo declarante o pai, o segurado, e omitido o nome da mãe, na forma da lei vigente;
fl. 27 - certidão de nascimento de Heliene Felizardo da Silva, nascida em 06/11/1972, sendo declarante o pai, o segurado, e omitido o nome da mãe, na forma da lei vigente;
fl. 28 - certidão de casamento de José Felizardo da Silva Filho, nascido em 05/05/1968, sendo o pai o segurado e omitido o nome da mãe, na forma da lei vigente;
fl. 29 - certidão de casamento de Adriana Cristina Felizardo da Silva, nascida em 22/05/1967, sendo pai o segurado e omitido o nome da mãe, na forma da lei vigente;
fl. 30 - certidão de nascimento de Marlene Felizardo da Silva, nascida em 21/05/1971, sendo declarante o pai, o segurado, e omitido o nome da mãe, na forma da lei vigente;
fl. 31 - comprovante de administração de três doses da vacina contra poliomielite, aplicada, em 1973, nos menores Eliene Felizardo da Silva e José Felizardo Filho, respectivamente, constando o segurado como pai e a autora como mãe;
fl. 32 - comprovante do pagamento da taxa municipal à Prefeitura de Volta Redonda, para o sepultamento de José Felizardo da Silva, sendo pagador José dos Santos Costa, morador da Rua "F", nº 161, Padre Josino, VR;
fl. 32 - cópia de telegrama expedido pelo INSS, relativo ao benefício do segurado, dirigido à autora e ao segurado para comparecimento na Av Amaral Peixoto, 445- VR.

Por ocasião da Audiência de Justificação, realizada em 25/08/93, perante a Justiça Estadual (assentada de fl. 67), foi colhido o depoimento pessoal da Justificante (fl. 68) e foram ouvidas duas testemunhas, sendo:
- JOSÉ DE SOUZA (fl. 68) - afirma conhecer a requerente há cerca de 35 anos, período durante o qual ela viveu maritalmente com José Felizardo da Silva e da união nasceram 5 filhos, sendo que ela não trabalhava fora, vivendo sob a dependência econômica do companheiro, e mais que ela cuidava muito bem de seu companheiro que tinha alguns problemas de saúde; que freqüentava a casa deles, onde viviam como marido e mulher e conhece pelo nome todos os filhos do casal.
- JOSÉ DOS SANTOS COSTA (fls. 68/69) - afirma conhecer o casal da Justificante e de José Felizardo da Silva pelo menos desde 1984, vivendo os mesmos maritalmente, na mesma casa, tendo tido 5 filhos da união, dedicando-se a Justificante exclusivamente a cuidar da família e do companheiro, vivendo sob a dependência econômica dele, esclarecendo saber de tais fatos por ter sido vizinho deles durante muito tempo.

Tendo subido os autos em face da remessa oficial, são de se afastar as preliminares apresentadas, já que a ação se destina à concessão de pensão por morte pelo INSS à demandante por sua condição de companheira do segurado falecido, sendo o reconhecimento da união estável mero pressuposto fático necessário para o acolhimento do pedido, não sendo necessário desdobrar-se a demanda em aspecto declaratório da convivência marital e aspecto condenatório da imposição da implantação do benefício previdenciário em favor da autora. Também não se faz necessário comprovar a utilização prévia da via administrativa, conforme entendimento sumulado desde a época do colendo mas ora extinto Tribunal Federal de Recursos (Súmula nº 213), sendo evidente o interesse jurídico da demandante, que se encontra carente de recursos para poder sobreviver, enquanto não puder auferir o benefício previdenciário a que faz jus. .

No mérito, a possibilidade jurídica de a companheira ou companheiro serem qualificados como dependentes, fazendo jus à pensão por morte é incontroversa, principalmente com o advento da Carta Política de 1988 (artigos 201, *V* e 226, *§* 3°), que elevou a união estável à categoria de entidade familiar.

Sobre a união estável dispõe a Lei nº 9.278/96, reconhecendo, em seu artigo 1º, sua existência da convivência duradoura, pública e contínua, de um homem e uma mulher, estabelecida com objetivo de constituição de família.

Ligeiramente diversa é a hipótese em exame, já que a autora é separada de fato de terceiro, também se verificando que apenas a simplicidade e a falta absoluta de recursos impediu que a demandante já tivesse regularizado seu estado civil e pudesse ter seu nome incluído no registro de nascimento de seus filhos, já que a separação prolongada por mais de 40 anos levaria necessariamente à dissolução dos laços do primeiro matrimônio do qual sequer prole resultou. Assim, como bem entende o julgador de primeiro grau, desnecessária a pretendida declaração de inconstitucionalidade do § 3º do artigo 16, da Lei nº 8.213/91, que apenas se refere à configuração do companheirismo quando há convivência entre terceiro e o segurado, sem serem casados (entre si).

A Lei nº 8.213/91 reconhece a qualidade de dependente à companheira ou companheiro, consoante o artigo, 16, I, sendo presumida a dependência econômica, consoante o § 4º do mesmo dispositivo legal citado.

Ainda faz-se mister ressaltar a natureza informal da união estável, sobre a qual a importância e valoração das provas são bem esclarecidas pela doutrina, como abaixo:

"Diante da peculiaridade do companheirismo, a questão probatória se reveste de vultosa importância para o reconhecimento do instituto, e a conseqüente irradiação dos efeitos próprios de tal espécie de família. Assim, diferentemente do casamento que é demonstrado pela certidão respectiva, inexiste um documento formal que comprove a existência da relação fundada no companheirismo, razão pela qual há de se admitir todo e qualquer meio de prova admitido em direito, tal como ocorre em relação às situações fáticas que irradiam efeitos jurídicos, como, por exemplo, o usucapião.
(...)
Verifica-se, pois, que a prévia previsão legislativa acerca dos "únicos" meios de prova considerados para demonstrar o companheirismo, bem como a atribuição de importância maior a um documento do que a outro, para fins de aferição da existência ou não da situação fática irradiadora de efeitos jurídicos, não pode ser aceita pelo ordenamento jurídico brasileiro, não estando conforme a legislação atual o tarifamento da prova, motivo pelo qual o regulamento previdenciário somente deve ser considerado a título ilustrativo, mas nunca como modelo ou única fonte para a aferição da existência ou não do companheirismo em determinada relação fática."
(Gama, Guilherme Calmon Nogueira da. *O Companheirismo - Uma espécie de família*. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 1998, pág. 480/482)

O douto julgador de primeiro grau, o Juiz Flavio Oliveira Lucas examinou bem a hipótese, fazendo menção a outras passagens do citado jurista, na mesma obra, página 227, cabendo ser transcrito o seguinte excerto da emérita sentença:

"Discursando a respeito da matéria, o ilustre Juiz Federal Dr. GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA, ensina que: *"E, atualmente em virtude da disposição contida no artigo 16, § 3º da Lei 8.213/91, é considerado dependente do segurado o companheiro (independentemente de sexo) que se encaixe na noção constitucional e, portanto, são perfeitamente aplicáveis todas as noções conceituais, as características e os requisitos anteriormente mencionados, sendo possível a existência de companheirismo entre pessoas casadas com terceiros, mas separadas de fato, pelo prazo mínimo de dois anos, desde que observados todos os requisitos previstos acima. Observa-se, ainda, que a legislação previdenciárias atual não vincula a caracterização do companheirismo à existência de prole, mesmo para dispensa de prazo, o que indubitavelmente representa a noção mais consentânea com a realidade fática, no sentido de proporcionar a verificação efetiva dos requisitos objetivos e subjetivos indispensáveis ao instituto. Finalmente, impende repetir que a expressão "sem ser casada" constante do dispositivo citado não deve ser interpretada no sentido de excluir a possibilidade de pessoas casadas - mas separadas de fato, serem companheiras, e sim de expurgar o concubinato, no sentido técnico da palavra, do campo de aplicação da legislação previdenciária."*

De outro giro, o ínclito e honrado autor supramencionado, em suas conclusões da obra acima mencionada diz que *"... o vocábulo companheirismo deve ser reservado para as famílias constituídas através de uniões extramatrimoniais dotadas dos requisitos e características próprios, enquanto a palavra concubinato deve ser reservada para outras espécies de uniões extramatrimoniais entre o homem e a mulher, mas que não constituam família..." Mais adiante prossegue: "São consideradas características do companheirismo: a) finalidade de constituição de família; b) estabilidade; c) unicidade do vínculo; d) notoriedade; e) continuidade; f) informalismo ou ausência de formalidade. São requisitos objetivos: a) diversidade de sexo; b) ausência de impedimentos matrimoniais; c) comunhão de vida; d) lapso temporal de convivência. São requisitos subjetivos: a) convivência more uxório; b) affectio maritalis".*

Na hipótese dos autos, a autora comprovou, através dos depoimentos constantes dos autos, a sua qualidade de companheira, pelo que faz jus ao recebimento do benefício de pensão por morte, nos termos legais, devendo o seu pedido ser julgado procedente, eis que a sua separação de fato, de igual sorte, restou comprovada. Não se trata aqui, ao revés do que foi pleiteado pela autora, de declarar a inconstitucionalidade, incidenter tantum, da norma legal, mas, tão-somente, de interpretá-la, extraindo-lhe a verdadeira mens legis."

Correto, pois, o julgador de primeiro grau ao afastar o pleito de declaração de inconstitucionalidade *"incidenter tantum"* do artigo 16, § 3º, da Lei nº 8.213/91, ao lhe aplicar, ao invés, a interpretação consentânea com sua finalidade.

A respeito da hipótese, coloca-se a jurisprudência, como exemplificado pelos julgados cujas ementas se seguem:

"PREVIDENCIÁRIO - PENSÃO POR MORTE - CONCUBINATO - LEI Nº 8.213/91.
1. Ocorrida a morte em 1998, sob a égide da Lei nº 8.213/91, esta é a legislação que regula a hipótese de recebimento de pensão pleiteada por ex-companheira.
2. Demonstrada a convivência estável e duradoura, é presumida a dependência econômica da companheira, sendo, evidentemente, desnecessário fazer prova neste sentido.
3. A prova testemunhal produzida nos autos é eficaz para comprovar a existência de união estável.
4. A designação da autora junto ao INSS como companheira do segurado é irrelevante, se comprovada a união estável como entidade familiar, nos termos do § 3º, do art. 226, da Constituição Federal. Isto porque o silêncio do finado não pode ser interpretado de modo a obstar o direito de sua companheira à percepção da pensão por morte.
5. Apelação e remessa "ex-officio" improvidas."
(TRF 2ª Região - Segunda Turma - AC 312318 - Relator Des. Fed. Antonio Cruz Netto - DJ 21.07.2003, p. 64 - Unânime)

"PREVIDENCIÁRIO. COMPANHEIRA. PENSÃO. DIREITO. PROVA PRODUZIDA EM JUSTIFICAÇÃO JUDICIAL. ACUMULAÇÃO COM PENSÃO ESTADUAL.
- As provas da vida em comum para o fim de percepção de benefício previdenciário na condição de companheira não devem ser necessariamente constituídas dos documentos relacionados no art. 11 da CLPS, de vez que nem todas as pessoas, principalmente as mais pobres, podem dispor deles. Para estas a prova da vida em comum não pode ser outra senão a testemunhal, como a que foi produzida pela autora em justificação judicial devidamente homologada, a cujo processo se fez presente o INPS.
(...)
- Apelação desprovida. Sentença confirmada."
(TRF 5ª Região - Primeira Turma - AC 0506223 - Relator Des. Fed. Orlando Rebouças - Data Dec.: 10.11.1990 - Unânime)

"PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. DECLARAÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL ENTRE HOMEM E MULHER. PROVA EXCLUSIVAMENTE TESTEMUNHAL. POSSIBILIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA. CUSTAS. ISENÇÃO.
1. Comprovada a união estável com o ex-segurado da Previdência Social, por prova testemunhal, a autora faz jus ao benefício de pensão por morte.
2. A dependência econômica da companheira com o de cujus, nos termos do art. 16, § 4º, da Lei nº 8.213/91, é presumida.
3. A correção monetária deve ser calculada nos termos da Lei nº 6.899/81, a partir do vencimento de cada parcela (Súmulas nºs 43 e 148 do STJ).
4. (...)
5. Apelação a que se nega provimento e remessa oficial, tida por interposta, a que se dá parcial provimento."
(TRF 1ª Região - Primeira Turma - AC 01000818366 - Relator Des. Fed. Antonio Sávio de Oliveira Chaves - DJ 15.01.2004, p. 18 - Unânime)

Em face do que foi exposto, entendo que o MM. Juiz *a quo* agiu corretamente ao reconhecer o direito da Requerente à pensão por morte deixada pelo segurado, sendo que em face da propositura da presente ação em 24/05/1994, após a tramitação da Justificação Judicial aforada em 07/12/1992 (fl. 18), comparada com a morte do segurado, em 14/09/1992, leva a que não se tenha caracterizado a ocorrência de prescrição, devendo ser considerada como data do início do benefício a do óbito do segurado, segundo a redação vigente na data do óbito (fato gerador do benefício) quanto ao artigo 74, da Lei nº 8.213/91, antes da alteração introduzida pela Lei nº 9.528/97.

Pelo exposto, com base no artigo 557, "caput" do CPC, *nego seguimento à remessa necessária*, apenas ressalvando a não ocorrência de prescrição qüinqüenal e que a DIB do benefício deve ser a data do óbito do segurado.

Observadas as formalidades de praxe e certificado o trânsito em julgado, baixem os autos à vara de origem.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007.

MARCIA HELENA NUNES
Juíza Federal Convocada - Relatora

IV - APELACAO CIVEL 1999.51.03.300695-1

RELATOR	:JUÍZA FEDERAL CONVOCADA, MARCIA HELENA NUNES EM AUXÍLIO À DES. FED. MARIA HELENA CISNE
APELANTE	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:BEATRIZ BASTOS RANGEL E OUTRO
APELADO	:ARISTEA PESSANHA MARIA
ADVOGADO	:LEA CRISTINA BARBOZA DA SILVA PAIVA E OUTRO
REMETENTE	:JUIZO DE DIREITO DA 2 VARA DE CAMPOS DOS GOITACAZES RJ
ORIGEM	:SEGUNDA VARA FEDERAL DE CAMPOS (9903006950)
ÓRGÃO ATUAL	:GABINETE DA DRA. MARIA HELENA CISNE

DECISÃO

Trata-se de Recurso de Apelação interposto pelo *INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS* contra sentença que julgou improcedentes os Embargos à Execução e, por via de conseqüência, determinou o prosseguimento da execução com base nos cálculos atualizados pelo Contador do Juízo na fl. 36, onde alega que o *quantum* a ser executado é superior ao devido.
Apelação da Autarquia alegando que a parte Autora não sofreu nenhum prejuízo financeiro, pois continuou recebendo seu benefício enquanto aguardava a decisão judicial. Alega, ainda, que a parte Autora não sofreu interrupção em seu benefício, não havendo o prejuízo alegado e que a condenação em verba honorária deve ser reduzida a 5% (cinco por cento).

Contra-razões pela mantença do r. julgado.

Opina o Ministério Público Federal no sentido da desnecessidade de sua intervenção no presente feito.

É o relatório. Decido.

Importante ressaltar, de início, que os cálculos da Contadoria do Juízo (fls. 75/77 dos autos principais) foram homologados por sentença na fl.80.

O Instituto Autárquico apelou dessa decisão nas fls. 82/83, sendo negado seu pleito por esta Egrégia Corte de Justiça, conforme o v. Acórdão de fl. 123, que transitou em julgado, conforme certidão de fl. 129.

É de se ressaltar, por oportuno, que a discussão em torno dos critérios adotados para a confecção da conta embargada está superada, pois, como é sabido de todos, "homologados por sentença transitada em julgado os cálculos que apuraram o montante final da condenação no processo de conhecimento, inadmissível se torna, em sede de execução, o pedido de retificação da conta, a título de erro material pela incorreta interpretação da sentença exeqüenda" (RESP n.º 235968/RN, Rel. Min. Edson Vidigal, D.J.U. de 21/02/2000, pg. 179)

Tem-se, pois, que a Autarquia questiona na forma como se procedeu aos cálculos, cuja tese pode até ter suporte, mas sucumbe ante um princípio expresso na Carta Magna, em seu artigo 5º, XXXVI, qual seja, o da segurança jurídica, afigurando-se inadequados o momento e a via processual eleita, sob pena de eternização da jurisdição.

Inviável, pois, reabrir discussão sobre os cálculos, se o que se decidiu na sentença, com oportunidade de ampla defesa, transitou em julgado.

Neste sentido, vale destacar o seguinte julgado nesta Egrégia Corte de Justiça:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CÁLCULOS. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE EXECUÇÃO. APLICAÇÃO DA TR.
- Tendo os cálculos homologados transitado em julgado, não pode a apelante, através de embargos, se insurgir sobre o quantum apurado, alegando excesso de execução.
- Incabível a modificação da sentença homologatória transitada em julgado através de embargos do devedor.
- Recurso não provido."
(Apelação Cível 96.02.23616-7; TRF-2ª Região; Quarta Turma; DJ 07/05/1998; Relator JUIZ CLELIO ERTHAL)

Conclui-se, pois, que a existência de sentença homologatória de cálculo de liquidação transitada em julgado, torna precluso o direito a discussões sobre estarem ou não os mesmos de acordo com o que foi determinado na sentença exeqüenda.

No que concerne à condenação da verba honorária no percentual de 10% sobre o montante da condenação, não merece reparo a r. sentença recorrida.

O disposto no § 3º, do art. 20, do CPC, determina que os honorários sejam fixados levando-se em conta a apreciação eqüitativa do Juiz, nos parâmetros das alíneas "a", "b" e "c", o que não significa dizer, entretanto, que deva ser arbitrada em valor inferior ao percentual de 10% (dez por cento), tendo em vista que a apreciação eqüitativa do magistrado é ato discricionário que deve se traduzir em valor razoável, atento às peculiaridades do caso em exame, não se justificando seja fixada no percentual inferior, ainda que a matéria seja de fácil desate.

Confira-se, nesse sentido, o entendimento do Colendo STJ, *verbis*:

"PROCESSO CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FAZENDA PÚBLICA.
- A REGRA DO ART.20, PAR. 4º., DO CPC NÃO SIGNIFICA QUE, VENCIDA A FAZENDA PÚBLICA, OS HONORÁRIOS DE ADVOGADO DEVAM SER, NECESSARIAMENTE, ARBITRADOS EM MONTANTE INFERIOR A DEZ POR CENTO (10%) DO VALOR DA CONDENAÇÃO;
- O JUIZ NESSE CASO, FIXA A VERBA HONORÁRIA SEGUNDO APRECIAÇÃO EQÜITATIVA, SEM OUTROS PARÂMETROS QUE AQUELES DEFINIDOS NAS ALÍNEAS "A", "B" E "C".
- EQÜIDADE. "A APRECIAÇÃO EQÜITATIVA DO JUIZ" CONSTITUI CONCEITO JURÍDICO INDETERMINADO DEPENDENTE SEMPRE DO CASO CONCRETO, A CUJAS PECULIARIDADES O RECURSO ESPECIAL NÃO PODE DESCER.
- RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO."
(STJ. 2T. Resp130430/SP. Rel. Min. Ari Parglender, publicado em 15/12/97.)

Isto posto, com fulcro no artigo 557, *caput*, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao apelo, mantendo *in totum* a r. sentença apelada.
Observadas as cautelas de praxe, devolvam-se os presentes autos à Vara de origem.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007.

Marcia Helena Nunes
Juíza Federal Convocada

IV - APELACAO CIVEL 325295 2000.50.01.011597-0

RELATOR	:JUÍZA FEDERAL CONVOCADA MARCIA HELENA NUNES EM AUXÍLIO À DES. FED. MARIA HELENA
APELANTE	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:SERGIO ROBERTO LEAL DOS SANTOS
APELADO	:IVONE BONFIM OLIVEIRA
ADVOGADO	:PEDRO MOTA DUTRA E OUTROS
ORIGEM	:JUÍZO FEDERAL 1ª. VARA DE VITÓRIA/SJES (200050010115970)
ÓRGÃO ATUAL	:GABINETE DA DRA. MARIA HELENA CISNE

DECISÃO

Trata-se de apelação do INSS, em face da sentença de fls. 111/120, que julgou procedentes os pedidos, para condenar o INSS a inscrever a autora como beneficiária do benefício de pensão por morte, observando seus efeitos jurídicos (recebimento mensal da importância advinda desta pensão) por razão do falecimento de seu companheiro, bem como a pagar as parcelas devidas desde janeiro de 1999 até a publicação desta, acrescida de juros e correção monetária, em 10 dias, sob pena de multa diária de R$100,00, decorrido este prazo, condenando, ainda, o INSS na verba honorária fixada em 10% sobre o valor da condenação, nos termos do verbete 111 do STJ. O magistrado afastou a necessidade de remessa oficial, em face dos termos do artigo 475, § 2º, do CPC, segundo a Lei nº 10.352/2001.

IVONE BONFIM OLIVEIRA ajuizou, em 19/12/2000, ação ordinária em face do INSS, sob a égide da gratuidade de Justiça (deferida na fl. 78). Diz ter convido por mais de 10 anos, em regime "more uxório" com Geraldo José da Silva, estabelecendo-se entre ambos união estável, embora sem prole. Tal união perdurou até o falecimento do segurado, sem ele deixar descendentes conhecidos, tendo sido, em vida, empregado, laborando por vários anos junto ao Sindicato dos Arrumadores, como trabalhador portuário avulso, sendo segurado do INSS, mas como não declarou em sua carteira a requerente como sua beneficiária, o benefício lhe está sendo denegado. Para comprovar a união estável e a dependência econômica, diz ter ajuizado Justificação Judicial, adunada, mas, mesmo assim, o benefício lhe foi negado, em 09/1999, conforme documento junto, levando a demandante a ajuizar a presente demanda para pugnar por seus direitos, invocando o artigo 16, I, da Lei 8.213/91, pedindo a concessão da pensão retroativamente à data do último requerimento administrativo, em 28/09/1999. já de posse da Justificação Judicial.

Contestação do INSS nas fls. 81/86, pugnando pela improcedência do pedido, pela inexistência da comprovação da qualidade de companheira do falecido segurado, para isso não servindo a Justificação Judicial prévia. Argumenta, ainda, no sentido da impossibilidade do pagamento de atrasados, já que o pedido principal é da constituição de uma relação jurídica. Em caso, porém, de condenação, pede isenção das custas processuais. Espera a improcedência.

Realizou-se audiência de conciliação, instrução e julgamento, conforme a assentada de fls. 101/106, com oitiva de duas testemunhas da autora.

A Autora aduna o documento de fl. 109.

Segue-se a prolação de sentença, na qual o magistrado de primeiro grau considera comprovada a qualidade de companheira por parte da autora em relação ao segurado e defere a ela o benefício, como requerido.

Apelação do INSS, nas fls. 122/128, considerando que a antecipação da tutela se consubstancia como *"error in procedendo"*, já que não foi requerida pela demandante. Também sustenta tratar-se de sentença *"extra petita"* no que respeita à condenação de parcelas não pleiteadas na exordial, tratando-se do pagamento determinado dentre do dez dias, em dissonância com os pedidos formulados pela parte autora em sua exordial. Também considera *"error in judicando"* o reconhecimento da união estável e dependência econômica, conforme alegado pela demandante. Espera a reforma do julgado, com a improcedência do pedido autoral.

O recurso foi recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo (fl. 130).

Contra-razões nas fls. 132/135, pela manutenção da sentença.

Relatados, passo a fundamentar e decidir:

Como o douto magistrado de primeiro grau veio a receber o recurso do INSS nos efeitos devolutivo e suspensivo - o que significa que apenas com o trânsito em julgado será efetuada a execução do julgado - fica sem efeito sua determinação de cumprimento imediato do julgado (para o que assinalara o prazo de dez dias), tanto que não houve intimação pessoal do INSS para tal fim. Em conseqüência, fica, também, prejudicada a introdução da apelação do INSS, no que alegava a ocorrência de sentença *"extra petita"* e de *"error in procedendo"* quanto à concessão de antecipação da tute0la, sem haver requerimento em tal sentido da parte autora.

Assim, passa-se ao exame do mérito, afastando-se a alegação contida no recurso de *"error in judicando"*, já que o digno magistrado de primeiro grau apenas revelou o seu convencimento, baseado nas provas constantes dos autos, não se podendo considerar que a apresentação de um entendimento diverso daquele sustentado pela Autarquia Previdenciária possa ser considerado, por si, erro judicial. Trata-se de um exagero por parte da defesa, desculpável apenas pelo afinco em suas colocações.

A douta sentença apelada não merece reforma, contudo.

Em sua apelação, o INSS alega que a autora não comprovou a alegada união estável e a dependência econômica, devendo ser reformado o julgado.

Há, porém, nos autos, prova documental e oral satisfatória, verificando-se que a autora, que declara residência na Rua Antonio Inácio Rodrigues, 31, Itacibá, Cariacica/ES (inicial e procuração), carreou aos autos os seguintes elementos probatórios:

- Cópia e original da Justificação Judicial nº 99.0000042-0, aforada à 2ª Vara Federal de Vitória, na qual se encontram:
fls. 15 e 52 - cópia da identidade do segurado Geraldo José da Silva;
fls. 16 e 53 - cópia da CTPS 48992, série 00004ES, do segurado;
fls. 17 e 54 - certidão de óbito do segurado, ocorrido em 22/04/1997, na via pública, em Cariacica/ES, no estado de solteiro, não deixando herdeiros menores ou interditos, constando residência na Rua Antonio Inácio Rodrigues, 31, Itacibá, Cariacica/ES;
fls. 18 e 55 - formulário em nome do segurado de requerimento de benefício por incapacidade, com endereço na Rua Fernando Santorio, 31, Itacibá, Cariacica/ES, formulado em Contagem, em 09/12/87, sem assinatura;
fls. 19/vº e 56/vº - novo requerimento no mesmo sentido e com o mesmo endereço, datado de 09/12/87, preenchido no verso pela empresa MONTEC MONTAGENS ENG. IND. COM. LTDA., de Contagem/MG, constando o dia 26/11/87 como a última data trabalhada pelo segurado;
fls. 20 e 59 - cópia do título de eleitor da autora, expedido em Cariacica/ES;
fls. 21 e 59 - cópia da identidade e do protocolo de inscrição de CPF da autora;
fls. 36 e 72 - Assentada de Audiência de Justificação, realizada em 04/05/1999, com homologação da Justificação, após oitiva de três testemunhas, a saber:
fls. 37 e 73 - Testemunha CLEUZA MARIA GOMES DA SILVA - disse conhecer a Justificante desde 1981, por morar em rua próxima, em Itacibá, Cariacica/ES, atestando que a justificante vivia como se casada fosse com o finado Sr. Geraldo José da Silva, vivendo eles com um filha registrada por Ivone como Fabiana Bonfim, acreditando a depoente que a menor só foi registrada no nome de Ivone porque Geraldo estava fora, trabalhando em São Paulo e, depois, não teve recursos para a retificação do registro; que Ivone cuidou de Geraldo até o mesmo falecer, tendo, inclusive, providenciado o enterro; que quando Geraldo trabalhava no Porto, Ivone cuidava dos afazeres domésticos;
fls. 38 e 74 - Testemunha NILSON PEREIRA ALVES - disse conhecer a Justificante desde 1983, por morar em rua próxima, em Itacibá, Cariacica/ES, sendo que Ivone vivia como se casada fosse com o finado Geraldo José da Silva, sendo que o casal possuía uma filha que foi registrada por Ivone, já que na ocasião Geraldo estava trabalhando em São Paulo e, depois, não teve recursos para a retificação do registro; que foi Ivone que cuidou de Geraldo até o mesmo falecer, inclusive providenciando o enterro; que, em vida, Geraldo trabalhava no Porto e Ivone fazia os serviços domésticos.
fls. 39 e 75 - NILTON BARBOSA - disse conhecer a Justificante desde 1981, por morar em rua próxima, em Itacibá, Cariacica/ES; que Ivone vivia como se casada fosse com Geraldo José da Silva, sendo que o casal possuía um filho e foi Ivone que registrou a menina, pois, na ocasião, Geraldo estava trabalhando em São Paulo e, depois, não teve recursos para a retificação do registro; que foi Ivone quem cuidou de Geraldo até o mesmo falecer, inclusive tendo providenciado o enterro; Que em vida Geraldo Trabalhava no Porto e Ivone fazia os serviços domésticos.
fl. 42 - certidão de nascimento de FABIANA BONFIM, nascida em 22/04/1984, no município de Cariacica, sucursal de Itacibá, registrada pela autora;
fl. 43 - comprovante de recolhimento sindical dos anos de 1988 a 1993;
fl. 44 - requerimento formulado, em 29/12/1994, por Geraldo José da Silva ao Presidente da Cia. Docas do Espírito Santo, tendo em vista não ter sido instalado o órgão Gestor de Mão-de-Obra, requerer seu cancelamento do Registro de Trabalhador Portuário Avulso, que exerce efetivamente há mais de 5 anos ininterruptos;
fl. 45 - certidão fornecida pelo INSS da inexistência de dependentes habilitados à pensão por morte de Geraldo José da Silva.

No processo principal, também se realizou audiência de instrução, em data de 11/07/2002, conforme a assentada de fls. 101/102, ocasião em que foram ouvidas duas testemunhas arroladas pela autora, as quais, em resumo disseram o que se segue:
fls. 103/104 - MANOEL PEREIRA - disse conhecer a autora há 17 anos, por morar perto de sua residência e, nesse período ela já convivia com o Sr. Geraldo, numa relação de união estável, tendo uma vida pública, vendo-os juntos regularmente; que também sabe que a autora teve uma filha com o Sr. Geraldo; por ocasião do óbito de Geraldo, ele e a autora ainda viviam sob o mesmo teto e o velório do Sr. Geraldo deu-se na residência de ambos;
fls. 105/106 - CLEUZA MARIA GOMES DA SILVA - disse conhecer a autora há cerca de 15 anos e desde tal conhecimento a mesma já morava com o Sr. Geraldo, numa relação de união estável, pública, regular, saindo juntos; que o casal tinha uma filha chamada Fabiana; que quando do falecimento do Sr. Geraldo, a autora ainda convivia com ele e o velório ocorreu na residência de ambos; ainda disse que o Sr. Geraldo apresentava a autora a outras pessoas e a tratava como esposa.

Ainda juntou a Autora o seguinte documento, para comprovar a residência comum do casal:
fls. 109 - cópia de ficha cadastral do segurado Geral José da Silva, constando como endereço a Rua Antoni (sic) Inácio Rodrigues, 31, Itacibá, Cariacica/ES.

Apesar das provas apresentadas, insiste o INSS em não fazer jus a demandante ao pleiteado benefício por morte de seu companheiro, constando, ainda, ter ocorrido o indeferimento do pleito da Autora, muito embora ela não tivesse trazido aos autos documentação a respeito.

Verifica-se que a Autarquia Previdenciária porta-se de forma desumana, por seu excessivo apego às normas regulamentares, que apenas sugerem situações ideais de prova, que têm de ser reformuladas pela visão prática dos fatos, relativamente a casais modestos, de poucos recursos.

Ninguém a não ser a companheira do finado, que comprovou a moradia comum, por continuados anos, poderia estar de posse de tantos documentos relativos ao finado e comprobatórios do mesmo domicílio, que consta da certidão de óbito e ainda é o local onde reside a demandante. Não se pode exigir que pessoas modestas possuam bens imóveis em comum, contas bancárias em comum, passem procurações para qualquer fim, etc.

Pelo fato de não constar do registro de nascimento da menor Fabiana Bonfim (fl. 42) o nome do pai, não foi referido na inicial como argumento em prol do direito da autora a prole comum, apesar da unanimidade das declarações das 4 testemunhas ouvidas em Juízo, quer na Justificação Judicial quer no presente processo, no sentido de que a autora teve de fazer o registro em seu nome, já que o companheiro estava, na ocasião, trabalhando em São Paulo e, depois, não teve recursos para a retificação do registro. No entanto, como bem argumenta o douto julgador de primeiro grau, a existência de prole não é requisito indispensável para a caracterização de companheirismo, como união estável.

É preciso ressaltar a natureza informal da união estável, sobre a qual a importância e valoração das provas são bem esclarecidas pela doutrina, como abaixo:

"Diante da peculiaridade do companheirismo, a questão probatória se reveste de vultosa importância para o reconhecimento do instituto, e a conseqüente irradiação dos efeitos próprios de tal espécie de família. Assim, diferentemente do casamento que é demonstrado pela certidão respectiva, inexiste um documento formal que comprove a existência da relação fundada no companheirismo, razão pela qual há de se admitir todo e qualquer meio de prova admitido em direito, tal como ocorre em relação às situações fáticas que irradiam efeitos jurídicos, como, por exemplo, o usucapião.
(...)
Verifica-se, pois, que a prévia previsão legislativa acerca dos "únicos" meios de prova considerados para demonstrar o companheirismo, bem como a atribuição de importância maior a um documento do que a outro, para fins de aferição da existência ou não da situação fática irradiadora de efeitos jurídicos, não pode ser aceita pelo ordenamento jurídico brasileiro, não estando conforme a legislação atual o tarifamento da prova, motivo pelo qual o regulamento previdenciário somente deve ser considerado a título ilustrativo, mas nunca como modelo ou única fonte para a aferição da existência ou não do companheirismo em determinada relação fática."
(Gama, Guilherme Calmon Nogueira da. *O Companheirismo - Uma espécie de família*. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 1998, pág. 480/482)

A possibilidade jurídica de a companheira ou companheiro serem qualificados como dependentes, fazendo jus à pensão por morte é incontroversa, principalmente com o advento da Carta Política de 1988 (artigos 201, *V*; e 226, *§* 3°), que elevou a união estável à categoria de entidade familiar.

Sobre a união estável dispõe a Lei nº 9.278/96, reconhecendo, em seu artigo 1º, sua existência da convivência duradoura, pública e contínua, de um homem e uma mulher, estabelecida com objetivo de constituição de família e esta é a hipótese em exame, quanto à Autora.

A Lei nº 8.213/91 reconhece a qualidade de dependente à companheira ou companheiro, consoante o artigo, 16, I, sendo presumida a dependência econômica, consoante o § 4º do dispositivo legal citado, o que se aplica ao caso presente.

A respeito da hipótese, coloca-se a jurisprudência, como exemplificado pelos julgados cujas ementas se seguem:

"PREVIDENCIÁRIO - PENSÃO POR MORTE - CONCUBINATO - LEI Nº 8.213/91.
1. Ocorrida a morte em 1998, sob a égide da Lei nº 8.213/91, esta é a legislação que regula a hipótese de recebimento de pensão pleiteada por ex-companheira.
2. Demonstrada a convivência estável e duradoura, é presumida a dependência econômica da companheira, sendo, evidentemente, desnecessário fazer prova neste sentido.
3. A prova testemunhal produzida nos autos é eficaz para comprovar a existência de união estável.
4. A designação da autora junto ao INSS como companheira do segurado é irrelevante, se comprovada a união estável como entidade familiar, nos termos do § 3º, do art. 226, da Constituição Federal. Isto porque o silêncio do finado não pode ser interpretado de modo a obstar o direito de sua companheira à percepção da pensão por morte.
5. Apelação e remessa "ex-officio" improvidas."
(TRF 2ª Região - Segunda Turma - AC 312318 - Relator Des. Fed. Antonio Cruz Netto - DJ 21.07.2003, p. 64 - Unânime)

"PREVIDENCIÁRIO. COMPANHEIRA. PENSÃO. DIREITO. PROVA PRODUZIDA EM JUSTIFICAÇÃO JUDICIAL. ACUMULAÇÃO COM PENSÃO ESTADUAL.
- As provas da vida em comum para o fim de percepção de benefício previdenciário na condição de companheira não devem ser necessariamente constituídas dos documentos relacionados no art. 11 da CLPS, de vez que nem todas as pessoas, principalmente as mais pobres, podem dispor deles. Para estas a prova da vida em comum não pode ser outra senão a testemunhal, como a que foi produzida pela autora em justificação judicial devidamente homologada, a cujo processo se fez presente o INPS.
(...)
- Apelação desprovida. Sentença confirmada."
(TRF 5ª Região - Primeira Turma - AC 0506223 - Relator Des. Fed. Orlando Rebouças - Data Dec.: 10.11.1990 - Unânime)

"PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. DECLARAÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL ENTRE HOMEM E MULHER. PROVA EXCLUSIVAMENTE TESTEMUNHAL. POSSIBILIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA. CUSTAS. ISENÇÃO.
1. Comprovada a união estável com o ex-segurado da Previdência Social, por prova testemunhal, a autora faz jus ao benefício de pensão por morte.
2. A dependência econômica da companheira com o de cujus, nos termos do art. 16, § 4º, da Lei nº 8.213/91, é presumida.
3. A correção monetária deve ser calculada nos termos da Lei nº 6.899/81, a partir do vencimento de cada parcela (Súmulas nºs 43 e 148 do STJ).
4. (...)
5. Apelação a que se nega provimento e remessa oficial, tida por interposta, a que se dá parcial provimento."
(TRF 1ª Região - Primeira Turma - AC 01000818366 - Relator Des. Fed. Antonio Sávio de Oliveira Chaves - DJ 15.01.2004, p. 18 - Unânime)

Em face do que foi exposto, entendo que o MM. Juiz *a quo* agiu corretamente ao reconhecer o direito da Requerente à pensão por morte deixada pelo segurado. Também agiu com maestria o digno magistrado de primeiro grau ao considerar como data do requerimento de pensão a data do ajuizamento da Justificação Judicial que havia sido exigida da Autora para poder ter o exame de seu pleito pela Autarquia Previdenciária, muito embora tenha havido o indeferimento administrativo, levando-a a buscar seus direitos na via judicial. Assim, certa a fixação da DIB do benefício em janeiro de 1999, inclusive não tendo o INSS recorrido deste item, em particular.

Pelo exposto, com base no artigo 557, "caput" do CPC, *nego seguimento à apelação do INSS*, mantendo integralmente os termos da douta sentença recorrida.

Observadas as formalidades de praxe e certificado o trânsito em julgado, baixem os autos à vara de origem.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007.

MARCIA HELENA NUNES
Juíza Federal Convocada - Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2001.02.01.017983-5/RJ

RELATORA	:JUÍZA FEDERAL CONVOCADA MARCIA HELENA NUNES EM AUXÍLIO AO DESEMBARGADOR FEDERAL SERGIO FELTRIN CORREA
APELANTE	:MANOEL DUARTE DE SOUZA
ADVOGADO	:DANIEL LIMA DE FIGUEIREDO
APELADO	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADA	:MERCEDES VALENTIN GARZON
ORIGEM	:2ª VARA ESTADUAL DE ARARUAMA/RJ (001329)

D E C I S Ã O

Trata-se de apelação interposta por MANOEL DUARTE DE SOUZA contra sentença proferida pelo MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Araruama, que julgou extinto o processo, sem apreciação do mérito, nos termos do artigo 267, inciso III, § 1º, do CPC, ao fundamento de que, intimado a dar andamento no feito, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, o Autor não atendeu à determinação do juízo (fl. 42).
O Apelante alega, preliminarmente, a desnecessidade de intervenção do Ministério Público nos autos, pois a demanda não se enquadra em nenhuma das hipóteses do artigo 82 do CPC. No mérito, aduz, em síntese, que sempre cumpriu as exigências formuladas pelo MM. Juízo *a quo*, não havendo, no seu entender, motivo suficiente à extinção do feito sem apreciação do mérito. Assim, pleiteia a reforma da r. sentença impugnada para que seja dado regular andamento ao feito (fls.45/52).
Contra-razões do INSS as fls. 54/55.
Manifestação do Representante do Ministério Público Federal, pelo não provimento do apelo (fls. 57/58).

Este o relatório. Decido.

Quanto à preliminar de falta de interesse do Ministério Público para oficiar nas lides que tratam de revisão de benefícios, entendo irrelevante a discussão proposta pelo Apelante, na medida em que embora a causa não se enquadre no artigo 82 do CPC, compete ao Juiz decidir quanto ao envio dos autos ao Ministério Público, não havendo neste fato qualquer nulidade.

Ademais, o relato dos fatos é suficiente para se averiguar a adequação da r. sentença.
Proposta a ação em 07/03/1991, o MM. Juiz *a quo* determinou a adequação da inicial aos requisitos do Provimento nº 262/91, vigente no âmbito da Justiça Estadual (fl.14), restando o Autor silente, segundo certidão de fl.15v.
Em junho/95, foi proferido o seguinte despacho (fl.25):

"Firme o autor, em cartório, termo de que não propôs ação idêntica neste ou noutro Juízo, em dez dias."

Em setembro/95, requereu o patrono o arquivamento provisório do feito, a fim de aguardar o término da discussão quanto à matéria existente na "Superintendência da Autarquia-ré, no Congresso Nacional, no Poder Judiciário e, ainda, especialmente neste Juízo".
Desde então, ficou o feito paralisado por quatro anos, quando o MM. Juiz determinou a intimação pessoal do Autor (fl.30v.), para dar andamento ao feito, o que não pôde ser cumprido, em virtude de estar incorreto o endereço da exordial (fl.33). Intimado o patrono do Autor, para que fornecesse o endereço correto, limitou-se este a requerer o prosseguimento no feito (fl.35).
Intimado por edital (fl.39), mais uma vez se quedou inerte o Autor, ensejando a extinção do feito, na forma do artigo 267, III, § 1º, do CPC (fl.42).

Verifico, de plano, que os documentos que instruíram a inicial não são suficientes à comprovação do domicílio do Autor.
Destarte, pertinente a exigência feita pelo Ilustre Magistrado que presidiu o feito na tentativa de obter o real endereço do Autor, inclusive, para fins de aferir a competência para julgamento do feito.
Além disso, ressalto que o patrono do Autor, intimado pelo d. Juízo a fornecer o endereço de seu cliente, recusou-se a prestar qualquer esclarecimento a respeito, limitando-se a afirmar que o domicílio já estava comprovado na procuração juntada aos autos (fl.35).

Diante da impossibilidade de intimação pessoal do Autor, em razão da incerteza de seu domicílio, e da inócua intimação editalícia, não restou outra medida a ser adotada pelo MM. Juiz que não a extinção do feito, sem exame do mérito, com base no artigo 267, III e § 1º do CPC.
Nesse sentido, iterativa jurisprudência:

"PROCESSUAL CIVIL - PREVIDENCIÁRIO - EXTINÇÃO DO PROCESSO - ART. 282, INC. II, DO CPC - ART. 267, PARÁGRAFO 1º, DO CPC - NECESSIDADE DO ENDEREÇO DO AUTOR PARA INTIMAÇÃO PESSOAL - DESCUMPRIMENTO DA DETERMINAÇÃO JUDICIAL.
I - Os documentos juntados na inicial da ação são contraditórios quanto ao efetivo domicílio do autor, não tendo sido o apelante localizado no endereço declinado na exordial.
II - Intimado o patrono do autor a fornecer endereço no qual pudesse ser localizado seu cliente, este insistiu na afirmação de que bastava o endereço declinado na inicial, onde não havia sido localizado o requerente quando intimado a comparecer em juízo para interrogatório designado.
III - Embora a corrente jurisprudencial dominante nesta C. Corte seja no sentido de que a comprovação do domicílio do autor não constitui requisito essencial para a propositura da demanda, haja vista que não está contido no rol do artigo 282, do CPC, o autor, intimado por edital e seu patrono, intimado via Diário Oficial, deixaram de cumprir determinação do juízo, impossibilitando a realização do interrogatório, impedindo, destarte, o regular andamento do feito.
IV - Apelação desprovida porque caracterizada a hipótese do artigo 267, III e parágrafo 1º, do CPC."
(TRF 2ª Região, AC nº 2001.02.01.005255-0/RJ, Primeira Turma Especializada, sob minha Relatoria, julg: 17/04/2006, DJ 23/05/2006).

"PROCESSUAL CIVIL. DESCUMPRIMENTO DO DESPACHO. EXTINÇÃO DO PROCESSO.
- Processo extinto, sem julgamento do mérito, por não ter a Autora cumprido determinação judicial.
- Inexistência de qualquer irregularidade quanto à intervenção do Ministério Público no feito.
- Frustrada a intimação pessoal, eis que incorreto o endereço constante na exordial, tem-se por cumprido o § 1º, do artigo 267 do CPC.
- Manutenção da sentença extintiva."
(TRF 2ª Região, AC nº 2001.02.01.006404-7/RJ, Antiga Segunda Turma, Rel Des. Fed. PAULO ESPÍRITO SANTO, julg: 07/11/2001, DJ 20/06/2002)

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. ABANDONO DA CAUSA. INTIMAÇÃO PESSOAL. EDITAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO.
1. Formulada exigência à parte autora, esta permaneceu inerte, pelo que foi determinada sua intimação pessoal, na forma do art 267, § único, da Lei de Ritos, o que não se realizou ante a precariedade do endereço fornecido na peça exordial.
2. Publicada a intimação editalícia, ainda assim não houve atendimento, importando observar que nem o Nobre Advogado do autor soube informar seu paradeiro, acarretando a extinção do feito, frente ao abandono da causa. 3. Negado provimento à apelação."
(TRF 2ª Região, AC nº 2001.02.01.002882-1/RJ, Antiga Quinta Turma, Rel Des. Fed. RALDÊNIO BONIFÁCIO COSTA, julg: 01/10/2002, DJ 24/10/2001).

Pelo exposto, estando a decisão impugnada em consonância com o entendimento jurisprudencial dominante, nego seguimento ao recurso, com base no artigo 557, *caput*, do CPC.
Publique-se e intime-se.
Decorrido o prazo recursal sem manifestação das partes, dê-se baixa na distribuição e retornem os autos à Vara de origem, observadas as cautelas de praxe.
Rio de Janeiro, 20 de março de 2007.

MARCIA HELENA NUNES
Juíza Federal Convocada
/acr

IV - APELACAO CIVEL 265629 2001.02.01.019819-2

RELATOR	:JUÍZA FEDERAL CONVOCADA MARCIA HELENA NUNES EM AUXÍLIO À DES. FED. MARIA HELENA
APELANTE	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:RODRIGO FRANCA CALDAS
APELADO	:ROSA COELHO DE BULHOES
ADVOGADO	:ELENICE MARIA HIRLE
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 35ª. VARA DO RIO DE JANEIRO (9600758514)
ÓRGÃO ATUAL	:GABINETE DA DRA. MARIA HELENA CISNE

DECISÃO
Trata-se de remessa oficial e de apelação do INSS, em face da sentença de fls. 107/114, que julgou procedente em parte o pedido, para condenar o INSS a pagar à Autora pensão por morte do segurado Antonio Fabrício de Souza, desde a suspensão do pagamento do beneficia às filhas do casal, conforme requerido, ocorrida em 24/08/92, nos moldes da legislação descrita na fundamentação, sendo os atrasados acrescidos de correção monetária, na forma da Lei nº 5.899/81 (Súmula nº 148, do STJ) e de juros de mora de 5% ao ano, contados da citação. Sem custas e honorários advocatícios compensados.

ROSA COELHO DE BULHÕES ajuizou, em 03/12/1996, ação ordinária em face do INSS, sob a égide da gratuidade de Justiça, e com pedido de antecipação dos efeitos da tutela. Diz ter convido por 21 anos, em regime "more uxório" com Antonio Fabrício de Souza, falecido em 26/11/1985, aduzindo que, da união, nasceram as quatro filhas do casal, sendo Maria de Fátima nascida em 16/7/64, Rosineide, em 21/4/69, Rosilda, em 24/8/71 e Josinalda, em 08/10/72. Com o óbito do companheiro da autora e pai das citadas então menores, a demandante requereu pensão que apenas foi concedida para as filhas do segurado, tratando-se do benefício nº 21/82.724.485-1, sob a alegação de que a requerente não fazia jus *"per si"* ao benefício pois não provara sua condição de companheira. Aduz que o benefício foi pago até junho de 1991, quando foi definitivamente suspenso.Sustenta fazer jus ao benefício, sob a égide do Decreto nº 83.080/79, vigente na época do óbito, cujo artigo 13 já previa a companheira como beneficiária, se vivesse sob a dependência econômica do segurado, sendo que, segundo o § 2º do citado dispositivo, a existência de filho havido em comum supre as condições de prazo e de designação. Aduz que, ao falecer, o companheiro da depoente detinha a condição de segurado, tanto que deixou pensão para as filhas. Alega estar passando privações, sustentando-se com ocasionais biscates. Aduna os documentos de fls. 07/14. Retificação da inicial na fl. 19, sendo deferida a gratuidade de Justiça na fl. 20.

Contestação do INSS nas fls. 25/26, com preliminar de carência do direito de ação, por falta de interesse, não tendo sido formulado o pleito na via administrativa. No mérito, sustenta que a Autora percebeu por todo o tempo de duração do benefício a pensão, por sua qualidade de mãe das menores e se o benefício cessou foi porque a Autora não solicitou de forma adequada, como levantado na preliminar. Espera a improcedência do pedido. Aduna os documentos de fls. 27/32, esclarecendo o de fl. 31 que a cessação do benefício deu-se em 24/08/92, por limite de idade.

Requisitada cópia do processo administrativo, vieram as cópias de fls. 48/82vº.

Sem outras provas, foi proferida a sentença de fls. 107/114, indeferindo o pedido de antecipação da tutela e rejeitando a preliminar, com base na Súmula nº 213/TFR, acolhendo a prescrição qüinqüenal. No mérito, aponta que os benefícios são regidos pela legislação vigente na época da concessão. Verifica dos documentos que a pensão foi concedida às filhas menores do casal desde a data do óbito, 26/11/85, até 24/08/92, quando a filha mais nova atingiu a maioridade. Nos termos da legislação então vigente, o Decreto 89.312/84, a companheira de mais de 5 anos também era considerada beneficiária, sendo a dependência econômica presumida. Como o casal teve 4 filhas, de 1964 a 1971, o pleito autoral encontra guarida na legislação e na jurisprudência, sendo que a autora pleiteia a pensão desde a suspensão de seu pagamento, que se deu em 24/08/92 e em tais termos foi concedido o pleito autoral.

Apelação do INSS, nas fls. 119/120, alegando que a lei só defere o benefício à companheira que viva na dependência econômica do segurado, sendo também necessário que comprove a residência comum na data do óbito, não existindo nos autos tal prova. Assim, não haveria juízo da certeza da alegada continuidade da união estável nem fez prova a autora da dependência econômica. Invoca o artigo 76 da Lei 8.213/91, segundo o qual o benefício, se concedido, só se faz devido ao novo dependente a contar da data de sua habilitação. Sustenta ter sido negada vigência a dispositivo de lei federal. Espera a reforma do julgado.

Contra-razões nas fls. 125127.

Relatados, passo a fundamentar e decidir:

Em sua apelação, o INSS inova em face dos argumentos contidos em sua contestação, na qual sustentara que a crítica a ser feita à demandante seria a de não ter comprovado requerimento prévio na via administrativa, inclusive não existindo interesse de agir e que se a pensão não lhe fora pessoalmente deferida seria por não ter solicitado da forma adequada.

Já na apelação, é que passa a alegar que a autora não comprovara a alegada união estável e a dependência econômica e que, mesmo se devido o pedido, só o seria a partir da habilitação da nova dependente.

É sabido que, com a contestação, fica composta a lide e a parte só tem de se defender dos argumentos apresentados na contestação, operando-se o fenômeno da preclusão, em decorrência do que preceitua do art. 300, do CPC. Assim é, inclusive, porque daí é que se verifica a necessidade ou não da produção de provas e se os argumentos apresentados na apelação estivessem contidos na contestação, poderia a parte autora ter produzido prova testemunhal relativamente a sua condição de companheira e dependente econômica do finado.

Existe, porém, prova documental satisfatória nos autos. Tendo vindo aos autos cópias do processo administrativo de concessão do benefício de pensão, nas fls. 48/81vº, verifica-se que a autora, mesmo sendo pessoa simples e sem muita instrução ou conhecimento da legislação previdenciária, requereu corretamente o benefício com relação a si, intitulando-se companheira do segurado e colocando-se entre as dependentes, chegando a requerer justificação administrativa, para a qual arrola testemunhas (fl. 53).

Da união entre o segurado e a autora, nasceram quatro filhas, registradas pelo próprio pai, como fazem claro as respectivas certidões de nascimento, todas lavradas no cartório do Registro Civil de Pedras de Fogo, na Paraíba, onde residia então o casal, das quais se colhe:
fl. 07 - Maria de Fátima Fabrício de Souza, nascida em 16/07/1964;
fl. 08 - Rosineide Fabrício de Souza, nascida em 21/04/1969;
fl. 09 - Rosilda Fabrício de Souza, nascida em 24/08/1971;
fl. 10 - Josinalda Fabrício de Souza, nascida em 08/10/1972.

O nascimento das citadas quatro filhas do casal, por si só, atesta a convivência continuada do casal, como união estável.

Também comprovou a autora que seu finado companheiro era autônomo e juntou os documentos necessários a comprovar a regularidade de sua condição de segurado, conforme comprovam os documentos de fls. 59/66.

Ocorre que o INSS indeferiu o pedido de justificação administrativa e resolveu deferir a pensão apenas para as filhas menores habilitadas do finado e não para a companheira (vide fls. 69vº e 76vº), mas não comunicou tal indeferimento parcial à requerente do benefício, que ficou ignorante de tal indeferimento. Tomando conhecimento da concessão do benefício, pensando estar nele incluída, naturalmente, a requerente deixou de recorrer. Note-se, ademais, que a atuação da administração previdenciária causa estranheza em face dos dúbios termos da comunicação de fl. 78vº (menção de concessão do benefício em favor da autora - companheira).

Assim, correta a douta sentença recorrida, da qual se colhe o seguinte excerto:

"Registre-se, também, que conforme documentos de fls. 07/10, a Autora e o Sr. Antonio Fabrício de Souza tiveram juntos quatro filhas, bem como que, nos moldes do art. 11, caput e parágrafo 2º da Consolidação das Leis da Previdência Social, expedida pelo Decreto n. 89.312, de 23/01/84, o segurado pode designar a companheira que vive na sua dependência econômica, mesmo não exclusiva, desde que a vida em comum ultrapasse 5 (cinco) anos, sendo que a "existência de filho em comum supre as condições de designação e prazo".

Assim sendo, a demandante foi tomada de surpresa quando cessou o pagamento do benefício, vindo a saber que tal se dera por ter completado a maioridade a mais nova das filhas do casal, o que se deu em 24/08/1992, conforme comprovam os documentos de fls. 31 e 48 dos autos.

De qualquer forma, tendo ocorrido o óbito do segurado há longa data, não seria de se exigir da modesta demandante que guardasse consigo, ainda, documentos antigos, mesmo se fosse de lhe ser exigida a prova da condição de companheira e de dependente, o que já se examinou não se faz necessário, em face da legislação vigente na época do óbito do segurado, que é o fato gerador do pedido de pensão.

Como já visto, a própria prova documental constante do processo administrativo - trazida aos autos por determinação judicial - comprova que a demandante foi diligente, tendo logo requerido a concessão de pensão, para si e para as filhas menores do casal, motivo pelo qual não se aceita a oposição do INSS ao pagamento da pensão à demandante o que poderia até ser feito por meio do restabelecimento do benefício, que foi corretamente requerido. No entanto, já que a autora, prejudicada no conhecimento dos termos do deferimento do pedido, não recorreu de sua não inclusão como dependente, devem prevalecer os termos da douta sentença, que determinou a concessão de novo benefício exclusivamente em seu favor, com DIB que se siga ao momento em que cessou o pagamento do benefício original de pensão (encerrado em 24/08/1992, como já assinalado).

É preciso, ainda, ressaltar a natureza informal da união estável, sobre a qual a importância e valoração das provas são bem esclarecidas pela doutrina, como abaixo:

"Diante da peculiaridade do companheirismo, a questão probatória se reveste de vultosa importância para o reconhecimento do instituto, e a conseqüente irradiação dos efeitos próprios de tal espécie de família. Assim, diferentemente do casamento que é demonstrado pela certidão respectiva, inexiste um documento formal que comprove a existência da relação fundada no companheirismo, razão pela qual há de se admitir todo e qualquer meio de prova admitido em direito, tal como ocorre em relação às situações fáticas que irradiam efeitos jurídicos, como, por exemplo, o usucapião.
(...)
Verifica-se, pois, que a prévia previsão legislativa acerca dos "únicos" meios de prova considerados para demonstrar o companheirismo, bem como a atribuição de importância maior a um documento do que a outro, para fins de aferição da existência ou não da situação fática irradiadora de efeitos jurídicos, não pode ser aceita pelo ordenamento jurídico brasileiro, não estando conforme a legislação atual o tarifamento da prova, motivo pelo qual o regulamento previdenciário somente deve ser considerado a título ilustrativo, mas nunca como modelo ou única fonte para a aferição da existência ou não do companheirismo em determinada relação fática."
(Gama, Guilherme Calmon Nogueira da. *O Companheirismo - Uma espécie de família*. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 1998, pág. 480/482)

A respeito da hipótese, coloca-se a jurisprudência, como exemplificado pelos julgados cujas ementas se seguem:

"PREVIDENCIÁRIO - PENSÃO POR MORTE - CONCUBINATO - LEI Nº 8.213/91.
1. Ocorrida a morte em 1998, sob a égide da Lei nº 8.213/91, esta é a legislação que regula a hipótese de recebimento de pensão pleiteada por ex-companheira.
2. Demonstrada a convivência estável e duradoura, é presumida a dependência econômica da companheira, sendo, evidentemente, desnecessário fazer prova neste sentido.
3. A prova testemunhal produzida nos autos é eficaz para comprovar a existência de união estável.
4. A designação da autora junto ao INSS como companheira do segurado é irrelevante, se comprovada a união estável como entidade familiar, nos termos do § 3º, do art. 226, da Constituição Federal. Isto porque o silêncio do finado não pode ser interpretado de modo a obstar o direito de sua companheira à percepção da pensão por morte.
5. Apelação e remessa "ex-officio" improvidas."
(TRF 2ª Região - Segunda Turma - AC 312318 - Relator Des. Fed. Antonio Cruz Netto - DJ 21.07.2003, p. 64 - Unânime)

"PREVIDENCIÁRIO. COMPANHEIRA. PENSÃO. DIREITO. PROVA PRODUZIDA EM JUSTIFICAÇÃO JUDICIAL. ACUMULAÇÃO COM PENSÃO ESTADUAL.
- As provas da vida em comum para o fim de percepção de benefício previdenciário na condição de companheira não devem ser necessariamente constituídas dos documentos relacionados no art. 11 da CLPS, de vez que nem todas as pessoas, principalmente as mais pobres, podem dispor deles. Para estas a prova da vida em comum não pode ser outra senão a testemunhal, como a que foi produzida pela autora em justificação judicial devidamente homologada, a cujo processo se fez presente o INPS.
(...)
- Apelação desprovida. Sentença confirmada."
(TRF 5ª Região - Primeira Turma - AC 0506223 - Relator Des. Fed. Orlando Rebouças - Data Dec.: 10.11.1990 - Unânime)

"PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. DECLARAÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL ENTRE HOMEM E MULHER. PROVA EXCLUSIVAMENTE TESTEMUNHAL. POSSIBILIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA. CUSTAS. ISENÇÃO.
1. Comprovada a união estável com o ex-segurado da Previdência Social, por prova testemunhal, a autora faz jus ao benefício de pensão por morte.
2. A dependência econômica da companheira com o de cujus, nos termos do art. 16, § 4º, da Lei nº 8.213/91, é presumida.
3. A correção monetária deve ser calculada nos termos da Lei nº 6.899/81, a partir do vencimento de cada parcela (Súmulas nºs 43 e 148 do STJ).
4. (...)
5. Apelação a que se nega provimento e remessa oficial, tida por interposta, a que se dá parcial provimento."
(TRF 1ª Região - Primeira Turma - AC 01000818366 - Relator Des. Fed. Antonio Sávio de Oliveira Chaves - DJ 15.01.2004, p. 18 - Unânime)

Em face do que foi exposto, entendo que a MMª. Juíza *a quo* agiu corretamente ao reconhecer o direito da Requerente à pensão por morte deixada pelo segurado, tendo, porém, excluído da condenação parcelas anteriores a 03/12/1991, por considerá-las prescritas, sendo, de fato indevidas, já que o benefício originariamente concedido foi suspenso efetivamente em 24/08/1992 (fls 31 e 48). Assim, também corretamente, foi considerada indevida a imposição de honorários advocatícios, já que a sucumbência se compensou - regra do artigo 21, do CPC, também não havendo custas a serem reembolsadas em face da gratuidade de Justiça deferida.

Pelo exposto, com base no artigo 557, "caput" do CPC, *nego seguimento à apelação e à remessa necessária*, mantendo os termos da douta sentença recorrida. .

Observadas as formalidades de praxe e certificado o trânsito em julgado, baixem os autos à vara de origem.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007.

MARCIA HELENA NUNES
Juíza Federal Convocada - Relatora

IV - APELACAO CIVEL 323704 2001.51.01.531713-6

RELATOR	:JUÍZA FEDERAL CONVOCADA MARCIA HELENA NUNES EM AUXÍLIO À DES. FED. MARIA HELENA
APELANTE	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:CARLOS ALEXANDRE DE CASTRO MENDONCA
APELADO	:ROSANE DEULEFEU
ADVOGADO	:CESAR FONSECA DA SILVA E OUTRO
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 38ª. VARADO RIO DE JANEIRO (200151015317136)
ÓRGÃO ATUAL	:GABINETE DA DRA. MARIA HELENA CISNE

DECISÃO

Trata-se de remessa oficial e de apelação do INSS, em face da sentença de fls. 111/116, que julgou procedente o pedido, para condenar o INSS a conceder à Autora pensão por morte de seu companheiro José Elias de Souza, promovendo a imediata implantação do mesmo, pagando-lhe as parcelas em atraso a partir da data do requerimento formulado na esfera administrativa, monetariamente corrigidas na forma da Lei 6.899/81, acrescida de juros de mora de 6% ao ano a partir da citação e honorários advocatícios de 5% sobre o valor da condenação.

ROSANE DEULEFEU ajuizou, em 23/08/2001, ação ordinária em face do INSS, sob a égide da gratuidade de Justiça (deferida na fl. 15). Diz ter convido por 18 anos, em regime *"more uxório"* com José Elias de Souza, falecido em 22/03/2000, como solteiro, sem filhos. Com o óbito do companheiro da autora, em 24/07/2000, a demandante requereu pensão que veio a ser indeferida, mesmo após o recurso administrativo. Sustenta que a documentação que instruiu o pedido administrativo é suficiente para comprovar a união estável com o segurado e a qualidade de dependente, esperando a concessão da pensão, desde a data do óbito, com os corolários legais.

Contestação do INSS nas fls. 19/22, com preliminar de prescrição qüinqüenal. No mérito, alega caber à autora comprovar a alegada união estável com o segurado José Elias de Souza, não se podendo afirmar a dependência econômica, a ser também provada. E, no caso presente, a demandante sequer acostou aos autos a certidão de óbito do segurado. Espera a improcedência do pedido. Aduna os documentos de fls. 23/25.

O INSS trouxe aos autos cópia do processo administrativo, nas fls. 29/94.

Sem outras provas, foi proferida a sentença de fls. 111/116, em que foi considerada a documentação do processo administrativo como suficiente para comprovação da união estável e da dependência econômica da autora, tendo, inclusive, havido justificação administrativa com a oitiva de testemunhas, de forma que não se justifica a resistência do INSS em conceder o benefício.

Apelação do INSS, nas fls. 121/123, insistindo em dever comprovar a autora a dependência econômica em relação ao finado segurado, que teria sido seu companheiro. Considera insuficiente e precária a prova documental adunada pela autora, discutindo uma a uma. Espera a reforma do julgado, com a improcedência do pedido.

Contra-razões nas fls. 127/129, pela manutenção da sentença.

Relatados, passo a fundamentar e decidir:

Em sua apelação, o INSS alega que a autora não comprovou a alegada união estável e a dependência econômica, devendo ser reformado o julgado.

Existe, porém, prova documental e oral satisfatória nos autos. Tendo vindo aos autos cópias do processo administrativo de concessão do benefício de pensão, nas fls. 29/94, verifica-se que a autora, que se qualifica na inicial e na procuração como residente na Rua Carinhanha, 405, em Magalhães Bastos, adunou, então, a seguintes documentação:
fl. 30 - requerimento de pensão, datado de 24/07/2000, formulado pela Autora, constando como endereço a Rua Carinhanha, 405, em Magalhães Bastos;
fls. 31/32 - documentos pessoais dela e do finado (identidade, CPF e prova de se tratar o segurado de engenheiro industrial metalúrgico registrado no CREA, diplomado em 08/07/67, formado pela Escola de Engenharia da UFF);
fl. 33 - certidão de óbito do segurado José Elias de Souza, ocorrido em 22/03/2000, no Hospital Carlos Chagas, constando ser ele solteiro, sem filhos, engenheiro aposentado, com 63 anos de idade, residente na Rua Carinhanha, 405, em Magalhães Bastos/RJ;
fl. 34 - informação do INSS, de que o segurado auferia aposentadoria por tempo de contribuição, cessada em face do óbito;
fl. 35 - recibo de R$690,00, alusivo aos serviços funerários de José Elias de Souza, datado de 23/03/2000, emitido pela Casa Nossa Senhora Aparecida, constando que o pagamento foi efetuado pela Autora, residente na Rua Carinhanha, 405, Mag. Bastos;
fl. 36 - extrato trimestral do benefício do finado, de nov/99 a jan/2000;
fl. 37 - carta de concessão do benefício do finado, com DIB em 13/01/83;
fl. 38/vº - requerimento de Justificação Administrativa, formulado em 28/07/00, para instruir o pedido da autora de pensão por morte do companheiro, vindo o rol no verso;
fl. 39 - declaração datada de 25/07/2000, passada por Leila Andrade da Mota, Presidente da Associação de Moradores de Vila Capelinha, em Magalhães Bastos, de convivência do casal da Autora e do finado segurado, por mais de 10 (dez) anos, na Rua Carinhanha, 405, em Magalhães Bastos, mesmo local em que a Autora ainda reside;
fls. 40/42 - documentos de identidade das testemunhas arroladas;
fls. 43/vº - documento expedido em 09/07/96, comprovando a inscrição, sob o nº 128, do segurado José Elias de Souza, como sócio contribuinte especial da Clínica Magalhães Bastos;
fls. 44 - comprovante de pagamento da mensalidade inicial da aludida clínica, com a data de 09/07/1996, em nome do finado, constando no verso, como sua dependente a Autora;
fls. 45/46 - comprovantes de pagamento de mensalidades da aludida clínica, por parte do finado segurado (datas de 15/02/2000, 17/10/98 e 13/07/97;
fl. 47 - declaração passada em 07/08/2000, pelas Lojas Magal de Utilidades Ltda., da compra de bicicletas, em 21/12/1998, pela Autora, residente na Rua Carinhanha, 405, em Magalhães Bastos;
fl. 48 - cartão de conta de poupança da Autora, datado de 25/02/1993, com o endereço da Rua Carinhanha, 405, em Magalhães Bastos;
fl. 49 - nota fiscal expedida pelas Casas Bahia, em 08/10/1998, em nome do finado segurado, relativamente à aquisição de TV de 29 polegadas, constando o endereço da Rua Carinhanha, 405, em Magalhães Bastos;
fl. 50/vº - extrato mensal datado de 23/08/1999, emitido pela BANERJ, em nome da Autora, com o endereço da Rua Carinhanha, 405, em Magalhães Bastos;
fls. 51, 52, 53 e 54 - notas fiscais, respectivamente emitidas em 23/03/97, 18/12/94, 16/01/97 e 13/12/94, por Kamikaz Comércio de Colchões Ltda., em nome da Autora, com endereço na Rua Carinhanha, 405, em Magalhães Bastos, quanto à aquisição de bens móveis;
fls. 55/65 - cópias de carnês de pagamento para Casas Bahia, por parte do finado segurado, em 1997 e 1998.

Relativamente à Justificação Administrativa requerida pela Autora, no processo administrativo de pedido de pensão, encontram-se os docs. de fls. 67/78, já que cada testemunha teve de se identificar e de comprovar o respectivo endereço. Os depoimentos colhidos em data de 07/12/2000 (fl. 67) foram os seguintes:
fl. 68 - MARLUCI MARIA RODRIGUES, residente em outra rua do bairro de Magalhães Bastos, disse ter conhecido a requerente há seis anos, em uma Clínica Médica e passou a freqüentar a casa da demandante, vindo a conhecer o segurado através da justificante, na citada residência, dizendo que houve convivência do casal até o falecimento do segurado, na Rua Carinhanha, sendo ambos solteiros, não tendo tido filhos;
fl. 72 - RITA DE CASSIA DA SILVA, residente em Realengo, tendo conhecido a justificante em uma feira, sendo que o segurado era conhecido do marido da depoente, sendo que todos costumavam bater papo nos dias de feira livre; que, depois, passou a freqüentar a casa da justificante, podendo atestar que a demandante viveu em companhia do segurado até a morte do mesmo, tendo vivido maritalmente de 17 para 18 anos, sendo que a justificante cuida das duas irmãs velhas e doentes do segurado; que a residência do casal era na Rua Carinhanha, sendo ambos solteiros, não tendo tido filhos em comum;

fl. 75 - CARLOS EDUARDO VIANA DA SILVA, residente em Magalhães Bastos, conhecendo a justificantes desde 1983, tendo-a conhecido através do segurado José, na Roca do Gatão, onde ele bebia muito e era carregado pelos colegas para sua residência, sendo que de vez em quando freqüentava a casa do casal, na Rua Carinhanha, onde moraram até o falecimento do segurado, sendo ambos solteiros, não tendo tido filhos em comum. Censurou o segurado por deixar a companheira em situação precária, gastando com os amigos no bar e maltratando com palavras a justificante, que implorava aos vizinhos para lavar e passar roupa, o que fazia em troca de alimentos.

Apesar das provas apresentadas, o parecer do responsável pelo exame dos documentos e da coleta de depoimentos foi pelo indeferimento do pleito da Autora (fl. 79), o que ensejou o recurso de fls. 85/vº, também indeferido em grau recursal (fls. 90/92).

Verifica-se que a instância administrativa torna-se desumana, por seu excessivo apego às normas regulamentares, que apenas sugerem situações ideais de prova, que têm de ser reformuladas pela visão prática dos fatos, relativamente a casais modestos, de poucos recursos.

Ninguém a não ser a companheira do finado, que comprovou, à exaustão, a moradia comum, por continuados anos, poderia estar de posse de tantos documentos relativos ao finado e comprobatórios do mesmo domicílio, que consta da certidão de óbito e ainda é o local onde reside a demandante. Também consta que o segurado colocou a companheira como sua dependente quanto à Clínica local, que freqüentavam. Não se pode exigir que pessoas modestas possuam bens imóveis em comum, contas bancárias em comum, passem procurações para qualquer fim, etc.

É preciso ressaltar a natureza informal da união estável, sobre a qual a importância e valoração das provas são bem esclarecidas pela doutrina, como abaixo:

"Diante da peculiaridade do companheirismo, a questão probatória se reveste de vultosa importância para o reconhecimento do instituto, e a conseqüente irradiação dos efeitos próprios de tal espécie de família. Assim, diferentemente do casamento que é demonstrado pela certidão respectiva, inexiste um documento formal que comprove a existência da relação fundada no companheirismo, razão pela qual há de se admitir todo e qualquer meio de prova admitido em direito, tal como ocorre em relação às situações fáticas que irradiam efeitos jurídicos, como, por exemplo, o usucapião.
(...)
Verifica-se, pois, que a prévia previsão legislativa acerca dos "únicos" meios de prova considerados para demonstrar o companheirismo, bem como a atribuição de importância maior a um documento do que a outro, para fins de aferição da existência ou não da situação fática irradiadora de efeitos jurídicos, não pode ser aceita pelo ordenamento jurídico brasileiro, não estando conforme a legislação atual o tarifamento da prova, motivo pelo qual o regulamento previdenciário somente deve ser considerado a título ilustrativo, mas nunca como modelo ou única fonte para a aferição da existência ou não do companheirismo em determinada relação fática."
(Gama, Guilherme Calmon Nogueira da. *O Companheirismo - Uma espécie de família*. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 1998, pág. 480/482)

A respeito da hipótese, coloca-se a jurisprudência, como exemplificado pelos julgados cujas ementas se seguem:

"PREVIDENCIÁRIO - PENSÃO POR MORTE - CONCUBINATO - LEI Nº 8.213/91.
1. Ocorrida a morte em 1998, sob a égide da Lei nº 8.213/91, esta é a legislação que regula a hipótese de recebimento de pensão pleiteada por ex-companheira.
2. Demonstrada a convivência estável e duradoura, é presumida a dependência econômica da companheira, sendo, evidentemente, desnecessário fazer prova neste sentido.
3. A prova testemunhal produzida nos autos é eficaz para comprovar a existência de união estável.
4. A designação da autora junto ao INSS como companheira do segurado é irrelevante, se comprovada a união estável como entidade familiar, nos termos do § 3º, do art. 226, da Constituição Federal. Isto porque o silêncio do finado não pode ser interpretado de modo a obstar o direito de sua companheira à percepção da pensão por morte.
5. Apelação e remessa "ex-officio" improvidas."
(TRF 2ª Região - Segunda Turma - AC 312318 - Relator Des. Fed. Antonio Cruz Netto - DJ 21.07.2003, p. 64 - Unânime)

"PREVIDENCIÁRIO. COMPANHEIRA. PENSÃO. DIREITO. PROVA PRODUZIDA EM JUSTIFICAÇÃO JUDICIAL. ACUMULAÇÃO COM PENSÃO ESTADUAL.
- As provas da vida em comum para o fim de percepção de benefício previdenciário na condição de companheira não devem ser necessariamente constituídas dos documentos relacionados no art. 11 da CLPS, de vez que nem todas as pessoas, principalmente as mais pobres, podem dispor deles. Para estas a prova da vida em comum não pode ser outra senão a testemunhal, como a que foi produzida pela autora em justificação judicial devidamente homologada, a cujo processo se fez presente o INPS.
(...)
- Apelação desprovida. Sentença confirmada."
(TRF 5ª Região - Primeira Turma - AC 0506223 - Relator Des. Fed. Orlando Rebouças - Data Dec.: 10.11.1990 - Unânime)

"PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. DECLARAÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL ENTRE HOMEM E MULHER. PROVA EXCLUSIVAMENTE TESTEMUNHAL. POSSIBILIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA. CUSTAS. ISENÇÃO.
1. Comprovada a união estável com o ex-segurado da Previdência Social, por prova testemunhal, a autora faz jus ao benefício de pensão por morte.
2. A dependência econômica da companheira com o de cujus, nos termos do art. 16, § 4º, da Lei nº 8.213/91, é presumida.
3. A correção monetária deve ser calculada nos termos da Lei nº 6.899/81, a partir do vencimento de cada parcela (Súmulas nºs 43 e 148 do STJ).
4. (...)
5. Apelação a que se nega provimento e remessa oficial, tida por interposta, a que se dá parcial provimento."
(TRF 1ª Região - Primeira Turma - AC 01000818366 - Relator Des. Fed. Antonio Sávio de Oliveira Chaves - DJ 15.01.2004, p. 18 - Unânime)

Em face do que foi exposto, entendo que a MMª. Juíza *a quo* agiu corretamente ao reconhecer o direito da Requerente à pensão por morte deixada pelo segurado, devendo o benefício ter como data de início a do requerimento administrativo, ou seja, 24/07/2000, como bem posto na sentença, já que à data do óbito vigorara o artigo 74, II, da Lei 8.213/91, com a redação dada pela Lei nº 9.528/97.

Pelo exposto, com base no artigo 557, "caput" do CPC, *nego seguimento à apelação e à remessa necessária,* apenas esclarecendo que quanto aos honorários advocatícios aplica-se a Súmula nº 111/STJ.

Observadas as formalidades de praxe e certificado o trânsito em julgado, baixem os autos à vara de origem.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007.

MARCIA HELENA NUNES
Juíza Federal Convocada - Relatora

IV - APELACAO CIVEL 2003.02.01.015316-8

RELATOR	:JUÍZA FEDERAL CONVOCADA MARCIA HELENA NUNES EM AUXÍLIO AO DESEMBARGADOR FEDERAL SERGIO FELTRIN CORREA
APELANTE	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	:SIMONE FAGUNDES TEIXEIRA
APELADO	:CLAUDENIRA AYRES PEREIRA
ADVOGADO	:JULIO CESAR ACCIOLY DE AMORIM
REMETENTE	:JUIZO DE DIREITO DA 6 VARA DE NOVA IGUACU RJ
ORIGEM	:6A. VARA ESTADUAL - NOVA IGUACU/RJ (0044658)

D E C I S Ã O

Trata-se de remessa necessária e de apelação interposta pelo INSS em face da sentença que julgou procedente em parte o pedido autoral.

CLAUDENIRA AYRES PEREIRA ajuíza, em 17/10/1991, ação de rito ordinário, objetivando a revisão do seu benefício previdenciário (DIB 28.04.1977 - fl. 08), com base na Súmula 260, do extinto TFR.

O juiz de primeiro grau julgou procedente em parte o pedido, fls. 55/59, condenando o INSS a proceder à revisão do benefício previdenciário da autora, com base na Súmula 260, do extinto TFR, até abril de 1989.

Da mencionada sentença, apela a autarquia, nas fls. 63/64, pugnando pela improcedência do pedido.
Contra-razões, fls. 67/69.
Parecer do Ministério Público do Estado, fls. 71/72, opinando pelo improvimento do recurso.
Remetidos os autos a este E. Tribunal, deles teve vista o Ilustre representante do Ministério Público Federal, opinando pela manutenção da sentença (fl. 76).

Relatados, decido:

Conforme já exposto no relatório, subiram os autos em função da remessa necessária e apelação interposta pelo INSS em face da sentença que julgou procedente em parte o pleito autoral.

A apelação, bem como a remessa necessária, merecem prosperar.

Senão, vejamos:

Para uma perfeita compreensão do caso em tela, vale ressaltar a exata interpretação da Súmula 260 do ex-TFR, editada com o seguinte teor:

"No primeiro reajuste do benefício previdenciário, deve-se aplicar o índice integral do aumento verificado, independente do mês de concessão, considerando nos reajustes subseqüentes, o salário mínimo então atualizado"

A jurisprudência federal, dirimindo qualquer dúvida que pudesse subsistir sobre a interpretação da referida súmula, pacificou o entendimento de que o seu comando não vincula o benefício ao número de salários mínimos, o que somente foi instituído pelo art. 58, do ADCT, que determinou a revisão dos benefícios em manutenção em 05 de outubro de 1988, com aplicação da equivalência salarial no período compreendido entre abril de 1989 e a data da regulamentação da Lei 8.213/91 (REsp nº 491436/RJ, relator Ministro Hélio Quaglia Barbosa, DJU de 13.9.2004, pág. 300; REsp nº 623376/RJ, relator Ministro Jorge Scartezzini, DJU de 02.8.2004, pág. 556; REsp nº 313494/RJ, relator Ministro Fernando Gonçalves, DJU de 19.12.2003, pág. 629).

Isso porque o comando da Súmula 260/TFR apenas consolidou o entendimento jurisprudencial de que a autarquia previdenciária, a partir da edição da Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, ao reajustar os benefícios previdenciários, aplicou critérios que geraram prejuízos de duas ordens para o segurado da previdência social.

Por essa razão, diz-se que a referida súmula compõe-se de duas partes.

A primeira diz respeito ao prejuízo causado ao segurado por ocasião do primeiro reajustamento, ao ser aplicada a proporcionalidade dos índices de reajustes previstos para a correção dos benefícios previdenciários. A segunda aborda o errôneo enquadramento nas faixas salariais de reajuste por não ter a autarquia considerado o salário mínimo atualizado.

Posteriormente, essas distorções cessaram em dois momentos distintos:

01) Em 13.11.1984, data da edição do Decreto-Lei nº 2.171/84, cessaram os problemas referentes à segunda parte da referida súmula, ou seja, aqueles resultantes da aplicação do salário mínimo antigo. Aquele diploma legal determinou, expressamente, a utilização do salário mínimo atualizado.

2) Em 07.08.1987, data da edição do Decreto-Lei nº 2.351/87, cessaram as distorções no que tange à primeira parte, ou seja, aquelas referentes à aplicação proporcional do índice da política salarial. Aquele diploma legal determinou que o reajuste passasse a ser mensal.

Quanto às distorções corrigidas pela primeira parte da Súmula 260/TFR, eis que o critério da aplicação proporcional dos índices de reajuste previstos para a correção dos benefícios previdenciários, adotado pela autarquia para aqueles benefícios cujas datas de concessão não coincidissem com a data de reajuste do salário mínimo, teve início, conforme visto acima, a partir da Lei nº 6.708/79.

Contudo, a defasagem apontada nessa primeira parte da Súmula 260/TFR não atingiu todos os benefícios previdenciários.

Com efeito, tal critério não alcançou os benefícios enquadrados nas seguintes hipóteses:

a) os concedidos anteriormente à Lei nº 6.708/79 (DIB até 29.10.79), em razão de não existir distorção no primeiro reajuste, isto é, nesses casos, a autarquia aplicou integralmente o índice previsto;
b) os iniciados quando os reajustes eram semestrais e conferidos nos meses de maio e novembro de cada ano (DIB: novembro/79; maio e novembro/80; maio e novembro/81; maio e novembro/82; maio e novembro/83; maio e novembro/84 e maio e novembro/85), em virtude da aplicação integral do índice de reajuste para os benefícios concedidos nesses meses, por coincidirem com a data de reajuste do salário mínimo.
c) os iniciados nos meses de março de 1986 e em janeiro, março, maio e junho de 1987, igualmente porque foram meses em que houve reajustes do salário mínimo. Logo, aplicado integralmente o índice previsto;
d) os iniciados em qualquer mês no período de agosto de 1987 a abril de 1989 (DIB entre 07.08.87 a 04.04.89), por força do Decreto-lei nº 2.351, de 07.08.87, quando os reajustes passaram a ser mensais;
e) e os iniciados a partir de 05/4/89, em conseqüência da perda de eficácia da Súmula em referência.

No que tange à segunda parte da Súmula 260 - o enquadramento nas faixas salariais de reajuste, considerando o salário mínimo atualizado e não o revogado -, a distorção atingiu, a princípio, os segurados que se aposentaram antes de novembro de 1984, posto que a partir dessa data, por força da determinação contida no Decreto-Lei nº 2.171, de 13/11/84, a autarquia previdenciária, ao reajustar os benefícios previdenciários, passou a considerar o valor do salário mínimo atualizado.

Posteriormente, essa distorção foi integralmente revista pelo INSS, alcançando o período, inclusive, de novembro de 1979 a outubro de 1984, em obediência aos preceitos da Lei nº 7.604/87, que determinou a atualização dos benefícios na forma corretamente estabelecida pelo Decreto-lei nº 2.171/84, e não na errônea interpretação do órgão, o que foi efetivamente cumprido e pago a todos os beneficiários, inexistindo diferenças devidas a esse título.

Em abril de 1989 perde eficácia a Súmula n° 260 em face da revisão determinada no art. 58 do ADCT-CF, passando a vigorar, temporariamente, o critério da equivalência em número de salários mínimos. Esta regra, de eficácia transitória, foi cumprida administrativamente pela autarquia previdenciária, por meio da Portaria Ministerial nº 4.426/1989, sendo indevida nova revisão, uma vez que já efetivada pelo INSS no período compreendido entre abril de 1989 até a regulamentação da legislação previdenciária que a sucedeu, o que se deu em dezembro/1991 (regra do art. 58, parágrafo único, do ADCT).

A orientação da jurisprudência dos Tribunais passou a ser seguida por este E. Tribunal, no julgamento da Argüição de Inconstitucionalidade - AC nº 122.804, em decisão plenária que conheceu do incidente para declarar a constitucionalidade do art. 41, inciso II, da Lei n° 8.213/1991, e alterar a dicção da sua Súmula n° 17, suprimindo-se do seu texto a referência ao salário mínimo como parâmetro para reajuste dos benefícios previdenciários (TRF 2ª Região, Argüição de Inconstitucionalidade na Apelação Cível 122804, Processo nº 96.02.36095-0/RJ, Plenário, Relator Desembargador Federal Castro Aguiar, DJU de 23/4/2002), sobrevindo a Súmula n° 29, com o seguinte teor:

"No reajuste dos benefícios de prestação continuada, mantidos pela Previdência Social, aplica-se o critério da Súmula nº 260 do extinto Tribunal Federal de Recursos até o sétimo mês após a vigência da Constituição Federal de 1988 e, a partir de então, os critérios de revisão estabelecidos nos arts. 58 do ADCT e 201, par. 2º, da mesma Carta Magna".

Após, com a regulamentação do Plano de Benefícios da Previdência Social (Decreto nº 357/91), em dezembro de 1991, são devidos, apenas, os critérios de reajustamento previstos pela Lei nº 8.213/91.

Feitas essas considerações, conclui-se que o benefício da autora, cuja DIB é de 28.04.1977 (fl. 08), não foi atingido pelas distorções objetos da Súmula 260, do extinto TFR, posto que concedido antes do advento da Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979. Quanto à segunda parte da citada súmula, as distorções inicialmente ocorrentes foram corrigidas administrativamente.

Merece, pois, reforma, a r. sentença de fls. 55/59.

Sendo assim, com base no artigo 557, parágrafo 1º - A, do CPC e no artigo 43, § 1º, VII, do Regimento Interno deste Tribunal, dou provimento à apelação e à remessa necessária, para JULGAR IMPROCEDENTE O PEDIDO, condenando a autor nas custas e em honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da causa.

Decorrido o prazo recursal, certifique-se o trânsito em julgado e devolvam-se os presentes autos à Vara de origem.

Publique-se e intime-se.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007.

MARCIA HELENA NUNES
Juíza Federal convocada -Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2003.02.01.016547-0/RJ

RELATORA	:JUÍZA FEDERAL CONVOCADA MARCIA HELENA NUNES EM AUXÍLIO AO DESEMBARGADOR FEDERAL SERGIO FELTRIN CORREA
APELANTE	:JORGE CRESPO
ADVOGADO	:DANIEL LIMA DE FIGUEIREDO
APELADO	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	:MARIO LUIS LIMA BREJAO
ORIGEM	:2ª VARA ESTADUAL DE ARARUAMA/RJ (001312)

D E C I S Ã O

Trata-se de apelação interposta por JORGE CRESPO contra sentença proferida pelo MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Araruama, que julgou extinto o processo, sem apreciação do mérito, nos termos do artigo 267, inciso III, do CPC, ao fundamento de que, intimado a dar andamento no feito, o Autor não atendeu à determinação do juízo (fl. 52).
O Apelante alega que sempre cumpriu as exigências formuladas pelo MM. Juízo *a quo*, não havendo, no seu entender, motivo suficiente à extinção do feito sem apreciação do mérito. Assim, pleiteia a reforma da r. sentença impugnada para que seja dado regular andamento ao feito (fls.54/57).
Sem contra-razões.
Parecer do Representante do Ministério Público Federal, pela desnecessidade de sua manifestação no presente feito (fl. 66).

Este o relatório. Decido.

O relato dos fatos é suficiente para se averiguar a adequação da r. sentença.

Proposta a ação em 18/07/1991, o MM. Juiz *a quo* determinou a adequação da inicial aos requisitos do Provimento nº 262/91, vigente no âmbito da Justiça Estadual (fl.10), restando o Autor silente.
Foram apresentadas contestação (fl.14) e réplica (fl.19).
Em agosto/95, foi proferido o seguinte despacho (fl.24):

"Firme o autor, em cartório, termo de que não propôs ação idêntica neste ou noutro Juízo, em dez dias."

Em setembro/95, requereu o patrono o arquivamento provisório do feito, a fim de aguardar o término da discussão quanto à matéria existente na "Superintendência da Autarquia-ré, no Congresso Nacional, no Poder Judiciário e, ainda, especialmente neste Juízo" (fl.25).
Desde então, ficou o processo paralisado por quatro anos, quando o MM. Juiz determinou a intimação pessoal do Autor (fl.27v.), para dar andamento ao feito, o que não pôde ser cumprido, em virtude de estar incorreto o endereço da exordial (fl.31). Intimado o patrono do Autor, para que fornecesse o endereço correto, limitou-se este a requerer o prosseguimento do feito (fl.33).
Intimado por edital (fl.45), mais uma vez se pronunciou o advogado pelo prosseguimento do feito, sem fornecer o endereço correto do Autor, ensejando a extinção do processo, na forma do artigo 267, III, do CPC (fl.52).

Verifico, de plano, que os documentos que instruíram a inicial não são suficientes à comprovação do domicílio do Autor.
Destarte, pertinente a exigência feita pelo Ilustre Magistrado que presidiu o feito na tentativa de obter o real endereço do Autor, inclusive, para fins de aferir a competência para julgamento do processo.
Além disso, ressalto que o patrono do Autor, intimado pelo d. Juízo a fornecer o endereço de seu cliente, recusou-se a prestar qualquer esclarecimento a respeito, limitando-se a afirmar que o domicílio já estava comprovado na procuração juntada aos autos (fl.33).

Diante da impossibilidade de intimação pessoal do Autor, em razão da incerteza de seu domicílio, e da inócua intimação editalícia, não restou outra medida a ser adotada pelo MM. Juiz que não a extinção do feito, sem exame do mérito, com base no artigo 267, III, do CPC.
Nesse sentido, iterativa jurisprudência:

"PROCESSUAL CIVIL - PREVIDENCIÁRIO - EXTINÇÃO DO PROCESSO - ART. 282, INC. II, DO CPC - ART. 267, PARÁGRAFO 1º, DO CPC - NECESSIDADE DO ENDEREÇO DO AUTOR PARA INTIMAÇÃO PESSOAL - DESCUMPRIMENTO DA DETERMINAÇÃO JUDICIAL.
I - Os documentos juntados na inicial da ação são contraditórios quanto ao efetivo domicílio do autor, não tendo sido o apelante localizado no endereço declinado na exordial.
II - Intimado o patrono do autor a fornecer endereço no qual pudesse ser localizado seu cliente, este insistiu na afirmação de que bastava o endereço declinado na inicial, onde não havia sido localizado o requerente quando intimado a comparecer em juízo para interrogatório designado.
III - Embora a corrente jurisprudencial dominante nesta C. Corte seja no sentido de que a comprovação do domicílio do autor não constitui requisito essencial para a propositura da demanda, haja vista que não está contido no rol do artigo 282, do CPC, o autor, intimado por edital e seu patrono, intimado via Diário Oficial, deixaram de cumprir determinação do juízo, impossibilitando a realização do interrogatório, impedindo, destarte, o regular andamento do feito.
IV - Apelação desprovida porque caracterizada a hipótese do artigo 267, III e parágrafo 1º, do CPC."
(TRF 2ª Região, AC nº 2001.02.01.005255-0/RJ, Primeira Turma Especializada, sob minha Relatoria, julg: 17/04/2006, DJ 23/05/2006).

"PROCESSUAL CIVIL. DESCUMPRIMENTO DO DESPACHO. EXTINÇÃO DO PROCESSO.
- Processo extinto, sem julgamento do mérito, por não ter a Autora cumprido determinação judicial.
- Inexistência de qualquer irregularidade quanto à intervenção do Ministério Público no feito.
- Frustrada a intimação pessoal, eis que incorreto o endereço constante na exordial, tem-se por cumprido o § 1º, do artigo 267 do CPC.
- Manutenção da sentença extintiva."
(TRF 2ª Região, AC nº 2001.02.01.006404-7/RJ, Antiga Segunda Turma, Rel Des. Fed. PAULO ESPÍRITO SANTO, julg: 07/11/2001, DJ 20/06/2002)

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. ABANDONO DA CAUSA. INTIMAÇÃO PESSOAL. EDITAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO.
1. Formulada exigência à parte autora, esta permaneceu inerte, pelo que foi determinada sua intimação pessoal, na forma do art 267, § único, da Lei de Ritos, o que não se realizou ante a precariedade do endereço fornecido na peça exordial.
2. Publicada a intimação editalícia, ainda assim não houve atendimento, importando observar que nem o Nobre Advogado do autor soube informar seu paradeiro, acarretando a extinção do feito, frente ao abandono da causa. 3. Negado provimento à apelação."
(TRF 2ª Região, AC nº 2001.02.01.002882-1/RJ, Antiga Quinta Turma, Rel Des. Fed. RALDÊNIO BONIFÁCIO COSTA, julg: 01/10/2002, DJ 24/10/2001).

Pelo exposto, estando a decisão impugnada em consonância com o entendimento jurisprudencial dominante, nego seguimento ao recurso, com base no artigo 557, *caput*, do CPC.
Publique-se e intime-se.
Decorrido o prazo recursal sem manifestação das partes, dê-se baixa na distribuição e retornem os autos à Vara de origem, observadas as cautelas de praxe.
Rio de Janeiro, 20 de março de 2007.

MARCIA HELENA NUNES
Juíza Federal Convocada

IV - APELACAO CIVEL 2003.51.01.521440-0

RELATORA	:JUÍZA FEDERAL CONV. MARCIA HELENA NUNES, EM AUXÍLIO À DES. FED. MARIA HELENA CISNE
APELANTE	:AMELIA CELESTE DE JESUS FERNANDES
ADVOGADO	:TATIANA TROMMER BARBOSA E OUTRO
APELADO	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:ISTVAN NUNES LAKI
ORIGEM	:TRIGÉSIMA NONA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200351015214400)

DECISÃO

Trata-se de APELAÇÃO CÍVEL de sentença de fls. 73/81 que julgou improcedente o pedido de conversão do benefício previdenciário em URV, bem como, o reajuste com a aplicação do IGP-DI.

Inconformada, a parte autora interpôs o presente recurso (fls. 87/114) pugnando, em síntese, pela reforma da sentença, em respeito ao princípio da irredutibilidade do valor do benefício. Requer, ainda, sejam apreciadas as questões constitucionais aventadas no recurso, para fins de eventual interposição de novo recurso à instância superior.

Sem contra-razões, os autos vieram a esta Eg. Corte, oportunidade em que o Ministério Público Federal oficiou pela não intervenção no feito. Relatados, decido:

Inicialmente, deixo de analisar, passo a passo, as argumentações recursais tendo em vista que, de acordo com o entendimento jurisprudencial preponderante, o juiz não está obrigado a analisar todas as argumentações suscitadas pela parte, mas apenas a indicar os fundamentos suficientes à exposição de suas razões de decidir, dando cumprimento ao art. 93, IX da Carta Magna.

Neste sentido vem decidindo este E. Tribunal, conforme se infere dos acórdãos abaixo transcritos:

"REVERSÃO DE PENSÃO - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO.
I - O acórdão embargado, ao contrário do que alega o Recorrente, encontra-se devidamente fundamentado, inexistindo qualquer omissão, obscuridade ou contrariedade quanto aos dispositivos elencados, quais sejam: artigos 2º - 5º, LXIX - 37 caput e 169 da CF/88; artigo 1º da Lei 1533/51; artigo 2º da Lei 9784/99 e art. 262 e 295, IV, do CPC.
II - O juiz não é obrigado a examinar todos os argumentos das partes, quando já tenha fundamentos suficientes para lastrear sua decisão, com o seu livre convencimento (art. 131, do CPC).
III - O acórdão apenas reconheceu que não decorreu o prazo decadencial, para impetração do mandado de segurança, anulando a sentença e determinando o prosseguimento do feito.
IV - embargos de declaração improvidos."
(TRF/2. EDAMS 1999.02.01.036644-4. Rel. Des. Fed. TÂNIA HEINE, DJ 12.05.2004)

Ressalte-se, ainda, que o próprio E. STJ já esclareceu não haver necessidade de citação do dispositivo legal para que se considere pré-questionada a matéria. O pré-questionamento existe se, no julgamento, tiver havido formação de juízo acerca da matéria sobre a qual se pretende recorrer. Confira-se:

"AGRAVO REGIMENTAL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - ANULAÇÃO DE DÉBITO FISCAL - AUSÊNCIA DE PRÉ-QUESTIONAMENTO - SÚMULA N. 282 E 356 DO STF E SÚMULA 211 DO STJ.
É cediço que não é necessária menção a dispositivos legais para que se considere pré-questionada uma matéria; basta que o tribunal expressamente se pronuncie sobre ela. Da mesma forma, a simples oposição de embargos de declaração e a menção, pelo colegiado a quo ao dispositivo apontado como violado não garante o pré-questionamento do tema discutido no recurso especial. (...)."
(AGA 376850-SP, STJ, 2 Turma, Rel. Min. FRANCIULLI NETO, DJ 25.03.2002)

Quanto ao pedido de aplicação da URV, não houve violação a direito adquirido, na medida em que se encontrava ainda em curso o período aquisitivo do direito (o quadrimestre), quando adveio a norma modificadora do critério anteriormente estabelecido.

É pacífica a jurisprudência do eg. STJ, como se observa dos arestos infra:

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO. REAJUSTE. VALOR REAL. CONVERSÃO PARA URV. LEI Nº 8.880/94. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. VERBA HONORÁRIA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 111/STJ.
1. A conversão do benefício para a Unidade Real de Valor somente significa mudança de unidade de medida, não configurando reajuste, pelo que não se pode alegar redução do valor real do benefício. Assim, apresenta-se impossível a incorporação dos resíduos de 10% do IRSM de janeiro e fevereiro de 1994, em face da falta de condição temporal. Precedentes.
2. Os honorários advocatícios, nas ações previdenciárias, incidem apenas sobre as prestações vencidas até a data da prolação da sentença, ut súmula 111/STJ.
3. Agravo regimental improvido."
(AGRESP n. 429.706/RS, Rel. Min. Fernando Gonçalves, STJ, 6ª T., un., DJ 4/8/2003, p. 00455)

"PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGENCIA. BENEFÍCIO EM MANUTENÇÃO. CONVERSÃO EM URV. INCORPORAÇÃO. IRSM INTEGRAL. NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 1993. JANEIRO E FEVEREIRO DE 1994. DESCABIMENTO. PRECEDENTES DO STJ E STF.

1. O critério estabelecido pelo art. 20 da Lei n. 8.880/94 para conversão dos benefícios previdenciários em manutenção para URV não gerou ofensa a direito dos segurados.
2. As antecipações de 10% referentes a novembro e dezembro de 1993 foram incorporadas aos valores dos benefícios reajustados em janeiro/94, ao final do quadrimestre, nos exatos termos da Lei n. 8.700/93, e computados na média aritmética calculada conforme o artigo supracitado.
3. Quanto aos meses de janeiro e fevereiro, não tendo se completado o quadrimestre, o que somente ocorreria nomes de maio, não há falar em direito adquirido, na media em que, por ocasião da conversão dos benefícios em URV, o que havia era mera expectativa de direito.
4. Entendimento pacificado no STJ e STF.
5. Embargos de divergência acolhidos."
(ERESP n. 411.564/RS, Rel. Min. Laurita Vaz, STJ, 3ª Seção, un., DJ 8/9/2003, p. 00218)

Também não assiste razão ao recorrente quanto à adoção do IGP-DI para reajustar os benefícios previdenciários. A matéria encontra-se pacificada no sentido de que não há ilegalidade na adoção de índices que representem a variação de que trata o inciso IV, do art. 41, da Lei nº 8.213/91, ainda que diverso do divulgado pelo IBGE, desde que divulgado por instituição de reconhecida notoriedade. Confira-se o entendimento pretoriano:

"PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. MANUTENÇÃO DO VALOR REAL DOS BENEFÍCIOS. LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL ADOTADA. DESVIRTUAMENTO DO ESTAMPADO NO ART. 201, § 4º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. RESPONSABILIDADE DA LEGISLAÇÃO ORDINÁRIA PARA ESTABELECER CRITÉRIOS DE RECOMPOSIÇÃO. IGP-DI. ART. 41, § 9º DA LEI 8.213/91. DESVINCULAÇÃO E APLICAÇÃO DE DIVERSOS ÍNDICES. PERCENTUAIS DIVULGADOS POR MEDIDAS PROVISÓRIAS. APLICABILIDADE DO INPC. MULTA. IMPOSIÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ARTIGO 538, PARÁGRAFO ÚNICO DO CPC. MANUTENÇÃO. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.
I - (...)
II - (...)
III - O Pretório Excelso, ao apreciar o RE. 219.880-RN, decidiu que o artigo 201, § 4º da Constituição "deixou para a legislação ordinária o estabelecimento dos critérios para essa preservação. E, para isso, a legislação tem adotado indexadores que visam a recompor os valores em face da inflação, não dando margem, evidentemente, à caracterização da inconstitucionalidade dela a alegação de que, pela variação que pode ocorrer entre esses índices pelo critério de sua aferição, se deva ter por inconstitucional um que tenha sido menos favorável que o outro. Para essa declaração de inconstitucionalidade seria mister que se demonstrasse que o índice estabelecido em lei para esse fim é manifestamente inadequado, o que não ocorre no caso".
IV - Quanto ao problema da adoção do IGP-DI, cumpre atentar ao disposto no artigo 41, § 9º da Lei 8.213/91, alterado pela M.P. 2.022-17, de 23/05/2000. Sua redação prescreve que "Quando da apuração para fixação do percentual do reajuste do benefício, poderão ser utilizados índices que representem a variação de que trata o inciso IV deste artigo, divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou de instituição congênere de reconhecida notoriedade, na forma do regulamento."
V - Neste quadro, verifica-se que o critério utilizado para reajustar os benefícios desvinculou-se de um índice específico, que no caso era o IGP-DI. Optou-se pela adoção de qualquer outro índice legal, mesmo diverso do divulgado pelo IBGE, desde que fosse um índice divulgado por "instituição congênere de reconhecida notoriedade".
VI - Analisando diversos índices oficiais divulgados por diferentes Medidas Provisórias, verifica-se que não havia qualquer correlação com os índices oficiais, até porque não houve qualquer motivação a respeito, o que deu ensejo a diversas digressões quanto ao desrespeito ao comando lançado no § 9º, do art. 41, da Lei 8.213/91. Todavia, examinando melhor o problema alusivo aos percentuais oficiais definidos, observa-se que os mesmos procuraram levar em conta, sempre que possível, o INPC.
VII - Neste contexto, infere-se que os percentuais foram fixados em patamar ligeiríssimamente superior ao INPC. Confira-se: 1- A Medida Provisória 1.572-1, de 28.05.1997 concedeu aos benefícios previdenciários um reajustamento anual de 7,76%, quando a variação acumulada do INPC, nos últimos dozes meses, naquela competência maio/1997, era de 6,95%, ou seja, o índice concedido no mencionado período foi superior ao aferido pelo INPC; 2 - A Medida Provisória 1.663, de 28.05.1998, concedeu aos benefícios previdenciários um reajuste anual de 4,81%, enquanto a variação acumulada do INPC, nos últimos doze meses era de 4,75%; 3- A Medida Provisória 1.824-1, de 28.05.1999 concedeu aos benefícios previdenciários um reajuste anual de 4,61%, ou seja, superior ao INPC do período de junho/1998 a maio/1999, que atingiu o patamar de 3,14%; 4- A Medida Provisória 2.022-17/2000 autorizou um reajuste dos benefícios em 5,81%, a partir de junho, sendo que naquele ano o índice aferido pelo INPC ficou ligeiramente menor; 5- Em 2001, foi editado o Decreto 3.826, de 31.05.2001, que autorizou o reajuste dos benefícios em 7,66%, ou seja, valor idêntico ao INPC, descontada a diferença de 0,07%.
VIII - Nestes termos, levando-se em consideração os percentuais divulgados pelos órgãos oficiais, têm-se que todas as normas autorizativas de reajustes aos benefícios previdenciários levaram em consideração o INPC, no período de 1997 a 2001. Desta feita, sendo o INPC índice de indubitável credibilidade, torna-se inviável a opção por outro mais satisfatório às pretensões dos beneficiários, a teor da interpretação dada pelo Pretório Excelso ao analisar o tema (art. 201, § 4º da CF/88).
IX - Manutenção da multa imposta, em sede de embargos de declaração, com fulcro no artigo 538, parágrafo único do Código de Processo Civil.
X - Agravo interno desprovido."
(STJ/5T. AEEAG. 582346. Proc. 2004.00086292. Rel. Min. GILSON DIPP. DJ. 29/11/04. PAG. 374)

Ante o exposto, CONHEÇO DA APELAÇÃO CÍVEL e, com fulcro no art. 557, Caput, do CPC, c/c art. 43, § 1º, inciso II, do Regimento Interno deste TRF-2ª Região NEGO-LHE PROVIMENTO nos termos da fundamentação supra.

Oportunamente, baixem os autos à Vara de origem.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007.

MARCIA HELENA NUNES
Juíza Federal Convocada
IDP

IV - APELACAO CIVEL 2003.51.01.533923-2

RELATORA	:JUÍZA FEDERAL CONV. MARCIA HELENA NUNES, EM AUXÍLIO À DES. FED. MARIA HELENA CISNE
APELANTE	:MARIA DAS DORES INOCENCIO DA SILVA
ADVOGADO	:TATIANA TROMMER BARBOSA E OUTROS
APELADO	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:FLÁVIA CORRÊA AZEVEDO
ORIGEM	:TRIGÉSIMA NONA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200351015339232)

DECISÃO

Trata-se de APELAÇÃO CÍVEL de sentença de fls. 33/40 que julgou procedentes os pedidos de revisão da renda mensal inicial do benefício previdenciário para atualizar monetariamente os salários-de-contribuição, através da aplicação da variação integral do IRSM de fevereiro de 1994, no percentual de 39,67%, bem como a revisão do benefício com a aplicação do IGP-DI.

Em razões de recurso (fls. 46/70) a parte autora argüiu, preliminarmente, a nulidade da sentença ao argumento de que na parte dispositiva o MM Juízo concluiu pela prescrição do fundo de direito, julgando improcedentes os pedidos, quando na fundamentação acolheu a prescrição qüinqüenal.

Quanto ao mérito pugnou pela reforma da sentença aduzindo, em síntese, que não foi considerada a aposentadoria por invalidez concedida em 01/01/1997 e que a negativa ao direito à revisão com aplicação do IGP-DI contraria o preceito constitucional da preservação do valor real do benefício. Requer, ao final, sejam apreciadas as questões constitucionais aventadas no recurso, para fins de eventual interposição de novo recurso à instância superior.

Contra-razões apresentadas (fls. 73/77), os autos vieram a esta Eg. Corte, oportunidade em que o Ministério Público Federal oficiou pala não intervenção no feito. Relatados, decido:

Inicialmente, deixo de analisar, passo a passo, as argumentações recursais tendo em vista que, de acordo com o entendimento jurisprudencial preponderante, o juiz não está obrigado a analisar todas as argumentações suscitadas pela parte, mas apenas a indicar os fundamentos suficientes à exposição de suas razões de decidir, dando cumprimento ao art. 93, IX da Carta Magna.

Neste sentido vem decidindo este E. Tribunal, conforme se infere dos acórdãos abaixo transcritos:

"REVERSÃO DE PENSÃO - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO.
I - O acórdão embargado, ao contrário do que alega o Recorrente, encontra-se devidamente fundamentado, inexistindo qualquer omissão, obscuridade ou contrariedade quanto aos dispositivos elencados, quais sejam: artigos 2º - 5º, LXIX - 37 caput e 169 da CF/88; artigo 1º da Lei 1533/51; artigo 2º da Lei 9784/99 e art. 262 e 295, IV, do CPC.
II - O juiz não é obrigado a examinar todos os argumentos das partes, quando já tenha fundamentos suficientes para lastrear sua decisão, com o seu livre convencimento (art. 131, do CPC).
III - O acórdão apenas reconheceu que não decorreu o prazo decadencial, para impetração do mandado de segurança, anulando a sentença e determinando o prosseguimento do feito.
IV - embargos de declaração improvidos."
(TRF/2. EDAMS 1999.02.01.036644-4. Rel. Des. Fed. TÂNIA HEINE, DJ 12.05.2004)

Ressalte-se, ainda, que o próprio E. STJ já esclareceu não haver necessidade de citação do dispositivo legal para que se considere pré-questionada a matéria. O pré-questionamento existe se, no julgamento, tiver havido formação de juízo acerca da matéria sobre a qual se pretende recorrer. Confira-se:

"AGRAVO REGIMENTAL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - ANULAÇÃO DE DÉBITO FISCAL - AUSÊNCIA DE PRÉ-QUESTIONAMENTO - SÚMULA N. 282 E 356 DO STF E SÚMULA 211 DO STJ.
É cediço que não é necessária menção a dispositivos legais para que se considere pré-questionada uma matéria; basta que o tribunal expressamente se pronuncie sobre ela. Da mesma forma, a simples oposição de embargos de declaração e a menção, pelo colegiado a quo ao dispositivo apontado como violado não garante o pré-questionamento do tema discutido no recurso especial. (...)."
(AGA 376850-SP, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. FRANCIULLI NETO, DJ 25.03.2002)

Quanto à alegação de nulidade da sentença, não merece acolhida a preliminar recursal.

Em sua peça contestatória o INSS argüiu a prescrição qüinqüenal dos créditos eventualmente devidos. Acolhendo esta preliminar o MM Juízo apenas reafirmou a aplicação da referida prescrição, não fazendo nenhuma deferência ao direito a que se funda a ação.

No que diz respeito à aplicação da variação integral do IRSM de fevereiro de 1994, no percentual de 39,67%, a matéria não comporta mais dúvidas, a teor da orientação firmada pelo E. Superior Tribunal de Justiça e das Turmas Recursais dos Juizados Especiais.

À guisa de ilustração, confiram-se os v. arestos abaixo transcritos:

"PREVIDENCIÁRIO - RECURSO ESPECIAL - SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA - IRSM DE FEVEREIRO/94 (39,67%) - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - TERMO FINAL.
...
- Na atualização monetária dos salários-de-contribuição de benefício concedido após março de 1994, deve-se computar os índices, mês a mês, com inclusão do IRSM de fevereiro/94 (39,67%). Precedentes.
..."
(STJ, RESP 411345, Rel. Min. JORGE SCARTEZZINI, DJ de 15/09/2003)

Por sua vez, as Turmas Recursais do Rio de Janeiro editaram o Enunciado nº 24, *verbis*:

"É devida a correção monetária de salários de contribuição, para fins de apuração de renda mensal inicial, com base no IRSM integral do mês de fevereiro de 1994, da ordem de 39,67%, conforme precedentes do Superior Tribunal de Justiça."

Nessa mesma linha de raciocínio, a Súmula nº 19, da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, a saber:

"Para o cálculo da renda mensal inicial do benefício previdenciário deve ser considerado, na atualização dos salários de contribuição anteriores a março de 1994, a variação integral do IRSM de fevereiro de 1994, na ordem de 39,67% (art. 21, § 1º, da Lei nº 8.880/94).

Vem se firmando o entendimento jurisprudencial no âmbito das Turmas Recursais no sentido de que tal revisão somente se faz devida para os casos em que, para a correção monetária dos salários-de-contribuição considerados no PBC - Período Básico de Cálculo -, houve aplicação de índice de correção monetária do mês de fevereiro de 1994, já que os salários-de-contribuição são corrigidos monetariamente desde a data da competência mais antiga, até a DIB, não se exigindo que, do PBC, conste salário-de-contribuição da competência fevereiro de 1994, mas, que, para a correção monetária dos salários de contribuição do PBC, tenha sido considerado o índice de correção do mês de fevereiro de 1994, o que somente acontecerá se o mês de fevereiro de 1994 estiver entre a competência do salário-de-contribuição mais antigo considerado no PBC e a DIB.

Conforme se extrai das memórias de cálculo acostadas aos autos, os benefícios de Auxílio-doença e Aposentadoria por invalidez em tela foram concedidos, respectivamente, em 12/11/1989 e 01/01/1997 (fls. 18/19), sendo certo que a competência fevereiro de 1994 não integrou os períodos base de cálculo de apuração das rendas mensais iniciais, inexistindo, assim, o alegado prejuízo em virtude da conversão do IRSM em URV.

Ora, em sendo concedida a Aposentadoria por Invalidez em janeiro de 1997, o mês de fevereiro de 1994 não está entre a competência do salário-de-contribuição mais antigo considerado no período base de cálculo (PBC) e a data inicial do benefício (DIB), visto que os salários-de-contribuição considerados a partir da DIB de janeiro de 1997 retroagem a janeiro de 1994, como alegou a própria recorrente.

Melhor sorte não assiste à parte autora, quanto ao pedido de aplicação do IGP-DI para reajustar o benefício previdenciário.

A matéria encontra-se pacificada no sentido de que não há ilegalidade na adoção de índices que representem a variação de que trata o inciso IV, do art. 41, da Lei nº 8.213/91, ainda que diverso do divulgado pelo IBGE, desde que divulgado por instituição de reconhecida notoriedade.

Confira-se o entendimento pretoriano:

"PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. MANUTENÇÃO DO VALOR REAL DOS BENEFÍCIOS. LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL ADOTADA. DESVIRTUAMENTO DO ESTAMPADO NO ART. 201, § 4º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. RESPONSABILIDADE DA LEGISLAÇÃO ORDINÁRIA PARA ESTABELECER CRITÉRIOS DE RECOMPOSIÇÃO. IGP-DI. ART. 41, § 9º DA LEI 8.213/91. DESVINCULAÇÃO E APLICAÇÃO DE DIVERSOS ÍNDICES. PERCENTUAIS DIVULGADOS POR MEDIDAS PROVISÓRIAS. APLICABILIDADE DO INPC. MULTA. IMPOSIÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ARTIGO 538, PARÁGRAFO ÚNICO DO CPC. MANUTENÇÃO. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.
I - (...)
II - (...)

III - O Pretório Excelso, ao apreciar o RE. 219.880-RN, decidiu que o artigo 201, § 4º da Constituição "deixou para a legislação ordinária o estabelecimento dos critérios para essa preservação. E, para isso, a legislação tem adotado indexadores que visam a recompor os valores em face da inflação, não dando margem, evidentemente, à caracterização da inconstitucionalidade dela a alegação de que, pela variação que pode ocorrer entre esses índices pelo critério de sua aferição, se deva ter por inconstitucional um que tenha sido menos favorável que o outro. Para essa declaração de inconstitucionalidade seria mister que se demonstrasse que o índice estabelecido em lei para esse fim é manifestamente inadequado, o que não ocorre no caso".
IV - Quanto ao problema da adoção do IGP-DI, cumpre atentar ao disposto no artigo 41, § 9º da Lei 8.213/91, alterado pela M.P. 2.022-17, de 23/05/2000. Sua redação prescreve que "Quando da apuração para fixação do percentual do reajuste do benefício, poderão ser utilizados índices que representem a variação de que trata o inciso IV deste artigo, divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou de instituição congênere de reconhecida notoriedade, na forma do regulamento."
V - Neste quadro, verifica-se que o critério utilizado para reajustar os benefícios desvinculou-se de um índice específico, que no caso era o IGP-DI. Optou-se pela adoção de qualquer outro índice legal, mesmo diverso do divulgado pelo IBGE, desde que fosse um índice divulgado por "instituição congênere de reconhecida notoriedade".
VI - Analisando diversos índices oficiais divulgados por diferentes Medidas Provisórias, verifica-se que não havia qualquer correlação com os índices oficiais, até porque não houve qualquer motivação a respeito, o que deu ensejo a diversas digressões quanto ao desrespeito ao comando lançado no § 9º, do art. 41, da Lei 8.213/91. Todavia, examinando melhor o problema alusivo aos percentuais oficiais definidos, observa-se que os mesmos procuraram levar em conta, sempre que possível, o INPC.
VII - Neste contexto, infere-se que os percentuais foram fixados em patamar ligeiríssimamente superior ao INPC. Confira-se: 1- A Medida Provisória 1.572-1, de 28.05.1997 concedeu aos benefícios previdenciários um reajustamento anual de 7,76%, quando a variação acumulada do INPC, nos últimos dozes meses, naquela competência maio/1997, era de 6,95%, ou seja, o índice concedido no mencionado período foi superior ao aferido pelo INPC; 2 - A Medida Provisória 1.663, de 28.05.1998, concedeu aos benefícios previdenciários um reajuste anual de 4,81%, enquanto a variação acumulada do INPC, nos últimos doze meses era de 4,75%; 3- A Medida Provisória 1.824-1, de 28.05.1999 concedeu aos benefícios previdenciários um reajuste anual de 4,61%, ou seja, superior ao INPC do período de junho/1998 a maio/1999, que atingiu o patamar de 3,14%; 4- A Medida Provisória 2.022-17/2000 autorizou um reajuste dos benefícios em 5,81%, a partir de junho, sendo que naquele ano o índice aferido pelo INPC ficou ligeiramente menor; 5- Em 2001, foi editado o Decreto 3.826, de 31.05.2001, que autorizou o reajuste dos benefícios em 7,66%, ou seja, valor idêntico ao INPC, descontada a diferença de 0,07%.
VIII - Nestes termos, levando-se em consideração os percentuais divulgados pelos órgãos oficiais, têm-se que todas as normas autorizativas de reajustes aos benefícios previdenciários levaram em consideração o INPC, no período de 1997 a 2001. Desta feita, sendo o INPC índice de indubitável credibilidade, torna-se inviável a opção por outro mais satisfatório às pretensões dos beneficiários, a teor da interpretação dada pelo Pretório Excelso ao analisar o tema (art. 201, § 4º da CF/88).
IX - Manutenção da multa imposta, em sede de embargos de declaração, com fulcro no artigo 538, parágrafo único do Código de Processo Civil.
X - Agravo interno desprovido."
(STJ/5T. AEEAG. 582346. Proc. 2004.00086292. Rel. Min. GILSON DIPP. DJ. 29/11/04. PAG. 374)

Ante o exposto, CONHEÇO DA APELAÇÃO CÍVEL e, com fulcro no art. 557, Caput, do CPC, c/c art. 43, § 1º, inciso II, do Regimento Interno deste TRF-2ª Região NEGO-LHE PROVIMENTO nos termos da fundamentação supra.

Oportunamente, baixem os autos à Vara de origem.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007.

MARCIA HELENA NUNES
Juíza Federal Convocada
IDP

IV - REMESSA EX-OFFICIO EM AÇÃO CÍVEL 368563 2004.51.02.001798-7

RELATOR	:JUÍZA FEDERAL CONVOCADA MARCIA HELENA NUNES EM AUXÍLIO À DES. FED. MARIA HELENA
PARTE A	:MARIA DO CARMO DE ALMEIDA
ADVOGADO	:MARCIA CRISTINA SANTOS MALAFAIA
PARTE RÉ	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:MAIRA CALDAS TABOADA DIOS
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 3ª. VARA DE NITEROI/SJRJ (200451020017987)
ÓRGÃO ATUAL	:GABINETE DA DRA. MARIA HELENA CISNE

DECISÃO

Trata-se de remessa oficial, em face da sentença de fls. 76/78, que julgou procedente em parte o pedido, para condenar o INSS a pagar à Autora pensão por morte do segurado Ademar Maciel Malvão, a partir da data do requerimento administrativo (08/05/2002), sendo os honorários advocatícios de 5% do valor da condenação. Foi deferida a antecipação dos efeitos da tutela, com determinação de imediato cumprimento.

MARIA DO CARMO DE ALMEIDA ajuizou, em 27/04/2004, ação ordinária em face do INSS, sob a égide da gratuidade de Justiça (benefício deferido na fl. 32), e com pedido de "liminar". Diz ter convido por 12 anos ininterruptos, em regime *"more uxório"* com Antonio Fabrício de Souza, até o falecimento dele, em 21/08/2000, aduzindo que, da união, não nasceu prole, mas ele sustentou a demandante e uma filha menor dela, de outra união. Embora casado com Joceli Pereira de Assis, o falecido já estava dela separado judicialmente, conforme sentença da 2ª Vara de Família de São Gonçalo, datada de 23/06/87, sendo a autora solteira. Traz provas do mesmo endereço, de ter sido designada dependente pelo companheiro e de o ter assistido até seu óbito e, mesmo assim, foi indeferido seu requerimento administrativo de benefício, o que a leva a ajuizar a demanda, pedindo a pensão desde a data do óbito do segurado. Aduna os documentos de fls. 08/28.

O procedimento foi retificado para o rito sumário, pelo despacho de fl. 32.

Conforme a assentada de fl. 41, realizou-se a audiência de conciliação, instrução e julgamento, ocasião em que, após oferecida a contestação, foram colhidos os depoimentos de duas testemunhas da autora (fls. 42/43), sendo o feito convertido em diligência.
Contestação do INSS nas fls. 44/47, sustentando que a autora não comprovou devidamente a união estável e a dependência econômica, desatendendo ao que prescreve o artigo 20 do Decreto nº 3.048/99, mas, por cautela, se deferido o benefício, deve vigorar a partir do trânsito em julgado da sentença e a correção deve seguir os termos da Lei 6.899/81.

Atendendo ao juízo, o INSS, com a peça de fl. 49, traz aos autos as informações de fls. 50/66. A respeito, fala a Autora, na fl. 68, informando que o segurado esteve em benefício previdenciário a partir de 02/08/99, quando se encontrava em período de graça, possuindo mais de 120 contribuições, não tendo perdido a condição de segurado.

Ao julgar o feito, o magistrado considerou satisfatória a prova produzida nos autos acerca da união estável entre a autora e o segurado, possuindo o mesmo endereço há anos e tendo sido declarada dependente pelo próprio trabalhador. Além disso, a prova oral comprova a convivência do casal pelo período alegado pela demandante. A procedência em parte deu-se apenas porque o benefício não seria concedido desde o óbito mas, sim, desde o requerimento administrativo, comprovado pelo documento de fl. 11.

Embora intimado o INSS a cumprir de imediato o julgado, não se comprovou o atendimento. Porém, não foi oferecido recurso voluntário.

Subindo os autos, em face do duplo grau obrigatório de jurisdição, foi aberta vista dos autos ao MPF, que se eximiu de oferecer parecer, em face da inexistência de interesse público (fls. 92/94).

Relatados, passo a fundamentar e decidir:

Como visto, os autos subiram exclusivamente em face do duplo grau obrigatório de jurisdição, não tendo havido recurso voluntário.

Trata-se de pleito formulado por companheira do segurado que, para prova da união estável e da dependência econômica, trouxe aos autos os seguintes documentos relevantes:
a) fl. 09 - certidão de nascimento da demandante, comprovando seu estado civil de solteira;
b) fl. 13 - certidão de casamento do segurado, em que consta averbação da separação judicial por sentença datada de 23/06/87, da 2ª Vara de Família de São Gonçalo;
c) fl 14 - cópia da carteira de motorista do finado, com validade até 11/12/2003, comprovando sua profissão;
d) fls. 14/15 - cópia da CTPS do finado, onde consta, com data de 31/05/1988, a designação da autora como sua dependente perante a Previdência Social (então em concorrência com um filho, ora já maior);
e) fl. 16 - cópia de carteira do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Passageiros, Carga e Anexos de Niterói, sob a matrícula 17.377, constando a autora como beneficiária do trabalhador associado;
f) fl. 17 - cópia de pedido de financiamento, baixa renda, formulado, em 13/12/93, à CERJ, pelo casal, assinalando para ambos o mesmo endereço na Rua Álvaro Leitão Cunha nº 16, Quadra A, em Colubandê, São Gonçalo;
g) fl. 18 - certidão fornecida pelo Setor de Serviço Social do INSS, Posto 17.723.003-SGI, confirmando que segundo a CTPS nº 59789/056 RJ, consta que o segurado em questão declarou beneficiária a autora, em 31/05/88, o que se mantinha;
h) fl. 19 - certidão da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, Secretaria Municipal de Saúde, certificando atendimento no serviço de Pronto Socorro local, em 21.08.00, de Ademar Maciel Malvão, que deu entrada no nosocômio já cadáver e teve o corpo removido para o IML;
i) fl. 20 - Declaração de ARLETE MALVÃO DE ALMEIDA, datada de 19/02/2003, de convivência do casal Ademar e Maria do Carmo, pelo período de 1988 a 2000, no endereço da Rua Álvares Leitão nº 16, Quadra A, Colubandê- SG;
j) fl. 21 - Declaração do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Passageiros de Niterói a Arraial do Cabo, datada de 21/10/2003, firmada pelo 1º Secretário, com firma reconhecida, de que a Autora encontra-se cadastrada nos arquivos da entidade desde 31/05/88 como dependente-companheira de Ademar Maciel Malvão;
k) fl. 22 - certidão de óbito do finado Ademar Maciel Malvão, em data de 21/08/2000, no Pronto Socorro de São Gonçalo, em que consta equivocadamente (como esclarecido na inicial) que o mesmo faleceu no estado de casado com Joceli Pereira de Assis Malvão, quando era dela separado judicialmente, também constando endereço incorreto;
l) fls. 23 e 24 - duas notas fiscais de Max Ston Bazar Ltda., a primeira em nome da autora e a segunda em nome do finado, datadas, respectivamente de 03/07/00 e de 24/06/00, relativamente a material de construção, constando o mesmo endereço da Rua Álvaro Leitão, Lt 16, Qd. A, Colubandê-SG;
m) fls. 25 e 26 - duas notas fiscais de Dail do Colubandê Material de Construção Ltda. - ME, a primeira em nome do finado e a segunda em nome da autora, datadas respectivamente de 15/06/00 e de 24/07/00, relativamente a material de construção, constando o mesmo endereço da Rua Álvaro Leitão, Lt 16, Qd A, Colunbandê -SG;
n) fls. 10/12 - comunicação da Previdência Social do indeferimento do recurso quanto ao pedido administrativo de pensão, sob o fundamento de falta de qualidade de dependente.

Além da prova documental acima aludida, a Autora também produziu prova oral, consistente na oitiva de duas testemunhas em Juízo, por ocasião da audiência realizada em 29/09/2004, tratando-se de:
a) fl. 42 - ARLETE MALVÃO DE ALMEIDA, irmã de Ademar Maciel Malvão, conhecendo a Autora há 12 anos, tão logo ela iniciou namoro com o irmão da depoente, aduzindo que, em menos de um ano, ela passou a residir junto com o segurado, no Bairro de Colubandê-SG, próximo ao depósito da Skol, sendo que a autora não trabalhava enquanto que Ademar sempre trabalhou como motorista de ônibus, com carteira assinada; antes do óbito, porém, Ademar ficou desempregado por certo tempo e chegou a receber um benefício do INSS; que a autora e Ademar eram reconhecidos no meio social como se fossem marido e mulher
b) fl. 43 - SUELI MOTTA FERREIRA DE SOUZA, mãe de colega de escola da filha da Autora, conhecendo-a há cerca de 12 anos, quando a mesma já convivia com o Sr.; Ademar, com o qual a depoente tinha pouco contato que só ocorria, quando ele ia pagar compras de cosméticos que a autora adquiria da depoente; que nessas ocasiões, ia para a casa da Autora e o Sr. Ademar se encontrava presente, mas nem sempre; o Sr. Ademar era motorista de ônibus; soube que o Sr.Ademar estava doente e dias depois que ele morreu, não sabendo informar se Ademar chegou a se afastar do trabalho no período em que esteve doente e nem se chegou a receber benefício do INSS; esclarece que morava perto do casal e na vizinhança todos os reconheciam como se fossem marido e mulher; que o Sr. Ademar, embora não fosse pai da filha da autora, tratava-a como se fosse o pai e por ela era tratado como pai.

É preciso, ainda, ressaltar a natureza informal da união estável, sobre a qual a importância e valoração das provas são bem esclarecidas pela doutrina, como abaixo:

"Diante da peculiaridade do companheirismo, a questão probatória se reveste de vultosa importância para o reconhecimento do instituto, e a conseqüente irradiação dos efeitos próprios de tal espécie de família. Assim, diferentemente do casamento que é demonstrado pela certidão respectiva, inexiste um documento formal que comprove a existência da relação fundada no companheirismo, razão pela qual há de se admitir todo e qualquer meio de prova admitido em direito, tal como ocorre em relação às situações fáticas que irradiam efeitos jurídicos, como, por exemplo, o usucapião.
(...)
Verifica-se, pois, que a prévia previsão legislativa acerca dos "únicos" meios de prova considerados para demonstrar o companheirismo, bem como a atribuição de importância maior a um documento do que a outro, para fins de aferição da existência ou não da situação fática irradiadora de efeitos jurídicos, não pode ser aceita pelo ordenamento jurídico brasileiro, não estando conforme a legislação atual o tarifamento da prova, motivo pelo qual o regulamento previdenciário somente deve ser considerado a título ilustrativo, mas nunca como modelo ou única fonte para a aferição da existência ou não do companheirismo em determinada relação fática."
(Gama, Guilherme Calmon Nogueira da. *O Companheirismo - Uma espécie de família*. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 1998, pág. 480/482)

A possibilidade jurídica de a companheira ou companheiro serem qualificados como dependentes, fazendo jus à pensão por morte é incontroversa, principalmente com o advento da Carta Política de 1988 (arts. 201, *V*; e 226, *§* 3°), que elevou a união estável à categoria de entidade familiar.

Sobre a união estável dispõe a Lei nº 9.278/96, reconhecendo, em seu artigo 1º, sua existência da convivência duradoura, pública e contínua, de um homem e uma mulher, estabelecida com objetivo de constituição de família. Esta é a hipótese em exame.

A Lei nº 8.213/91 reconhece a qualidade de dependente à companheira ou companheiro, consoante o artigo, 16, I, sendo presumida a dependência econômica, consoante o § 4º do dispositivo legal citado.

A respeito da hipótese, coloca-se a jurisprudência, como exemplificado pelos julgados cujas ementas se seguem:

"PREVIDENCIÁRIO - PENSÃO POR MORTE - CONCUBINATO - LEI Nº 8.213/91.
1. Ocorrida a morte em 1998, sob a égide da Lei nº 8.213/91, esta é a legislação que regula a hipótese de recebimento de pensão pleiteada por ex-companheira.
2. Demonstrada a convivência estável e duradoura, é presumida a dependência econômica da companheira, sendo, evidentemente, desnecessário fazer prova neste sentido.
3. A prova testemunhal produzida nos autos é eficaz para comprovar a existência de união estável.
4. A designação da autora junto ao INSS como companheira do segurado é irrelevante, se comprovada a união estável como entidade familiar, nos termos do § 3º, do art. 226, da Constituição Federal. Isto porque o silêncio do finado não pode ser interpretado de modo a obstar o direito de sua companheira à percepção da pensão por morte.
5. Apelação e remessa "ex-officio" improvidas."
(TRF 2ª Região - Segunda Turma - AC 312318 - Relator Des. Fed. Antonio Cruz Netto - DJ 21.07.2003, p. 64 - Unânime)

"PREVIDENCIÁRIO. COMPANHEIRA. PENSÃO. DIREITO. PROVA PRODUZIDA EM JUSTIFICAÇÃO JUDICIAL. ACUMULAÇÃO COM PENSÃO ESTADUAL.
- As provas da vida em comum para o fim de percepção de benefício previdenciário na condição de companheira não devem ser necessariamente constituídas dos documentos relacionados no art. 11 da CLPS, de vez que nem todas as pessoas, principalmente as mais pobres, podem dispor deles. Para estas a prova da vida em comum não pode ser outra senão a testemunhal, como a que foi produzida pela autora em justificação judicial devidamente homologada, a cujo processo se fez presente o INPS.
(...)
- Apelação desprovida. Sentença confirmada."
(TRF 5ª Região - Primeira Turma - AC 0506223 - Relator Des. Fed. Orlando Rebouças - Data Dec.: 10.11.1990 - Unânime)

"PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. DECLARAÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL ENTRE HOMEM E MULHER. PROVA EXCLUSIVAMENTE TESTEMUNHAL. POSSIBILIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA. CUSTAS. ISENÇÃO.
1. Comprovada a união estável com o ex-segurado da Previdência Social, por prova testemunhal, a autora faz jus ao benefício de pensão por morte.
2. A dependência econômica da companheira com o de cujus, nos termos do art. 16, § 4º, da Lei nº 8.213/91, é presumida.
3. A correção monetária deve ser calculada nos termos da Lei nº 6.899/81, a partir do vencimento de cada parcela (Súmulas nºs 43 e 148 do STJ).
4. (...)
5. Apelação a que se nega provimento e remessa oficial, tida por interposta, a que se dá parcial provimento."
(TRF 1ª Região - Primeira Turma - AC 01000818366 - Relator Des. Fed. Antonio Sávio de Oliveira Chaves - DJ 15.01.2004, p. 18 - Unânime)

Em face do que foi exposto, entendo que o MM. Juíz *a quo* agiu corretamente ao reconhecer o direito da Requerente à pensão por morte deixada pelo segurado, bem como a considerar como data do início do benefício a do requerimento administrativo - no caso, 08/05/2002 (fl. 11) -, já que assim determina o inciso II, do artigo 74, da Lei nº 8.213/91, com a redação que lhe deu a Lei nº 9.528/97.

Pelo exposto, com base no artigo 557, "caput" do CPC, *nego seguimento à remessa necessária*, apenas esclarecendo que quanto aos honorários advocatícios aplica-se a Súmula nº 111/STJ.

Observadas as formalidades de praxe e certificado o trânsito em julgado, baixem os autos à vara de origem.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007.

MARCIA HELENA NUNES
Juíza Federal Convocada - Relatora

IV - APELACAO CIVEL 2005.51.10.004696-0

RELATOR	:JUÍZA FEDERAL CONVOCADA MARCIA HELENA NUNES EM AUXÍLIO AO DESEMBARGADOR FEDERAL SERGIO FELTRIN CORREA
APELANTE	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	:AUREA PEREIRA LORENA
APELADO	:DJANIRA LUCIA ANTONIO
ADVOGADO	:FATIMA BORGATTI GOUVEIA
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 3A VARA DE SAO JOAO DE MERITI-RJ
ORIGEM	:TERCEIRA VARA FEDERAL DE SÃO JOÃO DE MERITI (200551100046960)

D E C I S Ã O

Trata-se de remessa necessária e de apelação interposta pelo INSS em face da sentença que julgou procedente em parte o pedido autoral.

JOSÉ ANTÔNIO ajuíza, em 04/03/1990, ação de rito ordinário, sob a égide da gratuidade de Justiça, objetivando a revisão do seu benefício previdenciário (DIB 01.08.1979 - fl. 06), com base na Súmula 260, do extinto TFR.

Deferida a habilitação de Djanira Lúcia Antônio, a juíza de primeiro grau julgou procedente em parte o pedido, fls. 37/42, condenando o INSS a proceder à revisão do benefício previdenciário da parte autora, com base na segunda parte da Súmula 260, do extinto TFR, de março de 1985 até abril de 1989.

Da mencionada sentença, apela a autarquia, nas fls. 44/46, pugnando por sua reforma.
Contra-razões, fls. 62/64.
Remetidos os autos a este E. Tribunal, deles teve vista o Ilustre representante do Ministério Público Federal, oficiando pela não intervenção ministerial (fls. 62/71).

Relatados, decido:

Conforme já exposto no relatório, subiram os autos em função da remessa necessária e apelação interposta pelo INSS em face da sentença que julgou procedente em parte o pleito autoral.

A apelação, bem como a remessa necessária, merecem prosperar.

Senão, vejamos:

Para uma perfeita compreensão do caso em tela, vale ressaltar a exata interpretação da Súmula 260 do ex-TFR, editada com o seguinte teor:

"No primeiro reajuste do benefício previdenciário, deve-se aplicar o índice integral do aumento verificado, independente do mês de concessão, considerando nos reajustes subseqüentes, o salário mínimo então atualizado"

A jurisprudência federal, dirimindo qualquer dúvida que pudesse subsistir sobre a interpretação da referida súmula, pacificou o entendimento de que o seu comando não vincula o benefício ao número de salários mínimos, o que somente foi instituído pelo art. 58, do ADCT, que determinou a revisão dos benefícios em manutenção em 05 de outubro de 1988, com aplicação da equivalência salarial no período compreendido entre abril de 1989 e a data da regulamentação da Lei 8.213/91 (REsp nº 491436/RJ, relator Ministro Hélio Quaglia Barbosa, DJU de 13.9.2004, pág. 300; REsp nº 623376/RJ, relator Ministro Jorge Scartezzini, DJU de 02.8.2004, pág. 556; REsp nº 313494/RJ, relator Ministro Fernando Gonçalves, DJU de 19.12.2003, pág. 629).

Isso porque o comando da Súmula 260/TFR apenas consolidou o entendimento jurisprudencial de que a autarquia previdenciária, a partir da edição da Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, ao reajustar os benefícios previdenciários, aplicou critérios que geraram prejuízos de duas ordens para o segurado da previdência social.

Por essa razão, diz-se que a referida súmula compõe-se de duas partes.

A primeira diz respeito ao prejuízo causado ao segurado por ocasião do primeiro reajustamento, ao ser aplicada a proporcionalidade dos índices de reajustes previstos para a correção dos benefícios previdenciários. A segunda aborda o errôneo enquadramento nas faixas salariais de reajuste por não ter a autarquia considerado o salário mínimo atualizado.

Posteriormente, essas distorções cessaram em dois momentos distintos:

01) Em 13.11.1984, data da edição do Decreto-Lei nº 2.171/84, cessaram os problemas referentes à segunda parte da referida súmula, ou seja, aqueles resultantes da aplicação do salário mínimo antigo. Aquele diploma legal determinou, expressamente, a utilização do salário mínimo atualizado.

2) Em 07.08.1987, data da edição do Decreto-Lei nº 2.351/87, cessaram as distorções no que tange à primeira parte, ou seja, aquelas referentes à aplicação proporcional do índice da política salarial. Aquele diploma legal determinou que o reajuste passasse a ser mensal.

No que tange à segunda parte da Súmula 260 - o enquadramento nas faixas salariais de reajuste, considerando o salário mínimo atualizado e não o revogado -, a distorção atingiu, a princípio, os segurados que se aposentaram antes de novembro de 1984, posto que a partir dessa data, por força da determinação contida no Decreto-Lei nº 2.171, de 13/11/84, a autarquia previdenciária, ao reajustar os benefícios previdenciários, passou a considerar o valor do salário mínimo atualizado.

Posteriormente, essa distorção foi integralmente revista pelo INSS, alcançando o período, inclusive, de novembro de 1979 a outubro de 1984, em obediência aos preceitos da Lei nº 7.604/87, que determinou a atualização dos benefícios na forma corretamente estabelecida pelo Decreto-lei nº 2.171/84, e não na errônea interpretação do órgão, o que foi efetivamente cumprido e pago a todos os beneficiários, inexistindo diferenças devidas a esse título.

Em abril de 1989 perde eficácia a Súmula n° 260 em face da revisão determinada no art. 58 do ADCT-CF, passando a vigorar, temporariamente, o critério da equivalência em número de salários mínimos. Esta regra, de eficácia transitória, foi cumprida administrativamente pela autarquia previdenciária, por meio da Portaria Ministerial nº 4.426/1989, sendo indevida nova revisão, uma vez que já efetivada pelo INSS no período compreendido entre abril de 1989 até a regulamentação da legislação previdenciária que a sucedeu, o que se deu em dezembro/1991 (regra do art. 58, parágrafo único, do ADCT).

A orientação da jurisprudência dos Tribunais passou a ser seguida por este E. Tribunal, no julgamento da Argüição de Inconstitucionalidade - AC nº 122.804, em decisão plenária que conheceu do incidente para declarar a constitucionalidade do art. 41, inciso II, da Lei n° 8.213/1991, e alterar a dicção da sua Súmula n° 17, suprimindo-se do seu texto a referência ao salário mínimo como parâmetro para reajuste dos benefícios previdenciários (TRF 2ª Região, Argüição de Inconstitucionalidade na Apelação Cível 122804, Processo nº 96.02.36095-0/RJ, Plenário, Relator Desembargador Federal Castro Aguiar, DJU de 23/4/2002), sobrevindo a Súmula n° 29, com o seguinte teor:

"No reajuste dos benefícios de prestação continuada, mantidos pela Previdência Social, aplica-se o critério da Súmula nº 260 do extinto Tribunal Federal de Recursos até o sétimo mês após a vigência da Constituição Federal de 1988 e, a partir de então, os critérios de revisão estabelecidos nos arts. 58 do ADCT e 201, par. 2º, da mesma Carta Magna".

Após, com a regulamentação do Plano de Benefícios da Previdência Social (Decreto nº 357/91), em dezembro de 1991, são devidos, apenas, os critérios de reajustamento previstos pela Lei nº 8.213/91.

Feitas essas considerações, conclui-se que, quanto à segunda parte da citada súmula, as distorções inicialmente ocorrentes foram corrigidas administrativamente.

Merece, pois, reforma, a r. sentença de fls. 37/42.

Sendo assim, com base no artigo 557, parágrafo 1º - A, do CPC e no artigo 43, § 1º, VII, do Regimento Interno deste Tribunal, dou provimento à apelação e à remessa necessária, para JULGAR IMPROCEDENTE O PEDIDO, condenando o autor em honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da causa, ficando a execução suspensa, posto que o beneficiário de justiça gratuita não tem direito à isenção da condenação nas verbas de sucumbência, mas à suspensão do pagamento, enquanto durar a situação de pobreza, pelo prazo máximo de cinco anos, findo o qual estará prescrita a obrigação, a teor do disposto no artigo 12 da Lei nº 1.060/50" (AgRg no Recurso Especial 364.021/DF, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 26.05.03).

Decorrido o prazo recursal, certifique-se o trânsito em julgado e devolvam-se os presentes autos à Vara de origem.

Publique-se e intime-se.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007.

MARCIA HELENA NUNES
Juíza Federal convocada -Relatora

IV - APELACAO CIVEL 2006.02.01.011315-9

RELATOR	:JUÍZA FEDERAL CONVOCADA MARCIA HELENA NUNES EM AUXÍLIO AO DESEMBARGADOR FEDERAL SERGIO FELTRIN CORREA
APELANTE	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:CARLOS ALBERTO RIBEIRO ALVES
APELADO	:NILTON DA COSTA FREITAS
ADVOGADO	:DAVID ROMEU LIMA SALOMAO
REMETENTE	:JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE CORDEIRO-RJ
ORIGEM	:1A. VARA ESTADUAL - CORDEIRO/RJ (19920190000166)

D E C I S Ã O

Trata-se de apelação interposta pelo INSS em face da sentença de fls. 27/29, que julgou procedente em parte o pedido inicial.

NILTON DA COSTA FREITAS ajuíza, em 29/01/1992, ação de rito ordinário, sob a égide da gratuidade de Justiça, objetivando a revisão da RMI do benefício previdenciário a que faz jus, a fim de que alcance o patamar de 2,95 salários mínimos, equivalente ao salário que percebia na atividade, bem como o seu reajuste, com base no disposto na Súmula 260, do extinto TFR.

O juiz de primeiro grau julgou procedente em parte o pedido, fls. 27/29, condenando o INSS a proceder à revisão do benefício previdenciário do autor, para o equivalente a 1,74 salários mínimos, desde a data de sua concessão até agosto de 1991, com base no disposto no artigo 201, §2º da CF e no artigo 58, do ADCT.

Da mencionada sentença, apela o INSS, fls. 59/63, pugnando por sua reforma, sob o fundamento de que o disposto no artigo 58, do ADCT foi cumprido pela autarquia. Quanto à revisão RMI, argumenta que a regra de concessão não foi modificada pelo constituinte.
A parte autora apresenta recurso adesivo, nas fls. 66/67, pugnando pela reforma da sentença na parte em que julgou improcedente o pedido de revisão da RMI do seu benefício, sob o fundamento de que com o advento da Constituição Federal de 1988, estabeleceu-se que os proventos dos aposentados deveriam ser pagos no mesmo numero de salários que recebiam na época da aposentadoria.
Contra-razões da parte autora, na fl. 69.
Sem contra-razões ao recurso adesivo.
O Ministério Público do Estado opinou pela parcial procedência do recurso interposto pelo INSS, fls. 79/84.
Remetidos os autos a este E. Tribunal, deles teve vista o Ilustre representante do Ministério Público Federal, oficiando pela não intervenção ministerial (fls. 88/90).

Relatados, decido:

Conforme já exposto no relatório, apela o INSS da sentença que julgou procedente em parte o pleito autoral. Recorre adesivamente a parte autora.

A apelação da autarquia merece ser parcialmente provida, enquanto que o recurso adesivo da parte autora não merece prosperar.

Preliminarmente, verifica-se, ao exame da petição inicial (fls. 02/04), que o autor propôs a presente ação objetivando a aplicação ao seu benefício de critérios de reajustamento que coincidem com o disposto na Súmula 260, do extinto TFR, bem como a revisão da sua RMI para fins de alcançar o mesmo número de salários mínimos que, alegadamente, percebia na atividade.

Inicialmente, examinar-se-á o recurso adesivo do autor, já que pretende a revisão de sua RMI, quando sustenta que, auferindo seu benefício previdenciário, deveria continuar a perceber o mesmo quantitativo de salários mínimos que auferia quando em atividade, ou seja, alegadamente, 2,95 salários mínimos.

De plano, trata-se de alegação completamente desprovida de amparo jurídico, além de fático, não tendo o demandante trazido aos autos comprovação relativamente aos últimos salários auferidos em seu emprego e que serviram de base para o cálculo de seu benefício de aposentadoria por invalidez. Não há cópia de relação de salários de contribuição nem de anotações relativas a salários em CTPS do requerente. Assim sendo, mesmo que pudesse ser, juridicamente, considerada a indicação de estar o trabalhador, então, auferindo, no período básico de cálculo do benefício, o suposto valor equivalente a 2,95 salários mínimos não teria como ser conferido. Desta forma, não se desincumbiu o demandante do ônus probatório determinado pelo inciso I, do artigo 333, do Código de Processo Civil, com o que não há que se acolher seu recurso adesivo.

Acresce que, embora se parta dos salários-de-contribuição para cálculo do salário-de-benefício, com base no qual se calcula a renda mensal inicial do benefício previdenciário, nunca houve correspondência servil, imediata ou absoluta entre os primeiros e o segundo.

A respeito, já que parte o autor de suposta equivalência salarial partindo de valores alegados como salários-de-contribuição, é oportuno transcrever o enunciado da Súmula nº 40, do Tribunal Regional Federal, da 4ª Região - editada em face de precedentes que sinalavam a necessária distinção entre relação de custeio e relação de Previdência Social:

SÚMULA 40: "Por falta de previsão legal, é incabível a equivalência entre o salário-de-contribuição e o salário-de-benefício para o cálculo da renda mensal dos benefícios previdenciários."
Assim, o correto é assinalar que os benefícios previdenciários se regem pela legislação da data de sua concessão - consoante o enunciado da súmula nº 359, do Excelso Pretório - e, em se tratando de benefício requerido e concedido com DIB em 01/01/84 (fl. 05), a legislação aplicável é a Lei nº 3.807, de 1960, a LOPS - Lei Orgânica da Previdência Social. Pela data da DIB, também se regeu a concessão do benefício autoral pelo Decreto nº 83.080, de 24/01/1979, que aprova o Regulamento dos Benefícios da Previdência Social, consolidando as regras até então vigentes.

Também se pode citar a seguinte jurisprudência:

"CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. SALÁRIO-DE-BENEFÍCIO. CÁLCULO. SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO. TETO-LIMITE. DEZ SALÁRIOS-MÍNIMOS.
- O regime jurídico contraprestacional, que disciplina o vínculo entre a Previdência Social e seus segurados, não tem natureza contratual, em razão do que inexiste direito à inalterabilidade do regime de contribuições.
- Em tema de benefícios previdenciários, a forma de cálculo da renda mensal inicial rege-se pelas normas vigentes ao tempo em que os benefícios foram concedidos.
- Descabe a utilização, no cálculo do salário-de-benefício, dos salários-de-contribuição no teto limite de 20 salários-mínimos, na forma fixada pela legislação anterior, sendo aplicável a Lei nº 7.787/89, que reduziu o teto máximo ao limite de dez salários mínimos.
Recurso especial conhecido e provido."
(STJ - RESP 396280 - Processo: 200101711062 UF: SE Órgão Julgador: SEXTA TURMA - DJ 01.07.2002 - PÁGINA: 421 - Relator: Ministro VICENTE LEAL - unânime)

"EMENTA: BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO: Vinculação ao salário mínimo como critério permanente de reajuste: Inconstitucionalidade, por violação do art. 7º, IV, CF, salvo no período coberto pelo art. 58 ADCT, que se encerrou com a implantação do plano de custeio e benefício". (L. 8.213/91)."
(STF - Primeira Turma - RE 240323-9/RJ - Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - julgamento unânime em 02.03.1999 - DJ 30/04/1999)

Ainda existe a peculiaridade de que a aposentadoria por invalidez, em geral, é precedida de auxílio-doença, tratando-se de benefícios para cuja concessão só se levam em consideração os últimos 12 salários-de-contribuição, os quais sequer eram corrigidos, na época de vigência do RBPS. Ainda havia os percentuais utilizados para a concessão de tais benefícios, sendo que tanto para o auxílio-doença como para a aposentadoria por invalidez, partia-se do coeficiente de 70%, mais 1% por ano completo de atividade abrangida pela previdência social urbana, sendo no máximo de 20% para o auxílio-doença e 30% para a aposentadoria por invalidez - e note-se que inexiste qualquer indicação nos autos acerca do período efetivamente trabalhado pelo demandante antes da concessão do benefício em tela. No caso de o benefício de aposentadoria por invalidez seguir-se à concessão de prévio auxílio-doença, a base de cálculo do benefício seriam as 12 últimas prestações do próprio auxílio-doença. Não há informações nos autos sobre mais esses dados relevantes para a verificação da correção ou não da concessão do benefício.

No caso dos autos, o dado real a que se chega, comparando-se a renda mensal inicial do benefício de aposentadoria por invalidez do autor com o valor do salário mínimo da época da concessão, é a equivalência de 1,74 salários mínimos - dado que só assumiu relevância no restrito e transitório período de aplicação do artigo 58, do ADCT, como adiante se examinará. Apenas é referido tal fato para demonstrar que as alegações da parte autora encontram-se dissociadas com a realidade fática dos autos, não ensejando a acolhida de seu pleito, de nenhum dos ângulos em que se possa fazer seu enfoque.

O próprio autor, em suas razões de apelação, invoca a Constituição Federal de 1988, a qual (no artigo 58, do ADCT) determina a revisão dos benefícios previdenciários a fim de que alcancem o mesmo número de salários mínimos da época da sua concessão, e não a revisão da sua RMI nos termos pretendidos pelo autor.

Assim, como a Renda Mensal Inicial dos benefícios mantidos pela Previdência é calculada de acordo com as regras legais vigentes quando da sua concessão, e uma vez que a parte Autora não logrou demonstrar qualquer irregularidade nos valores e índices adotados pelo INSS para apurar sua Renda Mensal Inicial (RMI), não há como prosperar o seu recurso adesivo.

Assim, afastada a possibilidade de revisão da RMI do benefício do autor, passa-se a analisar o pedido de reajustamento de seu benefício.

Para uma perfeita compreensão do caso em tela, vale ressaltar a exata interpretação da Súmula 260 do ex-TFR, editada com o seguinte teor:

"No primeiro reajuste do benefício previdenciário, deve-se aplicar o índice integral do aumento verificado, independente do mês de concessão, considerando nos reajustes subseqüentes, o salário mínimo então atualizado"

A jurisprudência federal, dirimindo qualquer dúvida que pudesse subsistir sobre a interpretação da referida súmula, pacificou o entendimento de que o seu comando não vincula o benefício ao número de salários mínimos, o que somente foi instituído pelo art. 58, do ADCT, que determinou a revisão dos benefícios em manutenção em 05 de outubro de 1988, com aplicação da equivalência salarial no período compreendido entre abril de 1989 e a data da regulamentação da Lei 8.213/91 (REsp nº 491436/RJ, relator Ministro Hélio Quaglia Barbosa, DJU de 13.9.2004, pág. 300; REsp nº 623376/RJ, relator Ministro Jorge Scartezzini, DJU de 02.8.2004, pág. 556; REsp nº 313494/RJ, relator Ministro Fernando Gonçalves, DJU de 19.12.2003, pág. 629).

Isso porque o comando da Súmula 260/TFR apenas consolidou o entendimento jurisprudencial de que a autarquia previdenciária, a partir da edição da Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, ao reajustar os benefícios previdenciários, aplicou critérios que geraram prejuízos de duas ordens para o segurado da previdência social.

Por essa razão, diz-se que a referida súmula compõe-se de duas partes.

A primeira diz respeito ao prejuízo causado ao segurado por ocasião do primeiro reajustamento, ao ser aplicada a proporcionalidade dos índices de reajustes previstos para a correção dos benefícios previdenciários. A segunda aborda o errôneo enquadramento nas faixas salariais de reajuste por não ter a autarquia considerado o salário mínimo atualizado.

Posteriormente, essas distorções cessaram em dois momentos distintos:

01) Em 13.11.1984, data da edição do Decreto-Lei nº 2.171/84, cessaram os problemas referentes à segunda parte da referida súmula, ou seja, aqueles resultantes da aplicação do salário mínimo antigo. Aquele diploma legal determinou, expressamente, a utilização do salário mínimo atualizado.

2) Em 07.08.1987, data da edição do Decreto-Lei nº 2.351/87, cessaram as distorções no que tange à primeira parte, ou seja, aquelas referentes à aplicação proporcional do índice da política salarial. Aquele diploma legal determinou que o reajuste passasse a ser mensal.

Quanto às distorções corrigidas pela primeira parte da Súmula 260/TFR, eis que o critério da aplicação proporcional dos índices de reajuste previstos para a correção dos benefícios previdenciários, adotado pela autarquia para aqueles benefícios cujas datas de concessão não coincidissem com a data de reajuste do salário mínimo, teve início, conforme visto acima, a partir da Lei nº 6.708/79.

Contudo, a defasagem apontada nessa primeira parte da Súmula 260/TFR não atingiu todos os benefícios previdenciários.

Com efeito, tal critério não alcançou os benefícios enquadrados nas seguintes hipóteses:

a) os concedidos anteriormente à Lei nº 6.708/79 (DIB até 29.10.79), em razão de não existir distorção no primeiro reajuste, isto é, nesses casos, a autarquia aplicou integralmente o índice previsto;
b) os iniciados quando os reajustes eram semestrais e conferidos nos meses de maio e novembro de cada ano (DIB: novembro/79; maio e novembro/80; maio e novembro/81; maio e novembro/82; maio e novembro/83; maio e novembro/84 e maio e novembro/85), em virtude da aplicação integral do índice de reajuste para os benefícios concedidos nesses meses, por coincidirem com a data de reajuste do salário mínimo.
c) os iniciados nos meses de março de 1986 e em janeiro, março, maio e junho de 1987, igualmente porque foram meses em que houve reajustes do salário mínimo. Logo, aplicado integralmente o índice previsto;
d) os iniciados em qualquer mês no período de agosto de 1987 a abril de 1989 (DIB entre 07.08.87 a 04.04.89), por força do Decreto-lei nº 2.351, de 07.08.87, quando os reajustes passaram a ser mensais;
e) e os iniciados a partir de 05/4/89, em conseqüência da perda de eficácia da Súmula em referência.

No que tange à segunda parte da Súmula 260 - o enquadramento nas faixas salariais de reajuste, considerando o salário mínimo atualizado e não o revogado -, a distorção atingiu, a princípio, os segurados que se aposentaram antes de novembro de 1984, posto que a partir dessa data, por força da determinação contida no Decreto-Lei nº 2.171, de 13/11/84, a autarquia previdenciária, ao reajustar os benefícios previdenciários, passou a considerar o valor do salário mínimo atualizado.

Posteriormente, essa distorção foi integralmente revista pelo INSS, alcançando o período, inclusive, de novembro de 1979 a outubro de 1984, em obediência aos preceitos da Lei nº 7.604/87, que determinou a atualização dos benefícios na forma corretamente estabelecida pelo Decreto-lei nº 2.171/84, e não na errônea interpretação do órgão, o que foi efetivamente cumprido e pago a todos os beneficiários, inexistindo diferenças devidas a esse título.

Em abril de 1989 perde eficácia a Súmula n° 260 em face da revisão determinada no art. 58 do ADCT-CF, passando a vigorar, temporariamente, o critério da equivalência em número de salários mínimos. Esta regra, de eficácia transitória, foi cumprida administrativamente pela autarquia previdenciária, por meio da Portaria Ministerial nº 4.426/1989, sendo indevida nova revisão, uma vez que já efetivada pelo INSS no período compreendido entre abril de 1989 até a regulamentação da legislação previdenciária que a sucedeu, o que se deu em dezembro/1991 (regra do art. 58, parágrafo único, do ADCT).

A orientação da jurisprudência dos Tribunais passou a ser seguida por este E. Tribunal, no julgamento da Argüição de Inconstitucionalidade - AC nº 122.804, em decisão plenária que conheceu do incidente para declarar a constitucionalidade do art. 41, inciso II, da Lei n° 8.213/1991, e alterar a dicção da sua Súmula n° 17, suprimindo-se do seu texto a referência ao salário mínimo como parâmetro para reajuste dos benefícios previdenciários (TRF 2ª Região, Argüição de Inconstitucionalidade na Apelação Cível 122804, Processo nº 96.02.36095-0/RJ, Plenário, Relator Desembargador Federal Castro Aguiar, DJU de 23/4/2002), sobrevindo a Súmula n° 29, com o seguinte teor:

"No reajuste dos benefícios de prestação continuada, mantidos pela Previdência Social, aplica-se o critério da Súmula nº 260 do extinto Tribunal Federal de Recursos até o sétimo mês após a vigência da Constituição Federal de 1988 e, a partir de então, os critérios de revisão estabelecidos nos arts. 58 do ADCT e 201, par. 2º, da mesma Carta Magna".

Após, com a regulamentação do Plano de Benefícios da Previdência Social (Decreto nº 357/91), em dezembro de 1991, são devidos, apenas, os critérios de reajustamento previstos pela Lei nº 8.213/91.

Feitas essas considerações, conclui-se que o benefício do autor, cuja DIB é de 01/01/1984, não está enquadrado em nenhuma exceção, devendo, portanto, ser revisto com base na primeira parte da Súmula 260/TFR, com ressalva em relação à segunda parte da citada súmula, já que as distorções inicialmente ocorrentes foram corrigidas administrativamente.

Quanto ao mais, no que tange à parte da r. sentença que deferiu a aplicação do disposto no artigo 58, do ADCT, desde a data da concessão do benefício até agosto de 1991, por se tratar de matéria estranha à lide, deve a mesma ser considerada *extra petita* e, portanto nula, conforme reconhece a doutrina e jurisprudência, e, em se tratando de questão de ordem pública, pode ser conhecida de oficio pelo magistrado, a teor dos arts. 267, § 3º, e 301, § 4º, do CPC.

"PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO CONCEDIDO APÓS A PROMULGAÇÃO DA CARTA CONSTITUCIONAL DE 1988.
1. Tendo a sentença condenado a autarquia previdenciária a revisar a renda mensal do benefício da autora nos moldes do artigo 202 da Constituição Federal, embora não constituísse ele objeto da lide nem, por isso mesmo, do pleito vestibular, caracteriza-se vício de julgamento extra petita, sendo a sentença nula, no particular, e passível a nulidade de ser declarada, de ofício, pelo Tribunal.
2. Por outro lado, tratando-se de benefício concedido após a promulgação da Carta Política de 1988, não se lhe é aplicável o critério de reajuste enunciado no verbete de nº 260 da súmula da jurisprudência do extinto Tribunal Federal de Recursos, nem o preconizado pelo artigo 58 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
3. Recurso de apelação provido. Sentença anulada no particular da condenação nos moldes do art. 202 da Constituição Federal. Ação julgada improcedente."
(AC 931018659/MG - TRF da 1ª Região - 2ª Turma - Relator Juiz Carlos Moreira Alves - DJ 17/12/1998, pág. 54)

Sendo assim, com base no artigo 557, § 1º-A, do CPC e no artigo 43, § 1º, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal, dou parcial provimento à apelação do INSS, para reduzir a condenação, à aplicação da primeira parte do disposto na Súmula 260, do extinto TFR, ao benefício previdenciário a que faz jus o autor, condenando o INSS a proceder à sua revisão, até março/1989, nos demais termos da sentença apelada, quanto aos corolários legais da condenação.

No mais, com base no artigo 557, caput, do CPC e no artigo 43, § 1º, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nego seguimento ao recurso adesivo.

Decorrido o prazo recursal, certifique-se o trânsito em julgado e devolvam-se os presentes autos à Vara de origem.
Publique-se e intime-se.
Rio de Janeiro, 21 de março de 2007.
MARCIA HELENA NUNES
Juíza Federal convocada -Relatora

III - AGRAVO 2007.02.01.000766-2

RELATOR	:JUÍZA FEDERAL CONVOCADA MARCIA HELENA NUNES EM AUXÍLIO À DES. FED. MARIA HELENA CISNE
AGRAVANTE	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:SERGIO ROBERTO LEAL DOS SANTOS
AGRAVADO	:IDALIA TAQUETTE MACHADO
ADVOGADO	:ROSE MARY GRAHL E OUTROS
ORIGEM	:2ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES (200550010068010)

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, contra a decisão na fl. 35/37, que deferiu a antecipação dos efeitos da tutela, para determinar a revisão da pensão previdenciária da autora para o percentual de 100%, com base na nova redação dada ao art. 75 da Lei nº 8213/91, com a edição da Lei nº 9032/95.

Sustenta o agravante a ausência dos os elementos autorizadores à antecipação dos efeitos da tutela.

Inicialmente, impende observar que o juiz da causa tem o poder diretivo do processo e, em sede de livre convencimento, é quem deve decidir as questões submetidas ao Judiciário em fase de conhecimento. O relator do Agravo deverá reformar essas decisões em casos excepcionais, situações teratológicas, mas nunca se substituir, corriqueiramente, ao juiz da causa.

A antecipação dos efeitos da tutela pressupõe prova inequívoca que convença da verossimilhança da alegação e o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, ou que haja abuso de direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu (art. 273, incisos I e II, do CPC).

Nota-se que o juiz "a quo", ao deferir o pedido de antecipação dos efeitos da tutela tinha em mãos todos os meios e elementos para aferir a veracidade e o cabimento das alegações do agravado, na forma do art. 557, "caput" do CPC.

Porém, quanto ao mérito, é sabido que vinha adotando a tese esposada por parte da doutrina, segundo a qual, por considerar os fins sociais a que se destina o benefício de pensão por morte, autorizava a majoração do percentual aplicado no cálculo do benefício previdenciário, nos termos do art. 75 da Lei 8.213/91, alterado pela Lei 9.032/95.

Contudo, curvo-me, ao entendimento do Supremo Tribunal Federal que, por maioria de votos, deu provimento a dois recursos extraordinários interpostos pelo INSS (RE 416827/SC e RE 415454/SC), para cassar acórdão de Turma Recursal de Juizado Especial Federal que determinara a revisão da renda mensal de benefício de pensão por morte, com efeitos financeiros correspondentes à integralidade do salário de benefícios da previdência geral, a partir da vigência da Lei 9.032/95, independentemente da norma em vigor ao tempo do óbito do segurado.

De acordo com o informativo nº 455 do STF (5 a 9 de fevereiro de 2007), "considerou-se a orientação fixada pelo Supremo no sentido de que, se o direito ao benefício foi adquirido anteriormente à edição da nova lei, o seu cálculo deve se efetuar de acordo com a legislação vigente à época em que atendidos os requisitos necessários (princípio tempus regit actum). Asseverou-se, também, que a fonte de custeio da seguridade prevista no art. 195, § 5º, da CF assume feição típica de elemento institucional, de caráter dinâmico, estando a definição de seu conteúdo aberta a múltiplas concretizações. Dessa forma, cabe ao legislador regular o complexo institucional da seguridade, assim como suas fontes de custeio, compatibilizando o dever de contribuir do indivíduo com o interesse da comunidade. Afirmou-se que, eventualmente, o legislador, no caso, poderia ter previsto de forma diferente, mas desde que houvesse fonte de custeio adequada para tanto. Por fim, tendo em vista esse perfil do modelo contributivo da necessidade de fonte de custeio, aduziu-se que o próprio sistema previdenciário constitucionalmente adequado deve ser institucionalizado com vigência, em princípio, para o futuro."

De todo o exposto, conclui-se ser inadmissível qualquer interpretação da Lei 9.032/95 que venha imputar a aplicação de suas disposições a benefícios de pensão por morte concedidos em momento anterior a sua vigência.

No citado informativo, contém, ainda, a informação de que o Colendo Supremo Tribunal Federal deu provimento a mais 4.908 recursos extraordinários interpostos pelo INSS nos quais se discutia se a Lei 9.032/95 seria aplicável a pensões por morte e aposentadorias concedidas antes de sua vigência, cujo mérito, o STF, por unanimidade, aplicou a orientação fixada no julgamento dos dois supracitados recursos extraordinários, que foram julgados na sessão do dia 8.2.2007.

Portanto, se o benefício foi adquirido anteriormente à edição da nova lei (Lei 9.032/95), o seu cálculo deve se efetuar de acordo com a legislação vigente à época em que atendidos os requisitos necessários, incabível a aplicação da Lei 9.032/95 aos benefícios concedidos antes da sua vigência.

Na esteira desse raciocínio, dou provimento ao agravo de instrumento para reformar a decisão que deferiu a antecipação dos efeitos da tutela requerida.

Intimem-se as partes. Transitada em julgado esta decisão, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

Rio de Janeiro, 21/03/2007.

MARCIA HELENA NUNES
Juíza Federal Convocada

VII - CONFLITO DE COMPETENCIA 2007.02.01.002495-7

RELATORA	:JUÍZA FEDERAL CONV. MARCIA HELENA NUNES, EM AUXÍLIO À DES. FED. MARIA HELENA CISNE
AUTOR	:MARLENE SOARES TRINDADE
ADVOGADO	:DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO
RÉU	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:JOSE CARLOS DA FROTA MATOS
SUSCITANTE	:SETIMO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DO RIO DE JANEIRO-RJ
SUSCITADO	:JUIZO FEDERAL DA 39A VARA-RJ
ORIGEM	:INX JUIZADO ESPECIAL FEDERAL - RIO DE JANEIRO / RIO DE JANEIRO (200651015161778)

DECISÃO

Trata-se de CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA apresentado pelo Sétimo Juizado Especial Federal/RJ (Suscitante) em face de decisão proferida pelo Juízo Federal da 39ª Vara/RJ (Suscitado).

A ação foi proposta em face do INSS e perante a 39ª Vara Federal/RJ, com pedido de distribuição por dependência ao Processo nº 91.0014785-0, com o fim de obter declaração de nulidade processual de sentença ali proferida.

O MM Juízo da 39ª Vara Federal/RJ, considerando que o valor atribuído à causa não atinge o estabelecido pela Lei nº 10.259/2001, declinou da competência para um dos Juizados Especiais Federais do Rio de Janeiro.

Distribuída a ação, o MM Juiz do Sétimo Juizado Especial Federal/RJ suscitou o presente conflito ao argumento de que, sendo a ação anulatória acessória da ação onde foi praticado o ato que se pretende anular, a competência para julgar a ação é da 39ª Vara Federal/RJ.

Relatados, decido:

A Colenda Sexta Turma, atual 2ª Turma Especializada, em consonância com o entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, por equiparação, consolidou o entendimento de que, por não haver vinculação jurisdicional entre Juízes do Juizado Especial Federal e este Eg. Tribunal Regional Federal - assim entendido, porque a despeito da inegável hierarquia administrativo-funcional, as decisões por eles proferidas não se submetem à revisão por parte desta Egrégia Corte - deverá o Conflito de Competência ser decidido pelo Superior Tribunal de Justiça, a teor do art. 105, inciso I, alínea d, da Constituição Federal, que dispõe ser da competência daquele Tribunal processar e julgar, originariamente, os Conflitos de Competência entre juízes vinculados a tribunais diversos. Confira-se:

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA ENTRE JUIZADO ESPECIAL E JUÍZO COMUM. ART. 105, I, "d", DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.
I) Compete ao eg. STJ dirimir Conflito de Competência entre Juizado Especial e Juízo Comum, por força do contido no art. 105, I, "d", da Constituição Federal.
III) Conflito de competência que se declina da competência em favor do STJ."
(TRF/2. 6T. CC. 2003.02.01.003209-2. Rel. Des. Fed. Mª HELENA CISNE. Data Julg.:15/12/2004.)

Ante o exposto, declaro a incompetência absoluta desta Eg. Corte para julgar o presente Conflito de Competência e determino a remessa dos autos ao Eg. Superior Tribunal de Justiça para cumprimento do disposto no art. 105, I, "d", da Constituição Federal.

Oficie-se aos MM Juízos da causa, com as nossas homenagens.

Rio de Janeiro, 05 de março de 2007.

MARCIA HELENA NUNES
Juíza Federal Convocada

III - AGRAVO 2007.02.01.003122-6

RELATOR	:JUÍZA FEDERAL CONVOCADA MARCIA HELENA NUNES EM AUXÍLIO À DES. FED. MARIA HELENA CISNE
AGRAVANTE	:MANOEL BARROS FEO
ADVOGADO	:CARLOS ALBERTO LORANG DE AMORIM E OUTRO
AGRAVADO	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:FABIO GOMES GUIMARAES
ORIGEM	:1A. VARA JUSTIÇA FEDERAL - PETROPOLIS/RJ (200451060003100)

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por MANOEL CARLOS FÉO, contra a decisão nas fls. 56/57, que inadmitiu os Embargos de Declaração, uma vez que os mesmos não são cabíveis contra decisão interlocutória.

Sustenta o agravante, o cabimento de embargos de declaração contra qualquer decisão judicial que contenha omissão, contradição ou obscuridade, requerendo, por fim, a revisão mensal de seu benefício a partir de janeiro/92, a inclusão dos expurgos inflacionários e o afastamento da aplicação da Súmula nº 71 do ex-TFR.

Decido.

Inicialmente, impende observar que o juiz da causa tem o poder diretivo do processo e, em sede de livre convencimento, é quem deve decidir as questões submetidas ao Judiciário em fase de conhecimento. O relator do Agravo deverá reformar essas decisões em casos excepcionais, situações teratológicas, mas nunca se substituir, corriqueiramente, ao juiz da causa.

No caso concreto, a jurisprudência encontra-se sedimentada quanto ao cabimento de embargos de declaração de qualquer decisão omissa, contraditória ou obscura, vejamos:

"Os embargos declaratórios são cabíveis contra qualquer decisão judicial e, uma vez interpostos, interrompem o prazo recursal. A interpretação meramente literal do art. 535 do Código de Processo Civil atrita com a sistemática que deriva do próprio ordenamento processual, notadamente após ter sido erigido a nível constitucional o princípio da motivação das decisões judiciais"
(EREsp 159.317/DF, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, DJU de 26.04.99).

"É entendimento pacífico desta Corte que os embargos declaratórios são cabíveis contra quaisquer decisões judiciais."
(ERESP 159317/DF, CE, Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJ 26.04.1999).

Assim, merece reparo da decisão agravada. Na esteira desse raciocínio, dou provimento parcial ao agravo de instrumento para declarar o cabimento dos embargos de declaração contra decisão interlocutória e determinar a baixa dos autos para o julgamento do mérito do recurso.

Intimem-se as partes. Transitada em julgado esta decisão, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

Rio de Janeiro, 21/03/2007.

MARCIA HELENA NUNES
Juíza Federal Convocada

EXPEDIENTE Nª 137 DO DIA 11 DE ABRIL DE 2007

IV - APELACAO CIVEL 363187 2000.51.10.002258-1

RELATOR	:JUÍZA FEDERAL CONVOCADA MARCIA HELENA NUNES EM AUXÍLIO À DES. FED. MARIA HELENA
APELANTE	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:MIREIA OLIVEIRA ÒALMEIDA
APELADO	:GENYR ALVES PEREIRA
ADVOGADO	:JOSE LUIZ DA SILVA NETO E OUTRO
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 2ª. VARA DE SAO JOAO DE MERITI/SJRJ (200051100022581)
ÓRGÃO ATUAL	:GABINETE DA DRA. MARIA HELENA CISNE

DECISÃO

Trata-se de remessa oficial e de apelação interposta pelo INSS em face da sentença de fls. 126/127, que julgou procedente o pedido, para condenar a Autarquia a conceder, em favor da autora, pensão por morte pelo falecimento de seu filho José Luiz Pereira Santos, com efeitos a partir da data do óbito, ou seja, 13/07/1995, corrigindo-se as parcelas em atraso monetariamente, acrescendo-se juros de 1% ao mês, condenando, ainda, o INSS em honorários advocatícios fixados em 5% sobre o montante dos atrasados. Deferiu, ainda, a tutela antecipada pra determinar ao INSS que implemente em 60 dias o benefício em favor da Autora, sob pena de multa diária.
GENYR ALVES PEREIRA ajuíza, em 12/04/2000, ação de rito ordinário de concessão de pensão, sob a égide da gratuidade de Justiça (deferida na fl. 19), alegando ser dependente econômica de seu filho JOSÉ LUIZ PEREIRA SANTOS, falecido em 12/07/1995, o qual não tinha descendentes, tendo, porém, sido indeferido seu pedido administrativo.
Contestação do INSS, nas fls. 22/23, alegando que, ao contrário do que sustenta a autora, em se tratando de mãe de segurado, é preciso comprovar a dependência econômica, ao teor do artigo 16, II e § 4º, da Lei nº 8.213/91. Não o tendo feito a autora, improcede o pedido.

Após insistentes requisições judiciais, veio aos autos o processo administrativo de indeferimento do benefício requerido pela autora, nas fls. 60/121.

O juiz de primeiro grau julgou procedente o pedido, considerando comprovados os três requisitos necessários para a concessão do benefício pleiteado, dentre eles a dependência econômica da autora em relação ao falecido segurado.

Da aludida sentença apela o INSS, nas fls. 133/136, com preliminar de cassação da concessão dos efeitos de tutela antecipada, já que a sentença é objeto de recurso. Argumenta que nem a autora nem seu falecido filho possuíam o estado civil de solteiro, como quer fazer crer a inicial, estando nos autos a certidão de casamento de ambos, embora o falecido tenha se divorciado, mas o filho da apelada não permaneceu todo o tempo em sua companhia. Ao contrário do que alega, a Apelada possui marido, aposentado, e uma filha, conforme o documento de fl. 100. O fato de o finado filho da Apelada dar uma ajuda financeira não configura a dependência econômica até porque, se chegou mesmo a residir com a mãe, gerava custos, fazendo o que se chama apoio moral e não manutenção integral do lar, até porque a Apelada tinha marido em sua companhia. Ao contrário do alegado, o falecido acabou morrendo de tuberculose pulmonar, o que, certamente, gerou gastos com remédios, etc, e não estava trabalhando, encontrando-se em benefício de auxílio doença desde 12/03/93, de modo que não há como alegar dependência econômica em relação ao filho. Também aponta, quanto à documentação junta, para endereços diversos da inicial. Sustenta, pois, ser deficiente a prova produzida nos autos, no que tange à alegada dependência econômica, inclusive porque sequer foi produzida prova testemunhal. Passa a requerer novo julgamento, dentro dos limites traçados pelo objeto da ação e pelo conjunto das provas, pois o direito pleiteado não restou provado, devendo ser reformada a sentença para ser julgado improcedente o pedido. No caso, porém, de ser mantida a condenação, deve ser alterado o marco inicial da concessão do benefício para a data da citação e não a do falecimento, pois o requerimento administrativo ocorreu em 06/04/98, quando já vigente a Lei 9.528/97. Também deve ser suspensa a concessão da tutela antecipada, além de, em se tratando de ação movida em 2000, não ter havido requerimento de aplicação dos juros segundo o art. 406, do novo Código Civil. Deve, ainda, ser afastada a condenação nas custas por gozar o Apelante de isenção legal e a Apelada obteve gratuidade de Justiça.

A apelação foi recebida no duplo efeito, pelo despacho de fl. 141.

Veio aos autos a carta de concessão do benefício da Autora, na fl. 147, com os anexos de fls. 148/150 e informação do INSS de sucesso na concessão da pensão, conforme fls. 151/152.

Contra-razões, nas fls. 154/155, pela manutenção da sentença.
Remetidos os autos a este E. Tribunal, deles teve vista o Ilustre representante do Ministério Público Federal, manifestando a desnecessidade de intervenção ministerial (fls. 160/161).

Relatados, fundamento e decido:

Conforme já exposto no relatório, em face da sentença que concedeu pensão por morte à demandante, apela o INSS, apontando, em resumo, para a fragilidade da prova dos autos.

O apelo, bem como a remessa necessária não merecem prosperar.

Inicialmente, mesmo tendo o recurso sido recebido no duplo efeito, eis que a Autarquia Previdenciária veio a cumprir a antecipação de tutela, já tendo habilitado a Autora e lhe concedido o pretendido benefício de pensão por morte, conforme fls. 147 a 152 dos autos. Assim, fica prejudicada a solicitação de suspensão dos efeitos da tutela antecipada.

Trata-se de demanda movida por mãe que requer pensão pela morte de seu filho, que não deixou descendentes. A informação do INSS, de fl. 49, confirma que o falecimento do segurado não gerara outro benefício - já que indeferido administrativamente o pedido da Autora. Esta, segundo as anotações contidas em sua CTPS, teve o último vínculo empregatício cessado em 1986 (fls. 16/18).

No entanto, admite-se haver inconsistências entre o que consta do processo administrativo, vindo aos autos nas fls. 60/121, em confronto com a inicial, em especial o estado civil da autora e do segurado, pois não eram solteiros. Tais inconsistências, porém, não são de molde a prejudicar o conjunto probatório em seu todo.

A autora requereu a concessão de pensão pela morte do filho em 06/04/98 (fl. 61), justificando a demora por estar aguardando a posição da Justiça sobre o processo de divórcio do segurado (fl. 62). Na fl. 74, verifica-se que a autora é casada com Luiz Pereira dos Santos

Consta da certidão de óbito, de fl. 63, que José Luiz Pereira Santos faleceu no Hospital Ary Parreiras, em Niterói, em 12/07/1995, no estado civil de divorciado, sem filhos. O período de internação no Hospital foi de 03/06/95 a 12/07/95 (fl. 102). A certidão de casamento de fl. 64 revela que a união com Neide Pereira dos Santos se deu em 22/02/1986, constando das cópias do processo de divórcio, de fls. 65/67, que o casal se encontrava separado desde 1988, tendo a cônjuge mulher desobrigado o varão da prestação de alimentos (fls. 66/67).

O finado filho da autora, segurado da Previdência Social (vide CTPS por cópia de fls. 88/89) estava em gozo de auxílio-doença, o que é noticiado pelos documentos de fls. 28 e 75 - benefício 31/46.814.480-3 - desde 12/03/93, sendo o último pagamento relativo ao período de 01 a 12/07/95.

A Autora chegou a requerer a realização de justificação administrativa (fls. 76/vº), relacionando testemunhas, cujos documentos de identidade adunou.

A Autora também firmou declaração de dependência econômica e de inexistência de dependentes preferenciais, na fl. 83.

Para comprovação do endereço comum e da própria dependência econômica, há os seguintes documentos:
- fl. 84 - declaração da Associação de Moradores de Vila Mercedes, datada de 06/02/98, é no sentido de que, após seu divórcio, o filho da autora foi residir com a mesma na Rua Dom Alfredo Lote 09 quadra B, Jardim Ideal I, Belford Roxo, com a mãe, até os últimos dias da sua vida.
- fl. 85, nota fiscal nº 13774, de 20/08/93, de Irmãos Tecidos S/A, relativa à compra de tecidos em nome do finado, com endereço da Rua Dom Alfredo s/nº Lt 09 Qd B, Jardim Redentor, Belford Roxo;
- fl. 86, documento fiscal nº 478998, do Ponto Frio, em nome do segurado, constando endereço na Rua Dom Afredo Lt 9 Qd B, Jardim Redentor, B. Roxo;
- fl. 87 - conta de luz, de jan/98, em nome de Luiz Pereira Santos, do endereço da R. Dom Alfredo sn Lt9 QdB, Belford Roxo, constando ser o endereço também da autora;
- fls. 13 e 115 - correspondência da CREDISA para a Autora, em 2/5/97, para o endereço da Rua Dom Alfredo Lt 09 Qd B, Jardim Redentor, em Belford Roxo;
fls. 116 - notas fiscais de ns. 1601 e 1613, emitidas pela Mercearia e Bar Tico e Bico Ltda., de S. João de Meriti, relativas a compras diversas realizadas em 05/10/94 (R$22,50) e 10/07/95 (R$38,60), em nome de José Luiz Pereira dos Santos, com endereço na Rua Dom Alfredo Lt 09 Qd B, Jardim Redentor.

Em se tratando tanto a autora como o segurado de pessoas modestas, não se pode exigir uma prova mais cabal do que aquela que foi oferecida, prevalecendo o princípio do livre convencimento do julgador, consoante o artigo 131, do CPC, não mais prevalecendo o critério de prova tarifada, como pretende a Autarquia Previdenciária quando examina os requerimentos de pessoas desprovidas de recursos.

Ocorre, ainda, que a jurisprudência inclina-se no sentido de não exigir dependência econômica absoluta por parte de mãe em relação a filho, como se vê representado nos julgados cuja ementa se segue:

"DIREITO PREVIDENCIARIO. PENSÃO POR MORTE. CLPS, ART-10, INC-3 E ART-47.
Comprovado que a falecida filha contribuía para o sustento do lar, tem direito a mãe ao recebimento da pensão devida em razão de sua morte."
(AC 9004063196/SC - TRF - 4ª. Região - 1a. Turma - Rel. Vladimir Freitas - DJU 0 11/12/1991 - Pág. 31782)

"PREVIDENCIARIO. PENSÃO. DEPENDENCIA ECONÔMICA.
1. A dependência econômica, para fins previdenciários, não impõe que o dependente viva às expensas exclusivamente do segurado, mas que precise de sua ajuda para sobreviver.
2. Apelo improvido."
(AC 8904059968/RS - TRF da 4ª. Região - 2ª. Turma - Rel. Jardim de Camargo - DJU 04/12/1994 - Pág. 73214)

"PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA DA MÃE EM RELAÇÃO À FILHA - COMPROVAÇÃO. TERMO INICIAL. RENDA MENSAL DO BENEFÍCIO. LEI 8.213/91.
1. Incontrovertida a qualidade de segurada e havendo prova de que a mãe era economicamente dependente da filha, a teor do que dispõe o artigo 16, inciso II, da Lei nº 8.213/91, é de ser concedido o benefício.
2. Comprovado que o pedido de pensão por morte foi formulado na via administrativa, o seu termo inicial é a data do requerimento do benefício perante a autarquia previdenciária, considerando que o foi após o trintídio legal.
3. Renda mensal do benefício nos termos do artigo 75 da Lei nº 8.213/91.
4. Remessa oficial improvida. Sentença integralmente mantida."
(REO 834750/SP - TRF da 3ª. Região; Rel. Juíza MARISA SANTOS; in DJ DATA 12/08/2004; pág. 537)

"PREVIDENCIÁRIO. PROCESSO CIVIL. PENSÃO POR MORTE. CUMULAÇÃO DE BENEFÍCIOS. VIÚVA DE SEGURADO. MÃE NA CONDIÇÃO DE DEPENDENTE DE FILHA SOLTEIRA.
I - Mesmo tratando-se de viúva pensionista do INSS a apelada pode receber outra pensão previdenciária em decorrência do falecimento de sua filha solteira, desde que comprove dependência econômica em relação a esta falecida segurada, nos termos do art. 16, parágrafo 4º, da Lei nº 8.213/91, tendo em vista que o art. 124 do retro aludido diploma legal não veda este tipo de acumulação de benefícios.
II - Como é de valor mínimo a pensão que a apelada já percebe em decorrência do falecimento de seu marido e como restou provado que habitualmente recebia apoio econômico de sua falecida filha solteira, pode a apelada ser considerada dependente desta, embora não exclusivamente."
(AC 144205/SP - TRF da 3ª. Região; Rel. Juiz SERGIO NASCIMENTO; in DJ DATA 21/10/2002; pág. 337.
Assim, agiu bem o magistrado de primeiro grau, ao conceder a pensão pleiteada pela autora, inclusive ao ter fixado como marco inicial do benefício a data do óbito, que se deu em 12/07/1995, já que este é o fato gerador do benefício, pelo qual se rege sua concessão. Assim sendo, pouco importa que a demandante só tenha dado entrado no pedido administrativo de pensão em 06/04/98 (fl. 61), pois tal fato não altera as regras relativas ao benefício, não podendo retroagir os efeitos da alteração produzida pela Lei nº 9.528/97 quanto à redação do artigo 74, da Lei nº 8.213/91. Como consta que o auxílio-doença foi pago até 12/07/95 (informação do INSS de fl. 75), correta a colocação na sentença de que o benefício de pensão se faz devido desde a data imediatamente subseqüente, ou seja, 13/07/95.

Com relação aos juros moratórios, em se tratando de regra de ordem pública, não prevalece a alegação do INSS de que os juros a serem aplicados teriam de ser aqueles previstos na época do ajuizamento. Em parte, porém, tem razão o INSS, tratando-se de ação distribuída em 12/04/2000, com citação da Autarquia em 18/04/2001 (fls. 21/vº), de forma que os moratórios não serão de 1% por todo o período. Assim, a única alteração que merece o julgado é relativa aos juros, contados a partir da citação em 0,5% (meio por cento) e, a partir de 11/01/2003 (data em que entrou em vigor o novo Código Civil) é que passou a ser de 1% (um por cento) ao mês, por força do artigo 406 do novo Código Civil combinado com o artigo 167, § 1º, do CTN. Assim se firmou a jurisprudência, conforme segue:

"AGRAVO INTERNO - BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO - IRSM DE FEVEREIRO/94 - JUROS MORATÓRIOS.
1 - Os juros moratórios devem ser fixados em 0,5% ao mês desde a citação até o dia 10/01/2003 e de 1% ao mês a partir desta data, nos termos do art. 406 do Código Civil c/c. o art. 161, § 1º, do CTN.
2 - Agravo provido."
(TRF2 - AC 20035101528840-6 - Rel. Juiz Fed. Conv. GUILHERME DIEFENTHALER - Julg. 10/10/05)

Quanto às custas, tendo sido fixado no julgado recorrido que sejam "ex lege", há que se entender que o INSS delas está isento, por força de lei, não existindo reembolso já que a autora teve deferido o benefício de assistência judiciária, pelo despacho de fl. 19.

Correta a fixação de honorários advocatícios, em montante moderado e de acordo com o enunciado da Súmula nº 111, do colendo STJ.

Em face do exposto, com base no artigo 557, § 1º-A, do CPC e do artigo 43, § 1º, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal, *dou parcial provimento à Apelação e à Remessa Necessária*, tão somente para retificar a taxa dos juros moratórios, da forma acima especificada.

Observadas as formalidades legais, não havendo interposição de recurso, remetam-se os autos à Vara de origem.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007.

MARCIA HELENA NUNES
Juíza Federal Convocada
Relatora

IV - APELACAO CIVEL 2002.51.06.000430-2

RELATOR	:JUÍZA FEDERAL CONVOCADA, MARCIA HELENA NUNES EM SUBSTITUIÇÃO À DES. FED. MARIA HELENA CISNE
APELANTE	:VIRGILIO FRANCISCO
ADVOGADO	:CARLOS ALBERTO L. DE AMORIM
APELADO	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:GERALDO V. F. MORRISSY
ORIGEM	:2 VARA JUSTIÇA FEDERAL PETROPOLIS/RJ (200251060004302)
ÓRGÃO ATUAL	:GABINETE DA DRA. MARIA HELENA CISNE

DECISÃO

Trata-se de Recurso de Apelação interposto por *VIRGÍLIO FRANCISCO* contra sentença que julgou procedentes os Embargos à Execução e extinta a execução, com fulcro no art. 267, IV c/c art. 598, do CPC, em demanda previdenciária em que o *INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS* alega excesso de execução.

Apelação da parte Autora alegando, em síntese, que houve, por parte do Juízo, acolhimento de tese distorcida, em total desrespeito à coisa julgada. Acrescentou, por oportuno, que deva ser mantido o valor do benefício em número de salários mínimos assegurando-lhe o valor real da época da concessão. Alegou, ainda, cerceamento de defesa, por falta de oportunidade para se manifestar sobre os cálculos e indevida condenação em honorários de sucumbência.

Oferecidas Contra-razões pela manutenção do *decisum a quo.*

Opina o Ministério Público Federal no sentido da desnecessidade de sua intervenção no presente feito.

É o relatório. Decido.

Importante ressaltar, de início, que não tenho como acatar o pleito da parte Autora no que se refere à falta de oportunidade para se manifestar sobre os cálculos, considerando o Despacho de fl. 22 e a certidão da Secretaria do Juízo na fl. 24.

Tem-se, na peça exordial, que o pedido da parte autora foi no sentido de questionar a modalidade de reajuste adotado pela Previdência a partir de janeiro de 1992.

Quanto ao reclamo da parte Apelante - no que tange à obrigação de fazer - desejando ter seu benefício calculado pela equivalência salarial *ad infinitum*, tenho que seja incabível, como bem salientado pelo r. Julgado *a quo* em sua fundamentação.

A Constituição Federal determina que os reajustamentos do benefício previdenciário devem seguir os critérios definidos pelo legislador ordinário, a quem o constituinte delegou competência para definir quais os índices aptos a preservar o valor real dos benefícios. Ao contrário do que se imagina, com a preocupação de recuperar o valor dos benefícios, não pretendeu o constituinte indexar *ad eternum* os benefícios à variação do salário-mínimo, pretendeu sim, em um primeiro momento, promover uma recuperação dos valores dos benefícios e, posteriormente, mantê-los resguardados da corrosão da moeda, através de índices representativos da realidade inflacionária.

Tenho, pois, que o entendimento esposado pela r. Julgadora nos Embargos à Execução encontra eco no caso em tela, considerando que a partir de MAIO/89, a Autarquia previdenciária procedeu à revisão do benefício no âmbito administrativo (Portaria Ministerial nº 4.426/89 - MPAS), em cumprimento ao determinado no art. 58 do ADCT-CF/88, o qual perdeu sua eficácia com a implantação do Plano de Custeio e Benefícios da Previdência Social (Leis 8.212 e 8.213, ambas de 1991).
Neste sentido vale destacar a seguinte decisão proferido nesta Eg. Corte:

EMBARGOS À EXECUÇÃO - PREVIDENCIÁRIO - PROCESSO CIVIL - PRESCRIÇÃO DE PRESTAÇÕES DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO - CÁLCULO ZERO.
1 - Depois de março de 1989, data da implantação da revisão estabelecida pelo art. 58 do ADCT, não cabem diferenças relativas à Súmula 260 do ex - TFR.
2 - Recurso improvido.
*(*AC - APELAÇÃO CIVEL - 280170, *Processo* 200202010062298/RJ, *Relator DES. FED.* ANDRE KOZLOWSKI, DJU DATA:12/05/2003 PÁGINA: 247*).*

Importante destacar, por oportuno, as pertinentes palavras do Juízo *a quo*, as quais me alio e que ora transcrevo:

"fls. 26/29
...
Por outro lado, considerando que o Setor de Contadoria Judicial, nos cálculos de fls. 11/21, demonstrou que o benefício do Embargado já foi reajustado a partir de janeiro de 1992, de acordo com o índice nacional de política salarial, conforme a sentença de fls. 22/24, confirmada pelo acórdão ementado às fls. 54, que somente reformou a sentença para reduzir a verba honorária, bem como pela decisão em Recurso Especial de fls. 97, todas dos autos do processo principal em apenso, uma vez que não foi encontrado saldo passível de execução, impõe-se, por óbvio, a extinção da execução, tendo em vista a ausência de uma de suas condições de procedibilidade, qual seja, o montante sobre o qual venha a recair a satisfação do crédito.
Neste sentido, já decidiu a Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, nos autos da AC nº 0427461/92-RS, Rel. Juiz Vladmir Freitas, DJU (mês-dia-ano): 13-10-1993, pág.: 43220, a teor de cuja ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. PROCESSO CIVIL. SENTENÇA DE LIQUIDAÇÃO. SÚMULA 260 DO TFR. CÁLCULO NEGATIVO. CPC, ART. 605, 598 E 267, IV.
SE INICIADA A FASE DE EXECUÇÃO APURA-SE QUE O AUTOR, FACE À DATA DO INÍCIO DO SEU BENEFÍCIO, NADA TEM A RECEBER, TENDO SIDO A SENTENÇA PROFERIDA NO PROCESSO DE CONHECIMENTO FRUTO DE MANIFESTO ENGANO, CUMPRE JULGAR-SE EXTINTA A EXECUÇÃO POR FALTA DE PRESSUPOSTO DE DESENVOLVIMENTO REGULAR, ARQUIVANDO-SE OS AUTOS."

Quanto à verba honorária, importante ressaltar que o beneficiário da justiça gratuita não tem direito à isenção da condenação nas verbas de sucumbência, mas à suspensão do pagamento, enquanto durar a situação de pobreza, pelo prazo máximo de cinco anos, findo o qual estará prescrita a obrigação, a teor do disposto no artigo 12 da Lei n.º 1.060/50" (AgRg no Recurso Especial 364.021/DF, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 26.05.03).
Porém, compulsando os autos, não se tem notícia do pedido de gratuidade de justiça deferida que pudesse justificar a pretensão do apelo.

Desta feita, concluo que o *decisum* proferido pelo juízo *a quo* não merece qualquer censura, devendo ser mantido por seus próprios fundamentos, que ora ratifico.
Isto posto, com fulcro no artigo 557, *caput*, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao apelo, mantendo *in totum* a r. sentença apelada.
Observadas as cautelas de praxe, devolvam-se os presentes autos à Vara de origem.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007.

Marcia Helena Nunes
Juíza Federal Convocada

IV - APELACAO CIVEL 2003.51.01.518622-1

RELATORA	:JUÍZA FEDERAL CONV. MARCIA HELENA NUNES, EM AUXÍLIO À DES. FED. MARIA HELENA CISNE
APELANTE	:JOSE VERISSIMO ALVES
ADVOGADO	:TATIANA TROMMER BARBOSA
APELADO	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:ENEIDA MARIA DOS SAMTOS
ORIGEM	:TRIGÉSIMA OITAVA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200351015186221)

DECISÃO

Trata-se de APELAÇÃO CÍVEL de sentença de fls. 56/58 que julgou improcedente o pedido de reajuste do benefício previdenciário em tela para que seja aplicado IGP-DI.

Inconformada, a parte autora interpôs o presente recurso (fls. 65/85) pugnando pela reforma da sentença, em respeito ao princípio da irredutibilidade do valor do benefício. Requer, ainda, sejam apreciadas as questões constitucionais aventadas no recurso, para fins de eventual interposição de novo recurso à instância superior.

Contra-razões apresentadas (fls. 90/95), os autos vieram a esta Eg. Corte, oportunidade em que o Ministério Público Federal opinou pela manutenção da sentença. Relatados, decido:

Inicialmente, deixo de analisar, passo a passo, as argumentações recursais tendo em vista que, de acordo com o entendimento jurisprudencial preponderante, o juiz não está obrigado a analisar todas as argumentações suscitadas pela parte, mas apenas a indicar os fundamentos suficientes à exposição de suas razões de decidir, dando cumprimento ao art. 93, IX da Carta Magna.

Neste sentido vem decidindo este E. Tribunal, conforme se infere dos acórdãos abaixo transcritos:

"REVERSÃO DE PENSÃO - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO.
I - O acórdão embargado, ao contrário do que alega o Recorrente, encontra-se devidamente fundamentado, inexistindo qualquer omissão, obscuridade ou contrariedade quanto aos dispositivos elencados, quais sejam: artigos 2º - 5º, LXIX - 37 caput e 169 da CF/88; artigo 1º da Lei 1533/51; artigo 2º da Lei 9784/99 e art. 262 e 295, IV, do CPC.
II - O juiz não é obrigado a examinar todos os argumentos das partes, quando já tenha fundamentos suficientes para lastrear sua decisão, com o seu livre convencimento (art. 131, do CPC).
III - O acórdão apenas reconheceu que não decorreu o prazo decadencial, para impetração do mandado de segurança, anulando a sentença e determinando o prosseguimento do feito.
IV - embargos de declaração improvidos."
(TRF/2. EDAMS 1999.02.01.036644-4. Rel. Des. Fed. TÂNIA HEINE, DJ 12.05.2004)

Ressalte-se, ainda, que o próprio E. STJ já esclareceu não haver necessidade de citação do dispositivo legal para que se considere pré-questionada a matéria. O pré-questionamento existe se, no julgamento, tiver havido formação de juízo acerca da matéria sobre a qual se pretende recorrer. Confira-se:

"AGRAVO REGIMENTAL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - ANULAÇÃO DE DÉBITO FISCAL - AUSÊNCIA DE PRÉ-QUESTIONAMENTO - SÚMULA N. 282 E 356 DO STF E SÚMULA 211 DO STJ.
É cediço que não é necessária menção a dispositivos legais para que se considere pré-questionada uma matéria; basta que o tribunal expressamente se pronuncie sobre ela. Da mesma forma, a simples oposição de embargos de declaração e a menção, pelo colegiado a quo ao dispositivo apontado como violado não garante o pré-questionamento do tema discutido no recurso especial. (...)."
(AGA 376850-SP, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. FRANCIULLI NETO, DJ 25.03.2002)

Quanto ao pedido de aplicação do IGP-DI para reajustar os benefícios previdenciários. A matéria encontra-se pacificada no sentido de que não há ilegalidade na adoção de índices que representem a variação de que trata o inciso IV, do art. 41, da Lei nº 8.213/91, ainda que diverso do divulgado pelo IBGE, desde que divulgado por instituição de reconhecida notoriedade. Confira-se o entendimento pretoriano:

"PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. MANUTENÇÃO DO VALOR REAL DOS BENEFÍCIOS. LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL ADOTADA. DESVIRTUAMENTO DO ESTAMPADO NO ART. 201, § 4º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. RESPONSABILIDADE DA LEGISLAÇÃO ORDINÁRIA PARA ESTABELECER CRITÉRIOS DE RECOMPOSIÇÃO. IGP-DI. ART. 41, § 9º DA LEI 8.213/91. DESVINCULAÇÃO E APLICAÇÃO DE DIVERSOS ÍNDICES. PERCENTUAIS DIVULGADOS POR MEDIDAS PROVISÓRIAS. APLICABILIDADE DO INPC. MULTA. IMPOSIÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ARTIGO 538, PARÁGRAFO ÚNICO DO CPC. MANUTENÇÃO. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.
I - (...)
II - (...)
III - O Pretório Excelso, ao apreciar o RE. 219.880-RN, decidiu que o artigo 201, § 4º da Constituição "deixou para a legislação ordinária o estabelecimento dos critérios para essa preservação. E, para isso, a legislação tem adotado indexadores que visam a recompor os valores em face da inflação, não dando margem, evidentemente, à caracterização da inconstitucionalidade dela a alegação de que, pela variação que pode ocorrer entre esses índices pelo critério de sua aferição, se deva ter por inconstitucional um que tenha sido menos favorável que o outro. Para essa declaração de inconstitucionalidade seria mister que se demonstrasse que o índice estabelecido em lei para esse fim é manifestamente inadequado, o que não ocorre no caso".
IV - Quanto ao problema da adoção do IGP-DI, cumpre atentar ao disposto no artigo 41, § 9º da Lei 8.213/91, alterado pela M.P. 2.022-17, de 23/05/2000. Sua redação prescreve que "Quando da apuração para fixação do percentual do reajuste do benefício, poderão ser utilizados índices que representem a variação de que trata o inciso IV deste artigo, divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou de instituição congênere de reconhecida notoriedade, na forma do regulamento."
V - Neste quadro, verifica-se que o critério utilizado para reajustar os benefícios desvinculou-se de um índice específico, que no caso era o IGP-DI. Optou-se pela adoção de qualquer outro índice legal, mesmo diverso do divulgado pelo IBGE, desde que fosse um índice divulgado por "instituição congênere de reconhecida notoriedade".
VI - Analisando diversos índices oficiais divulgados por diferentes Medidas Provisórias, verifica-se que não havia qualquer correlação com os índices oficiais, até porque não houve qualquer motivação a respeito, o que deu ensejo a diversas digressões quanto ao desrespeito ao comando lançado no § 9º, do art. 41, da Lei 8.213/91. Todavia, examinando melhor o problema alusivo aos percentuais oficiais definidos, observa-se que os mesmos procuraram levar em conta, sempre que possível, o INPC.
VII - Neste contexto, infere-se que os percentuais foram fixados em patamar ligeiríssimamente superior ao INPC. Confira-se: 1- A Medida Provisória 1.572-1, de 28.05.1997 concedeu aos benefícios previdenciários um reajustamento anual de 7,76%, quando a variação acumulada do INPC, nos últimos dozes meses, naquela competência maio/1997, era de 6,95%, ou seja, o índice concedido no mencionado período foi superior ao aferido pelo INPC; 2 - A Medida Provisória 1.663, de 28.05.1998, concedeu aos benefícios previdenciários um reajuste anual de 4,81%, enquanto a variação acumulada do INPC, nos últimos doze meses era de 4,75%; 3- A Medida Provisória 1.824-1, de 28.05.1999 concedeu aos benefícios previdenciários um reajuste anual de 4,61%, ou seja, superior ao INPC do período de junho/1998 a maio/1999, que atingiu o patamar de 3,14%; 4- A Medida Provisória 2.022-17/2000 autorizou um reajuste dos benefícios em 5,81%, a partir de junho, sendo que naquele ano o índice aferido pelo INPC ficou ligeiramente menor; 5- Em 2001, foi editado o Decreto 3.826, de 31.05.2001, que autorizou o reajuste dos benefícios em 7,66%, ou seja, valor idêntico ao INPC, descontada a diferença de 0,07%.
VIII - Nestes termos, levando-se em consideração os percentuais divulgados pelos órgãos oficiais, têm-se que todas as normas autorizativas de reajustes aos benefícios previdenciários levaram em consideração o INPC, no período de 1997 a 2001. Desta feita, sendo o INPC índice de indubitável credibilidade, torna-se inviável a opção por outro mais satisfatório às pretensões dos beneficiários, a teor da interpretação dada pelo Pretório Excelso ao analisar o tema (art. 201, § 4º da CF/88).
IX - Manutenção da multa imposta, em sede de embargos de declaração, com fulcro no artigo 538, parágrafo único do Código de Processo Civil.
X - Agravo interno desprovido."
(STJ/5T. AEEAG. 582346. Proc. 2004.00086292. Rel. Min. GILSON DIPP. DJ. 29/11/04. PAG. 374)

Ante o exposto, CONHEÇO DA APELAÇÃO CÍVEL e, com fulcro no art. 557, Caput, do CPC, c/c art. 43, § 1º, inciso II, do Regimento Interno deste TRF-2ª Região NEGO-LHE PROVIMENTO nos termos da fundamentação supra.

Oportunamente, baixem os autos à Vara de origem.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007.

MARCIA HELENA NUNES
Juíza Federal Convocada
IDP

IV - APELACAO CIVEL 2003.51.01.523674-1

RELATORA	:JUÍZA FEDERAL CONV. MARCIA HELENA NUNES, EM AUXÍLIO À DES. FED. MARIA HELENA CISNE
APELANTE	:RICARDO JOSE LACLAU DE UZEDA
ADVOGADO	:TATIANA TROMMER BARBOSA E OUTRO
APELADO	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:ISTVAN NUNES LAKI
ORIGEM	:TRIGÉSIMA NONA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200351015236741)

DECISÃO

Trata-se de APELAÇÃO CÍVEL de sentença de fls. 61/69 que julgou improcedente o pedido de conversão do benefício previdenciário em URV, bem como, o reajuste com a aplicação do IGP-DI.

Inconformada, a parte autora interpôs o presente recurso (fls. 75/103) pugnando, em síntese, pela reforma da sentença, em respeito ao princípio da irredutibilidade do valor do benefício. Requer, ainda, sejam apreciadas as questões constitucionais aventadas no recurso, para fins de eventual interposição de novo recurso à instância superior.

Sem contra-razões, os autos vieram a esta Eg. Corte, oportunidade em que o Ministério Público Federal opinou pela manutenção da sentença. Relatados, decido:

Inicialmente, deixo de analisar, passo a passo, as argumentações recursais tendo em vista que, de acordo com o entendimento jurisprudencial preponderante, o juiz não está obrigado a analisar todas as argumentações suscitadas pela parte, mas apenas a indicar os fundamentos suficientes à exposição de suas razões de decidir, dando cumprimento ao art. 93, IX da Carta Magna.

Neste sentido vem decidindo este E. Tribunal, conforme se infere dos acórdãos abaixo transcritos:

"REVERSÃO DE PENSÃO - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO.
I - O acórdão embargado, ao contrário do que alega o Recorrente, encontra-se devidamente fundamentado, inexistindo qualquer omissão, obscuridade ou contrariedade quanto aos dispositivos elencados, quais sejam: artigos 2º - 5º, LXIX - 37 caput e 169 da CF/88; artigo 1º da Lei 1533/51; artigo 2º da Lei 9784/99 e art. 262 e 295, IV, do CPC.
II - O juiz não é obrigado a examinar todos os argumentos das partes, quando já tenha fundamentos suficientes para lastrear sua decisão, com o seu livre convencimento (art. 131, do CPC).
III - O acórdão apenas reconheceu que não decorreu o prazo decadencial, para impetração do mandado de segurança, anulando a sentença e determinando o prosseguimento do feito.
IV - embargos de declaração improvidos."
(TRF/2. EDAMS 1999.02.01.036644-4. Rel. Des. Fed. TÂNIA HEINE, DJ 12.05.2004)

Ressalte-se, ainda, que o próprio E. STJ já esclareceu não haver necessidade de citação do dispositivo legal para que se considere pré-questionada a matéria. O pré-questionamento existe se, no julgamento, tiver havido formação de juízo acerca da matéria sobre a qual se pretende recorrer. Confira-se:

"AGRAVO REGIMENTAL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - ANULAÇÃO DE DÉBITO FISCAL - AUSÊNCIA DE PRÉ-QUESTIONAMENTO - SÚMULA N. 282 E 356 DO STF E SÚMULA 211 DO STJ.
É cediço que não é necessária menção a dispositivos legais para que se considere pré-questionada uma matéria; basta que o tribunal expressamente se pronuncie sobre ela. Da mesma forma, a simples oposição de embargos de declaração e a menção, pelo colegiado a quo ao dispositivo apontado como violado não garante o pré-questionamento do tema discutido no recurso especial. (...)."
(AGA 376850-SP, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. FRANCIULLI NETO, DJ 25.03.2002)

Quanto ao pedido de aplicação da URV, não houve violação a direito adquirido, na medida em que se encontrava ainda em curso o período aquisitivo do direito (o quadrimestre), quando adveio a norma modificadora do critério anteriormente estabelecido.

É pacífica a jurisprudência do eg. STJ, como se observa dos arestos infra:

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO. REAJUSTE. VALOR REAL. CONVERSÃO PARA URV. LEI Nº 8.880/94. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. VERBA HONORÁRIA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 111/STJ.
1. A conversão do benefício para a Unidade Real de Valor somente significa mudança de unidade de medida, não configurando reajuste, pelo que não se pode alegar redução do valor real do benefício. Assim, apresenta-se impossível a incorporação dos resíduos de 10% do IRSM de janeiro e fevereiro de 1994, em face da falta de condição temporal. Precedentes.
2. Os honorários advocatícios, nas ações previdenciárias, incidem apenas sobre as prestações vencidas até a data da prolação da sentença, ut súmula 111/STJ.
3. Agravo regimental improvido."
(AGRESP n. 429.706/RS, Rel. Min. Fernando Gonçalves, STJ, 6ª T., un., DJ 4/8/2003, p. 00455)

"PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGENCIA. BENEFÍCIO EM MANUTENÇÃO. CONVERSÃO EM URV. INCORPORAÇÃO. IRSM INTEGRAL. NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 1993. JANEIRO E FEVEREIRO DE 1994. DESCABIMENTO. PRECEDENTES DO STJ E STF.
1. O critério estabelecido pelo art. 20 da Lei n. 8.880/94 para conversão dos benefícios previdenciários em manutenção para URV não gerou ofensa a direito dos segurados.
2. As antecipações de 10% referentes a novembro e dezembro de 1993 foram incorporadas aos valores dos benefícios reajustados em janeiro/94, ao final do quadrimestre, nos exatos termos da Lei n. 8.700/93, e computados na média aritmética calculada conforme o artigo supracitado.
3. Quanto aos meses de janeiro e fevereiro, não tendo se completado o quadrimestre, o que somente ocorreria nomes de maio, não há falar em direito adquirido, na media em que, por ocasião da conversão dos benefícios em URV, o que havia era mera expectativa de direito.
4. Entendimento pacificado no STJ e STF.
5. Embargos de divergência acolhidos."
(ERESP n. 411.564/RS, Rel. Min. Laurita Vaz, STJ, 3ª Seção, un., DJ 8/9/2003, p. 00218)

Também não assiste razão ao recorrente quanto à adoção do IGP-DI para reajustar os benefícios previdenciários. A matéria encontra-se pacificada no sentido de que não há ilegalidade na adoção de índices que representem a variação de que trata o inciso IV, do art. 41, da Lei nº 8.213/91, ainda que diverso do divulgado pelo IBGE, desde que divulgado por instituição de reconhecida notoriedade. Confira-se o entendimento pretoriano:

"PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. MANUTENÇÃO DO VALOR REAL DOS BENEFÍCIOS. LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL ADOTADA. DESVIRTUAMENTO DO ESTAMPADO NO ART. 201, § 4º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. RESPONSABILIDADE DA LEGISLAÇÃO ORDINÁRIA PARA ESTABELECER CRITÉRIOS DE RECOMPOSIÇÃO. IGP-DI. ART. 41, § 9º DA LEI 8.213/91. DESVINCULAÇÃO E APLICAÇÃO DE DIVERSOS ÍNDICES. PERCENTUAIS DIVULGADOS POR MEDIDAS PROVISÓRIAS. APLICABILIDADE DO INPC. MULTA. IMPOSIÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ARTIGO 538, PARÁGRAFO ÚNICO DO CPC. MANUTENÇÃO. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.
I - (...)
II - (...)
III - O Pretório Excelso, ao apreciar o RE. 219.880-RN, decidiu que o artigo 201, § 4º da Constituição "deixou para a legislação ordinária o estabelecimento dos critérios para essa preservação. E, para isso, a legislação tem adotado indexadores que visam a recompor os valores em face da inflação, não dando margem, evidentemente, à caracterização da inconstitucionalidade dela a alegação de que, pela variação que pode ocorrer entre esses índices pelo critério de sua aferição, se deva ter por inconstitucional um que tenha sido menos favorável que o outro. Para essa declaração de inconstitucionalidade seria mister que se demonstrasse que o índice estabelecido em lei para esse fim é manifestamente inadequado, o que não ocorre no caso".
IV - Quanto ao problema da adoção do IGP-DI, cumpre atentar ao disposto no artigo 41, § 9º da Lei 8.213/91, alterado pela M.P. 2.022-17, de 23/05/2000. Sua redação prescreve que "Quando da apuração para fixação do percentual do reajuste do benefício, poderão ser utilizados índices que representem a variação de que trata o inciso IV deste artigo, divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou de instituição congênere de reconhecida notoriedade, na forma do regulamento."
V - Neste quadro, verifica-se que o critério utilizado para reajustar os benefícios desvinculou-se de um índice específico, que no caso era o IGP-DI. Optou-se pela adoção de qualquer outro índice legal, mesmo diverso do divulgado pelo IBGE, desde que fosse um índice divulgado por "instituição congênere de reconhecida notoriedade".
VI - Analisando diversos índices oficiais divulgados por diferentes Medidas Provisórias, verifica-se que não havia qualquer correlação com os índices oficiais, até porque não houve qualquer motivação a respeito, o que deu ensejo a diversas digressões quanto ao desrespeito ao comando lançado no § 9º, do art. 41, da Lei 8.213/91. Todavia, examinando melhor o problema alusivo aos percentuais oficiais definidos, observa-se que os mesmos procuraram levar em conta, sempre que possível, o INPC.
VII - Neste contexto, infere-se que os percentuais foram fixados em patamar ligeiríssimamente superior ao INPC. Confira-se: 1- A Medida Provisória 1.572-1, de 28.05.1997 concedeu aos benefícios previdenciários um reajustamento anual de 7,76%, quando a variação acumulada do INPC, nos últimos dozes meses, naquela competência maio/1997, era de 6,95%, ou seja, o índice concedido no mencionado período foi superior ao aferido pelo INPC; 2 - A Medida Provisória 1.663, de 28.05.1998, concedeu aos benefícios previdenciários um reajuste anual de 4,81%, enquanto a variação acumulada do INPC, nos últimos doze meses era de 4,75%; 3- A Medida Provisória 1.824-1, de 28.05.1999 concedeu aos benefícios previdenciários um reajuste anual de 4,61%, ou seja, superior ao INPC do período de junho/1998 a maio/1999, que atingiu o patamar de 3,14%; 4- A Medida Provisória 2.022-17/2000 autorizou um reajuste dos benefícios em 5,81%, a partir de junho, sendo que naquele ano o índice aferido pelo INPC ficou ligeiramente menor; 5- Em 2001, foi editado o Decreto 3.826, de 31.05.2001, que autorizou o reajuste dos benefícios em 7,66%, ou seja, valor idêntico ao INPC, descontada a diferença de 0,07%.
VIII - Nestes termos, levando-se em consideração os percentuais divulgados pelos órgãos oficiais, têm-se que todas as normas autorizativas de reajustes aos benefícios previdenciários levaram em consideração o INPC, no período de 1997 a 2001. Desta feita, sendo o INPC índice de indubitável credibilidade, torna-se inviável a opção por outro mais satisfatório às pretensões dos beneficiários, a teor da interpretação dada pelo Pretório Excelso ao analisar o tema (art. 201, § 4º da CF/88).

IX - Manutenção da multa imposta, em sede de embargos de declaração, com fulcro no artigo 538, parágrafo único do Código de Processo Civil.
X - Agravo interno desprovido."
(STJ/5T. AEEAG. 582346. Proc. 2004.00086292. Rel. Min. GILSON DIPP. DJ. 29/11/04. PAG. 374)

Ante o exposto, CONHEÇO DA APELAÇÃO CÍVEL e, com fulcro no art. 557, Caput, do CPC, c/c art. 43, § 1º, inciso II, do Regimento Interno deste TRF-2ª Região NEGO-LHE PROVIMENTO nos termos da fundamentação supra.

Oportunamente, baixem os autos à Vara de origem.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007.

MARCIA HELENA NUNES
Juíza Federal Convocada

IV - APELACAO CIVEL 2003.51.01.530342-0

RELATORA	:JUÍZA FEDERAL CONV. MARCIA HELENA NUNES, EM AUXÍLIO À DES. FED. MARIA HELENA CISNE
APELANTE	:DALVO PEREIRA DE ARAUJO
ADVOGADO	:TATIANA TROMMER BARBOSA E OUTRO
APELADO	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:ALEXANDRE AUGUSTO QUINTAS
ORIGEM	:TRIGÉSIMA OITAVA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200351015303420)

DECISÃO

Trata-se de APELAÇÃO CÍVEL de sentença de fls. 64/66 que julgou improcedente o pedido de reajuste do benefício previdenciário em tela para que seja aplicado IGP-DI.

Inconformada, a parte autora interpôs o presente recurso (fls. 73/93) pugnando pela reforma da sentença, em respeito ao princípio da irredutibilidade do valor do benefício. Requer, ainda, sejam apreciadas as questões constitucionais aventadas no recurso, para fins de eventual interposição de novo recurso à instância superior.

Contra-razões apresentadas (fls. 98/103), os autos vieram a esta Eg. Corte, oportunidade em que o Ministério Público Federal oficiou pela não intervenção no feito. Relatados, decido:

Inicialmente, deixo de analisar, passo a passo, as argumentações recursais tendo em vista que, de acordo com o entendimento jurisprudencial preponderante, o juiz não está obrigado a analisar todas as argumentações suscitadas pela parte, mas apenas a indicar os fundamentos suficientes à exposição de suas razões de decidir, dando cumprimento ao art. 93, IX da Carta Magna.

Neste sentido vem decidindo este E. Tribunal, conforme se infere dos acórdãos abaixo transcritos:

"REVERSÃO DE PENSÃO - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO.
I - O acórdão embargado, ao contrário do que alega o Recorrente, encontra-se devidamente fundamentado, inexistindo qualquer omissão, obscuridade ou contrariedade quanto aos dispositivos elencados, quais sejam: artigos 2º - 5º, LXIX - 37 caput e 169 da CF/88; artigo 1º da Lei 1533/51; artigo 2º da Lei 9784/99 e art. 262 e 295, IV, do CPC.
II - O juiz não é obrigado a examinar todos os argumentos das partes, quando já tenha fundamentos suficientes para lastrear sua decisão, com o seu livre convencimento (art. 131, do CPC).
III - O acórdão apenas reconheceu que não decorreu o prazo decadencial, para impetração do mandado de segurança, anulando a sentença e determinando o prosseguimento do feito.
IV - embargos de declaração improvidos."
(TRF/2. EDAMS 1999.02.01.036644-4. Rel. Des. Fed. TÂNIA HEINE, DJ 12.05.2004)

Ressalte-se, ainda, que o próprio E. STJ já esclareceu não haver necessidade de citação do dispositivo legal para que se considere pré-questionada a matéria. O pré-questionamento existe se, no julgamento, tiver havido formação de juízo acerca da matéria sobre a qual se pretende recorrer. Confira-se:

"AGRAVO REGIMENTAL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - ANULAÇÃO DE DÉBITO FISCAL - AUSÊNCIA DE PRÉ-QUESTIONAMENTO - SÚMULA N. 282 E 356 DO STF E SÚMULA 211 DO STJ.
É cediço que não é necessária menção a dispositivos legais para que se considere pré-questionada uma matéria; basta que o tribunal expressamente se pronuncie sobre ela. Da mesma forma, a simples oposição de embargos de declaração e a menção, pelo colegiado a quo ao dispositivo apontado como violado não garante o pré-questionamento do tema discutido no recurso especial. (...)."
(AGA 376850-SP, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. FRANCIULLI NETO, DJ 25.03.2002)

Quanto ao pedido de aplicação do IGP-DI para reajustar os benefícios previdenciários. A matéria encontra-se pacificada no sentido de que não há ilegalidade na adoção de índices que representem a variação de que trata o inciso IV, do art. 41, da Lei nº 8.213/91, ainda que diverso do divulgado pelo IBGE, desde que divulgado por instituição de reconhecida notoriedade. Confira-se o entendimento pretoriano:

"PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. MANUTENÇÃO DO VALOR REAL DOS BENEFÍCIOS. LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL ADOTADA. DESVIRTUAMENTO DO ESTAMPADO NO ART. 201, § 4º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. RESPONSABILIDADE DA LEGISLAÇÃO ORDINÁRIA PARA ESTABELECER CRITÉRIOS DE RECOMPOSIÇÃO. IGP-DI. ART. 41, § 9º DA LEI 8.213/91. DESVINCULAÇÃO E APLICAÇÃO DE DIVERSOS ÍNDICES. PERCENTUAIS DIVULGADOS POR MEDIDAS PROVISÓRIAS. APLICABILIDADE DO INPC. MULTA. IMPOSIÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ARTIGO 538, PARÁGRAFO ÚNICO DO CPC. MANUTENÇÃO. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.
I - (...)
II - (...)
III - O Pretório Excelso, ao apreciar o RE. 219.880-RN, decidiu que o artigo 201, § 4º da Constituição "deixou para a legislação ordinária o estabelecimento dos critérios para essa preservação. E, para isso, a legislação tem adotado indexadores que visam a recompor os valores em face da inflação, não dando margem, evidentemente, à caracterização da inconstitucionalidade dela a alegação de que, pela variação que pode ocorrer entre esses índices pelo critério de sua aferição, se deva ter por inconstitucional um que tenha sido menos favorável que o outro. Para essa declaração de inconstitucionalidade seria mister que se demonstrasse que o índice estabelecido em lei para esse fim é manifestamente inadequado, o que não ocorre no caso".
IV - Quanto ao problema da adoção do IGP-DI, cumpre atentar ao disposto no artigo 41, § 9º da Lei 8.213/91, alterado pela M.P. 2.022-17, de 23/05/2000. Sua redação prescreve que "Quando da apuração para fixação do percentual do reajuste do benefício, poderão ser utilizados índices que representem a variação de que trata o inciso IV deste artigo, divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou de instituição congênere de reconhecida notoriedade, na forma do regulamento."

V - Neste quadro, verifica-se que o critério utilizado para reajustar os benefícios desvinculou-se de um índice específico, que no caso era o IGP-DI. Optou-se pela adoção de qualquer outro índice legal, mesmo diverso do divulgado pelo IBGE, desde que fosse um índice divulgado por "instituição congênere de reconhecida notoriedade".
VI - Analisando diversos índices oficiais divulgados por diferentes Medidas Provisórias, verifica-se que não havia qualquer correlação com os índices oficiais, até porque não houve qualquer motivação a respeito, o que deu ensejo a diversas digressões quanto ao desrespeito ao comando lançado no § 9º, do art. 41, da Lei 8.213/91. Todavia, examinando melhor o problema alusivo aos percentuais oficiais definidos, observa-se que os mesmos procuraram levar em conta, sempre que possível, o INPC.
VII - Neste contexto, infere-se que os percentuais foram fixados em patamar ligeiríssimamente superior ao INPC. Confira-se: 1- A Medida Provisória 1.572-1, de 28.05.1997 concedeu aos benefícios previdenciários um reajustamento anual de 7,76%, quando a variação acumulada do INPC, nos últimos dozes meses, naquela competência maio/1997, era de 6,95%, ou seja, o índice concedido no mencionado período foi superior ao aferido pelo INPC; 2 - A Medida Provisória 1.663, de 28.05.1998, concedeu aos benefícios previdenciários um reajuste anual de 4,81%, enquanto a variação acumulada do INPC, nos últimos doze meses era de 4,75%; 3- A Medida Provisória 1.824-1, de 28.05.1999 concedeu aos benefícios previdenciários um reajuste anual de 4,61%, ou seja, superior ao INPC do período de junho/1998 a maio/1999, que atingiu o patamar de 3,14%; 4- A Medida Provisória 2.022-17/2000 autorizou um reajuste dos benefícios em 5,81%, a partir de junho, sendo que naquele ano o índice aferido pelo INPC ficou ligeiramente menor; 5- Em 2001, foi editado o Decreto 3.826, de 31.05.2001, que autorizou o reajuste dos benefícios em 7,66%, ou seja, valor idêntico ao INPC, descontada a diferença de 0,07%.
VIII - Nestes termos, levando-se em consideração os percentuais divulgados pelos órgãos oficiais, têm-se que todas as normas autorizativas de reajustes aos benefícios previdenciários levaram em consideração o INPC, no período de 1997 a 2001. Desta feita, sendo o INPC índice de indubitável credibilidade, torna-se inviável a opção por outro mais satisfatório às pretensões dos beneficiários, a teor da interpretação dada pelo Pretório Excelso ao analisar o tema (art. 201, § 4º da CF/88).
IX - Manutenção da multa imposta, em sede de embargos de declaração, com fulcro no artigo 538, parágrafo único do Código de Processo Civil.
X - Agravo interno desprovido."
(STJ/5T. AEEAG. 582346. Proc. 2004.00086292. Rel. Min. GILSON DIPP. DJ. 29/11/04. PAG. 374)

Ante o exposto, CONHEÇO DA APELAÇÃO CÍVEL e, com fulcro no art. 557, Caput, do CPC, c/c art. 43, § 1º, inciso II, do Regimento Interno deste TRF-2ª Região NEGO-LHE PROVIMENTO nos termos da fundamentação supra.

Oportunamente, baixem os autos à Vara de origem.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007.

MARCIA HELENA NUNES
Juíza Federal Convocada

IV - APELACAO CIVEL 373272 2004.51.01.528690-6

RELATOR	:JUÍZA FEDERAL CONVOCADA MARCIA HELENA NUNES EM AUXÍLIO À DES. FED. MARIA HELENA
APELANTE	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:BRUNA SARMENTO DOS SANTOS
APELADO	:ELOIZIA ALBUQUERQUE FREITAS
ADVOGADO	:SANDRA CRISTINA PEIXOTO DE SOUZA
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 37ª. VARA/SJRJ (200451015286906)
ÓRGÃO ATUAL	:GABINETE DA DRA. MARIA HELENA CISNE

DECISÃO

Trata-se de remessa oficial e de apelação do INSS, em face da sentença de fls. 97/99, que julgou procedente o pedido, para condenar o INSS ao pagamento à Autora, vitaliciamente, do benefício de pensão por morte de nº 21/134.672.660-1, desde a data do requerimento administrativo (DIB 12/07/2004), sendo as verbas atrasadas monetariamente corrigidas e acrescidas de juros de mora de 1%, contados estes da citação, tendo em vista o caráter alimentar da dívida. Sem custas, arcando o INSS com honorários advocatícios de 5% sobre o valor da condenação, excluídas as prestações vincendas.

ELOIZIA ALBUQUERQUE FREITAS ajuizou, em 21/09/2004, ação ordinária em face do INSS, sob a égide da gratuidade de Justiça, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela. Diz ter convido por 30 anos ininterruptos, em regime *"more uxório"* com Octavio Othelo Soares Lopes, aposentado do INSS (benefício nº 32/69.028.708-9, DIB em 0103.75), falecido em 19/02/2004, resultando da união o nascimento de dois filhos, dos quais um faleceu e a outra já é maior de idade. Como tiveram filhos de relações anteriores, criaram todos conjuntamente e são eles que acodem atualmente a requerente, idosa e muito doente, com despesas médicas e para compra de remédios. Buscou seus direitos de companheira perante o INSS, requerendo a pensão por morte, no que não logrou êxito, o que a levou à presente demanda. Sustenta que a documentação que instruiu o pedido é suficiente para comprovar a união estável com o segurado e a qualidade de dependente, esperando a concessão da pensão, desde a data do óbito, com os corolários legais.

Pela decisão de fl. 43, foram deferidos os pedidos de gratuidade de justiça e de tutela antecipada, sendo intimado o INSS para fins de cumprimento, bem como citado.

Contestação do INSS nas fls. 48/52, sustentando caber à autora comprovar a alegada união estável com o suposto companheiro e a documentação trazida aos autos não comprova o período de convivência da Autora com o segurado, nem mesmo que a mesma ainda coabitava com ele na data de seu óbito, não se podendo afirmar a dependência econômica, a ser também provada. No caso de concessão do benefício, porém, deve vigorar desde a data do requerimento administrativo, em 12/07/2004 e não do óbito, segundo o art. 74, II, da Lei 8.213/91. Espera a improcedência do pedido. Aduna os documentos de fls. 53/78.

Em atendimento à intimação judicial, o INSS comprova a concessão do benefício, pela petição de fl. 79 e anexo de fls. 80, bem como os de fls. 102/104.

Conforme a assentada de fls. 95/99, foi tomado o depoimento pessoal da demandante e foram inquiridas três testemunhas da autora. Na mesma ocasião, foi proferida a sentença de fls. 97/99, em que foi considerada suficientemente comprovada a união estável e a dependência econômica da autora, de forma que não se justifica a resistência do INSS em conceder o benefício.

Apelação do INSS, nas fls. 107/111, insistindo em que não foi devidamente comprovada pela autora a união estável e a dependência econômica em relação ao finado segurado, que teria sido seu companheiro, não tendo sido atendida a legislação vigente por ocasião do óbito. Espera a reforma do julgado, com a improcedência do pedido.

Contra-razões nas fls. 116/117, pela manutenção da sentença.

Subindo os autos, foi aberta vista à Procuradoria Regional da República, que, nas fls. 122/123, opina pela desnecessidade de intervenção do Ministério Público Federal.

Relatados, passo a fundamentar e decidir:

Em sua apelação, o INSS alega que a autora não logrou comprovar a alegada união estável e a dependência econômica, devendo ser reformado o julgado.

Existe, porém, prova documental e oral satisfatória nos autos.

Desde a inicial e também conforme as cópias do processo administrativo de concessão do benefício de pensão, nas fls. 59/78, verifica-se que a autora carreou, então, os seguintes comprovantes:
Fl. 09 - cópia da identidade da autora;
fl. 10 - extrato trimestral do benefício de Octavio Othelo Soares Lopes, de março a maio/2000;
fl. 11 - cópia da identidade de Octavio Othelo Soares Lopes;
fl. 12 - certidão de óbito do finado segurado, ocorrido em 19/02/2004, aos 85 anos, no estado civil de viúvo, dado como residente na Estr. da Ponte Qd 39, Lt 518, Sta Cruz da Serra, DC, tendo deixado oito filhos maiores;
fl. 13 - certidão de nascimento de Otavio Otelo Albuquerque Lopes, filho do segurado e da autora, nascido em 26/11/1981, sendo declarante o pai;
fl. 14 - certidão de casamento, em 02/12/2002, de Paulo Ricardo Albuquerque Lopes com Milena Santos de Moraes, sendo ele filho de Octavio Othelo Soares Lopes e de Eloizia Albuquerque Freitas, nascido em 18/10/78;
fl. 15 - procuração, por instrumento público, passada em 12/01/2004, por Octavio Othelo Soares Lopes, residente na Trav. Carlos Xavier, 119, c/105, em Madureira, outorgando amplos poderes à Autora para requerer e receber benefícios vencidos ou vincendos, abrir, movimentar sacar e liquidar conta corrente e/ou poupança em nome do outorgante e outros;
fl. 16 - procuração em papel timbrado do INSS, datada de 18/12/90, passada por Octavio Othelo Soares Lopes em favor da Autora para receber mensalidades de benefícios e outros poderes;
fl. 17 - termo de opção feito, em 11/10/2000, pelo segurado Octavio Othelo, perante o INSS, para receber seu benefício na CAIXA;
fl. 18 - ficha - cadastro pessoa física -, da CAIXA, preenchida, em 10/2000, por Octavio Othelo, constando os dados da autora, como cônjuge;
fl. 19 - comprovante de cadastramento da autora, em 14/01/2004, como procuradora do segurado;
fl. 20 - cadastro de associado nº 20413, no CASC Club - Caixa de Assistência ao Consumidor, datado de 13/02/2003, preenchido por Octavio Othelo, colocando a autora entre os dependentes declarados;
fl. 21 - extrato consolidado de 16/04/2001, do HSBC, em nome do segurado;
fl. 22 - protocolo de entrada do pedido de benefício pela autora, em 12/07/2004;
fl. 23/27 - proposta de adesão ao Plano ambulatorial do Word Med Card, Centro Médico, firmado em 15/07/2001, pelo segurado;
fls. 28 a 31 - documentos de/para pagamento, do Convenio CASC Club/ World Med Card, emitida pela CAIXA, com datas de 10/04/2003, 14/02/2003,10/05/2003, 10/04/2003, figurando entre os dependentes a autora;
fl. 32 - declaração firmada por Milton Bóbba Pinto, datada de 15/06/2004, da convivência marital, sob o mesmo tempo e com dependência pecuniária da autora com o segurado, com o nascimento de dois filhos da união, sendo que Otavio Albuquerque Lopes faleceu aos 18 anos de idade;
fl. 33 - declaração firmada por Lourival Fernando Santana Ferreira, datada de 22/06/2004, da convivência marital entre a autora e o segurado;
fl. 34 - declaração firmada por Rosemeri Floriano de Carvalho, datada de 22/06/2004, da convivência marital entre a autora e o segurado, na Travessa Carlos Xavier, 119, casa 104 (sic), em Madureira;
fl. 35/36 - fotografias do casal, em diversas ocasiões;
fl. 42 - comprovante de residência da autora na Travessa Carlos Xavier, 119, casa 105, em Madureira, por meio de conta de luz de jan/2005;
fl. 66 - declaração da Clínica de Assistência Médica Odontológica Diamantes Ltda., em Vaz Lobo, datada de 23/06/2004, de que o segurado Octavio O. Soares Lopes era responsável pelas despesas do plano de saúde nº B52263, cujo titular é Heloisa Albuquerque Freitas;
fl. 72 - cadastro do segurado perante o INSS, tendo como endereço a Tr. Carlos Xavier, 110, em Madureira.

Por ocasião da assentada, lavrada em Juízo, em 25/01/2006, foram ouvidas três testemunhas da autora, de cujos depoimentos colhe-se o que segue:
fls. 95/96 - Milton Bóbba Pinto - disse conhecer o casal do segurado e da autora, pois a testemunha tinha há 10 anos um laboratório de análises clínicas, no qual trabalhava a namorada de um dos filhos do Sr. Octavio e, quando precisou de uma nova funcionária, o casal indicou a filha da autora ; que há 10 anos, a família morava em Santa Cruza da Serra e depois se mudou para Oswaldo Cruz; que o casal nunca se separou e o Sr. Octavio faleceu no Hospital de Saracuruna e, antes de falecer, ele ficou muito tempo doente e a autora cuidou dele;
fl. 96 - Lourival Fernando Santana Ferreira - disse conhecer o casal há cerca de 6 anos, por ser vizinho do casal, em Madureira, sendo que o casal nunca se separou e ao falecer, o Sr. Octavio continuava morando no mesmo endereço com a autora e os filhos do casal; que o Sr. Octavio esteve muito doente e chegou a ser internado algumas vezes e quanto ele estava em casa, era cuidado pela família, sendo que a autora não trabalhava e o Sr. Octavio era aposentado e as despesas do lar eram custeadas por ele;
fls. 96/97 - Rosemeri Floriano de Carvalho - disse conhecer o casal do Sr. Octavio e da autora há aproximadamente 6 anos, por serem vizinhos, em Madureira, sendo que o casal nunca se separou e a autora sempre cuidou do Sr. Octavio quando ele estava doente; que o Sr. Octavio tinha diabete e usava fralda e era a autora quem lhe dava banho e comida, aplicava insulina; que o Sr. Octavio faleceu no Hospital; que o casal continuava morando no mesmo endereço, sendo que a autora não trabalhava e o Sr. Octavio era aposentado e quem custeava as despesas do lar era ele.
Verifica-se que a instância administrativa bem como a defesa judicial mostram-se desumanas, por seu excessivo apego às normas regulamentares, que apenas sugerem situações ideais de prova, que têm de ser reformuladas pela visão prática dos fatos, relativamente a casais modestos, de poucos recursos.

Ninguém a não ser a companheira do finado, que comprovou a moradia comum, por continuados anos, poderia estar de posse de tantos documentos relativos ao finado e comprobatórios do mesmo domicílio, devendo ser relevadas pequenas inconsistências fruto de declarações equivocadas no óbito, pois o último endereço do casal (como bem comprovaram as testemunhas ouvidas em Juízo) ainda é o local onde reside a demandante. Também consta que o segurado colocou a companheira como sua dependente quanto a plano de saúde e pagava assistência médica e odontológica para ela. Não se pode exigir que pessoas modestas possuam bens imóveis em comum, contas bancárias em comum, mas o segurado veio a passar mais de uma procuração constituindo a autora como sua procuradora, para diversos fins, em especial perante o INSS.

É preciso ressaltar a natureza informal da união estável, sobre a qual a importância e valoração das provas são bem esclarecidas pela doutrina, como abaixo:

"Diante da peculiaridade do companheirismo, a questão probatória se reveste de vultosa importância para o reconhecimento do instituto, e a conseqüente irradiação dos efeitos próprios de tal espécie de família. Assim, diferentemente do casamento que é demonstrado pela certidão respectiva, inexiste um documento formal que comprove a existência da relação fundada no companheirismo, razão pela qual há de se admitir todo e qualquer meio de prova admitido em direito, tal como ocorre em relação às situações fáticas que irradiam efeitos jurídicos, como, por exemplo, o usucapião.
(...)

Verifica-se, pois, que a prévia previsão legislativa acerca dos "únicos" meios de prova considerados para demonstrar o companheirismo, bem como a atribuição de importância maior a um documento do que a outro, para fins de aferição da existência ou não da situação fática irradiadora de efeitos jurídicos, não pode ser aceita pelo ordenamento jurídico brasileiro, não estando conforme a legislação atual o tarifamento da prova, motivo pelo qual o regulamento previdenciário somente deve ser considerado a título ilustrativo, mas nunca como modelo ou única fonte para a aferição da existência ou não do companheirismo em determinada relação fática."
(Gama, Guilherme Calmon Nogueira da. *O Companheirismo - Uma espécie de família*. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 1998, pág. 480/482)

A respeito da hipótese, coloca-se a jurisprudência, como exemplificado pelos julgados cujas ementas se seguem:

"PREVIDENCIÁRIO - PENSÃO POR MORTE - CONCUBINATO - LEI Nº 8.213/91.
1. Ocorrida a morte em 1998, sob a égide da Lei nº 8.213/91, esta é a legislação que regula a hipótese de recebimento de pensão pleiteada por ex-companheira.
2. Demonstrada a convivência estável e duradoura, é presumida a dependência econômica da companheira, sendo, evidentemente, desnecessário fazer prova neste sentido.
3. A prova testemunhal produzida nos autos é eficaz para comprovar a existência de união estável.
4. A designação da autora junto ao INSS como companheira do segurado é irrelevante, se comprovada a união estável como entidade familiar, nos termos do § 3º, do art. 226, da Constituição Federal. Isto porque o silêncio do finado não pode ser interpretado de modo a obstar o direito de sua companheira à percepção da pensão por morte.
5. Apelação e remessa "ex-officio" improvidas."
(TRF 2ª Região - Segunda Turma - AC 312318 - Relator Des. Fed. Antonio Cruz Netto - DJ 21.07.2003, p. 64 - Unânime)

"PREVIDENCIÁRIO. COMPANHEIRA. PENSÃO. DIREITO. PROVA PRODUZIDA EM JUSTIFICAÇÃO JUDICIAL. ACUMULAÇÃO COM PENSÃO ESTADUAL.
- As provas da vida em comum para o fim de percepção de benefício previdenciário na condição de companheira não devem ser necessariamente constituídas dos documentos relacionados no art. 11 da CLPS, de vez que nem todas as pessoas, principalmente as mais pobres, podem dispor deles. Para estas a prova da vida em comum não pode ser outra senão a testemunhal, como a que foi produzida pela autora em justificação judicial devidamente homologada, a cujo processo se fez presente o INPS.
(...)
- Apelação desprovida. Sentença confirmada."
(TRF 5ª Região - Primeira Turma - AC 0506223 - Relator Des. Fed. Orlando Rebouças - Data Dec.: 10.11.1990 - Unânime)

"PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. DECLARAÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL ENTRE HOMEM E MULHER. PROVA EXCLUSIVAMENTE TESTEMUNHAL. POSSIBILIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA. CUSTAS. ISENÇÃO.
1. Comprovada a união estável com o ex-segurado da Previdência Social, por prova testemunhal, a autora faz jus ao benefício de pensão por morte.
2. A dependência econômica da companheira com o de cujus, nos termos do art. 16, § 4º, da Lei nº 8.213/91, é presumida.
3. A correção monetária deve ser calculada nos termos da Lei nº 6.899/81, a partir do vencimento de cada parcela (Súmulas nºs 43 e 148 do STJ).
4. (...)
5. Apelação a que se nega provimento e remessa oficial, tida por interposta, a que se dá parcial provimento."
(TRF 1ª Região - Primeira Turma - AC 01000818366 - Relator Des. Fed. Antonio Sávio de Oliveira Chaves - DJ 15.01.2004, p. 18 - Unânime)

Em face do que foi exposto, entendo que a MMª. Juíza *a quo* agiu corretamente ao reconhecer o direito da Requerente à pensão por morte deixada pelo segurado, devendo o benefício ter como data de início a do requerimento administrativo, ou seja, 12/07/2004, como bem posto na douta sentença, já que à data do óbito vigorara o artigo 74, II, da Lei 8.213/91, com a redação dada pela Lei nº 9.528/97.
Pelo exposto, com base no artigo 557, "caput" do CPC, *nego seguimento à apelação e à remessa necessária*, mantendo em todos os seus termos a douta sentença apelada.
Observadas as formalidades de praxe e certificado o trânsito em julgado, baixem os autos à vara de origem.
Rio de Janeiro, 21 de março de 2007.
MARCIA HELENA NUNES
Juíza Federal Convocada - Relatora

IV - REMESSA EX-OFFICIO EM AÇÃO CÍVEL 378461 2004.51.04.002067-0

RELATOR	: JUÍZA FEDERAL CONVOCADA MARCIA HELENA NUNES EM AUXÍLIO À DES. FED. MARIA HELENA
PARTE AUTORA	: ANTONIO JOSÉ COELHO
ADVOGADO	: MARGARIDA MARIA DUARTE I DOS SANTOS E OUTRO
PARTE RÉ	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: FABRICIA BRAGA RABELLO
REMETENTE	: JUIZO FEDERAL DA 3ª. VARA DE VOLTA REDONDA/SJRJ (200451040020670)
ÓRGÃO ATUAL	: GABINETE DA DRA. MARIA HELENA CISNE

DECISÃO
Trata-se de remessa oficial, em face da sentença de fls. 84/90, que julgou procedente em parte o pedido, para condenar o INSS a conceder ao Autor pensão por morte da segurada Lucinéia Gomes Santos, pagando ao autor as parcelas em atraso devidas desde a data do requerimento administrativo do benefício (29/04/2004), atualizadas monetariamente desde a data em que devidas, cada uma delas, e acrescidas de juros moratórios de 1% ao mês, estes incidentes a partir da citação. Condenou o INSS em honorários advocatícios de 10% sobre o valor da causa. Concede a antecipação dos efeitos da tutela, para implantação do benefício, em 20 dias.

ANTONIO JOSÉ COELHO, solteiro, ajuizou, em 25/08/2004, ação ordinária em face do INSS, com pedido de antecipação da tutela. Diz ter convido em regime *"more uxório"* com a segurada Lucinéia Gomes Santos, falecida em 18/04/2004, tendo postulado perante o INSS, em 29/04/2004 o benefício previdenciário a que tem direito, apresentando documentação que comprova a união estável do casal, mas, mesmo assim, ocorreu o indeferimento administrativo. Invoca a proteção constitucional ao companheirismo e a previsão da lei previdenciária, em apoio a seu pleito. Aduna os documentos de fls. 08/29.

A decisão de fl. 30 concede o benefício de gratuidade de Justiça, mas indefere a antecipação de tutela.

Contestação do INSS, nas fls. 34/36, sustentando que o autor, que passou a poder pleitear pensão de companheira após a nova Constituição Federal, não comprovou devidamente a união estável e a dependência econômica, desatendendo ao que prescreve o artigo 20 do Decreto nº 3.048/99, motivo pelo qual foi correta a decisão administrativa que indeferiu o pedido de benefício. Espera a improcedência do pedido.

Na assentada realizada em 20/08/2005, foram colhidos os depoimentos de 3 testemunhas do autor, conforme fls. 57/61, sendo junta, nas fls. 63/vº, cópia da carta de concessão do benefício de auxílio-doença que auferia a segurada, constando o mesmo endereço do demandante. Novos documentos juntos nas fls. 68/74.

O despacho de fl. 78 determina ao INSS que preste esclarecimentos, o que se deu com a petição de fl. 81 e os anexos de fls. 82/83.

Ao julgar o feito, o magistrado considerou satisfatória a prova produzida nos autos acerca da união estável entre o autor e a segurada, em residência comum, tendo ele custeado as despesas do funeral.. Além disso, a prova oral comprova a convivência do casal pelo período alegado pelo demandante.

Em face do deferimento da antecipação da tutela, foi intimado o INSS a cumprir de imediato o julgado, tendo comprovado o atendimento com a petição de fl. 98, o que o Autor confirma nas fls. 102/103.

Não foi oferecido recurso voluntário.

Subindo os autos, em face do duplo grau obrigatório de jurisdição, foi aberta vista dos autos ao MPF, que, no parecer de fls. 109/112, opinou pelo improvimento da remessa.

Relatados, passo a fundamentar e decidir:

Como visto, os autos subiram exclusivamente em face do duplo grau obrigatório de jurisdição, não tendo havido recurso voluntário.

Trata-se de pleito formulado por companheiro de segurada que, para prova da união estável e da dependência econômica, trouxe aos autos os seguintes documentos relevantes:
fl. 08 - protocolo de entrada pelo autor do pedido de benefício em 29/04/2004, dando como endereço a Rua Chico Mendes nº 195, em Verde Vale, Volta Redonda/RJ;
fl. 09 - carta de exigência de dois comprovantes de dependência econômica, formulada pelo INSS em 29/04/2004, remetida ao autor na Rua Chico Mendes nº 195, em Verde Vale, Volta Redonda/RJ;
fl. 10 - carta de exigência de duas provas da união estável entre a instituidora e o requerente, formulada pelo INSS, em 18/06/2004, remetida ao autor na Rua Chico Mendes nº 195, em Verde Vale, Volta Redonda/RJ;
fl. 11 - comunicação de decisão de indeferimento de pedido, por falta de qualidade de dependente - companheiro(a), por parte do INSS em 26/07/2004, remetida ao autor na Rua Chico Mendes nº 195, em Verde Vale, Volta Redonda/RJ;
fls. 12 e 13 - cópias da identidade e do CPF da segurada;
fl. 14 - certidão de óbito de Lucinéa Gomes Santos, falecida em 18/04/2004, no Hospital São João Batista, Volta Redonda/RJ, casada com Sebastião José dos Santos, tendo deixado uma filha maior, constando como residência a Rua Chico Mendes nº 195, em Verde Vale, Volta Redonda/RJ;
fls. 15 - cópias da identidade e do CPF do requerente;
fl. 16 - conta de luz, do mês de dez/2003, em nome do autor, relativa ao endereço da Rua Chico Mendes nº 195, em Verde Vale, Volta Redonda/RJ;
fl. 17 - declaração do Magazine Robmar Ltda., de Volta Redonda, de que o autor, residente na Avenida Chico Mendes nº 195, em Verde Vale, Volta Redonda/RJ, é cliente da empresa desde 1998, sempre estando presente com sua esposa Lucinéia Gomes Santos para efetuar compras, sendo especificadas compras em 1998, 1999, 2000 e 2001;
fl. 19 - declaração de Rosana Mota da Silva Bergone, presidente da Associação de Moradores do Bairro Verde Vale, que o autor reside na Rua Chico Mendes nº 195, em Verde Vale, Volta Redonda/RJ há 12 anos, juntamente com sua companheira Lucinéa Gomes Santos;
fl. 20 - declaração preparada pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, em 13/07/2004, relativamente a união estável, por 15 anos, entre o autor e a segurado assinada por Efigênio Biata e Walter Balbino;
fls. 21 e 22 - cópia de contrato de financiamento firmado pelo casal do demandante e da segurada, em 19/03/1997, perante a empresa Arapuã;
fl. 23 - correspondência remetida pela Fininvest à segurada no endereço da Rua Chico Mendes nº 195, em Verde Vale, Volta Redonda/RJ;
fls. 24/vº - cópia do boletim do ano letivo de 1995, da filha da segurada, Savia Conceição Gomes Santos, na 7ª série do 1º grau, firmado ora pelo autor ora pela segurada;
fl. 25 - cópia de certidão de batismo de menor, ocorrido em 22/04/2001, em Volta Redonda, figurando como padrinhos o demandante e a segurada;
fl.27 - documento de arrecadação de taxa de sepultamento da segurada, pago à Prefeitura Municipal de Volta Redonda pelo autor, em 19/04/2004;
fl. 28 - Nota Fiscal nº 28690, relativa ao sepultamento da segurada, serviço pago pelo autor, em 19/04/2004;
fl. 29 - declaração datada de 17/08/2004, passada pela enteada do autor, Savia Conceição Gomes Santos, sobre a convivência entre ele e a mãe da declarante, por mais de 20 anos, cessada pelo falecimento dela.

Depois, na assentada realizada em 20/08/2005, foram ouvidas uma informante e três testemunhas do autor, de cujos depoimentos se colhe:

fl. 58 - SAVIA CONCEIÇÃO GOMES DOS SANTOS - filha da segurada, ainda residindo no mesmo endereço do autor, seu padrasto, que disse que desde que se entende como gente, sua mãe e o autor mantiveram uma relação como se fossem marido e mulher, que perdurou até o falecimento de sua genitora; que quando da morte da mãe, esta ajudava a tia em trabalhos de costura e o autor trabalhava tirando o leite de vacas e o vendendo; que sua mãe nunca trabalhou com carteira assinada, mas recolheu em carnê de autônoma e a depoente a ajudava a recolher as contribuições; que considera o autor como um pai.
fl. 59 - ROSANA MOTA DA SILVA BERGONE - residente na Rua Chico Mendes 153, conhece o autor há 10 ou 12 anos, sendo a presidente da Associação dos moradores da comunidade do bairro Verde Vale há 9 anos; que quando conheceu o autor e a segurada eles viviam como marido e mulher até a data da morte dela; que ajudou a falecida na data de sua morte, levando-a para o Hospital; que quando da morte da segurada, ela vendia algumas bijuterias que montava e fazia trabalhos com linha, tais como crochê e o autor trabalhava com cavalos e entrega de leite.
fl. 60 - WALTER BALBINO - domiciliado no bairro Verde Vale, disse conhecer o autor há cerca de 15 anos, no citado bairro, que conheceu a segurada falecida desde que o casal foi morar no referido bairro, tendo o depoente realizado serviços de frete para a falecida; que o autor e a segurada falecida viviam como marido e mulher desde a época que os conheceu, vivendo juntos até a morte dela; que a segurada era do lar e o autor fazia fretes e serviços em geral com uma carroça.
Fl. 61 - EFIGÊNIO BIATA - domiciliado na Rua Chico Mendes, 105, bairro Verde Vale, conhecendo o autor há cerca de 30 anos, sendo que o autor e a segurado viveram como marido e mulher desde que se mudaram para o bairro onde reside o depoente há aproximadamente 28 anos; que quando da morte da segurada, esta trabalhava como costureira e o autor trabalhava em um curral e o casal ainda estava junto quando da morte da segurada Lucinéia.

Ainda fez o autor juntada dos seguintes documentos comprobatórios da qualidade de segurada da falecida companheira, a saber:

fls. 63/vº e 68 - cópias da carta de concessão do benefício de auxílio-doença concedido à segurada Lucinéia com DIB em 01/03/2004, constando o endereço na Rua Chico Mendes nº 195, em Verde Vale, Volta Redonda/RJ;
fls. 69/74 - comprovantes de guias de recolhimento das competências de 02/2003, 03/2003, 04/2003, 05/2003, 06/2003, 07/2003, 08/2003, 09/2003, 09/2003, 10/2003, 12/2003 e 01/2004, da segurada Lucinéia.

O INSS reconhece, pela petição de fl. 76, que Lucinéia detinha a qualidade de segurada quando de seu falecimento, que se deu quando estava em gozo do benefício de auxílio-doença.

O Autor ainda esclareceu, com a petição de fl. 79, que a segurada estava separada de fato de seu marido há mais de 15 anos, como declararam as testemunhas ouvidas em audiência. Ouvido o INSS a respeito, informa com os documentos de fls. 82/83 que apenas o autor requereu benefício pela morte de Lucinéia.

Assim sendo, completou-se a prova de endereço comum, vida marital continuada até o óbito da segurada, economia comum, tendo sido satisfatoriamente comprovada a união estável do casal, bem como que ninguém mais, além do autor, faz jus à pensão deixada pela segurada, já que do marido estava separada de fato há décadas e a filha já é maior e, embora trabalhe, reside com o autor, a quem considera como pai, de forma que também será favorecida com a concessão de pensão ao padrasto.

É preciso, ainda, ressaltar a natureza informal da união estável, sobre a qual a importância e valoração das provas são bem esclarecidas pela doutrina, como abaixo:

"Diante da peculiaridade do companheirismo, a questão probatória se reveste de vultosa importância para o reconhecimento do instituto, e a conseqüente irradiação dos efeitos próprios de tal espécie de família. Assim, diferentemente do casamento que é demonstrado pela certidão respectiva, inexiste um documento formal que comprove a existência da relação fundada no companheirismo, razão pela qual há de se admitir todo e qualquer meio de prova admitido em direito, tal como ocorre em relação às situações fáticas que irradiam efeitos jurídicos, como, por exemplo, o usucapião.
(...)

Verifica-se, pois, que a prévia previsão legislativa acerca dos "únicos" meios de prova considerados para demonstrar o companheirismo, bem como a atribuição de importância maior a um documento do que a outro, para fins de aferição da existência ou não da situação fática irradiadora de efeitos jurídicos, não pode ser aceita pelo ordenamento jurídico brasileiro, não estando conforme a legislação atual o tarifamento da prova, motivo pelo qual o regulamento previdenciário somente deve ser considerado a título ilustrativo, mas nunca como modelo ou única fonte para a aferição da existência ou não do companheirismo em determinada relação fática."
(Gama, Guilherme Calmon Nogueira da. *O Companheirismo - Uma espécie de família*. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 1998, pág. 480/482)

A possibilidade jurídica de a companheira ou companheiro serem qualificados como dependentes, fazendo jus à pensão por morte é incontroversa, principalmente com o advento da Carta Política de 1988 (arts. 201, *V*; e 226, *§* 3°), que elevou a união estável à categoria de entidade familiar.

Sobre a união estável dispõe a Lei nº 9.278/96, reconhecendo, em seu artigo 1º, sua existência da convivência duradoura, pública e contínua, de um homem e uma mulher, estabelecida com objetivo de constituição de família. Esta é a hipótese em exame.

A Lei nº 8.213/91 reconhece a qualidade de dependente à companheira ou companheiro, consoante o artigo, 16, I, sendo presumida a dependência econômica, consoante o § 4º do dispositivo legal citado.

A respeito da hipótese, coloca-se a jurisprudência, como exemplificado pelos julgados cujas ementas se seguem:

"PREVIDENCIÁRIO - PENSÃO POR MORTE - EX-COMPANHEIRA - CONVIVÊNCIA POR MAIS DE VINTE E CINCO ANOS DE VIDA EM COMUM - PROVA TESTEMUNHAL - COMPROVAÇÃO - DEPENDÊNCIA ECONÔMICA - DESNECESSIDADE DE PROVA.
I - A existência de prova testemunhal e documental a demonstrar a vida more uxório supre a exigência junto à autarquia previdenciária para ex-companheira habilitar-se e obter pensão por morte de segurado falecido;
II - Provada a condição de companheira, faz jus a autora à pensão pleiteada;
III - Aplicabilidade do art. 16, da Lei nº 8.213/91;
IV - A união estável entre homem e mulher é reconhecida como entidade familiar para efeito de proteção do Estado, garante a Constituição Federal no § 3º, do art. 226;
V - Apelação cível e remessa necessária improvidas. Sentença confirmada."
(TRF 2ª Região - 1ª Turma - AC nº 2000.02.01.001486-6/RJ - Rel. Juiz NEY FONSECA - Julg. em 18/04/2000 - DJ de 08/06/2000)

"PREVIDENCIÁRIO - PENSÃO POR MORTE - CONCUBINATO - LEI Nº 8.213/91.
1. Ocorrida a morte em 1998, sob a égide da Lei nº 8.213/91, esta é a legislação que regula a hipótese de recebimento de pensão pleiteada por ex-companheira.
2. Demonstrada a convivência estável e duradoura, é presumida a dependência econômica da companheira, sendo, evidentemente, desnecessário fazer prova neste sentido.
3. A prova testemunhal produzida nos autos é eficaz para comprovar a existência de união estável.
4. A designação da autora junto ao INSS como companheira do segurado é irrelevante, se comprovada a união estável como entidade familiar, nos termos do § 3º, do art. 226, da Constituição Federal. Isto porque o silêncio do finado não pode ser interpretado de modo a obstar o direito de sua companheira à percepção da pensão por morte.
5. Apelação e remessa "ex-officio" improvidas."
(TRF 2ª Região - Segunda Turma - AC 312318 - Relator Des. Fed. Antonio Cruz Netto - DJ 21.07.2003, p. 64 - Unânime)

"PREVIDENCIÁRIO. COMPANHEIRA. PENSÃO. DIREITO. PROVA PRODUZIDA EM JUSTIFICAÇÃO JUDICIAL. ACUMULAÇÃO COM PENSÃO ESTADUAL.
- As provas da vida em comum para o fim de percepção de benefício previdenciário na condição de companheira não devem ser necessariamente constituídas dos documentos relacionados no art. 11 da CLPS, de vez que nem todas as pessoas, principalmente as mais pobres, podem dispor deles. Para estas a prova da vida em comum não pode ser outra senão a testemunhal, como a que foi produzida pela autora em justificação judicial devidamente homologada, a cujo processo se fez presente o INPS.
(...)
- Apelação desprovida. Sentença confirmada."
(TRF 5ª Região - Primeira Turma - AC 0506223 - Relator Des. Fed. Orlando Rebouças - Data Dec.: 10.11.1990 - Unânime)

"PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. DECLARAÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL ENTRE HOMEM E MULHER. PROVA EXCLUSIVAMENTE TESTEMUNHAL. POSSIBILIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA. CUSTAS. ISENÇÃO.
1. Comprovada a união estável com o ex-segurado da Previdência Social, por prova testemunhal, a autora faz jus ao benefício de pensão por morte.
2. A dependência econômica da companheira com o de cujus, nos termos do art. 16, § 4º, da Lei nº 8.213/91, é presumida.
3. A correção monetária deve ser calculada nos termos da Lei nº 6.899/81, a partir do vencimento de cada parcela (Súmulas nºs 43 e 148 do STJ).
4. (...)
5. Apelação a que se nega provimento e remessa oficial, tida por interposta, a que se dá parcial provimento."
(TRF 1ª Região - Primeira Turma - AC 01000818366 - Relator Des. Fed. Antonio Sávio de Oliveira Chaves - DJ 15.01.2004, p. 18 - Unânime)

Em face do que foi exposto, entendo que o MM. Juiz *a quo* agiu corretamente ao reconhecer o direito do Requerente à pensão por morte deixada pela segurada, se bem que, no caso, como o requerimento administrativo foi formulado dentro de um mês do óbito, o caso se encontra regido pelo inciso I, do artigo 74 e não pelo inciso II, aplicado, ambos da Lei nº 8.213/91, com a redação que lhe deu a Lei nº 9.528/97. No entanto, como não houve recurso voluntário do autor e a diferença é inexpressiva, de apenas onze dias, não há como se alterar a sentença a respeito.

Moderados os honorários advocatícios, fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor dado à causa.

Pelo exposto, com base no artigo 557, "caput" do CPC, *nego seguimento à remessa necessária.*

Observadas as formalidades de praxe e certificado o trânsito em julgado, baixem os autos à vara de origem.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007.

MARCIA HELENA NUNES
Juíza Federal Convocada - Relatora

IV - APELACAO CIVEL 365660 2005.02.01.010326-5

RELATOR	:JUÍZA FEDERAL CONVOCADA MARCIA HELENA NUNES EM AUXÍLIO À DES. FED. MARIA HELENA
APELANTE	:IVONE DUTRA DA SILVA
ADVOGADO	:JEAN CARLOS CARDOSO PIERRI
APELADO	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	:ROSANGELA DO NASCIMENTO M PERES
ORIGEM	:JUÍZO ESTADUAL DA 2ª. VARA DA COMARCA DE BARRA DO PIRAI/RJ (006546)
ÓRGÃO ATUAL	:GABINETE DA DRA. MARIA HELENA CISNE

DECISÃO
Trata-se de apelação interposta pela Autora, em face da sentença de fls. 71/74, que julgou improcedente o pedido, condenando a Autora no pagamento de honorários advocatícios, custas e taxa judiciária, suspenso nos termos do artigo 12, da Lei 1.060/50.

IVONE DUTRA DA SILVA, viúva, ajuíza, em 09.12.2003, ação de rito ordinário de concessão de pensão, sob a égide da gratuidade de Justiça (deferida na fl. 44), alegando ser dependente econômica de seu filho Jorge Luis da Silva, falecido em 06/07/2003, o qual era solteiro, sem descendentes, vivendo com a requerente. Aduz ter sido indeferido o requerimento administrativo, o que a levou a desenvolver a demanda em Juízo.

Contestação do INSS, nas fls. 49/50, sustentando que, segundo o artigo 16, II e § 4º, da Lei nº 8.213/91, a dependência econômica de genitora em face de filho tem de ser devidamente comprovada, o que não se deu, esperando a improcedência do pedido.

Em audiência realizada em 13/12/2004, conforme a assentada de fls. 63, foi apenas colhido o depoimento pessoal da autora (fl. 64).

Parecer desfavorável do Ministério Público Estadual, nas fls. 69/70.

A juíza de primeiro grau julgou improcedente o pedido, considerando não estar configurada a alegada dependência econômica da autora em relação ao falecido segurado.

Da aludida sentença apela a Autora, nas fls. 79/82, considerando a prova produzida como hábil para comprovação da alegada dependência econômica da mãe em relação ao filho, devendo ser reformada a sentença para concessão da pretendida pensão.

Não foram oferecidas contra-razões (fl. 87vº).
Parecer do MP estadual às fls. 89/90, reportando-se ao parecer anterior.
Foram remetidos os autos a este E. Tribunal.

Relatados, fundamento e decido:

Conforme já exposto no relatório, em face da sentença que indeferiu a pensão por morte requerida pela ora apelante, a mesma recorre, pretendendo a reforma do julgado.

O apelo não merece prosperar.

O filho da autora era segurado da previdência social, conforme fls. 36 e 37, encontrando-se em gozo de aposentadoria por invalidez. Conforme a certidão de óbito de fl. 39, faleceu em 06/07/2003, no estado civil de solteiro, sem filhos.
No entanto, a pensão pretendida pela autora, ora apelante, foi indeferida por falta de prova da alegada dependência econômica.

Tanto no parecer do Ministério Público Estadual como na sentença o que levou ao indeferimento foi, de início, o fato de que a autora, viúva, já está em gozo de benefício previdenciário da pensão por morte que lhe foi deixada pelo finado marido, Geraldo da Silva, conforme comprovado nas fls. 08, 09 e 43 e confirmado no depoimento pessoal prestado (fl. 64).

Se bem que não haja óbice para a acumulação de mais de uma pensão (artigo 124, VI, da Lei nº 8.213/91), não se trata de pessoa que viva à míngua de recursos, muito embora comprove estar doente (fls. 32 e 58).

Para configurar a alegada dependência econômica, que tem de ser devidamente provada, consoante o que dispõe o artigo 16, II combinado com o § 4º, da Lei nº 8.213/91, limitou-se a demandante a trazer declarações unilaterais, nas fls. 12, 13, 14, 26, 27, 28, 29 e 31, nenhuma das quais se submeteu ao crivo do contraditório, não dando oportunidade ao INSS de inquirir devidamente os declarantes, nos termos da lei.

Assim sendo, nada pode sanar a fragilidade da prova autoral, insuficiente e inadequada para a comprovação da alegada qualidade de dependente do segurado falecido, sendo correta a conclusão da magistrada de primeiro grau, ao decidir pela improcedência do pleito autoral, apoiando-se, ainda, na jurisprudência do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, invocada no douto julgado.

Face ao exposto, com base no artigo 557, "caput", do CPC e do artigo 43, § 1º, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, *nego provimento à Apelação da autora.*

Observadas as formalidades legais, não havendo interposição de recurso, remetam-se os autos à Vara de origem.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007.

MARCIA HELENA NUNES
Juíza Federal Convocada
Relatora

IV - APELACAO CIVEL 2005.02.01.006290-1
RELATORA : JUÍZA FEDERAL CONVOCADA MARCIA HELENA NUNES EM AUXÍLIO AO DESEMBARGADOR FEDERAL SERGIO FELTRIN CORRÊA
APELANTE : MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA DE MATTOS
ADVOGADO : FLÁVIO HENRIQUE COSTA DE FREITAS
APELADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO : STÉNIO CÉSAR LUTTERBACH LEMGRUBER
REMETENTE : 2ª VARA DE BARRA DO PIRAÍ/RJ

DECISÃO

Trata-se de ação proposta por MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA DE MATTOS em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, objetivando o restabelecimento de auxílio-doença.

A Autora sustentou ter recebido o auxílio devido a moléstia psiquiátrica, vindo a ser indevidamente suspenso em 15/03/93.

Ao apreciar o pedido, o MM. Juiz da 2ª Vara de Barra de Piraí/RJ extinguiu o processo com julgamento do mérito, em virtude da prescrição (fls. 118/122).

Dessa decisão foi interposta apelação pela Autora, postulando a reforma do julgado (fls. 124/128).

Parecer no sentido da manutenção da sentença recorrida (fls. 139/141).

Sobre o tema de prescrição qüinqüenal, já editou este e. Tribunal a Súmula nº 43:

"A cassação ou suspensão de benefício previdenciário é ato administrativo único, de efeitos permanentes, razão pela qual, impetrado o mandado de segurança após o prazo de 120 dias, opera-se a decadência".

Nesse diapasão, a decisão suspensória de auxílio-doença nega o próprio direito reclamado, sendo aplicável a Súmula 85 do c. STJ:

"NAS RELAÇÕES JURÍDICAS DE TRATO SUCESSIVO EM QUE A FAZENDA PÚBLICA FIGURE COMO DEVEDORA, QUANDO NÃO TIVER SIDO NEGADO O PRÓPRIO DIREITO RECLAMADO, A PRESCRIÇÃO ATINGE APENAS AS PRESTAÇÕES VENCIDAS ANTES DO QÜINQÜÊNIO ANTERIOR À PROPOSITURA DA AÇÃO".

Há, portanto, prescrição do fundo de direito, hipótese materializada nos presentes autos. A autora teve seu benefício suspenso em 15/03/93, ajuizando a presente ação em 09/04/99, havendo transcorrido período superior aos cinco anos de prescrição previstos pelo art. 1º do Decreto nº 20.910/32:

"Art. 1º As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em (cinco) anos, contados da data do ato ou fato do qual se originarem".
Não há falar em impossibilidade do Ministério Público suscitar a prescrição, visto se tratar de matéria inegavelmente de ordem pública, coerente, portanto, com suas finalidades constitucionais. Saliente-se ser atualmente uma obrigação do Juiz decretar de ofício a prescrição, nos termos da nova redação do §5º do art. 219 do CPC:

"Art. 219. A citação válida torna prevento o juízo, induz litispendência e faz litigiosa a coisa; e, ainda quando ordenada por juiz incompetente, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição.
(...).

§ 5º O juiz pronunciará, de ofício, a prescrição".

Entretanto, observo ter restado absolutamente provado, pelo laudo de fls. 42/45, e seu complemento de fls. 96/97, a total incapacidade laborativa da Autora, pois sofre de *"transtorno afetivo bipolar"*, implicando em distúrbios de *"atenção e cognição"*. O médico periciante atestou ainda ter a moléstia, inobstante anterior ao ingresso à Previdência Social, progredido ao longo dos anos, terminando por ensejar impossibilidade plena para o trabalho.

Diante da situação fática, não pode o judiciário, por um depauperado preciosismo técnico, deixar de aplicar ao caso lhe apresentado para exame o deslinde previsto pela Lei. É certo ter a parte postulado restabelecimento de auxílio-doença, providência impossível de ser realizada, haja vista a já demonstrada prescrição. Porém, os requisitos para o benefício restaram nitidamente provados, constituindo-se o justo concedê-lo a partir da quebra da inércia da segurada, materializada com o ajuizamento da ação.

Ressalte-se a inexistência de julgamento *extra petita*, pois os Tribunais entendem ser possível o deferimento de benefício diverso do pleiteado na inicial, contendo os autos corpo probatório para tanto. O raciocínio baseia-se na extrema relevância do benefício previdenciário, verba de caráter alimentar, não podendo o segurado dele ser privado pela prevalência da técnica ao anseio social.

Sobre o tema:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. JULGAMENTO EXTRA PETITA. INOCORRÊNCIA.
Em matéria referente a benefício previdenciário, esta Corte tem afirmado que, embora tenha o autor pedido determinado benefício, não configura nulidade, por decisão extra petita, se o julgador, verificando o devido preenchimento dos requisitos legais, conceder outro, tendo em vista a relevância da questão social que envolve a matéria . Precedentes.
Recurso especial desprovido.
(STJ, REsp 824.075/PR, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 07.11.2006, DJ 04.12.2006 p. 369. Unânime).

PREVIDENCIÁRIO - TRANSFORMAÇÃO DO AUXÍLIO-DOENÇA EM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ - POSSIBILIDADE - SENTENÇA EXTRA PETITA - INOCORRÊNCIA - INCAPACIDADE LABORATIVA COMPROVADA.
(...).
4. A sentença decidiu com acerto ao conceder a aposentadoria por invalidez ao autor, mesmo tendo ele requerido o restabelecimento dobenefício de auxílio-doença (STJ - REsp 293659/SC - Rel.: Min. Felix Fischer), até porque, na verdade, não se trata de restabelecimento, mas de novo benefício, visto que a ação foi ajuizada quase 5 (cinco) anos depois de cessado o benefício.
5. Apelação e remessa "ex-officio" improvidas.
(TRF 2º Região, Segunda Turma. AC 297937/RJ, Juiz Antônio Cruz Netto, julgado em 17.09.2003, DJ 14.10.2003 p. 103. Unânime).

Assim, com fundamento no §1º-A do art. 557 do CPC, dou parcial provimento à apelação, para determinar a concessão de auxílio-doença em nome da Autora a partir do ajuizamento da presente ação. Os atrasados deverão ser corrigidos monetariamente de acordo com a Lei 6.899/81 e acrescidos de juros de mora de 6% a.a. antes da entrada em vigor do Novo Código Civil, e 12% após, a partir da citação.
Publique-se. Intime-se.

Decorrido o prazo recursal sem manifestação das partes, dê-se baixa na distribuição e retornem os autos à Vara de origem, observadas as cautelas de praxe.
Rio de Janeiro, 21 de março de 2007.

MARCIA HELENA NUNES
Relatora

IV - REMESSA EX-OFFICIO EM AÇÃO CÍVEL 2006.51.19.000441-1
RELATORA : JUÍZA FEDERAL CONVOCADA MARCIA HELENA NUNES EM AUXÍLIO AO DESEMBARGADOR FEDERAL SERGIO FELTRIN CORRÊA
PARTE AUTORA : JOÃO PEREIRA DE SOUZA
ADVOGADO : IRANY COELHO DA SILVA
PARTE RÉ : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADORA : KARINE CARVALHO FREITAS
REMETENTE : 2ª VARA DE BARRA DO PIRAÍ/RJ

DECISÃO

Trata-se de ação proposta por JOÃO PEREIRA DE SOUZA em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, objetivando o restabelecimento de auxílio-doença.

O Autor sustentou haver recebido o auxílio em 20/02/2000, sendo indevidamente suspenso em 11/11/2000 (v. fl. 14).

Ao apreciar o pedido, a MM. Juíza da 2ª Vara de Barra de Piraí/RJ julgou-o procedente (fls. 129/135). Com a instalação da 1ª Vara Federal de Barra do Piraí, distribuiu-se novamente o feito, sendo retificada materialmente a parte dispositiva da sentença e condenando-se a Autarquia a *"restabelecer o benefício de auxílio-doença em favor da parte autora, condenando o INSS, ainda, a pagar ao demandante os valores referentes ao benefício previdenciário desde a data da suspensão acrescidos de juros moratórios de um por cento ao mês desde a citação válida (súmula 204/STJ), e, correção monetária, nos termos da Lei n. 6.899/81, observado o prazo prescricional"* (fl. 145/146).

Dessa sentença não foi interposta apelação.

Passo a análise, por força da remessa necessária.

O auxílio-doença é o benefício cabível quando o segurado for considerado totalmente incapaz para o trabalho, mas suscetível de recuperação, ou estiver permanente impossibilitado apenas de exercer a ocupação habitual, sendo, no caso, necessária reabilitação profissional.

O lacônico laudo de fls. 101/103 atesta estar o Autor curado da tuberculose pulmonar ensejadora do auxílio, possuindo atualmente *"hemeparestesia à esquerda"*, estando assim impedido de laborar. Não faz alusão à possibilidade de recuperação, à graduação da incapacidade, às origens da moléstia nem à correlação entre esta e a Tuberculose.

Em seu depoimento, aduziu o segurado possuir a himeparestesia *"desde 01 ano de idade, quando foi operado de uma hérnia e, em razão da operação, teve seu pé e mão esquerdos comprometidos"* (fl. 119). A seqüela, portanto, é preexistente ao filiamento à Previdência Social, não tendo impedido o Autor de trabalhar durante quase nove anos como repositor em um supermercado.

A alegação de agravamento da deficiência durante a atividade laborativa não possui lastro probatório, visto ter o perito, como já exposto, silenciado a respeito. Ainda se assim não fosse, não restaria provado o nexo com a enfermidade geradora do benefício, tratando-se de nova situação clínica, determinando novo auxílio-doença.

Ressalte-se não estar o Juiz adstrito ao laudo pericial, como entende pacificamente a jurisprudência:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA. ALEGADA VIOLAÇÃO DA COISA JULGADA. NÃO-OCORRÊNCIA. ADOÇÃO PARCIAL DO LAUDO PERICIAL. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA LIVRE CONVICÇÃO DO JUIZ. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. INCONFORMISMO DOS EMBARGANTES. EFEITO INFRINGENTE. IMPOSSIBILIDADE.
(...)
4. O juiz não está adstrito ao laudo pericial, podendo, inclusive, formar a sua convicção com outros elementos ou fatos provados nos autos, desde que dê a devida fundamentação, a teor do disposto no art. 436 do Código de Processo Civil.
(...)
6. Embargos de declaração rejeitados.
(EDcl no REsp 802.568/SP, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07.11.2006, DJ 27.11.2006 p. 253. Unânime).

De todo visto, surge claro a ausência de provas sobre a posterioridade da enfermidade ao ingresso à Previdência, ou mesmo seu agravamento durante este período, revelando-se incabível onerar toda a sociedade com um benefício carecedor da mínima sustentação fática. Todavia, inexistem empecilhos a que o segurado venha a pleitear benefício assistencial, caso venha a ser efetivamente constada a incapacidade.
Assim, com fundamento no §1º-A do art. 557 do CPC, dou provimento à Remessa Necessária.
Publique-se. Intime-se.
Decorrido o prazo recursal sem manifestação das partes, dê-se baixa na distribuição e retornem os autos à Vara de origem, observadas as cautelas de praxe.
Rio de Janeiro, 21 de março de 2007.

MARCIA HELENA NUNES
Relatora

SUBSECRETARIA DA 3ª TURMA ESPECIALIZADA

DIVISÃO DE PROCEDIMENTOS DIVERSOS

DESPACHOS/DECISÕES

EXPEDIENTE Nº 8051 DO DIA 11 DE ABRIL DE 2007

III - AGRAVO 2005.02.01.013981-8

RELATOR	:JUIZ FEDERAL CONVOCADO JOSE NEIVA/NO AFAST. RELATOR
AGRAVANTE	:REAL FORTE FERRAGENS LTDA
ADVOGADO	:EDGARD SABOYA FILHO
AGRAVADO	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:QUINTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (200451015003260)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de concessão de efeito suspensivo, interposto por REAL FORTE FERRAGENS LTDA, contra decisão (fl. 44), proferida pelo MM. Juízo da 5ª Vara de Execução Fiscal/RJ, que indeferiu a exceção de pré-executividade, na qual se alegara o pagamento e a prescrição do crédito tributário objeto da execução fiscal nº 2004.51.01.500326-0, ajuizada pela UNIÃO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL em face do ora agravante.

Requer o recorrente, no caso, a reforma da deliberação impugnada para ver reconhecida a prescrição, nos termos do art. 174 do CTN e do art. 40 da Lei nº 6.830/80, argüindo também omissão no julgado quanto à alegação de pagamento do tributo (fl. 08), além de objetivar o prequestionamento dos artigos supra mencionados, bem como dos art. 5º, *caput*, e 93, inc. IX, ambos da Constituição Federal.

Indeferido o pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso. (fls. 47/49)

Contra-razões da Fazenda Nacional, às fls. 56/59, pugnando, em síntese, pelo desprovimento do agravo, ao argumento de ser descabido o manuseio de exceção de pré-executividade na hipótese em comento, além de sustentar a inocorrência da prescrição arguida.

Desnecessária a intervenção do Ministério Público Federal nas execuções fiscais, a teor da Súmula nº 189 do STJ.

É o breve relato. Decido.

Não merece prosperar o recurso.

Inicialmente, após exame mais detido, cumpre ressaltar que a alegação de pagamento do crédito tributário exeqüendo não foi suscitada em exceção de pré-executividade. Na verdade, o excipiente, abstraindo-se, expressamente, do referido tema, argüiu, tão-somente, a questão da prescrição com fulcro no art. 174 do CTN, conforme se verifica do documento de fl. 27. Nesse contexto, a decisão impugnada analisou o tema submetido a sua apreciação em consonância com a determinação contida no art. 93, IX, da Constituição Federal, não se configurando, portanto, a aludida nulidade.

Confira o teor da deliberação agravada: (fl. 44)

"Indefiro a exceção oposta pelos fundamentos a seguir:

A prescrição na forma do art . 174, do CTN não ocorreu, eis que o ajuizamento do feito executivo deu-se dentro do qüinqüênio legal, pois considerando, como parâmetro, a data do vencimento do débito fiscal (fls. 4) como termo inicial para a contagem do prazo extintivo, a ação teria sido ajuizada dentro do prazo legal.
Quanto à prescrição intercorrente, a mesma não aconteceu, eis que não está evidenciada a inércia do exeqüente nos autos.

Tornem ao exeqüente sobre fls. 6ss.

Publique-se."

Quanto ao alegado transcurso do prazo prescricional para a cobrança da exação em comento, também não assiste razão ao recorrente.

A execução fiscal teve seu ajuizamento realizado em 13/08/2003 (fls. 11/12), para fins de cobrança de tributo a título de COFINS, cujo fato gerador ocorrera em 12/1999, conforme se verifica da Certidão da Dívida Ativa (fls. 13/14).

Afirma o recorrente ter sido citado em 22/06/04 (fl. 07), juntando cópia do mandado de citação à fl. 38.

Nesse contexto, percebe-se a inocorrência do decurso do qüinqüênio legal que caracterizaria a prescrição da dívida, o que, em tese, na melhor das hipóteses verificar-se-ia em 12/2004, eis que não se tem a data do lançamento. Dessa forma, a pretensão recursal é manifestamente improcedente.

Isto posto,

Nego seguimento ao agravo de instrumento, com fulcro no art. 557, *caput*,do CPC.

Decorrido *in albis* o prazo recursal, remetam-se os autos à vara de origem, para arquivamento, observadas as devidas cautelas legais.

P. I.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2007.

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Juiz Federal Convocado

IV - APELACAO CIVEL 2005.51.01.000246-3

RELATOR	:JUIZ FEDERAL CONVOCADO JOSE NEIVA
APELANTE	:MILTON FIGUEIREDO SALAZAR
ADVOGADO	:MONICA DO REGO BARROS CARDOSO E OUTRO
APELANTE	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:OS MESMOS
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 1A VARA-RJ
ORIGEM	:PRIMEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200551010002463)

DECISÃO

Trata-se de ação ordinária ajuizada em face da UNIÃO FEDERAL, objetivando-se a declaração de inexistência de relação jurídica tributária, no que se refere ao recolhimento do imposto de renda sobre aposentadoria suplementar, bem como a repetição dos valores descontados a este título.

A pretensão autoral foi julgada parcialmente procedente (fls. 193/197 e 209/210), subindo os autos a este Eg. TRF por força da remessa, da apelação da União (fls. 225/238) e da parte autora (fls. 214/222).

Apresentadas as contra-razões, opinou o Ministério Público pelo improvimento dos recursos (fl. 259).

É o breve relatório. Decido.

Conheço dos recursos, eis que presentes os pressupostos.

Passo a apreciar, preliminarmente o agravo retido interposto pela União Federal (fls. 183/191), a qual requereu regularmente a sua apreciação no apelo (fl. 226).

Quanto ao tema da prescrição, a Colenda Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao apreciar os EResp 435.835/SC, sessão de 24/03/2004, rel. Min. José Delgado, buscando pacificar as discussões em torno da matéria, decidiu no sentido de que *"nos tributos sujeitos a lançamento por homologação, o prazo prescricional para se pleitear a compensação ou a restituição do crédito tributário somente se opera quando decorridos cinco anos da ocorrência do fato gerador, acrescidos de mais cinco anos, contados a partir da homologação tácita."*

Cabe observar que o art. 3º da Lei Complementar n.º 118, publicada em 09 de fevereiro de 2005, assim dispõe:

"Art. 3º. Para efeito de interpretação do inciso I do art. 168 da Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, a extinção do crédito tributário ocorre, no caso de tributo sujeito a lançamento por homologação, no momento do pagamento antecipado de que trata o §1º do art. 150 da referida Lei."

Portanto, a mencionada lei passa a prever que o direito de pleitear a compensação ou a restituição do crédito tributário, no caso de tributo sujeito a lançamento por homologação, extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos contados do pagamento antecipado.

A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça concluiu o julgamento do EREsp. 327.043/DF, na sessão de 27/04/2005, por unanimidade, no sentido de ser possível interpretar o art. 4º da LC n.º 118/05 *"conforme a Constituição, desde que os efeitos retroativos ali previstos limitem-se às ações ajuizadas após a vacatio legis de 120 dias prevista na parte inicial do dispositivo. Ajuizada a ação após 9 de junho de 2005, poderá o art. 3º da LC n.º 118/05 ser aplicado aos fatos geradores ocorridos antes de sua publicação. O prazo de cinco anos poderá ser contado a partir do pagamento indevido, e não da homologação expressa ou tácita, desde que a ação tenha sido proposta depois de 9 de junho de 2005 e mesmo que o pagamento antecipado pelo contribuinte tenha sido realizado antes da vigência da Lei"*.

Assim, fica valendo o prazo de "cinco mais cinco" até 09 de junho de 2005. Somente para as ações ajuizadas após esta data poderá ser aplicado o prazo de 5 (cinco) anos previsto no art. 3º da LC 118/2005, o que não ocorre na espécie, pois a ação foi proposta em 24/05/2005.

A controvérsia dos autos cinge-se à hipótese de incidência do imposto de renda sobre as verbas recebidas a título de complementação da aposentadoria, de entidade de previdência privada (CrediPrev - Credireal Associação de Previdência Social Complementar), após o advento da Lei n. 9.250/95.

O caso dos autos enseja julgamento monocrático, posto tratar-se de matéria pacificada por nossos tribunais, e em especial, pelo Eg. Superior Tribunal de Justiça.

Aquela Corte tem reiteradamente afastado a incidência do imposto de renda sobre o pagamento de aposentadoria complementar, a fim de que se evite a dupla tributação.

Inicialmente, reputa-se desnecessária a apresentação de documento comprobatório do recolhimento da exação devida, na medida em que, sendo o Banco do Brasil e a Previ responsáveis tributários pelo imposto de renda na fonte, conforme documentos acostados aos autos, seria incabível exigir tal prova do contribuinte.

Essa é a orientação do Superior Tribunal de Justiça:

"TRIBUTARIO. IMPOSTO RETIDO NA FONTE. PROVA DO RECOLHIMENTO.
Nos impostos retidos na fonte e o responsável, e não o contribuinte, quem recolhe os respectivos valores ao Erário Público. Conseqüentemente, os comprovantes respectivos só podem ser exigidos do responsável, não do contribuinte.
Agravo regimental improvido."
(STJ, AGA nº 145.127/SP, rel. Min. Ari Pargendler, j. 04/08/97, DJ 25/0897, pág. 39365)
"(…)
6. Ocorrendo a incidência, na fonte, de retenção indevida de imposto de renda, não há necessidade de se comprovar que o responsável tributário recolheu a respectiva importância aos cofres públicos.
Precedentes.
(...)"
(STJ, 1ª Turma, AgRg no AG 460353/MG, rel. Min. José Delgado, DJ 16.12.2002, pág. 271)

Quanto ao tema da prescrição, a Colenda Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao apreciar os EResp 435.835/SC, sessão de 24/03/2004, rel. Min. José Delgado, buscando pacificar as discussões em torno da matéria, decidiu no sentido de que *"nos tributos sujeitos a lançamento por homologação, o prazo prescricional para se pleitear a compensação ou a restituição do crédito tributário somente se opera quando decorridos cinco anos da ocorrência do fato gerador, acrescidos de mais cinco anos, contados a partir da homologação tácita"*.

Ocorre, entretanto, que, conforme se verifica da inicial (fl. 5, item "d"), o pedido foi formulado com base na prescrição qüinqüenal.

Em sendo assim, o entendimento jurisprudencial prevalente sobre a matéria, no sentido da prescrição decenal não pode ser adotado, sob pena de incorrer-se em julgamento "ultra petita".

Com base na legislação vigente à época, o patrocinador do fundo subtraía a contribuição devida, pelo empregado, mensalmente, após o desconto do imposto de renda na fonte.

Dessa forma, não poderia haver, pura e simplesmente, cobrança sobre o total percebido pelo beneficiário quando de sua aposentadoria, no pagamento mensal, ou em função do resgate de todas as contribuições, nos termos do art. 33 da Lei nº 9.250/95.

Existiria dupla tributação.

Admitir-se-ia, sim, a incidência sobre o acréscimo decorrente da capitalização, como ocorre em qualquer aplicação financeira, mas não sobre o principal já tributado.

Cumpre consignar que para as contribuições efetuadas a partir da vigência da Lei 9.250/95 não existe dupla incidência, ante a isenção prevista no art. 4º, VI, devendo haver tributação por ocasião da aposentadoria.

As contribuições pagas pelo autor anteriormente à Lei nº 7.713/88 eram deduzidas na declaração de rendimentos por força do art. 18, I, da Lei nº 4.506/64 e do art. 2º do Decreto-Lei nº 1.642/78, não havendo que se cogitar de bitributação, estando, por ocasião da complementação da aposentadoria, sujeita à incidência do imposto de renda.

O Superior Tribunal de Justiça é pacífico nesse sentido: Resp. 660458/MG, 2ª Turma Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 13.12.2004, pág. 347, , REsp. 585093/BA, 1ª Turma Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 30.08.2004, pág. 216) REsp. 226.263/PE, 1ª Turma, rel. Min. José Delgado, DJU 28.02.2000, p. 58; REsp. 232.003/CE, 1ª T., rel. Min. José Delgado, DJU 28.02.2000, p. 63; REsp. 511653/MG, 2ª T., rel. Min. Peçanha Martins, DJU 28.02.2005, p. 279; AgRg. No REsp. 638.564/BA, 1ª T., rel. Min. Francisco Falcão, DJU 17.12.2004, p. 448; REsp. 675.543/SP, 2ª T., rel. Min. Eliana Calmon, DJU 23.11.2004, p. 509; AgRg. No AG 570.181/DF, 2ª T., rel. Min. Franciulli Neto, DJU 13.12.2004, p. 297.

Vale observar que, após pequeno dissenso, o aludido Tribunal reiterou essa orientação e pacificou sua jurisprudência, nos Embargos de Divergência no RESP 380.011/RS, 1ª Seção, rel. Min. Teori Zavascki, DJU 02.05.05, e, posteriormente, nos Embargos de Divergência no RESP 643.691/DF, 1ª Seção, rel. Min. Teori Zavascki, DJU 20.03.06, p. 185.

A jurisprudência é firme no sentido de que o principal deve ser corrigido monetariamente desde o recolhimento indevido, sendo certo que a partir de Janeiro de 1996 incidirá a SELIC em débitos de natureza tributária, taxa que engloba correção monetária e juros.

Cabe destacar que o egrégio STJ já firmou entendimento no seguinte sentido: "Aplica-se, a partir de 1º de janeiro de 1996, no fenômeno compensação tributária, o art. 39, § 4º, da Lei nº 9.250, de 26/12/95, pelo que os juros devem ser calculados, após tal data, de acordo com o resultado da Taxa SELIC, que inclui, para a sua fixação, a correção monetária do período em que ela foi apurada." (REsp. nº 189188/PR, rel. Min. José Delgado, decisão em 17-11-1998, publicada no DJU de 22/03/1999, pág. 00087)

Vale observar que o art. 73 da Lei 9.532, de 10 de dezembro de 1997, veio a estipular: "O termo inicial para cálculo dos juros de que trata o § 4º do art. 39 da Lei 9.250, de 1995, é o mês subseqüente ao do pagamento indevido ou a maior que o indevido."

Todavia, a norma não pode retroagir para incidir em recolhimentos anteriores à sua vigência, em substituição de indexador existente à época. O aludido art. 73 incidirá em relação a recolhimentos posteriores à entrada em vigor da Lei 9.532/97.

Assim, a fim de que seja afastada a dupla tributação, conforme explicitado, a melhor solução é - a partir da Lei 9.250/95 - declarar a não-incidência do I.R. sobre os aportes efetuados ao fundo de previdência, e que já tenham sofrido tributação na vigência da Lei 7.713/88.

Para tal, devem ser deduzidas da base de cálculo do imposto de renda que incida sobre os benefícios da aposentadoria complementar os valores correspondentes às contribuições já tributadas anteriormente, eis que não beneficiadas pela isenção.

A restituição deve ser calculada nos termos abaixo.

Da base de cálculo do imposto, deverá ser deduzido o valor da contribuição vertido ao plano de previdência, sob a égide da Lei 7.713/88.

Devem ser considerados os valores das contribuições feitas entre janeiro/89 e dezembro/1995, atualizados a partir da data de cada aporte efetivado pelo autor ao fundo de previdência.

Considerando-se, então, a incidência da Lei 9.250/90, o valor resultante deste somatório deverá ser gradativamente deduzido da base de cálculo do imposto de renda incidente sobre aposentadoria complementar, até que se alcance a total restituição.

O termo inicial a se aplicar tal isenção é o mês em que o beneficiário efetivamente passou a perceber o benefício correspondente à aposentadoria complementar, ou a data da efetiva cobrança do imposto, caso a complementação tenha se iniciado anteriormente à vigência da Lei 9.250/95.

A comprovação dos valores efetivamente recolhidos ao fundo de previdência, atualizados a partir da data de cada recolhimento (Súmula 162, STJ), deverá ocorrer na fase de execução, mediante documentação idônea.

Quanto à questão dos ônus sucumbenciais, o objetivo do autor era ver afastada a incidência do imposto de renda sobre os benefícios recebidos a título de complementação de aposentadoria e a ré contestou, alegando haver fato gerador do referido imposto. Sendo reconhecido parcialmente o direito à não-incidência tributária, verifica-se a ocorrência de sucumbência recíproca.

Isto posto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC,

1) Nego provimento ao agravo retido da União Federal.

2) Conheço e dou parcial provimento à remessa e ao recurso da União Federal, para declarar indevido o imposto cobrado, em razão de contribuições efetuadas exclusivamente pelo apelante no período de 01.01.89 a 31.12.95, na forma da fundamentação.

3) Condeno a ré a restituir o imposto cobrado indevidamente de forma atualizada nos termos deste voto.

4) nego seguimento ao recurso da parte autora, com base no artigo 557, do CPC.

Cada parte arcará com os respectivos honorários e a União reembolsará em metade das custas processuais, em razão da sucumbência recíproca.

P. I.

Rio de Janeiro, 4 de abril de 2007.

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Juiz Federal Convocado

III - AGRAVO 2006.02.01.004622-5

RELATOR	:JUIZ FEDERAL CONVOCADO JOSE NEIVA/NO AFAST. RELATOR
AGRAVANTE	:PAULICEIA COM/ E REPRESENTACOES LTDA
ADVOGADO	:MURILO VOUZELLA DE ANDRADE E OUTRO
AGRAVADO	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ORIGEM	:TERCEIRA VARA FEDERAL DE SÃO JOÃO DE MERITI (200551100062291)

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento em Mandado de Segurança interposto pela PAULICÉA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., com pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal, objetivando a reforma da decisão *a qua* que indeferiu os pedidos liminares para a interposição de recurso administrativo sem o recolhimento do depósito prévio ou, subsidiariamente, mediante arrolamento de bens e direitos no valor equivalente a 30% (trinta por cento) do débito questionado.

O Juízo de 1º grau, às fls. 64/69, indeferiu a medida liminar pleiteada com o fundamento de que, segundo o entendimento do próprio Supremo Tribunal Federal, o depósito ora impugnado seria constitucional e, quanto ao pedido subsidiário, esclareceu que não caberia arrolamento de bens e direitos *in casu*, uma vez que o parágrafo 1º, do artigo 126, da Lei nº. 8.213/91, bem como o art. 306 do Decreto nº. 3.048/99 não permitiriam.

É o relatório.

Inexiste verossimilhança na alegação.

No que se refere ao pedido principal, a exigência do depósito prévio para a interposição de recurso administrativo não fere qualquer princípio ou garantia constitucional, até porque não é necessário o esgotamento da via administrativa para que as partes defendam seus interesses judicialmente.

O Supremo Tribunal Federal admitiu a exigência do depósito prévio como condicionante do recurso, com base no § 1º do art. 636, da CLT (RE 210.246-GO, rel. p/ acórdão Min. Nelson Jobim; RE 210.373-DF, Min. Maurício Correa, DJU 06.03.98), entendendo inexistir violação à ampla defesa e ao devido processo legal.

Ressalta a Suprema Corte que teria havido possibilidade de defesa e de decisão em primeiro grau, respeitando-se o *due process of law*, tendo o depósito recursal natureza de pressuposto de admissibilidade de recurso.

Registre-se que o art. 151, III, do CTN é expresso no sentido da viabilidade da suspensão da exigibilidade do crédito, em casos de reclamações e recursos, "nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo", o que justifica a disciplina que exige garantia na fase recursal. A legislação ordinária encontra-se em sintonia com a lei complementar (CTN).

Não é o simples exercício do direito de petição, ou seja, de reclamar genericamente ou de denunciar regularidades, mas de recorrer de decisão em processo administrativo fiscal.

Cabe destacar que, em decisão em matéria fiscal, o Eg. STF denegou liminar nas AdinMc 1.922-DF e AdinMc 1.976-DF (rel. Moreira Alves, j. 06.10.99) contra o § 2º do art. 33 do Decreto Federal 70.235/72, com redação dada pelo art. 32 da MP nº. 1.863/99, por ausência de plausibilidade jurídica da tese de malferimento do direito de petição e aos princípios do *due process of law* e ampla defesa (cf. informativo do STF nº. 165).

Neste diapasão, decidiu o TJSC, C. Civ. Especial, AMS 4.889 rel. Des. Newton Trisotto, DJESC 16.05.96: "Pode lei estadual regular o processo tributário administrativo, estabelecendo requisito de admissibilidade de reclamação ou recurso (depósito prévio). Não dispondo o interessado de meios financeiros para a interposição do recurso administrativo, pode valer-se do Judiciário, diretamente, sem qualquer exigência de depósito".

Verifica-se, assim, que o contribuinte tem livre acesso ao Poder Judiciário, caso não queira, ou não possa, depositar.

Oportuno sublinhar que os fundamentos supra expostos se harmonizam com a pacificada interpretação dada pelo nosso Pretório Excelso até o momento. Vejamos:

"RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMISSIBILIDADE DE RECURSO ADMINISTRATIVO. DEPÓSITO DE 30% DO VALOR DO DÉBITO.
- O Plenário desta Corte, ao julgar a ADIMC 1.922, de que fui relator, indeferiu o pedido de medida liminar contra o § 2º do art. 33 do Decreto Federal 70.235/72, com a redação dada pelo artigo 32 da Medida Provisória 1.863-53/99 (resultado de reedições sucessivas, e entre elas se acha a Medida Provisória 1.621-30/99), por entender ausente a plausibilidade jurídica da tese de ofensa aos incisos XXXIV, XXXV, LIV e LV do artigo 5º da Constituição. Salientou-se, ainda, nesse acórdão que isso ocorria inclusive pela inexistência, na Carta Magna, da garantia ao duplo grau de jurisdição na via administrativa, sendo esse depósito requisito de admissibilidade de recurso administrativo e não o pagamento de taxa para o exercício do direito de petição. Posteriormente também assim foi decidido no RE 234.425 em caso análogo. Dessa orientação, divergiu o acórdão recorrido. Recurso extraordinário conhecido e provido."
(STF, RE nº. 311.023/RJ, 1ª Turma, Rel. Min. Moreira Alves, DJU 26/10/2001). GRIFOS NOSSOS.

"Recurso extraordinário interposto contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado (f. 99): "APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA - RECURSO ADMINISTRATIVO - OBRIGATORIEDADE DO DEPÓSITO PRÉVIO - HIERARQUIA NORMATIVA - NATUREZA DE LEI COMPLEMENTAR DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO - SUSPENSÃO DA EXIGÊNCIA DO PRINCIPAL VEDA A EXIGÊNCIA DE PARTE DO TRIBUTO. 1-. O Código Tributário Nacional, que estabelece a suspensão do crédito tributário com a mera interposição de impugnação administrativa, possui natureza de Lei Complementar. Dessa forma, a exigência de depósito prévio pela lei ordinária para o ingresso na via administrativa contraria frontalmente suas disposições. 2-. A suspensão da exigência do tributo, com a interposição da impugnação administrativa, abrange sua totalidade. Assim, nem mesmo parte dele poderia ser cobrado, ainda que sob a denominação de depósito prévio. 3-. Recurso de apelação e remessa oficial a que se nega provimento." O Superior Tribunal de Justiça conheceu do recurso especial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e lhe deu provimento, restando assim ementado o acórdão (f. 126): "RECURSO ADMINISTRATIVO. CONDICIONANTE DE DEPÓSITO PRÉVIO. CONSTITUCIONALIDADE. PRECEDENTES DO COLENDO STF E DESTA CORTE SUPERIOR. 1. Consoante jurisprudência do colendo STF, é constitucional a condicionante do depósito prévio para a interposição de recurso administrativo, não obstante considere-se que a Constituição Federal de 1988 não garante o duplo grau de jurisdição administrativa (ADIMC nº 1.049, ADIns nºs 836-6/DF, 922/DF e 1.976/DF, RREE nºs 210244/GO e 235833/GO). 2. Recurso especial provido." A decisão do STJ transitou em julgado (f. 129). Assim, julgo prejudicado este recurso (art. 21, IX, do RISTF). Brasília, 21 de outubro de 2005. Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE - Relator."
(GRIFOS NOSSOS).

Vale conferir, ainda: STF, RE 432.441 AgR/RJ, rel. Min. Carlos Velloso, 2ª Turma, DJU 26.11.2004; STF, RE 384.144 AgR/SP, rel. Min. Gilmar Mendes, 2ª Turma, DJU 27.08.2004; STF, AI 390708 AgR/RJ, rel. Min. Ellen Gracie, 1ª Turma, DJU 07.02.2003.

Portanto, forçoso é reconhecer que, de fato, a exigência do depósito prévio não está a afastar qualquer direito ou garantia constitucional, vez que foram plenamente exercitados pela parte quando da propositura da peça de insurgência em primeira instância administrativa.

Já quanto ao pedido subsidiário, é de se dizer que o Decreto nº 70.235/72 disciplina o processo administrativo de determinação e exigência dos créditos tributários da União.

Quanto aos processos administrados pelo INSS, envolvendo contribuintes da seguridade social, há regra específica - §1º, do art. 126, da Lei nº 8.213/91 - que transcrevo para melhor análise:

"Art. 126: Das decisões do Instituto Nacional do Seguro Social-INSS nos processos de interesse dos beneficiários e dos contribuintes da Seguridade Social caberá recurso para o Conselho de Recursos da Previdência Social, conforme dispuser o Regulamento.

§ 1º Em se tratando de processo que tenha por objeto a discussão de crédito previdenciário, o recurso de que trata este artigo somente terá seguimento se o recorrente, pessoa jurídica ou sócio desta, instruí-lo com prova de depósito, em favor do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, de valor correspondente a trinta por cento da exigência fiscal definida na decisão".

Como se observa, trata-se de norma própria, a ser aplicada no âmbito do INSS, que exige do contribuinte o depósito para seguimento de seu recurso. Havendo norma específica a ser aplicada, não é lícito ao Poder Judiciário estender a aplicação de outra - Decreto 70.235/72, como pretende a agravante.

O Superior Tribunal de Justiça assim vem entendendo:

"ADMINISTRATIVO - RECURSO ADMINISTRATIVO - DEPÓSITO PRÉVIO.
1.O malsinado depósito prévio no valor de 30% (trinta por cento) da exigência fiscal para recorrer administrativamente sofreu temperança, com a admissibilidade da substituição pelo arrolamento de bens e direitos de valor equivalente.
2.A opção foi inserida no Decreto 70.235, de 6/3/72 pela Lei 10.522/2002, diplomas direcionados aos débitos para com a União.
3.Os débitos previdenciários, embora de natureza tributária, têm regência própria, Decreto 3.048/99, recentemente alterado pelo Decreto 4.862/2003 para manter a exigência do depósito prévio.
4.Recurso especial improvido".
(RESP 550505/PE. Min Eliana Calmon. Segunda Turma. DJ 08.03.2004. P. 230).

"TRIBUTÁRIO. CRÉDITO PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ADMINISTRATIVO. DEPÓSITO PRÉVIO. SUBSTITUIÇÃO PELO ARROLAMENTO DE BENS. IMPOSSIBILIDADE.
I-Embora o Decreto nº 70235/72, que regula o processo administrativo dos créditos tributários da União, admita o arrolamento de bens em substituição ao depósito prévio, necessário ao conhecimento do recurso administrativo, o crédito previdenciário tem disciplina específica, sendo regido pelos artigos 126 da Lei nº 8.213/91 e 306 do Decreto nº 3.048/99, que impõem a exigência do depósito prévio.
II-Em havendo regência específica para os créditos da Previdência Social, deve ser afastada a norma geral dos créditos tributários da União.
III-Precedentes: REsp 550.505/PE, Rel. Min. ELIANA CALMON, DJ de 08/03/2004, p. 230.
IV - Recurso especial provido".
(RESP 624890/RS. Min. Francisco Falcão. Primeira Turma. DJ. 27.09.2004. P. 261).

"TRIBUTÁRIO. EXIGIBILIDADE DO DEPÓSITO PRÉVIO. RECURSO ADMINISTRATIVO. INSS.
1.A modalidade de arrolamento de bens instituída pelo Decreto n. 70.235/72 dirige-se, especificamente, aos créditos tributários da União.
2.Os débitos previdenciários estão regidos por norma específica, o Decreto n. 3.048/99, que prevê a exigência do depósito prévio de 30% (trinta por cento) do valor da dívida como requisito para a interposição de recurso administrativo.
3.Recurso especial provido".
(RESP 649469/SC. Min. João Otávio de Noronha. Segunda Turma. DJ. 11/10/2004. p. 307).

Isto posto,

Nego seguimento ao agravo de instrumento, nos termos do artigo 557, *caput*, do CPC.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007.

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Juiz Federal Convocado

APELACAO CIVEL 2002.02.01.033715-9

RELATOR	:JUIZ FEDERAL CONVOCADO JOSE NEIVA/NO AFAST. RELATOR
APELANTE	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:FABIO LUIZ MOBARAK IGLESSIA E OUTROS
APELADO	:A SAMARITANA CALCADOS S.A E OUTROS
ADVOGADO	:ANDRE SIMAO SANTOS E OUTROS
APELADO	:BANCO BOAVISTA INTERATLANTICO S.A
ADVOGADO	:MONICA GAMA LIMA CARNEIRO LOPES
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 4A VARA DE NITEROI-RJ
ORIGEM	:QUARTA VARA FEDERAL DE NITERÓI (9802045063)

DESPACHO

Junte-se a petição nº 2006064093.

Examinando os autos, verifiquei que o requerente, Dr. João Luiz Pinto da Nóbrega, não possui poderes para atuar no presente feito. Assim, nos termos do art. 37 do CPC, indefiro o requerido.

Rio de Janeiro, .

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Juiz Federal Convocado

IV - APELACAO CIVEL 2001.51.01.509726-4

RELATOR	:JUIZ FEDERAL CONVOCADO JOSE NEIVA
APELANTE	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:CLUB MED BRASIL S.A.
ADVOGADO	:ERASMO SANTANA DA SILVA E OUTRO
ORIGEM	:SÉTIMA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (200151015097264)

DECISÃO

Trata-se de Execução Fiscal ajuizada pela União Federal em face de Medsul Serviços Auxiliares de Turismo LTDA, objetivando a quitação de débitos inscritos em dívida ativa.

Eis o dispositivo da sentença (fl. 72):

"Vistos etc.
Diante da informação da Contadoria Judicial, considero satisfeita a obrigação, DECLARANDO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO FISCAL, na forma do artigo 794, I, do CPC.
Custas "ex lege".
Transitada em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais.
Levantem-se eventuais penhoras.
P.R.I."

A União interpôs recurso de apelação às fls. 73/78.

Club Med Brasil S.A. apresentou suas contra-razões às fls.82/87.

O Ministério Público Federal opinou pelo improvimento do recurso (fl. 93).

Às fls 97/99, juntada de petição nº 2006012104, pelo Club Med Brasil S.A., informando que obteve o parcelamento perante a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

É o relatório. Decido.
Conheço do recurso, eis que presentes seus pressupostos de admissibilidade.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça pacificou-se no sentido de que o parcelamento administrativo de débito não implica a extinção da execução fiscal, e sim sua suspensão, conservando-se a certidão da dívida ativa até que se extinga o débito, podendo-se dar continuidade à execução fiscal pelo saldo devedor remanescente, se o parcelamento não restar cumprido integralmente.

É novel regra assente no Código Tributário Nacional que o parcelamento do débito é meramente suspensivo.

Desse modo Verifica-se, no caso em tela, a existência de *error in judicando* cometido pelo MM. Juiz *a quo*, porquanto declarou extinto o presente processo, de acordo com o art. 794, I, do CPC, considerando satisfeita a obrigação fiscal, em processo no qual a própria parte destacou posteriormente que aderiu a parcelamento.

O Colendo STJ vem reiteradamente decidindo a matéria neste sentido, *verbis*:

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PARCELAMENTO DE DÉBITO. RATIFICAÇÃO DO ACORDO. DESCUMPRIMENTO. PROSSEGUIMENTO DO FEITO.
1. A ratificação de acordo de parcelamento de débito não se caracteriza como sentença de mérito; de forma que não incorre em ilegalidade decisório que determina o prosseguimento do processo de execução quando não cumpridos os termos da avença.
2. O parcelamento administrativo de débito não implica a extinção da execução fiscal, e sim sua suspensão.
3. Recurso especial improvido."
(REsp 503.605/MG, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA TURMA, julgado em 15.02.2007, DJ 06.03.2007 p. 243)

"RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. ICMS. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS.
PARCELAMENTO DO DÉBITO FISCAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E CUSTAS PROCESSUAIS. LEI ESTADUAL 11.800/97. SÚMULA 280/STF. EXTINÇÃO DO PROCESSO EXECUTIVO. IMPOSSIBILIDADE. PARCELAMENTO. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.
1. Em relação à alegação da recorrente de que as custas judiciais devem ser suportadas pela embargante, o Tribunal de origem decidiu a questão com base na interpretação da Lei Estadual 11.800/97, portanto, em norma de direito local. No entanto, não é admissível recurso especial quando, para se aferir a procedência das alegações do recorrente, é necessário proceder à interpretação de lei local, nos termos da Súmula 280 do STF.
2. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que o parcelamento de débito tributário não implica a extinção da execução fiscal, porquanto não tem o condão de extinguir a obrigação, o que só se verifica após a quitação do débito. Desse modo, o parcelamento apenas enseja a suspensão da execução fiscal.
3. Recurso especial parcialmente provido."
(REsp 504.631/PR, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07.02.2006, DJ 06.03.2006 p. 164)

"TRIBUTÁRIO. PROGRAMA DE PARCELAMENTO ESPECIAL-PAES. LEI N.º 10.684/03. ADESÃO. EXECUÇÃO FISCAL. SUSPENSÃO. PENHORA REALIZADA. MANUTENÇÃO.
1. É firme o entendimento deste Tribunal Superior no sentido de que o parcelamento da dívida tributária, por não extinguir a obrigação, implica a suspensão da execução fiscal, e não sua extinção, que só se verifica após quitado o débito.
2. Ao analisar a conseqüência da adesão a programa de parcelamento tributário sobre penhora já efetuada na execução fiscal, esta Turma conclui pela manutenção da constrição, nos termos preconizados pelo art. 4º, inciso V, da Lei n.º 10.684/03. Precedente:REsp 644.323/SC, DJU de 18.10.2004.
3. Recurso especial improvido."
(REsp 671.608/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 15.09.2005, DJ 03.10.2005 p. 195)

Isto posto,

Conheço e dou parcial provimento ao recurso da União, para afastar a extinção da execução fiscal, determinando-se apenas sua suspensão enquanto perdurar o parcelamento, até a quitação do débito.

Rio de Janeiro, 3 de abril de 2007.

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Juiz Federal Convocado

III - AGRAVO 2006.02.01.012706-7

RELATOR	:JUIZ FEDERAL CONVOCADO JOSE NEIVA/NO AFAST. RELATOR
AGRAVANTE	:SUISSA INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA
ADVOGADO	:JOSE OSWALDO CORREA E OUTROS
AGRAVADO	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:MAURO CABRAL TEIXEIRA
ORIGEM	:QUINTA VARA FEDERAL DE SÃO JOÃO DE MERITI (200651010148395)

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

RELATOR	:JUIZ FEDERAL CONVOCADO JOSE NEIVA/NO AFAST. RELATOR
AGRAVANTE	:SUISSA INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA
ADVOGADO	:JOSE OSWALDO CORREA E OUTROS
AGRAVADO	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:MAURO CABRAL TEIXEIRA
DECISÃO AGRVDA	:FLS. 171/175

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto pela SUISSA INDÚSTRIA E COMERCIAL LTDA contra decisão monocrática desta Relatoria (fls. 171/175) que negou seguimento ao agravo de instrumento, no qual a recorrente objetivara a reforma do *decisum a quo*, de modo a admitir a interposição do recurso administrativo relativo à NFLD nº 35.035.746-6, sem o recolhimento do depósito prévio de 30% do débito discutido, sob pena de violação do direito de petição e dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

Em suas razões, às fls. 179/184, pretende a recorrente, em síntese, a reforma da decisão ora impugnada, ao argumento de que o Supremo Tribunal Federal está revendo o seu entendimento acerca da matéria.

À fl. 185-v, a Fazenda Nacional requer a intimação da d. Procuradoria Federal - INSS, tendo em vista a LC nº 73/93.

Às fls. 190/192, Ofício nº 16/2007 - GAB 5ª VF / SJM.

É o relatório. Decido.

Segundo o Ofício nº 16/2007 - GAB 5ª VF /SJM acima mencionado, a ação, na qual foi proferida a decisão interlocutória que ensejou o presente agravo, já foi julgada em primeira instância.

Portanto, houve perda de objeto do agravo de instrumento, pois a superveniência da sentença proferida pelo Juízo *a quo* fez desaparecer o interesse processual no presente recurso, na medida em que o comando sentencial, autônomo e definitivo, oriundo de cognição exauriente, se sobrepõe e substitui a decisão interlocutória.

Sobre o tema, vale conferir:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO CONCESSIVA DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. PROLAÇÃO DA SENTENÇA DE MÉRITO. CONFIRMAÇÃO DA LIMINAR. PERDA DO OBJETO DO AGRAVO. PRECEDENTES.
Resta prejudicado o agravo de instrumento interposto contra decisão deferitória de antecipação de tutela, em face da prolação da sentença de mérito, ratificadora da liminar, face a perda de seu objeto. Precedentes
2. Recurso a que se nega provimento."
(STJ, 6ª Turma, REsp 595937/MG, rel. Min. Paulo Medina, DJ 03/05/2004, pág. 224)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO - TUTELA ANTECIPADA - INDEFERIMENTO - AUSÊNCIA DE ELEMENTO NECESSÁRIO - COMPETÊNCIA DISCRICIONÁRIA DO JUIZ - SENTENÇA NA AÇÃO PRINCIPAL - PERDA DO OBJETO.
1. Inocorrente o pressuposto inscrito no artigo 7º, inciso II, da Lei n.º 1.533/51, qual seja, o *periculum in mora.*
2. Tendo em vista o princípio do livre convencimento motivado, adotado por nossa legislação, a apreciação da existência ou não dos requisitos autorizadores da tutela antecipatória específica - *fumus boni iuris* e *periculum in mora* - está vinculada ao poder discricionário do julgador.
3. Proferida sentença na ação que origina o agravo de instrumento, perde este o seu objeto.
4. Recurso prejudicado, pela perda do objeto, nos termos do que autoriza o art. 43, § 1º, inciso I, do Regimento Interno desta E. Corte."
(TRF-2ª Região, AG 90909, rel. Des. Fed. Frederico Gueiros, DJ 14/04/2003, pág. 166/167).

Constatada a manifesta perda de objeto do agravo de instrumento, resta prejudicado o agravo interno.

Isto posto,

Julgo prejudicado o agravo interno de fls. 179/184, a teor do art. 43, § 1º, I, do RITRF-2ª Região, mantendo-se a conclusão de fls. 171/175, com fundamentação nova.

Decorrido *in albis* o prazo recursal, remetam-se os autos à vara de origem, para arquivamento, observadas as devidas cautelas legais.

P. I.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2007.

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Juiz Federal Convocado

EXPEDIENTE Nº 8052 DO DIA 11 DE ABRIL DE 2007

IV - APELACAO CIVEL 2005.51.01.006313-0

RELATOR	:JUIZ FEDERAL CONVOCADO JOSE NEIVA
APELANTE	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:FRANCISCO GOMES ROCHA
ADVOGADO	:NILZA GOMES ROCHA
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 5A VARA-RJ
ORIGEM	:QUINTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200551010063130)

DECISÃO

Trata-se de ação ordinária ajuizada em face da UNIÃO FEDERAL, objetivando-se a declaração de inexistência de relação jurídica tributária, no que se refere ao recolhimento do imposto de renda sobre aposentadoria suplementar, bem como a repetição dos valores descontados a este título.

A pretensão autoral foi julgada procedente (fls. 102/104), subindo os autos a este Eg. TRF por força de apelação da União Federal (fls. 108/121) e da remessa necessária.

Apresentadas as contra-razões, o Ministério Público opinou pela desnecessidade de sua intervenção (fl. 125).

É o breve relatório. Decido.

Conheço do recurso e da remessa, eis que presentes os pressupostos.

A controvérsia dos autos cinge-se à hipótese de incidência do imposto de renda sobre as verbas recebidas a título de complementação da aposentadoria, de entidade de previdência privada (Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Petros), após o advento da Lei n. 9.250/95.

O caso dos autos enseja julgamento monocrático, posto tratar-se de matéria pacificada por nossos tribunais, e em especial, pelo Eg. Superior Tribunal de Justiça.

Aquela Corte tem reiteradamente afastado a incidência do imposto de renda sobre o pagamento de aposentadoria complementar, a fim de que se evite a dupla tributação.

Inicialmente, reputa-se despicienda a apresentação de documento comprobatório do recolhimento da exação devida, na medida em que, sendo o Banco do Brasil e a Previ responsáveis tributários pelo imposto de renda na fonte, conforme documentos acostados aos autos, seria incabível exigir tal prova do contribuinte.

Essa é a orientação do Superior Tribunal de Justiça:

"TRIBUTARIO. IMPOSTO RETIDO NA FONTE. PROVA DO RECOLHIMENTO.
Nos impostos retidos na fonte e o responsável, e não o contribuinte, quem recolhe os respectivos valores ao Erário Público. Conseqüentemente, os comprovantes respectivos só podem ser exigidos do responsável, não do contribuinte.
Agravo regimental improvido."
(STJ, AGA nº 145.127/SP, rel. Min. Ari Pargendler, j. 04/08/97, DJ 25/0897, pág. 39365)
"(…)
6. Ocorrendo a incidência, na fonte, de retenção indevida de imposto de renda, não há necessidade de se comprovar que o responsável tributário recolheu a respectiva importância aos cofres públicos.
Precedentes.
(...)"
(STJ, 1ª Turma, AgRg no AG 460353/MG, rel. Min. José Delgado, DJ 16.12.2002, pág. 271)

Quanto ao tema da prescrição, a Colenda Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao apreciar os EResp 435.835/SC, sessão de 24/03/2004, rel. Min. José Delgado, buscando pacificar as discussões em torno da matéria, decidiu no sentido de que *"nos tributos sujeitos a lançamento por homologação, o prazo prescricional para se pleitear a compensação ou a restituição do crédito tributário somente se opera quando decorridos cinco anos da ocorrência do fato gerador, acrescidos de mais cinco anos, contados a partir da homologação tácita."*

Cabe observar que o art. 3º da Lei Complementar n.º 118, publicada em 09 de fevereiro de 2005, assim dispõe:

"Art. 3º. Para efeito de interpretação do inciso I do art. 168 da Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, a extinção do crédito tributário ocorre, no caso de tributo sujeito a lançamento por homologação, no momento do pagamento antecipado de que trata o §1º do art. 150 da referida Lei."

Portanto, a mencionada lei passa a prever que o direito de pleitear a compensação ou a restituição do crédito tributário, no caso de tributo sujeito a lançamento por homologação, extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos contados do pagamento antecipado.

A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça concluiu o julgamento do EREsp. 327.043/DF, na sessão de 27/04/2005, por unanimidade, no sentido de ser possível interpretar o art. 4º da LC n.º 118/05 *"conforme a Constituição, desde que os efeitos retroativos ali previstos limitem-se às ações ajuizadas após a vacatio legis de 120 dias prevista na parte inicial do dispositivo. Ajuizada a ação após 9 de junho de 2005, poderá o art. 3º da LC n.º 118/05 ser aplicado aos fatos geradores ocorridos antes de sua publicação. O prazo de cinco anos poderá ser contado a partir do pagamento indevido, e não da homologação expressa ou tácita, desde que a ação tenha sido proposta depois de 9 de junho de 2005 e mesmo que o pagamento antecipado pelo contribuinte tenha sido realizado antes da vigência da Lei".*

Assim, fica valendo o prazo de "cinco mais cinco" até 09 de junho de 2005. Somente para as ações ajuizadas após esta data poderá ser aplicado o prazo de 5 (cinco) anos previsto no art. 3º da LC 118/2005, o que não ocorre na espécie, pois a ação foi proposta em 04/04/2005.

Com base na legislação vigente à época, o patrocinador do fundo subtraía a contribuição devida, pelo empregado, mensalmente, após o desconto do imposto de renda na fonte.

Dessa forma, não poderia haver, pura e simplesmente, cobrança sobre o total percebido pelo beneficiário quando de sua aposentadoria, no pagamento mensal, ou em função do resgate de todas as contribuições, nos termos do art. 33 da Lei nº 9.250/95.

Existiria dupla tributação.

Admitir-se-ia, sim, a incidência sobre o acréscimo decorrente da capitalização, como ocorre em qualquer aplicação financeira, mas não sobre o principal já tributado.

Cumpre consignar que para as contribuições efetuadas a partir da vigência da Lei 9.250/95 não existe dupla incidência, ante a isenção prevista no art. 4º, VI, devendo haver tributação por ocasião da aposentadoria.

As contribuições pagas pelo autor anteriormente à Lei nº 7.713/88 eram deduzidas na declaração de rendimentos por força do art. 18, I, da Lei nº 4.506/64 e do art. 2º do Decreto-Lei nº 1.642/78, não havendo que se cogitar de bitributação, estando, por ocasião da complementação da aposentadoria, sujeita à incidência do imposto de renda.

O Superior Tribunal de Justiça é pacífico nesse sentido: Resp. 660458/MG, 2ª Turma Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 13.12.2004, pág. 347, , REsp. 585093/BA, 1ª Turma Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 30.08.2004, pág. 216) REsp. 226.263/PE, 1ª Turma, rel. Min. José Delgado, DJU 28.02.2000, p. 58; REsp. 232.003/CE, 1ª T., rel. Min. José Delgado, DJU 28.02.2000, p. 63; REsp. 511653/MG, 2ª T., rel. Min. Peçanha Martins, DJU 28.02.2005, p. 279; AgRg. No REsp. 638.564/BA, 1ª T., rel. Min. Francisco Falcão, DJU 17.12.2004, p. 448; REsp. 675.543/SP, 2ª T., rel. Min. Eliana Calmon, DJU 23.11.2004, p. 509; AgRg. No AG 570.181/DF, 2ª T., rel. Min. Franciulli Neto, DJU 13.12.2004, p. 297.

Vale observar que, após pequeno dissenso, o aludido Tribunal reiterou essa orientação e pacificou sua jurisprudência, nos Embargos de Divergência no RESP 380.011/RS, 1ª Seção, rel. Min. Teori Zavascki, DJU 02.05.05, e, posteriormente, nos Embargos de Divergência no RESP 643.691/DF, 1ª Seção, rel. Min. Teori Zavascki, DJU 20.03.06, p. 185.

A jurisprudência é firme no sentido de que o principal deve ser corrigido monetariamente desde o recolhimento indevido, sendo certo que a partir de Janeiro de 1996 incidirá a SELIC em débitos de natureza tributária, taxa que engloba correção monetária e juros.

Cabe destacar que o egrégio STJ já firmou entendimento no seguinte sentido: "Aplica-se, a partir de 1º de janeiro de 1996, no fenômeno compensação tributária, o art. 39, § 4º, da Lei nº 9.250, de 26/12/95, pelo que os juros devem ser calculados, após tal data, de acordo com o resultado da Taxa SELIC, que inclui, para a sua fixação, a correção monetária do período em que ela foi apurada." (REsp. nº 189188/PR, rel. Min. José Delgado, decisão em 17-11-1998, publicada no DJU de 22/03/1999, pág. 00087)

Vale observar que o art. 73 da Lei 9.532, de 10 de dezembro de 1997, veio a estipular: "O termo inicial para cálculo dos juros de que trata o § 4º do art. 39 da Lei 9.250, de 1995, é o mês subseqüente ao do pagamento indevido ou a maior que o indevido."

Todavia, a norma não pode retroagir para incidir em recolhimentos anteriores à sua vigência, em substituição de indexador existente à época. O aludido art. 73 incidirá em relação a recolhimentos posteriores à entrada em vigor da Lei 9.532/97.

Assim, a fim de que seja afastada a dupla tributação, conforme explicitado, a melhor solução é - a partir da Lei 9.250/95 - declarar a não-incidência do I.R. sobre os aportes efetuados ao fundo de previdência, e que já tenham sofrido tributação na vigência da Lei 7.713/88.

Para tal, devem ser deduzidas da base de cálculo do imposto de renda que incida sobre os benefícios da aposentadoria complementar os valores correspondentes às contribuições já tributadas anteriormente, eis que não beneficiadas pela isenção.

A restituição deve ser calculada nos termos abaixo.

Da base de cálculo do imposto, deverá ser deduzido o valor da contribuição vertido ao plano de previdência, sob a égide da Lei 7.713/88.

Devem ser considerados os valores das contribuições feitas entre janeiro/89 e dezembro/1995, atualizados a partir da data de cada aporte efetivado pelo autor ao fundo de previdência.

Considerando-se, então, a incidência da Lei 9.250/90, o valor resultante deste somatório deverá ser gradativamente deduzido da base de cálculo do imposto de renda incidente sobre aposentadoria complementar, até que se alcance a total restituição.

O termo inicial a se aplicar tal isenção é o mês em que o beneficiário efetivamente passou a ser tributado, como decorrência da Lei 9.250/95.

A comprovação dos valores efetivamente recolhidos ao fundo de previdência, atualizados a partir da data de cada recolhimento (Súmula 162, STJ), deverá ocorrer na fase de execução, mediante documentação idônea.

Quanto à questão dos ônus sucumbenciais, o objetivo do autor era ver afastada a incidência do imposto de renda sobre os benefícios recebidos a título de complementação de aposentadoria e a ré contestou, alegando haver fato gerador do referido imposto. Sendo reconhecido parcialmente o direito à não-incidência tributária, verifica-se a ocorrência de sucumbência recíproca.

Isto posto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC,

1) Conheço e dou parcial provimento ao recurso da União Federal e à remessa, para declarar indevido o imposto cobrado, em razão de contribuições efetuadas exclusivamente pelo apelante no período de 01.01.89 a 31.12.95, na forma da fundamentação.

2) Condeno a ré a restituir o imposto cobrado indevidamente de forma atualizada nos termos deste voto.

Sem honorários diante da sucumbência recíproca.

P.I.

Rio de Janeiro, 02 de abril de 2007.

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Juiz Federal Convocado

III - AGRAVO 2007.02.01.002149-0

RELATOR	:JUIZ FEDERAL CONVOCADO JOSE NEIVA
AGRAVANTE	:PRODUTOS ALIMENTICIOS CADORE S/A
ADVOGADO	:JOSE OSWALDO CORREA E OUTROS
AGRAVADO	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:PRIMEIRA VARA FEDERAL DE ANGRA DOS REIS (200751110000588)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por PRODUTOS ALIMENTÍCIOS CADORE S. A. contra decisão do MM juízo da 1ª Vara Federal de Angra dos Reis, que não apreciou o pleito liminar da agravante, que objetivava o desembaraço aduaneiro e conseqüente liberação de trigo importado sem o comprovante de recolhimento de ICMS.

A decisão agravada tem o seguinte conteúdo (fls. 59):

"Notifique-se a autoridade coatora para apresentação das informações no prazo legal. Após, apreciarei o pleito liminar.

Intime-se a impetrante para regularizar sua representação, nos termos do artigo 37 do CPC, sob pena de indeferimento da petição inicial."

É o breve relatório. Decido.

Entendo que o presente agravo não deve ter seguimento.

No caso em epígrafe, o MM Juiz concluiu ser necessário, para a manifestação sobre o pedido de liminar, a apresentação de informações pela autoridade coatora. Tal entendimento não constitui indeferimento da medida e não parece ser adequada uma supressão de instância para sua concessão. A postulação deveria ser no sentido de sua apreciação pelo juiz de primeiro grau, mediante determinação do Tribunal, caso se demonstrasse situação de risco iminente que viesse a impedir que se aguardasse as informações.

O pedido recursal, como formulado, seria manifestamente improcedente.
Ademais, verifico, nos andamentos acostados, que o juízo *a quo* já proferiu decisão interlocutória sobre a questão que ensejou o presente agravo.

Portanto, houve perda de objeto do agravo de instrumento, pois a superveniência de decisão proferida pelo Juízo *a quo* fez desaparecer o interesse processual no presente recurso.

Sobre o tema, vale conferir:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO CONCESSIVA DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. PROLAÇÃO DA SENTENÇA DE MÉRITO. CONFIRMAÇÃO DA LIMINAR. PERDA DO OBJETO DO AGRAVO. PRECEDENTES.
Resta prejudicado o agravo de instrumento interposto contra decisão deferitória de antecipação de tutela, em face da prolação da sentença de mérito, ratificadora da liminar, face a perda de seu objeto. Precedentes
2. Recurso a que se nega provimento."
(STJ, 6ª Turma, REsp 595937/MG, rel. Min. Paulo Medina, DJ 03/05/2004, pág. 224).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO - TUTELA ANTECIPADA - INDEFERIMENTO - AUSÊNCIA DE ELEMENTO NECESSÁRIO - COMPETÊNCIA DISCRICIONÁRIA DO JUIZ - SENTENÇA NA AÇÃO PRINCIPAL - PERDA DO OBJETO.
1. Inocorrente o pressuposto inscrito no artigo 7º, inciso II, da Lei n.º 1.533/51, qual seja, o *periculum in mora.*
2. Tendo em vista o princípio do livre convencimento motivado, adotado por nossa legislação, a apreciação da existência ou não dos requisitos autorizadores da tutela antecipatória específica - *fumus boni iuris* e *periculum in mora* - está vinculada ao poder discricionário do julgador.
3. Proferida sentença na ação que origina o agravo de instrumento, perde este o seu objeto.
4. Recurso prejudicado, pela perda do objeto, nos termos do que autoriza o art. 43, § 1º, inciso I, do Regimento Interno desta E. Corte."
(TRF-2ª Região, AG 90909, rel. Des. Fed. Frederico Gueiros, DJ 14/04/2003, pág. 166/167).

Isto posto,

Nego seguimento ao Agravo de Instrumento, nos termos do art. 557 do Código de Processo Civil.

Feitas as anotações de estilo, baixem os autos à vara de origem para arquivamento.

P.I.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2007.

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Juiz Federal Convocado

III - AGRAVO 2007.02.01.000523-9

RELATOR	:JUIZ FEDERAL CONVOCADO JOSE NEIVA
AGRAVANTE	:SERVICE COOP - COOPERATIVA DOS PROFISSIONAIS DE TRABALHO PARA O EXERCICIO DAS ATIVIDADES ECONOMICAS DESMEMBRADAS
ADVOGADO	:ALVARO TREVISIOLI E OUTROS
AGRAVADO	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:SÉTIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200551010008295)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por SERVICE COOP - COOPERATIVA DOS PROFISSIONAIS DE TRABALHO PARA O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS DESMEMBRADAS contra decisão do MM juízo da COPIAR/COLAR DA INTERNET, que indeferiu a antecipação dos efeitos da tutela, que objetivava a suspensão da exigibilidade da contribuição para o COFINS sobre os atos cooperativos próprios da agravante, bem como que a agravada se abstivesse de praticar qualquer ato que resultasse em multa administrativa, processo administrativo ou ação de execução fiscal, até que fosse julgada totalmente a lide.

A decisão agravada tem o seguinte conteúdo (fls. 31):

"Vistos etc.

1º) O processo está instruído para o exame em grau de sentença;

2º) A matéria deduzida nesta ação não nos autoriza tutela antecipada, esta, se consagrada se consagrada será deferida em decisão terminativa;

3º) Indefiro, portanto, a antecipação de tutela, e, voltem conclusos para sentença."

É o breve relatório. Decido.

Entendo que o presente agravo não deve ter seguimento.

A deliberação atacada em sua conclusão mostra-se razoável, mesmo que tenha trilhado motivação contrária à do recorrente.

Vale observar que o Poder Judiciário analisa situações concretas precisamente definidas pelas partes, sendo certo que caberia à agravante precisar quais atos entende como cooperativos para que houvesse análise da não-incidência, eis que a tributação poderia ser admitida em tese caso os atos fossem realizados com terceiro. Tal delimitação não ocorreu.

Ademais, esta Corte tem deliberado que apenas em casos de decisão teratológica, com abuso de poder ou em flagrante descompasso com a Constituição, a lei ou com a orientação consolidada de Tribunal Superior ou deste tribunal justificaria sua reforma pelo órgão *ad quem*, em agravo de instrumento, sendo certo que o pronunciamento judicial impugnado não se encontra inserido nessas exceções.

A respeito do tema, vale conferir os precedentes desta Corte: AG nº 2003.02.01.008962-4, Terceira Turma, Des. Fed. Tânia Heine, DJU de 17/05/2004, pág. 272; AG nº 99.02.10697-8, Quinta Turma, Des. Fed. Raldênio Bonifácio Costa, DJU de 01/06/2000; AG nº 99.02.05560-4, Quarta Turma, Des. Fed. Rogério Carvalho, rel. para acórdão Des. Fed. Fernando Marques, DJU de 19/09/2002, pág. 303; AG nº 99.02.14432-2, Primeira Turma, Des. Fed. Ney Fonseca, DJU de 12/04/2001; AG nº 2000.02.01.052372-4, Segunda Turma, Des. Fed. Sergio Feltrin Correa, DJU de 20/03/2002, pág. 673; AG nº 98.02.09097-2; Terceira Turma, Des. Fed. Arnaldo Lima, DJU 17/11/1998.

A Terceira Turma Especializada tem se orientado nesse sentido:

"TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO. ANÁLISE DA QUESTÃO DE FORMA RAZOÁVEL. DECISÃO NÃO TERATOLÓGICA. PRECEDENTES.
1. Agravo interno objetivando reformar decisão que negou seguimento ao agravo de instrumento em que se pretendia "a imediata remessa dos autos do processo administrativo nº 10768.021263/00-90 à Delegacia da Receita Federal de Julgamento para recebimento e apreciação da Manifestação de inconformidade, bem como a suspensão da exigibilidade do crédito tributário", ao entendimento de que não se tratava de decisão teratológica.
2. O Juízo *a quo* apreciou a situação fática submetida a sua apreciação e deu solução jurídica contrária aos interesses da agravante.
3. Esta Corte tem deliberado que apenas em casos de decisão teratológica, com abuso de poder ou em flagrante descompasso com a Constituição, a lei ou com a orientação consolidada de Tribunal Superior ou deste tribunal justificaria sua reforma pelo órgão ad quem, em agravo de instrumento, sendo certo que o pronunciamento judicial impugnado não se encontra inserido nessas exceções. Precedentes.
4. Agravo interno conhecido e desprovido."
(AGT 143582/RJ, Reg. nº 2005.02.01.014682-3, rel. Juiz Federal Convocado José Neiva, DJU 15/03/2006 p. 57)

"AGRAVO INTERNO EM AGRAVO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. COMPENSAÇÃO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO. OBSERVÂNCIA DO PODER GERAL DE CAUTELA.
1 .Inexistência de ofensa ao artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal.
2. Poder geral de cautela do juiz.
3. Ausência de comprovação de *periculum in* mora a justificar a reforma da decisão *a quo*.
4.O fato do entendimento adotado ter sido contrário aos interesses da parte não serve de fundamento à reforma da decisão. (STF. AgReg. nº 465270-1. Min. Carlos Velloso. DJ de 05.03.04; TRF/2. AI nº 20040201001237-1, DJ de 17.05.04).
5. Nos estreitos limites do agravo de instrumento não cabe decidir o mérito da pretensão deduzida em juízo, principalmente, quando demanda instrução probatória, como *in casu*.
6. Recurso improvido."
(AGTAG 142075/RJ. Reg. nº 2005.02.01.012024-0, rel. Des. Fed. Paulo Barata, DJU 16/03/2006, p.211)

Isto posto,

Nego seguimento ao agravo de instrumento nos termos do art. 557, *caput*, do CPC.

Feitas as anotações de estilo, baixem os autos à vara de origem para arquivamento.

P.I.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2007.

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Juiz Federal Convocado

XII - APELACAO EM MANDADO DE SEGURANCA 2001.02.01.029723-6

RELATOR	:JUIZ FEDERAL CONVOCADO JOSE NEIVA/NO AFAST. RELATOR
APELANTE	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:CATIA DA P. MORAES COSTA
APELADO	:PRINCIPAL COMERCIO E INDUSTRIA DE CAFE LTDA
ADVOGADO	:SANDRO MACHADO DOS REIS
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 8A VARA-RJ
ORIGEM	:OITAVA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9900245725)

DECISÃO

Trata-se de apelação cível interposta pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, de sentença proferida nos autos do Mandado de Segurança impetrado pela empresa PRINCIPAL COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE CAFÉ LTDA, visando a suspensão da exigibilidade da Contribuição ao Seguro de Acidente do Trabalho - SAT, face a inconstitucionalidade do art. 22, II, da Lei 8.212/91, com a redação da Lei 9.732/98, e do § 6º, art. 57 da Lei 8.213/91.

Ocorre que, através da petição de fl. 247, a Impetrante requer a desistência da ação, conforme determina o art. 4º, II, da Lei 10.684/03, com o objetivo de parcelar os seus débitos.

É o relatório. Decido.

Como não cabe desistência da ação após o julgamento de mérito e o requerimento se reporte explicitamente ao inciso II do art. 4º da Lei 10.684/03, o pedido deve ser acolhido apenas em relação à renúncia ao direito sobre o qual se funda a ação, nos termos do art. 269, V do CPC.

Isto posto,

Ante as considerações, HOMOLOGO a renúncia ao direito sobre o qual se funda a ação, para que produza os seu regulares e jurídicos efeitos, e julgo prejudicados o recurso e a remessa necessária.
Custas pela autora. Sem honorários de sucumbência, em face das Súmulas 512 do STF e 105 do STJ.

Feitas as anotações de estilo, baixem os autos à vara de origem.

P.I

Rio de Janeiro, 2 de abril de 2007.

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Juiz Federal Convocado

III - AGRAVO 2007.02.01.002085-0

RELATOR	:JUIZ FEDERAL CONVOCADO JOSE NEIVA
AGRAVANTE	:FHOENIX LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO	:VINICIUS PEREIRA DE ASSIS E OUTROS
AGRAVADO	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:2ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES (200750010001751)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela FHOENIX LOGÍSTICA E TRANSPORTE LTDA. contra decisão do MM juízo da 2ª Vara Federal Cível, que indeferiu liminar em mandado de segurança, que objetivava .

A decisão agravada tem o conteúdo ,em síntese (fls. 16/17):

"(...) Desta feita, ao menos neste juízo de cognição sumária, penso que deferir a medida liminar implicaria simplesmente em adiantar a análise do processo administrativo da impetrante, em detrimento dos demais administrados.

Ademais, além de não ser possível identificar qualquer ilegalidade na atuação da autoridade dita coatora, observo que não há nos autos elementos suficientes para afirmar que a impetrante realmente faz *jus* à inclusão retroativa.

Pelo exposto, INDEFIRO A MEDIDA LIMINAR.

Intimem-se

Remetam-se os autos ao Ministério Público Federal."

É o breve relatório. Decido.

Entendo que o presente agravo não deve ter seguimento.

A deliberação atacada em sua conclusão mostra-se razoável, mesmo que tenha trilhado motivação contrária à do recorrente.

Esta Corte tem deliberado que apenas em casos de decisão teratológica, com abuso de poder ou em flagrante descompasso com a Constituição, a lei ou com a orientação consolidada de Tribunal Superior ou deste tribunal justificaria sua reforma pelo órgão *ad quem*, em agravo de instrumento, sendo certo que o pronunciamento judicial impugnado não se encontra inserido nessas exceções.

A respeito do tema, vale conferir os precedentes desta Corte: AG nº 2003.02.01.008962-4, Terceira Turma, Des. Fed. Tânia Heine, DJU de 17/05/2004, pág. 272; AG nº 99.02.10697-8, Quinta Turma, Des. Fed. Raldênio Bonifácio Costa, DJU de 01/06/2000; AG nº 99.02.05560-4, Quarta Turma, Des. Fed. Rogério Carvalho, rel. para acórdão Des. Fed. Fernando Marques, DJU de 19/09/2002, pág. 303; AG nº 99.02.14432-2, Primeira Turma, Des. Fed. Ney Fonseca, DJU de 12/04/2001; AG nº 2000.02.01.052372-4, Segunda Turma, Des. Fed. Sergio Feltrin Correa, DJU de 20/03/2002, pág. 673; AG nº 98.02.09097-2; Terceira Turma, Des. Fed. Arnaldo Lima, DJU 17/11/1998.

A Terceira Turma Especializada tem se orientado nesse sentido:

"TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO. ANÁLISE DA QUESTÃO DE FORMA RAZOÁVEL. DECISÃO NÃO TERATOLÓGICA. PRECEDENTES.
1. Agravo interno objetivando reformar decisão que negou seguimento ao agravo de instrumento em que se pretendia "a imediata remessa dos autos do processo administrativo nº 10768.021263/00-90 à Delegacia da Receita Federal de Julgamento para recebimento e apreciação da Manifestação de inconformidade, bem como a suspensão da exigibilidade do crédito tributário", ao entendimento de que não se tratava de decisão teratológica.
2. O Juízo *a quo* apreciou a situação fática submetida a sua apreciação e deu solução jurídica contrária aos interesses da agravante.
3. Esta Corte tem deliberado que apenas em casos de decisão teratológica, com abuso de poder ou em flagrante descompasso com a Constituição, a lei ou com a orientação consolidada de Tribunal Superior ou deste tribunal justificaria sua reforma pelo órgão ad quem, em agravo de instrumento, sendo certo que o pronunciamento judicial impugnado não se encontra inserido nessas exceções. Precedentes.
4. Agravo interno conhecido e desprovido."
(AGT 143582/RJ, Reg. nº 2005.02.01.014682-3, rel. Juiz Federal Convocado José Neiva, DJU 15/03/2006 p. 57)

"AGRAVO INTERNO EM AGRAVO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. COMPENSAÇÃO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO. OBSERVÂNCIA DO PODER GERAL DE CAUTELA.
1 .Inexistência de ofensa ao artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal.
2. Poder geral de cautela do juiz.
3. Ausência de comprovação de *periculum in* mora a justificar a reforma da decisão *a quo*.
4.O fato do entendimento adotado ter sido contrário aos interesses da parte não serve de fundamento à reforma da decisão. (STF. AgReg. nº 465270-1. Min. Carlos Velloso. DJ de 05.03.04; TRF/2. AI nº 20040201001237-1, DJ de 17.05.04).
5. Nos estreitos limites do agravo de instrumento não cabe decidir o mérito da pretensão deduzida em juízo, principalmente, quando demanda instrução probatória, como *in casu*.
6. Recurso improvido."
(AGTAG 142075/RJ. Reg. nº 2005.02.01.012024-0, rel. Des. Fed. Paulo Barata, DJU 16/03/2006, p.211)

Isto posto,

Nego seguimento ao agravo de instrumento nos termos do art. 557, *caput*, do CPC.

Feitas as anotações de estilo, baixem os autos à vara de origem para arquivamento.

P.I.

Rio de Janeiro, 03 de abril de 2007.

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Juiz Federal Convocado

III - AGRAVO 2007.02.01.000906-3

RELATOR	:JUIZ FEDERAL CONVOCADO JOSE NEIVA
AGRAVANTE	:CENTRO ORTOPEDICO CASCADURA LTDA
ADVOGADO	:MURILO VOUZELLA DE ANDRADE E OUTROS
AGRAVADO	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:VIGÉSIMA TERCEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200651010111165)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela CENTRO ORTOPÉDICO CASCADURA LTDA. contra decisão do MM juízo da 23ª Vara Federal do Rio de Janeiro, que indeferiu a antecipação dos efeitos da tutela, que objetivava a suspensão do crédito tributário referente ao Imposto de Renda e à CSLL com base de cálculo presumida superior a 8% e 12%, respectivamente, tendo em vista o enquadramento da agravante como prestadora de serviço hospitalar, nos termos do *caput* do art. 15 da Lei nº 9.249/95.

A decisão agravada (fls. 277/278) tem a seguinte síntese:

"No conceito de legislação tributária estão incluídos os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas com intuito de explicitar a norma legal (CTN, art. 100,inc. I).

A lei ordinária autoriza ao contribuinte recolher o IRPJ e a CSLL com base no lucro presumido, no lugar da tributação com base no lucro real. Trata-se de favor legal eis que os dois tributos têm por fato gerador a ocorrência do lucro, o que exige complexo sistema de contabilização e informação ao Fisco. A lei estabelece ainda que contribuintes são excluídos do sistema de tributação por lucro presumido e quais as bases de sua fixação conforme a categoria de contribuinte.

Por delegação legal, a Administração Fazendária dispõe por meio de Instrução Normativa como calcular o lucro presumido fixando os percentuais pertinentes. Cabe ainda à Administração conceituar o que sejam "serviços hospitalares", permitindo a correta aplicação da lei tributária.

Ora, o conceito adotado pelo Fisco no sentido de que hospital é aquela entidade ou empreendimento que presta assistência integral em um complexo de atividades que incluem prevenção, consulta, exame, diagnóstico, tratamento e cirurgia, além de ser extremamente razoável, está de acordo com o Manual Brasileiro de Acreditação Hospitalar editado pela Secretaria de Políticas de Saúde do Ministério da Saúde.

Desta forma, o cerne da questão parece estar em aferir se a autora presta ou não serviço hospitalar, o que demanda extensa e complexa atividade probatória, afastando assim a verossimilhança do direito alegado.

Isto posto, ante a ausência dos elementos do artigo 273 do CPC, INDEFIRO A ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA.

Em réplica devendo ainda a parte autora identificar e justificar as provas que pretende produzir, no prazo de 10 (dez) dias. Após, a(o) ré(u) sobre provas pelo mesmo prazo."

É o breve relatório. Decido.

Entendo que o presente agravo não deve ter seguimento.

A deliberação atacada em sua conclusão mostra-se razoável, mesmo que tenha trilhado motivação contrária à do recorrente.

Esta Corte tem deliberado que apenas em casos de decisão teratológica, com abuso de poder ou em flagrante descompasso com a Constituição, a lei ou com a orientação consolidada de Tribunal Superior ou deste tribunal justificaria sua reforma pelo órgão *ad quem*, em agravo de instrumento, sendo certo que o pronunciamento judicial impugnado não se encontra inserido nessas exceções.

A respeito do tema, vale conferir os precedentes desta Corte: AG nº 2003.02.01.008962-4, Terceira Turma, Des. Fed. Tânia Heine, DJU de 17/05/2004, pág. 272; AG nº 99.02.10697-8, Quinta Turma, Des. Fed. Raldênio Bonifácio Costa, DJU de 01/06/2000; AG nº 99.02.05560-4, Quarta Turma, Des. Fed. Rogério Carvalho, rel. para acórdão Des. Fed. Fernando Marques, DJU de 19/09/2002, pág. 303; AG nº 99.02.14432-2, Primeira Turma, Des. Fed. Ney Fonseca, DJU de 12/04/2001; AG nº 2000.02.01.052372-4, Segunda Turma, Des. Fed. Sergio Feltrin Correa, DJU de 20/03/2002, pág. 673; AG nº 98.02.09097-2; Terceira Turma, Des. Fed. Arnaldo Lima, DJU 17/11/1998.

A Terceira Turma Especializada tem se orientado nesse sentido:

"TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO. ANÁLISE DA QUESTÃO DE FORMA RAZOÁVEL. DECISÃO NÃO TERATOLÓGICA. PRECEDENTES.
1. Agravo interno objetivando reformar decisão que negou seguimento ao agravo de instrumento em que se pretendia "a imediata remessa dos autos do processo administrativo nº 10768.021263/00-90 à Delegacia da Receita Federal de Julgamento para recebimento e apreciação da Manifestação de inconformidade, bem como a suspensão da exigibilidade do crédito tributário", ao entendimento de que não se tratava de decisão teratológica.
2. O Juízo *a quo* apreciou a situação fática submetida a sua apreciação e deu solução jurídica contrária aos interesses da agravante.
3. Esta Corte tem deliberado que apenas em casos de decisão teratológica, com abuso de poder ou em flagrante descompasso com a Constituição, a lei ou com a orientação consolidada de Tribunal Superior ou deste tribunal justificaria sua reforma pelo órgão ad quem, em agravo de instrumento, sendo certo que o pronunciamento judicial impugnado não se encontra inserido nessas exceções. Precedentes.
4. Agravo interno conhecido e desprovido."
(AGT 143582/RJ, Reg. nº 2005.02.01.014682-3, rel. Juiz Federal Convocado José Neiva, DJU 15/03/2006 p. 57)

"AGRAVO INTERNO EM AGRAVO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. COMPENSAÇÃO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO. OBSERVÂNCIA DO PODER GERAL DE CAUTELA.
1 .Inexistência de ofensa ao artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal.
2. Poder geral de cautela do juiz.
3. Ausência de comprovação de *periculum in* mora a justificar a reforma da decisão *a quo*.
4.O fato do entendimento adotado ter sido contrário aos interesses da parte não serve de fundamento à reforma da decisão. (STF. AgReg. nº 465270-1. Min. Carlos Velloso. DJ de 05.03.04; TRF/2. AI nº 20040201001237-1, DJ de 17.05.04).
5. Nos estreitos limites do agravo de instrumento não cabe decidir o mérito da pretensão deduzida em juízo, principalmente, quando demanda instrução probatória, como *in casu*.
6. Recurso improvido."
(AGTAG 142075/RJ. Reg. nº 2005.02.01.012024-0, rel. Des. Fed. Paulo Barata, DJU 16/03/2006, p.211)

Isto posto,

Nego seguimento ao agravo de instrumento nos termos do art. 557, *caput*, do CPC.

Feitas as anotações de estilo, baixem os autos à vara de origem para arquivamento.

P.I.

Rio de Janeiro, 03 de abril de 2007.

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Juiz Federal Convocado

XII - REMESSA EX-OFFICIO EM MS 2004.51.02.001789-6

RELATOR	:JUIZ FEDERAL CONVOCADO JOSE NEIVA/NO AFAST. RELATOR
PARTE AUTORA	:MAURICIO RIBEIRO PEREIRA
ADVOGADO	:MARIANA TORRES PEREIRA E OUTRO
PARTE RÉ	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:PAULO JOSE NEVES VILLAR
PARTE RÉ	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 2A VARA DE NITEROI-RJ
ORIGEM	:2A. VARA ESTADUAL - NITEROI/RJ (200451020017896)

DECISÃO

Trata-se de mandado de segurança objetivando a suspensão da exigibilidade da Contribuição Social para o Plano de Seguridade Social dos servidores públicos inativos, prevista na Emenda Constitucional 41/03, por ser tal contribuição inconstitucionalidade da referida exação.
O juízo *a quo* julgou procedente, em parte, o pedido, "para declarar indevida a cobrança da contribuição previdenciária sobre a parte que não excede o teto estabelecido no art. 5º da EC n. 41/2003."
Sentença sujeita ao duplo grau obrigatório.

É o relatório.

Não merece prosperar a remessa necessária.

O STF já decidiu com eficácia vinculante e efeito *erga omnes* nos seguintes termos:

"O Tribunal concluiu julgamento de ações diretas de inconstitucionalidade ajuizadas pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP e pela Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR contra o art. 4º, da EC 41/2003, que impõe aos servidores públicos aposentados e aos pensionistas, em gozo de benefícios na data de publicação da referida Emenda, bem como aos alcançados pelo disposto no seu art. 3º, a obrigação tributária de pagar contribuição previdenciária com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos ("*Art. 3º É assegurada a concessão, a qualquer tempo, de aposentadoria aos*

servidores públicos, bem como pensão aos seus dependentes, que, até a data de publicação desta Emenda, tenham cumprido todos os requisistos para obtenção desses benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente. § 1º O servidor de que trata este artigo que opte por permanecer em atividade tendo completado as exigências para aposentadoria voluntária e que conte com, no mínimo, vinte e cinco anos de contribuição, se mulher, ou trinta anos de contribuição, se homem, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no art. 40, § 1º, II, da Constituição Federal. § 2º Os proventos da aposentadoria a ser concedida aos servidores públicos referidos no caput, em termos integrais ou proporcionais ao tempo de contribuição já exercido até a data de publicação desta Emenda, bem como as pensões de seus dependentes, serão calculados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidos os requisitos nela estabelecidos para a concessão desses benefícios ou nas condições da legislação vigente. Art. 4º Os servidores inativos e os pensionistas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, em gozo de benefícios na data de publicação desta Emenda, bem como os alcançados pelo disposto no seu art. 3º, contribuirão para o custeio do regime de que trata o art. 40 da Constituição Federal com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos. Parágrafo único. A contribuição previdenciária a que se refere o caput incidirá apenas sobre a parcela dos proventos e das pensões que supere: I - cinqüenta por cento do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal, para os servidores inativos e os pensionistas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; II - sessenta por cento do limite Máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal, para os servidores inativos e os pensionistas da União") - v. Informativo 349. Ressaltou-se, inicialmente, que as contribuições são tributos, sujeitas a regime jurídico próprio, e cuja propriedade decorre da destinação constitucional das receitas e da submissão às finalidades específicas estabelecidas pelo art. 149, da CF, do qual se extrai que as mesmas podem ser instituícas pela União e pelos Estados e Municípios como instrumento de atuação na área social. Daí, por força do disposto no art. 195, da CF, com a redação da época da edição da EC 41/2003, a atuação estatal nas áreas da saúde, previdência e assistência social, cujos direitos são o conteúdo objetivo da seguridade social, deve ser custeada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, por meio dos recursos provenientes dos orçamentos dos entes federados e das contribuições sociais previstas nos incisos I a III do referido artigo. Em relação ao *caput* do art. 4º da EC 41/2003, as ofensas alegadas pelos requerentes foram afastadas por estas razões: a) por serem as contribuições espécie de tributo, não há como oporlhes a garantia constitucional ao direito adquirido: a.1) a norma que institui ou majora tributos incide sobre fatos posteriores à sua entrada em vigor; a.2) não consta do rol dos direitos subjetivos inerentes à situação de servidor inativo o de imunidade tributária absoluta dos proventos correlatos. Assim, sendo a percepção de proventos de aposentadorias e pensões fato gerador da contribuição previdenciária (EC 41/2003, art. 4º, parágrafo único), não obstante a condição de aposentadoria, ou inatividade, representar situação jurídico-subjetiva sedimentada que, regulando-se por normas jurídicas vigentes à data de sua consolidação, é intangível por lei superveniente no núcleo substantivo desse estado pessoal, não se poderia conferir ao servidor inativo nem ao pensionista verdadeira imunidade tributária absoluta, sem previsão constitucional, quanto aos fatos geradores ocorridos após a edição da EC 41/2003, observados os princípios constitucionais da irretroatividade e da anterioridade (CF, art. 150, III, a e art. 195, § 6º); b) o princípio constitucional de irredutibilidade da remuneração dos servidores públicos não se estende aos tributos porque não implica imunidade tributária; c) a utilização da percepção de proventos como fato gerador da contribuição previdenciária não configura *bis in idem* de imposto sobre a renda: as contribuições previdenciárias não constituem imposto. Para discerni-las, além do fato gerador e da base de cálculo, há de se levar em consideração os fatores distintivos constitucionais da finalidade da instituição e da destinação das receitas (CF, arts. 149 e 195). Também não consubstancia bitributação o fato de as contribuições apresentarem a mesma base de cálculo do imposto sobre a renda em relação aos inativos, haja vista a existência de autorização constitucional expressa (CF, art. 195, II); d) a contribuição instituída não se faz sem causa, razão por que não se há de falar em confisco ou discriminação sob o fundamento de que "*não atende aos princípios da generalidade e da universalidade (art. 155, parágrafo 2º, I), já que recai só sobre uma categoria de pessoas*": d.1) a EC 41/2003 transmudou a natureza do regime previdencial que, de solidário e distributivo, passou a ser meramente contributivo e, depois, solidário e contributivo, por meio da previsão explícita de tributação dos inativos, "*observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial*", em face da necessidade de se resolver o colapso havido no sistema, em decorrência, dentre outros fatores, da queda da natalidade, do acesso aos quadros funcionais públicos, do aumento da expectativa de vida do brasileiro e, por conseguinte, do período de percepção do benefício; d.2) o sistema previdenciário, objeto do art. 40 da CF nunca foi de natureza jurídico-contratual, regido por normas de direito privado. O valor paga pelo servidor a título de contribuição previdenciária nunca foi nem é prestação sinalagmática, mas tributo destinado ao custeio da atuação do Estado na área da previdência social; d.3) o regime previdenciário público visa garantir condições de subsistência, independência e dignidade pessoais ao servidor idoso por meio do pagamento de proventos da aposentadoria durante a velhice e, nos termos do art. 195 da CF, deve ser custeado por toda a sociedade, de forma direta e indireta, o que se poderia denominar princípio estrutural da solidariedade; d.4) o regime previdenciário assumiu caráter contributivo para efeito de custeio eqüitativo e equilibrado dos benefícios, sem prejuízo da observância dos princípios do parágrafo único do art. 194 da CF: universalidade, uniformidade, seletividade e distributividade, irredutibilidade, equidade no custeio e diversidade da base de financiamento. Assim, os elementos sistêmicos figurados no "*tempo de contribuição*", no "*equilíbrio financeiro e atuarial*"e na "*regra de contrapartida*"devem ser interpretados em conjunto com os princípios supracitados; e) a cobrança, em si, da contribuição dos inativos não ofende o princípio da isonomia: e.1) o advento da EC 41/2003 estabeleceu, em tese, a existência de três grupos de sujeitos passivos distintos: os aposentados até a data da publicação da Emenda (que se aposentaram com vencimentos integrais); os que se aposentarão após a data de sua edição, mas que ingressaram no serviço público antes dela (que, numa fase de transição, poderão aposentar-se com proventos integrais, observadas as regras do art. 6º da EC 41/2003); os que ingressaram e se aposentarão após a publicação da Emenda (que poderão, no caso do §14 do art. 40 da CF, sujeitar-se ao limite atribuído ao regime geral da previdência - CF, art. 201 - e equivalente a dez salários mínimos); e.2) o fato de já estarem aposentados à data da publicação da Emenda não pode retirar a responsabilidade social pelo custeio, já que seu tratamento previdenciário é diverso do reservado aos servidores da ativa; e.3) o caráter contributivo e solidário da previdência social impede essa distorção, que implicaria ofensa ao princípio da "*equidade na forma de participação de custeio*"(CF, art. 194, IV). De outro lado, em relação ao parágrafo único do art. 4º da norma impugnada, entendeu-se configurada a violação ao princípio da igualdade por estes fundamentos: a) o fato de alguns serem inativos ou pensionistas dos Estados, do DF ou dos Municípios não legitima o tratamento diferenciado dispensado aos servidores inativos e pensionistas da União, que se encontram em idêntica situação jurídica; b) o fato de ter-se aposentado o servidor antes ou depois da publicação da Emenda não justifica tratamento desigual quanto à sujeição do tributo. Salientou-se que o parágrafo único do art. 4º da EC 41/2003, ao criar exceção à imunidade prevista no §18 do art. 40 da CF, com a redação dada pela própria Emenda, faz exceção, da mesma forma, à imunidade do inciso II do art. 195 da CF, aplicável, por extensão, aos servidores inativos e pensionistas, por força da interpretação teleológica e do disposto no §12 do art. 40 da CF ("Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo... §12. Além do disposto neste artigo, o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social... §18. Incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadoria e pensões concedidas pelo regime de que trata este artigo que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos."; "Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:... II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201;"). Diante disso, e considerando o caráter unitário do fim público dos regimes geral de previdência e dos servidores públicos e o princípio da isonomia, concluiu-se que o limite a que alude o inciso II do art. 195 da CF - R$2.400,00 (EC 41/2003, art. 5º) - haveria de ser aplicado a ambos os regimes, sem nenhuma distinção. Julgou-se, por maioria, improcedente o pedido em relação ao *caput* do art. 4º da EC 41/2003. Vencidos, no ponto, os Ministros Ellen Gracie, relatora, Carlos Britto, Marco Aurélio e Celso de Mello que consideravam que a norma impugnada ofendia dispositivos constitucionais que estariam a salvo da atividade reformadora (CF, art. 60, §4º, IV). Declarou-se, por unanimidade, a inconstitucionalidade das expressões "*cinqüenta por cento do*" e "*sessenta por cento do*" constantes, respectivamente, dos incisos I e II do parágrafo único do art. 4º da EC 41/2003, pelo que se aplica, à hipótese do artigo 4º da EC 41/2003, o §18 do artigo 40 do texto permanente da Constituição, introduzido pela mesma Emenda Constitucional.

ADI 3105/DF e ADI 3128/DF, rel. orig. Min. Ellen Gracie, rel. p/acórdão Min. Joaquim Barbosa, 18.8.2004. (ADI-3105) (ADI-3128)"

Procede, em parte, o pedido autoral, somente para determinar que a autoridade impetrada se abstenha de aplicar os incisos I e II do parágrafo único do art. 4º da Emenda Constitucional nº 41/03, que prevê a incidência da contribuição previdenciária sobre a parcela dos proventos e pensões que supere o percentual de sessenta por cento, para os servidores da União, do teto estabelecido para os benefícios previdenciários, fazendo incidir o §18 do art. 40 da Constituição da República, introduzido pela mesma emenda, que determina tão-somente o desconto sobre a parcela que exceder o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral da previdência social, como acertadamente determinou a sentença.

Vale observar que a procedência parcial decorreria da eficácia *erga omnes*, com efeito vinculante, da decisão da Suprema Corte, em controle concentrado de constitucionalidade (parágrafo único do art. 28 da Lei 9.868/99).

Isto posto,

Conheço e nego seguimento à remessa necessária, nos termos do art. 557 do CPC.

P.I.

Rio de Janeiro, 09 de abril de 2007.

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Juiz Federal Convocado

III - AGRAVO 2006.02.01.013819-3

RELATOR	:JUIZ FEDERAL CONVOCADO JOSE NEIVA
AGRAVANTE	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:PEDRO GONZALEZ CARDOSO
AGRAVADO	:COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN
ADVOGADO	:MARCOS ANDRE VINHAS CATAO E OUTROS
ORIGEM	:5CI VARA JUSTIÇA FEDERAL SAO JOAO DE MERITI/RJ (200651100068017)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento visando reformar decisão que deferiu liminar em mandado de segurança, determinando à autoridade coatora que desse seguimento aos recursos relativos a créditos tributários, mediante aceitação dos "seguros garantia" nos valores segurados idênticos aos depósitos de que trata o art. 126 da Lei 8.213/91.

Verifico, no ofício oriundo do Juízo de origem, que a ação principal, na qual foi proferida a decisão interlocutória que ensejou o presente agravo, já foi sentenciada.

Portanto, houve perda de objeto do agravo de instrumento, pois a superveniência da sentença proferida pelo Juízo *a quo* fez desaparecer o interesse processual no presente recurso, na medida em que o comando sentencial, autônomo e definitivo, oriundo de cognição exauriente, se sobrepõe e substitui a decisão interlocutória.

Sobre o tema, vale conferir:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO CONCESSIVA DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. PROLAÇÃO DA SENTENÇA DE MÉRITO. CONFIRMAÇÃO DA LIMINAR. PERDA DO OBJETO DO AGRAVO. PRECEDENTES.
Resta prejudicado o agravo de instrumento interposto contra decisão deferitória de antecipação de tutela, em face da prolação da sentença de mérito, ratificadora da liminar, face a perda de seu objeto. Precedentes
2. Recurso a que se nega provimento."
(STJ, 6ª Turma, REsp 595937/MG, rel. Min. Paulo Medina, DJ 03/05/2004, pág. 224).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO - TUTELA ANTECIPADA - INDEFERIMENTO - AUSÊNCIA DE ELEMENTO NECESSÁRIO - COMPETÊNCIA DISCRICIONÁRIA DO JUIZ - SENTENÇA NA AÇÃO PRINCIPAL - PERDA DO OBJETO.
1. Inocorrente o pressuposto inscrito no artigo 7º, inciso II, da Lei n.º 1.533/51, qual seja, o *periculum in mora.*
2. Tendo em vista o princípio do livre convencimento motivado, adotado por nossa legislação, a apreciação da existência ou não dos requisitos autorizadores da tutela antecipatória específica - *fumus boni iuris* e *periculum in mora* - está vinculada ao poder discricionário do julgador.
3. Proferida sentença na ação que origina o agravo de instrumento, perde este o seu objeto.
4. Recurso prejudicado, pela perda do objeto, nos termos do que autoriza o art. 43, § 1º, inciso I, do Regimento Interno desta E. Corte."
(TRF-2ª Região, AG 90909, rel. Des. Fed. Frederico Gueiros, DJ 14/04/2003, pág. 166/167).

Isto posto,

Conheço e nego seguimento ao agravo de instrumento, nos termos do art. 557 do CPC.

Feitas as anotações de estilo, baixem os autos à vara de origem para arquivamento.

Rio de Janeiro, 09 de abril de 2007.

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Juiz Federal Convocado

IV - APELACAO CIVEL 2001.50.01.003055-4

RELATOR	:JUIZ FEDERAL CONVOCADO JOSE NEIVA/NO AFAST. RELATOR
APELANTE	:OLIMPIO ENDLICH E OUTROS
ADVOGADO	:ROGERIO ALVES MOTTA
APELADO	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:PRIMEIRA VARA FEDERAL VITÓRIA (200150010030554)

DECISÃO

Trata-se de apelação cível interposta, às fls.78/84, por Olímpio Endlich e outros contra a sentença de fls.74/76, que julgou procedentes os embargos para reconhecer como devida a exclusão dos expurgos inflacionários, devendo haver a adequação dos cálculos de modo a utilizar-se para fins de atualização os seguintes índices inflacionários: ORTN-OTN - de 01/1975 a 01/1989; BTN - de 02/1989 a 02/1991; INPC - de 03/1991 a 12/1991; UFIR de 01/1992 a 12/2000; e IPCAE de 01/2001 em diante. Foram homologados os cálculos de fls.43, reconhecendo-os corretos. Condenou os embargados ao pagamento de honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da execução.

Olímpio Endlich e outros apelaram, às fls.78/84, insurgindo-se a respeito da correção monetária, taxa Selic e honorários advocatícios.

Foram oferecidas contra-razões às fls.87/91.

O Ministério Público Federal deixou de opinar, por entender desnecessária a sua intervenção.

É o relatório. Decido.

Não merece reforma a sentença que desconsiderou índices relativos à aplicação de expurgos inflacionários, na medida em que à fl.30 dos presentes autos, verifica-se através de cópia do acórdão, proferido por esta Corte de Justiça, que foi afastada a incidência dos expurgos inflacionários, ante à inexistência de previsão legal para a sua inclusão entre os índices oficiais de correção monetária.

Cumpre esclarecer que o magistrado *a quo* por ocasião da prolação da sentença esclareceu:

"É certo que o Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento, segundo o qual é possível a inclusão dos expurgos inflacionários que melhor reflitam a inflação do período, a fim de se possibilitar a real reposição dos valores devidos pela Fazenda Pública.
Ocorre que tal entendimento somente poderá prevalecer se o "decisum", que transitou em julgado, não dispuser de forma Expressa contrária a este posicionamento, que será aplicável de forma subsidiária em busca da complementação das decisões judiciais transitadas em julgado que não impeçam sua aplicação.
Dessa forma, como a Eg. 2ª Turma do TRF 2ª Região, fls.78 - do processo de conhecimento em anexo - afastou a aplicação de expurgos inflacionários, não há que se falar em inclusão dos expurgos inflacionários ou de índices aplicáveis às conta de poupança, porque estar-se-ia a ferir a própria segurança jurídica advinda do trânsito em julgado da decisão.
Portanto, deve aplicar os índices que melhor reflitam a inflação no período, sem contudo incluir os expurgos inflacionários, conforme determinado pelo "decisum" revestido da imutabilidade."

Assim, constata-se que a pretensão do apelante em ver modificado o acórdão (fl.30) que excluiu da condenação os expurgos inflacionários viola o disposto no artigo 473 do Código de Processo Civil.

Outrossim, não merece provimento o recurso no que se refere à Taxa Selic, visto que a partir de janeiro de 1996 incidiria tão-somente a SELIC, taxa que englobaria correção monetária e juros, razão pela qual não caberia a cumulação da SELIC com outro indexador e juros de mora.

Vale conferir decisões do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema:

"TRIBUTÁRIO - COMPENSAÇÃO DE TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÃO - PRO LABORE - TRIBUTO DECLARADO INCONSTITUCIONAL - APLICAÇÃO DA TAXA SELIC - JUROS MORATÓRIOS - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS - CUMULAÇÃO - IMPOSSIBILIDADE.
1. (...)
2. A taxa Selic, por ser composta de taxa de juros e correção monetária, não pode ser cumulada com juros moratórios.
3.(...)
4.(...)
Agravo regimental improvido." (STJ - AgRg no Ag 630258/SP - Relato: Ministro Humberto Martins - Órgão Julgador: Segunda Turma - Data do Julgamento: 21/09/2006 - Data da Publicação/Fonte: DJ de 10/10/2006 p.294)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - OMISSÃO - VÍCIO NÃO-CONFIGURADO - FUNDAMENTAÇÃO ADEQUADA DO ACÓRDÃO RECORRIDO - VIOLAÇÃO DA COISA JULGADA - INOCORRÊNCIA - TAXA SELIC CUMULADA COM JUROS DE MORA - IMPOSSIBILIDADE - MULTA DO ART. 538 DO CPC - AFASTAMENTO (SÚMULA 98/STJ).
1.(...)
2.(...)
3. (...)
4. Restou pacificado na Primeira Seção do STJ que, com o advento da
Lei 9.250/96, incide a taxa SELIC, tanto na restituição quanto na compensação de tributos, como índice de correção monetária e juros de mora, afastando-se a aplicação do CTN e a cumulação com qualquer outro índice de atualização monetária.
5. (...)
6. Recurso especial parcialmente provido. (STJ - Resp 761922/SP - Relatora: Ministra Eliana Calmon - Órgão Julgador: Segunda Turma - Data do Julgamento: 01/03/2007 - Data da Publicação/Fonte: DJ de 14/03/2007 p.237"

Observa-se dos autos (fls.44/48) que houve a incidência de juros, sendo inviável sua cumulação com a SELIC.

Isto posto,

Nego seguimento ao recurso, nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil

P.I.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2007.

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Juiz Federal Convocado

III - AGRAVO 2007.02.01.002134-8

RELATOR	:JUIZ FEDERAL CONVOCADO JOSE NEIVA
AGRAVANTE	:ESPACO TOTAL S/C LTDA
ADVOGADO	:FELIPE HERMANNY E OUTROS
AGRAVADO	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:SEM PROCURADOR
AGRAVADO	:SERVICO BRASILEIRO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE
ADVOGADO	:CLAUDIA DEL POZO OLIVEIRA E OUTROS
AGRAVADO	:SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC
ADVOGADO	:EDGARD DO AMARAL SOUZA E OUTROS
AGRAVADO	:SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COML/ - SENAC
ADVOGADO	:CHRISTIANNA GALVEAS BRISBANE E OUTROS
ORIGEM	:NONA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200651010045119)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela ESPAÇO TOTAL S/C LTDA. contra decisão do MM juízo da 09ª Vara Federal do Rio de Janeiro, que indeferiu a antecipação dos efeitos da tutela, que objetivava a suspensão da exigibilidade do crédito tributário relativo às contribuições para o SESC, SENAC e SEBRAE.

A decisão agravada (fls. 247/249) tem a seguinte síntese:

"(...) Em uma cognição sumária, não se afigura plausível excluir desta exigência as empresas prestadoras de serviços de educação, visto que, com o advento do novo Código Civil, Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, restou superado o antigo conceito de comerciante, o qual foi substituído pelo conceito mais amplo de empresário, que é aquele que "exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços". Assim, o critério legal de discriminação deixou de ser o tipo de atividade (mercantil, industrial ou prestação de serviços), passando a considerar a existência de uma atividade tendente a organizar os fatores de produção (força de trabalho, matéria-prima, capital e tecnologia) no sentido de se auferir lucros.

Neste novo contexto jurídico, o fato de uma atividade empresarial estar inserida em uma ou outra classificação de atividades, elaborada nos idos de 1946, não deve prevalecer para beneficiar determinados ramos empresariais em detrimento de outros, quando todos exercem atividade voltada para o lucro.

O Egrégio Superior Tribunal de Justiça assim já se manifestou sobre a matéria:

"REsp 887238 / PR Relator Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI
Órgão Julgador PRIMEIRA TURMA
Data do Julgamento 21/11/2006
DJ 30.11.2006 p. 171
Ementa PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS. ÁREA EDUCACIONAL. EXIGIBILIDADE DAS CONTRIBUIÇÕES AO SESC E SENAC. LEGALIDADE. PRECEDENTES.
1. Consoante jurisprudência pacífica da Primeira Seção desta Corte, as empresas prestadoras de serviços estão incluídas entre as que devem recolher contribuição para o SESC e para o SENAC, porquanto enquadradas no plano sindical da Confederação Nacional do Comércio, conforme a classificação do artigo 577 da CLT e seu anexo, recepcionados pela Constituição Federal (art. 240). Precedentes: AGREsp 438.724/DF, 1ª Turma, Min. Luiz Fux, DJ de 17.03.2003; Resp 449.786/RS, 2ª Turma, Min. Milton Francisco Peçanha Martins, DJ de 10.03.2003; REsp 431.347/SC, 1ª Seção, Min. Luiz Fux, DJ de 25.11.2002; RESP 642.338/PE, 2ª Turma, Min. Castro Meira, DJ de 30.03.06; RESP 612.281/SC, 1ª Turma, Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 23.05.05. Incluem-se nesse rol as empresas que prestam serviços educacionais: REsp 699057/SE, 1ª T., Min. José Delgado, DJ de 06.06.2005; AgRg no Ag 723264/MG, 2ª T., Min. Francisco Peçanha Martins, DJ de 12.05.2006.
2. "O novo Código Civil, Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, em harmonia com esse entendimento, criou a figura do empresário, atribuindo a esse conceito uma amplitude maior do que a noção de comerciante. No caso vertente, o que se verifica é a mera interpretação atual do mesmo conceito de "estabelecimento comercial" contemplado pelos decretos de 1946, que instituíram as contribuições para o SESC e o SENAC" (REsp 326.491/AM, 2ª T., Min. Eliana Calmon, DJ de 30.06.2003). Portanto, não há falar em tributação somente a partir da entrada em vigor do Código Civil de 2002.
3. Recurso especial a que se nega provimento." (grifos nossos)

Isto posto, INDEFIRO A ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA.

Defiro a produção de prova documental suplementar, conforme pleiteado pela Autora à fl. 381, no prazo de 10 (dez) dias.

P. I."

É o breve relatório. Decido.

Entendo que o presente agravo não deve ter seguimento.

A deliberação atacada em sua conclusão mostra-se razoável, mesmo que tenha trilhado motivação contrária à do recorrente.

Esta Corte tem deliberado que apenas em casos de decisão teratológica, com abuso de poder ou em flagrante descompasso com a Constituição, a lei ou com a orientação consolidada de Tribunal Superior ou deste tribunal justificaria sua reforma pelo órgão *ad quem*, em agravo de instrumento, sendo certo que o pronunciamento judicial impugnado não se encontra inserido nessas exceções.

A respeito do tema, vale conferir os precedentes desta Corte: AG nº 2003.02.01.008962-4, Terceira Turma, Des. Fed. Tânia Heine, DJU de 17/05/2004, pág. 272; AG nº 99.02.10697-8, Quinta Turma, Des. Fed. Raldênio Bonifácio Costa, DJU de 01/06/2000; AG nº 99.02.05560-4, Quarta Turma, Des. Fed. Rogério Carvalho, rel. para acórdão Des. Fed. Fernando Marques, DJU de 19/09/2002, pág. 303; AG nº 99.02.14432-2, Primeira Turma, Des. Fed. Ney Fonseca, DJU de 12/04/2001; AG nº 2000.02.01.052372-4, Segunda Turma, Des. Fed. Sergio Feltrin Correa, DJU de 20/03/2002, pág. 673; AG nº 98.02.09097-2; Terceira Turma, Des. Fed. Arnaldo Lima, DJU 17/11/1998.

A Terceira Turma Especializada tem se orientado nesse sentido:

"TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO. ANÁLISE DA QUESTÃO DE FORMA RAZOÁVEL. DECISÃO NÃO TERATOLÓGICA. PRECEDENTES.
1. Agravo interno objetivando reformar decisão que negou seguimento ao agravo de instrumento em que se pretendia "a imediata remessa dos autos do processo administrativo nº 10768.021263/00-90 à Delegacia da Receita Federal de Julgamento para recebimento e apreciação da Manifestação de inconformidade, bem como a suspensão da exigibilidade do crédito tributário", ao entendimento de que não se tratava de decisão teratológica.
2. O Juízo *a quo* apreciou a situação fática submetida a sua apreciação e deu solução jurídica contrária aos interesses da agravante.
3. Esta Corte tem deliberado que apenas em casos de decisão teratológica, com abuso de poder ou em flagrante descompasso com a Constituição, a lei ou com a orientação consolidada de Tribunal Superior ou deste tribunal justificaria sua reforma pelo órgão ad quem, em agravo de instrumento, sendo certo que o pronunciamento judicial impugnado não se encontra inserido nessas exceções. Precedentes.
4. Agravo interno conhecido e desprovido."
(AGT 143582/RJ, Reg. nº 2005.02.01.014682-3, rel. Juiz Federal Convocado José Neiva, DJU 15/03/2006 p. 57)

"AGRAVO INTERNO EM AGRAVO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. COMPENSAÇÃO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO. OBSERVÂNCIA DO PODER GERAL DE CAUTELA.
1 .Inexistência de ofensa ao artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal.
2. Poder geral de cautela do juiz.
3. Ausência de comprovação de *periculum in* mora a justificar a reforma da decisão *a quo*.
4.O fato do entendimento adotado ter sido contrário aos interesses da parte não serve de fundamento à reforma da decisão. (STF. AgReg. nº 465270-1. Min. Carlos Velloso. DJ de 05.03.04; TRF/2. AI nº 20040201001237-1, DJ de 17.05.04).
5. Nos estreitos limites do agravo de instrumento não cabe decidir o mérito da pretensão deduzida em juízo, principalmente, quando demanda instrução probatória, como *in casu*.
6. Recurso improvido."
(AGTAG 142075/RJ. Reg. nº 2005.02.01.012024-0, rel. Des. Fed. Paulo Barata, DJU 16/03/2006, p.211)

Isto posto,

Nego seguimento ao agravo de instrumento nos termos do art. 557, *caput*, do CPC.

Feitas as anotações de estilo, baixem os autos à vara de origem para arquivamento.

P.I.

Rio de Janeiro, 03 de abril de 2007.

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Juiz Federal Convocado

EXPEDIENTE Nº 8053 DO DIA 11 DE ABRIL DE 2007

III - AGRAVO 2007.02.01.002945-1

RELATOR	:JUIZ FEDERAL CONVOCADO JOSE NEIVA
AGRAVANTE	:CASA SHOW S/A
ADVOGADO	:SEVERINO JOSE DA SILVA E OUTROS
AGRAVADO	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:TERCEIRA VARA FEDERAL DE SÃO JOÃO DE MERITI (200651100072689)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por CASA SHOW S/A contra decisão do MM juízo da 3ª Vara Federal de São João de Meriti, que indeferiu liminar em mandado de segurança, que objetivava a suspensão da obrigação de recolhimento da contribuição para o PIS e o COFINS sobre o valor do ICMS destacado em suas notas fiscais, até o julgamento definitivo do *writ*.

A decisão agravada tem o seguinte conteúdo (fls. 41/42):

"CASA SHOW S/A, requer em sede de mandado de segurança a concessão de liminar, inaudita altera pars, a fim de que não seja obrigada a recolher, para as competências futuras, o PIS e o COFINS sobre o valor do ICMS destacado nas notas fiscais, até o julgamento definitivo do writ.

A concessão da medida liminar pressupõe a conjugação dos requisitos consagrados sob a denominação fumus boni iuris e periculum in mora.

No caso em tela, não vislumbro presente a possibilidade de ocorrência de dano irreparável ou de difícil reparação, que enseje a concessão de medida liminar, em que eventual direito beneficiando a impetrante, possibilitará repetição ou compensação.

A matéria objeto do presente mandado de segurança não é pacífica no STF, e, ainda pende de julgamento pelo plenário. No âmbito do STJ, a jurisprudência não é favorável à impetrante (Resp nº 496969/RS, Ministro Relator FRANCIULLI NETTO, publicado no DJ em 14/03/2005, p.252).

Indefiro, pois, a liminar.

Tendo em vista a informação retro, não foi verificada a existência de litispendência ou coisa julgada com relação ao processo 94.0043169-4, apontado no Termo de Informação de Prevenção, fl. 793.

Notifique-se a autoridade apontada como coatora para que apresente as informações no prazo legal.

Colha-se o parecer do MPF, vindo, em seguida, os autos conclusos para sentença.

P.I."

É o breve relatório. Decido.

Entendo que o presente agravo não deve ter seguimento.

A deliberação atacada em sua conclusão mostra-se razoável, mesmo que tenha trilhado motivação contrária à do recorrente. Inexiste delimitação concreta no sentido de que o agravante poderá sofrer lesão iminente, a exigir que uma decisão de um juiz venha a substituir a proferida por outro magistrado.

A decisão atacada foi clara quanto à inexistência dos requisitos para a concessão da tutela de urgência, qual seja, a situação de risco e *fumus boni juris*. Caso venham a ocorrer no curso do processo, nada impede a renovação do requerimento.

Esta Corte tem deliberado que apenas em casos de decisão teratológica, com abuso de poder ou em flagrante descompasso com a Constituição, a lei ou com a orientação consolidada de Tribunal Superior ou deste tribunal justificaria sua reforma pelo órgão *ad quem*, em agravo de instrumento, sendo certo que o pronunciamento judicial impugnado não se encontra inserido nessas exceções.

A respeito do tema, vale conferir os precedentes desta Corte: AG nº 2003.02.01.008962-4, Terceira Turma, Des. Fed. Tânia Heine, DJU de 17/05/2004, pág. 272; AG nº 99.02.10697-8, Quinta Turma, Des. Fed. Raldênio Bonifácio Costa, DJU de 01/06/2000; AG nº 99.02.05560-4, Quarta Turma, Des. Fed. Rogério Carvalho, rel. para acórdão Des. Fed. Fernando Marques, DJU de 19/09/2002, pág. 303; AG nº 99.02.14432-2, Primeira Turma, Des. Fed. Ney Fonseca, DJU de 12/04/2001; AG nº 2000.02.01.052372-4, Segunda Turma, Des. Fed. Sergio Feltrin Correa, DJU de 20/03/2002, pág. 673; AG nº 98.02.09097-2; Terceira Turma, Des. Fed. Arnaldo Lima, DJU 17/11/1998.

A Terceira Turma Especializada tem se orientado nesse sentido:

"TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO. ANÁLISE DA QUESTÃO DE FORMA RAZOÁVEL. DECISÃO NÃO TERATOLÓGICA. PRECEDENTES.
1. Agravo interno objetivando reformar decisão que negou seguimento ao agravo de instrumento em que se pretendia "a imediata remessa dos autos do processo administrativo nº 10768.021263/00-90 à Delegacia da Receita Federal de Julgamento para recebimento e apreciação da Manifestação de inconformidade, bem como a suspensão da exigibilidade do crédito tributário", ao entendimento de que não se tratava de decisão teratológica.
2. O Juízo *a quo* apreciou a situação fática submetida a sua apreciação e deu solução jurídica contrária aos interesses da agravante.
3. Esta Corte tem deliberado que apenas em casos de decisão teratológica, com abuso de poder ou em flagrante descompasso com a Constituição, a lei ou com a orientação consolidada de Tribunal Superior ou deste tribunal justificaria sua reforma pelo órgão ad quem, em agravo de instrumento, sendo certo que o pronunciamento judicial impugnado não se encontra inserido nessas exceções. Precedentes.
4. Agravo interno conhecido e desprovido."
(AGT 143582/RJ, Reg. nº 2005.02.01.014682-3, rel. Juiz Federal Convocado José Neiva, DJU 15/03/2006 p. 57)

"AGRAVO INTERNO EM AGRAVO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. COMPENSAÇÃO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO. OBSERVÂNCIA DO PODER GERAL DE CAUTELA.
1 .Inexistência de ofensa ao artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal.
2. Poder geral de cautela do juiz.
3. Ausência de comprovação de *periculum in* mora a justificar a reforma da decisão *a quo*.
4.O fato do entendimento adotado ter sido contrário aos interesses da parte não serve de fundamento à reforma da decisão. (STF. AgReg. nº 465270-1. Min. Carlos Velloso. DJ de 05.03.04; TRF/2. AI nº 20040201001237-1, DJ de 17.05.04).
5. Nos estreitos limites do agravo de instrumento não cabe decidir o mérito da pretensão deduzida em juízo, principalmente, quando demanda instrução probatória, como *in casu*.
6. Recurso improvido."
(AGTAG 142075/RJ. Reg. nº 2005.02.01.012024-0, rel. Des. Fed. Paulo Barata, DJU 16/03/2006, p.211)

Isto posto,

Nego seguimento ao agravo de instrumento nos termos do art. 557, *caput*, do CPC.

Feitas as anotações de estilo, baixem os autos à vara de origem para arquivamento.

P.I.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2007.

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Juiz Federal Convocado

IV - APELACAO CIVEL 2004.51.01.025582-8

RELATOR	:JUIZ FEDERAL CONVOCADO JOSE NEIVA
APELANTE	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:LUIZ CARLOS SOUZA
ADVOGADO	:MARCOS ANTONIO DA SILVA ARAGAO
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 30A VARA-RJ
ORIGEM	:TRIGÉSIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200451010255828)

DECISÃO

Trata-se de ação ordinária ajuizada em face da UNIÃO FEDERAL, objetivando-se a declaração de inexistência de relação jurídica tributária, no que se refere ao recolhimento do imposto de renda sobre aposentadoria suplementar, bem como a repetição dos valores descontados a este título.

A pretensão autoral foi julgada procedente (fls. 81/85), subindo os autos a este Eg. TRF por força de apelação da União Federal (fls. 88/99) e da remessa necessária.

Apresentadas as contra-razões, entendeu o Ministério Público pelo improvimento do recurso (fls. 126).

É o breve relatório.

Decido.

Conheço do recurso e da remessa, eis que presentes os pressupostos.

A controvérsia dos autos cinge-se à hipótese de incidência do imposto de renda sobre as verbas recebidas a título de complementação da aposentadoria, de entidade de previdência privada (Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Petros), após o advento da Lei n. 9.250/95.

O caso dos autos enseja julgamento monocrático, posto tratar-se de matéria pacificada por nossos tribunais, e em especial, pelo Eg. Superior Tribunal de Justiça.

Aquela Corte tem reiteradamente afastado a incidência do imposto de renda sobre o pagamento de aposentadoria complementar, a fim de que se evite a dupla tributação.

Quanto ao tema da prescrição, a Colenda Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao apreciar os EResp 435.835/SC, sessão de 24/03/2004, rel. Min. José Delgado, buscando pacificar as discussões em torno da matéria, decidiu no sentido de que *"nos tributos sujeitos a lançamento por homologação, o prazo prescricional para se pleitear a compensação ou a restituição do crédito tributário somente se opera quando decorridos cinco anos da ocorrência do fato gerador, acrescidos de mais cinco anos, contados a partir da homologação tácita."*

Cumpre observar, entretanto, que o juízo "*a quo"* deu pela prescrição qüinqüenal, muito embora não tenha enfrentado diretamente a questão.

O relatório da sentença, em sua parte inicial (fl. 81), descreve que o autor "pretende, em suma, a declaração da inexigibilidade do imposto de renda incidente sobre os resgates das contribuições de previdência privada e a devolução dos valores indevidamente recolhidos nos últimos cinco anos, "...

A parte dispositiva da sentença, por outro lado, estabelece que a condenação da União Federal se dá "a partir de dezembro de 1999".

Como a ação foi distribuída em dezembro de 2004, inelutável que o tratamento dado à prescrição foi o quinquenal, o que não pode ser aqui modificado, eis que não houve oportuno recurso da parte autora.

Conduta contrária conduziria à *"reformatio in pejus"*.

Com base na legislação vigente à época, o patrocinador do fundo subtraía a contribuição devida, pelo empregado, mensalmente, após o desconto do imposto de renda na fonte.

Dessa forma, não poderia haver, pura e simplesmente, cobrança sobre o total percebido pelo beneficiário quando de sua aposentadoria, no pagamento mensal, ou em função do resgate de todas as contribuições, nos termos do art. 33 da Lei nº 9.250/95.

Existiria dupla tributação.

Admitir-se-ia, sim, a incidência sobre o acréscimo decorrente da capitalização, como ocorre em qualquer aplicação financeira, mas não sobre o principal já tributado.

Cumpre consignar que para as contribuições efetuadas a partir da vigência da Lei 9.250/95 não existe dupla incidência, ante a isenção prevista no art. 4º, VI, devendo haver tributação por ocasião da aposentadoria.

As contribuições pagas pelo autor anteriormente à Lei nº 7.713/88 eram deduzidas na declaração de rendimentos por força do art. 18, I, da Lei nº 4.506/64 e do art. 2º do Decreto-Lei nº 1.642/78, não havendo que se cogitar de bitributação, estando, por ocasião da complementação da aposentadoria, sujeita à incidência do imposto de renda.

O Superior Tribunal de Justiça é pacífico nesse sentido: Resp. 660458/MG, 2ª Turma Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 13.12.2004, pág. 347, , REsp. 585093/BA, 1ª Turma Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 30.08.2004, pág. 216) REsp. 226.263/PE, 1ª Turma, rel. Min. José Delgado, DJU 28.02.2000, p. 58; REsp. 232.003/CE, 1ª T., rel. Min. José Delgado, DJU 28.02.2000, p. 63; REsp. 511653/MG, 2ª T., rel. Min. Peçanha Martins, DJU 28.02.2005, p. 279; AgRg. No REsp. 638.564/BA, 1ª T., rel. Min. Francisco Falcão, DJU 17.12.2004, p. 448; REsp. 675.543/SP, 2ª T., rel. Min. Eliana Calmon, DJU 23.11.2004, p. 509; AgRg. No AG 570.181/DF, 2ª T., rel. Min. Franciulli Neto, DJU 13.12.2004, p. 297.

Vale observar que, após pequeno dissenso, o aludido Tribunal reiterou essa orientação e pacificou sua jurisprudência, nos Embargos de Divergência no RESP 380.011/RS, 1ª Seção, rel. Min. Teori Zavascki, DJU 02.05.05, e, posteriormente, nos Embargos de Divergência no RESP 643.691/DF, 1ª Seção, rel. Min. Teori Zavascki, DJU 20.03.06, p. 185.

Assim, a fim de que seja afastada a dupla tributação, conforme explicitado, a melhor solução é - a partir da Lei 9.250/95 - declarar a não-incidência do I.R. sobre os aportes efetuados ao fundo de previdência, e que já tenham sofrido tributação na vigência da Lei 7.713/88.

Para tal, devem ser deduzidas da base de cálculo do imposto de renda que incida sobre os benefícios da aposentadoria complementar os valores correspondentes às contribuições já tributadas anteriormente, eis que não beneficiadas pela isenção.

A restituição deve ser calculada nos termos abaixo.

Da base de cálculo do imposto, deverá ser deduzido o valor da contribuição vertido ao plano de previdência, sob a égide da Lei 7.713/88.

Devem ser considerados os valores das contribuições feitas entre janeiro/89 e dezembro/1995, atualizados a partir da data de cada aporte efetivado pelo autor ao fundo de previdência.

Considerando-se, então, a incidência da Lei 9.250/90, o valor resultante deste somatório deverá ser gradativamente deduzido da base de cálculo do imposto de renda incidente sobre aposentadoria complementar, até que se alcance a total restituição.

O termo inicial a se aplicar tal isenção é o mês em que o beneficiário efetivamente passou a perceber o benefício correspondente à aposentadoria complementar, ou a data da efetiva cobrança do imposto, caso a complementação tenha se iniciado anteriormente à vigência da Lei 9.250/95.

No caso dos autos, como o autor aposentou-se em 30-09-92 (fl. 2), o termo inicial seria em JAN/96.

Considerando, entretanto, a data do ajuizamento, e que o juízo *a quo* deu pela prescrição qüinqüenal, a ação, relativamente a esta parcela, resta fulminada pela prescrição, bem como todas aquelas anteriores a 17.12.99.

Por outro lado, as contribuições ao fundos previdenciários, entre 01-89 e 12-95, são feitas em pequenos percentuais do salário do contribuinte.

Decorre daí a inexistência de base de cálculo a amparar virtual pretensão executória, eis que todas as contribuições seriam imputáveis a período prescrito, não havendo, assim, não-incidência a ser considerada.

Isto posto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC,

1) Conheço e dou parcial provimento ao recurso da União e à remessa, para JULGAR IMPROCEDENTE o pedido, ante a ocorrência da prescrição.

2) Condeno o autor em honorários, fixados em 10 % (dez por cento) do valor da causa.

P.I.

Rio de Janeiro, 2 de abril de 2007.

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Juiz Federal Convocado

IV - APELACAO CIVEL 2005.51.01.003715-5

RELATOR	:JUIZ FEDERAL CONVOCADO JOSE NEIVA
APELANTE	:RUI PINHEIRO DOS SANTOS
ADVOGADO	:JOSE PERICLES COUTO ALVES E OUTROS
APELADO	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:VIGÉSIMA QUARTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200551010037155)

DECISÃO

Trata-se de ação ordinária ajuizada em face da UNIÃO FEDERAL, objetivando-se a declaração de inexistência de relação jurídica tributária, no que se refere ao recolhimento do imposto de renda sobre aposentadoria suplementar, bem como a repetição dos valores descontados a este título.

A pretensão autoral foi julgada improcedente (fls. 70/75), subindo os autos a este Eg. TRF por força de apelação da parte autora.

Apresentadas as contra-razões, opinou o Ministério Público pelo improvimento do recurso (fls. 112).

É o breve relatório. Decido.

Conheço do recurso, eis que presentes os pressupostos.

A controvérsia dos autos cinge-se à hipótese de incidência do imposto de renda sobre as verbas recebidas a título de complementação da aposentadoria, de entidade de previdência privada (Fundação Petros), após o advento da Lei n. 9.250/95.

O caso dos autos enseja julgamento monocrático, posto tratar-se de matéria pacificada por nossos tribunais, e em especial, pelo Eg. Superior Tribunal de Justiça.

Aquela Corte tem reiteradamente afastado a incidência do imposto de renda sobre o pagamento de aposentadoria complementar, a fim de que se evite a dupla tributação.

Inicialmente, reputa-se despicienda a apresentação de documento comprobatório do recolhimento da exação devida, na medida em que, sendo a Petrobrás e a Petros responsáveis tributários pelo imposto de renda na fonte, conforme documentos acostados aos autos, seria incabível exigir tal prova do contribuinte.

Essa é a orientação do Superior Tribunal de Justiça:

"TRIBUTARIO. IMPOSTO RETIDO NA FONTE. PROVA DO RECOLHIMENTO.
Nos impostos retidos na fonte e o responsável, e não o contribuinte, quem recolhe os respectivos valores ao Erário Público. Conseqüentemente, os comprovantes respectivos só podem ser exigidos do responsável, não do contribuinte.
Agravo regimental improvido."
(STJ, AGA nº 145.127/SP, rel. Min. Ari Pargendler, j. 04/08/97, DJ 25/0897, pág. 39365)
"(…)
6. Ocorrendo a incidência, na fonte, de retenção indevida de imposto de renda, não há necessidade de se comprovar que o responsável tributário recolheu a respectiva importância aos cofres públicos.
Precedentes.
(...)"
(STJ, 1ª Turma, AgRg no AG 460353/MG, rel. Min. José Delgado, DJ 16.12.2002, pág. 271)

Quanto ao tema da prescrição, a Colenda Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao apreciar os EResp 435.835/SC, sessão de 24/03/2004, rel. Min. José Delgado, buscando pacificar as discussões em torno da matéria, decidiu no sentido de que *"nos tributos sujeitos a lançamento por homologação, o prazo prescricional para se pleitear a compensação ou a restituição do crédito tributário somente se opera quando decorridos cinco anos da ocorrência do fato gerador, acrescidos de mais cinco anos, contados a partir da homologação tácita."*

Cabe observar que o art. 3º da Lei Complementar n.º 118, publicada em 09 de fevereiro de 2005, assim dispõe:

"Art. 3º. Para efeito de interpretação do inciso I do art. 168 da Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, a extinção do crédito tributário ocorre, no caso de tributo sujeito a lançamento por homologação, no momento do pagamento antecipado de que trata o §1º do art. 150 da referida Lei."

Portanto, a mencionada lei passa a prever que o direito de pleitear a compensação ou a restituição do crédito tributário, no caso de tributo sujeito a lançamento por homologação, extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos contados do pagamento antecipado.

A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça concluiu o julgamento do EREsp. 327.043/DF, na sessão de 27/04/2005, por unanimidade, no sentido de ser possível interpretar o art. 4º da LC n.º 118/05 *"conforme a Constituição, desde que os efeitos retroativos ali previstos limitem-se às ações ajuizadas após a vacatio legis de 120 dias prevista na parte inicial do dispositivo. Ajuizada a ação após 9 de junho de 2005, poderá o art. 3º da LC n.º 118/05 ser aplicado aos fatos geradores ocorridos antes de sua publicação. O prazo de cinco anos poderá ser contado a partir do pagamento indevido, e não da homologação expressa ou tácita, desde que a ação tenha sido proposta depois de 9 de junho de 2005 e mesmo que o pagamento antecipado pelo contribuinte tenha sido realizado antes da vigência da Lei"*.

Assim, fica valendo o prazo de "cinco mais cinco" até 09 de junho de 2005. Somente para as ações ajuizadas após esta data poderá ser aplicado o prazo de 5 (cinco) anos previsto no art. 3º da LC 118/2005, o que não ocorre na espécie, pois a ação foi proposta em 01/03/2005.

Merece provimento, assim, o recurso do autor, eis que a sentença atacada deu pela prescrição qüinqüenal.

Com base na legislação vigente à época, o patrocinador do fundo subtraía a contribuição devida, pelo empregado, mensalmente, após o desconto do imposto de renda na fonte.

Dessa forma, não poderia haver, pura e simplesmente, cobrança sobre o total percebido pelo beneficiário quando de sua aposentadoria, no pagamento mensal, ou em função do resgate de todas as contribuições, nos termos do art. 33 da Lei nº 9.250/95.

Existiria dupla tributação.

Admitir-se-ia, sim, a incidência sobre o acréscimo decorrente da capitalização, como ocorre em qualquer aplicação financeira, mas não sobre o principal já tributado.

Cumpre consignar que para as contribuições efetuadas a partir da vigência da Lei 9.250/95 não existe dupla incidência, ante a isenção prevista no art. 4º, VI, devendo haver tributação por ocasião da aposentadoria.

As contribuições pagas pelo autor anteriormente à Lei nº 7.713/88 eram deduzidas na declaração de rendimentos por força do art. 18, I, da Lei nº 4.506/64 e do art. 2º do Decreto-Lei nº 1.642/78, não havendo que se cogitar de bitributação, estando, por ocasião da complementação da aposentadoria, sujeita à incidência do imposto de renda.

O Superior Tribunal de Justiça é pacífico nesse sentido: Resp. 660458/MG, 2ª Turma Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 13.12.2004, pág. 347, , REsp. 585093/BA, 1ª Turma Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 30.08.2004, pág. 216) REsp. 226.263/PE, 1ª Turma, rel. Min. José Delgado, DJU 28.02.2000, p. 58; REsp. 232.003/CE, 1ª T., rel. Min. José Delgado, DJU 28.02.2000, p. 63; REsp. 511653/MG, 2ª T., rel. Min. Peçanha Martins, DJU 28.02.2005, p. 279; AgRg. No REsp. 638.564/BA, 1ª T., rel. Min. Francisco Falcão, DJU 17.12.2004, p. 448; REsp. 675.543/SP, 2ª T., rel. Min. Eliana Calmon, DJU 23.11.2004, p. 509; AgRg. No AG 570.181/DF, 2ª T., rel. Min. Franciulli Neto, DJU 13.12.2004, p. 297.

Vale observar que, após pequeno dissenso, o aludido Tribunal reiterou essa orientação e pacificou sua jurisprudência, nos Embargos de Divergência no RESP 380.011/RS, 1ª Seção, rel. Min. Teori Zavascki, DJU 02.05.05, e, posteriormente, nos Embargos de Divergência no RESP 643.691/DF, 1ª Seção, rel. Min. Teori Zavascki, DJU 20.03.06, p. 185.

A jurisprudência é firme no sentido de que o principal deve ser corrigido monetariamente desde o recolhimento indevido, sendo certo que a partir de Janeiro de 1996 incidirá a SELIC em débitos de natureza tributária, taxa que engloba correção monetária e juros.

Cabe destacar que o egrégio STJ já firmou entendimento no seguinte sentido: "Aplica-se, a partir de 1º de janeiro de 1996, no fenômeno compensação tributária, o art. 39, § 4º, da Lei nº 9.250, de 26/12/95, pelo que os juros devem ser calculados, após tal data, de acordo com o resultado da Taxa SELIC, que inclui, para a sua fixação, a correção monetária do período em que ela foi apurada." (REsp. nº 189188/PR, rel. Min. José Delgado, decisão em 17-11-1998, publicada no DJU de 22/03/1999, pág. 00087).

Vale observar que o art. 73 da Lei 9.532, de 10 de dezembro de 1997, veio a estipular: "O termo inicial para cálculo dos juros de que trata o § 4º do art. 39 da Lei 9.250, de 1995, é o mês subseqüente ao do pagamento indevido ou a maior que o indevido."

Todavia, a norma não pode retroagir para incidir em recolhimentos anteriores à sua vigência, em substituição de indexador existente à época. O aludido art. 73 incidirá em relação a recolhimentos posteriores à entrada em vigor da Lei 9.532/97.

Assim, a fim de que seja afastada a dupla tributação, conforme explicitado, a melhor solução é - a partir da Lei 9.250/95 - declarar a não-incidência do I.R. sobre os aportes efetuados ao fundo de previdência, e que já tenham sofrido tributação na vigência da Lei 7.713/88.

Para tal, devem ser deduzidas da base de cálculo do imposto de renda que incida sobre os benefícios da aposentadoria complementar os valores correspondentes às contribuições já tributadas anteriormente, eis que não beneficiadas pela isenção.

A restituição deve ser calculada nos termos abaixo.

Da base de cálculo do imposto, deverá ser deduzido o valor da contribuição vertido ao plano de previdência, sob a égide da Lei 7.713/88.

Devem ser considerados os valores das contribuições feitas entre janeiro/89 e dezembro/1995, atualizados a partir da data de cada aporte efetivado pelo autor ao fundo de previdência.

Considerando-se, então, a incidência da Lei 9.250/90, o valor resultante deste somatório deverá ser gradativamente deduzido da base de cálculo do imposto de renda incidente sobre aposentadoria complementar, até que se alcance a total restituição.

O termo inicial a se aplicar tal isenção é o mês em que o beneficiário efetivamente passou a perceber o benefício correspondente à aposentadoria complementar, ou a data da efetiva cobrança do imposto, caso a complementação tenha se iniciado anteriormente à vigência da Lei 9.250/95.

A comprovação dos valores efetivamente recolhidos ao fundo de previdência, atualizados a partir da data de cada recolhimento (Súmula 162, STJ), deverá ocorrer na fase de execução, mediante documentação idônea.

Quanto à questão dos ônus sucumbenciais, o objetivo do autor era ver afastada a incidência do imposto de renda sobre os benefícios recebidos a título de complementação de aposentadoria e a ré contestou, alegando haver fato gerador do referido imposto. Sendo reconhecido parcialmente o direito à não-incidência tributária, verifica-se a ocorrência de sucumbência recíproca.

Isto posto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC,

1) Conheço e dou parcial provimento ao recurso do autor, para, afastando a prescrição qüinqüenal, declarar indevido o imposto cobrado, em razão de contribuições efetuadas exclusivamente pelo apelante no período de 01.01.89 a 31.12.95, na forma da fundamentação, e observada a prescrição decenal.

2) Condeno a ré a restituir o imposto cobrado indevidamente de forma atualizada nos termos deste voto.

Cada parte arcará com os respectivos honorários e a União reembolsará em metade das custas processuais, em razão da sucumbência recíproca.

P. I.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2007.

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Juiz Federal Convocado

XII - REMESSA EX-OFFICIO EM MS 2004.51.02.002036-6

RELATOR	:JUIZ FEDERAL CONVOCADO JOSE NEIVA/NO AFAST. RELATOR
PARTE AUTORA	:DAIZY VALMORBIDA STEPANSKY E OUTROS
ADVOGADO	:GERALDO LEMOS
PARTE RÉ	:UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF
PROCURADOR	:SINAIDA DE GREGORIO LEAO
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 3A VARA DE NITEROI-RJ
ORIGEM	:TERCEIRA VARA FEDERAL DE NITERÓI (200451020020366)

DECISÃO

Trata-se de mandado de segurança objetivando a suspensão da exigibilidade da Contribuição Social para o Plano de Seguridade Social dos servidores públicos inativos e pensionistas, prevista na Emenda Constitucional 41/03, em razão da inconstitucionalida da referida exação.
O juízo *a quo* concedeu parcialmente a segurança, "para que o Impetrado adote, em relação aos proventos e pensões dos Impetrantes, o limite de isenção previsto no artigo 5º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, para o fim de imposição do desconto em favor do Plano de Seguridade Social dos Servidores da União."
Sentença sujeita ao duplo grau obrigatório.

É o relatório.

Não merece prosperar a remessa necessária.

O STF já decidiu com eficácia vinculante e efeito *erga omnes* nos seguintes termos:

"O Tribunal concluiu julgamento de ações diretas de inconstitucionalidade ajuizadas pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP e pela Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR contra o art. 4º, da EC 41/2003, que impõe aos servidores públicos aposentados e aos pensionistas, em gozo de benefícios na data de publicação da referida Emenda, bem como aos alcançados pelo disposto no seu art. 3º, a obrigação tributária de pagar contribuição previdenciária com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos ("*Art. 3º É assegurada a concessão, a qualquer tempo, de aposentadoria aos servidores públicos, bem como pensão aos seus dependentes, que, até a data de publicação desta Emenda, tenham cumprido todos os requisistos para obtenção desses benefícios, com base nos critérios da*

legislação então vigente. § 1º O servidor de que trata este artigo que opte por permanecer em atividade tendo completado as exigências para aposentadoria voluntária e que conte com, no mínimo, vinte e cinco anos de contribuição, se mulher, ou trinta anos de contribuição, se homem, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no art. 40, § 1º, II, da Constituição Federal. § 2º Os proventos da aposentadoria a ser concedida aos servidores públicos referidos no caput, em termos integrais ou proporcionais ao tempo de contribuição já exercido até a data de publicação desta Emenda, bem como as pensões de seus dependentes, serão calculados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidos os requisitos nela estabelecidos para a concessão desses benefícios ou nas condições da legislação vigente. Art. 4º Os servidores inativos e os pensionistas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, em gozo de benefícios na data de publicação desta Emenda, bem como os alcançados pelo disposto no seu art. 3º, contribuirão para o custeio do regime de que trata o art. 40 da Constituição Federal com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos. Parágrafo único. A contribuição previdenciária a que se refere o caput incidirá apenas sobre a parcela dos proventos e das pensões que supere: I - cinqüenta por cento do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal, para os servidores inativos e os pensionistas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; II - sessenta por cento do limite Máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal, para os servidores inativos e os pensionistas da União") - v. Informativo 349. Ressaltou-se, inicialmente, que as contribuições são tributos, sujeitas a regime jurídico próprio, e cuja propriedade decorre da destinação constitucional das receitas e da submissão às finalidades específicas estabelecidas pelo art. 149, da CF, do qual se extrai que as mesmas podem ser instituícas pela União e pelos Estados e Municípios como instrumento de atuação na área social. Daí, por força do disposto no art. 195, da CF, com a redação da época da edição da EC 41/2003, a atuação estatal nas áreas da saúde, previdência e assistência social, cujos direitos são o conteúdo objetivo da seguridade social, deve ser custeada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, por meio dos recursos provenientes dos orçamentos dos entes federados e das contribuições sociais previstas nos incisos I a III do referido artigo. Em relação ao *caput* do art. 4º da EC 41/2003, as ofensas alegadas pelos requerentes foram afastadas por estas razões: a) por serem as contribuições espécie de tributo, não há como oporlhes a garantia constitucional ao direito adquirido: a.1) a norma que institui ou majora tributos incide sobre fatos posteriores à sua entrada em vigor; a.2) não consta do rol dos direitos subjetivos inerentes à situação de servidor inativo o de imunidade tributária absoluta dos proventos correlatos. Assim, sendo a percepção de proventos de aposentadorias e pensões fato gerador da contribuição previdenciária (EC 41/2003, art. 4º, parágrafo único), não obstante a condição de aposentadoria, ou inatividade, representar situação jurídico-subjetiva sedimentada que, regulando-se por normas jurídicas vigentes à data de sua consolidação, é intangível por lei superveniente no núcleo substantivo desse estado pessoal, não se poderia conferir ao servidor inativo nem ao pensionista verdadeira imunidade tributária absoluta, sem previsão constitucional, quanto aos fatos geradores ocorridos após a edição da EC 41/2003, observados os princípios constitucionais da irretroatividade e da anterioridade (CF, art. 150, III, a e art. 195, § 6º); b) o princípio constitucional de irredutibilidade da remuneração dos servidores públicos não se estende aos tributos porque não implica imunidade tributária; c) a utilização da percepção de proventos como fato gerador da contribuição previdenciária não configura *bis in idem* de imposto sobre a renda: as contribuições previdenciárias não constituem imposto. Para discerni-las, além do fato gerador e da base de cálculo, há de se levar em consideração os fatores distintivos constitucionais da finalidade da instituição e da destinação das receitas (CF, arts. 149 e 195). Também não consubstancia bitributação o fato de as contribuições apresentarem a mesma base de cálculo do imposto sobre a renda em relação aos inativos, haja vista a existência de autorização constitucional expressa (CF, art. 195, II); d) a contribuição instituída não se faz sem causa, razão por que não se há de falar em confisco ou discriminação sob o fundamento de que "*não atende aos princípios da generalidade e da universalidade (art. 155, parágrafo 2º, I), já que recai só sobre uma categoria de pessoas*": d.1) a EC 41/2003 transmudou a natureza do regime previdencial que, de solidário e distributivo, passou a ser meramente contributivo e, depois, solidário e contributivo, por meio da previsão explícita de tributação dos inativos, "*observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial*", em face da necessidade de se resolver o colapso havido no sistema, em decorrência, dentre outros fatores, da queda da natalidade, do acesso aos quadros funcionais públicos, do aumento da expectativa de vida do brasileiro e, por conseguinte, do período de percepção do benefício; d.2) o sistema previdenciário, objeto do art. 40 da CF nunca foi de natureza jurídico-contratual, regido por normas de direito privado. O valor paga pelo servidor a título de contribuição previdenciária nunca foi nem é prestação sinalagmática, mas tributo destinado ao custeio da atuação do Estado na área da previdência social; d.3) o regime previdenciário público visa garantir condições de subsistência, independência e dignidade pessoais ao servidor idoso por meio do pagamento de proventos da aposentadoria durante a velhice e, nos termos do art. 195 da CF, deve ser custeado por toda a sociedade, de forma direta e indireta, o que se poderia denominar princípio estrutural da solidariedade; d.4) o regime previdenciário assumiu caráter contributivo para efeito de custeio eqüitativo e equilibrado dos benefícios, sem prejuízo da observância dos princípios do parágrafo único do art. 194 da CF: universalidade, uniformidade, seletividade e distributividade, irredutibilidade, equidade no custeio e diversidade da base de financiamento. Assim, os elementos sistêmicos figurados no "*tempo de contribuição*", no "*equilíbrio financeiro e atuarial*"e na "*regra de contrapartida*"devem ser interpretados em conjunto com os princípios supracitados; e) a cobrança, em si, da contribuição dos inativos não ofende o princípio da isonomia: e.1) o advento da EC 41/2003 estabeleceu, em tese, a existência de três grupos de sujeitos passivos distintos: os aposentados até a data da publicação da Emenda (que se aposentaram com vencimentos integrais); os que se aposentarão após a data de sua edição, mas que ingressaram no serviço público antes dela (que, numa fase de transição, poderão aposentar-se com proventos integrais, observadas as regras do art. 6º da EC 41/2003); os que ingressaram e se aposentarão após a publicação da Emenda (que poderão, no caso do §14 do art. 40 da CF, sujeitar-se ao limite atribuído ao regime geral da previdência - CF, art. 201 - e equivalente a dez salários mínimos); e.2) o fato de já estarem aposentados à data da publicação da Emenda não pode retirar a responsabilidade social pelo custeio, já que seu tratamento previdenciário é diverso do reservado aos servidores da ativa; e.3) o caráter contributivo e solidário da previdência social impede essa distorção, que implicaria ofensa ao princípio da "*equidade na forma de participação de custeio*"(CF, art. 194, IV). De outro lado, em relação ao parágrafo único do art. 4º da norma impugnada, entendeu-se configurada a violação ao princípio da igualdade por estes fundamentos: a) o fato de alguns serem inativos ou pensionistas dos Estados, do DF ou dos Municípios não legitima o tratamento diferenciado dispensado aos servidores inativos e pensionistas da União, que se encontram em idêntica situação jurídica; b) o fato de ter-se aposentado o servidor antes ou depois da publicação da Emenda não justifica tratamento desigual quanto à sujeição do tributo. Salientou-se que o parágrafo único do art. 4º da EC 41/2003, ao criar exceção à imunidade prevista no §18 do art. 40 da CF, com a redação dada pela própria Emenda, faz exceção, da mesma forma, à imunidade do inciso II do art. 195 da CF, aplicável, por extensão, aos servidores inativos e pensionistas, por força da interpretação teleológica e do disposto no §12 do art. 40 da CF ("Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo... §12. Além do disposto neste artigo, o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social... §18. Incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadoria e pensões concedidas pelo regime de que trata este artigo que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos."; "Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:... II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201;"). Diante disso, e considerando o caráter unitário do fim público dos regimes geral de previdência e dos servidores públicos e o princípio da isonomia, concluiu-se que o limite a que alude o inciso II do art. 195 da CF - R$2.400,00 (EC 41/2003, art. 5º) - haveria de ser aplicado a ambos os regimes, sem nenhuma distinção. Julgou-se, por maioria, improcedente o pedido em relação ao *caput* do art. 4º da EC 41/2003. Vencidos, no ponto, os Ministros Ellen Gracie, relatora, Carlos Britto, Marco Aurélio e Celso de Mello que consideravam que a norma impugnada ofendia dispositivos constitucionais que estariam a salvo da atividade reformadora (CF, art. 60, §4º, IV). Declarou-se, por unanimidade, a inconstitucionalidade das expressões "*cinqüenta por cento do*" e "*sessenta por cento do*" constantes, respectivamente, dos incisos I e II do parágrafo único do art. 4º da EC 41/2003, pelo que se aplica, à hipótese do artigo 4º da EC 41/2003, o §18 do artigo 40 do texto permanente da Constituição, introduzido pela mesma Emenda Constitucional.
ADI 3105/DF e ADI 3128/DF, rel. orig. Min. Ellen Gracie, rel. p/acórdão Min. Joaquim Barbosa, 18.8.2004. (ADI-3105) (ADI-3128)"

Procede, em parte, o pedido autoral, somente para determinar que a autoridade impetrada se abstenha de aplicar os incisos I e II do parágrafo único do art. 4º da Emenda Constitucional nº 41/03, que prevê a incidência da contribuição previdenciária sobre a parcela dos proventos e pensões que supere o percentual de sessenta por cento, para os servidores da União, do teto estabelecido para os benefícios previdenciários, fazendo incidir o §18 do art. 40 da Constituição da República, introduzido pela mesma emenda, que determina tão-somente o desconto sobre a parcela que exceder o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral da previdência social, como acertadamente determinou a sentença.

Vale observar que a procedência parcial decorreria da eficácia *erga omnes*, com efeito vinculante, da decisão da Suprema Corte, em controle concentrado de constitucionalidade (parágrafo único do art. 28 da Lei 9.868/99).

Isto posto,

Conheço e nego seguimento à remessa necessária, nos termos do art. 557 do CPC.

P.I.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2007.

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Juiz Federal Convocado

IV - APELACAO CIVEL 2002.51.01.011797-6

RELATOR	:JUIZ FEDERAL CONVOCADO JOSE NEIVA
APELANTE	:WARNER BROS SOUTH INC. E OUTRO
ADVOGADO	:NATALIA CARVALHO DE ARAUJO
APELANTE	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:OS MESMOS
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 1A VARA-RJ
ORIGEM	:PRIMEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200251010117976)

DECISÃO

Trata-se de ação pelo rito ordinário, com pedido de antecipação de tutela, proposta por Warner Bros South Inc e Columbia Tristar Films Of Brasil Inc., em face da União Federal e da Caixa Econômica Federal, objetivando a declaração da inexistência de relação jurídica que as obrigue a sujeitar-se ao recolhimento das exações instituídas pela LC 110/01 no exercício fiscal de 2001, condenando as Rés a restituição/compensação das quantias recolhidas pelas Autoras a tal titulo e a declaração da ilegalidade e inconstitucionalidade dos arts. 1º e 2º da LC 110/01.

Eis o dispositivo da sentença (fls. 166/173):

"JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem julgamento do mérito, em relação à CEF, nos termos do art. 267, VI do CPC (...)
JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido, para declarar a inexistência de relação jurídica que obrigue as autoras a se sujeitarem ao recolhimento das contribuições instituídas nos arts. 1º e 2º da LC 110/01, apenas em relação ao exercício fiscal de 2001 (...)."

Recurso de apelação da Warner Bros South Inc e Columbia Tristar Films Of Brasil Inc. às folhas 177/193, requerendo a reforma parcial da sentença, para que seja deferido integralmente o pedido constante na exordial, afastando-se definitivamente a cobrança das supostas "contribuições" instituídas pela LC nº 110/01.

Às folhas 201/220, recurso de apelação da União Federal, argumentando a ausência de procuração e de documentação em vias originais e a inaplicabilidade da Taxa SELIC.
A parte autora e a União Federal apresentaram suas contra-razões, fls.225/238 e 252/265, respectivamente.

O Ministério Público Federal manifestou-se, às fls. 278/283, no sentido do conhecimento e provimento parcial do recurso interposto pelas autoras, bem como pelo conhecimento e improvimento do apelo da União.

É o relatório. Decido

Conheço dos recursos, eis que presentes seus pressupostos de admissibilidade.

Passo a análise das questões.

No que tange à alegação de que se faz necessária a juntada de documentos em seus originais, verifica-se que não só os instrumentos de mandato, acostados às fls. 28/39, mas também todos os documentos necessários a instruir o presente feito encontram-se devidamente autenticados, nos moldes do que estatui o art. 365, do CPC, possuindo, assim, a devida autenticidade.

Ademais, o Poder Judiciário declara tão-somente o direito à compensação, sem exame do crédito, de contas e de sua liquidez, como vem entendendo o Superior Tribunal de Justiça.

Quanto ao mérito, a Lei Complementar 110, de 29 de junho de 2001, criou duas novas contribuições sociais, a cargo dos empregadores, com o objetivo de angariar recursos para a reordenação das contas do FGTS, em virtude do reconhecimento pelo Supremo Tribunal Federal do direito à correção monetária decorrente dos expurgos inflacionários.

Ao analisar a constitucionalidade das exações, questionadas nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 2556-2/DF e nº 2568-8/DF, manifestou-se o Plenário do Excelso Pretório, em sede cautelar, tão-somente pela suspensão da expressão "produzindo efeitos" contida no *caput* do art. 14, bem como dos seus incisos I e II, com efeitos "*ex tunc*" e até final julgamento, deferindo em parte a liminar requerida. Os acórdãos estão assim ementados:

"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. IMPUGNAÇÃO DE ARTIGOS E DE EXPRESSÕES CONTIDAS NA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 110, DE 29 DE JUNHO DE 2001. PEDIDO DE LIMINAR.
- A natureza jurídica das duas exações criadas pela lei em causa, neste exame sumário, é a de que são elas tributárias, caracterizando-se como contribuições sociais que se enquadram na sub-espécie "contribuições sociais gerais" que se submetem à regência do artigo 149 da Constituição, e não à do artigo 195 da Carta Magna.
- Não-ocorrência de plausibilidade jurídica quanto às alegadas ofensas aos artigos 145, § 1º, 154, I, 157, II, e 167, IV da Constituição.
- Também não apresentam plausibilidade jurídica suficiente para a concessão de medida excepcional como é a liminar as alegações de infringência ao artigo 5º, LIV, da Carta Magna e ao artigo 10, I de seu ADCT
- Há, porém, plausibilidade jurídica no tocante à argüição de inconstitucionalidade do artigo 14, "caput", quanto à expressão "produzindo efeitos", e seus incisos I e II da Lei Complementar objeto desta ação direta, sendo conveniente, dada a sua relevância, a concessão da liminar nesse ponto.

- Liminar deferida em parte, para suspender, "ex tunc" e até final julgamento, a expressão "produzindo efeitos" do "caput" do artigo 14, bem como seus incisos I e II, todos da Lei Complementar federal nº 110, de 29 de junho de 2001."
(STF, Plenário, ADI 2556 MC/DF e ADI 2568 MC/DF, Rel. Min. Moreira Alves, DJ de 08/08/2003, p. 87)

(grifei)

É imperativo salientar que o Supremo Tribunal Federal tem precedentes no sentido de que a decisão em medida cautelar em controle concentrado de constitucionalidade tem eficácia *erga omnes* e vinculante (Rcl 2256/RN, Pleno, rel. Min. Gilmar Mendes, DJU 30.04.04, p. 34; Rcl 935/DF, Pleno, rel. Min. Gilmar Mendes, DJU 17.10.03, p. 14), devendo ser destacada a ambivalência entre as ações diretas de inconstitucionalidade e declaratórias de constitucionalidade (Lei 9.868/99, art. 24).

Como se vê, o Supremo Tribunal Federal, *in limine*, decidiu que as exações instituídas pela Lei Complementar 110/2001 melhor se inserem na categoria das chamadas contribuições sociais de caráter geral, inscritas no art. 149, *caput*, primeira parte, da Carta Magna. Assim, assiste razão à Fazenda Nacional no que diz respeito à existência de amparo constitucional à criação dos tributos em comento. Não há que se falar, outrossim, em caráter punitivo, diante da configuração estabelecida pela Suprema Corte.

Por outro lado, ao excluir expressamente a regência do art. 195 da Constituição Federal, rebateu-se a tese de que as contribuições representariam nova fonte de custeio da Seguridade Social, o que afasta, por si só, a aplicação da anterioridade mitigada, prevista no § 6º do referido dispositivo.

Desse modo, reconhecida a incidência do princípio da anterioridade da Lei tributária, insculpido no art. 150, III, b, da Constituição da República, não há que se falar na cobrança dos tributos instituídos pela LC 110 em 2001. Exigíveis, entretanto, a partir do exercício financeiro de 2002.

Nesse sentido, vem entendendo este Tribunal, conforme se constata do seguinte julgado:

"TRIBUTÁRIO - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2001 - PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE NONAGESIMAL.
I - O eg. Supremo Tribunal Federal, na ADI (MC) 2.556-DF e ADI (MC) 2.568/DF, deferiu medida liminar "para suspender, com efeito ex tunc, a expressão que aplica o princípio da anterioridade nonagesimal à LC 110/2001, uma vez que a mesma está sujeita ao art. 150, III, b, da CF, que veda a cobrança dessas contribuições no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que as instituiu, não padecendo de outras inconstitucionalidades essas exações.
II - Agravo improvido."
(TRF/2R, 1ª Turma, AGV 2002.02.01.005956-1/RJ, Rel. Des. Fed. Carreira Alvim, DJ 13/13/2004, p. 75).

Ver ainda: TRF/2R, 2ª Turma, AMS 2001.50.01.010326-0/ES, Rel(a). Des(a). Fed. Vera Lúcia Lima, DJU 29/11/2004, p. 146; TRF/2R, 4ª Turma, AMS 2001.50.01.012162-2/ES, Rel. Des. Fed. Fernando Marques, DJU 01/07/2004, p. 118; TRF/4R, 1ª Turma, AC 2001.71.00.033768-4/RS, Rel. Des. Fed. Wellington M. de Almeida, DJU 22/09/2004, p. 367.

No que se refere à correção monetária, o principal deve ser corrigido desde o recolhimento indevido, sendo certo que incidirá a SELIC, taxa que engloba correção monetária e juros, razão pela qual não cabe a cumulação da SELIC com outro indexador e juros de mora.

Vale conferir decisão do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema:

TRIBUTÁRIO. PIS. INCONSTITUCIONALIDADE. RESTITUIÇÃO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. LEI Nº 9.250/95. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA. ART. 167, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CTN.
1. Com a edição da Lei nº 9.250/95, foi estatuído, em seu art. 39, § 4º, que a partir de 1º/1/96, a compensação ou a restituição de tributos federais será acrescida de juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir da data do pagamento indevido. Com efeito, desde aquela data, não mais tem aplicação o mandamento inscrito no art. 167, parágrafo único, do CTN, o qual, diante da incompatibilidade com o disposto no art. 39, § 4º, da Lei nº 9.250/95, restou derrogado.
2. No período anterior à vigência da Lei nº 9.250/95, ou seja, antes de 1º/1/96, tem aplicação o disposto no art. 167, parágrafo único, do CTN. Se, portanto, até 31/12/95, não houve o trânsito em julgado da demanda, como na espécie, não incide sobre o valor a ser restituído nenhum acréscimo advindo da incidência de juros moratórios.
3. Recurso especial conhecido e provido."
(STJ, RESP 262831/SC, rel. Min. João Otávio de Noronha, 2ª Turma, DJ 16/08/2004).

Cabe destacar que o egrégio STJ já firmou entendimento no seguinte sentido: "aplica-se, a partir de 1º de janeiro de 1996, no fenômeno compensação tributária, o art. 39, §4º, da Lei n. 9.250, de 26/12/95, pelo que os juros devem ser calculados, após tal data, de acordo com o resultado da Taxa SELIC, que inclui, para a sua fixação, a correção monetária do período em que ela foi apurada." (REsp. n. 189188/PR, rel. Min. José Delgado, decisão em 17-11-1998, publicada no DJU de 22/03/1999, pág. 00087)

Vale observar que o art. 73 da Lei 9.532, de 10 de dezembro de 1997, veio a estipular: "O termo inicial para cálculo dos juros de que trata o §4º do art. 39 da Lei 9.250, de 1995, é o mês subseqüente ao do pagamento indevido ou a maior que o indevido".

Isto posto,

Nego seguimento aos apelos e à remessa.

Feitas as anotações de estilo, baixem os autos à vara de origem.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007.

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Juiz Federal Convocado

IV - APELACAO CIVEL 2003.51.01.026383-3

RELATOR	:JUIZ FEDERAL CONVOCADO JOSE NEIVA
APELANTE	:SUELY FARIA TORRES
ADVOGADO	:VANIA DE ALENCAR BARRETO E OUTRO
APELADO	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:SÉTIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200351010263833)

DECISÃO

Trata-se de ação ordinária ajuizada em face da UNIÃO FEDERAL, objetivando-se a declaração de inexistência de relação jurídica tributária, no que se refere ao recolhimento do imposto de renda sobre aposentadoria suplementar, bem como a repetição dos valores descontados a este título.

A pretensão autoral foi julgada improcedente (fls. 59/66), subindo os autos a este Eg. TRF por força de apelação da parte autora.

Apresentadas as contra-razões, opinou o Ministério Público pelo provimento do recurso (fl. 99).

É o breve relatório. Decido.

Conheço do recurso, eis que presentes os pressupostos.

A controvérsia dos autos cinge-se à hipótese de incidência do imposto de renda sobre as verbas recebidas a título de complementação da aposentadoria, de entidade de previdência privada (Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil), após o advento da Lei n. 9.250/95.

O caso dos autos enseja julgamento monocrático, posto tratar-se de matéria pacificada por nossos tribunais, e em especial, pelo Eg. Superior Tribunal de Justiça.

Aquela Corte tem reiteradamente afastado a incidência do imposto de renda sobre o pagamento de aposentadoria complementar, a fim de que se evite a dupla tributação.

Inicialmente, reputa-se despicienda a apresentação de documento comprobatório do recolhimento da exação devida, na medida em que, sendo o Banco do Brasil e a Previ responsáveis tributários pelo imposto de renda na fonte, conforme documentos acostados aos autos, seria incabível exigir tal prova do contribuinte.

Essa é a orientação do Superior Tribunal de Justiça:

"TRIBUTARIO. IMPOSTO RETIDO NA FONTE. PROVA DO RECOLHIMENTO.
Nos impostos retidos na fonte e o responsável, e não o contribuinte, quem recolhe os respectivos valores ao Erário Público. Conseqüentemente, os comprovantes respectivos só podem ser exigidos do responsável, não do contribuinte.
Agravo regimental improvido."
(STJ, AGA nº 145.127/SP, rel. Min. Ari Pargendler, j. 04/08/97, DJ 25/0897, pág. 39365)
"(…)
6. Ocorrendo a incidência, na fonte, de retenção indevida de imposto de renda, não há necessidade de se comprovar que o responsável tributário recolheu a respectiva importância aos cofres públicos.
Precedentes.
(...)"
(STJ, 1ª Turma, AgRg no AG 460353/MG, rel. Min. José Delgado, DJ 16.12.2002, pág. 271)

Quanto ao tema da prescrição, a Colenda Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao apreciar os EResp 435.835/SC, sessão de 24/03/2004, rel. Min. José Delgado, buscando pacificar as discussões em torno da matéria, decidiu no sentido de que *"nos tributos sujeitos a lançamento por homologação, o prazo prescricional para se pleitear a compensação ou a restituição do crédito tributário somente se opera quando decorridos cinco anos da ocorrência do fato gerador, acrescidos de mais cinco anos, contados a partir da homologação tácita"*.

Ocorre, entretanto, que, conforme se verifica da inicial (fl. 5, item "d"), o pedido foi formulado com base na prescrição qüinqüenal.

Em sendo assim, o entendimento jurisprudencial prevalente sobre a matéria, no sentido da prescrição decenal, não pode ser adotado, sob pena de incorrer-se em julgamento "ultra petita".

Com base na legislação vigente à época, o patrocinador do fundo subtraía a contribuição devida, pelo empregado, mensalmente, após o desconto do imposto de renda na fonte.

Dessa forma, não poderia haver, pura e simplesmente, cobrança sobre o total percebido pelo beneficiário quando de sua aposentadoria, no pagamento mensal, ou em função do resgate de todas as contribuições, nos termos do art. 33 da Lei nº 9.250/95.

Existiria dupla tributação.

Admitir-se-ia, sim, a incidência sobre o acréscimo decorrente da capitalização, como ocorre em qualquer aplicação financeira, mas não sobre o principal já tributado.

Cumpre consignar que para as contribuições efetuadas a partir da vigência da Lei 9.250/95 não existe dupla incidência, ante a isenção prevista no art. 4º, VI, devendo haver tributação por ocasião da aposentadoria.

As contribuições pagas pelo autor anteriormente à Lei nº 7.713/88 eram deduzidas na declaração de rendimentos por força do art. 18, I, da Lei nº 4.506/64 e do art. 2º do Decreto-Lei nº 1.642/78, não havendo que se cogitar de bitributação, estando, por ocasião da complementação da aposentadoria, sujeita à incidência do imposto de renda.

O Superior Tribunal de Justiça é pacífico nesse sentido: Resp. 660458/MG, 2ª Turma Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 13.12.2004, pág. 347, , REsp. 585093/BA, 1ª Turma Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 30.08.2004, pág. 216) REsp. 226.263/PE, 1ª Turma, rel. Min. José Delgado, DJU 28.02.2000, p. 58; REsp. 232.003/CE, 1ª T., rel. Min. José Delgado, DJU 28.02.2000, p. 63; REsp. 511653/MG, 2ª T., rel. Min. Peçanha Martins, DJU 28.02.2005, p. 279; AgRg. No REsp. 638.564/BA, 1ª T., rel. Min. Francisco Falcão, DJU 17.12.2004, p. 448; REsp. 675.543/SP, 2ª T., rel. Min. Eliana Calmon, DJU 23.11.2004, p. 509; AgRg. No AG 570.181/DF, 2ª T., rel. Min. Franciulli Neto, DJU 13.12.2004, p. 297.

Vale observar que, após pequeno dissenso, o aludido Tribunal reiterou essa orientação e pacificou sua jurisprudência, nos Embargos de Divergência no RESP 380.011/RS, 1ª Seção, rel. Min. Teori Zavascki, DJU 02.05.05, e, posteriormente, nos Embargos de Divergência no RESP 643.691/DF, 1ª Seção, rel. Min. Teori Zavascki, DJU 20.03.06, p. 185.

A jurisprudência é firme no sentido de que o principal deve ser corrigido monetariamente desde o recolhimento indevido, sendo certo que a partir de Janeiro de 1996 incidirá a SELIC em débitos de natureza tributária, taxa que engloba correção monetária e juros.

Cabe destacar que o egrégio STJ já firmou entendimento no seguinte sentido: "Aplica-se, a partir de 1º de janeiro de 1996, no fenômeno compensação tributária, o art. 39, § 4º, da Lei nº 9.250, de 26/12/95, pelo que os juros devem ser calculados, após tal data, de acordo com o resultado da Taxa SELIC, que inclui, para a sua fixação, a correção monetária do período em que ela foi apurada." (REsp. nº 189188/PR, rel. Min. José Delgado, decisão em 17-11-1998, publicada no DJU de 22/03/1999, pág. 00087)

Vale observar que o art. 73 da Lei 9.532, de 10 de dezembro de 1997, veio a estipular: "O termo inicial para cálculo dos juros de que trata o § 4º do art. 39 da Lei 9.250, de 1995, é o mês subseqüente ao do pagamento indevido ou a maior que o indevido."

Todavia, a norma não pode retroagir para incidir em recolhimentos anteriores à sua vigência, em substituição de indexador existente à época. O aludido art. 73 incidirá em relação a recolhimentos posteriores à entrada em vigor da Lei 9.532/97.

Assim, a fim de que seja afastada a dupla tributação, conforme explicitado, a melhor solução é - a partir da Lei 9.250/95 - declarar a não-incidência do I.R. sobre os aportes efetuados ao fundo de previdência, e que já tenham sofrido tributação na vigência da Lei 7.713/88.

Para tal, devem ser deduzidas da base de cálculo do imposto de renda que incida sobre os benefícios da aposentadoria complementar os valores correspondentes às contribuições já tributadas anteriormente, eis que não beneficiadas pela isenção.

A restituição deve ser calculada nos termos abaixo.

Da base de cálculo do imposto, deverá ser deduzido o valor da contribuição vertido ao plano de previdência, sob a égide da Lei 7.713/88.

Devem ser considerados os valores das contribuições feitas entre janeiro/89 e dezembro/1995, atualizados a partir da data de cada aporte efetivado pelo autor ao fundo de previdência.

Considerando-se, então, a incidência da Lei 9.250/90, o valor resultante deste somatório deverá ser gradativamente deduzido da base de cálculo do imposto de renda incidente sobre aposentadoria complementar, até que se alcance a total restituição.

O termo inicial a se aplicar tal isenção é o mês em que o beneficiário efetivamente passou a perceber o benefício correspondente à aposentadoria complementar, ou a data da efetiva cobrança do imposto, caso a complementação tenha se iniciado anteriormente à vigência da Lei 9.250/95.

No caso dos autos, como o autor aposentou-se em 17-02-92 (fl. 11), o termo inicial seria em JAN/96.

Considerando, entretanto, a data do ajuizamento, e que o pedido foi formulado em termos da prescrição qüinqüenal, a ação, relativamente a esta parcela, resta fulminada pela prescrição, bem como todas aquelas anteriores a 27.11.98.

A comprovação dos valores efetivamente recolhidos ao fundo de previdência, atualizados a partir da data de cada recolhimento (Súmula 162, STJ), deverá ocorrer na fase de execução, mediante documentação idônea.

Quanto à questão dos ônus sucumbenciais, o objetivo do autor era ver afastada a incidência do imposto de renda sobre os benefícios recebidos a título de complementação de aposentadoria e a ré contestou, alegando haver fato gerador do referido imposto. Sendo reconhecido parcialmente o direito à não-incidência tributária, verifica-se a ocorrência de sucumbência recíproca.

Isto posto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC,

1) Conheço e dou parcial provimento ao recurso do autor, para declarar indevido o imposto cobrado, em razão de contribuições efetuadas exclusivamente pelo apelante no período de 01.01.89 a 31.12.95, na forma da fundamentação.

2) Condeno a ré a restituir o imposto cobrado indevidamente de forma atualizada nos termos deste voto, respeitada a prescrição quinquenal.

Cada parte arcará com os respectivos honorários e a União reembolsará em metade das custas processuais, em razão da sucumbência recíproca.

P. I.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2007.

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Juiz Federal Convocado

IV - APELACAO CIVEL 2001.02.01.025840-1

RELATOR	:JUIZ FEDERAL CONVOCADO JOSE NEIVA/NO AFAST. RELATOR
APELANTE	:TRANSPORTE JARDIM BOTANICO LTDA E OUTROS
ADVOGADO	:ROBERT ALDA E OUTROS
APELADO	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:ITACUCI GONCALVES DE LIMA BELTRAO
APELADO	:FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO-FNDE
ADVOGADO	:MARINETE DE JESUS SOUSA NASCIMENTO
APELANTE	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELANTE	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:ITACUCI GONCALVES DE LIMA BELTRAO
APELANTE	:FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO-FNDE
ADVOGADO	:MARINETE DE JESUS SOUSA NASCIMENTO
APELADO	:TRANSPORTE JARDIM BOTANICO LTDA E OUTROS
ADVOGADO	:ROBERT ALDA E OUTROS
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 8A VARA-RJ
ORIGEM	:OITAVA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9800274561)

DECISÃO

Trata-se de apelações cíveis interpostas por TRANSPORTE JARDIM BOTÂNICO E OUTOS, pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO e pela UNIÃO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL, de sentença proferida nos autos de ação ordinária visando a declaração de inexistência de relação a ensejar o recolhimento de salário-educação, no período de maio de 1989 a dezembro de 1996, bem como o direito à restituição dos valores recolhidos indevidamente.

Ocorre que RÁDIO GLOBO S/A (fl. 707), RÁDIO GLOBO ELDORADO LTDA (fl. 708), RÁDIO MUNDIAL S.A. (fl. 709), SIGLA - SISTEMA GLOBO DE GRAVAÇÕES AUDIOVISUAIS LTDA (fl. 710), GLOBOSAT PROGRAMADORA LTDA (fl. 711), GLOBO COMUNICAÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A. (fl. 712), COMERCIAL FONOGRÁFICA RGE LTDA (fl. 713) e TV GLOBO LTDA (fl. 714), requerem a desistência da ação, conforme determina a Lei 10.684/03, objetivando o parcelamento de seus débitos.

É o relatório. Decido.

Como não cabe desistência da ação após o julgamento de mérito e os requerimentos se reportem explicitamente à Lei 10.684/03, os pedidos devem ser acolhidos apenas em relação à renúncia ao direito sobre o qual se funda a ação, nos termos do art. 269, V do CPC.

Isto posto,

Ante as considerações, HOMOLOGO as renúncias ao direito sobre o qual se funda a ação, para que produzam os seu regulares e jurídicos efeitos, condenando as renunciantes nas custas proporcionais e em honorários advocatícios, que fixo no percentual de 1% do valor de seus débitos consolidados, conforme estabelece o parágrafo único do art. 4º da Lei 10.684/2003.

P.I

Rio de Janeiro, 28 de março de 2007.

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Juiz Federal Convocado

EXPEDIENTE Nº 9050 DO DIA 11 DE ABRIL DE 2007

III - AGRAVO 2006.02.01.011818-2

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
AGRAVANTE	:ELIZETE DE OLIVEIRA MARTINS
ADVOGADO	:ADRIANA CARVALHEIRA COSTA NEVES E OUTRO
AGRAVADO	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:1 VARA JUSTIÇA FEDERAL TERESOPOLIS/RJ (200351150000375)
PETIÇÃO Nº	:24
REQUERENTE	:ELIZETE DE OLIVEIRA MARTINS
ADVOGADO	:VICTOR SCHRÖDER

D E S P A C H O

Devolva-se. Já decorreu o prazo para agravo e as peças em anexo já constam dos autos.
Em, 2/4/07.

PAULO FREITAS BARATA
Relator

IV - APELACAO CIVEL 2004.51.01.015465-9

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
APELANTE	:ACYR TALYULI E OUTROS
ADVOGADO	:GARY DE OLIVEIRA BON ALI
APELADO	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ASSISTENTE	:ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ORIGEM	:VIGÉSIMA SEXTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200451010154659)

D E S P A C H O

Digam, em cinco dias sucessivos, os autores e a Fazenda Nacional (União Federal).
Em, 3/4/07.

PAULO FREITAS BARATA
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELACAO CIVEL 2000.51.01.518157-0

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
EMBARGANTE	:HENRIQUE JOSE CHUEKE
ADVOGADO	:CHRIS CUCHIARA NASLAUSKY MIBIELLI
EMBARGADO	:UNIÃO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
DEC. EMBARGADA	:ACÓRDÃO DE FLS. 102
ORIGEM	:SEGUNDA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (200051015181570)

D E C I S Ã O

Trata-se de embargos de declaração opostos por HENRIQUE JOSÉ CHUEKE em face da UNIÃO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL, objetivando modificar o acórdão de fls. 102, que negou provimento à sua apelação e deu parcial provimento à da ora embargada, para reformar a sentença e julgar extinto o processo, nos termos do art. 794, I e 795, do CPC.
A embargante alega, em síntese, que o acórdão proferido é contrário às provas produzidas e que os honorários foram fixados em percentual abaixo do mínimo legal.
O recurso é manifestamente intempestivo.
O acórdão foi publicado no Diário Oficial no dia 08/02/2007, quinta-feira, iniciando-se o prazo para recurso em 09/02/2007, sexta-feira, com término em 13/02/2007, terça-feira, sendo que os presentes embargos de declaração somente foram interpostos em 14/02/2007, quando já expirado o prazo legal.
Pelo exposto, NEGO SEGUIMENTO ao recurso com base no art. 43, § 1º, II, do Regimento Interno deste Tribunal.
Transitado em julgado, remeta-se à Vara de origem, observados os procedimentos de praxe.
Rio de janeiro, 20 de março de 2007.

PAULO FREITAS BARATA
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AMS 49024 2001.51.01.020628-2

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
EMBGTE	:MARIA REGINA GONZAGA E OUTROS
ADVOGADO	:JEFFERSON RAMOS RIBEIRO
EMBGDA	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
DEC. EMBGDA.	:ACÓRDÃO DE FLS. 274/275
ORIGEM	:DÉCIMA SÉTIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200151010206282)

D E C I S Ã O

MARIA REGINA GONZAGA e OUTROS, irresignados com o acórdão de fls. 274/275, ingressam com embargos de declaração.
Conforme certidão de fls. 277, o acórdão foi publicado no Diário de Justiça no dia 14 de dezembro de 2006, e os embargos somente foram opostos em 08 de janeiro de 2007, quando já decorrido o prazo legal de cinco dias.
O recurso, portanto, é intempestivo.
Diante do exposto, NEGO SEGUIMENTO ao recurso, com base no artigo 43, § 1º, II, do Regimento Interno deste Tribunal.
Oportunamente, remetam-se os autos à vara de origem, observados os procedimentos de praxe.
Rio de Janeiro, 19 de março de 2007.

PAULO FREITAS BARATA
Relator

IV - APELACAO CIVEL 2004.51.01.023219-1

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
APELANTE	:DROGARIA ATRATIVA DO BICAO LTDA
ADVOGADO	:MARCUS VINICIUS MENDES DE FREITAS E OUTROS
APELADO	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETROBRAS
ADVOGADO	:ALFREDO MELLO MAGALHAES
ORIGEM	:VIGÉSIMA NONA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200451010232191)

D E S P A C H O

Digam os embargados, querendo, em cinco dias, sobre os embargos de declaração interpostos pela autora DROGARIA ATRATIVA DO BICÃO LTDA (fls.386/390).
Rio de Janeiro, 02 de abril de 2007.

PAULO FREITAS BARATA
Relator

XII - APELACAO EM MANDADO DE SEGURANCA 2003.51.01.008071-4

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
APELANTE	:ESPARTA SEGURANCA LTDA
ADVOGADO	:RENATA KATAGI E OUTROS
APELADO	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:MANOEL CARDOSO DE ARAUJO NETO
ORIGEM	:DÉCIMA SEGUNDA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200351010080714)

D E S P A C H O

À Vara de origem, para apreciação dos embargos de declaração opostos pela impetrante às fls. 450/454.
Rio de Janeiro, 02 de abril de 2007.

PAULO FREITAS BARATA
Relator

IV - APELACAO CIVEL 1999.51.01.021576-6

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
APELANTE	:CONSUELO SAMPAIO PEREIRA DE MELLO
ADVOGADO	:CARLOS J. V. DEL GUERCIO E OUTRO
APELANTE	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:OS MESMOS
ORIGEM	:VIGÉSIMA TERCEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9900215761)

D E S P A C H O

Defiro a habilitação requerida pelas pessoas arroladas à fl. 231, com base no artigo 1060, I, do CPC.
À DIDRA, para as devidas anotações.
Em, 23/3/07.

PAULO FREITAS BARATA
Relator

EXPEDIENTE Nº 10071 DO DIA 11 DE ABRIL DE 2007

III - AGRAVO 2004.02.01.013155-4 (*)

RELATOR	:DESEMBARGADORA FEDERAL TANIA HEINE
AGRAVANTE	:ARCO IRIS PETRO TINTAS MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA
ADVOGADO	:PRISCILA FELIPE DE SOUZA BATISTA
AGRAVADO	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:1A. VARA FEDERAL DE MACAE (200351160049051)

decisão

Trata-se de agravo de instrumento interposto em face de decisão na qual o Juízo *a quo* indeferiu, nos autos da execução fiscal, a exceção de pré-executividade pleiteada pela parte agravante.
É o relatório. Decido

O presente agravo não merece prosperar.

A exceção de pré-executividade só deve ser admitida em casos excepcionais, nos quais os vícios capazes de afastar a presunção de liquidez e certeza do título possam ser demonstrados de plano, de forma que não se aplique o art. 16 § 2º e o art. 38, ambos da LEF.

A matéria alegada em sede de exceção deve ser de pronta comprovação mediante prova plena e incontestável. A cognição ampla constitui questão de mérito nos embargos à execução. Nesse sentido, trago os seguintes arestos:

"PROCESSO CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. DILAÇÃO PROBATÓRIA.
1. Ausência de prequestionamento dos artigos 3º da Lei nº 6.830/80. Incidência, no particular, das Súmulas 282 e 356 do STF.
2. As matérias passíveis de ser alegadas em exceção de pré-executividade não são somente as de ordem pública, mas também os fatos modificativos ou extintivos do direito do exeqüente, desde que comprovados de plano, sem necessidade de dilação probatória.
3. Os sócios (diretores, gerentes ou representantes da pessoa jurídica) somente são pessoalmente responsáveis, por substituição, pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias quando comprovada a dissolução irregular da sociedade, a prática de ato ou fato eivado de excesso de poderes ou a infração de lei, contrato social ou estatutos.
4. Recurso especial improvido."

(REsp 827883/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 12.12.2006, DJ 01.02.2007 p. 454)

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL.
1. Se, ao apreciar agravo de instrumento tirado contra decisão que rejeitou exceção de pré-executividade, o Tribunal a quo entende que a matéria necessita de maior elucidação, a qual somente através de autos adequados poderá vir à superfície, torna-se impossível o conhecimento de recurso especial para rediscutir o mérito de tal questionamento.
2. Ação declaratória de relação jurídico-tributária envolvendo determinado período de ocorrência de fato gerador.
3. Discussão se a decisão nela proferida produz efeitos para fatos geradores futuros.
4. Agravo de instrumento improvido sob a alegação de que aspectos fáticos necessitam ser esclarecidos.
5. Execução fiscal em curso que se pretende extinguir, pela via da exceção de pré-executividade, para que a decisão da ação declaratória produza efeitos.
6. Agravo regimental improvido.

*(*AgRg no REsp 241483/MG, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 11.04.2000, DJ 15.05.2000 p. 143)

In casu, a alegação feita pelo ora agravante de que os créditos tributários já teriam sido extintos pela compensação não é material cuja apreciação seja viável em sede de exceção de pré-executividade.

Ademais, não foi juntada a Certidão da Dívida Ativa, documento necessário para a apreciação da matéria alegada.

Diante o exposto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, na forma do art. 527 c/c com o art. 557, *caput*, ambos do Código de Processo Civil.

Publique-se.
Intime-se.

Decorrido *in albis* o prazo recursal, remetam-se os autos à Vara de origem, com baixa na Distribuição.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2007.

TANIA HEINE
Desembargadora Federal
Relatora

(*) Republicado por ter saído com incorreção, do original, no DJ de 28/03/07 fls. 191

III - AGRAVO 2006.02.01.013351-1

RELATOR	:DESEMBARGADORA FEDERAL TANIA HEINE
AGRAVANTE	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:FREDERICO LYRA CHAGAS E OUTROS
AGRAVADO	:SIDEPAR SIDERURGICA PARANAENSE LTDA E OUTROS
ADVOGADO	:GERALDO ELIAS BRUM E OUTROS
ORIGEM	:1ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DE VITÓRIA/ES (9600081859)

decisão

Trata-se de agravo de instrumento interposto em face de decisão na qual o Juízo *a quo* indeferiu o redirecionamento da execução fiscal na pessoa de sócio(s) da ora agravada em sede de exceção de pré-executividade.

É o relatório. Decido.

De acordo com a jurisprudência dominante no Colendo STJ, somente se admite o redirecionamento na pessoa do sócio-gerente ou diretor da empresa quando há dissolução irregular da sociedade ou se comprova prática de ato ou fato eivado de excesso de poderes ou de infração de lei, contrato social ou estatuto. Nesse sentido, trago o seguinte aresto:
"PROCESSO CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. DILAÇÃO PROBATÓRIA.
1. Ausência de prequestionamento dos artigos 3º da Lei nº 6.830/80.
Incidência, no particular, das Súmulas 282 e 356 do STF.
2. As matérias passíveis de ser alegadas em exceção de pré-executividade não são somente as de ordem pública, mas também os fatos modificativos ou extintivos do direito do exeqüente, desde que comprovados de plano, sem necessidade de dilação probatória.
3. Os sócios (diretores, gerentes ou representantes da pessoa jurídica) somente são pessoalmente responsáveis, por substituição, pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias quando comprovada a dissolução irregular da sociedade, a prática de ato ou fato eivado de excesso de poderes ou a infração de lei, contrato social ou estatutos.
4. Recurso especial improvido."
(REsp 827883/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 12.12.2006, DJ 01.02.2007 p. 454)

Vale destacar, ainda, sobre a necessidade de inclusão, ou não, de sócios na Certidão de Dívida Ativa a leitura da seguinte ementa:

"RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. REDIRECIONAMENTO. SÓCIO-GERENTE CUJO NOME CONSTA DA CDA. DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO PELA EXEQÜENTE DA INCURSÃO DOS SÓCIOS EM ALGUMA DAS HIPÓTESES PREVISTAS NO ART. 135 DO CTN. ÔNUS DE PROVA QUE INCUMBE AOS EXECUTADOS, EM SEDE DE EMBARGOS À EXECUÇÃO. PRECEDENTE DA PRIMEIRA SEÇÃO. ERESP 702.232/RS. RECURSO PROVIDO.
1. A Primeira Seção, no julgamento dos EREsp 702.232/RS, de relatoria do Ministro Castro Meira, assentou entendimento no sentido de que: (a) se a execução fiscal foi promovida apenas contra a pessoa jurídica e, posteriormente, foi redirecionada contra sócio-gerente cujo nome não consta da Certidão de Dívida Ativa, cabe ao Fisco comprovar que o sócio agiu com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatuto, nos termos do art. 135 do CTN; (b) se a execução fiscal foi promovida contra a pessoa jurídica e o sócio-gerente, cabe a este o ônus probatório de demonstrar que não incorreu em nenhuma das hipóteses previstas no mencionado art. 135; (c) se a execução foi ajuizada apenas contra a pessoa jurídica, mas o nome do sócio consta da CDA, o ônus da prova também compete ao sócio, em virtude da presunção relativa de liquidez e certeza da referida certidão.
2. Constando da CDA o nome dos sócios-gerentes, entende-se que a eles incumbe o ônus probatório de demonstrar, em sede de embargos à execução, que não incorreram em nenhuma das hipóteses previstas no art. 135 do CTN, porquanto a referida certidão possui presunção relativa de liquidez e certeza.
3. Recurso especial provido".
(Resp 620855/ RJ, 1ªTurma, Rel. Ministra Denise Arruda, julgado em 07/03/2006, DJ 03/04/2006).

Mencione-se, também, que o posicionamento adotado pelo E. STJ é no sentido de que o simples fato de não haver o pagamento do tributo não acarreta, por si só, a responsabilidade do sócio, não constituindo tal omissão infração legal hábil capaz de ensejar a sua responsabilidade, na forma estabelecida no art. 135, III do CTN. Sobre a matéria, trago a seguinte Ementa:
"TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. RESPONSABILIDADE DO SÓCIO-GERENTE. INADIMPLEMENTO.
1- A ausência de recolhimento do tributo não gera, necessariamente, a responsabilidade solidária do sócio-gerente, sem que se tenha prova de que agiu com excesso de poderes ou infração à lei, ao contrato social ou ao estatuto da empresa.
2. Embargos de divergência rejeitados."
(*EREsp 374139/RS; 2003/0125702-9; Rel. CASTRO MEIRA; 1ª SEÇÃO; DJ 10/11/2004)*

Finalmente, cabe ainda ressaltar que o presente agravo refere-se a exceção de pré-executividade, de forma que as matérias passíveis de serem alegadas por este meio devem ser comprovadas de plano, sem necessidade de dilação probatória, como se verifica na presente ementa do STJ, *in verbis*:

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. RESPONSABILIDADE DO SÓCIO-GERENTE. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. CASO CONCRETO A DEMANDAR DILAÇÃO PROBATÓRIA. NÃO-CABIMENTO.
1. Falta de prequestionamento das normas insertas nos artigos 3º, parágrafo único, e 4º, V, § 2º, da Lei nº 6.830/80. Incidência da Súmula 211/STJ.
2. Hipótese em que o conhecimento do recurso especial pela violação do art. 135, III, do CTN, esbarra no óbice da Súmula 7/STJ.
3. As matérias passíveis de serem alegadas em exceção de pré-executividade não são somente as de ordem pública, mas também os fatos modificativos ou extintivos do direito do exeqüente, desde que comprovados de plano, sem necessidade de dilação probatória.4. Na hipótese dos autos, o Tribunal de origem assentou que o reconhecimento da ilegitimidade passiva dos sócios dependeria de produção de provas, o que afasta o cabimento da exceção de pré-executividade.
5. Para que se pudesse assentar a desnecessidade de produção de provas, imprescindível se faria excursionar em matéria fático-probatória, o que é vedado na via estreita do recurso especial, a teor da Súmula 7/STJ.
6. A presunção de liquidez e certeza de que gozam as Certidões de Dívida Ativa somente pode ser elidida por meio de embargos do devedor.
7. Recurso especial conhecido em parte e improvido.
(REsp 887390/MG, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, 2º TURMA, julgado em 06.02.2007, DJ 16.02.2007 p. 312)

Assim, a decisão de fls. 21/24 mostra-se de acordo com a jurisprudência e os fatos trazidos aos autos.

Diante o exposto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, na forma do art. 527 c/c com o art. 557, *caput*, ambos do Código de Processo Civil.

Publique-se.
Intime-se.

Decorrido *in albis* o prazo recursal, remetam-se os autos à Vara de origem, com baixa na Distribuição.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2007.

TANIA HEINE
Desembargadora Federal
Relatora

IV - APELACAO CIVEL 2007.02.01.000547-1

RELATOR	:DESEMBARGADORA FEDERAL TANIA HEINE
APELANTE	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:MARCELO CAMATA PEREIRA
APELADO	:CATEDRAL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA
ADVOGADO	:RAPHAELA MARIA DE OLIVEIRA MORAES VASQUES
ORIGEM	:1A. VARA ESTADUAL - JERONIMO MONTEIRO/ES (029030008964)

DECISÃO

Trata-se de apelação cível e remessa necessária, considerada interposta, em face de sentença que julgou extinta a execução fiscal, com fulcro no artigo 269, IV do CPC, por ter se operado a prescrição intercorrente.
Insurge-se o apelante, pleiteando a reforma da r. sentença *a quo*, sustentando que deve ser afastada a prescrição intercorrente, e ainda, que com o advento da Lei 8212/91 a prescrição passou a ser de 10 anos nos termos de seu art. 46 e não de 5 (cinco)anos.
Parecer do MPF, às fls. 76, pela desnecessidade de sua intervenção no feito.
Primeiramente, vale ressaltar que, muito embora o art. 46 da Lei 8212/90 discipline que o prazo prescricional das contribuições previdenciárias seja de dez anos, temos pacificado no STF que estas possuem natureza tributária, devendo se sujeitar ao prazo qüinqüenal previsto no art. 174 do CTN.
A regra contida no artigo 40 da Lei de Execuções Fiscais, por se tratar de lei ordinária, deve ser interpretada em harmonia com o princípio geral da prescrição tributária disposto no artigo 174, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, de modo a não tornar imprescritível a dívida fiscal e eternizar as situações jurídicas subjetivas.
Em sede de execução fiscal a inércia da parte credora em promover os atos de impulsão processual, por mais de cinco anos, pode ser causa suficiente para deflagrar a prescrição intercorrente, se a parte interessada, negligentemente, deixa de proceder aos atos de impulso processual que lhe compete.
Essa tem sido a orientação do Eg. Superior Tribunal de Justiça, consubstanciada no julgado abaixo transcrito, in verbis:

"TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL - PARALISAÇÃO POR MAIS DE CINCO ANOS - PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - ART. 40 DA LEF - ART. 174 DO CTN.

1 - Se a execução fiscal, ante a inércia do credor, permanece paralisada por mais de cinco anos, a partir do despacho que ordena a suspensão do feito, deve ser decretada a prescrição intercorrente suscitada pelo devedor.
2 - Interrompida a prescrição, com a citação pessoal, e não havendo bens a penhorar, pode o exeqüente valer-se do art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/80), requerendo a suspensão do processo e, conseqüentemente do prazo prescricional por um ano, ao término do qual recomeça a fluir a contagem até que se complete o lustro.
3 - A regra do art. 40 da LEF não tem o condão de tornar imprescritível a dívida fiscal, já que não resiste ao confronto com o art. 174 do CTN.
4 - Recurso especial improvido".(RESP 442599 - Rel. Min. Castro Meira - STJ - 2ª Turma - DJ 28/06/2004 - P.233).

O mesmo posicionamento foi adotado pela Suprema Corte:

"As disposições do artigo 40 e seus parágrafos da Lei nº 6830, devem ser interpretadas em harmonia com o princípio geral da prescrição tributária contido no artigo 174 do Código Tributário Nacional, que é lei complementar. Este entendimento de afastar a prescrição por tempo indefinido se assenta no princípio de que deve haver um momento de estabilidade jurídica, geradora da paz social, que é o objetivo primordial do Poder Judiciário, e esta estabilidade, em termos de prescrição da ação para a cobrança do crédito tributário, se assenta no art. 174, fixada em cinco anos, contados da data da sua

constituição definitiva, só interrompida nas hipóteses que enumera no seu parágrafo único, não incluídas nesta a do art. 40 da Lei nº 6830/80." (RSTF 17/359).

No presente caso, a suspensão da execução ocorreu em outubro de 1995 (fls. 11), sem, contudo efetivar-se o ato citatório, haja vista o pedido de suspensão do feito requerido pelo exeqüente. Somente em agosto de 2006 é que o INSS vem requerer a citação da executada (fl. 40).
Assim, resta claro que a parte credora ficou inerte, deixou de proceder aos atos de impulso processual que lhe competia, transcorrendo mais de cinco anos, razão suficiente para deflagrar a prescrição intercorrente.
Ante o exposto, nego seguimento ao recurso e à remessa necessária, considerada interposta, com fulcro no art. 557 do Código de Processo Civil.
Decorrido, *in albis*, o prazo recursal, remetam-se os autos à Vara de origem.
P.I.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2007.

TANIA HEINE
Desembargadora Federal

IV - APELACAO CIVEL 2001.02.01.003988-0

RELATOR	:DESEMBARGADORA FEDERAL TANIA HEINE
APELANTE	:FAZENDA NACIONAL
APELANTE	:USINA SAO JOAO (B. LYSANDRO) S/A
ADVOGADO	:RICARDO GOMES DE MENDONCA
APELADO	:OS MESMOS
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 1A VARA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ
ORIGEM	:PRIMEIRA VARA FEDERAL DE CAMPOS (9600382930)

DECISÃO

Trata-se de remessa necessária e apelações cíveis interpostas pela FAZENDA NACIONAL e USINA SÃO JOÃO (B. LYSANDRO) S/A objetivando reformar a sentença que julgou procedentes os Embargos à Execução Fiscal, com fulcro no artigo 269, IV do CPC.
Apela a União Federal alegando que entre a constituição definitiva do crédito (24/04/1986) e o despacho que ordenou a citação (09/11/1988) não decorreram cinco anos.
Apela a USINA SÃO JOÃO (B. LYSANDRO) S/A sustentando que merece reparo a r. sentença somente no que se refere aos honorários advocatícios, a fim de majorá-los.
Tenho que não merece reparo o decisório *a quo*.
Inicialmente, cumpre esclarecer que a Lei Complementar nº 118, de 09/02/2005, trouxe inovações que afetam diretamente os prazos prescricionais. De acordo com a alteração contida no artigo 174, parágrafo único, I do CTN passa a ser o despacho do juiz que ordena a citação, e não mais a própria citação pessoal do devedor, o momento em que se interrompe a prescrição da ação de execução fiscal.
Essa alteração pôs fim ao conflito existente entre o que dispunha o Código Tributário Nacional e o que preceitua a Lei de Execução Fiscal, afastando a discussão no que se refere à hierarquia das leis para sua aplicação.
Cumpre esclarecer que a presente ação foi proposta em 26/09/96, e embora a Lei Complementar nº 118, de 09/02/2005, tenha alterado o art. 174 do CTN, tal dispositivo só incidirá sobre situações que venham ocorrer a partir de sua vigência, ou seja, 120 (cento e vinte) dias após sua publicação (AgRg no RESP nº 672.032/DF - Rel. Min. Teori Albino Zavascki - STJ - 1ª - DJ 25/04/2005).
Quanto à declaração da União Federal de que a constituição definitiva do crédito se deu em 24/04/1986, entendo que não logrou provar tal afirmação em sede recursal, inclusive, esse foi o entendimento adotado pelo juiz *a quo* em sua sentença (fl. 55).
Por fim, não assiste razão à USINA SÃO JOÃO (B. LYSANDRO) S/A em relação aos honorários fixados na sentença, pois os entendo corretamente aplicados.
Ante o exposto, nego seguimento aos recursos e à remessa necessária, com fulcro no art. 557 do Código de Processo Civil.
Decorrido, *in albis*, o prazo recursal, remetam-se os autos à Vara de origem.
P.I.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2007.

TANIA HEINE
Desembargadora Federal

EXPEDIENTE Nº 10072 DO DIA 11 DE ABRIL DE 2007

III - AGRAVO 2004.02.01.006202-7

RELATOR	:DESEMBARGADORA FEDERAL TANIA HEINE
AGRAVANTE	:GERALDO FERNANDES MAGALHAES
ADVOGADO	:MARCUS ALEXANDRE SIQUEIRA MELO E OUTROS
AGRAVADO	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:DÉCIMA SÉTIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9400104006)

decisão

A agravante, às fls. 125/127, interpões Embargos de Declaração em face da decisão de 121, que converteu o presente agravo de instrumento em agravo retido, na forma do artigo 527, II, do Código de Processo Civil, com a nova redação dada pela Lei nº 11.187/2005, por entender que a decisão interlocutória não tem o condão de ocasionar lesão grave ou de difícil reparação à parte.
Alega a agravante que a decisão guerreada merece ser reconsiderada, visto que o pedido de efeito suspensivo da decisão *a quo*, é imprescindível, pois existe a constatação de lesão greve e de difícil reparação.
É o relatório. Decido.

EM PRIMEIRO LUGAR, A ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO, NA FORMA DO ART. 558 DO CPC, NÃO DEVE SER PRODIGALIZADO, DEVENDO SER MANTIDA A DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU SEMPRE QUE NÃO HAJA DESRESPEITO À LEI E NÃO SEJA TERATOLÓGICA. ISTO EVITA A MERA SUBSTITUIÇÃO DE UMA DECISÃO MONOCRÁTICA POR OUTRA, MORMENTE NUM MOMENTO PROCESSUAL ONDE ESTÃO PRESENTES A PROVISORIEDADE E SUPERFICIALIDADE QUE CARACTERIZAM A TUTELA DE URGÊNCIA.

Quanto ao pedido para que a decisão seja reconsiderada, cabe ressaltar que nova Lei 11.187/2005, que alterou a Lei. 5.869/73, dando nova disciplina ao cabimento dos agravos retidos e de instrumento é imperativa ao afirmar que, somente nos casos de decisão *a quo* suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, deve ser conhecido o agravo de instrumento, em caso contrário deverá ser o mesmo convertido em agravo retido, recurso este que não tranca a marcha processual, deixando que a questão impugnada seja apreciada ao final, após a sentença.

Com efeito, com a manutenção desta possibilidade de agravar somente em tais casos, quis o legislador resguardar a supremacia do princípio da segurança jurídica, sem, contudo, afastar a celeridade processual. Isso porque, foi encontrado um meio termo na nova ordem jurídica.

Destarte, ao manter o agravo de instrumento em tais situações a Lei 11.187/05, assim como a redação revogada, previu a possibilidade de conversão do agravo de instrumento em agravo retido, só que, desta feita, aboliu a possibilidade de recurso da decisão do relator que determina a conversão, que antes era amparada pela parte final do art. 527, II, do CPC.

Nessa mesma esteira, trago o entendimento do Humberto Theodoro Júnior em que assevera que o legislador brasileiro deve ter coragem de *"inovar o sistema recursal como um todo, reduzindo o número de recursos e os casos de respectivo cabimento. Não há processo civil algum, no direito contemporâneo dos povos cultos, que contemple uma gama tão ampla de possibilidade de acesso à via recursal como a do Código brasileiro"* (O processo civil brasileiro: no limiar do novo século, p. 191).

Saliente-se, ainda, que a presente decisão não se presta a impedir a apreciação, pelo Poder Judiciário, de eventual lesão ao direito da parte recorrente, mas, ao contrário, como bem consignou o ilustre Desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, C. A. Silveira Lenzi, no artigo O Novo Sistema do Agravo, a mesma - *"pretende reforçar a figura do juiz de direito que preside e vive o processo na base; (...) o alto percentual de recorribilidade das decisões interlocutórias, faz do magistrado de 1º grau um mero coletor de provas e ordenador do procedimento, delegando-se ao 2º grau, antes mesmo de prolatada a sentença, a competência para decidir sobre todas as questões postas no Juízo a quo. Propugna-se, portanto, pelo fortalecimento da jurisdição da base do conflito, revendo-se, por agravo de instrumento, somente as situações e casos excepcionais*", que, indiscutivelmente, não podem deixar de ser apreciados, sob pena de se infringir o princípio da inafastabilidade da prestação jurisdicional.

Diante do exposto, não conheço dos embargos de declaração, mantenho a decisão atacada, uma vez que com a nova redação dada pela Lei 11.187/2005, a decisão que converte o Agravo de Instrumento em Agravo retido não é passível de recurso, salvo se o próprio Relator a reconsiderar, o que não ocorre na hipótese em apreço.

Remetam-se os autos à Vara de origem, com baixa na Distribuição.
Publique-se. Intime-se.

Rio de Janeiro, 09 de fevereiro de 2007.

TANIA HEINE
DESEMBARGADORA FEDERAL
Relatora

IV - APELACAO CIVEL 1995.50.01.006246-2

RELATOR	:DESEMBARGADORA FEDERAL TANIA HEINE
APELANTE	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:WALDIR MIRANDA RAMOS FILHO
APELADO	:BAUHAUS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
ADVOGADO	:SEM ADVOGADO
ORIGEM	:1ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DE VITÓRIA/ES (9500062461)

DECISÃO

Trata-se de execução fiscal proposta pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS em face de BAUHAUS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA E OUTROS.
O MM. Juiz *a quo* julgou extinto o processo, com base no artigo 269, IV, do CPC, declarando a prescrição intercorrente do crédito cobrado, em razão do decurso de mais de 5 anos sem manifestação do exeqüente.
O INSS apela, às fls. 35/50, alegando que não há que se falar em prescrição intercorrente quando o devedor não for encontrado ou não houver bens penhoráveis. Sustenta que o prazo prescricional atinente ao crédito previdenciário é de 10 anos, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.212/91. Aduz que o disposto no § 4º do art. 40 da Lei nº 6.830/80, fere os princípios constitucionais da proporcionalidade/razoabilidade e da isonomia. Por fim, que o art. 194 do CC preceitua que o juiz não pode, de ofício, reconhecer a prescrição, salvo se favorecer a absolutamente incapaz.
Merece ser mantida a sentença.
A jurisprudência tem firmado posição no sentido de que as disposições do art. 40 da Lei nº 6.830/80 devem ser interpretadas em harmonia com o princípio geral da prescrição tributária, previsto no art. 174 do CTN, que tem *status* de lei complementar. O entendimento de afastar a prescrição, por tempo indeterminado, se assenta no princípio de que é necessário haver um momento de segurança jurídica capaz de gerar a paz social.
No presente caso, a suspensão da execução ocorreu em março de 1997 (fls. 18) e o arquivamento sem baixa, em 27 de agosto de 1998 (fls. 21). De fato, o exeqüente nada diligenciou após o arquivamento da execução fiscal, tendo-se operado a prescrição intercorrente, com a paralisação da execução por prazo superior a 5 anos, por sua exclusiva inércia.
Cumpre observar que o dispositivo do § 4º, do art. 40 da Lei nº 6.830/80, acrescentado pela Lei nº 11.051/04, reconhece a possibilidade do juiz declarar, de ofício, a prescrição intercorrente se a partir da data da decisão do arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional.
Tal regra está em consonância com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, harmonizando-se com a recente alteração do § 5º do art. 219 do CPC pela Lei nº 11.280/2006, que estabelece cláusula geral no sentido de que o juiz deve pronunciar, de ofício, a prescrição.
Corroborando com o entendimento acima esposado, cito os seguintes acórdãos:

"TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - ART. 174 DO CTN - ARTS. 8º, § 2º, E 40 DA LEI Nº 6.830/80 - RECONHECIMENTO DE OFÍCIO - POSSIBILIDADE.
1. As regras previstas nos arts. 8º, § 2º, e 40 da Lei nº 6.830/80 devem ser interpretadas em harmonia com o disposto no art. 174 do CTN que trata da prescrição tributária, matéria a ser regulada por lei complementar, nos termos do art. 146, III, "b", da CF/88.
2. Permanecendo o processo arquivado, a pedido do exeqüente, por mais de dezoito anos, sem que este promovesse os atos necessários ao prosseguimento da execução fiscal, é de se reconhecer a consumação da prescrição intercorrente.
3. De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a desídia do credor constitui causa para a prescrição intercorrente: Agravo Regimental nº 169.842/PR, Rel. Ministro Ari Pargendler, Sessão de 15.05.2000, unânime, DJ de 01.08.2000.
4. Nos termos dos arts. 156, V, e 113, § 1º, do CTN, a prescrição extingue o crédito tributário e a própria obrigação tributária, e não apenas o direito de ação, o que possibilita o seu reconhecimento "ex officio", como ocorre com a decadência.
5. Apelação e remessa oficial, que considero existente, improvidas."
(AC 2002.02.01.008692-8/RJ - TRF - 2ª Região - Rel. Des. Fed. Paulo Barata - Terceira Turma, DJ 14/06/2005)

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO- EXECUÇÃO FISCAL - PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - INÉRCIA DO EXEQÜENTE - EXTINÇÃO DO PROCESSO - ART. 40 DA LEI 6.830/80 C/C ART. 174, PARÁGRAFO ÚNICO DO CTN.
I - O Art. 40 da LEF deve ser interpretado em sintonia com o art. 174 do CTN, não podendo impedir a consumação da prescrição intercorrente, sob pena de tornar os débitos fiscais imprescritíveis.
II - Encontrando-se o processo executivo fiscal paralisado por mais de cinco anos, por inércia do Exeqüente, deve ser reconhecida a prescrição intercorrente.
(AC 196750010128593/ES - TRF - 2ª Região - Rel. Des. Fed. Maria Helena Cisne - Sexta Turma, DJ 03/12/2004)

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. INÉRCIA DO EXEQÜENTE. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. LEI 6.830/80 (ARTS. 8º, § 2º, E 40). CTN, ARTIGO 174. CPC, ARTIGO 219.
1. As disposições do artigo 40, Lei 6.830/80, devem harmonizar-se com as do artigo 174, CTN, travando a pretensão de tornar imprescritível a dívida fiscal, eternizando situações jurídicas e armazenando autos nos escaninhos das Secretarias das Varas.
2. A inércia da parte credora na promoção dos atos e procedimentos de impulsão processual, por mais de cinco anos, pode edificar causa suficiente para a prescrição intercorrente.
3. Precedentes jurisprudenciais.
4. Embargos rejeitados."
(EREsp 237079/SP - STJ - Rel. Min. Milton Luiz - 1ª Seção, DJ 30/09/2002)

Por fim, a sentença bem salientou que o artigo 46 da Lei nº 8.212/91, que é lei ordinária, não pode regular matéria reservada à lei complementar, nos termos do artigo 146, III, *b*, da CRFB/88, estabelecendo prazo de prescrição que, na espécie, há de ser aquele de cinco anos de que trata o artigo 174 do Código Tributário Nacional.

Ante o exposto, nego seguimento à apelação e à remessa necessária, com fulcro no art. 557 do Código de Processo Civil, c/c art. 39, §1.º, II do Regimento Interno desta Corte.
Decorrido, *in albis*, o prazo recursal, remetam-se os autos à Vara de origem, com baixa na distribuição.
P.I.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2007.

TANIA HEINE
Desembargadora Federal
Relatora

IV - APELACAO CIVEL 2001.02.01.046492-0

RELATOR	:DESEMBARGADORA FEDERAL TANIA HEINE
APELANTE	:FAZENDA NACIONAL
APELADO	:MONAMED MATHAR
ADVOGADO	:SEM ADVOGADO
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 6A VARA-RJ
ORIGEM	:SEXTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (0000055344)

DECISÃO

Trata-se de execução fiscal proposta pela FAZENDA NACIONAL em face de MOHAMED MATHAR.
O MM. Juiz *a quo* julgou extinto o processo, com base no art. 269, IV, do CPC, declarando a prescrição intercorrente do crédito cobrado, em face do decurso de mais de 5 anos sem manifestação do exeqüente.
A UNIÃO apela, às fls. 24/31, alegando que a sentença é nula por ser *extra petita* (artigos 128 e 460 do CPC), uma vez que não há possibilidade do juiz reconhecer, independentemente de provocação da parte interessada, da ocorrência da prescrição. Caso assim não entenda a Eg. Turma, requer a substituição do julgado, reformando-o por violar expressa previsão contida no § 3º do art. 40 da Lei nº 6.830/80, mantendo o arquivamento do feito sem baixa na distribuição.
Merece ser mantida a sentença.
A jurisprudência tem firmado posição no sentido de que as disposições do art. 40 da Lei nº 6.830/80 devem ser interpretadas em harmonia com o princípio geral da prescrição tributária, previsto no art. 174 do CTN, que tem *status* de lei complementar. O entendimento de afastar a prescrição, por tempo indeterminado, se assenta no princípio de que é necessário haver um momento de segurança jurídica capaz de gerar a paz social.
No presente caso, o arquivamento sem baixa ocorreu em abril de 1972 (fls. 15). De fato, a exeqüente nada diligenciou após o arquivamento da execução fiscal, tendo-se operado a prescrição intercorrente, com a paralisação da execução por prazo superior a 5 anos, por sua exclusiva inércia.
Cumpre observar que o dispositivo do § 4º, do art. 40 da Lei nº 6.830/80, acrescentado pela Lei nº 11.051/04, reconhece a possibilidade do juiz declarar, de ofício, a prescrição intercorrente se a partir da data da decisão do arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional.
Tal regra está em consonância com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, harmonizando-se com a recente alteração do § 5º do art. 219 do CPC pela Lei nº 11.280/2006, que estabelece cláusula geral no sentido de que o juiz deve pronunciar, de ofício, a prescrição.
Corroborando com o entendimento acima esposado, cito os seguintes acórdãos:

"TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - ART. 174 DO CTN - ARTS. 8º, § 2º, E 40 DA LEI Nº 6.830/80 - RECONHECIMENTO DE OFÍCIO - POSSIBILIDADE.
1. As regras previstas nos arts. 8º, § 2º, e 40 da Lei nº 6.830/80 devem ser interpretadas em harmonia com o disposto no art. 174 do CTN que trata da prescrição tributária, matéria a ser regulada por lei complementar, nos termos do art. 146, III, "b", da CF/88.
2. Permanecendo o processo arquivado, a pedido do exeqüente, por mais de dezoito anos, sem que este promovesse os atos necessários ao prosseguimento da execução fiscal, é de se reconhecer a consumação da prescrição intercorrente.
3. De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a desídia do credor constitui causa para a prescrição intercorrente: Agravo Regimental nº 169.842/PR, Rel. Ministro Ari Pargendler, Sessão de 15.05.2000, unânime, DJ de 01.08.2000.
4. Nos termos dos arts. 156, V, e 113, § 1º, do CTN, a prescrição extingue o crédito tributário e a própria obrigação tributária, e não apenas o direito de ação, o que possibilita o seu reconhecimento "ex officio", como ocorre com a decadência.
5. Apelação e remessa oficial, que considero existente, improvidas." (AC 2002.02.01.008692-8/RJ - TRF - 2ª Região - Rel. Des. Fed. Paulo Barata - Terceira Turma, DJ 14/06/2005)

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO- EXECUÇÃO FISCAL - PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - INÉRCIA DO EXEQÜENTE - EXTINÇÃO DO PROCESSO - ART. 40 DA LEI 6.830/80 C/C ART. 174, PARÁGRAFO ÚNICO DO CTN.
I - O Art. 40 da LEF deve ser interpretado em sintonia com o art. 174 do CTN, não podendo impedir a consumação da prescrição intercorrente, sob pena de tornar os débitos fiscais imprescritíveis.
II - Encontrando-se o processo executivo fiscal paralisado por mais de cinco anos, por inércia do Exeqüente, deve ser reconhecida a prescrição intercorrente.
(AC 196750010128593/ES - TRF - 2ª Região - Rel. Des. Fed. Maria Helena Cisne - Sexta Turma, DJ 03/12/2004)

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. INÉRCIA DO EXEQÜENTE. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. LEI 6.830/80 (ARTS. 8º, § 2º, E 40). CTN, ARTIGO 174. CPC, ARTIGO 219.
1. As disposições do artigo 40, Lei 6.830/80, devem harmonizar-se com as do artigo 174, CTN, travando a pretensão de tornar imprescritível a dívida fiscal, eternizando situações jurídicas e armazenando autos nos escaninhos das Secretarias das Varas.
2. A inércia da parte credora na promoção dos atos e procedimentos de impulsão processual, por mais de cinco anos, pode edificar causa suficiente para a prescrição intercorrente.
3. Precedentes jurisprudenciais.
4. Embargos rejeitados."
(EREsp 237079/SP - STJ - Rel. Min. Milton Luiz - 1ª Seção, DJ 30/09/2002)

Ante o exposto, nego seguimento à apelação e à remessa necessária, com fulcro no art. 557 do Código de Processo Civil, c/c art. 39, §1.º, II do Regimento Interno desta Corte.
Decorrido, *in albis*, o prazo recursal, remetam-se os autos à Vara de origem, com baixa na distribuição.
P.I.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2007.

TANIA HEINE
Desembargadora Federal
Relator

IV - APELACAO CIVEL 2002.02.01.029232-2

RELATOR	:DESEMBARGADORA FEDERAL TANIA HEINE
APELANTE	:MAIOR EM TINTAS LTDA E OUTRO
ADVOGADO	:CARLOS AUGUSTO SAMARY DA SILVA E OUTROS
APELADO	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:RENATA RENAULT
REMETENTE	:JUIZO DE DIREITO DA 2 VARA DE PETROPOLIS - RJ
ORIGEM	:2 VARA JUSTIÇA FEDERAL PETROPOLIS/RJ (200051060031783)

DECISÃO

Trata-se de remessa necessária e apelação cível interposta por MAIOR EM TINTAS LTDA e outro contra sentença de fls. 142/148 na qual o MM. Juiz *a quo* julgou procedente o pedido, declarando a inexistência de relação jurídica entre as partes relativamente à contribuição prevista nas Leis nºs 7.787/89 e 8.112/91 incidente sobre as remunerações pagas a autônomos, avulsos e administradores. Declarou, também, o direito da parte autora em compensar tais valores com contribuições previdenciárias a serem recolhidas sobre a folha de salários, observando-se a limitação imposta pelas Leis nºs 9.032/95 e 9.129/95 para os valores recolhidos após a publicação dos citados diplomas legais. Assentou, outrossim, que a correção monetária deve se dar até janeiro/1992 pelos mesmos índices aplicados pela Fazenda Nacional sobre seus créditos, sendo a UFIR aplicada a partir de fevereiro/1992 e, a partir de janeiro de 1996, a taxa SELIC. Determinou, ainda, a incidência de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês a partir do trânsito em julgado da decisão final.
Apela a parte autora (fls. 155/161) sustentando que devem ser afastadas as limitações estabelecidas pelas Leis nºs 9.032/95 e 9.129/95.
No que tange à constitucionalidade da contribuição previdenciária sob análise, a questão já foi pacificada pelo Supremo Tribunal Federal que, nos autos dos Recursos Extraordinários nºs 166772-9/RS e 177296-4/RS, declarou ser inconstitucional a expressão "avulsos, autônomos e administradores", disposta no inciso I do art. 3º da Lei nº 7.787/89, por aqueles não manterem contrato de trabalho com as empresas. O Senado Federal, por sua vez, suspendeu a execução da referida expressão através da Resolução nº 14/95, à luz do inciso X do art. 52, da CRFB/88, conferindo eficácia *erga omnes* à decisão da Corte Maior.
Igualmente a Excelsa Corte, ao se manifestar acerca do inciso I do art. 22 da Lei nº 8.212/91 nos autos da ADIn nº 1102-2/DF, declarou a inconstitucionalidade da expressão "empresários e autônomos" nele contida.
Para a referida contribuição ser cobrada devidamente foi necessária a edição da Lei Complementar n° 84/96, em observância ao art. 195, § 4° c/c art. 154, inc. I, ambos da CRFB/88, inclusive já tendo sido declarada constitucional pelo STF (cf. RE 228321/RS, Tribunal Pleno, Relator Min. CARLOS VELLOSO, DJ 30/05/2003).
Impende ressaltar que o supracitado diploma legal, em respeito ao prazo nonagesimal previsto no art. 195, § 6º, da CRFB/88, passou a gerar efeitos somente a partir de 1°/maio/1996.
Tendo em vista a nova redação do § 5° do art. 219, do CPC, dada pela Lei n° 11.280/2006, passo à análise da prescrição no presente caso.
Sobre a citada preliminar de mérito a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o EREsp nº 435.835/SC, Rel. p/ acórdão Min. José Delgado, consignou a orientação de que, cuidando-se de tributo sujeito a lançamento por homologação, adota-se o que coloquialmente se conhece pela teoria do "cinco mais cinco", ou seja, o prazo prescricional para se pleitear a devolução da importância indevidamente recolhida começa a fluir cinco anos após a ocorrência do fato gerador, adicionando-se mais cinco anos, a partir da homologação tácita, não importando a data em que o STF declarou a sua inconstitucionalidade ou que o Senado, através de Resolução, tenha suspendido a execução da indigitada lei. O acórdão ainda não foi publicado, mas o resultado do julgamento pode ser conferido no Informativo de Jurisprudência do STJ nº 203.
Dessa forma, o STJ firmou entendimento no sentido de que o prazo para pedir restituição de tributos lançados por homologação totaliza dez anos - cinco para a extinção definitiva do crédito tributário, nos termos do art. 150, § 4º, do CTN, adicionados de mais cinco, contados dessa extinção definitiva, para pleitear a repetição, nos termos do art. 168, inciso I.
Com o advento da Lei Complementar nº 118, de 09/02/2005, em decorrência do disposto no seu art. 3º, o prazo para o contribuinte requerer ressarcimento de pagamento indevido de tributo foi reduzido, passando a ser contado da data em que tenha ocorrido o recolhimento indevido. Eis o teor do referido artigo, *in verbis*:
Art. 3º Para efeito de interpretação do inciso I do art. 168 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, a extinção do crédito tributário ocorre, no caso de tributo sujeito a lançamento por homologação, no momento do pagamento antecipado de que trata o § 1º do art. 150 da referida Lei.
O Superior Tribunal de Justiça, todavia, assentou entendimento de que nos casos em que as ações tiverem sido propostas antes da entrada em vigor da Lei Complementar nº 118/05, ocorrida em 09 de junho de 2005, esta não deve ser aplicada, mantendo-se quanto ao prazo prescricional a supracitada tese dos "cinco mais cinco".
Neste entender, somente a partir deste marco temporal, quando iniciada a eficácia jurídica da Lei Complementar nº 118/05, é que se tornam exigíveis os seus dispositivos, aplicando-se, a partir de então, a disposição inovadora delineada pelo artigo 3º aos pedidos de devolução de valores pagos indevidamente a título de tributos sujeitos a lançamento por homologação, fazendo sobre eles incidir o prazo qüinqüenal. Confira-se, por oportuno, o seguinte aresto, *in verbis*:
TRIBUTÁRIO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. PRESCRIÇÃO. ORIENTAÇÃO FIRMADA PELA 1ª SEÇÃO DO STJ, NA APRECIAÇÃO DO ERESP 435.835/SC. LC 118/2003: NATUREZA MODIFICATIVA (E NÃO SIMPLESMENTE INTERPRETATIVA) DO SEU ARTIGO 3º. INCONSTITUCIONALIDADE DO SEU ART. 4º, NA PARTE QUE DETERMINA A APLICAÇÃO RETROATIVA. ENTENDIMENTO CONSIGNADO NO VOTO DO ERESP 327.043/DF.
1. A 1ª Seção do STJ, no julgamento do ERESP 435.835/SC, Rel. p/ o acórdão Min. José Delgado, sessão de 24.03.2004, consagrou o entendimento segundo o qual o prazo prescricional para pleitear a restituição de tributos sujeitos a lançamento por homologação é de cinco anos, contados da data da homologação do lançamento, que, se for tácita, ocorre após cinco anos da realização do fato gerador - sendo irrelevante, para fins de cômputo do prazo prescricional, a causa do indébito. Adota-se o entendimento firmado pela Seção, com ressalva do ponto de vista pessoal, no sentido da subordinação do termo *a quo* do prazo ao universal princípio da *actio nata* (voto-vista proferido nos autos do ERESP 423.994/SC, 1ª Seção, Min. Peçanha Martins, sessão de 08.10.2003).
2. O art. 3º da LC 118/2005, a pretexto de interpretar os arts. 150, § 1º, 160, I, do CTN, conferiu-lhes, na verdade, um sentido e um alcance diferente daquele dado pelo Judiciário. Ainda que defensável a "interpretação" dada, não há como negar que a Lei inovou no plano normativo, pois retirou das disposições interpretadas um dos seus sentidos possíveis, justamente aquele tido como correto pelo STJ, intérprete e guardião da legislação federal. Portanto, o art. 3º da LC 118/2005 só pode ter eficácia prospectiva, incidindo apenas sobre situações que venham a ocorrer a partir da sua vigência.
3. O artigo 4º, segunda parte, da LC 118/2005, que determina a aplicação retroativa do seu art. 3º, para alcançar inclusive fatos passados, ofende o princípio constitucional da autonomia e independência dos poderes (CF, art. 2º) e o da garantia do direito adquirido, do ato jurídico perfeito e da coisa julgada (CF, art. 5º, XXXVI). Ressalva, no particular, do ponto de vista pessoal do relator, no sentido de que cumpre ao órgão fracionário do STJ suscitar o incidente de inconstitucionalidade perante a Corte Especial, nos termos do art. 97 da CF.
4. Agravo regimental a que se nega provimento.
AgRg no Ag 633462/SP, 1ª Turma, Relator Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, DJ 04.04.2005).
Verifica-se, no caso em apreço, que há créditos das autoras alcançados pela prescrição, visto que a presente ação foi ajuizada em dezembro/2000 e os créditos mais antigos que pretendem compensar datam de outubro/1989. Encontram-se prescritos, portanto, todos os créditos recolhidos antes de dezembro/1990.
No tocante às regras a serem observadas para a devida compensação, necessário observar, inicialmente, os critérios estabelecidos pelo art. 66 da Lei nº 8.383/91, com a redação dada pela Lei nº 9.069/95, abaixo transcrito, *in verbis*:
Art. 66. Nos casos de pagamento indevido ou a maior de tributos, contribuições federais, inclusive previdenciárias, e receitas patrimoniais, mesmo quando resultante de reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória, o contribuinte poderá efetuar a compensação desse valor no recolhimento de importância correspondente a período subseqüente.
§ 1º. A compensação só poderá ser efetuada entre tributos, contribuições e receitas da mesma espécie.
§ 2º. É facultado ao contribuinte optar pelo pedido de restituição.
§ 3º. A compensação ou restituição será efetuada pelo valor do tributo ou contribuição ou receita corrigido monetariamente com base na variação da UFIR.
§ 4º. As Secretarias da Receita Federal e do Patrimônio da União e o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS expedirão as instruções necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo.

O art. 39 da Lei nº 9.250/95, por sua vez, acrescentou novo requisito para a compensação, passando a exigir mesma destinação constitucional, conforme se infere do seu teor, *in verbis:*
Art. 39. A compensação de que trata o art. 66 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo art. 58 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, somente poderá ser efetuada com o recolhimento de importância correspondente a imposto, taxa, contribuição federal ou receitas patrimoniais de mesma espécie e destinação constitucional, apurado em períodos subseqüentes.
No presente caso, portanto, a compensação deverá ocorrer tão-somente com contribuições destinadas ao custeio da previdência social, ou seja, com contribuições previdenciárias (mesma espécie e destinação constitucional), incidentes sobre a folha de salários.
Quanto à limitação estabelecida pelo § 3º do art. 89 da Lei nº 8.212/91, alterado pelas Leis nºs 9.032/95 e 9.129/95, o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do EREsp 189052/SP, assentou pela não-incidência do limite sobre os valores que foram indevidamente recolhidos a título de contribuição posteriormente declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Em relação à exigência prevista no art. 166 do CTN e no § 1º do art. 89 da Lei nº 8.212/91, no mesmo julgado firmou-se entendimento pela desnecessidade de comprovação do não-repasse nos casos dos tributos diretos, como é o caso das contribuições previdenciárias, visto que não distinguem o contribuinte de direito do contribuinte de fato.
O STJ vem reiteradamente seguindo o citado precedente, conforme se verifica dos seguintes julgados: REsp 618033/PB, 2ª Turma, Relator Ministro João Otávio de Noronha, DJ 01.08.2005; REsp 397538/RJ, 2ª Turma, Relator Ministro Francisco Peçanha Martins, DJ 10.10.2005; AgRg no REsp 653752/GO, 1ª Turma, Relator Ministro Luiz Fux, DJ 13.12.2004, entre outros.
Vale destacar que esta Corte, seguindo a jurisprudência acima colacionada, editou a Súmula nº 34, com o seguinte enunciado, *in verbis*:
A contribuição previdenciária sobre a remuneração paga aos administradores, autônomos e avulsos, tendo sido declarada inconstitucional, pode ser compensada com contribuições da mesma espécie, desnecessária a comprovação de inexistência de repercussão ou repasse, dada à sua natureza de tributo direto.
Fica resguardado, certamente, o direito da administração pública em fiscalizar o encontro de contas efetuado pelo contribuinte, de forma a averiguar a correção dos procedimentos adotados na compensação, providenciando o INSS a cobrança de eventual saldo devedor, para somente então ocorrer a quitação do débito tributário.
Relativamente à correção monetária dos valores a serem compensados, consoante entendimento firmado por esta 3ª Turma Especializada, adota-se o seguinte critério:
de 02/01/89 a 01/02/91 - BTN
de 02/02/91 a 01/01/92 - INPC
de 02/01/92 em diante a UFIR até 1º de janeiro de 1996 e, a partir daí, pela Taxa SELIC.
Cumpre esclarecer, todavia, que a SELIC é aplicada como índice de correção que, por sua vez, afasta a incidência de juros moratórios pois já incluídos na referida taxa. Transcrevo abaixo acórdão do STJ acerca da sua aplicação no indébito tributário:
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O PRÓ-LABORE. AUTÔNOMOS E ADMINISTRADORES. COMPENSAÇÃO COM CONTRIBUIÇÕES RETIDAS DOS EMPREGADOS. IMPOSSIBILIDADE. JUROS DE MORA. TAXA SELIC.
1. Esta Corte preconiza ser admissível a compensação das quantias indevidamente recolhidas a título de contribuição previdenciária sobre a remuneração de administradores, avulsos e autônomos com as parcelas relativas à contribuição sobre a patronal (folha de salários), por serem tributos da mesma espécie e administrados pelo INSS. Precedentes.
2. Na repetição de indébito ou na compensação, com o advento da Lei 9.250/95, a partir de 1º de janeiro de 1996, os juros de mora são devidos pela taxa SELIC, não tendo aplicação o art. 161 c/c art. 167, parágrafo único do CTN. Tese consagrada na Primeira Seção, com o julgamento dos EREsp's 291.257/SC, 399.497/SC e 425.709/SC em 14.05.2003.
3. A taxa SELIC por ser composta de taxa de juros e correção monetária, não pode ser cumulada, a partir de sua incidência, com qualquer outro índice de atualização.
4. Recurso especial improvido.
(REsp 640601/BA, 2ª Turma, Relator Ministro Castro Meira, DJ 23.05.2005).
Ante o exposto, com base no art. 557, § 1°-A, do CPC, dou parcial provimento à remessa necessária, para declarar prescritos os valores recolhidos anteriormente a dezembro de 1990, determinando também que a correção monetária seja aplicada nos termos da fundamentação supra, afastando-se a incidência de juros, já embutidos na taxa SELIC. Outrossim, dou parcial provimento à apelação, para que não seja aplicada a limitação imposta pelo art. 89, § 3°, da Lei n° 8.212/91, com a redação dada pelas Leis nºs 9.032/95 e 9.129/95.
Decorrido, *in albis*, o prazo recursal, remetam-se os autos à Vara de origem, com baixa na distribuição.
P.I.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2007.

TANIA HEINE
Desembargadora Federal

IV - APELACAO CIVEL 2001.50.01.001918-2

RELATOR	:DESEMBARGADORA FEDERAL TANIA HEINE
APELANTE	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:AFONSO CEZAR CORADINE
APELANTE	:MARGRANCIL MARMORES E GRANITOS LTDA
ADVOGADO	:ROGERIO ALVES MOTTA
APELADO	:OS MESMOS
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 1A VARA-ES
ORIGEM	:PRIMEIRA VARA FEDERAL VITÓRIA (200150010019182)

DECISÃO

Trata-se de remessa necessária e apelações cíveis interpostas pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e por MARGRANCIL MÁRMORES E GRANITOS LTDA contra sentença de fls. 173/196 na qual o MM. Juízo *a quo* julgou procedente o pedido da parte autora, reconhecendo seu direito à compensação dos valores recolhidos a título da contribuição prevista nas Leis nºs 7.787/89 e 8.212/91 incidente sobre as remunerações pagas a autônomos, avulsos e administradores, nos termos do art. 66 da Lei n° 8.383/91, com tributos administrados pela autarquia previdenciária, observando-se a limitação imposta pelas Leis n°s 9.035/95 e 9.129/95. Assentou que a correção monetária dos valores a serem compensados deverá se dar pelos índices oficiais da inflação, aplicando-se, inclusive, o IPC de março a abril de 1990 e fevereiro de 1991, incidindo a taxa SELIC a partir de janeiro de 1996, não devendo ser cumulada com qualquer outro índice de juros ou correção monetária.

Nas suas razões de apelação (fls. 123/130) o INSS sustenta que o art. 170-A, do CTN, veda a compensação enquanto o tributo estiver sendo contestado judicialmente. Quanto ao prazo prescricional, alega que estão prescritos todos os valores recolhidos nos cinco anos anteriores à propositura da ação, observada a data limite da publicação da Resolução nº 14, do STF, que ocorreu em 28.04.95.

Apela também a parte autora (fls. 207/213) alegando serem indevidas as limitações estabelecidas pelas Leis nºs 9.032/95 e 9.129/95 ao presente caso. Afirma, também, que os honorários advocatícios devem ser majorados para, no mínimo, 10% sobre o valor dado à causa.

No que tange à constitucionalidade da contribuição previdenciária sob análise, a questão já foi pacificada pelo Supremo Tribunal Federal que, nos autos dos Recursos Extraordinários nºs 166772-9/RS e 177296-4/RS, declarou ser inconstitucional a expressão "avulsos, autônomos e administradores", disposta no inciso I do art. 3º da Lei nº 7.787/89, por aqueles não manterem contrato de trabalho com as empresas. O Senado Federal, por sua vez, suspendeu a execução da referida expressão através da Resolução nº 14/95, à luz do inciso X do art. 52, da CRFB/88, conferindo eficácia *erga omnes* à decisão da Corte Maior.
Igualmente a Excelsa Corte, ao se manifestar acerca do inciso I do art. 22 da Lei nº 8.212/91 nos autos da ADIn nº 1102-2/DF, declarou a inconstitucionalidade da expressão "empresários e autônomos" nele contida.
Não se diga que, nessa situação, estariam a vigorar os Decretos-Lei nºs 1.910/81 e 2.318/86. Ocorre que tais diplomas legais não foram recepcionados pela Constituição Federal de 1988, posto que dispunham sobre a contribuição em questão com os mesmos vícios que levaram o STF a julgar inconstitucionais os supracitados dispositivos das Leis nºs 7.787/89 e 8.212/91. O entendimento da Excelsa Corte foi no sentido de que a remuneração paga aos administradores, autônomos e avulsos não integra a fonte de custeio prevista no inc. I do art. 195 da CRFB/88.
Dessa forma, para a referida contribuição ser cobrada devidamente foi necessária a edição da Lei Complementar n° 84/96, em observância ao art. 195, § 4° c/c art. 154, inc. I, ambos da CRFB/88, inclusive já tendo sido declarada constitucional pelo STF (cf. RE 228321/RS, Tribunal Pleno, Relator Min. CARLOS VELLOSO, DJ 30/05/2003).
Impende ressaltar que o supracitado diploma legal, em respeito ao prazo nonagesimal previsto no art. 195, § 6º, da CRFB/88, passou a gerar efeitos somente a partir de 1°/maio/1996.

No tocante à prescrição, a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o EREsp nº 435.835/SC, Rel. p/ acórdão Min. José Delgado, consignou a orientação de que, cuidando-se de tributo sujeito a lançamento por homologação, adota-se o que coloquialmente se conhece pela teoria do "cinco mais cinco", ou seja, o prazo prescricional para se pleitear a devolução da importância indevidamente recolhida começa a fluir cinco anos após a ocorrência do fato gerador, adicionando-se mais cinco anos, a partir da homologação tácita, não importando a data em que o STF declarou a sua inconstitucionalidade ou que o Senado, através de Resolução, tenha suspendido a execução da indigitada lei. O acórdão ainda não foi publicado, mas o resultado do julgamento pode ser conferido no Informativo de Jurisprudência do STJ nº 203.
Dessa forma, o STJ firmou entendimento no sentido de que o prazo para pedir a restituição ou compensação de tributos lançados por homologação totaliza dez anos - cinco para a extinção definitiva do crédito tributário, nos termos do art. 150, § 4º, do CTN, adicionados de mais cinco, contados dessa extinção definitiva, para pleitear a repetição, nos termos do art. 168, inciso I.
Com o advento da Lei Complementar nº 118, de 09/02/2005, em decorrência do disposto no seu art. 3º, o prazo para o contribuinte requerer ressarcimento de pagamento indevido de tributo foi reduzido, passando a ser contado da data em que tenha ocorrido o recolhimento indevido. Eis o teor do referido artigo, *in verbis*:
Art. 3º Para efeito de interpretação do inciso I do art. 168 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, a extinção do crédito tributário ocorre, no caso de tributo sujeito a lançamento por homologação, no momento do pagamento antecipado de que trata o § 1º do art. 150 da referida Lei.

O Superior Tribunal de Justiça, todavia, assentou entendimento de que nos casos em que as ações tiverem sido propostas antes da entrada em vigor da Lei Complementar nº 118/05, ocorrida em 09 de junho de 2005, esta não deve ser aplicada, mantendo-se quanto ao prazo prescricional a supracitada tese dos "cinco mais cinco".
Neste entender, somente a partir deste marco temporal, quando iniciada a eficácia jurídica da Lei Complementar nº 118/05, é que se tornam exigíveis os seus dispositivos, aplicando-se, a partir de então, a disposição inovadora delineada pelo artigo 3º aos pedidos de devolução de valores pagos indevidamente a título de tributos sujeitos a lançamento por homologação, fazendo sobre eles incidir o prazo qüinqüenal. Confira-se, por oportuno, o seguinte aresto, *in verbis*:
TRIBUTÁRIO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. PRESCRIÇÃO. ORIENTAÇÃO FIRMADA PELA 1ª SEÇÃO DO STJ, NA APRECIAÇÃO DO ERESP 435.835/SC. LC 118/2003: NATUREZA MODIFICATIVA (E NÃO SIMPLESMENTE INTERPRETATIVA) DO SEU ARTIGO 3º. INCONSTITUCIONALIDADE DO SEU ART. 4º, NA PARTE QUE DETERMINA A APLICAÇÃO RETROATIVA. ENTENDIMENTO CONSIGNADO NO VOTO DO ERESP 327.043/DF.
1. A 1ª Seção do STJ, no julgamento do ERESP 435.835/SC, Rel. p/ o acórdão Min. José Delgado, sessão de 24.03.2004, consagrou o entendimento segundo o qual o prazo prescricional para pleitear a restituição de tributos sujeitos a lançamento por homologação é de cinco anos, contados da data da homologação do lançamento, que, se for tácita, ocorre após cinco anos da realização do fato gerador - sendo irrelevante, para fins de cômputo do prazo prescricional, a causa do indébito. Adota-se o entendimento firmado pela Seção, com ressalva do ponto de vista pessoal, no sentido da subordinação do termo *a quo* do prazo ao universal princípio da *actio nata* (voto-vista proferido nos autos do ERESP 423.994/SC, 1ª Seção, Min. Peçanha Martins, sessão de 08.10.2003).
2. O art. 3º da LC 118/2005, a pretexto de interpretar os arts. 150, § 1º, 160, I, do CTN, conferiu-lhes, na verdade, um sentido e um alcance diferente daquele dado pelo Judiciário. Ainda que defensável a "interpretação" dada, não há como negar que a Lei inovou no plano normativo, pois retirou das disposições interpretadas um dos seus sentidos possíveis, justamente aquele tido como correto pelo STJ, intérprete e guardião da legislação federal. Portanto, o art. 3º da LC 118/2005 só pode ter eficácia prospectiva, incidindo apenas sobre situações que venham a ocorrer a partir da sua vigência.
3. O artigo 4º, segunda parte, da LC 118/2005, que determina a aplicação retroativa do seu art. 3º, para alcançar inclusive fatos passados, ofende o princípio constitucional da autonomia e independência dos poderes (CF, art. 2º) e o da garantia do direito adquirido, do ato jurídico perfeito e da coisa julgada (CF, art. 5º, XXXVI). Ressalva, no particular, do ponto de vista pessoal do relator, no sentido de que cumpre ao órgão fracionário do STJ suscitar o incidente de inconstitucionalidade perante a Corte Especial, nos termos do art. 97 da CF.
4. Agravo regimental a que se nega provimento.
AgRg no Ag 633462/SP, 1ª Turma, Relator Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, DJ 04.04.2005).

Verifica-se, no caso em apreço, que não há créditos da autora alcançados pela prescrição, visto que a presente ação foi ajuizada em dezembro/2000 e os recolhimentos mais antigos que pretende compensar datam de janeiro/1991 (fls. 36).

Não procede a irresignação do INSS quanto ao art. 170-A inserido ao CTN pela LC nº 104/2001. O pedido de antecipação de tutela foi indeferido na decisão de fls. 133/135, além de as apelações terem sido recebidas no duplo efeito (fls. 216).

No tocante às regras a serem observadas para a devida compensação, necessário observar, inicialmente, os critérios estabelecidos pelo art. 66 da Lei nº 8.383/91, com a redação dada pela Lei nº 9.069/95, abaixo transcrito, *in verbis*:
Art. 66. Nos casos de pagamento indevido ou a maior de tributos, contribuições federais, inclusive previdenciárias, e receitas patrimoniais, mesmo quando resultante de reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória, o contribuinte poderá efetuar a compensação desse valor no recolhimento de importância correspondente a período subseqüente.
§ 1º. A compensação só poderá ser efetuada entre tributos, contribuições e receitas da mesma espécie.
§ 2º. É facultado ao contribuinte optar pelo pedido de restituição.
§ 3º. A compensação ou restituição será efetuada pelo valor do tributo ou contribuição ou receita corrigido monetariamente com base na variação da UFIR.
§ 4º. As Secretarias da Receita Federal e do Patrimônio da União e o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS expedirão as instruções necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo.

O art. 39 da Lei nº 9.250/95, por sua vez, acrescentou novo requisito para a compensação, passando a exigir mesma destinação constitucional, conforme se infere do seu teor, *in verbis:*
Art. 39. A compensação de que trata o art. 66 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo art. 58 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, somente poderá ser efetuada com o recolhimento de importância correspondente a imposto, taxa, contribuição federal ou receitas patrimoniais de mesma espécie e destinação constitucional, apurado em períodos subseqüentes.

No presente caso a compensação deverá ocorrer tão-somente com contribuições destinadas ao custeio da previdência social, ou seja, com contribuições previdenciárias (mesma espécie e destinação constitucional), incidentes sobre a folha de salários.

Quanto à limitação estabelecida pelo § 3º do art. 89 da Lei nº 8.212/91, alterado pelas Leis nºs 9.032/95 e 9.129/95, o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do EREsp 189052/SP, assentou pela não-incidência do limite sobre os valores que foram indevidamente recolhidos a título de contribuição posteriormente declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.
Em relação à exigência prevista no art. 166 do CTN e no § 1º do art. 89 da Lei nº 8.212/91, nesse mesmo julgado o Superior Tribunal de Justiça assentou pela desnecessidade de comprovação do não-repasse nos casos dos tributos diretos, como é o caso das contribuições previdenciárias, visto que não distinguem o contribuinte de direito do contribuinte de fato.
O STJ vem reiteradamente seguindo o citado precedente, conforme se verifica dos seguintes julgados: REsp 618033/PB, 2ª Turma, Relator Ministro João Otávio de Noronha, DJ 01.08.2005; REsp 397538/RJ, 2ª Turma, Relator Ministro Francisco Peçanha Martins, DJ 10.10.2005; AgRg no REsp 653752/GO, 1ª Turma, Relator Ministro Luiz Fux, DJ 13.12.2004, entre outros.
Vale destacar que esta Corte, seguindo a jurisprudência acima colacionada, editou a Súmula nº 34, com o seguinte enunciado, *in verbis*:
A contribuição previdenciária sobre a remuneração paga aos administradores, autônomos e avulsos, tendo sido declarada inconstitucional, pode ser compensada com contribuições da mesma espécie, desnecessária a comprovação de inexistência de repercussão ou repasse, dada à sua natureza de tributo direto.

Fica resguardado, certamente, o direito da administração pública em fiscalizar o encontro de contas efetuado pelo contribuinte, de forma a averiguar a correção dos procedimentos adotados na compensação, providenciando o INSS a cobrança de eventual saldo devedor, para somente então ocorrer a quitação do débito tributário.

Relativamente à correção monetária dos valores a serem compensados, consoante entendimento firmado por esta 3ª Turma Especializada, adota-se o seguinte critério:
de 02/01/89 a 01/02/91 - BTN
de 02/02/91 a 01/01/92 - INPC
de 02/01/92 em diante a UFIR até 1º de jan/1996 e, a partir daí, pela Taxa SELIC.
Cumpre esclarecer, todavia, que a SELIC é aplicada como índice de correção que, por sua vez, afasta a incidência de juros moratórios pois já incluídos na referida taxa. Transcrevo abaixo acórdão do STJ acerca da sua aplicação no indébito tributário:
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O PRÓ-LABORE. AUTÔNOMOS E ADMINISTRADORES. COMPENSAÇÃO COM CONTRIBUIÇÕES RETIDAS DOS EMPREGADOS. IMPOSSIBILIDADE. JUROS DE MORA. TAXA SELIC.
1. Esta Corte preconiza ser admissível a compensação das quantias indevidamente recolhidas a título de contribuição previdenciária sobre a remuneração de administradores, avulsos e autônomos com as parcelas relativas à contribuição sobre a patronal (folha de salários), por serem tributos da mesma espécie e administrados pelo INSS. Precedentes.
2. Na repetição de indébito ou na compensação, com o advento da Lei 9.250/95, a partir de 1º de janeiro de 1996, os juros de mora são devidos pela taxa SELIC, não tendo aplicação o art. 161 c/c art. 167, parágrafo único do CTN. Tese consagrada na Primeira Seção, com o julgamento dos EREsp's 291.257/SC, 399.497/SC e 425.709/SC em 14.05.2003.
3. A taxa SELIC por ser composta de taxa de juros e correção monetária, não pode ser cumulada, a partir de sua incidência, com qualquer outro índice de atualização.
4. Recurso especial improvido.
(REsp 640601/BA, 2ª Turma, Relator Ministro Castro Meira, DJ 23.05.2005).

No que concerne aos ônus sucumbenciais, recai sua condenação sobre o INSS, por ter a parte autora restado vencida em parte mínima do seu pedido. Entretanto, sendo questão já pacificada nos Tribunais e sucumbente a autarquia previdenciária, os honorários advocatícios devem ser majorados para 5% (cinco por cento) sobre o valor dado à causa, em conformidade com o § 4º do artigo 20 do CPC.

Ante o exposto, nego provimento à apelação do INSS (art. 557, *caput*, do CPC). Outrossim, com base no art. 557, § 1°-A, do CPC, dou parcial provimento à remessa necessária, para determinar que a compensação seja realizada com contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de salários que tenham a mesma destinação constitucional da discutida nos autos, e para que a correção monetária seja aplicada nos termos da fundamentação supra. Igualmente, dou parcial provimento à apelação da autora, para que a compensação não seja submetida às limitações previstas nas Leis nºs 9.032/95 e 9.129/95, e para que a verba honorária seja majorada para 5% (cinco por cento) do valor dado à causa.
Decorrido, *in albis*, o prazo recursal, remetam-se os autos à Vara de origem, com baixa na distribuição.
P.I.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2007.

TANIA HEINE
Desembargadora Federal

IV - APELACAO CIVEL 1995.50.01.005549-4

RELATOR	:DESEMBARGADORA FEDERAL TANIA HEINE
APELANTE	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:ELZIO PINTO SENA
ADVOGADO	:SEM ADVOGADO
ORIGEM	:11 VARA JUSTIÇA FEDERAL VITORIA/ES (9500055490)

DECISÃO

Trata-se de execução fiscal proposta pelo UNIÃO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL em face da ELZIO PINTO PENA.
O MM. Juiz *a quo* julgou extinto o processo, com base no artigo 40,§ 4º da Lei nº 6.830/80 e no artigo 269, IV, do CPC, sob o argumento de ter-se operado a prescrição intercorrente, em razão da inércia da exeqüente em promover o eficiente andamento da execução.
A UNIÃO apela, às fls. 35/37, alegando que deve ser reformada a sentença, pois a Lei nº 11.051/2004, que acrescentou o § 4º, do art. 40 da Lei nº 6.830/80, não pode ter sua aplicação dirigida a fatos ocorridos antes de sua edição, sob pena de ferir os princípios da irretroatividade das leis e da segurança jurídica.
Merece ser mantida a sentença.
A jurisprudência tem firmado posição no sentido de que as disposições do art. 40 da Lei nº 6.830/80 devem ser interpretadas em harmonia com o princípio geral da prescrição tributária, previsto no art. 174 do CTN, que tem status de lei complementar. O entendimento de afastar a prescrição, por tempo indeterminado, se assenta no princípio de que é necessário haver um momento de segurança jurídica capaz de gerar a paz social.
No presente caso, a suspensão da execução ocorreu em 01 de dezembro de 1997 (fls. 16) e o arquivamento sem baixa, em 29 de junho de 1999 (fls. 20). De fato, a exeqüente nada diligenciou após o arquivamento da execução fiscal, tendo-se operado a prescrição intercorrente, com a paralisação da execução por prazo superior a 5 anos, por sua exclusiva inércia.
Cumpre observar que o dispositivo do § 4º, do art. 40 da Lei nº 6.830/80, acrescentado pela Lei nº 11.051/04, reconhece a possibilidade do juiz declarar, de ofício, a prescrição intercorrente se a partir da data da decisão do arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional.
Tal regra está em consonância com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, harmonizando-se com a recente alteração do § 5º do art. 219 do CPC pela Lei nº 11.280/2006, que estabelece cláusula geral no sentido de que o juiz deve pronunciar, de ofício, a prescrição.
Ademais, o atual § 4º do art. 40 da Lei nº 6.830/80, por ter natureza de norma processual, tem aplicação imediata, alcançando inclusive os processos em curso.
Corroborando com o entendimento acima esposado, cito os seguintes acórdãos:

"TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - ART. 174 DO CTN - ARTS. 8º, § 2º, E 40 DA LEI Nº 6.830/80 - RECONHECIMENTO DE OFÍCIO - POSSIBILIDADE.
1. As regras previstas nos arts. 8º, § 2º, e 40 da Lei nº 6.830/80 devem ser interpretadas em harmonia com o disposto no art. 174 do CTN que trata da prescrição tributária, matéria a ser regulada por lei complementar, nos termos do art. 146, III, "b", da CF/88.
2. Permanecendo o processo arquivado, a pedido do exeqüente, por mais de dezoito anos, sem que este promovesse os atos necessários ao prosseguimento da execução fiscal, é de se reconhecer a consumação da prescrição intercorrente.
3. De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a desídia do credor constitui causa para a prescrição intercorrente: Agravo Regimental nº 169.842/PR, Rel. Ministro Ari Pargendler, Sessão de 15.05.2000, unânime, DJ de 01.08.2000.
4. Nos termos dos arts. 156, V, e 113, § 1º, do CTN, a prescrição extingue o crédito tributário e a própria obrigação tributária, e não apenas o direito de ação, o que possibilita o seu reconhecimento "ex officio", como ocorre com a decadência.
5. Apelação e remessa oficial, que considero existente, improvidas." (AC 2002.02.01.008692-8/RJ - TRF - 2ª Região - Rel. Des. Fed. Paulo Barata - Terceira Turma, DJ 14/06/2005)

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO- EXECUÇÃO FISCAL - PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - INÉRCIA DO EXEQÜENTE - EXTINÇÃO DO PROCESSO - ART. 40 DA LEI 6.830/80 C/C ART. 174, PARÁGRAFO ÚNICO DO CTN.
I - O Art. 40 da LEF deve ser interpretado em sintonia com o art. 174 do CTN, não podendo impedir a consumação da prescrição intercorrente, sob pena de tornar os débitos fiscais imprescritíveis.
II - Encontrando-se o processo executivo fiscal paralisado por mais de cinco anos, por inércia do Exeqüente, deve ser reconhecida a prescrição intercorrente. (AC 196750010128593/ES - TRF - 2ª Região - Rel. Des. Fed. Maria Helena Cisne - Sexta Turma, DJ 03/12/2004)

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. INÉRCIA DO EXEQÜENTE. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. LEI 6.830/80 (ARTS. 8º, § 2º, E 40). CTN, ARTIGO 174. CPC, ARTIGO 219.
1. As disposições do artigo 40, Lei 6.830/80, devem harmonizar-se com as do artigo 174, CTN, travando a pretensão de tornar imprescritível a dívida fiscal, eternizando situações jurídicas e armazenando autos nos escaninhos das Secretarias das Varas.
2. A inércia da parte credora na promoção dos atos e procedimentos de impulsão processual, por mais de cinco anos, pode edificar causa suficiente para a prescrição intercorrente.
3. Precedentes jurisprudenciais.
4. Embargos rejeitados." (EREsp 237079/SP - STJ - Rel. Min. Milton Luiz - 1ª Seção, DJ 30/09/2002)

Ante o exposto, nego seguimento à apelação e à remessa necessária, com fulcro no art. 557 do Código de Processo Civil, c/c art. 39, §1.º, II do Regimento Interno desta Corte.
Decorrido, *in albis*, o prazo recursal, remetam-se os autos à Vara de origem, com baixa na distribuição.
P.I.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2007.

TANIA HEINE
Desembargadora Federal
Relatora

III - AGRAVO 2005.02.01.011365-9

RELATOR	:DESEMBARGADORA FEDERAL TANIA HEINE
AGRAVANTE	:NOVA IGUACU DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA
ADVOGADO	:CRISTIANO LUIZ DE ALMEIDA PERES E OUTROS
AGRAVADO	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:PRIMEIRA VARA FEDERAL DE SÃO JOÃO DO MERITI (200451100044375)

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra decisão que rejeitou a pretensão do Recorrente de que fosse anulada a citação realizada em execução fiscal, bem como todos os atos posteriores à mesma, vez que a citação não fora feita na pessoa do representante legal que figura no contrato social.
Alega o Agravante a nulidade da citação, vez que feita em seu preposto.
Não merece provimento o presente Agravo de Instrumento.
De acordo com o entendimento da Corte Especial do E. STJ, a citação feita nas dependências da pessoa jurídica por quem se apresente como sendo seu representante e não faça ressalvas quanto à inexistência de poderes para tal é válida.

PROCESSUAL CIVIL. CITAÇÃO. PESSOA JURÍDICA. TEORIA DA APARÊNCIA. RECEBIMENTO QUE SE APRESENTA COMO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA.
- Em consonância com o moderno princípio da instrumentalidade processual, que recomenda o desprezo a formalidades desprovida de efeitos prejudiciais, é de se aplicar a teoria da aparência para reconhecer a validade da citação da pessoa jurídica realizada em quem, na sua sede, se apresenta como sua representante legal e recebe a citação sem qualquer ressalva quanto a inexistência de poderes para representá-la em Juízo.
- Embargos de Divergência conhecidos e acolhidos.
(EREsp 156970/SP, Rel. Ministro VICENTE LEAL, CORTE ESPECIAL, julgado em 02.08.2000, DJ 22.10.2001 p. 261)

No mesmo sentido veja-se AgRg no REsp 626378 e REsp 741732.
Assim, em homenagem à teoria da aparência e da instrumentalidade processual, a citação feita pelo Oficial de Justiça (fls. 34 verso) mostra-se hábil a produzir os seus efeitos legais, não havendo que se falar em qualquer tipo de nulidade da mesma.
Ante o exposto, com fundamento no art. 528, inc. I c/c art. 557 do CPC, nego seguimento ao presente Agravo de Instrumento.
Decorrido "in albis" o prazo recursal, retornem ao autos à Vara de origem.
P. I.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2007.

TANIA HEINE
Desembargadora Federal

III - AGRAVO 2005.02.01.014028-6

RELATOR	:DESEMBARGADORA FEDERAL TANIA HEINE
AGRAVANTE	:DATAPHIL MICROFILMAGEM E INFORMATICA LTDA
ADVOGADO	:MARIA DA PENHA DUTRA NEVES
AGRAVADO	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:OITAVA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200551010007473)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento objetivando a reforma da r. decisão do Juízo *a quo*, proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 2005.51.01.000747-3, que indeferiu pedido do ora agravante a respeito da obtenção de certidões junto ao fisco de modo a lhe permitir operar no mercado.

Tendo sido já proferida sentença de mérito, publicada no Diário Oficial de 22/09/2006, pág. 11/16 (JRJBRI), conforme consulta processual em anexo, fica evidente a perda de objeto do presente agravo, razão pela qual julgo-o prejudicado nos termos dos arts. 267, VI e 557 ambos do CPC c/c art. 43, § 1º, I, do Regimento Interno, com a redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 27.08.98.

Oportunamente, remetam-se os autos ao MM. Juiz da 1ª Instância, com as cautelas de praxe.

Publique-se.
Intime-se.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2007.

TANIA HEINE
Desembargadora Federal
Relatora

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO DE JULGAMENTOS

ACÓRDÃOS

EXPEDIENTE Nº 1174/2007 (6990)

IV - APELACAO CIVEL 382513 2003.51.10.007551-3

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
APELANTE	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:PANIFICAÇAO NOVA CRISTINA LTDA.
ADVOGADO	:RICARDO CIDADE BAPTISTA
ORIGEM	:2A VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DE SÃO JOÃO DE (200351100075513)

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - DECRETO-LEI Nº 1.025/69 - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
1. Tratando-se de embargos à execução fiscal promovida pela Fazenda Nacional, não há que se falar em condenação do embargante nos honorários advocatícios, já inseridos na CDA, por conta do encargo de 20% previsto no Decreto-lei nº 1.025/69 (art. 3º do Decreto-lei nº 1.645/78), pois, do contrário, haverá duplicidade de pagamento, que importará em verdadeiro bis in idem. Precedente da 1ª Seção do STJ: Embargos de Divergência nº 446.906, Rel. Min. Franciulli Netto, Sessão de 22.10.2003, DJ de 19.12.2003.
2. Apelação improvida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 27 de março de 2007 (data do julgamento).

PAULO FREITAS BARATA
Relator

XII - APELACAO EM MANDADO DE SEGURANCA 2006.51.01.000111-6

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
APELANTE	:SILVER STAR PARTICIPACOES S/A
ADVOGADO	:FRANCISCO CARLOS ROSAS GIARDINA E OUTROS
APELADO	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:BIANCA SILVA FERNANDES DE FIGUEIREDO
ORIGEM	:VIGÉSIMA NONA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200651010001116)

E M E N T A

ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO. RECURSO ADMINISTRATIVO. DEPÓSITO DE 30% (TRINTA POR CENTO). AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. PRECEDENTES DO STF.
1. Conforme ainda é entendimento da Suprema Corte, a exigência do depósito de 30% (trinta por cento) para recebimento do recurso administrativo não fere os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.
2. Ausência de alegação e de comprovação de impossibilidade de realizar o depósito por inexistência de recursos ou por outro motivo relevante.
3. Apelação improvida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 27 de março de 2007(data do julgamento).
PAULO FREITAS BARATA
Relator

XII - APELACAO EM MANDADO DE SEGURANCA 2005.51.01.025411-7

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
APELANTE	:BRITANIA CULTURAL E COM/ LTDA
ADVOGADO	:SERGIO LUIZ M. DOURADO E OUTROS
APELADO	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:MARIA ISABEL ABREU DA SILVA
ORIGEM	:DÉCIMA QUINTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200551010254117)

E M E N T A

ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO. RECURSO ADMINISTRATIVO. DEPÓSITO DE 30% (TRINTA POR CENTO). AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. PRECEDENTES DO STF. ARROLAMENTO DE BENS. INAPLICABILIDADE *IN CASU* EM FACE DA LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA. PRECEDENTE DO STJ.
1. Conforme entendimento da Suprema Corte, a exigência do depósito de 30% (trinta por cento) para recebimento do recurso administrativo não fere os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.
2. Inocorrência de ofensa ao artigo 151, III, do CTN. A questão do depósito em tela não está reservada à lei complementar. Precedentes desta Corte.
3. Os débitos previdenciários são regidos por legislação própria que mantém a exigência do depósito. RESP nº 550.505/PE, Info nº 195 do STJ.
4. Ausência de alegação e de comprovação de impossibilidade de realizar o depósito por inexistência de recursos ou por outro motivo relevante.
5. Apelação improvida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 27 de março de 2007(data do julgamento).

PAULO FREITAS BARATA
Relator

XII - APELACAO EM MANDADO DE SEGURANCA 2005.50.01.011629-6

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
APELANTE	:TRANSPORTADORA JOLIVAN LTDA
ADVOGADO	:LEONARDO NUNES MARQUES E OUTROS
APELADO	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:1ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES (200550010116296)

E M E N T A

ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO. RECURSO ADMINISTRATIVO. DEPÓSITO DE 30% (TRINTA POR CENTO). AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. PRECEDENTES DO STF. LEI Nº 10.522/2002 - POSSIBILIDADE DE ARROLAMENTO DE BENS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE IMPOSSIBILIDADE DE REALIZAR O DEPÓSITO OU DE ARROLAR BENS.
1. Conforme entendimento da Suprema Corte, a exigência do depósito de 30% (trinta por cento) para recebimento do recurso administrativo não fere os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.
2. A Lei nº 10.522/2002 alterou o § 2º. do art. 33 do Decreto nº 70.235/72 possibilitando o arrolamento de bens e direitos.
3. Ausência de alegação e de comprovação de impossibilidade de realizar o depósito por inexistência de recursos ou por outro motivo relevante.
4. Apelação improvida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Egrégia Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 27 de março de 2007(data do julgamento).

PAULO FREITAS BARATA
Relator

IV - APELACAO CIVEL 2003.51.01.548406-2

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
APELANTE	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:CI CONSULTORES INDEPENDENTES LTDA
ADVOGADO	:BRUNO PATRICIO SILVA E OUTRO
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 7A VARA DE EXECUCAO FISCAL-RJ
ORIGEM	:SÉTIMA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (200351015484062)

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. PEQUENO VALOR. INEXISTÊNCIA DE REMESSA NECESSÁRIA. EXTINÇÃO DO PROCESSO. AJUIZAMENTO INDEVIDO. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS. ART. 20, § 4º, DO CPC.
1. Remessa necessária afastada, nos termos do art. 475, §2º, do CPC, tendo em vista que o valor executado é inferior a 60 (sessenta) salários-mínimos.
2. Comprovando a executada que foi ajuizada indevidamente a execução fiscal, deve a Fazenda, que agiu de forma temerária, pagar honorários de advogado.
3. Quanto ao valor da verba honorária, a jurisprudência desta Corte tem considerado que, sendo a Fazenda Nacional a parte sucumbente, é adequada à espécie a sua fixação em 5% do valor da causa atualizado, nos termos do art. 20, § 4º do CPC, o qual não está adstrito aos percentuais máximo e mínimo previstos no § 3º do mesmo artigo.
4. Apelação improvida e remessa não conhecida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Egrégia Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso e não conhecer da remessa necessária, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 27 de março de 2007(data do julgamento).

PAULO FREITAS BARATA
Relator

EXPEDIENTE Nº 1175/2007 (6991)

IV - APELACAO CIVEL 2002.51.10.004484-6

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
APELANTE	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:SUELI FREITAS DE ARAUJO
ADVOGADO	:PAULO ROBERTO MARCHIORI E OUTRO
ORIGEM	:2A VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DE SÃO JOÃO DE (200251100044846)

E M E N T A

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE. RESPONSABILIDADE.
1. A retenção do imposto de renda na fonte é forma de substituição tributária, onde a lei prevê como responsável a fonte pagadora, nos termos do art. 45, parágrafo único, do CTN. Esta previsão afasta a responsabilidade do contribuinte, que só responde pelo eventual saldo devedor após a realização do devido ajuste anual, cabendo-lhe declarar os valores efetivamente retidos na fonte.
2. A contribuinte comprovou que houve a retenção da parcela devida do imposto de renda. Dessa forma, não deveria o Fisco ter se voltado contra a contribuinte, mas sim contra a responsável pelo recolhimento - a fonte pagadora -, que reteve mas não recolheu o tributo.
3. Remessa necessária e apelação desprovidas.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento à remessa necessária e à apelação, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 27 de março de 2007(data do julgamento).

PAULO FREITAS BARATA
Relator

IV - APELACAO CIVEL 370813 2004.51.01.016187-1

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
APELANTE	:ANTONIO JOSE FURLANETTO ANTONACCI
ADVOGADO	:AFONSO CELSO MATTOS LOURENCO
APELANTE	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:OS MESMOS
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 2A VARA-RJ
ORIGEM	:SEGUNDA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200451010161871)

E M E N T A

TRIBUTÁRIO E CONSTITUCIONAL - IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE - RESTITUIÇÃO POR VIA ADMINISTRATIVA - TRÂNSITO EM JULGADO - DECISÃO JUDICIAL - JUROS DE MORA - TAXA SELIC - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

1. O art.167 parágrafo único do Código Tributário Nacional dispõe que "a restituição vence juros não capitalizáveis, a partir do trânsito em julgado da decisão definitiva que a determinar".
2. A 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça, quando do julgamento do ERESP 267080/SC, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, assentou entendimento no sentido da aplicação da Taxa Selic no âmbito do direito tributário, a partir de 1º/01/1996.
3. São devidos juros de mora apenas quando a restituição do indébito é determinada por decisão judicial. Precedentes do STJ.
4. "Os juros moratórios do indébito tributário são devidos a partir do trânsito em julgado da sentença"(Súmula 188 do STJ).
5. Apelação da União e remessa necessária providas. Apelação do autor improvida. Condenada a parte autora em custas e honorários advocatícios, fixados em 10% do valor da causa corrigido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, dar provimento ao recurso da União Federal/Fazenda Nacional e à remessa necessária e negar provimento ao recurso do autor, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 27 de março de 2007 (data do julgamento).

PAULO FREITAS BARATA
Relator

IV - APELACAO CIVEL 2005.51.02.003182-4

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
APELANTE	:MARCIO DA SILVA MARQUES
ADVOGADO	:LEONARDO CANCADO E OUTROS
APELADO	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:2A. VARA FEDERAL - NITEROI/RJ (200551020031824)

E M E N T A

TRIBUTÁRIO E CONSTITUCIONAL - PRAZO PRESCRICIONAL - IMPOSTO DE RENDA - ISENÇÃO AOS PORTADORES DE CARDIOPATIA GRAVE - ART. 6º, INCISO XIV DA LEI Nº 7.713/88.
1. O prazo para o contribuinte pleitear a restituição ou a compensação do indébito é prescricional.
2. Compete ao Poder Judiciário a interpretação da norma, aplicando-a ao caso concreto. A lei que altera a interpretação de norma já interpretada pelo Superior Tribunal de Justiça é lei inovadora, e não meramente interpretativa, não podendo ser aplicada retroativamente. Este é o caso da LC nº 118/2005 cujo art. 3º alterou interpretação dada pelo Superior Tribunal de Justiça às regras relativas à prescrição dos tributos sujeitos a lançamento por homologação.
3. *In casu*, o prazo prescricional para pleitear o indébito nos tributos sujeitos a lançamento por homologação é de dez anos.
4. Comprovado pela documentação acostada aos autos que o autor é portador de cardiopatia grave, tem direito à isenção de imposto de renda retido na fonte, conforme a regra do art. 6º., inciso XIV, da Lei nº 7.713/88.
5. A correção monetária não constitui um *plus* ao patrimônio do autor, mas somente a atualização dos valores face a desvalorização da moeda, devendo incidir desde o pagamento indevido. Admissível, inclusive, a incidência dos expurgos inflacionários.
6. A 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do ERESP 267080/SC, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, assentou entendimento no sentido da aplicação da Taxa Selic no âmbito do direito tributário, a partir de 1º/01/1996.
7. A incidência da Taxa SELIC importa na inaplicabilidade de qualquer outro critério de atualização monetária ou juros de mora, vez que já engloba juros e atualização.
8. Apelação parcialmente provida. Honorários advocatícios de 5% do valor da condenação.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, dar parcial provimento à apelação, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 27 de março de 2007(data do julgamento).

PAULO FREITAS BARATA
Relator

IV - APELACAO CIVEL 2001.50.01.010911-0

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
APELANTE	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:ZALYMAR SALLES O'REILLY
ADVOGADO	:ELISABETH CAROLINA GOBBO E OUTROS
ORIGEM	:2ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES (200150010109110)

E M E N T A

TRIBUTÁRIO E CONSTITUCIONAL - IMPOSTO DE RENDA - ISENÇÃO AOS PORTADORES DE CARDIOPATIA GRAVE - ART. 6º, INCISO XIV DA LEI Nº 7.713/88.
1. Impostos retidos na fonte. Prova do recolhimento exigida do responsável e não do contribuinte (STJ, AGA nº 145.127/SP).
2. Comprovado pela documentação acostada aos autos que o autor é portador de cardiopatia grave, tem direito à isenção de imposto de renda retido na fonte, conforme a regra do art. 6º., inciso XIV, da Lei nº 7.713/88.
3. Apelação e remessa necessária, como existente, improvidas.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento à apelação e à remessa necessária, que se considerou existente, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 27 de março de 2007(data do julgamento).

PAULO FREITAS BARATA
Relator

IV - APELACAO CIVEL 341319 2002.51.01.011556-6

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
APELANTE	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:CONTROLES GRAFICOS DARU S/A
ADVOGADO	:ANTONIO WANIS FILHO E OUTROS
ORIGEM	:VIGÉSIMA OITAVA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200251010115566)

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS - EXCESSO DE EXECUÇÃO - ART. 20, § 4º, DO CPC.
1. Sendo os embargos à execução verdadeira ação de cognição, sujeita-se o vencido aos ônus da sucumbência.
2. Ocorrendo uma das hipóteses previstas no § 4º do art. 20 do CPC, os honorários de advogado devem ser fixados consoante apreciação eqüitativa do juiz, atendidas as alíneas do seu § 3º, não ficando o magistrado adstrito aos percentuais máximo e mínimo previstos neste parágrafo.
3. Apelação parcialmente provida para condenar o apelado nos honorários de advogado fixados em 5% sobre o valor da causa.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 27 de março de 2007 (data do julgamento).

PAULO FREITAS BARATA
Relator

IV - APELACAO CIVEL 2005.51.10.001806-0

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
APELANTE	:SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DE NOVA IGUACU - SESNI
ADVOGADO	:JOSE EDUARDO ALBUQUERQUE RODRIGUES E OUTROS
APELANTE	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:OS MESMOS
ORIGEM	:SEGUNDA VARA FEDERAL DE SÃO JOÃO DE MERITI (200551100018060)

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. EXTINÇÃO DO PROCESSO. AJUIZAMENTO DESCABIDO. HONORÁRIOS DE ADVOGADO MAJORADOS. ART. 20, § 4º, DO CPC.
1. Comprovando a executada que foi ajuizada indevidamente a execução fiscal, deve a Fazenda, que agiu de forma temerária, arcar com os ônus da sucumbência advindos desta conduta.
2. Ocorrendo uma das hipóteses previstas no § 4º, do art. 20, do CPC, os honorários de advogado devem ser fixados consoante apreciação eqüitativa do juiz, atendidas as alíneas do § 3º, do mesmo dispositivo, não ficando o mesmo adstrito aos percentuais máximo e mínimo previstos no caput do referido parágrafo.
3. Elevar os honorários de advogado para o percentual de 1% (um por cento) do valor da causa atualizado, em observância aos critérios do § 4º, do art. 20, do CPC.
4. Apelação da executada parcialmente provida e recurso da União Federal/Fazenda Nacional improvido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, dar parcial provimento ao recurso da exe-cutada e negar provimento ao recurso da União Federal/Fazenda Nacional, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, de de 2007(data do julgamento).

PAULO FREITAS BARATA
Relator

IV - APELACAO CIVEL 317295 2001.51.01.535849-7

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
APELANTE	:FUNDICAO AUREA LTDA
ADVOGADO	:MARCOS CASTELLO BRANCO E OUTROS
APELADO	:FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:1 VARA JUSTIÇA FEDERAL RIO DE JANEIRO/RJ (200151015358497)

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - JUROS - TAXA SELIC (INCIDÊNCIA) - LEI Nº 9.065/95 - JUROS DE MORA E TAXA SELIC (NÃO CUMULATIVIDADE).
1. O parágrafo 1º do art. 161 do Código Tributário Nacional autoriza que lei ordinária fixe taxa de juros diferente de 1%.
2. Aplicação da taxa SELIC no cômputo dos juros e da correção monetária dos créditos da Fazenda Pública, a partir de abril/95, aos débitos tributários correspondentes a fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro do mesmo ano. Inteligência do art. 13 da Lei nº 9.065/95.
3. A incidência da taxa SELIC importa na inaplicabilidade de qualquer outro critério de atualização monetária ou juros de mora, vez que já engloba juros e atualização.
4. Recurso improvido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 27 de março de 2007 (data do julgamento).

PAULO FREITAS BARATA
Relator

EXPEDIENTE Nº 1176/2007 (6992)

IV - REMESSA EX-OFFICIO EM AÇÃO CÍVEL 328688 1999.51.01.055641-7

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
PARTE AUTORA	:EDSON VIEIRA DA CRUZ
ADVOGADO	:ADILSON TORRES DE OLIVEIRA JUNIOR E OUTRO
PARTE RÉ	:FAZENDA NACIONAL
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 2A VARA DE EXECUCAO FISCAL-RJ
ORIGEM	:SEGUNDA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (9900556410)

E M E N T A

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXCLUSÃO DO PÓLO PASSIVO DE EXECUÇÃO FISCAL.
1. O artigo 135, III do CTN impõe a responsabilidade pelos créditos tributários resultante de atos praticados com infração de lei ou do contrato social aos representantes de pessoas jurídicas de direito privado, sendo certo que a mera ausência de recolhimento do tributo não se subsume ao dispositivo.
2. Honorários fixados moderadamente em 5% sobre o valor corrigido da causa.
3. Remessa oficial improvida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento à remessa oficial, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 27 de março de 2007 (data do julgamento).

PAULO FREITAS BARATA
Relator

IV - APELACAO CIVEL 368580 2004.51.10.000275-7

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
APELANTE	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:MAURO BELEM GONCALVES
ADVOGADO	:MAURO BELEM GONCALVES
ORIGEM	:1A VARA FEDERAL DE EXECUCAO FISCAL DE SAO JOAO DE (200451100002757)

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. FAZENDA NACIONAL. DECRETO-LEI Nº 1.025/69. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
1. Tratando-se de embargos à execução fiscal promovida pela Fazenda Nacional, não há que se falar em condenação do embargante nos honorários advocatícios, já inseridos na CDA, por conta do encargo de 20% previsto no Decreto-lei nº 1.025/69 (art. 3º do Decreto-lei nº 1.645/78), pois, do contrário, haverá duplicidade de pagamento, que importará em verdadeiro bis in idem. Precedente da 1ª Seção do STJ.
2. Apelação improvida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 27 de março de 2007(data do julgamento).

PAULO FREITAS BARATA
Relator

IV - APELACAO CIVEL 324352 2002.51.02.000428-5

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
APELANTE	:FAZENDA NACIONAL
APELADO	:POSTO MONZA LTDA
ADVOGADO	:LUIZ CARLOS DE MESQUITA FREITAS
ORIGEM	:QUINTA VARA FEDERAL DE NITERÓI (200251020004285)

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - DECRETO-LEI Nº 1.025/69 - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
1. Tratando-se de embargos à execução fiscal promovida pela Fazenda Nacional, não há que se falar em condenação do embargante nos honorários advocatícios, já inseridos na CDA, por conta do encargo de 20% previsto no Decreto-lei nº 1.025/69 (art. 3º do Decreto-lei nº 1.645/78), pois, do contrário, haverá duplicidade de pagamento, que importará em verdadeiro bis in idem. Precedente da 1ª Seção do STJ: Embargos de Divergência nº 446.906, Rel. Min. Franciulli Netto, Sessão de 22.10.2003, DJ de 19.12.2003.
2. Apelação improvida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 27 de março de 2007 (data do julgamento).

PAULO FREITAS BARATA
Relator

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA 2000.02.01.024905-5

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
APELANTE	:ANAPP - ASSOCIACAO NACIONAL DE PREVIDENCIA PRIVADA
ADVOGADO	:RODRIGO JOSE DE KUHL E CARVALHO E OUTRO
APELADO	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:OITAVA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9900212029)

E M E N T A

TRIBUTÁRIO E MANDADO DE SEGURANÇA - COFINS - LEI Nº. 9.718/98 - INCONSTITUCIONALIDADE DA BASE DE CÁLCULO (ART. 3º, § 1º) - CONSTITUCIONALIDADE DA ALÍQUOTA (ART. 8º) - ART. 14, INCISO X, DA MP Nº 2.158-35 - ISENÇÃO PARA AS ATIVIDADES PRÓPRIAS DAS ENTIDADES A QUE SE REFERE O ART. 13 - ASSOCIAÇÕES A QUE SE REFERE O ART. 15 DA LEI Nº 9.532/97.
1. A Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998 (DOU de 16/12/1998) não tem força para legitimar o texto do art. 3º, § 1º, da Lei nº. 9.718/98, haja vista que a lei entrou em vigor na data de sua publicação, em 28 de novembro de 1998.
2. Prevalece, para fins de determinação da base de cálculo do tributo em tela, o art. 2º da LC 70/91, que considera faturamento somente a receita bruta das vendas de mercadorias, de mercadorias e serviços e de serviços de qualquer natureza.
3. O Supremo Tribunal Federal, ao concluir o julgamento dos Recursos Extraordinários 357.950/RS, 346.084/PR, 358.273/RS e 390.840/MG (Informativo 408, do STF), firmou sua posição pela inconstitucionalidade da ampliação do conceito de receita bruta para toda e qualquer receita, diante da afronta à noção de faturamento (art. 195, I, *b*, da CF).
4. É legítima a majoração da alíquota da Cofins promovida pela Lei nº 9.718/98, por ser a LC nº 70/91 legislação complementar apenas em sentido formal, não havendo óbice à sua alteração por lei ordinária (STF, ADC nº1/1-DF, Rel. Min. Moreira Alves).
5. De acordo com o que dispõe o art. 14, X, da MP nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, são isentas da Cofins, em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, as receitas relativas às atividades próprias das entidades previstas no art. 13 da referida medida provisória, dentre elas, as associações a que se refere o art. 15 da Lei nº 9.532/97, ou seja, "que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos".
6. A MP nº 2.158-35/01 passou a produzir efeitos a partir de 1º de fevereiro de 1999, mesma data em que a Lei nº 9.718/98 passou a produzir efeitos com relação aos artigos 3º, § 1º e 8º, estando a impetrante, à época da impetração do presente *mandamus*, isenta do pagamento da COFINS com relação às suas atividades próprias.
7. Apelação parcialmente provida para reformar a sentença e conceder parcialmente a segurança. Levantamento dos depósitos pela recorrente.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 27 de março de 2007(data do julgamento).

PAULO FREITAS BARATA
Relator

IV - APELACAO CIVEL 1993.51.01.059929-3

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
APELANTE	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:IMUNI - SERVICE DESINSETIZAÇÃO LTDA E OUTROS
ADVOGADO	:NEWTON JOSE DE OLIVEIRA NEVES E OUTROS
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 19A VARA-RJ
ORIGEM	:DÉCIMA NONA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9300599291)

E M E N T A

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO - ANTERIORIDADE - DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 8º DA LEI Nº 7.689/88 - RESOLUÇÃO Nº 11/95 DO SENADO FEDERAL - FINSOCIAL - EMPRESAS QUE REALIZAM VENDA DE MERCADORIAS, DE MERCADORIAS E SERVIÇOS, INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E SOCIEDADES SEGURADORAS - INSTITUIÇÃO PELO ART 1º, §1º DO DECRETO-LEI Nº 1940/82 - RECEPCIONADO PELO ART. 56 DO ADCT DA CF/88 - VIGÊNCIA ATÉ A LC 70/91 - ART. 9º DA LEI 7.689/88 E MAJORAÇÃO DAS ALÍQUOTAS - INCONSTITUCIONALIDADE - COMPENSAÇÃO COM TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES DE ESPÉCIES DISTINTAS E DISTINTA DESTINAÇÃO CONSTITUCIONAL - ART. 74 DA LEI 9.430/95 - MP Nº 66 E LEI Nº 10.637/2002 - INAPLICABILIDADE DO DIREITO SUPERVENIENTE - CORREÇÃO MONETÁRIA - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

1. O Egrégio Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade do art. 8º da Lei nº 7689/88, em razão da ofensa ao princípio da anterioridade.
2. O Senado Federal, através da Resolução nº 11/95, suspendeu a execução dos dispositivos referentes à cobrança do tributo até 31/12/88.
3. O FINSOCIAL exigido das empresas que realizam venda de mercadorias, de mercadorias e de serviços, instituições financeiras e sociedades seguradoras foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988 (artigo 56 do ADCT), permanecendo em pleno vigor até a eficácia da Lei Complementar nº 70/91.
4. Inconstitucionalidade do artigo 9º da Lei 7.689/88, do artigo 7º da Lei 7.787/89, do artigo 1º da Lei 7.894/89 e artigo 1º da Lei 8.147/90, que majoraram a alíquota do FINSOCIAL, relativamente às empresas que realizam venda de mercadorias, de mercadorias e serviços, instituições financeiras e sociedades seguradoras, declarada pelo Supremo Tribunal Federal no RE nº 150764-1/PE.
5. A MP nº 66 de 29/08/2002, convertida na Lei 10.637 de 30/12/2002 deu nova redação ao artigo 74 da Lei 9.430/96 que não mais exige autorização da Secretaria da Receita Federal para que quaisquer tributos e contribuições sob sua administração sejam compensados.
6. A 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça decidiu que o caso concreto deve ser analisado com base na causa de pedir e no regime normativo vigente à época do ajuizamento, sendo inviável a apreciação do pedido à luz do direito superveniente (Embargos de Divergência no Resp nº 488.992, DJ de 07.06.2004).
7. Na hipótese dos autos, a autora pleiteou o direito de compensar os valores recolhidos indevidamente a título de CSL e FINSOCIAL na vigência da Lei nº 8.383/91 (ação ajuizada em 17 de junho de 1993), podendo compensá-los apenas com os valores vincendos da própria contribuição social sobre o lucro e da cofins, como autoriza a referida lei.
8. A correção monetária não constitui um *plus* ao patrimônio da autora, mas somente a atualização dos valores face a desvalorização da moeda, devendo incidir desde o pagamento indevido. Admissível, inclusive, a incidência dos expurgos inflacionários. Mantida, contudo, a sentença, que fixou a correção monetária pelos mesmos índices adotados para atualização dos créditos da Fazenda Nacional, ante a inexistência de recurso voluntário da parte autora.
9. A 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do ERESP 267080/SC, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, assentou entendimento no sentido da aplicação da Taxa Selic no âmbito do direito tributário, a partir de 1º/01/1996.
10. A incidência da Taxa Selic importa na inaplicabilidade de qualquer outro critério de atualização monetária ou juros de mora, vez que já engloba juros e atualização.
11. Honorários advocatícios moderadamente fixados na sentença em 10% sobre o valor atualizado da causa, em consonância com o art. 20, § 4º, do CPC.
12. Apelação e remessa necessária parcialmente providas.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, dar parcial provimento ao recurso e à remessa oficial, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 27 de março de 2007 (data do julgamento).

PAULO FREITAS BARATA
Relator

IV - APELACAO CIVEL 2002.02.01.002511-3

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
APELANTE	:TIE LINE CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA E OUTROS
ADVOGADO	:WALTER CARLOS CONCEICAO E OUTROS
APELADO	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELANTE	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:CONCREJATO SERVICOS TECNICOS DE ENGENHARIA S.A
ADVOGADO	:WALTER CARLOS CONCEICAO E OUTROS
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 2A VARA-RJ
ORIGEM	:SEGUNDA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9600049297)

E M E N T A

TRIBUTÁRIO. PRESCRIÇÃO. IMPOSTO DE RENDA SOBRE O LUCRO LÍQUIDO. LEI Nº 7713/88, ART. 35. COMPENSAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS MORATÓRIOS. HONORÁRIOS.
1. O prazo para o contribuinte pleitear a restituição ou a compensação do indébito é prescricional e não decadencial. Porque o prazo é para o exercício de uma pretensão, estando relacionado ao direito de ação. Não é o direito que se extingue e sim o direito de pleitear a restituição ou a compensação. Neste caso, o direito nasceu automaticamente, no momento do pagamento indevido.
2.O prazo prescricional para pleitear o indébito nos tributos sujeitos a lançamento por homologação é de dez anos, sendo irrelevante para o estabelecimento do termo inicial da prescrição a eventual declaração de inconstitucionalidade do tributo pelo STF.
3. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE nº 172.058, posteriormente ratificado pela Resolução nº 82, do Senado Federal, considerou inconstitucional o art. 35, da Lei nº 7.713/88, quando se tratar de sociedade anônima, tendo em vista que nesta forma societária a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos depende de deliberação da assembléia geral, de forma que a disponibilidade jurídica dos lucros não é automática.
4. Assim, quanto às apelantes CONCREJATO SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENG/ S/A, CONCREMAT ENG/ E TECNOLOGIA S/A e CONTEMAT ENG/ E GEOTECNIA S/A, o recolhimento foi indevido.
5. Com relação ao sócio-quotista, o Supremo Tribunal Federal entendeu que o art. 35, da Lei nº 7.713/88 é constitucional, salvo quando, segundo o contrato social, a distribuição dos lucros estiver condicionada a pronunciamento de órgão societário.
6. No caso em comento, pela leitura dos contratos sociais da TIE LINE CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA., TRANSCORTE LTDA., PLANARK PLANEJAMENTO ADM. DE SERV. ENG/ E URBANISMO LTDA. e LEO FOTO SOM E INFORMÁTICA LTDA. depreende-se que os sócios têm disponibilidade jurídica imediata dos lucros da empresa, logo, não há como afastar a incidência do art. 35, da Lei nº 7.713/88, para acolher o pedido quanto a estas litisconsortes.
7. A MP nº 66 de 29/08/2002, convertida na Lei 10.637 de 30/12/2002 deu nova redação ao artigo 74 da Lei 9.430/96 que não mais exige autorização da Secretaria da Receita Federal para que quaisquer tributos e contribuições sob sua administração sejam compensados.

8. A 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça decidiu que o caso concreto deve ser analisado com base na causa de pedir e no regime normativo vigente à época do ajuizamento, sendo inviável a apreciação do pedido à luz do direito superveniente (Embargos de Divergência no Resp nº 488.992, DJ de 07.06.2004).
9. Na hipótese dos autos, a autora pleiteou o direito de compensar os valores recolhidos indevidamente a título de imposto de renda antes da vigência da MP nº 66 de 29/08/2002, portanto, dependia de requerimento à Secretaria da Receita Federal para compensar os créditos apurados com outros tributos e contribuições sob sua administração, o que não ficou comprovado nos autos, somente sendo cabível a compensação com parcelas vincendas do próprio imposto de renda.
10. A correção monetária não constitui um *plus* ao patrimônio da autora, mas somente a atualização dos valores face à desvalorização da moeda, devendo incidir desde o pagamento indevido.
11. No caso dos juros de mora, as autoras não incorreram em erro em relação ao *quantum* recolhido aos cofres públicos, segundo diplomas legais que posteriormente foram reconhecidos como inconstitucionais não podendo ser penalizadas pela não incidência destes.
12. Em se tratando de compensação de tributos, provimento de natureza meramente declaratória, os honorários advocatícios devem incidir sobre o valor da causa.
13. Recurso das empresas improvido. Recurso da União Federal e remessa necessária parcialmente providos.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Egrégia Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO ao recurso das empresas e DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso da UNIÃO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL e à remessa necessária, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 27 de marçoo de 2007(data do julgamento).

PAULO FREITAS BARATA
Relator

IV - APELACAO CIVEL 2004.51.02.002347-1

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
APELANTE	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:CARLOS R DA SILVA
ADVOGADO	:SEM ADVOGADO
ORIGEM	:QUINTA VARA FEDERAL DE NITERÓI (200451020023471)

E M E N T A

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. FIRMA INDIVIDUAL. FALECIMENTO. PROSSEGUIMENTO DAS ATIVIDADES. EXTINÇÃO. DESCABIMENTO.
1. Firma individual é aquela em que uma única pessoa responde pelo negócio, adotando como nome comercial necessariamente seu nome civil, aditado, se quiser, ou quando já existir nome empresarial idêntico, de designação mais precisa acerca de sua pessoa ou atividade, em observância ao princípio da veracidade.
2. No caso em comento, a firma individual titularizada pelo ora executado CARLOS R. DA SILVA, mesmo após a morte deste, ocorrida em 26/08/83, continuou em funcionamento, mantendo inclusive o mesmo nome comercial.
3. Se a firma individual possui capacidade para continuar em atividade, de forma regular ou não, deve a mesma ser responsabilizada pelos créditos tributários, eis que os fatos imponíveis praticados se subsumiram em hipóteses de incidência legal e constitucionalmente previstas, não podendo o Juiz julgar extinto o processo de execução.
4. Legitimidade passiva *ad causam* da firma individual, representada pela inventariante do espólio do *de cujus*.
5. Recurso provido. Sentença anulada.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 27 de março de 2007(data do julgamento).

PAULO FREITAS BARATA
Relator

EXPEDIENTE Nº 1177/2007 (6993)

IV - APELACAO CIVEL 1970.51.01.153703-9

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
APELANTE	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:MARCELO WEHBY
APELADO	:SOCIEDADE DE ESTUDOS E PLANEJAMENTOS SESPLAN
ADVOGADO	:SEM ADVOGADO
ORIGEM	:PRIMEIRA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (0001537032)

E M E N T A

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - ART. 174 DO CTN - ARTS. 8º, § 2º, E 40 DA LEI Nº 6.830/80 - PASSADOS QUASE 40 ANOS DA OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR - PRESCRIÇÃO CONSUMADA - RECONHECIMENTO DE OFÍCIO - POSSIBILIDADE.
1. As regras previstas nos arts. 8º, § 2º, e 40 da Lei nº 6.830/80 devem ser interpretadas em harmonia com o disposto no art. 174 do CTN que trata da prescrição tributária, matéria a ser regulada por lei complementar, nos termos do art. 146, III, "b", da CF/88.
2. De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a desídia do credor constitui causa para a prescrição intercorrente: Agravo Regimental nº 169.842/PR, Rel. Ministro Ari Pargendler, Sessão de 15.05.2000, unânime, DJ de 01.08.2000.
3. Nos termos dos arts. 156, V, e 113, § 1º, do CTN, a prescrição extingue o crédito tributário e a própria obrigação tributária, e não apenas o direito de ação, o que possibilita o seu reconhecimento *ex officio*, como ocorre com a decadência.
4. A Lei nº 11.051/04 acrescentou o § 4º no art. 40, da Lei nº 6.830/80, permitindo ao juiz reconhecer de ofício a prescrição intercorrente, se decorrido o prazo prescricional e depois de ouvida a Fazenda Pública.
5. Trata-se de norma de natureza processual, de aplicação imediata, alcançando inclusive os processos em curso.
6. Apelação e remessa oficial, considerada existente, improvidas.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO ao recurso e à remessa necessária, que se considerou existente, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 27 de março de 2007(data do julgamento).

PAULO FREITAS BARATA
Relator

IV - APELACAO CIVEL 1998.51.01.069668-5

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
APELANTE	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:SULEME SOC/ ORGANIZADORA COM/ DE AUTOMOVEIS LTDA E OUTRO
ADVOGADO	:MARCELO REBIBOUT
ORIGEM	:PRIMEIRA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (9800696687)

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - PROCESSO CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - DECADÊNCIA (ARTS. 173 E 150, § 4º, DO CTN) - PRESCRIÇÃO (CTN, ARTS. 174 DO CTN; LEI Nº. 6.830/80, ARTS. 2º, §3º; 8º, §2º E 40, §4º DA LEI Nº. 6.830/80) - DESPACHO POSITIVO X CITAÇÃO VÁLIDA (PREVALÊNCIA DO CTN) - PRESCRIÇÃO - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE - ADMISSIBILIDADE.
1. A análise da extinção do crédito tributário pela decadência ou pela prescrição deve considerar cinco marcos essenciais: a) a ocorrência do fato gerador - para se identificar o início do prazo decadencial; b) o lançamento do crédito - interrupção da decadência (CTN, arts. 173, I e II, ou 150, § 4º, conforme o caso); c) a sua constituição definitiva - termo inicial do prazo prescricional; d) a inscrição em dívida ativa - suspensão do prazo prescricional por 180 dias; e e) a citação válida do devedor - interrupção da prescrição (art. 174, parágrafo único, inc. I, na sua redação original).
2. O lançamento do crédito tributário e a notificação do contribuinte, no qüinqüênio legal, obstam a ocorrência da decadência e, não havendo recurso administrativo, inicia-se o prazo prescricional; havendo impugnação ao lançamento, o prazo prescricional inicia-se após a decisão definitiva do processo administrativo.
3. A inscrição em dívida ativa suspende a prescrição, entretanto, transcorrido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias sem o ajuizamento da ação, o prazo volta a correr (art. 2º, § 3º, da Lei 6.830/80), somente interrompendo-se com a citação válida do devedor (CTN, art. 174, parágrafo único, inc. I, - redação original).
4. A regra prevista no art. 8º, § 2º, da Lei nº 6.830/80 deve ser interpretada em harmonia com o disposto no art. 174 do CTN que trata da prescrição tributária, matéria a ser regulada por lei complementar, nos termos do art. 146, III, "b", da CF/88.
5. De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a desídia do credor constitui causa para a prescrição intercorrente: Agravo Regimental nº 169.842/PR, Rel. Ministro Ari Pargendler, Sessão de 15.05.2000, unânime, DJ de 01.08.2000.
6. "Consectariamente, a veiculação da prescrição em exceção de pré-executividade é admissível. Precedentes (RESP 388000/RS; DJ DATA:18/03/2002, Relator Min. JOSÉ DELGADO; e RESP 537617/PR, DJ DATA:08/03/2004, Relator Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI)" (STJ-RESP nº 651926/RJ).
7. Transcorrido mais de cinco anos e sete meses entre a inscrição em dívida ativa e a citação da executada, resta consumada a prescrição do crédito tributário.
8. Apelação e remessa oficial, como existente, improvidas.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO ao recurso e à remessa necessária, que se considerou existente, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 27 de março de 2007(data do julgamento).

PAULO FREITAS BARATA
Relator

IV - APELACAO CIVEL 2005.50.04.001216-0

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
APELANTE	:IRRIGAZON - COMERCIO E REPRESENTAÇÕES DE IRRIGAÇÃO E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA.
ADVOGADO	:JAYME HENRIQUE RODRIGUES DOS SANTOS E OUTROS
APELANTE	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:OS MESMOS
ORIGEM	:1 VARA JUSTIÇA FEDERAL LINHARES/ES (200550040012160)

E M E N T A

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. PRESUNÇÃO DE CERTEZA E LIQUIDEZ DO TÍTULO. HONORÁRIOS. DL 1025/69.
1. O art. 2º, §§ 5º e 6º, da Lei nº 6.830/80 e os arts. 202 e 203, do CTN, estabelecem diversos requisitos à formação do Termo de Inscrição em Dívida Ativa, cujos elementos devem ser reproduzidos na Certidão de Dívida Ativa (CDA), sob pena de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente.
2. A jurisprudência tem atenuado o rigor de tais normas e aplicado nos casos em concreto o princípio estampado no brocado *pas de nullité sans grief* (não há nulidade sem prejuízo), no sentido de que se a CDA indicar perfeitamente o devedor e especificar a exigência fiscal, indicando os dispositivos legais pertinentes, eventual omissão incapaz de causar prejuízo ao executado não macula o processo.
3. No caso vertente, a certidão, contrariamente ao alegado pela apelante, estabelece de forma expressa toda a fundamentação legal que deu origem ao crédito tributário, demonstrando, de forma discriminada, o valor do principal, dos juros e da multa, bem como a evolução da dívida mês a mês.
4. Nas execuções fiscais propostas pela União Federal, o acréscimo legal instituído pelo DL nº 1.025/69 é sempre devido, substituindo, nos embargos, os honorários advocatícios (Súmula nº 168, do TFR), destinando-se, ainda, a custear as despesas associadas à arrecadação da dívida ativa federal, nos termos do art. 3º, da Lei nº 7.711/88.
5. Recursos improvidos.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Egrégia Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento aos recursos, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 27 de março de 2007(data do julgamento).

PAULO FREITAS BARATA
Relator

IV - APELACAO CIVEL 361508 2003.51.13.001136-7

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
APELANTE	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:AMADOS CONTABILIDADE LTDA
ADVOGADO	:JOSE CARLOS BARROS AMADO E OUTROS
ORIGEM	:VARA ÚNICA DE TRÊS RIOS (200351130011367)

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - LEI COMPLEMENTAR 70/91 - COFINS - PRESTADORAS DE SERVIÇO - ISENÇÃO - REVOGAÇÃO PELA LEI Nº 9.430/96 - LEGALIDADE - DECRETO-LEI Nº 1.025/69 - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
1. A isenção prevista no art. 6º, inciso II, da LC nº 70/91 foi revogada pela Lei 9.430/96, que em seu art. 56, parágrafo único, dispôs, expressamente, que as sociedades civis de prestação de serviços de profissão legalmente regulamentada passariam a contribuir para a seguridade social, considerando as receitas auferidas a partir do mês de abril de 1997.
2. Tendo a Lei Complementar nº 70/91 status de lei ordinária, como decidido pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADC nº 1/DF, não há que se falar em ilegalidade na revogação da isenção prevista em seu art. 6º, II, pelo art. 56 da Lei nº 9.430/96.
3. Assim, a referida isenção perdurou até abril de 1997, nos termos do parágrafo único do art. 56 da Lei 9.430/96.

4. Tratando-se de embargos à execução fiscal promovida pela Fazenda Nacional, não há que se falar em condenação do embargante nos honorários advocatícios, já inseridos na CDA, por conta do encargo de 20% previsto no Decreto-lei nº 1.025/69 (art. 3º do Decreto-lei nº 1.645/78), pois, do contrário, haverá duplicidade de pagamento, que importará em verdadeiro bis in idem. Precedente da 1ª Seção do STJ.
5. Apelação e remessa oficial, como existente, providas.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, DAR PROVIMENTO ao recurso e à remessa necessária, que se considerou existente, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 27 de março de 2007(data do julgamento).

PAULO FREITAS BARATA
Relator

IV - REMESSA EX-OFFICIO EM AÇÃO CÍVEL E AGRAVO INTERNO 93.02.07846-9

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
PARTE AUTORA	:PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJE DO MURIAE-RJ
ADVOGADO	:ANTONIO BENDIA DE OLVIEIRA
PARTE RÉ	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:EDIR GUERSON MEDEIROS
REMETENTE	:JUIZO DA COMARCA DO LAJE DE MURIAE-RJ
ORIGEM	:1A. VARA ESTADUAL - LAJE DO MURIAE/RJ (001545)
AGRAVANTE	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR	:EDIR GUERSON MEDEIROS
AGRAVADA	:PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJE DO MURIAE-RJ
ADVOGADO	:ANTONIO BENDIA DE OLVIEIRA
DECISÃO AGRDA.	:DECISÃO DE FLS. 137/138

E M E N T A

PROCESSO CIVIL - TRIBUTÁRIO - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - FAZENDA PÚBLICA - PRESCRIÇÃO - LEI Nº. 3.807/60, LEI Nº. 5.172/66 (CTN), LEI Nº. 6.830/80 (LEF) - CONFISSÃO DE DÍVIDA E PARCELAMENTO - ART. 174, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO IV, DO CTN - SÚMULA 248 DO EXTINTO TFR.
1. Na vigência da Constituição Federal de 1946 (art. 157, XVI) as contribuições previdenciárias ostentavam natureza social, sendo o prazo prescricional disciplinado pela Lei nº 3.807, de 26 de agosto, de 1960 (Dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social - LOPS) no art. 144: "O direito de receber ou cobrar as importâncias que lhes sejam devidas, prescreverá, para as instituições de previdência social, em trinta anos".
2. Com a entrada em vigor do Código Tributário Nacional (1º de janeiro de 1967), as contribuições previdenciárias assumiram natureza jurídica de tributo, sujeitando-se aos prazos decadencial e prescricional de cinco anos. Com o advento da Emenda Constitucional nº 8, de 14 de abril, de 1977, as contribuições previdenciárias perderam a natureza de tributo, mas somente com a edição da Lei nº 6.830, de 22 de setembro, de 1980, é que o prazo prescricional trintenário foi restabelecido (art. 2º, § 9º), permanecendo qüinqüenal o prazo decadencial.
3. Interrupção do prazo prescricional com a confissão da dívida e o pedido de parcelamento assinados pelo representante legal da devedora, nos termos do disposto no inciso IV do parágrafo único do art. 174 do CTN, o qual recomeçou a fluir a partir do seu inadimplemento (Súmula 248 do extinto TFR).
4. Ajuizada a execução fiscal há mais de seis anos do descumprimento do acordo celebrado, há que se reconhecer a consumação da prescrição do crédito exeqüendo.
5. Provimento parcial ao recurso para conhecer da remessa oficial.
6. Remessa ex officio improvida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, dar parcial provimento ao agravo para conhecer da remessa necessária e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 27 de março de 2007 (data do julgamento).

PAULO FREITAS BARATA
Relator

IV - APELACAO CIVEL 95.02.12532-0

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
APELANTE	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:HUGO BORGES
ADVOGADO	:GUIDO PINHEIRO CORTES E OUTRO
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 4A VARA-ES
ORIGEM	:QUARTA VARA FEDERAL DE VITÓRIA (9200031153)

E M E N T A

TRIBUTÁRIO. CONSTITUCIONAL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. VERBAS RECEBIDAS POR DEPUTADO ESTADUAL. NATUREZA. IMPOSTO DE RENDA DEVIDO. RESPONSÁVEL TRIBUTÁRIA. CONTRIBUINTE. MULTA AFASTADA.
1. As verbas recebidas por deputado estadual a título de auxílio transporte, moradia, telefone, telex, correspondência e material de expediente devem sofrer a incidência do imposto de renda, uma vez que não se enquadram nas exceções previstas no art. 21, IV, da Constituição Federal de 1967, com redação dada pela Emenda Constitucional de 1969. Precedente.
2. Não possuem as referidas verbas natureza indenizatória, pois não há qualquer recomposição de dano sofrido pelo contribuinte.
3. A retenção do imposto de renda na fonte é forma de substituição tributária, onde a lei prevê como responsável a fonte pagadora, nos termos do art. 45, parágrafo único, do CTN. Tal previsão não elimina a obrigação tributária do contribuinte que efetivamente auferiu a renda, nos casos em que resta comprovada a ausência de recolhimento do tributo.
4. Fica afastada a aplicação da multa estabelecida na certidão de dívida ativa, uma vez que não houve intenção do contribuinte de omitir os valores devidos a título de imposto de renda.
5. Apelação e remessa oficial parcialmente providas.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, dar parcial provimento ao recurso e à remessa oficial, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 27 de março de 2007(data do julgamento).

PAULO FREITAS BARATA
Relator

IV - APELACAO CIVEL 391294 2003.51.03.000833-4

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
APELANTE	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:TONI MODAS LTDA
ADVOGADO	:SIRLEI CORDEIRO DE ABREU
ORIGEM	:SEGUNDA VARA FEDERAL DE CAMPOS (200351030008334)

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS - ART. 20 DO CPC.
1. Sendo os embargos à execução verdadeira ação de cognição, sujeita-se o vencido aos ônus da sucumbência.
2. Apelação improvida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 27 de março de 2007(data do julgamento).

PAULO FREITAS BARATA
Relator

IV - APELACAO CIVEL 2006.51.01.008608-0

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
APELANTE	:UNIAO FEDERAL
APELADO	:GERALDO DE OLIVEIRA DIAS E OUTROS
ADVOGADO	:ELIANE MALVINA DOS SANTOS
ORIGEM	:DÉCIMA SEXTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200651010086080)

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO.
1. Há excesso de execução quando o credor pleiteia quantia superior à do título (art. 743, I), podendo o devedor a ela se opor por meio de embargos (art. 736 e 741, V).
2. O simples fato de se tratar de matéria de interesse público e, por isso, cognoscível de ofício pelo juiz, não afasta o interesse de agir da União, que pode lançar mão dos meios legais para se opor à execução, sob pena de cerceamento de defesa
3. Apelação provida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 27 de março de 2007 (data do julgamento).

PAULO FREITAS BARATA
Relator

EXPEDIENTE Nº 1178/2007

XII - APELACAO EM MANDADO DE SEGURANCA 47674 2001.51.01.025418-5

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
APELANTE	:REDUAN JOSE E OUTROS
ADVOGADO	:JEFFERSON RAMOS RIBEIRO
APELADO	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:DÉCIMA SÉTIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200151010254185)

E M E N T A

MANDADO DE SEGURANÇA - TRIBUTÁRIO - IMPOSTO DE RENDA - COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA - AUSÊNCIA DE LIQUIDEZ E CERTEZA DO DIREITO ALEGADO - MATÉRIA DE FATO CONTROVERTIDA. ASSISTÊNCIA LITISCONSORCIAL.
1. A competência para instituir o imposto de renda é da UNIÃO (art. 153, III). O fato de pertencer ao Estado o produto da arrecadação do imposto de renda, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, no caso, por sua autarquia, RIOPREVIDÊNCIA, conforme previsão constitucional (art. 157, I), não o torna parte legítima para integrar a lide como réu, isoladamente, nem mesmo como litisconsorte passivo necessário, pois inexiste relação jurídico-tributária entre os autores (contribuintes) e o Estado no que toca ao referido imposto e nem poderia existir, já que, no Direito Tributário, não há solidariedade ativa. A questão relativa à repartição de receitas tributárias é regrada pelo Direito Financeiro que somente diz respeito à UNIÃO e ao Estado.
2. O Estado do Rio de Janeiro também não poderia ser incluído como assistente litisconsorcial, em função da inexistência de relação jurídica com os contribuintes.
3. Mandado de segurança impetrado objetivando a exclusão da base de cálculo do imposto de renda da quantia relativa às contribuições efetuadas pelo beneficiário à previdência privada, conforme previsão do artigo 6º, VII, b, da Lei nº 7.713/88.
4. Necessidade de produção de prova para esclarecimento dos fatos que sustentam o alegado direito impede a utilização da via estreita e heróica do mandado de segurança, o qual, por sua natureza e rito, inadmite dilação probatória.
5. Carência do direito de ação, ressalvado o uso da via ordinária, se for o caso.
6. Apelação prejudicada. Agravo interno improvido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, julgar os impetrantes carecedores do direito de ação, prejudicada a apelação e negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 27 de março de 2007 (data do julgamento).

PAULO FREITAS BARATA
Relator

IV - APELACAO CIVEL 304840 2000.51.01.030175-4

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
APELANTE	:ANA MARIA BRANDAO MAGALHAES E OUTROS
ADVOGADO	:LIA CALDAS E OUTRO
APELADO	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:RICARDO LODI RIBEIRO.
ORIGEM	:VIGÉSIMA SÉTIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200051010301754)

E M E N T A

TRIBUTÁRIO E CONSTITUCIONAL - IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE - PRESCRIÇÃO - INTERRUPÇÃO - NÃO INCIDÊNCIA SOBRE LICENÇA-PRÊMIO, FÉRIAS NÃO GOZADAS E ABONO ASSIDUIDADE - APLICAÇÃO DAS SÚMULAS 125 e 136 DO STJ - NECESSIDADE DE SERVIÇO PRESUMIDA - COMPENSAÇÃO - ART. 74 DA LEI 9.430/95 - MP Nº 66 E LEI Nº 10.637/2002 - CORREÇÃO MONETÁRIA - TAXA SELIC - VALOR PROBANTE - AUTENTICAÇÃO - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
1. Compete ao Poder Judiciário a interpretação da norma, aplicando-a ao caso concreto. A lei que altera a interpretação de norma já interpretada pelo Superior Tribunal de Justiça é lei inovadora, e não meramente interpretativa, não podendo ser aplicada retroativamente. Este é o caso da LC nº 118/2005 cujo art. 3º alterou interpretação dada pelo Superior Tribunal de Justiça às regras relativas à prescrição dos tributos sujeitos à lançamento por homologação.
2. O prazo prescricional para pleitear o indébito nos tributos sujeitos a lançamento por homologação é de dez anos.
3. Entre a publicação da decisão que limitou o litisconsórcio e o ajuizamento da presente ação transcorreram mais de 15 (quinze) meses. Destarte, a interrupção do prazo prescricional ocorreu com o ajuizamento da presente ação.

4. As verbas recebidas a título de licença-prêmio, férias não gozadas e abono assiduidade não constituem acréscimos patrimoniais, não se submetendo ao conceito de renda previsto nos artigos 153, III, da C.F. e 43 do CTN.
5. "O pagamento de férias não gozadas por necessidade de serviço não está sujeito à incidência de imposto de renda" (Súmula nº 125 do STJ).
6. "O pagamento de licença-prêmio não gozada por necessidade de serviço não está sujeito ao Imposto de Renda" (Súmula nº 136 do STJ).
7. Independe de comprovação da necessidade de serviço para caracterizar a não-incidência de imposto de renda sobre as referidas verbas.
8. A MP nº 66 de 29/08/2002, convertida na Lei 10.637 de 30/12/2002 deu nova redação ao artigo 74 da Lei 9.430/96 que não mais exige autorização da Secretaria da Receita Federal para que quaisquer tributos e contribuições sob sua administração sejam compensados.
9. Na hipótese dos autos, os autores pleitearam o direito de compensar os valores recolhidos indevidamente a título de Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre os valores relativos à conversão em pecúnia de abono-assiduidade, férias e licença-prêmio com futuras retenções do mesmo tributo.
10. Observados os parâmetros estipulados pelas Leis 8.383/91 e 9.250/95, não há empeço à compensação.
11. A correção monetária não constitui um *plus* ao patrimônio dos autores, mas somente a atualização dos valores face a desvalorização da moeda devendo incidir desde o pagamento indevido, não sendo necessário pedido expresso.
12. A 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça, quando do julgamento do ERESP 267080/SC, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, assentou entendimento no sentido da aplicação da Taxa Selic no âmbito do direito tributário, a partir de 1º/01/1996.
13. A incidência da Taxa Selic importa na inaplicabilidade de qualquer outro critério de atualização monetária ou juros de mora, vez que já engloba juros e atualização.
14. Em se tratando de repetição de indébito, é indispensável a comprovação do efetivo pagamento do tributo que se pretende repetir, cabendo ao autor contribuinte a prova do fato constitutivo do direito alegado (art. 333, I, do CPC).
15. Face ao teor dos artigos 365, inc. III, e 385, ambos do CPC, as cópias autenticadas das guias de recolhimento juntadas aos autos pelo autor possuem o mesmo valor probante dos originais. O mesmo não ocorre com as cópias desprovidas de autenticação.
16. A falta de documentos autenticados comprovando a retenção indevida não impede que o Poder Judiciário reconheça o direito dos autores relativamente à não-incidência do imposto de renda retido na fonte sobre as verbas recebidas a título de licença-prêmio, abono assiduidade e férias não gozadas, bem como o seu direito à compensação.
17. Apelação parcialmente provida. Invertidos os ônus da sucumbência.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 27 de março de 2007 (data do julgamento).

PAULO FREITAS BARATA
Relator

IV - APELACAO CIVEL 331219 2000.51.01.014741-8

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
APELANTE	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:ROBERTO MAURO A DE CARVALHO E OUTROS
ADVOGADO	:LIA CALDAS
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 16A VARA-RJ
ORIGEM	:DÉCIMA SEXTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200051010147418)

E M E N T A

TRIBUTÁRIO E CONSTITUCIONAL - IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE - NÃO INCIDÊNCIA SOBRE LICENÇA-PRÊMIO, FÉRIAS NÃO GOZADAS E ABONO ASSIDUIDADE - APLICAÇÃO DAS SÚMULAS 125 e 136 DO STJ - NECESSIDADE DE SERVIÇO PRESUMIDA - SERVIDOR PÚBLICO - PRINCÍPIO DA IGUALDADE - ART.150, II DA CF - COMPENSAÇÃO - ART. 74 DA LEI 9.430/95 - MP Nº 66 E LEI Nº 10.637/2002.
1. As verbas recebidas a título de licença-prêmio, férias não gozadas e abono assiduidade não constituem acréscimos patrimoniais, não se submetendo ao conceito de renda previsto nos artigos 153, III, da C.F. e 43 do CTN.
2. "O pagamento de férias não gozadas por necessidade de serviço não está sujeito à incidência de imposto de renda" (Súmula nº 125 do STJ).
3. "O pagamento de licença-prêmio não gozada por necessidade de serviço não está sujeito ao Imposto de Renda" (Súmula nº 136 do STJ).
4. Independe de comprovação da necessidade de serviço para caracterizar a não-incidência de imposto de renda sobre as referidas verbas.
5. A isenção da cobrança do imposto de renda sobre a verba indenizatória decorrente de férias não gozadas, conferida aos servidores da administração pública, autárquica e fundacional, afasta a injustificável cobrança do tributo sobre a indenização paga aos empregados do setor privado.
6. Apelação da União Federal/Fazenda Nacional e remessa necessária improvidas.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso e à remessa necessária, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 27 de março de 2007 (data do julgamento).

PAULO FREITAS BARATA
Relator

EXPEDIENTE Nº 1179/2007

IV - APELACAO CIVEL 96.02.40897-9

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
APELANTE	:MATERIAIS DE CONSTRUCAO W. N. LTDA
ADVOGADO	:MARCELLO IGNACIO PINHEIRO DE MACEDO E OUTROS
APELADO	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:VIGÉSIMA SEXTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9400205350)

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL - EXTINÇÃO - FALTA DE AUTENTICAÇÃO DE DOCUMENTOS - INAPLICABILIDADE DO ART. 267, IV DO CPC - ART. 267, III E ART. 284 DO CPC - INTIMAÇÃO PESSOAL - NECESSIDADE - VALOR DA CAUSA COMPATÍVEL COM O RITO - POSSIBILIDADE DE RETIFICAÇÃO, DE OFÍCIO, PELO MAGISTRADO.
1. Processo extinto sem julgamento do mérito, com base nos arts. 284, 295, V e VI e 267, I e IV, do CPC.
2. A falta de autenticação de documentos juntados à exordial não caracteriza, de plano, a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, que são requisitos essenciais à existência e validade da relação processual.
3. Aplicável à espécie o inciso III do art. 267, do CPC, sendo necessária a intimação pessoal da parte para dar prosseguimento ao feito no prazo de quarenta e oito horas, como prevê o § 1º do aludido dispositivo.
4. É possível ao magistrado a retificação, de ofício, do valor atribuído à causa, quando o critério estiver estatuído em lei (arts. 259 e 260 do CPC), ou quando o valor atribuído na inicial constituir expediente para desviar a competência ou o rito procedimental adequado ou alterar regra recursal (RESP nº 231.363-GO, RESP nº 154.991-SP, RESP nº 120.363-GO, AGA nº
240.661-GO).
5. Apelação provida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 27 de março de 2007 (data do julgamento).

PAULO FREITAS BARATA
Relator

IV - APELACAO CIVEL 96.02.40898-7

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
APELANTE	:MATERIAIS DE CONSTRUCAO W. N. LTDA
ADVOGADO	:MARCELLO IGNACIO PINHEIRO DE MACEDO E OUTRO
APELADO	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:VIGÉSIMA SEXTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9200138918)

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO - RAZÕES DISSOCIADAS - NÃO CONHECIMENTO - ART. 514, II, DO CPC.
1. Razões de apelação totalmente dissociadas do que foi decidido na sentença. Ausência dos fundamentos de fato e de direito (art. 514, II, do CPC).
2. Apelação não conhecida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 27 de março de 2007 (data do julgamento).

PAULO FREITAS BARATA
Relator

IV - APELACAO CIVEL 2004.50.01.006437-1

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
APELANTE	:CIA IMPORTADORA E EXPORTADORA COIMEX
ADVOGADO	:GUIDO PINHEIRO CORTES E OUTROS
APELADO	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:2ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES (200450010064371)

E M E N T A

TRIBUTÁRIO E PROCESSO CIVIL. DENÚNCIA ESPONTÂNEA. ART. 138 DO CTN. TRIBUTO SUJEITO À LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. MULTA MORATÓRIA.
1. O contribuinte que paga com atraso tributo sujeito a lançamento por homologação, por ele já declarado, não se beneficia do instituto da denúncia espontânea.
2. Recurso improvido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Egrégia Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 27 de março de 2007(data do julgamento).

PAULO FREITAS BARATA
Relator

XII - APELACAO EM MANDADO DE SEGURANCA 2005.51.01.023425-8

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
APELANTE	:SFE-SOC/ FLUMINENSE DE ENERGIA LTDA
ADVOGADO	:MARCOS DE CARVALHO BORGES E OUTRO
APELADO	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:DÉCIMA NONA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200551010234258)

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. DENÚNCIA ESPONTÂNEA. ART. 138 DO CTN.
1. O instituto da denúncia espontânea visa estimular o contribuinte a comunicar ao Fisco a prática de infração tributária e a regularização dessa situação através do pagamento do tributo e dos juros de mora, antes de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionados com a infração, eximindo-o da multa moratória (art. 138, caput e parágrafo único, do CTN).
2. Não beneficia, portanto, o contribuinte que paga com atraso tributo sujeito a lançamento por homologação.
3. Apelação improvida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Egrégia Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 27 de março de 2007(data do julgamento).

PAULO FREITAS BARATA
Relator

EXPEDIENTE Nº 1180/2007

IV - APELACAO CIVEL 1997.51.01.020867-4

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
APELANTE	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:FRIGORIFICO PADRAO LTDA E OUTROS
ADVOGADO	:ANTONIO ADOLAR WOLFF E OUTROS
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 1A VARA-RJ
ORIGEM	:PRIMEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9700208672)

E M E N T A

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO RETIDO - AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO PARA SUA APRECIAÇÃO - NÃO CONHECIMENTO - FINSOCIAL - EMPRESAS DEDICADAS EXCLUSIVAMENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - MAJORAÇÃO DAS ALÍQUOTAS - CONSTITUCIONALIDADE - EMPRESAS QUE REALIZAM VENDA DE MERCADORIAS, DE MERCADORIAS E SERVIÇOS, INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E SOCIEDADES SEGURADORAS - INSTITUIÇÃO PELO ART 1º, §1º DO DECRETO-LEI Nº 1940/82 - RECEPCIONADO PELO ART. 56 DO ADCT DA CF/88 - VIGÊNCIA ATÉ A LC 70/91 - MAJORAÇÃO DAS ALÍQUOTAS - INCONSTITUCIONALIDADE - DOCUMENTOS ORIGINAIS - PRESCRIÇÃO - COMPENSAÇÃO - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
1. "Na modalidade de agravo retido o agravante requererá que o tribunal dele conheça, preliminarmente, por ocasião do julgamento da apelação." "Não se conhecerá do agravo se a parte não requerer expressamente, nas razões ou na resposta da apelação, sua apreciação pelo Tribunal." (CPC, art. 523, *caput* e § 1º).
2. As cópias autenticadas das guias de recolhimento juntadas aos autos pela autora possuem o mesmo valor probante dos originais (CPC, arts. 365, III e 385).
3. Compete ao Poder Judiciário a interpretação da norma, aplicando-a ao caso concreto. A lei que altera a interpretação de norma já interpretada pelo Superior Tribunal de Justiça é lei inovadora, e não meramente interpretativa, não podendo ser aplicada retroativamente. Este é o caso da LC nº 118/2005 cujo art. 3º alterou interpretação dada pelo Superior Tribunal de Justiça às regras relativas à prescrição dos tributos sujeitos a lançamento por homologação.
4. O prazo prescricional para pleitear o indébito nos tributos sujeitos a lançamento por homologação é de dez anos.
5. Constitucionalidade dos arts. 7º, da Lei nº 7.787/89, 1º, da Lei nº 7.894/89 e 1º, da Lei nº 8.147/90, que majoraram a alíquota do FINSOCIAL das empresas exclusivamente prestadoras de serviço, declarada pelo Supremo Tribunal Federal (RE nº 187.436-8).
6. O FINSOCIAL, exigido das empresas que realizam venda de mercadorias, de mercadorias e de serviços, instituições financeiras e sociedades seguradoras foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988 (artigo 56 do ADCT), permanecendo em pleno vigor até a eficácia da Lei Complementar nº 70/91.
7. Inconstitucionalidade do artigo 9º da Lei 7.689/88, do artigo 7º da Lei 7.787/89, do artigo 1º da Lei 7.894/89 e artigo 1º da Lei 8.147/90, que majoraram a alíquota do FINSOCIAL, relativamente às empresas que realizam venda de mercadorias, de mercadorias e serviços, instituições financeiras e sociedades seguradoras, declarada pelo Supremo Tribunal Federal no RE nº 150764-1/PE.
8. A Lei nº. 8.383/91 não impede a compensação de créditos provenientes de recolhimentos de tributos, indevido ou a maior, realizados antes de sua entrada em vigor.
9. A MP nº 66 de 29/08/2002, convertida na Lei 10.637 de 30/12/2002 deu nova redação ao artigo 74 da Lei 9.430/96 que não mais exige autorização da Secretaria da Receita Federal para que quaisquer tributos e contribuições sob sua administração sejam compensados.
10. A 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça decidiu que o caso concreto deve ser analisado com base na causa de pedir e no regime normativo vigente à época do ajuizamento, sendo inviável a apreciação do pedido à luz do direito superveniente (Embargos de Divergência no Resp nº 488.992, DJ de 07.06.2004).
11. Na hipótese dos autos, a parte autora pleiteou o direito de compensar os valores recolhidos indevidamente a título de FINSOCIAL na vigência da Lei 9.430/96, portanto, dependia de requerimento à Secretaria da Receita Federal para compensar os créditos apurados com outros tributos e contribuições sob sua administração, o que não ficou comprovado nos autos, podendo compensar os valores pagos indevidamente a título de FINSOCIAL apenas com valores vincendos da COFINS.
12. A correção monetária não constitui um *plus* ao patrimônio da autora, mas somente a atualização dos valores face à desvalorização da moeda, devendo incidir desde o pagamento indevido. Admissível, inclusive, a incidência dos expurgos inflacionários.
13. A 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do ERESP 267080/SC, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, assentou entendimento no sentido da aplicação da Taxa Selic no âmbito do direito tributário, a partir de 1º/01/1996.
14. A incidência da Taxa SELIC importa na inaplicabilidade de qualquer outro critério de atualização monetária ou juros de mora, vez que já engloba juros e atualização.
15. Manutenção dos critérios de correção monetária fixados na sentença, ante a impossibilidade de *reformatio in pejus*.
16. Honorários compensados, em relação às empresas mercantis, ante a sucumbência recíproca (art. 21 do CPC)
17. Agravo não conhecido. Apelação improvida. Remessa necessária parcialmente provida para julgar improcedente o pedido em relação à empresa exclusivamente prestadora de serviços LONG AGE REPOUSO GERIÁTRICO LTDA, condenando-a ao pagamento de custas e honorários advocatícios de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, não conhecer do agravo retido, negar provimento ao recurso, e dar parcial provimento à remessa oficial, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 27 de março de 2007 (data do julgamento).

PAULO FREITAS BARATA
Relator

EXPEDIENTE Nº 1181/2007

IV - APELACAO CIVEL 1998.51.01.006872-8

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
APELANTE	:CROMOS S/A TINTAS GRAFICAS
ADVOGADO	:JOSE OSWALDO CORREA E OUTRO
APELANTE	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:CARMEN LÚCIA ALMEIDA MARTINS
APELADO	:OS MESMOS
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 16A VARA-RJ
ORIGEM	:DÉCIMA SEXTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9800068724)

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - TAXA DE LICENCIAMENTO DE IMPORTAÇÃO - ART. 10 DA LEI Nº 2.145/53 COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 7.690/88 - DOCUMENTOS - TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO - PRESCRIÇÃO - COMPENSAÇÃO COM TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES DE ESPÉCIES DISTINTAS E DISTINTA DESTINAÇÃO CONSTITUCIONAL - LEI 8.383/91 - ART. 74 DA LEI 9.430/95 - MP Nº 66 E LEI Nº 10.637/2002 - INAPLICABILIDADE DO DIREITO SUPERVENIENTE.
1. Cabe à autora a apresentação de documentos que configurem a relação jurídica ensejadora da compensação, como ocorre na hipótese dos autos. Precedentes do STJ.
2. O prazo prescricional para pleitear o indébito nos tributos sujeitos a lançamento por homologação é de dez anos a contar da ocorrência do fato gerador.
3. O art. 3º, da Lei Complementar nº 118/2005, somente é aplicável às ações propostas a partir da data da sua vigência, ou seja, após 09.06.2005, em razão da *vacatio legis* de 120 dias prevista no art. 4º, do diploma legal em comento, não se aplicando, desta forma, ao presente caso.
4. A MP nº 66 de 29/08/2002, convertida na Lei 10.637 de 30/12/2002 deu nova redação ao artigo 74 da Lei 9.430/96 que não mais exige autorização da Secretaria da Receita Federal para que quaisquer tributos e contribuições sob sua administração sejam compensados.
5. A 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça decidiu que o caso concreto deve ser analisado com base na causa de pedir e no regime normativo vigente à época do ajuizamento, sendo inviável a apreciação do pedido à luz do direito superveniente (Embargos de Divergência no Resp nº 488.992, DJ de 07.06.2004).
6. Na hipótese dos autos, a autora pleiteou o direito de compensar os valores recolhidos indevidamente a título de taxa de licenciamento de importação (art. 10 da Lei nº 2.145/53) antes da vigência da MP nº 66 de 29/08/2002 (ação ajuizada em 31 de março de 1998), portanto, dependia de requerimento à Secretaria da Receita Federal para compensar os créditos apurados com outros tributos e contribuições sob sua administração, como pleiteado na petição inicial, o que não ficou comprovado nos autos.
7. Apelação de Cromos S.A. Tintas Gráficas improvida e apelação da União e remessa necessária providas para julgar improcedente o pedido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso de Cromos S.A. Tintas Gráficas e dar provimento ao recurso da União e à remessa necessária, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 27 de março de 2007 (data do julgamento).

PAULO FREITAS BARATA
Relator

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO DE JULGAMENTOS

PAUTA DE JULGAMENTOS

Determino a inclusão dos processos abaixo relacionados na Pauta de Julgamentos ORDINARIA do dia 24 de ABRIL de 2007, TERÇA-FEIRA, às 13:00 horas, podendo, entretanto, nessa mesma Sessão ou Sessões subseqüentes, ser julgados os processos adiados ou constantes de Pautas já publicadas.

00001	2006.02.01.008064-6 AG RJ 148191
RELATOR	: DES.FED. PAULO BARATA
AGRTE	: IVO BARBOSA LEAO E OUTROS
ADV	: GARY DE OLIVEIRA BON ALI E OUTROS
AGRDO	: UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL

00002	2006.51.01.014695-7 AMS RJ 67697
RELATOR	: DES.FED. PAULO BARATA
APTE	: MARITIMA PETROLEO E ENGENHARIA LTDA
ADV	: JANETE JANE DA CONCEICAO BARBOSA E OUTROS
APDO	: UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL

00003	2004.50.01.002197-9 AMS ES 65116
RELATOR	: DES.FED. PAULO BARATA
APTE	: ASSOC. EVANGÉLICA BENEFIC. ESPÍRITO-SANTENSE
ADV	: NEIVA LIMA DOS SANTOS BUAIZ E OUTROS
APDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC	: JOÃO AENDER CAMPOS CREMASCO

00004	2004.50.01.009817-4 AMS ES 66205
RELATOR	: DES.FED. PAULO BARATA
APTE	: BM ENGENHARIA LTDA
ADV	: ADIRSON DE OLIVEIRA JUNIOR E OUTROS
APDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC	: JOSE APARECIDO BUFFON

00005	2006.51.01.011171-2 REOMS RJ 67509
RELATOR	: DES.FED. PAULO BARATA
PARTEA	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADV	: EDUARDO MANEIRA E OUTROS
PARTER	: UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RMTE	: JUIZO FEDERAL DA 27A VARA-RJ

00006	2006.51.01.005623-3 REOMS RJ 66991
RELATOR	: DES.FED. PAULO BARATA
PARTEA	: CLUB MED BRASIL S/A
ADV	: WALTER LUCIO FIGUEIREDO DA SILVA E OUTROS
PARTER	: UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RMTE	: JUIZO FEDERAL DA 1A VARA-RJ

00007	2006.51.01.490101-8 REOMS RJ 67118
RELATOR	: DES.FED. PAULO BARATA
PARTEA	: IES S/A-INFORMATICA E ENGENHARIA DE SISTEMAS
ADV	: FERNANDO OSORIO DE ALMEIDA JUNIOR E OUTROS
PARTER	: UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RMTE	: JUIZO FEDERAL DA 12A VARA-RJ

00008	2006.51.01.005846-1 AMS RJ 67528
RELATOR	: DES.FED. PAULO BARATA
APTE	: UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO	: CIMENTO MAUA S/A
ADV	: EUNYCE PORCHAT SECCO FAVERET E OUTROS
RMTE	: JUIZO FEDERAL DA 16A VARA-RJ

00009	2006.51.01.013032-9 AC RJ 391508
RELATOR	: DES.FED. PAULO BARATA
APTE	: UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO	: REINALDO DIAS DA SILVA
ADV	: MARCELO DA SILVA SA

00010	1991.51.01.042264-5 REOAC RJ 303082
RELATOR	: DES.FED. PAULO BARATA
PARTEA	: MAC IND/ DE ROUPAS LTDA
ADV	: EDUARDO ANTONIO KALACHE E OUTRO
PARTER	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC	: MARIA JOSE SCHMALL WOLF E OUTROS
RMTE	: JUIZO FEDERAL DA 7A VARA DE EXECUCAO FISCAL-RJ

00011	1998.51.01.046810-0 AC RJ 314312
RELATOR	: DES.FED. PAULO BARATA
APTE	: UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO	: MARCOS DIAS E FILHOS EMPREEND PART E SERVICOS LTDA
ADV	: MARCELO SALLES MELGES
RMTE	: JUIZO FEDERAL DA 2A VARA DE EXECUCAO FISCAL-RJ

00012	2001.51.01.532909-6 AC RJ 301750
RELATOR	: DES.FED. PAULO BARATA
APTE	: POLYPAC IND/ COM/ DE PLASTICOS LTDA
ADV	: EDUARDO JOSE DE ARRUDA BUREGIO
APTE	: UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO	: OS MESMOS
RMTE	: JUIZO FEDERAL DA 2A VARA DE EXECUCAO FISCAL-RJ

00013	2002.51.01.527325-3 AC RJ 347904
RELATOR	: DES.FED. PAULO BARATA
APTE	: CENTRINEL S/A
ADV	: LUIZ CARLOS COSTA
APDO	: UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
00014	2001.02.01.008281-5 AC RJ 260017
RELATOR	: DES.FED. PAULO BARATA
APTE	: DOVER INDUSTRIA E COMERCIO S/A
ADV	: GILBERTO PINTO DOMINGUES E OUTROS
APDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC	: TATIANA MOTTA VIEIRA
00015	2001.51.01.535395-5 AC RJ 365415
RELATOR	: DES.FED. PAULO BARATA
APTE	: BYTEC PROJETOS E DESENVOLVIMENTOS DE SISTEMAS LTDA.
ADV	: LUIZ DE ANDRADE E SILVA JUNIOR
APDO	: UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
00016	1999.51.04.402604-8 AC RJ 348443
RELATOR	: DES.FED. PAULO BARATA
APTE	: VIACAO AGULHAS NEGRAS LTDA
ADV	: EDUARDO ROCHA PANCARDES E OUTROS
APTE	: UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO	: OS MESMOS
00017	2001.51.01.535233-1 AC RJ 368934
RELATOR	: DES.FED. PAULO BARATA
APTE	: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV	: ERICA BATISTA DE CASTRO E OUTROS
APDO	: ORGANIZACAO TED DE SERVICOS LTDA
ADV	: JORGE NOGUEIRA PINTO E OUTROS
00018	2002.51.03.002175-9 AC RJ 351935
RELATOR	: DES.FED. PAULO BARATA
APTE	: UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO	: CERAMICA SANTA HELENA LTDA
ADV	: NADIR PATROCINIO VIEIRA
00019	2003.51.01.532374-1 AC RJ 375961
RELATOR	: DES.FED. PAULO BARATA
APTE	: UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO	: ASSURE - ADMINISTRACAO E CORRETAGEM DE SEGUROS LTDA
ADV	: CLAUDIA SIMONE PRACA PAULA E OUTROS
00020	2000.51.02.002743-4 AC RJ 381210
RELATOR	: DES.FED. PAULO BARATA
APTE	: COESA TRANSPORTES LTDA.
ADV	: LEONARDO LUIZ THOMAZ DA ROCHA E OUTROS
APDO	: UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
00021	2006.51.01.008684-5 AC RJ 390065
RELATORA	: DES.FED. TANIA HEINE
APTE	: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL-BNDES
ADV	: BRUNO MACHADO EIRAS E OUTROS
APDO	: TRANSROLL NAVEGACAO S/A
ADV	: DANTE A. MATTEONI E OUTROS
00022	97.02.01304-6 AC RJ 129648
RELATORA	: DES.FED. TANIA HEINE
APTE	: NACIONAL LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL
ADV	: DIRCEU ALVES PINTO E OUTROS
APDO	: UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
00023	2004.02.01.012117-2 AG RJ 132351
RELATOR	: JC JOSE NEIVA/NO AFAST. RELATOR
AGRTE	: UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO	: UBIRACI RODRIGUES DA CUNHA
ADV	: SEM ADVOGADO
00024	2006.02.01.001109-0 AG RJ 144229
RELATOR	: JC JOSE NEIVA/NO AFAST. RELATOR
AGRTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC	: SEBASTIAO ERLY ALVES DE ABREU
AGRDO	: JOSE CARLOS VERBICARIO DANTAS DOS SANTOS E OUTROS
ADV	: WALTER CARLOS CONCEICAO E OUTROS
00025	2006.02.01.001117-0 AG RJ 144228
RELATOR	: JC JOSE NEIVA/NO AFAST. RELATOR
AGRTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC	: SEBASTIAO ERLY ALVES DE ABREU
AGRDO	: JOSE CARLOS VERBICARIO DANTAS DOS SANTOS E OUTROS
ADV	: WALTER CARLOS CONCEICAO E OUTROS
00026	2004.51.01.006436-1 AMS RJ 62927
RELATOR	: JC JOSE NEIVA/NO AFAST. RELATOR
APTE	: LIBRA ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA
ADV	: MURILO VOUZELLA DE ANDRADE E OUTROS
APDO	: UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
00027	2005.51.01.023641-3 AMS RJ 65989
RELATOR	: JC JOSE NEIVA/NO AFAST. RELATOR
APTE	: SJ ODONTOLOGIA LTDA
ADV	: BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO E OUTROS
APDO	: UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
00028	2005.51.01.004706-9 AC RJ 380386
RELATOR	: JC JOSE NEIVA/NO AFAST. RELATOR
APTE	: NAS-EMPREEDIMENTOS MEDICOS LTDA
ADV	: SERGIO PINHO DO NASCIMENTO JUNIOR E OUTRO
APDO	: UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
00029	2005.51.01.025007-0 AMS RJ 67620
RELATOR	: JC JOSE NEIVA/NO AFAST. RELATOR
APTE	: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROC	: LEONARDO VIZEU FIGUEIREDO
APDO	: UNIMED DE CACAPAVA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO
ADV	: LUIS GUSTAVO ROCHA OLIVEIRA
RMTE	: JUIZO FEDERAL DA 17A VARA-RJ
00030	2005.51.01.024476-8 AMS RJ 66057
RELATOR	: JC JOSE NEIVA/NO AFAST. RELATOR
APTE	: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE CURITIBA
ADV	: MAURO JUNIOR SERAPHIM E OUTROS
APDO	: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROC	: MARCIA CRISTINA BIER VIEIRA
00031	2000.02.01.057987-0 AMS RJ 37246
RELATOR	: JC JOSE NEIVA/NO AFAST. RELATOR
APTE	: UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO	: MULTISHOPPING EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A
ADV	: EUNYCE PORCHAT SECCO FAVERET E OUTROS
RMTE	: JUIZO FEDERAL DA 16A VARA-RJ
00032	2006.51.01.003560-6 AC RJ 383096
RELATOR	: JC JOSE NEIVA/NO AFAST. RELATOR
APTE	: MULTIPLIC LTDA E OUTROS
ADV	: JOAO MARCOS COLUSSI E OUTROS
APDO	: UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL

RIO DE JANEIRO, 11 DE ABRIL DE 2007.

Desembargador Federal PAULO BARATA
PRESIDENTE

SUBSECRETARIA DA 4ª TURMA ESPECIALIZADA

DIVISÃO DE PROCEDIMENTOS DIVERSOS

DESPACHOS/DECISÕES

EXPEDIENTE Nº 4 DO DIA 10 DE ABRIL DE 2007

III - AGRAVO 2002.02.01.040616-9

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL ALBERTO NOGUEIRA
AGRAVANTE	:DISTEL HOLDING S/A
ADVOGADO	:ANTONIO CARLOS GARCIA DE SOUZA E OUTROS
AGRAVADO	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:DÉCIMA QUINTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200251010160122)

Decisão

1 - Trata-se de agravo de instrumento interposto por DISTEL HOLDING S/A em face da decisão que indeferiu a medida liminar nos autos da ação mandamental, visando evitar o recolhimento do IRRF incidente sobre operações de "swap" com cobertura "hedge", contratada com o BANCO BBA CREDITANSTALT S/A .
2 - Contudo, houve prolação de sentença nos autos do referido mandado, objeto da AMS n. 2002.51.01.016012-2, o que revela falta de objeto do agravo de instrumento em tela.
3 - Ante o exposto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, por prejudicado, com fundamento no caput do artigo 557, do CPC, e do artigo 43, § 1º, inciso II, do Regimento Interno desta Corte.
4 - Decorrido *in albis* o prazo recursal, baixem-se os autos à Vara de Origem, observadas as cautelas legais
5 - Publique-se. Intime-se.
Rio de Janeiro, 05 de março de 2007.

ALBERTO NOGUEIRA
Desembargador Federal Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO 2002.51.01.022606-6

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL ALBERTO NOGUEIRA
EMBARGANTE	:INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA
EMBARGADO	:V. ACÓRDÃO DE FL.513
PARTES	:INCRA
	:INSS
	:FUNDAÇÃO ELETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL-ELETROS
ADVOGADO	:ANNA CRISTINA LUZ E OUTROS
PROCURADOR	:RODRIGO GASPAR DE MELLO
PROCURADOR	:JORGE LINHARES FERREIRA JORGE
ORIGEM	:SEXTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200251010226066)

Decisão

Trata-se de embargos de declaração interpostos pelo INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA em face de acórdão de fl. 513.
A ciência do acórdão se deu em 22/05/200 (conforme certidão de fl. 515, verso) e a juntada do mandado se deu em 29/05/2006, numa segunda-feira. Portanto o prazo começou a fluir, a partir do dia 30 de maio de 2006 (terça-feira), terminando o prazo recursal no dia 08/06/2006.
Entretanto, os presentes embargos foram protocolados em 05/07/2006, claramente a destempo, pois, com fulcro no artigo 536 do CPC, o prazo recursal simples é de 5 dias, no caso concreto contado em dobro (art. 188 do CPC).
Assim, com base nos artigos, 251, § 2º c/c art. 43, § 1º, II do RI desta Corte, nego seguimento aos embargos de declaração, por intempestivos.
Publique-se. Intime-se.
Rio de Janeiro, 27 de novembro de 2006

ALBERTO NOGUEIRA
Desembargador Federal - Relator

III - AGRAVO 2005.02.01.008082-4

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ANTONIO SOARES
AGRAVANTE	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO	:CIA/ USINA DO OUTEIRO
ADVOGADO	:RICARDO GOMES DE MENDONCA E OUTROS
ORIGEM	:SEGUNDA VARA FEDERAL DE CAMPOS (9100643661)

DECISÃO
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela União Federal (Fazenda Nacional) em face da decisão prolatada nos embargos à execução fiscal nº 91.0064366-1, que suspendeu a realização de leilão de bem penhorado nos autos, marcado para 01/07/2005.
A agravante alega que o leilão não poderia ser suspenso em virtude das alegações da outra parte, de que sua adesão ao Parcelamento Especial - PAES impediria a execução dos honorários de sucumbência, pois o citado processo executivo baseia-se em sentença transitada em julgado, somente impugnável por meio de ação rescisória.
Por meio da decisão nas fls. 65/69, concedi o efeito suspensivo ativo pleiteado no presente agravo.
Parecer do Ministério Público Federal à fl. 75.
A agravada não apresentou contra-razões.
Passo a decidir.
Consoante o que se observa na decisão constante à fl. 34 do agravo de instrumento nº 2006.02.01.000660-4, em apenso, após proferir a decisão ora agravada, o juízo de origem prolatou nova decisão nos autos dos embargos à execução nº 91.0064366-1 cujo integral teor transcrevo a seguir:

"Irresigna-se a embargante quanto aos honorários sucumbenciais fixados na sentença de fls. 178/183, entendendo serem descabidos, tendo em vista seu ingresso no parcelamento especial - PAES.
De fato, não são cabíveis honorários de sucumbência, figurando a União como embargada, já que esta inclui em seus créditos o percentual referente a honorários previstos no Decreto-lei nº 1.025/69. E caso haja transação, figurando o INSS no pólo passivo dos embargos, a condenação será de no máximo 1% (um por cento), conforme Lei nº 10.189/01.
Porém, este não é o caso dos presentes autos. Na verdade, quer a embargante, com tais argumentos, modificar o dispositivo da sentença já transitada em julgado (fl. 213), o que é inconcebível. Os argumentos apresentados pela embargante deveriam ser trazidos antes do trânsito em julgado.
Frise-se, ainda, que a execução que está sendo promovida pela União é referente a honorários de sucumbência, que não é objeto do PAES.
Razão pela qual deve o feito retomar seu curso normal, no que mantenho o despacho de fl. 229 por seus fundamentos e redesigno o dia 03/02/2006, às 16 horas, para o primeiro leilão e o dia 17/02/2006, no mesmo horário, para o segundo leilão."

Dessa forma, a partir da decisão transcrita, que inclusive foi objeto do agravo de instrumento acima citado, interposto pela parte ora recorrida, o feito retomou o seu curso regular, com designação de nova data para realização do leilão que estava suspenso.

Conclui-se, assim, que o presente recurso perdeu o objeto, vez que não mais subsiste a decisão atacada.

Posto isso, julgo prejudicado o presente agravo, por perda de objeto, com fundamento no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, c/c o art. 228 do Regimento Interno deste Tribunal.
Decorrido o prazo sem a interposição de recurso, encaminhe-se o presente à Vara de origem para arquivamento.
Intimem-se. Publique-se.

LUIZ ANTONIO SOARES
DESEMBARGADOR FEDERAL
RELATOR

III - AGRAVO 2004.02.01.014262-0

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ANTONIO SOARES
AGRAVANTE	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:TERESA CRISTNA PESSANHA FERREIRA
AGRAVADO	:SIEPIERSKI CIA LTDA
ADVOGADO	:JOAO PAULO ARAUJO DE FREITAS E OUTRO
ORIGEM	:SEGUNDA VARA FEDERAL DE CAMPOS (9803008315)

DECISÃO
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, em face da decisão que indeferiu o seu pedido de produção de prova.
Contra-razões da agravada às fls. 101/102.
Ofício acompanhado de cópia da sentença proferida nos autos do processo em que proferida a decisão agravada (fls. 105/116).
Parecer do Ministério Público Federal à fl. 123.
É o relatório. Decido.
Segundo consta nos autos, o processo em que foi proferida a decisão agravada foi julgado, consoante cópia da sentença às fls. 106/116.
A jurisprudência tem entendido que o agravo de instrumento fica prejudicado, por perda de objeto, após a prolação da sentença no processo principal.
Nesse sentido, tem decidido o Colendo Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*:
"PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - AGRAVO DE INSTRUMENTO - INDEFERIMENTO DE LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA - SENTENÇA SUPERVENIENTE - SEGURANÇA DENEGADA - PERDA DE OBJETO.
- Exarada sentença denegando a segurança, resta sem objeto o agravo de instrumento interposto contra o indeferimento da liminar requerida naqueles autos.
- Embargos de divergência prejudicados."
(EREsp 361744 / RJ. Relator: Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS. - CORTE ESPECIAL DO STJ. Data da Publicação/Fonte DJ 27.06.2005 p. 204).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO EM FACE DE DECISÃO INTERLOCUTÓRIA DE INDEFERIMENTO DE DEPÓSITO JUDICIAL. SENTENÇA DE MÉRITO PELA IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. PREJUDICIALIDADE DO AGRAVO (TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDENTE SOBRE A COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO RURAL).
1. Prolatada sentença de mérito julgando improcedente o pedido inicial, resta prejudicado o agravo de instrumento interposto em face de decisão interlocutória de indeferimento de depósito judicial.
2. Agravo Regimental desprovido."
(AgRg no REsp 614948 / RS. Relator:Ministro LUIZ FUX. PRIMEIRA TURMA DO STJ. Data da Publicação/Fonte DJ 21.03.2005 p. 242).

No mesmo sentido, tem decidido este Egrégio Tribunal, senão vejamos:

"Agravo de Instrumento. Prejudicado. Apelação a ser julgada nesta sessão. Tendo em vista a superveniência de sentença extintiva no processo principal, da qual foi interposta Apelação, que subiu a este Tribunal e será julgada nesta mesma sessão, julgo prejudicado o Agravo de Instrumento."
(AG - AGRAVO DE INSTRUMENTO - 14562-RJ. Relator: JUIZ GUILHERME DIEFENTHAELER. TERCEIRA TURMA DO TRF/2ª REGIÃO.DJU DATA:08/06/2000).

Posto isso, julgo prejudicado o presente agravo, por perda de objeto, com fundamento no art. 557, caput, do Código de Processo Civil, c/c o art. 228 do Regimento Interno deste e. Tribunal.
Decorrido o prazo sem a interposição de recurso, encaminhe-se o presente à Segunda Vara Federal de Campos/RJ.
Intime-se.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 2006.

LUIZ ANTONIO SOARES
Desembargador Federal
Relator

EXPEDIENTE Nº 4 DO DIA 11 DE ABRIL DE 2007

III - AGRAVO 2006.02.01.010246-0

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL ALBERTO NOGUEIRA
AGRAVANTE	:USINA SAO JOAO B. LYSANDRO S/A
ADVOGADO	:RICARDO GOMES DE MENDONCA E OUTROS
AGRAVADO	:FAZENDA NACIONAL/CEF
ADVOGADO	:SYLVIO RICARDO LOPES F. GONCALVES
ORIGEM	:SEGUNDA VARA FEDERAL DE CAMPOS (200451030016530)

Decisão

1.Trata-se de agravo de instrumento, interposto por Usina São João B. Lysandro S/A, contra decisão proferida pelo MM. Juiz Federal Titular da 2ª Vara Federal do Rio de Janeiro, que fixou os honorários periciais em R$ 4.850,00 (quatro mil oitocentos e cinqüenta reais).
2.Contudo, foi noticiada pelo Juízo *a quo* (Oficio nº OFI.0202.000465-2/2006, às fls. 32/34) a reconsideração da decisão agravada.
3.Ante o exposto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, pela perda de seu objeto, com fulcro no art. 529, do Código de Processo Civil, e no art. 43,§1º, inciso I, do Regimento Interno desta Corte.
4.Decorrido *in albis* o prazo recursal, encaminhem-se estes autos à vara de origem, observadas as devidas cautelas legais.
5.Publique-se.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2007.

ALBERTO NOGUEIRA
Desembargador Federal

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO E JULGAMENTO

ACÓRDÃOS

EXPEDIENTE Nº 4 DO DIA 10 DE ABRIL DE 2007

IV - REMESSA EX-OFFICIO EM AÇÃO CÍVEL 1998.51.03.300831-1

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ANTONIO SOARES
PARTE AUTORA	:SIEPIERSKI CIA LTDA
ADVOGADO	:JOAO PAULO ARAUJO DE FREITAS
PARTE RÉ	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:DJALMO LUIZ CARDOSO TINOCO
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 2A VARA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ
ORIGEM	:SEGUNDA VARA FEDERAL DE CAMPOS (9803008315)

EMENTA

"TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ART. 3º, I, DA LEI Nº 7.787/89, E ART. 22, I, DA LEI Nº 8.212/91. AUTÔNOMOS, EMPREGADORES E AVULSOS. COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE LIMITAÇÃO. TRANSFERÊNCIA DE ENCARGO FINANCEIRO. ART. 166, DO CTN. LEIS NºS 8.212/91, 9.032/95 E 9.129/95.
1- O colendo Superior Tribunal de Justiça pacificou a questão acerca da prescrição, fixando o entendimento no sentido de que, malgrado o disposto no art. 4º da Lei Complementar nº 118/2005, sua aplicação não pode ser imediata, pois houve inovação no ordenamento jurídico. Adotando esse entendimento, que se firmou no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, considero que o termo inicial da prescrição se fixa após expirado o prazo de cinco anos contados do fato gerador, acrescido de mais cinco anos, a partir da homologação tácita.
2- O excelso Supremo Tribunal Federal, em reiteradas decisões, concluiu pela inconstitucionalidade da contribuição social incidente sobre a remuneração paga a administradores, trabalhadores autônomos e avulsos, consoante o disposto no art. 3º, I, da Lei nº 7.787/89 e art. 22, I, da Lei nº 8.212/91, na medida em que a referida exação se consubstancia em salário.
3- É possível, nos termos do art. 66, § 1º, da Lei nº 8.383/91, efetuar-se a compensação dos valores indevidamente recolhidos a título de contribuição social sobre a remuneração paga aos autônomos, administradores e avulsos com outras contribuições socais incidentes sobre a folha de salários e arrecadadas pelo INSS, por serem de mesma espécie (contribuições) e apresentarem a mesma destinação constitucional (financiamento da previdência social).
4- Os valores a serem compensados de parcelas de Contribuição Previdenciária estão a salvo da necessidade da prova da não-repercussão, pois a jurisprudência recente do Superior Tribunal de Justiça adotou posicionamento de que a contribuição de administradores, autônomos e avulsos, a cargo da empresa, declarada inconstitucional, tem natureza de tributo direto, sendo, pois, desnecessária a comprovação da não-repercussão do ônus tributário daí advindo para a declaração do direito à restituição de indébito dos valores pagos indevidamente.
5- Para a atualização dos valores a serem compensados aplica-se a correção monetária, desde os recolhimentos indevidos até dezembro/95, e a partir de janeiro de 1996, aplica-se, exclusivamente, a taxa SELIC. Devem ser aplicados os seguintes índices de correção monetária: a) OTN, para o período anterior a fevereiro/90, inclusive; b) IPC, para o período de março/90 a janeiro/91; INPC, no período compreendido entre fevereiro/91 a dezembro/91; d) UFIR, de janeiro/92 a dezembro/95; e) taxa SELIC, a partir de janeiro/96.
6- Remessa necessária improvida.

ACÓRDÃO
Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas.
Decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à remessa necessária, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Custas, como de lei.
Rio de Janeiro,

LUIZ ANTONIO SOARES
DESEMBARGADOR FEDERAL
RELATOR

III - AGRAVO 2006.02.01.000660-4

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ANTONIO SOARES
AGRAVANTE	:CIA/ USINA DO OUTEIRO
ADVOGADO	:RICARDO GOMES DE MENDONCA E OUTROS
AGRAVADO	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:SEGUNDA VARA FEDERAL DE CAMPOS (9100643661)

EMENTA
TRIBUTÁRIO - AGRAVO DE INSTRUMENTO - QUESTÃO INCIDENTAL - EXECUÇÃO FISCAL - EMBARGOS - LEILÃO - SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO - ALTERAÇÃO - IMPOSSIBILIDADE
I - Agravo de instrumento interposto em face de decisão que, em embargos à execução, determinou o prosseguimento de execução fiscal, designando novas datas para realização de leilões
II - O presente recurso não é adequado para impugnar, por via transversa, provimento jurisdicional transitado em julgado, qual seja, a sentença proferida na execução fiscal.
III - Agravo de instrumento não provido.

ACÓRDÃO
Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas.
Decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Custas, como de lei.
Rio de Janeiro,

LUIZ ANTONIO SOARES
DESEMBARGADOR FEDERAL
RELATOR

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO 2002.51.01.022606-6

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL ALBERTO NOGUEIRA
EMBARGADO	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
EMBARGADO	:V. ACÓRDÃO DE FL. 513
PARTES	:INS NAC DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
	:- INSS
	:FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL-ELETROS
ADVOGADO	:ANNA CRISTINA LUZ E OUTROS
PROCURADOR	:RODRIGO GASPAR DE MELLO
PROCURADOR	:JORGE LINHARES FERREIRA JORGE
ORIGEM	:SEXTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200251010226066)

E M E N T A
TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.
Na petição dos embargos de declaração constata-se que nela não se contempla nenhuma das hipóteses de seu cabimento, insertas nos incisos I e II, do artigo 535, do CPC.
Os embargos de declaração não constituem meio idôneo para alterar o entendimento ou o fundamento do julgado.
O fato de o relator adotar entendimento diferente ao que a embargante persegue não configura a alegada omissão ou contradição, tendo em vista que no exame do caso concreto pode dar às normas e aos fatos interpretação que entenda ser aplicável.
Quanto aos dispositivos apontados como omitidos, verifica-se que sequer foram abordados nas razões de seu recurso.
A contradição capaz de autorizar a interposição de embargos, é aquela ínsita à fundamentação do julgado, consubstanciando a contraposição interna e conflitante de seus termos, assim como a pretendida atribuição de efeitos infringentes pressupõe a efetiva configuração dos vícios listados no artigo 535 e incisos, c/c o art. 536, parte final, todos do CPC, ou excepcionalmente, quando for evidente o engano e não existir outro recurso para a correção do erro cometido, hipóteses que não se verificam no presente caso.
Se o julgamento não está correto, deve interpor o recurso cabível.
Negado provimento aos embargos de declaração.

A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Quarta Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento aos Embargos de Declaração do INSS, nos termos do Voto do Relator, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 2006.

Desembargador Federal
ALBERTO NOGUEIRA
Relator

XII - APELACAO EM MANDADO DE SEGURANCA 2002.51.01.016012-2

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL ALBERTO NOGUEIRA
APELANTE	:DISTEL HOLDING S/A
ADVOGADO	:EUNYCE PORCHAT SECCO FAVERET E OUTROS
APELADO	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:DÉCIMA QUINTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200251010160122)

E M E N T A
TRIBUTÁRIO. OPERAÇÕES DE SWAP NA MODALIDADE HEDGE. INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA. ART.5º DA LEI Nº 9.779/99. CONSTITUCIONALIDADE. ENTENDIMENTO DO ÓRGÃO ESPECIAL DO TRF/2ª REGIÃO. RECURSO NÃO PROVIDO.
A questão da constitucionalidade da incidência de Imposto de Renda sobre operações de "swap" na modalidade "hedge" foi submetida, em observância ao princípio da Reserva de Plenário, ao Órgão Especial desta Corte que, por maioria dos membros votantes, entendeu pela constitucionalidade da referida exação.
Com o voto proferido no incidente de inconstitucionalidade suscitado no MS 2000.02.01.030227-6 (em anexo) ficou claro o meu entendimento, no mérito sobre a inexistência de inconstitucionalidade na exigência do tributo, motivo pelo qual, examinando sob esse fundamento a presente apelação, fica afastada sob a qual se funda o pedido.
Recurso não provido.

A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Quarta Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do Voto do Relator, constantes dos autos e que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2007.

ALBERTO NOGUEIRA
Desembargador Federal
Relator

EXPEDIENTE Nª 5 DO DIA 11 DE ABRIL DE 2007

XII - APELACAO EM MANDADO DE SEGURANCA 2000.50.01.005750-6

RELATOR	:DESEMBARGADORA FEDERAL JULIETA LIDIA LUNZ
APELANTE	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:INTERCON ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA
ADVOGADO	:KATIA LEAO BORGES DE ALMEIDA E OUTROS
ORIGEM	:1ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES (200050010057506)

E M E N T A
TRIBUTÁRIO - FINSOCIAL - DECRETO-LEI Nº 1.940/82 - ART. 56 DO ADCT - PRECEDENTES QUE VINCULAM.
I - Em Recurso Extraordinário o S.T.F. reconheceu a eficácia da cobrança do FINSOCIAL do Decreto-lei nº 1.940/82 com as alterações posteriores, haja vista para o art. 56 do ADCT, e com base na alíquota de 0,6% sobre a receita bruta (faturamento).
II - Declaradas inconstitucionais as alterações pertinentes as majorações através do Decreto-lei, obrigadas estão as empresas ao recolhimento do FINSOCIAL nos limites acima referidos até a edição da Lei Complementar 070/91.
III - Prescrição.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:
Decide a Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso e à remessa necessária, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 13 de março de 2007.
(data do julgamento)

Desembargadora Federal JULIETA LÍDIA LUNZ
Presidente e Relatora

APELAÇÃO CÍVEL N 2001.51.01.018987-9

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL REIS FRIEDE
APELANTE	:RENATO BRILHANTE USTRA E OUTROS
ADVOGADO	EVANDRO SOUTO MAIOR
APELANTE	:UNIÃO FEDERAL
APELADO	:OS MESMOS
ORIGEM	:28ª VARA FEDERAL RJ

EMENTA
MILITARES GRATIFICAÇÃO DE COMPENSAÇÃO ORGÂNICA. APELAÇÃO E REMESSA DA UNIÃO APELAÇÃO DA PARTE AUTORA NÃO HAVENDO REDUÇÃO SALARIAL INEXISTE DIREITO A ESTRUTURA REMUNERATORIA APELAÇAO DA UNIÃO PROVIDA APELAÇÃO DA PARTE AUTORA IMPROVIDA
I-Objetivava a parte autora o reconhecimento da Gratificação de Compensação Orgânica (Gratificação de Pára-quedismo) como um direito pessoal e que sejam incluídas nos contracheques dos autores a gratificação no percentual de 160% sobre o soldo de Segundo Tenete.
II-Não havendo redução de cunho salarial, inexiste direito adquirido à intangibilidade do regime remuneratório
Ademais a nova estrutura caracterizou um verdadeiro aumento remuneratório sendo um valor nominal superior ao anteriormente pago.
III-Nego provimento ao recurso da parte autora. Dou provimento à remessa necessária e ao recurso da União Federal para julgar improcedente o pleito e condenar a parte autora nas custas e honorários advocatícios.

ACÓRDÃO
Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas.
Decide a PRIMEIRA Turma do Tribunal Regional Federal 2ª Região
Por maioria, negar provimento ao recurso da parte autora e dar provimento à remessa e ao recurso da União Federal, nos termos do voto do relator constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2005 (data do julgamento)

REIS FRIEDE
Relator
Primeira Turma TRF 2ª REGIÃO

EXPEDIENTE Nº 4 DO DIA 11 DE ABRIL DE 2007

III - AGRAVO 146577 2006.02.01.005167-1

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL ALBERTO NOGUEIRA
AGRAVANTE	:USINA SAO JOAO (B. LYSANDRO) S/A
ADVOGADO	:ANNA PAULA PETRUCCI NASSER E OUTROS
AGRAVADO	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:CINTIA DE FREITAS GOUVEA E OUTROS
ORIGEM	:SEGUNDA VARA FEDERAL DE CAMPOS (200451030016530)

E M E N T A

PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. EMBARGOS À EXECUÇÃO. PESSOA JURÍDICA. POSSIBILIDADE. CONDIÇÃO. SITUAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. COMPROVAÇÃO DE PLANO. INEXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. INDEFERIMENTO.
1. Esta Turma já reconheceu que a pessoa jurídica faz jus à gratuidade de justiça quando comprovar de plano sua situação de hipossuficiência (AG 2005.02.01.001143-7, julgado em 05/07/2005).
2. Entretanto, não se instruiu o petitório com qualquer documento comprobatório da alegada situação de hipossuficiência da executada, limitando-se a embargante, ora agravante, a afirmar, sem a devida demonstração, que vem passando por grave crise financeira.
3. A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo de instrumento.

A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Quarta Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do Relatório e Voto do Senhor Desembargador Federal Relator, constantes dos autos e que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 10 de outubro de 2006 (data do julgamento).

ALBERTO NOGUEIRA
Desembargador Federal Relator

SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA ESPECIALIZADA

DIVISÃO DE PROCEDIMENTOS DIVERSOS

DESPACHOS/DECISÕES

EXPEDIENTE Nº 1 DO DIA 11 DE ABRIL DE 2007

IV - APELACAO CIVEL 1993.51.01.017049-5

RELATOR	:DESEMBARGADORA FEDERAL VERA LÚCIA LIMA
APELANTE	:ELIANE DA SILVA CARVALHO
ADVOGADO	:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APELADO	:CIA/ NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB
ADVOGADO	:DONES M. F. N. DA SILVA E OUTROS
ORIGEM	:DÉCIMA SÉTIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9300170490)

d e s p a c h o

Defiro o pedido de vista dos autos para obtenção de cópias, em Cartório, conforme requerido através da petição nº 2007019828, cuja juntada ora determino, com apoio do art. 40, I, do CPC, devendo a Subsecretaria adotar as cautelas de estilo.

Rio de Janeiro, 02 de abril de 2007

Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL 370665/RJ 1998.51.01.030734-6

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO CRUZ NETTO
APELANTE	:SINDICATO DOS SERVIDORES DO COLÉGIO PEDRO II - SINDSCOPE
ADVOGADO	:JOSÉ CLÁUDIO FERREIRA GOMES
APELADO	:COLEGIO PEDRO II
ORIGEM	:VIGÉSIMA NONA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9800307346)

D E C I S Ã O

À DIDRA para alterar autuação, tendo em vista que o apelante é o SINDICATO DOS SERVIDORES DO COLÉGIO PEDRO II - SINDSCOPE.
Trata-se de recurso de apelação interposto contra sentença prolatada nos autos de ação de rito ordinário proposta pelo SINDICATO DOS SERVIDORES DO COLÉGIO PEDRO II - SINDSCOPE, em face do COLÉGIO PEDRO II, objetivando a incorporação aos vencimentos dos seus substituídos do índice de 11,98% desde março de 1994, bem como a incorporação dos períodos inflacionários verificados nos anos de 1995 (21,98%), 1996 (9,12%), 1997 (9,97%), 1998 e demais anos, parcelas vencidas e vincendas, com correção legal, além dos honorários advocatícios e custas.
O Juiz julgou improcedente os pedidos, condenando o autor em custas e em honorários de 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa. Custas *ex lege*.
Apela o autor alegando que o direito que pleiteia está fundado nas Medidas Provisórias de nº 434, 457, 482 e na Lei 8.880/94, art. 21, que apontam os soldos, salários e proventos dos servidores, sem fazer distinção entre os membros de qualquer poder, diante do princípio constitucional da isonomia. Alega, ainda, que se encontra pacificado o entendimento de que têm direito líquido e certo os servidores públicos federais vinculados ao Poder Executivo à diferença fracionada de 3,17%, com base na Lei 8.880/94. Requer a reforma da sentença.
É o relatório. DECIDO.
O entendimento jurisprudencial dominante do STJ e dos demais TRF's, quanto ao índice de 11,98%, é no sentido de que tal diferença só é devida aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, por força do art. 168 da CF, que recebiam seus salários em torno do dia 20 e 22 de cada mês. Não estão abrangidos, portanto, por esta regra, os servidores do Poder Executivo e os militares, que recebiam no último dia do mês ou no início do mês seguinte. Veja-se a respeito os seguintes acórdãos:
"RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. MILITARES DA MARINHA. REAJUSTE DE 11,98%. DESCABIMENTO.
I - Pacífica orientação desta Corte no sentido de ser devida a diferença de 11,98%, relativa à conversão de cruzeiros reais em URV's, apenas aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, os quais, por força do art. 168 da CF, percebiam efetivamente seus salários em torno do dia 20 e 22 de cada mês.
II - In casu, tratando-se de militares da Marinha, não há falar em direito à referida diferença. Precedentes.
Recurso provido."
(STJ - RESP - 598667/RJ - 2003/0187287-7 - Quinta Turma - Rel. Min. Felix Fischer - Publicado no DJ de 15.12.2003 - pág. 398).

"ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS. LEI Nº 8.880/94. CONVERSÃO DE CRUZEIROS REAIS EM URV'S. REDUÇÃO DE REMUNERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.
I - A conversão de que trata o art. 22, da Lei nº 8.880/94, quanto aos vencimentos e proventos dos servidores públicos, que têm a data de pagamento estabelecida em conseqüência do art. 168 da Constituição Federal, deve observar a data do efetivo pagamento.
II - Interpretação sistêmica do conteúdo da Lei nº 8.880/94, cuja Exposição de Motivos proclama a manutenção do poder aquisitivo dos trabalhadores e servidores públicos.

III - No caso dos autos, não tendo os servidores data de pagamento estabelecida nos termos do art. 168 da Carta Magna, não é devida a incorporação do reajuste de 11,98%.
IV - Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, Provido".
(TRF-2ª Região. AC nº 216173. Rel. Des. Fed. Guilherme Couto. Segunda Turma. DJ. 24/09/2002, pg: 246).

Esse entendimento foi reiterado nos seguintes julgados: REsp/RJ nº 298518 (DJ 24/06/2002, p. 00324); AI/AC nº 303835 (DJ de 18/08/2003, p.: 88) e AC nº 320126 (DJ de 06/06/2003, p.: 269).
Com efeito, na inicial o autor pleiteia a recomposição do valor real sobre a correção do principal e não a incorporação de 3,17% nos salários dos servidores. Desse modo, não é lícito ao apelante alterar o pedido na fase recursal para nele incluir pretensão diversa daquela que foi originalmente aduzida na exordial. A apelação devolve ao conhecimento do tribunal apenas as questões suscitadas e decididas no primeiro grau.
Questão semelhante à dos autos já foi objeto de julgamento pelo STJ, como se vê do seguinte acórdão:
"ADMINISTRATIVO - PROCESSUAL CIVIL - RMS - PRINCÍPIO DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO - INOVAÇÃO RECURSAL - DELEGADOS DE POLÍCIA ESTADUAL - DEMISSÃO - COMPETÊNCIA DE SECRETÁRIO DE ESTADO - DELEGAÇÃO - LEGALIDADE - PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - CERCEAMENTO DE DEFESA - INEXISTÊNCIA E AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA.
I - Verificando-se que parte da fundamentação tecida nas razões do recuso ordinário não foi objeto de discussão perante a Corte a quo, justamente porque não foi assinalada na exordial, impõe-se não conhecer do apelo, quanto a este pormenor, sob pena de restar violado o princípio do duplo grau de jurisdição.
Omissis.
VI - Recurso parcialmente conhecido e desprovido."
(STJ - 5ª Turma, ROMS 12538 / TO, rel. Min. GILSON DIPP, DJ 29/09/2003, pág. 00274)
Pelo exposto, estando a sentença em conformidade com a jurisprudência dominante do STJ, nego seguimento à apelação, com fulcro no art. 557, *caput*, do CPC.
Intime-se.
Oportunamente, remetam-se os autos à vara de origem.
Rio de Janeiro, 19 de março de 2007.

ANTÔNIO CRUZ NETTO
Relator

APELAÇÃO CÍVEL 376052/ES 1999.50.01.002216-0

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO CRUZ NETTO
APELANTE	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:CLEBSON DA SILVA
APELADO	:ANTÔNIO CARLOS SANTANA SOUZA E OUTROS
ADVOGADO	:ESMERALDO AUGUSTO LUCCHESI RAMACCIOTTI E OUTRO
REMETENTE	:JUÍZO FEDERAL DA 3A VARA-ES
ORIGEM	:SEGUNDA VARA FEDERAL DE VITÓRIA (9900022165)

D E C I S Ã O

À DIDRA para alterar autuação, fazendo constar o remetente: Juízo Federal da 3ª Vara-ES.
Trata-se de apelação cível interposta pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e recurso adesivo interposto por ANTÔNIO CARLOS SANTANA SOUZA e OUTROS contra sentença prolatada nos autos da ação ordinária, que ajuizaram em face do INSS, objetivando a incorporação do percentual de 28,86% sobre seus vencimentos e demais vantagens cabíveis, parcelas vencidas e vincendaş relativo ao período de 1º de janeiro de 1993 e 30 de junho de 1998, acrescidos de juros até o efetivo pagamento, correção monetária, custas judiciais e honorários advocatícios de 20% com base nos artigos 20 do CPC e 133 da CF.
O Juiz, às fls. 114/121, prolatou sentença com o seguinte dispositivo:
"Pelo exposto:
a) com fulcro no art. 267, VI do CPC, EXTIGO O FEITO, SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, quanto aos demandantes ANTÔNIO CARLOS SANTANA SOUZA ANTÔNIO DANILO DO NASCIMENTO, CARLOS ALBERTO CRISTO DA CONCEIÇÃO E OSWALDINO JANUÁRIO DE ARAÚJO;
b) quanto ao demais autores, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE OS PEDIDOS, que constam na inicial, por via de conseqüência, condeno a ré na obrigação de reajustar os vencimentos da parte autora no percentual de 28,86% (vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento), a partir de janeiro de 1993, na forma da Lei nº 8.627/93, assim como a pagar-lhes as parcelas vencidas, a este título, acrescidas de juros de mora, contados da citação e correção monetária, contada da data em que essas verbas se tornaram devidas, sem prejuízo de compensação correspondente no eventual reajustamento já obtido pela parte autora com base na mesma Lei nº 8.627/93 ou em leis posteriores, que impliquem reclassificação de cargos ou reestruturação de carreira; ressalvando que, em sendo, nessa hipótese, casos estes novos salários maiores que aqueles qualificados a partir da aplicação do percentual reconhecido nesta sede, cessa a incorporação. Neste mesmo comando judicial, julgo improcedente o pedido de declaração de responsabilidade tributária.
Deixo de efetuar condenação em honorários tendo em vista que as partes restaram vencidas em partes equivalentes, devendo as mesmas arcarem proporcionalmente com as custas e despesas processuais, tudo conforme o artigo 21, do Código de Processo Civil e o artigo 14, e seu § 4º, da Lei nº 9.389/1996.
(...)
P.R.I.

Às fls. 123/125 os autores opuseram embargos de declaração, sendo acolhidos em parte para aclarar o dispositivo da sentença, especificando que os juros legais referidos são os juros moratórios, devidos à taxa de 6% ao ano, a contar da citação da ré.
Apela o INSS, às fls. 140/142, sustentando que ocorreu a prescrição sobre as parcelas pretéritas ao qüinqüênio legal que antecederam a propositura da ação, tendo em vista que a ação foi ajuizada abril/1999. Requer a reforma da sentença.
Os autores, às fls. 147/154, interpuseram recurso adesivo sustentando que a incidência dos juros de mora é no percentual de 1% ao mês, a partir do ajuizamento da ação e requerem a fixação dos honorários advocatícios em 10% sobre o valor da causa.
Contra-razões do INSS às fls. 158/160.
O Ministério Público, às fls. 164/165, manifestou-se pelo provimento do recurso do INSS.
É o relatório. DECIDO.
O STJ pacificou o entendimento de que o prazo prescricional se renova mês a mês, em se tratando de prestação de trato sucessivo, como dispõe a Súmula nº 85, in verbis:
"Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação."
Veja-se a respeito o seguinte acórdão:
"RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR. E AJUSTE DE 28,86%. PRESCRIÇÃO. INEXISTÊNCIA DE NEGATIVA FORMAL DA ADMINISTRAÇÃO. SÚMULA 85/STJ.
Pretendendo os autores o reajuste de 28,86% a eles não concedido, sem que tenha havido negativa formal da Administração, a prescrição atinge somente as prestações vencidas no qüinqüênio que antecede à propositura da ação - Súmula 85/STJ.
Recurso desprovido."
(STJ - REsp. 390210/PA - Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca - Quinta Turma - DJ. 13/05/2002 pg. 00224).
Ao julgar o RMS nº 22.307-DF o egrégio Supremo Tribunal Federal entendeu, por maioria, que os servidores civis têm direito ao reajuste de 28,86%, correspondente ao reajustamento do soldo mais alto. O acórdão tem a seguinte ementa:
"RECURSO ORDINÁRIO. PRAZO. MANDADO DE SEGURANÇA. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. O silêncio da legislação sobre o prazo referente ao recurso ordinário contra decisões denegatórias de segurança, ou a estas equivalentes, como é o caso da que tenha implicado a extinção do processo sem julgamento do mérito - mandado de segurança nº 21.112-1/PR (AGRG), relatado pelo Ministro Celso de Mello, perante o Plenário, cujo acórdão foi publicado no Diário da Justiça de 29 de junho de 1990, à pagina 6.220 - é conducente à aplicação analógica do art. 33 da Lei nº 8.038/90. A oportunidade do citado recurso submete-se à dilação de quinze dias. REVISÃO DE VENCIMENTOS. ISONOMIA. 'A revisão geral de remuneração dos servidores públicos, sem distinção de índices entre servidores públicos civis e militares, far-se-á sempre na mesma data' - inciso X - sendo irredutíveis, sob o ângulo não simplesmente da forma (valor nominal), mas real (poder aquisitivo) os vencimentos dos servidores públicos civis e militares inciso XV, ambos do artigo 37 da Constituição Federal."
(RO em Mandado de Segurança nº 22307-7 - Distrito Federal. DJ 13.06.97).
Esta foi a primeira manifestação do STF neste sentido, sendo que, a partir de então, tal entendimento foi confirmado por reiteradas vezes, conforme fazem prova os seguintes julgados: RE 218.417-9, Rel. Min. Moreira Alves; AgRAG 196.095/MG, Rel. Min. Sidney Sanches; e RE 229.162/SP, Rel. Min. Maurício Corrêa.
Entretanto, esclareço que, face a decisão do STF sobre a mesma matéria, no RMS 22.307-DF, hão de ser compensados possíveis aumentos resultantes da Lei nº 8.627/93, que acaso tenham beneficiado a parte autora, conforme seja apurado em execução. Isto porque o percentual de 28,86% deve corresponder ao reajuste total conferido ao servidor por força da referida lei.
Quanto aos juros moratórios, o juiz os fixou em taxa legal. Ocorre que a jurisprudência dominante é no sentido de que os juros moratórios devem ser fixados no percentual de 6% (seis por cento) ao ano nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias a servidores e empregados públicos, quando a ação for proposta após o início da vigência da Medida Provisória 2.180-35/2001, que acrescentou o art. 1º - F à Lei 9.494/97, como se vê do seguinte acórdão:
"PROCESSO CIVIL - RECURSO ESPECIAL - SERVIDOR PÚBLICO - JUROS MORATÓRIOS - NATUREZA ALIMENTAR - 1% AO MÊS - MP 2.180-35/2001 - AÇÃO AJUIZADA ANTES DA EDIÇÃO DA NORMA EM QUESTÃO - INAPLICABILIDADE - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - FIXAÇÃO SOBRE A DIFERENÇA - NEGATIVA DE VIGÊNCIA AO ART. 20 E PARÁGRAFOS, TODOS DO CPC - DISSÍDIO PRETORIANO NÃO COMPROVADO.
1 - A teor do art. 255 e parág. único do RISTJ, não basta a simples transcrição de ementas para a apreciação da divergência jurisprudencial (art. 105, III, alínea "c" da CF), devendo ser mencionadas e expostas as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, bem como juntadas cópias integrais de tais julgados.
2 - Os vencimentos dos servidores públicos, sendo contraprestações, são créditos de natureza alimentar. Logo, há que se ponderar que a matéria não versa sobre Direito Civil, com aplicação do dispositivo contido no art. 1.062, do CC, mas sim, de normas salariais, não importando se de índole estatutária ou celetista. Na espécie, aplica-se o art. 3º, do Decreto-Lei nº 2.322/87, incidindo juros de 1% ao mês sobre dívidas resultantes da complementação de salários.
3 - Precedentes (STF, RE nº 108.835-4/SP e STJ, REsp nºs 7.116/SP e 5.657/SP e EREsp nº 58.337/SP).
4 - As normas de direito processual, embora tenham eficácia imediata, não incidem nos processos em andamento, quando criem deveres patrimoniais às partes. Apesar de eficaz a Medida Provisória nº 2.180-35/2001, é de se afastar sua aplicação (cf. STJ, Corte Especial, EREsp nº 422.444/RS).
5 - Na espécie, a ação foi proposta em 17/12/1999, portanto, antes do início da vigência da Medida Provisória nº 2.180-35, editada em 24.08.2001. Inaplicável, "in casu", a referida norma.
6 - Tratando-se de ação em que a verba honorária deve incidir sobre o valor da condenação, tem-se como configurada a infringência ao Art. 20 CPC, no tocante à fixação sobre a diferença.
7 - Conheço de ambos os recursos, nos termos acima expostos e, neste aspecto, nego provimento ao da União e dou provimento ao do Sindicato para, reformando o v. acórdão de origem, restabelecer a r. sentença quanto aos honorários advocatícios.
(STJ - REsp 531136 / SC. Relator: Min. Jorge Scartezzini. Órgão Julgador: Quinta Turma. Data da Publicação/Fonte: DJ 02.08.2004 p. 503).
No caso em questão, tendo sido a ação proposta em 15/04/1999, antes da vigência da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, os juros devem ser fixados no percentual de 1% (um por cento) ao mês.
Quanto à condenação da apelante em honorários advocatícios, observo que o fato de o juiz haver determinado a compensação com valores já recebidos pelos autores, com base na mesma lei, não implica em sucumbência recíproca, visto que foi acolhido *in totum* o pedido. Ressalte-se que os honorários foram fixados sobre o montante devido; logo, aí já estão excluídos os valores eventualmente pagos pela ré, os quais serão compensados na liquidação da sentença.
Esclareço, ainda, que a jurisprudência dominante é no sentido de que a condenação da Fazenda Pública não deve ultrapassar 5% (cinco por cento) sobre o valor da condenação, pelo que merece parcial provimento a apelação neste particular.
Ressalto, por fim, a possibilidade de ser julgada a remessa necessária por decisão singular do relator, conforme dispõe a Súmula 253 do STJ: *"O art. 557 do CPC, que autoriza o relator a decidir o recurso, alcança o reexame necessário"*.
Pelo exposto, com fulcro no § 1º - A, do art. 557, do CPC, dou parcial provimento ao recurso adesivo dos autores, para reformar a sentença no que tange aos honorários advocatícios, que arbitro em 5% (cinco por cento) sobre o valor da condenação, bem como no que se refere aos juros de mora, que fixo em 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação, e, dou provimento à apelação do INSS e à remessa necessária, para reconhecer a prescrição das parcelas vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação, conforme jurisprudência dominante.
Intimem-se.
Oportunamente, remetam-se à vara de origem.
Rio de Janeiro, 19 de março de 2007.

ANTÔNIO CRUZ NETTO
Relator

III - AGRAVO 2004.02.01.008837-5

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO CRUZ NETTO
AGRAVANTE	:INST. BRAS. DO MEIO-AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA
PROCURADOR	:CARLOS ALBERTO PIRES ALBUQUERQUE JUNIOR
AGRAVADO	:MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ORIGEM	:VIGÉSIMA TERCEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200451010106471)

D E C I S Ã O

Trata-se de agravo e instrumento interposto contra decisão que, em ação ordinária nº 2004.51.01.008837-5, deferiu a antecipação de tutela requerida pelo autor.
De acordo com informações obtidas pelo sistema de informática, cuja juntada aos autos determino, foi proferida sentença julgando procedente em parte o pedido.
Em tais circunstâncias, o presente agravo de instrumento perdeu o objeto, restando prejudicado, uma vez que, com prolação da sentença, esta é que prevalece, devendo a matéria ser impugnada por meio de apelação.
Nesse sentido, pacífica jurisprudência transcrita a seguir:

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA NA AÇÃO.
PERDA DE OBJETO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.
1. Perde objeto o recurso relativo à antecipação da tutela quando a sentença superveniente (a) revoga, expressa ou implicitamente, a liminar antecipatória (o que pode ocorrer com juízo de improcedência ou de extinção do processo sem julgamento de mérito), ou, (b) sendo de procedência (integral ou parcial), tem aptidão para, por si só, irradiar os mesmos efeitos da medida antecipatória. Em qualquer dessas situações, o provimento do recurso relativo à liminar não teria o condão de impedir o cumprimento da sentença superveniente.

2. No caso concreto, a liminar determinou a não incidência de imposto de renda sobre as parcelas recebidas a título de conversão de licença-prêmio e férias não gozadas em abono pecuniário e do abono constitucional de um terço de férias, e esse mesmo efeito é produzido pela sentença de procedência do pedido, que não tem efeito suspensivo.
3. Agravo regimental a que se nega provimento."
(AgRg no REsp 727234/AL, rel. Min. Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 19.05.2005).

Em face do exposto, julgo prejudicado, por perda do objeto, o agravo de instrumento e, em conseqüência, nego-lhe seguimento, nos termos do art. 557, *caput*, do CPC c/c o art. 43, parágrafo 1º, inciso I; e art. 228, ambos do Regimento Interno desta Corte.
Oportunamente, dê-se baixa à Vara de origem.
Publique-se. Intime-se.
Rio de Janeiro,09/04/2007.

ANTÔNIO CRUZ NETTO
Relator

APELAÇÃO CÍVEL 383457/RJ 2004.51.01.023968-9

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO CRUZ NETTO
APELANTE	:SERGIO NEY DAMASCENO
ADVOGADO	:MARCO ANTONIO HURTADO E OUTROS
APELADO	:UNIÃO FEDERAL
ORIGEM	:DÉCIMA SEGUNDA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

D E C I S Ã O

Trata-se de recurso de apelação interposto por SERGIO NEY DAMASCENO, de sentença prolatada nos autos da ação ordinária ajuizada contra a UNIÃO FEDERAL, objetivando a incorporação do percentual de 11,98% sobre seus proventos.
O autor alega, na inicial, que é militar reformado pelo Exército Brasileiro e que o referido índice foi indevidamente excluído, por ocasião da conversão dos salários de cruzeiros reais para URVs, em março de 1994.
Às fls. 40/47 a União apresentou contestação, sustentando que todos os pagamentos relativos aos proventos do autor sempre foram realizados com perfeita observância às normas legais, inexistindo diferenças a restituir.
O juiz, às fls. 60/62, entendendo que o índice de 11,98% somente é devido aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, julgou improcedente o pedido, condenando o autor em custas e honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa.
Apela o autor às fls. 64/81, reiterando os fundamentos da inicial.
A jurisprudência do STJ e deste tribunal é pacífica no sentido de que a diferença de 11,98%, relativa à conversão de cruzeiros reais em URV's, é devida apenas aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, como se verifica nos seguintes acórdãos:
"RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. MILITARES DA MARINHA. REAJUSTE DE 11,98%. DESCABIMENTO.
I - Pacífica orientação desta Corte no sentido de ser devida a diferença de 11,98%, relativa à conversão de cruzeiros reais em URV's, apenas aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, os quais, por força do art. 168 da CF, percebiam efetivamente seus salários em torno do dia 20 e 22 de cada mês.
II - In casu, tratando-se de militares da Marinha, não há falar em direito à referida diferença. Precedentes. Recurso provido."
(REsp nº 598667/RJ, Relator: Ministro Felix Fischer - Quinta Turma do STJ, DJ de 15/12/2003, pág. 398)
"ADMINISTRATIVO - SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS - REAJUSTE DE 11,98%.
1. A conversão dos vencimentos dos servidores públicos federais previsto no art. 22, I, da Lei 8.880/94 provocou perdas para os servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, que recebiam no dia 20 do mês de competência.
2. Tal diferença não existe para os servidores do Poder Executivo, em especial os militares, que recebiam no último dia do mês, ou no início do mês subseqüente.
3. Entendimento jurisprudencial do eg. STJ.
4. Remessa e apelação providas, para julgar improcedente o pedido."
(AC nº 216173/RJ, Relator: Juiz Federal Convocado Guilherme Couto - Segunda Turma do TRF da 2ª Região, DJU de 24/09/2002, pág. 246)
"ADMINISTRATIVO. REAJUSTE SALARIAL DE 11,98%. LEI 8.880/94. MILITAR. INAPLICABILIDADE.
1. É indevido o reajuste salarial de 11,98% para os militares, visto que o equívoco da redação da Lei 8.880/94 que determinou a conversão da moeda de cruzeiros reais para URV somente incidiu sobre os vencimentos dos servidores do Poder Legislativo, Judiciário e Ministério Público da União.
...3. apelação improvida."
(AC nº 302667, Relator: Desembargador Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima - Segunda Turma do TRF da 5ª Região, DJ de 21/05/2003, pág. 949)
Pelo exposto, estando a sentença em conformidade com a jurisprudência dominante deste tribunal e do STJ, nego seguimento à apelação, com base no art. 557, *caput*, do CPC.
Rio de Janeiro,

ANTÔNIO CRUZ NETTO
Relator

III - AGRAVO 2005.02.01.008038-1

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO CRUZ NETTO
AGRAVANTE	:IRINEU LUIZ SPERANDIO E OUTROS
ADVOGADO	:ANDRE LUIZ PACHECO CARREIRA E OUTRO
AGRAVADO	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:CRISTIANO TEIXEIRA PASSOS E OUTROS
ORIGEM	:1 VARA JUSTIÇA FEDERAL SAO MATEUS/ES (200250030003007)

D E C I S Ã O

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que determinou a suspensão do processo originário n. 2002.50.03.000300-7, até o julgamento de ação rescisória, considerada pelo juiz como questão prejudicial.
Junte-se o ofício nº OFJ.0201.000665-0/2006, pelo qual o juízo da Vara Federal de São Mateus comunica ter revogado aquela decisão.
Entendo que, em tais circunstâncias, o presente agravo de instrumento perdeu o objeto, restando prejudicado, tendo em vista que o objetivo da interposição deste recurso foi plenamente satisfeito com a revogação da decisão agravada.
Veja-se, sobre a questão, o seguinte acórdão:
AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. REVOGAÇÃO DA DECISÃO HOSTILIZADA. PERDA DE OBJETO.
1. A decisão impugnada pela agravante foi revogada pelo juiz a quo, motivo pelo qual é evidente a perda de interesse em recorrer.
2. Agravo improvido.
(AgTag nº 26439/RJ, rel. Juiz Paulo Barata, 3ªT, DJ 25/03/2004)

Em face do exposto, julgo prejudicado o agravo de instrumento, por perda do objeto e, em conseqüência, nego-lhe seguimento, nos termos do art. 557, *caput*, do CPC c/c o art. 43, parágrafo 1º, inciso I; e art. 228, ambos do Regimento Interno desta Corte.
Oportunamente, dê-se baixa à Vara de origem.
Publique-se. Intime-se.
Rio de Janeiro,09/04/2007.

ANTÔNIO CRUZ NETTO
Relator

III - AGRAVO 2005.02.01.013933-8

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO CRUZ NETTO
AGRAVANTE	:ZULEICA FIGUEIREDO LESSA
ADVOGADO	:FLAVIO HENRIQUE DE MORAES MATTOS E OUTROS
AGRAVADO	:DORALICE DE JESUS FIGUEIREDO
ADVOGADO	:SEM ADVOGADO
AGRAVADO	:UNIAO FEDERAL
ORIGEM	:VIGÉSIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200451015016137)

D E C I S Ã O

Pelo ofício nº 431/2006, o juízo da 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro encaminha cópia de sentença prolatada nos autos da ação ordinária nº 2004.51.01501613-7 (fls.59/63), da qual se originou este agravo de instrumento, julgando procedente em parte o pedido da autora.
Em tais circunstâncias, o presente agravo de instrumento perdeu o objeto, restando prejudicado, uma vez que, com prolação da sentença, esta é que prevalece, devendo a matéria ser impugnada por meio de apelação.
Nesse sentido, pacífica jurisprudência:

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA NA AÇÃO.
PERDA DE OBJETO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.
1. Perde objeto o recurso relativo à antecipação da tutela quando a sentença superveniente (a) revoga, expressa ou implicitamente, a liminar antecipatória (o que pode ocorrer com juízo de improcedência ou de extinção do processo sem julgamento de mérito), ou, (b) sendo de procedência (integral ou parcial), tem aptidão para, por si só, irradiar os mesmos efeitos da medida antecipatória. Em qualquer dessas situações, o provimento do recurso relativo à liminar não teria o condão de impedir o cumprimento da sentença superveniente.
2. No caso concreto, a liminar determinou a não incidência de imposto de renda sobre as parcelas recebidas a título de conversão de licença-prêmio e férias não gozadas em abono pecuniário e do abono constitucional de um terço de férias, e esse mesmo efeito é produzido pela sentença de procedência do pedido, que não tem efeito suspensivo.
3. Agravo regimental a que se nega provimento."
(AgRg no REsp 727234/AL, rel. Min. Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 19.05.2005).

Em face do exposto, julgo prejudicado, por perda do objeto, o agravo de instrumento e, em conseqüência, nego-lhe seguimento, nos termos do art. 557, *caput*, do CPC c/c o art. 43, parágrafo 1º, inciso I; e art. 228, ambos do Regimento Interno desta Corte.
Oportunamente, dê-se baixa à Vara de origem.
Publique-se. Intime-se.
Rio de Janeiro,09/04/2007.

ANTÔNIO CRUZ NETTO
Relator

III - AGRAVO 2006.02.01.001822-9

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO CRUZ NETTO
AGRAVANTE	:JAIR NOGUEIRA NETO
ADVOGADO	:GLORIA JEAN GOMES DE OLIVEIRA
AGRAVADO	:UNIAO FEDERAL
ORIGEM	:DÉCIMA PRIMEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200651010027555)

D E C I S Ã O

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que indeferiu liminar pleiteada pelo autor, ora agravante.
Às fls. 124 e 125, a agravada traz informações do sistema de informática comunicando a desistência da ação pelo autor, homologada por sentença que extinguiu o processo sem julgamento de mérito.
Em tais circunstâncias, o presente agravo de instrumento perdeu o objeto, restando prejudicado, uma vez que havendo prolação de sentença judicial, esta é a que prevalece.
Nesse sentido, pacífica jurisprudência transcrita a seguir:

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA NA AÇÃO.
PERDA DE OBJETO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.
1. Perde objeto o recurso relativo à antecipação da tutela quando a sentença superveniente (a) revoga, expressa ou implicitamente, a liminar antecipatória (o que pode ocorrer com juízo de improcedência ou de extinção do processo sem julgamento de mérito), ou, (b) sendo de procedência (integral ou parcial), tem aptidão para, por si só, irradiar os mesmos efeitos da medida antecipatória. Em qualquer dessas situações, o provimento do recurso relativo à liminar não teria o condão de impedir o cumprimento da sentença superveniente.
2. No caso concreto, a liminar determinou a não incidência de imposto de renda sobre as parcelas recebidas a título de conversão de licença-prêmio e férias não gozadas em abono pecuniário e do abono constitucional de um terço de férias, e esse mesmo efeito é produzido pela sentença de procedência do pedido, que não tem efeito suspensivo.
3. Agravo regimental a que se nega provimento."
(AgRg no REsp 727234/AL, rel. Min. Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 19.05.2005).
Em face do exposto, julgo prejudicado, por perda do objeto, o agravo de instrumento e, em conseqüência, nego-lhe seguimento, nos termos do art. 557, *caput*, do CPC c/c o art. 43, parágrafo 1º, inciso I; e art. 228, ambos do Regimento Interno desta Corte.
Oportunamente, dê-se baixa à Vara de origem.
Publique-se. Intime-se.
Rio de Janeiro, 09/04/2007.

ANTÔNIO CRUZ NETTO
Relator

III - AGRAVO 2006.02.01.003646-3

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO CRUZ NETTO
AGRAVANTE	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:RENATO MIGUEL
AGRAVADO	:JANE GONÇALVES FISSICARO PROCOPIO
ADVOGADO	:JOAO BATISTA CERUTI PINTO
ORIGEM	:SÉTIMA VARA FEDERAL DE VITÓRIA (200550010058820)

D E C I S Ã O

Pelo ofício nº OFJ.0007.000332-8/2006, o juízo da 5ª Vara Federal do Espírito Santo encaminha cópia de sentença prolatada nos autos da ação ordinária nº 2005.50.01.005882-0 (fl.141/147), da qual se originou este agravo de instrumento, julgando procedente em parte o pedido da autora.
Em tais circunstâncias, o presente agravo de instrumento perdeu o objeto, restando prejudicado, uma vez que, com prolação da sentença, esta é que prevalece, devendo a matéria ser impugnada por meio de apelação.
Nesse sentido, pacífica jurisprudência:

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA NA AÇÃO.
PERDA DE OBJETO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.
1. Perde objeto o recurso relativo à antecipação da tutela quando a sentença superveniente (a) revoga, expressa ou implicitamente, a liminar antecipatória (o que pode ocorrer com juízo de improcedência ou de extinção do processo sem julgamento de mérito), ou, (b) sendo de procedência (integral ou parcial), tem aptidão para, por si só, irradiar os mesmos efeitos da medida antecipatória. Em qualquer dessas situações, o provimento do recurso relativo à liminar não teria o condão de impedir o cumprimento da sentença superveniente.
2. No caso concreto, a liminar determinou a não incidência de imposto de renda sobre as parcelas recebidas a título de conversão de licença-prêmio e férias não gozadas em abono pecuniário e do abono constitucional de um terço de férias, e esse mesmo efeito é produzido pela sentença de procedência do pedido, que não tem efeito suspensivo.

3. Agravo regimental a que se nega provimento."
(AgRg no REsp 727234/AL, rel. Min. Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 19.05.2005).

Em face do exposto, julgo prejudicado, por perda do objeto, o agravo de instrumento e, em conseqüência, nego-lhe seguimento, nos termos do art. 557, *caput*, do CPC c/c o art. 43, parágrafo 1º, inciso I; e art. 228, ambos do Regimento Interno desta Corte.
Oportunamente, dê-se baixa à Vara de origem.
Publique-se. Intime-se.
Rio de Janeiro,09/04/2007.

ANTÔNIO CRUZ NETTO
Relator

III - AGRAVO 2006.02.01.004819-2

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO CRUZ NETTO
AGRAVANTE	:MARCELO DE ASSIS CUNHA
ADVOGADO	:ARALTON LIMA JUNIOR
AGRAVADO	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:SEM ADVOGADO
ORIGEM	:VIGÉSIMA SEXTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200651010011432)

D E C I S Ã O

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que, em ação ordinária, não conheceu do pedido de reconsideração apresentado pelo autor. O juiz prolator da decisão impugnada fundamenta que a via recursal adequada é a apelação.
O agravante, em suas razões de recurso, requer *"seja julgado procedente no mérito a causa, mantida ocasional decisão liminar, para a continuidade do feito, com efetivação da relação processual, citando-se à agravada (CEF), a fim de que responda aos termos da exordial"*
É o relatório. Decido.
Como cediço, a peça inicial do recurso, da mesma forma que a petição inicial, é o instrumento pelo qual o autor traz ao órgão julgador as razões de seu inconformismo com a decisão prolatada.
Por isso mesmo, o subscritor da petição deve deixar claro e evidente as razões que o levaram a interpor o recurso, sob pena de ser considerada inepta, e o recurso inadmitido.
O pedido deve, ainda, ser certo e determinado, e não genérico como o transcrito no relatório. O subscritor deve apontar e descrever o bem que deseja. De fato, ainda que o objetivo imediato seja a reforma de decisão interlocutória, o efeito concreto é trazer ao autor o bem almejado.
Resta, da mesma forma, incompreensível, a causa de pedir. O agravante restringe-se a afirmar que *" Presentes estão a fumaça do bom direito ou fumus boni júris, posto que, o agravante preencheu o nome na procuração outorgado nos autos da ação em curso no juízo a quo, anteriormente, assim, in casu, há simples violência ao direito incontestável, líquido e certo do agravante ao devido processo legal (art. 5º, inc. LIV, da CRF/88) implica no periculum im mora, porém se enfatiza que foi julgada extinta a demanda com fulcro no art. 267, inciso IV, do CPC, isto é, a parte não fora intimada pessoalmente."*
Resta, portanto, inviável o conhecimento do recurso por este relator, haja vista a ausência de fundamentação e a imprecisão dos pedidos formulados.
De qualquer forma, resta evidente que o objetivo final do agravante é impugnar a sentença que extinguiu o processo sem julgamento do mérito, por não ter o autor sanado irregularidades relativas à sua representação processual. Assim, é evidente o descabimento de agravo de instrumento para atacar tal decisão.
Pelo exposto, com base no art. 557, *caput*, do CPC c/c o parágrafo 1º, inciso II do art. 43, do Regimento Interno deste Tribunal, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Rio de Janeiro, 07/04/2007.
ANTÔNIO CRUZ NETTO
Relator

III - AGRAVO 2006.02.01.005348-5

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO CRUZ NETTO
AGRAVANTE	:ROQUE DO CARMO E CONJUGE
ADVOGADO	:ELIEL SANTOS JACINTHO E OUTROS
AGRAVADO	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:SEM ADVOGADO
ORIGEM	:PRIMEIRA VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA (200651040008058)

D E C I S Ã O

Junte-se o ofício nº OFI.0401.000294-9/2006, pelo qual o juízo da 1ª Vara Federal do Rio de Janeiro comunica ter sido extinto, sem resolução do mérito, o processo nº 2006.5104000805-8, do qual se originou este agravo de instrumento.
Este agravo de instrumento foi interposto com o objetivo de ver reformada decisão que indeferiu a liminar requerida objetivando a sustação do leilão em execução extrajudicial promovida pela ré, ora agravada.
Em tais circunstâncias, o presente agravo de instrumento perdeu o objeto, restando prejudicado, uma vez que, com prolação da sentença, esta é que prevalece, devendo a matéria ser impugnada por meio de apelação.
Nesse sentido, pacífica jurisprudência transcrita a seguir:

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA NA AÇÃO.
PERDA DE OBJETO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.
1. Perde objeto o recurso relativo à antecipação da tutela quando a sentença superveniente (a) revoga, expressa ou implicitamente, a liminar antecipatória (o que pode ocorrer com juízo de improcedência ou de extinção do processo sem julgamento de mérito), ou, (b) sendo de procedência (integral ou parcial), tem aptidão para, por si só, irradiar os mesmos efeitos da medida antecipatória. Em qualquer dessas situações, o provimento do recurso relativo à liminar não teria o condão de impedir o cumprimento da sentença superveniente.
2. No caso concreto, a liminar determinou a não incidência de imposto de renda sobre as parcelas recebidas a título de conversão de licença-prêmio e férias não gozadas em abono pecuniário e do abono constitucional de um terço de férias, e esse mesmo efeito é produzido pela sentença de procedência do pedido, que não tem efeito suspensivo.
3. Agravo regimental a que se nega provimento."
(AgRg no REsp 727234/AL, rel. Min. Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 19.05.2005).

Em face do exposto, julgo prejudicado, por perda do objeto, o agravo de instrumento e, em conseqüência, nego-lhe seguimento, nos termos do art. 557, *caput*, do CPC c/c o art. 43, parágrafo 1º, inciso I; e art. 228, ambos do Regimento Interno desta Corte.
Oportunamente, dê-se baixa à Vara de origem.
Publique-se. Intime-se.
Rio de Janeiro, 09/04/2007.

ANTÔNIO CRUZ NETTO
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO 147244/RJ 2006.02.01.006245-0

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO CRUZ NETTO
AGRAVANTE	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:ROBERTA ROSA RIBEIRO E OUTROS
AGRAVADO	:GILMAR NEVES FULY E OUTROS
ADVOGADO	:VENILSON JACINTO BELIGOLLI E OUTROS
ORIGEM	:2 VARA JUSTIÇA FEDERAL PETROPOLIS/RJ (200051060019059)

D E C I S Ã O

Trata-se de agravo de instrumento interposto em face de decisão que determinou o cumprimento de obrigação de fazer, consistente na correta remuneração das contas fundiárias dos ora agravantes, sob pena de aplicação de multa na forma do art. 461, § 4º do CPC.
Alega a agravante que: a) não foi localizada a conta vinculada ao FGTS do autor JAMIL MARTINS MUSSE na base de dados da CEF; b) que os extratos apresentados pelo citado autor não correspondem ao período abarcado pelo julgado; c) que, conforme determina a LC 110/2001, coube ao Banco Depositário anterior enviar somente os extratos relativos ao período de dezembro de 1988 a maio/89, contudo tal determinação não foi cumprida pelo mesmo; d) não há que se aplicar a *astreinte*, ante a impossibilidade fática de cumprimento da obrigação de fazer.
Pleiteia a atribuição de efeito suspensivo ao presente agravo.
É o relatório. Decido.
Em um primeiro exame, não reputo presentes os requisitos do artigo 558 do CPC, com vistas à suspensão da decisão agravada, porquanto a jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que à CEF, sendo "agente operador" do FGTS, cabe: "centralizar os recursos e emitir regularmente os extratos individuais correspondentes à conta vinculada" (art. 7º, I, da Lei nº 8.036/90). E ainda, nos termos do art. 24, do Decreto nº 99.684/90, ficou estabelecido o procedimento quanto à migração das contas vinculadas, sendo a CEF informada pelo banco depositário, de forma detalhada, de toda a movimentação, no período anterior à centralização.
Ante o exposto, ausentes os pressupostos ensejadores da suspensão da eficácia da decisão atacada, indefiro o requerido.
Intime-se o agravado para os fins do art. 527-V do CPC.
Rio de Janeiro, 09 de abril de 2007.

ANTÔNIO CRUZ NETTO
Relator

III - AGRAVO 2006.02.01.007438-5

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO CRUZ NETTO
AGRAVANTE	:TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLIVIA-BRASIL S.A - TBG
ADVOGADO	:RODRIGO B. ROSO E OUTROS
AGRAVADO	:RODRIGO PEREIRA JOIA
ADVOGADO	:CÍNTIA MARIA FRUTUOSO RAFAEL DA SILVA
ORIGEM	:DÉCIMA OITAVA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200651010108798)

D E C I S Ã O

Pelo ofício nº OGA.0018.000188-4/2006, o juízo da 18ª Vara Federal do Rio de Janeiro encaminha cópia de sentença prolatada nos autos do mandado de segurança nº 2006.51.01.010879-8 (fl.131/139), da qual se originou este agravo de instrumento, concedendo a segurança pleiteada.
Em tais circunstâncias, o presente agravo de instrumento perdeu o objeto, restando prejudicado, uma vez que, com prolação da sentença, esta é que prevalece, devendo a matéria ser impugnada por meio de apelação.
Nesse sentido, pacífica jurisprudência:

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA NA AÇÃO.
PERDA DE OBJETO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.
1. Perde objeto o recurso relativo à antecipação da tutela quando a sentença superveniente (a) revoga, expressa ou implicitamente, a liminar antecipatória (o que pode ocorrer com juízo de improcedência ou de extinção do processo sem julgamento de mérito), ou, (b) sendo de procedência (integral ou parcial), tem aptidão para, por si só, irradiar os mesmos efeitos da medida antecipatória. Em qualquer dessas situações, o provimento do recurso relativo à liminar não teria o condão de impedir o cumprimento da sentença superveniente.
2. No caso concreto, a liminar determinou a não incidência de imposto de renda sobre as parcelas recebidas a título de conversão de licença-prêmio e férias não gozadas em abono pecuniário e do abono constitucional de um terço de férias, e esse mesmo efeito é produzido pela sentença de procedência do pedido, que não tem efeito suspensivo.
3. Agravo regimental a que se nega provimento."
(AgRg no REsp 727234/AL, rel. Min. Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 19.05.2005).

Em face do exposto, julgo prejudicado, por perda do objeto, o agravo de instrumento e, em conseqüência, nego-lhe seguimento, nos termos do art. 557, *caput*, do CPC c/c o art. 43, parágrafo 1º, inciso I; e art. 228, ambos do Regimento Interno desta Corte.
Oportunamente, dê-se baixa à Vara de origem.
Publique-se. Intime-se.
Rio de Janeiro,09/04/2007.

ANTÔNIO CRUZ NETTO
Relator

III - AGRAVO 2006.02.01.007723-4

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO CRUZ NETTO
AGRAVANTE	:SANDRA FORTUNA DA SILVA
ADVOGADO	:EDSON FARIAS DA SILVA JUNIOR E OUTROS
AGRAVADO	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:JULIANA DA SILVA RIBEIRO GOMES E OUTROS
ORIGEM	:DÉCIMA SEGUNDA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200351010086546)

D E C I S Ã O

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que tem o seguinte teor (fl. 46):
"Uma vez que a CEF já creditou na conta vinculada ao FGTS da autora os valores das parcelas ao acordo extra-judicial firmado pelas partes e os saques efetuados conforme comprovado às fls. 78/85, homologo a manifestação de vontade da autora Sandra Fortuna da silva.
Ante o exposto, dê-se baixa e arquive-se."

A agravante alega que a ré não juntou aos autos do processo originário termo de adesão que comprovasse sua adesão ao acordo acima mencionado, razão pela qual requer o regular procedimento do feito e o recebimento dos expurgos inflacionários.

Tudo examinado, decido.

Com efeito, a decisão agravada fundamenta a homologação com base em documentos juntados pela CEF (cujas cópias encontram-se às fls. 38/44 destes autos) os quais informam que o crédito, objeto da ação originária, foi efetivado na conta da agravante.
Observo que, tendo em vista ter sido reconhecido pelo juiz o cumprimento da obrigação a que a CEF foi compelida, a decisão agravada tem o condão de extinguir a execução do crédito autoral
Aplica-se, assim, ao caso concreto, o art. 475-M do CPC, § 3°, cuja redação é a seguinte:

"Art. 475-M ...
§ 3°. A decisão que resolver a impugnação é recorrível mediante agravo de instrumento, salvo quando importar extinção da execução, caso em que caberá apelação."

Como se vê, quando o juiz extingue a execução, como ocorreu no caso, o recurso cabível é o de apelação, não havendo nenhuma dúvida sobre isto.
Tem-se pois, que a agravante valeu-se do recurso inadequado ao caso.
Pelo exposto, nego seguimento ao agravo de instrumento, com base no art. 43, § 1º, II, do Regimento Interno deste Tribunal.
Intime-se.
Rio de Janeiro, 09/04/2007.

ANTÔNIO CRUZ NETTO
Relator

III - AGRAVO 2006.02.01.007980-2

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO CRUZ NETTO
AGRAVANTE	:UNISAUDE LTDA
ADVOGADO	:WELLINGTON GUTIERREZ VIEIRA E OUTRO
AGRAVADO	:AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCURADOR	:SEM PROCURADOR
ORIGEM	:VIGÉSIMA QUARTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200651010142861)

D E C I S Ã O

Pelo ofício nº OFI.0024.000029-3/2007, o juízo da 24º Vara Federal do Rio de Janeiro encaminha cópia de sentença prolatada nos autos do mandado de segurança nº 2006.51.01.014286-1, do qual se originou este agravo de instrumento, denegando a segurança pleiteada.
Em tais circunstâncias, o presente agravo de instrumento perdeu o objeto, restando prejudicado, uma vez que, com prolação da sentença, esta é que prevalece, devendo a matéria ser impugnada por meio de apelação.
Nesse sentido, pacífica jurisprudência:

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA NA AÇÃO.
PERDA DE OBJETO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.
1. Perde objeto o recurso relativo à antecipação da tutela quando a sentença superveniente (a) revoga, expressa ou implicitamente, a liminar antecipatória (o que pode ocorrer com juízo de improcedência ou de extinção do processo sem julgamento de mérito), ou, (b) sendo de procedência (integral ou parcial), tem aptidão para, por si só, irradiar os mesmos efeitos da medida antecipatória. Em qualquer dessas situações, o provimento do recurso relativo à liminar não teria o condão de impedir o cumprimento da sentença superveniente.
2. No caso concreto, a liminar determinou a não incidência de imposto de renda sobre as parcelas recebidas a título de conversão de licença-prêmio e férias não gozadas em abono pecuniário e do abono constitucional de um terço de férias, e esse mesmo efeito é produzido pela sentença de procedência do pedido, que não tem efeito suspensivo.
3. Agravo regimental a que se nega provimento."
(AgRg no REsp 727234/AL, rel. Min. Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 19.05.2005).

Em face do exposto, julgo prejudicado, por perda do objeto, o agravo de instrumento e, em conseqüência, nego-lhe seguimento, nos termos do art. 557, *caput*, do CPC c/c o art. 43, parágrafo 1º, inciso I; e art. 228, ambos do Regimento Interno desta Corte.
Oportunamente, dê-se baixa à Vara de origem.
Publique-se. Intime-se.
Rio de Janeiro,09/04/2007.

ANTÔNIO CRUZ NETTO
Relator

III - AGRAVO 2006.02.01.008577-2

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO CRUZ NETTO
AGRAVANTE	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:RODRIGO LIMA KLEM E OUTROS
AGRAVADO	:LUIZ FERNANDO FIGUEIREDO DOS SANTOS E CONJUGE
ADVOGADO	:MARCELO DE SOUZA BARRETO
ORIGEM	:2ª VARA FEDERAL DE CAMPOS

D E C I S Ã O

Cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que, nos autos da ação de rito ordinário com o objetivo de revisão do contrato de mútuo habitacional firmado com a CEF, deferiu o pedido de depósito das prestações vincendas no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), determinando, ainda, a suspensão de qualquer medida judicial ou extrajudicial tendente à efetivação da execução do imóvel dos ora agravados, bem assim que a CEF se manifeste acerca da oferta do valor de R$ 14.000,00 (catorze mil reais) depositado na conta vinculada ao FGTS da autora, a fim de quitar a dívida dos agravados.
Alega, em síntese, a agravante que: 1) que a decisão supra contraria frontalmente o art. 50 da Lei nº 10.931/2004, ao possibilitar o depósito das prestações vincendas em valor inferior ao contrato referido; 2) o valor depositado na conta vinculada ao FGTS da autora, R$ 14.000 (catorze mil reais), é inferior à dívida decorrente das prestações vencidas desse contrato.
Pleiteia a atribuição de efeito suspensivo ao agravo de instrumento.
Tudo visto, decido.
Tenho me posicionado no sentido de que o mutuário não pode simplesmente parar de pagar as prestações mensais para, só depois, vir a juízo questionar cláusulas e condições do contrato. É certo que há situações particulares e bem específicas que até permitem um certo temperamento na consideração do problema.
O egrégio Superior Tribunal de Justiça já decidiu, por diversas vezes, que a suspensão de leilão extrajudicial não pode ser feita sem que o mutuário deposite pelo menos o valor que ele entende devido, de modo a dar um mínimo de garantia à CEF, conforme se vê a seguir:

"SFH. Ação Ordinária. Revisional do contrato. Depósito judicial. É possível, na ação ordinária de revisão do contrato, o depósito das parcelas que o mutuário considera devidas. A decisão que o autoriza não ofende o art. 273 do CPC.
Recurso conhecido e provido."
(Resp 383129/PR, rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, Quarta Turma, DJ 24.6.2002, p. 311).

Nesse rumo, a jurisprudência desta E. Quinta Turma Especializada:

"PROCESSO CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO - REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS - AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. - A hipótese é de demanda proposta em face da Caixa Econômica Federal - CEF, visando, em síntese, à revisão de cláusulas e do saldo devedor do contrato de financiamento, com pacto adjeto de hipoteca, para aquisição de casa própria, pelo Sistema Financeiro de Habitação - SFH. - A priori, impende destacar que os pedidos de depósito judicial das prestações vincendas e de produção de prova pericial não foram deduzidos na petição inicial, não sendo os mesmos, via de conseqüência, apreciados pelo magistrado de primeiro grau, fato este que obsta, neste particular, a manifestação deste E. Tribunal, na medida em que o recurso de agravo de instrumento, em princípio, devolve ao conhecimento do juízo ad quem as matérias que foram objeto de apreciação na decisão agravada. - Tem-se que, nas ações judiciais que tenham por objeto obrigação decorrente de empréstimo, financiamento ou alienação imobiliários, a exigibilidade do valor controvertido poderá ser suspensa mediante depósito do montante correspondente, no tempo e modo contratados, ou por meio de decisão judicial, em caso de relevante razão de direito e risco de dano irreparável ao autor (art. 50, §§ 2º e 4º, da Lei n.º 10.931/2004). - No âmbito dos contratos de financiamento para a compra de imóveis, a exigibilidade do valor controvertido pode ser suspensa por dois meios: a) via depósito do valor controvertido, sem prejuízo do pagamento da soma incontroversa; e b) via decisão judicial, desde que esteja demonstrada relevante razão de direito e risco de dano irreparável ao autor. - In casu, consoante afirmado acima, os autores não deduziram na petição inicial pedido de depósito dos valores controversos, bem como não se propuseram a pagar a quantia considerada como incontroversa. Tais circunstâncias, ao menos em juízo de cognição superficial, subtraem a relevância dos argumentos deduzidos pelos recorrentes. - Por seu turno, no que tange à exclusão do nome de autores dos cadastros de proteção ao crédito, deve-se acentuar, consoante recente jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, que não basta, para o seu deferimento, o ajuizamento de ação pelo mutuário, exigindo-se, ainda, a demonstração de que a contestação da cobrança se funda na aparência do bom direito e que, sendo a contestação apenas de parte do débito, o autor deposite o valor referente à parte incontroversa, ou preste caução idônea, ao prudente arbítrio do magistrado (Resp n° 527.618, Segunda Seção, Rel. Ministro CÉSAR ASFOR ROCHA, DJ de 24.11.2003). - Agravo de instrumento desprovido.
(TRF-2ª Região, AG nº 200502010114822/RJ, Rel Des. Federal VERA LÚCIA LIMA, DJ 27/01/2006)

Além disso, o artigo 50, da Lei nº 10.931, de 02 de agosto de 2004, dispõe que o mutuário pode depositar o valor que entende devido, que é incontroverso, em instituição bancária.
Por sua vez, quanto ao valor controvertido, poderá ter a exigibilidade suspensa mediante depósito judicial do montante correspondente, no valor ajustado no contrato. Em seu parágrafo terceiro, referido artigo permite que o depósito do valor controverso seja feito em instituição diversa daquela com a qual foi realizado o contrato de financiamento habitacional, se pactuado pelos contratantes.

Desse modo, a r. decisão agravada não se coaduna com os termos desta lei, e nem com a jurisprudência do STJ, razão pela qual deve ser modificada.

Ante o exposto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, dou parcial provimento ao agravo, para reformar a r. decisão agravada, facultando, contudo, o depósito das prestações referidas, nos moldes do artigo 50 e parágrafos da Lei nº 10.931/04.
Intimem-se.
Oportunamente, remetam-se à Vara de origem.
Rio de Janeiro, 07/04/2007.

ANTÔNIO CRUZ NETTO
Relator
cn/srv

III - AGRAVO 2006.02.01.009016-0

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO CRUZ NETTO
AGRAVANTE	:NYRTO SIEIRA DA ROCHA E CONJUGE
ADVOGADO	:ROBERTO DORIA JUNIOR E OUTRO
AGRAVADO	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:RODRIGO VILLA REAL AYALA E OUTROS
ORIGEM	:12ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

D E C I S Ã O

Trata-se de agravo de instrumento interposto em face de decisão que rejeitou a Exceção de Pré-executividade "(...) onde se almejava a declaração de nulidade dos atos processuais praticados, tendo em vista que o advogado que os praticou não possuía poderes para, em nome dos Agravantes, procurar em Juízo, conforme poderes constantes da procuração pública juntada aos autos (...)" (fl.04)
Alegam os agravantes, em síntese, que: 1) em 11 de novembro de 1983 adquiriram o apartamento 504 do Bloco 02 na Estrada do Cafundá, nº 1757, nesta cidade, tendo transferido seus direitos à compra deste imóvel para o Sr. Roberto Corlett de Medeiros e Maria de Fátima Souza de Medeiros, com a ciência da ora agravada, em abril de 1986; 2) em 1995 outorgaram à Dra. Wanda Miranda Brum Gama poderes para que os representasse junto à CEF, única e exclusivamente, para que transferisse o financiamento deste imóvel; 3) que a advogada mencionada ajuizou ação de rito ordinário com o objetivo de anular execução extrajudicial de imóvel, em nome dos mesmos, sem os devidos poderes para tanto; 4) que todos os atos praticados nos autos desta ação são nulos de pleno direito; 5)
Pleiteiam a atribuição de efeitos suspensivo à r. decisão agravada para determinar a suspensão do procedimento executório, inclusive com a abstenção da prática de atos de constrição até o julgamento definitivo do presente agravo.3
É o relatório. Decido.
Inicialmente, impende registrar que a exceção de pré-executividade é modalidade excepcional de oposição da parte executada, limitando-se, em princípio, a discutir os pressupostos do processo e da pretensão a executar, matérias apreciáveis de ofício pelo juiz, consistindo o papel do executado tão-somente, em suprir eventual falta do juiz.
Nesse sentido é a jurisprudência do C. Superior Tribunal de Justiça, vejamos:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. LOCAÇÃO. EXECUÇÃO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. ALEGAÇÃO GENÉRICA. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. REEXAME DA MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO IMPROVIDO.
(omissis)
A chamada exceção de pré-executividade tem lugar apenas nas hipóteses em que a matéria nela versada puder ser conhecida pelo julgador até mesmo de ofício ou quando a nulidade do título executivo for evidente.
(omissis)
Agravo regimental improvido.
(STJ-5ª Turma, AgRG no Ag 668077/DF, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, DJ 10.04.2006)"

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU FALTA DE MOTIVAÇÃO NO ACÓRDÃO A QUO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. REQUISITOS DA CDA. REEXAMES DE PROVA. SÚMULA 07/STJ. IMPOSSIBILIDADE DA VIA EXCEPCIONAL.
(omissis)
Acórdão a quo segundo o qual, "embora sem previsão legal, a doutrina e jurisprudência têm admitido a exceção de pré-executividade quando se estiver diante de vício aferível de plano, que torne nulo o título executivo ou a própria execução, sendo dispensável, nesse caso, a garantia do juízo por meio de penhora dos bens do executado. Entretanto, para que a exceção possa se admitida, indispensável que o vício indicado desponte com tal evidência a ponto de justificar o seu conhecimento de ofício pelo Juiz.".
Argumentos da decisão a quo que se apresentam claros e nítidos. Não dão lugar a omissões, obscuridades, dúvidas ou contradições. O não-acatamento das teses contidas no recurso não implica cerceamento de defesa, uma vez que ao julgador cabe apreciar a questão de acordo com o que ele entender atinente à lide.
(omissis...)
7. Agravo regimental improvido.
(STJ-1ª Turma, AgRg no Ag 754804/RS, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, DJ 03.08.2006)

Destarte, descabe discutir em sede de exceção de pré-executividade, e tampouco em agravo de instrumento, os poderes do instrumento procuratório conferidos a um advogado, porquanto é matéria que requer dilação probatória, não guardando as características supra referidas.
De qualquer forma, trata-se de execução de sentença que já transitou em julgado, o que vincula a execução ao que foi decidido.
Ante o exposto, face à manifesta improcedência do presente agravo, nego seguimento ao recurso, com base no art. 557, caput, do CPC c/c inciso II, do art. 43, do Regimento Interno deste Tribunal.
Intimem-se.
Oportunamente, remetam-se à Vara de origem.
Rio de Janeiro, 09 abril de 2007.

ANTÔNIO CRUZ NETTO
Relator
cn/srv

III - AGRAVO 2006.02.01.010741-0

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO CRUZ NETTO
AGRAVANTE	:VALDIR RAPHAEL SILVA E CONJUGE
ADVOGADO	:RODRIGO LESSA PEREIRA E OUTRO
AGRAVADO	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:SEM ADVOGADO
ORIGEM	:22ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

D E C I S Ã O

Trata-se de agravo de instrumento em face de decisão que, nos autos da ação cautelar inominada ajuizada em face da CEF, indeferiu o pedido de inversão do ônus da prova, nos moldes do art. 6º, VIII, da Lei nº 8.078/90, com o fito de compeli-la a fornecer toda a documentação relativa ao procedimento de execução extrajudicial do imóvel da parte autora.
Sustentam os agravantes, em síntese, que: a) cabe à agravada comprovar que procedeu com lisura ao procedimento de leilão extrajudicial desencadeado em 19 de maio de 2006; b) os princípios que norteiam o Sistema Financeiro de Habitação não afastam a aplicação do Código de Defesa do Consumidor; c) aplica-se a inversão do ônus da prova no caso concreto na medida em que são hipossuficientes, no sentido jurídico.
Pleiteiam a atribuição de efeito suspensivo ao agravo.
Tudo visto, decido.
A lei n° 11.187 de 19/10/2005 imprimiu nova redação ao Código de Processo Civil, modificando, substancialmente, a sistemática do processamento do recurso de agravo.

Nesse passo, o artigo 522 do CPC passou a ter a seguinte redação:

"Das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de 10 (dez) dias, na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento."

Com o advento da nova legislação, o agravo tem como regra a forma retida, cabendo, apenas excepcionalmente, sua interposição por instrumento, quando se tratar de decisão que possa causar lesão grave e de difícil reparação.
No presente caso, não vislumbro lesão grave e de difícil reparação para os agravantes que importe na exceção prevista no citado artigo 522. Afinal, o processo principal autuado sob o nº 200651010130720 ainda não ultrapassou a fase instrutória, razão pela qual os ora agravantes poderão se valer dos meios de prova admitidos em direito para comprovar seu alegado direito.
Posta assim a questão, não há porque dar trâmite a este agravo de instrumento.
Impõe-se, pois, aplicar a regra geral do artigo 522 do CPC, ou seja, o agravo deve ser processado na modalidade retida.
Face ao exposto, converto este agravo de instrumento em agravo retido, na forma do art. 527, inciso II, do CPC.
Remetam-se os autos ao juízo da causa, para serem apensados aos autos principais.
Intime-se.
Rio de Janeiro, 09/04/2007.

ANTÔNIO CRUZ NETTO
Relator

cn/srv

III - AGRAVO 2006.02.01.011188-6

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO CRUZ NETTO
AGRAVANTE	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:RODRIGO SALES DOS SANTOS E OUTROS
AGRAVADO	:CARLOS AUGUSTO FURLANI RIBEIRO
ADVOGADO	:SERGIO CARLOS MENEZES BEZERRA E OUTRO
ORIGEM	:5ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES (200050010061832)

D E C I S Ã O

Cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que, nos autos da ação ordinária com pedido de revisão do contrato de mútuo habitacional em face da CEF, revogando decisão anteriormente proferida, deferiu o pedido de depósito judicial, realizado pelo ora agravado, das respectivas prestações vencidas no valor incontroverso, devendo continuar efetuando o depósito das prestações vincendas.
Alega a agravante, em síntese, que de acordo com os parágrafos do artigo 50 da Lei 10.931/04, o mutuário deve pagar no tempo e modo firmados no contrato os valores incontroversos, bem como os incontroversos. Por tal razão, sustenta que a decisão ora agravada está em desacordo com a legislação supra.
Tudo visto, decido.
A lei n° 11.187 de 19/10/2005 imprimiu nova redação ao Código de Processo Civil, modificando substancialmente a sistemática do processamento do recurso de agravo.
Nesse passo, o artigo 522 do CPC passou a ter a seguinte redação:
"Das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de 10 (dez) dias, na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento."
Com o advento da nova legislação, o agravo tem como regra a forma retida, cabendo, apenas excepcionalmente, sua interposição por instrumento, quando se tratar de decisão que possa causar lesão grave e de difícil reparação.
Posta assim a questão, não há porque dar trâmite a este agravo de instrumento.
Impõe-se, pois, aplicar a regra geral do artigo 522 do CPC, ou seja, o agravo deve ser processado na modalidade retida.
Face ao exposto, converto este agravo de instrumento em agravo retido, na forma do art. 527, *caput*, do CPC.
Remetam-se os autos ao juízo da causa, para serem apensados aos autos principais.
Intime-se. Rio de Janeiro, 08/04/2007.
ANTÔNIO CRUZ NETTO
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO 150756/RJ 2006.02.01.012856-4

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO CRUZ NETTO
AGRAVANTE	:MARCOS LUCIO DUARTE
ADVOGADO	:RONALDO GOTLIB COSTA E OUTROS
AGRAVADO	:CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:SEM ADVOGADO

D E C I S Ã O

Cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que, nos autos da ação de rito ordinário proposta por MARCOS LUCIO DUARTE contra a CEF objetivando a revisão do seu contrato de mútuo, indeferiu o pedido de antecipação da tutela para: 1) sustar a execução extrajudicial já em trâmite e, caso já realizados os leilões, que seja cancelado o registro no RGI, impedindo qualquer ato de transcrição que subtraia do autor sua titularidade; 2) determinar à parte ré que se abstenha de incluir o seu nome nos órgãos de proteção ao crédito; 3) expedir ofício ao RGI noticiando a presente demanda.
Alega o agravante o que se segue: 1) a execução extrajudicial do seu imóvel iniciou-se quando já tramitava a lide supracitada; 2) que a execução em tela é inconstitucional na medida em que fere os princípios da ampla defesa, contraditório, juiz natural e os seus consectários; 3) a discussão judicial sobre a dívida em tela impede a inclusão do seu nome em cadastro de inadimplente.
Pleiteia a antecipação da tutela recursal.
Frise-se que não há notícias nos autos sobre eventual realização de leilão extrajudicial do imóvel em tela.
Tudo visto. Decido.
Inicialmente, quanto à alegação de inconstitucionalidade do Decreto-Lei nº 70/66, a argumentação esta mais que ultrapassada, uma vez que o STF já afirmou, por várias vezes, inclusive na vigência da Constituição Federal de 1988, a constitucionalidade daquele diploma legal. Conforme se vê nos seguintes acórdãos:

"EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL. DECRETO-LEI Nº 70/66. CONSTITUCIONALIDADE.
Jurisprudência desta Corte já assentada, a partir do julgamento do RE 223.075, no sentido da compatibilidade do referido diploma legal com a Constituição Federal.
Recurso extraordinário conhecido e provido.
(STF - Primeira Turma - RE-240.361-8, publicado no D.J. em 29-10-1999, Min. Ilmar Galvão).

No mérito, tenho me posicionado no sentido de que o mutuário não pode simplesmente parar de pagar as prestações mensais para, só depois, vir a juízo questionar cláusulas e condições do contrato. É certo que há situações particulares e bem específicas que até permitem um certo temperamento na consideração do problema.
O egrégio Superior Tribunal de Justiça já decidiu, por diversas vezes, que a suspensão de leilão extrajudicial não pode ser feita sem que o mutuário deposite pelo menos o valor que ele entende devido, de modo a dar um mínimo de garantia à CEF, conforme se vê a seguir:

"SFH. Ação Ordinária. Revisional do contrato. Depósito judicial. É possível, na ação ordinária de revisão do contrato, o depósito das parcelas que o mutuário considera devidas. A decisão que o autoriza não ofende o art. 273 do CPC.
Recurso conhecido e provido."
(Resp 383129/PR, rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, Quarta Turma, DJ 24.6.2002, p. 311).

Nesse rumo, a jurisprudência desta E. Quinta Turma Especializada:

"PROCESSO CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO - REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS - AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. - A hipótese é de demanda proposta em face da Caixa Econômica Federal - CEF, visando, em síntese, à revisão de cláusulas e do saldo devedor do contrato de financiamento, com pacto adjeto de hipoteca, para aquisição de casa própria, pelo Sistema Financeiro de Habitação - SFH. - A priori, impende destacar que os pedidos de depósito judicial das prestações vincendas e de produção de prova pericial não foram deduzidos na petição inicial, não sendo os mesmos, via de conseqüência, apreciados pelo magistrado de primeiro grau, fato este que obsta, neste particular, a manifestação deste E. Tribunal, na medida em que o recurso de agravo de instrumento, em princípio, devolve ao conhecimento do juízo ad quem as matérias que foram objeto de apreciação na decisão agravada. - Tem-se que, nas ações judiciais que tenham por objeto obrigação decorrente de empréstimo, financiamento ou alienação imobiliários, a exigibilidade do valor controvertido poderá ser suspensa mediante depósito do montante correspondente, no tempo e modo contratados, ou por meio de decisão judicial, em caso de relevante razão de direito e risco de dano irreparável ao autor (art. 50, §§ 2º e 4º, da Lei n.º 10.931/2004). - No âmbito dos contratos de financiamento para a compra de imóveis, a exigibilidade do valor controvertido pode ser suspensa por dois meios: a) via depósito do valor controvertido, sem prejuízo do pagamento da soma incontroversa; e b) via decisão judicial, desde que esteja demonstrada relevante razão de direito e risco de dano irreparável ao autor. - In casu, consoante afirmado acima, os autores não deduziram na petição inicial pedido de depósito dos valores controversos, bem como não se propuseram a pagar a quantia considerada como incontroversa. Tais circunstâncias, ao menos em juízo de cognição superficial, subtraem a relevância dos argumentos deduzidos pelos recorrentes. - Por seu turno, no que tange à exclusão do nome de autores dos cadastros de proteção ao crédito, deve-se acentuar, consoante recente jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, que não basta, para o seu deferimento, o ajuizamento de ação pelo mutuário, exigindo-se, ainda, a demonstração de que a contestação da cobrança se funda na aparência do bom direito e que, sendo a contestação apenas de parte do débito, o autor deposite o valor referente à parte incontroversa, ou preste caução idônea, ao prudente arbítrio do magistrado (Resp n° 527.618, Segunda Seção, Rel. Ministro CÉSAR ASFOR ROCHA, DJ de 24.11.2003). - Agravo de instrumento desprovido.
(TRF-2ª Região, AG nº 200502010114822/RJ, Rel Des. Federal VERA LÚCIA LIMA, DJ 27/01/2006)

Além disso, o artigo 50, da Lei nº 10.931, de 02 de agosto de 2004, dispõe que o mutuário pode depositar o valor que entende devido, que é incontroverso, em instituição bancária. Quanto ao valor controvertido, poderá ter a exigibilidade suspensa mediante depósito judicial do montante correspondente, no valor ajustado no contrato.
Em seu parágrafo terceiro, o referido artigo permite que o depósito do valor controverso seja feito em instituição diversa daquela com a qual foi realizado o contrato de financiamento habitacional, se pactuado pelos contratantes.
No caso, não houve sequer o oferecimento de depósito das prestações mensais no valor incontroverso, não se justificando assim, a concessão da antecipação da tutela recursal, mesmo porque o primeiro leilão do imóvel estava marcado para o dia 19 de abril de 2006, tendo este agravo sido interposto em novembro daquele ano.
Assim, ou o imóvel já foi leiloado, ou o agravante já resolveu, administrativa, a sua situação perante a CEF, o que só se saberá após as contra-razões ao recurso.
Ante o exposto, indefiro a antecipação da tutela recursal.
Intimem-se a agravada para os fins do art. 527-V do CPC.
Rio de Janeiro, 09 de abril de 2007.

ANTÔNIO CRUZ NETTO
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO 151171/RJ 2006.02.01.013490-4

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO CRUZ NETTO
AGRAVANTE	:HELENA DE SOUZA PINTO GUIMARAES E OUTRO
ADVOGADO	:ERICA CARLA SILVA DE SOUSA E OUTRO
AGRAVADO	:CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:SEM ADVOGADO

D E C I S Ã O

Cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que, nos autos da ação de rito ordinário proposta HELENA DE SOUZA PINTO GUIMARÃES e outro contra a CEF objetivando a revisão do seu contrato de mútuo, indeferiu o pedido de antecipação da tutela pleiteado para sustar todo e qualquer ato de execução do imóvel em tela, em especial o leilão marcado para 14/11/2006. E ainda, a exclusão dos nomes dos autores dos serviços de proteção ao crédito, bem como o depósito do valor das prestações vincendas do referido contrato, suspendendo-se o valor das parcelas vencidas até o julgamento da demanda.
Alegam os agravantes o que se segue: 1) O artigo 50 da Lei nº 10.931/04 é inconstitucional na medida em que: "(...) *o legislador infraconstitucional, ao determinar o depósito de valor controvertido decorrente de empréstimo, financiamento ou alienação imobiliários, restringiu o direito de ação para os menos favorecidos, ferindo o princípio da igualdade. É sendo assim, não deverá um Estado Democrático de Direito tolerar a exclusão de cidadãos* (...)" (fl. 08); 2) que os dispositivos do Decreto-lei nº 70/66 não contemplam a hipótese de adjudicação do imóvel, mas se referem unicamente à arrematação do mesmo por terceiro, a este cabendo intentar pedido de imissão de posse em relação ao imóvel objeto do leilão.
Pleiteiam a antecipação da tutela recursal.
É o relatório. Decido.
O presente recurso foi interposto no dia 22/11/2006, atacando decisão proferida em 09/11/2006, com o principal objetivo de suspender o leilão extrajudicial, fulcrado no DL 70/66, marcado para o dia 14/11/2006, requerendo, outrossim, o depósito judicial das prestações vincendas, no valor que os agravantes entendem devido.
Portanto, resta evidente a ausência de utilidade do recurso, porquanto já havia ocorrido o procedimento expropriatório contra o qual se insurgiram os agravantes quando da interposição do mesmo.
Diante do exposto, julgo prejudicado o agravo de instrumento, por perda do objeto e, em conseqüência, nego-lhe seguimento, nos termos do art. 557, *caput*, do CPC c/c o art. 43, § 1º, inciso I; e artigo 228, ambos do Regimento Interno deste Tribunal.
Oportunamente, dê-se baixa na distribuição e remetam-se os autos ao Juízo de 1ª instância.
Publique-se. Intime-se.
Rio de Janeiro, 09 de abril de 2007.

ANTÔNIO CRUZ NETTO
Relator

III - AGRAVO 2006.02.01.013567-2

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO CRUZ NETTO
AGRAVANTE	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:OCTAVIO CAIO MORA Y ARAUJO DE COUTO E SILVA E OUTROS
AGRAVADO	:PAULO ROBERTO DE AZEVEDO FERNANDES
ADVOGADO	:CLAUDIO LUIS FARIAS CABRAL DE OLIVEIRA E OUTROS
ORIGEM	:DÉCIMA OITAVA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200651010193133)

D E C I S Ã O

Cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que, nos autos da ação ordinária com pedido de revisão do contrato de mútuo habitacional em face da CEF, deferiu o pedido de depósito judicial dos valores das respectivas prestações devendo a ora agravante se abster de quaisquer medidas restritivas com relação ao Autor ou ao imóvel.
Alega a agravante, em síntese, que de acordo com os parágrafos do artigo 50 da Lei 10.931/04, o mutuário deve pagar no tempo e modo firmados no citado contrato os valores incontroversos, bem como os incontroversos. Por tal razão, sustenta que a decisão ora agravada está em desacordo com a legislação supra.

Tudo visto. Decido.
A lei n° 11.187 de 19/10/2005 imprimiu nova redação ao Código de Processo Civil, modificando substancialmente a sistemática do processamento do recurso de agravo.
O artigo 522 do CPC passou a ter a seguinte redação:
"Das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de 10 (dez) dias, na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento."
Com o advento da nova legislação, o agravo tem como regra a forma retida, cabendo, apenas excepcionalmente, sua interposição por instrumento, quando se tratar de decisão que possa causar lesão grave e de difícil reparação.
Posta assim a questão, não há porque dar trâmite a este agravo de instrumento.
Impõe-se, pois, aplicar a regra geral do artigo 522 do CPC, ou seja, o agravo deve ser processado na modalidade retida.
Face ao exposto, converto este agravo de instrumento em agravo retido, na forma do art. 527, *caput*, do CPC.
Remetam-se os autos ao juízo da causa, para serem apensados aos autos principais.
Intime-se.
Rio de Janeiro, 08/04/2007.

ANTÔNIO CRUZ NETTO
Relator

III - AGRAVO 2006.02.01.013825-9

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO CRUZ NETTO
AGRAVANTE	:DELAINE DE SOUZA CHAVES
ADVOGADO	:NELSON LOPES DE ALMEIDA E OUTROS
AGRAVADO	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:SEM ADVOGADO
ORIGEM	:4ª VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA

D E C I S Ã O

Cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que, nos autos da ação cautelar inominada, proposta por DELAINE DE SOUZA CHAVES em face da CEF, indeferiu o pedido de liminar para a sustação do leilão extrajudicial de seu imóvel marcado para 16/10/2006, ao fundamento de que inexiste nos autos principais qualquer procedimento que contrarie os tramites do DL 70/66.
Alega a agravante, em síntese, que: 1) que o nome do agente fiduciário deveria constar no contrato de mútuo habitacional firmado com a agravada; 2) o DL 70/66 não respeita o princípio do devido processo legal; 3) nada impede que a medida cautelar seja acolhida, com base no poder geral de cautela do juiz, quando o procedimento de execução extrajudicial acarrete a perda do objeto da ação principal.
Pleiteia a concessão da antecipação da tutela recursal.
É o relatório. Decido.
O presente agravo noticia a realização de leilão extrajudicial do imóvel supra em 16 de outubro de 2006, tendo sido, contudo, interposto em 21 de novembro do mesmo ano. Destarte, não há interesse recursal na presente irresignação.
Diante do exposto, julgo prejudicado o agravo de instrumento e, em conseqüência, nego-lhe seguimento, nos termos do art. 557, *caput*, do CPC c/c o art. 43, § 1º, inciso I; e artigo 228, ambos do Regimento Interno deste Tribunal.
Oportunamente, dê-se baixa na distribuição e remetam-se os autos ao Juízo de 1ª instância.
Publique-se. Intime-se.
Rio de Janeiro, 07/04/2007.

ANTÔNIO CRUZ NETTO
Relator

CN/srv

III - AGRAVO 2006.02.01.014472-7

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO CRUZ NETTO
AGRAVANTE	:MARIA ALAIDE DA SILVA BASILIO
ADVOGADO	:ALCEU BRASIL DA SILVA FILHO E OUTRO
AGRAVADO	:MARIA CRISTINA SANTANA RIBEIRO
ADVOGADO	:ELIANA BRAZ DOS SANTOS
ORIGEM	:20ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

D E C I S Ã O

Trata-se de agravo de instrumento interposto em face de decisão que, nos autos da ação de rito ordinário em face da União Federal, objetivando concessão de pensão por morte, confirmou o deferimento da gratuidade de justiça, nos termos da Lei nº 1.050/60, tendo em vista que para isto basta a afirmação da parte de impossibilidade de arcar com as despesas processuais para a obtenção de tal benefício.
A agravante, litisconsorte necessária, sustenta, em síntese, que a ora agravada não comprovou a insuficiência de recursos para arcar com as despesas processuais, razão pela qual o benefício da assistência judiciária gratuita deve ser revogado.
É o relatório. Decido.
A jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de que a afirmação do estado de pobreza é suficiente para o deferimento do benefício de assistência judiciária, inexistindo a necessidade de comprovação, podendo inclusive ser concedida *ex officio* pelo juiz.
Senão, vejamos:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. PEDIDO PERANTE O TRIBUNAL. POSSIBILIDADE. ESTADO DE POBREZA. PROVA. DESNECESSIDADE. PREJUDICIALIDADE AFASTADA.
- É admissível, nas instâncias de origem, a formulação do pedido de gratuidade da justiça em qualquer fase do processo. Precedentes.
- A concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita não se condiciona à prova do estado de pobreza do requerente, mas tão-somente à mera afirmação desse estado, sendo irrelevante o fato de o pedido haver sido formulado na petição inicial ou no curso do processo.
- Negado provimento ao agravo.
(AGEDAG 728657/SP, STJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, DJU 02/05/2006)"

"PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO - PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA- DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA - SUFICIÊNCIA - RECURSO PROVIDO.
1 - Consoante entendimento jurisprudencial, a simples afirmação da necessidade da justiça gratuita, nos termos do art. 4º da Lei nº 1.060/50, é suficiente para o deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita.

AGRAVO DE INSTRUMENTO 151677/RJ 2006.02.01.014472-7

2 - Recurso provido para conceder aos recorrentes, nos autos da execução, os benefícios da assistência judiciária gratuita.
(REsp 721959/SP, STJ, Rel. Ministro Jorge Scartezzini, DJ 03.04.2006)"

"PROCESSUAL CIVIL. SIMPLES AFIRMAÇÃO DA NECESSIDADE DE JUSTIÇA GRATUITA. POSSIBILIDADE DE DEFERIMENTO DO BENEFÍCIO. ART. 4º, DA LEI Nº 1.060/50. ADMINISTRATIVO. LEI Nº 7.596/87. DECRETO Nº 94.664/87. PORTARIA MINISTERIAL Nº 475/87.
1 - A simples afirmação da necessidade da justiça gratuita é suficiente para o deferimento do benefício, haja vista o art. 4º, da Lei nº 1.060/50 ter sido recepcionado pela atual Constituição Federal. Precedentes da Corte.
2 - Ainda que assim não fosse, é dever do Estado prestar assistência judiciária integral e gratuita, razão pela qual, nos termos da jurisprudência do STJ, permite-se a sua concessão ex officio.
3 - A Portaria Ministerial nº 475/87, ao regular e efetivar o enquadramento previsto na Lei nº 7.596/87 e no Decreto nº 94.664/87,
extrapolou os limites legais, quando não obedeceu a expressa determinação de se contar o tempo de serviço das atividades efetivamente prestadas.
4 - Recurso especial conhecido e provido."
(REsp 320019/RS, STJ, Rel. Min. FERNANDO GONÇALVES, DJ 15.04.2002)"

Ante o exposto, face à manifesta improcedência do presente agravo, com base no art. 557, *caput*, do CPC c/c inciso II, do art. 43, do Regimento Interno deste Tribunal, nego-lhe seguimento.
Intime-se.
Oportunamente, remetam-se os autos à Vara de origem.
Rio de Janeiro, 07/04/2007.

ANTÔNIO CRUZ NETTO
Relator

cn/srv

III - AGRAVO 2007.02.01.000484-3

RELATOR	:DESEMBARGADORA FEDERAL VERA LÚCIA LIMA
AGRAVANTE	:AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCURADOR	:MARISA CASSIA BATISTA DE SA
AGRAVADO	:CARE PLUS MEDICINA ASSISTENCIAL S/S LTDA.
ADVOGADO	:DANIELA DA COSTA PLASTER KOK E OUTROS
ORIGEM	:OITAVA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200651010203011)

D E C I S Ã O

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, objetivando alvejar decisão que, em apertada síntese, deferiu parcialmente o requerimento de antecipação de tutela para determinar que a ora agravante se abstenha de inscrever o nome da autora no CADIN, em decorrência do débito referido na peça vestibular.
A hipótese versa sobre ação de conhecimento, pelo rito ordinário, ajuizada por CARE PLUS MEDICINA ASSISTENCIAL S/S LTDA em face da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS e UNIÃO, por meio da qual se postulou, liminarmente, provimento judicial que impedisse a parte contrária de incluir o nome da autora no CADIN, inscrever o débito relativo ao ressarcimento ao SUS em dívida ativa bem como ajuizar execução fiscal objetivando sua cobrança.
É o relato do essencial. Passo a decidir.
No tocante à inscrição no CADIN, a colenda Quinta Turma Especializada desta Corte vem adotando a orientação chancelada por parte do Superior Tribunal de Justiça.
A propósito:
PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. INSCRIÇÃO NO CADIN. NATUREZA DO DÉBITO (LEI 10.522/02, ART. 2º, § 8º). HIPÓTESES LEGAIS AUTORIZADORAS DA SUSPENSÃO DO REGISTRO (LEI 10.522/02, ART. 7º).
1. O ressarcimento devido pelas operadoras de planos de saúde à Agência Nacional de Saúde Suplementar, em decorrência de atendimentos a beneficiários de seus planos pelo Sistema Único de Saúde, tem natureza indenizatória, não se considerando débito referente a "preços de serviços públicos ou a operações financeiras que não envolvam recursos orçamentários", para fins do art. 2º, § 8º, da Lei 10.522/02 (conversão da MP 2.176-79/01).
2. A pura e simples existência de demanda judicial não autoriza, por si só, a suspensão do registro do devedor no Cadin. Nos termos do art. 7º da Lei 10.522/02, para que ocorra a suspensão é indispensável que o devedor comprove uma das seguintes situações: "I - tenha ajuizado ação, com o objetivo de discutir a natureza da obrigação ou o seu valor, com o oferecimento de garantia idônea e suficiente ao Juízo, na forma da lei; II - esteja suspensa a exigibilidade do crédito objeto do registro, nos termos da lei."
3. Agravo regimental provido, para negar provimento ao recurso especial."
(STJ, AgRg no REsp. 670.807 / RJ; Rel. Min. JOSÉ DELGADO; Rel. p/ Acórdão Min TEORI ALBINO ZAVASCKI, Primeira Turma, DJ 04.04.2005).
Desta forma, o simples ajuizamento de demanda não autoriza, por si só, o deferimento do pleito formulado pela ora agravada. Daí porque, nesta primeira análise dos autos, visualizo relevância na fundamentação recursal, a ponto de autorizar a concessão do efeito suspensivo vindicado.
Assim, por ora, e sem prejuízo de exame mais detido da matéria quando do julgamento do recurso pelo colegiado, DEFIRO O PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO, até ulterior apreciação do agravo pela colenda Quinta Turma Especializada deste Tribunal.
Comunique-se, com urgência, via fax, ao Juízo agravado.
Intime-se a agravada para responder.
Após, ao MPF, retornando-me em seguida conclusos para julgamento.
Publique-se.

Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA
Relatora

III - AGRAVO 2007.02.01.000685-2

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO CRUZ NETTO
AGRAVANTE	:EDMILSON MAGALHAES DE OLIVEIRA E OUTRO
ADVOGADO	:ERICA CARLA SILVA DE SOUSA
AGRAVADO	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:TUTECIO GOMES DE MELLO E OUTROS
ORIGEM	:28ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

D E C I S Ã O

Trata-se do agravo de instrumento interposto contra decisão que, em ação ordinária de revisão de prestações e saldo devedor, indeferiu a inversão do ônus da prova, por entender que o Sistema Financeiro de Habitação não comporta relação de consumo.

Alega o agravante que "*o Código Comercial em seu art. 119, considera os banqueiros como comerciantes. Também por esta razão os serviços de natureza bancária e de credito estão sofrem a aplicação do Código de Defesa do Consumidor*".

Requer, seja deferida a inversão do ônus da prova com o conseqüente pagamento de honorários periciais pela Agravada, face à gratuidade de justiça deferida.

Tudo visto, decido.

Preliminarmente, é necessário verificar-se o cabimento do recurso de agravo de instrumento, antes do exame das questões de mérito aqui expostas.

A lei n° 11.187 de 19/10/2005 imprimiu nova redação ao Código de Processo Civil, modificando substancialmente a sistemática do processamento do recurso de agravo.

O artigo 522 do CPC passou a ter a seguinte redação:

"Das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de 10 (dez) dias, na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento."

Com o advento da nova legislação, o agravo tem como regra a forma retida, cabendo, apenas excepcionalmente, sua interposição por instrumento, quando se tratar de decisão que possa causar lesão grave e de difícil reparação.

O agravante não logrou êxito em demonstrar a possibilidade de lesão grave a ser evitada em sede de agravo de instrumento; não demonstrando nos autos a gratuidade de justiça deferida. Eis que, em princípio, cabe ao autor provar as suas alegações, consoante a norma inserta no artigo 333 do CPC.

Posta assim a questão, não há como dar trâmite a este agravo de instrumento.
Impõe-se, pois, aplicar a regra geral do artigo 522 do CPC, ou seja, o agravo deve ser processado na modalidade retida.
Face ao exposto, converto este agravo de instrumento em agravo retido, na forma do art. 527-II, do CPC.
Remetam-se os autos ao juízo da causa, para serem apensados aos autos principais.
Intime-se.
Rio de Janeiro, 07/04/2007.

ANTÔNIO CRUZ NETTO
Relator

CN/sam

III - AGRAVO 152786 2007.02.01.001309-1

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO CRUZ NETTO
AGRAVANTE	:JOAO PEDRO LIMA
ADVOGADO	:NEWTON BATISTA TRANQUEIRA CALDAS E OUTRO
AGRAVADO	:UNIAO FEDERAL
ORIGEM	:DÉCIMA SEGUNDA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200651010214987)

D E C I S Ã O

Cuida-se de agravo de instrumento interposto por João Pedro Lima contra decisão que indeferiu a gratuidade de justiça por ele requerida e que determinou recolhimento das custas judiciais devidas, em dez dias.

Entendeu o magistrado de primeiro grau que o contracheque anexado pelo autor, por si só, afasta a hipossuficiência, inexistindo *outros elementos nos autos que permitam aferir outros encargos suportados pelo autor*..

Alega o agravante que a declaração da sua hipossuficiência, de acordo com o art. 4° da Lei 1060/50 já satisfaria a presunção de impossibilidade financeira de arcar com as custas processuais.

Requer o deferimento da antecipação da tutela recursal.

É o relatório.

Em princípio, a concessão do benefício da gratuidade de justiça é condicionada apenas pela simples declaração da parte, nos termos do art. 4º, da Lei 1.060/50:

"Artigo 4º - A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários advocatícios, sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família."

Veja-se, a respeito, o seguinte acórdão:

"EMENTA:
GRATUIDADE DE JUSTIÇA.
I - Para o benefício de assistência judiciária basta requerimento em que a parte afirma a sua pobreza. (Art. 4º, § 1º da Lei 1.060/50) .
II - Cumpre a outra parte provar o contrário.
III - Recurso conhecido e provido."
(Recurso Especial Nº 193096, Terceira Turma, Relator: Min. Costa Leite, DJ 22/03/1999)

É preciso interpretar com razoabilidade a norma legal que regula a concessão do benefício de assistência judiciária, sobretudo quando diz que basta ao autor alegar, na inicial, que não tem condições de arcar com as custas sem prejuízo do sustento próprio e de sua família. Isso porque essa presunção estabelecida pela lei é relativa, comportando, por conseguinte, prova em contrário.

Essa é a posição que vem sendo adotada pelos tribunais pátrios, como se vê do acórdão proferido no Agravo de Instrumento n.º 01001174207/MG, Relator o Desembargador Aloísio Palmeira de Lima, do seguinte teor:

"PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INTRUMENTO. BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA. CONCEITO DE POBREZA. LEI Nº 1.060/50.
1. O benefício da gratuidade da justiça deve ser concedido aos necessitados, na forma da lei, mas a declaração dessa necessidade gera presunção *juris tantum* (Lei nº 1.060/50, art. 4º, § 1º).
2. Não se entende em situação de miserabilidade jurídica a parte que, embora no sentido econômico possa integrar a categoria genérica dos pobres em relação aos ricos, tem rendimentos mensais reveladores de condição social da classe média.
3. Necessitado, para os fins legais, é aquele "cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família" (Lei nº 1.060/50, art. 2º, § único)." (grifei)

No presente caso, entendo que o pagamento de custas judiciais não seria por demais oneroso para o agravante, eis que seus rendimentos mensais estão no valor líquido de R$ 3.736,32 (três mil setecentos e trinta e seis reais e trinta e dois centavos), como se infere da leitura das fls. 13 destes autos.
Ausentes, pois, os requisitos legais, indefiro a antecipação da tutela pretendida.
Intime-se a agravada para os fins do art. 527-V do CPC.

Rio de Janeiro, 07 de abril de 2007.

ANTÔNIO CRUZ NETTO
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO 153006/RJ 2007.02.01.001761-8

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPIRITO SANTO
AGRAVANTE	:UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF
PROCURADOR	:ANA MARIA ROCHA BASTOS E OUTROS
AGRAVADO	:GIRASSOL INCORPORADORA S/A
ADVOGADO	:GUSTAVO PINHEIRO GUIMARAES PADILHA E OUTROS
ORIGEM	:QUARTA VARA FEDERAL DE NITERÓI (200551020038491)

D E C I S Ã O

Trata-se de recurso de agravo de instrumento interposto pela UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF, solicitando que seja atribuído efeito suspensivo à decisão interlocutória proferida pelo MM. Juiz da 4ª Vara Federa de Niterói - RJ, que, nos autos da ação possessória ajuizada por GIRASSOL INCORPORADORA S/A, reconheceu que já teria sido efetuada a inspeção judicial necessária ao deslinde da causa, ficando, assim, inacolhido o pedido de produção de provas formulado pela ora Agravante.

Primeiramente, cabe registrar que a questão já veio a ser objeto de outro recurso de agravo de instrumento nº 2006.02.01.003385-1, tendo sido proferida decisão, em sede de juízo de retratação, no sentido de manter o *decisum* de primeiro grau, que deferiu liminar para determinar a manutenção na posse da área objeto da ação possessória em favor da empresa GIRASSOL INCORPORADORA S/A, ora Agravada.

De qualquer sorte, parece-me conveniente transcrever a decisão proferida nos autos do referido recurso, para melhor instruir a presente demanda, *in verbis:*

"Cuida a hipótese vertente de pedido de reconsideração formulado pela empresa PLANURBS S/A - PLANEJAMENTO E URBANIZAÇÃO, objetivando a reforma da decisão proferida por este Relator, que deferiu o pedido de liminar pleiteado pela Universidade Federal Fluminense - UFF, no sentido de atribuir efeito suspensivo à decisão de primeiro grau, que manteve a posse do imóvel objeto da lide em favor da Agravada - GIRASSOL INCORPORADORA S/A, sob pena de multa para o caso de turbação da posse.

Ao apreciar o pedido de liminar foi proferida a seguinte decisão, *in verbis:*

"Trata-se de recurso de agravo de instrumento interposto pela UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF, impugnando a R. decisão proferida pelo MM. Juízo da 4ª Vara Federal de Niterói - RJ (fls. 22/24), que, nos autos da ação possessória que lhe ajuizou GIRASSOL INCORPORADORA S/A, visando a manutenção de sua posse contra alegada turbação praticada pela Agravante, deferiu o pedido de liminar de manutenção de posse das glebas descritas na inicial, esclarecendo que nova turbação praticada pela UFF ensejaria a cominação de multa diária no valor de R$ 2.000,00.

Alega, em síntese, a Agravante que, após a decisão impugnada, o douto Juízo de primeiro grau teria majorado a multa diária imposta à Autarquia de R$ 2.000,00 para R$ 50.000,00/dia e, quando da última decisão prolatada em 15/03/2006, passou para R$ 100.000,00/dia, procedimento que igualmente é objeto de irresignação, através da presente via recursal.

Aduz, ainda, que o autor, apesar de tentar demonstrar a titularidade do seu domínio, não comprovou o esbulho e turbação da área sob litígio, além de não haver demonstrado reunir as condições mínimas do seu pedido de liminar, notadamente quanto à tempestividade do seu pedido cautelar, já que sendo a posse velha somente por decisão definitiva, ou seja, pelos meios ordinários, comportaria eventual imissão na posse.

Acrescenta, também, que se o suposto esbulho teria se caracterizado no ano de 1998, quando o Estado do Rio de janeiro teria desistido da desapropriação da área em litígio conforme transação pactuada em 21/07/1998, devolvendo a posse da área à PLANURBS, a posse não seria nova, mas velha (mais de ano e dia) já que a possessória fora ajuizada em 21 de junho de 2005, descabendo, portanto, a concessão da liminar, por não se tratar de posse nova.

Ressalta, igualmente, que a ação adequada não seria a de manutenção de posse, mas sim a de reintegração de posse, já que o douto Julgador teria reconhecido a existência do esbulho.

Salienta, ainda, que a Agravante teria apresentado inúmeras provas, dentre as quais, Ofício GAR 183/2004 ao Delegado da Polícia Federal de Niterói denunciando invasão na área ora em litígio e alertando sobre invasão similar denunciada àquela Delegacia, em 1999, conforme o protocolo de n. 08458.00266/99-40; Memorando firmado pelo Chefe de Vigilância da UFF noticiando furto de mourões pertencentes à Agravante; documentos comprobatórios do cercamento realizado pela Agravante; Memorando 22/2005, expedido pelo Superintendente de Administração da UFF denunciando invasões por terceiros; Ofício GAB/PG/011/2005 oferecendo notícia crime junto ao Delegado Chefe de Polícia Federal em Niterói; fotos que comprovam a posse da UFF; liminar prolatada pelo MM. Juiz da 1ª Vara Federal de Niterói, deferindo a manutenção da posse da UFF, e, que, no entanto, o douto Magistrado a quo teria entendido que a Agravante apenas apresentara documento relativo à posse administrativa a ela conferida pelo Estado do Rio de Janeiro, desconsiderando a sua permanência na posse, consubstanciada nos diversos documentos juntados ao feito.

Finaliza, salientando que, da análise dos autos, compreendendo as peças processuais, documentos e depoimentos prestados, verifica-se que a Agravante somente teria adentrado a área em litígio após a concessão da liminar, uma vez que os elementos neles constantes não conduzem a alegada posse, eis que, ao contrário da Agravada, a Agravante demonstrou indubitavelmente sua posse, através de diversos atos, tais como: provocação da Policia Federal ensejando inquéritos; aulas ministradas no Morro do Gragoatá; elaboração de projetos; reiteradas medias judiciais no sentido de coibir ameaças de invasões por parte do grupo econômico a qual pertence a Agravada.

É o relatório. Passo a decidir.

Primeiramente, deve ser ressaltada a natureza da matéria ora trazida a julgamento, na medida em que se trata de ação possessória, de área de terra situada em Niterói, denominada Morro do Gragoatá, onde a Autarquia Pública se insurge contra a decisão judicial que determinou que a Agravada fosse mantida na posse da área, diante dos elementos coligidos nos autos, em audiência de justificação prévia designada em primeiro grau de jurisdição.

Verifica-se, portanto, que o douto Julgador a quo houve por bem acolher o pedido de liminar pleiteado pela autora, ora agravada, para determinar a sua manutenção na posse da área objeto da ação possessória em causa.

Entendeu Sua Excelência que, diante das provas consignadas nos autos, se teria configurado a existência da posse da autora, em face dos depoimentos dos funcionários que tomavam conta da área, além de salientar que a UFF não teria logrado trazer aos autos qualquer prova de que tivesse mantido a posse da área desde então, até porque o Estado do Rio de Janeiro teria desistido da desapropriação da área em questão, conforme transação pactuada em 21/0/1998, deixando claro na cláusula 15ª, que devolvia a posse da área a PLANURBS.

Com efeito, constata-se que a questão demanda certa cautela, tendo em vista tratar-se de ação que discute posse, a qual, por si só, já requer uma instrução probatória bastante profunda, a fim de que o Julgador possa prestar a tutela jurisdicional pretendida pelas partes.

Nestas condições, embora reconheça que o douto Magistrado, efetivamente, ao proferir a sua decisão, o fez, baseado nos elementos probatórios constantes dos autos, parece-me mais prudente e conveniente suspender os efeitos da decisão agravada, até a instrução final deste recurso.

Diante do exposto, DEFIRO A LIMINAR para atribuir efeito suspensivo à decisão impugnada, até o julgamento final deste recurso pelo Órgão Colegiado, ressalvando, apenas, que não está sendo alterado o R. decisum de primeiro grau, posto que não se está concedendo efeito ativo ao presente recurso."

Verifica-se que a empresa PLANURBS S/A - PLANEJAMENTO E URBANIZAÇÃO requereu a sua admissão como litisconsorte passiva necessária, por ser a legítima proprietária da área em litígio, ocasião em que pleiteou a reconsideração da decisão acima mencionada, ao sustentar que a área objeto da lide lhe teria sido devolvida pelo Estado do Rio de Janeiro, conforme escritura de transação lavrada, ou seja, teria sido devolvida área que lhe pertencia anteriormente à propositura de ação de desapropriação, estando o título de propriedade registrado no 2º RGI de Niterói (fls. 548).

Alega, também, a existência de outras ações tramitando perante a 1ª Vara Federal de Niterói, que julgou a UFF carecedora de ação (proc. 2005.51.02.3830-2), Agravo (proc. Nº 2005.02.01.006402-8, ao qual foi negado seguimento e ainda ação civil pública perante o Juízo da 3ª Vara Federal de Niterói, obtendo, por via indireta, o que não estaria conseguindo através das vias possessórias, pois assevera que a Universidade Federal Fluminense estaria pretendendo apossar-se de terrenos urbanos que não lhe pertencem, utilizando, para tanto, o Poder Judiciário.

Finaliza, ressaltando que a empresa GIRASSOL, legítima detentora da posse em decorrência de contratos celebrados com a PLANURBS, a Universidade ajuizou ação civil pública descrevendo a mesma área em questão como de proteção ambiental por fazer parte da Mata Atlântica - o que seria totalmente falso - responsabilizando a Agravada pelo formato do Morro, cuja utilização se encontra em fase de planejamento, apesar do tumulto provocado pela UFF.

É o relatório. Passo a decidir.

Verifica-se que a matéria trazida a julgamento se afigura bastante delicada, na medida em que envolve ação possessória de área de terra situada em Niterói, denominada Morro do Gragoatá, onde a Universidade Federal do Rio de Janeiro ataca a decisão judicial que determinou que a empresa Agravada fosse mantida na posse da área, diante dos elementos coligidos nos autos, em audiência de justificação prévia designada em primeiro grau de jurisdição.

Primeiramente, cabe deferir-se o pedido de admissão da empresa PLANURBS S/A - PLANEJAMENTO E URBANIZAÇÃO como litisconsorte passiva necessária, diante dos fatos e demais circunstâncias trazidas aos autos, dando conta de seu interesse no deslinde da causa, razão pela qual determino que se procedam às anotações cabíveis, visando a regularização das partes no feito.

Uma vez integrada na lide, cabe, agora, a apreciação do pedido de reconsideração formulado pela segunda Agravada, diante dos fundamentos apresentados no presente pedido de reconsideração.

Com efeito, ao analisar a questão, em sede de liminar, pareceu-me mais conveniente suspender os efeitos da decisão de primeiro grau, tendo em vista as inúmeras implicações no campo social e até mesmo institucional, diante da natureza das glebas e da sua utilização, em decorrência da existência de tantas demandas judiciais versando sobre as mesmas terras, conforme salientado nos autos pelas partes.

No entanto, verifica-se que a empresa segunda agravada trouxe aos autos elementos que efetivamente demonstram as nuances que envolvem a causa, mas que realmente vêm a corroborar o entendimento lançado por Sua Excelência o douto Julgador de primeiro grau.

Isto porque, constata-se que o MM. Juiz a quo convenceu-se sobre a titularidade da posse das terras em discussão, após a realização de inspeção judicial e do depoimento do Perito da própria Universidade, no sentido de que a empresa GIRASSOL INCORPORADORA seria a titular do direito possessório sobre a área em litígio.

Desta forma, conjugando as informações prestadas pelo MM. Julgador de primeiro grau e toda a documentação trazida aos autos pela empresa PLANURBS S/A- PLANEJAMENTO E URBANIZAÇÃO forçoso reconhecer que a douta decisão agravada bem analisou a questão, não devendo, portanto, ser mantida a decisão que deferiu a liminar para dar efeito suspensivo ao aludido decisum.

Diante do exposto, RECONSIDERO a decisão atacada para indeferir o pedido de liminar postulado pela Universidade Federal Fluminense, mantendo, portanto, os termos da decisão interlocutória de primeiro grau que deferiu liminar em favor da primeira Agravada, ao reconhecer a sua posse sobre a área objeto da lide, até decisão final do presente recurso de agravo de instrumento."

Verificando-se que a Universidade, ora Agravante, se insurge contra a decisão de primeiro grau que reconheceu não ser necessária a produção de outras provas, diante da realização de inspeção judicial, que teria sido considerada suficiente para o deslinde da causa, não vejo como alterar tal *decisum.*

Isto porque, cabe ao Julgador promover o colhimento de todas as provas que entenda necessárias à prestação da tutela jurisdicional pretendida pelas partes, e, se no caso vertente, o douto Magistrado entendeu que a inspeção judicial já seria suficiente para o seu convencimento, não se vislumbra a ocorrência de qualquer ato que pudesse ferir o direito das partes, até porque deve ser a tutela jurisdicional entregue da forma mais célere e eficiente possível e todos sabemos dos entraves e das dificuldades que toda produção de prova acarreta no deslinde dos processos.

De qualquer sorte, não se encontram presentes, na hipótese, os dois requisitos legais indispensáveis à concessão da liminar pleiteada, quais sejam, o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora.*

Diante do exposto, INDEFIRO A LIMINAR.
Intime-se a Agravada, nos termos do disposto no artigo 527, V, do CPC.
Após, encaminhem-se os autos à douta Procuradoria Regional da República para o colhimento do seu necessário e sempre valioso parecer.
Rio de Janeiro, 19 de março de 2007.
DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPIRITO SANTO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 153019/RJ 2007.02.01.001825-8

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO CRUZ NETTO
AGRAVANTE	:MARÍLIA LEITE RIBEIRO
ADVOGADO	:ERICA CARLA SILVA DE SOUSA E OUTRO
AGRAVADO	:CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:SEM ADVOGADO

D E C I S Ã O

Cuida-se de agravo de instrumento interposto por MARÍLIA LEITE RIBEIRO contra decisão que, nos autos da ação de rito ordinário por ela proposta contra a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, com vistas à revisão do contrato de mútuo habitacional, determinou-lhe a emenda da inicial, "*especificando adequadamente o valor incontroverso, observando que o mesmo não pode ser menor do que a prestação inicial ajustada (fls. 63), sob pena de inépcia, bem como comprovando o depósito do valor controvertido e o pagamento da quantia incontroversa, além das parcelas vencidas e vincendas, no tempo e no modo contratados, na forma prevista nos parágrafos 1° e 2° do art. 50, da Lei 10.931/04*".

Alega a agravante o que se segue: a) a determinação de depositar o valor controvertido e o pagamento da quantia incontroversa, além das parcelas vencidas e vincendas, é *ultra petita;* b) o dano de difícil reparação se constitui na cobrança abusiva de um valor '*ilíquido e inexeqüível*'; c) consta nos autos planilha contábil que traduz a prova inequívoca das suas alegações - configurando, assim, a verossimilhança das alegações autorais; d) a Lei 10.931/04 contém dispositivos inconstitucionais.
Pleiteia a atribuição de efeito suspensivo ao recurso.
Tudo visto, Decido.
Inicialmente observo que a decisão agravada está bem fundamentada, compartilhando do meu entendimento sobre este tema.
Tenho me posicionado no sentido de que o mutuário não pode simplesmente parar de pagar as prestações mensais para, só depois, vir a juízo questionar cláusulas e condições do contrato. É certo que há situações particulares e bem específicas que até permitem um certo temperamento na consideração do problema.

O egrégio Superior Tribunal de Justiça já decidiu, por diversas vezes, que a suspensão de leilão extrajudicial não pode ser feita sem que o mutuário deposite pelo menos o valor que ele entende devido, de modo a dar um mínimo de garantia à CEF, conforme se vê a seguir:

"SFH. Ação Ordinária. Revisional do contrato. Depósito judicial. É possível, na ação ordinária de revisão do contrato, o depósito das parcelas que o mutuário considera devidas. A decisão que o autoriza não ofende o art. 273 do CPC.
Recurso conhecido e provido."
(Resp 383129/PR, rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, Quarta Turma, DJ 24.6.2002, p. 311).

Além disso, com a edição da Lei nº 10.931, de 02 de agosto de 2004, o mutuário pode se valer do depósito do valor que entende devido, que é incontroverso, na própria instituição financeira credora, oficial ou não, ou em instituição financeira indicada pela CEF, desde que pactuado com ela (art. 50, § 2°), como foi determinado pelo magistrado de primeiro grau na decisão agravada.

Deste modo, face à manifesta improcedência do presente agravo, com apoio nos arts. 525-I e 557 do CPC c/c o parágrafo 1º, inciso III do art. 43, do Regimento Interno deste Tribunal, NEGO SEGUIMENTO ao recurso.
Publique-se. Intime-se.
Rio de Janeiro, 07 de abril de 2007.

ANTÔNIO CRUZ NETTO
Relator

III - AGRAVO 2007.02.01.002683-8

RELATOR	:DESEMBARGADORA FEDERAL VERA LÚCIA LIMA
AGRAVANTE	:INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA
PROCURADOR	:DIOGENES SODERIO FERREIRA ALVES
AGRAVADO	:SERGIO LUIZ GONÇALVES E CONJUGE
ADVOGADO	:JOAO MANUEL DE SOUSA SARAIVA E OUTROS
ORIGEM	:1 VARA JUSTIÇA FEDERAL COLATINA/ES (200650050002701)

D E C I S Ã O

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA interpõe agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, objetivando alvejar decisão que determinou a suspensão de imissão provisória na posse anteriormente deferida até que seja apreciado o requerimento de antecipação dos efeitos da tutela deduzido nos autos do processo nº 2005.50.01.007487-3.
A decidir, o douto magistrado adotou as seguintes razões, *in verbis*: "Compulsando os autos, verifico que o expropriado, antes do ajuizamento da presente ação pelo INCRA, já havia distribuído a ação ordinária TOMBADA SOB O Nº 2005.50.01.007487-3, CUJO OBJETO ERA A ANULAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 54340.000.218/2005-55, então em tramitação junto ao INCRA, e ao término do qual fora declarada como de interesse social para fins de reforma agrária a fazenda de propriedade do ora expropriado, por meio de decreto que embasou o ajuizamento da presente demanda.
Na inicial a ação ordinária acima mencionada, foi pedida a antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional, para que fosse suspenso o curso do procedimento administrativo já mencionado, haja vista as eivas ali apontadas pela parte autora.
Após a citação efetuada naqueles autos, o que se deu em 30/08/2005, o INCRA distribuiu a presente ação de desapropriação, não tendo o setor de distribuição, na ocasião, apontado qualquer vínculo entre os processos.
Segundo penso, a ausência de qualquer apontamento pelo setor de distribuição, com base no número do CPF como geralmente ocorre em todos os feitos distribuídos a este Juízo, subtraiu o douto magistrado prolator da r. decisão de fls. 117/118 a possibilidade de analisar conjuntamente os dois processos, bem assim eventual prejudicialidade entre o objeto da ação ordinária, tendente a anular o procedimento administrativo, e a presente ação de desapropriação, de modo a evitar a prolação de decisões conflitantes entre si.
Uma vez efetivada a imissão na posse aqui determinada, com a realização de assentamento projetado pelo expropriante, a conseqüência prática, segundo tem entendido a jurisprudência pátria, é a perda de objeto para a ação ordinária proposta pelo expropriado, já que a afetação do bem a uma finalidade pública (assentamento) impossibilita a desconstituição do ato, resolvendo a questão em perdas e danos.
(...)
Mas a parte lançou mão tempestivamente, do seu direito subjetivo de provar o Estado-Juiz para afastar aquilo que sustenta ser uma ameaça de lesão ao seu direito de propriedade.
Ajuizou o expropriado, portanto, uma ação cujo objeto é impedir a consolidação de uma situação, qual seja, a efetiva imissão e o conseqüente assentamento de famílias, manejando demanda de cunho eminentemente preventivo.
Se e expropriante tem razão ou não, isso é o que deve ser decidido na ação ordinária, mais especificamente por ocasião da apreciação do pedido de tutela antecipada ali formulado.
Caso o pedido de tutela antecipada não seja analisado antes da efetivação da imissão determinada às fls. 117/118, acabará ficando sem efeito a sentença acaso proferida a ação ordinária.
Este, portanto, é um caso típico em que se faz necessária a atuação do poder geral de cautela, de modo a preservar-se a utilidade do processo, tal como utilizado pela parte para fazer valer o direito que alega possuir.
Como a parte autora discute na ação ordinária questão prejudicial em relação ao objeto da presente ação, qual seja, a regularidade do procedimento administrativo que redundou no decreto expropriatório que embasa a presente demanda, entendo que a imissão na posse deve ser decidida em conjunto com a decisão que aprecia o pedido de tutela antecipada.
E como a imissão, devido a uma falha no setor de distribuição, acabou sendo apreciada antes do pleito antecipatório formulado na ação ordinária tombada sob o nº 2005.50.01.007487-3, concluo que o caso é de suspensão cautelar da decisão que deferiu a imissão na posse, até que seja apreciada a tutela antecipada naqueles autos."
É o relato. Passo a decidir.
Ao que se extrai dos autos, a imissão na posse da FAZENDA ABRE CAMPO, deferida em decisão cuja cópia encontra-se acostada às fls. 158/159, foi efetivada no dia primeiro de agosto de 2006 (fls. 163/165). Logo após, a Superintendência Regional do INCRA no Estado do Espírito Santo criou, através da Portaria nº 11, de 21 de agosto de 2006, o Projeto de Assentamento Rural denominado *Olga Benário Prestes*, sendo certo que várias famílias foram assentadas no imóvel em questão (fls. 225/237), embora não se possa precisar, com exatidão, o momento em que, de fato, o referido projeto foi implantado, circunstância esta que subtrai um pouco da plausibilidade do direito alegado pela agravante, mormente diante das ponderações lançadas pelo Juízo *a quo* na decisão que apreciou os embargos de declaração (fls. 223) opostos pela autarquia recorrente.
Entretanto, verifico a presença de perigo de lesão grave e de difícil reparação. Caso a antecipação de tutela postulada nos autos do processo nº 2005.50.01.007487-3 seja indeferida, a retirada das famílias assentadas terá ocasionado graves danos, o que recomenda prudência do julgador.
Penso que a discussão restará devidamente esclarecida após a vinda de informações por parte do Juízo agravado e a oitiva da parte agravada. Até lá, entendo conveniente manter os efeitos da decisão de imissão na posse de modo a evitar a eclosão de conflito de natureza agrária cuja possível ocorrência já é indicada no documento de fls. 239.
Assim, por ora, e sem prejuízo de exame mais detido da matéria quando do julgamento do recurso pelo colegiado, DEFIRO O PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO, até ulterior apreciação do agravo pela colenda Quinta Turma Especializada deste Tribunal.
Comunique-se, com urgência, via fax, ao Juízo agravado.
Requisitem-se, com a celeridade que o caso demanda, informações ao juiz da causa, na forma do art. 527, IV, do CPC.
Após, intimem-se os agravados para responderem.
Tudo feito, conclusos para reapreciação do pedido de efeito suspensivo.
Publique-se.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2007.

Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO 153945/RJ 2007.02.01.003386-7

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPIRITO SANTO
AGRAVANTE	:FELIPE QUEIROZ DE CARVALHO ASSIST/ P/ ROGERIO ALONSO DE CARVALHO
ADVOGADO	:HUMBERTO ADAMI SANTOS JUNIOR E OUTRO
AGRAVADO	:UNIAO FEDERAL
ORIGEM	:DÉCIMA QUARTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200551010143496)

D E C I S Ã O

O Juiz de primeiro grau, no exame das questões que lhe são trazidas preliminarmente, quando externa seu juízo cautelar, é porque entendeu presentes ou ausentes os pressupostos jurídicos necessários, sejam eles: a plausibilidade jurídica do pedido, o receio de dano ou perigo na demora da intervenção judicial ou a ilegalidade ou abuso de poder dos atos de autoridades públicas.

Assim, se o MM. Juízo *a quo*, analisando o pedido nos termos da lei, externa o seu livre convencimento e conclui pelo deferimento ou indeferimento de liminar, não vejo porque deva o Tribunal "de Apelação" rever sua decisão, impondo-lhe outro entendimento, a menos que se trate de questão, cujo posicionamento esteja pacificado pelos Membros desta C. Corte ou Tribunais Superiores, não observada pelo Magistrado.

Nesta linha de raciocínio, só excepcionalmente admitir-se-ia a substituição da sua decisão, com cunho cautelar, por outra desta Eg. Turma, uma vez que o seu juízo repercute no mérito da causa e traduz sua posição preliminar, enquanto não proferida a sentença de mérito, de modo que não se justifica modificá-la, a menos que fundamentada para corrigir manifesta ilegalidade ou abuso de poder.
Deve, assim, prevalecer a decisão liminar do primeiro grau, pois, além de ser o seu prolator quem irá proferir a sentença de mérito, está ele no contato direto com o jurisdicionado, tendo, portanto, maior afinidade com as questões, constituindo um melhor referencial para a apreciação e a avaliação dos fatos e das provas existentes nos autos.

Diante do exposto, INDEFIRO A LIMINAR.

Intime-se a Agravada nos termos do art. 527, inciso V, do CPC.

Após, encaminhe-se os autos ao douto Procurador Regional da República para colhimento de seu valioso e sempre necessário parecer.

Rio de Janeiro, 03 de abril de 2007.

DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPIRITO SANTO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 154089/RJ 2007.02.01.003631-5

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPIRITO SANTO
AGRAVANTE	:JOAO LUIZ LEANDRO DA SILVA
ADVOGADO	:ELIEL SANTOS JACINTHO E OUTROS
AGRAVADO	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:ANDRE PIRES GODINHO E OUTROS
ORIGEM	:QUINTA VARA FEDERAL DE SÃO JOÃO DE MERITI (200651100001877)

D E C I S Ã O

O Juiz de primeiro grau, no exame das questões que lhe são trazidas, ao externar o seu juízo, o faz, em decorrência da análise dos fatos concretos, sob a ótica do nosso ordenamento jurídico, refletindo, a sua decisão, na conseqüência jurídica que deles se pode extrair.

Assim, se o MM. Juízo *a quo*, analisando o pedido nos termos da lei, externa o seu livre convencimento e conclui desfavoravelmente ao interesse de uma das partes, não vejo porque deva o Tribunal "de apelação" rever sua decisão, impondo-lhe outro entendimento, a menos que se trate de questão, cujo posicionamento esteja pacificado pelos Membros desta C. Corte ou Tribunais Superiores, não observadas pelo Magistrado.

Nesta linha de raciocínio, só excepcionalmente admitir-se-ia a substituição da sua decisão inicial, por outra desta Eg. Turma, uma vez que o seu juízo repercute no mérito da causa e deve traduzir a posição preliminar, enquanto não houver o pronunciamento colegiado e definitivo deste C. Tribunal, relativamente à questão em debate, de modo que não se justifica modificá-la, a menos que fundamentada para corrigir manifesta ilegalidade ou abuso de poder.
Diante do exposto, INDEFIRO A LIMINAR.

Intime-se a Agravada, nos termos do art. 527, inciso V, do CPC.

Após, encaminhem-se os autos ao douto Procurador Regional da República para o colhimento de seu necessário e sempre valioso parecer.

Rio de Janeiro, 03 de abril de 2007.

DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPIRITO SANTO

III - AGRAVO 2007.02.01.003800-2

RELATOR	:DESEMBARGADORA FEDERAL VERA LÚCIA LIMA
AGRAVANTE	:SILVIO BRANDAO DA SILVA E OUTRO
ADVOGADO	:ELIEL SANTOS JACINTHO E OUTROS
AGRAVADO	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:SEM ADVOGADO
ORIGEM	:1 VARA JUSTIÇA FEDERAL SAO GONCALO/RJ (200751170015031)

D E C I S Ã O

Cuida-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, alvejando decisão que, em sede de ação de conhecimento, pelo rito ordinário, determinou que a parte autora, ora Agravante, cumpra o disposto no art. 50, da Lei n.º 10.931/2004, efetuando o depósito dos valores controversos e incontroversos, sob pena de extinção do feito.
A hipótese é de demanda proposta por SILVIO BRANDÃO DA SILVA e OUTRO em face da Caixa Econômica Federal - CEF, visando, em síntese, à revisão de cláusulas e do saldo devedor do contrato de financiamento, com pacto adjeto de hipoteca, para aquisição de casa própria, pelo Sistema Financeiro de Habitação - SFH.
Eis o relato do necessário. Passo a decidir.
Com efeito, no que tange à abstenção da prática de atos de execução extrajudicial, é de se mencionar o disposto no art. 50 da Lei n.º 10.931/2004, sendo relevante acentuar o teor de seus §§ 2º e 4º, *in verbis*:
"Art. 50. Nas ações judiciais que tenham por objeto obrigação decorrente de empréstimo, financiamento ou alienação imobiliários, o autor deverá discriminar na petição inicial, dentre as obrigações contratuais, aquelas que pretende controverter, quantificando o valor incontroverso, sob pena de inépcia.
§ 1º O valor incontroverso deverá continuar sendo pago no tempo e modo contratados.
§ 2º A exigibilidade do valor controvertido poderá ser suspensa mediante depósito do montante correspondente, no tempo e modo contratados.
§ 3º Em havendo concordância do réu, o autor poderá efetuar o depósito de que trata o § 2º deste artigo, com remuneração e atualização nas mesmas condições aplicadas ao contrato:
I - na própria instituição financeira credora, oficial ou não; ou
II - em instituição financeira indicada pelo credor, oficial ou não, desde que estes tenham pactuado nesse sentido.
§ 4º O juiz poderá dispensar o depósito de que trata o § 2º em caso de relevante razão de direito e risco de dano irreparável ao autor, por decisão fundamentada na qual serão detalhadas as razões jurídicas e fáticas da ilegitimidade da cobrança no caso concreto.
§ 5º É vedada a suspensão liminar da exigibilidade da obrigação principal sob a alegação de compensação com valores pagos a maior, sem o depósito do valor integral desta."
Como se depreende do teor dos dispositivos acima transcritos, no âmbito dos contratos de financiamento para a compra de imóveis, a exigibilidade do valor controvertido pode ser suspensa por dois meios: a) via depósito do valor controvertido, sem prejuízo do pagamento da soma incontroversa; e b) via decisão judicial, desde que esteja demonstrada relevante razão de direito e risco de dano irreparável ao autor.
De outro lado, de acordo com a análise perfunctória que ora se impõe, vislumbro plausibilidade nas alegações recursais, no que concerne à penalidade de extinção do feito, imposta pelo magistrado de piso, em face de eventual descumprimento do art. 50, da Lei n.º 10.931/2004.
À primeira vista, creio que tal sanção somente é aplicável quando o autor não seguir o que determina o *caput* do artigo em comento, vale dizer, deixar de discriminar na petição inicial, dentre as obrigações contratuais, aquelas que pretende controverter, quantificando o valor incontroverso. Vale dizer, o pagamento da soma incontroversa diretamente ao agente financeiro e o depósito judicial do *quantum* controvertido, ao que tudo indica, não se qualificam como pressupostos processuais de validade.
Por tais fundamentos, DEFIRO PARCIALMENTE A ANTECIPAÇÃO DA PRETENSÃO RECURSAL, apenas para afastar a penalidade de extinção do feito cominada pelo Juízo *a quo*.
Comunique-se, com urgência, via fax, o juízo agravado.
Intime-se a Agravada para responder.
Após, ao MPF, retornando-me em seguida conclusos para julgamento.
Publique-se.

Rio de Janeiro, 03 de abril de 2007.

Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO 154260/RJ 2007.02.01.004000-8

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPIRITO SANTO
AGRAVANTE	:ARTHUR NAPOLEAO TEIXEIRA NETO
ADVOGADO	:ERICA CARLA SILVA DE SOUSA
AGRAVADO	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:SEM ADVOGADO
ORIGEM	:DÉCIMA NONA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200751010039264)

D E C I S Ã O

O Juiz de primeiro grau, no processo de cognição, poderá antecipar a tutela jurisdicional esperada liminar e provisoriamente, desde que, analisando a petição inicial, verifique a presença dos fatos que tipifiquem os seus pressupostos autorizadores previstos no art. 273 e seguintes do CPC.

O Legislador processual pátrio condiciona o seu deferimento à existência de prova inequívoca dos fatos narrados na inicial, visando formar o livre convencimento do Juiz, quanto à verossimilhança das alegações, além da existência de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, ou, ainda, que fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do Réu.

Assim, se o MM. Juízo *a quo*, analisando o pedido nos termos da lei, externa o seu livre convencimento e conclui pelo deferimento ou indeferimento da tutela jurisdicional antecipada, não vejo porque deva o Tribunal "de Apelação" rever sua decisão impondo-lhe outro entendimento, a menos que se trate de questão, cujo posicionamento esteja pacificado pelos Membros desta C. Corte ou Tribunais Superiores, não observada pelo Magistrado.

Nesta linha de raciocínio, só excepcionalmente admitir-se-ia a substituição da decisão do Juiz no primeiro grau, com cunho cautelar, por outra deste Relator, uma vez que o seu juízo repercute no mérito da causa e traduz sua posição preliminar, enquanto não proferida a sentença de mérito, de modo que não se justifica modificá-la, a menos que fundamentada para corrigir manifesta ilegalidade ou abuso de poder.

Deve, assim, prevalecer a decisão do Juiz de primeiro grau, pois, além de proferir a sentença de mérito, está ele no contato direto com o jurisdicionado, tendo, portanto, maior afinidade com as questões trazidas, constituindo um melhor referencial para a apreciação e a avaliação dos fatos e provas existentes nos autos .

Diante do exposto, INDEFIRO A LIMINAR.

Intime-se a Agravada nos termos do art. 527, inciso V, do CPC.

Após, encaminhem-se os autos ao douto Procurador Regional da República para o colhimento de seu necessário e sempre valioso parecer.

Rio de Janeiro 09 de abril de 2007.

DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPIRITO SANTO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 154260/RJ 2007.02.01.004000-8

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPIRITO SANTO
AGRAVANTE	:ARTHUR NAPOLEAO TEIXEIRA NETO
ADVOGADO	:ERICA CARLA SILVA DE SOUSA
AGRAVADO	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:SEM ADVOGADO
ORIGEM	:DÉCIMA NONA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200751010039264)

D E C I S Ã O

O Juiz de primeiro grau, no processo de cognição, poderá antecipar a tutela jurisdicional esperada liminar e provisoriamente, desde que, analisando a petição inicial, verifique a presença dos fatos que tipifiquem os seus pressupostos autorizadores previstos no art. 273 e seguintes do CPC.

O Legislador processual pátrio condiciona o seu deferimento à existência de prova inequívoca dos fatos narrados na inicial, visando formar o livre convencimento do Juiz, quanto à verossimilhança das alegações, além da existência de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, ou, ainda, que fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do Réu.

Assim, se o MM. Juízo *a quo*, analisando o pedido nos termos da lei, externa o seu livre convencimento e conclui pelo deferimento ou indeferimento da tutela jurisdicional antecipada, não vejo porque deva o Tribunal "de Apelação" rever sua decisão impondo-lhe outro entendimento, a menos que se trate de questão, cujo posicionamento esteja pacificado pelos Membros desta C. Corte ou Tribunais Superiores, não observada pelo Magistrado.

Nesta linha de raciocínio, só excepcionalmente admitir-se-ia a substituição da decisão do Juiz no primeiro grau, com cunho cautelar, por outra deste Relator, uma vez que o seu juízo repercute no mérito da causa e traduz sua posição preliminar, enquanto não proferida a sentença de mérito, de modo que não se justifica modificá-la, a menos que fundamentada para corrigir manifesta ilegalidade ou abuso de poder.

Deve, assim, prevalecer a decisão do Juiz de primeiro grau, pois, além de proferir a sentença de mérito, está ele no contato direto com o jurisdicionado, tendo, portanto, maior afinidade com as questões trazidas, constituindo um melhor referencial para a apreciação e a avaliação dos fatos e provas existentes nos autos .

Diante do exposto, INDEFIRO A LIMINAR.

Intime-se a Agravada nos termos do art. 527, inciso V, do CPC.

Após, encaminhem-se os autos ao douto Procurador Regional da República para o colhimento de seu necessário e sempre valioso parecer.

Rio de Janeiro 09 de abril de 2007.

DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPIRITO SANTO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 154260/RJ 2007.02.01.004000-8

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPIRITO SANTO
AGRAVANTE	:ARTHUR NAPOLEAO TEIXEIRA NETO
ADVOGADO	:ERICA CARLA SILVA DE SOUSA
AGRAVADO	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:SEM ADVOGADO
ORIGEM	:DÉCIMA NONA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200751010039264)

D E C I S Ã O

O Juiz de primeiro grau, no processo de cognição, poderá antecipar a tutela jurisdicional esperada liminar e provisoriamente, desde que, analisando a petição inicial, verifique a presença dos fatos que tipifiquem os seus pressupostos autorizadores previstos no art. 273 e seguintes do CPC.

O Legislador processual pátrio condiciona o seu deferimento à existência de prova inequívoca dos fatos narrados na inicial, visando formar o livre convencimento do Juiz, quanto à verossimilhança das alegações, além da existência de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, ou, ainda, que fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do Réu.

Assim, se o MM. Juízo *a quo*, analisando o pedido nos termos da lei, externa o seu livre convencimento e conclui pelo deferimento ou indeferimento da tutela jurisdicional antecipada, não vejo porque deva o Tribunal "de Apelação" rever sua decisão impondo-lhe outro entendimento, a menos que se trate de questão, cujo posicionamento esteja pacificado pelos Membros desta C. Corte ou Tribunais Superiores, não observada pelo Magistrado.

Nesta linha de raciocínio, só excepcionalmente admitir-se-ia a substituição da decisão do Juiz no primeiro grau, com cunho cautelar, por outra deste Relator, uma vez que o seu juízo repercute no mérito da causa e traduz sua posição preliminar, enquanto não proferida a sentença de mérito, de modo que não se justifica modificá-la, a menos que fundamentada para corrigir manifesta ilegalidade ou abuso de poder.

Deve, assim, prevalecer a decisão do Juiz de primeiro grau, pois, além de proferir a sentença de mérito, está ele no contato direto com o jurisdicionado, tendo, portanto, maior afinidade com as questões trazidas, constituindo um melhor referencial para a apreciação e a avaliação dos fatos e provas existentes nos autos .

Diante do exposto, INDEFIRO A LIMINAR.

Intime-se a Agravada nos termos do art. 527, inciso V, do CPC.

Após, encaminhem-se os autos ao douto Procurador Regional da República para o colhimento de seu necessário e sempre valioso parecer.

Rio de Janeiro 09 de abril de 2007.

DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPIRITO SANTO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 154260/RJ 2007.02.01.004000-8

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPIRITO SANTO
AGRAVANTE	:ARTHUR NAPOLEAO TEIXEIRA NETO
ADVOGADO	:ERICA CARLA SILVA DE SOUSA
AGRAVADO	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:SEM ADVOGADO
ORIGEM	:DÉCIMA NONA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200751010039264)

D E C I S Ã O

O Juiz de primeiro grau, no processo de cognição, poderá antecipar a tutela jurisdicional esperada liminar e provisoriamente, desde que, analisando a petição inicial, verifique a presença dos fatos que tipifiquem os seus pressupostos autorizadores previstos no art. 273 e seguintes do CPC.

O Legislador processual pátrio condiciona o seu deferimento à existência de prova inequívoca dos fatos narrados na inicial, visando formar o livre convencimento do Juiz, quanto à verossimilhança das alegações, além da existência de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, ou, ainda, que fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do Réu.

Assim, se o MM. Juízo *a quo*, analisando o pedido nos termos da lei, externa o seu livre convencimento e conclui pelo deferimento ou indeferimento da tutela jurisdicional antecipada, não vejo porque deva o Tribunal "de Apelação" rever sua decisão impondo-lhe outro entendimento, a menos que se trate de questão, cujo posicionamento esteja pacificado pelos Membros desta C. Corte ou Tribunais Superiores, não observada pelo Magistrado.

Nesta linha de raciocínio, só excepcionalmente admitir-se-ia a substituição da decisão do Juiz no primeiro grau, com cunho cautelar, por outra deste Relator, uma vez que o seu juízo repercute no mérito da causa e traduz sua posição preliminar, enquanto não proferida a sentença de mérito, de modo que não se justifica modificá-la, a menos que fundamentada para corrigir manifesta ilegalidade ou abuso de poder.

Deve, assim, prevalecer a decisão do Juiz de primeiro grau, pois, além de proferir a sentença de mérito, está ele no contato direto com o jurisdicionado, tendo, portanto, maior afinidade com as questões trazidas, constituindo um melhor referencial para a apreciação e a avaliação dos fatos e provas existentes nos autos .

Diante do exposto, INDEFIRO A LIMINAR.

Intime-se a Agravada nos termos do art. 527, inciso V, do CPC.

Após, encaminhem-se os autos ao douto Procurador Regional da República para o colhimento de seu necessário e sempre valioso parecer.

Rio de Janeiro 09 de abril de 2007.

DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPIRITO SANTO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 154260/RJ 2007.02.01.004000-8

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPIRITO SANTO
AGRAVANTE	:ARTHUR NAPOLEAO TEIXEIRA NETO
ADVOGADO	:ERICA CARLA SILVA DE SOUSA
AGRAVADO	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:SEM ADVOGADO
ORIGEM	:DÉCIMA NONA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200751010039264)

D E C I S Ã O

O Juiz de primeiro grau, no processo de cognição, poderá antecipar a tutela jurisdicional esperada liminar e provisoriamente, desde que, analisando a petição inicial, verifique a presença dos fatos que tipifiquem os seus pressupostos autorizadores previstos no art. 273 e seguintes do CPC.

O Legislador processual pátrio condiciona o seu deferimento à existência de prova inequívoca dos fatos narrados na inicial, visando formar o livre convencimento do Juiz, quanto à verossimilhança das alegações, além da existência de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, ou, ainda, que fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do Réu.

Assim, se o MM. Juízo *a quo*, analisando o pedido nos termos da lei, externa o seu livre convencimento e conclui pelo deferimento ou indeferimento da tutela jurisdicional antecipada, não vejo porque deva o Tribunal "de Apelação" rever sua decisão impondo-lhe outro entendimento, a menos que se trate de questão, cujo posicionamento esteja pacificado pelos Membros desta C. Corte ou Tribunais Superiores, não observada pelo Magistrado.

Nesta linha de raciocínio, só excepcionalmente admitir-se-ia a substituição da decisão do Juiz no primeiro grau, com cunho cautelar, por outra deste Relator, uma vez que o seu juízo repercute no mérito da causa e traduz sua posição preliminar, enquanto não proferida a sentença de mérito, de modo que não se justifica modificá-la, a menos que fundamentada para corrigir manifesta ilegalidade ou abuso de poder.

Deve, assim, prevalecer a decisão do Juiz de primeiro grau, pois, além de proferir a sentença de mérito, está ele no contato direto com o jurisdicionado, tendo, portanto, maior afinidade com as questões trazidas, constituindo um melhor referencial para a apreciação e a avaliação dos fatos e provas existentes nos autos .

Diante do exposto, INDEFIRO A LIMINAR.

Intime-se a Agravada nos termos do art. 527, inciso V, do CPC.

Após, encaminhem-se os autos ao douto Procurador Regional da República para o colhimento de seu necessário e sempre valioso parecer.

Rio de Janeiro 09 de abril de 2007.

Desembargador Federal PAULO ESPIRITO SANTO

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO E JULGAMENTO

ACÓRDÃOS

EXPEDIENTE Nº 1 DO DIA 11 DE ABRIL DE 2007

MANDADO DE SEGURANÇA 5943/RJ 94.02.20966-2

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO CRUZ NETTO
RELATOR SUBSTITUTO	:JUIZ FEDERAL CONVOCADO GUILHERME COUTO DE CASTRO
IMPETRANTE	:CARLOS ALBERTO FERREIRA DA SILVA E S/M
ADVOGADO	:LEONY COELHO DE MELO LEMOS E OUTRO
IMPETRADO	:JUÍZO FEDERAL DA 3ª VARA-RJ
ORIGEM	:TERCEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9000527678)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA. SFH. EXECUÇÃO. PENDÊNCIA DE AÇÃO CONSIGNATÓRIA. PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO.
O mandado de segurança não pode ser usado como substitutivo do recurso próprio. No caso, a parte assim o fez, ao abrir mão do agravo e usar a via heróica, em ofensa ao artigo 5º, II, da Lei 1.533/51. Ademais, a parte sequer instruiu bem a demanda, dificultando sobremaneira a compreensão da lide. Pretensão de parar a execução movida pela CEF, já que os impetrantes ajuizaram ação de consignação em pagamento. Inviabilidade. Ordem denegada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, na forma do voto do Relator, denegar a segurança.

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 2006.

GUILHERME COUTO DE CASTRO
Juiz Federal Convocado
Relator

EXPEDIENTE Nº 2 DO DIA 11 DE ABRIL DE 2007

APELACAO CIVEL 313444/RJ 2001.51.01.005322-2

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE	:UNIAO FEDERAL
APELADO	:LUCIANO BALINSKI
ADVOGADO	:NEWTON BATISTA TRANQUEIRA CALDAS
ORIGEM	:TERCEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200151010053222)

E M E N T A

ADMINISTRATIVO. MILITAR. CURSO DE FORMAÇÃO E GRADUAÇÃO - IME. DEMISSÃO EX OFFICIO. INDENIZAÇÃO. LEI 9.297/96. OBRIGATÓRIA.
- Trata-se de Apelação Cível interposta pela UNIÃO FEDERAL, visando atacar a r. sentença de 1º grau, em ação de cobrança ajuizada pela União Federal, objetivando a condenação do Réu a pagar indenização referente ao investimento em curso de preparação e formação, que após realizá-lo, não permaneceu no serviço militar durante o período ao qual estava obrigado, conforme o disposto no artigo 116, II da Lei 6.880/80;
- À demissão *ex officio* de oficial da ativa, bem como a obrigação de indenização por despesas realizadas com a sua preparação e formação, por não ter cumprido o tempo mínimo legal previsto, deve ser aplicado o disposto na Lei 6.880/80 (artigos 116 e 117). Não tendo o Réu cumpriu todo o tempo em que estava obrigado por lei, ou seja, 5 anos de prestação de serviço militar, torna-se inevitável a obrigação de indenizar as despesas realizadas pela União Federal com sua formação;
- Contudo, apesar de o Réu não ter cumprido todo o lapso temporal legalmente previsto, que é de 5 anos, em virtude do princípio da razoabilidade e do não enriquecimento sem causa, deve ser excluído da referida indenização o tempo de efetivo exercício prestado pelo militar.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos, acordam os Desembargadores Federais da 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, na forma do voto do Relator, dar parcial provimento à apelação.
Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2001 (data do julgamento).

PAULO ESPIRITO SANTO
Desembargador Federal - Relator e Presidente da Turma

APELAÇÃO CÍVEL Nº 340584/RJ PROCESSO Nº 2002.51.01.012453-1

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO CRUZ NETTO
APELANTE	:CARREFOUR COM/ IND/ LTDA
ADVOGADO	:JOSE OSWALDO CORREA
APELADO	:UNIAO FEDERAL
ORIGEM	:DÉCIMA SEGUNDA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

EMENTA

ADMINISTRATIVO - ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL - MULTA - FALTA DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - PRODUÇÃO, ENGARRAFAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DE SUCO DE LARANJA - CONSUMO EM 72 HORAS - DECRETO Nº 2.341/1997 - LEI Nº 8.918/94 - APLICABILIDADE, NO CASO - CONSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO.
I - Nos termos dos artigos 5º e 19, do Decreto nº 2.341, de 4 de setembro de 1997, as bebidas industrializadas e as respectivas embalagens e rótulos têm que ser previamente aprovadas pelo Ministério da Agricultura. Ausente, pois, tal aprovação, sujeita-se a empresa às sanções administrativas especificadas em lei.
II - No caso, o suco de laranja produzido e comercializado pelo apelante, embora seja envasado e rotulado dentro do próprio estabelecimento comercial dele, destina-se ao consumo em até 72 (setenta e duas) horas. Não se trata, pois, de produto destinado a consumo direto e imediato, no balcão, caso em que o registro no Ministério da Agricultura seria dispensável.
III - Apelação improvida.

ACÓRDÃO

Decide a Quinta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da Segunda Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007 (data do julgamento).

ANTÔNIO CRUZ NETTO
Relator

SUBSECRETARIA DA 6ª TURMA ESPECIALIZADA

DIVISÃO DE PROCEDIMENTOS DIVERSOS

DESPACHOS/DECISÕES

EXPEDIENTE Nº 1 DO DIA 2 DE ABRIL DE 2007

IV - APELACAO CIVEL 1999.51.01.010312-5

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL BENEDITO GONCALVES
APELANTE	:CARLOS DE ALMEIDA E OUTRO
ADVOGADO	:SERGIO PAIXAO E OUTRO
APELADO	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:JONER AUGUSTUS TOLEDO DE C. FOLLY E OUTROS
APELADO	:BANCO MORADA S/A - CREDITO IMOBILIARIO
ADVOGADO	:CESAR AUGUSTO CARVALHO PEREIRA
APELADO	:CIA/ NACIONAL DE SEGUROS GERAIS - SASSE
ADVOGADO	:RENATO JOSE LAGUN
APELADO	:PLANEI ASSESSORIA LTDA
ADVOGADO	:SEM ADVOGADO
APELANTE	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF

ADVOGADO	:JONER AUGUSTUS TOLEDO DE C. FOLLY E OUTROS
APELADO	:CARLOS DE ALMEIDA E OUTRO
ADVOGADO	:SERGIO PAIXAO E OUTRO
APELANTE	:BANCO MORADA S/A - CREDITO IMOBILIARIO
ADVOGADO	:CESAR AUGUSTO CARVALHO PEREIRA
ORIGEM	:VIGÉSIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9900103122)

DECISÃO

Trata-se de APELAÇÕES CÍVEIS interpostas por CARLOS DE ALMEIDA e NEIVA TEREZINHA AJLA, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e BANCO MORADA S/A - CRÉDITO IMOBILIÁRIO, em face de sentença (fls. 481/496) proferida nos autos da ação ordinária, que julgou procedente, em parte, o pedido de nulidade dos atos realizados com fundamento no Decreto-lei nº 70/66, com o desfazimento da adjudicação e da transcrição da carta no Registro Geral de Imóveis - RGI, condenando a CEF a proceder ao recálculo das prestações que vencerem posteriormente a dezembro de 1989 (inclusive), reajustando-as de acordo com a variação salarial do mutuário, bem como condenou o BANCO MORADA S/A (litisdenunciado) ao ressarcimento de metade dos prejuízos que a CEF (litisdenunciante) vier a sofrer em razão de nulidade da execução hipotecária.
Em suas razões de fls. 502/516, o Banco Morada S/A requer a improcedência de denunciação da lide por falta de legitimidade, devendo ser dela excluída.
Apelação dos autores, às fls. 520/537, requerendo o reconhecimento da gratuidade de Justiça, a qual foi deferida; a aplicação do CDC, com a inversão do ônus da prova; o afastamento da TR como índice de correção monetária do saldo devedor, bem como a livre escolha da seguradora.
A CEF também apela, às fls. 542/549, argüindo julgamento *extra petita*, ao argumento de que "não existe pedido de declaração de nulidade do leilão extrajudicial formulado pelos autores" e, no mérito, pugna pela anulação da sentença.
Contra-razões do Banco Morada S/A, às fls. 556/564, e da SASSE, às fls. 565/568.
Dada a vista dos autos ao Ilustre Representante do Ministério Público Federal, às fls. 573/575, este emitiu parecer no sentido de que o feito não requer a sua intervenção.

É o relatório. Decido.
Pretendem os autores a revisão do contrato de financiamento imobiliário. Contudo, quando do ajuizamento da presente ação (19.03.1999) - fl. 02 -, o imóvel já tinha sido adjudicado (18.06.1998), conforme documento de fls. 153, ou seja, quase após um ano, sendo extemporânea a discussão de dívida que não mais subsiste.
Desta forma, os autores nada fizeram para impedir a consumação do leilão e posterior alienação do imóvel através de procedimento regular, ainda que extrajudicial, sendo, de fato, impertinente a discussão sobre o critério de reajuste das prestações da casa própria, cabendo, tão-somente, a discussão sobre a legalidade do procedimento extrajudicial, que não é objeto dos autos.
Em assim sendo, impõe-se a reforma da sentença, face à dedução do presente pedido tardiamente.
Neste sentido esta Corte tem se manifestado:
"*PROCESSUAL CIVIL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. INDEFERIMENTO DA ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL. ADJUDICAÇÃO DO IMÓVEL. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. PERDA DO OBJETO.*
1. Com a adjudicação do imóvel, opera-se a quitação da dívida, com a conseqüente extinção do contrato, pelo que falece ao mutuário o interesse processual no presente feito, eis que se torna impertinente a discussão acerca dos critérios de reajuste das prestações e do saldo devedor, uma vez que a adjudicação é passível de desconstituição somente por meio de ação própria, porquanto fica o autor-apelante impedido de inovar a fundamentação jurídica de seu pedido em sede de apelação, sob pena de ofensa ao art. 264 do CPC.
2. Agravo improvido"
(TRF/2ª Região, 4ª T., AC nº 200302010026419/RJ, Rel. Des. Fed. ROGÉRIO CARVALHO, DJU de 10.11.2004)
"DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. AÇÃO OBJETIVANDO REVISÃO DAS PRESTAÇÕES DO FINANCIAMENTO DE MÚTUO. IMÓVEL ADJUDICADO. PERDA DE OBJETO.
1 - No presente caso, verifica-se que restou concretizada a aquisição do imóvel pela Caixa Econômica Federal, mediante procedimento legal, consubstanciando-se a existência de ato jurídico perfeito e acabado, cuja desconstituição só pode se dar através de ação específica que objetive a anulação do ato. Isto porque, com a transcrição da Carta de Adjudicação no Registro de Imóveis, a adjudicante adquiriu a propriedade do imóvel, na forma do art. 530, inciso I, do Código Civil. Por outro lado, com a
alienação do mesmo imóvel, através do leilão público, o autor perdeu a propriedade, consoante o disposto no art. 589, inciso I, do mesmo Código.
2 - Ademais, com a adjudicação do imóvel, opera-se a quitação da dívida, com a conseqüente extinção do contrato, pelo que perde o mutuário o interesse processual no presente feito, eis que se torna impertinente a discussão acerca dos critérios de reajuste das prestações e do saldo devedor
3 - Vale dizer, a adjudicação é passível de desconstituição somente por meio de ação própria, porquanto fica o Apelante impedido de inovar a fundamentação jurídica de seu pedido em sede de apelação, sob pena de ofensa ao art. 264 do CPC.
4 - Apelação conhecida, mas improvida,"
(TRF/2ª Região, 4ª T., AC nº200102010411940 /RJ, Rel. Des. Fed. ARNALDO LIMA, DJU de 07.10.2003)
"PROCESSUAL CIVIL - SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO - AÇÃO CAUTELAR - IMÓVEL JÁ ADJUDICADO - AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL -INDEFERIMENTO DA INICIAL E EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO.
1.Consumada a adjudicação de imóvel com a expedição de Carta de Adjudicação e registro da mesma em cartório de registro de imóveis, não subsiste o interesse processual da parte em prosseguir com a ação cautelar que busca a sustação dos efeitos do leilão realizado, posto que o imóvel já se encontra sob propriedade da requerida.
2.O ajuizamento de cautelar nesta fase ilide o periculum in mora.
3.O STF, reiteradamente, tem se manifestado no sentido de reconhecimento da constitucionalidade da execução extrajudicial regida pelo DL 70/66.
4. Recurso improvido."
(TRF, 2ª Reg.,3ª T., AC nº 20020201017493, Rel. Des. Fed. PAULO BARATA, DJU de 21.11.2003)
Com o fito de corroborar este entendimento, verificam-se as jurisprudências que se seguem:
"SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. AÇÃO REVISIONAL. PROPOSITURA DA
AÇÃO APÓS A ADJUDICAÇÃO DO IMÓVEL. CARÊNCIA DE AÇÃO RECONHECIDA
PELA SENTENÇA. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO DAS CLÁUSULAS
CONTRATUAIS.
- Com a adjudicação do imóvel dado em garantia hipotecária pelos autores/recorrentes em favor da CEF, operou-se a quitação da dívida contraída, e, por conseqüência, a extinção do contrato de financiamento.
- Após ter ocorrido a venda extrajudicial do imóvel, não há que se falar em discussão acerca das cláusulas contratuais, porquanto não possuem os apelantes interesse processual, visto que o imóvel objeto do contrato não mais pertence aos mutuários.
- Tendo sido ajuizada a ação revisional de contrato posteriormente ao leilão extrajudicial e à adjudicação do imóvel ao credor hipotecário, não mais possuindo os demandantes/apelantes a propriedade sobre o bem, não existe interesse processual dos mesmos para propor a respectiva ação"
(TRF/4ª Região, 3ª T., AC nº 200370050035610/PR, Rel. Des. Fed. VANIA HACK DE ALMEIDA, DJU de 03.08.2005)
"SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. ADJUDICAÇÃO PELO AGENTE FINANCEIRO DO IMÓVEL EM LEILÃO EXTRAJUDICIAL. CARÊNCIA DE AÇÃO DO EXPROPRIADO PARA DISCUTIR AS CLÁUSULAS DO CONTRATO. HONORÁRIOS DE ADVOGADO, ADEQUAÇÃO AO TRABALHO DESENVOLVIDO.
l. O mutuário devedor, que teve o imóvel adjudicado pelo credor, em leilão extrajudicial, perde a titularidade e a disponibilidade dos direitos relativos à propriedade, de modo que não tem legitimidade para discutir em juízo os critérios de reajustamento das prestações do mútuo habitacional, que não existe mais, ainda que a carta de adjudicação não tenha sido registrada no registro de imóveis.
2. Ajustam-se os honorários de advogado que, fixados em função do reduzido valor atribuído à causa, resultam incompatíveis com o trabalho profissional realizado."
(TRF/4ª Região, 4ªT., AC nº 9804021293/PR, Rel. Des. Fed. ZUUDI SAKAKIHARA, DJU de 02.05.01)
"SFH. INADIMPLÊNCIA. EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA (DECRET0-LEI 70/66). ADJUDICAÇÃO. POSSIBILIDADE.
1. É razoável admitir a instauração do processo executório previsto no decreto-lei nº 70/66, pela credora hipotecária, se o mutuário queda inadimplente, sem haver quitado sequer a primeira prestação do imóvel.
2. A apelada não logrou demonstrar os vícios que alega relativamente à data do leilão e à intimação do ato aos devedores.
3. Eventual discussão das cláusulas do contrato de mútuo hipotecário firmado para aquisição de imóvel residencial deveria ter ocorrido anteriormente à adjudicação do imóvel.
4. Sentença confirmada. Apelação improvida."
(TRF/5ª Região, 4ª T., AC nº 9905017500/SE, Rel. Des. Fed. MANOEL ERHARDT, DJU de 09.12.02)
Ademais, o STJ vem julgando a matéria através de decisões monocráticas. Precedentes: REsp nº 823915, Rel. Min. NANCY ANDRIGUI, DJU de 30.05.2006 e REsp nº 641027, Rel. Min. HUMBERTO GOMES DE BARROS, DJU de 29.03.2005.
Em relação à denunciação da lide, para declarar a responsabilidade do Banco Morada S/A pelo ressarcimento da metade dos prejuízos que a Caixa Econômica Federal vier a sofrer em razão da declaração de nulidade da execução extrajudicial, bem como ao pagamento, em rateio com a CEF, dos honorários advocatícios da parte autora, razão assiste ao BANCO MORADA S/A, eis que não está configurada nenhuma das hipóteses previstas no art 70 do CPC, capaz de justificar a denunciação da lide.
No caso em tela, para que fosse possível a denunciação da lide do Banco Morada S/A, deveria estar evidenciada, nos termos do art. 70, III, do CPC, a obrigação desta, por disposição legal ou contratual, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda, no caso a Caixa Econômica Federal.
Porém, nos presentes autos, discute-se a regularidade do procedimento de execução extrajudicial, estando o agente fiduciário apenas credenciado para promovê-la, não havendo, portanto, a princípio, qualquer responsabilidade com a CEF. Caso o agente fiduciário tenha má atuação, capaz de ensejar alguma responsabilidade ante a CEF, esta deve ser apurada em ação própria.
Neste sentido, está sedimentada a jurisprudência desta Corte:
PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE ANULAÇÃO DE LEILÃO EXTRAJUDICIAL AJUIZADA CONTRA A CEF. DENUNCIAÇÃO DA LIDE AO AGENTE FIDUCIÁRIO. DESCABIMENTO DECRETO-LEI 70/66.
1. O agente fiduciário é o ente credenciado para promover a execução e, por isso, não está obrigado, por força de lei ou de contrato, a indenizar ao agente financeiro, no caso, a CEF, por eventual prejuízo sofrido, caso esta venha a sucumbir. Pelo contrário, a sua responsabilidade cinge-se aos atos praticados no exercício de suas atribuições, na forma do Decreto-lei nº 70/66.
2. Agravo de instrumento improvido.
(TRF, 2ªReg., 2ª T., AG nº 199902010490246, Rel. Des. Fed. ANTÔNIO CRUZ NETO, DJU de 14.12.2004)
"PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL. IMÓVEL. DENUNCIAÇÃO DA LIDE.DL70/66. INTIMAÇÃO DA CÔNJUGE. AUSÊNCIA. TÍTULO POSTERIOR A ADJUDICAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE PROVA NOS AUTOS. DANO MORAL. NÃO CABIMENTO.
1. No que tange ao reconhecimento da necessidade de denunciação da lide é de se considerar que tal tipo de intervenção de terceiro só se faz admissível em processos que atraiam a aplicação do art. 70, III do CPC, quando o denunciado esteja obrigado, por força de lei ou de contrato, a garantir o resultado da demanda. Em casos como o da espécie dos autos em que se discute se foi regular o procedimento de execução extrajudicial, fulcrado no Decreto-Lei nº 70/66, sendo o agente fiduciário mero credenciado para promover a execução, não há que se falar que a ele se aplique o referido dispositivo da lei processual civil. É dizer, a sua responsabilidade limita-se aos atos praticados no exercício das funções atinentes ao trâmite do procedimento de execução extrajudicial. Daí, somente se sujeitar ao pagamento de indenização em caso de má atuação, a ser apurada em outra via, diversa da presente, onde haja oportunidade de ampla dilação probatória.
(...)"
(TRF, 2ªReg., 4ª T., AC nº 199851010269333, Rel. Des. Fed. ROGÉRIO CARVALHO, DJU de 23.11.2004)
PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL - DL 70/66 - PREPOSTO DO
AGENTE FIDUCIÁRIO - AUSÊNCIA DE CREDENCIAMENTO NO BACEN -DENUNCIAÇÃO DA LIDE- HONORÁRIOS - CUSTAS.
- O agente fiduciário deve ser instituição financeira ou sociedade de crédito imobiliário credenciada para tal fim junto ao BACEN.
- A denunciação à lide só deve ser admitida quando o denunciado esteja obrigado, por força de lei ou de contrato, a garantir o resultado da demanda (art. 70, inc. III, do CPC).
- Nas ações em que se discute o procedimento das execuções extrajudiciais previstas no Decreto-Lei nº 70/66, o Agente Fiduciário, mero ente credenciado parta promover a execução, não está obrigado, por força de lei ou de contrato, a indenizar o Agente Financeiro por prejuízo sofrido com a eventual procedência da demanda, sua responsabilidade, in casu, restringe-se aos atos praticados no exercício de suas funções, podendo, no máximo, vir a arcar com indenização por perdas e danos decorrentes de sua má atuação, questão que, além de demandar ampla dilação probatória, se afasta completamente dos objetivos da demanda em apreço.
(...)"
(TRF, 2ªReg., 4ª T., AC nº 199951010225851, Rel. Des. Fed. FERNANDO MARQUES, DJU de 19.10.2004)
"SFH. CAUTELAR. SUSPENSÃO DE LEILÃO EM EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL.
ILEGITIMIDADE PASSIVA DO AGENTE FIDUCIÁRIO.
- Nas ações em que se impugna a execução extrajudicial disciplinada no DL 70/66, o credor é o único legitimado passivo para a causa, inexistindo litisconsórcio passivo necessário com o agente fiduciário, o qual é mero executante do procedimento de execução, e só age por força de determinação do credor e no interesse deste.
- Excluído o agente fiduciário da lide, com condenação dos mutuários em honorários e custas.
- Presentes os requisitos da cautelar, deve ser mantida a sentença que determinou a suspensão do leilão enquanto não houver julgamento final da ação revisional."
(TRF/4ª Região, 4ª T., AC nº 200304010497482/RS, Rel. Des. Fed. EDUARDO TONETTO PICARELLI, DJU de 03.08.2005)
Quanto à questão se o Agente Fiduciário credenciado pelo BACEN (no caso, Banco Morada S/A) pode transferir a condução da execução extrajudicial a um preposto (no caso, PLANEI ASSESSORIA LTDA), conforme documentos de fls. 144, oportunas as seguintes transcrições, que se amoldam perfeitamente ao caso concreto, verbis*:*
"CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL. IRREGULARIDADES. NULIDADE. SENTENÇA MANTIDA.
I - Execução conduzida não pelo Banco Morada S/A, mas pelo seu preposto, a Planei Assessoria Ltda, que não é credenciada junto ao Banco Central, o que contraria frontalmente o art. 30 do Decreto-lei nº 70/66.
II - Decretada a nulidade da execução extrajudicial, restabelecendo o status quo imediatamente anterior ao seu início, com a manutenção do autor na posse do imóvel.
III - Recurso improvido."
(TRF-2ª Região, 1ª T.,AC nº 1998.51.01.028617-3/RJ, Rel. Des. Fed. CARREIRA ALVIM, unânime, DJU de 17.01.2005)
"DIREITO CIVIL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL. PREPOSTO DE AGENTE FIDUCIÁRIO. (...)
3 - Com efeito, dispõe o art. 30, II, do Decreto-lei 70/66, que, para atuar como agente fiduciário nas execuções extrajudiciais, a instituição financeira ou sociedade de crédito imobiliário deve ser devidamente credenciada pelo Banco Central do Brasil e, no caso em tela, o agente fiduciário Banco Morada S/A, para o desempenho da execução extrajudicial, contratou uma terceira empresa para atuar

como seu preposto, PLANEI ASSESSORIA LTDA, a qual não é um sociedade por ações, nem se encontra cadastrada junto ao BACEN."
(TRF-2ª Região, 4ª T., AC nº 1999.51.01.008464-7, Rel. Des. Fed. ARNALDO LIMA, unânime, DJU de 10.09.2003)
No que concerne ao recurso da CEF, desprocede o argumento de ter havido decisão *extra* ou *ultra petita*, face à ausência de pedido expresso para a anulação do leilão extrajudicial, eis que o assunto foi exaustivamente abordado na inicial, bem como fez parte do pedido autoral.
Posto isso, estando a decisão recorrida em manifesto confronto com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, com base no art. 557, § 1º-A, do CPC, dou provimento ao recurso do BANCO MORADA S/A para, reformando a sentença, julgar improcedente a denunciação da lide, condenando, ainda, a Caixa Econômica Federal ao pagamento de honorários advocatícios, no montante de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa e com base no art. 557, *caput*, do CPC, nego provimento aos recursos dos autores e da CEF.
"(...)
III - Nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, o relator poderá negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com jurisprudência dominante no respectivo tribunal."
(5ª Turma, AgRg no REsp 799895 / RS, Rel. Min. GILSON DIPP, unânime, DJU de 08.05.2006)
"(...)
I - A inovação trazida ao artigo 557 do Código de Processo Civil instituiu a possibilidade de, por decisão monocrática, o relator deixar de admitir recurso, entre outras hipóteses, quando manifestamente improcedente, ou contrário a súmula ou entendimento já pacificado pela jurisprudência do respectivo Tribunal, ou de Cortes Superiores, rendendo homenagem à economia e celeridade processuais.Precedentes: AGREsp nº 415639/RS, Rel. Min. FRANCIULLI NETTO, DJ de 31/05/2004 e AGREsp nº 550936/SC, Rel. Min. LUIZ FUX, DJ de 31/05/2004."
(1ª Turma, AgRg no REsp 811701 / MG, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, unânime, DJU de 10.04.2006)
"(...)
A inovação trazida pelo artigo 557 do CPC instituiu a possibilidade de, por decisão monocrática, o relator deixar de admitir recurso, entre outras hipóteses, quando manifestamente improcedente ou contrário a Súmula ou entendimento já pacificada pela jurisprudência do respectivo Tribunal, ou de Cortes Superiores.
Agravo regimental improvido."
(2ª Turma, AgRg no REsp 704663 / SP, Rel. Min. FRANCIULLI NETTO, unânime, DJU de 28.03.2006)
"(...)
1. O artigo 557 do Código de Processo Civil autoriza o relator a negar seguimento ao recurso contrário à jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, não havendo falar em ofensa dos dispositivos constitucionais indicados."
(6ª Turma, AgRg no RMS 13288 / DF, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, unânime, DJU de 10.04.2006)
Decorrido o prazo recursal, dê-se baixa e remetam-se os autos à Vara de origem, com as cautelas de estilo.
Rio de Janeiro, 26 de março de 2007.
BENEDITO GONÇALVES
RELATOR

XII - APELACAO EM MANDADO DE SEGURANCA 2005.51.01.024875-0

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL BENEDITO GONCALVES
APELANTE	:IVA MARIA DA CONCEICAO VIEIRA
ADVOGADO	:JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA E OUTRO
APELADO	:UNIAO FEDERAL
ORIGEM	:VIGÉSIMA OITAVA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200551010248750)

DECISÃO

Trata-se de apelação interposta por IVA MARIA DA CONCEIÇÃO VIEIRA contra sentença que denegou o *mandamus*, que objetiva a percepção cumulativa de pensão militar com a pensão especial de que trata o art. 53, do ADCT, cumulada com os proventos da pensão militar já por ela recebida.
Em razões recursais, a apelante pugna pela reforma da sentença, ao argumento de que o benefício ora pleiteado é perfeitamente acumulável com a pensão militar já recebida, tendo em vista sua natureza previdenciária (fls. 44/45).
Em contra-razões, a UNIÃO FEDERAL pugna pela mantença da sentença, ao argumento de que "não restou provada a condição de ex-combatente, por conta de ter se mantido no serviço militar após o término dos conflitos"; que, "ainda que o fizesse, não procederia o pedido autoral, uma vez que pretender a cumulação ora pletieada geraria um bis in idem" e, por fim, que o impetrante deveria ter recorrido às vias ordinárias, "posto que não se trata de direito líquido e certo" (fls. 48/50).
O Ministério Público Federal, às fls. 55/59, opinou pela manutenção da sentença.
Relatei. Decido.
O cerne da questão consiste em verificar se há possibilidade ou não de cumulação de pensão especial, instituída com base no artigo 53, II, do ADCT, com pensão oriunda de reforma militar.
Dispõe o art. 1º da Lei nº 5.315/67 o seguinte:
"*Art 1º Considera-se ex-combatente, para efeito da aplicação do artigo 178 da Constituição do Brasil, todo aquele que tenha participado efetivamente de operações bélicas, na Segunda Guerra Mundial, como integrante da Força do Exército, da Força Expedicionária Brasileira, da Força Aérea Brasileira, da Marinha de Guerra e da Marinha Mercante, e que, no caso de militar, haja sido licenciado do serviço ativo e com isso retornado à vida civil definitivamente.*
(...)."
Por sua vez, reza o artigo 53, II, do ADCT, *in verbis:*
"*Art. 53. Ao ex-combatente que tenha efetivamente participado de operações bélicas durante a Segunda Guerra Mundial, nos termos da Lei nº 5.315, de 12 de setembro de 1967, serão assegurados os seguintes direitos:*
II - pensão especial correspondente à deixada por segundo-tenente das Forças armadas, que poderá ser requerida a qualquer tempo, sendo inacumulável com quaisquer rendimentos recebidos dos cofres públicos, exceto os benefícios previdenciários, ressalvando o direito de opção."
Nesse sentido, é a Lei 8.059/90, que veio a regular a pensão especial devida àqueles que efetivamente participaram nas operações bélicas durante a Segunda Guerra Mundial.
Cumpre esclarecer que o conceito de ex-combatente consignado na Lei nº 5.315/67 tem como certo que a pensão especial é devida somente àqueles que, após o esforço na Segunda Guerra Mundial, retornaram definitivamente à vida civil.
No caso em epígrafe, embora o instituidor da pensão tenha participado, efetivamente, de operações bélicas durante o período da Segunda Guerra Mundial, consoante os documentos de fls. 16/18, não se desligou do serviço militar, permanecendo no serviço ativo da Marinha, tendo se tornado inativo por reforma, conforme sustentado pela própria Impetrante, à fl. 03, o que afasta a pertinência de cumulação deste benefício com a pensão especial conferida aos ex-combatentes, a teor do disposto no art. 53, II, do ADCT da CF/88 e no art. 1º da Lei nº 5.315/67.
O eg. STJ já deixou assentado o seguinte:
"*AGRAVO REGIMENTAL. INTERPOSIÇÃO FORA DO PRAZO PREVISTO NO ARTIGO 258 DO RISTJ. INTEMPESTIVIDADE RECONHECIDA. ADMINISTRATIVO. PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE. PROVENTOS DA REFORMA MILITAR. CUMULAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. MATÉRIA PACÍFICA.*
(...)
2. Esta Corte firmou compreensão de que, nos termos do artigo 1º da Lei nº 5.315/67, o militar somente fará jus ao recebimento da pensão especial de ex-combatente caso haja sido licenciado do serviço ativo e tenha retornado à vida civil em caráter definitivo. (Precedentes de ambas as Turmas que compõem a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça.)
3. Agravo regimental não conhecido."
(STJ, 6ª T, AgRg no REsp 796503 / RJ, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, unânime, DJU de 24.04.2006)

"*AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. MILITAR. PENSÃO*
ESPECIAL. EX-COMBATENTE. CARACTERIZAÇÃO. MILITAR DA RESERVA REMUNERADA. AUSÊNCIA DE RETORNO DEFINITIVO À VIDA CIVIL.
IMPOSSIBILIDADE.
I - Nos termos do artigo 1º da Lei nº 5.315, de 12 de setembro de 1997, o militar insere-se no conceito de ex-combatente para fins de percepção da pensão especial, tão-somente na hipótese em que tenha licenciado do serviço ativo e retornado à vida civil de forma definitiva.
II - In casu, inexiste direito ao benefício previsto no art. 53, inciso II, do ADCT se o militar permanece na vida castrense,seguindo carreira até a reserva remunerada."
(STJ, 5ª T, AgRg no REsp 768742 / RJ, Rel. Min. FELEX FISCHER, unânime, DJU de 05.12.2005)

"*Militar reformado. Ex-combatente (art. 1º da Lei nº 5.315/67). Pensão especial e proventos de reforma. Cumulação (impossibilidade).*
1. A teor do art. 1º da Lei nº 5.315/67, somente se reconhece a condição de ex-combatente para fins de percepção de pensão especial ao militar que, comprovada a efetiva participação em operações bélicas na Segunda Guerra Mundial, tenha sido licenciado do serviço ativo e retornado, em caráter definitivo, à vida civil.
2. Ao militar que, após a conflagração mundial, permaneceu na carreira até ser reformado, recebendo proventos a esse título, não é permitido acumular esse benefício e a pensão especial de ex-combatente. Precedentes.
3. Recurso especial conhecido e provido."
(STJ, 6ª T, REsp 732846 / RJ, Rel. Min. NILSON NAVES, unânime, DJU de 10.04.2006)
Na mesma linha, vem se posicionando esta Corte, de que são exemplos os seguintes julgados das eg. 6ª Turma Especializada e 1ª Turma:
"*ADMINISTRATIVO. PENSÃO DE EX-COMBATENTE. CUMULAÇÃO COM PROVENTOS DE REFORMA MILITAR. LEIS 5.315/67 E 8.059/90. DECRETO 61705/67. ART. 53 DO ADCT DA CF/88.*
-A Lei 5315/67 considera "ex-combatente, para efeito da aplicação do artigo 178, da Constituição do Brasil, todo aquele que tenha participado efetivamente de operações bélicas, na Segunda Guerra Mundial, como integrante da Força do Exército, da Força Expedicionária Brasileira, da Força Aérea Brasileira, da Marinha de Guerra e da Marinha Mercante, e que, no caso de militar, haja sido licenciado do serviço ativo, e com isso retornado à vida civil definitivamente" (art. 1º).
-O impetrante não detém a condição de ex-combatente, como definida pela Lei 5.315/67, de modo a beneficiar-se da respectiva pensão especial, eis que, ao término do Conflito Mundial, não retornou à vida civil, mas continuou como integrante das Forças Armadas, seguindo carreira, regido por legislação militar própria, sendo a final reformado, com o respectivo provento."
(TRF 2ª Região, 6ª TE, AMS nº 20045101006353-8, Rel. Des. Fed. FERNANDO MARQUES, unânime, DJU de 10.02.2006)

"*MILITAR. REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÃO DA UNIÃO. PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE. CUMULAÇÃO COM PROVENTOS DE REFORMA MILITAR. ART.53 DO ADCT. LEI. 5315/67.*
I- O art.53 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias dispõe sobre o benefício de pensão especial ao ex-combatente e a Lei nº 5.315/67 estabelece o conceito de ex-combatente, como participante efetivo das operações bélicas e que, no caso de militar, haja sido licenciado do serviço ativo e com isso retornado à vida civil definitivamente.
II- No caso em lide, trata-se de militares de carreira que fazem jus a serem lembrados com distinção, por terem cumprido de forma digna sua obrigação para com a Nação. Acabado o conflito não passaram os mesmos para a licença do serviço ativo, mas seguiram suas carreiras até à reserva remunerada, não se coadunando, desta forma, nos requisitos legais que permitiriam o recebimento de pensão especial.
III- Remessa Necessária e Apelação da União Federal providas."
(TRF 2ª Região, 1ª T, AMS nº 200351010116885, Rel. Des. Fed. REIS FRIEDE, unânime, DJU de 08.09.2005)
Desta forma, não preenchendo o instituidor da pensão da impetrante a condição legal de ex-combatente, definida pela legislação de regência, de forma a se beneficiar da pensão especial, impõe-se o não reconhecimento do direito líquido e certo.
Posto isso, estando o recurso em confronto com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça e desta Corte, com base no art. 557, *caput*, do CPC, nego-lhe seguimento.
Quanto à aplicabilidade do referido dispositivo, o eg. STJ já deixou assentado, através de suas Turmas, o seguinte:
"(...)
III - Nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, o relator poderá negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com jurisprudência dominante no respectivo tribunal."
(5ª Turma, AgRg no REsp 799895 / RS, Rel. Min. GILSON DIPP, unânime, DJU de 08.05.2006)

"(...)
I - A inovação trazida ao artigo 557 do Código de Processo Civil instituiu a possibilidade de, por decisão monocrática, o relator deixar de admitir recurso, entre outras hipóteses, quando manifestamente improcedente, ou contrário a súmula ou entendimento já pacificado pela jurisprudência do respectivo Tribunal, ou de Cortes Superiores, rendendo homenagem à economia e celeridade processuais.Precedentes: AGREsp nº 415639/RS, Rel. Min. FRANCIULLI NETTO, DJ de 31/05/2004 e AGREsp nº 550936/SC, Rel. Min. LUIZ FUX, DJ de 31/05/2004."
(1ª Turma, AgRg no REsp 811701 / MG, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, unânime, DJU de 10.04.2006)

"(...)
A inovação trazida pelo artigo 557 do CPC instituiu a possibilidade de, por decisão monocrática, o relator deixar de admitir recurso, entre outras hipóteses, quando manifestamente improcedente ou contrário a Súmula ou entendimento já pacificada pela jurisprudência do respectivo Tribunal, ou de Cortes Superiores.
Agravo regimental improvido."
(2ª Turma, AgRg no REsp 704663 / SP, Rel. Min. FRANCIULLI NETTO, unânime, DJU de 28.03.2006)

"(...)
1. O artigo 557 do Código de Processo Civil autoriza o relator a negar seguimento ao recurso contrário à jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, não havendo falar em ofensa dos dispositivos constitucionais indicados."
(6ª Turma, AgRg no RMS 13288 / DF, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, unânime, DJU de 10.04.2006)
Decorrido o prazo recursal, dê-se baixa e remetam-se os autos à Vara de origem, com as cautelas de estilo.
Rio de Janeiro, 22 de março de 2007.

BENEDITO GONÇALVES
Relator

III - AGRAVO 2007.02.01.001278-5

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL BENEDITO GONCALVES
AGRAVANTE	:OCTAVIO GUTTENBERG FALCAO RODRIGUES
ADVOGADO	:VANIA CAVALCANTI JANGADA
AGRAVADO	:ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - RIO DE JANEIRO
ADVOGADO	:SEM ADVOGADO
ORIGEM	:OITAVA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200751010010821)

DECISÃO

Tendo em vista a informação obtida através do *site* da Justiça Federal/RJ, no qual se verifica que foi prolatada sentença nos autos do mandado de segurança, onde foi proferida a decisão liminar agravada, é mister reconhecer que resta prejudicado o objeto do presente recurso.
Sendo a liminar uma decisão acautelatória, com o fim de assegurar que, se julgada procedente, ao final, a ação não haja perdido seu objeto, resta sem utilidade o agravo dela interposto, uma vez que a sentença substitui essa cautela.

Sobre o tema, este Tribunal e as demais Cortes Regionais já se manifestaram, in verbis:
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL DE DECISÃO QUE DECLAROU A PERDA DE OBJETO. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO PELA DSND CONSUB S/A, PARA QUE O RECURSO SEJA JULGADO NO MÉRITO.
- A decisão objeto do agravo de instrumento indeferiu liminar requerida para liberação de mercadorias importadas, em habilitação provisória pelo regime denominado REPETRO (IN n.º87/2000, art. 34).
O efeito ativo concedido no agravo de instrumento (fls. 96) pelo Relator consistiu na concessão de liminar que, sabidamente, tem caráter interlocutório.
Sobrevindo julgamento do mandado de segurança e denegada a ordem, não há como substituir aquela, pois, tendo operado como substitutivo do indeferimento da liminar, cede lugar à decisão final, proferida no juízo 'a quo'.
(...)
Negado provimento ao agravo regimental.
(TRF-2ª Região - AGA 2000.02.01.065447-8-RJ, DF Alberto Nogueira, DJU de 12/06/2001)
"PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA. PERDA DE OBJETO. EXTINÇÃO.
1.Sobrevindo aos autos informação de que fora proferida sentença em mandado de segurança cujo deferimento da liminar ensejou o ajuizamento do agravo, fica prejudicado o julgamento do recurso, por perda de objeto, impondo-se sua extinção.
2.Extinção do feito com fulcro no art. 267, IV, CPC."
(TRF-1ª Região - AG 2001.01.00.015662-0-MG, Juiz Luiz Gonzaga Barbosa Moreira, DJU de 20/08/2001)
"PROCESSUAL CIVIL: MANDADO DE SEGURANÇA. MEDIDA LIMINAR. INDEFERIMENTO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PERDA DE OBJETO.
I - Sendo proferida sentença no processo do mandamus, o agravo de instrumento interposto contra o indeferimento da liminar perde objeto.
II - Agravo de instrumento prejudicado."
(TRF-3ª Região - AG 97.03.080437-3-SP, Juíza Arice Amaral, DJU de 28/03/2001)
Do exposto, com esteio no art. 557, *caput*, do CPC c/c art. 43, § 1º, I, do Regimento Interno desta Corte, julgo prejudicado o agravo, pela flagrante perda de seu objeto.
Oportunamente, remetam-se os autos à Vara de origem, com as cautelas de praxe. (art. 227, parágrafo único, do RI).
Publique-se. Intime-se.
Rio de Janeiro, 28 de março de 2007.

BENEDITO GONÇALVES
Relator

IV - APELACAO CIVEL 2005.51.01.490107-5

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL BENEDITO GONCALVES
APELANTE	:UNIAO FEDERAL
APELADO	:CHARLES MAITSON DE BARROS ARAUJO
ADVOGADO	:FABIO ALEXANDRE CALADO DA SILVA
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 12A VARA-RJ
ORIGEM	:DÉCIMA SEGUNDA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200551014901075)

DECISÃO

Trata-se de remessa necessária e apelação interposta pela UNIÃO FEDERAL contra sentença que concedeu a ordem, nos autos do mandado de segurança preventivo, assegurando ao impetrante o direito ao licenciamento para tratamento de interesse pessoal em caráter excepcional, sem prejuízo de sua remuneração, durante o curso de formação de Policial Rodoviário Federal, nos seguintes termos:
"Pelo exposto, CONCEDO a segurança requerida, para confirmar a liminar que determinou à autoridade praticar o ato de licenciamento, bem como determinar que seja cancelada a suspensão do pagamento dos vencimentos do Impetrante durante o período de gozo da licença para tratar de interesses particulares (LTIP).
Sem honorários advocatícios, adotando-se o entendimento expresso na Súmula nº 105 do E. STJ. Custas ex lege. *Sentença sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório. Oficie-se à autoridade para ciência da presente decisão.*
(...)"
(fls. 55/58)
Em razões recursais, a UNIÃO FEDERAL requer a reforma da sentença para denegar a ordem, ao argumento de que a licença para participar de curso de formação relativo à concurso público é concedida ao militar em prejuízo da remuneração a que faz jus, nos termos dos artigos 31 e 32 da Portaria nº 470, de 17.09.2001 e que, ademais, não restará qualquer prejuízo ao Impetrante, visto que estará recebendo "bolsa auxílio" , "*em percentual relativo ao cargo público que será eventualmente, em caso de aprovação, ocupado*" (fls. 63/65).
Em contra-razões, o Impetrante sustenta que "*é cristalino que a Lei nº 9.624/98, em seu artigo 14, §1º, garante aos servidores da Administração Pública Federal a possibilidade de optar por sua remuneração ou pela remuneração da nova carreira, não fazendo qualquer distinção entre civis e militares. Para melhor ilustração da matéria*" (fls. 71/72).
O Ministério Público Federal opina pela manutenção da sentença (fls 75/76).
Relatei. Decido.
Assim dispõe o art. 14 da Lei nº 9.624/98, que disciplina, *verbis*:
Art. 14. Os candidatos preliminarmente aprovados em concurso público para provimento de cargos na Administração Pública Federal, durante o programa de formação, farão jus, a título de auxílio financeiro, a cinqüenta por cento da remuneração da classe inicial do cargo a que estiver concorrendo.
§ 1º No caso de o candidato ser servidor da Administração Pública Federal, ser-lhe-á facultado optar pela percepção do vencimento e das vantagens de seu cargo efetivo.
§ 2º Aprovado o candidato no programa de formação, o tempo destinado ao seu cumprimento será computado, para todos os efeitos, como de efetivo exercício no cargo público em que venha a ser investido, exceto para fins de estágio probatório, estabilidade, férias e promoção.
Com efeito, o referido dispositivo assegura ao servidor aprovado para segunda etapa de concurso público para provimento de cargos na Administração Pública Federal o direito à remuneração durante o curso de formação, não fazendo distinção entre servidores civis e militares.
Não é outro o entendimento das egrégias Cortes Regionais Federais, de que são exemplos os arestos abaixo transcritos:
"ADMINISTRATIVO. MILITAR. OFICIAIS E PRAÇAS DA MARINHA. AUTORIZAÇÃO PREVIA PARA PRESTAR CONCURSO PUBLICO EXTRA-CARREIRA. IN MILITAMARINST *Nº 20-12/95. ILEGALIDADE. INCONSTITUCIONALIDADE. AFASTAMENTO TEMPORARIO PARA PARTICIPAÇAO EM CURSO DE FORMAÇAO ESPECIAL, SEGUNDA ETAPA DE CONCURSO.*
(...)
- Reconhecido direito do militar de afastamento temporário de seu posto, para participar de segunda etapa de concurso público, consistente em Curso de Formação Especial, a realizar-se em Brasília, sem prejuízo da remuneração, se for sua opção, conforme previsto no art. 82, XII, da Lei 6.880/80 e no art. 14, § 1º da Lei 9.624/98."
(TRF2-4ª Turma, AMS 200002010593908/RJ, Rel. Des. Fed. FERNANDO MARQUES, unânime, DJU de 13.11.2001)

"ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. DIREITO DE AFASTAMENTO, COM REMUNERAÇÃO, PARA PARTICIPAR DE CURSO DE FORMAÇÃO PARA CARGO DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL. PRECEDENTE.
1. O funcionário público federal, ainda que em estágio probatório, tem direito de afastar-se do exercício do cargo, com opção pela remuneração respectiva, para participar de curso de formação profissional para provimento de cargo da administração estadual, em homenagem ao princípio da isonomia. Precedente do Tribunal: AMS n. 96.01.05957-1/DF.
2. Sentença reformada.
3. Apelação provida, para conceder a segurança."
(TRF1-6ª Turma, AMS 200234000003000, Rel. Des. Fed. DANIEL PAES RIBEIRO, unânime, DJU de 24.02.2003)

"ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. CURSO DE FORMAÇÃO. NORMA DO EDITAL QUE VEDA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO AO CANDIDATO MATRICULADO POR FORÇA DE LIMINAR. ILEGALIDADE.
1 - A Lei n. 9.624/98, art. 14, não faz qualquer distinção ao estabelecer que durante o programa de formação os candidatos preliminarmente aprovados em concurso público farão jus, a título de auxílio finaceiro, a cinqüenta por cento da remuneração da classe inicial do cargo a que estiver concorrendo.
2 - Norma editalícia que veda esse auxílio finaceiro aos candidatos matriculados por força de liminar extrapola o poder regulamentar, afronta o Poder Judiciário e viola o princípio da isonomia.
3 - As vedações instituídas pelos artigos 167, I e II, e 169, § 1º, I, da Constituição dizem respeito a previsões gerais, sem as quais sequer poderia ter sido iniciado o curso."
(TRF1-1ª Turma, AMS 199801000183101/DF, Rel. Des. Fed. PLAUTO RIBEIRO, unânime, DJU 26.06.2000)
Posto isso, estando o recurso e à remessa em confronto com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça e desta Corte, com base no art. 557, *caput*, do CPC c/c a Súmula 253 do STJ, nego-lhes seguimento.
Quanto à aplicabilidade do referido dispositivo, o eg. STJ já deixou assentado, através de suas Turmas, o seguinte:
"(...)
III - Nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, o relator poderá negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com jurisprudência dominante no respectivo tribunal."
(5ª Turma, AgRg no REsp 799895 / RS, Rel. Min. GILSON DIPP, unânime, DJU de 08.05.2006)

"(...)
I - A inovação trazida ao artigo 557 do Código de Processo Civil instituiu a possibilidade de, por decisão monocrática, o relator deixar de admitir recurso, entre outras hipóteses, quando manifestamente improcedente, ou contrário a súmula ou entendimento já pacificado pela jurisprudência do respectivo Tribunal, ou de Cortes Superiores, rendendo homenagem à economia e celeridade processuais.Precedentes: AGREsp nº 415639/RS, Rel. Min. FRANCIULLI NETTO, DJ de 31/05/2004 e AGREsp nº 550936/SC, Rel. Min. LUIZ FUX, DJ de 31/05/2004."
(1ª Turma, AgRg no REsp 811701 / MG, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, unânime, DJU de 10.04.2006)
"(...)
A inovação trazida pelo artigo 557 do CPC instituiu a possibilidade de, por decisão monocrática, o relator deixar de admitir recurso, entre outras hipóteses, quando manifestamente improcedente ou contrário a Súmula ou entendimento já pacificada pela jurisprudência do respectivo Tribunal, ou de Cortes Superiores.
Agravo regimental improvido."
(2ª Turma, AgRg no REsp 704663 / SP, Rel. Min. FRANCIULLI NETTO, unânime, DJU de 28.03.2006)

"(...)
1. O artigo 557 do Código de Processo Civil autoriza o relator a negar seguimento ao recurso contrário à jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, não havendo falar em ofensa dos dispositivos constitucionais indicados."
(6ª Turma, AgRg no RMS 13288 / DF, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, unânime, DJU de 10.04.2006)
Decorrido o prazo recursal, dê-se baixa e remetam-se os autos à Vara de origem, com as cautelas de estilo.
Rio de Janeiro, 22 de março de 2007.

BENEDITO GONÇALVES
Relator

EXPEDIENTE Nº 1 DO DIA 3 DE ABRIL DE 2007

III - AGRAVO 2007.02.01.001919-6

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO MARQUES
AGRAVANTE	:ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR	:ROBERTO HUGO DA COSTA LINS FILHO
AGRAVADO	:FLORIVAL ANGELO
ADVOGADO	:JOSE FERNANDO BARCELO DA SILVA
ORIGEM	:DÉCIMA QUARTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200551010226456)

DESPACHO

Intime-se o agravado, para que responda, no prazo de 10 (dez) dias (*artigo 527, inciso V, do CPC*).

Rio, 21de março de 2007.

Desembargador Federal FERNANDO MARQUES
Relator

Desembargador Federal FERNANDO MARQUES
Relator

III - AGRAVO 2007.02.01.003111-1

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO MARQUES
AGRAVANTE	:COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB
ADVOGADO	:MARCELO OLIVEIRA ROCHA E OUTROS
AGRAVADA	:PIROZZI CEREAIS LTDA
ADVOGADO	:ENZO GARCIA PAPPACENA
ORIGEM	:DÉCIMA SÉTIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200251010143409)

DESPACHO

Intime-se a agravada, para que responda, no prazo de 10 (dez) dias (*artigo 527, inciso V, do CPC*).
Rio, 27 de março de 2007.

Desembargador Federal FERNANDO MARQUES
Relator

III - AGRAVO 2007.02.01.003285-1

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO MARQUES
AGRAVANTE	:VANESSA DAFLON DE MELLO
ADVOGADO	:MONICA BARBOZA PINHEIRO E OUTROS
AGRAVADA	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:GRYECOS ATTOM VALENTE LOUREIRO E OUTROS
ORIGEM	:1A. VARA FEDERAL - NITEROI/RJ (200551020060022)

DESPACHO

Intime-se a agravada, para que responda, no prazo de 10 (dez) dias (*artigo 527, inciso V, do CPC*).
Rio, 29 de março de 2007.

Desembargador Federal FERNANDO MARQUES
Relator

III - AGRAVO 2007.02.01.003227-9

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO MARQUES
AGRAVANTE	:UNIAO FEDERAL
AGRAVADO	:NELSON MARIANO DA FONSECA E OUTROS
ADVOGADO	:JOSE DOS REIS FEIJO COIMBRA E OUTRO
AGRAVADO	:MINISTERIO PUBLICO
PROCURADOR	:VICTOR ROGERIO MAGALHAES DE SA E MELO E OUTRO
ORIGEM	:VARA ÚNICA DE NOVA FRIBURGO (200651050006332)

DESPACHO

Intime-se o agravado, para que responda, no prazo de 10 (dez) dias (*artigo 527, inciso V, do CPC*).
Rio, 29 de março de 2007.

Desembargador Federal FERNANDO MARQUES
Relator

III - AGRAVO 2007.02.01.002656-5

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO MARQUES
AGRAVANTE	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
ADVOGADO	:DANIELLE DE ALEXANDRE LOURENCO E OUTROS
AGRAVADA	:ODILEA ARAUJO PINTO
ADVOGADO	:PAULO SERGIO DA COSTA MARTINS E OUTROS
ORIGEM	:VIGÉSIMA QUARTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (0007739990)

DESPACHO

Intime-se a agravada, para que responda, no prazo de 10 (dez) dias (*artigo 527, inciso V, do CPC*).

Rio, 21de março de 2007.

Desembargador Federal FERNANDO MARQUES
Relator

III - AGRAVO 2007.02.01.003246-2

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO MARQUES
AGRAVANTE	:CONCESSIONARIA DA PONTE RIO - NITEROI S/A
ADVOGADO	:MIGUEL CARLOS FARAH E OUTROS
AGRAVADO	:JOSE FRANCISCO VELOSO
ADVOGADO	:SUZANI ANDRADE FERRARO
ORIGEM	:SÉTIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9600734488)

DESPACHO

Intime-se o agravado, para que responda, no prazo de 10 (dez) dias (*artigo 527, inciso V, do CPC*).

Rio, 2 de abril de 2007.

Desembargador Federal FERNANDO MARQUES
Relator

III - AGRAVO 2007.02.01.002707-7

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO MARQUES
AGRAVANTE	:BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A - EM LIQUIDACAO
ADVOGADO	:RENATA DE FREITAS CARVALHO E OUTROS
AGRAVADA	:ODILEA DE ARAUJO PINTO
ADVOGADO	:PAULO SERGIO DA COSTA MARTINS E OUTROS
ORIGEM	:VIGÉSIMA QUARTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (0007739990)

DESPACHO

Intime-se a agravada, para que responda, no prazo de 10 (dez) dias (*artigo 527, inciso V, do CPC*).

Rio, 2 de abril de 2007.

Desembargador Federal FERNANDO MARQUES
Relator

III - AGRAVO 2007.02.01.003609-1

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO MARQUES
AGRAVANTE	:UNIAO FEDERAL
AGRAVADO	:DORACI SERRA AGUIAR
ADVOGADO	:MARCIO GARCIA DOS SANTOS E OUTRO
ORIGEM	:3ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES (200550010115140)

DESPACHO

Intime-se a agravada, para que responda, no prazo de 10 (dez) dias (*artigo 527, inciso V, do CPC*).
Rio, 2 de abril de 2007.

Desembargador Federal FERNANDO MARQUES
Relator

III - AGRAVO 2007.02.01.001823-4

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO MARQUES
AGRAVANTE	:UNIAO FEDERAL
AGRAVADO	:MARCELLO LUIGI CIMAFONTE
ADVOGADO	:PAULO ROBERTO RODRIGUES DE FREITAS E OUTRO
ORIGEM	:TRIGÉSIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200551010081673)

DESPACHO

Intime-se o agravado, para que responda, no prazo de 10 (dez) dias (*artigo 527, inciso V, do CPC*).

Rio, 21de março de 2007.

Desembargador Federal FERNANDO MARQUES
Relator

III - AGRAVO 2007.02.01.003497-5

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO MARQUES
AGRAVANTE	:MALIZIA 100 TURISMO LTDA ME
ADVOGADO	:LEANDRO DIAS FERREIRA E OUTROS
AGRAVADA	:FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP
ADVOGADO	:KATHYA VALESKA GONZALEZ AZEVEDO E OUTROS
ORIGEM	:VIGÉSIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200451010163806)

DESPACHO

Intime-se a agravada, para que responda, no prazo de 10 (dez) dias (*artigo 527, inciso V, do CPC*).

Rio, 2 de abril de 2007.

Desembargador Federal FERNANDO MARQUES
Relator

III - AGRAVO 2007.02.01.002382-5

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO MARQUES
AGRAVANTE	:CREUZA TOLEDO CARDINOT
ADVOGADO	:CREUZA TOLEDO CARDINOT
AGRAVADO	:UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:GILSON ESTEVES GOMES
AGRAVADO	:INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE - IBAMA
PROCURADOR	:CARLOS ALBERTO PIRES E ALBUQUERQUE JUNIOR
AGRAVADO	:MATTOS E MATTOS CONSTRUTORA LTDA
ADVOGADO	:JOSE MAURICIO IGNACIO E OUTRO
ORIGEM	:QUARTA VARA FEDERAL DE NITERÓI (200451020011973)

DESPACHO

Intimem-se os agravados, para que respondam, no prazo de 10 (dez) dias (*artigo 527, inciso V, do CPC*).

Rio, 21de março de 2007.

Desembargador Federal FERNANDO MARQUES
Relator

Desembargador Federal FERNANDO MARQUES
Relator

III - AGRAVO 2007.02.01.001932-9

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO MARQUES
AGRAVANTE	:UNIAO FEDERAL
AGRAVADO	:ANTONIO FIRMINO DE SENA
ADVOGADO	:CLECY BERNARDES VASCONCELLOS
ORIGEM	:VIGÉSIMA TERCEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (0006984266)

DESPACHO

Intime-se o agravado, para que responda, no prazo de 10 (dez) dias (*artigo 527, inciso V, do CPC*).

Rio, 21de março de 2007.

Desembargador Federal FERNANDO MARQUES
Relator

III - AGRAVO 2007.02.01.001565-8

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO MARQUES
AGRAVANTE	:JOSE FRANCISCO RIBEIRO DE ORNELLAS
ADVOGADO	:MARCUS ALEXANDRE S MELO E OUTROS
AGRAVADA	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:JOSEMILDO FELISARDO DA SILVA E OUTROS
ORIGEM	:DÉCIMA QUINTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9700031217)

DESPACHO

Intime-se a agravada, para que responda, no prazo de 10 (dez) dias (*artigo 527, inciso V, do CPC*).

Rio, 21de março de 2007.

Desembargador Federal FERNANDO MARQUES
Relator

III - AGRAVO 2007.02.01.002708-9

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO MARQUES
AGRAVANTE	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:AURIVAL JORGE P.SILVA E OUTROS
AGRAVADA	:MARIA DE LOURDES XAVIER GOMES DE SOUZA
ADVOGADO	:JOSE JOAQUIM DE OLIVEIRA
ORIGEM	:DÉCIMA OITAVA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200351010050850)

DESPACHO

Intime-se a agravada, para que responda, no prazo de 10 (dez) dias (*artigo 527, inciso V, do CPC*).

Rio, 21de março de 2007.

Desembargador Federal FERNANDO MARQUES
Relator

Desembargador Federal FERNANDO MARQUES
Relator

III - AGRAVO 2007.02.01.001822-2

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO MARQUES
AGRAVANTE	:UNIAO FEDERAL
AGRAVADA	:BECTON DICKINSON INDUSTRIAIS CIRURGICAS LTDA
ADVOGADO	:MARCIO GOMES LEAL E OUTROS
ORIGEM	:TRIGÉSIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200651010047311)

DESPACHO

Intime-se a agravada, para que responda, no prazo de 10 (dez) dias (*artigo 527, inciso V, do CPC*).

Rio, 21de março de 2007.

Desembargador Federal FERNANDO MARQUES
Relator

III - AGRAVO 2007.02.01.002105-1

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO MARQUES
AGRAVANTE	:FUNDACAO OSORIO
ADVOGADO	:RONNY MIRANDA DE OLIVEIRA Y ALONSO
AGRAVADA	:RACHEL BORGES DA SILVA CARDOSO REP/ P/ FABIANA BORGES DA SILVA
ADVOGADO	:TATIANA TAVARES DA SILVA
ORIGEM	:SEGUNDA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200751014900341)

DESPACHO

Intime-se a agravada, para que responda, no prazo de 10 (dez) dias (*artigo 527, inciso V, do CPC*).

Rio, 21de março de 2007.

Desembargador Federal FERNANDO MARQUES
Relator

III - AGRAVO 2007.02.01.001320-0

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO MARQUES
AGRAVANTE	:ARMANDO CANDIDO FILHO
ADVOGADO	:MARCELLO MOREIRA DA SILVA E OUTROS
AGRAVADA	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:DANIELLE DE A LOURENCO E OUTROS
ORIGEM	:PRIMEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200651010038437)

DESPACHO

Intime-se a agravada, para que responda, no prazo de 10 (dez) dias (*artigo 527, inciso V, do CPC*).

Rio, 21de março de 2007.

Desembargador Federal FERNANDO MARQUES
Relator

III - AGRAVO 2007.02.01.002722-3

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO MARQUES
AGRAVANTE	:MUNICIPIO DE VITORIA
PROCURADOR	:LUIZ HENRIQUE ANTUNES ALOCHIO
AGRAVADO	:JAIRO LEAO SOBRINHO
ADVOGADO	:ALEX SANDRO STEIN
ORIGEM	:6ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES (200750010010624)

DESPACHO

Intime-se o agravado, para que responda, no prazo de 10 (dez) dias (*artigo 527, inciso V, do CPC*).

Rio, 21de março de 2007.

Desembargador Federal FERNANDO MARQUES
Relator

III - AGRAVO 2007.02.01.002815-0

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO MARQUES
AGRAVANTE	:MSC MEDITERRANEAN SHIPPING DO BRASIL LTDA
ADVOGADO	:DANIEL DE SOUSA ARCI E OUTROS
AGRAVADA	:MULTIRIO OPERACOES PORTUARIAS S/A
ADVOGADO	:CARLOS EUGENIO DE LOSSIO E SEIBLITZ FILHO E OUTROS
ORIGEM	:VIGÉSIMA SÉTIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200751010007561)

DESPACHO

Intime-se a agravada, para que responda, no prazo de 10 (dez) dias (*artigo 527, inciso V, do CPC*).

Rio, 21de março de 2007.

Desembargador Federal FERNANDO MARQUES
Relator

III - AGRAVO 2007.02.01.001996-2

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO MARQUES
AGRAVANTE	:ALFREDO GONCALVES GABINA
ADVOGADO	:FERNANDO TRISTAO FERNANDES E OUTROS
AGRAVADA	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:FRANCISCO JOSE NOVAIS JUNIOR E OUTROS
ORIGEM	:14EF VARA JUSTIÇA FEDERAL RIO DE JANEIRO/RJ (0007685440)

DESPACHO

Intime-se a agravada, para que responda, no prazo de 10 (dez) dias (*artigo 527, inciso V, do CPC*).

Rio, 21de março de 2007.

Desembargador Federal FERNANDO MARQUES
Relator

III - AGRAVO 2007.02.01.003515-3

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO MARQUES
AGRAVANTE	:JOSE RIBEIRO DE QUEIROZ E CONJUGE
ADVOGADO	:CHRISTIANO MELLO RODRIGUES DA SILVA E OUTROS
AGRAVADA	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:DANEILLE ALEXANDRE LOURENÇO E OUTROS
ORIGEM	:DÉCIMA PRIMEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200551010114952)

DESPACHO

Intime-se a agravada, para que responda, no prazo de 10 (dez) dias (*artigo 527, inciso V, do CPC*).

Rio, 2 de abril de 2007.

Desembargador Federal FERNANDO MARQUES
Relator

EXPEDIENTE Nº 2 DO DIA 2 DE ABRIL DE 2007

III - AGRAVO 2005.02.01.000360-0

RELATOR	:JUÍZA FED. CONV. VALÉRIA MEDEIROS DE ALBUQUERQUE
AGRAVANTE	:UNIAO FEDERAL
AGRAVADO	:GUSTAVO DE OLIVEIRA LOTFI
ADVOGADO	:JORGE GOMES LIMA E OUTRO
ORIGEM	:OITAVA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200451010168993)

DECISÃO
Vistos, etc.
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pela União Federal, irresignada com r. a decisão, trazida ao presente por cópia às fls. 81/82, que nos autos de ação de Mandado de Segurança, deferiu a liminar *"para garantir ao impetrante o direito à matricula e participação no curso de aperfeiçoamento de aviação para oficiais - CAAVO - ASA ROTATIVA (...)"*
Em suas razões de recurso, às fls. 02/10, pugnou a Agravante pela integral reforma da decisão sustentando que *"de acordo com oficiais da Aeronáutica especializados e aviação o autor não tem condições para realizar vôos. Baseado nos respectivos pareceres o autor foi desligado do curso de aperfeiçoamento em aviação e matriculado em outro curso de aperfeiçoamento de escolha do próprio autor (segunda opção) - "superfície"*.
Eis o sucinto relatório. Decido:
Verifico que foi prolatada sentença no feito originário, julgando procedente o pedido e concedendo a segurança, conforme ofício nº 451/2006-G, encaminhado pelo MM. Juíz a quo, fls. 232. Mercê da auto-executoriedade de que desfruta a sentença concessiva da ordem, cujo apelo é, em regra, recebido no efeito meramente devolutivo, resulta prejudicado o presente recurso, pela superveniente perda de objeto.
Isto posto, nego seguimento ao agravo de instrumento, julgando-o prejudicado, com base no art. 557 do Estatuto Processual, bem como no art. 43, § 1º, II do Regimento Interno deste C. TRF 2ª Região.
Decorrido o prazo *in albis*, remetam-se estes autos à primeira instância para arquivo, nos termos regimentais (art. 227, parágrafo único do RI/TRF 2ª Região).
P.I.
Rio de Janeiro, 28 de março de 2007.

VALÉRIA MEDEIROS DE ALBUQUERQUE
Juíza Federal Convocada, em substituição ao E. Relator
(art. 5º da Res. Nº 30/2005 da E. Pres. Do TRF da 2ª Região)

III - AGRAVO 2006.02.01.010295-2

RELATOR	:JUÍZA FED. CONV. VALÉRIA MEDEIROS DE ALBUQUERQUE
AGRAVANTE	:FARISUR LTDA
ADVOGADO	:JOSE OSWALDO CORREA E OUTROS
AGRAVADO	:UNIAO FEDERAL
ORIGEM	:PRIMEIRA VARA FEDERAL DE ANGRA DOS REIS (200651110007724)

DECISÃO
Vistos, etc.
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por Farisur Ltda., irresignada com r. a decisão, trazida ao presente por cópia às fls. 185/186, que nos autos de ação de Mandado de Segurança, indeferiu a liminar *"para determinar à Autoridade Impetrada a imediata liberação de mercadorias importadas e retidas para serem submetidas a controle alfandegário(...)"*.
Em suas razões de recurso, às fls. 02/20, pugnou a Agravante pela integral reforma da decisão sustentando que *"o indeferimento da medida in limine implica em sérios riscos de perdimento da carga em tela, de natureza perecível e em sérios prejuízos dela advindos a serem suportados pela Impetrante, face a demora de apropriar-se de componente de seus produtos e atraso em sua distribuição, além de sério acréscimo nas despesas alfandegadas, fator que atingirá o preço elaborado e o planejamento econômico traçado em torno da operação objeto do presente writ"*. Instruindo o recurso, acostaram-se os documentos de fls.21/187.
Eis o sucinto relatório. Decido:
Verifico que foi prolatada sentença no feito originário, julgando procedente o pedido e concedendo a segurança, conforme ofício nº 95/2006-GAB, encaminhado pelo MM. Juíz a quo, fls. 213. Mercê da auto-executoriedade de que desfruta a sentença concessiva da ordem, cujo apelo é, em regra, recebido no efeito meramente devolutivo, resulta prejudicado o presente recurso, pela superveniente perda de objeto.
Isto posto, nego seguimento ao agravo de instrumento, julgando-o prejudicado, com base no art. 557 do Estatuto Processual, bem como no art. 43, § 1º, II do Regimento Interno deste C. TRF 2ª Região.
Decorrido o prazo *in albis*, remetam-se estes autos à primeira instância para arquivo, nos termos regimentais (art. 227, parágrafo único do RI/TRF 2ª Região).
P.I.
Rio de Janeiro, 28 de março de 2007.

VALÉRIA MEDEIROS DE ALBUQUERQUE
Juíza Federal Convocada, em substituição ao E. Relator
(art. 5º da Res. Nº 30/2005 da E. Pres. Do TRF da 2ª Região)

III - AGRAVO 2006.02.01.006593-1

RELATOR	:JUÍZA FED. CONV. VALÉRIA MEDEIROS DE ALBUQUERQUE
AGRAVANTE	:UNIAO FEDERAL
AGRAVADO	:SALMO ERNANI NUNES
ADVOGADO	:MOACYR AMANCIO DE SOUZA E OUTROS
ORIGEM	:VIGÉSIMA QUARTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200651010061782)

DECISÃO
Vistos, etc.
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pela União Federal, irresignada com a r. decisão, trazida ao presente por cópia às fls. 16/17, que nos autos de ação de Mandado de Segurança, deferiu a liminar *"para determinar à autoridade coatora que proceda à imediata inscrição do Impetrante no Processo Seletivo para Ingresso no Quadro Técnico do Corpo de Auxiliar da Marinha (PS-T) em 2006, desde que o único óbice seja a limitação de idade prevista no item 3.1.2, "b", do Edital de 10 de março de 2006 (...)"*
Em suas razões de recurso, às fls. 02/15, pugnou a Agravante pela integral reforma da decisão sustentando que *"a douta Decisão ora impugnada contraria os artigos 2°, 5° II e LXIX, 37, 142, 143 e 169 da Constituição Federal e artigo 1° da Lei 1.533/51"*. Instruindo o recurso, acostaram-se os documentos de fls. 16/93.
Eis o sucinto relatório. Decido:
Verifico que foi prolatada sentença no feito originário, julgando procedente o pedido e concedendo a segurança, consoante ficha de andamento processual atualizada, cuja juntada ora determina. Mercê da auto-executoriedade de que desfruta a sentença concessiva da ordem, cujo apelo é, em regra, recebido no efeito meramente devolutivo, resulta prejudicado o presente recurso, pela superveniente perda de objeto.
Isto posto, nego seguimento ao agravo de instrumento, julgando-o prejudicado, com base no art. 557 do Estatuto Processual, bem como no art. 43, § 1º, II do Regimento Interno deste C. TRF 2ª Região.
Decorrido o prazo *in albis*, remetam-se estes autos à primeira instância para arquivo, nos termos regimentais (art. 227, parágrafo único do RI/TRF 2ª Região).
P.I.
Rio de Janeiro, 28 de março de 2007.

VALÉRIA MEDEIROS DE ALBUQUERQUE
Juíza Federal Convocada, em substituição ao E. Relator
(art. 5º da Res. Nº 30/2005 da E. Pres. Do TRF da 2ª Região)

III - AGRAVO 2006.02.01.007476-2

RELATOR	:JUÍZA FED. CONV. VALÉRIA MEDEIROS DE ALBUQUERQUE
AGRAVANTE	:UNIAO FEDERAL
AGRAVADO	:NELIDA MARIA BONZI SANTOS CASTRO REP/ P/ ADIR MARIA BONZI
ADVOGADO	:PAULO ROBERTO DA COSTA MATTOS E OUTRO
ORIGEM	:QUINTA VARA FEDERAL DE VITÓRIA (200650010034673)

DECISÃO
Vistos, etc.
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pela União Federal, irresignada com r. a decisão, trazida ao presente por cópia às fls. 20/28, que nos autos de ação de Mandado de Segurança deferiu em parte a liminar "*para determinar que a Autoridade Coatora, no prazo de 5 dias, disponibilize profissionais especializados nas áreas de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Psicologia - preferencialmente aqueles constantes do ofício de fl.30 - para o atendimento domiciliar da Impetrante de acordo com a necessidade que demandar o problema de saúde versado na inicial e que se abstenha de limitar a quantidade dessas sessões àquela estabelecida na Portaria n° 026/DGS, de 18/08/1988, sob pena de multa diária de R$ 5.000,00 a ser cominada ao agente responsável pelo cumprimento do presente comando judicial, a partir da sua ciência (...)*".
Em suas razões de recurso, às fls. 02/11, pugnou a Agravante pela integral reforma da decisão sustentando que *"o cancelamento da multa fixada pelo juízo, configura-se, à toda evidência, manifestamente necessário, vez que não restou comprovada a existência de reincidência no descumprimento do comando jurisdicional, pelo que absolutamente despicienda e indevida a fixação de multa no presente caso"*. Instruindo o recurso, acostaram-se os documentos de fls.12/34.
Eis o sucinto relatório. Decido:
Verifico que foi prolatada sentença no feito originário, julgando procedente o pedido e concedendo a segurança, consoante ficha de andamento processual atualizada, cuja juntada ora determina. Mercê da auto-executoriedade de que desfruta a sentença concessiva da ordem, cujo apelo é, em regra, recebido no efeito meramente devolutivo, resulta prejudicado o presente recurso, pela superveniente perda de objeto.
Isto posto, nego seguimento ao agravo de instrumento, julgando-o prejudicado, com base no art. 557 do Estatuto Processual, bem como no art. 43, § 1º, II do Regimento Interno deste C. TRF 2ª Região.
Decorrido o prazo *in albis*, remetam-se estes autos à primeira instância para arquivo, nos termos regimentais (art. 227, parágrafo único do RI/TRF 2ª Região).
P.I.
Rio de Janeiro, 28 de março de 2007.

VALÉRIA MEDEIROS DE ALBUQUERQUE
Juíza Federal Convocada, em substituição ao E. Relator
(art. 5º da Res. Nº 30/2005 da E. Pres. Do TRF da 2ª Região)

III - AGRAVO 2007.02.01.002074-5

RELATOR	:JUÍZA FED. CONV. VALÉRIA MEDEIROS DE ALBUQUERQUE
AGRAVANTE	:MUNICIPIO DE PETROPOLIS
PROCURADOR	:MARCELO PORTELLA CARDOSO
AGRAVADO	:MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ORIGEM	:2 VARA JUSTIÇA FEDERAL PETROPOLIS/RJ (200551060005460)

DECISÃO
Vistos, etc.
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pelo Município de Petrópolis, irresignado com a r. decisão, trazida por cópia às fls. 08/11, que deferiu parcialmente a antecipação do efeitos da tutela nos autos da ação civil pública para determinar *"I - que o Município entre em contato, no prazo de 30 (trinta) dias, com a SERLA a fim de agendar a realização de diagnóstico técnico-ambiental; II - que relacione que órgãos do Município participarão da elaboração do diagnóstico, III - apresente proposta detalhada sobre o diagnóstico a ser realizado; IV - informe o que tem sido feito para evitar novas ocupações/construções, como é feita a fiscalização, por qual órgão e com qual freqüência; V - informe o IBAMA se tem fiscalizado as margens do rio Piabanha e o que tem feito para evitar novas ocupações (...)"*.
Nas razões de recurso, às fls. 02/07, pugnou a Agravante pela integral reforma, sustentando que *"caracterizado está o justo receio do Município de Petrópolis de ser obrigado a despender de valor do erário público, sem previsão orçamentária (...)"*. Instruindo o recurso, acostam-se os documentos de fls. 08/28.
É o sucinto relatório. Decido:
Compulsando os autos do Agravo, para análise de seu atendimento aos aspectos formais, verifico que o Agravante deixou de trazer a cópia da certidão de juntada do mandado de intimação da r. decisão agravada, peça obrigatória à instrução do recurso, nos precisos termos do art. 525, I do Estatuto Processual.
A certidão de juntada do mandado de intimação constitui peça obrigatória para a instrução do agravo de instrumento, conforme entendimento do E. STJ:
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 525, INCISO I DO CPC. IMPOSSIBILIDADE DE SE AFERIR A TEMPESTIVIDADE DO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DO TRASLADO DA CERTIDÃO DE JUNTADA DO MANDADO DE INTIMAÇÃO DA FAZENDA NACIONAL REFERENTE À DECISÃO RECORRIDA.
1. O traslado da certidão de intimação do acórdão recorrido constitui peça essencial à formação do instrumento de agravo, visto figurar no elenco do art. 525, inciso I, do CPC.
2. Incumbe ao agravante, sob pena de não conhecimento de sua peça recursal, instruir o agravo de instrumento de que trata o art. 525 do CPC, com as peças que possibilitem a aferição da tempestividade do recurso especial denegado pelo tribunal a quo.
3. Entendimento sólido desta Corte e do Supremo Tribunal Federal de que compete ao agravante a correta formação do instrumento.
4. Agravo Regimento desprovido.
(AgRg no REsp 685.555/BA, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13.09.2005, DJ 26.09.2005 p. 225)
Destarte, não logrou a Agravante atender aos pressupostos de admissibilidade do presente recurso, ante sua instrução deficitária.
Cumpre esclarecer também que, considerando a certidão de fls.13, o Agravante foi cientificado no dia 18 de janeiro de 2007 - uma quinta-feira. Destarte, na forma do art. 184 do Código de Processo Civil, o lapso de vinte dias para interposição do recurso (art. 522 do CPC c/c 188 do CPC) findou-se em 07 de fevereiro de 2007 (quarta-feira). No entanto, vindo a ser protocolizado o presente agravo de instrumento tão-somente em 08 de fevereiro de 2007.
Revelada, pois, a flagrante intempestividade do recurso, está o Relator autorizado às providências do art. 557 do CPC, não havendo que se prosseguir no processamento do presente.
Isto posto, nego seguimento ao Agravo de Instrumento, com lastro no art. 557 do Estatuto Processual, bem como no art. 43, § 1º, II e III do Regimento Interno deste C. TRF 2ª Região.
Decorrido o prazo in albis, *remetam-se os autos à instância inferior para arquivo (art. 227, parágrafo único do RI).*
P.I.
Rio de Janeiro, 28 de março de 2007.

VALÉRIA MEDEIROS DE ALBUQUERQUE
Juíza Federal Convocada, em substituição ao E. Relator
(art. 5º da Res. Nº 30/2005 da E. Pres. Do TRF da 2ª Região)

EXPEDIENTE Nº 2 DO DIA 3 DE ABRIL DE 2007

IV - APELACAO CIVEL 1994.51.01.028418-3

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO MARQUES
APELANTE	:VERA LUCIA RODRIGUES MARTINS E OUTROS
ADVOGADO	:VALTER JOSE SILVA DE OLIVEIRA
APELADO	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:JOSÉ LUIZ DE A. BELLO E OUTROS
ORIGEM	:VIGÉSIMA SEGUNDA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9400284187)

DESPACHO

Aguarde-se cumprimento do despacho hoje lançado nos autos da apelação cível nº 1994.51.01.028418-3, em apenso.
Rio, 12 de março de 2007.

Desembargador Federal Fernando Marques
Relator

IV - APELACAO CIVEL 1994.51.01.068052-0

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO MARQUES
APELANTE	:VERA LUCIA RODRIGUES MARTINS E OUTROS
ADVOGADO	:VALTER J. S. OLIVEIRA E OUTRO
APELADO	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:ALEXANDRE MORAES E SOUZA E OUTROS
ORIGEM	:VIGÉSIMA SEGUNDA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9400680520)

DESPACHO

Esclareça o apelante WILSON RODRIGUES NUNES se a renúncia ao direito formulado na apelação cível nº 1994.51.01.028418-3, a este apensada, se estende, também ao presente feito.
Rio, 12 de março de 2007.

Desembargador Federal FERNANDO MARQUES
Relator

XII - APELACAO EM MANDADO DE SEGURANCA 2001.02.01.026628-8

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO MARQUES
APELANTE	:POSTO BRAGANCA DE SEROPEDICA LTDA
ADVOGADO	:WANDERLEY FERNANDES SUPPO E OUTROS
APELADO	:UNIAO FEDERAL
ORIGEM	:TERCEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200051010288695)

DESPACHO

À parte apelante, para trazer seus novos patronos aos presentes autos, tendo em vista a renúncia de fls. 223/224.
Rio, 23 de março de 2007.

Desembargador Federal FERNANDO MARQUES
Relator

IV - APELACAO CIVEL 2000.51.02.000679-0

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO MARQUES
APELANTE	:PAULO HENRIQUE DE CASTRO ARAUJO
ADVOGADO	:MONICA SALES CABRAL
APELANTE	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:PATRICIA DUARTE DAMATO E OUTROS
APELADO	:OS MESMOS
ORIGEM	:1A. VARA FEDERAL - NITEROI/RJ (200051020006790)

DESPACHO

Tendo em vista o extravio de petição noticiado no *memo* nº 8/2007, da Secretaria de Atividades Judiciárias deste Tribunal, anexo, cuja via original encontra-se arquivado em pasta própria neste Gabinete, determino que se proceda à intimação a advogada do apelante, *Dra Mônica Sales Cabral - OAB/RJ 122.359*, para se manifestar sobre o teor da mesma , caso seja de sua autoria.
Rio, 8 de março de 2007.

Desembargador Federal FERNANDO MARQUES
Relator

XII - REMESSA EX-OFFICIO EM MS 2004.51.01.008877-8

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO MARQUES
PARTE AUTORA	:AUDREY CARDOSO BATISTA
ADVOGADO	:JOSE RUBENS BONFIM DE MOURA
PARTE RÉ	:ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - OAB/RJ
ADVOGADO	:SEM ADVOGADO
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 21A VARA-RJ
ORIGEM	:VIGÉSIMA PRIMEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200451010088778)

DESPACHO

Tendo em vista o constante da petição protocolada em 23.07.2004 (fl. 72), intime-se o impetrante para que esclareça, no prazo de dez dias, se pretende renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, a teor do disposto no artigo 269, V, do Código de Processo Civil, tendo em vista a impossibilidade de desistência do feito em grau de recurso.
Publique-se e intime-se.
Rio, 21 de março de 2007.

Desembargador Federal FERNANDO MARQUES
Relator

IV - APELACAO CIVEL 2002.02.01.020173-0

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO MARQUES
APELANTE	:IEDA MONTES FERRREIRA PIRES
ADVOGADO	:IEDA JULIATTI DE CARVALHO
APELADO	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:JANUARIO SPISLA E OUTROS
ORIGEM	:20 VARA JUSTIÇA FEDERAL RIO DE JANEIRO/RJ (9700099458)

DESPACHO

Por motivo de cautela, atenda a autora, ora apelante, à promoção do MPF às fls. 123.

Rio, 8 de março de 2007.

Desembargador Federal FERNANDO MARQUES
Relator

IV - APELACAO CIVEL 2001.50.01.000258-3

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO MARQUES
APELANTE	:LENILDE MARCIA CHAVES ALVES E OUTRO
ADVOGADO	:GUILHERME VIANA RANDOW
APELANTE	:LEO CARLOS CRUZ
APELANTE	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:TELMA SUELI FEITOSA DE FREITAS E OUTROS
APELADO	:OS MESMOS
ORIGEM	:SÉTIMA VARA FEDERAL DE VITÓRIA (200150010002583)

DESPACHO

Sobre o petitório de fls. 297, manifeste-se a CEF.

Rio, 9 de março de 2007.

Desembargador Federal FERNANDO MARQUES
Relator

III - AGRAVO 2005.02.01.010974-7

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO MARQUES
AGRAVANTE	:MADEZORZI S/A
ADVOGADO	:CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO E OUTROS
AGRAVADO	:BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL-BNDES
ADVOGADO	:CARLOS EDUARDO GABINA DE MEDEIROS E OUTROS
ORIGEM	:VIGÉSIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9400485271)

DESPACHO

Intime-se a agravada, para que responda, no prazo de 10 (dez) dias (*artigo 527, inciso V, do CPC*).

Rio, 9 de março de 2007.

Desembargador Federal FERNANDO MARQUES
Relator

III - AGRAVO 2004.02.01.004327-6

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO MARQUES
AGRAVANTE	:MADEZORZI S/A E OUTROS
ADVOGADO	:LUIZ ANTONIO CASTELLANO DE ALMEIDA
AGRAVADO	:BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL-BNDES
ADVOGADO	:RENATO GOLDSTEIN E OUTROS
ORIGEM	:VIGÉSIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9400485271)

DESPACHO

Aguarde-se cumprimento do despacho lançado nos autos do agravo de instrumento nº 2005.02.01.010974-7, apenso.
Rio, 9 de março de 2007.

Desembargador Federal FERNANDO MARQUES
Relator

EXPEDIENTE Nº 3 DO DIA 2 DE ABRIL DE 2007

IV - APELACAO CIVEL 2003.51.01.014736-5

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL BENEDITO GONCALVES
APELANTE	:ELIAS PEREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO	:YANA CLERIS DA SILVA LIMA
APELADO	:FUNDACAO INST. BRAS. DE GEOGRAFIA E ESTAT. - IBGE
PROCURADOR	:ALEXANDER ALI SHAH
ORIGEM	:TRIGÉSIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200351010147365)

DESPACHO

Diga o autor/apelante ELIAS PEREIRA DOS SANTOS sobre as informações trazidas aos autos pela UNIÃO FEDERAL, às fls. 80/83.
Rio de Janeiro, 15 de março de 2007.

BENEDITO GONÇALVES
Relator

III - AGRAVO 2007.02.01.003492-6

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL BENEDITO GONCALVES
AGRAVANTE	:UNIAO FEDERAL
AGRAVADO	:ZULEIDE RODRIGUES DA SILVA E CONJUGE
ADVOGADO	:LARISSA NUNES CALADO ALLEMAND E OUTROS
ORIGEM	:5ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES (200650010002611)

DESPACHO

Ao agravado, nos termos do art. 527, V, do CPC.
Após, ao MPF.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2007.

BENEDITO GONÇALVES
Relator

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO E JULGAMENTO

ACÓRDÃOS

EXPEDIENTE Nº 1 DO DIA 2 DE ABRIL DE 2007

IV - APELACAO CIVEL 2001.51.02.002437-1

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL BENEDITO GONCALVES
APELANTE	:MARIANA PEREIRA FERNANDES REP/POR/SILVIA HELENA PEREIRA FERNANDES
ADVOGADO	:CARLOS ANTONIO SPITZ BRITO
APELADO	:UNIAO FEDERAL
ORIGEM	:TERCEIRA VARA FEDERAL DE NITERÓI (200151020024371)

EMENTA

ADMINISTRATIVO. PENSÃO POR MORTE. NETA DE SERVIDOR PÚBLICO. LEI 8.112/90. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. COMPROVAÇÃO. AUSÊNCIA DE DESIGNAÇÃO EXPRESSA. RECURSO PROVIDO.
-O pensionato é direito que se consubstancia à época do óbito de seu instituidor, no caso, quando vigente a Lei nº 8.112/90.
-Os documentos acostados e os depoimentos das testemunhas foram unânimes quanto ao fato de que a menor residia com a mãe e o avô, em dependência econômica, sendo que as despesas da casa e da menor eram de responsabilidade do avô falecido.
-A mãe da menor não possui condições financeiras para, sozinha, sustentar a filha. Portanto, tendo em vista o pequeno salário percebido como professora, a moradia na casa do avô, é forçoso concluir a dependência econômica de fato da menor em relação ao *de cujus.*
-Não se pode excluir as pessoas que, conforme a necessidade e a situação fática, estão amparadas pelo benefício da pensão por morte, quais sejam, aqueles que preenchem o requisito eleito pela norma, a "dependência econômica"" (STJ, 5ª Turma, REsp 322715 / RS, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, unânime, DJU de 04.10.2004).
-A falta de designação expressa de neto não impede, por si só, o deferimento da pensão por morte prevista no art. 217, II, "d", da Lei 8.112/1990, quando suficientemente demonstrada a situação de dependência econômica, como na espécie.
-Recurso provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os autos, em que são parte as acima indicadas.
Decide a Egrégia Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 21 de março de 2007 (data do julgamento).

BENEDITO GONÇALVES
Relator

III - AGRAVO 2006.02.01.001651-8

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL BENEDITO GONCALVES
AGRAVANTE	:COREMA S/A EMPRESA DE COMERCIO E EXPORTACAO
ADVOGADO	:LAERCIO BENKO LOPES E OUTROS
AGRAVADO	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:TERCEIRA VARA FEDERAL DE VITÓRIA (200550010119650)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. INDEFERIMENTO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA PARA SUSPENSÃO DO PROCESSAMENTO DOS AUTOS ADMINISTRATIVOS INSTAURADOS EM FACE DA AGRAVANTE E LIBERAÇÃO DOS BENS APREENDIDOS SUJEITOS À PENA DE PERDIMENTO. CONCESSÃO DE PROVIMENTO CAUTELAR, TÃO-SOMENTE, PARA SUSPENDER APLICAÇÃO DA PENALIDADE ATÉ O JULGAMENTO DA AÇÃO PRINCIPAL, NOS TERMOS DO ART. 273, §7º, DO CPC. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.
-Não havendo verossimilhança na alegação em torno da inocorrência de simulação na importação das mercadorias apreendidas, e de abuso no exercício da fiscalização, não pode ser deferido pedido de tutela antecipada para suspender o processamento dos autos administrativos instaurados em face da agravante, nem mesmo para liberar os bens apreendidos na operação, vez que não preenchidos os requisitos do art. 273 do CPC para concessão da medida.
- Hipótese em que se vislumbra inequívoca natureza cautelar no pedido de antecipação de tutela para a liberação das locomotivas importadas, a incidir a hipótese contemplada no §7º do artigo 273 do CPC, cujos requisitos, o "fumus boni iuris" e o "periculum in mora", aqui presentes, justificam o deferimento de medida cautelar, em caráter incidental, para obstar a aplicação da pena de perdimento, posto que somente poderá ser levada a efeito a penalidade, no curso do processo administrativo, caso confirmada, em sede judicial, a existência das irregularidades na importação apontadas no auto de infração questionado, sendo certo que a sua aplicação acarretará à agravante danos materiais de difícil reparação, quanto mais se sair vencedora na demanda principal, a tornar irrelevante, ao final do processo, o eventual resultado favorável.
- Recurso parcialmente provido para, concedendo-se provimento cautelar, com fulcro no art. 273, §7º, do CPC, suspender a aplicação da pena de perdimento dos bens apreendidos até ulterior decisão definitiva de mérito a ser proferida nos autos da ação principal.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:
Decide a 6ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento ao recurso, na forma do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 21 de março de 2007 (data do julgamento).

BENEDITO GONÇALVES
RELATOR

EXPEDIENTE Nº 1 DO DIA 3 DE ABRIL DE 2007

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AC 1998.51.01.008050-9

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO MARQUES
EMBARGANTE	:UNIAO FEDERAL
EMBARGADO	:V. ACÓRDÃO DE FLS. 97
PARTE	:CARLOS ALBERTO DO NASCIMENTO
ADVOGADO	:CARLOS NEGRAO
ORIGEM	:VIGÉSIMA OITAVA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (199851010080509)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO. IMPROVIMENTO.
- O voto condutor do acórdão embargado encontra-se devidamente fundamentado, inexistindo obscuridade, contradição ou omissão, que possam autorizar sua reforma em sede de declaratórios.
- O juiz ou Tribunal não se encontra obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha matéria suficiente para fundar a decisão, nem se obriga a ater-se a fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos (RJTJESP 115/207).
- A embargante, sob a alegação de omissão, pretende nitidamente ver reapreciado o mérito da causa, já decidido pelo acórdão de fls. 97.
- Os embargos de declaração não se prestam à rediscussão sobre os fundamentos que serviram de suporte à decisão embargada.
- Os efeitos infringentes somente são admissíveis em condições especialíssimas, nestas não incluída a intenção de obter a reforma da decisão da Turma, devendo a matéria ficar reservada para a via recursal própria.
- Devem ser rejeitados embargos declaratórios que têm como objetivo, unicamente, o prequestionamento da matéria, com fins à interposição de recurso especial ou extraordinário.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas.
Decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento aos Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2007. (data do julgamento).

Desembargador Federal FERNANDO MARQUES
Relator

IV - APELACAO CIVEL 1989.51.01.013529-7

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO MARQUES
APELANTE	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:MARCIO LUIZ DE CAMPOS MATHIAS E OUTROS
APELADO	:CARLOS ONOFRE GARCIA DA SILVA
ADVOGADO	:SEM ADVOGADO
ORIGEM	:VIGÉSIMA PRIMEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (8900135295)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADO NÃO LOCALIZADO.EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO APÓS A SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO. CONTRADITÓRIO PARTICIPATIVO NÃO OPORTUNIZADO.
- Extinção o feito nos termos do art. 267, IV, do CPC , após longo período de suspensão da execução, sem oportunizar a manifestação da exeqüente.
- Ninguém pode sofrer efeitos de sentença baseada em fatos sobre os quais não pôde se manifestar de modo eficaz a influir na decisão judicial.
- "Não se concebe contraditório real e efetivo sem que as partes possam participar da formação do convencimento do juiz, mesmo tratando-se das questões de ordem pública, cujo exame independe de provocação. O debate anterior à decisão é fundamental para conferir eficácia ao princípio Causas de Pedir e Pedido no Processo Civil : Questões Polemicas, coordenadores : José Roberto dos Santos Bedaque e José Rogério Cruz e Tucci, RT, 2002, p.41)".
- Recurso provido. Sentença anulada.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do Voto do Relator.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007. (data do julgamento)

Desembargador Federal FERNANDO MARQUES
Relator

IV - APELACAO CIVEL 1996.51.04.062898-3

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO MARQUES
APELANTE	:DALMO CANTARINO DA ROCHA
ADVOGADO	:MARIA DE FÁTIMA DOS SANTOS GRILLO COUTINHO
APELADO	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:MARIA LÚCIA CANDIOTA DA SILVA E OUTROS
ORIGEM	:TERCEIRA VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA (9600628980)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. REAJUSTE DOS ÍNDICES EXPURGADOS PELOS PLANOS ECONÔMICOS. EXECUÇÃO DO JULGADO. EXTINÇÃO. ACORDO CELEBRADO. HOMOLOGAÇÃO.
- Os acordos celebrados entre as partes revelam a concordância com as suas cláusulas, pelo que devem ser homologados para que produzam seus efeitos jurídicos.
-"Homologado o acordo e extinto o processo, encerra-se a relação processual, sendo vedado a uma das partes, que requerera a homologação, argüir lesão a seus interesses, somente podendo fazê-lo em outro processo, como, por exemplo, a execução da sentença, no caso de descumprimento." (precedentes do STJ)
- Recurso improvido

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas.
Acordam os Membros da Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 21 de março de 2007 (data do julgamento).

Desembargador Federal FERNANDO MARQUES
Relator

IV - APELACAO CIVEL 2004.51.01.015641-3

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO MARQUES
APELANTE	:CARLOS EDUARDO CRUZ DE ALMEIDA E OUTROS
ADVOGADO	:MARIA DE FATIMA FREIRE TAVORA
APELADO	:UNIAO FEDERAL
ORIGEM	:VIGÉSIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200451010156413)

EMENTA

ADMINISTRATIVO. MILITAR. TAIFEIROS DA AERONÁUTICA. SUBOFICIALATO. REQUISITOS LEGAIS. LEI 3.953/61. DECRETO 92.557/86.
- Devem os Taifeiros da Aeronáutica cumprir as condições estabelecidas em Regulamento, para que tenham direito à promoção até a graduação de Suboficial, visto que a própria Lei 3.953/61 prevê a necessidade do Poder Executivo regulamentá-la, por intermédio dos Ministérios da Marinha e da Aeronáutica.
- Inexistente ilegalidade no Decreto 92.557/86, que, ao regulamentar a matéria, estabelece como pré-requisito para o acesso na carreira aprovação em concurso especial.
- Ausente, também, violação ao princípio constitucional da isonomia, pelo fato da Aeronáutica apresentar Quadro de Taifeiros e promoção de forma diversa da Marinha, tendo em vista a independência de cada Força Armada para estruturar a carreira.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas;
Decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do Voto do Relator.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007. (data do julgamento).

Desembargador Federal FERNANDO MARQUES
Relator

IV - APELACAO CIVEL 2004.51.01.005790-3

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO MARQUES
APELANTE	:MOGI FOMENTO MERCANTIL LTDA
ADVOGADO	:LEANDRO DUARTE SILVA E OUTRO
APELADO	:CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRACAO DO R.J.- CRA/RJ
ADVOGADO	:AIRES ALEXANDRE JUNIOR E OUTROS
ORIGEM	:VIGÉSIMA TERCEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200451010057903)

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMPRESA DE FACTORING. OBRIGATORIEDADE DE REGISTRO. CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO.
- A Resolução nº 2.144/95 do Banco Central do Brasil define factoring como: "a atividade de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestação de créditos, seleção de riscos, administração de contas a pagar e a receber, e compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços"
- A empresa-apelante tem por objetivo principal a prestação de serviços na área de administração de negócios, o que implica na obrigatoriedade do registro da mesma no CRA/RJ.
- Recurso improvido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do Voto do Relator.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007. (data do julgamento)

Desembargador Federal FERNANDO MARQUES
Relator

XII - APELACAO EM MANDADO DE SEGURANCA 2003.50.01.016329-0

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO MARQUES
APELANTE	:ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - ESPIRITO SANTO
ADVOGADO	:ROSA MARIA ASSAD GOMEZ
APELADO	:RAQUEL RIBEIRO RHEIN
ADVOGADO	:RAQUEL RIBEIRO RHEIN
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 12A VARA-ES
ORIGEM	:12 VARA JUSTIÇA FEDERAL VITORIA/ES (200350010163290)

EMENTA

MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. CONCURSO. OAB. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E REVISÃO. LIMITES DO CONTROLE PELO JUDICIÁRIO. TEORIA DO FATO CONSUMADO.
- No que se refere ao Exame de Ordem, a avaliação e correção de provas, bem como a atribuição de notas, é de exclusiva responsabilidade da Banca Examinadora, inserindo-se no âmbito do poder discricionário da Administração, o qual não se encontra, porém, isento de apreciação pelo Poder Judiciário, se comprovada ilegalidade ou inconstitucionalidade nos juízos de oportunidade e conveniência.
- Ao Poder Judiciário é permitido proceder à verificação da legalidade do processamento do concurso, seu aspecto formal, sendo-lhe vedada a verificação de critérios subjetivos de avaliação dos candidatos, em respeito ao princípio da independência dos Poderes, inserto no art. 2º da CF/88.
- A prova da impetrante foi corrigida por um só examinador e os pontos atribuídos à peça profissional e às questões práticas formuladas não se encontram devidamente explicitados, apresentando dificuldade em sua identificação. Ausente, também a necessária fundamentação da nota atribuída à candidata, nos moldes exigidos pelo Provimento n° 81/96 do Conselho Federal da OAB, apresentando em branco os espaços destinados a comentários sobre os diversos quesitos ali previstos, a dificultar, inclusive, a elaboração de recurso.
- Quanto ao recurso interposto, a este foi negado provimento, para manter a nota já atribuída à impetrante, sem qualquer fundamentação (fls. 59), a malferir o princípio constitucional da ampla defesa.
- Reconhecido o direito da impetrante à nova correção de sua prova prático-profissional, por Banca Examinadora composta, no mínimo, por três membros, devendo ser devidamente explicitada a perda ou atribuição de pontos em cada questão, bem como devidamente motivada a atribuição da pontuação final.
- No caso dos autos, o Juízo monocrático extrapolou de sua competência, ao substituir a Banca Examinadora, atribuindo pontuação à impetrante e aprovando-a automaticamente a final, o que implicou sua inclusão nos Quadros da OAB/ES.
- Embora divergindo, em essência, da decisão tomada pelo Juízo monocrático, entende esta Relatoria que, no caso dos autos, tendo em vista que a impetrante já recebeu sua carteira de advogada sob o n° 10.952, passando a exercer a profissão, como no caso dos autos, em que, de acordo com o substabelecimento de fls 186, passou a advogar em causa própria, por força da sentença concessiva da segurança, forçoso reconhecer-se a existência de situação fática consolidada pelo decurso do tempo e que precisa ser preservada, a aplicar-se a teoria do fato consumado e o princípio da segurança jurídica, evitando-se, assim, efeitos prejudiciais a terceiros de boa-fé.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas;
Decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso e à remessa necessária, nos termos do Voto do Relator.
Rio de Janeiro, 21 de março de 2007. (data do julgamento).

Desembargador Federal FERNANDO MARQUES
Relator

EXPEDIENTE Nº 2 DO DIA 2 DE ABRIL DE 2007

IV - APELACAO CIVEL 2004.51.01.015637-1

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO MARQUES
APELANTE	:UNIAO FEDERAL
APELADO	:WILDSANDRO CABRAL MULIM
ADVOGADO	:ALEXANDRE ARANHA FREITAS E OUTRO
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 14A VARA-RJ
ORIGEM	:DÉCIMA QUARTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200451010156371)

EMENTA

ADMINISTRATIVO. MILITAR. DEMISSÃO A PEDIDO. EXIGÊNCIA DE INDENIZAÇÃO AO ERÁRIO PELOS GASTOS COM A PREPARAÇÃO E FORMAÇÃO DO MILITAR. ART. 116, II, DA LEI 6.880/80. FIXAÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO PROPORCIONALMENTE AO TEMPO DE PERMANÊNCIA NO SERVIÇO ATIVO APÓS A CONCLUSÃO DO CURSO.
- A teor do disposto no § 1º, do inciso II, do art. 116 da Lei 6.880/80, o militar só poderá desligar-se do serviço ativo, a pedido, se indenizar os cofres públicos pelos gastos com sua formação e preparação, caso não conte mais de cinco anos de Oficialato.
- No caso, o autor realizou o Curso de Formação de Oficiais do QEM, no IME, no período de 02/02/96 a 15/12/2000, tendo sido demitido a pedido em 11/06/2004, não chegando a completar cinco anos de oficialato, donde exsurge o dever do militar de indenização ao erário pelos gastos com sua preparação e formação, que não foram destinados aos fins propostos, devido a seu prematuro afastamento do serviço ativo, exigência que conhecia e com a qual concordou ao ingressar no referido Curso.
- O militar, após o termino do Curso, prestou serviço por mais de quatro anos, ou seja, trabalhou mais da metade do tempo (5 anos), que lhe seria exigido para desligamento sem a exigência de indenização. Desse modo, há que se fazer uma compensação, reduzindo-se o valor a ser ressarcido, de forma proporcional ao tempo de serviço prestado, a fim de evitar-se enriquecimento sem causa, vez que a *mens ratio* da indenização não é a aplicação de penalidade, mas a necessidade de ressarcimento por gastos efetuados sem o devido retorno.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas;
Decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso e à remessa necessária, nos termos do Voto do Relator.
Rio de Janeiro, 21 de março de 2007.. (data do julgamento).

Desembargador Federal FERNANDO MARQUES
Relator

IV - APELACAO CIVEL 2001.51.02.000151-6

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO MARQUES
APELANTE	:UNIAO FEDERAL
APELADO	:RINALDO SILVINO DOS SANTOS
ADVOGADO	:JOSE FAGUNDES JUNIOR E OUTRO
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 4A VARA DE NITEROI-RJ
ORIGEM	:QUARTA VARA FEDERAL DE NITERÓI (200151020001516)

EMENTA

MILITAR. CURSO DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS. AVALIAÇÃO DO MILITAR. ATRIBUIÇÃO DA COMISSÃO DE PROMOÇÃO DE PRAÇAS. DISCRICIONARIEDADE DO ATO. NÃO CABE AO PODER JUDICIÁRIO PRONUNCIAR-SE SOBRE A EFICIÊNCIA OU JUSTIÇA DO ATO ADMINISTRATIVO, MAS TÃO-SOMENTE SOBRE SUA LEGALIDADE OU CONSTITUCIONALIDADE.
- As Forças Armadas têm como pilar de sua estrutura a hierarquia e a disciplina, por exigência constitucional e legal, nos termos do art. 142 da Constituição Federal.
- O militar deve se submeter à rigorosa disciplina castrense e acatar integralmente leis ou simples ordens emanadas da Corporação, *ex vi* do art. 14 da Lei 6.880/80.
- No caso, o autor, realmente, incorreu em algumas transgressões disciplinares ao longo dos anos em que permaneceu em serviço ativo, tendo sido punido pelos atos de indisciplina praticados.
- A avaliação do autor foi de atribuição da Comissão de Promoções de Praças, que, analisando o histórico militar do autor concluiu que o mesmo não reuniria condições para ser matriculado no referido Curso. Tal atribuição insere-se no poder discricionário da Administração Militar, mas não estaria isenta de apreciação pelo Judiciário, caso revestida de qualquer ilegalidade, o que não se confirmou no caso dos autos.
- Ressalte-se que ao Poder Judiciário cabe apenas perquirir da legalidade e constitucionalidade dos atos praticados pela Administração, sem, contudo, adentrar o juízo de oportunidade e conveniência, a fim de que seja preservada a autonomia administrativa de órgãos públicos. Não se permite ao Poder Judiciário pronunciar-se sobre a eficiência ou justiça do ato administrativo, porque, se assim agisse, estaria a emitir pronunciamento de administração e não jurisdicional.
- Não comprovada pelo autor qualquer irregularidade no ato administrativo que o excluiu do Curso de Formação de Sargentos, o pedido exordial não merece as luzes do sucesso.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas;
Decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento ao recurso e à remessa necessária, nos termos do Voto do Relator.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007. (data do julgamento).

Desembargador Federal FERNANDO MARQUES
Relator

IV - APELACAO CIVEL 2005.51.01.007834-0

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO MARQUES
APELANTE	:UNIAO FEDERAL
APELADO	:JOÃO BORGES PEREIRA
ADVOGADO	:ANDRE ANDRADE VIZ E OUTROS
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 2A VARA-RJ
ORIGEM	:SEGUNDA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200551010078340)

EMENTA

CONSTITUCIONAL. CUMULAÇÃO DE PROVENTOS DE MILITAR REFORMADO COM PROVENTOS DE APOSENTADORIA CIVIL. ART. 11 DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20/98. RETORNO DO MILITAR AO SERVIÇO PÚBLICO ANTES DO ADVENTO DA EC N° 20/98.
- A disposição do § 10 do art. 37, que veda a possibilidade de cumulação de proventos de aposentadoria ou reforma com remuneração de cargo público, não se aplica àqueles servidores, civis ou militares, que tenham ingressado novamente no serviço público até a data de publicação da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, conforme ressalva contida no art. 11 daquela mesma Emenda Constitucional.
- A polêmica permanecia quando se tratava de militar reformado, como no caso dos autos, que reunia os pressupostos para gozo da aposentadoria civil.
- O texto do art. 11 da EC n° 20/98 ressalva também a impossibilidade de acumulação de dois proventos de aposentadoria pelo regime de previdência dos servidores públicos civis, previsto no art. 40 da CF/88. Não existe, porém, qualquer referência a proventos de militar, estes com previsão nos arts. 42 e 142 da CF/88.
- No caso, o militar retornou ao serviço público antes da EC ° 20, como previsto na primeira parte do art. 11 da referida Emenda, eis que reformado na carreira em 15 de abril de 1985 e imediatamente contratado para o quadro de pessoal civil da Marinha, emprego que foi transformado em cargo público a partir de 11/12/90, por força do advento da Lei 8.112/90.
- Não se trata, portanto, de cumulação de dois proventos de aposentadoria civil, decorrentes do art. 40 da Constituição Federal, vedada pela segunda parte do art. 11 da EC n° 20/98, mas de cumulação de provento de militar reformado, sob regime do art. 42 da CF/88, com provento civil, do art. 40 da CF/88, situação que não se submete à vedação contida na referida EC.
- O próprio STF, intérprete máximo da Constituição, já pacificou entendimento sobre a questão, no sentido da possibilidade de acumulação, em casos como o dos autos, das duas aposentadorias: reforma militar e aposentadoria do serviço público.
- Tendo o militar reformado ingressado no serviço público antes do advento da EC n° 20/98, enquadrando-se na ressalva contida na primeira parte de seu art. 11, mas não se sujeitando à vedação contida na segunda parte do mesmo artigo, por não pretender acumular duas aposentadorias civis, mas reforma militar com aposentadoria civil, há que se lhe reconhecer direito à cumulação pretendida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas;
Decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso e à remessa necessária, nos termos do Voto do Relator.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007. (data do julgamento).

Desembargador Federal FERNANDO MARQUES
Relator

IV - APELACAO CIVEL 2005.51.01.021713-3

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO MARQUES
APELANTE	:MARIA HELENA DE OLIVEIRA SILVA
ADVOGADO	:NEWTON BATISTA TRANQUEIRA CALDAS E OUTROS
APELADO	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:RAUL JOSE LINHARES P. SOUTO
ORIGEM	:VIGÉSIMA SEXTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200551010217133)

EMENTA

ADMINISTRATIVO. SERVIDORES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. ADIANTAMENTO DO PCCS. URP. DECRETO LEI Nº 2.335/87. INCIDÊNCIA.
- Toda matéria de remuneração de servidores públicos, por expressa determinação constitucional, deve vir disciplinada em lei.
- O abono pago aos servidores da Previdência Social, a título de "Adiantamento do PCCS", somente passou a ter existência legal quando da vigência da Lei 7.686/88, que expressamente determinou a correção monetária pretendida a partir de novembro de 1988.
- A Medida Provisória nº 146/03, convertida na Lei nº 10.855/04, veio a regularizar o pagamento da parcela relativa ao "PCCS" aos servidores do INSS enquadrados no art. 2º dessa lei, sem, contudo, retroagir para alcançar situações pretéritas, que careciam de lei que as amparassem.
- Recurso improvido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007 (data do julgamento).

Desembargador Federal FERNANDO MARQUES
Relator

IV - APELACAO CIVEL 2002.51.10.004018-0

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO MARQUES
APELANTE	:NILTON CORREIA MAGNO
ADVOGADO	:NUBIA FARIA BARCELLOS
APELADO	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:ROBERTA ROSA RIBEIRO E OUTROS
ORIGEM	:QUINTA VARA FEDERAL DE SÃO JOÃO DE MERITI (200251100040180)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. REAJUSTE DOS ÍNDICES EXPURGADOS PELOS PLANOS ECONÔMICOS. EXECUÇÃO DO JULGADO. EXTINÇÃO. ACORDO CELEBRADO. HOMOLOGAÇÃO.
- Os acordos celebrados entre as partes revelam a concordância com as suas cláusulas, pelo que devem ser homologados para que produzam seus efeitos jurídicos.
-"Homologado o acordo e extinto o processo, encerra-se a relação processual, sendo vedado a uma das partes, que requerera a homologação, argüir lesão a seus interesses, somente podendo fazê-lo em outro processo, como, por exemplo, a execução da sentença, no caso de descumprimento." (precedentes do STJ)
- Recurso improvido

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas.
Acordam os Membros da Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 21 de março de 2007 (data do julgamento).

Desembargador Federal FERNANDO MARQUES
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AG 2003.02.01.014801-0

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO MARQUES
EMBARGANTE	:FUNDACAO LEONOR DE BARROS CAMARGO-HOSPITAL AUGUSTO DE OLIVEIRA CAMARGO
ADVOGADO	:DAGOBERTO J.S. LIMA AUREANE RODRIGUEZ DA SILVA E OUTROS
EMBARGADO	:V. ACÓRDÃO DE FLS. 54
EMBARGADO	:AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
ADVOGADO	:RODRIGO PAVAN E OUTRO
ORIGEM	:DÉCIMA PRIMEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200351010079773)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO INEXISTENTE.
- Ao Tribunal, que não é órgão de consulta, cabe decidir a matéria impugnada e devolvida, não estando obrigado a explicitar todas os argumentos das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar sua decisão.
- Os embargos de declaração não se prestam ao reexame de matéria já decidida, sendo certo que a pretensão de ver a rediscussão do tema à luz dos argumentos invocados e de dispositivos legais outros, alegadamente relevantes para a solução da *quaestio juris*, na busca de decisão infringente, apresenta-se manifestamente incabível em sede de embargos declaratórios, cujos limites encontram-se previstos no artigo 535 do Código de Processo Civil.
- Recurso improvido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2007 (data do julgamento).

Desembargador Federal FERNANDO MARQUES
Relator

IV - APELACAO CIVEL 2005.51.01.005267-3

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO MARQUES
APELANTE	:BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL-BNDES
ADVOGADO	:MARCELO SAMPAIO VIANNA RANGEL E OUTROS
APELADO	:EISA - ESTALEIRO ILHA S/A E OUTROS
ADVOGADO	:VALMAR SOUZA PAES E OUTROS
ORIGEM	:SÉTIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200551010052673)

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. CONTRADO DE ASSUNÇÃO E REESCALONAMENTO DA DÍVIDA JUNTO AO BNDES. MODALIDADE EPISTOLAR. TRATATIVAS CONTRATUIAIS ACEITAS PELAS PARTES. NÃO COMPROVAÇÃO DE VÍCIOS CAPAZES DE MACULAR O NEGÓCIO JURÍDICO. VERBA HONORÁRIA.
- As condições básicas de reestruturação dos débitos decorrentes do contrato nº 96.2.407.6.1, estão explicitadas na Carta AC/DEREC nº 103/03, onde o BNDES, na modalidade epistolar, delineou as novas bases da dívida/saldo devedor, vez que, com base nas condições ali impostas, a referida instituição financeira enviou aviso de cobrança e boleto bancário, por intermédio do Departamento de Recuperação de Crédito, recebendo o pagamento dos valores pactuados.
- À falta de comprovação de vícios de forma, material ou ideológico capazes de macular a validade do referido contrato, é de se reconhecer a sua validade.
Considerando as circunstâncias fáticas do negócio em exame, não se pode negar que a EISA, em toda relação contratual, atendeu ao princípio da boa-fé, procurando saldar seu débito, renegociando a dívida, por força da Carta AC/DEREC 103/2003, cujos termos foram aceitos pelas partes, razão pela qual mostra-se irretocável o provimento objurgado ao reconhecer que houve excesso de execução.
- Atendidos os requisitos elencados no art. 20, § 3º e 4º, do CPC, mostra-se razoável reduzir a verba honorária devida ao advogado para 5% sobre a diferença entre o valor inicial da execução e o valor do acordo administrativo.
- Recurso parcialmente provido.

ACÓRDÃO
Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 21 de março de 2007 (data do julgamento).

Desembargador Federal FERNANDO MARQUES
Relator

EXPEDIENTE Nº 2 DO DIA 3 DE ABRIL DE 2007

III - AGRAVO 2003.02.01.009204-0

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL BENEDITO GONCALVES
AGRAVANTE	:ANA AUGUSTA WANDERLEY R. DE MIRANDA E OUTRO
ADVOGADO	:MIGUEL BELLINI NETO E OUTROS
AGRAVADO	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:SEM ADVOGADO
ORIGEM	:TERCEIRA VARA FEDERAL DE VITÓRIA (200250010092382)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO - INEXISTÊNCIA DE QUALQUER OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU ERRO MANIFESTO QUE ENSEJE A MODIFICAÇÃO DO JULGADO - EMBARGOS REJEITADOS.
I - Inexiste omissão, tampouco contradição ou obscuridade no v. acórdão embargado que, nos termos dos incisos I e II, do art. 535 do CPC, enseje a oposição do presente recurso.
II - Da leitura de suas razões, denota-se que os embargantes pretendem, na verdade, a revisão do julgado, o que se apresenta incabível por via de embargos declaratórios, que se prestam a integrar o julgado e não substituí-lo, a teor da jurisprudência dominante (STJ - RTJ 164/793; RSTJ 30/412), que somente admite o caráter infringente em hipóteses excepcionais, o que não ocorre no caso dos autos.
III - Os fundamentos esposados no *decisum* se apresentam suficientes para ensejar o improvimento do recurso, com o afastamento das demais alegações ora suscitadas (*"O Juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundar a decisão, nem se obriga ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos."* - RJTJESP 115/207, "Código de Processo Civil e Legislação Processual em vigor"- Theotonio Negrão - 30ª Ed.- pág. 566).
IV - Ademais, a despeito da necessidade de interposição de embargos declaratórios para fins de futura interposição de Recurso Extraordinário e Especial, não implica que se deva fazer expressa menção à violação de dispositivos legais, sob o argumento de que a ausência de prequestionamento inviabiliza o conhecimento do referido recurso, pois o prequestionamento a ser buscado se refere à matéria versada no dispositivo de lei tido por violado, não se exigindo sua literal indicação.
V - Do mesmo modo, a simples afirmação do recorrente de se tratar de embargos com propósito de prequestionamento não é suficiente, sendo necessário se subsuma a irresignação integrativa a uma das hipóteses do art. 535 do CPC e não a mera pretensão de ver emitido pronunciamento jurisdicional sobre argumentos e dispositivos legais outros.
VI - Embargos de declaração conhecidos e improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os autos, em que são partes as acima indicadas:
Acordam os membros da 6ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento aos embargos de declaração, na forma do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 21 de março de 2007 (data do julgamento).

BENEDITO GONÇALVES
Relator

III - AGRAVO 2006.02.01.005635-8

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL BENEDITO GONCALVES
AGRAVANTE	:ADRIANA CARIOCA DUARTE E OUTROS
ADVOGADO	:LUIZ FERNANDO FARIA MACEDO E OUTROS
AGRAVADO	:UNIAO FEDERAL
ORIGEM	:SEGUNDA VARA FEDERAL DE VITÓRIA (9700066037)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO - INEXISTÊNCIA DE QUALQUER OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU ERRO MANIFESTO QUE ENSEJE A MODIFICAÇÃO DO JULGADO - EMBARGOS REJEITADOS.
I - Inexiste omissão, tampouco contradição ou obscuridade no v. acórdão embargado que, nos termos dos incisos I e II, do art. 535 do CPC, enseje a oposição do presente recurso.
II - Da leitura de suas razões, denota-se que os embargantes pretendem, na verdade, a revisão do julgado, o que se apresenta incabível por via de embargos declaratórios, que se prestam a integrar o julgado e não substituí-lo, a teor da jurisprudência dominante (STJ - RTJ 164/793; RSTJ 30/412), que somente admite o caráter infringente em hipóteses excepcionais, o que não ocorre no caso dos autos.
III - Os fundamentos esposados no *decisum* se apresentam suficientes para ensejar o improvimento do recurso, com o afastamento das demais alegações ora suscitadas (*"O Juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundar a decisão, nem se obriga ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos."* - RJTJESP 115/207, "Código de Processo Civil e Legislação Processual em vigor"- Theotonio Negrão - 30ª Ed.- pág. 566).
IV - Ademais, a despeito da necessidade de interposição de embargos declaratórios para fins de futura interposição de Recurso Extraordinário e Especial, não implica que se deva fazer expressa menção à violação de dispositivos legais, sob o argumento de que a ausência de prequestionamento inviabiliza o conhecimento do referido recurso, pois o prequestionamento a ser buscado se refere à matéria versada no dispositivo de lei tido por violado, não se exigindo sua literal indicação.
V - Do mesmo modo, a simples afirmação do recorrente de se tratar de embargos com propósito de prequestionamento não é suficiente, sendo necessário se subsuma a irresignação integrativa a uma das hipóteses do art. 535 do CPC e não a mera pretensão de ver emitido pronunciamento jurisdicional sobre argumentos e dispositivos legais outros.
VI - Embargos de declaração conhecidos e improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os autos, em que são partes as acima indicadas:
Acordam os membros da 6ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento aos embargos de declaração, na forma do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 21 de março de 2007 (data do julgamento).

BENEDITO GONÇALVES
Relator

III - AGRAVO 2006.02.01.011557-0

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL BENEDITO GONCALVES
AGRAVANTE	:ANDERSON SIMOES RODRIGUES E OUTRO
ADVOGADO	:CARLOS JOSE LIMA FARONI E OUTROS
AGRAVADO	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:CARLOS AUGUSTO JENIER E OUTROS
ORIGEM	:4ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES (200350010031403)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO - INEXISTÊNCIA DE QUALQUER OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU ERRO MANIFESTO QUE ENSEJE A MODIFICAÇÃO DO JULGADO - EMBARGOS REJEITADOS.
I - Inexiste omissão, tampouco contradição ou obscuridade no v. acórdão embargado que, nos termos dos incisos I e II, do art. 535 do CPC, enseje a oposição do presente recurso.
II - Da leitura de suas razões, denota-se que os embargantes pretendem, na verdade, a revisão do julgado, o que se apresenta incabível por via de embargos declaratórios, que se prestam a integrar o julgado e não substituí-lo, a teor da jurisprudência dominante (STJ - RTJ 164/793; RSTJ 30/412), que somente admite o caráter infringente em hipóteses excepcionais, o que não ocorre no caso dos autos.
III - Os fundamentos esposados no *decisum* se apresentam suficientes para ensejar o provimento do recurso, com o afastamento das demais alegações ora suscitadas (*"O Juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundar a decisão, nem se obriga ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos."* - RJTJESP 115/207, "Código de Processo Civil e Legislação Processual em vigor"- Theotonio Negrão - 30ª Ed.- pág. 566).
IV - Ademais, a despeito da necessidade de interposição de embargos declaratórios para fins de futura interposição de Recurso Extraordinário e Especial, não implica que se deva fazer expressa menção à violação de dispositivos legais, sob o argumento de que a ausência de prequestionamento inviabiliza o conhecimento do referido recurso, pois o prequestionamento a ser buscado se refere à matéria versada no dispositivo de lei tido por violado, não se exigindo sua literal indicação.
V - Do mesmo modo, a simples afirmação do recorrente de se tratar de embargos com propósito de prequestionamento não é suficiente, sendo necessário se subsuma a irresignação integrativa a uma das hipóteses do art. 535 do CPC e não a mera pretensão de ver emitido pronunciamento jurisdicional sobre argumentos e dispositivos legais outros.
VI - Embargos de declaração conhecidos e improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os autos, em que são partes as acima indicadas:
Acordam os membros da 6ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento aos embargos de declaração, na forma do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 21 de março de 2007 (data do julgamento).

BENEDITO GONÇALVES
Relator

III - AGRAVO 2005.02.01.005398-5

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL BENEDITO GONCALVES
AGRAVANTE	:ROBERTO LEAL DOMINGUEZ ALONSO E OUTRO
ADVOGADO	:ALEXANDRE LUIZ DYOTT FONTENELLE E OUTROS
AGRAVADO	:UNIAO FEDERAL
ORIGEM	:VIGÉSIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9400470819)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO - CONTRADIÇÃO ENTRE A FUNDAMENTAÇÃO E A PARTE DISPOSITIVA DO VOTO -RECURSO PROVIDO.
I - Ocorrendo algum dos vícios previstos no art. 535 ou a hipótese prevista no art. 463, inciso I, ambos do Código de Processo Civil, é perfeitamente possível a interposição de embargos de declaração para corrigí-los.
II - Nesse sentido, a eg. 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, já se posicionou, *in verbis*: *"Em sede de embargos declaratórios é possível a modificação do julgado mediante o saneamento de algum dos vícios previstos no art. 535 do CPC, ou quando houver erro material."* (STJ -1ª Turma - EDRESP n.º 495838/PR - Min. Relator Luiz Fux - DJU de 01.03.2004, pg.129).
III - Embargos de declaração conhecidos e providos, para que se altere a redação da parte dispositiva do voto de fls. 115, fazendo constar "Do exposto, DOU PROVIMENTO AO AGRAVO."

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os autos, em que são partes as acima indicadas:
Acordam os membros da 6ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em dar provimento aos embargos de declaração, na forma do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 21 de março de 2007 (data do julgamento).

BENEDITO GONÇALVES
Relator

III - AGRAVO 2006.02.01.003710-8

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL BENEDITO GONCALVES
AGRAVANTE	:JOSE ROBERTO GEOMETRA DA MOTA
ADVOGADO	:ROSANA ALVES RAMOS
AGRAVADO	:UNIAO FEDERAL
ORIGEM	:DÉCIMA OITAVA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9700748219)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO - INEXISTÊNCIA DE QUALQUER OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU ERRO MANIFESTO QUE ENSEJE A MODIFICAÇÃO DO JULGADO - EMBARGOS REJEITADOS.
I - Inexiste omissão, tampouco contradição ou obscuridade no v. acórdão embargado que, nos termos dos incisos I e II, do art. 535 do CPC, enseje a oposição do presente recurso.
II - Da leitura de suas razões, denota-se que o embargante pretende, na verdade, a revisão do julgado, o que se apresenta incabível por via de embargos declaratórios, que se prestam a integrar o julgado e não substituí-lo, a teor da jurisprudência dominante (STJ - RTJ 164/793; RSTJ 30/412), que somente admite o caráter infringente em hipóteses excepcionais, o que não ocorre no caso dos autos.
III - Os fundamentos esposados no *decisum* se apresentam suficientes para ensejar o improvimento do recurso, com o afastamento das demais alegações ora suscitadas (*"O Juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundar a decisão, nem se obriga ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos."* - RJTJESP 115/207, "Código de Processo Civil e Legislação Processual em vigor"- Theotonio Negrão - 30ª Ed.- pág. 566).
IV - Ademais, a despeito da necessidade de interposição de embargos declaratórios para fins de futura interposição de Recurso Extraordinário e Especial, não implica que se deva fazer expressa menção à violação de dispositivos legais, sob o argumento de que a ausência de prequestionamento inviabiliza o conhecimento do referido recurso, pois o prequestionamento a ser buscado se refere à matéria versada no dispositivo de lei tido por violado, não se exigindo sua literal indicação.
V - Do mesmo modo, a simples afirmação do recorrente de se tratar de embargos com propósito de prequestionamento não é suficiente, sendo necessário se subsuma a irresignação integrativa a uma das hipóteses do art. 535 do CPC e não a mera pretensão de ver emitido pronunciamento jurisdicional sobre argumentos e dispositivos legais outros.
VI - Embargos de declaração conhecidos e improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os autos, em que são partes as acima indicadas:
Acordam os membros da 6ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento aos embargos de declaração, na forma do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 21 de março de 2007 (data do julgamento).

BENEDITO GONÇALVES
Relator

III - AGRAVO 2006.02.01.006018-0

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL BENEDITO GONCALVES
AGRAVANTE	:LOURIVAL COELHO JUVENAL
ADVOGADO	:JOSE DE RIBAMAR SALES DE CARVALHO
AGRAVADO	:UNIAO FEDERAL
ORIGEM	:VIGÉSIMA QUARTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200651010037512)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO - INEXISTÊNCIA DE QUALQUER OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU ERRO MANIFESTO QUE ENSEJE A MODIFICAÇÃO DO JULGADO - EMBARGOS REJEITADOS.
I - Inexiste omissão, tampouco contradição ou obscuridade no v. acórdão embargado que, nos termos dos incisos I e II, do art. 535 do CPC, enseje a oposição do presente recurso.
II - Da leitura de suas razões, denota-se que a embargante pretende, na verdade, a revisão do julgado, o que se apresenta incabível por via de embargos declaratórios, que se prestam a integrar o julgado e não substituí-lo, a teor da jurisprudência dominante (STJ - RTJ 164/793; RSTJ 30/412), que somente admite o caráter infringente em hipóteses excepcionais, o que não ocorre no caso dos autos.
III - Os fundamentos esposados no *decisum* se apresentam suficientes para ensejar o provimento do recurso, com o afastamento das demais alegações ora suscitadas (*"O Juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundar a decisão, nem se obriga ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos."* - RJTJESP 115/207, "Código de Processo Civil e Legislação Processual em vigor"- Theotonio Negrão - 30ª Ed.- pág. 566).
IV - Ademais, a despeito da necessidade de interposição de embargos declaratórios para fins de futura interposição de Recurso Extraordinário e Especial, não implica que se deva fazer expressa menção à violação de dispositivos legais, sob o argumento de que a ausência de prequestionamento inviabiliza o conhecimento do referido recurso, pois o prequestionamento a ser buscado se refere à matéria versada no dispositivo de lei tido por violado, não se exigindo sua literal indicação.
V - Do mesmo modo, a simples afirmação do recorrente de se tratar de embargos com propósito de prequestionamento não é suficiente, sendo necessário se subsuma a irresignação integrativa a uma das hipóteses do art. 535 do CPC e não a mera pretensão de ver emitido pronunciamento jurisdicional sobre argumentos e dispositivos legais outros.
VI - Embargos de declaração conhecidos e improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os autos, em que são partes as acima indicadas:
Acordam os membros da 6ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento aos embargos de declaração, na forma do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 21 de março de 2007 (data do julgamento).

BENEDITO GONÇALVES
Relator

III - AGRAVO 2006.02.01.001537-0

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL BENEDITO GONCALVES
AGRAVANTE	:INICIAL ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO	:VITOR SEPULVEDA GOMIDE E OUTRO
AGRAVADO	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (200351015433900)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO - INEXISTÊNCIA DE QUALQUER OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU ERRO MANIFESTO QUE ENSEJE A MODIFICAÇÃO DO JULGADO - EMBARGOS REJEITADOS.
I - Inexiste omissão, tampouco contradição ou obscuridade no v. acórdão embargado que, nos termos dos incisos I e II, do art. 535 do CPC, enseje a oposição do presente recurso.
II - Da leitura de suas razões, denota-se que a embargante pretende, na verdade, a revisão do julgado, o que se apresenta incabível por via de embargos declaratórios, que se prestam a integrar o julgado e não substituí-lo, a teor da jurisprudência dominante (STJ - RTJ 164/793; RSTJ 30/412), que somente admite o caráter infringente em hipóteses excepcionais, o que não ocorre no caso dos autos.
III - Os fundamentos esposados no *decisum* se apresentam suficientes para ensejar o improvimento do recurso, com o afastamento das demais alegações ora suscitadas (*"O Juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundar a decisão, nem se obriga ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos."* - RJTJESP 115/207, "Código de Processo Civil e Legislação Processual em vigor"- Theotonio Negrão - 30ª Ed.- pág. 566).
IV - Ademais, a despeito da necessidade de interposição de embargos declaratórios para fins de futura interposição de Recurso Extraordinário e Especial, não implica que se deva fazer expressa menção à violação de dispositivos legais, sob o argumento de que a ausência de prequestionamento inviabiliza o conhecimento do referido recurso, pois o prequestionamento a ser buscado se refere à matéria versada no dispositivo de lei tido por violado, não se exigindo sua literal indicação.
V - Do mesmo modo, a simples afirmação do recorrente de se tratar de embargos com propósito de prequestionamento não é suficiente, sendo necessário se subsuma a irresignação integrativa a uma das hipóteses do art. 535 do CPC e não a mera pretensão de ver emitido pronunciamento jurisdicional sobre argumentos e dispositivos legais outros.
VI - Embargos de declaração conhecidos e improvidos.

ACÓRDÃO
Vistos e relatados os autos, em que são partes as acima indicadas:
Acordam os membros da 6ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento aos embargos de declaração, na forma do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 21 de março de 2007 (data do julgamento).
BENEDITO GONÇALVES
Relator

III - AGRAVO 2006.02.01.005111-7

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL BENEDITO GONCALVES
AGRAVANTE	:UNIAO FEDERAL
AGRAVADO	:THEREZA WANDERLEY SOUB
ADVOGADO	:JANDIRA FERREIRA DAVID E OUTRO
ORIGEM	:DÉCIMA PRIMEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200551010172393)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO - INEXISTÊNCIA DE QUALQUER OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU ERRO MANIFESTO QUE ENSEJE A MODIFICAÇÃO DO JULGADO - EMBARGOS REJEITADOS.
I - Inexiste omissão, tampouco contradição ou obscuridade no v. acórdão embargado que, nos termos dos incisos I e II, do art. 535 do CPC, enseje a oposição do presente recurso.
II - Da leitura de suas razões, denota-se que a embargante pretende, na verdade, a revisão do julgado, o que se apresenta incabível por via de embargos declaratórios, que se prestam a integrar o julgado e não substituí-lo, a teor da jurisprudência dominante (STJ - RTJ 164/793; RSTJ 30/412), que somente admite o caráter infringente em hipóteses excepcionais, o que não ocorre no caso dos autos.
III - Os fundamentos esposados no *decisum* se apresentam suficientes para ensejar o improvimento do recurso, com o afastamento das demais alegações ora suscitadas (*"O Juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundar a decisão, nem se obriga ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos."* - RJTJESP 115/207, "Código de Processo Civil e Legislação Processual em vigor"- Theotonio Negrão - 30ª Ed.- pág. 566).
IV - Ademais, a despeito da necessidade de interposição de embargos declaratórios para fins de futura interposição de Recurso Extraordinário e Especial, não implica que se deva fazer expressa menção à violação de dispositivos legais, sob o argumento de que a ausência de prequestionamento inviabiliza o conhecimento do referido recurso, pois o prequestionamento a ser buscado se refere à matéria versada no dispositivo de lei tido por violado, não se exigindo sua literal indicação.
V - Do mesmo modo, a simples afirmação do recorrente de se tratar de embargos com propósito de prequestionamento não é suficiente, sendo necessário se subsuma a irresignação integrativa a uma das hipóteses do art. 535 do CPC e não a mera pretensão de ver emitido pronunciamento jurisdicional sobre argumentos e dispositivos legais outros.
VI - Embargos de declaração conhecidos e improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os autos, em que são partes as acima indicadas:
Acordam os membros da 6ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento aos embargos de declaração, na forma do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 21 de março de 2007 (data do julgamento).

BENEDITO GONÇALVES
Relator

XII - APELACAO EM MANDADO DE SEGURANCA 2004.51.01.015487-8

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL BENEDITO GONCALVES
APELANTE/EMBTE	:AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - ANVISA
PROCURADOR	:RODRIGO REIFF BOTELHO
APELADO/EMBDO	:SOUZA CRUZ S.A
ADVOGADO	:ALEXANDRE SANTOS DE ARAGAO
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 11A VARA-RJ
ORIGEM	:DÉCIMA PRIMEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200451010154878)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 535, INCISOS I E II DO CPC. AUTO DE INFRAÇÃO. ANVISA. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO INEXISTENTES. RECURSO NÃO PROVIDO.
- O reconhecimento da legitimidade da autoridade apontada na inicial não autoriza a conclusão do término do prazo para utilização da via mandamental, como faz crer a embargante, posto que, ao contrário do afirmado, o *dies a quo* do prazo decadencial para ajuizamento do presente *mandamus* somente teve início a partir da decisão definitiva, em sede administrativa, que apreciou o pedido de anulação do auto de infração lavrado contra a Impetrante, pelo que, a rejeição da preliminar de ilegitimidade passiva do Gerente de Produtos Derivados do Tabaco não infirma, nem mesmo contradiz, a rejeição da preliminar de decadência do direito de impetração.
-A questão atinente à nulidade da sentença, por falta de fundamentação adequada, fora aduzida somente agora em sede de embargos declaratórios, não podendo, evidentemente, ser apreciada na decisão embargada, sendo vedado ao Tribunal decidir fora da lide recursal.
-Afastada a alegação de que não fora examinado o *thema decidendum* à luz do princípio da razoabilidade, posto que na formação de seu convencimento não está o julgador obrigado a examinar todos os questionamentos suscitados pelas partes, desde que decida sob fundamentos suficientes para sustentar a manifestação jurisdicional, como no presente caso.
-Recurso não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:
Decide a 6ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do voto do relator.
Rio de Janeiro, 21 de março de 2007 (data do julgamento).

BENEDITO GONÇALVES
Relator

IV - APELACAO CIVEL 2001.51.03.000458-7

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL BENEDITO GONCALVES
APELANTE	:TACIO GOMES PEREIRA
ADVOGADO	:PAULO GUILHERME LUNA VENANCIO
APELANTE	:CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE CAMPOS-CEFET
PROCURADOR	:ERASMO ROCHA DE OLIVEIRA JUNIOR
APELADO	:OS MESMOS
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 2A VARA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ
ORIGEM	:SEGUNDA VARA FEDERAL DE CAMPOS (200151030004587)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECONHECIMENTO DE RELAÇÃO TRABALHISTA. INICIATIVA PRIVADA. INCOMPETENCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. PERÍODO TRABALHADO NO INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL - IAA. NÃO EVENTUALIDADE NÃO CARACTERIZADA. EXPEDIÇÃO DE CERTIDAO. POSSIBILIDADE. RECURSO DO AUTOR NÃO PROVIDO E RECURSO DA CEFET E REMESSA PARCIALMENTE PROVIDOS.
- O pedido para reconhecimento de período trabalhado na iniciativa privada, sob o regime da CLT, nas empresas BELTEC IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA e a ALIANÇA COMERCIAL ANILINAS (BAYER DO BRASIL), não pode ser examinado por esta Corte, tendo em vista ser competente a Justiça do Trabalho para processar e julgar tal pedido, de acordo com o artigo 114 da Constituição Federal.
-O trabalho executado no extinto Instituto do Açúcar e do Álcool - IAA não pode se considerado eventual, com base no art. 111 do Decreto-lei nº 200/67 c/c Decreto nº 66.715/70, tendo em vista que não se enquadra como atividade organizada em decorrência de fenômenos climáticos ou meteorológicos, e foram sucessivos os contratos efetuados, com início no dia seguinte em que terminava o outro contrato, com duração de 1º de setembro de 1970 até 30 de junho de 1972, seguidos de novo contrato iniciado já em 1º de junho de 1972.
-Assim, deve se expedida a certidão de tempo de serviço no período de 1º de setembro de 1970 até 30 de junho de 1972.
-Recurso do autor não provido e recurso da CEFET e remessa parcialmente providos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:
Decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso do autor e dar parcial provimento ao recurso da CEFET e à remessa, na forma do Relatório e do Voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 21 de março de 2007 (data do julgamento).

BENEDITO GONÇALVES
Relator

IV - APELACAO CIVEL 1991.51.01.029370-5

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL BENEDITO GONCALVES
APELANTE	:LEA CORREA DOS SANTOS TACON E OUTROS
ADVOGADO	:PAULO ANTONIO ROCHA OURICURI E OUTROS
APELADO	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:VILMA FREITAS DE MATTOS MARCONDES
ORIGEM	:SEGUNDA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9100293709)

EMENTA

ADMINISTRATIVO. EXTINÇÃO DO PROCESSO, SEM JULGAMENTO DO MÉRITO (ARTIGO 267, IV, DO CPC). REGULARIDADE DA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. APLICAÇÃO DO ARTIGO 515, §3º, DO CPC. SERVIDORES PÚBLICOS DO EXTINTO IAPI. GRATIFICAÇÃO BIENAL. INEXISTÊNCIA DO DIREITO ADQUIRIDO. PRECEDENTES DO STF, INCLUSIVE SÚMULA Nº 26, STJ E DA ANTIGA 4ª TURMA DESTE EG. TRIBUNAL. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA ANULADA. PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE.
- A preliminar argüida pelos apelantes merece guarida, uma vez que os autores Itamar Augusto Mauro e Wilson Luiz da Cunha Barbosa estão devidamente representados, desde a propositura da ação, consoante instrumento procuratório e substabelecimentos constantes nos autos, razão pela qual deve ser anulada a sentença, quanto à extinção do processo, sem julgamento do mérito, relativamente aos mesmos (artigo 267, IV, do CPC).
- Incidência do art. 515, §3º, do CPC.
- No tocante ao mérito, tem-se que a matéria está manifestamente pacificada no âmbito dos Tribunais Superiores, no sentido de que os servidores públicos do extinto IAPI não fazem jus a reimplantação da vantagem denominada "gratificação bienal", já que esta restou incorporada aos seus vencimentos, sendo posteriormente extinta pelo Decreto-Lei nº 1.341/74, que criou o Plano de Classificação de Cargos, a fim de se evitar o recebimento de vantagens de igual natureza, qual seja, o Adicional por Tempo de Serviço. Precedentes do STF (inclusive, Súmula nº 26), STJ, bem como da antiga 4ª Turma deste Eg. Tribunal.
-Recurso parcialmente provido para anular a sentença e, com base no artigo 515, §3º, do CPC, julgar improcedente o pedido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:
Decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento ao recurso para anular a sentença e, com base no artigo 515, §3º, do CPC, julgar improcedente o pedido, na forma do Voto constante dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 21 de março de 2007 (data do julgamento).

BENEDITO GONÇALVES
Relator

IV - APELACAO CIVEL 2004.51.01.019523-6

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL BENEDITO GONCALVES
APELANTE	:MARISA GOMES DA CUNHA
ADVOGADO	:JANIO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO
APELADO	:UNIAO FEDERAL
APELADO	:NEUZA PATRICIA DOS SANTOS CORDILHA
ADVOGADO	:GERSON LOURENCO DE AZEVEDO
ORIGEM	:DÉCIMA NONA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200451010195236)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. APELO TEMPESTIVO. PENSÃO POR MORTE. COMPANHEIRA. COMPROVAÇÃO DE UNIAO ESTÁVEL. REQUISITOS PREENCHIDOS RECURSO PROVIDO.
-"O Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal já se pronunciaram no sentido de que, na contagem do prazo para recurso iniciado antes do recesso forense, são incluídos os dias de sábado, domingo e feriado, que imediatamente antecedem tal período, em que os prazos ficam suspensos, retomando-se a contagem no primeiro dia útil subseqüente (EDcl no AG nº 299676, 4ª Turma, Rel. Min. Barros Monteiro, decisão monocrática, julg. 27/06/2000, DJ 1º/08/2000)'(AgRgEREsp nº 287.566/MG, Corte Especial, Relator Ministro José Delgado, in DJ 4/3/2002)" (REsp nº 182.918/CE, Sexta Turma, Relator o Ministro Hamilton Carvalhido, DJ de 26/4/04)" (STJ, 3ª Turma, AgRg no Ag 681560 / RJ, Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, unânime, DJU de 01.02.2006).
-Comprovadas as relações íntimas, a familiaridade, o convívio e o trato diário entre o servidor falecido e a companheira, por mais ou menos 30 (trinta) anos, com a existência de filho comum, a jurisprudência tem reconhecido nesses casos a caracterização da sociedade de fato de concubino casado e não separado de fato da esposa. Assim, o direito é reconhecido em 50% (cinqüenta por cento) da pensão instituída pelo falecido, pelo fato de comprovada relação íntima duradoura.
-O pagamento dos valores atrasados fica limitado à data do pedido feito na esfera administrativa, eis que a União Federal só veio a saber da existência da beneficiária com o requerimento.
-Recurso parcialmente provido para julgar procedente em parte o pedido e determinar a concessão do benefício, em 50% (cinqüenta por cento) da pensão instituída pelo falecido servidor DIRCEU DE MIRANDA CORDILHA para MARISA GOMES DA CUNHA, a partir da entrada do pedido administrativo.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os autos, em que são parte as acima indicadas.
Decide a Egrégia Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 21 de março de 2007 (data do julgamento).
BENEDITO GONÇALVES
Relator

IV - APELACAO CIVEL 2000.51.01.031633-2

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL BENEDITO GONCALVES
APELANTE	:LUIZ ROSARIO DE SANT ANNA
ADVOGADO	:GERALDO ZAMBOTI E OUTROS
APELADO	:UNIAO FEDERAL
ORIGEM	:DÉCIMA QUARTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200051010316332)

EMENTA

CONSTITUCIONAL. SERVIDOR DO MINISTERIO DA MARINHA. APOSENTADORIA. ACUMULAÇÃO. INGRESSO NO SERVIÇO PÚBLICO ANTERIOR A EC Nº 20/98. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES E DA 6ª TURMA ESPECIALIZADA DESTA CORTE. RECURSO PROVIDO.
-Nos termos do art. 11 da Emenda Constitucional nº 20/98, deve ser respeitado o direito adquirido dos servidores que tenham reingressado no serviço público até a sua publicação, vez que a vedação prevista no art. 37, § 10, da Constituição Federal, não se aplica aos membros de Poder e aos inativos, servidores e militares, que até a publicação da referida Emenda tenham ingressado novamente no serviço público por concurso público de provas ou de provas e títulos, e pelas demais formas previstas na Constituição Federal .
-Precedente do STF: Pleno, MS 25113 / DF, Rel. Min. EROS GRAU, unânime, DJU de 06.05.2005, PP-00007, EMENT VOL-02190-02, PP-00255, do STJ e da 6ª T. E. desta Corte.
-Recurso provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os autos, em que são partes as acima indicadas:
Decide a Egrégia Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto constante dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro 21 de março de 2007 (data do julgamento).
BENEDITO GONÇALVES
Relator

EXPEDIENTE Nº 3 DO DIA 2 DE ABRIL DE 2007

IV - APELACAO CIVEL 2004.51.01.022266-5

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO MARQUES
APELANTE	:AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCURADOR	:CHRISTINA DO AMARAL BARRETO
APELADO	:CENTRO BENEFICENTE DOS MOTORISTAS DE SAO PAULO
ADVOGADO	:JOSE LUIZ TORO DA SILVA
ORIGEM	:VIGÉSIMA TERCEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200451010222665)

EMENTA

ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. PLANOS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE. RESSARCIMENTO AO SUS. ART. 32 DA LEI Nº 9656/98. AUSÊNCIA DE INCONSTITUCIONALIDADE.
- O ressarcimento, de que trata o art. 32 da Lei 9.656/98, visa à utilização de recursos, ônus da operadora, em contraprestação às mensalidades pagas por seus beneficiários, e que acabaram sendo despendidos pelo Estado no atendimento a beneficiários da mesma, para a ampliação da oferta e qualidade de atendimento público, com vistas à universalidade dos serviços, encontrando-se, desse modo, em perfeita sintonia com os princípios constitucionais vigentes.
- Inexistência de violação ao art. 196 da CF/88, vez que nenhum cidadão deixará de ser atendido pela rede pública, por possuir plano de saúde privado, porquanto a relação do Estado com o cidadão não se modifica, lhe sendo sempre garantidos os direitos constitucionais. Em verdade, a relação só se altera quanto à operadora, que passará a restituir ao Poder Público os valores por ele expendidos com o atendimento a seus beneficiários.
- A edição de resoluções, visando disciplinar a forma como será feita a arrecadação de valores referentes ao ressarcimento, decorre do exercício do Poder Regulamentar inerente às atividades da ANS (cf. §1º do art. 32 da Lei 9.656/98), não se caracterizando qualquer violação aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, LV).
- Não possuindo o ressarcimento, de que trata o art. 32 da Lei nº 9.656/98, natureza tributária, não lhe são aplicáveis os regramentos constitucionais e infraconstitucionais pertinentes à matéria.
- Recurso provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do Voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2007 (data do julgamento).

Desembargador Federal FERNANDO MARQUES
Relator

IV - APELACAO CIVEL 2005.50.01.000877-3

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO MARQUES
APELANTE	:UNIAO FEDERAL
APELADO	:DDALLA PRODUTOS SIDERURGICOS
ADVOGADO	:ALEXANDRE MARIANO FERREIRA E OUTRO
ORIGEM	:SEXTA VARA FEDERAL DE VITÓRIA (200550010008773)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. TAXA DE OCUPAÇÃO. DÍVIDA-NÃO TRIBUTÁRIA. LEI 9.636/98. LEI 10.852/2004. PRESCRIÇÃO NÃO CONSUMADA. HONORÁRIOS.
- Para constituição e exigência das receitas patrimoniais da União a regra geral de prescrição era de 20 anos. O art. 47 da Lei 9636/98 reduziu esse prazo para 5 anos. A Lei nº 9.821/99, introduziu o prazo decadencial de 5 anos.
- Antes dessa alteração normativa as duas fases deveriam ser implementadas no prazo total previsto para a prescrição. Após esta modificação, a Fazenda Pública deveria proceder ao lançamento no prazo de 5 anos (decadência), a partir daí é que começaria a vigorar o prazo qüinqüenal para prescrição do débito.
- A constituição do crédito, ocorreu em 2003. Prescrição não consumada.
- Apelação provida. Inversão dos ônus de sucumbência.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do Voto do Relator.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007. (data do julgamento)

Desembargador Federal FERNANDO MARQUES
Relator

XII - APELACAO EM MANDADO DE SEGURANCA 2006.51.01.005526-5

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO MARQUES
APELANTE	:UNIAO FEDERAL
APELADO	:MARCIA PEREIRA DE JESUS
ADVOGADO	:PAULO ROBERTO APOLINARIO DE FIGUEIREDO E OUTROS
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 20A VARA-RJ
ORIGEM	:VIGÉSIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200651010055265)

EMENTA

MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. CONSTITUCIONAL. CONCURSO PÚBLICO. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO. POSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA TEMPORÁRIA PARA PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE. ART. 6°, § 1°, II, DA LEI N° 8745/93, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI 11.123/2005. INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 9° DA LEI 8745/93, COM ALTERAÇÃO DADA PELA LEI N° 9849/99.
- O ponto central da controvérsia cinge-se em determinar se a impetrante, que já tem firmado contrato de prestação de serviço por tempo determinado com o Instituto de Traumato-Ortopedia (INTO), para o cargo de fisioterapeuta, nos termos da Lei 8.745/93, tem direito à contratação temporária para o cargo de fisioterapeuta do Instituto Nacional do Câncer (INCA), para o qual foi aprovada em processo seletivo, e à acumulação dos dois postos de trabalho.
- A contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público é regida pela Lei n° 8.745/93, que veio regulamentar o inc. IX do art. 37 da CF/88.
- A impetrante, como profissional da área da saúde, não ocupa cargo efetivo ou emprego público da administração pública federal direta ou indireta, o que impediria o exercício no novo cargo pretendido, nos termos do disposto no *caput* do art. 6° da Lei 8.745/93, mas apenas deseja exercer o cargo temporário de fisioterapeuta no Instituto Nacional de Traumato-Ortopedia (fls. 23/26) com outro temporário, também de fisioterapeuta, a ser exercido no Instituto Nacional do Câncer (fls. 14/22), razão por que enquadra-se na ressalva contida no art. 6°, § 1°, II, da Lei 8745/93, inexistindo, portanto, óbice à pretendida cumulação, desde que comprovada a compatibilidade de horários.
- Tendo em vista que a jornada de trabalho diária para o cargo de fisioterapeuta é de, no máximo, trinta horas semanais nos termos da Lei 8856/94 (fls. 12), o exercício cumulado dos dois cargos temporários totalizará, no máximo, sessenta horas semanais, o que se harmoniza, inclusive, com os termos do Parecer AGU-GQ n° 145/98.
- A acumulação pretendida apresenta-se em consonância com as disposições constitucionais, eis que o art. 37, inc. XVI, "c", da Constituição Federal, alterado pela EC n° 34/2001, garante a possibilidade de acumulação de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde.
- Em relação à vedação prevista no item 2.9 do Edital, que impede a contratação de candidato que já tenha sido contratado nos últimos 24 meses, há que se considerar que o inc. III, do art. 9° da Lei 8.745/93, com redação dada pela Lei n° 9.849/99, deve ser entendido como impossibilidade de recontratação do servidor temporário, com o fim de evitar a perpetuação de vínculo precário com a Administração, o que não é o caso dos autos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas;
Decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao agravo retido, à apelação e à remessa necessária, nos termos do Voto do Relator.
Rio de Janeiro, 21 de março de 2007. (data do julgamento).

Desembargador Federal FERNANDO MARQUES
Relator

XII - REMESSA EX-OFFICIO EM MS 2005.51.01.024892-0

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO MARQUES
PARTE AUTORA	:FERNANDA ROCHA DA SILVA E OUTRO
ADVOGADO	:BRUNO MONTEIRO TEIXEIRA DE FREITAS E OUTROS
PARTE RÉ	:CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA DO RIO DE JANEIRO (CRMV - RJ)
ADVOGADO	:MARTHA CHRISTINA MARIOTTI CLARO E OUTROS
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 22A VARA-RJ
ORIGEM	:VIGÉSIMA SEGUNDA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200551010248920)

EMENTA

MANDADO DE SEGURANÇA. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. INSCRIÇÃO NO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA. EXAME DE AFERIÇÃO. RESOLUÇÃO N° 691/2001. DECRETO N° 64.704/69. LEI 5.517/68. APRESENTAÇÃO DO DIPLOMA DEVIDAMENTE REGISTRADO.
- Segundo o entendimento do STF, intérprete máximo da Constituição Federal, os Conselhos de Fiscalização do Exercício Profissional são considerados autarquias profissionais especiais.
- O Conselho Regional de Medicina Veterinária, como entidade autárquica, encontra-se submetido ao princípio da estrita legalidade.
- O Decreto 64.704/69, regulamentador da Lei n° 5.517/68, que criou os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária, ao aprovar o regulamento do exercício da profissão de médico-veterinário não exigiu aprovação em exame de suficiência profissional como requisito para registro de seus profissionais, diferentemente do que exige a Resolução n° 691/01, editada posteriormente.
- A exigência da autoridade coatora reveste-se de absoluta ilegalidade, eis que respaldada em resolução, ato administrativo normativo, a violar o princípio constitucional da reserva legal e o da hierarquia das normas.
- No caso, a autoridade age com abuso de poder, eis que resolução afigura-se instrumento inadequado para exigência de exame de aferição aos respectivos profissionais, como condição para efetivação de registro.
- Há que se garantir aos impetrantes direito de inscrição no Conselho Regional de Medicina Veterinária/RJ, sem a exigência de prestação do exame de suficiência profissional previsto na Resolução nº 691/2001, desde que preenchidos eventuais requisitos de lei.
- Também não merece prosperar a tese de que a não apresentação do diploma devidamente registrado seria fato impeditivo para inscrição no Conselho Regional de Medicina Veterinária/RJ, eis que, no caso, restou devidamente comprovado, através Certidões de fls. 12/16, que os impetrantes já concluíram o Curso de Graduação em Medicina Veterinária, tendo colado grau, respectivamente, em 29 de outubro de 2005 e 12 de novembro de 2005, estando seus diplomas em fase de expedição e registro.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas;
Decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à remessa necessária, nos termos do Voto do Relator.
Rio de Janeiro, 21 de março de 2007. (data do julgamento).

Desembargador Federal FERNANDO MARQUES
Relator

XII - APELACAO EM MANDADO DE SEGURANCA 2004.51.01.013327-9

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO MARQUES
APELANTE	:MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR	:DANIEL DE ALCANTARA PRAZERES
APELANTE	:UNIAO FEDERAL
APELADO	:AUTO TEC RECAUCHUTAGEM IMP/ EXP/ LTDA
ADVOGADO	:REGINALDO MARTINS
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 5A VARA-RJ
ORIGEM	:QUINTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200451010133279)

EMENTA

ADMINISTRATIVO. IMPORTAÇÃO DE PNEUS USADOS. MATÉRIA-PRIMA PARA REMOLDAGEM. POSSIBILIDADE. PRELIMINAR REFERENTE À EXISTÊNCIA DE LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO.
- Rejeitada a preliminar referente ao litisconsórcio passivo necessário para inclusão do IBAMA no pólo passivo da demanda, eis que o referido órgão, à época da impetração do *writ*, não havia manifestado qualquer oposição à pretendida importação, o que só se verificou posteriormente. Assim, o ato tido como lesivo, e que se quer ver reparado, resumia-se à negativa do DECEX em autorizar a importação dos pneumáticos usados que irão servir como matéria prima para remoldagem e posterior comercialização. Por outro lado, a apelada não se nega a cumprir todas as determinações ambientais contidas na Resolução CONAMA 258/99 do IBAMA e a sujeitar-se às exigências de todos os órgãos de fiscalização ambiental.

- A importação de pneus usados, recauchutados, remoldados e recapados encontra-se limitada pelo interesse nacional, que se faz presente através da Administração, pela intervenção do Ministério da Fazenda, no uso de seu poder fiscalizador, competência que lhe é atribuída pela própria Constituição Federal, no art. 237.
- A possibilidade de agressões ao meio ambiente, à saúde pública e o risco de desemprego são fatores que, por relacionarem-se com a garantia da segurança interna, justificam a submissão de tal importação ao controle governamental, legitimando restrições impostas pela Portaria n° 08/2000 da SECEX.
- Aquelas hipóteses de restrições não se confundem com a de importação de carcaças de pneumáticos, para servir, exclusivamente, como matéria-prima da atividade industrial de remoldagem de pneus, o que tem recebido tratamento jurisprudencial favorável, inclusive desta Corte.
- Justifica-se a importação de carcaças de pneus, desde que sejam utilizadas, exclusivamente, como matéria-prima industrial, bem assim, que a indústria reformadora comprove ter cumprido as normas de proteção ambiental exigidas e providencie destinação adequada aos pneumáticos inservíveis.
- A carcaça de pneu usado afigura-se matéria-prima imprescindível ao regular funcionamento da indústria de pneus remoldados, que, para o bom desempenho de suas atividades, necessita de pneumáticos em bom estado, não lhe sendo servível o pneu usado de origem nacional, cuja obtenção de carcaça é economicamente inviável, face as condições de uso.
- Milita em favor da indústria reformadora de pneus o fato de que a União Federal permite a importação de pneus reformados originários dos países do Mercosul, na forma do Decreto n° 4.492/03.
- Reconhecida a relevância das alegações da apelada, considerando que o conjunto probatório carreado aos autos demonstra que as carcaças de pneus que importa são utilizadas, exclusivamente, como matéria-prima industrial, imprescindível ao regular seguimento da atividade de remoldagem que desenvolve, bem assim, que vem cumprindo as normas de proteção ambiental exigidas.
- Considerando a orientação firmada nas recentes decisões emanadas desta Corte e do Egrégio Superior Tribunal de Justiça (cf. Suspensão de Segurança n° 1.296/RJ (2003/0221901-0)-dec. 12-12-03, Min. Nelson Naves), há que se confirmar a sentença monocrática, para que se realize a importação pretendida pela apelante.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas;
Decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento aos recursos e à remessa necessária, nos termos do Voto do Relator.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007. (data do julgamento).

Desembargador Federal FERNANDO MARQUES
Relator

EXPEDIENTE Nº 3 DO DIA 3 DE ABRIL DE 2007

IV - APELACAO CIVEL 2000.02.01.062312-3

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL BENEDITO GONCALVES
APELANTE	:UNIAO FEDERAL
APELADO	:SONIA MARIA DOS SANTOS COSTA
ADVOGADO	:NADIA FONSECA BORGES
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 10A VARA-RJ
ORIGEM	:DÉCIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9700050831)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. AUXILIAR DE ENFERMAGEM. COMPROVAÇÃO DE EXIGÊNCIAS PARA O CONCURSO. POSSE. SÚMULA 266 DO STJ. PERCEPÇÃO RETROATIVA DE VENCIMENTOS. IMPOSSIBILIDADE. REDUÇÃO DE HONORÁRIOS. RECURSO NÃO PROVIDO E REMESSA PARCIALMENTE PROVIDA.
- A comprovação das exigências para o exercício do cargo deve ser aferida no ato da posse, e não da inscrição (Súmula 266 do STJ).
- O servidor somente tem direito a remuneração após a posse e exercício normal do cargo, não tendo direito à percepção de vencimentos retroativos à data que deveria ter sido nomeado.
- Honorários reduzidos para 5% (cinco por cento) sobre o valor da condenação, tendo em vista a procedência parcial do pedido e se tratar de matéria pacificada, sem grande complexibilidade.
- Recurso não provido e remessa parcialmente provida limitando a procedência do pedido quanto à posse da candidata, sem efeitos financeiros retroativos e redução de honorários.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os autos, em que são partes as acima indicadas:
Decide a Egrégia Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso da União Federal e dar parcial provimento à remessa necessária, nos termos do relatório e voto constante dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2007 (data do julgamento).

BENEDITO GONÇALVES
Relator

III - AGRAVO 2004.02.01.006119-9

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL BENEDITO GONCALVES
AGRAVANTE	:JOANA FELIX DA SILVA
ADVOGADO	:DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO
AGRAVADO	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:ALZIRA ILDA DA SILVA E OUTROS
ORIGEM	:TRIGÉSIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200351010093629)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - ANTECIPAÇÃO DE TUTELA EM AÇÃO ORDINÁRIA - SFH - IMISSÃO LIMINAR NA POSSE DE IMÓVEL ADJUDICADO - PERDA DA TITULARIDADE DO BEM - DECISÃO MANTIDA.
I - Falece de relevância jurídica a fundamentação esposada, eis que a adjudicação se reputa perfeita e acabada e, em conseqüência, hábil a transferir o domínio ao credor adjudicatário, com o devido registro no Registro Geral de Imóveis.
II - Assim sendo, resta configurada a perda da titularidade e da disponibilidade dos direitos relativos à propriedade quando do ajuizamento do feito.
III - Com a transcrição da Carta de adjudicação no Registro de Imóveis, a CEF adquiriu a propriedade do imóvel, na forma do art. 1.245, *caput*, do Novo Código Civil e, por outro lado, com a alienação do mesmo imóvel, através do leilão público, o autor perdeu a propriedade, consoante o disposto no art. 1.275, inciso I, do mesmo Código.
IV - Ademais, a própria agravante admite não ter qualquer relação contratual com a CEF, não sendo mutuária, nem "gaveteira", decorrendo sua posse apenas do *animus* de ter o bem imóvel como seu, pelo usucapião, sem qualquer comprovação de que, ocupando irregularmente o imóvel, tenha resgatado ou consignado judicialmente o valor do débito perante à CEF, o que impediria a imissão, sendo patente o direito da agravada em reaver o bem, levado à leilão desde 1987 (docs. fls. 26/31).
V - Agravo improvido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:
Acordam os membros da 6ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2007 (data do julgamento).

BENEDITO GONÇALVES
Relator

III - AGRAVO 2004.02.01.012772-1

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL BENEDITO GONCALVES
AGRAVANTE	:UNIAO FEDERAL
AGRAVADO	:IVAN PEREIRA DOS SANTOS SILVA
ADVOGADO	:GERALDO ZAMBOTI E OUTRO
ORIGEM	:QUARTA VARA FEDERAL DE NITERÓI (200251020041634)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA NA SENTENÇA - RECURSO CABÍVEL - APELAÇÃO - PRECEDENTES.
I - Em obediência ao princípio da unirrecorribilidade, a sentença, mesmo no que tange à antecipação, em seu corpo, dos efeitos da tutela, só pode ser atacada por apelação, nos termos do art. 513 do CPC. Com efeito, a cada ato decisório recorrível corresponde um único recurso cabível.
II - Precedentes do eg. STJ.
III - Agravo não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:
Acordam os membros da 6ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, não conhecer do agravo, nos termos do voto do Relator que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2007 (data do julgamento).

BENEDITO GONÇALVES
Relator

IV - APELACAO CIVEL 2002.51.02.004163-4

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL BENEDITO GONCALVES
APELANTE	:UNIAO FEDERAL
APELADO	:IVAN PEREIRA DOS SANTOS SILVA
ADVOGADO	:GERALDO ZAMBOTI E OUTRO
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 4A VARA DE NITEROI-RJ
ORIGEM	:QUARTA VARA FEDERAL DE NITERÓI (200251020041634)

EMENTA

CONSTITUCIONAL. SERVIDOR MILITAR. APOSENTADORIA. ACUMULAÇÃO. INGRESSO NO SERVIÇO PÚBLICO ANTERIOR A EC Nº 20/98. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES E DA 6ª TURMA ESPECIALIZADA DESTA CORTE. RECURSO E REMESSA NÃO PROVIDOS.
-Nos termos do art. 11 da Emenda Constitucional nº 20/98, deve ser respeitado o direito adquirido dos servidores que tenham reingressado no serviço público até a sua publicação, vez que a vedação prevista no art. 37, § 10, da Constituição Federal, não se aplica aos membros de Poder e aos inativos, servidores e militares, que até a publicação da referida Emenda tenham ingressado novamente no serviço público por concurso público de provas ou de provas e títulos, e pelas demais formas previstas na Constituição Federal .
-Precedente do STF: Pleno, MS 25113 / DF, Rel. Min. EROS GRAU, unânime, DJU de 06.05.2005, PP-00007, EMENT VOL-02190-02, PP-00255, do STJ e da 6ª T. E. desta Corte.
-Recurso e remessa não providos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os autos, em que são partes as acima indicadas:
Decide a Egrégia Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso e à remessa, nos termos do relatório e voto constante dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro 14 de março de 2007 (data do julgamento).
BENEDITO GONÇALVES
Relator

IV - APELACAO CIVEL 2001.50.01.004276-3

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL BENEDITO GONCALVES
APELANTE	:UNIAO FEDERAL
APELADO	:MARIA DE FATIMA OLIVEIRA DE AZEVEDO
ADVOGADO	:FOUAD ABIDAO BOUCHABKI FILHO
ORIGEM	:TERCEIRA VARA FEDERAL DE VITÓRIA (200150010042763)

EMENTA

ADMINISTRATIVO. MILITAR. PENSÃO ESPECIAL. FILHA DE EX-COMBATENTE. ÓBITO DA MÃE E PAI ANTES DA CRFB/88. REVERSÃO. LEIS N.º 3.765/60 E N.º 4.242/63 . LEGISLAÇÃO VIGENTE À ÉPOCA DO ÓBITO DO INSTITUIDOR DA PENSÃO. INVALIDEZ COMPROVADA. REQUISITOS PREENCHIDOS. RECURSO E REMESSA, TIDA COMO CONSIGNADA, NÃO PROVIDOS.
-De acordo com a jurisprudência do Pretório Excelso, o direito à pensão especial, por reversão, decorrente de óbito da mãe, em 1998, para filha de ex-combatente, é regulamentada conforme a legislação vigente à data do óbito de seu instituidor, que, *in casu*, ocorreu após a promulgação da Constituição Federal de 1988, porém antes da Lei 8059, de 04.07.1990, quando vigiam as Leis 4242/63 e 3765/60. Situação jurídica já consolidada.
-*"PENSÃO. EX-COMBATENTE. REGÊNCIA. 1-O direito à pensão de ex-combatente é regido pelas normas legais em vigor à data do evento morte. 2-Tratando-se de reversão do benefício à filha mulher, em razão do falecimento da própria mãe que a vinha recebendo, consideram-se não os preceitos em vigor quando do óbito desta última, mas do primeiro, ou seja, ex-combatente*." (STF- Pleno, MS n.º 21.707-3-DF, Rel. p/acórdão Min. MARCO AURELIO, por maioria, DJU de 22.09.95).
-Com a Carta Magna de 1988, foi instituída a pensão especial de ex-combatente equivalente à deixada por um Segundo-Tenente das Forças Armadas, cuja concessão substitui, para todos os efeitos legais, qualquer outra já concedida ao ex-combatente (art. 53, parágrafo único, do ADCT e art. 20 da Lei 8059/90). E a Lei 8059, que regulamentou o art. 53 do ADCT da CRFB/88, determinou, em seu art. 5º, que são dependentes do ex-combatente os filhos solteiros e menores de idade, ou inválidos.
-Assim, os beneficiários da pensão prevista no art. 30 da Lei 4242/63, que se inserissem no conceito de dependente da Lei 8059/90, passariam a receber a pensão especial do art. 53, II, do ADCT, enquanto que, aqueles que não se enquadrassem, continuariam recebendo a pensão de ex-combatente correspondente à deixada por um Segundo-Sargento.
No caso da viúva, que estava no rol de beneficiários da pensão do art. 30 da Lei 4242/60 (art. 7º da Lei 3765/60) e que permaneceu no rol de dependentes para fins de percepção da pensão especial do art. 53, II, do ADCT (art. 5º, I, da Lei 8059/90), a Administração não criou entraves à substituição de um benefício por outro, conforme se vê nos próprios autos, em que a mãe da autora já recebia pensão como Segundo-Tenente.
-No entanto, tal não ocorreu no caso das filhas maiores e/ou casadas, pois, ainda que beneficiárias da pensão de Segundo-Sargento, por força do art. 7º, II, da Lei 3765/60, não foram contempladas pela Lei 8059/90 que, ao criar novo rol de dependentes do ex-combatente, exigiu, para os filhos não inválidos, o preenchimento de requisitos como ser solteiro e menor de idade.
-Destarte, os filhos maiores de idade e/ou casados somente fariam jus à substituição da pensão de Segundo-Sargento pela de Segundo-Tenente se fossem inválidos. Precedente da 7ª Turma Especializada desta Corte (AMS 1997.51.01.075257-0, DJU de 17.01.2007).
-Recurso e remessa, tida como consignada, não providos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os autos, em que são partes as acima indicadas.
Decide a Egrégia Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso e à remessa, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2007 (data do julgamento).
BENEDITO GONÇALVES
Relator

IV - APELACAO CIVEL 97.02.14135-4

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL BENEDITO GONCALVES
APELANTE	:GEOVA GUIMARAES DE MELO E OUTROS
ADVOGADO	:JOSE RIBAMAR DE SOUZA GARCIA E OUTRO
APELADO	:UNIAO FEDERAL
ORIGEM	:DÉCIMA PRIMEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9100241385)

EMENTA

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. MOTORISTA OFICIAL DO EXTINTO DNER. REEQUADRAMENTO. LEIS Nº 7923/89 E7995/90. PRETENSÃO *CONTRA LEGEM* DE POSICIONAMENTO EM NÍVEL INTERMEDIÁRIO. DISCRICIONARIEDADE DA ADMINISTRAÇÃO. IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS/PROVENTOS GARANTIDA. AUSÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO. SÚMULA 339 DO STF. PRECEDENTES DESTA CORTE. RECURSO NÃO PROVIDO.
- A Lei nº 7.923/89, ao dispor sobre os vencimentos e demais retribuições dos servidores civis e militares do Poder Executivo, extinguiu a nomenclatura "Nível médio", subdividindo-a nos Níveis Intermediário e Auxiliar (art. 2º, § 1º), em observância ao grau de escolaridade exigido, tendo sido o cargo de Motorista Oficial, alocado na Categoria Funcional de Nível Auxiliar, por não se exigir o 2º Grau Completo, conforme Anexo XXI, sendo mantido, igualmente neste nível, mesmo com a posterior edição da Lei nº 7.995/90, que inovou na estrutura remuneratória dos servidores públicos, aumentando sensivelmente os seus vencimentos e proventos.
- O posicionamento dos autores, Motoristas Oficiais do extinto DNER, na categoria funcional de Nível Auxiliar, obedeceu às disposições das Leis nº 7.923/89 (art. 2º, §1º e Anexo XXI) e 7.995/90 (Anexo VI), não sendo possível sua elevação ao Nível Intermediário, face ao requisito da não exigência de 2º grau completo.
- *Uma vez assegurada a irredutibilidade dos vencimentos/proventos, o regime jurídico do servidor público não é imutável, gozando a Administração Pública de discricionariedade no ato de instituí-lo e de elaborar novos Planos de Carreiras, não podendo o servidor invocar direito adquirido à preservação da situação funcional anterior, nem à enquadramento diverso do determinado pelo Poder Público, mediante lei. Precedente: STF, 1ª Turma, RE nº 116683 / RJ, Rel. Min. CELSO DE MELLO, unânime, DJU de 13.03.1992.*
- Não há falar em princípio da isonomia, posto que se dirige aos Poderes Executivo e Legislativo, a quem cabe estabelecer e efetivar a remuneração dos servidores, sendo vedado ao Judiciário estabelecer aumentos nos vencimentos, nem estender vantagens que foram concedidos a determinada categoria, sob este fundamento, a teor da Súmula 339 do STF.
Não havendo prejuízo para os Autores, uma vez que foi assegurada a manutenção do valor remuneratório, a Administração procedeu, na forma da lei, às alterações de padrões funcionais, numa tentativa de melhor atender às suas necessidades, sistematizando o serviço público, sendo a pretensão *contra legem.*
Precedentes desta Corte, inclusive, da antiga 4ª Turma.
Recurso não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas.
Decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2007 (data do julgamento).
BENEDITO GONÇALVES
Relator

III - AGRAVO 2006.02.01.012294-0

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL BENEDITO GONCALVES
AGRAVANTE	:NATALIA MARIA PORTILHO DA SILVA
ADVOGADO	:CLAUDIO SERGIO SALDANHA MARINHO
AGRAVADO	:UNIAO FEDERAL
ORIGEM	:DÉCIMA QUINTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200651010177401)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - EXTENSÃO DE BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE - FILHA CAPAZ E MAIOR DE 21 (VINTE E UM) ANOS - UNIVERSITÁRIA - FALTA DE AMPARO LEGAL - AUSÊNCIA DE RELEVÂNCIA DOS FUNDAMENTOS DO PEDIDO.
I - Nos termos do art. 273 do CPC, a antecipação de tutela será concedida quando existir prova inequívoca do direito alegado, bem como verossimilhança da alegação, com fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação ou restar caracterizado abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu.
II - A falta dos pressupostos autorizadores desampara a concessão da medida pleiteada haja vista que o direito à pensão cessa quando o beneficiário completa 21 (vinte e um) anos de idade, salvo se for inválido (Lei
n. 8.112/90, art. 217, inciso II). O fato de se tratar de universitária não se apresenta relevante, na hipótese, consoante uníssona orientação jurisprudencial das eg. Cortes Regionais Federais, conforme os precedentes transcritos no voto.
III - Agravo improvido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os autos, em que são partes as acima indicadas:
Acordam os membros da 6ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento ao agravo, na forma do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2007 (data do julgamento).

BENEDITO GONÇALVES
Relator

III - AGRAVO 2006.02.01.008122-5

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL BENEDITO GONCALVES
AGRAVANTE	:CARLOS ROBERTO PINTO PEREIRA
ADVOGADO	:ANTONIO MARCOS MARTINS PANGAIO E OUTROS
AGRAVADO	:UNIAO FEDERAL
ORIGEM	:VIGÉSIMA NONA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200651010055502)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - CONCURSO PÚBLICO - PROVA DE TÍTULOS - EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO, EM CÓPIA AUTENTICADA, DE DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL - APRESENTAÇÃO DO REFERIDO DOCUMENTO NO ORIGINAL - FORMALISMO EM EXCESSO - VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE/PROPORCIONALIDADE - RESERVA DE VAGA.
I - Nos termos da remansosa jurisprudência desta Corte Superior de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, deve o Judiciário limitar-se à verificação dos quesitos relativos à legalidade das normas instituídas no edital e dos atos praticados pela comissão responsável pela realização do certame. É defeso manifestar-se sobre o critério de atribuição de pontos, inerentes à atividade da Administração, de competência exclusiva da Banca Examinadora.
II - É cediço, ainda, que o Edital significa a lei do concurso, estabelecendo regras para todos os candidatos, que devem ser obedecidas, que o vincula às condições ali pré-estabelecidas e na disciplina legal que rege o certame.
III - Contudo, os princípios da vinculação ao Edital e da legalidade não devem se sobrepor aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.
IV - Um dos aspectos do princípio da razoabilidade/proporcionalidade é a repulsa a formalidades desnecessárias, capazes de impedir que sejam atingidas as finalidades das normas e atos da Administração.
V - No caso dos autos, a relevância jurídica do pedido repousa no fato de ter o autor juntado documento comprobatório de sua atuação na área exigida, no original, que, como aduzido, goza de fé pública, sendo de um formalismo excessivo, exigir-se que o fosse em cópia autenticada.
VI - Sendo assim, faz o candidato jus à pontuação referente à experiência profissional, eis que é servidor estatutário da Municipalidade do Rio de Janeiro, no cargo de Fisioterapeuta, tendo tomado posse em 09/06/97, sendo ocupante do referido cargo até a data da declaração daquele Órgão (fls. 101).
VII - A reserva de vaga, em casos dessa jaez, é medida cautelar adequada a resguardar eventual direito de candidato aprovado em regular concurso público, em caso de procedência do seu pleito.
VIII - Agravo parcialmente provido, para garantir sejam computados os pontos referentes à experiência profissional do agravante, reservando-se-lhe a vaga respectiva, em caso de procedência do pedido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os autos, em que são partes as acima indicadas:
Acordam os membros da 6ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em dar parcial provimento ao agravo, na forma do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2007 (data do julgamento).

BENEDITO GONÇALVES
Relator

III - AGRAVO 2006.02.01.013140-0

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL BENEDITO GONCALVES
AGRAVANTE	:RICARDO MOREL DE OLIVEIRA
ADVOGADO	:WILSON FERREIRA CAMPOS
AGRAVADO	:UNIAO FEDERAL
ORIGEM	:VIGÉSIMA TERCEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200651010166658)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - EXTENSÃO DE BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE - FILHO CAPAZ E MAIOR DE 21 (VINTE E UM) ANOS - UNIVERSITÁRIO - FALTA DE AMPARO LEGAL - AUSÊNCIA DE RELEVÂNCIA DOS FUNDAMENTOS DO PEDIDO.
I - Nos termos do art. 273 do CPC, a antecipação de tutela será concedida quando existir prova inequívoca do direito alegado, bem como verossimilhança da alegação, com fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação ou restar caracterizado abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu.
II - A falta dos pressupostos autorizadores desampara a concessão da medida pleiteada haja vista que o direito à pensão cessa quando o beneficiário completa 21 (vinte e um) anos de idade, salvo se for inválido (Lei
n. 8.112/90, art. 217, inciso II). O fato de se tratar de universitário não se apresenta relevante, na hipótese, consoante uníssona orientação jurisprudencial das eg. Cortes Regionais Federais, conforme os precedentes transcritos no voto.
III - Agravo improvido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os autos, em que são partes as acima indicadas:
Acordam os membros da 6ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento ao agravo, na forma do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2007 (data do julgamento).

BENEDITO GONÇALVES
Relator

III - AGRAVO 2006.02.01.006297-8

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL BENEDITO GONCALVES
AGRAVANTE	:UNIAO FEDERAL
AGRAVADO	:ALEXANDER DA SILVA CATARINO
ADVOGADO	:NEUSELI RODRIGUES DE OLIVEIRA
ORIGEM	:DÉCIMA QUINTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200651010077455)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E MILITAR - ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - ASCENSÃO À FUNÇÃO DE TERCEIRO SARGENTO - CONCLUSÃO DE CURSO DE FORMAÇÃO POR FORÇA DECISÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA - APELAÇÃO JÁ JULGADA POR ESTA CORTE - RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO PELA UNIÃO - AUSÊNCIA DE EFEITO SUSPENSIVO.
I - Vê-se dos autos que o ora agravado impetrou mandado de segurança na instância de origem (proc. n.º 2003.51.01.490243-5) objetivando a sua inscrição e participação no Curso de Formação de Sargentos da Aeronáutica. Como causa de pedir, aduziu a ilegalidade do indeferimento de sua inscrição, o qual se deu sob o fundamento de que estaria desatendendo a idade-limite, prevista pela DEPENS nº 129/DE2, de 17.07.2003, exigência esta sem lastro legal. A liminar foi deferida e o pedido julgado procedente, tendo o MM. Juiz *a quo* destacando não ser razoável o aludido impedimento, eis que ocorrera seu aniversário apenas alguns dias antes da data da matrícula para o curso almejado.
II - Nesta Corte, foi negado provimento à apelação e à remessa, estando o processo em fase de admissão de Recurso Especial interposto pela ora agravante.
III - O eminente Relator, na ocasião do julgamento, consignou *"que a fixação dos limites de idade no exercício da atividade castrense - nisto se incluindo o acesso aos cursos de formação e posterior graduação - não se furta à observância de lei, em sentido formal, sem o que, não se legitima o requisito etário que obsta a inscrição do impetrante, constante de Portaria da Administração militar."*
IV - Sendo assim, e tendo o agravado concluído o curso de formação, faz jus à ascensão funcional requerida, com a percepção dos vencimentos e vantagens inerentes ao cargo.
V - Frise-se, ainda, que não há qualquer violação às normas legais mencionadas na peça inicial, eis que a antecipação de tutela, ora reapreciada, está lastreada em título judicial (acórdão proferido por esta eg. Corte), impugnado por recurso sem efeito suspensivo.
VI - Agravo de instrumento improvido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os autos, em que são partes as acima indicadas:
Acordam os membros da 6ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento ao agravo, na forma do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2007 (data do julgamento).

BENEDITO GONÇALVES
Relator

IV - APELACAO CIVEL 2003.50.01.007937-0

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL BENEDITO GONCALVES
APELANTE	:MARCOS ANTONIO BORGES BARBOSA E OUTROS
ADVOGADO	:MARIE MADALENE LAURA MAROT BORGES BARBOS
APELADO	:UNIAO FEDERAL
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 2A VARA-ES
ORIGEM	:SEGUNDA VARA FEDERAL DE VITÓRIA (200350010079370)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. REAJUSTE DE 11,98%. EX-SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO. RECONHECIMENTO DO DIREITO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. DATA DA EFETIVA SAÍDA. ORIENTAÇÃO DOS TRIBUNAIS SUPERIORES. ART. 557, §1º-A, DO CPC. UTILIZAÇÃO NA DECISÃO AGRAVADA. NÃO VIOLAÇÃO. REDISCUSSÃO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO.
-Não cabe, em sede de agravo interno, rediscutir matéria já apreciada e decidida, consistente no reconhecimento do direito dos autores - ex-servidores do Poder Judiciário - ao reajuste de 11,98% (onze vírgula noventa e oito por cento), observada a efetiva saída do serviço público, o qual se encontra sedimentada nos Tribunais Superiores, e que serviu de apoio à utilização do §1º-A, do art. 557, do CPC, quando da decisão monocrática ora agravada.
-Inexistindo qualquer novidade nas razões agravadas que ensejasse modificação nos fundamentos constantes da decisão ora impugnada, impõe-se sua manutenção.
-Recurso não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os autos, em que são partes as acima indicadas:
Decide a Egrégia Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto constante dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2007 (data do julgamento).

BENEDITO GONÇALVES
Relator

IV - APELACAO CIVEL 95.02.06882-3

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL BENEDITO GONCALVES
APELANTE	:INSTITUTO ORTOPEDICO BARBOSA VIANA LTDA
ADVOGADO	:AUGUSTO CARLOS CORREA PINA E OUTROS
APELADO	:LBA - FUNDACAO LEGIAO BRASILEIRA DE ASSISTENCIA
ADVOGADO	:CARLOS HUMBERTO REIS NETO
ORIGEM	:VIGÉSIMA TERCEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9200532292)

EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE APARELHOS ORTOPÉDICOS. INDENIZAÇÃO. PERDAS E DANOS E LUCROS CESSANTES. INEXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. RECURSO NÃO PROVIDO.
- O contrato de prestação de serviços de fornecimento de aparelhos ortopédicos celebrado entre as partes é bilateral, ou seja, cria direitos e deveres para ambos os contratantes, exigindo, para sua caracterização, a presença de prestações e contraprestações, existindo, assim, reciprocidade entre as obrigações contratadas.
- Como o autor não logrou êxito em comprovar que o não cumprimento da obrigação foi decorrente de conduta ilícita perpetrada pela LBA e que a indenização de Cr$ 47.051.304.000,00 (quarenta e sete bilhões cinqüenta e um milhões e trezentos e quatro mil cruzeiros), pleiteada, se refere a perdas e danos e lucros cessantes, impõe-se a improcedência do pedido (art. 333, I, do CPC), uma vez que o dano meramente hipotético não justifica ser reparado.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas.
Decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2007 (data do julgamento).

BENEDITO GONÇALVES
Relator

EXPEDIENTE Nº 4 DO DIA 3 DE ABRIL DE 2007

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AMS 2002.51.01.001133-5

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL ROGERIO CARVALHO
REL. P/ACORADO	:EXMO.SR.DES.FED. FERNANDO MARQUES
EMBARGANTE	:IRMANDADE DE MISERICORDIA DE MONTE ALTO
ADVOGADO	:DAGOBERTO JOSÉ STEINMEYER LIMA AUREANE RODRIGUES DA SILVA E OUTROS
EMBARGADO	:V. ACÓRDÃO DE FLS. 233:
PARTE	:AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
ADVOGADO	:MARCIA SILVEIRA GONCALVES
ORIGEM	:VIGÉSIMA SEGUNDA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200251010011335)

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. OMISSÃO INEXISTENTE.
- Hipótese em que todos os fundamentos que se apresentaram nucleares para decisão da causa foram devidamente apreciados, inexistindo omissões capazes de comprometer a integridade do julgado, sendo certo que a questão da possibilidade de compensação de valores foi expressamente tratada no *decisum* objurgado.
- O Juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os argumentos.
- "Considera-se explícito o questionamento, quando o tribunal a quo, mesmo sem fazer referência expressa a dispositivos legais, nem declinar os números que o identificam no Ordenamento Jurídico, enfrenta as regras neles contidas" (STJ, EREsp nº 165.212-MS, Rel. Min. Humberto Gomes de barros, Corte Especial, in DJ de 17.10.2001).
- Os embargos de declaração não se prestam ao reexame de matéria já decidida, sendo certo que a pretensão de ver a rediscussão do tema à luz dos argumentos invocados e de dispositivos constitucionais e infraconstitucionais outros, alegadamente relevantes para a solução da *quaestio juris*, na busca de decisão infringente, apresenta-se manifestamente incabível em sede de embargos declaratórios, cujos limites encontram-se previstos no artigo 535 do Código de Processo Civil.
- Recurso improvido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 21 de março de 2007 (data do julgamento).

Desembargador Federal FERNANDO MARQUES
Relator

QUENTÃO DE ORDEM EM APELAÇÃO CÍVEL 2001.51.01.008417-6

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO MARQUES
APELANTE	:ALDA REGINA DUBOC MENDONÇA E OUTROS
ADVOGADO	:NEY MAGNO VALADARES
APELADO	:UNIAO FEDERAL
ORIGEM	:QUINTA VARA FEDERAL/RJ

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RECONHECIMENTO DO PEDIDO. INTERESSE DE AGIR. EXTINÇÃO DO PROCESSO COM JULGAMENTO DO MÉRITO. VERBA SUCUMBENCIAL.
- Quando o réu, no curso da ação, cumpre, administrativamente, a obrigação que lhe era postulada em Juízo, reconhece a procedência do pedido, atraindo a incidência do artigos 462 e 269, inciso II, ambos do Código de Processo Civil.
- Estando o interesse de agir, presente ao tempo do ajuizamento da ação, só vindo a desaparecer com o reconhecimento da procedência do pedido, que esvaziou o objeto da demanda, devem os honorários advocatícios serem suportados por aquele que deu causa, de modo objetivamente injurídico, à instauração do processo.
- Recurso provido.

ACÓRDÃO
Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2007 (data do julgamento).

Desembargador Federal FERNANDO MARQUES
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AMS 2002.51.01.018491-6

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL ROGERIO CARVALHO
REL.P/ACÓRDÃO	:EXMO.SR.DES.FED. FERNANDO MARQUES
EMBARGANTE	:SAMED SERVICOS DE ASSISTENCIA MEDICO HOSPITALAR S/C LTDA
ADVOGADO	:DAGOBERTO JOSE STEINMEYER LIMA AUREANE RODRIGUES DA SILVA E OUTRO
EMBARGADO	:V. ACÓRDÃO DE FLS. 256
PARTE	:AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCURADOR	:OTAVIO AUGUSTO LIMA DE PILLA E OUTRO
ORIGEM	:VIGÉSIMA TERCEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200251010184916)

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. OMISSÃO INEXISTENTE.
- Hipótese em que todos os fundamentos que se apresentaram nucleares para decisão da causa foram devidamente apreciados, inexistindo omissões capazes de comprometer a integridade do julgado, sendo certo que a questão da possibilidade de compensação de valores foi expressamente tratada no *decisum* objurgado.
- O Juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os argumentos.
- "Considera-se explícito o questionamento, quando o tribunal a quo, mesmo sem fazer referência expressa a dispositivos legais, nem declinar os números que o identificam no Ordenamento Jurídico, enfrenta as regras neles contidas" (STJ, EREsp nº 165.212-MS, Rel. Min. Humberto Gomes de barros, Corte Especial, in DJ de 17.10.2001).
- Os embargos de declaração não se prestam ao reexame de matéria já decidida, sendo certo que a pretensão de ver a rediscussão do tema à luz dos argumentos invocados e de dispositivos constitucionais e infraconstitucionais outros, alegadamente relevantes para a solução da *quaestio juris*, na busca de decisão infringente, apresenta-se manifestamente incabível em sede de embargos declaratórios, cujos limites encontram-se previstos no artigo 535 do Código de Processo Civil.
- Recurso improvido.

ACÓRDÃO
Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007 (data do julgamento).

Desembargador Federal FERNANDO MARQUES
Relator

SUBSECRETARIA DA 7ª TURMA ESPECIALIZADA

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO E JULGAMENTO

ACÓRDÃOS

EXPEDIENTE Nº 176 DO DIA 11 DE ABRIL DE 2007

IV - APELACAO CIVEL 90.02.00105-3

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL RICARDO REGUEIRA
APELANTE	:EMIT-ESTRUTURAS MONTAGENS E INSTALACOES TECNICAS LTDA
ADVOGADO	:RACHEL BERNSTEIN E OUTROS
APELADO	:UNIAO FEDERAL
ORIGEM	:DÉCIMA SÉTIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (0004304225)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INOCORRÊNCIA DAS HIPÓTESES DE CABIMENTO PREVISTAS NO ART. 535, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PRETENSÃO DESACOLHIDA.
- O acórdão embargado enfrentou corretamente a questão submetida à apreciação, espelhando motivadamente o entendimento assumido, não se apresentando omisso, tampouco contraditório ou obscuro.
- Os embargos de declaração constituem recurso de rígidos contornos processuais, consoante disciplinamento insculpido no art. 535, do Código de Processo Civil, exigindo-se, para seu acolhimento, estejam presentes os pressupostos legais de cabimento.
- Inocorrentes as hipóteses de omissão, obscuridade ou contradição, não há como prosperar o inconformismo, cujo real intento é a obtenção de efeitos infringentes, o que apenas se admite em hipóteses excepcionais.
- Embargos improvidos.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007. (data do julgamento).

RICARDO REGUEIRA

XII - REMESSA EX-OFFICIO EM MS 2002.50.01.009392-1

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL RICARDO REGUEIRA
PARTE AUTORA	:ISH TECNOLOGIA LTDA
ADVOGADO	:RODRIGO FRANCISCO DE PAULA
PARTE RÉ	:CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO - CRA/ES
ADVOGADO	:ROSANGELA GUEDES GONCALVES MAGALHAES E OUTROS
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 3A VARA-ES
ORIGEM	:TERCEIRA VARA FEDERAL DE VITÓRIA (200250010093921)

EMENTA

ADMINISTRATIVO. CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO. REGISTRO DE COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO PARA DESEMPENHO DE ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO - RCA. COMPETÊNCIA. RESOLUÇÃO CFA Nº 148/93. INAPLICABILIDADE.
- O art. 4º, da Resolução CFA nº 148/93, estabelece que o Registro de Comprovação de Aptidão para Desempenho de Atividades de Administração - RCA será requerido pelo interessado ao Presidente do Conselho Regional de Administração da Jurisdição onde o serviço foi prestado.
- Os serviços prestados pela impetrante foram executados não só no Estado do Paraná, local do estabelecimento do contratante, mas, também, nas demais unidades da Federação, inclusive no Estado do Espírito Santo, conforme se infere do contrato acostado às fls. 23/27.
- Considerando que a impetrante encontra-se devidamente registrada nos quadros do Conselho Regional de Administração do Espírito Santo, é certo que ao referido órgão compete o registro do atestado fornecido pelo SEBRAE/PR, revelando-se ilegítima a recusa fundada no disposto na Resolução CFA nº 148/93, posto que inaplicável à espécie.
- Remessa improvida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO À REMESSA, nos termos do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 21 de março de 2007 (data do julgamento).

RICARDO REGUEIRA

IV - APELACAO CIVEL 2001.51.01.015243-1

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL RICARDO REGUEIRA
APELANTE	:MARISA MATIAS DE OLIVEIRA E SILVA E CONJUGE
ADVOGADO	:ENIVALDO DA GAMA FERREIRA JUNIOR
APELADO	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:RENATO PEREIRA CHAVES E OUTROS
ORIGEM	:VIGÉSIMA QUARTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200151010152431)

EMENTA
SFH. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. DISCUSSÃO DO DÉBITO. POSSIBILIDADE. INSUFICIÊNCIA DOS DEPÓSITOS. EXTINÇÃO PARCIAL DA OBRIGAÇÃO. PES/CP. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DO COMPROMETIMENTO DE RENDA INICIALMENTE PACTUADO. REVISÃO DO SALDO DEVEDOR. CORREÇÃO. INPC.
- Apelação interposta contra sentença proferida pelo Juízo da 24ª Vara Federal, da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, que, em ação de consignação em pagamento, julgou parcialmente procedente o pedido, para determinar a observância do comprometimento de 34,83% da sua renda, não reconhecendo, todavia, o efeito liberatório das quantias depositadas, computadas tão-somente para a redução da dívida.
- É possível a discussão do débito pelo procedimento consignatório, permitindo ao devedor a abstenção do pagamento de encargos em virtude de eventual mora no cumprimento da obrigação.
- Ademais, a insuficiência dos depósitos não enseja a improcedência do pedido consignatório, visto que a complementação dos valores pode ser efetuada por ocasião da fase de liquidação da sentença, implicando na extinção parcial da obrigação.
- O PES/CP e o percentual de comprometimento de renda do mutuário inicialmente pactuado devem ser observados, a fim de assegurar a exeqüibilidade do pagamento.
- É inaplicável a TR como índice de correção do saldo devedor, devendo ser utilizado o INPC, visto que reflete melhor o poder aquisitivo da moeda.
- Recurso provido.

Acórdão
Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, DAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 21 de março de 2007 (data do julgamento).

RICARDO REGUEIRA

IV - APELACAO CIVEL 2001.51.01.005303-9

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL RICARDO REGUEIRA
APELANTE	:MARISA MATIAS DE OLIVEIRA E SILVA E CONJUGE
ADVOGADO	:ENIVALDO DA GAMA FERREIRA JUNIOR
APELADO	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:ALEXANDRE KUWADA OBERG FERRAZ E OUTROS
ORIGEM	:VIGÉSIMA QUARTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200151010053039)

EMENTA
SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. REAJUSTE DAS PRESTAÇÕES. PLANO DE EQUIVALÊNCIA SALARIAL POR CATEGORIA PROFISSIONAL. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DO COMPROMETIMENTO DE RENDA INICIALMENTE PACTUADO. REVISÃO DO SALDO DEVEDOR. CORREÇÃO. INPC.
- Apelação interposta contra sentença que julgou parcialmente procedente o pedido, para determinar a observância do comprometimento de 34,83% da sua renda, bem como, reconhecendo a sucumbência recíproca, condenar a parte autora ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da causa.
- O PES/CP e o percentual de comprometimento de renda do mutuário inicialmente pactuado devem ser observados, a fim de assegurar a exeqüibilidade do pagamento.
- É inaplicável a TR como índice de correção do saldo devedor, devendo ser utilizado o INPC, visto que reflete melhor o poder aquisitivo da moeda.
- Recurso provido.

Acórdão
Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, DAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 21 de março de 2007 (data do julgamento).

RICARDO REGUEIRA

XII - APELACAO EM MANDADO DE SEGURANCA 2001.02.01.043894-4

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL RICARDO REGUEIRA
APELANTE	:CRT SERVICOS E CONSTRUCOES LTDA
ADVOGADO	:MONICA BROMONSCHENKEL PAES E OUTROS
APELADO	:UNIAO FEDERAL
ORIGEM	:DÉCIMA SEXTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200051010321509)

EMENTA

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. CERTAME REVOGADO. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO DA AÇÃO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO.
- De acordo com o Princípio da Autotutela, à Administração Pública é conferido o poder de rever os atos por ela praticados, declarando-os nulos, quando eivados de ilegalidade, ou revogando-os, sob a égide dos critérios de oportunidade e conveniência.
- O certame objeto da controvérsia foi espontaneamente anulado pelo órgão licitante, em razão da constatação de vícios insanáveis, capazes de inviabilizar a sua continuidade, conforme destacou a autoridade coatora em suas informações.
- A anulação da licitação levada a efeito pela própria Administração Pública, em virtude do reconhecimento da existência de vícios insanáveis, acarreta, por si só, a perda superveniente do objeto da presente ação mandamental, já que tal medida invalida todo o procedimento licitatório, tornando-o inexistente, não remanescendo, desta forma, interesse no prosseguimento do feito no qual se questionam, exatamente, exigências contidas no edital do certame anulado.
- A decisão proferida pelo Juízo da 29ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, que havia determinado a suspensão do cancelamento do certame, foi reformada por esse Tribunal, já tendo ocorrido o respectivo trânsito em julgado, conforme consulta no sistema de acompanhamento processual dessa Corte.
- Recurso improvido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 21 de março de 2007 (data do julgamento).

RICARDO REGUEIRA

IV - APELACAO CIVEL 1996.51.01.022551-5

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL RICARDO REGUEIRA
APELANTE	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:ANTONIO MACHADO DA SILVA
ADVOGADO	:EDUARDO ANDRADE FLOR DE AZEVEDO
ORIGEM	:VIGÉSIMA OITAVA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9600225516)

EMENTA

PRECATÓRIO COMPLEMENTAR. PRELIMINAR DE NULIDADE. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. PRINCÍPIO DA ECONOMIA PROCESSUAL. PRESCRIÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. LICITUDE. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA.
- O Ministério Público Federal argüi, preliminarmente, a nulidade da sentença por não ter sido chamado a intervir no feito.
- Em homenagem ao Princípio da Economia Processual, não se justifica, passados quase 10 (dez) anos da prolação da sentença, prejudicar a parte e encarecer o funcionamento do Poder Judiciário.
- A sentença recorrida foi explícita ao rejeitar a preliminar de prescrição.
- A correção monetária visa repor o poder aquisitivo da moeda, não equivalendo a ganho real.
- É admissível a expedição de precatório complementar para atualizar a dívida no período compreendido entre a expedição do precatório e seu real pagamento pela Administração.
- Recurso improvido.

Acórdão

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2007 (data do julgamento).

RICARDO REGUEIRA

IV - APELACAO CIVEL 2004.51.01.017559-6

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL RICARDO REGUEIRA
APELANTE	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:ADRIANA RIBEIRO DOS SANTOS E OUTROS
APELADO	:NANCELY FERREIRA LIMA E OUTROS
ADVOGADO	:JOSE CLEMENTE DOS SANTOS E OUTROS
ORIGEM	:VIGÉSIMA TERCEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200451010175596)

EMENTA

EMBARGOS À EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS. DUPLA DETERMINAÇÃO. JUÍZO.
- A Caixa Econômica Federal, ao opor os embargos, deixou de anexar documentos que justifiquem a sua pretensão. Sequer trouxe a documentação exigida.
- O juízo de primeiro grau abriu oportunidade, por duas vezes, para que a embargante trouxesse aos autos os documentos determinados.
- Inexistência de elementos indispensáveis à elucidação do alegado, capazes de desconstituir o título judicial.
- Recurso improvido.

Acórdão

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2007 (data do julgamento).

RICARDO REGUEIRA

IV - APELACAO CIVEL 2002.51.01.019646-3

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL RICARDO REGUEIRA
APELANTE	:UNIAO FEDERAL
APELADO	:CRISTIANE MENDONCA DE OLIVEIRA
ADVOGADO	:ANNA CLAUDIA MARCAL DA SILVA E OUTROS
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 16A VARA-RJ
ORIGEM	:DÉCIMA SEXTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200251010196463)

EMENTA

ADMINISTRATIVO. ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXA DE INSCRIÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO. PRINCÍPIO DA IGUALDADE.
- Trata-se de apelação e remessa em face de sentença, que julgou procedente o pedido e confirmou a antecipação dos efeitos da tutela concedida, para assegurar à autora, beneficiária de Bolsa Ação Social junto à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, a isenção do pagamento da taxa de pré-inscrição, do concurso público para provimento de vagas no cargo de Advogado da União Federal, disciplinado pelo Edital nº 1/2002/AGU/CESPE/UNB.
- Em observância à igualdade no acesso aos cargos públicos, não merece reforma o julgado, pois os candidatos não devem ser cerceados por sua capacidade econômica.
- Por fim, não deve prevalecer o argumento de inviabilidade do certame, em virtude da concessão de gratuidade da inscrição, na medida em que o vestibular se realizou normalmente, a despeito dessas gratuidades conferidas judicialmente.
- APELAÇÃO E REMESSA IMPROVIDOS.

Acórdão
Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO à apelação e à remessa, nos termos do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2007 (data do julgamento).

RICARDO REGUEIRA

IV - APELACAO CIVEL 2005.51.01.005586-8

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL RICARDO REGUEIRA
APELANTE	:UNIAO FEDERAL
APELADO	:ALMERINO GOMES FILHO E OUTRO
ADVOGADO	:DEFENSORIA PUBLICA DA UNIÃO
ORIGEM	:TERCEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200551010055868)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. PARTE VENCIDA BENEFICIÁRIA DA JUSTIÇA GRATUITA. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS DE ADVOGADO. DESCABIMENTO.
- A Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, que, no geral, foi recepcionada pela nova ordem constitucional, estabelece normas à concessão da assistência judiciária aos necessitados, preceituando que a isenção concedida a estes abrange, além das custas processuais em sentido estrito, também os honorários de advogado e de perito.
- A Constituição Federal de 1988, no seu art.5º, LXXIV, determina a prestação de assistência jurídica em caráter integral.
- RECURSO E REMESSA IMPROVIDOS.

Acórdão
Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO ao recurso e à remessa, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2007 (data do julgamento).

RICARDO REGUEIRA

IV - APELACAO CIVEL 1999.51.01.055565-6

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL RICARDO REGUEIRA
APELANTE	:JOSE LAURO DE MORAES
ADVOGADO	:MARIA LOPEZ LAGO
APELADO	:UNIAO FEDERAL
ORIGEM	:DÉCIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9900555651)

EMENTA

EMBARGOS À EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS INDISPENSÁVEIS.
- A União Federal, ao opor os embargos, deixou de anexar documentos que justifiquem a sua pretensão. Sequer trouxe a planilha dos cálculos, elaborada pelo embargado, que pretende impugnar.
- Inexistência de elementos indispensáveis à elucidação do alegado, capazes de desconstituir o título judicial.
- Os Embargos à Execução são um processo autônomo, que necessita de elementos hábeis a demonstrar as questões combatidas de forma clara.
- Recurso provido.

Acórdão

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, DAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 21 de março de 2007 (data do julgamento).

RICARDO REGUEIRA

IV - APELACAO CIVEL 2006.51.01.000632-1

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL RICARDO REGUEIRA
APELANTE	:AILTON MARQUES DA SILVA
ADVOGADO	:LEONARDO RIBEIRO DO NASCIMENTO E OUTRO
APELADO	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:FRANCISCO JOSE NOVAIS JUNIOR E OUTROS
ORIGEM	:DÉCIMA NONA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200651010006321)

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL. FGTS. DISSOCIAÇÃO DA APELAÇÃO COM A SENTENÇA. RECURSO NÃO CONHECIDO.
- Não se conhece da apelação em que as razões são inteiramente dissociadas do que a sentença decidiu.
- Recurso não conhecido.

Acórdão
Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso, nos termos do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 21 de março de 2007 (data do julgamento).

RICARDO REGUEIRA

IV - APELACAO CIVEL 2006.51.17.003368-5

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL RICARDO REGUEIRA
APELANTE	:JOSUE DA SILVA RIBEIRO
ADVOGADO	:SANDRO PEREIRA DA SILVA E OUTROS
APELADO	:UNIAO FEDERAL
ORIGEM	:1 VARA JUSTIÇA FEDERAL SAO GONCALO/RJ (200651170033685)

EMENTA

ADMINISTRATIVO. MILITAR. ISONOMIA. REAJUSTE DE 28,86%. REVISÃO GERAL DE REMUNERAÇÃO. (LEIS 8622 E 8627/93).
- O Supremo Tribunal Federal fixou entendimento majoritário de que o percentual de 28,86%, concedido aos militares pelas Leis 8.622/93 e 8.627/93, foi um aumento de caráter geral e que deve ser estendido a todos os servidores civis e militares, tomando por base o mês de janeiro de 1993, em atenção à uniformidade estabelecida no artigo 37, X, da Constituição Federal de 1988, afastando o argumento de que o Poder Judiciário estaria concedendo aumento.
- Correta é a extensão dos cálculos até a data da implantação integral do reajuste de 28,86%, que ainda não ocorreu.
- Correta, também, é a incidência do discutido índice sobre todas as verbas salariais percebidas pelos exeqüentes, tais como antecipação de férias, abonos pecuniários de férias, devoluções de Imposto de Renda e adiantamentos de gratificações natalinas.
- Não há que se falar em prescrição qüinqüenal, tendo em vista que a própria Administração, através do Decreto nº 2.693/98, confirmou a dívida e o conseqüente direito ao recebimento das diferenças devidas, com pagamento retroativo a 01.01.1993.
- Contudo, sob pena de ir além do pedido formulado, entendo que deva ser acolhida a prescrição das parcelas vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação, agosto de 2006.
- Recurso provido.

Acórdão
Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, DAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 21 de março de 2007 (data do julgamento).

RICARDO REGUEIRA

IV - APELACAO CIVEL 2006.51.01.006056-0

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL RICARDO REGUEIRA
APELANTE	:ALTAMIRO GONCALVES VILELA FILHO E OUTROS
ADVOGADO	:JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA E OUTROS
APELADO	:UNIAO FEDERAL
ORIGEM	:QUINTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200651010060560)

EMENTA

ADMINISTRATIVO. MILITAR. ISONOMIA. REAJUSTE DE 28,86%. REVISÃO GERAL DE REMUNERAÇÃO. (LEIS 8622 E 8627/93).
- O Supremo Tribunal Federal fixou entendimento majoritário de que o percentual de 28,86%, concedido aos militares pelas Leis 8.622/93 e 8.627/93, foi um aumento de caráter geral e que deve ser estendido a todos os servidores civis e militares, tomando por base o mês de janeiro de 1993, em atenção à uniformidade estabelecida no artigo 37, X, da Constituição Federal de 1988, afastando o argumento de que o Poder Judiciário estaria concedendo aumento.
- Correta é a extensão dos cálculos até a data da implantação integral do reajuste de 28,86%, que ainda não ocorreu.
- Correta, também, é a incidência do discutido índice sobre todas as verbas salariais percebidas pelos exeqüentes, tais como antecipação de férias, abonos pecuniários de férias, devoluções de Imposto de Renda e adiantamentos de gratificações natalinas.
- Não há que se falar em prescrição qüinqüenal, tendo em vista que a própria Administração, através do Decreto nº 2.693/98, confirmou a dívida e o conseqüente direito ao recebimento das diferenças devidas, com pagamento retroativo a 01.01.1993.
- Contudo, sob pena de ir além do pedido formulado, entendo que deva ser acolhida a prescrição das parcelas anteriores a abril de 2006.
- Recurso provido.

Acórdão

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, DAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 21 de março de 2007 (data do julgamento).

RICARDO REGUEIRA

IV - APELACAO CIVEL 2006.51.17.000809-5

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL RICARDO REGUEIRA
APELANTE	:CRISTIANO DOS REIS OLIVEIRA
ADVOGADO	:BIANCA MESSIAS MENDES
APELADO	:UNIAO FEDERAL
ORIGEM	:1 VARA JUSTIÇA FEDERAL SAO GONCALO/RJ (200651170008095)

EMENTA

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO MILITAR. REAJUSTE DE 28,86%. PRESCRIÇÃO. DESCABIMENTO.
- Trata-se de apelação em face de sentença, que julgou extinto o processo com julgamento do mérito, nos termos dos arts. 219, §5º, 295, IV e 269, IV do Código de Processo Civil, reconhecendo de ofício a prescrição das verbas pleiteadas pelo Autor, que objetivava a complementação do seu soldo até a integralidade do reajuste de 28,86%,
- Correta é a extensão dos cálculos até a data da implantação integral do reajuste de 28,86%, que ainda não ocorreu.
- Correta, também, é a incidência do discutido índice sobre todas as verbas salariais percebidas pelos exeqüentes, tais como antecipação de férias, abonos pecuniários de férias, devoluções de Imposto de Renda e adiantamentos de gratificações natalinas.
- Não há que se falar em prescrição, tendo em vista que a própria Administração, através do Decreto nº 2.693/98, confirmou a dívida e o conseqüente direito ao recebimento das diferenças devidas, com pagamento retroativo a 01.01.1993.
- Recurso parcialmente provido.

Acórdão

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 08 de novembro de 2006 (data do julgamento).

RICARDO REGUEIRA

IV - APELACAO CIVEL 2000.02.01.060322-7

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL RICARDO REGUEIRA
APELANTE	:RICARDO PEDREIRA FERREIRA CURI
ADVOGADO	:HERVAL BONDIM DA GRACA E OUTRO
APELADO	:ELIZABETH LOUISE BAPTISTA DE OLIVEIRA
ADVOGADO	:SEM ADVOGADO
APELADO	:UNIAO FEDERAL
APELADO	:ANTONIO FLORENCIO DE QUEIROZ JUNIOR E OUTROS
ADVOGADO	:SEM ADVOGADO
ORIGEM	:VIGÉSIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9900630521)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. OPOSIÇÃO. AÇÃO ORDINÁRIA. OPONENTE QUE FIGURA COMO LITISCONSORTE NA AÇÃO PRINCIPAL. IMPOSSIBILIDADE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO.
- A oposição, figura processual prevista no art. 56, do Código de Processo Civil, é cabível nas hipóteses em que terceiro pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu.
- Na qualidade de litisconsorte passivo na ação principal, não pode o apelante apresentar oposição, competindo-lhe impugnar os fatos alegados pelo autor naquele feito.
- Recurso improvido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 21 de março de 2007 (data do julgamento).

RICARDO REGUEIRA

EXPEDIENTE Nº 177 DO DIA 11 DE ABRIL DE 2007

IV - APELACAO CIVEL 2001.51.01.008573-9

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL RICARDO REGUEIRA
APELANTE	:RAQUEL BOTELHO CABRAL
ADVOGADO	:ELIANA BRAZ DOS SANTOS
APELADO	:SABEMI SEGURADORA S/A E OUTRO
ADVOGADO	:EDUARDO PORTUGAL RODRIGUES E OUTROS
APELADO	:UNIAO FEDERAL
ORIGEM	:SEGUNDA VARA FEDERAL DE SÃO JOÃO DE MERITI (200151010085739)

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. NÃO EXISTE CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU OMISSÃO NO JULGADO.
- Analisando o teor dos embargos de declaração, verifica-se que a embargante pretende, na verdade, questionar o entendimento veiculado através do voto, ao invés de buscar aclarar ou desanuviar dúvidas causadas pela omissão, contradição ou obscuridade.
- Assim, o acórdão não deixa margem à dúvida, sendo imperativo o combate da intenção de tornar a presente peça como uma possibilidade de obter um segundo julgamento, pelo Tribunal, da questão trazida nas razões de apelação.
- Embargos improvidos.

Acórdão

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, na forma do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2007. (data do julgamento).

RICARDO REGUEIRA

IV - APELACAO CIVEL 134020 97.02.08051-7

RELATOR	:THEOPHILO MIGUEL
APELANTE	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:AMERICO LUIS MARTINS DA SILVA
APELADO	:ORBALDO JOAQUIM PEREIRA
ADVOGADO	:AGATHYRNO SILVA GOMES
ORIGEM	:VIGÉSIMA TERCEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9500152886)

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DA OMISSÃO APONTADA NO ACÓRDÃO IMPUGNADO. DIVERGÊNCIA SUBJETIVA DA PARTE, QUE, INCONFORMADA, PRETENDE A REFORMA SUBSTANCIAL DO JULGADO, NÃO PODE SER OBJETO DO PRESENTE RECURSO. PRÉ-QUESTIONAMENTO. DESNECESSIDADE DE REFERÊNCIA EXPRESSA DOS DISPOSITIVOS INCIDENTES E APLICADOS NA DECISÃO PROFERIDA, PARA O FIM DE SE AFERIR A PERTINÊNCIA DE PERCURSO DAS VIAS RECURSAIS EXTRAORDINÁRIA OU ESPECIAL. EMBARGOS CONHECIDOS E IMPROVIDOS.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.
Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, conhecer dos embargos de declaração e negar-Ihes provimento, nos termos do voto do Relator.
Rio de Janeiro, (data do julgamento).

THEOPHILO MIGUEL
Relator

IV - APELACAO CIVEL 348135 2000.50.01.011622-5

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL REIS FRIEDE
APELANTE	:SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS-SINDSEP/ES E OUTROS
ADVOGADO	:ANA IZABEL VIANA GONSALVES
APELANTE	:UNIAO FEDERAL
APELADO	:OS MESMOS
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 3A VARA-ES
ORIGEM	:TERCEIRA VARA FEDERAL DE VITÓRIA (200050010116225)

EMENTA
INTERESSE DE AGIR. PEDIDO DE MAJORAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES NO PERCENTUAL DE 3,17%. LEI 8880/94.. SÚMULA ADMINISTRATIVA Nº 9. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. JUROS DE MORA. REMESSA E RECURSO DA UNIAO PROVIDOS PARCIALMENTES. APELAÇÃO DA ADVOGADA DA PARTE AUTORA PROVIDA.
I- Trata-se de remessa necessária e apelação cível da União Federal e recurso de apelação cível de Ana Izabel Viana Gonsalves.
II- Descabe a alegação de falta de interesse de agir sob o argumento da superveniência da MP 2.225/2001, pois a tutela jurisdicional postulada tem efeito de garantir a percepção das parcelas pretéritas, no que diz respeito ao período anterior a incorporação. Também não há que se falar em prescrição de fundo de direito, mas sim de prescrição qüinqüenal.
III- Na citada orientação administrativa de cunho obrigatório a todos os órgãos jurídicos da representação judicial da União, das autarquias e das fundações públicas, o Advogado Geral da União deixa consignado que: "Autoriza a não interposição de recurso judicial da decisão que determinar a aplicação do índice de 3,17% aos vencimentos dos servidores públicos, com fundamento na Lei nº 8.880/94".
IV- Não cabe revisão em relação à majoração estabelecida em 3,17%. Quanto ao pedido de acréscimo no percentual de honorários advocatícios, determino, com base no art.20, § 3º do CPC, que os mesmos sejam no percentual de 10%.
V- É inaplicável a alínea "f", do art.1º, da Lei nº 9.494/97, que limita em 6% a.a., os juros de mora quando a Fazenda Pública for vencida, aos processos ajuizados em data anterior ao advento da Medida Provisória nº 2.180/2001.
VI- Já em relação ao disposto no art. 10 da MP nº 2.225-45, de 04/09/2001, assiste razão à União Federal, devendo-se, na execução, observar a dedução dos valores já pagos à Parte Autora, bem como a prescrição qüinqüenal.
VII- Dou, parcialmente, provimento à remessa necessária e à apelação da União Federal e dou provimento ao recurso da advogada da parte autora.

ACÓRDÃO
Visto e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas.
Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, deu, parcialmente, provimento à remessa e ao recurso da União Federal e dar provimento ao recurso da advogada da parte autora, nos termos do voto do relator constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, de de 2007.

Reis Friede
Relator

IV - APELACAO CIVEL 362053 2001.51.01.016915-7

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL REIS FRIEDE
APELANTE	:SINTRASEF - SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E OUTROS
ADVOGADO	:VALERIA TAVARES DE SANT'ANNA E OUTROS
APELANTE	:UNIAO FEDERAL
APELADO	:OS MESMOS
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 15A VARA-RJ
ORIGEM	:DÉCIMA QUINTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200151010169157)

EMENTA
INTERESSE DE AGIR. PEDIDO DE MAJORAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES NO PERCENTUAL DE 3,17%. LEI 8880/94. SÚMULA ADMINISTRATIVA Nº 9. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REMESSA E RECURSO DA UNIAO PROVIDOS PARCIALMENTES. APELAÇÃO DA ADVOGADA DA PARTE AUTORA PROVIDA.
I - Trata-se de remessa necessária e apelação cível da União Federal e recurso de apelação cível de VALÉRIA TAVARES DE SANT'ANNA.
II - Descabe a alegação de falta de interesse de agir sob o argumento da superveniência da MP 2.225/2001, pois a tutela jurisdicional postulada tem efeito de garantir a percepção das parcelas pretéritas, no que diz respeito ao período anterior a incorporação. Também não há que se falar em prescrição de fundo de direito, mas sim de prescrição qüinqüenal.
III - Na citada orientação administrativa de cunho obrigatório a todos os órgãos jurídicos da representação judicial da União, das autarquias e das fundações públicas, o Advogado Geral da União deixa consignado que: "Autoriza a não interposição de recurso judicial da decisão que determinar a aplicação do índice de 3,17% aos vencimentos dos servidores públicos, com fundamento na Lei nº 8.880/94".
IV - Não cabe revisão em relação à majoração estabelecido em 3,17%. Quanto ao pedido de acréscimo no percentual de honorários advocatícios, determino, com base no art.20, § 3º do CPC, que os mesmos sejam no percentual de 10%.
V - Já em relação ao disposto no art. 10 da MP nº 2.225-45, de 04/09/2001, assiste razão à União Federal, devendo-se, na execução, observar a dedução dos valores já pagos à Parte Autora, bem como a prescrição qüinqüenal.
VI - Dou, parcialmente, provimento à remessa necessária e à apelação da União Federal e dou provimento ao recurso da advogada da parte autora.

ACÓRDÃO
Visto e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas.
Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, deu, parcialmente, provimento à remessa e ao recurso da União Federal e dar provimento ao recurso da advogada da parte autora, nos termos do voto do relator constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, de de 2007.

Reis Friede
Relator

IV - APELACAO CIVEL 99.02.20674-3

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL RICARDO REGUEIRA
APELANTE	:LUIZ CARLOS DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO	:GREICE FREDERICA N. LEAL
APELADO	:UNIAO FEDERAL
ORIGEM	:VIGÉSIMA OITAVA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (8800145191)

EMENTA

EMBARGOS À EXECUÇÃO. ALEGAÇÃO DE ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. POSSIBILIDADE. PRECATÓRIO COMPLEMENTAR.
- A União opôs os presentes Embargos à Execução a fim de que fosse julgada improcedente a expedição de precatório complementar e a correção de alegado erro material.
- A sentença apelada entendeu pela possibilidade da expedição do precatório complementar, deixando de se manifestar acerca do erro material.
- A embargante deixou transcorrer o prazo de interposição dos embargos de declaração.
- Correto o entendimento da possibilidade de expedição do precatório complementar.
- RECURSO IMPROVIDO.

Acórdão

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 2007 (data do julgamento).

RICARDO REGUEIRA

XII - APELACAO EM MANDADO DE SEGURANCA 2005.51.01.025580-8

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL RICARDO REGUEIRA
APELANTE	:UNIAO FEDERAL
APELADO	:RICARDO SEGADAS ACYLINO DE LIMA
ADVOGADO	:RODRIGO JANSEN E OUTRO
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 12A VARA-RJ
ORIGEM	:DÉCIMA SEGUNDA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200551010255808)

EMENTA

MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. MÉDICO ANESTESISTA. DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE CONCLUSÃO DE RESIDÊNCIA. POSSE.
- Trata-se de apelação e remessa em face de sentença, que concedeu a segurança, assegurando ao impetrante o direito a ser contratado no cargo de anestesista do Hospital dos Servidores do Estado, em razão de aprovação em concurso público, independentemente da apresentação de título de especialização ou certificado de residência médica.
- Em análise da documentação acostada aos autos, verifica-se que o Impetrante é médico diplomado pela Universidade do Rio de Janeiro, bem como, em 19/10/2005, encontrava-se cursando o 3º ano de Residência Médica em Anestesiologia, no Hospital Universitário Pedro Ernesto -UERJ.
- A lei não veda o exercício da profissão de médico nas diversas modalidades para aqueles que não concluíram o aludido curso de especialização, estando a Resolução CFM nº 1763/2005 limitada tão-somente ao estabelecimento de critérios para o reconhecimento e denominação das especialidades e áreas de atuação na Medicina.
- Agravo retido prejudicado.
- APELAÇÃO E REMESSA IMPROVIDOS.

Acórdão
Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, JULGAR PREJUDICADO o agravo retido e NEGAR PROVIMENTO ao recurso e à remessa, nos termos do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2007 (data do julgamento).

RICARDO REGUEIRA

IV - APELACAO CIVEL 89.02.10170-3

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL RICARDO REGUEIRA
APELANTE	:DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM-DNER E OUTROS
ADVOGADO	:ILONA GOMES CRESPO E OUTROS
APELADO	:ELENORA HELEN MELCHER BOSSELJON E OUTROS
ADVOGADO	:MARINHO CAMPOS DELL'ORTO
APELADO	:CIA/ IMOBILIARIA DE PETROPOLIS
ADVOGADO	:BRENO JOSE ALONSO DE CAMARGO
ORIGEM	:TERCEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (0002106973)

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. NÃO EXISTE CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU OMISSÃO NO JULGADO.
- Analisando o teor dos embargos de declaração, verifica-se que a embargante pretende, na verdade, questionar o entendimento veiculado através do voto, ao invés de buscar aclarar ou desanuviar dúvidas causadas pela omissão, contradição ou obscuridade.
- Assim, o acórdão não deixa margem à dúvida, sendo imperativo o combate da intenção de tornar a presente peça como uma possibilidade de obter um segundo julgamento, pelo Tribunal, da questão trazida nas razões de apelação.
- Embargos improvidos.

Acórdão

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, na forma do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2007. (data do julgamento).

RICARDO REGUEIRA

IV - REMESSA EX-OFFICIO EM AÇÃO CÍVEL 97.02.22079-3

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL RICARDO REGUEIRA
PARTE AUTORA	:ADAIRTON ALVES PINTO
ADVOGADO	:MAURO ROBERTO GOMES DE MATTOS E OUTROS
PARTE RÉ	:UNIAO FEDERAL
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 3A VARA-RJ
ORIGEM	:TERCEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9000049016)

EMENTA

SERVIDOR PÚBLICO. RECLASSIFICAÇÃO. ARQUIVISTA. REGISTRO PROFISSIONAL. DIREITO ADQUIRIDO.
- A entrada em vigência da Lei nº 7.446/85 não pode retroagir e prejudicar direito adquirido à reclassificação na categoria funcional de arquivista, modificando condições que já foram atendidas em conformidade com a Lei nº 6.546/78.
- Remessa necessária improvida.

Acórdão

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO à remessa necessária, nos termos do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 2006 (data do julgamento).

RICARDO REGUEIRA

IV - APELACAO CIVEL 2001.51.01.005863-3

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL RICARDO REGUEIRA
APELANTE	:EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT
ADVOGADO	:GEORGE AUGUSTO CARVANO
APELADO	:ANDRESSA MARQUES BERNARDES
ADVOGADO	:EDMILSON ANTONIO PEREIRA
ORIGEM	:SEGUNDA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200151010058633)

EMENTA

ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. ISENÇÃO DE CUSTAS. AGRAVO RETIDO. EQUIPARAÇÃO. FAZENDA PÚBLICA. FICHA DE ACIDENTE. PREENCHIMENTO. MOTORISTA. AUTORA. AVARIAS. PROVA.
- A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ingressou com ação de ressarcimento por danos causados em acidente de veículo, objetivando receber valor, que foi por ela pago, desembolsado para reparo de veículo de sua propriedade.
- Face ao indeferimento da isenção de custas pleiteada, ingressou com agravo retido, para apreciação do Tribunal.
- Agravo Retido conhecido e provido, eis que a isenção de custas já foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal.
- A ficha de acidente, juntada aos autos pela ré, e preenchida pelo motorista da autora, dá prova, somente, de avarias no pára-choque.
- Recurso improvido.

Acórdão

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, DAR PROVIMENTO AO AGRAVO RETIDO e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 27 de setembro de 2006 (data do julgamento).

RICARDO REGUEIRA

EXPEDIENTE Nº 178 DO DIA 11 DE ABRIL DE 2007

IV - APELACAO CIVEL 2006.51.01.011651-5

RELATOR	:SERGIO SCHWAITZER
APELANTE	:LEOMAR SIQUEIRA CASQUEIRA
ADVOGADO	:NEWTON BATISTA TRANQUEIRA CALDAS E OUTRO
APELADO	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:PAULO JOSÉ CANDIDO DE SOUZA
ORIGEM	:VIGÉSIMA PRIMEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200651010116515)

EMENTA
ADMINISTRATIVO - SERVIDOR PÚBLICO - ADIANTAMENTO DO PCCS- LEI Nº 7.686/88 - REAJUSTE DE 47,11% - PORTARIA 2935/87, DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - JANEIRO DE 1988 - LEI Nº 10855/2004 - IMPROCEDENCIA DO PEDIDO.
I - Independentemente da conclusão a que se possa chegar acerca da natureza jurídica do adiantamento pecuniário do PCCS, o certo é que o mesmo só se tornou legítimo a partir do momento em que passou a ter expressa previsão legal, com o advento da Lei nº 7.686, de 02/12/88, sendo, portanto, inviável a incidência, sobre o mesmo, do reajuste de 47,11%, ante a impossibilidade de se atribuir efeito retroativo ao referido diploma normativo.
II - A rigor, a instituição da aludida verba, decorrente de determinação administrativa do então Ministro da Previdência e Assistência Social (MPAS), bem como o seu pagamento no período compreendido entre outubro de 1987 e outubro de 1988, deu-se de forma anômala, contrastante com os ditames da Carta Política de 1967 (EC nº 01/69), que, em seu art. 65, proclamava como sendo de reserva legal a disciplina de matéria concernente à fixação de vencimentos e vantagens de servidores públicos.
III - A redação do art. 3º, § 2º, da Lei nº 10.855/2004 não garante aos servidores públicos a incorporação aos seus vencimentos do reajuste de 47,11%, incidente sobre o adiantamento pecuniário instituído pela Lei n° 7.686/1988, considerada a data-base de 1º de janeiro de 1988.
IV - Recurso desprovido.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.
Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por maioria, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado. Vencido o Desembargador Federal Ricardo Regueira.
Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2007. (data de julgamento)

SERGIO SCHWAITZER
RELATOR

IV - APELACAO CIVEL 2005.51.01.016239-9

RELATOR	:SERGIO SCHWAITZER
APELANTE	:EDNA DOS SANTOS VIEIRA
ADVOGADO	:NEWTON BATISTA TRANQUEIRA CALDAS E OUTRO
APELADO	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:SONIA ARRUDA S. CARNEIRO
ORIGEM	:SEXTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200551010162399)

EMENTA
ADMINISTRATIVO - SERVIDOR PÚBLICO - ADIANTAMENTO DO PCCS- LEI Nº 7.686/88 - REAJUSTE DE 47,11% - PORTARIA 2935/87, DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - JANEIRO DE 1988 - LEI Nº 10855/2004 - IMPROCEDENCIA DO PEDIDO.
I - Independentemente da conclusão a que se possa chegar acerca da natureza jurídica do adiantamento pecuniário do PCCS, o certo é que o mesmo só se tornou legítimo a partir do momento em que passou a ter expressa previsão legal, com o advento da Lei nº 7.686, de 02/12/88, sendo, portanto, inviável a incidência, sobre o mesmo, do reajuste de 47,11%, ante a impossibilidade de se atribuir efeito retroativo ao referido diploma normativo.
II - A rigor, a instituição da aludida verba, decorrente de determinação administrativa do então Ministro da Previdência e Assistência Social (MPAS), bem como o seu pagamento no período compreendido entre outubro de 1987 e outubro de 1988, deu-se de forma anômala, contrastante com os ditames da Carta Política de 1967 (EC nº 01/69), que, em seu art. 65, proclamava como sendo de reserva legal a disciplina de matéria concernente à fixação de vencimentos e vantagens de servidores públicos.
III - A redação do art. 3º, § 2º, da Lei nº 10.855/2004 não garante aos servidores públicos a incorporação aos seus vencimentos do reajuste de 47,11%, incidente sobre o adiantamento pecuniário instituído pela Lei n° 7.686/1988, considerada a data-base de 1º de janeiro de 1988.
IV - Recurso desprovido.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.
Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por maioria, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado. Vencido o Desembargador Federal Ricardo Regueira.
Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2007. (data de julgamento)

SERGIO SCHWAITZER
RELATOR

IV - APELACAO CIVEL 384211 2005.51.01.007218-0

RELATOR	:J. C. THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
APELANTE	:MOZART SANTOS E OUTROS
ADVOGADO	:RODRIGO BOUERI FILGUEIRAS LIMA E OUTRO
APELADO	:UNIAO FEDERAL
ORIGEM	:VIGÉSIMA SEXTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200551010072180)

EMENTA
CONSTITUCIONAL - ADMINISTRATIVO - PRETENSÃO DE REVISÃO GERAL DE REMUNERAÇÃO - PARCELAS DE TRATO SUCESSIVO - ENUNCIADOS N.ºs 85 E 106 DO STJ.
I - A teor da orientação consagrada através dos Enunciados n.ºs 85 e 106 da Súmula do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, deve-se reconhecer a prescrição qüinqüenal prevista no Decreto n.º 20.910/32 das pretensões advindas antes dos 5 (cinco) anos imediatamente anteriores ao ajuizamento da presente ação, por se tratar de parcelas de trato sucessivo, na forma do art. 3.º daquele Decreto.
CONSTITUCIONAL - ADMINISTRATIVO - SERVIDOR PÚBLICO - REVISÃO GERAL DE REMUNERAÇÃO - ART. 37, X DA CR/88 - LEI DE INICIATIVA EXCLUSIVA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA - ART. 61, § 1.º, II, "A", *IN FINE* DA CR/88 - LIMITAÇÃO A DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO.
II - Mesmo consagrando definitivamente, além da já consagrada paridade de índices, a periodicidade anual da revisão geral da remuneração dos servidores públicos, o art. 37, X da CR/88 passou a exigir expressamente que a alteração da remuneração deve se dar sempre através de lei específica, ou seja, que trata especificamente dessa matéria, e em observância à iniciativa privativa em cada caso, ou seja, em cada esfera da federação e em cada entidade da Administração Pública.
III - Assim, no caso dos servidores públicos da Administração Pública direta e autárquica, infere-se que a realização de revisão geral da remuneração dos servidores públicos depende sempre de lei de iniciativa exclusiva do Presidente da República, nos termos do art. 61, § 1.º, II, "a", *in fine* da CR/88.
IV - Por isso, em conformidade com o princípio da separação harmônica entre os Poderes, não cabe ao Poder Judiciário conceder aumento (ou realizar a revisão geral) da remuneração de servidores públicos sem a devida previsão legal, em determinados anos.
V - De fato, diante da omissão nesse sentido, o Egrégio Supremo Tribunal Federal teve a oportunidade de declarar a inconstitucionalidade por omissão, tanto de Governadores de Estado e do DF (nas ADIs n.ºs 2.481/RS, 2.486/RJ, 2.490/PE, 2.491/GO, 2.492/SP, 2.493/PR, 2.496/MS, 2.497/AC, 2.498/ES, 2.503/MA, 2.504/MG, 2.506/CE, 2.507/AL, 2.508/PA, 2.509/AM, 2.510/AP, 2.511/PB, 2.512/MT, 2.516/AC, 2.517/SE, 2.518/RO, 2.519/RR, 2.520/PI, 2.524/TO e 2.525/DF) quanto do próprio Presidente da República (na ADI n.º 2.061/DF). Todavia, em nenhum desses casos o Chefe do Poder Executivo foi compelido a suprir a omissão nesse sentido, na forma do art. 103, § 2.º da CR/88.
VI - Por isso, apesar de se tomar o art. 37, X da CR/88 predominantemente como uma norma constitucional de eficácia limitada de princípio institutivo impositiva, ou seja, que impõe a criação de norma infra-constitucional ulterior integrativa, vislumbra-se a partir da ementa *supra* transcrita que não há propriamente um dever jurídico de realizar a revisão geral da remuneração dos servidores públicos.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.
Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2.ª Região, por maioria, negar provimento ao recurso de apelação, nos termos do voto do Relator, vencido o Desembargador Federal RICARDO REGUEIRA.
Rio de Janeiro, (data do julgamento).

THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
JUIZ FEDERAL CONVOCADO
RELATOR

IV - APELACAO CIVEL 312987 1999.51.01.057922-3

RELATOR	:SERGIO SCHWAITZER
APELANTE	:WALTER BASTOS E CONJUGE
ADVOGADO	:HELIO MACHADO VIEIRA
APELADO	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:LUIZ OCTAVIO BARBOSA LIMA PEDROSO E OUTROS
ORIGEM	:DÉCIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9900579224)

EMENTA
EMBARGOS À ADJUDICAÇÃO. NULIDADE DA HASTA PÚBLICA. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO DEVEDOR ACERCA SUA DA REALIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE ALEGAÇÃO DE IMPENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA.
- Apelação interposta contra sentença que julgou improcedentes embargos à adjudicação, interpostos sob a alegação de ausência de notificação pessoal do devedor acerca da realização do leilão, bem como da impenhorabilidade do imóvel, por se tratar de bem de família.
- Nos termos do art. 685, §5º, do Código de Processo Civil, o devedor deve ser intimado pessoalmente acerca da realização do leilão do bem penhorado.
- A ausência da intimação pessoal, portanto, implica na nulidade do procedimento de alienação do bem.
- É inadmissível, em sede de embargos à adjudicação, a alegação de insubsistência da penhora, em razão de a mesma recair sobre bem de família.
- Recurso parcialmente provido.

Acórdão
Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por maioria, DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso, vencido o Relator.
Rio de Janeiro, 07 de março de 2007 (data do julgamento).

RICARDO REGUEIRA

IV - APELACAO CIVEL 2004.51.01.516458-8

RELATOR	:SERGIO SCHWAITZER
APELANTE	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:CIA/ INDL/ ODEON
ADVOGADO	:BRUNO PINHEIRO BARATA E OUTROS
ORIGEM	:SÉTIMA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (200451015164588)

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL - EXTINÇÃO APÓS A APRESENTAÇÃO DE EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE - CONDENAÇÃO DA EXEQÜENTE AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - CABIMENTO.
I - Conforme reiteradamente vem decidindo o Superior Tribunal de Justiça, a Fazenda Pública deve ser condenada ao pagamento de honorários advocatícios quando seu requerimento de extinção da execução fiscal é apresentado após a Executada oferecer defesa. Nesse sentido, dentre outros, merecem ser reproduzidos os seguintes arestos daquela Corte: Precedentes: ERESP nº 80257/SP (1ª Seção - Rel. Min. Adhemar Maciel - DJ de 25/02/98, p. 14), RESP nº 611253/BA (1ª Turma - Rel. Min. Luiz Fux - DJ de 14/06/04, p. 180) e AgRg no REsp 661662/RJ (1ª Turma - Rel. Min. Francisco Falcão - DJ de 18/11/2004, p. 464).
II - Outra não é a hipótese dos autos, pois a Exeqüente somente requereu a extinção do processo após a apresentação de exceção de pré-executividade.
III - Tendo em vista, contudo, a simplicidade da causa e o fato de que a Executada só interveio uma vez no feito antes da sentença, justamente para apresentar a exceção de pré-executividade, assiste razão à Apelante no que diz respeito ao pedido de redução da verba honorária.
IV - Apelação parcialmente provida.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.
Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, dar parcial provimento à apelação, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, de de 2007.

SÉRGIO SCHWAITZER
RELATOR

IV - APELACAO CIVEL 2005.51.01.018890-0

RELATOR	:SERGIO SCHWAITZER
APELANTE	:CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRACAO DO R.J.- CRA/RJ
ADVOGADO	:AIRES ALEXANDRE JUNIOR E OUTROS
APELADO	:KARGA RIO ARMAZENS GERAIS LTDA
ADVOGADO	:JOSE OSWALDO CORREA E OUTROS
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 5A VARA-RJ
ORIGEM	:QUINTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200551010188900)

EMENTA
APELAÇÃO CIVEL - CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO - ARMAZÉNS GERAIS - OBJETO SOCIAL - ATIVIDADE NÃO ATINENTE À LEI 4.769/65.
I - Depreende-se da leitura do artigo 1º, da Lei nº 6.839/80 que o registro no respectivo Conselho, bem como a aplicação de penalidades, só se torna possível em decorrência da atividade básica exercida pela empresa.
II - Estivesse inserido o objeto social da empresa (assessoria técnica de armazenamento e consultoria de armazenagem de mercadorias) dentre as atividades elencadas na Lei nº 4.769/65, forçoso seria o reconhecimento da existência de relação jurídica entre a mesma e o Conselho Regional de Administração do Rio de Janeiro, o que acarretaria a obrigatoriedade de registro. Contudo, inexistente o elo jurídico entre as partes afigura-se inviável a pretensão deduzida.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.
Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2007.
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR

IV - AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL 2005.51.01.016650-2

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL SERGIO SCHWAITZER
AGRAVANTE	:JORGE FARIAS DOS SANTOS JUNIOR E OUTROS
AGRAVANTE	:UNIÃO FEDERAL
AGRAVADA	:DECISÃO DE FLS. 216/218
APELANTE	:JORGE FARIAS DOS SANTOS JUNIOR E OUTROS
ADVOGADO	:JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA E OUTROS
APELANTE	:UNIÃO FEDERAL
APELADO	:OS MESMOS
REMETENTE	:JUÍZO FEDERAL DA 19A VARA-RJ
ORIGEM	:DÉCIMA NONA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200551010166502)

EMENTA
AGRAVO INTERNO - MILITAR - REAJUSTE DE 28,86% - MEDIDA PROVISÓRIA 2.131/00 - PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL - INOCORRÊNCIA - PAGAMENTO DE ATRASADOS - CONDENAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA - JUROS DE MORA - 6% AO ANO - ART. 1º- F DA LEI Nº 9.494/97 - ART. 406 DO CÓDIGO CIVIL - PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE.
1. O conteúdo normativo da Medida Provisória nº 2.131, de 28 de dezembro de 2000, que dispôs a respeito da reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, produziu efeitos jurídicos concretos sobre o direito da parte autora, correndo, a partir desse momento, o prazo prescricional previsto no art.1º do Decreto 20.910/32.
2. A presente ação foi proposta em agosto de 2005, ou seja, quando ainda não transcorridos cinco anos do termo final para a incorporação do referido índice (dezembro de 2000 - data do advento da MP nº 2.131), bem como para a percepção de eventuais diferenças que dela possam advir. O que se verifica na espécie vertente é a incidência da prescrição sobre as parcelas anteriores a agosto de 2000.
3. No caso, a prescrição não alcança o denominado fundo de direito, repercutindo apenas sobre as parcelas vencidas anteriores ao lustro, nos termos, inclusive, do enunciado nº 85 da jurisprudência sumulada do Colendo STJ. No mesmo diapasão: AGRESP nº 738731, DJ de 01/08/2005 e RESP nº 764343, DJ de 07/11/2005.
4. O reajuste de 28,86%, introduzido pela Lei nº 8.627/93, por representar verdadeira revisão geral de vencimentos, nos moldes do art. 37, X, da Carta Magna, em sua redação originária, há de ser estendido tanto aos servidores civis que com ele não foram agraciados, quanto aos servidores militares, observada, em ambos os casos, a compensação de índices já percebidos por força do mencionado diploma legal.
5. Consoante o disposto no art. 1º - F da Lei nº 9494/97, com a redação dada pelo art. 4º da MP nº 2180-35/2001, "os juros de mora, nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, não poderão ultrapassar o percentual de seis por cento ao ano."
6. Em respeito ao princípio da especialidade, segundo o qual as normas especiais predominam sobre as de cunho geral, a regra estabelecida no art. 1º - F da Lei nº 9494/97 há de prevalecer sobre o comando proclamado no art. 406 do Código Civil.
7. Negado provimento ao agravo interno interposto pelos autores e dado parcial provimento ao agravo interno da União para determinar a aplicação dos juros de mora no patamar de 0,5% ao mês durante todo o período, tomando-se como termo a quo a data da citação inicial.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.
Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao agravo interno interposto pelos autores e dar parcial provimento ao agravo interno da União, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, de de 2007 (data de julgamento).

SERGIO SCHWAITZER
RELATOR

IV - APELACAO CIVEL 2001.51.01.023612-2

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL RICARDO REGUEIRA
APELANTE	:UNIAO FEDERAL
APELANTE	:PETROLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS
ADVOGADO	:SEM ADVOGADO
APELANTE	:PETROS-FUNDACAO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO	:SEM ADVOGADO
APELADO	:SINDICATO NACIONAL DOS CONDUTORES DA MARINHA MERCANTE
ADVOGADO	:FABRICIO MONTEIRO PORTO
ORIGEM	:DÉCIMA PRIMEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200151010236122)

EMENTA

ADMINISTRATIVO. AÇÃO CAUTELAR. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LITISPENDÊNCIA. CONDENAÇÃO NA VERBA SUCUMBENCIAL. IMPOSSIBILIDADE. ART. 18, DA LEI Nº 7.347/85.
- A litigância de má-fé alegada pela União Federal não restou configurada no presente caso, porquanto inexistentes quaisquer das hipóteses elencadas no art. 17, do Código de Processo Civil.
- Não há que se falar em aplicação do disposto na parte final do art. 18, da Lei nº 7.347/85 (com nova redação dada pela Lei nº 8.078/90), que estabelece que haverá condenação da associação autora na verba sucumbencial, nos casos de comprovada má-fé.
- A questão relativa à litigância de má-fé não foi suscitada pela União Federal na primeira oportunidade que lhe coube falar nos autos, pelo que se encontra preclusa, não podendo ser alegada somente agora em sede de apelação.
- Recurso improvido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 2006 (data do julgamento).

RICARDO REGUEIRA

IV - APELACAO CIVEL 2004.51.01.018856-6

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL RICARDO REGUEIRA
APELANTE	:APARECIDA MARIA DE CAMPOS
ADVOGADO	:ELIZABETH PIRES FERREIRA ALVES
APELADO	:UNIAO FEDERAL
ORIGEM	:VIGÉSIMA SEXTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200451010188566)

EMENTA

ADMINISTRATIVO. MILITAR. REFORMA. NEUROSE HISTÉRICA E ALCOOLISMO CRÔNICO. GRADUAÇÃO DE SEGUNDO - SARGENTO. PROCEDÊNCIA.
- Trata-se de apelação interposta pela apelante em face de sentença, que julgou improcedente o pedido da autora, cujo objeto é assegurar os proventos de pensão de grau hierárquico superior, ou seja, de Terceiro -Sargento, com direitos aos proventos integrais da graduação.
- Restou comprovada a incapacidade para o exercício militar, conforme o resultado da inspeção de saúde, do Departamento Geral do Pessoal de Inativos e Pensionistas do Ministério do Exército, diagnosticado a patologia de neurose histérica e alcoolismo crônico, que o tornou incapaz definitivamente para o serviço do Exército.
- Deve ser assegurado ao militar acometido por alienação mental o direito à reforma com proventos equivalentes ao soldo hierarquicamente superior ao que ocupava na ativa, pois independe do nexo causal entre a anomalia e o serviço militar, em decorrência da comprovação do diagnóstico de alcoolismo crônico.
- Recurso provido.

Acórdão

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, DAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2007 (data do julgamento).

RICARDO REGUEIRA

IV - APELACAO CIVEL 2000.51.01.023815-1

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL RICARDO REGUEIRA
APELANTE	:EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT
ADVOGADO	:RAIMUNDO NONATO FERREIRA E OUTROS
APELADO	:CARLOS MAX DA SILVA PRADO
ADVOGADO	:CARLOS EUGENIO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE E OUTRO
ORIGEM	:VIGÉSIMA TERCEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200051010238151)

EMENTA

CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA DOS CORREIOS. FALHA NO ENVIO DE CORRESPONDÊNCIA. CANCELAMENTO DE EVENTO. DANOS MATERIAIS E MORAIS. HONORÁRIOS.
- O autor teve que cancelar a realização de um evento desportivo, por conta da falha na prestação do serviço de entrega das cartas pelos Correios.
- A jurisprudência dominante nos Tribunais Superiores reconhece que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT tem as mesmas prerrogativas fiscais e processuais da Fazenda Pública em juízo.
- Em respeito ao princípio da vedação ao enriquecimento sem causa, a ECT, em caso de sucumbência, tem o dever de ressarcir todos os prejuízos da parte adversa, inclusive aqueles relativos ao âmbito processual.
- Não há que se falar em verificação de culpa, uma vez que o art. 21, X, da Constituição Federal, ainda consagra o monopólio postal da União Federal, de forma que a responsabilidade da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos deve ser apurada na modalidade objetiva.
- O nexo de causalidade é de clara de percepção, pois é certo que o autor utilizou a via postal como a forma principal de divulgação do torneio, de maneira que a falha da empresa pública foi fundamental para o fracasso da empreitada.
- O dano material depreende-se dos prejuízos materiais arcados com a realização do evento cancelado.
- A indisposição moral verifica-se pelo fracasso da empreitada, tendo-se em conta o compromisso perante patrocinadores e eventuais participantes.
- Há de ser mantida a indenização fixada pelo juízo singular, visto que baseada em prudente critério do julgador, servindo como justa punição pelo ato praticado, e pela injusta humilhação e sofrimento impostos à autora.
- Recurso improvido.

Acórdão

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2007 (data do julgamento).

RICARDO REGUEIRA

IV - APELACAO CIVEL 1998.51.03.303688-4

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL RICARDO REGUEIRA
APELANTE	:INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA
PROCURADOR	:ALIPIO OLIVEIRA SANTOS
APELANTE	:UNIAO FEDERAL
APELADO	:SEBASTIAO LIPARIZI E OUTRO
ADVOGADO	:ROBINSON FURTADO GAMA SOBREIRA E OUTRO
ORIGEM	:SEGUNDA VARA FEDERAL DE CAMPOS (9803036882)

EMENTA
ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO POR INTERESSE SOCIAL. AS VISTORIAS PELO INCRA REALIZADAS NÃO REFLETEM A REALIDADE DA EXPLORAÇÃO RURAL DO IMÓVEL NOS PERÍODOS APONTADOS. ILEGALIDADE DO DECRETO EXPROPRIATÓRIO. NÃO HÁ NULIDADES. POSSIBILIDADE DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA EM FACE DA FAZENDA PÚBLICA.
- Trata-se de pedido de nulidade do procedimento administrativo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária de avaliação da produtividade do imóvel rural denominado "Fazenda do Sol", que culminou no Decreto do Presidente da República, que declarou tal imóvel como sendo de interesse social para fins de reforma agrária.
- Rejeitada a preliminar de nulidade pela falta de despacho saneador, posto que este está presente em fls 335.
- O não deferimento ou não conhecimento do pedido de produção de prova testemunhal, deveria ter sido impugnado a tempo pela via adequada, de maneira que a irresignação tardia não pode servir de fundamento para a declaração de nulidade de todo o processo.
- Não há que se falar em cerceamento de defesa, uma vez que foi dada às partes a oportunidade de oferecer quesitos e pedir esclarecimentos sobre o laudo pericial de fls. 652/685.
- Não merece prosperar a alegação de impossibilidade de concessão da tutela antecipada em face da fazenda pública, uma vez que o presente caso não está contido dentre as vedações previstas na Lei nº 9.494/97, tendo sido a matéria objeto de deliberação nesta Corte no agravo de instrumento nº 98.02.50287-1.
- De acordo com as informações colhidas, a declaração de improdutividade foi tomada com base no resultado apurado em duas vistorias realizadas em datas específicas.
- Na primeira vistoria, a autarquia não levou em consideração que a área, em questão, tinha sido objeto de ação de reintegração de posse, ajuizada pelos autores da presente em face de um promissário comprador.
- Verifica-se o decurso exato de um mês entre a data em que foi liberada a propriedade para a recolocação das cabeças de gado e a realização da vistoria pelo INCRA, de maneira a não ser razoável esperar que os autores conseguissem a tempo obter o grau necessário de exploração exigido.
- Em relação à segunda vistoria realizada, a autarquia apurou a existência de 805 cabeças de gado na propriedade, ressalvando, no entanto, que a área foi atingida por uma enchente no mês de janeiro daquele mesmo ano, o que levou até a decretação de estado de calamidade pública.
- O parágrafo 7º, do artigo 6º, da Lei 8.629/93 dispõe que *"não perderá a qualificação de propriedade produtiva o imóvel que, por razões de força maior, caso fortuito ou de renovação de pastagens tecnicamente conduzida, devidamente comprovados pelo órgão competente, deixar de apresentar, no ano respectivo, os graus de eficiência na exploração, exigidos para a espécie"*.
- Recursos e remessa improvidos.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO AOS RECURSOS E À REMESSA, nos termos do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 29 de novembro de 2006.
RICARDO REGUEIRA

EXPEDIENTE Nº 179 DO DIA 11 DE ABRIL DE 2007

IV - APELACAO CIVEL 2001.02.01.022038-0

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL RICARDO REGUEIRA
APELANTE	:PARIS-RIO MARKETING DIRETO LTDA
ADVOGADO	:JOAO DE SOUZA RIBEIRO NETO
APELADO	:EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT
ADVOGADO	:ADRIANA LEANDRO DE SOUSA FREITAS E OUTROS
ORIGEM	:VIGÉSIMA SEGUNDA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9500012502)

EMENTA

ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE COBRANÇA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. CONEXÃO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. IDÊNTICOS OBJETOS. SENTENÇA ANULADA. REMESSA DOS AUTOS AO JUÍZO PREVENTO.
- Conforme alegado pela apelante em sua peça de defesa, bem como em suas razões recursais, há conexão entre o presente feito e a ação ordinária nº 94.0029233-3, proposta pela ora apelante em face da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, já que ambas têm por objeto o questionamento acerca do cumprimento das obrigações oriundas dos contratos de prestação de serviços nº 452011260-4 e 452011264-7, firmados entre a apelante e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.
- Nos termos do disposto no art. 103, do Código de Processo Civil, *"reputam-se conexas duas ou mais ações, quando lhes for comum o objeto ou a causa de pedir"*, competindo ao juiz, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, ordenar a reunião dos feitos que correm em separado, a fim de que sejam decididas simultaneamente.
- Considerando que a comprovação de eventual descumprimento das obrigações por parte da ora apelada é imprescindível ao reconhecimento ou não do seu direito ao recebimento dos valores constantes das faturas arroladas na exordial, e, ainda, que tal questão está sendo apurada nos autos da ação ordinária nº 94.0029233-3, não há dúvidas de que a presente ação deve ser julgada simultaneamente àquela, de modo a evitar decisões conflitantes.
- Impõe-se a anulação da sentença recorrida, a fim de que os autos sejam remetidos ao Juízo da 2ª Vara Federal, da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, posto que prevento, na forma do disposto no art. 106, do Código de Processo Civil, para que seja julgada conjuntamente com a ação ordinária nº 94.0029233-3.
- Preliminar acolhida.
- Recurso provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, DAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 28 de março de 2007 (data do julgamento).

RICARDO REGUEIRA

IV - APELACAO CIVEL 1997.51.02.043691-6

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL RICARDO REGUEIRA
APELANTE	:UNIAO FEDERAL
APELADO	:ANTONIO JOSE DE ABREU ANTUNES
ADVOGADO	:NILO CESAR MARTINS POMPILIO DA HORA E OUTROS
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 4A VARA DE NITEROI-RJ
ORIGEM	:QUARTA VARA FEDERAL DE NITERÓI (9700436918)

EMENTA
ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL. EDITAL Nº 01/93. ARTIGO 37, INCISO IV, DA CFR. OBSERVÂNCIA À ORDEM CLASSIFICATÓRIA. TEORIA DO FATO CONSUMADO.
- Trata-se de recurso e remessa, em face de sentença, que julgou procedente o pedido, confirmando a antecipação de tutela deferida, para convolar em definitiva a nomeação e posse do autor no cargo de Agente de Polícia Federal.
- Ante os princípios norteadores da atividade pública, não pode a Administração Pública divulgar novo concurso durante o prazo improrrogável de certame anterior, em afronta ao disposto no inciso IV, do art. 37, da CF.
- Em que pese a supremacia da banca examinadora, é totalmente desarrazoado convocar novo concurso, enquanto ainda existentes vagas em aberto e candidatos classificados no certame anterior.
- Como sabido, a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso de provas, ou provas e títulos, respeitada a ordem classificatória.
- Ademais, verifica-se forçoso, no caso concreto, o acolhimento da teoria do fato consumado, eis que o autor já obteve sua nomeação definitiva, através de apostilamento fundamentado na Portaria nº 2369/2003-DG/DPF e no Despacho Ministerial nº 312/MJ, em cumprimento à decisão exarada em 16/12/03 pelo Ministro da Justiça, com o fito de solucionar os casos *sub judice* referentes ao Concurso para Agente da Polícia Federal - Edital nº 01/93.
- Apelação e remessa improvidas.

Acórdão
Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO à apelação e à remessa, nos termos do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 28 de março de 2007 (data do julgamento).

RICARDO REGUEIRA

IV - APELACAO CIVEL 1998.51.01.027544-8

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL RICARDO REGUEIRA
APELANTE	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:ANDREA CRISTINA DE FARIA MARTINS E OUTROS
APELADO	:MARIO FRANCISCO DE FREITAS
ADVOGADO	:CLEBER DO NASCIMENTO HUAIS E OUTROS
ORIGEM	:TERCEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9800275444)

EMENTA

EMBARGOS DECLARATÓRIOS INFUNDADOS. AUSÊNCIA DE REQUISITOS.
- Analisando o teor dos embargos de declaração, verifica-se que o embargante pretende, na verdade, questionar o entendimento veiculado através do voto, ao invés de buscar aclarar dúvidas causadas pela omissão, contradição ou obscuridade.
- O acórdão não deixa margem à dúvida, sendo imperativo o combate da intenção de tornar a presente peça como uma possibilidade de obter um segundo julgamento, pelo Tribunal, da questão trazida nas razões de apelação.
- Ausência dos pressupostos do art. 535, do Código de Processo Civil.
- Embargos de declaração improvidos.

Acórdão

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO aos embargos de declaração, na forma do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 28 de março de 2007 (data do julgamento).

RICARDO REGUEIRA

XII - APELACAO EM MANDADO DE SEGURANCA 2006.51.01.012881-5

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL RICARDO REGUEIRA
APELANTE	:UNIAO FEDERAL
APELADO	:ANA LUIZA DA SILVA ALVIM
ADVOGADO	:JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA E OUTROS
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 6A VARA-RJ
ORIGEM	:SEXTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200651010128815)

EMENTA

ADMINISTRATIVO. PENSÃO ESPECIAL. EX-COMBATENTE. CUMULAÇÃO COM PROVENTOS DE ÓRGÃO DA ADMISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL. JUROS MORATÓRIOS. PREQUESTIONAMENTO.
- Trata-se de apelação e de remessa em face de sentença, em ação mandamental, que julgou procedente o pedido da autora, cujo objetivo é a concessão de pensão especial de ex-combatente, previsto no art. 53, do ADCT, cumulativamente, com a pensão proveniente de órgão da Administração Pública Municipal.
- O direito à percepção da pensão especial de ex-combatente decorre de comprovação da condição de ex-combatente da 2º Guerra Mundial, com certidão da Diretoria de Portos e Costas e com Diploma da Medalha de Serviços de Guerra.
- Sendo a aposentadoria que se pretende cumular oriunda de órgão da Administração Pública Municipal, apresenta, assim, natureza previdenciária, razão pela qual pode ela recebida cumulativamente com a pensão especial prevista no art. 53, II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
- A incidência da disposição inserta no artigo 4º da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, que acrescentou o art. 1º-F na Lei 9494/97, viola o princípio da isonomia insculpido na Constituição da República.
- O dever de fundamentar as decisões judiciais, constante do art. 93, IX, da Constituição Federal, não se confunde com a obrigatoriedade de refutar todo e qualquer argumento das partes, pois o exame enfrentado do conteúdo probatório constante, nestes autos, está suficientemente fundamentado, com as razões de convencimento do julgador.
- Recurso e remessa necessária improvidos.

Acórdão

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO ao recurso e à remessa, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2007 (data do julgamento).

RICARDO REGUEIRA

IV - APELACAO CIVEL 1999.51.01.061130-1

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL RICARDO REGUEIRA
APELANTE	:UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
PROCURADOR	:TARSIS NAMETALA JORGE
APELADO	:MARIA TEREZINHA DA SILVA
ADVOGADO	:JESSE GOMES DE OLIVEIRA E OUTROS
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 7A VARA-RJ
ORIGEM	:SÉTIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9900611306)

EMENTA

ADMINISTRATIVO. PENSÃO. FUNCIONÁRIO PÚBLICO CIVIL. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA DE SUA MÃE. PRESCRIÇÃO.
- Trata-se de apelação e de remessa em face à sentença que julgou procedente o pedido, para condenar a apelante a pagar à apelada os valores devidos a título de pensão por morte do instituidor, referente ao período de fevereiro de 1997 a janeiro de 2001, deduzidos os porventura recebidos a título de antecipação de tutela.

- Depreende-se dos documentos acostados aos autos, que restou comprovada a dependência econômica, em razão da anotação na Carteira de Trabalho de Previdência Social, feita pela própria Autarquia Previdenciária, em que consta sua mãe como dependente.
- Caracterização de dependência econômica, com advento da Constituição da República, é estar adstrita ao fim social a que se destina a lei que, no caso, é amparar a apelante que efetivamente necessita da assistência do Estado.
- Inocorrência dos efeitos prescricionais no período compreendido da data do óbito do instituidor, fevereiro de 1997, e do ingresso da presente demanda, novembro de 1999.
- Recurso e remessa improvidos.

Acórdão

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO à remessa e ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2007 (data do julgamento).

RICARDO REGUEIRA

IV - APELACAO CIVEL 2000.02.01.031466-7

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL RICARDO REGUEIRA
APELANTE	:ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR	:ALINE PAOLA CAMARA DE ALMEIDA
APELANTE	:UNIAO FEDERAL
APELADO	:CARMEM RICO SANTANA
ADVOGADO	:EXPEDITO JOSE DE ARAUJO E OUTROS
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 30A VARA-RJ
ORIGEM	:TRIGÉSIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9700221059)

EMENTA

ADMINISTRATIVO. REVISÃO. PENSÃO. BOMBEIRO DO ESTADO DA GUANABARA. AUTO-APLICABILIDADE DO ART. 40, §5º DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. PORTARIA MINISTERIAL Nº 2.826/94. PRESCRIÇÃO. DECRETO Nº 20.910/32. ESTADO DO RIO DE JANEIRO. LISTISCONSORTE NECESSÁRIO.
- Trata-se de remessa e de apelações à sentença que julgou parcialmente procedente o pedido da autora, para condenar a União e o Estado do Rio de Janeiro ao pagamento da pensão militar no valor integral percebido pelo instituidor da pensão, a partir de 05/10/88 até 03/12/93.
- O Supremo Tribunal Federal enfrentou a controvérsia consagrando a tese da auto-aplicabilidade do art. 40, §5º da Constituição da República.
- A Portaria Interministerial n° 2.826, de 17-8-1994, proclamou reconhecimento inequívoco do direito da pensionista.
- Não houve prescrição, com base no Decreto nº 20.910/32, pois prescrevem-se apenas as prestações referentes ao qüinqüênio que precedeu à propositura da ação, aplicando-se o comando contido na Súmula nº 85 do Superior Tribunal de Justiça.
- Comprovação, tão-somente, da legitimidade e responsabilidade da União no que tange ao pagamento da pensão, em razão da reforma ser, à época, de Primeiro Tenente do Corpo de Bombeiro do antigo Distrito Federal do Estado da Guanabara.
- Recurso e remessa necessária da União improvidos.
- Recurso parcialmente do Estado do Rio de Janeiro provido.

Acórdão

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO ao recurso e à remessa da União e DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso do Estado do Rio de Janeiro, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2007 (data do julgamento).

RICARDO REGUEIRA

IV - APELACAO CIVEL 1999.51.01.060438-2

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL RICARDO REGUEIRA
APELANTE	:SELMA VELOSO VICENTE DA SILVA E CONJUGE
ADVOGADO	:JOAO BOSCO BRITO DA LUZ E OUTROS
APELADO	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:SONIA LUCIA DOS SANTOS LOPES
ORIGEM	:DÉCIMA NONA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9900604385)

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE VÍCIOS.
- Os embargos de declaração não são meio próprio ao reexame da causa, devendo limitar-se ao esclarecimento de obscuridade, contradição ou omissão.
- Descabem embargos de declaração para suscitar questões diversas das anteriormente mencionadas.
- A divergência subjetiva da parte, ou resultante de sua própria interpretação jurídica, não enseja a utilização dos embargos declaratórios.
- Restritos à matéria examinada, não podem os embargos, em regra, acolher pretensão modificativa ou infringente.
- Não se vislumbrando qualquer hipótese hábil a ensejar o manejo desta via recursal, não há de serem acolhidos os embargos declaratórios.
- Embargos de declaração improvidos.

Acórdão
Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO aos embargos declaratórios, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2007 (data do julgamento).

RICARDO REGUEIRA

EXPEDIENTE Nº 180 DO DIA 11 DE ABRIL DE 2007

III - AGRAVO 148875 2006.02.01.009222-3

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL REIS FRIEDE
AGRAVANTE	:LUIS CARLOS BERNARDINO JUNIOR
ADVOGADO	:CARLOS ALBERTO MULLER FILHO E OUTROS
AGRAVADO	:UNIAO FEDERAL
ORIGEM	:NONA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200651010147640)

EMENTA
AGRAVO DE INSTRUMENTO. INDEFERIMENTO DE LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. MÉDICO ESPECIALISTA. DESCESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE CONCLUSÃO DE RESIDÊNCIA. POSSE.
- Tratase de agravo de instrumento interposto em face de decisão que indeferiu o pleito liminar, formulado com visos ao afastamento do ato que obstou a investidura do agravante no cargo de médico na área de medicina intensiva do Instituto Nacional de Traumato-Ortopedia, ao argumento da ausência de comprovação da conclusão de residência médica na área especificada.
- *O agravante é médico registrado no Conselho Regional de Medicina e cursa Residência no Serviço de Terapia Intensiva do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho da Universidade Federal do Rio de Janeiro desde 01.02.2005, pelo que, uma vez logrado êxito nas provas realizadas, é de ser admitida sua posse no cargo pretendido, embora não haja conclusão da Residência.*
- *A lei não veda o exercício da profissão de médico nas diversas modalidades para aqueles que não concluíram o curso de especialização, estando a Resolução CFM nº 1763/2005, limitada tão-somente ao estabelecimento de critérios para o reconhecimento e denominação das especialidades e áreas de atuação na Medicina.*
- Agravo de instrumento provido.

Acórdão

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas, decidem os Membros da Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por maioria, DAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do relator.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2007 (data do julgamento).

RICARDO REGUEIRA
Relator p/ acórdão

XII - APELACAO EM MS 64402 2005.51.01.007519-3

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL REIS FRIEDE
APELANTE	:UNIAO FEDERAL
APELADO	:JOHN ANDERSON MUNRO
ADVOGADO	:JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 18A VARA-RJ
ORIGEM	:DÉCIMA OITAVA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200551010075193)

EMENTA
CUMULAÇÃO DE BENEFÍCIOS OBTIDA EM PRIMEIRA INSTÂNCIA FOI REFORMADA EM SEDE DE SEGUNDA INSTÂNCIA. PARTE AUTORA APELA POR SUSPENSÃO DE DESCONTOS EM SEUS VENCIMENTOS. BENEFÍCIO DE NATUREZA ALIMENTAR E BOA FÉ DA PARTE AUTORA.
I- Da análise dos autos, entendo que cabe a confirmação da sentença prolatada com todos os seus termos. Deve ser improvido à remessa necessária e o recurso da União Federal. Assim entendo, pelos seguintes fundamentos:
1) A União Federal não pode exigir a devolução das diferenças pagas a título de pensão militar, apuradas em decorrência de posterior reforma judicial, tendo em vista a natureza alimentar do benefício e o seu recebimento de boa fé. Têm prevalecido, na jurisprudência, o entendimento de que, em tais hipóteses, não há que se falar em restituição.
2) As provas aduzidas pela parte autora deixam caracterizadas a ausência de qualquer má fé da sua parte.
II- Nego provimento à remessa necessária e ao recurso da União Federal, mantendo a sentença prolatada.

ACÓRDÃO
Visto e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas.
Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à remessa necessária e ao recurso da União Federal, nos termos do voto do relator constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 28 de março de 2007.

Reis Friede
Relator

IV - APELACAO CIVEL 317334 1992.51.01.027039-4

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL REIS FRIEDE
APELANTE	:UNIAO FEDERAL
APELADO	:JOSUE JANUARIO DA SILVA REP/ P/ ISRAEL JANUARIO DA SILVA
ADVOGADO	:ISAIAS ALVES DE MENEZES E OUTRO
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 5A VARA-RJ
ORIGEM	:QUINTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9200270395)

EMENTA
REQUERIMENTO DE REVISÃO DOS TERMOS DA REFORMA MILITAR PARA CONDENAR A UNIÃO FEDERAL A PAGAR A PARTE AUTORA PROVENTOS DE SEGUNDO-TENENTE, EM VIRTUDE DE INCAPACIDADE LABORAL TOTAL COM CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA. REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÃO DA UNIÃO FEDERAL. RECURSO ADESIVO DA PARTE AUTORA. ALEGAÇÃO DE PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO; DA NECESSIDADE DE CONCESSÃO DO AUXÍLIO-INVALIDEZ; DA AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE ABSOLUTA; DA ALTERAÇÃO NA CONDENAÇÃO DE JUROS DE MORA E DO ACRÉSCIMO NO PERCENTUAL DE HONORÁRIOS.
I- Da análise dos autos, verifico que cabe negar o recurso adesivo da parte autora e dar parcial provimento à remessa necessária e ao recurso da União Federal. Assim compreendo, tendo por esteio:
1) Não correr prescrição contra incapazes, conforme o Código Civil em seu art.198, inciso I.
2) Mostrar-se indevida a concessão do auxílio-invalidez, porquanto não foi provada nos autos, a necessidade de internação ou de assistência ou cuidado permanente de enfermagem, como exigido na Lei nº 5.787/72.
3) Ficar provada a condição de incapacidade absoluta da parte autora, nos termos do documento de fls.8.
4) Incidir juros de mora sobre as diferenças de correção monetária devidas, à razão de 6% ao ano, nos termos do art 1º do decreto-lei nº 20.910/32, contados a partir da citação.
5) Estar bem decidida a questão dos honorários, nos termos do art.20, § 4º do Código de Processo Civil.
II- Nego provimento ao recurso adesivo e dou parcial provimento à remessa necessária e ao recurso da União Federal para que seja mantido o indeferimento do auxílio-invalidez e haja redução nos juros de mora para 6% (seis por cento) ao ano, sendo contados a partir da citação

ACÓRDÃO
Visto e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas.
Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso adesivo da parte autora e dar parcial provimento à remessa necessária e ao recurso da União Federal, nos termos do voto do relator constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 28 de março de 2007.

Reis Friede
Relator

XII - APELACAO EM MS 65296 2006.51.01.011893-7

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL REIS FRIEDE
APELANTE	:DALVA ROSAS MAIA
ADVOGADO	:FERNANDA DE AZEREDO BARBOSA E OUTROS
APELADO	:UNIAO FEDERAL
ORIGEM	:VIGÉSIMA SEGUNDA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200651010118937)

EMENTA
MANDADO DE SEGURANÇA. REQUERIMENTO POR CESSAÇÃO DE DESCONTOs. AUSÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA ENTRE EMPRÉSTIMOS FEITOS PELA IMPETRANTE E A AUTORIDADE IMPETRADA. DESCONTOS FEITOS PELA AUTORIDADE COATORA FORAM DETERMINADOS POR ORDEM JUDICIAL. SENTENÇA DE EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO MANTIDA.
I- Da análise dos autos; entendo que deve ser mantida incólume a sentença exarada, impende o improvimento do recurso da parte autora. Assim entendo, pelos seguintes fundamentos:
1) A autoridade coatora, quando reduz os proventos da impetrante, estava agindo em obediência a decisão judicial, conforme documento de fls.18. Não havendo nenhuma ilegalidade no ato em comento que possa ser conceituado como redução salarial.

2) Descabe pretender a parte impetrante, sob a alegação de inconstitucionalidade ou redução salarial, a minoração do percentual de seus débitos em sede de mandado de segurança frente a necessidade de produção de provas.
3) Não existe relação jurídica entre a autoridade impetrada e os empréstimos feitos.
II- Nego provimento ao recurso da parte autora, mantendo a sentença atacada.

ACÓRDÃO
Visto e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas. Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso da parte autora, nos termos do voto do relator constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 28 de março de 2007.

Reis Friede
Relator

IV - APELACAO CIVEL 361449 2002.51.01.000701-0

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL REIS FRIEDE
APELANTE	:MARIA DE SOUZA MOTA
ADVOGADO	:JOSE ROBERTO NEVES SILVEIRA E OUTROS
APELADO	:UNIAO FEDERAL
ORIGEM	:DÉCIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200251010007010)

EMENTA
REQUERIMENTO DE RETIFICAÇÃO DO ATO DE REFORMA MILITAR. DOENÇA AUTORAL SEM CAUSA E EFEITO COM O SERVIÇO MILITAR. MILITAR NÃO ESTÁVEL. SENTENÇA MANTIDA.
I- Da análise dos autos, entendo que cabe o improvimento do recurso autoral e a manutenção da sentença prolatada em todos os seus termos. Assim entendo, tendo por fundamento:
1) Não ficou provada a ligação do estado mórbido do autor com o serviço castrense, conforme documento de fls.68.
2) Comprovada por perícia a incapacitação definitiva, de caráter total e permanente, para o exercício de qualquer trabalho, o militar não estável faz jus à reforma com remuneração calculada com base no soldo integral do posto ou graduação que ocupava, na forma do inciso II do art. 111 da Lei nº. 6.880/80. No caso em lide, assoma a perícia de fls.54.
II- Nego provimento ao recurso autoral e mantenho a sentença prolatada em todos os seus termos.

ACÓRDÃO
Visto e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas. Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso da parte autora, nos termos do voto do relator constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 28 de março de 2007.

Reis Friede
Relator

IV - APELACAO CIVEL 390624 1995.51.01.019086-7

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL REIS FRIEDE
APELANTE	:ICARO NOGUEIRA DA COSTA
ADVOGADO	:OSWALDO GONCALVES DE CARVALHO
APELADO	:UNIAO FEDERAL
ORIGEM	:DÉCIMA QUARTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9500190869)

EMENTA
REQUERIMENTO DE DIÁRIA DE ASILADO E AUXÍLIO INVALIDEZ. SENTENÇA JULGOU IMPROCEDENTE. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS. SENTENÇA MANTIDA. AGRAVO RETIDO DA UNIÃO FEDERAL PREJUDICADO.
I- A União Federal aduziu aos autos agravo retido que resta prejudicado em face da sentença prolatada.
II- Da análise dos autos; entendo pela confirmação da sentença prolatada, sendo o recurso da parte autora julgado improvido. Assim entendo pelos seguintes fundamentos:
1) "É legítima a substituição da antiga diária de asilado concedida ao militar inativo, pelo auxílio-invalidez, desde que não importe em diminuição do "total" de seus proventos." (Súmula n.º 162 do TFR). Não ficou provado nos autos diminuição de proventos.

2) O documento de fls.80, esclarece que a parte autora ,após ter sido submetida a Junta de Inspeção de Saúde do Exército, foi considera independente de cuidados permanentes de enfermagem. Podendo prover os meios de subsistência. Não necessitando mais do auxílio invalidez

III- Julgo prejudicado o agravo retido da União Federal e nego provimento ao recurso da parte autora, mantendo a sentença prolatada.

ACÓRDÃO
Visto e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas. Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, julgar prejudicado o agravo retido da União Federal e negar provimento ao recurso da parte autora, nos termos do voto do relator constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 28 de março de 2007.

Reis Friede
Relator

IV - APELACAO CIVEL 346037 2002.51.01.001606-0

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL REIS FRIEDE
APELANTE	:UNIAO FEDERAL
APELADO	:MARIA DE LOURDES SOARES PATRICIO
ADVOGADO	:DORNELES ROMUALDO DO NASCIMENTO E OUTROS
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 14A VARA-RJ
ORIGEM	:DÉCIMA QUARTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200251010016060)

EMENTA
PENSIONISTA DE EX-COMBATENTE. REQUERIMENTO DE PARCELAS ATRASADAS ANTES DE REGISTRO NO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. SENTENÇA MANTIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS.
I- Da análise dos autos; verifico que cabe negar provimento à remessa necessária e ao recurso da União Federal, mantendo a sentença indene. Assim entendo, tendo por esteio:
1) O pensionista de militar possui direito ao pagamento de parcelas atrasadas independentemente de registro de concessão de sua pensão no Tribunal de Contas da União.
2) O pagamento de parcelas referentes a exercícios anteriores, decorrentes de pensão especial deferida aos ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial e aos seus dependentes, independe do julgamento da legalidade da concessão pelo Tribunal de Contas da União. Do registro depende apenas o caráter definitivo do ato de concessão da pensão especial, mas uma vez reconhecido o débito, o pagamento dos valores vencidos se impõe, ainda que em caráter precário.
II- Nego provimento à remessa necessária e ao recurso de apelação da União Federal, mantendo a sentença prolatada.

ACÓRDÃO
Visto e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas. Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à remessa necessária e ao recurso da União Federal, nos termos do voto do relator constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 28 de março de 2007.

Reis Friede
Relator

IV - APELACAO CIVEL 354881 1996.51.01.006953-0

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL REIS FRIEDE
APELANTE	:UNIAO FEDERAL
APELADO	:NEIDE DE OLIVEIRA LOPES
ADVOGADO	:RICARDO C. SCHAFER
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 30A VARA-RJ
ORIGEM	:TRIGÉSIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9600069530)

EMENTA
COMPANHEIRA. PEDIDO DE PENSÃO MILITAR. COMPROVADA A UNIÃO ESTÁVEL E A DEPENDÊNCIA ECONÔMICA DA PARTE AUTORA. SENTENÇA MANTIDA.
I- Da análise dos autos, verifico que cabe o improvimento da remessa necessária e do recurso de apelação cível da União Federal, devendo ser mantida a sentença prolatada. Assim entendo, apresentando como razões de decidir:
1) Não cabe a afirmação de prescrição de fundo do direito em relação de trato sucessivo, sendo o caso de aplicação da Súmula nº 85 do STJ.
2) Restou provada a condição de beneficiária da parte autora, ante as certidões de nascimento de filhos comuns, aduzidas às fls.08/09/12 dos autos, e a justificação judicial, homologada pela 7ª Vara Federal/RJ, com diversas testemunhas a favor da parte autora.
II- Nego provimento à remessa necessária e ao recurso da União Federal e mantenho a sentença prolatada.

ACÓRDÃO
Visto e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas. Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à remessa necessária e ao recurso da União Federal, nos termos do voto do relator constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 28 de março de 2007.

Reis Friede
Relator

IV - APELACAO CIVEL 2005.51.01.003576-6

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL REIS FRIEDE
APELANTE	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:LUIZ FERNANDO PADILHA E OUTROS
APELANTE	:PAULO ROBERTO ELIAS NOBRE
ADVOGADO	:JOSUE ISAAC VARGAS FARIA
APELADO	:OS MESMOS
ORIGEM	:SEGUNDA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200551010035766)

EMENTA

AGRAVO INTERNO - FGTS -. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA JÁ DECIDIDA
I - A unissonância da jurisprudência pátria é no sentido de já ter sido aplicado às contas vinculadas do FGTS o IPC de março/90, aliada ao entendimento consolidado do STF, no julgamento do RE nº 226.855/RS (DJU 12/09/2000), ao qual se alinharam todas as demais instâncias superiores do nosso país, reconhecendo tão-somente, aos titulares das contas vinculadas de FGTS, a fixação dos índices de 42,72% (Jan/89) e 44,80% (Abril/90).
II - Agravo Interno da Parte Autora improvido.

ACÓRDÃO
Visto e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas. Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao Agravo Interno, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de de 2007.

Reis Friede
Relator

IV - APELACAO CIVEL 374544 2005.51.01.016745-2

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL REIS FRIEDE
APELANTE	:UNIAO FEDERAL
APELADO	:SELMA SERRA DE FIGUEIREDO E OUTRO
ADVOGADO	:DORILÉA ARAÚJO FARIAS
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 5A VARA-RJ
ORIGEM	:QUINTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200551010167452)

EMENTA
FILHAS DE EX-COMBATENTE REQUERENDO PENSÃO ESPECIAL DE SEGUNDO SARGENTO. DEVE SER APLICADA A LEGISLAÇÃO EM VIGOR À ÉPOCA DO ÓBITO DO INSTITUIDOR. SENTENÇA CONFIRMADA.
I- Da análise dos autos, verifico que cabe negar provimento à remessa necessária e ao recurso de apelação cível da União Federal, preservando a sentença prolatada com todos os seus termos. Assim entendo, pelos seguintes argumentos:

1) O cerne do problema invoca, para o esclarecimento da questão, o conhecimento sobre qual legislação regula a transmissão de pensão especial de ex-combatente. Concluo que tal direito deve ser regido pelas normas em vigor há época do óbito do instituidor. Tais normas ,no caso em juízo, estão na lei 4242/63.

2) A mencionada lei em seu art.30, dispôs que é concedida aos ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial, da FEB, da FAB e da Marinha, que participaram ativamente das operações de guerra e se encontram incapacitados, sem poder prover os próprios meios de subsistência e não percebem qualquer importância dos cofres públicos, bem como a seus herdeiros, pensão igual à estipulada no art.26 da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960. Assim, à parte autora inexiste direito ao ganho de pensão de segundo-tenente, mas sim, o direito ao benefício correspondente ao deixado por um segundo sargento. A este direito fundamenta o art.30 da lei nº 4242/63.

3) O Supremo Tribunal Federal, em julgamento de ação direta de inconstitucionalidade, declarou inconstitucionais os artigos da lei 8216/91 que modificaram a lei 3765/60. Os efeitos da inconstitucionalidade operam-se *"ex-tunc"*, voltando a ter vigencia plena os artigos 7º e 8º desta ultima lei. Logo não de ser falar de inconstitucionalidade da lei 3765/60.

II- Nego provimento à remessa necessária e ao recurso da União Federal, mantendo a sentença atacada.

ACÓRDÃO
Visto e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas. Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à remessa necessária e ao recurso da União Federal, nos termos do voto do relator constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 28 de março de 2007.

Reis Friede
Relator

IV - APELACAO CIVEL 322076 2002.51.01.000649-2

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL REIS FRIEDE
APELANTE	:MARIZETE FRANCISCA AZEVEDO PACHECO
ADVOGADO	:FRANCISCA DE OLIVEIRA
APELADO	:UNIAO FEDERAL
ORIGEM	:VIGÉSIMA TERCEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200251010006492)

EMENTA
REQUERIMENTO DE REVISÃO DE PENSÃO MILITAR E PAGAMENTO DOS VALORES EM ATRASO. AUSÊNCIA DE PROVA DE ILEGALIDADE DA UNIÃO FEDERAL. DOCUMENTOS ADUZIDOS PELA UNIÃO FEDERAL RATIFICAM PAGAMENTO NOS TERMOS DA LEI.
I- Da análise dos autos, verifico que cabe o improvimento do recurso autoral e a manutenção da sentença prolatada com todos os seus termos. Assim entendo, pelos seguintes argumentos:
1) Não fez a parte autora qualquer prova da violação ao seu direito, conforme dispõe o art.333, I, do Código de Processo Civil.
2) A União Federal, às fls.61/67, deixa demonstrado que não houve nenhuma violação ao pagamento do benefício em lide.
II- Nego provimento ao recurso da parte autora, mantendo a sentença prolatada.

ACÓRDÃO
Visto e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas. Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso da parte autora, nos termos do voto do relator constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 28 de março de 2007.

Reis Friede
Relator

XII - APELACAO EM MS 57082 2003.51.01.025741-9

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL REIS FRIEDE
APELANTE	:SANTANA IGNEZ LOPES COSTA E OUTROS
ADVOGADO	:JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA E OUTRO
APELADO	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:NONA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200351010257419)

EMENTA
APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. REQUERIMENTO DE PENSIONISTAS DE EX-COMBATENTES E EX-COMBATENTE DA MARINHA DE GUERRA PELA ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS. SENTENÇA MANTIDA.
I- Da análise dos autos; verifico que cabe a confirmação da sentença prolatada, devendo ser improvido o recurso da parte impetrante. Assim entendo, pelos seguintes fundamentos:
1) Estabelece o artigo 6º, inciso XII, da Lei n.º 7713/88 hipótese de isenção de imposto de renda às pensões e proventos de ex-combatente, concedidos na formas dos Decretos-leis 8794 e 8795, de 1946; Lei 2579, de 1955 e art. 30, da Lei 4242, de 1963, que tratam da reforma em razão da incapacidade física.
2) Vê-se, portanto, que a isenção não advém unicamente da condição de pensionista ou reformado na qualidade de ex-combatente. Cabe, igualmente, tratar-se de reforma proveniente de incapacidade física, conforme a legislação referida.
3) No caso em questão, não comprovou a parte impetrante que a reforma ocorreu com respaldo nos Decretos-leis a que se refere o artigo 6º, XII, da Lei 7713/88, bem como não demonstrou que possui quaisquer das doenças arroladas no inciso XIV, do mesmo artigo, para fazer jus à isenção pretendida. Desta forma, à falta de comprovação do direito líquido e certo, há que se denegar a segurança.
II- Nego provimento ao recurso autoral e mantenho a sentença prolatada.

ACÓRDÃO
Visto e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas. Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso da parte autora, nos termos do voto do relator constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 28 de março de 2007.

Reis Friede
Relator

XII - APELACAO EM MS 65316 2005.51.01.006954-5

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL REIS FRIEDE
APELANTE	:CESAR AUGUSTO PETRA DE BARROS E OUTRO
ADVOGADO	:JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA
APELADO	:UNIAO FEDERAL
ORIGEM	:DÉCIMA SÉTIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200551010069545)

EMENTA
APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. REQUERIMENTO DE ABSTENÇÃO DA UNIÃO FEDERAL EM DESCONTAR VENCIMENTOS DA PARTE IMPETRANTE. PROVIMENTO DE LIMINAR CASSADO NO JUÍZO AD QUEM. SÚMULA 405 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. SENTENÇA MANTIDA.
I- Da análise dos autos; verifico que cabe a confirmação da sentença prolatada, devendo ser improvido o recurso da parte impetrante. Assim entendo, pelos seguintes fundamentos:
1) A súmula 405 do STF dispõe que denegado o mandado de segurança pela sentença, ou no julgamento do agravo dela interposto, fica sem efeito a liminar concedida, retroagindo os efeitos da decisão contrária. Desta forma é devida a restituição de vantagem patrimonial recebida por servidor público mediante provimento liminar judicial não mantido quando do julgamento da ação mandamental. Ademais, valores pagos pela Administração Pública em virtude de decisão judicial provisória, posteriormente cassada, devem ser restituídos, sob pena de enriquecimento ilícito por parte dos beneficiados.
2) Foi observado o princípio do contraditório e da ampla defesa, quando da implementação do desconto das parcelas recebidas em função da liminar posteriormente cassada.
II- Nego provimento ao recurso autoral e mantenho a sentença prolatada.

ACÓRDÃO
Visto e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas. Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à parte autora, nos termos do voto do relator constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 28 de março de 2007.

Reis Friede
Relator

IV - APELACAO CIVEL 354046 2002.51.01.002300-3

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL REIS FRIEDE
APELANTE	:ADRIANO TEIXEIRA
ADVOGADO	:GERSON LUCCHESI (RJ085053) E OUTROS
APELANTE	:UNIAO FEDERAL
APELADO	:OS MESMOS
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 26A VARA-RJ
ORIGEM	:VIGÉSIMA SEXTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200251010023003)

EMENTA

ADMINISTRATIVO. MILITAR. ANISTIA. ART. 8º, ADCT. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO.

I - Requer o Autor-Apelante que lhe seja concedida a condição de anistiado político militar, com a sua transferência para a reserva remunerada a partir da vigência do art. 8º do ADCT, sendo promovido na graduação a que faria jus, com todas as promoções passíveis na carreira militar.
II - A vigência do artigo 8º do ADCT constitui o marco inicial da pretensão da Parte Autora, pois, a partir de então, concedeu-se anistia àqueles que foram atingidos por atos motivados politicamente. Nesta data nasceu, para aqueles que satisfizessem os requisitos da norma de indulgência, o curso prescricional do direito ao reconhecimento à condição de anistiado político.
III - Precedentes do STJ.
IV - Apelação da Parte Autora improvida.
V - Remessa Necessária e Apelação da União Federal providas.

ACÓRDÃO
Visto e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas. Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por maioria, negar provimento à Apelação da Parte Autora e dar provimento à Remessa Necessária e à Apelação da União Federal, nos termos do voto do relator constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, de de 2006.

REIS FRIEDE
Relator

EXPEDIENTE Nº 181 DO DIA 11 DE ABRIL DE 2007

IV - APELACAO CIVEL 294201 1999.51.01.007390-0

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL REIS FRIEDE
APELANTE	:UNIAO FEDERAL
APELADO	:ELIAS PEREIRA RIOS
ADVOGADO	:LUIZ FERNANDO FARIA MACEDO
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 2A VARA-RJ
ORIGEM	:SEGUNDA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9900073908)

EMENTA
REQUERIMENTO DE VÍNCULO DE FUNCIONÁRIOS DO ANTIGO DISTRITO FEDERAL COM AS FORÇAS ARMADAS. INEXISTÊNCIA DE SUPORTE LEGAL. REFORMA DA SENTENÇA DE PROCEDIMENTO.
I- Da análise dos autos, verifico que cabe dar provimento à remessa necessária e ao recurso de apelação cível da União Federal. Assim entendo, pelos seguintes argumentos:
1) O Estado do Rio de Janeiro funciona como repassador de verbas, não sendo o responsável pelo pagamento das mesmas.
2) Não cabe a afirmação de prescrição de fundo do direito em relação de trato sucessivo, sendo o caso de aplicação da Súmula nº 85 do STJ.
3) A lei nº 5959/73, em seu art. 3º, dispondo sobre a responsabilidade da União Federal no pagamento dos integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do antigo Distrito Federal transferidos para o Estado da Guanabara ou neste reincluídos, estabelece que serão regidos pela legislação aplicável aos demais integrantes da Policia Militar e do Corpo de Bombeiro do Estado da Guanabara, inclusive no que concerne à fixação e reajustamento da remuneração dos proventos de inatividade e da contribuição para fins assistenciais.
II- Dou provimento à remessa necessária e ao recurso da União Federal para, retificando a sentença prolatada, declarar a inexistência de vínculo dos autores com as Forças Armadas.

ACÓRDÃO
Visto e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas. Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento à remessa necessária e ao recurso da União Federal, nos termos do voto do relator constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 28 de março de 2007.

Reis Friede
Relator

IV - APELACAO CIVEL 342881 2002.51.10.005668-0

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL REIS FRIEDE
APELANTE	:UNIAO FEDERAL
APELADO	:MARIA BARRETO DE MEDEIROS
ADVOGADO	:CARMOSA NUNES DA SILVA
ORIGEM	:QUINTA VARA FEDERAL DE SÃO JOÃO DE MERITI (200251100056680)

EMENTA
DECLARAÇÃO DE MORTE PRESUMIDA. RECURSO DA UNIÃO FEDERAL PELA DIMINUIÇÃO DO PERCENTUAL DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART.20 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.
I- Da análise dos autos, verifico que cabe dar provimento ao recurso da União Federal. Assim, compreendo, tendo por esteio:
1) o disposto legal do §4º do art 20 do CPC o qual estabelece que nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação eqüitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas *a*, *b*, *c* do § 3º do art.20 do CPC.
II- Dou provimento ao recurso da União Federal para que incida o § 4º do art. 20 do Código de Processo Civil e seja reduzida a condenação em honorários para 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa.

ACÓRDÃO
Visto e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas. Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento ao recurso da União Federal, nos termos do voto do relator constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 28 de março de 2007.

Reis Friede
Relator

IV - APELACAO CIVEL 358460 2003.51.01.026112-5

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL REIS FRIEDE
APELANTE	:JORGE WALTER PEREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO	:JOVELINO RIBEIRO (RJ000952B)
APELADO	:UNIAO FEDERAL
ORIGEM	:PRIMEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200351010261125)

EMENTA

ADMINISTRATIVO. MILITAR. ANISTIA. ART. 8º, ADCT. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO.

I - Requer o Autor-Apelante que lhe seja concedida a condição de anistiado político militar, com a sua transferência para a reserva remunerada a partir da vigência do art. 8º do ADCT, sendo promovido na graduação a que faria jus, com todas as promoções passíveis na carreira militar.
II - A vigência do artigo 8º do ADCT constitui o marco inicial da pretensão da Parte Autora, pois, a partir de então, concedeu-se anistia àqueles que foram atingidos por atos motivados politicamente. Nesta data nasceu, para aqueles que satisfizessem os requisitos da norma de indulgência, o curso prescricional do direito ao reconhecimento à condição de anistiado político.
III - Precedentes do STJ.
IV - Apelação da Parte Autora improvida.

ACÓRDÃO
Visto e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas. Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por maioria, negar provimento à Apelação da Parte Autora, nos termos do voto do relator constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, de de 2006.

Reis Friede
Relator

IV - APELACAO CIVEL 2000.02.01.021304-8

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL REIS FRIEDE
APELANTE	:BANCO CENTRAL DO BRASIL
PROCURADOR	:ANTONIO DA SILVA
APELADO	:MARIA DE LOURDES CARVALHO PIERROTTI DA COSTA E OUTRO
APELANTE	:MARIA DE LOURDES CARVALHO PIERROTTI DA COSTA
ADVOGADO	:CARMEN MARIA LOURENCO SERRA E OUTRO
APELADO	:BANCO CENTRAL DO BRASIL
PROCURADOR	:ANTONIO DA SILVA
APELADO	:BANCO BANORTE S/A - EM LIQUIDACAO EXTRAJUDIAL

ADVOGADO	:JOSE DOMINGOS TEIXEIRA NETO E OUTROS
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 24A VARA-RJ
ORIGEM	:VIGÉSIMA QUARTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9300112546)

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - ERRO MATERIAL - CONTRADIÇÃO - CEF NÃO FAZ PARTE DO PÓLO PASSIVO DA AÇÃO E SIM O BANCO ITAÚ E O BANCO BANORTE - CORREÇÃO NA FUNDAMENTAÇÃO

I - Existência de erro material.

II - Integra a Decisão o seguinte sentido: "(...) Com relação às eventuais perdas relativas ao mês de janeiro/89, as Instituições Financeiras com quem se firmaram os contratos de depósito é que têm legitimidade passiva para responder por eventual prejuízo na remuneração de conta poupança em janeiro de 1989, in casu, *o Banco Itaú e o Banco Banorte."*

III - Embargos de declaração da Parte Autora parcialmente providos para corrigir a contradição, fazendo constar na fundamentação da decisão o banco ITAÚ e o Banco BANORTE.

ACÓRDÃO

Visto e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do relator constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de de 2007.

Reis Friede
Relator

IV - APELACAO CIVEL 1996.50.01.009414-5

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL REIS FRIEDE
APELANTE	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:ELADIR MONTENEGRO DE OLIVEIRA COUTO E OUTROS
APELADO	:PEDRO FERREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO	:JOAO MIGUEL ARAUJO DOS SANTOS E OUTRO
ORIGEM	:TERCEIRA VARA FEDERAL DE VITÓRIA (9600094144)

EMENTA

AGRAVO INTERNO - EXECUÇÃO - HONORÁRIOS - VALORES IRRISÓRIOS - ART. 659, § 2º DO CPC - PRETENSÃO DE REFORMA DO JULGADO.

I - É literal a disposição do § 2º do art. 659 do CPC, ao estatuir que *"não se levará a efeito a penhora, quando evidente que o produto da execução dos bens encontrados será totalmente absorvido pelo pagamento das custas da execução"*.

II - Sendo inviável a penhora, o corolário lógico é a impossibilidade do prosseguimento do processo de execução, pela falta de meios de satisfação do crédito exeqüendo.

III - Por força do referido dispositivo legal, revela-se no ordenamento jurídico-processual pátrio hipótese excepcional de ausência de interesse de agir executório, vez que irrazoável a movimentação do aparelho do órgão jurisdicional para o fim de satisfação coercitiva de crédito verificado como irrisório.

IV - Agravo Interno da CEF improvido.

ACÓRDÃO

Visto e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao Agravo Interno, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de de 2007.

Reis Friede
Relator

IV - APELACAO CIVEL 2005.51.01.003074-4

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL REIS FRIEDE
APELANTE	:CARLOS ALBERTO DE AMARAL
ADVOGADO	:JOSUE ISAAC VARGAS FARIA
APELADO	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:FRANCISCO J. B. NOBRE E OUTROS
ORIGEM	:DÉCIMA QUINTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200551010030744)

EMENTA

AGRAVO INTERNO - FGTS -. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA JÁ DECIDIDA

I - A unissonância da jurisprudência pátria é no sentido de já ter sido aplicado às contas vinculadas do FGTS o IPC de março/90, aliada ao entendimento consolidado do STF, no julgamento do RE nº 226.855/RS (DJU 12/09/2000), ao qual se alinharam todas as demais instâncias superiores do nosso país, reconhecendo tão-somente, aos titulares das contas vinculadas de FGTS, a fixação dos índices de 42,72% (Jan/89) e 44,80% (Abril/90).

II - Agravo Interno da Parte Autora improvido.

ACÓRDÃO

Visto e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao Agravo Interno, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de de 2007.

Reis Friede
Relator

IV - APELACAO CIVEL 2005.51.01.003270-4

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL REIS FRIEDE
APELANTE	:DIRCEU JOSE PIRES
ADVOGADO	:JOSUE ISAAC VARGAS FARIA E OUTRO
APELADO	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:CECILIA KERR JOIA E OUTROS
ORIGEM	:TERCEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200551010032704)

EMENTA

AGRAVO INTERNO - FGTS -. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA JÁ DECIDIDA

I - A unissonância da jurisprudência pátria é no sentido de já ter sido aplicado às contas vinculadas do FGTS o IPC de março/90, aliada ao entendimento consolidado do STF, no julgamento do RE nº 226.855/RS (DJU 12/09/2000), ao qual se alinharam todas as demais instâncias superiores do nosso país, reconhecendo tão-somente, aos titulares das contas vinculadas de FGTS, a fixação dos índices de 42,72% (Jan/89) e 44,80% (Abril/90).

II - Agravo Interno da Parte Autora improvido.

ACÓRDÃO

Visto e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao Agravo Interno, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de de 2007.

Reis Friede
Relator

IV - APELACAO CIVEL 2005.51.01.006717-2

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL REIS FRIEDE
APELANTE	:JOSE DE NAZARETH ALVES DO PRADO
ADVOGADO	:JOSUE ISAAC VARGAS FARIA E OUTROS
APELADO	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:LEILA MATHEUS REGA E OUTROS
ORIGEM	:VIGÉSIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200551010067172)

EMENTA

AGRAVO INTERNO - FGTS -. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA JÁ DECIDIDA

I - A unissonância da jurisprudência pátria é no sentido de já ter sido aplicado às contas vinculadas do FGTS o IPC de março/90, aliada ao entendimento consolidado do STF, no julgamento do RE nº 226.855/RS (DJU 12/09/2000), ao qual se alinharam todas as demais instâncias superiores do nosso país, reconhecendo tão-somente, aos titulares das contas vinculadas de FGTS, a fixação dos índices de 42,72% (Jan/89) e 44,80% (Abril/90).

II - Agravo Interno da Parte Autora improvido.

ACÓRDÃO

Visto e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao Agravo Interno, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de de 2007.

Reis Friede
Relator

IV - APELACAO CIVEL 1997.50.01.003422-0

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL REIS FRIEDE
APELANTE	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:ELADIR MONTENEGRO DE OLIVEIRA COUTO E OUTROS
APELADO	:VOLMAR TORRES DO NASCIMENTO
ADVOGADO	:DIENE ALMEIDA LIMA
ORIGEM	:TERCEIRA VARA FEDERAL DE VITÓRIA (9700034224)

EMENTA

AGRAVO INTERNO - EXECUÇÃO - HONORÁRIOS - VALORES IRRISÓRIOS - ART. 659, § 2º DO CPC - PRETENSÃO DE REFORMA DO JULGADO.

I - É literal a disposição do § 2º do art. 659 do CPC, ao estatuir que *"não se levará a efeito a penhora, quando evidente que o produto da execução dos bens encontrados será totalmente absorvido pelo pagamento das custas da execução"*.

II - Sendo inviável a penhora, o corolário lógico é a impossibilidade do prosseguimento do processo de execução, pela falta de meios de satisfação do crédito exeqüendo.

III - Por força do referido dispositivo legal, revela-se no ordenamento jurídico-processual pátrio hipótese excepcional de ausência de interesse de agir executório, vez que irrazoável a movimentação do aparelho do órgão jurisdicional para o fim de satisfação coercitiva de crédito verificado como irrisório.

IV - Agravo Interno da CEF improvido.

ACÓRDÃO

Visto e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao Agravo Interno, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de de 2007.

Reis Friede
Relator

IV - APELACAO CIVEL 2005.51.01.003037-9

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL REIS FRIEDE
APELANTE	:AMAURY REIS
ADVOGADO	:JOSUE ISAAC VARGAS FARIA E OUTRO
APELADO	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:ANA REGINA SHUENQUENER DE ARAUJO E OUTROS
ORIGEM	:SEXTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200551010030379)

EMENTA

AGRAVO INTERNO - FGTS -. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA JÁ DECIDIDA

I - A unissonância da jurisprudência pátria é no sentido de já ter sido aplicado às contas vinculadas do FGTS o IPC de março/90, aliada ao entendimento consolidado do STF, no julgamento do RE nº 226.855/RS (DJU 12/09/2000), ao qual se alinharam todas as demais instâncias superiores do nosso país, reconhecendo tão-somente, aos titulares das contas vinculadas de FGTS, a fixação dos índices de 42,72% (Jan/89) e 44,80% (Abril/90).

II - Agravo Interno da Parte Autora improvido.

ACÓRDÃO

Visto e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao Agravo Interno, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de de 2007.

Reis Friede
Relator

XII - APELACAO EM MS 60668 2004.51.01.021959-9

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL REIS FRIEDE
APELANTE	:UNIAO FEDERAL
APELADO	:ZULEIKA DE OLIVEIRA CERQUEIRA BENEVIDES
ADVOGADO	:CLERISTON BULHOES
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 24A VARA-RJ
ORIGEM	:VIGÉSIMA QUARTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200451010219599)

EMENTA

REQUERIMENTO DE ORDEM EM MANDADO DE SEGURANÇA PELA CUMULAÇÃO DE DUAS APOSENTADORIAS DE SERVIDORA CIVIL (PROFESSORA) COM PENSÃO ESTATUTÁRIA DE CONJUGE FALECIDO (PROFESSOR). EM FACE DOS ARTIGOS 37 E 40 DA CARTA MAGNA. DEVE SER CONFIRMADA A SENTENÇA QUE CONCEDEU A SEGURANÇA.

I- Da análise dos autos; verifico que cabe a manutenção da sentença prolatada, devendo a mesma ser confirmada em todos os seus termos. Assim nego provimento à remessa necessária e ao recurso da União Federal, tendo por fundamento:

1) Que a parte impetrante jamais exerceu três cargos de professor.

2) Que a questão versa sobre o art.37 da Carta Magna e, em face de tal artigo, e possível a impetrante cumular, com compatibilidade de horários, dois cargos de professor.

3) Que faz jus a impetrante ao benefício de seu cônjuge falecido, em virtude do disposto no art.217, I, "a" da lei 8112/90 que dispõe que são beneficiários da pensão vitalícia de servidor falecido o cônjuge vivo.

4) Que deve o benefício deixado pelo *de cujus* ser pago integralmente, conforme o art.40, § 7º, inciso I.

II- Nego provimento à remessa necessária e ao recurso autoral, mantendo a sentença prolatada.

ACÓRDÃO

Visto e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à remessa necessária e ao recurso da União Federal, nos termos do voto do relator constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2007.

Reis Friede
Relator

XII - REMESSA EX-OFFICIO EM MS 62124 2004.51.01.017419-1

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL REIS FRIEDE
PARTE AUTORA	:IVAN AGUIAR DE OLIVEIRA
ADVOGADO	:LUCIA HELENA OUVERNEI BRAZ DE MATOS
PARTE RÉ	:UNIAO FEDERAL
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 1A VARA-RJ
ORIGEM	:PRIMEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200451010174191)

EMENTA

REMESSA NECESSÁRIA DE SENTENÇA QUE CONCEDEU BENEFÍCIO POR INVALIDEZ DO IMPETRANTE. UNIÃO FEDERAL RECONHECEU O DIREITO DO IMPETRANTE. REMESSA NECESSÁRIA. MP 2131-10/2001. SENTENÇA MANTIDA.

I- A sentença prolatada concedeu a segurança para determinar que a autoridade impetrada proceda ao restabelecimento da pensão por morte do *de cujus*, paga ao impetrante, na forma do art.7º, §2º da MP 2131/2001, diante de sua invalidez, sendo cassado o ato que concluiu o processo nº 031318-2/2, o qual indeferiu o pedido do impetrante de se habilitar para o benefício em questão.
II- Entendo que cabe a manutenção da sentença, por força da MP 2.2115-10/2001 que alterando o art.7º , I, "d" da lei 3765/60, dispôs:
"A pensão militar é deferida em processo de habilitação, tomando-se por base a declaração de beneficiários preenchida em vida pelo contribuinte, na ordem de prioridade e condições a seguir:
d) filhos ou enteados até vinte e um anos de idade ou até vinte e quatro anos de idade, se estudantes universitários ou, se inválidos, enquanto durar a invalidez; "
III- Ademais a própria União Federal reconheceu o direito da parte impetrante, ante os documentos de fls.45/54 e as informações de fls.67/68.
IV- Nego provimento à remessa necessária, mantendo a sentença prolatada.
ACÓRDÃO
Visto e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas.
Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à remessa necessária, nos termos do voto do relator constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 28 de março de 2007.

Reis Friede
Relator

IV - APELACAO CIVEL 2002.51.12.000179-8

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL REIS FRIEDE
APELANTE	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:JOSIANE MENDES GOMES
APELADO	:JOSE FRANCISCO DE PAULA
ADVOGADO	:NELSON SOARES FILHO
ORIGEM	:VARA ÚNICA DE ITAPERUNA (200251120001798)

EMENTA
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - EXISTÊNCIA DE CONTRADIÇÃO - NOVA DECISÃO
I - Hipótese em que há contradição no Voto e Acórdão Embargados.
II - Devido a erro material, verifica-se que a matéria relatada e julgada no Acórdão embargado não guarda relação com a hipótese dos autos.
III - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF CONHECIDOS E PROVIDOS PARA CORRIGIR A CONTRADIÇÃO, FAZENDO CONSTAR NOVA DECISÃO.
ACÓRDÃO
Visto e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas.
Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, de de 2007.

Reis Friede
Relator

IV - APELACAO CIVEL 2004.51.01.018961-3

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL RICARDO REGUEIRA
APELANTE	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:FRANCISCO JOSE NOVAIS JUNIOR E OUTROS
APELADO	:MARIA DOS ANJOS CONCEICAO DIAS
ADVOGADO	:ANNA CLAUDIA PINGITORE E OUTROS
ORIGEM	:VIGÉSIMA SEXTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200451010189613)

EMENTA
FGTS. JUROS. PROGRESSIVIDADE. CARÊNCIA DE DOCUMENTOS. PRESCRIÇÃO. SÚMULA 210 DO STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
- Carece de razão a alegação de ausência de documentos comprobatórios do pedido, ônus que não pode ser imposto à parte autora, uma vez que tais extratos devem ser fornecidos pela Caixa Econômica Federal, pois a empresa pública é a única capaz de emiti-los.
- A prescrição do direito de requerer juros progressivos nas ações relativas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS ocorre em trinta anos, a teor da Súmula nº 210 do Superior Tribunal de Justiça.
- A cópia da carteira de trabalho, acostada aos autos, comprova a opção da autora pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço na vigência da Lei nº 5.958, de 1973, que previa o benefício com efeitos retroativos.
- Pedido de não condenação em honorários indevido, eis que não houve condenação referente aos mesmos.
- Recurso improvido.
Acórdão
Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por maioria, NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2007 (data do julgamento).
RICARDO REGUEIRA

IV - APELACAO CIVEL 2003.51.01.026610-0

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL RICARDO REGUEIRA
APELANTE	:ROSEMERI RODRIGUES DOS SANTOS
ADVOGADO	:DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO
APELADO	:EMGEA-EMPRESA GESTORA DE ATIVOS
ADVOGADO	:SERGIO RICARDO DE OLIVEIRA ANDRADA
ORIGEM	:DÉCIMA QUARTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200351010266100)

EMENTA
EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. AVALIAÇÃO. EMGEA. GARANTIA DO JUÍZO. BENEFICIÁRIA DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA. PRINCÍPIO DA ECONOMIA PROCESSUAL. PENHORA DO IMÓVEL.
- A embargante opôs recurso contra a sentença que julgou improcedente o pedido por não ter garantido o juízo.
- A embargante é beneficiária da gratuidade de justiça, não se justificando que dela seja exigida a garantia do juízo.
- O Princípio da Economia Processual deve ser respeitado, utilizando-se, para tanto, a penhora do imóvel para garantir o juízo.
- Recurso provido.
Acórdão
Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, DAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 21 de março de 2007 (data do julgamento).
RICARDO REGUEIRA

IV - APELACAO CIVEL 97.02.38606-3

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL RICARDO REGUEIRA
APELANTE	:JORGE LUIZ RODRIGUES E OUTROS
ADVOGADO	:BARBARA REGINA CARVALHO E OUTRO
APELADO	:UNIAO FEDERAL
ORIGEM	:DÉCIMA QUARTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9300072331)

EMENTA
ADMINISTRATIVO. MILITAR. CABOS DA AERONÁUTICA. PROMOÇÃO. ISONOMIA COM O CORPO FEMININO. IMPOSSIBILIDADE.
-Ação ordinária proposta por militares da Aeronáutica, objetivando suas promoções em igualdade de condições com cabos do Corpo Feminino da Aeronáutica, nos moldes da Portaria nº 120/GM3/84.
- Os militares do corpo feminino e do masculino da Aeronáutica integram carreiras distintas, regidas por leis próprias, não ferindo o princípio da isonomia os critérios particulares para promoção.
- Precedentes.
- Recurso improvido.
Acórdão
Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2006 (data do julgamento).
RICARDO REGUEIRA

IV - APELACAO CIVEL 293217 2002.02.01.033300-2

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL REIS FRIEDE
APELANTE	:UNIAO FEDERAL
APELADO	:MARIA DE SOUZA PIRES E OUTROS
ADVOGADO	:ANTONIO MANOEL DE BARROS
REMETENTE	:JUIZO DE DIREITO DA 28 VARA DE RIO DE JANEIRO RJ
ORIGEM	:28 VARA JUSTIÇA FEDERAL RIO DE JANEIRO/RJ (9700026965)

EMENTA
PENSIONISTAS DE SERVIDORES MILITARES DA POLÍCIA MILITAR DO ANTIGO DISTRITO FEDERAL. PEDIDO DE REVISÃO DE PENSÕES. A RESPONSABILIDADE DA UNIÃO FEDERAL PELO PAGAMENTO DOS PROVENTOS DOS AUTORES QUE SE INATIVARAM ATÉ 21 DE OUTUBRO DE 1969, É PACÍFICA. TODOS OS INSTITUIDORES PASSARAM PARA A INATIVIDADE ANTES DA CITADA DATA. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS NO PERCENTUAL DE 10 % (DEZ POR CENTO). SENTENÇA MANTIDA EM PARTE. RETIFICAÇÃO NOS HONORÁRIOS.
I- Da análise dos autos; posiciono-me por dar parcial provimento à remessa necessária e ao recurso da União Federal, apenas no que diz respeito à condenação em honorários advocatícios, reduzindo-os para 5% (cinco por cento) sobre o valor da condenação . Assim entendo, tendo por fundamentos:
1) O Estado do Rio de Janeiro é parte ilegítima para figurar no pólo passivo da presente relação processual. É exclusiva da União Federal a responsabilidade pelo pagamento das verbas, nos termos do Decreto-lei nº 1.015/69 e da Lei nº 5.733/71.
2) A responsabilidade da União Federal pelo pagamento dos proventos dos autores que se inativaram até 21 de outubro de 1969, é pacífica, já que vigora até hoje o art. 2º da Lei nº 5.959/73 que assim dispõe. No caso, em lide, todos os instituidores se inativaram antes de 1969.
3) Não houve sucumbência recíproca entre as partes, ante a vitória da parte autora.
4) O disposto legal do §4º do art 20 do CPC o qual estabelece que nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação eqüitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas *a, b, c* do § 3º do art.20 do CPC. Assim, reduzo para 5% (cinco por cento) o valor de honorários.
II- Dou parcial provimento à remessa necessária e ao recurso da União Federal para que incida o § 4º do art. 20 do Código de Processo Civil e seja reduzida a condenação em honorários para 5% (cinco por cento) sobre o valor da condenação, mantendo a sentença prolatada no mais.
ACÓRDÃO
Visto e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas.
Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento à remessa necessária e ao recurso da União Federal, nos termos do voto do relator constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 28 de março de 2007.

Reis Friede
Relator

IV - APELACAO CIVEL 179712 98.02.34831-7

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL REIS FRIEDE
APELANTE	:UNIAO FEDERAL
APELADO	:ANTONIO ARTILES BROCHADO E OUTROS
ADVOGADO	:LUIZ FERNANDO FARIA MACEDO E OUTRO
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 29A VARA-RJ
ORIGEM	:VIGÉSIMA NONA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9500119714)

EMENTA
REMESSA NECESSÁRIA E RECURSO DE APELAÇÃO DA UNIÃO FEDERAL. REDUÇÃO NO VALOR PAGO A TÍTULO DE DIÁRIA DE ASILADO. ILEGITIMIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. SENTENÇA DE CONDENAÇÃO DA UNIÃO FEDERAL DEVE SER MANTIDA.
I- Da análise dos autos; verifico que não cabe provimento à remessa necessária e ao recurso de apelação da União Federal, devendo ser mantida a sentença prolatada. Assim entendo, pelos seguintes fundamentos:
1) A redução em 50% do valor da diária de asilado revela maltrato à proibição constitucional de redução de proventos, a que alude o inciso XV do artigo 37 da Carta da República de 1988, mormente por se tratar de verba de natureza alimentar, que, de há muito, acha-se incorporada ao patrimônio jurídico dos apelados, constituindo-se em verdadeiro direito adquirido.
2) A cessação de pagamento da Diária de Asilado, ao percentual de 100%, como anteriormente concedida, só seria admissível se resultante de procedimento administrativo ou judicial em que se evidenciasse respeito ao que a doutrina e a jurisprudência denominam de devido processo legal, pódio em que se oportuniza contraditório e ampla defesa.
3) A ilegitimidade do Estado do Rio de Janeiro para figurar no pólo passivo da demanda, vez que é mero repassador de recursos, pois, nos termos da Lei 5.959/73, os proventos são integralmente pagos pela União Federal.
II- Nego provimento à remessa necessária e ao recurso da União Federal, mantendo a sentença prolatada.
ACÓRDÃO
Visto e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas.
Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à remessa necessária e ao recurso da União Federal, nos termos do voto do relator constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 28 de março de 2007.
REIS FRIEDE
Relator

SUBSECRETARIA DA 8ª TURMA ESPECIALIZADA

DIVISÃO DE PROCEDIMENTOS DIVERSOS

DESPACHOS/DECISÕES

EXPEDIENTE Nº 100 DO DIA 11 DE ABRIL DE 2007

IV - APELACAO CIVEL 2000.51.01.012451-0

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL POUL ERIK DYRLUND
APELANTE	:DAVI NICACIO COUTO
ADVOGADO	:ADOLPHO DOS SANTOS MARQUES DE ABREU E OUTRO
APELANTE	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF

ADVOGADO	:TUTECIO GOMES DE MELLO E OUTROS
APELADO	:OS MESMOS
ORIGEM	:DÉCIMA PRIMEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200051010124510)

DESPACHO

Fls. 569/611: indefiro, na forma do artigo 463 do Código de Processo Civil.

Após, tendo em vista a interposição de Recurso Especial às fls.615/652, nos termos do artigo 22, §2.º, I do RI do Eg. TRF/2.ª Região, remetam-se os autos à Vice-Presidência para Sua Excelência determinar o que for de direito.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2007.

POUL ERIK DYRLUND

Relator

IV - APELACAO CIVEL 2000.02.01.015513-9

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL POUL ERIK DYRLUND
APELANTE	:ALCIDES MANOEL DA SILVA
ADVOGADO	:LUIZ FERNANDO FARIA MACEDO E OUTROS
APELADO	:UNIAO FEDERAL
ORIGEM	:PRIMEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (8900037595)

DESPACHO

Considerando que a procuração de fls. 44 outorga poderes a vários advogados, torno sem efeito o despacho de fls. 214.

Destarte, remetam-se os autos à DIDRA para substituir na autuação o nome da advogada do apelante pelos nomes dos demais advogados constantes do referido mandato.

Após, decorrido o prazo para recurso do acórdão de fls. 207 e nada sendo requerido, dê-se baixa e devolvam-se os autos à Vara de origem.

Rio de janeiro, 03 de abril de 2007.

POUL ERIK DYRLUND

Relator

III - AGRAVO 2005.02.01.003736-0

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL POUL ERIK DYRLUND
AGRAVANTE	:EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO
ADVOGADO	:FABIO DE OLIVEIRA ALVAREZ E OUTROS
AGRAVADO	:CODEMP RIO COMUNICACAO MARKETING E EMPREENDIMENTOS LTDA
ADVOGADO	:MANOEL MESSIAS PEIXINHO E OUTROS
ORIGEM	:VIGÉSIMA NONA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200351010070587)

D E C I S Ã O

Trata-se de Agravo, na modalidade de Instrumento, interposto pela EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO em face de CODEMP RIO COMUNICAÇÃO MARKETING E EMPREENDIMENTOS LTDA, objetivando cassar a decisão proferida na Ação Ordinária nº 2003.51.01.007058-7, que deferiu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela.

Ocorre que, conforme cópia da movimentação processual em anexo (*STJ. RESP 390561/PR. Rel. Min. Humberto Gomes de Barros. J. em 18.06.2002. DJ de 26.08.2002)*, foi prolatada sentença, revogando a tutela antecipada e julgando improcedente o pedido; perdendo, portanto, o presente recurso o seu objeto (*STJ. RESP 410399/DF, 5ª Turma, Rel. Félix Fischer, unânime, julg. 06.08.2002, DJ 16.09.2002)*.

Diante do exposto, NEGO SEGUIMENTO ao presente recurso por perda do objeto, nos termos do artigo 557, do CPC.

Oportunamente, os presentes autos à Vara de origem, observados os procedimentos de praxe.

Rio de Janeiro, 09 de abril de 2007.

POUL ERIK DYRLUND

Relator

III - AGRAVO 2007.02.01.003611-0

RELATOR	:JUIZ FEDERAL CONVOCADO GUILHERME CALMON/NO AFAST. RELATOR
AGRAVANTE	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:GILMAR ZUMAK PASSOS
AGRAVADOS	:WEDERSON MONTEIRO DE BARROS E S/M
ADVOGADO	:RENATO DEL SILVA AUGUSTO
ORIGEM	:4ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES (200650010097397)

DECISÃO

1. Cuida-se de Agravo de Instrumento interposto pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL contra decisão proferida nos autos da ação de rito ordinário ajuizada por WEDERSON MONTEIRO DE BARROS e OUTRA.

É o relato do necessário.

2. O Agravo de Instrumento possui disposições específicas que devem ser observadas quando da sua interposição, constantes nos artigos 524, 525 e 526 do CPC.

3. Compulsando os autos, verifica-se que a instrução encontra-se deficiente, por não conter nenhuma das peças obrigatórias exigidas no artigo 525, inciso I, do CPC.

4. Sendo a apresentação das peças obrigatórias requisito indispensável ao exame de admissibilidade do recurso, na sua ausência, deverá o Relator negar seguimento ao recurso. A propósito do assunto, traz-se à colação as seguintes ementas:

"PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PEÇA ESSENCIAL.
É ônus do agravante trasladar ao instrumento as peças indispensáveis para o conhecimento do agravo, dentre elas a procuração outorgada aos advogados das partes; exigência que não viola as garantias constitucionais, porque o acesso ao Judiciário está sujeito aos procedimentos legais. Embargos de declaração rejeitados."
(EDAGA 406680 / SP, DJ de 21/10/2002, pág. 365, Rel. Min.Ari Pargendler)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. CÓPIA ILEGÍVEL. IMPOSSIBILIDADE DE SE AFERIR A TEMPESTIVIDADE DO RECURSO.
1. Não se conhece do agravo de instrumento na hipótese em que a cópia da certidão de intimação da decisão agravada se mostra ilegível, de modo a impedir a aferição da tempestividade do recurso.
2. Entendimento sólido desta Corte e do Supremo Tribunal Federal de que compete ao agravante a correta formação do instrumento, com todas as peças indispensáveis nos termos do art. 544, § 1º, do CPC.
3. Agravo regimental desprovido."
(AGA 428750 / GO, DJ de 23/09/2002, pág. 271, Rel. Min. Luiz Fux)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. FORMAÇÃO DEFICIENTE DO AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRASLADO DE PEÇAS. ÔNUS DO AGRAVANTE. JUSTIÇA GRATUITA.
- É indispensável o traslado de todas as peças essenciais à formação do agravo de instrumento.
- Recai sobre o agravante a responsabilidade de zelar pela correta formação do instrumento de agravo, mesmo que ele seja beneficiário da justiça gratuita."
(AGA 437933 / SP, DJ de 09/09/2002, pág. 227, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI)

5. Assim, ante a instrução deficiente, nego seguimento ao agravo de instrumento, com base no artigo 527, inciso I, do Código de Processo Civil.

Publique-se. Intime-se.

Decorrido *in albis* o prazo recursal, dê-se baixa na distribuição e encaminhem-se os autos ao Juízo de origem, para arquivamento.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2007.

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA

Juiz Federal Convocado na 8ª Turma do TRF-2ª Região

III - AGRAVO 2007.02.01.002875-6

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL POUL ERIK DYRLUND
AGRAVANTE	:UNIAO FEDERAL
AGRAVADO	:ALFREDO EWALDO RUTTER MATTOS
ADVOGADO	:JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA JUNIOR E OUTRO
ORIGEM	:VIGÉSIMA SEXTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200751010016744)

D E C I S Ã O

Trata-se de Agravo, na modalidade de instrumento, interposto pela UNIÃO FEDERAL em face de ALFREDO EWALDO RUTTER MATTOS, objetivando cassar a decisão proferida pelo Juízo da 26ª Vara Federal - Seção Judiciária do Rio de Janeiro, no Mandado de Segurança nº 2007.51.01.001674-4, assim vertida:

"Defiro a prioridade na tramitação.
Ressalvado o entendimento pessoal deste magistrado, no sentido de que o recebimento de verbas pagas em razão de decisão judicial corre por conta e risco da parte beneficiada, sendo imperativo do art. 46, §3º da Lei nº 8.112/90, o certo é que o entendimento jurisprudencial dominante é no sentido de que, em se tratando de valores recebidos de boa-fé, como é o caso dos autos, estes são irrepetíveis.
Presente, portanto, o fumus boni iuris.
Quanto ao periculum in mora, este decorre do próprio caráter alimentar das parcelas.
Isto posto, defiro a medida liminar, para determinar à autoridade impetrada que se abstenha de descontar dos proventos do impetrante os valores pagos por força da decisão proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 2002.51.01.021209-2, que tramitou perante o Juízo da 16ª Vara Federal.
Notifique-se a autoridade impetrada para ciência e cumprimento desta decisão e para prestar as informações, no prazo legal.
Dê-se ciência à AGU e ao MPF."

Em se tratando de Agravo de Instrumento que tem por objetivo, a cassação de decisão que apreciou o pedido de liminar em sede mandamental, faz-se mister as seguintes ponderações.

Constitui o Mandado de Segurança, um remédio constitucional, e está disciplinado pela Lei nº 1.533/51; a qual, não prevê a possibilidade de interposição do recurso em epígrafe.

E, em que pese opiniões em contrário, entendo que, face à celeridade processual inerente ao rito, há de ser interpretar a supracitada ausência de previsão de interposição de Agravo de Instrumento, não como uma omissão a ser sanada com a aplicação subsidiária das normas do Código de Processo Civil; mas, como um silêncio qualificado do legislador, que, visando, justamente, imprimir celeridade ao processo, limitou as possibilidades de recurso (artigo 8º, caput e parágrafo único; artigo 12, caput e parágrafo único e artigo 13), tal como ocorre, por exemplo, no procedimento previsto na Lei nº 9.099/95.

Destaca-se a análise feita pelo Exmo. Sr. Ministro do Superior Tribunal de Justiça Carlos Alberto Menezes, em seu livro "Manual do Mandado de Segurança" (4ª ed, Renovar, 2003):

"Para o Superior Tribunal de Justiça a "lei prevê um procedimento específico para o mandado de segurança e os recursos admissíveis são aqueles, nela, definidos". E, ainda: "As decisões interlocutórias não impugnáveis por meio dos recursos consignados na legislação de regência (Lei nº 1.533/51, arts.8º e 13) não operam preclusão e podem ser examinadas, pelo Tribunal competente, em grau de recurso (apelatório ou especial)(...) é incabível agravo de instrumento, em processo de ação de segurança, interposto com base no art. 522 do Código de Processo Civil, porquanto, os recursos cabíveis, em primeira instância, são os previstos nos arts. 8º e 12 da Lei nº 1.533, de 1951".

Outrossim, o Exmo. Min. Edson Vidigal abordou a questão em exame, no voto proferido no julgamento do RESP 227190/ES (5ª Turma, DJ 18/09/2000), no que tange à União, esclarecendo que:

"(...) Aliás, aqui há uma peculiaridade a mais. A execução de liminar deferida em desfavor de qualquer pessoa jurídica de direito público (neste conceito está incluída a União), pode ser suspensa através de procedimento próprio, dirigido ao Presidente do Tribunal, desde que possível nos termos da Lei 4.348/64, em seu art. 4º:
"Art. 4º. Quando a requerimento de pessoa jurídica de direito público interessada e para evitar grave lesão à ordem à saúde, à segurança e à economia públicas, o Presidente do Tribunal, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso (vetado) suspender, em despacho fundamentado, a execução da liminar, e da sentença, dessa decisão caberá agravo, em efeito suspensivo, no prazo de cinco dias, contados da publicação do ato."
Nesse passo, entendo mesmo incabível a interposição do Agravo de Instrumento pela União contra a decisão que, em Mandado de Segurança, concedeu liminar para o ora recorrido ser transferido para a reserva remunerada, mesmo após a aprovação em concurso público para a carreira civil."

Neste sentido:

.RESP 421289/MG, 5ª Turma, Rel. Min. Jorge Scartezzini, j. 16/12/2003, DJ 08.03.2004:

"PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. INSPETORAS ESCOLARS. MANDADO DE SEGURANÇA.. LIMINAR DENEGADA. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO. VIA RECURSAL INADEQUADA. NÃO CONHECIMENTO.
A Quinta Turma deste Tribunal, a qual pertenço, consolidou posicionamento na esteira de que não cabe recurso contra decisão que defere ou indefere liminar em mandado de segurança. Aplicação, por analogia, da Súmula 622/STF."

. RESP 196627/ES, 5ª Turma, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, j. 26/11/2002, DJ 19.12.2002:

"RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL.. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCESSÃO DA LIMINAR. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESCABIMENTO. CONVERSÃO DE 1/3 DE FÉRIAS EM PECÚNIA.
Em razão da celeridade processual da ação mandamental, não há espaço para a interposição de agravo de instrumento contra decisão que aprecia sua liminar.".

Mais recentemente a orientação, em epígrafe, foi reafirmada, *mutatis*, pelo Superior Tribunal de Justiça, AgRgMS 12099, DJ 02/04/2007.

Noutro eito, a Eg. 8ª Turma Especializada desta Colenda Corte, adotou o entendimento supra, quando do julgamento, no dia 08 de março de 2005, do Agravo de Instrumento 126896/RJ.

Ressalve-se, tão somente, a excepcionalidade de ser objeto de impugnação, decisão de caráter teratológico, bem como, que acarrete situação de dano irreparável ou de difícil reparação, o que inocorre na hipótese enfocada.

Assim sendo, nego seguimento ao recurso, nos termos do artigo 557, do CPC.

Oportunamente, remeta-se à Vara de origem, observadas as cautelas de praxe.

Rio de Janeiro, 03 de abril de 2007.

POUL ERIK DYRLUND

Relator

IV - APELACAO CIVEL 1994.51.02.034745-1

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL POUL ERIK DYRLUND
APELANTE	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:CARLA DE CASTRO MACEDO DE AMORIM E OUTROS
APELADO	:SOLANGE TEIXEIRA MACHADO E OUTRO
ADVOGADO	:FABIO GARCIA ALBINO DE ALMEIDA CIRINO E OUTROS
ORIGEM	:TERCEIRA VARA FEDERAL DE NITERÓI (9400347456)

DESPACHO
Considerando que a advogada subscritora de fls.222/233 não possui poderes para representar a apelante, visto que o advogado subscritor de fls.234 também não os possui, regularize a Caixa Econômica Federal sua representação processual, sob pena de não conhecimento do recurso de apelação.
Após, considerando as procurações de fls. 07 e 238, remetam-se os autos à DIDRA para retificação da autuação, fazendo figurar como apeladas Elizabeth Mara Motta da Encarnação e Solange Teixeira Machado, constando como seus advogados, respectivamente, Dr. Valdir Paes Loureiro e Drs. Fábio Garcia Albino de Almeida Cyrino e outros, atentando para a retificação da grafia deste último nome.
Rio de Janeiro, 02 de abril de 2007.
POUL ERIK DYRLUND
Relator

IV - APELACAO CIVEL 2003.51.01.009698-9

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL POUL ERIK DYRLUND
APELANTE	:THAIS DA SILVA PIRES MONSORES
ADVOGADO	:ADOLPHO DOS SANTOS MARQUES DE ABREU
APELADO	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:LEONARDO DE CAMARGO BARROSO E OUTROS
ORIGEM	:DÉCIMA QUINTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200351010096989)

DESPACHO
Fls. 381/422: indefiro, na forma do artigo 463 do Código de Processo Civil.
Após, tendo em vista a interposição de Recurso Especial às fls.341/378, nos termos do artigo 22, §2.º, I do RI do Eg. TRF/2.ª Região, remetam-se os autos à Vice-Presidência para Sua Excelência determinar o que for de direito.
Rio de Janeiro, 29 de março de 2007.
POUL ERIK DYRLUND
Relator

IV - APELACAO CIVEL 2001.51.01.008026-2

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL POUL ERIK DYRLUND
APELANTE	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:ROBERTO CARLOS MARTINS PIRES E OUTROS
APELANTE	:ANISIO REZENDE NETO E OUTRO
ADVOGADO	:ADOLPHO DOS SANTOS MARQUES DE ABREU E OUTROS
APELADO	:OS MESMOS
ORIGEM	:VIGÉSIMA SÉTIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200151010080262)

DESPACHO
Junte-se o petitório n.º 2007/009208.
Indefiro o pedido constante do referido petitório, bem como de fls. 705/746, na forma do artigo 463 do Código de Processo Civil.
Após, tendo em vista a interposição de Recurso Especial às fls.750/783, nos termos do artigo 22, §2.º, I do RI do Eg. TRF/2.ª Região, remetam-se os autos à Vice-Presidência para Sua Excelência determinar o que for de direito.
Rio de Janeiro, 29 de março de 2007.
POUL ERIK DYRLUND
Relator

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO E JULGAMENTO

ACÓRDÃOS

EXPEDIENTE Nº 1 DO DIA 11 DE ABRIL DE 2007

XII - APELACAO EM MANDADO DE SEGURANCA 2006.51.01.012117-1

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL RALDÊNIO BONIFACIO COSTA
APELANTE	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:HALLIBURTON SERVIÇOS LTDA
ADVOGADO	:FABIANO MEIRELES DE ANGELIS E OUTROS
ORIGEM	:SEXTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200651010121171)

EMENTA
APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA - ARTIGO 12 LEI Nº 1.533/51 - ADMINISTRATIVO - GREVE DE SERVIDORES - DEFERIMENTO DO TRÂNSITO ADUANEIRO - LIMINAR DEFERIDA EM PARTE - SENTENÇA IRRETOCÁVEL.
I - O desembaraço aduaneiro é serviço público essencial, não podendo o particular ser prejudicado em razão de greve dos trabalhadores aduaneiros e portuários.
II- A falta de regulamentação de forma alguma obsta o constitucionalmente assegurado direito de greve dos servidores públicos. Por outro lado, a inexistência da lei específica prevista no art. 37, VII, da Constituição Federal, que deveria estabelecer termos e limites dos movimentos, não significa - por óbvio - que as paralisações são um direito absoluto, sem qualquer limitador.
III- Negado provimento ao recurso e à remessa necessária, mantendo-se integralmente a r. Sentença de Primeiro grau.
ACÓRDÃO
Vistos e relatados os autos, em questão em que são partes as acima indicadas: DECIDE a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO E À REMESSA NECESSÁRIA, na forma do relatório e voto constantes, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado. Custas como de Lei.
Rio de Janeiro, 10 de abril de 2007. (data do julgamento)
RALDÊNIO BONIFACIO COSTA
RELATOR

IV - APELACAO CÍVEL 2003.51.01.026997-5

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL RALDÊNIO BONIFACIO COSTA
APELANTE	:JACIARA DA CRUZ FERNANDES COELHO
ADVOGADO	:FATIMA MARIA ARAUJO DA SILVA
APELADO	:UNIAO FEDERAL
ORIGEM	:VIGÉSIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200351010269975)

EMENTA
ADMINISTRATIVO. MILITAR. ADICIONAIS DE HABILITAÇÃO MILITAR E DE TEMPO DE SERVIÇO. RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL.GRATUIDADE DE JUSTIÇA.
1- A relação obrigacional, *in casu*, é de prestação de trato sucessivo, devendo incidir a norma contida na Súmula nº 85, do STJ, que estabelece: *"Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação"*.
2- Como a Autora objetiva receber os atrasados referentes ao período de 1988 até 1997, prescrita está a sua pretensão.
3- Considerando-se a democratização das relações jurídicas, inclusive quanto aos processos, deve o magistrado averiguar, no caso concreto, a possibilidade de fixação de valores a título de honorários advocatícios ou de custas processuais nas decisões proferidas, sob pena de impedir o acesso à justiça das pessoas hipossuficientes sob o prisma econômico-social.
4- "*A Constituição Federal de 1988, notadamente com a previsão contida no art. 5º, inciso LXXIV, segundo a qual 'o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos', alterou a interpretação do disposto nos arts. 11 e 12, da Lei nº 1.060/50, para o fim de, no caso concreto, o magistrado poder considerar a viabilidade (ou não) de imposição das verbas sucumbenciais previstas no sistema jurídico-processual." (AC 97.02.39081-8, TRF da 2ª Região, Relator Juiz Federal Convocado GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA, julgado em 05/04/2006).*
5- Dá-se parcial provimento à apelação, somente para isentar a parte autora do pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios, mantendo, no mais, o r. *decisum* de primeiro grau por seus próprios e jurídicos fundamentos.
ACÓRDÃO
Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas: Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, DAR PARCIAL PROVIMENTO À APELAÇÃO, nos termos do Relatório e Voto, constantes dos autos, e que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 10 de abril de 2007. (data do julgamento)
RALDÊNIO BONIFACIO COSTA
RELATOR

XII - REMESSA EX-OFFICIO EM MS 2006.51.01.011483-0

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL RALDÊNIO BONIFACIO COSTA
PARTE AUTORA	:A1 NEGOCIOS INTERNACIONAIS LTDA
ADVOGADO	:JOSE DE CASTRO MAGALHAES E OUTRO
PARTE RÉ	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 24A VARA-RJ
ORIGEM	:VIGÉSIMA QUARTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200651010114830)

EMENTA
REMESSA NECESSÁRIA EM MANDADO DE SEGURANÇA - ARTIGO 12, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI Nº 1.533/51 - ADMINISTRATIVO - GREVE DE SERVIDORES - DIREITO AO DESEMBARAÇO ADUANEIRO - LIMINAR DEFERIDA - SENTENÇA IRRETOCÁVEL.
I - O desembaraço aduaneiro é serviço público essencial, não podendo o particular ser prejudicado em razão de greve dos trabalhadores aduaneiros e portuários.
II - A Constituição Federal estabelece a livre iniciativa e a garantia do desenvolvimento nacional, os quais, na ponderação de interesses, se sobrepõem ao direito de greve dos servidores públicos.
III - Negado provimento à Remessa Necessária, mantendo-se integralmente a r. Sentença de Primeiro grau.
ACÓRDÃO
Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, DECIDE a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO À REMESSA NECESSÁRIA, na forma do Relatório e Voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado. Custas como de Lei.
Rio de Janeiro, 10 de abril de 2007. (data do julgamento)
RALDÊNIO BONIFACIO COSTA
RELATOR

XII - REMESSA EX-OFFICIO EM MS 2006.51.01.010339-9

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL RALDÊNIO BONIFACIO COSTA
PARTE AUTORA	:RELOCO COM/ IMP/ EXP/ LTDA
ADVOGADO	:MARTA BARRETO VINHAS E OUTROS
PARTE RÉ	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 2A VARA-RJ
ORIGEM	:SEGUNDA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200651010103399)

EMENTA
REMESSA NECESSÁRIA EM MANDADO DE SEGURANÇA - ARTIGO 12, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI Nº 1.533/51 - ADMINISTRATIVO - GREVE DE SERVIDORES - DIREITO AO DESEMBARAÇO ADUANEIRO - LIMINAR DEFERIDA - SENTENÇA IRRETOCÁVEL.
I - O desembaraço aduaneiro é serviço público essencial, não podendo o particular ser prejudicado em razão de greve dos trabalhadores aduaneiros e portuários.
II - A Constituição Federal estabelece a livre iniciativa e a garantia do desenvolvimento nacional, os quais, na ponderação de interesses, se sobrepõem ao direito de greve dos servidores públicos.
III - Negado provimento à Remessa Necessária, mantendo-se integralmente a r. Sentença de Primeiro grau.
ACÓRDÃO
Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, DECIDE a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO À REMESSA NECESSÁRIA, na forma do Relatório e Voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado. Custas como de Lei.
Rio de Janeiro, 10 de abril de 2007. (data do julgamento)
RALDÊNIO BONIFACIO COSTA
RELATOR

IV - APELACAO CIVEL 2001.51.01.019059-6

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL RALDÊNIO BONIFACIO COSTA
APELANTE	:UNIAO FEDERAL
APELADO	:DARLETE TRAJANO DE FREITAS E OUTROS
ADVOGADO	:CARLOS ALEXANDRE FRANCA MOTHE E OUTROS
ORIGEM	:VIGÉSIMA OITAVA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200151010190596)

EMENTA
ADMINISTRATIVO - PROCESSUAL CIVIL - HOMOLOGAÇÃO DE ACORDOS FIRMADOS PELAS PARTES - HONORÁRIOS - RECONHECIMENTO DO DIREITO DOS ADVOGADOS - LEI 8.906/94.
1 - Sentença de homologação de acordos firmados pelos Autores, determinando o pagamento de honorários devidos pela Ré.
2 - Matéria amplamente abordada por esta colenda Turma, com jurisprudência pacificada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, é de se reconhecer o direito autônomo de o advogado executar a sentença no tocante aos honorários de sucumbência, a teor dos arts. 23 e 24 § 4º da Lei n.º 8.906/94.
3 - Precedentes nesse sentido: AGRESP nº 200601458234, STJ, Quinta Turma, Relator Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, julg. em 07.12.2006, publ. no DJ de 05.02.2007, pg. 369; AGRESP nº 200601005101, STJ, Quinta Turma, Relatora Min. LAURITA VAZ, julg. em 21.11.2006, publ. no DJ de 05.02.2007, pg. 364 e AGRESP 200601277679, STJ, Sexta Turma, Relator Min. PAULO GALLOTTI, julg. em 07.11.2006, publ. no DJ de 18.12.2006, pg. 543.
4 - Apelação a que se NEGA PROVIMENTO.
RALDÊNIO BONIFACIO COSTA
RELATOR
ACÓRDÃO
Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO à Apelação, nos termos do Relatório e Voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 10 de abril de 2007. (data do julgamento).
RALDÊNIO BONIFACIO COSTA
RELATOR

IV - APELACAO CIVEL 2005.51.01.005528-5

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL RALDÊNIO BONIFACIO COSTA
APELANTE	:UNIAO FEDERAL
APELADO	:ZILDA ARLINDA DOS SANTOS E OUTROS
ADVOGADO	:ANTONIO CELIO DE BARROS E OUTRO
ORIGEM	:DÉCIMA PRIMEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200551010055285)

EMENTA

ADMINISTRATIVO - PROCESSUAL CIVIL - ACORDOS FIRMADOS PELAS PARTES - HONORÁRIOS - RECONHECIMENTO DO DIREITO DOS ADVOGADOS - LEI 8.906/94.

1 - Sentença determinando o pagamento de honorários devidos pela Ré, relativos a acordos firmados pelos Autores.

2 - Matéria amplamente abordada por esta colenda Turma, com jurisprudência pacificada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, é de se reconhecer o direito autônomo de o advogado executar a sentença no tocante aos honorários de sucumbência, a teor dos arts. 23 e 24 § 4º da Lei n.º 8.906/94.

3 - Precedentes nesse sentido: AGRESP nº 200601458234, STJ, Quinta Turma, Relator Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, julg. em 07.12.2006, publ. no DJ de 05.02.2007, pg. 369; AGRESP nº 200601005101, STJ, Quinta Turma, Relatora Min. LAURITA VAZ, julg. em 21.11.2006, publ. no DJ de 05.02.2007, pg. 364 e AGRESP 200601277679, STJ, Sexta Turma, Relator Min. PAULO GALLOTTI, julg. em 07.11.2006, publ. no DJ de 18.12.2006, pg. 543.

4 - Apelação a que se NEGA PROVIMENTO.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO à Apelação, nos termos do Relatório e Voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2007. (data do julgamento).

RALDÊNIO BONIFACIO COSTA
RELATOR

EXPEDIENTE Nº 2 DO DIA 11 DE ABRIL DE 2007

VII - CONFLITO DE COMPETENCIA 2006.02.01.011098-5

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL POUL ERIK DYRLUND
AUTOR	:UNIAO FEDERAL
RÉU	:SONITER MIRANDA SARAIVA
ADVOGADO	:SEM ADVOGADO
SUSCITANTE	:JUIZO FEDERAL DA 2A VARA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES
SUSCITADO	:JUIZO FEDERAL DA 1A VARA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES
ORIGEM	:1 VARA JUSTIÇA FEDERAL CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES (200350020000786)

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. VARA ESPECIALIZADA. EXECUÇÃO FISCAL. EXECUÇÃO. DECISÃO. TCU.

A Lei 6.830 abrange os créditos da Fazenda Pública, tributários ou não. Apesar das execuções do Tribunal de Contas da União independerem de qualquer formalidade, como o registro, devem ser consideradas dívida ativa da União, cobradas segundo a imposição decorrente daquele Diploma Legislativo.

A Vara de Execução Fiscal possui, portanto, competência absoluta para processar e julgar o feito.

Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo suscitante.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas decide a Egrégia Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por maioria, conhecer do conflito para declarar competente o Juízo suscitante, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2007. (data do julgamento).

POUL ERIK DYRLUND
Relator

VII - CONFLITO DE COMPETENCIA 2006.02.01.006122-6

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL POUL ERIK DYRLUND
AUTOR	:JOAO BARBOSA BERNARDES
ADVOGADO	:JOSE ROBERTO NEVES SILVEIRA E OUTRO
RÉU	:UNIAO FEDERAL
SUSCITANTE	:JUIZO FEDERAL DA 14A VARA-RJ
SUSCITADO	:JUIZO FEDERAL DA 9A VARA-RJ
ORIGEM	:DÉCIMA QUARTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200551010204801)

E M E N T A

PROCESSUAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. CONEXÂO AUSENTE. REINGRESSO AO SERVIÇO ATIVO DO EXÉRCITO.

Na ação nº 2005.51.01.020480-1, o Autor pleiteia a sua reforma, com a graduação de soldado com soldo de 3º sargento, acrescido do auxílio invalidez com soldo de cabo engajado, sob o fundamento de ter sofrido um acidente, enquanto na ativa.

Já na ação nº 2005.51.01.020481-3, o Autor pleiteia que seja, declarada a sua condição de anistiado, com a conseqüente reintegração ao serviço ativo do Exército na patente e soldo de 1º Sargento do Exército.

Portanto, a causa de pedir é diversa, não existindo conexão entre os processos e, não havendo de se falar em prevenção.

Conheço do Conflito de Competência, para o fim de declarar competente o suscitante, qual seja, o Juízo Federal da 14ª Vara/ RJ.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas decide a Egrégia Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, conhecer do conflito para declarar competente o Juízo suscitante, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2007. (data do julgamento)

POUL ERIK DYRLUND
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO 2006.02.01.008642-9

RELATOR	:JUIZ FEDERAL CONVOCADO GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
AGRAVANTE	:LETRA S/A CRÉDITO IMOBILIÁRIO
ADVOGADOS	:EDGARD SABOYA FILHO E OUTRO
AGRAVADO	:BANCO CENTRAL DO BRASIL
ADVOGADO	:RODRIGO COSTA AZEVEDO
ORIGEM	:PRIMEIRA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (200351015242935)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. SUBSTITUIÇÃO DO PÓLO ATIVO. BACEN. FGC. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.

I - Com a substituição, no pólo ativo da demanda, do Banco Central do Brasil, autarquia federal, pelo Fundo Garantidor de Créditos, que é entidade privada, evidencia-se a incompetência do Juízo *a quo* para a apreciação da causa, sendo competente, portanto, a Justiça Estadual, uma vez que inexiste interesse de qualquer das pessoas enumeradas no rol taxativo do inciso I do artigo 109 da CR/88;

II - Agravo de instrumento conhecido e desprovido, mantendo-se a decisão agravada. Revogada a decisão monocrática de fls. 41-42.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 10 / 04 / 2007 (data do julgamento).

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Juiz Federal Convocado na 8ª Turma do TRF-2ª Região

APELAÇÃO CÍVEL 2003.51.02.008661-0

RELATOR	:JUIZ FEDERAL CONVOCADO GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
APELANTE	:UNIÃO FEDERAL
APELADOS	:ELAIR XAVIER E OUTRO
ADVOGADOS	:WLADIMYR DA SILVA SANCHES E OUTROS
APELADA	:ALYLE XAVIER TERRA
ADVOGADO	:SIDNEY DE SÁ BARROSO
REMETENTE	:JUÍZO FEDERAL DA 3ª VARA DE NITERÓI-RJ
ORIGEM	:TERCEIRA VARA FEDERAL DE NITERÓI (200351020086610)

EMENTA

DIREITO ADMINISTRATIVO - CONCESSÃO DE PENSÃO MILITAR - FILHAS MAIORES NÃO INVÁLIDAS - LEI DE 06/11/1827 - LEI 3.765/60 - LEGISLAÇÕES NÃO RECEPCIONADAS PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - AGRAVO RETIDO - RECURSO INCABÍVEL NA ESPÉCIE.

I - Trata a hipótese de sentença que julgou procedente em parte o pedido de concessão de pensão por morte de militar para filhas de maior idade, amparada em vetusta legislação, editada ainda nos primórdios do Regime Imperial;

II - As Autoras são maiores de idade, não interditas e, portanto, não fazem jus à percepção da pensão instituída por seu genitor, pois, tanto a Lei 3.765/60, norma na qual se escoram para formular o pedido, quanto a já revogada Lei de 6 de novembro de 1827, utilizada pelo Juízo *a quo* como fundamento para a procedência do pedido, não foram recepcionadas pela atual Carta Federal;

III - Por outro lado, não restou demonstrado nos autos a necessidade do pensionamento vindicado, pois ambas as Autoras são aposentadas - presume-se que a que é viúva ainda perceba pensão previdenciária - e somente deram entrada no requerimento de reconhecimento de paternidade, para fins de obtenção dos benefícios, em 1996, ou seja, há quase 70 anos da data do óbito do seu genitor;

IV - Agravo retido que não se conhece, porquanto já havia sido proferida sentença de mérito, tornando, por conseqüência, incabível a sua interposição na espécie;

V - Recurso e remessa necessária a que se dá provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, não conhecer do agravo retido da União Federal e dar provimento ao recurso e à remessa necessária, na forma do relatório e voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 10 / 04 / 2007 (data do julgamento).

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Juiz Federal Convocado na 8ª Turma do TRF-2ª Região

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL 1998.50.01.009772-6

RELATOR	:JUIZ FEDERAL CONVOCADO GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
APELANTE	:CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADOS	:FLÁVIA DE SOUSA MARCHEZINI E OUTROS
APELADOS	:OSÉIAS DA SILVA E OUTROS
ADVOGADA	:RÉGIA CRISTINA ALBINO ZAFALON
APELADO	:JOSÉ GERRA
ADVOGADO	:ELIAS ASSAD NETO
APELADO	:PAULO RIBEIRO DA SILVA
ADVOGADO	:NEY ABDALA
EMBARGANTE	:CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
EMBARGADO	:R. DECISÃO DE FLS. 120/122
ORIGEM	:TERCEIRA VARA FEDERAL DE VITÓRIA (9800097724)

EMENTA

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE - AGRAVO INTERNO - FGTS - ÍNDICES DE CORREÇÃO MONETÁRIA.

I - À luz do princípio da fungibilidade, devem ser conhecidos como agravo interno os embargos de declaração que objetivam reformar, e não sanar ponto obscuro, contraditório ou omisso, no *decisum* do relator cujo qüinqüídio a que alude o artigo 241, *caput*, do regimento interno desta corte para interposição do agravo interno, coincide com o prazo estipulado no artigo 536, do Código de Processo Civil, para manejo dos embargos de declaração;

II - A decisão atacada apenas confirmou a sentença que corrigiu o saldo da conta vinculada ao FGTS dos Autores, acrescendo os índices de 20,37% e 44,80%, relativos aos meses de janeiro de 1989 e abril de 1990, dentro do previsto na Súmula n° 252 do STJ.

III - Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 10 / 04 / 2007 (data do julgamento).

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Juiz Federal Convocado na 8ª Turma do TRF-2ª Região

AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL 2006.51.01.018542-2

RELATOR	:JUIZ FEDERAL CONVOCADO GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
APELANTES	:CLÁUDIO DOS SANTOS BISPO E OUTROS
ADVOGADOS	:JOSÉ ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA E OUTROS
APELADA	:UNIÃO FEDERAL
AGRAVANTES	:CLÁUDIO DOS SANTOS BISPO E OUTROS
AGRAVADA	:R. DECISÃO DE FLS. 85/88
ORIGEM	:DÉCIMA QUINTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200651010185422)

EMENTA

ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO. RESÍDUO DE 28,86%. SERVIDOR MILITAR. LIMITAÇÃO TEMPORAL. MEDIDA PROVISÓRIA 2.131/00. AGRAVO CONHECIDO E IMPROVIDO.

1. Cuida-se de irresignação dos Autores, ora Agravantes, contra decisão que negou seguimento, ao seu recurso de Apelação, para manter a r. sentença que indeferiu a petição inicial sobre o pedido de incorporação do índice de 28,86% em seus vencimentos, sob fundamento de que o ajuizamento da demanda após o qüinqüênio da data prevista para os efeitos financeiros advindos da Medida Provisória n° 2.131 de 28/12/2000 acarretou a prescrição do direito ao referido índice.

2. O Supremo Tribunal Federal estendeu o reposicionamento de 28,86% aos servidores públicos civis face ao princípio constitucional da isonomia, por entender que as Leis nºs 8.622/93 e 8.623/93 asseguraram aos servidores públicos civis e militares a revisão geral de remuneração. Assim, deve tal reposição ser concedida também aos servidores públicos militares que receberam reajuste inferior.

3. A prescrição é qüinqüenal e, por se tratar de prestações sucessivas, atingirá apenas as parcelas anteriores à propositura da ação, não havendo, portanto, prescrição do fundo de direito, salvo se provada negativa na esfera administrativa, conforme prevê a Súmula nº 85 do STJ.
4. Como a ação foi ajuizada em 27 de setembro de 2006 e, considerando que com a edição da MP 2131/00, a qual trouxe nova reestruturação para a remuneração dos militares das forças armadas, revogando o artigo 2º da Lei 8627/93, limitou a incidência do índice de 28,86% no reajuste dos vencimentos/proventos dos servidores públicos militares, encontram-se, assim, prescritas as parcelas anteriores a cinco anos da referida data, ou seja, anteriores a 27 de setembro de 2001, conforme consignado na r. sentença.
5. Agravo interno conhecido, mas improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao Agravo, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 10 / 04 / 2007 (data do julgamento).

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Juiz Federal Convocado na 8ª Turma do TRF-2ª Região

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL 2000.50.01.005740-3

RELATOR	:JUIZ FEDERAL CONVOCADO GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
APELANTE	:CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADOS	:GILMAR ZUMAK PASSOS E OUTROS
APELADOS	:SEBASTIÃO DA SILVA E OUTROS
ADVOGADA	:RÉGIA CRISTINA ALBINO ZAFALON
EMBARGANTE	:CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
EMBARGADO	:R. DECISÃO DE FLS. 108/110
ORIGEM	:TERCEIRA VARA FEDERAL DE VITÓRIA (200050010057403)

EMENTA

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE - AGRAVO INTERNO - FGTS - ÍNDICES DE CORREÇÃO MONETÁRIA.
I - À luz do princípio da fungibilidade, devem ser conhecidos como agravo interno os embargos de declaração que objetivam reformar, e não sanar ponto obscuro, contraditório ou omisso, no *decisum* do relator cujo qüinqüídio a que alude o artigo 241, *caput*, do regimento interno desta corte para interposição do agravo interno, coincide com o prazo estipulado no artigo 536, do Código de Processo Civil, para manejo dos embargos de declaração;
II - A decisão atacada apenas confirmou a sentença que corrigiu o saldo da conta vinculada ao FGTS dos Autores, acrescendo os índices de 20,37% e 44,80%, relativos aos meses de janeiro de 1989 e abril de 1990, dentro do previsto na Súmula n° 252 do STJ.
III - Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 10 / 04 / 2007 (data do julgamento).

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Juiz Federal Convocado na 8ª Turma do TRF-2ª Região

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA 2006.51.01.004786-4

RELATOR	:JUIZ FEDERAL CONVOCADO GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
APELANTE	:UNIÃO FEDERAL
APELADA	:MARIA DE LOURDES ANDRADE SILVA
ADVOGADOS	:DARLENE BELLO DA SILVA E OUTRO
REMETENTE	:JUÍZO FEDERAL DA 29ª VARA-RJ
ORIGEM	:VIGÉSIMA NONA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200651010047864)

EMENTA

ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. MILITAR. VIÚVA DE MILITAR DE CARREIRA EX-COMBATENTE. ART. 53, IV, DO ADCT. LEI Nº 5.315/67. DIREITO À ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR GRATUITA NAS UNIDADES DE SAÚDE DO EXÉRCITO. DESCABIMENTO.
I - A matéria em debate diz respeito ao direito alegado pela impetrante, na qualidade de viúva de militar de carreira ex-combatente, à assistência médico-hospitalar gratuita nas unidades de saúde militares, com fundamento no art. 53, IV, do ADCT.
II - Por força do texto constitucional de 1988, todos os ex-combatentes, submetidos ao regime da Lei nº 5.315/67, e seus dependentes, passaram a ter direito à assistência médica, hospitalar e educacional, sendo que o texto não condiciona o gozo desse benefício a nenhum tipo de contribuição por parte dos beneficiados.
III - Na presente hipótese, a despeito de o falecido esposo da impetrante haver participado da 2º Guerra Mundial, não se enquadra no conceito de ex-combatente nos termos da Lei nº 5.315/67, uma vez que o *de cujus* foi militar de carreira, tendo permanecido nas fileiras do Exército após o término da 2º Guerra Mundial, fato que o exclui dos benefícios especificados no dispositivo constitucional nº 53 do ADCT, até porque aos militares de carreira foram concedidas outras vantagens não extensivas àqueles ex-combatentes que apenas participaram da Guerra e, ao final do conflito, retornaram à condição de civil.
IV -. Desse modo, ausentes os requisitos autorizadores do direito pleiteado.
V - Apelação e remessa necessária a que se dá provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento à apelação e à remessa necessária, na forma do relatório e voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 10 / 04 / 2007 (data do julgamento).

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Juiz Federal Convocado na 8ª Turma do TRF-2ª Região

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELACAO CIVEL 2000.02.01.016159-0

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL RALDÊNIO BONIFACIO COSTA
EMBARGANTE	:UNIAO FEDERAL
EMBARGADA	:V. DECISÃO DE FLS. 66/68
APELANTE	:UNIAO FEDERAL
APELADO	:ROSA DA SILVA DIAS
ADVOGADO	:ADRIANA MONTEIRO VINCLER FIORANI E OUTROS
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 3A VARA-RJ
ORIGEM	:TERCEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9701021533)

EMENTA

ADMINISTRATIVO. RECOMPOSIÇÃO RESIDUAL DE 3,17%. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 535, DA LEI DE RITOS. OMISSÃO RECONHECIDA.
1- Embargos de Declaração interpostos pela UNIÃO sustentando que a r. Decisão Monocrática deixou de apreciar as normas insculpidas na Medida Provisória nº 2.225/01. Por fim, postulou pelo acolhimento dos Embargos para, atribuindo-lhes efeitos infringentes, sanear a omissão apontada.
2- *"Orientação jurisprudencial da Primeira Seção desta Corte, que se faz harmônica ao reiterado entendimento do eg. Superior Tribunal de Justiça, sobre ser devido aos funcionários públicos federais civis o reajuste residual em causa, a contar de janeiro de 1995, diante das disposições inscritas nos artigos 28 e 29, parágrafo 5º, da Lei 8.880, de 1994, cessando, porém, os efeitos da condenação na hipótese de reorganização ou reestruturação de cargos ou carreiras de que tenha resultado majoração de estipêndios superior a 3,17%, a ser apurada em liquidação e execução do julgado"* (TRF - PRIMEIRA REGIÃO, AC 200238020029027,SEGUNDA TURMA, DJ: 24/2/2005, PÁG: 10, Relator DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MOREIRA ALVES)
3- Desta forma, plausível o reconhecimento da aplicação do art. 10, da MP 2.225-45.
4- Embargos de Declaração a que se dá parcial provimento, somente para reconhecer a aplicação do art. 10, da MP nº 2.225-45/2001, mantendo, no mais, a r. Decisão por seus próprios e jurídicos fundamentos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas: Decide a 8ª Turma Especializada deste Eg. Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, DAR PARCIAL PROVIMENTO AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, nos termos do Relatório e Voto constantes dos autos, e que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2007 (data do julgamento).

RALDÊNIO BONIFACIO COSTA
RELATOR

IV - APELACAO CIVEL 1995.51.01.022008-2

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL RALDÊNIO BONIFACIO COSTA
APELANTE	:COSME LUIZ DE ASSIS PEREIRA REP/ P/ STELLA DE ASSIS
ADVOGADO	:NELSON HALIM KAMEL E OUTRO
APELADO	:UNIAO FEDERAL E OUTRO
APELADO	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:ISABELLA CARVALHO DO NASCIMENTO
ORIGEM	:15 VARA JUSTIÇA FEDERAL RIO DE JANEIRO/RJ (9500220083)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EXTINÇÃO DO MANDATO JUDICIAL - ART. 682, II, DO CÓDIGO CIVIL. REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL IRREGULAR. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.
I. O Código Civil Brasileiro prevê em seu artigo 682, inciso II, que cessa o mandato com a morte do mandante.
II. No presente caso, o recurso interposto em nome do Autor fora protocolado em 26 de julho de 2002 (fls. 65/69), quando a curadora e o Autor já haviam falecido. Assim, o recurso foi firmado para a defesa de parte já falecida, não devendo ser conhecido por ausência de pressuposto de admissibilidade.
III.Recurso não conhecido, por irregularidade de representação.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas: DECIDE a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NÃO CONHECER DO RECURSO, nos termos do Relatório e Voto constantes dos autos, e que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2007. (data do julgamento)

RALDÊNIO BONIFACIO COSTA
RELATOR

IV - APELACAO CIVEL 2004.51.01.003637-7

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL RALDÊNIO BONIFACIO COSTA
APELANTE	:UNIAO FEDERAL
APELADO	:LEDA MARTINS DE ARAUJO E OUTROS
ADVOGADO	:FERNANDO DE SOUSA
APELADO	:MARIA CELIA ALVES PORTO
ADVOGADO	:NERIVALDO LIRA ALVES E OUTROS
ORIGEM	:DÉCIMA SÉTIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200451010036377)

EMENTA

ADMINISTRATIVO - PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - REAJUSTE DE 28,86% - HONORÁRIOS - MAJORAÇÃO - POSSIBILIDADE - ART. 20, § 4º DO CPC.

1 - É firme a jurisprudência dos Tribunais Superiores no sentido de que, sendo vencida a Fazenda Pública, a fixação dos honorários será determinada mediante "apreciação eqüitativa do Juiz", não estando obrigatoriamente adstrita aos limites percentuais de 10% e 20%, podendo ser adotado como base de cálculo o valor dado à causa ou à condenação, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC.

2 - Se, por um lado, o valor irrisório torna aviltante o trabalho do profissional, por outro, os honorários de sucumbência, se exorbitantes, tornam inócua a prestação jurisdicional. Imprescindível o equilíbrio entre o valor a ser recebido pela parte autora e a avaliação justa do trabalho despendido pelo profissional. Sob esse entendimento, possível é a majoração da verba honorária, objetivando o justo valor.

3 - Precedentes do colendo STJ: RESP 200600351980, STJ, Sexta Turma, Relator Ministro PAULO GALLOTTI, julgado em 17/10/2006, publicado no DJ de 11/12/2006, pg. 433; RESP 200400717423, STJ, Quarta Turma, Relator Ministro MASSAMI UYEDA, julgado em 15/08/2006, publicado no DJ de 18/12/2006, pg. 400.

3 - Apelação a que se DÁ PARCIAL PROVIMENTO tão-somente para, observado o princípio da razoabilidade, fixar moderadamente os honorários em R$ 1000,00 (mil reais), mantendo-se os demais termos da r. Sentença *a quo*.

RALDÊNIO BONIFACIO COSTA
RELATOR

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, DAR PARCIAL PROVIMENTO à Apelação, nos termos do Relatório e Voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2007. (data do julgamento).

RALDÊNIO BONIFACIO COSTA
RELATOR

Tribunal Regional Federal da 3ª Região

VICE-PRESIDÊNCIA

SECRETARIA DA VICE-PRESIDÊNCIA

SUBSECRETARIA DOS FEITOS DA VICE-PRESIDÊNCIA

DIVISÃO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO

SEÇÃO DE PROCEDIMENTOS DIVERSOS

DESPACHOS/DECISÕES

DESPACHO/DECISÃO DINT/RCED:
RECURSOS ESPECIAL/EXTRAORDINÁRIO
BLOCO:125446 - DINT 21ABC

PROC.	:	91.03.002461-0 AC 51054
APTE	:	JOAO PESSOA DA COSTA ALVES
ADV	:	ANA CRISTINA MAGALHAES CAMPOS
APDO	:	Banco do Brasil S/A e outro
ADV	:	LEILA MARANGON
ADV	:	LEONIDIA SEBASTIANI MECCHERI
APDO	:	Uniao Federal
PETIÇÃO	:	RESP 2005142311
RECTE	:	JOAO PESSOA DA COSTA ALVES
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso especial foi interposto, com fulcro no artigo 105, III, a, da CF, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em pleito indenizatório de danos.

A parte recorrente alega ofensa à legislação federal sem, contudo, indicar o artigo em tese violado.

Decido.

O recurso não merece prosseguimento.

Verifico, de pronto, que a parte recorrente suscitou questão federal não ventilada no acórdão, carecendo a matéria, portanto, do indispensável prequestionamento viabilizador do recurso constitucional, a teor da Súmula 282 do Excelso Supremo Tribunal Federal.

Cabia à parte, interessada em recorrer, opor embargos de declaração com vistas à prequestionar tema não constante do julgado. Não o tendo feito, inviabilizou seu recurso excepcional, nos termos da Súmula 356 daquela Corte Suprema.

Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 2 de abril de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	91.03.002461-0 AC 51054
APTE	:	JOAO PESSOA DA COSTA ALVES
ADV	:	ANA CRISTINA MAGALHAES CAMPOS
APDO	:	Banco do Brasil S/A e outro
ADV	:	LEILA MARANGON
ADV	:	LEONIDIA SEBASTIANI MECCHERI
APDO	:	Uniao Federal
PETIÇÃO	:	REX 2005142312
RECTE	:	JOAO PESSOA DA COSTA ALVES
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso extraordinário foi interposto, com fulcro no artigo 102, III, a, da CF, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em pleito indenizatório de danos.

A parte recorrente alega ofensa ao artigo 8º, do ADCT.

Decido.

O recurso não merece prosseguimento.

Verifico, de pronto, que a parte recorrente suscitou questão constitucional não ventilada no acórdão, carecendo a matéria, portanto, do indispensável presquestionamento viabilizador do recurso excepcional, a teor da Súmula 282 do Excelso Supremo Tribunal Federal.

Cabia à parte, interessada em recorrer, opor embargos de declaração com vistas à prequestionar tema não constante do julgado. Não o tendo feito, inviabilizou seu recurso excepcional, nos termos da Súmula 356 daquela Corte Suprema.

Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso extraordinário.

Dê-se ciência.

São Paulo, 2 de abril de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	91.03.002480-6 AMS 49178
APTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
APDO	:	SGUARIO S/A EMBALAGENS
ADV	:	PEDRO LUCIANO MARREY JUNIOR e outros
PETIÇÃO	:	RESP 2006004493
RECTE	:	SGUARIO S/A EMBALAGENS
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, a e c, da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte, que declarou a legalidade da Portaria MF 330/85, a qual fez retornar o prazo de 45 dias para recolhimento do IPI.

O que se pretende é a reforma do aresto, sob o fundamento de que este ofendeu o Art. 2ª do Decreto-lei 1056/69. Pugna-se pela possibilidade de recolhimento da exação no prazo de 150 dias, conforme Portaria MF 47/80.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, à análise da conformação à hipótese constitucional.

O recurso não merece prosseguimento.

O prazo para recolhimento da exação previsto no Decreto 61.514/67, 45 dias, foi dilatado pela Portaria MF 47/80, consoante autorizado pelo Decreto-lei 1056/69, para 150 dias. A Portaria MF 330/85, por sua vez, reduziu o lapso para 45 dias.

Há muito está pacificado o caráter transitório da prorrogação permitida pelo mencionado decreto-lei, de modo que prorrogar ou retratar são atos de conveniência administrativa, sujeitos apenas aos limites da lei (TFR, RIP 7604580, 5ª Turma, AUD 12/09/88, AMS 11887/SP).

Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 21 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	91.03.002480-6 AMS 49178
APTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
APDO	:	SGUARIO S/A EMBALAGENS
ADV	:	PEDRO LUCIANO MARREY JUNIOR e outros
PETIÇÃO	:	REX 2006004494
RECTE	:	SGUARIO S/A EMBALAGENS
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso foi interposto com fulcro no Art. 102, III, a, da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte, que declarou a legalidade da Portaria MF 330/85, a qual fez retornar o prazo de 45 dias para recolhimento do IPI.

O que se pretende é a reforma do aresto, sob o fundamento de que este ofendeu o princípio da legalidade.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, à análise da conformação à hipótese constitucional.

O recurso não merece prosseguimento.

O prazo para recolhimento da exação previsto no Decreto 61.514/67, 45 dias, foi dilatado pela Portaria MF 47/80, consoante autorizado pelo Decreto-lei 1056/69, para 150 dias. A Portaria MF 330/85, por sua vez, reduziu o lapso para 45 dias.

Com efeito, o cotejo entre as disposições do Decreto-lei 1056/69 e da Portaria MF 330/85 necessário à solução da controvérsia atinente à legalidade desta última deve ser realizado no âmbito infraconstitucional, porquanto não há ofensa direta de Portaria à Constituição (RE-AgR 410484/PR, 2ª Turma, DJ 03/02/06, e RE 265297/DF, 1ª Turma, DJ 01/07/05).

Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso extraordinário.

Dê-se ciência.

São Paulo, 21 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	93.03.045598-3 AMS 124188
APTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
APDO	:	CERVEJARIAS KAISER BRASIL S/A
ADV	:	MELISSA LESTA KAWAKAMI e outros
PETIÇÃO	:	RESP 2005160793
RECTE	:	CERVEJARIAS KAISER BRASIL S/A
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, a, da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte que, à unanimidade, deu provimento à apelação e à remessa oficial, em mandado de segurança ajuizado com o objetivo de afastar a exigibilidade do recolhimento antecipado do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro, na forma ditada pelo Decreto-lei 2.354/87 e Leis 7.787/89 e 7.799/89.

O acórdão recorrido entendeu que a exigência do pagamento antecipado do Imposto de Renda na forma de duodécimos, introduzida pelo Decreto-lei 2.354/87 e legislação superveniente, não fere os princípios constitucionais tributários, assim como a exigência do pagamento antecipado da Contribuição Social sobre o Lucro sob a forma de duodécimos introduzida pelo Art. 8º da Lei 7.787/89 e legislação superveniente, não padece de vícios de inconstitucionalidade

O que se pretende é a reforma do aresto, ao entendimento de que o regime de antecipações previsto na Lei 7.787/89 contraria o disposto no Art. 113, do CTN.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame de sua conformação à hipótese constitucional.

O recurso não merece prosseguimento.

Com efeito, ambas as turmas da Corte Superior firmaram entendimento no sentido da legitimidade do recolhimento antecipado da CSSL, prevista na Lei 7.787/89, in verbis:

"TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. IRPJ E CSSL. ANTECIPAÇÃO DO RECOLHIMENTO. LEGALIDADE. LEI N. 7.787/89 E DECRETO-LEI N. 2.354/87. 1. É legítima a exigência do recolhimento antecipado de duodécimos ou quotas do Imposto de Renda e da Contribuição Social Sobre o Lucro prevista na Lei n. 7.787/89 e no Decreto-Lei n. 2.354/87. 2. Recurso especial não provido."

(REsp 105.938/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA TURMA, julgado em 26.10.2004, DJ 17.12.2004 p. 472)

"Tributário. Pessoa Jurídica. Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro. Antecipação do Recolhimento. Legalidade. CTN, Artigos 43, 113, § 1º, 114 e 150. Leis 7.787/89 (art. 8º) e 7.799/89 (art.

35). Decreto-Lei 2.354/87. 1. A exigência fiscal de antecipação do pagamento do Imposto de Renda e da Contribuição Social, obrigando a pessoa jurídica, cônsono harmonizada jurisprudência construída pelas Turmas especializadas do STJ, acomoda-se na alcatifa da legalidade. 2. Multifários julgados. 3. Recurso sem provimento."

(REsp 129.955/PR, Rel. Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07.10.1999, DJ 29.11.1999 p. 123)

Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 22 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	93.03.045598-3 AMS 124188
APTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
APDO	:	CERVEJARIAS KAISER BRASIL S/A
ADV	:	MELISSA LESTA KAWAKAMI e outros
PETIÇÃO	:	REX 2005160794
RECTE	:	CERVEJARIAS KAISER BRASIL S/A
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso foi interposto com fulcro no Art. 102, III, a, da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte que, à unanimidade, deu provimento à apelação e à remessa oficial, em mandado de segurança ajuizado com o objetivo de afastar a exigibilidade do recolhimento antecipado do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro, na forma ditada pelo Decreto-lei 2.354/87 e Leis 7.787/89 e 7.799/89.

O que se pretende é a reforma do aresto, ao entendimento de que o regime de antecipações previsto na Lei 7.787/89 contraria o disposto no Art. 148, da CF/88.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame de sua conformação à hipótese constitucional.

O recurso não merece prosseguimento.

Com efeito, a Primeira e a Segunda Turma da Corte Suprema firmaram entendimento de que a matéria em comento é questão que se resolve com base em normas infraconstitucionais, inocorrendo ofensa a dispositivos da Carta Maior; ademais, se ofensa houvesse, seria meramente reflexa, o que não ensejaria a interposição de recurso extraordinário, in verbis:

"CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO: CONTRIBUIÇÕES: ANTECIPAÇÃO. Lei 7.787/89, art. 8º. I. - Questão que se resolve com base em normas infraconstitucionais. Inocorrência de ofensa ao art. 195, I, C.F. II. - Agravo não provido."

(RE-ED 218346/RS, Min. CARLOS VELLOSO, Segunda Turma, DJ 22-11-2002, PP-00082, EMENT VOL-02092-03,PP-00530)"O Decreto-Lei nº 2.354/87 e o art. 8º da Lei nº 7.787/89 apenas disciplinaram forma de recolhimento de tributo, questão que não alcança nível constitucional, a inviabilizar a admissão do recurso extraordinário. Precedentes. Agravo regimental desprovido."

(AI-AgR 352011/PE, Min. ELLEN GRACIE, Primeira Turma, DJ 27-09-2002, PP-00099, EMENT VOL-02084-06, PP-01246)

"Recurso extraordinário. Contribuição Social. Anterioridade nonagesimal. Lei 8.787/89, art. 8º. A discussão em torno da forma de recolhimento da contribuição social não tem aporte constitucional, mostrando-se inviável em sede de recurso extraordinário. Precedente: AGRAG 174.536. Por ocasião do julgamento do RE 169.740, esta Suprema Corte fixou o entendimento de que o prazo da anterioridade nonagesimal (art. 195, 6º, da Constituição) deve ter como termo a quo a edição da MP 63/89 somente em relação àqueles dispositivos que

foram repetidos no momento de sua conversão na Lei 7.787/89. Na hipótese de mudança ou introdução de novos dispositivos no momento da conversão, a contagem do termo da noventena deve ter início com a edição desta lei. O disposto no art. 8º da lei em comento, embora não estando previsto na redação original da MP 63/89, não majorou o tributo, tampouco modificou base de cálculo ou fato gerador. Por esta razão, não se lhe aplica o princípio da anterioridade mitigada. Recurso extraordinário não conhecido."
(RE 199198/SP, Min. ELLEN GRACIE, Primeira Turma, DJ 28-06-2002, PP-00125, EMENT VOL-02075-04, PP-00776)
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso extraordinário.
Dê-se ciência.
São Paulo, 22 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	94.03.076938-6 AC 204745
APTE	:	ITAMARATY DOMINO INDUSTRIAS QUIMICAS LTDA
ADV	:	WALTER BUSSAMARA e outros
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ROSELI DOS SANTOS PATRAO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
PETIÇÃO	:	RESP 2006217496
RECTE	:	ITAMARATY DOMINO INDUSTRIAS QUIMICAS LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto com fulcro no art. 105, III, "a", da CF, contra acórdão de Turma desta Corte que, à unanimidade, negou provimento às apelações e à remessa oficial, nos autos dos embargos à execução, que, dentre outras questões, reconheceu a validade da Certidão de Dívida Ativa, por estar regularmente inscrita, pois contém todos os elementos e indicações necessárias à defesa do embargante, e que a exclusão das parcelas sobre as quais operou-se a decadência, não macula a sua liquidez.
Os embargos de declaração opostos pelo recorrente foram rejeitados, à unanimidade.
O que se pretende é a reforma do "decisum", sob o fundamento de que contrariou dispositivos de normas infraconstitucionais, alegando a nulidade da Certidão de Dívida Ativa, por ser explicitamente genérica e indivisível, não passível de quaisquer novos cálculos contábeis como afirmado no acórdão.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.
Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, no que tange à alegação de iliquidez do título executivo, o entendimento assente na Colenda Corte é no sentido de que a Certidão de Dívida Ativa possui presunção de liquidez e certeza, a qual somente pode ser elidida por meio de prova robusta e não por meras alegações e que não é nula a CDA que contém os requisitos legais, precipuamente quando foi possível à devedora promover sua defesa (AgRg no Ag 761041/MG, DJ 28/08/2006, pág. 232 e Resp 789362/PR, DJ 08/06/2006, pág. 139, 1ª Turma, ambos de relatoria do Ministro José Delgado, e REsp 367163/MG, 2ª Turma, Relator Ministro João Otávio de Noronha, DJ 20/03/2006, pág. 229).
Ademais, é pacífico no Egrégio Superior Tribunal de Justiça, que a declaração de inexigibilidade de parte dos tributos contidos na CDA não enseja a nulidade do título executivo, e se dentre os valores inscritos na dívida ativa encontram-se exações declaradas inconstitucionais pelo Egrégio STF, a supressão dos valores indevidos da CDA pode-se dar por simples operação aritmética, sem descaracterização de sua validade (REsp 499502/SC, 1ª Turma, Relatora Ministra Denise Arruda, DJ 17.12.2004, pág. 421 e REsp 170573/SP, 2ª Turma, Relator Ministro Francisco Peçanha Martins, DJ 18.12.00, pág. 175).
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 30 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	94.03.076938-6 AC 204745
APTE	:	ITAMARATY DOMINO INDUSTRIAS QUIMICAS LTDA
ADV	:	WALTER BUSSAMARA e outros
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ROSELI DOS SANTOS PATRAO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
PETIÇÃO	:	REX 2006217497
RECTE	:	ITAMARATY DOMINO INDUSTRIAS QUIMICAS LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto com fulcro no art. 102, III, "a", da CF, contra acórdão de Turma desta Corte que, à unanimidade, negou provimento às apelações e à remessa oficial, nos autos dos embargos à execução, que, dentre outras questões, reconheceu a validade da Certidão de Dívida Ativa, por estar regularmente inscrita, pois contém todos os elementos e a indicações necessárias à defesa do embargante, e que a exclusão das parcelas sobre as quais operou-se a decadência, não macula a sua liquidez.
Os embargos de declaração opostos pelo recorrente foram rejeitados, à unanimidade.
O que se pretende é a reforma do "decisum", sob o fundamento de que viola o princípio do contraditório e da ampla defesa insculpido no Art. 5º, LV, da Carta Magna, asseverando a nulidade da CDA, vez que não se pode extrair quais são os exatos critérios utilizados para a determinação do montante cobrado.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.
Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, consolidou-se no E. STF o entendimento de que as alegações de violação aos princípios da legalidade, da motivação dos atos decisórios, dos limites da coisa julgada, do devido processo legal e da prestação jurisdicional, que dependam de reexame prévio de normas infraconstitucionais, como no caso em tela, não configuram ofensa direta à Constituição, mas, quando muito, caracterizam ofensa reflexa ou indireta que não tem o condão de ser apreciada em sede de recurso extraordinário (AI 528797 Agr/SP, RE 430637 AgR/PR).
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso extraordinário.
Dê-se ciência.
São Paulo, 30 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	96.03.027234-5 AC 311728
APTE	:	MARIA DE LOURDES SILVA BERNARDO (= ou > de 60 anos)
ADV	:	MARIA SOLANGE DE LIMA GONZALES
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	VERA LUCIA FEIGO DA CUNHA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PETIÇÃO	:	REX 2006340009
RECTE	:	MARIA DE LOURDES SILVA BERNARDO
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso extraordinário foi interposto, com fulcro no artigo 102, III, a, da CF, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em pleito de concessão de benefício previdenciário.
A parte recorrente alega ofensa ao artigo 201, I, § 7º, II, da CF.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.
Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, constato que, se afronta houvesse, diria respeito diretamente a dispositivos infraconstitucionais, de modo que eventual ofensa à Constituição Federal seria apenas indireta, o que não enseja recurso extraordinário.
Afigura-se absolutamente pacífico o entendimento do Excelso Supremo Tribunal Federal, no sentido de que: A situação de ofensa meramente reflexa ao texto constitucional, quando ocorrente, não basta, só por si, para viabilizar o acesso à via recursal extraordinária. (AI 326.942 AgR/SP, 2ª Turma, Rel. Min. Celso de Mello, j. 29/10/2002, DJ 13/12/2002, p. 89).
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso extraordinário.
Dê-se ciência.
São Paulo, 28 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	96.03.027234-5 AC 311728
APTE	:	MARIA DE LOURDES SILVA BERNARDO (= ou > de 60 anos)
ADV	:	MARIA SOLANGE DE LIMA GONZALES
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	VERA LUCIA FEIGO DA CUNHA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PETIÇÃO	:	RESP 2006340010
RECTE	:	MARIA DE LOURDES SILVA BERNARDO
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso especial foi interposto, com fulcro no artigo 105, III, a e c, da CF, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em pleito de concessão de benefício previdenciário.
A parte recorrente alega ofensa à legislação federal sem, contudo, indicar o artigo em tese violado, e ocorrência de dissídio jurisprudencial.
Decido.
O recurso não merece prosseguimento.
Verifico, de pronto, que a parte recorrente não indicou expressamente, na presente impugnação, o artigo da legislação federal que entendeu violado, restando configurada a deficiência na fundamentação, a teor da Súmula 284 do Excelso Supremo Tribunal Federal (AgRg no Ag 709.465/RN, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, j. 15/12/2005, DJ 06/02/2006, P. 301; EDcl no AgRg no Ag 493.375/RS, 6ª Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, j. 11/10/2005, DJ 21/11/2005, p. 315).
No tocante ao alegado dissídio jurisprudencial, não foi realizado o adequado cotejo analítico entre os acórdãos paradigma e impugnado, o que enseja a inadmissibilidade do recurso especial, nos termos do artigo 255, § 2º, do RISTJ, uma vez que não basta a mera transcrição de ementas ou de trechos de julgados, mas sim se faz necessária a demonstração das circunstâncias que identifiquem os casos confrontados.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 28 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	96.03.033897-4 AC 315862
APTE	:	IRMAOS ABRAO
ADV	:	JOSE LUIZ MATTHES
ADV	:	DIEGO DINIZ RIBEIRO
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	PAULO AFONSO JOAQUIM DOS REIS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PETIÇÃO	:	REX 2004151134
RECTE	:	IRMAOS ABRAO
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 102, III, "a", da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte, em ação de embargos à execução fiscal, que reconheceu ser devida a contribuição ao FUNRURAL incidente sobre a comercialização de produtos rurais.
O que se pretende é a reforma do aresto, sustentando cerceamento do direito de defesa e nulidade do julgamento pelo indeferimento da realização de perícia contábil, visando apuração da inexistência da dívida.
Alega, ainda, que o percentual fixado na multa moratória se mostra excessivo, devendo ser reduzido.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame de sua conformação à hipótese constitucional.
O recurso não merece prosseguimento.
De saída, observo o decisum reduziu a multa moratória pela superveniência de legislação mais benéfica, não tendo sido discutido percentuais defendidos pelas partes, o que faz incidir o óbice das Súmulas 282 e 356, do STF, pela ausência de prequestionamento.
Por outro lado, o Egrégio Supremo Tribunal Federal tem entendido, em casos análogos, que alegações de ofensa aos princípios do contraditório e ampla defesa e devido processo legal, caracterizam ofensa indireta ou reflexa ao texto constitucional, refugindo ao âmbito do recurso extraordinário (RE 331057/SP, Primeira Turma, Relator Ministro ILMAR GALVÃO, in DJ 21.02.2002 e AI-AgR 263118/SP, Segunda Turma, Relatora Ministra ELLEN GRACIE, in DJ 24.05.2002).
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso.
Dê-se ciência.
São Paulo, 28 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	96.03.033897-4 AC 315862
APTE	:	IRMAOS ABRAO
ADV	:	JOSE LUIZ MATTHES
ADV	:	DIEGO DINIZ RIBEIRO
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	PAULO AFONSO JOAQUIM DOS REIS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PETIÇÃO	:	RESP 2004151138
RECTE	:	IRMAOS ABRAO
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a", da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte, em embargos à execução fiscal, que reconheceu ser devida a contribuição ao FUNRURAL incidente sobre a comercialização de produtos rurais.
O que se pretende é a reforma do aresto, sustentando cerceamento do direito de defesa e nulidade do julgamento pelo indeferimento da realização de perícia contábil, visando apuração da inexistência da dívida.
Alega, ainda, que a contribuição não é devida, eis que revogada pela Lei nº 7.787/89.

Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame da conformação à hipótese constitucional.
O recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, a Corte Superior decidiu, em casos análogos, que não configura cerceamento de defesa ou ilegalidade o indeferimento da prova pericial se o juiz verificar que o processo está suficiente instruído (AgRg no Ag 441782/MG, 2ª Turma, Relator Ministro Franciulli Netto, in DJ 26/05/2003, pág. 338; REsp 651360/SP, 2ª Turma, in DJ 04/10/2004, pág. 268 e AgRg no REsp 777798/SP, 2ª Turma, Relator, in DJ 05/05/2006, pág. 291, ambos de relatoria do Ministro Castro Meira).
Por outro lado, a Egrégia Corte Superior recentemente decidiu que a Lei 7.787/89 extinguiu apenas a contribuição ao PRO-RURAL relativa à folha de salários, subsistindo a contribuição sobre a comercialização dos produtos rurais (art. 15, II da LC nº 11/71) (REsp 569301/RS, Primeira Turma, Relator Ministro LUIZ FUX, in DJ 22.03.2004 e REsp 246286/SC, Segunda Turma, Relator Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, in DJ 26.05.2003).
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso.
Dê-se ciência.
São Paulo, 28 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	96.03.067807-4 AMS 175270
APTE	:	RIO PRETO REFRIGERANTES S/A
ADV	:	ROMEU SACCANI e outros
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	HUMBERTO GOUVEIA e VALDIR SERAFIM
PETIÇÃO	:	RESP 2005209587
RECTE	:	RIO PRETO REFRIGERANTES S/A
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, a, da CF, contra acórdão proferido por Turma deste Tribunal, que considerou legítima a atualização monetária de parcelas do IPI pela UFIR, nos termos da Lei 8.383/91.
O que se pretende é a reforma do aresto, sob o fundamento de que violou dispositivos de lei federal.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, à análise da conformação à hipótese constitucional.
O recurso não merece prosseguimento.
É uníssona a jurisprudência no sentido de considerar a correção monetária mera recomposição de valor, e não um "plus". Não é outra a solução adotada pelo STJ, com relação à atualização monetária introduzida pela Lei 7.799/89, para o qual não afronta o princípio da não-cumulatividade a atualização monetária das parcelas de IPI pagas a partir do nono dia da quinzena subseqüente àquela em que tiver ocorrido o fato gerador, visto que esta não resulta em acréscimo (AI 339096/SP, DJ 08/03/02 e RE 232089, DJ 13/11/00). A mera alegação de impossibilidade de repasse do percentual de correção ao consumidor não possui o condão de desobrigar o contribuinte tributário. Confira, ainda, o seguinte julgado: REsp 724821/RJ, 1ª Turma, DJ 27/06/05.
Outrossim, a Excelsa Suprema Corte vem negando seguimento aos recursos interpostos com o objetivo de questionar a incidência de correção monetária sobre o IPI, ao entendimento de que esta não resulta em acréscimo ao montante original e que, por tal motivo, não é capaz de transgredir os princípios constitucionais elencados pelo recorrente (RE 387677/SP, Min. Rel. Marco Aurélio, DJ 03/11/04).
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 26 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	96.03.067807-4 AMS 175270
APTE	:	RIO PRETO REFRIGERANTES S/A
ADV	:	ROMEU SACCANI e outros
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	HUMBERTO GOUVEIA e VALDIR SERAFIM
PETIÇÃO	:	REX 2005209588
RECTE	:	RIO PRETO REFRIGERANTES S/A
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 102, III, a, da CF, contra acórdão proferido por Turma deste Tribunal, que considerou legítima a atualização monetária de parcelas do IPI pela UFIR, nos termos da Lei 8.383/91.
O que se pretende é a reforma do aresto, sob o fundamento de que violou dispositivos da Constituição Federal.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, à análise da conformação à hipótese constitucional.
O recurso não merece prosseguimento.
A Excelsa Suprema Corte vem negando seguimento aos recursos interpostos com o objetivo de questionar a incidência de correção monetária sobre o IPI, ao entendimento de que esta não resulta em acréscimo ao montante original e que, por tal motivo, não é capaz de transgredir os princípios constitucionais elencados pelo recorrente (RE 387677/SP, Min. Rel. Marco Aurélio, DJ 03/11/04).
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso extraordinário.
Dê-se ciência.
São Paulo, 26 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	97.03.004905-2 AC 357005
APTE	:	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS SP
PROC	:	MARIA INES DOS SANTOS
APDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	MARIA TEREZA SANTOS DA CUNHA
PETIÇÃO	:	RESP 2006281176
RECTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
O recurso foi interposto em face do acórdão proferido por Turma desta Corte, em embargos à execução fiscal, que decidiu ser legítima a exigência anual da taxa de fiscalização de localização, funcionamento e instalação, instituída pela municipalidade.
O que se pretende é a reforma do julgado, não apontando, porém, o dispositivo da Constituição Federal justificador da petição de condução do recurso.
Decido.
De saída, observo ser imprescindível no recurso especial a indicação do dispositivo constitucional autorizador de sua interposição, o que, "in casu", não ocorreu. Este entendimento vem corroborado no julgamento dos AgRg no Ag 472233/RS (DJ 08.09.03), AgRg no Ag 713758/SP (DJ 13.02.06) e REsp 236689 (DJ 15.02.01), de relatoria, respectivamente, dos Eminentes Ministros José Delgado, Jorge Scartezzini e Felix Fischer.
Face ao exposto, NÃO ADMITO o recurso interposto.
Dê-se ciência.
São Paulo, 2 de abril de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	97.03.004905-2 AC 357005
APTE	:	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS SP
PROC	:	MARIA INES DOS SANTOS
APDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	MARIA TEREZA SANTOS DA CUNHA
PETIÇÃO	:	REX 2006281180
RECTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 102, III, "a", da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte, em ação de embargos à execução fiscal, que decidiu ser legítima a exigência anual da taxa de fiscalização de localização, funcionamento e instalação, instituída pela municipalidade.
O que se pretende é a reforma do aresto, ao argumento de que inexiste o efetivo exercício do poder de polícia ensejador da cobrança da taxa mencionada, bem como sua base de cálculo leva em conta o número de empregados da empresa, ocorrendo violação ao artigo 145, inciso II, e § 2º, da Constituição Federal.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame da conformação à hipótese constitucional.
O recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, o Egrégio Supremo Tribunal Federal reconheceu a legitimidade da cobrança das taxas de fiscalização anual de anúncio luminoso e de localização e funcionamento de estabelecimentos comerciais e similares, fundadas no poder de polícia do município (AI-AgR 558210/MG, Primeira Turma, Relator Ministro CEZAR PELUSO, in DJ 20.04.2006).
Ademais, para verificar se há fiscalização de modo a justificar a cobrança da referida taxa, seria mister reexame prévio do conjunto fático-probatório, coisa de todo inviável perante o teor da Súmula 279, do STF.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso.
Dê-se ciência.
São Paulo, 2 de abril de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	97.03.015915-0 AC 363474
APTE	:	SALUS SERVICOS URBANOS E EMPREENDIMENTOS LTDA
ADV	:	VANESKA GOMES e outros
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	HUMBERTO GOUVEIA e VALDIR SERAFIM
PETIÇÃO	:	REX 2006328348
RECTE	:	SALUS SERVICOS URBANOS E EMPREENDIMENTOS LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

DECISÃO
O recurso foi interposto em 12/12/2006. A ciência do acórdão recorrido houve em 01/06/05, o que está a significar que a impugnação é intempestiva, eis que em desabono ao prazo fixado no Art. 508, do Código de Processo Civil.
Carente de pressuposto genérico de admissibilidade, NÃO ADMITO o presente recurso extraordinário.
Certificado o trânsito em julgado, baixem-se os autos, observadas as formalidades legais.
Dê-se ciência.
São Paulo, 21 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	97.03.015915-0 AC 363474
APTE	:	SALUS SERVICOS URBANOS E EMPREENDIMENTOS LTDA
ADV	:	VANESKA GOMES e outros
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	HUMBERTO GOUVEIA e VALDIR SERAFIM
PETIÇÃO	:	RESP 2006328349
RECTE	:	SALUS SERVICOS URBANOS E EMPREENDIMENTOS LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

DECISÃO
O recurso foi interposto em 12/12/2006. A ciência do acórdão recorrido houve em 01/06/05, o que está a significar que a impugnação é intempestiva, eis que em desabono ao prazo fixado no Art. 508, do Código de Processo Civil.
Carente de pressuposto genérico de admissibilidade, NÃO ADMITO o presente recurso extraordinário.
Certificado o trânsito em julgado, baixem-se os autos, observadas as formalidades legais.
Dê-se ciência.
São Paulo, 21 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	98.03.092014-6 AC 444129
APTE	:	JEFFERSON LUIZ BONIOLO
ADV	:	ADALBERTO DE JESUS COSTA
APTE	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
APDO	:	OS MESMOS
PETIÇÃO	:	RESP 2004153205
RECTE	:	JEFFERSON LUIZ BONIOLO
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso especial foi interposto, com fulcro no artigo 105, III, a e b, da CF, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em pleito indenizatório de danos.
A parte recorrente alega ofensa aos artigos 301 e 302, do CPP; e 11, da Lei 8.429/92.
Decido.
O recurso não merece prosseguimento.
Verifico, de pronto, que a parte recorrente suscitou questão federal não ventilada no acórdão, carecendo a matéria, portanto, do indispensável prequestionamento viabilizador do recurso constitucional, a teor da Súmula 282 do Excelso Supremo Tribunal Federal.
Quanto à alegação fundada na alínea b do inciso III do artigo 105 da CF, a inadmissão do recurso também é de rigor, uma vez que não há controvérsia acerca de lei ou ato de governo local em face de lei federal.
De outra parte, não cabe discutir, em sede de recurso especial, eventual ofensa a princípio constitucional, debate adequado, isto sim, no recurso extraordinário, nos termos do artigo 102, III, da CF.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 2 de abril de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	98.03.092014-6 AC 444129
APTE	:	JEFFERSON LUIZ BONIOLO
ADV	:	ADALBERTO DE JESUS COSTA
APTE	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
APDO	:	OS MESMOS
PETIÇÃO	:	REX 2004153208

RECTE	:	JEFFERSON LUIZ BONIOLO
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso extraordinário foi interposto, com fulcro no artigo 102, III, a, da CF, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em pleito indenizatório de danos.

A parte recorrente alega ofensa ao artigo 5º, X, XLV, LXI e LXXV, da CF.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.

Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.

Com efeito, constato que, se afronta houvesse, diria respeito diretamente a dispositivos infraconstitucionais, de modo que eventual ofensa à Constituição Federal seria apenas indireta, o que não enseja recurso extraordinário.

Afigura-se absolutamente pacífico o entendimento do Excelso Supremo Tribunal Federal, no sentido de que: A situação de ofensa meramente reflexa ao texto constitucional, quando ocorrente, não basta, só por si, para viabilizar o acesso à via recursal extraordinária. (AI 326.942 AgR/SP, 2ª Turma, Rel. Min. Celso de Mello, j. 29/10/2002, DJ 13/12/2002, p. 89).

Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso extraordinário.

Dê-se ciência.

São Paulo, 2 de abril de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	1999.61.00.011318-6 AC 1170372
APTE	:	ODAIR SABBAG (= ou > de 65 anos) e outros
ADV	:	RAFAEL JONATAN MARCATTO
APDO	:	Banco do Brasil S/A
ADV	:	EZEO FUSCO JUNIOR
APDO	:	União Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
PETIÇÃO	:	REX 2007051491
RECTE	:	ODAIR SABBAG
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de decisão monocrática proferida nos moldes do Art. 557, do Código de Processo Civil.

Decido.

A aptidão para o processamento do recurso extraordinário se verifica quando existentes todos os requisitos imprescindíveis à sua admissão, dentre eles, o prévio esgotamento das instâncias ordinárias, que no caso em tela, ensejaria a interposição de agravo interno nos termos do § 1º do Art. 557, do CPC.

Tal requisito é corroborado pela Súmula n. 281 do Supremo Tribunal Federal, editada nos seguintes termos: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber, na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada.".

Destarte, por ausência de pressuposto indispensável ao seu processamento, NÃO ADMITO o recurso extraordinário.

Certificado o trânsito em julgado, baixem-se os autos à vara de origem.

Dê-se ciência.

São Paulo, 26 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	1999.61.00.011318-6 AC 1170372
APTE	:	ODAIR SABBAG (= ou > de 65 anos) e outros
ADV	:	RAFAEL JONATAN MARCATTO
APDO	:	Banco do Brasil S/A
ADV	:	EZEO FUSCO JUNIOR
APDO	:	União Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
PETIÇÃO	:	RESP 2007051492
RECTE	:	ODAIR SABBAG
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto em face de decisão monocrática proferida nos moldes do Art. 557, do Código de Processo Civil.

Um dos requisitos necessário à admissão do recurso em tela é o prévio esgotamento das instâncias ordinárias (Art. 557, § 1º, CPC), sem o qual não se admite o recurso especial. A propósito, o Superior Tribunal de Justiça tem pacificado entendimento nesse sentido, a exemplo, transcrevo a seguinte ementa:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARTIGO 544 DO CPC. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INSTÂNCIA ORDINÁRIA NÃO ESGOTADA.

1. A decisão proferida monocraticamente, em observância ao art. 557, do CPC, não desafia de imediato a interposição de recurso especial, ante o não esgotamento das vias recursais no tribunal a quo pela ausência de oferecimento do agravo interno. Isto porque, a decisão denegatória, deve provir de Tribunal, e não ato isolado de um de seus membros.

2. Agravo regimental desprovido."

(AGRG no AG n. 621376-RJ, Rel. Min. Luiz Fux, 1ª T., v.u., j. 12.04.05, DJ 16.05.05)

No mesmo sentido: AGRG nos EDCL no AG n. 562849-RS, Rel. Min. Castro Filho, 3ª T., v.u., j. 28.10.04, DJ 17.12.04; AGRG no AG n. 619239-PB, Rel. Min. Gilson Dipp, 5ª T., v.u., j. 23.11.04, DJ 17.12.04 e AGRG no AG n. 547364-RJ, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, 6ª t., v.u., 17.02.05, DJ 11.04.05.

Destarte, por ausência de pressuposto indispensável ao seu processamento, NÃO ADMITO o recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 26 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	1999.61.00.024275-2 AMS 204546
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RENATA CRISTINA MORETTO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	L K REPRESENTACAO CONSULTORIA E PLANEJAMENTO LTDA
ADV	:	SANDRA MARIA ESTEFAM JORGE
PETIÇÃO	:	REX 2006336825
RECTE	:	L K REPRESENTACAO CONSULTORIA E PLANEJAMENTO LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

DECISÃO.

O recurso extraordinário foi interposto com fulcro no Art. 102, III, "a" e "c", da CF, contra acórdão de Turma desta Corte.

O que se pretende é a reforma do "decisum", sob o fundamento de ser inconstitucional a exigência de retenção e recolhimento da contribuição social sobre a folha de salários no percentual de 11% do valor da nota fiscal, fatura ou recibo, prevista no Art. 31 da Lei 8.212/91, com a redação dada pela Lei 9.711/98.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.

Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.

Com efeito, o Pleno do Egrégio Supremo Tribunal Federal, analisando a matéria, decidiu, verbis:

"CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. PREVIDENCIÁRIO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: SEGURIDADE. RETENÇÃO DE 11% SOBRE O VALOR BRUTO DA NOTA FISCAL OU DA FATURA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. Lei 8.212/91. I. - Empresa contratante de serviços executados mediante cessão de mão-de-obra: obrigação de reter onze por cento do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços e recolher a importância retida até o dia 2 do mês subseqüente ao da emissão da respectiva nota fiscal ou fatura, em nome da empresa cedente da mão-de-obra: inocorrência de ofensa ao disposto no art. 150, § 7º, art. 150, IV, art. 195, § 4º, art. 154, I, e art. 148 da CF. II. - R.E. conhecido e improvido."

(RE 393946/MG; Relator Ministro CARLOS VELLOSO; in DJ 01.04.05, pág. 007)

Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso extraordinário.

Dê-se ciência.

São Paulo, 2 de abril de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	1999.61.00.024275-2 AMS 204546
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RENATA CRISTINA MORETTO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	L K REPRESENTACAO CONSULTORIA E PLANEJAMENTO LTDA
ADV	:	SANDRA MARIA ESTEFAM JORGE
PETIÇÃO	:	RESP 2006336826
RECTE	:	L K REPRESENTACAO CONSULTORIA E PLANEJAMENTO LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

DECISÃO.

O recurso especial foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a" e "b", da CF, contra acórdão de Turma desta Corte.

O que se pretende é a reforma do "decisum", sob o fundamento de ser ilegal a exigência de retenção e recolhimento da contribuição social sobre a folha de salários no percentual de 11% do valor da nota fiscal, fatura ou recibo, prevista no Art. 31 da Lei 8.212/91, com a redação dada pela Lei 9.711/98.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.

Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.

Com efeito, o Superior Tribunal de Justiça, analisando a matéria, decidiu, verbis:

"TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A FOLHA DE SALÁRIOS. EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO. RETENÇÃO DE 11% SOBRE FATURAS. NOVA SISTEMÁTICA DE ARRECADAÇÃO.

1. A alteração promovida pelo art. 23 da Lei nº 9.711/98 ao art. 31 da Lei de Custeio da Previdência Social não criou qualquer nova contribuição sobre o faturamento, nem alterou a alíquota, nem a base de cálculo da contribuição previdenciária sobre a folha de salários. Precedentes: Resp 735.005/SP, 1ª T., Min. José Delgado, DJ de 27.06.2005; Resp 426.995/MG, 2ª T., Min. Francisco Peçanha Martins, DJ de 11.04.2005.

2. É devida, portanto, a retenção do percentual de onze por cento sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços.

3. Recurso especial a que se dá provimento."

(Resp 745877/SP; Relator Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI; 1ª Turma; in DJ 05.09.05, pág. 304)

"PREVIDENCIÁRIO - CONTRIBUIÇÃO - EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO LEI 9.711/98 - EMPREITADA DE MÃO-DE-OBRA.

1.A nova redação do art. 31 da Lei 8.212/91 pela Lei 9.711/98, não alterou a fonte de custeio, nem elegeu novo contribuinte.

2.A alteração foi apenas da sistemática de recolhimento, continuando a contribuição previdenciária a ser calculada pela folha de salário, tendo como contribuinte de direito a empresa prestadora do serviço de mão-de-obra.

3.A nova sistemática impôs a o contribuinte de fato a responsabilidade pela retenção de parte da contribuição, para futura compensação, quando do cálculo do devido.

4.Sistemática que se harmoniza com o disposto no art. 128 do CTN.

5.Hipótese de empresa que presta serviços mediante empreitada de mão-de-obra em relação à qual há expresso enquadramento no inciso III, § 4º, do art. 31 da Lei 8.212/91, com a nova redação, estando obedecido os princípios da tipicidade e legalidade tributária.

Precedentes da Segunda Turma.

6. Recurso especial improvido."

(Resp 608084/SC; Relatora Ministra ELIANA CALMON; 2ª Turma; in DJ 05.09.05, pág. 353)

Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 2 de abril de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	1999.61.00.048157-6 AMS 262506
APTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	HUMBERTO GOUVEIA e VALDIR SERAFIM
APDO	:	PRIMARCA VEICULOS S/A
ADV	:	FERNANDO FERRACCIOLI DE QUEIROZ
PETIÇÃO	:	RESP 2006265036
RECTE	:	PRIMARCA VEICULOS S/A
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso especial foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a" e "c", da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte, nos autos de mandado de segurança impetrado objetivando, em síntese, o recolhimento do PIS e da COFINS sobre o lucro auferido pela concessionária de veículo e não sobre a receita bruta derivada das revendas efetuadas ao consumidor final.

O que se pretende á a reforma do "decisum", argumentando que contrariou o Art. 110, do CTN.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.

Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.

Em relação à negativa de vigência ao Art. 110, do Código Tributário Nacional, não se encontra este prequestionado. A Corte Superior já sumulou (Súmula 221, do STJ) o entendimento de que não se conhece de recurso, pela apontada ofensa a dispositivo de lei federal, se a matéria não foi objeto de análise e decisão por parte do Tribunal a quo.

Ainda que assim não fosse, o Colendo Superior Tribunal de Justiça vem reiteradamente decidindo que as empresas concessionárias, que compram veículos automotores das montadoras e os revendem a consumidores finais, devem recolher as contribuições sobre sua receita bruta, não sendo viável o desconto do preço de aquisição pago à montadora (REsp 438797/RS, Relator Ministro Teori Albino Zavasck, Primeira Turma, DJ 03.05.2004, pág. 96; AgRg no REsp 61671/MG, Relator Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJ 29.11.2004, pág. 246; REsp 714008/RJ, Relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, DJ 04.04.2005, pág. 230; REsp 447040/SC, Relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJ 16.05.2005, pág. 288; e REsp 382680/SC, Relator Ministro Francisco Peçanha Martins, Segunda Turma, DJ 05.12.2005, pág. 264).

Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 28 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC. : 1999.61.00.048157-6 AMS 262506
APTE : Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV : HUMBERTO GOUVEIA e VALDIR SERAFIM
APDO : PRIMARCA VEICULOS S/A
ADV : FERNANDO FERRACCIOLI DE QUEIROZ
PETIÇÃO : REX 2006265037
RECTE : PRIMARCA VEICULOS S/A
ENDER : AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR : VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso extraordinário foi interposto com fulcro no Art. 102, III, "a", da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte, nos autos de mandado de segurança impetrado objetivando, em síntese, o recolhimento do PIS e da COFINS sobre o lucro auferido pela concessionária de veículo e não sobre a receita bruta derivada das revendas efetuadas ao consumidor final.

O que se pretende é a reforma do "decisum", argumentando que contrariou o princípio da capacidade contributiva (Art. 145, § 1º); princípio da vedação ao confisco (Art. 150, IV); princípio da isonomia (Art. 5º, "caput" e 150, II), todos da CF.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.

Entretanto, o recurso não merece prosseguimento, haja vista que o acórdão recorrido nenhuma ofensa direta apresenta em face da Constituição Federal.

De fato, se afronta houvesse, diria diretamente com dispositivos infraconstitucionais (Art. 3º, § 2º, da Lei 9.718/98), de modo que eventual desobediência ao Texto Maior seria apenas indireta, afigurando-se absolutamente pacífico o entendimento do Excelso Supremo Tribunal Federal no sentido de que "a situação de ofensa meramente reflexa ao texto constitucional, quando ocorrente, não basta, só por si, para viabilizar o acesso à via recursal extraordinária" (AI 326.942 AgR/SP, 2ª Turma, Relator Ministro Celso de Mello, julgado em 29.10.2002, DJU 13.12.2002).

Acresça-se que o Eminente Ministro Sepúlveda Pertence ao examinar o AI 532412/RS decidiu ser inviável o RE, posto que o "acórdão recorrido limitou-se a analisar a aplicabilidade de norma infraconstitucional - artigo 3º, § 2º, da lei 9.718/98; a alegada violação do dispositivo constitucional invocado seria, se ocorresse, indireta ou reflexa, que não enseja reexame na via do recurso extraordinário: incide, mutatis mutandis, o princípio da Súmula 636." (in DJ 06/04/2006, pág. 620).

Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso extraordinário.

Dê-se ciência.

São Paulo, 28 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC. : 1999.61.00.057073-1 AC 974215
APTE : ZAMBON LABORATORIOS FARMACEUTICOS S/A
ADV : ANTONIO CARLOS ARIBONI
APTE : Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV : HUMBERTO GOUVEIA e VALDIR SERAFIM
APDO : OS MESMOS
PETIÇÃO : REX 2007024650
RECTE : ZAMBON LABORATORIOS FARMACEUTICOS S/A
ENDER : AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR : VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso foi interposto com fulcro no Art. 102, III, "a", da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte, que não reconheceu o direito de creditamento de valores de IPI, anteriores a 1999, relativo a aquisições de matéria-prima, produto intermediário e material de embalagem, utilizados na industrialização de produtos isentos ou não tributados.

Busca a recorrente a reforma do acórdão, sustentando ofensa aos Arts. 153, § 3º, II, e 150, I, da Constituição Federal.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame da conformação à hipótese constitucional.

O recurso não merece prosseguimento.

Em 16/05/03, o E. Ministro do STF Marco Aurélio sobrestou o julgamento do RE 369818 (DJ 24/06/03), por reputar semelhante a discussão em pauta, matéria-prima tributada, adquirida para a industrialização de produto não-tributado, à questão objeto do RE 370.682/SC, matéria-prima não-tributada usada em produtos tributados.

Entretanto, em 15/02/07, o Plenário do STF concluiu, por maioria, no RE 370.682/SC, que inexiste direito ao creditamento de IPI na hipótese de aquisição de matéria-prima e insumos não-tributados ou sujeitos à alíquota zero (DJ 05/03/07), e que isto, portanto, não transgride a regra da não-cumulatividade.

Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso extraordinário.

Dê-se ciência.

São Paulo, 22 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC. : 1999.61.00.057073-1 AC 974215
APTE : ZAMBON LABORATORIOS FARMACEUTICOS S/A
ADV : ANTONIO CARLOS ARIBONI
APTE : Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV : HUMBERTO GOUVEIA e VALDIR SERAFIM
APDO : OS MESMOS
PETIÇÃO : RESP 2007024652
RECTE : ZAMBON LABORATORIOS FARMACEUTICOS S/A
ENDER : AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR : VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a" e "c", da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte, que não reconheceu o direito de creditamento de valores de IPI, anteriores a 1999, relativo a aquisições de matéria-prima, produto intermediário e material de embalagem, utilizados na industrialização de produtos isentos ou não tributados.

Busca a recorrente a reforma do acórdão, sustentando ofensa ao Art. 11 da Lei 9.779/99.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame da conformação à hipótese constitucional.

O recurso não merece prosseguimento.

O Superior Tribunal de justiça já decidiu que o direito em questão apenas surgiu com o advento da Lei 9.779/99, de modo que não há falar-se em retroatividade desta norma (REsp 419719/RS, 2ª Turma, DJ 14/08/06, e REsp 576946/CE, 1ª Turma, DJ 20/06/05).

Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 22 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC. : 1999.61.02.008621-8 AC 612404
APTE : RAFAEL GOMES FERREIRA e outros
ADV : CÉSAR RODOLFO SASSO LIGNELLI
ADV : ELIANA LUCIA FERREIRA
APDO : Uniao Federal
ADV : ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
PETIÇÃO : REX 2003001294
RECTE : RAFAEL GOMES FERREIRA
ENDER : AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR : VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso extraordinário foi interposto, com fulcro no artigo 102, III, a, b e c, da CF, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em pleito de correção de vencimentos de servidor público federal.

A parte recorrente alega ofensa à Constituição Federal sem, contudo, indicar o artigo em tese violado, e que a decisão impugnada declarou a inconstitucionalidade de lei federal.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.

Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.

Com efeito, constato que, se afronta houvesse, diria respeito diretamente a dispositivos infraconstitucionais, de modo que eventual ofensa à Constituição Federal seria apenas indireta, o que não enseja recurso extraordinário.

Afigura-se absolutamente pacífico o entendimento do Excelso Supremo Tribunal Federal, no sentido de que: A situação de ofensa meramente reflexa ao texto constitucional, quando ocorrente, não basta, só por si, para viabilizar o acesso à via recursal extraordinária. (AI 326.942 AgR/SP, 2ª Turma, Rel. Min. Celso de Mello, j. 29/10/2002, DJ 13/12/2002, p. 89).

Quanto à alegação fundada na alínea b do inciso III do artigo 102 da CF, a inadmissão do recurso também é de rigor, uma vez que a Corte Suprema entende que é imprescindível, para seu conhecimento, a existência de declaração formal de inconstitucionalidade de tratado ou lei federal emanada do Plenário ou Órgão Especial do Tribunal, a teor do artigo 97, da Lei Maior (RE 360.760 AgR/SP, 1ª Turma, Rel. Min. Eros Grau, j. 30/11/2004, DJ 22/04/2005, p. 13).

No tocante à alegação fundada na alínea c do inciso III do artigo 102 da CF, a inadmissão do recurso também é de rigor, uma vez que não há controvérsia acerca de lei ou ato de governo local em face da Constituição.

Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso extraordinário.

Dê-se ciência.

São Paulo, 23 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC. : 1999.61.14.004665-0 AC 860039
APTE : FIACAO E TECELAGEM TOGNATO S/A
ADV : EMILIO ALFREDO RIGAMONTI
APDO : Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV : HUMBERTO GOUVEIA e VALDIR SERAFIM
PETIÇÃO : REX 2004056525
RECTE : FIACAO E TECELAGEM TOGNATO S/A
ENDER : AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR : VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso foi interposto com fulcro no Art. 102, III, "a", "b" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido, por Turma desta Corte, em que se discute, nos autos dos embargos à execução fiscal, o modo de extinção do processo, ante a adesão do contribuinte ao REFIS.

O que se pretende é a reforma do "decisum", sob o fundamento de violação ao Artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame de sua conformação à hipótese constitucional.

O recurso interposto não merece prosseguimento.

Com efeito, relativamente ao Art. 5º, LV; da Constituição Federal, verifico que o acórdão não se pronunciou, sequer de modo implícito, acerca do dispositivo havido por violado. Assim, inadmissível inovação de tese jurídica em sede de recurso extremo, incidindo, "in casu", a Súmula 282 do STF.

Nesse sentido é o entendimento consolidado na Excelsa Corte, in verbis:

"1. RECURSO EXTRAORDINÁRIO: descabimento: ausência de prequestionamento do dispositivo constitucional tido por violado (cf, art. 5º, XXXVI), não admitido pela jurisprudência do tribunal o chamado "prequestionamento implícito" (Súmula 282).

2. RECURSO EXTRAORDINÁRIO E PREQUESTIONAMENTO. O prequestionamento para o RE não reclama que o preceito constitucional invocado pelo recorrente tenha sido explicitamente referido pelo acórdão, mas é necessário que este tenha versado inequivocadamente a matéria objeto da norma que nele se contenha.

(AI-AGR 585604/RS; RELATOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE; PRIMEIRA TURMA; DJ 29/09/2006."

Igualmente, está inviabilizado o recurso pela alínea "b", por não se tratar de decisão que declarou a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal.

Por derradeiro, não merece prosseguimento o recurso pela alínea "c", por não se tratar de hipótese de lei ou ato de governo local.

Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso extraordinário.

Dê-se ciência.

São Paulo, 27 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC. : 1999.61.14.004665-0 AC 860039
APTE : FIACAO E TECELAGEM TOGNATO S/A
ADV : EMILIO ALFREDO RIGAMONTI
APDO : Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV : HUMBERTO GOUVEIA e VALDIR SERAFIM
PETIÇÃO : RESP 2004056526
RECTE : FIACAO E TECELAGEM TOGNATO S/A
ENDER : AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR : VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a", "b" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido, por Turma desta Corte, em que se discute, nos autos dos embargos à execução fiscal, o modo de extinção do processo, ante a adesão do contribuinte ao REFIS.

O que se pretende é a reforma do "decisum", sob o fundamento de violação ao Artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame de sua conformação à hipótese constitucional.

O recurso interposto não merece prosseguimento.

Com efeito, não cabe discutir, em sede de recurso especial, eventual ofensa a princípio constitucional, debate adequado, isto sim, no recurso extraordinário, nos termos do Art. 102, III, da CF.

Igualmente não merece prosseguimento o recurso pela alínea "b", por não se tratar de hipótese de lei ou ato de governo local.

Por derradeiro, inviabilizado está o recurso pela alínea "c" posto que não atendidos os requisitos do Art. 255 e parágrafos do RI/STJ.

Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 27 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2000.03.99.006617-2 AC 568593
APTE	:	M 3 INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA
ADV	:	ALEXANDRE REGO
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
PETIÇÃO	:	REX 2003210912
RECTE	:	M 3 INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso foi interposto com fulcro no Art. 102, III, a e c, da Constituição Federal, contra acórdão proferido por Turma desta Corte, contra acórdão proferido por Turma desta Corte que manteve a sentença que indeferiu a inicial, por não ter a embargante juntado a cópia da Certidão da Dívida Ativa - CDA, auto de penhora e da certidão de intimação do executado, mesmo após ser intimada para tanto.

O que se pretende é a reforma do decisum sob o fundamento de que contraria texto de lei federal, diverge de jurisprudência de outros Tribunais e que contraria princípios constitucionais da legalidade, do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.

Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.

Com efeito, consolidou-se no E. STF o entendimento de que as alegações de violação aos princípios da legalidade, da motivação dos atos decisórios, dos limites da coisa julgada, do devido processo legal e da prestação jurisdicional e do direito de propriedade, que dependam de reexame prévio de normas infraconstitucionais, como no caso em tela, não configuram ofensa direta à Constituição, mas, quando muito, caracterizam ofensa reflexa ou indireta que não tem o condão de ser apreciada em sede de recurso extraordinário (AI 528797 Agr/SP, RE 430637 AgR/PR).

Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso extraordinário.

Dê-se ciência.

São Paulo, 27 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2000.03.99.006617-2 AC 568593
APTE	:	M 3 INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA
ADV	:	ALEXANDRE REGO
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
PETIÇÃO	:	RESP 2003210914
RECTE	:	M 3 INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, a e c, da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte que manteve a sentença que indeferiu a inicial, por não ter a embargante juntado a cópia da Certidão da Dívida Ativa - CDA, auto de penhora e da certidão de intimação do executado, mesmo após ser intimada para tanto.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados, à unanimidade.

Busca a recorrente a reforma do decisum, sob o fundamento de ofensa ao Art. 225, do Código Civil, alegando que a falta de autenticação das cópias juntadas aos autos não enseja a extinção do processo.

No tocante à interposição do recurso pela alínea c, alega que o aresto diverge do entendimento de outros tribunais acerca da questão acima referida, bem como em relação à não menção ao valor da causa nos embargos.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame da conformação à hipótese constitucional.

O recurso não merece prosseguimento.

Com efeito, quanto à insurgência da extinção dos autos por não ter sido atribuído valor aos embargos, embora o entendimento assente no Colendo Superior Tribunal de Justiça seja no sentido de que em embargos à execução a ausência do valor da causa não enseja a extinção do processo sem julgamento do mérito (REsp 612095/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, DJ 07.03.2005, pág. 216), a questão ventilada no recurso especial não foi enfrentada pelo acórdão recorrido, bem como não foi apreciada a questão relativa à autenticação dos documentos apresentados, de forma que restou ausente o requisito do prequestionamento, ex vi da Súmula 211, do STJ.

Ademais, o Colendo Superior Tribunal de Justiça já decidiu no sentido de que quando a petição inicial dos embargos não preenche os requisitos dos Arts. 282 e 283, do CPC e a parte, nos termos do Art. 284, parágrafo único, devidamente intimada para emendá-la, permanecer inerte, cabe o indeferimento da exordial (EREsp 255673/SP, 3ª Seção, Ministro Gilson Dipp, DJ 13.05.2002, pág. 150 e REsp 760208/RS, 1ª Turma, Ministro Luiz Fux, DJ 10.10.2005, pág. 254).

Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 27 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2000.03.99.016218-5 AC 579147
APTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
APDO	:	CORREA DA SILVA OLIVEIRA E PAIVA ADVOGADOS ASSOCIADOS
ADV	:	JOSE LUIZ MATTHES
PETIÇÃO	:	REX 2005059620
RECTE	:	CORREA DA SILVA OLIVEIRA E PAIVA ADVOGADOS ASSOCIADOS
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso foi interposto com fulcro no Art. 102, III, "a", da CF, contra acórdão de Turma desta Corte.

O que se pretende é a reforma do "decisum", sob o fundamento de ser inconstitucional a cobrança do PIS das empresas prestadoras de serviços com base na Lei 9.715/98. Aduz, ainda ser inexigível a cobrança da referida contribuição pelo não empregador. Fundamenta seu pedido nos Arts. 154, I, 195, § 4º e 239, da CF.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame da conformação à hipótese constitucional.

O recurso não merece prosseguimento.

Com efeito, o Pleno da Corte Suprema, ao julgar o mérito da ADIn 1.417/DF, declarou a constitucionalidade das alterações na cobrança da contribuição para o PIS pela MP 1.212/95 e reedições. Tal decisão vincula os demais pronunciamentos do Supremo Tribunal Federal em casos semelhantes (ADIn 1.417/DF, Min. Octavio Galloti, DJ 23.03.01, pp-00085).

No que tange à exigibilidade da referida contribuição dos não empregadores, a jurisprudência da Suprema Corte consolidou-se no sentido de que a seguridade social será financiada por toda a sociedade, sem excluir de ninguém a responsabilidade de custeá-la. Por isso, o vocábulo "empregador" constante do inciso I do Art. 195 abrange a pessoa jurídica empregadora em potencial (RE-AgR 249841/PR, Min. Rel. Ellen Gracie, 2ª Turma, DJ 05.05.2006). No mesmo sentido os acórdãos: RE-AgR 364215/PR, Min. Carlos Velloso, julgado em 17/08/2004, publicado em 03/09/2004 e RE-AgR 354017/SC, Min. Gilmar Mendes, julgado em 06/12/2005 e publicado em 03/02/2006.

Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso extraordinário interposto.

Dê-se ciência.

São Paulo, 2 de abril de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2000.03.99.016218-5 AC 579147
APTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
APDO	:	CORREA DA SILVA OLIVEIRA E PAIVA ADVOGADOS ASSOCIADOS
ADV	:	JOSE LUIZ MATTHES
PETIÇÃO	:	RESP 2005059621
RECTE	:	CORREA DA SILVA OLIVEIRA E PAIVA ADVOGADOS ASSOCIADOS
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, a e c, da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte.

Busca a recorrente, por primeiro, a anulação do v. acórdão proferido em julgamento dos embargos de declaração, por entender que ocorreu negativa de prestação jurisdicional pelo Tribunal a quo, que não se pronunciou sobre pontos pré-questionados. Fundamenta o pedido no Art. 535, do CPC.

Requer, também, o reconhecimento da inexigibilidade do recolhimento da COFINS nos moldes da Lei 9.715/98, mantendo-a na forma prevista no Art. 3º, § 2º, da LC 7/70.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.

Com efeito, reiteradamente vem decidindo o Superior Tribunal de Justiça no sentido de que quando o aresto de segundo grau decide a causa exclusivamente sob o enfoque constitucional, é inadmissível a análise em sede de recurso especial, sob pena de usurpação de competência do Pretório Excelso (REsp 853293/SP, Segunda Turma, Min. Rel. CASTRO MEIRA, julgado em 12/09/2006, DJ 25.09.2006, p. 259 e Edcl no AgRg no REsp 734996/RS, Primeira Turma, julgado em 09.05.2006, DJ 29.05.2006, p. 179).

Ademais, o Pleno da Corte Suprema, ao julgar o mérito da ADIn 1.417/DF, declarou a constitucionalidade das alterações na cobrança da contribuição para o PIS pela MP 1.212/95 e reedições. Tal decisão vincula os demais pronunciamentos do Supremo Tribunal Federal em casos semelhantes (ADIn 1.417/DF, Min. Octavio Galloti, DJ 23.03.01, pp-00085).

Por fim, no que respeita à alegação de ausência de pré-questionamento por violação ao Art. 535, do CPC, uma vez feito o juízo de admissibilidade, desnecessária sua análise.

Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 2 de abril de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2000.03.99.022406-3 AC 586616
EMBGTE	:	METALURGICA MOGI GUACU LTDA
ADV	:	ADELMO DA SILVA EMERENCIANO
EMBGDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ADV	:	JOSEMAR ANTONIO GIORGETTI
EMBGDO	:	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educacao - FNDE
ADV	:	AGUEDA APARECIDA SILVA
PETIÇÃO	:	RESP 2001120521
RECTE	:	METALURGICA MOGI GUACU LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, c, da CF, contra acórdão que reconheceu a exigibilidade da contribuição social do salário-educação.

Busca a recorrente a reforma do presente acórdão, alegando, em síntese, ilegalidade da referida contribuição.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.

Observo que a questão relativa ao salário-educação, segundo entendimento consolidado do E. STJ, é matéria de índole constitucional cujo exame compete exclusivamente ao E. STF, conforme, a despeito do tema, depreende-se do julgamento do AgRg no Ag 490983/DF, de relatoria do Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, publicado no DJU em 28.03.2005, p. 236 e do REsp 237287/PE, de relatoria do Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, publicado no DJU em 22.08.2005, p. 184

Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 29 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2000.03.99.022406-3 AC 586616
EMBGTE	:	METALURGICA MOGI GUACU LTDA
ADV	:	ADELMO DA SILVA EMERENCIANO
EMBGDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ADV	:	JOSEMAR ANTONIO GIORGETTI
EMBGDO	:	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educacao - FNDE
ADV	:	AGUEDA APARECIDA SILVA
PETIÇÃO	:	REX 2001120525
RECTE	:	METALURGICA MOGI GUACU LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso foi interposto com fulcro no Art. 102, III, "a", da CF, contra acórdão que reconheceu a constitucionalidade da contribuição social do salário-educação.

Busca a recorrente a reforma do presente acórdão para que seja reconhecida a inconstitucionalidade da referida contribuição na vigência da EC nº 01/69 e que a mesma não foi recepcionada pela atual Constituição, em razão da delegação ao Poder Executivo. contida no Decreto-lei nº 1.422/75 para a fixação da alíquota.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.

Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.

O acórdão recorrido está amparado na súmula nº 732 do E. STF que a seguir se trascreve:

"É constitucional a cobrança da contribuição do salário-educação, seja sob a Carta de 1969, seja sob a Constituição Federal de 1988, e no regime da Lei 9.424/96."

Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso extraordinário.

Dê-se ciência.

São Paulo, 29 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2000.03.99.036940-5 AC 603729
APTE	:	JOSE LUIZ SCARANO e outros
ADV	:	EDUARDO FERRARI DA GLORIA
APDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	MARCELO FERREIRA ABDALLA
PETIÇÃO	:	RESP 2003210209
RECTE	:	JOSE LUIZ SCARANO
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO

O recurso foi interposto em face de acórdão proferido por Turma desta Corte que, à unanimidade, negou provimento ao recurso dos autores.

Buscam, os recorrentes, a reforma do "decisum", sob o fundamento de que a exordial "...de forma alguma se apresenta imprecisa, ilimitada...".

Decido.

De saída, observo ser imprescindível no recurso especial a indicação do dispositivo constitucional autorizador de sua interposição, o que, "in casu", não ocorreu. Este entendimento vem corroborado no julgamento do AgRg no Ag n. 685578/SP, de relatoria do Ministro Jorge Scartezzini e do AgRg no Ag n. 581181/SP, relator do Ministro José Delgado.

Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 29 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2000.03.99.036940-5 AC 603729
APTE	:	JOSE LUIZ SCARANO e outros
ADV	:	EDUARDO FERRARI DA GLORIA
APDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	MARCELO FERREIRA ABDALLA
PETIÇÃO	:	REX 2003210212
RECTE	:	JOSE LUIZ SCARANO
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO

O recurso foi interposto com fulcro no artigo 105, III, "a" e "d", da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte que, à unanimidade, negou provimento ao recurso dos autores.

Buscam, os recorrentes, a reforma do "decisum", não tendo, porém, apontado o preceito constitucional alegadamente violado.

Decido.

De saída, observo que a indicação do dispositivo constitucional autorizador da interposição do recurso excepcional ocorreu de forma equivocada. Ademais, é imprescindível no recurso extraordinário, a indicação dos preceitos da Constituição havidos como vulnerados, o que, "in casu", não ocorreu. Este entendimento vem corroborado através do AI 348211 ED/RJ, de relatoria do Ministro CELSO DE MELLO, bem como do RE 250545 AgR/SP e RE 281288 AgR-ED/ES, ambos de relatoria do Ministro MAURÍCIO CORRÊA.

Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso extraordinário.

Dê-se ciência.

São Paulo, 29 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2000.61.14.000673-5 AC 784369
APTE	:	ALCAN PACKAGING DO BRASIL LTDA
ADV	:	FRANCISCO FERREIRA NETO
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
PETIÇÃO	:	REX 2006141572
RECTE	:	ALCAN PACKAGING DO BRASIL LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso foi interposto com fulcro no Art. 102, III, a, da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte, que reconheceu à autora o direito à reclassificação de seus produtos em outra posição da Tabela de Imposto de Importação, cuja alíquota é zero, até 2002, mas indeferiu o pleito de compensação de valores recolhidos, até esta data, à alíquota de 10%, tendo em vista a não-comprovação da ausência de transferência de encargo financeiro, nos termos do Art. 166 do CTN.

O que se pretende é a reforma do aresto, sob o fundamento de que este, a par de inoperativo, ofende o Art. 5º, XXXV, da CF e os princípios da legalidade e da seletividade do IPI.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, à análise da conformação à hipótese constitucional.

O recurso não merece prosseguimento.

Com efeito, o E. Supremo Tribunal Federal sedimentou o entendimento de que o IPI, por ser um imposto indireto, não prescinde, para a restituição ou compensação de valores recolhidos indevidamente, da prova da não-repercussão, nos termos da Súmula 546 do STF (RE 103924/SP, 2ª Turma, DJ 06/12/85, e AI 587106/SP, Min. Sepúlveda Pertence, DJ 29/05/06).

Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso extraordinário.

Dê-se ciência.

São Paulo, 27 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2000.61.14.000673-5 AC 784369
APTE	:	ALCAN PACKAGING DO BRASIL LTDA
ADV	:	FRANCISCO FERREIRA NETO
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
PETIÇÃO	:	RESP 2006141573
RECTE	:	ALCAN PACKAGING DO BRASIL LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, a, da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte, que reconheceu à autora o direito à reclassificação de seus produtos em outra posição da Tabela de Imposto de Importação, cuja alíquota é zero, até 2002, mas indeferiu o pleito de compensação de valores recolhidos, até esta data, à alíquota de 10%, tendo em vista a não-comprovação da ausência de transferência de encargo financeiro, nos termos do Art. 166 do CTN.

O que se pretende é a reforma do aresto, sob o fundamento de que este, a par de inoperativo, ofende o Art. 165 do CTN.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, à análise da conformação à hipótese constitucional.

O recurso não merece prosseguimento.

Com efeito, o E. Superior Tribunal de Justiça sedimentou o entendimento de que apenas a hipótese de creditamento de IPI, e não a de restituição ou compensação, prescinde da prova da não-repercussão (EREsp 664374/SP, 1ª Seção, DJ 02/10/06; REsp 753563/RJ, 1ª Turma, DJ 02/05/06; e REsp 527032/SC, 2ª Turma, DJ 17/08/06).

Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 27 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2000.61.14.001475-6 AC 784370
APTE	:	ALCAN PACKAGING DO BRASIL LTDA
ADV	:	FRANCISCO FERREIRA NETO
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
PETIÇÃO	:	RESP 2006141574
RECTE	:	ALCAN PACKAGING DO BRASIL LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, a, da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte, que reconheceu à autora o direito à reclassificação de seus produtos em outra posição da Tabela de Imposto de Importação, cuja alíquota é zero, até 2002, mas indeferiu o pleito de compensação de valores recolhidos, até esta data, à alíquota de 10%, tendo em vista a não-comprovação da ausência de transferência de encargo financeiro, nos termos do Art. 166 do CTN.

O que se pretende é a reforma do aresto, sob o fundamento de que este, a par de inoperativo, ofende o Art. 165 do CTN.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, à análise da conformação à hipótese constitucional.

O recurso não merece prosseguimento.

Com efeito, o E. Superior Tribunal de Justiça sedimentou o entendimento de que apenas a hipótese de creditamento de IPI, e não a de restituição ou compensação, prescinde da prova da não-repercussão (EREsp 664374/SP, 1ª Seção, DJ 02/10/06; REsp 753563/RJ, 1ª Turma, DJ 02/05/06; e REsp 527032/SC, 2ª Turma, DJ 17/08/06).

Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 27 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2000.61.14.001475-6 AC 784370
APTE	:	ALCAN PACKAGING DO BRASIL LTDA
ADV	:	FRANCISCO FERREIRA NETO
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
PETIÇÃO	:	REX 2006141575
RECTE	:	ALCAN PACKAGING DO BRASIL LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso foi interposto com fulcro no Art. 102, III, a, da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte, que reconheceu à autora o direito à reclassificação de seus produtos em outra posição da Tabela de Imposto de Importação, cuja alíquota é zero, até 2002, mas indeferiu o pleito de compensação de valores recolhidos, até esta data, à alíquota de 10%, tendo em vista a não-comprovação da ausência de transferência de encargo financeiro, nos termos do Art. 166 do CTN.

O que se pretende é a reforma do aresto, sob o fundamento de que este, a par de inoperativo, ofende o Art. 5º, XXXV, da CF e os princípios da legalidade e da seletividade do IPI.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, à análise da conformação à hipótese constitucional.

O recurso não merece prosseguimento.

Com efeito, o E. Supremo Tribunal Federal sedimentou o entendimento de que o IPI, por ser um imposto indireto, não prescinde, para a restituição ou compensação de valores recolhidos indevidamente, da prova da não-repercussão, nos termos da Súmula 546 do STF (RE 103924/SP, 2ª Turma, DJ 06/12/85, e AI 587106/SP, Min. Sepúlveda Pertence, DJ 29/05/06).

Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso extraordinário.

Dê-se ciência.

São Paulo, 27 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2000.61.83.002420-8 AC 824732
APTE	:	TERESA DE ABREU VIEIRA DA SILVA
ADV	:	PAULO ELORZA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HELOISA NAIR SOARES DE CARVALHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PETIÇÃO	:	REX 2004234307
RECTE	:	TERESA DE ABREU VIEIRA DA SILVA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso extraordinário foi interposto, com fulcro no artigo 102, III, a, da CF, não simultâneo com o recurso especial, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em pleito de revisão de benefício previdenciário.

A parte recorrente alega ofensa à Constituição Federal sem, contudo, indicar o artigo em tese violado.

Decido.

O recurso não merece prosseguimento.

Verifico, de pronto, o não cabimento da impugnação interposta, pois o artigo 541, caput, do CPC; e 26, caput, da Lei 8.038/90, determinam a interposição simultânea dos recursos especial e extraordinário, contudo, em peças distintas (AgRg no Ag 22.080/RJ, 4ª Turma, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, j. 29/09/1992, DJ 26/10/1992, p. 19.058; e decisões monocráticas: Ag 453.308/MG, Rel. Min. Jorge Scartezzini, j. 16/10/2002, DJ 23/10/2002; e Ag 338.582/RJ, Rel. Vicente Leal, j. 07/05/2001, DJ 21/08/2001).

Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso extraordinário.

Dê-se ciência.

São Paulo, 19 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2000.61.83.002420-8 AC 824732
APTE	:	TERESA DE ABREU VIEIRA DA SILVA
ADV	:	PAULO ELORZA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HELOISA NAIR SOARES DE CARVALHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PETIÇÃO	:	RESP 2004261491
RECTE	:	TERESA DE ABREU VIEIRA DA SILVA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso especial foi interposto, com fulcro no artigo 105, III, c, da CF, não simultâneo com o recurso extraordinário, em pleito de revisão de benefício previdenciário.

A parte recorrente alega ocorrência de dissídio jurisprudencial.

Decido.
O recurso não merece prosseguimento.
Verifico, de pronto, que a parte recorrente não realizou, no tocante ao alegado dissídio jurisprudencial, o adequado cotejo analítico entre os acórdãos paradigma e impugnado, o que enseja a inadmissibilidade do recurso, nos termos do artigo 255, § 2º, do RISTJ, uma vez que não basta a mera transcrição de ementas ou de trechos de julgados, mas sim se faz necessária a demonstração das circunstâncias que identifiquem os casos confrontados (AgRg nos ERESP 366.698/DF, 3ª Seção, Rel. Min. Fernando Gonçalves, j. 12/02/2003, DJ 10/03/2003, p. 87, v.u.).
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 19 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2001.03.99.011039-6 AMS 217159
APTE	:	IKPC INDUSTRIAS KLABIN DE PAPEL E CELULOSE S/A e outro
ADV	:	EDUARDO RICCA
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
PETIÇÃO	:	REX 2004207733
RECTE	:	IKPC INDUSTRIAS KLABIN DE PAPEL E CELULOSE S/A
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 102, III, "a", da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte.
O que se pretende é a reforma do aresto que reconheceu a exigibilidade da cobrança da CSLL de todas as empresas que auferem lucro, independente de possuírem ou não quadro de empregados, sob o fundamento de que contrariou o Art. 195, I, da CF.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame da conformação à hipótese constitucional.
O recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, a jurisprudência da Suprema Corte consolidou-se no sentido de que a seguridade social será financiada por toda a sociedade, sem excluir de ninguém a responsabilidade de custeá-la. Por isso, o vocábulo "empregador" constante do inciso I do Art. 195 abrange a pessoa jurídica empregadora em potencial (RE-AgR 249841/PR, Min. Rel. Ellen Gracie, 2ª Turma, DJ 05.05.2006). No mesmo sentido os acórdãos: RE-AgR 364215/PR, Min. Carlos Velloso, julgado em 17/08/2004, publicado em 03/09/2004 e RE-AgR 354017/SC, Min. Gilmar Mendes, julgado em 06/12/2005 e publicado em 03/02/2006.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso extraordinário.
Dê-se ciência.
São Paulo, 28 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2001.03.99.011039-6 AMS 217159
APTE	:	IKPC INDUSTRIAS KLABIN DE PAPEL E CELULOSE S/A e outro
ADV	:	EDUARDO RICCA
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
PETIÇÃO	:	RESP 2004207735
RECTE	:	IKPC INDUSTRIAS KLABIN DE PAPEL E CELULOSE S/A
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a", da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte.
O que se pretende é a reforma do aresto que reconheceu a exigibilidade da cobrança da CSLL de todas as empresas que auferem lucro, independente de possuírem ou não quadro de empregados, sob o fundamento de que contrariou o Art. 110, do CTN.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame da conformação à hipótese constitucional.
O recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, em questão semelhante a dos autos, a Ministra Eliana Calmon negou seguimento ao recurso especial 645232/MA, DJ 30.03.2005, com fulcro no Art. 557 do CPC, ao argumento de que quando a questão foi decidida pelo Tribunal Regional com base em interpretação de dispositivos exclusivamente constitucionais, é inadmissível a discussão da matéria em sede de recurso especial, ainda que tais dispositivos tenham sido objeto de embargos de declaração, pois tendo o acórdão impugnado adotado fundamentação constitucional, mostra-se desinfluente para a solução da controvérsia o pronunciamento judicial a respeito dos dispositivos de lei federal, haja vista que o enfrentamento desses dispositivos não teria o condão de dar deslinde diverso à demanda.
Aliás, a jurisprudência da Suprema Corte consolidou-se no sentido de que a seguridade social será financiada por toda a sociedade, sem excluir de ninguém a responsabilidade de custeá-la. Por isso, o vocábulo "empregador" constante do inciso I do Art. 195 abrange a pessoa jurídica empregadora em potencial (RE-AgR 249841/PR, Min. Rel. Ellen Gracie, 2ª Turma, DJ 05.05.2006). No mesmo sentido os acórdãos: RE-AgR 364215/PR, Min. Carlos Velloso, julgado em 17/08/2004, publicado em 03/09/2004 e RE-AgR 354017/SC, Min. Gilmar Mendes, julgado em 06/12/2005 e publicado em 03/02/2006.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 28 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2001.03.99.011840-1 AMS 217399
APTE	:	BRADESCO LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL
ADV	:	LEO KRAKOWIAK
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	HUMBERTO GOUVEIA e VALDIR SERAFIM
PETIÇÃO	:	RESP 2006289000
RECTE	:	BRADESCO LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a" e "c", da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte.
Busca a recorrente, por primeiro, a anulação do v. acórdão proferido em julgamento dos embargos de declaração, por entender que ocorreu negativa de prestação jurisdicional pelo Tribunal a quo, que não se pronunciou sobre pontos pré-questionados. Fundamenta o pedido no Art. 535, II, do CPC.
Requer, também, a reforma do aresto que reconheceu a exigibilidade da cobrança da CSL de todas as empresas que auferem lucro, independente de serem ou não empregadoras, sob o fundamento de que contrariou os Arts. 2º, caput, e § 1º, da CLT e 110, do CTN.
Aponta dissídio jurisprudencial.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame da conformação à hipótese constitucional.
O recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, em questão semelhante a dos autos, a Ministra Eliana Calmon negou seguimento ao recurso especial 645232/MA, DJ 30.03.2005, com fulcro no Art. 557 do CPC, ao argumento de que quando a questão foi decidida pelo Tribunal Regional com base em interpretação de dispositivos exclusivamente constitucionais, é inadmissível a discussão da matéria em sede de recurso especial, ainda que tais dispositivos tenham sido objeto de embargos de declaração, pois tendo o acórdão impugnado adotado fundamentação constitucional, mostra-se desinfluente para a solução da controvérsia o pronunciamento judicial a respeito dos dispositivos de lei federal. Desse modo, não prospera, também, a alegação de violação ao Art. 535, II, do CPC, haja vista que o enfrentamento desses dispositivos não teria o condão de dar deslinde diverso à demanda.
Aliás, a jurisprudência da Suprema Corte consolidou-se no sentido de que a seguridade social será financiada por toda a sociedade, sem excluir de ninguém a responsabilidade de custeá-la. Por isso, o vocábulo "empregador" constante do inciso I do Art. 195 abrange a pessoa jurídica empregadora em potencial (RE-AgR 249841/PR, Min. Rel. Ellen Gracie, 2ª Turma, DJ 05.05.2006). No mesmo sentido os acórdãos: RE-AgR 364215/PR, Min. Carlos Velloso, julgado em 17/08/2004, publicado em 03/09/2004 e RE-AgR 354017/SC, Min. Gilmar Mendes, julgado em 06/12/2005 e publicado em 03/02/2006.
No que respeita à alínea "c", do Art. 105, aplica-se, "in casu", a Súmula 83, do colendo Superior Tribunal de Justiça.
Por fim, quanto à alegação de ausência de pré-questionamento por violação ao Art. 535, II, do CPC, uma vez feito o juízo de admissibilidade, desnecessária sua análise.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 28 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2001.03.99.011840-1 AMS 217399
APTE	:	BRADESCO LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL
ADV	:	LEO KRAKOWIAK
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	HUMBERTO GOUVEIA e VALDIR SERAFIM
PETIÇÃO	:	REX 2006289002
RECTE	:	BRADESCO LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 102, III, "a" e "c", da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte.
Busca a recorrente, por primeiro, a anulação do v. acórdão proferido em julgamento dos embargos de declaração, por entender que ocorreu negativa de prestação jurisdicional pelo Tribunal a quo, que não se pronunciou sobre pontos pré-questionados. Fundamenta o pedido nos Arts. 5º, LV e XXXV e 93, IX, da CF.
Requer, também, a reforma do aresto que reconheceu a inexigibilidade da cobrança da CSL, em face da empresa recorrida não se enquadrar no conceito de empregadora estabelecido pelo Art. 2º, "caput", da CLT. Fundamenta seu pedido nos Arts. 146, III, "a", 195, I, 5º, II e 150, I, da CF.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame da conformação à hipótese constitucional.
O recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, a jurisprudência da Suprema Corte consolidou-se no sentido de que a seguridade social será financiada por toda a sociedade, sem excluir de ninguém a responsabilidade de custeá-la. Por isso, o vocábulo "empregador" constante do inciso I do Art. 195 abrange a pessoa jurídica empregadora em potencial (RE-AgR 249841/PR, Min. Rel. Ellen Gracie, 2ª Turma, DJ 05.05.2006). No mesmo sentido os acórdãos: RE-AgR 364215/PR, Min. Carlos Velloso, julgado em 17/08/2004, publicado em 03/09/2004 e RE-AgR 354017/SC, Min. Gilmar Mendes, julgado em 06/12/2005 e publicado em 03/02/2006.
No que tange à alegação de ausência de pré-questionamento por violação aos Arts. 5º, LV e XXXV e 93, IX, da CF, uma vez feito o juízo de admissibilidade, desnecessária sua análise.
Por fim, quanto à alínea "c" do permissivo constitucional, observo que o "decisum" não julgou válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição Federal.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso extraordinário.
Dê-se ciência.
São Paulo, 28 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2001.61.00.003566-4 AMS 246023
APTE	:	LEVY E SALOMAO ADVOGADOS
ADV	:	ANGELA BEATRIZ PAES DE BARROS DI FRANCO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	PAULO ROBERTO GOMES DE ARAUJO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APTE	:	Servico Social do Comercio SESC
ADV	:	TITO DE OLIVEIRA HESKETH
APTE	:	Servico Nacional de Aprendizagem Comercial em Sao Paulo SENAC/SP
ADV	:	ROBERTO MOREIRA DA SILVA LIMA
APTE	:	Servico de Apoio as Micro e Pequenas Empresas de Sao Paulo SEBRAE/SP
ADV	:	LENICE DICK DE CASTRO
APDO	:	OS MESMOS
PETIÇÃO	:	REX 2006298474
RECTE	:	LEVY E SALOMAO ADVOGADOS
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 102, III, ssa, da CF, contra acórdão contra acórdão que reconheceu a exigibilidade das contribuições sociais ao SEBRAE,SESC e SENAC em relação aos prestadores de serviço.
O que se busca é a reforma do aresto, com fundamento em alegação de inconstitucionalidade da cobrança das referidas contribuições em relação aos prestadores de serviço.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame de sua conformação à hipótese constitucional.
O recurso interposto não merece prosseguimento.
Em casos que tais, têm sido negativo o juízo de admissibilidade feito pelo e. STF. É o que se vê da decisão proferida pelo Ministro Eros Grau, que a seguir se transcreve:
"Discute-se, nestes autos, a legitimidade da contribuição social destinada ao SEBRAE/SESC/SENAI pelas empresas sujeitas ao regime de Previdência Social. 2. Nesse sentido, cabe ressaltar a ementa do julgado proferido pelo Pleno desta Corte nos autos do RE n. 396.266, Relator o Ministro Carlos Velloso, DJ de 27.2.2004: "EMENTA: CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO: SEBRAE: CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO. Lei 8.029, de 12.4.1990, art. 8º, § 3º. Lei 8.154, de 28.12.1990. Lei 10.668, de 14.5.2003. C.F., art. 146, III; art. 149; art. 154, I; art. 195, § 4º. I. - As contribuições do art. 149, C.F. contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse de categorias profissionais ou econômicas posto estarem sujeitas à lei complementar do art. 146, III, C.F., isto não quer dizer que deverão ser instituídas por lei complementar. A contribuição social do art. 195, § 4º, C.F., decorrente de "outras fontes", é que, para a sua instituição, será observada a técnica da competência residual da União: C.F., art. 154, I, ex vi do disposto no art. 195, § 4º. A contribuição não é imposto. Por isso, não se exige que a lei complementar defina a sua hipótese de incidência, a base imponível e

contribuintes: C.F., art. 146, III, a. Precedentes: RE 138.284/CE, Ministro Carlos Velloso, RTJ 143/313; RE 146.733/SP, Ministro Moreira Alves, RTJ 143/684. II. - A contribuição do SEBRAE Lei 8.029/90, art. 8º, § 3º, redação das Leis 8.154/90 e 10.668/2003 é contribuição de intervenção no domínio econômico, não obstante a lei a ela se referir como adicional às alíquotas das contribuições sociais gerais relativas às entidades de que trata o art. 1º do D.L. 2.318/86, SESI, SENAI, SESC, SENAC. Não se inclui, portanto, a contribuição do SEBRAE, no rol do art. 240, C.F. III. - Constitucionalidade da contribuição do SEBRAE. Constitucionalidade, portanto, do § 3º, do art. 8º, da Lei 8.029/90, com a redação das Leis 8.154/90 e 10.668/2003. IV. - R.E. conhecido, mas improvido" 2. E ainda: RE n. 377.378, Relator o Ministro Carlos Velloso, DJ de 19.12.2003; RE n. 399.653, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJ de 10.12.2003; RE n. 394.509, Relatora a Ministra Ellen Gracie, DJ de 12.12.2003; RE n. 396.929, Relator o Ministro Joaquim Barbosa, DJ de 12.12.2003; RE n. 388.354, Relator o Ministro Marco Aurélio, DJ de 15.12.2003. Ante o exposto, nego seguimento ao recurso extraordinário".
(RE 400042/RS; Relator Ministro Eros Grau; DJU 08.08.2005).
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso extraordinário.
Dê-se ciência.
São Paulo, 30 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2001.61.00.003566-4 AMS 246023
APTE	:	LEVY E SALOMAO ADVOGADOS
ADV	:	ANGELA BEATRIZ PAES DE BARROS DI FRANCO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	PAULO ROBERTO GOMES DE ARAUJO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APTE	:	Servico Social do Comercio SESC
ADV	:	TITO DE OLIVEIRA HESKETH
APTE	:	Servico Nacional de Aprendizagem Comercial em São Paulo SENAC/SP
ADV	:	ROBERTO MOREIRA DA SILVA LIMA
APTE	:	Servico de Apoio as Micro e Pequenas Empresas de Sao Paulo SEBRAE/SP
ADV	:	LENICE DICK DE CASTRO
APDO	:	OS MESMOS
PETIÇÃO	:	RESP 2006298476
RECTE	:	LEVY E SALOMAO ADVOGADOS
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, a e c, da CF, contra acórdão que reconheceu a exigibilidade das contribuições sociais ao SEBRAE, SESC e SENAC em relação aos prestadores de serviço.
O que se pretende é a reforma do aresto, sob o fundamento de ilegalidade das referidas contribuições.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.
Com relação à contribuição ao SESC/SENAC, a questão em torno da qual se controverte resta consolidada pela egrégia 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça que, no julgamento do REsp 431.347/SC, publicado in DJU 25.11.2002, de relatoria do Ministro LUIZ FUX, firmou entendimento no sentido de que as empresas prestadoras de serviço estão inclusas entre as que devem recolher contribuição para o SESC, em razão de se enquadrarem no plano sindical da Confederação Nacional de Comércio, conforme classificação do Art. 577, da CLT, e seu respectivo anexo.
No que tange à contribuição ao SEBRAE, a Corte Superior, em casos que tais (v.g. REsp 732397/PR, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 01.09.2005, DJ 19.09.2005 p. 216 e AgRg no REsp 501.513/SC, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 05.10.2004, DJ 13.12.2004 p. 287), vem entendendo que o acórdão que enfrenta a controvérsia acerca da exigibilidade desta contribuição com base em fundamentos de ordem eminentemente constitucional, não possibilita o seu reexame em sede de recurso especial.
Destarte, o acórdão recorrido encontra-se em consonância com o entendimento exarado pela Corte Superior.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 30 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2001.61.02.002007-1 AMS 226067
APTE	:	MILENIO INSTITUTO DE IDIOMAS LTDA -ME
ADV	:	JOSE DO CARMO LEONEL NETO
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
PETIÇÃO	:	RESP 2005271607
RECTE	:	MILENIO INSTITUTO DE IDIOMAS LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a", da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte, em pleito de opção pelo regime simplificado de tributação denominado SIMPLES.
O que se busca é a reforma do acórdão, alegando violação aos artigos 170 e 179, da CF e ao artigo 111, do CTN.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame da conformação à hipótese constitucional.
O recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, não se conhece da alegada ofensa ao Art. 111, do Código Tributário Nacional, posto que não se encontra prequestionado. A Corte Superior já sumulou (Súmula 211, do STJ) o entendimento de que não se conhece de recurso, pela apontada ofensa a dispositivo de lei federal, se a matéria não foi objeto de análise e decisão por parte do Tribunal a quo por ausência de prequestionamento.
De outra parte, não cabe discutir, em sede de recurso especial, eventual ofensa a dispositivos constitucionais, debate adequado, isto sim, ao recurso extraordinário, nos termos do Art. 102, III, da CF.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 26 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2001.61.02.002007-1 AMS 226067
APTE	:	MILENIO INSTITUTO DE IDIOMAS LTDA - ME
ADV	:	JOSE DO CARMO LEONEL NETO
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
PETIÇÃO	:	REX 2005271609
RECTE	:	MILENIO INSTITUTO DE IDIOMAS LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 102, III, "a", da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte, em pleito de opção pelo regime simplificado de tributação denominado SIMPLES.
O que se busca é a reforma do acórdão, que em obediência às disposições do Art. 9º, XIII, da Lei 9.317/96, manteve a exclusão do contribuinte, prestador de serviços de educação e ensino, do regime SIMPLES, sob o fundamento de que violou os artigos 170 e 179, da Constituição Federal.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame da conformação à hipótese constitucional.
O recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, o Excelso Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI 1643, declarou a constitucionalidade do Art. 9º da Lei 9.317/96, ao entendimento de que "não há ofensa ao princípio da isonomia tributária se a lei, por motivos extrafiscais, imprime tratamento desigual a microempresas e empresas de pequeno porte de capacidade contributiva distinta, afastando do regime do SIMPLES aquelas cujos sócios têm condições de disputar o mercado de trabalho sem assistência do Estado."
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso extraordinário.
Dê-se ciência.
São Paulo, 26 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2001.61.02.008449-8 AC 851965
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	JOSE ADAO FERNANDES LEITE
ADV	:	MAURO ALEXANDRE PINTO
APDO	:	LUZIA MADALENA DERIGGI e outro
ADV	:	DINIR SALVADOR ROCHA
PARTE R	:	EGP FENIX EMPREENDIMENTOS E COM/ INTERNACIONAL LTDA
ADV	:	CLELIA CRISTINA NASSER
PETIÇÃO	:	REX 2003179502
RECTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
O recurso extraordinário foi interposto com esteio no artigo 102, III, "a" da Constituição Federal, em face do acórdão proferido por Turma desta Corte, que, à unanimidade, negou provimento à apelação, em embargos de terceiros, objetivando a nulidade de penhora de imóvel adquirido pela recorrida.
Busca, a recorrente, a reforma do julgado, sustentando que o acórdão violou o art. 5º, incisos II, LIV e LV, da Constituição Federal.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.
O recurso não merece prosseguimento.
Constato que se afronta houvesse seria diretamente com dispositivo infraconstitucional, de modo que eventual ofensa, a princípios constitucionais, seria apenas indireta, o que não enseja recurso extraordinário.
Afigura-se absolutamente pacífico o entendimento da Corte Suprema no sentido de que: "A situação de ofensa meramente reflexa ao texto constitucional, quando ocorrente, não basta, só por si, para viabilizar o acesso à via recursal extraordinária."(AI nº 44083 AgR/SP, 1ª Turma, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, julgado em 16/11/04, DJU 03.12.2004 e AI nº 326.942 AgR/SP, 2ª Turma, Rel. Min. Celso de Mello, julgado em 29.10.2002, DJU 13.12.2002).
Face ao exposto, NÃO ADMITO o recurso extradordinário interposto.
Publique-se.
São Paulo, 20 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2001.61.02.008449-8 AC 851965
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	JOSE ADAO FERNANDES LEITE
ADV	:	MAURO ALEXANDRE PINTO
APDO	:	LUZIA MADALENA DERIGGI e outro
ADV	:	DINIR SALVADOR ROCHA
PARTE R	:	EGP FENIX EMPREENDIMENTOS E COM/ INTERNACIONAL LTDA
ADV	:	CLELIA CRISTINA NASSER
PETIÇÃO	:	RESP 2003179505
RECTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
O recurso especial foi interposto pela Caixa Econômica Federal, com esteio no artigo 105, III, "a" da Constituição Federal, em face do acórdão proferido por Turma desta Corte, que, à unanimidade, negou provimento à apelação, em embargos de terceiros, objetivando a nulidade de penhora de imóvel adquirido pela recorrida.
Busca, a recorrente, a reforma do julgado, sustentando que o acórdão violou preceitos de Lei Federal, especialmente os artigos 16 e seguintes, 195 e 252 da Lei 6.015/73, artigos 447, 1474 e 1481 do Código Civil e incisos II, LIV e LV, do artigo 5º da Constituição Federal.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos objetivos de admissibilidade recursal.
Entretanto, a inadmissão do reclamo é de rigor, aplicando-se, no caso, a Súmula nº 308 do STJ: "A hipoteca firmada entre a construtora e o agente financeiro, anterior ou posterior à celebração da promessa de compra e venda, não tem eficácia perante os adquirentes do imóvel".
Face ao exposto, NÃO ADMITO o recurso especial interposto.
Publique-se.
São Paulo, 20 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2001.61.05.004222-6 AMS 241769
APTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
APDO	:	MARCELO TEIXEIRA
ADV	:	ANTONIO AIRTON FERREIRA
PETIÇÃO	:	REX 2006142803
RECTE	:	MARCELO TEIXEIRA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
O recurso extraordinário foi interposto com esteio no Art. 102, III, "a", da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte em Mandado de Segurança que objetivava obstar procedimento fiscal instaurado através de movimentações bancárias.
O que se pretende é a reforma do "decisum", sob o fundamento de que violou o artigo 5º, incisos XII, XXXVI e LVI, da Constituição Federal.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.
Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, o Ministro Carlos Velloso, no RE 444197/RS, publicado em 12/04/2005, deixa claro que "para se chegar ao exame da alegada ofensa à Constituição (art. 5º, X e XII, CF), faz-se necessário analisar normas infraconstitucionais, o que não é possível em sede de recurso extraordinário. A duas, porquanto o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada encontram proteção em dois níveis: em nível infraconstitucional, na Lei de Introdução ao Cód. Civil, art. 6º, e em nível constitucional, art. 5º, XXXVI, C.F. Todavia, o conceito de tais institutos não se encontra na Constituição, art. 5º, XXXVI, mas na lei ordinária, art. 6º da LICC. Assim, a decisão que dá pela ocorrência, ou não, no caso concreto, de tais institutos, situa-se no contencioso de direito comum, que não autoriza a admissão do RE. A três, dado que a alegação de ofensa aos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa não prescinde do exame da matéria sob o ponto de vista processual. Assim, se ofensa tivesse havido aos princípios da CF, art. 5º, LIV e LV , seria ela indireta, reflexa, o que não autoriza a admissão do recurso extraordinário."

No mesmo sentido, anote-se o AI - AgR 522622/RO, Rel. Ministro Carlos Velloso, julgado em 08/11/2005, publicado no D.J.U. de 09/12/2005.
Face ao do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso extraordinário.
Publique-se.
São Paulo, 2 de abril de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2001.61.05.004222-6 AMS 241769
APTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
APDO	:	MARCELO TEIXEIRA
ADV	:	ANTONIO AIRTON FERREIRA
PETIÇÃO	:	RESP 2006142804
RECTE	:	MARCELO TEIXEIRA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso especial foi interposto com esteio no Art. 105, III, "a", da Constituição Federal, em face do acórdão proferido por Turma desta Corte em ação mandamental que objetivava afastar o procedimento fiscal instaurado com informações obtidas através de movimentações bancárias (CPMF).
O que se pretende é a reforma do julgado, sustentando negativa de vigência à Lei 9.311/96.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal, passo à análise da conformação à hipótese constitucional.
O recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, o Egrégio Superior Tribunal de Justiça já se pronunciou a respeito da matéria, conforme segue, in verbis:
"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. UTILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES OBTIDAS A PARTIR DA ARRECADAÇÃO DA CPMF PARA A CONSTITUIÇÃO DE CRÉDITO REFERENTE A OUTROS TRIBUTOS. ARTIGO 6º DA LC 105/01 E 11, § 3º, DA LEI Nº 9.311/96, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 10.174/2001. NORMAS DE CARÁTER PROCEDIMENTAL. APLICAÇÃO RETROATIVA. POSSIBILIDADE. INTERPRETAÇÃO DO ARTIGO 144, § 1º, DO CTN.
1. O artigo 38 da Lei nº 4.595/64, que autorizava a quebra de sigilo bancário somente por meio de requerimento judicial foi revogado pela Lei Complementar nº 105/2001.
2. A Lei nº 9.311/96 instituiu a CPMF e, no § 2º do artigo 11, determinou que as instituições financeiras responsáveis pela retenção dessa contribuição prestassem informações à Secretaria da Receita Federal, especificamente, sobre a identificação dos contribuintes e os valores globais das respectivas operações efetuadas, vedando, contudo, no seu § 3º, a utilização desses dados para constituição do crédito relativo a outras contribuições ou impostos.
3. A Lei 10.174/2001 revogou o § 3º do artigo 11 da Lei nº 9.311/91, permitindo a utilização das informações prestadas para a instauração de procedimento administrativo-fiscal, a fim de possibilitar a cobrança de eventuais créditos tributários referentes a outros tributos.
4. Outra alteração legislativa, dispondo sobre a possibilidade de sigilo bancário, foi veiculada pelo artigo 6º da Lei Complementar 105/2001.
5. O artigo 144, § 1º, do CTN prevê que as normas tributárias procedimentais ou formais têm aplicação imediata, ao contrário daquelas de natureza material, que somente alcançariam fatos geradores ocorridos durante a sua vigência.
6. Os dispositivos que autorizam a utilização de dados da CPMF pelo Fisco para apuração de eventuais créditos tributários referentes a outros tributos são normas procedimentais e, por essa razão, não se submetem ao princípio da irretroatividade das leis, ou seja, incidem de imediato, ainda que relativas a fato gerador ocorrido antes de sua entrada em vigor. Precedentes.
7. "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do Tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado" (Súmula 168/STJ).
8. Embargos de divergência não conhecidos."
(EREsp 726778/PR, Relator Ministro Castro Meira, Primeira Seção, unânime, DJ 05.03.2007, pág. 255).
Face ao exposto, NÃO ADMITO o recurso especial interposto.
Dê-se ciência.
São Paulo, 2 de abril de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2001.61.05.005755-2 AMS 243114
APTE	:	JOSE OSWALDYR CAETANO
ADV	:	SUSY GOMES HOFFMANN
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
PETIÇÃO	:	RESP 2007039544
RECTE	:	JOSE OSWALDYR CAETANO
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS
O recurso especial foi interposto em 15/02/2007. A ciência do acórdão recorrido houve em 29/11/2006, o que está a significar que a impugnação é intempestiva, eis que em desabono ao prazo fixado no Art. 508, do Código de Processo Civil.
Carente, portanto, de pressuposto objetivo de admissibilidade, NÃO ADMITO o processamento do recurso.
Dê-se ciência.
São Paulo, 2 de abril de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2001.61.05.005755-2 AMS 243114
APTE	:	JOSE OSWALDYR CAETANO
ADV	:	SUSY GOMES HOFFMANN
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
PETIÇÃO	:	REX 2007039547
RECTE	:	JOSE OSWALDYR CAETANO
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS
O recurso extraordinário foi interposto em 15/02/2007. A ciência do acórdão recorrido houve em 29/11/2006, o que está a significar que a impugnação é intempestiva, eis que em desabono ao prazo fixado no Art. 508, do Código de Processo Civil.
Carente, portanto, de pressuposto objetivo de admissibilidade, NÃO ADMITO o processamento do recurso.
Dê-se ciência.
São Paulo, 2 de abril de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2001.61.20.007843-9 AMS 236150
APTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
APDO	:	CARLOS ALBERTO GONCALVES
ADV	:	GESIEL DE SOUZA RODRIGUES
PETIÇÃO	:	RESP 2006328236
RECTE	:	CARLOS ALBERTO GONCALVES
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso especial foi interposto com esteio no Art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, em face do acórdão proferido por Turma desta Corte em ação mandamental que objetivava afastar o procedimento fiscal instaurado com informações obtidas através de movimentações bancárias (CPMF).
Busca a recorrente, por primeiro, a anulação do v. acórdão proferido em julgamento dos embargos de declaração, por entender que ocorreu negativa de prestação jurisdicional pelo Tribunal a quo, que não se pronunciou sobre pontos pré-questionados. Fundamenta o pedido no Art. 535, II, do CPC.
Requer, também, a reforma do julgado, sustentando negativa de vigência a artigos de leis infraconstitucionais.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal, passo à análise da conformação à hipótese constitucional.
O recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, o Egrégio Superior Tribunal de Justiça já se pronunciou a respeito da matéria, conforme segue, in verbis:
"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. UTILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES OBTIDAS A PARTIR DA ARRECADAÇÃO DA CPMF PARA A CONSTITUIÇÃO DE CRÉDITO REFERENTE A OUTROS TRIBUTOS. ARTIGO 6º DA LC 105/01 E 11, § 3º, DA LEI Nº 9.311/96, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 10.174/2001. NORMAS DE CARÁTER PROCEDIMENTAL. APLICAÇÃO RETROATIVA. POSSIBILIDADE. INTERPRETAÇÃO DO ARTIGO 144, § 1º, DO CTN.
1. O artigo 38 da Lei nº 4.595/64, que autorizava a quebra de sigilo bancário somente por meio de requerimento judicial foi revogado pela Lei Complementar nº 105/2001.
2. A Lei nº 9.311/96 instituiu a CPMF e, no § 2º do artigo 11, determinou que as instituições financeiras responsáveis pela retenção dessa contribuição prestassem informações à Secretaria da Receita Federal, especificamente, sobre a identificação dos contribuintes e os valores globais das respectivas operações efetuadas, vedando, contudo, no seu § 3º, a utilização desses dados para constituição do crédito relativo a outras contribuições ou impostos.
3. A Lei 10.174/2001 revogou o § 3º do artigo 11 da Lei nº 9.311/91, permitindo a utilização das informações prestadas para a instauração de procedimento administrativo-fiscal, a fim de possibilitar a cobrança de eventuais créditos tributários referentes a outros tributos.
4. Outra alteração legislativa, dispondo sobre a possibilidade de sigilo bancário, foi veiculada pelo artigo 6º da Lei Complementar 105/2001.
5. O artigo 144, § 1º, do CTN prevê que as normas tributárias procedimentais ou formais têm aplicação imediata, ao contrário daquelas de natureza material, que somente alcançariam fatos geradores ocorridos durante a sua vigência.
6. Os dispositivos que autorizam a utilização de dados da CPMF pelo Fisco para apuração de eventuais créditos tributários referentes a outros tributos são normas procedimentais e, por essa razão, não se submetem ao princípio da irretroatividade das leis, ou seja, incidem de imediato, ainda que relativas a fato gerador ocorrido antes de sua entrada em vigor. Precedentes.
7. "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do Tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado" (Súmula 168/STJ).
8. Embargos de divergência não conhecidos."
(EREsp 726778/PR, Relator Ministro Castro Meira, Primeira Seção, unânime, DJ 05.03.2007, pág. 255).
Por fim, no que respeita à alegação de ausência de pré-questionamento por violação ao Art. 535, II, do CPC, uma vez feito o juízo de admissibilidade, desnecessária sua análise.
Face ao exposto, NÃO ADMITO o recurso especial interposto.
Dê-se ciência.
São Paulo, 2 de abril de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2001.61.20.007843-9 AMS 236150
APTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
APDO	:	CARLOS ALBERTO GONCALVES
ADV	:	GESIEL DE SOUZA RODRIGUES
PETIÇÃO	:	REX 2006328237
RECTE	:	CARLOS ALBERTO GONCALVES
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
O recurso extraordinário foi interposto com esteio no Art. 102, III, "a", da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte em Mandado de Segurança que objetivava obstar procedimento fiscal instaurado através de movimentações bancárias.
O que se pretende é a reforma do "decisum", sob o fundamento de que violou o artigo 5º, incisos X e XII, da Constituição Federal.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.
Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, o Ministro Carlos Velloso, no RE 444197/RS, publicado em 12/04/2005, deixa claro que "para se chegar ao exame da alegada ofensa à Constituição (art. 5º, X e XII, CF), faz-se necessário analisar normas infraconstitucionais, o que não é possível em sede de recurso extraordinário. A duas, porquanto o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada encontram proteção em dois níveis: em nível infraconstitucional, na Lei de Introdução ao Cód. Civil, art. 6º, e em nível constitucional, art. 5º, XXXVI, C.F. Todavia, o conceito de tais institutos não se encontra na Constituição, art. 5º, XXXVI, mas na lei ordinária, art. 6º da LICC. Assim, a decisão que dá pela ocorrência, ou não, no caso concreto, de tais institutos, situa-se no contencioso de direito comum, que não autoriza a admissão do RE. A três, dado que a alegação de ofensa aos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa não prescinde do exame da matéria sob o ponto de vista processual. Assim, se ofensa tivesse havido aos princípios da CF, art. 5º, LIV e LV , seria ela indireta, reflexa, o que não autoriza a admissão do recurso extraordinário."
No mesmo sentido, anote-se o AI - AgR 522622/RO, Rel. Ministro Carlos Velloso, julgado em 08/11/2005, publicado no D.J.U. de 09/12/2005.
Face ao do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso extraordinário.
Publique-se.
São Paulo, 2 de abril de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2002.03.99.016368-0 AC 793837
APTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
APDO	:	DORIMA CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA LTDA
ADV	:	ABELARDO DE LIMA FERREIRA
PETIÇÃO	:	REX 2003158803
RECTE	:	DORIMA CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 102, III, "a", da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte, que considerou constitucionais as majorações da alíquota do FINSOCIAL promovidas pela Lei 7.787/89 e seguintes, em face de empresa prestadora de serviços.
O que se busca é a reforma do "decisum", sob o fundamento de serem inconstitucionais referidas alíquotas.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Procedo, então, ao exame da conformação à hipótese constitucional.

O recurso não merece prosseguimento, haja vista que o acórdão impugnado encontra-se em consonância com a orientação do STF (Súmula 286 do STF).
Com efeito, o Plenário da Suprema Corte dirimiu divergência acerca do assunto, ao consignar, no julgamento do RE 187.436, a constitucionalidade das majorações de alíquota do FINSOCIAL determinadas pelas mencionadas legislações, no tocante às empresas prestadoras de serviços.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso extraordinário.
Dê-se ciência.
São Paulo, 26 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2002.03.99.016368-0 AC 793837
APTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
APDO	:	DORIMA CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA LTDA
ADV	:	ABELARDO DE LIMA FERREIRA
PETIÇÃO	:	RESP 2003158804
RECTE	:	DORIMA CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a", da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte, que considerou constitucionais as majorações de alíquota do FINSOCIAL promovidas pela Lei 7.787/89 e seguintes, em face de empresa exclusivamente prestadora de serviços.
O que se busca é a reforma do "decisum", sob o fundamento de que este contrariou legislação federal.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame da conformação à hipótese constitucional.
O recurso não merece prosseguimento, haja vista que o acórdão impugnado encontra-se em consonância com a orientação do STF (Súmula 286 do STF).
Com efeito, o Plenário da Suprema Corte dirimiu divergência acerca do assunto, ao consignar, no julgamento do RE 187.436, a constitucionalidade das majorações de alíquota do FINSOCIAL determinadas pelas mencionadas legislações, no tocante às empresas prestadoras de serviços.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 26 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2002.03.99.034288-3 AC 825449
APTE	:	FELIPE DANIEL MENDES PAIVA e outros
ADV	:	CARLOS JORGE MARTINS SIMOES
APDO	:	União Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
PETIÇÃO	:	REX 2007063381
RECTE	:	FELIPE DANIEL MENDES PAIVA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
O recurso extraordinário foi interposto em 12 de março de 2007. A publicação do acórdão recorrido houve em 16 de fevereiro de 2007, o que está a significar que a impugnação é intempestiva, eis que em desabono ao prazo fixado no Art. 508, do Código de Processo Civil.
Carente de pressuposto objetivo de admissibilidade, NÃO O ADMITO.
Certificado o trânsito em julgado, baixem-se os autos, observadas as formalidades legais.
Dê-se ciência.
São Paulo, 29 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2002.03.99.034288-3 AC 825449
APTE	:	FELIPE DANIEL MENDES PAIVA e outros
ADV	:	CARLOS JORGE MARTINS SIMOES
APDO	:	União Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
PETIÇÃO	:	RESP 2007063382
RECTE	:	FELIPE DANIEL MENDES PAIVA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
O recurso especial foi interposto em 12 de março de 2007. A publicação do acórdão recorrido houve em 16 de fevereiro de 2007, o que está a significar que a impugnação é intempestiva, eis que em desabono ao prazo fixado no Art. 508, do Código de Processo Civil.
Carente de pressuposto objetivo de admissibilidade, NÃO O ADMITO.
Certificado o trânsito em julgado, baixem-se os autos, observadas as formalidades legais.
Dê-se ciência.
São Paulo, 29 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2002.61.00.005610-6 AMS 241232
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARTA VILELA GONCALVES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APTE	:	Servico Nacional de Aprendizagem Comercial SENAC
ADV	:	ROBERTO MOREIRA DA SILVA LIMA
APDO	:	FIGUEIRO MANUTENCAO E SERVICOS LTDA
ADV	:	FABIO LUIS AMBROSIO
PARTE R	:	SERVICO SOCIAL DO COMERCIO SESC
ADV	:	CARLA BERTUCCI BARBIERI
PETIÇÃO	:	REX 2004090273
RECTE	:	FIGUEIRO MANUTENCAO E SERVICOS LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 102, III, ssa, da CF, contra acórdão contra acórdão que reconheceu a exigibilidade das contribuições sociais ao SESC e SENAC.
O que se busca é a reforma do aresto, com fundamento em alegação de inconstitucionalidade da cobrança das referidas contribuições.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame de sua conformação à hipótese constitucional.
O recurso interposto não merece prosseguimento.
Em casos que tais, têm sido negativo o juízo de admissibilidade feito pelo e. STF. É o que se vê da decisão proferida pelo Ministro Eros Grau, que a seguir se transcreve:
"Discute-se, nestes autos, a legitimidade da contribuição social destinada ao SEBRAE/SESC/SENAI pelas empresas sujeitas ao regime de Previdência Social. 2. Nesse sentido, cabe ressaltar a ementa do julgado proferido pelo Pleno desta Corte nos autos do RE n. 396.266, Relator o Ministro Carlos Velloso, DJ de 27.2.2004: "EMENTA: CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO: SEBRAE: CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO. Lei 8.029, de 12.4.1990, art. 8º, § 3º. Lei 8.154, de 28.12.1990. Lei 10.668, de 14.5.2003. C.F., art. 146, III; art. 149; art. 154, I; art. 195, § 4º. I. - As contribuições do art. 149, C.F. contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse de categorias profissionais ou econômicas posto estarem sujeitas à lei complementar do art. 146, III, C.F., isto não quer dizer que deverão ser instituídas por lei complementar. A contribuição social do art. 195, § 4º, C.F., decorrente de "outras fontes", é que, para a sua instituição, será observada a técnica da competência residual da União: C.F., art. 154, I, ex vi do disposto no art. 195, § 4º. A contribuição não é imposto. Por isso, não se exige que a lei complementar defina a sua hipótese de incidência, a base imponível e contribuintes: C.F., art. 146, III, a. Precedentes: RE 138.284/CE, Ministro Carlos Velloso, RTJ 143/313; RE 146.733/SP, Ministro Moreira Alves, RTJ 143/684. II. - A contribuição do SEBRAE Lei 8.029/90, art. 8º, § 3º, redação das Leis 8.154/90 e 10.668/2003 é contribuição de intervenção no domínio econômico, não obstante a lei a ela se referir como adicional às alíquotas das contribuições sociais gerais relativas às entidades de que trata o art. 1º do D.L. 2.318/86, SESI, SENAI, SESC, SENAC. Não se inclui, portanto, a contribuição do SEBRAE, no rol do art. 240, C.F. III. - Constitucionalidade da contribuição do SEBRAE. Constitucionalidade, portanto, do § 3º, do art. 8º, da Lei 8.029/90, com a redação das Leis 8.154/90 e 10.668/2003. IV. - R.E. conhecido, mas improvido" 2. E ainda: RE n. 377.378, Relator o Ministro Carlos Velloso, DJ de 19.12.2003; RE n. 399.653, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJ de 10.12.2003; RE n. 394.509, Relatora a Ministra Ellen Gracie, DJ de 12.12.2003; RE n. 396.929, Relator o Ministro Joaquim Barbosa, DJ de 12.12.2003; RE n. 388.354, Relator o Ministro Marco Aurélio, DJ de 15.12.2003. Ante o exposto, nego seguimento ao recurso extraordinário".
(RE 400042/RS; Relator Ministro Eros Grau; DJU 08.08.2005).
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso extraordinário.
Dê-se ciência.
São Paulo, 30 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2002.61.00.005610-6 AMS 241232
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARTA VILELA GONCALVES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APTE	:	Servico Nacional de Aprendizagem Comercial SENAC
ADV	:	ROBERTO MOREIRA DA SILVA LIMA
APDO	:	FIGUEIRO MANUTENCAO E SERVICOS LTDA
ADV	:	FABIO LUIS AMBROSIO
PARTE R	:	SERVICO SOCIAL DO COMERCIO SESC
ADV	:	CARLA BERTUCCI BARBIERI
PETIÇÃO	:	RESP 2004090278
RECTE	:	FIGUEIRO MANUTENCAO E SERVICOS LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, a, da CF, contra acórdão que reconheceu a exigibilidade das contribuições sociais ao SESC e SENAC.
O que se pretende é a reforma do aresto, sob o fundamento de ilegalidade das referidas contribuições.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.
Com relação à contribuição ao SESC/SENAC, a questão em torno da qual se controverte resta consolidada pela egrégia 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça que, no julgamento do REsp 431.347/SC, publicado in DJU 25.11.2002, de relatoria do Ministro LUIZ FUX, firmou entendimento no sentido de que as empresas prestadoras de serviço estão inclusas entre as que devem recolher contribuição para o SESC, em razão de se enquadrarem no plano sindical da Confederação Nacional de Comércio, conforme classificação do Art. 577, da CLT, e seu respectivo anexo.
Destarte, o acórdão recorrido encontra-se em consonância com o entendimento exarado pela Corte Superior.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 30 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2002.61.00.011726-0 AC 972559
APTE	:	OLINA PEREIRA DA MATA e outro
ADV	:	APOLLO DE CARVALHO SAMPAIO
APDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	LOURDES RODRIGUES RUBINO
PETIÇÃO	:	REX 2007047238
RECTE	:	OLINA PEREIRA DA MATA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
O recurso extraordinário foi interposto, com esteio no artigo 102, III, "a" da Constituição Federal, em face do acórdão proferido por Turma desta Corte, que, por unanimidade, negou provimento ao recurso da autora, em ação ordinária, visando a declaração da nulidade da execução extrajudicial fundada no Decreto-lei 70/66.
Busca, a recorrente, a reforma do julgado, sustentando, em síntese, que o v. acórdão contrariou os incisos XXXV, LIV e LV, da Constituição Federal.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos objetivos de admissibilidade recursal.
Entretanto, o recurso não merece prossecução, eis que não se amolda a hipótese constitucional de admissibilidade.
É que o Excelso Pretório já decidiu a respeito do tema, cuja ementa é a que segue:,
"1-omissis...
2-Decreto-Lei nº 70/66. Recepção pela Constituição Federal de 1988. Precedentes.
3-Ofensa ao artigo 5º, I, XXXV, LIV e LV, da Carta Magna. Inocorrência.
4-Agravo regimental a que se nega provimento. (AI-AgR 600876/SP, Segunda Turma, Rel. Min.GILMAR MENDES, DJ.18/12/2006)."
Face ao exposto, NÃO ADMITO o recurso extraordinário interposto.
Dê-se ciência.
São Paulo, 29 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2002.61.00.011726-0 AC 972559
APTE	:	OLINA PEREIRA DA MATA e outro
ADV	:	APOLLO DE CARVALHO SAMPAIO
APDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	LOURDES RODRIGUES RUBINO
PETIÇÃO	:	RESP 2007047241
RECTE	:	OLINA PEREIRA DA MATA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
O recurso especial foi interposto, com esteio no artigo 105, III, "a" da Constituição Federal, em face do acórdão proferido por Turma desta Corte, que, à unanimidade, negou provimento ao recurso da autora, em ação ordinária, visando a declaração da nulidade da execução extrajuducial fundada no Decreto-lei 70/66.
Busca, a recorrente, a reforma do julgado, sustentando, em síntese, que o v. acórdão contrariou o artigo 620 do CPC e o artigo 1º da Lei 5.741/71.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos objetivos de admissibilidade recursal.
Entretanto, o recurso não merece prossecução, eis que não se amolda à hipótese constitucional de admissibilidade prevista no art. 105, III, "a".
Com efeito, o E. Superior Tribunal de Justiça já pacificou entendimento consentâneo com o exarado no acórdão, recorrido, de que é adequada a medida cautelar para suspender a execução extrajudicial disciplinada pelo Decreto-lei n. 70/66, conforme se transcreve "in verbis":
"SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL. DECRETO-LEI 70/66. PRESSUPOSTOS FORMAIS.
1. Omissis...
2. Omissis...
3. Atendidos pelo agente fiduciário todos os pressupostos formais impostos pelo Decreto-lei nº 70/66, para constituição do devedor em mora e realização do leilão, não há que se falar em irregularidade de procedimento, inexistindo motivo para a anulação do procedimento de execução extrajudicial do imóvel.
4. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, desprovido.
(Resp 586468/RJ, Primeira Turma, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, DJ. 04/12/2003)."
Face ao exposto, NÃO ADMITO o recurso especial interposto.
Dê-se ciência.
São Paulo, 29 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2002.61.00.029830-8 AC 989364
APTE	:	RODRIGO MONTEFERRANTE RICUPERO
ADV	:	LAERCIO JOSE DOS SANTOS
APDO	:	IBRAHIM ABI ACKEL
APDO	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
PETIÇÃO	:	REX 2006069035
RECTE	:	RODRIGO MONTEFERRANTE RICUPERO
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto contra acórdão proferido por Turma desta Corte.
Busca a recorrente a reforma do "decisum", não apontando, porém, o artigo da Constituição Federal justificador da petição de condução do recurso.
Decido.
Dou por prejudicado o segundo recurso interposto, tendo em vista o princípio da unirrecorribilidade e passo à análise do primeiro.
De saída, observo ser imprescindível no recurso extraordinário a indicação do dispositivo constitucional autorizador de sua interposição, o que, "in casu", não ocorreu. Este entendimento vem corroborado através do AI 348211 ED/RJ (2ª Turma), de relatoria do Ministro CELSO DE MELLO e do AI 507379 AgR/MG (1ªTurma), de relatoria do Ministro MARCO AURÉLIO.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso extraordinário.
Dê-se ciência.
São Paulo, 27 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2002.61.00.029830-8 AC 989364
APTE	:	RODRIGO MONTEFERRANTE RICUPERO
ADV	:	LAERCIO JOSE DOS SANTOS
APDO	:	IBRAHIM ABI ACKEL
APDO	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
PETIÇÃO	:	RESP 2006069039
RECTE	:	RODRIGO MONTEFERRANTE RICUPERO
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto contra acórdão proferido por Turma desta Corte.
Decido.
De saída, observo ser imprescindível no recurso especial a indicação do dispositivo constitucional autorizador de sua interposição, o que, "in casu", não ocorreu. Este entendimento vem corroborado através do AI 348211 ED/RJ (2ª Turma), de relatoria do Ministro CELSO DE MELLO e do AI 507379 AgR/MG (1ªTurma), de relatoria do Ministro MARCO AURÉLIO.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso extraordinário.
Dê-se ciência.
São Paulo, 27 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2002.61.00.029848-5 AC 938704
APTE	:	RODRIGO MONTEFERRANTE RICUPERO
ADV	:	LAERCIO JOSE DOS SANTOS
APDO	:	JOAO CALDAS
APDO	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
PETIÇÃO	:	REX 2006069041
RECTE	:	RODRIGO MONTEFERRANTE RICUPERO
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto contra acórdão proferido por Turma desta Corte.
Busca a recorrente a reforma do "decisum", não apontando, porém, o artigo da Constituição Federal justificador da petição de condução do recurso.
Decido.
Dou por prejudicado o segundo recurso interposto, tendo em vista o princípio da unirrecorribilidade e passo à análise do primeiro.
De saída, observo ser imprescindível no recurso extraordinário a indicação do dispositivo constitucional autorizador de sua interposição, o que, "in casu", não ocorreu. Este entendimento vem corroborado através do AI 348211 ED/RJ (2ª Turma), de relatoria do Ministro CELSO DE MELLO e do AI 507379 AgR/MG (1ªTurma), de relatoria do Ministro MARCO AURÉLIO.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso extraordinário.
Dê-se ciência.
São Paulo, 27 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2002.61.00.029848-5 AC 938704
APTE	:	RODRIGO MONTEFERRANTE RICUPERO
ADV	:	LAERCIO JOSE DOS SANTOS
APDO	:	JOAO CALDAS
APDO	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
PETIÇÃO	:	RESP 2006069043
RECTE	:	RODRIGO MONTEFERRANTE RICUPERO
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto contra acórdão proferido por Turma desta Corte.
Decido.
De saída, observo ser imprescindível no recurso especial a indicação do dispositivo constitucional autorizador de sua interposição, o que, "in casu", não ocorreu. Este entendimento vem corroborado no julgamento dos AgRg no Ag 472233/RS (DJ 08.09.03), AgRg no Ag 713758/SP (DJ 13.02.06) e Resp 236689 (DJ 15.02.01), de relatoria, respectivamente, dos Eminentes Ministros José Delgado, Jorge Scartezzini e Felix Fischer.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 27 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2002.61.02.006998-2 AC 1034347
APTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	HUMBERTO GOUVEIA e VALDIR SERAFIM
APDO	:	JACK AND JILL SCHOOL S/C LTDA
ADV	:	JOSE LUIZ MATTHES
PETIÇÃO	:	RESP 2005239025
RECTE	:	JACK AND JILL SCHOOL S/C LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a", da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte, em pleito de opção pelo regime simplificado de tributação denominado SIMPLES.
O que se busca é a reforma do acórdão, alegando violação à Lei 9.317/96.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame da conformação à hipótese constitucional.
O recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, a decisão recorrida encontra-se em consonância com a jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça, como se vê da suma do acórdão a seguir transcrito:
"TRIBUTÁRIO - ESTABELECIMENTO DE ENSINO - OPÇÃO PELO SIMPLES - LEI 9.317/96 - CONSTITUCIONALIDADE DECLARADA PELO STF - LEI 10.684/2003 - APLICAÇÃO RETROATIVA - SÚMULA 456/STF E ART. 106, II, "b" DO CTN.
1. O STF, no julgamento da ADIn 1.643-1/DF, concluiu pela constitucionalidade do art. 9º, XIII da Lei 9.317/96, que excluiu da opção pelo sistema SIMPLES as pessoas jurídicas que menciona, dentre elas a que preste serviços de professor.
2. As instituições de ensino que não contam com professor no seu quadro societário também se enquadram na exceção, porque a atividade-fim desenvolvida está diretamente ligada à profissão de professor.
3. A Lei 10.684/2003 retirou da exclusão as creches, pré-escolas e estabelecimentos de ensino fundamental, possibilitando sua adesão ao SIMPLES.
4. Norma superveniente que, embora não prequestionada, pode ser aplicada ao caso concreto em atenção à Súmula 456/STF (porque conhecido o especial por outro fundamento) e ao art. 106, II, "b" do CTN, que admite a aplicação retroativa da lei aos fatos pendentes quando ela deixa de tratar o ato ou o fato "como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha sido fraudulento e não tenha implicado em falta de pagamento do tributo".
Precedente da Primeira Turma (EDREsp 603.451/PE).
5. Na hipótese dos autos, porém, a recorrente dedica-se às atividades de ensino fundamental e médio, esta última não contemplada na exceção prevista no art. 1º, I e II, da Lei 10.034/2000.
6. Recurso especial improvido."
(REsp 639223/MG, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 30.05.2006, pág. 135).
No mesmo sentido REsp 642020/RJ, 1ª Turma, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ 25.05.2006, pág. 159.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 23 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2002.61.02.006998-2 AC 1034347
APTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	HUMBERTO GOUVEIA e VALDIR SERAFIM
APDO	:	JACK AND JILL SCHOOL S/C LTDA
ADV	:	JOSE LUIZ MATTHES
PETIÇÃO	:	REX 2005239026
RECTE	:	JACK AND JILL SCHOOL S/C LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 102, III, "a", da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte, em pleito de opção pelo regime simplificado de tributação denominado SIMPLES.
O que se busca é a reforma do acórdão, que em obediência às disposições do Art. 9º, XIII, da Lei 9.317/96, excluiu o contribuinte, prestador de serviços de educação e ensino, do regime SIMPLES, sob o fundamento de que violou os artigos 150, II e 179, da Constituição Federal.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame da conformação à hipótese constitucional.
O recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, o Excelso Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI 1643, declarou a constitucionalidade do Art. 9º da Lei 9.317/96, ao entendimento de que "não há ofensa ao princípio da isonomia tributária se a lei, por motivos extrafiscais, imprime tratamento desigual a microempresas e empresas de pequeno porte de capacidade contributiva distinta, afastando do regime do SIMPLES aquelas cujos sócios têm condições de disputar o mercado de trabalho sem assistência do Estado."
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso extraordinário.
Dê-se ciência.
São Paulo, 26 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2002.61.26.016004-9 AC 998648
APTE	:	ASSOCIACAO EDUCACIONAL MESCADOR S/C LTDA
ADV	:	ZELIA FERREIRA GOMES
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	HUMBERTO GOUVEIA e VALDIR SERAFIM
PETIÇÃO	:	RESP 2005163595
RECTE	:	ASSOCIACAO EDUCACIONAL MESCADOR S/C LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a" e "b", da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte, em pleito de opção pelo regime simplificado de tributação denominado SIMPLES.
O que se busca é a reforma do acórdão, alegando violação aos artigos 5º e 170, da Constituição Federal.
Decido.
De saída, observo ser imprescindível no recurso especial interposto pela alínea "a", do inciso III, do Art 105, da CF, a indicação dos preceitos de lei federal havidos como vulnerados, o que, "in casu", não ocorreu. Este entendimento vem corroborado através do AgRg na MC 9786/MG, de relatoria da Ministra LAURITA VAZ; do EDRESP 685366/MA, de relatoria da Ministra NANCY ANDRIGUI, bem como do Resp 623358/SC, do relator Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI.

De outra parte, não cabe discutir, em sede de recurso especial, eventual ofensa a dispositivos constitucionais, debate adequado, isto sim, ao recurso extraordinário, nos termos do Art. 102, III, da CF.
Ademais, inviável a admissão do apelo com fulcro na alínea "b", do Art. 105, da Constituição Federal eis que já decidiu a Corte Superior, no julgamento do REsp n. 797939/RJ, de relatoria do Ministro José Delgado, que "Para que o recurso especial seja viabilizado com fundamento na alínea "b" do inciso III do art. 105 da CF/88, é necessário que o recorrente reproduza argumentos que apontem especificamente de que modo o acórdão de segundo grau julgou válido ato de governo local contestado em face de lei federal. Não há de ser conhecido do apelo nobre sob esta alínea quando existir mera indicação do fundamento constitucional, desprovida de razões".
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 27 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2002.61.26.016004-9 AC 998648
APTE	:	ASSOCIACAO EDUCACIONAL MESCADOR S/C LTDA
ADV	:	ZELIA FERREIRA GOMES
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	HUMBERTO GOUVEIA e VALDIR SERAFIM
PETIÇÃO	:	REX 2005163596
RECTE	:	ASSOCIACAO EDUCACIONAL MESCADOR S/C LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 102, III, "a" e "c", da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte, em pleito de opção pelo regime simplificado de tributação denominado SIMPLES.
O que se busca é a reforma do acórdão, sob o fundamento de que violou os artigos 5 e 170, IX, da Constituição Federal.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame da conformação à hipótese constitucional.
O recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, o Excelso Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI 1643, declarou a constitucionalidade do Art. 9º da Lei 9.317/96, ao entendimento de que "não há ofensa ao princípio da isonomia tributária se a lei, por motivos extrafiscais, imprime tratamento desigual a microempresas e empresas de pequeno porte de capacidade contributiva distinta, afastando do regime do SIMPLES aquelas cujos sócios têm condições de disputar o mercado de trabalho sem assistência do Estado."
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso extraordinário.
Dê-se ciência.
São Paulo, 27 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2003.03.00.057044-7 AG 188535
AGRTE	:	LIDIO HENRIQUE ORIANI e outro
ADV	:	CELSO RICARDO MARCONDES ANDRADE
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SUELI MAZZEI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PARTE R	:	CENTRAL CONTABIL S/C LTDA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
PETIÇÃO	:	REX 2006278175
RECTE	:	LIDIO HENRIQUE ORIANI
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
Trata-se de recurso extraordinário interposto com esteio no Art. 102, III, "a", da Constituição Federal, em face do acórdão proferido por Turma desta Corte que, à unanimidade, negou provimento ao agravo.
Busca, a recorrente, a reforma do "decisum" sob o fundamento de negativa de vigência aos artigos 5º, II, XXXV, LIV e LV e 37. "caput", da Constituição Federal.
Decido.
Foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.
Passo, então, ao exame de sua conformação à hipótese constitucional.
O recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, afigura-se absolutamente pacífico o entendimento da Corte Suprema no sentido de que: "A situação de ofensa meramente reflexa ao texto constitucional, quando ocorrente, não basta, só por si, para viabilizar o acesso à via recursal extraordinária."(AI nº 44083 AgR/SP, 1ª Turma, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, julgado em 16/11/04, DJU 03.12.2004 e AI nº 326.942 AgR/SP, 2ª Turma, Rel. Min. Celso de Mello, julgado em 29.10.2002, DJU 13.12.2002).
Face ao exposto, NÃO ADMITO o presente recurso extraordinário.
Dê-se ciência.
São Paulo, 22 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2003.03.00.057044-7 AG 188535
AGRTE	:	LIDIO HENRIQUE ORIANI e outro
ADV	:	CELSO RICARDO MARCONDES ANDRADE
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SUELI MAZZEI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PARTE R	:	CENTRAL CONTABIL S/C LTDA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
PETIÇÃO	:	RESP 2006278176
RECTE	:	LIDIO HENRIQUE ORIANI
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a", da CF, contra acórdão de Turma desta Corte que, à unanimidade, negou provimento ao agravo.
O que se pretende é a reforma do aresto, alegando violação a dispositivos de lei federal e sustentando dissídio jurisprudencial.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame de sua conformação à hipótese constitucional.
A Egrégia Corte Superior firmou entendimento a respeito do tema em discussão, corroborando o decidido no acórdão recorrido, conforme se transcreve, in verbis:
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. DEFICIÊNCIA NA INSTRUÇÃO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO. FALTA DE TRASLADO DE PEÇA OBRIGATÓRIA: CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. ART. 544, § 1º, DO CPC. SÚMULA Nº 223/STJ. AGRAVO NÃO-CONHECIDO.
1. Agravo regimental contra decisão que não conheceu de agravo de instrumento em face de o mesmo não conter peça essencial para sua formação.
2. O art. 544, § 1º, do CPC dispõe que: "O agravo de instrumento será instruído com as peças apresentadas pelas partes, devendo constar, obrigatoriamente, sob pena de não conhecimento, cópia do acórdão recorrido, da certidão da respectiva intimação..."
3. Consoante entendimento assente nesta Corte e no colendo STF, é obrigação do agravante colacionar ao instrumento cópia da certidão de publicação do acórdão recorrido, com vistas à verificação da tempestividade dos recursos extremos. Inteligência da Súmula nº 223/STJ.
4. Na sistemática atual, cumpre à parte o dever de apresentar as peças obrigatórias para a formação do agravo, sob pena de não-conhecimento do recurso. Impossibilidade de sua apreciação, por não ter sido formado com peça essencial para sua análise.
5. A tempestividade do recurso especial consignada pelo despacho do Tribunal local quando inadmite o recurso especial não retira a obrigatoriedade da juntada da certidão de intimação do acórdão recorrido. O exame dos pressupostos de admissibilidade do apelo extremo deve ser feito, também, pelo Relator nesta Corte Superior, para confrontar a veracidade dos fatos ocorridos no decorrer processual. O juízo de admissibilidade é bifásico, ou seja, mesmo que a tempestividade seja verificada pelo Tribunal a quo, é obrigatório novo exame acerca de tal requisito pelo órgão julgador do recurso, no caso, o Superior Tribunal de Justiça.
6. omissis...
7. Agravo regimental não-provido."
(AgRg no Ag 757825/SC, Rel. Ministro José Delgado, Primeira Turma, unânime, julgado em 20/06/2006, publicado no DJ 03.08.2006).
Face ao exposto, NÃO ADMITO o recurso especial interposto.
Dê-se ciência.
São Paulo, 22 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2003.03.99.033691-7 AC 909014
APTE	:	LEVA ENTULHO COM/ E TRANSPORTE LTDA
ADV	:	EDSON MORAES CHAVES
APDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	ANDREA TAPIA LIMA
PETIÇÃO	:	RESP 2005181137
RECTE	:	LEVA ENTULHO COM/ E TRANSPORTE LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
O recurso especial foi interposto com esteio no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, em face do acórdão proferido por Turma desta Corte que, por unanimidade, negou provimento à apelação, em embargos à execução, objetivando a desconstituição de título executivo.
Busca, a recorrente, a reforma do "decisum" sob o fundamento de que houve violação, em síntese, aos artigos: 583, 585, 586 e 618, do Código de Processo Civil.
Decido.
Foram atendidos os pressupostos objetivos de admissibilidade recursal.
Entretanto, o recurso não merece prosseguimento, eis que não se amolda à hipótese constitucional de admissibilidade prevista no art. 105, III, "a".
Com efeito, a incursão na discussão acerca das fomalidades contratuais que, alega ser apócrifo e sem testemunhas, portanto inexeqüível, são desideratos que encontram obstáculos na Súmula 07 do STJ, uma vez que demanda revolvimento fático-probatório dos autos, aferindo se as exigências legais para sua execução estão presentes (AgRg no Ag 442953/SP, 6ª Turma, DJ 29/11/2004; Resp 590493/RJ, 2ª Turma, DJ 06/03/2006).
Face ao exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 20 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2003.03.99.033691-7 AC 909014
APTE	:	LEVA ENTULHO COM/ E TRANSPORTE LTDA
ADV	:	EDSON MORAES CHAVES
APDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	ANDREA TAPIA LIMA
PETIÇÃO	:	REX 2005181140
RECTE	:	LEVA ENTULHO COM/ E TRANSPORTE LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
O recurso extraordinário foi interposto com esteio no artigo 102, III, "a", da Constituição Federal, em face do acórdão proferido por Turma desta Corte que, por unanimidade, negou provimento à apelação, em embargos à execução, objetivando a desconstituição de título executivo.
Busca, a recorrente, a reforma do "decisum" sob o fundamento de que houve violação, em síntese, ao artigo 5º, LV, da Constituição Federal.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.
O recurso não merece prosseguimento.
Constato que se afronta houvesse seria diretamente com dispositivo infraconstitucional, de modo que eventual ofensa, a princípios constitucionais, seria apenas indireta, o que não enseja recurso extraordinário.
Afigura-se absolutamente pacífico o entendimento da Corte Suprema no sentido de que: "A situação de ofensa meramente reflexa ao texto constitucional, quando ocorrente, não basta, só por si, para viabilizar o acesso à via recursal extraordinária."(AI nº 44083 AgR/SP, 1ª Turma, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, julgado em 16/11/04, DJU 03.12.2004 e AI nº 326.942 AgR/SP, 2ª Turma, Rel. Min. Celso de Mello, julgado em 29.10.2002, DJU 13.12.2002).
Face ao exposto, NÃO ADMITO o recurso extradordinário interposto.
Publique-se.
São Paulo, 20 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2003.61.00.010836-6 AC 966665
APTE	:	ARTE IND/ GESSO LTDA
ADV	:	FABIO BOCCIA FRANCISCO
APDO	:	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renovaveis - IBAMA
ADV	:	KARINA GRIMALDI
PETIÇÃO	:	REX 2005305557
RECTE	:	ARTE IND/ GESSO LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 102, III, "a", da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte que reconheceu a legalidade e constitucionalidade da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental, instituída pela Lei nº 10.165/2000.
O que se pretende é a reforma do aresto, sustentando que a taxa cobrada não preenche os requisitos constitucionais para ser devida, bem como tem natureza confiscatória, restando contrariados os artigos 145, inciso II, e 150, inciso IV, da Constituição Federal.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.

Com efeito, o Egrégio Supremo Tribunal Federal, no julgamento, pelo Plenário, do RE 416.601/DF, Relator Ministro Carlos Velloso, j. 10.08.2005, in DJ 30.09.2005, reconheceu a constitucionalidade da taxa de controle e fiscalização ambiental - TCFA, instituída pela Lei 10.165/2000, "verbis":
"CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. IBAMA: TAXA DE FISCALIZAÇÃO. Lei 6.938/81, com a redação da Lei 10.165/2000, artigos 17-B, 17-C, 17-D, 17-G. C.F., art. 145, II. I.- Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA - do IBAMA: Lei 6.938, com a redação da Lei 10.165/2000: constitucionalidade. II.- R.E. conhecido, em parte, e não provido.".
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso extraordinário.
Dê-se ciência.
São Paulo, 27 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2003.61.00.010836-6 AC 966665
APTE	:	ARTE IND/ GESSO LTDA
ADV	:	FABIO BOCCIA FRANCISCO
APDO	:	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renovaveis - IBAMA
ADV	:	KARINA GRIMALDI
PETIÇÃO	:	RESP 2005305558
RECTE	:	ARTE IND/ GESSO LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a", da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte que reconheceu a legalidade e constitucionalidade da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental, instituída pela Lei nº 10.165/2000.
O que se pretende é a reforma do aresto, sustentando que a taxa cobrada não preenche os requisitos legais para ser devida, restando contrariados os artigos 77 e 78, do Código Tributário Nacional.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, vem decidindo o Egrégio Superior Tribunal de Justiça no sentido de que eventual ofensa aos artigos 77 e 78, do Código Tributário Nacional, pela Lei 10165/2000, alberga caráter eminentemente constitucional, razão pela qual cabe tão-somente à Corte Suprema examinar tal questão.
A jurisprudência é bem ilustrada pelas sumas de acórdãos que a seguir se transcrevem:
"PROCESSUAL CIVIL - VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC - INOCORRÊNCIA - EMBARGOS DECLARATÓRIOS COM NÍTIDO CARÁTER INFRINGENTE - ACÓRDÃO RECORRIDO SOB ENFOQUE EXCLUSIVAMENTE CONSTITUCIONAL - TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL - VIOLAÇÃO AOS ARTS. 77 E 78, DO CTN - MATÉRIA JULGADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
... (omissis)
O recurso especial não se presta ao exame de matéria de índole constitucional, de competência exclusiva da Suprema Corte, nos termos do artigo 102 da Constituição Federal. A afirmação de que a lei instituidora da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA (Lei nº 10.165/2000) contraria o disposto nos arts. 77 e 78, do Código Tributário Nacional, que repetem texto constitucional, significa, por via reflexa, afirmar a inconstitucionalidade de referida disposição, matéria apreciável pelo Colendo Supremo Tribunal Federal.
Agravo regimental improvido.
(AgRg no Ag 601336/MG; 2ª Turma; Relator Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS; in DJ 29.08.2005, p. 266) e
AGRAVO REGIMENTAL. TRIBUTÁRIO. TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 77 E 78, DO CTN. MATÉRIA DE NATUREZA CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO STF. PRECEDENTES. PRETENSÃO DE DECLARAÇÃO REFLEXA DE INCONSTITUCIONALIDADE.
1. Os arts. 77 e 78, do CTN reproduzem preceito constitucional (art. 145, da Constituição Federal) remetendo a análise da controvérsia ao Pretório Excelso, em sede de apelo extremo (C.F., art. 102, III).
2. "O art. 105, III, da CF não contempla a possibilidade de, em Recurso Especial, confrontar-se dispositivos de Lei Complementar (CTN) e de Lei Federal, a fim de declarar-se a ilegalidade desta última.
Recurso especial não conhecido." (RESP 167014/RS, Rel. Min. FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, DJ de 17/09/2001).
3. A afirmação de que a lei instituidora da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA (Lei nº 10.165/2000) contraria o disposto nos arts. 77 e 78, do Código Tributário Nacional, que repetem texto constitucional, significa, por via reflexa, afirmar a inconstitucionalidade de referida disposição, matéria apreciável pelo Colendo Supremo Tribunal Federal, guardião dos comandos constitucionais.
4. Inexiste matéria infraconstitucional autônoma.
5. Ausência de motivos suficientes para a modificação do julgado. Manutenção da decisão agravada.
6. Agravo regimental desprovido.
(AgRg no Ag 586137/PR; 1ª Turma; Relator Ministro LUIZ FUX; in DJ 28.03.2005, p. 191)".
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 27 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2003.61.00.017191-0 AC 987788
APTE	:	RODRIGO MONTEFERRANTE RICUPERO
ADV	:	LAERCIO JOSE DOS SANTOS
APDO	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
APDO	:	BADU PICANCO
PETIÇÃO	:	RESP 2006069014
RECTE	:	RODRIGO MONTEFERRANTE RICUPERO
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto contra acórdão proferido por Turma desta Corte.
Decido.
De saída, observo ser imprescindível no recurso especial a indicação do dispositivo constitucional autorizador de sua interposição, o que, "in casu", não ocorreu. Este entendimento vem corroborado no julgamento dos AgRg no Ag 472233/RS (DJ 08.09.03), AgRg no Ag 713758/SP (DJ 13.02.06) e Resp 236689 (DJ 15.02.01), de relatoria, respectivamente, dos Eminentes Ministros José Delgado, Jorge Scartezzini e Felix Fischer.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 27 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2003.61.00.017191-0 AC 987788
APTE	:	RODRIGO MONTEFERRANTE RICUPERO
ADV	:	LAERCIO JOSE DOS SANTOS
APDO	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
APDO	:	BADU PICANCO
PETIÇÃO	:	REX 2006069016
RECTE	:	RODRIGO MONTEFERRANTE RICUPERO
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto contra acórdão proferido por Turma desta Corte.
Busca a recorrente a reforma do "decisum", não apontando, porém, o artigo da Constituição Federal justificador da petição de condução do recurso.
Decido.
Dou por prejudicado o segundo recurso interposto, tendo em vista o princípio da unirrecorribilidade e passo à análise do primeiro.
De saída, observo ser imprescindível no recurso extraordinário a indicação do dispositivo constitucional autorizador de sua interposição, o que, "in casu", não ocorreu. Este entendimento vem corroborado através do AI 348211 ED/RJ (2ª Turma), de relatoria do Ministro CELSO DE MELLO e do AI 507379 AgR/MG (1ªTurma), de relatoria do Ministro MARCO AURÉLIO.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso extraordinário.
Dê-se ciência.
São Paulo, 27 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2003.61.00.019402-7 AC 969640
APTE	:	RODRIGO MONTEFERRANTE RICUPERO
ADV	:	LAERCIO JOSE DOS SANTOS
APDO	:	AFFONSO CAMARGO
APDO	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
PETIÇÃO	:	REX 2006026402
RECTE	:	RODRIGO MONTEFERRANTE RICUPERO
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto contra acórdão proferido por Turma desta Corte.
Busca a recorrente a reforma do "decisum", não apontando, porém, o artigo da Constituição Federal justificador da petição de condução do recurso.
Decido.
De saída, observo ser imprescindível no recurso extraordinário a indicação do dispositivo constitucional autorizador de sua interposição, o que, "in casu", não ocorreu. Este entendimento vem corroborado através do AI 348211 ED/RJ (2ª Turma), de relatoria do Ministro CELSO DE MELLO e do AI 507379 AgR/MG (1ªTurma), de relatoria do Ministro MARCO AURÉLIO.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso extraordinário.
Dê-se ciência.
São Paulo, 27 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2003.61.00.019402-7 AC 969640
APTE	:	RODRIGO MONTEFERRANTE RICUPERO
ADV	:	LAERCIO JOSE DOS SANTOS
APDO	:	AFFONSO CAMARGO
APDO	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
PETIÇÃO	:	RESP 2006026409
RECTE	:	RODRIGO MONTEFERRANTE RICUPERO
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto contra acórdão proferido por Turma desta Corte.
Decido.
De saída, observo ser imprescindível no recurso especial a indicação do dispositivo constitucional autorizador de sua interposição, o que, "in casu", não ocorreu. Este entendimento vem corroborado no julgamento dos AgRg no Ag 472233/RS (DJ 08.09.03), AgRg no Ag 713758/SP (DJ 13.02.06) e Resp 236689 (DJ 15.02.01), de relatoria, respectivamente, dos Eminentes Ministros José Delgado, Jorge Scartezzini e Felix Fischer.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 27 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2003.61.00.024096-7 AC 1091882
APTE	:	APLIKE PRODUTOS ADESIVOS LTDA
ADV	:	SERGIO IRINEU BOVO
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
PETIÇÃO	:	REX 2007002647
RECTE	:	APLIKE PRODUTOS ADESIVOS LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 101, III, a, da CF, contra acórdão que trata de compensação/restituição de valores recolhidos a título de PIS.
Busca a recorrente a reforma do "decisum" quanto à prescrição, compensação, correção monetária, taxa SELIC e juros de mora, alegando violação a princípios constitucionais.
Decido.
Malgrado o recorrente fazer menção ao artigo 101, III, "a", da CF, percebe-se claramente, feita a análise do recurso interposto, que foi cometido equívoco involuntário na indicação do permissivo constitucional, pelo que passo a analisá-lo como sendo Art. 102, III, "a".
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame de sua conformação à hipótese constitucional.
Consolidou-se no Egrégio STF o entendimento de que as alegações de violação aos princípios da isonomia, da anterioridade nonagesimal e da moralide pública, que dependam de reexame prévio de normas infraconstitucionais, como no caso em tela, não configuram ofensa direta à Constituição, mas, quando muito, caracterizam ofensa reflexa ou indireta que não tem o condão de ser apreciada em sede de recurso extraordinário (AI 528797 Agr/SP, RE 430637 AgR/PR).
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso extraordinário.
Dê-se ciência.
São Paulo, 30 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2003.61.00.024096-7 AC 1091882
APTE	:	APLIKE PRODUTOS ADESIVOS LTDA
ADV	:	SERGIO IRINEU BOVO
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
PETIÇÃO	:	RESP 2007002652
RECTE	:	APLIKE PRODUTOS ADESIVOS LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto contra acórdão proferido por Turma desta Corte.

Decido.
De saída, observo ser imprescindível no recurso especial a indicação do dispositivo constitucional autorizador de sua interposição, o que, "in casu", não ocorreu. Este entendimento vem corroborado no julgamento dos AgRg no Ag 472233/RS (DJ 08.09.03), AgRg no Ag 713758/SP (DJ 13.02.06) e Resp 236689 (DJ 15.02.01), de relatoria, respectivamente, dos Eminentes Ministros José Delgado, Jorge Scartezzini e Felix Fischer.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 30 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2003.61.00.025124-2 AMS 263838
APTE	:	GISLAINE FAUZI RACY NARCHI
ADV	:	GUILHERME BARRANCO DE SOUZA
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
PETIÇÃO	:	RESP 2006060786
RECTE	:	GISLAINE FAUZI RACY NARCHI
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso especial foi interposto com esteio no Art. 105, III, "a", da Constituição Federal, em face do acórdão proferido por Turma desta Corte em ação mandamental que objetivava afastar o procedimento fiscal instaurado com informações obtidas através de movimentações bancárias (CPMF).
O que se pretende é a reforma do julgado, sustentando negativa de vigência ao Art. 6º, da LC 105/2001 e Art. 6º, da LICC.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal, passo à análise da conformação à hipótese constitucional.
O recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, o Egrégio Superior Tribunal de Justiça já se pronunciou a respeito da matéria, conforme segue, in verbis:
"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. UTILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES OBTIDAS A PARTIR DA ARRECADAÇÃO DA CPMF PARA A CONSTITUIÇÃO DE CRÉDITO REFERENTE A OUTROS TRIBUTOS. ARTIGO 6º DA LC 105/01 E 11, § 3º, DA LEI Nº 9.311/96, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 10.174/2001. NORMAS DE CARÁTER PROCEDIMENTAL. APLICAÇÃO RETROATIVA. POSSIBILIDADE. INTERPRETAÇÃO DO ARTIGO 144, § 1º, DO CTN.
1. O artigo 38 da Lei nº 4.595/64, que autorizava a quebra de sigilo bancário somente por meio de requerimento judicial foi revogado pela Lei Complementar nº 105/2001.
2. A Lei nº 9.311/96 instituiu a CPMF e, no § 2º do artigo 11, determinou que as instituições financeiras responsáveis pela retenção dessa contribuição prestassem informações à Secretaria da Receita Federal, especificamente, sobre a identificação dos contribuintes e os valores globais das respectivas operações efetuadas, vedando, contudo, no seu § 3º, a utilização desses dados para constituição do crédito relativo a outras contribuições ou impostos.
3. A Lei 10.174/2001 revogou o § 3º do artigo 11 da Lei nº 9.311/91, permitindo a utilização das informações prestadas para a instauração de procedimento administrativo-fiscal, a fim de possibilitar a cobrança de eventuais créditos tributários referentes a outros tributos.
4. Outra alteração legislativa, dispondo sobre a possibilidade de sigilo bancário, foi veiculada pelo artigo 6º da Lei Complementar 105/2001.
5. O artigo 144, § 1º, do CTN prevê que as normas tributárias procedimentais ou formais têm aplicação imediata, ao contrário daquelas de natureza material, que somente alcançariam fatos geradores ocorridos durante a sua vigência.
6. Os dispositivos que autorizam a utilização de dados da CPMF pelo Fisco para apuração de eventuais créditos tributários referentes a outros tributos são normas procedimentais e, por essa razão, não se submetem ao princípio da irretroatividade das leis, ou seja, incidem de imediato, ainda que relativas a fato gerador ocorrido antes de sua entrada em vigor. Precedentes.
7. "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do Tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado" (Súmula 168/STJ).
8. Embargos de divergência não conhecidos."
(EREsp 726778/PR, Relator Ministro Castro Meira, Primeira Seção, unânime, DJ 05.03.2007, pág. 255).
Face ao exposto, NÃO ADMITO o recurso especial interposto.
Dê-se ciência.
São Paulo, 2 de abril de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2003.61.00.025124-2 AMS 263838
APTE	:	GISLAINE FAUZI RACY NARCHI
ADV	:	GUILHERME BARRANCO DE SOUZA
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
PETIÇÃO	:	REX 2006060788
RECTE	:	GISLAINE FAUZI RACY NARCHI
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
O recurso extraordinário foi interposto com esteio no Art. 102, III, "a", da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte em Mandado de Segurança que objetivava obstar procedimento fiscal instaurado através de movimentações bancárias.
O que se pretende é a reforma do "decisum", sob o fundamento de que violou o artigo 5º, incisos X, XII, XXXVI e LVI, da Constituição Federal.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.
Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, o Ministro Carlos Velloso, no RE 444197/RS, publicado em 12/04/2005, deixa claro que "para se chegar ao exame da alegada ofensa à Constituição (art. 5º, X e XII, CF), faz-se necessário analisar normas infraconstitucionais, o que não é possível em sede de recurso extraordinário. A duas, porquanto o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada encontram proteção em dois níveis: em nível infraconstitucional, na Lei de Introdução ao Cód. Civil, art. 6º, e em nível constitucional, art. 5º, XXXVI, C.F. Todavia, o conceito de tais institutos não se encontra na Constituição, art. 5º, XXXVI, mas na lei ordinária, art. 6º da LICC. Assim, a decisão que dá pela ocorrência, ou não, no caso concreto, de tais institutos, situa-se no contencioso de direito comum, que não autoriza a admissão do RE. A três, dado que a alegação de ofensa aos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa não prescinde do exame da matéria sob o ponto de vista processual. Assim, se ofensa tivesse havido aos princípios da CF, art. 5º, LIV e LV , seria ela indireta, reflexa, o que não autoriza a admissão do recurso extraordinário."
No mesmo sentido, anote-se o AI - AgR 522622/RO, Rel. Ministro Carlos Velloso, julgado em 08/11/2005, publicado no D.J.U. de 09/12/2005.
Face ao do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso extraordinário.
Publique-se.
São Paulo, 2 de abril de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2003.61.00.032012-4 AC 981923
APTE	:	RODRIGO MONTEFERRANTE RICUPERO
ADV	:	LAERCIO JOSE DOS SANTOS
APDO	:	DJALMA PAES
APDO	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
PETIÇÃO	:	REX 2006069031
RECTE	:	RODRIGO MONTEFERRANTE RICUPERO
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto contra acórdão proferido por Turma desta Corte.
Busca a recorrente a reforma do "decisum", não apontando, porém, o artigo da Constituição Federal justificador da petição de condução do recurso.
Decido.
Dou por prejudicado o segundo recurso interposto, tendo em vista o princípio da unirrecorribilidade e passo à análise do primeiro.
De saída, observo ser imprescindível no recurso extraordinário a indicação do dispositivo constitucional autorizador de sua interposição, o que, "in casu", não ocorreu. Este entendimento vem corroborado através do AI 348211 ED/RJ (2ª Turma), de relatoria do Ministro CELSO DE MELLO e do AI 507379 AgR/MG (1ªTurma), de relatoria do Ministro MARCO AURÉLIO.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso extraordinário.
Dê-se ciência.
São Paulo, 27 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2003.61.00.032012-4 AC 981923
APTE	:	RODRIGO MONTEFERRANTE RICUPERO
ADV	:	LAERCIO JOSE DOS SANTOS
APDO	:	DJALMA PAES
APDO	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
PETIÇÃO	:	RESP 2006069034
RECTE	:	RODRIGO MONTEFERRANTE RICUPERO
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto contra acórdão proferido por Turma desta Corte.
Decido.
De saída, observo ser imprescindível no recurso especial a indicação do dispositivo constitucional autorizador de sua interposição, o que, "in casu", não ocorreu. Este entendimento vem corroborado no julgamento dos AgRg no Ag 472233/RS (DJ 08.09.03), AgRg no Ag 713758/SP (DJ 13.02.06) e Resp 236689 (DJ 15.02.01), de relatoria, respectivamente, dos Eminentes Ministros José Delgado, Jorge Scartezzini e Felix Fischer.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 27 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2003.61.12.006384-2 AC 926623
APTE	:	MARIA APARECIDA DA SILVA
ADV	:	WELLINGTON LUCIANO SOARES GALVAO
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	WALMIR RAMOS MANZOLI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PETIÇÃO	:	RESP 2006328182
RECTE	:	MARIA APARECIDA DA SILVA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso especial foi interposto, com fulcro no artigo 105, III, a e c, da CF, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em pleito de concessão de benefício previdenciário.
A parte recorrente alega ofensa aos artigos 5º, XXXV e XXXVI, da CF; e 412, § 1º, do CPC, e ocorrência de dissídio jurisprudencial.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.
Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, o Colendo Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido da decisão recorrida e, a teor da Súmula 149, reconheceu que deve o trabalhador rural provar sua atividade no campo por meio de, pelo menos, início razoável de prova documental, a ser corroborada por depoimentos testemunhais, para fins de obtenção de benefício previdenciário (AgRg no AG 641.008/SP, 5ª Turma, Rel. Min. Gilson Dipp, j. 03/02/2005, DJ 07/03/2005, p. 333; RESP 304.735/SP, 6ª Turma, Rel. Min. Vicente Leal, j. 20/02/2003, DJ 06/06/2005, p. 375; RESP 220.843/SP, 6ª Turma, Rel. para acórdão Min. Hamilton Carvalhido, j. 09/12/2003, DJ 22/11/2003, p. 392), o que evidencia a ausência de plausibilidade da pretensão recursal e, nos termos da Súmula 83 daquela Corte, inviabiliza o prosseguimento do reclamo.
De outra parte, não cabe discutir, em sede de recurso especial, eventual ofensa a dispositivo constitucional, debate adequado, isto sim, no recurso extraordinário, nos termos do artigo 102, III, da CF.
No tocante ao alegado dissídio jurisprudencial, não foi realizado o adequado cotejo analítico entre os acórdãos paradigma e impugnado, o que enseja a inadmissibilidade do recurso especial, nos termos do artigo 255, § 2º, do RISTJ, uma vez que não basta a mera transcrição de ementas ou de trechos de julgados, mas sim se faz necessária a demonstração das circunstâncias que identifiquem os casos confrontados (AgRg no Ag 583.685/RS, 6ª Turma, Rel. Min. Nilson Naves, j. 21/10/2004, DJ 09/02/2005, p. 227; e RESP 325.854/CE, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, j. 07/12/2004, DJ 01/02/2005, p. 592).
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 22 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2003.61.12.006384-2 AC 926623
APTE	:	MARIA APARECIDA DA SILVA
ADV	:	WELLINGTON LUCIANO SOARES GALVAO
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	WALMIR RAMOS MANZOLI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PETIÇÃO	:	REX 2006328185
RECTE	:	MARIA APARECIDA DA SILVA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso extraordinário foi interposto, com fulcro no artigo 102, III, a, b e c, da CF, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em pleito de concessão de benefício previdenciário.
A parte recorrente alega ofensa ao artigo 5º, LV, da CF, e que a decisão impugnada declarou a inconstitucionalidade de lei federal.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.
Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, constato que, se afronta houvesse, diria respeito diretamente a dispositivos infraconstitucionais, de modo que eventual ofensa à Constituição Federal seria apenas indireta, o que não enseja recurso extraordinário.

Afigura-se absolutamente pacífico o entendimento do Excelso Supremo Tribunal Federal, no sentido de que: A situação de ofensa meramente reflexa ao texto constitucional, quando ocorrente, não basta, só por si, para viabilizar o acesso à via recursal extraordinária. (AI 326.942 AgR/SP, 2ª Turma, Rel. Min. Celso de Mello, j. 29/10/2002, DJ 13/12/2002, p. 89).
Quanto à alegação fundada na alínea b do inciso III do artigo 102 da CF, a inadmissão do recurso também é de rigor, uma vez que a Corte Suprema entende que é imprescindível, para seu conhecimento, a existência de declaração formal de inconstitucionalidade de tratado ou lei federal emanada do Plenário ou Órgão Especial do Tribunal, a teor do artigo 97, da Lei Maior (RE 360.760 AgR/SP, 1ª Turma, Rel. Min. Eros Grau, j. 30/11/2004, DJ 22/04/2005, p. 13).
No tocante, à alegação fundada na alínea c do inciso III do artigo 102 da CF, também a inadmissão é de rigor, uma vez que não há controvérsia acerca de lei ou ato de governo local em face da Constituição.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso extraordinário.
Dê-se ciência.
São Paulo, 22 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2003.61.83.013870-7 AC 1087951
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	GUILHERME PINATO SATO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MARIA DA CONCEICAO CARDOSO RODRIGUES
ADV	:	MARIA ISABEL FARIA DE ALMEIDA
PETIÇÃO	:	RESP 2007080778
RECTE	:	MARIA DA CONCEICAO CARDOSO RODRIGUES
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
Cuida-se de recurso especial interposto em face de decisão monocrática proferida nos moldes do Art. 557, do Código de Processo Civil.
Um dos requisitos necessário à admissão do recurso em tela é o prévio esgotamento das instâncias ordinárias (Art. 557, § 1º, CPC), sem o qual não se admite o recurso especial. A propósito, o Superior Tribunal de Justiça tem pacificado entendimento nesse sentido, a exemplo, transcrevo a seguinte ementa:
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARTIGO 544 DO CPC. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INSTÂNCIA ORDINÁRIA NÃO ESGOTADA.
1. A decisão proferida monocraticamente, em observância ao art. 557, do CPC, não desafia de imediato a interposição de recurso especial, ante o não esgotamento das vias recursais no tribunal a quo pela ausência de oferecimento do agravo interno. Isto porque, a decisão denegatória, deve provir de Tribunal, e não ato isolado de um de seus membros.
2. Agravo regimental desprovido."
(AGRG no AG n. 621376-RJ, Rel. Min. Luiz Fux, 1ª T., v.u., j. 12.04.05, DJ 16.05.05)
No mesmo sentido: AGRG nos EDCL no AG n. 562849-RS, Rel. Min. Castro Filho, 3ª T., v.u., j. 28.10.04, DJ 17.12.04; AGRG no AG n. 619239-PB, Rel. Min. Gilson Dipp, 5ª T., v.u., j. 23.11.04, DJ 17.12.04 e AGRG no AG n. 547364-RJ, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, 6ª t., v.u., 17.02.05, DJ 11.04.05.
Destarte, por ausência de pressuposto indispensável ao seu processamento, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 27 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2003.61.83.013870-7 AC 1087951
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	GUILHERME PINATO SATO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MARIA DA CONCEICAO CARDOSO RODRIGUES
ADV	:	MARIA ISABEL FARIA DE ALMEIDA
PETIÇÃO	:	REX 2007080781
RECTE	:	MARIA DA CONCEICAO CARDOSO RODRIGUES
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de decisão monocrática proferida nos moldes do Art. 557, do Código de Processo Civil.
Decido.
A aptidão para o processamento do recurso extraordinário se verifica quando existentes todos os requisitos imprescindíveis à sua admissão, dentre eles, o prévio esgotamento das instâncias ordinárias, que no caso em tela, ensejaria a interposição de agravo interno nos termos do § 1º do Art. 557, do CPC.
Tal requisito é corroborado pela Súmula n. 281 do Supremo Tribunal Federal, editada nos seguintes termos: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber, na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada.".
Destarte, por ausência de pressuposto indispensável ao seu processamento, NÃO ADMITO o recurso extraordinário.
Certificado o trânsito em julgado, baixem-se os autos à vara de origem.
Dê-se ciência.
São Paulo, 27 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2004.03.99.025230-1 AC 955828
APTE	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
APDO	:	ADRIANA PASSINI MORENO e outros
ADV	:	CARLOS JORGE MARTINS SIMOES
PETIÇÃO	:	RESP 2006316054
RECTE	:	ADRIANA PASSINI MORENO
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
Cuida-se de recurso especial interposto em face de decisão monocrática proferida nos moldes do Art. 557, do Código de Processo Civil.
Um dos requisitos necessário à admissão do recurso em tela é o prévio esgotamento das instâncias ordinárias (Art. 557, § 1º, CPC), sem o qual não se admite o recurso especial. A propósito, o Superior Tribunal de Justiça tem pacificado entendimento nesse sentido, a exemplo, transcrevo a seguinte ementa:
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARTIGO 544 DO CPC. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INSTÂNCIA ORDINÁRIA NÃO ESGOTADA.
1. A decisão proferida monocraticamente, em observância ao art. 557, do CPC, não desafia de imediato a interposição de recurso especial, ante o não esgotamento das vias recursais no tribunal a quo pela ausência de oferecimento do agravo interno. Isto porque, a decisão denegatória, deve provir de Tribunal, e não ato isolado de um de seus membros.
2. Agravo regimental desprovido."
(AGRG no AG n. 621376-RJ, Rel. Min. Luiz Fux, 1ª T., v.u., j. 12.04.05, DJ 16.05.05)
No mesmo sentido: AGRG nos EDCL no AG n. 562849-RS, Rel. Min. Castro Filho, 3ª T., v.u., j. 28.10.04, DJ 17.12.04; AGRG no AG n. 619239-PB, Rel. Min. Gilson Dipp, 5ª T., v.u., j. 23.11.04, DJ 17.12.04 e AGRG no AG n. 547364-RJ, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, 6ª t., v.u., 17.02.05, DJ 11.04.05.
Destarte, por ausência de pressuposto indispensável ao seu processamento, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 29 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2004.03.99.025230-1 AC 955828
APTE	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
APDO	:	ADRIANA PASSINI MORENO e outros
ADV	:	CARLOS JORGE MARTINS SIMOES
PETIÇÃO	:	REX 2006316057
RECTE	:	ADRIANA PASSINI MORENO
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de decisão monocrática proferida nos moldes do Art. 557, do Código de Processo Civil.
Decido.
A aptidão para o processamento do recurso extraordinário se verifica quando existentes todos os requisitos imprescindíveis à sua admissão, dentre eles, o prévio esgotamento das instâncias ordinárias, que no caso em tela, ensejaria a interposição de agravo interno nos termos do § 1º do Art. 557, do CPC.
Tal requisito é corroborado pela Súmula n. 281 do Supremo Tribunal Federal, editada nos seguintes termos: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber, na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada.".
Destarte, por ausência de pressuposto indispensável ao seu processamento, NÃO ADMITO o recurso extraordinário.
Certificado o trânsito em julgado, baixem-se os autos à vara de origem.
Dê-se ciência.
São Paulo, 29 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2004.61.17.002902-0 AC 1095481
APTE	:	DOMINGOS FREDERICE
ADV	:	JULIO CESAR POLLINI
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RAQUEL CARRARA MIRANDA DE ALMEIDA PRADO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PETIÇÃO	:	REX 2006279903
RECTE	:	DOMINGOS FREDERICE
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso extraordinário foi interposto, com fulcro no artigo 102, III, a, da CF, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em pleito de revisão de benefício previdenciário.
A parte recorrente alega ofensa aos artigos 5º, "caput", 37, 194 e 201, da CF.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.
Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, constato que, se afronta houvesse, diria respeito diretamente a dispositivos infraconstitucionais, de modo que eventual ofensa à Constituição Federal seria apenas indireta, o que não enseja recurso extraordinário.
Afigura-se absolutamente pacífico o entendimento do Excelso Supremo Tribunal Federal, no sentido de que: A situação de ofensa meramente reflexa ao texto constitucional, quando ocorrente, não basta, só por si, para viabilizar o acesso à via recursal extraordinária. (AI 326.942 AgR/SP, 2ª Turma, Rel. Min. Celso de Mello, j. 29/10/2002, DJ 13/12/2002, p. 89).
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso extraordinário.
Dê-se ciência.
São Paulo, 29 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2004.61.17.002902-0 AC 1095481
APTE	:	DOMINGOS FREDERICE
ADV	:	JULIO CESAR POLLINI
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RAQUEL CARRARA MIRANDA DE ALMEIDA PRADO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PETIÇÃO	:	RESP 2006279904
RECTE	:	DOMINGOS FREDERICE
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso especial foi interposto, com fulcro no artigo 105, III, a e c, da CF, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em pleito de revisão de benefício previdenciário.
A parte recorrente alega ofensa à legislação federal sem, contudo, indicar o artigo em tese violado, e ocorrência de dissídio jurisprudencial.
Decido.
O recurso não merece prosseguimento.
Verifico, de pronto, que a parte recorrente não indicou expressamente, na presente impugnação, o artigo da legislação federal que entendeu violado, restando configurada a deficiência na fundamentação, a teor da Súmula 284 do Excelso Supremo Tribunal Federal (AgRg no Ag 709.465/RN, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, j. 15/12/2005, DJ 06/02/2006, P. 301; EDcl no AgRg no Ag 493.375/RS, 6ª Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, j. 11/10/2005, DJ 21/11/2005, p. 315).
De outra parte, não cabe discutir, em sede de recurso especial, eventual ofensa a dispositivo constitucional, debate adequado, isto sim, no recurso extraordinário, nos termos do artigo 102, III, da CF.
No tocante ao alegado dissídio jurisprudencial, não foi realizado o adequado cotejo analítico entre os acórdãos paradigma e impugnado, o que enseja a inadmissibilidade do recurso especial, nos termos do artigo 255, § 2º, do RISTJ, uma vez que não basta a mera transcrição de ementas ou de trechos de julgados, mas sim se faz necessária a demonstração das circunstâncias que identifiquem os casos confrontados.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 29 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2004.61.21.001509-9 AMS 265727
APTE	:	MARTIM ANTONIO SALES
ADV	:	MARTIM ANTONIO SALES
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
PETIÇÃO	:	RESP 2006143242
RECTE	:	MARTIM ANTONIO SALES
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso especial foi interposto com esteio no Art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, em face do acórdão proferido por Turma desta Corte em ação mandamental que objetiva afastar o procedimento fiscal instaurado com informações obtidas através de movimentações bancárias (CPMF).
O que se pretende é a reforma do julgado, nos termos do Art. 105, III, "a", da Carta Magna, sustentando negativa de vigência à Lei 9.311/96.
Decido.
Foram atendidos os pressupostos objetivos de admissibilidade recursal.
Entretanto, o recurso não merece prosseguimento, eis que não se amolda à hipótese constitucional.
Com efeito, o Egrégio Superior Tribunal de Justiça já se pronunciou a respeito da matéria, possibilitando o lançamento de tributo com dados obtidos através da CPMF, conforme segue, in verbis:
"TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. UTILIZAÇÃO DE DADOS DA CPMF PARA LANÇAMENTO DE OUTROS TRIBUTOS. QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO. EXCEPCIONALIDADE DA MEDIDA. PERÍODO ANTERIOR À LC Nº 105/2001. APLICAÇÃO IMEDIATA. RETROATIVIDADE PERMITIDA PELO ART. 144, § 1º, DO CTN.
1. Trata-se de agravo regimental interposto por APARECIDO FIGUEIREDO contra decisão que negou provimento a agravo de instrumento por reconhecer a aplicabilidade imediata do art. 6º da LC nº 105/2001, além de não visualizar ofensa ao art. 535 do CPC. Sustenta, em suma, a necessidade de ser reformado integralmente o decisório proferido, defendendo que as normas instituídas pelo § 3º do art. 11 da Lei nº 9.311/96 como pela Lei nº 10.174/01 são de direito material, e não formal, refutando, pois, a utilização das informações correspondentes ao período de outubro/96 a dezembro/01.
2. A decisão agravada merece ser mantida pelos seus próprios e jurídicos fundamentos. As razões expostas pelo agravante não são suficientes para modificar a conclusão adotada, que seguiu a orientação preconizada por esta Corte na linha de que, a teor do que dispõe o art. 144, § 1º, do CTN, as leis tributárias procedimentais ou formais têm aplicação imediata, pelo que a LC nº 105/2001, art. 6º, por envergar essa natureza, atinge fatos pretéritos. Assim, por força dessa disposição, é possível que a administração, sem autorização judicial, quebre o sigilo bancário de contribuinte durante período anterior à sua vigência.
3. Precedentes: REsp 701.996/RJ, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 06/03/06; AgRgREsp 513.540/PR, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 06/03/06; REsp 597.431/SC, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 13/02/06; AgRgREsp 700.789/RS, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ 19/12/05; REsp 691.601/SC, 2ª Turma, Min. Eliana Calmon, DJ de 21/11/2005; AgRgREsp 558.633/PR, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ 07/11/05; REsp 628.116/PR, 2ª Turma, Min. Castro Meira, DJ de 03/10/2005; REsp 628.527/PR, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 03/10/05; AgRgREsp 669.157/PE, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ de 01/07/2005.
4. Agravo regimental não-provido."
(AGRG no Ag 775069-SP, Relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, unânime, DJ 23.11.2006, pág. 224).
Face ao exposto, NÃO ADMITO o recurso especial interposto.
Dê-se ciência.
São Paulo, 22 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
VICE-PRESIDENTE

PROC.	:	2004.61.21.001509-9 AMS 265727
APTE	:	MARTIM ANTONIO SALES
ADV	:	MARTIM ANTONIO SALES
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
PETIÇÃO	:	REX 2006143243
RECTE	:	MARTIM ANTONIO SALES
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
O recurso extraordinário foi interposto com esteio no art. 102, III, "a", da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte que negou provimento à apelação, em Mandado de Segurança que objetiva obstar procedimento fiscal instaurado através de movimentações bancárias.
O que se pretende é a reforma do "decisum", sob o fundamento de que violou o artigo 5º, incisos X, XII e XIII, da Constituição Federal.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.
Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, o Ministro Carlos Velloso, no RE 444197/RS, publicado em 12/04/2005, deixa claro que "para se chegar ao exame da alegada ofensa à Constituição (art. 5º, X e XII, CF), faz-se necessário analisar normas infraconstitucionais, o que não é possível em sede de recurso extraordinário. A duas, porquanto o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada encontram proteção em dois níveis: em nível infraconstitucional, na Lei de Introdução ao Cód. Civil, art. 6º, e em nível constitucional, art. 5º, XXXVI, C.F. Todavia, o conceito de tais institutos não se encontra na Constituição, art. 5º, XXXVI, mas na lei ordinária, art. 6º da LICC. Assim, a decisão que dá pela ocorrência, ou não, no caso concreto, de tais institutos, situa-se no contencioso de direito comum, que não autoriza a admissão do RE. A três, dado que a alegação de ofensa aos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa não prescinde do exame da matéria sob o ponto de vista processual. Assim, se ofensa tivesse havido aos princípios da CF, art. 5º, LIV e LV , seria ela indireta, reflexa, o que não autoriza a admissão do recurso extraordinário."
No mesmo sentido, anote-se o AI - AgR 522622/RO, Rel. Ministro Carlos Velloso, julgado em 08/11/2005, publicado no D.J.U. de 09/12/2005.
Face ao do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso extraordinário.
Publique-se.
São Paulo, 22 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2005.03.99.052226-6 AC 1076958
APTE	:	GERALDA TEIXEIRA LOPES e outro
ADV	:	PATRICIA LOPES FERIANI DA SILVA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	VINICIUS DA SILVA RAMOS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PETIÇÃO	:	REX 2007015746
RECTE	:	GERALDA TEIXEIRA LOPES
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso extraordinário foi interposto, com fulcro no artigo 102, III, a, da CF, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em pleito de revisão de benefício previdenciário.
A parte recorrente alega ofensa aos artigos 5º, XXXVI, 194, IV, e 201, § 4º, da CF.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.
Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, constato que, se afronta houvesse, diria respeito diretamente a dispositivos infraconstitucionais, de modo que eventual ofensa à Constituição Federal seria apenas indireta, o que não enseja recurso extraordinário.
Afigura-se absolutamente pacífico o entendimento do Excelso Supremo Tribunal Federal, no sentido de que: A situação de ofensa meramente reflexa ao texto constitucional, quando ocorrente, não basta, só por si, para viabilizar o acesso à via recursal extraordinária. (AI 326.942 AgR/SP, 2ª Turma, Rel. Min. Celso de Mello, j. 29/10/2002, DJ 13/12/2002, p. 89).
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso extraordinário.
Dê-se ciência.
São Paulo, 29 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2005.03.99.052226-6 AC 1076958
APTE	:	GERALDA TEIXEIRA LOPES e outro
ADV	:	PATRICIA LOPES FERIANI DA SILVA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	VINICIUS DA SILVA RAMOS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PETIÇÃO	:	RESP 2007015747
RECTE	:	GERALDA TEIXEIRA LOPES
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso especial foi interposto, com fulcro no artigo 105, III, a e c, da CF, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em pleito de revisão de benefício previdenciário.
A parte recorrente alega ofensa aos artigos 29, § 3º, e 41, I, da Lei 8.213/91; e 10 e 11, da Lei 9.711/98, e ocorrência de dissídio jurisprudencial.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.
Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, o Colendo Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido da decisão recorrida e reconheceu que não há que se falar em ofensa à garantia de preservação do valor real, se a Autarquia Federal aplicou corretamente os índices determinados em lei para o reajustamento dos benefícios previdenciários (AgRg no Ag 572.828/MG, 5ª Turma, Rel. Min. Felix Fischer, j. 25/05/2004, DJ 28/06/2004, p. 402; e AgRg no RESP 505.070/RS, 6ª Turma, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, j. 07/10/2004, DJ 03/11/2004, p. 247), o que evidencia a ausência de plausibilidade da pretensão recursal e, nos termos da Súmula 83 daquela Corte, inviabiliza o prosseguimento do reclamo.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 29 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2006.03.99.005049-0 AC 1086780
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOSE ALFREDO GEMENTE SANCHES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APTE	:	BENEDITO LOPES DE ALMEIDA
ADV	:	GEOVANE DOS SANTOS FURTADO
APDO	:	OS MESMOS
PETIÇÃO	:	REX 2007046359
RECTE	:	BENEDITO LOPES DE ALMEIDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de decisão monocrática proferida nos moldes do Art. 557, do Código de Processo Civil.
Decido.
A aptidão para o processamento do recurso extraordinário se verifica quando existentes todos os requisitos imprescindíveis à sua admissão, dentre eles, o prévio esgotamento das instâncias ordinárias, que no caso em tela, ensejaria a interposição de agravo interno nos termos do § 1º do Art. 557, do CPC.
Tal requisito é corroborado pela Súmula n. 281 do Supremo Tribunal Federal, editada nos seguintes termos: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber, na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada.".
Destarte, por ausência de pressuposto indispensável ao seu processamento, NÃO ADMITO o recurso extraordinário.
Certificado o trânsito em julgado, baixem-se os autos à vara de origem.
Dê-se ciência.
São Paulo, 23 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2006.03.99.005049-0 AC 1086780
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOSE ALFREDO GEMENTE SANCHES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APTE	:	BENEDITO LOPES DE ALMEIDA
ADV	:	GEOVANE DOS SANTOS FURTADO
APDO	:	OS MESMOS
PETIÇÃO	:	RESP 2007046361
RECTE	:	BENEDITO LOPES DE ALMEIDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
Cuida-se de recurso especial interposto em face de decisão monocrática proferida nos moldes do Art. 557, do Código de Processo Civil.
Um dos requisitos necessário à admissão do recurso em tela é o prévio esgotamento das instâncias ordinárias (Art. 557, § 1º, CPC), sem o qual não se admite o recurso especial. A propósito, o Superior Tribunal de Justiça tem pacificado entendimento nesse sentido, a exemplo, transcrevo a seguinte ementa:
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARTIGO 544 DO CPC. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INSTÂNCIA ORDINÁRIA NÃO ESGOTADA.
1. A decisão proferida monocraticamente, em observância ao art. 557, do CPC, não desafia de imediato a interposição de recurso especial, ante o não esgotamento das vias recursais no tribunal a quo pela ausência de oferecimento do agravo interno. Isto porque, a decisão denegatória, deve provir de Tribunal, e não ato isolado de um de seus membros.
2. Agravo regimental desprovido."
(AGRG no AG n. 621376-RJ, Rel. Min. Luiz Fux, 1ª T., v.u., j. 12.04.05, DJ 16.05.05)
No mesmo sentido: AGRG nos EDCL no AG n. 562849-RS, Rel. Min. Castro Filho, 3ª T., v.u., j. 28.10.04, DJ 17.12.04; AGRG no AG n. 619239-PB, Rel. Min. Gilson Dipp, 5ª T., v.u., j. 23.11.04, DJ 17.12.04 e AGRG no AG n. 547364-RJ, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, 6ª t., v.u., 17.02.05, DJ 11.04.05.
Destarte, por ausência de pressuposto indispensável ao seu processamento, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 23 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2006.03.99.024265-1 AC 1125719 0500065510 5 Vr ATIBAIA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RENATO URBANO LEITE
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	JOVENATA DUARTE PEREIRA
ADV	:	ABLAINE TARSETANO DOS ANJOS
PETIÇÃO	:	REX 2007031750
RECTE	:	JOVENATA DUARTE PEREIRA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso extraordinário foi interposto, com fulcro no artigo 102, III, a, da CF, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em pleito de concessão de benefício previdenciário.
A parte recorrente alega ofensa à Constituição Federal sem, contudo, indicar o artigo em tese violado.

Decido.
O recurso não merece prosseguimento.
Verifico, de pronto, que a parte recorrente não indicou expressamente, na presente impugnação, o artigo da Constituição Federal que entendeu violado, restando configurada a deficiência na fundamentação, a teor da Súmula 284 do Excelso Supremo Tribunal Federal.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso extraordinário.
Dê-se ciência.
São Paulo, 22 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2006.03.99.024265-1 AC 1125719 0500065510 5 Vr ATIBAIA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RENATO URBANO LEITE
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	JOVENATA DUARTE PEREIRA
ADV	:	ABLAINE TARSETANO DOS ANJOS
PETIÇÃO	:	RESP 2007031751
RECTE	:	JOVENATA DUARTE PEREIRA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso especial foi interposto, com fulcro no artigo 105, III, a e c, da CF, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em pleito de concessão de benefício previdenciário.
A parte recorrente alega ofensa à legislação federal sem, contudo, indicar o artigo em tese violado, e ocorrência de dissídio jurisprudencial.
Decido.
O recurso não merece prosseguimento.
Verifico, de pronto, que a parte recorrente não indicou expressamente, na presente impugnação, o artigo da legislação federal que entendeu violado, restando configurada a deficiência na fundamentação, a teor da Súmula 284 do Excelso Supremo Tribunal Federal (AgRg no Ag 709.465/RN, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, j. 15/12/2005, DJ 06/02/2006, P. 301; EDcl no AgRg no Ag 493.375/RS, 6ª Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, j. 11/10/2005, DJ 21/11/2005, p. 315).
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 22 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2006.03.99.045279-7 AC 1159802 0400014731 1 Vr ITAPORANGA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SUZETE MARTA SANTIAGO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MARIA BERQUIOL DA SILVA
ADV	:	MARCIO APARECIDO LOPES
PETIÇÃO	:	REX 2007055473
RECTE	:	MARIA BERQUIOL DA SILVA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de decisão monocrática proferida nos moldes do Art. 557, do Código de Processo Civil.
Decido.
A aptidão para o processamento do recurso extraordinário se verifica quando existentes todos os requisitos imprescindíveis à sua admissão, dentre eles, o prévio esgotamento das instâncias ordinárias, que no caso em tela, ensejaria a interposição de agravo interno nos termos do § 1º do Art. 557, do CPC.
Tal requisito é corroborado pela Súmula n. 281 do Supremo Tribunal Federal, editada nos seguintes termos: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber, na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada.".
Destarte, por ausência de pressuposto indispensável ao seu processamento, NÃO ADMITO o recurso extraordinário.
Certificado o trânsito em julgado, baixem-se os autos à vara de origem.
Dê-se ciência.
São Paulo, 23 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2006.03.99.045279-7 AC 1159802 0400014731 1 Vr ITAPORANGA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SUZETE MARTA SANTIAGO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MARIA BERQUIOL DA SILVA
ADV	:	MARCIO APARECIDO LOPES
PETIÇÃO	:	RESP 2007055476
RECTE	:	MARIA BERQUIOL DA SILVA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
Cuida-se de recurso especial interposto em face de decisão monocrática proferida nos moldes do Art. 557, do Código de Processo Civil.
Um dos requisitos necessário à admissão do recurso em tela é o prévio esgotamento das instâncias ordinárias (Art. 557, § 1º, CPC), sem o qual não se admite o recurso especial. A propósito, o Superior Tribunal de Justiça tem pacificado entendimento nesse sentido, a exemplo, transcrevo a seguinte ementa:
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARTIGO 544 DO CPC. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INSTÂNCIA ORDINÁRIA NÃO ESGOTADA.
1. A decisão proferida monocraticamente, em observância ao art. 557, do CPC, não desafia de imediato a interposição de recurso especial, ante o não esgotamento das vias recursais no tribunal a quo pela ausência de oferecimento do agravo interno. Isto porque, a decisão denegatória, deve provir de Tribunal, e não ato isolado de um de seus membros.
2. Agravo regimental desprovido."
(AGRG no AG n. 621376-RJ, Rel. Min. Luiz Fux, 1ª T., v.u., j. 12.04.05, DJ 16.05.05)
No mesmo sentido: AGRG nos EDCL no AG n. 562849-RS, Rel. Min. Castro Filho, 3ª T., v.u., j. 28.10.04, DJ 17.12.04; AGRG no AG n. 619239-PB, Rel. Min. Gilson Dipp, 5ª T., v.u., j. 23.11.04, DJ 17.12.04 e AGRG no AG n. 547364-RJ, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, 6ª t., v.u., 17.02.05, DJ 11.04.05.
Destarte, por ausência de pressuposto indispensável ao seu processamento, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 23 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2007.03.00.005599-6 MCI 5491
REQTE	:	ALESSANDRO AIACH VIDO
ADV	:	ANNE CRISTINA ROBLES BRANDINI
REQDO	:	Caixa Econômica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
PETIÇÃO	:	RESP 2007031712 / REX 2007031713
RECTE	:	ALESSANDRO AIACH VIDO
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
Cuidam-se de recursos especial e extraordinário interpostos às fls. 88/145, em face de decisão monocrática de fls. 76/77 que indeferiu a inicial e julgou extinto o processo sem julgamento de mérito, nos termos do Art. 267, I do Código de Processo Civil.
Observo que o Regimento Interno desta Corte prevê em seus arts. 247, III, "a", 250 e 251 o procedimento a ser adotado pelos advogados quanto a decisões monocráticas, os quais passo a transcrever:
"Art. 247 - Das Decisões do Plenário, das Seções, das Turmas ou de seus Presidentes e dos Relatores, são admissíveis os seguintes recursos:
(...)
III - para as Turmas:
a) agravo regimental da decisão do Presidente da Turma e dos Relatores de processo de competência da Turma, nos casos previstos em lei ou no Regimento;
(...)"
"Art. 250 - A parte que se considerar agravada por decisão do Presidente do Tribunal, de Seção, de Turma ou de Relator, poderá requerer, no prazo de 5 (cinco) dias, a apresentação do feito em mesa, para o Plenário, a Seção ou a Turma sobre ele se pronuncie, confirmando-a ou reformando-a."
"Art. 251 - O agravo regimental será submetido ao prolator da decisão, o qual poderá reconsiderá-la ou submeter o agravo ao julgamento do órgão competente, caso em que computar-se-á, também, o seu voto..
Considerando que a decisão do Relator deve ser referendada pelo órgão julgador competente, a decisão proferida desafiaria agravo regimental, conforme disposto no art. 247, III, "a", do RI do TRF 3ª Região, dessa forma, não houve o prévio esgotamento das instâncias ordinárias, requisito indispensável à admissibilidade do recurso especial, vez que, o recurso em tela somente é cabível quando manejado contra decisão prolatada por órgão colegiado. A propósito, o Superior Tribunal de Justiça já manifestou entendimento nesse sentido, a exemplo, transcrevo a seguinte ementa:
"RESP - MANDADO DE SEGURANÇA - RECURSO ESPECIAL - CONHECIMENTO - O RECURSO ESPECIAL TEM POR OBJETO O JULGADO DAS "CAUSAS DECIDIDAS, EM UNICA OU ULTIMA INSTANCIA" (CONST., ART. 105, III). IMPÕE-SE, POR ISSO, ESGOTAR O PROCESSAMENTO NO TRIBUNAL DE ORIGEM. NÃO OCORRE SE PENDENTE JULGAMENTO DE AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO."
(RESP n. 27331-AM, Rel. Min. Vicente Cernichiaro, 6ª T., v.u., j. 30.08.93, DJU 20.09.93, pág. 19196)
Destarte, por ausência de pressupostos indispensáveis aos seus processamentos, NÃO ADMITO os recursos interpostos.
Dê-se ciência.
São Paulo, 27 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDO
BLOCO: 125413
DECISÃO

PROC.	:	89.03.003087-7 AC 968
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	GENI DE OLIVEIRA JABUR e outro
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	TV BAURU LTDA
ADV	:	LUIZ DE CAMARGO ARANHA NETO e outros
PETIÇÃO	:	RESP 2006070297
RECTE	:	TV BAURU LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, a, da CF, contra acórdão em sede de embargos à execução fiscal objetivando afastar as obrigações previdenciárias sob o fundamento de que no período de julho de 1970 a julho de 1971, constante do auto de infração, aquelas eram de responsabilidade do ex-empregador (Organização Victor Costa), e não da embargante.
Opostos embargos de declaração, foram rejeitados, à unanimidade.
O acórdão proferido pela Turma entendeu que a perícia judicial demonstrou que os empregados, embora constassem como funcionários da Organização Victor Costa, prestaram serviços à embargante, no período da Notificação Fiscal de Lançamento de Débito - NFLD. Que a referida empresa não efetuou os pagamentos devidos na época própria, e tendo a embargante reconhecido o tempo de serviço dos empregados naquele período, deve assumir, na qualidade de sucessora, as dívidas perante o INSS.
Busca a recorrente a reforma do "decisum", sob o fundamento de que não há responsabilidade por sucessão, pois a recorrente não adquiriu o fundo de comércio ou o próprio estabelecimento comercial ou industrial de outra empresa. Alega, ainda, violação aos Arts. 128; 183; 460, 515, § 1º e 517, todos do CPC.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame da conformação à hipótese constitucional.
O recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, mutatis mutandis, o Colendo Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que não há ofensa ao Art. 535, do CPC, no caso do Tribunal "a quo", ainda que sucintamente, pronunciar-se de forma clara e suficiente sobre a solução da controvérsia, vez que o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pelas partes, quando os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão (REsp n. 689.867/SP, 5ª Turma, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, j. 26/04/2005, DJ 23/05/2005, p. 337; AgRg no Ag n. 275.058/SP, 6ª Turma, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, j. 19/05/2005, DJ 27/06/2005, p. 458), o que evidencia a ausência de plausibilidade da pretensão recursal e, nos termos da Súmula 83 daquela Corte, inviabiliza o prosseguimento do reclamo.
Por outro lado, não há violação aos Arts. 128 e 460, do CPC, quando o aresto recorrido decidiu a lide nos limites do pedido formulado (STJ, REsp 440148/PR, 1ª Turma, Ministro José Delgado, DJ 11.04.2005, pág. 178 e REsp 379898/PR, 2ª Turma, Ministro João Otávio de Noronha, DJ 06.04.2006, pág. 256).
Em relação à violação ao Art. 183, inocorreu a preclusão consumativa alegada, visto que não houve a perda da faculdade de praticar qualquer ato processual nos autos.
Ademais, quanto à insurgência acerca do Art. 515, § 1º, do CPC, observo que o aresto, quando da apreciação dos embargos de declaração, apreciou e julgou todas as questões suscitadas e discutidas no processo, não havendo, portanto, que se falar em violação ao referido dispositivo.
Entendendo o acórdão recorrido que não se trata de fato novo na apelação, a verificação da violação ao Art. 517 do CPC esbarra no enunciado da Súmula 7/STJ, vez que implica em reexame de matéria fática (REsp 613348/CE, 1ª Turma, Ministro Francisco Falcão, DJ 13.12.2004, pág. 237 e AgRg no Ag 115179/MG, 2ª Turma, Ministra Eliana Calmon, DJ 08.03.2000, pág. 94).
Por derradeiro, observa-se que a pretensão de ver a recorrente ser reconhecido que não adquiriu o fundo de comércio, implica, necessariamente, reexame do material probatório produzido nos autos, o que não se coaduna com a via eleita, a teor da Súmula 7 do Colendo Superior Tribunal de Justiça.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 21 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	89.03.004936-5 AC 2015
APTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
APDO	:	RAYTON INDL/ S/A
ADV	:	DOMINGOS NOVELLI VAZ e outros
PETIÇÃO	:	RESP 2003188954
RECTE	:	RAYTON INDL/ S/A
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, a e c, da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte, que reconheceu ao autor o direito ao ressarcimento do crédito-prêmio de IPI, instituído pelo Decreto-lei 491/69, com correção cambial e juros moratórios a partir do trânsito em julgado, declarando, assim, a ocorrência de sucumbência recíproca.
Busca a recorrente a reforma do acórdão, sustentando violação aos Arts. 165, 458 e 535, do CPC.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame da conformação à hipótese constitucional.
O recurso não merece prosseguimento.
Assere a recorrente haver decaído de parte mínima do pedido, uma vez que a improcedência da ação restringe-se aos juros de mora, e que os pedidos relativos à correção monetária por taxa de câmbio eram sucessivos. Contudo, observa-se que a recorrente também sucumbiu com relação aos juros compensatórios.
De outra parte, note-se que o acórdão, no que tange ao reconhecimento da sucumbência recíproca, contém a devida fundamentação, consoante reprodução in verbis: "Quanto à verba honorária, tenho que deva ser repartida entre apelante e apelada, pois na verdade, a sucumbência das partes foi proporcional, à vista dos inúmeros pedidos trazidos com a inicial, podendo portanto compensarem-se."
Destarte, é firme a posição adotada pelo E. Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual atrai a Súmula 07-STJ a discussão acerca da configuração de hipótese de sucumbência recíproca ou de decaimento de parte mínima (Rcl 2137/SC, 1ª Seção, DJ 21/08/06).
Por fim, quanto à alegada violação ao art. 535, do CPC, a Corte Superior firmou entendimento no sentido de que não há ofensa ao referido dispositivo legal, no caso do Tribunal de origem, ainda que sucintamente, pronunciar-se de forma clara e suficiente sobre a solução da controvérsia, uma vez que o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pelas partes, quando os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão (RESP n. 689.867/SP, 5ª Turma, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, j. 26/04/2005, DJ 23/05/2005, p. 337; AgRg no Ag n. 275.058/SP, 6ª Turma, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, j. 19/05/2005, DJ 27/06/2005, p. 458).
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 22 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	91.03.000437-6 REOAC 42223
PARTE A	:	FERMAPLAN FERRAGENS LTDA
ADV	:	EDUARDO GANYMEDES COSTA e outros
PARTE R	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	HUMBERTO GOUVEIA e VALDIR SERAFIM
PETIÇÃO	:	RESP 2006238307
RECTE	:	FERMAPLAN FERRAGENS LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a", da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte, que reformou a sentença que julgou procedentes os embargos à execução e decretou a nulidade do lançamento, afastando a cobrança do IRPJ do exercício de 1981.
Busca a recorrente a reforma do "decisum", insurgindo-se contra a decisão proferida às fls. 143, que admitiu o exame da remessa oficial.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade.
Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.
Como se observa dos autos, foi reconsiderada a decisão proferida nos moldes do Art. 557, do CPC, que negou seguimento à remessa oficial, à vista dos elementos comprobatórios que comprovam ser o valor da dívida superior ao valor de alçada previsto no § 2º do Art. 475, do CPC.
Ressalte-se que não houve pronunciamento do acórdão acerca da tese argüida pela recorrente, pois foram apreciadas as questões devolvidas por força da remessa oficial, uma vez que restou superada a questão do valor de alçada, com a decisão que admitiu o exame da remessa oficial.
Destarte, não tendo a recorrente se insurgido no momento oportuno, com a interposição do recurso cabível para suprir a omissão relativa à questão suscitada, inviabilizada está a sua argüição apenas nas razões de recurso extremo, por falta de prequestionamento, já que deixou de precluir o direito para tanto.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 21 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	93.03.049373-7 AC 113772
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	NACOUL BADOUI SAHYOUN
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	IPAUSSU AGROPECUARIA LTDA
ADV	:	MARCO ANTONIO TOBAJA e outros
PETIÇÃO	:	RESP 2003001390
RECTE	:	IPAUSSU AGROPECUARIA LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido por Turma desta Corte, em embargos à execução fiscal, que reconheceu ser devida pelo empregador rural a contribuição ao regime geral de previdência social, incidente sobre a folha de salário dos empregados não classificados como rurícolas.
O que se pretende é a reforma do aresto, sustentando nulidade da execução, eis que dispõe de decisões judiciais que a exonera do recolhimento destas contribuições, ocorrendo violação aos artigos 586 e 618, inciso I, do Código de Processo Civil.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame de sua conformação à hipótese constitucional.
O presente recurso não merece prosseguimento.
De saída, observo que não houve manifestação sobre as decisões judiciais mencionadas e suas implicações na obrigatoriedade ou não do recolhimento das contribuições, não se encontrando dita matéria prequestionada. A Corte Superior já sumulou (Súmula 211, do STJ) o entendimento de que não se conhece de recurso, pela apontada ofensa a dispositivo de lei federal, se a matéria não foi objeto de análise e decisão por parte do Tribunal a quo, nem mesmo após a oposição dos embargos de declaração, por ausência de prequestionamento.
Face ao exposto, NÃO ADMITO o recurso interposto.
Dê-se ciência.
São Paulo, 27 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	94.03.041360-3 AC 179356
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	MARIA INES SALZANI M PAGIANOTTO e outros
APDO	:	PREFEITURA DA ESTANCIA BALNEARIA DE MONGAGUA
PETIÇÃO	:	RESP 2002238725
RECTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
O recurso foi interposto em face do acórdão proferido por Turma desta Corte, em embargos à execução fiscal, que decidiu ser legítima a exigência da taxa de fiscalização de localização, funcionamento e instalação, instituída pela municipalidade.
O que se pretende é a reforma do julgado, não apontando, porém, o dispositivo da Constituição Federal justificador da petição de condução do recurso.
Decido.
De saída, observo ser imprescindível no recurso especial a indicação do dispositivo constitucional autorizador de sua interposição, o que, "in casu", não ocorreu. Este entendimento vem corroborado no julgamento dos AgRg no Ag 472233/RS (DJ 08.09.03), AgRg no Ag 713758/SP (DJ 13.02.06) e REsp 236689 (DJ 15.02.01), de relatoria, respectivamente, dos Eminentes Ministros José Delgado, Jorge Scartezzini e Felix Fischer.
Face ao exposto, NÃO ADMITO o recurso interposto.
Dê-se ciência.
São Paulo, 1 de abril de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	94.03.060010-1 AC 192800
APTE	:	ELIAS FELISBINO
ADV	:	MAURO DEL CIELLO e outros
APDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	CRISTINA HELENA STAFICO
PETIÇÃO	:	RESP 2005307075
RECTE	:	ELIAS FELISBINO
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
O recurso foi interposto com esteio no artigo 105, III, "a" e "c", da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte que, à unanimidade, negou provimento à apelação, asseverando que "...o autor, quando da propositura da ação, juntou cópia autenticada, porém desatualizada, do instrumento de mandato".
Busca, a recorrente, a reforma do "decisum", sob o fundamento de que negou vigência aos artigos 38, 384 e 385, do CPC e ao artigo 1.324, do CC, eis que "O v. acórdão repeliu a possibilidade de litigar a parte fornecendo cópia xerográfica autenticada do instrumento de mandato conferido aos seus advogados". Alega, ainda, dissídio jurisprudencial.
Decido.
É consabido que as razões recursais devem invocar argumentos condizentes com o conteúdo do acórdão recorrido, o que inocorreu nesta hipótese, pois asseverando este que "A procuração 'ad judicia' deve ser contemporânea à propositura da ação, a fim de refletir a vontade atual do outorgante", bate-se o recurso especial pela validade das procurações juntadas aos autos, "...uma vez que conforme o dispõe a Lei, qualquer documento público ou particular, devidamente autenticado em cartório, tem o mesmo valor do documento original".
A jurisprudência da Corte Superior é bem ilustrada pela suma do acórdão que a seguir se transcreve:
"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. RAZÕES DISSOCIADAS DO QUE FOI DECIDIDO PELO ACÓRDÃO RECORRIDO. FALTA DE REGULARIDADE FORMAL.
1 - Se as razões do especial apresentam-se totalmente dissociadas do que foi decidido pelo Tribunal de origem, ressente-se o recurso do requisito da regularidade formal.
2 - Recurso especial não conhecido
(RESP 435991; julgado em 01/10/2002; unânime; Relator Ministro Fernando Gonçalves; 6ª Turma; DJU 21.10.02)".
Face ao exposto, não admito o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 26 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	94.03.068211-6 AC 198588
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CRISTIANE AGUIAR DA CUNHA BELTRA-ME
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	NORMA CRISCI DE CAMARGO LIMA
ADV	:	JOMARBE CARLOS MARQUES BESERRA e outro
PETIÇÃO	:	RESP 2007031965
RECTE	:	NORMA CRISCI DE CAMARGO LIMA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso especial foi interposto, com fulcro no artigo 105, III, a, da CF, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em pleito de revisão de benefício previdenciário.
A parte recorrente alega ofensa ao artigo 32, da Lei 8.213/91.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.
Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, o Colendo Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido da decisão recorrida e assegurou, no cálculo do salário-de-benefício, a observância do limite máximo do salário-de-contribuição, aferido na data inicial do benefício, por força dos artigos 29, § 2º, 33 e 136, da Lei 8.213/91, que não são incompatíveis entre si e visam a preservar o valor real dos benefícios (ERESP 197.096/SP, 3ª Seção, Rel. Min. Jorge Scartezzini, j. 24/03/2004, DJ 26/04/2004, p. 144, v.u.), o que evidencia a ausência de plausibilidade da pretensão recursal.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 28 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	94.03.077011-2 AC 204800
APTE	:	RODOVIARIO ARAUNA LTDA
ADV	:	MARCOS CESAR GARRIDO e outro
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
PETIÇÃO	:	RESP 2005057683
RECTE	:	RODOVIARIO ARAUNA LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, a, b e c, da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte nos embargos à execução fiscal.
Busca a recorrente a reforma do decisum para que seja declarada nula a Certidão de Dívida Ativa - CDA.
Decido.
O recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, observo, de pronto, a intempestividade do recurso, pois a intimação do acórdão se deu em 11/03/2005 (fls. 69) e a petição de interposição do recurso especial foi protocolizada somente no dia 31/03/2005 (fls. 73), portanto, fora do prazo legal de 15 (quinze) dias estabelecido no Art. 508, do CPC.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 21 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	95.03.011449-7 AMS 159872
APTE	:	UNIVERSAL INDUSTRIAS GERAIS LTDA
ADV	:	REGINA MARIA DE CAMPOS TEIXEIRA DA SILVA e outros
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
PETIÇÃO	:	RESP 2003219348
RECTE	:	UNIVERSAL INDUSTRIAS GERAIS LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, a, da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte, no mandado de segurança objetivando afastar a cobrança da COFINS.

A Turma, por unanimidade, negou provimento à apelação, sob o fundamento de que a impetrante, nos embargos de declaração da sentença, tentou alterar o pedido para afastar a cobrança do FINSOCIAL, modificando a destempo o objeto da ação.

Busca a recorrente a reforma do decisum objetivando a extinção do processo sem julgamento do mérito, nos termos dos Arts. 267, I e 295, II, do CPC.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame da conformação à hipótese constitucional.

O recurso não merece prosseguimento.

Com efeito, o Colendo Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que em face do princípio da estabilização da lide, a modificação do pedido ou da causa de pedir não pode ser alterado sem anuência do réu e após o saneamento do processo (AgRg nos EREsp 657230/MG, 1ª Seção, Ministro Francisco Peçanha Martins, DJ 01.02.2006, pág. 421), e que o Art. 264, do CPC, aplica-se subsidiariamente ao mandado de segurança (RMS 1985/RJ, 5ª Turma, Ministro Edson Vidigal, DJ 09.11.1998, pág. 120).

Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 26 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	95.03.027932-1 AC 245412
APTE	:	ALFREDO MOYSES e outros
ADV	:	PAULO POLETTO JUNIOR
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HELOISA NAIR SOARES DE CARVALHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PETIÇÃO	:	RESP 2007046263
RECTE	:	ALFREDO MOYSES
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto em face de decisão monocrática proferida nos moldes do Art. 557, do Código de Processo Civil.

Um dos requisitos necessário à admissão do recurso em tela é o prévio esgotamento das instâncias ordinárias (Art. 557, § 1º, CPC), sem o qual não se admite o recurso especial. A propósito, o Superior Tribunal de Justiça tem pacificado entendimento nesse sentido, a exemplo, transcrevo a seguinte ementa:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARTIGO 544 DO CPC. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INSTÂNCIA ORDINÁRIA NÃO ESGOTADA.

1. A decisão proferida monocraticamente, em observância ao art. 557, do CPC, não desafia de imediato a interposição de recurso especial, ante o não esgotamento das vias recursais no tribunal a quo pela ausência de oferecimento do agravo interno. Isto porque, a decisão denegatória, deve provir de Tribunal, e não ato isolado de um de seus membros.

2. Agravo regimental desprovido."

(AGRG no AG n. 621376-RJ, Rel. Min. Luiz Fux, 1ª T., v.u., j. 12.04.05, DJ 16.05.05)

No mesmo sentido: AGRG nos EDCL no AG n. 562849-RS, Rel. Min. Castro Filho, 3ª T., v.u., j. 28.10.04, DJ 17.12.04; AGRG no AG n. 619239-PB, Rel. Min. Gilson Dipp, 5ª T., v.u., j. 23.11.04, DJ 17.12.04 e AGRG no AG n. 547364-RJ, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, 6ª t., v.u., 17.02.05, DJ 11.04.05.

Destarte, por ausência de pressuposto indispensável ao seu processamento, NÃO ADMITO o recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 23 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	95.03.036831-6 AC 250743
APTE	:	PEDRO DORIGHELLO E FILHOS
ADV	:	ROZANIA APARECIDA CINTO
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	HUMBERTO GOUVEIA e VALDIR SERAFIM
PETIÇÃO	:	RESP 2006095566
RECTE	:	PEDRO DORIGHELLO E FILHOS
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, a e c, da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte, que, nos embargos à execução fiscal, entendeu que a embargante não pode retificar a declaração do imposto de renda com intuito de excluir o tributo, após a notificação de lançamento, nos termos do Art. 147, do CTN.

O que se pretende é a reforma do "decisum", objetivando assegurar o direito de retificação da declaração do Imposto de Renda, com a finalidade de corrigir erro material, conforme dispõe o Art. 833, do RIR/99.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame de sua conformação à hipótese constitucional.

O recurso não merece prosseguimento.

Com efeito, o Colendo Superior Tribunal de Justiça já decidiu no sentido de que a interpretação da legislação tributária deve ser literal quando disponha sobre a exclusão do crédito tributário. Desse modo, a retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou a excluir tributo, só é admissível mediante comprovação do erro em que se funde, e antes de notificado do lançamento, nos moldes do Art. 147, do CTN (REsp 516657/SE, 2ª Turma, Ministro João Otávio de Noronha, DJ 06.02.2007, pág. 279 e REsp 9745/SP, 2ª Turma, Ministro Ilmar Galvão, DJ 01.07.1991, pág. 9185).

Inviabilizada está, outrossim, a interposição do recurso excepcional com base na alínea c do permissivo constitucional, pois a invocação do dissídio jurisprudencial perde relevância na medida em que a jurisprudência da Corte Superior se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido, a teor do contido na Súmula 83 do STJ.

Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 23 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	95.03.039337-0 AMS 162883
APTE	:	BANCO INTERPACIFICO S/A
ADV	:	PAULO AUGUSTO DE C TEIXEIRA DA SILVA e outros
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
PETIÇÃO	:	RESP 2005046187
RECTE	:	BANCO INTERPACIFICO S/A
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, c, da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte que, à unanimidade, negou provimento ao agravo, mantendo decisão no sentido de que a Lei 7.689/88 não admite a compensação de prejuízos com a CSLL.

O que se pretende é a reforma do aresto, uma vez que deu interpretação divergente da atribuída pelo STJ.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame de sua conformação à hipótese constitucional.

O recurso não merece prosseguimento.

Com efeito, há precedentes reiterados da Primeira e Segunda Turma da Corte Superior no sentido de ser inadmissível, em face da Lei 7.689/88, a compensação de prejuízos na apuração da base de cálculo da CSLL (AgRg no Ag 508.163/MG, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20.11.2003, DJ 19.12.2003, p. 342).

Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 16 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	95.03.071578-4 AC 272666
APTE	:	PINX PAINEIS LETREIROS LUMINOSOS LTDA
ADV	:	JOSE RENA e outros
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ANA DORINDA CARBALLEDA A CADEGIANI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PETIÇÃO	:	RESP 2003085834
RECTE	:	PINX PAINEIS LETREIROS LUMINOSOS LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO

O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a", da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte, em embargos à execução fiscal, que decidiu ser vedado discutir, em sede recursal, inconformismo não veiculado na inicial destes autos, visando a declaração de nulidade da CDA em virtude da impossibilidade de cumulação dos consectários da dívida e aplicação retroativa de multa mais benéfica ao contribuinte.

O que se pretende é a reforma do aresto, sustentando ter direito à redução da multa moratória trazida por legislação superveniente, sob pena de violação aos artigos 35, da Lei nº 8212/91, na redação dada pela Lei nº 9528/97, e 106, inciso II, c, do Código Processo Civil.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame da conformação à hipótese constitucional.

O recurso não merece prosseguimento.

De saída, quanto à violação aos dispositivos mencionados, constato que, se afronta houvesse, diria respeito a dispositivos processuais, pois a não aplicação da multa moratória foi vedada tendo em vista a inovação de pedido em fase recursal e não porque o devedor não teria direito à vantagem fiscal, razão pela qual considero destituída de plausibilidade a pretensão recursal.

Ademais, nota-se que o tribunal não emitiu juízo de valor sobre a aplicação retroativa da multa discutida, não se encontrando a questão prequestionada, razão pela qual incide o óbice da Súmula 211, do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.

Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso.

Dê-se ciência.

São Paulo, 22 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	95.03.095780-0 AMS 169118
APTE	:	ISRAEL ARNON SCHREIBER
ADV	:	WALTER CARLOS CARDOSO HENRIQUE
APDO	:	Banco do Brasil S/A
ADV	:	VALDIR DE CARVALHO MARTINS
ADV	:	MARCIO GANDINI CALDEIRA
PETIÇÃO	:	RESP 2006223062
RECTE	:	ISRAEL ARNON SCHREIBER
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO

O recurso especial foi interposto com esteio no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, em face do acórdão proferido por Turma desta Corte que, à unanimidade, negou provimento à apelação, nos autos de mandado de segurança que objetivava fosse a DECEX compelida a expedir guia de importação de veículo usado que o impetrante pretendia trazer dos EUA.

O que se pretende é a reforma do "decisum" sob o fundamento de que o aresto recorrido contrariou o disposto no art. 1ª, da Lei nº 9.075/95.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.

No entanto, o recurso merece não prosperar.

Com efeito, o Egrégio Superior Tribunal de Justiça já decidiu acerca da matéria, in verbis:

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - IMPORTAÇÃO DE VEÍCULO USADO - REGULARIZAÇÃO - DECRETO-LEI 2.466/88 - PORTARIA 56/90 - PORTARIA DECEX 08/91 - PRECEDENTES - SÚMULA 83/STJ.

1....omissis...

2. É legítima a Portaria Decex 08/91, que em seu art. 27 proíbe a importação de bens de consumo usados, por isso baixada por força do art. 161, I, do Decreto 99.244, de 10/05/90,, que delegou competência ao Departamento de Comércio Exterior para emitir licenças de exportação e importação, nos casos impostos pelo interesse nacional.

3. Divergência jurisprudencial não comprovada, já que superada por incontáveis julgados deste STJ.

4.Recurso não conhecido."

(REsp 105551/PR, Rel. Min. Peçanha Martins, 2ª Turma, julgado em 16/03/1999, DJ 31/05/1999, p. 113) e,

"PROCESSO CIVIL - CONCEITO DE INSTRUMENTO - AGRAVO REGIMENTAL - VEÍCULO USADO - CONCEITO DE BAGAGEM - ENQUADRAMENTO - IMPOSSIBILIDADE.

1. O veículo usado não se enquadra no conceito de bagagem ou objeto de uso pessoal para o fim de ser autorizada a sua importação, em face do interesse nacional prevalente.
2....omissis...
3. Agravo regimental improvido."
(ArRg no AG 602511/RJ, 2ª Turma, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, julgado em 04/10/2005, DJ 07/11/2005, p. 198).
Face ao exposto, NÃO ADMITO o recurso especial interposto.
Dê-se ciência.
São Paulo, 29 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	96.03.019230-9 AC 307446
APTE	:	SUPER VAREJAO SANTA CRUZ LTDA
ADV	:	LUIZ HENRIQUE FREIRE CESAR PESTANA e outros
APDO	:	Instituto Nacional de Metrologia Normalizacao e Qualidade Industrial INMETRO
PETIÇÃO	:	RESP 2000297600
RECTE	:	SUPER VAREJAO SANTA CRUZ LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, a, da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte que manteve a sentença que indeferiu a inicial, por não ter a embargante juntado documentos essenciais à propositura da ação, consistentes na cópia da petição inicial da execução, da certidão de dívida ativa e do termo de penhora e depósito, além dos documentos necessários à regularização processual do embargante, mesmo após ser intimada para tanto.
Opostos embargos de declaração, foram rejeitados, à unanimidade.
Busca a recorrente a reforma do decisum, sob o fundamento de que violou o Art. 16, da Lei 6.830/80.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame da conformação à hipótese constitucional.
O recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, o Colendo Superior Tribunal de Justiça já decidiu no sentido de que não preenchendo a petição inicial dos embargos os requisitos dos Arts. 282 e 283, do CPC e a parte, nos termos do Art. 284, parágrafo único, devidamente intimada para emendá-la, permanecer inerte, cabe o indeferimento da exordial (EREsp 255673/SP, 3ª Seção, Ministro Gilson Dipp, DJ 13.05.2002, pág. 150 e REsp 760208/RS, 1ª Turma, Ministro Luiz Fux, DJ 10.10.2005, pág. 254).
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 30 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	96.03.069443-6 AMS 175321
APTE	:	Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia - CREA
ADV	:	ELIAS PEREIRA DE SOUZA
APDO	:	PEDRO BATISTA PINTO e outros
ADV	:	ARLINDO FERNANDES DE PAIVA NETO
PETIÇÃO	:	RESP 2007056905
RECTE	:	Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia - CREA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
O recurso especial foi, primeiramente, encaminhado via fac-símile em 27/02/2007, conforme consta às fls. 203/216. Posteriormente, o original foi postado em 27/02/07 como certificado a fl. 217-verso e protocolado em 06/03/2007. A publicação do acórdão deu-se em 29/01/2007. Considerando que é com o protocolo que se efetiva a interposição do recurso, a impugnação é intempestiva, vez que, em descompasso com o prazo fixado no art. 508, do CPC.
É o que se vê da jurisprudência uníssona do Supremo Tribunal Federal, como se extrai dos seguintes julgados: AI 532484 AgR/PR, Rel. Min. Carlos Velloso, 2ª T., v.u., DJ 30/09/2005; AI 495154 AgR-ED/SP, Rel. Min. Carlos Velloso, 2ª T., v.u., DJ 08/04/2005; AI 368200 AgR/SP, Rel. Min. Ellen Gracie, 1ª T., DJ 02/08/2002; RE 261534 AgR-ED/MG, Rel. Min. Maurício Corrêa - 2ª T., v.u., DJ 13/06/2003; AI 419006 ED-ED/BA, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, 1ª T., v.u., DJ 10-09-2004.
No mesmo sentido, editada a Súmula 216 do Superior Tribunal de Justiça: "A tempestividade do recurso interposto no Superior Tribunal de Justiça é aferida pelo registro do protocolo da Secretaria e não pela data da entrega na agência do correio".
Carente de pressuposto objetivo de admissibilidade, NÃO ADMITO o recurso especial.
Certificado o trânsito em julgado, observadas as formalidades legais, baixem-se os autos à vara de origem.
Dê-se ciência.
São Paulo, 29 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	97.03.007770-6 AC 358505
APTE	:	KUBA TRANSPORTES E TURISMO LTDA
ADV	:	EDUARDO MARCIAL FERREIRA JARDIM e outros
APTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	HUMBERTO GOUVEIA e VALDIR SERAFIM
APDO	:	OS MESMOS
PETIÇÃO	:	RESP 2006298149
RECTE	:	KUBA TRANSPORTES E TURISMO LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, a, da CF, contra acórdão proferido em ação versando sobre compensação/repetição de valores recolhidos a título de FINSOCIAL.
Busca a recorrente a reforma do "decisum", para que seja reconhecido o direito à compensação com outros tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal, passo ao exame da conformação à hipótese constitucional.
A Primeira Seção do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, após acirradas discussões, pacificou o entendimento segundo o qual é a lei vigente no momento do ajuizamento da ação a aplicável para dirimir a presente controvérsia (AgRg nos EResp 697222/PE, DJ 19/06/06).
In casu, observo que a ação foi proposta antes de 27/12/96, portanto, sob a égide da Lei 8.383/91, que só possibilitava a compensação com tributos da mesma espécie. Assim, não merece prosseguimento o apelo extremo.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 26 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	97.03.024641-9 AC 368937
APTE	:	SIEGFRIED HUTTINGER (= ou > de 65 anos)
ADV	:	IVO ARNALDO CUNHA DE OLIVEIRA NETO e outros
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	AUGUSTO CESAR VIEIRA MENDES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
PETIÇÃO	:	RESP 2007024613
RECTE	:	SIEGFRIED HUTTINGER
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso especial foi interposto, com fulcro no artigo 105, III, a e c, da CF, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em embargos à execução de sentença de pleito previdenciário.
A parte recorrente alega ofensa ao artigo 610, do CPC, e ocorrência de dissídio jurisprudencial.
Decido.
O recurso não merece prosseguimento.
Verifico, de pronto, o não cabimento da impugnação interposta, pois o artigo 105, III, da CF, prevê o recurso especial somente para as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais.
Destarte, à parte recorrente, inconformada com o acórdão não unânime que reformou a sentença, em grau de apelação, restaria a oposição de embargos infringentes, nos termos do artigo 530, do CPC.
Por conseguinte, cumpria ao recorrente esgotar a via ordinária, a teor da Súmula 207 do Colendo Superior Tribunal de Justiça.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 28 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	97.03.033916-6 AC 374190
APTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
APDO	:	JUNIA BORGES BOTELHO e outros
ADV	:	ROBERTO GOMES CALDAS NETO e outros
PETIÇÃO	:	RESP 2004073963
RECTE	:	JUNIA BORGES BOTELHO
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
Trata-se de recurso especial com esteio no artigo 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, em face do acórdão proferido por Turma desta Corte que, à unanimidade, deu parcial provimento à apelação e à remessa oficial.
Buscam, os recorrentes, a reforma do "decisum" sob o fundamento de que contrariou o "art. 522, 'caput', art. 420, inciso II do parágrafo único, e art. 427, além dos art. 330, I e II, c/c art. 332, art. 130, arts. 282 e 283, art. 365, c/c art. 390, do CPC", além do artigo 284, do CPC. Alega, ainda dissídio jurisprudencial.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.
Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.
Por primeiro, quanto à alegada violação aos artigos 283 e 284, do CPC, a Corte Superior de Justiça, em casos análogos, firmou entendimento de que o reexame das provas que instruem a petição inicial, para que se avalie serem suficientes ou não para a formação da convicção do juiz é providência inviável em sede de recurso especial, nos termos da Súmula n. 07/STJ (REsp n. 873300/SP, Relator Ministro Castro Meira, publicado no D.J.U. de 28/11/2006, p. 271, AgRg no Ag n. 709920/SP, Relatora Ministra Denise Arruda, publicado no D.J.U. de 01/02/2006, p. 455 e AgRg no Ag n. 481607/DF, Relator Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, publicado no D.J.U. de 12/04/2004, p. 205).
No que concerne aos demais artigos ditos como vulnerados, o tema não foi abordado no acórdão, não tendo sido tratados sequer em sede de embargos declaratórios, razão porque carece de prequestionamento nesse particular, atraindo a incidência da Súmula 211/STJ.
No que respeita à alínea "c", do artigo 105, aplica-se, "in casu", a Súmula 83, do colendo Superior Tribunal de Justiça.
Face ao exposto, não admito o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 22 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	97.03.039428-0 AC 377748
APTE	:	JOSE PEREIRA CEZAR
ADV	:	CARLOS MOLTENI JUNIOR e outros
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUIZ EDUARDO DA SILVA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PETIÇÃO	:	RESP 2006294749
RECTE	:	JOSE PEREIRA CEZAR
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso especial foi interposto, com fulcro no artigo 105, III, a, da CF, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em pleito de revisão de benefício previdenciário.
A parte recorrente alega ofensa aos artigos 5º, XXXVI, da CF; 5º, da LICC; e 58, do ADCT.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.
Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, o Colendo Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido da decisão recorrida e reconheceu que a Súmula 260, do extinto TFR, deve ser aplicada apenas aos benefícios previdenciários concedidos até a data da promulgação da CF, sem, contudo, vincular-lhes o valor ao salário mínimo (ERESP 261.109/RJ, 3ª Seção, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, j. 28/09/2005, DJ 24/10/2005, p. 170, v.u.), o que evidencia a ausência de plausibilidade da pretensão recursal.
De outra parte, não cabe discutir, em sede de recurso especial, eventual ofensa a dispositivo constitucional, debate adequado, isto sim, no recurso extraordinário, nos termos do artigo 102, III, da CF.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 30 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	98.03.021182-0 AC 411793
APTE	:	HELY GOMES DE OLIVEIRA
ADV	:	ARNOBIO JOAQUIM DE OLIVEIRA
APDO	:	Uniao Federal - MEX
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
PETIÇÃO	:	RESP 2002117150
RECTE	:	HELY GOMES DE OLIVEIRA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso especial foi interposto, com fulcro no artigo 105, III, c, da CF, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em pleito relativo a servidor público federal militar.
A parte recorrente alega ocorrência de dissídio jurisprudencial.
Decido.
O recurso não merece prosseguimento.
Verifico, de pronto, que a parte recorrente não realizou, no tocante ao alegado dissídio jurisprudencial, o adequado cotejo analítico entre os acórdãos paradigma e impugnado, o que enseja a inadmissibilidade do recurso, nos termos do artigo 255, § 2º, do RISTJ, uma vez que não basta a mera transcrição de ementas ou de trechos de julgados, mas sim se faz necessária a demonstração das circunstâncias que identifiquem os casos confrontados (AgRg nos ERESP 366.698/DF, 3ª Seção, Rel. Min. Fernando Gonçalves, j. 12/02/2003, DJ 10/03/2003, p. 87, v.u.).
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 28 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	98.03.037122-3 AC 419862
APTE	:	SIDERAL PLASTICOS LTDA
ADV	:	NELSON LOMBARDI
ADV	:	LUIS DE ALMEIDA
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
PETIÇÃO	:	RESP 2004121113
RECTE	:	SIDERAL PLASTICOS LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, a, da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte, que, por maioria, considerou descaracterizada a denúncia espontânea, na hipótese de parcelamento de débito, admitindo, assim, a incidência da multa moratória sobre os valores devidos.

Busca o recorrente a reforma do decisum, sustentando violação ao Art. 535 do CPC e Art. 138 do CTN.

Decido.

O recurso de apelação foi julgado em 05/05/99, antes, portanto, das consideráveis modificações relativas aos embargos infringentes, introduzidas pela Lei 10.352/01.

Em matéria de direito intertemporal, é firme a jurisprudência do E. STJ no sentido de adotar a regra vigente na data do julgamento da apelação como sendo a apta a reger a interposição de eventuais recursos.

Ocorre que, em 06/10/00, a ora recorrente opôs embargos de declaração em face daquele acórdão, os quais só foram julgados, em 14/04/04, após, portanto, a entrada em vigor da Lei 10.352/01.

Impende, então, definir-se qual dentre os dois julgados, se o da apelação ou o dos embargos de declaração, deve ser levado em consideração para efeito de identificação da lei processual aplicável.

A finalidade dos embargos de declaração, como cediço, consiste em integrar a decisão acoimada de omissa, contraditória ou obscura. Não possui, portanto, diversamente de outros recursos, o caráter substitutivo. Ademais, vale destacar que o oferecimento deste recurso interrompe o prazo para o de outros recursos.

Pois bem, rejeitados os embargos de declaração, descabe, in casu, argüir o caráter integrativo destes, porquanto tal julgado não substituiu, nem integrou, o acórdão embargado. O seu conhecimento propiciou apenas o efeito de interromper o prazo para demais recursos.

Acresça-se, outrossim, que os infringentes voltam-se contra acórdão não-unânime de apelação, de modo que é a data do julgamento desta, e não dos declaratórios, que serve de parâmetro para a aplicação de possíveis recursos.

Dessarte, competia à recorrente manejar os embargos infringentes, antes de interpor o presente recurso especial, sob pena de não percorrer todas as vias recursais necessárias ao conhecimento do apelo extremo.

Neste sentido, mutatis mutandis, confira o seguinte julgado: REsp 437423/MG, 6ª Turma, DJ 16/11/04.

Diante do exposto, e nos termos da Súmula 281 do STF, NÃO ADMITO o recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 23 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	98.03.074892-0 AC 437389
APTE	:	INDUSTRIAS MATARAZZO DE ARTEFATOS DE CERAMICA LTDA
ADV	:	DANIELA TAVARES ROSA MARCACINI e outros
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	HUMBERTO GOUVEIA e VALDIR SERAFIM
PETIÇÃO	:	RESP 2005264396
RECTE	:	INDUSTRIAS MATARAZZO DE ARTEFATOS DE CERAMICA LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a", da CF, contra acórdão proferido em embargos à execução fiscal, que, dentre outras questões, decidiu que o encargo de 20%, previsto no Decreto-lei 1.025/69 é devido nas execuções fiscais em substituição aos honorários advocatícios, a teor da Súmula 168 do extinto TFR e que a cobrança da multa moratória de 30%(trinta por cento), cuida-se de acessório sancionatório, onde se encontra em direta consonância com o inciso V, do art 97, do CTN.

Busca a recorrente a reforma do "decisum" sob o fundamento de que violou o Art. 20, do CPC e 106, II, asseverando ser ilegal a aplicação do encargo de 20% previsto no Art. 1º do Decreto-lei 1.025/69 e que seja reduzido a multa moratória de 30% para 20%, em virtude da limitação prevista no Art. 61, § 2º, da Lei 9.430/96, entendendo que se aplica ao caso a retroatividade benigna prevista no Art. 106, II, "c", do CTN.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recurso não merece prosseguimento.

Com efeito, no que tange à aplicação do DL 1025/69 em substituição aos honorários advocatícios fixados na sentença, não merece reparos a decisão guerreada, por estar em consonância com o entendimento assente na 1ª Seção do STJ, que pacificou a questão quando do julgamento do EREsp 252668/MG, Min. Franciulli Neto, DJ 12/05/2003, pág. 207, cuja suma trago à colação: "O encargo legal previsto no artigo 1º do Decreto-lei n. 1.025/69, de 20% (vinte por cento) sobre o valor do débito, substitui a condenação do devedor em honorários de advogado, na cobrança executiva da Dívida Ativa da União (art. 3º do Decreto-lei n. 1.645/78), e destina-se a atender a despesas diversas relativas à arrecadação de tributos não pagos pelos contribuintes (art. 3º da Lei n. 7.711/88). Incabível, portanto, a redução do seu percentual de 20% (vinte por cento), por não ser ele mero substituto da verba honorária."

Por fim, observo que a argüição da redução da multa moratória de 30% para 20%, em virtude da limitação prevista no Art. 61, § 2º, da Lei 9.430/96, entendendo que se aplica ao caso a retroatividade benigna prevista no Art. 106, II, "c", do CTN, constitui-se ponto inovador em sede de apelo extremo, inexistindo, portanto, prequestionamento a seu respeito (Súmula 211 do STJ).

Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 29 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	98.03.079713-1 MC 1189
REQTE	:	VELLOZA E GIROTTO ADVOGADOS ASSOCIADOS
ADV	:	LUIZ EDUARDO DE CASTILHO GIROTTO
ADV	:	RUBENS JOSE NOVAKOSKI F VELLOZA
REQDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
PETIÇÃO	:	RESP 2006276468
RECTE	:	VELLOZA E GIROTTO ADVOGADOS ASSOCIADOS
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto com fulcro no artigo 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, em face de acórdão proferido por Turma desta Corte que, à unanimidade, julgou prejudicado o agravo regimental interposto, por maioria, julgou improcedente a medida cautelar.

Busca, a recorrente, a reforma do "decisum", sob o fundamento de que contrariou os artigos 535,II, 800, parágrafo único, 267 e 20, §4º, todos do CPC.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.

Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.

Por primeiro, o Egrégio Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que não há ofensa ao artigo 535, do CPC, no caso do Tribunal de origem, ainda que sucintamente, pronunciar-se de forma clara e suficiente sobre a solução da controvérsia, vez que o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pelas partes, quando os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão (RESP 281210/MG, 2ª Turma, Rel. Min. João Otávio de Noronha, j. 27/09/2005, DJ 17/10/2005, p. 235; RESP 689867/SP, 5ª Turma, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, j. 26/04/2005, DJ 23/05/2005, p. 337; AgRg no Ag 275058/SP, 6ª Turma, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, j. 19/05/2005, DJ 27/06/2005, p. 458).

Ademais, a Corte Superior já pacificou entendimento consentâneo com o exarado no acórdão recorrido, de que "É incabível o juizamento de ação cautelar contra decisão que concede efeito devolutivo à apelação interposta contra sentença denegatória de segurança, sendo oportuna, para tanto, somente a interposição de agravo de instrumento. Precedentes: REsp nº 775.548/RJ, Rel. Min. CASTRO MEIRA, DJ de 07/11/05; REsp nº 475.508/SP, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJ de 10/03/03 e REsp nº 423.214/SP, Rel. Min. LUIZ FUX, DJ de 19/08/02" (AgRg no REsp n. 853266, Relator Ministro Francisco Falcão, publicado no D.J.U. de 05/10/2006, p. 280).

Por fim, no tocante à alegação de que "...sendo a presente medida cautelar extinta sem julgamento do mérito, restará patente a impossibilidade de condenação da Recorrente ao pagamento de honorários advocatícios...", resta assente no Superior Tribunal de Justiça que a extinção sem julgamento de mérito da medida cautelar não afasta a imposição de honorários advocatícios, desde que se tenha estabelecido o contraditório (REsp n. 677196/RJ, Relator Ministro José Delgado, D.J.U. de 21/03/2005, p. 287), o que evidencia a ausência de plausibilidade de tal argumento.

Diante do exposto, NÂO ADMITO o presente recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 23 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	1999.03.00.002748-5 AG 76576
AGRTE	:	VALTER SILVA DE SANTANA
ADV	:	NILTON SOARES DE OLIVEIRA JUNIOR
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	EMILIO CARLOS ALVES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE SANTOS Sec Jud SP
PETIÇÃO	:	RESP 2007011548
RECTE	:	VALTER SILVA DE SANTANA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso especial foi interposto, com fulcro no artigo 105, III, a e c, da CF, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em agravo de instrumento de pleito previdenciário.

A parte recorrente alega ofensa aos artigos 467 e 610, do CPC, e ocorrência de dissídio jurisprudencial.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.

Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.

Com efeito, o Colendo Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido da decisão recorrida e reconheceu que não se admite a alteração nos cálculos, baseados em título executivo judicial, em razão do instituto da coisa julgada, ressalvada a hipótese de ocorrência de erro material (EDcl no RESP 144.010/SC, 6ª Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, j. 31/05/2005, DJ 01/08/2005, p. 576; ERESP 176.430/SP, 3ª Seção, Rel. Min. Felix Fischer, j. 10/11/1999, DJ 06/12/1999, p. 64; e ERESP 163.681/RS, Corte Especial, Rel. Min. Garcia Vieira, j. 18/11/1998, DJ 19/04/1999, p. 70), o que evidencia a ausência de plausibilidade da pretensão recursal e, nos termos da Súmula 83 daquela Corte, inviabiliza o prosseguimento do reclamo.

Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 19 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	1999.03.00.027639-4 AR 853 9200000607 5 Vr SAO VICENTE/SP
AUTOR	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	AUGUSTO CESAR VIEIRA MENDES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
REU	:	CELESTINO DE SOUZA GUERRA CONDE
ADV	:	DONATO LOVECCHIO
PETIÇÃO	:	RESP 2007017363
RECTE	:	CELESTINO DE SOUZA GUERRA CONDE
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso especial foi interposto, com fulcro no artigo 105, III, a e c, da CF, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em ação rescisória de pleito previdenciário.

A parte recorrente alega ofensa ao artigo 473, do CPC, e ocorrência de dissídio jurisprudencial.

Decido.

O recurso não merece prosseguimento.

Verifico, de pronto, que a parte recorrente suscitou questão federal não ventilada no acórdão, carecendo a matéria, portanto, do indispensável prequestionamento viabilizador do recurso constitucional, a teor da Súmula 282 do Excelso Supremo Tribunal Federal.

Cabia à parte, interessada em recorrer, opor embargos de declaração com vistas à prequestionar tema não constante do julgado. Não o tendo feito, inviabilizou seu recurso excepcional, nos termos da Súmula 356 daquela Corte Suprema.

No tocante ao alegado dissídio jurisprudencial, não foi realizado o adequado cotejo analítico entre os acórdãos paradigma e impugnado, o que enseja a inadmissibilidade do recurso especial, nos termos do artigo 255, § 2º, do RISTJ, uma vez que não basta a mera transcrição de ementas ou de trechos de julgados, mas sim se faz necessária a demonstração das circunstâncias que identifiquem os casos confrontados.

Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 28 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	1999.03.99.093590-0 AC 535721
APTE	:	INDUSTRIAS MATARAZZO DE ARTEFATOS DE CERAMICA LTDA
ADV	:	ROBERTA DE TINOIS E SILVA
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
PETIÇÃO	:	RESP 2006006839
RECTE	:	INDUSTRIAS MATARAZZO DE ARTEFATOS DE CERAMICA LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a" e "c", da CF, contra acórdão proferido em embargos à execução fiscal, que admitiu a possibilidade de cumulação de juros e multa moratória, a condenação do devedor ao pagamento do encargo previsto no Art. 1º do Decreto-lei 1.025/69, o qual substitui nos embargos do devedor a condenação em verba honorária, a teor da Súmula 168 do extinto TFR.
Opostos embargos de declaração pelo recorrente ao argumento de omissão e com vistas a prequestionar dispositivos legais, foram rejeitados à unanimidade.
Busca a recorrente a reforma do "decisum", alegando violação ao art. 535, II, do CPC e sustentando a ilegitimidade do encargo supracitado, da cumulação de juros e multa moratória.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame da conformação à hipótese constitucional.
O recurso não merece prosseguimento.
De saída, observo não configurada a ofensa ao Art. 535, II, do CPC.
Com efeito, o Egrégio Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido da decisão recorrida e reconheceu que não há ofensa ao Art. 535, do CPC, quando o recurso interposto demonstrar inconformismo com o teor da decisão recorrida, pretendendo rediscutir matérias já decidas, sem demonstrar omissão, contradição ou obscuridade, impondo-se a rejeição do recurso, que à guisa de omissão, tem o nítido propósito de prequestionamento, posto que o Tribunal de origem examinou todas as questões relevantes para o deslinde da controvérsia. (EDcl no REsp n. 712214/SC, 1ª Turma, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJ 01/08/2005; EDcl n. 670109/TO, 1ª Turma, Relator Ministro Luiz Fux, DJ 01/08/2005; RESP n. 74084/CE, 2ª Turma, Relator Ministro Castro Meira, DJ 15/08/2005).
Ademais, pacífica a orientação segundo a qual o encargo de 20% (vinte por cento) do DL 1.025/69 é devido nas execuções fiscais da União, substituindo, nos embargos, a condenação do devedor em honorários (EResp 147169/DF, 1ª Seção do STJ, DJ 07/12/98 e Resp 529037/RS, 2ª Turma do STJ, DJ 28/03/06).
Por derradeiro, a 1ª Seção dirimiu divergência a respeito da cumulação de juros e multa moratória, decidindo pela sua possibilidade, haja vista que aqueles compensam a perda financeira decorrente do atraso no pagamento, enquanto esta possui natureza de penalidade administrativa (Resp 261116/SC, 2ª Turma, DJ 20/11/03).
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 21 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	1999.03.99.099426-5 AC 541105
APTE	:	FLAVIO ALVARENGA FILHO
ADV	:	RONNI FRATTI
APDO	:	Banco Central do Brasil
ADV	:	JOSE OSORIO LOURENCAO
PETIÇÃO	:	RESP 2005187056
RECTE	:	FLAVIO ALVARENGA FILHO
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a", da Constituição Federal, em face de acórdão proferido por Turma desta Corte que, à unanimidade, negou provimento à apelação do autor, em ação de rito ordinário visando a responsabilização do BACEN pelos prejuízos causados pelo Consórcio Nasser S/C.
Embargos de declaração, à unanimidade, rejeitados.
O que se pretende é a reforma do julgado, nos termos do Art. 105, III, "a" da Carta Magna, ao argumento de que o acórdão negou vigência aos artigos 159, do Código Civil; 333, II, do CPC; 4º, II e VI, 6º, VI, VII, VIII e X, 22, 81 e 83, do CDC; 9º, do Decreto 861/93; 2º, I e II, 3º, 15, I, d, e, f, § 1º, da Lei 6024/74; 11, II e 12, III, da Lei 8429/92 e Circulares BACEN 1449/89, 2071/91, 2151/92 e 2381/93.
Decido.
Foram atendidos os requisitos genéricos de admissibilidade recursal.
Entretanto, o recurso não merece prosseguimento, eis que não se amolda à hipótese constitucional de admissibilidade prevista no Art. 105, III, "a".
Note-se, que nas hipóteses de empresas sujeitas a fiscalização do BACEN e passíveis de liquidação extrajudicial, a jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça tem firmado entendimento de que só cabe ação de indenização, por omissão de fiscalização, contra o Banco Central do Brasil depois de comprovados os danos no processo de liquidação (REsp 786170/DF, 1ª Turma, Relator Ministro José Delgado, j. 15.12.2005, DJ 20.02.2006 pág. 237 e REsp 105469/DF, 2ª Turma, Relator Ministro Helio Mosimann, j. 09.02.1999, DJ 27.09.1999 pág. 69).
Face ao exposto, NÃO ADMITO o recurso especial interposto.
Dê-se ciência.
São Paulo, 26 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	1999.03.99.099498-8 AC 541149
APTE	:	JOAO PAULO SIMOES SALLES
ADV	:	RONNI FRATTI
APDO	:	Banco Central do Brasil
ADV	:	JOSE OSORIO LOURENCAO
PETIÇÃO	:	RESP 2005187053
RECTE	:	JOAO PAULO SIMOES SALLES
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a", da Constituição Federal, em face de acórdão proferido por Turma desta Corte que, à unanimidade, negou provimento à apelação do autor, em ação de rito ordinário visando a responsabilização do BACEN pelos prejuízos causados pelo Consórcio Nacional Garavelo.
Embargos de declaração, à unanimidade, rejeitados.
O que se pretende é a reforma do julgado, nos termos do Art. 105, III, "a" da Carta Magna, ao argumento de que o acórdão negou vigência aos artigos 159, do Código Civil; 333, II, do CPC; 4º, II e VI, 6º, VI, VII, VIII e X, 22, 81 e 83, do CDC; 9º, do Decreto 861/93; 2º, I e II, 3º, 15, I, d, e, f, § 1º, da Lei 6024/74; 11, II e 12, III, da Lei 8429/92 e Circulares BACEN 1449/89, 2071/91, 2151/92 e 2381/93.
Decido.
Foram atendidos os requisitos genéricos de admissibilidade recursal.
Entretanto, o recurso não merece prosseguimento, eis que não se amolda à hipótese constitucional de admissibilidade prevista no Art. 105, III, "a".
Note-se, que nas hipóteses de empresas sujeitas a fiscalização do BACEN e passíveis de liquidação extrajudicial, a jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça tem firmado entendimento de que só cabe ação de indenização, por omissão de fiscalização, contra o Banco Central do Brasil depois de comprovados os danos no processo de liquidação (REsp 786170/DF, 1ª Turma, Relator Ministro José Delgado, j. 15.12.2005, DJ 20.02.2006 pág. 237 e REsp 105469/DF, 2ª Turma, Relator Ministro Helio Mosimann, j. 09.02.1999, DJ 27.09.1999 pág. 69).
Face ao exposto, NÃO ADMITO o recurso especial interposto.
Dê-se ciência.
São Paulo, 27 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	1999.60.00.007454-3 AC 924923
APTE	:	MUNICIPIO DE PARANHOS MS e outro
ADV	:	WILSON DO PRADO
APTE	:	AFONSO WANDER FERREIRA DOS SANTOS
ADV	:	AFONSO WANDER FERREIRA DOS SANTOS
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	MILTON SANABRIA PEREIRA
APDO	:	INCOREL INSTALACOES CONSTRUCOES E REPRESENTACOES LTDA
ADV	:	DOMINGOS CELIO ALVES CARDOSO
APDO	:	OS MESMOS
PETIÇÃO	:	RESP 2006042606
RECTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
O recurso especial foi interposto com esteio no artigo 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, em face do acórdão proferido por Turma desta Corte, que, à unanimidade, negou provimento ao recurso da CEF e deu provimento ao recurso do embargante.
Busca, a recorrente, a reforma do julgado, sob o fundamento de que o acórdão recorrido contrariou o artigo 535, II, do CPC, ao rejeitar os embargos de declaração e o artigo 20, §3º, do CPC, ao fixar os honorários advocatícios. Alega dissídio jurisprudencial.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.
Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.
Por primeiro, o Colendo Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido da decisão recorrida e reconheceu que não há ofensa ao artigo 535, do CPC, no caso do Tribunal de origem, ainda que sucintamente, pronunciar-se de forma clara e suficiente sobre a solução da controvérsia, vez que o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pelas partes, quando os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão (RESP 281210/MG, RESP 689867/SP e AgRg no Ag 275058/SP).
Ademais, a Egrégia Corte Superior já firmou o entendimento de que a reapreciação dos critérios fáticos utilizados pelo juiz para fixar o percentual da verba honorária é incabível em sede de recurso especial, nos termos da Súmula nº 7, da Corte (REsp n. 422111/AP, AgRg no Ag 720138/RS, e REsp n. 403741/RN).
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 21 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	1999.61.00.048470-0 AMS 225381
APTE	:	DROGA PIRES DE AMERICANA LTDA e outro
ADV	:	ROBERTO MAGALHAES
APDO	:	Conselho Regional de Farmacia - CRF
ADV	:	ANNA PAOLA NOVAES STINCHI
PETIÇÃO	:	RESP 2007042006
RECTE	:	Conselho Regional de Farmacia - CRF
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
O recurso especial foi interposto com esteio no artigo 105, III, alíneas "a" e "c", da CF, em face de acórdão proferido por Turma desta Corte, que, à unanimidade, deu provimento à apelação, em sede de ação mandamental, proposta com o fito de que sejam liberados os Certificados de Responsabilidade Técnica para que o impetrante possa continuar a comercializar em seus estabelecimentos os produtos previstos na conceituação legal de "drugstore", sem a necessidade de alterações em seus objetivos sociais.
Busca o recorrente, a reforma do julgado, sustentando que o V. Acórdão recorrido negou vigência aos artigos 4º, inciso X, XI, 6º, 21 e 55 da Lei 5.991/73 e artigo 1º da Lei 6.839/80, bem como, contrariou o artigo 535 do Código do Processo Civil. Alega, ainda, dissídio jurisprudencial.
Decido.
Foram atendidos os pressupostos objetivos de admissibilidade recursal.
Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, o Egrégio Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que não há ofensa ao artigo 535, do CPC, no caso do Tribunal de origem, ainda que sucintamente, pronunciar-se de forma clara e suficiente sobre a solução da controvérsia, vez que o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pelas partes, quando os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão (RESP n. 689.867/SP, 5ª Turma, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, j. 26/04/2005, DJ 23/05/2005, p. 337; AgRg no Ag n. 275.058/SP, 6ª Turma, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, j. 19/05/2005, DJ 27/06/2005, p. 458).
Entendo, ainda, que a inadmissão do reclamo é de rigor, por aplicar-se, no caso, a Súmula nº 7, do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, conforme julgado que segue, in verbis:
PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS. FUNCIONAMENTO DE "DRUGSTORE".MATÉRIA FÁTICA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 07/STJ.
1.Consoante entendimento sumulado desta Corte, é inadmissível o recurso especial para reexame de questão fático-probatória na qual se baseou acórdão recorrido para denegar a pretensão da recorrente.
2.Recurso especial não conhecido.
(Resp 278.887/PR, Segunda Turma, Rel. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, unânime, julgado em 27/05/03)."
Ante o exposto, não admito o recurso especial interposto.
Dê-se ciência.
São Paulo, 2 de abril de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	1999.61.05.001622-0 AC 641598
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	EGLE ENIANDRA LAPREZA
APDO	:	NELSON ARCILEI MARTINUCCI e outro
ADV	:	ELOISA BIANCHI FOSSA
PETIÇÃO	:	RESP 2001072201
RECTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso especial foi interposto pela Caixa Econômica Federal, com esteio no artigo 105, III, "a" da Constituição Federal, em face do acórdão proferido por Turma desta Corte, que, à unanimidade, negou provimento ao recurso da CEF e deu provimento ao recurso adesivo dos autores, em medida cautelar, objetivando a revisão do contrato de financiamento de imóvel realizado pelo Sistema Financeiro de Habitação.
Busca, a recorrente, a reforma do julgado, sustentando, em síntese, a negativa de vigência do art. 75, do Código Civil, dos artigos: 29, 31 e 32, do Decreto-lei nº 70/66, do art. 585, § 1ºdo CPC e artigo 7º, incisos I e III do Decreto Lei 2.291/86, alegando ilegitimidade passiva "ad causam".
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos objetivos de admissibilidade recursal.
Entretanto, o recurso não merece prossecução, eis que não se amolda à hipótese constitucional de admissibilidade prevista no art. 105, III, "a".
Com efeito, o E. Superior Tribunal de Justiça já pacificou entendimento consentâneo com o exarado no acórdão, recorrido, de que a Caixa Econômica Federal tem legitimidade passiva como sucessora do extinto BNH, conforme se transcreve "in verbis":

"PROCESSUAL CIVIL. CONTRATO DE MÚTUO. LEGITIMIDADE. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. SUCESSORA DO EXTINTO BNH E RESPONSÁVEL PELA CLÁUSULA DE COMPROMETIMENTO DO FCVS. ILEGITIMIDADE DA UNIÃO. PRECEDENTES DO STJ. MEDIDA CAUTELAR. DEPÓSITO DAS PRESTAÇÕES. CONTRATO DE MÚTUO COM GARANTIA HIPOTECÁRIA. DEBATE SOBRE O VALOR DAS PRESTAÇÕES. POSSIBILIDADE. DEPÓSITO INTEGRAL. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA.
1. A Caixa Econômica Federal, e não a União, após a extinção do BNH, possui legitimidade para ocupar o pólo passivo das demandas referentes aos contratos de financiamento pelo SFH, porquanto sucessora dos direitos e obrigações do extinto BNH e responsável pela cláusula de comprometimento do FCVS - Fundo de Comprometimento de Variações Salariais.
2. Ilegitimidade passiva ad causam da União que se reconhece. Precedentes do STJ.
3. Hipótese em que os mutuários da casa própria ajuizaram ação cautelar com o objetivo de efetuar o depósito de prestações cujo recebimento foi negado pela CEF porquanto condicionado ao pagamento de diferença de prestações apuradas em período pretérito.
4. A ação cautelar constitui-se o meio idôneo conducente ao depósito das prestações da casa própria avençadas, com o escopo de afastar a mora, de demonstrar a boa-fé e, ainda, a solvabilidade do devedor.
5. Não obstante, somente o depósito integral do valor da prestação tem o condão de suspender a execução hipotecária.
6. In casu, mesmo que deixassem de efetuar o pagamento do montante relativo às diferenças das prestações de período pretérito, para ter direito à pretensão deduzida os mutuários deveriam ter recolhido ao menos o valor das prestações mensais cobradas pela CEF.
7. Recurso especial parcialmente provido.
(Resp nº 639290-CE, 1ª Turma, Rel. Min. LUIZ FUX, unânime, julgado em 05.10.2004, DJU 25.10.2004, pág. 252)".
Face ao exposto, NÃO ADMITO o recurso especial interposto.
Dê-se ciência.
São Paulo, 22 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	1999.61.05.004050-6 AC 802254
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	REGINALDO CAGINI
APDO	:	ROSANGELA FARIAS DE CASTRO e outros
ADV	:	OSWALDO PRADO JUNIOR
PETIÇÃO	:	RESP 2007050115
RECTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO

O recurso especial foi interposto com esteio no artigo 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, em face do acórdão proferido por Turma desta Corte, que, à unanimidade, rejeitou as preliminares argüidas e, no mérito, negou provimento à apelação, em ação declaratória, objetivando a indenização de bens, dado em penhor, objeto de roubo, vinculado a contrato de mútuo.
Busca, a recorrente, a reforma do julgado, sustentando, em síntese, que o acórdão violou os artigos 81, 82, 774, inciso IV e 1.056 a 1.058 do antigo Código Civil, bem como os artigos 128, 333, inciso I e 460 do Código de Processo Civil. Alega, ainda, dissídio jurisprudencial.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos objetivos de admissibilidade recursal.
Entretanto, o recurso não merece prosseguimento, eis que não se amolda à hipótese constitucional de admissibilidade prevista no art. 105, III, "a" e "c".
Com efeito, o E. Superior Tribunal de Justiça já pacificou entendimento consentâneo com o exarado no acórdão, recorrido, conforme se transcreve "in verbis":
"CIVIL. PENHOR. EXTRAVIO DA GARANTIA. CLAUSULA LIMITATIVA DA RESPONSABILIDADE DO CREDOR PIGNORATICIO INOPERANTE APOS A EXTINÇÃO DO CONTRATO PRINCIPAL DE MUTUO. INDENIZAÇÃO REGIDA PELO ART. 774, IV, CC. RECURSO PROVIDO.
I - O CONTRATO DE PENHOR, ACESSORIO AO CONTRATO DE MUTUO, EXTINGUIU-SE NA ESPECIE PELO IMPLEMENTO DA PRESTAÇÃO DO MUTUARIO, NÃO SUBSISTINDO A CLAUSULA LIMITATIVA DA RESPONSABILIDADE DO CREDOR, DE SORTE QUE O EXTRAVIO DO BEM EMPENHADO, NO PERIODO EM QUE O CREDOR PIGNORATICIO DETINHA O BEM NA QUALIDADE DE SIMPLES DEPOSITARIO, IMPÕE A INDENIZAÇÃO AMPLA DETERMINADA PELO ART. 774, IV, CC.
II - A REGRA GERAL DA CONVIVENCIA HUMANA, A QUAL O DIREITO DEVE PROTEÇÃO, E QUE A INDENIZAÇÃO PELA REPARAÇÃO DEVE SER A MAIS COMPLETA POSSIVEL, A FAZER JUSTIÇA NO CASO CONCRETO. SOMENTE NOS CASOS RESSALVADOS OU AUTORIZADOS POR LEI SE MOSTRA ADMISSIVEL A LIMITAÇÃO DA RESPONSABILIDADE.
(RESP 83717-MG, Relator Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, UNÂNIME, DJ 09.12.1996, Pág. 49282)."
Aplica-se, também, ao caso, a Súmula nº 7, do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, in verbis: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".
Face ao exposto, NÃO ADMITO o recurso especial interposto.
Dê-se ciência.
São Paulo, 28 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	1999.61.05.004361-1 AC 686568
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	JOSE CARLOS DE CASTRO
APDO	:	NIVALDO BRANCIFORTI e outro
ADV	:	ELOISA BIANCHI FOSSA
PETIÇÃO	:	RESP 2001178916
RECTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso especial foi interposto pela Caixa Econômica Federal, com esteio no artigo 105, III, "a" da Constituição Federal, em face do acórdão proferido por Turma desta Corte, que, à unanimidade, rejeitou as preliminares e negou provimento à apelação, em medida cautelar, objetivando a revisão do contrato de financiamento de imóvel realizado pelo Sistema Financeiro de Habitação.
Busca, a recorrente, a reforma do julgado, sustentando, em síntese, a negativa de vigência do art. 75, do Código Civil, dos artigos: 29, 31 e 32, do Decreto-lei nº 70/66, do art. 585, § 1ºdo CPC e artigo 7º, incisos I e III do Decreto Lei 2.291/86, alegando ilegitimidade passiva "ad causam".
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos objetivos de admissibilidade recursal.
Entretanto, o recurso não merece prossecução, eis que não se amolda à hipótese constitucional de admissibilidade prevista no art. 105, III, "a".
Com efeito, o E. Superior Tribunal de Justiça já pacificou entendimento consentâneo com o exarado no acórdão, recorrido, de que a Caixa Econômica Federal tem legitimidade passiva como sucessora do extinto BNH, conforme se transcreve "in verbis":
"PROCESSUAL CIVIL. CONTRATO DE MÚTUO. LEGITIMIDADE. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. SUCESSORA DO EXTINTO BNH E RESPONSÁVEL PELA CLÁUSULA DE COMPROMETIMENTO DO FCVS. ILEGITIMIDADE DA UNIÃO. PRECEDENTES DO STJ. MEDIDA CAUTELAR. DEPÓSITO DAS PRESTAÇÕES. CONTRATO DE MÚTUO COM GARANTIA HIPOTECÁRIA. DEBATE SOBRE O VALOR DAS PRESTAÇÕES. POSSIBILIDADE. DEPÓSITO INTEGRAL. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA.
1. A Caixa Econômica Federal, e não a União, após a extinção do BNH, possui legitimidade para ocupar o pólo passivo das demandas referentes aos contratos de financiamento pelo SFH, porquanto sucessora dos direitos e obrigações do extinto BNH e responsável pela cláusula de comprometimento do FCVS - Fundo de Comprometimento de Variações Salariais.
2. Ilegitimidade passiva ad causam da União que se reconhece. Precedentes do STJ.
3. Hipótese em que os mutuários da casa própria ajuizaram ação cautelar com o objetivo de efetuar o depósito de prestações cujo recebimento foi negado pela CEF porquanto condicionado ao pagamento de diferença de prestações apuradas em período pretérito.
4. A ação cautelar constitui-se o meio idôneo conducente ao depósito das prestações da casa própria avençadas, com o escopo de afastar a mora, de demonstrar a boa-fé e, ainda, a solvabilidade do devedor.
5. Não obstante, somente o depósito integral do valor da prestação tem o condão de suspender a execução hipotecária.
6. In casu, mesmo que deixassem de efetuar o pagamento do montante relativo às diferenças das prestações de período pretérito, para ter direito à pretensão deduzida os mutuários deveriam ter recolhido ao menos o valor das prestações mensais cobradas pela CEF.
7. Recurso especial parcialmente provido.
(Resp nº 639290-CE, 1ª Turma, Rel. Min. LUIZ FUX, unânime, julgado em 05.10.2004, DJU 25.10.2004, pág. 252)".
Face ao exposto, NÃO ADMITO o recurso especial interposto.
Dê-se ciência.
São Paulo, 22 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	1999.61.12.001142-3 AMS 193499
APTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	HUMBERTO GOUVEIA e VALDIR SERAFIM
APDO	:	GRUPO EDUCACIONAL LOGUS S/C LTDA
ADV	:	LUCIA DA COSTA MORAIS P MACIEL
PETIÇÃO	:	RESP 2005072314
RECTE	:	GRUPO EDUCACIONAL LOGUS S/C LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a" e "c", da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte, em pleito de opção pelo regime simplificado de tributação denominado SIMPLES.
O que se busca é a reforma do acórdão, alegando violação aos artigos 5º, § 2; 145, § 1º; 150, II; 170 e 179, da Constituição Federal. Trouxe como dissídio jurisprudencial, acórdão prolatado no TRF, da 5ª Região.
Decido.
De saída, observo ser imprescindível no recurso especial interposto pela alínea "a", do inciso III, do Art 105, da CF, a indicação dos preceitos de lei federal havidos como vulnerados, o que, "in casu", não ocorreu. Este entendimento vem corroborado através do AgRg na MC 9786/MG, de relatoria da Ministra LAURITA VAZ; do EDRESP 685366/MA, de relatoria da Ministra NANCY ANDRIGUI, bem como do Resp 623358/SC, do relator Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI.
De outra parte, não cabe discutir, em sede de recurso especial, eventual ofensa a dispositivos constitucionais, debate adequado, isto sim, ao recurso extraordinário, nos termos do Art. 102, III, da CF.
No que respeita à alínea "c", resta decidido na Corte Superior que não deve ser conhecido o recurso especial fundado neste permissivo, quando a recorrente, em descumprimento ao disposto nos Arts. 541, parágrafo único, do CPC, e 255, § 2º, do RISTJ, não realiza o necessário cotejo analítico da divergência jurisprudencial.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 23 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	1999.61.14.004877-4 AC 705678
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SANDRA REGINA FRANCISCO VALVERDE PEREIRA
APDO	:	ANTONIO JOAO DOS SANTOS
ADV	:	ARMANDO MARCOS GOMES MOREIRA
PETIÇÃO	:	RESP 2004104620
RECTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso especial foi interposto, com fulcro no artigo 105, III, a e c, da CF, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em pleito indenizatório de danos.
A parte recorrente alega ofensa ao artigo 159, do CC/1916, e ocorrência de dissídio jurisprudencial.
Decido.
O recurso não merece prosseguimento.
Verifico, de pronto, que a parte recorrente suscitou questão federal não ventilada no acórdão, carecendo a matéria, portanto, do indispensável prequestionamento viabilizador do recurso constitucional, a teor da Súmula 282 do Excelso Supremo Tribunal Federal.
Cabia à parte, interessada em recorrer, opor embargos de declaração com vistas à prequestionar tema não constante do julgado. Não o tendo feito, inviabilizou seu recurso excepcional, nos termos da Súmula 356 daquela Corte Suprema.
No tocante ao alegado dissídio jurisprudencial, não foi realizado o adequado cotejo analítico entre os acórdãos paradigma e impugnado, o que enseja a inadmissibilidade do recurso especial, nos termos do artigo 255, § 2º, do RISTJ, uma vez que não basta a mera transcrição de ementas ou de trechos de julgados, mas sim se faz necessária a demonstração das circunstâncias que identifiquem os casos confrontados.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 29 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	1999.61.82.068322-7 AC 802071
APTE	:	FLORESTAL MATARAZZO S/A
ADV	:	ALEXANDRE NASRALLAH
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
PETIÇÃO	:	RESP 2006005495
RECTE	:	FLORESTAL MATARAZZO S/A
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, a, da CF, contra acórdão proferido em embargos à execução fiscal, que admitiu a possibilidade de cumulação de juros e multa moratória, a condenação do devedor ao pagamento do encargo previsto no Art. 1º do Decreto-lei 1.025/69, o qual substitui nos embargos do devedor a condenação em verba honorária, a teor da Súmula 168 do extinto TFR e a CDA, formalmente em ordem, constitui título executivo extrajudicial revestido de presunção de liquidez e certeza.
Busca a recorrente a reforma do "decisum", sob o fundamento de que contrariou dispositivos de normas infraconstitucionais, pleiteando contra a presunção relativa de liquidez, certeza e exigibilidade da Certidão de Dívida Ativa - CDA e sustentando a ilegitimidade do encargo supracitado, da cumulação de juros e multa moratória.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.
Com efeito, pacífica a orientação segundo a qual o encargo de 20% (vinte por cento) do DL 1.025/69 é devido nas execuções fiscais da União, substituindo, nos embargos, a condenação do devedor em honorários (EResp 147169/DF, 1ª Seção do STJ, DJ 07/12/98 e Resp 529037/RS, 2ª Turma do STJ, DJ 28/03/06).

Quanto à alegação de iliquidez do título executivo, o entendimento assente na Colenda Corte é no sentido de que a Certidão de Dívida Ativa possui presunção de liquidez e certeza, a qual somente pode ser elidida por meio de prova robusta e não por meras alegações e que não é nula a CDA que contém os requisitos legais, precipuamente quando foi possível à devedora promover sua defesa (AgRg no Ag 761041/MG, DJ 28/08/2006, pág. 232 e Resp 789362/PR, DJ 08/06/2006, pág. 139, 1ª Turma, ambos de relatoria do Ministro José Delgado, e REsp 367163/MG, 2ª Turma, Relator Ministro João Otávio de Noronha, DJ 20/03/2006, pág. 229).
Por derradeiro, a 1ª Seção dirimiu divergência a respeito da cumulação de juros e multa moratória, decidindo pela sua possibilidade, haja vista que aqueles compensam a perda financeira decorrente do atraso no pagamento, enquanto esta possui natureza de penalidade administrativa (Resp 261116/SC, 2ª Turma, DJ 20/11/03).
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 21 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2000.03.00.006889-3 AG 102113
AGRTE	:	VALESINOS REPRESENTACOES LTDA e outros
ADV	:	ANDRE LUIZ MOREGOLA E SILVA
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	HUMBERTO GOUVEIA e VALDIR SERAFIM
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DO SAF DE POA SP
PETIÇÃO	:	RESP 2005069256
RECTE	:	VALESINOS REPRESENTACOES LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido por Turma desta Corte que, nos autos de Agravo de Instrumento, manteve a decisão que, em sede de exceção de pré-executividade, diante da inexistência de prova pré-constituída e entendendo haver necessidade de dilação probatória, quanto à ilegitimidade passiva do sócio-recorrente, indeferiu seu pedido de exclusão do pólo passivo da ação de execução fiscal.
O que se pretende é a reforma do aresto, sob o fundamento de que viola dispositivos de normas infraconstitucionais e que a decisão recorrida mostra-se divergente do entendimento de outros Tribunais.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame de sua conformação à hipótese constitucional.
O recurso não merece prosseguimento.
Encontra-se pacificado no âmbito da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que as matérias passíveis de serem alegadas em exceção de pré-executividade não são somente as de ordem pública, mas também os fatos modificativos ou extintivos do direito do exeqüente, desde que comprovados de plano, sem necessidade de dilação probatória. (EREsp 614272/PR; Relator Ministro CASTRO MEIRA; DJ 06.06.2005; p. 174).
Em caso análogo, assim decidiu o Egrégio Superior Tribunal de Justiça, "in verbis":
PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. ART. 535 DO CPC. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. REDIRECIONAMENTO CONTRA O SÓCIO-GERENTE. ART. 135, III, DO CTN. REEXAME DE PROVA.
1. Por considerar inviável a discussão sobre a legitimidade dos sócios na via da exceção de pré-executividade, em razão da necessidade de dilação probatória, a Corte de origem não adentrou no debate sobre a existência ou não de responsabilidade pelas dívidas tributárias da sociedade, não havendo assim, qualquer ofensa ao art. 535, II, do CPC.
2. As matérias passíveis de serem alegadas em exceção de pré-executividade não são somente as de ordem pública, mas também os fatos modificativos ou extintivos do direito do exeqüente, desde que comprovados de plano, sem necessidade de dilação probatória.
3. Na hipótese dos autos, o Tribunal de origem assentou que o reconhecimento da ilegitimidade passiva dos sócios dependeria de produção de provas, o que afasta o cabimento da exceção de pré-executividade.
4. Recurso especial improvido.
(REsp 831877/SP; Relator Ministro CASTRO MEIRA; Segunda Turma; DJ 05.10.2006; p. 296)".
e,
TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. MATÉRIAS PASSÍVEIS DE ALEGAÇÃO.
1. A possibilidade de verificação de plano, sem necessidade de dilação probatória, delimita as matérias passíveis de serem deduzidas na exceção de pré-executividade, independentemente da garantia do juízo. Precedentes: EResp 614272/PR, Primeira Seção, Min. Castro Meira, DJ de 06.06.2005.
2. Não é possível a argüição de ilegitimidade passiva por exceção de pré-executividade, se, para a aferição desta, for necessária dilação probatória.
3. Recurso especial a que se nega provimento.
(REsp 821412/MG; Relator Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI; Primeira Turma; DJ 24.04.2006; p. 379)".
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 27 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2000.03.00.051903-9 AG 117132
AGRTE	:	PEDRO RAMON K A PETER CARRERO ARCE e outro
ADV	:	SILVIO ALVES CORREA
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	GERALDINE PINTO VITAL DE CASTRO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PARTE R	:	A B IND/ E COM/ DE PAPEL LTDA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
PETIÇÃO	:	RESP 2006076160
RECTE	:	PEDRO RAMON K A PETER CARRERO ARCE
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido por Turma desta Corte que, nos autos de Agravo de Instrumento, manteve a decisão que, em sede de exceção de pré-executividade, diante da inexistência de prova pré-constituída e entendendo haver necessidade de dilação probatória, quanto à ilegitimidade passiva do sócio-recorrente, indeferiu seu pedido de exclusão do pólo passivo da ação de execução fiscal.
O que se pretende é a reforma do aresto, sob o fundamento de que viola dispositivos de normas infraconstitucionais e que a decisão recorrida mostra-se divergente do entendimento de outros Tribunais.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame de sua conformação à hipótese constitucional.
O recurso não merece prosseguimento.
Encontra-se pacificado no âmbito da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que as matérias passíveis de serem alegadas em exceção de pré-executividade não são somente as de ordem pública, mas também os fatos modificativos ou extintivos do direito do exeqüente, desde que comprovados de plano, sem necessidade de dilação probatória. (EREsp 614272/PR; Relator Ministro CASTRO MEIRA; DJ 06.06.2005; p. 174).
Em caso análogo, assim decidiu o Egrégio Superior Tribunal de Justiça, "in verbis":
PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. ART. 535 DO CPC. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. REDIRECIONAMENTO CONTRA O SÓCIO-GERENTE. ART. 135, III, DO CTN. REEXAME DE PROVA.
1. Por considerar inviável a discussão sobre a legitimidade dos sócios na via da exceção de pré-executividade, em razão da necessidade de dilação probatória, a Corte de origem não adentrou no debate sobre a existência ou não de responsabilidade pelas dívidas tributárias da sociedade, não havendo assim, qualquer ofensa ao art. 535, II, do CPC.
2. As matérias passíveis de serem alegadas em exceção de pré-executividade não são somente as de ordem pública, mas também os fatos modificativos ou extintivos do direito do exeqüente, desde que comprovados de plano, sem necessidade de dilação probatória.
3. Na hipótese dos autos, o Tribunal de origem assentou que o reconhecimento da ilegitimidade passiva dos sócios dependeria de produção de provas, o que afasta o cabimento da exceção de pré-executividade.
4. Recurso especial improvido.
(REsp 831877/SP; Relator Ministro CASTRO MEIRA; Segunda Turma; DJ 05.10.2006; p. 296)".
e,
TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. MATÉRIAS PASSÍVEIS DE ALEGAÇÃO.
1. A possibilidade de verificação de plano, sem necessidade de dilação probatória, delimita as matérias passíveis de serem deduzidas na exceção de pré-executividade, independentemente da garantia do juízo. Precedentes: EResp 614272/PR, Primeira Seção, Min. Castro Meira, DJ de 06.06.2005.
2. Não é possível a argüição de ilegitimidade passiva por exceção de pré-executividade, se, para a aferição desta, for necessária dilação probatória.
3. Recurso especial a que se nega provimento.
(REsp 821412/MG; Relator Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI; Primeira Turma; DJ 24.04.2006; p. 379)".
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 27 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2000.03.99.004842-0 AC 566362
APTE	:	AUGUSTO CARDOSO DA CUNHA NETO
ADV	:	RONNI FRATTI
APDO	:	Banco Central do Brasil
ADV	:	JOSE OSORIO LOURENCAO
PETIÇÃO	:	RESP 2005187046
RECTE	:	AUGUSTO CARDOSO DA CUNHA NETO
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a", da Constituição Federal, em face de acórdão proferido por Turma desta Corte que, à unanimidade, negou provimento à apelação do autor e à apelação adesiva, em ação de rito ordinário visando a responsabilização do BACEN pelos prejuízos causados pelo Consórcio Nasser S/C Ltda.
Embargos de declaração, à unanimidade, rejeitados.
O que se pretende é a reforma do julgado, nos termos do Art. 105, III, "a" da Carta Magna, ao argumento de que o acórdão negou vigência aos artigos 159, do Código Civil; 333, II, do CPC; 4º, II e VI, 6º, VI, VII, VIII e X, 22, 81 e 83, do CDC; 9º, do Decreto 861/93; 2º, I e II, 3º, 15, I, d, e, f, § 1º, da Lei 6024/74; 11, II e 12, III, da Lei 8429/92 e Circulares BACEN 1449/89, 2071/91, 2151/92 e 2381/93.
Decido.
Fica deferido o benefício de assistência judiciária, pleiteado com a interposição do recurso especial.
Foram atendidos os requisitos genéricos de admissibilidade recursal.
Entretanto, o recurso não merece prosseguimento, eis que não se amolda à hipótese constitucional de admissibilidade prevista no Art. 105, III, "a".
Note-se, que nas hipóteses de empresas sujeitas a fiscalização do BACEN e passíveis de liquidação extrajudicial, a jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça tem firmado entendimento de que só cabe ação de indenização, por omissão de fiscalização, contra o Banco Central do Brasil depois de comprovados os danos no processo de liquidação (REsp 786170/DF, 1ª Turma, Relator Ministro José Delgado, j. 15.12.2005, DJ 20.02.2006 pág. 237 e REsp 105469/DF, 2ª Turma, Relator Ministro Helio Mosimann, j. 09.02.1999, DJ 27.09.1999 pág. 69).
Face ao exposto, NÃO ADMITO o recurso especial interposto.
Dê-se ciência.
São Paulo, 27 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2000.03.99.005297-5 AC 566817
APTE	:	ELIAS RODRIGUES DE ABREU e outros
ADV	:	SIMONITA FELDMAN BLIKSTEIN
APDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	MARCELO FERREIRA ABDALLA
PETIÇÃO	:	RESP 2007046886
RECTE	:	ELIAS RODRIGUES DE ABREU
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a" e "c", da CF, contra acórdão de Turma desta Corte.
Buscam os recorrentes a reforma do "decisum", insurgindo-se com relação aos juros progressivos.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.
Em casos que tais tem sido negativo o juízo de admissibilidade no Egrégio STJ sob o argumento de que a análise recursal demandaria reexame de matéria fático-probatória, atraindo, por conseguinte, a incidência da Súmula 07 daquela Corte, conforme se depreende dos acórdãos prolatados pelas Turmas da 1ª Seção do STJ, a exemplo: AgRg no REsp 739558/CE, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, 1ª Turma, DJU 17.10.2005, p. 208, e EDcl no REsp 725520/CE, Rel. Min. CASTRO MEIRA, DJU 20.06.2005, P. 251.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 2 de abril de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2000.03.99.021130-5 AC 584899
APTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
APTE	:	CLODOALDO FRACASSI e outros
ADV	:	PAULO FERREIRA PACINI
ADV	:	MARCOS DIEGUES RODRIGUEZ
APDO	:	OS MESMOS
PETIÇÃO	:	RESP 2006310539
RECTE	:	CLODOALDO FRACASSI
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO

O recurso foi interposto com esteio no Art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, em face de acórdão proferido por Turma desta Corte que, à unanimidade, negou provimento à apelação da União e deu parcial provimento à apelação dos embargados, em ação de embargos à execução visando a redução do valor executado.

Embargos de declaração, à unanimidade, rejeitados.

O que se pretende é a reforma do julgado, nos termos do Art. 105, III, letra "a" da Carta Magna, ao argumento de que o acórdão infringiu os artigos 332 e 467, do CPC e o princípio da ampla defesa previsto no artigo 5º, XXXVI e LV, da CF.

No tocante ao cabimento do recurso com fulcro na alínea "c", do inciso III, do Art. 105 da Constituição Federal, apresenta excerto de julgados.

Decido.

Foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.

Entretanto, o recurso não merece prosseguimento, eis que não se amolda à hipótese constitucional de admissibilidade prevista no Art. 105, III, "a" e "c".

Note-se, que é assente na jurisprudência da Corte Superior, que a verificação da efetiva propriedade do bem é matéria afeta a produção de provas, o que não enseja a interposição do recurso especial, nos termos da súmula 7 - do Egrégio Superior Tribunal de Justiça (AgRg no REsp 664064/GO, 1ª Turma, Relator Ministro Francisco Falcão, j. 22.02.2005, DJ 21.03.2005 pág. 265 e REsp 108275/SP, 2ª Turma, Relator Ministro Castro Meira, j. 16.11.2004, DJ 14.03.2005 pág. 235).

De outra parte, não cabe discutir, em sede de recurso especial, eventual ofensa a princípio constitucional, debate adequado, isto sim, no recurso extraordinário, nos termos do Art. 102, III, da CF.

Face ao exposto, NÃO ADMITO o recurso especial interposto.

Dê-se ciência.

São Paulo, 26 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2000.03.99.022776-3 AC 587043
APTE	:	IBERIA IND/ DE EMBALAGENS LTDA
ADV	:	JULIANA ROSSETTO LEOMIL
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
PETIÇÃO	:	RESP 2003203596
RECTE	:	IBERIA IND/ DE EMBALAGENS LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a" e "c", da CF, contra acórdão proferido em embargos à execução fiscal, que, dentre outras questões, decidiu que a taxa SELIC incide sobre os valores objeto da execução fiscal, afastando a incidência de outro índice de correção monetária ou juros.

Busca a recorrente a reforma do "decisum" sob o fundamento de que violou o Art. 161, § 1º, do Código Tributário Nacional, asseverando ser ilegal a aplicação da Taxa SELIC e sustentando dissídio jurisprudencial.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recurso não merece prosseguimento.

Com efeito, a questão trazida à baila restou pacificada pela 1ª Seção do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, quando do julgamento do EREsp 426967/MG, de relatoria da Ministra Denisa Arruda, DJ 04/09/2006, pág. 218, cuja ementa trago à colação:

"TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. ICMS. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. INCIDÊNCIA DA TAXA SELIC. DÉBITO TRIBUTÁRIO ESTADUAL. EXISTÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO LEGAL. RECURSO PROVIDO.

1. É legal a aplicação da taxa SELIC na atualização dos débitos fiscais não-recolhidos integralmente no vencimento.

2. Na linha de orientação desta Corte Superior, a SELIC, além de ser utilizada como índice de correção monetária e de juros moratórios em relação aos tributos federais (Lei 9.250/95), deve ser aplicada também na correção dos tributos estaduais, nas hipóteses em que haja lei estadual autorizando a sua incidência.

3. Precedentes da Primeira Seção e de ambas as Turmas que a compõem.

4. Embargos de divergência providos".

Inviabilizada está, outrossim, a interposição do recurso excepcional com base na alínea "c" do permissivo constitucional, pois a invocação do dissídio jurisprudencial perde relevância na medida em que a jurisprudência da Corte Superior se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido, a teor do contido na Súmula 83 do STJ.

Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 21 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2000.03.99.032404-5 AC 598162
APTE	:	METROPOLIS INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA
ADV	:	CARLOS LEDUAR DE MENDONCA LOPES
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	HUMBERTO GOUVEIA e VALDIR SERAFIM
PETIÇÃO	:	RESP 2005311865
RECTE	:	METROPOLIS INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, a e c, da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte, em sede de pleito em matéria tributária.

O que se pretende é a reforma do aresto, sob o fundamento de ser ilegal o não reconhecimento da configuração do instituto da denúncia espontânea da infração, para exclusão de responsabilidade pela multa moratória, na hipótese de parcelamento do débito.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame de sua conformação à hipótese constitucional.

O recurso não merece prosseguimento.

Com efeito, a Primeira Seção do Colendo Superior Tribunal de Justiça, consagrou entendimento de que nos casos em que há parcelamento do débito tributário, não deve ser aplicado o benefício da denúncia espontânea da infração, visto que o cumprimento da obrigação foi desmembrado, e só será quitada quando satisfeito integralmente o crédito. Que a sistemática do Código Tributário Nacional, determina, para afastar a responsabilidade do contribuinte, que haja o pagamento do devido (REsp 284.189/SP, Relator Ministro Franciulli Netto, in DJ 26.05.03, pág. 254).

Inviabilizada está, outrossim, a interposição do recurso excepcional com base na alínea c do permissivo constitucional, pois a invocação do dissídio jurisprudencial perde relevância na medida em que a jurisprudência da Corte Superior se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido, a teor do contido na Súmula 83 do STJ.

Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 20 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2000.03.99.032551-7 AC 598306
APTE	:	ARIOVALDO DE OLIVEIRA
ADV	:	CELIA AKEMI KORIN
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PETIÇÃO	:	RESP 2007076334
RECTE	:	ARIOVALDO DE OLIVEIRA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto em face de decisão monocrática proferida nos moldes do Art. 557, do Código de Processo Civil.

Um dos requisitos necessário à admissão do recurso em tela é o prévio esgotamento das instâncias ordinárias (Art. 557, § 1º, CPC), sem o qual não se admite o recurso especial. A propósito, o Superior Tribunal de Justiça tem pacificado entendimento nesse sentido, a exemplo, transcrevo a seguinte ementa:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARTIGO 544 DO CPC. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INSTÂNCIA ORDINÁRIA NÃO ESGOTADA.

1. A decisão proferida monocraticamente, em observância ao art. 557, do CPC, não desafia de imediato a interposição de recurso especial, ante o não esgotamento das vias recursais no tribunal a quo pela ausência de oferecimento do agravo interno. Isto porque, a decisão denegatória, deve provir de Tribunal, e não ato isolado de um de seus membros.

2. Agravo regimental desprovido."

(AGRG no AG n. 621376-RJ, Rel. Min. Luiz Fux, 1ª T., v.u., j. 12.04.05, DJ 16.05.05)

No mesmo sentido: AGRG nos EDCL no AG n. 562849-RS, Rel. Min. Castro Filho, 3ª T., v.u., j. 28.10.04, DJ 17.12.04; AGRG no AG n. 619239-PB, Rel. Min. Gilson Dipp, 5ª T., v.u., j. 23.11.04, DJ 17.12.04 e AGRG no AG n. 547364-RJ, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, 6ª t., v.u., 17.02.05, DJ 11.04.05.

Destarte, por ausência de pressuposto indispensável ao seu processamento, NÃO ADMITO o recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 27 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2000.03.99.035681-2 AC 602324
APTE	:	AGRICOLA ITAIPAVA S/A
ADV	:	ALEXANDRE NASRALLAH
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
PETIÇÃO	:	RESP 2006210445
RECTE	:	AGRICOLA ITAIPAVA S/A
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO

O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a", da Constituição Federal, em face de acórdão proferido por Turma desta Corte que, à unanimidade, negou provimento à apelação da Embargante, em ação de embargos à execução fiscal.

O que se pretende é a reforma do julgado, nos termos do Art. 105, III, "a" da Carta Magna, ao argumento de ser incabível a inclusão, na CDA, do encargo de 20% previsto no Decreto-Lei 1025/69 e que o acórdão ofendeu os artigos 20 e 598, do CPC; 916 e 917, do CC de 1916 correspondentes aos artigos 408 e 410 do Novo Código Civil.

Decido.

Foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.

Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.

Com efeito, a jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça reconhece a incidência do encargo de 20% previsto no artigo 1º do Decreto-Lei 1025/69, nas execuções fiscais (REsp 750368/RS, 1ª Turma, Relator Ministro José Delgado, j. 27.09.2005, DJ 17.10.2005 pág. 215 e REsp 281736/RS, 2ª Turma, Relator Ministro Franciulli Netto, j. 14.12.2004, DJ 25.04.2005 pág. 259).

Face ao exposto, NÃO ADMITO o recurso especial interposto.

Dê-se ciência.

São Paulo, 26 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2000.03.99.038161-2 AC 605413
APTE	:	Banco Central do Brasil
ADV	:	JOSE OSORIO LOURENCAO
APDO	:	MARIA JOSE GOMES WAETGE
ADV	:	RONNI FRATTI
PETIÇÃO	:	RESP 2005187052
RECTE	:	MARIA JOSE GOMES WAETGE
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO

O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a", da Constituição Federal, em face de acórdão proferido por Turma desta Corte que, à unanimidade, rejeitou a matéria preliminar e deu provimento à apelação do BACEN e à remessa oficial, em ação de rito ordinário visando a responsabilização do BACEN pelos prejuízos causados por Credicon Administradora de Consórcios S/C Ltda.

Embargos de declaração, à unanimidade, rejeitados.

O que se pretende é a reforma do julgado, nos termos do Art. 105, III, "a" da Carta Magna, ao argumento de que o acórdão negou vigência aos artigos 159, do Código Civil; 333, II, do CPC; 4º, II e VI, 6º, VI, VII, VIII e X, 22, 81 e 83, do CDC; 9º, do Decreto 861/93; 2º, I e II, 3º, 15, I, d, e, f, § 1º, da Lei 6024/74; 11, II e 12, III, da Lei 8429/92 e Circulares BACEN 1449/89, 2071/91, 2151/92 e 2381/93.

Decido.

Foram atendidos os requisitos genéricos de admissibilidade recursal.

Entretanto, o recurso não merece prosseguimento, eis que não se amolda à hipótese constitucional de admissibilidade prevista no Art. 105, III, "a".

Note-se, que nas hipóteses de empresas sujeitas a fiscalização do BACEN e passíveis de liquidação extrajudicial, a jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça tem firmado entendimento de que só cabe ação de indenização, por omissão de fiscalização, contra o Banco Central do Brasil depois de comprovados os danos no processo de liquidação (REsp 786170/DF, 1ª Turma, Relator Ministro José Delgado, j. 15.12.2005, DJ 20.02.2006 pág. 237 e REsp 105469/DF, 2ª Turma, Relator Ministro Helio Mosimann, j. 09.02.1999, DJ 27.09.1999 pág. 69).

Face ao exposto, NÃO ADMITO o recurso especial interposto.

Dê-se ciência.

São Paulo, 27 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2000.03.99.062474-0 AC 637671
APTE	:	SUPERMERCADO NOVA APARECIDA LTDA
ADV	:	RONNI FRATTI
APDO	:	Banco Central do Brasil
ADV	:	JOSE OSORIO LOURENCAO
PETIÇÃO	:	RESP 2005187057
RECTE	:	SUPERMERCADO NOVA APARECIDA LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a", da Constituição Federal, em face de acórdão proferido por Turma desta Corte que, à unanimidade, negou provimento à apelação do autor, em ação de rito ordinário visando a responsabilização do BACEN pelos prejuízos causados pelo Consórcio Nacional Garavelo.
Embargos de declaração, à unanimidade, rejeitados.
O que se pretende é a reforma do julgado, nos termos do Art. 105, III, "a" da Carta Magna, ao argumento de que o acórdão negou vigência aos artigos 159, do Código Civil; 333, II, do CPC; 4º, II e VI, 6º, VI, VII, VIII e X, 22, 81 e 83, do CDC; 9º, do Decreto 861/93; 2º, I e II, 3º, 15, I, d, e, f, § 1º, da Lei 6024/74; 11, II e 12, III, da Lei 8429/92 e Circulares BACEN 1449/89, 2071/91, 2151/92 e 2381/93.
Decido.
Foram atendidos os requisitos genéricos de admissibilidade recursal. Entretanto, o recurso não merece prosseguimento, eis que não se amolda à hipótese constitucional de admissibilidade prevista no Art. 105, III, "a".
Note-se, que nas hipóteses de empresas sujeitas a fiscalização do BACEN e passíveis de liquidação extrajudicial, a jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça tem firmado entendimento de que só cabe ação de indenização, por omissão de fiscalização, contra o Banco Central do Brasil depois de comprovados os danos no processo de liquidação (REsp 786170/DF, 1ª Turma, Relator Ministro José Delgado, j. 15.12.2005, DJ 20.02.2006 pág. 237 e REsp 105469/DF, 2ª Turma, Relator Ministro Helio Mosimann, j. 09.02.1999, DJ 27.09.1999 pág. 69).
Face ao exposto, NÃO ADMITO o recurso especial interposto.
Dê-se ciência.
São Paulo, 26 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2000.03.99.063231-1 AC 638469
APTE	:	Banco Central do Brasil
ADV	:	JOSE OSORIO LOURENCAO
APDO	:	MARCELO BOAVENTURA LEITE CARDOSO
ADV	:	RONNI FRATTI
PETIÇÃO	:	RESP 2005187055
RECTE	:	MARCELO BOAVENTURA LEITE CARDOSO
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a", da Constituição Federal, em face de acórdão proferido por Turma desta Corte que, à unanimidade, rejeitou a matéria preliminar e deu provimento à apelação do BACEN e à remessa oficial, em ação de rito ordinário visando a responsabilização do BACEN pelos prejuízos causados pelo Consórcio Nasser S/C Ltda.
Embargos de declaração, à unanimidade, rejeitados.
O que se pretende é a reforma do julgado, nos termos do Art. 105, III, "a" da Carta Magna, ao argumento de que o acórdão negou vigência aos artigos 159, do Código Civil; 333, II, do CPC; 4º, II e VI, 6º, VI, VII, VIII e X, 22, 81 e 83, do CDC; 9º, do Decreto 861/93; 2º, I e II, 3º, 15, I, d, e, f, § 1º, da Lei 6024/74; 11, II e 12, III, da Lei 8429/92 e Circulares BACEN 1449/89, 2071/91, 2151/92 e 2381/93.
Decido.
Foram atendidos os requisitos genéricos de admissibilidade recursal. Entretanto, o recurso não merece prosseguimento, eis que não se amolda à hipótese constitucional de admissibilidade prevista no Art. 105, III, "a".
Note-se, que nas hipóteses de empresas sujeitas a fiscalização do BACEN e passíveis de liquidação extrajudicial, a jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça tem firmado entendimento de que só cabe ação de indenização, por omissão de fiscalização, contra o Banco Central do Brasil depois de comprovados os danos no processo de liquidação (REsp 786170/DF, 1ª Turma, Relator Ministro José Delgado, j. 15.12.2005, DJ 20.02.2006 pág. 237 e REsp 105469/DF, 2ª Turma, Relator Ministro Helio Mosimann, j. 09.02.1999, DJ 27.09.1999 pág. 69).
Face ao exposto, NÃO ADMITO o recurso especial interposto.
Dê-se ciência.
São Paulo, 27 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2000.03.99.066297-2 AC 642845
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MAISA DA COSTA TELLES CORREA LEITE
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ADAO GOMES DE CARVALHO e outros
ADV	:	FLAVIO ROSSI MACHADO
PETIÇÃO	:	RESP 2007077999
RECTE	:	ADAO GOMES DE CARVALHO
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
O recurso especial foi interposto via fac-símile em 19 de março de 2007 e o original foi protocolado em 23 de março de 2007. A publicação do acórdão recorrido houve em 17 de janeiro de 2007, o que está a significar que a impugnação é intempestiva, eis que em desabono ao prazo fixado no Art. 508, do Código de Processo Civil.
Carente de pressuposto objetivo de admissibilidade, NÃO O ADMITO.
Certificado o trânsito em julgado, baixem-se os autos, observadas as formalidades legais.
Dê-se ciência.
São Paulo, 27 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2000.03.99.072857-0 AC 650082
APTE	:	ACOTEXTIL IMP/ IND/ E COM/ DE ARAMES E ARTEFATOS LTDA
ADV	:	JOSE FERNANDO TEIXEIRA ALVES FERRAZ
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
PETIÇÃO	:	RESP 2003224807
RECTE	:	ACOTEXTIL IMP/ IND/ E COM/ DE ARAMES E ARTEFATOS LT DA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto com fulcro no art. 105, III, "a", da CF, contra acórdão proferido por Turma deste Tribunal, que, à unanimidade, rejeitou a preliminar de cerceamento de defesa e negou provimento ao recurso, ao entendimento que não restou demonstrada a necessidade da realização da perícia contábil e manteve a sentença que julgou improcedentes os embargos à execução. Decidiu, ainda, não ser os embargos à execução meio idôneo para pleitear deferimento de compensação tributária, por vedação expressa do Art. 16, § 3º, da LEF.
O que se pretende é a reforma do "decisum", sob o fundamento de que contrariou dispositivos de normas infraconstitucionais, asseverando a nulidade do título executivo e cerceamento de defesa, ante o indeferimento da prova pericial requerida.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.
Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, o entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça quanto à questão trazida à baila é no sentido de que não configura cerceamento de defesa ou ilegalidade no indeferimento da prova pericial se o juiz verificar que o processo está suficiente instruído (AgRg no Ag 441782/MG, 2ª Turma, Relator Ministro Franciulli Netto, in DJ 26/05/2003, pág. 338; REsp 651360/SP, 2ª Turma, in DJ 04/10/2004, pág. 268 e AgRg no REsp 777798/SP, 2ª Turma, Relator, in DJ 05/05/2006, pág. 291, ambos de relatoria do Ministro Castro Meira).
Ademais, restou consignado no acórdão que "meras alegações, desacompanhadas de qualquer indício de erro nos valores acostados na execução fiscal, são insuficientes para ensejar a dilação probatória requerida."
No que tange à alegação de iliquidez do título executivo, o entendimento assente na Colenda Corte é no sentido de que a Certidão de Dívida Ativa possui presunção de liquidez e certeza, a qual somente pode ser elidida por meio de prova robusta e não por meras alegações e que não é nula a CDA que contém os requisitos legais, precipuamente quando foi possível à devedora promover sua defesa (AgRg no Ag 761041/MG, DJ 28/08/2006, pág. 232 e Resp 789362/PR, DJ 08/06/2006, pág. 139, 1ª Turma, ambos de relatoria do Ministro José Delgado, e REsp 367163/MG, 2ª Turma, Relator Ministro João Otávio de Noronha, DJ 20/03/2006, pág. 229).
Por derradeiro, quanto à não-cumulatividade da tributação do IPI, observa-se que o embasamento da tese do recorrente é exclusivamente constitucional, o que dá ensejo à interposição de recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal e não de recurso especial.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 30 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2000.61.00.006306-0 AMS 256578
APTE	:	SINDICATO DAS ENTIDADES CULTURAIS RECREATIVAS DE ASSISTENCIA SOCIAL DE ORIENTACAO E FORMACAO PROFISSIONAL NO ESTADO DE SAO PAULO SINDELIVRE
ADV	:	LESLIE APARECIDO MAGRO
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
PETIÇÃO	:	RESP 2005211406
RECTE	:	SINDICATO DAS ENTIDADES CULTURAIS RECREATIVAS DE ASSISTENCIA SOCIAL DE ORIENTACAO E FORMACAO PROFISSIONAL NO ESTADO DE SAO PAULO SINDELIVRE
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a", da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte, em pleito de opção pelo regime simplificado de tributação denominado SIMPLES.
O que se busca é a reforma do acórdão, alegando violação ao artigo 170, IX, da CF e aos princípios da isonomia, capacidade contributiva e legalidade.
Decido.
De saída, observo ser imprescindível no recurso especial interposto pela alínea "a", do inciso III, do Art 105, da CF, a indicação dos preceitos de lei federal havidos como vulnerados, o que, "in casu", não ocorreu. Este entendimento vem corroborado através do AgRg na MC 9786/MG, de relatoria da Ministra LAURITA VAZ; do EDRESP 685366/MA, de relatoria da Ministra NANCY ANDRIGUI, bem como do Resp 623358/SC, do relator Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI.
De outra parte, não cabe discutir, em sede de recurso especial, eventual ofensa a dispositivos constitucionais, debate adequado, isto sim, ao recurso extraordinário, nos termos do Art. 102, III, da CF.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 22 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2000.61.00.019185-2 AMS 215831
APTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
APDO	:	JOSE AYRES MONTEIRO JUNIOR
ADV	:	PATRICIA CRISTINA CAVALLO
PETIÇÃO	:	RESP 2007033445
RECTE	:	JOSE AYRES MONTEIRO JUNIOR
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto com fulcro no art. 105, III, a, da CF, contra acórdão que reconheceu a incidência do Imposto de Renda de Pessoa Física sobre: os valores auferidos a título de "indenização especial" em rescisão de contrato de trabalho sem justa causa.
Busca a recorrente a reforma do "decisum" alegando, em síntese, o caráter indenizatório das verbas rescisórias.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.
Observo que a Primeira Seção do E. STJ, em sede de embargos de divergência, pacificou entendimento no sentido da incidência do imposto de renda sobre os valores auferidos em rescisão de contrato de trabalho sem justa causa a título de "indenização especial" É o que se vê do julgamento do EREsp 686109/RJ, 1ª Seção, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, D.J. 22/05/06, P. 142.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 28 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2000.61.00.038031-4 AC 941151
APTE	:	MAURICIO DE SOUSA PRODUCOES LTDA e outro
ADV	:	OTONIEL DE MELO GUIMARAES
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUCIANA KUSHIDA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PETIÇÃO	:	RESP 2006332059
RECTE	:	MAURICIO DE SOUSA PRODUCOES LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, a e c, da CF, contra acórdão que, em ação versando sobre a exigibilidade da contribuição social sobre a folha de salários no mês de setembro de 1989, nos termos da Lei nº 7787/89, reconheceu a ocorrência de prescrição.
Busca a recorrente a reforma do "decisum" insurgindo-se contra a declaração de prescrição.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Entretanto, o recurso não merece prosseguimento
Observo que a Primeira Seção do E. STJ consolidou entendimento, denominado tese dos "cinco mais cinco", no sentido de que nas ações de repetição de indébito, nos tributos sujeitos a lançamento por homologação, o início do prazo qüinquenal do art. 168 do CTN é postergado para cinco anos após o pagamento do tributo, o que corresponde a homologação tácita deste. É que que se vê em recentes julgados das turmas desta Seção, a exemplo: AgRg no REsp 743347/SP, 1ª Turma, Rel. Min. LUIZ FUX e REsp 653405/RS, 2ª Turma, Rel. Min. CASTRO MEIRA.
No julgamento dos Embargos de Divergência 435.835/SC, a referida Seção adotou entendimento de que esta sistemática também se aplica em caso de tributo declarado inconstitucional pelo E. STF, ainda que haja resolução do Senado.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 29 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2000.61.00.043669-1 AC 986790
APTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
APDO	:	ILUMATIC S/A ILUMINACAO E ELETROMETALURGICA
ADV	:	LUIZ FRANCISCO LIPPO
ADV	:	MARIA JOSE SOARES BONETTI e outros
PETIÇÃO	:	RESP 2005189926
RECTE	:	ILUMATIC S/A ILUMINACAO E ELETROMETALURGICA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a", da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte, em sede de pleito em matéria tributária.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados à unanimidade.

O que se pretende é a reforma do aresto, sob o fundamento de ser ilegal o não reconhecimento da configuração do instituto da denúncia espontânea da infração, na hipótese de parcelamento do débito, para exclusão de responsabilidade pela multa moratória.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame de sua conformação à hipótese constitucional.

O recurso não merece prosseguimento.

Com efeito, a Primeira Seção do Colendo Superior Tribunal de Justiça, consagrou entendimento de que nos casos em que há parcelamento do débito tributário, não deve ser aplicado o benefício da denúncia espontânea da infração, visto que o cumprimento da obrigação foi desmembrado, e só será quitada quando satisfeito integralmente o crédito. Que a sistemática do Código Tributário Nacional, determina, para afastar a responsabilidade do contribuinte, que haja o pagamento do devido (REsp 284.189/SP, Relator Ministro Franciulli Netto, in DJ 26.05.03, pág. 254).

Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 22 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2000.61.05.006715-2 REOMS 258485
PARTE A	:	ASGA MICROELETRONICA S/A
ADV	:	MILTON CARMO DE ASSIS JUNIOR
PARTE R	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	HUMBERTO GOUVEIA e VALDIR SERAFIM
PETIÇÃO	:	RESP 2005107676
RECTE	:	ASGA MICROELETRONICA S/A
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a", da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte, em sede de pleito em matéria tributária.

O que se pretende é a reforma do aresto, sob o fundamento de ser ilegal o não reconhecimento da configuração do instituto da denúncia espontânea da infração, na hipótese de parcelamento do débito, para exclusão de responsabilidade pela multa moratória.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame de sua conformação à hipótese constitucional.

O recurso não merece prosseguimento.

Com efeito, a Primeira Seção do Colendo Superior Tribunal de Justiça, consagrou entendimento de que nos casos em que há parcelamento do débito tributário, não deve ser aplicado o benefício da denúncia espontânea da infração, visto que o cumprimento da obrigação foi desmembrado, e só será quitada quando satisfeito integralmente o crédito. Que a sistemática do Código Tributário Nacional, determina, para afastar a responsabilidade do contribuinte, que haja o pagamento do devido (REsp 284.189/SP, Relator Ministro Franciulli Netto, in DJ 26.05.03, pág. 254).

Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 22 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2000.61.82.020830-0 AC 838746
APTE	:	CANOY ENTRETENIMENTO E PRODUCOES LTDA
ADV	:	PAULO JOSE IASZ DE MORAIS
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	HUMBERTO GOUVEIA e VALDIR SERAFIM
PETIÇÃO	:	RESP 2003122378
RECTE	:	CANOY ENTRETENIMENTO E PRODUCOES LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, a e c ,da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte que, em sede de embargos à execução fiscal, entendeu pela aplicação da taxa Selic como juros moratórios.

O que se pretende é a reforma do aresto, sob o fundamento de ser ilegal a aplicação da Selic, prevista no Art. 39, § 4º, da Lei 9.250/95.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame de sua conformação à hipótese constitucional.

O recurso não merece prosseguimento.

Com efeito, a jurisprudência prevalente no âmbito da 1ª Seção firmou-se no sentido da legitimidade da aplicação da taxa Selic sobre os créditos do contribuinte, em sede de compensação ou restituição de tributos, bem como, por razões de isonomia, sobre os débitos para com a Fazenda Nacional (REsp 530208/PR, 1ª Turma, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJ 01.07.04, pág. 184 e REsp 692453/RS, 2ª Turma, Relator Ministro Castro Meira, DJ 01.02.06, pág. 491).

Inviabilizada está, outrossim, a interposição do recurso excepcional com base na alínea c do permissivo constitucional, pois a invocação do dissídio jurisprudencial perde relevância na medida em que a jurisprudência da Corte Superior se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido, a teor do contido na Súmula 83 do STJ.

Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 30 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2001.03.00.027370-5 MC 2656
REQTE	:	MARITIMA SEGUROS S/A
ADV	:	LUIZ EDUARDO DE CASTILHO GIROTTO
REQDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
PETIÇÃO	:	RESP 2006143733
RECTE	:	MARITIMA SEGUROS S/A
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido por Turma desta Corte, em que se discute a condenação em verba honorária advocatícia, em decorrência de desistência de Medida Cautelar, para fins de adesão ao PAES.

O que se pretende é a reforma do "decisum", sob o fundamento de contrariedade ao Art. 20, § 4º, do Código de Processo Civil.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame de sua conformação à hipótese constitucional.

O recurso interposto não merece prosseguimento.

Com efeito, é pacífico o entendimento das EgrPrimeira e Segunda Turmas do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que a ação cautelar também sujeita-se à condenação em honorários advocatícios, nos casos de desistência, in verbis:.

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL. (REFIS). DESISTÊNCIA DA MEDIDA CAUTELAR. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO.

A opção do contribuinte pelo parcelamento do débito tributário por meio da inscrição no Programa de Recuperação Fiscal, condicionada à desistência dos embargos à execução, não desonera o contribuinte do pagamento dos honorários advocatícios. Com efeito, a adesão ao REFIS não é imposta pelo fisco, mas sim uma faculdade dada à pessoa jurídica que, ao optar pelo Programa, sujeita-se à confissão do débito e à desistência dos embargos à execução.

O processo cautelar possui autonomia em face do processo de conhecimento, o que significa reconhecer que, por mais que a ação cautelar seja incidental a um recurso ordinário em mandado de segurança, também sujeita-se à condenação em honorários advocatícios.

Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 502762/SP; Relator Ministro FRANCIULLI NETTO; Segunda Turma; DJ 05.12.2005; p.274)

e,

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. ICMS. CAUTELAR. ADESÃO AO REFIS. HONORÁRIOS. CABIMENTO.

I-Cuidam os autos de medida cautelar de depósito, tendo o contribuinte, no decorrer da ação, aderido ao REFIS, extinguindo-se conseqüentemente o feito, e o Tribunal a quo, na fixação dos honorários, entendeu pela aplicação do artigo 26, § 2º, do CPC, com a divisão das despesas.

II-Havendo desistência da ação em face de adesão ao REFIS é cabível a fixação de verba honorária em desfavor do contribuinte, até o limite de 1%(um por cento) do débito consolidado, conforme dispõe o artigo 5º, § 3º, da Lei 10.189/2001. Precedentes: REsp nº 755.724/RS, Rel. Min. ELIANA CALMON, DJ de 26/09/05; AgRg no REsp nº 664.637/RS, Rel. Min. LUIZ FUX, DJ de 06/03/2006 e AgRg no REsp nº 502.762/SP, Rel Min. FRANCIULLI NETTO, DJ de 05/12/2005.

III-Recurso provido.

(REsp 843211/PR; Relator Ministro FRANCISCO FALCÃO; Primeira Turma; DJ 23.10.2006; p.275)."

Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 22 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2001.03.99.005723-0 AC 664501
APTE	:	INDUSTRIAS MATARAZZO DE EMBALAGENS LTDA
ADV	:	ROBERTA DE TINOIS E SILVA
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
PETIÇÃO	:	RESP 2005303369
RECTE	:	INDUSTRIAS MATARAZZO DE EMBALAGENS LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a" e "c", da CF, contra acórdão proferido em embargos à execução fiscal, que admitiu a possibilidade de cumulação de juros e multa moratória, a condenação do devedor ao pagamento do encargo previsto no Art. 1º do Decreto-lei 1.025/69, o qual substitui nos embargos do devedor a condenação em verba honorária, a teor da Súmula 168 do extinto TFR.

Opostos embargos de declaração pelo recorrente ao argumento de omissão e com vistas a prequestionar dispositivos legais, foram rejeitados à unanimidade.

Busca a recorrente a reforma do "decisum", alegando violação ao art. 535, II, do CPC e sustentando a ilegitimidade do encargo supracitado, da cumulação de juros e multa moratória.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame da conformação à hipótese constitucional.

O recurso não merece prosseguimento.

De saída, observo não configurada a ofensa ao Art. 535, II, do CPC.

Com efeito, o Egrégio Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido da decisão recorrida e reconheceu que não há ofensa ao Art. 535, do CPC, quando o recurso interposto demonstrar inconformismo com o teor da decisão recorrida, pretendendo rediscutir matérias já decidas, sem demonstrar omissão, contradição ou obscuridade, impondo-se a rejeição do recurso, que à guisa de omissão, tem o nítido propósito de prequestionamento, posto que o Tribunal de origem examinou todas as questões relevantes para o deslinde da controvérsia. (EDcl no REsp n. 712214/SC, 1ª Turma, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJ 01/08/2005; EDcl n. 670109/TO, 1ª Turma, Relator Ministro Luiz Fux, DJ 01/08/2005; RESP n. 74084/CE, 2ª Turma, Relator Ministro Castro Meira, DJ 15/08/2005).

Ademais, pacífica a orientação segundo a qual o encargo de 20% (vinte por cento) do DL 1.025/69 é devido nas execuções fiscais da União, substituindo, nos embargos, a condenação do devedor em honorários (EResp 147169/DF, 1ª Seção do STJ, DJ 07/12/98 e Resp 529037/RS, 2ª Turma do STJ, DJ 28/03/06).

Por derradeiro, a 1ª Seção dirimiu divergência a respeito da cumulação de juros e multa moratória, decidindo pela sua possibilidade, haja vista que aqueles compensam a perda financeira decorrente do atraso no pagamento, enquanto esta possui natureza de penalidade administrativa (Resp 261116/SC, 2ª Turma, DJ 20/11/03).

Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 22 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2001.03.99.015265-2 AC 681710
APTE	:	BETHA EMBALAGENS LTDA
ADV	:	DOROTI FATIMA CRUZ BURATTI
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
PETIÇÃO	:	RESP 2005299929
RECTE	:	BETHA EMBALAGENS LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a", da CF, contra acórdão proferido em embargos à execução fiscal, que, dentre outras questões, decidiu que o encargo de 20% previsto no Decreto-lei 1.025/69 é devido nas execuções fiscais em substituição aos honorários advocatícios, a teor da Súmula 168 do extinto TFR.

Busca a recorrente a reforma do "decisum" sob o fundamento de que violou o Art. 20, §3º e 4º, do CPC, asseverando que seja afastado o encargo de 20% previsto no Art. 1º do Decreto-lei 1.025/69 e contra aplicação da Taxa SELIC em razão da sua inconstitucionalidade.

Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade.
O recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, à aplicação do DL 1025/69 em substituição aos honorários advocatícios fixados na sentença, não merece reparos a decisão guerreada, por estar em consonância com o entendimento assente na 1ª Seção do STJ, que pacificou a questão quando do julgamento do EREsp 252668/MG, Min. Franciulli Neto, DJ 12/05/2003, pág. 207, cuja suma trago à colação: "O encargo legal previsto no artigo 1º do Decreto-lei n. 1.025/69, de 20% (vinte por cento) sobre o valor do débito, substitui a condenação do devedor em honorários de advogado, na cobrança executiva da Dívida Ativa da União (art. 3º do Decreto-lei n. 1.645/78), e destina-se a atender a despesas diversas relativas à arrecadação de tributos não pagos pelos contribuintes (art. 3º da Lei n. 7.711/88). Incabível, portanto, a redução do seu percentual de 20% (vinte por cento), por não ser ele mero substituto da verba honorária."
Ademais, quanto a questão ventilada da inconstitucionalidade da aplicação da Taxa Selic, não foi apreciada pelo acórdão recorrido e, não tendo os recorrentes opostos embargos declaratórios para suprir a omissão relativa à questão suscitada, inviabilizada está a sua argüição apenas nas razões de recurso extremo, por falta de prequestionamento.
Em casos análogos, ambas as turmas do E. Superior Tribunal de Justiça pacificaram entendimento quanto à questão posta, nos termos da suma do acórdão a seguir transcrito:
"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO -CONTRIBUIÇÃO PARA O FINSOCIAL - INCONSTITUCIONALIDADE (RE 150.764-1) - COMPENSAÇÃO - POSSIBILIDADE APENAS COM A COFINS - - LEI 8.383/91, ART. 66 - LEI 9.430/96 - NECESSIDADE DE REQUERIMENTO À RECEITA FEDERAL - CORREÇÃO MONETÁRIA - APLICAÇÃO DO IPC NOS MESES DE JAN. E FEV/89, MARÇO E ABRIL/90 - SÚMULA 252/STJ - INCIDÊNCIA DOS ÍNDICES PREVISTOS LEGALMENTE NOS DEMAIS MESES - VIOLAÇÃO AOS ARTS 458, III, 459 E 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA - JULGAMENTO ULTRA PETITA - PREQUESTIONAMENTO AUSENTE - SÚMULAS 282 E 356 STF - PRECEDENTES.
- … "omissis".
- Consoante reiterada jurisprudência da eg. Corte Especial, surgida a questão federal no julgamento da apelação, sem que o Tribunal de origem tenha se pronunciado sobre ela, cabe à parte provocar o seu exame mediante embargos declaratórios, sob pena de inviabilizar a admissibilidade do recurso por falta de prequestionamento.
-… "omissis".
(Resp 640159/PE, 2ª Turma, Relator Ministro Francisco Peçanha Martins, j. 06/12/2005, DJ 13/02/06, pág. 744)".
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 27 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2001.03.99.019910-3 AC 688159
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	JOSE CARLOS DE CASTRO
APDO	:	MARIA CARMEN ZONTA
ADV	:	JEFERSON TEIXEIRA DE AZEVEDO
PETIÇÃO	:	RESP 2001189951
RECTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso especial foi interposto pela Caixa Econômica Federal, com esteio no artigo 105, III, "a" da Constituição Federal, em face do acórdão proferido por Turma desta Corte, que, à unanimidade, rejeitou as preliminares e negou provimento à apelação e ao recurso adesivo, em medida cautelar, objetivando a revisão do contrato de financiamento de imóvel realizado pelo Sistema Financeiro de Habitação.
Busca, a recorrente, a reforma do julgado, sustentando, em síntese, a negativa de vigência do art. 75, do Código Civil, dos artigos: 29, 31 e 32, do Decreto-lei nº 70/66, do art. 585, § 1ºdo CPC e artigo 7º, incisos I e III do Decreto Lei 2.291/86, alegando ilegitimidade passiva "ad causam".
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos objetivos de admissibilidade recursal.
Entretanto, o recurso não merece prossecução, eis que não se amolda à hipótese constitucional de admissibilidade prevista no art. 105, III, "a".
Com efeito, o E. Superior Tribunal de Justiça já pacificou entendimento consentâneo com o exarado no acórdão, recorrido, de que a Caixa Econômica Federal tem legitimidade passiva como sucessora do extinto BNH, conforme se transcreve "in verbis":
"PROCESSUAL CIVIL. CONTRATO DE MÚTUO. LEGITIMIDADE. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. SUCESSORA DO EXTINTO BNH E RESPONSÁVEL PELA CLÁUSULA DE COMPROMETIMENTO DO FCVS. ILEGITIMIDADE DA UNIÃO. PRECEDENTES DO STJ. MEDIDA CAUTELAR. DEPÓSITO DAS PRESTAÇÕES. CONTRATO DE MÚTUO COM GARANTIA HIPOTECÁRIA. DEBATE SOBRE O VALOR DAS PRESTAÇÕES. POSSIBILIDADE. DEPÓSITO INTEGRAL. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA.
1. A Caixa Econômica Federal, e não a União, após a extinção do BNH, possui legitimidade para ocupar o pólo passivo das demandas referentes aos contratos de financiamento pelo SFH, porquanto sucessora dos direitos e obrigações do extinto BNH e responsável pela cláusula de comprometimento do FCVS - Fundo de Comprometimento de Variações Salariais.
2. Ilegitimidade passiva ad causam da União que se reconhece. Precedentes do STJ.
3. Hipótese em que os mutuários da casa própria ajuizaram ação cautelar com o objetivo de efetuar o depósito de prestações cujo recebimento foi negado pela CEF porquanto condicionado ao pagamento de diferença de prestações apuradas em período pretérito.
4. A ação cautelar constitui-se o meio idôneo conducente ao depósito das prestações da casa própria avençadas, com o escopo de afastar a mora, de demonstrar a boa-fé e, ainda, a solvabilidade do devedor.
5. Não obstante, somente o depósito integral do valor da prestação tem o condão de suspender a execução hipotecária.
6. In casu, mesmo que deixassem de efetuar o pagamento do montante relativo às diferenças das prestações de período pretérito, para ter direito à pretensão deduzida os mutuários deveriam ter recolhido ao menos o valor das prestações mensais cobradas pela CEF.
7. Recurso especial parcialmente provido.
(Resp nº 639290-CE, 1ª Turma, Rel. Min. LUIZ FUX, unânime, julgado em 05.10.2004, DJU 25.10.2004, pág. 252)".
Face ao exposto, NÃO ADMITO o recurso especial interposto.
Dê-se ciência.
São Paulo, 22 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2001.03.99.022270-8 AC 691966
APTE	:	MIRIAM ERTHMANN SAO THIAGO
ADV	:	LUIS CARLOS MORO
APDO	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
PETIÇÃO	:	RESP 2005128767
RECTE	:	MIRIAM ERTHMANN SAO THIAGO
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso especial foi interposto, sem indicação do permissivo constitucional, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em pleito relativo a servidor público federal civil.
A parte recorrente alega ofensa à legislação federal sem, contudo, indicar o artigo em tese violado.
Decido.
O recurso não merece prosseguimento.
Verifico, de pronto, que a parte recorrente não indicou expressamente o permissivo e a alínea constitucionais que autorizam a admissão do reclamo, nem indicou o dispositivo de lei federal que inferiu violado, restando configurada a deficiência na fundamentação, a teor da Súmula 284 do Excelso Supremo Tribunal Federal (AgRg no Ag 709.465/RN, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, j. 15/12/2005, DJ 06/02/2006, P. 301; EDcl no AgRg no Ag 493.375/RS, 6ª Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, j. 11/10/2005, DJ 21/11/2005, p. 315).
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 28 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2001.03.99.029905-5 AC 704538
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	MARCELO FERREIRA ABDALLA
APDO	:	JOSE GERALDO OLIVEIRA DE MELO
ADV	:	RODNEY BARBIERATO FERREIRA
PETIÇÃO	:	RESP 2005171754
RECTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
O recurso foi interposto com esteio no artigo 105, III, "a", da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte, que, à unanimidade, negou provimento à apelação.
Busca, a recorrente, a reforma do "decisum" sob o fundamento de que "É bem verdade que é corolário do princípio da causalidade a condenação em honorários da parte sucumbente, ou seja, aquela que, após a apreciação do pedido formulado junto ao Poder Judiciário, tem sua pretensão rechaçada.
Contudo, não possui a mesma veracidade a imposição de honorários advocatícios em face de pedido de desistência formulado pela parte e com concordância da parte 'ex adversa'...".
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.
Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, resta pacificado pela Corte Superior entendimento consentâneo com o exarado no acórdão recorrido, de que quando há a extinção do processo por desistência ou reconhecimento do pedido, as despesas e os honorários são pagos pela parte que desistiu ou reconheceu (REsp n. 552639/PE, Relator Ministro João Otávio de Noronha, publicado no D.J.U. de 06/11/2006, p. 304).
No mesmo sentido o REsp n. 238093/PR, Relator Ministro Franciulli Netto, publicado no D.J.U. de 06/09/2004, p. 190.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 23 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2001.03.99.034367-6 AC 712758
APTE	:	CALCADOS HIPER BABUCH LTDA
ADV	:	NEWTON RUSSO
APDO	:	Superintendencia Nacional de Abastecimento SUNAB
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
PETIÇÃO	:	RESP 2004197165
RECTE	:	CALCADOS HIPER BABUCH LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, a, da CF, contra acórdão proferido em embargos à execução fiscal.
Busca a recorrente a reforma do decisum, alegando a ausência de liquidez, certeza e exigibilidade da Certidão de Dívida Ativa - CDA.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame da conformação à hipótese constitucional.
O recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, a Colenda Corte pacificou entendimento acerca da questão posta, no sentido de que a CDA possui presunção de liquidez e certeza, a qual somente pode ser elidida por meio de prova robusta e não por meras alegações e que não é nula a CDA que contém os requisitos legais, precipuamente quando foi possível à devedora promover sua defesa.
Ademais, a verificação dos requisitos de validade do título executivo, como a liquidez e certeza da certidão de dívida ativa, enseja o reexame de matéria de ordem fático-probatória, o que não se coaduna com a via estreita do recurso especial, cuja função é a de unificar a aplicação do direito federal, a teor da Súmula 07, do STJ, conforme tem decidido o C. Superior Tribunal de Justiça nos AgRg no Ag 761041/MG, DJ 28/08/2006, pág. 232 e Resp 789362/PR, DJ 08/06/2006, pág. 139, 1ª Turma, ambos de relatoria do Ministro José Delgado, e REsp 367163/MG, 2ª Turma, Relator Ministro João Otávio de Noronha, DJ 20/03/2006, pág. 229.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 26 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2001.03.99.038642-0 AC 720326
APTE	:	NELSON DA SILVA
ADV	:	JOSE BARTOLOMEU DE SOUSA LIMA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARIA LUCIA MARTINS BRANDAO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PETIÇÃO	:	RESP 2002127083
RECTE	:	NELSON DA SILVA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso especial foi interposto, com fulcro no artigo 105, III, a e c, da CF, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em pleito de concessão de benefício previdenciário.
A parte recorrente alega ofensa aos artigos 4º, da Lei 1.060/50; e 796, do CPC, e ocorrência de dissídio jurisprudencial.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.
Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, o Colendo Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que, a teor da Súmula 7, a análise de argumentos acerca da concessão dos benefícios da Justiça Gratuita implica, necessariamente, em reexame do material fático-probatório produzido nos autos, a qual não se coaduna com a via eleita (AgRg no Ag 802.673/SP, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, j. 06/02/2007, DJ 15/02/2007, p. 227; e AgRg no Ag 555.203/SP, 4ª Turma, Rel. Min. Fernando Gonçalves, j. 07/12/2004, DJ 01/02/2005, p. 567), o que evidencia a ausência de plausibilidade da pretensão recursal e, nos termos da Súmula 83 daquela Corte, inviabiliza o prosseguimento do reclamo.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 27 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2001.03.99.045334-2 AC 731988
APTE	:	JOAO ADEMAR FERREIRA
ADV	:	ERICA CRISTINA DE OLIVEIRA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOSE RICARDO FERNANDES SALOMAO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PETIÇÃO	:	RESP 2006339961
RECTE	:	JOAO ADEMAR FERREIRA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso especial foi interposto, com fulcro no artigo 105, III, a, da CF, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em pleito de concessão de benefício previdenciário.

A parte recorrente alega ofensa aos artigos 7º e 133, da CF; e 20, § 3º, do CPC.

Decido.

O recurso não merece prosseguimento.

Verifico, de pronto, o não cabimento da impugnação interposta, pois o artigo 105, III, da CF, prevê o recurso especial somente para as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais.

Destarte, à parte recorrente, inconformada com o acórdão não unânime que reformou a sentença, em grau de apelação, restaria a oposição de embargos infringentes, nos termos do artigo 530, do CPC.

Por conseguinte, cumpria ao recorrente esgotar a via ordinária, a teor da Súmula 207 do Colendo Superior Tribunal de Justiça.

Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 29 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2001.03.99.046036-0 AC 733379
APTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	HUMBERTO GOUVEIA e VALDIR SERAFIM
APDO	:	TAIAMA AGUAS MINERAIS LTDA
ADV	:	ALICIA BIANCHINI BORDUQUE
APDO	:	PLINIO VIOLIN e outro
ADV	:	ANA PAULA PULTZ FACCIOLI SPITTI
PETIÇÃO	:	RESP 2006251248
RECTE	:	PLINIO VIOLIN
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a" e "c", da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte que, à unanimidade, deu provimento à remessa oficial e julgou prejudicada a apelação da recorrida e o recuso adesivo, para julgar extintos os embargos à execução, nos termos do Art. 269, V, do CPC, em razão de que houve a adesão da executada ao REFIS - Lei 9.964/00, que em seu parágrafo 6º, Art. 2º, prescreve que o contribuinte deve renunciar ao direito no qual se funda a ação, nos feitos que esteja a demandar.

Buscam os recorrentes a reforma do "decisum" sob o fundamento de que contraria o Art. 135, do CTN, alegando que não houve comprovação de dolo na conduta dos recorrentes ou indícios de atos praticados com excesso de poder ou infração à lei, a ensejar a sua inclusão no pólo passivo da demanda, bem como a empresa executada continua em atividade.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.

Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.

As razões expendidas no recurso especial encontram-se dissociadas do aresto recorrido, vez que os embargos à execução foram extintos em razão da adesão ao REFIS, conforme acima relatado, e não há na decisão atacada menção implícita ou explícita acerca da questão trazida à baila pelos recorrentes, de forma que se afronta houvesse, diria respeito a dispositivos processuais, não alegados pelos recorrentes.

Em casos análogos, decidiu o Colendo Superior Tribunal de Justiça, que as razões recursais devem invocar argumentos condizentes com o conteúdo do acórdão recorrido, o que inocorreu nesta hipótese, sendo de rigor o não conhecimento do recurso, conforme ilustram as sumas dos acórdãos que a seguir se transcrevem:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. RAZÕES DISSOCIADAS DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. AUSÊNCIA DE REGULARIDADE FORMAL.

1. É inadmissível o apelo especial por ausência de regularidade formal, se as razões do recurso apresentam-se completamente dissociadas dos fundamentos do acórdão recorrido.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no Ag 636181/SP; 2ª Turma; unânime; Relator Ministro João Otávio de Noronha; DJ 17/10/2005, pág. 255) e

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. RAZÕES DISSOCIADAS DA FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. AUSÊNCIA DE REGULARIDADE FORMAL.

1. Não se conhece do recurso especial quando as razões recursais não se coadunam com a matéria decidida nas instâncias ordinárias. Precedentes.

2. Recurso não conhecido.

(Resp 757758/SC; 5ª Turma; unânime; Relatora Ministra Laurita Vaz; DJ 26/09/2005, pág. 459)."

Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 28 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2001.03.99.046037-1 AC 733380
APTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	HUMBERTO GOUVEIA e VALDIR SERAFIM
APDO	:	TAIAMA AGUAS MINERAIS LTDA
ADV	:	ALICIA BIANCHINI BORDUQUE
APDO	:	PLINIO VIOLIN e outro
ADV	:	ANA PAULA PULTZ FACCIOLI SPITTI
PETIÇÃO	:	RESP 2006251246
RECTE	:	PLINIO VIOLIN
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a" e "c", da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte que, à unanimidade, deu provimento à remessa oficial e julgou prejudicada a apelação da recorrida e o recuso adesivo, para julgar extintos os embargos à execução, nos termos do Art. 269, V, do CPC, em razão de que houve a adesão da executada ao REFIS - Lei 9.964/00, que em seu parágrafo 6º, Art. 2º, prescreve que o contribuinte deve renunciar ao direito no qual se funda a ação, nos feitos que esteja a demandar.

Buscam os recorrentes a reforma do "decisum" sob o fundamento de que contraria o Art. 135, do CTN, alegando que não houve comprovação de dolo na conduta dos recorrentes ou indícios de atos praticados com excesso de poder ou infração à lei, a ensejar a sua inclusão no pólo passivo da demanda, bem como a empresa executada continua em atividade.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.

Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.

As razões expendidas no recurso especial encontram-se dissociadas do aresto recorrido, vez que os embargos à execução foram extintos em razão da adesão ao REFIS, conforme acima relatado, e não há na decisão atacada menção implícita ou explícita acerca da questão trazida à baila pelos recorrentes, de forma que se afronta houvesse, diria respeito a dispositivos processuais, não alegados pelos recorrentes.

Em casos análogos, decidiu o Colendo Superior Tribunal de Justiça, que as razões recursais devem invocar argumentos condizentes com o conteúdo do acórdão recorrido, o que inocorreu nesta hipótese, sendo de rigor o não conhecimento do recurso, conforme ilustram as sumas dos acórdãos que a seguir se transcrevem:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. RAZÕES DISSOCIADAS DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. AUSÊNCIA DE REGULARIDADE FORMAL.

1. É inadmissível o apelo especial por ausência de regularidade formal, se as razões do recurso apresentam-se completamente dissociadas dos fundamentos do acórdão recorrido.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no Ag 636181/SP; 2ª Turma; unânime; Relator Ministro João Otávio de Noronha; DJ 17/10/2005, pág. 255) e

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. RAZÕES DISSOCIADAS DA FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. AUSÊNCIA DE REGULARIDADE FORMAL.

1. Não se conhece do recurso especial quando as razões recursais não se coadunam com a matéria decidida nas instâncias ordinárias. Precedentes.

2. Recurso não conhecido.

(Resp 757758/SC; 5ª Turma; unânime; Relatora Ministra Laurita Vaz; DJ 26/09/2005, pág. 459)."

Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 28 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2001.03.99.046038-3 AC 733381
APTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	HUMBERTO GOUVEIA e VALDIR SERAFIM
APDO	:	TAIAMA AGUAS MINERAIS LTDA
ADV	:	ALICIA BIANCHINI BORDUQUE
APDO	:	PLINIO VIOLIN e outro
ADV	:	ANA PAULA PULTZ FACCIOLI SPITTI
PETIÇÃO	:	RESP 2006251245
RECTE	:	PLINIO VIOLIN
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a" e "c", da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte que, à unanimidade, deu provimento à remessa oficial e julgou prejudicada a apelação da recorrida e o recuso adesivo, para julgar extintos os embargos à execução, nos termos do Art. 269, V, do CPC, em razão de que houve a adesão da executada ao REFIS - Lei 9.964/00, que em seu parágrafo 6º, Art. 2º, prescreve que o contribuinte deve renunciar ao direito no qual se funda a ação, nos feitos que esteja a demandar.

Buscam os recorrentes a reforma do "decisum" sob o fundamento de que contraria o Art. 135, do CTN, alegando que não houve comprovação de dolo na conduta dos recorrentes ou indícios de atos praticados com excesso de poder ou infração à lei, a ensejar a sua inclusão no pólo passivo da demanda, bem como a empresa executada continua em atividade.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.

Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.

As razões expendidas no recurso especial encontram-se dissociadas do aresto recorrido, vez que os embargos à execução foram extintos em razão da adesão ao REFIS, conforme acima relatado, e não há na decisão atacada menção implícita ou explícita acerca da questão trazida à baila pelos recorrentes, de forma que se afronta houvesse, diria respeito a dispositivos processuais, não alegados pelos recorrentes.

Em casos análogos, decidiu o Colendo Superior Tribunal de Justiça, que as razões recursais devem invocar argumentos condizentes com o conteúdo do acórdão recorrido, o que inocorreu nesta hipótese, sendo de rigor o não conhecimento do recurso, conforme ilustram as sumas dos acórdãos que a seguir se transcrevem:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. RAZÕES DISSOCIADAS DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. AUSÊNCIA DE REGULARIDADE FORMAL.

1. É inadmissível o apelo especial por ausência de regularidade formal, se as razões do recurso apresentam-se completamente dissociadas dos fundamentos do acórdão recorrido.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no Ag 636181/SP; 2ª Turma; unânime; Relator Ministro João Otávio de Noronha; DJ 17/10/2005, pág. 255) e

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. RAZÕES DISSOCIADAS DA FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. AUSÊNCIA DE REGULARIDADE FORMAL.

1. Não se conhece do recurso especial quando as razões recursais não se coadunam com a matéria decidida nas instâncias ordinárias. Precedentes.

2. Recurso não conhecido.

(Resp 757758/SC; 5ª Turma; unânime; Relatora Ministra Laurita Vaz; DJ 26/09/2005, pág. 459)."

Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 28 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2001.03.99.046039-5 AC 733382
APTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	HUMBERTO GOUVEIA e VALDIR SERAFIM
APDO	:	TAIAMA AGUAS MINERAIS LTDA
ADV	:	ALICIA BIANCHINI BORDUQUE
APDO	:	PLINIO VIOLIN e outro
ADV	:	ANA PAULA PULTZ FACCIOLI SPITTI
PETIÇÃO	:	RESP 2006251240
RECTE	:	PLINIO VIOLIN
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a" e "c", da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte que, à unanimidade, deu provimento à remessa oficial e julgou prejudicada a apelação da recorrida e o recuso adesivo, para julgar extintos os embargos à execução, nos termos do Art. 269, V, do CPC, em razão de que houve a adesão da executada ao REFIS - Lei 9.964/00, que em seu parágrafo 6º, Art. 2º, prescreve que o contribuinte deve renunciar ao direito no qual se funda a ação, nos feitos que esteja a demandar.

Buscam os recorrentes a reforma do "decisum" sob o fundamento de que contraria o Art. 135, do CTN, alegando que não houve comprovação de dolo na conduta dos recorrentes ou indícios de atos praticados com excesso de poder ou infração à lei, a ensejar a sua inclusão no pólo passivo da demanda, bem como a empresa executada continua em atividade.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.

Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.

As razões expendidas no recurso especial encontram-se dissociadas do aresto recorrido, vez que os embargos à execução foram extintos em razão da adesão ao REFIS, conforme acima relatado, e não há na decisão atacada menção implícita ou explícita acerca da questão trazida à baila pelos recorrentes, de forma que se afronta houvesse, diria respeito a dispositivos processuais, não alegados pelos recorrentes.

Em casos análogos, decidiu o Colendo Superior Tribunal de Justiça, que as razões recursais devem invocar argumentos condizentes com o conteúdo do acórdão recorrido, o que inocorreu nesta hipótese, sendo de rigor o não conhecimento do recurso, conforme ilustram as sumas dos acórdãos que a seguir se transcrevem:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. RAZÕES DISSOCIADAS DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. AUSÊNCIA DE REGULARIDADE FORMAL.

1. É inadmissível o apelo especial por ausência de regularidade formal, se as razões do recurso apresentam-se completamente dissociadas dos fundamentos do acórdão recorrido.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.
(AgRg no Ag 636181/SP; 2ª Turma; unânime; Relator Ministro João Otávio de Noronha; DJ 17/10/2005, pág. 255) e
PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. RAZÕES DISSOCIADAS DA FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. AUSÊNCIA DE REGULARIDADE FORMAL.
1. Não se conhece do recurso especial quando as razões recursais não se coadunam com a matéria decidida nas instâncias ordinárias. Precedentes.
2. Recurso não conhecido.
(Resp 757758/SC; 5ª Turma; unânime; Relatora Ministra Laurita Vaz; DJ 26/09/2005, pág. 459)."
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 28 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2001.03.99.046040-1 AC 733383
APTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	HUMBERTO GOUVEIA e VALDIR SERAFIM
APDO	:	TAIAMA AGUAS MINERAIS LTDA
ADV	:	ALICIA BIANCHINI BORDUQUE
APDO	:	PLINIO VIOLIN e outro
ADV	:	ANA PAULA PULTZ FACCIOLI SPITTI
PETIÇÃO	:	RESP 2006251242
RECTE	:	PLINIO VIOLIN
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a" e "c", da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte que, à unanimidade, deu provimento à remessa oficial e julgou prejudicada a apelação da recorrida e o recuso adesivo, para julgar extintos os embargos à execução, nos termos do Art. 269, V, do CPC, em razão de que houve a adesão da executada ao REFIS - Lei 9.964/00, que em seu parágrafo 6º, Art. 2º, prescreve que o contribuinte deve renunciar ao direito no qual se funda a ação, nos feitos que esteja a demandar.
Buscam os recorrentes a reforma do "decisum" sob o fundamento de que contraria o Art. 135, do CTN, alegando que não houve comprovação de dolo na conduta dos recorrentes ou indícios de atos praticados com excesso de poder ou infração à lei, a ensejar a sua inclusão no pólo passivo da demanda, bem como a empresa executada continua em atividade.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.
Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.
As razões expendidas no recurso especial encontram-se dissociadas do aresto recorrido, vez que os embargos à execução foram extintos em razão da adesão ao REFIS, conforme acima relatado, e não há na decisão atacada menção implícita ou explícita acerca da questão trazida à baila pelos recorrentes, de forma que se afronta houvesse, diria respeito a dispositivos processuais, não alegados pelos recorrentes.
Em casos análogos, decidiu o Colendo Superior Tribunal de Justiça, que as razões recursais devem invocar argumentos condizentes com o conteúdo do acórdão recorrido, o que inocorreu nesta hipótese, sendo de rigor o não conhecimento do recurso, conforme ilustram as sumas dos acórdãos que a seguir se transcrevem:
"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. RAZÕES DISSOCIADAS DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. AUSÊNCIA DE REGULARIDADE FORMAL.
1. É inadmissível o apelo especial por ausência de regularidade formal, se as razões do recurso apresentam-se completamente dissociadas dos fundamentos do acórdão recorrido.
2. Agravo regimental a que se nega provimento.
(AgRg no Ag 636181/SP; 2ª Turma; unânime; Relator Ministro João Otávio de Noronha; DJ 17/10/2005, pág. 255) e
PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. RAZÕES DISSOCIADAS DA FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. AUSÊNCIA DE REGULARIDADE FORMAL.
1. Não se conhece do recurso especial quando as razões recursais não se coadunam com a matéria decidida nas instâncias ordinárias. Precedentes.
2. Recurso não conhecido.
(Resp 757758/SC; 5ª Turma; unânime; Relatora Ministra Laurita Vaz; DJ 26/09/2005, pág. 459)."
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 28 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2001.03.99.046041-3 AC 733384
APTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	HUMBERTO GOUVEIA e VALDIR SERAFIM
APDO	:	TAIAMA AGUAS MINERAIS LTDA
ADV	:	ALICIA BIANCHINI BORDUQUE
APDO	:	PLINIO VIOLIN e outro
ADV	:	ANA PAULA PULTZ FACCIOLI SPITTI
PETIÇÃO	:	RESP 2006251243
RECTE	:	PLINIO VIOLIN
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a" e "c", da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte que, à unanimidade, deu provimento à remessa oficial e julgou prejudicada a apelação da recorrida e o recuso adesivo, para julgar extintos os embargos à execução, nos termos do Art. 269, V, do CPC, em razão de que houve a adesão da executada ao REFIS - Lei 9.964/00, que em seu parágrafo 6º, Art. 2º, prescreve que o contribuinte deve renunciar ao direito no qual se funda a ação, nos feitos que esteja a demandar.
Buscam os recorrentes a reforma do "decisum" sob o fundamento de que contraria o Art. 135, do CTN, alegando que não houve comprovação de dolo na conduta dos recorrentes ou indícios de atos praticados com excesso de poder ou infração à lei, a ensejar a sua inclusão no pólo passivo da demanda, bem como a empresa executada continua em atividade.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.
Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.
As razões expendidas no recurso especial encontram-se dissociadas do aresto recorrido, vez que os embargos à execução foram extintos em razão da adesão ao REFIS, conforme acima relatado, e não há na decisão atacada menção implícita ou explícita acerca da questão trazida à baila pelos recorrentes, de forma que se afronta houvesse, diria respeito a dispositivos processuais, não alegados pelos recorrentes.
Em casos análogos, decidiu o Colendo Superior Tribunal de Justiça, que as razões recursais devem invocar argumentos condizentes com o conteúdo do acórdão recorrido, o que inocorreu nesta hipótese, sendo de rigor o não conhecimento do recurso, conforme ilustram as sumas dos acórdãos que a seguir se transcrevem:
"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. RAZÕES DISSOCIADAS DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. AUSÊNCIA DE REGULARIDADE FORMAL.
1. É inadmissível o apelo especial por ausência de regularidade formal, se as razões do recurso apresentam-se completamente dissociadas dos fundamentos do acórdão recorrido.
2. Agravo regimental a que se nega provimento.
(AgRg no Ag 636181/SP; 2ª Turma; unânime; Relator Ministro João Otávio de Noronha; DJ 17/10/2005, pág. 255) e
PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. RAZÕES DISSOCIADAS DA FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. AUSÊNCIA DE REGULARIDADE FORMAL.
1. Não se conhece do recurso especial quando as razões recursais não se coadunam com a matéria decidida nas instâncias ordinárias. Precedentes.
2. Recurso não conhecido.
(Resp 757758/SC; 5ª Turma; unânime; Relatora Ministra Laurita Vaz; DJ 26/09/2005, pág. 459)."
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 28 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2001.03.99.056260-0 AC 754763
APTE	:	HELIO ALDERETE e outros
ADV	:	JOAQUIM ROBERTO PINTO
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	WANIA MARIA ALVES DE BRITO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR SP>1ª SSJ>SP
PETIÇÃO	:	RESP 2007011451
RECTE	:	HELIO ALDERETE
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso especial foi interposto, com fulcro no artigo 105, III, a e c, da CF, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em embargos à execução de sentença de pleito previdenciário.
A parte recorrente alega ofensa ao artigo 460, 463, I, 515, 535, I, e 610, do CPC, e ocorrência de dissídio jurisprudencial.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.
Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, o Colendo Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido da decisão recorrida e reconheceu que não se admite a alteração nos cálculos, baseados em título executivo judicial, em razão do instituto da coisa julgada, ressalvada a hipótese de ocorrência de erro material (EDcl no RESP 144.010/SC, 6ª Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, j. 31/05/2005, DJ 01/08/2005, p. 576; ERESP 176.430/SP, 3ª Seção, Rel. Min. Felix Fischer, j. 10/11/1999, DJ 06/12/1999, p. 64; e ERESP 163.681/RS, Corte Especial, Rel. Min. Garcia Vieira, j. 18/11/1998, DJ 19/04/1999, p. 70), o que evidencia a ausência de plausibilidade da pretensão recursal e, nos termos da Súmula 83 daquela Corte, inviabiliza o prosseguimento do reclamo.
Ademais, aquela Corte Superior entendeu que não há ofensa ao artigo 535, do CPC, no caso do Tribunal de origem, ainda que sucintamente, pronunciar-se de forma clara e suficiente sobre a solução da controvérsia, vez que o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pelas partes, quando os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão (RESP 689.867/SP, 5ª Turma, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, j. 26/04/2005, DJ 23/05/2005, p. 337; AgRg no Ag 275.058/SP, 6ª Turma, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, j. 19/05/2005, DJ 27/06/2005, p. 458).
No tocante ao alegado dissídio jurisprudencial, não foi realizado o adequado cotejo analítico entre os acórdãos paradigma e impugnado, o que enseja a inadmissibilidade do recurso especial, nos termos do artigo 255, § 2º, do RISTJ, uma vez que não basta a mera transcrição de ementas ou de trechos de julgados, mas sim se faz necessária a demonstração das circunstâncias que identifiquem os casos confrontados (AgRg no Ag 583.685/RS, 6ª Turma, Rel. Min. Nilson Naves, j. 21/10/2004, DJ 09/02/2005, p. 227; e RESP 325.854/CE, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, j. 07/12/2004, DJ 01/02/2005, p. 592).
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 19 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2001.61.00.008345-2 AMS 234838
APTE	:	CENTRO DE IDIOMAS CACHOEIRINHA S/C LTDA
ADV	:	LESLIE APARECIDO MAGRO
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
PETIÇÃO	:	RESP 2005010947
RECTE	:	CENTRO DE IDIOMAS CACHOEIRINHA S/C LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a" e "b", da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte, em pleito de opção pelo regime simplificado de tributação denominado SIMPLES.
O que se busca é a reforma do acórdão, alegando violação aos artigos 110 e 111, do CTN e 5º, 150, 170 e 179, da Constituição Federal.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame da conformação à hipótese constitucional.
O recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, não se conhece da alegada ofensa aos Arts. 110 e 111, do CTN, posto que não se encontram prequestionados. A Corte Superior já sumulou (Súmula 211, do STJ) o entendimento de que não se conhece de recurso, pela apontada ofensa a dispositivo de lei federal, se a matéria não foi objeto de análise e decisão por parte do Tribunal a quo por ausência de prequestionamento.
De outra parte, não cabe discutir, em sede de recurso especial, eventual ofensa a dispositivos constitucionais, debate adequado, isto sim, ao recurso extraordinário, nos termos do Art. 102, III, da CF.
Por fim, inviável a admissão do apelo com fulcro na alínea "b", do Art. 105, da Constituição Federal, eis que já decidiu a Corte Superior, no julgamento do REsp 797939/RJ, de relatoria do Ministro José Delgado, que "Para que o recurso especial seja viabilizado com fundamento na alínea "b" do inciso III do art. 105 da CF/88, é necessário que o recorrente reproduza argumentos que apontem especificamente de que modo o acórdão de segundo grau julgou válido ato de governo local contestado em face de lei federal. Não há de ser conhecido do apelo nobre sob esta alínea quando existir mera indicação do fundamento constitucional, desprovida de razões".
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 23 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2001.61.00.019540-0 AMS 234934
APTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
APDO	:	HELIO ROGERIO CAPELUTO
ADV	:	JOSE CASSIO DE BARROS P FILHO
PETIÇÃO	:	RESP 2007039072
RECTE	:	HELIO ROGERIO CAPELUTO
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto com fulcro no art. 105, III, a e c, da CF, contra acórdão que reconheceu a incidência do Imposto de Renda de Pessoa Física sobre: os valores auferidos a título de "indenização especial" em rescisão de contrato de trabalho sem justa causa.
Busca a recorrente a reforma do "decisum" alegando, em síntese, o caráter indenizatório das verbas rescisórias.

Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.
Observo que a Primeira Seção do E. STJ, em sede de embargos de divergência, pacificou entendimento no sentido da incidência do imposto de renda sobre os valores auferidos em rescisão de contrato de trabalho sem justa causa a título de "indenização especial" É o que se vê do julgamento do EREsp 686109/RJ, 1ª Seção, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, D.J. 22/05/06, P. 142.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 26 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2001.61.00.029645-9 AMS 276209
APTE	:	CILEAN DROGARIAS LTDA
ADV	:	JOSE FERRAZ DE ARRUDA NETTO
APDO	:	Conselho Regional de Farmacia do Estado de Sao Paulo CRF/SP
ADV	:	SIMONE APARECIDA DELATORRE
PETIÇÃO	:	RESP 2007042007
RECTE	:	Conselho Regional de Farmacia do Estado de Sao Paul o CRF/SP
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
O recurso especial foi interposto com esteio no artigo 105, III, alíneas "a" e "c", da CF, em face de acórdão proferido por Turma desta Corte, que, à unanimidade, deu provimento à apelação, em sede de ação mandamental, proposta com o fito de que sejam liberados os Certificados de Responsabilidade Técnica para que o impetrante possa continuar a comercializar em seus estabelecimentos os produtos previstos na conceituação legal de "drugstore", sem a necessidade de alterações em seus objetivos sociais.
Busca o recorrente, a reforma do julgado, sustentando que o V. Acórdão recorrido negou vigência aos artigos 4º, inciso X, XI, 6º, 21 e 55 da Lei 5.991/73 e artigo 1º da Lei 6.839/80, bem como, contrariou o artigo 535 do Código do Processo Civil. Alega, ainda, dissídio jurisprudencial.
Decido.
Foram atendidos os pressupostos objetivos de admissibilidade recursal.
Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, o Egrégio Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que não há ofensa ao artigo 535, do CPC, no caso do Tribunal de origem, ainda que sucintamente, pronunciar-se de forma clara e suficiente sobre a solução da controvérsia, vez que o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pelas partes, quando os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão (RESP n. 689.867/SP, 5ª Turma, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, j. 26/04/2005, DJ 23/05/2005, p. 337; AgRg no Ag n. 275.058/SP, 6ª Turma, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, j. 19/05/2005, DJ 27/06/2005, p. 458).
Entendo, ainda, que a inadmissão do reclamo é de rigor, por aplicar-se, no caso, a Súmula nº 7, do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, conforme julgado que segue, in verbis:
PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS. FUNCIONAMENTO DE "DRUGSTORE".MATÉRIA FÁTICA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 07/STJ.
1.Consoante entendimento sumulado desta Corte, é inadmissível o recurso especial para reexame de questão fático-probatória na qual se baseou acórdão recorrido para denegar a pretensão da recorrente.
2.Recurso especial não conhecido.
(Resp 278.887/PR, Segunda Turma, Rel. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, unânime, julgado em 27/05/03)."
Ante o exposto, não admito o recurso especial interposto.
Dê-se ciência.
São Paulo, 30 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2001.61.05.003135-6 AMS 236644
APTE	:	APARECIDA RIBEIRO COSTA
ADV	:	JOSE EDUARDO QUEIROZ REGINA
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
PETIÇÃO	:	RESP 2006332522
RECTE	:	APARECIDA RIBEIRO COSTA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso especial foi interposto com esteio no Art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, em face do acórdão proferido por Turma desta Corte em ação mandamental que objetiva afastar o procedimento fiscal instaurado com informações obtidas através de movimentações bancárias (CPMF).
O que se pretende é a reforma do julgado, nos termos do Art. 105, III, "a", da Carta Magna, sustentando negativa de vigência à Lei 9.311/96.
Decido.
Foram atendidos os pressupostos objetivos de admissibilidade recursal.
Entretanto, o recurso não merece prosseguimento, eis que não se amolda à hipótese constitucional.
Com efeito, o Egrégio Superior Tribunal de Justiça já se pronunciou a respeito da matéria, possibilitando o lançamento de tributo com dados obtidos através da CPMF, conforme segue, in verbis:
"TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. UTILIZAÇÃO DE DADOS DA CPMF PARA LANÇAMENTO DE OUTROS TRIBUTOS. QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO. EXCEPCIONALIDADE DA MEDIDA. PERÍODO ANTERIOR À LC Nº 105/2001. APLICAÇÃO IMEDIATA. RETROATIVIDADE PERMITIDA PELO ART. 144, § 1º, DO CTN.
1. Trata-se de agravo regimental interposto por APARECIDO FIGUEIREDO contra decisão que negou provimento a agravo de instrumento por reconhecer a aplicabilidade imediata do art. 6º da LC nº 105/2001, além de não visualizar ofensa ao art. 535 do CPC. Sustenta, em suma, a necessidade de ser reformado integralmente o decisório proferido, defendendo que as normas instituídas pelo § 3º do art. 11 da Lei nº 9.311/96 como pela Lei nº 10.174/01 são de direito material, e não formal, refutando, pois, a utilização das informações correspondentes ao período de outubro/96 a dezembro/01.
2. A decisão agravada merece ser mantida pelos seus próprios e jurídicos fundamentos. As razões expostas pelo agravante não são suficientes para modificar a conclusão adotada, que seguiu a orientação preconizada por esta Corte na linha de que, a teor do que dispõe o art. 144, § 1º, do CTN, as leis tributárias procedimentais ou formais têm aplicação imediata, pelo que a LC nº 105/2001, art. 6º, por envergar essa natureza, atinge fatos pretéritos. Assim, por força dessa disposição, é possível que a administração, sem autorização judicial, quebre o sigilo bancário de contribuinte durante período anterior à sua vigência.
3. Precedentes: REsp 701.996/RJ, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 06/03/06; AgRgREsp 513.540/PR, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 06/03/06; REsp 597.431/SC, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 13/02/06; AgRgREsp 700.789/RS, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ 19/12/05; REsp 691.601/SC, 2ª Turma, Min. Eliana Calmon, DJ de 21/11/2005; AgRgREsp 558.633/PR, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ 07/11/05; REsp 628.116/PR, 2ª Turma, Min. Castro Meira, DJ de 03/10/2005; REsp 628.527/PR, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 03/10/05; AgRgREsp 669.157/PE, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ de 01/07/2005.
4. Agravo regimental não-provido."
(AGRG no Ag 775069-SP, Relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, unânime, DJ 23.11.2006, pág. 224).
Face ao exposto, NÃO ADMITO o recurso especial interposto.
Dê-se ciência.
São Paulo, 28 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
VICE-PRESIDENTE

PROC.	:	2001.61.09.001190-3 AMS 239189
APTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	HUMBERTO GOUVEIA e VALDIR SERAFIM
APDO	:	COLEGIO CIDADE DE IRACEMAPOLIS S/C LTDA
ADV	:	OTAVIO AUGUSTO DE OLIVEIRA VENTURELLI
PETIÇÃO	:	RESP 2005176227
RECTE	:	COLEGIO CIDADE DE IRACEMAPOLIS S/C LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a", da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte que, em pleito de opção pelo regime simplificado de tributação denominado SIMPLES, decidiu não ter a empresa, exclusivamente, as atividades contempladas pela Lei 10.034/00.
O que se busca é a reforma do acórdão, alegando violação à Lei 9.317/96.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame da conformação à hipótese constitucional.
O recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, a decisão recorrida encontra-se em consonância com a jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça, como se vê da suma do acórdão a seguir transcrito:
"TRIBUTÁRIO - ESTABELECIMENTO DE ENSINO - OPÇÃO PELO SIMPLES - LEI 9.317/96 - CONSTITUCIONALIDADE DECLARADA PELO STF - LEI 10.684/2003 - APLICAÇÃO RETROATIVA - SÚMULA 456/STF E ART. 106, II, "b" DO CTN.
1. O STF, no julgamento da ADIn 1.643-1/DF, concluiu pela constitucionalidade do art. 9º, XIII da Lei 9.317/96, que excluiu da opção pelo sistema SIMPLES as pessoas jurídicas que menciona, dentre elas a que preste serviços de professor.
2. As instituições de ensino que não contam com professor no seu quadro societário também se enquadram na exceção, porque a atividade-fim desenvolvida está diretamente ligada à profissão de professor.
3. A Lei 10.684/2003 retirou da exclusão as creches, pré-escolas e estabelecimentos de ensino fundamental, possibilitando sua adesão ao SIMPLES.
4. Norma superveniente que, embora não prequestionada, pode ser aplicada ao caso concreto em atenção à Súmula 456/STF (porque conhecido o especial por outro fundamento) e ao art. 106, II, "b" do CTN, que admite a aplicação retroativa da lei aos fatos pendentes quando ela deixa de tratar o ato ou o fato "como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha sido fraudulento e não tenha implicado em falta de pagamento do tributo".
Precedente da Primeira Turma (EDREsp 603.451/PE).
5. Na hipótese dos autos, porém, a recorrente dedica-se às atividades de ensino fundamental e médio, esta última não contemplada na exceção prevista no art. 1º, I e II, da Lei 10.034/2000.
6. Recurso especial improvido."
(REsp 639223/MG, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 30.05.2006, pág. 135).
No mesmo sentido REsp 642020/RJ, 1ª Turma, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ 25.05.2006, pág. 159.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 22 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2001.61.09.001197-6 AMS 242112
APTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	HUMBERTO GOUVEIA e VALDIR SERAFIM
APDO	:	COLORADO ORGANIZACAO CONTABIL S/C LTDA
ADV	:	MARCOS MARCELO DE MORAES E MATOS
PETIÇÃO	:	RESP 2005312089
RECTE	:	COLORADO ORGANIZACAO CONTABIL S/C LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a", da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte que, em pleito de opção pelo regime simplificado de tributação denominado SIMPLES, decidiu a questão nos termos da vedação contida no Art. 9º, XIII, da Lei 9.317/96.
O que se busca é a anulação do acórdão, alegando violação ao inciso II, do Art. 535, do CPC.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame da conformação à hipótese constitucional.
O recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, o Colendo Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido da decisão recorrida e reconheceu que não há ofensa ao Art. 535, do CPC, no caso do Tribunal de origem, ainda que sucintamente, pronunciar-se de forma clara e suficiente sobre a solução da controvérsia, vez que o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pelas partes, quando os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão (RESP n. 689.867/SP, 5ª Turma, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, j. 26/04/2005, DJ 23/05/2005, p. 337; AgRg no Ag n. 275.058/SP, 6ª Turma, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, j. 19/05/2005, DJ 27/06/2005, p. 458), o que evidencia a ausência de plausibilidade da pretensão recursal e, nos termos da Súmula 83 daquela Corte, inviabiliza o prosseguimento do reclamo.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 22 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2001.61.17.001583-4 AMS 264482
APTE	:	PASCANO MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA
ADV	:	ADIRSON DE OLIVEIRA JUNIOR
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
PETIÇÃO	:	RESP 2006143322
RECTE	:	PASCANO MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a", da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte, que, em sede de pleito em matéria tributária, negou provimento ao agravo legal interposto da decisão monocrática do Eminente Desembargador Federal Relator que negou seguimento ao apelo da ora recorrente, por não vislumbrar ilegalidade na aplicação da taxa selic, apoiando-se na jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.
O que se pretende é a reforma do aresto, sob o fundamento de ser ilegal a utilização da taxa Selic como fator de correção monetária.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame de sua conformação à hipótese constitucional.

O recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, a Colenda Primeira Seção do Egrégio Superior Tribunal de Justiça consolidou entendimento no sentido de que é legítima a utilização da taxa Selic como índice de correção monetária e de juros de mora, na atualização dos créditos tributários (AgRg nos EREsp 579565/SC, 1ª Seção, Relator Ministro Humberto Martins, in DJ 11.09.06, pág. 222).
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 22 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2001.61.19.005786-0 AC 869528
APTE	:	SADOKIN ELETRO ELETRONICA LTDA
ADV	:	CLEIDEMAR REZENDE ISIDORO
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	HUMBERTO GOUVEIA e VALDIR SERAFIM
PETIÇÃO	:	RESP 2005142286
RECTE	:	SADOKIN ELETRO ELETRONICA LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, a, da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte que entendeu ser válida a limitação de 30%, surgida com a Lei 8.981/95, na compensação dos prejuízos fiscais do IRPJ e das bases de cálculo negativas da CSSL.
O que se pretende é a reforma do aresto, objetivando afastar a limitação de 30%, imposta na compensação dos prejuízos fiscais do IRPJ e das bases de cálculo negativas da CSSL.
Decido.
Verifico que foram atendidos os requisitos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame de sua conformação à hipótese constitucional.
O recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, a Primeira Seção da Corte Superior firmou o entendimento de que a limitação da compensação em 30% (trinta por cento) dos prejuízos fiscais acumulados em exercícios anteriores, para fins de determinação da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro (CSSL) e do Imposto de Renda, não se encontra eivada de ilegalidade (EREsp 429730/RJ, Ministro João Otávio de Noronha, Primeira Seção, DJ 11.04.2005, p. 174).
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso interposto.
Dê-se ciência.
São Paulo, 30 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2002.03.99.016632-1 AC 795815
APTE	:	Banco Central do Brasil
ADV	:	JOSE OSORIO LOURENCAO
APDO	:	EDIMILSON ALVES AFONSO
ADV	:	RONNI FRATTI
PETIÇÃO	:	RESP 2005187047
RECTE	:	EDIMILSON ALVES AFONSO
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a", da Constituição Federal, em face de acórdão proferido por Turma desta Corte que, à unanimidade, deu provimento à apelação do BACEN e à remessa oficial, em ação de rito ordinário visando a responsabilização do BACEN pelos prejuízos causados pelo Consórcio Nasser S/C Ltda.
Embargos de declaração, à unanimidade, rejeitados.
O que se pretende é a reforma do julgado, nos termos do Art. 105, III, "a" da Carta Magna, ao argumento de que o acórdão negou vigência aos artigos 159, do Código Civil; 333, II, do CPC; 4º, II e VI, 6º, VI, VII, VIII e X, 22, 81 e 83, do CDC; 9º, do Decreto 861/93; 2º, I e II, 3º, 15, I, d, e, f, § 1º, da Lei 6024/74; 11, II e 12, III, da Lei 8429/92 e Circulares BACEN 1449/89, 2071/91, 2151/92 e 2381/93.
Decido.
Fica deferido o benefício de assistência judiciária, pleiteado com a interposição do recurso especial.
Foram atendidos os requisitos genéricos de admissibilidade recursal. Entretanto, o recurso não merece prosseguimento, eis que não se amolda à hipótese constitucional de admissibilidade prevista no Art. 105, III, "a".
Note-se, que nas hipóteses de empresas sujeitas a fiscalização do BACEN e passíveis de liquidação extrajudicial, a jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça tem firmado entendimento de que só cabe ação de indenização, por omissão de fiscalização, contra o Banco Central do Brasil depois de comprovados os danos no processo de liquidação (REsp 786170/DF, 1ª Turma, Relator Ministro José Delgado, j. 15.12.2005, DJ 20.02.2006 pág. 237 e REsp 105469/DF, 2ª Turma, Relator Ministro Helio Mosimann, j. 09.02.1999, DJ 27.09.1999 pág. 69).
Face ao exposto, NÃO ADMITO o recurso especial interposto.
Dê-se ciência.
São Paulo, 27 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2002.03.99.027303-4 AC 813260
APTE	:	EDSON ATRA
ADV	:	EDSON ATRA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ISADORA RUPOLO KOSHIBA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PETIÇÃO	:	RESP 2006053015
RECTE	:	EDSON ATRA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
Defiro o pedido de Justiça Gratuita de fls. 113, anotando-se.
O recurso especial foi interposto, com fulcro no artigo 105, III, a, da CF, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em embargos à execução de sentença de pleito previdenciário.
A parte recorrente alega ofensa ao artigo 2º, do Dec-Lei 2.351/87.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.
Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, o Colendo Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido da decisão recorrida e reconheceu que não se admite a alteração nos cálculos, baseados em título executivo judicial, em razão do instituto da coisa julgada, ressalvada a hipótese de ocorrência de erro material (EDcl no RESP 144.010/SC, 6ª Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, j. 31/05/2005, DJ 01/08/2005, p. 576; ERESP 176.430/SP, 3ª Seção, Rel. Min. Felix Fischer, j. 10/11/1999, DJ 06/12/1999, p. 64; e ERESP 163.681/RS, Corte Especial, Rel. Min. Garcia Vieira, j. 18/11/1998, DJ 19/04/1999, p. 70), o que evidencia a ausência de plausibilidade da pretensão recursal.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 27 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2002.03.99.028911-0 AC 815540
APTE	:	MARIA DO CARMO MARTINS
ADV	:	FERNANDO RAMOS DE CAMARGO
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	GLORIA ANARUMA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PETIÇÃO	:	RESP 2006321795
RECTE	:	MARIA DO CARMO MARTINS
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso especial foi interposto, com fulcro no artigo 105, III, a e c, da CF, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em pleito de concessão de benefício previdenciário.
A parte recorrente alega ofensa à legislação federal sem, contudo, indicar o artigo em tese violado, e ocorrência de dissídio jurisprudencial.
Decido.
O recurso não merece prosseguimento.
Verifico, de pronto, que a parte recorrente não indicou expressamente, na presente impugnação, o artigo da legislação federal que entendeu violado, restando configurada a deficiência na fundamentação, a teor da Súmula 284 do Excelso Supremo Tribunal Federal (AgRg no Ag 709.465/RN, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, j. 15/12/2005, DJ 06/02/2006, P. 301; EDcl no AgRg no Ag 493.375/RS, 6ª Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, j. 11/10/2005, DJ 21/11/2005, p. 315).
No tocante ao alegado dissídio jurisprudencial, não foi realizado o adequado cotejo analítico entre os acórdãos paradigma e impugnado, o que enseja a inadmissibilidade do recurso especial, nos termos do artigo 255, § 2º, do RISTJ, uma vez que não basta a mera transcrição de ementas ou de trechos de julgados, mas sim se faz necessária a demonstração das circunstâncias que identifiquem os casos confrontados.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 28 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2002.03.99.033221-0 AC 823292
APTE	:	BENEDITA PEREIRA
ADV	:	ELZA NUNES MACHADO GALVAO
ADV	:	BENEDITO JOEL SANTOS GALVAO
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CRISTIANE MARIA MARQUES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PETIÇÃO	:	RESP 2007027651
RECTE	:	BENEDITA PEREIRA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso especial foi interposto, com fulcro no artigo 105, III, a, da CF, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em pleito de restabelecimento de benefício previdenciário.
A parte recorrente alega ofensa aos artigos 15 e 74, da Lei 8.213/91; 10, do Dec. 611/92; e 485 e 535, do CPC.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.
Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, o Colendo Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que, a teor da Súmula 7, a análise de argumentos acerca da perda da qualidade de segurado para fins de concessão de benefício previdenciário, implica, necessariamente, em reexame do material fático-probatório produzido nos autos, a qual não se coaduna com a via eleita (RESP 543.595/SP, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, j. 19/05/2005, DJ 20/06/2005, p. 339; AgRg no RESP 267.353/SP, 6ª Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, j. 10/10/2000, DJ 18/12/2000, p. 282; e Ag no RESP 644.595/SC, 5ª Turma, Rel. Min. Felix Fischer, j. 17/08/2004, DJ 13/09/2004, p. 290), o que evidencia a ausência de plausibilidade da pretensão recursal.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 28 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2002.03.99.034590-2 AC 825806
APTE	:	JOSE ALVES CALIXTO
ADV	:	EDUARDO FABIAN CANOLA
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ANTONIO CASSIANO DO CARMO RODRIGUES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
PETIÇÃO	:	RESP 2005184377
RECTE	:	JOSE ALVES CALIXTO
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso especial foi interposto, com fulcro no artigo 105, III, a e c, da CF, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em pleito de concessão de benefício previdenciário.
A parte recorrente alega ofensa ao artigo 20, § 3º, do CPC, e ocorrência de dissídio jurisprudencial.
Decido.
O recurso não merece prosseguimento.
Verifico, de pronto, a intempestividade da presente impugnação, vez que o efetivo protocolo da peça recursal, neste Tribunal, ocorreu fora do prazo estipulado no artigo 508, do CPC.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 20 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2002.03.99.044126-5 AC 842521
APTE	:	PEDRO CARDOZO
ADV	:	RONNI FRATTI
APDO	:	Banco Central do Brasil
ADV	:	JOSE OSORIO LOURENCAO
PETIÇÃO	:	RESP 2005187051
RECTE	:	PEDRO CARDOZO
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a", da Constituição Federal, em face de acórdão proferido por Turma desta Corte que, à unanimidade, negou provimento à apelação do autor, em ação de rito ordinário visando a responsabilização do BACEN pelos prejuízos causados por O Rei Administradora de Consórcios S/C Ltda.
Embargos de declaração, à unanimidade, rejeitados.
O que se pretende é a reforma do julgado, nos termos do Art. 105, III, "a" da Carta Magna, ao argumento de que o acórdão negou vigência aos artigos 159, do Código Civil; 333, II, do CPC; 4º, II e VI, 6º, VI, VII, VIII e X, 22, 81 e 83, do CDC; 9º, do Decreto 861/93; 2º, I e II, 3º, 15, I, d, e, f, § 1º, da Lei 6024/74; 11, II e 12, III, da Lei 8429/92 e Circulares BACEN 1449/89, 2071/91, 2151/92 e 2381/93.
Decido.
Foram atendidos os requisitos genéricos de admissibilidade recursal. Entretanto, o recurso não merece prosseguimento, eis que não se amolda à hipótese constitucional de admissibilidade prevista no Art. 105, III, "a".
Note-se, que nas hipóteses de empresas sujeitas a fiscalização do BACEN e passíveis de liquidação extrajudicial, a jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça tem firmado entendimento de que só cabe ação de indenização, por omissão de fiscalização, contra o Banco Central do Brasil depois de comprovados os danos no processo de liquidação (REsp 786170/DF, 1ª Turma, Relator Ministro José Delgado, j. 15.12.2005, DJ 20.02.2006 pág. 237 e REsp 105469/DF, 2ª Turma, Relator Ministro Helio Mosimann, j. 09.02.1999, DJ 27.09.1999 pág. 69).
Face ao exposto, NÃO ADMITO o recurso especial interposto.
Dê-se ciência.
São Paulo, 27 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2002.03.99.046623-7 AC 846327
APTE	:	JULIA MARIA DE MORAIS
ADV	:	MOACIR JESUS BARBOZA
ADV	:	KATIA ALESSANDRA FAVERO
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOSE LUIZ SFORZA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PETIÇÃO	:	RESP 2005192027
RECTE	:	JULIA MARIA DE MORAIS
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso especial foi interposto, com fulcro no artigo 105, III, a, da CF, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em pleito de concessão de benefício previdenciário.

A parte recorrente alega ofensa aos artigos 11, 25, II, 26, I e II, 39, I, 48, 55, 106 e 143, da Lei 8.213/91.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.

Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.

Com efeito, o Colendo Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido da decisão recorrida e reconheceu que, para fins de caracterização do regime de economia familiar, é obrigatório que o labor rurícola seja indispensável à subsistência do trabalhador, permitida a mútua dependência e colaboração da família, contudo, sem o auxílio de empregados (RESP 540.900/RS, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, j. 25/05/2004, DJ 02/08/2004, p. 505; e AgRg no RESP 691.391/PR, 6ª Turma, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, j. 24/05/2005, DJ 13/06/2005, p 371), o que evidencia a ausência de plausibilidade da pretensão recursal.

Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 28 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2002.61.00.020752-2 AMS 260132
APTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
APDO	:	MAURO GALHARDI CORREA
ADV	:	FREDERICO ALESSANDRO HIGINO
PETIÇÃO	:	RESP 2007038894
RECTE	:	MAURO GALHARDI CORREA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso foi interposto com fulcro no art. 105, III, a e c, da CF, contra acórdão que reconheceu a incidência do Imposto de Renda de Pessoa Física sobre: os valores auferidos a título de "indenização especial" em rescisão de contrato de trabalho sem justa causa.

Busca a recorrente a reforma do "decisum" alegando, em síntese, o caráter indenizatório das verbas rescisórias.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.

Observo que a Primeira Seção do E. STJ, em sede de embargos de divergência, pacificou entendimento no sentido da incidência do imposto de renda sobre os valores auferidos em rescisão de contrato de trabalho sem justa causa a título de "indenização especial" É o que se vê do julgamento do EREsp 686109/RJ, 1ª Seção, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, D.J. 22/05/06, P. 142.

Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 26 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2002.61.03.005011-8 AMS 266866
APTE	:	CURSO E COLEGIO MODULO LTDA
ADV	:	MARIA CRISTINA DE MELO
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	FLAVIA CRISTINA MOURA DE ANDRADE
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	Servico Social do Comercio SESC
ADV	:	TITO DE OLIVEIRA HESKETH
APDO	:	Servico Nacional de Aprendizagem Comercial SENAC
ADV	:	ROBERTO MOREIRA DA SILVA LIMA
APDO	:	Servico Brasileiro de Apoio as Micros e Pequenas Empresas SEBRAE
ADV	:	MARIA CRISTINA DE MELO
PETIÇÃO	:	RESP 2006332737
RECTE	:	CURSO E COLEGIO MODULO LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, a e c, da CF, contra acórdão que reconheceu a exigibilidade das contribuições sociais ao SEBRAE, SESC e SENAC em relação aos prestadores de serviço.

O que se pretende é a reforma do aresto, sob o fundamento de ilegalidade das referidas contribuições.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.

Com relação à contribuição ao SESC/SENAC, a questão em torno da qual se controverte resta consolidada pela egrégia 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça que, no julgamento do REsp 431.347/SC, publicado in DJU 25.11.2002, de relatoria do Ministro LUIZ FUX, firmou entendimento no sentido de que as empresas prestadoras de serviço estão inclusas entre as que devem recolher contribuição para o SESC, em razão de se enquadrarem no plano sindical da Confederação Nacional de Comércio, conforme classificação do Art. 577, da CLT, e seu respectivo anexo.

No que tange à contribuição ao SEBRAE, a Corte Superior, em casos que tais (v.g. REsp 732397/PR, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 01.09.2005, DJ 19.09.2005 p. 216 e AgRg no REsp 501.513/SC, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 05.10.2004, DJ 13.12.2004 p. 287), vem entendendo que o acórdão que enfrenta a controvérsia acerca da exigibilidade desta contribuição com base em fundamentos de ordem eminentemente constitucional, não possibilita o seu reexame em sede de recurso especial.

Destarte, o acórdão recorrido encontra-se em consonância com o entendimento exarado pela Corte Superior.

Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 30 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2002.61.04.000783-0 AC 967308
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	LUIZ CARLOS FERREIRA DE MELO
APDO	:	EDVALDO FIGUEREDO LEITE e outros
ADV	:	CHRISTINA STELA FERNANDES MAIA
PETIÇÃO	:	RESP 2005157944
RECTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a", da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte.

O que se pretende é a reforma do aresto que determinou a incidência dos juros de mora - após 11.01.2003 - na forma prevista no Art. 406, do Novo Código Civil, sob o fundamento de que contrariou o disposto nos Arts. 406 do NCC, 6º da LICC e 219 do CPC.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.

Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.

Com efeito, a Colenda Corte Superior vem decidindo, em sucessivos julgados (REsp 594486/MG, 3ª Turma, Rel. Min. CASTRO FILHO, j. 19.05.2005, DJ 13.06.2005, p. 294 e o AgRg no AgRg nos EDcl no REsp 556068/PR, 1ª Turma, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, j. 08.06.2004, DJ 16.08.2004, p. 138), que os juros de mora em processos iniciados sob a égide do Código Civil de 1916 são devidos segundo o regramento ali estipulado, até a entrada em vigor do atual Estatuto Civil, quando, a partir de então, aplicar-se-á a novel legislação.

Encontra-se, portanto, o acórdão recorrido, em consonância com o entendimento exarado pela Corte Superior, o que evidencia a ausência de plausibilidade da pretensão recursal.

Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 2 de abril de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2002.61.04.007558-6 AC 974732
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	LUIZ CARLOS FERREIRA DE MELO
ADV	:	ROGERIO ALTOBELLI ANTUNES
APDO	:	DAVID PERES ALONSO e outros
ADV	:	MARIA JOSE NARCIZO PEREIRA
PETIÇÃO	:	RESP 2005157962
RECTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a", da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte.

O que se pretende é a reforma do aresto que determinou a incidência dos juros de mora - após 11.01.2003 - na forma prevista no Art. 406, do Novo Código Civil, sob o fundamento de que contrariou o disposto nos Arts. 406 do NCC, 6º da LICC e 219 do CPC.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.

Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.

Com efeito, a Colenda Corte Superior vem decidindo, em sucessivos julgados (REsp 594486/MG, 3ª Turma, Rel. Min. CASTRO FILHO, j. 19.05.2005, DJ 13.06.2005, p. 294 e o AgRg no AgRg nos EDcl no REsp 556068/PR, 1ª Turma, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, j. 08.06.2004, DJ 16.08.2004, p. 138), que os juros de mora em processos iniciados sob a égide do Código Civil de 1916 são devidos segundo o regramento ali estipulado, até a entrada em vigor do atual Estatuto Civil, quando, a partir de então, aplicar-se-á a novel legislação.

Encontra-se, portanto, o acórdão recorrido, em consonância com o entendimento exarado pela Corte Superior, o que evidencia a ausência de plausibilidade da pretensão recursal.

Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 2 de abril de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2002.61.05.000211-7 AMS 273436
APTE	:	ASSOCIACAO DOS ADVOGADOS DE CAMPINAS
ADV	:	JAIR RATEIRO
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
PETIÇÃO	:	RESP 2007003611
RECTE	:	ASSOCIACAO DOS ADVOGADOS DE CAMPINAS
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso especial foi interposto com esteio no Art. 105, III, "a", da Constituição Federal, em face do acórdão proferido por Turma desta Corte em ação mandamental que objetiva afastar o procedimento fiscal instaurado com informações obtidas através de movimentações bancárias (CPMF).

O que se pretende é a reforma do julgado, nos termos do Art. 105, III, "a", da Carta Magna, sustentando negativa de vigência à Lei 8.906/94 e Art. 25, do Código de Ética.

Decido.

Foram atendidos os pressupostos objetivos de admissibilidade recursal.

Entretanto, o recurso não merece prosseguimento, eis que não se amolda à hipótese constitucional.

Com efeito, o Egrégio Superior Tribunal de Justiça já se pronunciou a respeito da matéria, possibilitando o lançamento de tributo com dados obtidos através da CPMF, conforme segue, in verbis:

"TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. UTILIZAÇÃO DE DADOS DA CPMF PARA LANÇAMENTO DE OUTROS TRIBUTOS. QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO. EXCEPCIONALIDADE DA MEDIDA. PERÍODO ANTERIOR À LC Nº 105/2001. APLICAÇÃO IMEDIATA. RETROATIVIDADE PERMITIDA PELO ART. 144, § 1º, DO CTN.

1. Trata-se de agravo regimental interposto por APARECIDO FIGUEIREDO contra decisão que negou provimento a agravo de instrumento por reconhecer a aplicabilidade imediata do art. 6º da LC nº 105/2001, além de não visualizar ofensa ao art. 535 do CPC. Sustenta, em suma, a necessidade de ser reformado integralmente o decisório proferido, defendendo que as normas instituídas pelo § 3º do art. 11 da Lei nº 9.311/96 como pela Lei nº 10.174/01 são de direito material, e não formal, refutando, pois, a utilização das informações correspondentes ao período de outubro/96 a dezembro/01.

2. A decisão agravada merece ser mantida pelos seus próprios e jurídicos fundamentos. As razões expostas pelo agravante não são suficientes para modificar a conclusão adotada, que seguiu a orientação preconizada por esta Corte na linha de que, a teor do que dispõe o art. 144, § 1º, do CTN, as leis tributárias procedimentais ou formais têm aplicação imediata, pelo que a LC nº 105/2001, art. 6º, por envergar essa natureza, atinge fatos pretéritos. Assim, por força dessa disposição, é possível que a administração, sem autorização judicial, quebre o sigilo bancário de contribuinte durante período anterior à sua vigência.

3. Precedentes: REsp 701.996/RJ, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 06/03/06; AgRgREsp 513.540/PR, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 06/03/06; REsp 597.431/SC, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 13/02/06; AgRgREsp 700.789/RS, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ 19/12/05; REsp 691.601/SC, 2ª Turma, Min. Eliana Calmon, DJ de 21/11/2005; AgRgREsp 558.633/PR, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ 07/11/05; REsp 628.116/PR, 2ª Turma, Min. Castro Meira, DJ de 03/10/2005; REsp 628.527/PR, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 03/10/05; AgRgREsp 669.157/PE, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ de 01/07/2005.

4. Agravo regimental não-provido."

(AGRG no Ag 775069-SP, Relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, unânime, DJ 23.11.2006, pág. 224).

Face ao exposto, NÃO ADMITO o recurso especial interposto.

Dê-se ciência.

São Paulo, 28 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
VICE-PRESIDENTE

PROC.	:	2002.61.08.003013-9 AMS 254294
APTE	:	AVARE VEICULOS LTDA e filial
ADV	:	HENRIQUE LEMOS JUNIOR
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SIMONE MACIEL SAQUETO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	Servico Brasileiro de Apoio as Micros e Pequenas Empresas SEBRAE
ADV	:	LENICE DICK DE CASTRO
PETIÇÃO	:	RESP 2006326555
RECTE	:	AVARE VEICULOS LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, a, da CF, contra acórdão que reconheceu a exigibilidade da contribuição social ao SEBRAE.

O que se pretende é a reforma do aresto, sob o fundamento de ilegalidade da referida contribuição.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.

No que tange à contribuição ao SEBRAE, a Corte Superior, em casos que tais (v.g. REsp 732397/PR, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 01.09.2005, DJ 19.09.2005 p. 216 e AgRg no REsp 501.513/SC, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 05.10.2004, DJ 13.12.2004 p. 287), vem entendendo que o acórdão que enfrenta a controvérsia acerca da exigibilidade desta contribuição com base em fundamentos de ordem eminentemente constitucional, não possibilita o seu reexame em sede de recurso especial.

Destarte, o acórdão recorrido encontra-se em consonância com o entendimento exarado pela Corte Superior.

Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 30 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2002.61.13.001273-5 AC 1114682
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	REGIANE CRISTINA GALLO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ORGALINA REGINA ALVES VIEIRA
ADV	:	LUIS FLONTINO DA SILVEIRA
PETIÇÃO	:	RESP 2006321444
RECTE	:	ORGALINA REGINA ALVES VIEIRA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso especial foi interposto, sem indicação do permissivo constitucional, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em pleito de concessão de benefício assistencial.

A parte recorrente alega ofensa à legislação federal sem, contudo, indicar o artigo em tese violado.

Decido.

O recurso não merece prosseguimento.

Verifico, de pronto, que a parte recorrente não indicou expressamente o permissivo e a alínea constitucionais que autorizam a admissão do reclamo, nem indicou o dispositivo de lei federal que inferiu violado, restando configurada a deficiência na fundamentação, a teor da Súmula 284 do Excelso Supremo Tribunal Federal (AgRg no Ag 709.465/RN, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, j. 15/12/2005, DJ 06/02/2006, P. 301; EDcl no AgRg no Ag 493.375/RS, 6ª Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, j. 11/10/2005, DJ 21/11/2005, p. 315).

Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 20 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2002.61.14.000230-1 AC 1041619
APTE	:	PULSAR TECNOLOGIA EM SERVICO LTDA
ADV	:	ALEXANDRE PIRES MARTINS
ADV	:	OSMAR SANTOS LAGO
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
PETIÇÃO	:	RESP 2006211702
RECTE	:	PULSAR TECNOLOGIA EM SERVICO LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a", da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte, em sede de pleito em matéria tributária.

O que se pretende é a reforma do aresto, sob o fundamento de ser ilegal o não reconhecimento da configuração do instituto da denúncia espontânea da infração, para exclusão de responsabilidade pela multa moratória, na hipótese de parcelamento do débito.

Alega ainda, a ocorrência de ilegalidade na utilização da taxa Selic como fator de correção monetária.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame de sua conformação à hipótese constitucional.

O recurso não merece prosseguimento.

Com efeito, a Primeira Seção do Colendo Superior Tribunal de Justiça, consagrou entendimento de que nos casos em que há parcelamento do débito tributário, não deve ser aplicado o benefício da denúncia espontânea da infração, visto que o cumprimento da obrigação foi desmembrado, e só será quitada quando satisfeito integralmente o crédito. Que a sistemática do Código Tributário Nacional, determina, para afastar a responsabilidade do contribuinte, que haja o pagamento do devido (REsp 284.189/SP, Relator Ministro Franciulli Netto, DJ 26.05.03, pág. 254).

Ainda, a jurisprudência prevalente no âmbito da 1ª Seção firmou-se no sentido da legitimidade da utilização da taxa Selic como índice de correção monetária e de juros de mora, na atualização dos créditos tributários (AgRg nos EREsp 579565/SC, 1ª Seção, Relator Ministro Humberto Martins, in DJ 11.09.06, pág. 222).

Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 22 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2002.61.14.006143-3 AC 898590
APTE	:	ANTONIO YASSUMI YAMADA
ADV	:	JOSE CARLOS DE OLIVEIRA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ELIANA FIORINI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PETIÇÃO	:	RESP 2006272653
RECTE	:	ANTONIO YASSUMI YAMADA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso especial foi interposto, sem indicação do permissivo constitucional, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em pleito de revisão de benefício previdenciário.

A parte recorrente alega ofensa aos artigos 20, § 1º, e 41, I, e § 1º, da Lei 8.213/91; e 201, § 4º, da CF.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.

Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.

Com efeito, o Colendo Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido da decisão recorrida e reconheceu que não há que se falar em ofensa à garantia de preservação do valor real, se a Autarquia Federal aplicou corretamente os índices determinados em lei para o reajustamento dos benefícios previdenciários (AgRg no Ag 572.828/MG, 5ª Turma, Rel. Min. Felix Fischer, j. 25/05/2004, DJ 28/06/2004, p. 402; e AgRg no RESP 505.070/RS, 6ª Turma, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, j. 07/10/2004, DJ 03/11/2004, p. 247), o que evidencia a ausência de plausibilidade da pretensão recursal.

De outra parte, não cabe discutir, em sede de recurso especial, eventual ofensa a dispositivo constitucional, debate adequado, isto sim, no recurso extraordinário, nos termos do artigo 102, III, da CF.

Mesmo que assim não fosse, a inadmissão do reclamo é de rigor, uma vez que apresenta deficiência na fundamentação ao não indicar expressamente, quando da sua interposição, o dispositivo e a alínea constitucionais que autorizam sua admissão, a teor da Súmula 284 do Excelso Supremo Tribunal Federal (RESP 363.177/PE, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, j. 02/12/2003, DJ 19/12/2003, p. 546; EDcl no AgRg no Ag 258.103/GO, 6ª Turma, Rel. Min. Vicente Leal, j. 06/02/2001, DJ 05/03/2001, p. 247).

Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 28 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2002.61.26.011605-0 AC 964611
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	OLDEGAR LOPES ALVIM
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	EDER ANDRADE MOREIRA
ADV	:	WILSON MIGUEL
PETIÇÃO	:	RESP 2006257003
RECTE	:	EDER ANDRADE MOREIRA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso especial foi interposto, com fulcro no artigo 105, III, a e c, da CF, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em pleito de concessão de benefício previdenciário.

A parte recorrente alega ofensa aos artigos 20, § 3º, "c", e 260, do CPC; e 11, § 1º, da Lei 1.060/50, e ocorrência de dissídio jurisprudencial.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.

Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.

Com efeito, o Colendo Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido da decisão recorrida e reconheceu que os juros de mora incidem apenas até a expedição do precatório e que os mesmos somente serão devidos por todo o período, caso o efetivo pagamento ocorra fora do prazo constitucionalmente estipulado, nos termos da EC 30, de 13/09/2000 (AgRg no RESP 616.990/DF, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, j. 01/09/2005, DJ 26/09/2005, p. 187; e RESP 664.987/SP, 2ª Turma, Rel. Min. Castro Meira, j. 18/08/2005, DJ 19/09/2005, p. 281).

Ademais, aquela Corte Superior reconheceu, ainda, que, a teor da Súmula 111, os honorários advocatícios não incidem sobre as parcelas vincendas, nas ações previdenciárias (RESP 588.417/SP, 5ª Turma, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, j. 05/10/2004, DJ 08/11/2004, p. 274; e AgRg no Ag 552.924/RJ, 6ª Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, j. 19/05/2005, DJ 01/07/2005, p. 656), o que evidencia a ausência de plausibilidade da pretensão recursal e, nos termos da Súmula 83 daquela Corte, inviabiliza o prosseguimento do reclamo.

Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 19 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2002.61.82.044624-3 AC 1003251
APTE	:	EMBALAGENS RUBI IND/ E COM/ LTDA
ADV	:	ANA LAURA GONZALES PEDRINO BELASCO
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	HUMBERTO GOUVEIA e VALDIR SERAFIM
PETIÇÃO	:	RESP 2006114284
RECTE	:	EMBALAGENS RUBI IND/ E COM/ LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido por Turma desta Corte que, em sede de matéria tributária, concluiu que as razões apresentadas pelo embargante em seu recurso de apelo, estavam dissociadas do que foi decidido pela sentença.

O que se pretende é a reforma do "decisum", sob o fundamento de divergência jurisprudencial.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame de sua conformação à hipótese constitucional.

O recurso interposto não merece prosseguimento.

É consabido que as razões recursais devem invocar argumentos condizentes com o conteúdo do acórdão recorrido, o que inocorreu no presente caso, eis que o V. Acórdão, decidiu que as razões apresentadas pelo embargante em seu recurso de apelo, estavam dissociadas do que foi decidido pela sentença, enquanto o recorrente, em suas razões insurge-se contra a extinção do processo, sem julgamento do mérito, diante da adesão do contribuinte ao REFIS.

A jurisprudência da Corte Superior é bem ilustrada pelas sumas de acórdãos que a seguir se transcrevem:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. RAZÕES DISSOCIADAS DO QUE FOI DECIDIDO PELO ACÓRDÃO RECORRIDO. FALTA DE REGULARIDADE FORMAL.

1 - Se as razões do especial apresentam-se totalmente dissociadas do que foi decidido pelo Tribunal de origem, ressente-se o recurso do requisito da regularidade formal.

2 - Recurso especial não conhecido.

(RESP 435991; julgado em 01/10/2002; unânime; Relator Ministro Fernando Gonçalves; 6ª Turma; DJU 21.10.02)".

Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 27 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2002.61.82.056741-1 AC 1003415
APTE	:	BRENDA IND/ METALURGICA LTDA
ADV	:	ANTONIO CARLOS DOMBRADY
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
PETIÇÃO	:	RESP 2005095226
RECTE	:	BRENDA IND/ METALURGICA LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a", da CF, contra acórdão proferido em embargos à execução fiscal, que, dentre outras questões, decidiu que a taxa SELIC incide sobre os valores objeto da execução fiscal, afastando a incidência de outro índice de correção monetária ou juros e que o encargo de 20% previsto no Decreto-lei 1.025/69 é devido nas execuções fiscais em substituição aos honorários advocatícios, a teor da Súmula 168 do extinto TFR.

Busca a recorrente a reforma do "decisum" sob o fundamento de que violou o Art. 161, § 1º, do Código Tributário Nacional, asseverando ser ilegal a aplicação da Taxa SELIC e que seja afastado o encargo de 20% previsto no Art. 1º do Decreto-lei 1.025/69.

Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade.
O recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, a questão trazida à baila restou pacificada pela 1ª Seção do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, quando do julgamento do EREsp 426967/MG, de relatoria da Ministra Denisa Arruda, DJ 04/09/2006, pág. 218, cuja ementa trago à colação:
"TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. ICMS. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. INCIDÊNCIA DA TAXA SELIC. DÉBITO TRIBUTÁRIO ESTADUAL. EXISTÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO LEGAL. RECURSO PROVIDO.
1. É legal a aplicação da taxa SELIC na atualização dos débitos fiscais não-recolhidos integralmente no vencimento.
2. Na linha de orientação desta Corte Superior, a SELIC, além de ser utilizada como índice de correção monetária e de juros moratórios em relação aos tributos federais (Lei 9.250/95), deve ser aplicada também na correção dos tributos estaduais, nas hipóteses em que haja lei estadual autorizando a sua incidência.
3. Precedentes da Primeira Seção e de ambas as Turmas que a compõem.
4. Embargos de divergência providos".
Por fim, no que tange à aplicação do DL 1025/69 em substituição aos honorários advocatícios fixados na sentença, não merece reparos a decisão guerreada, por estar em consonância com o entendimento assente na 1ª Seção do STJ, que pacificou a questão quando do julgamento do EREsp 252668/MG, Min. Franciulli Neto, DJ 12/05/2003, pág. 207, cuja suma trago à colação: "O encargo legal previsto no artigo 1º do Decreto-lei n. 1.025/69, de 20% (vinte por cento) sobre o valor do débito, substitui a condenação do devedor em honorários de advogado, na cobrança executiva da Dívida Ativa da União (art. 3º do Decreto-lei n. 1.645/78), e destina-se a atender a despesas diversas relativas à arrecadação de tributos não pagos pelos contribuintes (art. 3º da Lei n. 7.711/88). Incabível, portanto, a redução do seu percentual de 20% (vinte por cento), por não ser ele mero substituto da verba honorária."
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 22 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2003.03.00.054413-8 AG 187309
AGRTE	:	NEWTON EIJI FUJI
ADV	:	MIGUEL ORLANDO VULCANO
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
PARTE R	:	PST EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 5 VARA DE CAMPINAS Sec Jud SP
PETIÇÃO	:	RESP 2004080698
RECTE	:	NEWTON EIJI FUJI
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido por Turma desta Corte que, nos autos de Agravo de Instrumento, manteve a decisão que, em sede de exceção de pré-executividade, diante da inexistência de prova pré-constituída e entendendo haver necessidade de dilação probatória, quanto à ilegitimidade passiva do sócio-recorrente, indeferiu seu pedido de exclusão do pólo passivo da ação de execução fiscal.
O que se pretende é a reforma do aresto, sob o fundamento de que a decisão recorrida mostra-se divergente das decisões que vêm sendo dadas por outros Tribunais.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame de sua conformação à hipótese constitucional.
O recurso não merece prosseguimento.
Encontra-se pacificado no âmbito da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que as matérias passíveis de serem alegadas em exceção de pré-executividade não são somente as de ordem pública, mas também os fatos modificativos ou extintivos do direito do exeqüente, desde que comprovados de plano, sem necessidade de dilação probatória. (EREsp 614272/PR; Relator Ministro CASTRO MEIRA; DJ 06.06.2005; p. 174).
Em caso análogo, assim decidiu o Egrégio Superior Tribunal de Justiça, in verbis:
PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. ART. 535 DO CPC. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. REDIRECIONAMENTO CONTRA O SÓCIO-GERENTE. ART. 135, III, DO CTN. REEXAME DE PROVA.
1. Por considerar inviável a discussão sobre a legitimidade dos sócios na via da exceção de pré-executividade, em razão da necessidade de dilação probatória, a Corte de origem não adentrou no debate sobre a existência ou não de responsabilidade pelas dívidas tributárias da sociedade, não havendo assim, qualquer ofensa ao art. 535, II, do CPC.
2. As matérias passíveis de serem alegadas em exceção de pré-executividade não são somente as de ordem pública, mas também os fatos modificativos ou extintivos do direito do exeqüente, desde que comprovados de plano, sem necessidade de dilação probatória.
3. Na hipótese dos autos, o Tribunal de origem assentou que o reconhecimento da ilegitimidade passiva dos sócios dependeria de produção de provas, o que afasta o cabimento da exceção de pré-executividade.
4. Recurso especial improvido.
(REsp 831877/SP; Relator Ministro CASTRO MEIRA; Segunda Turma; DJ 05.10.2006; p. 296)".
e,
TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. MATÉRIAS PASSÍVEIS DE ALEGAÇÃO.
1. A possibilidade de verificação de plano, sem necessidade de dilação probatória, delimita as matérias passíveis de serem deduzidas na exceção de pré-executividade, independentemente da garantia do juízo. Precedentes: EResp 614272/PR, Primeira Seção, Min. Castro Meira, DJ de 06.06.2005.
2. Não é possível a argüição de ilegitimidade passiva por exceção de pré-executividade, se, para a aferição desta, for necessária dilação probatória.
3. Recurso especial a que se nega provimento.
(REsp 821412/MG; Relator Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI; Primeira Turma; DJ 24.04.2006; p. 379)".
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 26 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2003.03.00.055692-0 AG 188247
AGRTE	:	RAYMONDE HABIB e outros
ADV	:	PATRÍCIA HERMONT BARCELLOS GONÇALVES MADEIRA
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	HUMBERTO GOUVEIA e VALDIR SERAFIM
PARTE R	:	FRANCECAR COM/ DE VEICULOS LTDA
ADV	:	ANA ALICE MOREIRA DE MELO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 5 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
PETIÇÃO	:	RESP 2006206838
RECTE	:	RAYMONDE HABIB
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido por Turma desta Corte que, nos autos de Agravo de Instrumento, manteve a decisão que, em sede de exceção de pré-executividade, diante da inexistência de prova pré-constituída e entendendo haver necessidade de dilação probatória, quanto à ilegitimidade passiva do sócio-recorrente, indeferiu seu pedido de exclusão do pólo passivo da ação de execução fiscal.
O que se pretende é a reforma do aresto, sob o fundamento de que a decisão recorrida mostra-se divergente das decisões que vêm sendo dadas por outros Tribunais.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame de sua conformação à hipótese constitucional.
O recurso não merece prosseguimento.
Encontra-se pacificado no âmbito da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que as matérias passíveis de serem alegadas em exceção de pré-executividade não são somente as de ordem pública, mas também os fatos modificativos ou extintivos do direito do exeqüente, desde que comprovados de plano, sem necessidade de dilação probatória. (EREsp 614272/PR; Relator Ministro CASTRO MEIRA; DJ 06.06.2005; p. 174).
Em caso análogo, assim decidiu o Egrégio Superior Tribunal de Justiça, in verbis:
PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. ART. 535 DO CPC. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. REDIRECIONAMENTO CONTRA O SÓCIO-GERENTE. ART. 135, III, DO CTN. REEXAME DE PROVA.
1. Por considerar inviável a discussão sobre a legitimidade dos sócios na via da exceção de pré-executividade, em razão da necessidade de dilação probatória, a Corte de origem não adentrou no debate sobre a existência ou não de responsabilidade pelas dívidas tributárias da sociedade, não havendo assim, qualquer ofensa ao art. 535, II, do CPC.
2. As matérias passíveis de serem alegadas em exceção de pré-executividade não são somente as de ordem pública, mas também os fatos modificativos ou extintivos do direito do exeqüente, desde que comprovados de plano, sem necessidade de dilação probatória.
3. Na hipótese dos autos, o Tribunal de origem assentou que o reconhecimento da ilegitimidade passiva dos sócios dependeria de produção de provas, o que afasta o cabimento da exceção de pré-executividade.
4. Recurso especial improvido.
(REsp 831877/SP; Relator Ministro CASTRO MEIRA; Segunda Turma; DJ 05.10.2006; p. 296)".
e,
TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. MATÉRIAS PASSÍVEIS DE ALEGAÇÃO.
1. A possibilidade de verificação de plano, sem necessidade de dilação probatória, delimita as matérias passíveis de serem deduzidas na exceção de pré-executividade, independentemente da garantia do juízo. Precedentes: EResp 614272/PR, Primeira Seção, Min. Castro Meira, DJ de 06.06.2005.
2. Não é possível a argüição de ilegitimidade passiva por exceção de pré-executividade, se, para a aferição desta, for necessária dilação probatória.
3. Recurso especial a que se nega provimento.
(REsp 821412/MG; Relator Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI; Primeira Turma; DJ 24.04.2006; p. 379)".
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 27 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2003.03.99.004395-1 AC 855402
APTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
APDO	:	REACAO QUIMICA COML/ LTDA
ADV	:	LUIS FERNANDO XAVIER SOARES DE MELLO
PETIÇÃO	:	RESP 2005216505
RECTE	:	REACAO QUIMICA COML/ LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a", da CF, contra acórdão proferido em embargos à execução fiscal, que, dentre outras questões, decidiu que a taxa SELIC incide sobre os valores objeto da execução fiscal, afastando a incidência de outro índice de correção monetária ou juros e que o encargo de 20% previsto no Decreto-lei 1.025/69 é devido nas execuções fiscais em substituição aos honorários advocatícios, a teor da Súmula 168 do extinto TFR.
Busca a recorrente a reforma do "decisum" sob o fundamento de que violou o Art. 161, § 1º, do Código Tributário Nacional, asseverando ser ilegal a aplicação da Taxa SELIC e que seja afastado o encargo de 20% previsto no Art. 1º do Decreto-lei 1.025/69.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade.
O recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, a questão trazida à baila restou pacificada pela 1ª Seção do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, quando do julgamento do EREsp 426967/MG, de relatoria da Ministra Denisa Arruda, DJ 04/09/2006, pág. 218, cuja ementa trago à colação:
"TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. ICMS. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. INCIDÊNCIA DA TAXA SELIC. DÉBITO TRIBUTÁRIO ESTADUAL. EXISTÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO LEGAL. RECURSO PROVIDO.
1. É legal a aplicação da taxa SELIC na atualização dos débitos fiscais não-recolhidos integralmente no vencimento.
2. Na linha de orientação desta Corte Superior, a SELIC, além de ser utilizada como índice de correção monetária e de juros moratórios em relação aos tributos federais (Lei 9.250/95), deve ser aplicada também na correção dos tributos estaduais, nas hipóteses em que haja lei estadual autorizando a sua incidência.
3. Precedentes da Primeira Seção e de ambas as Turmas que a compõem.
4. Embargos de divergência providos".
Por fim, no que tange à aplicação do DL 1025/69 em substituição aos honorários advocatícios fixados na sentença, não merece reparos a decisão guerreada, por estar em consonância com o entendimento assente na 1ª Seção do STJ, que pacificou a questão quando do julgamento do EREsp 252668/MG, Min. Franciulli Neto, DJ 12/05/2003, pág. 207, cuja suma trago à colação: "O encargo legal previsto no artigo 1º do Decreto-lei n. 1.025/69, de 20% (vinte por cento) sobre o valor do débito, substitui a condenação do devedor em honorários de advogado, na cobrança executiva da Dívida Ativa da União (art. 3º do Decreto-lei n. 1.645/78), e destina-se a atender a despesas diversas relativas à arrecadação de tributos não pagos pelos contribuintes (art. 3º da Lei n. 7.711/88). Incabível, portanto, a redução do seu percentual de 20% (vinte por cento), por não ser ele mero substituto da verba honorária."
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 28 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2003.03.99.006950-2 AC 860552
APTE	:	ELISA VANDA DOS SANTOS incapaz
REPTE	:	ANA MARIA DOS SANTOS
ADV	:	ANTONIO MANOEL DE SOUZA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ROBERTO DE LIMA CAMPOS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PETIÇÃO	:	RESP 2006229113
RECTE	:	ELISA VANDA DOS SANTOS
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso especial foi interposto, com fulcro no artigo 105, III, c, da CF, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em pleito de restabelecimento de benefício previdenciário.
A parte recorrente alega ocorrência de dissídio jurisprudencial.

Decido.
O recurso não merece prosseguimento.
Verifico, de pronto, que a parte recorrente não realizou, no tocante ao alegado dissídio jurisprudencial, o adequado cotejo analítico entre os acórdãos paradigma e impugnado, o que enseja a inadmissibilidade do recurso, nos termos do artigo 255, § 2º, do RISTJ, uma vez que não basta a mera transcrição de ementas ou de trechos de julgados, mas sim se faz necessária a demonstração das circunstâncias que identifiquem os casos confrontados (AgRg nos ERESP 366.698/DF, 3ª Seção, Rel. Min. Fernando Gonçalves, j. 12/02/2003, DJ 10/03/2003, p. 87, v.u.).
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 19 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2003.03.99.009888-5 AC 865912
APTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
APDO	:	AUTO PIRA S/A IND/ E COM/ DE PECAS
ADV	:	MARCELO BARALDI DOS SANTOS
PETIÇÃO	:	RESP 2004064847
RECTE	:	AUTO PIRA S/A IND/ E COM/ DE PECAS
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido por Turma desta Corte, em que se discute, nos autos da execução fiscal, o modo de extinção do processo, ante a adesão do contribuinte ao REFIS.
O que se pretende é a reforma do "decisum", sob o fundamento de contrariedade ao Art. 360, inciso I, da Lei 10.406/2002; Art. 999, I, do Código Civil; Artigo 156, III, do Código Tributário Nacional; Arts. 269, V e 794, II, ambos do Código de Processo Civil.
Quanto ao dissídio jurisprudencial, trouxe à colação acórdãos proferidos por outros Tribunais.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame de sua conformação à hipótese constitucional.
O recurso interposto não merece prosseguimento.
Com efeito, o Art. 360, inciso I, da Lei 10.406/2002; Art. 999, I, do Código Civil; Artigo 156, III, do Código Tributário Nacional e 794, II, ambos do Código de Processo Civil, não se encontram prequestionados. A Corte Superior já sumulou (Súmula 211, do STJ) o entendimento de que não se conhece de recurso, pela apontada ofensa a dispositivo de lei federal, se a matéria não foi objeto de análise e decisão por parte do Tribunal a quo, nem mesmo após a oposição dos embargos de declaração, por ausência de prequestionamento.
Outrossim, é pacífico o entendimento das Egrégias Primeira e Segunda Turmas do Superior Tribunal de Justiça, quanto ao modo de extinção do processo em caso de adesão do contribuinte ao REFIS ou PAES, in verbis:
"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. REFIS. PEDIDO DE DESISTÊNCIA DA AÇÃO ANTERIOR À PROLAÇÃO DE SENTENÇA. EXTINÇÃO DO FEITO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO.
1. É possível que o autor, antes da prolação da sentença, formule pedido de desistência da ação. Nesse caso, o feito deve ser extinto sem julgamento do mérito, nos termos do art. 267, VIII, do CPC c/c 26 do CPC.
2. Embora para adesão ao REFIS a lei imponha a renúncia sobre o direito em que se funda a ação, descabe ao judiciário, nessas circunstâncias, decretá-la de ofício, sem que ela tenha sido requerida pelo autor, visto que as condições de adesão ao parcelamento não estão sub judice.
3. Recurso especial improvido. (REsp 662.561/PR; Rel. Min. Eliana Calmon; 2ª Turma; DJ de 19.9.2005);
TRIBUTÁRIO. ADESÃO AO REFIS. ART. 535, II, do CPC. ARGÜIÇÃO GENÉRICA. SÚMULA 284/STF. ARTS. 2º, § 6º e 3º, I, DA LEI Nº 9.964/00. INEXISTÊNCIA DE RENÚNCIA EXPRESSA AO DIREITO SOBRE O QUAL SE FUNDA A AÇÃO. DESISTÊNCIA. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM O JULGAMENTO DO MÉRITO. ART. 267, VIII, DO CPC.
1. (OMISSIS)
2. Não há nos autos renúncia expressa ao direito sobre o qual se funda a ação, mas apenas desistência dos embargos à execução. Assim, o feito deve ser extinto sem o julgamento de mérito, consoante dispõe o art. 267, VIII, do CPC.
3. Se essa circunstância permitia ou não a adesão ao REFIS, é matéria que refoge ao âmbito desta demanda.(REsp 625.383/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJU de 16.08.04).
4. Recurso especial improvido.
(REsp 776.592/RN, 2ª Turma, Rel. Min. Castro Meira, DJ de 24.10.2005);
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. ADESÃO AO REFIS. RENÚNCIA AO DIREITO DE QUE SE FUNDA A AÇÃO. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DO CONTRIBUINTE. EXTINÇÃO DO PROCESSO COM JULGAMENTO DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE.
I- Em outras oportunidades, com o entendimento de que a renúncia ao direito sobre o qual se funda a ação seria conseqüência lógica da adesão ao REFIS, com previsão no artigo 2º, § 6º, da Lei n. 9.964/2000, decidiu-se pelo acerto da decretação da extinção do processo com julgamento de mérito (art. 269, V, do CPC).
II- Com a reiteração da questão e análise da novel jurisprudência sobre o assunto, adota-se o entendimento segundo o qual a renúncia ao direito em que se funda a ação é ato de disponibilidade processual e, como tal, deve ser expresso, sendo incabível a extinção do processo com julgamento de mérito, quando o contribuinte, mesmo em função da adesão ao REFIS, pede apenas a desistência dos embargos à execução.Precedentes...
III-Recurso Improvido
(REsp 850737/MG; Relator Ministro FRANCISCO FALCÃO; PRIMEIRA TURMA; DJ 23.10.2006; p. 277);
AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. PAES. PROGRAMA DE PARCELAMENTO ESPECIAL. RENÚNCIA AO DIREITO SOBRE O QUAL SE BASEIA A AÇÃO. REQUERIMENTO EXPRESSO. INEXISTÊNCIA. EXTINÇÃO DO PROCESSO, SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. RECURSO INCAPAZ DE INFIRMAR OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO DESPROVIDO.
1. Quando o agravante não conseguir infirmar os fundamentos da decisão agravada, essa deve ser mantida.
2. Esta Corte entendeu que, embora seja condição para adesão ao REFIS (programa de parcelamento anterior e semelhante ao PAES - Programa de Parcelamento Especial) a renúncia ao direito sobre o qual se baseia a ação, é necessário que seja expressamente requerida pelo contribuinte. Isso porque a renúncia ao direito em que se apóia a ação é ato de disponibilidade processual que, homologado, gera eficácia de coisa julgada material. Desse modo, é indispensável que a extinção do processo, com julgamento do mérito, nos termos do art. 269, V, do CPC, se dê por iniciativa expressa do contribuinte.
3. Agravo regimental desprovido.
(AgRg 739042/PR; Relatora Ministra DENISE ARRUDA; Primeira Turma; DJ 01.02.2007; p. 403)
e,
TRIBUTÁRIO. REFIS. EXECUÇÃO FISCAL. SUSPENSÃO.
1.Esta Corte tem entendimento pacífico de que a opção do executado pelo Programa de Recuperação Fiscal - REFIS acarreta a suspensão da execução durante o prazo concedido pelo credor. Impossibilidade de extinção da execução.
2. Recurso especial improvido.
(REsp 430585/RS; Relator Ministro CASTRO MEIRA; Segunda Turma; DJ 20.09.2004; p.228)."
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 27 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2003.03.99.012153-6 AC 870097
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	MARIA EDNA GOUVEA PRADO
APDO	:	SILVIA DOS ANJOS TAVARES SILVA e outros
ADV	:	MONICA MERIGO
PETIÇÃO	:	RESP 2005142672
RECTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a", da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte.
O que se pretende é a reforma do aresto que determinou a incidência dos juros de mora - após 11.01.2003 - na forma prevista no Art. 406, do Novo Código Civil, sob o fundamento de que contrariou o disposto nos Arts. 406 do NCC, 6º da LICC e 219 do CPC.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.
Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, a Colenda Corte Superior vem decidindo, em sucessivos julgados (REsp 594486/MG, 3ª Turma, Rel. Min. CASTRO FILHO, j. 19.05.2005, DJ 13.06.2005, p. 294 e o AgRg no AgRg nos EDcl no REsp 556068/PR, 1ª Turma, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, j. 08.06.2004, DJ 16.08.2004, p. 138), que os juros de mora em processos iniciados sob a égide do Código Civil de 1916 são devidos segundo o regramento ali estipulado, até a entrada em vigor do atual Estatuto Civil, quando, a partir de então, aplicar-se-á a novel legislação.
Encontra-se, portanto, o acórdão recorrido, em consonância com o entendimento exarado pela Corte Superior, o que evidencia a ausência de plausibilidade da pretensão recursal.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 2 de abril de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2003.03.99.012176-7 AC 870120
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	MARIA EDNA GOUVEA PRADO
APDO	:	GENIVAL SOARES DA SILVA e outros
ADV	:	MARCELO SANTOS OLIVEIRA
PETIÇÃO	:	RESP 2005142671
RECTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a", da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte.
O que se pretende é a reforma do aresto que determinou a incidência dos juros de mora - após 11.01.2003 - na forma prevista no Art. 406, do Novo Código Civil, sob o fundamento de que contrariou o disposto nos Arts. 406 do NCC, 6º da LICC e 219 do CPC.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.
Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, a Colenda Corte Superior vem decidindo, em sucessivos julgados (REsp 594486/MG, 3ª Turma, Rel. Min. CASTRO FILHO, j. 19.05.2005, DJ 13.06.2005, p. 294 e o AgRg no AgRg nos EDcl no REsp 556068/PR, 1ª Turma, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, j. 08.06.2004, DJ 16.08.2004, p. 138), que os juros de mora em processos iniciados sob a égide do Código Civil de 1916 são devidos segundo o regramento ali estipulado, até a entrada em vigor do atual Estatuto Civil, quando, a partir de então, aplicar-se-á a novel legislação.
Encontra-se, portanto, o acórdão recorrido, em consonância com o entendimento exarado pela Corte Superior, o que evidencia a ausência de plausibilidade da pretensão recursal.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 2 de abril de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2003.03.99.016709-3 AC 878035
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARIA ARMANDA MICOTTI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ALZIRA DEGASPERI QUILICI e outro
ADV	:	PAULO FAGUNDES
PETIÇÃO	:	RESP 2006073868
RECTE	:	ALZIRA DEGASPERI QUILICI
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso especial foi interposto, com fulcro no artigo 105, III, a e c, da CF, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em embargos à execução de sentença de pleito previdenciário.
A parte recorrente alega ofensa aos artigos 128, 293 e 515, do CPC; 145, da Lei 8.213/91; e 100, § 1º, da CF, e ocorrência de dissídio jurisprudencial.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.
Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, o Colendo Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido da decisão recorrida e reconheceu que os juros de mora incidem apenas até a expedição do precatório e que os mesmos somente serão devidos por todo o período, caso o efetivo pagamento ocorra fora do prazo constitucionalmente estipulado, nos termos da EC 30, de 13/09/2000 (AgRg no RESP 616.990/DF, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, j. 01/09/2005, DJ 26/09/2005, p. 187; e RESP 664.987/SP, 2ª Turma, Rel. Min. Castro Meira, j. 18/08/2005, DJ 19/09/2005, p. 281; e reconheceu, também, que a atualização de débitos inscritos em precatório não deve ser realizada com base nos índices previdenciários, mas sim corrigidos monetariamente pelo indexador oficial - a Unidade Fiscal de Referência a partir de janeiro/92 e, após sua extinção, o IPCA-E - nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (RESP 657.653/SP, 6ª Turma, Rel. Min. Paulo Gallotti, j. 07/03/2006, DJ 27/03/2006, p. 366; e AgRg no Ag 498.173/SP, 5ª Turma, Rel. Min. Arnaldo Esteves de Lima, j. 01/03/2005, DJ 11/04/2005, p. 357), o que evidencia a ausência de plausibilidade da pretensão recursal e, nos termos da Sumúla 83 daquela Corte, inviabiliza o prosseguimento do reclamo.
De outra parte, não cabe discutir, em sede de recurso especial, eventual ofensa a dispositivo constitucional, debate adequado, isto sim, no recurso extraordinário, nos termos do artigo 102, III, da CF.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 28 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2003.03.99.019123-0 AC 882980
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARIA ARMANDA MICOTTI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	PAULO BARBOSA DOS SANTOS
ADV	:	PAULO FAGUNDES JUNIOR
PETIÇÃO	:	RESP 2005064116
RECTE	:	PAULO BARBOSA DOS SANTOS
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso especial foi interposto, com fulcro no artigo 105, III, a e c, da CF, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em embargos à execução de sentença de pleito previdenciário.
A parte recorrente alega ofensa aos artigos 128, 293 e 515, do CPC; 145, da Lei 8.213/91; e 100, § 1º, da CF, e ocorrência de dissídio jurisprudencial.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.

Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, o Colendo Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido da decisão recorrida e reconheceu que os juros de mora incidem apenas até a expedição do precatório e que os mesmos somente serão devidos por todo o período, caso o efetivo pagamento ocorra fora do prazo constitucionalmente estipulado, nos termos da EC 30, de 13/09/2000 (AgRg no RESP 616.990/DF, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, j. 01/09/2005, DJ 26/09/2005, p. 187; e RESP 664.987/SP, 2ª Turma, Rel. Min. Castro Meira, j. 18/08/2005, DJ 19/09/2005, p. 281); e reconheceu, também, que a atualização de débitos inscritos em precatório não deve ser realizada com base nos índices previdenciários, mas sim corrigidas monetariamente pelo indexador oficial - a Unidade Fiscal de Referência a partir de janeiro/92 e, após sua extinção, do IPCA-E - nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (RESP 657.653/SP, 6ª Turma, Rel. Min. Paulo Gallotti, j. 07/03/2006, DJ 27/03/2006, p. 366; e AgRg no Ag 498.173/SP, 5ª Turma, Rel. Min. Arnaldo Esteves de Lima, j. 01/03/2005, DJ 11/04/2005, p. 357), o que evidencia a ausência de plausibilidade da pretensão recursal e, nos termos da Súmula 83 daquela Corte, inviabiliza o prosseguimento do reclamo.
De outra parte, não cabe discutir, em sede de recurso especial, eventual ofensa a dispositivo constitucional, debate adequado, isto sim, no recurso extraordinário, nos termos do artigo 102, III, da CF.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 19 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2003.03.99.027834-6 AC 900398
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JARBAS LINHARES DA SILVA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	TEREZA FERNANDES DA SILVA
ADV	:	CRISTIANE MARIA PAREDES FABBRI
PETIÇÃO	:	RESP 2007021167
RECTE	:	TEREZA FERNANDES DA SILVA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso especial foi interposto, sem indicação do permissivo constitucional, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em pleito de concessão de benefício assistencial.
A parte recorrente alega ofensa à legislação federal sem, contudo, indicar o artigo em tese violado.
Decido.
O recurso não merece prosseguimento.
Verifico, de pronto, que a parte recorrente não indicou expressamente o permissivo e a alínea constitucionais que autorizam a admissão do reclamo, nem indicou o dispositivo de lei federal que inferiu violado, restando configurada a deficiência na fundamentação, a teor da Súmula 284 do Excelso Supremo Tribunal Federal (AgRg no Ag 709.465/RN, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, j. 15/12/2005, DJ 06/02/2006, P. 301; EDcl no AgRg no Ag 493.375/RS, 6ª Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, j. 11/10/2005, DJ 21/11/2005, p. 315).
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 20 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2003.03.99.029451-0 AC 902285
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARIA ARMANDA MICOTTI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ALBERTO ROSSETTI
ADV	:	PAULO FAGUNDES JUNIOR
PETIÇÃO	:	RESP 2006073869
RECTE	:	ALBERTO ROSSETTI
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso especial foi interposto, com fulcro no artigo 105, III, a e c, da CF, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em embargos à execução de sentença de pleito previdenciário.
A parte recorrente alega ofensa aos artigos 128, 293 e 515, do CPC; 145, da Lei 8.213/91; e 100, § 1º, da CF, e ocorrência de dissídio jurisprudencial.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.
Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, o Colendo Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido da decisão recorrida e reconheceu que os juros de mora incidem apenas até a expedição do precatório e que os mesmos somente serão devidos por todo o período, caso o efetivo pagamento ocorra fora do prazo constitucionalmente estipulado, nos termos da EC 30, de 13/09/2000 (AgRg no RESP 616.990/DF, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, j. 01/09/2005, DJ 26/09/2005, p. 187; e RESP 664.987/SP, 2ª Turma, Rel. Min. Castro Meira, j. 18/08/2005, DJ 19/09/2005, p. 281); e reconheceu, também, que a atualização de débitos inscritos em precatório não deve ser realizada com base nos índices previdenciários, mas sim corrigidas monetariamente pelo indexador oficial - a Unidade Fiscal de Referência a partir de janeiro/92 e, após sua extinção, do IPCA-E - nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (RESP 657.653/SP, 6ª Turma, Rel. Min. Paulo Gallotti, j. 07/03/2006, DJ 27/03/2006, p. 366; e AgRg no Ag 498.173/SP, 5ª Turma, Rel. Min. Arnaldo Esteves de Lima, j. 01/03/2005, DJ 11/04/2005, p. 357), o que evidencia a ausência de plausibilidade da pretensão recursal e, nos termos da Súmula 83 daquela Corte, inviabiliza o prosseguimento do reclamo.
De outra parte, não cabe discutir, em sede de recurso especial, eventual ofensa a dispositivo constitucional, debate adequado, isto sim, no recurso extraordinário, nos termos do artigo 102, III, da CF.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 19 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2003.03.99.029795-0 AC 902629
APTE	:	JOSE PINHEIRO SOBRINHO
ADV	:	ANTONIO PEREIRA SUCENA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	GLAUCIA VIRGINIA AMANN MORETTI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PETIÇÃO	:	RESP 2007034276
RECTE	:	JOSE PINHEIRO SOBRINHO
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso especial foi interposto, com fulcro no artigo 105, III, a, da CF, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em pleito de revisão de benefício previdenciário.
A parte recorrente alega ofensa ao artigo 21, § 2º, da Lei 8.880/94.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.
Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, o Colendo Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido da decisão recorrida e reconheceu que a atualização dos salários-de-contribuição deve ser feita com base no INPC e demais sucedâneos legais, no caso de benefício concedido na vigência da Lei 8.213/91 (AgRg no RESP 648.955/SP, 5ª Turma, Rel. Min. Felix Fischer, j. 16/09/2004, DJ 11/10/2004, p. 379; e AgRg no Ag 587.588/MG, 6ª Turma, Rel. Min. Paulo Gallotti, j. 21/10/2004, DJ 06/03/2006, p. 465), o que evidencia a ausência de plausibilidade da pretensão recursal.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 26 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2003.03.99.033024-1 AC 907683
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	DEONIR ORTIZ
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	JOAO FELIPPE SANTIAGO
ADV	:	ANTONIO JOSE PANCOTTI
PETIÇÃO	:	RESP 2007032390
RECTE	:	JOAO FELIPPE SANTIAGO
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
Cuida-se de recurso especial interposto em face de decisão monocrática proferida nos moldes do Art. 557, do Código de Processo Civil.
Um dos requisitos necessário à admissão do recurso em tela é o prévio esgotamento das instâncias ordinárias (Art. 557, § 1º, CPC), sem o qual não se admite o recurso especial. A propósito, o Superior Tribunal de Justiça tem pacificado entendimento nesse sentido, a exemplo, transcrevo a seguinte ementa:
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARTIGO 544 DO CPC. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INSTÂNCIA ORDINÁRIA NÃO ESGOTADA.
1. A decisão proferida monocraticamente, em observância ao art. 557, do CPC, não desafia de imediato a interposição de recurso especial, ante o não esgotamento das vias recursais no tribunal a quo pela ausência de oferecimento do agravo interno. Isto porque, a decisão denegatória, deve provir de Tribunal, e não ato isolado de um de seus membros.
2. Agravo regimental desprovido."
(AGRG no AG n. 621376-RJ, Rel. Min. Luiz Fux, 1ª T., v.u., j. 12.04.05, DJ 16.05.05)
No mesmo sentido: AGRG nos EDCL no AG n. 562849-RS, Rel. Min. Castro Filho, 3ª T., v.u., j. 28.10.04, DJ 17.12.04; AGRG no AG n. 619239-PB, Rel. Min. Gilson Dipp, 5ª T., v.u., j. 23.11.04, DJ 17.12.04 e AGRG no AG n. 547364-RJ, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, 6ª t., v.u., 17.02.05, DJ 11.04.05.
Destarte, por ausência de pressuposto indispensável ao seu processamento, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 23 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2003.61.00.010644-8 AMS 271283
APTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
APDO	:	AMELIA ITO KAWAHARA (= ou > de 60 anos)
ADV	:	FABIO CORTEZZI
PETIÇÃO	:	RESP 2007039403
RECTE	:	AMELIA ITO KAWAHARA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto com fulcro no art. 105, III, a e c, da CF, contra acórdão que reconheceu a incidência do Imposto de Renda de Pessoa Física sobre: os valores auferidos a título de "indenização especial" em rescisão de contrato de trabalho sem justa causa.
Busca a recorrente a reforma do "decisum" alegando, em síntese, o caráter indenizatório das verbas rescisórias.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.
Observo que a Primeira Seção do E. STJ, em sede de embargos de divergência, pacificou entendimento no sentido da incidência do imposto de renda sobre os valores auferidos em rescisão de contrato de trabalho sem justa causa a título de "indenização especial" É o que se vê do julgamento do EREsp 686109/RJ, 1ª Seção, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, D.J. 22/05/06, P. 142.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 26 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2003.61.00.018916-0 AMS 266360
APTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
APDO	:	ARMANDO ROMANO FILHO
ADV	:	ANTONIO AUGUSTO VIEIRA GOUVEIA
PETIÇÃO	:	RESP 2006060815
RECTE	:	ARMANDO ROMANO FILHO
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso especial foi interposto com esteio no Art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, em face do acórdão proferido por Turma desta Corte em ação mandamental que objetiva afastar o procedimento fiscal instaurado com informações obtidas através de movimentações bancárias (CPMF).
O que se pretende é a reforma do julgado, nos termos do Art. 105, III, "a", da Carta Magna, sustentando, em síntese, negativa de vigência à Lei 9.311/96 e Artigos 101, 105 e 106, do Código Tributário Nacional.
Decido.
Foram atendidos os pressupostos objetivos de admissibilidade recursal.
Entretanto, o recurso não merece prosseguimento, eis que não se amolda à hipótese constitucional.
Com efeito, o Egrégio Superior Tribunal de Justiça já se pronunciou a respeito da matéria, possibilitando o lançamento de tributo com dados obtidos através da CPMF, conforme segue, in verbis:
"TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. UTILIZAÇÃO DE DADOS DA CPMF PARA LANÇAMENTO DE OUTROS TRIBUTOS. QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO. EXCEPCIONALIDADE DA MEDIDA. PERÍODO ANTERIOR À LC Nº 105/2001. APLICAÇÃO IMEDIATA. RETROATIVIDADE PERMITIDA PELO ART. 144, § 1º, DO CTN.
1. Trata-se de agravo regimental interposto por APARECIDO FIGUEIREDO contra decisão que negou provimento a agravo de instrumento por reconhecer a aplicabilidade imediata do art. 6º da LC nº 105/2001, além de não visualizar ofensa ao art. 535 do CPC. Sustenta, em suma, a necessidade de ser reformado integralmente o decisório proferido, defendendo que as normas instituídas pelo § 3º do art. 11 da Lei nº 9.311/96 como pela Lei nº 10.174/01 são de direito material, e não formal, refutando, pois, a utilização das informações correspondentes ao período de outubro/96 a dezembro/01.
2. A decisão agravada merece ser mantida pelos seus próprios e jurídicos fundamentos. As razões expostas pelo agravante não são suficientes para modificar a conclusão adotada, que seguiu a orientação preconizada por esta Corte na linha de que, a teor do que dispõe o art. 144, § 1º, do CTN, as leis tributárias procedimentais ou formais têm aplicação imediata, pelo que a LC nº 105/2001, art. 6º, por envergar essa natureza, atinge fatos pretéritos. Assim, por força dessa disposição, é possível que a administração, sem autorização judicial, quebre o sigilo bancário de contribuinte durante período anterior à sua vigência.

3. Precedentes: REsp 701.996/RJ, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 06/03/06; AgRgREsp 513.540/PR, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 06/03/06; REsp 597.431/SC, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 13/02/06; AgRgREsp 700.789/RS, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ 19/12/05; REsp 691.601/SC, 2ª Turma, Min. Eliana Calmon, DJ de 21/11/2005; AgRgREsp 558.633/PR, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ 07/11/05; REsp 628.116/PR, 2ª Turma, Min. Castro Meira, DJ de 03/10/2005; REsp 628.527/PR, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 03/10/05; AgRgREsp 669.157/PE, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ de 01/07/2005.
4. Agravo regimental não-provido."
(AGRG no Ag 775069-SP, Relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, unânime, DJ 23.11.2006, pág. 224).
Face ao exposto, NÃO ADMITO o recurso especial interposto.
Dê-se ciência.
São Paulo, 26 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
VICE-PRESIDENTE

PROC.	:	2003.61.04.004804-6 AC 1009827
APTE	:	EDSON DIAS NEVES (= ou > de 65 anos)
ADV	:	JOSE ABILIO LOPES
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MAURO PADOVAN JUNIOR
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PETIÇÃO	:	RESP 2005300235
RECTE	:	EDSON DIAS NEVES
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
Torno sem efeito a certidão de fls. 99.
O recurso especial foi interposto, com fulcro no artigo 105, III, a e c, da CF, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em pleito de revisão de benefício previdenciário.
A parte recorrente alega ofensa à legislação federal sem, contudo, indicar o artigo em tese violado, e ocorrência de dissídio jurisprudencial.
Decido.
O recurso não merece prosseguimento.
Verifico, de pronto, a intempestividade da presente impugnação, vez que o efetivo protocolo da peça recursal, neste Tribunal, ocorreu fora do prazo estipulado no artigo 508, do CPC.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 16 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2003.61.04.017107-5 AC 1171721
APTE	:	ALBERTO CORREA DOS SANTOS (= ou > de 60 anos)
ADV	:	MARIO ANTONIO DE SOUZA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MIRIAM DE ANDRADE CARNEIRO LEAO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PETIÇÃO	:	RESP 2007080548
RECTE	:	ALBERTO CORREA DOS SANTOS
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
Cuida-se de recurso especial interposto em face de decisão monocrática proferida nos moldes do Art. 557, do Código de Processo Civil.
Um dos requisitos necessário à admissão do recurso em tela é o prévio esgotamento das instâncias ordinárias (Art. 557, § 1º, CPC), sem o qual não se admite o recurso especial. A propósito, o Superior Tribunal de Justiça tem pacificado entendimento nesse sentido, a exemplo, transcrevo a seguinte ementa:
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARTIGO 544 DO CPC. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INSTÂNCIA ORDINÁRIA NÃO ESGOTADA.
1. A decisão proferida monocraticamente, em observância ao art. 557, do CPC, não desafia de imediato a interposição de recurso especial, ante o não esgotamento das vias recursais no tribunal a quo pela ausência de oferecimento do agravo interno. Isto porque, a decisão denegatória, deve provir de Tribunal, e não ato isolado de um de seus membros.
2. Agravo regimental desprovido."
(AGRG no AG n. 621376-RJ, Rel. Min. Luiz Fux, 1ª T., v.u., j. 12.04.05, DJ 16.05.05)
No mesmo sentido: AGRG nos EDCL no AG n. 562849-RS, Rel. Min. Castro Filho, 3ª T., v.u., j. 28.10.04, DJ 17.12.04; AGRG no AG n. 619239-PB, Rel. Min. Gilson Dipp, 5ª T., v.u., j. 23.11.04, DJ 17.12.04 e AGRG no AG n. 547364-RJ, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, 6ª t., v.u., 17.02.05, DJ 11.04.05.
Destarte, por ausência de pressuposto indispensável ao seu processamento, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 27 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2003.61.04.017336-9 AC 1121428
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MAURO PADOVAN JUNIOR
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	JULIA CABARITI TEIXEIRA
ADV	:	SERGIO HENRIQUE PARDAL BACELLAR FREUDENTHAL
PETIÇÃO	:	RESP 2007078174
RECTE	:	JULIA CABARITI TEIXEIRA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
Cuida-se de recurso especial interposto em face de decisão monocrática proferida nos moldes do Art. 557, do Código de Processo Civil.
Um dos requisitos necessário à admissão do recurso em tela é o prévio esgotamento das instâncias ordinárias (Art. 557, § 1º, CPC), sem o qual não se admite o recurso especial. A propósito, o Superior Tribunal de Justiça tem pacificado entendimento nesse sentido, a exemplo, transcrevo a seguinte ementa:
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARTIGO 544 DO CPC. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INSTÂNCIA ORDINÁRIA NÃO ESGOTADA.
1. A decisão proferida monocraticamente, em observância ao art. 557, do CPC, não desafia de imediato a interposição de recurso especial, ante o não esgotamento das vias recursais no tribunal a quo pela ausência de oferecimento do agravo interno. Isto porque, a decisão denegatória, deve provir de Tribunal, e não ato isolado de um de seus membros.
2. Agravo regimental desprovido."
(AGRG no AG n. 621376-RJ, Rel. Min. Luiz Fux, 1ª T., v.u., j. 12.04.05, DJ 16.05.05)
No mesmo sentido: AGRG nos EDCL no AG n. 562849-RS, Rel. Min. Castro Filho, 3ª T., v.u., j. 28.10.04, DJ 17.12.04; AGRG no AG n. 619239-PB, Rel. Min. Gilson Dipp, 5ª T., v.u., j. 23.11.04, DJ 17.12.04 e AGRG no AG n. 547364-RJ, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, 6ª t., v.u., 17.02.05, DJ 11.04.05.
Destarte, por ausência de pressuposto indispensável ao seu processamento, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 27 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2003.61.04.018189-5 AC 1096674
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	LUIZ CARLOS FERREIRA DE MELO
APDO	:	JOAO RODRIGUES MARQUES
ADV	:	ANA MARIA VOSS CAVALCANTE
PETIÇÃO	:	RESP 2007037726
RECTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a", da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte.
O que se pretende é a reforma do aresto no que respeita ao prazo prescricional da taxa progressiva de juros na capitalização das contas de FGTS.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.
Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, a questão em torno da qual se controverte resta pacificada no Colendo Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que estão prescritas as parcelas anteriores a trinta anos do ajuizamento da ação, nos termos dos acórdãos: Resp 859974/PE, rel. Eliana Calmon, 2ª Turma, j. 19.09.2006; Resp 828572/PE , rel. Ministro José Delgado, 1ª Turma, j. 18.05.2006.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 2 de abril de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2003.61.05.012873-7 AC 1091887
APTE	:	CLINICA DE PATOLOGIA TORACOABDOMINAL DR FRAZATTO S/C LTDA
ADV	:	EVALDO DE MOURA BATISTA
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
PETIÇÃO	:	RESP 2006331880
RECTE	:	CLINICA DE PATOLOGIA TORACOABDOMINAL DR FRAZATTO S/ C LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, a e c, da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte.
O que se pretende é o reconhecimento da inexigibilidade do recolhimento da COFINS nos moldes da Lei 9.430/96, mantendo-a na forma prevista no Art. 6º, II, da LC 70/91 cc o Art. 1º, "caput", do DL 2.397/87.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, em casos análogos vinha decidindo o Colendo Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que a revogação do Art. 6º, II, da LC 70/91, pela Lei 9.430/96, possui índole constitucional, sendo vedada sua apreciação em recurso especial (Resp 833974/BA; Min. Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 30.06.2006 e REsp 856377/SP; Min. Humberto Martins, Segunda Turma, DJ 22.09.2006), e, em recente decisão, a Egrégia Primeira Turma, no REsp 855927/DF, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, julgado em 19/09/2006, por unanimidade, decidiu que conforme "a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a isenção prevista no art. 6º, II, da Lei Complementar 70/91 foi revogada pelo art. 56 da Lei 9.430/96 (RE-AgR 451.988/RS, 1ª T., Min. Sepúlveda Pertence, DJ de 17.03.2006)".
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 15 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2003.61.09.008465-4 AC 999257
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	JOSE CARLOS DE CASTRO
APDO	:	AUTO PECAS FELTRIN LTDA
ADV	:	JOSE ANTONIO FRANZIN
PETIÇÃO	:	RESP 2006109186
RECTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "c", da Constituição Federal, em face do acórdão proferido por Turma desta Corte que, à unanimidade, negou provimento ao agravo contra decisão monocrática em apelação da CEF, asseverando que: A providência de negativa do nome dos requerentes não deve ser levada a cabo pela requerida. Isso se dá porque o quantum debeatur não apresenta certeza e liquidez para sua efetiva cobrança, já que é objeto de contestação na esfera judicial.
O que se pretende é a reforma do julgado, nos termos do Art. 105, III, letra "c" da Carta Magna, ao argumento de que o decisum divergiu do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.
Decido.
Foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.
Entretanto, o recurso não merece prosseguimento, eis que não se amolda à hipótese constitucional de admissibilidade.
Note-se, que a recente jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça reconhece que descabe a inscrição do nome do devedor em cadastro de proteção ao crédito na hipótese de pendência de ação judicial em que se discute a dívida (AgRg no Ag 615894/PR, 4ª Turma, Relator Ministro Jorge Scartezzini, j. 19.05.2005, DJ 01.07.2005 pág. 545).
Com efeito, aplica-se in casu a Súmula 83, da Corte Superior.
Face ao exposto, NÃO ADMITO o recurso especial interposto.
Dê-se ciência.
São Paulo, 29 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2003.61.13.003918-6 AC 1066382
APTE	:	ISABEL HONORIO GOMES TRINTO
ADV	:	LUIS FLONTINO DA SILVEIRA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SUSANA NAKAMICHI CARRERAS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PETIÇÃO	:	RESP 2006336395
RECTE	:	ISABEL HONORIO GOMES TRINTO
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso especial foi interposto, sem indicação do permissivo constitucional, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em pleito de concessão de benefício assistencial.
A parte recorrente alega ofensa à legislação federal sem, contudo, indicar o artigo em tese violado.

Decido.
O recurso não merece prosseguimento.
Verifico, de pronto, que a parte recorrente não indicou expressamente o permissivo e a alínea constitucionais que autorizam a admissão do reclamo, nem indicou o dispositivo de lei federal que inferiu violado, restando configurada a deficiência na fundamentação, a teor da Súmula 284 do Excelso Supremo Tribunal Federal (AgRg no Ag 709.465/RN, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, j. 15/12/2005, DJ 06/02/2006, P. 301; EDcl no AgRg no Ag 493.375/RS, 6ª Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, j. 11/10/2005, DJ 21/11/2005, p. 315).
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 22 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2003.61.21.000920-4 AMS 256360
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CELIO NOSOR MIZUMOTO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	LUIZ CARLOS DA SILVA COELHO
ADV	:	RODOLFO SILVIO DE ALMEIDA
PETIÇÃO	:	RESP 2006247932
RECTE	:	LUIZ CARLOS DA SILVA COELHO
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso especial foi interposto, com fulcro no artigo 105, III, a e c, da CF, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em apelação de mandado de segurança previdenciário.
A parte recorrente alega ofensa à legislação federal sem, contudo, indicar o artigo em tese violado, e ocorrência de dissídio jurisprudencial.
Decido.
O recurso não merece prosseguimento.
Verifico, de pronto, que a parte recorrente não indicou expressamente, na presente impugnação, o artigo da legislação federal que entendeu violado, restando configurada a deficiência na fundamentação, a teor da Súmula 284 do Excelso Supremo Tribunal Federal (AgRg no Ag 709.465/RN, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, j. 15/12/2005, DJ 06/02/2006, P. 301; EDcl no AgRg no Ag 493.375/RS, 6ª Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, j. 11/10/2005, DJ 21/11/2005, p. 315).
Mesmo que assim não fosse, a inadmissão do reclamo é de rigor, pois a divergência entre julgados do mesmo Tribunal não enseja recurso especial, a teor da Súmula 13 daquela Corte Superior.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 16 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2003.61.26.000807-4 AC 955337
APTE	:	AIRES TADEU SIQUEIRA
ADV	:	WILSON MIGUEL
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	VERA LUCIA D AMATO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
PETIÇÃO	:	RESP 2006236092
RECTE	:	AIRES TADEU SIQUEIRA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso especial foi interposto, com fulcro no artigo 105, III, a e c, da CF, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em pleito de concessão de benefício previdenciário.
A parte recorrente alega ofensa aos artigos 20, § 3º, "c", e 260, do CPC; e 11, § 1º, da Lei 1.060/50, e ocorrência de dissídio jurisprudencial.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.
Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, o Colendo Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido da decisão recorrida e, a teor da Súmula 111, reconheceu que os honorários advocatícios não incidem sobre as parcelas vincendas, nas ações previdenciárias (RESP 588.417/SP, 5ª Turma, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, j. 05/10/2004, DJ 08/11/2004, p. 274; e AgRg no Ag 552.924/RJ, 6ª Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, j. 19/05/2005, DJ 01/07/2005, p. 656).
Ademais, aquela Corte Superior reconheceu, ainda, que, em face da natureza alimentar das verbas previdenciárias, os juros moratórios devem ser fixados à razão de 1% ao mês (RESP 739.407/DF, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, j. 03/11/2005, DJ 28/11/2005, p. 331; e RESP 601.266/RJ, 6ª Turma, Rel. Min. Paulo Gallotti, j. 19/02/2004, DJ 27/03/2006, p. 362), o que evidencia a ausência de plausibilidade da pretensão recursal e, nos termos da Súmula 83 daquela Corte, inviabiliza o prosseguimento do reclamo.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 19 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2003.61.26.004707-9 AC 986123
APTE	:	NINA ROSA GARCIA
ADV	:	ANTONIO PEREIRA SUCENA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARIA TERESA FERREIRA CAHALI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PETIÇÃO	:	RESP 2007034268
RECTE	:	NINA ROSA GARCIA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso especial foi interposto, com fulcro no artigo 105, III, a, da CF, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em pleito de revisão de benefício previdenciário.
A parte recorrente alega ofensa ao artigo 21, § 2º, da Lei 8.880/94.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.
Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, o Colendo Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido da decisão recorrida e reconheceu que a atualização dos salários-de-contribuição deve ser feita com base no INPC e demais sucedâneos legais, no caso de benefício concedido na vigência da Lei 8.213/91 (AgRg no RESP 648.955/SP, 5ª Turma, Rel. Min. Felix Fischer, j. 16/09/2004, DJ 11/10/2004, p. 379; e AgRg no Ag 587.588/MG, 6ª Turma, Rel. Min. Paulo Gallotti, j. 21/10/2004, DJ 06/03/2006, p. 465), o que evidencia a ausência de plausibilidade da pretensão recursal.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 26 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2003.61.26.008876-8 AC 987571
APTE	:	LAURO ALFONSO DE MENDONCA
ADV	:	ANTONIO PEREIRA SUCENA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARIA TERESA FERREIRA CAHALI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PETIÇÃO	:	RESP 2007034270
RECTE	:	LAURO ALFONSO DE MENDONCA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso especial foi interposto, com fulcro no artigo 105, III, a, da CF, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em pleito de revisão de benefício previdenciário.
A parte recorrente alega ofensa ao artigo 21, § 2º, da Lei 8.880/94.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.
Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, o Colendo Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido da decisão recorrida e reconheceu que a atualização dos salários-de-contribuição deve ser feita com base no INPC e demais sucedâneos legais, no caso de benefício concedido na vigência da Lei 8.213/91 (AgRg no RESP 648.955/SP, 5ª Turma, Rel. Min. Felix Fischer, j. 16/09/2004, DJ 11/10/2004, p. 379; e AgRg no Ag 587.588/MG, 6ª Turma, Rel. Min. Paulo Gallotti, j. 21/10/2004, DJ 06/03/2006, p. 465), o que evidencia a ausência de plausibilidade da pretensão recursal.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 26 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2003.61.26.008879-3 AC 997459
APTE	:	JOSE ANTONIO SOARES DA FONSECA
ADV	:	ANTONIO PEREIRA SUCENA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARIA TERESA FERREIRA CAHALI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PETIÇÃO	:	RESP 2007034274
RECTE	:	JOSE ANTONIO SOARES DA FONSECA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso especial foi interposto, com fulcro no artigo 105, III, a, da CF, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em pleito de revisão de benefício previdenciário.
A parte recorrente alega ofensa ao artigo 21, § 2º, da Lei 8.880/94.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.
Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, o Colendo Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido da decisão recorrida e reconheceu que a atualização dos salários-de-contribuição deve ser feita com base no INPC e demais sucedâneos legais, no caso de benefício concedido na vigência da Lei 8.213/91 (AgRg no RESP 648.955/SP, 5ª Turma, Rel. Min. Felix Fischer, j. 16/09/2004, DJ 11/10/2004, p. 379; e AgRg no Ag 587.588/MG, 6ª Turma, Rel. Min. Paulo Gallotti, j. 21/10/2004, DJ 06/03/2006, p. 465), o que evidencia a ausência de plausibilidade da pretensão recursal.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 26 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2003.61.82.030811-2 AC 973604
APTE	:	Prefeitura do Municipio de Sao Paulo SP
ADV	:	ANDREAS JOSE DE A SCHMIDT
APDO	:	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos - ECT
ADV	:	RAIMUNDA MONICA MAGNO ARAUJO BONAGURA
PETIÇÃO	:	RESP 2005161611
RECTE	:	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos - ECT
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a" e "c", da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte, em embargos à execução fiscal, que decidiu ser legítima a exigência da taxa de fiscalização de localização, funcionamento e instalação, instituída pela municipalidade.
O que se pretende é a reforma do aresto, ao argumento de que inexiste o efetivo exercício do poder de polícia de fiscalização do imóvel justificador da cobrança da taxa mencionada, contrariando os artigos 77 e 78, do Código Tributário Nacional.
Alega, ainda, dissídio jurisprudencial.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame da conformação à hipótese constitucional.
O recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, é pacífico o entendimento segundo o qual a cobrança da taxa de fiscalização, localização e funcionamento prescinde de comprovação da atividade fiscalizadora, face à notoriedade do exercício do poder de polícia pelo aparato da municipalidade (AgRg no REsp 721114/SP, Primeira Turma, Relator Ministro LUIZ FUX, in DJ 03.04.2006 e REsp 519899/SP, Segunda Turma, Relator Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, in DJ 28.03.2006).
Em relação ao dissídio pretoriano, aplica-se, in casu, a Súmula 83, do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso.
Dê-se ciência.
São Paulo, 2 de abril de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2003.61.83.002657-7 AC 1065919
APTE	:	GOZO MAKINO
ADV	:	ANTONIO PEREIRA SUCENA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	DANIEL AUGUSTO BORGES DA COSTA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PETIÇÃO	:	RESP 2007031613
RECTE	:	GOZO MAKINO
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso especial foi interposto, com fulcro no artigo 105, III, a, da CF, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em pleito de revisão de benefício previdenciário.
A parte recorrente alega ofensa ao artigo 31, da Lei 8.213/91.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.
Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, o Colendo Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido da decisão recorrida e reconheceu que a atualização dos salários-de-contribuição deve ser feita com base no INPC e demais sucedâneos legais, no caso de benefício concedido na vigência da Lei 8.213/91 (AgRg no RESP 648.955/SP, 5ª Turma, Rel. Min. Felix Fischer, j. 16/09/2004, DJ 11/10/2004, p. 379; e AgRg no Ag 587.588/MG, 6ª Turma, Rel. Min. Paulo Gallotti, j. 21/10/2004, DJ 06/03/2006, p. 465), o que evidencia a ausência de plausibilidade da pretensão recursal.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 23 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2004.03.00.029215-4 AG 208781
AGRTE	:	NELSON ROBERTO SPADINI
ADV	:	LUIZ VICENTE DE CARVALHO
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
PARTE R	:	BENFITEX BENEFICIADORA DE FIBRAS TEXTEIS S/A
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 11 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
PETIÇÃO	:	RESP 2006074731
RECTE	:	NELSON ROBERTO SPADINI
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido por Turma desta Corte que, nos autos de Agravo de Instrumento, manteve a decisão que, em sede de exceção de pré-executividade, diante da inexistência de prova pré-constituída e entendendo haver necessidade de dilação probatória, quanto à ilegitimidade passiva do sócio-recorrente, indeferiu seu pedido de exclusão do pólo passivo da ação de execução fiscal.

O que se pretende é a reforma do aresto, sob o fundamento de que a decisão recorrida mostra-se divergente das decisões que vêm sendo dadas por outros Tribunais.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame de sua conformação à hipótese constitucional.

O recurso não merece prosseguimento.

Encontra-se pacificado no âmbito da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que as matérias passíveis de serem alegadas em exceção de pré-executividade não são somente as de ordem pública, mas também os fatos modificativos ou extintivos do direito do exeqüente, desde que comprovados de plano, sem necessidade de dilação probatória. (EREsp 614272/PR; Relator Ministro CASTRO MEIRA; DJ 06.06.2005; p. 174).

Em caso análogo, assim decidiu o Egrégio Superior Tribunal de Justiça, in verbis:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. ART. 535 DO CPC. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. REDIRECIONAMENTO CONTRA O SÓCIO-GERENTE. ART. 135, III, DO CTN. REEXAME DE PROVA.

1. Por considerar inviável a discussão sobre a legitimidade dos sócios na via da exceção de pré-executividade, em razão da necessidade de dilação probatória, a Corte de origem não adentrou no debate sobre a existência ou não de responsabilidade pelas dívidas tributárias da sociedade, não havendo assim, qualquer ofensa ao art. 535, II, do CPC.

2. As matérias passíveis de serem alegadas em exceção de pré-executividade não são somente as de ordem pública, mas também os fatos modificativos ou extintivos do direito do exeqüente, desde que comprovados de plano, sem necessidade de dilação probatória.

3. Na hipótese dos autos, o Tribunal de origem assentou que o reconhecimento da ilegitimidade passiva dos sócios dependeria de produção de provas, o que afasta o cabimento da exceção de pré-executividade.

4. Recurso especial improvido.

(REsp 831877/SP; Relator Ministro CASTRO MEIRA; Segunda Turma; DJ 05.10.2006; p. 296)".

e,

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. MATÉRIAS PASSÍVEIS DE ALEGAÇÃO.

1. A possibilidade de verificação de plano, sem necessidade de dilação probatória, delimita as matérias passíveis de serem deduzidas na exceção de pré-executividade, independentemente da garantia do juízo. Precedentes: EResp 614272/PR, Primeira Seção, Min. Castro Meira, DJ de 06.06.2005.

2. Não é possível a argüição de ilegitimidade passiva por exceção de pré-executividade, se, para a aferição desta, for necessária dilação probatória.

3. Recurso especial a que se nega provimento.

(REsp 821412/MG; Relator Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI; Primeira Turma; DJ 24.04.2006; p. 379)".

Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 26 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2004.03.00.048122-4 AG 215577
AGRTE	:	GEOPHONIC LTDA e outros
ADV	:	ANDRE LUIZ MOREGOLA E SILVA
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 10 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
PETIÇÃO	:	RESP 2006233466
RECTE	:	SERGIO GOTTHILF
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido por Turma desta Corte que, à unanimidade, julgou prejudicado o agravo regimental, não conheceu do agravo de instrumento em relação à pessoa jurídica e negou provimento ao agravo de instrumento em relação aos sócios, ao entendimento de que estes devem ser mantidos no pólo passivo da execução fiscal, a teor do disposto no Art. 135, III, do CTN, em razão de que a situação apresentada nos autos, de imediato, não possibilita o reconhecimento da ausência de responsabilidade dos sócios a ensejar a sua exclusão da lide.

O que se pretende é a reforma do "decisum" sob o fundamento de que violou dispositivos de normas infraconstitucionais e que a decisão recorrida diverge do entendimento de outros Tribunais.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.

Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.

Com efeito, o entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça quanto à questão trazida à baila é no sentido de que havendo indícios de que a empresa encerrou irregularmente suas atividades, é possível redirecionar a execução para a pessoa dos sócios. Ademais, a análise da existência ou não da dissolução irregular da sociedade que embasou o redireciomento da execução fiscal demanda o reexame de matéria fática, sendo inviável em sede de recurso especial, consoante Súmula 7 do STJ (REsp 750335/PR, 1ª Turma, Relator Ministro Luiz Fux, in DJ 14/11/2005, pág. 222; EDcl no AgRg no REsp 527458/RJ, 1ª Turma, Relatora Ministra Denise Arruda, in DJ 03/04/2006, pág. 228; REsp 462440/RS, 2ª Turma, Relator Ministro Franciulli Netto, in DJ 18/10/2004, pág. 216 e AgRg no Ag 678428/PR, 2ª Turma, Relator Ministro Castro Meira, in DJ 19/09/2005, pág. 284).

Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 27 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2004.03.00.073326-2 AG 225266
AGRTE	:	RICARDO MIRO BELLES e outro
ADV	:	LUÍS FELIPE BRETAS MARZAGÃO
AGRDO	:	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educacao - FNDE
ADV	:	ROBERTO CEBRIAN TOSCANO
PARTE R	:	AUTO PIRA S/A IND/ E COM/ DE PECAS e outro
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE PIRACICABA SP
PETIÇÃO	:	RESP 2006222828
RECTE	:	RICARDO MIRO BELLES
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido por Turma desta Corte que, nos autos de Agravo de Instrumento, manteve a decisão que, em sede de exceção de pré-executividade, diante da inexistência de prova pré-constituída e entendendo haver necessidade de dilação probatória, quanto à ilegitimidade passiva do sócio-recorrente, indeferiu seu pedido de exclusão do pólo passivo da ação de execução fiscal.

O que se pretende é a reforma do aresto, sob o fundamento de que viola dispositivos de normas infraconstitucionais e que diverge do entendimento de outros Tribunais.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame de sua conformação à hipótese constitucional.

O recurso não merece prosseguimento.

Encontra-se pacificado no âmbito da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que as matérias passíveis de serem alegadas em exceção de pré-executividade não são somente as de ordem pública, mas também os fatos modificativos ou extintivos do direito do exeqüente, desde que comprovados de plano, sem necessidade de dilação probatória. (EREsp 614272/PR; Relator Ministro CASTRO MEIRA; DJ 06.06.2005; p. 174).

Em caso análogo, assim decidiu o Egrégio Superior Tribunal de Justiça, "in verbis":

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. ART. 535 DO CPC. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. REDIRECIONAMENTO CONTRA O SÓCIO-GERENTE. ART. 135, III, DO CTN. REEXAME DE PROVA.

1. Por considerar inviável a discussão sobre a legitimidade dos sócios na via da exceção de pré-executividade, em razão da necessidade de dilação probatória, a Corte de origem não adentrou no debate sobre a existência ou não de responsabilidade pelas dívidas tributárias da sociedade, não havendo assim, qualquer ofensa ao art. 535, II, do CPC.

2. As matérias passíveis de serem alegadas em exceção de pré-executividade não são somente as de ordem pública, mas também os fatos modificativos ou extintivos do direito do exeqüente, desde que comprovados de plano, sem necessidade de dilação probatória.

3. Na hipótese dos autos, o Tribunal de origem assentou que o reconhecimento da ilegitimidade passiva dos sócios dependeria de produção de provas, o que afasta o cabimento da exceção de pré-executividade.

4. Recurso especial improvido.

(REsp 831877/SP; Relator Ministro CASTRO MEIRA; Segunda Turma; DJ 05.10.2006; p. 296)".

e,

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. MATÉRIAS PASSÍVEIS DE ALEGAÇÃO.

1. A possibilidade de verificação de plano, sem necessidade de dilação probatória, delimita as matérias passíveis de serem deduzidas na exceção de pré-executividade, independentemente da garantia do juízo. Precedentes: EResp 614272/PR, Primeira Seção, Min. Castro Meira, DJ de 06.06.2005.

2. Não é possível a argüição de ilegitimidade passiva por exceção de pré-executividade, se, para a aferição desta, for necessária dilação probatória.

3. Recurso especial a que se nega provimento.

(REsp 821412/MG; Relator Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI; Primeira Turma; DJ 24.04.2006; p. 379)".

Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 27 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2004.03.99.022431-7 AC 948556
APTE	:	ALDO JOSE KUHL JUNIOR
ADV	:	RONNI FRATTI
APDO	:	Banco Central do Brasil
ADV	:	JOSE OSORIO LOURENCAO
PETIÇÃO	:	RESP 2005187054
RECTE	:	ALDO JOSE KUHL JUNIOR
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO

O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a", da Constituição Federal, em face de acórdão proferido por Turma desta Corte que, à unanimidade, negou provimento à apelação do autor, em ação de rito ordinário visando a responsabilização do BACEN pelos prejuízos causados pelo Consórcio Nasser S/C Ltda.

Embargos de declaração, à unanimidade, rejeitados.

O que se pretende é a reforma do julgado, nos termos do Art. 105, III, "a" da Carta Magna, ao argumento de que o acórdão negou vigência aos artigos 159, do Código Civil; 333, II, do CPC; 4º, II e VI, 6º, VI, VII, VIII e X, 22, 81 e 83, do CDC; 9º, do Decreto 861/93; 2º, I e II, 3º, 15, I, d, e, f, § 1º, da Lei 6024/74; 11, II e 12, III, da Lei 8429/92 e Circulares BACEN 1449/89, 2071/91, 2151/92 e 2381/93.

Decido.

Foram atendidos os requisitos genéricos de admissibilidade recursal. Entretanto, o recurso não merece prosseguimento, eis que não se amolda à hipótese constitucional de admissibilidade prevista no Art. 105, III, "a".

Note-se, que nas hipóteses de empresas sujeitas a fiscalização do BACEN e passíveis de liquidação extrajudicial, a jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça tem firmado entendimento de que só cabe ação de indenização, por omissão de fiscalização, contra o Banco Central do Brasil depois de comprovados os danos no processo de liquidação (REsp 786170/DF, 1ª Turma, Relator Ministro José Delgado, j. 15.12.2005, DJ 20.02.2006 pág. 237 e REsp 105469/DF, 2ª Turma, Relator Ministro Helio Mosimann, j. 09.02.1999, DJ 27.09.1999 pág. 69).

Face ao exposto, NÃO ADMITO o recurso especial interposto.

Dê-se ciência.

São Paulo, 28 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2004.03.99.027618-4 AC 962441
APTE	:	IND/ MATARAZZO DE ARTEFATOS DE CERAMICA LTDA
ADV	:	CLAUDIO VESTRI
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
PETIÇÃO	:	RESP 2005053403
RECTE	:	IND/ MATARAZZO DE ARTEFATOS DE CERAMICA LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, a, da CF, contra acórdão proferido em embargos à execução fiscal, que admitiu a possibilidade de cumulação de juros e multa moratória, a condenação do devedor ao pagamento do encargo previsto no Art. 1º do Decreto-lei 1.025/69, o qual substitui nos embargos do devedor a condenação em verba honorária, a teor da Súmula 168 do extinto TFR.

Opostos embargos de declaração pelo recorrente ao argumento de omissão e com vistas a prequestionar dispositivos legais, foram rejeitados à unanimidade.

Busca a recorrente a reforma do "decisum", alegando violação ao art. 535, II, do CPC e sustentando a ilegitimidade do encargo supracitado, da cumulação de juros e multa moratória.

Sustenta, ainda, contra a presunção relativa de liquidez, certeza e exigibilidade da Certidão de Dívida Ativa - CDA.

Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame da conformação à hipótese constitucional.
O recurso não merece prosseguimento.
De saída, observo não configurada a ofensa ao Art. 535, II, do CPC.
Com efeito, o Egrégio Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido da decisão recorrida e reconheceu que não há ofensa ao Art. 535, do CPC, quando o recurso interposto demonstrar inconformismo com o teor da decisão recorrida, pretendendo rediscutir matérias já decidas, sem demonstrar omissão, contradição ou obscuridade, impondo-se a rejeição do recurso, que à guisa de omissão, tem o nítido propósito de prequestionamento, posto que o Tribunal de origem examinou todas as questões relevantes para o deslinde da controvérsia. (EDcl no REsp n. 712214/SC, 1ª Turma, Relator
Ministro Teori Albino Zavascki, DJ 01/08/2005; EDcl n. 670109/TO, 1ª Turma, Relator Ministro Luiz Fux, DJ 01/08/2005; RESP n. 74084/CE, 2ª Turma, Relator Ministro Castro Meira, DJ 15/08/2005).
Destarte, pacífica a orientação segundo a qual o encargo de 20% (vinte por cento) do DL 1.025/69 é devido nas execuções fiscais da União, substituindo, nos embargos, a condenação do devedor em honorários (EResp 147169/DF, 1ª Seção do STJ, DJ 07/12/98 e Resp 529037/RS, 2ª Turma do STJ, DJ 28/03/06).
Ademais, a 1ª Seção dirimiu divergência a respeito da cumulação de juros e multa moratória, decidindo pela sua possibilidade, haja vista que aqueles compensam a perda financeira decorrente do atraso no pagamento, enquanto esta possui natureza de penalidade administrativa (Resp 261116/SC, 2ª Turma, DJ 20/11/03).
Por fim, quanto à alegação de iliquidez do título executivo, este argumento não merece prosperar, eis que o acórdão recorrido não faz referência ao conteúdo de tais disposições, quer direta ou indiretamente, de forma que restou ausente o requisito do prequestionamento, ex vi da Súmula 282, do Egrégio Supremo Tribunal Federal.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 29 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2004.61.00.008193-6 AMS 270711
APTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
APDO	:	JERONIMO CAFALLI MATOS DA SILVA FILHO
ADV	:	MARCELO MARCOS ARMELLINI
PETIÇÃO	:	RESP 2006288310
RECTE	:	JERONIMO CAFALLI MATOS DA SILVA FILHO
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto com fulcro no art. 105, III, a e c, da CF, contra acórdão que reconheceu a incidência do Imposto de Renda de Pessoa Física sobre: os valores auferidos a título de "indenização especial" em rescisão de contrato de trabalho sem justa causa.
Busca a recorrente a reforma do "decisum" alegando, em síntese, o caráter indenizatório das verbas rescisórias.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.
Observo que a Primeira Seção do E. STJ, em sede de embargos de divergência, pacificou entendimento no sentido da incidência do imposto de renda sobre os valores auferidos em rescisão de contrato de trabalho sem justa causa a título de "indenização especial" É o que se vê do julgamento do EREsp 686109/RJ, 1ª Seção, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, D.J. 22/05/06, P. 142.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 29 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2004.61.00.014006-0 AMS 273589
APTE	:	CENTRAL PRATICA ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA -EPP
ADV	:	MAURO SCHEER LUIS
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	HUMBERTO GOUVEIA e VALDIR SERAFIM
PETIÇÃO	:	RESP 2006120081
RECTE	:	CENTRAL PRATICA ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a" e "c", da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte que, nos termos do Art. 9º, da Lei 9.317/96, vedou à empresa, prestadora de serviços na área de ensino, a opção pelo regime simplificado de tributação denominado SIMPLES.
O que se busca é a reforma do acórdão, alegando violação ao Art. 9º, XIII, da Lei 9.317/96.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame da conformação à hipótese constitucional.
O recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, a decisão recorrida encontra-se em consonância com a jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça, como se vê da suma do acórdão a seguir transcrito:
"TRIBUTÁRIO - ESTABELECIMENTO DE ENSINO - OPÇÃO PELO SIMPLES - LEI 9.317/96 - CONSTITUCIONALIDADE DECLARADA PELO STF - LEI 10.684/2003 - APLICAÇÃO RETROATIVA - SÚMULA 456/STF E ART. 106, II, "b" DO CTN.
1. O STF, no julgamento da ADIn 1.643-1/DF, concluiu pela constitucionalidade do art. 9º, XIII da Lei 9.317/96, que excluiu da opção pelo sistema SIMPLES as pessoas jurídicas que menciona, dentre elas a que preste serviços de professor.
2. As instituições de ensino que não contam com professor no seu quadro societário também se enquadram na exceção, porque a atividade-fim desenvolvida está diretamente ligada à profissão de professor.
3. A Lei 10.684/2003 retirou da exclusão as creches, pré-escolas e estabelecimentos de ensino fundamental, possibilitando sua adesão ao SIMPLES.
4. Norma superveniente que, embora não prequestionada, pode ser aplicada ao caso concreto em atenção à Súmula 456/STF (porque conhecido o especial por outro fundamento) e ao art. 106, II, "b" do CTN, que admite a aplicação retroativa da lei aos fatos pendentes quando ela deixa de tratar o ato ou o fato "como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha sido fraudulento e não tenha implicado em falta de pagamento do tributo".
Precedente da Primeira Turma (EDREsp 603.451/PE).
5. Na hipótese dos autos, porém, a recorrente dedica-se às atividades de ensino fundamental e médio, esta última não contemplada na exceção prevista no art. 1º, I e II, da Lei 10.034/2000.
6. Recurso especial improvido."
(REsp 639223/MG, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 30.05.2006, pág. 135).
No mesmo sentido REsp 642020/RJ, 1ª Turma, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ 25.05.2006, pág. 159.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 23 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2004.61.00.024431-0 AMS 277683
APTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
APDO	:	TAKEHIRO MORI
ADV	:	NELCIR DE MORAES CARDIM
PETIÇÃO	:	RESP 2007042798
RECTE	:	TAKEHIRO MORI
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto com fulcro no art. 105, III, a, da CF, contra acórdão que reconheceu a incidência do Imposto de Renda de Pessoa Física sobre: os valores auferidos a título de "indenização especial" em rescisão de contrato de trabalho sem justa causa.
Busca a recorrente a reforma do "decisum" alegando, em síntese, o caráter indenizatório das verbas rescisórias.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.
Observo que a Primeira Seção do E. STJ, em sede de embargos de divergência, pacificou entendimento no sentido da incidência do imposto de renda sobre os valores auferidos em rescisão de contrato de trabalho sem justa causa a título de "indenização especial" É o que se vê do julgamento do EREsp 686109/RJ, 1ª Seção, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, D.J. 22/05/06, P. 142.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 28 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2004.61.00.031428-1 AC 1163909
APTE	:	ANTONIO VALERIO RIVERA e outros
ADV	:	CELIO RODRIGUES PEREIRA
APDO	:	Caixa Econômica Federal - CEF
ADV	:	LUIZ CARLOS FERREIRA DE MELO
PETIÇÃO	:	RESP 2007055500
RECTE	:	ANTONIO VALERIO RIVERA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
Cuida-se de recurso especial interposto em face de decisão monocrática proferida nos moldes do Art. 557, do Código de Processo Civil.
Um dos requisitos necessário à admissão do recurso em tela é o prévio esgotamento das instâncias ordinárias (Art. 557, § 1º, CPC), sem o qual não se admite o recurso especial. A propósito, o Superior Tribunal de Justiça tem pacificado entendimento nesse sentido, a exemplo, transcrevo a seguinte ementa:
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARTIGO 544 DO CPC. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INSTÂNCIA ORDINÁRIA NÃO ESGOTADA.
1. A decisão proferida monocraticamente, em observância ao art. 557, do CPC, não desafia de imediato a interposição de recurso especial, ante o não esgotamento das vias recursais no tribunal a quo pela ausência de oferecimento do agravo interno. Isto porque, a decisão denegatória, deve provir de Tribunal, e não ato isolado de um de seus membros.
2. Agravo regimental desprovido."
(AGRG no AG n. 621376-RJ, Rel. Min. Luiz Fux, 1ª T., v.u., j. 12.04.05, DJ 16.05.05)
No mesmo sentido: AGRG nos EDCL no AG n. 562849-RS, Rel. Min. Castro Filho, 3ª T., v.u., j. 28.10.04, DJ 17.12.04; AGRG no AG n. 619239-PB, Rel. Min. Gilson Dipp, 5ª T., v.u., j. 23.11.04, DJ 17.12.04 e AGRG no AG n. 547364-RJ, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, 6ª t., v.u., 17.02.05, DJ 11.04.05.
Destarte, por ausência de pressuposto indispensável ao seu processamento, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 29 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2004.61.04.004891-9 AC 1165749
APTE	:	FRANCESCO DI SANTO (= ou > de 60 anos)
ADV	:	JOSE ABILIO LOPES
ADV	:	ENZO SCIANNELLI
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CAROLINA PEREIRA DE CASTRO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PETIÇÃO	:	RESP 2007037998
RECTE	:	FRANCESCO DI SANTO
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
Cuida-se de recurso especial interposto em face de decisão monocrática proferida nos moldes do Art. 557, do Código de Processo Civil.
Um dos requisitos necessário à admissão do recurso em tela é o prévio esgotamento das instâncias ordinárias (Art. 557, § 1º, CPC), sem o qual não se admite o recurso especial. A propósito, o Superior Tribunal de Justiça tem pacificado entendimento nesse sentido, a exemplo, transcrevo a seguinte ementa:
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARTIGO 544 DO CPC. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INSTÂNCIA ORDINÁRIA NÃO ESGOTADA.
1. A decisão proferida monocraticamente, em observância ao art. 557, do CPC, não desafia de imediato a interposição de recurso especial, ante o não esgotamento das vias recursais no tribunal a quo pela ausência de oferecimento do agravo interno. Isto porque, a decisão denegatória, deve provir de Tribunal, e não ato isolado de um de seus membros.
2. Agravo regimental desprovido."
(AGRG no AG n. 621376-RJ, Rel. Min. Luiz Fux, 1ª T., v.u., j. 12.04.05, DJ 16.05.05)
No mesmo sentido: AGRG nos EDCL no AG n. 562849-RS, Rel. Min. Castro Filho, 3ª T., v.u., j. 28.10.04, DJ 17.12.04; AGRG no AG n. 619239-PB, Rel. Min. Gilson Dipp, 5ª T., v.u., j. 23.11.04, DJ 17.12.04 e AGRG no AG n. 547364-RJ, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, 6ª t., v.u., 17.02.05, DJ 11.04.05.
Destarte, por ausência de pressuposto indispensável ao seu processamento, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 23 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2004.61.04.008989-2 AC 1096508
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	RUI GUIMARAES VIANNA
APDO	:	HELIO ALVES JUSTO
ADV	:	ROBERTO MOHAMED AMIN JUNIOR
PETIÇÃO	:	RESP 2007033938
RECTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a", da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte.
O que se pretende é a reforma do aresto no que respeita ao prazo prescricional da taxa progressiva de juros na capitalização das contas de FGTS.

Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.
Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, a questão em torno da qual se controverte resta pacificada no Colendo Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que estão prescritas as parcelas anteriores a trinta anos do ajuizamento da ação, nos termos dos acórdãos: Resp 859974/PE, rel. Eliana Calmon, 2ª Turma, j. 19.09.2006; Resp 828572/PE , rel. Ministro José Delgado, 1ª Turma, j. 18.05.2006.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 2 de abril de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2004.61.04.013592-0 AC 1152476
APTE	:	NUCLEOMED MEDICINA NUCLEAR COMPUTADORIZADA S/C LTDA
ADV	:	HELIANE DE QUEIROZ
APDO	:	União Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
PETIÇÃO	:	RESP 2007051162
RECTE	:	NUCLEOMED MEDICINA NUCLEAR COMPUTADORIZADA S/C LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
O recurso especial foi interposto em 28 de fevereiro de 2007. A publicação do acórdão recorrido houve em 05 de fevereiro de 2007, o que está a significar que a impugnação é intempestiva, eis que em desabono ao prazo fixado no Art. 508, do Código de Processo Civil.
Carente de pressuposto objetivo de admissibilidade, NÃO O ADMITO.
Certificado o trânsito em julgado, baixem-se os autos, observadas as formalidades legais.
Dê-se ciência.
São Paulo, 29 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2004.61.83.000476-8 AC 1164888
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARCIA REGINA SANTOS BRITO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	RUBENS CEZAR TELLECHEA CLAUSELL (= ou > de 65 anos)
ADV	:	GISELA GOROVITZ SP>1ª SSJ>SP
PETIÇÃO	:	RESP 2007080846
RECTE	:	RUBENS CEZAR TELLECHEA CLAUSELL
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
Cuida-se de recurso especial interposto em face de decisão monocrática proferida nos moldes do Art. 557, do Código de Processo Civil.
Um dos requisitos necessário à admissão do recurso em tela é o prévio esgotamento das instâncias ordinárias (Art. 557, § 1º, CPC), sem o qual não se admite o recurso especial. A propósito, o Superior Tribunal de Justiça tem pacificado entendimento nesse sentido, a exemplo, transcrevo a seguinte ementa:
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARTIGO 544 DO CPC. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INSTÂNCIA ORDINÁRIA NÃO ESGOTADA.
1. A decisão proferida monocraticamente, em observância ao art. 557, do CPC, não desafia de imediato a interposição de recurso especial, ante o não esgotamento das vias recursais no tribunal a quo pela ausência de oferecimento do agravo interno. Isto porque, a decisão denegatória, deve provir de Tribunal, e não ato isolado de um de seus membros.
2. Agravo regimental desprovido."
(AGRG no AG n. 621376-RJ, Rel. Min. Luiz Fux, 1ª T., v.u., j. 12.04.05, DJ 16.05.05)
No mesmo sentido: AGRG nos EDCL no AG n. 562849-RS, Rel. Min. Castro Filho, 3ª T., v.u., j. 28.10.04, DJ 17.12.04; AGRG no AG n. 619239-PB, Rel. Min. Gilson Dipp, 5ª T., v.u., j. 23.11.04, DJ 17.12.04 e AGRG no AG n. 547364-RJ, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, 6ª t., v.u., 17.02.05, DJ 11.04.05.
Destarte, por ausência de pressuposto indispensável ao seu processamento, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 27 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2005.03.00.009047-1 AG 228869
AGRTE	:	JUAN ARQUER RUBIO
ADV	:	ANDREIA SANTOS GONCALVES DA SILVA
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
PARTE R	:	JETCOLOR MAGAZINES LTDA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
PETIÇÃO	:	RESP 2006223091
RECTE	:	JUAN ARQUER RUBIO
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido por Turma desta Corte, que, à unanimidade, julgou prejudicado o agravo regimental e, por maioria, negou provimento ao agravo de instrumento, ao entendimento de que o recorrente deve ser mantido no pólo passivo da ação, ante o reconhecimento da sua legitimidade para figurar no pólo passivo da ação, sem que isso interfira no julgamento posterior de sua responsabilidade, se for o caso, e, por se tratar de matéria fática de fundo, sujeita a instrução probatória, deve ser argüida em sede de embargos à execução.
O que se pretende é a reforma do "decisum" sob o fundamento de que violou o Art. 135, III, do Código Tributário Nacional, alegando que não existe comprovação de que os sócios tenham incorrido nas hipóteses estabelecidas no indigitado artigo.
Alega divergência jurisprudencial.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.
Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, o entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça quanto à questão trazida à baila é no sentido de que havendo indícios de que a empresa encerrou irregularmente suas atividades, é possível redirecionar a execução para a pessoa dos sócios. Ademais, a análise da existência ou não da dissolução irregular da sociedade que embasou o redireciomento da execução fiscal demanda o reexame de matéria fática, sendo inviável em sede de recurso especial, consoante Súmula 7 do STJ (REsp 750335/PR, 1ª Turma, Relator Ministro Luiz Fux, in DJ 14/11/2005, pág. 222; EDcl no AgRg no REsp 527458/RJ, 1ª Turma, Relatora Ministra Denise Arruda, in DJ 03/04/2006, pág. 228; REsp 462440/RS, 2ª Turma, Relator Ministro Franciulli Netto, in DJ 18/10/2004, pág. 216 e AgRg no Ag 678428/PR, 2ª Turma, Relator Ministro Castro Meira, in DJ 19/09/2005, pág. 284).
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 27 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2005.03.00.033542-0 AG 235368
AGRTE	:	VETTURE IMPORTADORA DE VEICULOS LTDA
ADV	:	LUIZ FERNANDO MUSSOLINI JUNIOR
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	HUMBERTO GOUVEIA e VALDIR SERAFIM
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 9 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
PETIÇÃO	:	RESP 2006237098
RECTE	:	VETTURE IMPORTADORA DE VEICULOS LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido por Turma desta Corte que, nos autos de Agravo de Instrumento, manteve a decisão que, em sede de exceção de pré-executividade, diante da inexistência de prova pré-constituída e entendendo haver necessidade de dilação probatória, quanto à ilegitimidade passiva do sócio-recorrente, indeferiu seu pedido de exclusão do pólo passivo da ação de execução fiscal.
O que se pretende é a reforma do aresto, sob o fundamento de que viola dispositivos de normas infraconstitucionais e que a decisão recorrida mostra-se divergente do entendimento de outros Tribunais.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame de sua conformação à hipótese constitucional.
O recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, o Egrégio Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento que não há ofensa ao Art. 535, do CPC, quando o recurso interposto demonstrar inconformismo com o teor da decisão recorrida, pretendendo rediscutir matérias já decidas, sem demonstrar omissão, contradição ou obscuridade, impondo-se a rejeição do recurso, que à guisa de omissão, tem o nítido propósito de prequestionamento, posto que o Tribunal de origem examinou todas as questões relevantes para o deslinde da controvérsia. (EDcl no REsp n. 712214/SC, 1ª Turma, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJ 01/08/2005; EDcl n. 670109/TO, 1ª Turma, Relator Ministro Luiz Fux, DJ 01/08/2005; RESP n. 749084/CE, 2ª Turma, Relator Ministro Castro Meira, DJ 15/08/2005).
Outrossim, encontra-se pacificado no âmbito da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que as matérias passíveis de serem alegadas em exceção de pré-executividade não são somente as de ordem pública, mas também os fatos modificativos ou extintivos do direito do exeqüente, desde que comprovados de plano, sem necessidade de dilação probatória. (EREsp 614272/PR; Relator Ministro CASTRO MEIRA; DJ 06.06.2005; p. 174).
Em caso análogo, assim decidiu o Egrégio Superior Tribunal de Justiça, "in verbis":
PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. ART. 535 DO CPC. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. REDIRECIONAMENTO CONTRA O SÓCIO-GERENTE. ART. 135, III, DO CTN. REEXAME DE PROVA.
1. Por considerar inviável a discussão sobre a legitimidade dos sócios na via da exceção de pré-executividade, em razão da necessidade de dilação probatória, a Corte de origem não adentrou no debate sobre a existência ou não de responsabilidade pelas dívidas tributárias da sociedade, não havendo assim, qualquer ofensa ao art. 535, II, do CPC.
2. As matérias passíveis de serem alegadas em exceção de pré-executividade não são somente as de ordem pública, mas também os fatos modificativos ou extintivos do direito do exeqüente, desde que comprovados de plano, sem necessidade de dilação probatória.
3. Na hipótese dos autos, o Tribunal de origem assentou que o reconhecimento da ilegitimidade passiva dos sócios dependeria de produção de provas, o que afasta o cabimento da exceção de pré-executividade.
4. Recurso especial improvido.
(REsp 831877/SP; Relator Ministro CASTRO MEIRA; Segunda Turma; DJ 05.10.2006; p. 296)".
e,
TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. MATÉRIAS PASSÍVEIS DE ALEGAÇÃO.
1. A possibilidade de verificação de plano, sem necessidade de dilação probatória, delimita as matérias passíveis de serem deduzidas na exceção de pré-executividade, independentemente da garantia do juízo. Precedentes: EResp 614272/PR, Primeira Seção, Min. Castro Meira, DJ de 06.06.2005.
2. Não é possível a argüição de ilegitimidade passiva por exceção de pré-executividade, se, para a aferição desta, for necessária dilação probatória.
3. Recurso especial a que se nega provimento.
(REsp 821412/MG; Relator Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI; Primeira Turma; DJ 24.04.2006; p. 379)".
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 27 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2005.03.00.066220-0 AG 243772
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	DEONIR ORTIZ
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	WALTER GALBIATTI
ADV	:	JOAQUIM ARTUR FRANCISCO SABINO
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE ESTRELA D OESTE SP
PETIÇÃO	:	RESP 2006291153
RECTE	:	JOAQUIM ARTUR FRANCISCO SABINO OAB/SP 119281
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso especial foi interposto, com fulcro no artigo 105, III, c, da CF, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em agravo de instrumento de pleito previdenciário.
A parte recorrente alega ocorrência de dissídio jurisprudencial.
Decido.
O recurso não merece prosseguimento.
Verifico, de pronto, que a parte recorrente não realizou, no tocante ao alegado dissídio jurisprudencial, o adequado cotejo analítico entre os acórdãos paradigma e impugnado, o que enseja a inadmissibilidade do recurso, nos termos do artigo 255, § 2º, do RISTJ, uma vez que não basta a mera transcrição de ementas ou de trechos de julgados, mas sim se faz necessária a demonstração das circunstâncias que identifiquem os casos confrontados (AgRg nos ERESP 366.698/DF, 3ª Seção, Rel. Min. Fernando Gonçalves, j. 12/02/2003, DJ 10/03/2003, p. 87, v.u.).
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 16 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2005.03.00.080702-0 AG 249316
AGRTE	:	SERGIO GOTTHILF e outro
ADV	:	ANDRE LUIZ MOREGOLA E SILVA
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
PARTE R	:	GEOPHONIC LTDA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
PETIÇÃO	:	RESP 2006233469

RECTE	:	SERGIO GOTTHILF
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido por Turma desta Corte, que, à unanimidade, julgou prejudicado o agravo regimental e negou provimento ao agravo de instrumento, ao entendimento de que os sócios devem ser mantidos no pólo passivo da execução fiscal, a teor do disposto no Art. 135, III, do CTN, pois da análise dos autos, deduz-se que houve a dissolução irregular da sociedade, não possibilitando o reconhecimento da ausência de responsabilidade dos sócios a ensejar a sua exclusão da lide.

O que se pretende é a reforma do "decisum" sob o fundamento de que violou dispositivos de normas infraconstitucionais e que a decisão recorrida diverge do entendimento de outros Tribunais.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.

Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.

Com efeito, o entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça quanto à questão trazida à baila é no sentido de que havendo indícios de que a empresa encerrou irregularmente suas atividades, é possível redirecionar a execução para a pessoa dos sócios. Ademais, a análise da existência ou não da dissolução irregular da sociedade que embasou o redirecionamento da execução fiscal demanda o reexame de matéria fática, sendo inviável em sede de recurso especial, consoante Súmula 7 do STJ (REsp 750335/PR, 1ª Turma, Relator Ministro Luiz Fux, in DJ 14/11/2005, pág. 222; EDcl no AgRg no REsp 527458/RJ, 1ª Turma, Relatora Ministra Denise Arruda, in DJ 03/04/2006, pág. 228; REsp 462440/RS, 2ª Turma, Relator Ministro Franciulli Netto, in DJ 18/10/2004, pág. 216 e AgRg no Ag 678428/PR, 2ª Turma, Relator Ministro Castro Meira, in DJ 19/09/2005, pág. 284).

Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 26 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2005.03.00.096041-6 AG 255153
AGRTE	:	RAIMUNDO CAMILO DA SILVA
ADV	:	EDELI DOS SANTOS SILVA
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARA REGINA BERTINI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 5 VARA PREVIDENCIARIA DE SAO PAULO SP>1ª SSJ>SP
PETIÇÃO	:	RESP 2006322649
RECTE	:	RAIMUNDO CAMILO DA SILVA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso especial foi interposto, com fulcro no artigo 105, III, a e c, da CF, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em agravo de instrumento de pleito previdenciário.

A parte recorrente alega ofensa aos artigos 20, § 6º, da Lei 8.880/94; e 10, da Lei 9.711/98, e ocorrência de dissídio jurisprudencial.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.

Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.

Com efeito, o Colendo Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido da decisão recorrida e reconheceu que a atualização de débitos inscritos em precatório não deve ser realizada com base nos índices previdenciários, mas sim corrigidos monetariamente pelo indexador oficial - a Unidade Fiscal de Referência a partir de janeiro/92 e, após sua extinção, o IPCA-E - nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (RESP 657.653/SP, 6ª Turma, Rel. Min. Paulo Gallotti, j. 07/03/2006, DJ 27/03/2006, p. 366; e AgRg no Ag 498.173/SP, 5ª Turma, Rel. Min. Arnaldo Esteves de Lima, j. 01/03/2005, DJ 11/04/2005, p. 357), o que evidencia a ausência de plausibilidade da pretensão recursal e, nos termos da Súmula 83 daquela Corte, inviabiliza o prosseguimento do reclamo.

Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 27 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2005.03.99.002405-9 AC 999403
APTE	:	LEANDRO CARDOSO
ADV	:	FELICIANO JOSE DOS SANTOS
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	GRACA MARIA CARDOSO GUEDES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PETIÇÃO	:	RESP 2006325814
RECTE	:	LEANDRO CARDOSO
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso especial foi interposto, com fulcro no artigo 105, III, c, da CF, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em pleito de concessão de benefício previdenciário.

A parte recorrente alega ocorrência de dissídio jurisprudencial.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.

Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.

Com efeito, o Colendo Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido da decisão recorrida e reconheceu ao segurado que presta serviço em condições especiais, para fins previdenciários, o direito ao cômputo do tempo nos moldes previstos à época em que foi realizada a atividade, conforme legislação então vigente; por conseguinte, eventual alteração no regime ocorrida posteriormente, mesmo que não mais reconheça aquela atividade como especial, não retira do segurado o direito à contagem de serviço na forma anterior, uma vez que já se encontra inserida em seu patrimônio jurídico (ERESP 345.554/PB, 3ª Seção, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, j. 11/02/2004, DJ 08/03/2004, p. 169), o que, nos termos da Sumúla 83 daquela Corte, inviabiliza o prosseguimento do reclamo.

Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 20 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2005.03.99.015258-0 AC 1019761
APTE	:	GENTIL DOMICIANO RODRIGUES
ADV	:	ANTONIO PEREIRA SUCENA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	GLAUCIA VIRGINIA AMANN
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PETIÇÃO	:	RESP 2007031615
RECTE	:	GENTIL DOMICIANO RODRIGUES
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso especial foi interposto, com fulcro no artigo 105, III, a, da CF, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em pleito de revisão de benefício previdenciário.

A parte recorrente alega ofensa ao artigo 31, da Lei 8.213/91.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.

Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.

Com efeito, o Colendo Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido da decisão recorrida e reconheceu que a atualização dos salários-de-contribuição deve ser feita com base no INPC e demais sucedâneos legais, no caso de benefício concedido na vigência da Lei 8.213/91 (AgRg no RESP 648.955/SP, 5ª Turma, Rel. Min. Felix Fischer, j. 16/09/2004, DJ 11/10/2004, p. 379; e AgRg no Ag 587.588/MG, 6ª Turma, Rel. Min. Paulo Gallotti, j. 21/10/2004, DJ 06/03/2006, p. 465), o que evidencia a ausência de plausibilidade da pretensão recursal.

Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 23 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2005.03.99.022088-2 AC 1029722
APTE	:	GABRIELA PEREIRA DE MIRANDA
ADV	:	EDUARDO FABIAN CANOLA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	VERA LUCIA TORMIN FREIXO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PETIÇÃO	:	RESP 2007025499
RECTE	:	GABRIELA PEREIRA DE MIRANDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso especial foi interposto, com fulcro no artigo 105, III, a, da CF, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em pleito de concessão de benefício previdenciário.

A parte recorrente alega ofensa à legislação federal sem, contudo, indicar o artigo em tese violado.

Decido.

O recurso não merece prosseguimento.

Verifico, de pronto, a intempestividade da presente impugnação, vez que o efetivo protocolo da peça recursal, neste Tribunal, ocorreu fora do prazo estipulado no artigo 508, do CPC.

Ressalte-se que os embargos de declaração não interromperam o prazo para a interposição do recurso especial, uma vez que não foram conhecidos em face da sua própria intempestividade.

Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 20 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2005.03.99.022268-4 AC 1029882
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	PAULO HENRIQUE DE MELO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	DEBORA CRISTINA DA SILVA FERRARESI
ADV	:	GETULIO CARDOZO DA SILVA
PETIÇÃO	:	RESP 2007041136
RECTE	:	DEBORA CRISTINA DA SILVA FERRARESI
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto em face de decisão monocrática proferida nos moldes do Art. 557, do Código de Processo Civil.

Um dos requisitos necessário à admissão do recurso em tela é o prévio esgotamento das instâncias ordinárias (Art. 557, § 1º, CPC), sem o qual não se admite o recurso especial. A propósito, o Superior Tribunal de Justiça tem pacificado entendimento nesse sentido, a exemplo, transcrevo a seguinte ementa:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARTIGO 544 DO CPC. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INSTÂNCIA ORDINÁRIA NÃO ESGOTADA.

1. A decisão proferida monocraticamente, em observância ao art. 557, do CPC, não desafia de imediato a interposição de recurso especial, ante o não esgotamento das vias recursais no tribunal a quo pela ausência de oferecimento do agravo interno. Isto porque, a decisão denegatória, deve provir de Tribunal, e não ato isolado de um de seus membros.

2. Agravo regimental desprovido."

(AGRG no AG n. 621376-RJ, Rel. Min. Luiz Fux, 1ª T., v.u., j. 12.04.05, DJ 16.05.05)

No mesmo sentido: AGRG nos EDCL no AG n. 562849-RS, Rel. Min. Castro Filho, 3ª T., v.u., j. 28.10.04, DJ 17.12.04; AGRG no AG n. 619239-PB, Rel. Min. Gilson Dipp, 5ª T., v.u., j. 23.11.04, DJ 17.12.04 e AGRG no AG n. 547364-RJ, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, 6ª t., v.u., 17.02.05, DJ 11.04.05.

Destarte, por ausência de pressuposto indispensável ao seu processamento, NÃO ADMITO o recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 23 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2005.03.99.030981-9 AC 1045239
APTE	:	IRENI MARIA DE OLIVEIRA
ADV	:	ATINOEL LUIZ CARDOSO
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SILLAS COSTA DA SILVA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PETIÇÃO	:	RESP 2006339469
RECTE	:	IRENI MARIA DE OLIVEIRA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso especial foi interposto, com fulcro no artigo 105, III, a e c, da CF, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em pleito de concessão de benefício previdenciário.

A parte recorrente alega ofensa ao artigo 20, § 3º, do CPC, e ocorrência de dissídio jurisprudencial.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.

Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.

Com efeito, o Colendo Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido da decisão recorrida e, a teor da Súmula 111, reconheceu que os honorários advocatícios não incidem sobre as parcelas vincendas, nas ações previdenciárias (RESP 588.417/SP, 5ª Turma, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, j. 05/10/2004, DJ 08/11/2004, p. 274; e AgRg no Ag 552.924/RJ, 6ª Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, j. 19/05/2005, DJ 01/07/2005, p. 656), o que evidencia a ausência de plausibilidade da pretensão recursal e, nos termos da Súmula 83 daquela Corte, inviabiliza o prosseguimento do reclamo.

Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 21 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2005.03.99.033685-9 AC 1048509 0300141020 1 Vr AMERICANA/SP
APTE	:	JAIRO JARBAS DOS SANTOS
ADV	:	CRISTINA DOS SANTOS REZENDE
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	NILDA GLORIA BASSETTO TREVISAN
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PETIÇÃO	:	RESP 2007022576
RECTE	:	JAIRO JARBAS DOS SANTOS
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso especial foi interposto, com fulcro no artigo 105, III, a, da CF, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em pleito de concessão de benefício previdenciário.
A parte recorrente alega ofensa à legislação federal sem, contudo, indicar o artigo em tese violado.
Decido.
O recurso não merece prosseguimento.
Verifico, de pronto, que a parte recorrente não indicou expressamente, na presente impugnação, o artigo da legislação federal que entendeu violado, restando configurada a deficiência na fundamentação, a teor da Súmula 284 do Excelso Supremo Tribunal Federal (AgRg no Ag 709.465/RN, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, j. 15/12/2005, DJ 06/02/2006, P. 301; EDcl no AgRg no Ag 493.375/RS, 6ª Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, j. 11/10/2005, DJ 21/11/2005, p. 315).
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 28 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2005.03.99.043304-0 AC 1060253 0300011677 4 Vr TATUI/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SUZETE MARTA SANTIAGO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APTE	:	LEONOR FRAGOSO CAMARGO
ADV	:	EDVALDO LUIZ FRANCISCO
APDO	:	OS MESMOS
PETIÇÃO	:	RESP 2006019574
RECTE	:	LEONOR FRAGOSO CAMARGO
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
Cuida-se de recurso especial interposto em face de decisão monocrática proferida nos moldes do Art. 557, do Código de Processo Civil.
Um dos requisitos necessário à admissão do recurso em tela é o prévio esgotamento das instâncias ordinárias (Art. 557, § 1º, CPC), sem o qual não se admite o recurso especial. A propósito, o Superior Tribunal de Justiça tem pacificado entendimento nesse sentido, a exemplo, transcrevo a seguinte ementa:
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARTIGO 544 DO CPC. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INSTÂNCIA ORDINÁRIA NÃO ESGOTADA.
1. A decisão proferida monocraticamente, em observância ao art. 557, do CPC, não desafia de imediato a interposição de recurso especial, ante o não esgotamento das vias recursais no tribunal a quo pela ausência de oferecimento do agravo interno. Isto porque, a decisão denegatória, deve provir de Tribunal, e não ato isolado de um de seus membros.
2. Agravo regimental desprovido."
(AGRG no AG n. 621376-RJ, Rel. Min. Luiz Fux, 1ª T., v.u., j. 12.04.05, DJ 16.05.05)
No mesmo sentido: AGRG nos EDCL no AG n. 562849-RS, Rel. Min. Castro Filho, 3ª T., v.u., j. 28.10.04, DJ 17.12.04; AGRG no AG n. 619239-PB, Rel. Min. Gilson Dipp, 5ª T., v.u., j. 23.11.04, DJ 17.12.04 e AGRG no AG n. 547364-RJ, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, 6ª t., v.u., 17.02.05, DJ 11.04.05.
Destarte, por ausência de pressuposto indispensável ao seu processamento, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 27 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2005.03.99.045937-4 AC 1064181
APTE	:	RAPHAEL MARTINI (= ou > de 65 anos) e outros
ADV	:	ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUIS ENRIQUE MARCHIONI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PETIÇÃO	:	RESP 2006077778
RECTE	:	RAPHAEL MARTINI
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso especial foi interposto, com fulcro no artigo 105, III, a e c, da CF, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em pleito de revisão de benefício previdenciário.
A parte recorrente alega ofensa à legislação federal sem, contudo, indicar o artigo em tese violado, e ocorrência de dissídio jurisprudencial.
Decido.
O recurso não merece prosseguimento.
Verifico, de pronto, que a parte recorrente não indicou expressamente, na presente impugnação, o artigo da legislação federal que entendeu violado, restando configurada a deficiência na fundamentação, a teor da Súmula 284 do Excelso Supremo Tribunal Federal (AgRg no Ag 709.465/RN, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, j. 15/12/2005, DJ 06/02/2006, P. 301; EDcl no AgRg no Ag 493.375/RS, 6ª Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, j. 11/10/2005, DJ 21/11/2005, p. 315).
No tocante ao alegado dissídio jurisprudencial, não foi realizado o adequado cotejo analítico entre os acórdãos paradigma e impugnado, o que enseja a inadmissibilidade do recurso especial, nos termos do artigo 255, § 2º, do RISTJ, uma vez que não basta a mera transcrição de ementas ou de trechos de julgados, mas sim se faz necessária a demonstração das circunstâncias que identifiquem os casos confrontados.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 29 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2005.03.99.051901-2 AC 1076287
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	PAULO AFONSO JOAQUIM DOS REIS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	TEREZINHA TEIXEIRA SIMAO MENDONCA
ADV	:	JOSE LUIZ PEREIRA JUNIOR
PETIÇÃO	:	RESP 2006296694
RECTE	:	TEREZINHA TEIXEIRA SIMAO MENDONCA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso especial foi interposto, com fulcro no artigo 105, III, a e c, da CF, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em pleito de concessão de benefício previdenciário.
A parte recorrente alega ofensa aos artigos 201, "caput", § 7º, II, e 202, da CF; 400, do CPC; e 48, §§ 1º e 2º, da Lei 8.213/91, e ocorrência de dissídio jurisprudencial.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.
Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, o Colendo Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido da decisão recorrida e, a teor da Súmula 149, reconheceu que deve o trabalhador rural provar sua atividade no campo por meio de, pelo menos, início razoável de prova documental, a ser corroborada por depoimentos testemunhais, para fins de obtenção de benefício previdenciário (AgRg no AG 641.008/SP, 5ª Turma, Rel. Min. Gilson Dipp, j. 03/02/2005, DJ 07/03/2005, p. 333; RESP 304.735/SP, 6ª Turma, Rel. Min. Vicente Leal, j. 20/02/2003, DJ 06/06/2005, p. 375; RESP 220.843/SP, 6ª Turma, Rel. para acórdão Min. Hamilton Carvalhido, j. 09/12/2003, DJ 22/11/2003, p. 392), o que evidencia a ausência de plausibilidade da pretensão recursal e, nos termos da Súmula 83 daquela Corte, inviabiliza o prosseguimento do reclamo.
De outra parte, não cabe discutir, em sede de recurso especial, eventual ofensa a dispositivo constitucional, debate adequado, isto sim, no recurso extraordinário, nos termos do artigo 102, III, da CF.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 22 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2006.03.00.013154-4 AG 261173
AGRTE	:	ALEXANDRE VERRI
ADV	:	ABEL SIMAO AMARO
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
PARTE R	:	INACOM DO BRASIL LTDA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 11 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
PETIÇÃO	:	RESP 2006261860
RECTE	:	ALEXANDRE VERRI
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido por Turma desta Corte que, nos autos de Agravo de Instrumento, manteve a decisão que, em sede de exceção de pré-executividade, diante da inexistência de prova pré-constituída e entendendo haver necessidade de dilação probatória, quanto à ilegitimidade passiva do sócio-recorrente, indeferiu seu pedido de exclusão do pólo passivo da ação de execução fiscal.
O que se pretende é a reforma do aresto, sob o fundamento de que viola dispositivos de normas infraconstitucionais e que a decisão recorrida mostra-se divergente do entendimento de outros Tribunais.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame de sua conformação à hipótese constitucional.
O recurso não merece prosseguimento.
Encontra-se pacificado no âmbito da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que as matérias passíveis de serem alegadas em exceção de pré-executividade não são somente as de ordem pública, mas também os fatos modificativos ou extintivos do direito do exeqüente, desde que comprovados de plano, sem necessidade de dilação probatória. (EREsp 614272/PR; Relator Ministro CASTRO MEIRA; DJ 06.06.2005; p. 174).
Em caso análogo, assim decidiu o Egrégio Superior Tribunal de Justiça, in verbis:
PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. ART. 535 DO CPC. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. REDIRECIONAMENTO CONTRA O SÓCIO-GERENTE. ART. 135, III, DO CTN. REEXAME DE PROVA.
1. Por considerar inviável a discussão sobre a legitimidade dos sócios na via da exceção de pré-executividade, em razão da necessidade de dilação probatória, a Corte de origem não adentrou no debate sobre a existência ou não de responsabilidade pelas dívidas tributárias da sociedade, não havendo assim, qualquer ofensa ao art. 535, II, do CPC.
2. As matérias passíveis de serem alegadas em exceção de pré-executividade não são somente as de ordem pública, mas também os fatos modificativos ou extintivos do direito do exeqüente, desde que comprovados de plano, sem necessidade de dilação probatória.
3. Na hipótese dos autos, o Tribunal de origem assentou que o reconhecimento da ilegitimidade passiva dos sócios dependeria de produção de provas, o que afasta o cabimento da exceção de pré-executividade.
4. Recurso especial improvido.
(REsp 831877/SP; Relator Ministro CASTRO MEIRA; Segunda Turma; DJ 05.10.2006; p. 296)".
e,
TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. MATÉRIAS PASSÍVEIS DE ALEGAÇÃO.
1. A possibilidade de verificação de plano, sem necessidade de dilação probatória, delimita as matérias passíveis de serem deduzidas na exceção de pré-executividade, independentemente da garantia do juízo. Precedentes: EResp 614272/PR, Primeira Seção, Min. Castro Meira, DJ de 06.06.2005.
2. Não é possível a argüição de ilegitimidade passiva por exceção de pré-executividade, se, para a aferição desta, for necessária dilação probatória.
3. Recurso especial a que se nega provimento.
(REsp 821412/MG; Relator Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI; Primeira Turma; DJ 24.04.2006; p. 379)".
Diante do exposto, NÃO ADMITO o presente recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 27 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2006.03.00.109654-0 AR 5066 200061000480965 SAO PAULO/SP
AUTOR	:	UMBERTO GRANATO
ADV	:	MARCELO MARCOS ARMELLINI
REU	:	Caixa Econômica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
PETIÇÃO	:	RESP 2007037651
RECTE	:	UMBERTO GRANATO
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
Cuida-se de recurso especial interposto às fls. 103/108, em face de decisão monocrática de fls. 95/97 que indeferiu a inicial da ação rescisória, nos termos do Art. 267, I c.c. Art. 295, III ambos do Código de Processo Civil.
Observo que o Regimento Interno desta Corte prevê em seus arts. 247, II, "a", 250 e 251 o procedimento a ser adotado pelos advogados quanto a decisões monocráticas, os quais passo a transcrever:
"Art. 247 - Das Decisões do Plenário, das Seções, das Turmas ou de seus Presidentes e dos Relatores, são admissíveis os seguintes recursos:
(...)
II - para as Seções:
a) agravo regimental de decisão do Presidente da Seção e dos Relatores de processo de competência da Seção, nos casos previstos em lei ou no Regimento;
(...)"
"Art. 250 - A parte que se considerar agravada por decisão do Presidente do Tribunal, de Seção, de Turma ou de Relator, poderá requerer, no prazo de 5 (cinco) dias, a apresentação do feito em mesa, para o Plenário, a Seção ou a Turma sobre ele se pronuncie, confirmando-a ou reformando-a."
"Art. 251 - O agravo regimental será submetido ao prolator da decisão, o qual poderá reconsiderá-la ou submeter o agravo ao julgamento do órgão competente, caso em que computar-se-á, também, o seu voto."
Considerando que a decisão do Relator deve ser referendada pelo órgão julgador competente, a decisão proferida desafiaria agravo regimental, conforme disposto no art. 247, II, "a", do RI do TRF 3ª Região, dessa forma, não houve o prévio esgotamento das instâncias ordinárias, requisito indispensável à admissibilidade do recurso especial, vez que, o recurso em tela somente é cabível quando manejado contra decisão prolatada por órgão colegiado. A propósito, o Superior Tribunal de Justiça já manifestou entendimento nesse sentido, a exemplo, transcrevo a seguinte ementa:

"RESP - MANDADO DE SEGURANÇA - RECURSO ESPECIAL - CONHECIMENTO - O RECURSO ESPECIAL TEM POR OBJETO O JULGADO DAS "CAUSAS DECIDIDAS, EM UNICA OU ULTIMA INSTANCIA" (CONST., ART. 105, III). IMPÕE-SE, POR ISSO, ESGOTAR O PROCESSAMENTO NO TRIBUNAL DE ORIGEM. NÃO OCORRE SE PENDENTE JULGAMENTO DE AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO." (RESP n. 27331-AM, Rel. Min. Vicente Cernichiaro, 6ª T., v.u., j. 30.08.93, DJU 20.09.93, pág. 19196)
Destarte, por ausência de pressuposto indispensável ao seu processamento, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 26 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2006.03.99.003379-0 AC 1084951
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOSE ALFREDO GEMENTE SANCHES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	BENEDITA MARIANO DE CASTRO
ADV	:	ELZA NUNES MACHADO GALVAO
PETIÇÃO	:	RESP 2006320119
RECTE	:	BENEDITA MARIANO DE CASTRO
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso especial foi interposto, com fulcro no artigo 105, III, a e c, da CF, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em pleito de concessão de benefício previdenciário.
A parte recorrente alega ofensa aos artigos 20, § 3º, e 535, do CPC, e ocorrência de dissídio jurisprudencial.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.
Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, o Colendo Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido da decisão recorrida e, a teor da Súmula 111, reconheceu que os honorários advocatícios não incidem sobre as parcelas vincendas, nas ações previdenciárias (RESP 588.417/SP, 5ª Turma, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, j. 05/10/2004, DJ 08/11/2004, p. 274; e AgRg no Ag 552.924/RJ, 6ª Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, j. 19/05/2005, DJ 01/07/2005, p. 656), o que evidencia a ausência de plausibilidade da pretensão recursal e, nos termos da Súmula 83 daquela Corte, inviabiliza o prosseguimento do reclamo.
Ademais, aquela Corte Superior entendeu que não há ofensa ao artigo 535, do CPC, no caso do Tribunal de origem, ainda que sucintamente, pronunciar-se de forma clara e suficiente sobre a solução da controvérsia, vez que o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pelas partes, quando os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão (RESP 689.867/SP, 5ª Turma, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, j. 26/04/2005, DJ 23/05/2005, p. 337; AgRg no Ag 275.058/SP, 6ª Turma, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, j. 19/05/2005, DJ 27/06/2005, p. 458).
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 21 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2006.03.99.012733-3 AC 1102735
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MOISES RICARDO CAMARGO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	IRMA GREGORIO PEZAVENTO
ADV	:	CRISTIANE MARIA PAREDES FABBRI
PETIÇÃO	:	RESP 2006336878
RECTE	:	IRMA GREGORIO PEZAVENTO
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso especial foi interposto, sem indicação do permissivo constitucional, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em pleito de concessão de benefício previdenciário.
A parte recorrente alega ofensa à legislação federal sem, contudo, indicar o artigo em tese violado.
Decido.
O recurso não merece prosseguimento.
Verifico, de pronto, que a parte recorrente não indicou expressamente o permissivo e a alínea constitucionais que autorizam a admissão do reclamo, nem indicou o dispositivo de lei federal que inferiu violado, restando configurada a deficiência na fundamentação, a teor da Súmula 284 do Excelso Supremo Tribunal Federal (AgRg no Ag 709.465/RN, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, j. 15/12/2005, DJ 06/02/2006, P. 301; EDcl no AgRg no Ag 493.375/RS, 6ª Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, j. 11/10/2005, DJ 21/11/2005, p. 315).
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 20 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2006.03.99.022396-6 AC 1123503
APTE	:	MARIA PEREIRA
ADV	:	BENEDITO JOEL SANTOS GALVAO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	PAULO MEDEIROS ANDRE
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
PETIÇÃO	:	RESP 2007027650
RECTE	:	MARIA PEREIRA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso especial foi interposto, com fulcro no artigo 105, III, a e c, da CF, contra decisão monocrática de Desembargador Federal deste Tribunal, em pleito de concessão de benefício previdenciário.
A parte recorrente alega ofensa aos artigos 20, § 3º, e 535, do CPC, e ocorrência de dissídio jurisprudencial.
Decido.
O recurso não merece prosseguimento.
Verifico, de pronto, o não cabimento da impugnação interposta, pois o artigo 105, III, da CF, prevê o recurso especial somente para as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais.
Destarte, à parte recorrente, inconformada com a decisão monocrática proferida pelo Desembargador Federal Relator, restaria a apresentação de agravo, nos termos do artigo 557, § 1º, do CPC.
Por conseguinte, cumpria ao recorrente esgotar a via ordinária, a teor da Súmula 281 do Excelso Supremo Tribunal Federal.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 20 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2006.03.99.025725-3 AC 1117699
APTE	:	NAIME HILARIO DOS SANTOS (= ou > de 60 anos)
ADV	:	JOSE ABILIO LOPES
ADV	:	ENZO SCIANNELLI
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RACHEL DE OLIVEIRA LOPES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PETIÇÃO	:	RESP 2007077770
RECTE	:	NAIME HILARIO DOS SANTOS
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
Cuida-se de recurso especial interposto em face de decisão monocrática proferida nos moldes do Art. 557, do Código de Processo Civil.
Um dos requisitos necessário à admissão do recurso em tela é o prévio esgotamento das instâncias ordinárias (Art. 557, § 1º, CPC), sem o qual não se admite o recurso especial. A propósito, o Superior Tribunal de Justiça tem pacificado entendimento nesse sentido, a exemplo, transcrevo a seguinte ementa:
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARTIGO 544 DO CPC. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INSTÂNCIA ORDINÁRIA NÃO ESGOTADA.
1. A decisão proferida monocraticamente, em observância ao art. 557, do CPC, não desafia de imediato a interposição de recurso especial, ante o não esgotamento das vias recursais no tribunal a quo pela ausência de oferecimento do agravo interno. Isto porque, a decisão denegatória, deve provir de Tribunal, e não ato isolado de um de seus membros.
2. Agravo regimental desprovido."
(AGRG no AG n. 621376-RJ, Rel. Min. Luiz Fux, 1ª T., v.u., j. 12.04.05, DJ 16.05.05)
No mesmo sentido: AGRG nos EDCL no AG n. 562849-RS, Rel. Min. Castro Filho, 3ª T., v.u., j. 28.10.04, DJ 17.12.04; AGRG no AG n. 619239-PB, Rel. Min. Gilson Dipp, 5ª T., v.u., j. 23.11.04, DJ 17.12.04 e AGRG no AG n. 547364-RJ, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, 6ª t., v.u., 17.02.05, DJ 11.04.05.
Destarte, por ausência de pressuposto indispensável ao seu processamento, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 27 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2006.03.99.029729-9 AC 1136222 0400013623 1 Vr CAJURU/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUCILENE SANCHES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	JASMIRA ALVES DE MELO (= ou > de 60 anos)
ADV	:	JOSE ROBERTO PONTES
PETIÇÃO	:	RESP 2007017043
RECTE	:	JASMIRA ALVES DE MELO
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso especial foi interposto, com fulcro no artigo 105, III, a, da CF, contra acórdão de Turma deste Tribunal, em pleito de concessão de benefício previdenciário.
A parte recorrente alega ofensa ao artigo 49, II, da Lei 8.213/91.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.
Entretanto, o recurso não merece prosseguimento.
Com efeito, o Colendo Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido da decisão recorrida e reconheceu que o termo inicial de benefícios previdenciário ou assistencial decorrentes de incapacidade laborativa, sem prévio requerimento administrativo, deve ser fixado na data da citação da Autarquia Federal, por se tratar do momento processual que efetivamente constitui o réu em mora, e não da juntada do laudo pericial em juízo (RESP 783.650/SP, 5ª Turma, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, j. 23/05/2006, DJ 19/06/2006, p. 196), o que evidencia a ausência de plausibilidade da pretensão recursal.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 28 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2006.03.99.032462-0 AC 1139868 0500004665 1 Vr ITAJOBI/SP
APTE	:	FILOMENA ZOCARATTO OMITTO (= ou > de 60 anos)
ADV	:	ODACIR ANTONIO PEREZ ROMERO
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	PAULO SERGIO BIANCHINI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PETIÇÃO	:	RESP 2007027043
RECTE	:	FILOMENA ZOCARATTO OMITTO
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
O recurso especial foi postado no Correio em 31/01/2007, como certificado às fls. 109-verso, e, protocolado em 02/02/2007. A publicação do acórdão deu-se em 17/01/2007. Considerando que é com o protocolo que se efetiva a interposição do recurso, a impugnação é intempestiva, vez que, em descompasso com o prazo fixado no art. 508, do CPC.
É o que se vê da jurisprudência uníssona do Supremo Tribunal Federal, como se extrai dos seguintes julgados: AI 532484 AgR/PR, Rel. Min. Carlos Velloso, 2ª T., v.u., DJ 30/09/2005; AI 495154 AgR-ED/SP, Rel. Min. Carlos Velloso, 2ª T., v.u., DJ 08/04/2005; AI 368200 AgR/SP, Rel. Min. Ellen Gracie, 1ª T., DJ 02/08/2002; RE 261534 AgR-ED/MG, Rel. Min. Maurício Corrêa - 2ª T., v.u., DJ 13/06/2003; AI 419006 ED-ED/BA, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, 1ª T., v.u., DJ 10-09-2004.
No mesmo sentido, editada a Súmula 216 do Superior Tribunal de Justiça: "A tempestividade do recurso interposto no Superior Tribunal de Justiça é aferida pelo registro do protocolo da Secretaria e não pela data da entrega na agência do correio".
Carente de pressuposto objetivo de admissibilidade, NÃO ADMITO o recurso especial.
Certificado o trânsito em julgado, observadas as formalidades legais, baixem-se os autos à vara de origem.
Dê-se ciência.
São Paulo, 23 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2006.03.99.034673-0 AC 1143599
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUCIANNE SPINDOLA NEVES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ONILIA MARTINS DE ABREU
ADV	:	ANTONIO FLAVIO ROCHA DE OLIVEIRA
PETIÇÃO	:	RESP 2007027846
RECTE	:	ONILIA MARTINS DE ABREU
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso especial foi interposto, com fulcro no artigo 105, III, a e c, da CF, contra decisão monocrática de Desembargador Federal deste Tribunal, em pleito de concessão de benefício previdenciário.
A parte recorrente alega ofensa aos artigos 201, II, e 226, § 5º, da CF; e 11, 55, § 3º, 106, 142 e 143, da Lei 8.213/91, e ocorrência de dissídio jurisprudencial.
Decido.
O recurso não merece prosseguimento.
Verifico, de pronto, o não cabimento da impugnação interposta, pois o artigo 105, III, da CF, prevê o recurso especial somente para as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais.
Destarte, à parte recorrente, inconformada com a decisão monocrática extintiva proferida pelo Desembargador Federal Relator, restaria a apresentação de agravo, nos termos do artigo 557, § 1º, do CPC.
Por conseguinte, cumpria ao recorrente esgotar a via ordinária, a teor da Súmula 281 do Excelso Supremo Tribunal Federal.
Diante do exposto, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 27 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2006.03.99.046195-6 AC 1162303
APTE	:	NAIR CARDOSO DA SILVA
ADV	:	GUSTAVO CALABRIA RONDON
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARCO AURELIO DE OLIVEIRA ROCHA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PETIÇÃO	:	RESP 2007051280
RECTE	:	NAIR CARDOSO DA SILVA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO
Cuida-se de recurso especial interposto em face de decisão monocrática proferida nos moldes do Art. 557, do Código de Processo Civil.
Um dos requisitos necessário à admissão do recurso em tela é o prévio esgotamento das instâncias ordinárias (Art. 557, § 1º, CPC), sem o qual não se admite o recurso especial. A propósito, o Superior Tribunal de Justiça tem pacificado entendimento nesse sentido, a exemplo, transcrevo a seguinte ementa:
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARTIGO 544 DO CPC. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INSTÂNCIA ORDINÁRIA NÃO ESGOTADA.
1. A decisão proferida monocraticamente, em observância ao art. 557, do CPC, não desafia de imediato a interposição de recurso especial, ante o não esgotamento das vias recursais no tribunal a quo pela ausência de oferecimento do agravo interno. Isto porque, a decisão denegatória, deve provir de Tribunal, e não ato isolado de um de seus membros.
2. Agravo regimental desprovido."
(AGRG no AG n. 621376-RJ, Rel. Min. Luiz Fux, 1ª T., v.u., j. 12.04.05, DJ 16.05.05)
No mesmo sentido: AGRG nos EDCL no AG n. 562849-RS, Rel. Min. Castro Filho, 3ª T., v.u., j. 28.10.04, DJ 17.12.04; AGRG no AG n. 619239-PB, Rel. Min. Gilson Dipp, 5ª T., v.u., j. 23.11.04, DJ 17.12.04 e AGRG no AG n. 547364-RJ, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, 6ª t., v.u., 17.02.05, DJ 11.04.05.
Destarte, por ausência de pressuposto indispensável ao seu processamento, NÃO ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.

São Paulo, 23 de março de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

DIVISÃO DE RECURSOS

SEÇÃO DE PROCESSAMENTO DE RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS E ESPECIAIS

EXP.4370 BL.125477 COMPLEMENTAÇÃO P.19 C

Nos processos abaixo relacionados, ficam intimadas as partes indicadas a complementar as custas de porte de remessa e retorno e/ou preparo referentes ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário, nos valores indicados, com fulcro no artigo 511,§ 2º do Código de Processo Civil:
ATENÇÃO
*Dúvidas referentes aos valores, guias de recolhimento, etc, favor acessar nossa página de internet no endereço www.trf3.gov.br dentro da rubrica institucional/vice-presidência ou consulte certidão nos autos.

PROC.	:	98.03.102132-0 AMS ORI:9700371689/SP REG:06.12.1998
RECTE	:	ANA MARIA SECCHI
ADV	:	ANA PAULA MAIDA FREIRE
ENDER.	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL

RECURSO ESPECIAL - 4,60
P.19 C

PROC.	:	2000.61.14.001292-9 AC REG:13.03.2001
RECTE	:	LEGAS METAL IND/ E COM/ LTDA e filial
ADV	:	ARDUINO ORLEY DE ALENCAR ZANGIROLAMI
ADV	:	IVANA FRANCA DE OLIVEIRA
ENDER.	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL

RECURSO ESPECIAL - 6,20
RECURSO EXTRAORDINÁRIO - 6,20 (PORTE DE REMESSA E RETORNO)
P.19 C

PROC.	:	2003.61.05.005000-1 AMS REG:25.07.2005
RECTE	:	IGOR DE OLIVEIRA DONDO
ADV	:	LUIZ GONZAGA MODESTO DE PAULA
ENDER.	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL

RECURSO ESPECIAL - 1,00
P.19 C

PROC.	:	2004.61.00.035433-3 AMS REG:28.04.2006
RECTE	:	JC PALACIOS CORRETORA DE SEGUROS S/C LTDA
ADV	:	WESLEY DUARTE GONCALVES SALVADOR
ENDER.	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL

RECURSO ESPECIAL - 6,00
RECURSO EXTRAORDINÁRIO - 10,00 (PORTE DE REMESSA) E 105,67 (PREPARO)
P.19 C

PROC.	:	2005.61.07.006807-0 AMS REG:16.05.2006
RECTE	:	BRINK IND/ E COM/ DE CALCADOS LTDA
ADV	:	LUIZ ALFREDO BIANCONI
ENDER.	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - 3,04 (PREPARO)
P.19 C

PROC.	:	2006.03.99.027577-2 AC ORI:9600173290/SP REG:18.08.2006
RECTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	LUIZ AUGUSTO DE FARIAS
ENDER.	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - 3,04 (PREPARO)
P.19 C

EXP.4370 REPUBLICAÇÃO - COMPLEMENTAÇÃO P.19 C

No processo abaixo relacionado, fica intimada a parte indicada a complementar as custas de porte de remessa e retorno e/ou preparo referentes ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário, nos valores indicados, com fulcro no artigo 511,§ 2º do Código de Processo Civil:
ATENÇÃO
*Dúvidas referentes aos valores, guias de recolhimento, etc, favor acessar nossa página de internet no endereço www.trf3.gov.br dentro da rubrica institucional/vice-presidência ou consulte certidão nos autos.

PROC.	:	97.03.027078-6 AC ORI:9608009588/SP REG:13.05.1997
RECTE	:	JACARANDA ASSOCIACAO CULTURAL E ARTISTICA JACA
ADV	:	RIBERTO VERONEZ
ENDER.	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL

RECURSO ESPECIAL - 0,20
REPUBLICADO POR TER SIDO PUBLICADO COM INCORREÇÃO NO DJU, SEÇÃO 2, DO DIA 28/MARÇO/2007 - PÁG. 484.
P.19 C

EXP.4269 BL.125463 P.24 C

Nos processos abaixo relacionados, ficam intimados os recorridos a apresentar contra-razões ao(s) Recurso(s) Especial(ais) e/ou Extraordinário(s) interposto(s), nos termos do artigo 542 do Código de Processo Civil:

REOMS 97.03.012093-8/SP

RECTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
RECDO	:	PLASTICOS JUNDIAI S/A
ADV	:	VALDICE NATALIA DE OLIVEIRA
ENDER.	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL

P.24 C

AG 97.03.014340-7/MS

RECTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MANOEL LACERDA LIMA e outros
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RECDO	:	EMERSON KALIF SIQUEIRA e outro
ADV	:	PAULO HENRIQUE KALIF SIQUEIRA e outro
ENDER.	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL

P.24 C

AC 1999.03.99.025181-5/SP

RECTE	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
RECDO	:	BENEDITO JOSE DE ANDRADE
ADV	:	GILDA GRONOWICZ
ENDER.	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL

P.24 C

AC 1999.03.99.106450-6/SP

RECTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ARTHUR LOTHAMMER
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RECDO	:	ELMA ELETROMETALURGICA LTDA
ADV	:	LUIS FERNANDO MURATORI
ENDER.	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL

P.24 C

AC 1999.61.00.032258-9/SP

RECTE	:	MARILDA BALIEGO FERRAZ DE ANDRADE e outros
ADV	:	RAFAEL JONATAN MARCATTO
RECDO	:	Banco do Brasil S/A
ADV	:	GUSTAVO OUVINHAS GAVIOLI
RECDO	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
ENDER.	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL

P.24 C

AC 2000.60.00.002562-7/MS

RECTE	:	Uniao Federal - MEX
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
RECDO	:	JUBERSON DE ALMEIDA SOUZA
ADV	:	BONIFACIO TSUNETAME HIGA
ENDER.	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL

P.24 C

AC 2000.61.00.019784-2/SP

RECTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	JOSE ADAO FERNANDES LEITE
ADV	:	CAMILO DE LELLIS CAVALCANTI
RECDO	:	ANA LUIZA SIMOES PATO e outros
ADV	:	CARLOS ALBERTO HILDEBRAND
ENDER.	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL

P.24 C

AMS 2000.61.04.005907-9/SP

RECTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
RECDO	:	MEDITERRANEAN SHIPPING DO BRASIL LTDA
ADV	:	SIDNEI LOSTADO XAVIER JUNIOR
ENDER.	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL

P.24 C

AC 2002.61.03.003168-9/SP

RECTE	:	Uniao Federal
ADV	:	CAROLINE VIANA DE ARAUJO
RECDO	:	SEVERINO HERCULANO DA SILVA e outros
ADV	:	JOAO RAFAEL GOMES BATISTA
ENDER.	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL

P.24 C

AC 2002.61.04.000912-7/SP

RECTE	:	ALBERTO JOAO DOS SANTOS e outros
ADV	:	ROBERTO MOHAMED AMIN JUNIOR
RECDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	LUIZ CARLOS FERREIRA DE MELO
PARTE A	:	AUGUSTO GRACA DE OLIVEIRA FILHO
ENDER.	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL

P.24 C

AC 2002.61.21.003260-0/SP

RECTE	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
RECDO	:	HAMILTON DOS SANTOS e outros
ADV	:	ALINE CARLINI DA SILVA
ENDER.	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL

P.24 C

AG 2003.03.00.071737-9/SP

RECTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ERALDO DOS SANTOS SOARES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RECDO	:	PAULO FRANCINI
ADV	:	ALINE ZUCCHETTO
ADV	:	CELSO LOTAIF
PARTE R	:	FLIGOR S/A IND/ DE VALVULAS E COMPONENTES PARA REFRIGERACAO
ENDER.	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL

P.24 C

AC 2003.61.00.030708-9/SP

RECTE	:	Uniao Federal - MEX
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
RECDO	:	LINDENBERG MARINHO DE MELLO
ADV	:	ANA ANGELICA COSTA SANTOS DE CARVALHO
ENDER.	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL

P.24 C

AC 2003.61.04.014097-2/SP

RECTE	:	ANTONIO DE OLIVEIRA
ADV	:	JOSE ABILIO LOPES
RECDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	LUIZ CARLOS FERREIRA DE MELO
ENDER.	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL

P.24 C

AC 2004.03.99.021286-8/SP

RECTE	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
RECDO	:	PASCHOAL MANTOVANI e outros
ADV	:	ISMAR LEITE DE SOUZA
ENDER.	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL

P.24 C

AC 2004.03.99.039690-6/SP

RECTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	GRACA MARIA CARDOSO GUEDES
RECDO	:	EURICO REIS e outro
ADV	:	FATIMA PEREIRA LOPES
INTERES	:	HOSPITAL VIRGILIO PEREIRA
ENDER.	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL

P.24 C

AG 2005.03.00.002929-0/SP

RECTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
RECDO	:	MAV MODELACAO E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA
ADV	:	VALDEMIR MARTINS
ENDER.	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL

P.24 C

AG 2005.03.00.045523-0/SP

RECTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
RECDO	:	BANCO FICSA S/A e outros
ADV	:	PEDRO LUCIANO MARREY JUNIOR
ENDER.	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL

P.24 C

AG 2005.03.00.053316-2/SP

RECTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
RECDO	:	ITAMARATY DESPACHOS MARITIMOS LTDA
ADV	:	PATRICIA DOS SANTOS CAMOCARDI
ENDER.	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL

P.24 C

AG 2005.03.00.056420-1/SP

RECTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
RECDO	:	SERGIL COM/ DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA
ADV	:	DION CASSIO CASTALDI
ENDER.	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL

P.24 C

AG 2005.03.00.059272-5/SP

RECTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
RECDO	:	SCHOTT BRASIL LTDA
ADV	:	RICARDO GOMES LOURENCO
ENDER.	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL

P.24 C

AG 2005.03.00.059644-5/SP

RECTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
RECDO	:	SUNDEK IND/ COM/ DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA
ADV	:	CARLOS ALBERTO PACHECO
ENDER.	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL

P.24 C

AG 2005.03.00.066773-7/SP

RECTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
RECDO	:	ULTRACRED SERVICOS S/C LTDA e outro
ADV	:	TRÍCIA CAMARGO DE OLIVEIRA
ENDER.	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL

P.24 C

AG 2005.03.00.075642-4/SP

RECTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
RECDO	:	CIA INDL/ PAULISTA DE PAPEIS E PAPELAO
ADV	:	ESTELA ALBA DUCA
ENDER.	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL

P.24 C

AG 2005.03.00.085465-3/SP

RECTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
RECDO	:	POLISA IND/ COM/ E POLIMENTO DE METAIS LTDA
ADV	:	DORIVAL SCARPIN
ENDER.	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL

P.24 C

AG 2005.03.00.085547-5/SP

RECTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
RECDO	:	ESPECIAL VEICULOS E PECAS LTDA
ADV	:	ALFREDO CLARO RICCIARDI
ENDER.	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL

P.24 C

AG 2005.03.00.088046-9/SP

RECTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
RECDO	:	SERMANG IND/ E COM/ DE CONEXOES E MANGUEIRAS LTDA
ADV	:	CARLOS ALBERTO PACHECO
ENDER.	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL

P.24 C

AG 2005.03.00.088355-0/SP

RECTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
RECDO	:	HORA INSTRUMENTOS S/A IND/ E COM/
ADV	:	CELSO BOTELHO DE MORAES
ENDER.	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL

P.24 C

AG 2005.03.00.089808-5/SP

RECTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
RECDO	:	HARLO DO BRASIL IND/ E COM/ LTDA
ADV	:	BERTOLINO LUIZ DA SILVA
ENDER.	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL

P.24 C

AG 2005.03.00.094374-1/SP

RECTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
RECDO	:	EDUARDO RODRIGUES DE SOUZA
ADV	:	SANDRA MARIA ESTEFAM JORGE
ENDER.	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL

P.24 C

EXP.4273 P.23 B

No processo abaixo relacionado, ficam intimados os recorridos a apresentar contra-razões ao(s) Recurso(s) Especial(ais) e/ou Extraordinário(s) interposto(s), nos termos do artigo 542 do Código de Processo Civil:

AC 2003.61.00.003622-7/SP

RECTE	:	MARCIO FERNANDES CARACCIOLO e outro
ADV	:	RUBENS LEITE FILHO
RECDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	MARIA AUXILIADORA FRANCA SENNE
RECDO	:	COBANSA CIA HIPOTECARIA
REPTE	:	FIDUCIA ASSESSORIA E SERVICOS FINANCEIROS LTDA
ADVG	:	MIRIAM CRISTINA DE MORAIS PINTO ALVES
ENDER.	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL

P.23 B

ORDEM DE SERVIÇO 01/05 - EXP 4272 - BL 125.494 - P51C.

Nos processos abaixo relacionados, ficam intimados os advogados, no prazo de 05 (cinco) dias, a regularizarem a peça processual, nos termos da Ordem de Serviço 01 de 07/06/2005, da Vice-Presidência.

PROC.	:	97.03.043114-3 AMS ORI:9000411807/SP REG:15.07.1997
APDO	:	ECIL S/A PRODUTOS E SISTEMAS DE MEDICAO E CONTROLE
ADV	:	SUZANE OLIVEIRA DA SILVA
ADV	:	SALVADOR MOUTINHO DURAZZO e outro
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 18 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
ENDER.	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL

A ADVOGADA SUZANE OLIVEIRA DA SILVA, SUBSCRITORA DOS RECURSOS EXCEPCIONAIS, NÃO ESTÁ CONSTITUÍDA NOS AUTOS. JUNTAR SUBSTABELECIMENTO.
P51C.

PROC.	:	98.03.002879-0 AC ORI:9400191057/SP REG:28.01.1998
APTE	:	SEAGRAM DO BRASIL IND/ E COM/ LTDA
ADV	:	SALVADOR FERNANDO SALVIA e outros
ADV	:	MÁRCIA DE LOURENÇO ALVES DE LIMA
ENDER.	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL

A ADVOGADA MÁRCIA DE LOURENÇO ALVES DE LIMA, SUBSCRITORA DOS RECURSOS EXCEPCIONAIS, NÃO ESTÁ CONSTITUÍDA NOS AUTOS. JUNTAR SUBSTABELECIMENTO.
P51C.

PROC.	:	2000.03.99.009775-2 AMS ORI:9806126637/SP REG:16.02.2000
APTE	:	SUPERMERCADO TESCAROLLO LTDA
ADV	:	FABRICIO HENRIQUE DE SOUZA
ADV	:	ANDREZZA HELEODORO COLI
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE CAMPINAS Sec Jud SP
ENDER.	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL

A ADVOGADA ANDREZZA HELEODORO COLI, SUBSCRITORA DO RECURSO ESPECIAL, NÃO ESTÁ CONSTITUÍDA NOS AUTOS. JUNTAR SUBSTABELECIMENTO.
P51C.

PROC.	:	2004.61.04.006959-5 AC REG:02.06.2005
APDO	:	DOROTILDE RIBEIRO DE SOUZA
ADV	:	ROBERTO MOHAMED AMIN JUNIOR
ADV	:	CARLA VICENTE SOARES
ENDER.	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL

A ADVOGADA CARLA VICENTE SOARES, SUBSCRITORA DOS RECURSOS EXCEPCIONAIS, NÃO ESTÁ CONSTITUÍDA NOS AUTOS. JUNTAR SUBSTABELECIEMNTO.
P51C.

ORDEM DE SERVIÇO 01/05 - EXP 4274 - BL 125.500 - P51C.

Nos processos abaixo relacionados, ficam intimados os advogados, no prazo de 05 (cinco) dias, a comparecerem a esta Subsecretaria para regularização da peça processual interposta sem assinatura, nos termos da Ordem de Serviço nº 01 de 07/06/2005, da Vice-Presidência.

PROC.	:	2000.61.05.008113-6 AMS REG:17.12.2002
APTE	:	LAFARGE BRAAS ROOFING BRASIL LTDA
ADV	:	LEONARDO MUSSI DA SILVA
ADV	:	HENRIQUE LEMOS JUNIOR
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA DE CAMPINAS Sec Jud SP
ENDER.	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL

O ADVOGADO HENRIQUE LEMOS JUNIOR DEVERÁ ASSINAR O RECURSO ESPECIAL A FLS. 2447 E 2451.
P51C.

PROC.	:	2003.03.99.031542-2 AC ORI:0100000910/SP REG:13.11.2003
APTE	:	EUNICE PEREIRA DA SILVA MAIA
ADV	:	VANDALTO MARCELINO DA SILVA
ADV	:	EUNICE PEREIRA DA SILVA MAIA
ENDER.	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL

A ADVOGADA EUNICE PEREIRA DA SILVA MAIA DEVERÁ ASSINAR O RECURSO ESPECIAL À FLS. 136 E 141.
P51C.

DESPACHO/DECISÃO - EXP 4276 - P51C.

PROC.	:	2002.61.06.008163-4 AMS REG:28.01.2004
APTE	:	SEALE MOVEIS LTDA
ADV	:	DEMIS BATISTA ALEIXO
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
ENDER.	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL

VISTOS EM DECISÃO

Em face do pedido de desistência formulado a fl. 736, tem-se por prejudicado, nos termos do Art. 501 do Código de Processo Civil, o recurso extraordinário interposto.
Certificado o trânsito em julgado, observadas as formalidades legais, baixem-se os autos à vara de origem.
Dê-se ciência.

São Paulo, 29 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

SEÇÃO DE PROCEDIMENTOS DIVERSOS

DESPACHOS/DECISÕES

P48E DARE/RPOD

PROC.	:	2000.03.99.038873-4 AMS 202142
APTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
APDO	:	PREDIAL E CONSTRUTORA MONTE ALEGRE LTDA
ADV	:	EDUARDO GONZAGA OLIVEIRA DE NATAL
PETIÇÃO	:	RESP 2007068976
RECTE	:	PREDIAL E CONSTRUTORA MONTE ALEGRE LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

Pleiteia-se a concessão de efeito suspensivo a recurso especial interposto em sede de ação ordinária, cujo objeto consiste no reconhecimento do direito à compensação dos valores recolhidos a título de PIS, na vigência dos Decretos-lei 2.445/88 e 2.449/88, declarados inconstitucionais, corrigidos e acrescidos de juros, com os devidos em virtude de quaisquer tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal.
A sentença prolatada pelo Juízo "a quo" reconheceu o direito da impetrante à compensação com parcelas vincendas do próprio PIS e de outras contribuições sociais da mesma espécie. O v. acórdão manteve o decidido em Primeira Instância.
Decido.
Não se verifica alicerce à concessão do pleiteado.
Com efeito, à concessão da suspensividade, mister se faz o preenchimento de dois requisitos, a saber: o fumus boni iuris e o periculum in mora.
Observo que a tese esposada pela ora requerente, em seu reclamo excepcional, não encontra respaldo no entendimento exarado por ambas as Turmas da Seção de Direito Público da Corte Superior. Está pacificado, na Primeira Seção, "que só pode haver compensação entre tributos da mesma espécie que possuam a mesma destinação constitucional. Com efeito, afigura-se inviável a compensação do Finsocial com quaisquer contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal - exceto a Cofins e o próprio Finsocial -, visto tratar-se de exações de natureza jurídica diversa com destinações orçamentárias próprias." (REsp 783.537/RJ, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA TURMA, julgado em 06.12.2005, DJ 01.02.2006 p. 507). Ainda que assim não fosse, sob a égide da Lei 9.430/96, Art. 74, só é possível a compensação de tributos de espécie e destinação diferentes, mediante requerimento administrativo do contribuinte à Receita Federal:
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 544 DO CPC. RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. COMPENSAÇÃO.
1. Os tributos devidos e sujeitos à administração da Secretaria da Receita Federal podem ser compensados com créditos referentes a quaisquer tributos ou contribuições administrados por aquele órgão. (Lei 9.430/96, art. 74 c/c a redação da Lei 10.637/2000) 2. Em virtude da alteração legislativa, forçoso concluir que tratando-se de tributos arrecadados e administrados pela Secretaria da Receita Federal, é possível a compensação, ainda que o destino de suas respectivas arrecadações não seja o mesmo. 3. In casu, verifica-se que à época da propositura da demanda (2000), não havia autorização legal para a realização da compensação pelo próprio contribuinte, autorização esta que somente adveio com a entrada em vigor da Lei 10.637, de 30/12/2002, sendo, pelo regime então vigente, indispensável o seu requerimento à Secretaria da Receita Federal. Infere-se, dessarte, que o pleito estampado na petição inicial não poderia, com base no direito então vigente, ser atendido. 4. Agravo Regimental desprovido."
(AgRg no Ag 628.101/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13.12.2005, DJ 13.02.2006 p. 665)
Uma vez inexistente plausibilidade jurídica, prejudicado está o exame em termos de periculum in mora.
Diante do exposto, INDEFIRO a suspensividade pleiteada.
Dê-se ciência. Às contra-razões.
São Paulo, 3 de abril de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2000.61.05.019338-8 AMS 238543
APTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	HUMBERTO GOUVEIA e VALDIR SERAFIM
APDO	:	SUMATRA COM/ IND/ EXP/ E IMP/ LTDA
ADV	:	MARCOS JOAQUIM GONCALVES ALVES
ADV	:	FERNANDA DONNABELLA CAMANO
PETIÇÃO	:	REX 2007051501
RECTE	:	SUMATRA COM/ IND/ EXP/ E IMP/ LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

Pleiteia-se a concessão de efeito suspensivo aos recursos especial e extraordinário interpostos em sede de mandado de segurança, a fim de manter suspensa a exigibilidade do PIS, nos moldes como estabelecidos pela Lei 9.718/98.
Decido.
Verifica-se alicerce à concessão do pleiteado no recurso extraordinário interposto.
A requerente insurge-se contra acórdão que se esteia no decidido pelo Órgão Especial desta Corte, em sessão realizada em 26.06.2003, na qual foi rejeitada a argüição de inconstitucionalidade suscitada na apelação em mandado de segurança 1999.61.00.019337-6.
Com efeito, a matéria já se encontra decidida pelo Plenário da Corte Suprema no sentido de serem inconstitucionais as alterações na base de cálculo da contribuição ao PIS e da COFINS, nos moldes como determinados pela Lei 9.718/98. Em 09.11.05, o Supremo Tribunal Federal declarou, por maioria, no julgamento dos Recursos Extraordinários 357950/RS, 390840/MG, 358273/RS e 346084/PR, a inconstitucionalidade do § 1º, do Art. 3º, da norma em comento, o qual dispunha sobre a base de cálculo das referidas contribuições.
Este fato faz necessário o deferimento da proteção pleiteada, até ser proferido o juízo de admissibilidade do recurso extraordinário interposto, tornando prejudicada a análise do pleito de suspensividade no recurso especial, por despicienda.
Publique-se. Às contra-razões. Cientifique-se, na mesma oportunidade, a recorrida.
São Paulo, 3 de abril de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

P43C DARE/RPOD

PROC.	:	2001.03.99.046215-0 AMS 224203
APTE	:	COFIPE VEICULOS LTDA
ADV	:	FABIO ANTONIO PECCICACCO
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
PETIÇÃO	:	REX 2005186229
RECTE	:	COFIPE VEICULOS LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso foi interposto com fulcro no Art. 102, III, a, da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte que afastou a limitação de 30%, surgida com o advento da Lei 8.981/95 na compensação dos prejuízos fiscais do IRPJ e das bases de cálculo negativas da CSSL acumulados somente até 31.12.94.
O que se pretende é a reforma do aresto ao fundamento de ser inconstitucional a limitação estabelecida pelo referido diploma legislativo no período de 1995.
Decido.
Verifico que foram atendidos os requisitos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame de sua conformação à hipótese constitucional.
O recurso merece prosseguimento.
Com efeito, a matéria em comento está sendo apreciada pelo Pleno da Corte Suprema, no julgamento do RE 344.994/PR. Já foram proferidos os votos do Ministro Relator Marco Aurélio, provendo o recurso do contribuinte, e dos Ministros Eros Grau, Carlos Britto, Cezar Peluso, Gilmar Mendes e Joaquim Barbosa, deixando de acolher a pretensão do contribuinte (cf. Informativo 369).
Diante do exposto, ADMITO o presente recurso extraordinário.
Dê-se ciência.
São Paulo, 30 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2001.03.99.046215-0 AMS 224203
APTE	:	COFIPE VEICULOS LTDA
ADV	:	FABIO ANTONIO PECCICACCO
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
PETIÇÃO	:	REX 2005233545
RECTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso foi interposto com fulcro no Art. 102, III, a, da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte que afastou a limitação de 30%, surgida com o advento da Lei 8.981/95 na compensação dos prejuízos fiscais do IRPJ e das bases de cálculo negativas da CSSL acumulados somente até 31.12.94.
O que se pretende é a reforma do aresto ao fundamento de ser constitucional a limitação estabelecida pelo referido diploma legislativo.
Decido.
Verifico que foram atendidos os requisitos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame de sua conformação à hipótese constitucional.
O recurso merece prosseguimento.
Com efeito, a matéria em comento está sendo apreciada pelo Pleno da Corte Suprema, no julgamento do RE 344.994/PR. Já foram proferidos os votos do Ministro Relator Marco Aurélio, provendo o recurso do contribuinte, e dos Ministros Eros Grau, Carlos Britto, Cezar Peluso, Gilmar Mendes e Joaquim Barbosa, deixando de acolher a pretensão do contribuinte (cf. Informativo 369).
Diante do exposto, ADMITO o presente recurso extraordinário.
Dê-se ciência.
São Paulo, 30 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2001.03.99.046215-0 AMS 224203
APTE	:	COFIPE VEICULOS LTDA
ADV	:	FABIO ANTONIO PECCICACCO
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
PETIÇÃO	:	RESP 2005233547
RECTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso foi interposto com fulcro no Art. 105, III, a e c, da CF, contra acórdão proferido por Turma desta Corte que afastou a limitação de 30%, surgida com o advento da Lei 8.981/95 na compensação dos prejuízos fiscais do IRPJ e das bases de cálculo negativas da CSSL acumulados somente até 31.12.94.

O que se pretende é a reforma do aresto, ao argumento de não há ilegalidade e inconstitucionalidade na limitação de compensação dos prejuízos fiscais do IRPJ e das bases de cálculos negativas da CSSL.

Decido.

Verifico que foram atendidos os requisitos genéricos de admissibilidade recursal. Passo, então, ao exame de sua conformação à hipótese constitucional.

O recurso merece prosseguimento.

Com efeito, a Primeira Seção da Corte Superior firmou o entendimento de que a limitação da compensação em 30% (trinta por cento) dos prejuízos fiscais acumulados em exercícios anteriores, para fins de determinação da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro (CSSL) e do Imposto de Renda (IRPJ), não se encontra eivada de ilegalidade (EREsp 429730/RJ, Ministro João Otávio de Noronha, Primeira Seção, DJ 11.04.2005, p. 174).

Diante do exposto, ADMITO o presente recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 30 de março de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2005.03.00.094295-5 AG 254561
AGRTE	:	SINDICON SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO NO ESTADO DE SAO PAULO
ADV	:	MILTON FLAVIO DE ALMEIDA C LAUTENSCHLAGER
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	Servico Social do Comercio SESC
ADV	:	FERNANDA HESKETH
AGRDO	:	Servico Nacional de Aprendizagem Comercial SENAC
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 10 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
PETIÇÃO	:	RESP 2006290245
RECTE	:	SINDICON SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERV ACAO NO E
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

Em atenção às fls. 580/584, determinando o imediato processamento do recurso especial, passo ao exame do pleito de suspensividade.

Pleiteia-se a concessão de efeito suspensivo a recurso especial, interposto contra acórdão proferido por Turma desta Corte que, à unanimidade, negou seguimento ao agravo de instrumento, que objetivava ser a apelação recebida em ambos os efeitos, sendo indevidas, ainda, as contribuições sociais vertidas ao SESC e ao SENAC por empresas prestadoras de serviço.

A r. sentença extinguiu o processo sem julgamento do mérito, nos termos do Art. 267, VI, do CPC, ao fundamento de ilegitimidade ativa do ora requerente (fls. 130/147).

O v. aresto de fls. 522/526 negou seguimento ao reclamo excepcional, ao fundamento de que não foram juntadas, à exordial do recurso, peças obrigatórias à formação do agravo de instrumento, quais sejam, as procurações dos agravados outorgadas a seus advogados, violando-se o Art. 525, I, do CPC.

Decido.

À concessão da suspensividade, necessário se faz o atendimento aos requisitos do fumus boni iuris e do periculum in mora.

De saída, contudo, observo inexistente plausibilidade jurídica, visto serem negados os pleitos anteriormente efetuados pelo ora requerente, não havendo, conseqüentemente, amparo jurídico à concessão da suspensividade. Esta Vice-presidência, por exercer o juízo de admissibilidade por delegação, não tem o condão de atribuir efeito suspensivo ativo, razão pela qual, despicienda resta a análise quanto à existência do periculum in mora.

Diante do exposto**, indefiro** a proteção pleiteada.

Publique-se. Às contra-razões. Cientifique-se, na mesma oportunidade, a recorrida.

São Paulo, 09 de abril de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

RECURSO ORDINÁRIO - BLOCO 125506

PROC.	:	2006.03.00.029749-5 HC 24342
IMPTE	:	SEBASTIAO DE OLIVEIRA LIMA
IMPTE	:	AIRES GONCALVES
PACTE	:	AURELIO ROCHA
PACTE	:	NILTON FERNANDO ROCHA
PACTE	:	NILTON ROCHA FILHO
ADV	:	SEBASTIAO DE OLIVEIRA LIMA
IMPDO	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE CAMPO GRANDE MS
PETIÇÃO	:	ROR 2007080122
RECTE	:	SEBASTIAO DE OLIVEIRA LIMA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso ordinário foi interposto por Sebastiao de Oliveira Lima contra acórdão proferido por Turma deste Tribunal que, à unanimidade, denegou a ordem de habeas corpus impetrada em seu favor, a qual visava ao reconhecimento da incompetência absoluta do MM. Juízo Federal da 3ª Vara de Campo Grande/MS, perante o qual tramita a ação penal n. 2004.60.02.002649-7.

Ofertadas as contra-razões, vieram-me os autos conclusos para o juízo de admissibilidade.

Decido.

O recurso é adequado, nos termos do artigo 105, II, "a", da CF.

Observou-se o prazo previsto no artigo 30, da Lei 8.038/90 e não há falar em preparo, a teor do inciso LXXVII do artigo 5º da CF.

Diante do exposto, ADMITO o recurso ordinário.

Observadas as formalidades legais, remetam-se os autos ao Colendo Superior Tribunal de Justiça.

Dê-se ciência.

São Paulo, 9 de abril de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2006.03.00.084143-2 MS 281924 200660040001466 1 Vr CORUMBA/MS
IMPTE	:	TERMOPANTANAL LTDA
ADV	:	FLAVIO CANCHERINI
IMPDO	:	DESEMBARGADOR FEDERAL NERY JUNIOR TERCEIRA TURMA
INTERES	:	Ministerio Publico Federal
PETIÇÃO	:	ROR 2007041004
RECTE	:	TERMOPANTANAL LTDA
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso ordinário foi interposto contra acórdão do Órgão Especial deste Tribunal, que negou provimento ao agravo regimental, em face de decisão que indeferiu o Mandado de Segurança originário.

Decido.

O recurso é adequado, nos termos do artigo 105, II, b, da CF.

Observou-se o prazo previsto nos artigos 33, da Lei 8.038/90, e 273, parágrafo único, do RITRF3, e efetuou-se o recolhimento do porte de remessa e retorno dos autos.

Diante do exposto, ADMITO o recurso ordinário.

Intime-se a recorrida para que, no prazo legal, ofereça, querendo, suas contra-razões, nos termos do artigo 275, do RITRF3 (RMS 5.161/SP, 5ª Turma, Rel. Min. Felix Fischer, j. 15/09/1998, DJ 26/10/1998, p. 128).

Observadas as formalidades legais, remetam-se os autos ao Colendo Superior Tribunal de Justiça.

Dê-se ciência.

São Paulo, 9 de abril de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

RECURSO ESPECIAL - BLOCO 125507

PROC.	:	1999.61.81.003722-9 ACR 15754
APTE	:	Justica Publica
APDO	:	JORGE WALLACE SIMONSEN
APDO	:	LEO WALLACE COCHRAME JUNIOR
APDO	:	RONALD WALLACE SIMONSEN
APDO	:	LUIZ VICENTE BARROS MATTOS JUNIOR
ADV	:	ALOISIO LACERDA MEDEIROS
PETIÇÃO	:	RESP 2006047192
RECTE	:	MPF
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso especial foi interposto pelo Ministério Público Federal, com fulcro no artigo 105, III, "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido por Turma deste Tribunal que, à unanimidade, negou provimento à apelação oposta pelo Parquet.

Aponta, o recorrente, a existência de dissídio jurisprudencial quanto à aplicação dos artigos 1º e 16, da Lei 7.492/86.

Ofertadas as contra-razões, vieram-me os autos conclusos para o juízo de admissibilidade.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos e específicos de admissibilidade recursal, portanto o recurso merece prosseguimento.

Com efeito, o Colendo Superior Tribunal de Justiça possui entendimento que consagra a conceituação de "instituição financeira" de forma ampla para a tipificação da conduta descrita no supracitado artigo 16 (HC 41.498/PR, 6ª Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, j. 21/02/2006, DJ 18/09/2006, p. 370; REsp 573.399/RS, 5ª Turma, Rel. Min. Gilson Dipp, j. 16/09/2004, DJ 03/11/2004), o que evidencia a plausibilidade do prosseguimento do reclamo.

Por fim, deixo de apreciar a viabilidade dos argumentos recursais restantes, em decorrência da Súmula 292 do Excelso Supremo Tribunal Federal.

Diante do exposto, ADMITO o recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 09 de abril de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2004.03.99.026425-0 ACR 17199
APTE	:	JORGE GARCIA
APTE	:	ANTONIO FERNANDES COELHO
ADV	:	FRANCISCO DE LUCIO TERSI
APTE	:	SUELI CARLOS ROSA
ADV	:	JOAO CAETANO GOMES
APDO	:	Justica Publica
PETIÇÃO	:	RESP 2006127971
RECTE	:	MPF
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso especial foi interposto pelo Ministério Público Federal, com fulcro no artigo 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido por Turma deste Tribunal que, à unanimidade, deu provimento aos recursos da defesa para absolvição dos réus

Aponta, o recorrente, que o acórdão afrontou o disposto nos artigos 1º, parágrafo único, 6º, e 16, da Lei 7.492/86; 386, III, do CPP, além da ocorrência de dissídio jurisprudencial.

Ofertadas as contra-razões, vieram-me os autos conclusos para o juízo de admissibilidade.

Decido.

Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos e específicos de admissibilidade recursal, portanto o recurso merece prosseguimento.

Com efeito, o Colendo Superior Tribunal de Justiça possui entendimento no sentido diverso do aresto impugnado, consagrando a conceituação de "instituição financeira" de forma ampla para a tipificação da conduta descrita no supracitado artigo 16 (HC 41.498/PR, 6ª Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, j. 21/02/2006, DJ 18/09/2006, p. 370; REsp 573.399/RS, 5ª Turma, Rel. Min. Gilson Dipp, j. 16/09/2004, DJ 03/11/2004), o que evidencia a plausibilidade do prosseguimento do reclamo.

Por fim, deixo de apreciar a viabilidade dos argumentos recursais restantes, em decorrência da Súmula 292 do Excelso Supremo Tribunal Federal.

Diante do exposto, ADMITO o recurso especial.

Dê-se ciência.

São Paulo, 09 de abril de 2007.

BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2005.03.00.066079-2 HC 22508
IMPTE	:	ROBERTO DELMANTO
IMPTE	:	FABIO MACHADO DE ALMEIDA DELMANTO
IMPTE	:	GAUTHAMA CARLOS COLAGRANDE FORNACIARI DE PAULA
PACTE	:	MARTA DE ARAUJO CAPUCHO ROSSI
ADV	:	ROBERTO DELMANTO
IMPDO	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE S B DO CAMPO SP
PETIÇÃO	:	RESP 2007064134
RECTE	:	MPF
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.

O recurso especial foi interposto pelo Ministério Público Federal, com fulcro no artigo 105, III, a, da Constituição Federal, contra acórdão proferido por Turma deste Tribunal que, à unanimidade, concedeu a ordem de habeas corpus, para excluir a paciente da relação processual existente nos autos n. 2000.61.14.001498-7, em trâmite perante o MM. Juízo Federal da 3ª Vara de São Bernardo do Campo/SP.

Aponta, o recorrente, que o acórdão afrontou o disposto nos artigos 41 do CPP, e 29, do CP; bem como, a ocorrência de dissídio jurisprudencial.

Decorrido o prazo das contra-razões, vieram-me os autos conclusos para o juízo de admissibilidade.

Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos de admissibilidade recursal.
Outrossim, o recurso merece prosseguimento.
Com efeito, o Colendo Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido diverso do aresto impugnado e reconheceu que, nos crimes societários, não é exigível a descrição minuciosa e individualizada da conduta de cada acusado, desde que possibilite a perfeita compreensão da imputação e, por conseguinte, permita o exercício da ampla defesa (RHC 17.474/SP, 5ª Turma, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, j. 18/08/2005, DJ 12/09/2005, p. 347; e HC 32.233/SP, 6ª Turma, Rel. Min. Paulo Medina, j. 07/06/2005, DJ 01/08/2005, p. 564), o que evidencia a plausibilidade da pretensão recursal e, nos termos da Súmula 83 daquela Corte, interpretada a contrario sensu, viabiliza o prosseguimento do reclamo.
Diante do exposto, ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 10 de abril de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

RECURSO ESPECIAL - BLOCO 125508

PROC.	:	98.03.017443-6 RCCR 911
EMBGTE	:	RUBENS JORGE TALEB
EMBGTE	:	SERGIO MORAD
ADV	:	JAQUELINE FURRIER
EMBGDO	:	Justica Publica
PETIÇÃO	:	RESP 2005248464
RECTE	:	RUBENS JORGE TALEB
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso especial foi interposto por Rubens Jorge Taleb e Sérgio Morad, com fulcro no artigo 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido por Turma deste Tribunal que, por maioria, deu provimento ao recurso do Ministério Público Federal.
Foram opostos embargos infringentes, nos quais, a Primeira Seção desta Corte, por maioria, decidiu pelo não provimento do recurso no mérito, sendo que, preliminarmente, reconheceu-se a prescrição da pretensão punitiva estatal em relação às competências anteriores ao advento da Lei 8.212/91.
Apontam, os recorrentes, em preliminar, o reconhecimento da extinção da punibilidade pela ocorrência da prescrição da pretensão punitiva estatal, e; no mérito, que o acórdão afrontou o artigo 34, da Lei 9.249/95, bem como a ocorrência de dissídio jurisprudencial quanto à sua aplicação.
Ofertadas as contra-razões, vieram-me os autos conclusos para o juízo de admissibilidade.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos e específicos de admissibilidade recursal, portanto o recurso merece prosseguimento.
Com efeito, revela-se plausível a alegação da defesa quanto à ocorrência da prescrição da pretensão punitiva do Estado, considerando-se que o prazo prescricional do crime em tela é de 12 anos, e, que o recebimento da denúncia se deu em 27/10/1993, não havendo, até o presente momento, qualquer causa interruptiva da prescrição, em 27/10/2005, conforme preceitua o artigo 109, do CP, completou-se o prazo prescricional, o que evidencia a plausibilidade do prosseguimento do reclamo.
Por fim, deixo de apreciar a viabilidade dos argumentos recursais restantes, em decorrência da Súmula 292 do Excelso Supremo Tribunal Federal.
Diante do exposto, ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 09 de abril de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2001.61.05.005840-4 RCCR 3679
RECTE	:	Justica Publica
RECDO	:	JOAQUIM DE PAULA BARRETO FONSECA
RECDO	:	ORESTES MAZZARIOL JUNIOR
RECDO	:	RENATO ROSSI
RECDO	:	ALBERTO LIBERMAN
ADV	:	CICERO MARCOS LIMA LANA
ADV	:	JOAO CARLOS DE LIMA JUNIOR
PETIÇÃO	:	RESP 2005238783
RECTE	:	ORESTES MAZZARIOL JUNIOR
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso especial foi interposto por Joaquim de Paula Barreto Fonseca, Orestes Mazzariol Júnior, Renato Rossi e Alberto Liberman, com fulcro no artigo 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido por Turma deste Tribunal que, à unanimidade, deu provimento ao recurso em sentido estrito para receber a denúncia.
Foram opostos embargos de declaração, aos quais, por unanimidade, deu-se parcial provimento, esclarecendo-se que o recurso em sentido estrito foi julgado procedente para que se processasse regularmente a denúncia, em primeira instância, com a análise da eventual presença dos requisitos do artigo 41 do CPP.
Apontam, os recorrentes, que o acórdão afrontou o disposto no artigo 34, da Lei 9.249/95, além da existência de dissídio jurisprudencial quanto à sua aplicação.
Ofertadas as contra-razões, vieram-me os autos conclusos para o juízo de admissibilidade.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos e específicos de admissibilidade recursal, portanto o recurso merece prosseguimento.
Com efeito, o Colendo Superior Tribunal de Justiça possui entendimento pacificado na Terceira Seção no sentido de que, o pagamento parcelado do débito, desde que efetuado antes do recebimento da denúncia, é causa de extinção da punibilidade, nos termos do artigo 34, da Lei 9.429/95 (REsp 774.908/MG, Rel. Min. Felix Fischer, 5ª Turma, j. 06/06/2006, DJ 28/08/2006, p. 306; Resp 685.315/RS, Rel. Min. Laurita Vaz, 5ª Turma, j. 22/03/2005, DJ 02/05/2005, p. 401), o que evidencia a plausibilidade do prosseguimento do reclamo.
Por fim, deixo de apreciar a viabilidade dos argumentos recursais restantes, em decorrência da Súmula 292 do Excelso Supremo Tribunal Federal.
Diante do exposto, ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.
São Paulo, 09 de abril de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

PROC.	:	2001.61.09.001753-0 ACR 23168
APTE	:	ALFREDO MOFATTO
APTE	:	ADRIANO JOSE BASSINELLO MOFATTO
ADV	:	JOAQUIM ANTONIO ZANETTI
APDO	:	Justica Publica
PETIÇÃO	:	RESP 2006271071
RECTE	:	ADRIANO JOSE BASSINELLO MOFATTO
ENDER	:	AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL
RELATOR	:	VICE-PRESIDÊNCIA

VISTOS EM DECISÃO.
O recurso especial foi interposto por Adriano José Bassinello Mofatto, com fulcro no artigo 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido por Turma deste Tribunal que, por unanimidade, rejeitou a preliminar de extinção da punibilidade do delito pelo pagamento do débito; de ofício declarou extinta a punibilidade em razão da prescrição da pretensão punitiva em relação à Alfredo e; negou provimento ao recurso quanto ao réu Adriano.
Aponta, o recorrente, que o acórdão afrontou o disposto no artigo 9º, § 2º, da Lei 10.684/03 (PAES), além da existência de dissídio jurisprudencial.
Ofertadas as contra-razões, vieram-me os autos conclusos para o juízo de admissibilidade.
Decido.
Verifico que foram atendidos os pressupostos genéricos e específicos de admissibilidade recursal, portanto o recurso merece prosseguimento.
Com efeito, o Colendo Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de que a quitação integral do débito proveniente da falta de recolhimento das contribuições previdenciárias descontadas dos empregados e não repassadas ao INSS, extingue a punibilidade do delito tipificado no artigo 168-A, do CP, a teor do disposto no artigo 9º, § 2º, da Lei 10.684/03 (AgRg no Ag 667.273/BA, Rel. Min. Paulo Medina, 6ª Turma, j. 06/04/2006, DJ 01/08/2006, p. 562; RHC 14.914/SP, Rel. Min. Laurita Vaz, 5ª Turma, j. 02/02/2006, DJ 20/03/2006, p. 303), o que evidencia plausibilidade do prosseguimento do reclamo.
Por fim, deixo de apreciar a viabilidade dos argumentos recursais restantes, em decorrência da Súmula 292 do Excelso Supremo Tribunal Federal.
Diante do exposto, ADMITO o recurso especial.
Dê-se ciência.

São Paulo, 09 de abril de 2007.
BAPTISTA PEREIRA
Vice-Presidente

SECRETARIA JUDICIÁRIA

SUBSECRETARIA DAS PRIMEIRA E TERCEIRA SEÇÕES

DIVISÃO DE PROCEDIMENTOS DIVERSOS

DESPACHOS/DECISÕES

PROC.	:	1999.61.00.048203-9 AC 883628
ORIG.	:	3 Vr SAO PAULO/SP
EMBGTE	:	NASCIMENTO E CIA LTDA
ADV	:	JOSE PAULO DE CASTRO EMSENHUBER
ADV	:	MARCOS SEIITI ABE
EMBGDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOAO CARLOS VALALA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA SEÇÃO

Vistos, em decisão.
Trata-se de Embargos Infringentes tirados em face do v. acórdão datado de 22.9.2003, data do julgamento, não unânime, da Quinta Turma desta Corte e da Relatoria da eminente Desembargadora Federal RAMZA TARTUCE, proferido que foi no julgamento da apelação cível nº. 1999.61.00.048203-9, onde a Egrégia Quinta Turma, por maioria, deu provimento ao recurso do Instituto Nacional do Seguro Social e à remessa oficial, julgando prejudicado o recurso da autora, consoante a seguinte ementa de fls. 264/265:
"E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - CONTRIBUIÇÃO INSTITUÍDA PELA LEI Nº 7787/89, INCIDENTE SOBRE A FOLHA DE SALÁRIOS NO MÊS DE SETEMBRO DE 1989, NO IMPORTE DE 20% - INEXIGIBILIDADE E COMPENSAÇÃO - PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL (ARTIGO 168 DO CTN) - TERMO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL: DATA DO PAGAMENTO INDEVIDO - RECURSO DO INSS E REMESSA OFICIAL PROVIDOS - RECURSO DA AUTORA PREJUDICADO - SENTENÇA REFORMADA.
1. Em face da natureza tributária das contribuições sociais, a elas não podem ser aplicados os preceitos da lei ordinária, em detrimento das regras do Direito Tributário, sob pena de ofensa ao disposto no inciso III, "b", do art. 146 da Lei Maior, que determina a veiculação de normas gerais em matéria de legislação tributária, no que tange à decadência e prescrição, por meio de lei complementar.
2. A inconstitucionalidade declarada no Recurso Extraordinário não tem efeito "erga omnes", tratando-se, na realidade, de decisão "incidenter tantum", que não se estende aos demais casos e tampouco anula o dispositivo reconhecido como inconstitucional, o que, em regra, só ocorre por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade, ou pela suspensão da norma por iniciativa do Senado Federal.
3. A decadência e a prescrição, ao lado da irretroatividade da lei, agem em prol da estabilidade das relações jurídicas, do ato jurídico perfeito, do direito adquirido e da coisa julgada.
4. A reabertura do prazo prescricional a partir da declaração de inconstitucionalidade da lei por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, ou até mesmo a partir da conseqüente suspensão da execução, no todo ou em parte, do diploma legal assim declarado, por meio de Resolução emanada do Senado Federal, tornaria imprescritível o exercício do direito violado pela norma reconhecida como inconstitucional, em total desrespeito à segurança jurídica.
5. O prazo para o contribuinte pleitear a repetição do indébito ou a compensação extingue-se com o decurso do prazo de 05 (cinco) anos (art. 168 do CTN), contado da data da extinção do crédito tributário, operando-se esta a partir do pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa. Precedentes desta E. Corte e do C. Superior Tribunal de Justiça.
6. A pretensão da autora foi alcançada pela prescrição qüinqüenal, já que, no presente caso, a ação foi ajuizada em 30/09/99, e os valores por ela reclamados foram pagos em 17/05/90.
7. Recurso do INSS e remessa oficial providos. Recurso da autora prejudicado. Sentença reformada".
Na ocasião a Turma, por maioria, reformou a r. sentença de fls. 187/196 que julgou parcialmente procedente o pedido determinando a compensação das quantias indevidamente recolhidas à título da contribuição social a cargo do empregador, com alíquota majorada para 20%, incidente sobre a folha de salários, enquanto veiculada no art. 5º, I, da Medida Provisória nº 63/89, posteriormente convertida na Lei nº 7.787/89, observando-se a limitação prevista no artigo 89, § 3º, da Lei nº 8.212/91, com correção monetária pelos índices oficiais adotados para a atualização dos tributos federais e incidência da taxa SELIC, a partir de 1º de abril de 1995, sentença submetida ao duplo grau de jurisdição obrigatório. Condenou o réu ao pagamento de honorários advocatícios que foram arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa.
Dessa decisão apelou a autarquia pleiteando a reforma da r. sentença, argüindo preliminarmente a prescrição qüinqüenal do direito e, no mérito a constitucionalidade da exação (fls. 210/220).
Apelou também a parte autora requerendo a reforma parcial da sentença para afastar a limitação no montante a ser compensado, pleiteando a aplicação dos índices que foram expurgados pelos diversos planos econômicos, bem como a incidência de juros compensatórios de 1% ao mês, a partir da data de cada recolhimento indevido até 31 de dezembro de 1995, e juros moratórios a partir do trânsito em julgado (fls. 225/237).
O voto vencido de lavra da eminente Desembargadora Federal SUZANA CAMARGO rejeitou a preliminar de prescrição qüinqüenal, negou provimento às apelações e à remessa oficial, mantendo a sentença recorrida (fls. 273/287).
O voto condutor da eminente Desembargadora Federal Relatora RAMZA TARTUCE deu provimento ao apelo do Instituto Nacional do Seguro Social e à remessa oficial, para reconhecer a prescrição qüinqüenal dos créditos questionados, constantes das guias e planilhas encartadas nos autos, e extinguir o processo, com julgamento do mérito, nos termos do artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil, condenando a autora ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que foram fixados em 10% sobre o valor atualizado atribuído à causa. Julgou prejudicado o recurso da autora (fls. 256/263).
Nas razões recursais (fls. 296/303), pleiteia-se a reforma do aresto com o acolhimento do voto vencido a fim de que seja afastada a ocorrência da prescrição, declarando-se o direito a compensação dos valores recolhidos nos dez anos anteriores ao ajuizamento da demanda, por se tratar de tributo sujeito a lançamento por homologação.
A autarquia previdenciária não apresentou sua impugnação aos embargos infringentes (fls. 310).
Os infringentes foram admitidos a fls. 311 e a mim distribuídos (fls. 314v).
Dispensada a revisão na forma regimental (artigo 33, VIII, do Regimento Interno).
Decido.
Todas as questões possíveis envolvendo a contribuição "sub examine" já foram objeto de apreciação pelo Superior Tribunal de Justiça que tem posição fixa sobre tais temas. Dessa sorte, cabe julgamento por decisão monocrática do Relator.

O art. 557 do Código de Processo Civil autoriza o relator a julgar monocraticamente qualquer recurso - e também a remessa oficial, nos termos da Súmula nº 253 do Superior Tribunal de Justiça - desde que sobre o tema recorrido haja jurisprudência dominante em Tribunais Superiores; é o caso dos autos.
Pretende a embargante que prevaleça o voto vencido da eminente Desembargadora Federal SUZANA CAMARGO que, negava provimento à apelação do Instituto Nacional do Seguro Social e à remessa oficial, por entender afastada a ocorrência da prescrição.
Inicialmente, é de se considerar que mesmo após o advento da Lei Complementar nº 118/2005, o Superior Tribunal de Justiça mantém o entendimento de que a prescrição segue a regra dos "cinco mais cinco" anos, como se vê dos seguintes arestos: RESP nº 711.333/SP (2a. Turma, j. 22/3/2005, Relator Min. Castro Meira); ou seja, jurisprudência daquela Corte assentou que a extinção do direito de pleitear a restituição de tributo sujeito a lançamento por homologação, em não havendo homologação expressa, só ocorrerá após o transcurso do prazo de cinco anos contados da ocorrência do fato gerador, acrescido de mais cinco anos contados da data em que se deu a homologação tácita (ERESP nº 435.835/SC, julgado em 24/03/04).
Assim, vem se pronunciando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:
TRIBUTÁRIO. PIS. COMPENSAÇÃO. PRESCRIÇÃO. LEI COMPLEMENTAR N. 118/2005. APLICABILIDADE.
1. "A Lei Complementar 118, de 09 de fevereiro de 2005, aplica-se, tão somente, aos fatos geradores pretéritos ainda não submetidos ao crivo judicial, pelo que o novo regramento não é retroativo mercê de interpretativo" (EREsp n. 539.212, relator Ministro Luiz Fux, DJ de 27.6.2005).
2. Agravo regimental não-provido.
(AgRg no Ag nº 636.636/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Segunda Turma, julgado em 18.08.2005, DJ 26.09.2005, pág. 310)
No mesmo sentido, porém em maior extensão (AgRg nos EDcl no REsp nº 659.208/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 16.08.2005, DJ 12.09.2005, pág. 220).
Considerando, que a presente ação foi ajuizada em 30/9/1999 (fls. 02), os valores indevidamente recolhidos referentes à competência de setembro de 1989, como comprovado nos autos, não foram atingidos pela prescrição.
Por tais fundamentos, com fulcro no que dispõe o artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, dou provimento aos embargos infringentes.
Determino o retorno dos autos à Turma originária para apreciação do mérito.
Intimem-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	1999.61.05.012449-0 AC 773448
ORIG.	:	4 Vr CAMPINAS/SP
EMBGTE	:	CERAMICA SANTA MARTA LTDA
ADV	:	JÚLIO VICENTE DE VASCONCELLOS CARVALHO
EMBGDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ARLINDO DONINIMO M R DE MELLO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA SEÇÃO

Vistos, em decisão.
Trata-se de Embargos Infringentes tirados em face do v. acórdão datado de 15/4/2003, data do julgamento, não unânime, da Quinta Turma desta Corte, sendo relatora a eminente Desembargadora Federal RAMZA TARTUCE, proferido que foi no julgamento da apelação cível nº 1999.61.05.012449-0, onde a Egrégia Quinta Turma, por maioria, deu provimento ao recurso do Instituto Nacional do Seguro Social e à remessa oficial, consoante a seguinte ementa de fls. 143/144:
"E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E AUTÔNOMOS - INEXIGIBILIDADE E COMPENSAÇÃO - PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL (ARTIGO 168 DO CTN) - TERMO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL: DATA DO PAGAMENTO INDEVIDO - RECURSO DO INSS E REMESSA OFICIAL PROVIDOS - SENTENÇA REFORMADA.
1. Em face da natureza tributária das contribuições sociais, a elas não podem ser aplicados os preceitos da lei ordinária, em detrimento das regras do Direito Tributário, sob pena de ofensa ao disposto no inciso III, "b", do art. 146 da Lei Maior, que determina a veiculação de normas gerais em matéria de legislação tributária, no que tange à decadência e prescrição, por meio de lei complementar.
2. A inconstitucionalidade declarada no Recurso Extraordinário não tem efeito "erga omnes", tratando-se, na realidade, de decisão "incidenter tantum", que não se estende aos demais casos e tampouco anula o dispositivo reconhecido como inconstitucional, o que, em regra, só ocorre por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade, ou pela suspensão da norma por iniciativa do Senado Federal.
3. A decadência e a prescrição, ao lado da irretroatividade da lei, agem em prol da estabilidade das relações jurídicas, do ato jurídico perfeito, do direito adquirido e da coisa julgada.
4. A reabertura do prazo prescricional a partir da declaração de inconstitucionalidade da lei por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, ou até mesmo a partir da conseqüente suspensão da execução, no todo ou em parte, do diploma legal assim declarado, por meio de Resolução emanada do Senado Federal, tornaria imprescritível o exercício do direito violado pela norma reconhecida como inconstitucional, em total desrespeito à segurança jurídica.
5. O prazo para o contribuinte pleitear a repetição do indébito ou a compensação extingue-se com o decurso do prazo de 05 (cinco) anos (art. 168 do CTN), contado da data da extinção do crédito tributário, operando-se esta a partir do pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa. Precedentes desta E. Corte e do C. Superior Tribunal de Justiça.
6. A pretensão da autora foi alcançada pela prescrição qüinqüenal, já que, no presente caso, a ação foi ajuizada em 30/09/1999, e os valores por ela reclamados foram pagos até 08/08/94.
7. Recurso do INSS e remessa oficial providos. Sentença reformada".
Na ocasião a Turma, por maioria, reformou a r. sentença de fls. 90/99 que julgou parcialmente procedente o pedido determinando a compensação das quantias indevidamente recolhidas à título da contribuição social sobre o pro labore, com base nas leis nºs 7.787/89 e 8.212/91, afastando-se, em parte, a prescrição apenas para as contribuições recolhidas após o mês de maio de 1994, com correção monetária, utilizando-se dos mesmos critérios adotados pelo réu na cobrança das contribuições e juros de mora, na forma do disposto no § 4º do art. 39, da Lei nº 9.250/95, a partir de 1º de janeiro de 1996, observando-se os limites do valor a compensar, expressos em lei, a partir de sua vigência (Lei nº 9.129/95). Condenou o réu nas custas processuais e honorários advocatícios arbitrados em R$ 1.000,00 (um mil reais), sentença submetida ao duplo grau de jurisdição obrigatório.
O voto vencido (fls. 125/141) de lavra da eminente Desembargadora Federal SUZANA CAMARGO foi ao sentido de rejeitar a preliminar de prescrição qüinqüenal suscitada, e, no mérito, dar parcial provimento ao recurso do Instituto Nacional do Seguro Social e à remessa oficial, a fim de determinar que para a correção monetária sejam utilizados os índices previstos no Provimento nº 26/2001 da Corregedoria Geral da Justiça Federal da 3ª Região, excluindo-se índices relativos a expurgos inflacionários, com incidência da taxa SELIC, a partir de janeiro de 1996. Manteve, no restante, a r. sentença recorrida.
O voto condutor da eminente Desembargadora Federal RAMZA TARTUCE deu provimento ao apelo do Instituto Nacional do Seguro Social e à remessa oficial, para reconhecer a prescrição qüinqüenal dos créditos constantes das guias e planilhas encartadas nos autos, e extinguir o processo, com julgamento do mérito, nos termos do artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil, condenando a autora ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que foram fixados em 10% sobre o valor atualizado atribuído à causa (fls. 116/123).
Nas razões recursais (fls. 157/165) sustenta a embargante que em se tratando de contribuição que se sujeita a lançamento por homologação, o prazo fixado no artigo 150, § 4º do Código Tributário Nacional, para que a Fazenda Pública verifique a exatidão do recolhimento do tributo é de cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador, e uma vez expirado esse prazo sem qualquer homologação expressa, dá-se a homologação tácita, extinguindo-se o crédito tributário definitivamente, iniciando-se a partir de então a contagem do prazo prescricional, conforme entendimento já pacificado pelo E. Superior Tribunal de Justiça. Pleiteia a reforma do aresto com o acolhimento do voto vencido para afastar a prescrição, restaurando-se a r. sentença de primeira instância nesta parte.
Intimado o Instituto Nacional do Seguro Social deixou transcorrer in albis o prazo para apresentar as contra-razões recursais (fls. 170).
Os embargos infringentes foram admitidos às fls. 171 e distribuídos originariamente a este Desembargador Federal (fls. 172).
Dispensada a revisão na forma regimental (artigo 33, VIII, do Regimento Interno).
Decido.
Todas as questões possíveis envolvendo a contribuição "sub examine" já foram objeto de apreciação pelo Superior Tribunal de Justiça que tem posição fixa sobre tais temas. Dessa sorte, cabe julgamento por decisão monocrática do Relator.
O art. 557 do Código de Processo Civil autoriza o relator a julgar monocraticamente qualquer recurso - e também a remessa oficial, nos termos da Súmula nº 253 do Superior Tribunal de Justiça - desde que sobre o tema recorrido haja jurisprudência dominante em Tribunais Superiores; é o caso dos autos.
Pretende a embargante que prevaleça o voto vencido da eminente Desembargadora Federal SUZANA CAMARGO que, rejeitou a preliminar de prescrição suscitada pelo Instituto Nacional do Seguro Social.
Inicialmente, é de se considerar que mesmo após o advento da Lei Complementar nº 118/2005, o Superior Tribunal de Justiça mantém o entendimento de que a prescrição segue a regra dos "cinco mais cinco" anos, como se vê dos seguintes arestos: RESP nº 711.333/SP (2a. Turma, j. 22/3/2005, Relator Min. Castro Meira); ou seja, jurisprudência daquela Corte assentou que a extinção do direito de pleitear a restituição de tributo sujeito a lançamento por homologação, em não havendo homologação expressa, só ocorrerá após o transcurso do prazo de cinco anos contados da ocorrência do fato gerador, acrescido de mais cinco anos contados da data em que se deu a homologação tácita (ERESP nº 435.835/SC, julgado em 24/03/04).
Assim, vem se pronunciando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:
TRIBUTÁRIO. PIS. COMPENSAÇÃO. PRESCRIÇÃO. LEI COMPLEMENTAR N. 118/2005. APLICABILIDADE.
1. "A Lei Complementar 118, de 09 de fevereiro de 2005, aplica-se, tão somente, aos fatos geradores pretéritos ainda não submetidos ao crivo judicial, pelo que o novo regramento não é retroativo mercê de interpretativo" (EREsp n. 539.212, relator Ministro Luiz Fux, DJ de 27.6.2005).
2. Agravo regimental não-provido.
(AgRg no Ag nº 636.636/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Segunda Turma, julgado em 18.08.2005, DJ 26.09.2005, pág. 310)
No mesmo sentido, porém em maior extensão (AgRg nos EDcl no REsp nº 659.208/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 16.08.2005, DJ 12.09.2005, pág. 220).
Considerando que a presente ação foi ajuizada em 30/9/1999 (fls. 02), adotando o entendimento constante do r. voto vencido, confirmo o direito esposado na r. sentença para afastar a prescrição somente das parcelas indevidamente recolhidas a partir de maio de 1994.
Por tais fundamentos, com fulcro no que dispõe o artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, dou provimento aos embargos infringentes para afastar parcialmente a prescrição, restaurando-se a r. sentença de primeira instância nesta parte.
Determino o retorno dos autos à Turma originária para apreciação do mérito.
Intimem-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2000.61.00.004083-7 AC 644538
ORIG.	:	24 Vr SAO PAULO/SP
EMBGTE	:	OFICINA MECANICA FUNILARIA E PINTURA BARREIRINHAS LTDA -ME
ADV	:	OSCAR DOS SANTOS FERNANDES
EMBGDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARTA VILELA GONCALVES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA SEÇÃO

Vistos, em decisão.
Trata-se de Embargos Infringentes tirados em face do v. acórdão datado de 29/10/2002, data do julgamento, não unânime, da Quinta Turma desta Corte, sendo relator para o acórdão o eminente Desembargador Federal ANDRÉ NABARRETE, proferido que foi no julgamento da apelação cível nº 2000.61.00.004083-7, onde a Egrégia Quinta Turma, por voto médio, acolheu a preliminar de prescrição qüinqüenal, contada do recolhimento indevido, e deu provimento à apelação e à remessa oficial, para julgar extinto o processo com fundamento no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil, consoante a seguinte ementa de fls. 178/180:
"E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE A REMUNERAÇÃO PAGA A AVULSOS, AUTÔNOMOS E ADMINISTRADORES. LEI Nº 7.787/89, ARTIGO 3º, INCISO I. RESOLUÇÃO Nº 14 DO SENADO FEDERAL. LEI Nº 8.212/91, ARTIGO 22, INCISO I. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL.
- A Resolução nº 14 do Senado Federal suspendeu a execução do artigo 3º, inciso I, da Lei 7.787/89, no tocante às expressões "autônomos, administradores e avulsos". Declaração de inconstitucionalidade pelo STF (RE 166.772 e RE 164.812).
- O artigo 22, inciso I, da Lei 8.212/91, no tocante às expressões "autônomos e administradores", foi julgado inconstitucional pelo STF ao apreciar a ADI nº 1.102-2/DF, com efeito "ex tunc". Suspensão da eficácia do referido dispositivo, com relação ao vocábulo "avulsos", por força de liminar concedida na ADI nº 1.153-7.
- Entre decadência e prescrição há diferença de significação, além de que se destinam a esferas distintas de aplicabilidade: administrativa e jurídica. Confusões entre significados e/ou campo de aplicabilidade não podem servir de supedâneo para imputar a ocorrência de uma em lugar da outra.
- O direito de ação relativo ao exercício de um direito subjetivo de crédito decorrente de pagamento indevido não se confunde com o poder-dever do Fisco de controlar administrativamente a realização da obrigação tributária pelo contribuinte. O prazo prescricional da Fazenda Pública, para cobrar seus créditos tributários, começa após transcorrido o lapso decadencial; para o contribuinte, tão logo efetue o pagamento indevido e é de cinco anos.
- Prescrição contada da ADIN. O pagamento indevido é fenômeno do qual decorre o direito à devolução, seja por repetição ou compensação. A proteção deste direito pelo contribuinte, no âmbito judicial, exercita-se por meio de ação.
- A declaração pelo STF da inconstitucionalidade de uma lei é ato declaratório e exclui do sistema jurídico o diploma legal ou parte dele. Serve de fundamento jurídico a um pedido de repetição ou compensação. Não cria direitos relativos a elas.
- Os artigos 45 e 46 da Lei nº 8.212/91 não se aplicam à espécie quanto aos prazos decadencial e prescricional dos indébitos, pois a CF/88 devolveu às contribuições previdenciárias a natureza de tributo, "ex vi" do "caput" do seu artigo 149. A natureza da contribuição em tela implica submissão às normas de direito tributário.

- O artigo 168 do CTN estabelece o prazo de cinco anos para o exercício do direito de pleitear a restituição de pagamento tributário indevido. A norma refere-se à esfera administrativa e à judicial. Na primeira, tem natureza decadencial; na segunda, tem caráter prescricional. Por restituição deve-se entender devolução do valor pago indevidamente, com a entrega em espécie de quantia recolhida indevidamente ou pela compensação. Invocar o art. 170 do CTN e a Lei nº 8.383/91 leva à imprescritibilidade do direito de compensar.
- Decadência e prescrição pertencem ao âmbito das normas gerais de direito tributário e reclamam lei complementar para sua disciplina. Ainda que assim não se interprete, há que se recorrer ao Decreto n. 20.910/32.
- Reconhecido o prazo de cinco anos, verifica-se a ocorrência de prescrição do que se pretende restituir.
- Sucumbência da autora. Fixação de custas processuais e honorários advocatícios.
- Preliminar de prescrição qüinqüenal acolhida. Apelação e remessa oficial providas. Processo extinto com fundamento no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil".

Na ocasião a Turma, por maioria, reformou a r. sentença de fls. 113/116 que julgou procedente o pedido, e condenou o réu a devolver o montante indevidamente recolhido à título da contribuição social sobre o pro labore, com base nas leis nºs 7.787/89 e 8.212/91, afastando-se o prazo de prescrição qüinqüenal, com correção monetária e juros de mora de acordo com a taxa SELIC. Condenou a ré ao pagamento de honorários advocatícios à autora, que foram arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, sentença submetida ao duplo grau de jurisdição obrigatório.

Dessa decisão, a autarquia recorreu. O Instituto Nacional do Seguro Social argüiu prescrição qüinqüenal e contestou o mérito aduzindo que a autora não provou o não repasse do valor da contribuição ao custo do bem ou serviço oferecido à sociedade, pleiteia a incidência da correção monetária nos termos estabelecidos pelo § 6º do art. 89, da Lei nº 8.212/91 e, ainda a exclusão da taxa SELIC. A Quinta Turma desta E. Corte, apreciando o recurso, após o voto do relator dando provimento à apelação e à remessa oficial, para julgar improcedente o pedido inicial, ficando prejudicada a preliminar de prescrição qüinqüenal, pediu vista dos autos a Desembargadora Federal SUZANA CAMARGO, ficando suspenso o julgamento.

Prosseguindo o julgamento, o voto vencido (fls. 152/163) de lavra da eminente Desembargadora Federal SUZANA CAMARGO foi no sentido de rejeitar a preliminar de prescrição suscitada pelo Instituto Nacional do Seguro Social, posicionando-se quanto ao prazo de prescrição de 10 (dez) anos, bem como, negar provimento ao recurso da autarquia e dar parcial provimento à remessa oficial.

O voto condutor do eminente Desembargador Federal ANDRÉ NABARRETE acolheu a preliminar de prescrição qüinqüenal, contada do recolhimento indevido argüida pela autarquia, e deu provimento à apelação e à remessa oficial, para julgar extinto o processo com fundamento no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil (fls. 165/177).

Nas razões recursais (fls. 185/187) sustenta o embargante que em se tratando de contribuição que se sujeita a lançamento por homologação, o prazo fixado para a Fazenda Pública verificar a exatidão do recolhimento do tributo é de cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador, e uma vez expirado esse prazo sem qualquer homologação expressa, dá-se a homologação tácita, extinguindo-se o crédito tributário definitivamente, iniciando-se a partir de então a contagem do prazo prescricional. Aduz que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça adotou esse entendimento. Pleiteia a reforma do aresto com o acolhimento do voto vencido.

Intimado o Instituto Nacional do Seguro Social deixou transcorrer in albis o prazo para apresentar as contra-razões recursais (fls. 216).

Os embargos infringentes foram admitidos às fls. 217 e distribuídos originariamente a este Desembargador Federal (fls. 221).

Dispensada a revisão na forma regimental (artigo 33, VIII, do Regimento Interno).

Decido.

Todas as questões possíveis envolvendo a contribuição "sub examine" já foram objeto de apreciação pelo Superior Tribunal de Justiça que tem posição fixa sobre tais temas. Dessa sorte, cabe julgamento por decisão monocrática do Relator.

O art. 557 do Código de Processo Civil autoriza o relator a julgar monocraticamente qualquer recurso - e também a remessa oficial, nos termos da Súmula nº 253 do Superior Tribunal de Justiça - desde que sobre o tema recorrido haja jurisprudência dominante em Tribunais Superiores; é o caso dos autos.

Pretende o embargante que prevaleça o voto vencido da eminente Desembargadora Federal SUZANA CAMARGO que, confirmando o direito esposado na r. sentença, rejeitou a preliminar de prescrição qüinqüenal suscitada pela autarquia, bem como, negou provimento à apelação do Instituto Nacional do Seguro Social e deu parcial provimento à remessa oficial.

Inicialmente, é de se considerar que mesmo após o advento da Lei Complementar nº 118/2005, o Superior Tribunal de Justiça mantém o entendimento de que a prescrição segue a regra dos "cinco mais cinco" anos, como se vê dos seguintes arestos: RESP nº 711.333/SP (2a. Turma, j. 22/3/2005, Relator Min. Castro Meira); ou seja, jurisprudência daquela Corte assentou que a extinção do direito de pleitear a restituição de tributo sujeito a lançamento por homologação, em não havendo homologação expressa, só ocorrerá após o transcurso do prazo de cinco anos contados da ocorrência do fato gerador, acrescido de mais cinco anos contados da data em que se deu a homologação tácita (ERESP nº 435.835/SC, julgado em 24/03/04).

Assim, vem se pronunciando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

TRIBUTÁRIO. PIS. COMPENSAÇÃO. PRESCRIÇÃO. LEI COMPLEMENTAR N. 118/2005. APLICABILIDADE.

1. "A Lei Complementar 118, de 09 de fevereiro de 2005, aplica-se, tão somente, aos fatos geradores pretéritos ainda não submetidos ao crivo judicial, pelo que o novo regramento não é retroativo mercê de interpretativo" (EREsp n. 539.212, relator Ministro Luiz Fux, DJ de 27.6.2005).

2. Agravo regimental não-provido.

(AgRg no Ag nº 636.636/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Segunda Turma, julgado em 18.08.2005, DJ 26.09.2005, pág. 310)

No mesmo sentido, porém em maior extensão (AgRg nos EDcl no REsp nº 659.208/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 16.08.2005, DJ 12.09.2005, pág. 220).

Considerando que a presente ação foi ajuizada em 11/02/2000 (fls. 02), as parcelas indevidamente recolhidas a partir de 02/90 não foram atingidas pela prescrição.

Por tais fundamentos, com fulcro no que dispõe o artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, dou provimento aos embargos infringentes.

Determino o retorno dos autos à Turma originária para apreciação do mérito.

Intimem-se.

São Paulo, 28 de março de 2007.

JOHONSOM di SALVO

Desembargador Federal

Relator

PROC.	:	2000.61.00.041999-1 AC 715096
ORIG.	:	24 Vr SAO PAULO/SP
EMBGTE	:	HIDROTEME INSTALAÇOES HIDRAULICAS LTDA
ADV	:	PEDRO LUIZ PATERRA
EMBGDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARTA VILELA GONCALVES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA SEÇÃO

Vistos, em decisão.

Trata-se de Embargos Infringentes tirados em face do v. acórdão datado de 15/4/2003, data do julgamento, não unânime, da Quinta Turma desta Corte, sendo relator a eminente Desembargadora Federal RAMZA TARTUCE, proferido que foi no julgamento da apelação cível nº 2000.61.00.041999-1, onde a Egrégia Quinta Turma, por maioria, deu provimento ao apelo autárquico e à remessa oficial, para reconhecer a prescrição qüinqüenal dos créditos questionados, e julgou extinto o processo, nos termos do artigo 269, IV do Código de Processo Civil, consoante a seguinte ementa de fls. 158/159:

"E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E AUTÔNOMOS - INEXIGIBILIDADE E COMPENSAÇÃO - PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL (ARTIGO 168 DO CTN) - TERMO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL: DATA DO PAGAMENTO INDEVIDO - RECURSO DO INSS E REMESSA OFICIAL PROVIDOS - SENTENÇA REFORMADA.

1. Em face da natureza tributária das contribuições sociais, a elas não podem ser aplicados os preceitos da lei ordinária, em detrimento das regras do Direito Tributário, sob pena de ofensa ao disposto no inciso III, "b", do art. 146 da Lei Maior, que determina a veiculação de normas gerais em matéria de legislação tributária, no que tange à decadência e prescrição, por meio de lei complementar.

2. A inconstitucionalidade declarada no Recurso Extraordinário não tem efeito "erga omnes", tratando-se, na realidade, de decisão "incidenter tantum", que não se estende aos demais casos e tampouco anula o dispositivo reconhecido como inconstitucional, o que, em regra, só ocorre por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade, ou pela suspensão da norma por iniciativa do Senado Federal.

3. A decadência e a prescrição, ao lado da irretroatividade da lei, agem em prol da estabilidade das relações jurídicas, do ato jurídico perfeito, do direito adquirido e da coisa julgada.

4. A reabertura do prazo prescricional a partir da declaração de inconstitucionalidade da lei por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, ou até mesmo a partir da conseqüente suspensão da execução, no todo ou em parte, do diploma legal assim declarado, por meio de Resolução emanada do Senado Federal, tornaria imprescritível o exercício do direito violado pela norma reconhecida como inconstitucional, em total desrespeito à segurança jurídica.

5. O prazo para o contribuinte pleitear a repetição do indébito ou a compensação extingue-se com o decurso do prazo de 05 (cinco) anos (art. 168 do CTN), contado da data da extinção do crédito tributário, operando-se esta a partir do pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa. Precedentes desta E. Corte e do C. Superior Tribunal de Justiça.

6. A pretensão da autora foi alcançada pela prescrição qüinqüenal, já que, no presente caso, a ação foi ajuizada em 16/10/2000, e os valores por ela reclamados foram pagos até 30/11/93.

7. Recurso do INSS e remessa oficial providos. Sentença reformada".

Na ocasião a Turma, por maioria, reformou a r. sentença de fls. 97/102 que julgou parcialmente procedente o pedido determinando a compensação das quantias indevidamente recolhidas à título da contribuição social sobre o pro labore, com base nas leis nºs 7.787/89 e 8.212/91, observando-se o prazo de prescrição decenal, com correção monetária e juros de mora desde o recolhimento indevido até dezembro de 1995 e SELIC a partir de janeiro de 1996. Determinou que cada parte arcará com os honorários de seus patronos diante da sucumbência recíproca, sentença submetida ao duplo grau de jurisdição obrigatório.

O voto vencido (fls. 139/156) de lavra da eminente Desembargadora Federal SUZANA CAMARGO foi no sentido de rejeitar a preliminar suscitada, conhecer em parte do recurso da autarquia previdenciária e negar-lhe provimento e dar parcial provimento à remessa oficial, a fim de determinar que para a correção monetária sejam utilizados os índices previstos no Provimento nº 26/2001 da Corregedoria Geral da Justiça Federal da 3ª Região, excluindo-se os juros de mora de 1% ao mês, desde o recolhimento indevido. Manteve, no restante, a r. sentença recorrida.

O voto condutor da eminente Desembargadora Federal RAMZA TARTUCE deu provimento ao apelo do Instituto Nacional do Seguro Social, para reconhecer a prescrição qüinqüenal dos créditos constantes das guias e planilhas encartadas nos autos, e extinguir o processo, com julgamento do mérito, nos termos do artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil, condenando a autora ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que foram fixados em 10% sobre o valor atualizado atribuído à causa (fls. 130/137).

Nas razões recursais (fls. 162/166) sustenta a embargante que em se tratando de contribuição que se sujeita a lançamento por homologação, o prazo fixado no artigo 150, § 4º do Código Tributário Nacional, para que a Fazenda Pública verifique a exatidão do recolhimento do tributo é de cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador, e uma vez expirado esse prazo sem qualquer homologação expressa, dá-se a homologação tácita, extinguindo-se o crédito tributário definitivamente, iniciando-se a partir de então a contagem do prazo prescricional, conforme entendimento já pacificado pelo E. Superior Tribunal de Justiça. Pleiteia provimento ao recurso, restaurando-se a r. sentença de primeira instância.

Intimado o Instituto Nacional do Seguro Social deixou transcorrer in albis o prazo para apresentar as contra-razões recursais (fls. 178).

Os embargos infringentes foram admitidos às fls. 179 e distribuídos originariamente a este Desembargador Federal (fls. 180).

Dispensada a revisão na forma regimental (artigo 33, VIII, do Regimento Interno).

Decido.

Todas as questões possíveis envolvendo a contribuição "sub examine" já foram objeto de apreciação pelo Superior Tribunal de Justiça que tem posição fixa sobre tais temas. Dessa sorte, cabe julgamento por decisão monocrática do Relator.

O art. 557 do Código de Processo Civil autoriza o relator a julgar monocraticamente qualquer recurso - e também a remessa oficial, nos termos da Súmula nº 253 do Superior Tribunal de Justiça - desde que sobre o tema recorrido haja jurisprudência dominante em Tribunais Superiores; é o caso dos autos.

Pretende a embargante que prevaleça o voto vencido da eminente Desembargadora Federal SUZANA CAMARGO que, confirmando o direito esposado na r. sentença, afastou a prescrição na hipótese dos autos.

Inicialmente, é de se considerar que mesmo após o advento da Lei Complementar nº 118/2005, o Superior Tribunal de Justiça mantém o entendimento de que a prescrição segue a regra dos "cinco mais cinco" anos, como se vê dos seguintes arestos: RESP nº 711.333/SP (2a. Turma, j. 22/3/2005, Relator Min. Castro Meira); ou seja, jurisprudência daquela Corte assentou que a extinção do direito de pleitear a restituição de tributo sujeito a lançamento por homologação, em não havendo homologação expressa, só ocorrerá após o transcurso do prazo de cinco anos contados da ocorrência do fato gerador, acrescido de mais cinco anos contados da data em que se deu a homologação tácita (ERESP nº 435.835/SC, julgado em 24/03/04).

Assim, vem se pronunciando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

TRIBUTÁRIO. PIS. COMPENSAÇÃO. PRESCRIÇÃO. LEI COMPLEMENTAR N. 118/2005. APLICABILIDADE.

1. "A Lei Complementar 118, de 09 de fevereiro de 2005, aplica-se, tão somente, aos fatos geradores pretéritos ainda não submetidos ao crivo judicial, pelo que o novo regramento não é retroativo mercê de interpretativo" (EREsp n. 539.212, relator Ministro Luiz Fux, DJ de 27.6.2005).

2. Agravo regimental não-provido.

(AgRg no Ag nº 636.636/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Segunda Turma, julgado em 18.08.2005, DJ 26.09.2005, pág. 310)

No mesmo sentido, porém em maior extensão (AgRg nos EDcl no REsp nº 659.208/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 16.08.2005, DJ 12.09.2005, pág. 220).

Considerando que a presente ação foi ajuizada em 16/10/2000 (fls. 02), as parcelas indevidamente recolhidas a partir de 16/10/1990 não foram atingidas pela prescrição.

Por tais fundamentos, com fulcro no que dispõe o artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, dou provimento aos embargos infringentes.
Determino o retorno dos autos à Turma originária para apreciação do mérito.
Intimem-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2000.61.11.001953-3 AC 822642
ORIG.	:	1 Vr MARILIA/SP
EMBGTE	:	MARILAN S/A IND/ E COM/
ADV	:	DECIO FRIGNANI JUNIOR
EMBGDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CLAUDIA STELA FOZ
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA SEÇÃO

Vistos, em decisão.
Trata-se de Embargos Infringentes tirados em face do v. acórdão datado de 22.4.2003, data do julgamento, não unânime, da 5ª Turma desta Corte e da Relatoria da eminente Desembargadora Federal RAMZA TARTUCE, proferido no julgamento da apelação cível nº. 2000.61.11.001953-3, onde a Turma, afastando os fundamentos da sentença a quo, por maioria, acolheu a alegação da autarquia previdenciária de ocorrência de prescrição e deu provimento ao apelo do INSS e à remessa oficial, para extinguir o processo nos termos do art. 269, IV, do Código de Processo Civil, consoante a seguinte ementa de fls. 240/241:
"EMENTA
PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E AUTÔNOMOS - INEXIGIBILIDADE E COMPENSAÇÃO - PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL (ARTIGO 168 DO CTN) - TERMO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL: DATA DO PAGAMENTO INDEVIDO - RECURSO DO INSS E REMESSA OFICIAL PROVIDOS - SENTENÇA REFORMADA.
1. Em face da natureza tributária das contribuições sociais, a elas não podem ser aplicados os preceitos da lei ordinária, em detrimento das regras do Direito Tributário, sob pena de ofensa ao disposto no inciso III, "b", do art. 146 da Lei Maior, que determina a veiculação de normas gerais em matéria de legislação tributária, no que tange à decadência e prescrição, por meio de lei complementar.
2. A inconstitucionalidade declarada no Recurso Extraordinário não tem efeito "erga omnes", tratando-se, na realidade, de decisão "incidenter tantum", que não se estende aos demais casos e tampouco anula o dispositivo reconhecido como inconstitucional, o que, em regra, só ocorre por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade, ou pela suspensão da norma por iniciativa do Senado Federal.
3. A decadência e a prescrição, ao lado da irretroatividade da lei, agem em prol da estabilidade das relações jurídicas, do ato jurídico perfeito, do direito adquirido e da coisa julgada
4. A reabertura do prazo prescricional a partir da declaração de inconstitucionalidade da lei por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, ou até mesmo a partir da conseqüente suspensão da execução, no todo ou em parte, do diploma legal assim declarado, por meio de Resolução emanada do Senado Federal, tornaria imprescritível o exercício do direito violado pela norma reconhecida como inconstitucional, em total desrespeito à segurança jurídica.
5. O prazo para o contribuinte pleitear a repetição do indébito ou a compensação extingue-se com o decurso do prazo de 05 (cinco) anos (art. 168 do CTN), contado da data da extinção do crédito tributário, operando-se esta a partir do pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa. Precedentes desta E. Corte e do C. Superior Tribunal de Justiça.
6. A pretensão da autora foi alcançada pela prescrição qüinqüenal, já que, no presente caso, a ação foi ajuizada em 29/02/2000, e os valores por ela reclamados foram pagos até 08/05/91.
7. Recurso do INSS e remessa oficial providos. Sentença reformada."
A r. sentença de primeiro grau, sujeita ao reexame necessário julgou procedente o pedido e declarou o direito da autora de proceder a compensação, na forma prevista no artigo 66 da Lei nº 8.383/91, com a redação dada pela Lei nº 9.069/95, sem as restrições contidas na ON 08/97, e sem as limitações do art. 89 da Lei nº 8.212/91, com redação conferida pela Lei nº 9.032/95, dos valores indevidamente recolhidos a título de contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social sobre o pro labore veiculado nas leis nºs 7.787/89 e 8.212/91, comprovados nos autos, atualizados monetariamente, desde a data do pagamento, de acordo com os mesmos índices utilizados na correção dos créditos tributários da Fazenda Nacional, aplicando-se aos valores recolhidos no período compreendido entre setembro de 1989 e dezembro de 1994, os índices do INPC, com parcelas devidas a título de contribuição previdenciária a cargo da empresa.
Dessa decisão, a autarquia recorreu. O Instituto Nacional do Seguro Social argüiu prescrição qüinqüenal e contestou o mérito. A Quinta Turma desta E. Corte, apreciando o recurso, por maioria, deu provimento ao recurso do Instituto Nacional do Seguro Social e à remessa oficial, nos termos do voto da relatora, acompanhada pelo voto do DES. FED. FÁBIO PRIETO. Vencida a DES. FE. SUZANA CAMARGO que afastava a ocorrência da prescrição.
Na ocasião a Turma, por maioria, entendeu que a pretensão da autora de ver compensados valores que recolheu a título de contribuição social incidente sobre os pagamentos efetuados a administradores, autônomos e avulsos, nos termos do inciso I do art. 3º da Lei nº 7.787/89, bem como aqueles efetuados sob a égide do inciso I do art. 22 da Lei nº 8.212/91 encontra-se fulminada pela prescrição qüinqüenal, cujo termo a quo da contagem é a data do pagamento (fls. 231).
O voto vencido (fls. 249/266) de lavra da eminente Desembargadora Federal SUZANA CAMARGO consignou que como se trata de tributo lançado por homologação (tácita), a prescrição é qüinqüenal e o termo a quo deve ser contado a partir da data em que restou ultimado o prazo para a autoridade administrativa proceder à homologação do lançamento, nos termos do §4º do art. 150 do Código Tributário Nacional. Em outras palavras: "Assim, em termos práticos, tem o contribuinte o direito de promover a compensação dos valores indevidamente recolhidos, na hipótese de homologação tácita do lançamento, dentro do prazo de 10 anos a contar da data do fato gerador, sendo os primeiros cinco anos relativos à decadência, e os seguintes pertinentes à prescrição".
Assim, o voto da eminente Desembargadora Federal foi no sentido de afastar a prescrição qüinqüenal e prover parcialmente o recurso do Instituto Nacional do Seguro Social e a remessa oficial, autorizando a compensação do indébito, sem a observância da prova sobre o não repasse do encargo financeiro aos preços de bens e serviços oferecidos (art. 89, §1º, da Lei nº 8.212/91), mantida a aplicação da limitação prevista no art. 89, § 3º, da Lei nº 8.212/91, com redação conferida pela Lei nº 9129/95, acrescido de correção monetária desde o pagamento indevido pela variação da BTN/INPC/UFIR/Taxa Selic conforme o Provimento nº 26/2001 da Corregedoria da Justiça Federal da 3ª Região e Resolução nº 242/2001 do Conselho da Justiça Federal.
Nas razões recursais (fls. 278/300), pleiteia-se a reforma do aresto com o acolhimento do voto vencido, o qual afastava a preliminar de prescrição argüida pelo Instituto Nacional do Seguro Social, mantendo em parte a r. sentença de primeiro grau que garantiu à autora, ora embargante, a compensação pleiteada. Requer manifestação acerca do mérito da contenda, notadamente para que se aplique na correção monetária o entendimento do voto vencido que adotou os seguintes indexadores BTN/INPC/UFIR e TAXA SELIC a partir de janeiro de 1996, conforme o Provimento nº 26/2001 da Corregedoria da Justiça Federal da 3ª Região e Resolução nº 242/2001 do Conselho da Justiça Federal.
Intimada, a autarquia previdenciária deixou de apresentar impugnação nos embargos infringentes (fls. 304).
Os infringentes foram admitidos a fls. 305 e a mim distribuídos (fls. 308).
Dispensada a revisão na forma regimental (artigo 33, VIII, do Regimento Interno).
Decido.

Todas as questões possíveis envolvendo a contribuição "sub examine" já foram objeto de apreciação pelo Superior Tribunal de Justiça que tem posição fixa sobre tais temas. Dessa sorte, cabe julgamento por decisão monocrática do Relator.
O art. 557 do Código de Processo Civil autoriza o relator a julgar monocraticamente qualquer recurso - e também a remessa oficial, nos termos da Súmula nº 253 do Superior Tribunal de Justiça - desde que sobre o tema recorrido haja jurisprudência dominante em Tribunais Superiores; é o caso dos autos.
Pretende a embargante que prevaleça o voto vencido da eminente Desembargadora Federal SUZANA CAMARGO que deu parcial provimento ao recurso da autarquia e à remessa oficial, para afastar a contagem do prazo de prescrição qüinqüenal.
Inicialmente, é de se considerar que mesmo após o advento da Lei Complementar nº 118/2005, o Superior Tribunal de Justiça mantém o entendimento de que a prescrição segue a regra dos "cinco mais cinco" anos, como se vê dos seguintes arestos: RESP nº 711.333/SP (2a. Turma, j. 22/3/2005, Relator Min. Castro Meira); ou seja, jurisprudência daquela Corte assentou que a extinção do direito de pleitear a restituição de tributo sujeito a lançamento por homologação, em não havendo homologação expressa, só ocorrerá após o transcurso do prazo de cinco anos contados da ocorrência do fato gerador, acrescido de mais cinco anos contados da data em que se deu a homologação tácita (ERESP nº 435.835/SC, julgado em 24/03/04).
Assim, vem se pronunciando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:
TRIBUTÁRIO. PIS. COMPENSAÇÃO. PRESCRIÇÃO. LEI COMPLEMENTAR N. 118/2005. APLICABILIDADE.
1. "A Lei Complementar 118, de 09 de fevereiro de 2005, aplica-se, tão somente, aos fatos geradores pretéritos ainda não submetidos ao crivo judicial, pelo que o novo regramento não é retroativo mercê de interpretativo" (EREsp n. 539.212, relator Ministro Luiz Fux, DJ de 27.6.2005).
2. Agravo regimental não-provido.
(AgRg no Ag nº 636.636/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Segunda Turma, julgado em 18.08.2005, DJ 26.09.2005, pág. 310)
No mesmo sentido, porém em maior extensão (AgRg nos EDcl no REsp nº 659.208/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 16.08.2005, DJ 12.09.2005, pág. 220).
Considerando o período dos recolhimentos indevidos comprovados nos autos (09/89 a 04/91 - fls. 61/100) e que a presente ação foi ajuizada em 29/02/2000 (fls. 02), reconheço a prescrição das parcelas anteriores a fevereiro de 1990. Nesse aspecto merece prevalecer o r. voto vencido.
Embora o mérito da ação tenha sido objeto de análise no voto vencido não foi objeto de divergência, o que caracteriza a falta de interesse recursal da embargante, não merecendo conhecimento o recurso nessa parte.
Por tais fundamentos, com fulcro no que dispõe o artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, conheço de parte dos embargos infringentes e, na parte conhecida, dou-lhes provimento.
Determino o retorno dos autos à Turma originária para apreciação do mérito.
Intimem-se.
São Paulo, 19 de março de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2001.03.00.037078-4 MS 230560
ORIG.	:	200061190252419 2 Vr GUARULHOS/SP
IMPTE	:	IBERIA LINEAS AEREAS DE ESPANA S/A
ADV	:	ROBERTO ANTONIO D ANDREA VERA
ADV	:	BERNARDO DE MELLO FRANCO
IMPDO	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE GUARULHOS Sec Jud SP
LIT.PAS	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
LIT.PAS	:	GESIEL FERREIRA LIMA
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA SEÇÃO

Vistos em despacho.
1.À fl. 275 determinei a intimação do litisconsorte necessário, sr. Gesiel Ferreira da Silva, para regularizar sua representação processual, ante a manifestação por ele ofertada às fls. 233/238 estar desacompanhada de instrumento de mandato. A diligência de intimação realizou-se conforme certidão de fl. 297vº.
2.Todavia, certificou a Subsecretaria (fl. 300) ter decorrido o prazo assinalado para o litisconsorte supramencionado sanar a irregularidade.
3.Assim, determino seja intimada a Defensoria Pública da União para apresentar a defesa do litisconsorte necessário, no prazo de 10 (dez) dias.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Johonsom di Salvo
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2001.61.20.005201-3 AC 855885
ORIG.	:	1 Vr ARARAQUARA/SP
EMBGTE	:	PARELLI E LAPENA LTDA
ADV	:	ADIRSON DE OLIVEIRA JUNIOR
EMBGDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LAERCIO PEREIRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA SEÇÃO

Vistos, em decisão.
Trata-se de Embargos Infringentes tirados em face do v. acórdão datado de 29.4.2003, data do julgamento, não unânime, da Quinta Turma desta Corte e da Relatoria da eminente Desembargadora Federal RAMZA TARTUCE, proferido que foi no julgamento da apelação cível nº. 2001.61.20.005201-3, onde a Egrégia Quinta Turma, por maioria, deu provimento ao recurso do Instituto Nacional do Seguro Social e à remessa oficial, tida por interposta, consoante a seguinte ementa de fls. 234/235:
"E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E AUTÔNOMOS - INEXIGIBILIDADE E COMPENSAÇÃO - PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL (ARTIGO 168 DO CTN) - TERMO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL: DATA DO PAGAMENTO INDEVIDO - RECURSO DO INSS E REMESSA OFICIAL, TIDA POR INTERPOSTA, PROVIDOS - SENTENÇA REFORMADA.
1. Em face da natureza tributária das contribuições sociais, a elas não podem ser aplicados os preceitos da lei ordinária, em detrimento das regras do Direito Tributário, sob pena de ofensa ao disposto no inciso III, "b", do art. 146 da Lei Maior, que determina a veiculação de normas gerais em matéria de legislação tributária, no que tange à decadência e prescrição, por meio de lei complementar.
2. A inconstitucionalidade declarada no Recurso Extraordinário não tem efeito "erga omnes", tratando-se, na realidade, de decisão "incidenter tantum", que não se estende aos demais casos e tampouco anula o dispositivo reconhecido como inconstitucional, o que, em regra, só ocorre por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade, ou pela suspensão da norma por iniciativa do Senado Federal.
3. A decadência e a prescrição, ao lado da irretroatividade da lei, agem em prol da estabilidade das relações jurídicas, do ato jurídico perfeito, do direito adquirido e da coisa julgada.
4. A reabertura do prazo prescricional a partir da declaração de inconstitucionalidade da lei por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, ou até mesmo a partir da conseqüente suspensão da execução, no todo ou em parte, do diploma legal assim declarado, por meio de Resolução emanada do Senado Federal, tornaria imprescritível o exercício do direito violado pela norma reconhecida como inconstitucional, em total desrespeito à segurança jurídica.
5. O prazo para o contribuinte pleitear a repetição do indébito ou a compensação extingue-se com o decurso do prazo de 05 (cinco) anos (art. 168 do CTN), contado da data da extinção do crédito tributário, operando-se esta a partir do pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa. Precedentes desta E. Corte e do C. Superior Tribunal de Justiça.

6. A pretensão da autora foi alcançada pela prescrição qüinqüenal, já que, no presente caso, a ação foi ajuizada em 02/03/2001, e os valores por ela reclamados foram pagos até 28/12/95.
7. Recurso do INSS e remessa oficial, tida por interposta, providos. Sentença reformada".
Na ocasião a Turma, por maioria, reformou a r. sentença de fls. 202/209 que julgou procedente o pedido determinando a compensação das quantias indevidamente recolhidas à título da contribuição social sobre o pro labore, com base nas leis nºs 7.787/89 e 8.212/91, observando-se o prazo de prescrição decenal, sem a limitação prevista no artigo 89, § 3º, da Lei nº 8.212/91, com correção monetária nos termos do Provimento nº 26/2001 da Corregedoria Geral da Justiça Federal da 3ª Região, e exclusão dos juros de mora, a sentença não foi submetida ao duplo grau de jurisdição obrigatório.
O voto vencido de lavra da eminente Desembargadora Federal SUZANA CAMARGO, negou provimento à apelação do Instituto Nacional do Seguro Social e à remessa oficial, dada por ocorrida, por entender afastada a ocorrência de prescrição (fls. 250/263).
O voto condutor da eminente Desembargadora Federal Relatora RAMZA TARTUCE deu provimento ao apelo do Instituto Nacional do Seguro Social e à remessa oficial, tida por interposta, para reconhecer a prescrição qüinqüenal dos créditos constantes das guias e planilhas encartadas nos autos, e extinguir o processo, com julgamento do mérito, nos termos do artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil, condenando a autora ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que foram fixados em 10% sobre o valor atualizado atribuído à causa (fls. 226/233).
Nas razões recursais (fls. 273/324), pleiteia-se a reforma do aresto com o acolhimento do voto vencido a fim de que seja afastada a ocorrência da prescrição, declarando-se o direito a compensação dos valores recolhidos nos dez anos anteriores ao ajuizamento da demanda, por se tratar de tributo sujeito a lançamento por homologação, com correção monetária, a partir da data do pagamento, acrescido dos expurgos inflacionários e juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir de cada recolhimento, sem a observância das limitações de 25 e 30%.
A autarquia previdenciária não apresentou sua impugnação aos embargos infringentes (fls. 330).
Os infringentes foram admitidos a fls. 331 e a mim distribuídos (fls. 332).
Dispensada a revisão na forma regimental (artigo 33, VIII, do Regimento Interno).
Decido.
Todas as questões possíveis envolvendo a contribuição "sub examine" já foram objeto de apreciação pelo Superior Tribunal de Justiça que tem posição fixa sobre tais temas. Dessa sorte, cabe julgamento por decisão monocrática do Relator.
O art. 557 do Código de Processo Civil autoriza o relator a julgar monocraticamente qualquer recurso - e também a remessa oficial, nos termos da Súmula nº 253 do Superior Tribunal de Justiça - desde que sobre o tema recorrido haja jurisprudência dominante em Tribunais Superiores; é o caso dos autos.
Pretende a embargante que prevaleça o voto vencido da eminente Desembargadora Federal SUZANA CAMARGO que, negava provimento à apelação do Instituto Nacional do Seguro Social e à remessa oficial, dada por ocorrida, por entender afastada a ocorrência da prescrição.
Inicialmente, é de se considerar que mesmo após o advento da Lei Complementar nº 118/2005, o Superior Tribunal de Justiça mantém o entendimento de que a prescrição segue a regra dos "cinco mais cinco" anos, como se vê dos seguintes arestos: RESP nº 711.333/SP (2a. Turma, j. 22/3/2005, Relator Min. Castro Meira); ou seja, jurisprudência daquela Corte assentou que a extinção do direito de pleitear a restituição de tributo sujeito a lançamento por homologação, em não havendo homologação expressa, só ocorrerá após o transcurso do prazo de cinco anos contados da ocorrência do fato gerador, acrescido de mais cinco anos contados da data em que se deu a homologação tácita (ERESP nº 435.835/SC, julgado em 24/03/04).
Assim, vem se pronunciando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:
TRIBUTÁRIO. PIS. COMPENSAÇÃO. PRESCRIÇÃO. LEI COMPLEMENTAR N. 118/2005. APLICABILIDADE.
1. "A Lei Complementar 118, de 09 de fevereiro de 2005, aplica-se, tão somente, aos fatos geradores pretéritos ainda não submetidos ao crivo judicial, pelo que o novo regramento não é retroativo mercê de interpretativo" (EREsp n. 539.212, relator Ministro Luiz Fux, DJ de 27.6.2005).
2. Agravo regimental não-provido.
(AgRg no Ag nº 636.636/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Segunda Turma, julgado em 18.08.2005, DJ 26.09.2005, pág. 310)
No mesmo sentido, porém em maior extensão (AgRg nos EDcl no REsp nº 659.208/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 16.08.2005, DJ 12.09.2005, pág. 220).
Considerando o período dos recolhimentos indevidos comprovados nos autos (2/91 a 11/95 - fls. 39/92) e que a presente ação foi ajuizada em 02/3/2001 (fls. 02), reconheço a prescrição das parcelas anteriores a março de 1991. Nesse aspecto merece prevalecer o r. voto vencido.
Embora o mérito da ação tenha sido objeto de análise no voto vencido não foi objeto de divergência, o que caracteriza a falta de interesse recursal da embargante, não merecendo conhecimento o recurso nessa parte.
Por tais fundamentos, com fulcro no que dispõe o artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, conheço de parte dos embargos infringentes e, na parte conhecida, dou-lhes provimento.
Determino o retorno dos autos à Turma originária para apreciação do mérito.
Intimem-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.097397-0 RVCR 549
ORIG.	:	200361810070962 SAO PAULO/SP
REQTE	:	VALDECIR PEDRO DA SILVA reu preso
ADV	:	HELOÍSA ELAINE PIGATTO (Int.Pessoal)
REQDO	:	Justica Publica
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA SEÇÃO

Vistos em despacho.
Dê-se vista dos autos ao i. Representante do Ministério Público Federal.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Johonsom di Salvo
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.002342-9 MS 284778
ORIG.	:	200461060056156 1 Vr SAO JOSE DO RIO PRETO/SP
IMPTE	:	ROOSEVELT DE SOUZA BORMANN
ADV	:	ROOSEVELT DE SOUZA BORMANN
IMPDO	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE S J RIO PRETO SP
INTERES	:	HUMBERTO FRANCIS CAETANO
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA SEÇÃO

Vistos em despacho.
Recolha o impetrante as custas processuais preparatórias, sob pena de cancelamento da distribuição, nos termos do artigo 257 do Código de Processo Civil.
Publique-se.
São Paulo, 22 de março de 2007.
Johonsom di Salvo
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.010276-7 RVCR 562
ORIG.	:	200361810070962 SAO PAULO/SP
REQTE	:	VALDECIR PEDRO DA SILVA reu preso
ADV	:	HELOISA ELAINE PIGATTO
ADV	:	ANNE ELISABETH NUNES DE OLVEIRA
REQDO	:	Justica Publica
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA SEÇÃO

Vistos em decisão.
Em face da consulta formulada pela Subsecretaria da 1ª e 3ª Seções às fls. 25 dos autos da revisão criminal nº. 2006.03.00097397-0 constata-se que, por equívoco, as razões do pedido revisional aqui apresentadas pela Defensoria Pública da União às fls. 02/07 são, na verdade, endereçadas àquela revisão criminal e não a esta.
Assim, diante do flagrante equívoco (autuação das razões do pedido revisional ensejador de outro registro de Revisão Criminal) não há a mínima possibilidade de continuar-se no processamente deste feito. De modo que julgo extinto este processo sem julgamento do mérito.
Determino a Subsecretaria desentranhar a petição de fls. 02/07 e proceder a sua juntada aos autos da Revisão Criminal nº. 2006.03.00.097397-0, operando-se a substituição por cópias reprográficas, bem como trasladar cópia desta decisão para aqueles autos.
Com o trânsito arquivem-se os autos.
INT.
São Paulo, 20 de março de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.011255-4 AR 5212
ORIG.	:	200261140017110 SAO PAULO/SP 200261140017110 1 Vr SAO BERNARDO DO CAMPO/SP
AUTOR	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	CARLA SANTOS SANJAD
REU	:	ANDRE ROVIGATTI e outro
ADV	:	NELSON ESMERIO RAMOS
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA SEÇÃO

Vistos em decisão.
Cuida-se de ação rescisória ajuizada pela Caixa Econômica Federal, com base no artigo 485, inciso V, do Código de Processo Civil, com pedido de tutela antecipada, em face de André Rovigatti e Maria Ignez Vieira Chacon Rovigatti com o propósito de eximir-se do pagamento de multa e de indenização, por litigância de má-fé, a que fora condenada na ação de cobrança, processo nº. 2002.61.14.001711-0, em trâmite na 1ª Vara Federal de São Bernardo do Campo/SP, onde os oras réus obtiveram o beneplácito judicial para condenar a Caixa Econômica Federal a corrigir, monetariamente, o saldo da conta vinculada ao FGTS pelos índices do IPC (42,72% e 44,80%) referentes aos períodos de janeiro/89 e abril/90, respectivamente, implemento dos planos econômicos denominados "Verão" e "Collor I", bem como a pagar a multa de 1% do valor da causa por litigância de má-fé (art. 17 do CPC) e indenização dos prejuízos experimentados pelos autores (ora réus), fixados em 20% sobre o valor da causa, devidamente atualizado.
Assim fundamentou a sentença rescindenda (fls. 32/49) no tocante a condenação da empresa pública na litigância de má-fé:
"Cabe consignar ainda, que no âmbito administrativo, a ré reconhece o direito dos autores em terem creditadas na conta vinculada ao FGTS as diferenças decorrentes dos Planos Verão e Collor I- somente abril de 1990 -, diferenças estas objeto da presente ação.
Não obstante, a ré comparece nos autos argüindo preliminar para impor o recebimento desses índices nos termos da Lei Complementar nº. 110/01, e, em contra-senso, no mérito, impugna tais percentuais, demonstrando na via judicial, que parte da resistência à pretensão dos autores se faz contra texto expresso de lei, o que caracteriza descumprimento do dever de lealdade processual, nos termos dos artigos 14, inciso III, tornando-a litigante de má-fé, já que configurada a hipótese prevista no inciso I, art. 17 do CPC."
Aduz a Caixa Econômica Federal que a contestação é meio de defesa por excelência e que simplesmente contestou, alegando, em preliminar, a carência de ação por falta de interesse de agir e, no mérito, por força do disposto no artigo 300 do Código de Processo Civil, impugnou os pedidos constantes da inicial, mas nunca alegou serem indevidos os Planos "Verão" e "Collor I".
Requer a antecipação dos efeitos da tutela para impedir a iminente execução da multa e indenização e, ao final, a procedência da ação. DECIDO.
A Caixa Econômica Federal, enquanto gestora do FGTS, está desobrigada de recolher as custas processuais e efetuar o depósito prévio exigido nos termos dos arts. 488, II e 494 do Código de Processo Civil (art.24-A da Lei nº. 9.028/95).
O momento é apenas de apreciar o pleito de antecipação de tutela para suspender a execução da multa e indenização em virtude da condenação da Caixa Econômica Federal em litigância de má-fé.
É certo que o ajuizamento de rescisórias com pleito de suspensão de execuções tem ocorrido com o fim de retardar os efeitos da coisa julgada, e desde que não estejam claramente presentes os requisitos do artigo 273 do Código de Processo Civil, cabe ao Tribunal repelir esse estratagema com lastro no artigo 489 do Código de Processo Civil.
Ou seja: como em qualquer caso dos provimentos acautelatórios, também em rescisória a sustação dos efeitos da coisa julgada deve ser concedida com grande parcimônia sob pena de gerar-se descrédito na realização da justiça.
Sucede que o presente caso é um dos que não podem gerar a providência.
Embora a própria CEF tenha ignorado em parte o teor da sentença em que a condenou à correção dos saldos das contas vinculadas ao FGTS, notadamente na imposição pecuniária por litigância de má-fé, tendo em vista a padronização de seus recursos de apelação sobre o tema, somente demonstrou o seu inconformismo com a imposição pecuniária quando esta se encontra próxima de execução.
De todo o modo, acaso efetivado o pagamento do valor, é possível que a mora processual normal gere prejuízo de difícil reparação para a autora.
Se a Caixa Econômica Federal reconhece o direito do trabalhador à correção dos valores depositados na sua conta vinculada ao FGTS, isso no âmbito administrativo, é uma aberração jurídica que em resposta a ação ajuizada contra ela postulando justamente o índice que no plano interno reconhece como devido vem contestá-lo em juízo, isso significando nítido abuso do direito de se defender que gera mais carga judiciária e postergação do direito do titular da conta.
Ao responder a ação, na forma de contestação, a CEF exerceu abusivamente seu direito à ampla defesa, restando configurado, desta forma, intuito procrastinatório.
Nem o emprego costumeiro de contestações padronizadas salva a conduta da autora.
Não entrevejo relevância nas alegações da inicial capaz de sugerir a sustação dos efeitos da coisa julgada.
Ante o exposto, INDEFIRO a antecipação dos efeitos da tutela.
Fornecidas as peças necessárias (contrafé) pela autora, no prazo de 5 (cinco) dias, citem-se os réus para responderem aos termos dessa ação em 30 (trinta) dias, na forma do artigo 491 do Código de Processo Civil.
Publique-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Johonsom di Salvo
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.011887-8 CC 10064
ORIG.	:	200663060130205 JE Vr OSASCO/SP 200661000047664 19 Vr SAO PAULO/SP
PARTE A	:	SERGIO ROMAO JUNIOR e outro
ADV	:	JOAO BENEDITO DA SILVA JUNIOR
PARTE R	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
SUSTE	:	JUIZADO ESPECIAL FEDERAL CIVEL DE OSASCO > 30ªSSJ >SP
SUSCDO	:	JUIZO FEDERAL DA 19 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA SEÇÃO

Vistos em despacho.
Desnecessárias as informações pelo d. Juízo suscitado.
Designo o d. Juízo Suscitante (que detém os autos) para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes. Oficie-se.
Após, intime-se o Ministério Público Federal para manifestar-se no prazo.
São Paulo, 20 de março de 2007.
Johonsom di Salvo
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.120038-0 RVCR 556
ORIG.	:	200061810051103 1P Vr SAO PAULO/SP
REQTE	:	LUIZ CARLOS MARQUES DA SILVA
ADV	:	JAQUELINE PUGA ABES
REQDO	:	Justiça Publica
RELATOR	:	DES.FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA SEÇÃO

Inicialmente, tendo em vista a informação da Procuradoria do INSS, acostada às fls. 145, no sentido de que a empresa de propriedade do requerente procedeu ao pagamento integral do débito objeto da ação principal, antes do trânsito em julgado (fls. 145 e 204), dê-se vista ao Ministério Público Federal, para manifestação acerca da aplicação, in casu, da norma prevista no artigo 9º, § 2º, da Lei nº 10.684/2003, e o conseqüente interesse de agir pela via revisional.
Sem prejuízo, intime-se a defesa para que traga aos autos, no prazo de dez dias, cópia autenticada do ofício do INSS encartado às fls. 145, ou certidão expedida por aquela autarquia comprobatória da quitação dos débitos objeto da NFLD nº 32.214.849-9, especificando-se a data do pagamento da dívida.
Após, voltem-me os autos conclusos.
São Paulo, 30 de março de 2007.
LUIZ STEFANINI
Desembargador Federal

PROC.	:	2001.03.00.005083-2 MS 216468
ORIG.	:	200061020006124 7 Vr RIBEIRAO PRETO/SP
IMPTE	:	CREFISA S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADV	:	FELICE BALZANO
IMPDO	:	JUIZO FEDERAL DA 7 VARA DE RIBEIRAO PRETO SP
INTERES	:	APARECIDO GREGORIO DE ALMEIDA
RELATOR	:	JUIZ CONV. MÁRCIO MESQUITA / PRIMEIRA SEÇÃO

DECISÃO
Trata-se de Mandado de Segurança, com pedido de liminar, impetrado por CREFISA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO contra decisão proferida pelo Juízo Federal da 7ª Vara Federal de Ribeirão Preto/SP, nos autos da ação ordinária nº 2000.61.02.000612-4, que determinou o desentranhamento da contestação oferecida, considerando-a inexistente, diante da não regularização da representação processual.
Alega a impetrante que o descumprimento da determinação judicial deu-se em virtude da irregularidade na publicação das decisões proferidas, por via de conseqüência, tornando nulas de pleno direito as respectivas intimações, nas quais constou o nome de patrono diverso daquele indicado na peça de defesa.
Sustenta que "a referida decisão foi publicada em 8 de janeiro de 2001 em nome do advogado José Carlos de Augusto Almeida e a parte não tomou ciência da mesma em tempo hábil para interpor agravo de instrumento, justamente pelo fato de que os advogados responsáveis pelo processo eram Felice Balzano, cujo nome foi expressamente requerido para constar das publicações e Luís Ricardo de Stacchini Trezza, qua assinou a contestação".
Insurge-se, pois, contra a medida judicial eivada de ilegalidade, eis que fundada no resultado da irregularidade verificada por ocasião da publicação na imprensa oficial, pleiteando, pois, a concessão de liminar para efeito de suspender-se a ação em curso, até o julgamento final do presente "writ".
Foram requisitadas informações à autoridade impetrada, prestadas às fls. 41/42.
Concedida vista dos autos ao digno órgão ministerial, este ofereceu seu parecer às fls. 44/46, opinando pela denegação da segurança.
Sobrevindo a sentença de improcedência do pedido (fls. 52), inquinada a se manifestar, peticiona a impetrante às fls. 55 requerendo o prosseguimento do feito.
É o relatório.
Fundamento e decido.
Da análise detida dos autos advém a conclusão de que deve ser extinto o presente mandado de segurança, por faltar à impetrante interesse de agir, na modalidade adequação.
Com efeito, a decisão impugnada foi proferida nos autos da ação revisional de contrato de mútuo processada, sob o rito ordinário, perante a 7ª Vara Federal de Ribeirão Preto-SP, ajuizada por Aparecido Gregório de Almeida contra a Caixa Economica Federal e Crefisa S/A Crédito Financeiro e Investimento (feito nº 2000.61.02.000612-4)
A insurgência da impetrante deve-se ao fato de que a intimação para cumprimento da determinação judicial tendente a regularização da representação processual do advogado subscritor da contestação deu-se em nome de um dos patronos constituidos pela procuração de fls. 23, e não em nome do causidico indicado na peça de defesa.
Decorrido o prazo assinalado pelo Juízo para regularização da representação processual sobreveio a decisão interlocutória da lavra da MM. Juiza Federal Substituta, Dra. Daniela Miranda Benetti, exarada nos seguintes termos:
"1. Diante do não cumprimento pelo agente fiduciário do despacho de fls. 292, e sendo requisito da contestação ser interposta por subscritor com poderes para outorga do instrumento procuratório, ei por por bem considerá-la inexistente, fato pelo qual determino o seu desentranhamento e intimação do patrono da CREFISA S/A a retirá-la, no prazo de 5 (cinco) dias.
2. Concedo a parte autora o prazo de 10 (dez) dias para manifestar-se sobre as preliminares da contestação e documentos de fls. 221/279.
3. Após, venham os autos conclusos.
Intimem(m)-se."
Da referida decisão, caberia a interposição do recurso de agravo de instrumento, nos termos do artigo 522, à época sob a redação da Lei nº 9.139/95 (DOU 1.12.1995, P. 19841, cujo teor era o seguinte:
"Art. 522. Das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de 10 (dez) dias, retido nos autos ou por instrumento."
Não socorre a impetrante a alegação de que o agravo não foi interposto porque não foi intimada regularmente da decisão, posto que a regularidade da intimação é justamente a ilegalidade apontada.
Dessa forma, caberia à impetrante interpor o competente recurso de agravo de instrumento, submetendo ao Tribunal a questão da tempestividade, por conta da alegada nulidade da intimação.
Inexistindo nos autos comprovação de que o impetrante tenha interposto agravo de instrumento, não pode ser admitida a utilização do writ of mandamus como sucedâneo recursal, consoante o teor da Súmula 267 do Supremo Tribunal Federal:
Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição.
Pelo exposto, julgo extinto o feito, sem resolução de mérito, com fundamento nos artigos 267, inciso VI, do Código de Processo Civil e 33, inciso XIII do Regimento Interno deste Tribunal Regional Federal da Terceira Região - SP.
Decorrido o prazo recursal sem manifestação, arquivem-se.
Intime-se.
São Paulo, 27 de março de 2007.
MÁRCIO MESQUITA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2006.03.00.044592-7 AR 4860
ORIG.	:	9500001926 2 Vr SAO PAULO/SP
AUTOR	:	SERGIO SEVERO DA CAMARA RIBEIRO
ADV	:	JOB RIBEIRO DE OLIVEIRA SOBRINHO
REU	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	ELIANA HISSAE MIURA e outros
REU	:	HELIO LELIS LEITE
ADV	:	ROBERTO LÉLIS LEITE e outro
RELATOR	:	JUIZ CONV. MÁRCIO MESQUITA / PRIMEIRA SEÇÃO

Fls. 203/207 e 211/213: Dê-se vista dos autos ao autor para oferecimento de réplica no prazo legal.
Intimem-se.
São Paulo, 26 de março de 2007.
MÁRCIO MESQUITA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2006.03.00.008952-7 CC 8624
ORIG.	:	200361000145892 5 Vr GUARULHOS/SP 200361000145892 6 Vr SAO PAULO/SP
PARTE A	:	WAGNER SOUZA
PARTE R	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
SUSTE	:	JUIZO FEDERAL DA 5 VARA DE GUARULHOS > 19 SSP > SP
SUSCDO	:	JUIZO FEDERAL DA 6 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. VESNA KOLMAR / PRIMEIRA SEÇÃO

Vistos.
Cumpra-se a parte final do despacho de fls. 06, dando vista ao Ministério Público Federal, nos termos do artigo 60, inciso X, do Regimento Interno desta Corte.
Após, voltem conclusos.
Intime-se e oficie-se.
São Paulo, 20 de março de 2007.
VESNA KOLMAR
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2006.03.00.095112-2 AR 4991
ORIG.	:	200261000178613 SAO PAULO/SP 200261000178613 14 Vr SAO PAULO/SP
AUTOR	:	ANTONIO LUIZ AGUIAR DE BARROS FONTES
ADV	:	MARCELO MARCOS ARMELLINI
REU	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	MARIA EDNA GOUVEA PRADO
RELATOR	:	DES.FED. VESNA KOLMAR / PRIMEIRA SEÇÃO

Vistos.
Tendo em vista que o autor preenche o requisito do art. 71 da Lei nº 10.741/2003, defiro o pedido de fls. 173, observada, todavia, a ordem cronológica de distribuição, a este Gabinete, dos feitos em igual situação.
Considerando a certidão de fls. 169, intime-se o autor para regularizar o recolhimento das custas processuais no código de receita correto para a presente ação.
Por fim, oficie-se à Caixa Econômica Federal para destinar o valor de R$ 15,00 (quinze reais), pago a título da multa prevista no artigo 488, II, do Código de Processo Civil, por meio da Guia de Depósito Judicial à ordem da Justiça Federal nº 998466, juntada às fls. 168, para conta a ser aberta para este processo.
Após, voltem conclusos.
Intime-se.
São Paulo, 30 de janeiro de 2007.
VESNA KOLMAR
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.029434-6 MS 285541
ORIG.	:	200661100129241 3 Vr SOROCABA/SP
IMPTE	:	EASYTEX TEXTIL LTDA
ADV	:	EDSON TOCHIO GOTO
IMPDO	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE SOROCABA > 10ª SSJ> SP
INTERES	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. VESNA KOLMAR / PRIMEIRA SEÇÃO

Vistos em substituição regimental.
Cuida-se de mandado de segurança impetrado contra ato do D. Juízo Federal da 3ª Vara de Sorocaba, Seção Judiciária de São Paulo, que negou a suspensão da Execução Fiscal nº 2006.61.10.012924-1, bem como não determinou o seu apensamento aos autos da Ação de Dação em Pagamento nº 2006.61.10.001892-9, em trâmite perante a 2ª Vara Federal daquela mesma Subseção Judiciária.
Afirma a impetrante, em síntese, que os valores objeto da Execução Fiscal nº 2006.61.10.012924-1 estão sendo discutidos na Ação de Dação em Pagamento nº 2006.61.10.001892-9, em trâmite perante a 2ª Vara Federal de Sorocaba, estando totalmente caucionados com títulos de obrigação ao portador da Eletrobrás, custodiadas na Caixa Econômica Federal.
Alega, também, que a decisão impugnada fere os princípios da celeridade e da economia processual, e que a manutenção do seu nome no CADIN atinge diretamente a sua atividade econômico-financeira, além de ser ilegal, face a inconstitucionalidade da Medida Provisória nº 1.110/95, alterada pela Medida Provisória nº1.142/95.
Pede a concessão de liminar a fim de ordenar a imediata exclusão do seu nome do CADIN, e que ao final seja confirmada a liminar de forma definitiva, bem como determinado o apensamento da Execução Fiscal à Ação em Dação de Pagamento.
Relatei.
Fundamento e decido.
A inicial é de ser indeferida, por absoluta inadequação da via eleita.
Isto porque da decisão que indefere a suspensão da execução, bem como a exclusão do nome da impetrante do Cadastro de Inadimplentes e o apensamento aos autos da Ação de Dação em Pagamento, cabe o recurso de agravo, na forma de instrumento, desde que a decisão seja suscetível de causar à parte lesão grave de difícil reparação, como alegado pela impetrante, e nos termos do artigo 522 do Código de Processo Civil, na redação dada pela Lei nº 11.187/05.
No presente caso, a alegação de ilegalidade da decisão judicial e a possibilidade de dano irreparável iminente devem ser analisadas na via recursal própria, não se admitindo o manejo da ação mandamental para substituir ou sobrestar a eficácia de ato judicial passível de recurso.
Nesse sentido dispõe o artigo 5° da Lei n° 1533/51 e a Súmula 267 do Supremo Tribunal Federal:
Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição.
É certo que a jurisprudência vinha admitindo o uso do mandado de segurança contra ato judicial, em hipóteses excepcionais, especialmente para emprestar efeito suspensivo a recurso que não têm, diante da possibilidade de dano irreparável ou de difícil reparação.
Contudo, desde o advento da Lei n° 9.129/95, que deu ao Relator do agravo de instrumento a competência para atribuir efeito suspensivo ao recurso, hoje mantida e ampliada com a Lei n° 10.532/01 (CPC, artigo 527, III e 558), não há mais como sustentar o cabimento da mandado de segurança contra ao judicial passível de recurso, nem mesmo para emprestar efeito suspensivo a recurso que não o tem.
Nesse sentido situa-se o entendimento da Primeira Seção deste Tribunal Regional Federal da 3a Região (MS 2006.03.00.0533303-4, DJ 23/02/2006, pg.257):
CÍVEL. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL DE MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL PASSÍVEL DE RECURSO. DECISÃO QUE DETERMINOU A EXPEDIÇÃO DE MANDADO DE IMISSÃO NA POSSE À ARREMATANTE E CONCEDEU AOS AGRAVANTES O PRAZO DE TRINTA DIAS PARA DESOCUPAÇÃO DO IMÓVEL ARREMATADO. HIPÓTESE DE AGRAVO DE INSTRUMENTO COM POSSIBILIDADE DE ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO, NOS TERMOS DO ART. 527, III, DO CPC. APLICAÇÃO DA SÚMULA 267 DO STF. NÃO CABIMENTO DA VIA MANDAMENTAL. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. A via de impugnação adequada contra decisão que determinou a expedição de mandado de imissão na posse à arrematante e concedeu ao agravantes o prazo de trinta dias para a desocupação do imóvel arrematado é o agravo de instrumento. 2. Com a possibilidade expressa, no art. 527, III, de atribuição de efeito suspensivo ou deferimento em antecipação de tutela, total ou parcialmente, da pretensão recursal, ao agravo de instrumento, quando houver possibilidade de "lesão grave e de difícil

reparação" (CPC, art. 558), de modo a possibilitar o acautelamento do direito da parte, inviável a impetração do mandado de segurança. 3. Aplicação da Súmula 267 do Supremo Tribunal Federal, segundo a qual "Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição." 5. AGRAVO regimental a que se nega provimento.
Ademais, não logrou a impetrante juntar aos autos documentos aptos a comprovar o direito postulado, limitando-se a anexar à petição inicial o Contrato Social da empresa, a ficha cadastral na Junta Comercial do Estado de São Paulo, e a certidão de objeto e pé dos autos da Execução.
Pelo exposto, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL, com fundamento no artigo 8º da Lei n.1.533/51. Custas pela impetrante.
Intimem-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
MÁRCIO MESQUITA
Juiz Federal Convocado
Relator em substituição regimental

PROC.	:	94.03.080513-7 MS 155535
ORIG.	:	9305153852 2 Vr SAO PAULO/SP
IMPTE	:	ANEIS WORKSHOP LTDA
ADV	:	ABRAO BISKIER e outros
IMPDO	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
LIT.PAS	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	OSWALDO DE SOUZA SANTOS FILHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / PRIMEIRA SEÇÃO

Vistos, nesta data.
Por primeiro, tenho por necessário esclarecer que assumi o presente Gabinete em outubro de 2003. Desde então, venho adotando medidas no sentido de dar andamento a feitos mais antigos, os quais permaneceram paralisados por motivos diversos, com o escopo de responder ao jurisdicionado de maneira eficiente e satisfatória.
Pois bem. Cuida-se de Mandado de Segurança impetrado por ANÉIS WORKSHOP LTDA, com pedido de liminar, contra ato do MM. Juiz Federal da 2ª Vara das Execuções Fiscais de São Paulo/SP, pelo qual se objetiva a substituição da penhora de valor correspondente a 10% (dez por cento) da sua receita operacional mensal bruta, nos autos da execução fiscal movida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
Diz a impetrante que dispõe de outros bens para assegurar a execução, e mais, que não teve a oportunidade de ofertá-los para garantir o débito.

Alega que a obrigatoriedade de efetuar depósitos mensais de dinheiro descaracteriza por completo a penhora, traduzindo-se em verdadeiro arresto de bens, ou até mesmo em pagamento parcelado do débito, o que não pode ser admitido.
Sustenta que tal medida compromete sua situação financeira, já que a impede de realizar compromissos de suma importância, como por exemplo, recolhimentos de contribuições previdenciárias, pagamentos de folhas de salários, de despesas e de encargos sociais, entre outros.
Pede a concessão da segurança, para que seja determinada a substituição da penhora efetivada.
Informações prestadas pelo Magistrado singular às fls. 24/26.
O Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, na qualidade de litisconsorte passivo necessário, apresentou sua defesa (fls. 35/37), alegando, em sede de preliminar, a extinção do feito sem julgamento de mérito, por entender que era caso de interposição de agravo.
Liminar indeferida à fl. 39, pelo e. Desembargador Federal Aricê Amaral.
O Ministério Público Federal, em parecer da lavra do i. Procurador Regional da República Dr. Alcides Telles Júnior, opinou pelo não conhecimento da mandamental (fls. 41/42).
É o relatório.
DECIDO.
Tenho que a presente ação mandamental deve ser extinta sem julgamento de mérito. Explico.
Insurge-se a impetrante por meio desta mandamental contra a decisão do Magistrado singular que deferiu o pedido do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS para determinar a penhora de valor correspondente a 10% (dez por cento) da sua receita operacional mensal bruta, os quais se prestam a garantir a execução fiscal movida pela autarquia.
De se ver que a decisão tem natureza evidentemente interlocutória, vez que resolveu incidente suscitado pela parte no curso do processo, não colocando termo ao mesmo. Sendo assim, cabível contra o decisum o recurso de agravo de instrumento, nos termos do artigo 522, caput, do Código de Processo Civil.
Aplicável, desta feita, o que dispõe a Súmula nº 267, do Egrégio Supremo Tribunal Federal, verbis:
"267. Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição."
Unânime é a jurisprudência nesse sentido. Confira-se:
"MANDADO DE SEGURANÇA. DECISÃO JUDICIAL QUE DETERMINA PENHORA DE BENS. CARÊNCIA DA IMPETRAÇÃO. ART. 5º, II, DA LEI Nº 1.533/51 E SÚMULA 267/STF.
I - O recurso cabível contra decisão judicial que determina penhora de bens (interlocutória), seria o Agravo de Instrumento.
II - Uníssona jurisprudência firmada no sentido da inviabilidade da utilização do mandado de segurança como substituto recursal.
III - Aplicação da Lei n.º 1.533/51, art. 5º, inc. II e Súmula 267/STF.
IV - Improvimento do recurso ordinário."
(STJ - ROMS 9940 - 1ª Turma - Relator Ministro Francisco Falcão - j. 18/05/00 - v.u. - DJ 19/06/00, pág. 113).
"MANDADO DE SEGURANÇA. ATO JUDICIAL. EXISTÊNCIA DE VIA RECURSAL ORDINÁRIA. DESCABIMENTO DO REMÉDIO HERÓICO. LEI 1.533/51 (ART. 5º, II). SÚMULA 267/STF.
1. Salvante casos timbrados pela excepcionalidade, inocorrente na espécie, O Mandado de Segurança não é ação adequada para ferretar ato sujeito a recurso previsto na lei processual ou suscetível de modificação por via de correição.
2. Precedentes jurisprudenciais.
3. Recurso sem provimento."
(STJ - ROMS 11046 - 1ª Turma - Relator Ministro Milton Luiz Pereira - j. 02/05/00 - v.u. - DJ 12/06/00, pág. 78).
"RECURSO ORDINÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. RECURSO ADEQUADO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESCABIMENTO DA SEGURANÇA. SÚMULA Nº 267 DO EGRÉGIO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.
1. Não sendo o mandado de segurança sucedâneo do recurso adequado, incabível a sua apresentação na presente hipótese, nos termos da Súmula nº 267/STF. O despacho atacado contém carga decisória, tornando cabível, assim, o agravo de instrumento, ao qual pode-se conferir efeito suspensivo.
2. Recurso ordinário improvido."
(STJ - ROMS 9790 - 3ª Turma - Relator Ministro Carlos Alberto Menezes Direito - j. 25/05/99 - v.u. - DJ 28/06/99, pág. 101).
Ressalto que o mandado de segurança era admitido, anteriormente à Lei nº 9.135/95, para se atribuir efeito suspensivo a agravo de instrumento, mas não como substituto desta modalidade recursal.
Por conseguinte, tenho que a presente impetração não deve prosseguir, por inadequação da via eleita, ao passo que a extinção do feito sem julgamento de mérito é de rigor.
Ante o exposto, extingo o writ sem julgamento de mérito, com fundamento no artigo 267, VI, do CPC.
P.I.
Dê-se ciência ao MPF.
Após, arquive-se.
São Paulo, 21 de março de 2007.
CECILIA MELLO
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	95.03.012601-0 MS 160147
ORIG.	:	9400209711 8 Vr SAO PAULO/SP
IMPTE	:	HELLERMANN DO BRASIL IND/ E COM/ LTDA
ADV	:	JOSE ANTONIO BASSI FERNANDES
IMPDO	:	JUIZO FEDERAL DA 8 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
LIT.PAS	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	OSWALDO DE SOUZA SANTOS FILHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / PRIMEIRA SEÇÃO

Vistos, nesta data.
Por primeiro, tenho por necessário esclarecer que assumi o presente Gabinete em outubro de 2003. Desde então, venho adotando medidas no sentido de dar andamento a feitos mais antigos, os quais permaneceram paralisados por motivos diversos, com o escopo de responder ao jurisdicionado de maneira eficiente e satisfatória.
Pois bem. Cuida-se de Mandado de Segurança impetrado por HELLERMANN DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, com pedido de liminar, contra ato do MM. Juiz Federal da 8ª Vara de São Paulo/SP, pelo qual se objetiva a reforma da decisão que indeferiu a liminar pleiteada com vistas a assegurar à impetrante o direito de compensar os valores que excedem 10% (dez por cento) da contribuição sobre autônomos, pró-labore e 13º salário com tributos da mesma espécie, nos autos do Mandado de Segurança nº 94.00.20971-1.
Alega a impetrante, em apertada síntese, que seu direito à compensação é assegurado por lei, o que significa dizer que a decisão do Magistrado que indeferiu a liminar pleiteada vai de encontro ao ordenamento jurídico, devendo ser reformada.
Pede a concessão da segurança, para que seja reformada a decisão do Magistrado singular que indeferiu a liminar nos autos do Mandado de Segurança nº 94.00.20971-1.
Liminar indeferida à fl. 113, pelo e. Desembargador Federal Aricê Amaral.
Informações prestadas pelo Juízo a quo às fls. 116/120.
Agravo regimental interposto pela impetrante contra a decisão de fl. 113, o qual teve seu seguimento negado por intempestividade (fl. 135).
O Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, na qualidade de litisconsorte passivo necessário, apresentou sua defesa (fls. 129/133), alegando, em sede de preliminar, que o feito deve ser extinto sem julgamento de mérito, por se tratar de hipótese de cabimento de agravo de instrumento, e não mandado de segurança.
O Ministério Público Federal, em parecer da lavra da i. Procuradora Regional da República Dra. Márcia Dometila Lima de Carvalho, opinou pelo não conhecimento do mandamus, por se tratar de hipótese que comporta a interposição de agravo de instrumento (fls. 137/141).
É o relatório.
DECIDO.
Tenho que a presente ação mandamental deve ser extinta sem julgamento de mérito. Explico.
Insurge-se a impetrante por meio desta mandamental contra a decisão do Magistrado singular que indeferiu a liminar pleiteada com vistas a assegurar a compensação de valores referentes à contribuição sobre autônomos, pró-labore e 13º salário, nos autos do Mandado de Segurança nº 94.00.20971-1.
De se ver que a decisão tem natureza evidentemente interlocutória, vez que resolveu incidente suscitado pela parte no curso do processo, não colocando termo ao mesmo. Sendo assim, cabível contra o decisum o recurso de agravo de instrumento, nos termos do artigo 522, caput, do Código de Processo Civil.
Aplicável, desta feita, o que dispõe a Súmula nº 267, do Egrégio Supremo Tribunal Federal, verbis:
"267. Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição."
Unânime é a jurisprudência nesse sentido. Confira-se:
"MANDADO DE SEGURANÇA. ATO JUDICIAL. EXISTÊNCIA DE VIA RECURSAL ORDINÁRIA. DESCABIMENTO DO REMÉDIO HERÓICO. LEI 1.533/51 (ART. 5º, II). SÚMULA 267/STF.
1. Salvante casos timbrados pela excepcionalidade, inocorrente na espécie, O Mandado de Segurança não é ação adequada para ferretar ato sujeito a recurso previsto na lei processual ou suscetível de modificação por via de correição.
2. Precedentes jurisprudenciais.
3. Recurso sem provimento."
(STJ - ROMS 11046 - 1ª Turma - Relator Ministro Milton Luiz Pereira - j. 02/05/00 - v.u. - DJ 12/06/00, pág. 78).
"RECURSO ORDINÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. RECURSO ADEQUADO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESCABIMENTO DA SEGURANÇA. SÚMULA Nº 267 DO EGRÉGIO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.
1. Não sendo o mandado de segurança sucedâneo do recurso adequado, incabível a sua apresentação na presente hipótese, nos termos da Súmula nº 267/STF. O despacho atacado contém carga decisória, tornando cabível, assim, o agravo de instrumento, ao qual pode-se conferir efeito suspensivo.
2. Recurso ordinário improvido."
(STJ - ROMS 9790 - 3ª Turma - Relator Ministro Carlos Alberto Menezes Direito - j. 25/05/99 - v.u. - DJ 28/06/99, pág. 101).
Ressalto que o mandado de segurança era admitido, anteriormente à Lei nº 9.135/95, para se atribuir efeito suspensivo a agravo de instrumento, mas não como substituto desta modalidade recursal.
Ademais, verifico que o Mandado de Segurança nº 94.00.20971-1 foi julgado, inclusive com parcial procedência do pedido, o que significa dizer que o presente writ não tem mais razão para existir, vez que a pretensão da impetrante foi apreciada à saciedade em outros autos.
Por conseguinte, tenho que a presente impetração não deve prosseguir, por inadequação da via eleita, bem como em razão da superveniência de sentença no Mandado de Segurança nº 94.00.20971-1, ao passo que a extinção do feito sem julgamento de mérito é de rigor.
Ante o exposto, extingo o writ sem julgamento de mérito, com fundamento no artigo 267, VI, do CPC.
P.I.
Dê-se ciência ao MPF.
Após, arquive-se.
São Paulo, 23 de março de 2007.
CECILIA MELLO
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2005.03.00.015565-9 AR 4424
ORIG.	:	200003990736578 SAO PAULO/SP 200003990736578 1 Vr ARACATUBA/SP
AUTOR	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
REU	:	ALCIDES VILANOVA BONINE e outros
ADV	:	MARIA APARECIDA CRUZ DOS SANTOS
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / PRIMEIRA SEÇÃO

Consulta, fls. 380.
Anote-se na capa dos autos também o nome dos demais advogados constituídos pelos réus - procurações trazidas com as contestações.
Após, intime-se a União Federal para que se manifeste sobre as contestações ofertadas.
P.I.
São Paulo, 22 de março de 2007.
CECILIA MELLO
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2007.03.00.011336-4 AR 5213
ORIG.	:	200361000359132 SAO PAULO/SP
AUTOR	:	MARCO ANTONIO CABRAL PARO
ADV	:	CELIO RODRIGUES PEREIRA
REU	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / PRIMEIRA SEÇÃO

Trata-se de ação rescisória ajuizada por Marco Antonio Cabral Paro contra a Caixa Econômica Federal, com fundamento no artigo 485, inciso V, do Código de Processo Civil, visando rescindir a r. Decisão reproduzida às fls. 31/33, proferida pelo e. Desembargador Federal Peixoto Júnior com amparo no artigo 557, § 1º-A do CPC, que na parte referente aos honorários advocatícios deu parcial provimento ao recurso da CEF, excluindo-os da condenação, ao amparo da Medida Provisória 2164-41, de 24/08/2001.
Pede, também, os benefícios da Justiça Gratuita tendo em vista que o autor é pobre na acepção jurídica do termo.

Alega que a Medida Provisória não revogou expressamente o que dispõe o Código de Processo Civil no que tange aos honorários advocatícios aduzindo que a Emenda Complementar nº 32/2001 veda a edição de MP para tratar de matéria processual.
Relatado o essencial, decido.
Verifico, de plano, que o direito posto em discussão nesta ação é direito de terceiro, vez que aquele pleiteado pelo autor já lhe foi concedido e não é objeto da rescisória.
Como terceiro, tenho que exigível o depósito prévio regulado pelo artigo 488, II, do CPC, vez que a Justiça Gratuita é deferida ao autor da ação, se enquadrável nas hipóteses legais, e não ao seu advogado.
Há que se dizer que no âmbito deste E. Tribunal, é pacífico o entendimento quanto a não caber a condenação da CEF em honorários advocatícios nas ações que têm por objeto a atualização monetária dos depósitos de contas vinculadas do FGTS, a teor do comando do artigo 29-C, da Lei nº 8036/90, com a redação inserida pela MP 2.164-41, de 24 de agosto de 2001, cuja vigência foi assegurada pelo artigo 2º da Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001.
Consulte-se, a respeito, dentre outras, a AC 2002.61.02.005305-6 (Rel. Des. Fed. Peixoto Junior), a AC 2003.03.99.004495-5 (Rel. Des. Fed. André Nabarrete), e a AC 2003.61.00.005473-4 (Rel. Des. Fed. Cecilia Mello).
Também no E. Superior Tribunal de Justiça é dominante o entendimento no mesmo sentido e, por todos os Julgados, reproduzo a Ementa dos Embargos de Declaração no Recurso Especial nº 585.273/RS, relator o e. Ministro Castro Meira, (v.u. DJ de 30/08/2004):
"EMENTA
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. FGTS. MULTA DO ART. 488 DO CPC. ÔNUS SUCUMBENCIAIS.
1 - Conforme o art. 24-A da Lei 9.028/95, inserido pela Medida Provisória nº 2.180-35, a entidade que representar o FGTS em juízo, quando ajuizar ação rescisória, está dispensada de realizar o depósito prévio bem como o recolhimento da multa prevista no art. 488, II, do CPC.
2 - A questão relativa aos honorários advocatícios, nos processos em que se discute a aplicação dos índices do IPC nas contas vinculadas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço encontra-se pacificada nesta Corte, no sentido de que a verba honorária será excluída nos processos iniciados após 27.07.2001, data da edição da MP 2.164-40/01, hipótese ocorrente na espécie.
3 - Não há condenação em custas, em razão de os réus gozarem dos benefícios da Assistência Judiciária.
4 - Embargos de declaração rejeitados."
Não é este, porém, o único entrave ao processamento da rescisória, mas, também, o fato de que o requerente na ação argüi matéria de índole constitucional, ao atacar a validade da Medida Provisória 2164/41 em confronto com a dicção da Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001, à evidência incabível em sede de rescisória.
Ante o exposto, com fulcro no art. 490 c/c art. 295, V do CPC, indefiro a inicial e extingo o processo sem resolução de mérito com amparo no artigo 267, I, também do CPC.
P.I.
São Paulo, 26 de março de 2007.
CECILIA MELLO
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2006.03.00.000803-5 CC 8546
ORIG.	:	200563060129880 JE Vr OSASCO/SP 200561000154531 JE Vr SAO PAULO/SP
PARTE A	:	MAURILIO SILVA PORTO e outro
REPTE	:	CADMESP CONSULTORIA EM FINANCIAMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
ADV	:	JOAO BENEDITO DA SILVA JUNIOR
PARTE R	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
SUSTE	:	JUIZADO ESPECIAL FEDERAL CIVEL DE OSASCO > 30ªSSJ > SP
SUSCDO	:	JUIZADO ESPECIAL FEDERAL CÍVEL DE SÃO PAULO>1ªSSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. ANDRE NABARRETE / PRIMEIRA SEÇÃO

Vistos, etc.
Conflito negativo de competência entre o Juizado Especial Federal Cível em Osasco e o Juizado Especial Federal Cível em São Paulo, em ação de revisão de contrato do Sistema Financeiro da Habitação. O suscitado, à vista de o domicílio do autor ser em Osasco, remeteu os autos para a o J.E.F. na referida cidade. O suscitante entende que o litígio no processo originário envolve direito pessoal e, assim, a competência é relativa.
Nas informações de fl. 49, o suscitado argumenta que declinou da competência em obediência ao §2º do artigo 109 da C.F.
O Ministério Público Federal opinou (fls. 51/56) no sentido de que o Juizado Especial Federal em São Paulo não poderia ter declinado, pois a competência é relativa, ex vi da Súmula 33 do STJ. Por outro lado, todavia, entende que deva ser de ofício reconhecido que o Juízo Federal da 1ª Vara em São Paulo, para quem foi primeiro distribuída a ação, não poderia ter retificado o valor da causa, pois estava correto, de modo que o processo deve lhe ser encaminhado.
A controvérsia já foi examinada pela Primeira Seção desta corte, que assentou, verbis:
"EMENTA
CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE REVISÃO DE CLÁUSULAS DE MÚTUTO REGIDO PELO S.F.H., COM CANCELAMENTO DE HIPOTECA E REPETIÇÃO DE INDÉBITO. DEMANDA VERSANDO SOBRE DIREITOS PESSOAIS. ARTIGO 94 DO CPC. COMPETÊNCIA JURISDICIONAL RELATIVA INDECLINÁVEL DE OFÍCIO (ARTIGO 112 DO CPC), NOS TERMOS DA SÚMULA Nº 33/STJ. EQUÍVOCO DO JUÍZO SUSCITADO EM CONSIDERAR PARA FINS DE COMPETÊNCIA A SITUAÇÃO FÍSICA DO IMÓVEL FINANCIADO E O LUGAR DO PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES. CONFLITO JULGADO PROCEDENTE.
1. Tratando-se de competência relativa (causa fundada em direito pessoal decorrente de mútuo hipotecário) ao Juiz não é dado declinar "ex officio" de competência (art. 112 do CPC; Súmula nº 33/STJ).
2. Irrelevância dos lugares da situação do imóvel e do pagamento das prestações.
3. Conflito procedente para fixar competência do juízo suscitado (19ª Vara Federal Cível de São Paulo)."
(C.C. nº : 2003.03.00.075521-6 ; RELATOR DES.FED. JOHONSOM DI SALVO; PRIMEIRA SEÇÃO, v.u.; j. em 16/06/2004)
"EMENTA
CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA - PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA RELATIVA - DECISÃO DO MM. JUÍZO SUSCITADO QUE DECLINOU DE OFÍCIO A COMPETÊNCIA PARA O PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DO FEITO - INADMISSIBILIDADE.
1 - A ação original foi ajuizada perante o MM. Juízo Federal da 6ª Vara Cível de Campinas e, em decorrência do domicílio do réu, foi declinada a competência para processamento e julgamento do feito, por este MM. Juízo suscitado.
2 - Remetidos os autos ao MM. Juízo Federal da 2ª Vara de Guarulhos, o mesmo suscitou conflito negativo de competência, tendo em vista que a competência relativa é indeclinável ex officio.
3 - A lide versa sobre direito de natureza pessoal, motivo pelo qual é compete para o processamento e julgamento da demanda o juízo do foro de domicílio do réu, tratando-se, portanto, de competência territorial e, assim, relativa.
4 - Não apresentada exceção declinatória de foro, é inadmissível a remessa ex officio dos autos ao juízo suscitante, tendo em vista que em se tratando de competência relativa, esta é indeclinável de ofício pelo juiz.
5 - Conflito negativo julgado procedente.
6 - Remessa dos autos ao juízo suscitado determinada"
(C.C. n.º 2004.03.00.016834-0; ; Rel. Des. Fed. Cotrim Guimaraes; v.u.; j. em 15/12/2004)
Na ação revisional de contrato de mútuo controverte-se direito de natureza pessoal. Daí porque descabe declinar de ofício para o foro com competência sobre o local do domicílio do autor, porquanto não se está diante de incompetência absoluta que assim o imponha. Incide, in casu, a Súmula 33 do STJ ("a incompetência relativa não pode ser declarada de ofício")
Por fim, descabe, no âmbito deste conflito, solucionar a questão do valor da causa, que pode perfeitamente resolvida pelo magistrado a quo ou pela parte interessada.
Ante o exposto, com fulcro no artigo 120, parágrafo único, do Código de Processo Civil, julgo procedente o conflito para declarar competente o Juízo Especial Federal em São Paulo.
Oficie-se a ambos Juízos.
Dê-se ciência ao Ministério Público Federal.
Oportunamente, arquivem-se os autos.
Publique-se.
São Paulo, 29 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal convocado
Relator

PROC.	:	2006.03.00.000814-0 CC 8557
ORIG.	:	200563060135685 JE Vr OSASCO/SP 200561000093281 JE Vr SAO PAULO/SP
PARTE A	:	TELMA ARAUJO DE MELO
REPTE	:	CADMESP CONSULTORIA EM FINANCIAMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
ADV	:	JOAO BENEDITO DA SILVA JUNIOR
PARTE R	:	Caixa Econômica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
SUSTE	:	JUIZADO ESPECIAL FEDERAL CIVEL DE OSASCO > 30ªSSJ > SP
SUSCDO	:	JUIZADO ESPECIAL FEDERAL CÍVEL DE SÃO PAULO>1ªSSJ>SP
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. FERREIRA DA ROCHA / PRIMEIRA SEÇÃO

Vistos, etc.
Conflito negativo de competência entre o Juizado Especial Federal Cível em Osasco e o Juizado Especial Federal Cível em São Paulo, em ação de revisão de contrato do Sistema Financeiro da Habitação. O suscitado, à vista de o domicílio do autor ser em Osasco, remeteu os autos para a o J.E.F. na referida cidade. O suscitante entende que o litígio no processo originário envolve direito pessoal e, assim, a competência é relativa.
Nas informações de fl. 58, o suscitado argumenta que declinou da competência em obediência ao §2º do artigo 109 da C.F.
O Ministério Público Federal opinou (fls. 60/65) no sentido de que o Juizado Especial Federal em São Paulo não poderia ter declinado, pois a competência é relativa, ex vi da Súmula 33 do STJ. Por outro lado, todavia, entende que deva ser de ofício reconhecido que o Juízo Federal da 22ª Vara em São Paulo, para quem foi primeiro distribuída a ação, não poderia ter retificado o valor da causa, pois estava correto, de modo que o processo deve lhe ser encaminhado.
A controvérsia já foi examinada pela Primeira Seção desta corte, que assentou, verbis:
"EMENTA
CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE REVISÃO DE CLÁUSULAS DE MÚTUTO REGIDO PELO S.F.H., COM CANCELAMENTO DE HIPOTECA E REPETIÇÃO DE INDÉBITO. DEMANDA VERSANDO SOBRE DIREITOS PESSOAIS. ARTIGO 94 DO CPC. COMPETÊNCIA JURISDICIONAL RELATIVA INDECLINÁVEL DE OFÍCIO (ARTIGO 112 DO CPC), NOS TERMOS DA SÚMULA Nº 33/STJ. EQUÍVOCO DO JUÍZO SUSCITADO EM CONSIDERAR PARA FINS DE COMPETÊNCIA A SITUAÇÃO FÍSICA DO IMÓVEL FINANCIADO E O LUGAR DO PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES. CONFLITO JULGADO PROCEDENTE.
1. Tratando-se de competência relativa (causa fundada em direito pessoal decorrente de mútuo hipotecário) ao Juiz não é dado declinar "ex officio" de competência (art. 112 do CPC; Súmula nº 33/STJ).
2. Irrelevância dos lugares da situação do imóvel e do pagamento das prestações.
3. Conflito procedente para fixar competência do juízo suscitado (19ª Vara Federal Cível de São Paulo)."
(C.C. nº : 2003.03.00.075521-6 ; RELATOR DES.FED. JOHONSOM DI SALVO; PRIMEIRA SEÇÃO, v.u.; j. em 16/06/2004)
"EMENTA
CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA - PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA RELATIVA - DECISÃO DO MM. JUÍZO SUSCITADO QUE DECLINOU DE OFÍCIO A COMPETÊNCIA PARA O PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DO FEITO - INADMISSIBILIDADE.
1 - A ação original foi ajuizada perante o MM. Juízo Federal da 6ª Vara Cível de Campinas e, em decorrência do domicílio do réu, foi declinada a competência para processamento e julgamento do feito, por este MM. Juízo suscitado.
2 - Remetidos os autos ao MM. Juízo Federal da 2ª Vara de Guarulhos, o mesmo suscitou conflito negativo de competência, tendo em vista que a competência relativa é indeclinável ex officio.
3 - A lide versa sobre direito de natureza pessoal, motivo pelo qual é compete para o processamento e julgamento da demanda o juízo do foro de domicílio do réu, tratando-se, portanto, de competência territorial e, assim, relativa.
4 - Não apresentada exceção declinatória de foro, é inadmissível a remessa ex officio dos autos ao juízo suscitante, tendo em vista que em se tratando de competência relativa, esta é indeclinável de ofício pelo juiz.
5 - Conflito negativo julgado procedente.
6 - Remessa dos autos ao juízo suscitado determinada"
(C.C. n.º 2004.03.00.016834-0; ; Rel. Des. Fed. Cotrim Guimaraes; v.u.; j. em 15/12/2004)
Na ação revisional de contrato de mútuo controverte-se direito de natureza pessoal. Daí porque descabe declinar de ofício para o foro com competência sobre o local do domicílio do autor, porquanto não se está diante de incompetência absoluta que assim o imponha. Incide, in casu, a Súmula 33 do STJ ("a incompetência relativa não pode ser declarada de ofício")
Por fim, descabe, no âmbito deste conflito, solucionar a questão do valor da causa, que pode perfeitamente resolvida pelo magistrado a quo ou pela parte interessada.
Ante o exposto, com fulcro no artigo 120, parágrafo único, do Código de Processo Civil, julgo procedente o conflito para declarar competente o Juízo Especial Federal em São Paulo.
Oficie-se a ambos Juízos.
Dê-se ciência ao Ministério Público Federal.
Oportunamente, arquivem-se os autos.
Publique-se.
São Paulo, 16 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal convocado
Relator

PROC.	:	2006.03.00.024072-2 CC 8877
ORIG.	:	200661000013320 3 Vr SAO BERNARDO DO CAMPO/SP 200661000013320 17 Vr SAO PAULO/SP
PARTE A	:	MAURO LUIZ FREIRE CORRALES e outro
ADV	:	CRISTIANE LEANDRO DE NOVAIS
PARTE R	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
SUSTE	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE S B DO CAMPO SP
SUSCDO	:	JUIZO FEDERAL DA 17 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. FERREIRA DA ROCHA / PRIMEIRA SEÇÃO

Vistos, etc.
Conflito negativo de competência entre o Juizo Federal Cível da 3ª Vara em São Bernardo do Campo e o Juízo Federal Cível da 17ª Vara em São Paulo, em ação de revisão de contrato do Sistema Financeiro da Habitação. O suscitado, à vista de o domicílio do autor ser em São Bernardo do Campo, bem como o foro de eleição ser naquela cidade, declinou da competência. O suscitante entende que o litígio no processo originário envolve direito pessoal e, assim, a competência é relativa.
Em caso idêntico, a controvérsia já foi examinada pela Primeira Seção desta corte, que assentou, verbis:
"EMENTA
CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE REVISÃO DE CLÁUSULAS DE MÚTUO REGIDO PELO S.F.H., COM CANCELAMENTO DE HIPOTECA E REPETIÇÃO DE INDÉBITO. DEMANDA VERSANDO SOBRE DIREITOS PESSOAIS. ARTIGO 94 DO CPC. COMPETÊNCIA JURISDICIONAL RELATIVA INDECLINÁVEL DE OFÍCIO (ARTIGO 112 DO CPC), NOS TERMOS DA SÚMULA Nº 33/STJ. EQUÍVOCO DO JUÍZO SUSCITADO EM CONSIDERAR PARA FINS DE COMPETÊNCIA A SITUAÇÃO FÍSICA DO IMÓVEL FINANCIADO E O LUGAR DO PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES. CONFLITO JULGADO PROCEDENTE.
1. Tratando-se de competência relativa (causa fundada em direito pessoal decorrente de mútuo hipotecário) ao Juiz não é dado declinar "ex officio" de competência (art. 112 do CPC; Súmula nº 33/STJ).
2. Irrelevância dos lugares da situação do imóvel e do pagamento das prestações.
3. Conflito procedente para fixar competência do juízo suscitado (19ª Vara Federal Cível de São Paulo)."
(C.C. nº : 2003.03.00.075521-6 ; RELATOR DES.FED. JOHONSOM DI SALVO; PRIMEIRA SEÇÃO, v.u.; j. em 16/06/2004)
"EMENTA
CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA - PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA RELATIVA - DECISÃO DO MM. JUÍZO SUSCITADO QUE DECLINOU DE OFÍCIO A COMPETÊNCIA PARA O PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DO FEITO - INADMISSIBILIDADE.
1 - A ação original foi ajuizada perante o MM. Juízo Federal da 6ª Vara Cível de Campinas e, em decorrência do domicílio do réu, foi declinada a competência para processamento e julgamento do feito, por este MM. Juízo suscitado.
2 - Remetidos os autos ao MM. Juízo Federal da 2ª Vara de Guarulhos, o mesmo suscitou conflito negativo de competência, tendo em vista que a competência relativa é indeclinável ex officio.
3 - A lide versa sobre direito de natureza pessoal, motivo pelo qual é compete para o processamento e julgamento da demanda o Juízo do foro de domicílio do réu, tratando-se, portanto, de competência territorial e, assim, relativa.
4 - Não apresentada exceção declinatória de foro, é inadmissível a remessa ex officio dos autos ao juízo suscitante, tendo em vista que em se tratando de competência relativa, esta é indeclinável de ofício pelo juiz.
5 - Conflito negativo julgado procedente.
6 - Remessa dos autos ao juízo suscitado determinada"
(C.C. n.º 2004.03.00.016834-0; ; Rel. Des. Fed. Cotrim Guimaraes; v.u.; j. em 15/12/2004)
Na ação revisional de contrato de mútuo controverte-se direito de natureza pessoal. Daí porque descabe declinar de ofício para o foro com competência sobre o local do domicílio do autor, porquanto não se está diante de incompetência absoluta que assim o imponha. Incide, in casu, a Súmula 33 do STJ ("a incompetência relativa não pode ser declarada de ofício")
Ante o exposto, com fulcro no artigo 120, parágrafo único, do Código de Processo Civil, julgo procedente o conflito para declarar competente o Juízo Federal Cível da 17ª Vara em São Paulo.
Oficie-se a ambos Juízos.
Dê-se ciência ao Ministério Público Federal.
Oportunamente, arquivem-se os autos.
Publique-se.
São Paulo, 16 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal convocado
Relator

PROC.	:	2006.03.00.078669-0 AR 4942
ORIG.	:	9400001197 1 Vr BAURU/SP
AUTOR	:	Rede Ferroviaria Federal S/A - RFFSA em liquidação extrajudicial
ADV	:	ADEMIR GASPAR
REU	:	NELSON FERREIRA PINTO e outro
ADV	:	NELSON HANADA
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. FERREIRA DA ROCHA / PRIMEIRA SEÇÃO

Dê-se ciência aos réus da petição de fls. 775/777 da União Federal.
Publique-se.
São Paulo, 30 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal convocado
Relator

PROC.	:	2006.03.00.089774-7 CC 9744
ORIG.	:	200663010624632 JE Vr SAO PAULO/SP 200561009000329 12 Vr SAO PAULO/SP
PARTE A	:	PAULA VITORIA CORREA RIBEIRO e outros
ADV	:	JOAO BOSCO BRITO DA LUZ
PARTE R	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	RICARDO SANTOS
SUSTE	:	JUIZADO ESPECIAL FEDERAL CÍVEL DE SÃO PAULO>1ªSSJ>SP
SUSCDO	:	JUIZO FEDERAL DA 12 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. FERREIRA DA ROCHA / PRIMEIRA SEÇÃO

Vistos, etc.
Conflito negativo de competência entre o Juizado Especial Federal Cível em São Paulo e o Juízo Federal da 12ª Vara em São Paulo, em ação de revisão de contrato do Sistema Financeiro da Habitação. O suscitado retificou o valor da causa para que correspondesse à diferença entre a prestação cobrada e aquela que o mutuário reputa correta, multiplicado por doze, e, em conseqüência, declinou para o suscitante. Este, por sua vez, entende que o quantum atribuído à causa deve corresponder ao do contrato ou do saldo devedor, quando, como in casu, houver pedidos cumulados que impliquem revisão mais abrangente.
A controvérsia já foi examinada pela Primeira Seção desta corte, em 01/06/2005 (DJ 14/07/2005), que assentou, verbis:
"EMENTA
CONFLITO DE COMPETÊNCIA. DISSENSO ENTRE JUIZADO ESPECIAL FEDERAL E JUÍZO FEDERAL DA CAPITAL EM AÇÃO CAUTELAR INOMINADA, COM O PROPÓSITO DE SUSTAR EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE MÚTUOHIPOTECÁRIO, PREPARATÓRIA DE FUTURA AÇÃO PRINCIPAL A SER PROPOSTA NOS TERMOS DO ART. 806 DO CPC - MODIFICAÇÃO EX OFFICIO DO VALOR DA CAUSA PELO JUÍZO SUSCITADO QUE ADOTOU O CRITÉRIO DA SOMA DAS 12 PRESTAÇÕES VINCENDAS, TOMANDO COMO PARÂMETRO A ÚLTIMA PRESTAÇÃO DEVIDA E NÃO PAGA. EMBORA O VALOR NÃO EXCEDA A 60 SALÁRIOS MÍNIMOS A AÇÃO CAUTELAR É DESPROVIDA DE CUNHO SATISFATIVO - JUÍZO COMPETENTE AQUELE QUE O SERÁ PARA AÇÃO PRINCIPAL, SEDE PRÓPRIA PARA DISCUSSÃO AMPLA DO CONTRATO DE MÚTUO HABITACIONAL - ART. 800 DO CPC. COMPETÊNCIA DA VARA FEDERAL CÍVEL - INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 259, INC. V E 800 AMBOS DO CPC - CONFLITO JULGADO PROCEDENTE.
1. A modificação, ex officio, do valor da causa em ação cautelar desprovida de cunho satisfativo com o propósito de obstar a execução extrajudicial de mútuo hipotecário, preparatória da ação principal a ser proposta nos termos do art. 806 do CPC denominada de "Ação Ordinária de Revisão de Prestações e Saldo Devedor, cláusulas contratuais cumulada com repetição de indébito", repercutiu na competência, ante o critério adotado pelo Juízo Suscitado ter sido a soma das 12 prestações vincendas, tomando como parâmetro a última prestação devida e não paga, resultando em valor inferior ao estabelecido no "caput" do art. 3º da Lei nº 10.259/2001.
2. Todavia, tratando-se de ação cautelar desprovida de conteúdo econômico evidente, em razão de uma pretendida tutela de não fazer, e se o artigo 800 do Código de Processo Civil direciona a competência do juízo cautelar para a sede própria da futura demanda principal, é de se perquirir aonde haverá de ser ajuizada a ação de conhecimento quando há regra excepcional de competência funcional que, em razão do valor da causa, poderia conduzir a interposição da demanda principal em Juizado Especial.
3. Se o intento do mutuário na ação principal será a ampla revisão do mútuo habitacional, a teor do inc. V do art. 259 do CPC, o valor da causa na demanda de conhecimento deverá ser igual ao valor do contrato revisando ou do saldo devedor do mútuo.
4. Conjugando-se os artigos 259, inc. V e 800 ambos do CPC, conclui-se que na época em que interposta a cautelar sem conteúdo econômico claro (buscava provimento de "não fazer"), nem a ação principal de ampla revisão do contrato de mútuo hipotecário poderia ser ajuizada no Juizado Especial Federal porque o valor da causa (valor do contrato, ou do saldo residual) excedia de sessenta (60) salários mínimos; por essa razão que a ação cautelar também não poderia tramitar no Juizado Especial Federal e sim no Juízo Federal Comum.
6. Conflito julgado procedente.
(PROC. : 2004.03.00.052862-9; RELATOR DES.FED. JOHONSOM DI SALVO; PRIMEIRA SEÇÃO, maioria)
No mesmo sentido, ainda, os Conflitos de Competência n.sº 2005.03.00.069910-6, Rel. Des. Fed. Johonson di Salvo, julgado em 03/05/2006, e 2006.03.00.020058-0, Rel. Juiz Fed. convocado Luciano Godoy, julgado em 07/06/2006. Ressalte-se, outrossim, que nessas ocasiões também foi discutido se este tribunal tem atribuição para examinar conflitos entre Juizado Especial e Juízo Federal comum e a conclusão foi de que sim, em virtude do que dispõe o artigo 108, inciso I, "e", da Carta Magna.
Nas demandas nas quais se busca apenas a revisão das prestações do contrato de mútuo, o conteúdo econômico da causa é a diferença entre a prestação cobrada e a alegada como correta, multiplicado por doze, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ-RT 711/233). Todavia, conforme se verifica às fls. 31/33, no caso concreto a ação tem por finalidade também a revisão do saldo devedor e a repetição em dobro dos valores supostamente pagos a maior. Dessa forma, é inaplicável o entendimento do STJ explicitado, conforme o fez o suscitado. O valor da causa, portanto, deve corresponder à soma dos valores dos pedidos, nos termos do inciso II do artigo 259 do Código de Processo Civil. Os autores deram à causa, em janeiro de 2005, o valor de R$ 15.700,00 (quinze mil e setecentos reais - fl. 37), que supera o limite da competência do Juizado Especial Federal.
Ante o exposto, com fulcro no artigo 120, parágrafo único, do Código de Processo Civil, julgo procedente o conflito para declarar competente o Juízo Federal da 12ª Vara em São Paulo.
Oficie-se a ambos Juízos.
Dê-se ciência ao Ministério Público Federal.
Oportunamente, arquivem-se os autos.
Publique-se.
São Paulo, 16 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
JUIZ FEDERAL CONVOCADO
Relator

PROC.	:	2007.03.00.010374-7 RVCR 563
ORIG.	:	200361190085887 SAO PAULO/SP
REQTE	:	THOKO NDIKI reu preso
ADV	:	FRANCISCO EMERSON MOUZINHO DE LIMA
REQDO	:	Justica Publica
RELATOR	:	JUIZ FED.CONV.FERREIRA DA ROCHA/ PRIMEIRA SEÇÃO

Revisão criminal ajuizada em favor de Thoko Ndiki, que objetiva a aplicação do artigo 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006 a fato sentenciado de acordo com a Lei n. 6.368/76, no julgamento da ação penal nº 2003.61.19.008588-7, proferido pela 2ª Vara Federal em Guarulhos/SP, cujo recurso de apelação foi parcialmente acolhido por este tribunal, para garantir o direito de progressão de regime.
De acordo com a consulta ao sistema informatizado desta corte, verifica-se que os autos estão conclusos à Desembargadora Federal Cecília Mello, para declaração de voto (fl. 21).
Assim, inexistente o trânsito em julgado da decisão condenatória, indefiro liminarmente o pedido, porquanto incabível, com supedâneo no artigo 33, inciso XIII, do Regimento Interno desta corte.
Publique-se.
São Paulo, 27 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2003.03.00.046647-4 AR 3132
ORIG.	:	98030911104 SAO PAULO/SP 9710010131 2 Vr MARILIA/SP
AUTOR	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SONIA COIMBRA
REU	:	PEDRO DONIZETTI PEREIRA
ADV	:	WILSON DE MELLO CAPPIA
PARTE R	:	ANTONIO RODRIGUES e outros
RELATOR	:	DES.FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW / PRIMEIRA SEÇÃO

D E S P A C H O
1. Tendo em vista a atual orientação da Caixa Econômica Federal - CEF em relação às ações rescisórias, nas quais foram deduzidos inúmeros pedidos de desistência, esclareça a autora se subsiste interesse no julgamento desse feito.
2. Publique-se.
São Paulo, 22 de março de 2007.
André Nekatschalow
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2003.03.00.075582-4 AR 3646
ORIG.	:	199961000517212 8 Vr SAO PAULO/SP 199961000517212 SAO PAULO/SP
AUTOR	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	JULIA LOPES PEREIRA
ADV	:	ZORA YONARA M DOS SANTOS CARVALHO PALAZZIN
REU	:	ANTONIO PEDRO DA SILVA NETO
ADV	:	NEUZA DA SILVA AUGUSTO
RELATOR	:	DES.FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW / PRIMEIRA SEÇÃO

D E C I S Ã O
1. Trata-se de ação rescisória, com pedido de antecipação da tutela, proposta pela Caixa Econômica Federal - CEF.
A autora requereu a desistência da ação (fl. 114).
Intimada, a parte ré se manifestou no sentido de concordar com o pedido desde que a autora renuncie ao direito (fl. 120).
Infundada a discordância do réu, tendo em vista a natureza e a finalidade das ações rescisórias.
2. Ante o exposto, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA DA AÇÃO e extingo o processo sem resolução do mérito, com fundamento no art. 267, VIII, do Código de Processo Civil.
3. Publique-se.
São Paulo, 2 de março de 2007.
André Nekatschalow
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2004.03.00.006354-2 AR 3990
ORIG.	:	199961000396469 9 Vr SAO PAULO/SP 199961000396469 SAO PAULO/SP
AUTOR	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	MARCELO OLIVEIRA ROCHA
ADV	:	NAILA AKAMA HAZIME
REU	:	JOAQUIM FERREIRA JUNIOR
PARTE R	:	DEBORA DA SILVA CRUZ (desistência) e outros
ADV	:	IZILDA AUGUSTA DOS SANTOS
RELATOR	:	DES.FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW / PRIMEIRA SEÇÃO

D E S P A C H O
1. Esclareçam as partes, em 05 (cinco) dias, as provas que pretendem produzir, especificando-as.
2. Publique-se.
São Paulo, 2 de abril de 2007.
André Nekatschalow
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2005.03.00.071989-0 CC 8340
ORIG.	:	200563011059567 JE Vr SAO PAULO/SP 200561009009588 21 Vr SAO PAULO/SP
PARTE A	:	SONIA REGINA ESTEVES MACHADO e outro
ADV	:	JOAO BOSCO BRITO DA LUZ
PARTE R	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
SUSTE	:	JUIZADO ESPECIAL FEDERAL CÍVEL DE SÃO PAULO>1ªSSJ>SP
SUSCDO	:	JUIZO FEDERAL DA 21 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW / PRIMEIRA SEÇÃO

D E C I S Ã O
Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juizado Especial Federal Cível de São Paulo (SP) em face do Juízo Federal da 21a Vara Cível de São Paulo (SP), nos autos da ação ordinária ajuizada por Sonia Regina Esteves Machado e Jair de Lima Machado.
A ação foi inicialmente distribuída ao MM. Juízo da 21a Vara Cível Federal de São Paulo (SP) o qual, ex officio, verificou que a parte autora atribuíra valor da causa em desconformidade com a jurisprudência relativa à matéria, uma vez que o valor correto da causa deveria corresponder à diferença entre o valor da prestação cobrada pela ré e aquele entendido como correto pelos autores, multiplicado por 12 (doze). Considerado o valor da causa e o art. 3o, § 3o, da Lei n. 10.259/01, o MM. Juízo da 21a Vara Cível Federal de São Paulo (SP) reconheceu ser absolutamente incompetente determinando, pois, a remessa dos autos ao Juizado Especial (fl. 114).
Redistribuídos os autos, o MM. Juízo Federal do Juizado Especial Federal de São Paulo (SP) retificou de ofício o valor da causa para R$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais), por entender que se trata de ampla discussão do contrato, sendo aplicável o inciso V do art. 259 do Código de Processo Civil. Por tal razão, declarou-se absolutamente incompetente, suscitando o presente conflito negativo de competência (fls. 186/187).
Decido.
SFH. Valor da causa. Juizados Especiais Cíveis Federais. CPC, art. 259. Conforme se infere do art. 3º da Lei n. 10.259, de 12 de julho de 2001, as demandas concernentes ao Sistema Financeiro da Habitação - SFH não estão excluídas da competência dos Juizados Especiais Cíveis, no âmbito da Justiça Federal:
"Art. 3º. Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.
§ 1º Não se incluem na competência do Juizado Especial Cível as causas:
I - referidas no art. 109, incisos II, III e XI, da Constituição Federal, as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, execuções fiscais e por improbidade administrativa e as demandas sobre direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos;
II - sobre bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais;
III - para a anulação ou cancelamento de ato administrativo federal, salvo o de natureza previdenciária e o de lançamento fiscal;
IV - que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou de sanções disciplinares aplicadas a militares.
§ 2º Quando a pretensão versar sobre obrigações vincendas, para fins de competência do Juizado Especial, a soma de doze parcelas não poderá exceder o valor referido no art. 3º, caput.
§ 3º No foro onde estiver instalada Vara do Juizado Especial, a sua competência é absoluta."
Com fundamento no § 2º acima, as Turmas Recursais do Juizado Especial Federal de 3ª Região firmaram entendimento sobre o valor da causa nos feitos relativos ao SFH que envolverem parcelas vincendas, por meio do Enunciado n. 13:
"O valor da causa, quando a demanda envolver parcelas vincendas, corresponderá à soma de doze parcelas vincendas controversas, nos termos do art. 3°, § 2°, da Lei n° 10.259/01."
Tal entendimento ou aquele, consagrado pelo Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual o valor nas demandas que versem sobre reajuste das prestações deve ser o equivalente a 12 (doze) vezes a diferença entre a importância devida e a reputada correta pelo mutuário (v.g. STJ, 1ª Turma, REsp n. 67.726-ES, Rel. Min. Demócrito Reinaldo, unânime, j. 07.10.96, DJ 29.10.96, p. 41.591), não prevalecem, contudo, quando aplicável o art. 259 do Código de Processo Civil, o valor dado à causa ultrapassar o limite previsto no art. 3º, caput, da Lei n. 10.259/01.
SFH. Valor da causa. CPC, art. 259, V. O valor da causa nas demandas em que se pretende apenas a revisão das prestações do contrato de mútuo corresponde à diferença entre a prestação cobrada e a alegada como correta, multiplicado por 12 (doze), conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Quando, porém, a pretensão relacionar-se à ampla revisão contratual, o valor atribuído à causa deverá ser o equivalente ao valor do contrato revisando, nos termos do inciso V do art. 259 do Código de Processo Civil. É nesse sentido a orientação jurisprudencial, conforme os precedentes seguintes:
"EMENTA: CONFLITO DE COMPETÊNCIA. DISSENSO ENTRE JUIZADO ESPECIAL FEDERAL E JUÍZO FEDERAL DA CAPITAL EM AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE MÚTUO HABITACIONAL, ONDE DAR-SE-Á AMPLA DISCUSSÃO DO CONTRATO E NÃO APENAS DO VALOR DE PRESTAÇÕES. RETIFICAÇÃO DO VALOR DA CAUSA PELA PARTE NOS TERMOS DO ARTIGO 260 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, INSTADA QUE FOI PELO JUÍZO SUSCITADO. ALTERAÇÃO FEITA QUE NÃO PODE OFENDER TEXTO EXPRESSO DE LEI (ART. 259 DO CPC) QUE ORIENTA DE MODO COGENTE O CÁLCULO DO VALOR DA CAUSA. COMPETÊNCIA DA VARA FEDERAL CÍVEL. APLICAÇÃO DO ART. 259, INCISO V, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. CONFLITO JULGADO PROCEDENTE.
1. A modificação do valor da causa pela parte, instada que foi pelo Juízo Suscitado em ação revisional de contrato de mútuo habitacional denominada de 'Ação de Revisão Contratual', repercutiu na competência, face o critério adotado pelo Juízo Suscitado no sentido da aplicação do artigo 260 do Código de Processo Civil por entender que a lide versa apenas sobre os critérios de remuneração do contrato de financiamento de imóvel, disso resultando valor inferior ao estabelecido no 'caput' do art. 3º da Lei n. 10.259/2001.
2. Se o intento do mutuário é a ampla revisão do mútuo habitacional - como consta dos pedidos formulados - não há dúvidas de que, a teor do inciso V do artigo 259 do Código de Processo Civil, o valor da causa na demanda de conhecimento deverá ser igual ao valor do contrato revisando.
3. Ainda que a parte houvesse mudado o valor da causa por insistência do Juiz, é forçoso convir que a alteração feita não pode ofender o texto expresso da Lei, quando a mesma (art. 259 do CPC) orienta de modo cogente como se calcula o valor da causa.
4. Na época em que fora interposta a ação revisional de contrato de mútuo habitacional, essa não poderia ser ajuizada no Juizado Especial Federal porque o valor da causa (correspondente ao valor do contrato) excedia de sessenta (60) salários mínimos.
5. Conflito julgado procedente."
(TRF da 3ª Região, 1a Seção, CC n. 2005.03.00.069910-6-SP, Rel. Des. Fed. Johonsom Di Salvo, maioria, j. 03.05.06, DJ 25.07.06, p. 203)
"EMENTA: PROCESSO CIVIL - CONFLITO DE COMPETÊNCIA - JUÍZO FEDERAL - JUIZADO ESPECIAL FEDERAL - VALOR DA CAUSA - REVISÃO GERAL DO NEGÓCIO JURÍDICO - PROCEDÊNCIA DO CONFLITO.
1. Reconheço a competência deste E. Tribunal para julgar o presente conflito de competência, nos termos do entendimento majoritário desta 1ª Seção.
2. A pretensão deduzida na ação em consideração não se limita à revisão das parcelas vincendas referentes ao contrato de mútuo habitacional, o que levaria à aplicação isolada do disposto no artigo art. 3º, §3º, da Lei 10.259/2001, para a solução da contenda.
3. Pretensão da parte autora é bem mais ampla do que a revisão de prestações vincendas, abarcando também a revisão das parcelas vencidas, bem como a repetição de indébito e compensação de valores.
4. À vista desta circunstância, torna-se inaplicável ao caso o disposto no artigo 3º, §3º, da Lei 10.259/2001, cujo comando é limitado às hipóteses em que os limites objetivos da lide cingem-se às parcelas vincendas.
5.Conflito de competência julgado procedente."
(TRF da 3ª Região, 1a Seção, CC n. 2006.03.00.010198-9-SP, Rel. Des. Fed. Cotrim Guimarães, unânime, j. 02.08.06, DJ 11.09.06, p. 336)
Do caso dos autos. Verifica-se da petição inicial que a parte autora pretende, entre outros pedidos, o recálculo das prestações e do saldo devedor, bem como a repetição do indébito (fls. 7/43).
Tratando-se de ampla revisão contratual, resta configurada a hipótese prevista no inciso V do art. 259 do Código de Processo Civil, o que leva a concluir que o valor da causa será o valor do contrato.
Malgrado a parte autora tenha atribuído à causa o valor de R$ 26.338,27 (vinte e seis mil, trezentos e trinta e oito reais e vinte e sete centavos) (fl. 43), diverso ao do contrato, verifico que esse valor supera o limite de competência do Juizado Especial Federal.
Ante o exposto, nos termos do art. 120, parágrafo único, do Código de Processo Civil, julgo PROCEDENTE o conflito para declarar competente o Juízo Federal da 21ª Vara Cível de São Paulo (SP).
Oficie-se a ambos os Juízes.
Dê-se ciência ao Ministério Público Federal.
Publique-se.
Após, arquivem-se os autos.
São Paulo, 16 de março de 2007.
André Nekatschalow
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2006.03.00.015920-7 CC 8733
ORIG.	:	200563013362980 JE Vr SAO PAULO/SP 200561000233911 15 Vr SAO PAULO/SP
PARTE A	:	CARLOS ALVES DE SOUZA e outro
ADV	:	PAULO SERGIO DE ALMEIDA
PARTE R	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
SUSTE	:	JUIZADO ESPECIAL FEDERAL CÍVEL DE SÃO PAULO>1ªSSJ>SP
SUSCDO	:	JUIZO FEDERAL DA 15 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW / PRIMEIRA SEÇÃO

D E C I S Ã O
Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juizado Especial Federal Cível de São Paulo (SP) em face do Juízo Federal da 15a Vara Cível de São Paulo (SP), nos autos da ação ordinária ajuizada por Carlos Alves de Souza e Nelzira Lima de Souza.
A ação foi inicialmente distribuída ao MM. Juízo da 15a Vara Cível Federal de São Paulo (SP) o qual, ex officio, verificou que a parte autora atribuíra valor da causa em desconformidade com a jurisprudência relativa à matéria, uma vez que o valor correto da causa deveria corresponder à diferença entre o valor da prestação cobrada pela ré e aquele entendido como correto pelos autores, multiplicado por 12 (doze), resultando, no caso, R$ 5.071,56 (cinco mil e setenta e um reais e cinqüenta e seis centavos). Considerado o valor da causa e o art. 3o, § 3o, da Lei n. 10.259/01, o MM. Juízo da 15a Vara Cível Federal de São Paulo (SP) reconheceu ser absolutamente incompetente determinando, pois, a remessa dos autos ao Juizado Especial (fl. 128).
Redistribuídos os autos, o MM. Juízo Federal do Juizado Especial Federal Cível de São Paulo (SP) divergiu do MM. Juízo Federal da 15a Vara Cível Federal de São Paulo (SP), por entender que o pedido não se restringe à impugnação das parcelas vincendas, abrangendo também as vencidas, tanto que postulada a repetição de valores pretensamente indevidos. Informa o entendimento da 1a Seção desta Corte, externado no julgamento do Conflito de Competência n. 6.359, relatado pelo Excelentíssimo Desembargador Federal Johonsom di Salvo, no sentido de que nas ações revisionais de contratos de financiamento de compra de imóvel, o valor da causa deve corresponder ao valor do contrato revisando ou do saldo devedor do mútuo. Assim, o MM. Juízo do Juizado Especial Federal considerou ser absolutamente incompetente, suscitando o presente conflito negativo de competência (fls. 131/136).
Decido.
SFH. Valor da causa. Juizados Especiais Cíveis Federais. CPC, art. 259. Conforme se infere do art. 3º da Lei n. 10.259, de 12 de julho de 2001, as demandas concernentes ao Sistema Financeiro da Habitação - SFH não estão excluídas da competência dos Juizados Especiais Cíveis, no âmbito da Justiça Federal:
"Art. 3º. Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.
§ 1º Não se incluem na competência do Juizado Especial Cível as causas:
I - referidas no art. 109, incisos II, III e XI, da Constituição Federal, as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, execuções fiscais e por improbidade administrativa e as demandas sobre direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos;
II - sobre bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais;
III - para a anulação ou cancelamento de ato administrativo federal, salvo o de natureza previdenciária e o de lançamento fiscal;
IV - que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou de sanções disciplinares aplicadas a militares.
§ 2º Quando a pretensão versar sobre obrigações vincendas, para fins de competência do Juizado Especial, a soma de doze parcelas não poderá exceder o valor referido no art. 3º, caput.
§ 3º No foro onde estiver instalada Vara do Juizado Especial, a sua competência é absoluta."
Com fundamento no § 2º acima, as Turmas Recursais do Juizado Especial Federal de 3ª Região firmaram entendimento sobre o valor da causa nos feitos relativos ao SFH que envolverem parcelas vincendas, por meio do Enunciado n. 13:
"O valor da causa, quando a demanda envolver parcelas vincendas, corresponderá à soma de doze parcelas vincendas controversas, nos termos do art. 3°, § 2°, da Lei n° 10.259/01."
Tal entendimento ou aquele, consagrado pelo Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual o valor nas demandas que versem sobre reajuste das prestações deve ser o equivalente a 12 (doze) vezes a diferença entre a importância devida e a reputada correta pelo mutuário (v.g. STJ, 1ª Turma, REsp n. 67.726-ES, Rel. Min. Demócrito Reinaldo, unânime, j. 07.10.96, DJ 29.10.96, p. 41.591), não prevalecem, contudo, quando aplicável o art. 259 do Código de Processo Civil, o valor dado à causa ultrapassar o limite previsto no art. 3º, caput, da Lei n. 10.259/01.
SFH. Valor da causa. CPC, art. 259, V. O valor da causa nas demandas em que se pretende apenas a revisão das prestações do contrato de mútuo corresponde à diferença entre a prestação cobrada e a alegada como correta, multiplicado por 12 (doze), conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Quando, porém, a pretensão relacionar-se à ampla revisão contratual, o valor atribuído à causa deverá ser o equivalente ao valor do contrato revisando, nos termos do inciso V do art. 259 do Código de Processo Civil. É nesse sentido a orientação jurisprudencial, conforme os precedentes seguintes:
"EMENTA: CONFLITO DE COMPETÊNCIA. DISSENSO ENTRE JUIZADO ESPECIAL FEDERAL E JUÍZO FEDERAL DA CAPITAL EM AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE MÚTUO HABITACIONAL, ONDE DAR-SE-Á AMPLA DISCUSSÃO DO CONTRATO E NÃO APENAS DO VALOR DE PRESTAÇÕES. RETIFICAÇÃO DO VALOR DA CAUSA PELA PARTE NOS TERMOS DO ARTIGO 260 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, INSTADA QUE FOI PELO JUÍZO SUSCITADO. ALTERAÇÃO FEITA QUE NÃO PODE OFENDER TEXTO EXPRESSO DE LEI (ART. 259 DO CPC) QUE ORIENTA DE MODO COGENTE O CÁLCULO DO VALOR DA CAUSA. COMPETÊNCIA DA VARA FEDERAL CÍVEL. APLICAÇÃO DO ART. 259, INCISO V, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. CONFLITO JULGADO PROCEDENTE.

1. A modificação do valor da causa pela parte, instada que foi pelo Juízo Suscitado em ação revisional de contrato de mútuo habitacional denominada de 'Ação de Revisão Contratual', repercutiu na competência, face o critério adotado pelo Juízo Suscitado no sentido da aplicação do artigo 260 do Código de Processo Civil por entender que a lide versa apenas sobre os critérios de remuneração do contrato de financiamento de imóvel, disso resultando valor inferior ao estabelecido no 'caput' do art. 3º da Lei n. 10.259/2001.
2. Se o intento do mutuário é a ampla revisão do mútuo habitacional - como consta dos pedidos formulados - não há dúvidas de que, a teor do inciso V do artigo 259 do Código de Processo Civil, o valor da causa na demanda de conhecimento deverá ser igual ao valor do contrato revisando.
3. Ainda que a parte houvesse mudado o valor da causa por insistência do Juiz, é forçoso convir que a alteração feita não pode ofender o texto expresso da Lei, quando a mesma (art. 259 do CPC) orienta de modo cogente como se calcula o valor da causa.
4. Na época em que fora interposta a ação revisional de contrato de mútuo habitacional, essa não poderia ser ajuizada no Juizado Especial Federal porque o valor da causa (correspondente ao valor do contrato) excedia de sessenta (60) salários mínimos.
5. Conflito julgado procedente."
(TRF da 3ª Região, 1a Seção, CC n. 2005.03.00.069910-6-SP, Rel. Des. Fed. Johonsom Di Salvo, maioria, j. 03.05.06, DJ 25.07.06, p. 203)
"EMENTA: PROCESSO CIVIL - CONFLITO DE COMPETÊNCIA - JUÍZO FEDERAL - JUIZADO ESPECIAL FEDERAL - VALOR DA CAUSA - REVISÃO GERAL DO NEGÓCIO JURÍDICO - PROCEDÊNCIA DO CONFLITO.
1. Reconheço a competência deste E. Tribunal para julgar o presente conflito de competência, nos termos do entendimento majoritário desta 1ª Seção.
2. A pretensão deduzida na ação em consideração não se limita à revisão das parcelas vincendas referentes ao contrato de mútuo habitacional, o que levaria à aplicação isolada do disposto no artigo art. 3º, §3º, da Lei 10.259/2001, para a solução da contenda.
3. Pretensão da parte autora é bem mais ampla do que a revisão de prestações vincendas, abarcando também a revisão das parcelas vencidas, bem como a repetição de indébito e compensação de valores.
4. À vista desta circunstância, torna-se inaplicável ao caso o disposto no artigo 3º, §3º, da Lei 10.259/2001, cujo comando é limitado às hipóteses em que os limites objetivos da lide cingem-se às parcelas vincendas.
5.Conflito de competência julgado procedente."
(TRF da 3ª Região, 1a Seção, CC n. 2006.03.00.010198-9-SP, Rel. Des. Fed. Cotrim Guimarães, unânime, j. 02.08.06, DJ 11.09.06, p. 336)
Do caso dos autos. Verifica-se da petição inicial que a parte autora pretende, entre outros pedidos, o recálculo das prestações e do saldo devedor, bem como a repetição do indébito e a suspensão da execução extrajudicial (fls. 6/57).
Tratando-se de ampla revisão contratual, resta configurada a hipótese prevista no inciso V do art. 259 do Código de Processo Civil, o que leva a concluir que o valor da causa será o valor do contrato.
Malgrado a parte autora tenha atribuído à causa o valor de R$ 32.006,94 (trinta e dois mil e seis reais e noventa e quatro centavos) (fl. 57), diverso ao do contrato, verifico que esse valor supera o limite de competência do Juizado Especial Federal.
Ante o exposto, nos termos do art. 120, parágrafo único, do Código de Processo Civil, julgo PROCEDENTE o conflito para declarar competente o Juízo Federal da 15ª Vara Cível de São Paulo (SP).
Oficie-se a ambos os Juízes.
Dê-se ciência ao Ministério Público Federal.
Publique-se.
Após, arquivem-se os autos.
São Paulo, 16 de março de 2007.
André Nekatschalow
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2006.03.00.040230-8 CC 9000
ORIG.	:	200663010318170 JE Vr SAO PAULO/SP 200661000001810 12 Vr SAO PAULO/SP
PARTE A	:	MARCELO GAGLIONI e outro
ADV	:	JOAO BOSCO BRITO DA LUZ
PARTE R	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
SUSTE	:	JUIZADO ESPECIAL FEDERAL CÍVEL DE SÃO PAULO>1ªSSJ>SP
SUSCDO	:	JUIZO FEDERAL DA 12 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW / PRIMEIRA SEÇÃO

D E C I S Ã O
Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juizado Especial Federal Cível de São Paulo (SP) em face do Juízo Federal da 12a Vara Cível de São Paulo (SP), nos autos da ação ordinária ajuizada por Marcelo Gaglini e Vanesca Carla Gonçalves.
A ação foi inicialmente distribuída ao MM. Juízo da 12a Vara Cível Federal de São Paulo (SP) o qual, ex officio, verificou que a parte autora atribuíra valor da causa em desconformidade com a jurisprudência relativa à matéria, uma vez que o valor correto da causa deveria corresponder à diferença entre o valor da prestação cobrada pela ré e aquele entendido como correto pelos autores, multiplicado por 12 (doze), resultando, no caso, R$ 1.568,16 (um mil, quinhentos e sessenta e oito reais e dezesseis centavos). Considerado o valor da causa e o art. 3o, § 3o, da Lei n. 10.259/01, o MM. Juízo da 12a Vara Cível Federal de São Paulo (SP) reconheceu ser absolutamente incompetente determinando, pois, a remessa dos autos ao Juizado Especial (fl. 74 e 76).
Redistribuídos os autos, o MM. Juízo Federal do Juizado Especial Federal Cível de São Paulo (SP) divergiu do MM. Juízo Federal da 12a Vara Cível Federal de São Paulo (SP), por entender que o pedido não se restringe à impugnação das parcelas vincendas, abrangendo também as vencidas, tanto que postulada a repetição de valores pretensamente indevidos. Informa o entendimento da 1a Seção desta Corte, externado no julgamento do Conflito de Competência n. 6.359, relatado pelo Excelentíssimo Desembargador Federal Johonsom di Salvo, no sentido de que nas ações revisionais de contratos de financiamento de compra de imóvel, o valor da causa deve corresponder ao valor do contrato revisando ou do saldo devedor do mútuo. Assim, o MM. Juízo do Juizado Especial Federal considerou ser absolutamente incompetente, suscitando o presente conflito negativo de competência (fls. 82/86).
Decido.
SFH. Valor da causa. Juizados Especiais Cíveis Federais. CPC, art. 259. Conforme se infere do art. 3º da Lei n. 10.259, de 12 de julho de 2001, as demandas concernentes ao Sistema Financeiro da Habitação - SFH não estão excluídas da competência dos Juizados Especiais Cíveis, no âmbito da Justiça Federal:
"Art. 3º. Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.
§ 1º Não se incluem na competência do Juizado Especial Cível as causas:
I - referidas no art. 109, incisos II, III e XI, da Constituição Federal, as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, execuções fiscais e por improbidade administrativa e as demandas sobre direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos;
II - sobre bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais;
III - para a anulação ou cancelamento de ato administrativo federal, salvo o de natureza previdenciária e o de lançamento fiscal;
IV - que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou de sanções disciplinares aplicadas a militares.
§ 2º Quando a pretensão versar sobre obrigações vincendas, para fins de competência do Juizado Especial, a soma de doze parcelas não poderá exceder o valor referido no art. 3º, caput.
§ 3º No foro onde estiver instalada Vara do Juizado Especial, a sua competência é absoluta."
Com fundamento no § 2º acima, as Turmas Recursais do Juizado Especial Federal de 3ª Região firmaram entendimento sobre o valor da causa nos feitos relativos ao SFH que envolverem parcelas vincendas, por meio do Enunciado n. 13:
"O valor da causa, quando a demanda envolver parcelas vincendas, corresponderá à soma de doze parcelas vincendas controversas, nos termos do art. 3°, § 2°, da Lei n° 10.259/01."
Tal entendimento ou aquele, consagrado pelo Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual o valor nas demandas que versem sobre reajuste das prestações deve ser o equivalente a 12 (doze) vezes a diferença entre a importância devida e a reputada correta pelo mutuário (v.g. STJ, 1ª Turma, REsp n. 67.726-ES, Rel. Min. Demócrito Reinaldo, unânime, j. 07.10.96, DJ 29.10.96, p. 41.591), não prevalecem, contudo, quando aplicável o art. 259 do Código de Processo Civil, o valor dado à causa ultrapassar o limite previsto no art. 3º, caput, da Lei n. 10.259/01.
SFH. Valor da causa. CPC, art. 259, V. O valor da causa nas demandas em que se pretende apenas a revisão das prestações do contrato de mútuo corresponde à diferença entre a prestação cobrada e a alegada como correta, multiplicado por 12 (doze), conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Quando, porém, a pretensão relacionar-se à ampla revisão contratual, o valor atribuído à causa deverá ser o equivalente ao valor do contrato revisando, nos termos do inciso V do art. 259 do Código de Processo Civil. É nesse sentido a orientação jurisprudencial, conforme os precedentes seguintes:
"EMENTA: CONFLITO DE COMPETÊNCIA. DISSENSO ENTRE JUIZADO ESPECIAL FEDERAL E JUÍZO FEDERAL DA CAPITAL EM AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE MÚTUO HABITACIONAL, ONDE DAR-SE-Á AMPLA DISCUSSÃO DO CONTRATO E NÃO APENAS DO VALOR DE PRESTAÇÕES. RETIFICAÇÃO DO VALOR DA CAUSA PELA PARTE NOS TERMOS DO ARTIGO 260 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, INSTADA QUE FOI PELO JUÍZO SUSCITADO. ALTERAÇÃO FEITA QUE NÃO PODE OFENDER TEXTO EXPRESSO DE LEI (ART. 259 DO CPC) QUE ORIENTA DE MODO COGENTE O CÁLCULO DO VALOR DA CAUSA. COMPETÊNCIA DA VARA FEDERAL CÍVEL. APLICAÇÃO DO ART. 259, INCISO V, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. CONFLITO JULGADO PROCEDENTE.
1. A modificação do valor da causa pela parte, instada que foi pelo Juízo Suscitado em ação revisional de contrato de mútuo habitacional denominada de 'Ação de Revisão Contratual', repercutiu na competência, face o critério adotado pelo Juízo Suscitado no sentido da aplicação do artigo 260 do Código de Processo Civil por entender que a lide versa apenas sobre os critérios de remuneração do contrato de financiamento de imóvel, disso resultando valor inferior ao estabelecido no 'caput' do art. 3º da Lei n. 10.259/2001.
2. Se o intento do mutuário é a ampla revisão do mútuo habitacional - como consta dos pedidos formulados - não há dúvidas de que, a teor do inciso V do artigo 259 do Código de Processo Civil, o valor da causa na demanda de conhecimento deverá ser igual ao valor do contrato revisando.
3. Ainda que a parte houvesse mudado o valor da causa por insistência do Juiz, é forçoso convir que a alteração feita não pode ofender o texto expresso da Lei, quando a mesma (art. 259 do CPC) orienta de modo cogente como se calcula o valor da causa.
4. Na época em que fora interposta a ação revisional de contrato de mútuo habitacional, essa não poderia ser ajuizada no Juizado Especial Federal porque o valor da causa (correspondente ao valor do contrato) excedia de sessenta (60) salários mínimos.
5. Conflito julgado procedente."
(TRF da 3ª Região, 1a Seção, CC n. 2005.03.00.069910-6-SP, Rel. Des. Fed. Johonsom Di Salvo, maioria, j. 03.05.06, DJ 25.07.06, p. 203)
"EMENTA: PROCESSO CIVIL - CONFLITO DE COMPETÊNCIA - JUÍZO FEDERAL - JUIZADO ESPECIAL FEDERAL - VALOR DA CAUSA - REVISÃO GERAL DO NEGÓCIO JURÍDICO - PROCEDÊNCIA DO CONFLITO.
1. Reconheço a competência deste E. Tribunal para julgar o presente conflito de competência, nos termos do entendimento majoritário desta 1ª Seção.
2. A pretensão deduzida na ação em consideração não se limita à revisão das parcelas vincendas referentes ao contrato de mútuo habitacional, o que levaria à aplicação isolada do disposto no artigo art. 3º, §3º, da Lei 10.259/2001, para a solução da contenda.
3. Pretensão da parte autora é bem mais ampla do que a revisão de prestações vincendas, abarcando também a revisão das parcelas vencidas, bem como a repetição de indébito e compensação de valores.
4. À vista desta circunstância, torna-se inaplicável ao caso o disposto no artigo 3º, §3º, da Lei 10.259/2001, cujo comando é limitado às hipóteses em que os limites objetivos da lide cingem-se às parcelas vincendas.
5.Conflito de competência julgado procedente."
(TRF da 3ª Região, 1a Seção, CC n. 2006.03.00.010198-9-SP, Rel. Des. Fed. Cotrim Guimarães, unânime, j. 02.08.06, DJ 11.09.06, p. 336)
Do caso dos autos. Verifica-se da petição inicial que a parte autora pretende, entre outros pedidos, o recálculo das prestações e do saldo devedor, bem como a repetição do indébito e compensação de valores (fls. 7/39).
Tratando-se de ampla revisão contratual, resta configurada a hipótese prevista no inciso V do art. 259 do Código de Processo Civil, o que leva a concluir que o valor da causa será o valor do contrato.
Malgrado a parte autora tenha atribuído à causa o valor de R$ 52.500,00 (cinqüenta e dois mil reais) (fl. 39), diverso ao do contrato, verifico que esse valor supera o limite de competência do Juizado Especial Federal.
Ante o exposto, nos termos do art. 120, parágrafo único, do Código de Processo Civil, julgo PROCEDENTE o conflito para declarar competente o Juízo Federal da 12ª Vara Cível de São Paulo (SP).
Oficie-se a ambos os Juízes.
Dê-se ciência ao Ministério Público Federal.
Publique-se.
Após, arquivem-se os autos.
São Paulo, 16 de março de 2007.
André Nekatschalow
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2006.03.00.040235-7 CC 9005
ORIG.	:	200663010276101 JE Vr SAO PAULO/SP 200461000235435 16 Vr SAO PAULO/SP
PARTE A	:	OSNIR CARLOS ANGELO e outro
ADV	:	OLIVER ALEXANDRE REINIS
PARTE R	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	TANIA FAVORETTO
SUSTE	:	JUIZADO ESPECIAL FEDERAL CÍVEL DE SÃO PAULO>1ªSSJ>SP
SUSCDO	:	JUIZO FEDERAL DA 16 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW / PRIMEIRA SEÇÃO

D E C I S Ã O
Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juizado Especial Federal Cível de São Paulo (SP) em face do Juízo Federal da 16a Vara Cível de São Paulo (SP), nos autos da ação ordinária ajuizada por Osnir Carlos Angelo e Divina de Fátima Moura Angelo.

A ação foi inicialmente distribuída ao MM. Juízo da 16a Vara Cível Federal de São Paulo (SP) o qual, ex officio, verificou que a parte autora atribuíra valor da causa em desconformidade com a jurisprudência relativa à matéria, uma vez que o valor correto da causa deveria corresponder à diferença entre o valor da prestação cobrada pela ré e aquele entendido como correto pelos autores, multiplicado por 12 (doze), resultando, no caso, R$ 16.123,80 (dezesseis mil, cento e vinte e três reais e oitenta centavos). Considerado o valor da causa e o art. 3o, § 3o, da Lei n. 10.259/01, o MM. Juízo da 16a Vara Cível Federal de São Paulo (SP) reconheceu ser absolutamente incompetente determinando, pois, a remessa dos autos ao Juizado Especial (fls. 162/163).
Redistribuídos os autos, o MM. Juízo Federal do Juizado Especial Federal Cível de São Paulo (SP) divergiu do MM. Juízo Federal da 16a Vara Cível Federal de São Paulo (SP), por entender que o pedido não se restringe à impugnação das parcelas vincendas, abrangendo também as vencidas, tanto que postulada a repetição de valores pretensamente indevidos. Informa o entendimento da 1a Seção desta Corte, externado no julgamento do Conflito de Competência n. 6.359, relatado pelo Excelentíssimo Desembargador Federal Johonsom di Salvo, no sentido de que nas ações revisionais de contratos de financiamento de compra de imóvel, o valor da causa deve corresponder ao valor do contrato revisando ou do saldo devedor do mútuo. Assim, o MM. Juízo do Juizado Especial Federal considerou ser absolutamente incompetente, suscitando o presente conflito negativo de competência (fls. 167/170).
Decido.
SFH. Valor da causa. Juizados Especiais Cíveis Federais. CPC, art. 259. Conforme se infere do art. 3º da Lei n. 10.259, de 12 de julho de 2001, as demandas concernentes ao Sistema Financeiro da Habitação - SFH não estão excluídas da competência dos Juizados Especiais Cíveis, no âmbito da Justiça Federal:
"Art. 3º. Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.
§ 1º Não se incluem na competência do Juizado Especial Cível as causas:
I - referidas no art. 109, incisos II, III e XI, da Constituição Federal, as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, execuções fiscais e por improbidade administrativa e as demandas sobre direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos;
II - sobre bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais;
III - para a anulação ou cancelamento de ato administrativo federal, salvo o de natureza previdenciária e o de lançamento fiscal;
IV - que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou de sanções disciplinares aplicadas a militares.
§ 2º Quando a pretensão versar sobre obrigações vincendas, para fins de competência do Juizado Especial, a soma de doze parcelas não poderá exceder o valor referido no art. 3º, caput.
§ 3º No foro onde estiver instalada Vara do Juizado Especial, a sua competência é absoluta."
Com fundamento no § 2º acima, as Turmas Recursais do Juizado Especial Federal de 3ª Região firmaram entendimento sobre o valor da causa nos feitos relativos ao SFH que envolverem parcelas vincendas, por meio do Enunciado n. 13:
"O valor da causa, quando a demanda envolver parcelas vincendas, corresponderá à soma de doze parcelas vincendas controversas, nos termos do art. 3°, § 2°, da Lei n° 10.259/01."
Tal entendimento ou aquele, consagrado pelo Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual o valor nas demandas que versem sobre reajuste das prestações deve ser o equivalente a 12 (doze) vezes a diferença entre a importância devida e a reputada correta pelo mutuário (v.g. STJ, 1ª Turma, REsp n. 67.726-ES, Rel. Min. Demócrito Reinaldo, unânime, j. 07.10.96, DJ 29.10.96, p. 41.591), não prevalecem, contudo, quando aplicável o art. 259 do Código de Processo Civil, o valor dado à causa ultrapassar o limite previsto no art. 3º, caput, da Lei n. 10.259/01.
SFH. Valor da causa. CPC, art. 259, V. O valor da causa nas demandas em que se pretende apenas a revisão das prestações do contrato de mútuo corresponde à diferença entre a prestação cobrada e a alegada como correta, multiplicado por 12 (doze), conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Quando, porém, a pretensão relacionar-se à ampla revisão contratual, o valor atribuído à causa deverá ser o equivalente ao valor do contrato revisando, nos termos do inciso V do art. 259 do Código de Processo Civil. É nesse sentido a orientação jurisprudencial, conforme os precedentes seguintes:
"EMENTA: CONFLITO DE COMPETÊNCIA. DISSENSO ENTRE JUIZADO ESPECIAL FEDERAL E JUÍZO FEDERAL DA CAPITAL EM AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE MÚTUO HABITACIONAL, ONDE DAR-SE-Á AMPLA DISCUSSÃO DO CONTRATO E NÃO APENAS DO VALOR DE PRESTAÇÕES. RETIFICAÇÃO DO VALOR DA CAUSA PELA PARTE NOS TERMOS DO ARTIGO 260 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, INSTADA QUE FOI PELO JUÍZO SUSCITADO. ALTERAÇÃO FEITA QUE NÃO PODE OFENDER TEXTO EXPRESSO DE LEI (ART. 259 DO CPC) QUE ORIENTA DE MODO COGENTE O CÁLCULO DO VALOR DA CAUSA. COMPETÊNCIA DA VARA FEDERAL CÍVEL. APLICAÇÃO DO ART. 259, INCISO V, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. CONFLITO JULGADO PROCEDENTE.
1. A modificação do valor da causa pela parte, instada que foi pelo Juízo Suscitado em ação revisional de contrato de mútuo habitacional denominada de 'Ação de Revisão Contratual', repercutiu na competência, face o critério adotado pelo Juízo Suscitado no sentido da aplicação do artigo 260 do Código de Processo Civil por entender que a lide versa apenas sobre os critérios de remuneração do contrato de financiamento de imóvel, disso resultando valor inferior ao estabelecido no 'caput' do art. 3º da Lei n. 10.259/2001.
2. Se o intento do mutuário é a ampla revisão do mútuo habitacional - como consta dos pedidos formulados - não há dúvidas de que, a teor do inciso V do artigo 259 do Código de Processo Civil, o valor da causa na demanda de conhecimento deverá ser igual ao valor do contrato revisando.
3. Ainda que a parte houvesse mudado o valor da causa por insistência do Juiz, é forçoso convir que a alteração feita não pode ofender o texto expresso da Lei, quando a mesma (art. 259 do CPC) orienta de modo cogente como se calcula o valor da causa.
4. Na época em que fora interposta a ação revisional de contrato de mútuo habitacional, essa não poderia ser ajuizada no Juizado Especial Federal porque o valor da causa (correspondente ao valor do contrato) excedia de sessenta (60) salários mínimos.
5. Conflito julgado procedente."
(TRF da 3ª Região, 1a Seção, CC n. 2005.03.00.069910-6-SP, Rel. Des. Fed. Johonsom Di Salvo, maioria, j. 03.05.06, DJ 25.07.06, p. 203)
"EMENTA: PROCESSO CIVIL - CONFLITO DE COMPETÊNCIA - JUÍZO FEDERAL - JUIZADO ESPECIAL FEDERAL - VALOR DA CAUSA - REVISÃO GERAL DO NEGÓCIO JURÍDICO - PROCEDÊNCIA DO CONFLITO.
1. Reconheço a competência deste E. Tribunal para julgar o presente conflito de competência, nos termos do entendimento majoritário desta 1ª Seção.
2. A pretensão deduzida na ação em consideração não se limita à revisão das parcelas vincendas referentes ao contrato de mútuo habitacional, o que levaria à aplicação isolada do disposto no artigo art. 3º, §3º, da Lei 10.259/2001, para a solução da contenda.
3. Pretensão da parte autora é bem mais ampla do que a revisão de prestações vincendas, abarcando também a revisão das parcelas vencidas, bem como a repetição de indébito e compensação de valores.
4. À vista desta circunstância, torna-se inaplicável ao caso o disposto no artigo 3º, §3º, da Lei 10.259/2001, cujo comando é limitado às hipóteses em que os limites objetivos da lide cingem-se às parcelas vincendas.
5.Conflito de competência julgado procedente."
(TRF da 3ª Região, 1a Seção, CC n. 2006.03.00.010198-9-SP, Rel. Des. Fed. Cotrim Guimarães, unânime, j. 02.08.06, DJ 11.09.06, p. 336)
Do caso dos autos. Verifica-se da petição inicial que a parte autora pretende, entre outros pedidos, o recálculo das prestações e do saldo devedor, bem como a repetição do indébito (fls. 6/32).
Tratando-se de ampla revisão contratual, resta configurada a hipótese prevista no inciso V do art. 259 do Código de Processo Civil, o que leva a concluir que o valor da causa será o valor do contrato.
Malgrado a parte autora tenha atribuído à causa o valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) (fl. 32), diverso ao do contrato, verifico que esse valor supera o limite de competência do Juizado Especial Federal.
Ante o exposto, nos termos do art. 120, parágrafo único, do Código de Processo Civil, julgo PROCEDENTE o conflito para declarar competente o Juízo Federal da 16ª Vara Cível de São Paulo (SP).
Oficie-se a ambos os Juízes.
Dê-se ciência ao Ministério Público Federal.
Publique-se.
Após, arquivem-se os autos.
São Paulo, 16 de março de 2007.
André Nekatschalow
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2006.03.00.057635-9 CC 9320
ORIG.	:	200563012953596 JE Vr SAO PAULO/SP 200561000200371 13 Vr SAO PAULO/SP
PARTE A	:	JOSENILDO SIMOES NETO
ADV	:	MARA SORAIA LOPES DA SILVA
PARTE R	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	TANIA FAVORETTO
SUSTE	:	JUIZADO ESPECIAL FEDERAL CÍVEL DE SÃO PAULO>1ªSSJ>SP
SUSCDO	:	JUIZO FEDERAL DA 13 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW / PRIMEIRA SEÇÃO

D E C I S Ã O
Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juizado Especial Federal Cível de São Paulo (SP) em face do Juízo Federal da 13a Vara Cível de São Paulo (SP), nos autos da ação ordinária ajuizada por Josenildo Simões Neto.
A ação foi inicialmente distribuída ao MM. Juízo da 13a Vara Cível Federal de São Paulo (SP) o qual, ex officio, verificou que a parte autora atribuíra valor da causa em desconformidade com a jurisprudência relativa à matéria, uma vez que o valor correto da causa deveria corresponder à diferença entre o valor da prestação cobrada pela ré e aquele entendido como correto pelo autor, multiplicado por 12 (doze), resultando, no caso, R$ 1.214,76 (um mil, duzentos e catorze reais e setenta e seis centavos). Considerado o valor da causa e o art. 3o, § 3o, da Lei n. 10.259/01, o MM. Juízo da 13a Vara Cível Federal de São Paulo (SP) reconheceu ser absolutamente incompetente determinando, pois, a remessa dos autos ao Juizado Especial (fl. 63).
Redistribuídos os autos, o MM. Juízo Federal do Juizado Especial Federal Cível de São Paulo (SP) divergiu do MM. Juízo Federal da 13a Vara Cível Federal de São Paulo (SP), por entender que o pedido não se restringe à impugnação das parcelas vincendas, abrangendo também as vencidas, tanto que postulada a repetição de valores pretensamente indevidos. Informa o entendimento da 1a Seção desta Corte, externado no julgamento do Conflito de Competência n. 6.359, relatado pelo Excelentíssimo Desembargador Federal Johonsom di Salvo, no sentido de que nas ações revisionais de contratos de financiamento de compra de imóvel, o valor da causa deve corresponder ao valor do contrato revisando ou do saldo devedor do mútuo. Assim, o MM. Juízo do Juizado Especial Federal considerou ser absolutamente incompetente, suscitando o presente conflito negativo de competência (fls. 130/133).
Decido.

SFH. Valor da causa. Juizados Especiais Cíveis Federais. CPC, art. 259. Conforme se infere do art. 3º da Lei n. 10.259, de 12 de julho de 2001, as demandas concernentes ao Sistema Financeiro da Habitação - SFH não estão excluídas da competência dos Juizados Especiais Cíveis, no âmbito da Justiça Federal:
"Art. 3º. Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.
§ 1º Não se incluem na competência do Juizado Especial Cível as causas:
I - referidas no art. 109, incisos II, III e XI, da Constituição Federal, as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, execuções fiscais e por improbidade administrativa e as demandas sobre direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos;
II - sobre bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais;
III - para a anulação ou cancelamento de ato administrativo federal, salvo o de natureza previdenciária e o de lançamento fiscal;
IV - que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou de sanções disciplinares aplicadas a militares.
§ 2º Quando a pretensão versar sobre obrigações vincendas, para fins de competência do Juizado Especial, a soma de doze parcelas não poderá exceder o valor referido no art. 3º, caput.
§ 3º No foro onde estiver instalada Vara do Juizado Especial, a sua competência é absoluta."
Com fundamento no § 2º acima, as Turmas Recursais do Juizado Especial Federal de 3ª Região firmaram entendimento sobre o valor da causa nos feitos relativos ao SFH que envolverem parcelas vincendas, por meio do Enunciado n. 13:
"O valor da causa, quando a demanda envolver parcelas vincendas, corresponderá à soma de doze parcelas vincendas controversas, nos termos do art. 3°, § 2°, da Lei n° 10.259/01."
Tal entendimento ou aquele, consagrado pelo Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual o valor nas demandas que versem sobre reajuste das prestações deve ser o equivalente a 12 (doze) vezes a diferença entre a importância devida e a reputada correta pelo mutuário (v.g. STJ, 1ª Turma, REsp n. 67.726-ES, Rel. Min. Demócrito Reinaldo, unânime, j. 07.10.96, DJ 29.10.96, p. 41.591), não prevalecem, contudo, quando aplicável o art. 259 do Código de Processo Civil, o valor dado à causa ultrapassar o limite previsto no art. 3º, caput, da Lei n. 10.259/01.
SFH. Valor da causa. CPC, art. 259, V. O valor da causa nas demandas em que se pretende apenas a revisão das prestações do contrato de mútuo corresponde à diferença entre a prestação cobrada e a alegada como correta, multiplicado por 12 (doze), conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Quando, porém, a pretensão relacionar-se à ampla revisão contratual, o valor atribuído à causa deverá ser o equivalente ao valor do contrato revisando, nos termos do inciso V do art. 259 do Código de Processo Civil. É nesse sentido a orientação jurisprudencial, conforme os precedentes seguintes:
"EMENTA: CONFLITO DE COMPETÊNCIA. DISSENSO ENTRE JUIZADO ESPECIAL FEDERAL E JUÍZO FEDERAL DA CAPITAL EM AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE MÚTUO HABITACIONAL, ONDE DAR-SE-Á AMPLA DISCUSSÃO DO CONTRATO E NÃO APENAS DO VALOR DE PRESTAÇÕES. RETIFICAÇÃO DO VALOR DA CAUSA PELA PARTE NOS TERMOS DO ARTIGO 260 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, INSTADA QUE FOI PELO JUÍZO SUSCITADO. ALTERAÇÃO FEITA QUE NÃO PODE OFENDER TEXTO EXPRESSO DE LEI (ART. 259 DO CPC) QUE ORIENTA DE MODO COGENTE O CÁLCULO DO VALOR DA CAUSA. COMPETÊNCIA DA VARA FEDERAL CÍVEL. APLICAÇÃO DO ART. 259, INCISO V, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. CONFLITO JULGADO PROCEDENTE.
1. A modificação do valor da causa pela parte, instada que foi pelo Juízo Suscitado em ação revisional de contrato de mútuo habitacional denominada de 'Ação de Revisão Contratual', repercutiu na competência, face o critério adotado pelo Juízo Suscitado no sentido da aplicação do artigo 260 do Código de Processo Civil por entender que a lide versa apenas sobre os critérios de remuneração do contrato de financiamento de imóvel, disso resultando valor inferior ao estabelecido no 'caput' do art. 3º da Lei n. 10.259/2001.
2. Se o intento do mutuário é a ampla revisão do mútuo habitacional - como consta dos pedidos formulados - não há dúvidas de que, a teor do inciso V do artigo 259 do Código de Processo Civil, o valor da causa na demanda de conhecimento deverá ser igual ao valor do contrato revisando.

3. Ainda que a parte houvesse mudado o valor da causa por insistência do Juiz, é forçoso convir que a alteração feita não pode ofender o texto expresso da Lei, quando a mesma (art. 259 do CPC) orienta de modo cogente como se calcula o valor da causa.
4. Na época em que fora interposta a ação revisional de contrato de mútuo habitacional, essa não poderia ser ajuizada no Juizado Especial Federal porque o valor da causa (correspondente ao valor do contrato) excedia de sessenta (60) salários mínimos.
5. Conflito julgado procedente."
(TRF da 3ª Região, 1a Seção, CC n. 2005.03.00.069910-6-SP, Rel. Des. Fed. Johonsom Di Salvo, maioria, j. 03.05.06, DJ 25.07.06, p. 203)
"EMENTA: PROCESSO CIVIL - CONFLITO DE COMPETÊNCIA - JUÍZO FEDERAL - JUIZADO ESPECIAL FEDERAL - VALOR DA CAUSA - REVISÃO GERAL DO NEGÓCIO JURÍDICO - PROCEDÊNCIA DO CONFLITO.
1. Reconheço a competência deste E. Tribunal para julgar o presente conflito de competência, nos termos do entendimento majoritário desta 1ª Seção.
2. A pretensão deduzida na ação em consideração não se limita à revisão das parcelas vincendas referentes ao contrato de mútuo habitacional, o que levaria à aplicação isolada do disposto no artigo art. 3º, §3º, da Lei 10.259/2001, para a solução da contenda.
3. Pretensão da parte autora é bem mais ampla do que a revisão de prestações vincendas, abarcando também a revisão das parcelas vencidas, bem como a repetição de indébito e compensação de valores.
4. À vista desta circunstância, torna-se inaplicável ao caso o disposto no artigo 3º, §3º, da Lei 10.259/2001, cujo comando é limitado às hipóteses em que os limites objetivos da lide cingem-se às parcelas vincendas.
5.Conflito de competência julgado procedente."
(TRF da 3ª Região, 1a Seção, CC n. 2006.03.00.010198-9-SP, Rel. Des. Fed. Cotrim Guimarães, unânime, j. 02.08.06, DJ 11.09.06, p. 336)
Do caso dos autos. Verifica-se da petição inicial que a parte autora pretende, entre outros pedidos, o recálculo das prestações e do saldo devedor, bem como a repetição do indébito (fls. 6/25).
Tratando-se de ampla revisão contratual, resta configurada a hipótese prevista no inciso V do art. 259 do Código de Processo Civil, o que leva a concluir que o valor da causa será o valor do contrato.
Malgrado a parte autora tenha atribuído à causa o valor de R$ 24.819,56 (vinte e quatro mil, oitocentos e dezenove reais e cinqüenta e seis centavos) (fl. 25), diverso ao do contrato, verifico que esse valor supera o limite de competência do Juizado Especial Federal.
Ante o exposto, nos termos do art. 120, parágrafo único, do Código de Processo Civil, julgo PROCEDENTE o conflito para declarar competente o Juízo Federal da 13ª Vara Cível de São Paulo (SP).
Oficie-se a ambos os Juízes.
Dê-se ciência ao Ministério Público Federal.
Publique-se.
Após, arquivem-se os autos.
São Paulo, 16 de março de 2007.
André Nekatschalow
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2006.03.00.057647-5 CC 9332
ORIG.	:	200563012939460 JE Vr SAO PAULO/SP 200561000042315 16 Vr SAO PAULO/SP
PARTE A	:	NIVALDO DIAS DA COSTA
ADV	:	FABIA MASCHIETTO
PARTE R	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SANDRA REGINA FRANCISCO VALVERDE PEREIRA
SUSTE	:	JUIZADO ESPECIAL FEDERAL CÍVEL DE SÃO PAULO>1ªSSJ>SP
SUSCDO	:	JUIZO FEDERAL DA 16 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW / PRIMEIRA SEÇÃO

D E C I S Ã O
Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juizado Especial Federal Cível de São Paulo (SP) em face do Juízo Federal da 16a Vara Cível de São Paulo (SP), nos autos da ação ordinária ajuizada por Nivaldo Dias da Costa.
A ação foi inicialmente distribuída ao MM. Juízo da 16a Vara Cível Federal de São Paulo (SP) o qual, ex officio, verificou que a parte autora atribuíra valor da causa em desconformidade com a jurisprudência relativa à matéria, uma vez que o valor correto da causa deveria corresponder à diferença entre o valor da prestação cobrada pela ré e aquele entendido como correto pelo autor, multiplicado por 12 (doze), resultando, no caso, R$ 2.592,96 (dois mil, quinhentos e noventa e dois reais e noventa e seis centavos). Considerado o valor da causa e o art. 3o, § 3o, da Lei n. 10.259/01, o MM. Juízo da 16a Vara Cível Federal de São Paulo (SP) reconheceu ser absolutamente incompetente determinando, pois, a remessa dos autos ao Juizado Especial (fls. 151/152).
Redistribuídos os autos, o MM. Juízo Federal do Juizado Especial Federal Cível de São Paulo (SP) divergiu do MM. Juízo Federal da 16a Vara Cível Federal de São Paulo (SP), por entender que o pedido trata de ampla discussão do contrato. Informa o entendimento da 1a Seção desta Corte, externado no julgamento do Conflito de Competência n. 6.359, relatado pelo Excelentíssimo Desembargador Federal Johonsom di Salvo, no sentido de que nas ações revisionais de contratos de financiamento de compra de imóvel, o valor da causa deve corresponder ao valor do contrato revisando ou do saldo devedor do mútuo. Assim, o MM. Juízo do Juizado Especial Federal considerou ser absolutamente incompetente, suscitando o presente conflito negativo de competência (fls. 320/323).
Decido.
SFH. Valor da causa. Juizados Especiais Cíveis Federais. CPC, art. 259. Conforme se infere do art. 3º da Lei n. 10.259, de 12 de julho de 2001, as demandas concernentes ao Sistema Financeiro da Habitação - SFH não estão excluídas da competência dos Juizados Especiais Cíveis, no âmbito da Justiça Federal:
"Art. 3º. Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.
§ 1º Não se incluem na competência do Juizado Especial Cível as causas:
I - referidas no art. 109, incisos II, III e XI, da Constituição Federal, as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, execuções fiscais e por improbidade administrativa e as demandas sobre direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos;
II - sobre bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais;
III - para a anulação ou cancelamento de ato administrativo federal, salvo o de natureza previdenciária e o de lançamento fiscal;
IV - que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou de sanções disciplinares aplicadas a militares.
§ 2º Quando a pretensão versar sobre obrigações vincendas, para fins de competência do Juizado Especial, a soma de doze parcelas não poderá exceder o valor referido no art. 3º, caput.
§ 3º No foro onde estiver instalada Vara do Juizado Especial, a sua competência é absoluta."
Com fundamento no § 2º acima, as Turmas Recursais do Juizado Especial Federal de 3ª Região firmaram entendimento sobre o valor da causa nos feitos relativos ao SFH que envolverem parcelas vincendas, por meio do Enunciado n. 13:
"O valor da causa, quando a demanda envolver parcelas vincendas, corresponderá à soma de doze parcelas vincendas controversas, nos termos do art. 3°, § 2°, da Lei n° 10.259/01."
Tal entendimento ou aquele, consagrado pelo Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual o valor nas demandas que versem sobre reajuste das prestações deve ser o equivalente a 12 (doze) vezes a diferença entre a importância devida e a reputada correta pelo mutuário (v.g. STJ, 1ª Turma, REsp n. 67.726-ES, Rel. Min. Demócrito Reinaldo, unânime, j. 07.10.96, DJ 29.10.96, p. 41.591), não prevalecem, contudo, quando aplicável o art. 259 do Código de Processo Civil, o valor dado à causa ultrapassar o limite previsto no art. 3º, caput, da Lei n. 10.259/01.
SFH. Valor da causa. CPC, art. 259, V. O valor da causa nas demandas em que se pretende apenas a revisão das prestações do contrato de mútuo corresponde à diferença entre a prestação cobrada e a alegada como correta, multiplicado por 12 (doze), conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Quando, porém, a pretensão relacionar-se à ampla revisão contratual, o valor atribuído à causa deverá ser o equivalente ao valor do contrato revisando, nos termos do inciso V do art. 259 do Código de Processo Civil. É nesse sentido a orientação jurisprudencial, conforme os precedentes seguintes:
"EMENTA: CONFLITO DE COMPETÊNCIA. DISSENSO ENTRE JUIZADO ESPECIAL FEDERAL E JUÍZO FEDERAL DA CAPITAL EM AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE MÚTUO HABITACIONAL, ONDE DAR-SE-Á AMPLA DISCUSSÃO DO CONTRATO E NÃO APENAS DO VALOR DE PRESTAÇÕES. RETIFICAÇÃO DO VALOR DA CAUSA PELA PARTE NOS TERMOS DO ARTIGO 260 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, INSTADA QUE FOI PELO JUÍZO SUSCITADO. ALTERAÇÃO FEITA QUE NÃO PODE OFENDER TEXTO EXPRESSO DE LEI (ART. 259 DO CPC) QUE ORIENTA DE MODO COGENTE O CÁLCULO DO VALOR DA CAUSA. COMPETÊNCIA DA VARA FEDERAL CÍVEL. APLICAÇÃO DO ART. 259, INCISO V, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. CONFLITO JULGADO PROCEDENTE.
1. A modificação do valor da causa pela parte, instada que foi pelo Juízo Suscitado em ação revisional de contrato de mútuo habitacional denominada de 'Ação de Revisão Contratual', repercutiu na competência, face o critério adotado pelo Juízo Suscitado no sentido da aplicação do artigo 260 do Código de Processo Civil por entender que a lide versa apenas sobre os critérios de remuneração do contrato de financiamento de imóvel, disso resultando valor inferior ao estabelecido no 'caput' do art. 3º da Lei n. 10.259/2001.
2. Se o intento do mutuário é a ampla revisão do mútuo habitacional - como consta dos pedidos formulados - não há dúvidas de que, a teor do inciso V do artigo 259 do Código de Processo Civil, o valor da causa na demanda de conhecimento deverá ser igual ao valor do contrato revisando.
3. Ainda que a parte houvesse mudado o valor da causa por insistência do Juiz, é forçoso convir que a alteração feita não pode ofender o texto expresso da Lei, quando a mesma (art. 259 do CPC) orienta de modo cogente como se calcula o valor da causa.
4. Na época em que fora interposta a ação revisional de contrato de mútuo habitacional, essa não poderia ser ajuizada no Juizado Especial Federal porque o valor da causa (correspondente ao valor do contrato) excedia de sessenta (60) salários mínimos.
5. Conflito julgado procedente."
(TRF da 3ª Região, 1a Seção, CC n. 2005.03.00.069910-6-SP, Rel. Des. Fed. Johonsom Di Salvo, maioria, j. 03.05.06, DJ 25.07.06, p. 203)
"EMENTA: PROCESSO CIVIL - CONFLITO DE COMPETÊNCIA - JUÍZO FEDERAL - JUIZADO ESPECIAL FEDERAL - VALOR DA CAUSA - REVISÃO GERAL DO NEGÓCIO JURÍDICO - PROCEDÊNCIA DO CONFLITO.
1. Reconheço a competência deste E. Tribunal para julgar o presente conflito de competência, nos termos do entendimento majoritário desta 1ª Seção.
2. A pretensão deduzida na ação em consideração não se limita à revisão das parcelas vincendas referentes ao contrato de mútuo habitacional, o que levaria à aplicação isolada do disposto no artigo art. 3º, §3º, da Lei 10.259/2001, para a solução da contenda.
3. Pretensão da parte autora é bem mais ampla do que a revisão de prestações vincendas, abarcando também a revisão das parcelas vencidas, bem como a repetição de indébito e compensação de valores.
4. À vista desta circunstância, torna-se inaplicável ao caso o disposto no artigo 3º, §3º, da Lei 10.259/2001, cujo comando é limitado às hipóteses em que os limites objetivos da lide cingem-se às parcelas vincendas.
5.Conflito de competência julgado procedente."
(TRF da 3ª Região, 1a Seção, CC n. 2006.03.00.010198-9-SP, Rel. Des. Fed. Cotrim Guimarães, unânime, j. 02.08.06, DJ 11.09.06, p. 336)
Do caso dos autos. Verifica-se da petição inicial que a parte autora pretende, entre outros pedidos, o recálculo das prestações e do saldo devedor, bem como a repetição do indébito e a compensação do montante pago a maior (fls. 6/32).
Tratando-se de ampla revisão contratual, resta configurada a hipótese prevista no inciso V do art. 259 do Código de Processo Civil, o que leva a concluir que o valor da causa será o valor do contrato.
Malgrado a parte autora tenha atribuído à causa o valor de R$ 37.611,15 (trinta e sete mil, seiscentos e onze reais e quinze centavos) (fl. 151), diverso ao do contrato, verifico que esse valor supera o limite de competência do Juizado Especial Federal.
Ante o exposto, nos termos do art. 120, parágrafo único, do Código de Processo Civil, julgo PROCEDENTE o conflito para declarar competente o Juízo Federal da 16ª Vara Cível de São Paulo (SP).
Oficie-se a ambos os Juízes.
Dê-se ciência ao Ministério Público Federal.
Publique-se.
Após, arquivem-se os autos.
São Paulo, 16 de março de 2007.
André Nekatschalow
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2006.03.00.057875-7 AR 4894
ORIG.	:	199961000472370 SAO PAULO/SP
AUTOR	:	ALDEGUNDES DE MAGALHAES ROCHA
ADV	:	DALMIRO FRANCISCO
REU	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
RELATOR	:	DES.FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW / PRIMEIRA SEÇÃO

D E S P A C H O
1. Fls. 117: defiro o desentranhamento dos documentos de fls. 15/29, substituindo-os por cópias.
2. Publique-se.
São Paulo, 22 de março de 2007.
André Nekatschalow
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2006.03.00.060807-5 CC 9375
ORIG.	:	200563012939990 JE Vr SAO PAULO/SP 200461000311619 16 Vr SAO PAULO/SP
PARTE A	:	CLAUDENICE GOMES DE ARAUJO
ADV	:	LAERCIO DE OLIVEIRA LIMA
PARTE R	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	TANIA FAVORETTO
SUSTE	:	JUIZADO ESPECIAL FEDERAL CÍVEL DE SÃO PAULO>1ªSSJ>SP
SUSCDO	:	JUIZO FEDERAL DA 16 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW / PRIMEIRA SEÇÃO

D E S P A C H O
1. Tendo em vista a informação de que o Processo n. 2005.63.01.293999-0 foi extinto sem julgamento do mérito (cfr. fls. 228/230), oficie-se ao MM. Juízo suscitante, com cópia de fls. 207/210 e 228/230, solicitando-se cópia da referida decisão.
2. Com a resposta, retornem conclusos.
São Paulo, 22 de março de 2007.
André Nekatschalow
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2006.03.00.060830-0 CC 9400
ORIG.	:	200563012953249 JE Vr SAO PAULO/SP 200561000163489 19 Vr SAO PAULO/SP
PARTE A	:	RAUL JOSE DA COSTA FERNANDES
ADV	:	ANNE CRISTINA ROBLES BRANDINI
PARTE R	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	TANIA FAVORETTO
SUSTE	:	JUIZADO ESPECIAL FEDERAL CÍVEL DE SÃO PAULO>1ªSSJ>SP
SUSCDO	:	JUIZO FEDERAL DA 19 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW / PRIMEIRA SEÇÃO

D E C I S Ã O

Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juizado Especial Federal Cível de São Paulo (SP) em face do Juízo Federal da 19a Vara Cível de São Paulo (SP), nos autos da ação ordinária ajuizada por Raul José da Costa Fernandes.

A ação foi inicialmente distribuída ao MM. Juízo da 19a Vara Cível Federal de São Paulo (SP) o qual, ex officio, verificou que a parte autora atribuíra valor da causa em desconformidade com a jurisprudência relativa à matéria, uma vez que o valor correto da causa deveria corresponder à diferença entre o valor da prestação cobrada pela ré e aquele entendido como correto pelos autores, multiplicado por 12 (doze), resultando, no caso, R$ 1.036,68 (um mil e trinta e seis reais e sessenta e oito centavos). Considerado o valor da causa e o art. 3o, § 3o, da Lei n. 10.259/01, o MM. Juízo da 19a Vara Cível Federal de São Paulo (SP) reconheceu ser absolutamente incompetente determinando, pois, a remessa dos autos ao Juizado Especial (fls. 76/77).

A parte autora interpôs agravo de instrumento, requerendo seja mantido o valor da causa em R$ 31.187,78 (trinta e um mil, cento e oitenta e sete reais e setenta e oito centavos), bem como o benefício da Justiça Gratuita (fls. 83/96).

Redistribuídos os autos, o MM. Juízo Federal do Juizado Especial Federal Cível de São Paulo (SP) divergiu do MM. Juízo Federal da 19a Vara Cível Federal de São Paulo (SP), por entender que o pedido não se restringe à impugnação das parcelas vincendas, abrangendo também as vencidas, tanto que postulada a compensação de valores pretensamente indevidos. Informa o entendimento da 2a Turma do Superior Tribunal de Justiça, externado no julgamento do REsp n. 491365/RS, relatado pela Excelentíssima Ministra Eliane Calmon, no sentido de que nas ações revisionais de contratos de financiamento de compra de imóvel, se a ação buscar a revisão das prestações e do saldo devedor, o valor da causa deve corresponder ao benefício econômico que se busca alcançar. Assim, o MM. Juízo do Juizado Especial Federal considerou ser absolutamente incompetente, suscitando o presente conflito negativo de competência (fls. 227/229).

Decido.

SFH. Valor da causa. Juizados Especiais Cíveis Federais. CPC, art. 259. Conforme se infere do art. 3º da Lei n. 10.259, de 12 de julho de 2001, as demandas concernentes ao Sistema Financeiro da Habitação - SFH não estão excluídas da competência dos Juizados Especiais Cíveis, no âmbito da Justiça Federal:

"Art. 3º. Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.

§ 1º Não se incluem na competência do Juizado Especial Cível as causas:

I - referidas no art. 109, incisos II, III e XI, da Constituição Federal, as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, execuções fiscais e por improbidade administrativa e as demandas sobre direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos;

II - sobre bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais;

III - para a anulação ou cancelamento de ato administrativo federal, salvo o de natureza previdenciária e o de lançamento fiscal;

IV - que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou de sanções disciplinares aplicadas a militares.

§ 2º Quando a pretensão versar sobre obrigações vincendas, para fins de competência do Juizado Especial, a soma de doze parcelas não poderá exceder o valor referido no art. 3º, caput.

§ 3º No foro onde estiver instalada Vara do Juizado Especial, a sua competência é absoluta."

Com fundamento no § 2º acima, as Turmas Recursais do Juizado Especial Federal de 3ª Região firmaram entendimento sobre o valor da causa nos feitos relativos ao SFH que envolverem parcelas vincendas, por meio do Enunciado n. 13:

"O valor da causa, quando a demanda envolver parcelas vincendas, corresponderá à soma de doze parcelas vincendas controversas, nos termos do art. 3°, § 2°, da Lei n° 10.259/01."

Tal entendimento ou aquele, consagrado pelo Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual o valor nas demandas que versem sobre reajuste das prestações deve ser o equivalente a 12 (doze) vezes a diferença entre a importância devida e a reputada correta pelo mutuário (v.g. STJ, 1ª Turma, REsp n. 67.726-ES, Rel. Min. Demócrito Reinaldo, unânime, j. 07.10.96, DJ 29.10.96, p. 41.591), não prevalecem, contudo, quando aplicável o art. 259 do Código de Processo Civil, o valor dado à causa ultrapassar o limite previsto no art. 3º, caput, da Lei n. 10.259/01.

SFH. Valor da causa. CPC, art. 259, V. O valor da causa nas demandas em que se pretende apenas a revisão das prestações do contrato de mútuo corresponde à diferença entre a prestação cobrada e a alegada como correta, multiplicado por 12 (doze), conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Quando, porém, a pretensão relacionar-se à ampla revisão contratual, o valor atribuído à causa deverá ser o equivalente ao valor do contrato revisando, nos termos do inciso V do art. 259 do Código de Processo Civil. É nesse sentido a orientação jurisprudencial, conforme os precedentes seguintes:

"EMENTA: CONFLITO DE COMPETÊNCIA. DISSENSO ENTRE JUIZADO ESPECIAL FEDERAL E JUÍZO FEDERAL DA CAPITAL EM AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE MÚTUO HABITACIONAL, ONDE DAR-SE-Á AMPLA DISCUSSÃO DO CONTRATO E NÃO APENAS DO VALOR DE PRESTAÇÕES. RETIFICAÇÃO DO VALOR DA CAUSA PELA PARTE NOS TERMOS DO ARTIGO 260 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, INSTADA QUE FOI PELO JUÍZO SUSCITADO. ALTERAÇÃO FEITA QUE NÃO PODE OFENDER TEXTO EXPRESSO DE LEI (ART. 259 DO CPC) QUE ORIENTA DE MODO COGENTE O CÁLCULO DO VALOR DA CAUSA. COMPETÊNCIA DA VARA FEDERAL CÍVEL. APLICAÇÃO DO ART. 259, INCISO V, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. CONFLITO JULGADO PROCEDENTE.

1. A modificação do valor da causa pela parte, instada que foi pelo Juízo Suscitado em ação revisional de contrato de mútuo habitacional denominada de 'Ação de Revisão Contratual', repercutiu na competência, face o critério adotado pelo Juízo Suscitado no sentido da aplicação do artigo 260 do Código de Processo Civil por entender que a lide versa apenas sobre os critérios de remuneração do contrato de financiamento de imóvel, disso resultando valor inferior ao estabelecido no 'caput' do art. 3º da Lei n. 10.259/2001.

2. Se o intento do mutuário é a ampla revisão do mútuo habitacional - como consta dos pedidos formulados - não há dúvidas de que, a teor do inciso V do artigo 259 do Código de Processo Civil, o valor da causa na demanda de conhecimento deverá ser igual ao valor do contrato revisando.

3. Ainda que a parte houvesse mudado o valor da causa por insistência do Juiz, é forçoso convir que a alteração feita não pode ofender o texto expresso da Lei, quando a mesma (art. 259 do CPC) orienta de modo cogente como se calcula o valor da causa.

4. Na época em que fora interposta a ação revisional de contrato de mútuo habitacional, essa não poderia ser ajuizada no Juizado Especial Federal porque o valor da causa (correspondente ao valor do contrato) excedia de sessenta (60) salários mínimos.

5. Conflito julgado procedente."

(TRF da 3ª Região, 1a Seção, CC n. 2005.03.00.069910-6-SP, Rel. Des. Fed. Johonsom Di Salvo, maioria, j. 03.05.06, DJ 25.07.06, p. 203)

"EMENTA: PROCESSO CIVIL - CONFLITO DE COMPETÊNCIA - JUÍZO FEDERAL - JUIZADO ESPECIAL FEDERAL - VALOR DA CAUSA - REVISÃO GERAL DO NEGÓCIO JURÍDICO - PROCEDÊNCIA DO CONFLITO.

1. Reconheço a competência deste E. Tribunal para julgar o presente conflito de competência, nos termos do entendimento majoritário desta 1ª Seção.

2. A pretensão deduzida na ação em consideração não se limita à revisão das parcelas vincendas referentes ao contrato de mútuo habitacional, o que levaria à aplicação isolada do disposto no artigo art. 3º, §3º, da Lei 10.259/2001, para a solução da contenda.

3. Pretensão da parte autora é bem mais ampla do que a revisão de prestações vincendas, abarcando também a revisão das parcelas vencidas, bem como a repetição de indébito e compensação de valores.

4. À vista desta circunstância, torna-se inaplicável ao caso o disposto no artigo 3º, §3º, da Lei 10.259/2001, cujo comando é limitado às hipóteses em que os limites objetivos da lide cingem-se às parcelas vincendas.

5.Conflito de competência julgado procedente."

(TRF da 3ª Região, 1a Seção, CC n. 2006.03.00.010198-9-SP, Rel. Des. Fed. Cotrim Guimarães, unânime, j. 02.08.06, DJ 11.09.06, p. 336)

Do caso dos autos. Verifica-se da petição inicial que a parte autora pretende, entre outros pedidos, o recálculo das prestações e do saldo devedor, bem como a compensação de valores (fls. 6/39).

Tratando-se de ampla revisão contratual, resta configurada a hipótese prevista no inciso V do art. 259 do Código de Processo Civil, o que leva a concluir que o valor da causa será o valor do contrato.

Malgrado a parte autora tenha atribuído à causa o valor de R$ 31.187,79 (trinta e um mil, cento e oitenta e sete reais e setenta e nove centavos) (fl. 39), diverso ao do contrato, verifico que esse valor supera o limite de competência do Juizado Especial Federal.

Ante o exposto, nos termos do art. 120, parágrafo único, do Código de Processo Civil, julgo PROCEDENTE o conflito para declarar competente o Juízo Federal da 19ª Vara Cível de São Paulo (SP).

Oficie-se a ambos os Juízes.

Dê-se ciência ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Após, arquivem-se os autos.

São Paulo, 16 de março de 2007.

André Nekatschalow

Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2006.03.00.071644-3 CC 9509
ORIG.	:	200563012418411 JE Vr SAO PAULO/SP 200561000157131 13 Vr SAO PAULO/SP
PARTE A	:	THELMA MARIA MENDONCA COSTA e outro
ADV	:	AMAURI GREGORIO BENEDITO BELLINI
PARTE R	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	TANIA FAVORETTO
SUSTE	:	JUIZADO ESPECIAL FEDERAL CÍVEL DE SÃO PAULO>1ªSSJ>SP
SUSCDO	:	JUIZO FEDERAL DA 13 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW / PRIMEIRA SEÇÃO

D E C I S Ã O

Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juizado Especial Federal Cível de São Paulo (SP) em face do Juízo Federal da 13a Vara Cível de São Paulo (SP), nos autos da ação ordinária ajuizada por Thelma Maria Mendonça Costa e Orioston Batista da Costa.

A ação foi inicialmente distribuída ao MM. Juízo da 13a Vara Cível Federal de São Paulo (SP) o qual, ex officio, verificou que a parte autora atribuíra valor da causa em desconformidade com a jurisprudência relativa à matéria, uma vez que o valor correto da causa deveria corresponder à diferença entre o valor da prestação cobrada pela ré e aquele entendido como correto pelos autores, multiplicado por 12 (doze), resultando, no caso, R$ 2.223,12 (dois mil, duzentos e vinte e três reais e doze centavos). Considerado o valor da causa e o art. 3o, § 3o, da Lei n. 10.259/01, o MM. Juízo da 13a Vara Cível Federal de São Paulo (SP) reconheceu ser absolutamente incompetente determinando, pois, a remessa dos autos ao Juizado Especial (fl. 170).

Redistribuídos os autos, o MM. Juízo Federal do Juizado Especial Federal Cível de São Paulo (SP) divergiu do MM. Juízo Federal da 13a Vara Cível Federal de São Paulo (SP), por entender que o pedido não se restringe à impugnação das parcelas vincendas, abrangendo também as vencidas, tanto que postulada a repetição de valores pretensamente indevidos. Informa o entendimento da 1a Seção desta Corte, externado no julgamento do Conflito de Competência n. 6.359, relatado pelo Excelentíssimo Desembargador Federal Johonsom di Salvo, no sentido de que nas ações revisionais de contratos de financiamento de compra de imóvel, o valor da causa deve corresponder ao valor do contrato revisando ou do saldo devedor do mútuo. Assim, o MM. Juízo do Juizado Especial Federal considerou ser absolutamente incompetente, suscitando o presente conflito negativo de competência (fls. 278/283).

Decido.

SFH. Valor da causa. Juizados Especiais Cíveis Federais. CPC, art. 259. Conforme se infere do art. 3º da Lei n. 10.259, de 12 de julho de 2001, as demandas concernentes ao Sistema Financeiro da Habitação - SFH não estão excluídas da competência dos Juizados Especiais Cíveis, no âmbito da Justiça Federal:

"Art. 3º. Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.

§ 1º Não se incluem na competência do Juizado Especial Cível as causas:

I - referidas no art. 109, incisos II, III e XI, da Constituição Federal, as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, execuções fiscais e por improbidade administrativa e as demandas sobre direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos;

II - sobre bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais;

III - para a anulação ou cancelamento de ato administrativo federal, salvo o de natureza previdenciária e o de lançamento fiscal;

IV - que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou de sanções disciplinares aplicadas a militares.

§ 2º Quando a pretensão versar sobre obrigações vincendas, para fins de competência do Juizado Especial, a soma de doze parcelas não poderá exceder o valor referido no art. 3º, caput.

§ 3º No foro onde estiver instalada Vara do Juizado Especial, a sua competência é absoluta."

Com fundamento no § 2º acima, as Turmas Recursais do Juizado Especial Federal de 3ª Região firmaram entendimento sobre o valor da causa nos feitos relativos ao SFH que envolverem parcelas vincendas, por meio do Enunciado n. 13:

"O valor da causa, quando a demanda envolver parcelas vincendas, corresponderá à soma de doze parcelas vincendas controversas, nos termos do art. 3°, § 2°, da Lei n° 10.259/01."

Tal entendimento ou aquele, consagrado pelo Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual o valor nas demandas que versem sobre reajuste das prestações deve ser o equivalente a 12 (doze) vezes a diferença entre a importância devida e a reputada correta pelo mutuário (v.g. STJ, 1ª Turma, REsp n. 67.726-ES, Rel. Min. Demócrito Reinaldo, unânime, j. 07.10.96, DJ 29.10.96, p. 41.591), não prevalecem, contudo, quando aplicável o art. 259 do Código de Processo Civil, o valor dado à causa ultrapassar o limite previsto no art. 3º, caput, da Lei n. 10.259/01.

SFH. Valor da causa. CPC, art. 259, V. O valor da causa nas demandas em que se pretende apenas a revisão das prestações do contrato de mútuo corresponde à diferença entre a prestação cobrada e a alegada como correta, multiplicado por 12 (doze), conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Quando, porém, a pretensão relacionar-se à ampla revisão contratual, o valor atribuído à causa deverá ser o equivalente ao valor do contrato revisando, nos termos do inciso V do art. 259 do Código de Processo Civil. É nesse sentido a orientação jurisprudencial, conforme os precedentes seguintes:
"EMENTA: CONFLITO DE COMPETÊNCIA. DISSENSO ENTRE JUIZADO ESPECIAL FEDERAL E JUÍZO FEDERAL DA CAPITAL EM AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE MÚTUO HABITACIONAL, ONDE DAR-SE-Á AMPLA DISCUSSÃO DO CONTRATO E NÃO APENAS DO VALOR DE PRESTAÇÕES. RETIFICAÇÃO DO VALOR DA CAUSA PELA PARTE NOS TERMOS DO ARTIGO 260 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, INSTADA QUE FOI PELO JUÍZO SUSCITADO. ALTERAÇÃO FEITA QUE NÃO PODE OFENDER TEXTO EXPRESSO DE LEI (ART. 259 DO CPC) QUE ORIENTA DE MODO COGENTE O CÁLCULO DO VALOR DA CAUSA. COMPETÊNCIA DA VARA FEDERAL CÍVEL. APLICAÇÃO DO ART. 259, INCISO V, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. CONFLITO JULGADO PROCEDENTE.
1. A modificação do valor da causa pela parte, instada que foi pelo Juízo Suscitado em ação revisional de contrato de mútuo habitacional denominada de 'Ação de Revisão Contratual', repercutiu na competência, face o critério adotado pelo Juízo Suscitado no sentido da aplicação do artigo 260 do Código de Processo Civil por entender que a lide versa apenas sobre os critérios de remuneração do contrato de financiamento de imóvel, disso resultando valor inferior ao estabelecido no 'caput' do art. 3º da Lei n. 10.259/2001.
2. Se o intento do mutuário é a ampla revisão do mútuo habitacional - como consta dos pedidos formulados - não há dúvidas de que, a teor do inciso V do artigo 259 do Código de Processo Civil, o valor da causa na demanda de conhecimento deverá ser igual ao valor do contrato revisando.
3. Ainda que a parte houvesse mudado o valor da causa por insistência do Juiz, é forçoso convir que a alteração feita não pode ofender o texto expresso da Lei, quando a mesma (art. 259 do CPC) orienta de modo cogente como se calcula o valor da causa.
4. Na época em que fora interposta a ação revisional de contrato de mútuo habitacional, essa não poderia ser ajuizada no Juizado Especial Federal porque o valor da causa (correspondente ao valor do contrato) excedia de sessenta (60) salários mínimos.
5. Conflito julgado procedente."
(TRF da 3ª Região, 1a Seção, CC n. 2005.03.00.069910-6-SP, Rel. Des. Fed. Johonsom Di Salvo, maioria, j. 03.05.06, DJ 25.07.06, p. 203)
"EMENTA: PROCESSO CIVIL - CONFLITO DE COMPETÊNCIA - JUÍZO FEDERAL - JUIZADO ESPECIAL FEDERAL - VALOR DA CAUSA - REVISÃO GERAL DO NEGÓCIO JURÍDICO - PROCEDÊNCIA DO CONFLITO.
1. Reconheço a competência deste E. Tribunal para julgar o presente conflito de competência, nos termos do entendimento majoritário desta 1ª Seção.
2. A pretensão deduzida na ação em consideração não se limita à revisão das parcelas vincendas referentes ao contrato de mútuo habitacional, o que levaria à aplicação isolada do disposto no artigo art. 3º, §3º, da Lei 10.259/2001, para a solução da contenda.
3. Pretensão da parte autora é bem mais ampla do que a revisão de prestações vincendas, abarcando também a revisão das parcelas vencidas, bem como a repetição de indébito e compensação de valores.
4. À vista desta circunstância, torna-se inaplicável ao caso o disposto no artigo 3º, §3º, da Lei 10.259/2001, cujo comando é limitado às hipóteses em que os limites objetivos da lide cingem-se às parcelas vincendas.
5.Conflito de competência julgado procedente."
(TRF da 3ª Região, 1a Seção, CC n. 2006.03.00.010198-9-SP, Rel. Des. Fed. Cotrim Guimarães, unânime, j. 02.08.06, DJ 11.09.06, p. 336)
Do caso dos autos. Verifica-se da petição inicial que a parte autora pretende, entre outros pedidos, o recálculo das prestações e do saldo devedor, bem como a repetição do indébito (fls. 6/70).
Tratando-se de ampla revisão contratual, resta configurada a hipótese prevista no inciso V do art. 259 do Código de Processo Civil, o que leva a concluir que o valor da causa será o valor do contrato.
Malgrado a parte autora tenha atribuído à causa o valor de R$ 18.200,00 (dezoito mil e duzentos reais) (fl. 70), diverso ao do contrato, verifico que esse valor supera o limite de competência do Juizado Especial Federal.
Ante o exposto, nos termos do art. 120, parágrafo único, do Código de Processo Civil, julgo PROCEDENTE o conflito para declarar competente o Juízo Federal da 13ª Vara Cível de São Paulo (SP).
Oficie-se a ambos os Juízes.
Dê-se ciência ao Ministério Público Federal.
Publique-se.
Após, arquivem-se os autos.
São Paulo, 16 de março de 2007.
André Nekatschalow
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2006.03.00.076545-4 CC 9571
ORIG.	:	200563010972277 JE Vr SAO PAULO/SP 200561000072599 6 Vr SAO PAULO/SP
PARTE A	:	ANDRE TIYOMATSU KURAHASHI
ADV	:	ADILSON MACHADO
PARTE R	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	TANIA FAVORETTO
SUSTE	:	JUIZADO ESPECIAL FEDERAL CÍVEL DE SÃO PAULO>1ªSSJ>SP
SUSCDO	:	JUIZO FEDERAL DA 6 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW / PRIMEIRA SEÇÃO

D E C I S Ã O
Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juizado Especial Federal Cível de São Paulo (SP) em face do Juízo Federal da 6a Vara Cível de São Paulo (SP), nos autos da ação ordinária ajuizada por André Tiyomatsu Kurahashi.
A ação foi inicialmente distribuída ao MM. Juízo da 6a Vara Cível Federal de São Paulo (SP) o qual, ex officio, verificou que a parte autora atribuíra valor da causa em desconformidade com a jurisprudência relativa à matéria, uma vez que o valor correto da causa deveria corresponder à diferença entre o valor da prestação cobrada pela ré e aquele entendido como correto pelo autor, multiplicado por 12 (doze), resultando, no caso, R$ 5.901,72 (cinco mil, novecentos e um reais e setenta e dois centavos). Considerado o valor da causa e o art. 3o, § 3o, da Lei n. 10.259/01, o MM. Juízo da 6a Vara Cível Federal de São Paulo (SP) reconheceu ser absolutamente incompetente determinando, pois, a remessa dos autos ao Juizado Especial (fl. 94).
Redistribuídos os autos, o MM. Juízo Federal do Juizado Especial Federal Cível de São Paulo (SP) divergiu do MM. Juízo Federal da 6a Vara Cível Federal de São Paulo (SP), por entender que o pedido não se restringe à impugnação das parcelas vincendas, abrangendo também as vencidas, tanto que postulada a repetição de valores pretensamente indevidos. Informa o entendimento da 1a Seção desta Corte, externado no julgamento do Conflito de Competência n. 6.359, relatado pelo Excelentíssimo Desembargador Federal Johonsom di Salvo, no sentido de que nas ações revisionais de contratos de financiamento de compra de imóvel, o valor da causa deve corresponder ao valor do contrato revisando ou do saldo devedor do mútuo. Assim, o MM. Juízo do Juizado Especial Federal considerou ser absolutamente incompetente, suscitando o presente conflito negativo de competência (fls. 213/215).
Decido.

SFH. Valor da causa. Juizados Especiais Cíveis Federais. CPC, art. 259. Conforme se infere do art. 3º da Lei n. 10.259, de 12 de julho de 2001, as demandas concernentes ao Sistema Financeiro da Habitação - SFH não estão excluídas da competência dos Juizados Especiais Cíveis, no âmbito da Justiça Federal:
"Art. 3º. Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.
§ 1º Não se incluem na competência do Juizado Especial Cível as causas:
I - referidas no art. 109, incisos II, III e XI, da Constituição Federal, as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, execuções fiscais e por improbidade administrativa e as demandas sobre direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos;
II - sobre bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais;
III - para a anulação ou cancelamento de ato administrativo federal, salvo o de natureza previdenciária e o de lançamento fiscal;
IV - que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou de sanções disciplinares aplicadas a militares.
§ 2º Quando a pretensão versar sobre obrigações vincendas, para fins de competência do Juizado Especial, a soma de doze parcelas não poderá exceder o valor referido no art. 3º, caput.
§ 3º No foro onde estiver instalada Vara do Juizado Especial, a sua competência é absoluta."
Com fundamento no § 2º acima, as Turmas Recursais do Juizado Especial Federal de 3ª Região firmaram entendimento sobre o valor da causa nos feitos relativos ao SFH que envolverem parcelas vincendas, por meio do Enunciado n. 13:
"O valor da causa, quando a demanda envolver parcelas vincendas, corresponderá à soma de doze parcelas vincendas controversas, nos termos do art. 3°, § 2°, da Lei n° 10.259/01."
Tal entendimento ou aquele, consagrado pelo Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual o valor nas demandas que versem sobre reajuste das prestações deve ser o equivalente a 12 (doze) vezes a diferença entre a importância devida e a reputada correta pelo mutuário (v.g. STJ, 1ª Turma, REsp n. 67.726-ES, Rel. Min. Demócrito Reinaldo, unânime, j. 07.10.96, DJ 29.10.96, p. 41.591), não prevalecem, contudo, quando aplicável o art. 259 do Código de Processo Civil, o valor dado à causa ultrapassar o limite previsto no art. 3º, caput, da Lei n. 10.259/01.
SFH. Valor da causa. CPC, art. 259, V. O valor da causa nas demandas em que se pretende apenas a revisão das prestações do contrato de mútuo corresponde à diferença entre a prestação cobrada e a alegada como correta, multiplicado por 12 (doze), conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Quando, porém, a pretensão relacionar-se à ampla revisão contratual, o valor atribuído à causa deverá ser o equivalente ao valor do contrato revisando, nos termos do inciso V do art. 259 do Código de Processo Civil. É nesse sentido a orientação jurisprudencial, conforme os precedentes seguintes:
"EMENTA: CONFLITO DE COMPETÊNCIA. DISSENSO ENTRE JUIZADO ESPECIAL FEDERAL E JUÍZO FEDERAL DA CAPITAL EM AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE MÚTUO HABITACIONAL, ONDE DAR-SE-Á AMPLA DISCUSSÃO DO CONTRATO E NÃO APENAS DO VALOR DE PRESTAÇÕES. RETIFICAÇÃO DO VALOR DA CAUSA PELA PARTE NOS TERMOS DO ARTIGO 260 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, INSTADA QUE FOI PELO JUÍZO SUSCITADO. ALTERAÇÃO FEITA QUE NÃO PODE OFENDER TEXTO EXPRESSO DE LEI (ART. 259 DO CPC) QUE ORIENTA DE MODO COGENTE O CÁLCULO DO VALOR DA CAUSA. COMPETÊNCIA DA VARA FEDERAL CÍVEL. APLICAÇÃO DO ART. 259, INCISO V, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. CONFLITO JULGADO PROCEDENTE.
1. A modificação do valor da causa pela parte, instada que foi pelo Juízo Suscitado em ação revisional de contrato de mútuo habitacional denominada de 'Ação de Revisão Contratual', repercutiu na competência, face o critério adotado pelo Juízo Suscitado no sentido da aplicação do artigo 260 do Código de Processo Civil por entender que a lide versa apenas sobre os critérios de remuneração do contrato de financiamento de imóvel, disso resultando valor inferior ao estabelecido no 'caput' do art. 3º da Lei n. 10.259/2001.
2. Se o intento do mutuário é a ampla revisão do mútuo habitacional - como consta dos pedidos formulados - não há dúvidas de que, a teor do inciso V do artigo 259 do Código de Processo Civil, o valor da causa na demanda de conhecimento deverá ser igual ao valor do contrato revisando.
3. Ainda que a parte houvesse mudado o valor da causa por insistência do Juiz, é forçoso convir que a alteração feita não pode ofender o texto expresso da Lei, quando a mesma (art. 259 do CPC) orienta de modo cogente como se calcula o valor da causa.
4. Na época em que fora interposta a ação revisional de contrato de mútuo habitacional, essa não poderia ser ajuizada no Juizado Especial Federal porque o valor da causa (correspondente ao valor do contrato) excedia de sessenta (60) salários mínimos.
5. Conflito julgado procedente."
(TRF da 3ª Região, 1a Seção, CC n. 2005.03.00.069910-6-SP, Rel. Des. Fed. Johonsom Di Salvo, maioria, j. 03.05.06, DJ 25.07.06, p. 203)
"EMENTA: PROCESSO CIVIL - CONFLITO DE COMPETÊNCIA - JUÍZO FEDERAL - JUIZADO ESPECIAL FEDERAL - VALOR DA CAUSA - REVISÃO GERAL DO NEGÓCIO JURÍDICO - PROCEDÊNCIA DO CONFLITO.
1. Reconheço a competência deste E. Tribunal para julgar o presente conflito de competência, nos termos do entendimento majoritário desta 1ª Seção.
2. A pretensão deduzida na ação em consideração não se limita à revisão das parcelas vincendas referentes ao contrato de mútuo habitacional, o que levaria à aplicação isolada do disposto no artigo art. 3º, §3º, da Lei 10.259/2001, para a solução da contenda.
3. Pretensão da parte autora é bem mais ampla do que a revisão de prestações vincendas, abarcando também a revisão das parcelas vencidas, bem como a repetição de indébito e compensação de valores.
4. À vista desta circunstância, torna-se inaplicável ao caso o disposto no artigo 3º, §3º, da Lei 10.259/2001, cujo comando é limitado às hipóteses em que os limites objetivos da lide cingem-se às parcelas vincendas.
5.Conflito de competência julgado procedente."
(TRF da 3ª Região, 1a Seção, CC n. 2006.03.00.010198-9-SP, Rel. Des. Fed. Cotrim Guimarães, unânime, j. 02.08.06, DJ 11.09.06, p. 336)
Do caso dos autos. Verifica-se da petição inicial que a parte autora pretende, entre outros pedidos, o recálculo das prestações e do saldo devedor, bem como a repetição do indébito (fls. 6/42).
Tratando-se de ampla revisão contratual, resta configurada a hipótese prevista no inciso V do art. 259 do Código de Processo Civil, o que leva a concluir que o valor da causa será o valor do contrato.
Malgrado a parte autora tenha atribuído à causa o valor de R$ 29.479,22 (vinte e nove mil, quatrocentos e setenta e nove reais e vinte e dois centavos) (fl. 42), diverso ao do contrato, verifico que esse valor supera o limite de competência do Juizado Especial Federal.
Ante o exposto, nos termos do art. 120, parágrafo único, do Código de Processo Civil, julgo PROCEDENTE o conflito para declarar competente o Juízo Federal da 6ª Vara Cível de São Paulo (SP).
Oficie-se a ambos os Juízes.
Dê-se ciência ao Ministério Público Federal.
Publique-se.
Após, arquivem-se os autos.
São Paulo, 16 de março de 2007.
André Nekatschalow
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2006.03.00.097559-0 CC 9825
ORIG.	:	200663010656529 JE Vr SAO PAULO/SP 200661000036400 23 Vr SAO PAULO/SP
PARTE A	:	CLEBER BLANCO e outro
ADV	:	JOAO BENEDITO DA SILVA JUNIOR
PARTE R	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
SUSTE	:	JUIZADO ESPECIAL FEDERAL CÍVEL DE SÃO PAULO>1ªSSJ>SP
SUSCDO	:	JUIZO FEDERAL DA 23 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW / PRIMEIRA SEÇÃO

D E C I S Ã O
1. Tendo em vista que o MM. Juízo suscitante reconheceu a sua competência para julgar o feito (fls. 103/104), JULGO PREJUDICADO este conflito de competência, com fundamento no art. 33, XII, do Regimento Interno deste Tribunal.
2. Publique-se.
São Paulo, 16 de março de 2007.
André Nekatschalow
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2007.03.00.007373-1 AR 5171
ORIG.	:	200361140047052 1 Vr SAO BERNARDO DO CAMPO/SP 200361140047052 SAO PAULO/SP
AUTOR	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	CARLA SANTOS SANJAD
REU	:	JOSE ROBERIO DA SILVA RODRIGUES e outro
ADV	:	MARIA HELENA PURKOTE
RELATOR	:	DES.FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW / PRIMEIRA SEÇÃO

D E S P A C H O
1. Prorrogo, por 90 (noventa) dias, o prazo para que a Caixa Econômica Federal - CEF promova a citação dos réus (CPC, art. 219, § 3º).
2. Publique-se.
São Paulo, 27 de março de 2007.
André Nekatschalow
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2007.03.00.010112-0 CC 10011
ORIG.	:	200663010847130 JE Vr SAO PAULO/SP 200661000064224 20 Vr SAO PAULO/SP
PARTE A	:	ANDREIA DE FATIMA OLIVEIRA
REPTE	:	CADMESP CONSULTORIA EM FINANCIAMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
ADV	:	JOAO BENEDITO DA SILVA JUNIOR
PARTE R	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
SUSTE	:	JUIZADO ESPECIAL FEDERAL CÍVEL DE SÃO PAULO>1ªSSJ>SP
SUSCDO	:	JUIZO FEDERAL DA 20 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW / PRIMEIRA SEÇÃO

D E C I S Ã O
Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juizado Especial Federal Cível de São Paulo (SP) em face do Juízo Federal da 20ª Vara Cível de São Paulo (SP), nos autos da ação ordinária ajuizada por Andréia de Fátima Oliveira.
A ação foi inicialmente distribuída ao MM. Juízo da 20a Vara Cível Federal de São Paulo (SP), o qual determinou a emenda da inicial, nos termos do art. 3°, § 2°, da Lei n. 10.259/01 (fls. 59/90). A autora emendou a inicial para constar como valor da causa R$ 3.762,36 (três mil, setecentos e sessenta e dois reais e trinta e seis centavos), correspondentes à diferença entre a prestação pleiteada e o cobrado pela ré, multiplicado por 12 (doze) (fl. 65). O MM. Juízo da 20a Vara Cível Federal reconheceu ser absolutamente incompetente, uma vez que o valor dado à causa não supera 60 (sessenta) salários mínimos, motivo pelo qual determinou a remessa dos autos ao Juizado Especial Federal de São Paulo (SP), a quem compete processar e julgar a demanda (fl. 66).
Redistribuídos os autos, a MMa. Juíza Federal do Juizado Especial Federal de São Paulo (SP) retificou de ofício o valor da causa para R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), valor da causa originalmente atribuído pela parte autora, por entender que se trata de ampla discussão do contrato, sendo aplicável o inciso V do art. 259 do Código de Processo Civil. Por tal razão, declarou-se absolutamente incompetente, suscitando o presente conflito negativo de competência (fls. 71/74).
Decido.
SFH. Valor da causa. Juizados Especiais Cíveis Federais. CPC, art. 259. Conforme se infere do art. 3º da Lei n. 10.259, de 12 de julho de 2001, as demandas concernentes ao Sistema Financeiro da Habitação - SFH não estão excluídas da competência dos Juizados Especiais Cíveis, no âmbito da Justiça Federal:
"Art. 3º. Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.
§ 1º Não se incluem na competência do Juizado Especial Cível as causas:
I - referidas no art. 109, incisos II, III e XI, da Constituição Federal, as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, execuções fiscais e por improbidade administrativa e as demandas sobre direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos;
II - sobre bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais;
III - para a anulação ou cancelamento de ato administrativo federal, salvo o de natureza previdenciária e o de lançamento fiscal;
IV - que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou de sanções disciplinares aplicadas a militares.
§ 2º Quando a pretensão versar sobre obrigações vincendas, para fins de competência do Juizado Especial, a soma de doze parcelas não poderá exceder o valor referido no art. 3º, caput.
§ 3º No foro onde estiver instalada Vara do Juizado Especial, a sua competência é absoluta."
Com fundamento no § 2º acima, as Turmas Recursais do Juizado Especial Federal de 3ª Região firmaram entendimento sobre o valor da causa nos feitos relativos ao SFH que envolverem parcelas vincendas, por meio do Enunciado n. 13:
"O valor da causa, quando a demanda envolver parcelas vincendas, corresponderá à soma de doze parcelas vincendas controversas, nos termos do art. 3°, § 2°, da Lei n° 10.259/01."
Tal entendimento ou aquele, consagrado pelo Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual o valor nas demandas que versem sobre reajuste das prestações deve ser o equivalente a 12 (doze) vezes a diferença entre a importância devida e a reputada correta pelo mutuário (v.g. STJ, 1ª Turma, REsp n. 67.726-ES, Rel. Min. Demócrito Reinaldo, unânime, j. 07.10.96, DJ 29.10.96, p. 41.591), não prevalecem, contudo, quando aplicável o art. 259 do Código de Processo Civil, o valor dado à causa ultrapassar o limite previsto no art. 3º, caput, da Lei n. 10.259/01.
SFH. Valor da causa. CPC, art. 259, V. O valor da causa nas demandas em que se pretende apenas a revisão das prestações do contrato de mútuo corresponde à diferença entre a prestação cobrada e a alegada como correta, multiplicado por 12 (doze), conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Quando, porém, a pretensão relacionar-se à ampla revisão contratual, o valor atribuído à causa deverá ser o equivalente ao valor do contrato revisando, nos termos do inciso V do art. 259 do Código de Processo Civil. É nesse sentido a orientação jurisprudencial, conforme os precedentes seguintes:
"EMENTA: CONFLITO DE COMPETÊNCIA. DISSENSO ENTRE JUIZADO ESPECIAL FEDERAL E JUÍZO FEDERAL DA CAPITAL EM AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE MÚTUO HABITACIONAL, ONDE DAR-SE-Á AMPLA DISCUSSÃO DO CONTRATO E NÃO APENAS DO VALOR DE PRESTAÇÕES. RETIFICAÇÃO DO VALOR DA CAUSA PELA PARTE NOS TERMOS DO ARTIGO 260 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, INSTADA QUE FOI PELO JUÍZO SUSCITADO. ALTERAÇÃO FEITA QUE NÃO PODE OFENDER TEXTO EXPRESSO DE LEI (ART. 259 DO CPC) QUE ORIENTA DE MODO COGENTE O CÁLCULO DO VALOR DA CAUSA. COMPETÊNCIA DA VARA FEDERAL CÍVEL. APLICAÇÃO DO ART. 259, INCISO V, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. CONFLITO JULGADO PROCEDENTE.
1. A modificação do valor da causa pela parte, instada que foi pelo Juízo Suscitado em ação revisional de contrato de mútuo habitacional denominada de 'Ação de Revisão Contratual', repercutiu na competência, face o critério adotado pelo Juízo Suscitado no sentido da aplicação do artigo 260 do Código de Processo Civil por entender que a lide versa apenas sobre os critérios de remuneração do contrato de financiamento de imóvel, disso resultando valor inferior ao estabelecido no 'caput' do art. 3º da Lei n. 10.259/2001.
2. Se o intento do mutuário é a ampla revisão do mútuo habitacional - como consta dos pedidos formulados - não há dúvidas de que, a teor do inciso V do artigo 259 do Código de Processo Civil, o valor da causa na demanda de conhecimento deverá ser igual ao valor do contrato revisando.
3. Ainda que a parte houvesse mudado o valor da causa por insistência do Juiz, é forçoso convir que a alteração feita não pode ofender o texto expresso da Lei, quando a mesma (art. 259 do CPC) orienta de modo cogente como se calcula o valor da causa.
4. Na época em que fora interposta a ação revisional de contrato de mútuo habitacional, essa não poderia ser ajuizada no Juizado Especial Federal porque o valor da causa (correspondente ao valor do contrato) excedia de sessenta (60) salários mínimos.
5. Conflito julgado procedente."
(TRF da 3ª Região, 1a Seção, CC n. 2005.03.00.069910-6-SP, Rel. Des. Fed. Johonsom Di Salvo, maioria, j. 03.05.06, DJ 25.07.06, p. 203)
"EMENTA: PROCESSO CIVIL - CONFLITO DE COMPETÊNCIA - JUÍZO FEDERAL - JUIZADO ESPECIAL FEDERAL - VALOR DA CAUSA - REVISÃO GERAL DO NEGÓCIO JURÍDICO - PROCEDÊNCIA DO CONFLITO.
1. Reconheço a competência deste E. Tribunal para julgar o presente conflito de competência, nos termos do entendimento majoritário desta 1ª Seção.
2. A pretensão deduzida na ação em consideração não se limita à revisão das parcelas vincendas referentes ao contrato de mútuo habitacional, o que levaria à aplicação isolada do disposto no artigo art. 3º, §3º, da Lei 10.259/2001, para a solução da contenda.
3. Pretensão da parte autora é bem mais ampla do que a revisão de prestações vincendas, abarcando também a revisão das parcelas vencidas, bem como a repetição de indébito e compensação de valores.
4. À vista desta circunstância, torna-se inaplicável ao caso o disposto no artigo 3º, §3º, da Lei 10.259/2001, cujo comando é limitado às hipóteses em que os limites objetivos da lide cingem-se às parcelas vincendas.
5.Conflito de competência julgado procedente."
(TRF da 3ª Região, 1a Seção, CC n. 2006.03.00.010198-9-SP, Rel. Des. Fed. Cotrim Guimarães, unânime, j. 02.08.06, DJ 11.09.06, p. 336)
Do caso dos autos. Verifica-se da petição inicial que a parte autora pretende, entre outros pedidos, o recálculo das prestações e do saldo devedor, bem como a repetição do indébito (fls. 10/24).
Tratando-se de ampla revisão contratual, resta configurada a hipótese prevista no inciso V do art. 259 do Código de Processo Civil, o que leva a concluir que o valor da causa será o valor do contrato que, no caso, é de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) (cfr. fl. 29), tal como inicialmente atribuído pela parte autora (fl. 24). O valor da causa, assim, supera o limite de competência do Juizado Especial Federal.
Ante o exposto, nos termos do art. 120, parágrafo único, do Código de Processo Civil, julgo PROCEDENTE o conflito para declarar competente o Juízo Federal da 9ª Vara Cível de São Paulo (SP).
Oficie-se a ambos os Juízes.
Dê-se ciência ao Ministério Público Federal.
Publique-se.
Após, arquivem-se os autos.
São Paulo, 1 de março de 2007.
André Nekatschalow
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	1999.61.00.007766-2 AC 969721
ORIG.	:	3 Vr SAO PAULO/SP
EMBGTE	:	Caixa Econômica Federal - CEF
ADV	:	JOAO BATISTA VIEIRA
EMBGDO	:	LUCIANA ZORUB DE PAULA ASSIS e outros
ADV	:	ERASMO MENDONCA DE BOER
ADV	:	CARLOS ALBERTO HILDEBRAND
RELATOR	:	JUÍZA FED.CONV. SILVIA ROCHA / PRIMEIRA SEÇÃO

Vistos.
Fls. 323/332. Não obstante a decisão de fls. 340, considerando que o acórdão de fls. 283/318 não reformou em grau de apelação a sentença de mérito e que o referido julgado foi prolatado aos 28/03/06 na vigência da Lei nº 10.352/01, que deu nova redação ao artigo 530 do CPC, nego seguimento aos embargos infringentes opostos pela apelante, com fundamento no artigos 557, "caput", do CPC e 33, XIII, do Regimento Interno desta Corte.
Publique-se. Intime-se.
Após, aguarde-se em Subsecretaria o decurso de prazo do acórdão de fls. 283/318.
São Paulo, 26 de março de 2007.
SILVIA ROCHA
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA
RELATORA

PROC.	:	2006.03.00.026481-7 CC 8934
ORIG.	:	9701038274 1 VR GUARULHOS/SP 9701038274 6P VR SAO PAULO/SP
PARTE A	:	JUSTICA PUBLICA
PARTE R	:	JAIRO CANDIDO
SUSTE	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE GUARULHOS SEC JUD SP
SUSCDO	:	JUIZO FEDERAL DA 6 VARA CRIMINAL SAO PAULO SP
RELATOR	:	DES.FED. RAMZA TARTUCE / PRIMEIRA SEÇÃO

D E S P A C H O
Mantenho o sigilo dos autos decretado a fl. 521, restringindo o acesso às partes e seus respectivos procuradores
Autorizo, no entanto, a consulta ao andamento processual, bem como a publicação regular na imprensa oficial, retificando-se a autuação, com urgência
Após, retornem para lavratura de acórdão.
Int.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Desembargadora Federal RAMZA TARTUCE
Relatora

PROC.	:	2006.03.00.109205-4 CC 9971
ORIG.	:	200563011331668 JE Vr SAO PAULO/SP 200461000247681 9 Vr SAO PAULO/SP
PARTE A	:	RUTE DA SITE e outro
ADV	:	AMAURI GREGORIO BENEDITO BELLINI
PARTE R	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	TANIA FAVORETTO
SUSTE	:	JUIZADO ESPECIAL FEDERAL CÍVEL DE SÃO PAULO>1ªSSJ>SP
SUSCDO	:	JUIZO FEDERAL DA 9 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. RAMZA TARTUCE / PRIMEIRA SEÇÃO

D E C I S Ã O
Trata-se de conflito negativo de competência, suscitado pelo Juizado Especial Federal Cível da Subseção Judiciária de São Paulo-SP, em face do Juízo da 9ª Vara de São Paulo -SP, nos autos de nº 2005.63.01.133166-8.
Na referida ação, questiona-se a interpretação e a legalidade de um contrato de mútuo firmado junto à Caixa Econômica Federal, de acordo com as normas de regência do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).
O Juízo suscitado declinou da competência, determinando a remessa ao Juizado Especial, nos termos do § 3º do artigo 3º da Lei 10.259/01 (fl.93).
Afirma o Juízo suscitante que a competência para a condução e o julgamento do feito que dá ensejo a este conflito, não pertence ao Juizado Especial. Argumenta que o valor da causa supera o teto de alçada do sistema dos Juizados Especiais Federais.
Sustenta que o objeto da lide envolve repetição de indébito, revisão do valor das prestações e do saldo devedor, além da revisão de determinadas cláusulas do contrato, o que implicaria em reconhecer como valor da causa o montante global do negócio jurídico, nos termos do que dispõe o artigo 259, inciso V, do Código de Processo Civil(fls. 03/06).

Foi dispensada a manifestação dos Juízos envolvidos, face as respectivas razões do conflito já se encontrarem nestes autos (fl.212).
A Procuradoria Regional da República opinou pela procedência do conflito (fls. 224 e verso).
Eis a síntese do necessário. Passo a decidir.
Em primeiro lugar, embora entenda que a competência para examinar e julgar conflitos estabelecidos entre Juizado Especial Federal e Vara Federal Cível, pertence ao Superior Tribunal de Justiça, não desconheço que a questão já foi resolvida nesta Corte, em outro sentido.
A 1ª Seção desta Corte tem declarado a sua competência para dirimir os conflitos de competências acima mencionados, conforme indica o seguinte precedente, que ora transcrevo:
"CONFLITO DE COMPETÊNCIA ENTRE JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE CAMPO GRANDE E 2ªVARA FEDERAL DE CAMPO GRANDE - COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO - JUÍZES FEDERAIS VINCULADOS AO MESMO TRIBUNAL - APLICAÇÃO DO ART. 108, I, "e" - AÇÃO COM PEDIDO DE REVISÃO DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO DO IMÓVEL PELO SFH E REPETIÇÃO DE INDÉBITO - PEDIDOS CUMULADOS - SOMA DOS VALORES DOS PEDIDOS - CONFLITO PROCEDENTE - COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO.
1. De acordo com norma constitucional expressa, compete ao respectivo Tribunal julgar conflito de competência entre juízes federais a ele vinculados (art. 108, I, 'e').
2. Juiz que atua nos Juizados Especiais Federais está investido de jurisdição federal e, portanto, vinculado administrativamente e hierarquicamente ao respectivo Tribunal Regional Federal.
3. Competência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região para o julgamento do conflito de competência instaurado entre o juiz do Juizado Especial Federal de Campo Grande e o juiz da 2ª Vara Federal de Campo Grande.
(...)"
(grifei).
(TRF - 3ª Região - CC nº 2005.03.00.028982-2/MS - Relator: Desembargador Federal Luiz Stefanini - v.m. - julgado em 05/04/06 - publicado em 11/07/06, p. 242).
Assim, embora ressalve o meu entendimento - que é inclusive sufragado pelo Superior Tribunal de Justiça (CC nº 48022/GO) - declaro a competência desta Egrégia Corte Regional para conhecer do presente conflito, nos exatos termos do precedente acima registrado.
Pois bem. Uma vez estabelecida a competência desta Egrégia Corte para o exame do conflito em apreço, avanço, então, na direção do mérito.
O conflito é procedente.
Conforme já está sedimentado no âmbito deste Egrégio Tribunal, em casos como o ora submetido a análise, há que se reconhecer como valor da causa o valor global do negócio jurídico. Em abono dessa afirmação, invoco os seguintes julgados da 1ª Seção desta Corte:
"CONFLITO DE COMPETÊNCIA - DISSENSO ENTRE JUIZADO ESPECIAL FEDERAL E JUÍZO FEDERAL DA CAPITAL EM AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE MÚTUO HABITACIONAL, ONDE DAR-SE-Á AMPLA DISCUSSÃO DO CONTRATO E NÃO APENAS DO VALOR DE PRESTAÇÕES - RETIFICAÇÃO DO VALOR DA CAUSA PELA PARTE NOS TERMOS DO ARTIGO 260 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, INSTADA QUE FOI PELO JUÍZO SUSCITADO. ALTERAÇÃO FEITA QUE NÃO PODE OFENDER TEXTO EXPRESSO DE LEI (ART. 259 DO CPC) QUE ORIENTA DE MODO COGENTE O CÁLCULO DO VALOR DA CAUSA - COMPETÊNCIA DA VARA FEDERAL CÍVEL - APLICAÇÃO DO ART. 259, INCISO V, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. CONFLITO JULGADO PROCEDENTE.
1. A modificação do valor da causa pela parte, instada que foi pelo Juízo Suscitado em ação revisional de contrato de mútuo habitacional denominada de "Ação de Revisão Contratual", repercutiu na competência, face o critério adotado pelo Juízo Suscitado no sentido da aplicação do artigo 260 do Código de Processo Civil por entender que a lide versa apenas sobre os critérios de remuneração do contrato de financiamento de imóvel, disso resultando valor inferior ao estabelecido no "caput" do art. 3º da lei nº.10.259/2001.
2. Se o intento do mutuário é a ampla revisão do mútuo habitacional - como consta dos pedidos formulados - não há dúvidas de que, a teor do inciso V do artigo 259 do Código de Processo Civil, o valor da causa na demanda de conhecimento deverá ser igual ao valor do contrato revisando.
3. Ainda que a parte houvesse mudado o valor da causa por insistência do Juiz, é forçoso convir que a alteração feita não pode ofender o texto expresso da Lei, quando a mesma (art. 259 do CPC) orienta de modo cogente como se calcula o valor da causa.
4. Na época em que fora interposta a ação revisional de contrato de mútuo habitacional, essa não poderia ser ajuizada no Juizado Especial Federal porque o valor da causa (correspondente ao valor do contrato) excedia de sessenta (60) salários mínimos.
5. Conflito julgado procedente."
(grifei)
(TRF - 3ª Região - CC nº 2005.03.00.069910-6/SP - Relator: Desembargador Federal Johonsom di Salvo - v.m. - julgado em 03/05/06 - publicado em 25/07/06, p. 203).
"CONFLITO DE COMPETÊNCIA - DISSENSO ENTRE JUIZADO ESPECIAL FEDERAL E JUÍZO FEDERAL, AMBOS, DE CAMPO GRANDE/MS EM AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE MÚTUO HABITACIONAL, ONDE DAR-SE-Á AMPLA DISCUSSÃO DO CONTRATO E NÃO APENAS O VALOR DE PRESTAÇÕES - MODIFICAÇÃO EX OFFICIO DO VALOR DA CAUSA PELO JUÍZO SUSCITADO QUE ADOTOU O CRITÉRIO DE "DOZE VEZES O VALOR DA DIFERENÇA ENTRE O VALOR DA PRESTAÇÃO DEVIDA E O VALOR QUE A PARTE-AUTORA ENTENDE DEVIDO" - COMPETÊNCIA DA VARA FEDERAL CÍVEL. APLICAÇÃO DO ARTIGO 259, INCISO V, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. CONFLITO JULGADO PROCEDENTE.
1. A modificação, ex officio, do valor da causa em ação revisional de contrato de mútuo habitacional denominada de "Ação Ordinária de Revisão Contratual, cumulada com nulidade de leilão extrajudicial e repetição de indébito", repercutiu na competência, ante o critério adotado pelo Juízo Suscitado ter sido a soma da diferença de doze prestações cobradas pela CEF e as devidas pela parte-autora, resultando em valor inferior ao estabelecido no "caput" do artigo 3º da Lei nº. 10.259/2001.
2. Se o intento do mutuário é a ampla revisão do mútuo habitacional - como consta dos pedidos formulados - não há dúvidas de que, a teor do inciso V do artigo 259 do Código de Processo Civil, o valor da causa na demanda de conhecimento deverá ser igual ao valor do contrato revisando. 3. Na época em que fora interposta a ação revisional de contrato de mútuo habitacional, esta não poderia ser ajuizada no Juizado Especial Federal porque o valor da causa (correspondente ao valor do contrato) excedia de sessenta (60) salários mínimos.
4. Conflito julgado procedente.
(grifei)
(TRF - 3ª Região - CC nº 2005.03.00.077933-3/MS - Relator: Desembargador Federal Johonsom di Salvo - v.m. - julgado em 03/05/06 - publicado em 18/07/06, p. 584).
"CONFLITO DE COMPETÊNCIA ENTRE JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE CAMPO GRANDE E 2ªVARA FEDERAL DE CAMPO GRANDE - COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO - JUÍZES FEDERAIS VINCULADOS AO MESMO TRIBUNAL - APLICAÇÃO DO ART. 108, I, "e" - AÇÃO COM PEDIDO DE REVISÃO DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO DO IMÓVEL PELO SFH E REPETIÇÃO DE INDÉBITO - PEDIDOS CUMULADOS - SOMA DOS VALORES DOS PEDIDOS - CONFLITO PROCEDENTE - COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO.
(...)
4. A competência do Juizado Especial Federal para causas até 60 salários mínimos em relação à vara Federal sediada no mesmo foro é absoluta, nos termos da Lei nº 10.259/2001, art. 3º, § 3º.
5. Na hipótese de cumulação de pedidos, o valor da causa consiste na 'quantia correspondente à soma dos valores de todos eles', conforme dispõe o art. 259 do CPC.
6. O valor da causa da ação originária da qual decorre o presente conflito de competência supera 60 salários-mínimos, na medida em que corresponde à soma do valor que o mutuário alega ter pago a maior a título de prestação mensal com a diferença entre a prestação cobrada pela CEF e o valor que o mutuário entende devido.
7. Conflito de competência julgado procedente para declarar a competência do juízo suscitado.
(...)"
(grifei).
(TRF - 3ª Região - CC nº 2005.03.00.028982-2/MS - Relator: Desembargador Federal Luiz Stefanini - v.m. - julgado em 05/04/06 - publicado em 11/07/06, p. 242).
Vê-se, por conseguinte, que a questão exposta nestes autos já é conhecida da Colenda 1ª Seção desta Corte.
Assim, é fato que o tema já foi apreciado e decidido pelo Órgão Colegiado, de forma que, em homenagem aos princípios da razoabilidade e da economia dos atos processuais, a procedência do conflito é medida que se impõe.
Diante do exposto, julgo procedente o presente conflito, declarando a competência do Juízo suscitado, da 9ª Vara Federal de São Paulo-SP, para conduzir e julgar o feito originário, na forma do permissivo contido no parágrafo único do artigo 120 do Código de Processo Civil.
Int.
São Paulo, 21 de março de 2007.
Desembargadora Federal RAMZA TARTUCE
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.011134-3 RVCR 566
ORIG.	:	199961050056691 SAO PAULO/SP
REQTE	:	PEDRO JUCELITO ONGARO
ADV	:	CÁSSIO MÔNACO FILHO
REQDO	:	Justica Publica
RELATOR	:	DES.FED. RAMZA TARTUCE / PRIMEIRA SEÇÃO

D E S P A C H O
Requisite-se cópia integral dos autos da ação penal nº 1999.61.05.005669-1 junto à vara de origem (1ª Vara Federal de Campinas -SP), no prazo de 10 (dez) dias, promovendo-se o seu apensamento a este feito, nos termos do artigo 625, § 3º, do CPP.
Após, conclusos para o exame da inicial.
Int.
São Paulo, 23 de março de 2007.
Desembargadora Federal RAMZA TARTUCE
Relatora

PROC.	:	2002.03.00.017483-5 RVCR 402
ORIG.	:	9401014175 5ª Vr SAO PAULO/SP
REQTE	:	ANTONIO ESTEVAM MAGRO
ADV	:	JOSE RICARDO M DE MIRANDA COUTO
REQDO	:	Justica Publica
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. MARCO FALAVINHA/ PRIMEIRA SEÇÃO

V I S T O S.
1.Trata-se de embargos de declaração opostos por ANTONIO ESTEVAM MAGRO, em face do v. acórdão proferido por esta Egrégia Primeira Seção, que por unanimidade, conheceu da presente revisão criminal e julgou-a improcedente nos termos do voto proferido pela eminente Desembargadora Federal Suzana Camargo.
2.O embargante, em suas razões, alega que o acórdão ora embargado contém omissão, uma vez que não se referiu quanto à aplicação do artigo 114, inciso I, do Código Penal, limitando-se à subsunção ao parágrafo único do artigo 109, do mesmo estatuto repressivo, nos termos da declaração de voto-vista do eminente Desembargador Federal Johonsom di Salvo.
3.Argumenta que a omissão também está presente em relação à comprovação da autoria, na medida em que somente se considerou o fato dele ser sócio da empresa, não restando provado que ele foi o autor intelectual da importação fraudulenta de mercadoria. Isso em total afronta ao disposto no art. 93, inciso IX, da Constituição Federal.
4.Sustenta, ainda, que a fundamentação material que rejeitou a tese da insignificância está equivocada, devendo ser corrigida de ofício.
5.Por fim, pugna o embargante pelo acolhimento dos presentes embargos declaratórios, a fim de que o equívoco e as omissões sejam corrigidos.
6.É o relatório. Decido.
7.Com efeito, as alegações do embargante não merecem prosperar, dado estarem destituídas de fundamento, como se demonstrará a seguir.
8.Assim, é de se ressaltar que a ementa do acórdão embargado esteve assim expressa:
"PROCESSO PENAL. REVISÃO CRIMINAL. PENA DE MULTA SUBSTITUTIVA DA PRIVATIVA DE LIBERDADE. PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA NÃO CONHECIDA. REEXAME DE PROVAS CONDICIONADO. MATERIALIDADE E AUTORIA CARACTERIZADAS. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. NÃO INCIDÊNCIA. CRIME DE DESCAMINHO. CONDUTA FRAUDULENTA QUE SE REPRIME. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO REVISIONAL.
1.A pena de multa, quando substitutiva da reprimenda privativa de liberdade, prescreve no mesmo prazo da pena substituída. Artigo 109, parágrafo único, do Código Penal. Preliminar de prescrição retroativa da pena de multa não conhecida.
2.O instituto da revisão criminal não devolve ao órgão jurisdicional a mera reapreciação da prova já examinada em sede recursal, posto não caracterizar um reexame incondicional da decisão rescindenda.
3.Materialidade e autoria comprovadas, não havendo contrariedade à evidência dos autos a ensejar a revisão criminal.
4.O princípio da insignificância permite o reconhecimento da atipicidade de condutas que, pela insuficiência de sua lesividade, não chegam a atingir o bem jurídico tutelado.
5.O crime de descaminho previsto no artigo 334 §1º, "c", do Código Penal por si só não pode ser considerado insignificante, na medida em que não se pretende somente uma reparação financeira, mas, sobretudo, a punição de uma conduta contrária àquilo que o legislador considerou como legal.
6.Não incidência do princípio da insignificância, uma vez que a lesividade decorrente do tipo penal não foi ínfima.
7.Revisão Criminal julgada improcedente." (fls. 296)
9.Desse modo, em primeiro lugar, alega o embargante que o acórdão ora embargado contém omissão na medida em que deixou de se referir quanto à aplicação do disposto no artigo 114, inciso I, do Código Penal.
10.Com efeito, referido dispositivo legal determina que no caso de a pena de multa ser a única que foi aplicada, o prazo de prescrição será de 2 (dois) anos.
11.Ocorre que no caso em tela, o réu, ora revisionando, foi condenado à pena de multa em substituição à pena privativa de liberdade, incidindo, portanto, o disposto no artigo 109, parágrafo único, do Código Penal, in verbis:
"A prescrição antes de transitar em julgado a sentença final, salvo o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 110 deste Código, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se:
(...)Parágrafo único. Aplicam-se às penas restritivas de direito os mesmos prazos previstos para as privativas de liberdade."
12.Em razão disso, é que a preliminar de ocorrência da prescrição retroativa restou afastada, nos termos do voto do eminente Desembargador Federal Revisor André Nabarrete, sendo acompanhado pela maioria, tendo declarado voto o Desembargador Federal Johonsom di Salvo, nos seguintes termos:
"...Uma das razões para a rescisão vindicada pelo autor, embora seu intento mais firme se prenda à questão de mérito como consta expressamente da inicial, refere-se à ocorrência de prescrição retroativa, afirmando que o prazo prescricional deveria ser de dois anos a teor do artigo 114 do estatuto repressivo principal já que a multa foi imposta em substituição à pena detentiva.
A tese encontrou agasalho no r. parecer ministerial que entendeu haver decorrido o lapso entre o recebimento da denúncia (15/06/1994) e a publicação da sentença condenatória (14/06/1997).

A eminente relatora reconheceu a prescrição da pretensão retroativa da pena de multa afirmando que o lapso prescricional é de dois anos na forma do inciso I do artigo 114, incidindo o parágrafo 1º do artigo 110 do Código Penal.
Sucede que a pena de multa foi aplicada pela E. Primeira Turma desta Corte em julgamento datado de 28/09/1999, conforme o voto condutor do Desembargador Federal Theotonio Costa, segundo a regra do artigo 44, parágrafo segundo, do Código Penal com redação dada pela Lei 9.714/98, ou seja, como pena substitutiva já que a pena detentiva originariamente imposta era igual a um ano de reclusão.
A pena de multa com caráter substitutivo fora originariamente alojada no parágrafo 2º do artigo 60 do Código Penal pela Lei 7.209 de 11/07/1984, assim possibilitando que a pena privativa de liberdade não superior a seis meses pudesse ser substituída por pena pecuniária.
Posteriormente, com a reforma da apenação criminal trazida pela Lei 9.714/98 nova possibilidade de pena substitutiva foi introduzida em nosso ordenamento repressivo, com relação a infrações de menor potencialidade lesiva.
O parágrafo 2º do artigo 44 passou a dispor que a condenação a pena de até um ano pode ser substituída por uma pena restritiva de direitos - dentre aquelas previstas no artigo 43 - ou por multa.
O caráter dessa pena pecuniária é iniludivelmente de substituição da pena privativa de liberdade - e mesmo da restritiva de direitos - na medida em que o atual parágrafo único do artigo 58 do Código Penal estipula que aplica-se independentemente de cominação na parte especial.
Sucede que em se tratando de pena pecuniária substitutiva da reprimenda privativa de liberdade, que não possui previsão autônoma como preceito sancionatório nos tipos penais, prescreve no mesmo prazo da pena que substitui consoante a regra do parágrafo único do artigo 109 do estatuto repressivo.
(...)Transitada em julgado a decisão, verifica-se que entre a data do recebimento da denúncia e a publicação da sentença, bem como entre essa data e o julgamento em 2ª instância, não transcorreram mais de quatro anos.
A leitura dos autos principais revela que o autor Antonio Estevam Magro através de guias DARF entranhadas nos autos de execução penal da 1ª Vara Federal Criminal e Execuções desta Capital pagou a pena de multa de R$5.000,00 a ele imposta em 2ª instância, tudo conforme consta de fls. 525. Pagas também as custas processuais a ele carreadas, sobreveio em 25 de setembro de 2000 sentença que julgou extinta a pena.
Ou seja, bem antes do ajuizamento desta revisão criminal em 16 de maio do corrente ano a pena pecuniária já fora paga pelo réu.
Entretanto, é cediço e não comporta discussões que o cumprimento da pena pecuniária não retira interesse de agir pela via revisional como emerge do texto do artigo 621 do Código de Processo Penal e é afirmado sem ressalvas pela jurisprudência até do Supremo Tribunal Federal (RT 560/415).

E uma vez que não se constata a incidência de prescrição quatrienal entre os marcos processuais já referidos, acompanho o voto do eminente Desembargador Federal Revisor para não reconhecer a prescrição retroativa." (fls. 226/230)
13.Assim, em que pese o embargante asseverar que o acórdão não fez referência ao art. 114, inciso I, do Código Penal, conforme se verifica da transcrição supra, a incidência de tal dispositivo foi afastada, a aplicando o artigo 109 do mesmo estatuto repressivo, vindo a constar na ementa do acórdão ora atacado.
14.É de se ressaltar, ainda, que não há necessidade de que o dispositivo legal tido por violado, seja mencionado expressamente, desde que tenha servido de base para a decisão, como é o caso tratado nos presentes autos.
15.Neste particular, trago à baila os ensinamentos de Eduardo Arruda Alvim, ora aplicados subsidiariamente:
"Outro ponto que impende considerarmos refere-se ao fato de que não devem ser opostos embargos declaratórios com a simples finalidade com que conste o número do dispositivo legal pretensamente ofendido no recurso especial / extraordinário, eis que não se pode qualificar o julgado de omisso, simplesmente porque não referiu o dispositivo legal que embasou a decisão tomada."
(in Curso de Direito Processual Civil, 2º vol., RT, 2000, p. 186)
16.Assim, não há que se falar em omissão no acórdão embargado, no que se refere à não citação do art. 114, inciso I, do Código Penal, sendo que acerca desse tema, oportunos são os seguintes comentários de Guilherme de Souza Nucci:
"7. Omissão: é a lacuna ou o esquecimento. No julgado, traduz-se pela falta de abordagem do magistrado acerca de alguma alegação ou requerimento formulado, expressamente, pela parte interessada, merecedor de apreciação.
8. Não caracterização da omissão: não se configura lacuna na decisão o fato de o juiz deixar de comentar argumento por argumento levantado pela parte, pois, no contexto geral do julgado, pode estar nítida a sua intenção de rechaçar todos eles. Nessa ótica: 'é entendimento assente em nossa jurisprudência civil e penal que o órgão judicante, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre cada um dos argumentos levantados pelas partes, se achou fundamento suficiente para a conclusão que também vale para os embargos de Declaração' (TJSP, Embargos de Declaração 51.812-0/1, São Paulo, Pleno, rel. José Osório, 13.06.2001, v.u.)."
(in Código de Processo Penal Comentado, 4ª ed., RT, 2005, p. 940)
17.Outrossim, a alegação de omissão em relação à comprovação da autoria, também se apresenta totalmente destituída de qualquer fundamento.
18.É que a autoria restou comprovada, em face das provas carreadas aos autos, as quais, diga-se de passagem, foram analisadas, conforme se destaca do seguinte trecho do voto-mérito do acórdão embargado:
"Com efeito, tanto a comprovação da autoria quanto a materialidade delitiva foram devidamente examinadas pelo v. acórdão rescindendo, de sorte a sustentar a condenação do ora requerente, Antônio Estevam Magro.
Nesse particular, ficou consignado no apontado julgamento, in verbis :
'...está evidente nos autos a materialidade delitiva, visto que foi encontrada pela polícia grande quantidade de mercadorias de procedência estrangeira na empresa dos apelantes, para serem utilizadas em proveito próprio, no exercício de atividade comercial, e que encontravam-se desacompanhadas de documentação fiscal, vez que o relatório de inspeção da receita federal concluiu que a documentação apresentada era inidônea.
No tocante à autoria, também não restam dúvidas, visto que eram os apelantes os sócios e responsáveis pela empresa referida, conforme comprovam as documentações, auto de prisão em flagrante e prova testemunhal, que, de maneira livre e consciente, mantinham em depósito as mercadorias estrangeiras cuja situação regular não comprovaram, perfazendo assim o delito descrito na alínea 'c' do parágrafo 1º do artigo 334 do Código Penal, pelo qual foram condenados.' (fls. 528 do apenso)
Assim, não há que se falar em ausência de provas a comprovar a materialidade do crime, visto que consta às fls. 341/347 dos autos em apenso decisão da Receita atestando a inidoneidade dos referidos documentos, assim como a não existência fática da empresa SUPRITEK, em nome da qual estão as notas frias.
Quanto à responsabilidade penal do requerente, efetivamente consta dos autos ser ele um dos sócios da Empresa INTENTO, de modo a caracterizar a sua responsabilidade perante os negócios que eram realizados pela sua empresa, não, podendo, portanto, invocar o seu não envolvimento na importação das mercadorias, a fim de se eximir da autoria delitiva." (fls. 257/258)
19.Com isso, verifica-se que na realidade, a intenção do embargante é que novamente as provas sejam reapreciadas, o que também não se admite em sede de embargos declaratórios, conforme o escólio de Guilherme de Souza Nucci, in verbis:
"9. Reavaliação das provas e dos fatos; impossibilidade. Os embargos de declaração não têm o caráter de reavaliação feita aos fatos, nem tampouco das provas. Trata-se de recurso exclusivo para situações excepcionais, quando há ambigüidade, obscuridade, contradição ou omissão. Assim: 'Segundo a moldura do art. 619 do Código de Processo Penal, os embargos de declaração consubstanciam instrumento processual destinado a expungir do julgamento obscuridade, ambigüidade ou contradição, ou ainda para suprir omissão sobre tema de pronunciamento obrigatório pelo Tribunal, não se prestando para promover a mera reapreciação do julgado. A hipótese em que se confere efeito infringente aos embargos de declaração somente ocorre quando a modificação do julgamento decorrer da correção da ambigüidade, obscuridade ou contradição ou da supressão do ponto omisso' (STJ, Embargos de Declaração em HC 9.931-SP, 6ª T., rel. Vicente Leal, 16.12.1999, v.u., DJ 14.02.2000, p. 79)."
(in Código de Processo Penal Comentado, 4ª ed., RT, 2005, p. 940)
20.No mesmo sentido é a seguinte jurisprudência:
"PROCESSO PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CRIMINAL CONTRADIÇÃO E OMISSÃO. INTUITO DE ALTERAR O JULGADO. REEXAME DAS PROVAS. IMPROPRIEDADE. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS.
1.Segundo o disposto no art. 619 do CPP, os embargos de declaração são cabíveis quando houver na decisão ambigüidade, obscuridade, contradição ou omissão, não podendo os mesmos serem utilizados para simples reexame do mérito de decisão que não padece de quaisquer dos vícios elencados.
2.A via recursal dos embargos declaratórios - especialmente quando inocorrentes os pressupostos que
justificam a sua adequada utilização - não pode conduzir, sob pena de grave disfunção jurídico-processual dessa modalidade de recurso, à renovação de um julgamento que se efetivou de maneira regular e cujo acórdão não se ressente de qualquer dos vícios da obscuridade, da omissão, da dúvida ou da contradição.
3.Prova da condição de saúde do réu enfrentada pelo acórdão embargado.
4.Ausência de omissão ou contradição.
5.Embargos rejeitados."
(TRF 5ª REGIÃO - EDACR 3342/01 - PE, Rel. Des. Fed. Margarida Cantarelli, 4ª Turma, DJ 13/10/2006, p. 1105)
21.Portanto, não há que se falar em afronta ao artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, uma vez que o acórdão ora embargado, conforme explicitado, encontra-se devidamente fundamentado.
22.Do mesmo modo, também se apresenta descabida a correção da fundamentação material que rejeitou a aplicação do princípio da insignificância.
23.Conforme mencionado no voto-mérito, o princípio da insignificância nem sequer foi objeto de pedido por ocasião da interposição do recurso de apelação, o que por si só, já impediria a sua apreciação no âmbito do pedido revisional. Entretanto, em homenagem à ampla defesa, a aplicação de tal princípio foi analisada, nos seguintes termos:
"Por fim, no que pertine à aplicação do princípio da insignificância, invocado pelo requerente como causa para a sua absolvição, destacamos que referido pleito não foi objeto de pedido no julgado ora em exame.
De qualquer modo, levando-se em consideração o princípio constitucional da ampla defesa, para o fim de conhecer desta questão, há que se destacar que o apontado princípio da insignificância penal revela-se como um verdadeiro avanço na trajetória da caracterização da garantia da legalidade no âmbito penal, posto que levou ao enunciado do nullum crimen, nulla poena sine iuria, o que revela que não há crime nem pena sem que do atuar ilícito advenha um dano de relevância a um bem jurídico tutelado penalmente.
Claus Roxin foi quem primeiro formulou o princípio da insignificância na condição de matriz informadora do sistema jurídico, sendo que, segundo seu entendimento, esse primado 'permite na maioria dos tipos penais fazer-se a exclusão, desde o início, dos danos de pouca importância'. (Lopes, Maurício Antônio Ribeiro, in Princípio da Insignificância no Direito Penal, 1997, Editora RT, São Paulo, vol. II, p. 82).
Na verdade, somente se justifica o exercício do direito de punir do Estado, desde que a ofensa ao bem jurídico protegido pela norma penal seja de tal sorte que dele tenham decorrido danos com alguma ordem de significado, pois, de outra forma, a conduta não apresenta conteúdo de desvalor no tocante ao resultado.
É que, como acentua o Ministro Assis Toledo, 'segundo o princípio da insignificância, que se revela por inteiro pela sua própria denominação, o direito penal, por sua natureza fragmentária, só vai até onde seja necessário para a proteção do bem jurídico. Não deve ocupar-se de bagatelas.' E, assim, conclui que 'a gradação qualitativa e quantitativa do injusto permite que o fato penalmente insignificante seja excluído da tipicidade penal, mas possa receber tratamento adequado - se necessário - como ilícito civil, administrativo etc., quando assim o exigirem os preceitos legais ou regulamentares extrapenais.' (Princípios Básicos de Direito Penal, 4ª ed., Saraiva, São Paulo, p. 133 e 134).
Ora, o legislador, ao definir a conduta típica abstratamente na norma, mesmo devendo circunscrever a atuação considerada delituosa, não consegue enunciar todas as hipóteses de graduação em que o desvalor da conduta caracteriza ofensa ao bem jurídico tutelado penalmente, dado que o comportamento humano é muito rico em nuances, o que inviabiliza possa ser reduzido a uma única fórmula. Daí porque o princípio da insignificância assume especial realce, dado que possibilita possam ser excluídas da esfera da tipicidade aquelas condutas que, pela insuficiência de sua lesividade, não chegam a atingir o bem jurídico tutelado, resultando, por conseguinte, atípicas.
É o que destaca Luiz Luisi, ao realçar que 'o tipo penal é ontologicamente constituído por um sujeito que realiza uma conduta que ofende um bem jurídico tutelado a que se acrescem, ou não, outros elementos. Ou seja: em qualquer tipo estão presentes como elementos obrigatórios à sua configuração, um sujeito, uma conduta e um bem jurídico tutelado.O princípio da insignificância embasa-se na ausência de uma lesão (dano ou perigo) relevante do bem jurídico protegido pela norma incriminadora. Ou melhor: em ser tão inexpressiva a lesão ao bem jurídico, de forma a não constituir uma efetiva ofensa. E por carência de tal ofensa ao bem jurídico tutelado, não se caracteriza a tipicidade. E inexistindo esta, não há crime.' (Boletim IBCCrim, ano 6, nº 63, fevereiro de 1998, Jurisprudência Comentada, O Princípio da Insignificância e o Pretório Excelso, p. 227.)
Entretanto, não obstante permitido em casos excepcionais o reconhecimento da atipicidade da conduta, pela incidência do princípio da insignificância, no caso ora em análise, em que os fatos ensejadores da conduta encontram-se bem demonstrados, não há que se falar na aplicação de tal princípio.
Assim é dado considerar, pois o requerente, ao utilizar-se de notas fiscais falsas, praticou o crime tipificado no art. 334 § 1º, 'c' , Código Penal, o que por si só não pode ser considerado como insignificante, a ponto de acarretar a sua absolvição. Aqui, o que se pretendeu com a condenação não foi simplesmente uma reparação financeira, mas, sobretudo, a punição de uma conduta contrária àquilo que o legislador considerou como legal, qual seja, a tentativa de se introduzir no País mercadorias estrangeiras, sem a observância dos trâmites que a legislação determina.
Por outro lado, na situação em exame, verifica-se que o valor dos tributos de importação que teriam sido elididos, mais multa, somaram R$ 30.321,70 (fls. 360/61 do apenso), ou seja, mais de 100 salários-mínimos.
Desse modo, não é dado concluir que a infração tenha sido insignificante de sorte a não concretizar o tipo penal, pois a lesividade daí decorrente não foi ínfima." (fls. 259/262)
24.Com efeito, conforme se deflui do trecho acima transcrito, não há como considerar que a conduta do réu, ora embargante, bem como a lesividade provocada, foram insignificantes, a ponto de não caracterizarem o tipo penal previsto no art. 334, § 1º, alínea "c", do Código Penal.
25.Conclui-se, também nesse aspecto, que o voto, além de estar lastreado na legislação regente da matéria, se baseou na melhor doutrina, não havendo que se falar, portanto, em equívoco na fundamentação que afastou a incidência do princípio da insignificância.
26.De sorte que, não há como prosperar o recurso em tela, pois como visto, não se constatou no acórdão embargado nenhuma omissão, conforme tentou demonstrar o embargante.
27.Pelo exposto, com fulcro no artigo 620, § 2º, do Código de Processo Penal, indefiro liminarmente os presentes embargos declaratórios.
Intime-se.

São Paulo, 27 de março de 2007.

Juiz Federal Convocado MARCO FALAVINHA
Relator

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO E JULGAMENTO

ACÓRDÃOS

PROC.	:	93.03.017414-3 AR 186
ORIG.	:	9000000420 2 Vr AVARE/SP
AUTOR	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ELCIO DO CARMO DOMINGUES e outros
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
REU	:	TEREZINHA LAZARA FERRAZ ARAUJO
ADV	:	LAURO CEZAR MARTINS RUSSO
RELATOR	:	DES.FED. THEREZINHA CAZERTA / TERCEIRA SEÇÃO

EMENTA

AÇÃO RESCISÓRIA. CPC, ARTIGO 485, INCISO V. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE APOSENTADORIA. RENDA MENSAL. SALÁRIO MÍNIMO. EQUIVALÊNCIA. ARTIGO 58 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS. VIOLAÇÃO A LITERAL DISPOSIÇÃO DE LEI.

- Proposta a demanda dentro do biênio previsto no artigo 495 do Código de Processo Civil, a demora na citação por motivos alheios à vontade do autor, inerentes ao mecanismo da Justiça, impede o reconhecimento da decadência, conforme o disposto na Súmula 106 do Superior Tribunal de Justiça.
- Incorre em prescrição intercorrente o jurisdicionado que dá ensejo à paralisação do processo por mais de dois anos, não se afigurando razoável puni-lo, porém, caso decorrente de razões atribuíveis aos agentes do Poder Judiciário, na realização de atos de ofício. Inteligência da Súmula 264 do Supremo Tribunal Federal. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça.
- Rejeição da matéria preliminar.
- O Decreto nº 83.080/79, vigente à época da concessão da aposentadoria, preceituava a incidência de determinado coeficiente de cálculo sobre 1/36 (um trinta e seis avos) da soma dos salários-de-contribuição imediatamente anteriores ao mês da entrada do requerimento, corrigidos apenas os salários-de-contribuição anteriores aos 12 (doze) últimos, com os limites legais, não se admitindo que a renda mensal inicial da aposentadoria por tempo de serviço fosse calculada a partir de um salário-de-benefício equivalente ao número de salários mínimos a que correspondiam os salários-de-contribuição.
- Por força do artigo 58 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, os benefícios de prestação continuada mantidos em 05 de outubro de 1988 tiveram seus valores revistos de modo a se restabelecer o número de salários mínimos que possuíam na data de sua concessão, critério de reajuste que vigorou no lapso compreendido entre o sétimo mês a contar da promulgação da Constituição Federal e a implantação do plano de custeio e benefícios, em dezembro de 1991, com o advento dos Decretos nº 356 e 357, que regulamentaram, respectivamente, as Leis nºs 8.212/91 e 8.213/91.
- Equivalência do valor do benefício com o número de salários mínimos além do termo fixado que esbarra em expressa proibição prevista no artigo 7º, inciso IV, da Constituição Federal.
- Ação rescisória que se julga procedente, para desconstituir a sentença rescindenda e reconhecer a improcedência do pedido formulado na demanda originária.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, a 3ª Seção, apresentada questão de ordem pela Desembargadora Federal Relatora, decidiu, por maioria, anular o julgamento anteriormente proferido pela 1ª Seção, para que outro se fizesse na integralidade, nos termos do voto da Desembargadora Federal Marisa Santos (Revisora), com quem votaram os Desembargadores Federais Sérgio Nascimento, Castro Guerra, Jediael Galvão, Walter do Amaral e Marianina Galante, a Juíza Federal Convocada Ana Lúcia Iucker e a Desembargadora Federal Anna Maria Pimentel, vencidos os Desembargadores Federais Therezinha Cazerta, Leide Pólo, Eva Regina, Vera Jucovsky, Nelson Bernardes e Newton De Lucca, que votaram pelo prosseguimento do julgamento, e, em seguida, por unanimidade, rejeitou a matéria preliminar e, no mérito, julgou procedente o pedido de rescisão, nos termos do voto da Desembargadora Federal Relatora.
São Paulo, 28 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	96.03.037175-0 AR 395
ORIG.	:	9400000948 /SP
AUTOR	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	FRANCISCO DE ASSIS GAMA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
REU	:	DOMINGOS VALERIO e outro
ADV	:	GETULIO CARDOZO DA SILVA
RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO / TERCEIRA SEÇÃO

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO RESCISÓRIA - REVISÃO DE BENEFÍCIO - DECISÃO EXTRA PETITA - INOCORRÊNCIA - BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO - REAJUSTE - ÍNDICES INTEGRAIS DE INFLAÇÃO - APLICAÇÃO INDEVIDA.

I - A questão atinente à incorporação de índices integrais de inflação nos reajustes de benefícios previdenciários está alçada a nível constitucional, pelo que inaplicável a Súmula n. 343 do Colendo Supremo Tribunal Federal.
II - Descabida a incorporação da URP referente a fevereiro de 1989 sobre benefícios previdenciários, consoante julgamento do Recurso Extraordinário n. 200820/STF.
III - Não viola direito adquirido (artigo 5 XXXVI, da CF/88) a não incorporação dos índices integrais de inflação referentes aos meses de janeiro/89 (70,28%) e março/90 (84,32%) nos reajustes de benefícios previdenciários. Precedentes do STJ.
IV - Honorários advocatícios arbitrados em R$ 300,00 (trezentos reais).
V - Ação rescisória procedente. Ação subjacente improcedente.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas. DECIDE a Terceira Seção do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por votação unânime, julgar procedente a ação rescisória e improcedente a ação originária, na forma do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 14 de março 2007. (data do julgamento).

PROC.	:	97.03.035130-1 AC 374892
ORIG.	:	9500507277 13 VR SAO PAULO/SP
EMBGTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV	:	HELOISA NAIR SOARES DE CARVALHO
EMBGDO	:	OSWALDO DESSOLDI
ADV	:	DARMY MENDONCA E OUTROS
RELATOR	:	DES.FED. VERA JUCOVSKY / TERCEIRA SEÇÃO
RELATOR ACORDÃO	:	DES.FED. NELSON BERNARDES / TERCEIRA SEÇÃO

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS INFRINGENTES. REEXAME NECESSÁRIO. AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA. MP. 1.561-1/97. LEI Nº 9.469/97. ART. 475, II, CPC. SENTENÇA PUBLICADA EM DATA ANTERIOR. NÃO INCIDÊNCIA. ATOS CONSUMADOS. DIREITO ADQUIRIDO.

1- A divergência, no caso, estabeleceu-se no tocante ao cabimento ou não da remessa oficial, como condição de eficácia de sentença publicada em data anterior à edição do texto legal que a tornou obrigatória.
2 - Na hipótese dos autos, o decisum de primeiro grau foi publicado em cartório no dia 17 de maio de 1996 e, portanto, em data anterior à edição da Medida Provisória nº 1.561, de 17 de janeiro de 1997, convertida na Lei nº 9.469/97. Dessa forma, a sua eficácia não estava condicionada ao reexame necessário, estabelecido pela legislação que lhe é posterior.
3 - A sentença fora submetida ao duplo grau de jurisdição, por força do recurso voluntário interposto, tempestivamente, pelo INSS. Não havia, apenas por esse motivo, transitado em julgado, pois pendia de julgamento nesta instância superior. Não tivesse a Autarquia ré apresentado o seu recurso, o decisum já teria sobre si os efeitos da coisa julgada ao tempo em que editada a Medida Provisória 1.561/97.
4 - As regras aplicáveis, em se tratando de matéria recursal, são aquelas vigentes ao tempo da publicação da sentença e não as supervenientes, eventualmente editadas no período que se segue até o julgamento do respectivo recurso.
5 - A prescrição qüinqüenal das parcelas vencidas pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição, nos termos do que dispõe o art. 193 do Código Civil, sendo passível, inclusive, ao reconhecimento de ofício.
6 - Embargos infringentes improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os integrantes da Terceira Seção do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por maioria, em negar provimento aos embargos infringentes nos termos do relatório e voto do Desembargador Federal Relator para acórdão, na conformidade da ata de julgamento, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 14 de fevereiro de 2007.

PROC.	:	97.03.037380-1 AR 492
ORIG.	:	9400000411 1 Vr SAO JOSE DO RIO PARDO/SP
AUTOR	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	FRANCISCO DE ASSIS GAMA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
REU	:	JOSE CARLOS PAVAN
ADV	:	MOACYR DE AVILA RIBEIRO FILHO
RELATOR	:	DES.FED. VERA JUCOVSKY / TERCEIRA SEÇÃO

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO RESCISÓRIA. ARTIGO 485, INCISO V, DO CPC. PRELIMINAR DE CARÊNCIA DE AÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. CORREÇÃO DOS SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO. ARTIGO 58 DO ADCT. CORREÇÃO MONETÁRIA. SÚMULA 71 DO TFR. LEI 6.423/77. ORTN.

- Rejeitada a preliminar de carência de ação.
- Agravo regimental interposto contra o decisum que negou a tutela antecipada não conhecido, porquanto extemporâneo.
- À época da concessão do benefício percebido pelo ora réu, vigorava o Decreto 89.312/84, que não previa a correção dos 12 (doze) últimos salários-de-contribuição, razão pela qual a sentença que determinou fossem atualizados deve, neste particular, ser rescindida.
- O artigo 58 do ADCT aplica-se de 04.1989 a 12.1991, e não como fixado na sentença a qua.
- Para correção monetária das diferenças, deve-se observar a Lei 6.899/81 e não a Súmula 71 do TFR, conforme disposto na decisão censurada.
- Aplica-se a variação da ORTN, conforme a Lei 6.423/77, para correção dos 24 (vinte e quatro) salários-de-contribuição anteriores aos 12 (doze) últimos.
- Pedido julgado parcialmente, para rescindir em parte a sentença, e, no juízo rescissorium, julgar parcialmente procedente o pedido da ação subjacente.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas.
Decide a Terceira Seção do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, rejeitar a matéria preliminar, não conhecer do agravo regimental, julgar parcialmente procedente o pedido, para rescindir em parte a sentença e julgar parcialmente procedente o pleito formulado na ação primeva, nos termos do relatório e voto da Exma. Sra. Desembargadora Federal Relatora, constantes dos autos e na conformidade da ata de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 14 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2001.03.00.005473-4 MCI 2319
ORIG.	:	97030373801 SAO PAULO/SP 9400000411 1 Vr SAO JOSE DO RIO PARDO/SP
REQTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	FRANCISCO DE ASSIS GAMA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
REQDO	:	JOSE CARLOS PAVAN
RELATOR	:	DES.FED. VERA JUCOVSKY / TERCEIRA SEÇÃO

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO CAUTELAR INCIDENTAL EM AÇÃO RESCISÓRIA. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DA SENTENÇA RESCINDENDA.

- Na mesma data, foi apresentada e julgada a demanda principal, da qual esta ação cautelar de suspensão de execução é acessória, do que deflui inquestionável ausência de interesse processual superveniente nesta actio.
- À parte autora, nos autos da demanda primeva, foi deferida a antecipação de tutela, a fim de determinar a suspensão da execução promovida com fundamento no título executivo judicial impugnado e o pagamento de quaisquer diferenças, decisão que restou irrecorrida.
- Ação cautelar julgada extinta sem resolução do mérito.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas.
Decide a Terceira Seção do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, julgar extinta a cautelar sem resolução do mérito, nos termos do relatório e voto da Exma. Sra. Desembargadora Federal Relatora, constantes dos autos e na conformidade da ata de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 14 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2001.03.00.006822-8 AR 1450
ORIG.	:	98030623958 SAO PAULO/SP 9700000164 1 Vr SAO MANUEL/SP
AUTOR	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SIMONE GOMES AVERSA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
REU	:	MERCE MARQUES PEREIRA PINTO
ADV	:	JAIR JOSE MICHELETTO e outros
RELATOR	:	DES.FED. VERA JUCOVSKY / TERCEIRA SEÇÃO

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO RESCISÓRIA. PROVA FALSA. ARTIGO 485, INCISO VI, DO CPC. APOSENTADORIA POR IDADE. INÉPCIA DA INICIAL. PREQUESTIONAMENTO. DECADÊNCIA. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO RESCISÓRIO.

- Deferida a gratuidade da justiça à ré.
- Rejeitada a matéria preliminar.
- Restou demonstrada a natureza espúria das relações empregatícias censuradas, conforme auto de Apresentação e Apreensão, pela Delegacia da Polícia Federal, dentre outras, da carteira profissional da ré; e consoante Requisição e Diligência do Grupo de Trabalho Portaria MPAS/GM 3.700/2000.
- Depoimento pessoal da ré, no sentido da falsidade dos registros de trabalho em questão.
- Carteira Profissional essencial para formação do juízo de convicção dos prolatores da sentença e do acórdão atacados.
- Desconsideradas as relações empregatícias, a ré não preenche os requisitos necessários à concessão do benefício, ex vi dos artigos 48, 142 e 143 da Lei 8.213/91.
- Ré isenta do pagamento de honorários advocatícios, custas e despesas processuais, porquanto beneficiária de gratuidade da justiça.
- Pedido rescisório julgado procedente.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas.
Decide a Terceira Seção do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, à unanimidade, deferir o pedido de justiça gratuita, rejeitar a matéria preliminar, julgar procedente o pedido para rescindir o aresto e julgar improcedente o pleito de concessão de aposentadoria por idade, nos termos do relatório e voto da Exma. Sra. Desembargadora Federal Relatora, constantes dos autos e na conformidade da ata de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 28 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2001.03.00.028814-9 AR 1801
ORIG.	:	199903990121865 SAO PAULO/SP 9700001227 1 Vr SAO MANUEL/SP
AUTOR	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SIMONE GOMES AVERSA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
REU	:	OLIVA DA CONCEICAO HENRIQUE DOS SANTOS
ADV	:	JOSÉ MIGUEL JUSTO
RELATOR	:	DES.FED. THEREZINHA CAZERTA / TERCEIRA SEÇÃO

EMENTA

AÇÃO RESCISÓRIA. CPC, ARTIGO 485, INCISO VI. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. TRABALHADOR RURAL. DEMONSTRAÇÃO DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE. FALSIDADE DA PROVA.
- Os beneficiários da assistência judiciária gratuita encontram-se dispensados do depósito previsto no inciso II do artigo 488 do Código de Processo Civil.
- Possibilidade da antecipação dos efeitos da tutela na rescisória, se presentes os pressupostos, consoante a nova redação dada pela Lei nº 11.280/06 ao artigo 489 do Código de Processo Civil.
- Preenchimento dos requisitos legais, necessários à apresentação da petição inicial em juízo, decorrendo, da narração dos fatos, o pedido de rescisão do julgado.
- Desnecessidade de prequestionamento do ponto controvertido. Ação rescisória não é recurso, inexistindo tal óbice para seu ajuizamento.
- Matéria preliminar rejeitada.
- A rescisão do julgado com fundamento no inciso VI do artigo 485 do Código de Processo Civil dispensa a constatação dos fatos, tidos por criminosos, em sede de ação penal, bastando, apenas, a realização do procedimento investigatório na própria ação rescisória, não se exigindo, igualmente, que a questão da falsidade tenha sido suscitada no processo em que foi proferida a decisão rescindenda.
- Concessão de aposentadoria por tempo de serviço baseada em prova falsa, restando comprovada, nos autos, a não veracidade dos registros de contrato de trabalho atinentes aos períodos laborados.
- Demonstração do nexo de causalidade entre a prova falsa e o resultado do julgamento, à vista da impossibilidade de comprovação do tempo de serviço sem as anotações tidas como inexistentes na carteira de trabalho.
- Exclusão do cômputo do período impugnado que torna impossível o deferimento do benefício vindicado, não revelando a prova material remanescente o efetivo labor no período exigido pelo artigo 52 da Lei nº 8.213/91.
- Inexistência de produção de prova testemunhal, tanto na demanda originária quando na rescisória, extraindo-se, do conjunto probatório, a ausência dos requisitos necessários à obtenção de aposentadoria por tempo de serviço.
- Ação rescisória que se julga procedente, para desconstituir o acórdão rescindendo e reconhecer a improcedência do pedido formulado na demanda originária.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, decidiu a 3ª Seção, por unanimidade, deferir à ré os benefícios da assistência judiciária gratuita, rejeitar a matéria preliminar e julgar procedente a ação rescisória, nos termos do voto da Desembargadora Federal Relatora, com quem votaram os Desembargadores Federais Marisa Santos, Sérgio Nascimento, Leide Polo, Eva Regina, Vera Jucovsky, Nelson Bernardes, Castro Guerra, Jediael Galvão, Walter do Amaral e Marianina Galante, a Juíza Federal Convocada Ana Lúcia Iucker e os Desembargadores Federais Anna Maria Pimentel e Newton De Lucca.
São Paulo, 28 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2002.03.00.001710-9 AR 1978
ORIG.	:	9700002113 1 Vr SAO MANUEL/SP 199903990389278 SAO PAULO/SP
AUTOR	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SIMONE GOMES AVERSA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
REU	:	BENEDITA APARECIDA FERREIRA
ADV	:	PEDRO ROBERTO PEREIRA
RELATOR	:	DES.FED. THEREZINHA CAZERTA / TERCEIRA SEÇÃO

EMENTA

AÇÃO RESCISÓRIA. CPC, ARTIGO 485, INCISO VI. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. TRABALHADOR RURAL. DEMONSTRAÇÃO DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE. FALSIDADE DA PROVA.
- Os beneficiários da assistência judiciária gratuita encontram-se dispensados do depósito previsto no inciso II do artigo 488 do Código de Processo Civil.
- Possibilidade da antecipação dos efeitos da tutela na rescisória, se presentes os pressupostos, consoante a nova redação dada pela Lei nº 11.280/06 ao artigo 489 do Código de Processo Civil.
- Preenchimento dos requisitos legais, necessários à apresentação da petição inicial em juízo, decorrendo, da narração dos fatos, o pedido de rescisão do julgado.
- Desnecessidade de prequestionamento do ponto controvertido. Ação rescisória não é recurso, inexistindo tal óbice para seu ajuizamento.
- Proposta a demanda dentro do biênio previsto no artigo 495 do Código de Processo Civil, a demora na citação por motivos alheios à vontade do autor, inerentes ao mecanismo da Justiça, impede o reconhecimento da decadência. Inteligência da Súmula 106 do Superior Tribunal de Justiça.
- Matéria preliminar rejeitada.
- A rescisão do julgado com fundamento no inciso VI do artigo 485 do Código de Processo Civil dispensa a constatação dos fatos, tidos por criminosos, em sede de ação penal, bastando, apenas, a realização do procedimento investigatório na própria ação rescisória, não se exigindo, igualmente, que a questão da falsidade tenha sido suscitada no processo em que foi proferida a decisão rescindenda.
- Concessão de aposentadoria por tempo de serviço baseada em prova falsa, restando comprovada, nos autos, a não veracidade dos registros de contrato de trabalho atinentes aos períodos laborados.
- Demonstração do nexo de causalidade entre a prova falsa e o resultado do julgamento, à vista da impossibilidade de comprovação do tempo de serviço sem as anotações tidas como inexistentes na carteira de trabalho.
- Exclusão do cômputo do período impugnado que torna impossível o deferimento do benefício vindicado, não revelando a prova material remanescente o efetivo labor no período exigido pelo artigo 52 da Lei nº 8.213/91.
- Inexistência de produção de prova testemunhal, tanto na demanda originária quando na rescisória, extraindo-se, do conjunto probatório, a ausência dos requisitos necessários à obtenção de aposentadoria por tempo de serviço.
- Ação rescisória que se julga procedente, para desconstituir o acórdão rescindendo e reconhecer a improcedência do pedido formulado na demanda originária.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, decidiu a 3ª Seção, por unanimidade, deferir à ré os benefícios da assistência judiciária gratuita, rejeitar a matéria preliminar e julgar procedente a ação rescisória, nos termos do voto da Desembargadora Federal Relatora, com quem votaram os Desembargadores Federais Marisa Santos, Sérgio Nascimento, Leide Polo, Eva Regina, Vera Jucovsky, Nelson Bernardes, Castro Guerra, Jediael Galvão, Walter do Amaral e Marianina Galante, a Juíza Federal Convocada Ana Lúcia Iucker e os Desembargadores Federais Anna Maria Pimentel e Newton De Lucca.
São Paulo, 28 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2002.03.00.006562-1 AR 2054
ORIG.	:	199903990576455 SAO PAULO/SP 9900000568 3 Vr BRAGANCA PAULISTA/SP
AUTOR	:	BENEDITA MARQUES
ADV	:	MARCUS ANTONIO PALMA
REU	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CARLOS ANTONIO GALAZZI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. VERA JUCOVSKY / TERCEIRA SEÇÃO

EMENTA

AÇÃO RESCISÓRIA. PREVIDÊNCIA SOCIAL. APOSENTADORIA POR IDADE A RURÍCOLA. ARTIGO 485, INCISO IX, DO CPC. PEDIDO JULGADO PROCEDENTE PARA RESCINDIR O ARESTO CENSURADO E JULGAR PROCEDENTE O PEDIDO DA AÇÃO SUBJACENTE.
- No presente caso, há início de prova material, qual seja, a certidão de casamento da parte autora, realizado em 1961, na qual sua profissão declarada foi a de lavrador.
- As testemunhas corroboraram o início de prova material, ao afirmarem que a parte autora exerceu atividade como rurícola de 1979 até 1995, época em que já contava com mais de 60 (sessenta) anos, e com tempo de serviço superior à carência exigida na espécie.
- Quando a parte autora deixou de exercer atividade rural, já havia adquirido o direito à aposentadoria.
- Evidenciada ofensa ao artigo 143 da Lei 8.213/91, a ensejar a rescisão do acórdão, conforme artigo 485, inciso V, do CPC, e, em conseqüência, a procedência do pedido de concessão de aposentadoria por idade a rurícola.
- Implantação imediata do benefício sub judice, nos termos do artigo 461, §§ 4º e 5º, do Código de Processo Civil.
- Pedido julgado procedente para rescindir o aresto e, em sede de ius rescissorium, julgar procedente o pedido de concessão de aposentadoria por idade.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas.
Decide a Terceira Seção do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, julgar procedente o pedido para rescindir o aresto hostilizado, julgar procedente o pedido de concessão de aposentadoria por idade e conceder a tutela antecipada, nos termos do relatório e voto da Sra. Desembargadora Federal Relatora, constantes dos autos e na conformidade da ata de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 24 de janeiro de 2007. (data de julgamento)

PROC.	:	2002.03.00.045450-9 AR 2590
ORIG.	:	94030688009 SAO PAULO/SP 9300001072 1 Vr SAO MANUEL/SP
AUTOR	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SIMONE GOMES AVERSA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
REU	:	ODETE APARECIDA VIOTTO GRACIANO
ADV	:	DANIELA DELAMBERT CHRYSSOVERGIS (Int.Pessoal)
RELATOR	:	DES.FED. VERA JUCOVSKY / TERCEIRA SEÇÃO

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO RESCISÓRIA. PROVA FALSA. ARTIGO 485, INCISO VI, DO CPC. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. INÉPCIA DA INICIAL. PREQUESTIONAMENTO. DECADÊNCIA. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO RESCISÓRIO.
- Rejeitada a matéria preliminar.
- Restou demonstrada a natureza espúria das relações empregatícias insertas nas Carteiras de Trabalho apresentadas na ação subjacente como prova do tempo de serviço.
- Depoimento pessoal da ré, no sentido da falsidade dos registros de trabalho em questão.
- Carteira Profissional essencial para formação do juízo de convicção dos prolatores da sentença e do acórdão atacados.
- Desconsideradas as relações empregatícias, a ré não preenche os requisitos necessários à concessão do benefício, ex vi do artigo 52 da Lei 8.213/91.
- Ré isenta do pagamento de honorários advocatícios, custas e despesas processuais, porquanto beneficiária de gratuidade da justiça.
- Pedido rescisório julgado procedente.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas.
Decide a Terceira Seção do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, à unanimidade, rejeitar a matéria preliminar, julgar procedente o pedido para rescindir o aresto e julgar improcedente o pleito de concessão de aposentadoria por tempo de serviço, nos termos do relatório e voto da Exma. Sra. Desembargadora Federal Relatora, constantes dos autos e na conformidade da ata de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 28 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2003.03.00.031422-4 AR 3013
ORIG.	:	9300152475 5V Vr SAO PAULO/SP 96030616931 SAO PAULO/SP
AUTOR	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JANDYRA MARIA GONCALVES REIS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
REU	:	FELIX CUNADO PALACIN
ADV	:	ADAUTO CORREA MARTINS
RELATOR	:	DES.FED. VERA JUCOVSKY / TERCEIRA SEÇÃO

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO RESCISÓRIA. ARTIGO 485, INCISO V, DO CPC. SÚMULA 343 DO STF. REVISÃO DE APOSENTADORIA ESPECIAL. LIMITE MÁXIMO DO SALÁRIO-DE-BENEFÍCIO. ARTIGOS 29, § 2º, E 33, DA LEI 8.213/91.
- Afastada a hipótese da Súmula 343 do STF, porquanto não aplicável às ações que tenham como objeto matéria de cunho constitucional, como no caso dos autos.
- Os benefícios concedidos após a promulgação da Constituição Federal de 1988 devem observar o limite máximo do salário-de-benefício, conforme os artigos 29, § 2º, e 33, da Lei 8.213/91.
- A decisão que afastou a limitação em comento violou os referidos dispositivos, a ensejar sua rescisão, nos termos do artigo 485, inciso V, do CPC.
- A aposentadoria do réu foi deferida em 06.1989, nos termos do Decreto 89.312/84, e revista consoante o artigo 144 da Lei 8.213/91, aplicando-se, no recálculo, o preceituado nesta legislação, inclusive a limitação do salário-de-benefício.
- Pedido julgado procedente para rescindir o acórdão hostilizado e, em sede de ius rescissorium, julgar improcedente o pedido de afastamento da limitação do salário-de-benefício.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas.
Decide a Terceira Seção do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, julgar procedente o pedido para rescindir o aresto censurado e julgar improcedente o pleito de afastamento do limite máximo do salário-de-benefício, nos termos do relatório e voto da Exma. Sra. Desembargadora Federal Relatora, constantes dos autos e na conformidade da ata de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 14 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2005.03.00.063553-0 AR 4537
ORIG.	:	9700000520 1 Vr ADAMANTINA/SP 98030718967 SAO PAULO/SP
AUTOR	:	TAKASHI UENO
ADV	:	ANTONIO ANGELO BIASSI
REU	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. VERA JUCOVSKY / TERCEIRA SEÇÃO

E M E N T A

AÇÃO RESCISÓRIA. PREVIDÊNCIA SOCIAL. REVISÃO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. ARTIGO 485, V E IX, DO CPC. CORREÇÃO DOS SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO. IRSM DE FEVEREIRO DE 1994. PEDIDO JULGADO PROCEDENTE.
- Os salários-de-contribuição anteriores a março de 1994, utilizados no cálculo do benefício previdenciário, devem ser monetariamente corrigidos.
- No presente caso, há salários-de-contribuição anteriores ao referido mês, razão pela qual deve ser rescindida a decisão vergastada, pois violou a lei e o texto constitucional, que determinam expressamente a correção de todos os salários-de-contribuição.

- O acórdão objurgado analisou o pedido da ação primeva, como de revisão da renda mensal do benefício e não como da renda mensal inicial, a se caracterizar extra petita e violar, também, a norma inserta no artigo 460 do diploma processual civil.
- Demonstrada a circunstância preceituada no artigo 485, inciso V, do CPC, resta prejudicado o juízo rescindendo com base no inciso IX deste dispositivo legal.
- Pedido de aplicação do IRSM na correção dos salários-de-contribuição julgado procedente.
- Implantação imediata da nova renda mensal do benefício, nos termos do artigo 461 do Código de Processo Civil, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de multa diária fixada em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa devidamente atualizado, nos termos do Provimento 64/05 da COGE.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas.
Decide a Terceira Seção do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, julgar procedente o pedido para rescindir o acórdão, julgar procedente o pedido de revisão de benefício previdenciário e deferir a antecipação de tutela, nos termos do relatório e voto da Sra. Desembargadora Federal Relatora, constantes dos autos e na conformidade da ata de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 14 de fevereiro de 2007. (data de julgamento)

PROC.	:	2005.03.00.091815-1 CC 8460
ORIG.	:	200563110072781 JE Vr SANTOS/SP 200561040006772 5 Vr SANTOS/SP
PARTE A	:	SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS SIDERURGICAS METALURGICAS MECANICAS DE MATERIAL ELETRICO ELETRONICO IND/ NAVAL DE CUBATAO SANTOS SAO VICENTE GUARUJA PRAIA GRANDE BERTIOGA MONGAGUA ITANHAEM PERUIBE S SEBASTIAO
ADV	:	SERGIO HENRIQUE PARDAL BACELLAR FREUDENTHAL
PARTE R	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
SUSTE	:	JUIZADO ESPECIAL FEDERAL CIVEL DE SANTOS > 4ª SSJ> SP
SUSCDO	:	JUIZO FEDERAL DA 5 VARA DE SANTOS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA / TERCEIRA SEÇÃO

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO ENTRE JUIZ FEDERAL DE JUIZADO ESPECIAL FEDERAL E JUIZ FEDERAL. DEMANDA AJUIZADA POR SINDICATO. DEFESA DE DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS DOS ASSOCIADOS. VEDAÇÃO DA LEI 10.259/01.
Compete ao juiz federal processar e julgar a causa ajuizada por sindicato de que são associados aposentados que pedem a revisão do valor dos benefícios previdenciários, sem embargo de ser o valor da causa inferior a 60 (sessenta) salários mínimos. Conflito procedente. Juiz suscitado declarado competente.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Terceira Seção do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por votação unânime, julgar procedente o conflito e declarar a competência do Juiz suscitado, nos termos do relatório e voto do Relator, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.
São Paulo, 14 de março de 2007 (data do julgamento).

PROC.	:	2005.03.99.038367-9 AC 1054231
ORIG.	:	0400000824 1 Vr BURITAMA/SP
EMBGTE	:	DALVA GRANELI FELIPPE
ADV	:	ELIANE REGINA MARTINS FERRARI
EMBGDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ELIANE MENDONCA CRIVELINI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. MARIANINA GALANTE / TERCEIRA SEÇÃO

E M E N T A

EMBARGOS INFRINGENTES. PREVIDENCIÁRIO. RURAL. APOSENTADORIA POR IDADE. PROVA MATERIAL FRÁGIL. REQUISITOS NÃO SATISFEITOS. PERÍODO DE CARÊNCIA NÃO CUMPRIDO. FILIAÇÃO AO RGPS APÓS A VIGÊNCIA DA LEI Nº 8.213/91. PREVALÊNCIA DO VOTO VENCEDOR.
I - Não há nos autos provas suficientes que justifiquem o reconhecimento do exercício de atividade rural para efeito de aposentadoria por idade.
II - Certidão de casamento de 22.11.2003 (nascimento em 01.05.1944), atestando sua profissão de lavradora.
III - Prova testemunhal indica o trabalho rural da autora há pelo menos 14 anos, todavia, não há início de prova material do período anterior ao ano de 2003.
IV - O início de prova material é frágil, sendo que o único documento apresentado é recente, não contemporâneo ao período de atividade rural que se pretende demonstrar - certidão de casamento celebrado em 22 de novembro de 2003, qualificando a autora como lavradora.
V - Da consulta ao sistema Dataprev extrai-se que o cônjuge exerceu funções urbanas nos períodos de 01/11/1975 a 16/12/1977, 07/08/1978 a 10/05/1979, 11/06/1979 a 14/09/1979, 02/01/1980 a 13/08/1986, 22/05/1987 a 30/10/1993 e 18/05/1999 a 03/04/2000.
VI - Embora tenha implementado o requisito etário (55 anos em 1999), não cumpriu os requisitos dos arts. 142 e 143 da Lei 8.213/91, quanto ao tempo de trabalho no campo e carência.
VII - Esclareça-se que, há necessidade de cumprimento da carência de 180 meses para o trabalhador que começou a exercer atividade rural em período posterior à vigência da Lei 8.213/91, o que não restou demonstrado no caso dos autos.
VIII - Prevalência do voto vencedor. Embargos infringentes improvidos.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 3ª Seção do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por maioria, negar provimento aos embargos infringentes, nos termos do relatório e voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Custas, como de lei.
São Paulo, 14 de março de 2007. (data do julgamento)

SUBSECRETARIA DA SEGUNDA SEÇÃO

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO E JULGAMENTO

ACÓRDÃOS

PROC.	:	96.03.091711-7 REOAC 348832
ORIG.	:	9500475219 3 Vr CAMPINAS/SP
EMBGTE	:	GLOBO COCHRANE GRAFICA LTDA
EMBGDO	:	ACORDAO DE FLS 238
EMBGTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
EMBGDO	:	GLOBO COCHRANE GRAFICA LTDA
ADV	:	LUIZ DE CAMARGO ARANHA NETO e outros
RELATOR	:	DES.FED. LAZARANO NETO / SEGUNDA SEÇÃO

EMENTA

PROCESSO CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - EMBARGOS INFRINGENTES - ART. 58 DA LEI 8981/95 - COMPENSAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO NEGATIVA DA CSSL - REFERÊNCIAS AO ART. 42 DA MESMA LEI - IRPJ - ERRO MATERIAL.
1- Nota-se, da análise do v. acórdão embargado, que se tratou da matéria referente à compensação da base de cálculo negativa na apuração da CSSL, matéria versada no art. 58 da Lei 8981/95.
2- Embargos de declaração acolhidos para, corrigindo o erro material constatado, determinar que, no v. acórdão embargado (inclusive em sua ementa), onde se faz referência ao art. 42 da Lei 8981/95, entenda-se mencionado o art. 58 da mesma Lei.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas,
DECIDE a 2ª Seção do Tribunal Regional Federal da 3.ª Região, por unanimidade, acolher os embargos de declaração, nos termos do relatório e voto, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 06 de março de 2007.

PROC.	:	1999.03.00.046393-5 MS 194723
ORIG.	:	9705356483 6F Vr SAO PAULO/SP
IMPTE	:	Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia - CREA
ADV	:	SONIA MARIA MORANDI M DE SOUZA
IMPDO	:	JUIZO FEDERAL DA 6 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
INTERES	:	JABES ANTIDIO BAMBUY
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MARCONDES / SEGUNDA SEÇÃO

EMENTA

MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL - REJEIÇÃO DE EMBARGOS INFRINGENTES EM EXECUÇÃO FISCAL ANTE A IRRISORIEDADE DO DÉBITO - CABIMENTO DE RECURSO PELO ORDENAMENTO JURÍDICO (CF, ART. 102, III) - INADEQUAÇÃO DO "MANDAMUS" - SÚMULA 267 DO STF.
1.A rejeição de embargos infringentes em execução fiscal tendo como fundamento único a irrisoriedade do débito afronta a garantia da universalidade da jurisdição (CF, art. 5º, XXXV), ensejando, por conseguinte, a interposição de recurso extraordinário ao Pretório Excelso (CF, artigo 102, III).
2.Se a decisão a que se visa combater por meio do mandado de segurança desafia recurso, patenteia-se a falta de interesse de agir na impetração, porquanto o mandado de segurança não possa ser utilizado como sucedâneo recursal (Súmula 267 do STF).
3.Processo extinto sem julgamento do mérito, cassando-se a liminar antes deferida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas.
Decide a Segunda Seção do Egrégio Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, julgar extinto o processo sem julgamento do mérito, nos termos do voto da Desembargadora Federal CECÍLIA MARCONDES (Relatora), com que votaram os Desembargadores Federais NERY JÚNIOR, ALDA BASTO, CARLOS MUTA, CONSUELO YOSHIDA, LAZARANO NETO, MÁRCIO MORAES, ROBERTO HADDAD e FÁBIO PRIETO. Ausentes os Desembargadores Federais SALETTE NASCIMENTO, MAIRAN MAIA e REGINA COSTA.
São Paulo, 03 de abril de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	1999.03.00.046394-7 MS 194724
ORIG.	:	9705372560 6F Vr SAO PAULO/SP
IMPTE	:	Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia - CREA
ADV	:	SONIA MARIA MORANDI M DE SOUZA
IMPDO	:	JUIZO FEDERAL DA 6 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
INTERES	:	RONALDO CLIMACO DO SACRAMENTO
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MARCONDES / SEGUNDA SEÇÃO

EMENTA

MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL - REJEIÇÃO DE EMBARGOS INFRINGENTES EM EXECUÇÃO FISCAL ANTE A IRRISORIEDADE DO DÉBITO - CABIMENTO DE RECURSO PELO ORDENAMENTO JURÍDICO (CF, ART. 102, III) - INADEQUAÇÃO DO "MANDAMUS" - SÚMULA 267 DO STF.
1.A rejeição de embargos infringentes em execução fiscal tendo como fundamento único a irrisoriedade do débito afronta a garantia da universalidade da jurisdição (CF, art. 5º, XXXV), ensejando, por conseguinte, a interposição de recurso extraordinário ao Pretório Excelso (CF, artigo 102, III).
2.Se a decisão a que se visa combater por meio do mandado de segurança desafia recurso, patenteia-se a falta de interesse de agir na impetração, porquanto o mandado de segurança não possa ser utilizado como sucedâneo recursal (Súmula 267 do STF).
3.Processo extinto sem julgamento do mérito, cassando-se a liminar antes deferida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas.
Decide a Segunda Seção do Egrégio Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, julgar extinto o processo sem julgamento do mérito, nos termos do voto da Desembargadora Federal CECÍLIA MARCONDES (Relatora), com que votaram os Desembargadores Federais NERY JÚNIOR, ALDA BASTO, CARLOS MUTA, CONSUELO YOSHIDA, LAZARANO NETO, MÁRCIO MORAES, ROBERTO HADDAD e FÁBIO PRIETO. Ausentes os Desembargadores Federais SALETTE NASCIMENTO, MAIRAN MAIA e REGINA COSTA.
São Paulo, 03 de abril de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	1999.03.99.023426-0 AC 470603
ORIG.	:	9500080184 /SP
EMBGTE	:	Banco Central do Brasil
ADV	:	JOSE OSORIO LOURENCAO
EMBGDO	:	MARIA TEIXEIRA DA SILVA
ADV	:	MILTON GALDINO RAMOS
RELATOR	:	DES.FED. ALDA BASTO / SEGUNDA SEÇÃO

E M E N T A

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS INFRINGENTES. CORREÇÃO MONETÁRIA. DIVERGÊNCIA RESTRITA AO MÉRITO. VOTO VENCIDO PROVIDO POR FUNDAMENTO DIVERSO.
I - O voto vencido concluiu pelo provimento do apelo do BACEN por ausência de obrigação de indenizar. Embargante defende inexistir direito à correção monetária pelos IPC porque os índices aplicáveis são os oficiais, já pagos.
II - Na esteira da jurisprudência cabível o provimento dos embargos infringentes pela conclusão, sob fundamento diverso, observado os limites da divergência.
II - Embargos infringentes providos.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes em que são partes as acima indicadas.
Decide a 2ª Seção do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, dar provimentos aos embargos infringentes, nos termos do voto da Relatora, constante dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 20 de março de 2007 (data do julgamento)

PROC.	:	1999.03.99.058522-5 AC 503059
ORIG.	:	9500235005 /SP
EMBGTE	:	Banco Central do Brasil
ADV	:	JOSE OSORIO LOURENCAO
EMBGDO	:	DOMINGOS DE SOUZA TROVOES e outro
ADV	:	MARIA APARECIDA E DE PAULA CESQUIM
EMBGDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	CRISTINA GONZALEZ FERREIRA PINHEIRO
RELATOR	:	DES.FED. ALDA BASTO / SEGUNDA SEÇÃO

E M E N T A
DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS INFRINGENTES. CORREÇÃO MONETÁRIA. DIVERGÊNCIA RESTRITA AO MÉRITO. VOTO VENCIDO PROVIDO POR FUNDAMENTO DIVERSO.
I - O voto vencido concluiu pelo provimento do apelo do BACEN por ausência de obrigação de indenizar. Embargante defende inexistir direito à correção monetária pelos IPC porque os índices aplicáveis são os oficiais, já pagos.
II - Na esteira da jurisprudência cabível o provimento dos embargos infringentes pela conclusão, sob fundamento diverso, observado os limites da divergência.
II - Embargos infringentes providos.
ACORDÃO
Vistos e relatados estes em que são partes as acima indicadas.
Decide a 2ª Seção do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, dar provimento aos embargos infringentes, nos termos do voto da Relatora, constante dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 20 de março de 2007 (data do julgamento)

PROC.	:	2001.03.00.019748-0 CC 3970
ORIG.	:	200161820065346 10F Vr SAO PAULO/SP 0000002588 A Vr POA/SP
PARTE A	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
PARTE R	:	ROBIAUTO PECAS E SERVICOS LTDA
SUSTE	:	JUIZO FEDERAL DA 10 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
SUSCDO	:	JUIZO DE DIREITO DO SAF DE POA SP
RELATOR	:	DES.FED. NERY JUNIOR / SEGUNDA SEÇÃO

E M E N T A
CONFLITO DE COMPETÊNCIA. COMPETÊNCIA FUNCIONAL E ABSOLUTA. PROPOSITURA DA AÇÃO EXECUTIVA NA JUSTIÇA ESTADUAL. DEVEDOR NÃO MAIS RESIDENTE NA COMARCA, ANTES MESMO PROPOSITURA DA AÇÃO. COMPETENCIA DO JUÍZO SUSCITANTE.
1. Se o devedor já não mais residia na comarca do Juízo Estadual e suscitado, quando da propositura da ação, falece competência delegada a esse Juízo, nos moldes do art. 15 da Lei n.º 5.010/66.
2. A competência é funcional e absoluta do Juízo Federal suscitante, sob cuja jurisdição se encontra o devedor.
3. A competência só seria territorial e relativa, se o devedor tivesse se mudado da Comarca depois da propositura da ação, pois se aplicaria o princípio da "perpetuatio jurisdicione", a teor da Súmula nº 33 do STJ.
4. Conflito julgado improcedente para declarar competente o Juízo suscitante.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima identificadas, decide a Segunda Seção do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por maioria, julgar improcedente o conflito de competência, nos termos do relatório e do voto que passam a integrar o presente julgado.
São Paulo, 20 de março de 2007 (data do julgamento).

SUBSECRETARIA DA PRIMEIRA TURMA

DIVISÃO DE PROCEDIMENTOS DIVERSOS

DESPACHOS/DECISÕES

PROC.	:	2003.61.04.000224-1 AC 948839
ORIG.	:	2 Vr SANTOS/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
APTE	:	EMGEA Empresa Gestora de Ativos
ADV	:	RICARDO FILGUEIRAS ALFIERI
APDO	:	WINSTON HOWARD e outro
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos em despacho.
Recebo a petição de fl. 43 como desistência da apelação de fl. 34.
Custas "ex lege".
Transitada, restituam-se os autos à origem.
São Paulo, 08 de março de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2005.61.19.000346-6 AC 1163696
ORIG.	:	6 Vr GUARULHOS/SP
APTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV	:	FLAVIA ADRIANA CARDOSO DE LEONE
APDO	:	CONDOMINIO EDIFICIO VILA REAL
ADV	:	LEANDRO FERREIRA DOS SANTOS
RELATOR	:	DES.FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

Manifest-se a Caixa Econômica Federal, no prazo de 10 dias, sobre o teor da petição nº 2007.000214.
São Paulo, 3 de abril de 2007.
Desembargador Federal LUIZ STEFANINI
RELATOR

PROC.	:	2007.03.00.000461-7 AG 288752
ORIG.	:	200661000237015 7 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	SILVIO MEDEIROS CABRAL
ADV	:	ANNE CRISTINA ROBLES BRANDINI
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 7 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos.
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por SILVIO MEDEIROS CABRAL contra a r. decisão proferida nos autos de ação cautelar, que o juízo " a quo " indeferiu liminar pleiteada, objetivando, a ora agravente, a sustação do leilão de imóvel, e na, hipótese de sua realização, seja suspenso o registro da carta de arrematação, determinando a não inclusão de seus nomes em órgãos de proteção de crédito.
Tendo em vista o teor das informações do Juízo "a quo" (fls. 90/96) que noticiam a prolação de sentença que julgou improcedente a cautelar, extinguindo o processo de origem, nos termos do art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil, julgo prejudicado o presente agravo, pela perda do seu objeto, nos termos do artigo 33, inciso XII, do Regimento Interno, desta Egrégia Corte, combinado com o artigo 557, do Código de Processo Civil.
Com o trânsito, restituam-se os autos ao juízo de origem.
Int.
São Paulo, 23 de março de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2005.61.04.000504-4 AC 1096702
ORIG.	:	1 Vr SANTOS/SP
APTE	:	JOSE AIRES DA CUNHA
ADV	:	MARIA ISABEL DE FIGUEIREDO CARVALHO
APDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	LUIZ CARLOS FERREIRA DE MELO
RELATOR	:	DES.FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

Com fundamento no artigo 501 do Código de Processo Civil homologo, para que produza os seus efeitos, a desistência do recurso manifestada à fl. 55 e extingo o processo sem julgamento de mérito, com fulcro no art. 267, VIII, do CPC.
Oportunamente, baixem os autos, para as providências cabíveis.
Publique-se.
São Paulo, 23 de março de 2007.
Desembargador Federal LUIZ STEFANINI
RELATOR

PROC.	:	2007.03.00.000666-3 AG 288945
ORIG.	:	200461000226732 20 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	PATRÍCIA APOLINÁRIO DE ALMEIDA
AGRDO	:	VANDERLEI ZANETTI e outro
ADV	:	JOÃO BENEDITO DA SILVA JÚNIOR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 20 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

Recebo o pedido de reconsideração de fls. 81/107 como agravo regimental oposto pela agravante CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF em face do r. decisum de fls. 67/70, que indeferiu o pedido de efeito suspensivo que objetivava a revogação da inversão do ônus da prova.
Sustenta a agravante, em síntese, que não atua como fornecedora de produtos, nem prestadora de serviços, mas intermediadora de crédito, conforme previsto em legislação específica.
Alega ainda que o deferimento da inversão do ônus da prova exige, além da caracterização da relação de consumo, a verossimilhança da alegação do consumidor e sua hipossuficiência, razão por que, ainda que se entenda aplicável o Código de Defesa do Consumidor à situação em exame, não se encontram preenchidos os demais requisitos.
Consigno que a Lei nº 11.187/2005, que alterou o Código de Processo Civil, dando nova redação ao parágrafo único do artigo 527, determinou que da decisão liminar, proferida em agravo de instrumento, somente é passível de reforma no momento do julgamento do agravo, salvo se o próprio relator a reconsiderar.
Dessa forma, entendo que o agravo regimental previsto no artigo 250 do Regimento Interno do TRF - 3ª Região não mais subsiste em relação ao agravo de instrumento e ao retido, haja vista ser norma hierarquicamente inferior ao Código de Processo Civil e anterior à alteração promovida pelo novel regramento.
Assim, tendo em vista que a referida lei entrou em vigor aos 18 de janeiro de 2006, entendo não ser cabível o recurso contra a r. decisão por mim proferida em juízo de cognição sumária.
Diante o acima exposto, DEIXO DE CONHECER o agravo regimental, ante a ausência de amparo legal.
São Paulo, 30 de março de 2007.
Desembargador Federal Luiz Stefanini
Relator

PROC.	:	2005.61.04.000709-0 AC 1171393
ORIG.	:	4 Vr SANTOS/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	CELSO GONCALVES PINHEIRO
APDO	:	MARINALVA SANTOS RIBEIRO e outros
PARTE A	:	ROSANGELA SANTOS GONCALVES
ADV	:	DIMAS SANT ANNA DE CASTRO LEITE
RELATOR	:	JUIZ CONV. MÁRCIO MESQUITA / PRIMEIRA TURMA

O Juiz Federal Convocado Márcio Mesquita (Relator):
Trata-se de embargos à execução de sentença em que a Caixa Econômica Federal pretende obstar a execução do julgado no que se refere a diferenças de atualização monetária de depósitos vinculados ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, oriundas dos Planos Bresser, Collor I (salvo quanto ao mês de abril de 1990) e Collor II, na esteira do entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário nº 226.855/RS.
Sustenta a possibilidade de exclusão desses valores do objeto da execução, na forma do artigo 741, parágrafo único, do Código de Processo Civil, inserido pelo artigo 10 da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24.8.2001, alegando que o título judicial exeqüendo interpretou determinados dispositivos legais de modo incompatível com o texto constitucional.
Sobreveio sentença que rejeitou liminarmente os embargos à execução, extinguindo-os sem exame do mérito, por intempestividade. A decisão foi fundamentada no sentido de que os autos da ação principal foram retirados pelo patrono da executada em 18.08.2004, tendo os embargos sido opostos apenas em 19.11.2004. Sem honorários de advogado.
Apela a embargante. Afirma que não houve citação válida para o cumprimento do julgado, ao argumento de que o advogado que retirou os autos do cartório não tinha poderes para recebê-la.
Sem contra-razões pelos embargados.
É o relatório. Decido. O recurso será examinado na forma do artigo 557 do Código de Processo Civil.
Questiona-se no presente recurso a tempestividade dos embargos opostos à execução da sentença.
Iniciada a fase de execução do julgado, foi proferido pelo Juízo a quo o seguinte despacho, em 10 de março de 2004 (fl. 254 dos autos principais):
"1- Dou por suprida a citação da Caixa Econômica Federal nos termos do artigo 632 do Código de Processo Civil, tendo em vista o comparecimento espontâneo da ré.
2- Manifeste-se a Caixa Econômica Federal acerca do cumprimento voluntário. Concedo o prazo de 90 (noventa dias), a partir da retirada dos autos da secretaria, para o cumprimento da obrigação, creditando na(s) conta(s) vinculada(s) do (s) autor(es) os valores referentes à condenação.
3- Embora este Juízo entendesse ser ônus dos autores a apresentação dos extratos, o fato é que a ré, nos termos do disposto no art. 10 da Lei Complementar n 110, de 29/06/2001, detém as informações cadastrais e financeiras necessárias à elaboração dos cálculos, razão pela qual torna-se desnecessária a apresentação daqueles pelos autores.
4- Quanto aos honorários advocatícios, se devidos, deverão ser depositados à ordem do Juízo.
5- Havendo autores que tenham firmado o Termo de Adesão previsto na Lei Complementar n 110, de 29/06/2001, concedo o mesmo prazo para a apresentação dos respectivos termos em seu original. Intime-se" [grifei].
Em seguida, após a publicação na imprensa oficial (fl. 254-verso), a executada pediu a juntada de substabelecimento (fls. 256/258), no qual os advogados da empresa pública Drs. Rogério Altobelli Antunes (OAB/SP 172.265) e Luiz Carlos Ferreira de Melo (OAB/SP 32.686) transferem os poderes que lhes foram outorgados neste feito aos advogados Drs. Vilma Maria de Lima (OAB/SP 124.010) e Celso Gonçalves Pinheiro (OAB/SP 47.559), para o fim exclusivo de:
"acompanharem as ações de execução de sentença referentes aos planos econômicos e juros progressivos - FGTS, em trâmite perante a Subseção Judiciária de São Paulo, São Bernardo do Campo, Santo André, Guarulhos e Santos, utilizando-se de todos os meios processuais para a defesa da substabelecente até extinção dos processos [...]."
Em 18.08.2004 foi efetuada a carga dos autos por advogada daquele escritório (Dra. Célia de Souza, OAB/SP nº 182.319, substabelecida à fl. 257), consoante certidão de fl. 259.
Os embargos, porém, foram opostos apenas em 19.11.2004, quando há muito transcorrido o prazo de 10 (dez) dias previsto na lei adjetiva.
Entendo que é certa a aplicação ao caso dos autos da regra do artigo 214, § 1º, do Código de Processo Civil, com a redação dada pela Lei nº 5.925/73, que prescreve: "o comparecimento espontâneo do réu supre [...] a falta de citação". Tendo o patrono da executada obtido vista dos autos e, posteriormente, efetuado a carga dos mesmos, operou-se inequivocamente a ciência do processo de execução, que supre a necessidade de citação e enseja a fluência do prazo para a defesa.
Por outro lado, não é razoável o argumento de que não se aplica o referido artigo 214, § 1º, em razão de o advogado não ter poderes para receber citação. O substabelecimento de fl. 258, como acima transcrito, transferiu aos novos patronos da Caixa Econômica Federal poderes para acompanhar e exercer a defesa da devedora nas execuções ali referidas. O comparecimento espontâneo a que alude o referido dispositivo é o ingresso do réu, nos autos, mediante advogado constituído, com inequívoca ciência dos atos e da oportunidade para defesa, prescindindo de poderes expressos para receber citação.
Nesse sentido, trago à colação julgado do Superior Tribunal de Justiça em caso análogo:
PROCESSUAL CIVIL. CITAÇÃO. COMPARECIMENTO ESPONTÂNEO. TERMO INICIAL. PRAZO. CONTESTAÇÃO. ART. 214, § 1º, CPC. INTEMPESTIVIDADE. DESENTRANHAMENTO.
1. A juntada de instrumento procuratório, inclusive com a manifestação expressa do desejo de contestar, antes de expedido o mandado de citação, importa em comparecimento espontâneo, devendo fluir desta data o prazo para o oferecimento da contestação, nos termos do art. 214, § 1º, do CPC.

2. Recurso especial conhecido e provido.
(STJ, Quarta Turma, REsp 120.002, julg. em 22.06.2004, DJ 02.08.2004, p. 394)
A Primeira Turma desta Corte Regional também já se manifestou nesse sentido: AC 2005.61.04.002962-0, de minha relatoria, julgado em 13/03/2007, DJU 27/03/2007.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 557, caput, do Código de Processo Civil, nego seguimento à apelação.
Oportunamente, observadas as formalidades legais, remetam-se os autos ao Juízo de origem. Intimem-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
MÁRCIO MESQUITA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2003.61.20.000960-8 AC 966697
ORIG.	:	1 Vr ARARAQUARA/SP
APTE	:	USINA MARINGA IND/ E COM/ LTDA
ADV	:	CARLOS ALBERTO MARINI
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUCIANA LAURENTI GHELLER
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. VESNA KOLMAR / PRIMEIRA TURMA

Vistos em decisão.
Fl. 1053: Defiro a remessa dos autos à Subsecretaria para extração de cópias.
Intime-se.
São Paulo, 26 de fevereiro de 2007.
VESNA KOLMAR
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2000.61.00.001103-5 AC 796288
ORIG.	:	1 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	ADAMASTOR PIMENTA PEREIRA e outro
ADV	:	JOSE MARCOS S V PELLEGATTI
APDO	:	Departamento Nacional Estradas Rodagem - DNER
ADV	:	ROSANA MONTELEONE
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos, em decisão.
Trata-se de Embargos de Declaração opostos pela UNIÃO em face do v. acórdão proferido pela E. Primeira Turma, que deu parcial provimento à apelação (fls. 101), em sede de embargos à execução de sentença para reduzir a verba honorária para 10% sobre o valor atualizado da diferença entre o cálculo apresentado pelos exeqüentes e o valor que o embargante entende ser devido.
Alega a embargante ter ocorrido omissão e contradição, uma vez que o acórdão teria alterado o valor da verba honorária sem que a parte tivesse impugnado o valor da causa no momento oportuno, operando-se a preclusão temporal.
Ao final, requer a expressa manifestação desta Egrégia Corte sobre a referida matéria a fim de que seja sanada a omissão e a contradição e que haja o prequestionamento da matéria.
Decido.
A teor do que dispõe o art. 535, I e II, do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração apenas quando há no acórdão obscuridade, contradição ou omissão relativa a ponto sobre o qual deveria pronunciar-se o Tribunal, descabendo, assim, sua utilização com o escopo de "obrigar" o órgão julgador a rever orientação anteriormente esposada por ele, sob o fundamento de que não teria sido aplicado o melhor direito à espécie dos autos.
Não se prestam os declaratórios à revisão do acórdão, salvo casos excepcionalíssimos, e sim ao aperfeiçoamento do julgado.
Destarte, quando a embargante por meio desse expediente busca ver reapreciada a questão já examinada exaustivamente pela Turma sem indicar concretamente qualquer das alternativas do art. 535 do CPC, não podem prosperar os embargos de declaração, porquanto lhe atribuir "efeitos infringentes" só é possível em caso de erro manifesto que redunde em nulidade do julgado, situação essa que nem de longe é visível no presente caso.
A propósito de todas essas considerações, confira-se:
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. FINALIDADE DE PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA OBJETO DE POSSÍVEL RECURSO EXTRAORDINÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL (PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. ADICIONAL DE IMPOSTO DE RENDA. LEI Nº 6.352/88, DO ESTADO DE SÃO PAULO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. PROVA DO REPASSE. DESNECESSIDADE. TRIBUTO DE NATUREZA INDIRETA. LEGITIMIDADE ATIVA DO RESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO.).
1. .....
2. Os embargos de declaração têm como requisito de admissibilidade a indicação de algum dos vícios previstos no art. 535, do CPC, constantes do decisum embargado, não se prestam, portanto, ao rejulgamento da matéria posta nos autos, pois, visam, unicamente, completar a decisão quando presente omissão de ponto fundamental, contradição entre a fundamentação e a conclusão ou obscuridade nas razões desenvolvidas.
3. Impõe-se a rejeição de embargos declaratórios que, à guisa de omissão, têm o único propósito de prequestionar a matéria objeto de recurso extraordinário a ser interposto. Precedente da Corte Especial: EDcl nos EREsp 173273/SP, Relator Ministro Barros Monteiro, DJ de 06.06.2005).
4. Embargos de declaração rejeitados.
(Superior Tribunal de Justiça, EDcl no AgRg no REsp 621.556/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15.09.2005, DJ 26.09.2005 p. 187)
EMENTA: Embargos de declaração com caráter infringente. Ausência de omissão, obscuridade ou contradição. Embargos de Declaração rejeitados.
(Supremo Tribunal Federal, EMB. DECL. NO AG. REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 196.136/CE, rel. Ministro. JOAQUIM BARBOSA, SEGUNDA TURMA, julgado em 30/08/2005)
EMENTA:
1. RECURSO. Embargos de declaração. Inadmissibilidade. Omissão, contradição ou obscuridade. Inexistência. Embargos de declaração rejeitados. Não se admitem embargos de declaração de decisão em que não há omissão, contradição nem obscuridade.
2. RECURSO. Embargos de declaração. Caráter meramente protelatório. Litigância de má-fé. Imposição de multa. Aplicação do art. 538, parágrafo único, cc. arts. 14, II e III, e 17, VII, do CPC. Quando abusiva a interposição de embargos declaratórios, manifestamente protelatório, deve o Tribunal condenar o embargante a pagar multa ao embargado.
(Supremo Tribunal Federal, EMB. DECL. NO AG. REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 162.421/GO, rel. Ministro CEZAR PELUSO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 30/08/2005)
EMENTA.
PROCESSUAL CIVIL, CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS. POLICIAL MILITAR. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. OFENSA AOS PRINCÍPIOS DO CONTR ADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. CONFIGURAÇÃO. AUSÊNCIA DE ADVOGADO OU DEFENSOR DATIVO. PRECEDENTES. EMBARGOS REJEITADOS.
I - Os embargos de declaração devem atender aos seus requisitos, quais sejam, suprir omissão, contradição ou obscuridade, não havendo qualquer um desses pressupostos, rejeitam-se os mesmos.
II - O Superior Tribunal de Justiça possui jurisprudência uniforme no sentido de que os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, igualmente incidentes na esfera administrativa, têm por escopo propiciar ao servidor oportunidade de oferecer resistência aos fatos que lhe são imputados, sendo obrigatória a presença de advogado constituído ou defensor dativo. Precedentes.
III - Não havendo a observância dos ditames previstos resta configurado o desrespeito aos princípios do devido processo legal, não havendo como subsistir a punição aplicada.
IV - O julgador não está obrigado a responder a todos os questionamentos formulados pelas partes, competindo-lhe, apenas, indicar a fundamentação adequada ao deslinde da controvérsia, observadas as peculiaridades do caso concreto, como ocorreu in casu, não havendo qualquer omissão no julgado embargado.
V - Inviável a utilização dos embargos de declaração, sob a alegação de pretensa contradição, quando a pretensão almeja - em verdade - reapreciar o julgado, objetivando a alteração do conteúdo meritório da decisão embargada.
VI - Embargos de declaração rejeitados.
(EDcl no RMS 20.148/PE, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 02.05.2006, DJ 29.05.2006, p. 269)
No caso específico dos autos observa-se que o acórdão guerreado não ostenta qualquer dos vícios elencados no artigo 535 do Código de Processo Civil, além do que a parte embargante não deduziu com clareza qual seria o "ponto" do julgado que o contaminaria de omissão ou contradição e nem aonde residiria eventual "obscuridade" do decisum.
Então, calha à perfeição o seguinte julgado:
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. (TRIBUTÁRIO. PREVIDENCIÁRIO. CONTRIBUIÇÃO AO FUNRURAL. INCRA. DATA DA EXTINÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CORREÇÃO MONETÁRIA. ÍNDICES).
1.....
2. Deveras, é cediço que inocorrentes as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, não há como prosperar o inconformismo, cujo real objetivo é a pretensão de reformar o decisum, o que é inviável de ser revisado em sede de embargos de declaração, dentro dos estreitos limites previstos no artigo 535 do CPC.
3. Embargos de declaração rejeitados.
(Superior Tribunal de Justiça, EDcl nos EDcl nos EDcl no REsp 418.596/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06.09.2005, DJ 26.09.2005 p. 180)
A propósito, convém recordar que o acórdão não se sujeita a embargos de declaração válidos se o objetivo do embargante é compelir o Tribunal a apreciar outros argumentos ou motivos deduzidos pela parte no recurso originário; realmente, é lição já antiga que do órgão julgador se exige apenas que apresente fundamentação suficiente para justificar a decisão apresentada, não estando obrigado a apreciar cada um dos múltiplos argumentos deduzidos pela parte. Decisão judicial não é resposta a "questionário" da parte recorrente.
Enfim, embargos declaratórios descabem para compelir o Judiciário a "inovar" na apreciação do recurso, examinando questões e argumentos novos não deduzidos na fundamentação ou no pleito recursal originário. Essa a posição do Superior Tribunal de Justiça.
Confira-se:
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PARA FUNRURAL E INCRA. CORREÇÃO MONETÁRIA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 211/STJ.
1. Ausentes as hipóteses de cabimento dos embargos de declaração, consoante artigo 535 do CPC.
2. Os aclaratórios não se prestam para que sejam analisadas questões já discutidas e nem para inovar em tese jurídica não ventilada nas instâncias inferiores. Aplicação da Súmula nº 211/STJ.
3. Embargos de declaração rejeitados.
(EDcl no REsp 670.467/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 02.08.2005, DJ 05.09.2005 p. 369 - destaquei)
TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. EXISTÊNCIA. TESE NOVA. IMPOSSIBILIDADE.
1. Não cabe desnaturar os aclaratórios com o intuito de inovar em tese jurídica não ventilada em momento oportuno. A alegação de intempestividade do recurso especial deveria ter sido alegada no primeiro momento que coubesse à parte falar nos autos.
2.....
3. Embargos de declaração do INSS rejeitados. Embargos de declaração dos contribuintes acolhidos, sem efeitos modificativos.
(EDRESP 383.726/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 05.04.2005, DJ 22.08.2005 p. 188 - destaquei)
PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - PRESCRIÇÃO - TERMO A QUO - FALTA DE PREQUESTIONAMENTO - IMPOSSIBILIDADE DE INOVAÇÃO- EFEITO INFRINGENTE.
1. Não é possível inovar o pedido no julgamento dos embargos de divergência, pleiteando a prevalência de tese não discutida anteriormente.
2. Inexistente qualquer hipótese do art. 535 do CPC, não merecem acolhida embargos de declaração com nítido caráter infringente.
3. Embargos de declaração rejeitados.
(EDcl nos EDcl nos EREsp 96.560/AL, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22.09.2004, DJ 06.12.2004 p. 186).
Os embargos deduzidos nestes autos não se enquadram na estreita via legal que autoriza seu acolhimento; ao contrário, escapam da trilha legal porquanto o acórdão não experimenta qualquer dos vícios indicados no multicitado artigo 535 e os declaratórios não se prestam aos objetivos acima indicados.
Pelo exposto, com fulcro no que dispõe o artigo 557, caput, do Código de Processo Civil, conheço dos presentes Embargos de Declaração para negar-lhes seguimento.
Com o trânsito dê-se baixa.
Intimem-se.
São Paulo, 07 de fevereiro de 2007.
JOHONSOM di SALVO
DESEMBARGADOR FEDERAL
RELATOR

PROC.	:	2006.61.05.001158-6 AC 1160854
ORIG.	:	4 Vr CAMPINAS/SP
APTE	:	ISAIAS DOMINGUES e outro
ADV	:	MARCELO ANTÔNIO ALVES
APDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
RELATOR	:	DES.FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

Intime-se a Caixa Econômica Federal para que, no prazo de 10 dias, se manifeste sobre o pedido de desistência constante na petição nº 2007.000666.
São Paulo, 26 de março de 2007.
Desembargador Federal LUIZ STEFANINI
RELATOR

PROC.	:	2005.61.00.001203-7 AMS 280404
ORIG.	:	21 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	ROQUE VIEIRA
ADV	:	TATIANA DOS SANTOS CAMARDELLA
APDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	ORLANDO PEREIRA DOS SANTOS JUNIOR
RELATOR	:	DES.FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

Com fundamento no artigo 501 do Código de Processo Civil homologo, para que produza os seus efeitos, a desistência do recurso manifestada atravéz da petição nº 2007.083433 e extingo o processo sem julgamento de mérito, com fulcro no art. 267, VIII, do CPC.
Oportunamente, baixem os autos, para as providências cabíveis.
Publique-se.
São Paulo, 3 de abril de 2007.
Desembargador Federal LUIZ STEFANINI
RELATOR

PROC.	:	2005.61.23.001383-0 AC 1169472
ORIG.	:	1 Vr BRAGANCA PAULISTA/SP
APTE	:	ANDERSON GOMES
ADV	:	ERIKA LOPES BOCALETTO (Int.Pessoal)
APDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	CLEUZA MARIA LORENZETTI
ADV	:	KENNYTI DAIJÓ
RELATOR	:	JUIZ CONV. MÁRCIO MESQUITA / PRIMEIRA TURMA

Fls. 77/80: Defiro a vista dos autos fora de Cartório pelo prazo de 10 (dez) dias.
Intime-se.
São Paulo, 12 de março de 2007.
MÁRCIO MESQUITA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2000.61.18.001775-6 AC 1157790
ORIG.	:	1 Vr GUARATINGUETA/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	FLAVIA ELISABETE DE OLIVEIRA FIDALGO SOUZA KARRER
APDO	:	ANTONIO LEITE CASE e outro
ADV	:	APARECIDA PENHA MEDEIROS
RELATOR	:	DES.FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

Folha 231:
Esclareça a CEF.
Não consta nos autos a "petição protocolizada sob o n° 263" ali mencionada.
Publique-se.
Após, conclusos.
São Paulo, 12 de março de 2007.
Relator LUIZ STEFANINI
Desembargador Federal

PROC.	:	2000.61.18.001934-0 AC 1157792
ORIG.	:	1 Vr GUARATINGUETA/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	FLAVIA ELISABETE DE OLIVEIRA FIDALGO SOUZA KARRER
APDO	:	ANTONIO LEITE CASE e outro
ADV	:	APARECIDA PENHA MEDEIROS
RELATOR	:	DES.FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

Folha 401:
Esclareça a CEF.
Não consta nos autos a "petição protocolizada sob o n° 262" ali mencionada.
Publique-se.
Após, conclusos.
São Paulo, 12 de março de 2007.
Relator LUIZ STEFANINI
Desembargador Federal

PROC.	:	2001.61.14.002117-0 AC 1135194
ORIG.	:	3 Vr SAO BERNARDO DO CAMPO/SP
APTE	:	VILMA PRESTES DE OLIVEIRA SILVA e outro
ADV	:	ARMANDO MARCOS GOMES MOREIRA
APDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	ILSANDRA DOS SANTOS LIMA
RELATOR	:	DES.FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

DECISÃO
Trata-se de apelação interposta por VILMA PRESTES DE OLIVEIRA SILVA e LUIZ CARLOS DA SILVA contra sentença proferida pelo juízo federal da 3ª Vara de São Bernardo dos Campos que, nos autos da Ação de Consignação de Pagamente nº 2001.61.14.002117-0 proposta em face da Caixa Econômica Federal, julgou improcedente o pedido, ao fundamento de que o réu não aceitou o valor pretendido à consignação e nem o autor teria direito à revisão que ensejaria a prestação no valor por ele ofertado, de modo que o depósito oferecido não pode ser considerado pagamento para efeito do contratado (fls. 213-215).
Informam os apelantes, por meio de petição cuja juntada ora determino, que o imóvel objeto do contrato de financiamento pelo Sistema Financeiro de Habitação foi leiloado pela Caixa Econômica Federal. Requerem, assim, que seja tornado sem efeito todos os atos praticados após a sustação do referido leilão.
É o breve relatório. Decido.
Ante a comunicação aos apelantes da realização do leilão extrajudicial do referido imóvel, o MM. Juíz Federal a quo proferiu o seguinte despacho:
"Do que se depreende e, segundo as guias acostadas, os autores vem consignando os valores correspondentes às parcelas vencidas, nos termos da decisão proferida à fl. 24.
Nesse contexto, afigura-se incabível e desarrazoada a execução extrajudicial da dívida, tal como iniciada, motivo pelo qual determino a suspensão dos leilões designados" (fl. 168).
O pedido foi, ao final, julgado improcedente (fls. 213-215).
A apelação foi recebida no duplo efeito (fl. 228).
Tendo em vista que houve decisão proferida pelo juízo a quo no sentido de suspender a execução extrajudicial a partir do depósito das prestação que o apelante entende devido, bem como considerando que apesar da superveniência da sentença de improcedência, a apelação foi recebida também no efeito suspensivo, persiste a decisão que determinara a suspensão da execução extrajudicial enquanto não for resolvida em definitivo a lide, isto é, enquanto não for julgada a presente apelação. Ademais, os apelantes vêm depositando os valores aos quais foram autorizados pelo juízo a quo, de modo que não há se falar em mora e, portanto, inexiste fundamento para o prosseguimento da execução extrajudicial.
Ante o exposto, defiro o pedido para determinar à Caixa Econômica Federal que suspenda qualquer ato de execução extrajudicial do imóvel objeto da discussão nos presentes autos, inclusive a sua desocupação.
Oficie-se, com urgência, à Caixa Econômica Federal com cópia da presente decisão.
Intime-se.
São Paulo, 27 de março de 2007.
Desembargador Federal Luiz Stefanini
Relator

PROC.	:	2004.61.00.002229-4 AC 991412
ORIG.	:	7 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	DJALMA PACHECO
ADV	:	ANNE CRISTINA ROBLES BRANDINI
ADV	:	ANA CAROLINA DOS SANTOS MENDONCA
APDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
RELATOR	:	DES.FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

Chamo O Feito À Ordem
Reconsidero a decisão de fl. 118.
Desentranhem-se, mediante manutenção de fotocópia nestes autos, e encaminhem-se a petição de fls. 102-107 ao Juízo da 7ª Vara Federal.
Publique-se.
Intimem-se.
Cumpra-se.
São Paulo, 19 de março de 2007.
Desembargador Federal LUIZ STEFANINI
Relator

PROC.	:	95.03.002371-8 AC 227524
ORIG.	:	9300050753 1 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	MARIO ANTONIO RASPA
ADV	:	MARCELO MARCOS ARMELLINI
APDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	CELSO GONCALVES PINHEIRO
PARTE A	:	MARCOS ANTONIO LUCHESI e outros
RELATOR	:	DES.FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

Petição nº 2007.050981: Indefiro o pedido, tendo em vista que a presente apelação foi recebida em ambos os efeitos (fl. 395).
Intime-se.
São Paulo, 23 de março de 2007.
Desembargador Federal LUIZ STEFANINI
RELATOR

PROC.	:	2000.03.00.002413-0 AG 100773
ORIG.	:	9704037791 1 Vr SAO JOSE DOS CAMPOS/SP
AGRTE	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
AGRDO	:	HENRIQUE FAVILLA DE MENDONCA
ADV	:	SEVERINO JOSE DE LIRA
PARTE R	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	FLAVIA ELISABETE DE O FIDALGO S KARRER
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE S J CAMPOS SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos.
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pela UNIÃO FEDERAL contra a r. decisão proferida nos autos de ação ordinária de revisão de prestações relativas a contrato de financiamento habitacional, que afastou a preliminar de ilegitimidade passiva, da ora agravante.
O efeito suspensivo foi deferido pela Desembargadora Fedederal SYLVIA STEINER, Relatora Regimental, a fls. 75/76.
Tendo em vista o teor das informações do Juízo "a quo" (fls. 123/131) que noticiam a prolação de sentença que julgou improcedente os pedidos requeridos e extinguiu o processo de origem, nos termos do art. 267, inciso VI, do Código de Processo Civil, julgo prejudicado o presente agravo, pela perda do seu objeto, nos termos do artigo 33, inciso XII, do Regimento Interno, desta Egrégia Corte, combinado com o artigo 557, do Código de Processo Civil.
Com o trânsito, restituam-se os autos ao juízo de origem.
Int.
São Paulo, 07 de fevereiro de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2000.03.00.002444-0 AG 100800
ORIG.	:	200061000003270 1 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	ASSOCIACAO NACIONAL DOS PROCURADORES DA REPUBLICA ANPR e outro
ADV	:	CLEIDE PREVITALLI CAIS
AGRDO	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE SAO PAULO>1ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO/ PRIMEIRA TURMA

Vistos.
Junte-se o extrato em anexo referente ao andamento da ação de origem retirado do sistema informatizado de acompanhamento processual da Justiça Federal de Primeira Instância da 3ª Região.
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pela ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DA REPÚBLICA - ANPR e outro contra a r. decisão proferida nos autos de "ação ordinária" que indeferiu a antecipação de tutela pleiteada para a compensação ou restituição de valores descontados de Procuradores da República, a título de contribuição previdenciária ao Plano de Seguridade Social, no periodo de julho de 1994 a janeiro de 1998.
O efeito suspensivo foi deferido pelo Relator OLIVEIRA LIMA a fls. 79/80.
Tendo em vista que, em consulta ao sistema de acompanhamento processual deste Corte, houve a prolação de sentença que julgou procedente a ação de origem, julgo prejudicado o presente agravo, pela perda do seu objeto, nos termos do artigo 33, inciso XII, do Regimento Interno, desta Egrégia Corte, combinado com o artigo 557, do Código de Processo Civil.
Com o trânsito, restituam-se os autos ao juízo de origem.
Int.
São Paulo, 07 de fevereiro de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.002658-3 AG 289624
ORIG.	:	9300083937 5 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	JOAO JOSE DE SOUZA e outros
ADV	:	ENIVALDO DA GAMA FERREIRA JUNIOR
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	MARIA EDNA GOUVEA PRADO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 5 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto em face da r. decisão que indeferiu o pedido de expedição de alvará de levantamento de verbas honorárias em nome da sociedade de advogados.
Informa o agravante que nas procurações juntadas nos autos consta que a outorga do mandato ocorreu em nome dos advogados individualmente, mas constou expressamente que todos eram integrantes da sociedade de advogados ADVOCACIA FERREIRA E KANECADAN, que tem como um de seus integrantes o advogado constituído nos autos - Enivaldo da Gama Ferreira Júnior.
Afirma que decisões recentes do Superior Tribunal de Justiça entendem ser cabível a expedição do alvará de levantamento de verba honorária em nome da sociedade de advogado, ainda que esta não tenha sido mencionada na procuração outorgada.
Ressalta que não há qualquer impedimento para que o alvará seja expedido em nome da sociedade de advogados, porquanto a procuração consigna expressamente que os advogados constituídos são integrantes da referida sociedade, nos exatos termos do art. 15, § 3º, da Lei nº 8.906/94.
Requerer a concessão de efeito suspensivo ativo para o fim de permitir a expedição de alvará de levantamento dos honorários advocatícios em nome da sociedade de advogados.
O MM. Magistrado indeferiu o pedido, sob o argumento de que a procuração nos autos foi outorgada ao advogado e não em nome da sociedade de advogados à qual este pertence, entendendo com isso, serem devidos os honorários ao advogado (pessoa física) e não à sociedade, cuja destinação entende ser questão interna à sociedade e externa ao processo. (fl. 89)
DECIDO.
Inicialmente observo que, consoante o artigo 522, do Código de Processo Civil, com a redação dada pela Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005, estabeleceu-se nova sistemática para interposição recurso de agravo de instrumento, consagrando seu cabimento somente nos casos previstos na Lei ou naqueles suscetíveis de causar lesão grave ou de difícil reparação. É esse o caso dos autos, razão pela qual conheço do recurso, na forma de instrumento.
Trata-se de agravo de instrumento interposto contra a decisão de fl. 89 que indeferiu a expedição de alvará de levantamento de honorários advocatícios em nome da sociedade de advogados composta pelos patronos da parte autora.
Constata-se que não consta nas procurações acostadas nas fls. 35-44 dos autos a indicação dos advogados que laboraram no feito, individualmente nominados, integram-na.
Impõe-se observar, no ponto, que, no capítulo pertinente à Sociedade de Advogados, dispõe o art. 15, § 3º, da Lei nº 8.906/94, que:
§ 3º. As procurações devem ser outorgadas individualmente aos advogados e indicar a sociedade de que façam parte.
Desse modo, verifico que a exegese do art. 15, § 3º, da Lei nº 8.906/94 recomenda ser possível o levantamento de honorários advocatícios por sociedade advocatícia da qual faça parte o advogado regularmente constituído nos autos, desde que a mencionada sociedade esteja indicada no respectivo instrumento de procuração, fato não ocorrido na hipótese dos autos.
Esse entendimento, vale referir, tem sido observado em precedentes jurisprudenciais do E. Superior Tribunal de Justiça, assim como desta Corte Regional Federal, conforme se infere dos acórdãos assim ementados:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EVANTAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS POR SOCIEDADE DE ADVOGADOS. ART. 15, § 3º, DA LEI 8.096/84. POSSIBILIDADE. ENTENDIMENTO DA CORTE ESPECIAL DO STJ.
1. Trata-se de agravo de instrumento interposto por Melegari Costa Filho Menezes e Reblin Advogados Reunidos S/C contra decisão monocrática (fls. 57/59) que indeferiu pedido de expedição de alvará de levantamento de verbas honorárias de valores já depositados em nome da sociedade de advogados, e não no nome dos patronos individualmente. O Tribunal "a quo" manteve a decisão singular ao entendimento de que "O alvará de levantamento de valores referentes à verba honorária pode ser expedido em nome da sociedade de advogados que laborou no feito, desde que o nome da sociedade conste do instrumento de mandato, indicando que os advogados, indivi-

dualmente nominados e aos quais foram outorgados determinados poderes, integram-na. Em não tendo sido indicada a sociedade, não há a possibilidade de expedição nestes termos" (fl. 70). Na via especial, alega-se, além de divergência jurisprudencial, contrariedade dos artigos 15, § 3º, da Lei 8.906/94, 42, § 1º, CPC e 567, incisos II e III, do CPC. Em suas razões, os recorrentes argumentam que é possível a expedição do alvará, referente aos honorários advocatícios, em nome da sociedade de advogados, ainda que o nome desta não conste no instrumento de mandato, uma vez que houve sucessão de advogados, fato que evidencia a existência da sociedade. Sustenta-se que os membros da sociedade civil podem ceder seus créditos advocatícios em favor desta.
2. Matérias referentes aos arts. 42, § 1º e 567, II e III, do CPC, que tratam acerca da cessão de créditos, não foram prequestionadas. Aplicação da Súmula 282/STF.
3. Não se conhece de recurso especial fincado no art. 105, III, "c", da CF/88, quando a alegada divergência jurisprudencial não é devida e convenientemente demonstrada, nos moldes exigidos pelo art. 541, parágrafo único, do CPC, c/c o art. 255 e seus §§ do RISTJ.
4. O art. 15, § 3º, da Lei 8.906, de 4.7.94 (Estatuto dos Advogados) determina que, em se tratando de serviços advocatícios prestados por sociedade constituída, as procurações devem ser outorgadas individualmente aos advogados e indicar a sociedade de que façam parte.
5. Não se caracteriza como tendo sido prestados serviços por sociedade de advogados quando, expressamente, a procuração foi outorgada, de modo individual ao advogado, sem nenhuma referência a qualquer vínculo com sociedade.
6. Precedentes: ROMS 9.067/SP, desta Relatoria, DJ 17/08/98, REsp 437853, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 07/06/2004, REsp 543.481, Rel. Min. Luiz Fux, DJ 30/09/2004.
7. A Corte Especial, por ocasião do julgamento do REsp nº 654543/BA, em 29 de junho de 2005, relator p/acórdão, o eminente Ministro João Otávio de Noronha, decidiu, por maioria, que a sociedade de advogados tem legitimidade para levantar ou executar honorários quando a procuração é outorgada a advogado da qual é integrante.
8. Em homenagem à função uniformizadora desta Casa Julgadora, no âmbito de interpretação do direito federal, sigo o posicionamento firmado pela Corte Especial, embora com ressalva do meu ponto de vista.
9. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, provido.
(STJ; REsp - 706778/SC; 1ª Turma; Rel. José Delgado; DJ 01/02/2006, p. 454 - grifei)
PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - LEVANTAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DEPOSITADOS EM JUÍZO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL DECORRENTES DE VERBAS DE SUCUMBÊNCIA - POSSIBILIDADE DE EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE LEVANTAMENTO EM NOME DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS, ART. 15, §3º DA LEI Nº 8.906/94 - AGRAVO PROVIDO.
1. O art. 15, § 3º, da Lei 8.906/94 determina que, no caso de serviços advocatícios prestados por sociedade de advogados, as procurações devem ser outorgadas individualmente aos causídicos e indicar a sociedade de que façam parte.
2. É possível o levantamento de honorários em nome da sociedade de advogados quando o instrumento de mandato contiver a indicação do nome dos advogados e da sociedade da qual façam parte (artigo 15, § 3º, da Lei 8.906/94).
3. Tratando-se de serviços advocatícios realizados por sociedade de advogados, como permitido pela norma do art. 15, §3° da Lei n° 8.906/94, não entrevejo óbice na expedição de alvará de levantamento à pessoa jurídica responsável pela realização do contrato de prestação de serviços.
4. Agravo de instrumento a que se dá provimento.
(TRF 3ª Região; AG - 197372/SP; 1ª Turma; Rel. Des. Fed. Johonsom Di Salvo; DJU 12/04/2005, p. 218 - grifei)
Diante do o exposto, INDEFIRO o pedido de efeito suspensivo formulado no presente agravo.
Intimem-se, inclusive a agravada para contraminuta, nos termos do artigo 527, inciso V, do Código de Processo Civil.
Comunique-se ao MM. Juízo a quo, para prestar informações em conformidade com o artigo 527, inciso IV do Código de Processo Civil, dentre as quais o cumprimento do previsto no artigo 526 pela agravante, do mesmo diploma legal.
São Paulo, 16 de março de 2007.
Desembargador Federal Luiz Stefanini
Relator

PROC.	:	2001.03.00.002721-4 AG 124518
ORIG.	:	200061000434499 12 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	PAULO CESAR RIBEIRO DA SILVA e outro
ADV	:	ANDERSON DA SILVA SANTOS
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	JOSE PAULO NEVES
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 12 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES. FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto em face da r. decisão que, em ação de rescisão de prestações de contrato de mútuo, determinou aos autores a correção do valor da causa.
Em juízo de cognição sumária à fl. 62, a MM. Desembargadora Federal Sylvia Steiner, Relatora Regimental, recebeu o recurso em ambos os seus efeitos, suspendendo a r. decisão ora guerreada até julgamento do recurso.
Conforme se verifica em cópia de sentença encaminhada pela 12ª Vara Cível Federal de São Paulo através de petição n° 2007.065955, o MM. Juiz a quo julgou improcedente os pedidos formulados, extinguindo o feito com julgamento do mérito, nos termos do art. 269, I, do Código de Processo Civil.
Destarte, restou prejudicado o presente agravo de instrumento por perda de seu objeto.
Em face de todo o exposto, com fundamento no art. 557, caput, do Código de Processo Civil, julgo PREJUDICADO o agravo de instrumento e o agravo regimental.
Após as formalidades legais, baixem os autos à vara de origem.
São Paulo, 23 de março de 2007.
Desembargador Federal Luiz Stefanini
Relator

PROC.	:	2007.03.00.002808-7 AG 289715
ORIG.	:	200661040094884 1 Vr SANTOS/SP
AGRTE	:	ABSALAO RODRIGUES DE SOUZA e outros
ADV	:	RICARDO GUIMARAES AMARAL
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE SANTOS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por ABSALÃO RODRIGUES DE SOUZA e outros contra decisão de fls. 121/122 (fls. 124/125 dos autos originais) proferida pelo Juízo Federal da 1ª Vara de Santos/SP que, em sede de ação ordinária ajuizada em face da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL para cobrança de expurgos inflacionários sobre as contas vinculadas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço dos autores, excluiu de ofício o co-autor SERAFIM GOMES FERREIRA da lide, em razão de seu domicílio estar localizado noutro Estado da Federação e, em relação aos demais autores, declinou da competência em favor do Juizado Especial Federal, considerando o valor atribuído à causa.
Requer a parte agravante a concessão de efeito suspensivo ao recurso (fls. 03) aduzindo, em síntese, que o co-autor SERAFIM GOMES FERREIRA laborou para a COSIPA S/A, no município de Cubatão/SP, mesmo local onde situada a agência da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL na qual foram depositados os valores devidos ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, de modo que indevida sua exclusão da lide.
Sustenta ainda que a remessa dos autos ao Juizado Especial Federal acarretará prejuízos aos autores.
DECIDO.
Reporta-se o instrumento à ação ordinária ajuizada em face da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL para a recomposição do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço dos autores pela aplicação de diversos índices de inflação (fls. 17/63)
Pretende a parte agravante a reforma da decisão - inclusive em sede de cognição sumária - que excluiu o co-autor SERAFIM GOMES FERREIRA da lide e, em relação ao demais co-autores, declinou da competência em favor do Juizado Especial Federal em razão do valor atribuído à causa.
Primeiramente, cumpre registrar quer a exclusão do litisconsorte ativo deu-se em razão do mesmo ter declarado, na petição inicial, seu domicílio no Estado de Minas Gerais.
Ocorre que em demandas ajuizadas por trabalhadores em face do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, decidiu o SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA que o foro competente é o local da agência responsável pela administração dos referidos depósitos.
FGTS. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO-OCORRÊNCIA. CONTAS VINCULADAS. CORREÇÃO MONETÁRIA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS DE PLANOS GOVERNAMENTAIS. AJUIZAMENTO DE AÇÃO. DOMICÍLIO DO AUTOR EM OUTRO ESTADO DA FEDERAÇÃO. FORO COMPETENTE.
1. Se a questão suscitada restou suficientemente apreciada nos embargos de declaração, não há por que cogitar de ofensa ao disposto no art. 535 do CPC.
2. O ajuizamento de ação em que se discute a correção monetária dos saldos das contas vinculadas do FGTS deve ser efetuado no local da agência da Caixa Econômica Federal responsável pela administração dos valores questionados nos autos.
3. Recurso especial improvido.
(REsp 837.191/DF, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA TURMA, julgado em 17.10.2006, DJ 06.12.2006 p. 249)
Dos documentos acostados às fls. 81/86, especialmente o de fls. 84, observo que os depósitos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço do co-autor SERAFIM GOMES FERREIRA foram efetuados no município de Cubatão/SP, o que em princípio autoriza o ajuizamento da ação por este co-autor no Juízo de origem.
Ademais, se o Juiz está declinando da competência (absoluta) para outro, é evidente que não tem poder decisório 'in casu', e por isso não pode alterar o pólo ativo.
Contudo, em relação ao valor atribuído à causa, não entrevejo relevantes fundamentos na minuta de agravo a infirmar a decisão recorrida.
Isso porque, nos termos do art. 3°, § 3°, da Lei nº.10.259/2001, as causas de competência da Justiça Federal cujo valor não ultrapasse o montante de sessenta (60) salários-mínimos serão necessariamente processadas em julgadas nos Juizados Especiais Federais.
Verifico que a parte autora consignou como valor da causa em sua petição inicial a quantia de R$.21.000,00 (vinte e um mil reais).
Assim, tratando-se de causa cujo valor se insere no âmbito da competência absoluta do Juizado Especial Federal, nos termos do art. 3°, §3°, da Lei nº.10.259/2001, ao menos em um exame perfunctório do tema, não entrevejo na minuta elementos suficientes a infirmar a decisão recorrida no tocante ao valor da causa e à declaração de incompetência do Juízo.
Pelo exposto, DEFIRO EM PARTE o efeito suspensivo pleiteado a fls. 03 apenas para manter o co-autor SERAFIM GOMES FERREIRA na lide.
Comunique-se.
Cumpra-se o disposto no art. 527, V, do Código de Processo Civil.
Int.
São Paulo, 15 de março de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.002989-4 AG 289792
ORIG.	:	200661000187218 4 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	AVELI JOSE GONCALVES e outro
ADV	:	CARLOS ALBERTO DE SANTANA
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. VESNA KOLMAR / PRIMEIRA TURMA

Vistos em decisão.
Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito ativo, interposto por Aveli José Gonçalves e Isabel Souza Oliveira Gonçalves, por meio do qual pleiteia a reforma da decisão proferida nos autos da ação ordinária nº 2006.61.00.018721-8, em trâmite perante a 4ª Vara Cível Federal da Seção Judiciária de São Paulo/SP, na parte em que indeferiu os pedidos de autorização dos depósitos judiciais e a suspensão do leilão extrajudicial.
Sustenta, em síntese, a presença dos requisitos para concessão da medida.
É o relatório.
Decido.
A Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005, introduziu nova sistemática para interposição do recurso de agravo, e consagrou em definitivo a excepcionalidade da utilização do agravo de instrumento.
Assim, no novo regime, o relator deverá obrigatoriamente converter o agravo de instrumento em retido, salvo os casos expressamente previstos no artigo 522 do Código de Processo Civil.
Aludido dispositivo prevê que será admitida a interposição de agravo pela via de instrumento somente nos casos suscetíveis de causar lesão grave ou de difícil reparação, bem como nos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que está é recebida.
O caso em apreço se enquadra nas hipóteses elencadas, razão pela qual conheço do recurso.
Passo ao exame do pedido de efeito suspensivo.
Nos termos do artigo 273 do Código de Processo Civil, são pressupostos para a antecipação da tutela jurisdicional: a) a presença de prova inequívoca, suficiente a demonstrar a verossimilhança da alegação, e b) a existência de risco de irreparabilidade ou de difícil reparação do direito, ou a existência do abuso de direito de defesa do réu.
No caso em apreço, apesar da possibilidade da ocorrência de dano irreparável ou de difícil reparação, não restou comprovada a verossimilhança da alegação, o que impede a concessão da antecipação dos efeitos da tutela na forma pleiteada.
Com efeito, entendo que o contrato de mútuo possui natureza de título executivo extrajudicial e, como tal, estando a parte em mora, pode ser executado pelo credor mesmo quando discutida a validade na esfera judicial, consoante o disposto no Artigo 585, § 1º, do Código de Processo Civil.
Ademais, tal execução encontra fundamento no Decreto-Lei n. 70/66, cuja recepção pela atual Constituição Federal já foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal quando do julgamento do Recurso Extraordinário n. 223.075-1/DF, cuja ementa passo a transcrever:
"EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL. DECRETO-LEI N. 70/66. CONSTITUCIONALIDADE.
1.Compatibilidade do aludido diploma legal com a carta da República, posto que, além de prever uma fase de controle judicial, conquanto a posteriori, da venda do imóvel objeto da garantia pelo agente fiduciário, não impede que eventual ilegalidade perpetrada no curso do procedimento seja reprimida, de logo, pelos meios processuais adequados.
2.Recurso conhecido e provido." (grifei)
Relator: Ministro ILMAR GALVÃO
(Origem: Supremo Tribunal Federal Classe: Recurso Extraordinário - 223.075-1 UF: DF Órgão Julgador: Primeira Turma Data do julgamento: 23.06.98 Fonte: DJ Data: 06.11.98 Página: 22)
Por esses fundamentos, indefiro o pedido de efeito suspensivo.
Intime-se a agravada para apresentar contraminuta.
Intime-se.
São Paulo, 20 de março de 2007.
VESNA KOLMAR
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2004.61.11.003147-2 AC 1144105
ORIG.	:	2 Vr MARILIA/SP
APTE	:	VALDECIR CESAR DA SILVA CAVALCANTE
ADV	:	ROGERIO PIACENTI DA SILVA
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF

ADV	:	PAULO PEREIRA RODRIGUES
APDO	:	OS MESMOS
RELATOR	:	DES.FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

Intime-se a Caixa Econômica Federal para que, no prazo de 10 dias, manifeste-se sobre a petição nº 2007.066090.
São Paulo, 21 de março de 2007.
Desembargador Federal LUIZ STEFANINI
RELATOR

PROC.	:	2004.61.00.003385-1 AC 978175
ORIG.	:	3 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	JOSE TERTULIANO
ADV	:	LIVIO DE SOUZA MELLO
APDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	NANCI SIMON PEREZ LOPES
RELATOR	:	DES.FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

Manifeste-se o autor JOSÉ TERTULIANO quanto ao termo de adesão, juntado pela CEF às folhas 60/61 destes autos.
Intimem-se.
São Paulo, 27 de março de 2007.
Desembargador Federal Luiz Stefanini
Relator

PROC.	:	2005.61.00.004032-0 AC 1172216
ORIG.	:	26 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	LUÍS FERNANDO CORDEIRO BARRETO
ADV	:	ELIANE HAMAMURA
APDO	:	RODRIGO BALETTA
RELATOR	:	JUIZ CONV. MÁRCIO MESQUITA / PRIMEIRA TURMA

Ante o teor da petição de fls. 62/67, homologo a desistência do recurso interposto pela Caixa Econômica Federal, nos termos do artigo 267, VIII, do Código de Processo Civil, para que surta seus devidos efeitos legais, e julgo prejudicada a apelação interposta.
Oportunamente, observadas as formalidades legais, remetam-se os autos ao Juízo de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 22 de março de 2.007.
MÁRCIO MESQUITA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2004.61.07.004076-5 AC 1080436
ORIG.	:	2 Vr ARACATUBA/SP
APTE	:	FAGANELLO AGROPECUARIA E ENGENHARIA LTDA
ADV	:	IVONE DA MOTA MENDONCA
APDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	ANTONIO CARLOS ORIGA JUNIOR
RELATOR	:	JUIZ CONV. MARCIO MESQUITA / PRIMEIRA TURMA

Ciência à Caixa Econômica Federal da petição de fl. 59.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
MÁRCIO MESQUITA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2001.61.03.004500-3 AC 982638
ORIG.	:	3 Vr SAO JOSE DOS CAMPOS/SP
APTE	:	LUIZ HENRIQUE DA SILVA NAVES e outro
ADV	:	CELIA MARIA DE SANT ANNA
ADV	:	MARIA DE LOURDES ANTONGIOVANNI DA FONSECA
APDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	FLAVIA ELISABETE DE O FIDALGO S KARRER
RELATOR	:	DES.FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

Petição nº 2007.082747: defiro o pedido.
São Paulo, 14 de março de 2007.
Desembargador Federal LUIZ STEFANINI
RELATOR

PROC.	:	2001.61.03.004500-3 AC 982638
ORIG.	:	3 Vr SAO JOSE DOS CAMPOS/SP
APTE	:	LUIZ HENRIQUE DA SILVA NAVES e outro
ADV	:	CELIA MARIA DE SANT ANNA
ADV	:	MARIA DE LOURDES ANTONGIOVANNI DA FONSECA
APDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	FLAVIA ELISABETE DE O FIDALGO S KARRER
RELATOR	:	DES.FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

Petição nº 2007.082747: defiro o pedido.
São Paulo, 14 de março de 2007.
Desembargador Federal LUIZ STEFANINI
RELATOR

PROC.	:	2003.61.04.004585-9 AC 1137077
ORIG.	:	4 Vr SANTOS/SP
APTE	:	JOAO BAPTISTA DO PRADO
ADV	:	LUIZ CARLOS FERREIRA
APDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	LUIZ CARLOS FERREIRA DE MELO
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos, em decisão.
Tratam-se de Embargos de Declaração opostos por Joao Baptista do Prado em face da decisão monocrática proferida por este Relator, que negou seguimento à apelação por ele interposta, em autos de ação condenatória, de rito ordinário, com o objetivo de ver declarada a nulidade do acordo celebrado entre as partes, para que seja reconhecido o direito à correção do saldo de sua conta vinculada do FGTS pela aplicação dos índices expurgados durante a vigência de diversos planos econômicos (fls. 02/08).
Alega o embargante ter havido contradição e omissão no julgado, uma vez que não houve pronunciamento específico a respeito do contido na petição inicial.
Ao final, requer a expressa manifestação desta Egrégia Corte sobre a referida matéria a fim de que seja declarado o acórdão e que haja o prequestionamento dos dispositivos tido por violados (fls. 127/130).
Decido.
Os embargos declaratórios somente podem ser utilizados quando houver no acórdão obscuridade, contradição ou omissão acerca de ponto sobre o qual deveria pronunciar-se o Tribunal e não o fez, isso nos exatos termos do artigo 535 do Código de Processo Civil.
Dos elementos constantes dos presentes autos de processo, depreende-se que a parte autora pretende reabrir discussão a respeito de matéria já apreciada por esse órgão julgador por ocasião do julgamento do apelo por ela interposto contra a r. sentença de fls. 75/78, o que se me afigura inadmissível.
Nesse sentido:
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. REFIS. HONORÁRIOS.
- Não pode ser conhecido o recurso que sob rótulo de embargos declaratórios pretende substituir a decisão recorrida por outra. Os embargos declaratórios são apelos de integração não de substituição.
(EDRESP 462618/SC; EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL 2002/0088971-0; Relator Min. HUMBERTO GOMES DE BARROS; PRIMEIRA TURMA; DJ:22/09/2003 PG:00264).
Quanto à alegada contradição e omissão na decisão monocrática, na verdade não ocorreu, bastando para assim proceder a correta apreciação do decisum.
Ademais, o magistrado não está adstrito aos dispositivos legais aventados pelas partes, pois o Judiciário não se vincula a rechaçar, um-por-um, todos os fundamentos de fato e de direito deduzidos, bastando que apresente razões plausíveis para decidir a causa de um modo ou de outro.
Nesse sentido:
PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES NO ACÓRDÃO. EXECUÇÃO FISCAL. RESPONSABILIDADE DE SÓCIO-GERENTE. LIMITES. ART. 135, III, DO CTN.
1. Não está o magistrado obrigado a esmiuçar a motivação do decisório nos exatos termos em que solicitado pelas partes, bastando, para tanto, que da sua leitura conste expressa a fundamentação que o levou a rejeitar ou acolher o pedido.
2. A matéria que serviu de base à interposição do recurso foi devidamente apreciada no aresto atacado, com fundamentos claros e nítidos, enfrentando as questões suscitadas ao longo da instrução, tudo em perfeita consonância com os ditames da legislação e jurisprudência consolidada.
3. As funções dos embargos de declaração, por sua vez, são, somente, afastar do acórdão qualquer omissão necessária para a solução da lide, não permitir a obscuridade por acaso identificada e extinguir qualquer contradição entre premissa argumentada e conclusão.
4...
5...
6. Os embargos declaratórios não se prestam ao reexame da matéria decidida. Não preenchimento dos requisitos necessários e essenciais à sua apreciação.
7. Embargos rejeitados.
(EDAGA 453176/SP; EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AG 2002/0060320-4; Relator Min. JOSÉ DELGADO; PRIMEIRA TURMA; DJ:24/02/2003 PG:00201, REPDJ DATA:05/05/2003 PG:00228).
PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL. SÚMULA N.° 284/STF. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA. NULIDADE DA CDA. NECESSÁRIA ANÁLISE DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA N.° 07/STJ.
1. Inexiste ofensa ao art. 535 do CPC, quando o Tribunal de origem, embora sucintamente, pronuncia-se de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão.
(...)
(AGRESP 501205/PR; AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2003/0024812-5; Relator Min. LUIZ FUX; PRIMEIRA TURMA; DJ:29/09/2003 PG:00161).
No tocante ao prequestionamento, cumpre salientar que, mesmo nos embargos de declaração interpostos com este intuito, é necessário o atendimento aos requisitos previstos no artigo 535, do Código de Processo Civil:
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU DÚVIDA NO ACÓRDÃO RECORRIDO. REEXAME DE PROVA - IMPOSSIBILIDADE NA VIA EXCEPCIONAL. SÚMULA Nº 07/STJ.
(...)
5. Não obstante a interposição de embargos declaratórios, não são eles mero expediente para forçar o ingresso na instância extraordinária, se não houve omissão do acórdão que deva ser suprida. Desnecessidade, no bojo da ação julgada, de se abordar, como suporte da decisão, os dispositivos legais e constitucionais apontados.
6. Inexiste ofensa ao art. 535, II, do CPC, quando a matéria enfocada é devidamente abordada no âmbito do voto-condutor do aresto hostilizado.
(...)
(AGA 426677/PR; AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 2001/0175008-7; Relator Min. JOSÉ DELGADO; PRIMEIRA TURMA; DJ:10/06/2002 PG:00165).
Os exatos lindes dos embargos de declaração não permitem no caso dos autos reconhecer a ocorrência de contradição e omissão para rediscussão da matéria ou forçar o prequestionamento de dispositivos legais e constitucionais.
Pelo exposto, com fulcro no que dispõe o artigo 557, "caput", do Código de Processo Civil, conheço dos presentes Embargos de Declaração para negar-lhes seguimento.
Intimem-se.
São Paulo, 23 de março de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	1999.61.07.004754-3 AC 1174428
ORIG.	:	2 Vr ARACATUBA/SP
APTE	:	OSWALDO FAGANELLO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA
ADV	:	IVONE DA MOTA MENDONCA
APDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	CLEUSA MARIA DE JESUS ARADO VENANCIO
RELATOR	:	DES.FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

Manifestem-se, em dez dias, as partes OSWALDO FAGANELLO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF sobre o pedido formulado na petição protocolada sob n º 2006070013922-1 por EDSON MANTOVANI, juntada aos autos.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 27 de março de 2007.
Desembargador Federal LUIZ STEFANINI
RELATOR

PROC.	:	2005.60.00.004856-0 AMS 284334
ORIG.	:	1 Vr CAMPO GRANDE/MS
APTE	:	NELSON JOSE PAULETTO
ADV	:	EDUARDO CABRAL NETO
APDO	:	Instituto Nacional de Colonizacao e Reforma Agraria - INCRA
ADV	:	NEZIO NERY DE ANDRADE
ADV	:	MURILO ALBERTINI BORBA E ISABELLA MARIANA SAMPAIO PINHEIRO DE CASTRO
RELATOR	:	DES.FED. VESNA KOLMAR / PRIMEIRA TURMA

Vistos em decisão.
Trata-se de apelação interposta contra a r. sentença proferida pelo MM. Juiz Federal da 1ª Vara de Campo Grande/MS, que denegou a segurança e declarou extinto o processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 269, I, do Código de Processo Civil.
Às fls. 210, o apelante peticionou requerendo a desistência do recurso interposto.
Isto posto, homologo o pedido de desistência formulado para que produza seus regulares efeitos, a teor do que dispõe o artigo 501, do Código de Processo Civil, c.c. artigo 33, VI, do Regimento Interno desta Corte.
Oportunamente, baixem os autos os autos à vara de origem, observadas as formalidades legais.
Intimem-se.
São Paulo, 12 de março de 2007.
VESNA KOLMAR
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.005029-9 AG 289805
ORIG.	:	200661000202890 14 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	ROGERIO MAVALLI
ADV	:	JOSE XAVIER MARQUES
AGRDO	:	Caixa Econômica Federal - CEF
ADV	:	AGNELO QUEIROZ RIBEIRO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 14 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. VESNA KOLMAR / PRIMEIRA TURMA

Vistos em decisão
Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito ativo, interposto por Rogério Mavelli, objetivando a reforma da decisão proferida nos autos da ação ordinária nº 2006.61.00.020289-0, em trâmite perante a 14ª Vara Cível Federal da Seção Judiciária de São Paulo/SP, que indeferiu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela.
Alega, em síntese, que ajuizou a ação ordinária objetivando a revisão do contrato de financiamento de imóvel celebrado com a Caixa Econômica Federal para aquisição da casa própria, por meio do qual pleiteia a antecipação da tutela para:
a)obter autorização para efetuar o depósito das prestações vencidas e vincendas no valor que entende correto;
b)assegurar a suspensão da execução extrajudicial promovida pela agravada; e,
c)a não inclusão de seu nome dos órgãos de proteção ao crédito.
Sustenta a presença dos requisitos legais para concessão da medida.
É o relatório.
Decido.
A Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005, introduziu nova sistemática para interposição do recurso de agravo, e consagrou em definitivo a excepcionalidade da utilização do agravo de instrumento.
Assim, no novo regime, o relator deverá obrigatoriamente converter o agravo de instrumento em retido, salvo os casos expressamente previstos no artigo 522 do Código de Processo Civil.
Aludido dispositivo prevê que será admitida a interposição de agravo pela via de instrumento somente nos casos suscetíveis de causar lesão grave ou de difícil reparação, bem como nos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que está é recebida.
O caso em apreço se enquadra nas hipóteses elencadas, razão pela qual conheço do recurso.
Passo à análise do pedido de efeito suspensivo.
Da análise dos autos verifico que não há nos autos elementos que comprovem que os valores cobrados pela instituição financeira são abusivos em razão do descumprimento de cláusulas estabelecidas no contrato de financiamento firmado pelas partes, o que originou a cobrança de valores abusivos nas prestações.
Também não há risco de irreparabilidade ou de difícil reparação do direito da agravante, vez que caso a ação seja julgada procedente ao final, poderá pleitear a restituição dos valores pagos indevidamente, ou utilizá-los para o pagamento do saldo devedor remanescente.
O contrato de mútuo tem natureza de título executivo extrajudicial e, estando a parte em mora, pode ser executado pelo credor mesmo quando discutida sua validade na esfera judicial, consoante o disposto no artigo 585, § 1º, do Código de Processo Civil. Ademais, a execução extrajudicial encontra fundamento no Decreto-Lei nº 70/66, cuja constitucionalidade já foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal.
A inscrição do nome do devedor no cadastro de inadimplentes está prevista no artigo 43 do Código de Defesa do Consumidor, não caracterizando ato ilegal ou de abuso de poder. De outra parte, não há elementos suficientes nos autos que comprovem que eventual inscrição do nome dos agravados decorre exclusivamente do débito objeto da discussão nos autos da ação cautelar.
Por esses fundamentos, indefiro o pedido de efeito suspensivo.
Intime-se a agravada para apresentar contraminuta.
Intime-se.
São Paulo, 20 de março de 2007.
VESNA KOLMAR
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.005035-4 AG 289811
ORIG.	:	200661000272842 1 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	ANGELA BEATRIZ JORDAO
ADV	:	CARLOS ALBERTO DE SANTANA
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE SAO PAULO>1ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. VESNA KOLMAR / PRIMEIRA TURMA

Vistos em decisão.
Intime-se o subscritor para assinar o presente recurso sob pena de não conhecimento.
Intime-se.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
VESNA KOLMAR
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2001.03.00.005125-3 AG 125777
ORIG.	:	9813023686 1 Vr BAURU/SP
AGRTE	:	GLOBALSEG SERVICOS DE SEGUROS S/C LTDA e outros
ADV	:	LUCINDO RAFAEL
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	JOSE ANTONIO ANDRADE
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE BAURU Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos, em decisão.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por GLOBALSEG SERVICOS DE SEGUROS S/C LTDA e outros contra decisão que, em ação ordinária indeferiu pedido de postergação do depósito dos honorários periciais e determinou o referido depósito no prazo de três dias, nos termos do art. 33, parágrafo único, do Código de Processo Civil.
Alega a parte agravante que a postergação do depósito dos honorários periciais para após a entrega do laudo pericial é faculdade assegurada em lei, importando em cerceamento de defesa a determinação de sua antecipação.
Recebido o recurso pelo Relator Desembargador Federal Oliveira Lima, foi indeferido o efeito suspensivo pleiteado (fls. 348).
Contraminuta às fls. 351/352.
É o relatório.
Decido.
Verifico da leitura do instrumento que a agravante requereu a realização de prova pericial tendente a demonstrar a existência de cobrança de valores indevidos referentes ao "Contrato de abertura de Crédito Rotativo" denominado "Cheque Azul Empresarial"
O art. 33 do Código de Processo Civil prevê que:
"Art.33. Cada parte pagará a remuneração do assistente técnico que houver indicado; a do perito será paga pela parte que houver requerido o exame, ou pelo autor, quando requerido por ambas as partes ou determinado de ofício pelo juiz.
Parágrafo único. O juiz poderá determinar que a parte responsável pelo pagamento dos honorários do perito deposite em juízo valor correspondente a essa remuneração. O numerário, recolhido em depósito bancário à ordem do juízo e com correção monetária, será entregue ao perito após a apresentação do laudo, facultada a sua liberação parcial, quando necessária"
Observo do texto legal que pode o juiz determinar que a parte responsável pelo pagamento dos honorários periciais antecipe o depósito dos mesmos, inclusive para a viabilização da realização da perícia, vez que o perito não esta obrigado a custear com recursos próprios as despesas necessárias à elaboração do laudo.
No sentido do exposto, confira-se julgados do C. Superior Tribunal de Justiça:
PROCESSO CIVIL. HONORÁRIOS DO PERITO. ANTECIPAÇÃO PELA FAZENDA. OBRIGATORIEDADE.
As despesas dos atos processuais devem ser antecipadas, inclusive pela Fazenda Pública e suas autarquias, não estando o perito obrigado a custear as despesas para realizar o trabalho.
(REsp nº 182.201/SC, 2ª Turma, Rel. Min. Helio Mosimann, j. 04/03/1999, DJ 29/03/1999, p. 154).
AÇÃO MONITÓRIA - CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA CORRENTE - EMBARGOS À MONITÓRIA - ENCARGOS ILEGAIS - ÔNUS DA PROVA - PROVA PERICIAL - HONORÁRIOS DO PERITO.
I - O contrato de abertura de crédito rotativo, acompanhado da planilha de cálculo e dos extratos de conta-corrente, constitui prova suficiente para o ajuizamento da ação monitória (Súmula n.º 247/STJ).
II - Demonstrado pelo autor da monitória, pelos documentos apresentados com a inicial, o fato constitutivo de seu direito, compete ao embargante provar os fatos extintivos, modificativos ou impeditivos do direito do autor, nos termos do artigo 333, incisos I e II, do Código de Processo Civil.
III - Se o réu insiste na realização de perícia técnica, com o escopo de comprovar as alegações feitas em seus embargos, é dele o dever de antecipar os honorários do perito.
Recurso especial provido.
(REsp nº 337.522/MG, 3ª Turma, Rel. Min. Castro Filho, j. 02/12/2003, DJ 19/12/2003, p. 451).
PROCESSO CIVIL - PERÍCIA CONTÁBIL - ADIANTAMENTO - ÔNUS.
1. O pagamento de perícia contábil compete àquele que a requereu, conforme disposição do art. 33 do CPC.
2. Recurso especial improvido.
(REsp nº 581.375/PB, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, j. 04/08/2005, DJU 29/08/2005, p. 259).
Ora, se foi o autor quem expressamente postulou a produção da prova pericial, cabe-lhe o adiantamento dos valores necessários à realização da mesma
Pelo exposto, tratando-se de recurso manejado contra jurisprudência iterativa do Superior Tribunal de Justiça, nego seguimento ao presente instrumento, com fulcro no art. 557, caput, do Código de Processo Civil.
Com o trânsito dê-se baixa.
Int.
São Paulo, 20 de março de 2007.
JOHONSOM di SALVO
DESEMBARGADOR FEDERAL
RELATOR

PROC.	:	2005.61.06.005293-3 AC 1159490
ORIG.	:	6 Vr SAO JOSE DO RIO PRETO/SP
APTE	:	DARCY MAZZONI
ADV	:	EUFLY ANGELO PONCHIO
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
RELATOR	:	JUIZ CONV. MÁRCIO MESQUITA / PRIMEIRA TURMA

O Juiz Federal Convocado Márcio Mesquita (Relator):
Trata-se de embargos opostos à execução fiscal em que se objetiva a cobrança de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, com os acréscimos legais.
Alegou o embargante a impenhorabilidade de veículo de sua propriedade, por utilizá-lo no sustento de seu lar, no comércio de laticínios, na cidade e região onde mora.
Regularmente processado o feito, sobreveio sentença que rejeitou liminarmente os embargos, por intempestividade.
Apelou o embargante, reiterou a inicial e além de alegar a ocorrência de prescrição intercorrente, informou haver quitado o débito.
Sem contra-razões, subiram os autos a esta Corte.
Dispensada a revisão, na forma regimental.
É o relatório. Decido.
O recurso será examinado na forma do artigo 557 do Código de Processo Civil.
A apelação não merece ser conhecida, eis que dissociada da situação apresentada nos autos.
Observo que as razões de apelação devem ser deduzidas a partir do provimento judicial recorrido, combatendo seus argumentos (artigo 514, II, do Código de Processo Civil). Não há como conhecer de apelação cujas razões estão inteiramente dissociadas do que a sentença decidiu.
A esse respeito, o C. Superior Tribunal de Justiça já decidiu que "não se conhece de recurso cujas razões são dissociadas da decisão impugnada" (AgRg no REsp 274.853/AL, Rel. Ministra Eliana Calmon, j. 05.12.2000, DJ 12.03.2001, p.121).
A 1ª Turma desta Corte tem decidido:
PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. LEI 7.787/89. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDENTE SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO. SETEMBRO DE 1989. OFENSA AO PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE NONAGESIMAL. OCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO. APELAÇÃO. MATÉRIA DIVERSA DA TRATADA NA SENTENÇA IMPUGNADA. NÃO CONHECIMENTO.
1. Sentença que julgou improcedente o pedido formulado na inicial haja vista a ocorrência da decadência do direito da impetrante de pleitear a compensação dos valores recolhidos indevidamente a título de contribuição previdenciária, incidente sobre a folha de salários no mês de setembro de 1989.
2. Apelação que deixou de impugnar a preliminar de decadência e restringiu-se apenas às questões de mérito, motivo pelo qual não deve ser conhecida.
7. Recurso não conhecido.
(AMS 2000.61.07.004837-0/SP, Relatora Desembargadora Federal Vesna Kolmar, j. 31.08.2004, DJ. 23.09.2004, p. 152)
Ante o exposto, não conheço da apelação pelo que lhe nego seguimento, com supedâneo no art. 557, caput, do Código de Processo Civil.
Oportunamente, observadas as formalidades legais, remetam-se os autos ao Juízo de origem. Intimem-se.
São Paulo, 13 de março de 2007.
MÁRCIO MESQUITA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2004.61.14.005374-3 AC 1088467
ORIG.	:	1 Vr SAO BERNARDO DO CAMPO/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	RICARDO SANTOS
APTE	:	BANCO BAMERINDUS S/A
ADV	:	FLAVIO OLIMPIO DE AZEVEDO
APDO	:	ANNA MONTEIRO ALVES (= ou > de 60 anos)
ADV	:	AMARILDO BARELLI
RELATOR	:	DES.FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

Fls. 226/227: Indefirio o pedido, tendo em vista que a questão do levantamento da hipotéca é objeto da apelação, de modo que é necessário aguardar o seu julgamento.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Desembargador Federal LUIZ STEFANINI
RELATOR

PROC.	:	2002.03.99.005470-1 AC 774274
ORIG.	:	9600321124 10 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	LUIZ AUGUSTO DE FARIAS
APDO	:	JONI BAI DO ESPIRITO SANTO e outro
ADV	:	CLAUDIO ROBERTO VIEIRA
RELATOR	:	DES.FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

Intime-se a apelada para que, no prazo de 10 dias, manifeste-se sobre a petição nº 2007.027529.
São Paulo, 21 de março de 2007.
Desembargador Federal LUIZ STEFANINI
RELATOR

PROC.	:	2007.03.00.005598-4 AG 290172
ORIG.	:	200561040125785 4 Vr SANTOS/SP
AGRTE	:	MARCOS ANSELMO MORAES e outro
ADV	:	ANNE CRISTINA ROBLES BRANDINI
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA DE SANTOS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. VESNA KOLMAR / PRIMEIRA TURMA

Vistos em decisão
Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto por Marcos Anselmo Moraes e sua esposa, por meio do qual pleiteiam a reforma da decisão proferida nos autos da ação

ordinária nº 2005.61.04.012578-5, em trâmite perante a 4ª Vara Cível Federal de Santos/SP, que indeferiu o pedido de suspensão dos efeitos do segundo leilão extrajudicial ocorrido em 21 de dezembro de 2006.
Sustenta, em síntese, a inconstitucionalidade da execução extrajudicial promovida com base no Decreto-lei nº 70/66 e que a realização do segundo leilão constitui fato novo podendo o pedido ser reapreciado pelo MM. Juiz "a quo".
É o relatório.
Decido.
Da análise da decisão agravada verifica-se que o pedido de suspensão da execução extrajudicial já havia sido deduzido anteriormente pelos agravantes e indeferido pelo MM. Juiz "a quo".
Ao contrário do que afirmam os recorrentes, a realização de segundo leilão se insere no procedimento de execução extrajudicial e não configura fato novo. O pedido já havia sido indeferido pelo MM. Juiz "a quo" e, inclusive, indeferido por esta Corte, no agravo de instrumento nº 2006.03.00.024851-4, de minha relatoria, in verbis:.
Alegam, em síntese, que ajuizaram a ação ordinária objetivando a revisão do contrato de financiamento de imóvel celebrado com a Caixa Econômica Federal para aquisição da casa própria, pleiteando a antecipação da tutela para:
a)obter autorização para efetuarem o depósito das prestações vincendas no valor que entende correto e a suspensão da exigibilidade das vencidas até o julgamento da ação;
b)assegurar a suspensão da execução extrajudicial promovida pela agravada; e,
c)a retirada de seu nome dos órgãos de proteção ao crédito.
Sustentam desequilíbrio contratual decorrente da aplicação de índices de reajuste diversos dos contratado, o que autoriza a revisão do mútuo.
Sustentam, também, a inconstitucionalidade da execução extrajudicial realizada com base no Decreto-Lei nº 70/66 e a ilegalidade da inscrição dos nomes dos devedores nos órgão de proteção ao crédito, nos termos do artigo 42 do Código de Defesa do Consumidor.
É o relatório.
Decido.
A Lei 11.187, de 19 de outubro de 2005, introduziu nova sistemática para interposição do recurso de agravo, e consagrou em definitivo a excepcionalidade da utilização do agravo de instrumento.
Assim, no novo regime, o relator deverá obrigatoriamente converter o agravo de instrumento em retido, salvo os casos expressamente previstos no artigo 522 do Código de Processo Civil.
Aludido dispositivo prevê que será admitida a interposição de agravo pela via de instrumento somente nos casos suscetíveis de causar lesão grave ou de difícil reparação, bem como nos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que esta é recebida.
A questão ora posta se enquadra nas hipóteses mencionadas, vez que, em se tratando de execução fiscal, ante a ausência de futura apelação, a conversão resultaria em ausência de prestação jurisdicional ao agravante, razão pela qual conheço do recurso.
Passo à análise do pedido de efeito suspensivo.
Não há nos autos elementos que comprovem que a agravada descumpriu as cláusulas estabelecidas no contrato firmado pelas partes, o que originou a cobrança de valores abusivos nas prestações. Ademais, a planilha de evolução do cálculo juntada não pode ser aceita como correta, vez que se trata de documento produzido unilateralmente.
O contrato de mútuo tem natureza de título executivo extrajudicial e, estando a parte em mora, pode ser executado pelo credor mesmo quando discutida sua validade na esfera judicial, consoante o disposto no artigo 585, § 1º, do Código de Processo Civil. Ademais, a execução extrajudicial encontra fundamento no Decreto-Lei nº 70/66, cuja constitucionalidade já foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal.
Por outro lado, os agravantes não comprovaram a existência de eventuais vícios no procedimento de execução extrajudicial que pudessem eivá-lo de nulidade.
Por fim, a inscrição do nome do devedor no cadastro de inadimplentes está prevista no artigo 43 do Código de Defesa do Consumidor, não caracterizando ato ilegal ou de abuso de poder. De outra parte, não há elementos suficientes nos autos que comprovem a inscrição do nome dos agravantes decorre exclusivamente do débito objeto da discussão nos autos da ação ordinária.
Por esses fundamentos, indefiro o pedido de efeito suspensivo.
Intime-se a agravada para apresentar contraminuta.
Publique-se.
Assim, tendo em vista que a questão da inconstitucionalidade do Decreto-lei nº 70/66 já foi apreciada no agravo de instrumento transcrito, não há razões para o processamento do presente recurso.
Por esses fundamentos, nego seguimento ao agravo legal, nos termos do artigo 557, caput, do Código de Processo Civil.
Decorrido o prazo recursal, remetam-se os autos à Vara de origem, procedendo-se às devidas anotações.
Intime-se.
São Paulo, 20 de março de 2007.

VESNA KOLMAR
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2000.61.05.005732-8 AC 955970
ORIG.	:	6 Vr CAMPINAS/SP
APTE	:	SERGIO JUVENTI e outro
ADV	:	GISELE MERLI MARTINS DE SOUZA
APDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	MARIO SERGIO TOGNOLO
RELATOR	:	JUIZ CONV. FERREIRA DA ROCHA / PRIMEIRA TURMA

Fls. 401/414: Manifestem-se os apelantes.
Prazo: 10 (dez) dias
Intime-se.
São Paulo, 22 de março de 2007.

MÁRCIO MESQUITA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	1999.60.00.005750-8 AC 1124422
ORIG.	:	4 Vr CAMPO GRANDE/MS
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	GUILHERME ASSIS DE FIGUEIREDO
ADV	:	ANDRÉA TÁPIA LIMA - OAB/MS 7295
ADV	:	VALDIVINO FERREIRA LIMA - OAB/MS 2949
APDO	:	ELIETE MORAES FERREIRA MARCONDES
ADV	:	CARLOS GILBERTO GONZALEZ
RELATOR	:	JUIZ CONV. LUCIANO GODOY / PRIMEIRA TURMA

Indefiro o pedido formulado às fls. 209/211, tendo em vista que os advogados signatários da petição não se encontram devidamente constituídos nos autos, em razão da ausência de comprovação da outorga de poderes ao subscritor da procuração fls. 210.
Intime-se.
São Paulo, 01 de fevereiro de 2007.

MÁRCIO MESQUITA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2007.03.00.005762-2 AG 290396
ORIG.	:	200661040106424 4 Vr SANTOS/SP
AGRTE	:	SILVIO NOGUEIRA DE SOUZA e outro
ADV	:	MARCIO BERNARDES
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA DE SANTOS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos, em despacho.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto por SILVIO NOGUEIRA DE SOUZA e outro contra a decisão de fls. 84/85 (fls. 75/76 dos autos originais) proferida pelo Juízo Federal da 4ª Vara de Santos/SP que, em sede de "ação de revisão contratual" ajuizada em face da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL na qual os mutuários discutem contrato de mútuo habitacional firmado no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, corrigiu de ofício o valor atribuído à causa e declarou a incompetência absoluta do Juízo, remetendo os autos ao Juizado Especial Federal.
Inconformada, insurge-se a parte autora através do presente agravo de instrumento pleiteando a concessão de efeito suspensivo (fls. 09) para ver desde logo confirmada a correção do valor atribuído à causa na petição inicial, bem como a determinada a manutenção do feito no juízo de origem.
DECIDO.
Reporta-se o presente instrumento à "ação de revisão contratual" ajuizada por mutuário do Sistema Financeiro da Habitação com o escopo de discutir contrato de mútuo firmado com a Caixa Econômica Federal, sendo atribuído à causa o valor de R$ 21.300,00.
O Juízo 'a quo' corrigiu de ofício o valor atribuído à causa para o fim de fixá-la em R$ 7.538,91, correspondentes à diferença entre a prestação exigida pela Caixa Econômica Federal e aquela pretendida pelo mutuário, multiplicada por doze vezes, e acrescida das parcelas vencidas que se pretende repetir, e diante do novo valor da causa, declinou da competência em favor do Juizado Especial Federal.
No caso dos autos, a questão referente ao valor da causa assume maior relevância porquanto as demandas referentes aos contratos do Sistema Financeiro da Habitação cujo valor não supere a quantia equivalente a 60 (sessenta) salários-mínimos são de competência absoluta do Juizado Especial Federal.
O critério adotado pelo Código de Processo Civil para a determinação do valor da causa é sempre o proveito econômico que advirá da propositura da ação.
Na hipótese de débitos vincendos o legislador considerou de forma virtual que o proveito econômico equivaleria a uma prestação anual, enquanto em relação às dívidas vencidas seus montantes integrais devem constituir o valor da causa (art. 260 do Código de Processo Civil).
Contudo, aqui a situação não é essa porque a parte autora, ora agravante, propôs ação de conhecimento buscando a efetiva modificação das cláusulas contratuais e não apenas o reconhecimento de que as prestações estariam sendo atualizadas de forma distinta da pactuada no mútuo habitacional firmado com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.
É o que se depreende do pedido constante da petição inicial acostada a este instrumento a fls. 12/37.
Assim, para as demandas que ensejem a modificação de contratos tem aplicação a norma do art. 259, inciso V, do Código de Processo Civil:
"Art. 259: O valor da causa constará da petição inicial e será:
V - quando o litígio tiver por objeto a existência, validade, cumprimento, modificação ou rescisão de negócio jurídico, o valor do contrato".
Dessa forma, afigura-se-me escorreito o valor inicial atribuído à causa pela agravante.
Ainda, não se tratando de causa cujo valor se insere no âmbito da competência absoluta do Juizado Especial Federal, nos termos do art. 3°, §3°, da Lei nº 10.259/2001, competente é o Juízo 'a quo' para processá-la e julgá-la.
Verifico, portanto, elementos suficientes na minuta a infirmar a decisão recorrida no tocante ao valor da causa e à declaração de incompetência do Juízo.
Pelo exposto, DEFIRO o efeito suspensivo ao presente recurso.
Comunique-se.
Cumpra-se o art. 527, V, do Código de Processo Civil.
Após, conclusos.
Int.
São Paulo, 21 de março de 2007.

JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	1999.61.03.005772-0 AC 839230
ORIG.	:	3 Vr SAO JOSE DOS CAMPOS/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	MARCELO EDUARDO VALENTINI CARNEIRO
APDO	:	JERVIS NASARENO VIEIRA DA SILVA e outro
ADV	:	BELMIRA DOS SANTOS COSTA
RELATOR	:	DES. FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

HOMOLOGO o acordo trazido aos autos pela petição nº 2007.083754, para que produza os seus efeitos legais e extingo o processo com julgamento de mérito, com fulcro no art. 269, III, do CPC.
Intime-se.
Oportunamente, baixem os autos à vara de origem.
São Paulo, 3 de abril de 2007.

Desembargador Federal Luiz Stefanini
Relator

PROC.	:	2001.03.00.005796-6 AG 126278
ORIG.	:	200160040000087 1 Vr CORUMBA/MS
AGRTE	:	LUCIANO FREIRE DE BARROS e outro
ADV	:	ALCINDO CARDOASO DO VALLE
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	JOSE PAULO NEVES
AGRDO	:	APEMAT CREDITO IMOBILIARIO S/A
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE CORUMBÁ - 4ª SSJ - MS
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos.
Junte-se o extrato em anexo referente ao andamento da ação de origem retirado do sistema informatizado de acompanhamento processual da Justiça Federal de Primeira Instância da 3ª Região.
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por LUCIANO FREIRE DE BARROS e outro contra a decisão que, em ação ordinária buscando a revisão de contrato de mútuo habitacional, indeferiu a antecipação da tutela visando a exclusão dos nomes dos agravantes do SERASA, SPC e outros órgãos de proteção ao crédito.
Tendo em vista que, conforme consulta ao sistema de acompanhamento processual desta Corte, houve prolação de sentença na ação originária, julgo prejudicado o presente agravo, pela perda do seu objeto, nos termos do artigo 33, inciso XII, do Regimento Interno, desta Egrégia Corte, combinado com o artigo 557, do Código de Processo Civil.
Com o trânsito, restituam-se os autos ao juízo de origem.
Int.
São Paulo, 19 de março de 2007.

JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator
WJr

PROC.	:	2004.61.14.006060-7 AC 1158694
ORIG.	:	1 Vr SAO BERNARDO DO CAMPO/SP
APTE	:	MARGARIDA COUTO BORGES DA SILVA
ADV	:	MARIA HELENA PURKOTE
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	LUIZ CARLOS FERREIRA DE MELO
APDO	:	OS MESMOS
RELATOR	:	DES.FED. VESNA KOLMAR / PRIMEIRA TURMA

Vistos.
Tratam-se de apelações interpostas contra a r. sentença proferida pela MMª Juíza Federal da 1ª Vara de São Bernardo do Campo/SP, que julgou procedente o pedido formulado para condenar a Caixa Econômica Federal - CEF a corrigir monetariamente o saldo vinculado ao FGTS com o índice de janeiro/89: 42,72%, a pagar multa de 1% (um por cento) do valor da causa, por litigância de má-fé, a indenizar os prejuízos experimentados pelo autor, fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa e honorários advocatícios, fixados em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação.

Às fls. 106, a apelante Margarida Couto Borges da Silva requer seja retificada a petição protocolada sob o nº 2006.140005015-1, (fls. 98/102) bem como suas razões anexas para ficarem constando os termos "Recurso Adesivo" e "Razões de Recurso Adesivo", em vez de "Apelação" e "Razões de Apelação".
Tendo em vista que a r. sentença julgou procedente o pedido, intime-se a autora, ora apelante, para, no prazo de 10 (dez) dias, esclarecer o pedido de fls. 106, observando-se o disposto no art. 500 do Código de Processo Civil.
Intimem-se.
São Paulo, 14 de março de 2007.
VESNA KOLMAR
Desembargadora Federal Relatora

PROC.	:	2006.61.00.006105-3 AC 1170082
ORIG.	:	6 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	OLIVIA FERREIRA RAZABONI
APDO	:	CLAUDIA BEGATTINI
ADV	:	SIMONE ROCCA
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos, em decisão:
Trata-se de apelação interposta pela Caixa Econômica Federal contra a r. sentença prolatada em sede de embargos de execução interpostos pela empresa pública com o fim de obstar a execução de título judicial referente a sua condenação em recompor saldos de FGTS expurgados do IPC de vários períodos.
Pretendia a embargante, aqui apelante, evitar o pagamento em sede de execução de julgado de índices de IPC diversos daqueles reconhecidos como devidos pelo Supremo Tribunal Federal no RE nº 226.855/RS em 31/8/2000; para tanto afirmava ser cabível o disposto no art. 741, § único do Código de Processo Civil, acrescido pela Medida Provisória nº 2.180 de 24/8/2001. Afirmava, então, que o título executivo era em parte inexigível porque fundado em aplicação ou interpretação de lei tida pela Suprema Corte como incompatível com a Magna Carta.
Os embargos foram liminarmente rejeitados por considerar o Juízo a quo seu "manifesto descabimento, haja vista que o título executivo é exigível em sua literalidade, eis que constituído por decisão judicial que transitou em julgado", deixando de fixar condenação em verba honorária.
Em seu apelo a Caixa Econômica Federal reitera os fundamentos já expendidos nos embargos pedindo a reforma do decisum.
Decido.
Todas as questões suscitadas já foram objeto de apreciação por este Tribunal e pelo Superior Tribunal de Justiça que têm posição fixa sobre tais temas. Dessa sorte, cabe julgamento por decisão monocrática do Relator.
O art. 557 do Código de Processo Civil autoriza o relator a julgar monocraticamente qualquer recurso desde que sobre o tema recorrido haja jurisprudência dominante em Tribunais Superiores; é o caso dos autos.
A questão ventilada nos autos mostra que a Caixa Econômica Federal tem enorme dificuldade em se render à evidência de que deve honrar as decisões judiciais que a condenaram, com trânsito em julgado, a pagar aos titulares de contas fundiárias o IPC que lhes foi tungado pelos sucessivos, mirabolantes e desastrosos "planos" a que essa maltratada Nação foi submetida, como se fosse "laboratório" de teorias econômicas. A Caixa Econômica Federal não se verga à realidade da coisa julgada, engendra "teses" para escapar do seu ônus de curvar-se aos casos definitivamente julgados. Assim, infelizmente para essa antiga e tão conceituada empresa pública, torna-se litigante de má-fé na medida em que se opõe maliciosamente à execução, empregando meios artificiosos, nos termos do art. 600, inc. II, do Código de Processo Civil.
O parágrafo único do art. 741 do Código de Processo Civil, com a redação dada pela Lei nº 11.232/2005, não se aplica na hipótese dos autos.
É aceitável a interpretação de que o § único do art. 741 do Código de Processo Civil aplica-se para tornar inexigível um título executivo quando o mesmo se fundamenta em ato normativo ou lei considerados pelo Supremo Tribunal Federal como inconstitucionais, ou se lastreia em aplicação ou interpretação dessas normas que a Corte Suprema considerou como incompatíveis com a Magna Carta, mas isso somente se a atuação do Supremo Tribunal Federal deu-se em sede de controle abstrato, difuso, com eficácia erga omnes. Não fosse assim, somente o ineditismo da matéria perante a Suprema Corte tornaria tranqüilo o credor e o juízo executivo, além do que uma decisão singular desse Tribunal Superior e proferida apenas inter partes acabaria extrapolando os seus reais limites.
E há mais.
A se aceitar como válida a nova dicção do § único do art. 741, é claro que a decisão declaratória de inconstitucionalidade do Supremo Tribunal, que teria sido afrontada pela sentença exeqüenda, haveria de ser anterior ao trânsito em julgado dessa sentença, pois não sendo assim estaria instaurado o caos judiciário.
Ainda a matéria tratada pelo Supremo Tribunal Federal com referência a índices de IPC expurgados de FGTS, não tem índole constitucional.
O E. STJ assim vem decidindo, conforme se verifica das seguintes ementas:
"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. FGTS. CORREÇÃO MONETÁRIA. EXCLUSÃO DE ÍNDICES CONSTANTES DO TÍTULO JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE. ART. 741, INC. II E PARÁGRAFO ÚNICO DO CPC. MP 2.180-35/2001. INAPLICABILIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 29-C, DA LEI 8.036/90. APLICABILIDADE. DECISÃO CONDICIONAL. ART. 249, § 2º, DO CPC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO NO TOCANTE AOS ARTS. 2º, DA EC 32/2001 E 6º, DA LICC.
1. É inviável a apreciação, em sede de Recurso Especial, de matéria sobre a qual não se pronunciou o tribunal de origem, porquanto indispensável o requisito do prequestionamento.
2. Ausente na apreciação do acórdão recorrido a questão envolta no dispositivo tido por violado falta, o prequestionamento da matéria debatida no recurso especial. O prequestionamento é requisito essencial e pressuposto específico de admissibilidade do recurso especial. Esta exigência significa que, não obstante tenha a parte sucumbente suscitado a questão em suas razões recursais, a matéria questionada necessita ser ventilada pelo Tribunal de origem. Inocorrendo a análise, deve a parte provocá-la mediante embargos declaratórios, o que não se verificou.
3. O acórdão que assegura o recebimento da verba honorária condicionando a sua exigibilidade à não-conversão da Medida Provisória em Lei é nulo tendo em vista que a legislação processual impõe que a sentença deve ser certa , a teor do artigo 460, § único do CPC.
4. 'Quando puder decidir do mérito a favor da parte a quem aproveite a declaração de nulidade, o juiz não a pronunciará nem mandará repetir o ato, ou suprir-lhe a falta.' (CPC, art. 249, § 2º).
5. A fixação dos honorários decorre da propositura do processo de conhecimento. Entretanto, a jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de ser a execução ação autônoma, por isso a fixação de novos honorários em sede de execução, ainda que não embargada. Conseqüentemente, sendo ação autônoma, rege essa sucumbência a lei vigente à data da instauração da execução.
6. In casu, evidencia-se que a execução de sentença foi instaurada em 02/07/2003, após o novel regime da MP 2164-40/01. Destarte, descabe a fixação de honorários advocatícios. Diverso seria o tratamento se a lei surgisse após da imputação da sucumbência, hipótese em que o direito novo não poderia retroagir para atingir o direito adquirido à percepção da verba sucumbencial.
7. A incidência do art. 741, parágrafo único, do CPC, limita-se ao decisum que se funda em lei ou ato normativo declarados como inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, em controle concentrado, ou na hipótese de provimento que os interpreta ou os aplica de modo incompatível com a Carta Magna.
6. A decisão do E. STF sobre inexistir direito adquirido aos percentuais dos Planos Bresser, Collor I e II, não implica na incidência do art. 741, parágrafo único, do CPC, com o fim de desconstituir os títulos judiciais que reconheceram como devidos os referidos índices de correção monetária. Essa hipótese não se amolda àquela prevista pela norma em questão, visto não se fundar a decisão exeqüenda em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais pelo STF, tampouco emprestar a eles interpretação incompatível com a Carta Magna.
7. Tratando-se de norma excepcional posto o art. 741, parágrafo único, revelar caráter rescindente, deve restringir-se a sua incidência, apenas, às hipóteses expressamente nela previstas.
8. Precedentes deste Eg. STJ: AgRg no REsp 743901- DF, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ de 16/06/2005; REsp 733755- SC, Rel. Min. José Delgado, DJ de 12/05/2005; REsp 717413- SC, Rel. Min. José Delgado, DJ de 02/06/2005; REsp 710452- MG, Rel. Min. José Delgado, DJ de 01/03/2005; REsp 720953- SC, Rel Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 28/06/2005;
9. Recurso especial da CEF parcialmente provido, e recurso especial da embargada desprovido."
(REsp nº 692808/SC, Relator Ministro Luiz Fux, 1ª Turma, j. 13.12.05, DJ 13.02.06, pág. 684)
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO. EXISTÊNCIA. EMBARGOS À EXECUÇÃO. TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL. INEXIGIBILIDADE. ART. 741, PARÁGRAFO ÚNICO DO CPC. VIOLAÇÃO À COISA JULGADA.
- Inexiste violação ao parágrafo único do art. 741 do CPC, introduzido pela MP 2.180-35/01, pois a decisão do Supremo Tribunal Federal que considerou indevidas as diferenças de correção monetária dos saldos do FGTS nos meses de junho/87, maio/90 e fevereiro/91 (RE 226.855/RS) encontra óbice para a sua retroação na sentença transitada em julgado, momento em que o título executivo judicial tornou-se inexigível, não podendo ser modificada a matéria decidida no processo de conhecimento para prejudicar o empregado. (artigos 5º, XXXVI da CF/88 e 610 do CPC).
- Embargos acolhidos para conhecer do recurso especial, porém lhe negando provimento
(Edcl no REsp nº 738303/MG, Relator Ministro Francisco Peçanha Martins, 2ª Turma, j. 04.10.05, DJ 21.11.05, pág. 205)
"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. FGTS. EXCLUSÃO DE ÍNDICES CONSTANTES DO TÍTULO JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE. ART. 741, II E PARÁGRAFO ÚNICO DO CPC. MP 2.180-35/2001. INAPLICABILIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 29-C DA LEI N° 8.036/2001 (REDAÇÃO DA MP N° 2.164-35/2001). INCIDÊNCIA.
1. Cuida-se de embargos à execução apresentados pela CEF sustentando a nulidade da execução por inexigibilidade de parte da decisão condenatória proferida nos autos da ação ordinária, com fundamento no art. 741, II e parágrafo único do CPC, aduzindo que o título judicial exeqüendo incluiu percentuais relativos a planos econômicos considerados indevidos pelo STF em virtude de decisão prolatada no RE nº 226.855/RS, quais sejam: junho/87, maio/90 e fevereiro/91. Na via especial, requer o reconhecimento da inexigibilidade do título executivo no que respeita aos índices mencionados, bem como seja reconhecida a isenção no pagamento dos honorários advocatícios. O particular, por sua vez, requer seja afastada a suspensão de exigibilidade da verba honorária, tornando possível sua cobrança imediata.
2. O art. 741, parágrafo único do CPC só incide quando o decisum se funda em lei ou ato normativo tidos como inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal. Idem quando os interpreta ou os aplica de modo incompatível com a Carta Magna.
3. O fato de o STF ter decidido, em situação concreta, inexistir direito adquirido aos percentuais dos Planos Bresser, Collor I e II, não conduz ao entendimento de que o art. 741, parágrafo único do CPC tem o condão de desconstituir os títulos judiciais que reconheceram como devidos os referidos índices de correção monetária. Essa hipótese não se amolda àquela prevista pela norma em questão, visto não se fundar a decisão exeqüenda em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais pelo STF, tampouco emprestar a eles interpretação incompatível com a Carta Magna. Trata-se de norma de caráter excepcional, pelo que se deve restringir a sua incidência, apenas, às hipóteses expressamente nela previstas.
4. No que concerne aos honorários advocatícios, este Tribunal tem entendido ser nula a sentença que submete a procedência ou não da ação a evento futuro e incerto, conforme preceituado no parágrafo único do art. 460 do CPC. In casu, o acórdão recorrido condenou a CEF ao pagamento de honorários advocatícios condicionando a sua exigibilidade à não-conversão da MP 2164-41/2001 em lei. A regra contida no § 2º do art. 249 do CPC permite que o juiz, quando puder decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite a declaração de nulidade, não a pronuncie nem mande repetir o ato ou suprir-lhe a falta.
5. A 1ª Seção desta Corte Julgadora firmou entendimento no sentido de que o art. 29-C é norma especial em relação aos arts. 20 e 21 do CPC e deve ser aplicado às relações processuais instauradas a partir da sua vigência (27.07.2001), inclusive nas causas, que não têm natureza trabalhista, movidas pelos titulares das contas vinculadas contra o FGTS, administrado pela CEF (ERESP n° 559.959/SC, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 21/03/2005)
6. Recurso especial da CEF parcialmente provido tão-somente para excluí-la da condenação em honorários advocatícios e dos particulares não provido.
(REsp nº 717413/SC, Relator Ministro José Delgado, 1ª Turma, j. 02.06.05, DJ 01.07.05, pág. 427)
Por derradeiro, tendo a apelante cometido ato atentatório à dignidade da Justiça ao se opor maliciosamente à execução, empregando meios artificiosos como já dito, pagará ao embargado multa de 10% sobre o valor atualizado do débito em execução nos termos preconizados pelo artigo 601 do Código de Processo Civil.
Também neste aspecto este Tribunal Regional Federal assim vem decidindo, conforme se verifica dos seguintes arestos:
"PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - APELAÇÃO - FGTS - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS - PRETENSÃO DA CEF DE EXCLUIR DA EXECUÇÃO DIFERENÇAS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA, CONCEDIDAS PELA DECISÃO JUDICIAL EXEQÜENDA, POR FORÇA DE JULGADO DO STF, EM SEDE DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO - ART. 741, PARÁGRAFO ÚNICO, CPC - INAPLICABILIDADE - COISA JULGADA - HONORÁRIOS DE ADVOGADO - PRETENSÃO DA EMBARGANTE DE EXIMIR-SE DO PAGAMENTO DA VERBA HONORÁRIA SUCUMBENCIAL, COM SUPEDÂNEO NO ART. 29-C DA LEI Nº 8.036/90, INSERIDO PELA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.164-40/2001 - VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL EXPRESSA AO TRATAMENTO DE MATÉRIA PROCESSUAL CIVIL PELA VIA DA MEDIDA PROVISÓRIA - ART. 62, §1º, I, a, DA CF - NÃO CABIMENTO DA ISENÇÃO POSTULADA - MÁ-FÉ DA EMBARGANTE.
1. Incabível, na via dos embargos à execução de sentença, a discussão sobre matéria objeto de decisão já transitada em julgado, com fundamento na orientação jurisprudencial firmada pelo Supremo Tribunal Federal.
2. Não obstante o entendimento do STF no sentido de serem indevidas as diferenças de correção monetária dos depósitos fundiários quando da edição dos Planos Bresser, Collor I (salvo em relação ao mês de abril de 1990) e Collor II (RE nº 226.855/RS), o fato é que não há no ordenamento jurídico norma que vincule todas as decisões judiciais àquelas tomadas pelos tribunais superiores em sede de recurso extraordinário e especial, que não têm efeito erga omnes.
3. A Caixa Econômica Federal, na condição de gestora do FGTS, não está isenta da verba honorária. Dispositivo legal disciplinado por medida provisória prejudicado em face da vedação estabelecida no art. 62, §1º, inciso I, alínea a, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32/2001. A regra do art. 2º da EC nº 32, ademais, não constitui óbice a esse entendimento. Tratando-se de disposição de natureza transitória, sua interpretação deve manter coerência com o texto de natureza material da Constituição, não sendo admissível, na hipótese de conflito normativo, que sua aplicação implique na derrogação da regra de cunho permanente.
4. Apelação a que se nega provimento, condenando a embargante à multa por ato atentatório à dignidade da justiça, fixada no percentual de 10% sobre o valor do débito, nos termos do art. 600, II e III, c/c art. 601, ambos do CPC.
(AC nº 2003.61.14.001207-4/SP, Relatora Desembargadora Federal Vesna Kolmar, 1ª Turma, j. 07.12.04, DJU 18.01.05, pág. 257)
"PROCESSO CIVIL - EXECUÇÃO DE SENTENÇA - EMBARGOS - DISCUSSÃO DE ÍNDICES
1 - Não se conhece da inflição de penas, pois não as há no decisório de primeiro grau.
2 - Os índices do título executado estão salvaguardados pelo instituto da coisa julgada.
3 - A coisa julgada é um imperativo que se embasa no próprio direito natural, segundo o ensinamento de Edson Luiz Sampel.

4 - A executada resiste indevidamente à definitividade da prestação jurisdicional. Assim sendo, aplica-se-lhe multa de dez por cento sobre o valor da execução, pela prática de ato atentatório à dignidade da justiça (cf. art. 600, II, combinado com a cabeça do art. 601.
5 - Apelação não provida."
(AC nº 2003.61.00.033031-2/SP, Relator Desembargador Federal Luiz Stefanini, 1ª Turma, j. 05.10.04, DJU 16.11.04, pág. 313)
Desta forma, encontrando-se a decisão recorrida em manifesta consonância com jurisprudência dominante de Tribunal Superior deve ela ser mantida.
Pelo exposto, com fulcro no que dispõe o artigo 557, caput, do Código de Processo Civil, nego seguimento à apelação e condeno a apelante na forma do art. 601 do Código de Processo Civil a adimplir multa em favor do embargado de 10% sobre o valor atualizado do débito em execução.
Decorrido o prazo legal remetam-se os autos à Vara de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 26 de março de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator
LAJS/akt/execução/557/embargos à execução sentença/6105-3

PROC.	:	2001.03.00.006287-1 AG 126639
ORIG.	:	200061140024403 3 Vr SAO BERNARDO DO CAMPO/SP
AGRTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	MARIA LUCIA BUGNI CARRERO SOARES E SILVA
AGRDO	:	ANTONIO JOSE DA SILVA FILHO e outros
ADV	:	JOSE DOS SANTOS PEREIRA LIMA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE S B DO CAMPO SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos.
Junte-se o extrato em anexo referente ao andamento da ação de origem retirado do sistema informatizado de acompanhamento processual deste Tribunal e da Justiça Federal de Primeira Instância da 3ª Região.
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pela Caixa Econômica Federal - CEF contra a decisão que, em ação ordinária versando sobre correção de valores de FGTS, determinou que a agravante efetuasse o recolhimento do preparo do recurso de apelação interposto (fls. 31). Recebido o agravo neste Tribunal, foi deferido o efeito suspensivo pleiteado (fls. 47).
Tendo em vista que, conforme consulta ao sistema de acompanhamento processual desta Corte, já houve prolação de acórdão no feito principal julgando improcedente a apelação da CEF (o que logicamente importou na realização de exauriente juízo positivo de admissibilidade daquele recurso), com trânsito em julgado e remessa dos autos ao arquivo, julgo prejudicado o presente agravo, pela perda do seu objeto, nos termos do artigo 33, inciso XII, do Regimento Interno, desta Egrégia Corte, combinado com o artigo 557, do Código de Processo Civil.
Com o trânsito, restituam-se os autos ao juízo de origem.
Int.
São Paulo, 19 de março de 2007.
JOHONSOM DI SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2001.03.00.006388-7 AG 126734
ORIG.	:	200060000002780 1 Vr CAMPO GRANDE/MS
AGRTE	:	Departamento Nacional Estradas Rodagem - DNER
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
AGRDO	:	MADALENA GOULARTE SANTANA
ADV	:	REINALDO O NASCIMENTO DE ARAUJO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE CAMPO GRANDE Sec Jud MS
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos.
Junte-se o extrato em anexo referente ao andamento da ação de origem retirado do sistema informatizado de acompanhamento processual da Justiça Federal de Primeira Instância da 3ª Região.
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pelo Departamento Nacional de Estradas Rodagem - DNER contra a decisão que, em ação ordinária, excluiu a União Federal do pólo passivo e determinou que a autora emendasse a inicial com inclusão do DNER (fls. 109).
Tendo em vista que, conforme consulta ao sistema de acompanhamento processual desta Corte e informado nos autos às fls. 137/138, houve prolação de sentença extinguindo o feito originário, com trânsito em julgado, julgo prejudicado o presente agravo, pela perda do seu objeto, nos termos do artigo 33, inciso XII, do Regimento Interno, desta Egrégia Corte, combinado com o artigo 557, do Código de Processo Civil.
Com o trânsito, restituam-se os autos ao juízo de origem.
Int.
São Paulo, 21 de março de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2004.61.00.006763-0 AC 1161573
ORIG.	:	16 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	MARCOS POLICARPO DE BRITO e outro
ADV	:	ADALEA HERINGER LISBOA MARINHO
APDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	MARIA FERNANDA SOARES DE A BERE
RELATOR	:	JUIZ CONV. MÁRCIO MESQUITA / PRIMEIRA TURMA

Fls. 235/238: Dê-se vista dos autos à Caixa Economica Federal -CEF, pelo prazo de 05 (cinco) dias. Int.
São Paulo, 22 de março de 2007.
MÁRCIO MESQUITA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2003.61.00.006915-4 AC 1124418
ORIG.	:	10 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	AMAURI ANTONIO RIBEIRO MARTINS
APDO	:	REGINA CRISTINA DOS SANTOS
RELATOR	:	DES.FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

Tendo em vista a petição referente à folha 82, julgo extinto o feito com fundamento no artigo 501 do Código de Processo Civil, declarando prejudicada a apelação da Caixa Econômica Federal - CEF.
Oportunamente, baixem os autos para as providências cabíveis.
Intime-se.
Publique-se.
São Paulo, 6 de fevereiro de 2007.
Desembargador Federal LUIZ STEFANINI
RELATOR

PROC.	:	2007.03.00.007131-0 AG 290563
ORIG.	:	200661000128469 1 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	JOSE ROBERTO MAZETTO
AGRDO	:	GUARACIABA FERREIRA MORETTO
ADV	:	IARA FERREIRA TEIXEIRA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE SAO PAULO>1ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

1.Processe-se, com a anotação de que não foi requerido efeito suspensivo ativo ao recurso.
2.Intime-se o agravado para que apresente contraminuta, nos termos do artigo 527, V, do Código de Processo Civil.
3.Comunique-se ao MM. Juízo a quo, para que preste informações em conformidade com o artigo 527, IV do CPC dentre as quais o cumprimento do previsto no art. 526 pela agravante, do mesmo diploma legal.
São Paulo, 14 de fevereiro de 2007.
Desembargador Federal LUIZ STEFANINI
Relator

PROC.	:	2007.03.00.007147-3 AG 290578
ORIG.	:	200661000150888 19 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	AMANDA BATISTA DE ANDRADE
ADV	:	CRISTIANE LEANDRO DE NOVAIS
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 19 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto em face da r. decisão que, em sede de ação revisional de contrato de financiamento de imóvel do Sistema Financeiro da Habitação - SFH, indeferiu o pedido de antecipação da tutela que objetivava a autorização do depósito das prestações vincendas no valor que entende correto (R$ 269,29), bem como que a Caixa Econômica Federal se abstenha de praticar atos executórios e incluir o nome da autora em cadastros dos órgãos de proteção ao crédito.
Sustenta, em síntese, que a instituição financeira não respeita as cláusulas do contrato para a composição do reajuste das prestações, circunstância autorizadora da procedência dos pedidos da presente ação.
Aduz a presença do periculum in mora, posto que o indeferimento da antecipação da tutela causaria ao agravante prejuízos de difícil reparação, representado pelo risco que correm de perderem o imóvel através de execução extrajudicial.
A r. decisão guerreada entendeu que deve ser cumprido o pactuado entre as partes, não tendo os autores trazido fatos justificadores de um desequilíbrio contratual (fls. 61-63).
DECIDO.
Inicialmente observo que, consoante o artigo 522, do Código de Processo Civil, com a redação dada pela Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005, estabeleceu-se nova sistemática para interposição recurso de agravo de instrumento, consagrando seu cabimento somente nos casos previstos na Lei ou naqueles suscetíveis de causar lesão grave ou de difícil reparação. É esse o caso dos autos, razão pela conheço do recurso, na forma de instrumento.
Impende assinalar, por necessário, que o contrato de mútuo tem natureza de título executivo extrajudicial e, assim, submete-se ao Decreto-lei nº 70/66, cuja constitucionalidade foi reconhecida por ambas as Turmas do Supremo Tribunal Federal (RE 287.483, rel. Min. Moreira Alves DJ 18.09.01 e RE 239.036, rel. Min. Nelson Jobim, DJ 10.08.00).
Não obstante, vinha entendendo que apesar do referido decreto ter sido recepcionado pela CF/88, não estaria excluída a possibilidade de medida judicial que obstasse o prosseguimento do procedimento previsto na legislação impugnada, desde que houvesse contracautela, com o depósito das prestações devidas em atraso, em valores razoáveis, à disposição do Juízo.
Ocorre que a 1ª Turma deste E. Tribunal passou a entender que essa providência - depósito das prestações vencidas e vincendas no valor pretendido pelo mutuário - seria baldada, haja vista que permaneceria a mora e, conseqüentemente, a possibilidade de execução do restante do débito. Nesse sentido: (AG - 173961, Rel. Des. Fed. Vesna Kolmar, DJU 23/03/2004; AG - 204702, Rel. Des. Fed. Johonsom Di Salvo, DJU 16/08/2005).
Desse modo, concluiu a 1ª Turma que o mutuário, ao realizar o contrato de financiamento, valendo-se das regras do Sistema Financeiro de Habitação - SFH, assume o risco de, em se tornando inadimplente, ter o imóvel objeto do financiamento levado a leilão, pois tal imóvel, na realização do contrato, é gravado com direito real de garantia hipotecária, razão pela qual está perfeitamente ciente das conseqüências que o inadimplemento pode acarretar.
Com efeito, entendeu-se que o risco de sofrer a execução judicial ou extrajudicial do contrato é consectário lógico da inadimplência, não havendo qualquer ilegalidade ou irregularidade na conduta do credor nesse sentido.
Por tais motivos, curvo-me ao entendimento predominante na Turma para negar ao mutuário a possibilidade de depósito judicial das parcelas vencidas e vincendas do contrato de mútuo habitacional ou de suspensão a execução extrajudicial, eis que permanecerá o débito e, assim também, a possibilidade da credora executar a obrigação pactuada, pois não há como desconhecer, nesse caso, o direito da CEF em promover a execução extrajudicial prevista no Decreto-lei nº 70/66.
Também quanto a possibilidade de inscrição do nome do mutuário nos órgãos de proteção ao crédito, curvo-me ao entendimento predominante na Turma e, assim, visto que autorizado pela legislação pertinente - art. 43 do Código de Defesa do Consumidor -, nos casos em que há inadimplência voluntária do mutuário, como se verifica nestes autos, não há que se falar em possibilidade de êxito da pretensão material deduzida, pois não é razoável conceder uma pretensão contrária à lei.
Em suma: não se pode obstar a inscrição, vez que inquestionável a existência da dívida. Não há qualquer óbice à inscrição do nome do mutuário nos órgãos de proteção ao crédito, que, segundo o E. Supremo Tribunal Federal,é constitucional (Adin 1178/DF).
Em face de todo o exposto, INDEFIRO o pedido de efeito suspensivo.
Intime-se a agravada, para que apresente contraminuta, nos termos do art. 527, V, do Código de Processo Civil.
Comunique-se ao MM. Juízo a quo, para que preste informações em conformidade com o art. 527, IV, do CPC, dentre as quais o cumprimento do previsto no art. 526 pela agravante, do mesmo diploma legal.
São Paulo, 12 de fevereiro de 2007.
Desembargador Federal Luiz Stefanini
Relator

PROC.	:	2007.03.00.007159-0 AG 290589
ORIG.	:	200761040000985 1 Vr SANTOS/SP
AGRTE	:	MARCELO PRESTA e outro
ADV	:	MARCIO BERNARDES
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE SANTOS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos.
Recebo a petição de fls. 145/150 como pedido de reconsideração nos termos do art. 527, parágrafo único, do Código de Processo Civil, uma vez que a decisão agravada foi proferida após a vigência da Lei nº 11.187/2005.
Os argumentos da agravante em nada abalam a convicção deste Relator conforme as razões já explicitadas na decisão de fls. 112/113.
Ante o exposto, mantenho a decisão proferida pelos seus próprios fundamentos.
Aguarde-se o oportuno julgamento.
Int.
São Paulo, 21 de março de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2004.61.10.007331-7 AC 1015160
ORIG.	:	1 Vr SOROCABA/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	IVO ROBERTO PEREZ
APDO	:	JORGE LUIZ DE SOUZA
RELATOR	:	DES.FED. VESNA KOLMAR / PRIMEIRA TURMA

Vistos em decisão.
Trata-se de apelação interposta contra a r. sentença proferida pelo MM. Juiz Federal da 1ª Vara de Sorocaba/SP, que indeferiu a inicial e julgou extinto o processo, sem apreciação do mérito, diante da ausência de condição essencial à propositura, com fulcro no artigo 267, inciso I e VI e 295, inciso III, todos do Código de Processo Civil. Não houve condenação em custas e honorários advocatícios.

Às fls. 42, a apelante peticionou requerendo a desistência do recurso interposto.
Isto posto, homologo o pedido de desistência formulado para que produza seus regulares efeitos, a teor do que dispõe o artigo 501, do Código de Processo Civil, c.c. artigo 33, VI, do Regimento Interno desta Corte.
Oportunamente, baixem os autos à vara de origem, observadas as formalidades legais.
Intimem-se.
São Paulo, 13 de março de 2007.
VESNA KOLMAR
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.007613-6 AG 290845
ORIG.	:	200661030089442 2 Vr SAO JOSE DOS CAMPOS/SP
AGRTE	:	EDSON DE PAULA e outro
ADV	:	FABIANO FERNANDES DA SILVA CUNHA
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE S J CAMPOS SP
RELATOR	:	DES.FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto em face da r. decisão que, em ação cautelar, indeferiu o pedido de liminar que objetivava impedir o ato de qualquer medida executória judicial e extrajudicial, até decisão final, bem como que os réus se abstenham de incluir os nomes dos autores nos cadastros dos órgãos de proteção ao crédito.
Sustentam que a execução extrajudicial é considerada atentatória à Constituição Federal, vez que afronta princípios constitucionais, tais como o da inafastabilidade da apreciação jurisdicional, do devido processo legal, contraditório e ampla defesa, nos termos do artigo 5º, incisos XXXV e LIV da CF.
Alegam a existência de irregularidades no procedimento do Decreto-Lei n.º 70/66, tal como ausência de notificação pessoal do devedor sobre o resultado do leilão, bem como não ter sido conferido aos Mutuários o direito de purgar a mora, até a assinatura da arrematação, conforme artigo 34 do Decreto. Requerem, outrossim, a concessão do efeito suspensivo.
Indeferiu a liminar pleiteada, consignando que os autores estão inadimplente e, ainda, que houve renegociação do financiamento inicial ficando a parcela referente ao mês de maio em R$ 77,71 (setenta e sete reais e setenta e um centavos), motivo pelo qual não observou nenhum abuso nos valores cobrados. Por fim, registrou que é pacífica na jurisprudência a inconstitucionalidade do Decreto-lei nº 70/66. Houve concessão de benefícios da assistência gratuita (fls. 37-40).
Decido.
Deixo de apreciar o pedido de efeito suspensivo, aguardando a apresentação da contraminuta, haja vista que a documentação constante dos autos não dá conta da inexistência do direito da agravante em obter a suspensão da execução extrajudicial, por eventuais inobservâncias às regras previstas pelo Decreto-lei nº 70/66. Nesta oportunidade deve a Caixa Econômica demonstrar a regular notificação pessoal do mutuário.
Intimem-se, inclusive a agravada para contraminuta, nos termos do artigo 527, inciso V, do Código de Processo Civil.
Comunique-se ao MM. Juízo a quo, para prestar informações em conformidade com o artigo 527, inciso IV do Código de Processo Civil, dentre as quais o cumprimento do previsto no artigo 526 pela agravante, do mesmo diploma legal.
Após, voltem conclusos.
São Paulo, 26 de fevereiro de 2007.
Desembargador Federal Luiz Stefanini
Relator

PROC.	:	2007.03.00.007920-4 AG 291029
ORIG.	:	200061040091595 6 Vr SANTOS/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
REPTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	MAURÍCIO NASCIMENTO DE ARAÚJO
AGRDO	:	CLUBE DE REGATAS SANTISTA
ADV	:	GILBERTO ANTONIO RODRIGUES
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 6 VARA DE SANTOS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto em face da r. decisão que, em execução fiscal, indeferiu o pedido de bloqueio das contas correntes e aplicações financeiras do executado.
Alega, em síntese, que os bens oferecidos à penhora não atraíram qualquer licitante, de modo que a substituição pleiteada - penhora de ativos financeiros - vai ao encontro da nova sistemática de satisfação do credor prevista no artigo 655-A do Código de Processo Civil, com a nova redação dada pela Lei nº 11.382/06.
O MM. Magistrado indeferiu o pedido de decretação de indisponibilidade de bens nos moldes do artigo 655-A do Código de Processo Civil, consignando que o bloqueio de ativos financeiros é medida excepcional, somente sendo possível após o exeqüente ter comprovado a realização de diligências para localização de bens passíveis de penhora (fl. 22).
Decido.
Inicialmente observo que, consoante o artigo 522, do Código de Processo Civil, com a redação dada pela Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005, estabeleceu-se nova sistemática para interposição recurso de agravo de instrumento, consagrando seu cabimento somente nos casos previstos na Lei ou naqueles suscetíveis de causar lesão grave ou de difícil reparação. É esse o caso dos autos, razão pela conheço do recurso, na forma de instrumento.
Para a concessão do efeito suspensivo ativo necessária a presença de dois requisitos: lesão grave e de difícil reparação e relevância da fundamentação, nos termos do art. 558, caput, do CPC.
Neste juízo de cognição sumária não vislumbro relevante fundamentação a favor da agravante que autorize a concessão do efeito suspensivo pleiteado. Senão vejamos.
Por primeiro, cumpre assinalar que, de fato, a inexistência de meio eletrônico para processamento da indisponibilidade dos bens e direitos, não pode ter o condão de obstar a aplicação de tal medida, conquanto esta seja cabível.
A Lei Complementar n.º 118/05, bem como o artigo 655-A do Código de Processo Civil, com a nova redação dada pela Lei nº 11.382/06, ao autorizarem a decretação de indisponibilidade de bens, preferencialmente por meio eletrônico, pretendeu tão-somente oferecer um instrumento mais célere e eficaz para realização de atos de constrição judicial, não tendo, no entanto, criado um novo instituto.
A penhora consiste no ato executivo que afeta determinado bem à execução, permitindo sua ulterior expropriação, e torna os atos de disposição do seu proprietário ineficazes em face do processo. Dessa forma, seu efeito é ocasionar a constrição do bem do devedor, independentemente da forma (do meio) com que seja efetivado.
Denota-se, portanto, que o que pretendeu o sistema criado pela novel legislação foi tão-somente agilizar a consecução dos bens da execução, que antes eram realizados através da expedição de ofícios, modalidade mais morosa e burocrática.
No entanto, no caso vertente, não há possibilidade de se efetivar a indisponibilidade dos bens dos executados. Senão vejamos.
Entendo que o Estado-Juiz não deve, sob pena de violar o princípio da imparcialidade, substituir a exeqüente na produção da prova que lhe é pertinente, salvo nas hipóteses em que o credor tenha esgotado todos os meios disponíveis, sem, contudo, ter obtido o sucesso perseguido.
O que se aventa do caso vertente é pedido de indisponibilidade de bens e direitos dos executados com vistas a garantir a execução fiscal de débito inscrito sob o nº FGSP199902581.
Neste passo, reputo conveniente breve digressão acerca do instituto da penhora on-line.
Nos idos de 2002 com vistas a conferir efetividade ao processo de execução na esfera trabalhista, foi firmado o convênio entre o Tribunal Superior do Trabalho e o Banco Central do Brasil permitindo a penhora on-line nos feitos afetos àquela Justiça.
Com a edição da Lei Complementar n.º 118/2005 transpassou-se o instituto da penhora on-line, também para a Justiça Comum, especialmente no ramo do direito tributário.
Introduzindo alterações no Código Tributário Nacional, disciplinou o novel regramento:
Art. 185- A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. (g.n)
De igual forma, a Lei nº 11.382/06 que alterou o Código de Processo de Civil, dispondo que:
Art. 655- A. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem:
I - dinheiro, em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira;
II - veículos de via terrestre;
III - bens móveis em geral;
IV - bens imóveis;
V - navios e aeronaves;
VI - ações e quotas de sociedades empresárias;
VII - percentual do faturamento de empresa devedora;
VIII - pedras e metais preciosos;
IX - títulos da dívida pública da União, Estados e Distrito Federal com cotação em mercado;
X - títulos e valores mobiliários com cotação em mercado;
Altamente difundido nas execuções trabalhistas, o uso do sistema que permite tal bloqueio sempre foi muito tímido em outras áreas, e mesmo no âmbito da justiça especializada do trabalho, o referido instituto já foi objeto de ação direta de inconstitucionalidade - ADIN N.º 3091, movida pelo PFL - Partido da Frente Liberal, em 17-12-2003, pendente de julgamento.
Denota-se, assim, que tal penhora deve ser encarada com reservas. A própria quebra de sigilo fiscal do executado para que se obtenha tão-somente informações acerca da existência de bens do devedor inadimplente somente deve ser autorizada em hipóteses excepcionais, como naqueles casos em que todos os meios para obtenção de bens passíveis de penhora tenham se esvaído, não restando outras formas para satisfação do seu crédito.
Assim, não havendo qualquer comprovação de esgotamento de todas as vias para obtenção de bens penhoráveis, tal como expedição de ofícios para o DETRAN e cartórios de registro de imóveis, entendo que não há como autorizar a utilização da medida excepcional e extremada da penhora "on-line".
Diante do exposto, INDEFIRO o pedido de efeito suspensivo.
Intimem-se, inclusive a agravada para apresentação de contraminuta nos termos do artigo 527, inciso V, do Código de Processo Civil.
Comunique-se ao MM. Juízo a quo, para prestar informações em conformidade com o art. 527, IV, do CPC, dentre as quais o cumprimento do previsto no art. 526 pela agravante, do mesmo diploma legal.
São Paulo, 2 de março de 2007.
Desembargador Federal Luiz Stefanini
Relator

PROC.	:	94.03.007953-3 AC 156441
ORIG.	:	8800195911 5 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	ELGIN MAQUINAS S/A
ADV	:	NILTON RIBEIRO LANDI e outros
APDO	:	BANCO CREDIBANCO S/A
ADV	:	MARCOS CAVALCANTE DE OLIVEIRA
ADV	:	GRAZIELA SANTOS DA CUNHA
PARTE R	:	Banco Nacional de Desenvolvimento Economico e Social - BNDES
ADV	:	ARNALDO CORDEIRO P DE M MONTENEGRO
ADV	:	ANANCI BARBOSA RODRIGUES DE AMORIM
RELATOR	:	DES.FED. VESNA KOLMAR / PRIMEIRA TURMA

Vistos.
Fls. 268: defiro vista dos autos na subsecretaria e extração de cópias.
Intimem-se.
São Paulo, 20 de março de 2007.
VESNA KOLMAR
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2004.61.10.008021-8 AC 1159113
ORIG.	:	1 Vr SOROCABA/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	IVO ROBERTO PEREZ
APDO	:	M A L PINTO CERQUILHO -ME e outro
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos em decisão.
Fls. 33: Homologo o pedido de desistência do recurso interposto pela Caixa Econômica Federal às fls. 24/28.
Após, cumpridas as formalidades legais, encaminhem-se os autos à origem, com as cautelas usuais.
Int.
São Paulo, 21 de março de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2004.61.00.008150-0 AC 1093269
ORIG.	:	16 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	ROGERIO ALTOBELLI ANTUNES
APDO	:	TERESA MARIA DA SILVA e outros
ADV	:	JULIANA GARCIA POPIC
PARTE A	:	DENISE ALVES SALTINI
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos, em decisão.
Trata-se de Embargos de Declaração opostos em face da r. decisão, que rejeitou a matéria preliminar e, no mérito, não conheceu de parte da apelação interposta pela Caixa Econômica Federal e na parte conhecida deu-lhe parcial provimento, com fulcro no disposto no art. 557, § 1º A, do Código de Processo Civil (fls. 138/141).
Alega a embargante ter ocorrido omissão e obscuridade, uma vez que a análise da aplicação do art. 29-C da Lei nº 8.036/90 deve ser feita à luz das normas federais e constitucionais (CF arts. 5º, LV e 62, §1º, "b", e art. 20 do CPC), a fim de possibilitar o prequestionamento explícito da matéria embargada, bem como que seja esclarecido porque constou da r. decisão que o art. 29-C não trata de matéria processual.
Ao final, requer a expressa manifestação desta Egrégia Corte sobre a referida matéria a fim de que sejam sanadas a omissão e a obscuridade.
Decido.
A teor do que dispõe o art. 535, I e II, do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração apenas quando há no acórdão obscuridade, contradição ou omissão relativa a ponto sobre o qual deveria pronunciar-se o Tribunal, descabendo, assim, sua utilização com o escopo de "obrigar" o órgão julgador a rever orientação anteriormente esposada por ele, sob o fundamento de que não teria sido aplicado o melhor direito à espécie dos autos.
Não se prestam os declaratórios à revisão do acórdão, salvo casos excepcionalíssimos, e sim ao aperfeiçoamento do julgado.
Destarte, quando a embargante por meio desse expediente busca ver reapreciada a questão já examinada exaustivamente pela Turma sem indicar concretamente qualquer das alternativas do art. 535 do CPC, não podem prosperar os embargos de declaração, porquanto lhe atribuir "efeitos infringentes" só é possível em caso de erro manifesto que redunde em nulidade do julgado, situação essa que nem de longe é visível no presente caso.

A propósito de todas essas considerações, confira-se:
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. FINALIDADE DE PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA OBJETO DE POSSÍVEL RECURSO EXTRAORDINÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL (PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. ADICIONAL DE IMPOSTO DE RENDA. LEI Nº 6.352/88, DO ESTADO DE SÃO PAULO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. PROVA DO REPASSE. DESNECESSIDADE. TRIBUTO DE NATUREZA INDIRETA. LEGITIMIDADE ATIVA DO RESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO.).
1. .....
2. Os embargos de declaração têm como requisito de admissibilidade a indicação de algum dos vícios previstos no art. 535, do CPC, constantes do decisum embargado, não se prestam, portanto, ao rejulgamento da matéria posta nos autos, pois, visam, unicamente, completar a decisão quando presente omissão de ponto fundamental, contradição entre a fundamentação e a conclusão ou obscuridade nas razões desenvolvidas.
3. Impõe-se a rejeição de embargos declaratórios que, à guisa de omissão, têm o único propósito de prequestionar a matéria objeto de recurso extraordinário a ser interposto. Precedente da Corte Especial: EDcl nos EREsp 173273/SP, Relator Ministro Barros Monteiro, DJ de 06.06.2005).
4. Embargos de declaração rejeitados.
(Superior Tribunal de Justiça, EDcl no AgRg no REsp 621.556/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15.09.2005, DJ 26.09.2005 p. 187)
EMENTA: Embargos de declaração com caráter infringente. Ausência de omissão, obscuridade ou contradição. Embargos de Declaração rejeitados.
(Supremo Tribunal Federal, EMB. DECL. NO AG. REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 196.136/CE, rel. Ministro. JOAQUIM BARBOSA, SEGUNDA TURMA, julgado em 30/08/2005)
EMENTA:
1. RECURSO. Embargos de declaração. Inadmissibilidade. Omissão, contradição ou obscuridade. Inexistência. Embargos de declaração rejeitados. Não se admitem embargos de declaração de decisão em que não há omissão, contradição nem obscuridade.
2. RECURSO. Embargos de declaração. Caráter meramente protelatório. Litigância de má-fé. Imposição de multa. Aplicação do art. 538, parágrafo único, cc. arts. 14, II e III, e 17, VII, do CPC. Quando abusiva a interposição de embargos declaratórios, manifestamente protelatório, deve o Tribunal condenar o embargante a pagar multa ao embargado.
(Supremo Tribunal Federal, EMB. DECL. NO AG. REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 162.421/GO, rel. Ministro CEZAR PELUSO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 30/08/2005)
EMENTA.
PROCESSUAL CIVIL, CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS. POLICIAL MILITAR. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. OFENSA AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. CONFIGURAÇÃO. AUSÊNCIA DE ADVOGADO OU DEFENSOR DATIVO. PRECEDENTES. EMBARGOS REJEITADOS.
I - Os embargos de declaração devem atender aos seus requisitos, quais sejam, suprir omissão, contradição ou obscuridade, não havendo qualquer um desses pressupostos, rejeitam-se os mesmos.
II - O Superior Tribunal de Justiça possui jurisprudência uniforme no sentido de que os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, igualmente incidentes na esfera administrativa, têm por escopo propiciar ao servidor oportunidade de oferecer resistência aos fatos que lhe são imputados, sendo obrigatória a presença de advogado constituído ou defensor dativo. Precedentes.
III - Não havendo a observância dos ditames previstos resta configurado o desrespeito aos princípios do devido processo legal, não havendo como subsistir a punição aplicada.
IV - O julgador não está obrigado a responder a todos os questionamentos formulados pelas partes, competindo-lhe, apenas, indicar a fundamentação adequada ao deslinde da controvérsia, observadas as peculiaridades do caso concreto, como ocorreu in casu, não havendo qualquer omissão no julgado embargado.
V - Inviável a utilização dos embargos de declaração, sob a alegação de pretensa contradição, quando a pretensão almeja - em verdade - reapreciar o julgado, objetivando a alteração do conteúdo meritório da decisão embargada.
VI - Embargos de declaração rejeitados.
(EDcl no RMS 20.148/PE, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 02.05.2006, DJ 29.05.2006, p. 269)
No caso específico dos autos observa-se que o acórdão guerreado não ostenta qualquer dos vícios elencados no artigo 535 do Código de Processo Civil, além do que a parte embargante não deduziu com clareza qual seria o "ponto" do julgado que o contaminaria de omissão ou contradição e nem aonde residiria eventual "obscuridade" do decisum.
Então, calha à perfeição o seguinte julgado:
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. (TRIBUTÁRIO. PREVIDENCIÁRIO. CONTRIBUIÇÃO AO FUNRURAL. INCRA. DATA DA EXTINÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CORREÇÃO MONETÁRIA. ÍNDICES).
1.....
2. Deveras, é cediço que inocorrentes as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, não há como prosperar o inconformismo, cujo real objetivo é a pretensão de reformar o decisum, o que é inviável de ser revisado em sede de embargos de declaração, dentro dos estreitos limites previstos no artigo 535 do CPC.
3. Embargos de declaração rejeitados.
(Superior Tribunal de Justiça, EDcl nos EDcl nos EDcl no REsp 418.596/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06.09.2005, DJ 26.09.2005 p. 180)
A propósito, convém recordar que o acórdão não se sujeita a embargos de declaração válidos se o objetivo do embargante é compelir o Tribunal a apreciar outros argumentos ou motivos deduzidos pela parte no recurso originário; realmente, é lição já antiga que do órgão julgador se exige apenas que apresente fundamentação suficiente para justificar a decisão apresentada, não estando obrigado a apreciar cada um dos múltiplos argumentos deduzidos pela parte. Decisão judicial não é resposta a "questionário" da parte recorrente.
Enfim, embargos declaratórios descabem para compelir o Judiciário a "inovar" na apreciação do recurso, examinando questões e argumentos novos não deduzidos na fundamentação ou no pleito recursal originário. Essa a posição do Superior Tribunal de Justiça. Confira-se:
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PARA FUNRURAL E INCRA. CORREÇÃO MONETÁRIA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 211/STJ.
1. Ausentes as hipóteses de cabimento dos embargos de declaração, consoante artigo 535 do CPC.
2. Os aclaratórios não se prestam para que sejam analisadas questões já discutidas e nem para inovar em tese jurídica não ventilada nas instâncias inferiores. Aplicação da Súmula nº 211/STJ.
3. Embargos de declaração rejeitados.
(EDcl no REsp 670.467/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 02.08.2005, DJ 05.09.2005 p. 369 - destaquei)
TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. EXISTÊNCIA. TESE NOVA. IMPOSSIBILIDADE.
1. Não cabe desnaturar os aclaratórios com o intuito de inovar em tese jurídica não ventilada em momento oportuno. A alegação de intempestividade do recurso especial deveria ter sido alegada no primeiro momento que coubesse à parte falar nos autos.
2.....
3. Embargos de declaração do INSS rejeitados. Embargos de declaração dos contribuintes acolhidos, sem efeitos modificativos.
(EDRESP 383.726/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 05.04.2005, DJ 22.08.2005 p. 188 - destaquei)
PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - PRESCRIÇÃO - TERMO A QUO - FALTA DE PREQUESTIONAMENTO - IMPOSSIBILIDADE DE INOVAÇÃO- EFEITO INFRINGENTE.
1. Não é possível inovar o pedido no julgamento dos embargos de divergência, pleiteando a prevalência de tese não discutida anteriormente.
2. Inexistente qualquer hipótese do art. 535 do CPC, não merecem acolhida embargos de declaração com nítido caráter infringente.
3. Embargos de declaração rejeitados.
(EDcl nos EDcl nos EREsp 96.560/AL, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22.09.2004, DJ 06.12.2004 p. 186).
Os embargos deduzidos nestes autos não se enquadram na estreita via legal que autoriza seu acolhimento; ao contrário, escapam da trilha legal porquanto o acórdão não experimenta qualquer dos vícios indicados no multicitado artigo 535 e os declaratórios não se prestam aos objetivos acima indicados.
Pelo exposto, com fulcro no que dispõe o artigo 557, "caput", do Código de Processo Civil, conheço dos presentes Embargos de Declaração para negar-lhes seguimento.
Com o trânsito dê-se baixa.
Intimem-se.
São Paulo, 07 de fevereiro de 2007.
JOHONSOM di SALVO
DESEMBARGADOR FEDERAL
RELATOR

PROC.	:	2005.61.05.008955-8 AMS 283154
ORIG.	:	2 Vr CAMPINAS/SP
APTE	:	CONDOMINIO EDIFICIO CONJUNTO RESIDENCIAL JARDIM DOM NERY
ADV	:	EVALDO DE MOURA BATISTA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	FELIPE TOJEIRO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. VESNA KOLMAR / PRIMEIRA TURMA

Vistos.
Trata-se de apelação interposta contra a r. sentença proferida pelo MM. Juiz Federal da 2ª Vara de Campinas/SP, que indeferiu a petição inicial e extinguiu o processo, sem julgamento de mérito, com fundamento nos artigos 295, V, c.c. 267, incisos I e VI, todos do Código de Processo Civil, bem como no artigo 5º da Lei nº 1.533/51. Não houve condenação em honorários advocatícios.
Às fls. 243, o impetrante peticionou requerendo a extinção do feito, com fulcro no artigo 267, VIII, ao fundamento de que pretende aderir ao parcelamento do REFIS III, instituído pela Medida Provisória 303/06.
Assim, intime-se o apelante para, no prazo de 10 (dez) dias, comprovar que o crédito tributário consubstanciado no Lançamento de Débito Confessado nº 35.774.844-1 foi incluído no REFIS.
Intimem-se.
São Paulo, 16 de março de 2007.
VESNA KOLMAR
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2002.03.00.009188-7 AG 150472
ORIG.	:	200261000049539 22 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	PAULO ROSALDO FELIPE e outro
ADV	:	DENISE PEREIRA DOS SANTOS
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	JOSE PAULO NEVES
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 22 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos.
Junte-se o extrato em anexo referente ao andamento da ação de origem retirado do sistema informatizado de acompanhamento processual da Justiça Federal de Primeira Instância da 3ª Região.
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por Paulo Rosaldo Felipe e outro contra decisão que, em sede ação cautelar inominada, determinou que a parte autora emende a inicial atribuindo valor à causa compatível com o pedido, bem como efetue o recolhimento das custas complementares (fls. 103/106).
Tendo em vista que, conforme consulta ao sistema de acompanhamento processual desta Corte e informação dos autos as fls. 47/49, houve prolação de sentença no feito originário, com trânsito em julgado, julgo prejudicado o presente agravo, pela perda do seu objeto, nos termos do artigo 33, inciso XII, do Regimento Interno, desta Egrégia Corte, combinado com o artigo 557, do Código de Processo Civil.
Com o trânsito, restituam-se os autos ao juízo de origem.
Int.
São Paulo, 29 de março de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2001.03.00.009260-7 AG 128096
ORIG.	:	0002369974 4F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	CROMEACAO VIVI LTDA
ADV	:	JOSE RATTO FILHO
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos em decisão.
Com a entrada em vigor da Resolução nº 169, de 04 de maio de 2000, que interiorizou no âmbito deste Tribunal a Lei Federal nº 9.289/96 (DOU de 08/07/96) e aprovou a tabela de custas constante do anexo I, tornou-se devido no ato de interposição dos agravos de instrumento, a partir de 10 de maio de 2000, o recolhimento de preparo sob a rubrica 5775 no valor de R$64,26 (sessenta e quatro reais e vinte e seis centavos), bem como do porte de retorno sob a rubrica 8021 no valor de R$8,00 (oito reais), perfazendo um total de R$.72,26 (setenta e dois reais e vinte e seis centavos).
No presente caso, o agravo foi inicialmente distribuído ao Desembargador Federal Oliveira Lima, que negou o efeito suspensivo pleiteado e determinou o recolhimento das custas no prazo de 24 (vinte e quatro horas) sob pena de negativa de seguimento ao recurso (fls. 50).
O referido despacho foi devidamente publicado em 04/05/2001 (fls. 52), sendo que até a presente data a parte agravante não efetuou o preparo devido, sendo o recurso, por conseguinte, deserto (artigo 511, do Código de Processo Civil).
Por estes fundamentos, nego seguimento ao agravo de instrumento, nos termos do art. 557 do CPC.
Com o trânsito dê-se baixa.
Int.
São Paulo, 19 de março de 2007.
JOHONSOM di SALVO
DESEMBARGADOR FEDERAL
RELATOR

PROC.	:	2000.61.00.009467-6 AC 672945
ORIG.	:	7 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	JOSE SOJO AVILA e outros
ADV	:	ABDUL LATIF MAJZOUB
APDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	ROGERIO ALTOBELLI ANTUNES
RELATOR	:	JUIZ CONV. MÁRCIO MESQUITA / PRIMEIRA TURMA

O Juiz Federal Convocado Márcio Mesquita (Relator):
Trata-se de ação de rito ordinário proposta em face da Caixa Econômica Federal, em fase de execução, na qual a ré foi condenada ao pagamento de diferenças de atualização monetária de depósitos vinculados ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, oriundas da edição de planos econômicos que alteraram os critérios de correção dos saldos fundiários.

À fl. 126/131, a Caixa Econômica Federal informou que os exeqüentes aderiram às condições de crédito do FGTS previstas na Lei Complementar nº 110/2001, e às fls. 137/142 juntou aos autos microfilmagens dos termos de transação e adesão firmados.
Sobreveio sentença que homologou os acordos e extinguiu a execução na forma dos artigos 794, II, e 795, ambos do Código de Processo Civil.
Os exeqüentes apelam e afirmam que os termos de adesão em apreço não podem ser considerados instrumentos de acordo, por se tratar do "formulário branco", dirigido às pessoas que não demandam judicialmente diferenças de atualização monetária dos depósitos fundiários. Sustentam, ainda, que os formulários foram firmados meramente para atualização de dados cadastrais.
Sem contra-razões.
É o relatório. Decido. O recurso será examinado na forma do artigo 557 do Código de Processo Civil.
A errônea subscrição de termo destinado aos trabalhadores que não ajuizaram demanda pleiteando as diferenças de correção monetária também não obsta a validade do acordo. A Caixa Econômica Federal, buscando facilitar a efetivação dos acordos celebrados com esteio na Lei Complementar nº 110/2001, pôs à disposição dos trabalhadores dois formulários de adesão: um de cor branca, destinado àqueles que não demandam em juízo os complementos de atualização monetária, e outro de cor azul, dirigido àqueles que já ingressaram na via judicial. Ambos os termos reproduzem as condições de recebimento dos créditos de correção monetária previstos nos artigos 4º a 8º da Lei Complementar nº 110/2001, sendo que a única diferença é existência de um campo no termo azul destinado à informação do nº do processo ajuizado pelo trabalhador interessado e o juízo em que o mesmo tramita.
Tal expediente tem a exclusiva finalidade de agilizar o encaminhamento dos termos pendentes de homologação à consideração dos juízos nos quais se processam essas demandas, nos termos do artigo 7º da lei em comento. Não se pode extrair disso, portanto, que os efeitos de cada um deles sejam distintos.
Ademais, é o próprio trabalhador quem declarava, no momento da assinatura do termo, se ajuizou ou não ação relativa ao objeto do acordo, declarando, no caso de subscrição do termo de cor branca, que não estava discutindo no Judiciário "quaisquer ajustes de atualização monetária referente à conta vinculada". E, evidentemente, se eventualmente utilizou o formulário inadequado não pode usar sua própria declaração incorreta para pretender anular o negócio jurídico.
De outro vértice, a discordância do advogado não obsta à celebração de acordo direto entre os litigantes, na medida em que os interesses do procurador não se sobrepõem à vontade expressa do patrocinado. Do contrário, ter-se-ia a situação absurda de um sujeito de direito ver diminuída sua autonomia negocial pelo simples fato de ter outorgado um mandato a outrem, para fins postulatórios. O advogado é constituído para defender os direitos e interesses de seu cliente, não para contrariá-los, tornando-se senhor da vontade alheia.
As questões levantadas pela parte têm sido reiteradamente rejeitadas pela Primeira Turma deste Tribunal. Confira-se:
FGTS - TERMO DE TRANSAÇÃO E ADESÃO ÀS CONDIÇÕES DE CRÉDITO ESTABELECIDAS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2001 - SENTENÇA QUE HOMOLOGOU TRANSAÇÃO E EXTINGUIU A EXECUÇÃO - APELAÇÃO - NÃO CONFIGURAÇÃO DE VÍCIO DE CONSENTIMENTO - POSSIBILIDADE DE CELEBRAÇÃO SEM ASSISTÊNCIA DO ADVOGADO - VERBA HONORÁRIA DE RESPONSABILIDADE DA AUTORA QUE FIRMOU O TERMO DE ADESÃO. 1. Não ocorrência de vício de consentimento que enseje a anulação do acordo. O termo de transação e adesão contém as condições de celebração e a forma de pagamento, em consonância com a disciplina da Lei Complementar nº 110/2001. 2. Prescindível a assistência do advogado. É lícito o acordo celebrado diretamente pela parte autora. Não configurada infringência às normas da Lei nº 8.906/94, restando preservado o direito do advogado à verba honorária, porém transferida a responsabilidade pelo seu pagamento à parte que contratou o profissional. Inteligência do art. 6º, §2º, da Lei nº 9.469/97, com a redação dada pela MP nº 2.226/2001. 3. Recurso do autor não provido. (AC 494.318, processo nº 1999.03.99.049208-9, Relª. Desª. Fed. Vesna Kolmar, julgada em 04/10/2005, DJU 22/11/2005, p. 602)
PROCESSUAL CIVIL - FGTS - SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO ORDENANDO A CORREÇÃO DAS CONTAS VINCULADAS PELO IPC - POSTERIOR ADESÃO AO ACORDO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2001 - HOMOLOGAÇÃO - SENTENÇA QUE EXTINGUE A EXECUÇÃO - AUSÊNCIA DE ASSISTÊNCIA DO ADVOGADO - TERMO DE ADESÃO "BRANCO" - APELO IMPROVIDO. 1 - O art. 7° da Lei Complementar nº 110/2001 criou a possibilidade de acordo a ser celebrado entre o autor e a Caixa Econômica Federal para o recebimento da complementação do saldo fundiário - definido no art. 4°, referente a 16,64% e 44,80% - mediante termo de adesão cujo teor é tratado no art. 6°. 2 - Inobstante o advogado seja essencial à prestação da justiça (art. 133 da Constituição), os poderes para o foro não lhe concedem supremacia sobre a vontade do mandante (obviamente maior e capaz), de modo a conceder-lhe o "super poder" de contrariar a vontade do mandante que transaciona. Isso nem seria possível já que o mandante poderia até revogar a procuração. 3 - Ainda que o termo de adesão "Branco" firmado pela parte não contenha expressamente em seu teor declaração do fundiário acerca da desistência da demanda, ao formular requerimento perante a caixa econômica federal para a composição do litígio a parte praticou efetivamente ato incompatível com a intenção de litigar e que, inclusive em razão de sua natureza transacional, tem o condão de ensejar a extinção do processo. 4 - Recurso improvido. (AC 866.745, processo nº 2002.61.04.001167-5, Rel. Des. Fed. Johonsom Di Salvo, julgada em 07/03/2006, DJU 28/03/2006, p. 177)
Passo a transcrever, também trecho do voto da Desembargadora Federal Vesna Kolmar no julgamento do AG 2003.03.00.041375-5, em 04.10.2005, DJU 22.11.2005, p. 603:
"A disponibilização de dois formulários pela Caixa Econômica Federal, um de cor branca, destinado aos trabalhadores que não ingressaram em juízo para pleitear as diferenças de correção monetária oriundas dos Planos Bresser, Verão, Collor I e II, e outro de cor azul, dirigido àqueles que já demandam judicialmente esses valores, é medida que busca simplesmente racionalizar o trabalho da gestora do FGTS no cumprimento do disposto na Lei Complementar nº 110/2001. Isto porque, se houver demanda judicial em curso, o acordo só surtirá efeito após sua homologação pelo juízo, nos termos do art. 7º da LC nº 110/2001, cujo requerimento é diligência a que a própria CEF se incumbe de realizar. O fato de o trabalhador firmar o termo de cor branca, mesmo estando em litígio judicial com a CEF, não constitui óbice à transação, que deverá ser, da mesma forma, objeto de homologação pelo juízo competente. A subscrição do termo de adesão, quer se trate de formulário branco ou azul, implica na aceitação, pelo trabalhador, das condições de crédito estabelecidas na lei. Ressalte-se que é o próprio trabalhador, quando da adesão às condições de crédito, quem informa à CEF sobre a existência ou não de ação que versa sobre os valores em tela. Ao firmar o termo de cor branca, ademais, o trabalhador declara "não estar discutindo em juízo quaisquer ajustes de atualização monetária referente à conta vinculada", em seu nome, "relativamente ao período de junho de 1987 a fevereiro de 1991" - conforme se pode observar dos documentos acostados às fls. 32/35. Não é lícito, portanto, que os agravantes possam, agora, aproveitar-se de irregularidade a que eles mesmos deram causa."
Por fim, a alegação de que os termos de adesão teriam sido preenchidos apenas para fins de atualização cadastral é descabida. Como se depreende do exame dos documentos de fls. 138/142, todos os formulários foram subscritos pelos trabalhadores no campo "assinatura do titular da conta vinculada (somente no caso de adesão)".
Ante o exposto, com supedâneo no artigo 557, caput, do Código de Processo Civil, nego seguimento à apelação.
Oportunamente, observadas as formalidades legais, remetam-se os autos ao Juízo de origem. Intimem-se.
São Paulo, 16 de março de 2007.

MÁRCIO MESQUITA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2002.61.02.009685-7 AC 917533
ORIG.	:	4 Vr RIBEIRAO PRETO/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	JOSE BENEDITO RAMOS DOS SANTOS
APDO	:	VALTER FAIM PIERI e outro
ADV	:	MARCIA CRISTINA FERNANDES PIERI
PARTE R	:	EGP FENIX EMPREENDIMENTOS E COM/ INTERNACIONAL LTDA
ADV	:	CLELIA CRISTINA NASSER
RELATOR	:	DES.FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

Intime-se a Caixa Econômica Federal para que,no prazo de 10 dias, manifeste-se sobre a petição nº 2007.001509.
São Paulo, 27 de março de 2007

Desembargador Federal LUIZ STEFANINI
RELATOR

PROC.	:	2003.61.00.009917-1 AC 987632
ORIG.	:	10 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	PATRICIA BRESSAN LINHARES
APDO	:	ANGELO AUGUSTO GUIMARAES
RELATOR	:	DES.FED. VESNA KOLMAR / PRIMEIRA TURMA

Vistos em decisão.
Trata-se de apelação interposta contra a r. sentença proferida pela MMª. Juíza Federal da 10ª Vara Cível de São Paulo/SP, que indeferiu a inicial e extinguiu o processo, nos termos dos artigos 267, I, c/c parágrafo único do art. 284 e art. 329, do Código de Processo Civil.
Às fls. 77, a apelante peticionou requerendo a desistência do recurso interposto.
Isto posto, homologo o pedido de desistência formulado para que produzam seus regulares efeitos, a teor do que dispõe o artigo 501, do Código de Processo Civil, c.c. artigo 33, VI, do Regimento Interno desta Corte.
Oportunamente, baixem os autos à vara de origem, observadas as formalidades legais.
Intimem-se.
São Paulo, 21 de março de 2007.

VESNA KOLMAR
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.010094-1 AG 291143
ORIG.	:	200461020115575 2 Vr RIBEIRAO PRETO/SP
AGRTE	:	GILBERTO ANDRE RICHIERI e outro
ADV	:	WASHINGTON HUMBERTO ANDRADE DE OLIVEIRA
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SANDRA REGINA OLIVEIRA FIGUEIREDO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE RIBEIRAO PRETO SP
RELATOR	:	DES.FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

Trata-se de agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo ativo interposto em face da r. decisão que, em sede de impugnação à justiça gratuita apenso à ação principal, julgou procedente o pedido de revogação dos benefícios da justiça gratuita concedido.
A agravante, em suas razões recursais, sustentam que não comprovou que os agravantes possuem condições de arcar com as despesas do processo, sem que haja o prejuízo do sustento próprio, prevalecendo assim a presunção estabelecida no artigo 4º da Lei nº 1.060/50.
Asseveram que possuem rendimentos, entretanto, são destinados exclusivamente a família, sendo que o pagamento das custas e despesas processuais acarretaria o prejuízo do sustento.
O MM. Magistrado acolheu a impugnação dos benefícios da assistência judiciária sob o fundamento de que a documentação carreada nos autos é suficiente para afastar a miserabilidade declarada, pois os autores possuem condições econômicas capazes de suportar as despesas do processo.
Decido.
Por primeiro, cabe consignar que a Caixa Econômica Federal entendeu por bem em ajuizar ação autônoma de impugnação à concessão da assistência judiciária gratuita - processo n.º 2004.61.02.011557-5, sentenciada no sentido de julgar procedente a impugnação, ocasião em que a houve a interposição do presente agravo de instrumento.
Em princípio observa-se que para que o recurso possa ser conhecido mister a presença de pressupostos, é dizer, a admissibilidade do recurso subordina-se a requisitos subjetivos - legitimidade para recorrer, e objetivos - recorribilidade, tempestividade, singularidade, adequação, preparo, motivação e forma.
No tocante à adequação, tem-se que há um recurso próprio para cada espécie de decisão. Diz-se, por isso, que o recurso é cabível, próprio ou adequado quando corresponda à previsão legal para a espécie de decisão impugnada.

É assim que o artigo 162 do Código de Processo Civil ensina que os atos do juiz consistirão em sentenças, decisões interlocutórias e despachos, prevendo ademais que a sentença é o ato pelo qual o juiz põe termo ao processo, decidindo ou não o mérito da causa. Nessa linha o artigo 513 do mesmo diploma legal prevê que da sentença caberá apelação.
Ora, a Douto Magistrada, julgando a impugnação à assistência judiciária, extinguiu o feito. Desta feita, deveria o agravante insurgir-se em face da mencionada decisão pela via do recurso de apelação e não agravo de instrumento, vez que as decisões que importem em resposta jurisdicional à prestação colimada são apeláveis por encerrarem conteúdo sentencial e não simplesmente agravável.
Nesse passo, vale lembrar que o artigo 17 da Lei n.º 1.060/50, a qual estabelece as normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados, é claro ao dispor:
Art. 17. Caberá apelação das decisões proferidas em conseqüência da aplicação desta lei, a apelação será recebida somente no efeito devolutivo quanto da sentença conceder o pedido.
Denota-se, portanto, que havendo impugnação ao deferimento da assistência gratuita, processado em autos apartados, contra a sentença que acolhe ou desacolhe cabe recurso de apelação, sendo admitido o agravo de instrumento, na sistemática geral dos recursos, tão-somente de decisão proferida de plano no curso da própria ação.
Neste sentido, diversos precedentes:
"Assistência judiciária. Recurso cabível. Fungibilidade. Multa do art. 538, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Súmula nº 98 da Corte. Precedentes.
1. Havendo impugnação ao deferimento da assistência judiciária, processada em autos apartados, contra a sentença que a acolhe cabe o recurso de apelação. Não há, portanto, plausibilidade para admitir-se, no caso, a fungibilidade recursal.
2. Nos termos da Súmula nº 98 da Corte não são protelatórios os embargos para fim de prequestionamento.
3. Recurso especial conhecido e provido, em parte". g.n
(STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, RESP - RECURSO ESPECIAL - 256281, Processo: 200000396001 UF: AM Órgão Julgador: TERCEIRA TURMAData da decisão: 22/05/2001 DJ DATA:27/08/2001, Relator CARLOS ALBERTO MENEZES)
"PROCESSO CIVIL. ACÓRDÃO QUE NÃO PADECE DO VÍCIO DA OMISSÃO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. IMPUGNAÇÃO PROCESSADA EM AUTOS APARTADOS. CABÍVEL O RECURSO DE APELAÇÃO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO.
Não é nulo o acórdão que apresenta os fundamentos suficientes para o julgamento do pedido. Ausente a ofensa ao art. 535, II, do Código de Processo Civil.
Disciplinada na Lei nº 1.060/50, a impugnação ao deferimento de pedido de assistência judiciária gratuita deve ser processada em autos apartados. Assim se procedendo, a decisão que a aprecia desafia recurso de apelação. Precedentes.
Recurso conhecido e provido para que seja apreciado o apelo interposto junto ao Tribunal a quo. Decisão unânime."
(STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, RESP - RECURSO ESPECIAL - 175549, Processo: 199800387773 UF: SP Órgão Julgador: SEGUNDA TURMAData da decisão: 09/05/2000, DATA:11/12/2000, Relator: FRANCIULLI NETTO)

Pondero, por fim, que, na hipótese, não há falar-se em aplicação do princípio da fungibilidade dos recursos vez que sua incidência fica adstrita à inexistência de preclusão por esgotamento do prazo do recurso certo, bem como a não verificação de erro grosseiro cometido na escolha da via recursal inadequada, o que não se afigura no caso em debate.
Assim, são essas razões para demonstrar que o recurso cabível seria o de apelação, e não o agravo de instrumento equivocadamente interposto pela parte.
Diante do exposto, NEGO SEGUIMENTO ao recurso, com supedâneo no artigo 557, caput, do Código de Processo Civil.
Intimem-se. Às providências.
Após, baixem os autos à Vara de origem.
São Paulo, 2 de março de 2007.
Desembargador Federal LUIZ STEFANINI
Relator

PROC.	:	2007.03.00.010256-1 AG 291236
ORIG.	:	200161040045036 6 Vr SANTOS/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
REPTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	ADRIANA MOREIRA LIMA
AGRDO	:	CLUBE DE REGATAS SANTISTA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 6 VARA DE SANTOS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto em face da r. decisão que, em execução fiscal, indeferiu o pedido da agravante de decretação de indisponibilidade dos bens dos executados, nos moldes do artigo 655-A do Código de Processo Civil.
Alega, em síntese, que o artigo 655-A do Código de Processo Civil, com a nova redação dada pela Lei nº 11.382/06, preceitua que para possibilitar a penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira, o Juiz, a requerimento do exeqüente, requisitará a autoridade supervisora do sistema bancário, preferencialmente por meio eletrônico, informações sobre a existência de ativos em nome do executado, podendo no mesmo ato determinar a sua indisponibilidade.
Assevera que a constrição dos componentes do patrimônio do executado, na ordem fixada pelo artigo 11 da Lei de Execução Fiscal, tem o dinheiro como prioridade, devendo ser operacionalizada por meio do sistema on line.
Sustenta que a orientação jurisprudencial atualmente dominante vem dar ênfase à prestação efetiva da jurisdição, pois a frustração da execução é, de per si, ato atentatório contra a dignidade da justiça, razão por que não deve ser mantido o indeferimento do pedido da agravante.
O MM. Magistrado indeferiu o pedido de decretação de indisponibilidade de bens nos moldes do artigo 655-A do Código de Processo Civil, consignando que a exeqüente deveria comprovar, documentalmente, que esgotou todos os meios cabíveis na localização de bens do executado. (fls. 19).
Decido.
Inicialmente observo que, consoante o artigo 522, do Código de Processo Civil, com a redação dada pela Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005, estabeleceu-se nova sistemática para interposição recurso de agravo de instrumento, consagrando seu cabimento somente nos casos previstos na Lei ou naqueles suscetíveis de causar lesão grave ou de difícil reparação. É esse o caso dos autos, razão pela conheço do recurso, na forma de instrumento.
Para a concessão do efeito suspensivo ativo necessária a presença de dois requisitos: lesão grave e de difícil reparação e relevância da fundamentação, nos termos do art. 558, caput, do CPC.
Neste juízo de cognição sumária não vislumbro relevante fundamentação a favor da agravante que autorize a concessão do efeito suspensivo pleiteado. Senão vejamos.
Por primeiro cumpre assinalar que, de fato, a inexistência de meio eletrônico para processamento da indisponibilidade dos bens e direitos, não pode ter o condão de obstar a aplicação de tal medida, conquanto esta seja cabível.
A Lei Complementar n.º 118/05, bem como o artigo 655-A do Código de Processo Civil, com a nova redação dada pela Lei nº 11.382/06, ao autorizarem a decretação de indisponibilidade de bens, preferencialmente por meio eletrônico, pretendeu tão-somente oferecer um instrumento mais célere e eficaz para realização de atos de constrição judicial, não tendo, no entanto, criado um novo instituto.
A penhora consiste no ato executivo que afeta determinado bem à execução, permitindo sua ulterior expropriação, e torna os atos de disposição do seu proprietário ineficazes em face do processo. Dessa forma, seu efeito é ocasionar a constrição do bem do devedor, independentemente da forma (do meio) com que seja efetivado.
Denota-se, portanto, que o que pretendeu o sistema criado pela novel legislação foi tão-somente agilizar a consecução dos bens da execução, que antes eram realizados através da expedição de ofícios, modalidade mais morosa e burocrática.
No entanto, no caso vertente, não há possibilidade de se efetivar a indisponibilidade dos bens dos executados. Senão vejamos.
Entendo que o Estado-Juiz não deve, sob pena de violar o princípio da imparcialidade, substituir a exeqüente na produção da prova que lhe é pertinente, salvo nas hipóteses em que o credor tenha esgotado todos os meios disponíveis, sem, contudo, ter obtido o sucesso perseguido.
O que se aventa do caso vertente é pedido de indisponibilidade de bens e direitos dos executados com vistas a garantir a execução fiscal de débito inscrito sob o nº FGSP200102302.
Neste passo reputo conveniente breve digressão acerca do instituto da penhora on-line.
Nos idos de 2002 com vistas a conferir efetividade ao processo de execução na esfera trabalhista, foi firmado o convênio entre o Tribunal Superior do Trabalho e o Banco Central do Brasil permitindo a penhora on-line nos feitos afetos àquela Justiça.
Com a edição da Lei Complementar n.º 118/2005 transpassou-se o instituto da penhora on-line, também para a Justiça Comum, especialmente no ramo do direito tributário.
Introduzindo alterações no Código Tributário Nacional, disciplinou o novel regramento:
"Art. 185- A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial". (g.n)
De igual forma, a Lei nº 11.382/06 que alterou o Código de Processo de Civil, dispondo que:
"Art. 655- A. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem:
I - dinheiro, em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira;
II - veículos de via terrestre;
III - bens móveis em geral;
IV - bens imóveis;
V - navios e aeronaves;
VI - ações e quotas de sociedades empresárias;
VII - percentual do faturamento de empresa devedora;
VIII - pedras e metais preciosos;
IX - títulos da dívida pública da União, Estados e Distrito Federal com cotação em mercado;
X - títulos e valores mobiliários com cotação em mercado;
Altamente difundido nas execuções trabalhistas, o uso do sistema que permite tal bloqueio sempre foi muito tímido em outras áreas, e mesmo no âmbito da justiça especializada do trabalho, o referido instituto já foi objeto de ação direta de inconstitucionalidade - ADIN N.º 3091, movida pelo PFL - Partido da Frente Liberal, em 17-12-2003, pendente de julgamento.
Denota-se, assim, que tal penhora deve ser encarada com reservas. A própria quebra de sigilo fiscal do executado para que se obtenha tão-somente informações acerca da existência de bens do devedor inadimplente somente deve ser autorizada em hipóteses excepcionais, naqueles casos em que todos os meios para obtenção de bens passíveis de penhora tenham se esvaído, não restando outras formas para satisfação do seu crédito.
Assim, não havendo qualquer comprovação de esgotamento de todas as vias para obtenção de bens penhoráveis, tal como expedição de ofícios a outros órgãos, tais como DETRAN, e cartórios de registro de imóveis, entendo que não há como autorizar a utilização da medida excepcional e extremada da penhora "on-line".
Diante do exposto, INDEFIRO o pedido de efeito suspensivo.
Intimem-se, inclusive a agravada para apresentação de contraminuta nos termos do artigo 527, inciso V, do Código de Processo Civil.
Comunique-se ao MM. Juízo a quo, para prestar informações em conformidade com o art. 527, IV, do CPC, dentre as quais o cumprimento do previsto no art. 526 pela agravante, do mesmo diploma legal.
São Paulo, 2 de março de 2007.
Desembargador Federal Luiz Stefanini
Relator

PROC.	:	2005.03.99.010519-9 AC 1013051
ORIG.	:	0000000001 1 Vr CABREUVA/SP
APTE	:	MATADOURO AVICOLA FLAMBOIA LTDA e outros
ADV	:	EDWARD GABRIEL ACUIO SIMEIRA
ADV	:	MARIA TERESA DEL PONTE
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOAQUIM RODRIGUES DA SILVEIRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. VESNA KOLMAR / PRIMEIRA TURMA

Vistos em decisão.
Fl. 275: Defiro a remessa dos autos à Subsecretaria para extração de cópias.
Intimem-se.
São Paulo, 09 de março de 2007.
VESNA KOLMAR
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	97.03.010591-2 REOAC 360262
ORIG.	:	9403061189 2 Vr RIBEIRAO PRETO/SP
PARTE A	:	AGUINALDO RODRIGUES DA SILVA
ADV	:	JOSE LUIZ MATTHES e outros
PARTE R	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	MARIA LUCIA PERRONI
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE RIBEIRAO PRETO SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos em decisão.
Trata-se de remessa oficial relativa a r. sentença prolatada pelo MM. Juízo a quo que dera pela procedência dos embargos de terceiro opostos por Aguinaldo Rodrigues da Silva, em face de execução fiscal ajuizada em 10.03.82 pelo extinto IAPAS, sucedido no curso do processo pela União Federal (Fazenda Nacional), contra Estoril Magazine Ltda.
Na peça inicial alegou o embargante, em apertada síntese, que nos autos de execução fiscal foram penhorados bens de sua propriedade e não da empresa executada, além de não ser "parte no processo, vez que não foi CITADO para integrar o pólo passivo da execução na condição de sujeito passivo da obrigação tributária."
O embargado apresentou resposta requerendo fossem os embargos julgados improcedentes (fls. 27/29).
Em sua sentença proferida em 31.05.96 o MM. Juiz a quo acolheu os presentes embargos de terceiro para o fim de declarar insubsistente a penhora realizada, pois o embargante não figurava no pólo passivo da execução fiscal, oportunidade em que condenou a embargada ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, fixados em 10% sobre o valor atribuído à causa (fls. 36/37), submetendo a r. sentença ao reexame necessário.
Sem recurso voluntário, subiram os autos a esta Corte.
Decido.
Todas as questões possíveis envolvendo a contribuição "sub examine" já foram objeto de apreciação pelo Superior Tribunal de Justiça que tem posição fixa sobre tais temas. Dessa sorte, cabe julgamento por decisão monocrática do Relator.
O art. 557 do Código de Processo Civil autoriza o relator a julgar monocraticamente qualquer recurso - e também a remessa oficial, nos termos da Súmula nº 253 do Superior Tribunal de Justiça - desde que sobre o tema recorrido haja jurisprudência dominante em Tribunais Superiores; é o caso dos autos.
A r. sentença não merece qualquer reparo.
Da leitura dos autos de execução apensados a estes, constata-se que o embargante não foi citado para integrar a relação processual executiva, condição imprescindível no caso em apreço. E como bem observou o MM. Juiz sentenciante, "a formal inclusão do embargante no polo passivo daquele feito somente foi manifestada em 29.11.94, ao passo que os embargos fora interpostos em 17.06.94, ocasião em que a penhora de seus bens já havia se efetivado." (grifei)
Esta Corte Regional já apreciou vários casos semelhantes a este, dentre os quais destaco o seguinte:
PENHORA. EMBARGOS DE TERCEIRO. CONSTRIÇÃO JUDICIAL SOBRE BENS DE SÓCIO. POSSIBILIDADE APÓS A SUA CITAÇÃO PESSOAL.
1. A constrição judicial sobre os seus bens do embargante deu-se em 25/05/1.994, portanto, antes de sua inclusão, em 07/07/1.995, no pólo passivo da execução fiscal movida pela Fazenda Nacional contra TECOMIL S/A EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, de modo que a penhora sobre seus saldos bancários, formulada às fls. 222vº e consumada às fls. 227/228, foi indevida, vez que, até o redirecionamento da execução, com a sua citação, só os bens da empresa executada poderiam garantir o crédito fiscal, não sendo admissível, nesse ínterim, que antes de efetivada a citação do embargante tenha ele sido esbulhado na posse de bens, sobretudo considerando que, quando passou a integrar a relação processual executiva, nos termos do artigo 135, inciso III, do CTN, garantiu o débito regularmente. Precedente (TRF 1ª REGIÃO, AC n. 9601338250/MG, TERCEIRA TURMA, Data da decisão: 18/9/2000, DJ 10/11/2000, p. 40, JUIZ EUSTAQUIO SILVEIRA).
2. Sucumbência da Fazenda Nacional, que fica obrigada no reembolso das despesas processuais despendidas pelo embargante e no pagamento de verba honorária, esta fixada em 10% do valor atualizado atribuído aos embargos.
3. Apelação provida.
(AC nº 95.03.045094-2, Sexta Turma, Relator Desembargador Federal LAZARANO NETO, data da decisão 13.09.2006, DJU 27.11.2006, pág. 304)
Da mesma forma, confira-se o entendimento do C. Superior Tribunal de Justiça a respeito da matéria:
PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. EMBARGOS DE TERCEIROS. PROPRIETÁRIO. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO. CABIMENTO.
I - A recorrente, apesar de ser titular do domínio do imóvel penhorado, não integrou a relação processual instaurada pela execução fiscal proposta contra pessoa que apenas detém direitos decorrentes de contrato de promessa de compra e venda.
II - Os embargos de terceiros constituem meio de defesa de quem não sendo parte no processo venha a sofrer turbação ou esbulho na posse de seus bens, por ato de apreensão judicial, a teor do artigo 1046 do CPC.
III - O fato de se tratar de obrigação propter rem, onde o próprio imóvel responde pela dívida por ele gerada, não supre a ausência de citação da recorrente, que mesmo sendo titular do domínio do imóvel penhorado não poderia opor embargos do devedor, uma vez que não é parte na ação de execução proposta, sendo perfeitamente cabíveis os embargos de terceiro opostos.
IV - O Tribunal a quo ao julgar a causa, não atentou para o direito de defesa garantido à recorrente, pelo que deve o recurso especial ser provido, para que seja desconstituída a penhora, porém, sem prejuízo de que ela seja renovada nos autos da execução fiscal, após a citação regular da recorrente, dando-lhe oportunidade para sua defesa.

V - Recurso especial provido.
(REsp 684392/PR, Primeira Turma, Relator Ministro FRANCISCO FALCÃO, data do julgamento 18.10.2005, DJ de 19.12.2005, pág. 230)
Pelo exposto, com fulcro no que dispõe o artigo 557, caput, do Código de Processo Civil, nego seguimento à remessa oficial.
Decorrido o prazo legal, remetam-se os autos à Vara de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 20 de março de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.010765-0 AG 291557
ORIG.	:	200661000144797 3 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	MARGARETH SAVIOLI DE BARROS
ADV	:	CARLOS ALBERTO DE SANTANA
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	TANIA FAVORETTO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos, em decisão.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por MARGARETH SAVIOLI DE BARROS e outro contra a decisão de fls. 88/90 (fls. 78/80 dos autos originais) proferida pelo Juízo Federal da 3ª Vara de São Paulo/SP que indeferiu liminar em autos de ação ordinária ajuizada em face da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL cujo escopo era suspender a execução extrajudicial do imóvel objeto de contrato de mútuo firmado com a agravada.
Requer a agravante a antecipação dos efeitos da tutela recursal (fls. 02), aduzindo, em síntese, a inconstitucionalidade do procedimento de expropriação previsto no Decreto-lei n° 70/66, além da ausência de notificação acerca da data dos leilões.
DECIDO.
A parte agravante pretende, inclusive em sede de cognição sumária, alterar a decisão 'a quo' para obter a suspensão da realização de leilão pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e a exclusão de seu nome dos cadastros de proteção ao crédito.
Sucede que no âmbito do STF é pacífica a jurisprudência sobre a constitucionalidade do procedimento abrigado no Decreto-lei n° 70/66 (RE 287.453, 240.361, 223.075, 148.872, etc.).
Quanto à alegada ausência de notificação, observo dos documentos de fls. 71/74 que a agravante foi notificada tanto para efetuar o pagamento da dívida quanto acerca dos leilões extrajudiciais.
Pelo exposto, INDEFIRO o pretendido efeito suspensivo.
Cumpra-se o art. 527, V, Código de Processo Civil.
Int.
São Paulo, 20 de março de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.010769-8 AG 291561
ORIG.	:	200561000259500 JE Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	UBALDINO AZEVEDO DA VITORIA e outro
ADV	:	CARLOS ALBERTO DE SANTANA
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZADO ESPECIAL FEDERAL CÍVEL DE SÃO PAULO>1ªSSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

Cuida-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto em face da r. decisão que, em ação de revisão contratual, indeferiu a medida antecipatória que objetivava o pagamento das prestações vencidas e vincendas do financiamento no valor que entendem correto, bem como que a ré abstenha-se de promover qualquer execução extrajudicial e o não encaminhamento dos nomes dos mutuários aos órgãos de proteção ao crédito.
Redistribuídos os autos ao Juizado Especial Federal, houve o deferimento parcial do pedido de antecipação dos efeitos da tutela apenas para determinar à ré, até decisão final, a suspensão do encaminhamento dos nomes dos autores para negativação junto ao SERASA e ao SPC, diante da discussão judicial do contrato objeto da ação (fls. 94-98).
Decido.
Inicialmente observo que o presente recurso não pode ser conhecido por esta E. Corte.
A documentação acostada aos autos dá conta de que houve a prolação da r. decisão guerreada no âmbito do Juizado Especial Federal Cível de São Paulo.
No tocante à competência observo que, por força da Resolução n.º 228, de 30 de junho de 2004, procedeu-se à ampliação da competência do Juizado Especial Federal de São Paulo, a partir de 1º de julho de 2004, passando esse a processar toda a matéria prevista nos artigos 2º, 3º e 23 da Lei n.º 10.259/01.
Entendo que com o advento da Lei nº 10.259/2001, que instituiu os Juizados Especiais na Justiça Federal, fixou-se, por meio de seu art. 3º, a competência absoluta destes para julgamento das causas até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos.
Assim é que distribuída a ação revisional em 11.11.2005 deve a mesma observar as regras de competência insertas na lei especial em comento.
É nesse passo que não vislumbro a possibilidade de interposição do presente agravo de instrumento nesta Corte.
O artigo 98, inciso I, da Constituição Federal ao prever a criação dos Juizados Especiais para a conciliação, julgamento e execução de causas de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, autoriza, nas hipóteses previstas na lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau.
Regulamentando o diploma constitucional, o artigo 21 da Lei n.º 10.259/01 prevê a instituição das Turmas Recursais por decisão do Tribunal Regional Federal, enquanto o artigo 41 da Lei n.º 9.099/95, de aplicação supletiva aos Juizados Especiais Federais, enuncia:
"Art. 41. Da sentença, excetuada a homologatória de conciliação ou laudo arbitral, caberá recurso para o próprio Juizado.
§1º. O recurso será julgado por uma turma composta por 3 (três) juízes togados, em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado". (g.n)
Nesse passo reputo conveniente transcrever excerto de r. decisão proferida pela Excelentíssima Desembargadora Federal Suzana Camargo, nos autos do agravo de instrumento n.º 2005.03.00.045466-3:
"(...) a simplificação do sistema recursal e a descentralização dos órgãos colegiados nos Juizados Especiais, forma os caminhos encontrados para facilitar o acesso à Justiça, o qual inclui, também, o acesso ao recurso. Denota-se, assim, que as Turmas Recursais equiparam-se para fins de duplo grau de jurisdição aos Tribunais de segunda instância, sendo, portanto, referido colegiado, o órgão competente para a análise dos recursos cabíveis na sede do macrossistema em debate". (g.n)
Por fim, entendo perfeitamente aplicável à espécie os ditames do artigo 557, do Código de Processo Civil. Referido artigo, com a redação dada pela Lei nº 9.756, de 17 de dezembro de 1998, trouxe inovações ao sistema recursal, com a finalidade de permitir maior celeridade à tramitação dos feitos,
vindo a autorizar o relator, através de decisão monocrática, a negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior e, ainda, em seu parágrafo 1º, faculta, desde logo, dar provimento a recurso, nas mesmas hipóteses acima apontadas.
E esta é a hipótese ocorrente nestes autos, tendo em vista que ser o presente recurso manifestamente inadmissível.
Ante o exposto NEGO SEGUIMENTO ao presente recurso, com fundamento no artigo 557 caput do Código de Processo Civil.
Intimem-se. Às providências.
Após, baixem os autos à Vara de origem.
São Paulo, 26 de fevereiro de 2007.
Desembargador Federal LUIZ STEFANINI
Relator

PROC.	:	2007.03.00.010817-4 AG 291634
ORIG.	:	200561000243722 20 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	ROBERTO APARECIDO FERREIRA e outro
ADV	:	TARCISIO OLIVEIRA DA SILVA
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 20 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos, em decisão.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por ROBERTO APARECIDO FERREIRA e outro contra a decisão de fls. 94/96 (fls. 204/206 dos autos originais) proferida pelo Juízo Federal da 20ª Vara de São Paulo/SP que indeferiu liminar em autos de 'ação cautelar' ajuizada em face da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL cujo escopo era suspender a execução extrajudicial do imóvel objeto de contrato de mútuo firmado com a agravada, bem como para determinar a exclusão de seus nomes dos cadastros de inadimplentes.
Requer a agravante a concessão de efeito suspensivo (fls. 02), aduzindo, em síntese, a inconstitucionalidade do procedimento de expropriação previsto no Decreto-lei n° 70/66.
DECIDO.
A parte agravante pretende, inclusive em sede de cognição sumária, alterar a decisão 'a quo' para obter a suspensão da realização de leilão pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e a exclusão de seu nome dos cadastros de proteção ao crédito.
Sucede que no âmbito do STF é pacífica a jurisprudência sobre a constitucionalidade do procedimento abrigado no Decreto-lei n° 70/66 (RE 287.453, 240.361, 223.075, 148.872, etc.).
Finalmente, quanto à inscrição do nome do autor nos órgãos de serviços de proteção ao crédito, verifico haver expressa previsão legal no art. 43 da Lei nº 8.078/90, no sentido de que na relação de consumo - como é aquela que envolve as partes do mútuo hipotecário regido pelo SFH - pode haver a inscrição do consumidor inadimplente.
Sendo essa a situação do agravante não vejo ilegalidade ou abuso capaz de revelar algum "constrangimento ilegal", até porque no caso a inclusão dos mutuários confessadamente devedores no cadastro público de inadimplentes não se apresenta prima facie como modo coercitivo de pagamento da dívida porque a agravada tem a seu favor instrumento sério destinado a isso, a execução extrajudicial.
Pelo exposto, INDEFIRO o pretendido efeito suspensivo.
Cumpra-se o art. 527, V, Código de Processo Civil.
Int.
São Paulo, 20 de março de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.010818-6 AG 291635
ORIG.	:	200661000271084 9 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	ALESSANDRA PESENTI DE ARAUJO KOWALSKI e outro
ADV	:	TARCISIO OLIVEIRA DA SILVA
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 9 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

Trata-se de agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo interposto em face da r. decisão que, em ação indenizatória de reparação de danos ajuizada com o fito de obter a indenização por danos materiais e morais, pela ausência de motivos para o procedimento administrativo, determinou a autenticação dos documentos juntados.
Noticiam que a presente ação tem o intuito de reparar os dados provocados pelo ato ilegal do banco, qual seja, a execução administrativa pelo Decreto-lei nº 70/66 sem respeitar o processo legal instaurado, uma vez que o banco, dentro de tal processo, não tem legitimidade para adjudicar/arrematar o imóvel dado em garantia.
Asseveram que também houve ilegalidade do ato na medida em que reza od referido decreto a necessidade do escolha do leiloeiro em comum acordo, o que não ocorreu no caso concreto.
Sustentam que se tratando de nulidade absoluta é viável o conhecimento de ofício, nos termos do artigo 166, inciso VII c/c artigo 168, parágrafo único, ambos do Código Civil.
Aduzem a desnecessidade de autenticação de peças, tendo em vista que as mesmas foram "vistadas" pelo advogado da parte, ante a ausência de impugnação da parte contrária, bem como a desnecessidade de prevenção, pois o ato do banco foi ilegal e ofensivo aos ditames do ordenamento jurídico. Pugnam, outrossim, pela concessão de efeito suspensivo.
A r. decisão guerreada determinou o apensamento dos autos originários aos da ação ordinária nº 2005.61.00.017599-6, bem como que os autores regularizassem os documentos acostados à inicial, autenticando-os.
Decido.
Inicialmente, registre-se, por necessário, que, por tratar-se de matéria dissociada dos fundamentos da decisão recorrida, deixo de conhecer a parte do recurso do agravante que trata sobre a nulidade do procedimento administrativo, sob pena de supressão de instância. Passo ao exame de mérito.
Sobre a autenticação das peças, consigno que não é exigida pelo artigo 525 do Código de Processo Civil, pelo qual estabelece-se, tão-somente, a obrigação de se exibir cópias das peças necessárias à formação do instrumento, sem lhe acrescer a exigência, diferentemente do que o faz, por exemplo, o artigo 541, parágrafo único, o que acarreta a conclusão de que, quando o legislador processual entende como necessária a autenticação, consigna expressamente a necessidade do cumprimento da formalidade.
Referido entendimento, no entanto, não impede seja a fidelidade da cópia, impugnada pela parte contrária.
Respaldando esse posicionamento, há na Jurisprudência, julgados no mesmo sentido, dos quais são exemplo os seguintes:
PROCESSO CIVIL - RECURSO ESPECIAL - SERVIDORA PÚBLICA - AGRAVO DE INSTRUMENTO - FORMAÇÃO - AUSÊNCIA DE PEÇAS AUTENTICADAS - DESNECESSIDADE - ART. 525, DO CPC - DISSÍDIO PRETORIANO NÃO COTEJADO.
1 - Esta Turma tem entendido, reiteradamente, que, a teor do art. 255 e parágrafos, do RISTJ, para comprovação e apreciação da divergência jurisprudencial, devem ser mencionadas e expostas as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, bem como juntadas cópias integrais de tais julgados ou, ainda, citado repositório oficial de jurisprudência. Apesar de ter sido juntado um paradigma, o necessário cotejo analítico não ocorreu, razão pela qual é impossível conhecer da divergência aventada.
2 - Consoante precedente da Corte Especial deste Colegiado Superior de Uniformização Infraconstitucional, conhece-se do Agravo de Instrumento mesmo que as peças que o instruem não estejam autenticadas, porquanto "...o documento ofertado pelo autor presume-se verdadeiro, se o demandado, na resposta, silencia quanto à autenticidade (CPC, art. 372)" - cf. EREsp nº 179.147/SP, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, DJU de 30.10.2000.
3 - Outrossim, com a edição da Lei nº 10.352/2001, as peças que instruem o Agravo de Instrumento podem ser declaradas autênticas pelo próprio causídico, sendo desnecessária sua autenticação, como original, pelo servidor público (arts. 365, III e 384, ambos do mesmo diploma legal).

Na verdade, excepcionou-se a lei. A partir de então, não há mais necessidade de tal ato formal, bastando apenas a simples declaração.
4 - Recurso conhecido, nos termos acima expostos e, neste aspecto, provido para, afastando a necessidade de autenticação das peças que instruem o agravo, anular o v. acórdão de origem e determinar que outro seja prolatado com o exame meritório da questão.
(RESP 440456 / RS; Relator Ministro Jorge Scartezzini - 5ª T, DJ 10.03.2003 p. 290)
Cabe frisar, que o julgado mencionado acima, faz menção a outra decisão do Colendo Superior Tribunal de Justiça proferida em sede de Embargos De Divergência Em Recurso Especial - EREsp nº 179.147DSP, que proferido pela Corte Especial daquele Sodalício, assim decidiu até mesmo em relação a exigência de autenticação para as fotocópias que acompanham a inicial, ou seja, afastou a necessidade da referida formalidade até mesmo quando tratar-se de petição inicial, se assim o fez com a exordial, quiçá com o recurso de agravo de instrumento. Veja-se o julgado:
"PROCESSUAL - PETIÇÃO INICIAL - FOTOCÓPIAS NÃO AUTENTICADAS - INDEFERIMENTO LIMINAR. I - Não é lícito ao juiz estabelecer, para as petições iniciais, requisitos não previstos nos artigos 282 e 283 do CPC. Por isso, não lhe é permitido indeferir liminarmente o pedido, ao fundamento de que as cópias que o instruem carecem de autenticação. II - O documento ofertado pelo autor presume-se verdadeiro, se o demandado, na resposta, silencia quanto à autenticidade (CPC, Art. 372)." (EREsp nº 179.147DSP, Rel. MiNIstro HUMBERTO GOMES DE BARROS, DJU de 30.10.2000)
Quanto à prevenção, consigno que esta ocorre quando os autos decorrem da mesma ação originária ou quando há elemento identificador da ação, suficiente para estabelecer a vinculação do juízo. Este é o caso dos autos, não devendo ser reformado o despacho recorrido nesse ponto.
Em face de todo o exposto, deixo de conhecer de parte do recurso e, na parte conhecida, DEFIRO PARCIALMENTE O PEDIDO de efeito suspensivo ativo para permitir a distribuição das petições iniciais, independentemente da autenticação das cópias dos documentos que as acompanhem.
Intimem-se, inclusive a agravada para contraminuta, nos termos do artigo 527, inciso V, do Código de Processo Civil.
Comunique-se ao MM. Juízo a quo, para prestar informações em conformidade com o artigo 527, inciso IV do Código de Processo Civil, dentre as quais o cumprimento do previsto no artigo 526 pela agravante, do mesmo diploma legal.
São Paulo, 2 de março de 2007.
Desembargador Federal LUIZ STEFANINI
Relator

PROC.	:	2002.03.00.010879-6 AG 151680
ORIG.	:	0006402526 15 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SERGIO SOARES BARBOSA
AGRDO	:	DALVA CABRAL NOGUEIRA e outro
ADV	:	EUNICE RAMOS MANSANO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 15 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos.
Junte-se o extrato em anexo referente ao andamento da ação de origem retirado do sistema informatizado de acompanhamento processual da Justiça Federal de Primeira Instância da 3ª Região.
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pela Caixa Econômica Federal - CEF contra a decisão que, em ação ordinária de revisão de mútuo habitacional, inverteu o ônus da prova e determinou à agravante que efetue o pagamento dos honorários do perito indicado (fls. 42/45).
Tendo em vista que, conforme consulta ao sistema de acompanhamento processual desta Corte, houve prolação de sentença, com trânsito em julgado, julgo prejudicado o presente agravo, pela perda do seu objeto, nos termos do artigo 33, inciso XII, do Regimento Interno, desta Egrégia Corte, combinado com o artigo 557, do Código de Processo Civil.
Com o trânsito, restituam-se os autos ao juízo de origem.
Int.
São Paulo, 28 de março de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.011001-6 AG 291785
ORIG.	:	200461000050393 7 Vr SAO PAULO/SP 200461000022294 7 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	DJALMA PACHECO
ADV	:	ANNE CRISTINA ROBLES BRANDINI
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 7 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

Cuida-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto em face da decisão que, nos autos da apelação cível nº 2004.61.00.002229-4, indeferiu a remessa dos embargos de declaração ao Juízo da 7ª Vara Federal, opostos equivocadamente neste Tribunal.
Relata o agravante ter ingressado com ação cautelar preparatória com o fito de suspender o leilão extrajudicial de seu imóvel em razão de se encontrar inadimplente quanto as prestações do financiamento.
Nesses autos, houve sentença de improcedência, contra a qual foi interposto recurso de apelação (apelação cível nº 2004.61.00.002229-4), distribuído para este Relator.
Informa que, no prazo legal, foi ajuizada a ação declaratória principal - autuada sob o nº 2004.61.00.005039-3 -, sendo essa julgada antecipadamente sem que fosse oportunizada a produção da prova requerida pela autora na petição inicial.
Revela ter oposto, tempestivamente, embargos de declaração, mas, por equívoco, o recurso foi interposto neste E. Tribunal, nos autos da ação cautelar nº 2004.61.00.002229-4, quando deveria ter sido oposto perante o Juízo de 1º Grau, contra a sentença proferida na ação ordinária nº 2004.61.00.005039-3.
Ressalta que somente teve ciência do equívoco ao ser intimado da decisão do juízo monocrático determinando o recolhimento dos honorários advocatícios na ação ordinária, e que, prontamente, requereu, nos autos da apelação, que se encontra neste Tribunal, a remessa imediata dos embargos de declaração ao Juízo da 7ª Vara Federal, sendo inferido seu pleito. Requer a concessão de efeito suspensivo, determinando-se a remessa imediata dos embargos de declaração ao Juízo da 7ª Vara Federal, onde tramita a ação ordinária nº 2004.61.00.005039-3.
DECIDO.
Inicialmente observo que para que o recurso possa ser conhecido mister a presença de pressupostos, é dizer, a admissibilidade do recurso subordina-se a requisitos subjetivos - legitimidade para recorrer -, e objetivos - recorribilidade, tempestividade, singularidade, adequação, preparo, motivação e forma.
No tocante à adequação, temos que há um recurso próprio para cada espécie de decisão. Diz-se, por isso, que o recurso é cabível, próprio ou adequado quando corresponda à previsão legal para a espécie de decisão impugnada.
É assim que o artigo 250 do Regimento Interno do TRF 3ª Região prevê:
Art. 250 - A parte que se considerar agravada por decisão do Presidente do Tribunal, de Seção, de Turma ou de Relator, poderá requerer, no prazo de cinco dias, a apresentação do feito em mesa, para que o Plenário, a Seção ou a Turma sobre ele se pronuncie, confirmando-a ou reformando-a.
Vê-se, desse modo, que não cabe agravo de instrumento contra decisão do Relator, havendo erro inescusável nesta interposição.
Diante do exposto, nos termos do artigo 557, caput, do Código de Processo Civil, porquanto manifestamente inadmissível, NEGO SEGUIMENTO ao recurso.
Intimem-se.
São Paulo, 19 de março de 2007
Desembargador Federal LUIZ STEFANINI
Relator

PROC.	:	2000.03.99.011039-2 AC 573196
ORIG.	:	9806143086 2 Vr CAMPINAS/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	MARCELO FERREIRA ABDALLA
APDO	:	PAULO CESAR GOMES e outro
ADV	:	ELOISA BIANCHI FOSSA
RELATOR	:	DES.FED. VESNA KOLMAR / PRIMEIRA TURMA

Vistos em decisão.
Trata-se de apelação interposta contra a r. sentença proferida pelo MM. Juiz Federal da 2ª Vara de Campinas/SP, que julgou procedente o pedido e condenou a Caixa Econômica Federal - CEF a arcar com as custas desembolsadas pelos requerentes e com os honorários advocatícios, fixados em 10% do valor atribuído à causa.
Às fls. 119, com a aquiescência da CEF, os apelados peticionaram requerendo a extinção do feito, nos termos do art. 269, V, do Código de Processo Civil, ao fundamento de que efetuarão o pagamento da dívida. Informam, ainda, que arcarão com as custas judiciais, honorários advocatícios, a serem pagos à ré na via administrativa e eventuais honorários periciais.
A renúncia ao direito em que funda a ação é ato unilateral, que independe da anuência da parte adversa e pode ser requerida a qualquer tempo e grau de jurisdição até o trânsito em julgado da sentença.
Cita-se, a propósito, a decisão do Superior Tribunal de Justiça:
"PROCESSUAL CIVIL. DESISTÊNCIA DO RECURSO. RENÚNCIA AO DIREITO A QUE SE FUNDA A AÇÃO. TRÂNSITO EM JULGADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TRIBUTO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO.
1.A renúncia ao direito a que se funda a ação é ato unilateral, que independe da anuência da parte adversa e pode ser requerida a qualquer tempo e grau de jurisdição até o trânsito em julgado da sentença, cumprindo apenas ao magistrado averiguar se o advogado signatário da renúncia goza de poderes para tanto, ex vi do art. 38 do CPC.
2.No caso de desistência da ação declaratória inexigibilidade de débito tributário ante a adesão da autora ao programa de parcelamento de débito fiscal, a verba honorária é devida por força da aplicação do art. 26 do CPC. Portanto não está a autora isenta de ônus da sucumbência relativo a esta aço ordinária, cujos honorários são fixados em 5% sobre o valor da causa.
3.Reconsideração da decisão agravada para homologar a renúncia do direito a que se funda a ação e a desistência do recurso e, em conseqüência julgar o processo extinto em relação à autora Viação Goiânia Ltda.
(Agravo Regimental nos Embargos de Declaração no RESP - 422734, processo nº 200200246390, Relator Min. Teori Albino Zavascki, STJ -1ª Turma, v.u, j. 07.10.2003, DJ 28.10.2003, P.192).
Acresce-se que o pedido como formulado equivale à improcedência do pedido.
Nesse sentido vem decidindo a jurisprudência deste Tribunal:
"PROCESSO CIVIL. REMESSA OBRIGATÓRIA. PEDIDO DE DESISTÊNCIA DA AÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. RENÚNCIA AO DIREITO EM QUE SE FUNDA A AÇÃO. ACOLHIMENTO.
1.Incabível pedido de desistência da ação formulado após a prolação de sentença de mérito sob pena de se inutilizar uma decisão que pôs fim ao litígio.
2.Manifestação de renúncia ao direito em que se funda a ação compatível com a pendência do reexame necessário por equivaler à verdadeira improcedência do pedido.
3.Acolhimento do pedido, arcando a autora com as despesas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado dado à causa"
(Remessa Ex Officio nº 97.03.014983-9, Relator Desembargador Baptista Pereira, TRF - 3ª Turma, v.u, j. 25.06.97, DJ 01.10.97, P.080535).
"PROCESSUAL CIVIL. REMESSA OFICIAL. PAGAMENTO. RENÚNCIA AO DIREITO SOBRE O QUE SE FUNDA A AÇÃO. ACOLHIMENTO.
-Uma vez entregue a prestação jurisdicional, não há mais que se falar em desistência da ação, que é causa de extinção do processo, incabível quando já se acha extinto.
-Possível a renúncia ao direito sobre o qual se funda a ação, substituindo-se a sentença prolatada por outra também dispondo sobre o mérito da causa em sentido contrário ao pedido da autora.
-Extinção da ação com julgamento do mérito, devido ao pagamento do crédito tributário".
(Remessa Ex Officio nº 96.03.000258-5, Relatora Desembargadora Therezinha Cazerta, TRF - 4ª Turma, v.u, 04.12.2002, DJ 14.03.2003, p. 514).
Por esses fundamentos, homologo o pedido formulado e julgo extinto o processo, nos termos do artigo 269, inciso V, do Código de Processo Civil, restando prejudicado o recurso de apelação interposto.
Oportunamente, baixem os autos os autos à vara de origem, observadas as formalidades legais.
Intimem-se.
São Paulo, 13 de março de 2007.
VESNA KOLMAR
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.011139-2 AG 291885
ORIG.	:	0000008694 1 Vr SANTO ANDRE/SP 200161260066107 1 Vr SANTO ANDRE/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
REPTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SHEILA PERRICONE
AGRDO	:	CURUCA EXECUCAO DE INTERIORES LTDA
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE SANTO ANDRE SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto UNIÃO FEDERAL, representada pela Caixa Econômica Federal, contra a decisão de fl. 167 (fl. 151 dos autos originais), proferida pelo Juízo Federal da 1ª Vara de Santo André/SP que indeferiu o pedido da exeqüente para que a penhora recaia sobre o faturamento da empresa executada, substituindo os bens anteriormente ofertados.
Requer a parte agravante a concessão de efeito suspensivo (fls. 02) para que seja admitida a penhora sobre o faturamento, sob a alegação de que os bens oferecidos à penhora foram, por diversas vezes, levados a leilão, contudo, não encontraram licitantes.
DECIDO.
Inicialmente, verifico que a penhora sobre o faturamento é cabível.
O art. 591 do Código de Processo Civil dispõe que todos os bens do devedor - à exceção dos legalmente impenhoráveis - respondem pelas obrigações que se encontram em execução, tanto os presentes quanto os futuros.
Logo, não há motivos para se objetar a penhora de parte do faturamento da empresa - já que o próprio estabelecimento empresarial é penhorável - até por eqüivaler a constrição sobre dinheiro.
A penhora sobre parte do faturamento é aceita no âmbito do STJ (REsp. 259.409/sp, 2ª Turma, rel. Min. Peçanha Martins, DJ 18/11/2002, p. 171; REsp. 400.376/RJ, 4ª Turma, rel. Min. Aldir Passarinho Jr., DJ 18/11/2002, p. 224; AGREsp. 405.714/SP, 2ª Turma, rel. Min. Eliana Calmom, DJ 11/11/2002, p. 199; AGREsp. 313.943/SP, 1ª Turma, rel. Min. Francisco Falcão, DJ 21/10/2002, p. 279; AGA 419.793/SP, 3ª Turma, rel. Min. Ari Pargendler, DJ 23/9/2002, p. 359; MC nº 8.911/RJ, 1ª Turma, rel. Min. Luiz Fux, DJ 28/11/2005, p. 186; RESP nº 216.318/SP, 2ª Turma, rel. Min. João Otavio de Noronha, DJ 07/11/2005, p. 169) - devendo recordar-se que o próprio estabelecimento comercial ou industrial é penhorável na esteira do que dispõe o art. 677 CPC e § 1º do art. 11 da LEF, o que retira qualquer plausibilidade na infeliz idéia de que a penhora do faturamento significaria írrita penhora da própria empresa - de modo que, cabendo ao Juízo adotar as cautelas adequadas, o numerário ficará depositado como garantia do Juízo, não irá se transformar em receita pública.
A propósito, convém aduzir que na atualidade a penhora sobre faturamento é permitida pelo inciso VII do artigo 655 do Código de Processo Civil (Lei nº 11.382/2006).

Assim, a r. decisão agravada encontra-se em descompasso com a jurisprudência dominante em Tribunal Superior e com julgados deste Tribunal (AG nº 2000.03.00055677-2, 5ª Turma, j. 08/11/2004; AG nº 2004.03.00024850-5, 6ª Turma, j. 10/11/2004; AG nº 2000.03.00051104-1, 4ª Turma, j. 09/06/2004, etc.).
Pelo exposto, presentes os requisitos do art. 557, § 1º-A do Código de Processo Civil, DOU PROVIMENTO ao recurso.
Comunique-se ao Juízo de origem.
Com o trânsito, dê-se baixa.
Int.
São Paulo, 22 de março de 2007.

JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.011245-1 AG 292007
ORIG.	:	0100002189 A Vr RIO CLARO/SP
AGRTE	:	CARLOS GUILHERME PEDROSO ZANGIROLAMO
ADV	:	JULIANA DE ALMEIDA TAVARES
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	ROSIMARA DIAS ROCHA
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DO SAF DE RIO CLARO SP
RELATOR	:	DES.FED. VESNA KOLMAR / PRIMEIRA TURMA

Vistos em decisão.
Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto por Carlos Guilherme Pedroso Zangirolamo, por meio do qual pleiteia a reforma da decisão proferida nos autos da execução fiscal nº 0100002189, em trâmite perante o r. Juízo de Direito do SAF de Rio Claro/SP, que rejeitou a exceção de pré-executividade.
Alega que a Caixa Econômica Federal-CEF, na qualidade de representante da União Federal, ajuizou a execução fiscal perante o Juízo de Direito do SAF de Rio Claro/SP, objetivando a cobrança de contribuições previdenciárias não recolhidas no período de março de 1990 à junho de 1992 pela empresa Wenzel e Zangirolamo Ind e Com. Prod. Cerâmicos Ltda ME, tendo incluído o agravante como co-responsável pelo pagamento do débito.
Sustenta:
a) a competência da Justiça do Trabalho o processamento do feito executivo; e,
b) a ilegitimidade passiva, uma vez que se retirou da quadro societário da empresa executada em 22 de janeiro de 1990.
É o relatório.
Decido.
A Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005, introduziu nova sistemática para interposição do recurso de agravo, e consagrou em definitivo a excepcionalidade da utilização do agravo de instrumento.
Assim, no novo regime, o relator deverá obrigatoriamente converter o agravo de instrumento em retido, salvo os casos expressamente previstos no artigo 522 do Código de Processo Civil.
Aludido dispositivo prevê que será admitida a interposição de agravo pela via de instrumento somente nos casos suscetíveis de causar lesão grave ou de difícil reparação, bem como nos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que esta é recebida.
No caso em apreço, verifico que a decisão foi proferida em sede de execução fiscal, e, ante a ausência de futura apelação, a conversão resultaria em ausência de prestação jurisdicional, razão pela qual conheço do recurso.
O cerne da questão diz respeito à verificação da competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar as execuções fiscais que visam à cobrança de contribuições ao FGTS não recolhidas em época própria e a legitimidade do agravante para figurar no pólo passivo da execução fiscal.
Sobre a competência da Justiça do Trabalho, dispõe o art. 114 da Constituição Federal, nos incisos de I a IX, com a redação conferida pela EC n.º 45/04:
"Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:
I - as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
II - as ações que envolvam exercício do direito de greve;
III - as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores;
IV - os mandados de segurança, habeas corpus e habeas data , quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição;
V - os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvado o disposto no art. 102, I, o;
VI - as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho;
VII - as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho;
VIII - a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a , e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir;
IX - outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei"
Da leitura do dispositivo acima depreende-se que à Justiça do Trabalho compete processar e julgar apenas "as ações oriundas da relação de trabalho", "as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho" e "outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei", ou seja, as questões que envolvam diretamente a relação contratual de emprego.
Por sua vez, preceitua o artigo 7º, inciso III, da Constituição Federal, que o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço é um direito garantido aos trabalhadores, disciplinado pelas Leis nºs 8.036/90 e 8.844/94.
Consoante a Lei nº 8.036/90, é constituído, entre outros recursos, por dotações orçamentárias específicas (artigo 2º) aplicadas em habitação, saneamento básico e infra-estrutura urbana (artigo 9º, §2º) e regido segundo normas e diretrizes estabelecidas por um Conselho Curador, integrado por representantes da categoria dos trabalhadores e empregadores, órgãos e entidades da Administração Pública Federal (artigo 3º), cabendo à Caixa Econômica Federal a função de agente operador do FGTS.
A fiscalização e a apuração das contribuições ao FGTS, bem como a aplicação das multas e demais encargos devidos, compete ao Ministério do Trabalho, nos termos do artigo 1º, caput, da Lei nº 8.844/94.
E em virtude do interesse social e público federal envolvido, a despeito da natureza não-tributária, os débitos para com o FGTS são inscritos em Dívida Ativa pela Procuradoria da Fazenda Nacional, à qual compete também, diretamente ou por intermédio da Caixa Econômica Federal, representar judicialmente para a correspondente cobrança (artigo 2º da Lei nº 8.844/94).
Assim nas ações que têm como causa de pedir o FGTS estabelece-se uma relação jurídica entre a União Federal, aqui representada pela Procuradoria da Fazenda Nacional ou a Caixa Econômica Federal, e o empregado, não se confundindo com a relação contratual de emprego.
Conclui-se então que apesar da Emenda Constitucional n. 45, ter ampliado o rol de competências jurisdicionais da Justiça do Trabalho, não incluiu a cobrança da dívida ativa do FGTS que permanece da competência da Justiça Federal, no caso, em exame, do MM. Juízo de Direito com delegação federal, nos termos do artigo 109, §3º, da CF.
Passo ao exame da legitimidade do agravante para figurar no pólo passivo da execução fiscal.
Nos termos do artigo 15 da Lei nº 8.036/90, o FGTS é formado por depósitos mensais efetuados pelas empresas em nome de seus empregados no valor equivalente a um percentual das remunerações que lhe são pagas ou devidas.
Muito se discutiu a respeito da natureza das contribuições para o FGTS, mas o Colendo Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário nº 100.249, solucionou a questão afastando a natureza tributária de referida contribuição. Nesse julgamento, afirmou-se que a obrigação do empregador de recolhimento decorre de vínculo jurídico de natureza trabalhista e social, não se tratando, portanto, de um tributo.
Fixadas tais premissas, verifica-se, portanto, que, em princípio, as contribuições ao FGTS não se sujeitam às normas tributárias.
Entretanto, o artigo 2º da Lei nº 8.844/94 dispõe que compete à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional a inscrição em Dívida Ativa dos débitos para com o FGTS, sendo certo que a execução judicial para sua cobrança é regulada pelas regras da Lei nº 6.830/80.
Dentre os dispositivos legais, o artigo 4º, parágrafo 2º, da Lei de Execução Fiscal estabelece que: "À Dívida Ativa da Fazenda Pública, de qualquer natureza, aplicam-se as normas relativas à responsabilidade prevista na legislação tributária, civil e comercial".
Portanto, não obstante as contribuições ao FGTS não tenham natureza tributária, são aplicáveis as normas do Código Tributário Nacional relativas tão somente à responsabilidade.
Nesse sentido, é o seguinte julgado:
"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. COBRANÇA DE DÉBITOS RELATIVOS AO FGTS. APLICAÇÃO DO CTN. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. POSSIBILIDADE.
I - O art. 149, da Constituição Federal, restou por dirimir qualquer dúvida sobre a natureza tributária das contribuições para o FGTS.
II - Aplicam-se à execução fiscal para cobrança de contribuições devidas ao FGTS, os dispositivos referentes à responsabilidade tributária, do Código Tributário Nacional.
III - Agravo provido."
(Tribunal Regional Federal da 1ª Região, 6ª Turma, Agravo de Instrumento nº 01.000101801, DJ 02.02.2004, p. 72, Desembargador Federal Souza Prudente).
Por sua vez, a matéria acerca da responsabilidade de terceiros, no caso, dos sócios pelo cumprimento das obrigações da empresa é tratada nos artigos 134 e seguintes do CTN, in verbis:
"Art. 134. Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis:
(...)
VII - os sócios, no caso de liquidação de sociedade de pessoas.
(...).
Art. 135. São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos:
I - as pessoas referidas no artigo anterior;
II - os mandatários, prepostos e empregados;
III - os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado."
Acresce-se, ainda, que a Lei nº 8.036/90 considera infração à lei o não-recolhimento mensal do percentual ao FGTS (artigo 23, parágrafo 1º).
Na hipótese em apreço, os documentos acostados às fls. 80/84, comprovam que o agravante não exercia à época dos fatos geradores o cargo de gerência da sociedade, uma vez que já havia se retirado da empresa, não podendo, portanto ser responsável pelo débito ora executado.
Por essas razões, defiro parcialmente o pedido para suspender o curso da execução fiscal em relação ao agravante até o julgamento do recurso pela Turma.
Comunique-se o teor da decisão ao MM. Juízo a quo.
Intime-se a agravada para apresentar contraminuta.
Intime-se.
São Paulo, 20 de março de 2007.

VESNA KOLMAR
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.011309-1 AG 291966
ORIG.	:	200660000103320 1 Vr CAMPO GRANDE/MS
AGRTE	:	CLAUDIA CRISTINA DIBO DE ALMEIDA
ADV	:	REGIS EDUARDO TORTORELLA
AGRDO	:	Instituto Nacional de Colonizacao e Reforma Agraria - INCRA
ADV	:	MURILO ALBERTINI BORBA E ISABELLA MARIANA SAMPAIO PINHEIRO DE CASTRO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE CAMPO GRANDE Sec Jud MS
RELATOR	:	DES.FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto em face da r. decisão que, em sede de ação declaratória, na qual pretende a agravante seja decretada a nulidade e ineficácia de atos administrativos praticados durante o processo expropriatório da "Fazenda Indaiá - Quinhão III", rejeitou o pedido de tutela antecipada que objetivava a sustação dos efeitos dos atos administrativos impugnados.
O MM. Magistrado a quo, por entender que o provimento jurisdicional almejado pela agravante em sede de tutela antecipada é a sustação dos efeitos do ato do Presidente da República, indeferiu o pedido, sob o fundamento de que tal ato estaria sujeito a controle pela via do mandado de segurança perante o Supremo Tribunal Federal (fls. 88-92).
Noticia a agravante irregularidades no procedimento administrativo que serviu para fundamentar a expedição e publicação, em 01 de dezembro de 2006, do decreto presidencial que reconheceu o imóvel rural denominado "Fazenda Indaiá - Quinhão III" apto à desapropriação para fins de reforma agrária.
Assevera, em síntese, que a sua pretensão, ao ingressar com a referida ação declaratória, não foi combater o decreto expropriatório, mas sim demonstrar diversas ilegalidades ocorridas no procedimento administrativo levado a efeito pelo Superintendente Regional do INCRA.
Requer a suspensão dos atos administrativos até o julgamento da ação declaratória ou que seja determinado ao MM. Juízo a quo que aprecie o pedido de tutela antecipada formulado na sobredita ação.
DECIDO.
Inicialmente observo que, consoante o artigo 522, do Código de Processo Civil, com a redação dada pela Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005, estabeleceu-se nova sistemática para interposição recurso de agravo de instrumento, consagrando seu cabimento somente nos casos previstos na Lei ou naqueles suscetíveis de causar lesão grave ou de difícil reparação. É esse o caso dos autos, razão pela qual conheço do recurso, na forma de instrumento.
Neste juízo de cognição sumária, não vislumbro relevante fundamentação a favor da agravante que autorize a concessão do efeito suspensivo, senão vejamos.
Extrai-se dos autos, de modo incontroverso, que o Decreto Presidencial reconhecendo o imóvel rural denominado "Fazenda Indaiá - Quinhão III" apto à desapropriação, para fins de reforma agrária, foi publicado em 1 de dezembro de 2006 (fl. 94).
Ocorre que, os atos do Presidente da República, dentre os quais se inclui o decreto expropriatório dando a área do imóvel rural como de interesse social, para fins de reforma agrária, estão sujeitos a controle, pela via do mandado de segurança, perante o Supremo Tribunal Federal (art. 102, inciso I, "d", da CF).
Ademais, conforme ressaltou o MM. Magistrado, a Lei nº 8.437/92, em seu art. 1º, § 1º, proíbe o Juiz de Primeiro Grau de conceder tutela antecipada, quando o ato impugnado for de autoridade sujeita, na via do mandado de segurança, à competência originária do Supremo Tribunal Federal.
Nesse sentido, trago à colação acórdão do C. Tribunal Regional Federal da 1ª Região, assim ementado:
PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CAUTELAR. DESAPROPRIAÇÃO. ATOS ADMINISTRATIVOS DE AVALIAÇÃO. SUSPENSÃO. SUPERVENIÊNCIA DO DECRETO PRESIDENCIAL. IMÓVEL DECLARADO DO INTERESSE SOCIAL. PERDA DO INTERESSE PROCESSUAL.
1. Importa na perda superveniente do interesse processual da parte autora quando a ação cautelar, que pretendia a suspensão dos atos administrativos de avaliação do interesse social do imóvel, perde a sua utilidade processual, pois, com a edição posterior do decreto do Presidente da República, declarando-o de interesse social, para fins de reforma agrária, a eventual procedência do pedido não poderá desconstituir o ato normativo do Presidente da República, fim último dos atos impugnados, em face da competência do Supremo Tribunal Federal.
2. Improvimento do agravo de instrumento. Decisão recorrida mantida, por outro fundamento.
(TRF 1ª Região; AG 2005.01.00.064584-0/PI; 3ª Turma; Rel. Des. Fed. Olindo Menezes; DJ 17/11/2006, p. 40)

Com efeito, tratando-se de pedido de sustação de ato Presidencial, incabível a concessão de tutela antecipada em sede de Juízo de Primeiro Grau.
Finalmente, é importante dizer que inexiste risco de dano para a agravante a justificar a concessão da antecipação da tutela vindicada, uma vez que sequer fora procedida a avaliação do imóvel para que fosse ajuizada a ação expropriatória, a qual ameaçaria de forma concreta e direta o seu direito à propriedade.
Diante do exposto, INDEFIRO o pedido de efeito suspensivo.
Intimem-se, inclusive a agravada para contraminuta, nos termos do artigo 527, inciso V, do Código de Processo Civil.
Comunique-se ao MM. Juízo a quo, para prestar informações em conformidade com o artigo 527, inciso IV do Código de Processo Civil, dentre as quais o cumprimento do previsto no artigo 526 pela agravante, do mesmo diploma legal.
São Paulo, 12 de março de 2007.
Desembargador Federal LUIZ STEFANINI
Relator

PROC.	:	2007.03.00.011311-0 AG 291968
ORIG.	:	200660000103331 1 Vr CAMPO GRANDE/MS
AGRTE	:	CLAUDIO MARCOS DIBO
ADV	:	REGIS EDUARDO TORTORELLA
AGRDO	:	Instituto Nacional de Colonizacao e Reforma Agraria - INCRA
ADV	:	MURILO ALBERTINI BORBA E ISABELLA MARIANA SAMPAIO PINHEIRO DE CASTRO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE CAMPO GRANDE Sec Jud MS
RELATOR	:	JUIZ CONV. MÁRCIO MESQUITA / PRIMEIRA TURMA

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento, interposto em face de decisão proferida nos autos da ação ordinária em trâmite perante o MM. Juízo Federal da 1ª Vara de Campo Grande - MS, que indeferiu pedido de tutela antecipada que objetiva a declaração de nulidade do procedimento expropriatório relativo ao imóvel objeto de desapropriação.
O agravante sustenta, inicialmente, a nulidade dos atos administrativos praticados no ato expropriatório do imóvel denominado "Fazenda Indaiá-Quinhão I", asseverando a violação aos princípios constitucionais da legalidade, da motivação, da ampla defesa e do contraditório.
Aduz que o escopo da ação originária é combater o ato ineficaz do Superintendente Regional do INCRA, e não objetiva, como entendeu o Juízo de 1º grau, desconstituir o Decreto Presidencial.
Requer, neste recurso, a antecipação da tutela recursal.
Relatei.
Fundamento e decido.
Nos termos do artigo 522, "caput", do Código de Processo Civil, com a nova redação dada pela Lei n. 11.187, de 19/10/2005, entendo ser cabível na espécie o agravo, na forma de instrumento, haja vista os fundamentos de perigo de lesão grave e de difícil reparação alegados pelo agravante.
Não vislumbro a presença dos requisitos necessários à antecipação da tutela recursal.
A questão posta nos autos cinge-se à anulação dos atos praticados no processo administrativo expropriatório do imóvel "Fazenda Indaiá-Quinhão I".
Referido processo culmina com a edição do Decreto Presidencial. Assim, não prospera o argumento do agravante de que "a ação declaratória interposta não objetivou diretamente o decreto presidencial".
Com efeito, se a pretensão da ação é a declaração de nulidade do processo administrativo expropriatório, por óbvio que, muito embora não expresso no pedido, a pretendida anulabilidade se estende ao Decreto Presidencial Expropriatório, instrumento mediante o qual Presidente da República declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural expropriando, àquele subsumindo-se todos os atos administrativos ulteriormente praticados.
Existente, portanto, óbice à concessão da tutela antecipada, como bem salientou o Juízo " a quo":
"Conclui-se, assim, que o provimento jurisdicional almejado em sede de tutela antecipada é a sustação dos efeitos de ato do Presidente da República. No entanto, atos desse jaez estão sujeitos a controle, através do mandado de segurança, perante o Supremo Tribunal Federal (art.102,I,"c", da CF), havendo impedimento legal à concessão da tutela antecipada".
O óbice normativo a que se referiu o magistrado é o inserto no artigo 1º,§1º, da Lei n.8.437/92, c.c.o artigo 1º da Lei n.9.494/97, o qual veda a concessão de tutela antecipada tratando-se de autoridade sujeita, na via do writ, à competência de tribunal, in casu, do Supremo Tribunal Federal, nos termos do artigo 102, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal.
Acresce-se que o Supremo Tribunal Federal, na ADC nº 4-DF deferiu em parte o pedido de medida cautelar "para suspender, com eficácia ex nunc e efeito vinculante, até final julgamento da ação, a prolação de qualquer decisão sobre pedido de tutela antecipada, contra a Fazenda Pública, que tenha por pressuposto a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade do art.1º da Lei nº 9.494, de 10/09/97". Diante de tal decisão da Suprema Corte, não há como deixar de reconhecer a inviabilidade da concessão da tutela antecipada no caso dos autos.
Ainda que assim não fosse, observo que não há demonstração inequívoca da alegada nulidade procedimental estando, neste aspecto, mal instruído o recurso, eis que as alegações do agravante não restaram corroboradas por prova pré-constituída capaz de demonstrar o vício de nulidade. Com efeito, o recurso não veio instruído com cópias do processo administrativo, hábeis a demonstrar as alegadas nulidades.
Pelo exposto, INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela recursal.
Intime-se a agravada, para os fins do artigo 527, inciso V, do Código de Processo Civil.
Intime-se.
Comunique-se ao D. Juízo de origem.
São Paulo, 05 de março de 2007.
MÁRCIO MESQUITA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2007.03.00.011381-9 AG 292056
ORIG.	:	200761000019727 20 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	NAUTIBRAS PECAS E SERVICOS LTDA
ADV	:	MARCIO CROCIATI
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 20 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos.
A parte agravante - pessoa jurídica - instruiu o agravo de instrumento com cópia da procuração, contudo a mesma veio desacompanhada do respectivo contrato social.
A representação judicial de pessoas jurídicas deve obedecer ao comando do art. 12 c.c o art. 38 do Código de Processo Civil, pelo que entendo necessária a apresentação de cópia autêntica do contrato social para que seja regularizada a representação em juízo da parte agravante.
Desse modo, concedo a parte agravante o prazo de 10 (dez) dias para que junte aos autos cópia autenticada de seu contrato social de modo a regularizar sua representação judicial, sob pena de ser negado seguimento ao agravo.
Intime-se.
São Paulo, 27 de março de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.011471-0 AG 292126
ORIG.	:	200461070090460 1 Vr ARACATUBA/SP
AGRTE	:	EDMEA CARVALHO AFFONSO e outros
ADV	:	ATHEMAR DE SAMPAIO FERRAZ JUNIOR
AGRDO	:	Instituto Nacional de Colonizacao e Reforma Agraria - INCRA
ADV	:	PAULO SERGIO MIGUEZ URBANO
ADV	:	MURILO ALBERTINI BORBA E ISABELLA MARIANA SAMPAIO PINHEIRO DE CASTRO
PARTE R	:	RONALDO AFONSO PASCHOAL
ADV	:	CACILDO BAPTISTA PALHARES
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE ARACATUBA SecJud SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos, em decisão.
Trata-se de agravo de interposto por EDMEA CARVALHO AFFONSO e outros contra a parte da decisão de fls. 57/59 (fls. 1222/1224 dos autos originais) proferida pelo Juízo Federal da 1ª Vara de Araçatuba/SP que, em autos de desapropriação movida pelo INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, determinou que a perícia a ser realizada responda os quesitos do Juízo e da parte agravada, tão somente.
Assim procedeu o magistrado federal por considerar que a parte ré, ora agravante, deixou de apresentar seus quesitos no prazo assinalado.
Requer a parte agravante concessão de efeito suspensivo ao recurso (fls. 15) aduzindo, em síntese, que deixou de apresentar os quesitos por conta de "equívoco processual".
Alega ainda que a apresentação de quesitos não precluiu uma vez que os trabalhos periciais não foram iniciados.
DECIDO.
Através do presente recurso de agravo de instrumento pretende a agravante a suspensão da decisão de fls. 57/59 na parte que determinou a produção de prova pericial, a qual cuidará de responder aos quesitos do Juízo de da parte autor (INCRA).
Cumpre registrar inicialmente que a determinação judicial teve fundamento a ausência de manifestação da parte ré, ora agravante, quanto ao despacho anterior que concedeu prazo para a formulação de quesitos para perícia.
Assim, não é correta a assertiva de que a decisão agravada negou o direito dos agravantes à apresentação de quesitos, uma vez que nenhum quesito fora apresentado pelos recorrentes.
A recorrente consigna na minuta do instrumento diversas justificativas para a sua desídia na apresentação dos seus quesitos dentro do prazo assinalado pelo Juízo 'a quo' , contudo, nenhuma dessas razões foram colocadas diante do magistrado de primeiro grau.
Dessa forma, entendo que a parte agravante busca perante este Tribunal uma providência que não foi requisitada diante do Juízo de origem, pelo que o recurso não reúne condições de ser conhecido.
Pelo exposto, NEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento nos termos do art. 557, 'caput', do Código de Processo Civil.
Comunique-se.
Com o eventual trânsito, baixem os autos.
Intime-se.
São Paulo, 13 de março de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.011681-0 AG 292284
ORIG.	:	200661000264742 24 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	CELIA REGINA BRABO
ADV	:	CARLOS ALBERTO DE SANTANA
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 24 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto em face da r. decisão que, em ação de rito ordinário, indeferiu a antecipação dos efeitos da tutela que objetivava o depósito judicial das prestações vincendas no valor reputado incontroverso, bem como a suspensão da execução extrajudicial prevista no Decreto-lei nº 70/66.
Inicialmente, requer a concessão dos benefícios da Assistência Judiciária Gratuita, que deixou de ser apreciado pelo juízo de primeiro grau.
Sustenta, em síntese, o agravante que a execução extrajudicial consubstanciada no Decreto-Lei n.º 70/66 ofende a Constituição Federal pois permite que a agravada exercite uma autotutela violadora da inafastabilidade da jurisdição, ao mesmo tempo em que entra em testilha com o disposto nos incisos XXXV, LIV e LV, todos do artigo 5º da Constituição Federal. Pugnam, outrossim, pela concessão do efeito suspensivo.
O MM. Magistrado deferiu parcialmente a tutela jurisdicional unicamente para determinar que contra a autora não conste qualquer restrição cadastral junto aos órgãos de proteção ao crédito, como SERASA, SPC, etc., em razão do direito discutido e, no caso, da negativação ter ocorrido, que o Agente Financeiro providencie os elementos necessários à reabilitação.(fls. 85-87).
Decido.
Pretende a agravante, por primeiro, obter os benefícios da assistência judiciária gratuita, conforme dispõe a Lei n.º 1.060/50.
Cumpre destacar que é posição do Superior Tribunal de Justiça que, afirmada a necessidade da justiça gratuita, não pode o órgão julgador declarar deserto o recurso sem se pronunciar sobre o pedido de gratuidade, de forma que, caso venha a ser este indeferido, então deverá ser oportunizado à parte o recolhimento do preparo (RESP 440007).
A assistência judiciária é garantia constitucional, prevista no art. 5.º, LXXIV, da Magna Carta, a qual se impõe ao Estado o dever de proporcionar a todos o acesso ao Judiciário, até mesmo aos que comprovarem insuficiência de recursos.
A Lei n.º1.060/50 estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados dispondo que a parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família - artigo 4º. Determina, ainda, que há presunção de pobreza, presunção esta relativa, que poderá ser afastada mediante prova em contrário.
Na hipótese vertente depreende-se, conforme alegado pela própria agravante, que a mesma se encontra em situação que justifica a concessão das benesses da Lei nº 1.060/50. Isto porque, de acordo com a redação do parágrafo 1º, do artigo 4º presume-se pobre, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos da lei, sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais, razão porque é de se deferir a gratuidade da justiça para que se processe o presente recurso independentemente do preparo.
Passo ao exame do mérito.
Para a concessão do efeito suspensivo, faz-se necessária a presença de dois requisitos: lesão grave e de difícil reparação e relevância da fundamentação, nos termos do artigo 558, caput, do CPC.
Impende assinalar, por necessário, que o contrato de mútuo tem natureza de título executivo extrajudicial e, assim, submete-se ao Decreto-lei nº 70/66, cuja constitucionalidade foi reconhecida por ambas as Turmas do Supremo Tribunal Federal (RE 287.483, rel. Min. Moreira Alves DJ 18.09.01 e RE 239.036, rel. Min. Nelson Jobim, DJ 10.08.00).
Não obstante, vinha entendendo que apesar do referido decreto ter sido recepcionado pela CF/88, não estaria excluída a possibilidade de medida judicial que obstasse o prosseguimento do procedimento previsto na legislação impugnada, desde que houvesse contracautela, com o depósito das prestações devidas em atraso, em valores razoáveis, à disposição do Juízo.

Ocorre que a 1ª Turma deste E. Tribunal passou a entender que essa providência - depósito das prestações vencidas e vincendas no valor pretendido pelo mutuário - seria baldada, haja vista que permaneceria a mora e, conseqüentemente, a possibilidade de execução do restante do débito. Nesse sentido: (AG - 173961, Rel. Des. Fed. Vesna Kolmar, DJU 23/03/2004; AG - 204702, Rel. Des. Fed. Johonsom Di Salvo, DJU 16/08/2005).
Desse modo, concluiu a 1ª Turma que o mutuário, ao realizar o contrato de financiamento, valendo-se das regras do Sistema Financeiro de Habitação - SFH, assume o risco de, em se tornando inadimplente, ter o imóvel objeto do financiamento levado a leilão, pois tal imóvel, na realização do contrato, é gravado com direito real de garantia hipotecária, razão pela qual está perfeitamente ciente das conseqüências que o inadimplemento pode acarretar.
Com efeito, entendeu-se que o risco de sofrer a execução judicial ou extrajudicial do contrato é consectário lógico da inadimplência, não havendo qualquer ilegalidade ou irregularidade na conduta do credor nesse sentido.
Por tais motivos, curvo-me ao entendimento predominante na Turma para negar ao mutuário a possibilidade de depósito judicial das parcelas vincendas do contrato de mútuo habitacional, eis que permanecerá o débito e, assim também, a possibilidade da credora executar a obrigação pactuada, pois não há como desconhecer, nesse caso, o direito da CEF em promover a execução extrajudicial prevista no Decreto-lei nº 70/66.
Em face de todo o exposto, INDEFIRO o pedido de efeito suspensivo.
Intimem-se, inclusive a agravada para contraminuta, nos termos do artigo 527, inciso V, do Código de Processo Civil.
Comunique-se ao MM. Juízo a quo, para prestar informações em conformidade com o artigo 527, inciso IV do Código de Processo Civil, dentre as quais o cumprimento do previsto no artigo 526 pela agravante, do mesmo diploma legal.
São Paulo, 14 de março de 2007.
Desembargador Federal Luiz Stefanini
Relator

PROC.	:	2007.03.00.011809-0 AG 292353
ORIG.	:	200461000355672 23 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	ALCINDO BATISTA RIBEIRO FILHO e outro
ADV	:	JOAO BOSCO BRITO DA LUZ
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 23 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	JUIZ CONV. MÁRCIO MESQUITA / PRIMEIRA TURMA

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de liminar, interposto em face de decisão proferida nos autos da ação ordinária de anulação de ato jurídico, em tramitação perante o MM. Juízo Federal da 23ª Vara de São Paulo - SP, que indeferiu liminar para que:
a) que a ré, ora agravada, se abstenha de promover a venda do imóvel;
b) impedir o registro da carta de arrematação no 6º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo - SP e
c) manter os mutuários na posse do imóvel, até final decisão.
Alegam os agravantes, em síntese, que celebraram com a agravada contrato de financiamento de imóvel, no âmbito do SFH - Sistema Financeiro da Habitação, tornando-se inadimplentes por conta dos cálculos inoportunos e infelizes da agravada.
Aduzem que a agravada promoveu a execução extrajudicial, nos termos do Decreto-lei nº 70/66 e adjudicou o imóvel descrito na petição inicial.
Sustentam a inconstitucionalidade do Decreto-lei nº 70/66, por ofensa aos princípios constitucionais da ampla defesa, da inafastabilidade da jurisdição e do devido processo legal.
Requerem, neste recurso, a concessão da antecipação dos efeitos da tutela nos moldes pleiteados em primeiro grau.
Relatei.
Fundamento e decido.
De acordo com o disposto no artigo 522, "caput", do Código de Processo Civil, com a nova redação dada pela Lei n. 11.187, de 19/10/2005, entendo ser cabível o agravo, na forma de instrumento, haja vista os fundamentos de perigo de lesão grave e de difícil reparação alegados pelos agravantes.
Com relação à argüição de inconstitucionalidade do procedimento extrajudicial previsto no Decreto-lei nº 70/66, não vislumbro relevância na tese do agravante, com a devida vênia aos doutos entendimentos em sentido contrário, uma vez que a garantia do devido processo legal, consagrada no art.5º, LIV da CF/88 não deve ser entendida como exigência de processo judicial. Por outro lado, o devedor não fica impedido de levar a questão ao conhecimento do Judiciário, ainda que já realizado o leilão, caso em que eventual procedência do alegado resolveria-se em perdas e danos.
Por outro lado, o devedor não fica impedido de levar a questão ao conhecimento do Judiciário, ainda que já realizado o leilão, caso em que eventual procedência do alegado resolveria-se em perdas e danos.
Assinalo que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem se orientado no sentido contrário à tese esposada pelo agravante: STJ - 2ª Turma - MC 0000288-DF - DJ 25/03/96 pg.08559 - Relator Ministro Antonio de Pádua Ribeiro; STJ - 1ª Turma - REsp 0046050-RJ - DJ 30/05/94 pg.13460 - Relator Ministro Garcia Vieira.
E em decisão, noticiada no Informativo n.º 116, o Supremo Tribunal Federal entendeu que o Decreto-lei nº 70/66 foi recepcionado pela Carta de 1988 (RE nº 223.075-DF, Relator o Ministro Ilmar Galvão), entendimento que vem sendo reiterado (AI-AgR 312004-SP, DJ 28/04/2006, pg.30, Relator Ministro Joaquim Barbosa).
No sentido da constitucionalidade da execução extra-judicial prevista no Decreto-lei n° 70/66 também situa-se o entendimento desta Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da 3a Região, v.g.: AG 1999.03.00.012808-3, Relator Des.Fed. Johonsom di Salvo, DJ 14/03/2006, pg.227; AG 2006.03.00.024383-8, Relatora Des.Fed. Vesna Kolmar, DJ 05/09/2006, pg.300.
Por óbvio, tal entendimento não exclui a possibilidade de medida judicial que obste o prosseguimento do procedimento previsto no Decreto-lei nº 70/66, desde que haja indicação precisa, acompanhada de suporte probatório, do descumprimento de cláusulas contratuais, ou mesmo mediante contra-cautela, com o depósito à disposição do Juízo do valor exigido, circunstâncias inocorrentes no caso dos autos.
Com relação ao pedido de que seja obstada a transferência do imóvel a terceiros, observo que estando a carta de adjudicação ou arrematação devidamente registrada no registro de imóveis, não é possível que se impeça a agravada de exercer o direito de dispor do bem, que é conseqüência direta do direito de propriedade que lhe advém do registro.
Com efeito, nos termos do artigo 252 da Lei nº 6.015/73 "o registro, enquanto não cancelado, produz todos os seus efeitos legais ainda que, por outra maneira, se prove que o título está desfeito, anulado, extinto ou rescindido", sendo o cancelamento feito apenas em cumprimento de decisão judicial transitada em julgado, nos termos do artigo 250, inciso I do referido diploma legal. Ademais, a referida lei de registros públicos prevê, para a hipótese dos autos, o registro da existência da ação, na forma do artigo art.67, I, 21, para conhecimento de terceiros da possibilidade de anulação do registro.
Pelo exposto, INDEFIRO a antecipação da tutela recursal.
Intime-se a agravada, para os fins do artigo 527, inciso V, do Código de Processo Civil.
Comunique-se ao D. Juízo de origem.
Intime-se.
São Paulo, 12 de março de 2007.
MÁRCIO MESQUITA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2000.03.00.011934-7 AG 104872
ORIG.	:	9700038718 1 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	EDUARDO MOREIRA DO NASCIMENTO
REPTE	:	CENTRAL DE ATENDIMENTO AOS MORADORES E MUTUARIOS DO ESTADO DE SAO PAULO CAMMESP
ADV	:	RENATA TOLEDO VICENTE
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	JOSE PAULO NEVES
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE SAO PAULO>1ª SSJ>SP
RELATOR	:	JUIZ CONV. GILBERTO JORDAN / PRIMEIRA TURMA

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto em face da r. decisão que, sede de ação cautelar inominada, cassou a liminar concedida, que objetivava o depósito dos valores tidos como incontroversos das parcelas referentes ao contrato de mútuo firmado com a Caixa Econômica Federal.
Em juízo de cognição sumária de fl. 149, o pedido de efeito suspensivo foi indeferido.
Informações do Juízo a quo à fl. 150.
Conforme se verifica em sentença proferida na ação cautelar, publicada em 14 de junho de 2005, MM. Juiz a quo homologou a convenção entre as partes. Sendo assim, foi extinto o processo com julgamento de mérito, nos termos do artigo 269, inciso III, do Código de Processo Civil.
Destarte, restou prejudicado o presente agravo de instrumento por perda de seu objeto.
Em face de todo o exposto, com fundamento no art. 557, caput, do Código de Processo Civil, julgo PREJUDICADO o agravo de instrumento.
Intimem-se.
Após as formalidades legais, baixem os autos à vara de origem.
São Paulo, 7 de março de 2007.
Desembargador Federal Luiz Stefanini
Relator

PROC.	:	2004.03.00.013303-9 AG 202048
ORIG.	:	200461000030588 14 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	ERIVALDO DE OLIVEIRA LUCIANO e outro
ADV	:	ANNE CRISTINA ROBLES BRANDINI
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 14 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos, em decisão.
Trata-se de Embargos de Declaração opostos por Erivaldo de Oliveira Luciano e outro em face do v. acórdão proferido pela E. Primeira Turma, que negou provimento ao agravo de instrumento e julgou prejudicado o agravo regimental (fl. 114).
Alega a embargante ter ocorrido omissão no v. acórdão, uma vez que não se manifestou expressamente em relação aos seguintes dispositivos legais: artigo 5º, incisos XXXV e LIV da Constituição Federal, Lei nº 5.741/71, artigos 520, V, 620, 741 e 745 do Código de Processo Civil.
Ao final, requer a expressa manifestação desta Egrégia Corte sobre a referida matéria a fim de que seja sanada a omissão.
Decido.
A teor do que dispõe o art. 535, I e II, do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração apenas quando há no acórdão obscuridade, contradição ou omissão relativa a ponto sobre o qual deveria pronunciar-se o Tribunal, descabendo, assim, sua utilização com o escopo de "obrigar" o órgão julgador a rever orientação anteriormente esposada por ele, sob o fundamento de que não teria sido aplicado o melhor direito à espécie dos autos.
Não se prestam os declaratórios à revisão do acórdão, salvo casos excepcionalíssimos, e sim ao aperfeiçoamento do julgado.
Destarte, quando a embargante por meio desse expediente busca ver reapreciada a questão já examinada exaustivamente pela Turma sem indicar concretamente qualquer das alternativas do art. 535 do CPC, não podem prosperar os embargos de declaração, porquanto atribuir-lhe "efeitos infringentes" só é possível em caso de erro manifesto que redunde em nulidade do julgado, situação essa que nem de longe é visível no presente caso.
A propósito de todas essas considerações, confira-se:
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. FINALIDADE DE PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA OBJETO DE POSSÍVEL RECURSO EXTRAORDINÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL (PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. ADICIONAL DE IMPOSTO DE RENDA. LEI Nº 6.352/88, DO ESTADO DE SÃO PAULO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. PROVA DO REPASSE. DESNECESSIDADE. TRIBUTO DE NATUREZA INDIRETA. LEGITIMIDADE ATIVA DO RESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO.).
1. .....
2. Os embargos de declaração têm como requisito de admissibilidade a indicação de algum dos vícios previstos no art. 535, do CPC, constantes do decisum embargado, não se prestam, portanto, ao rejulgamento da matéria posta nos autos, pois, visam, unicamente, completar a decisão quando presente omissão de ponto fundamental, contradição entre a fundamentação e a conclusão ou obscuridade nas razões desenvolvidas.
3. Impõe-se a rejeição de embargos declaratórios que, à guisa de omissão, têm o único propósito de prequestionar a matéria objeto de recurso extraordinário a ser interposto. Precedente da Corte Especial: EDcl nos EREsp 173273/SP, Relator Ministro Barros Monteiro, DJ de 06.06.2005).
4. Embargos de declaração rejeitados.
(Superior Tribunal de Justiça, EDcl no AgRg no REsp 621.556/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15.09.2005, DJ 26.09.2005 p. 187)
EMENTA: Embargos de declaração com caráter infringente. Ausência de omissão, obscuridade ou contradição. Embargos de Declaração rejeitados.
(Supremo Tribunal Federal, EMB. DECL. NO AG. REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 196.136/CE, rel. Ministro. JOAQUIM BARBOSA, SEGUNDA TURMA, julgado em 30/08/2005)
EMENTA:
1. RECURSO. Embargos de declaração. Inadmissibilidade. Omissão, contradição ou obscuridade. Inexistência. Embargos de declaração rejeitados. Não se admitem embargos de declaração de decisão em que não há omissão, contradição nem obscuridade.
2. RECURSO. Embargos de declaração. Caráter meramente protelatório. Litigância de má-fé. Imposição de multa. Aplicação do art. 538, parágrafo único, cc. arts. 14, II e III, e 17, VII, do CPC. Quando abusiva a interposição de embargos declaratórios, manifestamente protelatório, deve o Tribunal condenar o embargante a pagar multa ao embargado.
(Supremo Tribunal Federal, EMB. DECL. NO AG. REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 162.421/GO, rel. Ministro CEZAR PELUSO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 30/08/2005)
EMENTA.
PROCESSUAL CIVIL, CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS. POLICIAL MILITAR. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. OFENSA AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. CONFIGURAÇÃO. AUSÊNCIA DE ADVOGADO OU DEFENSOR DATIVO. PRECEDENTES. EMBARGOS REJEITADOS.
I - Os embargos de declaração devem atender aos seus requisitos, quais sejam, suprir omissão, contradição ou obscuridade, não havendo qualquer um desses pressupostos, rejeitam-se os mesmos.
II - O Superior Tribunal de Justiça possui jurisprudência uniforme no sentido de que os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, igualmente incidentes na esfera administrativa, têm por escopo propiciar ao servidor oportunidade de oferecer resistência aos fatos que lhe são imputados, sendo obrigatória a presença de advogado constituído ou defensor dativo. Precedentes.
III - Não havendo a observância dos ditames previstos resta configurado o desrespeito aos princípios do devido processo legal, não havendo como subsistir a punição aplicada.
IV - O julgador não está obrigado a responder a todos os questionamentos formulados pelas partes, competindo-lhe, apenas, indicar a fundamentação adequada ao deslinde da controvérsia, observadas as peculiaridades do caso concreto, como ocorreu in casu, não havendo qualquer omissão no julgado embargado.
V - Inviável a utilização dos embargos de declaração, sob a alegação de pretensa contradição, quando a pretensão almeja - em verdade - reapreciar o julgado, objetivando a alteração do conteúdo meritório da decisão embargada.

VI - Embargos de declaração rejeitados.
(EDcl no RMS 20.148/PE, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 02.05.2006, DJ 29.05.2006, p. 269)
No caso específico dos autos observa-se que o acórdão guerreado não ostenta qualquer dos vícios elencados no artigo 535 do Código de Processo Civil, além do que a parte embargante não deduziu com clareza qual seria o "ponto" do julgado que o contaminaria de omissão ou contradição e nem aonde residiria eventual "obscuridade" do decisum.
Então, calha à perfeição o seguinte julgado:
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. (TRIBUTÁRIO. PREVIDENCIÁRIO. CONTRIBUIÇÃO AO FUNRURAL. INCRA. DATA DA EXTINÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CORREÇÃO MONETÁRIA. ÍNDICES).
1.....
2. Deveras, é cediço que inocorrentes as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, não há como prosperar o inconformismo, cujo real objetivo é a pretensão de reformar o decisum, o que é inviável de ser revisado em sede de embargos de declaração, dentro dos estreitos limites previstos no artigo 535 do CPC.
3. Embargos de declaração rejeitados.
(Superior Tribunal de Justiça, EDcl nos EDcl nos EDcl no REsp 418.596/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06.09.2005, DJ 26.09.2005 p. 180)
A propósito, convém recordar que o acórdão não se sujeita a embargos de declaração válidos se o objetivo do embargante é compelir o Tribunal a apreciar outros argumentos ou motivos deduzidos pela parte no recurso originário; realmente, é lição já antiga que do órgão julgador se exige apenas que apresente fundamentação suficiente para justificar a decisão apresentada, não estando obrigado a apreciar cada um dos múltiplos argumentos deduzidos pela parte. Decisão judicial não é resposta a "questionário" da parte recorrente.
Enfim, embargos declaratórios descabem para compelir o Judiciário a "inovar" na apreciação do recurso, examinando questões e argumentos novos não deduzidos na fundamentação ou no pleito recursal originário. Essa a posição do Superior Tribunal de Justiça. Confira-se:
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PARA FUNRURAL E INCRA. CORREÇÃO MONETÁRIA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 211/STJ.
1. Ausentes as hipóteses de cabimento dos embargos de declaração, consoante artigo 535 do CPC.
2. Os aclaratórios não se prestam para que sejam analisadas questões já discutidas e nem para inovar em tese jurídica não ventilada nas instâncias inferiores. Aplicação da Súmula nº 211/STJ.
3. Embargos de declaração rejeitados.
(EDcl no REsp 670.467/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 02.08.2005, DJ 05.09.2005 p. 369 - destaquei)
TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. EXISTÊNCIA. TESE NOVA. IMPOSSIBILIDADE.
1. Não cabe desnaturar os aclaratórios com o intuito de inovar em tese jurídica não ventilada em momento oportuno. A alegação de intempestividade do recurso especial deveria ter sido alegada no primeiro momento que coubesse à parte falar nos autos.
2.....
3. Embargos de declaração do INSS rejeitados. Embargos de declaração dos contribuintes acolhidos, sem efeitos modificativos.
(EDRESP 383.726/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 05.04.2005, DJ 22.08.2005 p. 188 - destaquei)
PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - PRESCRIÇÃO - TERMO A QUO - FALTA DE PREQUESTIONAMENTO - IMPOSSIBILIDADE DE INOVAÇÃO- EFEITO INFRINGENTE.
1. Não é possível inovar o pedido no julgamento dos embargos de divergência, pleiteando a prevalência de tese não discutida anteriormente.
2. Inexistente qualquer hipótese do art. 535 do CPC, não merecem acolhida embargos de declaração com nítido caráter infringente.
3. Embargos de declaração rejeitados.
(EDcl nos EDcl nos EREsp 96.560/AL, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22.09.2004, DJ 06.12.2004 p. 186).
Os embargos deduzidos nestes autos não se enquadram na estreita via legal que autoriza seu acolhimento; ao contrário, escapam da trilha legal porquanto o acórdão não experimenta qualquer dos vícios indicados no multicitado artigo 535 e os declaratórios não se prestam aos objetivos acima indicados.
Pelo exposto, com fulcro no que dispõe o artigo 557, "caput", do Código de Processo Civil, conheço dos presentes Embargos de Declaração para negar-lhes seguimento.
Com o trânsito dê-se baixa.
Intimem-se.
São Paulo, 07 de fevereiro de 2007.

JOHONSOM di SALVO
DESEMBARGADOR FEDERAL
RELATOR

PROC.	:	2005.03.00.013466-8 AG 230539
ORIG.	:	200461140078375 3 Vr SAO BERNARDO DO CAMPO/SP
AGRTE	:	DADIVA DE JESUS SILVA
ADV	:	ITACI PARANAGUÁ SIMON DE SOUZA
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE S B DO CAMPO SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos, em decisão.
Trata-se de Embargos de Declaração opostos por Dádiva de Jesus Silva em face do v. acórdão proferido pela E. Primeira Turma, que negou provimento ao agravo de instrumento (fls. 125/126).
Alega a embargante ter ocorrido omissão no v. acórdão, uma vez que não consta fundamento sobre os pressupostos residentes no parágrafo 7º do artigo 273 do Código de Processo Civil, ou seja, se a presente pretensão tem caráter incidental cautelar.
Ao final, requer a expressa manifestação desta Egrégia Corte sobre a referida matéria a fim de que seja sanada a omissão.
Decido.
A teor do que dispõe o art. 535, I e II, do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração apenas quando há no acórdão obscuridade, contradição ou omissão relativa a ponto sobre o qual deveria pronunciar-se o Tribunal, descabendo, assim, sua utilização com o escopo de "obrigar" o órgão julgador a rever orientação anteriormente esposada por ele, sob o fundamento de que não teria sido aplicado o melhor direito à espécie dos autos.
Não se prestam os declaratórios à revisão do acórdão, salvo casos excepcionalíssimos, e sim ao aperfeiçoamento do julgado.
Destarte, quando a embargante por meio desse expediente busca ver reapreciada a questão já examinada exaustivamente pela Turma sem indicar concretamente qualquer das alternativas do art. 535 do CPC, não podem prosperar os embargos de declaração, porquanto atribuir-lhe "efeitos infringentes" só é possível em caso de erro manifesto que redunde em nulidade do julgado, situação essa que nem de longe é visível no presente caso.
A propósito de todas essas considerações, confira-se:
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. FINALIDADE DE PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA OBJETO DE POSSÍVEL RECURSO EXTRAORDINÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL (PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. ADICIONAL DE IMPOSTO DE RENDA. LEI Nº 6.352/88, DO ESTADO DE SÃO PAULO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. PROVA DO REPASSE. DESNECESSIDADE. TRIBUTO DE NATUREZA INDIRETA. LEGITIMIDADE ATIVA DO RESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO.).
1. .....
2. Os embargos de declaração têm como requisito de admissibilidade a indicação de algum dos vícios previstos no art. 535, do CPC, constantes do decisum embargado, não se prestam, portanto, ao rejulgamento da matéria posta nos autos, pois, visam, unicamente, completar a decisão quando presente omissão de ponto fundamental, contradição entre a fundamentação e a conclusão ou obscuridade nas razões desenvolvidas.
3. Impõe-se a rejeição de embargos declaratórios que, à guisa de omissão, têm o único propósito de prequestionar a matéria objeto de recurso extraordinário a ser interposto. Precedente da Corte Especial: EDcl nos EREsp 173273/SP, Relator Ministro Barros Monteiro, DJ de 06.06.2005).
4. Embargos de declaração rejeitados.
(Superior Tribunal de Justiça, EDcl no AgRg no REsp 621.556/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15.09.2005, DJ 26.09.2005 p. 187)
EMENTA: Embargos de declaração com caráter infringente. Ausência de omissão, obscuridade ou contradição. Embargos de Declaração rejeitados.
(Supremo Tribunal Federal, EMB. DECL. NO AG. REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 196.136/CE, rel. Ministro. JOAQUIM BARBOSA, SEGUNDA TURMA, julgado em 30/08/2005)
EMENTA:
1. RECURSO. Embargos de declaração. Inadmissibilidade. Omissão, contradição ou obscuridade. Inexistência. Embargos de declaração rejeitados. Não se admitem embargos de declaração de decisão em que não há omissão, contradição nem obscuridade.
2. RECURSO. Embargos de declaração. Caráter meramente protelatório. Litigância de má-fé. Imposição de multa. Aplicação do art. 538, parágrafo único, cc. arts. 14, II e III, e 17, VII, do CPC. Quando abusiva a interposição de embargos declaratórios, manifestamente protelatório, deve o Tribunal condenar o embargante a pagar multa ao embargado.
(Supremo Tribunal Federal, EMB. DECL. NO AG. REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 162.421/GO, rel. Ministro CEZAR PELUSO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 30/08/2005)
EMENTA.
PROCESSUAL CIVIL, CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS. POLICIAL MILITAR. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. OFENSA AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. CONFIGURAÇÃO. AUSÊNCIA DE ADVOGADO OU DEFENSOR DATIVO. PRECEDENTES. EMBARGOS REJEITADOS.
I - Os embargos de declaração devem atender aos seus requisitos, quais sejam, suprir omissão, contradição ou obscuridade, não havendo qualquer um desses pressupostos, rejeitam-se os mesmos.
II - O Superior Tribunal de Justiça possui jurisprudência uniforme no sentido de que os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, igualmente incidentes na esfera administrativa, têm por escopo propiciar ao servidor oportunidade de oferecer resistência aos fatos que lhe são imputados, sendo obrigatória a presença de advogado constituído ou defensor dativo. Precedentes.
III - Não havendo a observância dos ditames previstos resta configurado o desrespeito aos princípios do devido processo legal, não havendo como subsistir a punição aplicada.
IV - O julgador não está obrigado a responder a todos os questionamentos formulados pelas partes, competindo-lhe, apenas, indicar a fundamentação adequada ao deslinde da controvérsia, observadas as peculiaridades do caso concreto, como ocorreu in casu, não havendo qualquer omissão no julgado embargado.
V - Inviável a utilização dos embargos de declaração, sob a alegação de pretensa contradição, quando a pretensão almeja - em verdade - reapreciar o julgado, objetivando a alteração do conteúdo meritório da decisão embargada.
VI - Embargos de declaração rejeitados.
(EDcl no RMS 20.148/PE, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 02.05.2006, DJ 29.05.2006, p. 269)
No caso específico dos autos observa-se que o acórdão guerreado não ostenta qualquer dos vícios elencados no artigo 535 do Código de Processo Civil, além do que a parte embargante não deduziu com clareza qual seria o "ponto" do julgado que o contaminaria de omissão ou contradição e nem aonde residiria eventual "obscuridade" do decisum.
Então, calha à perfeição o seguinte julgado:
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. (TRIBUTÁRIO. PREVIDENCIÁRIO. CONTRIBUIÇÃO AO FUNRURAL. INCRA. DATA DA EXTINÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CORREÇÃO MONETÁRIA. ÍNDICES).
1.....
2. Deveras, é cediço que inocorrentes as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, não há como prosperar o inconformismo, cujo real objetivo é a pretensão de reformar o decisum, o que é inviável de ser revisado em sede de embargos de declaração, dentro dos estreitos limites previstos no artigo 535 do CPC.
3. Embargos de declaração rejeitados.
(Superior Tribunal de Justiça, EDcl nos EDcl nos EDcl no REsp 418.596/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06.09.2005, DJ 26.09.2005 p. 180)
A propósito, convém recordar que o acórdão não se sujeita a embargos de declaração válidos se o objetivo do embargante é compelir o Tribunal a apreciar outros argumentos ou motivos deduzidos pela parte no recurso originário; realmente, é lição já antiga que do órgão julgador se exige apenas que apresente fundamentação suficiente para justificar a decisão apresentada, não estando obrigado a apreciar cada um dos múltiplos argumentos deduzidos pela parte. Decisão judicial não é resposta a "questionário" da parte recorrente.
Enfim, embargos declaratórios descabem para compelir o Judiciário a "inovar" na apreciação do recurso, examinando questões e argumentos novos não deduzidos na fundamentação ou no pleito recursal originário. Essa a posição do Superior Tribunal de Justiça. Confira-se:
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PARA FUNRURAL E INCRA. CORREÇÃO MONETÁRIA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 211/STJ.
1. Ausentes as hipóteses de cabimento dos embargos de declaração, consoante artigo 535 do CPC.
2. Os aclaratórios não se prestam para que sejam analisadas questões já discutidas e nem para inovar em tese jurídica não ventilada nas instâncias inferiores. Aplicação da Súmula nº 211/STJ.
3. Embargos de declaração rejeitados.
(EDcl no REsp 670.467/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 02.08.2005, DJ 05.09.2005 p. 369 - destaquei)
TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. EXISTÊNCIA. TESE NOVA. IMPOSSIBILIDADE.
1. Não cabe desnaturar os aclaratórios com o intuito de inovar em tese jurídica não ventilada em momento oportuno. A alegação de intempestividade do recurso especial deveria ter sido alegada no primeiro momento que coubesse à parte falar nos autos.
2.....
3. Embargos de declaração do INSS rejeitados. Embargos de declaração dos contribuintes acolhidos, sem efeitos modificativos.
(EDRESP 383.726/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 05.04.2005, DJ 22.08.2005 p. 188 - destaquei)
PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - PRESCRIÇÃO - TERMO A QUO - FALTA DE PREQUESTIONAMENTO - IMPOSSIBILIDADE DE INOVAÇÃO- EFEITO INFRINGENTE.
1. Não é possível inovar o pedido no julgamento dos embargos de divergência, pleiteando a prevalência de tese não discutida anteriormente.
2. Inexistente qualquer hipótese do art. 535 do CPC, não merecem acolhida embargos de declaração com nítido caráter infringente.
3. Embargos de declaração rejeitados.
(EDcl nos EDcl nos EREsp 96.560/AL, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22.09.2004, DJ 06.12.2004 p. 186).

Os embargos deduzidos nestes autos não se enquadram na estreita via legal que autoriza seu acolhimento; ao contrário, escapam da trilha legal porquanto o acórdão não experimenta qualquer dos vícios indicados no multicitado artigo 535 e os declaratórios não se prestam aos objetivos acima indicados.
Pelo exposto, com fulcro no que dispõe o artigo 557, "caput", do Código de Processo Civil, conheço dos presentes Embargos de Declaração para negar-lhes seguimento.
Com o trânsito dê-se baixa.
Intimem-se.
São Paulo, 07 de fevereiro de 2007.
JOHONSOM di SALVO
DESEMBARGADOR FEDERAL
RELATOR

PROC.	:	1999.61.05.013647-9 AC 821770
ORIG.	:	2 Vr CAMPINAS/SP
APTE	:	RENAN DEIVIS DEXTRO e outro
ADV	:	IRAN EDUARDO DEXTRO
APDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	JOSE CARLOS DE CASTRO
RELATOR	:	DES.FED. VESNA KOLMAR / PRIMEIRA TURMA

Vistos.
Indefiro o pedido de extinção do feito, com fulcro no artigo 269, V, do Código de Processo Civil, tendo em vista que o subscritor da petição de fls. 174 não têm poderes para renunciar ao direito sobre que se funda a ação (art. 38 do Código de Processo Civil).
Intime-se.
São Paulo, 15 de março de 2007.
VESNA KOLMAR
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2004.61.00.013762-0 AC 1158860
ORIG.	:	8 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	CONDOMINIO EDIFICIO AZALEIA
ADV	:	RODRIGO AUGUSTO TEIXEIRA PINTO
APDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	JOAO FRANCESCONI FILHO
RELATOR	:	DES.FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

DECISÃO
Ante a informação do apelante de que efetuou o pagamento integral do débito (fl. 101), objeto da presente controvérsia, restou configurada a perda do objeto da apelação.
Ante o exposto, NEGO SEGUIMENTO à apelação.
Intime-se.
Após, baixem os autos à origem.
São Paulo, 27 de março de 2007.
Desembargador Federal LUIZ STEFANINI
RELATOR

PROC.	:	2005.03.00.013968-0 AG 230806
ORIG.	:	200561000033867 8 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	WAGNER AYDAR
ADV	:	CARLOS HENRIQUE CHAVES BRUNO
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 8 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos, em decisão.
Trata-se de Embargos de Declaração opostos por Wagner Aydar em face do v. acórdão proferido pela E. Primeira Turma, que negou provimento ao agravo de instrumento e julgou prejudicado o agravo regimental (fls. 194/195).
Alega a embargante ter ocorrido omissão no v. acórdão, uma vez que não se manifestou expressamente em relação aos seguintes dispositivos legais: artigo 5º, incisos XII, XIV, XXXIV, XXXV e LIV da Constituição Federal; Lei nº 5.741/71; artigo 620 do Código de Processo Civil, artigo 21 do Regimento Interno do SCPC e artigo 18 do Regimento Nacional de Serviços de Proteção ao Crédito; artigos 39, VII, 42 e 43 do Código de Defesa do Consumidor.
Ao final, requer a expressa manifestação desta Egrégia Corte sobre a referida matéria a fim de que seja sanada a omissão.
Decido.
A teor do que dispõe o art. 535, I e II, do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração apenas quando há no acórdão obscuridade, contradição ou omissão relativa a ponto sobre o qual deveria pronunciar-se o Tribunal, descabendo, assim, sua utilização com o escopo de "obrigar" o órgão julgador a rever orientação anteriormente esposada por ele, sob o fundamento de que não teria sido aplicado o melhor direito à espécie dos autos.
Não se prestam os declaratórios à revisão do acórdão, salvo casos excepcionalíssimos, e sim ao aperfeiçoamento do julgado.
Destarte, quando a embargante por meio desse expediente busca ver reapreciada a questão já examinada exaustivamente pela Turma sem indicar concretamente qualquer das alternativas do art. 535 do CPC, não podem prosperar os embargos de declaração, porquanto atribuir-lhe "efeitos infringentes" só é possível em caso de erro manifesto que redunde em nulidade do julgado, situação essa que nem de longe é visível no presente caso.
A propósito de todas essas considerações, confira-se:
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. FINALIDADE DE PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA OBJETO DE POSSÍVEL RECURSO EXTRAORDINÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL (PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. ADICIONAL DE IMPOSTO DE RENDA. LEI Nº 6.352/88, DO ESTADO DE SÃO PAULO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. PROVA DO REPASSE. DESNECESSIDADE. TRIBUTO DE NATUREZA INDIRETA. LEGITIMIDADE ATIVA DO RESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO.).
1. .....
2. Os embargos de declaração têm como requisito de admissibilidade a indicação de algum dos vícios previstos no art. 535, do CPC, constantes do decisum embargado, não se prestam, portanto, ao rejulgamento da matéria posta nos autos, pois, visam, unicamente, completar a decisão quando presente omissão de ponto fundamental, contradição entre a fundamentação e a conclusão ou obscuridade nas razões desenvolvidas.
3. Impõe-se a rejeição de embargos declaratórios que, à guisa de omissão, têm o único propósito de prequestionar a matéria objeto de recurso extraordinário a ser interposto. Precedente da Corte Especial: EDcl nos EREsp 173273/SP, Relator Ministro Barros Monteiro, DJ de 06.06.2005).
4. Embargos de declaração rejeitados.
(Superior Tribunal de Justiça, EDcl no AgRg no REsp 621.556/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15.09.2005, DJ 26.09.2005 p. 187)
EMENTA: Embargos de declaração com caráter infringente. Ausência de omissão, obscuridade ou contradição. Embargos de Declaração rejeitados.
(Supremo Tribunal Federal, EMB. DECL. NO AG. REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 196.136/CE, rel. Ministro. JOAQUIM BARBOSA, SEGUNDA TURMA, julgado em 30/08/2005)
EMENTA:
1. RECURSO. Embargos de declaração. Inadmissibilidade. Omissão, contradição ou obscuridade. Inexistência. Embargos de declaração rejeitados. Não se admitem embargos de declaração de decisão em que não há omissão, contradição nem obscuridade.
2. RECURSO. Embargos de declaração. Caráter meramente protelatório. Litigância de má-fé. Imposição de multa. Aplicação do art. 538, parágrafo único, cc. arts. 14, II e III, e 17, VII, do CPC. Quando abusiva a interposição de embargos declaratórios, manifestamente protelatório, deve o Tribunal condenar o embargante a pagar multa ao embargado.
(Supremo Tribunal Federal, EMB. DECL. NO AG. REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 162.421/GO, rel. Ministro CEZAR PELUSO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 30/08/2005)
EMENTA.
PROCESSUAL CIVIL, CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS. POLICIAL MILITAR. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. OFENSA AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. CONFIGURAÇÃO. AUSÊNCIA DE ADVOGADO OU DEFENSOR DATIVO. PRECEDENTES. EMBARGOS REJEITADOS.
I - Os embargos de declaração devem atender aos seus requisitos, quais sejam, suprir omissão, contradição ou obscuridade, não havendo qualquer um desses pressupostos, rejeitam-se os mesmos.
II - O Superior Tribunal de Justiça possui jurisprudência uniforme no sentido de que os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, igualmente incidentes na esfera administrativa, têm por escopo propiciar ao servidor oportunidade de oferecer resistência aos fatos que lhe são imputados, sendo obrigatória a presença de advogado constituído ou defensor dativo. Precedentes.
III - Não havendo a observância dos ditames previstos resta configurado o desrespeito aos princípios do devido processo legal, não havendo como subsistir a punição aplicada.
IV - O julgador não está obrigado a responder a todos os questionamentos formulados pelas partes, competindo-lhe, apenas, indicar a fundamentação adequada ao deslinde da controvérsia, observadas as peculiaridades do caso concreto, como ocorreu in casu, não havendo qualquer omissão no julgado embargado.
V - Inviável a utilização dos embargos de declaração, sob a alegação de pretensa contradição, quando a pretensão almeja - em verdade - reapreciar o julgado, objetivando a alteração do conteúdo meritório da decisão embargada.
VI - Embargos de declaração rejeitados.
(EDcl no RMS 20.148/PE, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 02.05.2006, DJ 29.05.2006, p. 269)
No caso específico dos autos observa-se que o acórdão guerreado não ostenta qualquer dos vícios elencados no artigo 535 do Código de Processo Civil, além do que a parte embargante não deduziu com clareza qual seria o "ponto" do julgado que o contaminaria de omissão ou contradição e nem aonde residiria eventual "obscuridade" do decisum.
Então, calha à perfeição o seguinte julgado:
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. (TRIBUTÁRIO. PREVIDENCIÁRIO. CONTRIBUIÇÃO AO FUNRURAL. INCRA. DATA DA EXTINÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CORREÇÃO MONETÁRIA. ÍNDICES).
1.....
2. Deveras, é cediço que inocorrentes as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, não há como prosperar o inconformismo, cujo real objetivo é a pretensão de reformar o decisum, o que é inviável de ser revisado em sede de embargos de declaração, dentro dos estreitos limites previstos no artigo 535 do CPC.
3. Embargos de declaração rejeitados.
(Superior Tribunal de Justiça, EDcl nos EDcl nos EDcl no REsp 418.596/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06.09.2005, DJ 26.09.2005 p. 180)
A propósito, convém recordar que o acórdão não se sujeita a embargos de declaração válidos se o objetivo do embargante é compelir o Tribunal a apreciar outros argumentos ou motivos deduzidos pela parte no recurso originário; realmente, é lição já antiga que do órgão julgador se exige apenas que apresente fundamentação suficiente para justificar a decisão apresentada, não estando obrigado a apreciar cada um dos múltiplos argumentos deduzidos pela parte. Decisão judicial não é resposta a "questionário" da parte recorrente.
Enfim, embargos declaratórios descabem para compelir o Judiciário a "inovar" na apreciação do recurso, examinando questões e argumentos novos não deduzidos na fundamentação ou no pleito recursal originário. Essa a posição do Superior Tribunal de Justiça. Confira-se:
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PARA FUNRURAL E INCRA. CORREÇÃO MONETÁRIA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 211/STJ.
1. Ausentes as hipóteses de cabimento dos embargos de declaração, consoante artigo 535 do CPC.
2. Os aclaratórios não se prestam para que sejam analisadas questões já discutidas e nem para inovar em tese jurídica não ventilada nas instâncias inferiores. Aplicação da Súmula nº 211/STJ.
3. Embargos de declaração rejeitados.
(EDcl no REsp 670.467/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 02.08.2005, DJ 05.09.2005 p. 369 - destaquei)
TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. EXISTÊNCIA. TESE NOVA. IMPOSSIBILIDADE.
1. Não cabe desnaturar os aclaratórios com o intuito de inovar em tese jurídica não ventilada em momento oportuno. A alegação de intempestividade do recurso especial deveria ter sido alegada no primeiro momento que coubesse à parte falar nos autos.
2.....
3. Embargos de declaração do INSS rejeitados. Embargos de declaração dos contribuintes acolhidos, sem efeitos modificativos.
(EDRESP 383.726/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 05.04.2005, DJ 22.08.2005 p. 188 - destaquei)
PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - PRESCRIÇÃO - TERMO A QUO - FALTA DE PREQUESTIONAMENTO - IMPOSSIBILIDADE DE INOVAÇÃO- EFEITO INFRINGENTE.
1. Não é possível inovar o pedido no julgamento dos embargos de divergência, pleiteando a prevalência de tese não discutida anteriormente.
2. Inexistente qualquer hipótese do art. 535 do CPC, não merecem acolhida embargos de declaração com nítido caráter infringente.
3. Embargos de declaração rejeitados.
(EDcl nos EDcl nos EREsp 96.560/AL, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22.09.2004, DJ 06.12.2004 p. 186).
Os embargos deduzidos nestes autos não se enquadram na estreita via legal que autoriza seu acolhimento; ao contrário, escapam da trilha legal porquanto o acórdão não experimenta qualquer dos vícios indicados no multicitado artigo 535 e os declaratórios não se prestam aos objetivos acima indicados.
Pelo exposto, com fulcro no que dispõe o artigo 557, "caput", do Código de Processo Civil, conheço dos presentes Embargos de Declaração para negar-lhes seguimento.
Com o trânsito dê-se baixa.
Intimem-se.
São Paulo, 07 de fevereiro de 2007.
JOHONSOM di SALVO
DESEMBARGADOR FEDERAL
RELATOR

PROC.	:	2000.03.99.013992-8 AC 576798
ORIG.	:	9706108190 2 Vr CAMPINAS/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	MARCELO FERREIRA ABDALLA
ADV	:	ÍTALO SÉRGIO PINTO
APDO	:	JOEL GUILHERME ALMEIDA TEIXEIRA e outro
ADV	:	JEFERSON TEIXEIRA DE AZEVEDO
RELATOR	:	DES.FED. VESNA KOLMAR / PRIMEIRA TURMA

Vistos em decisão.
Trata-se de apelação interposta contra a r. sentença proferida pelo MM. Juiz Federal da 2ª Vara Federal de Campinas/SP, que julgou procedente o pedido para o depósito do valor das prestações vencidas e vincendas, recalculadas no valor que entendem devido e condenou a requerida, ora apelante, ao pagamento de custas e honorários advocatícios, fixados em 10% (dez por cento) do valor atribuído à causa.
Às fls. 145, com a aquiescência da CEF, os apelados peticionaram requerendo a extinção do feito, nos termos do art. 269, V, do Código de Processo Civil, ao fundamento de que efetuarão o pagamento/transferência/liquidação/ renegociação da dívida. Informam, ainda, que arcarão com as custas judiciais e com os honorários advocatícios, os quais serão pagos à ré, na via administrativa.
A renúncia ao direito em que funda a ação é ato unilateral, que independe da anuência da parte adversa e pode ser requerida a qualquer tempo e grau de jurisdição até o trânsito em julgado da sentença.

Cita-se, a propósito, a decisão do Superior Tribunal de Justiça:
"PROCESSUAL CIVIL. DESISTÊNCIA DO RECURSO. RENÚNCIA AO DIREITO A QUE SE FUNDA A AÇÃO. TRÂNSITO EM JULGADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TRIBUTO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO.
1.A renúncia ao direito a que se funda a ação é ato unilateral, que independe da anuência da parte adversa e pode ser requerida a qualquer tempo e grau de jurisdição até o trânsito em julgado da sentença, cumprindo apenas ao magistrado averiguar se o advogado signatário da renúncia goza de poderes para tanto, ex vi do art. 38 do CPC.
2.No caso de desistência da ação declaratória inexigibilidade de débito tributário ante a adesão da autora ao programa de parcelamento de débito fiscal, a verba honorária é devida por força da aplicação do art. 26 do CPC. Portanto não está a autora isenta de ônus da sucumbência relativo a esta aço ordinária, cujos honorários são fixados em 5% sobre o valor da causa.
3.Reconsideração da decisão agravada para homologar a renúncia do direito a que se funda a ação e a desistência do recurso e, em conseqüência julgar o processo extinto em relação à autora Viação Goiânia Ltda.
(Agravo Regimental nos Embargos de Declaração no RESP - 422734, processo nº 200200246390, Relator Min. Teori Albino Zavascki, STJ -1ª Turma, v.u, j. 07.10.2003, DJ 28.10.2003, P.192).
Acresce-se que o pedido como formulado equivale à improcedência do pedido.
Nesse sentido vem decidindo a jurisprudência deste Tribunal:
"PROCESSO CIVIL. REMESSA OBRIGATÓRIA. PEDIDO DE DESISTÊNCIA DA AÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. RENÚNCIA AO DIREITO EM QUE SE FUNDA A AÇÃO. ACOLHIMENTO.
1.Incabível pedido de desistência da ação formulado após a prolação de sentença de mérito sob pena de se inutilizar uma decisão que pôs fim ao litígio.
2.Manifestação de renúncia ao direito em que se funda a ação compatível com a pendência do reexame necessário por equivaler à verdadeira improcedência do pedido.
3.Acolhimento do pedido, arcando a autora com as despesas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado dado à causa"
(Remessa Ex Officio nº 97.03.014983-9, Relator Desembargador Baptista Pereira, TRF - 3ª Turma, v.u, j. 25.06.97, DJ 01.10.97, P.080535).
"PROCESSUAL CIVIL. REMESSA OFICIAL. PAGAMENTO. RENÚNCIA AO DIREITO SOBRE O QUE SE FUNDA A AÇÃO. ACOLHIMENTO.
-Uma vez entregue a prestação jurisdicional, não há mais que se falar em desistência da ação, que é causa de extinção do processo, incabível quando já se acha extinto.
-Possível a renúncia ao direito sobre o qual se funda a ação, substituindo-se a sentença prolatada por outra também dispondo sobre o mérito da causa em sentido contrário ao pedido da autora.
-Extinção da ação com julgamento do mérito, devido ao pagamento do crédito tributário".
(Remessa Ex Officio nº 96.03.000258-5, Relatora Desembargadora Therezinha Cazerta, TRF - 4ª Turma, v.u, 04.12.2002, DJ 14.03.2003, p. 514).
Por esses fundamentos, homologo o pedido formulado e julgo extinto o processo, nos termos do artigo 269, inciso V, do Código de Processo Civil, restando prejudicado o recurso de apelação interposto.
Oportunamente, baixem os autos os autos à vara de origem, observadas as formalidades legais.
Intimem-se.
São Paulo, 22 de janeiro de 2007.

VESNA KOLMAR
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2001.03.99.014593-3 AC 680542
ORIG.	:	9300108794 20 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	RITA DE CASSIA SCHERRER e outro
ADV	:	MARILDA MAZZINI
APDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	TERESA DESTRO
RELATOR	:	JUIZ CONV. CASTRO GUERRA / PRIMEIRA TURMA

Ante o teor da petição de fls. 262/263, homologo a renúncia ao direito sobre que se funda a ação, nos termos do artigo 269, V, do Código de Processo Civil, para que surta seus efeitos legais, e julgo prejudicada a apelação interposta.
Oportunamente, observadas as formalidades legais, remetam-se os autos ao Juízo de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 09 de fevereiro de 2007.

MÁRCIO MESQUITA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2000.03.00.014961-3 AG 105709
ORIG.	:	200061100008540 2 Vr SOROCABA/SP
AGRTE	:	PAULO CEZAR NOTARIO
ADV	:	ANTONIO REZENDE FOGACA DE ALMEIDA
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	JOSE PAULO NEVES
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE SOROCABA >10ª SSJ>SP
RELATOR	:	JUIZ CONV. GILBERTO JORDAN / PRIMEIRA TURMA

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto em face da r. decisão que, em ação cautelar inominada, indeferiu a liminar pleiteada, que objetivava a suspensão da execução extrajudicial do Decreto-Lei nº 70/66 e dos leilões designados para os dias 22.03.00 e 06.04.00.
À fl. 115, foi deferido o efeito suspensivo, em juízo de cognição sumária.
Apresentada contraminuta às fls. 121/137.
Conforme se verifica em sentença proferida na ação cautelar, o MM. Juiz a quo julgou extinto o processo, nos termos do artigo 808, inciso I, do Código de Processo Civil.
Destarte, restou prejudicado o presente agravo de instrumento por perda de seu objeto.
Em face de todo o exposto, com fundamento no art. 557, caput, do Código de Processo Civil, julgo PREJUDICADO o agravo de instrumento.
Intimem-se.
Após as formalidades legais, baixem os autos à vara de origem.
São Paulo, 7 de março de 2007.

Desembargador Federal Luiz Stefanini
Relator

PROC.	:	2007.03.00.015031-2 AG 292534
ORIG.	:	200661000256356 19 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	EMPRESA AUTO ONIBUS PENHA SAO MIGUEL LTDA
ADV	:	LUIS FERNANDO DIEDRICH
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 19 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos, em decisão.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por EMPRESA AUTO ÔNIBUS PENHA SÃO MIGUEL LTDA contra decisão de fls. 415/416 (fls. 404/406 dos autos originais) proferida pelo Juízo Federal da 19ª Vara Cível de São Paulo que, em sede de ação anulatória, indeferiu antecipação de tutela requerida pela autora para o fim de suspender os efeitos da portaria de exclusão do REFIS, de modo a garantir sua imediata reinclusão no mencionado programa de parcelamento.
Assim procedeu o magistrado federal por considerar que o pagamento das parcelas não é o único requisito para manter a autora no REFIS, sendo que a "lei regente elenca objetivamente as hipóteses de exclusão, nas quais a autora se enquadra", quais sejam, a mudança do objeto social que acarretou a redução do faturamento e o não recolhimento das contribuições devidas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
Pleiteia a agravante a concessão de efeito suspensivo (fls. 44) aduzindo, em síntese, que a mudança do objeto social da empresa teve por finalidade "adequar-se às questões e necessidades mercadológicas", mas que em nenhum momento deixou de recolher as parcelas devidas ao REFIS.
Junta documento atestando a regularidade de recolhimento das contribuições devidas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (fls. 45/46).
DECIDO.
Através do presente recurso pretende a parte agravante demonstrar a inocorrência de infração à Lei nº 9.964/2000 que justificasse sua exclusão do REFIS.
A Portaria Comitê Gestor do Programa de Recuperação Fiscal nº 1.425, de 11 de setembro de 2006, excluiu a agravante do REFIS por estarem configuradas duas hipóteses de exclusão, a saber (fls. 131):
"a) art. 5º, inciso I, combinado com o art. 3º, inciso V, da Lei nº 9.964/2000, de 10 de abril de 2000 - falta do cumprimento regular das obrigações para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); e,
b) art. 5º, inciso XI, da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 - suspensão de atividades do objeto social e ausência de auferimento de receita bruta por 9 (nove) meses consecutivos."
Relativamente ao item "b", a agravante discorre longamente em sua minuta aduzindo que a mudança do objeto social deu-se por razões de mercado, mas que isso não impediu a agravada de receber mensalmente as parcelas do REFIS, as quais continuaram a ser pagas pela agravante.
Sustenta a agravada que a empresa agravante, após aderir ao REFIS, passou a adotar procedimentos a fim de burlar o referido programa, mediante a suspensão das atividades societárias e a substituição, de fato, das atividades originarias por outras, tudo com vistas a diminuir sua receita bruta e, por conseguinte, o valor das parcelas mensais devidas ao REFIS (fls. 290/310).
Em que pese as assertivas da empresa agravante, suas alegações não infirmam a motivação adotada pelo Comitê Gestor do REFIS - antes, a reforçam - na medida em que houve uma importante redução dos valores pagos mensalmente pela agravada, conforme se vê do confronto das guias de recolhimento acostadas às fls. 202/249.
De todo modo, a agravante não rebate de maneira eficaz o item "a" da Portaria do Comitê Gestor do REFIS, uma vez que os documentos juntados às fls. 45/46 não são contemporâneos à data de sua exclusão do programa de parcelamento.
Essa mesma observação foi feita pelo Juízo "a quo" (fls. 417), e a parte agravante não logrou demonstrar que manteve a regularidade no recolhimento do FGTS à época da exclusão.
Aliás, a agravante sequer faz menção expressa sobre esse tópico em seu recurso, citando apenas ao final da minuta "que sempre esteve regular com seus compromissos junto ao FGTS" (fls. 43, item "c").
Assim, não há mesmo verossimilhança nas alegações da recorrente, pelo que a interlocutória recorrida deve ser prestigiada.
Pelo exposto, INDEFIRO o efeito suspensivo pleiteado a fls. 44.
Comunique-se.
Cumpra-se o art. 527, V, Código de Processo Civil.
Int.
São Paulo, 20 de março de 2007.

JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.015110-9 AG 292648
ORIG.	:	199961000443940 23 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Empresa Brasileira de Infra Estrutura Aeroportuaria INFRAERO
ADV	:	SIMONE REZENDE AZEVEDO DAMINELLO
AGRDO	:	CGU CIA DE SEGUROS
ADV	:	ENILDA TAVARES RIBEIRO PORTO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 23 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto em face da r. decisão que, em sede de ação de ressarcimento de danos, reconsiderou o despacho de fl. 482, consignando que a matéria de fato já estava comprovada documentalmente, autorizando o julgamento antecipado da lide.
Informa a agravante que houve ajuizamento de ação da CGU Companhia de Seguros em face da INFRAERO - Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária, com o fito de obtenção de ressarcimento da indenização paga à segurada Zeneca Farmacêutica do Brasil Ltda, no montante de R$ 1.397.686,37, em razão da perda total do produto farmacêutico importado da Itália, cujo transporte foi realizado pela Varig S/A, -Viação Aérea Riograndense.
Noticia que, segundo o registro do Mantra a carga, de natureza perecível (de nomenclatura PER) não teve especificada a temperatura ideal de armazenamento, foi embarcada em 27/10/1998, chegando ao Aeroporto Internacional de Guarulhos - SP em 28/10/1998 e sendo armazenada no mesmo dia. A agravada registrou que as caixas de papelão apresentavam-se com diferença de peso, amassadas refitadas e furadas (avarias A C G H), consoante se infere no Termo de Vistoria Aduaneira nº 77/98.
Requereu por diversas vezes ao Magistrado a produção de prova oral e documental, buscando comprovar a lisura dos critérios e procedimentos adotados no recebimento e armazenamento da carga, que restou deferida. No entanto, a r. decisão foi reconsiderada, autorizando o julgamento antecipado da lide, por entender o Magistrado que a matéria de fato encontrava-se comprovada documentalmente.
Decido.
Entendo que o recurso contra decisão interlocutória do juízo monocrático só pode ser admitido ao Tribunal em caráter excepcional, caso haja demonstração da possibilidade de aplicação da cláusula de "lesão grave e de difícil reparação".
O artigo 1º da Lei n.º 11.187, de 19 de outubro de 2005, alterando o artigo 527 do Código de Processo Civil pretendeu transformar em regra o agravo retido, determinando ao Relator a conversão do agravo de instrumento em retido. Excepcionou algumas hipóteses, dentre elas, nos casos de inadmissão da apelação, nos feitos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, e quando se tratar de decisão suscetível de causa à parte lesão grave e de difícil reparação.
Não se tratando o caso vertente de nenhuma das duas primeiras hipóteses, resta a análise da existência ou não de perigo de lesão grave e de difícil reparação, a autorizar ou não a suposta conversão.
No caso em tela não vislumbro esse requisito. Cuida-se o caso vertente do reconhecimento de que a matéria de fato encontrava-se comprovada documentalmente, autorizando o julgamento antecipado da lide. Não se trata, assim, de hipótese irreversível, capaz de ensejar prejuízo iminente à parte.
Nesse passo reputo conveniente transcrever os ensinamentos da E. Desembargador Federal Elaine Harzhiem Macedo, integrante da 17ª Câmara Cível do TJRS, que em decisão proferida nos autos do processo n.º 70014138176, converteu o agravo de instrumento em retido, sinalizando:
"Firmar o conceito do que representa esta cláusula (da lesão grave e de difícil reparação) na atual formação do agravo de instrumento será tarefa árdua a ser enfrentada pelos doutrinadores e, em especial, pela jurisprudência, na medida em que se trata de cláusula de natureza de mérito e não tão-somente processual.
(...)
São as peculiaridades fáticas do caso concreto que deverão fornecer os parâmetros para a formação do juízo de convicção que, naquele caso específico, torna necessária a intervenção do segundo grau, por óbvio em caráter sumário de conhecimento e provisória porque pendente a causa de decisão final, isto é, a sentença".
Diante do exposto, CONVERTO O PRESENTE RECURSO EM AGRAVO RETIDO, e determino a REMESSA dos autos ao juízo monocrático.
Intimem-se.
São Paulo, 9 de março de 2007.

Desembargador Federal LUIZ STEFANINI
Relator

PROC.	:	2007.03.00.015223-0 AG 292675
ORIG.	:	200561000278839 14 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	HENIO RIBEIRO DOS SANTOS
REPTE	:	CADMESP CONSULTORIA EM FINANCIAMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
ADV	:	JOAO BENEDITO DA SILVA JUNIOR
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	ANTONIO CARLOS FERREIRA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 14 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. VESNA KOLMAR / PRIMEIRA TURMA

Vistos em decisão.
Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito ativo, interposto por Hênio Ribeiro dos Santos, por meio do qual pleiteia a reforma da decisão proferida nos autos da ação ordinária nº 2005.61.00.027883-9, em trâmite perante a 14ª Vara Cível Federal da Subseção Judiciária de São Paulo/SP, que indeferiu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela.
Alega, em síntese, que ajuizou a ação ordinária objetivando a revisão do contrato de financiamento de imóvel celebrado com a Caixa Econômica Federal para aquisição da casa própria, pleiteando a antecipação da tutela para:
a)obter autorização para efetuar o depósito das prestações vincendas no valor que entende correto;
b)assegurar a suspensão da execução extrajudicial promovida pela agravada; e,
c)a não inclusão de seu nome dos órgãos de proteção ao crédito.
Sustenta a presença dos requisitos legais para concessão da medida.
Requer, ainda, a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita.
É o relatório.
Decido.
A Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005, introduziu nova sistemática para interposição do recurso de agravo, e consagrou em definitivo a excepcionalidade da utilização do agravo de instrumento.
Assim, no novo regime, o relator deverá obrigatoriamente converter o agravo de instrumento em retido, salvo os casos expressamente previstos no artigo 522 do Código de Processo Civil.
Aludido dispositivo prevê que será admitida a interposição de agravo pela via de instrumento somente nos casos suscetíveis de causar lesão grave ou de difícil reparação, bem como nos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que está é recebida.
O caso em apreço se enquadra nas hipóteses elencadas, razão pela qual conheço do recurso.
Por primeiro, analiso o pedido de concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita.
O agravante declara não ter condições de pagar as custas do processo e os honorários advocatícios sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família.
O artigo 4o da Lei nº 1.060/50, com a redação dada pela Lei nº 7.510/86, estabeleça em favor do beneficiário da gratuidade processual a presunção juris tantum de necessidade do benefício, mediante simples afirmação na petição inicial, restando desnecessária a comprovação da miserabilidade econômica.
Assim, concedo ao recorrente os benefícios da assistência judiciária gratuita, todavia, apenas para isentá-lo do pagamento das custas recursais.
Passo ao exame do pedido de efeito suspensivo.
Nos termos do artigo 273 do Código de Processo Civil, são pressupostos para a antecipação da tutela jurisdicional: a) a presença de prova inequívoca, suficiente a demonstrar a verossimilhança da alegação, e b) a existência de risco de irreparabilidade ou de difícil reparação do direito, ou a existência do abuso de direito de defesa do réu.
No caso em apreço, apesar da possibilidade da ocorrência de dano irreparável ou de difícil reparação, não restou comprovada a verossimilhança da alegação, o que impede a concessão da antecipação dos efeitos da tutela na forma pleiteada.
Com efeito, entendo que o contrato de mútuo possui natureza de título executivo extrajudicial e, como tal, estando a parte em mora, pode ser executado pelo credor mesmo quando discutida a validade na esfera judicial, consoante o disposto no Artigo 585, § 1º, do Código de Processo Civil.
Ademais, tal execução encontra fundamento no Decreto-Lei n. 70/66, cuja recepção pela atual Constituição Federal já foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal quando do julgamento do Recurso Extraordinário n. 223.075-1/DF, cuja ementa passo a transcrever:
"EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL. DECRETO-LEI N. 70/66. CONSTITUCIONALIDADE.
1.Compatibilidade do aludido diploma legal com a carta da República, posto que, além de prever uma fase de controle judicial, conquanto a posteriori, da venda do imóvel objeto da garantia pelo agente fiduciário, não impede que eventual ilegalidade perpetrada no curso do procedimento seja reprimida, de logo, pelos meios processuais adequados.
2.Recurso conhecido e provido." (grifei)
Relator: Ministro ILMAR GALVÃO
(Origem: Supremo Tribunal Federal Classe: Recurso Extraordinário - 223.075-1 UF: DF Órgão Julgador: Primeira Turma Data do julgamento: 23.06.98 Fonte: DJ Data: 06.11.98 Página: 22)
Por esses fundamentos, indefiro o pedido de efeito suspensivo.
Intime-se a agravada para apresentar contraminuta.
Intime-se.
São Paulo, 21 de fevereiro de 2007.
VESNA KOLMAR
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2006.03.00.015234-1 AG 261723
ORIG.	:	200561060088137 3 Vr SAO JOSE DO RIO PRETO/SP
AGRTE	:	EMGEA Empresa Gestora de Ativos
ADV	:	MARIA SATIKO FUGI
AGRDO	:	ANAERCIO LUCIANO e outros
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE S J RIO PRETO SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos.
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS contra a r. decisão proferida nos autos da ação de execução que determinou o prosseguimento da execução, com fulcro na Lei 5.741/71 e a juntada dos avisos reclamando o pagamento da dívida, sendo estes, documentos indispensáveis à propositura da ação, com fulcro no art. 2º, inciso IV, da Lei 5.741/71 e art. 284, do Código de Processo Civil.
Não houve pedido expresso de efeito suspensivo (fls. 58).
Tendo em vista o teor das informações do Juízo "a quo" (fls. 90/92) que noticiam a prolação de sentença que julgou extinta a execução de origem, com fulcro no art. 794, inciso II, do Código de Processo Civil, julgo prejudicado o presente agravo, pela perda do seu objeto, nos termos do artigo 33, inciso XII, do Regimento Interno, desta Egrégia Corte, combinado com o artigo 557, do Código de Processo Civil.
Com o trânsito, restituam-se os autos ao juízo de origem.
Int.
São Paulo, 19 de março de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2000.61.00.015265-2 AC 1082105
ORIG.	:	3 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	ANA CLAUDIA FERREIRA CUNHA
ADV	:	NOEMI OLIVEIRA ROSA
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	MARIA GISELA SOARES ARANHA
APDO	:	OS MESMOS
RELATOR	:	JUIZ CONV. MÁRCIO MESQUITA / PRIMEIRA TURMA

Ante o teor da petição de fls. 200/201, homologo a transação realizada entre as partes, nos termos do artigo 269, inciso V do Código de Processo Civil, para que surta seus devidos efeitos legais, e julgo prejudicadas as apelações interpostas.
Oportunamente, observadas as formalidades legais, baixem os autos ao primeiro grau de jurisdição, onde deverão ser pleiteados os levantamentos solicitados.
Intimem-se.
São Paulo, 22 de março de 2007.
MÁRCIO MESQUITA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2007.03.00.015294-1 AG 292744
ORIG.	:	0005056527 10 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	SEBASTIAO AMARAL e outro
ADV	:	AUGUSTINHO APARECIDO DE OLIVEIRA
AGRDO	:	Furnas - Centrais Elétricas S/A
ADV	:	FABIO TARDELLI DA SILVA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 10 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. VESNA KOLMAR / PRIMEIRA TURMA

Vistos em decisão
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Sebastião Amaral e outro, por meio do qual pleiteia a reforma de decisão proferida nos autos da ação de desapropriação nº 0005056527, em trâmite perante o r. Juízo da 10ª Vara Federal de São Paulo-SP, que determinou a suspensão do feito e dos Embargos a execução fiscal.
Não havendo pedido de efeito suspensivo, processe-se o presente agravo.
Solicitem-se informações ao MM. Juízo a quo.
Manifestem-se os agravados, nos termos do artigo 527, inciso V, do Código de Processo Civil.
Publique-se.
São Paulo, 15 de março de 2007.
VESNA KOLMAR
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2003.61.05.015463-3 AC 1135444
ORIG.	:	6 Vr CAMPINAS/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	PAULO CESAR VALLE DE CASTRO CAMARGO
APDO	:	JF REPARACOES AUTOMOBILISTICAS LTDA
ADV	:	RAPHAEL RODRIGUES PEREIRA DA SILVA
RELATOR	:	JUIZ CONV. MÁRCIO MESQUITA / PRIMEIRA TURMA

Fls. 143/145: Defiro a vista dos autos fora de Cartório pelo prazo de 10 (dez) dias.
Intime-se.
São Paulo, 12 de março de 2007.
MÁRCIO MESQUITA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2007.03.00.015534-6 AG 292871
ORIG.	:	9800000017 A Vr BARRETOS/SP 9800115237 A Vr BARRETOS/SP
AGRTE	:	Caixa Econômica Federal - CEF
ADV	:	ELIANE GISELE COSTA CRUSCIOL
AGRDO	:	HENRIQUE ARUTIM E CIA LTDA -ME
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DO SAF DE BARRETOS SP
RELATOR	:	DES.FED. VESNA KOLMAR / PRIMEIRA TURMA

Vistos em decisão
Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto por Caixa Econômica Federal - CEF, por meio do qual pleiteia a reforma da decisão proferida nos autos da ação ordinária nº 9800000017, em trâmite perante o Juízo de Direito do Setor de Anexo Fiscal de Barretos/SP, que determinou a remessa dos autos para a uma das Varas da Justiças do Trabalho.
Da análise da procuração acostada aos autos à fl. 13/14 verifica-se que não consta o nome da subscritora do recurso Dra. Eliane Gisele Costa Crusciol. Assim, a agravante não instruiu devidamente o presente recurso, deixando de juntar cópia outorgada a advogada da agravante, peça essencial para a formação do instrumento, nos termos do art. 525, inciso I, do Código de Processo Civil.
Por essa razão, não conheço do recurso em razão da deficiência na formação de seu instrumento.
Decorrido o prazo recursal, remetam-se os autos à Vara de origem, procedendo-se às devidas anotações.
Intimem-se.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
VESNA KOLMAR
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.015563-2 AG 292926
ORIG.	:	200661000277864 9 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	MARIA CONCEICAO DE SOUSA MATHEUS e outros
ADV	:	APARECIDO INACIO
AGRDO	:	Universidade Federal de Sao Paulo - UNIFESP
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 9 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. VESNA KOLMAR / PRIMEIRA TURMA

Vistos em decisão.
Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito ativo, interposto por Maria Conceição de Sousa Mateus e outros, por meio do qual pleiteiam a reforma da decisão proferida pelo MM. Juiz Federal da 9ª Vara da Subseção Judiciária de São Paulo/SP, nos autos do mandado de segurança nº 2006.61.00.027786-4, que determinou a substituição das cópias dos documentos que instruíram a inicial por cópias autenticadas.
Sustentam, em síntese, os agravantes que:
a) os artigos 225 do Código Civil e 383 do Código de Processo Civil dispensam a autenticação de fotocópias; e,
c) a necessidade de autenticação das cópias fere o princípio da igualdade entre as partes, uma vez que os órgãos públicos são dispensados de tal exigência.
Requerem a concessão de efeito suspensivo ao recurso e que, ao final, seja dado total provimento ao agravo para que, reformando-se a decisão recorrida, seja afastada a exigência de substituição das cópias que instruem a inicial por cópias autenticadas.
É o relatório.
Decido.
A Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005, introduziu nova sistemática para interposição do recurso de agravo, e consagrou em definitivo a excepcionalidade da utilização do agravo de instrumento.
Assim, no novo regime, o relator deverá obrigatoriamente converter o agravo de instrumento em retido, salvo os casos expressamente previstos no artigo 522 do Código de Processo Civil.
Aludido dispositivo prevê que será admitida a interposição de agravo pela via de instrumento somente nos casos suscetíveis de causar lesão grave ou de difícil reparação, bem como nos de não-admissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que esta é recebida.
No caso em apreço, verifico a presença das hipóteses mencionadas, razão pela qual conheço do recurso.

Passo ao exame do pedido de concessão de efeito suspensivo.
O cerne da questão diz respeito à necessidade de autenticação das reproduções de documentos para instrução de processos judiciais.
Por diversas vezes, em decisões proferidas anteriormente, manifesteime no sentido de que as reproduções dos documentos para produzir o mesmo efeito que os originais deveriam estar devidamente autenticadas por oficial público ou conferidas em cartório. Este entendimento devia-se à disposição do artigo 365, inciso III, do Código de Processo Civil, nesta Corte regulamentado pela Resolução nº 54, de 15 de abril de 1996, da Presidência.
Todavia, a Lei nº 11.382/2006 alterou a redação do inciso IV do aludido artigo para desobrigar as partes da exigência de autenticação das reproduções de documentos para instrução do processo, bastando a declaração do próprio advogado, sob sua responsabilidade pessoal, de que elas são autênticas.
Transcrevo referido texto normativo:
"Art. 365. Fazem a mesma prova que os originais:
(...)
IV - as cópias reprográficas de peças do próprio processo judicial declaradas autênticas pelo próprio advogado sob sua responsabilidade pessoal, se não lhes for impugnada a autenticidade."
Por esses fundamentos, defiro o pedido de efeito ativo para determinar o prosseguimento do processo, devendo, todavia, o advogado declarar a sua autenticidade.
Comunique-se o teor da decisão ao MM. Juiz "a quo".
Intime-se a agravada para apresentar contraminuta.
Intimem-se.
São Paulo, 19 de março de 2007.
VESNA KOLMAR
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.015596-6 AG 292941
ORIG.	:	200761000029460 4 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	MARIA RITA MACHADO e outro
ADV	:	NELSON HIROYUKI NAKAMURA
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto em face da r. decisão que, em ação cautelar, indeferiu o pedido de liminar que objetivava impedir o ato de qualquer medida executória extrajudicial, até decisão final, bem como que os réus se abstenham de vender e transferir o imóvel a terceiros. Requereu também a concessão dos benefícios da assistência gratuita.
Sustentam que nulidade da execução extrajudicial, em razão de irregularidades no procedimento do Decreto-Lei n.º 70/66, tal como ausência de notificação pessoal do devedor sobre o resultado do leilão, bem como não ter sido conferido aos Mutuários o direito de purgar a mora, até a assinatura da arrematação, conforme artigo 34 do Decreto. Requerem, outrossim, a concessão do efeito suspensivo.
Indeferiu a liminar pleiteada, consignando que não há como determinar à ré que se abstenha de prosseguir com o processo administrativo de execução extrajudicial, tendo em vista a presunção de constitucionalidade das normas, que, tratando-se de Decreto-lei nº 70/66 já foi declarada pelo STF. Houve concessão de benefícios da assistência gratuita (fls. 64-65)
Decido.
Deixo de apreciar o pedido de efeito suspensivo, aguardando a apresentação da contraminuta, haja vista que a documentação constante dos autos não dá conta da inexistência do direito da agravante em obter a suspensão da execução extrajudicial, por eventuais inobservâncias às regras previstas pelo Decreto-lei nº 70/66. Nesta oportunidade, deve a Caixa Econômica demonstrar a regular notificação pessoal do mutuário.
Intimem-se, inclusive a agravada para contraminuta, nos termos do artigo 527, inciso V, do Código de Processo Civil.
Comunique-se ao MM. Juízo a quo, para prestar informações em conformidade com o artigo 527, inciso IV do Código de Processo Civil, dentre as quais o cumprimento do previsto no artigo 526 pela agravante, do mesmo diploma legal.
Após, voltem conclusos.
São Paulo, 1 de março de 2007.
Desembargador Federal Luiz Stefanini
Relator

PROC.	:	2001.03.00.015604-0 AG 131563
ORIG.	:	9700000031 1 Vr SANTA ROSA DE VITERBO/SP
AGRTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	CLEUSA MARIA DE JESUS ARADO VENANCIO
AGRDO	:	VICTOR JOSE VELO PEREZ
PARTE R	:	IND/ MATARAZZO DE OLEOS E DERIVADOS LTDA
ADV	:	ROBERTA DE TINOIS E SILVA e outros
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE SANTA ROSA DE VITERBO SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos em decisão.
Trata-se de agravo de instrumento, sem pedido de efeito suspensivo, interposto pela Caixa econômica Federal - CEF contra decisão que deixou de "receber a apelação de fls. 301/304, vez que o recurso correto seria através de Agravo de Instrumento e não como proposto"(fls. 03).
Alega a agravante que existe dúvida objetiva na jurisprudência quanto ao recurso cabível contra decisão que acolhe exceção de pré-executividade excluindo alguns dos co-executados e determinando o prosseguimento quanto aos demais, de modo que deve ser conhecida a apelação pela aplicação do princípio da fungibilidade.
O recurso foi recebido pelo Desembargador Federal Oliveira Lima e processado sem efeito suspensivo, vez que ausente pedido expresso neste sentido na minuta de agravo (fls. 13 e 21).
Foram prestadas informações pelo d. juiz a quo (fls. 17/18).
Contraminuta oferecida as fls. 26/32.
É o relatório
Decido
Observo, contudo, que o instrumento não contém cópia da inicial do processo, da referida exceção de pré-executividade e da procuração da parte contrária, documentos necessários à formação e à devida apreciação do instrumento, nos termos do art. 525 do Código de Processo Civil.
A ausência das referidas peças impossibilita a verificação do acerto ou desacerto da decisão agravada, pois não se comprovou sequer em face de qual decisão foi interposta a apelação inadmitida pela decisão agravada.
Assim, por falha processual da própria recorrente, restam ausentes peças necessárias ao conhecimento do recurso de agravo de instrumento pela Turma.
No atual regime do agravo de instrumento não há espaço para conversão do mesmo em diligência a fim de que o recorrente possa suprir omissão ocorrida no desempenho da tarefa, que só a ele cabe, de formalizar o instrumento com peças obrigatórias e aquelas porventura necessárias.
Nesse sentido é a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal como se vê em AI nº 447.951/SP - AgR, Relator Ministro Gilmar Mendes, Segunda Turma, DJ 27/02/2004:
AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. 2. AUSÊNCIA DE PEÇAS OBRIGATÓRIAS À FORMAÇÃO DO INSTRUMENTO (ART. 544, § 1º). 3. IMPOSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIA PARA SANAR A FALTA. 4. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.
No âmbito do Superior Tribunal de Justiça o entendimento é o mesmo: AI nº 535.123/RJ - AgR, Relator Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, Terceira Turma, DJ 15/03/2004:
AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE TRASLADO DE PEÇA OBRIGATÓRIA. SÚMULA Nº 223/STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO ADMITIDOS POR DECISÃO MONOCRÁTICA.
1. Deixa-se de conhecer de agravo de instrumento não instruído com peça obrigatória, exigida pelo artigo 544, § 1º, do Código de Processo Civil, com a redação da Lei nº 10.352/01, conforme previsto no mesmo dispositivo e em consonância com a jurisprudência desta Corte e do Supremo Tribunal Federal que veda a conversão do julgamento em diligência com o propósito de suprir a falha.
(...)
No caso dos autos, a agravante deixou de instruir o recurso com as peças obrigatórias, sendo inviável a juntada posterior das mesmas, face à ocorrência da preclusão consumativa.
Confira-se o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema:
PROCESSUAL CIVIL - AUSÊNCIA DE PEÇAS OBRIGATÓRIAS - CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA.
1. A ausência de cópia da certidão de intimação da decisão agravada impede o conhecimento do agravo em razão dos óbices inscritos no art. 544, § 1º, do CPC.
2. O STJ pacificou o entendimento de que o momento oportuno de juntada das peças obrigatórias em agravo de instrumento é o do ato de sua interposição, não sendo admitido o traslado extemporâneo, em razão da ocorrência da preclusão consumativa.
Agravo regimental improvido.
(AgRg no Ag 694.775/PR, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 21.09.2006, DJ 24.11.2006 p. 276).
Pelo exposto, nego seguimento ao agravo de instrumento nos termos do art. 557, 'caput', do Código de Processo Civil.
Comunique-se.
Com o trânsito dê-se baixa.
Cumpra-se.
Int.
São Paulo, 19 de março de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.015608-9 AG 292950
ORIG.	:	200761000003811 10 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	BEATRIZ FERREIRA e outro
ADV	:	CARLOS ALBERTO DE SANTANA
AGRDO	:	Caixa Econômica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 10 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. VESNA KOLMAR / PRIMEIRA TURMA

Vistos em decisão
Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito ativo, interposto por Beatriz Ferreira e Marcelo Pillon, objetivando a reforma da decisão proferida nos autos da ação ordinária nº 2007.61.00.000381-1, em trâmite perante a 10ª Vara Cível Federal da Seção Judiciária de São Paulo/SP, que indeferiu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela.
Alegam, em síntese, que ajuizaram a ação ordinária objetivando a revisão do contrato de financiamento de imóvel celebrado com a Caixa Econômica Federal para aquisição da casa própria, pleiteando a antecipação da tutela para:
a)obter autorização para efetuar o depósito das prestações vincendas no valor que entende correto;
b)assegurar a suspensão da execução extrajudicial promovida pela agravada; e,
c)a não inclusão de seu nome nos órgãos de proteção ao crédito.
Sustentam a presença dos requisitos legais para concessão da medida.
É o relatório.
Decido.
A Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005, introduziu nova sistemática para interposição do recurso de agravo, e consagrou em definitivo a excepcionalidade da utilização do agravo de instrumento.
Assim, no novo regime, o relator deverá obrigatoriamente converter o agravo de instrumento em retido, salvo os casos expressamente previstos no artigo 522 do Código de Processo Civil.
Aludido dispositivo prevê que será admitida a interposição de agravo pela via de instrumento somente nos casos suscetíveis de causar lesão grave ou de difícil reparação, bem como nos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que está é recebida.
O caso em apreço se enquadra nas hipóteses elencadas, razão pela qual conheço do recurso.
Todavia, não verifico plausibilidade nas alegações dos agravantes a lhes ensejar a concessão do efeito ativo pleiteado.
Não há nos autos elementos que comprovem que os valores cobrados pela instituição financeira são abusivos em razão do descumprimento de cláusulas estabelecidas no contrato de financiamento firmado pelas partes, o que originou a cobrança de valores abusivos nas prestações.
Também não há risco de irreparabilidade ou de difícil reparação do direito da agravante, vez que caso a ação seja julgada procedente ao final, poderá pleitear a restituição dos valores pagos indevidamente, ou utilizá-los para o pagamento do saldo devedor remanescente.
O contrato de mútuo tem natureza de título executivo extrajudicial e, estando a parte em mora, pode ser executado pelo credor mesmo quando discutida sua validade na esfera judicial, consoante o disposto no artigo 585, § 1º, do Código de Processo Civil. Ademais, a execução extrajudicial encontra fundamento no Decreto-Lei nº 70/66, cuja constitucionalidade já foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal.
A inscrição do nome do devedor no cadastro de inadimplentes está prevista no artigo 43 do Código de Defesa do Consumidor, não caracterizando ato ilegal ou de abuso de poder. De outra parte, não há elementos suficientes nos autos que comprovem que eventual inscrição do nome dos agravados decorre exclusivamente do débito objeto da discussão nos autos da ação cautelar.
Por esses fundamentos, indefiro o pedido de efeito ativo.
Intime-se a agravada para apresentar contraminuta.
Intime-se.
São Paulo, 22 de março de 2007.
VESNA KOLMAR
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.015688-0 AG 293026
ORIG.	:	200761000030644 12 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	BANCO BRADESCO S/A
ADV	:	JEFFERSON LIMA NUNES
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
AGRDO	:	UNICORP EVENTOS LTDA e outros
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 12 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	JUIZ CONV. MÁRCIO MESQUITA / PRIMEIRA TURMA

Vistos.
Considerando que a decisão agravada foi reconsiderada pelo Juízo monocrático, conforme se depreende da consulta ao sistema processual informatizado que ora determino a juntada aos autos, nego seguimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 557, caput, do Código de Processo Civil.
Decorrido o prazo legal, sem manifestação das partes, baixem os autos à origem.
Intime-se.
São Paulo, 27 de março de 2007.
Márcio Mesquita
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2007.03.00.015769-0 AG 293059
ORIG.	:	200660050004737 1 Vr PONTA PORA/MS
AGRTE	:	JAYME PLANAS NAVARRO JUNIOR e outros
ADV	:	MEIRE DAS GRACAS OLIVEIRA LOPES FERREIRA
AGRDO	:	Instituto Nacional de Colonizacao e Reforma Agraria - INCRA
ADV	:	ALIPIO MIRANDA DOS SANTOS
ADV	:	MURILO ALBERTINI BORBA E ISABELLA MARIANA SAMPAIO PINHEIRO DE CASTRO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE PONTA PORA - 5ª SSJ - MS
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos, em decisão.
Trata-se de agravo de interposto por JAYME PLANAS NAVARRO JUNIOR e outros contra decisão de fl. 63 (fl. 340 dos autos originais), proferida pelo Juízo Federal da 1ª Vara de Ponta Porã/MS que, em autos de "ação anulatória de ato administrativo" ajuizada em face do INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, determinou a realização de prova pericial requerida pela autora "a fim de levantar a produtividade do imóvel objeto da demanda"..
Requer a antecipação dos efeitos da tutela recursal para (fls. 02) aduzindo, em síntese, que "a prova a ser elaborada não seria exatamente a de levantamento de produtividade, mas sim o da existência de uma situação anormal a recair no imóvel durante o período-referência", qual seja, "constatar o evento estiagem".
Sustenta que, "embora seja de utilidade o levantamento da produtividade do imóvel, o que se quer é o levantamento da existência ou não de situação de anomalia a recair sobre o imóvel".
DECIDO.
Reporta-se o presente instrumento a "ação anulatória" ajuizada por JAYME PLANAS NAVARRO JUNIOR e outros em face do INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA com o escopo de anular o processo administrativo que culminou com a classificação do imóvel de propriedade dos autores como "grande propriedade improdutiva".
No que interessa ao deslinde do agravo, a parte autora sustenta que o imóvel em questão está localizado em região que sofreu severa estiagem, o que afastaria a declaração de improdutividade do imóvel, fato este que não teria sido levado em conta pelo agravado.
De início, é de se questionar o interesse processual do agravante no presente recurso na medida que este reconhece a "utilidade o levantamento da produtividade do imóvel".
De todo maneira, é certo que o destinatário da prova é o juiz, o qual, exercendo seu poder de instrução da demanda, determinará a produção de provas que entenda úteis ou necessárias.
Esse é um juízo de valor que cabe ao magistrado, e não às partes.
Por fim, não se olvida que as partes poderão apresentar quesitos sobre a perícia na forma do art. 421 do Código de Processo Civil (prescrição constante da decisão agravada - fls. 63), o que afasta por completo a alegação de prejuízo ao direito da parte agravante.
Pelo exposto, INDEFIRO a antecipação dos efeitos da tutela recursal.
Comunique-se.
Cumpra-se o art. 527, V, do Código de Processo Civil.
Int.
São Paulo, 20 de março de 2007.

JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.015997-2 AG 293216
ORIG.	:	200661000160134 25 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	EVERALDO ASHLAY SILVA DE OLIVEIRA
AGRDO	:	ANTONIO CARLOS FRANCI
ADV	:	VERA LUCIA DE CERQUEIRA LOUREIRO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 25 VARA SÃO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

Intime-se o agravante para que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, regularize o recolhimento do valor destinado ao porte de remessa e retorno, nos termos da Resolução nº 255/2004, artigo 1º, cuja disposição estabelece que o recolhimento das custas, preços e despesas seja feito mediante Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, em qualquer agência da CEF - Caixa Econômica Federal, na sede do juízo competente para o ato, sob pena de negativa de seguimento.
Após, voltem os autos conclusos.
São Paulo, 12 de março de 2007.

Desembargador Federal LUIZ STEFANINI
Relator

PROC.	:	2001.61.00.017337-4 AC 821734
ORIG.	:	3 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	GUSTAVO OUVINHAS GAVIOLI
APDO	:	JEAN ORFENES DE CASTRO
RELATOR	:	DES.FED. VESNA KOLMAR / PRIMEIRA TURMA

Vistos em decisão.
Trata-se de apelação interposta contra a r. sentença proferida pela MMª Juíza Federal da 3ª Vara Cível de São Paulo/SP, que julgou extinto o processo sem julgamento de merito, com fundamento no artigo 267, inciso IV, do Código de Processo Civil.
Às fls. 55, a apelante peticionou requerendo a desistência do recurso interposto.
Isto posto, homologo o opedido de desistência formulado para que produza seus regulares efeitos, a teor do que dispõe o artigo 501, do Código de Processo Civil, c.c. artigo 33, VI, do Regimento Interno desta Corte.
Oportunamente, baixem os autos à vara de origem, observadas as formalidades legais.
Intimem-se.
São Paulo, 15 de março de 2007.

VESNA KOLMAR
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2002.03.00.017522-0 AG 154359
ORIG.	:	200161000190931 16 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	LUIZ AUGUSTO DE FARIAS
AGRDO	:	JOSE AUGUSTO DE ALVARENGA FILHO e outro
ADV	:	ANDERSON DA SILVA SANTOS
PARTE R	:	BANCO NOSSA CAIXA S/A
ADV	:	MIRIAM CARVALHO SALEM
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 16 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos, em decisão:
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela Caixa Econômica Federal em face de decisão proferida pelo Juízo Federal da 16ª Vara Federal de São Paulo, em sede de "ação de revisão contratual" que a autora move em face da Caixa Econômica Federal e do Banco Nossa Caixa S/A, nos seguintes termos:
"(...) Tendo em vista que o E. Tribunal Regional Federal da 3ª Região deferiu a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, determino que as rés procedam ao recolhimento dos honorários periciais, em rateio (R$ 500,00 para cada um dos réus), no prazo de 10 (dez) dias."
Pleiteia a Caixa Econômica Federal a reforma da decisão sustentando que: (1) estando na lide na qualidade de sucessora do ex-BNH, deve ser excluída da lide; (2) não consta do ordenamento jurídico que a parte ilegítima deva recolher as custas periciais; (3) as custas devem ser pagas pelo agente que concedeu o financiamento ao agravado; (4) quando o Tribunal decidiu que a parte contrária deve pagar as custas periciais não afirmou que a agravante deve pagar referidas custas, e sim a Nossa Caixa Nosso Banco.
O pedido de efeito suspensivo foi indeferido pelo então Relator Juiz Federal Convocado Rubens Calixto (fls. 115).
Para melhor conhecer da presente demanda foram requisitadas informações ao Juízo de origem, as quais foram prestadas a fls. 118/119.
Sobreveio agravo regimental às fls. 123/126, requerendo a reforma da decisão que indeferiu o efeito suspensivo.
Contraminuta acostada às fls. 135/142.
A decisão agravada determinou às rés o recolhimento dos honorários periciais, em rateio.
Ocorre que a agravante formulou pleito no sentido do reconhecimento de sua ilegitimidade passiva, no entanto essa matéria nem pode ser apreciada pelo Tribunal porque não foi objeto da decisão interlocutória recorrida, de modo que infletir sobre o tema representaria supressão de instância.
Com efeito, não se relacionando o agravo de instrumento interposto com a decisão recorrida, não vejo como ser conhecido do recurso interposto.
Nesse sentido aponta a doutrina e jurisprudência dominante a seguir colacionada:
PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA. RAZÕES DE RECORRER DISSOCIADAS DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DA SÚMULA 182/STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO CONHECIDO.
1. Não se conhece de recurso cujas razões mostram-se dissociadas dos fundamentos da decisão recorrida. Aplica-se, por analogia, o teor da Súmula 182/STJ. Precedentes.
2. Hipótese em que a decisão agravada, com base no art. 212 do RISTJ, negou seguimento ao pedido do impetrante, por incompetência do Superior Tribunal de Justiça para processar e julgar mandado de segurança contra Governador de Estado, e a parte agravante, todavia, limita-se a defender a legitimidade passiva de referida autoridade.
3. Agravo regimental não conhecido.
(AgRg no MS 12.060/RJ, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 13.12.2006, DJ 05.02.2007 p. 198)
PROCESSUAL CIVIL. FINSOCIAL. COMPENSAÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ. SEGUIMENTO NEGADO. AGRAVO REGIMENTAL QUE NÃO INFIRMA O FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ. INCIDÊNCIA.
I - O agravo de instrumento teve seu seguimento negado em face da incidência do óbice sumular n. 182/STJ, ante a flagrante deficiência de fundamentação do agravo de instrumento, porquanto a agravante, em suas razões de agravo, limita-se a afirmar que foi devidamente preenchido o requisito do prequestionamento, abstendo-se, assim, de impugnar o fundamento que embasou a inadmissão do recurso especial, qual seja, a não indicação expressa, nas razões recursais, do dispositivo de lei federal que restou violado pelo v. acórdão hostilizado.
II - No presente agravo regimental a agravante nada dispôs a respeito do fundamento encimado, pleiteando somente seja admitido seu recurso especial por terem sido preenchidos todos os pressupostos constitucionais necessários à sua admissibilidade, razão dissociada do fundamento da decisão, que, por conseguinte, não se presta a infirmá-la. Incidência do óbice sumular n. 182/STJ.
III - Agravo regimental não conhecido.
(AGA 791.032/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07.11.2006, DJ 14.12.2006 p. 277)
NÃO PREENCHE O PRESSUPOSTO DE ADMISSIBILIDADE DA REGULARIDADE FORMAL A APELAÇÃO CUJAS RAZÕES ESTÃO INTEIRAMENTE DISSOCIADAS DO QUE A SENTENÇA DECIDIU, NÃO PODENDO SER CONHECIDA. (JTJ 165/155).
(Código de Processo Civil Comentado, Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery, 6ª edição, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2002, p. 856)
Pelo exposto, nego seguimento ao agravo de instrumento interposto, o que faço com fulcro no que dispõe o art. 557, caput, do Código de Processo Civil, restando prejudicado o agravo regimental.
Decorrido o prazo legal, remetam-se os autos à Vara de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 14 de fevereiro de 2007.

JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2002.03.00.017523-2 AG 154326
ORIG.	:	200161000190931 16 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	BANCO NOSSA CAIXA S/A
ADV	:	ELISA DE MELO PEREIRA
AGRDO	:	JOSE AUGUSTO DE ALVARENGA FILHO e outro
ADV	:	ANDERSON DA SILVA SANTOS
PARTE R	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	JOSE PAULO NEVES
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 16 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos.
Junte-se o extrato em anexo referente ao andamento do agravo de instrumento nº 2002.03.00.010326-9.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo BANCO NOSSA CAIXA S/A em face de decisão proferida pelo Juízo Federal da 16ª Vara Federal de São Paulo, em sede de "ação de revisão contratual" que a autora move em face da Caixa Econômica Federal e do Banco Nossa Caixa S/A, nos seguintes termos:
"(...) Tendo em vista que o E. Tribunal Regional Federal da 3ª Região deferiu a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, determino que as rés procedam ao recolhimento dos honorários periciais, em rateio (R$ 500,00 para cada um dos réus), no prazo de 10 (dez) dias." (fls.
Inconformada, a agravante requereu a reforma da decisão para evitar que quaisquer das partes realizem o depósito dos honorários periciais, até que se dê o integral julgamento do recurso interposto.
Ao agravo de instrumento foi negado seguimento pelo então Relator Juiz Federal Convocado Rubens Calixto, com fundamento no artigo 33, inciso XIV, do Regimento Interno desta Corte, por entender ser a decisão agravada despacho de mero expediente (fls. 133).
A então agravante interpôs recurso (fls. 139/141) pleiteando a reforma da decisão que negou seguimento ao agravo de instrumento, sustentando, em síntese, que "torna-se imperioso que se aguarde o resultado do Recurso interposto, ou seja, o trânsito em julgado do V. Acórdão que decidir as matérias que estão sendo debatidas naquele processo, para que só então o feito tenha o seu normal prosseguimento" (fls. 140)
Tendo em vista que, em consulta ao sistema de acompanhamento processual deste Corte, houve o trânsito em julgado do acórdão proferido no agravo de instrumento a que se referia a ora agravante - nº 2002.03.00.010326-9 - o qual deu provimento ao recurso interposto pela parte autora para deferir a inversão do ônus da prova, julgo prejudicado o presente agravo legal, pela perda do seu objeto, nos termos do artigo 33, inciso XII, do Regimento Interno, desta Egrégia Corte, combinado com o artigo 557, do Código de Processo Civil.
Com o trânsito, restituam-se os autos ao juízo de origem.
Int.
São Paulo, 14 de fevereiro de 2007.

JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.018239-8 AG 293404
ORIG.	:	200561000088698 14 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	JULIANO HENRIQUE NEGRÃO GRANATO
AGRDO	:	ICO E NATURAL LANCHES LTDA e outros
ADV	:	ANDREA SANTANA DE SENA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 14 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos, em despacho.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL contra decisão de fl. 33 (fl. 61 dos autos originais) proferida pelo Juízo Federal da 14ª Vara de São Paulo que, em sede de ação monitória ajuizada pela ora agravante, inverteu o ônus da prova.
Assim procedeu o magistrado federal por considerar aplicável às instituições financeiras o art. 6º, VIII, da Lei nº 8.078/90, conforme decisão na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.591.
Requer a agravante a concessão de efeito suspensivo ao presente recurso (fls. 09) aduzindo, em síntese, que não foram atendidos os requisitos do art. 6º, VIII, da Lei nº 8.078/90 para determinar-se a inversão do ônus da prova.
Assim, pleiteia a aplicação da regra do art. 333 do Código de Processo Civil quanto à distribuição do ônus probante.
DECIDO.
Assevero que cuidando-se de ação monitória relativa a cobrança de contrato de crédito rotativo em que a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL figura como contratada há que se entender tratar-se de relação de consumo por versar inequívoca prestação de serviço a cargo de fornecedor (art. 3º, "fine", Lei 8.078/90) sendo certo que a lei define dentre os serviços a atividade bancária, financeira, de crédito e securitária desde que remunerada (§ 2º do art. 3º) e como o mútuo entre o adquirente e a CEF é remunerado não há como deixar de inserir essa relação entre as de consumo.
Como agente financeiro que é, e fornecedora mediante contraprestação de recursos, a CEF caracteriza-se como o "fornecedor" bem descrito no art. 3º da Lei nº 8.078/90.
Na outra ponta do pacto acha-se o mutuário como "consumidor", pois adquire o "serviço" - no caso o crédito objeto do contrato de cheque especial - para utilizar-se do dinheiro para si.
Salienta NELSON NERY JR. que "havendo outorga do dinheiro ou do crédito para que o devedor o utilize como destinatário final, há a relação de consumo que enseja a aplicação dos dispositivos do CDC" ("CDC Comentado pelos autores do Anteprojeto", ed. Forense, pág. 313).
O notável professor e Desembargador Federal NEWTON DE LUCCA em sua obra recentemente editada "Direito do Consumidor", ed. Quartier Latin, desenvolve com o peculiar brilhantismo a noção de que se aplicam as regras do Código, sem ressalvas, na hipótese em que "...banco subscreve contrato com uma pessoa física - seja para a prestação de serviços, seja para um mútuo -, a aplicação do CDC, em tal hipótese, há de ser integral".
Ora, o crédito, através de contrato de crédito rotativo, também se caracteriza como um dos produtos que a CEF fornece ao mercado consumidor.
Voltando às considerações do professor NEWTON DE LUCCA não há como discordar do mestre quando afirma haver efetiva aplicação da legislação consumerista "quando a relação jurídica de consumo estiver caracterizada - havendo no cliente do estabelecimento bancário a figura indiscutível do consumidor, em seu sentido original previsto no "caput" do art. 2º do CDC e não em alguns dos sentidos de consumidor por equiparação, constantes do parágrafo único desse art. 2º, do art. 17 e do art. 29 - dúvida nenhuma restará a respeito, posto que dita aplicação será integral. Em tal hipótese - e era escusado salientar - não apenas a legislação consumerista como os princípios constitucionais estabelecidos em favor dos consumidores serão aplicados à atividade bancária" (ob. cit., pág. 246).
Assim, conclui-se que a "inversão do ônus da prova" em favor do hipossuficiente (art. 6º, inc. VIII da Lei nº 8.078/90) aplica-se nos casos em que se discutem as regras do fornecimento de crédito mediante contrato de cheque especial.
O posicionamento do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA é firme nesse sentido, conforme se vê do seguinte aresto.
RECURSO ESPECIAL. CDC. APLICABILIDADE ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS. ENUNCIADO N. 297 DA SÚMULA DO STJ. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA (ART. 6º, INCISO VIII, DO CDC). MOMENTO PROCESSUAL. FASE INSTRUTÓRIA. POSSIBILIDADE.
1. Há muito se consolidou nesta Corte Superior o entendimento quanto à aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor às instituições financeiras (enunciado n. 297 da Súmula do STJ) e, por conseguinte, da possibilidade de inversão do ônus da prova, nos termos do inciso VIII do artigo 6º da lei consumerista.
2. O Tribunal de origem determinou, porém, que a inversão fosse apreciada somente na sentença, porquanto consubstanciaria verdadeira "regra de julgamento".
3. Mesmo que controverso o tema, dúvida não há quanto ao cabimento da inversão do ônus da prova ainda na fase instrutória - momento, aliás, logicamente mais adequado do que na sentença, na medida em que não impõe qualquer surpresa às partes litigantes -, posicionamento que vem sendo adotado por este Superior Tribunal, conforme precedentes.
4. Recurso especial parcialmente conhecido e, no ponto, provido.
(REsp 662.608/SP, Rel. Ministro HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, QUARTA TURMA, julgado em 12.12.2006, DJ 05.02.2007 p. 242)
O tema já foi diversas vezes apreciado mesmo através de decisões monocráticas. Confira-se:
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 816.044 - SC (2006/0209530-4) RELATOR : MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA AGRAVANTE : BANCO DE CRÉDITO NACIONAL S/A - BCN ADVOGADO : PAULO GUILHERME PFAU E OUTROS AGRAVADO : ELEGANT MODAS LTDA ADVOGADO : FLÁVIO PINHEIRO NETO E OUTROS
EMENTA AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONTRATO BANCÁRIO. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CDC. DISPOSIÇÕES DE OFÍCIO CASSADAS. INCIDÊNCIA DO CDC. PACTA SUNT SERVANDA RELATIVIZADO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INSCRIÇÃO DO NOME DO DEVEDOR EM CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. POSSIBILIDADE. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESTA EXTENSÃO, PARCIALMENTE PROVIDO.
(...)
5. A Segunda Seção desta Corte firmou entendimento no sentido de que o Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras, nos termos do Enunciado da Súmula nº 297/STJ.
Insta destacar que o Colendo Supremo Tribunal Federal, em julgamento concluído em 7 de junho de 2006, julgou improcedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.591, confirmando esse entendimento.
Nesse sentido: REsp 841466/RS, Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, DJ 30.06.2006; REsp 842700/RS, Rel. Min. HUMBERTO GOMES DE BARROS, DJ 30.06.2006; e AgRg no REsp 682205/RS; Rel. Min. JORGE SCARTEZZINI, DJ 20.02.2006.
(...)
Brasília (DF), 28 de fevereiro de 2007.
MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator
(Ministro HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, 12.03.2007)
Por fim, transcrevo a Súmula 297 do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA: "O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras".
Desta forma, ante a pacificação do tema perante os tribunais superiores (Súmula nº 297 do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA e julgamento da ADI nº 2.591 junto ao SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL), a interlocutória recorrida deve ser prestigiada.
Pelo exposto, INDEFIRO o efeito suspensivo reivindicado pela parte agravante.
Comunique-se.
Cumpra-se o art. 527, V, do Código de Processo Civil.
Int.
São Paulo, 12 de março de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2004.61.00.018319-8 AC 1148351
ORIG.	:	26 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	LUIZ CARLOS FERREIRA DE MELO
APDO	:	ISA MARQUES PORTO DO PRADO VALLADARES e outros
ADV	:	ANA LUCIA DE SOUSA FERREIRA
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos, em decisão.
Trata-se de Embargos de Declaração opostos por Isa Marques Porto do Prado Valladares e outros em face de decisão que não conheceu de parte da apelação interposta pela Caixa Econômica Federal e na parte conhecida, rejeitou a matéria preliminar argüida e, no mérito, deu parcial provimento (fls. 204/207).
Alega o embargante ter havido omissão no julgado, uma vez que a parcela indicada com "extra petita" não foi objeto do recurso de apelação e contradição, quanto à inaplicabilidade da condenação em verba honorária em ações dessa natureza, conforme no artigo 29-C da lei nº 8.036/90, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.164-41 de 24 de agosto de 2001 (fls. 211/212).
Decido.
Os embargos declaratórios somente podem ser utilizados quando houver no acórdão obscuridade, contradição ou omissão acerca de ponto sobre o qual deveria pronunciar-se o Tribunal e não o fez, isso nos exatos termos do artigo 535 do Código de Processo Civil.
Dos elementos constantes dos presentes autos de processo, depreende-se que a parte autora pretende reabrir discussão a respeito de matéria já apreciada por esse órgão julgador por ocasião do julgamento do apelo interposto pela ré contra a r. sentença de fls. 172/177, o que se me afigura inadmissível.
Nesse sentido:
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. REFIS. HONORÁRIOS.
- Não pode ser conhecido o recurso que sob rótulo de embargos declaratórios pretende substituir a decisão recorrida por outra. Os embargos declaratórios são apelos de integração não de substituição.
(EDRESP 462618/SC; EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL 2002/0088971-0; Relator Min. HUMBERTO GOMES DE BARROS; PRIMEIRA TURMA; DJ:22/09/2003 PG:00264).
Quanto à alegada omissão e contradição na decisão monocrática, na verdade não ocorreu, bastando para assim proceder a correta apreciação do decisum.
Ademais, o magistrado não está adstrito aos dispositivos legais aventados pelas partes, pois o Judiciário não se vincula a rechaçar, um-por-um, todos os fundamentos de fato e de direito deduzidos, bastando que apresente razões plausíveis para decidir a causa de um modo ou de outro.
Nesse sentido:
PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES NO ACÓRDÃO. EXECUÇÃO FISCAL. RESPONSABILIDADE DE SÓCIO-GERENTE. LIMITES. ART. 135, III, DO CTN.
1. Não está o magistrado obrigado a esmiuçar a motivação do decisório nos exatos termos em que solicitado pelas partes, bastando, para tanto, que da sua leitura conste expressa a fundamentação que o levou a rejeitar ou acolher o pedido.
2. A matéria que serviu de base à interposição do recurso foi devidamente apreciada no aresto atacado, com fundamentos claros e nítidos, enfrentando as questões suscitadas ao longo da instrução, tudo em perfeita consonância com os ditames da legislação e jurisprudência consolidada.
3. As funções dos embargos de declaração, por sua vez, são, somente, afastar do acórdão qualquer omissão necessária para a solução da lide, não permitir a obscuridade por acaso identificada e extinguir qualquer contradição entre premissa argumentada e conclusão.
4...
5...
6. Os embargos declaratórios não se prestam ao reexame da matéria decidida. Não preenchimento dos requisitos necessários e essenciais à sua apreciação.
7. Embargos rejeitados.
(EDAGA 453176/SP; EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AG 2002/0060320-4; Relator Min. JOSÉ DELGADO; PRIMEIRA TURMA; DJ:24/02/2003 PG:00201, REPDJ DATA:05/05/2003 PG:00228).
PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL. SÚMULA N.° 284/STF. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA. NULIDADE DA CDA. NECESSÁRIA ANÁLISE DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA N.° 07/STJ.
1. Inexiste ofensa ao art. 535 do CPC, quando o Tribunal de origem, embora sucintamente, pronuncia-se de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão.
(...)
(AGRESP 501205/PR; AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2003/0024812-5; Relator Min. LUIZ FUX; PRIMEIRA TURMA; DJ:29/09/2003 PG:00161).
Os exatos lindes dos embargos de declaração não permitem no caso dos autos reconhecer a ocorrência de omissão e contradição para rediscussão da matéria ou forçar o prequestionamento de dispositivos legais e constitucionais.
Pelo exposto, com fulcro no que dispõe o artigo 557, "caput", do Código de Processo Civil, conheço dos presentes Embargos de Declaração para negar-lhes seguimento.
Intimem-se.
São Paulo, 23 de março de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.018500-4 AG 293588
ORIG.	:	200661000274061 9 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	LOURIVAL ALVES DE CAMPOS e outros
ADV	:	APARECIDO INACIO
AGRDO	:	Universidade Federal de Sao Paulo - UNIFESP
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 9 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. VESNA KOLMAR / PRIMEIRA TURMA

Vistos em decisão.
Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito ativo, interposto por Lourival Alves de Campos e outros, por meio do qual pleiteiam a reforma da decisão proferida pelo MM. Juiz Federal da 9ª Vara da Subseção Judiciária de São Paulo/SP, nos autos do mandado de segurança nº 2006.61.00.027406-1, que determinou a substituição das cópias dos documentos que instruíram a inicial por cópias autenticadas.
Sustentam, em síntese, os agravantes que os artigos 225 do Código Civil e 383 do Código de Processo Civil dispensam a autenticação de fotocópias.
É o relatório.
Decido.
A Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005, introduziu nova sistemática para interposição do recurso de agravo, e consagrou em definitivo a excepcionalidade da utilização do agravo de instrumento.
Assim, no novo regime, o relator deverá obrigatoriamente converter o agravo de instrumento em retido, salvo os casos expressamente previstos no artigo 522 do Código de Processo Civil.
Aludido dispositivo prevê que será admitida a interposição de agravo pela via de instrumento somente nos casos suscetíveis de causar lesão grave ou de difícil reparação, bem como nos de não-admissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que esta é recebida.
No caso em apreço, verifico a presença das hipóteses mencionadas, razão pela qual conheço do recurso.

Passo ao exame do pedido de efeito ativo.
O cerne da questão diz respeito à necessidade de autenticação das reproduções de documentos para instrução de processos judiciais.
Por diversas vezes, em decisões proferidas anteriormente, manifesteime no sentido de que as reproduções dos documentos para produzir o mesmo efeito que os originais deveriam estar devidamente autenticadas por oficial público ou conferidas em cartório. Este entendimento devia-se à disposição do artigo 365, inciso III, do Código de Processo Civil, nesta Corte regulamentado pela Resolução nº 54, de 15 de abril de 1996, da Presidência.
Todavia, a Lei nº 11.382/2006 alterou a redação do inciso IV do aludido artigo para desobrigar as partes da exigência de autenticação das reproduções de documentos para instrução do processo, bastando a declaração do próprio advogado, sob sua responsabilidade pessoal, de que elas são autênticas.
Com efeito, transcrevo referido texto normativo:
"Art. 365. Fazem a mesma prova que os originais:
(...)
IV - as cópias reprográficas de peças do próprio processo judicial declaradas autênticas pelo próprio advogado sob sua responsabilidade pessoal, se não lhes for impugnada a autenticidade."
Na hipótese dos autos, não obstante a determinação de autenticação dos documentos tenha sido proferida antes da alteração mencionada, em se tratando de norma processual, seus efeitos são imediatos, o que determina desde logo a sua aplicação.
Por esses fundamentos, defiro o pedido de efeito ativo para determinar o prosseguimento do processo, devendo, todavia, o advogado declarar a sua autenticidade.
Comunique-se o teor da decisão ao MM. JUIz "a quo".
Intime-se o agravado para apresentar contraminuta.
Intimem-se.
São Paulo, 13 de março de 2007.
VESNA KOLMAR
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.018608-2 AG 293690
ORIG.	:	200661000164905 25 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	JAIR DOS SANTOS e outro
ADV	:	ANNE CRISTINA ROBLES BRANDINI
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	YOLANDA FORTES Y ZABALETA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 25 VARA SÃO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto em face da r. decisão que, em sede de ação declaratória de nulidade de cláusulas c.c revisão e alteração contratual, indeferiu o pedido de produção de prova pericial com inversão do ônus da prova.
Sustentam os agravantes que a perícia pretende demonstrar que o contrato efetivamente não atendeu a legislação pertinente sobre o Sistema Financeiro da Habitação e, sobretudo, seus principais objetivos, que é possibilitar a aquisição da moradia própria.
Requerem, ademais, a inversão do ônus da prova com fulcro no artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor.
A r. decisão guerreada indeferiu o pedido de realização de prova pericial contábil, entendendo por desnecessária, pois foi adotado pelas partes o Sistema de Amortização Crescente (SACRE) - fl. 96.
Decido.
Neste juízo de cognição sumária vislumbro relevante fundamentação a favor dos agravantes que autorize a concessão do efeito suspensivo.
Inicialmente, vale ressaltar que nos casos em que se discute as regras dos contratos de financiamento de habitação fica evidente a situação de vulnerabilidade do mutuário, seja pela sua hipossuficiência técnica e/ou financeira, seja pela ausência de transparência quanto aos índices de reajustamento.
Nesse sentido, assento julgado do Ministro do STJ, José Delgado, no Recurso Especial 157.841/SP.
" (...) Nos contratos regidos pelo Sistema Financeiro da Habitação há de se reconhecer a sua vinculação, de modo especial, além dos gerais, aos seguintes princípios específicos: a) o da transferência, segundo o qual a informação clara e correta e a lealdade sobre as cláusulas contratuais ajustadas deve imperar na formação do negócio jurídico; b) o de que as regras impostas pelo SFH para a formação dos contratos, além de serem obrigatórias, devem ser interpretadas com o objetivo expresso de atendimento às necessidades do mutuário, garantindo-lhe o seu direito de habitação, sem afetar a sua segurança jurídica, saúde e dignidade; c) o de que há de ser considerada a vulnerabilidade do mutuário, não só decorrente da sua fragilidade financeira, mas também, pela ânsia e necessidade de adquirir a casa própria e se submeter ao império da parte financiadora, econômica e financeiramente muitas vezes mais forte; d) o de que os princípios da boa-fé da equidade devem prevalecer na formação do contrato."
No caso em tela, a instituição bancária caracteriza-se como fornecedora a teor do parágrafo 2º do artigo 3º do CDC que relaciona expressamente entre as atividades consideradas como serviço àquelas de natureza bancária, financeira e creditícia.
E, ainda, reza o artigo 6º, VIII, do CDC que é direito básico do consumidor "a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência".
Nesse sentido, trago à colação julgado desta Egrégia Corte:
"PROCESSUAL CIVIL. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. CABIMENTO DA PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR EM CONTRATOS DO SFH. POSSIBILIDADE DE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA NOS TERMOS DO INCISO VIII, ART. 6º DA LEI Nº 8.078/90.
1. Cabível é a prova pericial contábil sempre que o juiz verificar que, para a formação de seu convencimento, será necessária a realização de exame técnico, tendente a dissipar dúvidas e incertezas quanto à correção dos cálculos e aplicação de índices relativos ao contrato de mútuo para aquisição da casa própria.
2. O Código de Defesa do Consumidor tem aplicação nos contratos de mútuo estabelecidos entre instituições financeiras e mutuários da casa própria, dado revelar uma relação de consumo, caracterizada pela prestação de serviço e fornecimento do dinheiro pelos bancos a pessoas físicas.
3. A proteção ao consumidor decorre de sua maior vulnerabilidade na relação de consumo, pouco importando para tanto a sua condição social, cultural ou econômica.
4. Em se tratando de contratos de mútuo habitacional, a vulnerabilidade do mutuário-consumidor deflui da falta de transparência nos índices utilizados pelos agentes financeiros aliada ao emaranhado de leis que regem a matéria, fazendo com que seja praticamente impossível ao mutuário verificar sobre a legalidade e correção dos valores que lhe serão cobrados, reforçando a verossimilhança das alegações formuladas pelos mutuários.
5. Uma vez cabíveis os preceitos previstos pela Lei nº 8.078/90, aplicável é o instituto da inversão do ônus da prova, previsto no inciso VIII, do seu artigo 6º, cabendo à instituição financeira arcar com os honorários periciais fixados pelo MM. Juízo a quo.
6. Agravo a que se nega provimento." g.n
(TRF 3a. Região - Quinta Turma - AG 143190 - Juíza Suzana Camargo - DJU 02.09.2003, p. 488)"
Em face de todo o exposto, DEFIRO a suspensividade postulada.
Intime-se a agravada, para que apresente contraminuta, nos termos do art. 527, V, do Código de Processo Civil.
Comunique-se ao MM. Juízo a quo, para que preste informações em conformidade com o art. 527, IV, do CPC, dentre as quais o cumprimento do previsto no art. 526 pela agravante, do mesmo diploma legal.
São Paulo, 13 de março de 2007.
Desembargador Federal Luiz Stefanini
Relator

PROC.	:	2007.03.00.018609-4 AG 293691
ORIG.	:	200761000028108 10 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	MAZAKAZU NIWANO e outro
ADV	:	ANNE CRISTINA ROBLES BRANDINI
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 10 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	JUIZ CONV. MÁRCIO MESQUITA / PRIMEIRA TURMA

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de liminar, interposto em face de decisão proferida nos autos da ação declaratória de nulidade cumulada com revisão e alteração contratual, em tramitação perante o MM. Juízo Federal da 10ª Vara de São Paulo - SP, que indeferiu liminar para:
a)impedir a execução extrajudicial, nos termos do Decreto-lei n. 70/66;
b)que a ré, ora agravada, se abstenha de vender e transferir o imóvel descrito na petição inicial a terceiros;
c)manter os mutuários na posse do imóvel, até final decisão;
d)autorizar o depósito judicial das parcelas vincendas, no montante incontroverso apresentado na planilha anexadas aos autos, até final decisão;
e)suspender o pagamento das prestações vencidas e
f)impedir que a agravada inclua os nomes dos mutuários nos órgãos de proteção ao crédito e, no caso de ter incluído proceder a imediata exclusão, sob pena do pagamento da multa.
Alegam os agravantes em síntese, que celebraram com a agravada contrato de financiamento de imóvel, no âmbito do SFH - Sistema Financeiro da Habitação, tornando-se inadimplentes por conta dos cálculos inoportunos e infelizes da agravada.
Afirmam a inconstitucionalidade do Decreto-lei nº 70/66, por ofensa aos princípios constitucionais da ampla defesa, da inafastabilidade da jurisdição e do devido processo legal.
Recurso desprovido de preparo, diante da concessão dos benefícios de assistência judiciária gratuita aos autores, ora agravantes, pelo juiz da causa.
Requerem, em antecipação de tutela recursal, a concessão da liminar nos moldes pleiteados em primeiro grau.
Relatei.
Fundamento e decido.
De acordo com o disposto no artigo 522, "caput", do Código de Processo Civil, com a nova redação dada pela Lei n. 11.187, de 19/10/2005, entendo ser cabível o agravo, na forma de instrumento, haja vista os fundamentos de perigo de lesão grave e de difícil reparação alegados pelos agravantes.
Com relação à argüição de inconstitucionalidade do procedimento extrajudicial previsto no Decreto-lei nº 70/66, não vislumbro relevância na tese dos agravantes, com a devida vênia aos doutos entendimentos em sentido contrário, uma vez que a garantia do devido processo legal, consagrada no art.5º, LIV da CF/88 não deve ser entendida como exigência de processo judicial. Por outro lado, o devedor não fica impedido de levar a questão ao conhecimento do Judiciário, ainda que já realizado o leilão, caso em que eventual procedência do alegado resolveria-se em perdas e danos.
Por outro lado, o devedor não fica impedido de levar a questão ao conhecimento do Judiciário, ainda que já realizado o leilão, caso em que eventual procedência do alegado resolveria-se em perdas e danos.
Assinalo que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem se orientado no sentido contrário à tese esposada pelo agravante: STJ - 2ª Turma - MC 0000288-DF - DJ 25/03/96 pg.08559 - Relator Ministro Antonio de Pádua Ribeiro; STJ - 1ª Turma - REsp 0046050-RJ - DJ 30/05/94 pg.13460 - Relator Ministro Garcia Vieira.
E em decisão, noticiada no Informativo n.º 116, o Supremo Tribunal Federal entendeu que o Decreto-lei nº 70/66 foi recepcionado pela Carta de 1988 (RE nº 223.075-DF, Relator o Ministro Ilmar Galvão), entendimento que vem sendo reiterado (AI-AgR 312004-SP, DJ 28/04/2006, pg.30, Relator Ministro Joaquim Barbosa).
No sentido da constitucionalidade da execução extrajudicial prevista no Decreto-lei n° 70/66 também situa-se o entendimento desta Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da 3a Região, v.g.: AG 1999.03.00.012808-3, Relator Des.Fed. Johonsom di Salvo, DJ 14/03/2006, pg.227; AG 2006.03.00.024383-8, Relatora Des.Fed. Vesna Kolmar, DJ 05/09/2006, pg.300.
Por óbvio, tal entendimento não exclui a possibilidade de medida judicial que obste o prosseguimento do procedimento previsto no Decreto-lei nº 70/66, desde que haja que haja indicação precisa, acompanhada de suporte probatório, do descumprimento de cláusulas contratuais, ou mesmo mediante contra-cautela, com o depósito à disposição do Juízo do valor exigido, circunstâncias inocorrentes no caso dos autos.
Com relação ao pedido de suspensão de exigibilidade das prestações vencidas e depósito das vincendas, no montante apurado pelo agravante, observo que da simples leitura da petição inicial e do exame da documentação que a acompanha, se vislumbra desde logo a necessidade de prova pericial, a fim de aquilatar-se a veracidade das alegações, prova essa aliás expressamente requerida pelo autor.
Assim, ainda que se admita, por argumentação, que o agravante venha a ser vencedor na demanda quanto ao pedido de revisão de cláusulas contratuais, não há como, em sede de antecipação de tutela, chancelar os valores apurados em cálculo unilateralmente produzido, autorizando o depósito dos valores que o mutuário entende devidos, com o fim de livrá-los dos efeitos da mora.
Note-se que o agravante não pretende o depósito dos valores cobrados pela instituição financeira, a fim de evitar a tortuosa via do solve et repete, providência que poderia deferida, mas sim que seja autorizado o depósito das prestações do financiamento em valor que ele próprio, unilateralmente, entende como correto.
Com efeito, não vejo como plausível a concessão de tutela antecipada ou medida cautelar, forrando uma das partes dos efeitos da mora, pelo simples depósito dos valores unilateralmente apurados, por conta de uma revisão contratual por ser obtida no processo de conhecimento.
Ao contrário, entendo que, a não ser em hipóteses excepcionalíssimas, enquanto as cláusulas tidas por ilegais não forem judicialmente anuladas ou revistas, deve o contrato - por força do princípios do pacta sunt servanda e da segurança jurídica - ser prestigiado.
Em sendo o contrato de financiamento título executivo extra-judicial, e estando o mutuário em mora, deve ser aplicada a norma do artigo 585, §1° do Código de Processo Civil, que dispõe que "a propositura de qualquer ação relativa ao débito constante do título executivo não inibe o credor de promover-lhe a execução.
Por outro lado, quanto aos valores incontroversos, não cabe o depósito à disposição do Juízo, mas sim o pagamento direto à própria instituição financeira, nos termos do artigo 50, §1° da Lei n° 10.931/04.
No sentido da impossibilidade de se impedir a execução do contrato, livrando-se o mutuário dos efeitos da inadimplência mediante depósito das prestações em valores unilateralmente apurados situa-se o entendimento desta Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, v.g.: AG 2004.03.00.018072-8, Relatora Des.Fed. Vesna Kolmar, DJ 24/05/2005, pg.172; AG 2006.03.00.008817-1, Relator Des.Fed. Johonsom di Salvo, DJ 19/09/2006, pg.246.
Com relação ao pedido de que seja obstada a inscrição dos nomes dos mutuários nos serviços de proteção de crédito, observo tais cadastros encontram suporte legal no artigo 43 da Lei n° 8.078/90.
O simples ajuizamento de ação judicial visando a discussão do débito, sem que tenha o mutuário obtido decisão liminar ou de antecipação de tutela, com suporte em comprovado descumprimento de cláusulas contratuais por parte da instituição financeira, ou ainda com o depósito do valor questionado, não obsta a inscrição do inadimplente nos serviços de proteção ao crédito.
No sentido da licitude da inscrição do nome do mutuário inadimplente nos serviços de proteção ao crédito situa-se o entendimento desta Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, v.g.: AG 2005.03.00.075175-0, Relator Des.Fed. Johonsom di Salvo, DJ 25/04/2006, pg.235; AG 2003.03.00.042137-5, Relatora Des.Fed. Vesna Kolmar, DJ 17/05/2005, pg.238.

No mesmo sentido situa-se a orientação do Superior Tribunal de Justiça, firmada no RESP 527618-RS, DJ 24/11/2003, pg. 214, exigindo-se, para que seja obstada a inscrição do devedor nos serviços de proteção ao crédito que: a) haja ação proposta pelo devedor contestando a existência integral ou parcial do débito; b) que haja efetiva demonstração de que a contestação da cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça; c) que, sendo a contestação apenas de parte do débito, deposite o valor referente à parte tida por incontroversa, ou preste caução idônea,ao prudente arbítrio do magistrado. Essa orientação tem sido reiteradamente aplicada aos contratos celebrados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (STJ, 4a Turma, RESP 772028-RS, DJ 01/02/2006, pg.571; STJ, 1a Turma, RESP 662358-PE, DJ 17/10/2005, pg.184).
Pelo exposto, INDEFIRO a antecipação da tutela recursal.
Intime-se a agravada, para os fins do artigo 527, inciso V, do Código de Processo Civil.
Comunique-se ao D. Juízo de origem.
Intime-se.
São Paulo, 12 de março de 2007.
MÁRCIO MESQUITA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2007.03.00.018613-6 AG 293695
ORIG.	:	200561000012669 15 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	ISABEL APARECIDA MAZON
ADV	:	ANNE CRISTINA ROBLES BRANDINI
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	FLAVIA ADRIANA CARDOSO DE LEONE
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 15 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos, em despacho.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto por ISABEL APARECIDA MAZON contra a decisão de fls. 31/33 proferida pelo Juízo da 15ª Vara Federal de São Paulo/SP que acolheu impugnação ao valor da causa formulada pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL em autos de ação ordinária de revisão de contrato firmado no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, determinando a remessa dos autos ao Juizado Especial Federal ante o novo valor apurado.
Inconformada, insurge-se a parte autora através do presente agravo de instrumento pleiteando a concessão de efeito suspensivo (fls. 09) para ver desde logo confirmada a correção do valor atribuído à causa na petição inicial, bem como a determinada a manutenção do feito no juízo de origem.
DECIDO.
Reporta-se o presente instrumento à impugnação ao valor da causa oposta pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL em relação à "ação de revisão contratual" ajuizada por mutuário do Sistema Financeiro da Habitação com o escopo de discutir contrato de mútuo firmado com a Caixa Econômica Federal, sendo atribuído à causa o valor de R$ 32.055,96.
O Juízo 'a quo' acolheu a impugnação ao valor da causa formulada pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL para o fim de fixá-la no valor correspondente à diferença entre a prestação exigida pela credora e aquela pretendida pelo mutuário, multiplicada por doze vezes, e diante do novo valor da causa, declinou da competência em favor do Juizado Especial Federal.
No caso dos autos, a questão referente ao valor da causa assume maior relevância porquanto as demandas referentes aos contratos do Sistema Financeiro da Habitação cujo valor não supere a quantia equivalente a 60 (sessenta) salários-mínimos são de competência absoluta do Juizado Especial Federal.
O critério adotado pelo Código de Processo Civil para a determinação do valor da causa é sempre o proveito econômico que advirá da propositura da ação.
Na hipótese de débitos vincendos o legislador considerou de forma virtual que o proveito econômico equivaleria a uma prestação anual, enquanto em relação às dívidas vencidas seus montantes integrais devem constituir o valor da causa (art. 260 do Código de Processo Civil).
Contudo, aqui a situação não é essa porque a parte autora, ora agravante, propôs ação de conhecimento buscando a efetiva modificação das cláusulas contratuais e não apenas o reconhecimento de que as prestações estariam sendo atualizadas de forma distinta da pactuada no mútuo habitacional firmado com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.
É o que se depreende do pedido constante da petição inicial acostada a este instrumento a fls. 35/65.
Assim, para as demandas que ensejem a modificação de contratos tem aplicação a norma do art. 259, inciso V, do Código de Processo Civil:
"Art. 259: O valor da causa constará da petição inicial e será:
V - quando o litígio tiver por objeto a existência, validade, cumprimento, modificação ou rescisão de negócio jurídico, o valor do contrato".
Dessa forma afigura-se-me escorreito o valor inicial atribuído à causa pela agravante.
Ainda, não se tratando de causa cujo valor se insere no âmbito da competência absoluta do Juizado Especial Federal, nos termos do art. 3°, §3°, da Lei nº 10.259/2001, competente é o Juízo 'a quo' para processá-la e julgá-la.
Verifico, portanto, elementos suficientes na minuta a infirmar a decisão recorrida no tocante ao valor da causa e à declaração de incompetência do Juízo.
Pelo exposto, DEFIRO o efeito suspensivo ao presente recurso.
Comunique-se.
Cumpra-se o art. 527, V, do Código de Processo Civil.
Após, conclusos.
Int.
São Paulo, 13 de março de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.018626-4 AG 293708
ORIG.	:	200461000049159 26 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	MUNICIPIO DE ITANHAEM
ADV	:	FRANCISCO GONCALVES ANDREOLI
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	LUIZ AUGUSTO DE FARIAS
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 26 VARA SÃO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos, em decisão.
Trata-se de agravo de instrumento tirado pelo MUNICÍPIO DE ITANHAEM contra decisão de fls. 439 (fls. 510 dos autos originais) proferida pelo Juízo Federal da 26ª Vara de São Paulo/SP que em sede de mandado de segurança, recebeu o recurso de apelação interposto pelo impetrante em face de sentença que denegou a ordem apenas em seu efeito devolutivo.
Pleiteia a parte agravante a reforma do 'decisum'.
DECIDO.
Inicialmente, verifico que a parte agravante tomou ciência da interlocutória recorrida em 06 de fevereiro de 2007 (fls. 440 destes autos, fls. 511 dos originais).
Sucede que o presente agravo de instrumento apenas foi protocolizado em 05 de março de 2007, fora, portanto, do prazo legal.
Sendo intempestivo o recurso, NEGO-LHE SEGUIMENTO nos termos do art. 557, caput, do Código de Processo Civil.
Com o trânsito dê-se baixa.
Int.
São Paulo, 28 de março de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2002.03.00.018754-4 AG 155181
ORIG.	:	200261000112353 1 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	ALEXANDRE ELIAS SANTOS e outro
ADV	:	ARLINDO AMERICO SACRAMENTO AVEZANI
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	JOSE PAULO NEVES
AGRDO	:	BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S/A
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE SAO PAULO>1ª SSJ>SP
RELATOR	:	JUIZ CONV. MÁRCIO MESQUITA / PRIMEIRA TURMA

Trata-se de agravo de instrumento que visa a reforma de decisão, proferida em ação cautelar, que indeferiu o pedido liminar.
Às fls. 95/102, o advogado dos agravantes comunica a renúncia ao mandato e comprova haver cientificado os seus constituintes, conforme previsto no artigo 45 do Código de Processo Civil. A parte, porém, deixou de regularizar sua representação processual.
Verifica-se, pois, causa superveniente de ausência de pressuposto de existência da relação processual. A capacidade postulatória constitui exigência legal para requerer em juízo. Deixando os agravantes da sanar a irregularidade, há óbice ao conhecimento do seu recurso por faltar-lhes pressuposto de admissibilidade.
Por estas razões, nego seguimento à apelação, com fundamento no artigo 557, caput, do Código Processo Civil.
Decorrido o prazo legal, remetam-se os autos à origem. Intimem-se.
São Paulo, 29 de março de 2007.
MÁRCIO MESQUITA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2002.03.00.018883-4 AG 155288
ORIG.	:	200161000068748 3 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	SERGIO NUNES CAVACA e outro
ADV	:	LUIZ EDUARDO DE CASTILHO GIROTTO
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	ANITA THOMAZINI SOARES
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos.
Junte-se o extrato em anexo referente ao andamento da ação de origem retirado do sistema informatizado de acompanhamento processual da Justiça Federal de Primeira Instância da 3ª Região.
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por Sérgio Nunes Cavaca e outro contra a decisão que, em sede de execução provisória, manteve decisão anterior que indeferiu pedido de expedição de alvará de levantamento de valores relativos ao FGTS (fls. 101).
Tendo em vista que, conforme consulta ao sistema de acompanhamento processual desta Corte, houve prolação de sentença extinguindo a execução, com trânsito em julgado, julgo prejudicado o presente agravo, pela perda do seu objeto, nos termos do artigo 33, inciso XII, do Regimento Interno, desta Egrégia Corte, combinado com o artigo 557, do Código de Processo Civil.
Com o trânsito, restituam-se os autos ao juízo de origem.
Int.
São Paulo, 23 de março de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator
WJr

PROC.	:	2004.03.00.018894-6 AG 204888
ORIG.	:	200461000067654 26 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	ANDRE MARCOS JUNIOR e outro
ADV	:	CARLOS ALBERTO DE SANTANA
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 26 VARA SÃO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto em face da r. decisão que, em ação revisional c/c repetição do indébito, indeferiu a antecipação de tutela que objetivava o depósito do valor incontroverso das prestações vincendas ou o pagamento direto à Caixa Econômica Federal - CEF, bem como a suspensão da execução extrajudicial e a não inclusão do nome dos mutuários nos órgãos de proteção ao crédito ou, alternativamente, a autorização para depositar uma prestação vencida e outra vincenda.
Em juízo de cognição sumária, restou indeferido o pedido de efeito ativo às fls. 130/133, por decisão de minha própria lavra.
Informações do juízo a quo às fls. 138/139.
Apresentada contraminuta às fls. 141/174.
Conforme se verifica na sentença proferida nos autos da ação ordinária revisional, publicada em 8 de janeiro de 2007, o MM. Juiz a quo julgou parcialmente procedente o pedido, sendo extinto o processo com julgamento de mérito, nos termos do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil.
Destarte, restou prejudicado o presente agravo de instrumento por perda de seu objeto.
Em face de todo o exposto, com fundamento no art. 557, caput, do Código de Processo Civil, julgo PREJUDICADO o agravo de instrumento.
Intimem-se.
Após as formalidades legais, baixem os autos à vara de origem.
São Paulo, 14 de março de 2007.
Desembargador Federal Luiz Stefanini
Relator

PROC.	:	2007.03.00.018941-1 AG 293872
ORIG.	:	200661000242709 24 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	EVANDRO SANTANA BARRETO e outro
ADV	:	FABIO MARTINS DI JORGE
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 24 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	JUIZ CONV. MÁRCIO MESQUITA / PRIMEIRA TURMA

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de liminar, interposto em face de decisão proferida nos autos da ação de revisão de prestações e saldo devedor cumulada com repetição de indébito e compensação, em tramitação perante o MM. Juízo Federal da 24ª Vara de São Paulo - SP, que deferiu parcialmente a liminar para:
a)que a ré, ora agravada, se abstenha de incluir os nomes dos mutuários nos órgãos de proteção ao crédito e, no caso de ser incluído, proceder a imediata exclusão.
Alegam os agravantes, em síntese, que celebraram com a agravada contrato de financiamento de imóvel, no âmbito do SFH - Sistema Financeiro da Habitação, tornando-se inadimplentes por conta dos cálculos inoportunos e infelizes da agravada.
Afirmam a inconstitucionalidade do Decreto-lei nº 70/66, por ofensa aos princípios constitucionais da ampla defesa, da inafastabilidade da jurisdição e do devido processo legal.
Recurso desprovido de preparo, diante da concessão dos benefícios de assistência judiciária gratuita aos autores, ora agravantes, pelo juiz da causa.
Requerem, neste recurso, a concessão da antecipação dos efeitos da tutela para:
a)impedir a execução extrajudicial, nos termos do Decreto-lei n. 70/66 e
b)autorizar o pagamento das prestações vencidas e vincendas diretamente no agente financeiro ou depósito judicial, conforme planilha juntada aos autos.
Relatei.
Fundamento e decido.
De acordo com o disposto no artigo 522, "caput", do Código de Processo Civil, com a nova redação dada pela Lei n. 11.187, de 19/10/2005, entendo ser cabível o agravo, na forma de instrumento, haja vista os fundamentos de perigo de lesão grave e de difícil reparação alegados pelos agravantes.

Com relação à argüição de inconstitucionalidade do procedimento extrajudicial previsto no Decreto-lei nº 70/66, não vislumbro relevância na tese dos agravantes, com a devida vênia aos doutos entendimentos em sentido contrário, uma vez que a garantia do devido processo legal, consagrada no art.5º, LIV da CF/88 não deve ser entendida como exigência de processo judicial. Por outro lado, o devedor não fica impedido de levar a questão ao conhecimento do Judiciário, ainda que já realizado o leilão, caso em que eventual procedência do alegado resolveria-se em perdas e danos.
Por outro lado, o devedor não fica impedido de levar a questão ao conhecimento do Judiciário, ainda que já realizado o leilão, caso em que eventual procedência do alegado resolveria-se em perdas e danos.
Assinalo que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem se orientado no sentido contrário à tese esposada pelo agravante: STJ - 2ª Turma - MC 0000288-DF - DJ 25/03/96 pg.08559 - Relator Ministro Antonio de Pádua Ribeiro; STJ - 1ª Turma - REsp 0046050-RJ - DJ 30/05/94 pg.13460 - Relator Ministro Garcia Vieira.
E em decisão, noticiada no Informativo n.º 116, o Supremo Tribunal Federal entendeu que o Decreto-lei nº 70/66 foi recepcionado pela Carta de 1988 (RE nº 223.075-DF, Relator o Ministro Ilmar Galvão), entendimento que vem sendo reiterado (AI-AgR 312004-SP, DJ 28/04/2006, pg.30, Relator Ministro Joaquim Barbosa).
No sentido da constitucionalidade da execução extrajudicial prevista no Decreto-lei n° 70/66 também situa-se o entendimento desta Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da 3a Região, v.g.: AG 1999.03.00.012808-3, Relator Des.Fed. Johonsom di Salvo, DJ 14/03/2006, pg.227; AG 2006.03.00.024383-8, Relatora Des.Fed. Vesna Kolmar, DJ 05/09/2006, pg.300.
Por óbvio, tal entendimento não exclui a possibilidade de medida judicial que obste o prosseguimento do procedimento previsto no Decreto-lei nº 70/66, desde que haja que haja indicação precisa, acompanhada de suporte probatório, do descumprimento de cláusulas contratuais, ou mesmo mediante contra-cautela, com o depósito à disposição do Juízo do valor exigido, circunstâncias inocorrentes no caso dos autos.
Com relação ao pedido de depósito das prestações vencidas e vincendas, no montante apurado pelos agravantes, observo que da simples leitura da petição inicial e do exame da documentação que a acompanha, se vislumbra desde logo a necessidade de prova pericial, a fim de aquilatar-se a veracidade das alegações, prova essa aliás expressamente requerida pelos autores.
Assim, ainda que se admita, por argumentação, que os agravantes venham a ser vencedores na demanda quanto ao pedido de revisão de cláusulas contratuais, não há como, em sede de antecipação de tutela, chancelar os valores apurados em cálculo unilateralmente produzido, autorizando o depósito dos valores que o mutuário entende devidos, com o fim de livrá-lo dos efeitos da mora.
Note-se que os agravantes não pretende o depósito dos valores cobrados pela instituição financeira, a fim de evitar a tortuosa via do solve et repete, providência que poderia deferida, mas sim que seja autorizado o depósito das prestações do financiamento em valor que eles próprios, unilateralmente, entendem como correto.
Com efeito, não vejo como plausível a concessão de tutela antecipada ou medida cautelar, forrando uma das partes dos efeitos da mora, pelo simples depósito dos valores unilateralmente apurados, por conta de uma revisão contratual por ser obtida no processo de conhecimento. Ao contrário, entendo que, a não ser em hipóteses excepcionalíssimas, enquanto as cláusulas tidas por ilegais não forem judicialmente anuladas ou revistas, deve o contrato - por força do princípios do pacta sunt servanda e da segurança jurídica - ser prestigiado.
Em sendo o contrato de financiamento título executivo extra-judicial, e estando o mutuário em mora, deve ser aplicada a norma do artigo 585, §1° do Código de Processo Civil, que dispõe que "a propositura de qualquer ação relativa ao débito constante do título executivo não inibe o credor de promover-lhe a execução".
Por outro lado, quanto aos valores incontroversos, não cabe o depósito à disposição do Juízo, mas sim o pagamento direto à própria instituição financeira, nos termos do artigo 50, §1° da Lei n° 10.931/04.
No sentido da impossibilidade de se impedir a execução do contrato, livrando-se o mutuário dos efeitos da inadimplência mediante depósito das prestações em valores unilateralmente apurados situa-se o entendimento desta Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, v.g.: AG 2004.03.00.018072-8, Relatora Des.Fed. Vesna Kolmar, DJ 24/05/2005, pg.172; AG 2006.03.00.008817-1, Relator Des.Fed. Johonsom di Salvo, DJ 19/09/2006, pg.246.
Pelo exposto, INDEFIRO a antecipação da tutela recursal.
Intime-se a agravada, para os fins do artigo 527, inciso V, do Código de Processo Civil.
Comunique-se ao D. Juízo de origem.
Intime-se.
São Paulo, 14 de março de 2007.
MÁRCIO MESQUITA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2001.03.99.019356-3 AC 687549
ORIG.	:	9700000010 2 Vr SANTA CRUZ DO RIO PARDO/SP
APTE	:	GUY ALBERTO RETZ e outros
ADV	:	CARLOS ALBERTO BOSCO
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUIZ ANTONIO LOPES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. THEOTONIO COSTA / PRIMEIRA TURMA

Vistos, em despacho.
Fls. 39/40: Diante da noticia do óbito do apelante Guy Alberto Retz, promova o peticionario a habilitação nos autos, nos termos do artigo 1060, inciso I, do Código de Processo Civil.
Intime-se.
São Paulo, 14 de março de 2007.
Márcio Mesquita
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2007.03.00.020487-4 AG 294295
ORIG.	:	200161000144039 9 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	IRINEU ALEXANDRE DE SOUZA e outros
ADV	:	TATIANA DOS SANTOS CAMARDELLA
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	NELSON LUIZ PINTO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 9 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

Alterando posicionamento anteriormente firmado no qual entendia pela inexistência de recurso não assinado pelo representante processual da parte, passo a autorizar a correção de tal falha.
Acompanho posicionamento recente emanado pelo Superior Tribunal de Justiça - AgRg n.º 646.624/RJ, até mesmo com vistas a privilegiar o princípio da instrumentalidade, para admitir a regularização da representação processual, com vistas a sanar o ato irregular.
Desta feita, providencie o agravante, no prazo de 5(cinco) dias, a regularização da exordial do agravo de instrumento, haja vista tratar-se de petição apócrifa, sob pena de negativa de seguimento.
Intimem-se. Publique-se.
Após voltem os autos conclusos.
São Paulo, 16 de março de 2007.
Desembargador Federal LUIZ STEFANINI
Relator

PROC.	:	2007.03.00.020571-4 AG 294377
ORIG.	:	200361000068940 25 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	SILAS AFFONSO MARTINS e outro
ADV	:	PAULO SERGIO DE ALMEIDA
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	MARIA AUXILIADORA FRANCA SENNE
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 25 VARA SÃO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos, em decisão.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto por SILAS AFFONSO MARTINS e outro contra a parte da decisão de fls. 158 proferida pelo Juízo Federal da 25ª Vara Cível de São Paulo que indeferiu a suspensão da carta de arrematação em autos de ação ordinária ajuizada por mutuários do Sistema Financeiro da Habitação em face da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.
Pleiteia a parte agravante a concessão de efeito suspensivo ativo aduzindo, em síntese, a inconstitucionalidade do Decreto-lei nº 70/66 (fls. 11).
DECIDO.
Os agravantes pretendem, inclusive liminarmente, alterar decisão que indeferiu a suspensão da carta de arrematação no curso de ação aonde discutem com a CEF o reajuste de prestações da casa própria.
Em suma, pretendeu a parte agravada/autora que, sem qualquer ônus para si, aquele que deixou de pagar a obrigação contratual permanecesse fruindo do bem, ficando o credor privado de receber sua contraprestação e fruir da caução contratual.
Enquanto não forem expressamente afastadas valem as regras do financiamento a que os mutuários aderiram. Se nas regras contratuais há ilegalidades ou se os aumentos foram despropositados, tudo a merecer revisão, é certo que o Judiciário haverá de corrigir as iniquidades.
É sabido que a instituição financeira comete seus erros, mas também é da sabença comum que existem abusos da parte de mutuários inadimplentes no tocante a defesa de "supostos direitos".
Assim, não entrevejo verossimilhança na simples alegações dos autores de que a CEF teria efetuado a atualização dos valores das prestações com base em índices e medidas não condizentes ao pactuado.
Saliento que no âmbito do STF é pacífica a jurisprudência sobre a constitucionalidade do procedimento abrigado no DL 70/66 (RE 287.453, 240.361, 223.075, 148.872, etc.).
Pelo exposto, INDEFIRO o pretendido efeito suspensivo.
Cumpra-se o art. 527, V, Código de Processo Civil.
Int.
São Paulo, 21 de março de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	96.03.020595-8 AC 308122
ORIG.	:	9506036993 3 Vr CAMPINAS/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	MARIA HELENA PESCARINI
APDO	:	LAZARO PEREIRA e outros
ADV	:	ELCIO BATISTA
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos em despacho.
Fls. 238/245: Nada a deferir, tendo em vista a decisão monocrática de fls. 233/234, a qual apreciou o recurso de apelação interposto pela Caixa Econômica Federal, pelo que deverá ser a matéria discutida na referida petição, analisada em sede de execução.
Int.
São Paulo, 20 de março de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	1999.03.99.020733-4 RO 835
ORIG.	:	0009747451 10 Vr SAO PAULO/SP
RECTE	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
RECDO	:	MARIO FUNES ARENAS e outros
ADV	:	NELSON CAMARA
RELATOR	:	DES.FED. MÁRCIO MESQUITA / PRIMEIRA TURMA

Fls. 234/237: Indefiro, nos termos do artigo 27, § 10, do ADCT.
Int.
São Paulo, 15 de março de 2007.
Márcio Mesquita
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2007.03.00.020807-7 AG 294408
ORIG.	:	8900377167 8 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	ROBERTO DA SILVA ROCHA
ADV	:	ROBERTO DA SILVA ROCHA
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	CARLOS ALBERTO SCARNERA
PARTE R	:	ERNA REINIG
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 8 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	JUIZ CONV. MÁRCIO MESQUITA / PRIMEIRA TURMA

Fl. 102.
Promova o agravante, no prazo de 5 (cinco) dias, o pagamento das custas e do porte de retorno na instituição bancária responsável pelo recolhimento, sob pena de ser negado seguimento ao recurso.
Intime-se.
Após, conclusos.
São Paulo, 26 de março de 2007.
MÁRCIO MESQUITA
Juiz Federal Convocado
Relator

ROC. : 2007.03.00.020808-9 AG 294409
ORIG. : 200661000255637 19 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE : MARIA LUCIA GOMES DA SILVA
ADV : ANNE CRISTINA ROBLES BRANDINI
AGRDO : Caixa Economica Federal - CEF
ADV : SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM : JUIZO FEDERAL DA 19 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR: JUIZ CONV. MÁRCIO MESQUITA / PRIMEIRA TURMA

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de liminar, interposto em face de decisão proferida nos autos da ação declaratória cumulada com revisão contratual, em tramitação perante o MM. Juízo Federal da 19ª Vara de São Paulo - SP, que manteve a decisão proferida às fls. 88/92 da ação originária.
Alega a agravante, em síntese, que celebrou com a agravada contrato de financiamento de imóvel, no âmbito do SFH - Sistema Financeiro da Habitação, tornando-se inadimplente por conta dos cálculos inoportunos e infelizes da agravada.
Afirma a inconstitucionalidade do Decreto-lei nº 70/66, por ofensa aos princípios constitucionais da ampla defesa, da inafastabilidade da jurisdição e do devido processo legal.
Recurso desprovido de preparo, diante da concessão dos benefícios de assistência judiciária gratuita à autora, ora agravante, pelo juiz da causa.
Requer a concessão da medida liminar para:
a)impedir o leilão extrajudicial designado para o dia 09/03/2007, bem como suspender o registro da Carta de Arrematação e seus efeitos;
b)autorizar o depósito judicial das parcelas vincendas, no montante incontroverso;
c)suspender o pagamento das parcelas vencidas, até final decisão e
d)que a ré, ora agravada, se abstenha de incluir o nome da mutuária nos órgãos de proteção ao crédito e, no caso de ser incluído, proceder a imediata exclusão, sob pena do pagamento de multa diária.
Relatei.
Fundamento e decido.
O agravo não merece ser conhecido.
No caso dos autos, verifico que o juiz da causa indeferiu a concessão da tutela antecipada no dia 30/11/2006, conforme comprovam os documentos de fls.115/117 deste recurso.
Em seguida, a agravante deixou transcorrer o prazo para a interposição do competente recurso e reiterou o pedido de tutela antecipada, a fim de requer a suspensão do leilão designado para o dia 09/03/2007, assim como o registro da Carta de Arrematação e seus efeitos.

Os autos foram à conclusão e o juiz da causa pronunciou-se em 26/02/2007 (fl. 129 deste recurso) no sentido de manter a decisão agravada.
Ora, o pedido de reconsideração e/ou reiteração não interrompe e nem suspende o prazo para interposição de agravo de instrumento, que deverá ser contado a partir da data publicação e/ou da ciência às partes da decisão impugnada.
Além disso, o pronunciamento judicial acerca do pedido de reconsideração não é considerado nova decisão interlocutória, mas apenas confirmação da anterior e não reabre o prazo para a interposição do recurso, uma vez que o conteúdo da decisão agravada já era conhecido pelas partes.
Nesse sentido, é a jurisprudência:

"Agravo Regimental. Pedido de Reconsideração. Interrupção de prazo recursal. Descabimento.
O pedido de reconsideração, isolado, não tem eficácia de suspender ou interromper prazo para o recurso apropriado.
Agravo não conhecido" (Superior Tribunal de Justiça, AgRg na MC n. 1026, Ministro Castro Filho, DJ: 26/09/2005, pg. 350).

"Agravo de Instrumento. Intempestividade. O pedido de reconsideração não reabre o prazo para oferecimento do agravo. Recurso não conhecido" (Superior Tribunal de Justiça, Resp n. 293037, Ministro Ruy Rosado de Aguiar, DJ: 20/08/2001, p. 474) .

"Processual Civil - Mandado de Segurança - Termo inicial do prazo para a pessoa jurídica à qual pertence a autoridade impetrada agravar da decisão concessiva da liminar - Despacho que rejeita pedido de reconsideração - Inadmissibilidade.
1.O termo inicial do prazo para a pessoa jurídica de direito público, à qual pertence a autoridade impetrada, recorrer de decisão concessiva de medida liminar em mandado de segurança, conta-se a partir do decurso do termo previsto no artigo 3º da Lei nº 4.348/64, que atribui tratamento específico à matéria.
2.O pedido de reconsideração de decisão, figura sem previsão legal amplamente utilizada na praxe forense, não interrompe nem suspende, muito menos reabre o prazo para a interposição do recurso de agravo.
3.É legítima a decisão singular do relator que nega seguimento a recurso manifestamente intempestivo, nos termos do art. 557, caput, do CPC.
4. Negativa de seguimento mantida. Agravo regimental improvido. (Tribunal Regional Federa da 3ª Região, Agravo de Instrumento n. 2003.03.00.021498-9, Desembargador Federal Mairan Maia, DJU: 03/10/2003, pg. 843).

Por esse motivo, nego seguimento ao recurso, com fulcro no artigo 557, "caput", do mesmo diploma legal.
Decorrido o prazo legal sem impugnação, baixem os autos à origem.
Intimem-se.
São Paulo, 21 de janeiro de 2007.

MÁRCIO MESQUITA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2007.03.00.020831-4 AG 294482
ORIG.	:	200661000260013 4 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	REGINA APARECIDA DIAS
ADV	:	HELENA EMIKO MIZUSHIMA WENDHAUSEN
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos, em decisão.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por REGINA APARECIDA DIAS contra decisão de fls. 52/53 (fls. 191/192 dos autos originais) proferida pelo Juízo Federal da 4ª Vara de São Paulo que indeferiu liminar em autos de mandado de segurança, por meio da qual a impetrante, ex-servidora pública federal, pretendia obter o benefício da aposentadoria desde a data de seu pedido administrativo realizado em 27/07/2006.
Requer a concessão de efeito suspensivo ao presente instrumento aduzindo, em síntese, que preencheu todos os requisitos para a concessão da aposentadoria (fls. 11).
DECIDO.
Inicialmente, verifico que no 'mandamus' originário (fls. 13/24) o objeto da impetração era obter a concesão do benefício da aposentadoria desde a data do pedido administrativo, sendo que esse desiderato era solicitado sob o pálio de decisão antecipatória de cunho liminar (fls. 24) ou seja, o próprio objeto do 'mandamus' era objeto da liminar.
Tratava-se da busca de obter, portanto, liminar satisfativa do próprio desate do mandado de segurança.
Sucede que existe norma expressa proibindo o intento processual da agravante no § 3º do art. 1º da Lei 8.437/92: "não será cabível medida liminar que esgote, no todo ou em parte, o objeto da ação".
Não resta dúvida que o pedido da impetrante/agravante - obter o benefício da aposentadoria - tem cunho satisfativo, e até exauriente.
Ademais, no âmbito do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA aponta-se entendimento negando possibilidade dessas tutelas satisfativas: AGRMS 8.236/DF, 1ª Seção, rel. Min. Laurita Vaz, DJ 24/6/02, p. 178.
Assim, tendo a recorrente manejado sua insurgência contra texto expresso da lei, que veda justamente o efeito material pretendido no Mandado de Segurança, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo, nos termos do art. 557, 'caput', do Código de Processo Civil.
Com o trânsito dê-se baixa.
Int.
São Paulo, 20 de março de 2007.

JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.020940-9 AG 294505
ORIG.	:	200661000078636 3 Vr SAO PAULO/SP 0301233228 23 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	CONDOMINIO EDIFICIO BARRA DO UNA
ADV	:	LEOPOLDO ELIZIARIO DOMINGUES
AGRDO	:	EMGEA Empresa Gestora de Ativos
ADV	:	ROBERTA PATRIARCA MAGALHAES
PARTE R	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	DUÍLIO JOSÉ SÁNCHEZ OLIVEIRA
PARTE R	:	PAOLA GISELLA MARTINANGELO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos, em decisão.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por CONDOMÍNIO EDIFÍCIO BARRA DO UNA contra decisão de fls. 131 (fls. 182 dos autos originais) proferida pelo Juízo da 3ª Vara de São Paulo que, em sede de execução de sentença, indeferiu a fixação de honorários por considerar que não houve oposição de embargos pela executada.
Pleiteia o agravante a antecipação dos efeitos da tutela recursal (fls. 02) e o provimento do recurso para que o Juízo de origem fixe a verba honorária de sucumbência, ou alternativamente, a fixação dos honorários por esta Corte, "entre o mínimo de 10 e o máximo de 20%, nos termos do art. 20 do CPC".
DECIDO.
Pretende a parte agravante, inclusive em sede de antecipação de tutela recursal, a reforma da decisão que indeferiu a fixação de verba honorária em sede de execução de sentença não embargada.
Trata-se da busca de obter, portanto, liminar satisfativa.
Sucede que existe norma expressa proibindo o intento processual da agravante no § 3º do art. 1º da Lei 8.437/92: "não será cabível medida liminar que esgote, no todo ou em parte, o objeto da ação".
Não resta dúvida que o pedido da agravante tem cunho satisfativo, e até exauriente dada a irreversibilidade.
Ademais, no âmbito do STJ aponta-se entendimento negando possibilidade dessas tutelas satisfativas: AGRMS 8.236/DF, 1ª Seção, rel. Min. Laurita Vaz, DJ 24/6/02, p. 178.
Pelo exposto, INDEFIRO o efeito suspensivo pleiteado.
Comunique-se.
Cumpra-se o ar. 527, V, do Código de Processo Civil.
Int.
São Paulo, 28 de março de 2007.

JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.020953-7 AG 294515
ORIG.	:	200661000273470 12 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	MARINALVA HONORIO DA SILVA
ADV	:	CLAUDIA FERREIRA CRUZ
AGRDO	:	Caixa Econômica Federal - CEF
ADV	:	MARIA FERNANDA SOARES DE AZEVEDO BERE MOTTA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 12 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. VESNA KOLMAR / PRIMEIRA TURMA

Vistos em decisão
Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto por Marinalva Honório da Silva, por meio do qual pleiteia a reforma da decisão proferida nos autos da ação ordinária nº 2006.61.00.027347-0, em trâmite perante a 12ª Vara Federal da Seção de São Paulo/SP, que deferiu parcialmente os efeitos da tutela antecipada.
Da análise dos documentos juntados aos autos, verifico que a agravante não instruiu devidamente o presente recurso, deixando de trazer cópia da respectiva certidão de intimação da decisão agravada, peça essencial para a formação do instrumento, nos termos do art. 525, inciso I, do Código de Processo Civil.
Por essa razão, não conheço do recurso em razão da deficiência na formação de seu instrumento.
Decorrido o prazo recursal, remetam-se os autos à Vara de origem, procedendo-se às devidas anotações.
Intimem-se.
São Paulo, 02 de abril de 2007.

VESNA KOLMAR
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.021035-7 AG 294621
ORIG.	:	200561000160506 13 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Banco Nacional de Desenvolvimento Economico e Social - BNDES
ADV	:	NELSON ALEXANDRE PALONI
AGRDO	:	MAF FONSECA RAMOS e outros
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 13 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

Intime-se a agravante para que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, regularize o recolhimento do valor destinado ao porte de remessa e retorno, nos termos da Resolução nº 255/2004, artigo 1º, cuja disposição estabelece que o recolhimento das custas, preços e despesas seja feito mediante Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, em qualquer agência da CEF - Caixa Econômica Federal, na sede do juízo competente para o ato, sob pena de negativa de seguimento.
Após, voltem os autos conclusos.
São Paulo, 19 de março de 2007.

Desembargador Federal LUIZ STEFANINI
Relator

PROC.	:	2007.03.00.021084-9 AG 294638
ORIG.	:	200661000267652 17 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	JOSE GERALDO FONTANEZ e outro
ADV	:	CRISTIANE LEANDRO DE NOVAIS
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	AGNELO QUEIROZ RIBEIRO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 17 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos.
Não houve pedido expresso da providência referida no art. 527, III, do Código de Processo Civil.
Cumpra-se o art. 527, V, do Código de Processo Civil.
Int.
São Paulo, 20 de março de 2007.

JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	94.03.021335-3 AC 165183
ORIG.	:	9300000480 1 Vr PORTO FELIZ/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	VALERIA CRUZ
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	TERESA CORREIA PEREIRA e outros
ADV	:	RAMIRO GIMENIZ RAMOS
RELATOR	:	DES. FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

Indefiro o pedido, tendo em vista que a certidão de objeto e pé deve ser requerida diretamente perante a Subsecretaria da 1ª Turma desta Corte.
Intime-se.
São Paulo, 14 de março de 2007.

Desembargador Federal LUIZ STEFANINI
RELATOR

PROC.	:	2007.03.00.021415-6 AG 294765
ORIG.	:	200261260000575 3 Vr SANTO ANDRE/SP
AGRTE	:	VIACAO DIADEMA LTDA
ADV	:	DANIEL DE SOUZA GOES
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	IARA APARECIDA RUCO PINHEIRO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE SANTO ANDRÉ>26ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos.
A parte agravante - pessoa jurídica - instruiu o agravo de instrumento com cópia autenticada da procuração, contudo a mesma veio desacompanhada do respectivo contrato social.
A representação judicial de pessoas jurídicas deve obedecer ao comando do art. 12 c.c o art. 38 do Código de Processo Civil, pelo que entendo necessária a apresentação de cópia autêntica do contrato social para que seja regularizada a representação em juízo da parte agravante.
Desse modo, concedo a parte agravante o prazo de 10 (dez) dias para que junte aos autos cópia autenticada de seu contrato social de modo a regularizar sua representação judicial, sob pena de ser negado seguimento ao agravo.
Intime-se.
São Paulo, 20 de março de 2007.

JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.021498-3 AG 294782
ORIG.	:	200361000258870 24 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	CARLOS HENRIQUE MISORELLI DE MIRANDA e outro
ADV	:	CELSO JOSE DE LIMA
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	AGNELO QUEIROZ RIBEIRO
AGRDO	:	COBANSA CIA HIPOTECARIA
ADV	:	MIRIAM CRISTINA DE MORAIS PINTO ALVES
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 24 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos.
Não houve pedido expresso da providência referida no art. 527, III, do Código de Processo Civil.
Cumpra-se o art. 527, V, do Código de Processo Civil.
Int.
São Paulo, 26 de março de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2001.03.00.021718-0 AG 134290
ORIG.	:	200161000126189 21 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	ANIBAL ALVES BASTOS NETO e outro
ADV	:	MARA SORAIA LOPES DA SILVA
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	JOSE PAULO NEVES
PARTE R	:	NOSSA CAIXA NOSSO BANCO S/A
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 21 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos, em decisão.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Anibal Alves Bastos Neto e outro contra decisão de fls. 43/44 proferida pelo Juízo Federal da 21ª Vara de São Paulo que, em sede de ação declaratória ajuizada em face da Nossa Caixa - Nosso Banco e da Caixa Econômica Federal na qual os autores pretendem o reconhecimento da quitação do imóvel através do FCVS, excluiu do pólo passivo a Caixa Econômica Federal e remeteu os autos à Justiça Estadual.
Requerem os agravantes a reforma da decisão agravada para que a Caixa Econômica Federal permaneça no pólo passivo bem como para que seja confirmado o pagamento para o FCVS, alegando em suma que fariam jus à quitação do saldo devedor pelo FCVS porquanto o contrato de mútuo contava com a cobertura pelo referido Fundo, sendo que o valor referente ao FCVS foi pago à vista pelos agravantes quando da assinatura do contrato.
O pedido de efeito suspensivo foi negado por decisão da Relatora Regimental Desembargadora Federal Ramza Tartuce (fls. 47).
Para melhor conhecer da presente demanda foram requisitadas informações ao Juízo de origem, as quais foram prestadas a fls. 51/52.
A parte agravada deixou transcorrer in albis o prazo para apresentação de contraminuta (certidão de fls. 70).
A parte agravante interpôs petição para juntada do contrato de financiamento (fls. 55/69).
DECIDO
Na ação de origem a parte agravada buscava ver reconhecido seu direito à quitação do saldo devedor do contrato de mútuo habitacional firmado com a NOSSA CAIXA NOSSO BANCO S/A pelo FCVS.
A decisão recorrida excluiu do pólo passivo a Caixa Econômica Federal e remeteu os autos à Justiça Estadual sob a fundamentação de que "verifica-se do contrato juntado nos autos que o pacto de mútuo foi firmado sob as regras da carteira hipotecária, sem garantia de liquidação do saldo devedor pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)" e que "assim sendo, não há, de fato, legitimidade passiva da Caixa Econômica Federal - CEF, que nenhum interesse possui na solução da demanda"
Sustenta a agravante que lhe foi negada a utilização do Fundo de Compensação das Variações Salariais ao argumento de que os autores firmaram outro contrato de financiamento além do discutido nos autos, contudo, verifico que o instrumento não contém cópias do referido documento.
Não há como apreciar o acerto ou o erro do decisum se a parte agravante não apresenta ao Tribunal cópias integrais dos documentos citados na decisão - contrato de financiamento em questão - que, de tão relevantes que eram, conduziram o convencimento do Juiz de primeiro grau pela ilegitimidade passiva da Caixa Econômica Federal.
Tratava-se de peça necessária ao melhor juízo que a Turma poderia fazer sobre a decisão guerreada, e que a própria recorrente negou.
No atual regime do agravo de instrumento não há espaço para conversão do mesmo em diligência a fim de que o recorrente possa suprir omissão ocorrida no desempenho da tarefa, que só a ele cabe, de formalizar o instrumento com peças obrigatórias e aquelas porventura necessárias.
Nesse sentido é a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal como se vê do seguinte julgado:
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEÇAS DE TRASLADO OBRIGATÓRIO. AUSÊNCIA. SÚMULA 288-STF. JUNTADA POSTERIOR. IMPOSSIBILIDADE.
I. - Cabe à agravante o dever de vigilância na formação do instrumento. Súmula 288-STF.
II. - Impossibilidade de juntada de peça essencial na Corte. III. - Agravo não provido.
(AI 550987 AgR / MG, Relator Ministro CARLOS VELLOSO, Segunda Turma, DJ 16-12-2005).
No âmbito do Superior Tribunal de Justiça o entendimento é o mesmo:
RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 525 DO CPC. AUSÊNCIA DE TRASLADO DE PEÇA ESSENCIAL À COMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA.
1. Impõe-se ao agravante a apresentação de todas peças obrigatórias previstas no art. 525 do Código de Processo Civil, assim como aquelas necessárias à exata compreensão da controvérsia, sob pena de não conhecimento do recurso.
2. Recurso especial a que se nega provimento.
(REsp 777689 / MT, Relator Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, DJ 21.11.2005 p. 165).
Assim, o agravo não reúne condições para ser conhecido.
Por fim, cabe deixar patente que a posterior juntada dos documentos considerados essenciais (petição de fls. 55/69) não isenta a parte agravante dos ônus de sua omissão, não sendo cabível diligência para anexação de tais peças. É que operou-se o fenômeno da preclusão, pois o instrumento já deve ter sido corretamente composto quanto da interposição do recurso.
Pelo exposto, nego seguimento ao agravo nos termos do art. 557, 'caput', do Código de Processo Civil.
Com o trânsito dê-se baixa.
Int.
São Paulo, 07 de fevereiro de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargado Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.021743-1 AG 294906
ORIG.	:	200561000278761 17 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	PAULO SERGIO DE SOUZA e outro
ADV	:	ANNE CRISTINA ROBLES BRANDINI
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 17 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos, em decisão.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por PAULO SÉRGIO DE SOUZA e outro contra decisão de fls. 81/83 (fls. 208/210 dos autos originais) proferida pelo Juízo Federal da 17ª Vara Federal de São Paulo/SP que, em sede de "ação revisional" ajuizada em face da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL na qual os mutuários discutem as cláusulas de contrato de mútuo habitacional firmado com a ré, indeferiu a realização de prova pericial solicitada pela agravante que tinha por finalidade comprovar a indevida amortização do saldo devedor, bem como a capitalização de juros pela agravada.
Pleiteia a parte agravante a concessão de efeito suspensivo ativo ao presente recurso (fls. 08) a fim de que seja realizada a prova pericial, aduzindo, em síntese, sua imprescindibilidade para a o deslinde da demanda de origem.
DECIDO.
A agravante interpôs agravo de instrumento com o escopo de ver reformada decisão interlocutória que não acolheu pedido de produção de prova pericial.
A pertinência da realização da prova pericial guarda estreita relação com o pedido veiculado na demanda, na medida em que a prova, como regra geral, destina-se ao esclarecimento de determinadas situações de fato que são indispensáveis à resolução da causa pelo juízo.
Assim, a prova, nos termos do artigo 130 do Código de Processo Civil, poderá ser indeferida apenas quando inútil ou meramente protelatória - como nos casos do artigo 334 do referido Diploma Processual - ou ainda, quando a prova for ilícita (art. 5º, LVI, Constituição Federal).
Especificamente em relação à prova pericial, esta é meio de prova oneroso e causador de retardo procedimental, tendo cabimento quando o fato a ser esclarecido envolver questões técnicas que não possam ser verificadas sem o conhecimento técnico que só o perito tem.
Leciona José Frederico Marques, que "a perícia é uma prova de caráter especial, pelo que só tem lugar quando a demonstração do fato não depender do testemunho comum, mas do conhecimento especial de técnico" (Manual de Direito Processual Civil, vol. II, 1ª ed., atual. por Vilson Rodrigues Alves, Ed. Bookseller, p. 255).
Também a jurisprudência do STJ já se manifestou a respeito:
PROCESSO CIVIL. PROVA. PERITO. PROFISSIONAL HABILITADO. LEI 5194/66 E CPC, ART. 145. HERMENEUTICA. RECURSO NÃO CONHECIDO.
I - Não se conhece do recurso especial quando a norma legal imputada ofendida não tem pertinência especifica com o tema versado e com as conseqüências do julgado.
II - Na exegese dos parágrafos do art. 145, CPC, deve o juiz atentar para a natureza dos fatos a provar e agir 'cum grano salis', aferindo se a perícia reclama conhecimentos específicos de profissionais qualificados e habilitados em lei, dando a norma interpretação teológica e valorativa. Recurso especial conhecido e provido.
(RESP 7782 / SP; 4ª Turma; Relator Min. SALVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA; DJ: 02/12/1991).
Assim, a negação da perícia requerida pela parte só é possível nas estritas hipóteses do parágrafo único do art. 420 do Código de Processo Civil, o que limita muito o poder do Juiz para indeferi-la, ainda mais que o Magistrado deve ter em conta que a prova pertence ao processo e que na maioria dos casos as causas chegam ao Tribunal e a prova técnica pode revelar-se essencial para que no juízo de devolução a sentença seja bem avaliada e o pedido seja bem analisado.
Na ação de origem a parte autora, ora agravante, pretende, em síntese, a modificação dos critérios de atualização monetária, além do recálculo dos juros, afastando-se a alegada cumulatividade (fls. 43/45).
Entendo que a questão afeta à capitalização de juros e ao conseqüente recálculo das prestações somente pode ser aferida após a realização de cálculos que discriminem a evolução da dívida de forma pormenorizada.
Nesse sentido afigura-se-me indispensável a realização da prova pericial ao menos para a elucidação do referido tema.
Aliás, essa é a orientação que emana da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:
PERÍCIA. APURAÇÃO DE CLÁUSULAS ABUSIVAS. PRECEDENTES DA CORTE.
1. Precedentes da Terceira Turma descartam o cerceamento de defesa para apuração de eventuais abusos nas cláusulas contratuais porque "podem ser aferidos sem a necessidade de perícia ou de oitiva de testemunhas" (RESP n°.290.594/PR, DJ de 4/2/02; RESP n°.287.130/RS DJ de 12/11/01).
2. Todavia, se existe alegação de que abusivos os juros na linha do mais recente julgado da Corte (RESP nº.271.214/RS), a prova da abusividade deve ser efetiva, não bastando alegações genéricas, não há razão para impedir a realização de perícia.
3. Recurso especial conhecido e provido.
(REsp 576652/RS; 3ª TURMA; Relator Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO; DJU: 25.10.2004).
Isto posto, DEFIRO o efeito suspensivo ativo para que se proceda à perícia requerida.
Comunique-se ao d. juízo 'a quo'.
Cumpra-se o art. 527, V, do Código de Processo Civil.
Int.
São Paulo, 22 de março de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.021768-6 AG 294912
ORIG.	:	9300082043 9 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	DELCIO ANTONIO DE SOUZA e outros
ADV	:	ENIVALDO DA GAMA FERREIRA JUNIOR
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	NELSON LUIZ PINTO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 9 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos, em decisão.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por DELCIO ANTONIO DE SOUZA e outros contra decisão de fls. 111/112 (fls. 303/304 dos autos originais) proferida pelo Juízo Federal da 9ª Vara de São Paulo/SP que, em sede de execução de julgado promovida em face da Caixa Econômica Federal - CEF, indeferiu: 1) o pedido de depósito dos honorários advocatícios em relação aos autores que aderiram ao acordo extrajudicial nos termos da Lei Complementar nº 110/2001; 2) a aplicação de juros de mora de acordo com o art. 406 do Código Civil; 3) a expedição de alvará de levantamento em nome de sociedade de advogados.
A parte agravante pleiteia a concessão de efeito suspensivo (fl. 15) aduzindo, em síntese: 1) que a homologação das adesões não poderia alterar a condenação da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL ao pagamento da verba honorária; 2) que teriam direito aos juros moratórios nos termos do Novo Código Civil; 3) ser cabível a expedição de alvará de levantamento de verba honorária em nome da sociedade de advogado, ainda que a referida sociedade não conste do instrumento de procuração.
DECIDO.
Reporta-se o presente instrumento a execução de sentença que condenou a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL à aplicação do índice do IPC expurgado no mês de abril de 1990 sobre o saldo das vinculadas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, e ao pagamento de verba honorária fixada em 10% do valor da condenação (fls. 64/67).
O art. 7° da Lei Complementar nº 110/2001 criou a possibilidade de acordo a ser celebrado entre o autor e a Caixa Econômica Federal para o recebimento da complementação do saldo fundiário - definido no art. 4°, referente a 16,64% e 44,80% - mediante termo de adesão cujo teor é tratado no art. 6°.
Trata-se de transação extrajudicial que envolve os requisitos do art. 82 do antigo Código Civil, e art. 104 do atual, o que torna a avença possível especialmente porque as partes são capazes e o objeto do pacto é lícito, sendo norma processual indiscutível aquela que permite "as partes pôr fim ao litígio por acordo desde de que se refira a direitos disponíveis" (como é o caso de recomposição de saldo que é patrimônio do trabalhador), como decorre dos arts. 269, III e 794, II, do Código de Processo Civil.

Sendo lícito às partes, maiores e capazes, pôr fim ao processo mediante concessões recíprocas nada impede o acordo extrajudicial sem a participação de advogado, porquanto o mandatário detém poderes apenas ad iudicia que lhe concede somente capacidade postulatória. Ainda que possua poderes especiais para firmar transação por expressa vontade do mandante (art. 38 do Código de Processo Civil) claro que não possui poderes para se opor, contrariar, a vontade do titular do direito que, dele podendo dispor, firma acordo fora dos autos e que nele ingressa apenas para o fim do inc. II do art. 794 do referido Diploma Processual.
No tocante à questão referente aos honorários do causídico, verifico que a condenação da apelada a pagá-los foi objeto da sentença de primeiro grau que os fixou em 10% do valor da condenação (fl. 63).
Essa condenação foi mantida em julgamento proferido aos 07/02/2003 por esta Primeira Turma (fls. 67), o qual transitou em julgado aos 24/03/2003 (fls. 69).
Ultrapassado até o prazo da ação rescisória, o advogado da parte autora tinha o direito próprio de cobrar da Caixa Econômica Federal, pelo processo de execução (art. 604 do Código de Processo Civil) a verba honorária que lhe pertencia, posto que a condenação já fora objeto de coisa julgada material.
Contudo, mesmo havendo coisa julgada material incidente sobre a condenação da Caixa Econômica Federal a pagar honorários fixados em favor do advogado da parte autora na ação de conhecimento onde se buscava recomposição de saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, a posterior adesão dos requerentes ao acordo previsto no art. 7º da Lei Complementar nº 110/2001 prejudica a execução desses honorários porquanto incide no caso a Lei nº 9.469/1997, cuja redação do seu art. 6°, § 2° dada pela Medida Provisória n° 2.226/2001, anterior à celebração da transação, é no sentido de que "o acordo ou transação celebrada diretamente pela parte ou por intermédio de procurador para extinguir ou encerrar processo judicial (...) implicará sempre a responsabilidade de cada uma das partes pelo pagamento dos honorários de seus respectivos advogados, mesmo que tenham sido objeto de condenação transitada em julgado".
Relativamente à exigência da parte agravante aos juros moratórios de acordo com o Novo Código Civil, a pretensão carece de fundamento jurídico na medida em que o título executivo judicial é claro ao dispor que os juros de mora "devem continuar incidindo no percentual de 0,5% a contar da citação" (fls. 66).
Aliás, a parte agravante deu início à execução do julgado requerendo o pagamento de "juros de mora de meio por cento ao mês, desde a data da citação" (fls. 71), pelo que não há maior relevância quanto a este tema.
Por fim, entendo que a decisão agravada deve ser mantida também em relação ao indeferimento de expedição de alvará de levantamento em nome de sociedade de advogados.
Como consignado na interlocutória recorrida, "o levantamento dos valores depositados será efetuado por ocasião da prolação de sentença de extinção da execução", o que por si só bastaria para o indeferimento do pedido.
De todo modo, os instrumentos de procuração de fls. 41/46 foram outorgados aos advogados individualmente, não sendo mencionada qualquer sociedade de advogado. Tampouco o substabelecimento de fls. 52 o faz.
Confira-se os seguintes julgados sobre o tema:
TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. IMPOSTO DE RENDA. LEVANTAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS POR ADVOGADO OU POR SOCIEDADE DE ADVOGADOS. CRÉDITO CUJO TITULAR, EM PRINCÍPIO, É O ADVOGADO (LEI 8.906/94, ART. 23). HIPÓTESES DE LEVANTAMENTO PELA SOCIEDADE: CESSÃO DE CRÉDITO (CPC, ART. 42) OU INDICAÇÃO DO NOME DA SOCIEDADE NA PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO (LEI 8.906/94, ART. 15, § 3º). SOCIEDADE CUJO NOME NÃO CONSTA DO INSTRUMENTO DE MANDATO. IMPOSSIBILIDADE.1. A expedição de alvará para "entrega do dinheiro" constitui um ato processual integrado ao processo de execução, na sua derradeira fase, a do pagamento. Segundo o art. 709 do CPC, a entrega do dinheiro deve ser feita ao "credor". Esta regra deve ser também aplicada, sem dúvida, à execução envolvendo honorários advocatícios, o que significa dizer que, também nesse caso, o levantamento do dinheiro deve ser deferido ao respectivo 'credor'.
2. Segundo o art. 23 da Lei 8.906/94 (Estatuto da OAB) 'os honorários incluídos na condenação, por arbitramento ou sucumbência, pertencem ao advogado, tendo este direito autônomo para executar a sentença nessa parte, podendo requerer que o precatório, quando necessário, seja expedido em seu favor'. Em princípio, portanto, credor é o advogado.
3. Todavia, o art. 15, § 3º, da Lei 8.906/94 autoriza o levantamento em nome da sociedade caso haja indicação desta na procuração. Há, ainda, outra hipótese em que a sociedade torna-se credora dos honorários: quando cessionária do respectivo crédito.
4. No caso concreto, não está configurada qualquer das hipóteses acima referidas, já que sequer se cogita de cessão de crédito em favor da sociedade, e o acórdão recorrido afirma apenas a existência de procuração em favor dos advogados, e não da sociedade.
5. Recurso especial provido.
(REsp 437853/DF, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 25.05.2004, DJ 07.06.2004 p. 160)
TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. ALÍQUOTA APLICÁVEL. SOCIEDADE DE ADVOGADOS.
1. O art. 15, § 3º, da Lei 8.906/94 determina que, no caso de serviços advocatícios prestados por sociedade de advogados, as procurações devem ser outorgadas individualmente aos causídicos e indicar a sociedade de que façam parte.
2. Não se entende como serviço prestado pela sociedade o caso em que a procuração não contém qualquer referência à mesma, devendo a retenção do imposto de renda, em decorrência do pagamento de honorários advocatícios, ser feita tomando-se em consideração o fato de que os serviços foram prestados individualmente pelos advogados a quem o mandato foi outorgado.
3. Recurso especial a que se dá provimento.
(STJ; RESP 480699/DF; 1ª TURMA; Relator JOSÉ DELGADO; DJ: 24/11/2003).
Pelo exposto, não entrevejo elementos suficientes para infirmar a decisão recorrida pelo que INDEFIRO o efeito suspensivo pleiteado.
Cumpra-se o artigo 527, V, do Código de Processo Civil.
Int.
São Paulo, 22 de março de 2007.

JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.021796-0 MCI 5552
ORIG.	:	200561000207985 8 Vr SAO PAULO/SP
REQTE	:	EDSON ROBERTO XARAO MACHADO e outro
ADV	:	ALESSANDRA CHRISTINA ALVES
REQDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
RELATOR	:	DES.FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

Alterando posicionamento anteriormente firmado no qual entendia pela inexistência da ação não assinada pelo representante processual da parte, passo a autorizar a correção de tal falha.
Acompanho posicionamento recente emanado pelo Superior Tribunal de Justiça - AgRg n.º 646.624/RJ, até mesmo com vistas a privilegiar o princípio da instrumentalidade, para admitir a regularização da representação processual, com vistas a sanar o ato irregular.
Desta feita, providencie o peticionário, no prazo de 10 (dez) dias, a regularização da exordial da ação cautelar, haja vista tratar-se de petição apócrifa.
Outrossim, cumpra os demais requisitos previstos pelo artigo 282 do Código de Processo Civil, nos termos do artigo 284 do mesmo diploma legal, sob pena de extinção do feito.
Intimem-se. Publique-se.
Após voltem os autos conclusos.
São Paulo, 16 de março de 2007.

Desembargador Federal LUIZ STEFANINI
Relator

PROC.	:	2007.03.00.025165-7 AG 295221
ORIG.	:	9300080202 9 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	MARCOS ANTONINI e outros
ADV	:	ENIVALDO DA GAMA FERREIRA JUNIOR
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	MARIA EDNA GOUVEA PRADO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 9 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos, em decisão.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por MARCOS ANTONINI e outros contra decisão de fl. 110 (fl. 518 dos autos originais) proferida pelo Juízo Federal da 9ª Vara de São Paulo/SP que, em sede de execução de julgado promovida em face da Caixa Econômica Federal - CEF, indeferiu o pedido de depósito dos honorários advocatícios em relação aos autores que aderiram ao acordo extrajudicial nos termos da Lei Complementar nº 110/2001.
A parte agravante pleiteia a concessão de efeito suspensivo (fl. 10) aduzindo, em síntese, que a homologação das adesões não poderia alterar a condenação da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL ao pagamento da verba honorária.
DECIDO.
Reporta-se o presente instrumento a execução de sentença que condenou a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL à aplicação do índice do IPC expurgado no mês de abril de 1990 sobre o saldo das vinculadas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, e ao pagamento de verba honorária fixada em 10% do valor da condenação (fls. 61/69).
O art. 7° da Lei Complementar nº 110/2001 criou a possibilidade de acordo a ser celebrado entre o autor e a Caixa Econômica Federal para o recebimento da complementação do saldo fundiário - definido no art. 4°, referente a 16,64% e 44,80% - mediante termo de adesão cujo teor é tratado no art. 6°.
Trata-se de transação extrajudicial que envolve os requisitos do art. 82 do antigo Código Civil, e art. 104 do atual, o que torna a avença possível especialmente porque as partes são capazes e o objeto do pacto é lícito, sendo norma processual indiscutível aquela que permite "as partes pôr fim ao litígio por acordo desde de que se refira a direitos disponíveis" (como é o caso de recomposição de saldo que é patrimônio do trabalhador), como decorre dos arts. 269, III e 794, II, do Código de Processo Civil.
Sendo lícito às partes, maiores e capazes, pôr fim ao processo mediante concessões recíprocas nada impede o acordo extrajudicial sem a participação de advogado, porquanto o mandatário detém poderes apenas ad iudicia que lhe concede somente capacidade postulatória. Ainda que possua poderes especiais para firmar transação por expressa vontade do mandante (art. 38 do Código de Processo Civil) claro que não possui poderes para se opor, contrariar, a vontade do titular do direito que, dele podendo dispor, firma acordo fora dos autos e que nele ingressa apenas para o fim do inc. II do art. 794 do referido Diploma Processual.
No tocante à questão referente aos honorários do causídico, verifico que a condenação da apelada a pagá-los foi objeto da sentença de primeiro grau que os fixou em 10% do valor da condenação (fl. 69).
Essa condenação foi mantida em julgamento proferido aos 23/11/1999 por esta Primeira Turma (fls. 79), o qual transitou em julgado aos 24/04/2001 (fls. 82).
Ultrapassado até o prazo da ação rescisória, o advogado da parte autora tinha o direito próprio de cobrar da Caixa Econômica Federal, pelo processo de execução (art. 604 do Código de Processo Civil) a verba honorária que lhe pertencia, posto que a condenação já fora objeto de coisa julgada material.
Contudo, mesmo havendo coisa julgada material incidente sobre a condenação da Caixa Econômica Federal a pagar honorários fixados em favor do advogado da parte autora na ação de conhecimento onde se buscava recomposição de saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, a posterior adesão dos requerentes ao acordo previsto no art. 7º da Lei Complementar nº 110/2001 prejudica a execução desses honorários porquanto incide no caso a Lei nº 9.469/1997, cuja redação do seu art. 6°, § 2° dada pela Medida Provisória n° 2.226/2001, anterior à celebração da transação, é no sentido de que "o acordo ou transação celebrada diretamente pela parte ou por intermédio de procurador para extinguir ou encerrar processo judicial (...) implicará sempre a responsabilidade de cada uma das partes pelo pagamento dos honorários de seus respectivos advogados, mesmo que tenham sido objeto de condenação transitada em julgado".
Pelo exposto, não entrevejo elementos suficientes para infirmar a decisão recorrida pelo que INDEFIRO o efeito suspensivo pleiteado.
Cumpra-se o artigo 527, V, do Código de Processo Civil.
Int.
São Paulo, 03 de abril de 2007.

JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2001.03.99.025167-8 AC 696630
ORIG.	:	9808016456 2 Vr ARACATUBA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUIZ FERNANDO SANCHES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	CALCADOS KLIN IND/ E COM/ LTDA
ADV	:	NEWTON JOSE DE OLIVEIRA NEVES
ADV	:	LUIZ ALFREDO BIANCONI
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE ARACATUBA SecJud SP
RELATOR	:	JUIZ CONV. MARCIO MESQUITA / PRIMEIRA TURMA

Fls. 275/276: Manifeste-se o apelado.
Intime-se.
São Paulo, 29 de março de 2007.

MÁRCIO MESQUITA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2005.61.00.025519-0 AC 1167618
ORIG.	:	1 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	ZORA YONARA M DOS SANTOS CARVALHO PALAZZIN
APDO	:	CLAUDIO PEREIRA DA SILVA e outros
ADV	:	MANUEL NATIVIDADE
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos, em decisão:
Trata-se de apelação interposta pela Caixa Econômica Federal contra a r. sentença prolatada em sede de embargos de execução interpostos pela empresa pública com o fim de obstar a execução de título judicial referente a sua condenação em recompor saldos de FGTS expurgados do IPC de vários períodos.
Pretendia a embargante, aqui apelante, evitar o pagamento em sede de execução de julgado de índices de IPC diversos daqueles reconhecidos como devidos pelo Supremo Tribunal Federal no RE nº 226.855/RS em 31/8/2000; para tanto afirmava ser cabível o disposto no art. 741, § único do Código de Processo Civil, acrescido pela Medida Provisória nº 2.180 de 24/8/2001. Afirmava, então, que o título executivo era em parte inexigível porque fundado em aplicação ou interpretação de lei tida pela Suprema Corte como incompatível com a Magna Carta.
Os embargos foram julgados improcedentes por considerar o MM. Juízo que descabe a interposição de embargos embasados exclusivamente no inconformismo da parte executada, bem como que se tratando de obrigação de fazer inexiste a possibilidade jurídica de processo autônomo de execução por título judicial e por conseqüência a interposição de embargos à execução; deixou de fixar condenação em verba honorária.

A Caixa Econômica Federal interpõe apelação, reiterando os fundamentos já expendidos nos embargos e pedindo a reforma do decisum.
A embargada não apresentou contra-razões de apelação (fls. 31).
Decido.
Todas as questões suscitadas já foram objeto de apreciação por este Tribunal e pelo Superior Tribunal de Justiça que têm posição fixa sobre tais temas. Dessa sorte, cabe julgamento por decisão monocrática do Relator.
O art. 557 do Código de Processo Civil autoriza o relator a julgar monocraticamente qualquer recurso desde que sobre o tema recorrido haja jurisprudência dominante em Tribunais Superiores; é o caso dos autos.
A questão ventilada nos autos mostra que a Caixa Econômica Federal tem enorme dificuldade em se render à evidência de que deve honrar as decisões judiciais que a condenaram, com trânsito em julgado, a pagar aos infelizes titulares de contas fundiárias o IPC que lhes foi tungado pelos sucessivos, mirabolantes e desastrosos "planos" a que essa maltratada Nação foi submetida, como se fosse "laboratório" de teorias econômicas. A Caixa Econômica Federal não se verga à realidade da coisa julgada, engendra "teses" para escapar do seu ônus de curvar-se aos casos definitivamente julgados, procurando frustrar direitos assegurados pelo Poder Judiciário. Assim, infelizmente para essa antiga e tão conceituada empresa pública, torna-se litigante de má-fé na medida em que se opõe maliciosamente à execução, empregando meios artificiosos, nos termos do art. 600, inc. II, do Código de Processo Civil.
O parágrafo único do art. 741 do Código de Processo Civil, com a redação dada pela Lei nº 11.232/2005, não se aplica na hipótese dos autos.
É aceitável a interpretação de que o § único do art. 741 do Código de Processo Civil aplica-se para tornar inexigível um título executivo quando o mesmo se fundamenta em ato normativo ou lei considerados pelo Supremo Tribunal Federal como inconstitucionais, ou se lastreia em aplicação ou interpretação dessas normas que a Corte Suprema considerou como incompatíveis com a Magna Carta, mas isso somente se a atuação do Supremo Tribunal Federal deu-se em sede de controle abstrato, difuso, com eficácia erga omnes. Não fosse assim, somente o ineditismo da matéria perante a Suprema Corte tornaria tranqüilo o credor e o juízo executivo.
E há mais.
A se aceitar como válida a nova dicção do § único do art. 741, é claro que a decisão declaratória de inconstitucionalidade do Supremo Tribunal, que teria sido afrontada pela sentença exeqüenda, haveria de ser anterior ao trânsito em julgado dessa sentença, pois não sendo assim estaria instaurado o caos judiciário.
Ainda a matéria tratada pelo Supremo Tribunal Federal com referência a índices de IPC expurgados de FGTS, não tem índole constitucional.
O E. STJ assim vem decidindo, conforme se verifica das seguintes ementas:
"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. FGTS. CORREÇÃO MONETÁRIA. EXCLUSÃO DE ÍNDICES CONSTANTES DO TÍTULO JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE. ART. 741, INC. II E PARÁGRAFO ÚNICO DO CPC. MP 2.180-35/2001. INAPLICABILIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 29-C, DA LEI 8.036/90. APLICABILIDADE. DECISÃO CONDICIONAL. ART. 249, § 2º, DO CPC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO NO TOCANTE AOS ARTS. 2º, DA EC 32/2001 E 6º, DA LICC.
1. É inviável a apreciação, em sede de Recurso Especial, de matéria sobre a qual não se pronunciou o tribunal de origem, porquanto indispensável o requisito do prequestionamento.
2. Ausente na apreciação do acórdão recorrido a questão envolta no dispositivo tido por violado falta, o prequestionamento da matéria debatida no recurso especial. O prequestionamento é requisito essencial e pressuposto específico de admissibilidade do recurso especial. Esta exigência significa que, não obstante tenha a parte sucumbente suscitado a questão em suas razões recursais, a matéria questionada necessita ser ventilada pelo Tribunal de origem. Inocorrendo a análise, deve a parte provocá-la mediante embargos declaratórios, o que não se verificou.
3. O acórdão que assegura o recebimento da verba honorária condicionando a sua exigibilidade à não-conversão da Medida Provisória em Lei é nulo tendo em vista que a legislação processual impõe que a sentença deve ser certa , a teor do artigo 460, § único do CPC.
4. 'Quando puder decidir do mérito a favor da parte a quem aproveite a declaração de nulidade, o juiz não a pronunciará nem mandará repetir o ato, ou suprir-lhe a falta.' (CPC, art. 249, § 2º).
5. A fixação dos honorários decorre da propositura do processo de conhecimento. Entretanto, a jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de ser a execução ação autônoma, por isso a fixação de novos honorários em sede de execução, ainda que não embargada. Conseqüentemente, sendo ação autônoma, rege essa sucumbência a lei vigente à data da instauração da execução.
6. In casu, evidencia-se que a execução de sentença foi instaurada em 02/07/2003, após o novel regime da MP 2164-40/01. Destarte, descabe a fixação de honorários advocatícios. Diverso seria o tratamento se a lei surgisse após da imputação da sucumbência, hipótese em que o direito novo não poderia retroagir para atingir o direito adquirido à percepção da verba sucumbencial.
7. A incidência do art. 741, parágrafo único, do CPC, limita-se ao decisum que se funda em lei ou ato normativo declarados como inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, em controle concentrado, ou na hipótese de provimento que os interpreta ou os aplica de modo incompatível com a Carta Magna.
6. A decisão do E. STF sobre inexistir direito adquirido aos percentuais dos Planos Bresser, Collor I e II, não implica na incidência do art. 741, parágrafo único, do CPC, com o fim de desconstituir os títulos judiciais que reconheceram como devidos os referidos índices de correção monetária. Essa hipótese não se amolda àquela prevista pela norma em questão, visto não se fundar a decisão exeqüenda em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais pelo STF, tampouco emprestar a eles interpretação incompatível com a Carta Magna.
7. Tratando-se de norma excepcional posto o art. 741, parágrafo único, revelar caráter rescindente, deve restringir-se a sua incidência, apenas, às hipóteses expressamente nela previstas.
8. Precedentes deste Eg. STJ: AgRg no REsp 743901- DF, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ de 16/06/2005; REsp 733755- SC, Rel. Min. José Delgado, DJ de 12/05/2005; REsp 717413- SC, Rel. Min. José Delgado, DJ de 02/06/2005; REsp 710452- MG, Rel. Min. José Delgado, DJ de 01/03/2005; REsp 720953- SC, Rel Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 28/06/2005;
9. Recurso especial da CEF parcialmente provido, e recurso especial da embargada desprovido."
(REsp nº 692808/SC, Relator Ministro Luiz Fux, 1ª Turma, j. 13.12.05, DJ 13.02.06, pág. 684)
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO. EXISTÊNCIA. EMBARGOS À EXECUÇÃO. TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL. INEXIGIBILIDADE. ART. 741, PARÁGRAFO ÚNICO DO CPC. VIOLAÇÃO À COISA JULGADA.
- Inexiste violação ao parágrafo único do art. 741 do CPC, introduzido pela MP 2.180-35/01, pois a decisão do Supremo Tribunal Federal que considerou indevidas as diferenças de correção monetária dos saldos do FGTS nos meses de junho/87, maio/90 e fevereiro/91 (RE 226.855/RS) encontra óbice para a sua retroação na sentença transitada em julgado, momento em que o título executivo judicial tornou-se inexigível, não podendo ser modificada a matéria decidida no processo de conhecimento para prejudicar o empregado. (artigos 5º, XXXVI da CF/88 e 610 do CPC).
- Embargos acolhidos para conhecer do recurso especial, porém lhe negando provimento
(Edcl no REsp nº 738303/MG, Relator Ministro Francisco Peçanha Martins, 2ª Turma, j. 04.10.05, DJ 21.11.05, pág. 205)
"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. FGTS. EXCLUSÃO DE ÍNDICES CONSTANTES DO TÍTULO JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE. ART. 741, II E PARÁGRAFO ÚNICO DO CPC. MP 2.180-35/2001. INAPLICABILIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 29-C DA LEI N° 8.036/2001 (REDAÇÃO DA MP N° 2.164-35/2001). INCIDÊNCIA.
1. Cuida-se de embargos à execução apresentados pela CEF sustentando a nulidade da execução por inexigibilidade de parte da decisão condenatória proferida nos autos da ação ordinária, com fundamento no art. 741, II e parágrafo único do CPC, aduzindo que o título judicial exeqüendo incluiu percentuais relativos a planos econômicos considerados indevidos pelo STF em virtude de decisão prolatada no RE nº 226.855/RS, quais sejam: junho/87, maio/90 e fevereiro/91. Na via especial, requer o reconhecimento da inexigibilidade do título executivo no que respeita aos índices mencionados, bem como seja reconhecida a isenção no pagamento dos honorários advocatícios. O particular, por sua vez, requer seja afastada a suspensão de exigibilidade da verba honorária, tornando possível sua cobrança imediata.
2. O art. 741, parágrafo único do CPC só incide quando o decisum se funda em lei ou ato normativo tidos como inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal. Idem quando os interpreta ou os aplica de modo incompatível com a Carta Magna.
3. O fato de o STF ter decidido, em situação concreta, inexistir direito adquirido aos percentuais dos Planos Bresser, Collor I e II, não conduz ao entendimento de que o art. 741, parágrafo único do CPC tem o condão de desconstituir os títulos judiciais que reconheceram como devidos os referidos índices de correção monetária. Essa hipótese não se amolda àquela prevista pela norma em questão, visto não se fundar a decisão exeqüenda em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais pelo STF, tampouco emprestar a eles interpretação incompatível com a Carta Magna. Trata-se de norma de caráter excepcional, pelo que se deve restringir a sua incidência, apenas, às hipóteses expressamente nela previstas.
4. No que concerne aos honorários advocatícios, este Tribunal tem entendido ser nula a sentença que submete a procedência ou não da ação a evento futuro e incerto, conforme preceituado no parágrafo único do art. 460 do CPC. In casu, o acórdão recorrido condenou a CEF ao pagamento de honorários advocatícios condicionando a sua exigibilidade à não-conversão da MP 2164-41/2001 em lei. A regra contida no § 2º do art. 249 do CPC permite que o juiz, quando puder decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite a declaração de nulidade, não a pronuncie nem mande repetir o ato ou suprir-lhe a falta.
5. A 1ª Seção desta Corte Julgadora firmou entendimento no sentido de que o art. 29-C é norma especial em relação aos arts. 20 e 21 do CPC e deve ser aplicado às relações processuais instauradas a partir da sua vigência (27.07.2001), inclusive nas causas, que não têm natureza trabalhista, movidas pelos titulares das contas vinculadas contra o FGTS, administrado pela CEF (ERESP n° 559.959/SC, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 21/03/2005)
6. Recurso especial da CEF parcialmente provido tão-somente para excluí-la da condenação em honorários advocatícios e dos particulares não provido.
(REsp nº 717413/SC, Relator Ministro José Delgado, 1ª Turma, j. 02.06.05, DJ 01.07.05, pág. 427)
Por derradeiro, tendo a apelante cometido ato atentatório à dignidade da Justiça ao se opor maliciosamente à execução, empregando meios artificiosos como já dito, pagará aos embargados multa de 10% sobre o valor atualizado do débito em execução nos termos preconizados pelo artigo 601 do Código de Processo Civil.
Também neste aspecto este Tribunal Regional Federal assim vem decidindo, conforme se verifica dos seguintes arestos:
"PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - APELAÇÃO - FGTS - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS - PRETENSÃO DA CEF DE EXCLUIR DA EXECUÇÃO DIFERENÇAS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA, CONCEDIDAS PELA DECISÃO JUDICIAL EXEQÜENDA, POR FORÇA DE JULGADO DO STF, EM SEDE DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO - ART. 741, PARÁGRAFO ÚNICO, CPC - INAPLICABILIDADE - COISA JULGADA - HONORÁRIOS DE ADVOGADO - PRETENSÃO DA EMBARGANTE DE EXIMIR-SE DO PAGAMENTO DA VERBA HONORÁRIA SUCUMBENCIAL, COM SUPEDÂNEO NO ART. 29-C DA LEI Nº 8.036/90, INSERIDO PELA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.164-40/2001 - VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL EXPRESSA AO TRATAMENTO DE MATÉRIA PROCESSUAL CIVIL PELA VIA DA MEDIDA PROVISÓRIA - ART. 62, §1º, I, a, DA CF - NÃO CABIMENTO DA ISENÇÃO POSTULADA - MÁ-FÉ DA EMBARGANTE.
1. Incabível, na via dos embargos à execução de sentença, a discussão sobre matéria objeto de decisão já transitada em julgado, com fundamento na orientação jurisprudencial firmada pelo Supremo Tribunal Federal.
2. Não obstante o entendimento do STF no sentido de serem indevidas as diferenças de correção monetária dos depósitos fundiários quando da edição dos Planos Bresser, Collor I (salvo em relação ao mês de abril de 1990) e Collor II (RE nº 226.855/RS), o fato é que não há no ordenamento jurídico norma que vincule todas as decisões judiciais àquelas tomadas pelos tribunais superiores em sede de recurso extraordinário e especial, que não têm efeito erga omnes.
3. A Caixa Econômica Federal, na condição de gestora do FGTS, não está isenta da verba honorária. Dispositivo legal disciplinado por medida provisória prejudicado em face da vedação estabelecida no art. 62, §1º, inciso I, alínea a, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32/2001. A regra do art. 2º da EC nº 32, ademais, não constitui óbice a esse entendimento. Tratando-se de disposição de natureza transitória, sua interpretação deve manter coerência com o texto de natureza material da Constituição, não sendo admissível, na hipótese de conflito normativo, que sua aplicação implique na derrogação da regra de cunho permanente.
4. Apelação a que se nega provimento, condenando a embargante à multa por ato atentatório à dignidade da justiça, fixada no percentual de 10% sobre o valor do débito, nos termos do art. 600, II e III, c/c art. 601, ambos do CPC.
(AC nº 2003.61.14.001207-4/SP, Relatora Desembargadora Federal Vesna Kolmar, 1ª Turma, j. 07.12.04, DJU 18.01.05, pág. 257)
"PROCESSO CIVIL - EXECUÇÃO DE SENTENÇA - EMBARGOS - DISCUSSÃO DE ÍNDICES
1 - Não se conhece da inflição de penas, pois não as há no decisório de primeiro grau.
2 - Os índices do título executado estão salvaguardados pelo instituto da coisa julgada.
3 - A coisa julgada é um imperativo que se embasa no próprio direito natural, segundo o ensinamento de Edson Luiz Sampel.
4 - A executada resiste indevidamente à definitividade da prestação jurisdicional. Assim sendo, aplica-se-lhe multa de dez por cento sobre o valor da execução, pela prática de ato atentatório à dignidade da justiça (cf. art. 600, II, combinado com a cabeça do art. 601.
5 - Apelação não provida."
(AC nº 2003.61.00.033031-2/SP, Relator Desembargador Federal Luiz Stefanini, 1ª Turma, j. 05.10.04, DJU 16.11.04, pág. 313)
Desta forma, encontrando-se a decisão recorrida em manifesta consonância com jurisprudência dominante de Tribunal Superior deve ela ser mantida.
Pelo exposto, com fulcro no que dispõe o artigo 557, caput, do Código de Processo Civil, nego seguimento à apelação e condeno a apelante na forma do art. 601 do Código de Processo Civil a adimplir multa em favor do embargado de 10% sobre o valor atualizado do débito em execução.
Decorrido o prazo legal remetam-se os autos à Vara de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 19 de março de 2007.

JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

LAJS/akt/execução/557/embargos à execução sentença/25519-0

PROC.	:	2001.03.00.025924-1 AG 136846
ORIG.	:	200061040102131 6 Vr SANTOS/SP
AGRTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
REPDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	IVONE COAN
AGRDO	:	RESTAURANTE E PIZZARIA BELLA ROMA PERUIBE LTDA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 6 VARA DE SANTOS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos, em decisão.
Trata-se de Embargos de Declaração opostos por Caixa Economica Federal - CEF em face do v. acórdão proferido pela E. Primeira Turma, que negou provimento ao agravo de instrumento (fls. 108/110).
Alega a embargante ter ocorrido omissão e contradição no v. acórdão, uma vez que deixou de "apreciar ponto sobre o qual devia pronunciar-se, razão pela qual, necessária a interposição dos presentes, para fins de direito, de modo a complementar prestação jurisdicional em curso, atendendo ao preceito do art. 5º, inciso XXXV, da Carta magna vigente". (fls. 60/64)
Ao final, requer a expressa manifestação desta Egrégia Corte sobre a referida matéria a fim de que seja sanada a omissão.
Decido.
A teor do que dispõe o art. 535, I e II, do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração apenas quando há no acórdão obscuridade, contradição ou omissão relativa a ponto sobre o qual deveria pronunciar-se o Tribunal, descabendo, assim, sua utilização com o escopo de "obrigar" o órgão julgador a rever orientação anteriormente esposada por ele, sob o fundamento de que não teria sido aplicado o melhor direito à espécie dos autos.
Não se prestam os declaratórios à revisão do acórdão, salvo casos excepcionalíssimos, e sim ao aperfeiçoamento do julgado.
Destarte, quando a embargante por meio desse expediente busca ver reapreciada a questão já examinada exaustivamente pela Turma sem indicar concretamente qualquer das alternativas do art. 535 do CPC, não podem prosperar os embargos de declaração, porquanto atribuir-lhe "efeitos infringentes" só é possível em caso de erro manifesto que redunde em nulidade do julgado, situação essa que nem de longe é visível no presente caso.
A propósito de todas essas considerações, confira-se:
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. FINALIDADE DE PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA OBJETO DE POSSÍVEL RECURSO EXTRAORDINÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL (PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. ADICIONAL DE IMPOSTO DE RENDA. LEI Nº 6.352/88, DO ESTADO DE SÃO PAULO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. PROVA DO REPASSE. DESNECESSIDADE. TRIBUTO DE NATUREZA INDIRETA. LEGITIMIDADE ATIVA DO RESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO.).
1. .....
2. Os embargos de declaração têm como requisito de admissibilidade a indicação de algum dos vícios previstos no art. 535, do CPC, constantes do decisum embargado, não se prestam, portanto, ao rejulgamento da matéria posta nos autos, pois, visam, unicamente, completar a decisão quando presente omissão de ponto fundamental, contradição entre a fundamentação e a conclusão ou obscuridade nas razões desenvolvidas.
3. Impõe-se a rejeição de embargos declaratórios que, à guisa de omissão, têm o único propósito de prequestionar a matéria objeto de recurso extraordinário a ser interposto. Precedente da Corte Especial: EDcl nos EREsp 173273/SP, Relator Ministro Barros Monteiro, DJ de 06.06.2005).
4. Embargos de declaração rejeitados.
(Superior Tribunal de Justiça, EDcl no AgRg no REsp 621.556/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15.09.2005, DJ 26.09.2005 p. 187)
EMENTA: Embargos de declaração com caráter infringente. Ausência de omissão, obscuridade ou contradição. Embargos de Declaração rejeitados.
(Supremo Tribunal Federal, EMB. DECL. NO AG. REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 196.136/CE, rel. Ministro. JOAQUIM BARBOSA, SEGUNDA TURMA, julgado em 30/08/2005)
EMENTA:
1. RECURSO. Embargos de declaração. Inadmissibilidade. Omissão, contradição ou obscuridade. Inexistência. Embargos de declaração rejeitados. Não se admitem embargos de declaração de decisão em que não há omissão, contradição nem obscuridade.
2. RECURSO. Embargos de declaração. Caráter meramente protelatório. Litigância de má-fé. Imposição de multa. Aplicação do art. 538, parágrafo único, cc. arts. 14, II e III, e 17, VII, do CPC. Quando abusiva a interposição de embargos declaratórios, manifestamente protelatório, deve o Tribunal condenar o embargante a pagar multa ao embargado.
(Supremo Tribunal Federal, EMB. DECL. NO AG. REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 162.421/GO, rel. Ministro CEZAR PELUSO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 30/08/2005)
EMENTA.
PROCESSUAL CIVIL, CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS. POLICIAL MILITAR. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. OFENSA AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. CONFIGURAÇÃO. AUSÊNCIA DE ADVOGADO OU DEFENSOR DATIVO. PRECEDENTES. EMBARGOS REJEITADOS.
I - Os embargos de declaração devem atender aos seus requisitos, quais sejam, suprir omissão, contradição ou obscuridade, não havendo qualquer um desses pressupostos, rejeitam-se os mesmos.
II - O Superior Tribunal de Justiça possui jurisprudência uniforme no sentido de que os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, igualmente incidentes na esfera administrativa, têm por escopo propiciar ao servidor oportunidade de oferecer resistência aos fatos que lhe são imputados, sendo obrigatória a presença de advogado constituído ou defensor dativo. Precedentes.
III - Não havendo a observância dos ditames previstos resta configurado o desrespeito aos princípios do devido processo legal, não havendo como subsistir a punição aplicada.
IV - O julgador não está obrigado a responder a todos os questionamentos formulados pelas partes, competindo-lhe, apenas, indicar a fundamentação adequada ao deslinde da controvérsia, observadas as peculiaridades do caso concreto, como ocorreu in casu, não havendo qualquer omissão no julgado embargado.
V - Inviável a utilização dos embargos de declaração, sob a alegação de pretensa contradição, quando a pretensão almeja - em verdade - reapreciar o julgado, objetivando a alteração do conteúdo meritório da decisão embargada.
VI - Embargos de declaração rejeitados.
(EDcl no RMS 20.148/PE, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 02.05.2006, DJ 29.05.2006, p. 269)
No caso específico dos autos observa-se que o acórdão guerreado não ostenta qualquer dos vícios elencados no artigo 535 do Código de Processo Civil, além do que a parte embargante não deduziu com clareza qual seria o "ponto" do julgado que o contaminaria de omissão ou contradição e nem aonde residiria eventual "obscuridade" do decisum.
Então, calha à perfeição o seguinte julgado:
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. (TRIBUTÁRIO. PREVIDENCIÁRIO. CONTRIBUIÇÃO AO FUNRURAL. INCRA. DATA DA EXTINÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CORREÇÃO MONETÁRIA. ÍNDICES).
1.....
2. Deveras, é cediço que inocorrentes as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, não há como prosperar o inconformismo, cujo real objetivo é a pretensão de reformar o decisum, o que é inviável de ser revisado em sede de embargos de declaração, dentro dos estreitos limites previstos no artigo 535 do CPC.

3. Embargos de declaração rejeitados.
(Superior Tribunal de Justiça, EDcl nos EDcl nos EDcl no REsp 418.596/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06.09.2005, DJ 26.09.2005 p. 180)
A propósito, convém recordar que o acórdão não se sujeita a embargos de declaração válidos se o objetivo do embargante é compelir o Tribunal a apreciar outros argumentos ou motivos deduzidos pela parte no recurso originário; realmente, é lição já antiga que do órgão julgador se exige apenas que apresente fundamentação suficiente para justificar a decisão apresentada, não estando obrigado a apreciar cada um dos múltiplos argumentos deduzidos pela parte. Decisão judicial não é resposta a "questionário" da parte recorrente.
Enfim, embargos declaratórios descabem para compelir o Judiciário a "inovar" na apreciação do recurso, examinando questões e argumentos novos não deduzidos na fundamentação ou no pleito recursal originário. Essa a posição do Superior Tribunal de Justiça. Confira-se:
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PARA FUNRURAL E INCRA. CORREÇÃO MONETÁRIA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 211/STJ.
1. Ausentes as hipóteses de cabimento dos embargos de declaração, consoante artigo 535 do CPC.
2. Os aclaratórios não se prestam para que sejam analisadas questões já discutidas e nem para inovar em tese jurídica não ventilada nas instâncias inferiores. Aplicação da Súmula nº 211/STJ.
3. Embargos de declaração rejeitados.
(EDcl no REsp 670.467/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 02.08.2005, DJ 05.09.2005 p. 369 - destaquei)
TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. EXISTÊNCIA. TESE NOVA. IMPOSSIBILIDADE.
1. Não cabe desnaturar os aclaratórios com o intuito de inovar em tese jurídica não ventilada em momento oportuno. A alegação de intempestividade do recurso especial deveria ter sido alegada no primeiro momento que coubesse à parte falar nos autos.
2.....
3. Embargos de declaração do INSS rejeitados. Embargos de declaração dos contribuintes acolhidos, sem efeitos modificativos.
(EDRESP 383.726/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 05.04.2005, DJ 22.08.2005 p. 188 - destaquei)
PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - PRESCRIÇÃO - TERMO A QUO - FALTA DE PREQUESTIONAMENTO - IMPOSSIBILIDADE DE INOVAÇÃO- EFEITO INFRINGENTE.
1. Não é possível inovar o pedido no julgamento dos embargos de divergência, pleiteando a prevalência de tese não discutida anteriormente.
2. Inexistente qualquer hipótese do art. 535 do CPC, não merecem acolhida embargos de declaração com nítido caráter infringente.
3. Embargos de declaração rejeitados.
(EDcl nos EDcl nos EREsp 96.560/AL, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22.09.2004, DJ 06.12.2004 p. 186).
Os embargos deduzidos nestes autos não se enquadram na estreita via legal que autoriza seu acolhimento; ao contrário, escapam da trilha legal porquanto o acórdão não experimenta qualquer dos vícios indicados no multicitado artigo 535 e os declaratórios não se prestam aos objetivos acima indicados.
Pelo exposto, com fulcro no que dispõe o artigo 557, "caput", do Código de Processo Civil, conheço dos presentes Embargos de Declaração para negar-lhes seguimento.
Com o trânsito dê-se baixa.
Intimem-se.
São Paulo, 07 de fevereiro de 2007.
JOHONSOM di SALVO
DESEMBARGADOR FEDERAL
RELATOR

PROC.	:	2006.03.99.026040-9 AC 1129834
ORIG.	:	0300000324 2 Vr MONTE ALTO/SP
APTE	:	TEC MOLDFER TECNOLOGIA MODELOS E FERRAMENTARIA LTDA
ADV	:	MARCOS ROBERTO MESTRE
APDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	ELIANE GISELE COSTA CRUSCIOL
ADV	:	ANTONIO JOSE ARAUJO MARTINS
RELATOR	:	DES.FED. VESNA KOLMAR / PRIMEIRA TURMA

Vistos.
Remetam-se os autos à Ufor para que conste como apelada a Caixa Econômica Federal - CEF e não União Federal.
Fls. 221: defiro o prazo requerido.
Intimem-se.
São Paulo, 16 de março de 2007.
VESNA KOLMAR
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	95.03.026327-1 AC 244431
ORIG.	:	0006501400 1 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	YARA MARIA DE OLIVEIRA SANTOS REUTEA TORRO
APTE	:	UNIBANCO UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S/A
ADV	:	ANA LIGIA RIBEIRO DE MENDONCA
ADV	:	MARIA ELISA NALESSO CAMARGO
APDO	:	ANTONIO HERALDO DE OLIVEIRA CASERI e outros
ADV	:	ABDIEL REIS DOURADO
PARTE R	:	BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A
ADV	:	ROBERTO FRANCISCO MENEZES e outros
PARTE R	:	BRADESCO S/A CREDITO IMOBILIARIO
ADV	:	MARIA DE LOURDES DE BIASE e outros
PARTE R	:	FINASA CREDITO IMOBILIARIO S/A
ADV	:	PLINIO N DA CUNHA CINTRA e outro
RELATOR	:	JUIZ CONV. CASEM MAZLOUM / PRIMEIRA TURMA

Petição nº 2007.085282: concedo ao Unibanco vista dos autos fora do cartório no prazo de 5 dias.
São Paulo, 3 de abril de 2007.
Desembargador Federal LUIZ STEFANINI
RELATOR

PROC.	:	2005.03.00.026790-5 AG 234109
ORIG.	:	200561000033867 8 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	WAGNER AYDAR
ADV	:	ANNE CRISTINA ROBLES BRANDINI
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 8 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos, em decisão.
Trata-se de Embargos de Declaração opostos pela WAGNER AYDAR em face do v. acórdão proferido pela E. Primeira Turma, que negou provimento ao agravo de instrumento (fl. 200).
Alega a embargante ter ocorrido omissão, uma vez que não houve exame da questão atinente à aplicação das regras do Código de Defesa do Consumidor nos contratos bancários.
Ao final, requer a expressa manifestação desta Egrégia Corte sobre a referida matéria a fim de que seja sanada a omissão.
Decido.
A teor do que dispõe o art. 535, I e II, do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração apenas quando há no acórdão obscuridade, contradição ou omissão relativa a ponto sobre o qual deveria pronunciar-se o Tribunal, descabendo, assim, sua utilização com o escopo de "obrigar" o órgão julgador a rever orientação anteriormente esposada por ele, sob o fundamento de que não teria sido aplicado o melhor direito à espécie dos autos.
Não se prestam os declaratórios à revisão do acórdão, salvo casos excepcionalíssimos, e sim ao aperfeiçoamento do julgado.
Destarte, quando a embargante por meio desse expediente busca ver reapreciada a questão já examinada exaustivamente pela Turma sem indicar concretamente qualquer das alternativas do art. 535 do CPC, não podem prosperar os embargos de declaração, porquanto atribuir-lhe "efeitos infringentes" só é possível em caso de erro manifesto que redunde em nulidade do julgado, situação essa que nem de longe é visível no presente caso.

A propósito de todas essas considerações, confira-se:
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. FINALIDADE DE PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA OBJETO DE POSSÍVEL RECURSO EXTRAORDINÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL (PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. ADICIONAL DE IMPOSTO DE RENDA. LEI Nº 6.352/88, DO ESTADO DE SÃO PAULO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. PROVA DO REPASSE. DESNECESSIDADE. TRIBUTO DE NATUREZA INDIRETA. LEGITIMIDADE ATIVA DO RESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO.).
1. .....
2. Os embargos de declaração têm como requisito de admissibilidade a indicação de algum dos vícios previstos no art. 535, do CPC, constantes do decisum embargado, não se prestam, portanto, ao rejulgamento da matéria posta nos autos, pois, visam, unicamente, completar a decisão quando presente omissão de ponto fundamental, contradição entre a fundamentação e a conclusão ou obscuridade nas razões desenvolvidas.
3. Impõe-se a rejeição de embargos declaratórios que, à guisa de omissão, têm o único propósito de prequestionar a matéria objeto de recurso extraordinário a ser interposto. Precedente da Corte Especial: EDcl nos EREsp 173273/SP, Relator Ministro Barros Monteiro, DJ de 06.06.2005).
4. Embargos de declaração rejeitados.
(Superior Tribunal de Justiça, EDcl no AgRg no REsp 621.556/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15.09.2005, DJ 26.09.2005 p. 187)
EMENTA: Embargos de declaração com caráter infringente. Ausência de omissão, obscuridade ou contradição. Embargos de Declaração rejeitados.
(Supremo Tribunal Federal, EMB. DECL. NO AG. REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 196.136/CE, rel. Ministro. JOAQUIM BARBOSA, SEGUNDA TURMA, julgado em 30/08/2005)
EMENTA:
1. RECURSO. Embargos de declaração. Inadmissibilidade. Omissão, contradição ou obscuridade. Inexistência. Embargos de declaração rejeitados. Não se admitem embargos de declaração de decisão em que não há omissão, contradição nem obscuridade.
2. RECURSO. Embargos de declaração. Caráter meramente protelatório. Litigância de má-fé. Imposição de multa. Aplicação do art. 538, parágrafo único, cc. arts. 14, II e III, e 17, VII, do CPC. Quando abusiva a interposição de embargos declaratórios, manifestamente protelatório, deve o Tribunal condenar o embargante a pagar multa ao embargado.
(Supremo Tribunal Federal, EMB. DECL. NO AG. REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 162.421/GO, rel. Ministro CEZAR PELUSO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 30/08/2005)
EMENTA.
PROCESSUAL CIVIL, CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS. POLICIAL MILITAR. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. OFENSA AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. CONFIGURAÇÃO. AUSÊNCIA DE ADVOGADO OU DEFENSOR DATIVO. PRECEDENTES. EMBARGOS REJEITADOS.
I - Os embargos de declaração devem atender aos seus requisitos, quais sejam, suprir omissão, contradição ou obscuridade, não havendo qualquer um desses pressupostos, rejeitam-se os mesmos.
II - O Superior Tribunal de Justiça possui jurisprudência uniforme no sentido de que os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, igualmente incidentes na esfera administrativa, têm por escopo propiciar ao servidor oportunidade de oferecer resistência aos fatos que lhe são imputados, sendo obrigatória a presença de advogado constituído ou defensor dativo. Precedentes.
III - Não havendo a observância dos ditames previstos resta configurado o desrespeito aos princípios do devido processo legal, não havendo como subsistir a punição aplicada.
IV - O julgador não está obrigado a responder a todos os questionamentos formulados pelas partes, competindo-lhe, apenas, indicar a fundamentação adequada ao deslinde da controvérsia, observadas as peculiaridades do caso concreto, como ocorreu in casu, não havendo qualquer omissão no julgado embargado.
V - Inviável a utilização dos embargos de declaração, sob a alegação de pretensa contradição, quando a pretensão almeja - em verdade - reapreciar o julgado, objetivando a alteração do conteúdo meritório da decisão embargada.
VI - Embargos de declaração rejeitados.
(EDcl no RMS 20.148/PE, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 02.05.2006, DJ 29.05.2006, p. 269)
No caso específico dos autos observa-se que o acórdão guerreado não ostenta qualquer dos vícios elencados no artigo 535 do Código de Processo Civil, além do que a parte embargante não deduziu com clareza qual seria o "ponto" do julgado que o contaminaria de omissão ou contradição e nem aonde residiria eventual "obscuridade" do decisum.
Então, calha à perfeição o seguinte julgado:
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. (TRIBUTÁRIO. PREVIDENCIÁRIO. CONTRIBUIÇÃO AO FUNRURAL. INCRA. DATA DA EXTINÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CORREÇÃO MONETÁRIA. ÍNDICES).
1.....
2. Deveras, é cediço que inocorrentes as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, não há como prosperar o inconformismo, cujo real objetivo é a pretensão de reformar o decisum, o que é inviável de ser revisado em sede de embargos de declaração, dentro dos estreitos limites previstos no artigo 535 do CPC.
3. Embargos de declaração rejeitados.
(Superior Tribunal de Justiça, EDcl nos EDcl nos EDcl no REsp 418.596/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06.09.2005, DJ 26.09.2005 p. 180)
A propósito, convém recordar que o acórdão não se sujeita a embargos de declaração válidos se o objetivo do embargante é compelir o Tribunal a apreciar outros argumentos ou motivos deduzidos pela parte no recurso originário; realmente, é lição já antiga que do órgão julgador se exige apenas que apresente fundamentação suficiente para justificar a decisão apresentada, não estando obrigado a apreciar cada um dos múltiplos argumentos deduzidos pela parte. Decisão judicial não é resposta a "questionário" da parte recorrente.
Enfim, embargos declaratórios descabem para compelir o Judiciário a "inovar" na apreciação do recurso, examinando questões e argumentos novos não deduzidos na fundamentação ou no pleito recursal originário. Essa a posição do Superior Tribunal de Justiça. Confira-se:
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PARA FUNRURAL E INCRA. CORREÇÃO MONETÁRIA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 211/STJ.
1. Ausentes as hipóteses de cabimento dos embargos de declaração, consoante artigo 535 do CPC.
2. Os aclaratórios não se prestam para que sejam analisadas questões já discutidas e nem para inovar em tese jurídica não ventilada nas instâncias inferiores. Aplicação da Súmula nº 211/STJ.
3. Embargos de declaração rejeitados.
(EDcl no REsp 670.467/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 02.08.2005, DJ 05.09.2005 p. 369 - destaquei)
TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. EXISTÊNCIA. TESE NOVA. IMPOSSIBILIDADE.
1. Não cabe desnaturar os aclaratórios com o intuito de inovar em tese jurídica não ventilada em momento oportuno. A alegação de intempestividade do recurso especial deveria ter sido alegada no primeiro momento que coubesse à parte falar nos autos.
2.....
3. Embargos de declaração do INSS rejeitados. Embargos de declaração dos contribuintes acolhidos, sem efeitos modificativos.
(EDRESP 383.726/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 05.04.2005, DJ 22.08.2005 p. 188 - destaquei)
PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - PRESCRIÇÃO - TERMO A QUO - FALTA DE PREQUESTIONAMENTO - IMPOSSIBILIDADE DE INOVAÇÃO-EFEITO INFRINGENTE.
1. Não é possível inovar o pedido no julgamento dos embargos de divergência, pleiteando a prevalência de tese não discutida anteriormente.
2. Inexistente qualquer hipótese do art. 535 do CPC, não merecem acolhida embargos de declaração com nítido caráter infringente.
3. Embargos de declaração rejeitados.
(EDcl nos EDcl nos EREsp 96.560/AL, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22.09.2004, DJ 06.12.2004 p. 186).
Os embargos deduzidos nestes autos não se enquadram na estreita via legal que autoriza seu acolhimento; ao contrário, escapam da trilha legal porquanto o acórdão não experimenta qualquer dos vícios indicados no multicitado artigo 535 e os declaratórios não se prestam aos objetivos acima indicados.
Pelo exposto, com fulcro no que dispõe o artigo 557, "caput", do Código de Processo Civil, conheço dos presentes Embargos de Declaração para negar-lhes seguimento.
Com o trânsito dê-se baixa.
Intimem-se.
São Paulo, 07 de fevereiro de 2007.
JOHONSOM di SALVO
DESEMBARGADOR FEDERAL
RELATOR

PROC.	:	2002.03.00.027176-2 AG 157268
ORIG.	:	200061090008663 2 Vr PIRACICABA/SP
AGRTE	:	CARLOS GUASTAFERRO
ADV	:	MARCOS MARCELO DE MORAES E MATOS e outro
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	JOSE CARLOS DE CASTRO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE PIRACICABA SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos, etc.
Fls. 40/42: reconsidero a decisão de fls. 37 proferida pelo Juiz Federal Convocado Relator Regimental Souza Ribeiro que negou seguimento ao presente recurso, uma vez que o instrumento de procuração (fls. 14) bem como o substabelecimento ao subscritor da minuta recursal constam dos autos (fls. 28).
No mais, observo que o instrumento não veio acompanhado do devido preparo, sendo, portanto, deserto (art. 511 do Código de Processo Civil).
A parte agravante alega que é beneficiária da assistência judiciária gratuita (fls. 02), contudo não instruiu o recurso com cópia da decisão concessiva da gratuidade da justiça.
Dessa forma, concedo a parte agravante o prazo improrrogável de 05 (cinco) dias para que comprove documentalmente sua condição de beneficiária da justiça gratuita, sob pena de ser negado seguimento ao presente recurso.
Int.
São Paulo, 22 de fevereiro de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	1999.03.00.027493-2 AG 84737
ORIG.	:	199961000208355 16 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	WAGNER VILACA DE ARAUJO e outro
ADV	:	JOSE XAVIER MARQUES
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	TERESA DESTRO e outros
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 16 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos.
Junte-se o extrato em anexo referente ao andamento da ação de origem retirado do sistema informatizado de acompanhamento processual da Justiça Federal de Primeira Instância da 3ª Região.
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra a r. decisão proferida nos autos da ação revisional, que indeferiu pedido de tutela antecipda formulado pelo parte autora na ação de origem.
Tendo em vista que, em consulta ao sistema de acompanhamento processual deste Corte, houve a prolação de sentença julgando parcialmente procedentes os pedidos formulados pela parte autora, julgo prejudicado o presente agravo, pela perda do seu objeto, nos termos do artigo 33, inciso XII, do Regimento Interno, desta Egrégia Corte, combinado com o artigo 557, do Código de Processo Civil.
Com o trânsito, restituam-se os autos ao juízo de origem.
Int.
São Paulo, 22 de março de 2007.
JOHONSOM di SALVO
DESEMBARGADOR FEDERAL
RELATOR

PROC.	:	1999.03.00.028131-6 AG 85039
ORIG.	:	199961140030903 1 Vr SAO BERNARDO DO CAMPO/SP
AGRTE	:	MARCUS ROGERIO MARQUES
REPTE	:	CENTRAL DE ATENDIMENTO AOS MORADORES E MUTUARIOS DO ESTADO DE SAO PAULO CAMMESP
ADV	:	RENATA TOLEDO VICENTE
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	JOSE PAULO NEVES
PARTE R	:	BANCO BRADESCO S/A
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE S B DO CAMPO SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos, em despacho.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por MARCUS ROGERIO MARQUES contra a decisão de fls. 58/60 proferida pelo Juízo Federal da 1ª Vara Federal de São Bernardo do Campo que, em sede de ação cautelar ajuizada pelos ora agravantes em face da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF e do BANCO BRADESCO S/A na qual se discute contrato de mútuo habitacional, reconheceu a ilegitimidade passiva da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL para figurar no pólo passivo da demanda e, por conseguinte, declinou da competência remetendo os autos à Justiça Estadual.
Assim procedeu a MMª. Juíza 'a quo' porquanto o contrato de mútuo habitacional firmado com o BANCO BRADESCO S/A não prevê a utilização do Fundo de Compensação e Variação Salarial a ensejar a permanência da Caixa Econômica Federal no pólo passivo da demanda.
Pleiteia a parte agravante a reforma da r. decisão, aduzindo, em síntese, ser a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF parte legítima para figurar no pólo passivo, motivo pelo qual a demanda mereceria prosseguir perante a Justiça Federal (fls. 02/10).
O efeito suspensivo pleiteado foi indeferido (fls. 60).
Irresignada a parte agravante interpôs agravo regimental, reiterando o pleito inicial (fls. 64/73).
Contraminuta acostadas às fls. 85/90, onde afirma a Caixa Econômica Federal que o contrato foi celebrado somente com o Banco Bradesco S/A.
Cumpridas as formalidades de praxe, vieram os autos conclusos.
DECIDO.
A controvérsia noticiada no presente instrumento diz respeito à legitimidade da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL para figurar no pólo passivo da ação originária, onde se pretende a revisão de cláusulas de contrato de mútuo habitacional firmado com o BANCO BRADESCO S/A sob a égide das normas que regulam o SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO - SFH.

Apesar de receber da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL recursos do FGTS para financiar a compra e venda de imóveis, e dever restituí-los após a comercialização das unidades (para recomposição do patrimônio do FGTS), de modo que - independentemente do adimplemento das prestações - deve o BANCO BRADESCO S/A amortizar o empréstimo feito pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL com recursos do FGTS/SFH, impõe-se que se decida sobre a participação da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL ao pólo passivo, até como questão necessária para se averiguar da competência da Justiça Federal já que o mútuo foi celebrado com o BANCO BRADESCO S/A o que, por si só, não faz eclodir a competência federal.
A matéria aqui tratada encontra-se pacificada perante o Egrégio Superior Tribunal de Justiça conforme se vê da seguinte decisão monocrática (grifei):
CC 059531, Relator Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, DJ 09.08.2006.
DECISÃO
Vistos.
Conflito negativo de competência estabelecido entre o Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Jardinópolis/SP, suscitado, e o Juízo Federal da 5ª Vara de Ribeirão Preto - SJ/SP, suscitante, havendo dúvida sobre qual a Justiça competente para processar e julgar ação de cobrança proposta por Tania de Fátima Ferreira contra Caixa Seguradora S.A.
A ação foi proposta perante a Justiça Comum Estadual, que declinou da competência para a Justiça Federal (fl. 98).
O Juízo Federal também considerou-se incompetente e suscitou o conflito, entendendo que a ré é empresa de sociedade anônima e não integra o polo passivo do presente feito nenhum dos entes elencados no art. 109, inciso I, da Constituição Federal (fl. 88).
Decido.
Afirmado pelo Juízo Federal não haver nos autos a presença de qualquer dos entes elencados no artigo 109, inciso I, da Constituição Federal, competente para processar e julgar o feito é a Justiça Estadual. Confira-se:
"PROCESSUAL. AGRAVO REGIMENTAL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. CONTRATO DE MÚTUO SEM COMPROMETIMENTO DO FCVS. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. JURISPRUDÊNCIA PACIFICADA NO STJ.
- Nega-se provimento a agravo regimental que não consegue infirmar os fundamentos da decisão agravada.
- É pacífico o entendimento do STJ sobre a competência da Justiça Estadual para julgar as causas relativas ao SFH, em que não há comprometimento do FCVS e a CEF não é parte" (AgRgCC nº 34.866/SP, Primeira Seção, Relator o Ministro Humberto Gomes de Barros, DJ de 16/12/02).
"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS. NÃO COMPROMETIMENTO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.
1. Não havendo comprometimento do Fundo de Compensação de Variações Salariais, é da Justiça Estadual a competência para processar e julgar os processos em que mutuário do Sistema Financeiro da Habitação discute reajuste contratual com agente financeiro particular.
2. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da 11ª Vara Cível de Porto Alegre/RS, o suscitado" (CC nº 28.052/RS, Segunda Seção, Relator o Ministro Fernando Gonçalves, DJ de 22/8/05).
"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA. NEGADO PELA JUSTIÇA FEDERAL INTERESSE DE ENTE FEDERAL NA CAUSA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.
I - A Segunda Seção, desde que lhe foi atribuída pela Corte Especial, no julgamento do REsp 94.604-RS, a competência para decidir as causas concernentes aos contratos de financiamento do Sistema Financeiro da Habitação, tem adotado o entendimento de ser competente a Justiça Estadual para os feitos dessa natureza, somente ocorrendo o deslocamento da competência para a Justiça Federal quanto manifestado e reconhecido o interesse na causa da Caixa Econômica Federal, na condição de gestora do Fundo de Compensação de Variação Salarial.
II - Cabe à Justiça Federal decidir sobre a existência, ou não, de interesse de ente federal na causa.
III - Na espécie, dadas as suas peculiaridades, conhece-se do conflito e determina-se a remessa dos autos ao Tribunal de Justiça" (CC nº 27.627/RJ, Segunda Seção, Relator o Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJ de 4/2/02).
Do exposto, nos termos do art. 120, parágrafo único, do Código de Processo Civil, com a redação da Lei nº 9.756/98, conheço do conflito para declarar competente o Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Jardinópolis/SP.
Intime-se.
Comunique-se.
Brasília (DF), 1º de agosto de 2006.
MINISTRO CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO
Relator
No caso dos autos os autores/agravantes celebraram o contrato que ora se discute com o BANCO BRADESCO S/A para fins de aquisição da casa própria. Contudo, referido contrato (fls. 26/31), não alberga a cláusula do FCVS.
Assim a questão relativa à ilegitimidade passiva da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, bem como da incompetência da Justiça Federal para conhecer da causa, está bem esclarecida em razão da inexistência de cobertura pelo FCVS de eventual saldo devedor, conforme expressamente determinado pelo art. 29 da Lei n°.8.692/93.
Pelo exposto, tratando-se de recurso manejado contra jurisprudência iterativa do Superior Tribunal de Justiça, nego seguimento ao presente agravo de instrumento, com fulcro no art. 557, caput, do Código de Processo Civil, restando prejudicado o agravo regimental interposto às fls. 64/73.
Comunique-se.
Decorrido o prazo legal, remetam-se os autos à Vara de origem.
Int.
São Paulo, 22 de março de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	1999.03.00.028141-9 AG 85049
ORIG.	:	9800001224 2 Vr PARAGUACU PAULISTA/SP
AGRTE	:	CONFECCOES ROWIL LTDA
ADV	:	GENESIO CORREA DE MORAES FILHO
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	PAULO KIYOKAZU HANASHIRO
PARTE R	:	VERA LUCIA SILVA YUKI e outro
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 2 VARA DE PARAGUACU PAULISTA SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos.
A parte agravante - pessoa jurídica - instruiu o agravo de instrumento com cópia da procuração, contudo a mesma veio desacompanhada do respectivo contrato social.
A representação judicial de pessoas jurídicas deve obedecer ao comando do art. 12 c.c o art. 38 do Código de Processo Civil, pelo que entendo necessária a apresentação de cópia do contrato social para que seja regularizada a representação em juízo da parte agravante.
Desse modo, concedo a parte agravante o prazo de 10 (dez) dias para que junte aos autos cópia de seu contrato social de modo a regularizar sua representação judicial, sob pena de ser negado seguimento ao agravo.
Int.
São Paulo, 28 de março de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2004.03.99.028779-0 AC 965726
ORIG.	:	9600370770 5 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	LUIZ CARLOS FERREIRA DE MELO
APDO	:	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESCRITORIOS DE EMPRESAS DE TRANSPORTES RODOVIARIOS DO EST DE SAO PAULO
ADV	:	JOAO EVANGELISTA DOMINGUES
RELATOR	:	DES.FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

Petição nº 2007.067544: Defiro o pedido para vistas nos autos fora do cartório, no prazo de cinco dias.
São Paulo, 29 de março de 2007.
Desembargador Federal LUIZ STEFANINI
RELATOR

PROC.	:	2004.61.00.029206-6 AC 1147607
ORIG.	:	2 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	NELSON LUIZ PINTO
APDO	:	CERLINO TEIXEIRA
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos em decisão.
1. A juntada do instrumento de mandato às fls. 43/47 revela-se intempestiva tendo em vista a decisão proferida às fls. 36 a qual restou irrecorrida.
2. Certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos à Vara de origem, com os registros necessários.
Int.
São Paulo, 19 de março de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2003.61.00.029276-1 AC 1156304
ORIG.	:	7 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	CELSO GONCALVES PINHEIRO
APDO	:	ELIAS FERREIRA DE LIMA
ADV	:	DINA YOSHIMI TERUYA
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos em despacho.
Mantenho a decisão proferida às fls. 48/51 por seus próprios fundamentos e recebo a petição de fls. 54/60 como agravo nos termos do art.557, §1º do Código de Processo Civil, o qual será levado em mesa oportunamente.
Int.
São Paulo, 26 de março de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	1999.61.00.029540-9 AC 681648
ORIG.	:	15 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	WANIA MARIA ALVES DE BRITO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ELETRICA COML/ RAMIREZ LTDA
ADV	:	HELCIO HONDA
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 15 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	JUIZ CONV. MÁRCIO MESQUITA / PRIMEIRA TURMA

Dê-se vista à autora dos embargos infringentes (fls. 173/175) opostos pelo INSS, nos termos do artigo 531 do Código de Processo Civil.
Intimem-se. Após, voltem os autos conclusos.
São Paulo, 23 de março de 2007.
MÁRCIO MESQUITA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2007.03.00.029772-4 AG 296127
ORIG.	:	200703000201617 SAO PAULO/SP 200461100038639 1 Vr SOROCABA/SP
AGRTE	:	ELIZABETH MARIA LECH
ADV	:	LIDIA ALBUQUERQUE SILVA CAMARGO
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE SOROCABA > 10ª SSJ> SP
RELATOR	:	JUIZ CONV. MÁRCIO MESQUITA / PRIMEIRA TURMA

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de liminar, interposto em face de decisão proferida nos autos da medida cautelar incidental distribuída por dependência ao recurso de apelação n. 2004.61.10.003863-9, em tramitação nesse Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que indeferiu a suspensão do 1º (primeiro) leilão designado para o dia 14/03/2007 p.p.
A agravante sustenta, inicialmente, que celebrou com a agravada contrato de financiamento de imóvel, no âmbito do SFH - Sistema Financeiro da Habitação, tornando-se inadimplente por conta dos cálculos inoportunos e infelizes da agravada.
Por esses motivos ingressou com a ação de rescisão contratual n. 2004.61.10.003863-9 que tramitou perante a 1ª Vara Federal de Sorocaba - SP.
Após a instrução processual a ação foi julgada improcedente, cujo recurso de apelação aguarda julgamento nesse Tribunal.
Assim sendo, a agravada deu início à execução extrajudicial, nos termos do Decreto-lei n. 70/66 e a agravante foi intimada do 1º (primeiro) leilão designado para o dia 14/03/2007.
Por esses motivos a agravante ingressou com medida cautelar inominada incidental com pedido de liminar perante esse E. Tribunal Regional Federal da 3ª Região para obstar a realização do leilão extrajudicial com relação ao imóvel situado à Rua Agnaldo de Macedo, n. 860, apto. 71, bloco 01, Jardim Amaralina.
Os autos foram distribuídos a esse relator que entendeu por indeferir a liminar.
Quanto ao mérito, afirma que a decisão proferida pelo relator designado na Medida Cautelar Incidental n. 2007.03.00.020161-7 não merece prosperar, posto que o procedimento previsto no Decreto-lei n. 70/66 não se compatibiliza com os princípios constitucionais.
Sustenta que a decisão impugnada causa lesão grave e de difícil reparação, já que o 2º (segundo) leilão foi designado para do dia 03/04/2007.
Por fim, defende a existência de nulidades no procedimento extrajudicial, posto que o agente fiduciário não foi escolhido de comum acordo e que não houve notificação pessoal da devedora.
Recurso desprovido de preparo, diante da concessão dos benefícios de assistência judiciária gratuita à autora, ora agravante, pelo juiz da causa.
Requer, em antecipação de tutela recursal, a concessão da liminar para suspender o leilão designado para o dia 03/04/2007.
Relatei.
Fundamento e decido.
Trata-se de agravo de instrumento interposto em face da decisão proferida nos autos da Medida Cautelar Incidental n. 2007.03.00.020161-7 com o objetivo de sustar os efeitos da decisão monocrática proferida por esse relator.
Em sede de juízo de admissibilidade, verifico que o recurso interposto é manifestamente incabível.
Com efeito, a recorrente se insurge através da via recursal inadequada para a hipótese dos autos, originários desta Corte, em desacordo com a previsão expressa no Regimento Interno deste Egrégio Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que dispõe sobre a matéria no seguinte sentido:
Art. 247 - Das Decisões do Plenário, das Seções e das Turmas ou de seus Presidentes e Relatores, são admissíveis os seguintes recursos:
(...)
III - Para as Turmas:
a) agravo regimental da decisão do Presidente da Turma dos Relatores de processo de competência da Turma, nos casos previstos em lei ou Regimento Interno;
Inadmissível, portanto, a utilização do agravo de instrumento como sucedâneo recursal da decisão impugnada, proferida em sede de medida cautelar incidental, contra a qual correta seria a interposição de agravo regimental, nos termos do artigo 250, in verbis:

Art. 250 - A parte que se considerar agravada por decisão do Presidente do Tribunal, de Seção, de Turma ou de Relator , poderá requerer, no prazo de 5 (cinco) dias, a apresentação do feito em mesa, para que o Plenário, a Seção ou a Turma sobre ele se pronuncie, confirmando-a ou reformando-a
Por tais razões, motivos, nego seguimento ao recurso, com fundamento nos artigos 557, "caput", do Código de Processo Civil e artigo 33, inciso XIII, do Regimento Interno desta Egrégia Corte.
Decorrido o prazo legal sem impugnação, baixem os autos à origem.
Intime-se.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
MÁRCIO MESQUITA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	1999.61.00.030111-2 AC 734846
ORIG.	:	13 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	SANDRA OLIVEIRA LEITE e outros
ADV	:	CLAUDIO ROBERTO VIEIRA - OAB/SP 186.323
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	NELSON PIETROSKI
APDO	:	OS MESMOS
RELATOR	:	DES.FED. VESNA KOLMAR / PRIMEIRA TURMA

Vistos.
Indefiro o pedido de extinção do feito, com fulcro no art. 269, V, do Código de Processo Civil, tendo em vista que o subscritor da petição de fls. 348/349 não têm poderes para renunciar ao direito sobre que se funda a ação (art. 38 do Código de Processo Civil).
Intime-se.
São Paulo, 15 de janeiro de 2007.
VESNA KOLMAR
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2002.03.00.030181-0 AG 158919
ORIG.	:	200261110001987 3 Vr MARILIA/SP
AGRTE	:	ADILSON DE SIQUEIRA LIMA e outro
ADV	:	ADILSON DE SIQUEIRA LIMA
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	FLAVIO LUIZ ALVES BELO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE MARILIA Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos.
Junte-se o extrato em anexo referente ao andamento da ação de origem retirado do sistema informatizado de acompanhamento processual da Justiça Federal de Primeira Instância da 3ª Região.
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por Adilson de Siqueira Lima e outro contra a decisão que, em sede de embargos à execução, indeferiu os pedidos de denunciação a lide e de inépcia da inicial da execução (fls. 129/130).
Tendo em vista que, conforme consulta ao sistema de acompanhamento processual desta Corte, houve prolação de sentença no feito originário, julgo prejudicado o presente agravo, pela perda do seu objeto, nos termos do artigo 33, inciso XII, do Regimento Interno, desta Egrégia Corte, combinado com o artigo 557, do Código de Processo Civil.
Com o trânsito, restituam-se os autos ao juízo de origem.
Int.
São Paulo, 21 de março de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2002.03.00.030195-0 AG 158930
ORIG.	:	200260000035782 4 Vr CAMPO GRANDE/MS
AGRTE	:	CELSO NERES
ADV	:	LUIZ RENATO ADLER RALHO
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	JOSE PAULO NEVES
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA DE CAMPO GRANDE MS
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos.
Junte-se o extrato em anexo referente ao andamento da ação de origem retirado do sistema informatizado de acompanhamento processual da Justiça Federal de Primeira Instância da 3ª Região.
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pelo Celso Neres contra a decisão que, em ação ordinária de revisão de mútuo habitacional, indeferiu pedido de reconsideração, mantendo decisão anterior que negou a antecipação da tutela requerida, bem como os benefícios da justiça gratuita (fls. 71/72 e 87).
Tendo em vista que, conforme consulta ao sistema de acompanhamento processual desta Corte, houve prolação de decisão cancelando a distribuição do feito originário (art. 257 do CPC), com trânsito em julgado, julgo prejudicado o presente agravo, pela perda do seu objeto, nos termos do artigo 33, inciso XII, do Regimento Interno, desta Egrégia Corte, combinado com o artigo 557, do Código de Processo Civil.
Com o trânsito, restituam-se os autos ao juízo de origem.
Int.
São Paulo, 21 de março de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2005.03.00.031406-3 AG 234954
ORIG.	:	200461050141102 8 Vr CAMPINAS/SP
AGRTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	ITALO SERGIO PINTO
AGRDO	:	ANDRE SIQUEIRA CESAR e outro
ADV	:	ANNE CRISTINA ROBLES BRANDINI
ADV	:	PAULA CAETANO DE SOUZA SILVEIRA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 8 VARA DE CAMPINAS - 5ª SSJ - SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos, em decisão.
Trata-se de Embargos de Declaração opostos por ANDRE SIQUEIRA CESAR e outro em face do v. acórdão proferido pela E. Primeira Turma, que deu provimento ao agravo de instrumento e julgou prejudicado o agravo regimental (fl. 203/204).
Alega o embargante ter ocorrido omissão no v. acórdão, uma vez que não enfrentou as questões atinentes as Lei 5.741/71, Lei 8.078/90 e à Constituição Federal em especial os artigos 3º, I, II, III, IV e 5º, LIV e LV da mencionada Carta Constitucional.
Ao final, requer a expressa manifestação desta Egrégia Corte sobre a referida matéria a fim de que seja sanada a omissão.
Decido.
A teor do que dispõe o art. 535, I e II, do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração apenas quando há no acórdão obscuridade, contradição ou omissão relativa a ponto sobre o qual deveria pronunciar-se o Tribunal, descabendo, assim, sua utilização com o escopo de "obrigar" o órgão julgador a rever orientação anteriormente esposada por ele, sob o fundamento de que não teria sido aplicado o melhor direito à espécie dos autos.
Não se prestam os declaratórios à revisão do acórdão, salvo casos excepcionalíssimos, e sim ao aperfeiçoamento do julgado.
Destarte, quando a embargante por meio desse expediente busca ver reapreciada a questão já examinada exaustivamente pela Turma sem indicar concretamente qualquer das alternativas do art. 535 do CPC, não podem prosperar os embargos de declaração, porquanto atribuir-lhe "efeitos infringentes" só é possível em caso de erro manifesto que redunde em nulidade do julgado, situação essa que nem de longe é visível no presente caso.
A propósito de todas essas considerações, confira-se:
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. FINALIDADE DE PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA OBJETO DE POSSÍVEL RECURSO EXTRAORDINÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL (PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. ADICIONAL DE IMPOSTO DE RENDA. LEI Nº 6.352/88, DO ESTADO DE SÃO PAULO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. PROVA DO REPASSE. DESNECESSIDADE. TRIBUTO DE NATUREZA INDIRETA. LEGITIMIDADE ATIVA DO RESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO.).
1. .....
2. Os embargos de declaração têm como requisito de admissibilidade a indicação de algum dos vícios previstos no art. 535, do CPC, constantes do decisum embargado, não se prestam, portanto, ao rejulgamento da matéria posta nos autos, pois, visam, unicamente, completar a decisão quando presente omissão de ponto fundamental, contradição entre a fundamentação e a conclusão ou obscuridade nas razões desenvolvidas.
3. Impõe-se a rejeição de embargos declaratórios que, à guisa de omissão, têm o único propósito de prequestionar a matéria objeto de recurso extraordinário a ser interposto. Precedente da Corte Especial: EDcl nos EREsp 173273/SP, Relator Ministro Barros Monteiro, DJ de 06.06.2005).
4. Embargos de declaração rejeitados.
(Superior Tribunal de Justiça, EDcl no AgRg no REsp 621.556/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15.09.2005, DJ 26.09.2005 p. 187)
EMENTA: Embargos de declaração com caráter infringente. Ausência de omissão, obscuridade ou contradição. Embargos de Declaração rejeitados.
(Supremo Tribunal Federal, EMB. DECL. NO AG. REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 196.136/CE, rel. Ministro. JOAQUIM BARBOSA, SEGUNDA TURMA, julgado em 30/08/2005)
EMENTA:
1. RECURSO. Embargos de declaração. Inadmissibilidade. Omissão, contradição ou obscuridade. Inexistência. Embargos de declaração rejeitados. Não se admitem embargos de declaração de decisão em que não há omissão, contradição nem obscuridade.
2. RECURSO. Embargos de declaração. Caráter meramente protelatório. Litigância de má-fé. Imposição de multa. Aplicação do art. 538, parágrafo único, cc. arts. 14, II e III, e 17, VII, do CPC. Quando abusiva a interposição de embargos declaratórios, manifestamente protelatório, deve o Tribunal condenar o embargante a pagar multa ao embargado.
(Supremo Tribunal Federal, EMB. DECL. NO AG. REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 162.421/GO, rel. Ministro CEZAR PELUSO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 30/08/2005)
EMENTA.
PROCESSUAL CIVIL, CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS. POLICIAL MILITAR. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. OFENSA AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. CONFIGURAÇÃO. AUSÊNCIA DE ADVOGADO OU DEFENSOR DATIVO. PRECEDENTES. EMBARGOS REJEITADOS.
I - Os embargos de declaração devem atender aos seus requisitos, quais sejam, suprir omissão, contradição ou obscuridade, não havendo qualquer um desses pressupostos, rejeitam-se os mesmos.
II - O Superior Tribunal de Justiça possui jurisprudência uniforme no sentido de que os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, igualmente incidentes na esfera administrativa, têm por escopo propiciar ao servidor oportunidade de oferecer resistência aos fatos que lhe são imputados, sendo obrigatória a presença de advogado constituído ou defensor dativo. Precedentes.
III - Não havendo a observância dos ditames previstos resta configurado o desrespeito aos princípios do devido processo legal, não havendo como subsistir a punição aplicada.
IV - O julgador não está obrigado a responder a todos os questionamentos formulados pelas partes, competindo-lhe, apenas, indicar a fundamentação adequada ao deslinde da controvérsia, observadas as peculiaridades do caso concreto, como ocorreu in casu, não havendo qualquer omissão no julgado embargado.
V - Inviável a utilização dos embargos de declaração, sob a alegação de pretensa contradição, quando a pretensão almeja - em verdade - reapreciar o julgado, objetivando a alteração do conteúdo meritório da decisão embargada.
VI - Embargos de declaração rejeitados.
(EDcl no RMS 20.148/PE, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 02.05.2006, DJ 29.05.2006, p. 269)
No caso específico dos autos observa-se que o acórdão guerreado não ostenta qualquer dos vícios elencados no artigo 535 do Código de Processo Civil, além do que a parte embargante não deduziu com clareza qual seria o "ponto" do julgado que o contaminaria de omissão ou contradição e nem aonde residiria eventual "obscuridade" do decisum.
Então, calha à perfeição o seguinte julgado:
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. (TRIBUTÁRIO. PREVIDENCIÁRIO. CONTRIBUIÇÃO AO FUNRURAL. INCRA. DATA DA EXTINÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CORREÇÃO MONETÁRIA. ÍNDICES).
1.....
2. Deveras, é cediço que inocorrentes as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, não há como prosperar o inconformismo, cujo real objetivo é a pretensão de reformar o decisum, o que é inviável de ser revisado em sede de embargos de declaração, dentro dos estreitos limites previstos no artigo 535 do CPC.
3. Embargos de declaração rejeitados.
(Superior Tribunal de Justiça, EDcl nos EDcl nos EDcl no REsp 418.596/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06.09.2005, DJ 26.09.2005 p. 180)
A propósito, convém recordar que o acórdão não se sujeita a embargos de declaração válidos se o objetivo do embargante é compelir o Tribunal a apreciar outros argumentos ou motivos deduzidos pela parte no recurso originário; realmente, é lição já antiga que do órgão julgador se exige apenas que apresente fundamentação suficiente para justificar a decisão apresentada, não estando obrigado a apreciar cada um dos múltiplos argumentos deduzidos pela parte. Decisão judicial não é resposta a "questionário" da parte recorrente.
Enfim, embargos declaratórios descabem para compelir o Judiciário a "inovar" na apreciação do recurso, examinando questões e argumentos novos não deduzidos na fundamentação ou no pleito recursal originário. Essa a posição do Superior Tribunal de Justiça. Confira-se:
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PARA FUNRURAL E INCRA. CORREÇÃO MONETÁRIA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 211/STJ.
1. Ausentes as hipóteses de cabimento dos embargos de declaração, consoante artigo 535 do CPC.
2. Os aclaratórios não se prestam para que sejam analisadas questões já discutidas e nem para inovar em tese jurídica não ventilada nas instâncias inferiores. Aplicação da Súmula nº 211/STJ.
3. Embargos de declaração rejeitados.
(EDcl no REsp 670.467/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 02.08.2005, DJ 05.09.2005 p. 369 - destaquei)
TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. EXISTÊNCIA. TESE NOVA. IMPOSSIBILIDADE.
1. Não cabe desnaturar os aclaratórios com o intuito de inovar em tese jurídica não ventilada em momento oportuno. A alegação de intempestividade do recurso especial deveria ter sido alegada no primeiro momento que coubesse à parte falar nos autos.
2.....
3. Embargos de declaração do INSS rejeitados. Embargos de declaração dos contribuintes acolhidos, sem efeitos modificativos.
(EDRESP 383.726/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 05.04.2005, DJ 22.08.2005 p. 188 - destaquei)
PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - PRESCRIÇÃO - TERMO A QUO - FALTA DE PREQUESTIONAMENTO - IMPOSSIBILIDADE DE INOVAÇÃO- EFEITO INFRINGENTE.
1. Não é possível inovar o pedido no julgamento dos embargos de divergência, pleiteando a prevalência de tese não discutida anteriormente.
2. Inexistente qualquer hipótese do art. 535 do CPC, não merecem acolhida embargos de declaração com nítido caráter infringente.
3. Embargos de declaração rejeitados.
(EDcl nos EDcl nos EREsp 96.560/AL, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22.09.2004, DJ 06.12.2004 p. 186).

Os embargos deduzidos nestes autos não se enquadram na estreita via legal que autoriza seu acolhimento; ao contrário, escapam da trilha legal porquanto o acórdão não experimenta qualquer dos vícios indicados no multicitado artigo 535 e os declaratórios não se prestam aos objetivos acima indicados.
Pelo exposto, com fulcro no que dispõe o artigo 557, "caput", do Código de Processo Civil, conheço dos presentes Embargos de Declaração para negar-lhes seguimento.
Com o trânsito dê-se baixa.
Intimem-se.
São Paulo, 07 de fevereiro de 2007.
JOHONSOM di SALVO
DESEMBARGADOR FEDERAL
RELATOR

PROC.	:	2003.61.00.031880-4 AC 1151824
ORIG.	:	23 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	ANA CAROLINA NOGUEIRA SALIBA
APDO	:	ALZIMAR BISPO MARTINS
RELATOR	:	DES.FED. VESNA KOLMAR / PRIMEIRA TURMA

Vistos em decisão.
Trata-se de apelação interposta contra a r. sentença proferida pelo MM. Juiz Federal da 23ª Vara Cível de São Paulo/SP, que julgou extinto o processo, sem julgamento de mérito, nos termos do artigo 267, inciso III, do Código de Processo Civil. Não houve condenação em honorários advocatícios.
Às fls. 78, a apelante peticionou requerendo a desistência do recurso interposto.
Isto posto, homologo o pedido de desistência formulado para que produza seus regulares efeitos, a teor do que dispõe o artigo 501, do Código de Processo Civil, c.c. artigo 33, VI, do Regimento Interno desta Corte.
Oportunamente, baixem os autos à vara de origem, observadas as formalidades legais.
Intimem-se.
São Paulo, 13 de março de 2007.
VESNA KOLMAR
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2003.03.00.033502-1 AG 181408
ORIG.	:	200361000160522 18 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	ALBERTO FLORIO e outro
ADV	:	EDUIRGES JOSE DE ARAUJO
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	JOSE PAULO NEVES
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 18 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. NELTON DOS SANTOS / PRIMEIRA TURMA

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto em face da r. decisão que, em ação cautelar inominada, indeferiu o pedido liminar que visava a suspensão da execução extrajudicial.
Em juízo de cognição sumária de fls. 31/31v, o pedido de efeito suspensivo foi indeferido, por decisão de lavra do e. Desembargador Federal Nelton dos Santos.
Manifestações do juízo a quo à fl. 42.
Conforme se verifica em cópia de sentença, trazida aos autos através da petição n° 2007.075573, o MM. Juiz a quo julgou improcedente o pedido inicial, extinguindo o processo nos termos do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil.
Destarte, restou prejudicado o presente agravo de instrumento por perda de seu objeto.
Em face de todo o exposto, com fundamento no art. 557, caput, do Código de Processo Civil, julgo PREJUDICADO o agravo de instrumento.
Intimem-se.
Após as formalidades legais, baixem os autos à vara de origem.
São Paulo, 26 de março de 2007.
Desembargador Federal Luiz Stefanini
Relator

PROC.	:	94.03.034373-7 AG 16377
ORIG.	:	9300181653 19 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	SIDERURGICA J L ALIPERTI S/A
ADV	:	ROBERTO ROSSONI
AGRDO	:	Comissão de Valores Mobiliários CVM
ADV	:	ILENE PATRICIA DE NORONHA e outros
RELATOR	:	DES. FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

DECISÃO MONOCRÁTICA
O presente recurso foi interposto em face da r. decisão que, acolhendo a exceção de incompetência, determinou a remessa dos autos à Seção Judiciária do Rio de Janeiro.
O Douto Magistrado acolheu a exceção de incompetência assinalando que, para a fixação do juízo competente em mandado de segurança, deve ser considerada a sede da autoridade coatora e sua categoria funcional, que restou comprovada na cidade do Rio de Janeiro.
Sustenta a agravante que a CVM - Comissão de Valores Mobiliários é um órgão com atuação em todo o território nacional, circunstância que o torna passível de ações em todas as capitais do Estado.
Alega que o agravado é diretor de órgão com representação em São Paulo, razão por que pugna pelo provimento do presente recurso.
Manifestação do Ministério Público Federal da lavra do E. Procurador Regional da República João Francisco Rocha da Silva, no sentido de negar provimento ao agravo de instrumento, mantendo-se a competência na Seção Judiciária do Rio de Janeiro.
É o relato.
Entende-se por competência o poder que tem o órgão do Poder Judiciário de fazer atuar a função jurisdicional em um caso concreto; ou seja, é a quantidade de jurisdição atribuída a cada órgão jurisdicional (Nelson Nery Jr., Código de PROcesso Civil Comentado, 2003:475).
Classifica-se em absoluta e relativa, sendo que a primeira é ditada no interesse público - material e funcional - ao passo que a segunda é atribuída tendo em vista o interesse privado das partes - valor da causa e territorial.
A teor do artigo 111 do Código de Processo Civil a competência em razão da matéria e da hierarquia é inderrogável por convenção das partes, mas estas podem modificar a competência em razão do valor e do território, elegendo foro onde serão propostas as ações oriundas de direitos e obrigações ou em decorrência de prorrogação de competência verificada ante a inércia do réu que não argüiu exceção de incompetência no prazo da lei.
A ação originária consiste em mandado de segurança cuja regra de competência é definida de acordo com a categoria e a sede funcional da autoridade impetrada.
Observo que a agravante se insurge contra ato de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários - fls. 27.
O Decreto n.º 4.763, de 24.06.2003, aprovando a estrutura regimental da Comissão de Valores Mobiliários, dispõe no artigo 1º do Anexo I, o que segue:
"Art.
1º
A Comissão de Valores Mobiliários, com sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e jurisdição em todo território nacional, entidade autárquica vinculada ao Ministério da Fazenda, dotada de personalidade jurídica e patrimônio próprio, rege-se pelas Leis nºs 6.385, de 7 de dezembro de 1976, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e demais disposições legais e regulares aplicáveis".
Indubitável, portanto, que competência deva ser fixada na Seção Judiciária do Rio de Janeiro.
Por fim, entendo perfeitamente aplicável à espécie os ditames do artigo 557, do Código de Processo Civil. Referido artigo, com a redação dada pela Lei nº 9.756, de 17 de dezembro de 1998, trouxe inovações ao sistema recursal, com a finalidade de permitir maior celeridade à tramitação dos feitos,
vindo a autorizar o relator, através de decisão monocrática, a negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior e, ainda, em seu parágrafo 1º, faculta, desde logo, dar provimento a recurso, nas mesmas hipóteses acima apontadas.
Diante do exposto, NEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento, com supedâneo no artigo 557, caput, do Código de Processo Civil.
Intimem-se.
Após as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
São Paulo, 14 de março de 2007.
Desembargador Federal LUIZ STEFANINI
Relator

PROC.	:	94.03.036924-8 AG 16515
ORIG.	:	9300206516 17 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Caixa Econômica Federal - CEF
ADV	:	JOSE ROBERTO MAZETTO e outros
AGRDO	:	SERGIO APARECIDO ARAUJO
ADV	:	MARCOS SERGIO FRUK
RELATOR	:	DES. FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

Cuida-se de agravo de instrumento interposto em face da r. decisão que deixou de conceder a medida liminar no sentido de determinar a busca e apreensão de veículo Fiat, tipo Elba, placa BWU 7953, alienado fiduciariamente à Caixa Econômica Federal, em decorrência de contrato de mútuo firmado aos 24.07.1992.
Sustenta a agravante que, a teor do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 911/69, o proprietário fiduciário poderá requerer a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, a qual será concedida liminarmente, desde que comprovada a mora ou o inadimplemento.
Informa que notificou extrajudicialmente o agravado por meio do 7º Cartório de Registro de Títulos e Documentos, sendo que não houve o pagamento da prestação vencida em 24.12.1992, efetivando-se a mora, ocasião em que ajuizou ação de busca e apreensão com base no Decreto-Lei n.º 911/69. Conta que, ademais, levou a protesto a nota promissória emitida em garantia, que restou paga pelo seu valor nominal, valor, no entanto, insuficiente para quitação total do débito em atraso. Pretende, desta feita, a reforma da decisão com o provimento do presente recurso.
Indeferida a liminar ao fundamento de que, com o pagamento da nota promissória, a liquidez e certeza do título restou comprometida (fls. 40/41).
É o breve relato.
Em consulta à base eletrônica de dados, denota-se que o processo de origem (ação de busca e apreensão n.º 93.0018340-0) encontra-se arquivada com baixa definitiva, desde 23.01.2007.
Não bastasse, constatou-se que, em 24.01.2003, houve deferimento da liminar para determinar a busca e apreensão do veículo alienado fiduciariamente.
Assim, desde aquela ocasião houve perda do objeto do presente recurso.
Destarte, restou prejudicado o presente agravo de instrumento, por perda do objeto.
Em face de todo o exposto, com fundamento no art. 557, caput, do Código de Processo Civil, julgo PREJUDICADO o recurso e NEGO-LHE SEGUIMENTO.
Intimem-se.
Publique-se.
Após as formalidades legais, baixem os autos à vara de origem.
São Paulo, 15 de março de 2007.
Desembargador Federal LUIZ STEFANINI
Relator

PROC.	:	2006.03.99.037303-4 AC 1148009
ORIG.	:	9800289925 21 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	MARIA DE FATIMA FERREIRA e outro
ADV	:	EMERSON CORRÊA DUARTE
APDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	JOSE GUILHERME BECCARI
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos, em decisão.
Fls. 377/378:O pedido de renúncia ao direito sobre que se funda a ação, efetuado pelas autoras, ora apelantes, MARIA DE FÁTIMA FERREIRA e LUIZA MARIA VIEIRA ANTUNES com fundamento no art. 269, V, do Código de Processo Civil, pode ser requerido em qualquer fase processual, inclusive após a sentença e perante o Tribunal, uma vez que ao renunciar o autor abdica ao seu direito material disponível que invocou quando da propositura da ação, eliminando o seu direito de ação. Assim, manifestada a renúncia de forma expressa, finda estará a relação processual.
No entanto, o autor não está isento dos ônus da sucumbência, devendo arcar com as despesas processuais e honorários advocatícios, como prescreve o art. 26 do Código de Processo Civil.
O Superior Tribunal de Justiça já decidiu neste sentido:
"PROCESSO CIVIL - REGIME ESPECIAL DE PARCELAMENTO - MP 38/2002 - RENÚNCIA - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - IN 77/2002 - OMISSÃO.
1. A renúncia é ato privativo do autor, que pode ser exercido em qualquer tempo ou grau de jurisdição, independentemente da anuência da parte contrária, ensejando a extinção do feito com julgamento do mérito, o que impede a propositura de qualquer outra ação sobre o mesmo direito. É instituto de natureza material, cujos efeitos equivalem aos da improcedência da ação e, às avessas, ao reconhecimento do pedido pelo réu. Havendo depósitos judiciais, estes deverão ser convertidos em renda da União. O autor deve arcar com as despesas processuais e honorários advocatícios, nos termos do art. 26, caput do CPC.
2. Se a violação, em tese, ocorre com o julgamento do Tribunal, está ele obrigado a manifestar-se em sede de embargos declaratórios.
3. Omissão do julgado em torno da IN 77/2002, que veio para regulamentar o art. 11 da MP 38/2002, dispondo, inclusive, acerca dos honorários advocatícios. Retorno dos autos ao Tribunal de origem apenas para suprir tal omissão.
4. Recurso do INSS provido e provido em parte o recurso do BANCO SANTANDER MERIDIONAL S/A."
(RESP nº 617.004/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 13/12/2004, p. 317)
Desse modo, homologo o pedido de renúncia ao direito de ação e julgo extinto o processo, com julgamento do mérito, nos termos do art. 269, V, do Código de Processo Civil, em face das autoras, ora apelantes, MARIA DE FÁTIMA FERREIRA e LUIZA MARIA VIEIRA ANTUNES, e as condeno no pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios no valor de R$ 500,00 em favor do patrono da Caixa Econômica Federal (art. 20, § 4º, CPC).
Com o trânsito, encaminhem-se os autos à Vara de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 21 de março de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2003.61.00.037382-7 AC 1165485
ORIG.	:	7 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	JULIANO HENRIQUE NEGRÃO GRANATO
APDO	:	ARI REIS DE OLIVEIRA
RELATOR	:	DES.FED. VESNA KOLMAR / PRIMEIRA TURMA

Vistos em decisão.
Trata-se de apelação interposta contra a r. sentença proferida pela MMª Juíza Federal da 7ª Vara Cível de São Paulo/SP, que julgou extinto o processo, sem julgamento do mérito, nos termos do inciso IV, do artigo 267, do Código de Processo Civil.
Às fls. 77, a apelante peticionou requerendo a desistência do recurso interposto.

Isto posto, homologo o pedido de desistência formulado para que produza seus regulares efeitos, a teor do que dispõe o artigo 501, do Código de Processo Civil, c.c. artigo 33, VI, do Regimento Interno desta Corte.
Oportunamente, baixem os autos os autos à vara de origem, observadas as formalidades legais.
Intime-se.
São Paulo, 20 de março de 2007.
VESNA KOLMAR
Desembargadora Federal
Relator

PROC.	:	2003.61.00.037403-0 AC 1014768
ORIG.	:	25 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	AMAURI ANTONIO RIBEIRO MARTINS
APDO	:	FRANCISCO JOSE ROMA
RELATOR	:	DES.FED. VESNA KOLMAR / PRIMEIRA TURMA

Vistos em decisão.
Trata-se de apelação interposta contra a r. sentença proferida pela MMª Juíza Federal da 25ª Vara Cível de São Paulo/SP, que indeferiu a inicial e julgou extinto o processo, sem julgamento de mérito, nos termos do disposto no artigo 284, parágrafo único, do Código de Processo Civil.
Às fls. 56, a apelante peticionou requerendo a desistência do recurso interposto.
Isto posto, homologo o pedido de desistência formulado para que produza seus regulares efeitos, a teor do que dispõe o artigo 501, do Código de Processo Civil, c.c. artigo 33, VI, do Regimento Interno desta Corte.
Oportunamente, baixem os autos à vara de origem, observadas as formalidades legais.
Intimem-se.
São Paulo, 15 de março de 2007.
VESNA KOLMAR
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2004.03.99.039263-9 AC 990240
ORIG.	:	9500297981 15 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
APDO	:	NELSON ILEO DIAS MONTELLATO
ADV	:	JOSE ANTONIO CREMASCO
ADV	:	JOAO ANTONIO FACCIOLI
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 15 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. VESNA KOLMAR / PRIMEIRA TURMA

Vistos.
Fls. 52/53. Tendo em vista que o requerente preenche o requisito do art. 71, da Lei nº 10.741/2003, defiro a prioridade na tramitação do feito, observada, todavia, a ordem cronológica de distribuição a este Gabinete dos feitos em igual situação.
Nos termos do art. 75 daquele diploma legal, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal.
Anote-se e intime-se.
São Paulo, 21 de março de 2007.
VESNA KOLMAR
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2000.03.00.039834-0 AG 113577
ORIG.	:	200061000069116 5 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	MARLENE SOFIO MENUCELLI
ADV	:	JOSE XAVIER MARQUES
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	ANA CLAUDIA SCHMIDT
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 5 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos, em decisão.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por MARLENE SOFIO MENUCELLI contra decisão do d. Juízo a quo de fls. 43 que, em sede de ação revisional, indeferiu o pedido de tutela antecipada para autorizar que a mutuária depositasse os valores das prestações vencidas e vincendas, relativas ao contrato de mútuo realizado com a Caixa Econômica Federal, nos valores descritos na planilha trazida aos autos por ela, bem como para determinar à Caixa Econômica Federal que se abstivesse de realizar atos extrajudiciais executórios em desfavor da requerente.
Requer a parte agravante a reforma da r. decisão para que sejam admitidos os depósitos das quantias vencidas e vincendas nos valores que entende devidos, impedindo assim a Caixa Econômica Federal de executar extrajudicialmente o imóvel objeto do contrato de mútuo (fls. 02/06).
O efeito suspensivo pleiteado pela agravante foi deferido (fls. 50).
Com informações prestadas pelo MM. Juiz 'a quo' (fls. 55).
A parte agravada deixou transcorrer in albis o prazo para apresentação de contraminuta (certidão de fls. 57).
Cumpridas as formalidades legais, vieram os autos conclusos.
Decido.
A parte agravante pretende efetuar o depósito de valores que entende devidos referentes às parcelas de um contrato firmado com a Caixa Econômica Federal através do Sistema Financeiro da Habitação, valor que não corresponde a parcela do financiamento tal como exigida pela credora.
Inicialmente, observo que a agravante colacionou aos autos certidão informando que a parte autora foi intimada a se manifestar a respeito da contestação apresentada pela ré, datada de 17 de julho de 2000, o que não corrobora com a r. decisão recorrida.
Assim, verifico que o instrumento não contém cópia da certidão de intimação da decisão recorrida, o que seria documento necessário à formação do instrumento nos termos do art. 525 do CPC.
Ademais, observo que a minuta do agravo de instrumento encontra-se apócrifa (fls. 06), pelo que entendo que a irresignação recursal apresentada sem a assinatura do advogado é considerado recurso inexistente, não podendo ser conhecido por este Tribunal.
Anoto, ainda, que ao consultar o sistema informatizado de acompanhamento processual do Tribunal Regional Federal Federal da Terceira Região, foi detectada a interposição do agravo de instrumento nº 2000.03.00.033876-8, em 07 de julho de 2000.
Considerando-se que ambos os agravos de instrumento foram distribuídos por dependência a esse Relator, foi possível verificar que se tratam de recursos interpostos em face da mesma decisão que indeferiu o pedido de antecipação de tutela para a realização de depósitos das prestações decorrentes de contrato de SFH, proferida pelo MM. Juiz da 5ª Vara Cível Federal de São Paulo, nos autos do processo originário nº 2000.61.00.006911-6.
Assim, ao interpor o agravo de instrumento nº 2000.03.00.033876-8, operou-se a preclusão consumativa, sendo inócuo o presente recurso, interposto posteriormente.
E mais, verifiquei que o agravo de instrumento acima mencionado foi devidamente instruído com a certidão de intimação, datada de 28 de junho de 2000, correspondente a r. decisão recorrida.
Ocorre que o presente agravo foi interposto em 27 de julho de 2000, aproximadamente um mês após a publicação da decisão recorrida, portanto, seria ele intempestivo.
No entanto, a parte agravante deixou de apresentar a certidão de intimação pertinente ao caso, trazendo aos autos uma certidão de intimação, datada de 17 de julho de 2000, correpondente a questão diversa das razões expostas na minuta, o que poderia induzir o julgador a uma análise equivocada no que diz respeito à contagem do prazo de interposição do recurso.
Destarte, observo que a agravante apresentou minuta de agravo apócrifa, deixou de colacionar aos autos documento necessário à interposição do agravo e apresentou certidão de intimação que não corresponde à decisão recorrida. Todavia, ainda que tais fatos decorram de inaptidão técnica do causídico, a interposição de dois recursos com o mesmo objetivo e em face da mesma decisão, afasta qualquer possibilidade de conduta temerária não intencional.
Desse modo, resta evidente que a agravante feriu o princípio da lealdade processual, o qual impõe a todos que participam do processo o dever de proceder com ética e honestidade, uma vez que cometeu diversos equívocos sucessivamente, tumultuando o regular andamento do feito, pelo que deve ser condenada a parte agravante no pagamento de multa no percentual de 1% sobre o valor atribuído à causa, bem como ao pagamento de multa indenizatória de 10% sobre o valor da causa, em razão do prejuízo ocasionado à parte contrária.
Cumpre acentuar, que esse entendimento encontra-se em consonância com decisões oriundas do Egrégio Superior Tribunal de Justiça (destaquei):
PROCESSUAL CIVIL. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. RECONHECIMENTO. PRESSUPOSTOS.
I - Entende o Superior Tribunal de Justiça que o artigo 17 do Código de Processo Civil, ao definir os contornos dos atos que justificam a aplicação de pena pecuniária por litigância de má-fé, pressupõe o dolo da parte no entravamento do trâmite processual, manifestado por conduta intencionalmente maliciosa e temerária, inobservado o dever de proceder com lealdade.
II - Na interposição de recurso previsto em lei não se presume a má-fé, para cujo reconhecimento seria necessária a comprovação da intenção do recorrente em obstar o trâmite do processo, bem como do prejuízo da parte contrária, em decorrência do ato doloso.
Recurso especial provido.
(RESP nº 334.259/RJ - DJ 10/03/2003 - Relator Ministro CASTRO FILHO - Terceira Turma)
PROCESSUAL CIVIL. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. APLICAÇÃO DE MULTA. RECURSO ESPECIAL.
1. Qualquer atitude das partes que tenha o condão de afrontar o dever de lealdade no curso do processo, terá como conseqüência lógica a obrigação de indenizar em razão da litigância de má-fé.
2. O longo espaço de tempo que se espera para liquidar a sentença - 07 (sete) anos, evidenciado pelo reiterado descumprimento da Autarquia em fornecer os dados essenciais para elaboração da respectiva conta, é suficiente para a caracterização da litigância de má-fé.
3. Recurso não conhecido.
(RESP nº 227.866/RS - DJ 13/12/1999 - Relator Ministro EDSON VIDIGAL - Quinta Turma)
E mais: RESP nº 429.449/RJ, DJ 09/09/2002, Relator Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma - RESP nº 469.101/SP, DJ 19/12/2002, Relator Ministro VICENTE LEAL, Sexta Turma - RESP nº 523.490, DJ 01/08/2005, Relator Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, Terceira Turma.
Trata-se, portanto, de agravo manifestamente inadmissível pelo que nego-lhe seguimento com fulcro no artigo 557 do CPC.
Com o trânsito dê-se baixa.
Int.
São Paulo, 08 de fevereiro de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2005.03.00.040333-3 AG 236990
ORIG.	:	200561100046781 1 Vr SOROCABA/SP
AGRTE	:	MUNICIPIO DE ITU
ADV	:	FRANCISCO GONCALVES ANDREOLI
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE SOROCABA Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto em face da r. decisão que, em ação declaratória de inexigibilidade de contribuição, indeferiu a antecipação dos efeitos da tutela requerida, no sentido de suspender a exigibilidade das contribuições mensais dos servidores públicos estáveis ocupantes de cargos públicos, relativas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
Às fls. 217/218, foi indeferido o pedido de efeito suspensivo, em juízo de cognição sumária, por decisão de minha lavra.
Contra a r. decisão, foram opostos embargos de declaração às fls. 225/235, os quais não foram conhecidos (fls. 237/238).
Interposto agravo regimental às fls. 242/262.
Informações do MM. Juízo a quo às fls. 269/271, em ofício nº 49/2005..
Conforme se verifica na sentença proferida na correspondente ação declaratória, o MM. Juiz a quo homologou a desistência da requerida, extinguindo o processo, com resolução do mérito, nos termos do artigo 269, inciso V, do CPC.
Destarte, restou prejudicado o presente agravo de instrumento por perda de seu objeto.
Em face de todo o exposto, com fundamento no art. 557, caput, do Código de Processo Civil, julgo PREJUDICADOS o agravo de instrumento e o agravo regimental.
Intimem-se.
Após as formalidades legais, baixem os autos à vara de origem.
São Paulo, 12 de março de 2007.
Desembargador Federal Luiz Stefanini
Relator

PROC.	:	1999.03.00.041391-9 AG 90309
ORIG.	:	199961030037850 3 Vr SAO JOSE DOS CAMPOS/SP
AGRTE	:	LUIZ CARLOS CANDIDO e outro
ADV	:	JOAO BATISTA RODRIGUES
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	MARIA GISELA SOARES ARANHA
ADV	:	JOAO AUGUSTO FAVERY DE ANDRADE RIBEIRO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE S J CAMPOS SP
RELATOR	:	JUIZ CONV. CASEM MAZLOUM / PRIMEIRA TURMA

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto em face da r. decisão que, em ação cautelar incidental, indeferiu a liminar pleiteada, que objetivava o depósito das prestações vincendas nos valores considerados devidos, bem como a suspensão dos leilões extrajudiciais do Decreto-Lei nº 70/66.
À fl. 94, foi deferido o efeito suspensivo, em juízo de cognição sumária.
Informações do MM. Juízo a quo às fls. 102/103.
Apresentada contraminuta às fls. 49/53.
Intimada (fl. 105), a Caixa Econômica Federal - CEF apresentou a planilha de evolução de financiamento às fls. 109/120.
Conforme se verifica em sentença proferida no processo cautelar, publicada em 26 de junho de 2006, o MM. Juiz a quo julgou improcedente o pedido dos autores. Sendo assim, foi extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 269, inciso I, do CPC.
Destarte, restou prejudicado o presente agravo de instrumento por perda de seu objeto.
Em face de todo o exposto, com fundamento no art. 557, caput, do Código de Processo Civil, julgo PREJUDICADO o agravo de instrumento.
Intimem-se.
Após as formalidades legais, baixem os autos à vara de origem.
São Paulo, 6 de março de 2007.
Desembargador Federal Luiz Stefanini
Relator

PROC.	:	2002.03.00.043227-7 AG 165125
ORIG.	:	200261000215580 18 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	NOSSA CAIXA NOSSO BANCO S/A
ADV	:	SIDNEY GRACIANO FRANZE
AGRDO	:	DOUGLAS FERNANDES PERES
ADV	:	ELIANE IZILDA FERNANDES VIEIRA
PARTE R	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	JOSE PAULO NEVES
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 18 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos.
Junte-se o extrato em anexo referente ao andamento da ação de origem retirado do sistema informatizado de acompanhamento processual da Justiça Federal de Primeira Instância da 3ª Região.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela NOSSA CAIXA NOSSO BANCO S/A contra a r. decisão proferida nos autos de "ação ordinária" que deferiu a tutela antecipada para permitir ao autor o pagamento diretamente à instituição que as recebe, das quantias devidas relativas às parcelas que vierem a vencer, pelos valores incontroversos, determinando, ainda, que a agravada se abstivesse de incluir o nome do autor em órgão de proteção de crédito, bem como de levar o imóvel a leilão.
Em consulta ao sistema de acompanhamento processual deste Corte, observo que o Juízo "a quo" declinou da competência em favor da Justiça Estadual, constando a baixa definitiva dos autos de origem àquele Juízo.
Dessa forma, determino a remessa dos presentes autos de agravo de instrumento ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, com as nossas homenagens.
Cumpra-se.
Int.
São Paulo, 16 de fevereiro de 2007.

JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	98.03.051177-7 AC 425931
ORIG.	:	9600000223 3 Vr SAO JOAO DA BOA VISTA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	PAULO HENRIQUE DE MELO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	UNIMED DE SAO JOAO DA BOA VISTA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO
ADV	:	EDUARDO MAZOTINI AGUIAR
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 3 VARA DE SAO JOAO DA BOA VISTA SP
RELATOR	:	DES.FED. VESNA KOLMAR / PRIMEIRA TURMA

Vistos.
Indefiro o pedido de fls. 75, tendo em vista que o Dr. Leonardo Franco de Lima - OAB/SP 195.054 (fls. 71/72), não têm poderes para representar a apelada em juízo.
Intimem-se.
São Paulo, 21 de março de 2007.

VESNA KOLMAR
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2001.03.99.054667-8 AC 751155
ORIG.	:	9800514031 16 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	IVONE COAN
APDO	:	VERA LUCIA ANANIAS
ADV	:	JOAO BOSCO BRITO DA LUZ
RELATOR	:	DES. FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

Intime-se a Caixa Econômica Federal para que, no prazo de 10 dias, manifeste-se sobre a petição nº 2007.073859.
São Paulo, 23 de março de 2007.

Desembargador Federal LUIZ STEFANINI
RELATOR

PROC.	:	2004.03.00.055347-8 AG 218825
ORIG.	:	200361080101722 3 Vr BAURU/SP
AGRTE	:	OSVALDO VENCESLAU e outro
ADV	:	MARIZABEL MORENO GHIRARDELLO
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	JOSE ANTONIO ANDRADE
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE BAURU - 8ª SSJ - SP
RELATOR	:	DES.FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto em face da r. decisão que, em ação de rito ordinário, revogou a medida que concedeu a antecipação dos efeitos da tutela para sustar os atos de execução extrajudicial de imóvel, especialmente no que tange a realização de qualquer leilão extrajudicial até deliberação final do juízo (fls. 13).
Em juízo de cognição sumária de fls. 91/93, o pedido de efeito suspensivo foi deferido.
Vieram as informações do MM. Juízo a quo às fls. 100/101.
Apresentada contraminuta às fls. 103/108, a CEF ressalta que os agravantes encontram-se inadimplentes desde agosto de 2002, somando 28 encargo até a data de ajuizamento da ação (15/10/2003 - fls. 26), não havendo que se falar na reforma da r. decisão agravada.
Certificado decurso de prazo para interposição de agravo regimental às fls. 109.
Em sessão realizada em 10/05/2005, o julgamento do feito foi adiado por indicação deste Relator (fls. 114).
Conforme se verifica na sentença proferida nos autos da correspondente ação ordinária, publicada em 5 de outubro de 2006, o MM. Juiz a quo julgou improcedentes os pedidos dos autores. Sendo assim, foi extinto o processo, com julgamento de mérito, nos termos do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil.
Destarte, restou prejudicado o presente agravo de instrumento por perda de seu objeto.
Em face de todo o exposto, com fundamento no art. 557, caput, do Código de Processo Civil, julgo PREJUDICADO o agravo de instrumento, bem como agravo regimental.
Intimem-se.
Após as formalidades legais, baixem os autos à vara de origem.
São Paulo, 14 de março de 2007.

Desembargador Federal Luiz Stefanini
Relator

PROC.	:	2003.03.00.055935-0 AG 188434
ORIG.	:	200360020002178 1 Vr NAVIRAI/MS
AGRTE	:	MARCIA JACINTHO GOULART
ADV	:	LUIZ APARICIO FUZARO
AGRDO	:	Ministerio Publico Federal
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE NAVIRAI > 6ª SSJ> MS
RELATOR	:	DES.FED. NELTON DOS SANTOS / PRIMEIRA TURMA

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto em face da r. decisão que, em Ação Civil Pública, concedeu a antecipação da tutela "para o fim de determinar aos atuais proprietários da Fazenda Brasília do Sul que se abstenham de praticar qualquer ato tendente a impedir a realização do enterro do Cacique Marco Veron na área correspondente à mencionada Fazenda" (fls. 160).
Em juízo de cognição sumária às fls. 164/166 foi indeferido pedido de efeito suspensivo, por decisão de minha lavra.
Apresentação de contraminuta e memorial às fls. 174/190.
Verifica-se que o MM. Juízo a quo proferiu a sentença na ação civil pública, em 20 de março de 2007, extinguindo o processo, sem resolução de mérito, nos termos do artigo 267, inciso VI, do Código de Processo Civil.
Destarte, restou prejudicado o presente agravo de instrumento por perda de seu objeto.
Em face de todo o exposto, com fundamento no art. 557, caput, do Código de Processo Civil, julgo PREJUDICADO o agravo de instrumento.
Intimem-se.
Após as formalidades legais, baixem os autos à vara de origem.
São Paulo, 26 de março de 2007.

Desembargador Federal Luiz Stefanini
Relator

PROC.	:	2006.03.00.057057-6 AG 270720
ORIG.	:	200661050025597 6 Vr CAMPINAS/SP
AGRTE	:	J FARMA DROGARIA LTDA -EPP e outros
ADV	:	NELSON DE ARRUDA NORONHA GUSTAVO JUNIOR
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	ALUISIO MARTINS BORELLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 6 VARA DE CAMPINAS - 5ª SSJ - SP
RELATOR	:	DES.FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto em face da r. decisão que, em sede de ação ordinária de revisão contratual, indeferiu a antecipação dos efeitos da tutela que objetivava a exclusão do nome dos agravantes dos cadastros dos órgãos de proteção ao crédito.
Informam os agravantes que pretendem a revisão dos cálculos bancários que firmaram junto ao agravado em decorrência de abusos cometidos, tais como capitalização de juros, razão por que pretendem a exclusão de seus nomes nos cadastros de proteção ao crédito, bem como o depósito do valor incontroverso (R$ 1.810,00) apurado em perícia contábil.
Sustentam que são notórios os abusos cometidos pelas instituições financeiras contra seus correntistas, dentre eles, em especial, a capitação de juros, não podendo ser desconsiderado o desequilíbrio na relação jurídica entre eles: hipossuficiência,
Salientam a orientação jurisprudencial do E. Supremo Tribunal Federal no sentido de que pendente pertinente discussão judicial acerca do débito havido, impossível a inscrição do suposto devedor em cadastros de inadimplentes e, ainda, de que o consumidor inadimplente não será submetido a qualquer tipo de constrangimento.
Indeferida a antecipação dos efeitos da tutela ao fundamento de que as entidades mantêm cadastro para proteção ao crédito têm suas atividades plenamente legitimadas, conforme dispõe o artigo 43, parágrafo 4º do Código de Defesa do Consumidor, nada obstando que as instituições bancárias e financeiras, dentre outras, informem a situação de inadimplemento ocorrida nos negócios realizados com pessoas físicas ou jurídicas com elas contratantes. Ademais, acrescenta que não se vislumbra utilidade do depósito judicial da quantia incontroversa, vez que desnecessária a intervenção judicial para que os autores procedam ao depósito direto em conta, obtendo, com isso, amortização do débito direito em conta, obtendo, com isso, amortização do débito, e redução da incidência de juros. (fls. 65-67).
Inicialmente, verifico a existência de outro agravo de instrumento nº 2006.03.00.037921-9, interposto pelos agravantes.
Em observância ao princípio da unirrecorribilidade ou unicidade recursal, não se pode admitir a interposição de dois recursos discutindo a mesma matéria, salvo a hipótese do art. 498 do CPC.
Nessa esteira de entendimento, leciona Nelson Nery Junior:
"No sistema do CPC brasileiro vige o princípio da singularidade dos recursos, também denominado de princípio da unicorrebilidade, ou ainda de princípio da unicidade, segundo o qual, para cada ato judicial recorrível há um único recurso previsto pelo ordenamento, sendo vedada a interposição simultânea ou cumulativa de mais outro visando a impugnação do mesmo ato judicial". (in "Princípios Fundamentais - Teoria Geral dos Recursos", Ed. Revista dos Tribunais, 5ª ed., p. 93)
A rigor, a interposição, pelos agravantes, de dois recursos versando acerca da mesma matéria, demonstra que estão a proceder de forma temerária nos incidentes e atos processuais, a teor do dispõe o artigo 17, inciso V, do Código de Processo Civil, impondo-se as sanções do artigo 18 do mesmo estatuto legal.
Diante do exposto, NEGO SEGUIMENTO ao recurso, nos termos do art. 557 do Código de Processo Civil e art. 33, inciso XIII, do Regimento Interno desta Corte e condeno os agravantes ao pagamento da multa de 1% sobre o valor da causa..
Intimem-se. Publique-se.
Após as formalidades legais, baixem os autos à vara de origem.
São Paulo, 28 de fevereiro de 2007.

Desembargador Federal Luiz Stefanini
Relator

PROC.	:	2006.03.00.057521-5 MCI 5256
ORIG.	:	9700446999 26 Vr SAO PAULO/SP
REQTE	:	PAULO FERREIRA DOS SANTOS e outro
ADV	:	JOSELI SILVA GIRON BARBOSA
REQDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	JOSE ADAO FERNANDES LEITE
RELATOR	:	JUIZ CONV. MÁRCIO MESQUITA / PRIMEIRA TURMA

Dê-se vista dos autos ao autor para réplica no prazo legal.
Intimem-se.
São Paulo, 29 de março de 2007.

MÁRCIO MESQUITA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2000.61.82.057696-8 AC 1158227
ORIG.	:	3F Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	ASSOCIACAO HOSPITALAR E MATERNIDADE DE SAO PAULO
ADV	:	CELSO MANOEL FACHADA
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
REPTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	NELSON PIETROSKI
RELATOR	:	DES.FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

Manifestem-se, em dez dias, as partes ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR E MATERNIDADE DE SÃO PAULO e UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL) representada pela Caixa Econômica Federal sobre o pedido formulado às fls. 106/111 por CASABLANC REPRESENTAÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 27 de março de 2007.

Desembargador Federal LUIZ STEFANINI
RELATOR

PROC.	:	2001.03.99.059564-1 AC 762218
ORIG.	:	9607021258 2 Vr SAO JOSE DO RIO PRETO/SP
APTE	:	ASSOCIACAO PAULISTA DOS MUTUARIOS DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITACAO e outros
ADV	:	ANDRE BARCELOS DE SOUZA
APDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	ANTONIO CARLOS ORIGA JUNIOR
PARTE A	:	OSCAR JOSE PIRES (desistente) e outros
RELATOR	:	DES.FED. VESNA KOLMAR / PRIMEIRA TURMA

Vistos em decisão.
Trata-se de apelação interposta contra a r. sentença prolatada pelo Juiz Federal da 2ª Vara Federal de São José do Rio Preto/SP, que julgou improcedente o pedido de revisão do contrato de financiamento firmado com a Caixa Econômica Federal-CEF para aquisição de casa própria, extinguindo o feito com análise do mérito, nos termos do artigo 269, I, do CPC.
Às fls. 1671, em petição subscrita pelos procuradores das partes, a apelante Lourdes Maria Cândido Pereira requereu a extinção do feito, nos termos do art. 269, V, do CPC, ao fundamento de que está em vias de firmar acordo extrajudicial.

A renúncia ao direito em que se funda a ação é ato unilateral, que independe da anuência da parte adversa e pode ser requerida a qualquer tempo e grau de jurisdição até o trânsito em julgado da sentença.
Cita-se a propósito, a decisão do Superior Tribunal de Justiça:
"PROCESSUAL CIVIL. DESISTÊNCIA DO RECURSO. RENÚNCIA AO DIREITO A QUE SE FUNDA A AÇÃO. TRÂNSITO EM JULGADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TRIBUTO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO.
1.A renúncia ao direito a que se funda a ação é ato unilateral, que independe da anuência da parte adversa e pode ser requerida a qualquer tempo e grau de jurisdição até o trânsito em julgado da sentença, cumprindo apenas ao magistrado averiguar se o advogado signatário da renúncia goza de poderes para tanto, ex vi do art. 38 do CPC.
2.No caso de desistência da ação declaratória inexigibilidade de débito tributário ante a adesão da autora ao programa de parcelamento de débito fiscal, a verba honorária é devida por força da aplicação do art. 26 do CPC. Portanto não está a autora isenta de ônus da sucumbência relativo a esta ação ordinária, cujos honorários são fixados em 5% sobre o valor da causa.
3.Reconsideração da decisão agravada para homologar a renúncia do direito a que se funda a ação e a desistência do recurso e, em conseqüência julgar o processo extinto em relação à autora Viação Goiânia Ltda.
(Agravo Regimental nos Embargos de Declaração no RESP - 422734, processo nº 200200246390, Relator Min. Teori Albino Zavascki, STJ -1ª Turma, v.u, j. 07.10.2003, DJ 28.10.2003, P.192).
Acresce-se que o pedido como formulado equivale à improcedência do pedido.
Nesse sentido vem decidindo a jurisprudência deste Tribunal:
"PROCESSO CIVIL. REMESSA OBRIGATÓRIA. PEDIDO DE DESISTÊNCIA DA AÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. RENÚNCIA AO DIREITO EM QUE SE FUNDA A AÇÃO. ACOLHIMENTO.
1.Incabível pedido de desistência da ação formulado após a prolação de sentença de mérito sob pena de se inutilizar uma decisão que pôs fim ao litígio.
2.Manifestação de renúncia ao direito em que se funda a ação compatível com a pendência do reexame necessário por equivaler à verdadeira improcedência do pedido.
3.Acolhimento do pedido, arcando a autora com as despesas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado dado à causa"
(Remessa Ex Officio nº 97.03.014983-9, Relator Desembargador Baptista Pereira, TRF - 3ª Turma, v.u, j. 25.06.97, DJ 01.10.97, P.080535).
"PROCESSUAL CIVIL. REMESSA OFICIAL. PAGAMENTO. RENÚNCIA AO DIREITO SOBRE O QUE SE FUNDA A AÇÃO. ACOLHIMENTO.
-Uma vez entregue a prestação jurisdicional, não há mais que se falar em desistência da ação, que é causa de extinção do processo, incabível quando já se acha extinto.
-Possível a renúncia ao direito sobre o qual se funda a ação, substituindo-se a sentença prolatada por outra também dispondo sobre o mérito da causa em sentido contrário ao pedido da autora.
-Extinção da ação com julgamento do mérito, devido ao pagamento do crédito tributário".
(Remessa Ex Officio nº 96.03.000258-5, Relatora Desembargadora Therezinha Cazerta, TRF - 4ª Turma, v.u, 04.12.2002, DJ 14.03.2003, p. 514).
Isso posto, homologo o pedido de desistência formulado pela autora Lourdes Maria Candido Pereira e julgo extinto o processo com julgamento do mérito, nos termos do artigo 269, inciso V, do Código de Processo Civil, com relação à referida autora.
Remetam-se os autos à UFOR para as devidas anotações.
Intimem-se.
São Paulo, 12 de março de 2007.
VESNA KOLMAR
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2004.03.00.062557-0 AG 221803
ORIG.	:	9710026232 2 Vr MARILIA/SP
AGRTE	:	JOSE DERCILIO ZORATO
ADV	:	ANDERSON CEGA
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	ADRIANA CRISTINA DE PAIVA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE MARILIA Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos.
Mantenho a decisão proferida às fls. 232/235 por seus próprios fundamentos e recebo a petição da parte agravada de fls. 240/248 como agravo nos termos do artigo 557, § 1º do Código de Processo Civil, o qual será levado em mesa oportunamente.
Após, tornem conclusos.
Int.
São Paulo, 23 de março de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2005.03.00.064869-0 AG 243428
ORIG.	:	199961080009423 2 Vr BAURU/SP
AGRTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	RENATO VIDAL DE LIMA
AGRDO	:	ADEMIL ANDRADE GUIMARAES
ADV	:	RICARDO DA SILVA BASTOS
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE BAURU Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos, em decisão.
Trata-se de Embargos de Declaração opostos pela Caixa Econômica Federal em face do v. acórdão proferido pela E. Primeira Turma, que negou provimento ao agravo de instrumento (fls. 79/80).
Alega a embargante ter ocorrido omissão e obscuridade, uma vez que o acórdão deixou de enfrentar a questão dos honorários advocatícios, com base no § 2º do art. 26 do CPC, confirmando a multa que lhe havia sido imposta.
Ao final, requer a expressa manifestação desta Egrégia Corte sobre a referida matéria a fim de que sejam sanadas a omissão e a obscuridade.
Decido.
A teor do que dispõe o art. 535, I e II, do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração apenas quando há no acórdão obscuridade, contradição ou omissão relativa a ponto sobre o qual deveria pronunciar-se o Tribunal, descabendo, assim, sua utilização com o escopo de "obrigar" o órgão julgador a rever orientação anteriormente esposada por ele, sob o fundamento de que não teria sido aplicado o melhor direito à espécie dos autos.
Não se prestam os declaratórios à revisão do acórdão, salvo casos excepcionalíssimos, e sim ao aperfeiçoamento do julgado.
Destarte, quando a embargante por meio desse expediente busca ver reapreciada a questão já examinada exaustivamente pela Turma sem indicar concretamente qualquer das alternativas do art. 535 do CPC, não podem prosperar os embargos de declaração, porquanto atribuir-lhe "efeitos infringentes" só é possível em caso de erro manifesto que redunde em nulidade do julgado, situação essa que nem de longe é visível no presente caso.
A propósito de todas essas considerações, confira-se:
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. FINALIDADE DE PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA OBJETO DE POSSÍVEL RECURSO EXTRAORDINÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL (PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. ADICIONAL DE IMPOSTO DE RENDA. LEI Nº 6.352/88, DO ESTADO DE SÃO PAULO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. PROVA DO REPASSE. DESNECESSIDADE. TRIBUTO DE NATUREZA INDIRETA. LEGITIMIDADE ATIVA DO RESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO.).
1. .....
2. Os embargos de declaração têm como requisito de admissibilidade a indicação de algum dos vícios previstos no art. 535, do CPC, constantes do decisum embargado, não se prestam, portanto, ao rejulgamento da matéria posta nos autos, pois, visam, unicamente, completar a decisão quando presente omissão de ponto fundamental, contradição entre a fundamentação e a conclusão ou obscuridade nas razões desenvolvidas.
3. Impõe-se a rejeição de embargos declaratórios que, à guisa de omissão, têm o único propósito de prequestionar a matéria objeto de recurso extraordinário a ser interposto. Precedente da Corte Especial: EDcl nos EREsp 173273/SP, Relator Ministro Barros Monteiro, DJ de 06.06.2005).
4. Embargos de declaração rejeitados.
(Superior Tribunal de Justiça, EDcl no AgRg no REsp 621.556/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15.09.2005, DJ 26.09.2005 p. 187)
EMENTA: Embargos de declaração com caráter infringente. Ausência de omissão, obscuridade ou contradição. Embargos de Declaração rejeitados.
(Supremo Tribunal Federal, EMB. DECL. NO AG. REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 196.136/CE, rel. Ministro. JOAQUIM BARBOSA, SEGUNDA TURMA, julgado em 30/08/2005)
EMENTA:
1. RECURSO. Embargos de declaração. Inadmissibilidade. Omissão, contradição ou obscuridade. Inexistência. Embargos de declaração rejeitados. Não se admitem embargos de declaração de decisão em que não há omissão, contradição nem obscuridade.
2. RECURSO. Embargos de declaração. Caráter meramente protelatório. Litigância de má-fé. Imposição de multa. Aplicação do art. 538, parágrafo único, cc. arts. 14, II e III, e 17, VII, do CPC. Quando abusiva a interposição de embargos declaratórios, manifestamente protelatório, deve o Tribunal condenar o embargante a pagar multa ao embargado.
(Supremo Tribunal Federal, EMB. DECL. NO AG. REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 162.421/GO, rel. Ministro CEZAR PELUSO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 30/08/2005)
EMENTA.
PROCESSUAL CIVIL, CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS. POLICIAL MILITAR. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. OFENSA AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. CONFIGURAÇÃO. AUSÊNCIA DE ADVOGADO OU DEFENSOR DATIVO. PRECEDENTES. EMBARGOS REJEITADOS.
I - Os embargos de declaração devem atender aos seus requisitos, quais sejam, suprir omissão, contradição ou obscuridade, não havendo qualquer um desses pressupostos, rejeitam-se os mesmos.
II - O Superior Tribunal de Justiça possui jurisprudência uniforme no sentido de que os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, igualmente incidentes na esfera administrativa, têm por escopo propiciar ao servidor oportunidade de oferecer resistência aos fatos que lhe são imputados, sendo obrigatória a presença de advogado constituído ou defensor dativo. Precedentes.
III - Não havendo a observância dos ditames previstos resta configurado o desrespeito aos princípios do devido processo legal, não havendo como subsistir a punição aplicada.
IV - O julgador não está obrigado a responder a todos os questionamentos formulados pelas partes, competindo-lhe, apenas, indicar a fundamentação adequada ao deslinde da controvérsia, observadas as peculiaridades do caso concreto, como ocorreu in casu, não havendo qualquer omissão no julgado embargado.
V - Inviável a utilização dos embargos de declaração, sob a alegação de pretensa contradição, quando a pretensão almeja - em verdade - reapreciar o julgado, objetivando a alteração do conteúdo meritório da decisão embargada.
VI - Embargos de declaração rejeitados.
(EDcl no RMS 20.148/PE, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 02.05.2006, DJ 29.05.2006, p. 269)
No caso específico dos autos observa-se que o acórdão guerreado não ostenta qualquer dos vícios elencados no artigo 535 do Código de Processo Civil, além do que a parte embargante não deduziu com clareza qual seria o "ponto" do julgado que o contaminaria de omissão ou contradição e nem aonde residiria eventual "obscuridade" do decisum.
Então, calha à perfeição o seguinte julgado:
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. (TRIBUTÁRIO. PREVIDENCIÁRIO. CONTRIBUIÇÃO AO FUNRURAL. INCRA. DATA DA EXTINÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CORREÇÃO MONETÁRIA. ÍNDICES).
1.....
2. Deveras, é cediço que inocorrentes as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, não há como prosperar o inconformismo, cujo real objetivo é a pretensão de reformar o decisum, o que é inviável de ser revisado em sede de embargos de declaração, dentro dos estreitos limites previstos no artigo 535 do CPC.
3. Embargos de declaração rejeitados.
(Superior Tribunal de Justiça, EDcl nos EDcl nos EDcl no REsp 418.596/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06.09.2005, DJ 26.09.2005 p. 180)
A propósito, convém recordar que o acórdão não se sujeita a embargos de declaração válidos se o objetivo do embargante é compelir o Tribunal a apreciar outros argumentos ou motivos deduzidos pela parte no recurso originário; realmente, é lição já antiga que do órgão julgador se exige apenas que apresente fundamentação suficiente para justificar a decisão apresentada, não estando obrigado a apreciar cada um dos múltiplos argumentos deduzidos pela parte. Decisão judicial não é resposta a "questionário" da parte recorrente.
Enfim, embargos declaratórios descabem para compelir o Judiciário a "inovar" na apreciação do recurso, examinando questões e argumentos novos não deduzidos na fundamentação ou no pleito recursal originário. Essa a posição do Superior Tribunal de Justiça. Confira-se:
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PARA FUNRURAL E INCRA. CORREÇÃO MONETÁRIA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 211/STJ.
1. Ausentes as hipóteses de cabimento dos embargos de declaração, consoante artigo 535 do CPC.
2. Os aclaratórios não se prestam para que sejam analisadas questões já discutidas e nem para inovar em tese jurídica não ventilada nas instâncias inferiores. Aplicação da Súmula nº 211/STJ.
3. Embargos de declaração rejeitados.
(EDcl no REsp 670.467/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 02.08.2005, DJ 05.09.2005 p. 369 - destaquei)
TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. EXISTÊNCIA. TESE NOVA. IMPOSSIBILIDADE.
1. Não cabe desnaturar os aclaratórios com o intuito de inovar em tese jurídica não ventilada em momento oportuno. A alegação de intempestividade do recurso especial deveria ter sido alegada no primeiro momento que coubesse à parte falar nos autos.
2.....
3. Embargos de declaração do INSS rejeitados. Embargos de declaração dos contribuintes acolhidos, sem efeitos modificativos.
(EDRESP 383.726/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 05.04.2005, DJ 22.08.2005 p. 188 - destaquei)
PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - PRESCRIÇÃO - TERMO A QUO - FALTA DE PREQUESTIONAMENTO - IMPOSSIBILIDADE DE INOVAÇÃO- EFEITO INFRINGENTE.
1. Não é possível inovar o pedido no julgamento dos embargos de divergência, pleiteando a prevalência de tese não discutida anteriormente.
2. Inexistente qualquer hipótese do art. 535 do CPC, não merecem acolhida embargos de declaração com nítido caráter infringente.
3. Embargos de declaração rejeitados.
(EDcl nos EDcl nos EREsp 96.560/AL, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22.09.2004, DJ 06.12.2004 p. 186).
Os embargos deduzidos nestes autos não se enquadram na estreita via legal que autoriza seu acolhimento; ao contrário, escapam da trilha legal porquanto o acórdão não experimenta qualquer dos vícios indicados no multicitado artigo 535 e os declaratórios não se prestam aos objetivos acima indicados.

Pelo exposto, com fulcro no que dispõe o artigo 557, "caput", do Código de Processo Civil, conheço dos presentes Embargos de Declaração para negar-lhes seguimento.
Com o trânsito dê-se baixa.
Intimem-se.
São Paulo, 07 de fevereiro de 2007.

JOHONSOM di SALVO
DESEMBARGADOR FEDERAL
RELATOR

PROC.	:	2004.03.00.066907-9 AG 223577
ORIG.	:	200461050141862 8 Vr CAMPINAS/SP
AGRTE	:	ANTONIO VANDERLEI DE SOUZA e outro
ADV	:	ANDERSON DA SILVA SANTOS
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 8 VARA DE CAMPINAS - 5ª SSJ - SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos, em decisão.
Trata-se de Embargos de Declaração opostos por ANTONIO VANDERLEI DE SOUZA e outro em face do v. acórdão proferido pela E. Primeira Turma, que conheceu em parte do agravo de instrumento e na parte conhecida deu-lhe parcial provimento (fl. 156/157).
Alega a embargante ter ocorrido omissão, uma vez que não houve exame das questões atinentes à aplicação dos art. 50, "caput" e §§ 2º e 4º da Lei 10.931/04 na análise da questão posta a deslinde.
Ao final, requer a expressa manifestação desta Egrégia Corte sobre a referida matéria a fim de que seja sanada a omissão.
Decido.
A teor do que dispõe o art. 535, I e II, do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração apenas quando há no acórdão obscuridade, contradição ou omissão relativa a ponto sobre o qual deveria pronunciar-se o Tribunal, descabendo, assim, sua utilização com o escopo de "obrigar" o órgão julgador a rever orientação anteriormente esposada por ele, sob o fundamento de que não teria sido aplicado o melhor direito à espécie dos autos.
Não se prestam os declaratórios à revisão do acórdão, salvo casos excepcionalíssimos, e sim ao aperfeiçoamento do julgado.
Destarte, quando a embargante por meio desse expediente busca ver reapreciada a questão já examinada exaustivamente pela Turma sem indicar concretamente qualquer das alternativas do art. 535 do CPC, não podem prosperar os embargos de declaração, porquanto atribuir-lhe "efeitos infringentes" só é possível em caso de erro manifesto que redunde em nulidade do julgado, situação essa que nem de longe é visível no presente caso.
A propósito de todas essas considerações, confira-se:
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. FINALIDADE DE PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA OBJETO DE POSSÍVEL RECURSO EXTRAORDINÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL (PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. ADICIONAL DE IMPOSTO DE RENDA. LEI Nº 6.352/88, DO ESTADO DE SÃO PAULO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. PROVA DO REPASSE. DESNECESSIDADE. TRIBUTO DE NATUREZA INDIRETA. LEGITIMIDADE ATIVA DO RESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO.).
1. .....
2. Os embargos de declaração têm como requisito de admissibilidade a indicação de algum dos vícios previstos no art. 535, do CPC, constantes do decisum embargado, não se prestam, portanto, ao rejulgamento da matéria posta nos autos, pois, visam, unicamente, completar a decisão quando presente omissão de ponto fundamental, contradição entre a fundamentação e a conclusão ou obscuridade nas razões desenvolvidas.
3. Impõe-se a rejeição de embargos declaratórios que, à guisa de omissão, têm o único propósito de prequestionar a matéria objeto de recurso extraordinário a ser interposto. Precedente da Corte Especial: EDcl nos EREsp 173273/SP, Relator Ministro Barros Monteiro, DJ de 06.06.2005).
4. Embargos de declaração rejeitados.
(Superior Tribunal de Justiça, EDcl no AgRg no REsp 621.556/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15.09.2005, DJ 26.09.2005 p. 187)
EMENTA: Embargos de declaração com caráter infringente. Ausência de omissão, obscuridade ou contradição. Embargos de Declaração rejeitados.
(Supremo Tribunal Federal, EMB. DECL. NO AG. REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 196.136/CE, rel. Ministro. JOAQUIM BARBOSA, SEGUNDA TURMA, julgado em 30/08/2005)
EMENTA:
1. RECURSO. Embargos de declaração. Inadmissibilidade. Omissão, contradição ou obscuridade. Inexistência. Embargos de declaração rejeitados. Não se admitem embargos de declaração de decisão em que não há omissão, contradição nem obscuridade.
2. RECURSO. Embargos de declaração. Caráter meramente protelatório. Litigância de má-fé. Imposição de multa. Aplicação do art. 538, parágrafo único, cc. arts. 14, II e III, e 17, VII, do CPC. Quando abusiva a interposição de embargos declaratórios, manifestamente protelatório, deve o Tribunal condenar o embargante a pagar multa ao embargado.
(Supremo Tribunal Federal, EMB. DECL. NO AG. REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 162.421/GO, rel. Ministro CEZAR PELUSO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 30/08/2005)
EMENTA.
PROCESSUAL CIVIL, CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS. POLICIAL MILITAR. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. OFENSA AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. CONFIGURAÇÃO. AUSÊNCIA DE ADVOGADO OU DEFENSOR DATIVO. PRECEDENTES. EMBARGOS REJEITADOS.
I - Os embargos de declaração devem atender aos seus requisitos, quais sejam, suprir omissão, contradição ou obscuridade, não havendo qualquer um desses pressupostos, rejeitam-se os mesmos.
II - O Superior Tribunal de Justiça possui jurisprudência uniforme no sentido de que os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, igualmente incidentes na esfera administrativa, têm por escopo propiciar ao servidor oportunidade de oferecer resistência aos fatos que lhe são imputados, sendo obrigatória a presença de advogado constituído ou defensor dativo. Precedentes.
III - Não havendo a observância dos ditames previstos resta configurado o desrespeito aos princípios do devido processo legal, não havendo como subsistir a punição aplicada.
IV - O julgador não está obrigado a responder a todos os questionamentos formulados pelas partes, competindo-lhe, apenas, indicar a fundamentação adequada ao deslinde da controvérsia, observadas as peculiaridades do caso concreto, como ocorreu in casu, não havendo qualquer omissão no julgado embargado.
V - Inviável a utilização dos embargos de declaração, sob a alegação de pretensa contradição, quando a pretensão almeja - em verdade - reapreciar o julgado, objetivando a alteração do conteúdo meritório da decisão embargada.
VI - Embargos de declaração rejeitados.
(EDcl no RMS 20.148/PE, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 02.05.2006, DJ 29.05.2006, p. 269)
No caso específico dos autos observa-se que o acórdão guerreado não ostenta qualquer dos vícios elencados no artigo 535 do Código de Processo Civil, além do que a parte embargante não deduziu com clareza qual seria o "ponto" do julgado que o contaminaria de omissão ou contradição e nem aonde residiria eventual "obscuridade" do decisum.
Então, calha à perfeição o seguinte julgado:
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. (TRIBUTÁRIO. PREVIDENCIÁRIO. CONTRIBUIÇÃO AO FUNRURAL. INCRA. DATA DA EXTINÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CORREÇÃO MONETÁRIA. ÍNDICES).
1.....
2. Deveras, é cediço que inocorrentes as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, não há como prosperar o inconformismo, cujo real objetivo é a pretensão de reformar o decisum, o que é inviável de ser revisado em sede de embargos de declaração, dentro dos estreitos limites previstos no artigo 535 do CPC.
3. Embargos de declaração rejeitados.
(Superior Tribunal de Justiça, EDcl nos EDcl nos EDcl no REsp 418.596/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06.09.2005, DJ 26.09.2005 p. 180)
A propósito, convém recordar que o acórdão não se sujeita a embargos de declaração válidos se o objetivo do embargante é compelir o Tribunal a apreciar outros argumentos ou motivos deduzidos pela parte no recurso originário; realmente, é lição já antiga que do órgão julgador se exige apenas que apresente fundamentação suficiente para justificar a decisão apresentada, não estando obrigado a apreciar cada um dos múltiplos argumentos deduzidos pela parte. Decisão judicial não é resposta a "questionário" da parte recorrente.
Enfim, embargos declaratórios descabem para compelir o Judiciário a "inovar" na apreciação do recurso, examinando questões e argumentos novos não deduzidos na fundamentação ou no pleito recursal originário. Essa a posição do Superior Tribunal de Justiça. Confira-se:
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PARA FUNRURAL E INCRA. CORREÇÃO MONETÁRIA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 211/STJ.
1. Ausentes as hipóteses de cabimento dos embargos de declaração, consoante artigo 535 do CPC.
2. Os aclaratórios não se prestam para que sejam analisadas questões já discutidas e nem para inovar em tese jurídica não ventilada nas instâncias inferiores. Aplicação da Súmula nº 211/STJ.
3. Embargos de declaração rejeitados.
(EDcl no REsp 670.467/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 02.08.2005, DJ 05.09.2005 p. 369 - destaquei)
TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. EXISTÊNCIA. TESE NOVA. IMPOSSIBILIDADE.
1. Não cabe desnaturar os aclaratórios com o intuito de inovar em tese jurídica não ventilada em momento oportuno. A alegação de intempestividade do recurso especial deveria ter sido alegada no primeiro momento que coubesse à parte falar nos autos.
2.....
3. Embargos de declaração do INSS rejeitados. Embargos de declaração dos contribuintes acolhidos, sem efeitos modificativos.
(EDRESP 383.726/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 05.04.2005, DJ 22.08.2005 p. 188 - destaquei)
PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - PRESCRIÇÃO - TERMO A QUO - FALTA DE PREQUESTIONAMENTO - IMPOSSIBILIDADE DE INOVAÇÃO- EFEITO INFRINGENTE.
1. Não é possível inovar o pedido no julgamento dos embargos de divergência, pleiteando a prevalência de tese não discutida anteriormente.
2. Inexistente qualquer hipótese do art. 535 do CPC, não merecem acolhida embargos de declaração com nítido caráter infringente.
3. Embargos de declaração rejeitados.
(EDcl nos EDcl nos EREsp 96.560/AL, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22.09.2004, DJ 06.12.2004 p. 186).
Os embargos deduzidos nestes autos não se enquadram na estreita via legal que autoriza seu acolhimento; ao contrário, escapam da trilha legal porquanto o acórdão não experimenta qualquer dos vícios indicados no multicitado artigo 535 e os declaratórios não se prestam aos objetivos acima indicados.
Pelo exposto, com fulcro no que dispõe o artigo 557, "caput", do Código de Processo Civil, conheço dos presentes Embargos de Declaração para negar-lhes seguimento.
Com o trânsito dê-se baixa.
Intimem-se.
São Paulo, 07 de fevereiro de 2007.

JOHONSOM di SALVO
DESEMBARGADOR FEDERAL
RELATOR

PROC.	:	2004.03.00.068701-0 AG 223993
ORIG.	:	199903990777187 13 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	ERIKA FERREIRA DA SILVA
AGRDO	:	WALTER DIAS e outros
ADV	:	CLAUDIO AMORIM
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 13 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos, em decisão.
Trata-se de Embargos de Declaração opostos pela Caixa Economica Federal - CEF em face do v. acórdão proferido pela E. Primeira Turma, que conheceu em parte do agravo de instrumento e na parte conhecida deu-lhe parcial provimento (fl. 80/81).
Alega a embargante ter ocorrido omissão, uma vez que o acórdão não enfrentou a questão atinente a análise da nulidades apontadas pela embargante.
Ao final, requer a expressa manifestação desta Egrégia Corte sobre a referida matéria a fim de que seja sanada a omissão.
Decido.
A teor do que dispõe o art. 535, I e II, do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração apenas quando há no acórdão obscuridade, contradição ou omissão relativa a ponto sobre o qual deveria pronunciar-se o Tribunal, descabendo, assim, sua utilização com o escopo de "obrigar" o órgão julgador a rever orientação anteriormente esposada por ele, sob o fundamento de que não teria sido aplicado o melhor direito à espécie dos autos.
Não se prestam os declaratórios à revisão do acórdão, salvo casos excepcionalíssimos, e sim ao aperfeiçoamento do julgado.
Destarte, quando a embargante por meio desse expediente busca ver reapreciada a questão já examinada exaustivamente pela Turma sem indicar concretamente qualquer das alternativas do art. 535 do CPC, não podem prosperar os embargos de declaração, porquanto atribuir-lhe "efeitos infringentes" só é possível em caso de erro manifesto que redunde em nulidade do julgado, situação essa que nem de longe é visível no presente caso.
A propósito de todas essas considerações, confira-se:
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. FINALIDADE DE PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA OBJETO DE POSSÍVEL RECURSO EXTRAORDINÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL (PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. ADICIONAL DE IMPOSTO DE RENDA. LEI Nº 6.352/88, DO ESTADO DE SÃO PAULO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. PROVA DO REPASSE. DESNECESSIDADE. TRIBUTO DE NATUREZA INDIRETA. LEGITIMIDADE ATIVA DO RESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO.).
1. .....
2. Os embargos de declaração têm como requisito de admissibilidade a indicação de algum dos vícios previstos no art. 535, do CPC, constantes do decisum embargado, não se prestam, portanto, ao rejulgamento da matéria posta nos autos, pois, visam, unicamente, completar a decisão quando presente omissão de ponto fundamental, contradição entre a fundamentação e a conclusão ou obscuridade nas razões desenvolvidas.
3. Impõe-se a rejeição de embargos declaratórios que, à guisa de omissão, têm o único propósito de prequestionar a matéria objeto de recurso extraordinário a ser interposto. Precedente da Corte Especial: EDcl nos EREsp 173273/SP, Relator Ministro Barros Monteiro, DJ de 06.06.2005).
4. Embargos de declaração rejeitados.
(Superior Tribunal de Justiça, EDcl no AgRg no REsp 621.556/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15.09.2005, DJ 26.09.2005 p. 187)
EMENTA: Embargos de declaração com caráter infringente. Ausência de omissão, obscuridade ou contradição. Embargos de Declaração rejeitados.
(Supremo Tribunal Federal, EMB. DECL. NO AG. REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 196.136/CE, rel. Ministro. JOAQUIM BARBOSA, SEGUNDA TURMA, julgado em 30/08/2005)

EMENTA:
1. RECURSO. Embargos de declaração. Inadmissibilidade. Omissão, contradição ou obscuridade. Inexistência. Embargos de declaração rejeitados. Não se admitem embargos de declaração de decisão em que não há omissão, contradição nem obscuridade.
2. RECURSO. Embargos de declaração. Caráter meramente protelatório. Litigância de má-fé. Imposição de multa. Aplicação do art. 538, parágrafo único, cc. arts. 14, II e III, e 17, VII, do CPC. Quando abusiva a interposição de embargos declaratórios, manifestamente protelatório, deve o Tribunal condenar o embargante a pagar multa ao embargado.
(Supremo Tribunal Federal, EMB. DECL. NO AG. REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 162.421/GO, rel. Ministro CEZAR PELUSO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 30/08/2005)
EMENTA.
PROCESSUAL CIVIL, CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS. POLICIAL MILITAR. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. OFENSA AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. CONFIGURAÇÃO. AUSÊNCIA DE ADVOGADO OU DEFENSOR DATIVO. PRECEDENTES. EMBARGOS REJEITADOS.
I - Os embargos de declaração devem atender aos seus requisitos, quais sejam, suprir omissão, contradição ou obscuridade, não havendo qualquer um desses pressupostos, rejeitam-se os mesmos.
II - O Superior Tribunal de Justiça possui jurisprudência uniforme no sentido de que os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, igualmente incidentes na esfera administrativa, têm por escopo propiciar ao servidor oportunidade de oferecer resistência aos fatos que lhe são imputados, sendo obrigatória a presença de advogado constituído ou defensor dativo. Precedentes.
III - Não havendo a observância dos ditames previstos resta configurado o desrespeito aos princípios do devido processo legal, não havendo como subsistir a punição aplicada.
IV - O julgador não está obrigado a responder a todos os questionamentos formulados pelas partes, competindo-lhe, apenas, indicar a fundamentação adequada ao deslinde da controvérsia, observadas as peculiaridades do caso concreto, como ocorreu in casu, não havendo qualquer omissão no julgado embargado.
V - Inviável a utilização dos embargos de declaração, sob a alegação de pretensa contradição, quando a pretensão almeja - em verdade - reapreciar o julgado, objetivando a alteração do conteúdo meritório da decisão embargada.
VI - Embargos de declaração rejeitados.
(EDcl no RMS 20.148/PE, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 02.05.2006, DJ 29.05.2006, p. 269)
No caso específico dos autos observa-se que o acórdão guerreado não ostenta qualquer dos vícios elencados no artigo 535 do Código de Processo Civil, além do que a parte embargante não deduziu com clareza qual seria o "ponto" do julgado que o contaminaria de omissão ou contradição e nem aonde residiria eventual "obscuridade" do decisum.
Então, calha à perfeição o seguinte julgado:
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. (TRIBUTÁRIO. PREVIDENCIÁRIO. CONTRIBUIÇÃO AO FUNRURAL. INCRA. DATA DA EXTINÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CORREÇÃO MONETÁRIA. ÍNDICES).
1.....
2. Deveras, é cediço que inocorrentes as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, não há como prosperar o inconformismo, cujo real objetivo é a pretensão de reformar o decisum, o que é inviável de ser revisado em sede de embargos de declaração, dentro dos estreitos limites previstos no artigo 535 do CPC.
3. Embargos de declaração rejeitados.
(Superior Tribunal de Justiça, EDcl nos EDcl nos EDcl no REsp 418.596/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06.09.2005, DJ 26.09.2005 p. 180)
A propósito, convém recordar que o acórdão não se sujeita a embargos de declaração válidos se o objetivo do embargante é compelir o Tribunal a apreciar outros argumentos ou motivos deduzidos pela parte no recurso originário; realmente, é lição já antiga que do órgão julgador se exige apenas que apresente fundamentação suficiente para justificar a decisão apresentada, não estando obrigado a apreciar cada um dos múltiplos argumentos deduzidos pela parte. Decisão judicial não é resposta a "questionário" da parte recorrente.
Enfim, embargos declaratórios descabem para compelir o Judiciário a "inovar" na apreciação do recurso, examinando questões e argumentos novos não deduzidos na fundamentação ou no pleito recursal originário. Essa a posição do Superior Tribunal de Justiça. Confira-se:
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PARA FUNRURAL E INCRA. CORREÇÃO MONETÁRIA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 211/STJ.
1. Ausentes as hipóteses de cabimento dos embargos de declaração, consoante artigo 535 do CPC.
2. Os aclaratórios não se prestam para que sejam analisadas questões já discutidas e nem para inovar em tese jurídica não ventilada nas instâncias inferiores. Aplicação da Súmula nº 211/STJ.
3. Embargos de declaração rejeitados.
(EDcl no REsp 670.467/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 02.08.2005, DJ 05.09.2005 p. 369 - destaquei)
TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. EXISTÊNCIA. TESE NOVA. IMPOSSIBILIDADE.
1. Não cabe desnaturar os aclaratórios com o intuito de inovar em tese jurídica não ventilada em momento oportuno. A alegação de intempestividade do recurso especial deveria ter sido alegada no primeiro momento que coubesse à parte falar nos autos.
2.....
3. Embargos de declaração do INSS rejeitados. Embargos de declaração dos contribuintes acolhidos, sem efeitos modificativos.
(EDRESP 383.726/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 05.04.2005, DJ 22.08.2005 p. 188 - destaquei)
PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - PRESCRIÇÃO - TERMO A QUO - FALTA DE PREQUESTIONAMENTO - IMPOSSIBILIDADE DE INOVAÇÃO- EFEITO INFRINGENTE.
1. Não é possível inovar o pedido no julgamento dos embargos de divergência, pleiteando a prevalência de tese não discutida anteriormente.
2. Inexistente qualquer hipótese do art. 535 do CPC, não merecem acolhida embargos de declaração com nítido caráter infringente.
3. Embargos de declaração rejeitados.
(EDcl nos EDcl nos EREsp 96.560/AL, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22.09.2004, DJ 06.12.2004 p. 186).
Os embargos deduzidos nestes autos não se enquadram na estreita via legal que autoriza seu acolhimento; ao contrário, escapam da trilha legal porquanto o acórdão não experimenta qualquer dos vícios indicados no multicitado artigo 535 e os declaratórios não se prestam aos objetivos acima indicados.
Pelo exposto, com fulcro no que dispõe o artigo 557, "caput", do Código de Processo Civil, conheço dos presentes Embargos de Declaração para negar-lhes seguimento.
Com o trânsito dê-se baixa.
Intimem-se.
São Paulo, 07 de fevereiro de 2007.
JOHONSOM di SALVO
DESEMBARGADOR FEDERAL
RELATOR

PROC.	:	2006.03.00.069213-0 AG 272088
ORIG.	:	200461070090460 1 Vr ARACATUBA/SP
AGRTE	:	EDMEA CARVALHO AFFONSO e outros
ADV	:	ATHEMAR DE SAMPAIO FERRAZ JUNIOR
AGRDO	:	Instituto Nacional de Colonizacao e Reforma Agraria - INCRA
ADV	:	PAULO SERGIO MIGUEZ URBANO
ADV	:	MURILO ALBERTINI BORBA E ISABELLA MARIANA SAMPAIO PINHEIRO DE CASTRO
PARTE R	:	RONALDO AFONSO PASCOAL
ADV	:	CACILDO BAPTISTA PALHARES
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE ARACATUBA SecJud SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Fls. 902/921:
Cuida-se de pedido de reconsideração formulado pelo INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA em face de decisão exarada pelo Excelentíssimo Desembargador Federal LUIZ STEFANINI que, atuando em substituição regimental nos presentes autos de processo, deferiu efeito suspensivo ao agravo de instrumento interposto por EDMEA CARVALHO AFFONSO e outros determinando, desse modo, a reintegração na posse do imóvel rural sujeito a desapropriação para fins de reforma agrária, em favor dos proprietários agravantes, até ulterior decisão (fls. 855/856).
Na ação de desapropriação promovida pelo INCRA em face de EDMEA CARVALHO AFFONSO e outros na 1a. Vara Federal de Araçatuba/SP o INCRA havia obtido liminarmente a ordem de imissão na posse da "Fazenda Floresta", localizada no município de Araçatuba/SP, e contra isso se deu o aparelhamento do presente agravo de instrumento pelos então proprietários do imóvel que afirmavam ser incabível a imissão já que em sede de medida cautelar e de ação declaratória estavam questionando o decreto de improdutividade da área exproprianda.
Na minuta do agravo os recorrentes aduzem, em síntese, que não seria possível a imissão na posse pelo INCRA porquanto ainda não transitada em julgado sentença indeferitória de medida cautelar e de ação declaratória ajuizadas pelos proprietários/agravantes nas quais são discutidas questões atinentes à prova da produtividade do imóvel.
Ao analisar o pedido de efeito suspensivo, o relator em substituição regimental acolheu os argumentos da agravante através do despacho de fls. 855/856 e suspendeu os efeitos da decisão de fls. 82/98 proferida pelo Juízo Federal da 1ª Vara de Araçatuba/SP.
Obediente a essa determinação o Juízo de 1º grau em 17.7.2006 promoveu a reintegração de na posse da "Fazenda Floresta" com a retirada de famílias que já tinham sido assentadas no local pelo INCRA, legitimado que estava pela decisão objeto do agravo de instrumento (fls. 82/98).
Pleiteia o INCRA a reconsideração do despacho do relator substituto regimental sustentando, preliminarmente, que o agravo não veio devidamente instruído uma vez que a recorrente deixou de juntar cópia da procuração outorgada por RONALDO AFONSO PASCHOAL, um dos réus da ação de desapropriação.
Aduz ainda a inexistência de qualquer óbice à imissão na posse da "Fazenda Floresta" porquanto as ações intentadas pelos réus, oara agravantes, foram julgadas improcedentes em 1a. instância e nisso se louvou o Juiz da 1a. Vara Federal de Araçatuba para imitir o INCRA na posse; aduz que discussões acerca da prova produzida nas ações cautelar e ordinária - ora em sede de apelações - não seriam matéria passível de impedir a imissão.
Juntou documentos a fls. 922/1009.
Decido.
Concedo aos agravantes prazo improrrogável de 10 dias para juntar cópia da procuração outorgada por RONALDO AFONSO PASCHOAL, sob pena de não o fazendo ser negado seguimento ao recurso.
A decisão de fls. 855/856 merece ser reconsiderada.
O ajuizamento, pelos expropriados, tanto de medida cautelar quanto de uma ação declaratória para discutir a improdutividade de área declarada de interesse social para fins de reforma agrária não pode ter o condão de obstar o seguimento da expropriatória.
A matéria é regida na Lei Complementar n° 76/93, que assim estabelece:
Art. 6º. O juiz, ao despachar a petição inicial, de plano ou no prazo máximo de quarenta e oito horas:
I - mandará imitir o autor na posse do imóvel;
Art. 18. As ações concernentes à desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária, têm caráter preferencial e prejudicial em relação a outras ações referentes ao imóvel expropriando, e independem do pagamento de preparo ou de emolumentos.
Sendo assim, não é verdade que se deve aplicar o artigo 265, IV, do Código de Processo Civil para sustar a imissão na posse quando o expropriado questiona o decreto expropriatório alegando que o imóvel é produtivo.
Sucede que a desapropriação é que sobrepaira sobre outras ações referentes ao imóvel.
Ademais, o Código de Processo Civil se aplica à Lei Complementar n° 76/93 somente em caráter subsidiário e no que for com ela compatível (artigo 22). Destarte, a norma do Código de Processo Civil que recomenda a suspensão da instância por motivo que a parte afirma ser prejudicial, não pode comprometer a norma imperativa do artigo 6°, I, da Lei Complementar n° 76/93.
Sendo verdade que a presença de interesse público é tão acentuado que a Lei Complementar n° 76/93 exige a participação do Ministério Público, resta evidente que o interesse do particular em preservar a posse - direito patrimonial de índole privada - não pode prejudicar o trâmite da expropriatória cujo intento é promover a reforma agrária. Confira-se acórdão do Superior Tribunal de Justiça acerca desse tema:
ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. DESAPROPRIAÇÃO. REFORMA AGRÁRIA. LAUDO PERICIAL. RECONHECIMENTO DA IMPRODUTIVIDADE DA ÁREA EXPROPRIADA. DETERMINAÇÃO DE IMISSÃO PROVISÓRIA NA POSSE. ACERTO DA DECISÃO.
1.....
2.....
3. A determinação de imissão na posse, após laudo pericial oficial que concluiu pela improdutividade da área expropriada para fins de reforma agrária, deve ser considerada válida, ainda que pendentes ações que objetivem o reconhecimento da produtividade do imóvel expropriado.
4. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, desprovido.
(RESP 591.627/GO, 1a. Turma, rel. Min. Denise Arruda, j. 1.3.2005 - destaquei)
Do voto vencedor do Min. Teori Zavascki colho o elucidativo trecho:
"Sr. Presidente, a tese jurídica em questão é a de saber se a existência de uma ação declaratória, em que se pretende ver reconhecida a produtividade do imóvel, impede, por si só, a imissão de posse do expropriante no imóvel objeto da desapropriação.
O Sr. Ministro José Delgado citou um precedente, o que me parece muito relevante, em que se teria reconhecido que não é a simples existência da ação declaratória, mas uma ação declaratória com fumus boni juris em seu favor.
Colocada assim a questão, o meu voto, é no sentido do voto proferido pela Sra. Ministra Denise Arruda. A questão da imissão na posse initio litis diz com o procedimento da ação de desapropriação.
A Constituição Federal, quando trata da desapropriação para a reforma agrária, diz: 'Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação'. (art. 184, § 3º).
A Lei Complementar nº 76 estabelece, no art. 5º:
'A petição inicial, além dos requisitos previstos no Código de Processo Civil, conterá a oferta do preço e será instruída com os seguintes documentos:
IV - laudo de vistoria e avaliação administrativa, que conterá, necessariamente...'
Trata-se do laudo de vistoria elaborado na fase administrativa, com base na Lei nº 8.629. Diz o art. 6º da Lei Complementar:
'O juiz, ao despachar a petição inicial, de plano ou no prazo máximo de quarenta e oito horas:
I - mandará imitir o autor na posse do imóvel...'

Ou seja, o requisito documental para imissão na posse é o laudo de vistoria administrativa. No caso concreto, além da vistoria, onde já se reconhecia que a terra era improdutiva e, portanto, suscetível de desapropriação, havia também o laudo pericial, que, formado sob o controle jurisdicional, não mais na fase administrativa, corroborou a conclusão administrativa. Ou seja, temos, além dos requisitos próprios do procedimento sumário da lei complementar, esse requisito adicional. Em outras palavras, a ação declaratória não pode inibir a imissão de posse, porque não tem 'fumus boni iuris'. Pelo contrário, tem fumus boni juris contra si.

No caso, não vejo como se inibir esse decreto de desapropriação. Por isso, pedindo vênia aos Srs. Ministros José Delgado e Francisco Falcão, com esses fundamentos, acompanho o voto da Sra. Ministra-Relatora, no sentido de conhecer parcialmente do recurso especial somente pela alínea "a" e, nessa parte, negar-lhe provimento, mantendo integralmente o respeitável acórdão recorrido."

Veja-se, porque pertinente, acórdão do Pleno do Supremo Tribunal Federal desautorizando o entendimento manifestado na decisão cuja reconsideração é pleiteada:

DESAPROPRIAÇÃO - REFORMA AGRÁRIA - PRODUTIVIDADE DO IMÓVEL. O mandado de segurança não é meio próprio a chegar-se à insubsistência de laudo do Incra revelador de se tratar de imóvel improdutivo. DESAPROPRIAÇÃO - REFORMA AGRÁRIA - INVASÃO DO IMÓVEL - ÓBICE À VISTORIA. Se a vistoria é anterior à vigência do preceito que veio a obstaculizá-la, tem-se como improcedente a causa de pedir da impetração. O Decreto nº 2.250, de 11 de junho de 1997, mostrou-se simples orientação administrativa, não gerando direito subjetivo. DESAPROPRIAÇÃO - REFORMA AGRÁRIA - AÇÃO DECLARATÓRIA EM CURSO. O fato de estar em curso ação declaratória para elucidar a produtividade do imóvel não é óbice à tramitação de processo administrativo voltado à desapropriação.

(MS 25.006/DF, Tribunal Pleno, j. 17/11/2004, rel. Min. Marco Aurélio)

Ora, se a ação declaratória negativa da improdutividade não prejudica o procedimento administrativo, por qual motivo iria prejudicar a ação expropriatória já em curso ?

No caso dos autos existe ainda um detalhe que infirma ainda mais a tese perfilhada pelos agravantes e pelo relator substituto regimental: as duas ações (cautelar e principal) que questionavam a improdutividade foram julgadas improcedentes, o que significa que na realidade fática os agravantes têm contra eles o reconhecimento pelo Judiciário de que eles não têm razão. Se esse provimento judicial vai ser eventualmente mudado em sede de apelação, isso é outra história que reside no terreno das conjecturas formuladas pelos agravantes, porque no mundo real a situação é-lhes integralmente adversa.

Pelo exposto, reconsidero a decisão de fls. 855/856 e indefiro antecipação de tutela recursal, restaurando os efeitos da decisão agravada (fls. 82/98).

Comunique-se ao d. Juízo de 1a. instância com urgência.

Ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

São Paulo, 15 de março de 2007

Luis Antonio Johonsom di Salvo
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2005.03.00.071066-7 AG 245340
ORIG.	:	200561000081898 21 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	JORGE SAKAGAMI
ADV	:	DEJAIR PASSERINE DA SILVA
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 21 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos, em decisão.

Trata-se de Embargos de Declaração opostos por JORGE SAKAGAMI em face do v. acórdão proferido pela E. Primeira Turma, que negou provimento ao agravo de instrumento (fl. 64).

A embargante interpôs o presente recurso com o fim específico de prequestionamento.

Ao final, requer a expressa manifestação desta Egrégia Corte sobre a referida matéria a fim de que seja sanada a omissão.

Decido.

A teor do que dispõe o art. 535, I e II, do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração apenas quando há no acórdão obscuridade, contradição ou omissão relativa a ponto sobre o qual deveria pronunciar-se o Tribunal, descabendo, assim, sua utilização com o escopo de "obrigar" o órgão julgador a rever orientação anteriormente esposada por ele, sob o fundamento de que não teria sido aplicado o melhor direito à espécie dos autos.

Não se prestam os declaratórios à revisão do acórdão, salvo casos excepcionalíssimos, e sim ao aperfeiçoamento do julgado.

Destarte, quando a embargante por meio desse expediente busca ver reapreciada a questão já examinada exaustivamente pela Turma sem indicar concretamente qualquer das alternativas do art. 535 do CPC, não podem prosperar os embargos de declaração, porquanto atribuir-lhe "efeitos infringentes" só é possível em caso de erro manifesto que redunde em nulidade do julgado, situação essa que nem de longe é visível no presente caso.

A propósito de todas essas considerações, confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. FINALIDADE DE PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA OBJETO DE POSSÍVEL RECURSO EXTRAORDINÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL (PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. ADICIONAL DE IMPOSTO DE RENDA. LEI Nº 6.352/88, DO ESTADO DE SÃO PAULO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. PROVA DO REPASSE. DESNECESSIDADE. TRIBUTO DE NATUREZA INDIRETA. LEGITIMIDADE ATIVA DO RESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO.).

1. .....

2. Os embargos de declaração têm como requisito de admissibilidade a indicação de algum dos vícios previstos no art. 535, do CPC, constantes do decisum embargado, não se prestam, portanto, ao rejulgamento da matéria posta nos autos, pois, visam, unicamente, completar a decisão quando presente omissão de ponto fundamental, contradição entre a fundamentação e a conclusão ou obscuridade nas razões desenvolvidas.

3. Impõe-se a rejeição de embargos declaratórios que, à guisa de omissão, têm o único propósito de prequestionar a matéria objeto de recurso extraordinário a ser interposto. Precedente da Corte Especial: EDcl nos EREsp 173273/SP, Relator Ministro Barros Monteiro, DJ de 06.06.2005).

4. Embargos de declaração rejeitados.

(Superior Tribunal de Justiça, EDcl no AgRg no REsp 621.556/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15.09.2005, DJ 26.09.2005 p. 187)

EMENTA: Embargos de declaração com caráter infringente. Ausência de omissão, obscuridade ou contradição. Embargos de Declaração rejeitados.

(Supremo Tribunal Federal, EMB. DECL. NO AG. REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 196.136/CE, rel. Ministro. JOAQUIM BARBOSA, SEGUNDA TURMA, julgado em 30/08/2005)

EMENTA:

1. RECURSO. Embargos de declaração. Inadmissibilidade. Omissão, contradição ou obscuridade. Inexistência. Embargos de declaração rejeitados. Não se admitem embargos de declaração de decisão em que não há omissão, contradição nem obscuridade.

2. RECURSO. Embargos de declaração. Caráter meramente protelatório. Litigância de má-fé. Imposição de multa. Aplicação do art. 538, parágrafo único, cc. arts. 14, II e III, e 17, VII, do CPC. Quando abusiva a interposição de embargos declaratórios, manifestamente protelatório, deve o Tribunal condenar o embargante a pagar multa ao embargado.

(Supremo Tribunal Federal, EMB. DECL. NO AG. REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 162.421/GO, rel. Ministro CEZAR PELUSO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 30/08/2005)

EMENTA.

PROCESSUAL CIVIL, CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS. POLICIAL MILITAR. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. OFENSA AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. CONFIGURAÇÃO. AUSÊNCIA DE ADVOGADO OU DEFENSOR DATIVO. PRECEDENTES. EMBARGOS REJEITADOS.

I - Os embargos de declaração devem atender aos seus requisitos, quais sejam, suprir omissão, contradição ou obscuridade, não havendo qualquer um desses pressupostos, rejeitam-se os mesmos.

II - O Superior Tribunal de Justiça possui jurisprudência uniforme no sentido de que os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, igualmente incidentes na esfera administrativa, têm por escopo propiciar ao servidor oportunidade de oferecer resistência aos fatos que lhe são imputados, sendo obrigatória a presença de advogado constituído ou defensor dativo. Precedentes.

III - Não havendo a observância dos ditames previstos resta configurado o desrespeito aos princípios do devido processo legal, não havendo como subsistir a punição aplicada.

IV - O julgador não está obrigado a responder a todos os questionamentos formulados pelas partes, competindo-lhe, apenas, indicar a fundamentação adequada ao deslinde da controvérsia, observadas as peculiaridades do caso concreto, como ocorreu in casu, não havendo qualquer omissão no julgado embargado.

V - Inviável a utilização dos embargos de declaração, sob a alegação de pretensa contradição, quando a pretensão almeja - em verdade - reapreciar o julgado, objetivando a alteração do conteúdo meritório da decisão embargada.

VI - Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no RMS 20.148/PE, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 02.05.2006, DJ 29.05.2006, p. 269)

No caso específico dos autos observa-se que o acórdão guerreado não ostenta qualquer dos vícios elencados no artigo 535 do Código de Processo Civil, além do que a parte embargante não deduziu com clareza qual seria o "ponto" do julgado que o contaminaria de omissão ou contradição e nem aonde residiria eventual "obscuridade" do decisum.

Então, calha à perfeição o seguinte julgado:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. (TRIBUTÁRIO. PREVIDENCIÁRIO. CONTRIBUIÇÃO AO FUNRURAL. INCRA. DATA DA EXTINÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CORREÇÃO MONETÁRIA. ÍNDICES).

1.....

2. Deveras, é cediço que inocorrentes as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, não há como prosperar o inconformismo, cujo real objetivo é a pretensão de reformar o decisum, o que é inviável de ser revisado em sede de embargos de declaração, dentro dos estreitos limites previstos no artigo 535 do CPC.

3. Embargos de declaração rejeitados.

(Superior Tribunal de Justiça, EDcl nos EDcl nos EDcl no REsp 418.596/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06.09.2005, DJ 26.09.2005 p. 180)

A propósito, convém recordar que o acórdão não se sujeita a embargos de declaração válidos se o objetivo do embargante é compelir o Tribunal a apreciar outros argumentos ou motivos deduzidos pela parte no recurso originário; realmente, é lição já antiga que do órgão julgador se exige apenas que apresente fundamentação suficiente para justificar a decisão apresentada, não estando obrigado a apreciar cada um dos múltiplos argumentos deduzidos pela parte. Decisão judicial não é resposta a "questionário" da parte recorrente.

Enfim, embargos declaratórios descabem para compelir o Judiciário a "inovar" na apreciação do recurso, examinando questões e argumentos novos não deduzidos na fundamentação ou no pleito recursal originário. Essa a posição do Superior Tribunal de Justiça. Confira-se:

TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PARA FUNRURAL E INCRA. CORREÇÃO MONETÁRIA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 211/STJ.

1. Ausentes as hipóteses de cabimento dos embargos de declaração, consoante artigo 535 do CPC.

2. Os aclaratórios não se prestam para que sejam analisadas questões já discutidas e nem para inovar em tese jurídica não ventilada nas instâncias inferiores. Aplicação da Súmula nº 211/STJ.

3. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no REsp 670.467/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 02.08.2005, DJ 05.09.2005 p. 369 - destaquei)

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. EXISTÊNCIA. TESE NOVA. IMPOSSIBILIDADE.

1. Não cabe desnaturar os aclaratórios com o intuito de inovar em tese jurídica não ventilada em momento oportuno. A alegação de intempestividade do recurso especial deveria ter sido alegada no primeiro momento que coubesse à parte falar nos autos.

2.....

3. Embargos de declaração do INSS rejeitados. Embargos de declaração dos contribuintes acolhidos, sem efeitos modificativos.

(EDRESP 383.726/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 05.04.2005, DJ 22.08.2005 p. 188 - destaquei)

PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - PRESCRIÇÃO - TERMO A QUO - FALTA DE PREQUESTIONAMENTO - IMPOSSIBILIDADE DE INOVAÇÃO- EFEITO INFRINGENTE.

1. Não é possível inovar o pedido no julgamento dos embargos de divergência, pleiteando a prevalência de tese não discutida anteriormente.

2. Inexistente qualquer hipótese do art. 535 do CPC, não merecem acolhida embargos de declaração com nítido caráter infringente.

3. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl nos EDcl nos EREsp 96.560/AL, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22.09.2004, DJ 06.12.2004 p. 186).

Os embargos deduzidos nestes autos não se enquadram na estreita via legal que autoriza seu acolhimento; ao contrário, escapam da trilha legal porquanto o acórdão não experimenta qualquer dos vícios indicados no multicitado artigo 535 e os declaratórios não se prestam aos objetivos acima indicados.

Pelo exposto, com fulcro no que dispõe o artigo 557, "caput", do Código de Processo Civil, conheço dos presentes Embargos de Declaração para negar-lhes seguimento.

Com o trânsito dê-se baixa.

Intimem-se.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2007.

JOHONSOM di SALVO
DESEMBARGADOR FEDERAL
RELATOR

PROC.	:	2003.03.00.071243-6 AG 193143
ORIG.	:	200261040071404 2 Vr SANTOS/SP
AGRTE	:	IRB BRASIL RESSEGUROS S/A
ADV	:	EUNICE APPARECIDA DOTA
AGRDO	:	DESIREE DE ARAUJO DANTAS
REPTE	:	PEDRO FERREIRA DE ARAUJO
ADV	:	ADELAIDE ROSSINI DE JESUS
AGRDO	:	BRADESCO SEGUROS S/A
ADV	:	VICTOR JOSE PETRAROLI NETO
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	TANIA FAVORETTO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE SANTOS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos, em decisão.

Trata-se de Embargos de Declaração opostos por IRB Brasil Resseguros S/A em face do v. acórdão proferido pela E. Primeira Turma, que negou provimento ao agravo de instrumento (fls. 268/269).

Alega a embargante ter ocorrido omissão no v. acórdão, contudo, restringe-se a levantar os mesmos argumentos deduzidos no agravo de instrumento ora embargado, bem como para efeitos de prequestionamento.

Ao final, requer a expressa manifestação desta Egrégia Corte sobre a referida matéria a fim de que seja sanada a omissão.

Decido.
A teor do que dispõe o art. 535, I e II, do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração apenas quando há no acórdão obscuridade, contradição ou omissão relativa a ponto sobre o qual deveria pronunciar-se o Tribunal, descabendo, assim, sua utilização com o escopo de "obrigar" o órgão julgador a rever orientação anteriormente esposada por ele, sob o fundamento de que não teria sido aplicado o melhor direito à espécie dos autos.
Não se prestam os declaratórios à revisão do acórdão, salvo casos excepcionalíssimos, e sim ao aperfeiçoamento do julgado.
Destarte, quando a embargante por meio desse expediente busca ver reapreciada a questão já examinada exaustivamente pela Turma sem indicar concretamente qualquer das alternativas do art. 535 do CPC, não podem prosperar os embargos de declaração, porquanto atribuir-lhe "efeitos infringentes" só é possível em caso de erro manifesto que redunde em nulidade do julgado, situação essa que nem de longe é visível no presente caso.
A propósito de todas essas considerações, confira-se:
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. FINALIDADE DE PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA OBJETO DE POSSÍVEL RECURSO EXTRAORDINÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL (PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. ADICIONAL DE IMPOSTO DE RENDA. LEI Nº 6.352/88, DO ESTADO DE SÃO PAULO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. PROVA DO REPASSE. DESNECESSIDADE. TRIBUTO DE NATUREZA INDIRETA. LEGITIMIDADE ATIVA DO RESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO.).
1. .....
2. Os embargos de declaração têm como requisito de admissibilidade a indicação de algum dos vícios previstos no art. 535, do CPC, constantes do decisum embargado, não se prestam, portanto, ao rejulgamento da matéria posta nos autos, pois, visam, unicamente, completar a decisão quando presente omissão de ponto fundamental, contradição entre a fundamentação e a conclusão ou obscuridade nas razões desenvolvidas.
3. Impõe-se a rejeição de embargos declaratórios que, à guisa de omissão, têm o único propósito de prequestionar a matéria objeto de recurso extraordinário a ser interposto. Precedente da Corte Especial: EDcl nos EREsp 173273/SP, Relator Ministro Barros Monteiro, DJ de 06.06.2005).
4. Embargos de declaração rejeitados.
(Superior Tribunal de Justiça, EDcl no AgRg no REsp 621.556/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15.09.2005, DJ 26.09.2005 p. 187)
EMENTA: Embargos de declaração com caráter infringente. Ausência de omissão, obscuridade ou contradição. Embargos de Declaração rejeitados.
(Supremo Tribunal Federal, EMB. DECL. NO AG. REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 196.136/CE, rel. Ministro. JOAQUIM BARBOSA, SEGUNDA TURMA, julgado em 30/08/2005)
EMENTA:
1. RECURSO. Embargos de declaração. Inadmissibilidade. Omissão, contradição ou obscuridade. Inexistência. Embargos de declaração rejeitados. Não se admitem embargos de declaração de decisão em que não há omissão, contradição nem obscuridade.
2. RECURSO. Embargos de declaração. Caráter meramente protelatório. Litigância de má-fé. Imposição de multa. Aplicação do art. 538, parágrafo único, cc. arts. 14, II e III, e 17, VII, do CPC. Quando abusiva a interposição de embargos declaratórios, manifestamente protelatório, deve o Tribunal condenar o embargante a pagar multa ao embargado.
(Supremo Tribunal Federal, EMB. DECL. NO AG. REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 162.421/GO, rel. Ministro CEZAR PELUSO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 30/08/2005)
EMENTA.
PROCESSUAL CIVIL, CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS. POLICIAL MILITAR. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. OFENSA AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. CONFIGURAÇÃO. AUSÊNCIA DE ADVOGADO OU DEFENSOR DATIVO. PRECEDENTES. EMBARGOS REJEITADOS.
I - Os embargos de declaração devem atender aos seus requisitos, quais sejam, suprir omissão, contradição ou obscuridade, não havendo qualquer um desses pressupostos, rejeitam-se os mesmos.
II - O Superior Tribunal de Justiça possui jurisprudência uniforme no sentido de que os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, igualmente incidentes na esfera administrativa, têm por escopo propiciar ao servidor oportunidade de oferecer resistência aos fatos que lhe são imputados, sendo obrigatória a presença de advogado constituído ou defensor dativo. Precedentes.
III - Não havendo a observância dos ditames previstos resta configurado o desrespeito aos princípios do devido processo legal, não havendo como subsistir a punição aplicada.
IV - O julgador não está obrigado a responder a todos os questionamentos formulados pelas partes, competindo-lhe, apenas, indicar a fundamentação adequada ao deslinde da controvérsia, observadas as peculiaridades do caso concreto, como ocorreu in casu, não havendo qualquer omissão no julgado embargado.
V - Inviável a utilização dos embargos de declaração, sob a alegação de pretensa contradição, quando a pretensão almeja - em verdade - reapreciar o julgado, objetivando a alteração do conteúdo meritório da decisão embargada.
VI - Embargos de declaração rejeitados.
(EDcl no RMS 20.148/PE, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 02.05.2006, DJ 29.05.2006, p. 269)
No caso específico dos autos observa-se que o acórdão guerreado não ostenta qualquer dos vícios elencados no artigo 535 do Código de Processo Civil, além do que a parte embargante não deduziu com clareza qual seria o "ponto" do julgado que o contaminaria de omissão ou contradição e nem aonde residiria eventual "obscuridade" do decisum.
Então, calha à perfeição o seguinte julgado:
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. (TRIBUTÁRIO. PREVIDENCIÁRIO. CONTRIBUIÇÃO AO FUNRURAL. INCRA. DATA DA EXTINÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CORREÇÃO MONETÁRIA. ÍNDICES).
1.....
2. Deveras, é cediço que inocorrentes as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, não há como prosperar o inconformismo, cujo real objetivo é a pretensão de reformar o decisum, o que é inviável de ser revisado em sede de embargos de declaração, dentro dos estreitos limites previstos no artigo 535 do CPC.
3. Embargos de declaração rejeitados.
(Superior Tribunal de Justiça, EDcl nos EDcl nos EDcl no REsp 418.596/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06.09.2005, DJ 26.09.2005 p. 180)
A propósito, convém recordar que o acórdão não se sujeita a embargos de declaração válidos se o objetivo do embargante é compelir o Tribunal a apreciar outros argumentos ou motivos deduzidos pela parte no recurso originário; realmente, é lição já antiga que do órgão julgador se exige apenas que apresente fundamentação suficiente para justificar a decisão apresentada, não estando obrigado a apreciar cada um dos múltiplos argumentos deduzidos pela parte. Decisão judicial não é resposta a "questionário" da parte recorrente.
Enfim, embargos declaratórios descabem para compelir o Judiciário a "inovar" na apreciação do recurso, examinando questões e argumentos novos não deduzidos na fundamentação ou no pleito recursal originário. Essa a posição do Superior Tribunal de Justiça. Confira-se:
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PARA FUNRURAL E INCRA. CORREÇÃO MONETÁRIA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 211/STJ.
1. Ausentes as hipóteses de cabimento dos embargos de declaração, consoante artigo 535 do CPC.
2. Os aclaratórios não se prestam para que sejam analisadas questões já discutidas e nem para inovar em tese jurídica não ventilada nas instâncias inferiores. Aplicação da Súmula nº 211/STJ.
3. Embargos de declaração rejeitados.
(EDcl no REsp 670.467/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 02.08.2005, DJ 05.09.2005 p. 369 - destaquei)
TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. EXISTÊNCIA. TESE NOVA. IMPOSSIBILIDADE.
1. Não cabe desnaturar os aclaratórios com o intuito de inovar em tese jurídica não ventilada em momento oportuno. A alegação de intempestividade do recurso especial deveria ter sido alegada no primeiro momento que coubesse à parte falar nos autos.
2.....
3. Embargos de declaração do INSS rejeitados. Embargos de declaração dos contribuintes acolhidos, sem efeitos modificativos.
(EDRESP 383.726/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 05.04.2005, DJ 22.08.2005 p. 188 - destaquei)
PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - PRESCRIÇÃO - TERMO A QUO - FALTA DE PREQUESTIONAMENTO - IMPOSSIBILIDADE DE INOVAÇÃO- EFEITO INFRINGENTE.
1. Não é possível inovar o pedido no julgamento dos embargos de divergência, pleiteando a prevalência de tese não discutida anteriormente.
2. Inexistente qualquer hipótese do art. 535 do CPC, não merecem acolhida embargos de declaração com nítido caráter infringente.
3. Embargos de declaração rejeitados.
(EDcl nos EDcl nos EREsp 96.560/AL, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22.09.2004, DJ 06.12.2004 p. 186).
Os embargos deduzidos nestes autos não se enquadram na estreita via legal que autoriza seu acolhimento; ao contrário, escapam da trilha legal porquanto o acórdão não experimenta qualquer dos vícios indicados no multicitado artigo 535 e os declaratórios não se prestam aos objetivos acima indicados.
Pelo exposto, com fulcro no que dispõe o artigo 557, "caput", do Código de Processo Civil, conheço dos presentes Embargos de Declaração para negar-lhes seguimento.
Com o trânsito dê-se baixa.
Intimem-se.
São Paulo, 07 de fevereiro de 2007.

JOHONSOM di SALVO
DESEMBARGADOR FEDERAL
RELATOR

PROC.	:	2004.03.00.071572-7 AG 224635
ORIG.	:	200461000051660 19 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	ADILSON APARECIDO DE CARVALHO
ADV	:	ANDERSON DA SILVA SANTOS
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	ANA CLAUDIA SCHMIDT
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 19 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos, em decisão.
Trata-se de Embargos de Declaração opostos pela Caixa Economica Federal - CEF em face do v. acórdão proferido pela E. Primeira Turma, que deu provimento ao agravo de instrumento (fl. 112).
Alega a embargante ter ocorrido omissão, uma vez que o acórdão não enfrentou a questão atinente aos "requisitos para o pedido de produção de prova".
Ao final, requer a expressa manifestação desta Egrégia Corte sobre a referida matéria a fim de que seja sanada a omissão.
Decido.
A teor do que dispõe o art. 535, I e II, do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração apenas quando há no acórdão obscuridade, contradição ou omissão relativa a ponto sobre o qual deveria pronunciar-se o Tribunal, descabendo, assim, sua utilização com o escopo de "obrigar" o órgão julgador a rever orientação anteriormente esposada por ele, sob o fundamento de que não teria sido aplicado o melhor direito à espécie dos autos.
Não se prestam os declaratórios à revisão do acórdão, salvo casos excepcionalíssimos, e sim ao aperfeiçoamento do julgado.
Destarte, quando a embargante por meio desse expediente busca ver reapreciada a questão já examinada exaustivamente pela Turma sem indicar concretamente qualquer das alternativas do art. 535 do CPC, não podem prosperar os embargos de declaração, porquanto atribuir-lhe "efeitos infringentes" só é possível em caso de erro manifesto que redunde em nulidade do julgado, situação essa que nem de longe é visível no presente caso.
A propósito de todas essas considerações, confira-se:
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. FINALIDADE DE PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA OBJETO DE POSSÍVEL RECURSO EXTRAORDINÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL (PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. ADICIONAL DE IMPOSTO DE RENDA. LEI Nº 6.352/88, DO ESTADO DE SÃO PAULO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. PROVA DO REPASSE. DESNECESSIDADE. TRIBUTO DE NATUREZA INDIRETA. LEGITIMIDADE ATIVA DO RESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO.).
1. .....
2. Os embargos de declaração têm como requisito de admissibilidade a indicação de algum dos vícios previstos no art. 535, do CPC, constantes do decisum embargado, não se prestam, portanto, ao rejulgamento da matéria posta nos autos, pois, visam, unicamente, completar a decisão quando presente omissão de ponto fundamental, contradição entre a fundamentação e a conclusão ou obscuridade nas razões desenvolvidas.
3. Impõe-se a rejeição de embargos declaratórios que, à guisa de omissão, têm o único propósito de prequestionar a matéria objeto de recurso extraordinário a ser interposto. Precedente da Corte Especial: EDcl nos EREsp 173273/SP, Relator Ministro Barros Monteiro, DJ de 06.06.2005).
4. Embargos de declaração rejeitados.
(Superior Tribunal de Justiça, EDcl no AgRg no REsp 621.556/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15.09.2005, DJ 26.09.2005 p. 187)
EMENTA: Embargos de declaração com caráter infringente. Ausência de omissão, obscuridade ou contradição. Embargos de Declaração rejeitados.
(Supremo Tribunal Federal, EMB. DECL. NO AG. REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 196.136/CE, rel. Ministro. JOAQUIM BARBOSA, SEGUNDA TURMA, julgado em 30/08/2005)
EMENTA:
1. RECURSO. Embargos de declaração. Inadmissibilidade. Omissão, contradição ou obscuridade. Inexistência. Embargos de declaração rejeitados. Não se admitem embargos de declaração de decisão em que não há omissão, contradição nem obscuridade.
2. RECURSO. Embargos de declaração. Caráter meramente protelatório. Litigância de má-fé. Imposição de multa. Aplicação do art. 538, parágrafo único, cc. arts. 14, II e III, e 17, VII, do CPC. Quando abusiva a interposição de embargos declaratórios, manifestamente protelatório, deve o Tribunal condenar o embargante a pagar multa ao embargado.
(Supremo Tribunal Federal, EMB. DECL. NO AG. REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 162.421/GO, rel. Ministro CEZAR PELUSO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 30/08/2005)
EMENTA.
PROCESSUAL CIVIL, CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS. POLICIAL MILITAR. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. OFENSA AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. CONFIGURAÇÃO. AUSÊNCIA DE ADVOGADO OU DEFENSOR DATIVO. PRECEDENTES. EMBARGOS REJEITADOS.
I - Os embargos de declaração devem atender aos seus requisitos, quais sejam, suprir omissão, contradição ou obscuridade, não havendo qualquer um desses pressupostos, rejeitam-se os mesmos.

II - O Superior Tribunal de Justiça possui jurisprudência uniforme no sentido de que os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, igualmente incidentes na esfera administrativa, têm por escopo propiciar ao servidor oportunidade de oferecer resistência aos fatos que lhe são imputados, sendo obrigatória a presença de advogado constituído ou defensor dativo. Precedentes.
III - Não havendo a observância dos ditames previstos resta configurado o desrespeito aos princípios do devido processo legal, não havendo como subsistir a punição aplicada.
IV - O julgador não está obrigado a responder a todos os questionamentos formulados pelas partes, competindo-lhe, apenas, indicar a fundamentação adequada ao deslinde da controvérsia, observadas as peculiaridades do caso concreto, como ocorreu in casu, não havendo qualquer omissão no julgado embargado.
V - Inviável a utilização dos embargos de declaração, sob a alegação de pretensa contradição, quando a pretensão almeja - em verdade - reapreciar o julgado, objetivando a alteração do conteúdo meritório da decisão embargada.
VI - Embargos de declaração rejeitados.
(EDcl no RMS 20.148/PE, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 02.05.2006, DJ 29.05.2006, p. 269)
No caso específico dos autos observa-se que o acórdão guerreado não ostenta qualquer dos vícios elencados no artigo 535 do Código de Processo Civil, além do que a parte embargante não deduziu com clareza qual seria o "ponto" do julgado que o contaminaria de omissão ou contradição e nem aonde residiria eventual "obscuridade" do decisum.
Então, calha à perfeição o seguinte julgado:
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. (TRIBUTÁRIO. PREVIDENCIÁRIO. CONTRIBUIÇÃO AO FUNRURAL. INCRA. DATA DA EXTINÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CORREÇÃO MONETÁRIA. ÍNDICES).
1.....
2. Deveras, é cediço que inocorrentes as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, não há como prosperar o inconformismo, cujo real objetivo é a pretensão de reformar o decisum, o que é inviável de ser revisado em sede de embargos de declaração, dentro dos estreitos limites previstos no artigo 535 do CPC.
3. Embargos de declaração rejeitados.
(Superior Tribunal de Justiça, EDcl nos EDcl nos EDcl no REsp 418.596/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06.09.2005, DJ 26.09.2005 p. 180)
A propósito, convém recordar que o acórdão não se sujeita a embargos de declaração válidos se o objetivo do embargante é compelir o Tribunal a apreciar outros argumentos ou motivos deduzidos pela parte no recurso originário; realmente, é lição já antiga que do órgão julgador se exige apenas que apresente fundamentação suficiente para justificar a decisão apresentada, não estando obrigado a apreciar cada um dos múltiplos argumentos deduzidos pela parte. Decisão judicial não é resposta a "questionário" da parte recorrente.
Enfim, embargos declaratórios descabem para compelir o Judiciário a "inovar" na apreciação do recurso, examinando questões e argumentos novos não deduzidos na fundamentação ou no pleito recursal originário. Essa a posição do Superior Tribunal de Justiça. Confira-se:
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PARA FUNRURAL E INCRA. CORREÇÃO MONETÁRIA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 211/STJ.
1. Ausentes as hipóteses de cabimento dos embargos de declaração, consoante artigo 535 do CPC.
2. Os aclaratórios não se prestam para que sejam analisadas questões já discutidas e nem para inovar em tese jurídica não ventilada nas instâncias inferiores. Aplicação da Súmula nº 211/STJ.
3. Embargos de declaração rejeitados.
(EDcl no REsp 670.467/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 02.08.2005, DJ 05.09.2005 p. 369 - destaquei)
TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. EXISTÊNCIA. TESE NOVA. IMPOSSIBILIDADE.
1. Não cabe desnaturar os aclaratórios com o intuito de inovar em tese jurídica não ventilada em momento oportuno. A alegação de intempestividade do recurso especial deveria ter sido alegada no primeiro momento que coubesse à parte falar nos autos.
2.....
3. Embargos de declaração do INSS rejeitados. Embargos de declaração dos contribuintes acolhidos, sem efeitos modificativos.
(EDRESP 383.726/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 05.04.2005, DJ 22.08.2005 p. 188 - destaquei)
PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - PRESCRIÇÃO - TERMO A QUO - FALTA DE PREQUESTIONAMENTO - IMPOSSIBILIDADE DE INOVAÇÃO- EFEITO INFRINGENTE.
1. Não é possível inovar o pedido no julgamento dos embargos de divergência, pleiteando a prevalência de tese não discutida anteriormente.
2. Inexistente qualquer hipótese do art. 535 do CPC, não merecem acolhida embargos de declaração com nítido caráter infringente.
3. Embargos de declaração rejeitados.
(EDcl nos EDcl nos EREsp 96.560/AL, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22.09.2004, DJ 06.12.2004 p. 186).
Os embargos deduzidos nestes autos não se enquadram na estreita via legal que autoriza seu acolhimento; ao contrário, escapam da trilha legal porquanto o acórdão não experimenta qualquer dos vícios indicados no multicitado artigo 535 e os declaratórios não se prestam aos objetivos acima indicados.
Pelo exposto, com fulcro no que dispõe o artigo 557, "caput", do Código de Processo Civil, conheço dos presentes Embargos de Declaração para negar-lhes seguimento.
Com o trânsito dê-se baixa.
Intimem-se.
São Paulo, 07 de fevereiro de 2007.
JOHONSOM di SALVO
DESEMBARGADOR FEDERAL
RELATOR

PROC.	:	2005.03.00.072763-1 AG 246888
ORIG.	:	200461000350698 19 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	LAELMA ALVES DA SILVA
ADV	:	PAULO SERGIO DE ALMEIDA
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 19 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos, em decisão.
Trata-se de Embargos de Declaração opostos por LAELMA ALVES DA SILVA em face do v. acórdão proferido pela E. Primeira Turma, que negou provimento ao agravo de instrumento (fls. 214/215).
Alega a embargante ter ocorrido omissão, uma vez que o acórdão deixou de enfrentar a questão relativa à constitucionalidade da aplicação do Decreto Lei nº 70/66 em face da garantia da inafastabilidade da jurisdição, constante do inciso XXXV do art. 5º da Constituição da República; bem como a questão relativa à interpretação do art. 585, §1º, do Código de Processo Civil em face do disposto no art. 620 do mesmo Diploma legal, e finalmente, quanto à incidência do Código de Defesa do Consumidor nos contratos de mútuo hipotecário.
Ao final, requer a expressa manifestação desta Egrégia Corte sobre a referida matéria a fim de que seja sanada a omissão.
Decido.
A teor do que dispõe o art. 535, I e II, do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração apenas quando há no acórdão obscuridade, contradição ou omissão relativa a ponto sobre o qual deveria pronunciar-se o Tribunal, descabendo, assim, sua utilização com o escopo de "obrigar" o órgão julgador a rever orientação anteriormente esposada por ele, sob o fundamento de que não teria sido aplicado o melhor direito à espécie dos autos.
Não se prestam os declaratórios à revisão do acórdão, salvo casos excepcionalíssimos, e sim ao aperfeiçoamento do julgado.
Destarte, quando a embargante por meio desse expediente busca ver reapreciada a questão já examinada exaustivamente pela Turma sem indicar concretamente qualquer das alternativas do art. 535 do CPC, não podem prosperar os embargos de declaração, porquanto atribuir-lhe "efeitos infringentes" só é possível em caso de erro manifesto que redunde em nulidade do julgado, situação essa que nem de longe é visível no presente caso.
A propósito de todas essas considerações, confira-se:
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. FINALIDADE DE PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA OBJETO DE POSSÍVEL RECURSO EXTRAORDINÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL (PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. ADICIONAL DE IMPOSTO DE RENDA. LEI Nº 6.352/88, DO ESTADO DE SÃO PAULO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. PROVA DO REPASSE. DESNECESSIDADE. TRIBUTO DE NATUREZA INDIRETA. LEGITIMIDADE ATIVA DO RESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO.).
1. .....
2. Os embargos de declaração têm como requisito de admissibilidade a indicação de algum dos vícios previstos no art. 535, do CPC, constantes do decisum embargado, não se prestam, portanto, ao rejulgamento da matéria posta nos autos, pois, visam, unicamente, completar a decisão quando presente omissão de ponto fundamental, contradição entre a fundamentação e a conclusão ou obscuridade nas razões desenvolvidas.
3. Impõe-se a rejeição de embargos declaratórios que, à guisa de omissão, têm o único propósito de prequestionar a matéria objeto de recurso extraordinário a ser interposto. Precedente da Corte Especial: EDcl nos EREsp 173273/SP, Relator Ministro Barros Monteiro, DJ de 06.06.2005).
4. Embargos de declaração rejeitados.
(Superior Tribunal de Justiça, EDcl no AgRg no REsp 621.556/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15.09.2005, DJ 26.09.2005 p. 187)
EMENTA: Embargos de declaração com caráter infringente. Ausência de omissão, obscuridade ou contradição. Embargos de Declaração rejeitados.
(Supremo Tribunal Federal, EMB. DECL. NO AG. REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 196.136/CE, rel. Ministro. JOAQUIM BARBOSA, SEGUNDA TURMA, julgado em 30/08/2005)
EMENTA:
1. RECURSO. Embargos de declaração. Inadmissibilidade. Omissão, contradição ou obscuridade. Inexistência. Embargos de declaração rejeitados. Não se admitem embargos de declaração de decisão em que não há omissão, contradição nem obscuridade.
2. RECURSO. Embargos de declaração. Caráter meramente protelatório. Litigância de má-fé. Imposição de multa. Aplicação do art. 538, parágrafo único, cc. arts. 14, II e III, e 17, VII, do CPC. Quando abusiva a interposição de embargos declaratórios, manifestamente protelatório, deve o Tribunal condenar o embargante a pagar multa ao embargado.
(Supremo Tribunal Federal, EMB. DECL. NO AG. REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 162.421/GO, rel. Ministro CEZAR PELUSO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 30/08/2005)
EMENTA.
PROCESSUAL CIVIL, CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS. POLICIAL MILITAR. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. OFENSA AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. CONFIGURAÇÃO. AUSÊNCIA DE ADVOGADO OU DEFENSOR DATIVO. PRECEDENTES. EMBARGOS REJEITADOS.
I - Os embargos de declaração devem atender aos seus requisitos, quais sejam, suprir omissão, contradição ou obscuridade, não havendo qualquer um desses pressupostos, rejeitam-se os mesmos.
II - O Superior Tribunal de Justiça possui jurisprudência uniforme no sentido de que os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, igualmente incidentes na esfera administrativa, têm por escopo propiciar ao servidor oportunidade de oferecer resistência aos fatos que lhe são imputados, sendo obrigatória a presença de advogado constituído ou defensor dativo. Precedentes.
III - Não havendo a observância dos ditames previstos resta configurado o desrespeito aos princípios do devido processo legal, não havendo como subsistir a punição aplicada.
IV - O julgador não está obrigado a responder a todos os questionamentos formulados pelas partes, competindo-lhe, apenas, indicar a fundamentação adequada ao deslinde da controvérsia, observadas as peculiaridades do caso concreto, como ocorreu in casu, não havendo qualquer omissão no julgado embargado.
V - Inviável a utilização dos embargos de declaração, sob a alegação de pretensa contradição, quando a pretensão almeja - em verdade - reapreciar o julgado, objetivando a alteração do conteúdo meritório da decisão embargada.
VI - Embargos de declaração rejeitados.
(EDcl no RMS 20.148/PE, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 02.05.2006, DJ 29.05.2006, p. 269)
No caso específico dos autos observa-se que o acórdão guerreado não ostenta qualquer dos vícios elencados no artigo 535 do Código de Processo Civil, além do que a parte embargante não deduziu com clareza qual seria o "ponto" do julgado que o contaminaria de omissão ou contradição e nem aonde residiria eventual "obscuridade" do decisum.
Então, calha à perfeição o seguinte julgado:
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. (TRIBUTÁRIO. PREVIDENCIÁRIO. CONTRIBUIÇÃO AO FUNRURAL. INCRA. DATA DA EXTINÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CORREÇÃO MONETÁRIA. ÍNDICES).
1.....
2. Deveras, é cediço que inocorrentes as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, não há como prosperar o inconformismo, cujo real objetivo é a pretensão de reformar o decisum, o que é inviável de ser revisado em sede de embargos de declaração, dentro dos estreitos limites previstos no artigo 535 do CPC.
3. Embargos de declaração rejeitados.
(Superior Tribunal de Justiça, EDcl nos EDcl nos EDcl no REsp 418.596/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06.09.2005, DJ 26.09.2005 p. 180)
A propósito, convém recordar que o acórdão não se sujeita a embargos de declaração válidos se o objetivo do embargante é compelir o Tribunal a apreciar outros argumentos ou motivos deduzidos pela parte no recurso originário; realmente, é lição já antiga que do órgão julgador se exige apenas que apresente fundamentação suficiente para justificar a decisão apresentada, não estando obrigado a apreciar cada um dos múltiplos argumentos deduzidos pela parte. Decisão judicial não é resposta a "questionário" da parte recorrente.
Enfim, embargos declaratórios descabem para compelir o Judiciário a "inovar" na apreciação do recurso, examinando questões e argumentos novos não deduzidos na fundamentação ou no pleito recursal originário. Essa a posição do Superior Tribunal de Justiça. Confira-se:
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PARA FUNRURAL E INCRA. CORREÇÃO MONETÁRIA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 211/STJ.
1. Ausentes as hipóteses de cabimento dos embargos de declaração, consoante artigo 535 do CPC.
2. Os aclaratórios não se prestam para que sejam analisadas questões já discutidas e nem para inovar em tese jurídica não ventilada nas instâncias inferiores. Aplicação da Súmula nº 211/STJ.
3. Embargos de declaração rejeitados.
(EDcl no REsp 670.467/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 02.08.2005, DJ 05.09.2005 p. 369 - destaquei)
TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. EXISTÊNCIA. TESE NOVA. IMPOSSIBILIDADE.
1. Não cabe desnaturar os aclaratórios com o intuito de inovar em tese jurídica não ventilada em momento oportuno. A alegação de intempestividade do recurso especial deveria ter sido alegada no primeiro momento que coubesse à parte falar nos autos.

2.....
3. Embargos de declaração do INSS rejeitados. Embargos de declaração dos contribuintes acolhidos, sem efeitos modificativos.
(EDRESP 383.726/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 05.04.2005, DJ 22.08.2005 p. 188 - destaquei)
PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - PRESCRIÇÃO - TERMO A QUO - FALTA DE PREQUESTIONAMENTO - IMPOSSIBILIDADE DE INOVAÇÃO- EFEITO INFRINGENTE.
1. Não é possível inovar o pedido no julgamento dos embargos de divergência, pleiteando a prevalência de tese não discutida anteriormente.
2. Inexistente qualquer hipótese do art. 535 do CPC, não merecem acolhida embargos de declaração com nítido caráter infringente.
3. Embargos de declaração rejeitados.
(EDcl nos EDcl nos EREsp 96.560/AL, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22.09.2004, DJ 06.12.2004 p. 186).
Os embargos deduzidos nestes autos não se enquadram na estreita via legal que autoriza seu acolhimento; ao contrário, escapam da trilha legal porquanto o acórdão não experimenta qualquer dos vícios indicados no multicitado artigo 535 e os declaratórios não se prestam aos objetivos acima indicados.
Pelo exposto, com fulcro no que dispõe o artigo 557, "caput", do Código de Processo Civil, conheço dos presentes Embargos de Declaração para negar-lhes seguimento.
Com o trânsito dê-se baixa.
Intimem-se.
São Paulo, 07 de fevereiro de 2007.
JOHONSOM di SALVO
DESEMBARGADOR FEDERAL
RELATOR

PROC.	:	93.03.074504-3 AG 12045
ORIG.	:	9200043798 1 Vr CAMPO GRANDE/MS
AGRTE	:	JOAO ATILIO MARIANO
ADV	:	JOAO ATILIO MARIANO
AGRDO	:	Instituto Nacional de Colonizacao e Reforma Agrária - INCRA
ADV	:	YONNE ALVES CORREA STEFANINI
ADV	:	MURILO ALBERTINI BORBA E ISABELLA MARIANA SAMPAIO PINHEIRO DE CASTRO
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos em decisão.
Tendo em vista que o agravante não se manifestou sobre seu interesse no julgamento do agravo de instrumento (certidão de fls. 119), julgo prejudicado o recurso.
Decorrido o prazo legal certifique-se o trânsito em julgado e baixem-se os autos à origem, com os registros necessários.
Int.
São Paulo, 28 de março de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	93.03.074517-5 AG 12058
ORIG.	:	9200001289 3 Vr CAMPO GRANDE/MS
AGRTE	:	FUNDACAO CENTRO BRASILEIRO PARA A INFANCIA E ADOLESCENCIA
ADV	:	MANUEL DE JESUS SOARES
AGRDO	:	CONCEICAO APARECIDA DE PAULA e outros
ADV	:	ABRAO RAZUK e outro
RELATOR	:	DES. FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

Trata-se de agravo de instrumento interposto em face da r. decisão que, em mandado de segurança, concedeu a liminar para autorizar o levantamento dos valores relativos aos depósitos fundiários dos agravados.
Conforme se depreende em análise à base eletrônica de dados, os autos de origem (processo n.º 91.0011893-1) foram sentenciados, tendo havido recurso de apelação (processo n.º 93.03.042826-9), julgado por esta C. Corte aos 24.05.1994, com trânsito em julgado em 13.02.1995.
Destarte, restou prejudicado o presente agravo de instrumento por perda do objeto.
Em face de todo o exposto, com fundamento no art. 557, caput, do Código de Processo Civil, julgo PREJUDICADO o recurso e NEGO-LHE SEGUIMENTO.
Intimem-se.
Publique-se.
Após as formalidades legais, baixem os autos à vara de origem.
São Paulo, 14 de março de 2007.
Desembargador Federal LUIZ STEFANINI
Relator

PROC.	:	2006.03.00.076959-9 AG 274838
ORIG.	:	200661000142284 17 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	NITOLI IND/ GRAFICA LTDA
ADV	:	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 17 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	JUIZ CONV. MÁRCIO MESQUITA / PRIMEIRA TURMA

Em razão do julgamento do processo originário de que foi extraído o presente agravo de instrumento, interposto em face de decisão liminar, conforme noticiado em mensagem eletrônica encaminhada pelo Juízo de origem, tenho por prejudicado o recurso pela perda do objeto.
Por esse motivo, nego seguimento ao agravo com fundamento no artigo 557, "caput", do Código de Processo Civil.
Decorrido o prazo legal, baixem os autos à origem.
Intimem-se.
São Paulo, 21 de março de 2007.
MÁRCIO MESQUITA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2005.03.00.080223-9 AG 248929
ORIG.	:	200561020103863 1 Vr RIBEIRAO PRETO/SP
AGRTE	:	ASSOCIACAO DE ENSINO DE RIBEIRAO PRETO AERP
ADV	:	RICARDO CONCEICAO SOUZA
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE RIBEIRAO PRETO SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos.
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por ASSOCIAÇÃO DE ENSINO DE RIBEIRÃO PRETO - AERP contra a r. decisão proferida nos autos de mandado de segurança em que objetiva a exigibilidade das constribuições sociais em face da condição de entidade assistência social, indeferiu o pedido de liminar destinado à obtenção da antecipação de tutela.
O efeito suspensivo foi indeferido por este Relator a fls. 203/205.
Tendo em vista o teor das informações do Juízo "a quo" (fls. 237/249) que noticiam a prolação de sentença que julgou improcedente a liminar requerida pelo autor e denegou a ordem extinguindo o processo de origem, nos termos do art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil, julgo prejudicado o presente agravo, pela perda do seu objeto, nos termos do artigo 33, inciso XII, do Regimento Interno, desta Egrégia Corte, combinado com o artigo 557, do Código de Processo Civil.
Com o trânsito, restituam-se os autos ao juízo de origem.
Int.
São Paulo, 19 de março de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.080505-1 AG 276020
ORIG.	:	200561270021503 2 Vr CAMPINAS/SP
AGRTE	:	VIACAO NASSER LTDA
ADV	:	GISLAINE BARBOSA
ADV	:	ORESTES FERNANDO CORSSINI QUERCIA
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE CAMPINAS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos.
Reconsidero a decisão de fls. 71/74 ante a inclusão do inciso IV ao art. 365 do Código de Processo Civil, através da Lei nº 11.382/2006.
A parte agravante - pessoa jurídica - instruiu o agravo de instrumento com cópia da procuração, contudo a mesma veio desacompanhada do respectivo contrato social.
A representação judicial de pessoas jurídicas deve obedecer ao comando do art. 12 c.c o art. 38 do Código de Processo Civil, pelo que entendo necessária a apresentação de cópia autêntica do contrato social para que seja regularizada a representação em juízo da parte agravante.
Desse modo, concedo a parte agravante o prazo de 10 (dez) dias para que junte aos autos cópia autenticada de seu contrato social de modo a regularizar sua representação judicial, sob pena de ser negado seguimento ao agravo.
Intime-se.
São Paulo, 27 de março de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	96.03.081409-1 AC 342868
ORIG.	:	9500038986 1 Vr CAMPO GRANDE/MS
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	JOAO CARLOS DE OLIVEIRA
APDO	:	EDNA DE MORAES SALGADO
ADV	:	GRACE SOLANGE DE SOUZA LINDORES
RELATOR	:	DES. FED. LUIS STEFANINI/ PRIMEIRA TURMA

Petição nº 2006.264881: Indefiro o pedido tendo em vista que as partes não acordaram sobre o valor do reajuste das prestações tratadas nos autos.
São Paulo, 29 de março de 2007.
Desembargador Federal LUIZ STEFANINI
RELATOR

PROC.	:	2006.03.00.082148-2 AG 276463
ORIG.	:	0100006928 A Vr REGISTRO/SP
AGRTE	:	JORGE KAMEYAMA
ADV	:	RONALDO PESSOA PIMENTEL
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
REPTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	LUIS FERNANDO CORDEIRO BARRETO
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DO SAF DE REGISTRO SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos, em decisão.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por JORGE KAMEYAMA contra decisão de fl. 200 (fl. 299 dos autos originais) proferida pelo Juízo de Direito do Serviço Anexo das Fazendas de Registro/SP que, atuando sob delegação constitucional em autos de execução fiscal promovida pela UNIÃO, representada pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, não recebeu recurso de apelação interposto pelo ora agravante interposto em face de decisão que rejeitou exceção de pré-executividade.
Requer a parte agravante "a nulidade da decisão monocrática que decidiu a exceção", com a concessão de efeito suspensivo ao recurso (fl. 04) para que a "decisão que julgou a exceção fique suspensa até o julgamento do mérito deste agravo".
Por fim, requer seja julgada "a exceção totalmente procedente, com a extinção da execução, a liberação da penhora, condenando a vencida nos honorários e custas" (fl. 06).
DECIDO.
A parte agravante pretende através do agravo de instrumento combater decisão de primeiro grau que não recebeu recurso de apelação interposto em face de decisão que rejeitou exceção de pré-executividade.
Sucede que as razões do agravo de instrumento deveriam guardar correlação com o decisum impugnado, mas não o fazem, porque a parte agravante apenas insiste que a exceção de pré-executividade deva ser julgada procedente, quando na verdade deveria se voltar contra um suposto descabimento da decisão do magistrado que inadmitiu recurso de apelação tirado contra a decisão que rejeitou a referida objeção de pré-executividade.
Tratando-se de agravo de instrumento em que as razões são dissociadas do conteúdo da decisão agravada, não é caso de conhecimento da medida.
Confira-se:
PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA. RAZÕES DE RECORRER DISSOCIADAS DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DA SÚMULA 182/STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO CONHECIDO.
1. Não se conhece de recurso cujas razões mostram-se dissociadas dos fundamentos da decisão recorrida. Aplica-se, por analogia, o teor da Súmula 182/STJ. Precedentes.
2. Hipótese em que a decisão agravada, com base no art. 212 do RISTJ, negou seguimento ao pedido do impetrante, por incompetência do Superior Tribunal de Justiça para processar e julgar mandado de segurança contra Governador de Estado, e a parte agravante, todavia, limita-se a defender a legitimidade passiva de referida autoridade.
3. Agravo regimental não conhecido.
(AgRg no MS 12.060/RJ, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 13.12.2006, DJ 05.02.2007 p. 198)
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. RAZÕES DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DISSOCIADAS DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO EMBARGADO. AUSÊNCIA DO REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE DA REGULARIDADE FORMAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO CONHECIDOS.
1. As razões dos embargos de declaração estão dissociadas dos fundamentos do acórdão ora impugnado. A embargante não cuidou de atacar os fundamentos do aresto embargado, carecendo, pois, o presente recurso do requisito de admissibilidade da regularidade formal.
2. Embargos de declaração não conhecidos.
(EDAGA 601.874/BA, Rel. Ministro HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, SEXTA TURMA, julgado em 04.05.2006, DJ 23.10.2006 p. 358)
PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO POPULAR. LEGITIMADADE PASSIVA. PROMOTOR DE JUSTIÇA. POSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL. RAZÕES DISSOCIADAS DA FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO ATACADO. SÚMULA 284 DO STF.
1. Promotor de Justiça pode, em tese, ser demandado em sede de ação popular (art. 6º da Lei 4.717/65), caso lhe seja imputada a prática de atos lesivos ao patrimônio das entidades públicas.
2. Não pode ser conhecido o recurso cujas razões estão dissociadas dos fundamentos da decisão recorrida.
3. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, improvido.
(REsp 703.118/RS, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04.04.2006, DJ 17.04.2006 p. 173)
PROCESSUAL CIVIL - INDEFERIMENTO DA INICIAL - RAZõES RECURSAIS DISSOCIADAS - APELAÇÃO NÃO CONHECIDA. 1. As razões do recurso de apelação devem corresponder aos fatos e fundamentos de direito relativos à matéria versada nos autos e decidida na sentença recorrida, consoante interpretação dos artigos 514 e 515 do Código de Processo Civil. 2. Não merece ser conhecida a apelação cujas razões sejam totalmente dissociadas dos fundamentos que embasaram a decisão recorrida.

3. apelação não conhecida.
(Tribunal Regional Federal da 3a. Região, 1a. Turma, ApCv 1999.03.99.096218-5
, j. 10.8.2004, rel. Desembargadora Federal Vesna Kolmar)
Pelo exposto, não conheço do agravo de instrumento.
Com o trânsito, dê-se baixa.
Int.
São Paulo, 19 de março de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2005.03.00.083751-5 AG 251008
ORIG.	:	200161000154173 21 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	SOLANGE MARIZA MARTINEZ e outros
ADV	:	TATIANA DOS SANTOS CAMARDELLA
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	ORLANDO PEREIRA DOS SANTOS JUNIOR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 21 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. VESNA KOLMAR / PRIMEIRA TURMA

Vistos em Decisão
Antes da análise do pedido de efeito suspensivo, solicito informações ao MM. Juiz "a quo".
Intime-se a agravada para apresentar contraminuta.
Intime-se.
São Paulo, 16 de março de 2007.
VESNA KOLMAR
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	94.03.083766-7 AC 209841
ORIG.	:	0005688370 1 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	TOMAS FRANCISCO DE MADUREIRA PARA NETO
APDO	:	JOSE KRAUTHAMER e outro
ADV	:	ARY DE AZEVEDO MARQUES e outro
PARTE R	:	BANCO NOSSA CAIXA S/A
ADV	:	MARCELO OLIVEIRA ROCHA
ADV	:	NEI CALDERON
RELATOR	:	DES.FED. OLIVEIRA LIMA / PRIMEIRA TURMA

Vistos em despacho.
1- Proceda a Subsecretaria as retificações necessárias, para que conste o nome BANCO NOSSA CAIXA S/A como PARTE R nos autos e registros do processo em questão, tendo em vista ser esta a nova denominação da CAIXA ECONÔMICA DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A, bem como para substituir seus patronos tendo em vista a petição de fls. 258 e seus documentos anexos.
2- Fl. 258: Defiro vista pelo prazo legal.
Após, voltem conclusos.
São Paulo, 07 de fevereiro de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
RELATOR

PROC.	:	2006.03.00.084625-9 AG 277497
ORIG.	:	200461040075844 4 Vr SANTOS/SP
AGRTE	:	JOSIAS LEONARDO
ADV	:	MARCELO GUIMARAES AMARAL
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	FLAVIA ADRIANA CARDOSO DE LEONE
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA DE SANTOS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

Trata-se de agravo regimental interposto em face da r. decisão que julgou prejudicado o agravo de instrumento, com fundamento no artigo 557, caput, do Código de Processo Civil.
Sustenta o agravante, em síntese, que na presente ação, não se discute o valor de eventual parcela de seguro, mas tão-somente as cláusulas contratuais e valores do financiamento.
Consigno que a Lei nº 11.187/2005, que alterou o Código de Processo Civil, dando nova redação ao parágrafo único do artigo 527, determinou que da decisão liminar, proferida em agravo de instrumento, somente é passível de reforma no momento do julgamento do agravo, salvo se o próprio relator a reconsiderar.
Dessa forma, entendo que o agravo regimental previsto no artigo 250 do Regimento Interno do TRF - 3ª Região não mais subsiste em relação ao agravo de instrumento e ao retido, haja vista ser norma hierarquicamente inferior ao Código de Processo Civil e anterior à alteração promovida pelo novel regramento.
Assim, tendo em vista que a referida lei entrou em vigor aos 18 de janeiro de 2006, entendo não ser cabível o recurso contra a r. decisão por mim proferida em juízo de cognição sumária, vez que o agravo regimental foi interposto em 21.07.2006.
Ante o exposto, DEIXO DE CONHECER o agravo regimental, ante a ausência de amparo legal.
Intimem-se.
São Paulo, 23 de março de 2007.
Desembargador Federal Luiz Stefanini
Relator

PROC.	:	2005.03.00.085816-6 AG 251842
ORIG.	:	9704038879 1 Vr SAO JOSE DOS CAMPOS/SP
AGRTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	TALITA CAR VIDOTTO
AGRDO	:	JOSE NESTOR PELOGGIA e outros
ADV	:	JANUARIO ANTONIO SASSANO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE S J CAMPOS SP
RELATOR	:	DES.FED. VESNA KOLMAR / PRIMEIRA TURMA

Vistos em Decisão
Antes da análise do pedido de efeito suspensivo, solicito informações ao MM. Juiz "a quo".
Intime-se a agravada para apresentar contraminuta.
Intime-se.
São Paulo, 16 de março de 2007.
VESNA KOLMAR
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	1999.03.99.086554-4 AC 528649
ORIG.	:	9800446702 16 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	VERA LUCIA ANANIAS
ADV	:	JOAO BOSCO BRITO DA LUZ
APDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	IVONE COAN
RELATOR	:	DES. FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

Intime-se a Caixa Econômica Federal para que, no prazo de 10 dias, manifeste-se sobre a petição nº 2007.073857 .
São Paulo, 23 de março de 2007.
Desembargador Federal LUIZ STEFANINI
RELATOR

PROC.	:	2006.03.00.089036-4 AG 278443
ORIG.	:	200661000154006 5 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
AGRDO	:	LARA KERR MOREIRA
REPTE	:	ERIKA DE SOUZA KERR
ADV	:	JONAS MARZAGAO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 5 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos.
Fls. 85/101 e 111/122:
Recebo como pedido de reconsideração nos termos do art. 527, parágrafo único, do Código de Processo Civil, uma vez que a decisão agravada foi proferida após a vigência da Lei nº 11.187/2005.
Ante o exposto, mantenho a decisão proferida (fls. 76/79) pelos seus próprios fundamentos.
Abra-se vista ao Ministério Público Federal.
Aguarde-se o oportuno julgamento.
Int.
São Paulo, 27 de fevereiro de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.089227-0 AG 278538
ORIG.	:	200661000168418 7 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	JOSE CARLOS MAGALHAES
ADV	:	ANTONIA LEILA INACIO DE LIMA
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 7 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

Com fundamento no artigo 501 do Código de Processo Civil, homologo, para que produza os seus efeitos, a desistência do recurso manifestada na fl. 74.
Oportunamente, baixem os autos à Vara de origem para as providências cabíveis.
Publique-se.
São Paulo, 30 de março de 2007
Desembargador Federal Luiz Stefanini
Relator

PROC.	:	98.03.090236-9 AG 73740
ORIG.	:	9820005922 1 Vr DOURADOS/MS
AGRTE	:	Instituto Nacional de Colonizacao e Reforma Agrária - INCRA
ADV	:	MARTA FREIRE DE BARROS
ADV	:	MURILO ALBERTINI BORBA E ISABELLA MARIANA SAMPAIO PINHEIRO DE CASTRO
AGRDO	:	LUIS FERNANDO NUNES RONDAO e outro
ADV	:	ALECIO ANTONIO TAMIOZZO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE DOURADOS >2ªSSJ>MS
RELATOR	:	JUIZ CONV. CASEM MAZLOUM / PRIMEIRA TURMA

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto em face da r. decisão que indeferiu o pedido que, em ação de desapropriação, objetivava o reconhecimento da ocorrência da preclusão lógica no tocante ao questionamento da produtividade do imóvel objeto de desapropriação para fins sociais, por ser incompatível com o levantamento já autorizado de 80% (oitenta por cento) da indenização em Títulos da Dívida Agrária.
Informações do MM. Juízo a quo às fls. 55/56.
À fl. 59, foi deferido o efeito suspensivo, em juízo de cognição sumária.
Apresentada contraminuta às fls. 64/76.
Conforme se verifica em ofício nº 0073/2002, encaminhado pela 1ª Vara da Subseção Judiciária de Dourados, às fls. 81/82, o MM. Juiz a quo homologou por sentença os valores da terra nua oferecidos pelo INCRA. Sendo assim, foi extinto o feito, com julgamento de mérito, nos termos do artigo 269, inciso I, do CPC.
Destarte, restou prejudicado o presente agravo de instrumento por perda de seu objeto.
Em face de todo o exposto, com fundamento no art. 557, caput, do Código de Processo Civil, julgo PREJUDICADO o agravo de instrumento.
Intimem-se.
Após as formalidades legais, baixem os autos à vara de origem.
São Paulo, 22 de fevereiro de 2007.
Desembargador Federal Luiz Stefanini
Relator

PROC.	:	1999.03.99.099129-0 AC 540993
ORIG.	:	0005731666 4 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
APDO	:	SERGIO HENRIQUE DE SOUZA e outros
ADV	:	WALMOR BARBOSA MARTINS
APDO	:	CARLOS ALBERTO TORELLI
ADV	:	SERGIO MINORU OUGUI
APDO	:	ODARCI EUGENIO BEROL e outro
ADV	:	WILSON GIANULO
PARTE R	:	CIA REAL DE CREDITO IMOBILIARIO
ADV	:	CARLOS EDUARDO DUARTE FLEURY e outros
PARTE R	:	ECONOMICO SAO PAULO S/A CREDITO IMOBILIARIO HABITACIONAL
ADV	:	HERALDO JOSE DE AZAMBUJA NEVES
PARTE R	:	RESIDENCIA CIA DE CREDITO IMOBILIARIO DE SAO PAULO
ADV	:	LIA MARA ORTIZ
PARTE R	:	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DE SAO PAULO IPESP
ADV	:	ANTONIO CARLOS GONCALVES FAVA
PARTE R	:	BROOKLIN EMPREENDIMENTOS S/A
ADV	:	CLEUSA BUCIOLI LEITE LOPES
RELATOR	:	JUIZ CONV. MARCIO MESQUITA / PRIMEIRA TURMA

Fls. 613/618: Manifeste-se o Sr. Carlos Alberto Torelli sobre o teor da petição.
Prazo: 10 (dez) dias
Intime-se.
São Paulo, 30 de março de 2007.
MÁRCIO MESQUITA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2006.03.00.103097-8 AG 282785
ORIG.	:	9300081446 20 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	JORGE LUIZ FONSECA RANGEL e outros
ADV	:	ENIVALDO DA GAMA FERREIRA JUNIOR
AGRDO	:	Caixa Econômica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 20 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. VESNA KOLMAR / PRIMEIRA TURMA

Vistos em decisão
Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto por Jorge Luiz Fonseca Rangel e outros, objetivando a reforma de decisão proferida nos autos de origem nº 9300081446, em trâmite perante a 20ª Vara Federal da Seção Judiciária de São Paulo/SP.
Às fls. 156/158 foi negado seguimento ao agravo de instrumento. Inconformados, os agravados interpuseram agravo legal às fls. 161/175.
Da análise dos autos, constato que o presente recurso foi distribuído por dependência à apelação cível nº 1999.03.99.114012-0, que já foi julgada e os autos se encontram atualmente na Vara de origem.
Assim, não está configurada a prevenção desta relatora, nos termos do artigo 15 do Regimento Interno desta Corte e da Súmula 235 do e. Superior Tribunal de Justiça.
Por essa razão, revogo a decisão proferida às fls. 156/158, encaminhem-se os autos à UFOR para livre distribuição.
Intime-se.
São Paulo, 20 de março de 2007.
VESNA KOLMAR
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	93.03.103868-1 AC 145186
ORIG.	:	9300054490 14 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	SONIA MARIA NIQUITO ALLIS e outros
ADV	:	PAULO ROBERTO ANNONI BONADIES e outros
APDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	JOSE PAULO NEVES
APDO	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
APDO	:	BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO S/A BANESPA
ADV	:	IVANA MAGALI RAMOS
RELATOR	:	DES.FED. VESNA KOLMAR / PRIMEIRA TURMA

Trata-se de apelação interposta contra a r. sentença proferida pelo MM. Juiz Federal da 14ª Vara Cível de São Paulo/SP, que homologou as transações, noticiadas nos autos, nos termos da Lei Complementar nº 110/01, e julgou extinta a execução, com amparo no art. 794, I e II, combinado com o art. 795, ambos do Código de Processo Civil. Determinou, ainda, a expedição de alvará de levantamento dos depósitos relativos aos honorários de sucumbência em favor do patrono do autor.
Às fls. 514, os autores, ora apelantes, requerem a expedição de alvará de levantamento dos valores depositados, referentes aos honorários advocatícios (depósitos às fls. 393 e 444), em favor do patrono da causa, Dr. Paulo Roberto Bonadies - OAB/SP nº 78.244.
Tendo em vista que os depósitos efetuados estão à disposição do Juízo "a quo" e que às fls. 445 e 469/470 foram proferidas decisões determinando a expedição de Alvará de Levantamento, as quais não foram cumpridas, remetam-se os autos à vara de origem, retornando a este Tribunal tão logo tenham sido tomadas as medidas necessárias ao atendimento do pleito dos apelantes.
Intimem-se.
São Paulo, 20 de março de 2007.
VESNA KOLMAR
Desembargadora Federal Relatora

PROC.	:	2006.03.00.103990-8 AG 283487
ORIG.	:	200661080092710 3 Vr BAURU/SP
AGRTE	:	CLAITON MARCELO PEREIRA e outro
ADV	:	MARCELO TADEU KUDSE DOMINGUES
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE BAURU - 8ª SSJ - SP
RELATOR	:	DES.FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto em face da r. decisão que, em ação declaratória de anulação de execução extrajudicial c/c anulação de registro com pedido alternativo de indenização de benfeitorias, indeferiu a antecipação dos efeitos da tutela que objetivava a suspensão de todos os efeitos dos atos de execução extrajudicial praticados até o momento e impedir a imissão na posse do imóvel em tela, sua alienação ou oneração em ônus real, bem como para impedir o Cartório de Registro de Imóveis de Pederneiras/SP de promover qualquer averbação à margem da matrícula do imóvel ou, alternativamente, a aplicação do disposto no parágrafo 7º do artigo 273 do CPC.
Sustentam que a adjudicação de bens em sede de execução extrajudicial, assim como ocorreu no caso em tela, constitui-se abuso de direito do credor em manifesta violação ao devido processo legal, já que o artigo 37, parágrafo 2º do Decreto-lei, ao tratar da imissão na posse, não contempla a hipótese de adjudicação, mas de arrematação.
Asseveram que o direito de retenção por benfeitorias é assegurado ao possuidor como também ao terceiro de cujo patrimônio a coisa tenha de ser retirada, conforme o artigo 1219 do CC e artigo 628 do CPC.
Acrescentam que a execução extrajudicial é considerada atentatória à Constituição Federal, vez que afronta princípios constitucionais, tais como o da inafastabilidade da apreciação jurisdicional, do devido processo legal, contraditório e ampla defesa.
Alegam a existência de irregularidades no procedimento do Decreto-Lei n.º 70/66, tal como ausência de notificação pessoal do devedor, expedição de mais de um aviso reclamando o pagamento da divida, o que nulifica a execução extrajudicial. Requerem, outrossim, a concessão do efeito suspensivo.
Indeferida a antecipação dos efeitos da tutela, por não vislumbrar a presença dos pressupostos autorizadores da concessão, salientando que o STF assentou a constitucionalidade do Decreto-lei nº 70/66 e, ainda, que o imóvel objeto da ação foi adjudicado pela ré em 29 de setembro de 2005, inclusive com o registro da carta de adjudicação, é dizer, a mais de 1 (um) ano. Houve deferimento da gratuidade (fls. 62-63).
Postergada a apreciação do pedido de efeito suspensivo, aguardando-se a contraminuta para eventual demonstração de inobservância das regras previstas no Decreto-Lei n.º 70/66.
Decido.
Para a concessão do efeito suspensivo, faz-se necessária a presença de dois requisitos: lesão grave e de difícil reparação e relevância da fundamentação, nos termos do artigo 558, caput, do CPC.
Impende assinalar, por necessário, que o contrato de mútuo tem natureza de título executivo extrajudicial e, assim, submete-se ao Decreto-lei nº 70/66, cuja constitucionalidade foi reconhecida por ambas as Turmas do Supremo Tribunal Federal (RE 287.483, rel. Min. Moreira Alves DJ 18.09.01 e RE 239.036, rel. Min. Nelson Jobim, DJ 10.08.00).
Não obstante, vinha entendendo que apesar do referido decreto ter sido recepcionado pela CF/88, não estaria excluída a possibilidade de medida judicial que obstasse o prosseguimento do procedimento previsto na legislação impugnada, desde que houvesse contracautela, com o depósito das prestações devidas em atraso, em valores razoáveis, à disposição do Juízo.
Ocorre que a 1ª Turma deste E. Tribunal passou a entender que essa providência - depósito das prestações vencidas e vincendas no valor pretendido pelo mutuário - seria baldada, haja vista que permaneceria a mora e, conseqüentemente, a possibilidade de execução do restante do débito. Nesse sentido: (AG - 173961, Rel. Des. Fed. Vesna Kolmar, DJU 23/03/2004; AG - 204702, Rel. Des. Fed. Johonsom Di Salvo, DJU 16/08/2005).

Desse modo, concluiu a 1ª Turma que o mutuário, ao realizar o contrato de financiamento, valendo-se das regras do Sistema Financeiro de Habitação - SFH, assume o risco de, em se tornando inadimplente, ter o imóvel objeto do financiamento levado a leilão, pois tal imóvel, na realização do contrato, é gravado com direito real de garantia hipotecária, razão pela qual está perfeitamente ciente das conseqüências que o inadimplemento pode acarretar.
Com efeito, entendeu-se que o risco de sofrer a execução judicial ou extrajudicial do contrato é consectário lógico da inadimplência, não havendo qualquer ilegalidade ou irregularidade na conduta do credor nesse sentido.
Por tais motivos, curvo-me ao entendimento predominante na Turma para negar ao mutuário a possibilidade de depósito judicial das parcelas vencidas e vincendas do contrato de mútuo habitacional, eis que permanecerá o débito e, assim também, a possibilidade da credora executar a obrigação pactuada, pois não há como desconhecer, nesse caso, o direito da CEF em promover a execução extrajudicial prevista no Decreto-lei nº 70/66.
Por fim, vale lembrar que, de fato, o que, eventualmente poderia ensejar a suspensão da execução seria a inobservância das regras previstas pelo Decreto-Lei n.º 70/66.
No caso vertente, a agravante teça tais alegações, que não conseguiram ser ilididas pela Caixa Econômica Federal, uma vez que não comprovou a regular notificação para purgação da mora, como determina os artigos 31 e 32 do Decreto-Lei n.º 70/66, viabilizando o pleito da agravante.
Em face de todo o exposto, DEFIRO o pedido de efeito suspensivo.
Intimem-se, inclusive a agravada para contraminuta, nos termos do artigo 527, inciso V, do Código de Processo Civil.
Comunique-se ao MM. Juízo a quo, para prestar informações em conformidade com o artigo 527, inciso IV do Código de Processo Civil, dentre as quais o cumprimento do previsto no artigo 526 pela agravante, do mesmo diploma legal.
São Paulo, 14 de fevereiro de 2007.
Desembargador Federal Luiz Stefanini
Relator

PROC.	:	2006.03.00.105579-3 AG 283699
ORIG.	:	200661000208325 7 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	CANDIDA GOES DOS SANTOS
ADV	:	CARLOS ALBERTO DE SANTANA
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	ROGERIO ALTOBELLI ANTUNES
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 7 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por CANDIDA GOES DOS SANTOS contra a r. decisão que determinou que a parte autora, ora agravante, se manifestasse sobre a aceitação pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL do "contrato de gaveta" bem como esclarecesse sua legitimidade ativa para discutir o contrato de mútuo habitacional.
Em despacho inicial foi determinada a regularização do recolhimento do preparo, ante o indeferimento dos benefícios da gratuidade da justiça (fls. 161).
Atendida a determinação supra, foi deferido o efeito suspensivo pleiteado (fls. 168/170).
Tendo em vista as informações do Juízo "a quo" de que houve a prolação de sentença (em data anterior à decisão que concedeu o efeito suspensivo ao agravo) extinguindo o processo de origem sem julgamento de mérito, nos termos do art. 267, VI, do Código de Processo Civil (fls. 176/180), JULGO PREJUDICADO o presente agravo, pela perda do seu objeto, nos termos do artigo 33, inciso XII, do Regimento Interno, desta Egrégia Corte, combinado com o artigo 557, do Código de Processo Civil.
Com o trânsito, restituam-se os autos ao juízo de origem.
Int.
São Paulo, 19 de março de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.107947-5 AG 284570
ORIG.	:	200461000034016 4 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	CLAUDIO PIVETTA
ADV	:	WILSON EVANGELISTA DE MENEZES
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	LUIZ CARLOS FERREIRA DE MELO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto em face da r. decisão que, em sede de ação de cobrança visando a correção de suas contas vinculadas ao FGTS, indeferiu o pedido de produção de prova pericial.
Noticia que propôs a condenação da ré para recalcular os depósitos das respectivas contas vinculadas individualmente do autor e nas datas dos respectivos extratos, com a aplicação dos índices dos expurgos inflacionários, tendo sido a ré condenada nos exatos termos propostos na inicial.
Sustenta que os cálculos apresentados pela ré não estavam corretos, pois efetuou o depósito equivalente a R$ 24.731,00 (vinte e quatro mil setecentos e trinta e um reais), valor abaixo do que apresentados pela própria ré no ano de 2002, qual seja, a quantia de R$ 35.151,31 (trinta e cinco mil cento e cinqüenta e um reais e trinta e um centavos), razão pela qual pleiteou que os autos fossem enviados para o contador judicial.
Salienta que as impugnações aos cálculos foram feitos dentro do prazo estabelecido no Código de Processo Civil.
A r. decisão guerreada determinou o cumprimento da decisão já proferida nos autos, haja vista a não interposição de recurso no prazo legal. (fls. 43).
Decido.
Neste juízo de cognição sumária vislumbro relevante fundamentação a favor dos agravantes que autorize a concessão do efeito suspensivo.
Inicialmente, vale ressaltar que nos casos em que se discute FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - fica evidente a situação de vulnerabilidade do ora agravante, seja para evitar que a execução eventualmente prossiga em desconformidade com o decidido na sentença/acórdão exeqüendo.
.
Nesse sentido, assento julgado do Tribunal Regional Federal da 1a. Região da Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida, no Agravo de Instrumento nº 2006.01.00.010497-6.
"FGTS. CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO. PERÍCIA COM BASE NOS EXTRATOS ANALÍTICOS OBTIDOS JUNTO AO ANTIGO BANCO DEPOSITÁRIO. PRETENSÃO LEGÍTIMA. ERRO MATÉRIAL. POSSIBILIDADE. CORREÇÃO A QUALQUER TEMPO. PRECLUSÃO NÃO VERIFICADA.
1. A perícia pretendida pela Caixa Econômica Federal, com base na apresentação dos extratos analíticos da conta vinculada ao FGTS, não se mostra descabida, uma vez que a liquidação de sentença feita por meio de planilha de cálculos depende dos extratos para uma correta conclusão. Precedentes do TRF da 1ª Região.
2. Configura erro material aquele decorrente de falha na elaboração dos cálculos, erro aritmético, o qual pode ser corrigido a qualquer tempo a requerimento da parte interessada ou de ofício pelo juízo.
3. Obtidos os extratos da conta de FGTS do agravado junto ao antigo banco depositário, não há que se falar em preclusão da pretensão de novos cálculos, face ao risco de terem ocorrido erros materiais decorrentes da inexatidão da conta apresentada, o que pode ser corrigido a qualquer tempo, inclusive a requerimento da parte, evitando-se assim a violação da coisa julgada.
4. Mostra-se recomendável a realização de perícia, com a finalidade de sanar a controvérsia existente, buscando-se preservar o interesse social que norteia o FGTS bem como evitar que a execução eventualmente prossiga em desconformidade com o decidido na sentença/acórdão exeqüendo.
5. Agravo de instrumento da CEF provido para determinar a remessa dos autos
à contadoria do juízo recorrido, a fim de apurar a regularidade dos cálculos periciais apresentados."
Não deve prevalecer o entendimento do MM. Magistrado, uma vez que a impugnação aos cálculos deu-se logo após a apresentação dos valores pela Caixa Econômica Federal.
Assim, sendo cabível a prova pericial contábil sempre que se verificar que, para a formação do convencimento do julgador, é necessário a realização de exame técnico, tendente a dissipar dúvidas e incertezas quanto à correção dos cálculos e aplicação de índices relativos à conta do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, deve ser a mesma deferida.
Em face de todo o exposto, DEFIRO a suspensividade postulada.
Intime-se a agravada, para que apresente contraminuta, nos termos do art. 527, V, do Código de Processo Civil.
Comunique-se ao MM. Juízo a quo, para que preste informações em conformidade com o art. 527, IV, do CPC, dentre as quais o cumprimento do previsto no art. 526 pela agravante, do mesmo diploma legal.
São Paulo, 1 de março de 2007.
Desembargador Federal Luiz Stefanini
Relator

PROC.	:	2006.03.00.107960-8 AG 284582
ORIG.	:	9500148927 11 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	MAGDA REGINA PEREIRA FERREIRA e outros
ADV	:	ENIVALDO DA GAMA FERREIRA JUNIOR

AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	NELSON LUIZ PINTO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 11 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. VESNA KOLMAR / PRIMEIRA TURMA

Vistos em decisão
Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto por MAGDA REGINA PEREIRA FERREIRA e outros, objetivando a reforma de decisão proferida nos autos de origem nº 9500148927, em trâmite perante a 11ª Vara Federal da Seção Judiciária de São Paulo/SP.
Às fls. 89/91 foi negado seguimento ao agravo de instrumento. Inconformados os agravados, interpuseram agravo legal às 94/106.
Todavia, constato que o presente recurso foi distribuído por dependência à apelação cível nº 1999.03.99.114012-0, que já foi julgada e os autos se encontram atualmente na Vara de origem.
Assim, não está configurada a prevenção desta relatora, nos termos do artigo 15 do Regimento Interno desta Corte e da Súmula 235 do e. Superior Tribunal de Justiça.
Por essa razão revogo a decisão proferida às fls. 94/106, encaminhem-se os autos à UFOR para livre distribuição.
Intime-se.
São Paulo, 20 de março de 2007.
VESNA KOLMAR
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2006.03.00.111331-8 AG 285451
ORIG.	:	200661000229456 11 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	LAESTE RAMOS DE NOVAES e outro
ADV	:	CARLOS ALBERTO DE SANTANA
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 11 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	JUIZ CONV. MÁRCIO MESQUITA / PRIMEIRA TURMA

Fls.181/182.
Anote-se.
Defiro vista dos autos fora da Subsecretaria da 1ª Turma deste Tribunal Regional Federal da 3ª Região para o advogado da agravada.
Prazo: 48 (quarenta e oito) horas.
Intime-se.
Após, conclusos
São Paulo, 05 de março de 2007.
MÁRCIO MESQUITA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2006.03.00.113485-1 AG 286244
ORIG.	:	200561000267659 4 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	MARISA APARECIDA FIX
ADV	:	ANNE CRISTINA ROBLES BRANDINI
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	ANA PAULA TIERNO DOS SANTOS
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos.
Recebo a petição de fls. 115/117 como pedido de reconsideração nos termos do art. 527, parágrafo único, do Código de Processo Civil, uma vez que a decisão agravada foi proferida após a vigência da Lei nº 11.187/2005.
Os argumentos da parte agravada em nada abalam a convicção deste Relator conforme as razões já explicitadas na decisão de fls. 108/110.
Ante o exposto, mantenho a decisão proferida pelos seus próprios fundamentos.
Aguarde-se o oportuno julgamento.
Int.
São Paulo, 23 de março de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.113685-9 AG 286292
ORIG.	:	0001013700 2F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	EDITORA BANAS LTDA
ADV	:	TOSHIO HONDA
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos.
Para melhor conhecer e apreciar o presente caso, determino a prestação de informações pela d. autoridade judiciária de 1ª instância, no prazo de dez dias, e que se proceda a intimação da agravada para contraminutar o recurso.
Cumpra-se.
Int.
São Paulo, 22 de março de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.116164-7 AG 286500
ORIG.	:	199961140006469 2 Vr SAO BERNARDO DO CAMPO/SP
AGRTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	LOURDES RODRIGUES RUBINO
AGRDO	:	JOSE CARLOS LOPES e outro
ADV	:	CLAUDIO JACOB ROMANO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE S B DO CAMPO SP
RELATOR	:	DES.FED. VESNA KOLMAR / PRIMEIRA TURMA

Vistos em decisão.
Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto pela Caixa Econômica Federal, por meio do qual pleiteia a reforma da decisão proferida nos autos da ação ordinária nº 1999.61.14.000646-9, já em fase de execução, em trâmite perante a 2ª Vara Federal de São Bernardo do Campo - SP, que indeferiu a nomeação de bens à penhora realizada pela executada.
Sustenta que a execução deve ser realizada pelo modo menos gravoso ao executado, nos termos do artigo 620 do Código de Processo Civil, devendo ser reformada a decisão do MM. Juiz "a quo".
É o relatório.
Decido.
A Lei nº 1.187, de 19 de outubro de 2005, introduziu nova sistemática para interposição do recurso de agravo, e consagrou em definitivo a excepcionalidade da utilização do agravo de instrumento.
Assim, no novo regime, o relator deverá obrigatoriamente converter o agravo de instrumento em retido, salvo os casos expressamente previstos no artigo 522 do Código de Processo Civil.
Aludido dispositivo prevê que será admitida a interposição de agravo pela via de instrumento somente nos casos suscetíveis de causar lesão grave ou de difícil reparação, bem como nos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que esta é recebida.
A questão ora posta se enquadra nas hipóteses mencionadas, vez que, em se tratando de execução, ante a ausência de futura apelação, a conversão resultaria em ausência de prestação jurisdicional ao agravante, razão pela qual conheço do recurso.
Passo ao exame do mérito recursal.
O artigo 620 do Código de Processo Civil consagra o princípio da menor onerosidade e tem por finalidade assegurar a defesa do patrimônio do executado de boa-fé, possibilitando a satisfação do débito de forma menos gravosa.
Atendendo ao referido princípio a lei confere ao executado a nomeação de bens à penhora, que serão aceitos desde que observada a ordem legal prevista no artigo 11 da Lei 6.830, de 22 de setembro de 1980.
Contudo, conjugado ao princípio da menor onerosidade, vigora também o princípio da máxima utilidade da execução, que se traduz na noção de que a execução deve redundar em proveito do credor, no resultado mais próximo que se teria caso não tivesse havido a transgressão de seu direito (CPC, 612).
Esses dois princípios formam a estrutura do processo de execução, e à sua compatibilização dá-se o nome de execução equilibrada (Wambier, Luiz Rodrigues, Curso Avançado de Processo Civil, volume 2, Processo de Execução, 3ª edição, pg.135)
Dessa forma, atendendo a essa compatibilização, embora a faculdade de nomear, em princípio, bens à penhora, seja do devedor, a exeqüente não está obrigada a aceitá-los, quando desrespeitada a ordem legal e se existirem outros bens penhoráveis que possam garantir o crédito da execução de forma mais eficiente.
Assim, afigura-se legítima a recusa do bem ofertado pela executada.
Por esses fundamentos, indefiro o pedido de efeito suspensivo.
Intime-se o agravado para apresentar contraminuta.
Intime-se.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
VESNA KOLMAR
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2006.03.00.116517-3 AG 286708
ORIG.	:	200461100016139 2 Vr SOROCABA/SP
AGRTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	IVO ROBERTO PEREZ
AGRDO	:	CARLOS ALBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE SOROCABA >10ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto em face da r. decisão que, em ação monitória, indeferiu o pedido de expedição de ofício às Instituições Financeiras e Delegacia Regional Federal para localização de bens de propriedade do agravado.
Em juízo de cognição sumária (fls. 39-41), foi indeferido o pedido de efeito suspensivo requerido pela agravante.
Certificado na fl. 52 o decurso do prazo legal para manifestação das partes com relação à decisão supra.
Vieram os autos conclusos.
Decido.
Tendo em vista a prolação da sentença pelo MM. Juízo a quo, na qual homologou o pedido de extinção do feito formulado pela parte autora e extinguiu o processo, sem julgamento do mérito, com fundamento no artigo 267, VIII, do Código de Processo Civil, restou prejudicado o presente agravo de instrumento por perda de objeto.
Em face de todo o exposto, com fundamento no art. 557, caput, do Código de Processo Civil, julgo PREJUDICADO o recurso.
Intimem-se.
Publique-se.
Após as formalidades legais, baixem os autos à vara de origem.
São Paulo, 9 de março de 2007.
Desembargador Federal LUIZ STEFANINI
Relator

PROC.	:	1999.03.99.117766-0 AC 560094
ORIG.	:	9400024967 3 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	LAZARA MARIA DE JESUS e outros
ADV	:	MAURO ROBERTO GOMES DE MATTOS
APDO	:	Universidade Federal de Sao Paulo - UNIFESP
ADV	:	REGINALDO FRACASSO
RELATOR	:	DES.FED. VESNA KOLMAR / PRIMEIRA TURMA

Vistos.
Fls. 124. Defiro vista dos autos na subsecretaria e extração de cópias.
Intime-se.
São Paulo, 21 de março de 2007.
VESNA KOLMAR
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2006.03.00.118443-0 AG 287368
ORIG.	:	9800213104 7 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	DAMIAO PAZ BARRETO
ADV	:	EDUARDO OSMAR DE OLIVEIRA
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	FABIO HENRIQUE SGUERI
PARTE A	:	CREUZA MARTINS DE SOUZA RIBEIRO e outros
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 7 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

Cuida-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto em face da r. decisão que, em ação processada pelo rito ordinário, deixou de receber o recurso de apelação interposto pela parte autora por reputá-lo inadequado.
Informa o agravante que, após o trânsito em julgado da sentença que condenou a Caixa Econômica Federal - CEF à repor nas contas de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS do autor os índices inflacionários expurgados por planos econômicos governamentais nos períodos especificados no julgado, deu início à execução da sentença na forma do art. 632 do CPC.
Relata que, após a CEF ter noticiado nos autos o cumprimento de sua obrigação de fazer, o magistrado a quo, sem intimação do autor para manifestação quanto aos documentos apresentados, determinou a remessa dos autos ao arquivo (baixa-findo).
Salienta que o MM. Juízo, ao declarar satisfeita a obrigação, extinguiu a demanda. Desse modo, sustenta que, contra a referida decisão, o recurso cabível é a apelação, o qual foi corretamente interposto e não recebido pelo magistrado. Requer a concessão de efeito suspensivo ao agravo.
O Douto Magistrado deixou de receber o recurso de apelação ao fundamento de que a decisão inquinada, após o advento da Lei nº 10.444/02, não teria natureza de sentença a propiciar a interposição do recurso interposto (fl. 61).
Decido.
Inicialmente observo que, consoante o artigo 522, do Código de Processo Civil, com a redação dada pela Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005, estabeleceu-se nova sistemática para interposição recurso de agravo de instrumento, consagrando seu cabimento somente nos casos previstos na Lei ou naqueles suscetíveis de causar lesão grave ou de difícil reparação. É esse o caso dos autos, razão pela qual conheço do recurso, na forma de instrumento.
Impende destacar, no ponto, por necessário, que a admissibilidade do recurso subordina-se a requisitos subjetivos - legitimidade para recorrer, e objetivos - recorribilidade, tempestividade, singularidade, adequação, preparo, motivação e forma.
No tocante à adequação, temos que há um recurso próprio para cada espécie de decisão. Diz-se, por isso, que o recurso é cabível, próprio ou adequado quando corresponda à previsão legal para a espécie de decisão impugnada.

É assim que o artigo 162 do Código de Processo Civil ensina que os atos do juiz consistirão em sentenças, decisões interlocutórias e despachos, prevendo ademais que a decisão interlocutória é o ato pelo qual o juiz, no curso do processo, resolve questão incidente. Nessa linha o artigo 522 do mesmo diploma legal prevê que das decisões interlocutórias caberá agravo.
E por que ater-se a tal exame? Para esclarecer sobre a possibilidade de interposição de apelação em face de decisão que implica em alguma das situações previstas nos artigos 267 e 269 do CPC.
Ora, no caso vertente houve a homologação do acordo firmado entre o exeqüente e a Caixa Econômica Federal, sem prosseguimento da demanda, remetendo-se, inclusive, os autos ao arquivo (baixa-findo).
Nesse passo, reputo conveniente transcrever excerto da r. decisão combatida:
Deixo de receber o recurso de apelação interposto pela parte autora a fls. 285/294, vez que a decisão inquinada não tem natureza de sentença a propiciar a interposição do recurso interposto, haja vista que, conforme decisão de fls. 251/253, trata-se de execução nos próprios autos nos termos da Lei nº 10.444/02, sem necessidade de instauração de processo autônomo. Assim sendo, remetam-se os autos ao arquivo (baixa-findo), observadas as formalidades legais.
Desta feita, a insurgência em face da mencionada decisão faz-se pela via do recurso de apelação, vez que não se trata de ato de natureza jurídica de decisão interlocutória.
Neste sentido, pacífica a jurisprudência pátria: REsp n.º 181761, REsp n.º 184829, REsp n.º 164729, REsp n.º 78041.
Assim, são essas razões para demonstrar que o recurso cabível é o de apelação, corretamente interposto pela parte.
Diante do exposto, DEFIRO o pedido de efeito suspensivo.
Intimem-se, inclusive a agravada para contraminuta, nos termos do artigo 527, inciso V, do Código de Processo Civil.
Comunique-se ao MM. Juízo a quo, para prestar informações em conformidade com o artigo 527, inciso IV do Código de Processo Civil, dentre as quais o cumprimento do previsto no artigo 526 pela agravante, do mesmo diploma legal.
São Paulo, 1 de março de 2007.
Desembargador Federal LUIZ STEFANINI
Relator

PROC.	:	2006.03.00.118479-9 AG 287400
ORIG.	:	0005508665 10F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
AGRDO	:	FABRICA JERSEY E NYLON CHATATEX LTDA e outro
ADV	:	FRANCISCO STELLA NETTO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 10 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela UNIÃO contra a decisão de fls. 142 (fls. 121 dos autos originais) proferida pelo Juízo Federal da 10ª Vara das Execuções Fiscais de São Paulo que, em sede de execução fiscal, indeferiu pedido de expedição de ofício ao BANCO CENTRAL DO BRASIL para o fim de localizar e bloquear ativos financeiros eventualmente existentes em nome do co-executado ELIE NESSIM CHATTAH.
Pleiteia a antecipação dos efeitos da tutela recursal aduzindo, em síntese, que as tentativas anteriores de localização de bens aptos a garantir o débito exeqüendo restaram infrutíferas, pelo que a manutenção da decisão recorrida implicaria em severos prejuízos à pretensão executiva.
DECIDO.
Por se tratar de hipótese em que a UNIÃO aparentemente esgotou os meios de que dispunha para localizar bens passíveis de constrição de propriedade do executado, entrevejo relevância nas alegações da parte capazes de infirmar a decisão recorrida.
Isso porque as inovações introduzidas no ordenamento jurídico pela nova redação do artigo 185-A do Código Tributário Nacional, o qual permite a decretação de indisponibilidade dos bens do devedor do fisco, demonstram a intenção do legislador em atribuir maior poder ao Juiz para que não seja frustrada a execução e, em última análise, a própria atuação da justiça.
Assim, desde que a agravante exauriu as possibilidades que estavam a seu alcance para apurar a existência de bens que pudessem ficar sujeitos a arresto e penhora (fls. 73), não há irregularidade em se socorrer do juízo executivo para a decretação de indisponibilidade dos bens do executado com o desiderato de obter o prosseguimento da execução.
Pelo exposto, presentes os requisitos do art. 558 do Código de Processo Civil, DEFIRO antecipação de tutela (efeito ativo) para que seja determinada a indisponibilidade dos bens do co-executado ELIE NESSIM CHATTAH, com a expedição dos ofícios às entidades e órgãos responsáveis pelo registro de transferência de bens tal como requerido pela União ao Juízo "a quo".
Comunique-se.
Int.
São Paulo, 15 de março de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.120253-4 AG 287860
ORIG.	:	200661000197005 4 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	JEFFERSON ARAUJO DE ALMEIDA e outro
ADV	:	LUIZ CARLOS DE ARRUDA CAMARGO
AGRDO	:	Empresa Brasileira de Infra Estrutura Aeroportuária INFRAERO
ADV	:	JAIRO RESENDE
PARTE R	:	TUCSON AVIACAO LTDA
ADV	:	PLINIO RANGEL PESTANA FILHO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. VESNA KOLMAR / PRIMEIRA TURMA

Vistos em decisão.
Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito ativo, interposto por JEFFERSON ARAUJO DE ALMEIDA e AIRSHOP MATERIAL AERONÁUTICO LTDA, por meio do qual pleiteia a reforma da decisão proferida pelo MM. Juízo Federal da 4ª Vara Federal da Seção Judiciária de São Paulo/SP, nos autos da ação nº 2006.61.00.019700-5, que indeferiu o pedido de intervenção de terceiros ao fundamento de que o interesse dos agravantes no feito é meramente econômico.
À fl. 34 foi determinado aos agravantes, no prazo de 05 dias, a substituição das peças que formaram o agravo de instrumento por cópias autenticadas. À fl. 37 os agravantes informaram que os autos de origem foram arquivados e a Secretaria da Vara está em correição, razão pela qual não cumpriram até o momento a determinação, requerendo a reconsideração da decisão.
Por diversas vezes, em decisões proferidas anteriormente, manifestei-me no sentido de que as reproduções dos documentos para produzir o mesmo efeito que os originais deveriam estar devidamente autenticadas por oficial público ou conferidas em cartório. Este entendimento devia-se à disposição do artigo 365, inciso III, do Código de Processo Civil, nesta Corte regulamentado pela Resolução nº 54, de 15 de abril de 1996, da Presidência.
Todavia, a Lei nº 11.382/2006 alterou a redação do inciso IV do aludido artigo para desobrigar as partes da exigência de autenticação das reproduções de documentos para instrução do processo, bastando a declaração do próprio advogado, sob sua responsabilidade pessoal, de que elas são autênticas.
Com efeito, transcrevo referido texto normativo:
"Art. 365. Fazem a mesma prova que os originais:
(...)
IV - as cópias reprográficas de peças do próprio processo judicial declaradas autênticas pelo próprio advogado sob sua responsabilidade pessoal, se não lhes for impugnada a autenticidade."
Assim, para a formação válida do instrumento o advogado da agravante deve declarar que as cópias das peças são autenticas, o que não ocorreu no caso em apreço.
Por essa razão, reconsidero a decisão proferida à fl. 34.
Tendo em vista a ausência de pedido de efeito suspensivo, processe-se o recurso.
Solicite-se informações ao MM. Juiz "a quo".
Intime-se, ainda, a agravada para apresentar contraminuta.
Intimem-se.
São Paulo, 20 de março de 2007.
VESNA KOLMAR
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2006.03.00.120382-4 AG 287959
ORIG.	:	200661000255637 19 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	MARIA LUCIA GOMES DA SILVA
ADV	:	ANNE CRISTINA ROBLES BRANDINI
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 19 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	JUIZ CONV. MÁRCIO MESQUITA / PRIMEIRA TURMA

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de liminar, interposto em face de decisão proferida nos autos da ação declaratória de nulidade cumulada com revisão contratual, em tramitação perante o MM. Juízo Federal da 19ª Vara de São Paulo - SP, que indeferiu liminar para:
a)autorizar o depósito judicial das parcelas vincendas, no montante incontroverso,
b) suspender o pagamento das prestações vencidas, até final decisão;
c)impedir a execução extrajudicial, nos termos do Decreto-lei n. 70/66, bem como a venda a terceiros do imóvel descrito na petição inicial e
d)que a agravada se abstenha de incluir o nome da autora, ora agravante, nos órgãos de proteção ao crédito, sob pena do pagamento de multa.
Alega a agravante, em síntese, que celebraram com a agravada contrato de financiamento de imóvel, no âmbito do SFH - Sistema Financeiro da Habitação, tornando-se inadimplentes por conta dos cálculos inoportunos e infelizes da agravada.
Afirma a inconstitucionalidade do Decreto-lei nº 70/66, por ofensa aos princípios constitucionais da ampla defesa, da inafastabilidade da jurisdição e do devido processo legal.
Recurso desprovido de preparo, diante da concessão dos benefícios de assistência judiciária gratuita à autora, ora agravante, pelo juiz da causa.
Requer, neste recurso, a concessão da antecipação dos efeitos da tutela nos moldes pleiteados em primeiro grau.
À fl. 93 concedi prazo para que a agravante autenticasse as cópias de peças processuais.
Regularmente intimada a agravante cumpriu a providência.
Relatei.
Fundamento e decido.
De acordo com o disposto no artigo 522, "caput", do Código de Processo Civil, com a nova redação dada pela Lei n. 11.187, de 19/10/2005, entendo ser cabível o agravo, na forma de instrumento, haja vista os fundamentos de perigo de lesão grave e de difícil reparação alegados pela agravante.
Com relação à argüição de inconstitucionalidade do procedimento extrajudicial previsto no Decreto-lei nº 70/66, não vislumbro relevância na tese dos agravantes, com a devida vênia aos doutos entendimentos em sentido contrário, uma vez que a garantia do devido processo legal, consagrada no art.5º, LIV da CF/88 não deve ser entendida como exigência de processo judicial. Por outro lado, o devedor não fica impedido de levar a questão ao conhecimento do Judiciário, ainda que já realizado o leilão, caso em que eventual procedência do alegado resolveria-se em perdas e danos.
Por outro lado, o devedor não fica impedido de levar a questão ao conhecimento do Judiciário, ainda que já realizado o leilão, caso em que eventual procedência do alegado resolveria-se em perdas e danos.
Assinalo que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem se orientado no sentido contrário à tese esposada pelo agravante: STJ - 2ª Turma - MC 0000288-DF - DJ 25/03/96 pg.08559 - Relator Ministro Antonio de Pádua Ribeiro; STJ - 1ª Turma - REsp 0046050-RJ - DJ 30/05/94 pg.13460 - Relator Ministro Garcia Vieira.
E em decisão, noticiada no Informativo n.º 116, o Supremo Tribunal Federal entendeu que o Decreto-lei nº 70/66 foi recepcionado pela Carta de 1988 (RE nº 223.075-DF, Relator o Ministro Ilmar Galvão), entendimento que vem sendo reiterado (AI-AgR 312004-SP, DJ 28/04/2006, pg.30, Relator Ministro Joaquim Barbosa).
No sentido da constitucionalidade da execução extrajudicial prevista no Decreto-lei n° 70/66 também situa-se o entendimento desta Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da 3a Região, v.g.: AG 1999.03.00.012808-3, Relator Des.Fed. Johonsom di Salvo, DJ 14/03/2006, pg.227; AG 2006.03.00.024383-8, Relatora Des.Fed. Vesna Kolmar, DJ 05/09/2006, pg.300.
Por óbvio, tal entendimento não exclui a possibilidade de medida judicial que obste o prosseguimento do procedimento previsto no Decreto-lei nº 70/66, desde que haja que haja indicação precisa, acompanhada de suporte probatório, do descumprimento de cláusulas contratuais, ou mesmo mediante contra-cautela, com o depósito à disposição do Juízo do valor exigido, circunstâncias inocorrentes no caso dos autos.
Com relação ao pedido de suspensão de exigibilidade das prestações vencidas e depósito das vincendas, no montante apurado pela agravante, observo que da simples leitura da petição inicial e do exame da documentação que a acompanha, se vislumbra desde logo a necessidade de prova pericial, a fim de aquilatar-se a veracidade das alegações, prova essa aliás expressamente requerida pelo autor.
Assim, ainda que se admita, por argumentação, que o agravante venha a ser vencedor na demanda quanto ao pedido de revisão de cláusulas contratuais, não há como, em sede de antecipação de tutela, chancelar os valores apurados em cálculo unilateralmente produzido, autorizando o depósito dos valores que o mutuário entende devidos, com o fim de livrá-los dos efeitos da mora.
Note-se que a agravante não pretende o depósito dos valores cobrados pela instituição financeira, a fim de evitar a tortuosa via do solve et repete, providência que poderia deferida, mas sim que seja autorizado o depósito das prestações do financiamento em valor que ele próprio, unilateralmente, entende como correto.
Com efeito, não vejo como plausível a concessão de tutela antecipada ou medida cautelar, forrando uma das partes dos efeitos da mora, pelo simples depósito dos valores unilateralmente apurados, por conta de uma revisão contratual por ser obtida no processo de conhecimento.
Ao contrário, entendo que, a não ser em hipóteses excepcionalíssimas, enquanto as cláusulas tidas por ilegais não forem judicialmente anuladas ou revistas, deve o contrato - por força do princípios do pacta sunt servanda e da segurança jurídica - ser prestigiado.
Em sendo o contrato de financiamento título executivo extra-judicial, e estando o mutuário em mora, deve ser aplicada a norma do artigo 585, §1° do Código de Processo Civil, que dispõe que "a propositura de qualquer ação relativa ao débito constante do título executivo não inibe o credor de promover-lhe a execução.
Por outro lado, quanto aos valores incontroversos, não cabe o depósito à disposição do Juízo, mas sim o pagamento direto à própria instituição financeira, nos termos do artigo 50, §1° da Lei n° 10.931/04.
No sentido da impossibilidade de se impedir a execução do contrato, livrando-se o mutuário dos efeitos da inadimplência mediante depósito das prestações em valores unilateralmente apurados situa-se o entendimento desta Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, v.g.: AG 2004.03.00.018072-8, Relatora Des.Fed. Vesna Kolmar, DJ 24/05/2005, pg.172; AG 2006.03.00.008817-1, Relator Des.Fed. Johonsom di Salvo, DJ 19/09/2006, pg.246.
Com relação ao pedido de que seja obstada a inscrição do nome da mutuária nos serviços de proteção de crédito, observo tais cadastros encontram suporte legal no artigo 43 da Lei n° 8.078/90.
O simples ajuizamento de ação judicial visando a discussão do débito, sem que tenha o mutuário obtido decisão liminar ou de antecipação de tutela, com suporte em comprovado descumprimento de cláusulas contratuais por parte da instituição financeira, ou ainda com o depósito do valor questionado, não obsta a inscrição do inadimplente nos serviços de proteção ao crédito.

No sentido da licitude da inscrição do nome do mutuário inadimplente nos serviços de proteção ao crédito situa-se o entendimento desta Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, v.g.: AG 2005.03.00.075175-0, Relator Des.Fed. Johonsom di Salvo, DJ 25/04/2006, pg.235; AG 2003.03.00.042137-5, Relatora Des.Fed. Vesna Kolmar, DJ 17/05/2005, pg.238.
No mesmo sentido situa-se a orientação do Superior Tribunal de Justiça, firmada no RESP 527618-RS, DJ 24/11/2003, pg. 214, exigindo-se, para que seja obstada a inscrição do devedor nos serviços de proteção ao crédito que: a) haja ação proposta pelo devedor contestando a existência integral ou parcial do débito; b) que haja efetiva demonstração de que a contestação da cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça; c) que, sendo a contestação apenas de parte do débito, deposite o valor referente à parte tida por incontroversa, ou preste caução idônea,ao prudente arbítrio do magistrado. Essa orientação tem sido reiteradamente aplicada aos contratos celebrados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (STJ, 4a Turma, RESP 772028-RS, DJ 01/02/2006, pg.571; STJ, 1a Turma, RESP 662358-PE, DJ 17/10/2005, pg.184)
Pelo exposto, INDEFIRO a antecipação da tutela recursal.
Intime-se a agravada, para os fins do artigo 527, inciso V, do Código de Processo Civil.
Comunique-se ao D. Juízo de origem.
Intime-se.
São Paulo, 19 de março de 2006.
MÁRCIO MESQUITA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2006.03.00.120454-3 AG 287968
ORIG.	:	200661000261005 10 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	ROBERTO THIERS WATANABE e outros
ADV	:	MARIANA HAMAR VALVERDE GODOY
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 10 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. VESNA KOLMAR / PRIMEIRA TURMA

Vistos em decisão
Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito ativo, interposto por Roberto Thiers Watanabe, Silvia Maria de Campos e Rosifarma Homeopatia Ltda ME, por meio do qual pleiteiam a reforma da decisão proferida nos autos da medida cautelar inominada nº 2006.61.00.026100-5, em trâmite perante o r. Juízo da 10ª Vara Federal da Seção Judiciária de São Paulo, que indeferiu o pedido de liminar.
Antes da análise do pedido de efeito suspensivo, solicito informações ao MM. Juiz "a quo", nos termos do artigo 527, inciso IV, do Código de Processo Civil.
Intime-se, ainda, a agravada para apresentar contraminuta.
Intime-se.
São Paulo, 20 de março de 2007.
VESNA KOLMAR
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2006.03.00.120594-8 AG 287999
ORIG.	:	200661040088240 2 Vr SANTOS/SP
AGRTE	:	CLARA YOSHIRO SUZUKI
ADV	:	MARCIO BERNARDES
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	ADRIANO MOREIRA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE SANTOS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Vistos.
Recebo a petição de fls. 127/132 como pedido de reconsideração nos termos do art. 527, parágrafo único, do Código de Processo Civil, uma vez que a decisão agravada foi proferida após a vigência da Lei nº 11.187/2005.
Os argumentos da agravante em nada abalam a convicção deste Relator conforme as razões já explicitadas na decisão de fls. 101/102.
Ante o exposto, mantenho a decisão proferida pelos seus próprios fundamentos.
Aguarde-se o oportuno julgamento.
Int.
São Paulo, 22 de março de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.60.05.000255-1 HC 27325
ORIG.	:	1 Vr PONTA PORA/MS 200660050018906 1 Vr PONTA PORA/MS
IMPTE	:	BEATRIZ V MARQUES SALVADOR
PACTE	:	EDIMARA FELIZARDO PIRES SILVA reu preso
ADV	:	BEATRIZ V MARQUES SALVADOR
IMPDO	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE PONTA PORA - 5ª SSJ - MS
RELATOR	:	DES.FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

Inicialmente, corrija-se a autuação de modo a constar a capitulação legal como sendo "Lei 11.343/06, arts. 33, 35 e 40, I".
Trata-se de habeas corpus com pedido de medida liminar impetrado por Beatriz V. Marques Salvador, em favor de Edimara Felizardo Pires da Silva, contra ato do MM. Juízo da 1ª Vara Federal de Ponta Porã - 5ª Subseção Judiciária de Mato Grosso do Sul, que mantém a paciente sob custódia, nos autos da ação penal de n. 2006.60.05.001890-6, em que é acusada da prática dos ilícitos constantes nos artigos 33, "caput", em concurso material com o artigo 35, caput, ambos combinados com o artigo 40, I, todos da Lei n. 11.343/2006.
Argumenta a impetração estar sofrendo a paciente de coação ilegal, face excesso de prazo no término da instrução processual, a qual alega que sequer foi iniciada, tendo transcorrido mais de 127 (cento e vinte e sete dias) sem que o processo tenha se encerrado.
É o relatório.
A tutela jurisdicional, invocada nesta ação, no que se refere à manutenção da prisão cautelar, já foi objeto de apreciação nos autos do habeas corpus n. 2007.03.00.020297-0, em sede liminar, a qual foi indeferida.
Não se conhece da ordem quando consubstancia reiteração de outro pedido formulado com os mesmos fundamentos.
Nesse sentido, colaciono:
"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. EXTORSÃO. REVOGAÇÃO DO DECRETO DE PRISÃO PREVENTIVA. REITERAÇÃO DE PEDIDO NÃO CONHECIMENTO DA ORDEM.
1. Evidenciado que o pedido formulado tem objeto idêntico ao de outro habeas corpus anteriormente impetrado perante esta Corte - revogação do decreto de prisão preventiva -, repetindo-se neste writ os mesmos argumentos já apreciados e decididos, além da inexistência de situação fática ou jurídica diversa da anterior, configura-se inadmissível a reiteração. Precedentes.
2. Beneficiado pelo Juízo processante com prisão provisória domiciliar, resta prejudicada a alegada incompatibilidade do estado de saúde do paciente com a manutenção de seu encarceramento cautelar.
3. Ordem não conhecida.
(STJ, HC 40926/GO; Relator: Ministro Arnaldo Esteves Lima; Quinta Turma; j. 06.12.2005; DJ 03.04.2006; p. 374)
"HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. REITERAÇÃO DE PEDIDO JÁ APRECIADO IMPOSSIBILIDADE.
1. Tendo o presente pedido de habeas corpus as mesmas partes e idêntico fundamento do HC n.º 35.493/BA, julgado por esta Corte Superior, resta prejudicado por perda de objeto.
2. Writ não conhecido.
(STJ, HC 34394/BA ; Relatora: Ministra Laurita Vaz; Quinta Turma, j. 14.03.2006; DJ 03.04.2006; p. 372)
"PROCESSO PENAL. PRISÃO PREVENTIVA. JORNALISTA. ILEGALIDADE DA SEGREGAÇÃO. REITERAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO.
Não se conhece de habeas corpus formulado com o mesmo pedido, partes e causa de pedir de writ já distribuído e conhecido por esta Casa, pendente de julgamento.
(...)"
(STJ, 75.892 - SP Relator: Min. Paulo Medina, Decisão Monocrática, 07/02/2007, DJ 27.02.2007)
Desse modo, inexistem razões para a apreciação da presente ação constitucional, dado tratar-se de reiteração de outro pedido com os mesmos fundamentos.
Isso posto, com base no artigo 188 do Regimento Interno deste Tribunal, INDEFIRO LIMINARMENTE o pedido.
Intime-se. Após as anotações pertinentes, ao arquivo.
São Paulo, 27 de março de 2007.
LUIZ STEFANINI
Desembargador Federal

PROC.	:	2005.61.19.000280-2 ACR 27046
ORIG.	:	1 Vr GUARULHOS/SP
APTE	:	Justiça Pública
ADV	:	
APTE	:	LUKOKI FAUSTINO réu preso
ADV	:	TANIA MAIURI
ADV	:	KELLY CRISTINA DEL BUSSO LUCAS (Int.Pessoal)
ADV	:	DULCI NÉIA DE JESUS NASCIMENTO
APDO	:	MIGUEL PEDRO
ADV	:	FRANCISCO CARLOS ALVES DE DEUS
ADV	:	DULCI NÉIA DE JESUS NASCIMENTO
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

1.Intime-se a defensora constituída de LUKOKI FAUSTINO, Dra. Tania Maiuri, OAB/SP 98.027, para que apresente as razões ao recurso de apelação interposto (fls. 404), nos termos do disposto no artigo 600, § 4º, do Código de Processo Penal.
2. Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 30 de março de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2001.61.81.001211-4 ACR 26919
ORIG.	:	5P Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	RENATO DUPRAT FILHO
ADV	:	LUCIANO TADEU TELLES
APDO	:	Justiça Pública
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

1.Intime-se o defensor constituído de RENATO DUPRAT FILHO, Dr. Luciano Tadeu Telles, OAB/SP 162.637, para que apresente as razões ao recurso de apelação interposto (fls. 954/955), nos termos do disposto no artigo 600, § 4º, do Código de Processo Penal.
2. Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 29 de março de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.61.19.001668-4 ACR 26926
ORIG.	:	6 Vr GUARULHOS/SP
APTE	:	GISLENE APARECIDA DOS SANTOS reu preso
ADV	:	RENATO CARLOS DE ARRUDA GIMENEZ (Int.Pessoal)
APTE	:	CLEUZA MARIA CHINOLATO reu preso
ADV	:	NELSON BERNARDO DA COSTA
APDO	:	Justica Publica
RELATOR	:	JUIZ CONV. MÁRCIO MESQUITA / PRIMEIRA TURMA

Fls. 475: Defiro a devolução do prazo para oferecimento das razões de apelação, requerida pela defesa da ré Cleuza Maria Chinolato, pelo prazo improrrogável de 08 (oito) dias.
Intime-se.
Após, conclusos.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Márcio Mesquita
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2007.03.00.005105-0 HC 26696
ORIG.	:	200261250043036 1 Vr OURINHOS/SP
IMPTE	:	ROBERTO ZANONI CARRASCO
PACTE	:	FERNANDO VICENTE VICENTE FILHO
ADV	:	ROBERTO ZANONI CARRASCO
IMPDO	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE OURINHOS - 25ª SSJ - SP
RELATOR	:	JUIZ CONV. MÁRCIO MESQUITA / PRIMEIRA TURMA

Fls. 222: Indefiro. O impetrante requer o desentranhamento e retirada das cópias reprográficas dos documentos que embasaram a inicial, independentemente de substituição nos autos, o que torna inviável o pedido.
Certifique-se o decurso do prazo para manifestação quanto à decisão de fls. 209/210.
Após, arquivem-se os autos.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Márcio Mesquita
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2001.61.81.005618-0 ACR 24385
ORIG.	:	4P Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	NILTON TRAMA
ADV	:	EMERSON TADAO ASATO
APTE	:	JOSE ROBERTO MACHADO
ADV	:	PATRICIA MUSSALEM DRAGO
APDO	:	Justica Publica
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

VISTOS EM DECISÃO:
Tratam-se de Apelações Criminais interpostas por NILTON TRAMA e JOSÉ ROBERTO MACHADO contra sentença condenatória (fls. 742/755) proferida em ação penal destinada a apurar a prática do crime descrito no artigo 1º. Inciso I e IV da Lei nº 8.137/90 e artigo 334, caput, c,c, artigos 69 e 29 do Código Penal.
Diz a denúncia (fl. 02/04) que em 27.05.1998, os apelantes, na qualidade de sócios gerentes da empresa COMPUADD DO BRASIL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA, submeteram a despacho aduaneiro mercadorias subfaturadas e assim, de forma consciente e voluntária, suprimiram e reduziram imposto de importação (II) e imposto sobre produtos industrializados (IPI), mediante a omissão e apresentação de falsas declarações às autoridades fazendárias, bem como a utilização de documentos que sabiam inexatos.
Às fls. 05/06, aditou-se a denúncia para incluir conduta praticada em 20.03.1998, nas mesmas circunstâncias de tempo e lugar, mediante a qual teriam reduzido imposto de importação e de imposto sobre produto industrializado. Descreveu-se a mesma conduta de declarar ao fisco para a importação de notebooks e acessórios valores inferiores aos apresentados para o fechamento de câmbio.
A denúncia foi recebida em 05.10.2001 (fl. 492) e o aditamento da denúncia em 25.03.2002 (fl. 500).
O juízo "a quo" condenou ambos os réus como incursos nas sanções do artigo 1º, inciso I, da Lei 8,137/90, c.c art. 71 do Código Penal. Fixou-se pena privativa de liberdade de 2 (dois) anos e 4 (quatro) meses de reclusão a ser cumprida em regime aberto nos termos do art. 33, § 2º, "c" do Código Penal e pagamento de 12 (doze) dias-multa no valor unitário de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época do pagamento. A pena privativa de liberdade foi substituída por prestação pecuniária consistente na entrega trimestral de um salário mínimo vigente à época do cumprimento, para uma instituição de assistência de idosos carentes, segundo o Juízo das execuções penais, e prestação de serviços a entidades sociais.

As razões recursais de NILTON TRAMAM encontram-se às fls. 800/825. O apelante requer a aplicação do artigo 107, IV do Código Penal para extinguir a punibilidade pela prescrição, bem como a absolvição, nos termos dos incisos IV e VI do artigo 386 do Código de Processo Penal.
Em contra-razões (fls. 828/838), o Ministério Público Federal requer seja reconhecida a extinção da punibilidade e se superada a questão, pleiteia a manutenção da sentença prolatada em primeiro grau.
O réu JOSÉ ROBERTO MACHADO manifestou a intenção de apresentar razões de inconformidade diretamente na superior instância, nos termos do artigo 600, § 4º, do Código de Processo Penal (fl. 799)
A Procuradoria da República apresentou parecer às fls. 845/849.
JOSÉ ROBERTO MACHADO apresentou razões de apelação às fls. 866/886, pleiteou a extinção da punibilidade pela ocorrência da prescrição e subsidiariamente pela absolvição. As contra-razões ministeriais encontram-se às fls. 891/900 e também são no sentido de que seja reconhecida a perda do jus puniendi estatal. Subsidiariamente a acusação requer a manutenção do decisum condenatório.
A Procuradoria Regional da República opina pelo "provimento do recurso de apelação interposto, declarando-se a extinção de punibilidade em relação aos apelantes, em face da ocorrência da prescrição retroativa que se operou no presente caso."
É o relatório.
DECIDO:
Os apelantes foram condenados ao cumprimento de 2 (dois) anos e 4 (quatro) meses de reclusão e ao pagamento de 12 (doze) dias-multa, por sentença publicada em 07.10.2005 (fls. 756), a qual transitou em julgado para a acusação.
Para fins de prescrição, despreza-se o aumento de pena resultante do reconhecimento da continuidade delitiva, a teor do artigo 119 do Código Penal e da Súmula nº 497 do Supremo Tribunal Federal, in verbis:
"Quando se tratar de crime continuado, a prescrição regula-se pela pena imposta na sentença, não se computando o acréscimo decorrente da continuação."
A pena-base foi fixada em 2 (dois) anos de reclusão, de forma que a perda do jus puniendi estatal decorre em 04 (quatro) anos, nos termos do artigo 109, inciso V, do Código Penal.
Os fatos criminosos delituosos narrados na peça de fl. 02/04 teriam sido praticados em 27.05.1998. O recebimento da referida denúncia, causa interruptiva da prescrição (art. Art. 117, I, do CP), ocorreu em 05.10.2001 e a sentença tornou-se pública em 17.10.2005. Portanto, entre o recebimento da primeira acusação e a publicação da sentença decorreu prazo de 4 (quatro) anos e 12 (doze) dias, período suficiente para consolidar a prescrição da pretensão punitiva, na modalidade retroativa, com fundamento nos artigos 109, V e 110, § 1º, ambos do Código Penal.
Quanto aos fatos descritos no aditamento de fl. 05/06, teriam sido praticados em 20.03.1998. O recebimento desta pela acusatória ocorreu em 25.03.2002, de tal sorte que entre as duas datas transcorreram quatro anos e cinco dias, configurando causa extintiva da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva retroativa (art. 109, C e 110, § 2º do CP).
Por esse fundamento, dou provimento aos recursos interpostos para declarar extinta a punibilidade de NILTON TRAMA e JOSÉ ROBERTO MACHADO, nos termos dos artigos 107, IV, 1ª parte e 114, II, do Código Penal.
Observadas as formalidades legais, devolvam-se os autos à vara de origem.
Publique-se.
Intime-se.
São Paulo, 20 de março de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2003.61.81.005718-0 ACR 19014
ORIG.	:	8P Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Justica Publica
APTE	:	LUCIO BENITES LEDESMA reu preso
ADV	:	RENATO TOLEDO DAMIAO
APDO	:	MARIA DE FATIMA SANTOS SILVA reu preso
ADV	:	RICARDO TOLEDO DAMIAO
APDO	:	CRISTINA NUNEZ DE ROTELA reu preso
ADV	:	DAVI SANTOS PILLON
ADV	:	EDNA REGINA BARBIERI DOMINICI
APDO	:	OS MESMOS
RELATOR	:	JUIZ CONV. MARCIO MESQUITA / PRIMEIRA TURMA

Vistos, em despacho.
1) Intime-se a advogada subscritora da petição de fls. 1208/1209, a promover a regularização da representação processual, no prazo de dez dias.
2) Fls. 1217: Comunique-se à digna autoridade penitenciária a impossibilidade do encaminhamento de guia de recolhimento para efeito de execução provisória em favor do réu Lucio Benites Ledesma, em razão da pendência de julgamento do recurso de apelação interposto pelo Ministério Público Federal.
3) Fls. 1221: Atenda-se.
São Paulo, 13 de março de 2007.
Márcio Mesquita
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2001.61.20.007688-1 ACR 13540
ORIG.	:	1 Vr ARARAQUARA/SP
APTE	:	WALDEMAR RIBEIRO DE LIMA reu preso
ADV	:	EVANDRO LUIZ CORDEIRO
ADV	:	ENÉIAS PIEDADE
APDO	:	Justica Publica
RELATOR	:	DES.FED. VESNA KOLMAR / PRIMEIRA TURMA

Fl. 2183: Intimem-se os defensores, Dr. Evandro Luis Cordeiro e Dr. Enéias Piedade, para tomar as providências cabíveis no tocante ao pedido do réu.
São Paulo, 09 de abril de 2007.
VESNA KOLMAR
DESEMBARGADORA FEDERAL
RELATORA

PROC.	:	2001.61.05.010515-7 ACR 26808
ORIG.	:	1 Vr CAMPINAS/SP
APTE	:	DJAIR BATISTA DA SILVA
ADV	:	ORESTES MAZIEIRO
APDO	:	Justiça Pública
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

Fls. 379: defiro, pelo prazo de 5 (cinco) dias.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 30 de março de 2007.
JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.011049-1 HC 26981
ORIG.	:	200660020049780 2 Vr DOURADOS/MS
IMPTE	:	JOAO ARNAR RIBEIRO
PACTE	:	ADILSON GRAVA PIMENTA DOS REIS
ADV	:	JOAO ARNAR RIBEIRO
IMPDO	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE DOURADOS >2ªSSJ>MS
RELATOR	:	DES.FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

Trata-se de habeas corpus com pedido de medida liminar impetrado por João Arnar Ribeiro, em favor de Adilson Grava Pimenta dos Reis, contra ato do MM. Juízo Federal da 2ª Vara Federal de Dourados - 2ª Subseção Judiciária de Mato Grosso do Sul, que, nos autos do habeas corpus de n. 2006.60.02.004978-0, prolatou sentença que denegou a ordem. No referido writ objetivava-se o trancamento de inquérito policial n. 205/2006 instaurado para apuração dos crimes contra a ordem tributária previstos no artigo 1º, inciso III, e artigo 2º inciso V, ambos da Lei n. 8.137/90, atribuídos aos responsáveis pela empresa IMESUL Indústria Metalúrgica Ltda.
Argumenta a impetração estar sofrendo o paciente de coação ilegal, haja vista que sequer foi instaurado processo administrativo fiscal em face do paciente ou mesmo da pessoa jurídica denominada IMESUL Indústria Metalúrgica Ltda, sendo que tal seria condição de procedibilidade para o válido e regular exercício da ação penal, conforme o artigo 83 da Lei n. 9.430/96 e o entendimento do Supremo Tribunal Federal. Pleiteia, em sede liminar, a suspensão do inquérito policial, e, no mérito, pede o seu trancamento.
É o relatório.
Não vislumbro a presença dos elementos necessários para a concessão da liminar.
Cumpre salientar que o trancamento de inquérito é medida excepcional, justificando-se somente em casos de manifesta atipicidade do fato investigado ou quando evidente a prescrição ou a suspensão da pretensão punitiva.
Nesse sentido, colaciono:
"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ART. 171, § 3º, 288, 299, 312 e 317, TODOS DO CÓDIGO PENAL. TRANCAMENTO DE INQUÉRITO. FALTA DE JUSTA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE.
I - O trancamento de inquérito, conquanto possível, cabe apenas nas hipóteses excepcionais em que, prima facie, mostra-se evidente a atipicidade do fato ou a inexistência de autoria por parte do indiciado, não sendo cabível quando há apuração plausível de conduta que, em tese, constitui prática de crime, como ocorreu na espécie. (Precedentes).
II - In casu, a verificação das teses levantadas pelo impetrante, demandaria, necessariamente, o amplo revolvimento do material fático-probatório o que, nesta estreita via, mostra-se inviável. (Precedentes).
Ordem denegada."
(HC 55197 / DF, Relator: Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, j. 12/09/2006, DJ 04.12.2006 p. 341)
No caso, a alegada ausência de elementos para a instauração de inquérito policial não pode ser aferida de plano, portanto, não prospera o pleito de suspensão do inquérito.
Ressalto que a necessidade da existência de procedimento administrativo como pressuposto da instauração de inquérito policial é matéria merecedora de maior aprofundamento pela Turma quando do julgamento do writ.
Assim, nos estreitos limites desta ação constitucional, bem como no exame perfunctório, próprio do momento processual, INDEFIRO O PEDIDO DE LIMINAR formulado nesta impetração.
Oficie-se a autoridade impetrada, para que preste as informações no prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.
Intime-se e cumpra-se.
São Paulo, 20 de março de 2007.
LUIZ STEFANINI
Desembargador Federal

PROC.	:	2007.03.00.011182-3 HC 26999
ORIG.	:	200361140074900 6P Vr SAO PAULO/SP
IMPTE	:	FRANCISCO DE PAULA BERNARDES JUNIOR
IMPTE	:	FILIPE SCHMIDT SARMENTO FIALDINI
PACTE	:	DECIO APOLINARIO
ADV	:	FRANCISCO DE PAULA BERNARDES JUNIOR
IMPDO	:	JUIZO FEDERAL DA 6 VARA CRIMINAL SAO PAULO SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

VISTOS, EM DECISÃO
Trata-se de Habeas Corpus em que os advogados de DÉCIO APOLINÁRIO buscam revogar decisão do MM. Juiz da 6a. Vara Federal Criminal desta Capital que indeferiu acesso dos causídicos aos autos de inquérito policial instaurado pela Polícia Federal para investigar supostos crimes de sonegação fiscal e lavagem de ativos já que o paciente teria cem milhões de dólares americanos em conta bancária na Suíça e teria "cedido" 15% desse valor a terceiro, sendo beneficiária a empresa off-shore de nome Fellow River.
Alega-se na impetração que o d. juízo pratica ilegalidade em impedir os advogados do investigado de terem acesso ao inquérito, já que o sigilo decretado não existe em desfavor da defesa do mesmo, sendo direito dos advogados amplo acesso a quaisquer autos de inquéritos nos termos do artigo 7º, XIV, do Estatuto da Advocacia.
Foi pedida liminar.
Requisitei as informações que vieram aos autos a fls. 46-49.
Decido.
Através de portaria de 24 de setembro de 2003 a Polícia Federal instaurou inquérito policial cujas diligências processam-se sob sigilo para averiguar a conduta do paciente e de terceiro em operação altamente suspeita envolvendo o Israel Discount Bank e a empresa off-shore Fellow River.
Conforme afirmado pelo MM. Juiz em suas zelosas informações, existe a necessidade da finalização ou complementação de diligências destinadas a apurar os fatos e possível autoria criminosa, sendo DÉCIO APOLINÁRIO suspeita de crimes de sonegação fiscal e lavagem de ativos; aduziu S. Exa. que se não for mantido o sigilo investigatório será frustrado o resultado - bom ou mau, para o paciente - das investigações.
É o quanto basta para relativizar o direito que os advogados têm de acesso a autos de inquéritos em andamento.
E sem que isso represente violação ilegítima de prerrogativa da profissão ou atentado contra o direito de defesa.
Não há que se falar em cerceamento de defesa, seja porque em sede de inquérito não há acusação alguma de que o paciente "deva se defender", seja porque não tem ele direito de ver praticada diligência a seu favor (artigo 14 do Código de Processo Penal).
De outro lado não tem o menor sentido cientificar o investigado, ainda que por via indireta como é o caso de abrir os autos indiscriminadamente ao advogado constituído por ele, o investigado acerca de diligências que em tese podem vir a incriminá-lo, assim podendo frustrar resultados desfavoráveis.
Não tem sentido, portanto, assegurar-se vista do inquérito ou acesso aos mesmos existindo diligências sigilosas ainda por realizar, ao advogado; isso não macula os diretos funcionais da nobre classe, pelo contrário, ressalva o advogado de ficar contaminado por possível conduta de seu cliente capaz de interferir iniquamente na investigação policial.
Certamente que, exauridas as investigações que devam se processar em sigilo, assegurar-se-á aos causídicos a vista dos autos.
O que não tem sentido e é capaz de ofender a ordem pública é a abertura dos autos para advogados contratados pelo investigado no curso de diligências que devam processar-se em sigilo sob pena de frustração de seus objetivos.
A propósito do tema, o Supremo Tribunal Federal já teve ensejo de afirmar - reconhecendo o direito do advogado de contato pessoal com o inquérito - que "...O direito do indiciado, por seu advogado, tem por objeto as informações já introduzidas nos autos do inquérito, não as relativas à decretação e às vicissitudes da execução de diligências em curso (cf. L. 9296, atinente às interceptações telefônicas, de possível extensão a outras diligências); dispõe, em conseqüência a autoridade policial de meios legítimos para obviar inconvenientes que o conhecimento pelo indiciado e seu defensor dos autos do inquérito policial possa acarretar à eficácia do procedimento investigatório" (Habeas Corpus nº 82.354/PR, j. 10.8.2004, rel.Ministro Pertence, 1a. Turma - destaquei).
Do Superior Tribunal de Justiça pode-se colacionar o seguinte paradigma:
CRIMINAL. RMS. MEDIDA CAUTELAR DE SEQÜESTRO DE BENS CONDUZIDA SOB SIGILO. ACESSO IRRESTRITO DE ADVOGADO. NÃO CONFIGURAÇÃO DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. PREPONDERÂNCIA DO INTERESSE PÚBLICO SOBRE O PRIVADO. RECURSO DESPROVIDO.

I. O direito do advogado de acesso aos autos não é absoluto, pois em se tratando de processos guardados com segredo de justiça, esse direito sofre restrições, independentemente da existência ou não de procuração.
II.....
III.....
IV. Não há ilegalidade na decisão que, considerando estar a medida cautelar de seqüestro gravada de sigilo, negou, fundamentadamente, aos recorrentes, vista dos autos, especialmente porque buscava-se privilegiar a efetividade dos atos jurisdicionais, especialmente em se tratando de ação criminal que coloca em risco a segurança da sociedade e do Estado, na qual deve prevalecer a supremacia do interesse público sobre o interesse privado.
V. Recurso desprovido.
(RMS 18.673/PR, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 16.06.2005, DJ 01.08.2005 p. 479)
Pelo exposto, indefiro a liminar.
Ao Ministério Público Federal para colheita de parecer.
Publique-se.
Comunique-se.
São Paulo, 26 de março de 2007.

JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2002.03.00.012836-9 HC 12945
ORIG.	:	9003004420 4 Vr RIBEIRAO PRETO/SP 200061020057843 1 Vr RIBEIRAO PRETO/SP 9003017182 1 Vr RIBEIRAO PRETO/SP 200161020016146 1 Vr RIBEIRAO PRETO/SP
IMPTE	:	LUIZ CARLOS BENTO
PACTE	:	MOISES STEIN
ADV	:	LUIZ CARLOS BENTO
IMPDO	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE RIBEIRAO PRETO SP
RELATOR	:	DES.FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

Trata-se de habeas corpus com pedido de medida liminar impetrado por Luiz Carlos Bento em favor de Moisés Stein, contra ato do MM. Juízo da 1ª Vara Federal de Ribeirão Preto (SP), nos autos das Execuções Criminais n. 2001.61.02.001614-2 e 2000.61.02.005784-3.
Pleiteia seja declarada extinta a punibilidade da pena de um ano e dois meses de detenção, imposta nos autos de n. 90.03.01718-2, que deram origem à execução criminal n. 2001.61.02.001614-6, bem como a anulação da regressão de regime operada em desfavor do paciente, de modo a manter o regime aberto no qual vinha cumprindo a pena imposta nos autos n. 90.03.00442-0, que deram origem à execução n. 2000.61.02.005784-3.
A liminar foi deferida às fls. 206/209.
Parecer do Ministério Público Federal pela denegação da ordem (fls. 401/407).
É o relatório.
Conforme informações prestadas pelo Juízo de origem (fls. 485/486), foi decretada a extinção da punibilidade, em ambos os processos, pelo cumprimento integral das penas.
Logo, julgo prejudicado o presente writ, com fundamento no artigo 33, inciso XII, do Regimento Interno desta Corte.
Intime-se.
Após as anotações pertinentes, ao arquivo.
São Paulo, 21 de março de 2007.

LUIZ STEFANINI
Desembargador Federal

PROC.	:	2007.03.00.015595-4 HC 27070
ORIG.	:	200660050001050 1 Vr PONTA PORA/MS
IMPTE	:	RICARDO HASSON SAYEG
IMPTE	:	BEATRIZ QUINTANA NOVAES
PACTE	:	WALDIR CANDIDO TORELLI
PACTE	:	JAIR ANTONIO DE LIMA
PACTE	:	PEDRO CASSILDO PASCUTTI
ADV	:	RICARDO HASSON SAYEG
IMPDO	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE PONTA PORA - 5ª SSJ - MS
RELATOR	:	DES.FED. LUIZ STEFANINI / PRIMEIRA TURMA

Trata-se de habeas corpus com pedido de medida liminar impetrado por Ricardo Hasson Sayeg e Beatriz Quintana Novaes, em favor de Waldir Candido Torelli, Jair Antonio de Lima e Pedro Cassildo Pascutti, contra ato do MM. Juízo Federal da 1ª Vara de Ponta Porã - 5ª Subseção Judiciária de Mato Grosso do Sul, que, nos autos da ação penal n. 2006.60.05.000105-0, recebeu denúncia contra os pacientes, pela suposta prática dos seguintes delitos:
a)artigo 95, d, da Lei n. 8.212/91 c.c. o artigo 29 do Código Penal, sendo seis os fatos praticados nos períodos de outubro até dezembro de 1996 e de maio até julho de 1997, sendo quatro deles em continuidade delitiva;
b)artigo 95, b e c, da Lei n. 8.212/91, c.c. o artigo 1º, I, II e IV, da Lei n. 8137/91, por seis fatos praticados nos períodos de outubro até dezembro de 1996 e de maio até julho de 1997, sendo quatro deles em continuidade delitiva;
c)em concurso material entre si e com os demais crimes denunciados: como incursos no artigo 299 do Código Penal, sendo que Waldir foi acusado de prática de quatro fatos, Jair, por quatro fatos e Pedro como partícipe nos atos praticados pelos demais seis denunciados.
Argumenta a impetração estar sofrendo o paciente de coação ilegal, haja vista a extinção do crime de apropriação indébita previdenciária pelo pagamento e a extinção da punibilidade dos crimes fiscais pela adesão da empresa ao REFIS III (Medida Provisória n. 303/2006). Alega ainda a inocorrência do crime de falso. Sustenta que a ausência de recolhimento das contribuições do FUNRURAL jamais poderia implicar imputação de crime fiscal, por se tratar de exercício regular de direito, haja vista a existência de liminar concedida em medida cautelar, bem como por não existir crime fiscal relativo a tributo inconstitucional e ainda argumenta acerca do direito constitucional de resistência civil. Pleiteia, em sede liminar, a suspensão da ação penal, e, no mérito, pede o seu trancamento.
É o relatório.
No presente momento, vislumbro os elementos necessários para a concessão da liminar.
Com efeito, restou comprovado pelo pelo ofício expedido pela Delegacia da Receita Previdenciária de Campo Grande (MS) que os débitos referentes às NFLDs de n. 35.401.910-4, 35.401.911-2 e 35.401.912-0 foram incluídos em parcelamentos requeridos pela empresa Fribai - Frigorífico Vale do Amambaí Ltda., na forma dos artigos 1º e 8º da Medida Provisória n. 306/2006 (REFIS III). Logo, restou suspensa a pretensão punitiva estatal no que concerne aos crimes oriundos dos débitos relativos às referidas NFLDs, nos termos do artigo 9º da Lei 10.684/2003.
Quanto à NFLD n. 35.401.909-0, o mencionado ofício, expedido em 20 de dezembro de 2006, dá conta que o processo a ela pertinente encontrava-se na Câmara de Recursos da Previdência Social- CRPS, aguardando a expedição do acórdão. Já em consulta ao site do Ministério da Previdência Social (em anexo), efetuada em 26 de março de 2007, verifico que foi proferido acórdão pela Quarta Câmara de Julgamento da CRPS, a qual houve por bem conhecer do recurso e negar-lhe provimento, em sessão de 26 de fevereiro de 2007. Portanto, ainda não é findo o procedimento administrativo referente a essa NFLD, haja vista que, conforme o artigo 60 do Regimento interno da CRPS, as câmaras de julgamento poderão rever suas decisões, a pedido ou de ofício, em quando não ocorrer a prescrição administrativa, sendo que o § 3º do referido artigo, dispõe que: "o pedido de revisão do acórdão será apresentado pelo interessado no INSS, que, após proceder sua regular instrução, no prazo de trinta dias, fará remessa à Câmara ou Junta, conforme o caso". Por sua vez, o § 4º determina que: "Apresentado o pedido de revisão pelo próprio INSS, a parte contrária será notificada pelo Instituto para, no prazo de 30 (trinta) dias, oferecer contra-razões".
Portanto, do exposto, verifica-se que em três das NFLDs que serviram de base à denúncia, já foi negociado o parcelamento, estando, portanto, suspensa a pretensão punitiva estatal. Já, no que se refere à quarta, ainda não houve decisão final na esfera administrativa.
A NFLD n. 35.401.909-0 , que ainda se encontra em pendência de procedimento administrativo, refere-se aos débitos concernentes ao FUNRURAL e contribuições incidentes sobre folha de pagamento de salários, conforme consta das fls. 53/54 dos presentes autos.
Entendo que, ante a ausência de conclusão do procedimento administrativo, não há justa causa para a ação penal.
"Em que pese haja entendimento no sentido de que as esferas tributária e penal são distintas, compartilhamos da opinião daqueles que defendem o ilícito tributário constitui pressuposto do ilícito penal tributário (crime), não podendo a ação penal instaurar-se - nem mesmo inquérito policial, dado o constrangimento que causa - antes do término do procedimento administrativo fiscal, salvo nos casos em que o crédito tributário eventualmente não constitua elemento do tipo."
Nesse sentido, é o entendimento de nosso Tribunais Superiores:
"'HABEAS CORPUS' - CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA (LEI Nº 8.137/90, ART. 1º) - CRÉDITO TRIBUTÁRIO AINDA NÃO CONSTITUÍDO DEFINITIVAMENTE - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO-FISCAL AINDA EM CURSO QUANDO OFERECIDA A DENÚNCIA - AJUIZAMENTO PREMATURO DA AÇÃO PENAL - IMPOSSIBILIDADE - AUSÊNCIA DE TIPICIDADE PENAL - RECONHECIMENTO DA CONFIGURAÇÃO DE CONDUTA TÍPICA SOMENTE POSSÍVEL APÓS A DEFINITIVA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - INVIABILIDADE DA INSTAURAÇÃO DA PERSECUÇÃO PENAL, MESMO EM SEDE DE INQUÉRITO POLICIAL, ENQUANTO A CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO NÃO SE REVESTIR DE DEFINITIVIDADE - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A "PERSECUTIO CRIMINIS", SE INSTAURADO INQUÉRITO POLICIAL OU AJUIZADA AÇÃO PENAL ANTES DE ENCERRADO, EM CARÁTER DEFINITIVO, O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO-FISCAL - OCORRÊNCIA, EM TAL SITUAÇÃO, DE INJUSTO CONSTRANGIMENTO, PORQUE DESTITUÍDA DE TIPICIDADE PENAL A CONDUTA OBJETO DE INVESTIGAÇÃO PELO PODER PÚBLICO - CONSEQÜENTE IMPOSSIBILIDADE DE PROSSEGUIMENTO DOS ATOS PERSECUTÓRIOS - INVALIDAÇÃO, DESDE A ORIGEM, POR AUSÊNCIA DE FATO TÍPICO, DO PROCEDIMENTO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL DE PERSECUÇÃO PENAL - PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - "HABEAS CORPUS" DEFERIDO. - Enquanto o crédito tributário não se constituir, definitivamente, em sede administrativa, não se terá por caracterizado, no plano da tipicidade penal, o crime contra a ordem tributária, tal como previsto no art. 1º da Lei nº 8.137/90. É que, até então, não havendo sido ainda reconhecida a exigibilidade do crédito tributário ("an debeatur") e determinado o respectivo valor ("quantum debeatur"), estar-se-á diante de conduta absolutamente desvestida de tipicidade penal. - A instauração de persecução penal, desse modo, nos crimes contra a ordem tributária definidos no art. 1º da Lei nº 8.137/90 somente se legitimará, mesmo em sede de investigação policial, após a definitiva constituição do crédito tributário, pois, antes que tal ocorra, o comportamento do agente será penalmente irrelevante, porque manifestamente atípico. Precedentes. - Se o Ministério Público, no entanto, independentemente da "representação fiscal para fins penais" a que se refere o art. 83 da Lei nº 9.430/96, dispuser, por outros meios, de elementos que lhe permitam comprovar a definitividade da constituição do crédito tributário, poderá, então, de modo legítimo, fazer instaurar os pertinentes atos de persecução penal por delitos contra a ordem tributária. - A questão do início da prescrição penal nos delitos contra a ordem tributária. Precedentes."
(STF, HC 85329/SP, Segunda Turma, Relator:
Min. CELSO DE MELLO, j. 21/11/2006, DJ 15-12-2006 , p.109) (grifei)
"HABEAS CORPUS. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ARTIGO 1º, DA LEI 8.137/90. INQUÉRITO POLICIAL ANTES DO LANÇAMENTO DEFINITIVO DO TRIBUTO. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE JUSTA. ORDEM CONCEDIDA.
1. É condição objetiva de punibilidade dos crimes definidos no artigo 1º, da Lei 8.137/90, o lançamento definitivo do crédito tributário, não podendo, antes disso, ter início a persecução penal - por manifesta ausência de justa causa.
2. Enquanto o tributo não se torna exigível também não terá curso a prescrição.
3. Ordem concedida."
(STJ, HC 49524/RJ, Sexta Turma, Relator: Min. Paulo Medina, j. 22/08/2006, DJ 09.10.2006 p. 363)
No caso, não prospera o argumento de que por se tratar de crime formal contra a previdência social, não se aplica o raciocínio concernente aos crimes de resultado contra a ordem tributária, haja vista que ambos são crimes tributários.
Tal entendimento possui respaldo na maior parte da doutrina, sendo que cito a exemplo, o magistério de Luiz Regis Prado, que embora esteja referindo-se ao tipo previsto no artigo 168-A do Código Penal, tem perfeita aplicabilidade no caso em apreço:
"Não se pode olvidar que a melhor doutrina enfoca a contribuição social como um instituto de natureza tributária, que pode ser conceituado como 'espécie de tributo com finalidade constitucionalmente definida, a saber, intervenção no domínio econômico, interesse de categorias profissionais ou econômicas da Seguridade Social'.
Assim, embora o tipo no 168-A o responsável tributário, agindo na qualidade de agente de retenção da contribuição social ou de outra importância oriunda do contribuinte de fato (segurado, terceiros ou público), deixe de recolher tal valor à Previdência Social, havendo por presunção 'ficta' uma apropriação com conseqüente lesão patrimonial ao órgão arrecadador, a tutela penal não se justifica em tal caso pela simples necessidade de tutela do patrimônio, mas principalmente para garantir o cumprimento das prestações públicas por parte do Estado, especificamente na área previdenciária. Apenas uma interpretação meramente individualista poderia justificar a caracterização desse novo tipo penal como uma espécie de apropriação indébita, em que o trabalhador figura como sujeito passivo desse delito, por serem as contribuições 'apropriadas' parte do seu salário.
Por essa razão, e em face da natureza tributária da contribuição social, com destaque para aquele destinada ao custeio da Seguridade Social, não deveria o tipo em exame ter sido inserido no presente título, que trata dos crimes contra o patrimônio."
Logo, em obediência ao princípio da isonomia, deve ter o mesmo tratamento dos crimes contra a ordem tributária, os quais necessitam da efetiva constituição do crédito tributário na esfera administrativa como condição de procedibilidade para a ação penal.
Portanto, deve ser acolhido o pedido de suspensão da ação penal.
Quanto ao pleito de trancamento da ação penal, não há de ser apreciado em sede liminar, haja vista tratar-se de matéria merecedora de maior aprofundamento pela Turma quando do julgamento do writ.
Já no que se refere ao pedido de exclusão do delito tipificado no artigo 299 do referido diploma legal, bem como à alegação de exercício regular de direito, restam, no momento, prejudicados, face à concessão da ordem para a suspensão da ação penal
Assim, nos estreitos limites desta ação constitucional, bem como no exame perfunctório, próprio do momento processual, DEFIRO O PEDIDO DE LIMINAR formulado nessa impetração para suspender a ação penal n. 2006.60.05.000105-0, em trâmite perante o Juízo Federal da 1ª Vara de Ponta Porã (MS).
Expeça-se ofício à Delegacia da Receita Previdenciária em Campo Grande (MS) para que informe acerca do débito constante na NFLD 35. 401.909-0.
Intime-se a parte para que emende a inicial apresentando a alegada documentação comprobatória de quitação ou parcelamento do débito referente à NFLD n. 35. 401.909-0.
Oficie-se a autoridade impetrada, para que preste as informações no prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.
Intime-se e cumpra-se.
São Paulo, 26 de março de 2007.

LUIZ STEFANINI
Desembargador Federal

PROC.	:	2007.03.00.015606-5 HC 27072
ORIG.	:	200561190072300 6 Vr GUARULHOS/SP
IMPTE	:	MARCO ANTONIO DO AMARAL FILHO
PACTE	:	MARCIN GALUBA reu preso
ADV	:	MARCO ANTONIO DO AMARAL FILHO
IMPDO	:	JUIZO FEDERAL DA 6 VARA DE GUARULHOS > 19ª SSJ> SP
RELATOR	:	DES.FED. VESNA KOLMAR / PRIMEIRA TURMA

Trata-se de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado por Marco Antonio do Amaral Filho em favor de Marcin Galuba, objetivando a expedição de alvará de soltura nos autos da ação penal n° 2005.61.19.007230-0, que tramita perante a 6ª Vara Federal de Guarulhos/SP.
O impetrante alega, em síntese, que:
a) a d. magistrada de primeiro grau não deu oportunidade ao paciente de apresentar defesa preliminar antes do recebimento da denúncia, nos termos do que dispõe o artigo 38 da Lei n° 10.409/2002, motivo pelo qual a ação penal deve ser anulada, em razão do cerceamento de defesa e da violação ao devido processo legal.
b) foi fixado regime mais gravoso para o cumprimento de pena e negada a substituição da pena privativa de liberdade ao paciente, tao-somente em razão da gravidade do delito e no fato de ser considerado hediondo.
c) deve ser aplicada, no caso dos autos, a causa especial de diminuição de pena prevista na Lei n° 11.343/2006.
É o relatório.
Decido.
Consta dos autos que no dia 24 de outubro de 2.005, o paciente foi preso em flagrante delito, no aeroporto Internacional de Guarulhos, quando tentava embarcar em vôo com destino a Barcelona/Espanha, pela companhia aérea Swiss, transportando 10.600 ml (dez mil e seiscentos mililitros) de cocaína, substância entorpecente, sem documentação legal ou regulamentar, acondicionada em quatro potes de creme, um vidro de shampoo e nove garrafas de bebidas alcóolicas.
Em uma análise preliminar dos autos, não verifico a presença do alegado constrangimento ilegal.
A alegação do impetrante de que a d. magistrada de primeiro grau não procedeu da forma prevista na Lei n° 10.409/2002, apesar de não ter sido comprovada, uma vez que o único documento juntado aos autos é a cópia da sentença condenatória, não é razão suficiente para anular todo o processo, uma vez que não restou demonstrado o prejuízo sofrido pelo réu.
Nesse sentido a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:
STJ - HC - Processo: 200500090043 - UF: GO - QUINTA TURMA - DJ DATA:20/06/2005 Relator(a) FELIX FISCHER - Ementa: PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ARTIGO 12 DA LEI Nº 6.368/76. INOBSERVÂNCIA DO RITO PROCEDIMENTAL PREVISTO NA LEI Nº 10.409/2002. DEMONSTRAÇÃO DE EFETIVO PREJUÍZO. NULIDADE RELATIVA. INSUFICIÊNCIA DE PROVAS PARA A CONDENAÇÃO. DILAÇÃO PROBATÓRIA.
I - A inobservância do procedimento estabelecido no artigo 38 da Lei nº 10.409/02 quando do processamento de ação penal cujo objeto é a prática de delito previsto no artigo 12 da Lei nº 6.368/76, por si só, não importa em nulidade. Com efeito, a declaração de eventual nulidade advinda da não-aplicação do referido dispositivo reclama a prova do efetivo prejuízo sofrido pelo réu, hipótese não ocorrente na espécie (Precedentes).
(...) II - No caso em tela, infirmar a condenação do ora paciente ao argumento da insuficiência das provas coligidas demandaria, necessariamente, o amplo revolvimento da matéria fático-probatória, o que é vedado em sede de habeas corpus (Precedentes).
Por outro lado, a sentença proferida pela MM.ª Juíza "a quo" não padece de qualquer irregularidade. No caso em apreço, por se tratar de crime hediondo, o artigo 2°, parágrafo 1° da Lei n° 8.072/90, por si só impede a substituição da pena privativa de liberdade e o cumprimento em regime menos gravoso.
Ressalte-se que a d. magistrada de primeiro grau determinou o cumprimento da pena em regime inicialmente fechado, o que possibilita ao paciente a progressão de regime prisional.
Por fim, no que tange ao pedido de aplicação do artigo 33, parágrafo 4º da Lei nº 11.343/2006, que prevê causas especiais de aumento e de diminuição mais benéficas para o crime de tráfico de entorpecentes, acompanho a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de que não cabe a combinação de leis, sob pena do judiciário criar norma nova, função que cabe ao legislador.
Essa Turma já se manifestou a respeito em decisão recente cuja ementa transcrevo abaixo:

APELAÇÃO CRIMINAL - TRÁFICO INTERNACIONAL DE ENTORPECENTES - MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS - INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADES NO INQUÉRITO POLICIAL - DESNECESSIDADE DE DEFENSOR NO ATO DE INTERROGATÓRIO REALIZADO NA POLÍCIA - VALIDADE DO TESTEMUNHO DE POLICIAIS - TESTEMUNHOS REDUZIDOS A TERMO DE MANEIRA IDÊNTICA - IRRELEVÂNCIA - CAUSA DE AUMENTO DE PENA RELATIVA À INTERNACIONALIDADE DO TRÁFICO MANTIDA - IMPOSSIBILIDADE DE CRIAÇÃO DE UMA LEX TERTIUS -DOSIMETRIA DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE QUE NÃO COMPORTA REPARO - REDUÇÃO DE OFÍCIO DO NÚMERO DE DIAS-MULTA - APELAÇÃO NÃO PROVIDA.
1. Réu condenado pela prática de tráfico internacional de entorpecentes por importar e transportar maconha, adquirida no Paraguai, para fins de comércio ilícito.
2. Materialidade demonstrada por Auto de Apresentação e Apreensão de 419.155g (quatrocentos e dezenove mil, cento e cinqüenta e cinco gramas) de maconha e Exame Químico-Toxicológico.
3. Autoria comprovada pela confissão do apelante ofertada na seara policial, pela prova testemunhal e pela forma de acondicionamento da droga apreendida - em um fundo falso localizado entre a carroceria e o chassi de um caminhão, aliados a todas as demais circunstâncias do fato.
4. Em razão da natureza jurídica do Inquérito Policial de procedimento administrativo investigatório, é incabível a alegação de existência de ilegalidades ou nulidades processuais ocorridas nessa fase.
5. A presença de defensor durante o interrogatório do réu realizado na Polícia constitui formalidade não essencial à validade do ato.
6. Nossa legislação processual penal não contempla nenhum dispositivo legal que traduza a necessidade de oitiva de testemunhas que não pertençam aos quadros da Polícia, nem tampouco veda ou concede valor diminuto ao depoimento de policiais. Como decorrência do seu mister, os policiais são na grande maioria das vezes testemunhas diretas ou de viso, pois presenciam os fatos, estando em contato direto com a infração penal, constituindo seu testemunho ato imprescindível e essencial para a apuração dos acontecimentos e promoção da Justiça.
7. No tocante à frágil alegação de que os depoimentos dos Policiais Federais são idênticos, o que acarreta a ilegalidade do Inquérito Policial, verifica-se que os 2 (dois) Agentes de Polícia que realizaram o flagrante foram as pessoas que tiveram contato direto com a infração penal praticada, tendo, por conseguinte e óbvio, narrado na Polícia a mesma versão dos acontecimentos, com equivalente teor substancial. O fato de o escrivão ter reduzido a termo os respectivos testemunhos de maneira igual constitui mera irregularidade formal que não desnatura o ato, pelo contrário, revela-se como medida de celeridade e economia.
8. Internacionalidade do tráfico comprovada pela detalhada confissão do réu perante a autoridade policial acerca da aquisição da substância entorpecente no Paraguai, bem como pelos depoimentos uníssonos e incontroversos dos Agentes da Polícia Federal, em ambas as fases da persecução penal, nesse mesmo sentido. Ademais, a caracterização da internacionalidade do tráfico se afere também pela abrangência de mais de um país na prática criminosa, justamente o que ocorreu na espécie dos autos.
9. Quanto à incidência ou não da parte mais favorável da Lei nº 11.343/06 - já que a causa especial de aumento de pena incide, pela lei nova, de modo mais favorável no limite mínimo (1/6) do que ocorreria sob a égide da Lei nº 6.368/76 (1/3) - nosso pensamento é no sentido de se prestigiar a doutrina tradicional e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal porque veiculam um óbice intransponível contra a possibilidade de combinação de leis: criar uma lex tertius, o que tornaria o juiz um legislador.
10. Dosimetria da pena privativa de liberdade mantida em razão da correta análise das circunstâncias judiciais pelo douto magistrado.
11. Apelação não provida e redução, de ofício, do número de dias-multa
Origem: TRIBUNAL - TERCEIRA REGIÃO Classe: ACR - APELAÇÃO CRIMINAL - 18256 Processo: 200461110027602 UF: SP Órgão Julgador: PRIMEIRA TURMA Data da decisão: 19/12/2006 Documento: TRF300110488 Fonte DJU DATA:16/01/2007 PÁGINA: 345 Relator(a) JUIZ JOHONSOM DI SALVO
Decisão A Turma, por unanimidade, rejeitou a matéria preliminar, negou provimento à apelação e, de ofício, reduziu o número de dias-multa, nos termos do voto do Relator, que lavrará o acórdão.
Por esses fundamentos, indefiro o pedido de liminar.
Requisitem-se as informações à autoridade impetrada, que deverão ser prestadas no prazo de 5 (cinco) dias.
Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.
Intime-se.
São Paulo, 12 de março de 2.007.
VESNA KOLMAR
DESEMBARGADORA FEDERAL
RELATORA

PROC.	:	2007.03.00.018151-5 HC 27105
ORIG.	:	200061050003228 1 Vr CAMPINAS/SP
IMPTE	:	JURACI FRANCO JUNIOR
PACTE	:	ANTONIO ARGENTIERI RODRIGUES
ADV	:	JURACI FRANCO JUNIOR
IMPDO	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE CAMPINAS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. VESNA KOLMAR / PRIMEIRA TURMA

Vistos, em substituição regimental.
Pleiteia o impetrante, em sede de liminar, seja garantido ao paciente Antonio Argentieri Rodrigues o direito de recorrer em liberdade até o julgamento final do recurso de apelação a ser interposto em face da sentença condenatória proferida nos autos da ação penal sob nº 2000.61.05.000322-8, com sua tramitação perante a 1ª Vara Federal Criminal de Campinas-SP.
Insurge-se contra a determinação judicial de expedição do respectivo mandado de prisão, consubstanciada na garantia da ordem pública e da aplicação da lei penal, sob a alegação de que o paciente respondeu ao processo em liberdade, possuindo residência fixa (onde mora com sua mãe, a qual possui idade avançada e necessita de seus cuidados), e ocupação lícita, portanto, não havendo justificativa para a segregação cautelar.
À vista da deficiência na instrução da inicial, bem como da dissonância entre as alegações de que o paciente respondeu ao processo em liberdade e a fundamentação do decreto de prisão, consubstanciado na "...fuga do distrito da culpa, já que é possivel a progressão do regime a que foi condenado há mais de seis anos.", com a determinação de expedição de mandado de prisão "...sendo recomendado na que estiver se não houver progredido para o regime aberto." (fls. 50), requisitem-se informações ao digno Juízo Federal da 1ª Vara Criminal de Campinas/SP.
Após, retornem os autos para apreciação do pedido de liminar.
São Paulo, 26 de março de 2007.
Márcio Mesquita
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2007.03.00.020742-5 HC 27167
ORIG.	:	200661810040545 7P Vr SAO PAULO/SP
IMPTE	:	JISELDA APARECIDA DE OLIVEIRA
PACTE	:	JISELDA APARECIDA DE OLIVEIRA reu preso
ADV	:	PAULO OLIVER
IMPDO	:	JUIZO FEDERAL DA 7 VARA CRIMINAL SAO PAULO SP
RELATOR	:	DES.FED. VESNA KOLMAR / PRIMEIRA TURMA

Trata-se de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado por Paulo Oliver em favor de Jiselda Aparecida de Oliveira, objetivando a revogação da prisão preventiva decretada nos autos da ação penal nº 2006.61.81.004054-5, que tramita perante a 7ª Vara Federal Criminal de São Paulo/SP e apura a prática dos delitos descritos no artigo 1º da Lei nº 9.034/95 c.c o Decreto Legislativo nº 231/2003, c.c o artigo 2º, "a", do Decreto nº 5.015/2004, c.c o artigo 3º, "a", do Decreto nº 5.017/2004 c.c os artigos 288, 230 (nas formas tentada e consumada), 231 e 231-A, todos do Código Penal.
O impetrante alega, em síntese, que a paciente está sofrendo constrangimento ilegal, em razão do excesso de prazo para o término da instrução criminal. Aduz, outrossim, que a atividade exercida pela paciente é lícita e não se relaciona com os fatos descritos na denúncia. Sustenta, por fim, que é primária, tem residência fixa e família constituída.
É o relatório.
Decido.
Narra a inicial acusatória que a paciente, juntamente com os demais denunciados, se associaram com o fim de promover, intermediar e facilitar o tráfico interno e internacional de mulheres para prostituição, mediante obtenção direta de benefícios econômicos.
Consta da inicial acusatória que a paciente Jiselda Aparecida de Oliveira, a "Gigi" possui um banco de dados com álbuns de fotos de mulheres nuas ou em trajes íntimos que são enviados por e-mail aos clientes que procuram seus serviços, juntamente com uma senha que dá acesso às fotos. Consoante o relatório elaborado pela Polícia Federal, as interceptações telefônicas revelaram que Gigi recebia dezenas de ligações por dia de clientes brasileiros e estrangeiros que procuravam garotas para realização de "programas" em outros estados da federação e no exterior.
A denúncia descreve, ainda, que para o sucesso da empreitada criminosa, a paciente conta com a colaboração de diversos aliciadores que atuam da seguinte forma: "cada aliciador (cafetão) possui uma rede de conhecimento entre garotas de programa e uma carteira de clientes, porém não há nenhum tipo de fidelidade formal entre eles e sim confiança ou empatia. Quando um dos aliciadores necessita enviar garotas de programa para algum cliente, recorre ao book, além de realizar o chamado casting (teste) com as garotas de programa de outros aliciadores. Posteriormente, é feito um acerto financeiro entre os aliciadores e a garota de programa, geralmente na proporção de 50%".
Importante ressaltar que restou comprovado nos autos que a paciente aliciava garotas para "programas" no exterior. Como exemplo, a denúncia cita a viagem de Ludmila Castro Melo para exercer a prostituição na cidade de Durham Tees, localizada ao norte da Inglaterra. A garota foi se encontrar com um cliente de Gigi, Abel Xavier e viajou pela Companhia Aérea KLM, saindo do Aeroporto Internacional de Guarulhos, no vôo 798, no dia 12/11/2006 e retornou no vôo KLM 797, no dia 19/11/2006, conforme lista de passageiros fornecida à polícia pela empresa aérea e e-mail da agência de viagens Kontac Viagens Turismo, enviado para Gigi no dia 10/11/2006, que confirmava a emissão dos bilhetes de ida e volta de Ludmila (fls. 32/33).
Compulsando os autos, não verifico a presença do alegado constrangimento ilegal.
A alegação de excesso de prazo para o término da instrução criminal não merece prosperar, uma vez que os prazos procedimentais previstos na lei não são peremptórios. Por outro lado, as circunstâncias específicas de cada processo justificam eventual excesso por parte do juízo processante. Na hipótese vertente a paciente foi presa juntamente com outras 17 (dezessete) pessoas, sendo que o interrogatório de todos os réus ocorreu entre os dias 31 de janeiro e 05 de fevereiro, tendo sido designada a oitiva das testemunhas de acusação para os dias 16 e 19 de março e expedidas as cartas precatórias para oitiva das testemunhas que residem fora da subseção.
Por fim, a alegada inocência da paciente poderá ser avaliada após o curso da instrução criminal, sob crivo do contraditório e da ampla defesa, sendo incabível o exame da questão na via estreita do habeas corpus.
Por esses fundamentos, indefiro o pedido de liminar.
Dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.
Intime-se.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
VESNA KOLMAR
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.025399-0 HC 27285
ORIG.	:	200461040134710 5 Vr SANTOS/SP
IMPTE	:	ALBERTO ZACHARIAS TORON
IMPTE	:	EDSON JUNJI TORIHARA
PACTE	:	CARLOS CESAR FLORIANO
PACTE	:	RODOLPHO SERAPHIM NETO
ADV	:	ALBERTO ZACHARIAS TORON
IMPDO	:	JUIZO FEDERAL DA 5 VARA DE SANTOS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. JOHONSOM DI SALVO / PRIMEIRA TURMA

VISTOS, EM DECISÃO

Trata-se de Habeas Corpus impetrado em favor de RODOLPHO SERAPHIM NETO e CARLOS CESAR FLORIANO e, destinado ao trancamento de ação penal nº 2004.61.04.013471-0 que tramita na 5a. Vara Federal de Santos/SP, aonde se atribui aos pacientes a prática dos crimes capitulados nos artigos 89 e 92 (por três vezes) em relação ao primeiro e o crime do artigo 89 em relação a RODOLPHO SERAPHIM NETO, tudo conforme a dicção dos §§ únicos desses artigos da Lei nº 8.666/93.

Alega-se na impetração ausência de justa causa para a ação penal porquanto o r. Juízo através do despacho de fls. 186/187 recebeu denúncia inepta a veicular validamente a persecução.

Narra a inicial que a denúncia limitou-se a repetir trechos de pareceres de representantes do Ministério Público Federal, produzidos em recursos cíveis relativos a ações populares e a um trecho de voto de Conselheiro da Autoridade Portuária de Santos (não ratificado pelos demais membros do órgão) para o efeito de responsabilizar os pacientes por ilegalidade na contratação e nas posteriores alterações contratuais, que envolveram arrendamento de área de 170.000 m2 de áreas pertencentes a União, localizadas na margem direita do Porto de Santos, para investimentos em terminal de contêineres.

Ressalta-se que a denúncia teria responsabilizado os pacientes à luz de elementos coligidos em ações populares promovidas por pessoas ligadas a outras empresas não aquinhoadas com o contrato administrativo ("guerra comercial") apenas porque os nomes deles constam de contratos e aditivos que resultaram em irregular dispensa de licitação e comprovado concurso para a consumação dessa ilegalidade com proveito decorrente da dispensa ou inexigilidade daquela formalidade em favor da empresa Tecondi S/A, por eles integrada; ainda, com relação a CARLOS CÉSAR, a peça acusatória viciada atribui-lhe o fato de "comprovadamente" haver atuado de acordo com a descrição do tipo penal do artigo 92 da Lei de Licitações porque assinou avenças durante a execução do contrato de modo a desvirtuá-lo em favor da Tecondi S/A (§ único desse artigo, Lei nº 8.666/93).

Aduz a impetração que se o legislador erigiu a participação em crime autônomo, no tocante aos artigos 89 e 92 é imperioso que a denúncia descreva com precisão a conduta do agente, a fim de que se atenda o capítulo do tipo incriminador que se refere a concurso "comprovado"; consta de fl. 17, nº 4, que os pacientes não sabem se respondem penalmente porque enviaram ofícios fazendo tal e qual solicitação de alteração de prazos ou "coisas semelhantes" ou se respondem penalmente porque apenas colocaram suas assinaturas em instrumentos contratuais, o que resultaria em responsabilidade objetiva.

Noutro dizer, afirma-se que a denúncia é omissa já que "não apresenta a conduta dos pacientes que implica no concurso para a inexigibilidade da licitação que se reputou ilegal". A impetração insiste em que à denúncia falta o requisito do artigo 41, I, do Código de Processo Penal porque não indicou como e por que os pacientes concorreram para a consumação das ilegalides descritas no caput dos artigos 89 e 91 (§§ únicos de ambos); não sendo a responsabilidade penal de natureza objetiva, o fato de assinarem tais instrumentos por exigência estatuária das empresas de que eram diretores, não basta para qualificar penalmente essas condutas.

Há, ainda, a alegação de que o Ministério Público Federal desconsiderou em desfavor dos pacientes despachos exarados pelo eminente Desembargador Federal Lazareno Neto em dois agravos de instrumento interpostos pela CODESP em face das ações populares que questionavam a outorga feita em favor da Tecondi S/A, nos quais S. Excia. não vislumbrou ilegalidades cometidas pelos pacientes à vista dos artigos 65 e 58 da atual Lei de Licitações; descreve a inicial, ainda, trechos de manifestações da Advocacia Geral da União, no sentido de que não houve prejuízo para os cofres públicos decorrente das alterações contratuais vergastadas pela denúncia, aduzindo as manifestações da A.G.U que os autores das ações populares tinham interesse comercial na contenda em que se envolveu a empresa de que os pacientes participavam.

Na síntese que é possível fazer conclui-se que a inicial entende ser caso de ausência de justa causa para o prosseguimento da ação penal que reside (a) na ausência de adequada pormenorização das condutas dos pacientes que se adequariam ao tipo penal incriminador, (b) falta de pronta "comprovação" de que as atitudes dos réus concorrem para os delitos capitulados no caput dos artigos 89 e 92 da Lei de Licitações, (c) existência de decisões liminares deste Tribunal Regional Federal indicando a ausência de prejuízo aos cofres públicos apesar de não ter sido licitado o objeto contratual e postergado o prazo contratual, e (d) presença de manifestações da Advocacia Geral da União nesse mesmo sentido, descaracterizando qualquer infração penal atribuída aos denunciados.

A impetração veio instruída com os documentos que os impetrantes julgaram oportunos e formulou pedido de liminar para a suspensão dos interrogatórios dos pacientes designados para o dia 27 de março p.f.

DECIDO

O exercício da persecução penal diante de fatos que se adequam a crimes de ação penal pública é tarefa constitucional legítima do Ministério Público conforme soa o artigo 129, I, da Constituição Federal.

Por isso em sede de Habeas Corpus o trancamento de ação penal é providência a ser considerada muito excepcionalmente ainda mais que no alvorecer de um processo penal o princípio que deve ser levado em conta é in dubio pro societate como já decidiu esta 1a. Turma no Habeas Corpus nº 2005.03.00.002762-1, julgado em 22 de agosto de 2006, com relatoria do então Juiz Convocado Luciano Godoy. Realmente, também como já foi decidido entre nós, nesta Turma, há "possibilidade de trancamento de ação penal somente quando a ilegalidade é aferível de plano, dentro de hipóteses bem delineadas pela jurisprudência (STJ, RHC nº 18.726/BA, 5ª Turma, Rel. Laurita Vaz, j. em 04/04/2006, v.u., DJ de 08/05/2006, pág. 241; STJ, HC nº 46.229/GO, 5ª Turma, Rel. Min. Gilson Dipp, j. em 11/04/2006, v.u. DJ de 08/05/2006, pág. 244)" (Habeas Corpus nº 2006.03.00.087664-1, julgado em 5.12.2006, do qual fui relator).

Enfim, como já decidiu a colenda 2a. Turma desta Casa, "constitui entendimento assente na jurisprudência a possibilidade de trancamento da ação penal pela via expedita do habeas corpus, desde que a pretensão venha suficientemente instruída, de molde a que a falta de justa causa exsurja desde logo evidente" (Habeas Corpus nº 2006.03.00.035704-2, julgado em 3.12.2006, rel. Desembargadora Federal Cecília Mello).

Esse entendimento reflete o pensamento do Superior Tribunal de Justiça , como segue:

HABEAS CORPUS. TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL. INÉPCIA DA DENÚNCIA. REQUISITOS DO ART. 41 DO CPP. CORRETA CAPITULAÇÃO DOS FATOS. ORDEM DENEGADA.

1. Não se tem por inepta a denúncia que atende, perfeitamente, os requisitos do art. 41 do Código de Processo Penal, tendo em vista a completa exposição do fato tido como delituoso, com suas circunstâncias, a qualificação do acusado, a classificação do crime, o pedido de condenação, além da apresentação do rol de testemunhas, permitindo ao réu o pleno exercício da sua defesa.

2.....

3. Ordem denegada.

(HC 44.263/SP, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 13.02.2007, DJ 12.03.2007 p. 264)

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. CRIMES DE TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO. PEDIDO DE TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. DENÚNCIA QUE PREENCHE OS REQUISITOS DESCRITOS NO ART. 41, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, E PERMITE AO PACIENTE A POSSIBILIDADE DE SE DEFENDER DOS FATOS A ELE IMPUTADOS. DECISÃO INDEFERITÓRIA DE LIBERDADE PROVISÓRIA. VEDAÇÃO EXPRESSA DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO NA LEI DOS CRIMES HEDIONDOS. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA E CONSTITUCIONAL. PRECEDENTES DO STF E DO STJ.

1. O trancamento da ação penal pela via de habeas corpus é medida de exceção, que só é admissível quando emerge dos autos, de forma inequívoca, a inocência do acusado, a atipicidade da conduta ou a extinção da punibilidade.

2. Narrando a denúncia fatos configuradores de crimes em tese, de modo a possibilitar a defesa dos acusados, não é possível o trancamento da ação penal na via do habeas corpus, mormente quando a exordial permite aos denunciados o exercício da ampla defesa dos fatos a eles imputados.

3.....

4.....

5.....

6.....

7. Ordem denegada.

(HC 69.050/RJ, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 13.02.2007, DJ 12.03.2007 p. 298)

HABEAS CORPUS. ARTIGOS 213 E 214, C/C 224 E 226, INCISO I, TODOS DO CÓDIGO PENAL. INÉPCIA DA DENÚNCIA. CRIME DE AUTORIA COLETIVA. INOCORRÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA.

1. O trancamento da ação penal é medida excepcional, somente admitida quando constatada, prima facie, a atipicidade da conduta ou a negativa de autoria.

2. Narrando a denúncia fatos configuradores de crime em tese, de modo a possibilitar a defesa dos acusados, não é possível o trancamento da ação penal, na via do habeas corpus.

3.....

4.....

(HC 47.697/PI, Rel. Ministro HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, SEXTA TURMA, julgado em 14.03.2006, DJ 26.02.2007 p. 644)

Com olhos nesse entendimento e levando em conta que se está em sede de summaria cognitio, entendo ser caso de indeferir a liminar.

Por primeiro convém ressaltar que despachos monocráticos respeitabilíssimos proferidos no âmbito da 2a. Seção supostamente chancelando a tese de que o descumprimento da regra que impõe o fazimento de licitação (fls. 110/114), representam por enquanto somente o pensamento do Desembargador Federal relator dos agravos de instrumento, tirados no âmbito cível, já que - ao que tudo indica - não foram chancelados pela Colenda 6a. Turma.

Através de consulta processual na intranet deste Tribunal, verifiquei que os agravos de instrumento continuam conclusos ao Desembargador Federal Lazarano Neto, não tendo S. Excia. tido a possibilidade de pautá-los para submissão à Egrégia Turma que integra.

Não é possível afirmar, para fins de reconhecimento de atipicidade de conduta ou inocorrência de infração penal, que o Judiciário já decidiu que o comportamento dos réus não trouxe prejuízo ao interesse público.

Menos ainda serve para tal fim a manifestação porventura feita, no mesmo sentido, pela Advocacia Geral da União. Primeiro, porque a manifestação desse órgão em sede de ação popular não vincula o Poder Judiciário; lembrando que sequer o autor popular tem disponibilidade sobre a ação que ajuiza, já que mesmo que ele desista da demanda, no mínimo o Ministério Público pode assumir a titularidade da causa (artigo 9º da Lei nº 4.717/66); vale dizer: no âmbito criminal a manifestação processual do representante da União produzida na ação popular ainda em andamento é irrelevante. Segundo, porque se há ou não prejuízo para o interesse público quem vai dizer é o Judiciário e não quem está em tese representando esses interesses.

Com relação a presença de responsabilidade objetiva porque os pacientes estão sendo chamados perante a Justiça Criminal sem saber ao certo qual é a conduta que o Ministério Público Federal lhes atribui, considerações são necessárias.

A leitura da denúncia mostra que a peça teve o cuidado de especificar a conduta de cada um dos dois pacientes como se vê dos números 2, 4, 5.1 e 6.1, 8 9.1., 10.1, 11.1. e 12.1 do item "das condutas" (fl. 76 e seguintes).

É certo que o Parquet os responsabiliza criminalmente por terem sido eles os firmatários de contratos, aditivos e prorrogações envolvendo a outorga de objeto contratual de índole pública sem que tivesse sido o mesmo licitado na forma da Lei nº 8.666/93.

RODOLPHO SERAFIM NETO era o representante legal da empresa Tecondi S/A , constituída pela empresa Denver S/A para o fim específico de executar o objeto contratual (exploração de instalação portuária na margem direita do Porto de Santos, operando terminal de contêineres); o paciente CARLOS CESAR FLORIANO igualmente figurava como representante legal da Tecondi S/A em aditivos contratuais; aliás, ele figurava como Diretor Presidente dessa firma. Esses dois senhores paraticiparam da celebração de avenças administrativas através das quais a CODESP cedeu à Tecondi S/A áreas do Porto de Santos para exploração sem licitação, tendo ambas procedido - através de seus representantes legais - nos aditivos e prorrogações contratuais de modo a gerar, na verdade, um novo contrato para além daquele originalmente firmado entre elas; em verdade, segundo diz com clareza a denúncia, RODOLPHO e CARLOS representaram a empresa adjudicatária do objeto contratual - Tecondi S/A - na celebração de avenças de índole administrativa por meio das quais a CODESP entregou-lhes áreas públicas para exploração privada disfarçando essa conduta por meio de aditivos contratuais que - conforme a denúncia - desfiguraram o contrato originalmente em favor da Tecondi S/A dessa forma desprezando a necessidade de licitar, assim afrontando as regras legais e a moralidade pública.

Resta claro o comportamento acoimado de criminoso, que a denúncia imputa aos pacientes.

Não tem sentido afirmar-se que, na esteira da dicção penal, claudicou a denúncia na exigência contida nos §§ únicos dos artigos 89 e 92 da Lei de Licitações de comprovação de que os agentes concorreram para as condutas incriminadas no caput desses artigos.

Ora, salta aos olhos que essa "comprovação" é tarefa que o Ministério Público Federal deve fazer no curso da instrução criminal.

Para a oferta de denúncia exige-se apenas carga indiciária e in casu o elemento normativo tratado nos referidos parágrafos - representado no advérbio modal "comprovadamente" - acha-se satisfatoriamente demonstrado, nesta fase de juízo de razoabilidade da persecução, pelo fato de os dois pacientes terem assinado as avenças administrativas com a CODESP representando a empresa Tecondi S/A que foi favorecida com a outorga do objeto contratual, situação que nem mesmo a impetração nega tenha ocorrido.

Afastar-se a incidência dos §§ únicos dos artigos 89 e 92 em relação ao extraneus que concorre para a celebração da avença com desrespeito ao princípio constitucional da licitação, em caso concreto no qual nem mesmo eles negam que os instrumentos contratuais foram assinados por eles em favor da empresa supostamente beneficiada pela ausência de certame licitatório, não pode ocorrer de plano.

Aliás, na medida em que aparentemente - assim digo porque a impetração não juntou as cópias dos contratos e aditivos firmados pelos pacientes - RODOPHO e CARLOS concorreram para uma outorga de objeto contratual que exigiria prévio certame, recebendo o objeto dessas avenças em favor da empresa beneficiária (Tecondi S/A) há fumus boni iuris suficiente para reconhecer a presença do dolo específico exigido pela figura típica extensiva; essa suficiência é razoável para o recebimento da denúncia. Em sede de instrução criminal a cogitação há de ser outra.

Porém, em sede de outorga de objetos contratuais de interesse público a regra constitucional é o fazimento da licitação (artigo 37, XXI e artigo 175 da Constituição Federal); a exceção se dá somente nos casos estritamente previstos (numerus clausus) na lei, ou seja, nos artigos da Lei nº 8.666/93.

Se era caso de dispensa de certame, se não houve indevida extensão do objeto contratual, se havia elementos do mundo fático recomendando alterações contratuais, tudo isso é matéria de fato que demanda elastério probatório e por isso não pode ser tratada na trilha estreita do Habeas Corpus.

A propósito, especificamente no que toca a alegada inexigibilidade de licitação no caso referido na denúncia, em sede de mandamus de jeito nenhum essa situação pode ser tratada, primeiro porque seria necessária ampla inflexão sobre matéria de solução controvertida já que os casos de dispensa e inexigibilidade exigem a exegese dos artigos 17, 24 e 25 da Lei nº 8.666/93 à luz do caso concreto ocorrido no tocante a cessão dos terrenos do Valongo, na margem direita do estuário do Porto de Santos; em segundo lugar, porque no que tange a concessão ou permissão de serviço público (no conceito lato, é claro) a Constituição Federal sempre exige prévia licitação (artigo 175).

Quanto a ocorrência de prejuízo, em complemento ao que já disse anteriormente ao tangenciar o despacho proferido no âmbito da 6a. Turma desta Casa e a manifestação da A.G.U., cabe-me aduzir que por ora basta considerar que o desprezo pela licitação induz juris tantum a ocorrência de prejuízo para o interesse público, já que em tema de licitação o prejuízo não se reduz ao âmbito patrimonial.

A propósito desse tema - prejuízo - o Colendo Superior Tribunal de Justiça já teve a ocasião para apreciar a matéria em conflito de competência envolvendo o arrendamento de terras pertencentes a União pela CODESP (Cia. Docas do Porto de Santos).

Tratava-se justamente do conflito de competência instaurado para averiguar quem seria o competente para julgar os dirigentes da empresa Tecondi S/A envolvidos na recepção em nome da empresa dos terrenos cedidos pela CODESP.

Aquela Corte, resolvendo pela competência da Justiça Federal, também se debruçou sobre o tema do prejuízo e decidiu como se vê:

PENAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. ARRENDAMENTO DE TERRAS GERIDAS PELA CODESP - SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA - E PERTENCENTES À UNIÃO SEM PRÉVIA LICITAÇÃO. EFETIVO INTERESSE DA UNIÃO NA PRESERVAÇÃO E DESTINAÇÃO PÚBLICA DOS SEUS BENS. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.

1. Embora o objeto jurídico tutelado pelos crimes previstos na Lei 8.666/93 sejam a moralidade e a probidade administrativa, buscando a preservação do sistema de licitação, garantia de isonomia entre os interessados, a sua inobservância gera efetivo prejuízo ao ente da federação quando os bens disponibilizados são de sua propriedade.

2. Os bens públicos devem alcançar o seu destino, segundo a afetação que lhes fora atribuída por lei. Dessa forma, a destinação de bens públicos para privilegiar interesse particular em detrimento do interesse geral, sem prévia licitação, implica ofensa a interesse direto do ente público ao qual pertencem os bens, ainda que estes sejam geridos por pessoa diversa, mediante autorização, concessão ou permissão.

3. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo Federal da 5ª Vara da Subseção Judiciária de Santos/SP, o suscitante.

(CC 55.433/SP, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 28.06.2006, DJ 02.08.2006 p. 227)

Ora, se essa mesma Corte Superior considera que "o entendimento dominante no Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que o crime do art. 89 da Lei 8.666, de 1993, somente é punível quando produz resultado danoso ao erário" (Apn nº 375, j. 5.4.2006, Corte Especial, rel. Ministro Fernando Gonçalves), ao avaliar que na situação posta nestes autos existe no mínimo indícios de prejuízo porque "a destinação de bens públicos para privilegiar interesse particular em detrimento do interesse geral, sem prévia licitação, implica ofensa a interesse direto do ente público ao qual pertencem os bens, ainda que estes sejam geridos por pessoa diversa, mediante autorização, concessão ou permissão" (CC 55.433/SP, acima referido), a tese contrária sustentada pela representação judicial da União e pela impetração ora examinada enfrenta - ao menos por enquanto e nesta sede de discussão - sério óbice.

Enfim, a peça acusatória não padece de vícios por transcrever trechos e extratos de pareces do Ministério Público Federal de 2a. instância exarados nos agravos de instrumento e de membro do Conselho de Autoridade Portuária do Porto de Santos. Essa foi a técnica utilizada pelo digno subscritor da denúncia para veicular em parte a causa petendi de seu pleito condenatório, além do que a denúncia ao que tudo indica veio capeando um inquérito policial como consta de fl. 41.

A denúncia é plenamente inteligível, descreve fatos que em tese configurariam ilícito penal os quais o próprio Superior Tribunal de Justiça determinou fossem processados perante a Justiça Federal (CC 55.433/SP, antes já referido) e os atribui aos respectivos autores; entendo que o exercício do sagrado direito de defesa pode ser exercitado diante da acusação ventilada na denúncia de fls. 41/81.

Em abono, colho a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que sintetiza a maior parte da argumentação tecida neste despacho:

EMENTA: PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. INÉPCIA DA DENÚNCIA. FALTA DE JUSTA CAUSA. INOCORRÊNCIA. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DO ART. 41 DO CPP. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. ARQUIVAMENTO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE COISA JULGADA MATERIAL. INDEPENDÊNCIA DAS ESFERAS ADMINISTRATIVA E PENAL. ANÁLISE APROFUNDADA DE FATOS E PROVAS QUE NÃO É ADMITIDA NA VIA ESTREITA DO PRESENTE WRIT.

I - Denúncia que bem individualiza as condutas e expõe o fato criminoso, preenchendo, assim, os requisitos do art. 41 do CPP. Ademais, não se declara inepta a denúncia se o seu teor permitir o exercício do direito de defesa. II - O trancamento da ação penal, em habeas corpus, constitui medida excepcional que só deve ser aplicada quando evidente a ausência de justa causa, o que não ocorre quando a denúncia descreve conduta que configura crime em tese. III - As esferas administrativa e penal são independentes, razão pela qual o arquivamento de procedimento administrativo não vincula a atuação do Ministério Público na instância penal. IV - Não se admite, na via estreita do habeas corpus, a análise aprofundada de fatos e provas. V - Ordem denegada.

(HC nº 88.759/ES, 1a. Turma, j. 5.12.2006, rel. Ministro RICARDO LEWANDOWSKI)

Finalizando, não entendo que o próximo interrogatório traga aos pacientes o "inominável gravame" a que alude o item 19 da inicial (fl. 38). Na redação atual do Código de Processo Penal o interrogatório é meio de defesa, tanto assim que a lei assegura às partes o direito de intervir para obter respostas acerca de "algum fato para ser esclarecido" (artigo 188). Certamente que nessa ocasião os pacientes poderão esclarecer ao d. Juízo processante o que lhes parecer necessário para afastar a imputação contida na denúncia.

Por estes fundamentos, indefiro o pedido de medida liminar.

À Procuradoria Regional da República para parecer.

Publique-se.

Comunique-se.

São Paulo, 23 de março de 2007.

JOHONSOM di SALVO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.032086-2 HC 27405
ORIG.	:	9405108794 6F Vr SAO PAULO/SP
IMPTE	:	LUIS EDUARDO FRANCO
PACTE	:	BORIS BALABAN
ADV	:	LUIZ EDUARDO FRANCO
IMPDO	:	JUIZO FEDERAL DA 6 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES.FED. VESNA KOLMAR / PRIMEIRA TURMA

Trata-se de habeas corpus preventivo, com pedido de liminar, impetrado por Luiz Eduardo Franco em favor de Boris Balaban, objetivando a expedição de contra-mandado de prisão nos autos da ação de execução fiscal n° 94.0510879-4 que tramita perante a 6ª Vara Federal de Execuções Fiscais de São Paulo.

O impetrante alega, em síntese, que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal, uma vez que a assinatura aposta no auto de penhora foi falsificada, de forma que a prisão civil decretada em face do paciente é ilegal, já que não se responsabilizou pelos bens penhorados nos autos da ação de execução fiscal.

O pedido não pode ser conhecido.

Compulsando os autos verifico que a ação não está devidamente instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações formuladas na inicial.

Com efeito, embora os impetrantes sustentem a ilegalidade da prisão civil do paciente, não há nos autos sequer cópia da decisão que decretou a prisão.

Dessa forma, não obstante se tratar de ação onde eventual ausência de formalismo pode ser superada, a inicial deve sempre vir acompanhada de documentos suficientes à compreensão e à comprovação do alegado, sob pena de inépcia, vez que é ônus do impetrante instruir o writ com prova pré-constituída do direito alegado, em razão de não caber dilação probatória em sede de habeas corpus.

A jurisprudência é nesse sentido:

STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - HABEAS CORPUS - UF: SP - Sexta Turma - DATA: 09/06/2003 - Fonte: DJ - Pág. 307 - Relator(a): PAULO MEDINA

PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. APLICAÇÃO DA PENA. SUBSTITUIÇÃO. MATÉRIA NÃO DEBATIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. DILAÇÃO PROBATÓRIA. NÃO CONHECIMENTO.

O habeas corpus, instrumento processual de rito especial e célere, deve fundar-se em prova pré-constituída, posto que não comporta qualquer dilação probatória.

(...)

Writ não conhecido.

STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - HABEAS CORPUS - UF: GO - QUINTA TURMA - Data: 18/11/2003 - Fonte: DJ DATA: 15/12/2003 - PÁG: 339 - Relator(a): FELIX FISCHER

PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ART. 213 E 218, AMBOS DO CÓDIGO PENAL. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. CASAMENTO DA VÍTIMA COM TERCEIRO. PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. DILAÇÃO PROBATÓRIA.

Não estando a inicial acompanhada de todas as certidões, em que se possibilitaria a análise de incidência do disposto no art. 107, VIII do Código Penal, inviável se torna a apreciação do mandamus, o qual, em face à sua natureza, exige seja a prova pré-constituída, além de não se configurar via possível a qualquer dilação probatória.

Habeas corpus não conhecido.

Por esses fundamentos, indefiro liminarmente o presente habeas corpus.

Intime-se e arquive-se, observadas as formalidades legais.

São Paulo, 02 de abril de 2.007.

VESNA KOLMAR
DESEMBARGADORA FEDERAL
RELATORA

PROC.	:	2006.03.00.124132-1 HC 26484
ORIG.	:	200561810112126 6P Vr SAO PAULO/SP
IMPTE	:	LUIZ FERNANDO SA E SOUZA PACHECO
IMPTE	:	ANDRE PIRES DE ANDRADE KEHDI
PACTE	:	GIANNI GRISENDI
ADV	:	LUIZ FERNANDO SA E SOUZA PACHECO
IMPDO	:	JUIZO FEDERAL DA 6 VARA CRIMINAL SAO PAULO SP
RELATOR	:	DES.FED. VESNA KOLMAR / PRIMEIRA TURMA

Vistos.

Fl. 173: defiro o pedido de vista dos autos em Secretaria para extração de cópias.

Intime-se.

São Paulo, 02 de abril de 2.007.

VESNA KOLMAR
DESEMBARGADORA FEDERAL
RELATORA

PROC.	:	2006.03.00.124352-4 HC 26511
ORIG.	:	200661810142433 7P Vr SAO PAULO/SP 200661810040545 7P Vr SAO PAULO/SP
IMPTE	:	SUELE MENDES MONTENEGRO
PACTE	:	SUELE MENDES MONTENEGRO
ADV	:	PAULO OLIVER
IMPDO	:	JUIZO FEDERAL DA 7 VARA CRIMINAL SAO PAULO SP
RELATOR	:	DES.FED. VESNA KOLMAR / PRIMEIRA TURMA

Vistos em decisão.

Trata-se de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado por Paulo Oliver em favor de Suele Mendes Montenegro, objetivando a revogação da prisão preventiva decretada nos autos da ação penal n.º 2006.61.81.004054-4 que tramita perante a 7ª Vara Federal Criminal de São Paulo/SP e apura a prática do delito descrito no artigo 1º da Lei nº 9.034/95 c.c o Decreto Legislativo nº 231/2003, c.c o artigo 2º, a, do Decreto nº 5.015/2004, c.c o artigo 3º, a, do Decreto nº 5.017/2004 e c.c os artigos 288, caput, 230, caput (nas formas tentada e consumada) e 231-A, todos do Código Penal.

Por primeiro, indefiro o pedido de fl. 194, uma vez que a advogada que subscreve a petição não tem procuração, nem substabelecimento nos autos.

O pedido de liminar foi indeferido às fls. 150/153.

A autoridade impetrada prestou informações às fls. 63/65.

A Procuradoria Regional da República, por sua representante Dra. Mônica Nicida Garcia opinou pela denegação da ordem às fls. 186/192.

À fl. 201 foi acostado aos autos ofício encaminhado pelo juízo impetrado, no qual informa que a prisão preventiva da paciente Suele Mendes Montenegro foi revogada em 19 de março de 2.007.

Assim, perdeu o objeto o presente feito que objetiva a revogação da prisão preventiva da paciente.

Pelo exposto, com fundamento no artigo 33, inciso XII, do Regimento Interno desta Corte, resta prejudicado o presente habeas corpus.

Observadas as formalidades legais, remetam-se os autos ao arquivo.

Intime-se.

São Paulo, 02 de abril de 2.007.

VESNA KOLMAR
Desembargadora Federal
Relatora

SUBSECRETARIA DA SEGUNDA TURMA

DIVISÃO DE PROCEDIMENTOS DIVERSOS

DESPACHOS/DECISÕES

PROC.	:	1999.61.00.009636-0 AC 979437
ORIG.	:	7 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	TARCISO GUSTAVO MARCOLINO
REPTE	:	JOSE EDUARDO NARCISO
ADV	:	RODRIGO MENESES COSTA
ADV	:	EDSON PEREIRA DA SILVA JUNIOR
APDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	JOSE ADAO FERNANDES LEITE
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 228

Anote-se no rosto dos autos o nome dos novos advogados constituídos às fls. 226.

Homologo o acordo celebrado entre as partes (fls. 224/225) e extingo o processo com fundamento nos artigos 269, III e V do CPC.

Despesas processuais e honorários advocatícios são devidos pelos autores e serão pagos na forma estipulada no referido termo.

Decorrido o prazo para outros recursos, remetam-se os autos à Vara de origem.

P.I.

São Paulo, 13 de março de 2007.

CECILIA MELLO
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	1999.61.00.012982-0 AC 757784
ORIG.	:	4 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Caixa Econômica Federal - CEF
ADV	:	ANITA THOMAZINI SOARES
APTE	:	MARIA CRISTINA COSTA PINTO GALVAO e outros
ADV	:	VALDIR VICENTE BARTOLI

APDO	:	OS MESMOS
PARTE A	:	MARIA INES BARRETO
RELATOR	:	JUÍZA FED.CONV. SILVIA ROCHA / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 296
Vistos.
1 - Encaminhem-se os autos à Subsecretaria de Registros e Informações Processuais - SRIP, para correção da autuação, fazendo constar recurso de apelação também dos autores.
2 - Petição protocolizada em 09/fev/2007 sob o nº 033838. Defiro a prioridade requerida, respeitadas as demais preferências legais.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 23 de fevereiro de 2007.
SILVIA ROCHA
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA
RELATORA

PROC.	:	1999.61.00.020355-2 AC 895573
ORIG.	:	7 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SANDRA ROSA BUSTELLI
APDO	:	TARCISO GUSTAVO MARCOLINO
REPTE	:	JOSE EDUARDO NARCISO
ADV	:	RODRIGO MENESES COSTA
ADV	:	EDSON PEREIRA DA SILVA JUNIOR
PARTE R	:	APEMAT CREDITO IMOBILIARIO S/A
ADV	:	ANTONIO FURTADO DA ROCHA FROTA
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.:127
Anote-se no rosto dos autos o nome dos novos advogados constituídos às fls. 125.
Homologo o acordo celebrado entre as partes (fl. 281) e extingo o processo com fundamento nos artigos 269, III e V do CPC.
Despesas processuais e honorários advocatícios são devidos pelos autores e serão pagos na forma estipulada no referido termo.
Decorrido o prazo para outros recursos, remetam-se os autos à Vara de origem.
P.I.
São Paulo, 13 de março de 2007.
CECILIA MELLO
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	1999.61.81.000536-8 ACR 27084
ORIG.	:	4P VR SAO PAULO/SP
APTE	:	MARIA PIA ESMERALDA MATARAZZO
APTE	:	VICTOR JOSE VELO PEREZ
APTE	:	RENATO SALLES DOS SANTOS CRUZ
ADV	:	LUIZ FERNANDO SA E SOUZA PACHECO
APTE	:	LUIZ HENRIQUE SERRA MAZILLI
ADV	:	LUIZ ANTONIO LOURENCO DA SILVA
APDO	:	JUSTICA PUBLICA
RELATOR	:	DES.FED. PEIXOTO JUNIOR / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 2143
Vistos.
Intimem-se os advogados dos acusados Maria Pia Esmeralda Matarazzo, Victor José Velo Perez, Renato Salles dos Santos Cruz e Luiz Henrique Serra Mazilli para, no prazo legal, apresentarem as razões dos recursos de apelação interpostos.
São Paulo, 27 de março de 2007.
SILVIA ROCHA
Juíza Federal Convocada

PROC.	:	2000.03.00.011303-5 AG 104311
ORIG.	:	9812035540 2 Vr PRESIDENTE PRUDENTE/SP
AGRTE	:	CIA REGIONAL DE HABITACOES DE INTERESSE SOCIAL CRHIS
ADV	:	VALDECIR ANTONIO LOPES
AGRDO	:	LUIS ALVES e outros
ADV	:	CLAUDIA ALICE MOSCARDI
PARTE R	:	Caixa Econômica Federal - CEF
ADV	:	HENRIQUE CHAGAS
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE PRES. PRUDENTE SP
RELATOR	:	JUÍZA FED.CONV. SILVIA ROCHA / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 183
Vistos.
Fls. 181. Chamo o feito à ordem para tornar sem efeito a decisão de fls 178, considerando que a decisão prolatada nos autos originários, cuja publicação se deu em 17/out/2000, extinguiu o processo sem exame do mérito em relação ao autor Luis Alves, determinando o prosseguimento do feito em relação aos outros co-autores.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 23 de fevereiro de 2007.
SILVIA ROCHA
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA
RELATORA

PROC.	:	2000.03.99.011645-0 AC 573729
ORIG.	:	9400023782 12 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	MARLENE DE SOUZA LEPIANE
ADV	:	FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA
APDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SANDRA ROSA BUSTELLI
APDO	:	BANCO ITAU S/A
ADV	:	MARCIAL BARRETO CASABONA
ADV	:	JOSE DE PAULA MONTEIRO NETO
APDO	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
APDO	:	OS MESMOS
RELATOR	:	JUÍZA CONV. MÁRCIA DE OLIVEIRA / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 270
Fls. 236, 239, 258/260 e 268.
Manifeste-se o Banco Itaú S/A.
P.I.
São Paulo, 24 de janeiro de 2007.
MÁRCIA DE OLIVEIRA
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA RELATORA

PROC.	:	2000.03.99.035199-1 AC 601842
ORIG.	:	9600069166 13 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Caixa Econômica Federal - CEF
ADV	:	LUIZ AUGUSTO DE FARIAS
APDO	:	NEIDE MAXIMIANO DE JESUS e outro
ADV	:	JOAO BOSCO BRITO DA LUZ
RELATOR	:	JUÍZA FED. CONV. SILVIA ROCHA / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 299
Vistos.
Petição protocolizada em 18/mai/2006 sob o nº 120696. Tendo em vista a renúncia ao direito sobre que se funda a ação, considerando a assunção das custas judiciais e honorários advocatícios a serem pagos pelos autores diretamente à ré na via administrativa e diante da expressa concordância da Caixa Econômica Federal - CEF, julgo extinto o processo com apreciação do mérito nos termos do art. 269, V, do CPC, restando prejudicado o recurso interposto.
Publique-se. Intime-se.
Após as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
São Paulo, 09 de março de 2007.
SILVIA ROCHA
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA
RELATORA

PROC.	:	2000.03.99.060022-0 AC 634163
ORIG.	:	9800000097 1 Vr SANTA RITA DO PASSA QUATR/SP
APTE	:	USINA SANTA RITA S/A ACUCAR E ALCOOL
ADV	:	JOAO FRANCISCO RAVASI
APTE	:	União Federal (FAZENDA NACIONAL)
APDO	:	OS MESMOS
RELATOR	:	DES.FED. PEIXOTO JUNIOR / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 122
Vistos.
Petição protocolizada em 19/out/2006 sob o n° 277036.
Em face das disposições contidas na legislação que norteia o parcelamento especial de débitos, condicionando a inclusão no referido programa à desistência expressa e irrevogável de ações judiciais correlatas aos débitos, julgo extinto o processo com apreciação do mérito, nos termos do art. 269, V, do CPC, restando prejudicado o recurso de apelação e fixando a verba de sucumbência em 1% do valor do débito consolidado relativo à presente ação, nos termos do art. 1º, § 4º da Medida Provisória nº 303/2006.
Publique-se. Intime-se.
Após as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
São Paulo, 24 de novembro de 2006.
PEIXOTO JUNIOR
DESEMBARGADOR FEDERAL
RELATOR

PROC.	:	2000.03.99.061121-6 AC 635923
ORIG.	:	9800425063 3 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	CRISTIANE GISELE FERRATO MACHADO SOUZA e outros
ADV	:	CLAUDIO JACOB ROMANO
APDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	ELIZABETH CLINI DIANA
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 146
Homologo o acordo celebrado entre as partes (fl. 144) e extingo o processo com fundamento nos artigos 269, III e V do CPC.
Despesas processuais e honorários advocatícios são devidos pelos autores e serão pagos na forma estipulada no referido termo.
Decorrido o prazo para outros recursos, remetam-se os autos à Vara de origem.
P.I.
São Paulo, 29 de março de 2007.
CECILIA MELLO
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2000.61.00.004329-2 AC 1171358
ORIG.	:	19 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	MARIA EDNA GOUVEA PRADO
APTE	:	RODOLFO JEGH e outros
ADV	:	ANTONIO PEREIRA ALBINO
APDO	:	OS MESMOS
PARTE A	:	ADAO RODRIGUES DE SOUZA
ADV	:	ANTONIO PEREIRA ALBINO
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 152/158
Retifique-se o rosto dos autos fazendo constar como apelantes a CEF e Rodolfo Jegh e outros e como apelados os mesmos.
A sentença julgou parcialmente procedente a ação objetivando pagamento pela Caixa Econômica Federal das diferenças relativas aos índices de correção aplicados aos depósitos do FGTS.
Inconformadas, as partes apelam.
A CEF quer a reforma da decisão, argüindo preliminares e, no mérito, ressalta que as contas vinculadas foram devidamente corrigidas segundo os critérios legais. Sustenta, também, a ausência de direito adquirido aos índices pleiteados. Requer isenção da verba honorária tendo em vista a MP 2.164/41 de 24.08.2001. Pleiteia, por fim, alteração no tocante à correção monetária e juros de mora.
Já os autores pugnam pela procedência total do pedido formulado na inicial.
Regularmente processados os recursos, subiram os autos a este Egrégio Tribunal.
É o relatório.
DECIDO.
De início, cabe afastar as preliminares levantadas.
I - Da falta de documentos essenciais à propositura da ação:
Não há que se falar em falta de apresentação de documentos essenciais à propositura da ação, vez que os autores juntaram cópias de carteira de trabalho que demonstra a opção pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
Ademais, pacífico o entendimento jurisprudencial a respeito da desnecessidade de apresentação de extratos do FGTS em ações como a presente, conforme exposto no seguinte aresto:
"FGTS. EXTRATO DAS CONTAS.
- Não são essenciais à propositura da ação referente ao FGTS os extratos das respectivas contas vinculadas.
- Recurso improvido." (STJ, 1ª Turma, Recurso Especial n.º 115.249-PR, Relator Ministro Garcia Vieira, v.u., publicado no DJ de 20 de Outubro de 1997, p. 52.980).
II - Da ausência de causa de pedir e falta de interesse de agir em relação a juros progressivos:
Nada foi pedido a título de juros progressivos, restando prejudicado o exame da preliminar correspondente.
III - Da carência de ação em razão do advento da Lei Complementar 110/01:
Descabida também, a preliminar referente à falta de interesse de agir, conforme pretende a Apelante, visto que a Lei Complementar n.º 110/2001 apenas fez por reconhecer o direito que assiste aos optantes do FGTS à reposição de correção monetária expurgada de suas respectivas contas vinculadas, propondo, de outro lado, acordo pelo qual o débito é recomposto em parcelas e com deságio, sendo evidente a optatividade da adesão, mantendo íntegro o direito de ação perante o Judiciário. Nesse sentido, o entendimento firmado pelo E. Tribunal Regional Federal da 1ª Região, nos autos da Apelação Cível n.º1999.38.00028557-3/MG, 5ª Turma, Rel. Des. Fed. Antônio Ezequiel, v.u., publicado no DJ de 1º de julho de 2002, p. 115.
Analisando o mérito, primeiramente é de se repelir o argumento de prescrição, visto que, embora o prazo trintenário fixado no art. 23, § 5º, da Lei n.º 8.036/90 trate, de fato, única e exclusivamente a privilégio deferido ao FGTS para fiscalização, autuação e imposição de multas no interesse do fundo, a pretensão aqui demandada não encontra amparo no referido dispositivo legal, mas sim no prazo de trinta anos de que dispõe o trabalhador para reclamar a falta de depósitos (Súmula n.º 210 do STJ), daí decorrendo a lógica conclusão de que idêntico prazo terá para reivindicar seus acessórios, como a correção monetária e juros.
Outra vez uníssono o entendimento dos Tribunais, cabendo destacar a seguinte ementa, relativa a julgado que destacou o mesmo argumento ora adotado:
"PROCESSUAL CIVIL E DIREITO ECONÔMICO. FGTS. CORREÇÃO MONETÁRIA DO SALDO. UNIÃO FEDERAL. ILEGITIMIDADE. PRESCRIÇÃO. IPC JANEIRO/1989. CABIMENTO. PRECEDENTES.
I - (omissis)
II - Se os depósitos do FGTS podem ser reivindicados por trinta anos, conforme tem assentado a Jurisprudência pacífica desta Corte, ocorre o mesmo em relação aos juros e correção monetária respectivos, por isso que, como acessórios, desfrutam de igual prazo prescricional. Precedentes.
III - (omissis)
IV - Recurso parcialmente provido. Decisão unânime." (STJ, 1ª Turma, Recurso Especial n.º 95.628-AP, Relator Ministro Demócrito Reinaldo, v.u., publicado no DJ de 04 de Novembro de 1996, p. 42.435).
Passando a examinar o pedido formulado pelos autores, conclui-se que o apelo merece parcial provimento.
Muito já se discutiu a respeito do devido creditamento de correção monetária às contas vinculadas dos participantes do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, ao ponto de pacificarem-se as decisões dos Tribunais Regionais Federais e do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que, em qualquer caso, seria aplicável o IPC (Índice de Preços ao Consumidor).
Porém, e como é de conhecimento público, a matéria encontrou certa alteração após o recente julgamento do Recurso Extraordinário n.º 226.855-RS, ocorrido em 31 de Agosto de 2000, pelo Plenário do Egrégio Supremo Tribunal Federal, sendo relator o Ministro Moreira Alves e assim ementado:

"FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS - NATUREZA JURÍDICA E DIREITO ADQUIRIDO. CORREÇÕES MONETÁRIAS DECORRENTES DOS PLANOS ECONÔMICOS CONHECIDOS PELA DENOMINAÇÃO BRESSER, VERÃO, COLLOR I (NO CONCERNENTE AOS MESES DE ABRIL E DE MAIO DE 1990) E COLLOR II.
- O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), ao contrário do que sucede com as cadernetas de poupança, não tem natureza contratual, mas, sim, estatutária, por decorrer da Lei e por ela ser disciplinado.
- Assim, é de aplicar-se a ele a firme jurisprudência desta Corte no sentido de que não há direito adquirido ao regime jurídico.
- Quanto à atualização dos saldos do FGTS relativos aos Planos Verão e Collor I (este no que diz respeito ao mês de abril de 1990), não há questão de direito adquirido a ser examinada, situando-se a matéria exclusivamente no terreno legal infraconstitucional.
- No tocante, porém, aos Planos Bresser, Collor I (quanto ao mês de maio de 1990) e Collor II, em que a decisão recorrida se fundou na existência de direito adquirido aos índices de correção que mandou observar, é de aplicar-se o princípio de que não há direito adquirido a regime jurídico.
- Recurso extraordinário conhecido em parte, e nela provido, para afastar a condenação às atualizações dos saldos do FGTS no tocante aos Planos Bresser, Collor I (apenas quanto à atualização no mês de maio de 1990) e Collor II.".
Observa-se que a Suprema Corte, por seu Plenário, atribuiu foros de direito adquirido ao creditamento de correção monetária, pelo IPC, sobre as contas do FGTS, apenas nos meses de Janeiro de 1989 e Abril de 1990, fixando o entendimento de que, por ostentar o Fundo natureza estatutária, levando à sujeição de um regime jurídico que o discipline, não há que se falar em amplo direito adquirido, devendo a matéria ser examinada segundo o caso.
De outro lado, relegou ao terreno infraconstitucional a determinação dos índices efetivamente aplicáveis em tais meses, motivo pelo qual o Superior Tribunal de Justiça, por sua Primeira Seção, retomou o julgamento do Recurso Especial n.º 265.556-AL e, em 25 de Outubro de 2000, sendo Relator o Ministro Franciulli Netto, reconheceu o direito de reajuste dos saldos do FGTS nos meses de Janeiro de 1989 (Plano Verão) e abril de 1990 (Plano Collor I), sob os percentuais de 42,72% e 44,80%, respectivamente, afastando, por conseguinte, a existência de expurgos inflacionários nos demais meses reclamados, conforme espelhado na ementa que se transcreve para melhor clareza:
"FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO (FGTS) - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - PRIMEIRO JULGAMENTO DA PRIMEIRA SEÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DEPOIS DA DECISÃO PROFERIDA PELO EXCELSO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (RE N. 226.855-7/RS, REL. MIN. MOREIRA ALVES, IN, DJ DE 13.10.00) - AUTOS REMETIDOS PELA SEGUNDA TURMA À PRIMEIRA SEÇÃO, EM RAZÃO DA RELEVÂNCIA DA MATÉRIA E PARA PREVENIR DIVERGÊNCIA ENTRE SUAS TURMAS (ARTIGO 14, INCISO II, DO REGIMENTO INTERNO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA).
PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO - FGTS - CEF - ASSISTÊNCIA SIMPLES - UNIÃO - PRETENDIDA OFENSA AOS ARTIGOS 128, 165, 458 E 535, TODOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - DESNECESSÁRIA A MENÇÃO A TODOS OS ARGUMENTOS APRESENTADOS - EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO TRIBUNAL DE ORIGEM - INTUITO DE PREQUESTIONAMENTO - PROCRASTINAÇÃO NÃO CARACTERIZADA - MULTA EXCLUÍDA (ARTIGO 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC) - LEGITIMIDADE PASSIVA EXCLUSIVA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO AFASTADO - IMPOSSIBILIDADE DE ADMISSÃO DE LITISCONSÓRCIO ATIVO FACULTATIVO: MATÉRIA NÃO PREQUESTIONADA - DISPENSÁVEL JUNTADA DE EXTRATOS DAS CONTAS VINCULADAS AO FGTS - PRESCRIÇÃO TRINTENÁRIA (SÚMULA N. 210 DO STJ) - DECISÃO COM ESPEQUE NA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL - JUROS DE MORA DE 0,5% AO MÊS - DISSENSO PRETORIANO AFASTADO - RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE, COM BASE NO ARTIGO 105, INCISO III, ALÍNEA A, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA.
1. O pedido de assistência simples, formulado pelo União, não obsta o regular andamento do processo. A figura do assistente possui caráter secundário; ele não defende direito subjetivo próprio, pelo que a eficácia do julgamento a ser proferido não depende de sua presença.
2. Assentou o Pretório Excelso (RE n. 226.855-7/RS, a atualização dos saldos do FGTS, nos seguintes termos: Plano Bresseŕ (junho/87 - LBC - 18,02%), Plano Collor I (maio/90 - BTN - 5,38%) e Plano Collor II(fevereiro/91 - TR - 7,00%). Entendimento também adotado nesta decisão.
3. Quanto ao índice relativo ao Plano Verãó (janeiro/89), matéria reconhecidamente de índole infraconstitucional, mantém-se a posição do STJ (IPC - 42,72%).
4. Plano Collor I (abril/90) - A natureza dos depósitos de poupança e do FGTS não se confunde. Aquele é investimento; este é sucedâneo da garantia de estabilidade no emprego. Não se pode atualizar os saldos dos trabalhadores com depósitos inferiores a NCz$ 50.000,00, pelo IPC, e aqueles com importância superior a esse valor, pelo BTN fiscal. A lei do FGTS não destrinçou os fundistas em duas categorias diferenciadas segundo o valor supra. Onde a lei não distingue, não cabe ao intérprete fazê-lo. Não faria sentido forrar as indenizações decorrentes da estabilidade no emprego dos efeitos da inflação real (IPC = 44,80%) e dar tratamento apoucado aos fundistas (BTN fiscal).
5. Em resumo, a correção dos saldos do FGTS encontra-se de há muito uníssona, harmônica, firme e estratificada na jurisprudência desta Seção quanto à aplicação do IPC de 42,72% para janeiro de 1989 e do IPC de 44,80% para abril de 1990.
6. Recurso conhecido e provido em parte, a fim de ser excluída a multa de 5% fixada no v. acórdão em razão da oposição de embargos declaratórios. Acolhido, também, o pedido quanto à não incidência do IPC referente aos meses de junho de 1987, maio de 1990 e fevereiro de 1991, respectivamente, Planos Bresseŕ, Collor Í e Collor II.
7. Não cabe a esta Corte o reexame, sob fundamento de caducidade de medidas provisórias, dos índices de maio de 1990 e fevereiro de 1991, determinados pelo Excelso Supremo Tribunal Federal, que julgou a questão sob o prisma constitucional.
8. Recurso especial provido parcialmente, por maioria de votos." (1ª Seção, publicado no DJ de 18 de dezembro de 2000).
No mesmo sentido, em reforço, a Súmula nº 252 do C. STJ:
"Os saldos das contas do FGTS, pela legislação infraconstitucional, são corrigidos em 42,72% (IPC) quanto às perdas de janeiro de 1989 e 44,80% (IPC) quanto às de abril de 1990, acolhidos pelo STJ os índices de 18,02% (LBC) quanto as perdas de junho de 1987, de 5,38% (BTN) para maio de 1990 e 7,00%(TR) para fevereiro de 1991, de acordo com o entendimento do STF (RE 226.855-7-RS).
É bem verdade que as decisões dos Tribunais Superiores não têm, ao menos até a presente data, caráter vinculante, mas é certo, por outro lado, que o decidido pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal e pela Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça colocou ponto final na discussão a respeito da ocorrência de expurgos inflacionários nos vários planos econômicos governamentais, tornando certo o desfecho de qualquer recurso que venha a desaguar naquelas casas, de forma a inviabilizar qualquer argumento em sentido contrário, motivo pelo qual resta aceitar o quanto decidido, sem margem para novos pontos de vista.
Aplicável, por tais motivos, o disposto no art. 557, §1º, "A", do Código de Processo Civil, nestes termos:
"Art. 557. (...).
§1º - ª Se a decisão estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, o relator poderá dar provimento ao recurso.".
Dispensável, portanto, a submissão do julgamento à Turma, cabendo o provimento ou não do recurso diretamente por decisão monocrática.
Os juros de mora são devidos, nos termos da legislação substantiva, apenas em caso de levantamento das cotas, situação a ser apurada em execução.
Correção monetária, mera recomposição do poder aquisitivo, nos moldes do Provimento 26/2001 da E.CGJF da 3ª Região.
No que tange ao pedido de isenção da verba honorária, sem razão a CEF. Com efeito, o artigo 29-C da Lei nº 8.036/90, com as modificações introduzidas pela MP 2.164-41, de 24.08.2001, excluiu a condenação da Caixa Econômica Federal em honorários advocatícios. No entanto, in casu a ação foi ajuizada anteriormente à entrada em vigor da superveniente legislação, que não pode retroagir, sob pena de ofensa ao direito adquirido.
Posto isso, dou parcial provimento ao recurso da CEF para, reformando a sentença, excluir da condenação a aplicação do IPC relativo a junho/87, maio/90 e fevereiro/91, bem como fixar os juros de mora nos termos acima explicitados. Nego provimento ao recurso dos autores.
P.I., baixando os autos, oportunamente, à Vara de origem.
São Paulo, 13 de fevereiro de 2007.
CECILIA MELLO
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2000.61.00.009469-0 AC 1113036
ORIG.	:	26 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Caixa Econômica Federal - CEF
ADV	:	CARLOS ALBERTO MINAYA SEVERINO
APDO	:	MARCELO PINHEIRO TELES
ADV	:	ITACI PARANAGUA SIMON DE SOUZA
RELATOR	:	JUÍZA FED.CONV. SILVIA ROCHA / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 245
Vistos.
Petição protocolizada em 29/jun/2006 sob o nº 165140. Tendo em vista a renúncia ao direito sobre que se funda a ação, considerando a assunção das custas judiciais e honorários advocatícios a serem pagos pelo autor diretamente à ré na via administrativa e diante da expressa concordância da Caixa Econômica Federal - CEF, julgo extinto o processo com apreciação do mérito nos termos do art. 269, V, do CPC, restando prejudicado o recurso interposto.
Publique-se. Intime-se.
Após as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
São Paulo, 09 de março de 2007.
SILVIA ROCHA
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA
RELATORA

PROC.	:	2000.61.05.003256-3 AC 756000
ORIG.	:	3 Vr CAMPINAS/SP
APTE	:	Caixa Econômica Federal - CEF
ADV	:	MARISA SACILOTTO NERY
APDO	:	APARECIDO ANTONIO VIEIRA e outro
ADV	:	RITO CONCEICAO
RELATOR	:	JUÍZA FED.CONV. SILVIA ROCHA / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 164
Vistos.
Petição protocolizada em 01/jun/2006 sob o nº 72574. Tendo em vista a renúncia dos autores ao direito sobre que se funda a ação, considerando a assunção das custas judiciais e honorários advocatícios a serem pagos pelos autores diretamente à ré na via administrativa e diante da expressa concordância da Caixa Econômica Federal - CEF, julgo extinto o processo com apreciação do mérito nos termos do art. 269, V, do CPC, restando prejudicado o recurso interposto.
Petição protocolizada aos 01/jun/2006 sob o nº 72573. Considerando tratar-se de valores depositados em Juízo, o pedido formulado pelos autores para tal fim deverá ser endereçado ao Juízo "a quo", competente para apreciá-lo e tomar as providências cabíveis.
Publique-se. Intime-se.
Após as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
São Paulo, 09 de março de 2007.
SILVIA ROCHA
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA
RELATORA

PROC.	:	2000.61.14.000792-2 AC 909464
ORIG.	:	3 Vr SAO BERNARDO DO CAMPO/SP
APTE	:	MARIA DE FATIMA CONCEICAO LOURO
ADV	:	KELI CRISTINA DA SILVEIRA
APDO	:	Caixa Econômica Federal - CEF
ADV	:	CAMILO DE LELLIS CAVALCANTI
RELATOR	:	JUÍZA.FED.CONV.SILVIA ROCHA / SEGUNDA TURMA

ADV SUBSCRITOR: CLAUDIO ROBERTO VIEIRA
DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 133
Vistos.
Tendo em vista a certidão de fls. 132, intime-se o subscritor da petição de fls. 130 a regularizar sua representação processual, no prazo de 05 (cinco) dias.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 09 de março de 2007.
SILVIA ROCHA
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA
RELATORA

PROC.	:	2000.61.14.001359-4 AC 909465
ORIG.	:	3 Vr SAO BERNARDO DO CAMPO/SP
APTE	:	MARIA DE FATIMA CONCEICAO LOURO
ADV	:	KELI CRISTINA DA SILVEIRA
APDO	:	Caixa Econômica Federal - CEF
ADV	:	MARIA TEREZA SANTOS DA CUNHA
RELATOR	:	JUÍZA.FED.CONV. SILVIA ROCHA / SEGUNDA TURMA

ADV SUSCRITOR: CLAUDIO ROBERTO VIEIRA
DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 364
Vistos.
Tendo em vista a certidão de fls. 363, intime-se o subscritor da petição de fls. 361 para regularizar sua representação processual, no prazo de 05 (cinco) dias.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 09 de março de 2007.
SILVIA ROCHA
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA
RELATORA

PROC.	:	2001.61.00.013709-6 AC 844905
APTE	:	Caixa Econômica Federal - CEF
ADV	:	MARIA EDNA GOUVEA PRADO
APDO	:	AGOSTINHO RASTELLI e outros
ADV	:	MAURICIO ALVAREZ MATEOS
RELATOR	:	DES. FED. PEIXOTO JUNIOR / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 132/133
Vistos.
Fls. 121/125. Trata-se de embargos declaratórios opostos tempestivamente por Agostinho Rasteli e outros à decisão monocrática de fls.116/118, que homologou a transação fundada em adesão ao acordo previsto na L.C. nº 110/2001.
A parte autora apresenta embargos de declaração sob o argumento de que o decisório é omisso por não pronunciar-se acerca da ineficácia da transação quanto às verbas honorárias previstas no art. 7º da supra citada Lei, configurando violação à Lei nº 8.906/94.
Breve relatório. Decido.
Os embargos opostos têm nítido caráter infringente, pretendendo o embargante, interdita reapreciação da espécie, mostrando-se inidôneo o meio utilizado para o alcance do objetivo colimado. Nesse sentido, precedentes a seguir transcritos, extraídos da obra "Código de Processo Civil e legislação processual em vigor", Theotônio Negrão, 30.ª edição, art. 535, nota 3b:
"Os embargos de declaração não devem revestir-se de caráter infringente. A maior elasticidade que se lhes reconhece, excepcionalmente, em casos de erro material evidente ou de manifesta nulidade do acórdão (RTJ 89/548, 94/1.167, 103/1.210, 114/351), não justifica, sob pena de grave disfunção jurídico-processual dessa modalidade de recurso, a sua inadequada utilização com o propósito de questionar a correção do julgado e obter, em conseqüência, a desconstituição do ato decisório. (RTJ 158/264, 158/993). No mesmo sentido: RTJ 159/638".

"Não pode ser conhecido recurso que, sob o rótulo de embargos declaratórios, pretende substituir a decisão recorrida por outra. Os embargos declaratórios são apelos de integração - não de substituição. (STJ-1ª Turma, REsp 15.774-0-SP-Edcl, rel. Min. Humberto Gomes de Barros, j. 25.10.93, não conheceram, v.u., DJU 22.11.93, p. 24.895)".
A r. decisão monocrática expõe clara e inteligível exegese das questões aduzidas e não padece das irregularidades alegadas pela embargante.
Ante o exposto, rejeito os embargos.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 10 de novembro de 2006.
PEIXOTO JUNIOR
DESEMBARGADOR FEDERAL
RELATOR

PROC.	:	2001.61.00.014688-7 AC 1172502
ORIG.	:	7 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA ATANAZIO e outros
ADV	:	KELLY CRISTINA SALGARELLI
APDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	LUIZ CARLOS FERREIRA DE MELO
PARTE A	:	MARIA APARECIDA DA SILVA CASANOVA e outro
ADV	:	TATIANA DOS SANTOS CAMARDELLA
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 130/131
A sentença julgou parcialmente procedente a ação objetivando pagamento pela Caixa Econômica Federal das diferenças relativas aos índices de correção aplicados aos depósitos do FGTS.
Inconformados, os autores apelam pugnando pela fixação dos juros de mora.
Regularmente processado o recurso, subiram os autos a este Egrégio Tribunal.
É o relatório
DECIDO.
É entendimento desta Egrégia Turma que os juros de mora são devidos, nos termos da legislação substantiva, apenas nos casos de levantamento das cotas, situação a ser apurada em execução.
É nesse sentido, o Julgado que transcrevo a seguir:
"Os juros moratórios somente são cabíveis se a parte comprovar o levantamento do depósito em prejuízo, isto porque, não sendo de livre disposição, não haverá mora indenizável se o cálculo de remuneração não se fez de acordo com a lei. Não constando tal prova, não os entendo devidos."
(REsp nº 176.480-SC, Rel. Min. Peçanha Martins, DJ de 14.06.99).
No tocante à taxa de juros a ser aplicada, tendo em vista a citação posterior ao advento da Lei nº10406 (novo Código Civil), entendo que os moratórios devem seguir o disposto no art. 406 da aludida legislação.
Trago à colação, por oportuno, citação feita por Theotônio Negrão ao comentar o art. 406 do novo Código Civil:
Art. 406: 4. Enunciado 20 do CEJ: "A taxa de juros moratórios a que se refere o art. 406 é a do art. 161, §1º, do Código Tributário Nacional, ou seja, 1% (um por cento) ao mês."
Posto isso, dou parcial provimento ao recurso para fixar os juros de mora nos termos acima explicitados.
P.I., baixando os autos, oportunamente, à Vara de origem.
São Paulo, 19 de março de 2007.
CECILIA MELLO
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2002.03.00.012825-4 AG 152454
ORIG.	:	200261000005329 21 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	GILSON OLIVEIRA FRIGO e outro
ADV	:	ROBERTO DE OLIVEIRA FERNANDES
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	JOSE PAULO NEVES
AGRDO	:	EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS CAPITEL LTDA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 21 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 220
Vistos.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão de fls. 160/161, que indeferiu tutela antecipatória de mérito, pleiteada para o fim de suspender o pagamento de qualquer importância ou que seja deferido o depósito judicial no valor de R$ 468,44 (quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e quatro centavos) e determinar a abstenção da instituição de incluir os nomes dos ora agravantes nos registros do SERASA e SCPC e outros mais ou a exclusão dos nomes dos mesmos se acaso já constarem em tais registros.
Cabe considerar, de imediato, que nos autos da ação da qual foi extraído o presente agravo, foi prolatada sentença, reproduzida às fls. 207/218. Disso resulta que o presente recurso perdeu objeto.
Isto posto, julgo prejudicado o recurso, com fulcro no art. 33, XII, do Regimento Interno deste Tribunal.
Após as formalidades de praxe, remetam-se estes autos ao Juízo de Origem.
P.I.
São Paulo, 14 de março de 2007.
CECILIA MELLO
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2002.03.00.021102-9 AG 155479
ORIG.	:	200261050009501 4 Vr CAMPINAS/SP
AGRTE	:	TEXTIL SÃO JOAO LTDA e filial
ADV	:	LUIZ ANTONIO SCAVONE JUNIOR
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	Instituto Nacional de Colonizacao e Reforma Agraria - INCRA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA DE CAMPINAS Sec Jud SP
RELATOR	:	JUÍZA CONV. MÁRCIA DE OLIVEIRA / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 176
Vistos.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto por Têxtil São João Ltda. e filial em face da decisão, reproduzida às fls. 104/105, que indeferiu liminar em mandado de segurança, pleiteada para o fim de obter a inexigibilidade do recolhimento das contribuições ao Pró-Rural e ao INCRA, bem como proceder à compensação dos valores recolhidos a tais títulos.
Cabe considerar, de imediato, que nos autos da ação da qual foi extraído o presente agravo, foi prolatada sentença, reproduzida às fls. 164/174. Disso resulta que o presente recurso perdeu objeto.
Isto posto, julgo prejudicado o recurso, com fulcro no art. 33, XII, do Regimento Interno deste Tribunal.
Após as formalidades de praxe, remetam-se estes autos ao Juízo de Origem.
P.I.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2007.
MÁRCIA DE OLIVEIRA
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA RELATORA

PROC.	:	2002.03.00.026105-7 AG 156335
ORIG.	:	200161000072053 4 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	BANCO ITAU S/A
ADV	:	CASSIO MARTINS CAMARGO PENTEADO JR
AGRDO	:	VALTER DE SOUSA PANDOLFI e outro
ADV	:	JULIANA ALVES DA SILVA
PARTE R	:	Caixa Econômica Federal - CEF
ADV	:	JOSE PAULO NEVES
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	JUÍZA FED.CONV. SILVIA ROCHA / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 68
Vistos.
Diante das informações prestadas pelo MM. Juiz "a quo", através do expediente protocolizado em 19/dez/2006 sob o nº 337570, noticiando a prolação de sentença nos autos da ação cautelar, julgando extinto o processo sem apreciação do mérito, depreende-se que o presente agravo de instrumento, interposto de decisão que deferiu medida liminar, carece de objeto.
Ante o exposto, nos termos do art. 33, XII, do Regimento Interno desta Corte, julgo prejudicado o recurso.
Publique-se. Intime-se.
Após as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
São Paulo, 23 de fevereiro de 2007.
SILVIA ROCHA
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA
RELATORA

PROC.	:	2002.03.00.043013-0 AG 164937
ORIG.	:	200261050100176 4ª Vr CAMPINAS/SP
AGRTE	:	ROGERIO CARLOS e outro
ADV	:	FABIANA RABELLO RANDE STANE
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	JOSE PAULO NEVES
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4ª VARA DE CAMPINAS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED.COTRIM GUIMARÃES/SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 199
Vistos, etc.
Tendo em vista a juntada aos autos (fls.175/184), da sentença proferida pelo MM. Juízo a quo, em 07 de dezembro de 2006, julgo prejudicado o agravo de instrumento, por perda de objeto, nos termos do art. 33, XII, do R.I. desta Corte.
Após cumpridas as formalidades devidas, remetam-se os autos ao Juízo de Origem.
Publique-se.
São Paulo, 23 de março de 2007.
COTRIM GUIMARÃES
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2002.03.00.043436-5 AG 165317
ORIG.	:	200261050099496 3 Vr CAMPINAS/SP
AGRTE	:	ANTONIO MARTINS FRAGATA e outro
ADV	:	ERASMO BARDI
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	JOSE PAULO NEVES
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE CAMPINAS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO/ SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 106
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Antônio Martins Fragata e outro em face da decisão, reproduzida às fls. 71/73, que indeferiu tutela antecipatória de mérito, pleiteada para o fim de realizar o adimplemento das parcelas vencidas, a partir de 31 de agosto de 2002, e abatimento do saldo devedor, ambos originários de contrato de mútuo imobiliário, através da imediata utilização do FGTS, bem como para determinar à CEF, ora agravada, a elaboração de novo cálculo do saldo devedor e prestações, consoante apurados no laudo em anexo, para que sejam depositados nos autos ou pagos diretamente mediante recibo.
Cabe considerar, de imediato, que nos autos da ação da qual foi extraído o presente agravo, foi prolatada sentença, reproduzida às fls. 99/104.Disso resulta que o presente recurso perdeu objeto.
Isto posto, julgo prejudicado o recurso, com fulcro no art. 33, XII, do Regimento Interno deste Tribunal.
Após as formalidades de praxe, remetam-se estes autos ao Juízo de Origem.
P.I.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
CECILIA MELLO
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2002.03.00.043453-5 AG 165333
ORIG.	:	200261000204697 2 VR SAO PAULO/SP
AGRTE	:	JOAQUIM HENRIQUE DE PAULA
ADV	:	RODRIGO DANIEL FELIX DA SILVA
AGRDO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV	:	JOSE PAULO NEVES
AGRDO	:	COBANSA CIA HIPOTECARIA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE SAO PAULO>1ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 77
Vistos, etc.
Tendo em vista a pesquisa realizada no sistema processual informatizado, pela qual verifica-se já ter sido proferida sentença pelo Juiz de Primeira Instância, julgo prejudicado o agravo de instrumento, por perda de objeto, nos termos do art. 33, XII, do R.I. desta Corte.
Acoste-se aos autos a pesquisa realizada.
Publique-se. Intime-se.
Após cumpridas as formalidades devidas, retornem os autos ao juízo de origem.
São Paulo, 26 de março de 2007.
COTRIM GUIMARÃES
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2002.61.00.010298-0 AC 938610
ORIG.	:	22 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Caixa Econômica Federal - CEF
ADV	:	LUIZ CARLOS FERREIRA DE MELO
APDO	:	MARCOS DE BRITO e outros
ADV	:	DALMIRO FRANCISCO
RELATOR	:	JUÍZA FED.CONV. SILVIA ROCHA / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 282
Vistos.
Tendo em vista a consulta de fls. 280, torno sem efeito o despacho de fls. 277.
Fls. 278/279. A apreciação do pedido formulado pelo apelado referente a desistência da co-autora compete à Vice-Presidência, tendo em vista a interposição de recurso especial conforme petição protocolizada em 21/jun/2004 sob o nº 133551.
Destarte, remetam-se os presentes autos à Subsecretaria de Feitos da Vice-Presidência.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 15 de março de 2007.
SILVIA ROCHA
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA
RELATORA

PROC.	:	2002.61.00.015869-9 AC 889965
ORIG.	:	19 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	MARIA EDNA GOUVEA PRADO
APDO	:	ALFREDO RODRIGUES (= ou > de 65 anos)
ADV	:	EDUARDO SCALON
RELATOR	:	JUÍZA FED.CONV. SILVIA ROCHA / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 149
Vistos.
Petição protocolizada aos 29/09/2006 sob o nº 258697. Homologo o pedido de desistência dos embargos de declaração, nos temos do art. 501 do CPC combinado com o art. 33, VI, do Regimento Interno desta Corte.
Tendo em vista o pedido de remessa dos autos ao juízo de origem para dar início ao cumprimento da sentença, manifeste-se o requerente se remanesce interesse no julgamento do agravo interposto às fls.100/107.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 27 de março de 2007.
SILVIA ROCHA
Juíza Federal Convocada
Relatora

PROC.	:	2002.61.00.025397-0 AC 1087721
ORIG.	:	13 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	MARLENE MOLINARI BENITES SOARES
ADV	:	ALFREDO BENITES
APDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	TADAMITSU NUKUI
RELATOR	:	DES.FED. NELTON DOS SANTOS / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 73/73 verso
D E S P A C H O
Vistos etc.
F. 70-72 - Defiro o pedido de prioridade. Anote-se.
Intime-se a apelada (Caixa Econômica Federal) para, em 15 (quinze) dias, manifestar-se expressamente sobre os documentos de f. 63-64 e esclarecer se já foram efetuados pagamentos e levantamentos de valores decorrentes do acordo noticiado, produzindo prova a respeito.
São Paulo, 14 de março de 2007
Nelton dos Santos
Relator

PROC.	:	2002.61.00.029053-0 AC 923161
ORIG.	:	19 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Caixa Econômica Federal - CEF
ADV	:	MARIA EDNA GOUVEA PRADO
APDO	:	MARCIO NUNES DA SILVA e outros
ADV	:	MARCELO MARCOS ARMELLINI
APDO	:	GERSON BERTO LINZ
ADV	:	ARNALDO FARIA DA SILVA
APDO	:	ABIGAIL ARANTES DE ABREU
ADV	:	MARCELO MARCOS ARMELLINI
PARTE A	:	ADRIANO CAMARA MATTOS e outros
RELATOR	:	JUÍZA FED.CONV. SILVIA ROCHA / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 211
Vistos.
1 - Fls. 206/207. Defiro vista dos autos fora de Cartório pelo prazo de 02 (dois) dias.
2 - Fls. 209. Diante da interposição de recurso especial, a apreciação do pedido de extração de carta de sentença compete ao Desembargador Federal Vice-Presidente, conforme previsto nos arts. 22, IV e 352, II, ambos do Regimento Interno desta Corte.
Destarte, encaminhem-se os autos a Subsecretaria de Feitos da Vice-Presidência.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 09 de março de 2007.
SILVIA ROCHA
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA
RELATORA

PROC.	:	2002.61.00.029468-6 AC 891309
ORIG.	:	8 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	PEDRO BURIN e outros
ADV	:	MARCELO MARCOS ARMELLINI
APTE	:	Caixa Econômica Federal - CEF
ADV	:	LUIZ CARLOS FERREIRA DE MELO
APDO	:	OS MESMOS
RELATOR	:	JUÍZA FED.CONV. SILVIA ROCHA / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 197
Vistos.
Fls. 194/195. Diante da interposição de recurso especial, a apreciação do pedido de extração de carta de sentença compete ao Desembargador Federal Vice-Presidente, conforme previsto nos art. 22, IV, e art. 352, II, ambos do Regimento Interno desta Corte.
Destarte, encaminhem-se os autos a Subsecretaria de Feitos da Vice-Presidência.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 09 de março de 2007.
SILVIA ROCHA
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA
RELATORA

PROC.	:	2002.61.04.008312-1 AC 967102
ORIG.	:	1 VR SANTOS/SP
APTE	:	MARIA DO SOCORRO MEDEIROS ESPOLIO
REPTE	:	VIRGINIA KATTY FERNANDES DE MEDEIROS
ADV	:	SILVIA CRISTIANE RUFFEL ESTEVES
APDO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV	:	MARIA AUXILIADORA FRANCA SENNE
APDO	:	CAIXA SEGURADORA S/A
ADV	:	RENATO TUFI SALIM
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 401
Fls. 381/399
1 - Anote-se.
2 - Defiro a vista dos autos pelo prazo legal.
P.I.
São Paulo, 18 de dezembro de 2006.
CECILIA MELLO
Desembargadora Federal Relatora

PROC.	:	2003.03.00.000781-9 AG 171106
ORIG.	:	200261140061536 3 Vr SAO BERNARDO DO CAMPO/SP
AGRTE	:	Caixa Econômica Federal - CEF
ADV	:	MARIA AUXILIADORA FRANCA SENNE
AGRDO	:	VILSON ALVES DE MORAIS e outro
ADV	:	JOSE BONIFACIO DA SILVA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE S B DO CAMPO SP
RELATOR	:	JUÍZA.FED.CONV.SILVIA ROCHA / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 90
Vistos.
Fls.84/88. Diante das informações prestadas pela MM.ª Juíza "a quo", noticiando a cessação da eficácia da medida liminar deferida, depreende-se que o presente agravo de instrumento, interposto de decisão que deferiu a medida liminar, bem como o agravo regimental, carecem de objeto.
Ante o exposto, nos termos do art. 33, XII, do Regimento Interno desta Corte, julgo prejudicados os recursos.
Publique-se. Intime-se.
Após as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
São Paulo, 09 de março de 2007.
SILVIA ROCHA
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA
RELATORA

PROC.	:	2003.03.00.048132-3 AG 185591
ORIG.	:	0100000924 A Vr MAUA/SP
AGRTE	:	CARBOGAS LTDA
ADV	:	CINTIA ELIZABETH FERNANDES
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DO SAF DE MAUA SP
RELATOR	:	DES.FED. PEIXOTO JUNIOR / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 61
Vistos.
O presente recurso fora distribuído originariamente a um dos desembargadores da E. 2ª Seção desta Corte, com o qual foi apreciado o pedido de efeito suspensivo. Às fls. 59/60 foi verificada a incompetência daquela Seção para análise do tema, pelo que foi redistribuído, dentro da competência da E. 1ª Seção, ficando tal feito sob minha relatoria.
Considerando o lapso entre a prolação da decisão impugnada, concernente a pleito de substituição de bens à penhora, e a redistribuição do recurso em 1º de março de 2007, com relevo ao fato de que quando da análise primeva do pedido de efeito suspensivo do presente recurso este restara indeferido, consoante fls. 44/45, e as informações prestadas pelo MM. Juiz "a quo" às fls. 56/57 dando conta da inalteração das circunstâncias que levaram ao proferimento da decisão impugnada, reputo ausente o requisito do periculum in mora, em ordem a não se desvelar apropriado o deferimento do pedido de efeito suspensivo.
Intime-se a agravada nos termos do art. 527, inciso V, do CPC.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 09 de março de 2007.
Silvia Rocha
Juíza Federal Convocada
Relatora

PROC.	:	2003.03.00.050395-1 AG 186532
ORIG.	:	200361100010042 2ª Vr SOROCABA/SP
AGRTE	:	SETH CARAMASCHI (= ou > de 65 anos)
ADV	:	AYRTON CARAMASCHI
AGRDO	:	Caixa Econômica Federal - CEF
ADV	:	JOSE PAULO NEVES
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2ª VARA DE SOROCABA >10ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES/SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 87
Vistos, etc.
Tendo em vista a juntada aos autos (fls.71/85), da sentença proferida pelo MM. Juízo a quo, em 28 de fevereiro de 2007, julgo prejudicado o agravo de instrumento, por perda de objeto, nos termos do art. 33, XII, do R.I. desta Corte.
Após cumpridas as formalidades devidas, remetam-se os autos ao Juízo de Origem.
Publique-se.
São Paulo, 26 de março de 2007.
COTRIM GUIMARÃES
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2003.03.00.073734-2 AG 194130
ORIG.	:	200361260070582 2 Vr SANTO ANDRE/SP
AGRTE	:	VICENTE DE PAULA PINTO espolio
REPTE	:	NEUSA MARIA DE OLIVEIRA PINTO e outros
ADV	:	MARCOS ALBERTO TOBIAS
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE SANTO ANDRÉ>26ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 106
Vistos, etc.
Tendo em vista a pesquisa realizada no sistema processual informatizado, pela qual verifica-se já ter sido proferida sentença pelo Juiz de Primeira Instância, julgo prejudicado o agravo de instrumento, por perda de objeto, nos termos do art. 33, XII, do R.I. desta Corte.
Acoste-se aos autos a pesquisa realizada.
Publique-se. Intime-se.
Após cumpridas as formalidades devidas, retornem os autos ao juízo de origem.
São Paulo, 26 de março de 2007.
COTRIM GUIMARÃES
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2003.03.00.075001-2 AG 194327
ORIG.	:	200361030004710 1 VR SAO JOSE DOS CAMPOS/SP
AGRTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV	:	FLAVIA ELISABETE DE O FIDALGO S KARRER
AGRDO	:	CARLOS DIMAS DO NASCIMENTO E OUTROS
ADV	:	JULIANA ALVES DA SILVA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE S J CAMPOS SP
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 87
Tendo em vista a pesquisa realizada no sistema processual informatizado, pela qual verifica-se já ter sido proferida pelo Juiz de Primeira Instância, julgo prejudicado o agravo de instrumento, por perda de objeto, nos termos do art. 33, XII, do R.I. desta Corte.
Acoste-se aos autos a pesquisa realizada.
Publique-se. Intime-se.
Após cumpridas as formalidades devidas, retornem os autos ao juízo de origem.
São Paulo, 26 de março de 2007.
COTRIM GUIMARÃES
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2003.03.00.075053-0 AG 194365
ORIG.	:	200361190077430 1 Vr GUARULHOS/SP
AGRTE	:	MISAEL MIGUEL DA SILVA e outro
ADV	:	ANDERSON DA SILVA SANTOS
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE GUARULHOS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 130
Vistos, etc.
Tendo em vista a pesquisa realizada no sistema processual informatizado, pela qual verifica-se já ter sido proferida sentença pelo Juiz de Primeira Instância, julgo prejudicado o agravo de instrumento, por perda de objeto, nos termos do art. 33, XII, do R.I. desta Corte.
Acoste-se aos autos a pesquisa realizada.
Publique-se. Intime-se.
Após cumpridas as formalidades devidas, retornem os autos ao juízo de origem.
São Paulo, 26 de março de 2007.
COTRIM GUIMARÃES
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2003.03.99.018046-2 AC 880331
ORIG.	:	9600255768 3 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	MANOEL ARNALDO ALVES DE SOUZA e outro
ADV	:	JOAO BOSCO BRITO DA LUZ
APDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	JOSE CARLOS GOMES
RELATOR	:	DES.FED. NELTON DOS SANTOS / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.:169
D E S P A C H O
F. 167 - Abra-se vista à Caixa Econômica Federal - CEF, por dez dias, a fim de que se manifeste sobre o pedido formulado pelos apelantes.
São Paulo, 12 de março de 2007
Nelton dos Santos
Relator

PROC.	:	2003.03.99.018047-4 AC 880332
ORIG.	:	9700038432 3 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	MANOEL ARNALDO ALVES DE SOUZA e outro
ADV	:	JOAO BOSCO BRITO DA LUZ
APDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	JOSE CARLOS GOMES
RELATOR	:	DES.FED. NELTON DOS SANTOS / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 177
D E S P A C H O
F. 175 - Abra-se vista à Caixa Econômica Federal - CEF, por dez dias, a fim de que se manifeste sobre o pedido formulado pelos apelantes.
São Paulo, 12 de março de 2007
Nelton dos Santos
Relator

PROC.	:	2003.61.21.003854-0 REOAC 1104773
ORIG.	:	1ª Vr TAUBATE/SP
PARTE A	:	CONDOMINIO IBIZA UBATUBA
ADV	:	EUCIR LUIZ PASIN
PARTE R	:	Caixa Econômica Federal - CEF
ADV	:	FLAVIA ELISABETE DE OLIVEIRA FIDALGO SOUZA KARRER
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 1ª VARA DE TAUBATE - 21ª SSJ - SP
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES/SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 89
Vistos, etc.
Fls.84 - Defiro a retirada dos autos fora de cartório pelo prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do artigo 40, II, do CPC.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 15 de fevereiro de 2007.
COTRIM GUIMARÃES
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2004.03.00.013674-0 AG 202262
ORIG.	:	200361190077430 1 Vr GUARULHOS/SP
AGRTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	ROMUALDO GALVAO DIAS
AGRDO	:	MISAEL MIGUEL DA SILVA e outro
ADV	:	ANDERSON DA SILVA SANTOS
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE GUARULHOS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 187
Vistos, etc.
Tendo em vista a pesquisa realizada no sistema processual informatizado, pela qual verifica-se já ter sido proferida sentença pelo Juiz de Primeira Instância, julgo prejudicado o agravo de instrumento, por perda de objeto, nos termos do art. 33, XII, do R.I. desta Corte.
Acoste-se aos autos a pesquisa realizada.
Publique-se. Intime-se.
Após cumpridas as formalidades devidas, retornem os autos ao juízo de origem.
São Paulo, 28 de março de 2007.
COTRIM GUIMARÃES
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2004.03.00.015192-3 AG 202642
ORIG.	:	200361000360018 8ª Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	CLELIA CRISTINA JOB
ADV	:	ANNE CRISTINA ROBLES BRANDINI
AGRDO	:	Caixa Econômica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 8ª VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED.COTRIM GUIMARÃES/SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 209
Vistos, etc.
Tendo em vista a juntada aos autos (fls.183/207), da sentença proferida pelo MM. Juízo a quo, em 23 de fevereiro de 2007, julgo prejudicado o agravo de instrumento, por perda de objeto, nos termos do art. 33, XII, do R.I. desta Corte.
Após cumpridas as formalidades devidas, remetam-se os autos ao Juízo de Origem.
Publique-se.
São Paulo, 26 de março de 2007.
COTRIM GUIMARÃES
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2004.03.00.018537-4 AG 204577
ORIG.	:	200461000085190 2 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	GUSTAVO OUVINHAS GAVIOLI
AGRDO	:	AILTON MOREIRA DOS SANTOS e outro
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE SAO PAULO>1ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 99
Vistos, etc.
Tendo em vista a pesquisa realizada no sistema processual informatizado, pela qual verifica-se já ter sido proferida sentença pelo Juiz de Primeira Instância, julgo prejudicado o agravo de instrumento, por perda de objeto, nos termos do art. 33, XII, do R.I. desta Corte.
Acoste-se aos autos a pesquisa realizada.
Publique-se. Intime-se.
Após cumpridas as formalidades devidas, retornem os autos ao juízo de origem.
São Paulo, 28 de março de 2007.
COTRIM GUIMARÃES
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2004.03.00.048402-0 AG 215832
ORIG.	:	200261240009081 1 Vr JALES/SP
AGRTE	:	Ministério Publico Federal
PROC	:	ALVARO STIPP
AGRDO	:	RENATO JUNQUEIRA FRANCO STAMATO
ADV	:	ATHEMAR DE SAMPAIO FERRAZ JUNIOR
PARTE R	:	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
ADV	:	MURILO ALBERTINI BORBA E ISABELLA MARIANA SAMPAIO PINHEIRO DE CASTRO
PARTE R	:	União Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE JALES - 24ª SSJ - SP
RELATOR	:	DES.FED. NELTON DOS SANTOS / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 328/329
D E C I S Ã O
O e. Procurador Regional da República Luiz Carlos dos Santos Gonçalves, em seu parecer de f. 295-296 opina no seguinte sentido:
A medida cautelar de produção antecipada de prova, subjacente ao presente recurso, conforme se depreende das fls. 8/46, foi ajuizada com o fim de obter a suspensão dos efeitos do laudo elaborado pelos técnicos do ITESP, em convênio com o INCRA, até que, por meio da perícia a ser realizada naqueles autos, ficasse apurada a produtividade ou não do imóvel rural declarado improdutivo pelo INCRA.
A decisão proferida na referida medida cautelar concedeu, em parte, a liminar pleiteada, para que fosse antecipada a produção da prova pericial requerida, bem como para suspender, em caso de efetivação da expropriação, apenas a imissão na posse do imóvel por terceiros, até que a aludida prova técnica fosse realizada (fls. 65/66).
É certo que a intervenção do Ministério Público é obrigatória em todas ações concernentes à desapropriação de imóvel rural (LC 76/93, art. 18; CPC, art. 82, III), assim como é certo que a não intervenção ministerial nas hipóteses em que é obrigatória acarreta a nulidade do feito (CPC, art. 84).
Desta maneira, a intervenção ministerial no procedimento cautelar em apreço não era apenas medida recomendável, mas, tomada a natureza de sua causa petendi, era medida obrigatória.
Todavia, o presente recurso não comporta prosseguimento em homenagem ao princípio da celeridade processual, bem como em razão de duas causas ulteriores: a uma, por não se verificar a ocorrência de prejuízo ao interesse público e social; a duas, porque a decisão proferida nos autos da ação de desapropriação n.º 2005.61.24.001710-8 revogou expressamente a liminar concedida nos autos da medida cautelar n.º 2002.61.24.000908-1, por terem se exaurido os motivos que ensejaram sua concessão e conseqüente eficácia (v. fl. 273).
De todo modo, vale acrescentar que, nas fls. 90 destes autos, verifica-se a abertura de vista ao MPF nos autos da medida cautelar em comento, 10/2/2003, data anterior ao presente recurso e ao pedido de fls. 69/73.
Desta maneira, o Ministério Público Federal opina no sentido de que seja julgado prejudicado o presente agravo de instrumento, nos termos do art. 557 do CPC.
Acolho, em todos os seus termos, o parecer ministerial e, por conseguinte, julgo prejudicado o presente agravo de instrumento.
Intimem-se.
Decorridos os prazos recursais, procedam-se às devidas anotações e remetam-se os autos ao juízo a quo.
São Paulo, 15 de março de 2007
Nelton dos Santos
Relator

PROC.	:	2004.03.00.051049-2 AG 217004
ORIG.	:	200361050099981 7 Vr CAMPINAS/SP
AGRTE	:	Caixa Econômica Federal - CEF
ADV	:	MARIA HELENA PESCARINI
AGRDO	:	REINALDO MACHADO e outros
ADV	:	NILSON ROBERTO LUCILIO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 7 VARA DE CAMPINAS - 5ª SSJ - SP
RELATOR	:	JUÍZA FED.CONV.SILVIA ROCHA / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 38
Vistos.
Consultada a página desta Corte na Internet, constata-se o julgamento pela Segunda Turma da apelação cível n.º 2003.61.05.009998-1, cujo acórdão foi publicado em 20/jan/2006, restando, destarte, prejudicada a discussão quanto aos efeitos em que deveria ser recebido o recurso.
Diante do exposto, depreende-se que o presente agravo de instrumento perdeu seu objeto, pelo que, nos termos do art. 33, XII, do Regimento Interno desta Corte, julgo-o prejudicado.
Publique-se. Intime-se.
Após as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
São Paulo, 09 de março de 2007.
SILVIA ROCHA
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA
RELATORA

PROC.	:	2004.03.00.073087-0 AG 225021
ORIG.	:	200461030068326 2ª Vr SAO JOSE DOS CAMPOS/SP
AGRTE	:	JOSE MARIO BATISTA e outro
ADV	:	JOAO BOSCO BRITO DA LUZ
AGRDO	:	Caixa Econômica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2ª VARA DE S J CAMPOS SP
RELATOR	:	DES.FED.COTRIM GUIMARÃES/SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 112
Vistos, etc.
Manifeste-se a agravante acerca do interesse da homologação de desistência do recurso interposto, nos termos dos artigos 501 e 502, do Código de Processo Civil.
Intime-se.
São Paulo, 26 de março de 2007.
COTRIM GUIMARÃES
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2004.03.99.019929-3 AC 943718
ORIG.	:	9700237443 /SP
APTE	:	LUIZ GERALDO DAL MOLIN
ADV	:	LUIS CARLOS FERREIRA
APDO	:	Caixa Econômica Federal - CEF
ADV	:	MARIA AUXILIADORA FRANCA SENNE
RELATOR	:	JUÍZA.FED.CONV. SILVIA ROCHA / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 306
Vistos.
Petição protocolizada em 12/mai/2006 sob o nº 115153. Diante da renúncia do autor ao direito sobre que se funda a ação, considerando a assunção das custas judiciais e honorários advocatícios a serem pagos diretamente à ré, na via administrativa e, tendo em vista a expressa concordância da Caixa Econômica Federal, julgo extinto o processo com apreciação do mérito, nos termos do art. 269, V, do CPC, restando prejudicado o recurso interposto.
Publique-se. Intime-se.
Após as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
São Paulo, 09 de março de 2007.
SILVIA ROCHA
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA
RELATORA

PROC.	:	2004.60.00.002695-9 AC 1172197
ORIG.	:	2 Vr CAMPO GRANDE/MS
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	ALEXANDRE RAMOS BASEGGIO
APDO	:	MOACIR FELIX FERREIRA
ADV	:	ALEXANDRE MORAIS CANTERO
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 69/72
A sentença julgou procedente a ação objetivando pagamento pela Caixa Econômica Federal das diferenças relativas aos índices de correção aplicados aos depósitos do FGTS.
Inconformada, a CEF apela pretendendo alteração na parte relativa aos juros de mora e isenção da verba honorária tendo em vista a MP 2.164/41 de 24.08.2001.
Regularmente processado o recurso, subiram os autos a este Egrégio Tribunal.
É o relatório.
DECIDO.
É entendimento desta Egrégia Turma que os juros de mora são devidos, nos termos da legislação substantiva, apenas nos casos de levantamento das cotas, situação a ser apurada em execução.
É nesse sentido, o Julgado que transcrevo a seguir:
"Os juros moratórios somente são cabíveis se a parte comprovar o levantamento do depósito em prejuízo, isto porque, não sendo de livre disposição, não haverá mora indenizável se o cálculo de remuneração não se fez de acordo com a lei. Não constando tal prova, não os entendo devidos."
(REsp nº 176.480-SC, Rel. Min. Peçanha Martins, DJ d 14.06.99).
No tocante à taxa de juros a ser aplicada, tendo em vista a citação posterior ao advento da Lei nº10406 (novo Código Civil), entendo que os moratórios devem seguir o disposto no art. 406 da aludida legislação.
Trago à colação, por oportuno, citação feita por Theotônio Negrão(*) ao comentar o art. 406 do novo Código Civil:
Art. 406: 4. Enunciado 20 do CEJ: "A taxa de juros moratórios a que se refere o art. 406 é a do art. 161, §1º, do Código Tributário Nacional, ou seja, 1% (um por cento) ao mês."
Relativamente aos honorários advocatícios, com razão a CEF.
De fato, há que se dizer que no âmbito deste E. Tribunal é pacífico o entendimento quanto a não caber a condenação da CEF em honorários advocatícios nas ações que têm por objeto a atualização monetária dos depósitos de contas vinculadas do FGTS, a teor do comando do artigo 29-C, da Lei nº 8036/90, com a redação inserida pela MP 2.164-41, de 24 de agosto de 2001, cuja vigência foi assegurada pelo artigo 2º da Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001.
Consulte-se, a respeito, dentre outras, a AC 2002.61.02.005305-6 (Rel. Des. Fed. Peixoto Junior), a AC 2003.03.99.004495-5 (Rel. Des. Fed. André Nabarrete), e a AC 2003.61.00.005473-4 (Rel. Des. Fed. Cecilia Mello).
Também no E. Superior Tribunal de Justiça é dominante o entendimento no mesmo sentido. Confira-se:
"PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL - FGTS - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - ARTIGO 29-C DA LEI 8.036/90, ACRESCENTADO PELA MP Nº 2.164-40/2001 - NORMA APLICÁVEL AOS PROCESSOS INICIADOS APÓS SUA EDIÇÃO.
1. A jurisprudência dominante deste Tribunal Superior firmou-se no sentido de que o art. 29-C da Lei 8.036/90 é norma especial em relação aos arts. 20 e 21 do CPC e deve ser aplicado às relações processuais instauradas a partir da edição da Medida Provisória nº 2.164-40 (27.7.2001), inclusive nas causas que não têm natureza trabalhista, movidas pelos titulares das contas vinculadas contra a empresa pública gestora do FGTS. A referida Medida Provisória foi editada em data anterior à promulgação da Emenda Constitucional nº 32/2001, época em que o regime constitucional não fazia restrição ao uso desse instrumento normativo para disciplinar matéria processual. Ressalvou-se, no artigo 2º da EC nº 32/2001, que as medidas provisórias editadas em data anterior à de sua publicação continuam em vigor até que a medida provisória ulterior as revogue explicitamente ou até deliberação definitiva do Congresso Nacional. Precedentes.
2. Agravo regimental improvido."
(STJ - Primeira Turma - Relatora Ministra Denise Arruda - AgRg no RESP 597538/SC - Agravo Regimental no Recurso Especial 2003/0176412-4 - data do julgamento 14/09/2004 - data da publicação DJ 25.02.2004 p. 232).
"PROCESSUAL CIVIL. FGTS. ART. 29-C DA LEI N. 8.036/90, INTRODUZIDO PELA MP N. 2.164-40/01. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DESCABIMENTO NO TOCANTE A AÇÕES AJUIZADA APÓS SUA EDIÇÃO. ANTERIORMENTE, OBSERVÂNCIA DOS ARTS. 20 E 21 DO CPC.
I - Na esteira da jurisprudência dominante no âmbito das Turmas que compõem a eg. Primeira Seção, a MP n. 2.164-40/01 é norma de caráter especial, no tocante aos honorários advocatícios referentes às ações entre o FGTS e os titulares das contas vinculadas, sendo, portanto aplicáveis os ditames dos arts. 20 e 21 do Código de Processo Civil, somente nas hipóteses em que a ação foi ajuizada anteriormente à modificação da Lei n. 8.036/90 (art. 29-C), promovida pela referida medida provisória.
II - Agravo regimental provido."
(STJ - Primeira Turma - AgRg no RESP 581753/SC - Agravo Regimental no Recurso Especial 2003/0146876-0 - Ministro Francisco Falcão - data do julgamento 26/10/2004 - data da publicação DJ 06.12.2004).
"ADMINISTRATIVO. FGTS. CONTAS VINCULADAS. CORREÇÃO MONETÁRIA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS DE PLANOS GOVERNAMENTAIS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MEDIDA PROVISÓRIA N. 2.164-40, DE 27.7.2001.
1. O STJ decidiu que a Medida Provisória n. 2.164-40/2001, por disciplinar normas de espécie instrumental material que criam deveres patrimoniais para as partes, não pode ser aplicada às relações processuais já instauradas. No caso vertente, a ação foi proposta após 27.7.2001, data em que foi editada a referida medida, razão pela qual deve ser reconhecida sua incidência.
2. Recurso especial da Caixa Econômica Federal provido. Recurso especial dos titulares improvido."
(STJ - Segunda Turma - RESP 664953/SC - Recurso Especial 2004/0074397-6 - Ministro João Otávio de Noronha - data do julgamento 28/09/2004 - data da publicação 16.11.2004).
Da análise dos autos verifico que a presente ação foi ajuizada em 16 de abril de 2004, ou seja, após o início da vigência da referida espécie normativa, de sorte que é incabível a condenação da CEF ao pagamento de honorários advocatícios.
Posto isso, dou parcial provimento ao recurso da CEF para, reformando a sentença, excluir da condenação o pagamento de honorários advocatícios e fixar juros de mora nos termos acima explicitados.
P.I., baixando os autos, oportunamente, à Vara de origem.
São Paulo, 19 de março de 2007.
CECILIA MELLO
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2004.61.04.002203-7 AC 1121545
ORIG.	:	2 Vr SANTOS/SP
APTE	:	JOSE VIEIRA DIAS
ADV	:	CARLOS CIBELLI RIOS
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	LUIZ CARLOS FERREIRA DE MELO
APDO	:	EUGENIO LUIS HENRIQUES (= ou > de 60 anos) e outros
ADV	:	CARLOS CIBELLI RIOS
APDO	:	OS MESMOS
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 99/104
Os autores Eugênio Luis Henriques e outros ajuizaram a presente ação em 08 de março de 2004 contra a Caixa Econômica Federal objetivando a aplicação do IPC relativo a janeiro/89 e abril/90 sobre os saldos das contas vinculadas.
A sentença julgou procedente o pedido em relação aos autores Eugênio Luis Henriques, Orlando da Silva Cezar e Dalvo Nascimento, condenando a ré a pagar os percentuais pretendidos acrescidos de juros de mora, bem como a arcar com honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da condenação. No tocante ao litisconsorte José Vieira Dias, o feito foi julgado improcedente tendo em vista que não comprovou a vinculação ao regime fundiário nos meses cuja correção pleiteia.
Foram opostos embargos de declaração pelos autores, que restaram improvidos.
Inconformada, a CEF apela sustentando, preliminarmente, adesão ao acordo previsto na Lei Complementar nº 110/2001 que pode ter sido omitida na petição inicial; ausência de causa de pedir no que diz respeito aos índices de fevereiro/89, março/90 e junho/90 eis que tais percentuais já foram aplicados administrativamente; ocorrência de prescrição a fulminar o pedido de juros progressivos; não cabimento da multa fundiária de 40%, que deve ser paga pelo empregador e cuja competência é da Justiça do Trabalho; ilegitimidade passiva da CEF no que tange à multa de 10% prevista no Decreto nº 99684/90. No mérito, a ré ressalta que expurgos inflacionários ocorreram exclusivamente nos períodos de janeiro/89 e abril/90 que, inclusive, já foram reconhecidos pela Súmula nº 252 do Egrégio STJ; improcedência do pedido de juros progressivos tendo em vista a ausência de provas do seu não pagamento; não cabimento de antecipação de tutela, juros de mora e, por fim, isenção dos honorários advocatícios.
O autor José Vieira Dias argumenta que a comprovação da filiação ao regime do FGTS pode ser feita em fase de execução, e que foi acostada aos autos uma declaração do sindicato dos conferentes afirmando que o co-autor foi trabalhador avulso filiado no período de dezembro/88 a maio/90.
Recebidos os recursos, com contra-razões, subiram os autos a este Egrégio Tribunal.
É o relatório.
Preliminarmente, consigno que o agravo retido oposto pelos autores não será apreciado tendo em vista a não reiteração expressa de seu conhecimento por este Egrégio Tribunal no momento oportuno.
Muito já se discutiu a respeito do devido creditamento de correção monetária às contas vinculadas dos participantes do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, a ponto de pacificarem-se as decisões dos Tribunais Regionais Federais e do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que, em qualquer caso, seria aplicável o IPC (Índice de Preços ao Consumidor).
Porém, e como é de conhecimento público, a matéria encontrou certa alteração após o recente julgamento do Recurso Extraordinário n.º 226.855-RS, ocorrido em 31 de Agosto de 2000, pelo Plenário do Egrégio Supremo Tribunal Federal, sendo relator o Ministro Moreira Alves e assim ementado:
"FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS - NATUREZA JURÍDICA E DIREITO ADQUIRIDO. CORREÇÕES MONETÁRIAS DECORRENTES DOS PLANOS ECONÔMICOS CONHECIDOS PELA DENOMINAÇÃO BRESSER, VERÃO, COLLOR I (NO CONCERNENTE AOS MESES DE ABRIL E DE MAIO DE 1990) E COLLOR II.
- O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), ao contrário do que sucede com as cadernetas de poupança, não tem natureza contratual, mas, sim, estatutária, por decorrer da Lei e por ela ser disciplinado.
- Assim, é de aplicar-se a ele a firme jurisprudência desta Corte no sentido de que não há direito adquirido ao regime jurídico.
- Quanto à atualização dos saldos do FGTS relativos aos Planos Verão e Collor I (este no que diz respeito ao mês de abril de 1990), não há questão de direito adquirido a ser examinada, situando-se a matéria exclusivamente no terreno legal infraconstitucional.
- No tocante, porém, aos Planos Bresser, Collor I (quanto ao mês de maio de 1990) e Collor II, em que a decisão recorrida se fundou na existência de direito adquirido aos índices de correção que mandou observar, é de aplicar-se o princípio de que não há direito adquirido a regime jurídico.
- Recurso extraordinário conhecido em parte, e nela provido, para afastar a condenação às atualizações dos saldos do FGTS no tocante aos Planos Bresser, Collor I (apenas quanto à atualização no mês de maio de 1990) e Collor II.".
Observa-se que a Suprema Corte, por seu Plenário, atribuiu foros de direito adquirido ao creditamento de correção monetária sobre as contas do FGTS, pelo IPC, apenas nos meses de Janeiro de 1989 e Abril de 1990, fixando o entendimento de que, por ostentar o Fundo natureza estatutária, levando à sujeição de um regime jurídico que o discipline, não há que se falar em amplo direito adquirido, devendo a matéria ser examinada segundo o caso.
De outro lado, relegou ao terreno infraconstitucional a determinação dos índices efetivamente aplicáveis em tais meses, motivo pelo qual o Superior Tribunal de Justiça, sem delongas, por sua Primeira Seção, retomou o julgamento do Recurso Especial n.º 265.556-AL e, em 25 de Outubro de 2000, sendo Relator o Ministro Franciulli Netto, reconheceu o direito de reajuste dos saldos do FGTS nos meses de Janeiro de 1989 (Plano Verão) e abril de 1990 (Plano Collor I), sob os percentuais de 42,72% e 44,80%, respectivamente, afastando, por conseguinte, a existência de expurgos inflacionários nos demais meses reclamados, conforme espelhado na ementa que se transcreve para melhor clareza:
"FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO (FGTS) - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - PRIMEIRO JULGAMENTO DA PRIMEIRA SEÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DEPOIS DA DECISÃO PROFERIDA PELO EXCELSO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (RE N. 226.855-7/RS, REL. MIN. MOREIRA ALVES, IN, DJ DE 13.10.00) - AUTOS REMETIDOS PELA SEGUNDA TURMA À PRIMEIRA SEÇÃO, EM RAZÃO DA RELEVÂNCIA DA MATÉRIA E PARA PREVENIR DIVERGÊNCIA ENTRE SUAS TURMAS (ARTIGO 14, INCISO II, DO REGIMENTO INTERNO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA).
PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO - FGTS - CEF - ASSISTÊNCIA SIMPLES - UNIÃO - PRETENDIDA OFENSA AOS ARTIGOS 128, 165, 458 E 535, TODOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - DESNECESSÁRIA A MENÇÃO A TODOS OS ARGUMENTOS APRESENTADOS - EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO TRIBUNAL DE ORIGEM - INTUITO DE PREQUESTIONAMENTO - PROCRASTINAÇÃO NÃO CARACTERIZADA - MULTA EXCLUÍDA (ARTIGO 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC) - LEGITIMIDADE PASSIVA EXCLUSIVA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO AFASTADO - IMPOSSIBILIDADE DE ADMISSÃO DE LITISCONSÓRCIO ATIVO FACULTATIVO: MATÉRIA NÃO PREQUESTIONADA - DISPENSÁVEL JUNTADA DE EXTRATOS DAS CONTAS VINCULADAS AO FGTS - PRESCRIÇÃO TRINTENÁRIA (SÚMULA N. 210 DO STJ) - DECISÃO COM ESPEQUE NA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL - JUROS DE MORA DE 0,5% AO MÊS - DISSENSO PRETORIANO AFASTADO - RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE, COM BASE NO ARTIGO 105, INCISO III, ALÍNEA A, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA.
1. O pedido de assistência simples, formulado pelo União, não obsta o regular andamento do processo. A figura do assistente possui caráter secundário; ele não defende direito subjetivo próprio, pelo que a eficácia do julgamento a ser proferido não depende de sua presença.
2. Assentou o Pretório Excelso (RE n. 226.855-7/RS, a atualização dos saldos do FGTS, nos seguintes termos: Plano Bresser (junho/87 - LBC - 18,02%), Plano Collor 1 (maio/90 - BTN - 5,38%) e Plano Collor II(fevereiro/91 - TR - 7,00%). Entendimento também adotado nesta decisão.
3. Quanto ao índice relativo ao Plano Verão (janeiro/89), matéria reconhecidamente de índole infraconstitucional, mantém-se a posição do STJ (IPC - 42,72%).

4. Plano Collor Í (abril/90) - A natureza dos depósitos de poupança e do FGTS não se confunde. Aquele é investimento; este é sucedâneo da garantia de estabilidade no emprego. Não se pode atualizar os saldos dos trabalhadores com depósitos inferiores a NCz$ 50.000,00, pelo IPC, e aqueles com importância superior a esse valor, pelo BTN fiscal. A lei do FGTS não destrinçou os fundistas em duas categorias diferenciadas segundo o valor supra. Onde a lei não distingue, não cabe ao intérprete fazê-lo. Não faria sentido forrar as indenizações decorrentes da estabilidade no emprego dos efeitos da inflação real (IPC = 44,80%) e dar tratamento apoucado aos fundistas (BTN fiscal).
5. Em resumo, a correção dos saldos do FGTS encontra-se de há muito uníssona, harmônica, firme e estratificada na jurisprudência desta Seção quanto à aplicação do IPC de 42,72% para janeiro de 1989 e do IPC de 44,80% para abril de 1990.
6. Recurso conhecido e provido em parte, a fim de ser excluída a multa de 5% fixada no v. acórdão em razão da oposição de embargos declaratórios. Acolhido, também, o pedido quanto à não incidência do IPC referente aos meses de junho de 1987, maio de 1990 e fevereiro de 1991, respectivamente, Planos Bresseí, Collor Í e Collor IÍ.
7. Não cabe a esta Corte o reexame, sob fundamento de caducidade de medidas provisórias, dos índices de maio de 1990 e fevereiro de 1991, determinados pelo Excelso Supremo Tribunal Federal, que julgou a questão sob o prisma constitucional.

8. Recurso especial provido parcialmente, por maioria de votos." (1ª Seção, publicado no DJ de 18 de dezembro de 2000).
No mesmo sentido, em reforço, a Súmula nº 252 do C. STJ:
"Os saldos das contas do FGTS, pela legislação infraconstitucional, são corrigidos em 42,72% (IPC) quanto às perdas de janeiro de 1989 e 44,80% (IPC) quanto às de abril de 1990, acolhidos pelo STJ os índices de 18,02% (LBC) quanto as perdas de junho de 1987, de 5,38% (BTN) para maio de 1990 e 7,00%(TR) para fevereiro de 1991, de acordo com o entendimento do STF (RE 226.855-7-RS).
É bem verdade que as decisões dos Tribunais Superiores não têm, ao menos até a presente data, caráter vinculante, mas é verdadeiro, por outro lado, que o decidido pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal e pela Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça colocou ponto final na discussão a respeito da ocorrência de expurgos inflacionários nos vários planos econômicos governamentais, tornando certo o desfecho de qualquer recurso que venha a desaguar naquelas casas, de forma a inviabilizar qualquer argumento em sentido contrário, motivo pelo qual resta aceitar o quanto decidido, sem margem para novos pontos de vista.
Relativamente ao litisconsorte José Vieira Dias, analisando os autos observo que os documentos acostados não comprovam a existência da conta vinculada.
É entendimento pacífico que os extratos fundiários não são indispensáveis à propositura da ação, podendo sua ausência ser suprida por outras provas. Dentre elas destaca-se a cópia da Carteira de Trabalho (CTPS) onde conste data de opção pelo referido Fundo.
Verifico que o autor acostou cópia da CTPS onde consta o registro como "conferente" no Sindicato de Conferentes de Carga e Descarga do Porto de Santos de dezembro de 1964 a outubro de 1988 (fl. 21). No entanto, não há registro de opção pelo regime do FGTS na cópia acostada.
O documento de fl. 22, nomeado "consulta conta vinculada", não possibilita a identificação do órgão emissor, não traz o número da conta de FGTS, sendo que os campos relativos à data de opção, admissão e afastamento aparecem sem preenchimento. Dessa forma, tenho que também não é hábil a comprovar a existência da conta vinculada nos períodos reclamados na inicial.
Por fim, a declaração fornecida pelo Sindicato dos Conferentes de Carga e Descarga do Porto de Santos (fl. 36), afirmando que o autor, de dezembro de 1988 a maio de 1990, trabalhou vinculado àquele sindicato, também não comprova a existência de conta vinculada com saldo a merecer reparo nos períodos em que ocorreram os expurgos.
Nesse passo, ante a falta de documentos capazes de comprovar o direito alegado na inicial, a extinção do processo, sem julgamento do mérito, em relação a esse autor é medida de rigor.
Os juros de mora são devidos, nos termos da lei substantiva, apenas em caso de levantamento das cotas, situação a ser apurada em execução.
É nesse sentido, o Julgado que transcrevo a seguir:
"Os juros moratórios somente são cabíveis se a parte comprovar o levantamento do depósito em prejuízo, isto porque, não sendo de livre disposição, não haverá mora indenizável se o cálculo de remuneração não se fez de acordo com a lei. Não constando tal prova, não os entendo devidos."
(REsp nº 176.480-SC, Rel. Min. Peçanha Martins, DJ de 14.06.99).
No que tange ao pedido de isenção da verba honorária, com razão a apelante. Com efeito, o artigo 29-C da Lei nº 8.036/90, com as modificações introduzidas pela MP 2.164-41, de 24.08.2001, excluiu a condenação da Caixa Econômica Federal em honorários advocatícios.
Deixo de apreciar as demais questões apresentadas, visto que não foram objeto da condenação.
Posto isso, dou parcial provimento ao recurso da CEF para excluir da condenação o pagamento dos honorários advocatícios e fixar juros de mora como acima explicitado. Dou parcial provimento ao recurso do autor José Vieira Dias para julgar extinto o processo, sem julgamento do mérito, a teor do art. 267, inciso IV do Código de Processo Civil. Agravo retido não conhecido.
P.I., baixando os autos, oportunamente, à Vara de origem.
São Paulo, 13 de fevereiro de 2007.
CECILIA MELLO
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2005.03.00.015413-8 AG 231106
ORIG.	:	200561050007694 8 Vr CAMPINAS/SP
AGRTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	RAFAEL CORREA DE MELLO
AGRDO	:	ANTONIO MARTINS FRAGATA e outro
ADV	:	ERASMO BARDI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 8 VARA DE CAMPINAS - 5ª SSJ - SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 256
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão de fls. 116/120, que deferiu liminar, nos autos de ação cautelar, para o fim de suspender os efeitos jurídicos da arrematação ou adjudicação do imóvel sob financiamento e impedir que a carta seja levada para registro e obstar a inclusão do nome dos requerentes, ora agravados, nas listas de instituições de restrição ao crédito.
Cabe considerar, de imediato, que nos autos da ação da qual foi extraído o presente agravo, foi prolatada sentença, reproduzida às fls. 252/254. Disso resulta que o presente recurso perdeu objeto.
Isto posto, julgo prejudicado o recurso, com fulcro no art. 33, XII, do Regimento Interno deste Tribunal.
Após as formalidades de praxe, remetam-se estes autos ao Juízo de Origem.
P.I.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
CECILIA MELLO
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2005.03.00.019336-3 AG 232236
ORIG.	:	200561140005467 3 VR SAO BERNARDO DO CAMPO/SP
AGRTE	:	SALETE GUIZZARDI
ADV	:	CRISTIANE LEANDRO DE NOVAIS
AGRDO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE S B DO CAMPO SP
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 158
Vistos, etc.
Tendo em vista a pesquisa realizada no sistema processual informatizado, pela qual verifica-se já ter sido proferida sentença pelo Juiz de Primeira Instância, julgo prejudicado o agravo de instrumento, por perda de objeto, nos termos do art. 33, XII, do R.I. desta Corte.
Acoste-se aos autos a pesquisa realizada.
Publique-se. Intime-se.
Após cumpridas as formalidades devidas, retornem os autos ao juízo de origem.
São Paulo, 26 de março de 2007.
COTRIM GUIMARÃES
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2005.03.00.038210-0 AG 236544
ORIG.	:	200461820345680 10F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	HARRY OLIVER SIMONSEN JUNIOR espolio
ADV	:	CRISTIANO MATSUO AZEVEDO TSUKAMOTO
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 10 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 83
Fls. 80/81.
Diga o agravante se tem interesse no prosseguimento do presente agravo.
P.I.
São Paulo, 27 de março de 2007.
CECILIA MELLO
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2005.03.00.040041-1 AG 236755
ORIG.	:	199961040008780 2ª Vr SANTOS/SP
AGRTE	:	Caixa Econômica Federal - CEF
ADV	:	DANIEL ALVES FERREIRA
AGRDO	:	CECILIO TEIXEIRA MIRANDA e outros
ADV	:	NILTON SOARES DE OLIVEIRA JUNIOR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2ª VARA DE SANTOS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED.COTRIM GUIMARÃES/SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 60
Vistos, etc.
Fls. 50/54 - Mantenho, in totum, a decisão proferida às fls. 46/47 dos autos e, nos termos do art. 251 do Regimento Interno desta E. Corte, apresentarei o feito, em tempo, para apreciação da Turma.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 26 de março de 2007.
COTRIM GUIMARÃES
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2005.03.00.053125-6 AG 238541
ORIG.	:	200361820711540 7F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	União Federal (FAZENDA NACIONAL)
AGRDO	:	LUIZ OLAVO DE MACEDO COSTA
ADV	:	ELIANE MONTANINI ALVAREZ
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 7ª VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES.FED.COTRIM GUIMARÃES/SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 48
Vistos, etc.
Fls. 32/46 - Mantenho, in totum, a decisão proferida às fls. 26/27 dos autos e, nos termos do art. 251 do Regimento Interno desta E. Corte, apresentarei o feito, em tempo, para apreciação da Turma.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 26 de março de 2007.
COTRIM GUIMARÃES
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2005.03.00.053659-0 AG 238960
ORIG.	:	200461000270563 21 VR SAO PAULO/SP
AGRTE	:	TEOBALDO DA SILVA E OUTROS
ADV	:	CARLOS ALBERTO DE SANTANA
AGRDO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV	:	RICARDO SANTOS
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 21 VARA SAO PAULO SEC JUD SP
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 284
Vistos, etc.
Tendo em vista a pesquisa realizada no sistema processual informatizado, pela qual verifica-se já ter sido proferida sentença pelo Juiz de Primeira Instância, julgo prejudicado o agravo de instrumento, por perda de objeto, nos termos do art. 33, XII, do R.I. desta Corte.
Acoste-se aos autos a pesquisa realizada.
Publique-se. Intime-se.
Após cumpridas as formalidades devidas, retornem os autos ao juízo de origem.
São Paulo, 26 de março de 2007.
COTRIM GUIMARÃES
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2005.03.00.059751-6 AG 240810
ORIG.	:	200461000242324 11 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	WILLIAN OTTONE CORREIA e outro
ADV	:	ANNE CRISTINA ROBLES BRANDINI
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 11 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 165
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão de fls. 100/102, que deferiu, parcialmente, tutela antecipada de mérito para determinar a suspensão de quaisquer constrições ao crédito dos mutuários tendo por objeto as prestações questionadas nesta ação como negativação no SERASA, SCPC, CADIN e, no caso de existência de inscrição da parte autora em cadastro de inadimplentes deverá a parte ré prover o necessário para reabilitação, nos autos da ação de revisão contratual.

Cabe considerar, de imediato, que nos autos da ação da qual foi extraído o presente agravo, foi prolatada sentença, reproduzida às fls. 153/163. Disso resulta que o presente recurso perdeu objeto.
Isto posto, julgo prejudicado o recurso, com fulcro no art. 33, XII, do Regimento Interno deste Tribunal.
Após as formalidades de praxe, remetam-se estes autos ao Juízo de Origem.
P.I.
São Paulo, 22 de março de 2007.
CECILIA MELLO
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2005.03.00.069482-0 AG 244868
ORIG.	:	200561080001414 1 VR BAURU/SP
AGRTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV	:	JOSE ANTONIO ANDRADE
AGRDO	:	JOSE ELIAS GONCALVES DE ALMEIDA E OUTROS
ADV	:	SERGIO LUIZ RIBEIRO
PARTE R	:	CONSTRUTORA ROMANO GONCALVES ENGENHARIA E COM/ LTDA E OUTROS
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE BAURU SEC JUD SP
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 131
Vistos, etc.
Tendo em vista a pesquisa realizada no sistema processual informatizado, pela qual verifica-se já ter sido proferida sentença pelo Juiz de Primeira Instância, julgo prejudicado o agravo de instrumento, por perda de objeto, nos termos do art. 33, XII, do R.I. desta Corte.
Acoste-se aos autos a pesquisa realizada.
Publique-se. Intime-se.
Após cumpridas as formalidades devidas, retornem os autos ao juízo de origem.
São Paulo, 26 de março de 2007.
COTRIM GUIMARÃES
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2005.03.00.083355-8 AG 250651
ORIG.	:	200161820019415/SP
AGRTE	:	Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo CREMESP
ADV	:	PAULA VÉSPOLI GODOY
AGRDO	:	ELCIO CEZAR PITELLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 7 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES.FED. PEIXOTO JUNIOR / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 52
Vistos.
O presente agravo de instrumento foi interposto pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo - CREMESP contra a r. decisão do MM. Juiz Federal da 7ª Vara das Execuções Fiscais de São Paulo/SP pela qual, em autos de execução fiscal, foi reconhecida a incompetência absoluta daquele juízo e, conseqüentemente, determinada a remessa dos autos à Justiça do Trabalho de São Paulo.
Processe-se com registro de que não houve pedido de efeito suspensivo.
Intime-se o agravado, nos termos do art. 527, V, do CPC.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 22 de março de 2007.
PEIXOTO JÚNIOR
DESEMBARGADOR FEDERAL
RELATOR

PROC.	:	2005.03.00.094328-5 AG 254615
ORIG.	:	200561260021683/SP
AGRTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	ROBERTA PINTO FERRAZ VALLADA
AGRDO	:	AXT COML/ ELETRONICA LTDA e outro
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE SANTO ANDRÉ>26ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. PEIXOTO JUNIOR / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 42
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela Caixa Econômica Federal - CEF contra a r. decisão da MM. Juíza Federal da 3ª Vara de Santo André/SP pela qual, em autos de execução por quantia certa contra devedor solvente, foi determinada a exclusão do sócio da empresa-executada do pólo passivo do feito, sob o fundamento de não estarem configuradas as hipóteses dos artigos 134 e 135 do CTN.
Sustenta a recorrente, em síntese, que a legitimidade do sócio excluído se dá em função da sua qualidade de avalista no contrato de borderô de desconto objeto da execução, não incidindo na espécie as aludidas normas tributárias. Aduz que a responsabilidade solidária em apreço tem esteio na 13ª cláusula do excogitado título executivo.
Formula pedido de efeito suspensivo, que ora aprecio.
Neste juízo sumário de cognição, lobrigando suficiente carga de plausibilidade nas razões recursais, considerando que o instituto do aval autoriza a promoção da execução em face do avalista sem a necessidade da observância de benefício de ordem, reputo presentes os requisitos do art. 558 do CPC e defiro o pedido de efeito suspensivo ao recurso.
Oficie-se o MM. Juiz "a quo", nos termos do artigo 527, III, do CPC.
Intimem-se os agravados, nos termos do art. 527, V, do CPC.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 26 de janeiro de 2006.
Carlos Loverra
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2005.03.00.094328-5 AG 254615
ORIG.	:	200561260021683 3 VR SANTO ANDRE/SP
AGRTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV	:	ROBERTA PINTO FERRAZ VALLADA
AGRDO	:	AXT COML/ ELETRONICA LTDA E OUTRO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE SANTO ANDRÉ>26ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. PEIXOTO JUNIOR / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 52
Vistos.
Consultada a página desta Corte da internet, constata-se que o agravado não constituiu advogado para representá-lo na ação originária, bem como não foi localizado, de acordo com a certidão de fl. 49, a fim de ser intimado nos termos do art. 527, V, do CPC.
Destarte, prossiga-se sem a intimação do agravado.
São Paulo, 26 de março de 2007.
SILVIA ROCHA
Juíza Federal Convocada
Relatora

PROC.	:	2005.03.00.094759-0 AG 254940
ORIG.	:	200561000248495 22 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	ROBERTO CARLOS PIRES e outro
ADV	:	TARCISIO OLIVEIRA DA SILVA
AGRDO	:	Caixa Econômica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 22 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES. FED. PEIXOTO JUNIOR / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 88/89
Vistos.
Trata-se de embargos declaratórios opostos tempestivamente por Roberto Carlos Pires e outro à decisão monocrática de fls. 79, que julgou deserto o recurso de agravo de instrumento com amparo no art. 511, do CPC.
A parte agravante apresenta embargos de declaração sob argumento de que o r. despacho é contraditório por decidir que o pedido de assistência judiciária gratuita deve ser antes analisado pelo juízo de primeiro grau, em oposição disposto na Lei nº 1.060/50.
Breve relatório.
A declaração do julgado pelo motivo de contradição apenas se justifica se há discrepância nas operações lógicas desenvolvidas na decisão, vale dizer, se há dissonância interna e não suposta antinomia entre as interpretações e raciocínios adotados pelo julgador e os argumentos persuasivos deduzidos pela parte ou, ainda, em relação a dispositivos legais.
Os embargos opostos têm nítido caráter infringente, pretendendo o embargante, interdita reapreciação da espécie, mostrando-se inidôneo o meio utilizado para o alcance do objetivo colimado. Nesse sentido, precedentes a seguir transcritos, extraídos da obra "Código de Processo Civil e legislação processual em vigor", Theotonio Negrão, 30.ª edição, art. 535, nota 3b:
"Os embargos de declaração não devem revestir-se de caráter infringente. A maior elasticidade que se lhes reconhece, excepcionalmente, em casos de erro material evidente ou de manifesta nulidade do acórdão (RTJ 89/548, 94/1.167, 103/1.210, 114/351), não justifica, sob pena de grave disfunção jurídico-processual dessa modalidade de recurso, a sua inadequada utilização com o propósito de questionar a correção do julgado e obter, em conseqüência, a desconstituição do ato decisório. (RTJ 158/264, 158/993). No mesmo sentido: RTJ 159/638".
"Não pode ser conhecido recurso que, sob o rótulo de embargos declaratórios, pretende substituir a decisão recorrida por outra. Os embargos declaratórios são apelos de integração - não de substituição. (STJ-1ª Turma, REsp 15.774-0-SP-Edcl, rel. Min. Humberto Gomes de Barros, j. 25.10.93, não conheceram, v.u., DJU 22.11.93, p. 24.895)".
A r. decisão monocrática expõe clara e inteligível exegese das questões aduzidas e não padece das irregularidades alegadas pela embargante.
Diante do exposto, rejeito os embargos.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 23 de outubro de 2006.
PEIXOTO JUNIOR
DESEMBARGADOR FEDERAL
RELATOR

PROC.	:	2005.03.99.004526-9 AC 1003538
ORIG.	:	9700294811 /SP
APTE	:	LUIZ GERALDO DAL MOLIN
ADV	:	LUIS CARLOS FERREIRA
APDO	:	Caixa Econômica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
RELATOR	:	JUÍZA.FED.CONV. SILVIA ROCHA / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 284
Vistos.
Petição protocolizada em 12/mai/2006 sob o nº 115152. Diante da renúncia do apelante Luiz Geraldo Dal Molin ao direito sobre que se funda a ação, considerando a assunção das custas judiciais e honorários advocatícios a serem pagos diretamente à ré, na via administrativa e, tendo em vista a expressa concordância da Caixa Econômica Federal, julgo extinto o processo com apreciação do mérito, nos termos do art. 269, V, do CPC, restando prejudicado o recurso interposto.
Publique-se. Intime-se.
Após as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
São Paulo, 09 de março de 2007.
SILVIA ROCHA
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA
RELATORA

PROC.	:	2005.60.00.004285-4 AC 1168433
ORIG.	:	4 Vr CAMPO GRANDE/MS
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	ALEXANDRE RAMOS BASEGGIO
APDO	:	JOAO RAMOS DE OLIVEIRA e outros
ADV	:	SILVIO FERNANDO DEGASPARI
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 163/166
A sentença julgou procedente a ação objetivando pagamento pela Caixa Econômica Federal das diferenças relativas aos índices de correção aplicados aos depósitos do FGTS.
Inconformada, a CEF apela pretendendo alteração na parte relativa aos juros de mora e isenção da verba honorária tendo em vista a MP 2.164/41 de 24.08.2001.
Regularmente processado o recurso, subiram os autos a este Egrégio Tribunal.
É o relatório.
DECIDO.
É entendimento desta Egrégia Turma que os juros de mora são devidos, nos termos da legislação substantiva, apenas nos casos de levantamento das cotas, situação a ser apurada em execução.
É nesse sentido, o Julgado que transcrevo a seguir:
"Os juros moratórios somente são cabíveis se a parte comprovar o levantamento do depósito em prejuízo, isto porque, não sendo de livre disposição, não haverá mora indenizável se o cálculo de remuneração não se fez de acordo com a lei. Não constando tal prova, não os entendo devidos."
(REsp nº 176.480-SC, Rel. Min. Peçanha Martins, DJ d 14.06.99).
No tocante à taxa de juros a ser aplicada, tendo em vista a citação posterior ao advento da Lei nº10406 (novo Código Civil), entendo que os moratórios devem seguir o disposto no art. 406 da aludida legislação.
Trago à colação, por oportuno, citação feita por Theotônio Negrão ao comentar o art. 406 do novo Código Civil:
Art. 406: 4. Enunciado 20 do CEJ: "A taxa de juros moratórios a que se refere o art. 406 é a do art. 161, §1º, do Código Tributário Nacional, ou seja, 1% (um por cento) ao mês."
Relativamente aos honorários advocatícios, com razão a CEF.
De fato, há que se dizer que no âmbito deste E. Tribunal é pacífico o entendimento quanto a não caber a condenação da CEF em honorários advocatícios nas ações que têm por objeto a atualização monetária dos depósitos de contas vinculadas do FGTS, a teor do comando do artigo 29-C, da Lei nº 8036/90, com a redação inserida pela MP 2.164-41, de 24 de agosto de 2001, cuja vigência foi assegurada pelo artigo 2º da Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001.
Consulte-se, a respeito, dentre outras, a AC 2002.61.02.005305-6 (Rel. Des. Fed. Peixoto Junior), a AC 2003.03.99.004495-5 (Rel. Des. Fed. André Nabarrete), e a AC 2003.61.00.005473-4 (Rel. Des. Fed. Cecilia Mello).
Também no E. Superior Tribunal de Justiça é dominante o entendimento no mesmo sentido. Confira-se:
"PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL - FGTS - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - ARTIGO 29-C DA LEI 8.036/90, ACRESCENTADO PELA MP Nº 2.164-40/2001 - NORMA APLICÁVEL AOS PROCESSOS INICIADOS APÓS SUA EDIÇÃO.
1. A jurisprudência dominante deste Tribunal Superior firmou-se no sentido de que o art. 29-C da Lei 8.036/90 é norma especial em relação aos arts. 20 e 21 do CPC e deve ser aplicado às relações processuais instauradas a partir da edição da Medida Provisória nº 2.164-40 (27.7.2001), inclusive nas causas que não têm natureza trabalhista, movidas pelos titulares das contas vinculadas contra a empresa pública gestora do FGTS. A referida Medida Provisória foi editada em data anterior à promulgação da Emenda Constitucional nº 32/2001, época em que o regime constitucional não fazia restrição ao uso desse instrumento normativo para disciplinar matéria processual. Ressalvou-se, no artigo 2º da EC nº 32/2001, que as medidas provisórias editadas em data anterior à de sua publicação continuam em vigor até que a medida provisória ulterior as revogue explicitamente ou até deliberação definitiva do Congresso Nacional. Precedentes.

2. Agravo regimental improvido."
(STJ - Primeira Turma - Relatora Ministra Denise Arruda - AgRg no RESP 597538/SC - Agravo Regimental no Recurso Especial 2003/0176412-4 - data do julgamento 14/09/2004 - data da publicação DJ 25.02.2004 p. 232).
"PROCESSUAL CIVIL. FGTS. ART. 29-C DA LEI N. 8.036/90, INTRODUZIDO PELA MP N. 2.164-40/01. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DESCABIMENTO NO TOCANTE A AÇÕES AJUIZADA APÓS SUA EDIÇÃO. ANTERIORMENTE, OBSERVÂNCIA DOS ARTS. 20 E 21 DO CPC.
I - Na esteira da jurisprudência dominante no âmbito das Turmas que compõem a eg. Primeira Seção, a MP n. 2.164-40/01 é norma de caráter especial, no tocante aos honorários advocatícios referentes às ações entre o FGTS e os titulares das contas vinculadas, sendo, portanto aplicáveis os ditames dos arts. 20 e 21 do Código de Processo Civil, somente nas hipóteses em que a ação foi ajuizada anteriormente à modificação da Lei n. 8.036/90 (art. 29-C), promovida pela referida medida provisória.
II - Agravo regimental provido."
(STJ - Primeira Turma - AgRg no RESP 581753/SC - Agravo Regimental no Recurso Especial 2003/0146876-0 - Ministro Francisco Falcão - data do julgamento 26/10/2004 - data da publicação DJ 06.12.2004).
"ADMINISTRATIVO. FGTS. CONTAS VINCULADAS. CORREÇÃO MONETÁRIA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS DE PLANOS GOVERNAMENTAIS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MEDIDA PROVISÓRIA N. 2.164-40, DE 27.7.2001.
1. O STJ decidiu que a Medida Provisória n. 2.164-40/2001, por disciplinar normas de espécie instrumental material que criam deveres patrimoniais para as partes, não pode ser aplicada às relações processuais já instauradas. No caso vertente, a ação foi proposta após 27.7.2001, data em que foi editada a referida medida, razão pela qual deve ser reconhecida sua incidência.
2. Recurso especial da Caixa Econômica Federal provido. Recurso especial dos titulares improvido."
(STJ - Segunda Turma - RESP 664953/SC - Recurso Especial 2004/0074397-6 - Ministro João Otávio de Noronha - data do julgamento 28/09/2004 - data da publicação 16.11.2004).
Da análise dos autos verifico que a presente ação foi ajuizada em 08 de junho de 2005, ou seja, após o início da vigência da referida espécie normativa, de sorte que é incabível a condenação da CEF ao pagamento de honorários advocatícios.
Posto isso, dou parcial provimento ao recurso da CEF para, reformando a sentença, excluir da condenação o pagamento de honorários advocatícios e determinar que os juros de mora têm incidência apenas em caso de prévio levantamento do saldo pelo beneficiário.
P.I., baixando os autos, oportunamente, à Vara de origem.
São Paulo, 08 de fevereiro de 2007.
CECILIA MELLO
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2005.61.00.004430-0 AC 1121292 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL
ORIG.	:	8 Vr SAO PAULO/SP
EMBTE	:	LIDIA VARELA SENDIN e outro
ADV	:	JULIO CESAR DE FREITAS SILVA
EMBDO	:	A R. DECISÃO DE FLS. 70/74
PARTE R	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	LUIZ CARLOS FERREIRA DE MELO
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 104
Trata-se de embargos de declaração opostos por Lidia Varela Sendin e outro contra o decisum proferido às fls. 70/74.
Sustentam as embargantes que o Julgado é contraditório relativamente à improcedência do pedido de aplicação do percentual relativo a fevereiro/89 - 10,14% sobre os saldos das contas de FGTS.
Alegam que a jurisprudência dos Tribunais Superiores está pacificada no sentido de que o índice é devido às contas vinculadas.
Ressaltam a finalidade de prequestionamento dos presentes embargos, a fim de viabilizar recursos em instâncias superiores.
É o relatório.
Os presentes embargos não merecem provimento, eis que inocorrente a contradição apontada.
Com efeito, o decisum embargado guarda fundamentação e conclusão claras e precisas em relação ao resultado nele alcançado.
Na verdade, o que pretendem as embargantes é a modificação do Julgado, pela via inadequada dos declaratórios, o que é inadmissível.
À sua vez, a pretensão dos embargantes de pré-questionamento de dispositivos constitucionais e infraconstitucionais é manifestamente descabida. A matéria ventilada por meio destes embargos não é passível de apreciação em sede de declaratórios, sendo de rigor a sua rejeição.
Por último, acode dizer que descabe, em sede de embargos de declaração, reabrir-se discussão sobre matéria apreciada e decidida no Julgado embargado.
Posto isso, rejeito os embargos de declaração.
P.I., baixando os autos, oportunamente, à Vara de origem.
São Paulo, 12 de fevereiro de 2007.
CECILIA MELLO
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2005.61.00.014981-0 AC 1162427
ORIG.	:	2 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	ROGERIO ALTOBELLI ANTUNES
APDO	:	MARIA RITA TOLOZA OLIVEIRA COSTA
ADV	:	CELIO RODRIGUES PEREIRA
RELATOR	:	DES.FED. NELTON DOS SANTOS / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 63/63 verso
D E S P A C H O
Vistos etc.
Ao contrário do que afirma na petição de f. 59-60, a autora não conta com mais de sessenta anos de idade, como se vê de seus documentos pessoais, acostados às f. 12 e 13.
Assim, indefiro o pedido da prioridade, fundado no Estatuto do Idoso.
Intime-se.
São Paulo, 14 de março de 2007
Nelton dos Santos
Relator

PROC.	:	2005.61.04.001192-5 AC 1173107
ORIG.	:	4 Vr SANTOS/SP
APTE	:	CANDIDO ALVES (= ou > de 65 anos)
ADV	:	JOSE ABILIO LOPES
APDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	ROGERIO ALTOBELLI ANTUNES
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 74/77
Trata-se de apelação interposta pelo autor CÂNDIDO ALVES, visando à reforma da sentença que julgou improcedente a ação ajuizada em 03/03/05, cujo objeto é a correção dos saldos das contas vinculadas ao regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS pelos índices expurgados (IPC) relativos a junho/87 (26,06%), fevereiro/89 (10,14%), maio/90 (7,87%), junho/90 (9,55%), julho/90 (12,92%) e março/91 (21,87%).
O autor, em suas razões de recurso, manifesta seu inconformismo com a decisão, pugnando pelo reconhecimento do direito adquirido aos índices de correção monetária pleiteados na petição inicial.
Regularmente processado o recurso, subiram os autos a este Egrégio Tribunal.
É o relatório.
Muito já se discutiu a respeito do devido creditamento de correção monetária às contas vinculadas dos participantes do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, a ponto de se pacificarem as decisões dos Tribunais Regionais Federais e do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que, em qualquer caso, seria aplicável o IPC (Índice de Preços ao Consumidor).
Porém, e como é de conhecimento público, a matéria encontrou certa alteração após o recente julgamento do Recurso Extraordinário n.º 226.855-RS, ocorrido em 31 de Agosto de 2000, pelo Plenário do Egrégio Supremo Tribunal Federal, sendo relator o Ministro Moreira Alves e assim ementado:
"FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS - NATUREZA JURÍDICA E DIREITO ADQUIRIDO. CORREÇÕES MONETÁRIAS DECORRENTES DOS PLANOS ECONÔMICOS CONHECIDOS PELA DENOMINAÇÃO BRESSER, VERÃO, COLLOR I (NO CONCERNENTE AOS MESES DE ABRIL E DE MAIO DE 1990) E COLLOR II.
- O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), ao contrário do que sucede com as cadernetas de poupança, não tem natureza contratual, mas, sim, estatutária, por decorrer da Lei e por ela ser disciplinado.
- Assim, é de aplicar-se a ele a firme jurisprudência desta Corte no sentido de que não há direito adquirido ao regime jurídico.
- Quanto à atualização dos saldos do FGTS relativos aos Planos Verão e Collor I (este no que diz respeito ao mês de abril de 1990), não há questão de direito adquirido a ser examinada, situando-se a matéria exclusivamente no terreno legal infraconstitucional.
- No tocante, porém, aos Planos Bresser, Collor I (quanto ao mês de maio de 1990) e Collor II, em que a decisão recorrida se fundou na existência de direito adquirido aos índices de correção que mandou observar, é de aplicar-se o princípio de que não há direito adquirido a regime jurídico.
- Recurso extraordinário conhecido em parte, e nela provido, para afastar a condenação às atualizações dos saldos do FGTS no tocante aos Planos Bresser, Collor I (apenas quanto à atualização no mês de maio de 1990) e Collor II.".
Observa-se que a Suprema Corte, por seu Plenário, atribuiu foros de direito adquirido ao creditamento de correção monetária sobre as contas do FGTS, pelo IPC, apenas nos meses de Janeiro de 1989 e Abril de 1990, fixando o entendimento de que, por ostentar o Fundo natureza estatutária, levando a sujeição de um regime jurídico que o discipline, não há que se falar em amplo direito adquirido, devendo a matéria ser examinada segundo o caso.
De outro lado, relegou ao terreno infraconstitucional a determinação dos índices efetivamente aplicáveis em tais meses, motivo pelo qual o Superior Tribunal de Justiça, sem delongas, por sua Primeira Seção, retomou o julgamento do Recurso Especial n.º 265.556-AL e, em 25 de Outubro de 2000, sendo Relator o Ministro Franciulli Netto, reconheceu o direito de reajuste dos saldos do FGTS nos meses de Janeiro de 1989 (Plano Verão) e abril de 1990 (Plano Collor I), sob os percentuais de 42,72% e 44,80%, respectivamente, afastando, por conseguinte, a existência de expurgos inflacionários nos demais meses reclamados, conforme espelhado na ementa que se transcreve para melhor clareza:
"FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO (FGTS) - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - PRIMEIRO JULGAMENTO DA PRIMEIRA SEÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DEPOIS DA DECISÃO PROFERIDA PELO EXCELSO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (RE N. 226.855-7/RS, REL. MIN. MOREIRA ALVES, IN, DJ DE 13.10.00) - AUTOS REMETIDOS PELA SEGUNDA TURMA À PRIMEIRA SEÇÃO, EM RAZÃO DA RELEVÂNCIA DA MATÉRIA E PARA PREVENIR DIVERGÊNCIA ENTRE SUAS TURMAS (ARTIGO 14, INCISO II, DO REGIMENTO INTERNO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA).
PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO - FGTS - CEF - ASSISTÊNCIA SIMPLES - UNIÃO - PRETENDIDA OFENSA AOS ARTIGOS 128, 165, 458 E 535, TODOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - DESNECESSÁRIA A MENÇÃO A TODOS OS ARGUMENTOS APRESENTADOS - EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO TRIBUNAL DE ORIGEM - INTUITO DE PREQUESTIONAMENTO - PROCRASTINAÇÃO NÃO CARACTERIZADA - MULTA EXCLUÍDA (ARTIGO 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC) - LEGITIMIDADE PASSIVA EXCLUSIVA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO AFASTADO - IMPOSSIBILIDADE DE ADMISSÃO DE LITISCONSÓRCIO ATIVO FACULTATIVO: MATÉRIA NÃO PREQUESTIONADA - DISPENSÁVEL JUNTADA DE EXTRATOS DAS CONTAS VINCULADAS AO FGTS - PRESCRIÇÃO TRINTENÁRIA (SÚMULA N. 210 DO STJ) - DECISÃO COM ESPEQUE NA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL - JUROS DE MORA DE 0,5% AO MÊS - DISSENSO PRETORIANO AFASTADO - RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE, COM BASE NO ARTIGO 105, INCISO III, ALÍNEA A, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA.
1. O pedido de assistência simples, formulado pelo União, não obsta o regular andamento do processo. A figura do assistente possui caráter secundário; ele não defende direito subjetivo próprio, pelo que a eficácia do julgamento a ser proferido não depende de sua presença.
2. Assentou o Pretório Excelso (RE n. 226.855-7/RS, a atualização dos saldos do FGTS, nos seguintes termos: Plano Bresseí (junho/87 - LBC - 18,02%), Plano Collor Í (maio/90 - BTN - 5,38%) e Plano Collor IÍ(fevereiro/91 - TR - 7,00%). Entendimento também adotado nesta decisão.
3. Quanto ao índice relativo ao Plano Verão (janeiro/89), matéria reconhecidamente de índole infraconstitucional, mantém-se a posição do STJ (IPC - 42,72%).
4. Plano Collor Í (abril/90) - A natureza dos depósitos de poupança e do FGTS não se confunde. Aquele é investimento; este é sucedâneo da garantia de estabilidade no emprego. Não se pode atualizar os saldos dos trabalhadores com depósitos inferiores a NCz$ 50.000,00, pelo IPC, e aqueles com importância superior a esse valor, pelo BTN fiscal. A lei do FGTS não destrinçou os fundistas em duas categorias diferenciadas segundo o valor supra. Onde a lei não distingue, não cabe ao intérprete fazê-lo. Não faria sentido forrar as indenizações decorrentes da estabilidade no emprego dos efeitos da inflação real (IPC = 44,80%) e dar tratamento apoucado aos fundistas (BTN fiscal).
5. Em resumo, a correção dos saldos do FGTS encontra-se de há muito uníssona, harmônica, firme e estratificada na jurisprudência desta Seção quanto à aplicação do IPC de 42,72% para janeiro de 1989 e do IPC de 44,80% para abril de 1990.
6. Recurso conhecido e provido em parte, a fim de ser excluída a multa de 5% fixada no v. acórdão em razão da oposição de embargos declaratórios. Acolhido, também, o pedido quanto à não incidência do IPC referente aos meses de junho de 1987, maio de 1990 e fevereiro de 1991, respectivamente, Planos Bresseí, Collor Í e Collor IÍ.
7. Não cabe a esta Corte o reexame, sob fundamento de caducidade de medidas provisórias, dos índices de maio de 1990 e fevereiro de 1991, determinados pelo Excelso Supremo Tribunal Federal, que julgou a questão sob o prisma constitucional.
8. Recurso especial provido parcialmente, por maioria de votos." (1ª Seção, publicado no DJ de 18 de dezembro de 2000).
No mesmo sentido, em reforço, a Súmula nº 252 do C. STJ:
"Os saldos das contas do FGTS, pela legislação infraconstitucional, são corrigidos em 42,72% (IPC) quanto às perdas de janeiro de 1989 e 44,80% (IPC) quanto às de abril de 1990, acolhidos pelo STJ os índices de 18,02% (LBC) quanto as perdas de junho de 1987, de 5,38% (BTN) para maio de 1990 e 7,00%(TR) para fevereiro de 1991, de acordo com o entendimento do STF (RE 226.855-7-RS).
É bem verdade que as decisões dos Tribunais Superiores não têm, ao menos até a presente data, caráter vinculante, mas é verdadeiro, por outro lado, que o decidido pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal e pela Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça colocou ponto final na discussão a respeito da ocorrência de expurgos inflacionários nos vários planos econômicos governamentais, tornando certo o desfecho de qualquer recurso que venha a desaguar naquelas casas, de forma a inviabilizar qualquer argumento em sentido contrário, motivo pelo qual resta aceitar o quanto decidido, sem margem para novos pontos de vista.
Posto isso, nego provimento ao recurso do autor.
P.I., baixando os autos, oportunamente, à Vara de origem.
São Paulo, 19 de março de 2007.
CECILIA MELLO
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2005.61.14.000416-5 AC 1164221
ORIG.	:	3 Vr SAO BERNARDO DO CAMPO/SP
APTE	:	FRANCISCO FERREIRA DE SOUZA
ADV	:	PAULO AFONSO NOGUEIRA RAMALHO
APDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	LUIZ CARLOS FERREIRA DE MELO
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 62/64

O autor Francisco Ferreira de Souza ajuizou a presente ação em 26/01/2005 contra a Caixa Econômica Federal - CEF, objetivando o pagamento das diferenças decorrentes da aplicação do IPC relativo a junho/87, janeiro/89, fevereiro/89, abril/90, maio/90, junho/90, fevereiro/91 e março/91.

A sentença julgou extinto o processo, nos termos do art. 267, VI, do CPC, quanto aos índices relativos a janeiro/89 e abril/90 tendo em vista que o autor aderiu ao acordo previsto na LC 110/2001, como fez prova a CEF através do documento acostado à fl. 41, e improcedente em relação aos demais períodos, nos termos do art. 269, I, do CPC, condenando-o ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa atualizado, observadas as disposições da Lei nº 1.060/50.

Inconformado, o autor apela. Pugna pela anulação do termo de adesão ao acordo da LC 110/01, ao argumento de ser genérico e ilícito, notadamente na parte em que prevê a renúncia a outros pleitos que visem correção monetária das contas vinculadas.

Recebido o recurso, sem contra-razões, subiram os autos a esta Egrégia Corte.

É o relatório.

O recurso não merece prosperar.

Com efeito, em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 110/2001, a Caixa Econômica Federal - CEF, disponibilizou a todos os interessados, trabalhadores com contas ativas ou inativas do FGTS e que possuíam ou não ações judiciais para cobrança das diferenças verificadas por ocasião dos expurgos inflacionários, o chamado "termo de transação e adesão do trabalhador às condições de crédito previstas na Lei Complementar nº 110/2001".

Através do referido termo de transação, o trabalhador poderia optar por receber as diferenças do FGTS administrativamente, ao invés de ingressar com ação judicial, sendo que, para aqueles que já haviam ingressado com a ação em juízo, a assinatura do acordo implicaria também em desistência da ação proposta.

Ressalte-se que as condições de pagamento dos valores devidos, em especial a forma parcelada e o deságio, constam expressamente no documento de transação disponibilizado aos fundistas.

Ademais, a imprensa escrita e falada noticiou amplamente as condições do acordo, além do que as agências da Caixa Econômica Federal afixaram cartazes informativos, de forma a tornar transparentes as vantagens e desvantagens no caso da adesão aos termos previstos.

A assinatura do termo de adesão resulta no reconhecimento pelo fundista da assunção de suas vantagens, bem como de seus ônus.

Neste diapasão, o referido termo só deve ser ilidido diante de prova irrefutável de ocorrência de vícios de vontade ou de vício social, o que não ocorre no caso vertente.

Assim, não caracterizado vício capaz de anular a transação celebrada com a ré - CEF, é de rigor a manutenção da sentença que extinguiu o processo em relação a janeiro/89 e abril/90, nos termos do art. 267, VI do CPC.

No tocante aos demais índices pleiteados, ressalto que muito já se discutiu a respeito do devido creditamento de correção monetária às contas vinculadas dos participantes do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, a ponto de pacificarem-se as decisões dos Tribunais Regionais Federais e do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que, em qualquer caso, seria aplicável o IPC (Índice de Preços ao Consumidor).

Observa-se que a Suprema Corte, por seu Plenário, atribuiu foros de direito adquirido ao creditamento de correção monetária sobre as contas do FGTS, pelo IPC, apenas nos meses de Janeiro de 1989 e Abril de 1990, fixando o entendimento de que, por ostentar o Fundo natureza estatutária, levando à sujeição de um regime jurídico que o discipline, não há que se falar em amplo direito adquirido, devendo a matéria ser examinada segundo o caso.

De outro lado, relegou ao terreno infraconstitucional a determinação dos índices efetivamente aplicáveis em tais meses, motivo pelo qual o Superior Tribunal de Justiça, sem delongas, por sua Primeira Seção, retomou o julgamento do Recurso Especial n.º 265.556-AL e, em 25 de Outubro de 2000, sendo Relator o Ministro Franciulli Netto, reconheceu o direito de reajuste dos saldos do FGTS nos meses de Janeiro de 1989 (Plano Verão) e abril de 1990 (Plano Collor I), sob os percentuais de 42,72% e 44,80%, respectivamente, afastando, por conseguinte, a existência de expurgos inflacionários nos demais meses reclamados.

É bem verdade que as decisões dos Tribunais Superiores não têm, ao menos até a presente data, caráter vinculante, mas é verdadeiro, por outro lado, que o decidido pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal e pela Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça colocou ponto final na discussão a respeito da ocorrência de expurgos inflacionários nos vários planos econômicos governamentais, tornando certo o desfecho de qualquer recurso que venha a desaguar naquelas casas, de forma a inviabilizar qualquer argumento em sentido contrário, motivo pelo qual resta aceitar o quanto decidido, sem margem para novos pontos de vista.

Posto isso, nego provimento ao recurso.

P.I., baixando os autos, oportunamente, à Vara de origem.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2007.

CECILIA MELLO
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2005.61.14.000541-8 AC 1164222
ORIG.	:	3 Vr SAO BERNARDO DO CAMPO/SP
APTE	:	ERECI DA SILVA SANTANA
ADV	:	PAULO AFONSO NOGUEIRA RAMALHO
APDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	LUIZ CARLOS FERREIRA DE MELO
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 52/56

Trata-se de apelação interposta pela autora Ereci da Silva Santana contra a sentença de fls. 38/39, que julgou improcedente a ação ajuizada em 31 de janeiro de 2005, cujo objeto é a correção dos saldos das contas vinculadas ao regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS pelo IPC relativo a junho/87 - 26,06%.

A autora, em seu recurso, alega, inicialmente, que a decisão é extra petita. Sustenta também que o acordo previsto na LC 110/2001 é inconstitucional sob a alegação de que o fundista renuncia aos demais índices constantes da Súmula 252 do Egrégio STJ. Sustenta, ainda, o direito ao percentual de 84,32% relativo a março/90.

Recebido o recurso, sem contra-razões, subiram os autos a este Egrégio Tribunal.

É o relatório.

No tocante à alegação de que a sentença seria extra petita sem razão a apelante, eis que a decisão proferida em primeiro grau não se distanciou do objeto da presente ação e, contrariamente ao que afirma o autor em seu apelo, julgou expressamente o pedido constante à fl. 10 da petição inicial.

No tocante ao mérito, muito já se discutiu a respeito do devido creditamento de correção monetária às contas vinculadas dos participantes do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, ao ponto de pacificarem-se as decisões dos Tribunais Regionais Federais e do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que, em qualquer caso, seria aplicável o IPC (Índice de Preços ao Consumidor).

Porém, e como é de conhecimento público, a matéria encontrou certa alteração após o recente julgamento do Recurso Extraordinário n.º 226.855-RS, ocorrido em 31 de Agosto de 2000, pelo Plenário do Egrégio Supremo Tribunal Federal, sendo relator o Ministro Moreira Alves e assim ementado:

"FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS - NATUREZA JURÍDICA E DIREITO ADQUIRIDO. CORREÇÕES MONETÁRIAS DECORRENTES DOS PLANOS ECONÔMICOS CONHECIDOS PELA DENOMINAÇÃO BRESSER, VERÃO, COLLOR I (NO CONCERNENTE AOS MESES DE ABRIL E DE MAIO DE 1990) E COLLOR II.

- O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), ao contrário do que sucede com as cadernetas de poupança, não tem natureza contratual, mas, sim, estatutária, por decorrer da Lei e por ela ser disciplinado.

- Assim, é de aplicar-se a ele a firme jurisprudência desta Corte no sentido de que não há direito adquirido ao regime jurídico.

- Quanto à atualização dos saldos do FGTS relativos aos Planos Verão e Collor I (este no que diz respeito ao mês de abril de 1990), não há questão de direito adquirido a ser examinada, situando-se a matéria exclusivamente no terreno legal infraconstitucional.

- No tocante, porém, aos Planos Bresser, Collor I (quanto ao mês de maio de 1990) e Collor II, em que a decisão recorrida se fundou na existência de direito adquirido aos índices de correção que mandou observar, é de aplicar-se o princípio de que não há direito adquirido a regime jurídico.

- Recurso extraordinário conhecido em parte, e nela provido, para afastar a condenação às atualizações dos saldos do FGTS no tocante aos Planos Bresser, Collor I (apenas quanto à atualização no mês de maio de 1990) e Collor II.".

Observa-se que a Suprema Corte, por seu Plenário, atribuiu foros de direito adquirido ao creditamento de correção monetária sobre as contas do FGTS, pelo IPC, apenas nos meses de Janeiro de 1989 e Abril de 1990, fixando o entendimento de que, por ostentar o Fundo natureza estatutária, levando à sujeição de um regime jurídico que o discipline, não há que se falar em amplo direito adquirido, devendo a matéria ser examinada segundo o caso.

De outro lado, relegou ao terreno infraconstitucional a determinação dos índices efetivamente aplicáveis em tais meses, motivo pelo qual o Superior Tribunal de Justiça, sem delongas, por sua Primeira Seção, retomou o julgamento do Recurso Especial n.º 265.556-AL e, em 25 de Outubro de 2000, sendo Relator o Ministro Franciulli Netto, reconheceu o direito de reajuste dos saldos do FGTS nos meses de Janeiro de 1989 (Plano Verão) e abril de 1990 (Plano Collor I), sob os percentuais de 42,72% e 44,80%, respectivamente, afastando, por conseguinte, a existência de expurgos inflacionários nos demais meses reclamados, conforme espelhado na ementa que se transcreve para melhor clareza:

"FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO (FGTS) - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - PRIMEIRO JULGAMENTO DA PRIMEIRA SEÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DEPOIS DA DECISÃO PROFERIDA PELO EXCELSO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (RE N. 226.855-7/RS, REL. MIN. MOREIRA ALVES, IN, DJ DE 13.10.00) - AUTOS REMETIDOS PELA SEGUNDA TURMA À PRIMEIRA SEÇÃO, EM RAZÃO DA RELEVÂNCIA DA MATÉRIA E PARA PREVENIR DIVERGÊNCIA ENTRE SUAS TURMAS (ARTIGO 14, INCISO II, DO REGIMENTO INTERNO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA).

PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO - FGTS - CEF - ASSISTÊNCIA SIMPLES - UNIÃO - PRETENDIDA OFENSA AOS ARTIGOS 128, 165, 458 E 535, TODOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - DESNECESSÁRIA A MENÇÃO A TODOS OS ARGUMENTOS APRESENTADOS - EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO TRIBUNAL DE ORIGEM - INTUITO DE PREQUESTIONAMENTO - PROCRASTINAÇÃO NÃO CARACTERIZADA - MULTA EXCLUÍDA (ARTIGO 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC) - LEGITIMIDADE PASSIVA EXCLUSIVA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO AFASTADO - IMPOSSIBILIDADE DE ADMISSÃO DE LITISCONSÓRCIO ATIVO FACULTATIVO: MATÉRIA NÃO PREQUESTIONADA - DISPENSÁVEL JUNTADA DE EXTRATOS DAS CONTAS VINCULADAS AO FGTS - PRESCRIÇÃO TRINTENÁRIA (SÚMULA N. 210 DO STJ) - DECISÃO COM ESPEQUE NA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL - JUROS DE MORA DE 0,5% AO MÊS - DISSENSO PRETORIANO AFASTADO - RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE, COM BASE NO ARTIGO 105, INCISO III, ALÍNEA A, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA.

1. O pedido de assistência simples, formulado pelo União, não obsta o regular andamento do processo. A figura do assistente possui caráter secundário; ele não defende direito subjetivo próprio, pelo que a eficácia do julgamento a ser proferido não depende de sua presença.

2. Assentou o Pretório Excelso (RE n. 226.855-7/RS, a atualização dos saldos do FGTS, nos seguintes termos: Plano Bresseŕ (junho/87 - LBC - 18,02%), Plano Collor Í (maio/90 - BTN - 5,38%) e Plano Collor IÍ(fevereiro/91 - TR - 7,00%). Entendimento também adotado nesta decisão.

3. Quanto ao índice relativo ao Plano Verãó (janeiro/89), matéria reconhecidamente de índole infraconstitucional, mantém-se a posição do STJ (IPC - 42,72%).

4. Plano Collor Í (abril/90) - A natureza dos depósitos de poupança e do FGTS não se confunde. Aquele é investimento; este é sucedâneo da garantia de estabilidade no emprego. Não se pode atualizar os saldos dos trabalhadores com depósitos inferiores a NCz$ 50.000,00, pelo IPC, e aqueles com importância superior a esse valor, pelo BTN fiscal. A lei do FGTS não destrinçou os fundistas em duas categorias diferenciadas segundo o valor supra. Onde a lei não distingue, não cabe ao intérprete fazê-lo. Não faria sentido forrar as indenizações decorrentes da estabilidade no emprego dos efeitos da inflação real (IPC = 44,80%) e dar tratamento apoucado aos fundistas (BTN fiscal).

5. Em resumo, a correção dos saldos do FGTS encontra-se de há muito uníssona, harmônica, firme e estratificada na jurisprudência desta Seção quanto à aplicação do IPC de 42,72% para janeiro de 1989 e do IPC de 44,80% para abril de 1990.

6. Recurso conhecido e provido em parte, a fim de ser excluída a multa de 5% fixada no v. acórdão em razão da oposição de embargos declaratórios. Acolhido, também, o pedido quanto à não incidência do IPC referente aos meses de junho de 1987, maio de 1990 e fevereiro de 1991, respectivamente, Planos Bresseŕ, Collor Í e Collor IÍ.

7. Não cabe a esta Corte o reexame, sob fundamento de caducidade de medidas provisórias, dos índices de maio de 1990 e fevereiro de 1991, determinados pelo Excelso Supremo Tribunal Federal, que julgou a questão sob o prisma constitucional.

8. Recurso especial provido parcialmente, por maioria de votos." (1ª Seção, publicado no DJ de 18 de dezembro de 2000).

No mesmo sentido, em reforço, a Súmula nº 252 do C. STJ:

"Os saldos das contas do FGTS, pela legislação infraconstitucional, são corrigidos em 42,72% (IPC) quanto às perdas de janeiro de 1989 e 44,80% (IPC) quanto às de abril de 1990, acolhidos pelo STJ os índices de 18,02% (LBC) quanto as perdas de junho de 1987, de 5,38% (BTN) para maio de 1990 e 7,00%(TR) para fevereiro de 1991, de acordo com o entendimento do STF (RE 226.855-7-RS).

É bem verdade que as decisões dos Tribunais Superiores não têm, ao menos até a presente data, caráter vinculante, mas é verdadeiro, por outro lado, que o decidido pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal e pela Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça colocou ponto final na discussão a respeito da ocorrência de expurgos inflacionários nos vários planos econômicos governamentais, tornando certo o desfecho de qualquer recurso que venha a desaguar naquelas casas, de forma a inviabilizar qualquer argumento em sentido contrário, motivo pelo qual resta aceitar o quanto decidido, sem margem para novos pontos de vista.

Cumpre ressaltar, ainda, que a sentença monocrática não teve como fundamento a adesão ao acordo previsto na LC 110/01 para julgar improcedente a ação, de sorte que o pedido de nulidade parcial do acordo restou prejudicado.

Por fim, o percentual relativo a março/90 (84,32%) não fez parte do pedido na peça vestibular razão pela qual não será apreciado, consoante o princípio da adstrição do juiz ao pedido formulado.
Ante o exposto, nego provimento ao recurso da autora.
É o voto.
P.I., baixando os autos, oportunamente, à Vara de origem.
São Paulo, 08 de fevereiro de 2007.

CECILIA MELLO
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2005.61.14.003796-1 AC 1164279
ORIG.	:	1 Vr SAO BERNARDO DO CAMPO/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	ROGERIO ALTOBELLI ANTUNES
APDO	:	HELENA OLIVEIRA RODRIGUES
ADV	:	CESIRA CARLET
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 84/90
A sentença julgou parcialmente procedente a ação objetivando pagamento pela Caixa Econômica Federal das diferenças relativas aos índices de correção aplicados aos depósitos do FGTS.
Inconformada, a vencida apela. Quer a reforma da decisão, argüindo preliminares e, no mérito, ressalta que as contas vinculadas foram devidamente corrigidas segundo os critérios legais. Sustenta, também, a ausência de direito adquirido aos índices pleiteados. Requer isenção da verba honorária tendo em vista a MP 2.164/41 de 24.08.2001. Pleiteia, por fim, alteração no tocante à correção monetária e juros de mora.
Regularmente processado o recurso, subiram os autos a este Egrégio Tribunal.
É o relatório.
DECIDO.
De início, cabe afastar as preliminares levantadas.
I - Da falta de documentos essenciais à propositura da ação:
Não há que se falar em falta de apresentação de documentos essenciais à propositura da ação, vez que a autora juntou cópia de carteira de trabalho que demonstra a opção pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
Ademais, pacífico o entendimento jurisprudencial a respeito da desnecessidade de apresentação de extratos do FGTS em ações como a presente, conforme exposto no seguinte aresto:
"FGTS. EXTRATO DAS CONTAS.
- Não são essenciais à propositura da ação referente ao FGTS os extratos das respectivas contas vinculadas.
- Recurso improvido." (STJ, 1ª Turma, Recurso Especial n.º 115.249-PR, Relator Ministro Garcia Vieira, v.u., publicado no DJ de 20 de Outubro de 1997, p. 52.980).
II - Da ausência de causa de pedir e falta de interesse de agir em relação a juros progressivos:
Nada foi pedido a título de juros progressivos, restando prejudicado o exame da preliminar correspondente.
III - Da carência de ação em razão do advento da Lei Complementar 110/01:
Descabida também, a preliminar referente à falta de interesse de agir, conforme pretende a Apelante, visto que a Lei Complementar n.º 110/2001 apenas fez por reconhecer o direito que assiste aos optantes do FGTS à reposição de correção monetária expurgada de suas respectivas contas vinculadas, propondo, de outro lado, acordo pelo qual o débito é recomposto em parcelas e com deságio, sendo evidente a optatividade da adesão, mantendo íntegro o direito de ação perante o Judiciário. Nesse sentido, o entendimento firmado pelo E. Tribunal Regional Federal da 1ª Região, nos autos da Apelação Cível n.º1999.38.00028557-3/MG, 5ª Turma, Rel. Des. Fed. Antônio Ezequiel, v.u., publicado no DJ de 1º de julho de 2002, p. 115.
Analisando o mérito, primeiramente é de se repelir o argumento de prescrição, visto que, embora o prazo trintenário fixado no art. 23, § 5º, da Lei n.º 8.036/90 trate, de fato, única e exclusivamente a privilégio deferido ao FGTS para fiscalização, autuação e imposição de multas no interesse do fundo, a pretensão aqui demandada não encontra amparo no referido dispositivo legal, mas sim no prazo de trinta anos de que dispõe o trabalhador para reclamar a falta de depósitos (Súmula n.º 210 do STJ), daí decorrendo a lógica conclusão de que idêntico prazo terá para reivindicar seus acessórios, como a correção monetária e juros.
Outra vez uníssono o entendimento dos Tribunais, cabendo destacar a seguinte ementa, relativa a julgado que destacou o mesmo argumento ora adotado:
"PROCESSUAL CIVIL E DIREITO ECONÔMICO. FGTS. CORREÇÃO MONETÁRIA DO SALDO. UNIÃO FEDERAL. ILEGITIMIDADE. PRESCRIÇÃO. IPC JANEIRO/1989. CABIMENTO. PRECEDENTES.
I - (omissis)
II - Se os depósitos do FGTS podem ser reivindicados por trinta anos, conforme tem assentado a Jurisprudência pacífica desta Corte, ocorre o mesmo em relação aos juros e correção monetária respectivos, por isso que, como acessórios, desfrutam de igual prazo prescricional. Precedentes.
III - (omissis)
IV - Recurso parcialmente provido. Decisão unânime." (STJ, 1ª Turma, Recurso Especial n.º 95.628-AP, Relator Ministro Demócrito Reinaldo, v.u., publicado no DJ de 04 de Novembro de 1996, p. 42.435).
Passando a examinar o pedido formulado pela autora, conclui-se que o apelo merece parcial provimento.
Muito já se discutiu a respeito do devido creditamento de correção monetária às contas vinculadas dos participantes do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, ao ponto de pacificarem-se as decisões dos Tribunais Regionais Federais e do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que, em qualquer caso, seria aplicável o IPC (Índice de Preços ao Consumidor).
Porém, e como é de conhecimento público, a matéria encontrou certa alteração após o recente julgamento do Recurso Extraordinário n.º 226.855-RS, ocorrido em 31 de Agosto de 2000, pelo Plenário do Egrégio Supremo Tribunal Federal, sendo relator o Ministro Moreira Alves e assim ementado:
"FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS - NATUREZA JURÍDICA E DIREITO ADQUIRIDO. CORREÇÕES MONETÁRIAS DECORRENTES DOS PLANOS ECONÔMICOS CONHECIDOS PELA DENOMINAÇÃO BRESSER, VERÃO, COLLOR I (NO CONCERNENTE AOS MESES DE ABRIL E DE MAIO DE 1990) E COLLOR II.
- O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), ao contrário do que sucede com as cadernetas de poupança, não tem natureza contratual, mas, sim, estatutária, por decorrer da Lei e por ela ser disciplinado.
- Assim, é de aplicar-se a ele a firme jurisprudência desta Corte no sentido de que não há direito adquirido ao regime jurídico.
- Quanto à atualização dos saldos do FGTS relativos aos Planos Verão e Collor I (este no que diz respeito ao mês de abril de 1990), não há questão de direito adquirido a ser examinada, situando-se a matéria exclusivamente no terreno legal infraconstitucional.
- No tocante, porém, aos Planos Bresser, Collor I (quanto ao mês de maio de 1990) e Collor II, em que a decisão recorrida se fundou na existência de direito adquirido aos índices de correção que mandou observar, é de aplicar-se o princípio de que não há direito adquirido a regime jurídico.
- Recurso extraordinário conhecido em parte, e nela provido, para afastar a condenação às atualizações dos saldos do FGTS no tocante aos Planos Bresser, Collor I (apenas quanto à atualização no mês de maio de 1990) e Collor II.".
Observa-se que a Suprema Corte, por seu Plenário, atribuiu foros de direito adquirido ao creditamento de correção monetária, pelo IPC, sobre as contas do FGTS, apenas nos meses de Janeiro de 1989 e Abril de 1990, fixando o entendimento de que, por ostentar o Fundo natureza estatutária, levando à sujeição de um regime jurídico que o discipline, não há que se falar em amplo direito adquirido, devendo a matéria ser examinada segundo o caso.
De outro lado, relegou ao terreno infraconstitucional a determinação dos índices efetivamente aplicáveis em tais meses, motivo pelo qual o Superior Tribunal de Justiça, por sua Primeira Seção, retomou o julgamento do Recurso Especial n.º 265.556-AL e, em 25 de Outubro de 2000, sendo Relator o Ministro Franciulli Netto, reconheceu o direito de reajuste dos saldos do FGTS nos meses de Janeiro de 1989 (Plano Verão) e abril de 1990 (Plano Collor I), sob os percentuais de 42,72% e 44,80%, respectivamente, afastando, por conseguinte, a existência de expurgos inflacionários nos demais meses reclamados, conforme espelhado na ementa que se transcreve para melhor clareza:
"FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO (FGTS) - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - PRIMEIRO JULGAMENTO DA PRIMEIRA SEÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DEPOIS DA DECISÃO PROFERIDA PELO EXCELSO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (RE N. 226.855-7/RS, REL. MIN. MOREIRA ALVES, IN, DJ DE 13.10.00) - AUTOS REMETIDOS PELA SEGUNDA TURMA À PRIMEIRA SEÇÃO, EM RAZÃO DA RELEVÂNCIA DA MATÉRIA E PARA PREVENIR DIVERGÊNCIA ENTRE SUAS TURMAS (ARTIGO 14, INCISO II, DO REGIMENTO INTERNO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA).
PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO - FGTS - CEF - ASSISTÊNCIA SIMPLES - UNIÃO - PRETENDIDA OFENSA AOS ARTIGOS 128, 165, 458 E 535, TODOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - DESNECESSÁRIA A MENÇÃO A TODOS OS ARGUMENTOS APRESENTADOS - EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO TRIBUNAL DE ORIGEM - INTUITO DE PREQUESTIONAMENTO - PROCRASTINAÇÃO NÃO CARACTERIZADA - MULTA EXCLUÍDA (ARTIGO 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC) - LEGITIMIDADE PASSIVA EXCLUSIVA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO AFASTADO - IMPOSSIBILIDADE DE ADMISSÃO DE LITISCONSÓRCIO ATIVO FACULTATIVO: MATÉRIA NÃO PREQUESTIONADA - DISPENSÁVEL JUNTADA DE EXTRATOS DAS CONTAS VINCULADAS AO FGTS - PRESCRIÇÃO TRINTENÁRIA (SÚMULA N. 210 DO STJ) - DECISÃO COM ESPEQUE NA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL - JUROS DE MORA DE 0,5% AO MÊS - DISSENSO PRETORIANO AFASTADO - RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE, COM BASE NO ARTIGO 105, INCISO III, ALÍNEA A, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA.
1. O pedido de assistência simples, formulado pelo União, não obsta o regular andamento do processo. A figura do assistente possui caráter secundário; ele não defende direito subjetivo próprio, pelo que a eficácia do julgamento a ser proferido não depende de sua presença.
2. Assentou o Pretório Excelso (RE n. 226.855-7/RS, a atualização dos saldos do FGTS, nos seguintes termos: Plano Bresser (junho/87 - LBC - 18,02%), Plano Collor I (maio/90 - BTN - 5,38%) e Plano Collor II(fevereiro/91 - TR - 7,00%). Entendimento também adotado nesta decisão.
3. Quanto ao índice relativo ao Plano Verão (janeiro/89), matéria reconhecidamente de índole infraconstitucional, mantém-se a posição do STJ (IPC - 42,72%).
4. Plano Collor I (abril/90) - A natureza dos depósitos de poupança e do FGTS não se confunde. Aquele é investimento; este é sucedâneo da garantia de estabilidade no emprego. Não se pode atualizar os saldos dos trabalhadores com depósitos inferiores a NCz$ 50.000,00, pelo IPC, e aqueles com importância superior a esse valor, pelo BTN fiscal. A lei do FGTS não destrinçou os fundistas em duas categorias diferenciadas segundo o valor supra. Onde a lei não distingue, não cabe ao intérprete fazê-lo. Não faria sentido forrar as indenizações decorrentes da estabilidade no emprego dos efeitos da inflação real (IPC = 44,80%) e dar tratamento apoucado aos fundistas (BTN fiscal).
5. Em resumo, a correção dos saldos do FGTS encontra-se de há muito uníssona, harmônica, firme e estratificada na jurisprudência desta Seção quanto à aplicação do IPC de 42,72% para janeiro de 1989 e do IPC de 44,80% para abril de 1990.
6. Recurso conhecido e provido em parte, a fim de ser excluída a multa de 5% fixada no v. acórdão em razão da oposição de embargos declaratórios. Acolhido, também, o pedido quanto à não incidência do IPC referente aos meses de junho de 1987, maio de 1990 e fevereiro de 1991, respectivamente, Planos Bresseŕ, Collor I e Collor II.
7. Não cabe a esta Corte o reexame, sob fundamento de caducidade de medidas provisórias, dos índices de maio de 1990 e fevereiro de 1991, determinados pelo Excelso Supremo Tribunal Federal, que julgou a questão sob o prisma constitucional.
8. Recurso especial provido parcialmente, por maioria de votos." (1ª Seção, publicado no DJ de 18 de dezembro de 2000).
No mesmo sentido, em reforço, a Súmula nº 252 do C. STJ:
"Os saldos das contas do FGTS, pela legislação infraconstitucional, são corrigidos em 42,72% (IPC) quanto às perdas de janeiro de 1989 e 44,80% (IPC) quanto às de abril de 1990, acolhidos pelo STJ os índices de 18,02% (LBC) quanto as perdas de junho de 1987, de 5,38% (BTN) para maio de 1990 e 7,00%(TR) para fevereiro de 1991, de acordo com o entendimento do STF (RE 226.855-7-RS).
É bem verdade que as decisões dos Tribunais Superiores não têm, ao menos até a presente data, caráter vinculante, mas é certo, por outro lado, que o decidido pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal e pela Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça colocou ponto final na discussão a respeito da ocorrência de expurgos inflacionários nos vários planos econômicos governamentais, tornando certo o desfecho de qualquer recurso que venha a desaguar naquelas casas, de forma a inviabilizar qualquer argumento em sentido contrário, motivo pelo qual resta aceitar o quanto decidido, sem margem para novos pontos de vista.
Aplicável, por tais motivos, o disposto no art. 557, §1º, "A", do Código de Processo Civil, nestes termos:
"Art. 557. (...).
§1º - ª Se a decisão estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, o relator poderá dar provimento ao recurso.".
Dispensável, portanto, a submissão do julgamento à Turma, cabendo o provimento ou não do recurso diretamente por decisão monocrática.
Os juros de mora são devidos, nos termos da legislação substantiva, apenas em caso de levantamento das cotas, situação a ser apurada em execução.
Correção monetária, mera recomposição do poder aquisitivo, nos moldes do Provimento 26/2001 da E.CGJF da 3ª Região.
No que tange ao pedido de isenção de verba honorária, tenho que restou prejudicado tendo em vista que não houve condenação na r. sentença monocrática.
Posto isso, dou parcial provimento ao recurso da CEF para, reformando a sentença, determinar que os juros de mora terão incidência apenas em caso de prévio levantamento do saldo de beneficiário, segundo as hipóteses legais.
P.I., baixando os autos, oportunamente, à Vara de origem.
São Paulo, 08 de fevereiro de 2007.

CECILIA MELLO
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2005.61.14.003823-0 AC 1172192
ORIG.	:	3 Vr SAO BERNARDO DO CAMPO/SP
APTE	:	SILVANA SOUZA DE LIMA
ADV	:	PAULO AFONSO NOGUEIRA RAMALHO
APDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	HOMERO ANDRETTA JÚNIOR
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 66/70
Trata-se de apelação interposta pela autora Silvana Souza de Lima, visando à reforma da sentença que, nos autos da ação ajuizada em 27/06/05 cujo objeto é a correção dos saldos das contas vinculadas ao regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS pelos índices expurgados (IPC) relativos a janeiro/89 (16,55%), fevereiro/89 (10,14%), abril/90 (44,80%), maio/90 (7,87%) e junho/90 (12,92%), extinguiu o processo, sem julgamento de mérito, nos termos do artigo 267, inciso VI, do CPC.
A autora, em suas razões de recurso, manifesta seu inconformismo com a decisão, pugnando pela declaração de inconstitucionalidade parcial do termo de acordo previsto na LC 110/01, bem como pelo reconhecimento do direito adquirido aos índices de correção monetária pleiteados na petição inicial.
Regularmente processado o recurso, subiram os autos a este Egrégio Tribunal.

É o relatório.
Em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 110/2001, a Caixa Econômica Federal - CEF, disponibilizou a todos os interessados, trabalhadores com contas ativas ou inativas do FGTS e que possuíam ou não ações judiciais para cobrança das diferenças verificadas por ocasião dos expurgos inflacionários, o chamado "termo de transação e adesão do trabalhador às condições de crédito previstas na Lei Complementar nº 110/2001".
Através do referido termo de transação, o trabalhador poderia optar por receber as diferenças do FGTS administrativamente, ao invés de ingressar com ação judicial, sendo que, para aqueles que já haviam ingressado com a ação em juízo, a assinatura do acordo implicaria também em desistência da ação proposta.
Ressalte-se que as condições de pagamento dos valores devidos, em especial a forma parcelada e o deságio, constam expressamente no documento de transação disponibilizado aos fundistas. Ademais, a imprensa escrita e falada noticiou amplamente as condições do acordo, além do que as agências da Caixa Econômica Federal afixaram cartazes informativos, de forma a tornar transparente as vantagens e desvantagens no caso da adesão.
A assinatura do termo de adesão resulta no reconhecimento pelo fundista da assunção de suas vantagens, bem como de seus ônus.
Neste diapasão, o termo de adesão só deve ser ilidido diante de prova irrefutável de ocorrência de vícios de vontade ou de vício social, o que não ocorre no caso vertente.
Ademais, no que concerne aos demais índices pretendidos, muito já se discutiu a respeito do devido creditamento de correção monetária às contas vinculadas dos participantes do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, a ponto de se pacificarem as decisões dos Tribunais Regionais Federais e do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que, em qualquer caso, seria aplicável o IPC (Índice de Preços ao Consumidor).
Porém, e como é de conhecimento público, a matéria encontrou certa alteração após o julgamento do Recurso Extraordinário n.º 226.855-RS, ocorrido em 31 de Agosto de 2000, pelo Plenário do Egrégio Supremo Tribunal Federal, sendo relator o Ministro Moreira Alves e assim ementado:
"FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS - NATUREZA JURÍDICA E DIREITO ADQUIRIDO. CORREÇÕES MONETÁRIAS DECORRENTES DOS PLANOS ECONÔMICOS CONHECIDOS PELA DENOMINAÇÃO BRESSER, VERÃO, COLLOR I (NO CONCERNENTE AOS MESES DE ABRIL E DE MAIO DE 1990) E COLLOR II.
- O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), ao contrário do que sucede com as cadernetas de poupança, não tem natureza contratual, mas, sim, estatutária, por decorrer da Lei e por ela ser disciplinado.
- Assim, é de aplicar-se a ele a firme jurisprudência desta Corte no sentido de que não há direito adquirido ao regime jurídico.
- Quanto à atualização dos saldos do FGTS relativos aos Planos Verão e Collor I (este no que diz respeito ao mês de abril de 1990), não há questão de direito adquirido a ser examinada, situando-se a matéria exclusivamente no terreno legal infraconstitucional.
- No tocante, porém, aos Planos Bresser, Collor I (quanto ao mês de maio de 1990) e Collor II, em que a decisão recorrida se fundou na existência de direito adquirido aos índices de correção que mandou observar, é de aplicar-se o princípio de que não há direito adquirido a regime jurídico.
- Recurso extraordinário conhecido em parte, e nela provido, para afastar a condenação às atualizações dos saldos do FGTS no tocante aos Planos Bresser, Collor I (apenas quanto à atualização no mês de maio de 1990) e Collor II.".
Observa-se que a Suprema Corte, por seu Plenário, atribuiu foros de direito adquirido ao creditamento de correção monetária sobre as contas do FGTS, pelo IPC, apenas nos meses de Janeiro de 1989 e Abril de 1990, fixando o entendimento de que, por ostentar o Fundo natureza estatutária, levando a sujeição de um regime jurídico que o discipline, não há que se falar em amplo direito adquirido, devendo a matéria ser examinada segundo o caso.
De outro lado, relegou ao terreno infraconstitucional a determinação dos índices efetivamente aplicáveis em tais meses, motivo pelo qual o Superior Tribunal de Justiça, sem delongas, por sua Primeira Seção, retomou o julgamento do Recurso Especial n.º 265.556-AL e, em 25 de Outubro de 2000, sendo Relator o Ministro Franciulli Netto, reconheceu o direito de reajuste dos saldos do FGTS nos meses de Janeiro de 1989 (Plano Verão) e abril de 1990 (Plano Collor I), sob os percentuais de 42,72% e 44,80%, respectivamente, afastando, por conseguinte, a existência de expurgos inflacionários nos demais meses reclamados, conforme espelhado na ementa que se transcreve para melhor clareza:
"FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO (FGTS) - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - PRIMEIRO JULGAMENTO DA PRIMEIRA SEÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DEPOIS DA DECISÃO PROFERIDA PELO EXCELSO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (RE N. 226.855-7/RS, REL. MIN. MOREIRA ALVES, IN, DJ DE 13.10.00) - AUTOS REMETIDOS PELA SEGUNDA TURMA À PRIMEIRA SEÇÃO, EM RAZÃO DA RELEVÂNCIA DA MATÉRIA E PARA PREVENIR DIVERGÊNCIA ENTRE SUAS TURMAS (ARTIGO 14, INCISO II, DO REGIMENTO INTERNO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA).
PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO - FGTS - CEF - ASSISTÊNCIA SIMPLES - UNIÃO - PRETENDIDA OFENSA AOS ARTIGOS 128, 165, 458 E 535, TODOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - DESNECESSÁRIA A MENÇÃO A TODOS OS ARGUMENTOS APRESENTADOS - EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO TRIBUNAL DE ORIGEM - INTUITO DE PREQUESTIONAMENTO - PROCRASTINAÇÃO NÃO CARACTERIZADA - MULTA EXCLUÍDA (ARTIGO 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC) - LEGITIMIDADE PASSIVA EXCLUSIVA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO AFASTADO - IMPOSSIBILIDADE DE ADMISSÃO DE LITISCONSÓRCIO ATIVO FACULTATIVO: MATÉRIA NÃO PREQUESTIONADA - DISPENSÁVEL JUNTADA DE EXTRATOS DAS CONTAS VINCULADAS AO FGTS - PRESCRIÇÃO TRINTENÁRIA (SÚMULA N. 210 DO STJ) - DECISÃO COM ESPEQUE NA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL - JUROS DE MORA DE 0,5% AO MÊS - DISSENSO PRETORIANO AFASTADO - RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE, COM BASE NO ARTIGO 105, INCISO III, ALÍNEA A, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA.
1. O pedido de assistência simples, formulado pelo União, não obsta o regular andamento do processo. A figura do assistente possui caráter secundário; ele não defende direito subjetivo próprio, pelo que a eficácia do julgamento a ser proferido não depende de sua presença.
2. Assentou o Pretório Excelso (RE n. 226.855-7/RS, a atualização dos saldos do FGTS, nos seguintes termos: Plano Bresseŕ (junho/87 - LBC - 18,02%), Plano Collor 1 (maio/90 - BTN - 5,38%) e Plano Collor IÍ(fevereiro/91 - TR - 7,00%). Entendimento também adotado nesta decisão.
3. Quanto ao índice relativo ao Plano Verão (janeiro/89), matéria reconhecidamente de índole infraconstitucional, mantém-se a posição do STJ (IPC - 42,72%).
4. Plano Collor Í (abril/90) - A natureza dos depósitos de poupança e do FGTS não se confunde. Aquele é investimento; este é sucedâneo da garantia de estabilidade no emprego. Não se pode atualizar os saldos dos trabalhadores com depósitos inferiores a NCz$ 50.000,00, pelo IPC, e aqueles com importância superior a esse valor, pelo BTN fiscal. A lei do FGTS não destrinçou os fundistas em duas categorias diferenciadas segundo o valor supra. Onde a lei não distingue, não cabe ao intérprete fazê-lo. Não faria sentido forrar as indenizações decorrentes da estabilidade no emprego dos efeitos da inflação real (IPC = 44,80%) e dar tratamento apoucado aos fundistas (BTN fiscal).
5. Em resumo, a correção dos saldos do FGTS encontra-se de há muito uníssona, harmônica, firme e estratificada na jurisprudência desta Seção quanto à aplicação do IPC de 42,72% para janeiro de 1989 e do IPC de 44,80% para abril de 1990.
6. Recurso conhecido e provido em parte, a fim de ser excluída a multa de 5% fixada no v. acórdão em razão da oposição de embargos declaratórios. Acolhido, também, o pedido quanto à não incidência do IPC referente aos meses de junho de 1987, maio de 1990 e fevereiro de 1991, respectivamente, Planos Bresseí, Collor Í e Collor II.
7. Não cabe a esta Corte o reexame, sob fundamento de caducidade de medidas provisórias, dos índices de maio de 1990 e fevereiro de 1991, determinados pelo Excelso Supremo Tribunal Federal, que julgou a questão sob o prisma constitucional.
8. Recurso especial provido parcialmente, por maioria de votos." (1ª Seção, publicado no DJ de 18 de dezembro de 2000).
No mesmo sentido, em reforço, a Súmula nº 252 do C. STJ:
"Os saldos das contas do FGTS, pela legislação infraconstitucional, são corrigidos em 42,72% (IPC) quanto às perdas de janeiro de 1989 e 44,80% (IPC) quanto às de abril de 1990, acolhidos pelo STJ os índices de 18,02% (LBC) quanto as perdas de junho de 1987, de 5,38% (BTN) para maio de 1990 e 7,00%(TR) para fevereiro de 1991, de acordo com o entendimento do STF (RE 226.855-7-RS).
É bem verdade que as decisões dos Tribunais Superiores não têm, ao menos até a presente data, caráter vinculante, mas é verdadeiro, por outro lado, que o decidido pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal e pela Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça colocou ponto final na discussão a respeito da ocorrência de expurgos inflacionários nos vários planos econômicos governamentais, tornando certo o desfecho de qualquer recurso que venha a desaguar naquelas casas, de forma a inviabilizar qualquer argumento em sentido contrário, motivo pelo qual resta aceitar o quanto decidido, sem margem para novos pontos de vista.
Posto isso, nego provimento ao recurso da autora.
P.I., baixando os autos, oportunamente, à Vara de origem.
São Paulo, 16 de março de 2007.
CECILIA MELLO
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2005.61.81.008074-5 ACR 26062
ORIG.	:	10P VR SAO PAULO/SP
APTE	:	LEANDRO BATISTA REU PRESO
ADV	:	LUÍS FERNANDO DIEGUES CARDIERI
APDO	:	JUSTICA PUBLICA
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 290
Vistos...
Intime-se o defensor do Apelante para que apresente as razões do recurso de apelação, nos termos do artigo 600, § 4º, do Código de Processo Penal.
Após, ao Ministério Público Federal, para proferir seu necessário parecer.
São Paulo, 22 de março de 2007.
COTRIM GUIMARÃES
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.029353-2 AG 265834
ORIG.	:	200661030006380 3 Vr SAO JOSE DOS CAMPOS/SP
AGRTE	:	União Federal
ADV	:	ROGÉRIO EMÍLIO DE ANDRADE
AGRDO	:	WELTON DOS SANTOS LOPES
ADV	:	FERNANDO RODRIGUES DA SILVA
ORIGEM	:	JUÍZO FEDERAL DA 3ª VARA DE S J CAMPOS SP
RELATOR	:	DES. FED. NELTON DOS SANTOS / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 390/393
D E C I S Ã O
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela União, inconformada com a decisão proferida às f. 39-44 dos autos da demanda de rito ordinário ajuizada por Welton dos Santos Lopes.
Na petição inicial, o autor, ora agravado, sustenta que, em razão de diagnóstico de diabete mellitus, foi "inesperadamente afastado do vôo e finalmente desligado da AFA em 24 de junho de 2004" (f. 28).
Diz, mais, o demandante que, tendo realizado tratamento alternativo junto ao Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo em Ribeirão Preto, obteve "solução definitiva para o seu problema tendo se submetido a uma inovadora pesquisa a base de células tronco, iniciado no mês de maio e sendo concluído em 08 de agosto de 2004, com pleno e total sucesso" (f. 28).
Assim, tendo postulado sua reinclusão no curso militar, tal pleito não foi deferido, razão pela qual buscou a tutela jurisdicional.
Por meio da decisão guerreada, a MM. Juíza Federal Substituta da vara deferiu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela "para determinar que a Academia da Força Aérea - AFA (aqui representada pela União Federal) aceite a matrícula do autor no 2º ano do Curso de Formação de Oficial Aviador - CFOAV, em Pirassununga - SP" (f. 20 deste instrumento).
A agravante pede a suspensão liminar dos efeitos da decisão e, ao final, a respectiva cassação.
É o relatório. Decido.
Em despacho preambular, determinei o apensamento dos presentes autos aos do agravo de instrumento n.º 2006.03.00.078282-8, manejado contra a decisão de f. 117-119 dos autos principais.
Tal determinação deveu-se ao fato de que o juízo a quo determinou a realização de perícia, que reputei indispensável à decisão dos agravos.
Juntado aos autos o laudo pericial (f. 167-177 daqueles autos), veio a conclusão do expert, no sentido de que não se pode afirmar a cura definitiva do diabetes, não há garantias científicas de que nunca tornará a portar a doença e tampouco há expectativa segura de fazer o autor vôos desacompanhado, concluindo-se, ainda, pela total incapacidade para a função de piloto da Força Aérea.
Diante disso, penso haver desaparecido a maior evidência ou probabilidade do direito afirmado na inicial, indispensáveis à antecipação da tutela, na conformidade do art. 273 do Código de Processo Civil.
Lembre-se, por oportuno, que para a antecipação da tutela satisfativa não basta o fumus boni juris, sendo necessária "prova inequívoca de verossimilhança", expressão que a doutrina e a jurisprudência traduzem pela noção de "probabilidade", mais consistente do que a mera "plausibilidade".
Essa evidência do direito não pode ser sentida a essa altura do processo, daí a necessidade de suspenderem-se os efeitos da decisão recorrida.
De outra parte, saliento que o maior risco de dano não é o do agravado, mas da agravante. De fato, não há, em prol do agravado, o perigo da infrutuosidade da decisão; no máximo, o perigo do retardamento, insuficiente para a caracterização do risco de ineficácia do provimento final. Já a subsistência da decisão agravada pode, sim, produzir dano até mesmo irreparável, na hipótese, ressaltada pelo juízo singular na decisão de f. 117-119, de que o agravado sofra uma crise de hipoglicemia em pleno vôo.
Ante o exposto, suspendo os efeitos da decisão agravada.
Comunique-se.
Intime-se o agravado para oferecer sua contraminuta.
Dê-se ciência à agravante.
São Paulo, 1º de março de 2007
Nelton dos Santos
Relator

PROC.	:	2006.03.00.037951-7 AG 267886
ORIG.	:	200661100028047 2ª Vr SOROCABA/SP
AGRTE	:	BIN E GONCALVES PREZA CONSTRUTORA E COM/ LTDA
ADV	:	ARLETE ALVES VIEIRA
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	REGINALDO CAGINI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2ª VARA DE SOROCABA >10ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES/SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 449
Vistos, etc.
Tendo em vista a juntada aos autos (fls.438/447), da sentença proferida pelo MM. Juízo a quo, em 21 de fevereiro de 2007, julgo prejudicado o agravo de instrumento, por perda de objeto, nos termos do art. 33, XII, do R.I. desta Corte.
Após cumpridas as formalidades devidas, remetam-se os autos ao Juízo de Origem.
Publique-se.
São Paulo, 27 de março de 2007.
COTRIM GUIMARÃES
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.047439-3 AG 269203
ORIG.	:	200561100120415 3 Vr SOROCABA/SP
AGRTE	:	RONALDO PIRES DE PROENCA e outro
ADV	:	ANDRE EDUARDO SAMPAIO
AGRDO	:	Caixa Econômica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE SOROCABA > 10ª SSJ> SP
RELATOR	:	JUÍZA FED.CONV. SILVIA ROCHA / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 141
Vistos.
Fls. 78/90. Trata-se de agravo regimental interposto contra decisão de fls. 73 que indeferiu pedido de efeito suspensivo.
Em vista das alterações dispostas na Lei nº 11.187/05, a decisão que aprecia o efeito suspensivo é irrecorrível, pelo que, nos termos do art. 33, XIII, do Regimento Interno desta Corte, nego seguimento ao recurso.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 26 de março de 2007.
SILVIA ROCHA
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA
RELATORA

PROC.	:	2006.03.00.052731-2 AG 270544
ORIG.	:	200561000055565 9 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	HELCIO DA SILVA TADIM e outro
ADV	:	JOSELI SILVA GIRON BARBOSA
AGRDO	:	ITAU S/A CREDITO IMOBILIARIO
ADV	:	EDMAR HISPAGNOL
PARTE R	:	Caixa Econômica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 9 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES. FED. PEIXOTO JUNIOR / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 159/160
Vistos.
Fls. 142/157. Tratam-se de embargos declaratórios opostos tempestivamente por Hélcio da Silva Tadim e outro à decisão monocrática de fls. 79, que julgou deserto o recurso de agravo de instrumento com amparo no art. 511, do CPC.
A parte agravante apresenta embargos de declaração sob o argumento de que o r. despacho é contraditório e omisso, requerendo pronunciamento desta Corte com fim de prequestionamento.
Breve relatório.
A declaração do julgado pelo motivo de contradição apenas se justifica se há discrepância nas operações lógicas desenvolvidas na decisão, vale dizer, se há dissonância interna e não suposta antinomia entre as interpretações e raciocínios adotados pelo julgador e os argumentos persuasivos deduzidos pela parte ou, ainda, em relação a dispositivos legais.
Os embargos opostos têm nítido caráter infringente, pretendendo o embargante, interdita reapreciação da espécie, mostrando-se inidôneo o meio utilizado para o alcance do objetivo colimado. Nesse sentido, precedentes a seguir transcritos, extraídos da obra "Código de Processo Civil e legislação processual em vigor", Theotonio Negrão, 30.ª edição, art. 535, nota 3b:
"Os embargos de declaração não devem revestir-se de caráter infringente. A maior elasticidade que se lhes reconhece, excepcionalmente, em casos de erro material evidente ou de manifesta nulidade do acórdão (RTJ 89/548, 94/1.167, 103/1.210, 114/351), não justifica, sob pena de grave disfunção jurídico-processual dessa modalidade de recurso, a sua inadequada utilização com o propósito de questionar a correção do julgado e obter, em conseqüência, a desconstituição do ato decisório. (RTJ 158/264, 158/993). No mesmo sentido: RTJ 159/638".
"Não pode ser conhecido recurso que, sob o rótulo de embargos declaratórios, pretende substituir a decisão recorrida por outra. Os embargos declaratórios são apelos de integração - não de substituição. (STJ-1ª Turma, REsp 15.774-0-SP-Edcl, rel. Min. Humberto Gomes de Barros, j. 25.10.93, não conheceram, v.u., DJU 22.11.93, p. 24.895)".
A r. decisão monocrática expõe clara e inteligível exegese das questões aduzidas e não padece das irregularidades alegadas pela embargante.
Diante do exposto, rejeito os embargos.
Publique-se. Intime-se.
Após as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
São Paulo, 24 de novembro de 2006.
PEIXOTO JUNIOR
DESEMBARGADOR FEDERAL
RELATOR

PROC.	:	2006.03.00.057552-5 AG 271094
ORIG.	:	200661260016217 1 Vr SANTO ANDRE/SP
AGRTE	:	1 CORTE DE CONCILIACAO E ARBITRAGEM DO ABC LTDA
ADV	:	FÁBIO MURILO SOUZA DAS ALMAS
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	RUI GUIMARAES VIANNA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE SANTO ANDRÉ>26ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 92
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão de fls. 65/66, que indeferiu liminar, nos autos de mandado de segurança, postulada para determinar o cumprimento das decisões proferidas pela impetrante, ora agravante, quando houver despedida sem justa causa do empregado, incluindo a 1ª Corte de Conciliação e Arbitragem do ABC Ltda - 1ª CCA/ABC - no normativo daquele estabelecimento bancário destinado a esses casos, autorizando o imediato levantamento dos valores relativos aos depósitos de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.
Cabe considerar, de imediato, que nos autos da ação da qual foi extraído o presente agravo, foi prolatada sentença, reproduzida às fls. 86/90. Disso resulta que o presente recurso perdeu objeto.
Isto posto, julgo prejudicado o recurso, com fulcro no art. 33, XII, do Regimento Interno deste Tribunal.
Após as formalidades de praxe, remetam-se estes autos ao Juízo de Origem.
P.I.
São Paulo, 15 de março de 2007.
CECILIA MELLO
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2006.03.00.069288-8 AG 272149
ORIG.	:	200561040017794 4 Vr SANTOS/SP
AGRTE	:	NELSON LEON (= ou > de 60 anos) e outro
ADV	:	JOAO BOSCO BRITO DA LUZ
AGRDO	:	Caixa Econômica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA DE SANTOS Sec Jud SP
RELATOR	:	JUÍZA FED.CONV. SILVIA ROCHA / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 119
Vistos.
Fls. 114/117. Trata-se de agravo regimental interposto contra decisão de fls. 109 que indeferiu pedido de efeito suspensivo.
Em vista das alterações dispostas na Lei nº 11.187/05, a decisão que aprecia o efeito suspensivo é irrecorrível, pelo que, nos termos do art. 33, XIII, do Regimento Interno desta Corte, nego seguimento ao recurso.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 26 de março de 2007.
SILVIA ROCHA
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA
RELATORA

PROC.	:	2006.03.00.069377-7 AG 272171
ORIG.	:	200661000124464 5 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Caixa Econômica Federal - CEF
ADV	:	JULIANO HENRIQUE NEGRÃO GRANATO
AGRDO	:	VANDIR DA SILVA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 5 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	JUÍZA FED.CONV. SILVIA ROCHA / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 57
Vistos.
Diante das informações prestadas pelo MM. Juiz "a quo", através do expediente protocolizado em 19/dez/2006 sob o nº 337617, noticiando a prolação de sentença nos autos de reintegração de posse, homologando a transação entre as partes e extinguindo o processo com apreciação do mérito, depreende-se que o presente agravo de instrumento, interposto de decisão que indeferiu medida liminar, carece de objeto.
Ante o exposto, nos termos do art. 33, XII, do Regimento Interno desta Corte, julgo prejudicado o recurso.
Publique-se. Intime-se.
Após as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
São Paulo, 23 de fevereiro de 2007.
SILVIA ROCHA
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA
RELATORA

PROC.	:	2006.03.00.075185-6 AG 273955
ORIG.	:	200561140054296 3 Vr SAO BERNARDO DO CAMPO/SP
AGRTE	:	MOIZES PINHEIRO
ADV	:	PAULO AFONSO NOGUEIRA RAMALHO
AGRDO	:	Caixa Econômica Federal - CEF
ADV	:	ROSEMARY FREIRE COSTA DE SA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE S B DO CAMPO SP
RELATOR	:	DES. FED. PEIXOTO JUNIOR / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 78/79
Vistos.
Fls. 75/76. Trata-se de embargos declaratórios opostos por Moisés Pinheiro em face da decisão que negou seguimento ao agravo de instrumento por falta da cópia da certidão de intimação da decisão agravada.
A parte agravante apresenta embargos de declaração sob argumento de que o r. despacho é contraditório.
Breve relatório.
A declaração do julgado pelo motivo de contradição apenas se justifica se há discrepância nas operações lógicas desenvolvidas na decisão, vale dizer, se há dissonância interna e não suposta antinomia entre as interpretações e raciocínios adotados pelo julgador e os argumentos persuasivos deduzidos pela parte ou, ainda, em relação a dispositivos legais.
Os embargos opostos têm nítido caráter infringente, pretendendo o embargante, interdita reapreciação da espécie, mostrando-se inidôneo o meio utilizado para o alcance do objetivo colimado. Nesse sentido, precedentes a seguir transcritos, extraídos da obra "Código de Processo Civil e legislação processual em vigor", Theotonio Negrão, 30.ª edição, art. 535, nota 3b:
"Os embargos de declaração não devem revestir-se de caráter infringente. A maior elasticidade que se lhes reconhece, excepcionalmente, em casos de erro material evidente ou de manifesta nulidade do acórdão (RTJ 89/548, 94/1.167, 103/1.210, 114/351), não justifica, sob pena de grave disfunção jurídico-processual dessa modalidade de recurso, a sua inadequada utilização com o propósito de questionar a correção do julgado e obter, em conseqüência, a desconstituição do ato decisório. (RTJ 158/264, 158/993). No mesmo sentido: RTJ 159/638".
"Não pode ser conhecido recurso que, sob o rótulo de embargos declaratórios, pretende substituir a decisão recorrida por outra. Os embargos declaratórios são apelos de integração - não de substituição. (STJ-1ª Turma, REsp 15.774-0-SP-Edcl, rel. Min. Humberto Gomes de Barros, j. 25.10.93, não conheceram, v.u., DJU 22.11.93, p. 24.895)".
A r. decisão monocrática expõe clara e inteligível exegese das questões aduzidas e não padece das irregularidades alegadas pela embargante.
Diante do exposto, rejeito os embargos.
Publique-se. Intime-se.
Após as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
São Paulo, 24 de novembro de 2006.
PEIXOTO JUNIOR
DESEMBARGADOR FEDERAL
RELATOR

PROC.	:	2006.03.00.075610-6 AG 274139
ORIG.	:	199961040013543 2 Vr SANTOS/SP
AGRTE	:	DONIZETE OLIVEIRA DA SILVA
ADV	:	MARCELO GUIMARAES AMARAL
AGRDO	:	Caixa Econômica Federal - CEF
ADV	:	CELSO GONCALVES PINHEIRO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE SANTOS Sec Jud SP
RELATOR	:	JUÍZA FED.CONV. SILVIA ROCHA / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 195
Vistos.
Fls. 192/193. Trata-se de pedido de reconsideração interposto contra decisão de fls. 172 que indeferiu pedido de efeito suspensivo.
Os argumentos trazidos pela agravante não infirmam o entendimento esposado na apreciação do pedido de efeito suspensivo, pelo que fica mantida a decisão impugnada por seus próprios fundamentos.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 26 de março de 2007.
SILVIA ROCHA
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA
RELATORA

PROC.	:	2006.03.00.075967-3 AG 274319
ORIG.	:	0002369613 2F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	União Federal (FAZENDA NACIONAL)
AGRDO	:	FERNANDO FERREIRA BRAGA espolio
PARTE R	:	F F BRAGA SERVICOS CONTABEIS S/C LTDA
ADV	:	MOACYR THADDEU CAMARGO CUNHA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	JUÍZA FED.CONV. SILVIA ROCHA / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 200
Vistos.
Fls. 193/198. Trata-se de pedido de reconsideração interposto contra decisão de fls. 189 que indeferiu pedido de efeito suspensivo ou seu recebimento como agravo regimental.
Os argumentos trazidos pela agravante não infirmam o entendimento esposado na apreciação do pedido de efeito suspensivo, pelo que fica mantida a decisão impugnada por seus próprios fundamentos.
Quanto ao pedido de recebimento do pedido como agravo regimental, registro que em vista das alterações dispostas na Lei nº 11.187/05, a decisão que aprecia o efeito suspensivo é irrecorrível, pelo que nego seguimento ao pedido, nos termos do art. 33, XIII, do Regimento Interno desta Corte.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 26 de março de 2007.
SILVIA ROCHA
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA
RELATORA

PROC.	:	2006.03.00.078282-8 AG 275050
ORIG.	:	200661030006380 3 Vr SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP
AGRTE	:	União Federal
ADV	:	ROGÉRIO EMÍLIO DE ANDRADE
AGRDO	:	WELTON DOS SANTOS LOPES
ADV	:	FERNANDO RODRIGUES DA SILVA
ORIGEM	:	JUÍZO FEDERAL DA 3ª VARA DE S J CAMPOS SP
RELATOR	:	DES. FED. NELTON DOS SANTOS / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 182/185
D E C I S Ã O
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela União, inconformada com a decisão proferida às f. 117-119 dos autos da demanda de rito ordinário ajuizada por Welton dos Santos Lopes.

Na petição inicial, o autor, ora agravado, sustenta que, em razão de diagnóstico de diabete mellitus, foi "inesperadamente afastado do vôo e finalmente desligado da AFA em 24 de junho de 2004" (f. 30).
Diz, mais, o demandante que, tendo realizado tratamento alternativo junto ao Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo em Ribeirão Preto, obteve "solução definitiva para o seu problema tendo se submetido a uma inovadora pesquisa a base de células tronco, iniciado no mês de maio e sendo concluído em 08 de agosto de 2004, com pleno e total sucesso" (f. 30).
Assim, tendo postulado sua reinclusão no curso militar, tal pleito não foi deferido, razão pela qual buscou a tutela jurisdicional.
Por meio da decisão de f. 39-44, a MM. Juíza Federal Substituta da vara deferiu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela "para determinar que a Academia da Força Aérea - AFA (aqui representada pela União Federal) aceite a matrícula do autor no 2º ano do Curso de Formação de Oficial Aviador - CFOAV, em Pirassununga - SP" (f. 20 do agravo de instrumento n.º 2006.03.00029353-2, em apenso).
Na seqüência, "o autor informou que aquela v. decisão não estava sendo cumprida integralmente, já que, embora permitida ao autor a freqüência às aulas teóricas, tem sido preterido no cumprimento das escalas de vôo, que constituem requisitos essenciais à conclusão do curso" (f. 22 deste instrumento).
Sobreveio, então, a decisão agravada, em que o MM. Juiz Federal titular da vara determinou a expedição de ofício ao Comandante da Academia da Força Aérea "para que dê integral cumprimento à r. decisão que antecipou os efeitos da tutela, de forma a permitir ao autor a realização de todas as atividades acadêmicas, inclusive de vôo" (f. 23 destes autos).
A agravante pede a suspensão liminar dos efeitos da decisão e, ao final, sua alteração parcial, no tocante à autorização de vôo concedida ao agravado.
É o relatório. Decido.
Em despacho preambular, determinei a expedição de ofício ao juízo a quo, solicitando-lhe o envio de cópia do laudo pericial, tão logo seja apresentado pelo expert nomeado.
Juntado aos autos o laudo pericial (f. 167-177 destes autos), veio a conclusão do expert, no sentido de que não se pode afirmar a cura definitiva do diabetes, não há garantias científicas de que nunca tornará a portar a doença e tampouco há expectativa segura de fazer o autor vôos desacompanhado, concluindo-se, ainda, pela total incapacidade para a função de piloto da Força Aérea.
Diante disso, penso haver desaparecido a maior evidência ou probabilidade do direito afirmado na inicial, indispensáveis à antecipação da tutela, na conformidade do art. 273 do Código de Processo Civil.
Lembre-se, por oportuno, que para a antecipação da tutela satisfativa não basta o fumus boni juris, sendo necessária "prova inequívoca de verossimilhança", expressão que a doutrina e a jurisprudência traduzem pela noção de "probabilidade", mais consistente do que a mera "plausibilidade".
Essa evidência do direito não pode ser sentida a essa altura do processo, daí a necessidade de suspenderem-se os efeitos da decisão recorrida.
De outra parte, saliento que o maior risco de dano não é o do agravado, mas da agravante. De fato, não há, em prol do agravado, o perigo da infrutuosidade da decisão; no máximo, o perigo do retardamento, insuficiente para a caracterização do risco de ineficácia do provimento final. Já a subsistência da decisão agravada pode, sim, produzir dano até mesmo irreparável, na hipótese, ressaltada pelo juízo singular na decisão de f. 117-119, de que o agravado sofra uma crise de hipoglicemia em pleno vôo.
Ante o exposto, suspendo os efeitos da decisão agravada.
Comunique-se.
Intime-se o agravado para oferecer sua contraminuta.
Dê-se ciência à agravante.
São Paulo, 1º de março de 2007
Nelton dos Santos
Relator

PROC.	:	2006.03.00.087307-0 AG 277910
ORIG.	:	9300179705 25 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	LEONORA ARNOLDI MARTINS FERREIRA
AGRDO	:	LUIZ GONZAGA DE OLIVEIRA e outro
ADV	:	FERNANDO ANTONIO DA SILVA OLIVEIRA
AGRDO	:	ARNALDO DE OLIVEIRA
ADV	:	JOSE CARLOS OZ
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 25 VARA SÃO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 63/64
Vistos, etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF contra a r. decisão que, em ação de rescisão de contrato de compromisso de compra e venda cumulada com reintegração de posse, ajuizada contra ARNALDO DE OLIVEIRA e outros, determinou que a agravante promova a identificação dos atuais possuidores do imóvel em discussão e sua integração à lide, visto que os efeitos da sentença a ser proferida poderão afetá-los diretamente (fls. 42).
Sustenta a agravante, em síntese, ser incabível tal determinação, uma vez que não foi realizado nenhum contrato posterior à propositura da demanda originária autorizando a cessão dos direitos decorrentes do compromisso de compra e venda que se pretende rescindir.
Pleiteia, por fim, a atribuição do efeito suspensivo ao agravo de instrumento.
Relatados.
DECIDO.
Em sede de análise superficial, única permitida nesta fase de cognição, não vislumbro presentes os pressupostos autorizadores da cautela pretendida.
Isto porque, havendo pedido de natureza possessória, faz-se necessário o litisconsórcio, no pólo passivo, dos atuais possuidores do imóvel em questão, nos termos do artigo 47 do Código de Processo Civil. Ressalte-se que a ausência de citação dos mesmos poderá acarretar em nulidade de eventual sentença que venha a ser prolatada, uma vez que a mesma os atingiria diretamente, como se verifica no julgado do E. Tribunal Regional Federal da 1ª Região, cuja ementa a seguir transcrevo:
"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. LOTEAMENTO DE PROJETO DE REFORMA AGRÁRIA. RESCISÃO DE CONTRATO. ASSENTAMENTO DE NOVA FAMÍLIA NA ÁREA DISCUTIDA. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO DOS ATUAIS POSSUIDORES. NULIDADE. RECONHECIMENTO EX OFFICIO.
I - "Há litisconsórcio necessário, quando por disposição de lei ou pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir a lide de modo uniforme para todas as partes; caso em que a eficácia da sentença dependerá da citação de todos os litisconsortes no processo" (art. 47, caput, do CPC).
II - Na hipótese dos autos, os efeitos jurídicos de eventual procedência do pedido atingirão diretamente os atuais possuidores do loteamento em disputa, devendo, pois, serem chamados a integrar a lide, restando, assim, caracterizada a nulidade absoluta do processo, devendo os autos retornar à origem, a fim de que sejam sanados os vícios.
III - Apelação prejudicada."
(AC, Processo nº 2004.35.00.024446-0, data da decisão 09/06/2006, DJ de 31/07/2006, pág. 161, Des. Fed. Souza Prudente)
Diante do exposto, indefiro o pedido de efeito suspensivo, devendo ser mantida a decisão agravada até o pronunciamento desta E. Turma.
Comunique-se ao MM. Juízo a quo.
Intime-se a parte agravada para resposta, nos termos do artigo 527, inciso V, do Código de Processo Civil.
Publique-se. Intime-se. Comunique-se.
São Paulo, 26 de março de 2007.
COTRIM GUIMARÃES
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.087425-5 AG 278023
ORIG.	:	0005047188 1F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	NELSON LUIS DO AMARAL NUNES
ADV	:	BABIANA ROLIM CARACANTE
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
PARTE R	:	SANETEC S/C LTDA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 69/71
Vistos, etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por NELSON LUIS DO AMARAL NUNES contra a r. decisão que, nos autos de execução fiscal referente a valores de FGTS que a UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL) move contra o agravante e SANETEC S/C LTDA, indeferiu o pedido para que fosse reconhecida a prescrição intercorrente de que trata o § 4º do artigo 40 da Lei de Execução Fiscal, acrescentado pela Lei nº 11.051/2004, ao fundamento de que a exeqüente não pode ser penalizada pelo referido instituto se o objetivo da ação não foi alcançado por razões alheias à sua vontade, além do que o prazo prescricional para a cobrança de dívida ativa referente a FGTS é de 30 (trinta) anos (fls. 62/63).
Sustenta o agravante, em síntese, que se operou a prescrição intercorrente de que trata o § 4º do artigo 40 da Lei de Execução Fiscal, acrescentado pela Lei nº 11.051/2004, eis que o prazo para tanto é de 05 (cinco) anos, nos termos do artigo 174 do Código Tributário Nacional. Aduz, ainda, ser parte ilegítima para figurar no pólo passivo da demanda, diante da ausência dos requisitos previstos no artigo 135, III, do referido Código, eis que o simples inadimplemento não configura ato ilícito.
Pleiteia, por fim, a atribuição do efeito suspensivo ativo ao agravo de instrumento.
É o relatório.
DECIDO.
Inicialmente, não há que se analisar a questão acerca da presença dos requisitos estabelecidos pelo artigo 135, III, do Código Tributário Nacional, autorizadores do redirecionamento da execução, eis que tal questão já foi decidida pelo pronunciamento judicial de fls.49/53, datado de 12 de maio de 2004, e que não foi oportunamente impugnado, pelo que a matéria se encontra preclusa.
Ademais, no tocante à questão relativa à alegada prescrição intercorrente, verifico que esta não ocorreu, em que pese a alegação do agravante de que a execução ficou paralisada por mais de 15 (quinze) anos, haja vista que o prazo para a contagem no caso em testilha é de trinta anos, tratando-se de valores referentes ao FGTS, o que vem consolidado há muito pela Súmula 210, do C. STJ.
Ora, tenho que é inadequada a aplicação da regra do artigo 174 do Código Tributário Nacional, a que faz alusão o agravante, tendo em vista a natureza jurídica do Fundo de Garantia sobre Tempo de Serviço que, conforme pacificado pelo plenário do Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento do RE 100.249/SP, de relatoria do E. Ministro Oscar Corrêa, não é a de contribuição tributária.
A corroborar este entendimento, o aresto que a seguir colaciono:
"RECURSO ESPECIAL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - DÉBITOS RELATIVOS AO FGTS - NATUREZA JURÍDICA - DECADÊNCIA - PRESCRIÇÃO - PRAZO TRINTENÁRIO - SÚMULA 210/STJ.
Consolidou-se a jurisprudência desta Corte no sentido de que os prazos decadencial e prescritivo das ações concernentes ao FGTS são trintenários, devido à sua natureza de contribuição social, afastando-se a aplicação das disposições contidas nos arts. 173 e 174, do CTN.
A discussão a envolver a alegada prescrição não merece maiores digressões, por cuidar de matéria cristalizada na Súmula n° 210 desta Corte, ao consignar que 'a ação de cobrança das contribuições para o FGTS prescreve em 30 (trinta) anos'.
Insubsistente, pelo exposto, o argumento da ocorrência de prazo decadencial qüinqüenal firmado pelo Tribunal a quo.
Recurso especial provido." - grifei
(STJ - REsp 310338 - 2ª Turma - Relator Ministro Franciulli Netto - DJ de 18/10/2004).
Vejamos, ainda, a jurisprudência desta E. Corte a respeito da matéria:
"EMBARGOS À EXECUÇÃO - PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - PRAZO TRINTENÁRIO - RECURSOS E REMESSA OFICIAL, TIDA COMO INTERPOSTA, IMPROVIDOS - SENTENÇA MANTIDA.
1. Inocorrência de prescrição intercorrente, vez que, não obstante tenha o processo permanecido paralisado entre 02/04/87 e 20/04/93, o prazo prescricional, no caso das contribuições ao FGTS, é trintenário.
(...)
3. Recursos e remessa oficial, tida como interposta, improvidos."
(TRF - 3ª Região, 5ª Turma, AC - 385438, Processo 97.03.053557-7, data da decisão 09/02/2004, DJU de 31/03/2004, pág. 372, Des. Fed. Ramza Tartuce)
Posto isto, nego seguimento ao presente recurso, com fundamento no artigo 557, caput, do Código de Processo Civil, eis que em confronto Súmula e jurisprudência dominante no E. Superior Tribunal de Justiça, neste Tribunal, além do que manifestamente improcedente.
Comunique-se ao MM. Juízo a quo.
Publique-se e intime-se, baixando-se os autos, oportunamente, à instância de origem, nos termos da Resolução nº 72, de 26 de outubro de 1998 (D.J.U. 04.11.98), deste Egrégio Tribunal.
São Paulo, 03 de outubro de 2006.
COTRIM GUIMARÃES
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.087928-9 HC 25441
ORIG.	:	200361810070949 8P Vr SAO PAULO/SP
IMPTE	:	MARIA FERNANDA MANFRINATO
PACTE	:	ANA LUCIA RODRIGUES reu preso
ADV	:	MARIA FERNANDA MANFRINATO
IMPDO	:	JUIZO FEDERAL DA 8 VARA CRIMINAL SAO PAULO SP
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 29
DECISÃO
Tendo em vista que a presente impetração objetiva a expedição de guia de recolhimento provisória em favor da paciente Ana Lúcia Rodrigues e que esta guia foi expedida por esta Corte, conforme consta às fls. 22/23, sendo recebida no C. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 21 de agosto de 2006, este habeas corpus perdeu objeto, motivo pelo qual julgo prejudicada a presente impetração.
Publique-se, intime-se, arquivando-se os autos oportunamente.
São Paulo, 29 de março de 2007.
COTRIM GUIMARÃES
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.089239-7 AG 278549
ORIG.	:	200061820222964 5F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
REPTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	JOAO BATISTA VIEIRA
AGRDO	:	ASR TELECOMUNICACOES S/A massa falida
ADV	:	LUIZ AUGUSTO WINTHER REBELLO JUNIOR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 5 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES.FED. PEIXOTO JUNIOR / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 76
Vistos.
O presente agravo de instrumento foi interposto pela União Federal representada pela Caixa Econômica Federal contra a r. decisão do MM. Juiz Federal da 5ª Vara das Execuções Fiscais/SP pela qual, em autos de execução fiscal fundada em dívida ativa do FGTS, foi determinado que a ora agravante atualizasse o valor do débito inscrito excluindo a multa a partir da decretação da falência.
Alega a recorrente, em síntese, possuir amparo legal a multa exigida, bem como a impossibilidade de exclusão por ato de ofício.
Formula pedido de efeito suspensivo que ora aprecio.

Neste juízo sumário de cognição, não se me parecendo as razões recursais hábeis a abalar a motivação da decisão impugnada que, ademais, encontra amparo em precedentes do E. STJ, a exemplo, ERESP nº 332.721-PR, à falta do requisito de relevância dos fundamentos, indefiro o efeito suspensivo ao recurso.
Intime-se a agravada, nos termos do art. 527, inciso V, do CPC.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 13 de outubro de 2006.
PEIXOTO JÚNIOR
DESEMBARGADOR FEDERAL
RELATOR

PROC.	:	2006.03.00.089239-7 AG 278549
ORIG.	:	200061820222964 5F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	União Federal (FAZENDA NACIONAL)
REPTE	:	Caixa Econômica Federal - CEF
ADV	:	JOÃO BATISTA VIEIRA
AGRDO	:	ASR TELECOMUNICACOES S/A massa falida
ADV	:	LUIZ AUGUSTO WINTHER REBELLO JUNIOR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 5 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	JUÍZA FED.CONV. SILVIA ROCHA / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 91
Vistos.
Fls. 84/89. Trata-se de pedido de reconsideração interposto contra decisão de fls. 76 que indeferiu pedido de efeito suspensivo ou seu recebimento como agravo regimental.
Os argumentos trazidos pela agravante não infirmam o entendimento esposado na apreciação do pedido de efeito suspensivo, pelo que fica mantida a decisão impugnada por seus próprios fundamentos.
Quanto ao pedido de recebimento do pedido como agravo regimental, registro que em vista das alterações dispostas na Lei nº 11.187/05, a decisão que aprecia o efeito suspensivo é irrecorrível, pelo que nego seguimento ao pedido, nos termos do art. 33, XIII, do Regimento Interno desta Corte.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 26 de março de 2007.
SILVIA ROCHA
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA
RELATORA

PROC.	:	2006.03.00.091617-1 AG 279433
ORIG.	:	0500001351 4 Vr SANTOS/SP 0500348729 4 Vr SANTOS/SP
AGRTE	:	CREMILDO VASQUES
ADV	:	JOSE ABILIO LOPES
AGRDO	:	Banco do Brasil S/A
ADV	:	VALDIR DE CARVALHO MARTINS
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 4 VARA DE SANTOS SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 94
Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão de fls.52/53, que determinou a inclusão da CEF no pólo passivo da ação cautelar visando a exibição de extratos analíticos de conta vinculada ao FGTS.
Alega que o período dos extratos pretendidos se refere à época em que, no caso, o Banco do Brasil era o responsável pela apresentação dos extratos.
Assim, afirma que a demanda gera efeitos apenas em relação ao Banco do Brasil.
Pugna pelo recebimento do recurso com efeito suspensivo ativo.
DECIDO.
Correta a decisão recorrida ao dispor que a CEF tem responsabilidade enquanto gestora do FGTS pela apresentação dos extratos das contas vinculadas inclusive em período anterior à centralização das contas operada pela Lei 8036/90.
Por conseguinte, não vejo, em sede de cognição sumária os elementos necessários à concessão do acautelamento requerido.
Ante o exposto, recebo o recurso no efeito devolutivo.
Intime-se o agravado para a resposta, nos termos do disposto no art. 527, V, do Código de Processo Civil.
P.I.
São Paulo, 26 de março de 2007.
CECILIA MELLO
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2006.03.00.093728-9 AG 280037
ORIG.	:	200661000122820 2 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN
ADV	:	EDUARDO DE ALMEIDA FERRARI
AGRDO	:	EDDY SEGURA PINO
ADV	:	MARCIA DOMETILA LIMA DE CARVALHO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE SAO PAULO>1ª SSJ>SP
RELATOR	:	JUÍZA FED. CONV. SILVIA ROCHA / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 127
Vistos.
Fls. 120/125. Diante das informações prestadas pela MM.ª Juíza "a quo", noticiando a prolação de sentença nos autos de mandado de segurança, julgando procedente o pedido e confirmando a liminar concedida, depreende-se que o presente agravo de instrumento interposto de decisão que deferiu medida liminar, carece de objeto.
Ante o exposto, nos termos do art. 33, XII, do Regimento Interno desta Corte, julgo prejudicado o presente recurso.
Publique-se. Intime-se.
Após as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
São Paulo, 15 de março de 2007.
SILVIA ROCHA
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA
RELATORA

PROC.	:	2006.03.00.099449-2 AG 281649
ORIG.	:	200561020027071 6ª Vr RIBEIRAO PRETO/SP
AGRTE	:	União Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
AGRDO	:	MUNTAHA DAGHER
ADV	:	JOAO BOSCO ABRAO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 6ª VARA DE RIBEIRAO PRETO SP
RELATOR	:	DES.FED.COTRIM GUIMARÃES/SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 43
Vistos, etc.
Fls. 37/41 - Mantenho, in totum, a decisão proferida às fls.28/29 dos autos. Deixo de conhecer do agravo regimental haja vista o teor do parágrafo único do artigo 527 do Código de Processo Civil, alterado pela Lei nº 11.187/2005.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 14 de fevereiro de 2007.
COTRIM GUIMARÃES
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.099449-2 AG 281649
ORIG.	:	200561020027071 6 Vr RIBEIRAO PRETO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
AGRDO	:	MUNTAHA DAGHER
ADV	:	JOAO BOSCO ABRAO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 6 VARA DE RIBEIRAO PRETO SP
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 28/29
Vistos, etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela UNIÃO FEDERAL contra a r. decisão que, em ação retificação de registro imobiliário ajuizada por MUTAHA DAGHER, declinou da competência para o processamento e julgamento do feito, determinando a remessa dos autos à Justiça Estadual da Comarca de Altinópolis/SP, ao fundamento de que o procedimento de que trata o artigo 213 da Lei nº 6.015/73 é de natureza administrativa, pelo que não se trata de causa a deslocar a competência para a Justiça Federal (fls. 23).
Sustenta a agravante, em síntese, que tem interesse na demanda, uma vez que a área objeto da ação abrange terrenos que confrontam com propriedade da União Federal. Sustenta, assim, que é competente a Justiça Federal, nos termos do artigo 109, I, da Constituição Federal.
Pleiteia, por fim, a atribuição do efeito suspensivo ao agravo de instrumento.
Relatados.
DECIDO.
Em sede de análise superficial, única permitida nesta fase de cognição, não vislumbro presentes os pressupostos autorizadores da cautela pretendida.
Trata-se a demanda originária de ação através da qual que se busca a retificação de registro imobiliário, pretensão esta que, embora em formulada perante o Poder Judiciário, tem indiscutível caráter administrativo, até porque pode ser formulada na esfera administrativa, diretamente ao Oficial do Registro de Imóveis competente, nos termos dos artigos 212 e 213 da Lei nº 6.015/73.
Assim, tenho que é competente a Justiça Estadual para o seu processamento e julgamento, diante da falta de previsão legal que implique na competência do Juízo Federal. Nesse sentido já decidiu o E. Superior Tribunal de Justiça, como se verifica nas ementas dos julgados colacionadas na r. decisão agravada, entendimento este com o qual coaduno.
Ademais, tenho que só haveria razão para o deslocamento da competência para a Justiça Federal se demonstrado o interesse da União, mediante comprovação de que a retificação do registro implicaria em prejuízo em seu desfavor, o que não se verifica nos presentes autos, ao menos nesta sede de cognição sumária, até porque o que se pretende é tão somente a descrição dos limites do imóvel com maior exatidão.
Dessa forma, ausentes os requisitos legais para a concessão da cautela pretendida, indefiro o pedido de efeito suspensivo, nos termos acima expostos, devendo ser mantida a decisão agravada, até o pronunciamento desta E. Turma.
Comunique-se ao MM. Juízo a quo.
Intime-se a agravada para resposta, a teor do disposto no artigo 527, inciso V, do Código de Processo Civil.
Após, dê-se vistas dos autos ao Ministério Público Federal.
Publique-se. Intime-se. Comunique-se.
São Paulo, 20 de outubro de 2006.
COTRIM GUIMARÃES
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.101861-9 AG 282509
ORIG.	:	200661000208209 16ª Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Caixa Econômica Federal - CEF
ADV	:	ANDRE LUIZ VIEIRA
AGRDO	:	WAGNER LUIZ BANDEIRA e outro
ADV	:	JOAO BENEDITO DA SILVA JUNIOR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 16ª VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED.COTRIM GUIMARÃES/SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 100
Vistos, etc.
Fls. 80/94 - Mantenho, in totum, a decisão proferida às fls.74/75 dos autos. Deixo de conhecer do agravo regimental haja vista o teor do parágrafo único do artigo 527 do Código de Processo Civil, alterado pela Lei nº 11.187/2005.
Cumpra-se a parte final da decisão de fls. 75.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 23 de março de 2007.
COTRIM GUIMARÃES
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.103105-3 AG 282774
ORIG.	:	2006.61.00.021613-9 11ª Vr SÃO PAULO/SP
AGRTE	:	GILGAL COM/ DE ALIMENTOS LTDA
ADV	:	RICARDO CHAZIN
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUÍZO FEDERAL DA 11ª VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES. FED. NELTON DOS SANTOS / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 146/146 verso
D E C I S Ã O
Vistos etc.
Com a devida vênia, o documento de f. 142 destes autos não tem forma de ofício e nada o identifica como sendo o ofício 83/2006, referido pela autoridade fiscal.
Referido ofício, como bem observou a juíza de primeiro grau, é indispensável ao exame da pretensão da impetrante, pois revelaria as razões da exclusão do PAES.
O mandado de segurança pressupõe a demonstração de todos os fatos alegados, notadamente do que configura o ato reputado coator.
Assim, não havia - como de fato não há - a menor possibilidade de deferir-se a liminar inaudita altera parte, como pretendido.
Ex positis, com fulcro no art. 557 do Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO ao agravo.
Intime-se a agravante.
Decorrido o prazo recursal, anote-se e encaminhem-se os autos ao Juízo a quo.
São Paulo, 28 de fevereiro de 2007
Nelton dos Santos
Relator

PROC.	:	2006.03.00.105140-4 AG 283521
ORIG.	:	200661000188806 20ª Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Caixa Econômica Federal - CEF
ADV	:	ROBERTA PATRIARCA MAGALHAES
AGRDO	:	DISCONAL CORRETORA DE SEGUROS LTDA e outros
ADV	:	JOAO ANTONIO CESAR DA MOTTA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 20ª VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED.COTRIM GUIMARÃES/SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 170/171
Vistos, etc.
Fls. 176/181 - Mantenho, in totum, a decisão proferida às fls.170/171 dos autos. Deixo de conhecer do requerimento como agravo regimental, haja vista o teor do parágrafo único do artigo 527 do Código de Processo Civil, alterado pela Lei nº 11.187/2005.
Cumpra-se a parte final da decisão de fls. 171.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 23 de março de 2007.
COTRIM GUIMARÃES
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.105141-6 HC 25912
ORIG.	:	200660000082170 3 VR CAMPO GRANDE/MS
IMPTE	:	JOSE CARLOS DIAS
IMPTE	:	FRANCISCO PEREIRA QUEIROZ
IMPTE	:	ELAINE ANGEL
PACTE	:	DERECK CLEMENCE REU PRESO
PACTE	:	RICARDO HERRMANN REU PRESO
ADV	:	JOSE CARLOS DIAS
IMPDO	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE CAMPO GRANDE MS
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 1907
DECISÃO
Ante a revogação do decreto de prisão preventiva, defiro o pedido de devolução dos passaportes dos pacientes.
Tendo em vista o Acórdão constante às fls. 1858/1878 e manifestação da douta Procuradoria Regional da República pela perda de objeto, julgo prejudicada a presente impetração.
Oficie-se à autoridade impetrada.
Publique-se, intime-se, arquivando-se os autos oportunamente.
São Paulo, 23 de março de 2007.
COTRIM GUIMARÃES
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.105357-7 HC 25919
ORIG.	:	200660000082170 3 Vr CAMPO GRANDE/MS
IMPTE	:	FERNANDO CASTELO BRANCO
ADV	:	
PACTE	:	DANIEL YOUNG LIH SHING reu preso
PACTE	:	DAVID LI MIN YOUNG reu preso
ADV	:	FERNANDO OSCAR CASTELO BRANCO
ADV	:	LUISA GOULART PEREIRA
IMPDO	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE CAMPO GRANDE MS
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 1893
DECISÃO
Tendo em vista o Acórdão constante às fls. 1832/1852, que revogou a prisão preventiva de Claudiney Ramos e que estendeu seus efeitos aos ora pacientes, e o parecer da douta Procuradoria Regional da República, no sentido da perda de objeto, julgo prejudicada a presente impetração.
Publique-se, intime-se, arquivando-se os autos oportunamente.
Oficie-se ao e. Relator do HC nº 70.540/MS (2006/0253385-0) - STJ, encaminhando cópia da presente decisão.
São Paulo, 15 de fevereiro de 2007.
COTRIM GUIMARÃES
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.105732-7 HC 25970
ORIG.	:	200460000076288 3 Vr CAMPO GRANDE/MS
IMPTE	:	ALEX DA SILVA TENORIO
ADV	:	RODRIGO ROBERTO RUGGIERO
PACTE	:	ALEX DA SILVA TENORIO reu preso
ADV	:	CARLOS VINÍCIUS DE ARAÚJO
ADV	:	RODRIGO ROBERTO RUGGIERO
IMPDO	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE CAMPO GRANDE MS
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 180
DECISÃO
Tendo em vista que o paciente Alex da Silva Tenório foi beneficiado pelo julgamento de Habeas Corpus impetrado nesta Corte em favor de Claudinei Ramos, que teve a sua prisão preventiva revogada, a presente impetração perdeu objeto, motivo pelo qual julgo-a prejudicada.
Oficie-se ao Superior Tribunal de Justiça (Quinta Turma, HC nº 71.173/MS, Registro nº2006/0261872-6), encaminhando cópia da presente decisão.
Publique-se, intime-se, arquivando-se os autos oportunamente.
São Paulo, 15 de fevereiro de 2007.
COTRIM GUIMARÃES
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.107073-3 AG 284035
ORIG.	:	200661060043584 1 Vr SAO JOSE DO RIO PRETO/SP
AGRTE	:	EZEQUIEL DO NASCIMENTO FILHO
ADV	:	JECSON SILVEIRA LIMA
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
AGRDO	:	EMGEA EMPRESA GESTORA DE ATIVOS
ADV	:	ANTONIO JOSE ARAUJO MARTINS
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE S J RIO PRETO SP
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 52/54
Vistos, etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por EZEQUIEL DO NASCIMENTO FILHO contra a r. decisão de fls. 33 que, em ação revisional de contrato realizado sob as normas do SFH - Sistema Financeiro da Habitação - ajuizada contra a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF e EMGEA EMPRESA GESTORA DE ATIVOS, indeferiu o pedido de reconsideração de decisão anterior, de fls. 27, que revogava a decisão de fls. 26 que, por sua vez, determinava o desentranhamento da contestação oferecida pelas rés.
Sustenta o agravante, em síntese, que a referida contestação é intempestiva, pelo que deve ser desentranhada dos autos.
Relatados.
DECIDO.
Verifico que o recurso em tela não merece seguimento, uma vez que intempestivo, eis que desrespeitado o prazo de dez dias para a sua interposição, conforme determina o artigo 522 do Código de Processo Civil.
De fato, o MM. Juízo a quo, às fls. 27 (fls. 160 dos autos principais), revogou decisão anterior que determinada o desentranhamento da contestação oferecida pelas rés, ora agravadas, por ser intempestiva.
A referida decisão foi proferida em 25 de agosto de 2006, sendo que o autor, ora agravante, foi dela intimado em 30 de agosto de 2006, através de publicação na imprensa oficial.
Todavia, o recorrente, em sua réplica protocolizada em 08 de setembro de 2006, requereu a manutenção da decisão de fls. 26 (fls. 159 dos autos originais), para que fosse desentranhada a referida contestação.
Ora, tal pleito não passa de pedido de reconsideração da decisão de fls. 27 (fls. 160 dos autos originais).
Assim, inadmissível que a fluência do prazo para a interposição do recurso se inicie na data em que foi intimado o recorrente da decisão que indeferiu o pedido de reconsideração.
Isto porque tal pedido não suspende, nem interrompe, o prazo para a interposição do recurso, conforme, há muito, já decidiu esta E. Corte, baseada em precedentes do Egrégio Superior Tribunal de Justiça:
"PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO - PRETENSÃO ANTERIORMENTE REPELIDA POR DECISÃO IRRECORRIDA - PRINCÍPIO DA PEREMPTORIEDADE - NÃO CONHECIMENTO.
1 - É de cautela observar-se que, consoante legislação processual pátria, pode ser pedida a reconsideração da decisão simultaneamente com a interposição, em caráter alternativo sucessivo, do agravo de instrumento. Porém, o mero pedido de reconsideração isolado não interrompe nem suspende o prazo do recurso, não podendo se transformar em agravo (STJ - 2ª Turma - REsp 13.117/CE - Relator Ministro Hélio Mosimann, DJU 17/02/92).
2 - O princípio da peremptoriedade, ao contrário de justificar a intempestiva apresentação do agravo de instrumento, fundamenta a necessidade de interposição do recurso no prazo assinalado na lei, a partir da primeira decisão que a agravante entende prejudicar-lhe.
3 - Agravo não conhecido."
(TRF 3ª Região - 2ª Turma - Relatora Juíza Sylvia Steiner - v.u. - DJU 15/9/1999 - pág. 250).
Dessa forma, interposto o recurso em 26 de outubro de 2006, encontra-se desprovido de um dos requisitos legais para a sua admissibilidade, conforme prega o artigo 527 do Código de Processo Civil, sendo inadmissível o julgamento do presente agravo por ter sido interposto fora do prazo legal.
Diante do exposto, nego seguimento ao presente agravo, nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil c.c. o artigo 33, inciso XIII, do Regimento Interno desta E. Corte.
Publique-se e intime-se, baixando-se os autos, oportunamente, à instância de origem, nos termos da Resolução nº 72, de 26 de outubro de 1998 (D.J.U. 04.11.98), deste Egrégio Tribunal.
São Paulo, 26 de março de 2007.
COTRIM GUIMARÃES
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.107322-9 AG 284186
ORIG.	:	9700054802 5 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	ZORA YONARA M DOS SANTOS CARVALHO PALAZZIN
AGRDO	:	ZILDA ALEXANDRE DA SILVA e outros
ADV	:	PLINIO AUGUSTO LEMOS JORGE
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 5 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 47/48
Vistos, etc.
Inicialmente, diante do teor da petição de fls. 44/45, torno sem efeito o despacho de fls. 38.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF contra a r. decisão que, em execução de sentença proferida em ação ordinária relativa à aplicação de juros progressivos, na forma da Lei 5.107/66, em contas vinculadas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, ajuizada por ZILDA ALEXANDRE DA SILVA e outros, determinou que a agravante apresente os extratos analíticos das referidas contas, referentes ao período pleiteado pelos autores, para o fim de se verificar se houve o pagamento dos juros progressivos (fls. 33).
Sustenta a agravante, em síntese, que a r. decisão agravada contraria o disposto no artigo 23 do Decreto nº 99.694/90, e que não detém os extratos solicitados.
Pleiteia, ainda, a atribuição do efeito suspensivo ao agravo de instrumento.
Relatados.
DECIDO.
Em sede de análise superficial, única permitida nesta fase de cognição, vislumbro presentes os pressupostos autorizadores da cautela pretendida.
O presente recurso versa sobre a inversão do ônus da prova, para que a gestora do FGTS apresente os extratos analíticos das contas vinculadas, a fim de atestar se houve aplicação dos juros progressivos nas contas dos agravados, nos termos da Lei nº 5.107/66.
Com efeito, o Código de Processo Civil é peremptório no que diz respeito ao ônus do autor fazer prova de seu direito, conforme se extrai do art. 333, inciso I, in verbis:
"art. 333 - O ônus da prova incumbe:
I - ao autor, quanto ao fato constitutivo do direito."
Assim, se os ora agravados pretendem a aplicação de juros progressivos, nos termos da Lei 5.107/66, alegando terem feito a opção pelo FGTS dentro do período em que a progressividade era garantida por força de lei, cabe a eles demonstrar que os mesmos não foram aplicados.
A corroborar tal entendimento, em feito análogo, o Desembargador Federal Nelton dos Santos, no julgamento da Apelação Cível 2004.61.04.001194-5, realizado em 18 de outubro de 2005, proferiu voto, como relator, no sentido de que incumbe ao autor que optou pelo FGTS na vigência da Lei 5.107/66 trazer prova documental de que os juros progressivos não foram pagos, merecendo ser extinto o feito sem julgamento do mérito, por ausência de documento indispensável à comprovação do interesse de agir.
Dessa forma, defiro o pedido de efeito suspensivo, nos termos acima expostos, para determinar a suspensão da r. decisão agravada, até o final julgamento do presente recurso.
Comunique-se ao MM. Juízo a quo.
Intime-se a parte agravada para resposta, nos termos do artigo 527, inciso V, do Código de Processo Civil.
Publique-se. Intime-se. Comunique-se.
São Paulo, 26 de março de 2007.
COTRIM GUIMARÃES
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.107600-0 HC 26033
ORIG.	:	200660000082170 3 Vr CAMPO GRANDE/MS
IMPTE	:	JULIO CESAR DE SOUZA RODRIGUES
IMPTE	:	CARLOS MAGNO COUTO
PACTE	:	MARCIO KANOMATA reu preso
ADV	:	JULIO CESAR SOUZA RODRIGUES
IMPDO	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE CAMPO GRANDE MS
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 1610
DECISÃO
Tendo em vista a informação prestada pela autoridade impetrada, no sentido de que revogou a prisão preventiva do paciente Márcio Kanomata, e o parecer da douta Procuradoria Regional da República, pela perda de objeto, julgo prejudicada a presente impetração.
Publique-se, intime-se, arquivando-se os autos oportunamente.
Oficie-se ao e. Relator do HC nº 70.979/MS (2006/0259488-7) - STJ, encaminhando cópia da presente decisão.
São Paulo 15 de fevereiro de 2007.
COTRIM GUIMARÃES
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.107601-2 HC 26034
ORIG.	:	200660000082170 3 Vr CAMPO GRANDE/MS
IMPTE	:	SEBASTIAO SASSAKI
PACTE	:	SEBASTIAO SASSAKI reu preso
ADV	:	LUIZ DO AMARAL
IMPDO	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE CAMPO GRANDE MS
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 210
DECISÃO
Tendo em vista a decisão constante às fls. 181/205, oportunidade em que o Juízo Federal da 3ª Vara de Campo Grande - MS revogou a prisão preventiva decretada em face de Sebastião Sassaki, e o parecer da douta Procuradoria Regional da República, pela perda de objeto, julgo prejudicada a presente impetração.
Oficie-se ao Superior Tribunal de Justiça (HC nº 71.155/MS - 2006/0261506-2), encaminhando cópia da presente decisão.
Publique-se, intime-se, arquivando-se os autos oportunamente.
São Paulo, 22 de março de 2007.
COTRIM GUIMARÃES
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.107936-0 AG 284560
ORIG.	:	200661000205439 26ª Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	CLAUDIO PEREIRA DA SILVA
ADV	:	ROBERTO DE SOUZA
AGRDO	:	Caixa Econômica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 26ª VARA SÃO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED.COTRIM GUIMARÃES/SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 87
Vistos, etc.
Fls. 77/85 - Mantenho, in totum, a decisão proferida às fls.71/72 dos autos e, nos termos do art. 251 do Regimento Interno desta E. Corte, apresentarei o feito, em tempo, para apreciação da Turma.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 23 de março de 2007.
COTRIM GUIMARÃES
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.109448-8 AG 284942
ORIG.	:	200561000293488 15ª Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	União Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
AGRDO	:	MIGUEL CIMATTI e outros
ADV	:	NATALIA RIBEIRO DO VALLE
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 15ª VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED.COTRIM GUIMARÃES/SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 788
Vistos, etc.
Fls. 781/786 - Mantenho, in totum, a decisão proferida às fls.771/773 dos autos. Deixo de conhecer do requerimento como agravo regimental, haja vista o teor do parágrafo único do artigo 527 do Código de Processo Civil, alterado pela Lei nº 11.187/2005.
Cumpra-se a parte final da decisão de fls. 772/773.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 23 de março de 2007.
COTRIM GUIMARÃES
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.109448-8 AG 284942
ORIG.	:	200561000293488 15 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
AGRDO	:	MIGUEL CIMATTI e outros
ADV	:	NATALIA RIBEIRO DO VALLE
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 15 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 771/773
Vistos, etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela UNIÃO, contra a r. decisão que, em ação ordinária ajuizada por MIGUEL CIMATTI e outros deferiu a antecipação da tutela para suspender a exigibilidade do crédito oriundo da taxa de ocupação cobrada dos agravados, pela ocupação de terrenos de marinha, bem como para determinar que a União se abstenha de incluir os nomes dos autores nos cadastros negativos de crédito.
A agravante sustenta, em síntese, que a pretensão dos agravados encontra-se fulminada pela prescrição, em face do disposto no Decreto nº 20.910/32, o qual estabelece que qualquer direito ou ação contra a Fazenda, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originaram. Afirma, ainda, que o fundamento dado pelo Magistrado para deferir a antecipação dos efeitos da tutela, ou seja, a ilegalidade da intimação realizada por edital, não pode prevalecer, uma vez que o artigo 11 do Decreto-Lei nº 9.760/46 autoriza a convocação dos interessados mediante edital. Pleiteia, portanto, pelo reconhecimento da prescrição do direito de ação para anular o Edital 01/95 e, subsidiariamente, caso ultrapassada a preliminar de mérito, seja reconhecida a legalidade da intimação realizada por edital.
Requer, por fim, a concessão do efeito suspensivo ao recurso.
É o relatório.
DECIDO.
Observo que o objeto do presente recurso cinge-se à reforma da decisão antecipatória de tutela que determinou a suspensão da exigibilidade do crédito relativo à taxa de ocupação cobrada dos agravados, pela ocupação de terrenos de marinha, e para determinar a não inclusão dos nomes dos agravados nos cadastros negativos de crédito, até julgamento final da ação.
Destarte, entendo que no caso em testilha a r. decisão agravada não é suscetível de causar lesão grave e de difícil reparação em desfavor da agravante, até mesmo porque, ainda que ao final venha a ser vencedora na demanda, poderá cobrar os valores nela discutidos com os devidos acréscimos legais, bem como encaminhar os nomes dos recorridos aos referidos cadastros, caso permaneça seu estado de inadimplência.
De tal modo, por não se referir o caso em tela a qualquer das hipóteses autorizadoras da interposição excepcional do recurso de agravo por instrumento, previstas no artigo 522 do Código de Processo Civil, com a redação dada pela Lei nº 11.187/2005, converto o presente recurso em agravo retido, nos termos do artigo 527, inciso II, do Código de Processo Civil, alterado por aquela mesma Lei.
Comunique-se ao MM. Juízo a quo, remetendo-se os autos à origem.
Intime-se.
Publique-se.
São Paulo, 21 de novembro de 2006.
COTRIM GUIMARÃES
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.109854-8 AG 285183
ORIG.	:	9500148986 11 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	ADAUTO BASILIO FILHO e outros
ADV	:	ENIVALDO DA GAMA FERREIRA JUNIOR
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	LUIZ CARLOS FERREIRA DE MELO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 11 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	JUÍZA FED.CONV. SILVIA ROCHA / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 149
Vistos.
Fls. 138/141. Trata-se de pedido de reconsideração interposto contra decisão de fls. 128 que indeferiu pedido de efeito suspensivo.
Os argumentos trazidos pela agravante não infirmam o entendimento esposado na apreciação do pedido de efeito suspensivo, pelo que fica mantida a decisão impugnada por seus próprios fundamentos.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 26 de março de 2007.
SILVIA ROCHA
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA
RELATORA

PROC.	:	2006.03.00.109976-0 AG 285219
ORIG.	:	200661000238093 20 Vr SÃO PAULO/SP
AGRTE	:	TRANSBANK SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA
ADV	:	MÁRCIO PESTANA
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUÍZO FEDERAL DA 20ª VARA SÃO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES. FED. NELTON DOS SANTOS / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 577/580
D E C I S Ã O
Transbank Segurança e Transporte de Valores Ltda., ora agravante, pede reconsideração da decisão que indeferiu a antecipação dos efeitos da tutela recursal, requerida com o fito de ver afastada a exigência ao depósito de 30% (trinta por cento) da exigência fiscal como condição de admissibilidade do recurso administrativo.
Aduz a agravante que o próprio Supremo Tribunal Federal já vem revendo sua jurisprudência anterior e admitindo a inconstitucionalidade da exigência.
Diz, mais, a recorrente, que precisa com urgência de um provimento jurisdicional favorável, pois disso depende a obtenção de nova certidão positiva com efeitos de negativa.
Depois de pacificada a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido da constitucionalidade da exigência, a discussão foi reaberta e ainda não há julgamento concluído, em face de pedido de vista. Até agora, já votaram seis ministros, um pela conformidade da lei à Lex Magna e cinco adotando a tese defendida pela agravante.
Com base nesse resultado parcial, a E. 2ª Turma do Excelso Pretório reconheceu plausibilidade na pretensão e deferiu medida liminar em favor de contribuinte.
Com o devido respeito, penso que não se houve com acerto aquele órgão fracionário do Supremo Tribunal Federal. A uma, porque o julgamento, no âmbito do Plenário, não está concluído e o resultado pode ser o da confirmação da jurisprudência já sedimentada. Vale ressaltar, nesse particular, que mesmo os ministros que já votaram podem alterar suas conclusões até o encerramento do julgamento. A duas, porque me parece ser uma verdadeira precipitação modificar, com base em votos proferidos em julgamento não encerrado, jurisprudência assentada há muito tempo pelo próprio Supremo Tribunal Federal. A três, porque a liminar pretendida não é cautelar, mas satisfativa, de sorte que não basta a plausibilidade, exigindo-se forte evidência do direito afirmado.
A par disso, a agravante não precisa, necessariamente, da admissão do recurso administrativo para obter a certidão positiva com efeitos de negativa. Pode ela, sem qualquer depósito, insurgir-se em juízo contra o lançamento e pedir a suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
Deveras, o sistema jurídico ofereceu duas alternativas para o contribuinte: ou se vale do recurso administrativo mediante o depósito ou se dirige ao Judiciário e discute a questão sem o depósito. Aliás, se for relevante a fundamentação deduzida nas razões do recurso administrativo e sendo demonstrada a necessidade urgente de obter a certidão de regularidade, seguramente a agravante logrará obter decisão judicial favorável para a suspensão da exigibilidade. Se, todavia, a fundamentação for frágil, isso significará que a pretensão de ver conhecido o recurso administrativo só guarda o propósito de procrastinar o cumprimento da obrigação tributária.
Esse é, aliás, um dos objetivos da norma instituidora da exigência do depósito prévio: coibir o manejo indiscriminado e temerário do recurso administrativo apenas com o propósito de postergar o adimplemento.
O que não parece razoável é pretender valer-se de todas as vias sem qualquer ônus: recorrer administrativamente sem o depósito e sem prejuízo de posterior demanda judicial para questionar a decisão tomada na esfera extrajudicial. Se confia no seu direito, está convicta de que o lançamento não subsistirá e não quer se sujeitar ao depósito prévio, a agravante deve, de imediato, recorrer ao Judiciário para ver-se tutelada. Se, porém, confia no seu direito, está convicta de que o lançamento não subsistirá, mas não quer abrir mão de esgotar a instância administrativa, deve ela sujeitar-se ao depósito, até porque, provido seu recurso, obterá a devida restituição. Agora, se nem a agravante confia no seu direito, é sinal de que o recurso administrativo tem escopo protelatório.
Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de reconsideração.
Intime-se a agravante.
Abra-se vista ao Ministério Público Federal, para emissão de seu parecer e, na seqüência, inclua-se o feito em pauta para julgamento pela Turma.
São Paulo, 22 de março de 2007
Nelton dos Santos
Relator

PROC.	:	2006.03.00.111160-7 HC 26121
ORIG.	:	200660000088743 3 Vr CAMPO GRANDE/MS
IMPTE	:	LUIZ GUSTAVO BATTAGLIN MACIEL
PACTE	:	SERGIO ESCOBAR AFONSO reu preso
ADV	:	LUIZ GUSTAVO BATTAGLIN MACIEL
IMPDO	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE CAMPO GRANDE MS
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 164
DECISÃO
Tendo em vista a decisão constante às fls. 126/150, oportunidade em que o Juízo Federal da 3ª Vara de Campo Grande - MS revogou a prisão preventiva decretada em face de Sérgio Escobar Afonso, e o parecer da douta Procuradoria Regional da República, pela perda de objeto, julgo prejudicada a presente impetração.
Oficie-se ao Superior Tribunal de Justiça (HC nº 71.288/MS - 2006/0263014-3), encaminhando cópia da presente decisão.
Publique-se, intime-se, arquivando-se os autos oportunamente.
São Paulo, 22 de março de 2007.
COTRIM GUIMARÃES
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.111173-5 HC 26122
ORIG.	:	200660000082170 3 Vr CAMPO GRANDE/MS 200460000076288 3 Vr CAMPO GRANDE/MS
IMPTE	:	NIVALDO DE ALMEIDA SANTIAGO
PACTE	:	NIVALDO DE ALMEIDA SANTIAGO reu preso
ADV	:	TENIR MIRANDA
IMPDO	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE CAMPO GRANDE MS
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 126
DECISÃO
Tendo em vista a decisão constante às fls. 89/113, oportunidade em que o Juízo Federal da 3ª Vara de Campo Grande - MS revogou a prisão preventiva decretada em face de Nivaldo de Almeida Santiago e re-decretou por fundamento diverso (não impugnado neste writ), o parecer da douta Procuradoria Regional da República (pela perda de objeto), e o deferimento de medida liminar, em sede de outro habeas corpus, para revogar o novo decreto de prisão preventiva formulado em desfavor do ora paciente (HC nº 26.239 - Registro 2006.03.00.118595-0, do qual sou Relator), julgo prejudicada a presente impetração.
Oficie-se ao Superior Tribunal de Justiça (Quinta Turma, HC nº 71.068/MS - 2006/0260255-3), encaminhando cópia da presente decisão.
Publique-se, intime-se, arquivando-se os autos oportunamente.
São Paulo, 22 de março de 2007.
COTRIM GUIMARÃES
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.111976-0 HC 26184
ORIG.	:	200660000082170 3 Vr CAMPO GRANDE/MS
IMPTE	:	JULIO CESAR DE SOUZA RODRIGUES
IMPTE	:	CARLOS MAGNO COUTO
PACTE	:	NELSON ISSAMU KANOMATA reu preso
ADV	:	JULIO CESAR SOUZA RODRIGUES
IMPDO	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE CAMPO GRANDE MS
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 246
DECISÃO
Tendo em vista a decisão constante às fls. 209/233, oportunidade em que o Juízo Federal da 3ª Vara de Campo Grande - MS revogou a prisão preventiva decretada em desfavor de Nelson Issamu Kanomata , e o parecer da douta Procuradoria Regional da República, pela perda de objeto, julgo prejudicada a presente impetração.
Oficie-se ao Superior Tribunal de Justiça (Quinta Turma, HC nº 71.289/MS, Registro nº 2006/0263029-3), encaminhando cópia desta decisão.
São Paulo, 23 de março de 2007.
COTRIM GUIMARÃES
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.113138-2 HC 26191
ORIG.	:	200660000082170 3 Vr CAMPO GRANDE/MS
IMPTE	:	MARCOS ANCELMO DE OLIVEIRA
PACTE	:	MARCOS ANCELMO DE OLIVEIRA reu preso
ADV	:	LUIZ DO AMARAL
IMPDO	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE CAMPO GRANDE MS
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 77
DECISÃO
Tendo em vista a informação prestada pela autoridade impetrada, no sentido de que, em 1º de dezembro de 2006, revogou a prisão preventiva decretada em desfavor do ora paciente, e o parecer da douta Procuradoria Regional da República, pela perda de objeto, julgo prejudicada a presente impetração.
Oficie-se ao Superior Tribunal de Justiça (Quinta Turma, HC nº 71.154/MS, Registro nº 2006/0261505-0), encaminhando cópia da presente decisão.
São Paulo, 22 de março de 2007.
COTRIM GUIMARÃES
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.116182-9 PET 636
ORIG.	:	200661080049282 3 Vr BAURU/SP
REQTE	:	Instituto Nacional de Colonizacao e Reforma Agrária - INCRA
ADV	:	MURILO ALBERTINI BORBA E ISABELLA MARIANA SAMPAIO PINHEIRO DE CASTRO
REQDO	:	REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A RFF FERROVIA PAULISTA
RELATOR	:	DES. FED. NELTON DOS SANTOS / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 376/379
D E C I S Ã O
Trata-se de petição apresentada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, visando à imissão na posse do imóvel rural objeto da ação de desapropriação n.º 2006.61.08.004928-2, promovida em face da Rede Ferroviária Federal S/A (RFF) / Ferrovia Paulista perante o Juízo Federal da 3ª Vara de Bauru, SP.
O MM. Juiz de primeiro grau extinguiu o processo, sem resolução do mérito, por impossibilidade jurídica do pedido, uma vez que o imóvel em questão teria sido invadido por integrantes do Movimento dos Sem Terra (MST).
Segundo Sua Excelência, o § 6º do art. 2º da Lei n.º 6.629/93 proíbe a desapropriação de imóvel "objeto de esbulho possessório, motivado por conflito agrário de caráter coletivo" (f. 332).
O requerente interpôs apelação contra referida sentença e, diante da urgência do caso, postula a imediata imissão na posse do imóvel.
Intimada, a ré na ação de desapropriação não se manifestou.
Com vista dos autos, o Ministério Público Federal, em manifestação do e. Procurador Regional da República Osório Barbosa, opina pelo deferimento do pedido.
É o sucinto relatório.
Duas razões conduzem à maior probabilidade de que a apelação interposta pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA venha a ser provida pela Turma.
Em primeiro lugar, a autarquia afirma - e a ré não controverte - que não haveria invasão ou esbulho possessório, mas ocupação com a concordância da proprietária.
Essa circunstância, por si só, já abalaria o fundamento nuclear da sentença, pois a situação de fato não se amoldaria ao fundamento legal invocado pelo e. juiz a quo.
Em segundo lugar, ainda que de invasão se tratasse, não se trataria de impossibilidade jurídica do pedido, mas de fato que subtrairia do poder público o próprio direito material à desapropriação.
Com efeito, não se cuida de norma que impeça o Poder Judiciário de decidir - hipótese, aqui sim, configuradora de impossibilidade jurídica -, mas de norma que obstaria a própria desapropriação, objeto mediato do processo.
Em tais condições, a matéria não seria passível de conhecimento ex officio, dependendo, sim, de argüição do interessado. Seria uma exceção e não uma objeção, como entendeu o MM. Juiz.
De outra parte, a urgência é evidente, como bem destacou o e. Procurador Regional da República em seu bem lançado parecer:
"A reforma agrária é urgente por disposição constitucional. Com efeito, preocupou-se o legislador originário em prever procedimento especial, de rito sumário, para a desapropriação (art. 184, § 3º). Sempre que uma desapropriação devida demora para ocorrer, há, abstratamente, o periculum in mora.
No caso concreto, o periculum é mais evidente. Vêem-se as notícias de fls. 359/360 os conflitos sociais que ocorrem na região expropriada, devidos, ao que parece, a questões dominiais. A imissão do INCRA na posse do imóvel permitirá que a autarquia, já experiente em assentamentos, pacifique a questão, regularizando os títulos que cada assentado terá a cada gleba. Isso permitirá também o uso da propriedade com respeito às áreas de preservação, que ficam arriscadas em situações de ocupação não planejada, como a que vem ocorrendo
Desta forma, presente também o perigo na demora na imissão da posse" (f. 374).
Em suma, afiguram-se presentes os requisitos necessários à antecipação dos efeitos da tutela recursal, porquanto maior a probabilidade de provimento da apelação e flagrante o perigo do retardamento do provimento pleiteado.
Convém ressaltar que o provimento da apelação, por si só, não conduzirá à imissão na posse, até porque a sentença é de extinção do processo sem resolução do mérito.
Assim, o caso é de determinar-se a pretendida imissão na posse, sem prejuízo de nova deliberação do juiz de primeiro grau a esse respeito, se provida a apelação e quando os autos retornarem àquela instância.
Ante o exposto, DEFIRO o pedido de imissão na posse, formulado pelo requerente, medida que deverá ser efetivada pelo juízo a quo mediante a observância das formalidades próprias e das cautelas necessárias.
Intimem-se as partes e o Ministério Público Federal.
Após, aguarde-se a vinda dos autos de apelação, aos quais estes deverão ser apensados.
São Paulo, 8 de março de 2007
Nelton dos Santos
Relator

PROC.	:	2006.03.00.116841-1 AG 286965
ORIG.	:	200661000252739 3 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	PLANSERVICE BACK OFFICE LTDA
ADV	:	RICARDO OLIVEIRA GODOI
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	JUÍZA FED.CONV. SILVIA ROCHA / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 84
Vistos.
Fls. 79/82. Trata-se de pedido de reconsideração interposto contra decisão de fls. 75 que indeferiu pedido de efeito suspensivo ou seu recebimento como agravo regimental.
Os argumentos trazidos pela agravante não infirmam o entendimento esposado na apreciação do pedido de efeito suspensivo, pelo que fica mantida a decisão impugnada por seus próprios fundamentos.
Quanto ao pedido de recebimento do pedido como agravo regimental, registro que em vista das alterações dispostas na Lei nº 11.187/05, a decisão que aprecia o efeito suspensivo é irrecorrível, pelo que nego seguimento ao pedido, nos termos do art. 33, XIII, do Regimento Interno desta Corte.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 26 de março de 2007.
SILVIA ROCHA
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA
RELATORA

PROC.	:	2006.03.00.120087-2 AG 287710
ORIG.	:	200561000186600 24 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	MARIA DA CONCEICAO
ADV	:	JEANNINE APARECIDA DOS SANTOS OCROCH
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	FELIPE BRUNELLI DONOSO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 24 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. PEIXOTO JUNIOR / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 69
Vistos.
Compulsados os autos, observa-se que posteriormente à decisão de fls. 52/54, contra qual se interpôs o presente recurso, foi proferida a decisão de fl. 56 que versou sobre pedido de reconsideração. Ocorre que o pedido de reconsideração não interrompe nem suspende o prazo para interposição do agravo de instrumento e é da primeira decisão e não da que apreciou o pedido de reconsideração que se deve recorrer.
Destarte, ocorrendo a análise do pedido de reconsideração em 22/05/2006, patenteia-se a intempestividade do recurso, interposto somente em 13/12/2006.
Ante o exposto, nego seguimento ao presente recurso, nos termos do art. 557, "caput", do CPC, combinado com o art. 33, inciso XIII, do Regimento Interno desta Corte.
Publique-se. Intime-se.
Após as formalidades legais, baixem os autos à vara de origem.
São Paulo, 20 de março de 2007.
Silvia Rocha
Juíza Federal Convocada
Relatora

PROC.	:	2006.03.00.120672-2 AG 288595
ORIG.	:	9300392875 11 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	FREDERICO JUNQUEIRA BARBOSA e outros
ADV	:	ANA CLAUDIA ROMANO CASABONA
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SANDRA ROSA BUSTELLI
PARTE A	:	SONIA MARIA DAS DORES AGUIAR e outros
ADV	:	ANA CLAUDIA ROMANO CASABONA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 11 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 107
Processe-se.
Intime-se o agravado para a resposta, nos termos do disposto no art. 527, V, do Código de Processo Civil.
P.I.
São Paulo, 23 de março de 2007.
CECILIA MELLO
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2006.03.00.120686-2 MCI 5470
ORIG.	:	200561140020468 3 Vr SAO BERNARDO DO CAMPO/SP
REQTE	:	SAMUEL AMARO DA SILVA
ADV	:	ANNE CRISTINA ROBLES BRANDINI
REQDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
RELATOR	:	DES.FED. NELTON DOS SANTOS / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 86
D E C I S Ã O
A questão foi decidida e tornou-se preclusa. Intime-se o requerente.
São Paulo, 13 de março de 2007
Nelton dos Santos
Relator

PROC.	:	2006.03.00.124081-0 AG 288357
ORIG.	:	200661060058496 3ª Vr SAO JOSE DO RIO PRETO/SP
AGRTE	:	Caixa Econômica Federal - CEF
ADV	:	EDUARDO JANZON NOGUEIRA
AGRDO	:	IRACI COSTA MIZIARA PEREIRA
ADV	:	SERGIO COSTA
AGRDO	:	VITOR MIZIARA PEREIRA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3ª VARA DE S J RIO PRETO SP
RELATOR	:	DES.FED.COTRIM GUIMARÃES/SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 111
Vistos, etc.
Fls. 106/109 - Mantenho, in totum, a decisão proferida às fls. 95//96 dos autos e, nos termos do art. 557, parágrafo 1º do Código de Processo Civil, apresentarei o feito, em tempo, para apreciação da Turma.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 23 de março de 2007.
COTRIM GUIMARÃES
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.124154-0 HC 26486
ORIG.	:	200460000076288 3 Vr CAMPO GRANDE/MS
IMPTE	:	ANTONIO CLAUDIO MARIZ DE OLIVEIRA
IMPTE	:	SERGIO EDUARDO MENDONCA DE ALVARENGA
PACTE	:	HYRAN GEORGES DELGADO GARCETE reu preso
ADV	:	ANTONIO CLAUDIO MARIZ DE OLIVEIRA
IMPDO	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE CAMPO GRANDE MS
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 158/164
DECISÃO
Trata-se de Habeas Corpus, com pedido de concessão de medida liminar, impetrado pelos advogados Antonio Cláudio Mariz de Oliveira e Sérgio Eduardo Mendonça de Alvarenga em favor de Hyran Georges Delgado Garcete e em face de ato praticado pelo MM. Juiz Federal da 3ª Vara da Subseção Judiciária de Campo Grande - MS.
Segundo consta dos presentes autos, o paciente foi denunciado pela prática dos delitos previstos nos artigos 334, caput, 293, §1º, III, "b", 299, caput, 288, todos do Código Penal e em continuidade delitiva, artigo 22, parágrafo único da Lei nº 7.492/86 e artigo 1º, incisos V, VI e VII c/c §4º da Lei nº 9.613/1998, e teve a sua prisão preventiva novamente decretada para a garantia da ordem pública, para assegurar a regular instrução da causa e para garantir a aplicação da lei penal, ante a existência de fatos novos, ou seja: 1) o depoimento de Armando Parede (ex capataz do ora paciente), prestado em 25 de setembro de 2001, e que se encontra sob a guarda do Programa Federal de Proteção a Testemunhas, oportunidade em que delatou a prática de contrabando de armas e que três pessoas que trabalhavam na área de armamento haviam sido mortas a mando de Hyran; 2) o encontro, por

ocasião do cumprimento do mandado de busca e apreensão, de uma relação de armas comercializadas por Hyran; 3) a apreensão em sua residência, em 10 de outubro de 2006, de armas de grosso calibre e munição; 4) o depoimento do co-réu Adelrico Ramon Amarilha, no sentido de temer pela sua vida e de seus familiares, uma vez que já teria sido ameaçado em outras oportunidades, e que não poderia revelar às autoridades tais irregularidades.
Consta ainda o fundamento de risco efetivo à aplicação da lei penal, uma vez que o paciente possui interesses no exterior, residindo em região de fronteira (sua Fazenda é contígua a outra propriedade sua, esta localizada no Paraguai), e que a Justiça Federal não conseguiu, através de meios diplomáticos, seqüestrar os saldos de contas existentes fora do país.
Os impetrantes ressaltam, preliminarmente, o cabimento da presente impetração em decorrência de fato novo consistente na decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul que determinou a soltura do paciente em relação às armas apreendidas.
No mérito, sustentam a ilegalidade do decreto de prisão preventiva pelos seguintes motivos: a) que a suposta periculosidade em face das armas restou afastada pela Justiça Estadual, a única competente para apreciar a questão referente às armas; b) que o despacho que decretou a prisão preventiva nada mais fez do que, de um lado, entrar no mérito da imputação, e de outro trazer à colação fatos estranhos aos autos e à própria conduta do paciente; c) que os depoimentos prestados por Armando Parede e Alderico Ramon Amarillo, a alegada existência de contas no exterior e os demais argumentos já foram utilizados na anterior decisão a respeito da garantia da ordem econômica. Tais elementos, segundo entendem, não se encontram amparados pelas qualidades de confiabilidade e verossimilhança. Pedem, sem sede de medida liminar, a autorização para aguardar em liberdade o julgamento do mérito do presente feito, oportunidade em que esperam que ocorra a concessão da ordem e a revogação do decreto de prisão preventiva.
Distribuído em 26 de dezembro de 2006, o feito foi apreciado pela e. Des. Fed. Cecília Mello, em plantão judiciário, que entendeu por bem em remeter os autos a este Relator, uma vez que não poderia reanalisar decisão proferida por órgão da mesma instância, devendo eventual insurgência ser dirigida ao Superior Tribunal de Justiça. (fls. 146/154)
É o breve relatório. Decido.
O presente writ não pode ser conhecido.
Nos autos do HC nº 26.330, que foi impetrado em face da mesma autoridade impetrada, do mesmo decreto de prisão preventiva e em favor do mesmo paciente decidi nos seguintes termos:
"Trata-se de habeas corpus, com pedido de concessão de medida liminar, impetrado pelos advogados Antonio Cláudio Mariz de Oliveira e Sérgio Eduardo Mendonça de Alvarenga em favor de Hyran Georges Delgado Garcete e em face de ato praticado pelo MM. Juiz Federal da 3ª Vara de Campo Grande - MS.
Segundo consta dos presentes autos, o paciente foi denunciado pela prática dos delitos previstos nos artigos 334, caput, 293, §1º, III, "b", 299, caput, 288, todos do Código Penal e em continuidade delitiva, artigo 22, parágrafo único da Lei nº 7.492/86 e artigo 1º, incisos V, VI e VII c/c §4º da Lei nº 9.613/1998, e teve a sua prisão preventiva novamente decretada para a garantia da ordem pública, para assegurar a regular instrução da causa e para garantir a aplicação da lei penal, ante a existência de fatos novos, ou seja: 1) o depoimento de Armando Parede (ex capataz do ora paciente), prestado em 25 de setembro de 2001, e que se encontra sob a guarda do Programa Federal de Proteção a Testemunhas, oportunidade em que delatou a prática de contrabando de armas e que três pessoas que trabalhavam na área de armamento haviam sido mortas a mando de Hyran; 2) o encontro, por ocasião do cumprimento do mandado de busca e apreensão, de uma relação de armas comercializadas por Hyran; 3) a apreensão em sua residência, em 10 de outubro de 2006, de armas de grosso calibre e munição; 4) o depoimento do co-réu Adelrico Ramon Amarilha, no sentido de temer pela sua vida e de seus familiares, uma vez que já teria sido ameaçado em outras oportunidades, e que não poderia revelar às autoridades tais irregularidades.
Consta ainda o fundamento de risco efetivo à aplicação da lei penal, uma vez que o paciente possui interesses no exterior, residindo em região de fronteira (sua Fazenda é contígua a outra propriedade sua, esta localizada no Paraguai), e que a Justiça Federal não conseguiu, através de meios diplomáticos, seqüestrar os saldos de contas existentes fora do país.

Os impetrantes aduzem, em apertada síntese, que o paciente sofre constrangimento ilegal pelos seguintes motivos: a) que a autoridade impetrada, em verdade, nada mais fez do que, de um lado, entrar no mérito da imputação, e, de outro, trazer a colação fatos estranhos aos autos e à própria conduta do paciente; b) que o depoimento prestado por Armando Parede ocorreu há cinco anos e não ensejou, na ocasião, providência contra o ora paciente; c) que o paciente já responde perante à Justiça Estadual pelo porte das armas, o que também o mantém preso cautelarmente, não podendo tais fatos serem novamente valorados; d) que o depoimento de Armando Parede não merece credibilidade, uma vez que foi acusado de roubar gado de Hyran Garcete; e) que o depoimento prestado por Alderico Ramon Amarilha reflete apenas o seu receio de que um mal possa ser praticado contra si e seus familiares, não fornecendo maiores detalhes e que a simples ameaça atribuída a terceiro, em nome de outrem, constitui elemento frágil e insuficiente para a decretação da prisão preventiva; f) que a alegação de contrabando de armas não passa do terreno da suposição; g) que a alegação de existência de contas no exterior já foi utilizada em decisão anterior a respeito da garantia da ordem econômica; h) que as acusações não seriam tão graves assim, havendo entendimento no sentido de que a gravidade do delito, mesmo que hediondo, não impede a possibilidade de aguardar o julgamento em liberdade; i) que não há elementos fáticos verossímeis no sentido da sua influência na instrução criminal ou de perigo à ordem pública; j) que o paciente possui residência fixa. Pedem a concessão de medida liminar para que possa aguardar, em liberdade, o julgamento do mérito da presente impetração na qual pugnam pela revogação da prisão preventiva.
É o breve relatório. Decido.
Anoto, de início, que estão presentes os pressupostos para a prisão preventiva, ou seja, a prova da existência de crime e indícios de autoria delitiva.
Quanto à sua admissibilidade, o decreto prisional mostra-se cabível, uma vez que se trata de imputação de crimes dolosos punidos com reclusão (contrabando, evasão de divisas, lavagem de dinheiro etc).
Resta analisar, enfim, a presença das hipóteses em que pode ser decretada a prisão preventiva.
Num juízo de cognição sumária, próprio do presente momento processual, não vejo motivos para a concessão da medida liminar. Os fundamentos invocados pela autoridade ora impetrada demonstram a necessidade da custódia cautelar.
Em primeiro lugar, releva destacar a efetiva periculosidade do paciente decorrente da prática de contrabando de armas, conforme anteriormente relatado à CPI do Narcotráfico e sinalizada com a apreensão de um fuzil, uma submetralhadora, carregadores de fuzil, colete balístico, cartuchos, todos em sua residência.
Se é verdade que a imputação constante da ação originária não se refere às armas apreendidas, por outro lado, não há como desconsiderar, para fins de medida cautelar, a efetiva periculosidade do paciente, sobretudo pelo temor demonstrado pelo co-réu Adelrico Ramon Amarilha, no sentido de que o paciente vale-se de ameaças (levadas a seu conhecimento por meio do advogado de Hyran), prática já ressaltada, em 25 de setembro de 2001, por Armando Parede, ex capataz da Fazenda Terere, de propriedade de Hyran.
Outro fator de destaque consiste nos fortes vínculos com o exterior, tanto que o paciente não possui conta bancária no Brasil, conforme constou do depoimento prestado por seu advogado, o co-réu Jaime Félix Nunes da Cunha. Acresça-se, quanto a este aspecto, a existência de altíssimos valores em contas e aplicações nos Estados Unidos, Suíça, Paraguai e Uruguai, conforme anotou o juízo impetrado para justificar a efetiva possibilidade de fuga, tudo aliado ao fato de possuir propriedades e atividades empresariais no Paraguai.
No tocante à inexistência de gravidade das acusações, anoto que a medida cautelar não se confunde com o teor da imputação, uma vez que, a adotar-se tal entendimento, os delitos contra a vida ou cometidos mediante violência à pessoa jamais admitiriam a concessão de liberdade provisória. No presente caso, a prisão preventiva foi decretada para a garantia da ordem pública, para a conveniência da instrução processual penal e para assegurar a futura aplicação da lei penal, dada a efetiva possibilidade de fuga decorrente dos estreitos vínculos com o exterior.
Diante do exposto, dado o presente juízo de cognição sumária e sem prejuízo de que a própria autoridade impetrada venha a revogar a medida acautelatória na hipótese de alteração do quadro que a ensejou, indefiro o pedido de liminar."
Como se percebe da decisão supracitada, o indeferimento da medida liminar nos autos do HC nº 2006.03.00.118598-6 não se ateve exclusivamente à apreensão das armas. Em que pese a expressa menção ao armamento apreendido, restou devidamente esclarecido de que a manutenção da prisão preventiva, ao menos diante daquele juízo de cognição provisória, se deu em virtude da efetiva possibilidade de fuga, da periculosidade do agente e do temor demonstrado por um dos co-réus.
Como bem anotou a eminente Des. Fed. Cecília Mello: "Ademais, não vislumbro como fato novo a circunstância de ter o ora paciente recebido a benesse da liberdade provisória na Justiça Estadual do Mato Grosso do Sul (fls. 117/118), pelos delitos processados naquela Justiça. Deveras, é dos autos que mencionada decisão judicial, cronologicamente, deu-se após o indeferimento da liminar referente ao feito em trâmite neste E. Tribunal. Outrossim, a relação de armas encontradas e apreendidas, repita-se, foi utilizada em primeiro grau meramente como fundamento da personalidade do paciente, denotando sua possível periculosidade ao ser devolvido ao convívio social. E neste ponto, tem o magistrado a liberdade de valorar a prova consoante seus critérios apriorísticos e aqueles existentes nos autos, desde que o faça fundamentadamente (princípio da persuasão racional do juiz)". (fl. 152)
Pondero, enfim, que a informação de que o Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul concedeu liberdade ao paciente, em relação ao armamento apreendido em sua residência, será devidamente valorada por ocasião do julgamento daquele feito.
Diante do exposto, não havendo alteração fática apta a ensejar o cabimento de nova impetração, não conheço do presente habeas corpus.
Publique-se, intime-se, arquivando-se os autos oportunamente.
São Paulo, 16 de fevereiro de 2007.

COTRIM GUIMARÃES
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.000530-0 AG 288811
ORIG.	:	200161000278342 19 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
AGRDO	:	COFRAN IND/ DE AUTO PECAS LTDA
ADV	:	ANTONIO CARLOS AGUIRRE CRUZ LIMA
PARTE R	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
PARTE R	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	RUI GUIMARAES VIANNA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 19 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. PEIXOTO JUNIOR / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 302
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela União Federal contra a r. decisão do MM. Juiz Federal da 19ª Vara de São Paulo/SP pela qual, em autos de mandado de segurança objetivando a declaração da inexistência da relação jurídico-tributária concernente ao recolhimento das contribuições ao FGTS instituídas pelos artigos 1º e 2º da Lei Complementar n.º 110/01, foi recebido o recurso de apelação da agravante meramente no efeito devolutivo.
Sustenta a recorrente, em síntese, a ocorrência de lesão aos interesses do erário, assim como dos beneficiários das contas do FGTS, impondo-se o recebimento do recurso da apelação interposto no duplo efeito. Aduz, ainda, a legitimidade da cobrança das excogitadas contribuições.
Formula pedido de efeito suspensivo, que ora aprecio.
Neste juízo sumário de cognição, não se me deparando as razões recursais com suficiente carga de plausibilidade a abalar a decisão impugnada, por outro lado nada infirmando por ora a incidência do parágrafo único do art. 12 da Lei n.º 1.533/51, o qual determina o recebimento do recurso de apelação em mandado de segurança tão-somente no efeito devolutivo, à falta de requisito de relevância dos fundamentos, indefiro o efeito suspensivo ao recurso.
Intime-se a agravada nos termos do art. 527, V, do CPC.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 26 de fevereiro de 2007.

Silvia Rocha
Juíza Federal Convocada
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.000697-3 AG 288971
ORIG.	:	9800451706 25 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	PASADENA PARTICIPACOES E NEGOCIOS LTDA
ADV	:	CRISTOVAO COLOMBO DOS REIS MILLER
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	CLEUCIMAR VALENTE FIRMIANO
PARTE R	:	AGROPECUARIA ARAUCARIA LTDA e outros
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 25 VARA SÃO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 17/18
Vistos, etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por PASADENA PARTICIPAÇÕES E NEGÓCIOS LTDA contra a r. decisão que, em execução de título extrajudicial ajuizada pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, rejeitou a exceção de pré-executividade oposta pela agravante.
A recorrente sustenta, em síntese, que é parte ilegítima para figurar no pólo passivo da demanda, uma vez que figurou no contrato de financiamento tão somente como doadora de garantia.
É o relatório.
DECIDO.
Examinando os autos, entendo que deve ser negado seguimento ao agravo de instrumento.
Isto porque a recorrente não trouxe aos autos cópia de nenhuma das peças obrigatórias que devem instruir o instrumento do agravo, conforme exige o art. 525, inciso I, do Código de Processo Civil, não sendo cabível a concessão de oportunidade para a juntada.
Ora, não há no instrumento deste agravo cópias da decisão agravada, da respectiva certidão de intimação, nem mesmo das procurações outorgadas aos patronos das partes, pelo que é mister não tenha seguimento o recurso.
É o que se extrai das lições de Theotonio Negrão, trazidas em seu Código de Processo Civil e legislação processual em vigor, ed. Saraiva, 30ª edição, pág. 546, nota 4 ao art. 525, do CPC, as quais se transcreve a seguir :
"O agravo de instrumento deve ser instruído com as peças obrigatórias e também com as necessárias, a saber, as mencionadas pelas peças obrigatórias e todas aquelas sem as quais não seja possível a correta apreciação da controvérsia; a sua falta, no instrumento, acarreta o não conhecimento do recurso, por instrução deficiente (RT 736/304, JTJ 182/211)".
E mais (pág. 545, nota 1a ao artigo 525, da obra supra citada):
"Interposto o agravo de instrumento, já não se admite a juntada de peças, ainda que dentro do prazo do recurso (JTJ 202/248)".
Diante do exposto, nego seguimento ao presente agravo, nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil c.c. o artigo 33, inciso XIII, do Regimento Interno desta E. Corte.
Comunique-se ao MM. Juízo a quo.
Publique-se e intime-se, baixando-se os autos, oportunamente, à instância de origem, nos termos da Resolução nº 72, de 26 de outubro de 1998 (D.J.U. 04.11.98), deste Egrégio Tribunal.
São Paulo, 24 de janeiro de 2007.

COTRIM GUIMARÃES
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.000971-8 AG 289096
ORIG.	:	0100019756 1 Vr PORTO FELIZ/SP 0100000092 1 Vr PORTO FELIZ/SP
AGRTE	:	ATI IND/ E COM/ LTDA
ADV	:	RUI FERNANDO ALMEIDA DIAS DOS SANTOS
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
REPTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	MARIO SERGIO TOGNOLO
PARTE R	:	JOAO CEZAR DE LUCCA e outro
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE PORTO FELIZ SP
RELATOR	:	DES.FED. PEIXOTO JUNIOR / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 57/58
Vistos.
O presente agravo de instrumento foi interposto por Ati Indústria e Comércio Ltda. contra a r. decisão do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Porto Feliz/SP pela qual, em autos de execução fiscal, foi determinada a penhora sobre 10% do faturamento mensal da agravante.
Alega a recorrente, em síntese, que há bens passíveis de constrição, que interessam comercialmente, e que a penhora em questão se mostra desarrazoada em função do elevado percentual em que fixada, da imprecisão do conceito do faturamento, em ordem a saber qual a grandeza constrita, e da ausência de nomeação de administrador com a conseqüente formulação do quadro de administração. Sustenta que a execução no caso não é definitiva na medida em que pendente a apreciação do recurso de apelação interposto da sentença pela qual julgados improcedentes os embargos opostos, nada importando à situação o seu recebimento apenas no efeito devolutivo, dado o conteúdo da matéria veiculada. Aduz pela aplicabilidade na espécie do artigo 620 do CPC, que contempla o princípio da menor onerosidade, noticiando os efeitos deletérios que a penhora do faturamento acarretará à sua atividade empresarial. Assere que é de conhecimento geral na Comarca de Porto Feliz que se encontra em regime de concordata preventiva.
Formula pedido de efeito suspensivo, que ora aprecio.
Inicialmente, no tocante aos pontos da imprecisão do conceito de faturamento e da não-nomeação de administrador deixo de conhecê-los uma vez que se configuram como matéria dirimível em primeiro grau, evitando-se, assim, supressão de grau de jurisdição. Quanto à noticiada concordata impõe que seja levada ao conhecimento do julgador de primeiro grau, a quem compete aquilatar se tal fato tem reflexo ou não no feito executivo.
No mais, neste juízo sumário de cognição, não se me parecendo as razões recursais hábeis a abalar a motivação da decisão recorrida ao aduzir que a execução perdura por mais de cinco anos e que o exeqüente não conseguiu localizar bens dos executados que despertassem interesse em hasta pública para a satisfação do crédito exeqüendo e, desse modo, reputando cabível a constrição sobre o faturamento da empresa tendo em vista que o agravante não logrou em infirmar a proposição alcançada pelo magistrado de primeiro grau, por outro lado no relativo à alvitrada impossibilidade de penhora em face da provisoriedade da execução incidindo à espécie a Súmula 317 do E. STJ, à falta do requisito de relevância dos fundamentos, indefiro o efeito suspensivo ao recurso.
Intime-se a agravada nos termos do art. 527, V, do CPC.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 27 de março de 2007.
Silvia Rocha
Juíza Federal Convocada
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.002565-7 AG 289527
ORIG.	:	200261820423590 8F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	LUCINDA LUCIA DA COSTA
ADV	:	DEODATO SAHD JUNIOR
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARIA ISABEL AOKI MIURA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PARTE R	:	DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS JBL LTDA e outro
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 8 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES.FED. PEIXOTO JUNIOR / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 112
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Lucinda Lucia da Costa contra a r. decisão da MM. Juíza Federal da 8ª Vara das Execuções Fiscais de São Paulo/SP pela qual, em autos de execução fiscal, foi rejeitada a exceção de pré-executividade apresentada pela agravante objetivando a sua exclusão do pólo passivo do feito.
Inicialmente, cabe perquirir acerca da tempestividade do recurso interposto.
Compulsados os autos, verifica-se que a ciência da decisão agravada se deu aos 14/12/2006 (fl. 98), iniciando-se o prazo recursal em 15/12/2006; entretanto, a interposição do presente recurso somente se deu aos 17/01/2007.
Assim, com base no art. 522 do CPC, depreende-se que o presente agravo de instrumento é intempestivo, na consideração de que no recesso os prazos ficam suspensos.
Ante o exposto, nego seguimento ao presente recurso, nos termos do art. 557, "caput", do CPC, combinado com o art. 33, inciso XIII, do Regimento Interno desta Corte.
Publique-se. Intime-se.
Após as formalidades legais, baixem os autos à vara de origem.
São Paulo, 22 de março de 2007.
Silvia Rocha
Juíza Federal Convocada
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.002601-7 HC 26664
IMPTE	:	JOSE CARLOS DIAS
IMPTE	:	THEODOMIRO DIAS NETO
PACTE	:	ROBERTO ANTONIO MAZZONETTO
ADV	:	JOSE CARLOS DIAS
IMPDO	:	PROCURADOR DA REPUBLICA EM SAO PAULO SP
RELATOR	:	DES.FED. PEIXOTO JUNIOR / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 451
Vistos.
Prot. nº 2007.023721. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos.
Oportunamente o agravo regimental será apreciado pela E. 2ª Turma.
Publique-se, intime-se.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
PEIXOTO JUNIOR
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.002683-2 AG 289649
ORIG.	:	200661000188806 20 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	DISCONAL CORRETORA DE SEGUROS LTDA e outros
ADV	:	JOAO ANTONIO CESAR DA MOTTA
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	EDUARDO RODRIGUES DA COSTA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 20 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 639
Vistos, etc.
Fls. 628/636 - Mantenho, in totum, a decisão proferida às fls.622/624 dos autos. Deixo de conhecer do requerimento como agravo regimental, haja vista o teor do parágrafo único do artigo 527 do Código de Processo Civil, alterado pela Lei nº 11.187/2005.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 26 de março de 2007.
COTRIM GUIMARÃES
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.002751-4 AG 289669
ORIG.	:	200061000508124 21 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	LUCIANA SOARES AZEVEDO DE SANTANA
AGRDO	:	REGIS EDUARDO SAVIOLI
ADV	:	JOAO BOSCO BRITO DA LUZ
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 21 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 28
Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão de fls. 11/12, que indeferiu o prosseguimento da execução proposta pela CEF, ora recorrente, ao fundamento de que quando o valor exeqüendo for igual ou inferior a R$ 1.000,00 (um mil reais) há falta de interesse de agir.
Alega a agravante que a extinção das execuções com o valor apontado só se aplica à Fazenda Nacional e não à empresa pública.
Pugna pelo recebimento do recurso com efeito suspensivo.
DECIDO.
Cabe ao exeqüente postular a extinção do feito no caso de execução com o importe descrito. Portanto, não cabe ao juiz independentemente de requerimento do exeqüente indeferir o prosseguimento da demanda.
Por conseguinte, vejo, em sede de cognição sumária os elementos necessários à concessão do acautelamento requerido.
Ante o exposto, recebo o recurso no efeito suspensivo.
Intime-se o agravado para a resposta, nos termos do disposto no art. 527, V, do Código de Processo Civil.
P.I.
São Paulo, 27 de março de 2007.
CECILIA MELLO
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2007.03.00.002834-8 AG 289746
ORIG.	:	200661000206882 5 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	UNAFISCO UNIAO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DE SAO PAULO
ADV	:	GISELE CHIMATTI BERNA
AGRDO	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 5 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. PEIXOTO JUNIOR / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 241
Vistos.
Inicialmente, proceda a Subsecretaria de Registros e Informações Processuais - SRIP a correção da etiqueta de autuação do presente recurso, grafando o nome da agravante como UNAFISCO - Regional de São Paulo.
Compulsados os autos, verifica-se que na interposição do presente recurso não foram observados os estritos termos do artigo 525, inciso I, do CPC, visto que não providenciou a recorrente a juntada de cópia da procuração ou do substabelecimento outorgado ao subscritor da peça recursal.
Diante do exposto, nego seguimento ao agravo, nos termos do art. 557 do CPC e 33, inciso XIII, do Regimento Interno desta Corte.
Publique-se. Intime-se.
Após as formalidades legais, baixem os autos à vara de origem.
São Paulo, 05 de março de 2007.
Silvia Rocha
Juíza Federal Convocada
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.005081-0 AG 289832
ORIG.	:	200661000269302 5 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	PEDRO RONALDO FADIL e outros
ADV	:	ALAN APOLIDORIO
AGRDO	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 5 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. PEIXOTO JUNIOR / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 66
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Pedro Ronaldo Fadil e outros contra a r. decisão do MM. Juiz Federal da 5ª Vara de São Paulo/SP pela qual, em autos de ação ordinária, foi indeferido pedido de tutela antecipada objetivando que à Gratificação de Atividade Tributária - GAT instituída pela Lei n.º 10.910/2004 seja reconhecida a natureza de vencimento básico e, conseqüentemente, sobre ela incidindo as parcelas remuneratórias, prerrogativas e/ou benefícios cuja base seja o vencimento básico.
Sustentam os recorrentes, em síntese, que a Gratificação de Atividade Tributária - GAT ostenta natureza de vencimento básico e não de mera gratificação, devendo servir de base para a incidência de outras parcelas remuneratórias. Aduzem estarem presentes os requisitos permissivos à concessão da antecipação de tutela e que a situação não enseja a aplicação do óbice previsto no art. 1º da Lei n.º 9.494/97.
Formulam pedido de efeito suspensivo, que ora aprecio.
Neste juízo sumário de cognição, não se me parecendo as razões recursais hábeis a abalar a motivação da decisão impugnada, considerando que o pleito formulado, em sede de tutela de urgência, encontra empeço nas disposições do art. 1º da Lei n.º 9.494/97, cuja validade foi confirmada em decisão, com efeito vinculante, proferida pelo E. STF nos autos da ADC-MC 4/DF, à falta do requisito de relevância dos fundamentos, indefiro o pedido de efeito suspensivo.
Intime-se a agravada, nos termos do art. 527, inciso V, do CPC.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 12 de março de 2007.
Silvia Rocha
Juíza Federal Convocada
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.005539-0 AG 290149
ORIG.	:	200761080003341 2ª Vr BAURU/SP
AGRTE	:	ASSOCIACAO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO ASSUPERO
ADV	:	SONIA MARIA SONEGO
ADV	:	FERNANDA ANGELINI DE MATOS DIAS
AGRDO	:	ELAINE CRISTINA CORREA DE SOUZA
ADV	:	MAURICIO ARAUJO DOS REIS
PARTE R	:	Caixa Econômica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2ª VARA DE BAURU Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED.COTRIM GUIMARÃES/SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 169
Vistos, etc.
1 - Tendo em vista o requerido às fls. 167, proceda a Subsecretaria da Segunda Turma a alteração da autuação do presente feito, com a inclusão da advogada FERNANDA ANGELINI DE MATOS DIAS, que consta da procuração de fls.17..

2 - Fls. 164/167 - Mantenho, in totum, a decisão proferida às fls.158/159 dos autos. Deixo de conhecer do agravo regimental haja vista o teor do parágrafo único do artigo 527 do Código de Processo Civil, alterado pela Lei nº 11.187/2005.
Cumpra-se a parte final da decisão de fls. 159.
Publique-se. Intime-se.
Após, retorne os autos conclusos.
São Paulo, 27 de março de 2007.
COTRIM GUIMARÃES
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.005735-0 HC 26739
ORIG.	:	200661140014278 1 Vr SAO BERNARDO DO CAMPO/SP
IMPTE	:	EDUARDO AMORIM DE LIMA
PACTE	:	WALDIR MAGNANI
ADV	:	EDUARDO AMORIM DE LIMA
IMPDO	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE S B DO CAMPO SP
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 217/219
LIMINAR
Trata-se de habeas corpus, com pedido de concessão de medida liminar, impetrado em favor de WALDIR MAGNANI, em face de ato praticado pelo MM. Juiz da 1ª Vara Federal de São Bernanrdo do Campo- SP, consistente no recebimento da denúncia na qual lhe fora imputada a prática do delito previsto no artigo 168-A do Código Penal.
Consta da impetração que o Paciente foi denunciado pela prática do delito de Apropriação Indébita Previdenciária, uma vez que, na qualidade de diretor da empresa MAX PRECISION INDÚSTRIA METALÚRGICA LTDA, teria deixado de repassar à Seguridade Social os valores descontados da folha de pagamento dos empregados segurados, no período compreendido entre novembro/1997 a dezembro/1998 e janeiro/1999 a agosto/1999.
O Impetrante aduz que o Paciente sofre constrangimento ilegal pelos seguintes motivos: 1) a denúncia limita-se a imputar fato criminoso ao Paciente pela mera condição de ser sócio e gerente da empresa autuada, sem, contudo, comprovar a sua conduta; 2) que na época dos fatos, não vigia o artigo 168-A, do Código Penal, de sorte que a questão deve deslindar-se sob a ótica do artigo 95, "d", da Lei nº 8.212/91; e 3) que o Paciente aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS e sua exclusão está sub judice (Mandado de Segurança nº 2005.34.00.025635-6).
Pede a concessão da ordem para que, liminarmente, seja trancada a ação penal em curso, diante da previsão do interrogatório previsto para o dia 02/02/2007, e, no mérito, a concessão definitiva da ordem.
É o breve relatório. Decido.
Não vejo, ao menos diante de um juízo de cognição sumária, o alegado constrangimento ilegal.
Sobre a tipificação da conduta descrita na denúncia, é verdade que o não recolhimento dos tributos em tela se deu entre 11/1997 a 08/1999, de maneira que ocorreu na vigência do art. 95, "d", da Lei 8.212, válida a partir de 24.07.91. Todavia, com a edição do art. 168-A, do Código Penal, na redação dada pela Lei 9.983, DOU de 17.07.00, tratando-se de norma penal mais branda no tocante ao preceito secundário, houve retroatividade benéfica nos moldes do art. 5º, inciso XL, da Constituição Federal de 1988.
Não ocorreu a abolitio criminis em razão de a Lei 9.983/00 ter revogado o art. 95, "d", da Lei 8.212/91, pois visivelmente essas previsões têm o mesmo padrão normativo no tipo penal, havendo claro prolongamento nas suas disposições. Inexiste solução de continuidade na proteção dos bens jurídicos tutelados e as pequenas alterações promovidas não são estruturais.
Dito isso, verifico que, consoante a denúncia colacionada ao feito, a materialidade delitiva restou comprovada pelas NFLD's números 35.054.582-0 e 35.054.584-7, e os indícios de autoria foram comprovados pelo contrato social da empresa.
Consta, também, que a empresa em referência foi excluída do Programa de Recuperação Fiscal em 04/07/2005, sendo a denúncia recebida em 10/03/2006.
O mandado de segurança mencionado, não chegou a seu termo.
Sobre a inépcia da denuncia, entendo que qualquer questionamento sobre o efetivo exercício da gestão empresarial do Paciente, bem como sobre o dolo ou eventuais causa de exclusão da ilicitude ou culpabilidade, deve ser enfrentado em sede própria de instrução criminal, pois são circunstâncias que suscitam efetiva dilação probatória, tornando-se tal análise inviável no presente momento.
Diante do exposto, indefiro o pedido de liminar.
Oficie-se à Autoridade Impetrada para que sejam prestadas as devidas informações em 10 (dez) dias.
Oficie-se a 2ª Vara da Justiça Federal de Brasília, para que nos informe sobre o andamento do Mandado de Segurança nº 2005.34.00.025635-6.
Oficie-se ao Comitê Gestor do Programa de Recuperação Fiscal-REFIS, para que seja esclarecido, no prazo de 10 (dez) dias, se houve quitação total ou parcial dos débitos previdenciários da empresa em referência.
Oficie-se ao Instituto Nacional de Previdência Social de São Bernardo do Campo/SP, para que nos informe, no prazo de 10 (dez) dias, sobre o andamento do procedimento administrativo nº 35433.000.182/2003-64.
Após, ao Ministério Público Federal, para seu necessário parecer.
São Paulo, 31 de janeiro de 2007.
COTRIM GUIMARÃES
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.005787-7 AG 290333
ORIG.	:	200661180015592 1 Vr GUARATINGUETA/SP
AGRTE	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
AGRDO	:	PAULO CESAR JUNIOR DA SILVA GUIMARAES
ADV	:	MARIA DALVA ZANGRANDI COPPOLA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE GUARATINGUETA Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. PEIXOTO JUNIOR / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 82
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela União Federal contra a r. decisão do MM. Juiz Federal da 1ª Vara de Guaratinguetá/SP pela qual, em autos de ação ordinária, foi deferido pedido de tutela antecipada para permitir a inclusão do agravado na relação dos inscritos para participação no Concurso de Admissão ao Estágio de Adaptação à Graduação de Sargentos - EAGS "B" 2007 da Escola de Especialistas de Aeronáutica - EEAR assim como nas demais etapas do referido certame, e na hipótese de aprovação no concurso a participação no curso e o concluindo com aproveitamento a respectiva formatura com a conseqüente promoção, e com esta as modificações decorrentes do cargo alcançado.
Sustenta a recorrente, em síntese, a ausência dos requisitos permissivos à concessão da tutela antecipada. Aduz que a exigência de idade máxima para a participação dos concursos castrenses é imanente a esta atividade e que as limitações etárias decorrem do próprio corpo normativo atinente às Forças Armadas, encontrando-se preservado o princípio da igualdade na espécie.
Formula pedido de efeito suspensivo, que ora aprecio.
Neste juízo sumário de cognição, não se me parecendo as razões recursais hábeis a abalar a motivação da decisão impugnada, por outro lado militando em favor do agravado o requisito de lesão grave e de difícil reparação em razão da inutilidade de eventual provimento judicial favorável após a ocorrência do excogitado concurso, reputo ausentes os requisitos do art. 558 do CPC e indefiro o efeito suspensivo ao recurso.
Intime-se o agravado nos termos do art. 527, V, do CPC.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 12 de março de 2007.
Silvia Rocha
Juíza Federal Convocada
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.005833-0 AG 290378
ORIG.	:	200661090058220 1 Vr PIRACICABA/SP
AGRTE	:	ATO POSTO TRES AVENIDAS LTDA
ADV	:	ISRAEL FAIOTE BITTAR
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE PIRACICABA SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 139
Nego seguimento ao agravo por ausência de cópia da decisão agravada, bem como de comprovação da tempestividade recursal.
P.I.
São Paulo, 15 de março de 2007.
CECILIA MELLO
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2007.03.00.007122-9 AG 290555
ORIG.	:	200661000272970 20 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	ALEXSANDRA DE JESUS SANTOS
ADV	:	PAULO SERGIO DE ALMEIDA
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 20 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. PEIXOTO JUNIOR / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 80
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Alexsandra de Jesus Santos contra a r. decisão da MM. Juíza Federal da 20ª Vara de São Paulo/SP pela qual, em autos de ação ordinária versando matéria de contrato de financiamento de imóvel, foi indeferida antecipação de tutela objetivando o depósito dos valores incontroversos das parcelas vincendas, bem como que a agravada deixasse de inscrevê-la nos cadastros de inadimplentes.
Alega a recorrente, em síntese, a aplicação inadequada dos índices contratados, pugnando pela não inclusão de seu nome nos cadastros de proteção ao crédito.
Formula pedido de efeito suspensivo, que ora aprecio.
Neste juízo sumário de cognição, dependendo de dilação probatória a apuração da realidade da evolução dos reajustes praticados pelo mutuante em comparação com os critérios estabelecidos no contrato, à falta do requisito de relevância dos fundamentos, indefiro o efeito suspensivo.
Intime-se a agravada, nos termos do art. 527, inciso V, do CPC.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 07 de março de 2007.
Silvia Rocha
Juíza Federal Convocada
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.007407-3 AG 290721
ORIG.	:	0000475467 7 Vr SAO PAULO/SP 4900000384 2 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	MARIO SALVATORI
ADV	:	SAMIR SAFADI
AGRDO	:	MARINGA S/A CIMENTO E FERRO LIGA
ADV	:	EURICO WASTH RODRIGUES
PARTE R	:	ANTONIO DE BARROS MOTTA e outro
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 7 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 266/268
Vistos, etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por MÁRIO SALVATORI contra a r. decisão que, em execução de sentença proferida em ação ordinária por ele ajuizada, manteve decisões anteriores (fls. 236 verso, 239/240 e 244) indeferindo o pedido de prosseguimento da execução contra MARINGÁ S/A CIMENTO E FERRO LIGA, sucessora da CIA DE CIMENTO PORTLAND MARINGÁ, ao fundamento de que a questão está preclusa (fls. 1183/1185).
Sustenta o agravante, em síntese, que a r. decisão agravada merece reforma, uma vez que a exclusão da referida empresa do pólo passivo da execução se restringe às parcelas de indenização que deveriam ser apuradas em artigos de liquidação.
Relatados.
DECIDO.
Verifico que o recurso em tela não merece seguimento, uma vez que intempestivo, eis que desrespeitado o prazo de dez dias para a sua interposição, conforme determina o artigo 522 do Código de Processo Civil.
De fato, como bem consignou o MM. Juízo a quo na r. decisão agravada, o autor vem requerendo, desde 19 de novembro de 1981, o processamento da execução da sentença contra a empresa agravada, como se verifica nas petições de fls. 235, 237 e 242/243 (fls. 978, 981 e 1000/1001 dos autos originais, respectivamente).
A pretensão foi reiteradamente repudiada naquele Juízo de origem, através das decisões de fls. 236 verso, 239/240 e 244 (fls. 979 verso, 998/999 e 1010 dos autos originais), datadas de 17 de junho de 1982, 21 de maio de 1984 e 05 de novembro de 1985, respectivamente.
Todavia, o recorrente, por petição protocolizada em 05 de agosto de 2005, insiste em requerer o prosseguimento da execução contra a empresa recorrida, sendo que o MM. Juízo a quo, mais uma vez, indeferiu o pedido, através da decisão ora agravada.
Ora, tal pleito não passa de pedido de reconsideração daquelas decisões anteriores, pelo que é inadmissível que a fluência do prazo para a interposição do recurso se inicie na data em que foi intimado o recorrente da decisão que indeferiu o pedido de reconsideração.
Isto porque tal pedido não suspende, nem interrompe, o prazo para a interposição do recurso, conforme, há muito, já decidiu esta E. Corte, baseada em precedentes do Egrégio Superior Tribunal de Justiça:
"PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO - PRETENSÃO ANTERIORMENTE REPELIDA POR DECISÃO IRRECORRIDA - PRINCÍPIO DA PEREMPTORIEDADE - NÃO CONHECIMENTO.
1 - É de cautela observar-se que, consoante legislação processual pátria, pode ser pedida a reconsideração da decisão simultaneamente com a interposição, em caráter alternativo sucessivo, do agravo de instrumento. Porém, o mero pedido de reconsideração isolado não interrompe nem suspende o prazo do recurso, não podendo se transformar em agravo (STJ - 2ª Turma - REsp 13.117/CE - Relator Ministro Hélio Mosimann, DJU 17/02/92).
2 - O princípio da peremptoriedade, ao contrário de justificar a intempestiva apresentação do agravo de instrumento, fundamenta a necessidade de interposição do recurso no prazo assinalado na lei, a partir da primeira decisão que a agravante entende prejudicar-lhe.
3 - Agravo não conhecido."
(TRF 3ª Região - 2ª Turma - Relatora Juíza Sylvia Steiner - v.u. - DJU 15/9/1999 - pág. 250).
Dessa forma, interposto o recurso em 31 de janeiro de 2007, encontra-se desprovido de um dos requisitos legais para a sua admissibilidade, conforme prega o artigo 527 do Código de Processo Civil, sendo inadmissível o julgamento do presente agravo por ter sido interposto fora do prazo legal.

Diante do exposto, nego seguimento ao presente agravo, nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil c.c. o artigo 33, inciso XIII, do Regimento Interno desta E. Corte.
Publique-se e intime-se, baixando-se os autos, oportunamente, à instância de origem, nos termos da Resolução nº 72, de 26 de outubro de 1998 (D.J.U. 04.11.98), deste Egrégio Tribunal.
São Paulo, 26 de março de 2007.
COTRIM GUIMARÃES
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.007536-3 AG 290811
ORIG.	:	200561040119980 4 Vr SANTOS/SP
AGRTE	:	AUREA DE ABREU SOARES
ADV	:	ANGELA COSTA AMORIM
AGRDO	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA DE SANTOS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 45/46
Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por AUREA DE ABREU SOARES, pensionista de militar, contra a r. decisão que, nos autos de ação ordinária objetivando o restabelecimento do adicional de inatividade, nos percentuais fixados pela Lei 9.367/96, ajuizada contra a UNIÃO FEDERAL, indeferiu o pedido de concessão dos benefícios da justiça gratuita, ao fundamento, em síntese, de que a documentação acostada aos autos demonstra que a autora não é pessoa pobre, na acepção jurídica do termo.
A autora pretende a reforma da r. decisão, ao argumento em síntese, de que preenche os requisitos legais, já que, a teor do art. 4º, da Lei 1.060/50, a simples afirmação pelo requerendo do estado de miserabilidade é suficiente para a concessão da pretendida isenção.
Pleiteia, por fim, a aplicação do efeito suspensivo.
Relatados.
Decido.
Numa análise superficial, única permitida nesse grau de jurisdição, entendo que não assiste razão a tese da agravante.
Com efeito, muito embora o art. 4º, da Lei 1.060/50, indique como requisito para a concessão dos benefícios da justiça gratuita, apenas, a afirmação de que a parte não tem condições de arcar com as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família.
Todavia, a agravante caiu em contradição, ao acostar seu holerite de pensionista, comprovando a sua renda mensal, tendo, inclusive tendo recolhido as custas processuais para interposição do presente recurso, dando indícios, portanto, de que não se enquadra na hipótese de isenção.
Assim, entendo que bem lançada a decisão atacada, já que considerou a documentação que instrui o feito, para aferir a possibilidade de concessão do benefício da justiça gratuita.
Diante do exposto, indefiro o pedido de efeito suspensivo ativo, para determinar a manutenção da r. decisão agravada, até final julgamento por esta E. Turma.
Comunique-se ao MM. Juízo a quo.
Cumpra-se o disposto no art. 527, inciso V, do CPC, intimando-se a agravada para resposta no prazo legal.
Publique-se. Intime-se. Comunique-se.
São Paulo, 15 de fevereiro de 2007.
COTRIM GUIMARÃES
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.007579-0 AG 290741
ORIG.	:	200661060105863 2 Vr SAO JOSE DO RIO PRETO/SP
AGRTE	:	FLAVIO JOSE POMPEO -ME
ADV	:	DANILO EDUARDO MELOTTI
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE S J RIO PRETO SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 120/122
Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão de fls. 113/114, que indeferiu tutela antecipada para o fim de excluir o nome do recorrente nos órgãos de proteção ao crédito, bem como determinou a comprovação das condições necessárias para a concessão dos benefícios da justiça gratuita, nos autos da ação revisional de contrato de abertura de crédito em conta corrente c.c. repetição de indébito.
Alega a recorrente já ter demonstrado a presença das condições necessárias à atribuição do benefício da justiça gratuita.
Sustenta ter proposto a ação para o fim de ter restituídos os valores que entende cobrados indevidamente pelo banco recorrido, considerando as inúmeras ilegalidades por ele praticadas.
Salienta que o STJ tem entendido cabível o uso de ação cautelar, com pleito liminar, para impedir a inscrição de devedores no SERASA, SPC, etc. enquanto perdurar a ação principal que discute o valor do débito cobrado, uma vez que não fica o credor obstado de promover a cobrança pela judicial.
Destaca que em razão das ilegalidades que teriam sido praticadas pela instituição recorrida, teve comprometido o regular prosseguimento de suas atividades, o que culminou em inadimplência junto a fornecedores e dispensa de funcionários.
Pugna pelo recebimento do recurso com efeito suspensivo ativo para determinar a exclusão do nome do recorrente dos cadastros restritivos de crédito SERASA e SCPC e outros, bem como para conferir o benefício da gratuidade da justiça.
DECIDO.

Quanto ao pedido da justiça gratuita, a recorrente limitou-se a formular o requerimento de fls. 101 postulando a gratuidade da justiça, tendo em vista a impossibilidade de assunção dos encargos financeiros do processo, insuficiente para demonstrar que faz jus ao benefício, considerando sua condição de pessoa jurídica - ME - e não de pessoa física. Portanto, sem reparos a fazer na decisão combatida, nesta fase inaugural, no que tange à determinação de produção de provas a respeito da condição de hipossuficiência da recorrente.
Passo, então, a análise do pedido de exclusão do nome do recorrente do SERASA e SCPC e outros.
O mero ajuizamento da ação revisional para discutir a existência de abusos por parte da instituição financeira, na cobrança de juros e outros encargos, oriundos de contrato de conta corrente, por si só não obsta a possibilidade de inscrição nos órgãos de proteção ao crédito, visto ser necessária a demonstração da verossimilhança das alegações a respeito da ilegitimidade da cobrança, bem como a prestação de caução idônea ou o depósito do valor questionado.
Confira-se o julgado que trago à colação:
"COMERCIAL. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO. JUROS. LIMITAÇÃO (12% AA). LEI DE USURA (DECRETO N. 22.626/33). NÃO INCIDÊNCIA. APLICAÇÃO DA LEI N. 4.595/64. DISCIPLINAMENTO LEGISLATIVO POSTERIOR. SÚMULA N. 596-STF. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS. VEDAÇÃO. SÚMULA N. 121-STF. INSCRIÇÃO NO SERASA. PREVISÃO LEGAL. AÇÃO CAUTELAR E REVISIONAL.VEDAÇÃO DO REGISTRO PELO TRIBUNAL ESTADUAL. INSCRITA EM CADASTRO NEGATIVO. LICITUDE. APLICAÇÃO DAS NORMAS DO CDC. ADMISSIBILIDADE.
I. Não se aplica a limitação de juros de 12% ao ano prevista na Lei de Usura aos contratos de abertura de crédito bancário.
II. Nesses mesmos contratos, ainda que expressamente pactuada, é vedada a capitalização mensal dos juros, somente admitida nos casos previstos em lei, hipótese diversa dos autos. Incidência do art. 4º do Decreto n. 22.626/33 e da Súmula n. 121-STF.
III. O mero ajuizamento de ação revisional de contrato pelo devedor não o torna automaticamente imune à inscrição de seu nome em cadastros negativos de crédito, cabendo-lhe, em primeiro lugar, postular, expressamente, ao juízo, tutela antecipada ou medida liminar cautelar, para o que deverá, ainda, atender a determinados pressupostos para o deferimento da pretensão, a saber: "a) que haja ação proposta pelo devedor contestando a existência integral ou parcial do débito; b) que haja efetiva demonstração de que a contestação da cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça; c) que, sendo a contestação apenas de parte do débito, deposite o valor referente à parte tida por incontroversa, ou preste caução idônea, ao prudente arbítrio do magistrado. O Código de Defesa do Consumidor veio amparar o hipossuficiente, em defesa dos seus direitos, não servindo, contudo, de escudo para a perpetuação de dívidas" (REsp n. 527.618/RS, 2ª Seção, unânime, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, DJ de 24.11.2003).
IV. Aplicam-se às instituições financeiras as disposições do Código de Defesa do Consumidor, no que pertine à possibilidade de revisão dos contratos, conforme cada situação específica.
V. Recurso especial conhecido em parte e parcialmente provido."
(STJ - Quarta Turma - RESP 258063 - Processo 200000435031/RS - DJ 24/05/2004, página: 277) (grifo meu)
Nestes termos, considerando os elementos constantes dos autos, notadamente a cópia da petição inicial tenho por ausente a plausibilidade do direito afirmado.
Por conseguinte, não vejo, em sede de cognição sumária os elementos necessários à concessão do acautelamento requerido.
Ante o exposto, recebo o recurso no efeito devolutivo.
Intime-se o agravado para a resposta, nos termos do disposto no art. 527, V, do Código de Processo Civil.
P.I.
São Paulo, 05 de março de 2007.
CECILIA MELLO
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2007.03.00.007589-2 AG 290821
ORIG.	:	200661110026321 3 Vr MARILIA/SP
AGRTE	:	ROBINSON RODRIGUES BETINI e outro
ADV	:	EDUARDO BARDAOUIL
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	ROBERTO SANTANNA LIMA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE MARILIA Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 54
Processe-se.
Intime-se o agravado para a resposta, nos termos do disposto no art. 527, V, do Código de Processo Civil.
P.I.
São Paulo, 27 de março de 2007.
CECILIA MELLO
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2007.03.00.007614-8 AG 290846
ORIG.	:	200661030089454 2 Vr SAO JOSE DOS CAMPOS/SP
AGRTE	:	RAIMUNDO NONATO MONTEIRO e outro
ADV	:	FABIANO FERNANDES DA SILVA CUNHA
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE S J CAMPOS SP
RELATOR	:	DES.FED. PEIXOTO JUNIOR / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 56
Vistos.
À fl. 48, ante o não-recolhimento das custas recursais e o pleito de gratuidade judiciária, foi determinada a comprovação da concessão do excogitado benefício em primeira instância ou o recolhimento das custas, sob pena de deserção.
Às fls. 51/54, peticionam os recorrentes juntando comprovante do recolhimento das custas judiciais em primeira instância; vale dizer, as custas pertinentes ao feito em primeiro grau.
Destarte, considerando o descumprimento da determinação de fl. 48, tendo em vista que apesar da oportunidade concedida para o recolhimento das custas concernentes ao recurso de agravo ou a comprovação do benefício de gratuidade judiciária deferido na primeira instância os recorrentes não juntaram o comprovante do primeiro ou quando menos do segundo, julgo deserto o presente agravo de instrumento, com fulcro no art. 511, do CPC.
Publique-se. Intime-se.
Após as formalidades legais, baixem os autos à vara de origem.
São Paulo, 27 de março de 2007.
Silvia Rocha
Juíza Federal Convocada
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.007616-1 AG 290848
ORIG.	:	200061040078025 1 Vr SANTOS/SP
AGRTE	:	UBIRAJARA CORREA e outros
ADV	:	MARIA MADALENA SANTOS
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE SANTOS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. PEIXOTO JUNIOR / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 225
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Ubirajara Correa e outros contra a r. decisão do MM. Juiz Federal da 1ª Vara de Santos/SP pela qual, em sede de execução de sentença, foi acolhido cálculo feito pela Contadoria Judicial no tocante ao valor executado e, de conseguinte, determinado a CEF o estorno do valor creditado a maior.
Alegam os recorrentes, em síntese, a incorreção do cálculo da Contadoria, por se distanciar do valor apresentado pela executada, o qual se mostra portanto incontroverso, e pela não observância do real saldo existente nos períodos dos expurgos, tecendo considerações sobre a aplicabilidade de juros de mora.
Formulam pedido de efeito suspensivo, que ora aprecio.
Neste juízo sumário de cognição, não se me parecendo as razões recursais hábeis a abalar a motivação da decisão impugnada e por ora não lobrigando suficiente carga de plausibilidade nas alegações deduzidas no sentido de infirmar a exatidão dos cálculos elaborados pela Contadoria Judicial, à falta do requisito de relevância dos fundamentos, indefiro o efeito suspensivo.
Intime-se a agravada, nos termos do artigo 527, V, do CPC.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 21 de março de 2007.
Silvia Rocha
Juíza Federal Convocada
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.007682-3 AG 290860
ORIG.	:	200661000279915 2 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	SUELI VENANCIO DE ARAUJO
ADV	:	ANNE CRISTINA ROBLES BRANDINI
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE SAO PAULO>1ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. NELTON DOS SANTOS / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 154/154 verso
Vistos etc.
Defiro a gratuidade.
A E. 2ª Turma deste Tribunal, juízo natural deste agravo, segue a jurisprudência do E. Supremo Tribunal Federal a respeito da constitucionalidade do Decreto-lei n.º 70/66, na parte atinente à execução extrajudicial.
De outra parte, mostra-se de todo improcedente a pretensão recursal de suspensão da exigibilidade das prestações vencidas e de depósito das vincendas pelo valor incontroverso.
Com efeito, o art. 50, §§1º e 2º, da Lei n.º 10.931/2004 estabelece que o devedor deve pagar o valor incontroverso e depositar o valor controvertido, para, então, ver suspensa a exigibilidade quanto ao último.
A agravante está em mora há mais de um ano e não sinaliza intenção de pagar as prestações vencidas; quer apenas depositar as vincendas e, ainda assim, pelo valor incontroverso e nada mais. Não há sequer razoabilidade nessa pretensão.
Ante o exposto, com fulcro no art. 557 do Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO ao agravo.
Intime-se a agravante. Oportunamente, anote-se e encaminhem-se os autos ao Juízo "a quo".
São Paulo, 14 de março de 2007
Nelton dos Santos
Relator

PROC.	:	2007.03.00.007691-4 AG 290867
ORIG.	:	200661050138940 7 Vr CAMPINAS/SP
AGRTE	:	MERCK SHARP E DOHME FARMACEUTICA LTDA
ADV	:	EDUARDO CARVALHO CAIUBY
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	Instituto Nacional de Colonizacao e Reforma Agraria - INCRA
ADV	:	MURILO ALBERTINI BORBA E ISABELLA MARIANA SAMPAIO PINHEIRO DE CASTRO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 7 VARA DE CAMPINAS - 5ª SSJ - SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 363
Ao compulsar os autos verifico que a empresa recorrente tem como mandatários os advogados do escritório do qual o cônjuge desta Relatora é sócio.
Por conseguinte, impedida que estou de apreciar referido recurso, consoante artigo 134, IV, do CPC, determino a redistribuição do feito nos termos do artigo 281 do Regimento Interno deste E. Tribunal.
P.I.
São Paulo, 08 de fevereiro de 2007.
CECILIA MELLO
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2007.03.00.007692-6 AG 290868
ORIG.	:	200261000179952 20 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	SATOKO TOMOI
ADV	:	JOSE ANTONIO DOS SANTOS
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 20 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 18
Proceda a recorrente à comprovação da condição de beneficiária da justiça gratuita.
P.I.
São Paulo, 15 de março de 2007.
CECILIA MELLO
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2007.03.00.007736-0 AG 290907
ORIG.	:	200661060032690 4 Vr SAO JOSE DO RIO PRETO/SP
AGRTE	:	FABIO EDUARDO DE SOUZA
ADV	:	ELCIAS JOSE FERREIRA
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	ITAMIR CARLOS BARCELLOS
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA DE S J RIO PRETO SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 76
Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão de fls. 71/72, que indeferiu tutela antecipada postulada para obstar a cobrança do saldo devedor, nos autos da ação declaratória de revisão de cláusula contratual c.c. consignação em pagamento.
Alega o agravante, em suas razões, ter tentado a composição com a recorrida a fim de expurgar os elementos ilegais do contrato, mas não obteve êxito.
Sustenta que ajuizou a ação para a revisão da relação creditícia.
Salienta a indevida capitalização de juros praticada no contrato.
Pugna pelo recebimento do recurso com efeito suspensivo.
DECIDO.
O recorrente sequer carreou aos autos a cópia do contrato de financiamento.
Por conseguinte, não vejo, em sede de cognição sumária os elementos necessários à concessão do acautelamento requerido.
Ante o exposto, recebo o recurso no efeito devolutivo.
Intime-se o agravado para a resposta, nos termos do disposto no art. 527, V, do Código de Processo Civil.
P.I.
São Paulo, 26 de março de 2007.
CECILIA MELLO
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2007.03.00.007880-7 AG 290980
ORIG.	:	9300081187 20 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	OSORIO STECA e outros
ADV	:	ENIVALDO DA GAMA FERREIRA JUNIOR
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	LUIZ CARLOS FERREIRA DE MELO
PARTE A	:	ORESTES ANTONIO IANI e outros
ADV	:	ENIVALDO DA GAMA FERREIRA JUNIOR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 20 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. PEIXOTO JUNIOR / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 113
Vistos.
Compulsados os autos, observa-se que a decisão de fl. 107 da qual se interpôs o presente recurso se refere a pedido de reconsideração da decisão de fl. 97, pela qual foi reconhecida como indevida a aplicação de juros moratórios sobre os valores efetuados pela CEF.
Ocorre que o pedido de reconsideração não interrompe nem suspende o prazo para interposição do agravo de instrumento e é da primeira decisão e não da que apreciou o pedido de reconsideração que se deve recorrer.
Com efeito, quedaram-se inertes os agravantes quanto à primeira decisão proferida em 30.03.06, conforme certidão de fl. 106, e a petição protocolizada em 25.04.06 (fls. 98/105) traduz-se em pedido de reconsideração, como salientado pelo julgador de primeiro grau na decisão tida como agravável. Por outro lado, mesmo que se contando o prazo recursal da intimação da decisão sujeita ao agravo verifica-se a intempestividade do recurso, interposto tão-somente em 02.02.07.
Ante o exposto, nego seguimento ao presente recurso, nos termos do art. 557, "caput", do CPC, combinado com o art. 33, inciso XIII, do Regimento Interno desta Corte.
Publique-se. Intime-se.
Após as formalidades legais, baixem os autos à vara de origem.
São Paulo, 22 de março de 2007.
Silvia Rocha
Juíza Federal Convocada
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.010151-9 AG 291148
ORIG.	:	200661180013698 1 Vr GUARATINGUETA/SP
AGRTE	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
AGRDO	:	MANOEL DAVID DE SOUSA
ADV	:	EMILIO ANTONIO DE TOLOSA MOLLICA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE GUARATINGUETA Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 62
Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão de fls. 55/56, que deferiu tutela antecipada para determinar a mantença do benefício de auxílio-invalidez, independentemente de qualquer avaliação médica.
Salienta a impossibilidade de concessão de liminar para pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias.
Ressalta inexistir o direito alegado pelo autor, ora agravado, e tampouco dano irreparável ou de difícil reparação.
Aduz a inexistência de direito adquirido quanto à imutabilidade de regime remuneratório.
Pugna pelo recebimento do recurso com efeito suspensivo.
DECIDO.
A pretensão conferida não se insere nas hipóteses em que se veda a concessão de tutela antecipada, com esteio na Lei 9494/97, notadamente em face de seu caráter alimentar.
Em outro giro, destaca-se, da análise da decisão combatida, que o autor conta com 69 anos de idade, é militar reformado e apresentou câncer na garganta e, no ano 2000, após inspeção médica,o benefício em questão foi concedido.
Nestes termos, tenho por ausente a plausibilidade do direito invocado.
Por conseguinte, não vejo, em sede de cognição sumária os elementos necessários à concessão do acautelamento requerido.
Ante o exposto, recebo o recurso no efeito devolutivo.
Intime-se o agravado para a resposta, nos termos do disposto no art. 527, V, do Código de Processo Civil.
P.I.
São Paulo, 27 de março de 2007.
CECILIA MELLO
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2007.03.00.010277-9 AG 291250
ORIG.	:	0000000110 1 VR NOVA GRANADA/SP
AGRTE	:	MARIO DE CAMARGO NETO
ADV	:	MARLUS GAVIOLLI COSTA
AGRDO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV	:	CLEUSA MARIA DE JESUS ARADO VENANCIO
PARTE R	:	DESTILARIA PORTO VELHO S/A
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE NOVA GRANADA SP
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 85
Vistos, etc.
Verifico que as despesas de porte de remessa e retorno do presente recurso foram recolhidas em instituição bancária diversa daquelas habilitadas aos depósitos judiciais no âmbito da Justiça Federal, ou seja, a Caixa Econômica Federal ou o Banco do Brasil S/A, conforme determinam o caput e § 1º da Resolução nº 169, de 04 de maio de 2000, do Conselho de Administração deste E. Tribunal, com a redação que lhe foi dada pela Resolução nº 255, de 16 de junho de 2004.
Assim, intime-se o agravante para que complemente o preparo, nos termos do artigo 511, § 2º, do Código de Processo Civil.
Ademais, junte o agravante ao instrumento deste agravo cópias do requerimento formulado pela CEF às fls. 78 dos autos originais para que o recorrente fosse incluído no pólo passivo da demanda, a que faz menção o recorrente em sua exceção de pré-executividade (fls. 18), bem como a resposta da CEF ao referido incidente (fls. 223/229 dos autos originais) a que faz menção o MM. Juízo a quo na r. decisão agravada.
Decorrido o prazo legal, tornem os autos conclusos.
Intime-se.
São Paulo, 26 de março de 2007.
COTRIM GUIMARÃES
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.010389-9 AG 291310
ORIG.	:	200661190085062 5 Vr GUARULHOS/SP
AGRTE	:	CLAUDEMIR DE SIQUEIRA e outro
ADV	:	PAULO SERGIO DE ALMEIDA
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 5 VARA DE GUARULHOS > 19 SSP > SP
RELATOR	:	DES.FED. PEIXOTO JUNIOR / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 77
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Claudemir de Siqueira e outro contra a r. decisão do MM. Juiz Federal da 5ª Vara de Guarulhos/SP, pela qual, em autos de ação ordinária versando matéria de contrato de financiamento de imóvel, foi indeferida antecipação de tutela objetivando o depósito judicial das prestações vencidas e vincendas no valor em que os agravantes entendem corretos, bem como a abstenção da CEF em promover execução extrajudicial e inscrevê-los nos cadastros de inadimplentes.
Sustentam os recorrentes, em síntese, a irregularidade dos reajustes praticados e a inconstitucionalidade do procedimento de execução extrajudicial previsto no Decreto-Lei 70/66, pugnando pela não inclusão de seus nomes nos cadastros de proteção ao crédito.
Formulam pedido de efeito suspensivo, que ora aprecio.
Neste juízo sumário de cognição, dependendo de dilação probatória a apuração da realidade da evolução dos reajustes praticados pelo mutuante em comparação com os critérios estabelecidos no contrato e não se infirmando
a legitimidade do procedimento de execução extrajudicial, tendo em vista precedentes do E. STF, a exemplo, RE nº 223.075-1-DF, à falta do requisito de relevância dos fundamentos, indefiro o efeito suspensivo.
Intime-se a agravada, nos termos do art. 527, inciso V, do CPC.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 20 de março de 2007.
Silvia Rocha
Juíza Federal Convocada
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.010535-5 AG 291419
ORIG.	:	200661180013250 1 Vr GUARATINGUETA/SP
AGRTE	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
AGRDO	:	GUILHERME SEBASTIAO DE PAULA
ADV	:	EMILIO ANTONIO DE TOLOSA MOLLICA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE GUARATINGUETA Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 75
Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão de fls. 55/56, que deferiu tutela antecipada para determinar a imediata complementação do valor do benefício de auxílio-invalidez sob o título de vantagem pessoal nominalmente identificada de forma a ser atingido mensalmente o valor equivalente ao do soldo de cabo engajado.

Alega a recorrente tratar-se de ação de rito ordinário ajuizada pelo ora recorrido visando ao pagamento de diferenças dos valores depositados a título de auxílio invalidez, no período de janeiro de 2001 a abril de 2004, entendendo por devido o valor correspondente ao saldo do cabo engajado e o restabelecimento do valor do auxílio invalidez no montante correspondente ao soldo de cabo engajado, em razão da modificação ocorrida em setembro de 2005.
Destaca que a decisão recorrida resulta na majoração, por via judicial, da remuneração de servidor aposentado com os corolários legais, sem atender aos requisitos legais em prejuízo evidente ao erário.
Salienta a impossibilidade de concessão de liminar para pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias.
Ressalta inexistir o direito alegado pelo autor, ora agravado, e tampouco dano irreparável ou de difícil reparação.
Aduz a inexistência de direito adquirido quanto à imutabilidade de regime remuneratório.
Pugna pelo recebimento do recurso com efeito suspensivo.
DECIDO.
A pretensão conferida não se insere nas hipóteses em que se veda a concessão de tutela antecipada, com esteio na Lei 9494/97, notadamente em face de seu caráter alimentar.
Por conseguinte, não vejo, em sede de cognição sumária os elementos necessários à concessão do acautelamento requerido.
Ante o exposto, recebo o recurso no efeito devolutivo.
Intime-se o agravado para a resposta, nos termos do disposto no art. 527, V, do Código de Processo Civil.
P.I.
São Paulo, 27 de março de 2007.
CECILIA MELLO
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2007.03.00.010767-4 AG 291559
ORIG.	:	200661000253562 3 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	COSME CORREA POLVORA FILHO e outro
ADV	:	CARLOS ALBERTO DE SANTANA
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SANDRA REGINA FRANCISCO VALVERDE PEREIRA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 236/237
Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão de fls.96/99, que indeferiu tutela antecipada postulada para o fim de autorizar o depósito das prestações vencidas e vincendas nos valores incontroversos, para obstar a propositura de execução extrajudicial e a inserção dos nomes dos recorrentes em cadastros de proteção ao crédito, nos autos da ação de rito ordinário de revisão contratual c.c. repetição de indébito.
Alegam as recorrentes, em sua minuta, que o Decreto-lei 70/66 afronta a Constituição da República.
Pugnam pelo recebimento do recurso com efeito suspensivo.
DECIDO.
Da análise da cópia do contrato de financiamento destaca-se que este foi firmado em 02 de janeiro de 1990 (fls. 66, vº).
O pacto foi estipulado com a adoção do PES/TP, com prazo de amortização de 300 meses (fls. 56).
A atualização do saldo devedor se opera segundo os índices de depósitos em poupança (fls. 60 - cláusula oitava).
Em outro giro, é reconhecida a constitucionalidade do Decreto-Lei 70/66, havendo inúmeros precedentes do STJ e deste E. Tribunal nesse sentido.
Confiram-se, por todos, os Julgados cujas ementas seguem reproduzidas:
"Mandado de Segurança. Liminar. Requisitos Essenciais e Conexos. Segurança Denegada. Decreto-Lei 70/66. Lei 1533/51 (art. 7º, II).
1. Ato judicial de indeferimento da liminar não revestido de ilegalidade, de abusividade, nem teratológico, escapa de censura, merecendo ser mantido.
2. Vezes a basto tem sido afastada a pretensão de acoimar a execução extrajudicial de inconstitucional (Dec-Lei 70/66).
3. Recurso não provido."
(ROMS 8.867/MG, STJ, 1ª Turma, Rel. Min. Milton Luiz Pereira, DJ 13/08/1999).
"Recurso Especial. Medida Cautelar. Sustação de Leilão em Execução Extrajudicial. Ausência de Pressupostos.
I - A confessada inadimplência do requerente autoriza o procedimento descrito no art. 31 e seguintes do Decreto-Lei nº 70/66, cuja inconstitucionalidade tem sido afastada pelo judiciário.
II - Medida cautelar indeferida."
(MC 288/DF, STJ - 2ª Turma, Rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro, DJ 25/03/1996, pg. 08559).
Por conseguinte, não vejo, em sede de cognição sumária os elementos necessários à concessão do acautelamento requerido.
Ante o exposto, recebo o recurso no efeito devolutivo.
Intime-se o agravado para a resposta, nos termos do disposto no art. 527, V, do Código de Processo Civil.
P.I.
São Paulo, 19 de março de 2007.
CECILIA MELLO
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2007.03.00.010885-0 AG 291678
ORIG.	:	200661000197704 4 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
AGRDO	:	LENA BARCESSAT LEWINSKI
ADV	:	IZABEL CRISTINA DOS SANTOS RUBIRA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. PEIXOTO JUNIOR / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 863/864
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela União Federal contra a r. decisão do MM. Juiz Federal da 4ª Vara de São Paulo/SP pela qual, em autos de ação ordinária onde foi deferida tutela antecipada determinando o reconhecimento pela AGU do direito de pontuação do título de pós-graduação da agravada para fim de promoção na carreira de procuradora federal, foi determinado o cumprimento da excogitada decisão antecipatória no prazo de setenta e duas horas com fixação de multa diária no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) e com apuração da responsabilidade civil, administrativa e criminal da autoridade responsável no caso de descumprimento.
Alega a recorrente, em síntese, que teria cumprido de forma escorreita a determinação judicial reconhecendo o direito de pontuação do título de pós-graduação da agravada, o que não importaria na conseqüente promoção. Aduz que não se afigura hipótese de descumprimento injustificado da decisão judicial, na consideração das peculiaridades do caso e as dificuldades materiais e operacionais para que ocorresse sua efetivação, em ordem a se mostrar inapropriada a imposição de multa. Sustenta, dessa forma, que deveria ter sido concedida dilação de prazo para que a Fazenda demonstrasse as razões para o não-cumprimento da decisão, restando afastada a responsabilização funcional encetada, sobrelevando o fato de que o servidor público não pode se afastar do princípio da legalidade. Propugna pelo descabimento da antecipação de tutela contra a Fazenda Pública, com fundamento na obrigatoriedade de reexame necessário na espécie e no malferimento da ADC n.º 4/98-DF-MC.
Formula pedido de efeito suspensivo, que ora aprecio.
Neste juízo sumário de cognição, não se me parecendo as razões recursais hábeis a abalar a motivação da decisão impugnada ao aduzir que a Administração na espécie se mostrou recalcitrante, à espera que a sua irresignação fosse acolhida pelos instrumentos ou recursos manejados, arrefecendo a efetividade da decisão proferida pelo Poder Judiciário, por outro lado deparando-se-me compatível com o regime jurídico a que a Administração se vincula a imposição de astreintes assim como a possibilidade de responsabilidade pessoal do servidor pelo descumprimento de decisão judicial, à falta do requisito de relevância dos fundamentos, indefiro o pedido de efeito suspensivo.
Anoto, por relevante, a existência de decisão proferida pela e. Ministra Cármem Lúcia do E. STF na Reclamação n.º 4959 que liminarmente suspendeu a decisão que se entendeu descumprida e que deu azo a que gerou o presente recurso, a qual se sobrepõe as decisões até agora proferidas.
Intime-se a agravada, nos termos do art. 527, inciso V, do CPC.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 12 de março de 2007.
Silvia Rocha
Juíza Federal Convocada
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.010921-0 AG 291740
ORIG.	:	200761000010153 4 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	RAPHAEL RAHAL VINHA
ADV	:	APARECIDO INACIO
AGRDO	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. PEIXOTO JUNIOR / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 65
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Raphael Rahal Vinha contra a r. decisão do MM. Juiz Federal da 4ª Vara de São Paulo/SP pela qual, em autos de ação ordinária, foi indeferido pedido de tutela antecipada objetivando o pagamento ao agravante de pensão de morte até conclusão em curso superior ou até a data em que completar vinte e quatro anos.
Alega o recorrente, em síntese, que a pensão de morte deve ter em mira não apenas a letra fria da lei mas todo o sistema e os princípios que o regem, devendo prevalecer no caso os valores da educação e da preservação da família, e, desse modo, mostrando-se apropriada a extensão da pensão para além dos vinte anos do beneficiário-agravante, trazendo à tona considerações sobre a natureza da pensão em destaque. Sustenta ainda a aplicabilidade, em prestígio ao princípio da isonomia, da Lei n.º 3.765/60 que disciplina as pensões militares, na qual se contempla a possibilidade da excogitada extensão, conquanto a pensão em tela tenha como espeque regime de servidor civil.
Formula pedido de efeito suspensivo, que ora aprecio.
Neste juízo sumário de cognição, não se me parecendo as razões recursais hábeis a abalar a motivação da decisão impugnada, por outro lado não se me deparando afastadas as disposições da Lei n.º 8.112/90, a qual expressamente tem como marco final ao pagamento da pensão de morte aos filhos do servidor falecido o perfazimento de 21 anos, como se vê dos seus artigos 217, II, "a", e 222, IV, à falta do requisito de relevância dos fundamentos, indefiro o efeito suspensivo.
Intime-se a agravada, nos termos do art. 527, V, do CPC.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 16 de março de 2007.
Silvia Rocha
Juíza Federal Convocada
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.010955-5 AG 291748
ORIG.	:	8900113518 23 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	AEROQUIP DO BRASIL S/A
ADV	:	JOSE FRANCISCO LOPES DE MIRANDA LEAO
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 23 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. PEIXOTO JUNIOR / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 42
Vistos.
Dada à recorrente a oportunidade de regularizar o recolhimento das custas referentes ao porte de remessa e retorno no presente recurso nos termos da Resolução n.º 169/2000, com as alterações promovidas pela Resolução n.º 255/2004, ambas desta E. Corte, conforme decisão de fl. 36, verifica-se o não-atendimento da determinação judicial, a tanto não equivalendo o recolhimento das excogitadas custas em instituição financeira diversa à estabelecida nas referidas resoluções, conforme se verifica da guia juntada à fl. 40.
Destarte, julgo deserto o presente agravo de instrumento, com fulcro no art. 511, do CPC.
Publique-se. Intime-se.
Após as formalidades legais, baixem os autos à vara de origem.
São Paulo, 27 de março de 2007.
Silvia Rocha
Juíza Federal Convocada
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.011003-0 AG 291787
ORIG.	:	0005720966 26 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	BANCO BRADESCO S/A
ADV	:	ROSELI MARIA CESARIO GRONITZ
AGRDO	:	JOAQUIM CARVALHO NEVES e outros
ADV	:	DAWDSON MELO RODRIGUES
PARTE R	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	JULIA LOPES PEREIRA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 26 VARA SÃO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 52
Proceda a recorrente à juntada das cópias da decisão agravada e da certidão de intimação da decisão recorrida, no prazo de 05 (cinco) dias.
P.I.
São Paulo, 23 de março de 2007.
CECILIA MELLO
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2007.03.00.011096-0 AG 291845
ORIG.	:	0000003238 A Vr BARRETOS/SP 0000029074 A Vr BARRETOS/SP
AGRTE	:	União Federal (FAZENDA NACIONAL)
REPTE	:	Caixa Econômica Federal - CEF
ADV	:	ELIANE GISELE COSTA CRUSCIOL
AGRDO	:	GREMIO LETERARIO E RECREATIVO DE BARRETOS
ADV	:	ZAIDEN GERAIGE NETO
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DO SAF DE BARRETOS SP
RELATOR	:	DES.FED. PEIXOTO JUNIOR / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 19
Vistos.
Inicialmente, proceda a Subsecretaria de Registros e Informações Processuais - SRIP a correção da etiqueta de autuação do presente recurso, considerando que a Caixa Econômica Federal - CEF, na hipótese, representa a União Federal (Fazenda Nacional), devendo ainda constar o nome do agravado como Grêmio Literário e Recreativo de Barretos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela Caixa Econômica Federal - CEF contra a r. decisão da MM. Juíza de Direito do Serviço Anexo das Fazendas da Comarca de Barretos/SP pela qual, em autos de embargos à execução fiscal, foi reconhecida a incompetência absoluta daquele juízo e, conseqüentemente, determinada a remessa dos autos à Justiça do Trabalho de Barretos.

Alega a recorrente, em síntese, que o presente feito não seria da competência da Justiça do Trabalho, a teor do art. 114 da Constituição Federal, mesmo com a nova redação veiculada pela EC nº 45/04.
Formula pedido de efeito suspensivo, que ora aprecio.
Neste juízo sumário de cognição, lobrigando suficiente carga de razoabilidade na tese de inaplicabilidade do disposto no art. 114 do Texto Maior, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 45/04, às execuções fiscais de cobrança de dívida referente à contribuição do FGTS e presente também o requisito de lesão grave e de difícil reparação, a tanto equivalendo a injustificada demora no processamento da ação, reputo preenchidos os requisitos do art. 558 do CPC, pelo que defiro o efeito suspensivo ao recurso.
Oficie-se o MM. Juiz "a quo", nos termos do artigo 527, III, do CPC.
Intime-se o agravado, nos termos do art. 527, V, do CPC.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 02 de março de 2007.
Silvia Rocha
Juíza Federal Convocada
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.011377-7 AG 292050
ORIG.	:	0009431071 13 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
AGRDO	:	JOSE JOAQUIM GARCIA espolio e outros
REPTE	:	AMERICO JOAQUIM GARCIA
ADV	:	ALVARO DE BRITO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 13 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 71
Processe-se.
Intime-se o agravado para a resposta, nos termos do disposto no art. 527, V, do Código de Processo Civil.
P.I.
São Paulo, 29 de março de 2007.
CECILIA MELLO
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2007.03.00.011585-3 AG 292185
ORIG.	:	200761000029800 9 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	CETOC COM/ INTERNACIONAL LTDA
ADV	:	LUCIMAR MARIA DA SILVA
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
AGRDO	:	PLASMATRON COM/ DE PLASTICOS LTDA - ME e outro
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 9 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 50
Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão de fls. 47, que postergou a análise do pedido de tutela antecipada ao advento da resposta, nos autos da ação de rito ordinário de anulação de título e cancelamento de protesto c.c. pedido de indenização pro perdas e danos.
Alega a recorrente, em suas razões, que pleiteou a tutela de urgência visando a sustação dos efeitos dos protestos de duplicatas as quais teriam sido expedidas sem causa.
Pugna pelo recebimento do recurso com efeito suspensivo.
DECIDO.
Quando o pedido formulado não contém ab initio os requisitos necessários à sua concessão surge a prerrogativa do Juiz postergar seu exame ao advento da resposta do réu.
A decisão que condiciona a apreciação de tal pleito à juntada da resposta não está eivada de ilegalidade e nem encerra caráter teratológico, notadamente quando inexistentes os elementos essenciais ao seu deferimento.
Cumpre ressaltar que não houve indeferimento do provimento antecipatório almejado, mas, tão-somente, a posposição do momento de análise do pedido, para obtenção de melhores fundamentos com vistas a evitar postura temerária.
Por conseguinte, não vejo, em sede de cognição sumária os elementos necessários à concessão do acautelamento requerido.
Ante o exposto, recebo o recurso no efeito devolutivo.
Intime-se o agravado para a resposta, nos termos do disposto no art. 527, V, do Código de Processo Civil.
P.I.
São Paulo, 06 de março de 2007.
CECILIA MELLO
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2007.03.00.011697-3 AG 292297
ORIG.	:	200761000030176 12 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	GIOVANNI MENDONCA BARIANI
ADV	:	ELOISA MACHADO DE ALMEIDA
AGRDO	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 12 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. PEIXOTO JUNIOR / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 45/46
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Giovanni Mendonça Bariani contra a r. decisão da MM. Juíza Federal da 12ª Vara de São Paulo/SP pela qual, em autos de mandado de segurança, foi indeferido pedido de liminar objetivando a invalidação do ato de designação para prestação de serviço militar emitido pelo Comando Militar da 2º Região e a obtenção de certificado de quitação com o serviço militar.
Alega o recorrente, em síntese, que por ter sido dispensado, na época própria, do serviço militar em razão do excesso de contingente e que por ter ingressado na faculdade de medicina no ano seguinte a esta dispensa que estaria desobrigado a prestar serviço militar na 12ª Região Militar (Amazônia), como segundo reserva, cujo embarque se daria amanhã, dia 22/02/07. Sustenta que não tem qualquer obrigação castrense pendente e que a sua convocação só poderia ocorrer na hipótese de incorporação adiada para cursar faculdade, nos termos da Lei n.º 5.292/67, situação que não se apresenta na espécie, já que dispensado por excesso de contingente. Funda o periculum in mora no fato de que a sua não-apresentação o qualificará como Insubmisso, com todos os corolários negativos no âmbito da vida civil.
Formula pedido de efeito suspensivo, que ora aprecio.
Neste juízo sumário de cognição, da análise dos documentos carreados aos autos verificando que o agravante foi dispensado do serviço militar em razão do excesso de contingente e lobrigando suficiente carga de plausibilidade nas razões recursais, as quais encontram amparo em precedentes do E. STJ., a exemplo do REsp n.º 380.725-RS, estando presente também o requisito de lesão grave e de difícil reparação no cumprimento de obrigação a que o agravante estaria dispensado, todavia deparando-me açodado o deferimento da tutela para o fim de ser emitido certificado de quitação das obrigações militares, defiro parcialmente o pedido de efeito suspensivo, suspendendo o ato de designação para prestação de serviço militar expedido em face do agravante, objeto do writ.
Oficie-se o MM. Juiz "a quo", a teor do art. 527, inciso III, do CPC.
Intime-se a agravada nos termos do art. 527, inciso V, do CPC.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 21 de fevereiro de 2007.
Silvia Rocha
Juíza Federal Convocada
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.011697-3 AG 292297
ORIG.	:	200761000030176 12 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	GIOVANNI MENDONCA BARIANI
ADV	:	ELOISA MACHADO DE ALMEIDA
AGRDO	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 12 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	JUÍZA FED.CONV. SILVIA ROCHA / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 79
Vistos.
Fls.69/77. Trata-se de pedido de reconsideração interposto contra decisão de fls. 45/46 que indeferiu pedido de efeito suspensivo ou seu recebimento como agravo regimental.
Os argumentos trazidos pela agravante não infirmam o entendimento esposado na apreciação do pedido de efeito suspensivo, pelo que fica mantida a decisão impugnada por seus próprios fundamentos.
Quanto ao pedido de recebimento do pedido como agravo regimental, registro que em vista das alterações dispostas na Lei nº 11.187/05, a decisão que aprecia o efeito suspensivo é irrecorrível, pelo que nego seguimento ao pedido, nos termos do art. 33, XIII, do Regimento Interno desta Corte.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 26 de março de 2007.
SILVIA ROCHA
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA
RELATORA

PROC.	:	2007.03.00.011987-1 AG 292502
ORIG.	:	200661040067492 1 Vr SANTOS/SP
AGRTE	:	JOSE ANTONIO GOMES BATISTA
ADV	:	MARCIO BERNARDES
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	UGO MARIA SUPINO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE SANTOS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. PEIXOTO JUNIOR / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 109
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por José Antonio Gomes Batista contra a r. decisão da MM. Juiz Federal da 1ª Vara de Santos/SP pela qual, em autos de ação ordinária versando matéria de contrato de financiamento de imóvel, foi indeferida antecipação de tutela objetivando a incorporação das prestações vencidas ao saldo devedor, o depósito dos valores incontroversos das prestações vincendas, bem como a abstenção da CEF em promover execução extrajudicial e inscrever o ora agravante nos cadastros de inadimplentes.
Alega o recorrente, em síntese, a inconstitucionalidade do procedimento de execução extrajudicial previsto no Decreto-Lei 70/66, pugnando pela não inclusão de seu nome nos cadastros de proteção ao crédito.
Formula pedido de efeito suspensivo, que ora aprecio.
Neste juízo sumário de cognição, dependendo de dilação probatória a apuração da realidade da evolução dos reajustes praticados pelo mutuante em comparação com os critérios estabelecidos no contrato e não se infirmando a legitimidade do pactuado, assim como do procedimento de execução, tendo em vista precedentes do E. STF, a exemplo, RE nº 223.075-1-DF, à falta do requisito de relevância dos fundamentos, indefiro o efeito suspensivo.
Intime-se a agravada, nos termos do art. 527, inciso V, do CPC.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 21 de março de 2007.
Silvia Rocha
Juíza Federal Convocada
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.015048-8 AG 292633
ORIG.	:	200361000101566 20 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	SILVANA MARIA QUIRINO
ADV	:	ANNE CRISTINA ROBLES BRANDINI
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	ANDRÉ LUIZ VIEIRA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 20 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. PEIXOTO JUNIOR / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 97
Vistos.
Compulsados os autos, observa-se que a agravante não recolheu as custas previstas na Resolução nº 169 desta Corte, que entrou em vigor aos 10/05/2000, tendo em vista o pleito de benefício da Justiça Gratuita.
Diante do exposto, determino a comprovação da concessão do referido benefício em 1ª instância, a tanto não equivalendo o documento de fl. 10, ou o recolhimento das custas, sob pena de deserção.
Prazo de cinco dias.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 12 de março de 2007.
Silvia Rocha
Juíza Federal Convocada
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.015132-8 AG 292652
ORIG.	:	200661040107805 1 Vr SANTOS/SP
AGRTE	:	SANDRA MARIA RIBEIRO DE SOUZA e outro
ADV	:	CARLOS ALBERTO DE SANTANA
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	MAURÍCIO NASCIMENTO DE ARAÚJO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE SANTOS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. PEIXOTO JUNIOR / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 184
Vistos.
Inicialmente, consigno que, não obstante a ausência de recolhimento de custas, o processamento deste recurso não pode ser obstado vez que devolve exatamente a matéria do pleiteado benefício da Justiça Gratuita.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Sandra Maria Ribeiro de Souza e outro contra a r. decisão da MM. Juíza Federal da 1ª Vara de Santos/SP pela qual, em ação ordinária versando matéria de contrato de financiamento de imóvel, foi revogada a gratuidade judiciária deferida.
Sustentam os recorrentes, em síntese, que não têm condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do próprio sustento e da família, bastando a declaração de pobreza à concessão do benefício.
Formulam pedido de efeito suspensivo, que ora aprecio.
Neste juízo sumário de cognição, não se me parecendo as razões recursais hábeis a abalar a motivação da decisão impugnada, por outro lado o art. 5º da Lei nº 1.060/50 autorizando o indeferimento do pleito de gratuidade quando respaldado em fundadas razões, à falta do requisito de relevância dos fundamentos, indefiro o efeito suspensivo ao recurso.
Intime-se a agravada, nos termos do artigo 527, V, do CPC.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 21 de março de 2007.
Silvia Rocha
Juíza Federal Convocada
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.015196-1 AG 292658
ORIG.	:	200661000196530 14 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	CARLOS ALBERTO DO NASCIMENTO e outro
ADV	:	LUCIANE DE MENEZES ADAO
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	VIVIAN LEINZ
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 14 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 153/154
Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão de fls. 132/136, que indeferiu pedido de tutela antecipada postulada para a realização de depósito judicial ou, pagamento, das prestações no montante incontroverso, para obstar a propositura de execução extrajudicial e a inserção dos nomes dos agravantes em cadastros de proteção ao crédito, nos autos da ação de rito ordinário de revisão de prestações, saldo devedor c.c. repetição de indébito.
Alegam que o Decreto-lei 70/66 afronta a Constituição da República.
Salientam a verossimilhança de suas alegações a impedir a inclusão de seus nomes nos cadastros mencionados, notadamente considerando o ajuizamento da ação.
Pugnam pelo recebimento do recurso com efeito suspensivo.
DECIDO.
Da análise da cópia do contrato de financiamento destaca-se que este foi firmado em 26/05/1988 (fls. 69, vº).
O pacto foi estipulado conforme o PES/CP (fls. 67).
A atualização do saldo devedor se opera segundo os reajustes referentes aos depósitos em poupança (fls. 68, vº - cláusula vigésima quinta).
Em outro giro, é reconhecida a constitucionalidade do Decreto-Lei 70/66, havendo inúmeros precedentes do STJ e deste E. Tribunal nesse sentido.
Confiram-se, por todos, os Julgados cujas ementas seguem reproduzidas:
"Mandado de Segurança. Liminar. Requisitos Essenciais e Conexos. Segurança Denegada. Decreto-Lei 70/66. Lei 1533/51 (art. 7º, II).
1. Ato judicial de indeferimento da liminar não revestido de ilegalidade, de abusividade, nem teratológico, escapa de censura, merecendo ser mantido.
2. Vezes a basto tem sido afastada a pretensão de acoimar a execução extrajudicial de inconstitucional (Dec-Lei 70/66).
3. Recurso não provido."
(ROMS 8.867/MG, STJ, 1ª Turma, Rel. Min. Milton Luiz Pereira, DJ 13/08/1999).
"Recurso Especial. Medida Cautelar. Sustação de Leilão em Execução Extrajudicial. Ausência de Pressupostos.
I - A confessada inadimplência do requerente autoriza o procedimento descrito no art. 31 e seguintes do Decreto-Lei nº 70/66, cuja inconstitucionalidade tem sido afastada pelo judiciário.
II - Medida cautelar indeferida."
(MC 288/DF, STJ - 2ª Turma, Rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro, DJ 25/03/1996, pg. 08559).
Por conseguinte, não vejo, em sede de cognição sumária os elementos necessários à concessão do acautelamento requerido.
Ante o exposto, recebo o recurso no efeito devolutivo.
Intime-se o agravado para a resposta, nos termos do disposto no art. 527, V, do Código de Processo Civil.
P.I.
São Paulo, 14 de março de 2007.
CECILIA MELLO
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2007.03.00.015212-6 AG 292618
ORIG.	:	200661270030089 1 Vr SAO JOAO DA BOA VISTA/SP
AGRTE	:	MARCELO AUGUSTO JUNQUEIRA ANDRADE
ADV	:	ANDRE EDUARDO SAMPAIO
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE S J DA BOA VISTA>27ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 63/64
Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão de fls. 52/58, que indeferiu tutela antecipada quanto aos pedidos para viabilizar a realização de depósito ou pagamento das prestações vincendas, nos valores incontroversos, que as parcelas vencidas sejam pagas, na forma em que fixada ao final da demanda, ou que sejam incorporadas ao saldo devedor e para obstar a propositura de execução extrajudicial ou, se acaso iniciada, sobrestar seu andamento, sob pena de cominação de multa diária, nos autos da ação revisional de contrato c.c. repetição de indébito.
A tutela antecipada foi conferida apenas para obstar a inserção do nome do recorrente em cadastros de proteção ao crédito.
Alega o recorrente, em sua minuta, que o Decreto-lei 70/66 afronta a Constituição da República.
Salienta a existência de dano de difícil reparação ante a cobrança abusiva.
Pugna pelo recebimento do recurso com efeito suspensivo ativo.
DECIDO.
Da análise da cópia do contrato de financiamento destaca-se que este foi firmado em 19/05/1997 (fls. 51).
O encargo inicial foi fixado em R$ 981,37 (novecentos e oitenta e um reais e trinta e sete centavos) (fls. 36).
Os recursos são originários do FGTS (fls. 37).
O pacto foi estipulado conforme o PES, com sistema francês de amortização e prazo para tanto de 240 meses com renegociação em 108 meses (fls. 37).
A atualização do saldo devedor se opera segundo o coeficiente aplicável ao FGTS (fls. 39 - cláusula nona).
Em outro giro, é reconhecida a constitucionalidade do Decreto-Lei 70/66, havendo inúmeros precedentes do STJ e deste E. Tribunal nesse sentido.
Confiram-se, por todos, os Julgados cujas ementas seguem reproduzidas:
"Mandado de Segurança. Liminar. Requisitos Essenciais e Conexos. Segurança Denegada. Decreto-Lei 70/66. Lei 1533/51 (art. 7º, II).
1. Ato judicial de indeferimento da liminar não revestido de ilegalidade, de abusividade, nem teratológico, escapa de censura, merecendo ser mantido.
2. Vezes a basto tem sido afastada a pretensão de acoimar a execução extrajudicial de inconstitucional (Dec-Lei 70/66).
3. Recurso não provido."
(ROMS 8.867/MG, STJ, 1ª Turma, Rel. Min. Milton Luiz Pereira, DJ 13/08/1999).
"Recurso Especial. Medida Cautelar. Sustação de Leilão em Execução Extrajudicial. Ausência de Pressupostos.
I - A confessada inadimplência do requerente autoriza o procedimento descrito no art. 31 e seguintes do Decreto-Lei nº 70/66, cuja inconstitucionalidade tem sido afastada pelo judiciário.
II - Medida cautelar indeferida."
(MC 288/DF, STJ - 2ª Turma, Rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro, DJ 25/03/1996, pg. 08559).
Por conseguinte, não vejo, em sede de cognição sumária os elementos necessários à concessão do acautelamento requerido.
Ante o exposto, recebo o recurso no efeito devolutivo.
Intime-se o agravado para a resposta, nos termos do disposto no art. 527, V, do Código de Processo Civil.
P.I.
São Paulo, 14 de março de 2007.
CECILIA MELLO
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2007.03.00.015231-0 AG 292680
ORIG.	:	200661000216486 14 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	JANAINA ELIS PEREIRA DA COSTA
ADV	:	ROBERTO DE SOUZA
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	ILSANDRA DOS SANTOS LIMA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 14 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 155/156
Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão de fls. 105/108, que indeferiu tutela antecipada postulada para o fim de levar a depósito judicial ou pagamento das parcelas vincendas no valor incontroverso e a incorporação dos encargos vencidos ao saldo devedor, para obstar o prosseguimento da execução extrajudicial, inclusive do 2º e último leilão designado para o dia 03/10/2006 e, caso este venha a ser realizado, para impedir a eventual emissão da carta de arrematação, bem como o respectivo registro, nos autos da ação de rito ordinário de revisão contratual.
Alega a recorrente, em sua minuta, que o Decreto-lei 70/66 afronta a Constituição da República.
Pugna pelo recebimento do recurso com efeito suspensivo.
DECIDO.
Da análise da cópia do contrato de financiamento destaca-se que este foi firmado em 26/08/99 (fls. 61)
O encargo inicial foi fixado em R$ 462,08 (quatrocentos e sessenta e dois reais e oito centavos) (fls. 50).
Os recursos são originários do FGTS (fls. 50) .
O pacto foi estipulado com o SACRE como sistema de amortização (fls. 50).
A atualização do saldo devedor se opera segundo o coeficiente aplicável ao FGTS (fls. 55 - cláusula décima).
Em outro giro, é reconhecida a constitucionalidade do Decreto-Lei 70/66, havendo inúmeros precedentes do STJ e deste E. Tribunal nesse sentido.
Confiram-se, por todos, os Julgados cujas ementas seguem reproduzidas:
"Mandado de Segurança. Liminar. Requisitos Essenciais e Conexos. Segurança Denegada. Decreto-Lei 70/66. Lei 1533/51 (art. 7º, II).
1. Ato judicial de indeferimento da liminar não revestido de ilegalidade, de abusividade, nem teratológico, escapa de censura, merecendo ser mantido.
2. Vezes a basto tem sido afastada a pretensão de acoimar a execução extrajudicial de inconstitucional (Dec-Lei 70/66).
3. Recurso não provido."
(ROMS 8.867/MG, STJ, 1ª Turma, Rel. Min. Milton Luiz Pereira, DJ 13/08/1999).
"Recurso Especial. Medida Cautelar. Sustação de Leilão em Execução Extrajudicial. Ausência de Pressupostos.
I - A confessada inadimplência do requerente autoriza o procedimento descrito no art. 31 e seguintes do Decreto-Lei nº 70/66, cuja inconstitucionalidade tem sido afastada pelo judiciário.
II - Medida cautelar indeferida."
(MC 288/DF, STJ - 2ª Turma, Rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro, DJ 25/03/1996, pg. 08559).
Por fim, cumpre destacar que o recurso foi interposto em 22/02/07, após mais de 04 meses da data do aludido leilão.
Por conseguinte, não vejo, em sede de cognição sumária os elementos necessários à concessão do acautelamento requerido.
Ante o exposto, recebo o recurso no efeito devolutivo.
Intime-se o agravado para a resposta, nos termos do disposto no art. 527, V, do Código de Processo Civil.
P.I.
São Paulo, 06 de março de 2007.
CECILIA MELLO
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2007.03.00.015259-0 AG 292689
ORIG.	:	200561080071787 3 Vr BAURU/SP
AGRTE	:	ROGERIO ALVES DE LIMA NETO
ADV	:	LUIS HENRIQUE FIGUEIRA
AGRDO	:	Instituto Nacional de Colonizacao e Reforma Agraria - INCRA
ADV	:	MURILO ALBERTINI BORBA
ADV	:	MURILO ALBERTINI BORBA E ISABELLA MARIANA SAMPAIO PINHEIRO DE CASTRO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE BAURU - 8ª SSJ - SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 203/204
Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão de fls. 113/115, mantida por força da decisão de fls. 188/191, que deferiu tutela antecipada para que o réu, ora recorrente, desocupe o lote 142, do Projeto de Assentamento Reunidas, nos autos da ação de reintegração de posse proposta pelo INCRA.
Alega o recorrente, em suas razões, que por ordem do Sr. Superintendente Regional do INCRA foi beneficiado por procedimento excepcional e específico em que seria regularizada sua situação como assentado do lote 142 do assentamento da Fazenda Reunidas.
Salienta que houve reunião de legitimação de candidatos para o benefício da reforma agrária em 29/06/2004, mas deixou de comparecer e perdeu o prazo para a apresentação dos documentos exigidos pela comissão de seleção.
Destaca que o lote em questão deveria servir de exemplo aos demais assentados, mas jamais recebeu qualquer valor a título de crédito, instalação ou qualquer outro auxílio do INCRA, a despeito do trabalho que já remonta 04 anos.
Pugna pelo recebimento do recurso com efeito suspensivo para determinar a mantença do recorrente no imóvel.
DECIDO.
Observo da análise da decisão recorrida que o recorrente exerce posse de mais de ano e dia, nestes termos não cabe liminar de reintegração de posse.
A despeito da fundamentação presente no ato judicial combatido sobre a admissibilidade de concessão da tutela antecipada nos casos de posse de mais de ano e dia, tenho que a lesão grave ou de difícil reparação, in casu, se opera em face do recorrente e não do recorrido.
Por conseguinte, vejo, em sede de cognição sumária os elementos necessários à concessão do acautelamento requerido.
Ante o exposto, recebo o recurso no efeito suspensivo.
Intime-se o agravado para a resposta, nos termos do disposto no art. 527, V, do Código de Processo Civil.
Expeçam-se as comunicações necessárias ao cumprimento desta decisão.
P.I.
São Paulo, 28 de março de 2007.
CECILIA MELLO
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2007.03.00.015286-2 AG 292738
ORIG.	:	199903990558155 13 Vr SAO PAULO/SP 9700012042 13 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	ANTONIO FONTANELLI e outros
ADV	:	SIMONITA FELDMAN BLIKSTEIN
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	ILSANDRA DOS SANTOS LIMA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 13 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. PEIXOTO JUNIOR / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 114
Vistos.
O presente agravo de instrumento foi interposto por Antonio Fontanelli e outros contra a r. decisão da MM. Juíza Federal da 13ª Vara de São Paulo/SP pela qual, em sede de execução de sentença de ação objetivando a aplicação da taxa progressiva de juros sobre os depósitos das contas vinculadas do FGTS, foi condicionada a execução do julgado à juntada dos extratos dos períodos pleiteados no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento dos autos.
Inicialmente, cabe perquirir acerca da tempestividade do recurso interposto.
Compulsados os autos, verifica-se que a publicação da decisão agravada se deu aos 12/02/2007 (fl. 13), iniciando-se o prazo recursal em 13/02/2007; entretanto, a interposição do presente recurso somente se deu aos 23/02/2007.
Assim, com base no art. 522 do CPC, depreende-se que o presente agravo de instrumento é intempestivo.
Ante o exposto, nego seguimento ao presente recurso, nos termos do art. 557, "caput", do CPC, combinado com o art. 33, inciso XIII, do Regimento Interno desta Corte.
Publique-se. Intime-se.
Após as formalidades legais, baixem os autos à vara de origem.
São Paulo, 06 de março de 2007.
Silvia Rocha
Juíza Federal Convocada
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.015536-0 AG 292873
ORIG.	:	200061020194937 9 Vr RIBEIRAO PRETO/SP
AGRTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	ELIANE GISELE COSTA CRUSCIOL
AGRDO	:	HELLO WELD IND/ E COM/ LTDA -ME
ADV	:	ANTONIO JOSE ARAUJO MARTINS
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 9 VARA DE RIBEIRAO PRETO SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 36
Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão de fls. 32/34, que indeferiu o pedido para a inserção dos nomes dos sócios do pólo passivo da execução fiscal.
Alega a recorrente, em suas razões, a responsabilidade dos sócios pelos débitos decorrentes de FGTS.
Pugna pelo recebimento do recurso com efeito suspensivo.
DECIDO.
A execução fiscal sob comentário tem por objeto a cobrança de débitos em face do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, os quais não têm natureza tributária, o que afasta a incidência da norma disposta no artigo 135 do Código Tributário Nacional.
Por conseguinte, não vejo, em sede de cognição sumária os elementos necessários à concessão do acautelamento requerido.
Ante o exposto, recebo o recurso no efeito devolutivo.
Intime-se o agravado para a resposta, nos termos do disposto no art. 527, V, do Código de Processo Civil.
P.I.
São Paulo, 16 de março de 2007.
CECILIA MELLO
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2007.03.00.015665-0 AG 293007
ORIG.	:	200761000027463 25 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	LEGIAO DA BOA VONTADE LBV
ADV	:	MARCIO SOCORRO POLLET
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 25 VARA SÃO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. PEIXOTO JUNIOR / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.:213
Vistos.
O presente agravo de instrumento foi interposto por Legião da Boa Vontade LBV contra a r. decisão do MM. Juiz Federal da 25ª Vara de São Paulo/SP pela qual, em autos de mandado de segurança, foi indeferida liminar objetivando a suspensão da exigibilidade das contribuições instituídas pela Lei Complementar n.º 110/01, ao argumento de que alcançada pela imunidade prevista no art. 150, VI, "c", da Carta da República.
Narra a recorrente, em síntese, a existência de débito em seu desfavor relativo às excogitadas contribuições e sustenta que por ser entidade de assistência social, trazendo documentação neste sentido, deve ser afastada a exigibilidade de tais exações por se subsumir à regra de imunidade do art. 150, VI, "c", da CF/88.
Formula pedido de efeito suspensivo, que ora aprecio.
Neste juízo sumário de cognição, da análise do conteúdo da regra imunizante do art. 150, VI, "c", da CF/88 e das hipóteses de incidência das exações a cujo respeito se quer o reconhecimento da imunidade não se me convencendo de que estas estejam alcançadas pela excogitada imunidade, na consideração do elemento material do fato gerador assim como ao fim a que se destinam, por outro lado tendo primazia os interesses do fisco contra resultados de evasão de receitas que nada por ora autoriza concluir estejam alcançados pelo alegado direito da agravante, à falta do requisito de relevância dos fundamentos, indefiro o efeito suspensivo ao recurso.
Intime-se a agravada, nos termos do art. 527, inciso V, do CPC.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 09 de março de 2007.
Silvia Rocha
Juíza Federal Convocada
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.015665-0 AG 293007
ORIG.	:	200761000027463 25 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	LEGIAO DA BOA VONTADE LBV
ADV	:	MARCIO SOCORRO POLLET
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 25 VARA SÃO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	JUÍZA FED.CONV. SILVIA ROCHA / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 226
Vistos.
Fls. 217/224. Trata-se de pedido de reconsideração interposto contra decisão de fls. 213 que indeferiu pedido de efeito suspensivo.
Os argumentos trazidos pela agravada não infirmam o entendimento esposado na apreciação do pedido de efeito suspensivo, pelo que fica mantida a decisão impugnada por seus próprios fundamentos.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 26 de março de 2007.
SILVIA ROCHA
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA
RELATORA

PROC.	:	2007.03.00.015692-2 AG 293021
ORIG.	:	0300003889 A Vr REGISTRO/SP 0300075625 A Vr REGISTRO/SP
AGRTE	:	CARLOS ALBERTO PUZZI
ADV	:	GILBERTO MATHEUS DA VEIGA
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MONICA BARONTI MONTEIRO BORGES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DO SAF DE REGISTRO SP
RELATOR	:	DES.FED. PEIXOTO JUNIOR / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 267
Vistos.
Considerando que o presente recurso foi interposto perante o E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e posteriormente encaminhado a esta Corte, promova o agravante o recolhimento das custas devidas no presente recurso, nos termos da Resolução nº 169 desta Corte, em vigor a partir de 10.05.2000, sob pena de deserção.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 21 de março de 2007.
Silvia Rocha
Juíza Federal Convocada
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.015949-2 AG 293209
ORIG.	:	200563013124137 JE Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	MARIA TEREZINHA RODRIGUES DA SILVA
ADV	:	CARLOS ALBERTO DE SANTANA
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZADO ESPECIAL FEDERAL CÍVEL DE SÃO PAULO>1ªSSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. PEIXOTO JUNIOR / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 152
Vistos
Trata-se de decisão tirada de feito processado nos Juizados Especiais Federais, cuja competência recursal é reservada às Turmas Recursais.
Dessa forma, determino a remessa dos autos ao órgão recursal competente.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 26 de março de 2007.
Silvia Rocha
Juíza Federal Convocada
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.015987-0 AG 293247
ORIG.	:	200761080010436 3 Vr BAURU/SP
AGRTE	:	VASCO DE OLIVEIRA
ADV	:	JOAO CARLOS DE ALMEIDA PRADO E PICCINO
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
AGRDO	:	CIA DE HABITACAO POPULAR DE BAURU COHAB BAURU
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE BAURU - 8ª SSJ - SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 64
Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão de fls. 55/56, que indeferiu pedido de tutela antecipada postulado para o fim de obstar a cobrança das parcelas eventualmente vencidas e não pagas desde outubro de 2000, a inscrição ou mantença do nome do recorrente em cadastros de proteção ao crédito e a execução extrajudicial, nos autos da ação de rito ordinário para a liquidação do contrato de financiamento.
Alega o recorrente que pretende ver reconhecida a quitação do contrato com amparo na lei 10150/00.
Salienta ter firmado contrato com a COHAB de compra e venda de imóvel mediante negócio jurídico indiretamente vinculado ao contrato de financiamento tomado pela COHAB junto à CEF mediante hipoteca que recai sobre a unidade residencial objeto daquele contrato.
Destaca, ainda, os efeitos decorrentes da aplicação da Lei 10150/00, incidentes sobre o contrato de financiamento, os quais também se operam quanto ao pacto de compra e venda.
Pugna pelo recebimento do recurso com efeito suspensivo.
DECIDO.
Não vejo, em sede de cognição sumária os elementos necessários à concessão do acautelamento requerido considerando a época em que foi avençado o contrato de compra e venda - 06 de janeiro de 1989 - .
Ante o exposto, recebo o recurso no efeito devolutivo.
Intime-se o agravado para a resposta, nos termos do disposto no art. 527, V, do Código de Processo Civil.
P.I.
São Paulo, 23 de março de 2007.
CECILIA MELLO
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2007.03.00.018186-2 AG 293354
ORIG.	:	200661000234786 24 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	EMERSON PEREIRA DE SOUZA
ADV	:	ANNE CRISTINA ROBLES BRANDINI
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 24 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 114/115
Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão de fls. 104/106, que indeferiu tutela antecipada quanto aos pedidos formulados para suspender 1º leilão designado para o dia 31/10/06, obstar a realização do registro da carta de arrematação, possibilitar a realização do depósito judicial das parcelas vincendas, no valor incontroverso, e sobrestar a exigibilidade das prestações vencidas, nos autos da ação declaratória de nulidade e revisão contratual.
A tutela antecipada foi conferida parcialmente apenas para impedir a inserção do nome do agravante em cadastros de proteção ao crédito ou, se acaso já incluído, determinar sua retirada.
Alega o recorrente, em sua minuta, que o Decreto-lei 70/66 afronta a Constituição da República.
Pugna pelo recebimento do recurso com efeito suspensivo.
DECIDO.
Da análise da cópia do contrato de financiamento destaca-se que este foi firmado em 24/09/2002 (fls. 87).
O encargo inicial foi fixado em R$ 424,19 (quatrocentos e vinte e quatro reais e dezenove centavos) (fls. 78/79).
Os recursos são originários do FGTS (fls. 78)
O pacto foi estipulado segundo o SACRE, como sistema de amortização (fls. 78).
A atualização do saldo devedor se opera conforme o índice de atualização aplicável ao FGTS (fls. 80 - cláusula nona).
Em outro giro, é reconhecida a constitucionalidade do Decreto-Lei 70/66, havendo inúmeros precedentes do STJ e deste E. Tribunal nesse sentido.
Confiram-se, por todos, os Julgados cujas ementas seguem reproduzidas:
"Mandado de Segurança. Liminar. Requisitos Essenciais e Conexos. Segurança Denegada. Decreto-Lei 70/66. Lei 1533/51 (art. 7º, II).
1. Ato judicial de indeferimento da liminar não revestido de ilegalidade, de abusividade, nem teratológico, escapa de censura, merecendo ser mantido.
2. Vezes a basto tem sido afastada a pretensão de acoimar a execução extrajudicial de inconstitucional (Dec-Lei 70/66).
3. Recurso não provido."
(ROMS 8.867/MG, STJ, 1ª Turma, Rel. Min. Milton Luiz Pereira, DJ 13/08/1999).
"Recurso Especial. Medida Cautelar. Sustação de Leilão em Execução Extrajudicial. Ausência de Pressupostos.
I - A confessada inadimplência do requerente autoriza o procedimento descrito no art. 31 e seguintes do Decreto-Lei nº 70/66, cuja inconstitucionalidade tem sido afastada pelo judiciário.
II - Medida cautelar indeferida."
(MC 288/DF, STJ - 2ª Turma, Rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro, DJ 25/03/1996, pg. 08559).
Por conseguinte, não vejo, em sede de cognição sumária os elementos necessários à concessão do acautelamento requerido.
Ante o exposto, recebo o recurso no efeito devolutivo.
Intime-se o agravado para a resposta, nos termos do disposto no art. 527, V, do Código de Processo Civil.
P.I.
São Paulo, 14 de março de 2007.
CECILIA MELLO
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2007.03.00.018231-3 AG 293395
ORIG.	:	200761000009746 7 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	DIMAZILDA NOVAIS LUZ
ADV	:	MANOEL MARCELINO DA CRUZ PAIAO
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 7 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 22
Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão de fls. 16/18, que indeferiu tutela antecipada postulada para o fim de obstar o prosseguimento de execução extrajudicial e para retirar o nome da recorrente aos cadastros de proteção ao crédito.
Alega a recorrente, em sua minuta, que o Decreto-lei 70/66 afronta a Constituição da República.

Sustenta que a suspensão do procedimento de execução extrajudicial não causará prejuízo à recorrida.
Pugna pelo recebimento do recurso com efeito suspensivo.
DECIDO.
Da análise da minuta, destaca-se que a recorrente sequer carreou aos autos a cópia do contrato de financiamento, essencial para apreciação do efeito suspensivo relativo à execução extrajudicial.
Quanto a inclusão do nome da agravante em cadastros de proteção ao crédito, há que se ressaltar que o mero ajuizamento da ação, por si só não obsta a possibilidade de inscrição nos órgãos de proteção ao crédito, visto ser necessária a demonstração da verossimilhança das alegações a respeito da ilegitimidade da cobrança, bem como a prestação de caução idônea ou o depósito do valor questionado.
Nestes termos, considerando a cópia da petição inicial tenho por ausente a plausibilidade do direito afirmado.
Por conseguinte, não vejo, em sede de cognição sumária os elementos necessários à concessão do acautelamento requerido.
Ante o exposto, recebo o recurso no efeito devolutivo.
Intime-se o agravado para a resposta, nos termos do disposto no art. 527, V, do Código de Processo Civil.
P.I.
São Paulo, 12 de março de 2007.
CECILIA MELLO
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2007.03.00.018602-1 AG 293606
ORIG.	:	200461820112520 8F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	MANOEL CATANHO DE NOBREGA
ADV	:	PEDRO WANDERLEY RONCATO
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
PARTE R	:	CIA TEXTIL NOSSA SENHORA DO ROSARIO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 8 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 153
Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão de fls. 146, que não reconheceu a conexão entre feitos executórios.
Alega o recorrente em suas razões a necessidade de reunião dos feitos ante a existência de conexão entre os executivos fiscais.
Pugna pelo recebimento do recurso com efeito suspensivo.
DECIDO.
A reunião dos feitos executórios tem por regra o disposto no art. 28, da lei 6830/80, que porta a seguinte leitura:
"0 Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor.
Parágrafo Único - Na hipótese deste artigo, os processos serão redistribuídos ao Juízo da primeira distribuição."
Da análise deste dispositivo destaca-se a faculdade do juiz determinar a reunião dos feitos no caso de conveniência à garantia da execução, portanto poderá indeferir o pedido formulado pelas partes.
Por conseguinte, não vejo, em sede de cognição sumária os elementos necessários à concessão do acautelamento requerido.
Ante o exposto, recebo o recurso no efeito devolutivo.
Intime-se o agravado para a resposta, nos termos do disposto no art. 527, V, do Código de Processo Civil.
P.I.
São Paulo, 13 de março de 2007.
CECILIA MELLO
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2007.03.00.018874-1 AG 293867
ORIG.	:	200161000094700 4 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	JOSE NOVAIS PEREIRA XAVIER
ADV	:	TATIANA DOS SANTOS CAMARDELLA
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	EZIO PEDRO FULAN
PARTE A	:	JOSE HENRIQUE DE MACEDO e outros
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. PEIXOTO JUNIOR / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 82
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto contra a r. decisão da MM. Juíza Federal da 4ª Vara de São Paulo/SP pela qual, em execução de sentença sucedida em ação ordinária versando a aplicação dos expurgos inflacionários nas contas do FGTS, foi inadmitido o recurso de apelação interposto.
Da leitura do recurso, depreende-se que o nome do agravante na petição de interposição não corresponde ao que consta da minuta, daí por que determino ao patrono do feito que indique em nome de quem de fato o recurso foi apresentado. Prazo de cinco dias.
Processe-se com registro de que não houve pedido de efeito suspensivo.
Intime-se a agravada, nos termos do art. 527, V, do CPC.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 19 de março de 2007.
Silvia Rocha
Juíza Federal Convocada
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.018915-0 AG 293944
ORIG.	:	200361050080492 6 Vr CAMPINAS/SP
AGRTE	:	Uniao Federal - MEX
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
AGRDO	:	ALEX DE OLIVEIRA DIOGO e outros
ADV	:	CARLOS ALBERTO SILVA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 6 VARA DE CAMPINAS - 5ª SSJ - SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 136
Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão de fls. 126, que indeferiu pedido de remessa necessária fundada no art. 475, do Código de Processo Civil, nos autos da ação de rito ordinário ajuizada para a obtenção de pagamento do percentual de 28,86% aos autores militares.
Alega a recorrente, em sua minuta, a inexigibilidade do título executivo decorrente da sentença condenatória que não transitou em julgado, vez que não submetida ao recurso de ofício.
Pugna pelo recebimento do recurso com efeito suspensivo.
DECIDO.
Da análise do instrumento verifico às fls. 116 que a sentença que afastou a remessa necessária transitou em julgado em 04/05/2006.
Nestes termos tenho por ausente a plausibilidade do direito afirmado.
Por conseguinte, não vejo, em sede de cognição sumária os elementos necessários à concessão do acautelamento requerido.
Ante o exposto, recebo o recurso no efeito devolutivo.
Intime-se o agravado para a resposta, nos termos do disposto no art. 527, V, do Código de Processo Civil.
P.I.
São Paulo, 29 de março de 2007.
CECILIA MELLO
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2007.03.00.020169-1 HC 27155
ORIG.	:	200361810084365 10P Vr SAO PAULO/SP
IMPTE	:	FERNANDO MAFFEI DARDIS
IMPTE	:	DANIEL GARSON
IMPTE	:	LUIZ FERNANDO MAFFEI DARDIS
PACTE	:	PEDRO WAJNSZTEJN
ADV	:	FERNANDO MAFFEI DARDIS
IMPDO	:	JUIZO FEDERAL DA 10 VARA CRIMINAL DE SAO PAULO >1ª SSJ> SP
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 24/26
LIMINAR
Trata-se de Habeas Corpus, com pedido de concessão de medida liminar, impetrado pelos advogados Fernando Maffei Dardis, Daniel Garson e Luiz Fernando Maffei Dardis em favor de Pedro Wajnsztejn e em face de aduzido constrangimento ilegal praticado pelo MM. Juiz Federal da 10ª Vara Criminal da Subseção Judiciária de São Paulo - SP.
Segundo consta dos presentes autos, o paciente foi citado e intimado para comparecer à audiência de interrogatório marcada para o dia 12 de setembro de 2006. Como não compareceu ao ato, a autoridade ora impetrada entendeu por bem em decretar a sua revelia. Um dia após a audiência, a defesa apresentou o atestado médico constante às fls. 14, pugnando pela designação de nova data para a realização de interrogatório, o que foi indeferido sob o fundamento de insuficiência da justificativa de ausência.
Os impetrantes aduzem, em apertada síntese, ser inadmissível a decretação da revelia, uma vez que o atestado médico é documento idôneo a justificar a ausência, uma vez que emitido por profissional da área da Medicina. Pede, em sede de medida liminar, a suspensão do curso da ação penal e, no mérito, a concessão da ordem para que seja revogado o decreto de revelia e determinada a designação de nova data para o seu interrogatório.
É o breve relatório. Decido.
O artigo 367 do Código de Processo Penal dispõe expressamente que o processo seguirá sem a presença do acusado que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado. É certo que, no presente caso, houve a juntada de atestado médico que determinou o repouso pelo período de 03 (três) dias. Coincidentemente ou não, a consulta ocorreu em dia anterior à audiência de interrogatório do acusado, ora paciente. Entretanto, não há como presumir a intenção de dificultar o trâmite do processo.
A interpretação teleológica do dispositivo supracitado aponta no sentido de se aplicar a sanção da revelia às hipóteses de ausência de justificativa ao comparecimento do ato. Colhe-se dos autos que a defesa apresentou uma justificativa (atestado médico) e requereu a determinação de nova data para a realização do ato, não havendo elementos, prima facie, que concluam por uma "estratégia" a fim de postergar o andamento do feito. Além disso, o fato descrito necessitaria de uma análise técnica, por profissional especializado, para se obter uma conclusão verossímil.
Assim, ao menos diante de um juízo de cognição sumária, entendo que o decreto de revelia mostrou-se excessivo, motivo pelo qual defiro o pedido de liminar, determinando a suspensão do curso da ação penal até o julgamento do mérito da presente impetração.
Oficie-se à autoridade impetrada para que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, preste as devidas informações esclarecendo, pormenorizadamente, quanto ao alegado na presente impetração.
Com a vinda das informações, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal para que ofereça o seu necessário parecer, observando a urgência decorrente da determinação de suspensão do curso da ação penal.
São Paulo, 29 de março de 2007.
COTRIM GUIMARÃES
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.020298-1 AG 294102
ORIG.	:	200761000029472 19 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	GILMAR MARCOS FILHO
ADV	:	EDUIRGES JOSE DE ARAUJO
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 19 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. PEIXOTO JUNIOR / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 45
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Gilmar Marcos Filho contra a r. decisão do MM. Juiz Federal da 19ª Vara de São Paulo/SP pela qual, em autos de ação cautelar versando matéria de contrato de financiamento de imóvel, foi indeferida liminar para suspender a realização de leilão extrajudicial bem como seus efeitos.
Alega o recorrente, em síntese, a presença dos requisitos permissivos ao deferimento da medida liminar, sustentando ilegitimidade do procedimento de execução extrajudicial previsto no Decreto-Lei 70/66 e a ausência de notificação para a purgação da mora nos termos do artigo 31 do referido diploma legal.
Formula pedido de efeito suspensivo, que ora aprecio.
Neste juízo sumário de cognição, não se infirmando a legitimidade do procedimento de execução extrajudicial, tendo em vista precedentes do E. STF, a exemplo, RE nº 223.075-1-DF, por outro lado consignando que a questão da suposta ausência de notificação demanda comprovação, à falta do requisito de relevância dos fundamentos, indefiro o efeito suspensivo.
Intime-se a agravada, nos termos do art. 527, inciso V, do CPC.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 13 de março de 2007.
Silvia Rocha
Juíza Federal Convocada
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.020352-3 HC 27160
ORIG.	:	200561070112835 1 Vr ARACATUBA/SP
IMPTE	:	GLAUCIA MARIA DONA
PACTE	:	FERNANDO FOZ PARMEZZANI reu preso
ADV	:	GLAUCIA MARIA DONA
IMPDO	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE ARACATUBA SecJud SP
RELATOR	:	DES.FED. PEIXOTO JUNIOR / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 382
Vistos.
Trata-se de "habeas corpus" impetrado em face de decisão revogando benefício de liberdade provisória.
Do compulsar dos autos depreende-se que o paciente foi preso em flagrante como infrator do artigo 334 do Código Penal, em 28/09/2005, sendo-lhe concedido o benefício da libedade provisória, com a apresentação de fiança, em 07/10/2005, e assumindo o compromisso, dentro outros, de não voltar a praticar outra infração penal, sob pena de revogação do benefício, entretanto por suposto cometimento de delito da mesma espécie praticado em 14/12/2006, o paciente foi novamente preso em flagrante, e neste quadro sendo revogado o benefício em face do descumprimento de uma de suas condições de manutenção, "com base nos arts. 341 e 343 do CPP - quebra de fiança - e art. 312 do CPP - para garantia da ordem pública e assegurar a aplicação da lei penal."
Breve relatório, decido.
Não surtindo dos fundamentos da impetração efeitos de descrédito da decisão impugnada em ordem a autorizar o deferimento liminar do pedido, indefiro a medida.
Oficie-se ao Juízo impetrado solicitando a prestação de informações no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.
São Paulo, 12 de março de 2007.
SILVIA ROCHA
Juíza Federal
Convocada

PROC.	:	2007.03.00.020352-3 HC 27160
ORIG.	:	200561070112835 1 Vr ARACATUBA/SP
IMPTE	:	GLAUCIA MARIA DONA
PACTE	:	FERNANDO FOZ PARMEZZANI reu preso
ADV	:	GLAUCIA MARIA DONA
IMPDO	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE ARACATUBA SecJud SP
RELATOR	:	DES.FED. PEIXOTO JUNIOR / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 387
Vistos.
Protocolos nº 068877 de 15.03.2007 e nº 072012 de 19.03.2007. Junte-se.
Abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.
I.
São Paulo, 28 de março de 2007.
SILVIA ROCHA
Juíza Federal
Convocada

PROC.	:	2007.03.00.020936-7 AG 294501
ORIG.	:	0000456250 6ª Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Departamento de Aguas e Energia Eletrica - DAEE
ADV	:	SERGIO ALCIDES ANTUNES
AGRDO	:	DJALMA RODRIGUES CALDERARO espolio
ADV	:	ARMINDO FREIRE MARMORA
PARTE R	:	JOSE CAVALCANTE DE SOUZA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 6ª VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED.COTRIM GUIMARÃES/SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 122
Vistos, etc,
Tendo em vista que não há pedido de efeito suspensivo, intime-se o agravado para apresentar contraminuta, nos termos do artigo 527, V, do Código de Processo Civil.
São Paulo, 27 de março de 2007.
COTRIM GUIMARÃES
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.020974-4 AG 294560
ORIG.	:	200761050003016 3 Vr CAMPINAS/SP
AGRTE	:	ADEMIR NORBERTO VICTORIO BARNABE
ADV	:	MARCO ANDRE COSTENARO DE TOLEDO
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE CAMPINAS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 80
Fls.78.
Proceda o recorrente à regularização do preparo e do porte de remessa e retorno, no prazo de 05 dias, sob pena de deserção
P.I.
São Paulo, 29 de março de 2007.
CECILIA MELLO
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2007.03.00.021573-2 AG 294865
ORIG.	:	9700548414 4ª Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	EDIO TOMOSIGUE
ADV	:	MAURICIO ALVAREZ MATEOS
AGRDO	:	Caixa Econômica Federal - CEF
ADV	:	ROSALVO PEREIRA DE SOUZA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4ª VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED.COTRIM GUIMARÃES/SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 64
Vistos, etc,
Tendo em vista que não há pedido de efeito suspensivo, intime-se a Agravada para apresentar contraminuta, nos termos do artigo 527, V, do Código de Processo Civil.
São Paulo, 27 de março de 2007.
COTRIM GUIMARÃES
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.021797-2 MCI 5553
ORIG.	:	199961000456521 7 Vr SAO PAULO/SP
REQTE	:	APARECIDA DONIZETE DE OLIVEIRA e outros
ADV	:	ALESSANDRA CHRISTINA ALVES
REQDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
RELATOR	:	JUÍZA FED. CONV. SILVIA ROCHA / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 19
Vistos.
Providenciem os requerentes o recolhimento das custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição, nos termos do art. 257 do CPC.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 16 de março de 2007.
SILVIA ROCHA
Juíza Federal Convocada
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.021936-1 HC 27248
ORIG.	:	200761050021419 1 Vr CAMPINAS/SP
IMPTE	:	SANDOVAL COSTA ABRANTES JUNIOR
PACTE	:	VALDEIR APARECIDO DA COSTA reu preso
ADV	:	SANDOVAL COSTA ABRANTES JUNIOR
IMPDO	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE CAMPINAS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 72/73
1 - Cuida-se de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado em favor de Valdeir Aparecido da Costa contra ato da MM. Juíza Federal da 1ª Vara de Campinas - SP que não apreciou o pedido de liberdade provisória formulado.
2 - Diz o impetrante que o paciente foi preso em flagrante em 06/03/2007, por suposta infração ao artigo 289 do CP.
3 - Segundo a impetração, o paciente está sendo submetido a constrangimento ilegal, em síntese, sob os seguintes fundamentos:
a) ausentes os pressupostos previstos no artigo 312, do CPP;
b) paciente não oferece periculosidade, possui residência fixa, emprego lícito, é primário e possui bons antecedentes; e
c) em caso de condenação poderá cumprir a pena em liberdade, consoante disposto no artigo 33, § 2º, "c".
4 - Esclarece que o pedido de liberdade provisória não foi apreciado pois a MM. Juíza Federal da 1ª Vara de Campinas - SP, declinou da competência e remeteu os autos para a 3ª Vara Federal Criminal de Curitiba/PR.
5 - Diante do expendido, pugna pela concessão de liminar, determinando-se a expedição de alvará de soltura.
É o sucinto relatório. Decido.
6 - Das informações prestadas pela autoridade impetrada, transcrevo tópico de interesse (fls. 67/69):
"Este Juízo recebeu carta precatória oriunda da 3ª Vara Criminal Federal de Curitiba/PR, que solicitava o devido "cumpra-se" para realização de diligência de busca e apreensão e cumprimento de mandado de prisão temporária expedido contra VALDEIR APARECIDO DA COSTA, por delito tipificado no artigo 289 do Código Penal.
A diligência foi realizada pela Polícia Federal que ao adentrar na residência, identificou que o réu lá mantinha petrechos para fabricação de moeda falsa.
Desse modo, no cumprimento de seu dever legal, a autoridade policial autuou o ora paciente em flagrante delito.
Ocorre que, as investigações que levaram a sua prisão tiveram início na 3ª Vara Federal de Curitiba/PR e o delito pelo qual o paciente foi autuado em flagrante guarda identidade com aqueles lá apurados.
Manifestou-se, portanto, o Ministério Público Federal pelo declínio de competência em favor daquele Juízo, o que foi deferido, nos seguintes termos:
"Assiste razão ao órgão ministerial.
O presente flagrante decorre de procedimento investigatório afeto à 3ª Vara Criminal da Subseção Judiciária de Curitiba, estando aquela preventa para análise do caso.
Nesse sentido:
Acórdão Origem: STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA Classe: HC - HABEAS CORPUS - 13624 Processo: 00000601462 UF: RJ Órgão Julgador: QUINTA TURMA Data da decisão: 13/12/2000 Documento: STJ000380281 Fonte DJ DATA: 05/02/2001 PÁGINA: 120 Relator(a) FELIX FISCHER Decisão: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, indeferir o pedido. Votaram com o Relator os Ministros GILSON DIPP, JORGE SCARTEZZINI, EDSON VIDIGAL e JOSÉ ARNALDO. Ementa PROCESSUAL PENAL. NULIDADE. COMPETÊNCIA. PREVENÇÃO. INDEFERIMENTO. Verifica-se a competência por prevenção toda vez que, concorrendo dois ou mais juízes competentes, um deles tiver antecedido aos outros na prática de algum ato do processo ou de medida a este relativa - v.g., determinação de escuta telefônica - mesmo antes do oferecimento da denúncia. Precedentes. Writ denegado.
Nestes termos, declino a competência em favor daquele Juízo.
Encaminhem-se os autos com urgência, dando-se baixa na distribuição." (texto integral da decisão proferida nos autos 2007.61.05.002141-9)
Os autos foram encaminhados àquela Subseção Judiciária em 14/03/2007 e não há notícia de que tenha sido suscitado conflito de competência."
É o sucinto relatório. Decido.
6 - O processo originário foi remetido à Justiça Federal de Curitiba, por ser competente para o seu processamento e julgamento.
7 - Pelo exposto, não conheço do presente writ.
P.I.C.
São Paulo, 27 de março de 2007.
CECILIA MELLO
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2007.03.00.025280-7 AG 295254
ORIG.	:	200661000066282 14 VR SAO PAULO/SP
AGRTE	:	VERA LUCIA PARENTE
REPTE	:	CADMESP CONSULTORIA EM FINANCIAMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
ADV	:	JOAO BENEDITO DA SILVA JUNIOR
AGRDO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV	:	ANTONIO CARLOS FERREIRA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 14 VARA SAO PAULO SEC JUD SP
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 105
Vistos, etc.
Previamente à análise do pedido de atribuição de efeito suspensivo ativo a este recurso, junte a agravante, no prazo de 10 (dez) dias, cópias do contrato de mútuo firmado com a CEF, objeto da ação revisional originária, bem como da planilha de evolução do financiamento emitida pela instituição financeira.
Intime-se.
Após a juntada dos documentos ou o decurso do prazo conferido à recorrente, tornem os autos conclusos.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
COTRIM GUIMARÃES
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.025401-4 HC 27286
ORIG.	:	200661080045756 1 Vr BAURU/SP
IMPTE	:	ELISABETE AVELAR DE SOUZA
PACTE	:	RAIMUNDO ORLANDO RODRIGUES ALVES reu preso
ADV	:	ELISABETE AVELAR DE SOUZA
IMPDO	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE BAURU Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 29/30
1 - Cuida-se de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado em favor de Raimundo Orlando Rodrigues Alves contra ato do MM. Juiz Federal da 1ª Vara de Bauru - SP.
2 - Segundo a impetração, o paciente foi condenado à pena de 02 (dois) anos e 06 (seis) meses de reclusão, em regime semi-aberto, e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa, por infração ao artigo 265, do CP.
3 - Todavia, argumenta a impetrante que o paciente está custodiado há mais de 11 (onze) meses, em regime fechado, já tendo cumprido quase 50% da pena que lhe foi imposta em regime mais gravoso que o fixado na sentença.
4 - Diz, ainda, que o delito imputado ao paciente é considerado de menor potencial ofensivo, pois não oferece qualquer perigo à sociedade e os seus antecedentes referem-se a crimes praticados sem violência.
5 - Diante do expendido, pede a concessão de liminar a fim de que seja concedido ao paciente o direito de apelar em liberdade, determinando-se a imediata expedição do competente alvará de soltura.
É o sucinto relatório. DECIDO.
6 - Das informações prestadas pela autoridade impetrada (fls. 24/25) verifico que o paciente se encontra recolhido na Cadeia Pública de Cerqueira César/SP, portanto, em regime fechado, mais severo que o fixado na sentença, o que caracteriza o alegado constrangimento ilegal.
7 - Doutra parte, nos termos do disposto no artigo 1º, da Resolução nº 19, de 29 de agosto de 2006, do Conselho Nacional de Justiça, a guia de recolhimento provisória será expedida "quando da prolação da sentença ou acórdão condenatórios, ainda sujeitos a recurso sem efeito suspensivo, devendo ser prontamente remetida ao Juízo da Execução Criminal", a fim de que possa o interessado buscar eventuais direitos de progressão no juízo próprio.
8 - Com lentes no expendido, CONCEDO PARCIALMENTE a liminar pleiteada para que o paciente seja imediatamente transferido para estabelecimento prisional adequado ao cumprimento da pena em regime semi-aberto e para determinar a expedição da guia de recolhimento provisória.
9 - Remetam-se os autos ao MPF.
P.I.C.
São Paulo, 27 de março de 2007.
CECILIA MELLO
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2007.03.00.025874-3 HC 27320
ORIG.	:	2006.61.81.009216-8 9P Vr SÃO PAULO/SP
IMPTE	:	ALEXANDRE DE THOMAZO
PACTE	:	FÁBIO APARECIDO COSTA CAVALCANTE réu preso
ADV	:	ALEXANDRE DE THOMAZO
IMPDO	:	JUÍZO FEDERAL DA 9ª VARA CRIMINAL DE SÃO PAULO >1ª SSJ> SP
RELATOR	:	DES. FED. NELTON DOS SANTOS / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 14
D E S P A C H O
Intime-se o impetrante para que, no prazo de dez dias e sob pena de indeferimento da inicial, promova a juntada de documentos suficientes à comprovação de suas alegações.
Após, voltem os autos conclusos.
São Paulo, 23 de março de 2007
Nelton dos Santos
Relator

PROC.	:	2007.03.00.025875-5 HC 27321
ORIG.	:	2006.61.81.009216-8 9P Vr SÃO PAULO/SP
IMPTE	:	ALEXANDRE DE THOMAZO
PACTE	:	FERNANDO MAGALHAES DA SILVA réu preso
ADV	:	ALEXANDRE DE THOMAZO
IMPDO	:	JUÍZO FEDERAL DA 9ª VARA CRIMINAL DE SÃO PAULO >1ª SSJ> SP
RELATOR	:	DES. FED. NELTON DOS SANTOS / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 14
D E S P A C H O
Intime-se o impetrante para que, no prazo de dez dias e sob pena de indeferimento da inicial, promova a juntada de documentos suficientes à comprovação de suas alegações.
Após, voltem os autos conclusos.
São Paulo, 23 de março de 2007
Nelton dos Santos
Relator

PROC.	:	2007.03.00.032546-0 HC 27440
ORIG.	:	200660000047492 5 Vr CAMPO GRANDE/MS
IMPTE	:	SAMUEL GAERTNER EBERHARDT
PACTE	:	MARCOS SAMPAIO FERREIRA
PACTE	:	TAKEO MIURA
PACTE	:	PAULO HIDEO KIKUCHI
ADV	:	MARCIO LUIZ BERTOLDI
IMPDO	:	JUIZO FEDERAL DA 5 VARA DE CAMPO GRANDE MS
RELATOR	:	DES.FED. PEIXOTO JUNIOR / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 187/188
LIMINAR
Trata-se de Habeas Corpus, com pedido de concessão de medida liminar, impetrado pelo advogado Samuel Gaertner em favor de Marcos Sampaio Ferreira, Takeo Miura e Paulo Hideo Kikuchi e em face de ato praticado pelo MM. Juiz Federal da 5ª Vara de Campo Grande - MS.
Segundo consta dos presentes autos, os pacientes estão sendo investigados pela suposta prática dos delitos previstos nos artigos 168-A e 337-A do Código Penal, uma vez que, na qualidade de responsáveis pela administração da empresa Pantanal Linhas Aéreas S.A. e no período de 07/1998 a 13/2004, teriam deixado de repassar à Previdência Social as contribuições sociais recolhidas de seus empregados e não declarado em GFIP todos os fatos geradores de contribuições sociais destinadas à seguridade, consoante apuração feita pelos Auditores-Fiscais a partir da análise das folhas de pagamento da referida empresa.
O impetrante aduz, em apertada síntese, que os pacientes sofrem constrangimento ilegal, uma vez que a pendência do julgamento do recurso interposto no âmbito administrativo retira a justa causa para a condução do inquérito policial. Pede a extinção liminar do inquérito policial posto que está pendente de análise de recurso administrativo e pelo fato de que a empresa parcelou o débito antes do recebimento da denúncia. Pugna, alternativamente, pela suspensão da pretensão punitiva estatal. No mérito, aguarda a confirmação da medida liminar.
É o breve relatório. Decido.
Vejo, ao menos diante de um juízo de cognição sumária, o alegado constrangimento ilegal.
Os documentos constantes dos presentes autos demonstram a efetiva pendência de julgamento dos recursos interpostos no âmbito administrativo. Assim, em que pese haver controvérsia quanto à necessidade de exaurimento da via administrativa nos delitos de apropriação indébita, o fato é que a jurisprudência tem reconhecido que o pagamento do débito extingue a punibilidade. Portanto, não é justo que a persecução penal sirva de instrumento de cobrança, devendo ser observado a ampla defesa, ainda que na seara administrativa.
Diante do exposto, defiro em parte o pedido de liminar, determinando o sobrestamento do curso do inquérito policial até o julgamento do mérito da presente impetração.
Oficie-se à autoridade impetrada para que preste as devidas informações, no prazo de 05 (cinco) dias, esclarecendo, pormenorizadamente, quanto ao alegado na presente impetração.
Com a vinda das informações, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.
São Paulo, 3 de abril de 2007.
COTRIM GUIMARÃES
Desembargador Federal
Relator Regimental

PROC.	:	2007.03.00.032593-8 HC 27443
ORIG.	:	2006.61.19.008798-8 1ª Vr GUARULHOS/SP
IMPTE	:	DULCI NEIA DE JESUS NASCIMENTO
PACTE	:	STORLARSKI GUILLAUME CHARLES réu preso
ADV	:	DULCI NEIA DE JESUS NASCIMENTO
IMPDO	:	JUÍZO FEDERAL DA 1 VARA DE GUARULHOS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES. FED. NELTON DOS SANTOS / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 49/49 verso
D E C I S Ã O
Vistos etc.
O pedido de liminar deve ser indeferido.
Em primeiro lugar, porque do alegado e suposto vício não resulta, como conclusão, a soltura do paciente, porquanto induvidoso que houve flagrante em relação à droga encontrada na boneca quebrada de pronto.
Em segundo lugar, porque não há o menor propósito, data venia, em impugnar-se, junto a este Tribunal - que não é o juízo natural da causa -, um laudo que, por sinal, nem consta, ainda, dos autos da ação penal.
Assim, INDEFIRO o pedido de liminar.
Solicitem-se informações a respeito do alegado pela impetrante. Consigne-se prazo de três dias para a prestação.
Oficie-se pela via de comunicação mais rápida, devendo o impetrado fazer o mesmo.
Com as informações, abra-se vista ao Ministério Público Federal.
Intime-se.
São Paulo, 3 de abril de 2007
Nelton dos Santos
Relator

PROC.	:	2007.03.99.002514-0 AC 1170235
ORIG.	:	9700180530 26 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
APDO	:	JESSE AMARAL DE ANDRADE e outro
ADV	:	MIRELLE DOS SANTOS OTTONI
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

DECISÃO/DESPACHO DE FLS.: 414
Fls. 412.
Manifeste-se a Caixa Econômica Federal.
P.I.

São Paulo, 29 de março de 2007.
CECILIA MELLO
Desembargadora Federal Relatora

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO E JULGAMENTO

ACÓRDÃOS

PROC.	:	95.03.041694-9 AC 253987
ORIG.	:	9302018962 2 Vr SANTOS/SP
APTE	:	DANTON RAMOS VIANNA e outros
ADV	:	HENRIQUE BERKOWITZ e outros
APDO	:	Uniao Federal - MEX
RELATOR	:	JUÍZA FED. SILVIA ROCHA / SEGUNDA TURMA

EMENTA
APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDOR PÚBLICO MILITAR. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. LEIS Nº 8.622/93 E Nº 8.627/93. ÍNDICE DE 28,86%. PRESCRIÇÃO.
I - O Supremo Tribunal Federal considerou que o reajuste concedido pelas leis nº 8.622/93 e nº 8.627/93 enquadra-se na classe de revisão geral de vencimentos.
II- Direito à complementação do servidor militar que recebeu reajuste inferior. Precedente da Turma.
III- Devida a diferença entre o percentual de 28,86% e o reajuste concedido, limitada aos termos do pedido e observada a prescrição qüinqüenal.
III- Juros moratórios que se computam à taxa de 1% ao mês a partir da citação, nos termos do Decreto-lei nº 2.322/87, até a edição da Medida Provisória nº 2.180-35 de 24 de agosto de 2001 e a partir de então em 6% ao ano, nos termos da referida MP.
IV- Recurso desprovido.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, DECIDE a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto do Sr. Relator, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 06 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	97.03.029797-8 AC 372116
ORIG.	:	9600000080 1 Vr ARARAQUARA/SP
APTE	:	POSTO GIRASSOL LTDA e outros
ADV	:	FATIMA PEREIRA DE C FIGUEIREDO e outros
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CRISTIANE AGUIAR DA CUNHA BELTRAME
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	JUIZA FED. CONV. SILVIA ROCHA / SEGUNDA TURMA

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. AÇÃO AUTÔNOMA. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS ESSENCIAIS À AFERIÇÃO DO RECURSO.
1. Os embargos à execução constituem ação autônoma e, como tal, devem ser instruídos com os documentos essenciais à comprovação das alegações das partes, ainda que apensados aos autos da execução, posto que não existe vedação legal ao desapensamento para prosseguimento da execução quando a apelação é recebida apenas no efeito devolutivo.
2. Recurso desprovido.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas,
DECIDE a 2.ª Turma do E. Tribunal Regional Federal da 3.ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 20 de março de 2007 (data do julgamento).

PROC.	:	2000.03.99.063185-9 AC 638423
ORIG.	:	9700313069 /SP
APTE	:	GEMMA BARBOZA DE CAMPOS e outros
ADV	:	ENRIQUE JAVIER MISAILIDIS LERENA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARIA EMILIA CARNEIRO SANTOS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	JUÍZA FED. SILVIA ROCHA / SEGUNDA TURMA

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR. RESTABELECIMENTO DO ADIANTAMENTO DO PCCS. SENTENÇA EM DUPLICIDADE. DESCABIMENTO.
I - Nos termos do art. 463 do CPC, ao publicar a sentença de mérito, o juiz cumpre e acaba o ofício jurisdicional. Erro material descaracterizado.
II -Havendo duplicidade de sentenças proferidas pelo mesmo julgador no mesmo processo, anula-se a segunda. Precedentes.
III- Recurso dos autores provido. Remessa oficial prejudicada.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas,
DECIDE a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, dar provimento ao recurso dos autores para anular a segunda sentença proferida (fls. 144/150), também à unanimidade, de ofício, declarou nula a sentença de fls. 125/132, por ser "extra petita", determinando o retorno dos autos à Vara de origem, para que outra seja proferida, prejudicada a remessa oficial, nos termos do relatório e voto do Sr. Relator, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 06 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2000.61.06.006258-8 AC 861241
ORIG.	:	6 Vr SAO JOSE DO RIO PRETO/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUIS CARLOS FAGUNDES VIANNA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	BRAZ ALVES FERREIRA JUNIOR e outro
ADV	:	JERONYMO JOSE GARCIA LOURENCO
INTERES	:	TRANSPORTADORA SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA
RELATOR	:	JUIZA FED. CONVOC. SILVIA ROCHA / SEGUNDA TURMA

EMENTA
EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. LEI N.º 8.009/90. BEM DE FAMÍLIA. IMPENHORABILIDADE. NÃO COMPROVAÇÃO.
I - Ausência de comprovação do cumprimento dos requisitos do artigo 1.º da Lei n.º 8.009/90, não havendo qualquer prova da condição do imóvel como bem de família.
II - Insuficiente para configuração do bem de família a certidão do oficial de justiça informando tratar-se de imóvel onde reside a genitora e o representante legal da embargante.
III - Recurso do INSS e remessa oficial, tida por interposta, providos.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas.
DECIDE a 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, dar provimento ao recurso do INSS e à remessa oficial, tida por interposta, nos termos do relatório e voto do Sr. Relator, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 20 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2000.61.06.008625-8 AC 856231
ORIG.	:	2 Vr SAO JOSE DO RIO PRETO/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	MARA ALZIRA DE CARVALHO S BARRETTO
APDO	:	HUBERT ELOY RICHARD PONTES
ADV	:	VALTER FERNANDES DE MELLO
RELATOR	:	JUIZA FED. CONVOC. SILVIA ROCHA / SEGUNDA TURMA

EMENTA
EXECUÇÃO FISCAL. BEM DE FAMÍLIA. IMPENHORABILIDADE. EMBARGOS. VIA ADEQUADA. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA.
I - A alegação de nulidade da penhora pode ser feita por simples petição nos autos da execução ou pela interposição de embargos à execução, que são a via adequada para o reconhecimento da impenhorabilidade do bem de família.
II - Mostra-se cabível o reconhecimento da sucumbência recíproca, tendo em vista que foram suscitadas e rejeitadas outras questões contra a pretensão executória.
III - Recurso desprovido.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas.
DECIDE a 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso da CEF, nos termos do relatório e voto do Sr. Relator, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 20 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2000.61.08.009798-5 AC 1137069
ORIG.	:	2 Vr BAURU/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SONIA COIMBRA DA SILVA
APDO	:	AMADO RESTOY DINIZ e outros
PARTE A	:	JOSE CARLOS SALACAR CORREA e outro
ADV	:	PAULO CESAR ALFERES ROMERO
RELATOR	:	DES.FED. PEIXOTO JUNIOR / SEGUNDA TURMA

EMENTA
FGTS. VERBA HONORÁRIA.
I - Inaplicabilidade das disposições do artigo 29-C, introduzido pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001, na lei 8.036/90, porquanto ajuizada a ação anteriormente a entrada em vigor da superveniente legislação, que não pode retroagir sob pena de ofensa ao direito adquirido.
II - Extinção do processo com exame de mérito em relação os autores Amado Restoy Diniz, Ana Maria Grassi Sambugaro, Maria José Sambugaro Filho, Wanderley Augusto Nunes e João Ferraz Branco, nos termos do artigo 269, III do Código de Processo Civil e apelação prejudicada em relação a referidos autores.
III - Recurso da CEF desprovido.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas.
DECIDE a 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, de ofício julgar extinto o processo com exame de mérito em relação aos autores Amado Restoy Diniz, Ana Maria Grassi Sambugaro, Maria José Sambugaro Filho, Wanderley Augusto Nunes e João Ferraz Branco, julgar prejudicada a apelação em relação a referidos autores e negar provimento ao recurso da CEF, nos termos do relatório e voto do Sr. Desembargador Relator, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 24 de outubro de 2006.

PROC.	:	2001.03.99.039488-0 AC 721875
ORIG.	:	9700023982 1 Vr CAMPO GRANDE/MS
APTE	:	SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SINDSEP MS
ADV	:	LUIZ FRANCISCO ALONSO DO NASCIMENTO
APDO	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE CAMPO GRANDE Sec Jud / MS
RELATOR	:	JUÍZA.FED. SILVIA ROCHA / SEGUNDA TURMA

EMENTA
ADMINISTRATIVO. SERVIDOR. FÉRIAS. CONVERSÃO DE 1/3 EM ABONO PECUNIÁRIO. § 1º DO ART. 78 DA LEI Nº 8.112/90. VERBA HONORÁRIA.
I- Direito que se reconhece apenas aos servidores que requereram a conversão de 1/3 (um terço) das férias em abono pecuniário antes da revogação dos parágrafos 1º e 2º do art. 78 da Lei nº 8.112/90 pela Medida Provisória nº 1.195 de 24/11/95. Precedentes do STJ e desta Corte.
II - Verba honorária mantida.
III- Recurso desprovido.
IV- Remessa oficial desprovida.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, DECIDE a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso e à remessa oficial, nos termos do relatório e voto do sr. Relator, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 06 de março de 2007. (data de julgamento).

PROC.	:	2001.61.23.000303-0 REOAC 781965
ORIG.	:	1 Vr BRAGANCA PAULISTA/SP
PARTE A	:	TEXTIL ELZA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e outro
ADV	:	JOAO HERMES PIGNATARI JUNIOR
PARTE R	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARCELO FURTADO PEREIRA MORALES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE BRAGANÇA PAULISTA-23ª SSJ-SP
RELATOR	:	JUIZA FED. CONVOC. SILVIA ROCHA / SEGUNDA TURMA

EMENTA
EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. MULTA MORATÓRIA. PERCENTUAL. REDUÇÃO. RETROATIVIDADE. LEI MAIS BENÉFICA.
I - Percentual da multa reduzido, nos termos do artigo 35 da Lei nº 8.212/91, com a nova redação dada pela Lei nº 9.528/97, tendo em vista a possibilidade de aplicação retroativa de lei mais benéfica em casos não definitivamente julgados, de acordo com o artigo 106, II, "c", do Código Tributário Nacional. Precedentes.
II - Remessa oficial desprovida.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas.
DECIDE a 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, negar provimento à remessa oficial, nos termos do relatório e voto do Sr. Relator, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 20 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2001.61.23.000304-1 REOAC 781967
ORIG.	:	1 Vr BRAGANCA PAULISTA/SP
PARTE A	:	SUZANA VILACA OLIVEIRA
ADV	:	JOAO HERMES PIGNATARI JUNIOR
PARTE R	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARCELO FURTADO PEREIRA MORALES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE BRAGANÇA PAULISTA-23ª SSJ-SP
RELATOR	:	JUIZA FED. CONVOC. SILVIA ROCHA / SEGUNDA TURMA

EMENTA
EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. MULTA MORATÓRIA. PERCENTUAL. REDUÇÃO. RETROATIVIDADE. LEI MAIS BENÉFICA.
I - Percentual da multa reduzido, nos termos do artigo 35 da Lei nº 8.212/91, com a nova redação dada pela Lei nº 9.528/97, tendo em vista a possibilidade de aplicação retroativa de lei mais benéfica em casos não definitivamente julgados, de acordo com o artigo 106, II, "c", do Código Tributário Nacional. Precedentes.
II - Remessa oficial desprovida.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas.
DECIDE a 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, negar provimento à remessa oficial, nos termos do relatório e voto do Sr. Relator, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 20 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2002.03.00.035393-6 AG 161453
ORIG.	:	200061820014784 3F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	SAN SIRO INTERNATIONAL INDUSTRIAS DE PARAFUSOS LTDA
ADV	:	PATRICIA DE CASTRO RIOS
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ALMIR CLOVIS MORETTI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	JUÍZA FED. CONV. SILVIA ROCHA / SEGUNDA TURMA

EMENTA
TRIBUTÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. REFIS. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO. REQUISITOS NÃO PREENCHIDOS.
1 - A suspensão da exigibilidade do débito ajuizado não garantido condiciona-se à homologação do comitê gestor, salvo se o débito consolidado perfaz valor inferior a R$ 500.000,00, possibilitando a homologação tácita, ou se houver arrolamento de bens suficientes à garantia do débito. Inteligência do artigo 3º, §§ 4º e 5º da Lei nº 9.964/2000 e do artigo 4º, § 5º do Decreto nº 3.431/2000.
2 - Agravo de instrumento desprovido e agravo regimental prejudicado.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas.
DECIDE a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento e julgar prejudicado o agravo regimental, nos termos do relatório e voto que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 13 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.00.091317-0 HC 25520
ORIG.	:	0200000049 A Vr AVARE/SP
IMPTE	:	DENIZ PALMIRA CARDOSO
PACTE	:	DENIZ PALMIRA CARDOSO
ADV	:	ADEMIR SPERONI
IMPDO	:	JUIZO DE DIREITO DO SAF DE AVARE SP
RELATOR	:	JUÍZA FED. CONV. SILVIA ROCHA / SEGUNDA TURMA

EMENTA
HABEAS CORPUS. DEPOSITÁRIO INFIEL. PENHORA SOBRE O FATURAMENTO.
- Constrangimeto ilegal que se verifica em hipótese de decisão de juiz de primeiro grau deferindo penhora de 5% (cinco porcento) sobre o faturamento e determinando a nomeação de designado sócio como depositário, inclusive a requerimento da exeqüente, todavia procedendo o oficial de justiça, com inobservância do mandado.
- Existência de irregularidade na formalização da penhora efetivada nos autos da ação executiva, consistente na inobservância do disposto no artigo 677 do CPC, que desnatura a própria condição de depositária atribuída à paciente.
- Ordem concedida.
ACÓRDÃO
Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas.
DECIDE a 2.ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3.ª Região, por unanimidade, conceder a ordem para cassar o decreto de prisão civil exarado contra a paciente, determinando a expedição de salvo-conduto, nos termos do relatório e voto da Sra. Juíza Federal Convocada, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 20 de março de 2007 (data do julgamento).

PROC.	:	2006.03.00.091751-5 HC 25532
ORIG.	:	200461810047282 4P Vr SAO PAULO/SP
IMPTE	:	LUIS FERNANDO DIEGUES CARDIERI
PACTE	:	EGNALDO COSTA SANTOSO
ADV	:	LUÍS FERNANDO DIEGUES CARDIERI
IMPDO	:	TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIAO
RELATOR	:	JUÍZA FED. CONV. SILVIA ROCHA / SEGUNDA TURMA

EMENTA
PENAL. ARTIGO 70 DA LEI 4.117/62. EMENDA CONTITUCIONAL Nº 8/95. TIPICIDADE.
- O tipo penal e a liberdade de expressão e comunicação são institutos com campos próprios e distintos de atuação, não havendo incompatibilidade entre a proibição e o regime de liberdades insculpido no Texto Maior.
- A Lei 9.612/98 não dispensa a necessidade de autorização do Poder Concedente para o funcionamento das emissoras abrangidas no conceito de Serviço de Radiodifusão Comunitária, subsistindo no ordenamento jurídico a proibição penal revigorada pela Lei nº 9.472/97.
- Tratamento em dispositivos diversos dos serviços de telecomunicações e de radiodifusão pela EC 8/95 que não terá necessariamente estabelecido uma distinção conceitual e ainda de caráter absoluto e irrestrito como se pretende, ressalvado que a Constituição não é um manual de conceitos mas um corpo de normas e onde não se entrevê proibição à disciplina do fato na esfera da ilicitude criminal.
- Ordem denegada.
ACÓRDÃO
Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas.
DECIDE a 2.ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3.ª Região, por unanimidade, denegar a ordem, nos termos do relatório e voto da Sra. Juíza Federal Convocada, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 20 de março de 2007. (data do julgamento).

PROC.	:	2006.03.00.091777-1 HC 25538
ORIG.	:	200661030026110 3 Vr SAO JOSE DOS CAMPOS/SP
IMPTE	:	LUIZ ALFREDO BIANCONI
IMPTE	:	QUELI CRISTINA PEREIRA CARVALHAIS
IMPTE	:	VANESSA LORIA RODRIGUES EMILIO MARZI
PACTE	:	CARLOS ROBERTO RODRIGUES SOARES
PACTE	:	MIGUEL SOARES NETO
PACTE	:	JOSE ROBERTO ERAS RODRIGUES
ADV	:	LUIZ ALFREDO BIANCONI
IMPDO	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE S J CAMPOS SP
RELATOR	:	JUÍZA FED. CONV. SILVIA ROCHA / SEGUNDA TURMA

EMENTA
HABEAS CORPUS. APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA.
- O delito do artigo 168-A do Código Penal é de natureza que não se afeiçoa às teses de exigência de encerramento de procedimento administrativo para a instauração da persecução penal, porquanto a conduta punível é de apropriação da contribuição arrecadada e não de supressão ou redução de tributo. Precedentes.
- Ordem denegada.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas.

DECIDE a 2.ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3.ª Região, por unanimidade, denegar a ordem, nos termos do relatório e voto da Sra. Juíza Federal Convocada, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

São Paulo, 20 de março de 2007. (data do julgamento).

PROC.	:	2006.03.00.103090-5 HC 25842
ORIG.	:	200261820368141 6F Vr SAO PAULO/SP
IMPTE	:	FRANCISCO MARESCA JUNIOR
PACTE	:	VALDIR GIMENES DIAS VIEIRA
ADV	:	EDNA MARIA DE CARVALHO
IMPDO	:	JUIZO FEDERAL DA 6 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	JUÍZA FED. CONV. SILVIA ROCHA / SEGUNDA TURMA

EMENTA

HABEAS CORPUS. DEPOSITÁRIO INFIEL. PRISÃO CIVIL. REGIME DOMICILIAR.

I - Formalidades exigidas para o decreto da prisão civil na espécie que se consubstanciam na penhora e encargo assumido pelo depositário e na não apresentação do bem.

II - Alegações de possibilidade de comercialização dos bens penhorados, encerramento das atividades em razão de situação financeira precária, paralisação da industrialização dos produtos de estoque rotativo, aquisição dos últimos bens estocados em outro processo de execução, necessidade de comercialização do produto penhorado em vista do prazo de validade e possibilidade de recair a penhora sobre maquinários da empresa que são redutíveis à atividade jurisdicional realizada no processo de execução.

III - À falta de amparo legal e reputando-se inaplicável a analogia, fica indeferido o pleito de cumprimento da prisão civil em regime domiciliar.

IV - Ordem denegada.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas.

DECIDE a 2.ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3.ª Região, por unanimidade, denegar a ordem, nos termos do relatório e voto da Sra. Juíza Federal Convocada, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

São Paulo, 20 de março de 2007. (data do julgamento).

PROC.	:	2006.03.00.103686-5 AG 283152
ORIG.	:	200561000044270 13 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	MARCO FINO
ADV	:	ANNE CRISTINA ROBLES BRANDINI
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	ANA CLAUDIA SCHMIDT
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 13 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	JUÍZA FED. CONV. SILVIA ROCHA / SEGUNDA TURMA

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. DECRETO-LEI Nº 70/66. CONSTITUCIONALIDADE. PRESTAÇÕES. DEPÓSITO.

1-Pertencendo à técnica dos procedimentos de execução o aparelhamento da defesa em vias exógenas não é dentro, mas no lado de fora do processo de execução que se disponibilizam os meios jurídicos adequados à ampla defesa do devedor. Alegação de inconstitucionalidade do Decreto-Lei nº 70/66 rejeitada. Precedente do E. STF.

2-Argüição de irregularidades dos reajustes que não comporta um juízo de verossimilhança.

3-Acolhimento do pleito no tocante ao disposto no art. 50, §1º da Lei 10.931/04, assegurando o direito ao pagamento diretamente à agravada da parte incontroversa, sem impor à mesma restrição ao exercício de seus direitos de credora.

4-Agravo de instrumento parcialmente provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

DECIDE a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento ao agravo de instrumento, nos termos do relatório e voto que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

São Paulo, 13 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.00.118174-9 HC 26318
ORIG.	:	200661810102824 JE Vr SAO PAULO/SP
IMPTE	:	MARIA CLAUDIA DE SEIXAS
IMPTE	:	MONICA SANTIAGO OLIVEIRA AMARAL CARVALHO
PACTE	:	FABIO VALIENGO VALERI
ADV	:	MARIA CLAUDIA DE SEIXAS
IMPDO	:	JUIZO DA TURMA RECURSAL DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL CRIMINAL DE SAO PAULO SP
RELATOR	:	JUÍZA FED. CONV. SILVIA ROCHA / SEGUNDA TURMA

EMENTA

HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO DE INDEFERIMENTO DE LIMINAR.

- Impetração contra decisão de relator que indefere pedido de liminar em "habeas corpus" no juízo de origem que se admite apenas em caráter excepcional e quando patente a ilegalidade, situação à qual não se amolda a hipótese dos autos.

- Habeas-Corpus não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas.

DECIDE a 2.ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3.ª Região, por unanimidade, não conhecer da impetração, nos termos do relatório e voto da Sra. Juíza Federal Convocada, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

São Paulo, 20 de março de 2007 (data do julgamento).

PROC.	:	2006.03.00.120241-8 HC 26389
ORIG.	:	200561190028554 5 Vr GUARULHOS/SP
IMPTE	:	JOSE LEONARDO LACERDA DA ROCHA
PACTE	:	IMRAAN DAWOOD DHODA reu preso
ADV	:	JOSÉ LEONARDO LACERDA DA ROCHA
IMPDO	:	JUIZO FEDERAL DA 5 VARA DE GUARULHOS > 19 SSP > SP
RELATOR	:	JUÍZA FED. CONV. SILVIA ROCHA / SEGUNDA TURMA

EMENTA

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. REGIME PRISIONAL. GUIA DE RECOLHIMENTO PROVISÓRIA. PENA.

- Possibilidade de progressão prisional. Precedente do STF.

- Pedidos de progressão de regime e expedição de guia de recolhimento provisória que se rejeitam, em vista de recurso da acusação visando a majoração da pena-base.

- Pretensão de concessão de "habeas corpus" para reforma da sentença quanto ao regime inicial de cumprimento e redução da pena privativa de liberdade que não versa matéria de nulidade e não se adequa às previsões do artigo 648 do CPP.

- Ordem parcialmente concedida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas.

DECIDE a 2.ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3.ª Região, por unanimidade, conceder parcialmente a ordem apenas para afastar a vedação a progressão prisional, nos termos do relatório e voto da Sra. Juíza Federal Convocada, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

São Paulo, 20 de março de 2007 (data do julgamento).

PROC.	:	2007.03.00.002444-6 HC 26649
ORIG.	:	9900002073 A Vr SUMARE/SP
IMPTE	:	DEMETRIUS ADALBERTO GOMES
PACTE	:	GUILHERME MARCONDES FERRAZ reu preso
ADV	:	DEMETRIUS ADALBERTO GOMES
IMPDO	:	JUIZO DE DIREITO DO SAF DE SUMARE SP
RELATOR	:	JUÍZA FED. CONV. SILVIA ROCHA / SEGUNDA TURMA

EMENTA

HABEAS CORPUS. DEPOSITÁRIO INFIEL. PRISÃO CIVIL. PACTO DE SÃO JOSÉ DA COSTA RICA. ALEGAÇÃO DE FURTO.

- Formalidades exigidas para o decreto da prisão civil na espécie que se consubstanciam na penhora e encargo assumido pelo depositário e na não apresentação do bem.

- Argüições de indicação de bem à penhora e decurso de prazo prescricional que são redutíveis à atividade jurisdicional realizada no processo de execução.

- Afastadas alegações que se reportam às previsões do Pacto de São José da Costa Rica. Precedentes.

- Insuficiência de simples boletim de ocorrência para a comprovação de alegação de delito de furto do bem penhorado. Precedentes do E. STJ.

- Ordem denegada.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas.

DECIDE a 2.ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3.ª Região, por unanimidade, denegar a ordem, nos termos do relatório e voto da Sra. Juíza Federal Convocada, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

São Paulo, 20 de março de 2007. (data do julgamento).

PROC.	:	1999.61.00.012598-0 AC 751700
ORIG.	:	13 Vr SÃO PAULO/SP
APTE	:	Caixa Econômica Federal - CEF
ADV	:	LUIZ AUGUSTO DE FARIAS
APDO	:	MÁRIO CESAR VIEIRA DOS SANTOS
ADV	:	APOLLO DE CARVALHO SAMPAIO
RELATOR	:	DES. FED. NELTON DOS SANTOS / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. AÇÃO DE DECLARAÇÃO DE NULIDADE DE EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL. AGRAVO RETIDO. AGENTE FIDUCIÁRIO. LITISCONSÓRCIO. DECRETO-LEI N.º 70/66. CONSTITUCIONALIDADE. NOTIFICAÇÃO PARA PURGAR A MORA. EDITAL DE LEILÃO. JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO. VÍCIOS NÃO COMPROVADOS. PEDIDO IMPROCEDENTE.

1. Em demanda tendente à declaração de nulidade do procedimento executivo extrajudicial regido pelo Decreto-lei n.º 70/66, a legitimidade passiva é exclusiva do agente financeiro, descabendo litisconsórcio com o agente fiduciário.

2. O Supremo Tribunal Federal considera constitucional a execução extrajudicial regulada pelo Decreto-lei n.º 70/66, sem prejuízo da possibilidade de o devedor defender, em juízo, os direitos que reputa possuir.

3. Não comprovado, pelo mutuário, o descumprimento das formalidades previstas no Decreto-lei n.º 70/66, é de rigor julgar-se improcedente o pedido de anulação da execução extrajudicial.

4. Em mora há mais de dois anos, o mutuário não pode afirmar-se surpreso com a instauração do procedimento executivo extrajudicial.

5. Apelação provida. Sentença reformada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas.

DECIDE a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por votação unânime, negar provimento ao agravo retido, dar provimento à apelação, e julgar improcedente o pedido inicial, tudo na forma do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

São Paulo, 27 de março de 2007 (data do julgamento)

PROC.	:	2003.61.00.006032-1 AC 1164923
ORIG.	:	15 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	MARCIO RODRIGUES VASQUES
APTE	:	CRISTINA DE JESUS AMARAL
ADV	:	SUELI APARECIDA FREGONEZI PARREIRA
APDO	:	OS MESMOS
RELATOR	:	DES.FED. NELTON DOS SANTOS / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. CONTRATO DE PENHOR DE JÓIAS. ROUBO. INDENIZAÇÃO CONTRATADA. AVALIAÇÃO DAS JÓIAS. QUESTÃO FÁTICA CONTROVERTIDA. NECESSIDADE DE PROVAS. QUESTÃO DE DIREITO E JULGAMENTO EM TESE. SENTENÇA CONDICIONAL.

1. No processo de conhecimento, cumpre ao juiz reconstruir os fatos e aplicar a regra de direito pertinente, não lhe sendo dado julgar apenas a tese jurídica e remeter, para a liquidação de sentença, o exame de fato controvertido e relevante para o deslinde da causa.

2. Em direito processual, não se confundem as noções de "questão exclusivamente de direito" e de "julgamento em tese". A questão estritamente de direito ocorre quando o réu, admitindo ou confessando os fatos articulados pelo autor, nega as respectivas conseqüências jurídicas. O julgamento em tese, por sua vez, ocorre quando o juiz limita-se a apreciar a procedência da fundamentação jurídica do pedido, remetendo para a liquidação de sentença a apreciação dos fatos constitutivos do direito do autor.

3. É nula a sentença que emite mero julgamento em tese, porquanto configura verdadeira sentença condicional, vedada pelo ordenamento positivo (CPC, artigo 460, parágrafo único).

4. Restando controvertida a alegação de que a indenização oferecida pela ré não corresponde ao valor das jóias roubadas na constância do contrato de penhor, impõe-se a colheita de provas a respeito, não sendo viável relegar a resolução da questão para a liquidação de sentença.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas.

DECIDE a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por votação unânime, dar provimento à apelação da ré para anular a sentença e julgar prejudicado o recurso da autora, na forma do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

São Paulo, 27 de março de 2007 (data do julgamento).

PROC.	:	2003.61.00.022619-3 AC 1172888
ORIG.	:	22 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	CELSO GONCALVES PINHEIRO
APDO	:	FRANCISCO DIAS ROSA e outros
ADV	:	PAULO POLETTO JUNIOR
RELATOR	:	DES.FED. NELTON DOS SANTOS / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. FGTS. DIFERENÇAS DE CORREÇÃO MONETÁRIA. CPC, ART. 741, PARÁGRAFO ÚNICO. SENTENÇA TERMINATIVA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA.

1. A afirmada ofensa à Constituição Federal - fundamento dos embargos à execução - não pode ser aquela proclamada pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle difuso de constitucionalidade, salvo se houver sido editada, pelo Senado Federal, resolução suspendendo a execução da norma, nos termos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal.

2. Na conformidade da jurisprudência da Turma, não são devidos honorários advocatícios nos embargos à execução opostos a partir de 28 de julho de 2001, data em que foi publicada a Medida Provisória n.º 2.164-40, que inseriu o art. 29-C na Lei n.º 8.036/90.
3. Sentença terminativa confirmada. Apelação parcialmente provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas.
DECIDE a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por votação unânime, dar parcial provimento à apelação, na forma do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 27 de março de 2007 (data do julgamento).

PROC.	:	2003.61.00.023418-9 AMS 284583
ORIG.	:	22 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Comissao Nacional de Energia Nuclear de Sao Paulo - CNEN/SP
ADV	:	EDUARDO DE ALMEIDA FERRARI
APDO	:	REYNALDO PUGLIESI e outro
ADV	:	MARCIA DOMETILA LIMA DE CARVALHO
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 22 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. NELTON DOS SANTOS / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. AGRAVO RETIDO. NÃO REITERADO. SERVIDOR PÚBLICO. CONTAGEM DE TEMPO ESPECIAL DE TRABALHO INSALUBRE. REGIME CELETISTA. POSSIBILIDADE. REGIME JURIDICO ÚNICO. DESCABIMENTO. AUSÊNCIA DE NORMA COMPLEMENTAR.
1. Não se conhece do agravo retido interposto pela parte que nem sequer apresentou contra-razões à apelação de seu adversário
2. Provadas documentalmente as alegações de fato formuladas pelo impetrante, não há falar em inadequação da via mandamental.
3. Deve ser respeitado o direito adquirido do servidor público à contagem especial do tempo de serviço insalubre, prestado sob o regime celetista antes da instituição do Regime Jurídico Único.
4. À míngua da lei complementar aludida no § 4º do art. 40 da Constituição Federal, o servidor público não faz jus à contagem especial do tempo de serviço insalubre prestado após a instituição do Regime Jurídico Único.
5. Remessa oficial e apelação providas.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas.
DECIDE a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por votação unânime, dar parcial provimento ao recurso a fim de que seja contado, como tempo especial, apenas o período trabalhado pelos impetrantes antes da passagem para o regime jurídico único, instituído pela Lei nº 8.112/90, na forma do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 27 de março de 2007 (data do julgamento)

PROC.	:	2003.61.00.034496-7 AC 1069007
ORIG.	:	25 VR SAO PAULO/SP
APTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV	:	MARINILDA GALLO
APDO	:	ANTONIO CARLOS DE SOUZA BRAZ E OUTRO
RELATOR	:	DES.FED. NELTON DOS SANTOS / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. EXTINÇÃO DO PROCESSO. ABANDONO. ART. 267, III, DO CPC. OBSERVÂNCIA, PELO JUÍZO, DOS PRAZOS E FORMALIDADES LEGAIS. SENTENÇA MANTIDA.
1. Observados, pelo juízo da causa, os prazos e as formalidades previstas no inciso III e no § 1º do art. 267 do Código de Processo Civil, é-lhe dado extinguir o processo.
2. Apelação desprovida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas.
DECIDE a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por votação unânime, negar provimento à apelação, na forma do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 27 de março de 2007 (data do julgamento)

PROC.	:	2003.61.04.017839-2 AC 1165993
ORIG.	:	4 Vr SANTOS/SP
APTE	:	NANCY APPARECIDA DE OLIVEIRA RODRIGUES
ADV	:	CARLOS ALBERTO SILVA
APDO	:	Uniao Federal - MEX
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
RELATOR	:	DES.FED. NELTON DOS SANTOS / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

ADMINISTRATIVO. PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE. REVERSÃO DA COTA-PARTE DA PENSÃO DO FILHO - QUE ATINGIU 21 ANOS - EM FAVOR DA MÃE. IMPOSSIBILIDADE. ART. 14, CAPUT, E PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI 8.059/90.
1. Tendo o ex-combatente falecido em 1993, o direito dos dependentes ao recebimento da pensão especial rege-se pela Lei n.º 8.059, de 4 de julho de 1990.
2. Nos termos do art. 14 da Lei n.º 8.059/90, a cota-parte da pensão especial, devida ao filho - não inválido - do ex-combatente extingue-se quando o dependente atinge 21 anos de idade, não se permitindo a transferência da cota-parte do filho à viúva do instituidor. Precedentes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Regionais Federais.
3. Apelação desprovida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas.
DECIDE a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por votação unânime, negar provimento à apelação, na forma do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 27 de março de 2007 (data do julgamento)

PROC.	:	2003.61.11.004022-5 AC 1128802
ORIG.	:	3 Vr MARILIA/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	PAULO PEREIRA RODRIGUES
APDO	:	SILVIA HELENA DE OLIVEIRA RIBEIRO e outro
ADV	:	LUIS VIEIRA CARLOS JUNIOR
PARTE R	:	EMGEA Empresa Gestora de Ativos
ADV	:	PAULO PEREIRA RODRIGUES
RELATOR	:	DES.FED. NELTON DOS SANTOS / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. JUSTIÇA GRATUITA. CONDENAÇÃO DOS VENCIDOS. EXECUÇÃO CONDICIONADA À COMPROVAÇÃO, EM CINCO ANOS, DE QUE OS VENCIDOS PODEM SUPORTAR O PAGAMENTO SEM PREJUÍZO DE SEU SUSTENTO E DE SUA FAMÍLIA. LEI N. 1.060/50, ART. 12.
1. O benefício da gratuidade judicial não exonera o vencido dos ônus da sucumbência, mas condiciona a execução do julgado à comprovação, no prazo de cinco anos, de que o condenado pode suportar o pagamento sem prejuízo do sustento próprio e de sua família (Lei n. 1.060/50, art. 12).
2. Apelação provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas.
DECIDE a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por votação unânime, dar provimento à apelação, na forma do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 27 de março de 2007 (data do julgamento)

PROC.	:	2003.61.11.004336-6 AC 1129727
ORIG.	:	3 Vr MARÍLIA/SP
APTE	:	Caixa Econômica Federal - CEF
ADV	:	PAULO PEREIRA RODRIGUES
APDO	:	SÍLVIA HELENA DE OLIVEIRA RIBEIRO e outro
ADV	:	LUÍS VIEIRA CARLOS JÚNIOR
PARTE R	:	EMGEA Empresa Gestora de Ativos
ADV	:	PAULO PEREIRA RODRIGUES
RELATOR	:	DES. FED. NELTON DOS SANTOS / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. TABELA PRICE. PROVA PERICIAL. ALEGAÇÃO NÃO COMPROVADA. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. JUSTIÇA GRATUITA. CONDENAÇÃO DOS VENCIDOS. EXECUÇÃO CONDICIONADA À COMPROVAÇÃO, EM CINCO ANOS, DE QUE OS VENCIDOS PODEM SUPORTAR O PAGAMENTO SEM PREJUÍZO DE SEU SUSTENTO E DE SUA FAMÍLIA. LEI N. 1.060/50, ART. 12.
1. O laudo pericial contábil - em relação ao qual os autores não ofereceram qualquer impugnação -, não detectou a prática de anatocismo.
2. O benefício da gratuidade judicial não exonera o vencido dos ônus da sucumbência, mas condiciona a execução do julgado à comprovação, no prazo de cinco anos, de que o condenado pode suportar o pagamento sem prejuízo do sustento próprio e de sua família (Lei n. 1.060/50, art. 12).
3. Apelação provida. Recurso adesivo desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas.
DECIDE a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por votação unânime, negar provimento ao recurso adesivo e dar provimento à apelação da ré, na forma do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 27 de março de 2007 (data do julgamento)

PROC.	:	2004.61.00.000692-6 AC 1172066
ORIG.	:	9 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	CELSO GONCALVES PINHEIRO
APDO	:	JESUINO STRABELLI (= ou > de 65 anos)
ADV	:	ADILSON LUIZ SAMAHA DE FARIA
RELATOR	:	DES.FED. NELTON DOS SANTOS / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. FGTS. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EXTRATOS. JUNTADA. ENCARGO ATRIBUÍDO À CEF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EXCESSO DE EXECUÇÃO. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA.
1. Se os extratos estão em poder dos antigos bancos depositórios, cumpre à CEF diligenciar sua obtenção e apresentá-los em juízo, mesmo no tocante ao período anterior à centralização das contas.
2. Se o alegado excesso de execução consistiria na necessidade de o exeqüente previamente apresentar os extratos da conta (CPC, art. 743, inciso IV); e se tal encargo é atribuído à executada, não há como acolher-se a apelação nesse particular.
3. Na conformidade da jurisprudência da Turma, não são devidos honorários advocatícios nos embargos à execução opostos a partir de 28 de julho de 2001, data em que foi publicada a Medida Provisória n.º 2.164-40, que inseriu o art. 29-C na Lei n.º 8.036/90.
4. Apelação parcialmente provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas.
DECIDE a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por votação unânime, dar parcial provimento à apelação, na forma do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 27 de março de 2007 (data do julgamento)

PROC.	:	2004.61.00.029142-6 AC 1126904
ORIG.	:	16 Vr SÃO PAULO/SP
APTE	:	ÂNGELA DE ALMEIDA CASTELEIRA e outro
ADV	:	ELIEL SANTOS JACINTHO
APDO	:	Caixa Econômica Federal - CEF
ADV	:	LOURDES RODRIGUES RUBINO
RELATOR	:	DES. FED. NELTON DOS SANTOS / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. AÇÃO DE ANULAÇÃO DE EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL. ALEGAÇÃO DE QUE O DECRETO-LEI N.º 70/66 OFENDE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ALEGAÇÃO, TAMBÉM, DE DESCUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DO PRÓPRIO DECRETO-LEI N.º 70/66. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO INICIAL. OMISSÃO QUANTO A UMA DAS CAUSAS DE PEDIR. NULIDADE. APELAÇÃO PREJUDICADA.
1. Deduzida, na petição inicial, uma pluralidade de causas de pedir, o juiz não pode julgar improcedente o pedido sem examinar todas elas.
2. No caso dos autos, além de alegar que o Decreto-lei n.º 70/66 é inconstitucional, os demandantes afirmam que dispositivos nele constantes não foram observados, nulificando a execução extrajudicial. Assim, revela-se nula a sentença que rejeitou o pedido inicial sem enfrentar a segunda causa de pedir.
3. Sentença nula. Apelação prejudicada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas.
DECIDE a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por votação unânime e de ofício, declarar nula a sentença e julgar prejudicada a apelação, na forma do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 27 de março de 2007 (data do julgamento)

PROC.	:	2004.61.00.029731-3 AC 1172890
ORIG.	:	9 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	NELSON LUIZ PINTO
APDO	:	ANA MARIA DE OLIVEIRA MASQUETO e outros
PARTE A	:	CARLOS ALBERTO TEIXEIRA e outro
ADV	:	ANTONIO ALVES BEZERRA
RELATOR	:	DES.FED. NELTON DOS SANTOS / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. FGTS. DIFERENÇAS DE CORREÇÃO MONETÁRIA. CPC, ART. 741, PARÁGRAFO ÚNICO. SENTENÇA TERMINATIVA. MULTA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA.
1. A afirmada ofensa à Constituição Federal - fundamento dos embargos à execução - não pode ser aquela proclamada pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle difuso de constitucionalidade, salvo se houver sido editada, pelo Senado Federal, resolução suspendendo a execução da norma, nos termos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal.
2. Na conformidade da jurisprudência da Turma, não são devidos honorários advocatícios nos embargos à execução opostos a partir de 28 de julho de 2001, data em que foi publicada a Medida Provisória n.º 2.164-40, que inseriu o art. 29-C na Lei n.º 8.036/90.

3. Se a sentença não condenou a apelante como litigante de má-fé, não merece conhecimento o recurso nesse particular, por evidente falta de interesse recursal.
4. Sentença terminativa confirmada. Apelação parcialmente conhecida e provida em parte.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas.
DECIDE a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por votação unânime, conhecer em parte da apelação e, nesta parte, dar-lhe parcial provimento, na forma do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 27 de março de 2007 (data do julgamento).

PROC.	:	2004.61.09.002039-5 AC 1172012
ORIG.	:	2 Vr PIRACICABA/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	RICARDO CHITOLINA
APDO	:	JOAO BATISTA DE AGUIAR
RELATOR	:	DES.FED. NELTON DOS SANTOS / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. CONTRATO DE ADESÃO AO CRÉDITO DIRETO CAIXA. VIA PROCESSUAL INADEQUADA. EXECUÇÃO. MONITÓRIA. CONVERSÃO. IMPOSSIBILIDADE.
1. O contrato de adesão ao crédito direto não constitui título executivo, podendo o credor, para reaver seu crédito, ajuizar ação monitória.
2. O art. 295, inc. V, do Código de Processo Civil autoriza a adequação do procedimento, mas não a conversão de uma espécie de processo em outro.
3. Apelação desprovida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas.
DECIDE a Segunda Turma do Tribunal Regional federal da 3ª Região, por votação unânime, negar provimento à apelação, na forma do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 27 de março de 2007 (data do julgamento)

PROC.	:	2004.61.09.005367-4 AC 1172009
ORIG.	:	2 Vr PIRACICABA/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	RICARDO CHITOLINA
APDO	:	BENEDITO APARECIDO BRANDINO e outro
RELATOR	:	DES.FED. NELTON DOS SANTOS / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. CONTRATO DE ADESÃO AO CRÉDITO DIRETO CAIXA. INDEFERIMENTO DA INICIAL. CABIMENTO. EXECUÇÃO. MONITÓRIA. CONVERSÃO. IMPOSSIBILIDADE.
1. O contrato de adesão ao crédito direto não constitui título executivo, podendo o credor, para reaver seu crédito, ajuizar ação monitória.
2. O art. 295, inc. V, do Código de Processo Civil autoriza a adequação do procedimento, mas não a conversão de uma espécie de processo em outro.
3. Se o demandante propõe execução com base em título desprovido de força executiva, o caso é de indeferir-se liminarmente a petição inicial pela inadequação da via processual.
4. Apelação desprovida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas.
DECIDE a Segunda Turma do Tribunal Regional federal da 3ª Região, por votação unânime, negar provimento à apelação, na forma do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 27 de março de 2007 (data do julgamento)

PROC.	:	2005.61.10.000621-7 AC 1173521
ORIG.	:	3 Vr SOROCABA/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	IVAN MOREIRA
APDO	:	NADIR CIRELI SAMPAIO
RELATOR	:	DES.FED. NELTON DOS SANTOS / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO MONITÓRIA. CONTRATO DE ADESÃO AO CRÉDITO DIRETO CAIXA. INDEFERIMENTO DA INICIAL. DESCABIMENTO.
O contrato de adesão ao crédito direto não constitui título executivo, podendo o credor, para reaver seu crédito, ajuizar ação monitória.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas.
DECIDE a Segunda Turma do Tribunal Regional federal da 3ª Região, por votação unânime, dar provimento à apelação para desconstituir a sentença, na forma do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 27 de março 2007 (data do julgamento)

PROC.	:	2005.61.19.007757-7 AMS 284245
ORIG.	:	4 Vr GUARULHOS/SP
APTE	:	CELTEC MECANICA E METALURGICA LTDA
ADV	:	EDISON FREITAS DE SIQUEIRA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA DE GUARULHOS > 19 SSJ > SP
RELATOR	:	DES.FED. NELTON DOS SANTOS / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

CONSTITUCIONAL. MANDADO DE SEGURANÇA. DEPÓSITO PRÉVIO COMO REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO ADMINISTRATIVO. CONSTITUCIONALIDADE. INEXISTÊNCIA DE OFENSA AO ART. 151, III, DO CTN E AO ART. 146, III, "b" DA CARTA MAGNA. SUPOSTA OFENSA AO DIREITO DE PETIÇÃO. ORDEM DENEGADA.
1. Na conformidade da jurisprudência do E. Supremo Tribunal Federal, a exigência de prévio depósito, como requisito de admissibilidade do recurso administrativo, não ofende a vigente Constituição da República.
2. Não há incompatibilidade entre a exigência do depósito prévio e a regra do art. 151, inc. III, do CTN.
3. A exigência do depósito prévio, como requisito de admissibilidade do recurso administrativo fiscal, não demanda lei complementar, podendo ser veiculada por meio de lei ordinária. Inexistência de ofensa ao artigo 146, III, 'b', da Constituição Federal. Precedentes.
4. Se o depósito prévio é condição de admissibilidade de recurso administrativo e não pagamento de taxa, inexiste afronta ao inciso XXXIV, "a", da Carta Magna, que consagra o direito de petição.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas.
DECIDE a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por maioria, negar provimento à apelação, na forma do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 27 de março de 2007 (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.00.109637-0 HC 26073
ORIG.	:	2005.61.02.003949-8 7ª Vr RIBEIRÃO PRETO/SP
IMPTE	:	MARIA CLÁUDIA DE SEIXAS
IMPTE	:	FERNANDO TONISSI
PACTE	:	FÁBIO GONÇALVES ROCHA
ADV	:	FERNANDO TONISSI
IMPDO	:	JUÍZO FEDERAL DA 7ª VARA DE RIBEIRÃO PRETO - SP
RELATOR	:	DES. FED. NELTON DOS SANTOS / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PECULATO. DENÚNCIA QUE DESCREVE CONDUTA TÍPICA. PROVA DE OCORRÊNCIA DO FATO E FORTES INDÍCIOS DE AUTORIA. INSTAURAÇÃO DA AÇÃO PENAL. TESE DEFENSIVA DEPENDENTE DE VALORAÇÃO DA PROVA ORAL. INSERVIBILIDADE DA VIA PROCESSUAL ELEITA.
1. Se a denúncia descreve fato típico e se concorrem prova da materialidade e indícios de autoria, é de rigor a instauração da ação penal, em homenagem ao princípio in dubio pro societate.
2. O habeas corpus é ação de rito sumário e estritamente documental, não admitindo o exame e a valoração de prova oral.
3. Ordem denegada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas.
DECIDE a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por votação unânime, denegar a ordem pleiteada, na forma do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 27 de março de 2007 (data do julgamento).

PROC.	:	2006.03.00.111021-4 HC 26120
ORIG.	:	2000.61.08.008747-5 2ª Vr BAURU/SP
IMPTE	:	GUSTAVO MARTIN TEIXEIRA PINTO
PACTE	:	EZIO RAHAL MELILLO
ADV	:	GUSTAVO MARTIN TEIXEIRA PINTO
IMPDO	:	JUÍZO FEDERAL DA 2ª VARA DE BAURU Sec Jud SP
RELATOR	:	DES. FED. NELTON DOS SANTOS / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE O PEDIDO DE LIMINAR. AGRAVO REGIMENTAL. DESCABIMENTO.
1. Não cabe agravo regimental contra a decisão que, em habeas corpus, indefere pedido de liminar. Precedentes do STF e do STJ.
2. Recurso não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas.
DECIDE a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por votação unânime, não conhecer do recurso interposto, na forma do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 27 de março de 2007 (data do julgamento).

PROC.	:	2006.03.00.113201-5 HC 26193
ORIG.	:	2000.61.08.009825-4 2ª Vr BAURU/SP
IMPTE	:	GUSTAVO MARTIN TEIXEIRA PINTO
PACTE	:	EZIO RAHAL MELILLO
ADV	:	GUSTAVO MARTIN TEIXEIRA PINTO
IMPDO	:	JUÍZO FEDERAL DA 2ª VARA DE BAURU Sec Jud SP
RELATOR	:	DES. FED. NELTON DOS SANTOS / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE O PEDIDO DE LIMINAR. AGRAVO REGIMENTAL. DESCABIMENTO.
1. Não cabe agravo regimental contra a decisão que, em habeas corpus, indefere pedido de liminar. Precedentes do STF e do STJ.
2. Recurso não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas.
DECIDE a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por votação unânime, não conhecer do recurso interposto, na forma do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 27 de março de 2007 (data do julgamento).

PROC.	:	2006.03.99.013697-8 AC 1104790
ORIG.	:	9800060790 3 Vr CAMPO GRANDE/MS
APTE	:	Uniao Federal - MEX
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
APDO	:	PAULO CESAR SILVA DE SERPA
ADV	:	MARIA EVA FERREIRA
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE CAMPO GRANDE MS
RELATOR	:	DES.FED. NELTON DOS SANTOS / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR MILITAR. ACIDENTE EM SERVIÇO. INCAPACIDADE DEFINITIVA PARA O SERVIÇO ATIVO DAS FORÇAS ARMADAS. REFORMA. ARTS. 106, INCISO II; 108, INCISO III; 109 E 110, CAPUT, E PARÁGRAFO 1º DA LEI N.º 6.880/80. JUROS.
1. Afigura-se indevido o licenciamento do militar, que, em virtude de acidente sofrido em serviço, torna-se definitivamente incapaz para o serviço ativo militar.
2. Comprovada a incapacidade definitiva para o serviço ativo das Forças Armadas, não estando impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho, o militar faz jus à reforma, com a remuneração correspondente ao posto que ocupava na ativa. Inteligência dos arts. 106, inciso II; 108, inciso III; 109 e 110, caput, e parágrafo 1º da Lei n.º 6.880/80. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça e deste Tribunal.
3. Não se conhece da apelação na parte em que se postula a redução da verba honorária, de 20% para 10% sobre o valor da condenação, uma vez que sentença já a arbitrara no menor percentual.
4. Os juros são fixados em 6% (seis por cento) ao ano, a contar da citação, nos termos do art. 1º-F da Lei n.º 9.494/97, com a redação dada pela Medida Provisória n.º 2.180-35, de 24 de agosto de 2001.
5. Remessa oficial e apelação parcialmente providas.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas.
DECIDE a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por votação unânime, conhecer em parte do recurso e, na parte conhecida, dar-lhe parcial provimento para reformar a sentença no tocante aos juros; e dar parcial provimento à remessa oficial para determinar que a remuneração na reserva seja correspondente ao soldo da graduação que o autor possuía na ativa,, na forma do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 27 de março de 2007 (data do julgamento)

PROC.	:	2007.03.00.002496-3 HC 26660
ORIG.	:	2005.61.02.003949-8 7ª Vr RIBEIRÃO PRETO/SP
IMPTE	:	MARIA CLÁUDIA DE SEIXAS
IMPTE	:	ANDRÉ SANTOS ROCHA DA SILVA
IMPTE	:	ANA CAROLINA GARCIA BLIZA DE OLIVEIRA
PACTE	:	FÁBIO GONÇALVES ROCHA
ADV	:	MARIA CLÁUDIA DE SEIXAS
IMPDO	:	JUÍZO FEDERAL DA 7ª VARA DE RIBEIRÃO PRETO SP
RELATOR	:	DES. FED. NELTON DOS SANTOS / SEGUNDA TURMA

E M E N T A
PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. INQUIRIÇÃO DE TESTEMUNHA. PEDIDO FORMULADO NA FASE DO ART. 499 DO CPP. UTILIDADE E RELEVÂNCIA DA PROVA. AUSÊNCIA DE PROPÓSITO PROCRASTINATÓRIO. ORDEM CONCEDIDA.
1. Tratando-se de produzir prova útil e relevante para o julgamento da ação penal e não se percebendo, em concreto, qualquer intuito de retardar a tramitação do processo, deve ser deferido requerimento de inquirição de testemunha formulado pela defesa na fase do art. 499 do Código de Processo Penal.
2. Ordem concedida.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas.
DECIDE a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, conceder a ordem, na forma do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 27 de março de 2007 (data do julgamento)

PROC.	:	96.03.009376-9 AC 301736
ORIG.	:	9500083124 4 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SUELI FERREIRA DA SILVA
APDO	:	FRANCISCO DE ASSIS FERREIRA e outros
ADV	:	ROBERTO MOHAMED AMIN JUNIOR
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

EMENTA
PROCESSO CIVIL E FGTS. ILEGITIMIDADE PASSIVA DA UNIÃO FEDERAL - LEGITIMIDADE PASSIVA DA CEF - CORREÇÃO MONETÁRIA - ÍNDICE APLICÁVEL - IPC - JANEIRO/89: 42,72% - MARÇO/90: 84,32% - ABRIL/90: 44,80% - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
1.A União Federal não é parte legítima para figurar no pólo passivo da ação. Compete à Caixa Econômica Federal, como agente operadora do FGTS, a quem cabe sua administração, a teor do disposto na Lei nº 8.036/90, responder aos termos da presente demanda, cabendo-lhe, ainda, zelar pela intangibilidade de seus depósitos.
2.Somente a CEF é parte legítima para figurar na demanda onde se discute a correção monetária dos saldos das contas vinculadas ao FGTS.
3.O C.STJ pacificou o entendimento no sentido de que o índice a ser utilizado para a correção dos saldos fundiários deve ser o IPC nos meses de janeiro/89 e abril/90, no percentual de 42,72% e 44,80%, respectivamente.
4.Quanto ao IPC de março/90 (84,32%), de igual forma merece ser concedido, sendo que, por ventura, se houver sido creditado administrativamente, deverá ser apurado em fase de liquidação.
5.Assim sendo, mantenho, nesta parte, a r. sentença de primeiro grau a fim de reconhecer como devido os índices referentes aos meses de janeiro/89 (42,72%), março/90 (84,32%) e abril/90 (44,80%), reformando, entretanto, a parte dispositiva que deu provimento aos índices referente a maio de 1990, e fevereiro de 1991, para que seja excluído da condenação, tendo em vista a jurisprudência pacificada dos tribunais superiores sobre este tema.
6.Mantenho os honorários conforme fixados pela r. sentença de primeiro grau

ACÓRDÃO
Vistos e relatados os autos nos quais são partes as acima arroladas, DECIDE a 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, rejeitar as preliminares argüida pela Caixa Econômica Federal, e, no mérito dar parcial provimento ao seu recurso de apelação, nos termos do relatório e voto do Desembargador Federal Relator, que passam a integrar o presente julgado.
São Paulo, 13 de fevereiro de 2007. (data do julgamento).

PROC.	:	96.03.040727-5 AC 319484
ORIG.	:	9411021395 1 Vr PIRACICABA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOAO BAPTISTA DE SOUZA NEGREIROS ATHAYDE
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	CASAGRANDE IND/ E COM/ CONSTR. ELETRICAS LTDA
ADV	:	JOSE ROBERTO CALDARI
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - LEI 7.787/89 - CDA.- VÍCIO OCORRÊNCIA
1 - A Resolução nº 14 do Senado Federal suspendendo a execução do artigo 3º, inciso I, da Lei 7787/89, no tocante às expressões "autônomos, administradores e avulsos", tendo em vista a declaração de inconstitucionalidade prolatada pelo STF no âmbito dos recursos extraordinários 166.772 e 164.812.
2 - A Resolução nº 14, do Senado Federal tem efeitos "ex tunc" para o contribuinte.
3 - Sendo a Taxa Referencial composta de juros e correção e remuneratória de capital, não pode ser utilizada como fator de correção monetária, conforme entendimento consolidado pelos Tribunais Superiores.
4 - Remessa oficial tida por interposta e recurso de apelação improvidos.

ACÓRDÃO
Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, DECIDE a 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3.ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso de apelação e à remessa oficial tida por interposta, nos termos do relatório e voto, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 13 de fevereiro de 2007.

PROC.	:	98.03.006062-7 AC 406202
ORIG.	:	9700000123 1 Vr PORTO FERREIRA/SP
APTE	:	ARIOVALDO BERTHOLINI E CIA LTDA e outros
ADV	:	DAVID ZADRA BARROSO
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	EDSON VIVIANI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

EMENTA
EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PRO LABORE - PROCEDIMENTO - ADMINISTRATIVO - CDA DESCONSTITUÍDA- MULTA - VERBA HONORÁRIA.
1 - A certidão de dívida ativa goza de presunção de liquidez, certeza e exigibilidade, cabendo, portanto, ao contribuinte, apontar, por meio de prova inequívoca, eventual vício.
2 - A multa moratória não tem natureza tributária, mas administrativa, com o escopo de punir e desestimular a desídia do contribuinte, portanto não se aplica o princípio do não- confisco, norteador das obrigações tributárias.
3 - A Resolução nº 14 do Senado Federal suspendendo a execução do artigo 3º, inciso I, da Lei 7787/89, no tocante às expressões "autônomos, administradores e avulsos", tendo em vista a declaração de inconstitucionalidade prolatada pelo STF no âmbito dos recursos extraordinários 166.772 e 164.812.
4 - Já o art. 22, inciso I, da Lei 8.212/91 O artigo 22, no tocante às expressões "autônomos e administradores", foi julgado inconstitucional pelo STF ao apreciar a ADI nº 1.102-2-DF, com efeito "ex tunc", sendo que a suspensão da eficácia do referido dispositivo, com relação ao vocábulo "avulsos", deu-se por força de liminar concedida na ADI nº 1.153-7.
5 - Não é indispensável a juntada do procedimento administrativo aos autos para obstar a executividade do título.
6 - Não sendo os contratos de construções civil da embargante objeto de fiscalização autuação, não há que se falar em bis in idem.
7 - Percentual da verba honorária reduzido para 10% sobre o valor do débito.
8 - Apelo parcialmente provido.

ACÓRDÃO
Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, DECIDE a 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento ao recurso de apelação, nos termos do relatório e voto, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 13 fevereiro de 2007.

PROC.	:	98.03.029325-7 AC 415231
ORIG.	:	9400001134 2 Vr CAMPOS DO JORDAO/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	PEDRO PAULO FILHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	SPA CAMPOS DO JORDAO S/C LTDA
ADV	:	RUBENS DE ALMEIDA e outros
INTERES	:	MARCOS DEMENTEV ALVES e outro
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - LEI 7.787/89 - CDA - VÍCIO OCORRÊNCIA - MULTA
1 - A Resolução nº 14 do Senado Federal suspendendo a execução do artigo 3º, inciso I, da Lei 7787/89, no tocante às expressões "autônomos, administradores e avulsos", tendo em vista a declaração de inconstitucionalidade prolatada pelo STF no âmbito dos recursos extraordinários 166.772 e 164.812.
2 - A Resolução nº 14, do Senado Federal tem efeitos "ex tunc" para o contribuinte.
3 - Fica mantida a multa de 60% a incidir sobre o débito, conforme apurada pelo perito judicial.
4 - Remessa oficial tida por interposta e recurso de apelação improvidos.

ACÓRDÃO
Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, DECIDE a 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3.ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso de apelação e à remessa oficial tida por interposta, nos termos do relatório e voto, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 13 de fevereiro de 2007.

PROC.	:	98.03.030894-7 AC 416671
ORIG.	:	9400000036 1 Vr LARANJAL PAULISTA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CALIXTO GENESIO MODANESE
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	BRINQUEDOS MARALEX LTDA e outros
ADV	:	LIDIA TOMAZELA
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

EMENTA
EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PERÍCIA CONTÁBIL - PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ CDA PRÓ-LABORE - CDA - DESCONSTITUÍDA - PROCESSO ADMINISTRATIVO VERBA HONORÁRIA.
1 - A juntada do procedimento administrativo aos autos não é indispensável para obstar a executividade do título.
2- A Resolução nº 14 do Senado Federal suspendendo a execução do artigo 3º, inciso I, da Lei 7787/89, no tocante às expressões "autônomos, administradores e avulsos", tendo em vista a declaração de inconstitucionalidade prolatada pelo STF no âmbito dos recursos extraordinários 166.772 e 164.812.
3 - Já o art. 22, inciso I, da Lei 8.212/91 O artigo 22, no tocante às expressões "autônomos e administradores", foi julgado inconstitucional pelo STF ao apreciar a ADI nº 1.102-2-DF, com efeito "ex tunc", sendo que a suspensão da eficácia do referido dispositivo, com relação ao vocábulo "avulsos", deu-se por força de liminar concedida na ADI nº 1.153-7.
4 - Cabe ao juiz determinar as provas necessárias à instrução do processo, de modo que, vindo a julgar a prova pericial desnecessária, é porque entendeu que as provas existentes já seriam bastante para solucionar a lide.
5 - Verba honorária reduzida para R$ 1.000,00 (mil reais), Conforme entendimento desta Egrégia Segunda Turma.
4 - Preliminar rejeitada. Apelo e remessa oficial tida por interposta parcialmente providos.

ACÓRDÃO
Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, DECIDE a 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, rejeitar preliminar e dar parcial provimento à remessa oficial tida por interposta e ao recurso de apelação, nos termos do relatório e voto, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 13 de fevereiro de 2007.

PROC.	:	98.03.037144-4 AC 419884
ORIG.	:	9502002180 5 Vr SANTOS/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	EMILIO CARLOS ALVES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	HOTEL DE TURISMO PARQUE BALNEARIO LTDA
ADV	:	WILLY MIRANDA DE CARVALHO BAJER e outros
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

EMENTA
EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PRO LABORE - CDA - DESCONSTITUÍDA - VERBA HONORÁRIA.
1 - A Resolução nº 14 do Senado Federal suspendendo a execução do artigo 3º, inciso I, da Lei 7787/89, no tocante às expressões "autônomos, administradores e avulsos", tendo em vista a declaração de inconstitucionalidade prolatada pelo STF no âmbito dos recursos extraordinários 166.772 e 164.812.
2 - Já o art. 22, inciso I, da Lei 8.212/91 O artigo 22, no tocante às expressões "autônomos e administradores", foi julgado inconstitucional pelo STF ao apreciar a ADI nº 1.102-2-DF, com efeito "ex tunc", sendo que a suspensão da eficácia do referido dispositivo, com relação ao vocábulo "avulsos", deu-se por força de liminar concedida na ADI nº 1.153-7.
3 - Verba honorária mantida, pois fixada moderadamente, nos lindes do art. 20, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil.
4 - Recurso de apelação e remessa oficial tida por interposta desprovidos.

ACÓRDÃO
Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, DECIDE a 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso de apelação e à remessa oficial tida por interposta, nos termos do relatório e voto, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 13 de fevereiro de 2007.

PROC.	:	1999.03.99.098754-6 AC 540483
ORIG.	:	9405149237 3 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARCIA REGINA KAIRALLA RODRIGUES DE SA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	JAV-REPORTAGENS FOTOGRAFICAS S/C LTDA
ADV	:	WILSON FERREIRA SUCENA
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - CDA.- EXIGIBILIDADE.
1 -Por ter presunção de certeza, liquidez e exigibilidade, e conter os elementos necessários e elementares a proporcionar a defesa do contribuinte, a CDA somente pode ser ilidida com a produção de prova inequívoca.
2- Verba honorária fixada em 10% sobre o valor da execução, a cargo da embargante.
3 - Recurso de apelação e reexame necessário providos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, DECIDE a 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3.ª Região, por unanimidade, dar provimento ao recurso de apelação e ao reexame necessário, nos termos do relatório e voto, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 13 de fevereiro de 2007.

PROC.	:	1999.03.99.099358-3 AC 541037
ORIG.	:	9613047611 /SP
APTE	:	ATSUSHI MURAKAMI e outros
ADV	:	LUIZ FERNANDO MAIA
APTE	:	Uniao Federal
ADV	:	ANTONIO LEVI MENDES
APDO	:	OS MESMOS
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE BAURU Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSO CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL EM AÇÃO CAUTELAR - JULGAMENTO DA AÇÃO PRINCIPAL - EXTINÇÃO DO PROCESSO - CAUTELAR PREJUDICADA.
1. Tendo em vista o julgamento da ação principal, discipienda a apreciação dos presentes recursos voluntários e da remessa oficial em sede cautelar.
2. Julgada a ação principal, fica prejudicada a cautelar.
3. Apelos e remessa oficial prejudicados.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores Federais da E. 2ª Turma do C. Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, em julgar prejudicados os apelos e a remessa oficial, na conformidade da Ata de Julgamento e nos termos do voto do desembargado Federal Relator.
São Paulo, 05 de setembro de 2006.

PROC.	:	1999.03.99.113602-5 AC 555873
ORIG.	:	9800000010 1 Vr SAO JOSE DO RIO PARDO/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	PATRICIA MARIA MAGALHAES TEIXEIRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	CARLOS AUGUSTO PEREIRA GOMES
ADV	:	JOAO LUIS SOARES DA CUNHA
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE SAO J. DO R. PARDO SP
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

EMENTA

EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA CDA - PRESUNÇÃO DE LEGALIDADE E EXECUTIVIDADE.
1. A certidão de dívida ativa goza de presunção de liquidez, certeza e exigibilidade, cabendo, portanto, ao contribuinte, apontar, por meio de prova inequívoca, eventual vício.
2. Reexame necessário e recurso de apelação providos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, DECIDE a 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3.ª Região, por unanimidade dar provimento ao reexame necessário e ao recurso de apelação, nos termos do relatório e voto, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 13 de fevereiro de 2007.

PROC.	:	1999.61.03.005053-1 AC 941035
ORIG.	:	2 Vr SAO JOSE DOS CAMPOS/SP
APTE	:	RUI ROCHA DA SILVA
ADV	:	ERICK FALCAO DE BARROS COBRA
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	DENIS WILTON DE ALMEIDA RAHAL
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE S J CAMPOS SP
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - LEIS 7.787/89 E 8.212/91 - AVULSOS E AUTÔNOMOS - COMPENSAÇÃO - LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO - PRESCRIÇÃO - CORREÇÃO MONETÁRIA - JUROS DE MORA.
1 - Declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal as expressões "avulsos", "autônomos" e "administradores" presentes nas Leis 7.787/89 e 8.212/91.
2 - Autoriza-se a compensação dos valores recolhidos a título da referida exação, desde que efetuado com contribuições da mesma espécie, nos termos do art. 66, da Lei 8.383/91.
3 - A contribuição previdenciária sujeita ao lançamento por homologação, cujo prazo prescricional é de cinco anos a contar da data da homologação expressa ou tácita do lançamento do crédito tributário, que se dá cinco anos a contar do fato gerador.
4 - Por tratar-se de um tributo direto, não cabe apresentação de prova de assunção do seu encargo financeiro.
5 - A correção monetária deve atender ao comando do artigo 89, § 6º, da Lei 8.212/91 e artigo 247, §§1º e 2º do Decreto 3048/99, que determina a observância dos mesmos critérios utilizados na cobrança da contribuição, sendo que, a partir de 1º de janeiro de 1.996, a correção será com base na taxa Selic, consoante o disposto no artigo 39 da Lei 9.250/95, afastada a cumulação de qualquer outro índice de correção monetária ou juros, tendo em vista a composição da SELIC por taxas de ambas as naturezas.
6 - A limitação prevista no parágrafo 3º, artigo 89, Lei 8.212/91, com redação dada pelas Leis 9.032/95 e 9.129/95, incidirá sobre os créditos constituídos posteriormente à sua entrada em vigência.
7 - Preliminar argüida pelo INSS rejeitada. Reexame necessário, recurso de apelação da autarquia e recurso de apelação do autor parcialmente providos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, DECIDE a E. 2ª Turma do C. Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, rejeitar a preliminar argüida pelo INSS, dar parcial provimento ao reexame necessário, recurso de apelação do INSS e recurso de apelação da parte autora, nos termos do relatório e voto que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 13 de fevereiro de 2007.

PROC.	:	2000.03.99.009279-1 AC 571188
ORIG.	:	9500113457 11 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	ANA CLAUDIA SCHMIDT
APTE	:	WALTER SCOTTI
ADV	:	LEONARDO HORVATH MENDES
ADV	:	RENATO DELLA COLETA
APDO	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
APDO	:	OS MESMOS
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

EMENTA

PROCESSO CIVIL E FGTS - FALTA DE INTERESSE DE AGIR - AUSÊNCIA DE CAUSA DE PEDIR - LITISCONSÓRCIO NESCESSÁRIO COM A UNIÃO FEDERAL -DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS A PROPOSITURA DA AÇÃO - MULTA DE 40% SOBRE O LEVANTAMENTO DAS IMPORTÂNCIAS RELATIVAS AO FGTS - INOCORRÊNCIA - PRESCRIÇÃO - CORREÇÃO MONETÁRIA - ÍNDICE APLICÁVEL - IPC - JANEIRO/89: 42,72% - ABRIL/90: 44,80% - MARÇO/90: 84,32% - JUROS MORATÓRIOS - HONORÁRIOS ADVOCATICIOS.
1.Os extratos das contas vinculadas ao FGTS não se afiguram como documentos essenciais ao julgamento de demanda que versa sobre a definição de qual índice deve ser aplicado para a correção monetária do saldo das referidas contas.
2.Somente a CEF é parte legítima para figurar na demanda onde se discute a correção monetária dos saldos das contas vinculadas ao FGTS, o que afasta a legitimidade da União Federal para figurarem no pólo passivo da ação na qualidade de litisconsorte.
3.Não apreciada as preliminares de ausência de causa de pedir e falta de interesse de agir em relação aos juros progressivos e a falta de interesse processual por falta de objeto quanto ao percentual de 84,32%, uma vez que não houve sucumbência nesta parte.
4.Afastada a preliminar de incompetência da Justiça Federal para analisar o pedido de incidência de multa de 40% devida pelo empregador quando da decisão da rescisão do contrato trabalhista, uma vez que não houve sucumbência nesta páreo.
5.Afastada a preliminar de ilegitimidade da CEF quanto à responsabilidade sobre o pagamento da multa prevista no artigo 53 do Decreto 99.684/90, uma vez que não foi aplicada a referida multa pelo MM. Juízo "a quo".
6.O prazo prescricional do pagamento das contribuições para o FGTS é de trinta anos, devendo ser este o prazo para a revisão dos valores depositados na conta vinculada.
7.O C.STJ pacificou o entendimento no sentido de que o índice a ser utilizado para a correção dos saldos fundiários deve ser o IPC nos meses de janeiro/89 e abril/90, no percentual de 42,72% e 44,80%, respectivamente.
8. O índice de março/90 (84,32%), é igualmente devido, descontando-o caso tenha sido creditado administrativamente.
9.Como a multa de 40% sobre o valor da correção a ser efetuada, tem natureza trabalhista, tal pretensão deve ser deduzida perante a Justiça laboral.
10. Somente pode ser apreciado aquilo que foi requerido na exordial, razão pela qual não pode ser julgado o pedido em apelação de aplicação dos juros progressivos.
11.A correção monetária é devida a partir de cada parcela creditada a menor, nas contas vinculadas ao FGTS, com aplicação do mesmo índice utilizado para atualização dos valores lá depositados nas contas vinculadas.
12.Cada parte deve arcar com os honorários advocatícios de seu respectivo patrono.
13.Preliminares argüidas pela Caixa Econômica Federal rejeitadas. Apelação da CEF parcialmente provida para excluir da condenação os índices de maio/1990 e fevereiro/1991. Recurso de apelação do autor parcialmente provido para incluir na condenação o índice referente ao mês de março de 1990, desde que não tenha sido concedido administrativamente.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os autos nos quais são partes as acima arroladas, DECIDE a 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, rejeitar as preliminares opostas pela Caixa Econômica Federal e, no mérito, dar parcial provimento à sua apelação e ao recurso de apelação do autor, nos termos do relatório e voto do Desembargador Federal Relator, que passam a integrar o presente julgado.
São Paulo, 13 de fevereiro de 2007. (data do julgamento).

PROC.	:	2000.03.99.011508-0 ACR 15029
ORIG.	:	9513006905 1 Vr BAURU/SP
APTE	:	Justica Publica
APDO	:	CLODOALDO DE SOUZA TURINI
ADV	:	LUCIANO GRIZZO
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

EMENTA

PROCESSO PENAL E PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ART. 168-A, DO CÓDIGO PENAL - APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA. DOLO. PROVAS. DIFICULDADES ECONÔMICAS NÃO CONFIGURADAS. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA.
1.O não recolhimento dos tributos se deu entre o período de 01/1993 a 05/1994, de maneira que ocorreu na vigência do art. 95, "d", da Lei 8.212, válida a partir de 24.07.91. Todavia, com a edição do art. 168-A, do Código Penal, na redação dada pela Lei 9.983, DOU de 17.07.00 (cuja eficácia se deu após 90 dias de sua edição), tratando-se de norma penal mais branda no tocante ao preceito secundário, há retroatividade benéfica nos moldes do art. 5º, inciso XL, da Constituição Federal de 1988.
2.O Relatório Fiscal; Discriminativo do Débito Originário; Discriminativo do Débito Consolidado; Documento de Cadastramento de Débito-DCD; Termo de Início da Ação Fiscal; Termo de Encerramento da Ação Fiscal; Folhas de Pagamento; Recibos de Pagamento de Salário e Termos de Rescisão do Contrato de Trabalho, demonstram, de forma robusta, que não houve o recolhimento de contribuições previdenciárias descontadas dos salários dos empregados da empresa em questão, no período mencionado na denúncia, em decorrência do que foi lavrada a Notificação Fiscal de Lançamento de Débito - NFLD nº 31.887.557-8, no valor de CR$ 12.711.366,56 (doze milhões, setecentos e onze mil, trezentos e sessenta e seis cruzeiros reais), materializando o crime previsto no art. 168-A c/c o art. 71, ambos do Código Penal
3. Para a caracterização do delito previsto no art. 168-A, do Código Penal, basta o dolo genérico (não havendo que se falar em dolo específico), devendo ser classificado como crime omissivo próprio. Em outras palavras, para a consumação do delito, basta o não recolhimento da exação, motivo pelo qual não integram o elemento subjetivo do tipo o animus rem sibi habendi, ou a intenção de auferir proveito com o não recolhimento, ou ainda o desígnio de fraudar a Previdência Social.
4.O réu Clodoaldo somente pode ser responsabilizado pela administração da empresa a partir de 01/11/1993, não restando suficientemente comprovado que o Apelante era o gerente responsável anteriormente a esta data tão-somente pelo depoimento de uma única testemunha. A partir de 11/1993, porém, é clara a autoria, não estando em harmonia as declarações do réu com as demais provas dos autos.
5.Sobre o estado de necessidade ou inexigibilidade de conduta diversa aventado não se sustentam as alegações de dificuldades financeiras aduzidas pelo réu, pois nenhuma prova robusta foi trazida aos autos. Não constam dos autos declarações de imposto de renda em nome do réu ou em nome da empresa que pudessem comprovar a involução patrimonial dos mesmos, ou que os réus tivessem se desfeito de bens pessoais em prol da empresa. Ainda, não há falência requerida ou decretada, penhora de bens, comparativos da quantidade de quadro de funcionários, etc. Não há como saber o volume dos negócios perpetrados pela empresa para definirmos se os devedores seriam suficientes para sua ruína. Assim, tudo leva a crer que a empresa optou por beneficiar credores particulares em detrimento da Seguridade Social.
6.O réu é primário e tem bons antecedentes. Assim, diante do valor remanescente do débito, correspondente a aproximadamente R$ 3.525,00 (três mil, quinhentos e vinte e cinco reais) e, de acordo com o Memorando Circular/INSS/PG/36, de 22/10/1998, o montante não ultrapassa o valor estipulado pela previdência social como o mínimo para o ajuizamento de execução fiscal (R$ 5.000,00 - cinco mil reais). Concessão do perdão judicial na sua modalidade mais ampla, uma vez que o réu preenche os requisitos necessários e o próprio órgão previdenciário não tem interesse em cobrar judicialmente o valor.

7.Apelação do Ministério Público Federal parcialmente provida, para condenar o réu pela prática do delito tão-somente no período de 05/1994 e, de ofício, concedido o perdão judicial previsto no artigo 168-A, §3º, inciso II, do Código Penal, julgando extinta a punibilidade do agente, com fundamento no artigo 107, inciso IX, do mesmo Codex.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os autos nos quais são partes as acima arroladas, DECIDE a 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, em dar parcial provimento à apelação do Ministério Público Federal, para condenar o réu pela prática do delito tão somente no período de maio/1994 e, de ofício, conceder o perdão judicial previsto no art. 168 - A, § 3º, inciso II, do Código Penal, julgando extinta a punibilidade do agente, com fundamento no art. 107, inciso IX, do Código Penal, nos termos da Ata de Julgamento e do voto do Desembargador Federal Relator.
São Paulo, 13 de fevereiro de 2007.

PROC.	:	2000.60.03.001051-1 ACR 14268
APTE	:	Justica Publica
APDO	:	VITOR VALTER DA SILVA
ADV	:	ISMAR GUEDES RIBEIRO DOS SANTOS
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

EMENTA

PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME AMBIENTAL. TIPO PENAL PREVISTO NO ART. 46, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI 9.605/98 E ART. 333 DO CÓDIGO PENAL. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. MATERIALIDADE E AUTORIA CONFIGURADAS. AUSÊNCIA DE DOLO NA CONDUTA PRATICADA.
1. Denúncia com a imputação de prática do crime previsto no art. 46, Parágrafo único, da Lei 9.605/98 e 333, do Código Penal.
2. Sentença que absolveu o acusado, com base no art. 386, VI do CPC.
3. Materialidade configurada pelos autos de apreensão e infração lavrado em razão da ocorrência e pelo laudo pericial; e autoria configurada pela prisão em flagrante.
4. Não ocorrência de dolo na conduta praticada pelo acusado, que não tinha a obrigação de conhecer as diferenças existentes nas características do carvão que transportava.
5. Prova testemunhal e antecedentes do acusado levam ao não reconhecimento de que se configura no caso em questão, a prática do crime previsto no art. 333 do Código Penal.
6. Recurso improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores Federais da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso de apelação, nos termos da Ata de Julgamento e do voto do Desembargador Federal Relator.
São Paulo, 28 de novembro de 2006.(data do julgamento)

PROC.	:	2000.61.00.003815-6 AC 937151
ORIG.	:	14 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	LUIZ CARLOS FERREIRA DE MELO
APDO	:	ADELVANI RIBEIRO GOMES e outros
ADV	:	ILMAR SCHIAVENATO
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

EMENTA

PROCESSO CIVIL E FGTS. APELAÇÃO CIVIL E AGRAVO REGIMENTAL. HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL SEM A ANUENCIA DO ADVOGADO. JUNTADA DE EXTRATOS. DESNECESSIDADE. AUSÊNCIA DE CAUSA DE PEDIR E INTERESSE DE AGIR. JUROS PROGRESSIVOS E ACORDO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR 110/2001 OU PAGAMENTO ADMINISTRATIVO. LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO DOS BANCOS DEPOSITÁRIOS. PRESCRIÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. ÍNDICE APLICÁVEL. IPC. JANEIRO/89: 42,72%. ABRIL/90: 44,80%. JUROS MORATÓRIOS. TAXA SELIC. HONORÁRIOS ADVOCATICIOS.
1.Levando-se em consideração a condição de hipossuficiência do trabalhador em relação ao Estado e a situação de leigo em que a maioria se encontra quando das discussões jurídicas, a cautela exige que os advogados sejam notificados de todos os atos que tenham como conseqüência o término do processo, justamente para que não lhes tirem a oportunidade de bem orientar os seus clientes e esses não saiam prejudicados.
2.Por conseguinte, é de ser mantida a r. decisão que indeferiu o pedido de homologação dos Termos de Adesão, nos termos da Lei Complementar 110/01, firmados com os autores FABIO FRANKLIN DUARTE e SUELI DOS SANTOS FONTES.
3.Os extratos bancários reforçam a comprovação do pedido inicial, mas somente terão real utilidade no momento da liquidação de sentença, caso o pedido exordial seja julgado procedente.
4.Descabida a alegação de falta de interesse de agir, visto que a Lei Complementar nº 110/01 apenas fez reconhecer o direito que assiste aos optantes do FGTS à reposição de correção monetária expurgada de suas respectivas contas vinculadas e não à restrição da discussão da questão em juízo.
5.Somente a CEF é parte legítima para figurar na demanda onde se discute a correção monetária dos saldos das contas vinculadas ao FGTS, o que afasta a legitimidade dos Bancos Depositários para figurar no pólo passivo da ação na qualidade de litisconsorte.
6.O prazo prescricional do pagamento das contribuições para o FGTS é de trinta anos, devendo ser este o prazo para a revisão dos valores depositados na conta vinculada.
7.O C. STJ pacificou o entendimento no sentido de que o índice a ser utilizado para a correção dos saldos fundiários deve ser o IPC nos meses de janeiro/89 e abril/90, no percentual de 42,72% e 44,80%, respectivamente. Portanto, mantenho a r. sentença de primeiro grau, nesta parte, para reconhecer como devidos os índices referentes aos meses de janeiro/1989 e abril/1990.
8.A correção monetária deverá ser efetuada de acordo com os critérios adotados pelo Provimento 26, da Corregedoria Geral da Justiça Federal.
9.Os juros moratórios são devidos, conforme fixado pela r. sentença, contados a partir da citação, caso demonstrado efetivo saque, em sede de liquidação. Ainda no que diz respeito aos juros, não conheço da alegação de inaplicabilidade da taxa Selic, haja vista que a referida taxa não foi objeto da condenação.
10.Não se pode aplicar a isenção dos honorários advocatícios, nos termos da Medida Provisória 2.164-41, de 24 de agosto de 2001, que acrescentou o artigo 29-C à Lei 8.036/90, uma vez que o presente feito foi ajuizado em data anterior. Sendo assim, mantenho os honorários conforme fixados pela r. sentença de primeiro grau.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os autos nos quais são partes as acima arroladas, DECIDE a 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, negar provimento a agravo regimental, rejeitar as preliminares argüidas pela Caixa Econômica Federal, e, no mérito, negar provimento ao seu recurso de apelação, nos termos do relatório e voto do Desembargador Federal Relator, que passam a integrar o presente julgado.
São Paulo, 19 de dezembro de 2006. (data do julgamento).

PROC.	:	2000.61.03.004333-6 AMS 255992
ORIG.	:	3 Vr SAO JOSE DOS CAMPOS/SP
APTE	:	PANIFICADORA CENTRAL DE CACAPAVA LTDA
ADV	:	MARTIM ANTONIO SALES
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	GERALDO FERNANDO MAGALHÃES CARDOSO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

EMENTA

TRIBUTÁRIO - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - LEIS 7.787/89 E 8.212/91 - AVULSOS, AUTÔNOMOS E ADMINISTRADORES - COMPENSAÇÃO - LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO - COISA JULGADA - INOCORRÊNCIA - PRESCRIÇÃO - OCORRÊNCIA PARCIAL - CORREÇÃO MONETÁRIA - JUROS SELIC.
1 - O acórdão que extingue o processo sem julgamento de mérito, nos termos do artigo 267, do CPC, não produz os efeitos da coisa julgada material.
2 - Declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal as expressões "avulsos", "autônomos" e "administradores" presentes nas Leis 7.787/89 e 8.212/91.
3 - Autoriza-se a compensação dos valores recolhidos a título da referida exação, desde que efetuado com contribuições da mesma espécie, nos termos do art. 66, da Lei 8.383/91.
4 - A contribuição previdenciária sujeita ao lançamento por homologação, cujo prazo prescricional é de cinco anos a contar da data da homologação expressa ou tácita do lançamento do crédito tributário, que se dá cinco anos a contar do fato gerador.
5 - A limitação prevista no parágrafo 3º, artigo 89, Lei 8.212/91, com redação dada pelas Leis 9.032/95 e 9.129/95, incidirá sobre os créditos constituídos posteriormente à sua entrada em vigência.
6 - A correção monetária deve atender ao comando do artigo 89, § 6º, da Lei 8.212/91 e artigo 247, §§1º e 2º do Decreto 3048/99, que determina a observância dos mesmos critérios utilizados na cobrança da contribuição, sendo que, a partir de 1º de janeiro de 1.996, a correção será com base na taxa Selic, consoante o disposto no artigo 39 da Lei 9.250/95, afastada a cumulação de qualquer outro índice de correção monetária ou juros, tendo em vista a composição da SELIC por taxas de ambas as naturezas.
7 - Em razão das Súmulas 512 do STF e 105 do STJ, não são devidos honorários advocatícios.
8 - Afastada a ocorrência de coisa julgada. Recurso de apelação provido, com observância do prazo prescricional decenal.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, DECIDE a E. 2ª Turma do C. Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, afastar a ocorrência da coisa julgada e dar provimento ao seu recurso de apelação, observado o prazo prescricional decenal, nos termos do relatório e voto que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 16 de janeiro de 2007.

PROC.	:	2000.61.04.008208-9 AC 741695
ORIG.	:	4 Vr SANTOS/SP
APTE	:	ABELARDO FERNANDES DA SILVA
ADV	:	RONILCE MARTINS MARQUES
APDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	DANIEL ALVES FERREIRA
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

EMENTA

FGTS - HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL SEM A INTIMAÇÃO DO ADVOGADO A SE MANIFESTAR - IMPOSSIBILIDADE.
1 - O patrono do autor não foi intimado para se manifestar quanto à homologação do acordo, redundando na conseqüente extinção da execução, nos termos do art. 794, c/c art. 795, ambos do Código de Processo Civil.
2 - O advogado é imprescindível para a administração da Justiça, nos termos do art. 133, da Constituição Federal, e só ele é autorizado a praticar atos processuais, inclusive quanto à transação judicial, com o fim de resguardar o direito de seu mandante.
3 - Recurso provido para anular a r. sentença, determinando a remessa do feito à Vara de origem.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, DECIDE a 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3.ª Região, por unanimidade, dar provimento ao recurso de apelação para anular a r. sentença, determinando a remessa do feito à Vara de origem, nos termos do voto do Sr. Desembargador Federal Relator.
São Paulo, 13 de fevereiro de 2007.

PROC.	:	2001.03.00.023901-1 AG 135536
ORIG.	:	9200000037 1 Vr REGENTE FEIJO/SP
AGRTE	:	GISELLE MAKARI
ADV	:	CARLOS APARECIDO MANFRIM
ADV	:	GISELLE MAKARI
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUIS RICARDO SALLES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PARTE R	:	CAIANA SOCIEDADE AGRO PASTORIL LTDA e outro
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE REGENTE FEIJO SP
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSO CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO - ARTIGO 135, III, CTN - INFRAÇÃO À LEI NÃO CONFIGURADA - INAPLICABILIDADE
1 - Os documentos carreados pela agravante aos autos não demonstram inequivocadamente que a mesma não exercia poderes de gerência na sociedade executada.
2 - O artigo 13 da Lei 8.620/93 deve ser aplicado em consonância com o artigo 135, do CTN, diante da indiscutível natureza tributária das contribuições previdenciárias.
3 - Não restando demonstrada nenhuma das hipóteses previstas no artigo 135, III, do CTN, não se justifica a inclusão da agravante no pólo passivo da execução, já que o mero inadimplemento não configura infração à lei, conforme orientação assente do Superior Tribunal de Justiça.
4 - Agravo de instrumento provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a 2ª Turma do C. Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, dar provimento ao recurso de agravo de instrumento, nos termos do relatório e voto, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 13 de fevereiro de 2007.

PROC.	:	2002.61.00.000804-5 AMS 244325
ORIG.	:	12 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	RUI GUIMARAES VIANNA
APDO	:	MEIRA FERNANDES SYSTEM S/C LTDA
ADV	:	MARIA CRISTINA DE MELO
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 12 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

EMENTA

MANDADO DE SEGURANÇA - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - FGTS - LEI COMPLEMENTAR 110/01, ARTS. 1º E 2º - FINALIDADE CONTRÁRIA À AUTORIZAÇÃO CONSTITUCIONAL - LEGITIMIDADE DA CAIXA ECOMÔMICA FEDERAL PARA FIGURAR NO POLO PASSIVO - INAPLICABILIDADE.
1 - As exações tratadas nos artigos 1º e 2º da LC 110/01 não se amoldam às espécies legais do art. 149 e 195 da Constituição Federal, sendo, pois atípicas.
2 - Tais pagamentos destinam-se à reposição de caixa da União em função da perda do poder aquisitivo do FGTS, com base em sucessivos Planos Econômicos.
3 - Tem legitimação passiva na lide a CEF, enquanto responsável pela administração do FGTS.
4 - Prejudicadas as questões da anterioridade e da proporcionalidade.
5 - Preliminar rejeitada. Recurso de apelação da CEF, da União Federal e à remessa oficial parcialmente providos. Vencido o relator.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, DECIDE a 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3.ª Região, por maioria, rejeitar a preliminar de ilegitimidade passiva da CEF, nos termos do voto do Sr. Desembargador Federal Relator, acompanhado pelo voto da Sra. Desembargadora Federal Cecília Mello, vencido o Sr. Desembargador Federal Peixoto Júnior, que acolhia a preliminar. Quanto ao mérito, a Segunda Turma, por maioria, deu parcial provimento ao recurso da CEF, ao recurso da União Federal e à remessa oficial, para afastar a exigibilidade da contribuição instituída pelo art. 1º, da Lei Complementar nº 110/01, nos termos do voto do Sr. Desembargador Federal Relator, que foi acompanhado pelo voto do Sr. Desembargador Federal Peixoto Júnior e para declarar a exigibilidade, no exercício financeiro da contribuição instituída pelo art. 2º, do mesmo diploma legal, nos termos do voto do Sr. Desembargador Federal Peixoto Júnior, que foi acompanhado pelo voto da Sra. Desembargadora Federal Cecília Mello. Vencidos, em parte, o Sr. Desembargador Federal Relator que negava provimento ao recurso da CEF, ao recurso da União Federal e à remessa oficial para declarar inexigíveis ambas as contribuições instituídas pela LC 110/01 e a Sra. Desembargadora Federal Cecília Mello que dava parcial provimento ao recurso da CEF, ao recurso da União e à remessa oficial, em maior extensão, declarando exigíveis as contribuições instituídas pela LC 110/01, no exercício financeiro de 2002.
São Paulo, 05 de dezembro de 2006.

PROC.	:	2002.61.04.001452-4 AC 950494
ORIG.	:	1 Vr SANTOS/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	ANTONIO BENTO JUNIOR
APDO	:	CONDOMINIO EDIFICIO ALIANCA
ADV	:	GERALDO SIMOES FERREIRA
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

DIREITO CIVIL - COBRANÇA - COTAS CONDOMINIAIS PROPRIETÁRIO - POSSUIDOR - OBRIGAÇÃO PROPTER REM DESNECESSIDADE DE NOTIFICAÇÃO. - JUROS - MULTA
1. A dívida decorrente das despesas condominiais caracteriza obrigação propter rem, cabendo ao proprietário, ainda que não esteja imitido na posse do imóvel e independentemente de notificação do débito, responder pelo pagamento das cotas condominiais.
2. Desnecessário anexar à inicial, na fase de conhecimento, a previsão de despesas e receitas e os boletos de cobrança para aferição da procedência do débito, tendo em vista que tal documentação pode ser acostada na oportunidade da liquidação da sentença.
3. Juros e multa moratórios mantidos como determinados pela sentença.
4. Preliminar rejeitada. Apelo improvido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas.
ACORDAM os Desembargadores Federais da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar e negar provimento ao recurso de apelação, nos termos do voto do Desembargador Federal Relator.
São Paulo, 13 de fevereiro de 2007.

PROC.	:	2003.03.00.044180-5 AG 184312
ORIG.	:	9705849331 5F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	LISA MORSTEN KORFF e outro
ADV	:	ANTONIO GERALDO BETHIOL
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SUELI MAZZEI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PARTE R	:	IND/ E COM/ MOTORIT S/A -ME
REPTE	:	ELIO FIGUEIREDO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 5 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES. FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSO CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE - ILEGITIMIDADE PASSIVA - MEIO ADEQUADO -REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO - ARTIGO 135, III, CTN - INFRAÇÃO À LEI NÃO CONFIGURADA - INAPLICABILIDADE
1 - A exceção de pré-executividade é o meio adequado para discussão acerca da ilegitimidade de parte, por se tratar de matéria de ordem pública, exclusivamente de direito, independente de dilação probatória.
2 - O artigo 13 da Lei 8.620/93 deve ser aplicado em consonância com o artigo 135, do CTN, diante da indiscutível natureza tributária das contribuições previdenciárias.
3 - Não restando demonstrada nenhuma das hipóteses previstas no artigo 135, III, do CTN, não se justifica a inclusão das agravantes no pólo passivo da execução, já que o mero inadimplemento não configura infração à lei, conforme orientação assente do Superior Tribunal de Justiça.
4 - A falência da empresa devedora não implica em responsabilização automática dos seus sócios, pelo que não se afasta a necessidade da demonstração de tais requisitos para o redirecionamento da execução fiscal.
5 - Agravo de instrumento provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a 2ª Turma do C. Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, dar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do relatório e voto, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 13 de fevereiro de 2007.

PROC.	:	2003.61.00.031442-2 AC 1164705
ORIG.	:	23 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	NEI CALDERON
APDO	:	CONDOMINIO CONJUNTO RESIDENCIAL DAS NACOES III
ADV	:	VALTER VALLE
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

DIREITO CIVIL - COBRANÇA - COTAS CONDOMINIAIS PROPRIETÁRIO - POSSUIDOR - OBRIGAÇÃO PROPTER REM RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO- JUROS MORATÓRIOS CORREÇÃO MONETÁRIA.
1. A dívida decorrente das despesas condominiais caracteriza obrigação propter rem, ou seja, de natureza real e, portanto, acompanha a coisa.
2. Cabe ao proprietário, ainda que não esteja imitido na posse do imóvel, responder pelo pagamento das cotas condominiais.
3. A correção monetária, conforme entendimento desta Egrégia Turma, tem como marco inicial a data em que deveriam ter sido adimplidas as cotas condominiais, pois objetiva a manutenção real da moeda, devendo ser aplicado o previsto no Provimento nº 26, de 10 de setembro de 2001, da Corregedoria Geral da Justiça Federal.
4. O termo inicial da incidência dos juros moratórios é a data do vencimento da obrigação condominial, independentemente de interpelação judicial, conforme dispõe o parágrafo 3º, artigo 12, Lei 4.591/64 combinado com o parágrafo 1º, artigo 1.336, Lei 10.406/02.
4. Preliminar rejeitada. Recurso de apelação da CEF improvido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas.
ACORDAM os Desembargadores Federais da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por unanimidade de votos, em rejeitar a preliminar e negar provimento à apelação da CEF, nos termos do voto do Desembargador Federal Relator.
São Paulo, 13 de fevereiro de 2007.

PROC.	:	2003.61.19.008588-7 ACR 24549
ORIG.	:	2 Vr GUARULHOS/SP
APTE	:	THOKO NDIKI reu preso
ADV	:	FRANCISCO EMERSON MOUZINHO DE LIMA
APDO	:	Justica Publica
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

EMENTA

PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO INTERNACIONAL DE ENTORPECENTES. AUTORIA, MATERIALIDADE E DOLO COMPROVADOS. CONDENAÇÃO MANTIDA. PENA. DOSIMETRIA. CONFISSÃO. DELAÇÃO PREMIADA. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS. FIXAÇAO DO REGIME INTEGRALMENTE FECHADO. INCONSTITUCIONALIDADE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.
I - A materialidade do delito está comprovada pelos laudos de constatação e definitivo. A autoria e o dolo são incontestes, diante da confissão da ré e da prova testemunhal da acusação.
II - Não há como aplicar a atenuante da confissão espontânea se a acusada reconhece a existência material do fato mas atribui a responsabilidade a outra pessoa e afirma que acreditava que transportava livros ao invés de cocaína.
III - Causa de diminuição de pena decorrente de suposta delação premiada que também não restou configurada, ante a inexistência de qualquer elemento.
IV - Afastamento da vedação à progressão de regime prisional, nos termos da jurisprudência do E. STF, cabendo ao Juízo da Vara de Execuções Penais verificar o efetivo preenchimento dos requisitos necessários.
V - Recurso provido em parte. Determinação de expedição de guia de recolhimento provisória em nome da ré e de ofício ao Ministério da Justiça para análise da conveniência e oportunidade de sua expulsão, a ser efetivada após o cumprimento da pena privativa de liberdade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade de votos, em dar parcial provimento ao recurso apenas para afastar a vedação à progressão do regime prisional para o cumprimento da pena privativa de liberdade, devendo o Juízo das Execuções Penais verificar o preenchimento, pela ré, dos requisitos objetivos e subjetivos, na conformidade da ata de julgamento, do relatório e nos termos do voto do Desembargador Federal Relator. Vencida a e. Desembargadora Federal Cecília Mello na parte em que, de ofício, reduzia a pena privativa de liberdade, fixando-a em três anos, um mês e dez dias de reclusão, vedado o direito à substituição por penas restritivas de direitos. A Turma determinou a expedição de guia de recolhimento provisória em nome da ré e a expedição de ofício ao Ministério da Justiça para análise da conveniência e oportunidade da expulsão da ré, a ser efetivada após o cumprimento da pena privativa de liberdade.
São Paulo, 28 de novembro de 2006.(data do julgamento)

PROC.	:	2004.03.99.029630-4 AC 967810
ORIG.	:	9713028538 1 Vr BAURU/SP
APTE	:	NEUSA DOS SANTOS PATEZ e outros
ADV	:	LUIZ FREIRE FILHO
APDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	PAULO KIYOKAZU HANASHIRO
PARTE A	:	IZILDINHA DE FATIMA FURLANETTE e outro
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - FGTS - INDICES - IPC - JANEIRO/89: 42,72%, ABRIL/90: 44,80% e MARÇO/90: 84,32%- JUROS PROGRESSIVOS DEVIDOS SOMENTE AO TRABALHADOR QUE COMPROVA A OPÇÃO RETROATIVA - CORREÇÃO MONETÁRIA - JUROS MORATÓRIOS - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
1- O C. STJ pacificou o entendimento no sentido de que o índice a ser utilizado para a correção dos saldos fundiários deve ser o IPC nos meses de janeiro/89 e abril/90, no percentual de 42,72% e 44,80%, respectivamente.
2- O índice de março/90 (84,32%), é igualmente devido, descontando-o caso tenha sido creditado administrativamente.
3- Os trabalhadores que originariamente optaram pelo FGTS entre 01.01.67 e 22.09.71, segundo a Lei 5.107/66, têm direito à taxa progressiva de juros, medida que vem sendo adotada pela CEF em cumprimento ao art. 13, § 3º, da Lei 8.036/90, de modo que inexiste interesse processual para a presente ação no que se refere á progressividade sos juros, impondo a aplicação do art. 267, VI, do CPC.
4- Somente tem direito à taxa progressiva de juros, na forma do art. 4º da Lei 5.107/66, os trabalhadores que comprovaram a opção retroativa pelo FGTS nos termos da Lei 5.958/73. Súmula 154, do E. STJ.
5- Os juros de mora deverão ser mora são devidos, contados a partir da citação, à razão de 6% (seis por cento) ao ano até a vigência do novo Código Civil e a partir daí calculados nos termos do seu art. 406 c.c. art. 161, § 1º do CTN, desde que seja demonstrado o efetivo saque, por ocasião da liquidação da sentença.
6- Em face da sucumbência recíproca, cada parte deverá arcar com os honorários advocatícios de seu respectivo patrono
7- Reconhecida, de ofício, a carência da ação por falta de interesse de agir, extinguindo o feito sem o julgamento do mérito, no que se refere a taxa progressiva de juros referente aos autores IZILDINHA DE FÁTIMA FURLANETI e JERÔNYMO CÂNDIDO. Apelação parcialmente provida para condenar a CEF a creditar na conta vinculada dos autores NEUSA DOS SANTOS PATEZ, LUIZ RAYNALDO MALVEZ e JERÔNIMO CÂNDIDO, a diferença entre os índices já creditados referentes aos meses de janeiro/89 (42,72%), abril/90 (44,80%)e março/90 (84,32%), e acrescidos de correção monetária e juros moratórios.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os autos nos quais são partes as acima arroladas, DECIDE a 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, de ofício, reconhecer a carência da ação por falta de interesse de agir, extinguindo o feito sem o julgamento do mérito, no que se refere a taxa progressiva de juros dos autores IZILDINHA DE FÁTIMA FURLANETI e JERÔNYMO CÂNDIDO e dar parcial provimento ao recurso de apelação, nos termos do relatório e voto do Desembargador Federal Relator, que passam a integrar o presente julgado.
São Paulo, 19 de dezembro de 2006 (data do julgamento).

PROC.	:	2004.61.00.011502-8 AC 1148806
ORIG.	:	1 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	CELSO GONCALVES PINHEIRO
APDO	:	RODRIGO FERREIRA LEITE e outros
ADV	:	VERA MARIA CORREA QUEIROZ
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - DECISÃO DO STF ART. 741, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC - INAPLICABILIDADE.
1. Não merece prosperar a intenção da parte apelante em considerar a decisão do Supremo Tribunal Federal no RE nº 226.855/RS, de 31.8.2000, porque, como é cediço, não produz efeito "erga omnes" e sim, tão-somente, entre as partes.
2. Inaplicável o parágrafo único, do art. 741, do CPC, introduzido pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24.08.2001, por caracterizar-se flagrante ofensa à garantia constitucional da coisa julgada (art. 5.º, XXXVI, CF), que salvaguarda a certeza das relações jurídicas.
3. Apelação desprovida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores Federais da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por unanimidade, em negar provimento à apelação, nos termos do voto do Desembargador Federal Relator.
São Paulo, 05 de dezembro de 2006.

PROC.	:	2004.61.04.012407-7 AC 1119902
ORIG.	:	4 Vr SANTOS/SP
APTE	:	PAULO HAMABATA
ADV	:	CLEITON LEAL DIAS JUNIOR
APDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	LUIZ CARLOS FERREIRA DE MELO
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

EMENTA

PROCESSO CIVIL - FGTS - PRESCRIÇÃO - INOCORRÊNCIA - JUROS PROGRESSIVOS DEVIDOS AO TRABALHADOR QUE COMPROVA A OPÇÃO RETROATIVA - CORREÇÃO MONETÁRIA - IPC - ABRIL/90 JUROS MORATÓRIOS - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

1.O FGTS tem natureza de garantia social do trabalhador urbano e rural, com amparo no art. 7º, III, da Constituição, cuja importância impõe ao gestor do Fundo o dever de aplicar corretamente os juros visando preservar essa garantia fundamental.

2.Têm direito à taxa progressiva de juros, na forma do art. 4º da Lei 5.107/66, os trabalhadores que comprovaram a opção retroativa pelo FGTS nos termos da Lei 5.958/73. Súmula 154, do E. STJ.

3. Feita a opção retroativa em 18/01/1978 e ajuizada a ação em 09/11/2004, não está prescrito o direito da parte autora pleitear em juízo a progressividade dos juros.

4.O Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça firmaram entendimento no sentido de que é devido o índice de abril/90.

5.A correção monetária é devida a partir de cada parcela creditada a menor, nos termos do Provimento 26/2001 do CGJF da 3ª Região.

6.Ajuizada a ação na vigência da Lei 10.406/02, o percentual dos juros de mora deveria ser de 1% ao mês, a partir da citação. Porém, em respeito ao pedido exordial, fixo-os em 0,5% ao mês, da citação, condicionando sua aplicação à demonstração da existência de saque, por ocasião da execução da sentença.

7.Os honorários advocatícios não são devidos por força da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001, que acrescentou o artigo 29-C da Lei 8.036/90.

8. Preliminar acolhida. Apelação provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas.

ACORDAM os Desembargadores Federais da 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por unanimidade, acolho a preliminar aduzida pela parte autora e, no mérito, dou provimento a seu apelo, nos termos do voto do Desembargador Federal Relator.

São Paulo, 26 de setembro de 2006.

PROC.	:	2004.61.19.002936-0 ACR 25620
ORIG.	:	1 Vr GUARULHOS/SP
APTE	:	GARY DEAN WOODEN reu preso
ADV	:	JOAO PAULO DE CAMPOS DORINI (Int.Pessoal)
ADV	:	ANNE ELIZABETH NUNES DE OLIVEIRA (Int.Pessoal)
APDO	:	Justica Publica
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

EMENTA

PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO INTERNACIONAL DE ENTORPECENTES. AUTORIA, MATERIALIDADE E DOLO COMPROVADOS. ESTADO DE NECESSIDADE. CRIME IMPOSSÍVEL. CONDENAÇÃO MANTIDA. APLICAÇÃO DA CAUSA DE AUMENTO DE PENA PREVISTA NO ARTIGO 18, INCISO I, DA LEI Nº 6.368/76. INTERNACIONALIDADE EVIDENCIADA. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS. IMPOSSIBILIDADE. AFASTAMENTO DA VEDAÇÃO À PROGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL.

I - A materialidade do delito está comprovada pelos laudos de constatação e definitivo. A autoria e o dolo são incontestes, diante da confissão do réu e da prova testemunhal da acusação.

II - Impossibilidade de reconhecimento da causa excludente da ilicitude consistente no estado de necessidade. A alegação de meras dificuldades financeiras, desprovida de qualquer prova, não afasta a ilicitude da conduta. Ademais, não há razoabilidade entre os bens jurídicos em conflito.

III - As condições em que ocorreu a prisão e a quantidade de cocaína apreendida indicam que a droga estava em vias de ser exportada ao exterior, impondo-se a aplicação da causa de aumento de pena prevista no artigo 18, I, da Lei nº 6.368/76.

IV - Não se trata de crime impossível, uma vez que a consumação ocorreu com o simples fato de "trazer consigo" a droga destinada ao exterior. Ademais, não há como reconhecer a absoluta ineficácia do meio empregado, tendo em vista que, ainda que tenha havido a informação aos policiais, tal fato, por si só, não afastaria a possibilidade de realização do embarque.

V - Impossibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos.

VI - Inconstitucionalidade da vedação à progressão de regime prisional reconhecida pelo E. STF.

VII - Recurso provido em parte, apenas para que seja afastada a vedação à progressão de regime prisional, cabendo ao Juízo da Vara de Execuções Penais verificar o preenchimento, pelo réu, dos requisitos objetivos e subjetivos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade de votos, em dar parcial provimento ao recurso apenas para afastar a vedação à progressão do regime prisional para o cumprimento da pena privativa de liberdade, devendo o Juízo das Execuções Penais verificar o preenchimento, pelo réu, dos requisitos objetivos e subjetivos, nos termos da ata de julgamento, do relatório e do voto do Desembargador Federal Relator. Vencida a e. Desembargadora Federal Cecília Mello na parte em que, de ofício, reduzia a pena privativa de liberdade, fixando-a em dois anos e oito meses de reclusão, vedado o direito à substituição por penas restritivas de direitos. A Turma determinou, ainda, envio de ofício ao Ministério da Justiça para análise da conveniência e oportunidade da expulsão do réu, a ser efetivada após o cumprimento da pena privativa de liberdade.

São Paulo, 28 de novembro de 2006.(data do julgamento)

PROC.	:	2005.03.00.002254-4 AG 226956
ORIG.	:	200461050142994 7 Vr CAMPINAS/SP
AGRTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	MARIO SERGIO TONIOLO
AGRDO	:	ADEMILTON LUIZ RIBEIRO DA SILVA e outro
ADV	:	ANDRE EDUARDO SAMPAIO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 7 VARA DE CAMPINAS - 5ª SSJ - SP
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO - EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL DO CONTRATO - AÇÃO ANULATÓRIA AJUIZADA APÓS A ARREMATAÇÃO - ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA.

1 - No entendimento do C. Supremo Tribunal Federal, o Decreto-Lei nº 70/66 não ofende a ordem constitucional vigente sendo passível de apreciação pelo Poder Judiciário eventual ilegalidade ocorrida no procedimento levado a efeito.

2 - Os documentos acostados pela CEF ao instrumento deste agravo demonstram que foram observadas as formalidades exigidas pelo Decreto-lei n° 70/66 para a válida execução extrajudicial do contrato.

3 - Ajuizada a demanda posteriormente à consumação da execução extrajudicial, os mutuários não possuem direito à tutela cautelar pretendida.

4 - A mera declaração de pobreza feita pela parte é suficiente à concessão do benefício da justiça gratuita, presumindo-se verdadeira a afirmação, até prova em contrário.

5 - Agravo de instrumento parcialmente provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, discutidos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas decide a E. 2ª Turma do C. Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento ao agravo de instrumento, nos termos do relatório e voto, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2007.

PROC.	:	2005.03.00.026776-0 AG 234103
ORIG.	:	9100504564 16 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	FABRICIO DE SOUZA COSTA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	PRODUTOS ELETRICOS CORONA LTDA
ADV	:	RICARDO GOMES LOURENCO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 16 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

EMENTA

PROCESSO CIVIL - ARTIGO 19 DA LEI Nº 11.033/2004 - EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE CERTIDÕES PARA LEVANTAMENTO DE PRECATÓRIO JUDICIAL - DESCABIMENTO.

1 - A determinação trazida pelo referido dispositivo legal, que obriga a parte beneficiária do título precatório a apresentar certidões negativas para levantamento dos valores, ao menos prima facie indica coação vedada pelas Súmulas n° 70 e n° 547, do E. STF, que invoco, analogicamente, ao caso em tela, mormente se considerada a ocorrência de processo judicial com trânsito em julgado, que gerou o direito do contribuinte.

2 - Após o trânsito em julgado de ação decidida favoravelmente à agravada, é direito desta, na condição de vencedora da lide, levantar os valores depositados judicialmente pelo Fisco, e isso independentemente de haver ou não débito em face do Poder Público, haja vista que para a execução de valores pendentes perante a Administração, a Fazenda possui os meios judiciais e extrajudiciais regulares, assegurados aos contribuintes, nestas ocasiões, os princípios do contraditório e da ampla defesa.

3 - Descabida a exigência de que trata o artigo 19, da Lei n° 11.033/2004, até mesmo por estar o legislador ordinário, em última análise, criando condicionantes para o levantamento de precatório judicial não previstas no artigo 100 da Constituição Federal, que longamente trata da matéria e nada dispõe sobre tal aspecto.

4 - Agravo de instrumento desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a 2ª Turma do C. Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do relatório e voto, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2007.

PROC.	:	2005.03.00.031575-4 AG 235006
ORIG.	:	0400000055 1 Vr BATATAIS/SP
AGRTE	:	OCLACIR JOSE CABRINI
ADV	:	JOSE LUIZ MATTHES
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	PRISCILA ALVES RODRIGUES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PARTE R	:	COOPERATIVA DE LATICINIOS E AGRICOLA DE BATATAIS
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE BATATAIS SP
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSO CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE - ILEGITIMIDADE PASSIVA - MEIO ADEQUADO -REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO - ARTIGO 135, III, CTN - INFRAÇÃO À LEI NÃO CONFIGURADA - INAPLICABILIDADE

1 - A exceção de pré-executividade é o meio adequado para discussão acerca da ilegitimidade de parte, por se tratar de matéria de ordem pública, exclusivamente de direito, independente de dilação probatória.

2 - O artigo 13 da Lei 8.620/93 deve ser aplicado em consonância com o artigo 135, do CTN, diante da indiscutível natureza tributária das contribuições previdenciárias.

3 -Não restando demonstrada nenhuma das hipóteses previstas no artigo 135, III, do CTN, não se justifica a inclusão do agravante no pólo passivo da execução, já que o mero inadimplemento não configura infração à lei, conforme orientação assente do Superior Tribunal de Justiça.

4 - Agravo de instrumento provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a 2ª Turma do C. Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, dar provimento ao recurso de agravo de instrumento, nos termos do relatório e voto, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2007.

PROC.	:	2005.03.00.082945-2 HC 22845
ORIG.	:	9900000958 /SP
IMPTE	:	FABIANA CASTELLANO AMARAL
PACTE	:	ADILSON GAIGA
ADV	:	JOSE CARLOS NOGUEIRA DA S CARDILLO
IMPDO	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE PORTO FELIZ SP
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

EMENTA

HABEAS CORPUS. PRISÃO CIVIL. FIEL DEPOSITÁRIO. ENCARGO. RETIRADA DA EMPRESA. DESONERAÇÃO. AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO AO JUÍZO COMPETENTE. CONSTITUCIONALIDADE. ORDEM DENEGADA.

I - Uma vez regularmente nomeado fiel depositário, a retirada da sociedade não desonera o depositário do encargo que assumiu, o qual é intransferível sem a prévia e devida autorização do Juízo competente.

II - O Pacto de São José da Costa Rica (Convenção Americana de Direitos Humanos) não se sobrepõe ao texto constitucional, mesmo em face da superveniência da EC 45/2004, uma vez que a transformação da sua força normativa - de ordinária para constitucional - supõe a observância do requisito formal de ratificação pelas Casas do Congresso, por quorum qualificado de três quintos, requisito que não foi atendido até a presente data, continuando a prevalecer, por isso, o disposto no art. 5º, LXVII, da Constituição Federal de 1.988, que autoriza a prisão civil do depositário infiel. Precedente do STJ.

III - Ordem denegada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por votação unânime, em denegar a ordem, nos termos da ata de julgamento, do relatório e do voto do Desembargador Federal Relator.

São Paulo, 23 de janeiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2005.03.00.085753-8 HC 22914
ORIG.	:	200561110040829 2 Vr MARILIA/SP
IMPTE	:	CARLOS EDUARDO BOICA MARCONDES DE MOURA
PACTE	:	WALTER LUIZ DA SILVA reu preso
ADV	:	CARLOS EDUARDO B MARCONDES MOURA
IMPDO	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE MARILIA Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

EMENTA

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. CONTRABANDO/DESCAMINHO. LIBERDADE PROVISÓRIA. MAUS ANTECEDENTES. BENEFÍCIO CONCEDIDO AOS DEMAIS CO-RÉUS. AUSÊNCIA DAS HIPÓTESES PREVISTAS NO ARTIGO 312 DO CPP. ORDEM CONCEDIDA.

I - Uma vez concedido o benefício da liberdade provisória mediante o pagamento de fiança aos demais denunciados, que também foram presos em flagrante delito e possuem antecedentes criminais, em face da ausência das hipóteses autorizadoras da prisão preventiva, não há justificativa plausível para a manutenção da custódia cautelar do paciente.

II - Ordem concedida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por votação unânime, conceder a ordem, tornando definitiva a medida liminar que deferiu o pedido de liberdade provisória formulado em favor do paciente, nos termos da ata de julgamento, do relatório e do voto do Desembargador Federal Relator.

São Paulo, 23 de janeiro de 2007.(data do julgamento)

PROC.	:	2005.03.99.000635-5 AC 995840
ORIG.	:	9504006434 2 Vr SAO JOSE DOS CAMPOS/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	LEANDRO BIONDI
APDO	:	LOURENCO BORGES e outros
ADV	:	EDMAR LUIZ DE ALMEIDA RAMALHEDA
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

EMENTA

PROCESSO CIVIL E FGTS - JUNTADA DE EXTRATOS - DESNECESSIDADE - LEGITIMIDADE PASSIVA DA CEF - FALTA DE INTERESSE DE AGIR - AUSÊNCIA DE CAUSA DE PEDIR - DENUNCIAÇÃO À LIDE DOS BANCOS DEPOSITÁRIOS - CORREÇÃO MONETÁRIA - ÍNDICE APLICÁVEL - IPC - JANEIRO/89: 42,72% - ABRIL/90: 44,80% - JUROS PROGRESSIVOS - JUROS MORATÓRIOS - MULTA ARTIGO 461, § 4º - HONORÁRIOS ADVOCATICIOS.

1.Não merece acolhida a alegação da CEF de que a aplicação dos índices de atualização nas contas vinculadas do FGTS deve se dar nos termos do enunciado no Informativo STF nº 185.

2.Os extratos das contas vinculadas ao FGTS não se afiguram como documentos essenciais ao julgamento de demanda que versa sobre a definição de qual índice deve ser aplicado para a correção monetária do saldo das referidas contas.

3.Somente a CEF é parte legítima para figurar na demanda onde se discute a correção monetária dos saldos das contas vinculadas ao FGTS, o que afasta a legitimidade dos Bancos Depositários para figurarem no pólo passivo da ação na qualidade de litisconsorte.

4.Não apreciada as preliminares de ausência de causa de pedir e falta de interesse de agir em relação aos juros progressivos e a falta de interesse processual por falta de objeto quanto ao percentual de 84,32%, uma vez que não houve sucumbência nesta parte.

5.O C. STJ pacificou o entendimento no sentido de que o índice a ser utilizado para a correção dos saldos fundiários deve ser o IPC nos meses de janeiro/89 e abril/90, no percentual de 42,72% e 44,80%, respectivamente.

6.A correção monetária tem como marco inicial a data em que deveriam ter sido creditados os índices nas contas vinculadas dos fundistas, ou ainda, do crédito a menor dos mesmos, pois objetiva a manutenção real da moeda, portanto, deve ser mantido conforme determinada na r. sentença.

7.Têm direito aos juros progressivos os empregados contratados entre 01.01.67 e 22.09.71, desde que tenham feito a opção original pelo FGTS na vigência da Lei 5.107/66 (com taxa progressiva de juros, antes do advento da Lei 5.705/71 - quando a taxa de juros se tornou fixa), ou a opção retroativa por esse fundo (nos termos das Leis 5.958/73, 7.839/89 e 8.036/90) e tenham permanecido na mesma empresa pelo tempo previsto nos incisos do art. 4º da Lei 5.107/66. Aos trabalhadores que não fizeram essas opções e aos que foram admitidos após 22.09.71, são devidos apenas os juros fixos de 3% ao ano nos saldos do FGTS.

8.Os juros de mora deverão ser mantidos conforme fixado na r. sentença, contados a partir da citação, desde que seja demonstrado o efetivo saque, por ocasião da liquidação da sentença.

9.Multa do artigo 461, § 4º, não é de ser conhecido o pedido, tendo em vista que não houve condenação neste sentido

10.Mantenho os honorários conforme fixados pela r. sentença de primeiro grau, tendo em vista que a CEF não foi condenada em honorários advocatícios.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os autos nos quais são partes as acima arroladas, DECIDE a 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, rejeitar as preliminares opostas pela Caixa Econômica Federal e, no mérito, dar parcial provimento à sua apelação, nos termos do relatório e voto do Desembargador Federal Relator, que passam a integrar o presente julgado.

São Paulo, 19 de dezembro de 2006. (data do julgamento).

PROC.	:	2005.61.00.001446-0 AC 1131543
ORIG.	:	1 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	CELSO GONCALVES PINHEIRO
APDO	:	ANTONIO RUBENS VACARI e outros
ADV	:	ELIAS CALIL NETO
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - DECISÃO DO STF ART. 741, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC - INAPLICABILIDADE.

1. Não merece prosperar a intenção da parte apelante em considerar a decisão do Supremo Tribunal Federal no RE nº 226.855/RS, de 31.8.2000, porque, como é cediço, não produz efeito "erga omnes" e sim, tão-somente, entre as partes.

2. Inaplicável o parágrafo único, do art. 741, do CPC, introduzido pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24.08.2001, por caracterizar-se flagrante ofensa à garantia constitucional da coisa julgada (art. 5.º, XXXVI, CF), que salvaguarda a certeza das relações jurídicas.

3. Nas ações de obrigação de fazer ou não fazer, a execução da sentença tem natureza lato sensu, não cabendo o ajuizamento de processo autônomo.

4. Apelação desprovida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores Federais da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por unanimidade, em negar provimento à apelação, nos termos do voto do Desembargador Federal Relator.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2007.

PROC.	:	2005.61.00.004633-3 AC 1134742
ORIG.	:	9 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	RENATO RODRIGUES DA COSTA
ADV	:	PAULO AFONSO NOGUEIRA RAMALHO
APDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	ROGERIO ALTOBELLI ANTUNES
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RAZÕES DISSOCIADAS DO QUE FOI DECIDIDO NA SENTENÇA. NÃO CONHECIMENTO.

1- O recurso de apelação deverá conhecer os fundamentos de fato e de direito ensejadores da reforma do julgado. Inteligência do artigo 514, II, CPC.

2- Recurso que traz razões totalmente dissociadas da fundamentação da sentença.

3- Apelação não conhecida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, DECIDE a 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3.ª Região, por unanimidade, não conhecer da apelação, nos termos do relatório e voto do Desembargador Federal Relator, que passam a integrar o presente julgado.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2007. (data do julgamento).

PROC.	:	2005.61.00.026241-8 AC 1139506
ORIG.	:	1 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	ZORA YONARA M DOS SANTOS CARVALHO PALAZZIN
APDO	:	JOSE ALVES DA ROCHA e outros
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - DECISÃO DO STF ART. 741, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC - INAPLICABILIDADE.

1. Não merece prosperar a intenção da parte apelante em considerar a decisão do Supremo Tribunal Federal no RE nº 226.855/RS, de 31.8.2000, porque, como é cediço, não produz efeito "erga omnes" e sim, tão-somente, entre as partes.

2. Inaplicável o parágrafo único, do art. 741, do CPC, introduzido pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24.08.2001, por caracterizar-se flagrante ofensa à garantia constitucional da coisa julgada (art. 5.º, XXXVI, CF), que salvaguarda a certeza das relações jurídicas.

3. Nas ações de obrigação de fazer ou não fazer, a execução da sentença tem natureza lato sensu, não cabendo o ajuizamento de processo autônomo.

4. Apelação desprovida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores Federais da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por unanimidade, em negar provimento à apelação, nos termos do voto do Desembargador Federal Relator.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2007.

PROC.	:	2006.03.00.011883-7 AG 261042
ORIG.	:	200661000015470 24 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	MARCELO APARECIDO PEREIRA DE ALMEIDA e outro
ADV	:	JOAO BENEDITO DA SILVA JUNIOR
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 24 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO - DEPÓSITO DE PARCELAS - EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL DO CONTRATO.

1 - Não há abusividade aparente nos reajustes feitos pela CEF quanto ao contratado pelas partes se os valores mensais, desde a data da assinatura do contrato, persistem praticamente os mesmos.

2 - Impossibilidade de discussão acerca da variação salarial da mutuária e sua relação com o reajuste das parcelas devidas quando o contrato foi firmado pelo sistema de amortização SACRE.

3 - Agravo de instrumento desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, discutidos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas decide a E. 2ª Turma do C. Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do relatório e voto, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2007.

PROC.	:	2006.03.00.013169-6 AG 261179
ORIG.	:	200661260000635 3 Vr SANTO ANDRE/SP
AGRTE	:	ROGERIO CUSTODIO FERREIRA
ADV	:	ANNE CRISTINA ROBLES BRANDINI
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE SANTO ANDRÉ>26ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO -DEPÓSITO DAS PARCELAS VINCENDAS - EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL DO CONTRATO - DEMANDA AJUIZADA APÓS A ARREMATAÇÃO - INCLUSÃO DE NOME DE MUTUÁRIO NOS ÓRGÃO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO

1 - Os documentos acostados pela CEF ao instrumento deste agravo demonstram que foram observadas as formalidades exigidas pelo Decreto-lei n° 70/66 para a válida execução extrajudicial do contrato.

2 - Ajuizada a demanda posteriormente à consumação da execução extrajudicial, não cabe a discussão acerca de eventuais irregularidades no reajustamento do valor das prestações e do saldo devedor.

3 - No entendimento do C. Supremo Tribunal Federal, o Decreto-Lei nº 70/66 não ofende a ordem constitucional vigente sendo passível de apreciação pelo Poder Judiciário eventual ilegalidade ocorrida no procedimento levado a efeito.

4 - O artigo 620 do Código de Processo Civil não tem o condão de afastar a incidência do Decreto-lei nº 70/66, eis que aplicável apenas ao processo executivo judicial.

5 - O simples fato de haver ação judicial em curso, tendente a ver reconhecida a revisão da dívida junto ao Órgão Gestor, não é motivo suficiente a justificar provimento judicial que determine a exclusão do nome do mutuário do serviço de controle do crédito

6 - Agravo de instrumento desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, discutidos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas decide a E. 2ª Turma do C. Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do relatório e voto, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2007.

PROC.	:	2006.03.00.015843-4 AG 262163
ORIG.	:	9700004148 A Vr SAO CAETANO DO SUL/SP
AGRTE	:	INDUSTRIAS MATARAZZO DE ARTEFATOS DE CERAMICA LTDA
ADV	:	FÁBIO MASSAYUKI OSHIRO
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	PAULO BUENO DE AZEVEDO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DO SAF DE SAO CAETANO DO SUL SP
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

EMENTA

PROCESSO CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO FISCAL - PENHORA SOBRE FATURAMENTO DA EMPRESA - AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO ATACADA - NULIDADE - ART. 93, IX, DA CONSTTUIÇÃO FEDERAL.

1. Não há que se considerar a informação do agravado de que a agravante teria descumprido o disposto no artigo 526 do Código de Processo Civil, eis que restou preclusa a oportunidade para tanto, qual seja, a do oferecimento da contraminuta, que não foi apresentada

2. A decisão atacada se limitou a deferir o pedido para que a penhora recaísse sobre o percentual de 30% (trinta por cento) do faturamento da empresa devedora, sem qualquer fundamentação para tanto, deixando, inclusive de estabelecer os critérios de que tratam os arts. 677 e seguintes do Código de Processo Civil. Violação ao art. 93, IX, da Constituição Federal.
3. Preliminar de nulidade da decisão acolhida. Agravo de instrumento provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a 2ª Turma do C. Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, acolher a preliminar de nulidade da decisão atacada e dar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do relatório e voto, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 19 de dezembro de 2006.

PROC.	:	2006.03.00.024047-3 AG 264253
ORIG.	:	200461140062999 3 Vr SAO BERNARDO DO CAMPO/SP
AGRTE	:	HIDEO TAKAHASHI DE LUCCAS
ADV	:	CRISTIANE LEANDRO DE NOVAIS
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE S B DO CAMPO SP
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO -EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL DO CONTRATO
1 - Deixo de conhecer do recurso no que tange aos reajustamentos aplicados pela CEF, uma vez que tal questão já foi apreciada por decisão anterior.
2 - Verifica-se nos documentos acostados pela CEF ao instrumento deste agravo que foram observadas as formalidades exigidas pelo Decreto-lei n° 70/66 para a execução extrajudicial do contrato.
3 - No entendimento do C. Supremo Tribunal Federal, o Decreto-Lei nº 70/66 não ofende a ordem constitucional vigente sendo passível de apreciação pelo Poder Judiciário eventual ilegalidade ocorrida no procedimento levado a efeito.
4 - - Agravo de instrumento desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, discutidos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas decide a E. 2ª Turma do C. Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do relatório e voto, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 13 de fevereiro de 2007.

PROC.	:	2006.03.00.026463-5 AG 265092
ORIG.	:	200361820056901 9F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	VINICIUS NOGUEIRA COLLACO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	DISTRIBUIDORA DE PLASTICOS E CERAMICAS ML LTDA -ME e outros
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 9 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

EMENTA

PROCESSO CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO AO BACEN - BLOQUEIO DE SALDOS - ARTIGO 185-A DO CTN, ACRESCENTADO PELA LC 118/2005 -NECESSIDADE DE EXAURIMENTO DAS VIAS PARA LOCALIZAÇÃO DE BENS DO EXECUTADO.
1 - O artigo 185-A do Código Tributário Nacional, acrescentado pela Lei Complementar n° 118/2005, ao possibilitar a determinação para a indisponibilidade de bens e direitos do devedor e a respectiva comunicação, por meio eletrônico, aos órgãos e entidades responsáveis pelos registros públicos e autoridades supervisoras do mercado acerca do cumprimento da mesma, consignou expressamente que isto somente ocorrerá após, devidamente citado, o devedor tributário não oferecer bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis.
2 - Dessa forma, a legislação estabeleceu critérios objetivos, sem os quais não há que se admitir tal medida, devendo a mesma ser adotada apenas em caráter excepcional, como último recurso para a satisfação do crédito do exeqüente. Assim, ausentes tais requisitos, não se justifica a pretensão do recorrente.
3 - A Medida Provisória nº 258/2005, a que o agravante faz alusão em suas razões, perdeu sua eficácia
4 - Agravo de instrumento desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a 2ª Turma do C. Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do relatório e voto, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 13 de fevereiro de 2007.

PROC.	:	2006.03.00.057489-2 AG 270942
ORIG.	:	200661060028182 2 Vr SAO JOSE DO RIO PRETO/SP
AGRTE	:	RUBENS VIEIRA
ADV	:	ELIÉZER DE MELLO SILVEIRA
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	ANTONIO ALEXANDRE FERRASSINI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE S J RIO PRETO SP
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO - DEPÓSITO DE PARCELAS - EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL DO CONTRATO - INCLUSÃO DE NOME DE MUTUÁRIO NOS ÓRGÃO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO.
1 - Não há abusividade aparente nos reajustes feitos pela CEF quanto ao contratado pelas partes se os valores mensais, desde a data da assinatura do contrato, persistem praticamente os mesmos.
2 - No entendimento do C. Supremo Tribunal Federal o Decreto-lei nº 70/66 não ofende a ordem constitucional vigente sendo passível de apreciação pelo Poder Judiciário, eventual ilegalidade ocorrida no procedimento levado a efeito.
3 - O simples fato de haver ação judicial em curso, tendente a ver reconhecida a revisão da dívida junto ao Órgão Gestor, não é motivo suficiente a justificar provimento judicial que determine a exclusão dos nomes dos mutuários do serviço de controle do crédito.
4 - Agravo de instrumento desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, discutidos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas decide a E. 2ª Turma do C. Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do relatório e voto, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 13 de fevereiro de 2007.

PROC.	:	2006.03.00.076065-1 HC 25176
ORIG.	:	200461190024106 4 Vr GUARULHOS/SP
IMPTE	:	RODRIGO BARGIERI DE CARVALHO
PACTE	:	ANDERSON DE OLIVEIRA GOIS reu preso
ADV	:	RODRIGO BARGIERI DE CARVALHO
IMPDO	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA DE GUARULHOS > 19 SSJ > SP
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

EMENTA

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. DIREITO DE APELAR EM LIBERDADE. PACIENTE QUE FOI PRESO EM FLAGRANTE PELA PRÁTICA DO DELITO DE TRÁFICO INTERNACIONAL DE DROGAS E QUE RESPONDEU AO PROCESSO PRESO. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. ORDEM DENEGADA, AFASTANDO-SE, DE OFÍCIO, A VEDAÇÃO À PROGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL IMPOSTA PELA SENTENÇA.
I - Se o réu foi preso em flagrante delito, aguardou preso o julgamento do mérito da ação penal e foi condenado ao cumprimento da pena privativa de liberdade fixada em quatro anos de reclusão não há mudança no quadro fático a possibilitar o direito de apelar em liberdade.
II - Ordem denegada, afastando-se, de ofício, a vedação à progressão de regime prisional imposta na sentença em face da inconstitucionalidade do art. 2º, §1º, da Lei nº 8.072/90, determinando-se, também, a juntada de cópia do acórdão do presente feito nos autos da Apelação Criminal nº 2004.61.19.002410-6.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas,
DECIDE a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, em denegar a ordem e, de ofício, afastar a vedação à progressão de regime prisional fixada na sentença, cabendo ao Juízo da Vara de Execuções Penais verificar se o paciente preenche os requisitos objetivos e subjetivos, determinando-se, ainda, a juntada de cópia do v. acórdão nos autos da Apelação Criminal nº 2004.61.19.002410-6, nos termos da ata de julgamento, do relatório e do voto do Desembargador Federal Relator.
São Paulo, 23 de janeiro de 2007.(data de julgamento)

PROC.	:	2006.03.00.076721-9 AG 274745
ORIG.	:	9200632254 5 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	INSTITUTO EDUCACIONAL SOMOS LTDA
ADV	:	RODRIGO TARTARIN ZAMBELLI
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 5 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES. FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

EMENTA

PROCESSO CIVIL - ARTIGO 19 DA LEI Nº 11.033/2004 - EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE CERTIDÕES PARA LEVANTAMENTO DE PRECATÓRIO JUDICIAL - DESCABIMENTO.
1 - A determinação trazida pelo referido dispositivo legal, que obriga a parte beneficiária do título precatório a apresentar certidões negativas para levantamento dos valores, ao menos prima facie indica coação vedada pelas Súmulas n° 70 e n° 547, do E. STF, que invoco, analogicamente, ao caso em tela, mormente se considerada a ocorrência de processo judicial com trânsito em julgado, que gerou o direito do contribuinte.
2 - Após o trânsito em julgado de ação decidida favoravelmente à agravante, é direito desta, na condição de vencedora da lide, levantar os valores depositados judicialmente pelo Fisco, e isso independentemente de haver ou não débito em face do Poder Público, haja vista que para a execução de valores pendentes perante a Administração, a Fazenda possui os meios judiciais e extrajudiciais regulares, assegurados aos contribuintes, nestas ocasiões, os princípios do contraditório e da ampla defesa.
3 - Descabida a exigência de que trata o artigo 19, da Lei n° 11.033/2004, até mesmo por estar o legislador ordinário, em última análise, criando condicionantes para o levantamento de precatório judicial não previstas no artigo 100 da Constituição Federal, que longamente trata da matéria e nada dispõe sobre tal aspecto.
4 - Agravo de instrumento provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a 2ª Turma do C. Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, dar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do relatório e voto, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 13 de fevereiro de 2007.

PROC.	:	2006.03.00.078333-0 AG 275073
ORIG.	:	199961000367550 7 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	JOAO RIBAS espolio e outros
ADV	:	FERNANDO ANTONIO NEVES BAPTISTA
AGRDO	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 7 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

EMENTA

PROCESSO CIVIL - ARTIGO 19 DA LEI Nº 11.033/2004 - EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE CERTIDÕES PARA LEVANTAMENTO DE PRECATÓRIO JUDICIAL - DESCABIMENTO.
1 - A determinação trazida pelo referido dispositivo legal, que obriga a parte beneficiária do título precatório a apresentar certidões negativas para levantamento dos valores, ao menos prima facie indica coação vedada pelas Súmulas n° 70 e n° 547, do E. STF, que invoco, analogicamente, ao caso em tela, mormente se considerada a ocorrência de processo judicial com trânsito em julgado, que gerou o direito do contribuinte.
2 - Após o trânsito em julgado de ação decidida favoravelmente aos agravantes é direito destes, na condição de vencedores da lide, levantar os valores depositados judicialmente pelo Fisco, e isso independentemente de haver ou não débito em face do Poder Público, haja vista que para a execução de valores pendentes perante a Administração, a Fazenda possui os meios judiciais e extrajudiciais regulares, assegurados aos contribuintes, nestas ocasiões, os princípios do contraditório e da ampla defesa.
3 - Descabida a exigência de que trata o artigo 19, da Lei n° 11.033/2004, até mesmo por estar o legislador ordinário, em última análise, criando condicionantes para o levantamento de precatório judicial não previstas no artigo 100 da Constituição Federal, que longamente trata da matéria e nada dispõe sobre tal aspecto.
4 - Agravo de instrumento provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a 2ª Turma do C. Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, dar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do relatório e voto, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 13 de fevereiro de 2007.

PROC.	:	2006.03.00.078966-5 HC 25260
ORIG.	:	200661190018930 4 Vr GUARULHOS/SP
IMPTE	:	LUIZ MAGRON
PACTE	:	DANIELLY SANTOS RODRIGUEZ reu preso
ADV	:	LUIZ MAGRON
IMPDO	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA DE GUARULHOS > 19 SSJ > SP
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

EMENTA

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. INTERROGATÓRIO E AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO QUE NÃO FORAM REALIZADOS POR PROBLEMAS NA ESCOLTA DA PRESA DECORRENTES DOS ATAQUES DE FACÇÃO CRIMINOSA E DA INSUFICIÊNCIA EPISÓDICA DE EFETIVO. FATOS QUE NÃO PODEM SER IMPUTADOS AO JUÍZO IMPETRADO, CONSTITUINDO MOTIVO DE FORÇA MAIOR. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. FEITO ATUALMENTE CONCLUSO PARA SENTENÇA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 52 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. ORDEM DENEGADA.

I - Paciente presa em flagrante delito, em 25 de março de 2006, uma vez que teria sido surpreendida quando tentava embarcar para a África do Sul, trazendo consigo, para fins de comércio ou de entrega de qualquer forma a consumo de terceiros, quase quatro quilos de cocaína.
II - Percalços ocorridos durante a instrução processual penal que não podem ser atribuídos ao Juízo impetrado, uma vez que o interrogatório e a audiência de instrução não foram realizados nas datas originariamente designadas em virtude dos ataques perpetrados por facção criminosa atuante no Estado de São Paulo e por falta episódica de efetivo da Polícia Federal, respectivamente.
III - O reconhecimento de excesso de prazo na formação da culpa, hipótese de constrangimento ilegal sanável pela via do habeas corpus, deve ser aferido dentro de padrões de razoabilidade. No presente caso, não há como imputar a eventual demora ao Juízo impetrado, sobretudo pela ocorrência dos percalços anteriormente mencionados, configurando-se hipótese de força maior.
IV - A superveniente informação de que houve encerramento da instrução processual penal, sendo o feito levado à conclusão para sentença, torna superada a alegação de constrangimento ilegal decorrente do excesso de prazo na formação da culpa, nos termos do Súmula 52 do Superior Tribunal de Justiça.
V - Ordem denegada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por votação unânime, em denegar a ordem, nos termos da ata de julgamento, do relatório e do voto do Desembargador Federal Relator.
São Paulo, 28 de novembro de 2006. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.00.080233-5 AG 275627
ORIG.	:	200661050082570 6 Vr CAMPINAS/SP
AGRTE	:	EDSON JORGE BATTAGIN HOSSRI e outro
ADV	:	ANDRE EDUARDO SAMPAIO
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 6 VARA DE CAMPINAS - 5ª SSJ - SP
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO -DEPÓSITO DAS PARCELAS VINCENDAS - INCORPORAÇÃO DAS PRESTAÇÕES VENCIDAS - EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL DO CONTRATO - DEMANDA AJUIZADA APÓS A ARREMATAÇÃO - INCLUSÃO DE NOME DE MUTUÁRIO NOS ÓRGÃO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO
1 - Não há como se constatar se há ou não abusividade aparente nos reajustes feitos pela CEF quanto ao contratado pelas partes, uma vez que não há nos autos deste recurso planilha de cálculo, nem declaração dos mutuários ou da CEF contendo os valores exigidos pela instituição financeira.
2 - O Decreto-Lei nº 2165/84, com a nova redação que lhe deu o Decreto-lei nº 2240/85, ao prever a possibilidade de incorporação das parcelas vencidas ao saldo devedor, restringe sua aplicação ao período compreendido entre 01 de outubro de 1984 e 30 de setembro de 1985.
3 - No entendimento do C. Supremo Tribunal Federal, o Decreto-Lei nº 70/66 não ofende a ordem constitucional vigente sendo passível de apreciação pelo Poder Judiciário eventual ilegalidade ocorrida no procedimento levado a efeito.
4 - Ajuizada a ação posteriormente à adjudicação do imóvel, não cabe a discussão acerca de eventuais irregularidades no reajustamento do valor das prestações e do saldo devedor, já que, consumada a expropriação, operou-se a transferência da propriedade do imóvel e, conseqüentemente, a quitação e extinção do contrato.
5 - O simples fato de haver ação judicial em curso, tendente a ver reconhecida a revisão da dívida junto ao Órgão Gestor, não é motivo suficiente a justificar provimento judicial que determine a exclusão dos nomes dos mutuários do serviço de controle do crédito
6 - Agravo de instrumento desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, discutidos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas decide a E. 2ª Turma do C. Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do relatório e voto, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 13 de fevereiro de 2007.

PROC.	:	2006.03.00.080608-0 HC 25308
ORIG.	:	200161190047350 1 Vr GUARULHOS/SP
IMPTE	:	FABIO PIRES DE CAMARGO
PACTE	:	ROBERTO FRANCISCO DA ROSA
ADV	:	FÁBIO PIRES DE CAMARGO
IMPDO	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE GUARULHOS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

EMENTA

PENAL. HABEAS CORPUS. USO DE DOCUMENTO PÚBLICO ALTERADO. PASSAPORTE COM VISTO PERTENCENTE À PESSOA DIVERSA. ATIPICIDADE DA CONDUTA. INOCORRÊNCIA. DOLO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM FEDERAL. ORDEM DENEGADA.
I - Paciente que embarcou no Aeroporto Internacional de Guarulhos - SP com destino a Los Angeles - EUA, sendo que, ao chegar no aeroporto daquele país, foi abordado por agentes da imigração norte-americana que desconfiaram do visto americano aposto em seu passaporte brasileiro, o que culminou com a determinação de seu retorno ao Brasil.
II - Descabimento do argumento de atipicidade da conduta, sob a alegação de que o visto seria uma declaração autônoma, não fazendo parte do documento público (passaporte), uma vez que o visto acompanha o passaporte, dada a necessidade de autorização do Consulado Norte-Americano. Assim, diante da complementaridade dos conteúdos das informações que o compõem, restou configurada a lesão à fé pública e a conseqüente atração da competência da Justiça Comum Federal para o processamento e julgamento do feito, sobretudo pelo fato de servir como documento de identificação.
III - A alegação de ausência de dolo deve ser enfrentada por ocasião do julgamento do mérito da ação penal, sobretudo porque os elementos constantes dos presentes autos indicam que o paciente tinha ciência da origem espúria do visto, dada a oferta de pagamento de três mil dólares a uma pessoa de nome "ERI", configurando o dolo, ao menos em sua modalidade eventual.
IV - O fato de o visto consular norte-americano ter sido cancelado, tendo em vista pertencer a outra pessoa, não afasta a justa causa para a ação penal, uma vez que, ainda que autênticos, o passaporte e o visto pertenciam a pessoas diferentes, de maneira que a junção dos dois implicou no uso de documento público alterado (passaporte), fato que se amolda ao disposto nos artigos 304 c/c 297 do Código Penal e não ao previsto no artigo 298 do mesmo estatuto, que cuida de documento particular.
V - Ordem denegada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas,
DECIDE a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por votação unânime, em denegar a ordem, nos termos da ata de julgamento, do relatório e do voto do Desembargador Federal Relator.
São Paulo, 23 de janeiro de 2007.(data de julgamento)

PROC.	:	2006.03.00.080995-0 AG 276383
ORIG.	:	9505231407 2F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
PROC	:	VINICIUS NOGUEIRA COLLACO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	MERCADINHO NISHIDA LTDA
ADV	:	CARLOS ROBERTO DA SILVEIRA
PARTE R	:	GETULIO KYOSUKE NISHIDA e outro
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSO CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - APLICAÇÃO DO ART. 135, III, CTN - REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO - SÓCIO - PODERES DE GERÊNCIA - NÃO COMPROVAÇÃO - AGRAVO IMPROVIDO.
1 - Os sócios respondem solidariamente em relação ao débito tributário da pessoa jurídica, nas estritas hipóteses do art. 135, inciso III, do Código Tributário Nacional.
2 - Não há, no caso em vertente, demonstração de que os sócios exerciam a gerência da empresa executada à época dos fatos geradores e, tampouco, de que fazia parte do quadro societário da empresa executada.
3 - Mesmo entendendo ser possível a inclusão dos sócios no pólo passivo da execução fiscal ajuizada contra a empresa executada, faz-se necessário que a exeqüente traga aos autos elementos que a autorizem afirmar a responsabilidade do sócio. Portanto, o ônus da prova é da exeqüente.
4 - Agravo de instrumento improvido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a 2ª Turma do C. Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso de agravo de instrumento, nos termos do relatório e voto, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 13 de fevereiro de 2007.

PROC.	:	2006.03.00.082590-6 AG 276731
ORIG.	:	9200661173 6 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	WAGNER MONTIN
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	METAIS E PLASTICOS COLOMBINI LTDA
ADV	:	ELOAHNA BARBARA DE AZEVEDO SA FREIRE
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 6 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES. FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

EMENTA

PROCESSO CIVIL - ARTIGO 19 DA LEI Nº 11.033/2004 - EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE CERTIDÕES PARA LEVANTAMENTO DE PRECATÓRIO JUDICIAL - DESCABIMENTO.
1 - A determinação trazida pelo referido dispositivo legal, que obriga a parte beneficiária do título precatório a apresentar certidões negativas para levantamento dos valores, ao menos prima facie indica coação vedada pelas Súmulas n° 70 e n° 547, do E. STF, que invoco, analogicamente, ao caso em tela, mormente se considerada a ocorrência de processo judicial com trânsito em julgado, que gerou o direito do contribuinte.
2 - Após o trânsito em julgado de ação decidida favoravelmente à agravada, é direito desta, na condição de vencedora da lide, levantar os valores depositados judicialmente pelo Fisco, e isso independentemente de haver ou não débito em face do Poder Público, haja vista que para a execução de valores pendentes perante a Administração, a Fazenda possui os meios judiciais e extrajudiciais regulares, assegurados aos contribuintes, nestas ocasiões, os princípios do contraditório e da ampla defesa.
3 - Descabida a exigência de que trata o artigo 19, da Lei n° 11.033/2004, até mesmo por estar o legislador ordinário, em última análise, criando condicionantes para o levantamento de precatório judicial não previstas no artigo 100 da Constituição Federal, que longamente trata da matéria e nada dispõe sobre tal aspecto.
4 - Agravo de instrumento desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a 2ª Turma do C. Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do relatório e voto, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 13 de fevereiro de 2007.

PROC.	:	2006.03.00.082592-0 AG 276733
ORIG.	:	9400218214 6 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	WAGNER MONTIN
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	OMNIPOL BRASILEIRA S/A
ADV	:	JULIANA OLIVIA FERREIRA LOUREIRO DOS SANTOS
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 6 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

EMENTA

PROCESSO CIVIL - ARTIGO 19 DA LEI Nº 11.033/2004 - EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE CERTIDÕES PARA LEVANTAMENTO DE PRECATÓRIO JUDICIAL - DESCABIMENTO.
1 - A determinação trazida pelo referido dispositivo legal, que obriga a parte beneficiária do título precatório a apresentar certidões negativas para levantamento dos valores, ao menos prima facie indica coação vedada pelas Súmulas n° 70 e n° 547, do E. STF, que invoco, analogicamente, ao caso em tela, mormente se considerada a ocorrência de processo judicial com trânsito em julgado, que gerou o direito do contribuinte.
2 - Após o trânsito em julgado de ação decidida favoravelmente à agravada, é direito desta, na condição de vencedora da lide, levantar os valores depositados judicialmente pelo Fisco, e isso independentemente de haver ou não débito em face do Poder Público, haja vista que para a execução de valores pendentes perante a Administração, a Fazenda possui os meios judiciais e extrajudiciais regulares, assegurados aos contribuintes, nestas ocasiões, os princípios do contraditório e da ampla defesa.
3 - Descabida a exigência de que trata o artigo 19, da Lei n° 11.033/2004, até mesmo por estar o legislador ordinário, em última análise, criando condicionantes para o levantamento de precatório judicial não previstas no artigo 100 da Constituição Federal, que longamente trata da matéria e nada dispõe sobre tal aspecto.
4 - Agravo de instrumento desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a 2ª Turma do C. Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do relatório e voto, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 13 de fevereiro de 2007.

PROC.	:	2006.03.00.082633-9 AG 276776
ORIG.	:	200361170040916 1 Vr JAU/SP
AGRTE	:	JORGE RUDNEY ATALLA e outros
ADV	:	VANDERLEI AVELINO DE OLIVEIRA
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SIMONE MACIEL SAQUETO SIQUERA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PARTE R	:	CENTRAL PAULISTA ACUCAR E ALCOOL LTDA e outros
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE JAU Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSO CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE - ILEGITIMIDADE PASSIVA - MEIO ADEQUADO - REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO - ART. 135, III, CTN - INFRAÇÃO À LEI - POSSIBILIDADE.
1- A exceção de pré-executividade é o meio adequado para discussão acerca da ilegitimidade de parte, por se tratar de matéria de ordem pública, exclusivamente de direito, independente de dilação probatória.

2 - Os sócios respondem solidariamente em relação ao débito tributário da pessoa jurídica, nas estritas hipóteses do art. 135, inciso III, do Código Tributário Nacional.
3 - Verificada a ocorrência de infração à lei, uma vez que se constata na Certidão da Dívida Ativa que houve a arrecadação das contribuições mediante desconto da remuneração dos empregados sem o devido recolhimento, em afronta ao disposto no art. 30, I, b, da Lei nº 8.212/91, prática esta que pode até mesmo configurar a conduta descrita no art. 168-A do Código Penal, e que implica em locupletamento ilícito, prática vedada pelo nosso ordenamento jurídico, devem os sócios figurar no pólo passivo da demanda e responder com seus patrimônios pessoais pela dívida inadimplida, relativa às referidas contribuições.
4 - A responsabilidade dos sócios deve sofrer limitação à parte do débito decorrente do não recolhimento das contribuições arrecadadas dos segurados empregados.
5 - Recurso de agravo parcialmente provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a 2ª Turma do C. Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento ao recurso de agravo de instrumento, nos termos do relatório e voto, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 13 de fevereiro de 2007.

PROC.	:	2006.03.00.087056-0 AG 277760
ORIG.	:	200661000167931 22 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	SUZI PIOLOGRO DA HORA MENDES DE OLIVEIRA e outro
ADV	:	LUCIANE DE MENEZES ADAO
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 22 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - JUSTIÇA GRATUITA - SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO - VALOR DA CAUSA - COMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL.
1 - De acordo com a jurisprudência dominante, nas ações em que se discute o valor de prestações vincendas relativas a contrato realizado sob as normas do SFH - Sistema Financeiro da Habitação, o cálculo do valor da causa deve ser igual à diferença entre o valor da prestação cobrada pela CEF e o valor da prestação que entende devido o mutuário, multiplicada esta diferença por doze.
2 - Na espécie, a pretensão deduzida na ação em consideração não se limita à revisão das parcelas vincendas referentes ao contrato de mútuo habitacional, o que levaria à aplicação isolada do disposto no artigo 3º, §2º, da Lei 10.259/2001, para a solução da contenda, abarcando também a revisão das parcelas vencidas, bem como a repetição de indébito e compensação de valores.
3 - Inaplicável ao caso a regra de competência trazida na Lei dos Juizados Especiais Federais, cujo comando é limitado às hipóteses em que os limites objetivos da lide cingem-se às parcelas vincendas.
4 - Agravo de instrumento provido. Concedidos os benefícios da justiça gratuita.

A C Ó R D Ã O

Vistos, discutidos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas decide a E. 2ª Turma do C. Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, dar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do relatório e voto, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 13 de fevereiro de 2007.

PROC.	:	2006.03.00.089014-5 HC 25479
ORIG.	:	200661040007380 5 Vr SANTOS/SP
IMPTE	:	FLAVIO JOSE GONCALVES DA LUZ
PACTE	:	VALDENILSON DE SOUZA SANTOS reu preso
ADV	:	FLAVIO JOSE GONCALVES DA LUZ
IMPDO	:	JUIZO FEDERAL DA 5 VARA DE SANTOS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

EMENTA

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. MOEDA FALSA. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA. PEDIDO PREJUDICADO NESTA PARTE. COMPETÊNCIA. ALEGAÇÃO DE QUE O DELITO, EM TESE, SERIA O DE ESTELIONATO, POR SE TRATAR DE FALSIFICAÇÃO GROSSEIRA. INOCORRÊNCIA. ORDEM DENEGADA.
I - Habeas Corpus impetrado em face de ato praticado por Juízo Federal que recebeu a denúncia formulada em desfavor do paciente pela prática, em tese, do crime de moeda falsa.
II - Pedido de relaxamento da prisão em flagrante em decorrência do excesso de prazo na formação da culpa prejudicado, uma vez que sobreveio sentença penal condenatória.
III - Alegação de constrangimento ilegal decorrente da incompetência da autoridade impetrada uma vez que a cédula apreendida seria de falsificação grosseira, motivo pelo qual o delito, em tese, seria o de estelionato (art. 171 do CP) cuja competência, no caso, pertenceria à Justiça Comum Estadual.
IV - Hipótese dos autos que revela a existência de dois laudos periciais. O primeiro, afirmando que as cédulas seriam fruto de processo grosseiro de falsificação, mas eximindo-se de se pronunciar quanto à sua aptidão de enganar o "homem médio", cabendo ao magistrado proceder à análise no caso concreto. O segundo, realizado pelo Instituto de Criminalística da Polícia Federal, conclui, de forma categórica, que não se trata de falsificação grosseira, motivo pelo qual não há como, dados os estreitos limites de cognição do Habeas Corpus, acolher a tese sustentada pelo impetrante no sentido de se tratar de falsificação grosseira.
V - Impetração prejudicada em parte e, na parte conhecida, denegada a ordem.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por votação unânime, em julgar prejudicada em parte a impetração e denegar a ordem, nos termos da ata de julgamento, do relatório e do voto do Desembargador Federal Relator.
São Paulo, 23 de janeiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.00.089663-9 AG 278866
ORIG.	:	200561820431629 7F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	ARTUR PERPETUO DE OLIVEIRA
ADV	:	RICARDO LACAZ MARTINS
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ALMIR CLOVIS MORETTI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PARTE R	:	CIVILCORP ENGENHARIA CONSTRUCAO E INCORPORACAO LTDA e outro
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 7 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSO CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO - ART. 135, III, CTN - INFRAÇÃO À LEI NÃO CONFIGURADA - INAPLICABILIDADE
1 - O art. 13 da Lei 8.620/93 deve ser aplicado em consonância com o art. 135, do CTN, diante da indiscutível natureza tributária das contribuições previdenciárias.
2 - Não restando demonstrada nenhuma das hipóteses previstas no artigo 135, III, do CTN, não se justifica a inclusão dos sócios da empresa devedora no pólo passivo da execução, já que o mero inadimplemento não configura infração à lei, conforme orientação assente do Superior Tribunal de Justiça.
3 - Agravo de instrumento provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a 2ª Turma do C. Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, dar provimento ao recurso de agravo de instrumento, nos termos do relatório e voto, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 13 de fevereiro de 2007.

PROC.	:	2006.03.00.093665-0 AG 279973
ORIG.	:	200661000125365 16 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	VAILSON ALMEIDA DE OLIVEIRA
ADV	:	PAULA CAETANO DE SOUZA SILVEIRA
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 16 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO - VALOR DA CAUSA - COMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL.
1 - De acordo com a jurisprudência dominante, nas ações em que se discute o valor de prestações vincendas relativas a contrato realizado sob as normas do SFH - Sistema Financeiro da Habitação, o cálculo do valor da causa deve ser igual à diferença entre o valor da prestação cobrada pela CEF e o valor da prestação que entende devido o mutuário, multiplicada esta diferença por doze.
2 - Na espécie, a pretensão deduzida na ação em consideração não se limita à revisão das parcelas vincendas referentes ao contrato de mútuo habitacional, o que levaria à aplicação isolada do disposto no artigo 3º, §2º, da Lei 10.259/2001, para a solução da contenda, abarcando também a revisão das parcelas vencidas, bem como a repetição de indébito e compensação de valores.
3 - Inaplicável ao caso a regra de competência trazida na Lei dos Juizados Especiais Federais, cujo comando é limitado às hipóteses em que os limites objetivos da lide cingem-se às parcelas vincendas.
4 - Agravo de instrumento provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, discutidos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas decide a E. 2ª Turma do C. Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, dar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do relatório e voto, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 13 de fevereiro de 2007.

PROC.	:	2006.03.00.099908-8 AG 282190
ORIG.	:	200661000196530 14 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	CARLOS ALBERTO DO NASCIMENTO e outro
ADV	:	LUCIANE DE MENEZES ADAO
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 14 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - JUSTIÇA GRATUITA - SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO - VALOR DA CAUSA - COMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL.
1 - De acordo com a jurisprudência dominante, nas ações em que se discute o valor de prestações vincendas relativas a contrato realizado sob as normas do SFH - Sistema Financeiro da Habitação, o cálculo do valor da causa deve ser igual à diferença entre o valor da prestação cobrada pela CEF e o valor da prestação que entende devido o mutuário, multiplicada esta diferença por doze.
2 - Na espécie, a pretensão deduzida na ação em consideração não se limita à revisão das parcelas vincendas referentes ao contrato de mútuo habitacional, o que levaria à aplicação isolada do disposto no artigo 3º, §2º, da Lei 10.259/2001, para a solução da contenda, abarcando também a revisão das parcelas vencidas, bem como a repetição de indébito e compensação de valores.
3 - Inaplicável ao caso a regra de competência trazida na Lei dos Juizados Especiais Federais, cujo comando é limitado às hipóteses em que os limites objetivos da lide cingem-se às parcelas vincendas.
4 - Agravo de instrumento provido. Concedidos os benefícios da justiça gratuita.

A C Ó R D Ã O

Vistos, discutidos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas decide a E. 2ª Turma do C. Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, dar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do relatório e voto, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 13 de fevereiro de 2007.

PROC.	:	95.03.022395-4 REOMS 161261 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA REMESSA OFICIAL EM MANDADO DE SEGURANÇA
ORIG.	:	9300007963 2 Vr CAMPO GRANDE/MS
EMBTE	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
EMBDO	:	O V. ACÓRDÃO DE FLS. 48/53
PARTE A	:	GOIANIRA LUIZA DE SOUZA MATTOS e outro
ADV	:	LUZIA CRISTINA HERRADON PAMPLONA
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE CAMPO GRANDE Sec Jud MS
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO INEXISTENTE.
I - A decisão que manteve a r. sentença fundou-se no entendimento jurisprudencial pacificado no âmbito dos Tribunais de que, após o advento da Constituição Federal de 1988, o benefício de pensão por morte de servidor público corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, em decorrência da auto-aplicabilidade do seu artigo 40, parágrafos 4º e 5º, de forma que não resta dúvida de que o ponto de insurgência da União Federal foi corretamente analisado, não podendo, portanto, se falar em omissão.
II - Tendo o julgado embargado analisado corretamente o ponto de insurgência da embargante, não padece do vício que lhe é acoimado.
III - Embargos rejeitados.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por votação unânime, rejeitar os embargos, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Custas, como de lei.
São Paulo, 20 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	1999.03.99.039544-8 AC 485848
ORIG.	:	9700546454 9 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	NILTON CICERO DE VASCONCELOS
APDO	:	ANTONIO LUIS DE FRANCA e outros
ADV	:	LEANDRO CAVALCANTE VALERIOTE
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

ADMINISTRATIVO. FGTS. CORREÇÃO MONETÁRIA. EXTRATOS. DESNECESSIDADE COM A INICIAL. COMPROVAÇÃO DA QUALIDADE DE FUNDIÁRIO. PRAZO PRESCRICIONAL. LEGITIMIDADE DA CEF. IPC. JANEIRO/89 E ABRIL/90. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. RECURSO ADESIVO INTEMPESTIVO.

I - O extrato da conta de FGTS não é indispensável à propositura da ação, podendo sua ausência ser suprida por outras provas.
II - A prescrição, no caso, é trintenária (Súmula 210/STJ).
III - A Caixa Econômica Federal é parte legítima exclusiva para responder às ações versando sobre correção monetária dos saldos de FGTS.
IV - Consoante entendimento do Colendo STF, o índice aplicável, para fins de correção monetária, é o IPC, com os seguintes percentuais: janeiro/89 - 42,72% e abril/90 - 44,80%.
V - Os honorários advocatícios devem ser mantidos, eis que fixados de acordo com a pretensão da CEF.
VI - Recurso da CEF parcialmente provido. Recurso adesivo não conhecido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por votação unânime, dar parcial provimento ao recurso da CEF e não conhecer do recurso adesivo, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Custas, como de lei.
São Paulo, 20 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	1999.03.99.046575-0 AC 491793
ORIG.	:	9800273557 7 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	SILVANILDE PEREIRA SOUSA DIAS e outros
ADV	:	KELLY CRISTINA SALGARELLI
APDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	FRANCISCO VICENTE DE MOURA CASTRO
PARTE A	:	TEREZINHA FRANCISCA DE SOUZA
ADV	:	KELLY CRISTINA SALGARELLI
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

FGTS. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO. INOBSERVÂNCIA DO ARTIGO 635 DO CPC. CERCEAMENTO DE DEFESA. HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL SEM A ANUÊNCIA DO ADVOGADO
I - O julgamento da lide, sem propiciar aos autores a oportunidade de manifestarem-se (artigo 635 do CPC), consubstanciou-se em evidente cerceamento ao direito constitucional à ampla defesa, o que enseja a anulação da sentença.
II - Levando-se em consideração a condição de hipossuficiência do trabalhador em relação ao Estado e a situação de leigo em que a maioria se encontra quando das discussões jurídicas, a cautela exige que os advogados sejam notificados de todos os atos que tenham como conseqüência o término do processo, justamente para que não lhes tirem a oportunidade de bem orientar os seus clientes e esses não saiam prejudicados.
III - É nula a sentença que homologa a transação extrajudicial sem a anuência dos advogados de ambas as partes.
IV - Recurso provido.
V - Sentença anulada, em relação aos exeqüentes Silvanilde Pereira Sousa Dias, Tolentino Martins e Valdomiro Alves de Souza.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por votação unânime, dar provimento à apelação para anular a sentença em relação aos exeqüentes Silvanilde Pereira Sousa Dias, Tolentino Martins e Valdomiro Alves de Souza, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Custas, como de lei.
São Paulo, 20 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	1999.03.99.116480-0 AC 558732
ORIG.	:	9715043011 3 Vr SAO BERNARDO DO CAMPO/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ELAINE CATARINA BLUMTRITT GOLTL
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	IBF IND/ BRASILEIRA DE FORMULARIOS LTDA
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL: EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. PROCESSO EXTINTO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO POR NÃO CUMPRIMENTO DA EXIGÊNCIA DE CONSTITUIÇÃO DE NOVO ADVOGADO. SUBSTITUIÇÃO DA CERTIDÃO DA DÍVIDA ATIVA. RESPONSABILIDADE DO PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
I - Havendo uma relação de causa entre a inépcia da embargante em atender a determinação judicial e a extinção do processo, é de rigor a imposição do ônus sucumbencial a ela.
II - Terminado o feito sem condenação aplica-se o artigo 20, § 4º do CPC, o qual determina que o juiz arbitrará a verba honorária segundo uma apreciação eqüitativa, sem se ater exclusivamente ao balizamento inserto no parágrafo 3º desse dispositivo.
III - À vista do valor da causa e da atividade desenvolvida nos autos, o montante da verba honorária que se mostra adequado às particularidades do feito é o de R$ 500,00 (quinhentos reais).
IV - Recurso provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por votação unânime, dar provimento ao recurso, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Custas, como de lei.
São Paulo, 20 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	1999.61.00.002392-6 AC 1113418 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL
ORIG.	:	26 Vr SAO PAULO/SP
EMBTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	CARLOS ALBERTO MINAYA SEVERINO
EMBDO	:	V. ACÓRDÃO DE FLS. 383/384
PARTE A	:	NALU AGLAE RODRIGUES DE OLIVEIRA e outro
ADV	:	JOSE XAVIER MARQUES
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO NÃO CARACTERIZADA. EMBARGOS REJEITADOS.
I - Não há que se falar em omissão alguma no acórdão. Ao julgador cabe apreciar a matéria sob a fundamentação que reputar pertinente ao deslinde do conflito de interesses. Assim, não está obrigado o Magistrado a julgar a questão de acordo com as teses formuladas pelos litigantes, mas sim conforme o seu livre convencimento, fundamentadamente - artigo 131 do Código de Processo Civil -, lastreando-se nos fatos e provas, valendo-se da legislação, doutrina e jurisprudência aplicáveis ao caso concreto.
II - Apreciada à saciedade a insurgência apresentada resta descaracterizada a existência de qualquer eiva, tendo em vista não estar o órgão julgador compelido a proferir decisão vinculada aos limites dos argumentos trazidos pelas partes, ou a examinar questões outras meramente coadjutoras da tese afastada.
III - A alegação da Caixa Econômica Federal - CEF reflete mais seu inconformismo com o resultado do julgamento, insurgência cuja apreciação implicaria na retomada de questão já apreciada e decidida, o que é vedado em sede de embargos de declaração.
IV - Embargos de declaração rejeitados.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por votação unânime, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Custas, como de lei.
São Paulo, 20 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2000.03.99.036248-4 AC 603038
ORIG.	:	9505206330 6F Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	ALPHA SERVICE SEGURANCA E VIGILANCIA S/C LTDA
ADV	:	JEREMIAS ALVES PEREIRA FILHO
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JACIMON SANTOS DA SILVA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL: EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. REJEIÇÃO LIMINAR POR INSUFICIÊNCIA DOS BENS PENHORADOS. FALTA DE PROVIDÊNCIAS DO DEVEDOR NO SENTIDO DE COMPLEMENTAÇÃO DA PENHORA.
I - Caso os bens penhorados não bastem para a satisfação integral do débito exeqüendo, nosso ordenamento prevê sucessivas alterações da penhora.
II - A rejeição dos embargos do devedor em razão de penhora insuficiente é vedada in initio litis, devendo ser antecedida de providências no sentido de dar-se ao devedor a oportunidade de concorrer para a ampliação da penhora.
III - Não vencida essa fase, a rejeição dos embargos é descabida.
IV - Recurso provido. Sentença anulada.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por votação unânime, dar provimento ao recurso para anular a sentença, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Custas, como de lei.
São Paulo, 13 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2000.03.99.070614-8 AC 647855 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CIVEL
ORIG.	:	9700258351 4 Vr SAO PAULO/SP
EMBTE	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
EMBDO	:	O V. ACÓRDÃO DE FLS. 80/84
PART A	:	CIRILO HONORATO DA SILVA e outro
ADV	:	JOAO ANTONIO FACCIOLI
ADV	:	JOSE ANTONIO CREMASCO
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO INEXISTENTE.
I - A fixação da verba honorária sobre o valor da condenação, no caso em apreço, não colide com o entendimento desta Turma, de que nas causas em que são vencidas a Fazenda Pública a verba honorária deverá ser fixada de forma eqüitativa, nos termos do artigo 20, § 4º, do CPC, tendo em vista que o comando normativo insculpido no artigo 20, § 4º, do CPC determina a observância das alíneas "a", "b" e "c", do seu § 3º, de forma que o valor fixado não resultou em atentado ao princípio da eqüidade.
II - Tendo o julgado embargado analisado corretamente o ponto de insurgência da embargante, não padece do vício que lhe é acoimado.
III - Embargos rejeitados.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por votação unânime, rejeitar os embargos, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Custas, como de lei.
São Paulo, 20 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2000.60.00.006949-7 REOAC 890555 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL
ORIG.	:	1 Vr CAMPO GRANDE/MS
EMBTE	:	Uniao Federal
ADV	:	ANTONIO LEVI MENDES
EMBDO	:	O V. ACÓRDÃO DE FLS. 176/181
PARTE A	:	SENHORINHA PEREIRA DE AMORIM
ADV	:	ROSA LUIZA DE SOUZA CARVALHO
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE CAMPO GRANDE Sec Jud MS
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO INEXISTENTE.
I - A manutenção da aplicação do provimento 24/97 não configura omissão no julgado, na medida em que a sentença não explicitou os índices a serem empregados na execução, eis que referido provimento apenas reflete entendimento pacífico nesta Corte no que concerne aos critérios de correção monetária, uma vez que o provimento 26/2001, ou o que o tenha substituído, apenas constitui atualização dos índices de correção monetária, de forma que não existe óbice à sua aplicação.
II - Tendo o julgado embargado analisado corretamente o ponto de insurgência da embargante, não padece da omissão que lhe é acoimada.
III - Embargos rejeitados.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por votação unânime, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Custas, como de lei.
São Paulo, 20 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2000.61.00.008988-7 AC 642455
ORIG.	:	9 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	JOSE MANOEL MUNIZ MARQUES
ADV	:	MAURICIO ALVAREZ MATEOS
APDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	ANITA THOMAZINI SOARES
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. FGTS. TERMO DE ACORDO. LC 110/2001. COISA JULGADA. ARTIGO 24 DO ESTATUTO DA ADVOCACIA.
I - A coisa julgada, operada sobre a sentença que condenou a CEF ao pagamento de honorários advocatícios, é protegida por cláusula pétrea estampada no artigo 5º, inciso XXXVI, da CF/88.
II - Após o trânsito em julgado da sentença, os honorários advocatícios pertencem ao advogado, não podendo a parte dele dispor.

III - Nos termos do artigo 24, §§ 3º e 4º da Lei 8906/94, o acordo extrajudicial celebrado entre as partes, sem a participação do advogado, não atinge os honorários convencionados ou concedidos por sentença.
IV - Recurso provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por votação unânime, dar provimento ao recurso, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Custas, como de lei.
São Paulo, 20 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2000.61.05.015946-0 AC 1171101
ORIG.	:	2 Vr CAMPINAS/SP
APTE	:	Uniao Federal - MEX
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
APDO	:	ADHEMAR FRANCISCO SARAIVA COELHO (= ou > de 65 anos) e outros
ADV	:	SERGIO BERTAGNOLI
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE CAMPINAS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE 47,94%. MEDIDA PROVISÓRIA. REEDIÇÃO. POSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO. LEI 8.880/94. VARIAÇÃO DO IRSM DE JANEIRO E FEVEREIRO DE 1994.
I - Os servidores públicos federais não têm direito ao reajuste de 47,94%, instituído pela Lei nº 8.676/93.
II - Admissível, no período anterior à vigência da EC 32/98, a reedição de Medida Provisória, mantida a eficácia de lei nessa série desde a primeira delas. Entendimento da Súmula 651 do STF.
III - Custas processuais e honorários advocatícios devidos pelos autores, fixados em R$ 1.000,00, observando a sua condição de beneficiários da justiça gratuita.
IV - Apelação e remessa oficial providas.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por votação unânime, dar provimento à apelação da União Federal e à remessa oficial, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Custas, como de lei.
São Paulo, 20 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2000.61.09.007508-1 EXSUSP 238
ORIG.	:	1 Vr PIRACICABA/SP
EXCPTE	:	FERNANDO HENRIQUE QUILICI
ADV	:	VALÉRIA BARINI DE SANTIS
EXCPTO	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE PIRACICABA SP
PARTE R	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	JOSE CARLOS DE CASTRO
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL: EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO. JUIZ EXERCENDO FUNÇÕES EM OUTRA VARA FEDERAL. EXCEÇÃO PREJUDICADA. ARQUIVAMENTO.
I - Consultando a página desta Egrégia Corte na Internet, verifica-se que o Magistrado apontado como suspeito para atuar no feito não exerce mais suas atividades na 1ª Vara Federal de Piracicaba/SP, vez que atualmente é Juiz titular da 1ª Vara Federal de Tupã/SP.
II - Com efeito, a saída do Magistrado para outra Vara Federal ocasiona a perda de objeto da presente exceção de suspeição, a uma, porque o excepto não se encontra em condições de praticar qualquer ato decisório e, a duas, pelo fato de ter cessado em definitivo sua atuação no processo.
III - Exceção prejudicada. Arquivo.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por votação unânime, julgar prejudicada a presente exceção de suspeição e determinar o seu arquivamento, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Custas, como de lei.
São Paulo, 20 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2000.61.82.039835-5 AC 763761
ORIG.	:	6F Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	ITER TRANSPORTES E ARMAZENS GERAIS LTDA
ADV	:	FERNANDO JOSE DE BARROS FREIRE
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HELOISA HERNANDEZ DERZI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL: EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. REJEIÇÃO LIMINAR POR INSUFICIÊNCIA DOS BENS PENHORADOS. CUMPRIDA A DETERMINAÇÃO PARA REFORÇO DA PENHORA.
I - Caso os bens penhorados não bastem para a satisfação integral do débito exeqüendo, nosso ordenamento prevê sucessivas alterações da penhora.
II - A rejeição dos embargos do devedor em razão de penhora insuficiente é vedada in initio litis, devendo ser antecedida de providências no sentido de dar-se ao devedor a oportunidade de concorrer para a ampliação da penhora.
III - A determinação para reforço da penhora foi cumprida pelo devedor, denotando sua intenção de pagar ou discutir a dívida. Ademais, a subsistência da insuficiência de bens caracteriza a ineficácia da nomeação de bens pelo devedor (art. 656, V do CPC), o que devolve ao credor o direito a essa nomeação (art. 657 do CPC), não ensejando a rejeição liminar dos embargos.
IV - Recurso provido. Sentença anulada.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por votação unânime, dar provimento ao recurso para anular a sentença, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Custas, como de lei.
São Paulo, 13 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2001.03.00.021044-6 AG 133696
ORIG.	:	200061050159460 2 Vr CAMPINAS/SP
AGRTE	:	Uniao Federal - MEX
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
AGRDO	:	ADHEMAR FRANCISCO SARAIVA COLEHO e outros
ADV	:	ISAEL LUIZ BOMBARDI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE CAMPINAS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL: AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPUGNAÇÃO À ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. PRECLUSÃO.
I - Havendo procedimento próprio a ser seguido para impugnação das decisões judiciais, só excepcionalmente, quando houver fundada dúvida quanto ao recurso cabível, é que se deve admitir a fungibilidade recursal.
II - Tendo havido impugnação à decisão concessiva da gratuidade para os autores através do incidente adequado (processo nº 2001.61.05.007233-4), conforme demonstrado nos autos principais, já com decisão de indeferimento (fls. 152/154 dos autos principais), datado de 14 de maio de 2002, sem ter havido recurso dessa decisão, restou prejudicada a apreciação deste recurso, em vista da preclusão consumativa.
III - Agravo não conhecido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por unanimidade, não conhecer do agravo, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Custas, como de lei.
São Paulo, 20 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2001.03.99.016184-7 AC 682991 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CIVEL
ORIG.	:	9800374256 3 Vr SAO PAULO/SP
EMBTE	:	FEHUER IND/ E COM/ DE FERRAMENTAS LTDA
ADV	:	RICARDO BARSOTTI
EMBDO	:	O V. ACÓRDÃO DE FLS. 299/310
PART R	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RENATA CRISTINA MORETTO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VÍCIO INEXISTENTE.
I - A questão atinente ao prazo prescricional foi expressamente apreciada e motivadamente decidida pelo julgado embargado, que reconheceu ser a prescrição qüinqüenal contada da homologação do lançamento, mas que, afortunadamente, não detectou parcelas atingidas pela prescrição.
II - Tendo o julgado embargado analisado corretamente o ponto de insurgência da embargante, não padece do vício que lhe é acoimado.
III - Embargos rejeitados.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por votação unânime, rejeitar os embargos, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Custas, como de lei.
São Paulo, 20 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2001.61.06.002689-8 ACR 17023 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CRIMINAL
ORIG.	:	1 Vr JALES/SP
EMBTE	:	ANTONIO BARBERO
EMBTE	:	GENESIO BARBERO
ADV	:	OSMAIR APARECIDO PICOLI
EMBDO	:	V. ACÓRDÃO DE FLS. 251/261
PARTE R	:	Justica Publica
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL PENAL: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. CONTRADIÇÃO. DÚVIDA. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CARÁTER INFRINGENTE. INADMISSIBILIDADE.
I - Os presentes embargos ostentam caráter infringente pretendendo os embargantes, em verdade, a reapreciação e modificação do julgado, o que não se coaduna com a via processual eleita.
II - O julgado embargado não padece de omissão ou contradição, dúvida ou obscuridade, tendo enfrentado devidamente as questões aduzidas.
III - A questão da inexigibilidade de conduta diversa foi apreciada com base no conjunto probatório dos autos e, na esteira do entendimento dos nossos Tribunais, que exige prova apta e inequívoca da absoluta impossibilidade de realizar a conduta determinada pela norma, o que inocorreu in casu, eis que, demonstrados indícios de que a empresa atravessava dificuldades, as quais, todavia, são inerentes à atividade empresarial.
IV - Saliento que descabe, em sede de declaratórios, reabrir-se discussão sobre matéria apreciada e decidida na decisão embargada.
V - Na verdade, o que pretendem os embargantes é a modificação do julgado, pela via dos declaratórios, o que é inadmissível.
VI - Embargos rejeitados.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por votação unânime, rejeitar os embargos, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Custas, como de lei.
São Paulo, 06 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2002.03.00.036344-9 AG 162156
ORIG.	:	9800068279 3 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	ANTONIO ROBERTO MARCHIORI
AGRDO	:	ANGELA'S CONDUCOES ESCOLARES S/C LTDA
ADV	:	RUTH MYRIAN FERRUFINO C KADLUBA
AGRDO	:	ARNALDO RENATO STACKE e outro
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL: AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO. LOCALIZAÇÃO DE BENS PASSÍVEIS DE PENHORA. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS. AGRAVO IMPROVIDO.
I - A decisão do Magistrado que determina a expedição de ofícios para repartições e órgãos públicos com o intuito de localizar bens em nome do devedor passíveis de penhora deve ser tida como medida extrema, adotada somente nos casos em que outros meios utilizados para tal finalidade restarem ineficazes.
II - A exeqüente não reuniu elementos que justificassem a necessidade de requisição pela via judicial de informações acerca do patrimônio dos executados, vez que não restou evidenciado o esgotamento dos meios hábeis a localizar os bens que pudessem ser penhorados para satisfazer o seu crédito.
III - Agravo improvido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por unanimidade, negar provimento ao agravo, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Custas, como de lei.
São Paulo, 20 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2002.03.00.045875-8 AG 166612
ORIG.	:	9805542068 6F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	SED IND/ E COM/ DE ARTEFATOS DE FERRO LTDA
ADV	:	MARCELO DE CARVALHO RODRIGUES
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ANNA KATHYA HELINSKA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 6 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. NOMEAÇÃO DE BENS À PENHORA. IMÓVEL LOCALIZADO EM COMARCA DIVERSA. DIFÍCIL LOCALIZAÇÃO. INDEFERIMENTO DOS EMBARGOS. OUTRAS PROVIDÊNCIAS. AGRAVO PARCIALMENTE PROVIDO.

I - O imóvel oferecido pela agravante está situado em comarca diversa do Juízo da execução e, conforme certificado nos autos, o Oficial de Justiça não procedeu à penhora e avaliação do bem, por não ter conseguido localizar o lote de terras, o que gera dificuldades para o regular prosseguimento do executivo fiscal.

II - Com efeito, há que se considerar legítima a recusa do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, bem como correta a decisão do Magistrado singular que determinou a substituição do imóvel oferecido, concedendo à agravante a oportunidade de apresentar outros bens para garantia da dívida.

III - Todavia, o indeferimento dos embargos não se justifica na hipótese de não oferecimento ou aceitação de outros bens, eis que tal medida deve ser precedida de outras providências, dentre as quais, por exemplo, a determinação para penhora livre.

IV - Agravo parcialmente provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por votação unânime, dar parcial provimento ao agravo, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Custas, como de lei.

São Paulo, 20 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2002.03.99.016407-5 ACR 13058
ORIG.	:	9807002834 1 Vr SAO JOSE DO RIO PRETO/SP
APTE	:	Justica Publica
APDO	:	SEMI TAYAR NETO
APDO	:	SALIM TAYAR
ADV	:	HELOISA ELAINE PIGATTO (Int.Pessoal)
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL PENAL E PENAL: CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. AUTORIA E MATERIALIDADE. OMISSÃO DO RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. ARTIGO 95, "D" DA LEI 8.212/91. ADVENTO DA LEI 9.983/00. ARTIGO 168-A DO CP. ABOLITIO CRIMINIS. INOCORRÊNCIA. CONDUTA DELITUOSA PERMANECE A MESMA. NATUREZA. DOLO ESPECÍFICO. DESNECESSIDADE DE SUA VERIFICAÇÃO. CONSUMAÇÃO. INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA. CAUSA SUPRALEGAL DE EXCLUSÃO DA CULPABILIDADE. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. ALEGAÇÃO DE QUE A EMPRESA PASSAVA POR GRAVES DIFICULDADES FINANCEIRAS COLOCANDO EM RISCO A SUA PRÓPRIA EXISTÊNCIA. ÔNUS DA PROVA. ARTIGO 156 DO CPP. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.

I - O não recolhimento das contribuições previdênciarias descontadas dos salários dos empregados é crime omissivo próprio cuja consumação ocorre com o descumprimento do dever de agir determinado pela norma legal.

II - O delito de omissão de recolhimento de contribuições previdenciárias não se confunde com o crime de apropriação indébita, pois, este tem como antecedente lógico a posse ou detenção justa e se consuma no momento em que o agente inverte o ânimo de sua posse, passando a exercê-la como se proprietário fosse (animus rem sibi habendi).

III - No caso sub examen restou comprovado de forma inequívoca que os réus agiram com dolo.

IV - A inexigibilidade de conduta diversa é causa supralegal de exclusão da culpabilidade sendo, pois, imprescindível, perquirir se os agentes estavam efetivamente impossibilitados de recolher os valores descontados dos empregados da sua empresa, o que inocorreu no presente feito.

V - A mera referência a dificuldades financeiras não é suficiente para ilidir a responsabilidade penal dos agentes. A exclusão da culpabilidade requer a existência de elementos seguros, aptos a comprovar a impossibilidade do recolhimento das contribuições devidas à Previdência. Não houve demonstração inequívoca da insolvência da empresa, nem tampouco, das medidas que poderiam ter sido efetivadas para solucionar o problema.

VI - A prova da alegação incumbe a quem a fizer, sob pena de não ser considerada pelo julgador (artigo 156 do CPP).

VII - O crime de omissão no recolhimento de contribuições previdenciárias passou a ser tipificado no artigo 168-A do CP.

VIII - Comprovadas a autoria e a materialidade delitivas, o decreto condenatório é de rigor.

IX - Entre a data do recebimento da denúncia e a presente data decorreu lapso temporal superior a 04 anos, impondo-se reconhecer a prescrição da pretensão punitiva estatal do delito.

X - Recurso ministerial provido. De ofício decretada a extinção da punibilidade.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por votação unânime, dar provimento ao recurso ministerial e, de ofício, decretar extinta a punibilidade dos fatos, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

São Paulo, 20 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2002.03.99.018468-2 AC 799050 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL
ORIG.	:	9600160090 21 Vr SAO PAULO/SP
EMBTE	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
EMBDO	:	V. ACÓRDÃO DE FLS. 134/148
PARTE A	:	AUREO RODRIGUES PEREIRA DE MELLO JUNIOR
ADV	:	AURORA ROSA DE MORAES OLIVEIRA
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 21 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO INEXISTENTE.

I-Todos os pontos impugnados da sentença foram objeto de apreciação e decisão motivada no Julgado embargado.

II-Os juros de mora são devidos nos termos do disposto no art. 219, do CPC, e art. 4º, da MP nº 2180-35/01.

III-Declaratórios rejeitados.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por votação unânime, rejeitar os declaratórios, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Custas, como de lei.

São Paulo, 20 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2002.60.00.003503-4 AC 1150767
ORIG.	:	1 Vr CAMPO GRANDE/MS
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	ALEXANDRE RAMOS BASEGGIO
APDO	:	GEOBEL DEALIS
ADV	:	CAROLINA RIBEIRO FAVA
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

ADMINISTRATIVO. FGTS. JUROS DE MORA. PARCELAS CONCEDIDAS ADMINISTRATIVAMENTE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PREQUES- TIONAMENTO.

I - Os juros de mora, nos termos da legislação substantiva, são devidos apenas em caso de levantamento de cotas, situação a ser apurada em execução.

II - As parcelas concedidas administrativamente serão descontadas por ocasião da execução, tendo em vista que a CEF foi condenada ao pagamento das diferenças.

III -A CEF está isenta do pagamento de honorários advocatícios em razão do disposto no art. 29-C, da Lei 8036/90, com as modificações introduzidas pela MP 2164-41 de 24/08/01.

IV - O fato da decisão ter-se fundamentado na legislação que entendeu guardar relação com o ponto principal da lide, torna desnecessária a menção exaustiva de outras normas que a apelante entende aplicáveis à espécie.

V - Recurso parcialmente provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por votação unânime, dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Custas, como de lei.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2002.61.00.008624-0 AMS 254907 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA
ORIG.	:	19 Vr SAO PAULO/SP
EMBTE	:	FORMTAP IND/ E COM/ S/A
ADV	:	WALDEMAR CURY MALULY JUNIOR
EMBDO	:	O V. ACÓRDÃO DE FLS. 296/302
PARTE R	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VÍCIO INEXISTENTE.

I - A decisão que anulou a r. sentença fundou-se no entendimento da obrigatoriedade de formação do litisconsórcio passivo da CEF e da União Federal no que diz respeito à contribuição em comento. Portanto, dada a nulidade absoluta, é vedado ao Tribunal manifestar-se sobre o mérito da causa, de forma que não resta dúvida de que o ponto de insurgência da autora foi corretamente analisado, não podendo, portanto, se falar em omissão ou obscuridade.

II - Tendo o julgado embargado analisado corretamente o ponto de insurgência da embargante, não padece do vício que lhe é acoimado.

III - Embargos rejeitados.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por votação unânime, rejeitar os embargos, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Custas, como de lei.

São Paulo, 20 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2002.61.00.024353-8 AC 900001 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL
ORIG.	:	3 Vr SAO PAULO/SP
EMBTE	:	ASSOCIACAO BRASILEIRA D A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS
ADV	:	RICARDO CERQUEIRA LEITE
EMBDO	:	O V. ACÓRDÃO DE FLS. 233/253
PARTE R	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOAO CARLOS VALALA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO INEXISTENTE. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DA MATÉRIA.

I - Todos os pontos da decisão impugnados no recurso foram objeto de apreciação e decisão motivadas no Julgado embargado.

II - O fato de o v. Acórdão embargado ter fundamentado sua conclusão com arrimo em entendimento e legislação que acolheu como adequados à solução da lide, torna desnecessária a manifestação acerca de outros fundamentos eventualmente indicados pelas partes.

III - A pretensa omissão só estaria consubstanciada em caso de ausência de apreciação da matéria. Tendo sido esta apreciada, e o pleito desacolhido, descaracteriza-se o vício alegado.

IV - Saliento que descabe, em sede de declaratórios, reabrir-se discussão sobre matéria apreciada e decidida na decisão embargada.

V - Embargos rejeitados.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por votação unânime, rejeitar os embargos, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Custas, como de lei.

São Paulo, 20 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2002.61.82.004943-6 AC 943146
ORIG.	:	5F Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	EDSON DOS SANTOS
ADV	:	CARLOS ROBERTO DA SILVEIRA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ODILON ROMANO NETO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
INTERES	:	INDUSFER COM/ DE FERRAMENTAS INDUSTRIAIS LTDA e outro
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL: EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. REJEIÇÃO LIMINAR POR INSUFICIÊNCIA DOS BENS PENHORADOS. FALTA DE PROVIDÊNCIAS DO DEVEDOR NO SENTIDO DE COMPLEMENTAÇÃO DA PENHORA.

I - Caso os bens penhorados não bastem para a satisfação integral do débito exeqüendo, nosso ordenamento prevê sucessivas alterações da penhora.

II - A rejeição dos embargos do devedor em razão de penhora insuficiente é vedada in initio litis, devendo ser antecedida de providências no sentido de dar-se ao devedor a oportunidade de concorrer para a ampliação da penhora.
III - Vencida essa fase e constatada a inexistência de bens, os embargos prosseguem. Entendimento diverso implicaria cerceamento ao direito de defesa do devedor.
IV - Recurso provido. Sentença anulada.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por votação unânime, dar provimento ao recurso para anular a sentença, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Custas, como de lei.
São Paulo, 13 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2003.03.00.000388-7 AG 170781
ORIG.	:	200261030057770 3 Vr SAO JOSE DOS CAMPOS/SP
AGRTE	:	ROSANGELA NOGUEIRA CARDOSO DE MORAES e outro
ADV	:	PAULO FERNANDO PRADO FORTES
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	JOSE PAULO NEVES
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE S J CAMPOS SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTRATO DE MÚTUO. EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL. DECRETO-LEI Nº 70/66. LEILÃO. AUSÊNCIA DE VÍCIO NO PROCEDIMENTO. AGRAVO IMPROVIDO.
I - Possibilidade de cabimento da ação cautelar nos termos propostos, tendo em vista o disposto no artigo 273, § 7º, do CPC.
II - Os recorrentes buscam suspender o leilão extrajudicial do imóvel objeto de contrato de mútuo habitacional, ou, se já realizado, os seus efeitos, com base na alegação de que o Decreto-lei nº 70/66 é inconstitucional.
III - Há que ser afastada referida alegação, vez que é reconhecida a constitucionalidade do Decreto-lei nº 70/66, havendo nesse sentido inúmeros precedentes do E. Supremo Tribunal Federal e do E. Superior Tribunal de Justiça.
IV - Ademais, os recorrentes não reuniram nenhuma prova capaz de comprovar a ocorrência de irregularidades passíveis de viciar o procedimento de execução extrajudicial que culminou na realização do leilão do imóvel, o que impossibilita a sua anulação.
V - Por oportuno, ainda, destacar que o leilão foi designado para o dia 19/12/2002, sendo certo que a ação cautelar foi proposta somente em 18/12/2002, ou seja, no dia anterior ao ato, o que revela a ausência do periculum in mora.
VI - Agravo improvido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por votação unânime, negar provimento ao agravo, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Custas, como de lei.
São Paulo, 20 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2003.03.99.018372-4 AC 881498
ORIG.	:	9605204193 6F Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SANDRA TSUCUDA SASAKI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	SALVADOR PERROTTI
ADV	:	MILTON MANGINI
INTERES	:	SYSTEMAKERS S/C LTDA e outro
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 6 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES. FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. SÓCIO DA SOCIEDADE EXECUTADA. RESPONSABILIDADE. INOCORRÊNCIA. ILEGITIMIDADE PASSIVA.
I - O mero inadimplemento da obrigação previdenciária pela sociedade, não tem o condão de por si só, caracterizar a responsabilidade tributária por substituição dos sócios (CTN, art. 134 e 135). Precedentes do E. Superior Tribunal de Justiça.
II - Não há prova de que o sócio praticou atos com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos (CTN, art. 135, III).
III - A sociedade executada possui bens passíveis de penhora, não se cuidando da hipótese de dissolução irregular.
IV - A CDA aponta infração ao art. 143 da CLPS expedida pelo Decreto nº 89.312/84, que dispõe sobre a imposição de juros e multa por falta de recolhimento na época própria de contribuições, e outros débitos previdenciários.
V - Não sendo o embargante responsável tributário pela dívida da sociedade executada (CTN, art. 134 e 135), é de rigor a sua exclusão do pólo passivo da execução.
VI - Apelação do INSS e remessa oficial improvidas.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por votação unânime, negar provimento à apelação do INSS e à remessa oficial, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Custas, como de lei.
São Paulo, 20 de março de 2007. (data do julgamento).

PROC.	:	2003.03.99.027706-8 AC 900273 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL
ORIG.	:	9800274570 20 Vr SAO PAULO/SP
EMBTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUCIANA KUSHIDA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
EMBDO	:	V. ACÓRDÃO DE FLS. 294/302
PARTE A	:	LICEU DE ARTES E OFICIOS DE SAO PAULO
ADV	:	EDUARDO DOMINGOS BOTTALLO
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO INEXISTENTE. PONTO NÃO IMPUGNADO NA APELAÇÃO.
I-Todos os pontos impugnados da sentença foram objeto de apreciação e decisão motivada no Julgado embargado.
II-O montante da verba sucumbencial arbitrado na sentença não foi impugnado na apelação, não havendo que se falar em omissão.
III-Declaratórios rejeitados.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por votação unânime, rejeitar os declaratórios, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Custas, como de lei.
São Paulo, 06 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2003.03.99.028367-6 AC 901182
ORIG.	:	9511042718 1 Vr PIRACICABA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOAO BAPTISTA DE SOUZA NEGREIROS ATHAYDE
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	TURBIMAQ TURBINAS E MAQUINAS LTDA
ADV	:	GENTIL BORGES NETO
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE PIRACICABA SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

TRIBUTÁRIO: CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. PRO LABORE.
I - Tratando-se de parcelas referentes a contribuições sociais passíveis de autolançamento e, portanto, sujeitas à homologação, opera-se a prescrição do direito à compensação após 5 (cinco) anos da homologação expressa ou tácita.
II - A Lei Complementar nº 118/05, no que diz respeito ao seu artigo 3º, não deve ser considerada uma norma interpretativa, mas uma lei nova.
III - A compensação de tributos pagos indevidamente ou a maior é direito do contribuinte, art. 66 da Lei nº 8383/91, devendo, todavia, os valores indevidamente recolhidos ser compensados exclusivamente com contribuições da mesma espécie.
IV - A compensação de tributos, segundo entendimento majoritário atualmente vigente neste E. Tribunal, sujeita-se aos limites de 25% (vinte e cinco por cento) previsto na Lei nº 9032/95 e de 30% (trinta por cento) na Lei nº 9129/95, os quais incidem nas compensações de valores recolhidos indevidamente a partir da data da publicação de cada uma dessas leis. No caso em apreço, a sentença determinou a limitação de 30% e não houve recurso do autor, razão pela qual será mantida.
V - A correção monetária deve atender ao comando do artigo 89, § 6º da Lei 8.212/91 e artigo 247, §§ 1º e 2º do Decreto 3048/99, que determina a observância dos mesmos critérios utilizados na cobrança da contribuição, incidindo desde o momento em que se torna exigível a dívida, observando-se a taxa SELIC a partir de 1º de janeiro de 1996, consoante o disposto no artigo 39 da Lei 9.250/95, afastada a cumulação de qualquer outro índice de correção monetária ou juros, tendo em vista a composição da SELIC por taxas de ambas as naturezas.
VI - Honorários advocatícios reduzidos para R$ 10.000,00 (dez mil reais), a teor do art. 20, § 4º, do CPC.
VII - Apelação do INSS e remessa oficial parcialmente providas.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por maioria, rejeitar a preliminar de prescrição qüinqüenal suscitada pelo INSS, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, acompanhada pelo voto da Senhora Juíza Federal Convocada Silvia Rocha, vencido o Senhor Desembargador Federal Nelton dos Santos. Quanto às questões de fundo, a Segunda Turma, por votação unânime, deu parcial provimento ao recurso e à remessa oficial, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Custas, como de lei.
São Paulo, 06 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2003.61.00.012260-0 AC 1170081
ORIG.	:	10 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	ELKE PRISCILA KAMROWSKI
APDO	:	ROBERTO FRANCO ESTEVES
ADV	:	IRACEMA MACHADO DA ROCHA CAMERLINGO
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL E EMBARGOS À EXECUÇÃO. ART. 741, PARÁGRAFO ÚNICO DO CPC. INAPLICABILIDADE. MULTA DO ARTIGO 600 DO CPC.
I - A desconstituição de título executivo judicial, mediante a aplicação do parágrafo único do art. 741 do Código de Processo Civil, com redação dada pela Medida Provisória nº 2180-35, de 24/08/01, constitui em violação ao princípio da coisa julgada, previsto no art. 5º, inciso XXXVI da Constituição Federal.
II - Verifica-se do teor do julgamento proferido no Recurso Extraordinário nº 226.855-7-RS, que a questão debatida não foi apreciada em razão de sua inconstitucionalidade ou constitucionalidade, mas sob a ótica da melhor interpretação dada à norma em relação àquele caso concreto, não produzindo efeito erga omnes.
III - Caberia a aplicação do novo dispositivo somente depois de suspensa a eficácia da norma inconstitucional pelo Senado Federal, em caso de controle difuso (art. 52, inciso X da Constituição Federal).
IV - Uma vez não caracterizada qualquer das hipóteses previstas no artigo 600 do Código de Processo Civil, incabível a imposição da pena de multa.
V - Recurso parcialmente provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por votação unânime, dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Custas, como de lei.
São Paulo, 20 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2003.61.00.015567-8 AC 1136011 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL
ORIG.	:	9 Vr SAO PAULO/SP
EMBTE	:	SYSTEM SOFTWARE ASSOCIATES DO BRASIL LTDA
ADV	:	MARCIA REGINA BULL
ADV	:	DENISE AYRES DE OLIVEIRA
EMBDO	:	O V. ACÓRDÃO DE FLS. 140/149
PARTE R	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RUBENS DE LIMA PEREIRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO INEXISTENTE.
I - A decisão que manteve a r. sentença fundou-se no entendimento de que pagamento feito a qualquer pretexto após o prazo previsto, ou seja sem motivo relevante, não isenta o devedor do pagamento de multa, caso que se verificou nestes autos. E, portanto, concluiu-se pela não aplicabilidade da norma inserta no artigo 138 do CTN, de forma que não resta dúvida de que o ponto de insurgência da autora foi corretamente analisado, não podendo, portanto, se falar em omissão.
II - Tendo o julgado embargado analisado corretamente o ponto de insurgência da embargante, não padece do vício que lhe é acoimado.
III - Embargos rejeitados.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por votação unânime, rejeitar os embargos, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Custas, como de lei.
São Paulo, 20 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2003.61.00.016408-4 AC 922995
ORIG.	:	6 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	JOAO RODRIGUES
ADV	:	EDUARDO OSMAR DE OLIVEIRA
APDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	LUIZ CARLOS FERREIRA DE MELO
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL: HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL SEM A ANUÊNCIA DO ADVOGADO. SENTENÇA NULA.

I - Levando-se em consideração a condição de hipossuficiência do trabalhador em relação ao Estado e a situação de leigo em que a maioria se encontra quando das discussões jurídicas, a cautela exige que os advogados sejam notificados de todos os atos que tenham como conseqüência o término do processo, justamente para que não lhes tirem a oportunidade de bem orientar os seus clientes e esses não saiam prejudicados.

II - É nula a sentença que homologa a transação extrajudicial sem a anuência dos advogados de ambas as partes.

III - Apelação provida. Sentença anulada.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por votação unânime, dar provimento à apelação para anular a sentença, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Custas, como de lei.

São Paulo, 20 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2003.61.09.006200-2 AC 1153569
ORIG.	:	1 Vr PIRACICABA/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	ADRIANO JOSE MONTAGNANI
APDO	:	CONDOMINIO PARQUE RESIDENCIAL JARDIM VILLAGE
ADV	:	ENESIO JORGE DE SOUSA FERREIRA
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. DESPESAS CONDOMINIAIS. RESPONSABILIDADE DO ADQUIRENTE DO IMÓVEL. NATUREZA PROPTER REM.

I - As despesas condominiais, cuja natureza propter rem segue o bem em caso de alienação, são de responsabilidade do adquirente, cabendo à Caixa Econômica Federal - CEF, proprietária do imóvel por força de carta de arrematação, o pagamento das cotas condominiais em atraso, ainda que não detenha a posse do imóvel.

II - A legitimidade passiva da Caixa Econômica Federal, por ser detentora de vínculo jurídico com o imóvel, não a exclui do direito regressivo contra terceiros.

III - Os valores acessórios das parcelas condominiais em atraso são devidos conforme estipulados pela assembléia condominial, independentemente de notificação ou cobrança extrajudicial.

IV - A partir da entrada em vigor do Novo Código Civil a multa condominial ficou limitada a 2% (dois por cento).

V - Apelação parcialmente provida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por votação unânime, dar provimento à apelação, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Custas, como de lei.

São Paulo, 13 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2003.61.82.062738-2 AC 1078214
ORIG.	:	10F Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
APDO	:	SERGIO HENRIQUE DE GODOY
ADV	:	JOÃO GUILHERME DE ANDRADE CINTRA
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. CANCELAMENTO DA CDA. PERDA DO OBJETO. PRINCIPIO DA CAUSALIDADE. ART. 20, § 4º DO CPC.

I - A impugnação genérica da apelante e o fato de os dados constantes das guias dos recolhimentos efetuados pelo apelado serem compatíveis com os constantes da ficha cadastral do Ministério da Fazenda são hábeis a se dar por não demonstrada a alegada culpa do contribuinte.

II - A União responde pelo pagamento da verba honorária com base no princípio da causalidade.

III - Tendo sido cancelada a execução, o feito é de ser extinto com fundamento no art. 267, inciso VI, do CPC.

IV - A apreciação eqüitativa para o arbitramento dos honorários advocatícios à que faz alusão o § 4º do art. 20 do CPC não impede o juiz de fixar esta verba em percentuais sobre valor determinado.

V - Montante fixado em 10% sobre o valor da causa, eis que a ação originária sequer comportou a interposição de recurso por parte do executado.

VI - Recurso parcialmente provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por votação unânime, dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Custas, como de lei.

São Paulo, 13 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2004.03.00.016747-5 AG 203809
ORIG.	:	9500000234 1 Vr NOVA ODESSA/SP
AGRTE	:	ADHEMAR DE BARROS e outro
ADV	:	ROBERTO ANTONIO AMADOR
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOSE ODECIO DE CAMARGO JUNIOR
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PARTE R	:	MAGNA TEXTIL LTDA
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE NOVA ODESSA SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO: EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORENTE. INCLUSÃO DE SÓCIOS E/OU ADMINISTRADORES. PÓLO PASSIVO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. AGRAVO PARCIALMENTE PROVIDO.

I - De início, a exceção de pré-executividade, conforme resta pacífico entendimento na doutrina e na jurisprudência, é cabível nas hipóteses em que a matéria objeto de defesa pelo executado seja de ordem publica, correspondendo às condições da ação e podendo ser conhecida de oficio pelo juiz.

II - A ilegitimidade passiva e a prescrição, incluídas entre as condições da ação, portanto, podem ser argüidas em sede de exceção de pré-executividade, desde de que não demandem dilação probatória, como nos autos em questão.

III - No caso de responsabilidade subsidiária de sócios, com a frustração da execução contra a empresa, se atendidos os pressupostos legais poderá a execução fiscal ser redirecionada para o sócio-gerente desde que se faça dentro de 5 (cinco) anos da citação daquela primeira.

IV - Também deve ser observado que, uma vez proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, a demora na citação, por motivos inerentes ao mecanismo da Justiça, não justifica o acolhimento da argüição de prescrição ou decadência, conforme a súmula nº 106 do E. STJ.

V - Nesta linha, não cabe o reconhecimento da prescrição intercorrente no presente caso.

VI - Quanto à ilegitimidade passiva, a responsabilidade solidária frente aos débitos previdenciários da empresa, descrita no art. 13 da Lei 8.620/93, aplica-se somente nos casos em que se verifique dolo ou culpa no inadimplemento, conforme preceituado no parágrafo único do dispositivo.

VII - Ademais, o artigo supracitado não deve ser interpretado isoladamente, mas em conjunto com o artigo 135 do Código Tributário Nacional, o qual prevê, em seu "caput", que as pessoas ali indicadas somente serão pessoalmente responsáveis pelos débitos tributários resultantes de atos praticados com excesso de poderes, infração à lei, ao contrato social ou estatuto.

VIII - Não cabe, no caso em questão, a responsabilização pessoal com base no simples inadimplemento da obrigação tributária, posto que a mesma não caracteriza infração legal se não estiver vinculada às demais condutas descritas no art. 135 do Código Tributário Nacional.

IX - Com efeito, para que o mero inadimplemento configure infração à lei, mister observar se o débito exeqüendo originou-se de contribuições decorrentes dos salários dos empregados, nos termos do art. 20, da Lei 8212/91, com redação da Lei 9032/95, caso no qual são aplicáveis as hipóteses do art. 135, do CTN, o que não se verifica nos autos em questão.

X - Acrescente-se que a empresa é a principal responsável pela obrigação ou débito perante o fisco. Na hipótese de infração à lei, independentemente do tipo societário adotado, a responsabilidade dos sócios e/ou administradores é subsidiária, de forma que a desconsideração da pessoa jurídica só deve operar-se caso o patrimônio da empresa seja insuficiente para solver os débitos.

XI - Agravo parcialmente provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por maioria, deu parcial provimento ao agravo de instrumento, para que sejam excluídos os nomes dos agravantes do pólo passivo da execução fiscal, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, acompanhada pelo voto da Senhora Juíza Federal Convocada Silvia Rocha, vencido o Senhor Desembargador Federal Nelton dos santos, que negava provimento ao agravo de instrumento e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Custas, como de lei.

São Paulo, 13 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2004.03.00.042383-2 AG 212637
ORIG.	:	200261020014026 9 Vr RIBEIRAO PRETO/SP
AGRTE	:	SANTA CLARA IND/ DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA
ADV	:	JOSE LUIZ MATTHES
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 9 VARA DE RIBEIRAO PRETO SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA. MAQUINÁRIO. NOMEAÇÃO. DIFÍCIL ALIENAÇÃO. RECUSA DO EXEQÜENTE LEGÍTIMA. AGRAVO DE INSTRUMENTO PARCIALMENTE PROVIDO. PREJUDICADO O AGRAVO REGIMENTAL.

I - A executada ofereceu à penhora um maquinário de difícil alienação, o que torna legítima e plenamente justificável a recusa do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em aceitar o referido bem como garantia do débito. Precedentes do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.

II - A decisão do magistrado singular vai ao encontro da regra estampada no artigo 11, I, da Lei nº 6.830/80, a qual prevê a penhora de dinheiro preferencialmente para garantia do débito.

III - Por outro lado, pode o executado, no curso do executivo fiscal, propor a substituição do bem penhorado, se assim entender conveniente, sempre com vistas a assegurar o bom andamento do feito.

IV - Agravo de instrumento parcialmente provido. Prejudicado o agravo regimental.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por votação unânime, dar parcial provimento ao agravo de instrumento e julgar prejudicado o agravo regimental, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Custas, como de lei.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2004.03.00.055404-5 AG 218879 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO
ORIG.	:	200461000219429 7 Vr SAO PAULO/SP
EMBTE	:	LIDIA VICENTE DE PAULA
ADV	:	ANDERSON DA SILVA SANTOS
EMBDO	:	V. ACÓRDÃO DE FLS. 144/156
PARTE R	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 7 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO NÃO CARACTERIZADA. EMBARGOS REJEITADOS.

I - O acórdão embargado entendeu que a inadimplência explícita da mutuária, ora embargante, cumulada com a obrigação de se fazer respeitar o que foi acordado contratualmente de forma livre e espontânea pelas partes envolvidas, e mais, a constitucionalidade do procedimento de execução extrajudicial instituído pelo Decreto-lei nº 70/66 amparada por julgados do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, foram fatores determinantes para não obstar a empresa pública federal de praticar atos de execução extrajudicial.

II - O não acolhimento das argumentações constantes do recurso e a ausência de menção aos dispositivos legais nele referidos não implicam em omissão.

III - O fato de o v. Acórdão embargado ter fundamentado sua conclusão com arrimo em entendimento e legislação que acolheu como adequados à solução da lide, torna desnecessária a manifestação acerca de outros fundamentos eventualmente indicados pelas partes.

IV - O acórdão apreciou a matéria objeto da decisão que ensejou a interposição do agravo de instrumento de forma cristalina e bem fundamentada, em consonância com o ordenamento jurídico.

V - Embargos de declaração rejeitados.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por votação unânime, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Custas, como de lei.

São Paulo, 20 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2004.60.00.000455-1 AC 1132314 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CIVEL
ORIG.	:	4 Vr CAMPO GRANDE/MS
EMBTE	:	Uniao Federal - MEX
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
EMBDO	:	O V. ACÓRDÃO DE FLS. 109/118
PART A	:	CARLOS APARECIDO e outros
ADV	:	ANDRE LOPES BEDA
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA DE CAMPO GRANDE MS
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO INEXISTENTE.

I - A fixação da verba honorária sobre o valor da condenação, no caso em apreço, não colide com o entendimento desta Turma, de que nas causas em que são vencidas a Fazenda Pública a verba honorária deverá ser fixada de forma eqüitativa, nos termos do artigo 20, § 4º, do CPC, tendo em vista que o comando normativo insculpido no artigo 20, § 4º, do CPC determina a observância das alíneas "a", "b" e "c", do seu § 3º, de forma que o valor fixado não resultou em atentado ao princípio da eqüidade.

II - Tendo o julgado embargado analisado corretamente o ponto de insurgência da embargante, não padece do vício que lhe é acoimado.

III - Embargos rejeitados.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por votação unânime, rejeitar os embargos, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Custas, como de lei.

São Paulo, 20 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2004.60.00.001290-0 AC 1152061 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL
ORIG.	:	4 Vr CAMPO GRANDE/MS
EMBTE	:	Uniao Federal - MEX
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
EMBDO	:	O V. ACÓRDÃO DE FLS. 149/158
PARTE A	:	LOBIVAR CANHETE DE CAMPOS
ADV	:	CARLOS EDUARDO OLIVAS DE CAMPOS
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO INEXISTENTE.

I - A decisão que reformou a r. sentença fundou-se no entendimento de que, tendo o aumento concedido à época sido feito de forma não linear, teria afrontado o princípio constitucional da isonomia, na medida em que fora concedido de forma escalonada a uma categoria e de forma integral a outra.

II - Tendo o julgado embargado analisado corretamente o ponto de insurgência da embargante, não padece da omissão que lhe é acoimada.

III - Embargos rejeitados.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por votação unânime, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Custas, como de lei.

São Paulo, 20 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2004.61.00.021691-0 AMS 275243
ORIG.	:	21 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JULIANA ROVAI RITTES DE OLIVEIRA SILVA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	TESC IND/ E COM/ LTDA
ADV	:	CELSO RICARDO MARCONDES ANDRADE
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 21 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
REL.ACO	:	DES.FED. CECILIA MELLO - RELATORA P/ACÓRDÃO
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

CONSTITUCIONAL: DIREITO DE PETIÇÃO E O PROCESSO ADMINISTRATIVO. RECURSO. ADMISSIBILIDADE CONDICIONADA A DEPÓSITO PRÉVIO. LEI Nº 9.639/98, ART. 10, § 1º. LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL DESTITUÍDA DE VALIDADE POR DESCONFORME COM OS DISPOSITIVOS CONTIDOS NO ART. 5º, XXXIV, "A", E LV DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. GRATUIDADE DO RECURSO ADMINISTRATIVO. AFRONTA AO INCISO III, DO ART. 151, DO CTN. APELAÇÃO E REMESSA OFICIAL IMPROVIDAS.

I - O mandamento constitucional instituidor do Direito de Petição é norma-matriz de regência do processo administrativo (CF, art. 5º, XXXIV, "a").

II - O Direito de Petição é a garantia constitucional que agasalha o direito de agir de qualquer pessoa perante a Administração Pública, em defesa de seu direito.

III - A petição é via instrumental. Ela provoca a instauração do processo administrativo. Seu recebimento e processamento não estão sujeitos a pagamento de qualquer natureza por parte do peticionário, em face da previsão estabelecida no art. 5º, XXXIV, da Constituição Federal.

IV - A Constituição da República, em seu art. 5º, LV, assegura ao peticionário, em processo administrativo, a garantia constitucional-processual à ampla defesa, "com os meios e recursos a ela inerentes".

V - O processo administrativo rege-se, conforme a Constituição, pelo princípio da gratuidade, inclusive em sua fase recursal.

VI - A exigência de recolhimento de parcela equivalente a 30% (trinta por cento) do débito em discussão como condicionante da interposição de recurso administrativo, afronta, também, o art. 151, III, do Código Tributário Nacional o qual dispõe que o recurso administrativo suspende a exigibilidade do crédito tributário.

VII - É cediço que o Código Tributário Nacional foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988 como lei complementar, exigida para o fim de veicular regras gerais em matéria tributária, nos moldes de seu art. 146, III, não podendo, portanto, ser derrogado por lei ordinária, de maneira a impor o adiantamento parcial do débito em discussão como condição ao conhecimento do recurso administrativo, tornando letra morta o inciso III, do art. 151, do CTN.

VIII - Em análise recente da matéria, o Supremo Tribunal Federal deferiu parcialmente liminar para afastar a exigibilidade de depósito prévio como condição de admissibilidade de recurso administrativo, e ainda suspender o seu julgamento até a decisão do Pretório Excelso (Ação Cautelar 1560, Relator Ministro Joaquim Barbosa).

IX - Inexigibilidade do recolhimento de 30% (trinta por cento) do débito para interposição do recurso administrativo reconhecida.

X - Com relação à necessidade de remessa dos autos ao Plenário desta Egrégia Corte, tal providência só se faria necessária no caso de reconhecimento de inconstitucionalidade direta da norma aqui discutida. Da leitura do mandado de segurança, verifica-se que a impetrante discute a exigibilidade de depósito prévio para recebimento de recurso administrativo sob 2 (dois) aspectos, quais sejam, a ofensa a princípios de ordem constitucional (ofensa direta à matéria constitucional), e a ofensa ao artigo 151, III, do Código Tributário Nacional (ofensa à norma complementar), matéria que constitui apenas ofensa reflexa à Constituição, o que não é capaz de ensejar procedimento de declaração de inconstitucionalidade (Argüição de Inconstitucionalidade nº 1999.03.99.042081-9, Órgão Especial do TRF 3ª Região, Relator Desembargador Federal Mairan Maia, j. 11/01/2007, por maioria).

XI - Apelação e remessa oficial improvidas.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por maioria, negar provimento à apelação do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e à remessa oficial, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora para Acórdão Cecilia Mello, acompanhada pelo voto do Senhor Desembargador Federal Peixoto Junior, vencido o Senhor Desembargador Federal Relator Cotrim Guimarães, que dava provimento à apelação do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e à remessa oficial, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Custas, como de lei.

São Paulo, 05 de dezembro de 2006. (data do julgamento)

PROC.	:	2004.61.04.011345-6 AC 1170553
ORIG.	:	4 Vr SANTOS/SP
APTE	:	CARLOS ALBERTO RODRIGUES QUEIROZ
ADV	:	MARCELO GUIMARAES AMARAL
APDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	MARCOS VINICIO JORGE DE FREITAS
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

ADMINISTRATIVO. FGTS. EXECUÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

MP 2164-40. ART. 29-C DA LEI 8036/90.

I - A ação de execução de sentença que deu origem ao presente processo foi proposta após a data da publicação da MP 2164-40/01, motivo pelo qual não é cabível a condenação da CEF ao pagamento da verba honorária.

II - O artigo 29-C da Lei 8036/90, com as modificações introduzidas pela Medida Provisória 2164-41 de 24/08/01, excluiu a CEF em honorários advocatícios.

III - Recurso improvido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por votação unânime, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Custas, como de lei.

São Paulo, 20 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2004.61.06.006031-7 RES 4235
RECTE	:	Justica Publica
RECDO	:	ODIVALDO ARAUJO DE OLIVEIRA
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

CONSTITUCIONAL E PENAL: TIPO PENAL PREVISTO NO ARTIGO 34, CAPUT E § ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.605/98. FATOS OCORRIDOS. COMPETÊNCIA. JUSTIÇA FEDERAL. ARTIGOS 20, III, E 109, IV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

I - Os fatos ocorreram no reservatório da Usina Hidrelétrica de Água Vermelha, localizado na divisa entre os Estados de São Paulo e Minas Gerais, a evidenciar o interesse da União Federal no feito.

II - Competência da Justiça Federal para processar e julgar o feito, tendo em vista o disposto nos artigos 20, III, e 109, IV, da Carta Magna.

III - Recurso provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por votação unânime, dar provimento ao recurso, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Custas, como de lei.

São Paulo, 06 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2004.61.10.001299-7 RSE 4774
ORIG.	:	2 Vr SOROCABA/SP
RECTE	:	Justica Publica
RECDO	:	VERONIKA RENEE BOURQUIN GALVES
RECDO	:	RENE BOURQUIN
ADV	:	FABIO MACHADO DE ALMEIDA DELMANTO
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PENAL: ARTIGO 168-A DO CÓDIGO PENAL. QUITAÇÃO DO DÉBITO APÓS O RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. HIPÓTESE DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. APLICABILIDADE DO ARTIGO 9º, § 2º DA LEI Nº 10.684/03.

I - A Lei nº 10.684/03, resultante da conversão da MP nº 107/2003, propiciou a suspensão e extinção da punibilidade estatal para os acusados de sonegação fiscal, vindo a favorecê-los. O Supremo Tribunal Federal já se manifestou pela admissibilidade de medida provisória que trata de matéria penal mais benéfica.

II - Prevalecia até então o entendimento de que a causa extintiva da punibilidade prevista no artigo 9º, § 2º, da Lei nº 10.684/03 não se aplicava aos delitos de apropriação indébita eis que referida lei em seu artigo 5º admitiu apenas o parcelamento de contribuições patronais, não alcançando aquelas descontadas dos empregados.

III - Em recente julgado, o STF adotou novo posicionamento, manifestando-se no sentido de que o artigo 9º, § 2º da Lei nº 10.684/03 limita-se a autorizar a extinção da punibilidade dos crimes ali relacionados, não fazendo nenhuma distinção entre as contribuições previdenciárias descontadas dos empregados e as patronais.

IV - No caso concreto, emerge indene de dúvidas que os débitos estão liquidados, razão pela qual os recorridos devem ser beneficiados pelo que dispõe o artigo 9º, §
2º, da Lei nº 10.684/03.

V - Recurso improvido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por votação unânime, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

São Paulo, 13 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2004.61.15.000065-6 AMS 276132 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA
ORIG.	:	1 Vr SAO CARLOS/SP
EMBTE	:	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PARTE A	:	PROCONSULTA CONSULTORIA E SERVICOS AGROPECUÁ RIOS S/C LTDA
ADV	:	JOSÉ LUIZ MATTHES
EMBDO	:	V. ACÓRDÃO DE FLS. 181/182
PARTE R	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUCIANA LAURENTI GHELLER
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
REL.ACO	:	DES.FED. CECILIA MELLO - RELATORA P/ACÓRDÃO
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE CONTRADIÇÃO. EMBARGOS REJEITADOS.

I - Com relação ao requerimento do Ministério Público Federal com vistas a remeter os autos para o Plenário desta Egrégia Corte, tal providência só se faria necessária no caso de reconhecimento de inconstitucionalidade direta da norma aqui discutida. Da leitura do mandado de segurança, verifica-se que a impetrante discute a exigibilidade de depósito prévio para recebimento de recurso administrativo sob 2 (dois) aspectos, quais sejam, a ofensa a princípios de

ordem constitucional (ofensa direta à matéria constitucional), e a ofensa ao artigo 151, III, do Código Tributário Nacional (ofensa à norma complementar), matéria que constitui apenas ofensa reflexa à Constituição, o que não é capaz de ensejar procedimento de declaração de inconstitucionalidade (Argüição de Inconstitucionalidade nº 1999.03.99.042081-9, Órgão Especial do TRF 3ª Região, Relator Desembargador Federal Mairan Maia, j. 11/01/2007, por maioria).
II - Embargos de declaração rejeitados.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por maioria, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, acompanhada pelo voto da Senhora Juíza Federal Convocada Silvia Rocha, vencido o Senhor Desembargador Federal Nelton dos Santos, que acolhia os embargos de declaração interpostos pelo Ministério Público Federal para, suprindo a omissão do acórdão, determinar o encaminhando do feito ao Egrégio Órgão Especial desta Corte, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Custas, como de lei.
São Paulo, 20 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2005.03.00.056883-8 AG 240031 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO
ORIG.	:	0200006974 A Vr SUMARE/SP
EMBTE	:	HISASHI MUNEKATA
ADV	:	TASSO DUARTE DE MELO
EMBDO	:	O V. ACÓRDÃO DE FLS. 176/185
PARTE R	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUIS EDUARDO GERIBELLO PERRONE JUNIOR
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
INTERES	:	IAVINCO AVICULTURA IND/ E COM/ S/A
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DO SAF DE SUMARE SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. OMISSÃO CARACTERIZADA. EMBARGOS ACOLHIDOS.
I - As funções dos embargos de declaração são, somente, afastar do acórdão qualquer omissão necessária para a solução da lide, não permitir a obscuridade por acaso identificada e extinguir qualquer contradição entre premissa argumentada e conclusão.
II - O acórdão embargado entendeu que o sócio da executada não poderia ser responsabilizado pessoalmente pelos débitos junto ao Instituto Nacional do Seguro Social -INSS, de forma que ele foi excluído do pólo passivo da ação.
III - Admiti-se a condenação em honorários advocatícios nos incidentes de pré-executividade quando o acolhimento da exceção gerar extinção da demanda executória, como no caso em tela.
IV - Aquele que dá causa ao ajuizamento indevido deve arcar com o ônus da sucumbência, já que obrigou a outra parte a constituir procurador, nos termos do art. 20 do CPC.
V - Embargos de declaração acolhidos.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por votação unânime, acolher os embargos de declaração, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Custas, como de lei.
São Paulo, 27 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2005.03.00.061524-5 AG 241472
ORIG.	:	0004714598 12F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
AGRDO	:	CONSTRUTORA TRES IRMAOS LTDA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 12 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

DIREITO PROCESSUAL CIVIL: FGTS. CONTRIBUIÇÃO. NATUREZA NÃO-TRIBUTÁRIA. NÃO RECOLHIMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. INCLUSÃO DOS SÓCIOS NO PÓLO PASSIVO. IMPOSSIBILIDADE. MATÉRIA NÃO ANALISADA. DECISÃO ANULADA DE OFÍCIO.
I - A execução fiscal tem por objeto a cobrança de contribuições devidas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, as quais não têm natureza tributária, o que afasta a incidência da norma disposta no artigo 135 do Código Tributário Nacional. Precedentes do STJ.
II - Por conseguinte, resta inaceitável a inclusão dos sócios da empresa no pólo passivo da execução fiscal, haja vista a natureza dos débitos.
III - Todavia, anoto que a matéria relativa à eventual dissolução irregular da executada, o que não pode ser analisado nestes autos, sob pena de supressão de instância.
IV - Nulidade da decisão agravada decretada de ofício.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por votação unânime, de ofício, anular a decisão agravada, determinando que o Juízo a quo profira outra, desta feita nos termos do pedido, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Custas, como de lei.
São Paulo, 20 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2005.03.00.061526-9 AG 241474
ORIG.	:	0002368374 11F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
AGRDO	:	CORFACO COM/ E IND/ DE FERRO E ACO LTDA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 11 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO: POSSIBILIDADE DE REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO AO SÓCIO. DISSOLUÇÃO IRREGULAR. FGTS. AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPROVIDO.
I - O débito em questão é decorrente das contribuições devidas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, que é uma conta bancária que o trabalhador pode utilizar nas situações previstas por lei. É um direito social dos trabalhadores urbanos e rurais, independente de opção (art. 7º, CF).
II - O FGTS e as contribuições a ele devidas, constituem direito do trabalhador, e não receita pública, não podendo dessa forma, serem qualificadas como tributos, aliás como já decidiu o Plenário do Supremo Tribunal Federal - STF, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 100.249-2.
III - Por não ter natureza tributária, as disposições do Código Tributário Nacional não se aplicam às execuções fiscais destinadas à cobrança das contribuições ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
IV - As razões trazidas pela União Federal (Fazenda Nacional) neste agravo são novas, sendo certo que não foram submetidas à apreciação do Magistrado singular, o que pode ser providenciado pela recorrente, sem prejuízo.
V - Agravo improvido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por votação unânime, negar provimento ao agravo, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Custas, como de lei.
São Paulo, 20 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2005.03.00.063724-1 AG 242458
ORIG.	:	200460000075405 5 Vr CAMPO GRANDE/MS
AGRTE	:	ALBERTO PEDRO DA SILVA FILHO
ADV	:	ANTONIO CELSO CHAVES GAIOTTO
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MIRIAM NORONHA MOTA GIMENEZ
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PARTE R	:	FRIGOLOP FRIGORIFICOS LTDA e outros
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 5 VARA DE CAMPO GRANDE MS
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO: EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. EXCLUSÃO DE SÓCIOS. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARTIGO 526 DO CPC. PRELIMINAR. DESCUMPRIMENTO. AGRAVO NÃO CONHECIDO.
I - O parágrafo único do artigo 526, do Código de Processo Civil, introduzido pela Lei nº 10.352/2001, determina que a falta de juntada pelo agravante, nos autos originários, de cópia da petição do agravo de instrumento, do comprovante de sua interposição, e dos demais documentos que o instruíram, pode acarretar o não conhecimento do recurso pelo Tribunal ad quem, desde que argüido e provado pelo agravado na primeira oportunidade que tem para se manifestar, ou seja, na apresentação da resposta.
II - Com efeito, o agravante não procedeu à juntada nos autos originários de cópia da petição do agravo, tampouco da relação de documentos que o instruíram, fato este argüido e comprovado pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, ora agravado, por meio da juntada de cópia de despacho proferido no feito originário, no qual o Magistrado singular faz referência expressa ao descumprimento do artigo 526, do Código de Processo Civil, por parte do recorrente.
III - Por conseguinte, ante a argüição e comprovação do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, ora agravado, de descumprimento por parte do recorrente das formalidades previstas no artigo 526, do Código de Processo Civil, é de rigor o não conhecimento do presente agravo.
IV - Preliminar acolhida. Agravo não conhecido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por votação unânime, acolher a preliminar argüida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e não conhecer o agravo, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Custas, como de lei.
São Paulo, 20 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2005.03.00.083108-2 AG 250555
ORIG.	:	0005287014 2F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
AGRDO	:	HV RIBEIRO IND/ GRAFICA LTDA
AGRDO	:	HENRIQUE VAZ RIBEIRO
ADV	:	ITAGIBA FLORES
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO: POSSIBILIDADE DE REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO AO SÓCIO. DISSOLUÇÃO IRREGULAR. FGTS. AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPROVIDO.
I - O débito em questão é decorrente das contribuições devidas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, que é uma conta bancária que o trabalhador pode utilizar nas situações previstas por lei. É um direito social dos trabalhadores urbanos e rurais, independente de opção (art. 7º, CF).
II - O FGTS e as contribuições a ele devidas, constituem direito do trabalhador, e não receita pública, não podendo dessa forma, serem qualificadas como tributos, aliás como já decidiu o Plenário do Supremo Tribunal Federal - STF, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 100.249-2.
III - Por não ter natureza tributária, as disposições do Código Tributário Nacional não se aplicam às execuções fiscais destinadas à cobrança das contribuições ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
IV - As razões trazidas pela União Federal (Fazenda Nacional) neste agravo são novas, sendo certo que não foram submetidas à apreciação do Magistrado singular, o que pode ser providenciado pela recorrente, sem prejuízo.
V - Agravo improvido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por votação unânime, negar provimento ao agravo, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Custas, como de lei.
São Paulo, 20 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2005.03.00.083113-6 AG 250560
ORIG.	:	0005741521 2F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
AGRDO	:	SUSINI E FONTES LTDA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO: NULIDADE DA DECISÃO. PRECLUSÃO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. PRINCIPIO DO JUIZ NATURAL. POSSIBILIDADE DE REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO AO SÓCIO. DISSOLUÇÃO IRREGULAR. FGTS. AGRAVO DE INSTRUMENTO PARCIALMENTE PROVIDO.
I - Preliminarmente, não há que se falar em preclusão, já que a questão que, supostamente, foi analisada mais de uma vez é de matéria pública, e portanto, pode ser reconhecida a qualquer tempo, não estando sujeitas à preclusão
II - As demais decisões proferidas neste processo foram feitas por um juiz substituto, o que não acarreta em nulidade da decisão proferida pelo juiz titular.
III - No mérito, a responsabilidade pessoal dos sócios/administradores da sociedade executada somente se aplica se restar comprovado que o débito tributário é resultante de atos praticados com excesso de poder, infração à lei, contrato ou estatuto social, nos moldes do art. 135, do CTN.
IV - O artigo supracitado deve ser interpretado em conjunto com o art. 13, da Lei 8.620/93, o qual prevê a responsabilidade solidária dos sócios frente aos débitos previdenciários da empresa, nos casos em que verifique dolo ou culpa no inadimplemento.
V - Todavia, o débito em questão é decorrente das contribuições devidas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, que é uma conta bancária que o trabalhador pode utilizar nas situações previstas por lei. É um direito social dos trabalhadores urbanos e rurais, independente de opção (art. 7º, CF).
VI - O FGTS e as contribuições a ele devidas, constituem direito do trabalhador, e não receita pública, não podendo dessa forma, serem qualificadas como tributos, aliás como já decidiu o Plenário do Supremo Tribunal Federal - STF, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 100.249-2.

VII - Por não ter natureza tributária, as disposições do Código Tributário Nacional não se aplicam às execuções fiscais destinadas à cobrança das contribuições ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
VIII - Todavia, anoto que a decisão agravada não abordou a matéria relativa à eventual dissolução irregular da executada, o que não pode ser nesta instância analisado, sob pena de supressão de instância.
IX - Agravo parcialmente provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por votação unânime, dar parcial provimento ao agravo, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Custas, como de lei.
São Paulo, 13 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2005.03.00.085795-2 AG 251804
ORIG.	:	200161140014281 1 Vr SAO BERNARDO DO CAMPO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
REPTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	TONI ROBERTO MENDONÇA
AGRDO	:	PAULISTA COM/ DE MOVEIS E VIDROS LTDA
ADV	:	JOSE ARNALDO STREPECKES
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE S B DO CAMPO SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA. DESIGNAÇÃO DE NOVOS LEILÕES. BEM DE DIFÍCIL COMERCIALIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO IMPROVIDO.
I - Para garantia da dívida cobrada pela União Federal (Fazenda Nacional) por meio de execução fiscal, a executada ofereceu à penhora 8 (oito) m2 de cristal incolor 10 (dez) mm em chapa de seu estoque rotativo, os quais foram levados a leilão por 2 (duas) vezes, não havendo licitantes.
II - O artigo 686, VI, do Código de Processo Civil, bem como a Súmula nº 128, do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, prevêem a possibilidade de realização de 2 (dois) leilões dos bens penhorados em sede de execução fiscal. A designação de novos leilões não pode se dar de maneira indefinida, devendo ocorrer somente em casos em que há uma relativa possibilidade de sucesso, levando-se em consideração para tanto, dentre outros fatores, o valor da dívida e o bem penhorado (aceitação no mercado e valor da avaliação).
III - No caso dos autos, encontram-se penhorados bens de difícil comercialização, os quais não foram objeto de interesse por licitantes em 2 (duas) oportunidades, sendo certo que a designação de novas datas implicaria em despesas desnecessárias, já que a probabilidade de outros leilões frustrados é bastante considerável.
IV - Agravo improvido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por votação unânime, negar provimento ao agravo, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Custas, como de lei.
São Paulo, 20 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2005.03.00.088471-2 AG 252421
ORIG.	:	9812030450 4 Vr PRESIDENTE PRUDENTE/SP
AGRTE	:	DELSON MOTTA MONTEIRO
ADV	:	MARCIA RIBEIRO COSTA D ARCE
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	WALERY G FONTANA LOPES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PARTE R	:	VICENTE FURLANETTO E CIA LTDA
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO: EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. INCLUSÃO DE SÓCIOS E/OU ADMINISTRADORES. PÓLO PASSIVO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. AGRAVO PARCIALMENTE PROVIDO.
I - De início, a exceção de pré-executividade, conforme resta pacífico entendimento na doutrina e na jurisprudência, é cabível nas hipóteses em que a matéria objeto de defesa pelo executado seja de ordem publica, correspondendo às condições da ação e podendo ser conhecida de oficio pelo juiz.
II - A ilegitimidade passiva, incluída entre as condições da ação, portanto, pode ser argüida em sede de exceção de pré-executividade, desde de que não demande dilação probatória, como nos autos em questão.
III - No mérito, a responsabilidade solidária frente aos débitos previdenciários da empresa, descrita no art. 13 da Lei 8.620/93, aplica-se somente nos casos em que se verifique dolo ou culpa no inadimplemento, conforme preceituado no parágrafo único do dispositivo.
IV - Referida norma não deve ser interpretada isoladamente, mas em conjunto com o artigo 135 do Código Tributário Nacional, o qual prevê, em seu caput, que as pessoas ali indicadas somente serão pessoalmente responsáveis pelos débitos tributários resultantes de atos praticados com excesso de poderes, infração à lei, ao contrato social ou estatuto.
V - Não cabe, em princípio, a responsabilização pessoal com base no simples inadimplemento da obrigação tributária, posto que a mesma não caracteriza infração legal se não estiver vinculada às demais condutas descritas no art. 135 do Código Tributário Nacional.
VI - O débito exeqüendo originou-se, em parte, de contribuições decorrentes dos salários dos empregados, nos termos dos arts. 20 e 30, I, "b", da Lei nº 8.212/91, com redação da Lei nº 9.032/95, caso no qual o mero inadimplemento configura infração à lei, ensejando a aplicação do art. 135 do CTN.
VII - A empresa é a principal responsável pela obrigação ou débito perante o fisco. Na hipótese de infração à lei, independentemente do tipo societário adotado, a responsabilidade dos sócios e/ou administradores é subsidiária, de forma que a desconsideração da pessoa jurídica só deve operar-se nos casos legalmente previstos, e ainda se não houver patrimônio suficiente da empresa para solver os débitos.
VIII - Agravo parcialmente provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por maioria, dar parcial provimento ao agravo de instrumento, para manter a responsabilidade pessoal do sócio até o limite do valor das contribuições instituídas pelo artigo 20 da Lei nº 8.212/91, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, acompanhada pelo voto da Sra. Juíza Federal Convocada Silvia Rocha, vencido o Sr. Desembargador Federal Nelton dos Santos, que negava provimento ao agravo de instrumento, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Custas, como de lei.
São Paulo, 06 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2005.03.00.089503-5 AG 253136
ORIG.	:	200361820252799 7F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	SIN ADMINISTRACAO DE BENS E CONDOMINIOS S/C LTDA e outros
ADV	:	JOSE CARLOS SHEFER DA SILVA
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 7 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO: EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. IMPROCEDÊNCIA. APELAÇÃO. EFEITOS. ARTIGO 520, V, DO CPC. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. EXECUÇÃO DEFINITIVA. AGRAVO IMPROVIDO.
I - Cópia da sentença dá conta de que os embargos à execução fiscal opostos pelos ora recorrentes foram julgados improcedentes.
II - Em regra, o recurso de apelação deve ser recebido em ambos os efeitos. Entretanto, o legislador houve por bem determinar algumas exceções, dentre elas, o caso em que a apelação for interposta contra sentença que julgar improcedentes os embargos à execução.
III - Com efeito, trata-se de execução definitiva, lastreada em título extrajudicial (certidão da dívida ativa), nos termos dos artigos 585, VI, e 587, ambos do Código de Processo Civil, o que autoriza o prosseguimento do feito até seus ulteriores termos, vez que a apelação interposta contra a sentença que julga improcedentes os embargos à execução fiscal não deve ser recebida no efeito suspensivo.
IV - Precedentes do Superior Tribunal de Justiça e desta Egrégia Corte.
V - Agravo improvido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por votação unânime, negar provimento ao agravo, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Custas, como de lei.
São Paulo, 20 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2005.03.00.094249-9 AG 254497 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO
EMBTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SILVIO TRAVAGLI
EMBDO	:	O V. ACÓRDÃO DE FLS. 115/123
PARTE A	:	JURANDIR JOSE PEREIRA
ADV	:	JESSAMINE CARVALHO DE MELLO
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA DE SANTOS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO INEXISTENTE.
I - A decisão que reformou a r. sentença fundou-se no entendimento jurisprudencial firmado nesta Segunda Turma de que, em se tratando de extinção da ação com base em acordo extrajudicial, só se dará após a anuência dos respectivos patronos, tendo em vista a condição pessoal dos trabalhadores em relação à CEF, além do fato de não ter sido levada em consideração pelo Juízo a desistência do termo de transação.
II - Tendo o julgado embargado analisado corretamente o ponto de insurgência da embargante, não padece da omissão que lhe é acoimada.
III - Embargos rejeitados.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por votação unânime, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Custas, como de lei.
São Paulo, 20 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2005.03.99.010064-5 AC 1012443
ORIG.	:	9900000322 1 Vr SANTA ISABEL/SP
APTE	:	IND/ QUIMICA SANTA ISABEL LTDA
ADV	:	ALBERTO DA SILVA CARDOSO
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ANGELO MARIA LOPES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. REJEIÇÃO LIMINAR POR INTEMPESTIVIDADE. ALEGAÇÃO DE NULIDADE DA INTIMAÇÃO DA PENHORA. PRINCÍPIOS DA ECONOMIA PROCESSUAL E DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS. TEORIA DA APARÊNCIA.
I - Quando da constrição judicial a representante da empresa executada que participou da efetivação do ato não fez ressalvas quanto à sua condição como tal.
II - A finalidade da intimação de dar ciência da penhora à executada foi atingida, pois alguns dias depois da penhora a apelante sobre ela se manifestou nos autos da execução fiscal.
III - O caso concreto permite a aplicação dos princípios da economia processual e da instrumentalidade das formas e da teoria da aparência.
IV - Recurso improvido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por votação unânime, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Custas, como de lei.
São Paulo, 20 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2005.61.00.010370-5 AMS 280334282254 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA
ORIG.	:	1 Vr SAO PAULO/SP
EMBTE	:	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
EMBDO	:	O V. ACÓRDÃO DE FLS. 145/146
PARTE A	:	JUSTMOLD IND/ E COM/ LTDA
ADV	:	CARLOS REGIS BEZERRA DE ALENCAR PINTO
PARTE R	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HELOISA HERNANDEZ DERZI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
REL.ACO	:	DES. FED. CECILIA MELLO - RELATORA P/ACÓRDÃO
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE CONTRADIÇÃO. EMBARGOS REJEITADOS.
I - Com relação ao requerimento do Ministério Público Federal com vistas a remeter os autos para o Plenário desta Egrégia Corte, tal providência só se faria necessária no caso de reconhecimento de inconstitucionalidade direta da norma aqui discutida. Da leitura do mandado de segurança, verifica-se que a impetrante discute a exigibilidade de depósito prévio para recebimento de recurso administrativo sob 2 (dois) aspectos, quais sejam, a ofensa a princípios de ordem constitucional (ofensa direta à matéria constitucional), e a ofensa ao artigo 151, III, do Código Tributário Nacional (ofensa à norma complementar), matéria que constitui apenas ofensa reflexa à Constituição, o que não é capaz de ensejar procedimento de declaração de inconstitucionalidade (Argüição de Inconstitucionalidade nº 1999.03.99.042081-9, Órgão Especial do TRF 3ª Região, Relator Desembargador Federal Mairan Maia, j. 11/01/2007, por maioria).
II - Embargos de declaração rejeitados.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por maioria, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, acompanhada pelo voto da Senhora Juíza Federal Convocada Silvia Rocha, vencido o Senhor Desembargador Federal Nelton dos Santos, que acolhia os embargos de declaração interpostos pelo Ministério Público Federal para, suprindo a omissão do acórdão, determinar o encaminhamento do feito ao Egrégio Órgão Especial desta Corte, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Custas, como de lei.
São Paulo, 20 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2005.61.00.024025-3 AMS 282254 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA
ORIG.	:	3 Vr SAO PAULO/SP
EMBTE	:	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
EMBDO	:	O V. ACÓRDÃO DE FLS. 316/317
PARTE A	:	SERV LOOK PRESTACAO DE SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA
ADV	:	JORGE MARINHO PEREIRA JUNIOR
PARTE R	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOAO CARLOS VALALA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
REL.ACO	:	DES. FED. CECILIA MELLO - RELATORA P/ACÓRDÃO
RELATOR	:	DES.FED. COTRIM GUIMARÃES / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE CONTRADIÇÃO. EMBARGOS REJEITADOS.
I - Com relação ao requerimento do Ministério Público Federal com vistas a remeter os autos para o Plenário desta Egrégia Corte, tal providência só se faria necessária no caso de reconhecimento de inconstitucionalidade direta da norma aqui discutida. Da leitura do mandado de segurança, verifica-se que a impetrante discute a exigibilidade de depósito prévio para recebimento de recurso administrativo sob 2 (dois) aspectos, quais sejam, a ofensa a princípios de ordem constitucional (ofensa direta à matéria constitucional), e a ofensa ao artigo 151, III, do Código Tributário Nacional (ofensa à norma complementar), matéria que constitui apenas ofensa reflexa à Constituição, o que não é capaz de ensejar procedimento de declaração de inconstitucionalidade (Argüição de Inconstitucionalidade nº 1999.03.99.042081-9, Órgão Especial do TRF 3ª Região, Relator Desembargador Federal Mairan Maia, j. 11/01/2007, por maioria).
II - Embargos de declaração rejeitados.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por maioria, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, acompanhada pelo voto da Senhora Juíza Federal Convocada Silvia Rocha, vencido o Senhor Desembargador Federal Nelton dos Santos, que acolhia os embargos de declaração interpostos pelo Ministério Público Federal para, suprindo a omissão do acórdão, determinar o encaminhamento do feito ao Egrégio Órgão Especial desta Corte, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Custas, como de lei.
São Paulo, 20 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2005.61.00.901807-3 AC 1171113
ORIG.	:	6 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV	:	NELSON LUIZ PINTO
APDO	:	REMY NICHELE e outros
PARTE A	:	FABIO FAUSTINO DE ABREU
ADV	:	NOEMI SILVEIRA BUBA
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL E EMBARGOS À EXECUÇÃO. ART. 741, PARÁGRAFO ÚNICO DO CPC. INAPLICABILIDADE.
I - A desconstituição de título executivo judicial, mediante a aplicação do § único do art. 741 do Código de Processo Civil, com redação dada pela Medida Provisória nº 2180-35, de 24/08/01, constitui em violação ao princípio da coisa julgada , previsto no art. 5º, inciso XXXVI da Constituição Federal.
II- Verifica-se do teor do julgamento proferido no Recurso Extraordinário nº 226.855-7-RS, que a questão debatida não foi apreciada em razão de sua inconstitucionalidade ou constitucionalidade, mas sob a ótica da melhor interpretação dada à norma em relação àquele caso concreto, não produzindo efeito erga omnes.
III - Caberia a aplicação do novo dispositivo somente depois de suspensa a eficácia da norma inconstitucional pelo Senado Federal, em caso de controle difuso (art. 52, inciso X da Constituição Federal).
IV - Recurso improvido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por votação unânime, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Custas, como de lei.
São Paulo, 20 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2005.61.14.002999-0 AC 1171353
ORIG.	:	3 Vr SAO BERNARDO DO CAMPO/SP
APTE	:	MARIA JOSE CLEMENTINO
ADV	:	JOAO CARLOS DA SILVA
APDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	LUIZ CARLOS FERREIRA DE MELO
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

ADMINISTRATIVO. FGTS. JUROS PROGRESSIVOS. PRESCRIÇÃO. OPÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 5.107/66. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. OPÇÃO REALIZADA APÓS O ADVENTO DA LEI 5.705/71. NÃO CABIMENTO.
I - A ação de cobrança das contribuições para o FGTS prescreve em 30 (trinta) anos. Súmula 210 do STJ.
II - No caso da não aplicação da taxa de juros progressivos sobre o saldo da conta do trabalhador, o prejuízo renova-se a cada mês, de forma que só estão atingidas pela prescrição as parcelas vencidas antes dos 30 (trinta) anos anteriores ao ajuizamento da ação. Precedente do Egrégio STJ.
III - Restando comprovado nos autos que a autora optou pelo FGTS durante a vigência da Lei 5107/66, é de se reconhecer a falta de interesse de agir quanto ao pedido de aplicação de juros progressivos.
IV - Com a edição da lei 5705/71, a capitalização dos juros deixou de ser progressiva e passou a ser feita à taxa de 3% (três por cento) ao ano, sendo que a segunda opção pelo FGTS ocorreu após o advento da aludida legislação.
V - Recurso improvido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por votação unânime, negar provimento ao recurso da autora, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Custas, como de lei.
São Paulo, 20 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2005.61.20.005630-9 AC 1164247
ORIG.	:	1 Vr ARARAQUARA/SP
APTE	:	IARA DOS REIS RODRIGUES ALVAREZ e outros
ADV	:	MARCELO MARCOS ARMELLINI
APDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	SONIA COIMBRA DA SILVA
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

ADMINISTRATIVO. FGTS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ISENÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA
I - O artigo 29-C da Lei 8036/90 isenta a CEF do pagamento de honorários advocatícios e é aplicável para as ações instauradas em período posterior à edição da MP 2164-41/2001.
II - A correção monetária deve ser mantida, eis que fixada corretamente.
III - Recurso improvido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por votação unânime, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Custas, como de lei.
São Paulo, 20 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.00.069919-6 AG 272587
ORIG.	:	0004599900 11F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
AGRDO	:	IND/ E COM/ DE DECORACOES RENAUT LTDA
PARTE R	:	ELZO FERNANDES
ADV	:	PAULA CRISTIANE DE ALMEIDA FERNANDES
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 11 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO: POSSIBILIDADE DE REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO AO SÓCIO. DISSOLUÇÃO IRREGULAR. FGTS. AGRAVO DE INSTRUMENTO PARCIALMENTE PROVIDO.
I - A responsabilidade pessoal dos sócios/administradores da sociedade executada somente se aplica se restar comprovado que o débito tributário é resultante de atos praticados com excesso de poder, infração à lei, contrato ou estatuto social, nos moldes do art. 135, do CTN.
II - O artigo supracitado deve ser interpretado em conjunto com o art. 13, da Lei 8.620/93, o qual prevê a responsabilidade solidária dos sócios frente aos débitos previdenciários da empresa, nos casos em que verifique dolo ou culpa no inadimplemento.
III - Todavia, o débito em questão é decorrente das contribuições devidas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, que é uma conta bancária que o trabalhador pode utilizar nas situações previstas por lei. É um direito social dos trabalhadores urbanos e rurais, independente de opção (art. 7º, CF).
IV - O FGTS e as contribuições a ele devidas, constituem direito do trabalhador, e não receita pública, não podendo dessa forma, serem qualificadas como tributos, aliás como já decidiu o Plenário do Supremo Tribunal Federal - STF, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 100.249-2.
V - Por não ter natureza tributária, as disposições do Código Tributário Nacional não se aplicam às execuções fiscais destinadas à cobrança das contribuições ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
VI - Todavia, anoto que a decisão agravada não abordou a matéria relativa à eventual dissolução irregular da executada, o que não pode ser nesta instância analisada, sob pena de supressão de instância.
VII - Agravo parcialmente provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por votação unânime, dar parcial provimento ao agravo, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Custas, como de lei.
São Paulo, 13 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.00.073930-3 AG 273828
ORIG.	:	200261080093939 3 Vr BAURU/SP
AGRTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	JULIO CANO DE ANDRADE
AGRDO	:	S S PRESENTES LTDA -ME
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE BAURU - 8ª SSJ - SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

DIREITO PROCESSUAL CIVIL: FGTS. CONTRIBUIÇÃO. NATUREZA NÃO-TRIBUTÁRIA. NÃO RECOLHIMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. INCLUSÃO DOS SÓCIOS NO PÓLO PASSIVO. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPROVIDO.
I - A execução fiscal tem por objeto a cobrança de contribuições devidas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, as quais não têm natureza tributária, o que afasta a incidência da norma disposta no artigo 135 do Código Tributário Nacional. Precedentes do STJ.
II - Por conseguinte, resta inaceitável a inclusão dos sócios da empresa no pólo passivo da execução fiscal, haja vista a natureza dos débitos.
III - As razões trazidas pela Caixa Econômica Federal - CEF neste agravo são novas, sendo certo que não foram submetidas à apreciação do magistrado singular, o que pode ser providenciado pela recorrente, sem prejuízo.
IV - Agravo de instrumento improvido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por votação unânime, negar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Custas, como de lei.
São Paulo, 20 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.00.082319-3 AG 276605
ORIG.	:	0002321254 2F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
AGRDO	:	ANTON PFAF CALDEIRARIA E MECANICA LTDA
ADV	:	AGUINALDO RANIERI DE ALMEIDA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO: POSSIBILIDADE DE REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO AO SÓCIO. DISSOLUÇÃO IRREGULAR. FGTS. AGRAVO DE INSTRUMENTO PARCIALMENTE PROVIDO.
I - A responsabilidade pessoal dos sócios/administradores da sociedade executada somente se aplica se restar comprovado que o débito tributário é resultante de atos praticados com excesso de poder, infração à lei, contrato ou estatuto social, nos moldes do art. 135, do CTN.

II - O artigo supracitado deve ser interpretado em conjunto com o art. 13, da Lei 8.620/93, o qual prevê a responsabilidade solidária dos sócios frente aos débitos previdenciários da empresa, nos casos em que verifique dolo ou culpa no inadimplemento.
III - Entretanto, o débito em questão é decorrente das contribuições devidas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, que é uma conta bancária que o trabalhador pode utilizar nas situações previstas por lei. É um direito social dos trabalhadores urbanos e rurais, independente de opção (art. 7º, CF).
IV - O FGTS e as contribuições a ele devidas, constituem direito do trabalhador, e não receita pública, não podendo dessa forma, serem qualificadas como tributos, aliás como já decidiu o Plenário do Supremo Tribunal Federal - STF, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 100.249-2.
V - Por não ter natureza tributária, as disposições do Código Tributário Nacional não se aplicam às execuções fiscais destinadas à cobrança das contribuições ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
VI - Todavia, anoto que a decisão agravada não abordou a matéria relativa à eventual dissolução irregular da executada, o que não pode ser nesta instância analisada, sob pena de supressão de instância.
VII - Agravo parcialmente provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por votação unânime, dar parcial provimento ao agravo, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Custas, como de lei.
São Paulo, 13 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.00.093314-4 AG 279837
ORIG.	:	0005486688 12F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
AGRDO	:	MADEIRAS RODRIGUES LTDA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 12 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO: POSSIBILIDADE DE REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO AO SÓCIO. DISSOLUÇÃO IRREGULAR. FGTS. AGRAVO DE INSTRUMENTO PARCIALMENTE PROVIDO.
I - A responsabilidade pessoal dos sócios/administradores da sociedade executada somente se aplica se restar comprovado que o débito tributário é resultante de atos praticados com excesso de poder, infração à lei, contrato ou estatuto social, nos moldes do art. 135, do CTN.
II - O artigo supracitado deve ser interpretado em conjunto com o art. 13, da Lei 8.620/93, o qual prevê a responsabilidade solidária dos sócios frente aos débitos previdenciários da empresa, nos casos em que verifique dolo ou culpa no inadimplemento.
III - Entretanto, o débito em questão é decorrente das contribuições devidas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, que é uma conta bancária que o trabalhador pode utilizar nas situações previstas por lei. É um direito social dos trabalhadores urbanos e rurais, independente de opção (art. 7º, CF).
IV - O FGTS e as contribuições a ele devidas, constituem direito do trabalhador, e não receita pública, não podendo dessa forma, serem qualificadas como tributos, aliás como já decidiu o Plenário do Supremo Tribunal Federal - STF, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 100.249-2.
V - Por não ter natureza tributária, as disposições do Código Tributário Nacional não se aplicam às execuções fiscais destinadas à cobrança das contribuições ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
VI - Todavia, anoto que a decisão agravada não abordou a matéria relativa à eventual dissolução irregular da executada, o que não pode ser nesta instância analisada, sob pena de supressão de instância.
VII - Agravo parcialmente provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por votação unânime, dar parcial provimento ao agravo, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Custas, como de lei.
São Paulo, 13 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.00.116756-0 HC 26305
ORIG.	:	200261810075270 1P Vr SAO PAULO/SP
IMPTE	:	CARLOS ALBERTO PIRES MENDES
PACTE	:	CELSO DE CAMARGO MORAES NETO
ADV	:	CARLOS ALBERTO PIRES MENDES
IMPDO	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA CRIMINAL SAO PAULO SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PENAL: HABEAS CORPUS. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ARTIGO 1º, INCISO I E ARTIGO 12, INCISO I. AMBOS DA LEI Nº 8.137/90. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO FISCAL. NECESSIDADE DE ENCERRAMENTO. PRECARIEDADE DA PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. EXISTÊNCIA DE DOIS DÉBITOS.
I-Do ofício expedido pela Receita Federal verifica-se a existência de dois processos administrativos. Todavia, a impetração encontra-se insuficientemente instruída, não sendo possível saber qual débito ainda está sendo processado e qual foi inscrito para cobrança executiva.
II-Sublinhada a precariedade das provas pré-constituídas constantes dos autos, afasta-se o alegado constrangimento ilegal.
III-Ordem denegada. Liminar cassada.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por votação unânime, denegar a ordem para cassar a liminar deferida, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 06 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.99.000472-7 AC 1081463
ORIG.	:	0004560124 10F Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CELSO HENRIQUES SANTANNA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	CONPLAN AUDITORIA E PLANEJAMENTOS CONTABEIS SC LTDA
ADV	:	KLEBER DE NICOLA BISSOLATTI
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. NATUREZA DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE ANTES DA LEI Nº 11.051/04. DEVIDOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ARTIGO 21 DO CPC.
I - O entendimento pretoriano admite a pronúncia da prescrição intercorrente antes da edição da Lei nº 11.051/04, desde que suscitada pelo devedor.
II - Contribuições previdenciárias cujo fato gerador ocorreu durante a vigência da Emenda Constitucional nº 08/77 não tinham natureza tributária, sendo previsto o seu prazo prescricional pela Lei Orgânica da Previdência Social cujo artigo 144 o fixava em trinta anos.
III - Não alcançada parte do crédito previdenciário pela prescrição, nada existe a ilidir a liquidez, certeza e exigibilidade do título executivo, devendo a execução prosseguir quanto a ela.
IV - A exceção de pré-executividade criou contenciosidade hábil a ensejar a imposição do pagamento de honorários advocatícios.
V - Devido ao modesto valor do débito, a verba honorária arbitrada pela sentença deve ser alterada para 10% sobre o valor da execução.
VI - Caracterizada a sucumbência recíproca, o seu ônus deve ser distribuído nos termos do artigo 21 do CPC, compensando-se os honorários.
VII - Recurso parcialmente provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por votação unânime, dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Custas, como de lei.
São Paulo, 13 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.99.040443-2 AC 1152088 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL
ORIG.	:	9000436532 26 Vr SAO PAULO/SP
EMBTE	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
EMBDO	:	O V. ACÓRDÃO DE FLS. 260/269
PARTE A	:	JOAO SALIBA e outros
ADV	:	CLAYTON MONTEBELLO CARREIRO
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO INEXISTENTE.
I - A manutenção da aplicação do provimento 24/97 não configura omissão no julgado, na medida em que a sentença não explicitou os índices a serem empregados na execução, eis que referido provimento apenas reflete entendimento pacífico nesta Corte no que concerne aos critérios de correção monetária, uma vez que o provimento 26/2001, ou o que o tenha substituído, apenas constitui atualização dos índices de correção monetária, de forma que não existe óbice à sua aplicação.
II - Tendo o julgado embargado analisado corretamente o ponto de insurgência da embargante, não padece da omissão que lhe é acoimada.
III - Embargos rejeitados.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por votação unânime, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Custas, como de lei.
São Paulo, 20 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.99.040447-0 AC 1152092 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CIVEL
ORIG.	:	9406014882 2 Vr CAMPINAS/SP
EMBTE	:	Uniao Federal
ADV	:	RODRIGO LIMA BEZDIGUIAN
EMBDO	:	O V. ACÓRDÃO DE FLS. 130/135
PARTE A	:	ARLINDO CERRUTI e outros
ADV	:	BENEDITA APARECIDA DA SILVA
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE CAMPINAS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO. ERRO MATERIAL. OCORRÊNCIA
I - Os embargos declaratórios são utilizados para suprimento de omissão ou extirpação de contradição e obscuridades e para correção de manifesto erro material.
II - A decisão embargada reformou a sentença exatamente no ponto de insurgência da União Federal, dando parcial provimento à apelação e à remessa oficial, quando, na verdade, deveria ter dado provimento total à apelação. Dessa forma, reconheço ter o v. acórdão incorrido em erro material, eis que nitidamente contraditório o referido em ambos os parágrafos, o qual corrijo neste momento para dar provimento à apelação da União Federal e à remessa oficial.
III - Embargos acolhidos.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por votação unânime, acolher os embargos de declaração, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Custas, como de lei.
São Paulo, 20 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2007.03.99.001462-2 RSE 4784
ORIG.	:	9700000320 1 Vr DOURADOS/MS
RECTE	:	Justica Publica
RECDO	:	DORGIVAL FERREIRA DA SILVA
ADV	:	JOSE ROBERTO CARLI
RELATOR	:	DES.FED. CECILIA MELLO / SEGUNDA TURMA

E M E N T A

PROCESSUAL PENAL E PENAL: ARTIGO 95, "d" da Lei nº 8.2121/91. PARCELAMENTO DO DÉBITO. ARTIGO 9º, DA LEI 10.684/03. SITUAÇÃO FISCAL REGULAR. PREVISÃO LEGAL. CONSTITUCIONALIDADE.
I - O caso sub examen encontra previsão no artigo 581, XVI, que prevê o recurso em sentido estrito exatamente na hipótese de o magistrado ordenar a suspensão do processo em virtude de questão prejudicial relativa à inclusão no programa fiscal.
II - Não há que se falar em inconstitucionalidade da Lei nº 10.684/03, resultante da conversão da MP nº 107/2003, que propiciou a suspensão e extinção da punibilidade estatal para os acusados de sonegação fiscal, vindo a favorecê-los. O Supremo Tribunal Federal já se manifestou pela admissibilidade de medida provisória que trata de matéria penal mais benéfica.
III - Recurso improvido. Determinada, de ofício, a suspensão do lapso temporal da prescrição punitiva estatal, enquanto perdurar a suspensão do processo.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por votação unânime, negar provimento ao recurso e, de ofício, determinar a suspensão do lapso temporal da prescrição punitiva estatal, enquanto perdurar a suspensão do processo, nos termos do voto da Senhora Desembargadora Federal Relatora, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Custas, como de lei.
São Paulo, 20 de março de 2007. (data do julgamento)

SUBSECRETARIA DA QUARTA TURMA

DIVISÃO DE PROCEDIMENTOS DIVERSOS

DESPACHOS/DECISÕES

PROC.	:	97.03.006660-7 AG 48530
ORIG.	:	9700019039 19 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	SALVAGUARDA SERVICOS DE SEGURANCA S/C LTDA
ADV	:	MARIA CAROLINA ANTUNES DE SOUZA
ADV	:	LUIZ EDUARDO MOREIRA COELHO
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 19 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. SALETTE NASCIMENTO / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Homologo, para que produza seus regulares efeitos de direito a desistência formulada á fls. 95 pela Agravante, julgando extinto o recurso, sem apreciação do mérito, nos exatos termos do art. 33, XII, do Regimento Interno desta E. Corte, combinado com o artigo. 501 do Estatuto Processual Civil, bem ainda, do art. 269 V, do CPC.

A renúncia ao direito sobre o qual se funda a ação deverá também ser pleiteada nos autos da ação a que se refere o presente recurso.
Observadas as formalidades legais, após o decurso de prazo, encaminhem-se os autos à Vara competente.
P.I.
São Paulo, 20 de março de 2007.
MM. JUIZ FEDERAL CONVOCADO - RELATOR SILVIO GEMAQUE

PROC.	:	1999.03.00.046770-9 MC 1524
ORIG.	:	199961140020235 2 Vr SAO BERNARDO DO CAMPO/SP
REQTE	:	KOLYNOS DO BRASIL LTDA
ADV	:	FABIO ROSAS e outros
REQDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
RELATOR	:	DES.FED. SALETTE NASCIMENTO / QUARTA TURMA

Vistos etc.
Considerando-se a nova denominação social noticiada na petição de fls. 168/174, pela sucessão, encaminhem-se os autos à distribuição para registro e autuação.
Após, ciência à União Federal.
São Paulo, 23 de fevereiro de 2007.
MM. JUIZ FEDERAL CONVOCADO - RELATOR SILVIO GEMAQUE

PROC.	:	1999.03.00.046770-9 MC 1524
ORIG.	:	199961140020235 2 Vr SAO BERNARDO DO CAMPO/SP
REQTE	:	COLGATE PALMOLIVE IND/ E COM/ LTDA
ADV	:	FABIO ROSAS e outros
REQDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
RELATOR	:	DES.FED. SALETTE NASCIMENTO / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Cuida-se de Medida Cautelar, objetivando efeito suspensivo à Apelação interposta em Mandado de Segurança no qual requereu liminar para assegurar a suspensão de exigibilidade do crédito tributário Pis, pela base de cálculo prevista na LC 7/70.
Tendo em vista que a Apelação em Mandado de Segurança, processo registrado sob nº 1999.61.14.002023-5, da qual o presente recurso é dependente, foi julgada 22.09.04 e os Embargos de Declaração nela interpostos foram julgados em 08.06.05, conforme informação anexa, ocorreu a perda de objeto da presente Medida Cautelar.
Pelo exposto julgo prejudicado o recurso, declarando-o extinto, sem apreciação do mérito, nos exatos termos do art. 33, XII, do Regimento Interno, desta E. Corte Regional, combinado com o art. 267, VI do Estatuto Processual Civil.
Observadas as formalidades legais, após o decurso de prazo, arquivem-se os autos.
P. I.
São Paulo,27 de março de 2007.
MM. JUIZ FEDERAL CONVOCADO - RELATOR SILVIO GEMAQUE

PROC.	:	2001.03.00.009611-0 MC 2368
ORIG.	:	200061000174416 6 Vr SAO PAULO/SP
REQTE	:	SANI TRADE S/A
ADV	:	ADRIANA APARECIDA CODINHOTTO
REQDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
RELATOR	:	DES.FED. ROBERTO HADDAD / QUARTA TURMA

Vistos etc.
Fls. 141 e 147: Manifeste-se a União.
Fls. 149/154: Ante a certidão de fls. 154, indefiro o requerido às fls. 149/150.
Int.
São Paulo, 19.03.2007.
ROBERTO HADDAD
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2004.03.00.006361-0 AG 198539
ORIG.	:	200361000334536 18 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
AGRDO	:	CREDI 21 PARTICIPACOES LTDA
ADV	:	EDSON JOSÉ SILVA MOTA
ADV	:	JESSICA VIEIRA DA COSTA
ADV	:	EDUARDO BEIROUTI DE MIRANDA ROQUE
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 18 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. SALETTE NASCIMENTO / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de Agravo de Instrumento de R. despacho monocrático que deferiu medida acautelatória requerida pela parte.
Considerando-se a prolação de sentença de mérito, naquela ação, conforme informação de fls. 112/121, ocorreu a perda de objeto do presente agravo.
Pelo exposto julgo prejudicado o recurso, declarando-o extinto, sem apreciação do mérito, nos exatos termos do art. 33, XII, do Regimento Interno, desta E. Corte Regional, combinado com o art. 267, VI, do Estatuto Processual Civil.
Observadas as formalidades legais, após o decurso de prazo, encaminhem-se os autos à Vara competente.
P. I.
São Paulo, 27 de março de 2007.
MM. JUIZ FEDERAL CONVOCADO - RELATOR SILVIO GEMAQUE

PROC.	:	2004.03.00.006911-8 AG 198928
ORIG.	:	200461000013293 2 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
AGRDO	:	MULTIBRAS S/A ELETRODOMESTICOS
ADV	:	SERGIO FARINA FILHO
ADV	:	JOSE ROBERTO PISANI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE SAO PAULO>1ª SSJ>SP
RELATOR	:	JUIZ CONV. CESAR SABBAG / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Chamo o feito à ordem.
Verifico que a decisão de fls. 115 determinou a remessa dos autos à vara de origem, no entanto, o presente recurso aguarda julgamento pela E. Turma.
Assim sendo, retifico a parte final da decisão de fl. 115, para determinar o prosseguimento do feito, ficando mantida no mais a r. decisão.
Int.
São Paulo, 21 de março de 2007.
ROBERTO HADDAD
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2004.03.00.015299-0 AG 202695
ORIG.	:	200461000063156 26 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
AGRDO	:	SOCIALCRED COOPERATIVA DE TRABALHO DE PROFISSIONAIS DA AREA DE CREDITO E COBRANCA
ADV	:	BENEDICTO CELSO BENICIO
ADV	:	BENEDICTO CELSO BENICIO JUNIOR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 26 VARA SÃO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. SALETTE NASCIMENTO / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de Agravo de Instrumento de R. despacho monocrático que deferiu medida acautelatória requerida pela parte.
Considerando-se a prolação de sentença de mérito, naquela ação, conforme informação de fls. 110/116, ocorreu a perda de objeto do presente agravo.
Pelo exposto julgo prejudicado o recurso, declarando-o extinto, sem apreciação do mérito, nos exatos termos do art. 33, XII, do Regimento Interno, desta E. Corte Regional, combinado com o art. 267, VI, do Estatuto Processual Civil.
Prejudicado o Agravo Regimental interposto à fls. 92/97, pela União Federal.
Observadas as formalidades legais, após o decurso de prazo, encaminhem-se os autos à Vara competente.
P. I.
São Paulo, 27 de março de 2007.
MM. JUIZ FEDERAL CONVOCADO - RELATOR SILVIO GEMAQUE

PROC.	:	2004.03.00.018257-9 AG 204339
ORIG.	:	200461000033012 4 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	PROTELCO COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DE SUPORTE E MANUTENCAO TECNICA
ADV	:	JOSE EDUARDO GIBELLO PASTORE
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. SALETTE NASCIMENTO / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de Agravo de Instrumento de R. despacho monocrático que indeferiu medida acautelatória requerida pela parte.
Considerando-se a prolação de sentença de mérito, naquela ação, conforme informação de fls. 100, ocorreu a perda de objeto do presente agravo.
Pelo exposto julgo prejudicado o recurso, declarando-o extinto, sem apreciação do mérito, nos exatos termos do art. 33, XII, do Regimento Interno, desta E. Corte Regional, combinado com o art. 267, VI, do Estatuto Processual Civil.
Prejudicado o Agravo Regimental interposto às fls. 70/86, pela Agravante.
Observadas as formalidades legais, após o decurso de prazo, encaminhem-se os autos à Vara competente.
P. I.
São Paulo, 27 de março de 2007.
MM. JUIZ FEDERAL CONVOCADO - RELATOR SILVIO GEMAQUE

PROC.	:	2004.03.00.044796-4 AG 213816
ORIG.	:	200461000187430 4 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	BANCO PAULISTA S/A e outro
ADV	:	CARLOS AMERICO DOMENEGHETTI BADIA
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. SALETTE NASCIMENTO / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de Agravo de Instrumento de R. despacho monocrático que indeferiu medida acautelatória requerida pela parte.
Considerando-se a prolação de sentença de mérito, naquela ação, conforme informação de fls. 285/290, ocorreu a perda de objeto do presente agravo.
Pelo exposto julgo prejudicado o recurso, declarando-o extinto, sem apreciação do mérito, nos exatos termos do art. 33, XII, do Regimento Interno, desta E. Corte Regional, combinado com o art. 267, VI, do Estatuto Processual Civil.
Prejudicado o Agravo Regimental interposto à fls. 254/264, pela União Federal.
Observadas as formalidades legais, após o decurso de prazo, encaminhem-se os autos à Vara competente.
P. I.
São Paulo, 27 de março de 2007.
MM. JUIZ FEDERAL CONVOCADO - RELATOR SILVIO GEMAQUE

PROC.	:	2004.03.00.071894-7 AG 224898
ORIG.	:	200461000291797 20 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	DEMAG CRANES E COMPONENTES LTDA
ADV	:	FERNANDO AURELIO ZILVETI ARCE MURILLO
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 20 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. SALETTE NASCIMENTO / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de Agravo de Instrumento de R. despacho monocrático que indeferiu medida acautelatória requerida pela parte.
Considerando-se a prolação de sentença sem julgamento de mérito, naquela ação, conforme informação de fls. 304/308, ocorreu a perda de objeto do presente agravo.
Pelo exposto julgo prejudicado o recurso, declarando-o extinto, sem apreciação do mérito, nos exatos termos do art. 33, XII, do Regimento Interno, desta E. Corte Regional, combinado com o art. 267, VI, do Estatuto Processual Civil.
Prejudicado o Agravo Regimental interposto à fls. 283/292, pela Agravante.
Observadas as formalidades legais, após o decurso de prazo, encaminhem-se os autos à Vara competente.
P. I.
São Paulo, 27 de março de 2007.
MM. JUIZ FEDERAL CONVOCADO - RELATOR SILVIO GEMAQUE

PROC.	:	2004.03.00.073537-4 MC 4503
ORIG.	:	9703109438 2 Vr RIBEIRAO PRETO/SP
REQTE	:	CONSTRUCOES METALICAS NACIONAL LTDA
ADV	:	RICARDO OLIVEIRA GODOI
ADV	:	MARINELLA DI GIORGIO CARUSO
REQDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
RELATOR	:	DES.FED. ROBERTO HADDAD / QUARTA TURMA

Vistos etc.
Fls. 209/211:
Trata-se de Embargos de Declaração interpostos em face da r. decisão de fls. 202, que extinguiu a presente medida cautelar sem julgamento do mérito, por ausência superveniente de interesse, ante o julgamento do processo principal.
Alega-se que a decisão é obscura na medida em que os embargos de declaração opostos nos autos do processo principal tiveram seu seguimento negado, decisão da qual houve interposição de Agravo Regimental pelo que não restaria efetivamente julgado o recurso.

A r. decisão embargada é clara ao determinar a falta de interesse superveniente ante a julgamento do recurso, o qual, inclusive, foi favorável ao Embargante, afastando a prescrição reconhecida no juízo a quo.
No mais, os autos do processo principapal (nº 1999.03.99.045541-0) foram baixados à origem em 14.11.2006.
Não existem, pois, na r. decisão embargada, obscuridade sanável nesta via.
Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.
Int.
São Paulo, 21.03.2007.
ROBERTO HADDAD
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2005.03.00.013438-3 AG 230489
ORIG.	:	0000001568 1 Vr IBIUNA/SP
AGRTE	:	TARA BRASIL IND/ E COM/ DE EMBALAGENS LTDA
ADV	:	MARCELO TADEU SALUM
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE IBIUNA SP
RELATOR	:	DES.FED. SALETTE NASCIMENTO / QUARTA TURMA

Vistos etc.
Fls. 179:
Verifico que o pedido de desistência refere-se aos Embargos à Execução e a eles deverá ser dirigido, protocolando-se com a indicação do número correto daqueles autos.
Não havendo recurso, observadas as formalidades legais, certifique-se o trânsito em julgado do V. Acórdão de fls.187.
São Paulo, 27 de março de 2007.
MM. JUIZ FEDERAL CONVOCADO - RELATOR SILVIO GEMAQUE

PROC.	:	2005.03.00.085866-0 MCI 4971
ORIG.	:	199961000228421 SAO PAULO/SP 199961000228421 13 Vr SAO PAULO/SP
REQTE	:	AKZO NOBEL LTDA
ADV	:	CAROLINA RODRIGUES LOURENCO
REQDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
RELATOR	:	DES.FED. ROBERTO HADDAD / QUARTA TURMA

Vistos etc.
Fls. 187: Observadas as formalidades legais, arquivem-se.
Int.
São Paulo, 16.03.2007.
ROBERTO HADDAD
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2005.03.00.096344-2 AG 255402
ORIG.	:	2004.61.00.011840-6 23ª Vr SÃO PAULO/SP
AGRTE	:	RUBENS MAURÍCIO BOLORINO
ADV	:	RAFAELA OLIVEIRA DE ASSIS
AGRDO	:	União Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
PARTE A	:	SUPLY INFO COM/ IMP/ E EXP/ LTDA
ADV	:	GABRIEL ANTÔNIO SOARES FREIRE JÚNIOR
ORIGEM	:	JUÍZO FEDERAL DA 23ª VARA SÃO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. ROBERTO HADDAD / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto contra r. decisão proferida pelo MM. Juízo "a quo" que, nos autos da Ação Declaratória ajuizada pela ora agravante, indeferiu o pedido para que fosse imputada à agravada a responsabilidade e os custos do transporte da embarcação confiada em depósito à União Federal, do local onde se encontrava para a Marina Supmar do Guarujá.
Inconformada com a decisão, a agravante interpõe o presente recurso, inclusive para se valer da possibilidade de suspensão dos efeitos da decisão agravada, à luz da atual disciplina traçada nos artigos 558 e 527, III, do Código de Processo Civil.
Feito um breve relatório, decido:
A agravada apresentou sua resposta ao agravo de instrumento e, na mesma oportunidade, informou que o deslocamento da embarcação já foi providenciado na data de 27 de dezembro de 2006, com o auxílio de embarcação própria da Receita Federal em Santos, com destino a Marina Supmar no Guarujá, consoante se pode denotar do "Auto de transferência e depósito" e Certidão juntados por cópia às fls. 108/109 e 110 destes autos.
Dispõe o art. 557 do CPC que o relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do STF, ou de Tribunal Superior.
Isto posto, nego seguimento ao agravo de instrumento com base no disposto no caput do citado art, 557 do CPC, por manifestamente prejudicado.
Comunique-se ao D. Juízo a quo.
Oportunamente, baixem os autos à Vara de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 26 de março de 2007.
ROBERTO HADDAD
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.047444-7 AG 269103
ORIG.	:	200661050016523 2 Vr CAMPINAS/SP
AGRTE	:	PAPEIS AMALIA LTDA
ADV	:	ROBERTO NOBREGA DE ALMEIDA FILHO
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE CAMPINAS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. SALETTE NASCIMENTO / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de Agravo de Instrumento de R. despacho monocrático que indeferiu medida acautelatória requerida pela parte.
Tendo em vista a prolação de sentença de mérito, naquela ação, conforme informação em anexo, ocorreu a perda de objeto.
Pelo exposto julgo prejudicado o recurso, declarando-o extinto, sem apreciação do mérito, nos exatos termos do art. 33, XII, do Regimento Interno, desta E. Corte Regional, combinado com o art. 267, VI, do Estatuto Processual Civil.
Observadas as formalidades legais, após o decurso de prazo, encaminhem-se os autos à Vara competente.
P. I.
São Paulo,20 de março de 2007.
MM. JUIZ FEDERAL CONVOCADO - RELATOR SILVIO GEMAQUE

PROC.	:	2006.03.00.047744-8 AG 269356
ORIG.	:	200661100040448 1 Vr SOROCABA/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
AGRDO	:	SOROCABA REFRESCOS LTDA
ADV	:	FERNANDO MAURO BARRUECO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE SOROCABA Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. SALETTE NASCIMENTO / QUARTA TURMA

Vistos etc.
Mantenho a decisão de fls. 63/64, pelos seus próprios fundamentos.
A retenção do Agravo pressupõe a possibilidade de futura Apelação, havendo pedido da parte, aquele será preliminarmente apreciado (CPC, art. 523).
Não vislumbro nas alegações da Agravada a presença de qualquer das hipóteses excepcionadoras de cabimento do agravo na forma de instrumento.
Oportunamente, decorrido o prazo legal, cumpra-se a r. decisão de fls. 64.
P.I.
São Paulo, 27 de março de 2007.
MM.JUIZ FEDERAL CONVOCADO - RELATOR SILVIO GEMAQUE

PROC.	:	2006.03.00.049572-4 AG 269855
ORIG.	:	0400000376 1 Vr CAMAPUA/MS
AGRTE	:	SAVENA VEICULOS LTDA
ADV	:	BENEDITO CELSO BENICIO
ADV....	:	BENEDITO CELSO BENICIO JUNIOR
AGRDO	:	União Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE CAMAPUA MS
RELATOR	:	DES.FED. SALETTE NASCIMENTO / QUARTA TURMA

Vistos,
Trata-se de agravo de instrumento interposto por SAVENA VEÍCULOS LTDA., em face de decisão que, em sede de execução fiscal, rejeitou exceção de pré-executividade, ao fundamento de que a compensação deve ser discutida em sede de embargos.
Sustenta, em síntese, que o crédito discutido foi objeto de pedido de compensação.
Pugna, assim, pela concessão de efeito suspensivo ao recurso.
Decido.
Neste primeiro e provisório exame inerente ao momento processual, não vislumbro a presença dos requisitos previstos no artigo 558 do CPC, para a concessão do efeito suspensivo.
A compensação não é matéria que se verifique de plano, exigindo dilação probatória, diligência incompatível com a exceção de pré-executividade.
Nesse sentido:
"AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. COMPENSAÇÃO. CONHECIMENTO. INVIABILIDADE.
1. A exceção de pré-executividade é meio de defesa do devedor, criado pela doutrina e jurisprudência, para casos em que o direito do executado é aferível de plano, independentemente de dilação probatória.
2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exeqüente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída.
3. A alegação de que foi efetuada a compensação de tributos na esfera administrativa, ainda pendente de homologação pelo órgão competente, não comporta discussão em sede de exceção de pré-executividade, pois é imprescindível que primeiramente seja reconhecida a possibilidade de compensação, para depois ainda serem aferidos os valores dos tributos e respectivos períodos de apuração.
4. Agravo de instrumento desprovido e agravo regimental prejudicado."
(TRF 3ª REGIÃO - AG 209661 - Processo: 200403000315488/SP - SEXTA TURMA - Rel. Des. Fed. CONSUELO YOSHIDA - j. 06/10/2004 - p. 22/10/2004)
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. INADMISSIBILIDADE.
1. Os vícios increpados à legitimidade do título exeqüendo devem ser comprovados de plano. As demais questões aventadas pela agravante devem ser analisadas em sede de embargos à execução, via processual adequada à dilação probatória. Precedentes (STJ: RESP 143.571, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, DJ 01.03.99; e RESP 157.018, Rel. para acórdão, Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJ 12.04.99).
2. Exclusão da condenação da litigância de má-fé ante a inocorrência das hipóteses taxativas do art. 17 do CPC. Precedentes. (STJ: 258.107/SP, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, DJ 10.02.2003; Resp n.º 433.447 / SP, Rel. Min. Garcia Vieira, DJ 28.10.2002; TRF1: AG n.º 2002.01.00.017947-3/BA, Rel. Des. Fed. Cândido Ribeiro, DJ 21.03.2003; AG n.º 2001.01.00.046367-0/BA, Rel. Des. Fed. Luciano Tolentino Amaral, DJ 20.09.2002)
3. Agravo a que se dá parcial provimento. Regimental prejudicado."
(TRF 3ª REGIÃO - AG 180507 - Processo: 2003.03.00.031499-6/SP - QUARTA TURMA - Rel. Des. Fed. SALETTE NASCIMENTO - j. 10/12/2003 - p. 26/01/2004)
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. EXCEPCIONALIDADE DA MEDIDA.
I. A exceção de pré-executividade admite a defesa prévia do executado visando à desconstituição do título executivo judicial somente em hipóteses excepcionais.
II. A admissibilidade de exceção deve basear-se em situações reconhecíveis de plano, não sendo cabível nos casos em que há necessidade de discussão sobre o tema compensação administrativa."
(TRF 3ª REGIÃO - AG 162498 - Processo: 200203000368022/SP - QUARTA TURMA - Rel. Des. Fed. ALDA BASTO - j. 13/08/2003 - p. 29/10/2003)
Ante todo o exposto, indefiro a providência requerida.
Publique-se. Intimem-se, inclusive a agravada para contraminutar.
São Paulo, 14 de março de 2007.

JUIZ FEDERAL CONVOCADO SILVIO GEMAQUE - RELATOR

PROC.	:	2006.03.00.049749-6 AG 269912
ORIG.	:	199961820123969 6F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	PULVITEC S/A IND/ E COM/
ADV	:	FABIO LUGARI COSTA
AGRDO	:	União Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 6 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES.FED. SALETTE NASCIMENTO / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por PULVITEC S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO em face de decisão que, em sede de execução fiscal, determinou o prosseguimento do feito com a expedição de mandado de penhora, ante a petição da exeqüente informando a exclusão da executada do PAES.
Sustenta, em síntese, que se viu impossibilitada de efetuar o protocolo do recurso administrativo em face de sua exclusão do PAES no dia 13.02.2006 (prazo fatal) em virtude do movimento grevista dos Procuradores da Fazenda Nacional; que tal providência, caso consumada, suspenderia os efeitos da sua exclusão, nos termos do art. 151, III, do CTN; que a própria Procuradoria da Fazenda Nacional, nos autos do Mandado de Segurança nº 2006.61.00.003746-4 (fls. 156/171) impetrado pela agravante, objetivando ver recebido o seu recurso administrativo, quando da intimação para prestar informações, acolheu as razões apresentadas e recebeu o recurso como se tempestivo fosse (fls. 175/176).
Pede a antecipação dos efeitos da tutela recursal.
Aprecio.
Neste provisório exame inerente ao momento processual, vislumbro a presença dos requisitos previstos no artigo 558 do CPC, para a concessão do efeito suspensivo.

Compulsando os autos, verifico que: a) o recurso administrativo em questão só não foi interposto no prazo estabelecido no art. 2º do Ato Declaratório Executivo nº 01 de 06.01.2006, publicado no DOU de 01.02.2006, que determinou a exclusão da agravante do PAES (fls. 137/138), em virtude da greve dos Procuradores; b) a própria Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, na petição de fls. 175/176, protocolada nos autos do Mandado de Segurança nº 2006.61.00.003746-4, verificando que a ocorrência de força maior em virtude da greve dos Procuradores não pode subtrair da agravante o direito de protocolizar seu recurso administrativo no prazo fixado no ato administrativo que determinou sua exclusão, recebeu o recurso em tela, processando-o como se tempestivo fosse.
Ante o exposto, defiro a antecipação da tutela recursal.
Comunique-se o teor desta decisão ao MM. Juiz "a quo", para as providências cabíveis.
Publique-se. Intimem-se, inclusive a agravada para contraminutar.
São Paulo, 23 de fevereiro de 2.007.

JUIZ FEDERAL CONVOCADO SILVIO GEMAQUE - RELATOR

PROC.	:	2006.03.00.049749-6 AG 269912
ORIG.	:	199961820123969 6F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	PULVITEC S/A IND/ E COM/
ADV	:	FABIO LUGARI COSTA
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 6 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES.FED. SALETTE NASCIMENTO / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Homologo, para que produza seus regulares efeitos de direito a desistência formulada á fls. 189/190 pela Agravante, julgando extinto o recurso, sem apreciação do mérito, nos exatos termos do art. 33, XII, do Regimento Interno desta E. Corte, combinado com o artigo. 501 do Estatuto Processual Civil, bem ainda, do art. 269 V, do CPC.
A renúncia ao direito sobre o qual se funda a ação deverá também ser pleiteada nos autos da ação a que se refere o presente recurso.
Observadas as formalidades legais, após o decurso de prazo encaminhem-se os autos à Vara competente.
P.I.
São Paulo, 20 de março de 2007.
MM. JUIZ FEDERAL CONVOCADO - RELATOR SILVIO GEMAQUE

PROC.	:	2006.03.00.060284-0 AG 271575
ORIG.	:	200661000126898 23 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	ACAO INFORMATICA BRASIL LTDA
ADV	:	LUCIANO CORREA DE OLIVEIRA
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 23 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. SALETTE NASCIMENTO / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de Agravo de Instrumento de R. despacho monocrático que indeferiu medida acautelatória requerida pela parte.
Tendo em vista a prolação de sentença de mérito, naquela ação, conforme informação em anexo, ocorreu a perda de objeto.
Pelo exposto julgo prejudicado o recurso, declarando-o extinto, sem apreciação do mérito, nos exatos termos do art. 33, XII, do Regimento Interno, desta E. Corte Regional, combinado com o art. 267, VI, do Estatuto Processual Civil.
Observadas as formalidades legais, após o decurso de prazo, encaminhem-se os autos à Vara competente.
P. I.
São Paulo,20 de março de 2007.
MM. JUIZ FEDERAL CONVOCADO - RELATOR SILVIO GEMAQUE

PROC.	:	2006.03.00.069583-0 AG 272316
ORIG.	:	200461140031966 3 Vr SAO BERNARDO DO CAMPO/SP
AGRTE	:	CURSO MAGNUS S/C LTDA
ADV	:	FABIO DA ROCHA GENTILE
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE S B DO CAMPO SP
RELATOR	:	JUIZ CONV. MANOEL ALVARES / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Fls. 117/118 - Trata-se de Embargos de Declaração opostos pela Agravante em face da decisão de fls. 113/114, que deferiu parcialmente a antecipação dos efeitos da tutela recursal, para assegurar o conhecimento da matéria, em sede de embargos à execução.
Em síntese, sustenta a Embargante que já foram apresentados os embargos à execução no processo que deu origem ao presente recurso, porém, os embargos à execução foram considerados intempestivos, restando como único meio de defesa, a interposição da exceção de pré-executividade.
Requer, por fim, o recebimento e o acolhimento dos Embargos de Declaração, a fim de esclarecer o alcance da decisão embargada e atestar o direito de apreciação da exceção de pré-executividade.
Decido.
Os Embargos de Declaração somente são cabíveis, a teor do art. 535 do CPC, quando houver na decisão embargada obscuridade, contradição ou omissão.
Com efeito, não verifico a presença dos requisitos legais, a justificar o acolhimento dos presentes Embargos de Declaração.
Ante a ausência dos pressupostos legais, rejeito os Embargos de Declaração, mantendo integralmente a decisão de fls. 113/114.
Int.
São Paulo, 20 de março de 2007.
ROBERTO HADDAD
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.075455-9 AG 274048
ORIG.	:	200661040050972 4 Vr SANTOS/SP
AGRTE	:	NEW SOLUTION IMP/ EXP/ E COM/ DE MERCADORIAS EM GERAL LTDA
ADV	:	ANDRE LUIZ ROXO FERREIRA LIMA
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA DE SANTOS Sec Jud SP
RELATOR	:	JUIZ CONV. CESAR SABBAG / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Fls. 174/179 - Trata-se de Embargos de Declaração opostos pela União, em face da r. decisão de fl. 156, que concedeu o efeito suspensivo ao presente agravo de instrumento.
Em síntese, alega a Embargante/Agravada que houve omissão na decisão embargada, pois foram prestadas informações pela autoridade impetrada, em complemento àquelas oferecidas nos autos principais, as quais dão conta de que houve alteração na situação fática descrita pela agravante, bem como comprovam ter sido respeitado seu direito ao oferecimento de defesa e produção de provas.
Sustenta, ainda, que o Processo Administrativo nº 11128.002705/2006-45 já teve sua análise concluída, no sentido de ser decretada a inaptidão do CNPJ da agravante.
Requer, por fim, seja sanada a omissão quanto ao fato, de modo a fixar-se o alcance da decisão, esclarecendo-se se o CNPJ deverá ser reativado, mesmo após a declaração de sua inaptidão, via procedimento administrativo regular, no qual o oferecimento de impugnação, segundo atesta o despacho decisório exarado no Processo Administrativo nº 11128.002705/2006-45.
Decido.
Os Embargos de Declaração somente são cabíveis, a teor do art. 535 do CPC, quando houver na decisão obscuridade, contradição ou omissão.
Com efeito, não verifico a presença dos requisitos legais, a justificar o acolhimento dos presentes Embargos de Declaração.
Em verdade, pretende a Embargante a modificação da decisão que concedeu o efeito suspensivo, o que se revela incabível por meio de Embargos de Declaração.
Além disso, as informações complementares prestadas pela autoridade impetrada, dando conta da conclusão do procedimento fiscal, não têm o condão de alterar a decisão, ora embargada, uma vez que tais informações somente vieram aos autos após a apreciação do pedido de efeito suspensivo.
Pelo exposto, rejeito os presentes Embargos de Declaração, mantendo integralmente a decisão de fl. 156.
Aguarde-se o julgamento do agravo, quando então serão consideradas as alegações da embargante/agravada.
Int.
São Paulo, 19 de março de 2007.
ROBERTO HADDAD
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.078253-1 AG 275024
ORIG.	:	200661190036683 6 Vr GUARULHOS/SP
AGRTE	:	I B T F IND/ BRASILEIRA DE TUBOS FLEXIVEIS LTDA
ADV	:	ELAINE PEZZO
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 6 VARA DE GUARULHOS > 19ª SSJ> SP
RELATOR	:	DES.FED. SALETTE NASCIMENTO / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de Agravo de Instrumento de R. despacho monocrático que indeferiu medida acautelatória requerida pela parte.
Considerando-se a prolação de sentença de mérito, naquela ação, conforme informação fls. 124/141, ocorreu a perda de objeto do presente agravo.
Pelo exposto julgo prejudicado o recurso, declarando-o extinto, sem apreciação do mérito, nos exatos termos do art. 33, XII, do Regimento Interno, desta E. Corte Regional, combinado com o art. 267, VI, do Estatuto Processual Civil.
Observadas as formalidades legais, após o decurso de prazo, encaminhem-se os autos à Vara competente.
P. I.
São Paulo, 27 de março de 2007.
MM. JUIZ FEDERAL CONVOCADO - RELATOR SILVIO GEMAQUE

PROC.	:	2006.03.00.078995-1 AG 275547
ORIG.	:	9000107148 15 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
AGRDO	:	ARGOS CIA DE SEGUROS
ADV	:	PEDRO APARECIDO LINO GONÇALVES
ADV.....	:	MARCELO SALLES ANNUNZIATA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 15 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	JUIZ CONV. CESAR SABBAG / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela União Federal contra r. decisão proferida pelo MM. Juízo "a quo", em mandado de segurança, que acolheu os cálculos efetuados pela Supervisão de Cálculos da Justiça Federal e deferiu a conversão em renda da União, bem como a expedição do alvará de levantamento em favor da impetrante, ora agravada, nos termos da tabela apresentada pela contadoria.
Inconformada com a decisão, a agravante interpõe o presente recurso, inclusive para se valer da possibilidade de deferimento de efeito suspensivo, à luz da atual disciplina traçada nos artigos 558 e 527, III do Código de Processo Civil, aduzindo, em síntese, que os depósitos judiciais somente podem ser levantados pelo contribuinte ou convertidos em renda da União após o trânsito em julgado dos autos aos quais se encontram vinculados e depois de ter sido apurado o montante do tributo devido, verificando-se a exatidão dos valores suspensivos da exigibilidade do crédito tributário.
Decido:
Nos termos do artigo 558, do CPC, para a suspensão do cumprimento da decisão agravada, tal como autoriza o artigo 527, inciso III, do mesmo diploma legal, é necessário que, sendo relevante a fundamentação da agravante, haja evidências de que tal decisão esteja a resultar em lesão grave e de difícil reparação.
Neste juízo de cognição sumária, não verifico plausibilidade de direito nas alegações da agravante a justificar o deferimento do efeito suspensivo pleiteado.
È descabida a rediscussão do mérito em fase de execução de julgado.
O procedimento adotado, a fim de se apurar a parte dos depósitos a serem convertidos em renda da União e levantados pelo contribuinte, não apresenta nenhuma irregularidade aparente.
Ademais, a agravante possui os instrumentos hábeis para fiscalizar, constituir e cobrar os valores que entende como devidos.
Ante o exposto, ausentes os requisitos do art. 558, do CPC, indefiro o efeito suspensivo pleiteado.
Requisitem-se as informações necessárias.
Intime-se a agravada, nos termos do art. 527, V, do CPC.
Após, dê-se vista ao MPF.
Int.
São Paulo, 05 de março de 2007.
ROBERTO HADDAD
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.082222-0 AG 276565
ORIG.	:	200661000162908 2 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
AGRDO	:	LAUREY MARIE SHERMAN
ADV	:	LEILA FARES GALASSI DE OLIVEIRA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE SAO PAULO>1ª SSJ>SP
RELATOR	:	JUIZ CONV. CESAR SABBAG / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra a r. decisão proferida pelo MM. Juízo "a quo", em mandado de segurança, que concedeu a medida liminar, para que a Impetrante não recolha o valor relativo ao IRRF sobre verbas recebidas em razão de rescisão de contrato de trabalho.
Conforme consta no Ofício nº 178/2007, acostado à fl. 69, foi proferida sentença nos autos pricipais (fls. 70/75).
Pelo exposto, julgo prejudicado o presente Agravo de Instrumento, nos termos do artigo 33, XII, do Regimento Interno desta Corte.
Observadas as formalidades legais, encaminhem-se os autos à Vara de origem.
P.I.
São Paulo, 21 de março de 2007.
ROBERTO HADDAD
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.082246-2 AG 276644
ORIG.	:	200661210009308 1 Vr TAUBATE/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
AGRDO	:	INSTITUTO DE ANGIOLOGIA E CIRURGIA VASCULAR DO VALE DO PARAIBA S/C LTDA
ADV	:	MARCIO SANTOS DA COSTA MENDES
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE TAUBATE - 21ª SSJ - SP
RELATOR	:	JUIZ CONV. CESAR SABBAG / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra r. decisão proferida pelo MM. Juízo "a quo", em mandado de segurança, que concedeu a liminar pleiteada para assegurar o direitoao não recolhimento do IRPJ e da CSLL em percentual que exceda, respectivamente, 8% e 12% sobre sua receita bruta mensal, nos termos do art. 15, § 1º, inciso III da Lei nº 9.249/95, com a nova redação dada pela Lei n ° 10.648/2003.
Conforme consta no Sistema Processual Informatizado desta Corte, foi proferida sentença nos autos principais.
Pelo exposto, julgo prejudicado o presente Agravo de Instrumento, nos termos do artigo 33, XII, do Regimento Interno desta Corte.
Observadas as formalidades legais, encaminhem-se os autos à Vara de origem.
Int.
São Paulo, 29 de março de 2007.

ROBERTO HADDAD
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.097192-3 AG 280992
ORIG.	:	200661200048445 2 Vr ARARAQUARA/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
AGRDO	:	TECMAR TAQUARITINGA COM/ IMP/ E EXP/ DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA
ADV	:	LUIZ FABIANO CORREA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE ARARAQUARA > 20ª SSJ > SP
RELATOR	:	JUIZ CONV. CESAR SABBAG / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra r. decisão proferida pelo MM. Juízo "a quo", em sede de mandado de segurança, que concedeu o pedido de liminar para determinar à autoridade coatora a expedição da habilitação ordinária de exportação para a Impetrante, ora agravada, especificamente quanto ao objeto do contrato.
Conforme consta no Sistema Processual Informatizado desta Corte, foi proferida sentença nos autos principais.
Pelo exposto, julgo prejudicado o presente Agravo de Instrumento, nos termos do artigo 33, XII, do Regimento Interno desta Corte.
Observadas as formalidades legais, encaminhem-se os autos à Vara de origem.
Int.
São Paulo, 29 de março de 2007 .

ROBERTO HADDAD
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.099812-6 AG 282067
ORIG.	:	200661820033185 12F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	COBERCON CONSTRUCOES LTDA
ADV	:	GILBERTO DE JESUS DA ROCHA BENTO JUNIOR
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 12 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	JUIZ CONV. CESAR SABBAG / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Fls. 34/39 - Incabível a interposição de agravo regimental em face de decisão que concede o efeito suspensivo ao recurso, nos termos do parágrafo único, do art. 527, do CPC, motivo pelo qual recebo a referida manifestação como pedido de reconsideração.
Mantenho a r. decisão de fl.31 por seus próprios e jurídicos fundamentos.
Aguarde-se o julgamento.
Int.
São Paulo, 23 de março de 2007.

ROBERTO HADDAD
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.099903-9 AG 282185
ORIG.	:	2006.61.00.019247-0 12ª Vr SÃO PAULO/SP
AGRTE	:	AON AFFINITY DO BRASIL SERVIÇOS E CORRETORA DE SEGUROS S/C LTDA.
ADV	:	MARCELO BAETA IPPOLITO
AGRDO	:	União Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
ORIGEM	:	JUÍZO FEDERAL DA 12ª VARA SÃO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES. FED. ROBERTO HADDAD / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto contra r. decisão proferida pelo MM. Juízo "a quo", em mandado de segurança, que indeferiu pedido liminar reconhecendo a suspensão da exigibilidade dos créditos tributários existentes junto à Receita Federal e, assim, que seja determinada a expedição de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, nos termos do disposto no artigo 206, do CTN.
Inconformada com a decisão, a agravante interpõe o presente recurso, inclusive para se valer da possibilidade de deferimento da antecipação dos efeitos da tutela recursal, à luz da atual disciplina traçada nos artigos 558 e 527, III, do Código de Processo Civil, aduzindo, em síntese, a suspensão da exigibilidade dos créditos em razão de sentença proferida em seu favor, bem como a compensação de outros créditos e ainda o pagamento dos demais.
Feito um breve relatório, decido:
Nos termos do artigo 558 do CPC, para deferimento da tutela pleiteada, tal como autoriza o artigo 527, inciso III, do mesmo diploma legal, é necessário que, sendo relevante a fundamentação da agravante, haja evidências de que tal decisão esteja a resultar em lesão grave e de difícil reparação.
No presente caso, os documentos apresentados pela impetrante não possuem a consistência necessária para o deferimento da pleiteada antecipação dos efeitos da tutela recursal.
Primeiramente, cabe ressaltar que o direito à obtenção da certidão positiva com efeitos de negativa, prevista pelo art. 206 do CTN, pressupõe a suspensão da exigibilidade do crédito, seja pela penhora nos autos da própria execução, seja pela presença de qualquer uma das causas previstas no art. 151 do mesmo texto legal.
A norma em comento dispõe sobre as hipóteses em que a certidão, não obstante declare a existência do débito, vale como certidão negativa, porquanto conste a existência de crédito não vencido, ou em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora ou, ainda, cuja exigibilidade esteja suspensa.
Assim sendo, compete ao interessado comprovar a ocorrência de tais circunstâncias para cada um dos créditos que estejam a obstar a expedição da pleiteada certidão.
Com relação ao crédito constante da CDA nº 80.6.04.004969-81 (Processo Administrativo nº 10880.508250/2004-11), a agravante sustenta a existência de sentença judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 1999.61.00.036011-6 suspendendo a exigibilidade do crédito. Todavia, em consulta ao sistema processual desta Corte, constata-se que já houve o julgamento da correspondente apelação (18/05/2005) e dos respectivos embargos de declaração (09/08/2006), com o que restou reformada a r. sentença de primeira instância. Admitidos os recursos Especial e Extraordinário, os autos encontram-se atualmente com remessa ao E. STJ.
Portanto, com a denegação da segurança pela colenda 4ª Turma desta Corte, não há mais o que se falar de suspensão da exigibilidade do crédito constante da CDA nº 80.6.04.004969-81, sendo indevida a expedição de CND ou mesmo de Certidão Positiva com efeitos de Negativa.
O mesmo ocorre com os créditos relativos ao Processo Administrativo nº 19679.006290/2004-92, posto que anteriormente amparados pelo mesmo provimento judicial.
Ainda que relevantes os argumentos apresentados com relação aos créditos referentes à CDA nº 80.2.06.062635-33 e Processo Administrativo nº 10880.553709/2006-01, o reconhecimento da exigibilidade dos créditos anteriores obstam a expedição da certidão requerida pela agravante.
Por esses fundamentos, ausentes os requisitos do artigo 558 do CPC, indefiro a antecipação dos efeitos da tutela recursal pleiteada.
Comunique-se ao MM. Juízo a quo.
Intime-se a agravada, nos termos do inciso V do artigo 527 do CPC.
Após, remetam-se os autos ao MPF.
Intime-se.
São Paulo, 13 de fevereiro de 2007.

ROBERTO HADDAD
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.099903-9 AG 282185
ORIG.	:	200661000192470 12 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	AON AFFINITY DO BRASIL SERVICOS E CORRETORA DE SEGUROS S/C LTDA
ADV	:	MARCELO BAETA IPPOLITO
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 12 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	JUIZ CONV. CESAR SABBAG / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de expresso pedido de desistência do recurso interposto, estando a postulação formalmente apresentada de acordo com o artigo 501 do Código de Processo Civil.
Observo, ainda, que a lei ressalvou que, no tocante à desistência do recurso, esta poderá ser postulada a qualquer tempo.
Anota Theotônio Negrão, com propriedade, que "embora o CPC não exija expressamente homologação da desistência de recurso (artigo 501), e sim desistência da ação (artigo 158, parágrafo único), o RI. STF (21 - VIII) prevalece sobre o CPC neste ponto (C.F. artigo 119, parágrafo 3º, "c") e, por isso, a desistência deve ser homologada (STF, 1ª Turma, RE nº 65.538 - RJ, Rel. Min. Antonio Neder, j.11.03.75, p. 2.534., 3ª col).
Assim sendo, homologo expressamente a desistência do recurso formulada à fl. 400/401.
Em conseqüência, determino o envio dos autos à Vara de origem.
Int.
São Paulo, 16 de março de 2007.

ROBERTO HADDAD
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.101941-7 AG 282605
ORIG.	:	200661070016589 1 Vr ARACATUBA/SP
AGRTE	:	FRIGORIFICO BABY BEEF LTDA -EPP
ADV	:	PLINIO ANTONIO CABRINI JUNIOR
AGRDO	:	União Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
PARTE R	:	MARCOS ANTONIO POMPEI e outros
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE ARACATUBA SecJud SP
RELATOR	:	DES. FED. ROBERTO HADDAD / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de agravo interposto em face da r. decisão de fls. 71, proferida pelo Exmo. Sr. Juiz Federal Convocado César Sabbag, que negou seguimento ao recurso por ausência de peças facultativas, tidas por essenciais ao deslinde da causa.
Com a devida vênia, revogo a r. decisão de fls. 71, por entender cabível a juntada posterior de referida documentação, a qual de fato foi anexada aos autos, na ocasião da interposição do presente agravo, conforme fls. 81 a 90.
Ante o exposto, acolho o agravo ora interposto para revogar a r. decisão agravada de fls. 71.
Passo à análise do agravo de instrumento.
Trata-se de agravo de instrumento interposto contra r. decisão proferida pelo MM. Juízo a quo, em ação cautelar fiscal, que determinou a indisponibilidade dos bens presentes e daqueles a serem adquiridos, até o valor atualizado dos créditos, assim como a indisponibilidade patrimonial dos sócios Marcelo Aparecido Pompei e Marcos Antonio Pompei, até atingir o percentual de 15,96 e 84,04, respectivamente.
Inconformada com a decisão, a agravante interpõe o presente recurso, inclusive para se valer da possibilidade de deferimento de efeito suspensivo, à luz da atual disciplina traçada nos artigos 558 e 527, III do Código de Processo Civil - CPC, aduzindo, em síntese, que a Fazenda é mera detentora de expectativa de crédito, vez que o mesmo encontra-se em discussão na esfera administrativa. Alega também, que o bloqueio patrimonial está inviabilizando toda a esfera operacional da empresa. Por fim, argumenta que a medida cautelar fiscal é cabível apenas após a constituição definitiva do crédito, o que ainda não ocorreu, devido à pendência administrativa.
Feito um breve relatório, decido:
Nos termos do artigo 558 do CPC, para deferimento da tutela pleiteada, tal como autoriza o artigo 527, inciso III, do mesmo diploma legal, é necessário que, sendo relevante a fundamentação da agravante, haja evidências de que tal decisão esteja a resultar em lesão grave e de difícil reparação.
Neste juízo de cognição sumária, verifico plausibilidade de direito nas alegações da agravante a justificar o deferimento da tutela pleiteada.
A Cautelar Fiscal pode ocorrer: por iniciativa do contribuinte, para fins de seguimento do recurso voluntário interposto contra decisão proferida nos processos administrativos de determinação e exigência de créditos tributários da União (Decreto no 70.235/72) ou, em se tratando de Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, para viabilizar a homologação da opção nos termos da Lei no 9.964/00; por iniciativa da autoridade fiscal competente, para acompanhamento do patrimônio passível de ser indicado como garantia de crédito tributário.
O arrolamento de bens por iniciativa da Administração também pode ocorrer sempre que a soma dos débitos fiscais exceder 30% (trinta por cento) do patrimônio do contribuinte e, simultaneamente, for superior a quantia de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).
A finalidade da medida, nesta última hipótese, é conferir maior garantia aos créditos tributários da União, assegurando a futura excussão de bens e direitos do sujeito passivo suficientes à satisfação de tal dívida.
Contudo, o artigo 1o da Lei no 8.397/92 impõe uma condição para a efetivação de tal medida, qual seja, que o referido crédito deva estar constituído, excetuando-se as hipóteses descritas no art. 2o, incisos V, b e VII, in verbis:

"Art. 2o. A medida cautelar poderá ser requerida contra o sujeito passivo de crédito tributário ou não tributário, quando o devedor:
I - (...);
II - (...);
III - (...);
IV - (...);
V - notificado pela Fazenda Pública para que proceda ao recolhimento do crédito fiscal:
a)(...);
b)põe ou tenta pôr seus bens em nome de terceiros;
VI - possui débitos, inscritos ou não em Dívida Ativa, que somados ultrapassem 30% (trinta por cento) do seu patrimônio conhecido;
VII - aliena bens ou direitos sem proceder à devida comunicação ao órgão da Fazenda Pública competente, quando exigível em virtude de lei;
VIII - (...);
IX - (...)."
No presente caso, observo que a questão dos autos está especificamente prevista no inciso VI, o qual não faz parte das exceções supracitadas, ou seja, para a proposição do procedimento acautelatório fiscal, faz-se necessária a constituição do crédito fazendário.
Neste sentido, cito jurisprudência do C. STJ:
"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS Nº 282 E 356/STF. ART. 535 DO CPC. VIOLAÇÃO. INEXISTÊNCIA. CAUTELAR FISCAL. LEI Nº 8.397/92. PRESSUPOSTOS.
I - A matéria federal objurgada não foi apreciada pelo Tribunal a quo e não foram opostos embargos declaratórios, buscando pronunciamento acerca da questão suscitada. incidem, na hipótese vertente, as Súmulas nºs 2852 e 356 do STF.
II - Inocorrente, na hipótese, a alegada violação ao artigo 535, II, do CPC, uma vez que o Egrégio Colegiado a quo examinou detidamente a lide posta à apreciação. O julgador não está obrigado a discorrer sobre todos os regramentos legais ou todos os argumentos alavancados pelas partes. As proposições poderão ou não ser explicitamente dissecadas pelo magistrado, que só estará obrigado a examinar a contenda nos limites da demanda, fundamentando o seu proceder de acordo com o seu livre convencimento, baseado nos aspectos pertinentes à hipótese sub judice e com a legislação que enteder aplicável ao caso concreto.
III - À exceção das hipóteses disciplinadas no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 8.397/92, não é cabível medida cautelar fiscal, por ausência de um de seus pressupostos, quando o crédito tributário ainda não está definitivamente constituído, pendente discussão na esfera administrativa. Precedente da Turma (REsp 279.209/RS). (g.n.)
IV - Recurso especial da fazenda não conhecido. Recurso especial do contribuinte conhecido apenas em parte e, nesse particular, provido".
(REsp no 577.395/PE, 1a Turma, Rel. Min. Francisco Falcão, j. 7.12.2004, DJ 17.12.2004, p. 428, REPDJ 28.2.2005, p. 200).
E ainda: Edcl no REsp no 577.395/PE, 1a Turma, rel. Min. Francisco Falcão, j. 5.4.2005, DJ 16.5.2005, p. 235.
No caso em tela, a r. decisão não está em sintonia com o entendimento jurisprudencial acima mencionado.
Pelo exposto, concedo o efeito suspensivo pleiteado, a teor do art. 558 do CPC, para determinar o desbloqueio dos bens da agravante.
Requisitem-se as informações necessárias.
Intime-se a agravada nos termos do art. 527, V do CPC.
Ante a interposição de recursos também pelos sócios da agravante, de números 2006.03.00.101942-9 e 2006.03.00.101964-8, determino o apensamento dos mesmos a este feito. Oportunamente, providencie a Subsecretaria os referidos apensamentos.
Int.
São Paulo, 21 de março de 2007.

ROBERTO HADDAD
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.101942-9 AG 282606
ORIG.	:	200661070016589 1 Vr ARACATUBA/SP
AGRTE	:	MARCOS ANTONIO POMPEI
ADV	:	PLINIO ANTONIO CABRINI JUNIOR
AGRDO	:	União Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
PARTE R	:	FRIGORIFICO BABY BEEF LTDA e outros
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE ARACATUBA SecJud SP
RELATOR	:	DES FED. ROBERTO HADDAD / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de agravo interposto em face da r. decisão de fls. 97, proferida pelo Exmo. Sr. Juiz Federal Convocado César Sabbag, que negou seguimento ao recurso por ausência de peças facultativas, tidas por essenciais ao deslinde da causa.
Com a devida vênia, revogo a r. decisão de fls. 97, por entender cabível a juntada posterior de referida documentação, a qual de fato foi anexada aos autos, na ocasião da interposição do presente agravo, conforme fls. 107 a 120.
Ante o exposto, acolho o agravo ora interposto para revogar a r. decisão agravada de fls. 97.
Passo à análise do agravo de instrumento.
Trata-se de agravo de instrumento interposto contra r. decisão proferida pelo MM. Juízo a quo, em ação cautelar fiscal, que determinou a indisponibilidade dos bens presentes e daqueles a serem adquiridos pela empresa executada - Frigorífico Baby Beef Ltda, até o valor atualizado dos créditos, assim como a indisponibilidade patrimonial dos sócios Marcelo Aparecido Pompei e Marcos Antônio Pompei, ora agravante, até atingir o percentual de 15,96 e 84,04, respectivamente.
Inconformado com a decisão, o agravante interpõe o presente recurso, inclusive para se valer da possibilidade de deferimento de efeito suspensivo, à luz da atual disciplina traçada nos artigos 558 e 527, III do Código de Processo Civil - CPC, aduzindo, em síntese, que a Fazenda é mera detentora de expectativa de crédito, vez que o mesmo encontra-se em discussão na esfera administrativa. Alega também, que o bloqueio patrimonial está inviabilizando os recursos para a manutenção de sua própria subsistência. Por fim, argumenta que a medida cautelar fiscal é cabível apenas após a constituição definitiva do crédito, o que ainda não ocorreu, devido à pendência administrativa.
Feito um breve relatório, decido:
Nos termos do artigo 558 do CPC, para deferimento da tutela pleiteada, tal como autoriza o artigo 527, inciso III, do mesmo diploma legal, é necessário que, sendo relevante a fundamentação do agravante, haja evidências de que tal decisão esteja a resultar em lesão grave e de difícil reparação.
Neste juízo de cognição sumária, verifico plausibilidade de direito nas alegações do agravante a justificar o deferimento da tutela pleiteada.
A Cautelar Fiscal pode ocorrer: por iniciativa do contribuinte, para fins de seguimento do recurso voluntário interposto contra decisão proferida nos processos administrativos de determinação e exigência de créditos tributários da União (Decreto no 70.235/72) ou, em se tratando de Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, para viabilizar a homologação da opção nos termos da Lei no 9.964/00; por iniciativa da autoridade fiscal competente, para acompanhamento do patrimônio passível de ser indicado como garantia de crédito tributário.
O arrolamento de bens por iniciativa da Administração também pode ocorrer sempre que a soma dos débitos fiscais exceder 30% (trinta por cento) do patrimônio do contribuinte e, simultaneamente, for superior a quantia de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).
A finalidade da medida, nesta última hipótese, é conferir maior garantia aos créditos tributários da União, assegurando a futura excussão de bens e direitos do sujeito passivo suficientes à satisfação de tal dívida.
Contudo, o artigo 1o da Lei no 8.397/92 impõe uma condição para efetivação de tal medida, qual seja, que o referido crédito deva estar constituído, excetuando-se as hipóteses descritas no art. 2o, incisos V, b e VII, in verbis:
"Art. 2o. A medida cautelar poderá ser requerida contra o sujeito passivo de crédito tributário ou não tributário, quando o devedor:
I - (...);
II - (...);
III - (...);
IV - (...);
V - notificado pela Fazenda Pública para que proceda ao recolhimento do crédito fiscal:
a)(...);
b)põe ou tenta pôr seus bens em nome de terceiros;
VI - possui débitos, inscritos ou não em Dívida Ativa, que somados ultrapassem 30% (trinta por cento) do seu patrimônio conhecido;
VII - aliena bens ou direitos sem proceder à devida comunicação ao órgão da Fazenda Pública competente, quando exigível em virtude de lei;
VIII - (...);
IX - (...)."
No presente caso, observo que a questão dos autos está especificamente prevista no inciso VI, o qual não faz parte das exceções supracitadas, ou seja, para a proposição do procedimento acautelatório fiscal, faz-se necessária a constituição do crédito fazendário.
Neste sentido, cito jurisprudência do C. STJ:
"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS Nº 282 E 356/STF. ART. 535 DO CPC. VIOLAÇÃO. INEXISTÊNCIA. CAUTELAR FISCAL. LEI Nº 8.397/92. PRESSUPOSTOS.
I - A matéria federal objurgada não foi apreciada pelo Tribunal a quo e não foram opostos embargos declaratórios, buscando pronunciamento acerca da questão suscitada. incidem, na hipótese vertente, as Súmulas nºs 2852 e 356 do STF.
II - Inocorrente, na hipótese, a alegada violação ao artigo 535, II, do CPC, uma vez que o Egrégio Colegiado a quo examinou detidamente a lide posta à apreciação. O julgador não está obrigado a discorrer sobre todos os regramentos legais ou todos os argumentos alavancados pelas partes. As proposições poderão ou não ser explicitamente dissecadas pelo magistrado, que só estará obrigado a examinar a contenda nos limites da demanda, fundamentando o seu proceder de acordo com o seu livre convencimento, baseado nos aspectos pertinentes à hipótese sub judice e com a legislação que enteder aplicável ao caso concreto.
III - À exceção das hipóteses disciplinadas no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 8.397/92, não é cabível medida cautelar fiscal, por ausência de um de seus pressupostos, quando o crédito tributário ainda não está definitivamente constituído, pendente discussão na esfera administrativa. Precedente da Turma (REsp 279.209/RS). (g.n.)
IV - Recurso especial da fazenda não conhecido. Recurso especial do contribuinte conhecido apenas em parte e, nesse particular, provido".
(REsp no 577.395/PE, 1a Turma, Rel. Min. Francisco Falcão, j. 7.12.2004, DJ 17.12.2004, p. 428, REPDJ 28.2.2005, p. 200).
E ainda: Edcl no REsp no 577.395/PE, 1a Turma, rel. Min. Francisco Falcão, j. 5.4.2005, DJ 16.5.2005, p. 235.
No caso em tela, a r. decisão não está em sintonia com o entendimento jurisprudencial acima mencionado.
Pelo exposto, concedo o efeito suspensivo pleiteado, a teor do art. 558 do CPC, para determinar o desbloqueio dos bens do agravante.
Requisitem-se as informações necessárias.
Intime-se a agravada nos termos do art. 527, V do CPC.
Oportunamente, providencie a Subsecretaria o apensamento do presente recurso aos autos do agravo de instrumento nº 2006.03.00.101941-7.
Int.
São Paulo, 21 de março de 2007.

ROBERTO HADDAD
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.101964-8 AG 282566
ORIG.	:	200661070016589 1 Vr ARACATUBA/SP
AGRTE	:	MARCELO APARECIDO POMPEI
ADV	:	PLINIO ANTONIO CABRINI JUNIOR
AGRDO	:	União Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
PARTE R	:	FRIGORIFICO BABY BEEF LTDA e outros
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE ARACATUBA SecJud SP
RELATOR	:	DES. FED. ROBERTO HADDAD / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de agravo interposto em face da r. decisão de fls. 97, proferida pelo Exmo. Sr. Juiz Federal Convocado César Sabbag, que negou seguimento ao recurso por ausência de peças facultativas, tidas por essenciais ao deslinde da causa.
Com a devida vênia, revogo a r. decisão de fls. 97, por entender cabível a juntada posterior de referida documentação, a qual de fato foi anexada aos autos, na ocasião da interposição do presente agravo, conforme fls. 110 a 123.
Ante o exposto, acolho o agravo ora interposto para revogar a r. decisão agravada de fls. 97.
Passo à análise do agravo de instrumento.
Trata-se de agravo de instrumento interposto contra r. decisão proferida pelo MM. Juízo a quo, em ação cautelar fiscal, que determinou a indisponibilidade dos bens presentes e daqueles a serem adquiridos pela empresa executada - Frigorífico Baby Beef Ltda, até o valor atualizado dos créditos, assim como a indisponibilidade patrimonial dos sócios Marcelo Aparecido Pompei, ora agravante, e Marcos Antônio Pompei, até atingir o percentual de 15,96 e 84,04, respectivamente.
Inconformado com a decisão, o agravante interpõe o presente recurso, inclusive para se valer da possibilidade de deferimento de efeito suspensivo, à luz da atual disciplina traçada nos artigos 558 e 527, III do Código de Processo Civil - CPC, aduzindo, em síntese, que a Fazenda é mera detentora de expectativa de crédito, vez que o mesmo encontra-se em discussão na esfera administrativa. Alega também, que o bloqueio patrimonial está inviabilizando os recursos para a manutenção de sua própria subsistência. Por fim, argumenta que a medida cautelar fiscal é cabível apenas após a constituição definitiva do crédito, o que ainda não ocorreu, devido à pendência administrativa.
Feito um breve relatório, decido:
Nos termos do artigo 558 do CPC, para deferimento da tutela pleiteada, tal como autoriza o artigo 527, inciso III, do mesmo diploma legal, é necessário que, sendo relevante a fundamentação do agravante, haja evidências de que tal decisão esteja a resultar em lesão grave e de difícil reparação.
Neste juízo de cognição sumária, verifico plausibilidade de direito nas alegações do agravante a justificar o deferimento da tutela pleiteada.
A Cautelar Fiscal pode ocorrer: por iniciativa do contribuinte, para fins de seguimento do recurso voluntário interposto contra decisão proferida nos processos administrativos de determinação e exigência de créditos tributários da União (Decreto no 70.235/72) ou, em se tratando de Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, para viabilizar a homologação da opção nos termos da Lei no 9.964/00; por iniciativa da autoridade fiscal competente, para acompanhamento do patrimônio passível de ser indicado como garantia de crédito tributário.
O arrolamento de bens por iniciativa da Administração também pode ocorrer sempre que a soma dos débitos fiscais exceder 30% (trinta por cento) do patrimônio do contribuinte e, simultaneamente, for superior a quantia de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).
A finalidade da medida, nesta última hipótese, é conferir maior garantia aos créditos tributários da União, assegurando a futura excussão de bens e direitos do sujeito passivo suficientes à satisfação de tal dívida.
Contudo, o artigo 1o da Lei no 8.397/92 impõe uma condição para efetivação de tal medida, qual seja, o referido crédito deva estar constituído, excetuando-se as hipóteses descritas no art. 2o, incisos V, b e VII, in verbis:

"Art. 2o. A medida cautelar poderá ser requerida contra o sujeito passivo de crédito tributário ou não tributário, quando o devedor:
I - (...);
II - (...);
III - (...);
IV - (...);
V - notificado pela Fazenda Pública para que proceda ao recolhimento do crédito fiscal:
a)(...);
b)põe ou tenta pôr seus bens em nome de terceiros;
VI - possui débitos, inscritos ou não em Dívida Ativa, que somados ultrapassem 30% (trinta por cento) do seu patrimônio conhecido;
VII - aliena bens ou direitos sem proceder à devida comunicação ao órgão da Fazenda Pública competente, quando exigível em virtude de lei;
VIII - (...);
IX - (...)."
No presente caso, observo que a questão dos autos está especificamente prevista no inciso VI, o qual não faz parte das exceções supracitadas, ou seja, para a proposição do procedimento acautelatório fiscal, faz-se necessária a constituição do crédito fazendário.
Neste sentido, cito jurisprudência do C. STJ:
"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS Nº 282 E 356/STF. ART. 535 DO CPC. VIOLAÇÃO. INEXISTÊNCIA. CAUTELAR FISCAL. LEI Nº 8.397/92. PRESSUPOSTOS.
I - A matéria federal objurgada não foi apreciada pelo Tribunal a quo e não foram opostos embargos declaratórios, buscando pronunciamento acerca da questão suscitada. incidem, na hipótese vertente, as Súmulas nºs 2852 e 356 do STF.
II - Inocorrente, na hipótese, a alegada violação ao artigo 535, II, do CPC, uma vez que o Egrégio Colegiado a quo examinou detidamente a lide posta à apreciação. O julgador não está obrigado a discorrer sobre todos os regramentos legais ou todos os argumentos alavancados pelas partes. As proposições poderão ou não ser explicitamente dissecadas pelo magistrado, que só estará obrigado a examinar a contenda nos limites da demanda, fundamentando o seu proceder de acordo com o seu livre convencimento, baseado nos aspectos pertinentes à hipótese sub judice e com a legislação que enteder aplicável ao caso concreto.
III - À exceção das hipóteses disciplinadas no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 8.397/92, não é cabível medida cautelar fiscal, por ausência de um de seus pressupostos, quando o crédito tributário ainda não está definitivamente constituído, pendente discussão na esfera administrativa. Precedente da Turma (REsp 279.209/RS). (g.n.)
IV - Recurso especial da fazenda não conhecido. Recurso especial do contribuinte conhecido apenas em parte e, nesse particular, provido".
(REsp no 577.395/PE, 1a Turma, Rel. Min. Francisco Falcão, j. 7.12.2004, DJ 17.12.2004, p. 428, REPDJ 28.2.2005, p. 200).
E ainda: Edcl no REsp no 577.395/PE, 1a Turma, rel. Min. Francisco Falcão, j. 5.4.2005, DJ 16.5.2005, p. 235.
No caso em tela, a r. decisão não está em sintonia com o entendimento jurisprudencial acima mencionado.
Pelo exposto, concedo o efeito suspensivo pleiteado, a teor do art. 558 do CPC, para determinar o desbloqueio dos bens do agravante.
Requisitem-se as informações necessárias.
Intime-se a agravada nos termos do art. 527, V do CPC.
Oportunamente, providencie a Subsecretaria o apensamento do presente recurso aos autos do agravo de instrumento nº 2006.03.00.101941-7.
Int.
São Paulo, 21 de março de 2007.

ROBERTO HADDAD
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.105978-6 AG 283956
ORIG.	:	9600000234 A Vr LIMEIRA/SP 9600190320 A Vr LIMEIRA/SP
AGRTE	:	FIORETA ELETRODOMESTICOS LTDA
ADV	:	LUIS FELIPE CAMPOS DA SILVA
AGRDO	:	União Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DO SAF DE LIMEIRA SP
RELATOR	:	DES.FED. SALETTE NASCIMENTO / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Cuida-se de pedido de reconsideração da decisão de fls 138/140, que deferiu o pleito de concessão de efeito suspensivo ativo, para suspender a decisão de fls. 91 que determinou a penhora de 5% sobre o faturamento mensal da executada.
Sustenta, em síntese a ausência de bens suficientes à garantia dos débitos executados.
Pede a reconsideração da decisão de fls. 138/140, para que seja mantida a r. decisão singular que determinou a penhora sobre o faturamento mensal da executada no patamar de 5% (cinco por cento).
Por todo o exposto, considerando as diligências já realizadas, bem como a inexistência de bens suficientes à garantia da execução, defiro o presente pedido de reconsideração, para indeferir a concessão de efeito suspensivo (fls. 32).
Intime-se.
São Paulo, 23 de março de 2007.

JUIZ FEDERAL CONVOCADO SILVIO GEMAQUE - RELATOR

PROC.	:	2006.03.00.107021-6 AG 283993
ORIG.	:	200561820196896 8F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	NIQUELFER COM/ DE METAIS LTDA
ADV	:	RODRIGO ROBERTO RUGGIERO
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 8 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	JUIZ CONV. CESAR SABBAG / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Fls. 56/58 - Trata-se de Embargos de Declaração opostos pela União Federal, em face da r. decisão de fl. 48, que deu provimento ao presente agravo de instrumento, nos termos do artigo 557, § 1º-A, do CPC.
Em síntese, sustenta a embargante, que houve omissão quanto ao provimento concedido, na medida que se limita a dar provimento ao presente recurso, sem especificar a qual dos pedidos está sendo atendido.
Decido:
Os Embargos de Declaração somente são cabíveis, a teor do art. 535 do CPC, quando houver na decisão obscuridade, contradição ou omissão.
No caso, razão assiste à embargante, pois verifico que a agravante formulou dois pedidos alternativos, quais sejam, a extinção do processo executivo ou a suspensão da execução até a análise final do pedido administrativo formulado pela embargada.
Pelo exposto, acolho os presentes Embargos de Declaração, para dar parcial provimento ao presente agravo de instrumento, determinando a suspensão do processo executivo até que seja apreciado o Pedido de Revisão de Débitos inscritos em Dívida Ativa da União.
Observadas as formalidades legais, remetam-se os autos à Vara de Origem.
Int.
São Paulo, 30 de março de 2007.

ROBERTO HADDAD
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.107459-3 AG 284222
ORIG.	:	9200571581 4 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
AGRDO	:	IRMAOS PEREIRA E CIA LTDA
ADV	:	ANTONIO FERNANDO SEABRA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. SALETTE NASCIMENTO / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto pela União em face de decisão que, em ação ordinária visando à restituição de valores indevidamente recolhidos a título de empréstimo compulsório sobre veículo, deferiu a expedição de ofício precatório complementar.
Sustenta o agravante, em síntese, ser indevida a incidência de juros, pela inocorrência de mora no pagamento do débito.
Requer a concessão de efeito suspensivo ao agravo de instrumento.
Decido.
Neste primeiro e provisório exame inerente ao momento processual, não vislumbro a presença de um dos pressupostos necessários à concessão do efeito pleiteado.
Com efeito, em se tratando de questão atinente a pedido de expedição de precatório complementar, em exame de cognição sumária, não verifico perigo de dano irreparável ou de difícil reparação à parte agravante, podendo-se aguardar até pronunciamento definitivo pela Turma.
Cumpre ressaltar que, em que pese a ausência de perigo de dano, o presente recurso não deve ser convertido em agravo retido, excepcionando nosso entendimento adotado em face da nova redação dada pela Lei n. 11.187/2005 ao inciso II, do artigo 527, do CPC, por se tratar de agravo tirado de decisão relativa a pagamento de precatório, o que impossibilita futura devolução da questão para apreciação pelo Tribunal.
Dessa forma, indefiro o pedido de efeito suspensivo.
Publique-se. Intimem-se, inclusive a agravada para contra-minutar.
São Paulo, 23 de março de 2007.

SILVIO GEMAQUE
Juiz Federal Convocado Relator

PROC.	:	2006.03.00.107613-9 AG 284352
ORIG.	:	200661000188168 25 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	CENTERCOOP COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS AUTONOMOS DE TELEMARKETING
ADV	:	PAULO ROBERTO VIGNA
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 25 VARA SÃO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. ROBERTO HADDAD / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra r. decisão proferida pelo MM. Juízo "a quo", em sede de mandado de segurança, que indeferiu a liminar para ver suspensa a exigibilidade da cobrança de PIS sobre as movimentações decorrentes dos atos cooperativos, em razão do tratamento diferenciado dispensado pela CF e pela legislação ao ato cooperativo.
Conforme consta no Sistema Processual Informatizado desta Corte, foi proferida sentença nos autos principais.
Pelo exposto, julgo prejudicado o presente Agravo de Instrumento, nos termos do artigo 33, XII, do Regimento Interno desta Corte.
Observadas as formalidades legais, encaminhem-se os autos à Vara de origem.
Int.
São Paulo, 29 de março de 2007 .

ROBERTO HADDAD
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.109397-6 AG 284810
ORIG.	:	200361070008490 1 Vr ARACATUBA/SP
AGRTE	:	FAGANELLO EMPREENDIMENTOS LTDA
ADV	:	IVONE DA MOTA MENDONCA
AGRDO	:	União Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE ARACATUBA SecJud SP
RELATOR	:	DES.FED. SALETTE NASCIMENTO / QUARTA TURMA

Trata-se de agravo de instrumento interposto por FAGANELLO EMPREENDIMENTOS LTDA., em face de decisão que, em sede de execução fiscal, decretou a indisponibilidade dos bens da agravante, nos termos do art. 185-A do CTN.
Alega a agravante, em síntese, que ofereceu bens à penhora em todas as execuções citadas, bem assim, a impossibilidade de se decretar a indisponibilidade dos bens, quando desatendidos os requisitos legais.
Requer a concessão de efeito suspensivo ao recurso.
Decido.
Neste primeiro e provisório exame inerente ao momento processual, não vislumbro a presença dos requisitos necessários para a concessão da providência requerida.
A indisponibilidade de bens, nos termos do art. 185-A do Código Tributário Nacional, é medida que pressupõe o esgotamento das diligências para localização dos bens do devedor. Necessária a demonstração de que o credor exauriu as possibilidades de obtenção de informações a respeito do patrimônio do executado.
Verifico no caso presente que foram penhorados direitos creditórios sobre veículo, insuficientes à garantia do débito executado, bem assim, que não foram localizados outros bens penhoráveis em nome da executada.
Nesse sentido:
"PROCESSO CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - INDISPONIBILIDADE DE BENS - ARTIGO 185-A DO CTN, ACRESCENTADO PELA LC 118/2005 -EXAURIMENTO DAS VIAS PARA LOCALIZAÇÃO DE BENS DOS EXECUTADOS DEMONSTRADO - POSSIBILIDADE
1 - O artigo 185-A do Código Tributário Nacional, acrescentado pela Lei Complementar n° 118/2005, ao possibilitar a determinação para a indisponibilidade de bens e direitos do devedor e a respectiva comunicação, por meio eletrônico, aos órgãos e entidades responsáveis pelos registros públicos e autoridades supervisoras do mercado acerca do cumprimento da mesma, consignou expressamente que isto somente ocorrerá após, devidamente citado, o devedor tributário não oferecer bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis.
2 - Dessa forma, a legislação estabeleceu critérios objetivos, sem os quais não há que se admitir tal medida, devendo a mesma ser adotada apenas em caráter excepcional, como último recurso para a satisfação do crédito do exeqüente.

3 - No caso dos autos, restou demonstrada a presença de tais requisitos, pelo que se justifica a pretensão do recorrente.
4 - Agravo de instrumento provido."
(TRF 3ª REGIÃO - AG 200603000004017/SP - SEGUNDA TURMA - Rel. Des. Fed. COTRIM GUIMARÃES - j. 25.07.2006 - p. 18.08.2006)
Ante o exposto, indefiro o pedido de efeito suspensivo.
Publique-se. Intimem-se, inclusive a agravada para contraminutar.
São Paulo, 19 de março de 2007.

JUIZ FEDERAL CONVOCADO SILVIO GEMAQUE - RELATOR

PROC.	:	2006.03.00.109779-9 AG 285098
ORIG.	:	200161820042700 9F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	União Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
AGRDO	:	MARIO DE OLIVEIRA SANTIAGO
ADV	:	DIRCEU OLIVEIRA SANTIAGO
AGRDO	:	DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS GLOBO LTDA e outros
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 9 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES. FED. ROBERTO HADDAD / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto contra r. decisão proferida pelo MM. Juiz a quo, em execução fiscal, que acolheu a Exceção de Pré-Executividade para determinar a exclusão de Mario de Oliveira Santiago do pólo passivo da demanda.
Inconformada com a decisão, a agravante interpõe o presente recurso, inclusive para se valer da possibilidade de deferimento de antecipação de tutela, à luz da atual disciplina traçada nos artigos 558 e 527, III do Código de Processo Civil, aduzindo, em síntese, que tentou citar a empresa executada sem obter êxito, por esta não estar mais no endereço respectivo, o que caracteriza dissolução irregular. Afirma, ainda, que pleiteou a inclusão do responsável tributário, deferida pelo Juízo de Origem, no entanto, após a apresentação da objeção de executividade, o magistrado houve por bem excluir o agravado da ação.

Feito um breve relatório, decido:
Nos termos do artigo 558 do CPC, para deferimento da tutela pleiteada, tal como autoriza o artigo 527, inciso III, do mesmo diploma legal, é necessário que, sendo relevante a fundamentação da agravante, haja evidências de que tal decisão esteja a resultar em lesão grave e de difícil reparação.
Neste juízo de cognição sumária, não verifico plausibilidade de direito nas alegações da agravante a justificar o deferimento da tutela pleiteada.
Primeiramente, cabe lembrar que às Exceções de Pré-Executividade reserva-se o julgamento de matérias aferíveis de plano e que não demandem instrução probatória, como no caso dos autos.
No mais, a remansosa jurisprudência reconhece que, apesar de ser encargo da empresa o recolhimento de tributos, a inadimplência não caracteriza a responsabilidade tributária disposta no artigo 135, III do Código Tributário Nacional - CTN.
Somente se justifica a inclusão dos sócios, gerentes e administradores da empresa executada no pólo passivo da execução fiscal, quando presentes qualquer dos requisitos previstos em lei, quais sejam, a prática de atos de gestão com excesso de poder ou infração à lei, contrato social ou estatuto.
Cabe consignar, que em uma sociedade capitalista, o risco é inerente à própria atividade comercial, industrial ou empresarial. Portanto, o sócio não pode ser responsabilizado pelo insucesso da pessoa jurídica.
Precedentes do C. STJ, os quais adoto como razão de decidir, assim reconhecem:
"TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. EXECUÇÃO FISCAL. RESPONSABILIDADE DE SÓCIO-GERENTE. LIMITES. ART. 135, III, DO CTN. PRECEDENTES.
1. Agravo Regimental interposto contra decisão que conheceu de agravo de instrumento para dar provimento ao recurso especial ofertado pela parte agravada.
2. Acórdão a quo que, em execução fiscal, determinou a inclusão dos sócios de empresa executada no pólo passivo da ação.
3. Afasta-se a tese desenvolvida de que o exame dos autos esbarraria na Súmula nº 7/STJ. Questão que é de simples aplicação da legislação pertinente e da jurisprudência seguida pela egrégia Primeira Turma deste Sodalício.
4. Os bens do sócio de uma pessoa jurídica comercial não respondem, em caráter solidário, por dívidas fiscais assumidas pela sociedade. A responsabilidade tributária imposta por sócio-gerente, administrador, diretor ou equivalente só se caracteriza quando há dissolução irregular da sociedade ou se comprova infração à lei praticada pelo dirigente.
5. Em qualquer espécie de sociedade comercial, é o patrimônio social que responde sempre e integralmente pelas dívidas sociais. Os diretores não respondem pessoalmente pelas obrigações contraídas em nome da sociedade, mas sim para com esta e para com terceiros solidária e ilimitadamente pelo excesso de mandato e pelos atos praticados com violação do estatuto ou lei (art. 158, I e II, da Lei nº 6.404/76).
6. De acordo com o nosso ordenamento jurídico-tributário, os sócios (diretores, gerentes ou representantes da pessoa jurídica) são responsáveis, por substituição, pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes da prática de ato ou fato eivado de excesso de poderes ou com infração de lei, contrato social ou estatutos, nos termos do art. 135, III, do CTN.
7. O simples inadimplemento não caracteriza infração legal. Inexistindo prova de que se tenha agido com excesso de poderes, ou infração de contrato social ou estatutos, não há falar-se em responsabilidade tributária do ex-sócio a esse título ou a título de infração legal. Inexistência de responsabilidade tributária do ex-sócio. Precedentes desta Corte Superior.
8. Precedentes citados, não obstante o respeito a eles reverenciado, que não transmitem a posição deste Relator. A convicção sobre o assunto continua a mesma e intensa.
9. Agravo regimental não provido."
(REsp nº 453.176/SP, 1a Turma, Rel. Min. José Delgado, j. 24.9.2002, DJ 21.10.2002, p. 320).
Demais: Edcl no AgRg no Ag 453.176/SP, 1a Turma, Rel. Min. José Delgado, j. 10.12.2002, DJ 24.2.2003, p. 201; REsp nº 621.900/MG, 1a Turma, Rel. Min. Francisco Falcão, j. 6.5.2004, DJ 31.5.2004, p. 246; REsp nº 793.554/RS, 2a Turma, Rel. Min. João Otávio de Noronha, j. 6.12.2005, DJ 6.3.2006, p. 364).
Também neste sentido, menciono os seguintes julgados da 4ª Turma deste Tribunal:
"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. INCLUSÃO DE SÓCIO. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA. ARTIGO 135 DO CTN. I - A personalidade jurídica da sociedade comercial é distinta da de seus sócios, recaindo, excepcionalmente, a responsabilidade pessoalmente sobre seus diretores, ante a comprovação de excesso de mandato e de prática de atos em infração à lei. II - É responsabilidade da empresa o pagamento dos tributos, devendo arcar com as conseqüências do descumprimento da obrigação tributária. O mero inadimplemento não é suficiente para configurar a responsabilidade prevista no artigo 135, III, do CTN. Precedentes do STJ. III - Remessa oficial desprovida." (REOAC no 2002.61.06.0016630-7/SP, 4a Turma, Rel. Des. Fed. Alda Basto, j. 11.1.2006, DJU 24.5.2006, p. 381.).
E, ainda:
"EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. ALEGAÇÃO DE ILEGITIMIDADE. POSSIBILIDADE. RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL DOS SÓCIOS. ARTIGO 135, INCISOS I E III, E ARTIGO 134, INCISO VII, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. INEXISTÊNCIA DE PROVA DA PRÁTICA DE ATOS COM EXCESSO DE PODER OU INFRAÇÃO A NORMA LEGAL OU CONTRATUAL. 1. A exceção de pré-executividade tem cabimento em questões de ordem pública, passíveis de conhecimento de ofício pelo juiz, ou nas questões simples que não necessitam de complexa dilação probatória. 2. A responsabilidade patrimonial pela falta de êxito, no exercício da livre iniciativa, é da pessoa jurídica. 3. A responsabilidade patrimonial pessoal do diretor, gerente ou sócio, por débito fiscal da pessoa jurídica, é excepcional, condicionada à existência de "atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos" (art. 135, incisos I e III, e 134, VII, do Código Tributário Nacional). 4. Agravo de instrumento provido." (AG nº 2004.03.00.062396-1/SP, 4a Turma, Rel. Des. Fed. Fábio Prieto, j. 29.6.2005, DJU 5.10.2005, p. 286).
No caso, observo que a empresa executada não foi citada (fls. 27 e 39) em seu endereço atual (fls. 61).
Em suma, a gestão fraudulenta com intuito de lesar o credor tributário deve restar comprovada pelo Fisco, sendo certo que o mero inadimplemento não se afigura suficiente para configurar a responsabilidade prevista no artigo 135, III, do CTN, estando a r. decisão em sintonia com o entendimento acima.
Ante o exposto, nego a antecipação dos efeitos da tutela recursal pleiteada.
Requisitem-se as informações necessárias.
Intime-se a agravada nos termos do art. 527, V, do CPC.
Int.
São Paulo, 23 de março de 2007.

ROBERTO HADDAD
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.109960-7 AG 285223
ORIG.	:	2006.61.00.021959-1 13ª Vr SÃO PAULO/SP
AGRTE	:	União Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
AGRDO	:	LOJAS BESNI CENTER LTDA.
ADV	:	EDUARDO GONZAGA OLIVEIRA DE NATAL
ORIGEM	:	JUÍZO FEDERAL DA 13ª VARA SÃO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES. FED. ROBERTO HADDAD / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto contra a r. decisão proferida pelo MM. Juízo a quo que, nos autos do mandado de segurança impetrado pela ora agravada, concedeu liminar permitindo a compensação de tributos, mesmo antes do trânsito em julgado da decisão proferida em outros autos reconhecendo o direito da agravada.
Inconformada com a decisão, a agravante interpõe o presente recurso, inclusive para se valer da possibilidade de deferimento da antecipação dos efeitos da tutela recursal, à luz da atual disciplina traçada nos artigos 558 e 527, III, do Código de Processo Civil, aduzindo, em síntese, que a agravada realmente foi vencedora em ações que permitiram a compensação de tributos, porém as referidas decisões ainda não transitaram em julgado.
Decido:
Verifico que o MM. Juízo "a quo" deferiu o pedido de liminar sob o fundamento de ser inaplicável o disposto no artigo no 170 - A ao caso dos autos, tendo em vista que tanto o FINSOCIAL, no que toca à elevação de alíquotas, quanto o PIS, com a exigência posta pelos DLs nºs 2.445/98 e 2.449/98, já foram objeto de decisão judicial definitiva pelo STF, sendo estes últimos retirados do ordenamento jurídico por ato do Senado Federal.
Dando continuidade à reforma efetuada no Código de Processo Civil, a Lei nº 11.187/2005 fez do agravo pela modalidade retida, o recurso em regra cabível para impugnação das decisões interlocutórias proferidas em primeira instância, deixando o agravo de instrumento circunscrito às hipóteses da decisão impugnada causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissibilidade da apelação e nos relativos aos efeitos em que a mesma é recebida.
Como se pode notar, a recente reforma conferiu um novo aspecto ao interesse recursal do agravo de instrumento, vinculando sua interposição à necessidade de pronta prestação da tutela jurisdicional.
Em suma, de acordo com a nova sistemática, impende verificar se o gravame alegadamente sofrido pela parte, por sua natureza e efeitos, comporta um regime de espera pela futura apelação, e se, caso provido pelo tribunal, o decurso do tempo não fará desaparecer a possibilidade de uma ainda eficaz reparação do dano causado.
No caso dos autos, considero que não existe risco de lesão grave e de difícil reparação, nos termos do inciso II do artigo 557 do CPC, eis que na hipótese de serem considerados devidos os tributos, poderá a autoridade fazendária inscrever o débito em dívida ativa, bem como ajuizar ação de execução fiscal, consoante legislação vigente, motivo pelo qual converto o presente agravo de instrumento em retido.
Observadas as formalidades legais, remetam-se os autos à Vara de Origem
Int.
São Paulo, 27 de março de 2007.

ROBERTO HADDAD
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.116310-3 AG 286585
ORIG.	:	200661000222747 23 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
AGRDO	:	SGS DO BRASIL LTDA
ADV	:	ALAOR APARECIDO PINI FILHO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 23 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FEDERAL ROBERTO HADDAD / QUARTA TURMA

Vistos em decisão.
Trata-se de agravo de instrumento interposto em face da r. decisão proferida pelo MM. Juízo "a quo", em mandado de segurança, que deferiu medida liminar a fim de determinar à autoridade impetrada a expedição de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, nos termos do disposto no artigo 206, do CTN, condicionada à constatação da suspensão da exigibilidade em decorrência dos depósitos judiciais e desde que os valores recolhidos nas guias DARF apresentadas tenham sido efetuados dentro do prazo legal.
Inconformado com a decisão, a agravante interpõe o presente recurso, inclusive para se valer da possibilidade de deferimento de efeito suspensivo, à luz da atual disciplina traçada nos artigos 558 e 527, III do Código de Processo Civil, aduzindo, em síntese, não haver nos autos provas suficientes do cumprimento das exigências necessárias para a suspensão da exigibilidade do crédito, pois a mera juntada de guia DARF não conduz à conclusão de estar a dívida efetivamente quitada, bem como pela ausência de comprovação de que os pagamentos das citadas guias foram efetuados dentro do prazo legal.
Feito um breve relatório, decido:
Nos termos do artigo 558 do CPC, para deferimento da tutela pleiteada, tal como autoriza o artigo 527, inciso III, do mesmo diploma legal, é necessário que, sendo relevante a fundamentação dos agravantes, haja evidências de que tal decisão esteja a resultar em lesão grave e de difícil reparação.
Neste juízo de cognição sumária, não verifico plausibilidade de direito nas alegações da agravante a justificar o deferimento da tutela pleiteada.
Conforme consta na r. decisão agravada, os documentos juntados aos autos indicariam que os débitos relativos às inscrições de nºs 80.6.04.006502-20, 80.7.04.001627-54, 80.7.06.039963-31 e 80.06.06161526-95, encontram-se com a exigibilidade suspensa em decorrência dos depósitos judiciais efetivados nos autos dos feitos de nºs 1999.61.00.025200-9 e 2001.61.00.009281-7, sendo que em relação às inscrições de nºs 40.5.06.000616-88 e 40.5.06.001471-23, também teria restado evidenciado o efetivo pagamento, conforme guias DARFs juntadas às fls. 35 e 39.
Por sua vez, observo que a agravante cingiu-se a alegar a falta de comprovação do cumprimento das exigências relativas à suspensão da exigibilidade, bem como acerca da tempestividade dos pagamentos efetuados, deixando de juntar qualquer documento ou informações efetiva acerca de suas alegações, o que impossibilita uma análise mais acurada.
De qualquer forma, agindo com bastante prudência, a magistrada condicionou a expedição da pretendida certidão à constatação da suspensão da exigibilidade em decorrência dos depósitos judiciais e desde que os valores recolhidos nas guias DARF apresentadas tenham sido efetuados dentro do prazo legal, o que propicia à autoridade impetrada, a possibilidade de efetuar as verificações necessárias.

Assim, não merecem prosperar as alegações da agravante.
Dando continuidade à reforma efetuada no Código de Processo Civil, a Lei nº 11.187/2005 fez do agravo pela modalidade retida, o recurso em regra cabível para impugnação das decisões interlocutórias proferidas em primeira instância, deixando o agravo de instrumento circunscrito às hipóteses da decisão impugnada causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissibilidade da apelação e nos relativos aos efeitos em que a mesma é recebida.
Como se pode notar, a recente reforma conferiu um novo aspecto ao interesse recursal do agravo de instrumento, vinculando sua interposição à necessidade de pronta prestação da tutela jurisdicional.
Em suma, de acordo com a nova sistemática, impende verificar se o gravame alegadamente sofrido pela parte, por sua natureza e efeitos, comporta um regime de espera pela futura apelação, e se, caso provido pelo tribunal, o decurso do tempo não fará desaparecer a possibilidade de uma ainda eficaz reparação do dano causado.
No caso dos autos, considero que não existe risco de lesão grave e de difícil reparação, nos termos do inciso II do artigo 557 do CPC, eis que na hipótese de ser indevida a expedição da referida certidão, poderá ser posteriormente requerida a anulação todos os atos praticados, motivo pelo qual converto o presente agravo de instrumento em retido.
Observadas as formalidades legais, remetam-se os autos à Vara de Origem
Int.
São Paulo, 27 de março de 2007.

ROBERTO HADDAD
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.116607-4 AG 286828
ORIG.	:	200661040041181 1 Vr SANTOS/SP
AGRTE	:	ARVAMEX COM/ EXTERIOR LTDA
ADV	:	FRANCISCO CARNEIRO DE SOUZA
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE SANTOS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. ROBERTO HADDAD / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra a r. decisão proferida pelo MM. Juízo a quo, em mandado de segurança, que recebeu a apelação interposta somente no efeito devolutivo.
Inconformada com a decisão, a agravante interpõe o presente recurso, inclusive para se valer da possibilidade de deferimento de efeito suspensivo, à luz da atual disciplina traçada nos artigos 558 e 527, III do Código de Processo Civil, aduzindo, em síntese, que a apelação em mandado de segurança deve ser recebida no duplo efeito para evitar a ocorrência de lesão grave e de difícil reparação, consubstanciada na conversão em renda da União dos valores depositados judicialmente antes do trânsito em julgado.
Decido:
Nos termos do artigo 558, do Código de Processo Civil, para a suspensão do cumprimento da decisão agravada, tal como autoriza o artigo 527, inciso III, do mesmo diploma legal, é necessário que, sendo relevante a fundamentação da agravante, haja evidências de que tal decisão esteja a resultar em lesão grave e de difícil reparação.
Neste juízo de cognição sumária, não verifico plausibilidade de direito nas alegações da agravante a justificar o deferimento da tutela pleiteada.
Nos termos do artigo 12, parágrafo único, da Lei nº 1.533/51, a apelação de sentença proferida em mandado de segurança deve ser recebida apenas no efeito devolutivo, eis que o recebimento no efeito suspensivo é circunstância incompatível com o caráter célere e urgente da ação mandamental.
A jurisprudência a respeito do tema é pacífica, sendo oportuno destacar julgados do C. STJ e desta E. Corte:
"RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. SENTENÇA DENEGATÓRIA. RECURSO DE APELAÇÃO. EFEITO APENAS DEVOLUTIVO. ALEGADA VIOLAÇÃO DO ARTIGO 12 DA LEI N. 1.533/51. PRECEDENTES.
1.Remansosa a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça no sentido de que, em sede de mandado de segurança, o recurso de apelação contra sentença denegatória possui apenas efeito devolutivo, não possuindo eficácia suspensiva, tendo em vista a auto-executoriedade da decisão proferida no writ.
2.Só em casos excepcionais de flagrante ilegalidade ou abusividade, ou de dano irreparável ou de difícil reparação, é possível sustarem-se os efeitos da medida atacada no 'mandamus' até o julgamento da apelação (ROMS 351/SP, Rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro, DJ 14.11.94).
3.Recurso especial provido."
(REsp nº 332.654/DF, 2ª Turma, Rel. Min. Franciulli Netto, j. 21.09.2004, DJU 21.02.2005, p. 120).
E, ainda:
"PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO EM FACE DE SENTENÇA CONCESSIVA DE MANDADO DE SEGURANÇA RECEBIDA NO ÚNICO EFEITO. CORRETA DECISÃO.
1.O artigo 12, parágrafo único, do Lei 1.533/51 estabelece a execução provisória da sentença proferida em mandamus.
2.O apelo interposto contra a sentença concessiva de segurança deve ser recebido no efeito meramente devolutivo.
3.O objeto da segurança conferida não se subsume às hipóteses em que, excepcionalmente, o apelo é recebido no duplo efeito.
4.Agravo de instrumento improvido. Prejudicado o agravo regimental."
(Ag nº 2003.03.00.048604-7/SP, 2ª Turma, Rel. Des. Fed. Cecília Mello, j. 02.12.2003, DJU 16.01.2004, p. 107)
No mesmo sentido, cito demais precedentes do C. STJ e desta E. Corte: REsp nº 622.012/RJ, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, j. 03.02.2005, DJU 21.03.2005, p. 248; AG nº 187.999/SP, 4ª Turma, Rel. Des. Fed.Fabio Prieto, j. 23.06.2004, DJU 27.10.2004, p. 388 e AG nº 182.268/SP, 6ª Turma, Rel. Min. Lazarano Neto, j. 12.11.2003, DJU 28.11.2003, p. 553.
Por fim, observo que na eventual hipótese de provimento do recurso de apelação, poderá a impetrante, ora agravante, requerer ao MM. Juízo a quo a devolução dos valores convertidos.
A decisão está em sintonia com o entendimento acima, razão pela qual nego seguimento ao agravo de instrumento, a teor do disposto no art. 557, caput, do CPC.
Observadas as formalidades legais, remetam-se os autos à Vara de Origem.
Int.
São Paulo, 23 de março de 2007.

ROBERTO HADDAD
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.116735-2 AG 286869
ORIG.	:	9200668330 7 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
AGRDO	:	REBOFER COM/ DE ABRASIVOS E FERRAMENTAS LTDA
ADV	:	CARLOS ALBERTO PACHECO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 7 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	JUIZ CONV. CESAR SABBAG / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto contra a r. decisão proferida pelo MM. Juízo a quo, em ação ordinária, que acolheu os cálculos elaborados pela Contadoria Judicial, determinando a expedição de ofício requisitório.
Inconformada com a decisão, a agravante interpõe o presente recurso, inclusive para se valer da possibilidade de deferimento da suspensão dos efeitos da decisão agravada, à luz da atual disciplina traçada nos artigos 558 e 527, III, do Código de Processo Civil, aduzindo, em síntese, que houve indevida duplicidade da correção monetária e dos juros de mora.
Feito um breve relatório, decido:
Nos termos do artigo 558 do CPC, para deferimento da tutela pleiteada, tal como autoriza o artigo 527, inciso III, do mesmo diploma legal, é necessário que, sendo relevante a fundamentação da agravante, haja evidências de que tal decisão esteja a resultar em lesão grave e de difícil reparação.
Neste juízo de cognição sumária, não verifico plausibilidade de direito nas alegações da agravante a justificar o deferimento da tutela pleiteada.
Conforme consta dos cálculos da Contadoria Judicial, juntados às fls. 233/238, os índices utilizados para a correção monetária são aqueles constantes no Provimento nº 64/01 - COGE, em consonância com o entendimento jurisprudencial pacificado nesta E. Corte (fl. 238).
No que se refere aos juros de mora, cumpre observar, ab initio, que o Supremo Tribunal Federal firmou entendimento no sentido de que não são devidos juros moratórios no período compreendido entre a data de expedição do precatório judicial e do seu efetivo pagamento, desde que ocorrido no prazo estabelecido na Constituição Federal, porquanto não caracterizado o inadimplemento por parte do Poder Público.
Por outro lado, consoante entendimento jurisprudencial pacificado por esta E. Corte, no período que abrange a elaboração dos cálculos e a expedição do precatório principal, bem como naquele que compreende o último dia do exercício seguinte ao que o crédito deveria ser pago e a data do efetivo pagamento, a União Federal estaria constituída em mora, sendo devidos, portanto, os juros de mora.
No mesmo sentido, trago à colação o seguinte julgado:
"DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. (ART. 557, § 1º, DO CPC. INCIDÊNCIA DE JUROS DE MORA EM PRECATÓRIO. JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE.
1. Não incidem juros de mora no interregno entre a expedição do precatório e o efetivo pagamento, desde que este se efetive dentro do prazo constitucional; jurisprudência plenária do Supremo Tribunal Federal.
2. Nos demais períodos - inclusive no compreendido entre a elaboração do cálculo e a expedição do precatório - os juros são devidos.
3. Agravo improvido."
(AG nº 2003.03.00.024399-0/SP, TRF 3ª Região. 4ª Turma. Relator Des. Fed. Fábio Prieto. DJU 26.04.2006. p. 365)
Menciono ainda, demais precedentes deste Tribunal: (AG nº 231.332/SP, 3ª Turma, Rel. Des. Fed. Carlos Muta, j. 12.07.2006, DJU 19.07.2006, p.777; AG no 157.954/SP, 4ª Turma, Rel. Des. Fed. Alda Basto, j. 20.07.2005, DJU 30.11.2005, p. 293; e AC no 260.782/SP, 3a Turma, Rel. Des. Fed. Nery Junior, j. 1.6.2005, DJU 7.12.2005, p. 266).
No caso dos autos, os juros de mora constantes à fl. 236, referem-se ao período compreendido entre a elaboração dos cálculos (não embargados pela União) e a expedição do ofício precatório (fls. 106/108 e 124), o que se afigura correto.
Desta forma, a r. decisão se encontra em perfeita sintonia com o entendimento jurisprudencial deste Tribunal, razão pela qual nego seguimento ao agravo de instrumento, a teor do disposto no art. 557, caput, do CPC.
Observadas as formalidades legais, remetam-se os autos à Vara de Origem.
Int.
São Paulo, 15 de março de 2007.

ROBERTO HADDAD
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.116876-9 AG 286993
ORIG.	:	200461820591550 9F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
AGRDO	:	PLASTINEG EMBALAGENS ESPECIAIS LTDA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 9 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES.FED. ROBERTO HADDAD / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Aguarde-se o julgamento.
São Paulo, 16 de março de 2007.

ROBERTO HADDAD
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.118470-2 AG 287391
ORIG.	:	200661000251826 17 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
AGRDO	:	CARMEN LUCIA BORGES
ADV	:	ALCEU CALIXTO SILVA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 17 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. ROBERTO HADDAD / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Fls. 59/72 - Incabível a interposição de agravo regimental em face de decisão que concede o efeito suspensivo, nos termos do parágrafo único, do art. 527, do CPC, motivo pelo qual recebo a referida manifestação como pedido de reconsideração.
Mantenho a r. decisão por seus próprios e jurídicos fundamentos.
Int.
São Paulo, 20 de março de 2007.

ROBERTO HADDAD
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.118472-6 AG 287393
ORIG.	:	200661000245334 11 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
AGRDO	:	AJK COM/ IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA
ADV	:	CAMILA DE SOUZA TOLEDO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 11 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	JUIZ CONV. CESAR SABBAG / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra r. decisão proferida pelo MM. Juízo "a quo", em mandado de segurança, que deferiu pedido liminar a fim de determinar à autoridade impetrada a expedição de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, nos termos do disposto no artigo 206, do CTN.
Conforme consta no Sistema Processual Informatizado desta Corte, foi proferida sentença nos autos principais.
Pelo exposto, julgo prejudicado o presente Agravo de Instrumento, nos termos do artigo 33, XII, do Regimento Interno desta Corte.
Observadas as formalidades legais, encaminhem-se os autos à Vara de origem.
Int.
São Paulo, 29 de março de 2007 .

ROBERTO HADDAD
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.120083-5 AG 287706
ORIG.	:	200661020124883 6 Vr RIBEIRAO PRETO/SP
AGRTE	:	CIA DE BEBIDAS IPIRANGA
ADV	:	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 6 VARA DE RIBEIRAO PRETO SP
RELATOR	:	JUIZ CONV. CESAR SABBAG / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra r. decisão proferida pelo MM. Juízo "a quo", em mandado de segurança, que deferiu a liminar pleiteada que objetivava a suspensão da exigibilidade do crédito tributário referente ao PIS e à COFINS cobrados sobre os valores faturados e não recebidos, bem como a compensação dos valorers recolhidos nos últimos dez anos.
Conforme consta no Sistema Processual Informatizado desta Corte, foi proferida sentença nos autos principais.
Pelo exposto, julgo prejudicado o presente Agravo de Instrumento, nos termos do artigo 33, XII, do Regimento Interno desta Corte.
Observadas as formalidades legais, encaminhem-se os autos à Vara de origem.
Int.
São Paulo, 29 de março de 2007.
ROBERTO HADDAD
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.124079-1 AG 288355
ORIG.	:	200661100121266 2 Vr SOROCABA/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
AGRDO	:	SCHINCARIOL EMPRESA DE MINERACAO LTDA
ADV	:	JOSELENE TOLEDANO ALMAGRO POLISZEZUK
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE SOROCABA >10ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. ROBERTO HADDAD / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra r. decisão proferida pelo MM. Juízo "a quo", em mandado de segurança, que deferiu pedido liminar a fim de determinar à autoridade impetrada a expedição de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, nos termos do disposto no atigo 206, do CTN.
Conforme consta no Sistema Processual Informatizado desta Corte, foi proferida sentença nos autos principais.
Pelo exposto, julgo prejudicado o presente Agravo de Instrumento, nos termos do artigo 33, XII, do Regimento Interno desta Corte.
Observadas as formalidades legais, encaminhem-se os autos à Vara de origem.
Int.
São Paulo, 29 de março de 2007 .
ROBERTO HADDAD
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.124325-1 AG 288571
ORIG.	:	9511048155 2 Vr PIRACICABA/SP
AGRTE	:	MAURO TREVELIN e outros
ADV	:	FERNANDO CAMOSSI
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
PARTE R	:	TREVILIN IND/ METALURGICA E MECANICA LTDA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE PIRACICABA SP
RELATOR	:	DES.FED. SALETTE NASCIMENTO / QUARTA TURMA

Vistos,
Trata-se de agravo de instrumento interposto por MAURO TREVELIN e outros, em face de decisão que rejeitou exceção de pré-executividade, por não ter ocorrido a prescrição, e, mais, não admitiu o pedido de exclusão do sócio do pólo passivo.
Sustenta, em síntese a agravante, em suas razões, a prescrição intercorrente, e ainda, a inocorrência de atuação com excesso de poder, ou por infração à lei, contrato social ou estatuto, além da necessidade de condenação em honorários advocatícios.
Pugna, assim, pela concessão do efeito suspensivo ativo ao recurso.
Decido.
Neste primeiro e provisório exame inerente ao momento processual, não vislumbro a presença dos requisitos previstos no artigo 558 do CPC, para a concessão do efeito suspensivo.
A exceção de pré-executividade, medida excepcional, é cabível para tratar de matérias que não dependam de dilação probatória e possam ser conhecidas de ofício pelo juiz.
A propósito:
"TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. ADMISSÃO. ART. 16, § 3º DA LEI Nº 6.830/80. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. DISSÍDIO NOTÓRIO.
(...)
3. As matérias passíveis de serem alegadas em exceção de pré-executividade não são somente as de ordem pública, mas também os fatos modificativos ou extintivos do direito do exeqüente, desde que comprovados de plano, sem necessidade de dilação probatória.
4. É possível argüir-se a prescrição por meio de exceção de pré-executividade, sempre que demonstrada por prova documental inequívoca constante dos autos ou apresentada juntamente com a petição.
5. A Corte Especial, no julgamento dos Embargos de Divergência no Recurso Especial n.º 388.000/RS (acórdão ainda não publicado), por maioria, concluiu ser possível alegar-se prescrição por meio de exceção de pré-executividade.
6. Recurso especial conhecido em parte e provido."
(STJ - RESP - 740025 - Processo: 200500561105/RJ - SEGUNDA TURMA - Rel. Min. CASTRO MEIRA - j. 12/05/2005 - p. 20/06/2005)
Porém, não há, nos autos, comprovação de eventual desídia por parte da União.
Em relação à discussão em torno de ilegitimidade de sócio, a sua admissibilidade em exceção de pré-executividade não é possível, visto não envolver questão de ordem pública.
Nesse sentido:
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. DISCUSSÃO ACERCA DA ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DOS SÓCIOS. DESCABIMENTO.
I - A exceção de pré-executividade pode ser argüida em relação às questões relativas aos pressupostos processuais, condições da ação e vícios objetivos do título, referentes a certeza, liquidez e exigibilidade, desde que não demandem dilação probatória.
II - Descabe o uso da exceção de pré-executividade com o objetivo de se discutir a legitimidade passiva do sócio-gerente de sociedade limitada em execução fiscal, devendo a matéria ser apreciada por meio de embargos do devedor.
III - Agravo regimental improvido."
(STJ - AGRESP 588045 - Processo: 200301624231/RJ - PRIMEIRA TURMA - Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO - j. 17/02/2004 - p. 28/04/2004)
No caso presente, não tendo sido extinta a execução, a exceção de pré-executividade apresentou caráter meramente incidental, não cabendo a condenação em honorários.
Trago à colação, a propósito:
PROCESSO CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE REJEITADA - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - ADMISSIBILIDADE DO ESPECIAL - EFEITO INFRINGENTE.
1. Admissível o recurso especial da Fazenda do Estado de São Paulo porque implicitamente prequestionada a tese em torno do art. 16 da Lei 6.830/80.
2. Quanto à desnecessidade de dilação probatória, assumem os embargos dos excipientes feição nitidamente infringente.
3. Inexiste omissão em torno dos honorários advocatícios pois, com o prosseguimento da execução, a verba será fixada ao final.
4. Embargos de declaração de ambas as partes rejeitados.
(STJ - EDRESP - 636112- Processo: 200400274861/SP - SEGUNDA TURMA - Rel. Min. ELIANA CALMON - j. 05/04/2005 - p. 16/05/2005)
Ante todo o exposto, indefiro a concessão de efeito suspensivo ao recurso.
Publique-se. Intimem-se, inclusive a agravada para contra-minutar.
São Paulo, 27 de março de 2007.
SILVIO GEMAQUE
Juiz Federal Convocado Relator

PROC.	:	2006.03.00.124326-3 AG 288572
ORIG.	:	9511055615 2 Vr PIRACICABA/SP
AGRTE	:	MAURO TREVELIN e outros
ADV	:	FERNANDO CAMOSSI
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
PARTE R	:	TREVILIN IND/ METALURGICA E MECANICA LTDA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE PIRACICABA SP
RELATOR	:	DES.FED. SALETTE NASCIMENTO / QUARTA TURMA

Vistos,
Trata-se de agravo de instrumento interposto por MAURO TREVELIN e outros, em face de decisão que rejeitou exceção de pré-executividade, por não ter ocorrido a prescrição, e, mais, não admitiu o pedido de exclusão do sócio do pólo passivo.
Sustenta, em síntese a agravante, em suas razões, a prescrição intercorrente, e ainda, a inocorrência de atuação com excesso de poder, ou por infração à lei, contrato social ou estatuto, além da necessidade de condenação em honorários advocatícios.
Pugna, assim, pela concessão do efeito suspensivo ativo ao recurso.
Decido.
Neste primeiro e provisório exame inerente ao momento processual, não vislumbro a presença dos requisitos previstos no artigo 558 do CPC, para a concessão do efeito suspensivo.
A exceção de pré-executividade, medida excepcional, é cabível para tratar de matérias que não dependam de dilação probatória e possam ser conhecidas de ofício pelo juiz.
A propósito:
"TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. ADMISSÃO. ART. 16, § 3º DA LEI Nº 6.830/80. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. DISSÍDIO NOTÓRIO.
(...)
3. As matérias passíveis de serem alegadas em exceção de pré-executividade não são somente as de ordem pública, mas também os fatos modificativos ou extintivos do direito do exeqüente, desde que comprovados de plano, sem necessidade de dilação probatória.
4. É possível argüir-se a prescrição por meio de exceção de pré-executividade, sempre que demonstrada por prova documental inequívoca constante dos autos ou apresentada juntamente com a petição.
5. A Corte Especial, no julgamento dos Embargos de Divergência no Recurso Especial n.º 388.000/RS (acórdão ainda não publicado), por maioria, concluiu ser possível alegar-se prescrição por meio de exceção de pré-executividade.
6. Recurso especial conhecido em parte e provido."
(STJ - RESP - 740025 - Processo: 200500561105/RJ - SEGUNDA TURMA - Rel. Min. CASTRO MEIRA - j. 12/05/2005 - p. 20/06/2005)
Porém, não há, nos autos, comprovação de eventual desídia por parte da União.
Em relação à discussão em torno de ilegitimidade de sócio, a sua admissibilidade em exceção de pré-executividade não é possível, visto não envolver questão de ordem pública.
Nesse sentido:
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. DISCUSSÃO ACERCA DA ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DOS SÓCIOS. DESCABIMENTO.
I - A exceção de pré-executividade pode ser argüida em relação às questões relativas aos pressupostos processuais, condições da ação e vícios objetivos do título, referentes a certeza, liquidez e exigibilidade, desde que não demandem dilação probatória.
II - Descabe o uso da exceção de pré-executividade com o objetivo de se discutir a legitimidade passiva do sócio-gerente de sociedade limitada em execução fiscal, devendo a matéria ser apreciada por meio de embargos do devedor.
III - Agravo regimental improvido."
(STJ - AGRESP 588045 - Processo: 200301624231/RJ - PRIMEIRA TURMA - Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO - j. 17/02/2004 - p. 28/04/2004)
No caso presente, não tendo sido extinta a execução, a exceção de pré-executividade apresentou caráter meramente incidental, não cabendo a condenação em honorários.
Trago à colação, a propósito:
PROCESSO CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE REJEITADA - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - ADMISSIBILIDADE DO ESPECIAL - EFEITO INFRINGENTE.
1. Admissível o recurso especial da Fazenda do Estado de São Paulo porque implicitamente prequestionada a tese em torno do art. 16 da Lei 6.830/80.
2. Quanto à desnecessidade de dilação probatória, assumem os embargos dos excipientes feição nitidamente infringente.
3. Inexiste omissão em torno dos honorários advocatícios pois, com o prosseguimento da execução, a verba será fixada ao final.
4. Embargos de declaração de ambas as partes rejeitados.
(STJ - EDRESP - 636112- Processo: 200400274861/SP - SEGUNDA TURMA - Rel. Min. ELIANA CALMON - j. 05/04/2005 - p. 16/05/2005)
Ante todo o exposto, indefiro a concessão de efeito suspensivo ao recurso.
Publique-se. Intimem-se, inclusive a agravada para contra-minutar.
São Paulo, 27 de março de 2007.
SILVIO GEMAQUE
Juiz Federal Convocado Relator

PROC.	:	2006.03.00.124327-5 AG 288573
ORIG.	:	199961090061806 2 Vr PIRACICABA/SP
AGRTE	:	MAURO TREVELIN e outros
ADV	:	FERNANDO CAMOSSI
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
PARTE R	:	TREVILIN IND/ METALURGICA E MECANICA LTDA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE PIRACICABA SP
RELATOR	:	DES.FED. SALETTE NASCIMENTO / QUARTA TURMA

Vistos,
Trata-se de agravo de instrumento interposto por MAURO TREVELIN e outros, em face de decisão que rejeitou exceção de pré-executividade, por não ter ocorrido a prescrição, e, mais, não admitiu o pedido de exclusão do sócio do pólo passivo.

Sustenta, em síntese a agravante, em suas razões, a prescrição intercorrente, e ainda, a inocorrência de atuação com excesso de poder, ou por infração à lei, contrato social ou estatuto, além da necessidade de condenação em honorários advocatícios.
Pugna, assim, pela concessão do efeito suspensivo ativo ao recurso.
Decido.
Neste primeiro e provisório exame inerente ao momento processual, não vislumbro a presença dos requisitos previstos no artigo 558 do CPC, para a concessão do efeito suspensivo.
A exceção de pré-executividade, medida excepcional, é cabível para tratar de matérias que não dependam de dilação probatória e possam ser conhecidas de ofício pelo juiz.
A propósito:
"TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. ADMISSÃO. ART. 16, § 3º DA LEI Nº 6.830/80. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. DISSÍDIO NOTÓRIO.
(...)
3. As matérias passíveis de serem alegadas em exceção de pré-executividade não são somente as de ordem pública, mas também os fatos modificativos ou extintivos do direito do exeqüente, desde que comprovados de plano, sem necessidade de dilação probatória.
4. É possível argüir-se a prescrição por meio de exceção de pré-executividade, sempre que demonstrada por prova documental inequívoca constante dos autos ou apresentada juntamente com a petição.
5. A Corte Especial, no julgamento dos Embargos de Divergência no Recurso Especial n.º 388.000/RS (acórdão ainda não publicado), por maioria, concluiu ser possível alegar-se prescrição por meio de exceção de pré-executividade.
6. Recurso especial conhecido em parte e provido."
(STJ - RESP - 740025 - Processo: 200500561105/RJ - SEGUNDA TURMA - Rel. Min. CASTRO MEIRA - j. 12/05/2005 - p. 20/06/2005)
Porém, não há, nos autos, comprovação de eventual desídia por parte da União.
Em relação à discussão em torno de ilegitimidade de sócio, a sua admissibilidade em exceção de pré-executividade não é possível, visto não envolver questão de ordem pública.
Nesse sentido:
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. DISCUSSÃO ACERCA DA ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DOS SÓCIOS. DESCABIMENTO.
I - A exceção de pré-executividade pode ser argüida em relação às questões relativas aos pressupostos processuais, condições da ação e vícios objetivos do título, referentes a certeza, liquidez e exigibilidade, desde que não demandem dilação probatória.
II - Descabe o uso da exceção de pré-executividade com o objetivo de se discutir a legitimidade passiva do sócio-gerente de sociedade limitada em execução fiscal, devendo a matéria ser apreciada por meio de embargos do devedor.
III - Agravo regimental improvido."
(STJ - AGRESP 588045 - Processo: 200301624231/RJ - PRIMEIRA TURMA - Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO - j. 17/02/2004 - p. 28/04/2004)

No caso presente, não tendo sido extinta a execução, a exceção de pré-executividade apresentou caráter meramente incidental, não cabendo a condenação em honorários.
Trago à colação, a propósito:
PROCESSO CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE REJEITADA - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - ADMISSIBILIDADE DO ESPECIAL - EFEITO INFRINGENTE.
1. Admissível o recurso especial da Fazenda do Estado de São Paulo porque implicitamente prequestionada a tese em torno do art. 16 da Lei 6.830/80.
2. Quanto à desnecessidade de dilação probatória, assumem os embargos dos excipientes feição nitidamente infringente.
3. Inexiste omissão em torno dos honorários advocatícios pois, com o prosseguimento da execução, a verba será fixada ao final.
4. Embargos de declaração de ambas as partes rejeitados.
(STJ - EDRESP - 636112- Processo: 200400274861/SP - SEGUNDA TURMA - Rel. Min. ELIANA CALMON - j. 05/04/2005 - p. 16/05/2005)
Ante todo o exposto, indefiro a concessão de efeito suspensivo ao recurso.
Publique-se. Intimem-se, inclusive a agravada para contra-minutar.
São Paulo, 27 de março de 2007.

SILVIO GEMAQUE
Juiz Federal Convocado Relator

PROC.	:	2006.03.00.124328-7 AG 288574
ORIG.	:	9511057456 2 Vr PIRACICABA/SP
AGRTE	:	MAURO TREVELIN e outros
ADV	:	FERNANDO CAMOSSI
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
PARTE R	:	TREVILIN IND/ METALURGICA E MECANICA LTDA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE PIRACICABA SP
RELATOR	:	DES.FED. SALETTE NASCIMENTO / QUARTA TURMA

Vistos,
Trata-se de agravo de instrumento interposto por MAURO TREVELIN e outros, em face de decisão que rejeitou exceção de pré-executividade, por não ter ocorrido a prescrição, e, mais, não admitiu o pedido de exclusão do sócio do pólo passivo.
Sustenta, em síntese a agravante, em suas razões, a prescrição intercorrente, e ainda, a inocorrência de atuação com excesso de poder, ou por infração à lei, contrato social ou estatuto, além da necessidade de condenação em honorários advocatícios.
Pugna, assim, pela concessão do efeito suspensivo ativo ao recurso.
Decido.
Neste primeiro e provisório exame inerente ao momento processual, não vislumbro a presença dos requisitos previstos no artigo 558 do CPC, para a concessão do efeito suspensivo.
A exceção de pré-executividade, medida excepcional, é cabível para tratar de matérias que não dependam de dilação probatória e possam ser conhecidas de ofício pelo juiz.
A propósito:
"TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. ADMISSÃO. ART. 16, § 3º DA LEI Nº 6.830/80. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. DISSÍDIO NOTÓRIO.
(...)
3. As matérias passíveis de serem alegadas em exceção de pré-executividade não são somente as de ordem pública, mas também os fatos modificativos ou extintivos do direito do exeqüente, desde que comprovados de plano, sem necessidade de dilação probatória.
4. É possível argüir-se a prescrição por meio de exceção de pré-executividade, sempre que demonstrada por prova documental inequívoca constante dos autos ou apresentada juntamente com a petição.
5. A Corte Especial, no julgamento dos Embargos de Divergência no Recurso Especial n.º 388.000/RS (acórdão ainda não publicado), por maioria, concluiu ser possível alegar-se prescrição por meio de exceção de pré-executividade.
6. Recurso especial conhecido em parte e provido."
(STJ - RESP - 740025 - Processo: 200500561105/RJ - SEGUNDA TURMA - Rel. Min. CASTRO MEIRA - j. 12/05/2005 - p. 20/06/2005)
Porém, não há, nos autos, comprovação de eventual desídia por parte da União.
Em relação à discussão em torno de ilegitimidade de sócio, a sua admissibilidade em exceção de pré-executividade não é possível, visto não envolver questão de ordem pública.
Nesse sentido:
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. DISCUSSÃO ACERCA DA ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DOS SÓCIOS. DESCABIMENTO.
I - A exceção de pré-executividade pode ser argüida em relação às questões relativas aos pressupostos processuais, condições da ação e vícios objetivos do título, referentes a certeza, liquidez e exigibilidade, desde que não demandem dilação probatória.
II - Descabe o uso da exceção de pré-executividade com o objetivo de se discutir a legitimidade passiva do sócio-gerente de sociedade limitada em execução fiscal, devendo a matéria ser apreciada por meio de embargos do devedor.
III - Agravo regimental improvido."
(STJ - AGRESP 588045 - Processo: 200301624231/RJ - PRIMEIRA TURMA - Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO - j. 17/02/2004 - p. 28/04/2004)
No caso presente, não tendo sido extinta a execução, a exceção de pré-executividade apresentou caráter meramente incidental, não cabendo a condenação em honorários.
Trago à colação, a propósito:
PROCESSO CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE REJEITADA - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - ADMISSIBILIDADE DO ESPECIAL - EFEITO INFRINGENTE.
1. Admissível o recurso especial da Fazenda do Estado de São Paulo porque implicitamente prequestionada a tese em torno do art. 16 da Lei 6.830/80.
2. Quanto à desnecessidade de dilação probatória, assumem os embargos dos excipientes feição nitidamente infringente.
3. Inexiste omissão em torno dos honorários advocatícios pois, com o prosseguimento da execução, a verba será fixada ao final.
4. Embargos de declaração de ambas as partes rejeitados.
(STJ - EDRESP - 636112- Processo: 200400274861/SP - SEGUNDA TURMA - Rel. Min. ELIANA CALMON - j. 05/04/2005 - p. 16/05/2005)
Ante todo o exposto, indefiro a concessão de efeito suspensivo ao recurso.
Publique-se. Intimem-se, inclusive a agravada para contra-minutar.
São Paulo, 27 de março de 2007.

SILVIO GEMAQUE
Juiz Federal Convocado Relator

PROC.	:	2006.03.00.124329-9 AG 288575
ORIG.	:	9511048104 2 Vr PIRACICABA/SP
AGRTE	:	MAURO TREVELIN e outros
ADV	:	FERNANDO CAMOSSI
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE PIRACICABA SP
RELATOR	:	DES.FED. SALETTE NASCIMENTO / QUARTA TURMA

Vistos,
Trata-se de agravo de instrumento interposto por MAURO TREVELIN e outros, em face de decisão que rejeitou exceção de pré-executividade, por não ter ocorrido a prescrição, e, mais, não admitiu o pedido de exclusão do sócio do pólo passivo.
Sustenta, em síntese a agravante, em suas razões, a prescrição intercorrente, e ainda, a inocorrência de atuação com excesso de poder, ou por infração à lei, contrato social ou estatuto, além da necessidade de condenação em honorários advocatícios.
Pugna, assim, pela concessão do efeito suspensivo ativo ao recurso.
Decido.
Neste primeiro e provisório exame inerente ao momento processual, não vislumbro a presença dos requisitos previstos no artigo 558 do CPC, para a concessão do efeito suspensivo.
A exceção de pré-executividade, medida excepcional, é cabível para tratar de matérias que não dependam de dilação probatória e possam ser conhecidas de ofício pelo juiz.
A propósito:
"TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. ADMISSÃO. ART. 16, § 3º DA LEI Nº 6.830/80. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. DISSÍDIO NOTÓRIO.
(...)
3. As matérias passíveis de serem alegadas em exceção de pré-executividade não são somente as de ordem pública, mas também os fatos modificativos ou extintivos do direito do exeqüente, desde que comprovados de plano, sem necessidade de dilação probatória.
4. É possível argüir-se a prescrição por meio de exceção de pré-executividade, sempre que demonstrada por prova documental inequívoca constante dos autos ou apresentada juntamente com a petição.
5. A Corte Especial, no julgamento dos Embargos de Divergência no Recurso Especial n.º 388.000/RS (acórdão ainda não publicado), por maioria, concluiu ser possível alegar-se prescrição por meio de exceção de pré-executividade.
6. Recurso especial conhecido em parte e provido."
(STJ - RESP - 740025 - Processo: 200500561105/RJ - SEGUNDA TURMA - Rel. Min. CASTRO MEIRA - j. 12/05/2005 - p. 20/06/2005)
Porém, não há, nos autos, comprovação de eventual desídia por parte da União.
Em relação à discussão em torno de ilegitimidade de sócio, a sua admissibilidade em exceção de pré-executividade não é possível, visto não envolver questão de ordem pública.
Nesse sentido:
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. DISCUSSÃO ACERCA DA ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DOS SÓCIOS. DESCABIMENTO.
I - A exceção de pré-executividade pode ser argüida em relação às questões relativas aos pressupostos processuais, condições da ação e vícios objetivos do título, referentes a certeza, liquidez e exigibilidade, desde que não demandem dilação probatória.
II - Descabe o uso da exceção de pré-executividade com o objetivo de se discutir a legitimidade passiva do sócio-gerente de sociedade limitada em execução fiscal, devendo a matéria ser apreciada por meio de embargos do devedor.
III - Agravo regimental improvido."
(STJ - AGRESP 588045 - Processo: 200301624231/RJ - PRIMEIRA TURMA - Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO - j. 17/02/2004 - p. 28/04/2004)
No caso presente, não tendo sido extinta a execução, a exceção de pré-executividade apresentou caráter meramente incidental, não cabendo a condenação em honorários.
Trago à colação, a propósito:
PROCESSO CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE REJEITADA - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - ADMISSIBILIDADE DO ESPECIAL - EFEITO INFRINGENTE.
1. Admissível o recurso especial da Fazenda do Estado de São Paulo porque implicitamente prequestionada a tese em torno do art. 16 da Lei 6.830/80.
2. Quanto à desnecessidade de dilação probatória, assumem os embargos dos excipientes feição nitidamente infringente.
3. Inexiste omissão em torno dos honorários advocatícios pois, com o prosseguimento da execução, a verba será fixada ao final.
4. Embargos de declaração de ambas as partes rejeitados.
(STJ - EDRESP - 636112- Processo: 200400274861/SP - SEGUNDA TURMA - Rel. Min. ELIANA CALMON - j. 05/04/2005 - p. 16/05/2005)
Ante todo o exposto, indefiro a concessão de efeito suspensivo ao recurso.
Publique-se. Intimem-se, inclusive a agravada para contra-minutar.
São Paulo, 27 de março de 2007.

SILVIO GEMAQUE
Juiz Federal Convocado Relator

PROC.	:	2007.03.00.000561-0 AG 288840
ORIG.	:	200461820446379 4F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
AGRDO	:	PRICEWATERHOUSECOOPERS TRANSACTION SUPPORT LTDA
ADV	:	MARCELO DE CAMPOS BICUDO

ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES.FED. ROBERTO HADDAD / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto contra a r. decisão proferida pelo MM. Juízo a quo, em execução fiscal, que suspendeu a exigibilidade dos créditos tributários constantes da execução, bem como determinou a expedição de certidão positiva com efeitos de negativa, nos termos do art. 206, do CTN, propiciando à exeqüente nova vista dos autos.
Inconformada com a decisão, a agravante interpõe o presente recurso, inclusive para valer-se da possibilidade de suspensão da decisão agravada, à luz da atual disciplina traçada nos artigos 558 e 527, inciso III, do Código de Processo Civil, aduzindo, em síntese, que ante a necessidade de dilação probatória afigura-se inadequada a exceção de pré-executividade oposta, bem como a necessidade de análise pela Secretaria da Receita Federal dos comprovantes de pagamento, não havendo previsão legal para a suspensão da exigibilidade dos créditos tributários.
Feito um breve relatório, decido:
Nos termos do artigo 558, do CPC, para a suspensão do cumprimento da decisão agravada, tal como autoriza o artigo 527, inciso III, do mesmo diploma legal, é necessário que, sendo relevante a fundamentação da agravante, haja evidências de que tal decisão esteja a resultar em lesão grave e de difícil reparação.
Neste juízo de cognição sumária, não verifico plausibilidade de direito nas alegações da agravante a justificar a suspensão da decisão agravada.
Conforme se depreende dos autos, a executada interpôs exceção de pre-executividade, em 26.04.2005, alegando que os débitos em cobrança encontram-se com a exigibilidade suspensa, em decorrência da realização dos depósitos judiciais de fls. 186/188, bem como pelos pagamentos efetuados nas guias DARFs de fls. 200/205.
Instada a se manifestar, a União protocolizou a manifestação de fls. 207, em 21.01.2006, na qual cingiu-se a requerer a concessão de prazo de 120 dias para proceder à suspensão da exigibilidade do crédito tributário e, após decorridos mais de 10 meses, ante o novo requerimento da executada de extinção do feito, bem como de expedição de certidão positiva com efeitos de negativa, foi proferida a r. decisão agravada.
Observo, inicialmente, que a somatória dos depósitos judiciais e das guias de recolhimento perfazem o total do débito exeqüendo, restando, ao menos evidenciadas as alegações de suspensão da exigibilidade.
A prejudicialidade imposta ao contribuinte, pela habitual morosidade da autoridade fazendária em analisar os processos administrativos é inegável, sendo certo que o prosseguimento do feito executivo afigura-se, à primeira vista, abusivo, uma vez que a presunção de certeza, liquidez e exigibilidade do título executivo apresenta-se duvidosa, diante da insegurança da própria exeqüente em dar andamento à execução promovida.
Ademais, considero que o prazo transcorrido é suficiente para a Fazenda aferir e se manifestar sobre a real situação do débito em cobrança.
Desta forma, o processo executivo foi apenas suspenso, e não extinto, como deveria ter sido, em face do não cumprimento pela Fazenda Nacional da determinação judicial.
Assim sendo, ausentes os requisitos do art. 558, do CPC, nego o efeito suspensivo pleiteado.
Requisitem-se as informações.
Intime-se a agravada, nos termos do art. 527, V, do CPC.
Int.
São Paulo, 15 de março de 2007.

ROBERTO HADDAD
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.000736-9 AG 288982
ORIG.	:	2006.61.00.023207-8 1ª Vr SÃO PAULO/SP
AGRTE	:	MADASA DO BRASIL LTDA.
ADV	:	ALEXANDRE SANTOS DE CARVALHO
AGRDO	:	União Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
ORIGEM	:	JUÍZO FEDERAL DA 1ª VARA DE SÃO PAULO>1ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES. FED. ROBERTO HADDAD / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto contra r. decisão proferida pelo MM. Juízo "a quo", em mandado de segurança, que indeferiu pedido liminar a fim de determinar a suspensão da exigibilidade do crédito tributário oriundo de autuações lavradas pela Delegacia da Receita Federal em São Paulo, em virtude de Revisão Aduaneira que detectou Divergência de Classificação de Mercadoria importada pela impetrante.
Inconformada com a decisão, a agravante interpõe o presente recurso, inclusive para se valer da possibilidade de deferimento da antecipação dos efeitos da tutela recursal, à luz da atual disciplina traçada nos artigos 558 e 527, III, do Código de Processo Civil.
A Agravante sustenta, em síntese, a impossibilidade de revisão da classificação aduaneira por posterior mudança de critério interpretativo do fisco, conforme assentado pela súmula 227 do extinto TFR, a ilegalidade da revisão aduaneira por erro de direito na classificação do produto e a existência de precedentes judiciais em casos similares.
Feito um breve relatório, decido:
Nos termos do artigo 558 do CPC, para deferimento da tutela pleiteada, tal como autoriza o artigo 527, inciso III, do mesmo diploma legal, é necessário que, sendo relevante a fundamentação da agravante, haja evidências de que tal decisão esteja a resultar em lesão grave e de difícil reparação.
Conforme consta, a impetrante, ora agravante, promoveu entre os anos de 1997 e 1999 a importação e o respectivo desembaraço do produto conhecido como "Red Bull Energy Drink", que na época, por não existir classificação própria foi devidamente descrito e classificado na posição NCM 21.06.9090 - referente a "preparações alimentícias não especificadas nem compreendidas em outras posições", sujeita à alíquota de Imposto de Importação de 19% e IPI de 0%.
Todavia, em 30/04/2001, a Receita Federal editou o Ato Declaratório Interpretativo SRF nº 1, estipulando que as chamadas bebidas energéticas deveriam ser classificadas no código 2202.90.00 da NCM - "compostos líquidos prontos para consumo", sujeitas às alíquotas de 20% e 23% de Imposto de Importação e IPI de 40%.
Assim, visando o recebimento dos valores relativos às diferenças de alíquotas decorrentes da reclassificação fiscal, foi lavrado o questionado auto de infração formalizando o crédito tributário relativo aos impostos, acrescido de juros e multa de mora.
Primeiramente, com relação à atividade do lançamento, devemos ressaltar a distinção entre a lei material, que descreve o fato típico tributário, das outras leis que apenas tratam do modo como é realizado tal lançamento.
Acerca do tema, importa notar o que dispõe os arts. 144 e 146 do CTN:
"Art. 144. O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.
§ 1º Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros."
"Art. 146. A modificação introduzida, de ofício ou em conseqüência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quando a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução."
Constata-se que o caput do artigo 146, traz a regra implícita da irretroatividade da nova interpretação decorrente da modificação dos critérios que dizem respeito ao direito material que se funda o objeto do lançamento.
Estes não se confundem com os novos critérios de apuração a que se refere o § 1º do artigo 144, que são de natureza processual posto que dizem respeito ao modo pelo qual é realizada a atividade do lançamento, na medida em que permite que a autoridade administrativa, percebendo alguma incorreção dos critérios utilizados na constituição do crédito tributário, altere seus procedimentos e passe a interpretar o fato tributário de forma diferente, acarretando modificações qualitativas e quantitativas do crédito tributário.
Verifica-se assim que tais modificações não decorrem da alteração da norma tributária, mas da simples mudança do entendimento que se deu a essa norma.
No entanto, se o crédito tributário já estiver constituído segundo os critérios anteriormente adotados, ter-se-á uma situação jurídica consolidada, cuja estabilidade deve ser preservada e isso impede a aplicação retroativa do novo entendimento.
Pois bem, sabendo-se então que os critérios jurídicos adotados no exercício do lançamento são aqueles que permitem determinar a ocorrência do fato gerador e mensurar a obrigação principal dele decorrente, não há como deixar de reconhecer que o Ato Declaratório Interpretativo SRF nº 01/2001 introduziu verdadeira alteração no critério jurídico anteriormente adotado para a classificação aduaneira do produto.
Como bem salientado pela agravante, a ilegalidade da revisão aduaneira por mudança de critérios de classificação do fisco é ponto pacífico na doutrina e na jurisprudência, sendo, inclusive objeto da Súmula 227 do antigo TFR:
Súmula 227: "A mudança de critério jurídico adotado pelo fisco não autoriza a revisão de lançamento".
Neste mesmo sentido, a jurisprudência:
"TRIBUTÁRIO. IPI. REVISÃO DE OFÍCIO DE CLASSIFICAÇÃO TARIFÁRIA. PRAZO DECADENCIAL DO CTN. ERRO DE DIREITO. IMPOSSIBILIDADE.
1. O prazo decadencial de revisão aduaneira é de cinco anos contados da data de registro da Declaração de Importação, a teor do disposto no art. 54 do Decreto-Lei nº 37/66 e item 5.3 da Instrução Normativa nº 40/74, que se conforma ao art. 173 do Código Tributário Nacional.
2. Determinada classificação tarifária, sem qualquer impugnação pelos agentes fiscais, é de admitir-se a conformidade do enquadramento efetivado pelo importador e constante da declaração de importação, admitindo-se eventual revisão do lançamento somente na hipótese de ocorrência de erro de fato em relação à mercadoria, o que não ocorreu na hipótese ventilada nos autos (Súmula 227 do extinto TFR).
3. Precedentes do Colendo STJ.
4. Apelação e remessa oficial improvidos."
(TRF - Terceira Região - AMS - Apelação em Mandado de Segurança - Processo: 95.03.074662-0 / SP - Terceira Turma - Rel. Juiz Roberto Jeuken - DJU: 17/01/2007 - página: 578).
Por esses fundamentos, presentes os requisitos do artigo 558 do CPC, concedo a antecipação dos efeitos da tutela recursal pleiteada, para determinar a suspensão da exigibilidade do crédito tributário decorrente das autuações lavradas pela Delegacia da Receita Federal e integram o processo administrativo nº 10314-004.211/2001-21, até que sobrevenha sentença no respectivo Mandado de Segurança que deu origem ao presente recurso.
Requisitem-se informações ao MM. Juízo a quo.
Intime-se a agravada, nos termos do inciso V do artigo 527 do CPC.
Após, remetam-se os autos ao MPF.
Intime-se.
São Paulo, 12 de março de 2007.

ROBERTO HADDAD
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.002068-4 AG 289166
ORIG.	:	9705256454 1F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	LEA KORICH
ADV	:	FRANCISCO MANOEL GOMES CURI
AGRDO	:	União Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
PARTE R	:	VELUPRESS ESTAMPARIA DE PAPEIS E TECIDOS LTDA e outros
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES.FED. ROBERTO HADDAD / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Lea Korich contra r. decisão proferida pelo MM. Juiz a quo, em execução fiscal, que rejeitou a Exceção de Pré-Executividade, mantendo a inclusão da exsócia da empresa executada, ora agravante, no pólo passivo da demanda.
Inconformada com a decisão, a agravante interpõe o presente recurso, inclusive para se valer da possibilidade de deferimento de efeito suspensivo, à luz da atual disciplina traçada nos artigos 558 e 527, III do Código de Processo Civil - CPC, aduzindo, em síntese, sua ilegitimidade passiva, vez que não pertence mais ao quadro societário da empresa, a qual prosseguiu normalmente com suas atividades sob o comando de outro sócio.
Feito um breve relatório, decido:
Nos termos do artigo 558 do CPC, para deferimento da tutela pleiteada, tal como autoriza o artigo 527, inciso III, do mesmo diploma legal, é necessário que, sendo relevante a fundamentação da agravante, haja evidências de que tal decisão esteja a resultar em lesão grave e de difícil reparação.
Neste juízo de cognição sumária, verifico plausibilidade de direito na alegação da agravante a justificar o deferimento da tutela pleiteada.
Primeiramente, cabe lembrar que às Exceções de Pré-Executividade reserva-se o julgamento de matérias aferíveis de plano e que não demandem instrução probatória, como no caso dos autos.
No mais, a remansosa jurisprudência reconhece que, apesar de ser encargo da empresa o recolhimento de tributos, a inadimplência não caracteriza a responsabilidade tributária disposta no artigo 135, III do Código Tributário Nacional - CTN.
Somente se justifica a inclusão dos sócios, gerentes e administradores da empresa executada no pólo passivo da execução fiscal, quando presentes qualquer dos requisitos previstos em lei, quais sejam, a prática de atos de gestão com excesso de poder ou infração à lei, contrato social ou estatuto.
Cabe consignar, que em uma sociedade capitalista, o risco é inerente à própria atividade comercial, industrial ou empresarial. Portanto, o sócio não pode ser responsabilizado pelo insucesso da pessoa jurídica.
Precedentes do C. STJ, os quais adoto como razão de decidir, assim reconhecem:
"TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. EXECUÇÃO FISCAL. RESPONSABILIDADE DE SÓCIO-GERENTE. LIMITES. ART. 135, III, DO CTN. PRECEDENTES.
1. Agravo Regimental interposto contra decisão que conheceu de agravo de instrumento para dar provimento ao recurso especial ofertado pela parte agravada.
2. Acórdão a quo que, em execução fiscal, determinou a inclusão dos sócios de empresa executada no pólo passivo da ação.
3. Afasta-se a tese desenvolvida de que o exame dos autos esbarraria na Súmula nº 7/STJ. Questão que é de simples aplicação da legislação pertinente e da jurisprudência seguida pela egrégia Primeira Turma deste Sodalício.
4. Os bens do sócio de uma pessoa jurídica comercial não respondem, em caráter solidário, por dívidas fiscais assumidas pela sociedade. A responsabilidade tributária imposta por sócio-gerente, administrador, diretor ou equivalente só se caracteriza quando há dissolução irregular da sociedade ou se comprova infração à lei praticada pelo dirigente.
5. Em qualquer espécie de sociedade comercial, é o patrimônio social que responde sempre e integralmente pelas dívidas sociais. Os diretores não respondem pessoalmente pelas obrigações contraídas em nome da sociedade, mas sim para com esta e para com terceiros solidária e ilimitadamente pelo excesso de mandato e pelos atos praticados com violação do estatuto ou lei (art. 158, I e II, da Lei nº 6.404/76).
6. De acordo com o nosso ordenamento jurídico-tributário, os sócios (diretores, gerentes ou representantes da pessoa jurídica) são responsáveis, por substituição, pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes da prática de ato ou fato eivado de excesso de poderes ou com infração de lei, contrato social ou estatutos, nos termos do art. 135, III, do CTN.
7. O simples inadimplemento não caracteriza infração legal. Inexistindo prova de que se tenha agido com excesso de poderes, ou infração de contrato social ou estatutos, não há falar-se em res-

ponsabilidade tributária do ex-sócio a esse título ou a título de infração legal. Inexistência de responsabilidade tributária do ex-sócio. Precedentes desta Corte Superior.
8. Precedentes citados, não obstante o respeito a eles reverenciado, que não transmitem a posição deste Relator. A convicção sobre o assunto continua a mesma e intensa.
9. Agravo regimental não provido."
(REsp nº 453.176/SP, 1a Turma, Rel. Min. José Delgado, j. 24.9.2002, DJ 21.10.2002, p. 320).
Demais: Edcl no AgRg no Ag 453.176/SP, 1a Turma, Rel. Min. José Delgado, j. 10.12.2002, DJ 24.2.2003, p. 201; REsp nº 621.900/MG, 1a Turma, Rel. Min. Francisco Falcão, j. 6.5.2004, DJ 31.5.2004, p. 246; REsp nº 793.554/RS, 2a Turma, Rel. Min. João Otávio de Noronha, j. 6.12.2005, DJ 6.3.2006, p. 364).
Também neste sentido, menciono os seguintes julgados da 4ª Turma deste Tribunal:
"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. INCLUSÃO DE SÓCIO. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA. ARTIGO 135 DO CTN. I - A personalidade jurídica da sociedade comercial é distinta da de seus sócios, recaindo, excepcionalmente, a responsabilidade pessoalmente sobre seus diretores, ante a comprovação de excesso de mandato e de prática de atos em infração à lei. II - É responsabilidade da empresa o pagamento dos tributos, devendo arcar com as conseqüências do descumprimento da obrigação tributária. O mero inadimplemento não é suficiente para configurar a responsabilidade prevista no artigo 135, III, do CTN. Precedentes do STJ. III - Remessa oficial desprovida."
(REOAC no 2002.61.06.0016630-7/SP, 4a Turma, Rel. Des. Fed. Alda Basto, j. 11.1.2006, DJU 24.5.2006, p. 381.).
E, ainda:
"EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. ALEGAÇÃO DE ILEGITIMIDADE. POSSIBILIDADE. RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL DOS SÓCIOS. ARTIGO 135, INCISOS I E III, E ARTIGO 134, INCISO VII, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. INEXISTÊNCIA DE PROVA DA PRÁTICA DE ATOS COM EXCESSO DE PODER OU INFRAÇÃO A NORMA LEGAL OU CONTRATUAL. 1. A exceção de pré-executividade tem cabimento em questões de ordem pública, passíveis de conhecimento de ofício pelo juiz, ou nas questões simples que não necessitam de complexa dilação probatória. 2. A responsabilidade patrimonial pela falta de êxito, no exercício da livre iniciativa, é da pessoa jurídica. 3. A responsabilidade patrimonial pessoal do diretor, gerente ou sócio, por débito fiscal da pessoa jurídica, é excepcional, condicionada à existência de "atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos" (art. 135, incisos I e III, e 134, VII, do Código Tributário Nacional). 4. Agravo de instrumento provido."
(AG nº 2004.03.00.062396-1/SP, 4a Turma, Rel. Des. Fed. Fábio Prieto, j. 29.6.2005, DJU 5.10.2005, p. 286).
Em suma, a gestão fraudulenta com intuito de lesar o credor tributário deve restar comprovada pelo Fisco, o mero inadimplemento não se afigura suficiente para configurar a responsabilidade prevista no artigo 135, III, do CTN, sendo certo que a r. decisão não está em sintonia com o entendimento jurisprudencial acima mencionado.
Pelo exposto, concedo o efeito suspensivo pleiteado, a teor do art. 558 do CPC, para determinar a exclusão da agravante do pólo passivo da ação e o imediato recolhimento do mandado de citação, penhora e avaliação.
Requisitem-se as informações necessárias.
Intime-se a agravada nos termos do art. 527, V, do CPC.
Int.
São Paulo, 16 de março de 2007.

ROBERTO HADDAD
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.002678-9 AG 289644
ORIG.	:	200661090073128 2 Vr PIRACICABA/SP
AGRTE	:	COMFER TUDO PARA CONSTRUCAO LTDA
ADV	:	DIMAS ALBERTO ALCANTARA
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE PIRACICABA SP
RELATOR	:	DES.FED. ROBERTO HADDAD / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra a r. decisão proferida pelo MM. Juízo a quo, em Mandado de Segurança, que indeferiu a liminar pleiteada que objetivava a exclusão do valor atinente ao ICMS da base de cálculo da COFINS e do PIS.
Conforme consta no ofício nº 307/2007, à fl. 69, foi proferida sentença nos autos principais (70/75).
Pelo exposto, julgo prejudicado o presente Agravo de Instrumento, nos termos do artigo 33, XII, do Regimento Interno desta Corte.
Observadas as formalidades legais, encaminhem-se os autos à Vara de origem.
Int.
São Paulo, 23 de março de 2007.

ROBERTO HADDAD
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.002848-8 AG 289760
ORIG.	:	0300002036 A Vr ATIBAIA/SP 0300258098 A Vr ATIBAIA/SP
AGRTE	:	FLEXBOAT CONSTRUCOES NAUTICAS LTDA
ADV	:	FELIPE SIMONETTO APOLLONIO
AGRDO	:	União Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DO SAF DE ATIBAIA SP
RELATOR	:	DES.FED. ROBERTO HADDAD / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto contra a r. decisão proferida pelo MM. Juízo a quo, em execução fiscal, que indeferiu a nomeação à penhora de debêntures emitidas pela ELETROBRÁS, por não serem as mesmas negociáveis em bolsa de valores ou no mercado de balcão, conforme exigência do artigo 11 da Lei nº 6.830/80 - LEF, bem como por serem de duvidosa liquidez, visto que há muito estão sem resgate.
Inconformada com a decisão, a agravante interpõe o presente recurso, inclusive para se valer da possibilidade de deferimento de antecipação de tutela, à luz da atual disciplina traçada nos artigos 558 e 527, III do Código de Processo Civil - CPC, aduzindo, em síntese, que mesmo que as debêntures oferecidas à penhora não possuam cotação em bolsa, são passíveis de penhora por se tratarem de títulos de crédito.
Feito um breve relatório, decido:
Nos termos do artigo 558 do CPC, para deferimento da tutela pleiteada, tal como autoriza o artigo 527, inciso III, do mesmo diploma legal, é necessário que, sendo relevante a fundamentação da agravante, haja evidências de que tal decisão esteja a resultar em lesão grave e de difícil reparação.
Neste juízo de cognição sumária, não verifico plausibilidade de direito nas alegações da agravante a justificar o deferimento da tutela pleiteada.
A jurisprudência dominante considera lícita a recusa da nomeação à penhora de título de difícil e/ou duvidosa liquidação, bem como não passíveis de negociação no mercado de valores. Assim:
"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. ART. 535 DO CPC. DEBÊNTURES DA ELETROBRÁS. NOMEAÇÃO À PENHORA.
1. A instância de origem, ainda que de modo conciso, solucionou toda a controvérsia, não caracterizando insuficiência de fundamentação a circunstância de o acórdão atacado ter solvido a lide contrariamente à pretensão da parte. Ausência de violação ao art. 535 do CPC.
2. É absolutamente razoável a recusa do credor quanto à garantia que não expressa efetivamente o valor da execução ou que seja de difícil alienação, conforme disposto no art. 15 da Lei das Execuções Fiscais. Precedentes da Corte.
3. Recurso especial provido em parte."
(REsp nº 842.128/RS, 2a Turma, Rel. Min. Castro Meira, j. 15.8.2006, DJ 25.8.2006, p. 339).
E, ainda:
"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. AÇÃO DE DECLARATÓRIA-NEGATIVA DE DÉBITO FISCAL. CONEXÃO CONFIGURADA. AFASTAMENTO DA MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. BEM OFERECIDO À PENHORA. DEBÊNTURE DA ELETROBRÁS. AUSÊNCIA DE LIQUIDEZ. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.
1. A executada interpôs agravo de instrumento ao TRF da 4ª Região pretendendo, em síntese, "...ver suspenso liminarmente o feito executivo, afastando-se condenação em litigância de má-fé face à interposição das Exceções de Pagamento e Pré-Executividade e seja aceito o bem nomeado à penhora...". O Tribunal a quo rejeitou esses pedidos e deu parcial provimento ao recurso interposto somente para afastar indenização em favor da exeqüente fixada com base no art. 18 do CPC. Nesta via especial, alega-se o seguinte: a) existência de conexão por prejudicialidade entre as ações de execução e as ações declaratória e consignatória, a teor do art. 103 do CPC; b) as debêntures emitidas pela Eletrobrás não se equiparam aos títulos das dívidas públicas, perfazendo título que confere ao portador direitos de crédito oriundos de empréstimos contraídos a longo prazo; c) o Tribunal a quo ofendeu o princípio da menor onerosidade, insculpido no art. 620 do CPC, ao não aceitar a nomeação à penhora de debêntures da Eletrobrás; d) inexistência de litigância de má-fé. Sem contra-razões. Recurso especial admitido na origem.
2. (...)
3. (...)
4. (...)
5. Em recente julgado da lavra do eminente Ministro Luiz Fux, Recurso Especial n° 608.223/RS, publicado no DJ de 25/10/2004, a 1ª Turma posicionou-se neste sentido: O valor de mercado das debêntures decorre da livre negociação entre comprador/vencedor, como simples decorrência das leis de oferta e procura, sendo desinfluente o valor de face que ostentam, por isso que não se coaduna com a expressão econômica "facilmente aferível" ou "plena liquidez", típicas dos títulos cotáveis em bolsa.
6. Recurso especial parcialmente provido para determinar o processamento conjunto das demandas cognitiva e executória na Justiça Federal de Caxias do Sul e afastar a multa por litigância de má-fé."
(EdREsp nº 701336/RS, 1a Turma, Rel. Min. José Delgado, j. 23.8.2005, DJ 19.9.2005, p. 208; E ainda: REsp nº 701.336/RS, 1a Turma, Rel. Min. José Delgado, j. 17.5.2005, DJ 13.6.2005, p. 194).
Neste sentido, cito demais precedentes deste Tribunal: AG nº 2005.03.00.094810-6/SP, 1a Turma, Rel. Des. Fed. Luiz Stefanini, j. 20.6.2006, DJU 20.7.2006, p. 181; AG nº 2005.03.00.033932-1/SP, 3a Turma, Rel. Des. Fed. Lesley Gasparini, j. 14.6.2006, DJU 12.7.2006, p. 378.
No presente caso, a agravante é proprietária de apólices emitidas pela ELETROBRÁS, as quais, segundo já decidido por esta Corte, estão prescritas há muito tempo, pois deveriam ter sido resgatadas até 31.12.1975 (AG nº 2005.03.00.011675-7/SP, 1a Turma, Rel. Des. Fed. Johonsom di Salvo, j. 29.11.2005, DJU 16.3.2006, p. 282), sendo certo que não possuem cotação em bolsa.
No caso em tela, a r. decisão agravada está em sintonia com o entendimento jurisprudencial acima mencionado.
Pelo o exposto, nego a antecipação dos efeitos da tutela recursal pleiteada.
Requisitem-se as informações necessárias.
Intime-se a agravada nos termos do art. 527, V do CPC.
Int.
São Paulo, 21 de março de 2007.

ROBERTO HADDAD
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.002996-1 AG 289799
ORIG.	:	200761000001280 21 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	JOHNSON E JOHNSON PRODUTOS PROFISSIONAIS LTDA
ADV	:	ROBERTO GRECO DE SOUZA FERREIRA
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 21 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. ROBERTO HADDAD / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Johnson e Johnson Produtos Profissionais Ltda contra a r. decisão proferida pelo MM. Juízo a quo, em mandado de segurança, que indeferiu a liminar pleiteada, a fim de que fosse determinado o prosseguimento do pedido administrativo de restituição/compensação de valores recolhidos a título de contribuição ao PIS, nos termos da Lei nº 9.718/98.
Conforme consta no e-mail acostado às fls. 171/179, foi proferida sentença nos autos principais.
Pelo exposto, julgo prejudicado o presente Agravo de Instrumento, nos termos do artigo 33, XII, do Regimento Interno desta Corte.
Observadas as formalidades legais, encaminhem-se os autos à Vara de origem.
Int.
São Paulo, 21 de março de 2007.

ROBERTO HADDAD
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.005183-8 AG 289949
ORIG.	:	200261820449359 9F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
AGRDO	:	MARCIO ALCARO FRACCAROLI
ADV	:	MARCOS ALBERTO SANT ANNA BITELLI
AGRDO	:	PARIS FILMES LTDA e outros
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 9 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES.FED. SALETTE NASCIMENTO / QUARTA TURMA

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela União em face de decisão que, em execução fiscal, deferiu a exclusão de sócio no pólo passivo.
Alega o agravante, em síntese, a ocorrência de infração à lei tributária, além da dissolução irregular da empresa.
Requer a concessão de efeito suspensivo para modificar a decisão agravada.
Aprecio.
Neste primeiro e provisório exame inerente ao momento processual, vislumbro a presença dos pressupostos necessários à concessão do efeito pleiteado, previstos no artigo 558 do CPC.
No que tange à matéria concernente à inclusão de sócios no pólo passivo da execução fiscal, entendo que a inadimplência fiscal da pessoa jurídica configura infração legal, nos termos do artigo 135, do Código Tributário Nacional, possibilitando a responsabilização pessoal de seus diretores, gerentes ou representantes (inciso III).
Assim, o não cumprimento das obrigações tributárias da empresa executada gera responsabilidade objetiva de seus sócios, em relação aos tributos que deixaram de ser recolhidos no período em que exercia a administração da sociedade.
Nesse sentido:
"DIREITO PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. APELAÇÃO. DESERÇÃO. ILEGITIMIDADE DO EXECUTADO PARA OS EMBARGOS DE TERCEIRO. PRELIMINARES REJEITADAS. MÉRITO. INADIMPLÊNCIA. INFRAÇÃO FISCAL. VIOLAÇÃO DA LEI, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL. RESPONSABILIDADE DO EMBARGANTE. ARTIGO 135, III, CTN. DISSOLUÇÃO IRREGULAR DA SOCIEDADE.

1.Os embargos à execução fiscal, que tramitaram por delegação de competência perante a Justiça Estadual, sujeitam-se ao regimental local de custas que, na forma dos precedentes do Superior Tribunal de Justiça, dispensa o preparo da apelação: preliminar de deserção rejeitada.
2.Cumpre admitir os embargos denominados de terceiro, pois, na espécie, foram opostos como defesa conjunta dos sócios, uns executados e outro não, mas este afetado na posse de um dos bens penhorados. Caso em que se observou, ademais, o prazo do artigo 16, III, da Lei nº 6.830/80, sem qualquer prejuízo para a defesa da embargada.
3.O artigo 135 do Código Tributário Nacional define a responsabilidade de alguns terceiros, dentre os quais, no inciso III, "diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado", que têm, por lei, contrato ou estatuto social, poderes para pessoalmente praticar atos sociais, inclusive o de cumprir ou mandar cumprir as obrigações tributárias da pessoa jurídica.
4.A "responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável" (artigo 136, CTN), e a inadimplência fiscal configura infração, legalmente qualificada, geradora de responsabilidade fiscal, tanto para o contribuinte, como para o próprio terceiro, pessoalmente, desde que, no exercício da administração social, deixe de recolher o tributo, vinculando, assim, sua conduta à prática de ato com excesso de poder ou infração da lei, contrato ou estatuto da empresa, e estabelecendo, por ação ou omissão, a relação de causalidade juridicamente relevante.
5.Caso em que, além do mais, restou fundada a inclusão do sócio-gerente, ora apelante, no fato da dissolução irregular da sociedade, suficiente para, em si, determinar a sua responsabilidade tributária, nos termos do artigo 135, III, do CTN.
6.Precedentes."
(TRF - 3ª Região, AC n. 2001.03.99.027654-7, Relator Desembargador Federal Carlos Muta, j. 24/11/2004, v.u., DJ 12/1/2005, grifos meus)
No presente caso, pretende a União a inclusão de pessoa física que ocupava o cargo de gerente delegado, em período posterior à ocorrência do fato gerador, conforme demonstram as fichas cadastrais na JUCESP (fls. 51/54).
Ante todo o exposto, defiro o efeito suspensivo pleiteado.
Publique-se. Intimem-se, inclusive a agravada para contraminutar.
São Paulo, 26 de março de 2007.
SILVIO GEMAQUE
Juiz Federal Convocado Relator

PROC.	:	2007.03.00.005350-1 AG 289970
ORIG.	:	9107109792 6 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	PROPACK IND/ E COM/ DE PLASTICOS LTDA
ADV	:	RICARDO PIRAGINI
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 6 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. ROBERTO HADDAD / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por Propack Indústria e Comércio de Plásticos Ltda contra a r. decisão proferida pelo MM. Juízo a quo, em medida cautelar inominada e preparatória, que determinou fosse depositado o valor levantado a maior para posterior conversão em renda da União Federal, nos termos requeridos pela Caixa Econômica Federal.
Inconformada com a decisão, a agravante interpõe o presente recurso, inclusive para se valer da possibilidade de deferimento de efeito suspensivo, à luz da atual disciplina traçada nos artigos 558 e 527, III do Código de Processo Civil, aduzindo, em síntese, a necessidade da Caixa Econômica Federal trazer aos autos o processo administrativo que fez menção ao estorno dos juros, a fim de que perícia contábil verifique a correta evolução do saldo da conta judicial, bem como se houve o alegado levantamento judicial a maior.
Decido:
Nos termos do artigo 558, do Código de Processo Civil, para a suspensão do cumprimento da decisão agravada, tal como autoriza o artigo 527, inciso III, do mesmo diploma legal, é necessário que, sendo relevante a fundamentação da agravante, haja evidências de que tal decisão esteja a resultar em lesão grave e de difícil reparação.
Neste juízo de cognição sumária, não verifico plausibilidade de direito nas alegações da agravante a justificar o deferimento do efeito suspensivo pleiteado.
Cumpre observar, ab initio, que, não tendo o legislador previsto que os depósitos judiciais efetuados a ordem da Justiça Federal fossem remunerados mediante o pagamento de juros, observada tão somente a necessidade de atualização monetária, não pode a Caixa Econômica Federal ser compelida à devolução do montante que foi estornado a título de juros indevidos.
Essa é, aliás, a orientação cristalizada na Súmula nº 257 do C. TFR:
"Não rendem juros os depósitos judiciais na Caixa Econômica Federal a que se referem o Decreto-Lei 759/69, art. 16, o Decreto-Lei 1.737/79, art. 3º."
Ademais, como bem ressaltou o magistrado, poderá a parte autora utilizar-se das vias processuais próprias para a discussão de tal questão, não estando a merecer guarida tal irresignação.
No tocante à devolução dos valores levantados a maior, observo que a teor da manifestação de fl. 31, o valor referente ao levantamento do depósito judicial efetuado em 06.12.1991, no valor originário de $ 8.430.147,00 foi pago integralmente à parte autora, quando a determinação judicial era de levantamento parcial de 75% (setenta e cinco por cento), o que originou uma diferença a favor da União, de R$ 6.239,39, atualizado até 06.05.2003, que deveria ser objeto de conversão em renda.
Não obstante as alegações da agravante, é inegável que a Caixa Econômica Federal, na qualidade de auxiliar do juízo, reconheceu o equívoco praticado em detrimento da União, postulando pela sua imediata regularização, o que foi corretamente acolhido pelo magistrado.
Eventual discussão acerca da metodologia de correção monetária utilizada, bem como a alegação de necessidade de perícia contábil, não possuem o condão de postergar ou desobrigar a parte autora de restituir o que levantou indevidamente, tratando-se, pois, de evidente equívoco, passível de correção a qualquer momento.
Por fim, verifico que a r. decisão agravada cingiu-se a afastar a irresignação relativa ao estorno dos juros, bem como a determinar a restituição do valor indevidamente levantado, não havendo, ainda, decisão definitiva acerca do requerimento de perícia contábil.
Desta forma, a decisão agravada encontra-se devidamente fundamentada, não havendo qualquer eiva de ilegalidade de modo a permitir sua reforma.
Ante o exposto, ausentes os requisitos do art. 558, do CPC, indefiro o efeito suspensivo pleiteado.
Requisitem-se as informações.
Intime-se a agravada, nos termos do art. 527, V, do CPC.
Int.
São Paulo, 28 de fevereiro de 2007.
ROBERTO HADDAD
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.005697-6 AG 290265
ORIG.	:	200761190000050 4 Vr GUARULHOS/SP
AGRTE	:	BARDELLA S/A INDUSTRIAS MECANICAS
ADV	:	RONALDO CORREA MARTINS
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA DE GUARULHOS > 19 SSJ > SP
RELATOR	:	DES.FED. ALDA BASTO / QUARTA TURMA

VISTOS EM DECISÃO
Cuida-se de agravo de instrumento interposto em face de decisão que indeferiu o pedido liminar, que visava afastar a designação de compensação não declarada nos processos administrativos nºs. 10875.001077/2003-12, 10875.001292/2003-13 e 10875.001553/2003-3.
Às fls. 464, sobreveio petição onde a agravante desiste, expressamente, do recurso.
Assim sendo, tal fato tem o condão de retirar um dos pressupostos subjetivos do recurso, qual seja, o interesse na reforma do r. "decisum" guerreado.
Posto isto, com esteio no Art. 557, "caput", do CPC, nego seguimento ao presente agravo.
Publique-se e, decorrido o prazo legal, baixem os autos à vara de origem.
São Paulo, 28 de março de 2007.
ALDA BASTO
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.007852-2 AG 290952
ORIG.	:	200661000267329 22 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	União Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
AGRDO	:	COOPERATIVA CULTURAL BRASILEIRA COOPERATIVA BRASILEIRA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA CULTURA ARTISTICA E LITERARIA
ADV	:	FABIO GODOY TEIXEIRA DA SILVA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 22 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. SALETTE NASCIMENTO / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Agrava a UNIÃO FEDERAL da r. decisão singular que, em sede de ação ordinária, ajuizada por COOPERATIVA CULTURAL BRASILEIRA - COOPERATIVA BRASILEIRA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA CULTURA ARTÍSTICA E LITERÁRIA, objetivando afastar a exigência da COFINS incidente sobre seus atos cooperativos, deferiu a antecipação de tutela, para reconhecer o direito da autora à não-incidência da COFINS sobre as receitas oriundas de seus atos cooperativos, devendo a ré se abster de exigir a contribuição, inclusive sob a forma de retenção na fonte por parte dos tomadores de serviços.
Sustenta, em síntese, a impossibilidade de antecipação de tutela contra a Fazenda Pública, a excepcionalidade da concessão de tutela antecipada inaudita altera parte, bem como, a ausência de prova inequívoca da verossimilhança da alegação.
Aduz, ainda, a legalidade da retenção na fonte do tributo questionado, vez que a prestação de serviços a terceiros não cooperados não revela ato cooperativo próprio, sujeitando-se à legislação ordinária.
Pede, de plano, a concessão de efeito suspensivo ao recurso.
Decido.
Neste primeiro e provisório exame inerente ao momento processual, vislumbro a presença dos requisitos necessários para a concessão da providência requerida.
É certo que a Lei Complementar n. 70/91, ao instituir a COFINS, estabeleceu norma de isenção para as cooperativas, nos termos de seu art. 6º, I.
A discussão jurídica destes autos consiste em verificar em que medida poderia o art. 6º, I, da LC n. 70/91 ser revogada pela MP n. 1.858-6/99 e reedições.
Referida discussão jurídica, com efeito, é idêntica àquela referente à isenção prevista no art. 6º, II, da LC n. 70/91 pelo art. 56 da Lei n. 9.430/96.
A questão, portanto, cinge-se à análise da natureza da lei complementar no direito pátrio e seus efeitos em relação a eventual regime jurídico-tributário disposto no referido veículo normativo, quando de eventual conflito com outros veículos normativos, de igual ou inferior hierarquia.
A lei complementar, prevista nos arts. 59 e 69 da Constituição Federal, exige para sua aprovação o concurso de vontade da maioria absoluta do Congresso Nacional.
É dizer, diante da importância das matérias previstas na CF e submetidas à lei complementar, entendeu o Poder Constituinte em alçar referido veículo normativo em uma lei especial, de especial aprovação e, portanto, revogação, ao nosso ver, por veículo normativo de igual envergadura jurídico-constitucional.
Nos dizeres de Roque Carrazza:
"A expressão 'complementar' pode ser tomada em dois sentidos; a saber: um lato, agasalhando todas as leis que completam normas constitucionais auto-executáveis (sentido ontológico), e outro restrito, referindo-se às leis que, sobre possibilitarem a plena eficácia de preceitos da Lei Maior, têm conteúdo de elaboração (forma) especiais (sentido ontológico-formal)" in "Curso de Direito Constitucional Tributário, 18ª edição, Malheiros, p. 807.
Assim, em certa medida, toda lei que complemente a CF em aspectos em que esta não seja auto-executável, será complementar, mas, ao assim definir uma lei, a CF refere-se estritamente à lei complementar em sentido estrito.
A Contribuição Social incidente sobre o faturamento encontra previsão no art. 195, I, "b", da CF, não precisando ser veiculada por lei complementar, prevista tão-somente para as hipóteses do § 4º, quando se tratar de instituição de novas formas de custeio.
Entretanto, resolveu o legislador veicular a matéria por lei complementar, o que não a torna, por isso, inconstitucional, consoante já decidido pelo Supremo Tribunal Federal (ADC nº 01-1-DF, DJU 6.12.93, p. 26598, Rel. Ministro Moreira Alves).
Debruçada sobre o tema, a jurisprudência sedimentou dois posicionamentos: um, no sentido de que a matéria versada ,"in casu", não seria propriamente reservada à lei complementar, razão pela qual poderia a legislação ordinária revogar a isenção; outro, no sentido de que, apesar de a matéria não ser propriamente reservada à lei complementar, foi tratada por este veículo normativo, que exige especiais critérios para sua aprovação no Congresso Nacional, encontrando-se o contribuinte melhor resguardado em seus direitos individuais, não podendo, portanto, mera lei ordinária ou medida provisória revogar a isenção concedida.
Após muita celeuma, sedimentou-se a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, consoante se infere do seguinte aresto da lavra da eminente Ministra Denise Arruda:
"TRIBUTÁRIO - RECURSO ESPECIAL - COFINS - SOCIEDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS - LC Nº 70/91 E LEI Nº 9.430/96 - ISENÇÃO - REVOGAÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - PRINCÍPIO DA HIERARQUIA DAS LEIS - PRECEDENTES.
1. Esta Corte já consolidou o entendimento no sentido de ser inviável a revogação da isenção da Cofins concedida às sociedades civis prestadoras de serviços profissionais, prevista na LC nº 70/91, pela Lei nº 9.430/96, por constituir ofensa ao princípio da hierarquia das leis.
2. Não havendo declaração de inconstitucionalidade de dispositivo legal, inviável é a observância da reserva de plenário, prevista no art. 97 da Constituição Federal.
3. Considerando o disposto no artigo 105 da Carta Magna, o Superior Tribunal de Justiça não é competente para se manifestar sobre suposta violação a dispositivos constitucionais (arts. 146, 150, §6º, 195, I e § 4º), sequer a título de prequestionamento.
4. Agravo Regimental improvido",(SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA Classe: AGRESP - AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - 588083 Processo: 200301689111 UF: PR Órgão Julgador: PRIMEIRA TURMA Data da decisão: 29/06/2004 Documento: STJ000559017, DJ DATA:16/08/2004 PÁGINA:145).
Neste mesmo sentido, segue Acórdão da lavra do nobre Ministro Luiz Fux:
"AÇÃO CAUTELAR. TRIBUTÁRIO. COFINS. SOCIEDADES PRESTADORAS DE SERVIÇO. ISENÇÃO. LC N.º 70/91. LEI N.º 9.430/96. REVOGAÇÃO.
1. Lei Ordinária não pode revogar determinação de Lei Complementar, revelando ilegítima a revogação instituída pela Lei n.º 9.430/96 da isenção conferida pela LC n.º 70/91 às sociedades prestadoras de serviços, por colidir com o Princípio da Hierarquia das Leis.
(Precedentes da Primeira e Segunda Turmas do STJ)
2. Ressalva do entendimento do Relator, em observância ao novel posicionamento do STF, intérprete maior do texto constitucional, que no julgamento da ADC n.º 01/DF, assentou que a LC n.º 70/91 possui status de lei ordinária, posto não se enquadrar na previsão do art. 154, I, da Constituição Federal.
3. Segundo o princípio da lex posterius derrogat priori, consagrado no art. 2º, § 1º, da LICC, não padece de ilegalidade o disposto no art. 56, da Lei n.º 9.430/96, pelo que, em razão de a lei isencional e a revogadora possuírem o mesmo status de lei ordinária, legítima seria a revogação da isenção anteriormente concedida, pelo que estão obrigados ao pagamento da COFINS as sociedades civis prestadoras de serviços.
4. A aplicação de norma supralegal, in casu, a Lei de Introdução ao Código Civil, torna desnecessária a análise de matéria de índole constitucional.

5. Ação Cautelar procedente. Agravo regimental prejudicado". (STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA Classe: MC - MEDIDA CAUTELAR - 6298 Processo: 200300461680 UF: MG Órgão Julgador: PRIMEIRA TURMA Data da decisão: 09/12/2003 Documento: STJ000526983, DJ DATA:09/02/2004 PÁGINA:128).
Referido entendimento restou sumulado pela Corte Especial, nos termos da Súmula 276 do E. STJ: "As sociedades civis de prestação de serviços profissionais são isentas da Cofins, irrelevante o regime tributário adotado".
Assim, portanto, para o caso em espeque, não poderia a legislação ordinária superveniente revogar a isenção concedidas aos atos propriamente cooperativos, prevista no art. 6º, I, da Lei Complementar n. 70/91.
Entretanto, recentemente, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário 419.629-8/DF, da lavra do eminente Ministro Sepúlveda Pertence, decidiu-se pela possibilidade da revogação em tela, uma vez que a matéria não seria reservada materialmente à lei complementar, podendo, então, ser disciplinada por lei ordinária.
Referido voto condutor do acórdão dispõe:
"(...)
Por se tratar de matéria constitucional resolvida pelo TRF e, por isto, objeto do recurso extraordinário interposto pelo sindicato, não poderia o Superior Tribunal de Justiça examiná-la em recurso especial, sob pena de usurpar a competência do Supremo Tribunal Federal para o deslinde da questão (AI 145.589-AgR, Pertence, RTJ 153/684).
No caso, a questão constitucional - ou seja, definir se a matéria seria reservada à lei complementar ou poderia ser versada em lei ordinária - é prejudicial da decisão do recurso especial, e, portanto, deveria o STJ ter observado o disposto no art. 543, § 2o, do Código de Processo Civil.
(...).
Este, o caso vertente, relativo a norma que - embora inserida frontalmente em lei complementar - concedia isenção de tributo federal e, portanto, submetia-se a regime de leis federais ordinárias, que outra lei ordinária da União, validamente, poderia ter revogado, como efetivamente revogou.
Nesse sentido - na trilha do precedente invocado da ADC 1 - a jurisprudência do Tribunal permanece sedimentada (V.g., ADInMC 2111, 16.03.00, Sydney, DJ 15.12.03; AR 1264, 10.04.02, Néri, DJ 31.05.02).
Na doutrina - e independentemente da discussão acerca de ser ou não de hierarquia a relação entre a lei complementar e a lei ordinária -, também se pode dar por pacificada a mesma conclusão da jurisprudência. (...).
Portanto, não há falar em violação ao princípio da hierarquia das leis - rectius, da reserva constitucional de lei complementar - cujo respeito exige seja observado o âmbito material reservado às espécies normativas previstas na Constituição Federal. (...)
Esse o quadro, dou provimento ao RE da União (art. 57, § 1o-A, C.Pr.Civil) para anular o acórdão do STJ e determinar que outro seja proferido - adstrito a eventuais questões infraconstitucionais, aventadas -, e nego provimento ao RE do Sindicato (art. 557, caput, c/c 543, § 2o, do C. Pr. Civil): é o meu voto".
É certo, também, que essa orientação já se vinha desenhando em outros precedentes, como se pode ver, por exemplo, em despacho da lavra do eminente Ministro Marco Aurélio de Mello, na Rcl 2163, cujos excertos transcrevo:
"DECISÃO - LIMINAR COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - USURPAÇÃO - LIMINAR DEFERIDA.
1. Com a longa inicial de folha 2 a 19, a União sustenta que o Superior Tribunal de Justiça, ao conhecer e prover recurso especial, usurpou a competência do Supremo Tribunal Federal, de vez que o acórdão impugnado envolvera, tão-somente, tema constitucional.
Ao decidir, aquela Corte concluiu pela harmonia da Lei n. 9.430/96 - no que alterou a Lei Complementar n. 70/91, revogando a isenção da COFINS de que gozavam as sociedades civis referidas no artigo 1o do Decreto-Lei n. 2.397/87 - com a Carta Federal.
Esse seria o único fundamento do acórdão alterado, que conteria, inclusive, remissão ao que assentado na Ação Declaratória da Constitucionalidade nº 1-1/DF. (...)
2. Surge, neste exame primeiro, a procedência do que asseverado na inicial desta reclamação. Defrontou-se o Tribunal Regional Federal da 4a Região com recurso interposto pela interessada Mendonça e Minella Advogados Associados e, aí, assim resumiu o que articulado: A apelante sustenta a inconstitucionalidade da alteração introduzida pela Lei n. 9.430/96, em razão de haver criado nova contribuição mediante lei ordinária, bem como desrespeito o princípio da hierarquia das leis, tendo revogado isenção concedida por lei complementar (folha 123).
(...)
Pois bem, mesmo diante desse contexto, da fundamentação estritamente constitucional,a interessada Mendonça e Minella advogados Associados, em vez de bater às portas do Supremo Tribunal Federal, interpôs o recurso especial que foi julgado pelo relator à luz do artigo 557, § 1o-A, do Código de Processo Civil, salientando que o artigo 56 da Lei n. 9.430/96, ao prever que as sociedades civis de prestação de profissão legalmente regulamentada passariam a contribuir para a seguridade social com base na receita bruta da prestação de serviços, não teria o efeito de revogar a lei complementar n. 70/91. É certo que se mencionou o enquadramento do especial na alínea "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, mas isso ocorreu em vista da desinteligência de julgados sob o ângulo constitucional (folha 166 a 168). O agravo da Fazenda foi desprovido e, interposto o extraordinário, deu-se o trancamento do recurso, seguindo-se o agravo que se encontra à folha 223 à 233. A excepcionalidade do quadro salta aos olhos.
3. Concedo a liminar, não para cassar as decisões do Superior Tribunal de Justiça, mas para afastá-las, até o julgamento final desta reclamação, do cenário jurídico, ficando restabelecido, por via de conseqüência, o acórdão do Tribunal Regional Federal de folha 122 a 125, integrado do resultante da apreciação dos embargos declaratórios, que está à folha 130 à 132.
4. Ao Plenário, para o indispensável referendo.
5. Solicitem-se informações ao Superior Tribunal de Justiça. 6. Publique-se".
Ante o exposto, defiro o pedido de efeito suspensivo.
Comunique-se ao MM. Juiz "a quo"
Publique-se. Intimem-se, inclusive a agravada para contraminutar.
São Paulo, 22 de março de 2007.

JUIZ FEDERAL CONVOCADO SILVIO GEMAQUE - RELATOR

PROC.	:	2007.03.00.010290-1 AG 291207
ORIG.	:	200761000015990 19 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	INDUSTRIAS ANHEMBI S/A
ADV	:	DURVAL ARAUJO PORTELA FILHO
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 19 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. ROBERTO HADDAD / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Fls. 91/94: Recebo a manifestação como pedido de reconsideração, eis que é incabível a interposição de agravo regimental em face de decisão que determina a conversão do agravo de instrumento em retido, nos termos do parágrafo único, do art. 527, do CPC.
O agravo de instrumento foi interposto contra a r. decisão proferida pelo MM. Juízo a quo, em mandado de segurança, que indeferiu a liminar pleiteada que objetivava a exclusão dos valores atinentes ao ICMS, da base de cálculo da COFINS e do PIS, bem como a compensação dos valores indevidamente pagos a esse título.
Revejo meu posicionamento acerca da questão, para o fim de filiar-me ao entendimento recentemente adotado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE nº 240.785, o qual, embora ainda não concluído, sinaliza no sentido da impossibilidade de inclusão do ICMS na base de cálculo da COFINS e, por extensão, do PIS.
Ante o exposto, reconsidero a decisão de fls. 88/89, para deferir a antecipação dos efeitos da tutela recursal, para determinar a suspensão da exigibilidade dos créditos tributários da contribuição ao PIS e à COFINS vincendos, apurados sobre os valores devidos a título de ICMS, indevidamente incluídos nas bases de cálculos das respectivas contribuições.
Requisitem-se as informações necessárias.
Intime-se a agravada nos termos do art. 527, V, do CPC.
Após, abra-se vista ao MPF.
Int.
São Paulo, 26 de março de 2007.
ROBERTO HADDAD
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.010657-8 AG 291518
ORIG.	:	200561820321952 10F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	COML/ JADO DE COLMEIAS E EMBALAGENS LTDA
ADV	:	MAURICIO ARTUR GHISLAIN LEFEVRE NETO
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 10 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES.FED. ROBERTO HADDAD / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Fls. 177/179 - Considerando que a agravante não esclareceu o problema ocorrido na 10ª Vara das Execuções Fiscais, para não ter instruído o presente recurso com a cópia da decisão agravada, bem como da certidão de intimação, cumpra-se a parte final da decisão de fl. 170.
Int.
São Paulo, 23 de março de 2007.
ROBERTO HADDAD
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.010911-7 AG 291701
ORIG.	:	2007.61.14.000168-9 3ª Vr SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP
AGRTE	:	União Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
AGRDO	:	WICKBOLD E NOSSO PÃO Industrias Alimentícias Ltda
ADV	:	PAULO DE TARSO PEREIRA DA SILVA
ORIGEM	:	JUÍZO FEDERAL DA 3ª VARA DE S. B. DO CAMPO SP
RELATOR	:	DES.FED. ROBERTO HADDAD / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto contra r. decisão proferida pelo MM. Juízo "a quo", em mandado de segurança, que deferiu pedido liminar para determinar a expedição de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, nos termos do disposto no artigo 206, do CTN.
Inconformada com a decisão, a agravante interpõe o presente recurso, inclusive para se valer da possibilidade de deferimento da suspensão dos efeitos da decisão agravada, à luz da atual disciplina traçada nos artigos 558 e 527, III, do Código de Processo Civil, aduzindo, em síntese, a insubsistência da penhora pré-constituída para a garantia do crédito em comento.
Feito um breve relatório, decido:
Nos termos do artigo 558 do CPC, para deferimento da tutela pleiteada, tal como autoriza o artigo 527, inciso III, do mesmo diploma legal, é necessário que, sendo relevante a fundamentação da agravante, haja evidências de que tal decisão esteja a resultar em lesão grave e de difícil reparação.
Neste juízo de cognição sumária, não verifico plausibilidade de direito nas alegações da agravante a justificar o deferimento da tutela pleiteada.
Conforme consta na r. decisão agravada, os documentos apresentados indicam que os créditos em discussão encontram-se com a exigibilidade suspensa.
No que se refere à alegação de insuficiência da citada penhora, observo que tal questão deve ser dirimida naqueles autos, não constando nos presentes autos nenhuma irresignação da exeqüente acerca da referida penhora, bem como eventual pedido de reforço ou mesmo de substituição do bem penhorado.
Neste mesmo sentido, a jurisprudência:
"APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA - PREVIDENCIÁRIO - CERTIDÃO POSISTIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA - DÉBITO PREVIDENCIÁRIO GARANTIDO PELA PENHORA EM SEDE DE AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL - PENHORA NÃO CONTESTADA - EXIGIBILIDADE SUSPENSA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO.
1. Agravo retido não conhecido, nos termos do artigo 523, caput, e § 1º, do Código de Processo Civil, com redação dada pela Lei nº 9.139, de 30 de novembro de 1.995. Agravo retido a que não se conhece.
2. O referido débito previdenciário encontra-se garantido pela penhora realizada, estando com sua exigibilidade suspensa, segundo determina o artigo 206 do Código Tributário Nacional.
3. Nos termos do artigo 206 do Código Tributário Nacional, somente é possível a expedição de certidão, com os mesmos efeitos da negativa de débito, desde que se refira a créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.
4. Não obstante, a penhora realizada nos autos da execução fiscal em nenhum momento foi contestada, não tendo sido pleiteado pelo exeqüente sua substituição ou reforço de penhora, sob o argumento de que seria insuficiente para garantir o débito, a teor do que preceitua o artigo 15, II, da Lei de Execuções Fiscais. Não pode, desta forma, fazê-lo administrativamente, de molde a embasar decisão que nega pedido de certidão negativa.
5. A penhora somente pode ser considerada insuficiente pela avaliação, nos termos do artigo 685, "caput" e II, do Código de Processo Civil ou pela alienação judicial, nos termos do artigo 667, II, do mesmo Codex, o que não ocorreu na espécie.
6. A Certidão Negativa de Débito somente é inexigível quando há crédito tributário definitivamente constituído em nome do contribuinte. Não se pode negar a emissão da CND ao contribuinte que, a despeito de ter tributo sujeito a lançamento por homologação em seu desfavor, tal homologação não restou consumada, inexistindo o crédito tributário constituído.
6. Recurso de apelação do INSS e remessa oficial, a que se nega provimento."
(AMS nº 1999.61.00.002947-3/SP. TRF 3ª Região. Rel. Des. Fed. Suzana Camargo. DJU:12/08/2003 - página: 642).
Assim, não merecem prosperar as alegações da agravante.
Dando continuidade à reforma efetuada no Código de Processo Civil, a Lei nº 11.187/2005 fez do agravo pela modalidade retida, o recurso em regra cabível para impugnação das decisões interlocutórias proferidas em primeira instância, deixando o agravo de instrumento circunscrito às hipóteses da decisão impugnada causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissibilidade da apelação e nos relativos aos efeitos em que a mesma é recebida.
Como se pode notar, a recente reforma conferiu um novo aspecto ao interesse recursal do agravo de instrumento, vinculando sua interposição à necessidade de pronta prestação da tutela jurisdicional.
Em suma, de acordo com a nova sistemática, impende verificar se o gravame alegadamente sofrido pela parte, por sua natureza e efeitos, comporta um regime de espera pela futura apelação, e se, caso provido pelo tribunal, o decurso do tempo não fará desaparecer a possibilidade de uma ainda eficaz reparação do dano causado.
No caso dos autos, considero que não existe risco de lesão grave e de difícil reparação, nos termos do inciso II do artigo 557 do CPC, eis que na hipótese de ser indevida a expedição da referida certidão, poderá ser posteriormente requerida a anulação todos os atos praticados, motivo pelo qual converto o presente agravo de instrumento em retido.
Observadas as formalidades legais, remetam-se os autos à Vara de Origem
Int.
São Paulo, 21 de março de 2007.
ROBERTO HADDAD
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.010973-7 AG 291756
ORIG.	:	2006.61.00.025076-7 21ª Vr SÃO PAULO/SP
AGRTE	:	União Federal (FAZENDA NACIONAL)

ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
AGRDO	:	MEGGATON MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.
ADV	:	SÉRGIO GALVÃO DE SOUZA CAMPOS
ORIGEM	:	JUÍZO FEDERAL DA 21ª VARA SÃO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. ROBERTO HADDAD / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto contra r. decisão proferida pelo MM. Juízo "a quo", em mandado de segurança, que deferiu pedido antecipação dos efeitos da tutela a fim de determinar a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, bem como a expedição de Certidão Positiva de Débitos, com efeitos de negativa, nos termos do disposto no artigo 206, do CTN.
Inconformado com a decisão, a agravante interpõe o presente recurso, inclusive para se valer da possibilidade de deferimento de efeito suspensivo, à luz da atual disciplina traçada nos artigos 558 e 527, III do Código de Processo Civil, aduzindo, em síntese, a insuficiência da prova pré-constituida, havendo necessidade de análise mais detalhada a ser realizada pela Secretaria da Receita Federal do DARF apresentado e da quitação do débito, o que obsta a expedição da pretendida certidão.
Feito um breve relatório, decido:
Nos termos do artigo 558 do CPC, para deferimento da tutela pleiteada, tal como autoriza o artigo 527, inciso III, do mesmo diploma legal, é necessário que, sendo relevante a fundamentação dos agravantes, haja evidências de que tal decisão esteja a resultar em lesão grave e de difícil reparação.
Neste juízo de cognição sumária, não verifico plausibilidade de direito nas alegações da agravante a justificar o deferimento da tutela pleiteada.
Observo, inicialmente, que a agravante não foi capaz, em nenhum momento, de ilidir a alegação e demonstração de pagamento, assumindo, ainda, que em se tratando da Procuradoria da Fazenda Nacional, não possui condições técnicas para confirmar os pagamentos, serviço que compete exclusivamente à Secretaria da Receita Federal, a qual ainda não lhe comunicou os pagamentos.
Neste mesmo sentido, a jurisprudência:
"TRIBUTÁRIO - CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA - COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO TOTAL DOS DÉBITOS ATRAVÉS DE GUIAS DARF - AUTENTICADAS - DISCUSSÃO NA VIA ADMINISTRATIVA - SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE.
1. O efetivo pagamento dos débitos, demonstrado nos autos em cópias autenticadas, não pode passar desapercebido na análise de lesão a direito líquido e certo da impetrante, pois se ainda não configuram a efetiva extinção dos créditos, ao menos suspendem a sua exigência enquanto se discute o mérito na via administrativa
2. Em nenhum momento nas suas informações, a autoridade coatora foi capaz de contrariar a alegação e demonstração dos pagamentos ou ainda apontar para a existência de outros óbices à expedição da certidão almejada, fazendo mera menção ao fato de que a Receita Federal não lhe comunicou os pagamentos.
3. Encontra-se a impetrante ao abrigo de hipótese prevista no artigo 206 do CTN, fazendo jus à certidão positiva com efeitos de negativa."
(AMS nº 2004.61.00.000975-7/SP. TRF 3ª Região. Rel. Juiz Miguel Di Pierro.DJU 17/02/2006 - página: 484).
Assim, não merecem prosperar as alegações da agravante.
Dando continuidade à reforma efetuada no Código de Processo Civil, a Lei nº 11.187/2005 fez do agravo pela modalidade retida, o recurso em regra cabível para impugnação das decisões interlocutórias proferidas em primeira instância, deixando o agravo de instrumento circunscrito às hipóteses da decisão impugnada causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissibilidade da apelação e nos relativos aos efeitos em que a mesma é recebida.
Como se pode notar, a recente reforma conferiu um novo aspecto ao interesse recursal do agravo de instrumento, vinculando sua interposição à necessidade de pronta prestação da tutela jurisdicional.
Em suma, de acordo com a nova sistemática, impende verificar se o gravame alegadamente sofrido pela parte, por sua natureza e efeitos, comporta um regime de espera pela futura apelação, e se, caso provido pelo tribunal, o decurso do tempo não fará desaparecer a possibilidade de uma ainda eficaz reparação do dano causado.
No caso dos autos, considero que não existe risco de lesão grave e de difícil reparação, nos termos do inciso II do artigo 557 do CPC, eis que na hipótese de ser indevida a expedição da referida certidão, poderá ser posteriormente requerida a anulação todos os atos praticados, motivo pelo qual converto o presente agravo de instrumento em retido.
Observadas as formalidades legais, remetam-se os autos à Vara de Origem
Int.
São Paulo, 20 de março de 2007.
ROBERTO HADDAD
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.011051-0 AG 291805
ORIG.	:	2006.61.00.026118-2 22ª Vr SÃO PAULO/SP
AGRTE	:	União Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
AGRDO	:	SRB PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.
ADV	:	LUÍS OTÁVIO SEQUEIRA DE CERQUEIRA
ORIGEM	:	JUÍZO FEDERAL DA 22ª VARA SÃO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. ROBERTO HADDAD / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto contra r. decisão proferida pelo MM. Juízo "a quo", em mandado de segurança, que deferiu pedido liminar para determinar a expedição de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, nos termos do disposto no artigo 206, do CTN.
Inconformada com a decisão, a agravante interpõe o presente recurso, inclusive para se valer da possibilidade de deferimento da suspensão dos efeitos da decisão agravada, à luz da atual disciplina traçada nos artigos 558 e 527, III, do Código de Processo Civil, aduzindo, em síntese, a não inclusão dos débitos no parcelamento requerido, eis que a consolidação dos débitos efetuada junto à Secretaria da Receita Federal não abrange os débitos em cobrança pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, pois os débitos já inscritos em dívida ativa deveriam ser parcelados por meio do site oficial da PGFN, e não pelo site da SRF.
Feito um breve relatório, decido:
Nos termos do artigo 558 do CPC, para deferimento da tutela pleiteada, tal como autoriza o artigo 527, inciso III, do mesmo diploma legal, é necessário que, sendo relevante a fundamentação da agravante, haja evidências de que tal decisão esteja a resultar em lesão grave e de difícil reparação.
Neste juízo de cognição sumária, não verifico plausibilidade de direito nas alegações da agravante a justificar o deferimento da tutela pleiteada.
Conforme consta na r. decisão agravada, a impetrante, ora agravada, colacionou extensa documentação, tendente a comprovar a inclusão de seus débitos nos parcelamentos (PAES/REFIS II e III), o que importaria na suspensão da exigibilidade dos créditos tributários, possibilitando a expedição da pretendida certidão.
Por sua vez, a simples alegação de que a consolidação de débitos efetuada junto à Secretaria da Receita Federal não abrange os débitos em cobrança pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, não são suficientes para ilidir o reconhecimento da suspensão da exigibilidade do crédito ante a comprovação do pedido de parcelamento que, aparentemente, ainda não foi rejeitado pela Fazenda.
De outra parte, dando continuidade à reforma efetuada no Código de Processo Civil, a Lei nº 11.187/2005 fez do agravo pela modalidade retida, o recurso em regra cabível para impugnação das decisões interlocutórias proferidas em primeira instância, deixando o agravo de instrumento circunscrito às hipóteses da decisão impugnada causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissibilidade da apelação e nos relativos aos efeitos em que a mesma é recebida.
Como se pode notar, a recente reforma conferiu um novo aspecto ao interesse recursal do agravo de instrumento, vinculando sua interposição à necessidade de pronta prestação da tutela jurisdicional.
Em suma, de acordo com a nova sistemática, impende verificar se o gravame alegadamente sofrido pela parte, por sua natureza e efeitos, comporta um regime de espera pela futura apelação, e se, caso provido pelo tribunal, o decurso do tempo não fará desaparecer a possibilidade de uma ainda eficaz reparação do dano causado.
No caso dos autos, considero que não existe risco de lesão grave e de difícil reparação, nos termos do inciso II do artigo 557 do CPC, eis que na hipótese de ser indevida a expedição da referida certidão, poderá ser posteriormente requerida a anulação todos os atos praticados, motivo pelo qual converto o presente agravo de instrumento em retido.
Observadas as formalidades legais, remetam-se os autos à Vara de Origem
Int.
São Paulo, 22 de março de 2007.
ROBERTO HADDAD
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.011122-7 AG 291872
ORIG.	:	0100000044 1 Vr CAJAMAR/SP
AGRTE	:	TRES PASSOS ALIMENTOS LTDA
ADV	:	RENATA BORGES LA GUARDIA
AGRDO	:	União Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE CAJAMAR SP
RELATOR	:	DES.FED. SALETTE NASCIMENTO / QUARTA TURMA

Trata-se de agravo de instrumento interposto por TRÊS PASSOS ALIMENTOS LTDA., em face de decisão que, em sede de execução fiscal, deferiu em parte o pedido da agravante, objetivando o desbloqueio de suas contas bancárias, ao fundamento de que os valores mantidos junto ao Banco Sudameris estão em aplicação de prazo fixo, não representando prejuízos ao capital de giro da empresa, e, mais, que o débito discutido até então não estava garantido e não há homologação expressa do acordo nos autos.
Alega a agravante, em síntese, que os débitos encontram-se suspensos, vez que efetuou pedido de adesão ao PAEX, instituído pela MP nº 303/06, em setembro de 2006, realizando o pagamento da 1ª parcela dentro do prazo estabelecido.
Sustenta, ainda, que os débitos cobrados estão com sua exigibilidade suspensa, não podendo ser praticados quaisquer atos com o objetivo de cobrar o crédito tributário discutido.
Aduz, por fim, ofensa aos princípios constitucionais da proteção da propriedade privada e da livre iniciativa.
Requer a concessão de efeito suspensivo ao recurso, para que seja determinada a expedição de ofício ao Banco Central do Brasil e ao Banco Sudameris S/A, para imediata liberação da aplicação financeira bloqueada.
Decido.
Neste primeiro e provisório exame inerente ao momento processual, vislumbro a presença dos requisitos necessários para a concessão da providência requerida.
Conforme a documentação acostada, afigura-se inquestionável a adesão da empresa ao parcelamento fiscal - PAEX - efetuando, inclusive, o pagamento de algumas parcelas.
Ademais, o bloqueio de recursos de aplicações financeiras é medida que pressupõe o esgotamento das diligências para localização dos bens do devedor. Necessária a demonstração de que o credor exauriu as possibilidades de obtenção de informações a respeito do patrimônio do executado.
Logo, impõe-se a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, nos termos do artigo 151, VI, do Código Tributário Nacional, desautorizando-se, portanto, qualquer medida atentatória ao patrimônio da executada, ora agravante.
Trago, por oportuno:
"PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. REUNIÃO DE AÇÕES. ARTIGO 28 DA LEI Nº 6830/80. IMPOSSIBILIDADE. PENHORA. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS. OFÍCIO PARA BLOQUEIO DE SALDOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS. EXCEPCIONALIDADE INEXISTENTE.
1. Na reunião de executivos fiscais, distribuídos a Varas diferentes ou processados em separado na mesma Vara, quando idênticas as partes, a natureza do débito em execução e compatível a fase processual - ainda que, não necessariamente, a mesma -, é medida de economia processual: caso em que, porém, pelo estado e fase dos processos, não se autoriza a aplicação do artigo 28 da LEF.
2. A expedição de ofício, requisitando informações a instituições financeiras, com o objetivo de identificar e de bloquear recursos e saldos bancários, somente cabe depois de comprovado o prévio esgotamento dos meios ordinários, acessíveis ao exeqüente, para a localização de outros bens penhoráveis. Embora viável, a penhora de saldos bancários e de aplicações financeiras exige a configuração de situação excepcional, baseada na ausência ou insuficiência de bens para a garantia da execução, ou na comprovação da ineficácia da execução por outra forma menos onerosa.
3. Precedentes."
(TRF 3ª REGIÃO - AG 224671 - Processo: 200403000715430/SP - TERCEIRA TURMA - Rel. Des. Fed. CARLOS MUTA - j. 19.10.2005 - p. 26.10.2005)
Ante o exposto, defiro o pedido de efeito suspensivo.
Comunique-se à MM. Juíza "a quo".
Publique-se. Intimem-se, inclusive a agravada para contraminutar.
São Paulo, 26 de março de 2007.
JUIZ FEDERAL CONVOCADO SILVIO GEMAQUE - RELATOR

PROC.	:	2007.03.00.011143-4 AG 291888
ORIG.	:	9705064725 2F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	FPC FOMENTO COML/ E PARTICIPACOES LTDA
ADV	:	CLAUDIA DE CASTRO CALLI
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES.FED. ROBERTO HADDAD / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto contra r. decisão proferida pelo MM. Juízo a quo, em execução fiscal, que rejeitou a Exceção de Pré Executividade oposta pela executada, ora agravante.
Inconformada com a decisão, a agravante interpõe o presente recurso, inclusive para se valer da possibilidade de deferimento de antecipação de tutela, à luz da atual disciplina traçada nos artigos 558 e 527, III do Código de Processo Civil, aduzindo, em síntese, que os documentos que instruíram a exordial comprovam, de maneira inequívoca, o integral recolhimento do valor executado, sendo desnecessária dilação probatória.
Feito um breve relatório, decido:
Nos termos do artigo 558 do CPC, para deferimento da tutela pleiteada, tal como autoriza o artigo 527, inciso III, do mesmo diploma legal, é necessário que, sendo relevante a fundamentação do agravante, haja evidências de que tal decisão esteja a resultar em lesão grave e de difícil reparação.
Neste juízo de cognição sumária, não verifico a plausibilidade de direito nas alegações da agravante a justificar o deferimento da tutela pleiteada.
Por primeiro, sabe-se que a denominada "exceção de pré-executividade" admite a defesa do executado sem a garantia do juízo somente nas hipóteses excepcionais de pagamento ou ilegitimidade de parte documentalmente comprovados, cancelamento de débito, anistia, remissão e outras situações reconhecíveis de plano, ou seja, a sua admissibilidade deve basear-se em prova inequívoca não sendo cabível nos casos em que há necessidade de produção de provas ou mesmo quando o magistrado entender ser pertinente ouvir a parte contrária para o seu convencimento.

Pacífico o entendimento jurisprudencial no sentido de que "Na execução fiscal, com o título revestido de presunção de liquidez e certeza, a exeqüente nada tem que provar. Opondo embargos, o devedor terá que desconstituir o título. Se nada provar, a pretensão resistida será desmerecida e, com o prosseguimento da execução, será agasalhada a pretensão satisfeita. Não é a embargada que irá robustecer o seu título, mas o embargante que terá que enfraquecê-lo ..." (V. Acórdão da 5ª T. do extinto E. Tribunal Federal de Recursos, na Apel.Cív.nº 114.803-SC; rel. Min. Sebastião Reis- "Boletim AASP nº 1465/11).

Não obstante as alegações da agravante, acerca da demonstração inequívoca do pagamento do débito executado, com ênfase à guia DARF de fl. 46, a exeqüente informou na manifestação de fls. 107/108, que foi decidido na seara administrativa, a manutenção, in totum, do débito executado.

Desta forma, é inegável a necessidade de ampla dilação probatória, com a elaboração de planilhas de cálculos e demais procedimentos correlatos que forneçam ao magistrado todas as informações por ele consideradas necessárias.

Assim, o caso dos autos está a revelar que não se trata da situação excepcional a se permitir o acolhimento de defesa, a não ser pelas vias próprias, quais sejam, os embargos, conforme expressamente ressalvado pelo magistrado.

Ante o exposto, ausentes os requisitos do art. 558, do CPC, indefiro a antecipação dos efeitos da tutela recursal pleiteada.

Requisitem-se as informações necessárias.

Intime-se a agravada nos termos do art. 527, V, do CPC.

Int.

São Paulo, 15 de março de 2007.

ROBERTO HADDAD
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.011202-5 AG 291919
ORIG.	:	0600007162 A Vr BARUERI/SP
AGRTE	:	União Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
AGRDO	:	FINGERPRINT PROCESSAMENTO DE DADOS GRAFICA EDITORA E REPRESENTACOES LTDA
ADV	:	BRAULIO DA SILVA FILHO
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DO SAF DE BARUERI SP
RELATOR	:	DES.FED. ROBERTO HADDAD / QUARTA TURMA

Vistos, etc.

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra r. decisão proferida pelo MM. Juízo a quo, em execução fiscal, que acolheu parcialmente a Exceção de Pré Executividade oposta pela executada, determinando a suspensão temporária da exigibilidade do crédito exequendo, bem como a suspensão do feito.

Inconformada com a decisão, a agravante interpõe o presente recurso, inclusive para se valer da possibilidade de deferimento de suspensão dos efeitos da decisão agravada, à luz da atual disciplina traçada nos artigos 558 e 527, III do Código de Processo Civil, aduzindo, em síntese, a incompetência do Juízo Estadual para o exame da exceção ofertada, a inadequação da via eleita para se pleitear a expedição de CND e a ausência de razões para a suspensão da exigibilidade do crédito.

Feito um breve relatório, decido:

Nos termos do artigo 558 do CPC, para deferimento da tutela pleiteada, tal como autoriza o artigo 527, inciso III, do mesmo diploma legal, é necessário que, sendo relevante a fundamentação do agravante, haja evidências de que tal decisão esteja a resultar em lesão grave e de difícil reparação.

Neste juízo de cognição sumária, não verifico a plausibilidade de direito nas alegações da agravante a justificar o deferimento da tutela pleiteada.

Por primeiro, sabe-se que a denominada "exceção de pré-executividade" admite a defesa do executado sem a garantia do juízo somente nas hipóteses excepcionais de pagamento ou ilegitimidade de parte documentalmente comprovados, cancelamento de débito, anistia, remissão e outras situações reconhecíveis de plano, ou seja, a sua admissibilidade deve basear-se em prova inequívoca não sendo cabível nos casos em que há necessidade de produção de provas ou mesmo quando o magistrado entender ser pertinente ouvir a parte contrária para o seu convencimento.

Pacífico o entendimento jurisprudencial no sentido de que "Na execução fiscal, com o título revestido de presunção de liquidez e certeza, a exeqüente nada tem que provar. Opondo embargos, o devedor terá que desconstituir o título. Se nada provar, a pretensão resistida será desmerecida e, com o prosseguimento da execução, será agasalhada a pretensão satisfeita. Não é a embargada que irá robustecer o seu título, mas o embargante que terá que enfraquecê-lo ..." (V. Acórdão da 5ª T. do extinto E. Tribunal Federal de Recursos, na Apel.Cív.nº 114.803-SC; rel. Min. Sebastião Reis- "Boletim AASP nº 1465/11).

No presente caso, o MM. Juízo "a quo" entendendo pela relevância das alegações de quitação prévia dos valores em comento e diante da documentação apresentada pela executada, houve por bem determinar a suspensão temporária da exigibilidade do crédito e do curso do processo executivo.

De outra parte, não há como acolher a alegação de incompetência do Juízo a quo, posto que a decisão foi proferida nos próprios autos em que a Justiça Estadual atua por força da competência delegada, nos termos do art. 109, § 3º, da CF c.c. o art. 15, I, da Lei 5.010/66.

Por fim, não procede a insurgência da agravante no tocante à determinação de expedição de CND, uma vez que não há na decisão agravada nenhuma determinação neste sentido. Embora a obrigação de expedição da indigitada certidão decorra da suspensão da exigibilidade do crédito.

Ante o exposto, ausentes os requisitos do art. 558, do CPC, indefiro a pleiteada suspensão dos efeitos da decisão agravada.

Requisitem-se as informações necessárias.

Intime-se a agravada nos termos do art. 527, V, do CPC.

Int.

São Paulo, 21 de março de 2007.

ROBERTO HADDAD
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.011208-6 AG 291952
ORIG.	:	200661020016193 9 Vr RIBEIRAO PRETO/SP
AGRTE	:	União Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
AGRDO	:	CRBB REPRESENTACOES LTDA-ME
ADV	:	MARCO AURÉLIO GABRIELLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 9 VARA DE RIBEIRAO PRETO SP
RELATOR	:	DES.FED. ROBERTO HADDAD / QUARTA TURMA

Vistos, etc.

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra r. decisão proferida pelo MM. Juízo "a quo", em execução fiscal, que julgou parcialmente procedente a exceção de pré-executividade, reconhecendo a ocorrência de prescrição em relação a parte do crédito tributário.

Inconformada com a decisão, a agravante interpõe o presente recurso, inclusive para se valer da possibilidade de deferimento de efeito suspensivo, à luz da atual disciplina traçada nos artigos 558 e 527, III, do Código de Processo Civil - CPC, aduzindo, em síntese, a não ocorrência da prescrição, vez que a Fazenda possui o lapso temporal de 5 (cinco) anos, a contar do fato gerador ou da declaração pelo contribuinte, quando o caso, para lançar débito suplementar, iniciando-se a partir deste a contagem do prazo prescricional.

Feito um breve relatório, decido:

Nos termos do artigo 558 do CPC, para deferimento da tutela pleiteada, tal como autoriza o artigo 527, inciso III, do mesmo diploma legal, é necessário que, sendo relevante a fundamentação da agravante, haja evidências de que tal decisão esteja a resultar em lesão grave e de difícil reparação.

Às exceções de pré-executividade reserva-se o julgamento de matérias aferíveis de plano e que não demandem instrução probatória, conforme precedente deste Tribunal, o qual passo a transcrever:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. REVOGAÇÃO DAS NORMAS DA LEI COMPLEMENTAR 70/91 PELO ART. 56, DA LEI Nº 9.430/96 PARA AS SOCIEDADES CIVIS PRESTADORAS DE SERVIÇOS. QUESTÃO QUE NÃO DESCARACTERIZA O TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. ALEGAÇÃO DE QUITAÇÃO PARCIAL DA DÍVIDA.NÃO AFERÍVEL DE PLANO. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. 1. A exceção de pré-executividade é meio de defesa do devedor, criado pela doutrina e jurisprudência, para casos em que o direito do executado é aferível de plano, independentemente de dilação probatória. 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exeqüente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. A mera alegação da inconstitucionalidade do art. 56, da Lei nº 9.430/96 por revogar a isenção do recolhimento da COFINS para as sociedades civis prestadoras de serviços, por si só, não macula nem descaracteriza o título executivo extrajudicial, não comportando discussão em sede de exceção de pré-executividade. 4. A alegação de pagamento comporta, em princípio, análise em sede de exceção de pré-executividade, desde que a executada a instrua adequadamente, com documentos que comprovem de plano, sem necessidade de dilação probatória, a ocorrência da quitação da dívida. 5. No caso vertente, a outra questão suscitada, qual seja, o pagamento parcial da dívida, não restou comprovado, dependendo de análise mais acurada, tanto que após concedido à exeqüente prazo para manifestação específica quanto à existência do débito esta concluiu pela manutenção do mesmo. 6. Agravo de instrumento improvido". (AG no 258.769/SP, 6a Turma, Rel. Des. Fed. Consuelo Yoshida, j. 30.8.2006, DJU 16.10.2006, p. 491).

E ainda, cito o C. STJ:

"TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. ARGÜIÇÃO DE PRESCRIÇÃO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. SÚMULA Nº 07/STJ.

I - A exceção de pré-executividade é admitida em sede de execução fiscal, com cautela, pois o artigo 16, § 3º, da Lei nº 6.830/80 determina expressamente que a matéria de defesa deve ser argüida em embargos.

II - A jurisprudência desta Corte restringe a exceção de pré-executividade às matérias de ordem pública e aos casos em que o reconhecimento da nulidade do título puder ser verificada de plano.

III - A prescrição é matéria que pode ser argüida em sede de exceção de pré-executividade, desde que sua aferição possa ocorrer de imediato, independentemente de dilação probatória.

IV - No caso em exame, o Tribunal a quo verificou que o vício apontado na exceção de pré-executividade revela-se de fácil percepção, podendo elidir a força executiva do título que fundamenta a pretensão da exeqüente. Conclusão diversa da adotada, exigiria o reexame de substrato fático contido nos autos, o que é inviável pela via eleita do recurso especial, a teor do disposto na Súmula nº 07 desta Corte.

V - Precedentes: REsp nº 537.617/PR, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 08/03/2004; REsp nº 179.750/SP, Rel. Min. Milton Luiz Pereira, DJ de 23/09/2002; e REsp nº 388.000/RS, Rel. Min. José Delgado, DJ de 18/03/2002.

VI - Agravo regimental improvido".

(AgRg no REsp no 626.657/RS, 1a Turma, Rel. Min. Francisco Falcão, j. 3.8.2004, DJ 27.9.2004, p. 263).

No que diz respeito ao direito/dever da Fazenda Pública constituir e exigir seus créditos tributários, o CTN trata em dois dos seus dispositivos (arts. 173 e 174) os institutos da decadência e da prescrição, que pelo sistema adotado, extinguem sem pagamento o crédito tributário.

Da simples leitura do art. 173 do CTN se depreende que, no exercício seguinte àquele em que termina o período de cinco anos após a ocorrência do fato gerador, em que o lançamento poderia ser realizado, e não foi, ao qual alude o inciso I do dispositivo supra, é que se inicia o prazo decadencial de mais cinco anos, para a Fazenda Pública constituir o crédito tributário declarado e inadimplido.

É certo que este prazo pode ser antecipado se a Fazenda Pública, antes mesmo do primeiro dia do exercício seguinte, notifica o sujeito passivo de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento (art. 173, parágrafo único). Também pode ser postergado na hipótese prevista no inciso II, ou seja, da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

De outra parte, a interpretação conjugada dos artigos 173 e 150, § 4º, ambos do CTN, indica que a extinção do crédito tributário em face da homologação tácita do autolançamento só ocorre se acompanhada do pagamento antecipado. (g.n.)

"Art. 150. O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa.

(...)

§ 4º Se a lei não fixar prazo à homologação, será ele de cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação".

Destes fatos decorre o direito da Fazenda Nacional de constituir o crédito tributário através de lançamento de ofício, decorridos 5 (cinco) anos do fato gerador, sem que houvesse a homologação tácita, em razão da inexistência do pagamento antecipado.

Por sua vez, a prescrição corresponde à perda do direito de ação quando a Fazenda não exercita seu crédito, pois não procede à inscrição da dívida nem à propositura da execução fiscal. Neste caso, o prazo qüinqüenal à que se refere o artigo 174 do CTN conta-se a partir da constituição definitiva do crédito tributário.

No presente caso, verifica-se que a r. decisão agravada está em sintonia com o entendimento acima mencionado.

Pelo exposto, nego o efeito suspensivo pleiteado.

Requisitem-se as informações necessárias.

Intime-se a agravada nos termos do art. 527, V do CPC.

Int.

São Paulo, 16 de março de 2007.

ROBERTO HADDAD
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.011263-3 AG 291936
ORIG.	:	9805338177 4F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	GTEL GRUPO TECNICO DE ELETROMECANICA LTDA
ADV	:	FABIO LUIS AMBROSIO
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES.FED. ROBERTO HADDAD / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto contra r. decisão proferida pelo MM. Juízo a quo, em execução fiscal, que rejeitou a exceção de pré-executividade oposta e determinou a expedição de mandado de penhora.
Inconformado com a decisão, o agravante interpõe o presente recurso, inclusive para valer-se da possibilidade de deferimento da antecipação da tutela recursal, à luz da atual disciplina traçada nos artigos 558 e 527, inciso III, do Código de Processo Civil, aduzindo, em síntese, a ocorrência de prescrição intercorrente, haja vista o decurso do prazo de mais de cinco anos entre a data de intimação e a efetiva manifestação da exeqüente, bem como a possibilidade de alegação de extinção do crédito tributário por meio de compensação.
Feito breve relato, decido.
Nos termos do artigo 558, do CPC, para o deferimento da tutela pleiteada, tal como autoriza o artigo 527, inciso III, do mesmo diploma legal, é necessário que, sendo relevante a fundamentação da agravante, haja evidências de que tal decisão esteja a resultar em lesão grave e de difícil reparação.
Neste juízo de cognição sumária, não verifico plausibilidade de direito nas alegações da agravante a justificar o deferimento da tutela pleiteada.
Por primeiro, sabe-se que a denominada "exceção de pré-executividade" admite a defesa do executado sem a garantia do juízo somente nas hipóteses excepcionais de pagamento ou ilegitimidade de parte documentalmente comprovados, cancelamento de débito, anistia, remissão e outras situações reconhecíveis de plano, ou seja, a sua admissibilidade deve basear-se em prova inequívoca não sendo cabível nos casos em que há necessidade de produção de provas ou mesmo quando o magistrado entender ser pertinente ouvir a parte contrária para o seu convencimento.
Pacífico o entendimento jurisprudencial no sentido de que "Na execução fiscal, com o título revestido de presunção de liquidez e certeza, a exeqüente nada tem que provar. Opondo embargos, o devedor terá que desconstituir o título. Se nada provar, a pretensão resistida será desmerecida e, com o prosseguimento da execução, será agasalhada a pretensão satisfeita. Não é a embargada que irá robustecer o seu título, mas o embargante que terá que enfraquecê-lo ..." (V. Acórdão da 5ª T. do extinto E. Tribunal Federal de Recursos, na Apel.Cív.nº 114.803-SC; rel. Min. Sebastião Reis- "Boletim AASP nº 1465/11).
O caso dos autos está a revelar que não se trata da situação excepcional a se permitir o acolhimento de defesa, a não ser pelas vias próprias, quais sejam, os embargos, eis que a questão relativa à compensação depende de dilação probatória, conforme expressamente consignado na r. decisão agravada.
Por sua vez, verifico que a argüição relativa à prescrição intercorrente não foi deduzida junto ao MM. Juízo a quo, o que imposibilita sua análise por este Tribunal, sob pena de supressão de grau de jurisdição.
Desta forma, ausentes os requisitos do art. 558, do CPC, indefiro o efeito suspensivo pleiteado.
Requisitem-se as informações.
Intime-se a agravada, nos termos do art. 527, CV, do COPC.
Int.
São Paulo, 14 de março de 2007.

ROBERTO HADDAD
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.011320-0 AG 291976
ORIG.	:	9805364046 2F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	KIKUTI GOTO E CIA LTDA
ADV	:	MARIA ANDREIA FERREIRA DOS SANTOS
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES.FED. ROBERTO HADDAD / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto contra r. decisão proferida pelo MM. Juízo a quo, em execução fiscal, que rejeitou a exceção de pré-executividade oposta e determinou a expedição de mandado de penhora.
Inconformado com a decisão, o agravante interpõe o presente recurso, inclusive para valer-se da possibilidade de deferimento da antecipação da tutela recursal, à luz da atual disciplina traçada nos artigos 558 e 527, inciso III, do Código de Processo Civil, aduzindo, em síntese, a regularidade da compensação efetuada, requerendo a extinção da execução.
Feito breve relato, decido.
Nos termos do artigo 558, do CPC, para o deferimento da tutela pleiteada, tal como autoriza o artigo 527, inciso III, do mesmo diploma legal, é necessário que, sendo relevante a fundamentação da agravante, haja evidências de que tal decisão esteja a resultar em lesão grave e de difícil reparação.
Neste juízo de cognição sumária, não verifico plausibilidade de direito nas alegações da agravante a justificar o deferimento da tutela pleiteada.
Por primeiro, sabe-se que a denominada "exceção de pré-executividade" admite a defesa do executado sem a garantia do juízo somente nas hipóteses excepcionais de pagamento ou ilegitimidade de parte documentalmente comprovados, cancelamento de débito, anistia, remissão e outras situações reconhecíveis de plano, ou seja, a sua admissibilidade deve basear-se em prova inequívoca não sendo cabível nos casos em que há necessidade de produção de provas ou mesmo quando o magistrado entender ser pertinente ouvir a parte contrária para o seu convencimento.
Pacífico o entendimento jurisprudencial no sentido de que "Na execução fiscal, com o título revestido de presunção de liquidez e certeza, a exeqüente nada tem que provar. Opondo embargos, o devedor terá que desconstituir o título. Se nada provar, a pretensão resistida será desmerecida e, com o prosseguimento da execução, será agasalhada a pretensão satisfeita. Não é a embargada que irá robustecer o seu título, mas o embargante que terá que enfraquecê-lo ..." (V. Acórdão da 5ª T. do extinto E. Tribunal Federal de Recursos, na Apel.Cív.nº 114.803-SC; rel. Min. Sebastião Reis- "Boletim AASP nº 1465/11).
O caso dos autos está a revelar que não se trata da situação excepcional a se permitir o acolhimento de defesa, a não ser pelas vias próprias, quais sejam, os embargos, eis que a questão relativa à compensação depende de dilação probatória, conforme expressamente consignado na r. decisão agravada.
Desta forma, ausentes os requisitos do art. 558, do CPC, indefiro o efeito suspensivo pleiteado.
Requisitem-se as informações.
Intime-se a agravada, nos termos do art. 527, CV, do COPC.
Int.
São Paulo, 14 de março de 2007.

ROBERTO HADDAD
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.011385-6 AG 292059
ORIG.	:	200761000022880 12 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
AGRDO	:	RONALDO SILVESTRE
ADV	:	HELENA NICOLAS PANOS
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 12 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. SALETTE NASCIMENTO / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Agrava a UNIÃO FEDERAL da r. decisão singular que, em sede de "writ", deferiu a medida "initio litis", para o fim de que o empregador não efetue os recolhimentos referentes ao IR sobre verbas indenizatórias.
Sustenta, em síntese, que a parcela percebida a título de gratificação especial não está incluída em nenhuma hipótese de isenção prevista em lei.
Pede a concessão de efeito suspensivo ao recurso.
Relatado, decido.
Neste primeiro e provisório exame inerente ao momento processual, vislumbro a presença dos requisitos necessários para a concessão da providência requerida.
As chamadas gratificações, e que recebem várias denominações, sendo, não têm o condão de mudar sua classificação jurídica de mero acordo entre as partes, quando da extinção do vínculo empregatício Cabe dizer que não possuem natureza indenizatória, uma vez que importam em acréscimo patrimonial e não estão sujeitas à isenção.
Destarte, conceder a tais verbas a natureza indenizatória configuraria sério precedente, bastando que as partes objetivassem o não pagamento do Imposto quando do recebimento, mês a mês, possibilitada pela isenção quando da chamada "gratificação" concedida ao término da relação empregatícia.
Na esteira desse entendimento, sobreveio a brilhante decisão do Superior Tribunal de Justiça, da lavra do Ministro Luiz Fux e que definiu bem os contornos sobre os quais deve se pautar o intérprete:
"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. IMPOSTO DE RENDA. NÃO-INCIDÊNCIA. NATUREZA. VERBA INDENIZATÓRIA. ADICIONAL DE 1/3 SOBRE FÉRIAS. REPETIÇÃO POR VIA DE PRECATÓRIO. POSSIBILIDADE.
1. É cediço na Corte que têm natureza indenizatória, a fortiori afastando a incidência do Imposto de Renda: a) o abono de parcela de férias não-gozadas (art. 143 da CLT), mercê da inexistência de previsão legal, na forma da aplicação analógica da Súmulas 125/STJ, verbis: "O pagamento de férias não gozadas por necessidade do serviço não está sujeito à incidência do Imposto de Renda.", e da Súmula 136/STJ, verbis: "O pagamento de licença-prêmio não gozada, por necessidade do serviço, não está sujeito ao Imposto de Renda." (Precedentes: REsp 706.880/CE, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 17.10.2005; REsp 769.817/PB, Rel. Min. Castro Meira, DJ 03.10.2005; REsp 499.552/AL, Rel. Min. Peçanha Martins, DJ 19.09.2005; Resp 320.601/DF, Rel. Min. Franciulli Netto, DJ 30.05.2005; Resp 685.332/SP, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 14.02.2005; AgRg no AG 625.651/RJ, Rel. Min. José Delgado, DJ 11.04.2005); b) as férias não-gozadas, indenizadas na vigência do contrato de trabalho, bem como as licenças-prêmio convertidas em pecúnia, sendo prescindível se ocorreram ou não por necessidade do serviço, nos termos da Súmula 125/STJ (Precedentes: REsp 701.415/SE, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 04.10.2005; AgRg no REsp 736.790/PR, Rel. Min. José Delgado, DJ 15.05.2005; AgRg no AG 643.687/SP, Rel. Min. Luiz Fux, DJ 27.06.2005); c) as férias não-gozadas, licenças-prêmio convertidas em pecúnia, irrelevante se decorreram ou não por necessidade do serviço, férias proporcionais, respectivos adicionais de 1/3 sobre as férias, gratificação de Plano de Demissão Voluntária (PDV), todos percebidos por ocasião da extinção do contrato de trabalho, por força da previsão isencional encartada no art. 6º, V, da Lei 7.713/88 e no art. 39, XX, do RIR (aprovado pelo Decreto 3.000/99) c/c art. 146, caput, da CLT (Precedentes: REsp 743.214/SP, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 17.10.2005; AgRg no AG 672.779/SP, Rel. Min. Luiz Fux, DJ 26.09.2005; AgRg no Resp 678.638/SP, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ 03.10.2005; REsp
753.614/SP, Rel. Min. Peçanha Martins, DJ 26.09.2005; Resp 698.722/SP, Rel. Min. Castro Meira, DJ 18.04.2005; AgRg no AG 599.930/SP, Rel. Min. Denise Arruda, DJ 07.03.2005; REsp 675.994/CE, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 01.08.2005; AgRg no AG 672.779/SP, Rel. Min. Luiz Fux, DJ 26.09.2005; REsp 331.664/SP, Rel. Min. Franciulli Netto, DJ 25.04.2005).
2. Deveras, em face de sua natureza salarial, incide a referida exação: a) sobre o adicional de 1/3 sobre férias gozadas (Precedentes: REsp 763.086/PR, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 03.10.2005; REsp 663.396/CE, Rel. Min. Franciulli Netto, DJ 14.03.2005); b) sobre o adicional noturno (Precedente: Resp 674.392/SC, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 06.06.2005); c) sobre a complementação temporária de proventos (Precedentes: Resp 705.265/RS, Rel. Min. Luiz Fux, DJ 26.09.2005; REsp 503.906/MT, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ 13.09.2005); d) sobre o décimo-terceiro salário (Precedentes: REsp 645.536/RS, Rel. Min. Castro Meira, DJ 07.03.2005; EREsp 476.178/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 28.06.2004); sobre a gratificação de produtividade (Precedente: REsp 735.866/PE, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 01.07.2005); e) sobre a gratificação por liberalidade da empresa, paga por ocasião da extinção do contrato de trabalho (Precedentes: REsp 742.848/SP, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 27.06.2005; REsp 644.840/SC, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 01.07.2005); f) sobre horas-extras (Precedentes: REsp 626.482/RS, Rel. Min. Castro Meira, DJ 23.08.2005; REsp 678.471/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 15.08.2005; REsp 674.392/SC, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 06.06.2005)
3. In casu, as verbas recebidas pelos empregados, a título de adicional de 1/3 sobre férias indenizadas, embora na vigência do contrato de trabalho, têm a mesma natureza destas, por tratar-se de verba acessória, eximindo-se da incidência do imposto de renda. (Precedentes: RESP 671583, 2ª Turma, Rel. Min. Teori Zavascki, DJ 21/11/2005; RESP 782587/PR, Segunda Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 20/10/2005; REsp 663396 / CE , Segunda Turma, Rel. Min. Franciulli Netto, DJ 14/03/2005; Ag Rg no RESP 644289/SP, Primeira Turma, Rel. Min. José Delgado, DJ 17/12/2004)
4. O art. 333, I e II, do CPC, dispõe que compete ao autor fazer prova constitutiva de seu direito e ao réu, a prova dos fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor. In casu, a autora fez prova do fato constitutivo de seus direitos - a comprovação da retenção indevida de imposto de renda sobre valores recebidos a título de licença-prêmio e férias não gozadas, os quais constituem verbas indenizatórias, conforme já pacificado no seio desta Corte Superior (Súmulas nº 125 e 136).
5. A obtenção de decisão judicial favorável transitada em julgado, proferida em ação condenatória, confere ao contribuinte a possibilidade de executar o título judicial, pretendendo o recebimento do crédito por via do precatório, ou proceder à compensação tributária.
6. Deveras, é cediço na Corte que cabe ao contribuinte manifestar a opção de receber o respectivo crédito por meio de precatório regular ou compensação, haja vista que constituem, ambas as modalidades, formas de execução do julgado colocadas à disposição da parte quando do procedente a ação (Precedentes: EREsp n.º 502.618/RS, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ de 01/07/2005; RESP 232002/CE, Relator Ministro João Otávio de Noronha, Segunda Turma, DJ de 16.08.2004; REsp n.º 551.184/PR, Relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJ de 01.12.2003).
7. Agravo Regimental Desprovido"
(STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA Classe: AGRESP - AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - 797743 Processo: 200501902504 UF: PR Órgão Julgador: PRIMEIRA TURMAData da decisão: 22/08/2006 Documento: STJ000708260, DJ DATA:21/09/2006 PÁGINA:228).
Ante o exposto, defiro o pedido de efeito suspensivo.
Comunique-se ao MM. Juízo agravado para as providências cabíveis.
Publique-se. Intimem-se, inclusive a agravada para contraminutar.
São Paulo, 20 de março de 2007.

JUIZ FEDERAL CONVOCADO SILVIO GEMAQUE - RELATOR

PROC.	:	2007.03.00.011466-6 AG 292121
ORIG.	:	200661150019807 2 Vr SAO CARLOS/SP
AGRTE	:	FERRARI AGRO-INDUSTRIA LTDA
ADV	:	FABIO PALLARETTI CALCINI
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE SAO CARLOS > 15ª SSJ> SP
RELATOR	:	DES.FED. FÁBIO PRIETO DE SOUZA / QUARTA TURMA

a.Trata-se da discussão sobre a não-inclusão do ICMS na base de cálculo da COFINS e do PIS.
b.É uma síntese do necessário.
1.A matéria é objeto de jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça. Confira-se:
"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ERRO MATERIAL CONFIGURADO. ICMS. INCLUSÃO NA BASE DE CÁLCULO DO PIS E DA COFINS. SÚMULAS 68 E 94 DO STJ.
1. A parcela relativa ao ICMS inclui-se na base de cálculo da COFINS e do PIS, ante a ratio essendi das Súmulas 68 e 94 do STJ.
2. Precedentes jurisprudenciais do STJ: Ag 666548/RJ, desta relatoria, DJ de 14.12.2005; RESP 496.969/RS, Relator Ministro Franciulli Netto, DJ de 14/03/2005; RESP 668.571/RS, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 13/12/2004 e RESP 572.805/SC, Relator Ministro José Delgado, DJ de 10/05/2004.
3. Embargos de declaração acolhidos para sanar o erro material e negar provimento ao recurso especial interposto por Irmãos Amalcaburio Ltda e Outros (fls. 564/592)".
(STJ, 1ª Turma, ED no AR no RESP 706766/RS, Rel. Min. Luiz Fux, j. 18/05/2006, v.u., DJU 29/05/2006)
"TRIBUTÁRIO. INCIDÊNCIA DO VALOR REFERENTE AO ICMS. BASE DE CÁLCULO DO PIS E DA COFINS. SÚMULA N. 68 DO STJ.
1. A parcela relativa ao ICMS inclui-se na base de cálculo do PIS e da Cofins. Precedentes do STJ.
2. Recurso especial improvido".
(STJ, 2ª Turma, RESP nº 505172/RS, Rel. Min. João Otávio de Noronha, j. 21/09/2006, v.u., 30/10/2006)
2. Por estes fundamentos, nego seguimento ao recurso (artigo 557, "caput", do Código de Processo Civil).
3.Publique-se e intimem-se.
4.Decorrido o prazo recursal, remetam-se os autos ao digno Juízo de 1º Grau.

São Paulo, 09 de março de 2007.

PROC.	:	2007.03.00.015042-7 AG 292628
ORIG.	:	200761000019582 22 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
AGRDO	:	SRB PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS LTDA
ADV	:	LUIS OTAVIO SEQUEIRA DE CERQUEIRA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 22 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. ROBERTO HADDAD / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto contra r. decisão proferida pelo MM. Juízo "a quo", em mandado de segurança, que deferiu pedido liminar para determinar a expedição de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, nos termos do disposto no artigo 206, do CTN.
Inconformada com a decisão, a agravante interpõe o presente recurso, inclusive para se valer da possibilidade de deferimento da suspensão dos efeitos da decisão agravada, à luz da atual disciplina traçada nos artigos 558 e 527, III, do Código de Processo Civil, aduzindo, em síntese, a ausência de demonstração do ato coator, bem como a não inclusão dos débitos no parcelamento requerido, eis que a consolidação dos débitos efetuada junto à Secretaria da Receita Federal não abrange os débitos em cobrança pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.
Feito um breve relatório, decido:
Nos termos do artigo 558 do CPC, para deferimento da tutela pleiteada, tal como autoriza o artigo 527, inciso III, do mesmo diploma legal, é necessário que, sendo relevante a fundamentação da agravante, haja evidências de que tal decisão esteja a resultar em lesão grave e de difícil reparação.
Neste juízo de cognição sumária, não verifico plausibilidade de direito nas alegações da agravante a justificar o deferimento da tutela pleiteada.
Conforme consta na r. decisão agravada, a impetrante, ora agravada, colacionou extensa documentação (mais de 130 fls.), tendente a comprovar a inclusão de seus débitos nos parcelamentos (REFIS II e III), o que importaria na suspensão da exigibilidade dos créditos tributários, possibilitando a expedição da pretendida certidão.
Por sua vez, a agravante cingiu-se a alegar que a consolidação de débitos efetuada junto à Secretaria da Receita Federal não abrange os débitos em cobrança pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, deixando de juntar qualquer documento que comprove suas alegações.
Assim, resta evidenciado que o presente recurso foi instruído deficientemente, o que impossibilita uma análise mais acurada sobre o tema, não merecendo prosperar as alegações da agravante.
Dando continuidade à reforma efetuada no Código de Processo Civil, a Lei nº 11.187/2005 fez do agravo pela modalidade retida, o recurso em regra cabível para impugnação das decisões interlocutórias proferidas em primeira instância, deixando o agravo de instrumento circunscrito às hipóteses da decisão impugnada causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissibilidade da apelação e nos relativos aos efeitos em que a mesma é recebida.
Como se pode notar, a recente reforma conferiu um novo aspecto ao interesse recursal do agravo de instrumento, vinculando sua interposição à necessidade de pronta prestação da tutela jurisdicional.
Em suma, de acordo com a nova sistemática, impende verificar se o gravame alegadamente sofrido pela parte, por sua natureza e efeitos, comporta um regime de espera pela futura apelação, e se, caso provido pelo tribunal, o decurso do tempo não fará desaparecer a possibilidade de uma ainda eficaz reparação do dano causado.
No caso dos autos, considero que não existe risco de lesão grave e de difícil reparação, nos termos do inciso II do artigo 557 do CPC, eis que na hipótese de ser indevida a expedição da referida certidão, poderá ser posteriormente requerida a anulação todos os atos praticados, motivo pelo qual converto o presente agravo de instrumento em retido.
Observadas as formalidades legais, remetam-se os autos à Vara de Origem
Int.
São Paulo, 13 de março de 2007.

ROBERTO HADDAD
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.015128-6 AG 292554
ORIG.	:	9611013590 1 Vr PIRACICABA/SP
AGRTE	:	MAURO TREVELIN
ADV	:	FERNANDO CAMOSSI
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE PIRACICABA SP
RELATOR	:	DES.FED. SALETTE NASCIMENTO / QUARTA TURMA

Vistos,
Trata-se de agravo de instrumento interposto por MAURO TREVELIN, em face de decisão que rejeitou exceção de pré-executividade, por não ter ocorrido a prescrição, e, mais, não admitiu o pedido de exclusão do sócio do pólo passivo.
Sustenta, em síntese a agravante, em suas razões, a prescrição intercorrente, e ainda, a inocorrência de atuação com excesso de poder, ou por infração à lei, contrato social ou estatuto.
Pugna, assim, pela concessão do efeito suspensivo ativo ao recurso.
Decido.
Neste primeiro e provisório exame inerente ao momento processual, não vislumbro a presença dos requisitos previstos no artigo 558 do CPC, para a concessão do efeito suspensivo.
A exceção de pré-executividade, medida excepcional, é cabível para tratar de matérias que não dependam de dilação probatória e possam ser conhecidas de ofício pelo juiz.
A propósito:
"TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. ADMISSÃO. ART. 16, § 3º DA LEI Nº 6.830/80. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. DISSÍDIO NOTÓRIO.
(...)
3. As matérias passíveis de serem alegadas em exceção de pré-executividade não são somente as de ordem pública, mas também os fatos modificativos ou extintivos do direito do exeqüente, desde que comprovados de plano, sem necessidade de dilação probatória.
4. É possível argüir-se a prescrição por meio de exceção de pré-executividade, sempre que demonstrada por prova documental inequívoca constante dos autos ou apresentada juntamente com a petição.
5. A Corte Especial, no julgamento dos Embargos de Divergência no Recurso Especial n.º 388.000/RS (acórdão ainda não publicado), por maioria, concluiu ser possível alegar-se prescrição por meio de exceção de pré-executividade.
6. Recurso especial conhecido em parte e provido."
(STJ - RESP - 740025 - Processo: 200500561105/RJ - SEGUNDA TURMA - Rel. Min. CASTRO MEIRA - j. 12/05/2005 - p. 20/06/2005)
Porém, não há demonstração nos autos de eventual desídia por parte da União, só estando juntados os documentos comprobatórios das datas de citação da executada e do sócio.
Em relação à discussão em torno de ilegitimidade de sócio, a sua admissibilidade em exceção de pré-executividade não é possível, visto não envolver questão de ordem pública.
Nesse sentido:
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. DISCUSSÃO ACERCA DA ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DOS SÓCIOS. DESCABIMENTO.
I - A exceção de pré-executividade pode ser argüida em relação às questões relativas aos pressupostos processuais, condições da ação e vícios objetivos do título, referentes a certeza, liquidez e exigibilidade, desde que não demandem dilação probatória.
II - Descabe o uso da exceção de pré-executividade com o objetivo de se discutir a legitimidade passiva do sócio-gerente de sociedade limitada em execução fiscal, devendo a matéria ser apreciada por meio de embargos do devedor.
III - Agravo regimental improvido."
(STJ - AGRESP 588045 - Processo: 200301624231/RJ - PRIMEIRA TURMA - Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO - j. 17/02/2004 - p. 28/04/2004)
Ante todo o exposto, indefiro a concessão de efeito suspensivo ao recurso.
Publique-se. Intimem-se, inclusive a agravada para contra-minutar.
São Paulo, 22 de março de 2007.

SILVIO GEMAQUE
Juiz Federal Convocado Relator

PROC.	:	2007.03.00.015208-4 AG 292614
ORIG.	:	200161200030716 1 Vr ARARAQUARA/SP
AGRTE	:	JORGE CORREA BENTO JUNIOR
ADV	:	DARCY DE OLIVEIRA LINS
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE ARARAQUARA - 20ª SSJ - SP
RELATOR	:	DES.FED. ROBERTO HADDAD / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra r. decisão proferida pelo MM. Juízo a quo, em execução fiscal, que indeferiu pedido de reconhecimento de ilegitimidade passiva.
Da análise dos autos, verifico que a Agravante não efetuou o pagamento das custas e do porte de retorno.
Assim sendo, não tendo a recorrente observado o disposto no artigo 525, §1º, do CPC, nego seguimento ao presente Agravo por ser manifestamente inadmissível, de acordo com o disposto no artigo 557 do referido diploma legal.
Após, encaminhem-se os autos à Vara de Origem.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 20 de março de 2007.

ROBERTO HADDAD
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.015412-3 AG 292824
ORIG.	:	200761000022489 15 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
AGRDO	:	GREY ZEST DIRECT MARKETING E PUBLICIDADE LTDA
ADV	:	HENRIQUE DE OLIVEIRA LOPES DA SILVA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 15 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. ROBERTO HADDAD / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto contra r. decisão proferida pelo MM. Juízo "a quo", em mandado de segurança, que deferiu pedido liminar a fim de determinar à autoridade impetrada a expedição de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, nos termos do disposto no artigo 206, do CTN.
Inconformada com a decisão, a agravante interpõe o presente recurso, inclusive para se valer da possibilidade de deferimento de efeito suspensivo, à luz da atual disciplina traçada nos artigos 558 e 527, III do Código de Processo Civil, aduzindo, em síntese, que não obstante a impetrante tenha demonstrado o efetivo pagamento dos débitos inscritos em dívida ativa sob os nºs 80.6.06.058161-12 e 80.2.06.063046-63, foi chancelada uma nova inscrição em 24.01.2007, sob o nº 80.2.07.000881-46, que se encontra na situação "ATIVA A SER COBRADA", o que obsta a expedição da pretendida certidão.
Feito um breve relatório, decido:
Nos termos do artigo 558 do CPC, para deferimento da tutela pleiteada, tal como autoriza o artigo 527, inciso III, do mesmo diploma legal, é necessário que, sendo relevante a fundamentação dos agravantes, haja evidências de que tal decisão esteja a resultar em lesão grave e de difícil reparação.
Neste juízo de cognição sumária, não verifico plausibilidade de direito nas alegações da agravante a justificar o deferimento da tutela pleiteada.
Os efeitos da decisão concessiva de liminar encontram-se adstritos aos débitos discutidos no mandamus, sendo evidente que a existência de outros débitos propiciam à impetrada a negativa de expedição da pretendida certidão ou, ainda, a expedição de certidão positiva de débitos.
Ademais, a existência do novo débito mencionado pela agravante ainda não analisada pelo MM. Juízo "a quo", impede a sua análise por este Tribunal, sob pena de supressão de grau de jurisdição.
Desta forma, não se insurgindo a agravante contra o reconhecimento pelo magistrado da inexigibilidade dos débitos discutidos no mandamus, restou evidenciada a ausência do interesse recursal da agravante, impondo-se a negativa de seguimento ao presente recurso.
Ante o exposto, nego seguimento ao presente agravo de instrumento, a teor do art. 557, caput, do CPC.
Observadas as formalidades legais, remetam-se os autos à Vara de Origem
Int.
São Paulo, 23 de março de 2007.

ROBERTO HADDAD
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.015507-3 AG 292857
ORIG.	:	200161820030253 11F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	POTOMAC IND/ E COM/ TEXTIL LTDA
ADV	:	JOSE ROBERTO SILVA FRAZAO
AGRDO	:	União Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 11 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES.FED. ROBERTO HADDAD / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto contra r. decisão proferida pelo MM. Juízo a quo, em execução fiscal, que rejeitou a exceção de pré-executividade oposta.
Inconformada com a decisão, a agravante interpõe o presente recurso, inclusive para valer-se da possibilidade de deferimento da antecipação da tutela recursal, à luz da atual disciplina traçada nos artigos 558 e 527, inciso III, do Código de Processo Civil - CPC, aduzindo, em síntese, que os débitos em cobrança foram extintos ante a ocorrência de decadência e prescrição.
Decido.
Nos termos do artigo 558, do CPC, para o deferimento da tutela pleiteada, tal como autoriza o artigo 527, inciso III, do mesmo diploma legal, é necessário que, sendo relevante a fundamentação da agravante, haja evidências de que tal decisão esteja a resultar em lesão grave e de difícil reparação.
Por primeiro, sabe-se que a denominada "Exceção de Pré-Executividade" admite a defesa do executado sem a garantia do juízo somente nas hipóteses excepcionais de pagamento ou ilegitimidade de parte, documentalmente comprovados, cancelamento de débito, anistia, remissão e outras situações reconhecíveis de plano, ou seja, a sua admissibilidade deve basear-se em prova inequívoca não sendo cabível nos casos em que há necessidade de produção de provas ou mesmo quando o magistrado entender ser pertinente ouvir a parte contrária para o seu convencimento.
Pacífico o entendimento jurisprudencial no sentido de que "Na execução fiscal, com o título revestido de presunção de liquidez e certeza, a exeqüente nada tem que provar. Opondo embargos, o devedor terá que desconstituir o título. Se nada provar, a pretensão resistida será desmerecida e, com o prosseguimento da execução, será agasalhada a pretensão satisfeita. Não é a embargada que irá robustecer o seu título, mas o embargante que terá que enfraquecê-lo ..." (V. Acórdão da 5ª T. do extinto E. Tribunal Federal de Recursos, na Apel.Cív.nº 114.803-SC; rel. Min. Sebastião Reis- Boletim AASP nº 1465/11).
Do exame dos autos, verifico que o conjunto probatório carreado ao presente recurso é insuficiente para afirmar a inexigibilidade do débito em cobrança, uma vez que não há como se aferir a efetiva inexistência de causa interruptiva do prazo prescricional entre a constituição do crédito tributário e o ajuizamento do executivo fiscal.
Dessa forma, o caso dos autos está a revelar que não se trata da situação excepcional a se permitir o acolhimento de defesa, a não ser pelas vias próprias, quais sejam, os embargos, uma vez que é imprescindível a dilação probatória para se aferir a ocorrência da prescrição alegada.
Pelo exposto, defiro parcialmente a antecipação dos efeitos da tutela recursal pleiteada, tão somente para assegurar o conhecimento da matéria, ora aduzida, em sede de embargos à execução.
Requisitem-se as informações necessárias.
Intime-se a Agravada, nos termos do art. 527, V, CPC.
Int.
São Paulo, 19 de março de 2007.

ROBERTO HADDAD
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.015666-1 AG 292994
ORIG.	:	0200000160 2 Vr VALINHOS/SP 0200065962 2 Vr VALINHOS/SP
AGRTE	:	SANTO TORDIN espolio
REPTE	:	CARLOS ALBERTO TORDIN
ADV	:	RICARDO MARCELO TURINI
AGRDO	:	União Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 2 VARA DE VALINHOS SP
RELATOR	:	DES.FED. SALETTE NASCIMENTO / QUARTA TURMA

Trata-se de agravo de instrumento interposto por SANTO TORDIN espólio, em face de decisão que, em sede de embargos à execução fiscal, deixou de receber o recurso de apelação por deserção, nos termos do art. 511, do CPC.
Alega a agravante, em síntese, que as taxas judiciárias foram recolhidas regularmente e dentro do prazo para interposição do recurso.
Requer a reforma da decisão agravada, para que seja afastada a pena de deserção aplicada ao recurso de apelação.
Publique-se. Intimem-se, inclusive a agravada para contraminutar.
São Paulo, 23 de março de 2007.

JUIZ FEDERAL CONVOCADO SILVIO GEMAQUE - RELATOR

PROC.	:	2007.03.00.015888-8 AG 293145
ORIG.	:	200661080113427 3 Vr BAURU/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
AGRDO	:	INSTITUTO AMERICANO DE LINS DA IGREJA METODISTA
ADV	:	JOSE DILETO SALVIO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE BAURU - 8ª SSJ - SP
RELATOR	:	DES.FED. ALDA BASTO / QUARTA TURMA

VISTOS.
A nova redação dada ao art. 522 do CPC pela Lei 11.187, de 19.10.05, não mais considera a conversão do agravo de instrumento em retido uma faculdade, consignando sua conversão em todos os casos em que não se detectar lesão grave e de difícil reparação, ressalvando apenas sua forma de instrumento naqueles casos de inadmissão da apelação e seus efeitos.
O legislador da Lei nº 11.187/2005 tornou a modalidade retida de agravar como regra, em observância aos princípios da celeridade, economia e efetividade processuais, este alçado a patamar constitucional, conforme a Emenda nº 45/2004. Por isso, não há possibilidade de recurso contra a decisão de conversão.
In casu, a autora ajuizou a demanda, a fim de anular multa imputada em procedimento fiscalizatório, com fundamento na ausência de recolhimento de Imposto de Renda.
Reconhecido em sede administrativa, a insubsistência de parte dos créditos tributários constituídos por auto de infração (fls. 101), em que pese a autora não ter impugnado, especificamente, a multa incidente sobre os mesmos créditos tributários, se afigura, de plano, ilegítima a sua cobrança, ante a absoluta ausência de justa causa.
Dessa forma, a suspensão da exigibilidade da referida multa, conforme deferida na decisão impugnada, não é suscetível de causar à agravante lesão grave e de difícil reparação.
Portanto, a hipótese é de conversão do agravo de instrumento em retido, para todos efeitos legais.
Converto, pois, o presente agravo de instrumento em retido.
Intimem-se e, após, encaminhem-se os autos à distribuição para a baixa, com a seqüente remessa ao juízo da primeira instância, onde será apensado aos autos principais.
São Paulo, 21 de março de 2007.

ALDA BASTO
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.018154-0 AG 293345
ORIG.	:	8900085220 13 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
AGRDO	:	IRMAOS CAVASINI LTDA
ADV	:	ADHEMAR FERRARI AGRASSO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 13 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. SALETTE NASCIMENTO / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto pela União em face de decisão que, em ação ordinária visando à restituição de valores indevidamente recolhidos a título de empréstimo compulsório sobre veículo, deferiu a expedição de ofício precatório complementar.
Sustenta o agravante, em síntese, a ocorrência de prescrição, e, mais, ser indevida a incidência de juros, pela inocorrência de mora no pagamento do débito.
Requer a concessão de efeito suspensivo ao agravo de instrumento.
Decido.
Neste primeiro e provisório exame inerente ao momento processual, não vislumbro a presença de um dos pressupostos necessários à concessão do efeito pleiteado.
Com efeito, em se tratando de questão atinente a pedido de expedição de precatório complementar, em exame de cognição sumária, não verifico perigo de dano irreparável ou de difícil reparação à parte agravante, podendo-se aguardar até pronunciamento definitivo pela Turma.
Cumpre ressaltar que, em que pese a ausência de perigo de dano, o presente recurso não deve ser convertido em agravo retido, excepcionando nosso entendimento adotado em face da nova redação dada pela Lei n. 11.187/2005 ao inciso II, do artigo 527, do CPC, por se tratar de agravo tirado de decisão relativa a pagamento de precatório, o que impossibilita futura devolução da questão para apreciação pelo Tribunal.
Dessa forma, indefiro o pedido de efeito suspensivo.
Publique-se. Intimem-se, inclusive a agravada para contra-minutar.
São Paulo, 23 de março de 2007.

SILVIO GEMAQUE
Juiz Federal Convocado Relator

PROC.	:	2007.03.00.018156-4 AG 293347
ORIG.	:	200261000040767 13 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
AGRDO	:	DAAR EDUCACAO E CULTURA LTDA
ADV	:	SILVANA MIANI GOMES GUIMARAES
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 13 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. ALDA BASTO / QUARTA TURMA

Vistos em decisão.
Trata-se de agravo de instrumento interposto em face da decisão que determinou a expedição de ofício requisitório computando-se a incidência de juros moratórios entre a data de elaboração dos cálculos e a data de expedição do precatório.
Inconformada, alega a agravante não existir mora no pagamento, razão pela qual resta incabível a incidência de juros antes da expedição do precatório.
Decido.
No que tange à incidência de juros, sabe-se que a Emenda Constitucional nº 30/2000 imprimiu nova redação ao §1º do art. 100, estabelecendo que os precatórios, apresentados até 1º de julho, devem ser pagos até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.
Conclui-se que, por vontade do legislador, ao definir a atualização como sendo puramente monetária, restou excluído o cômputo dos juros de mora no período previsto para pagamento.
Isso porque não pode ser tido em mora o devedor que cumpre o prazo constitucionalmente estabelecido, pois somente aquele que não efetua o pagamento no tempo, modo e lugar convencionados pode ser considerado como tal (Código Civil, art. 394).
Neste mesmo sentido, a jurisprudência:
"CONSTITUCIONAL. CRÉDITO DE NATUREZA ALIMENTAR. JUROS DE MORA ENTRE A DATA DA EXPEDIÇÃO DO PRECATÓRIO E A DO EFETIVO PAGAMENTO. CF, ART. 100, § 1º (REDAÇÃO ANTERIOR À EC 30/2000).
Hipótese em que não incidem juros moratórios, por falta de expressa previsão no texto constitucional e ante a constatação de que, ao observar o prazo ali estabelecido, a entidade de direito público não pode ser tida por inadimplente.
Orientação, ademais, já assentada pela Corte no exame da norma contida no art. 33 do ADCT.
Recurso extraordinário conhecido e provido."
(RE 305186 AgR / SP, Agravo Regimental no Recurso extraordinário, Rel. Min. Ilmar Galvão, Primeira Turma).
Pois bem.
O art. 100, §1º, da Constituição Federal estabelece o prazo para o pagamento do precatório apresentado até o dia 1º de julho de cada ano: esse lapso medeia o dia 02 de julho subseqüente e o dia de 31 de dezembro do outro ano. É dentro desse intervalo temporal que o Supremo Tribunal Federal decidiu não correrem juros, ressalvada a correção monetária, aplicável quando de seu pagamento, pelo Tribunal responsável.
Todavia, fora desse período, a questão atinente à incidência de juros moratórios afigura-se plausível.
Revendo posicionamento anterior, entendo ser devida a aplicação de juros moratórios desde a última atualização da conta, feita pelo MM. Juízo de primeiro grau, por ser a derradeira oportunidade em que computados, antes do pagamento, até a data de expedição do precatório, coincidindo esta com a data do protocolo do ofício requisitório neste Tribunal Regional Federal.
Ressalte-se que os juros de mora devem incidir sobre o valor principal corrigido, excepcionando-se eventuais juros acrescidos à conta anteriormente, a fim de se evitar a ocorrência de anatocismo.
Desta forma, estando o presente recurso em manifesto confronto com jurisprudência dominante de Tribunal Superior, nego seguimento ao presente agravo, com base no "caput" do Art. 557, do CPC.
Intimem-se.
Decorrido o prazo legal, baixem os autos à Vara de origem.
Publique-se.
São Paulo, 13 de março de 2007.

Alda Basto
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.018159-0 AG 293350
ORIG.	:	9700137171 2 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
AGRDO	:	SELMEC EQUIPAMENTOS PARA PROCESSO LTDA
ADV	:	RICARDO GOMES LOURENCO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE SAO PAULO>1ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. SALETTE NASCIMENTO / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
I - Agrava a UNIÃO FEDERAL de R. despacho monocrático que deferiu medida acautelatória requerida pela parte.
II - Extemporâneo o presente recurso, "ex vi" do art. 522 do CPC.
Intimada a Agravante do R. despacho impugnado conforme protocolo na petição de fls. 51/52, em 14.11.2006, interpôs o presente recurso somente em 01.03.2007,(conforme protocolo, fls. 2), ou seja, em desconformidade com o disposto no art. 523, "caput" do Estatuto Processual, anterior a Lei 9.139/95.

Anota Theotônio Negrão que: "A intempestividade é matéria de ordem pública, declarável de ofício pelo tribunal" (RSTJ 34/456)" Nota 1, art. 508, pág. 393 - Código de Processo Civil e legislação processual em vigor - 28ª edição).
Isto posto, nego seguimento ao presente recurso.
P.I.
São Paulo, 20 de março de 2007.
MM. JUIZ FEDERAL CONVOCADO - RELATOR SILVIO GEMAQUE

PROC.	:	2007.03.00.018228-3 AG 293392
ORIG.	:	200761140003030 3 Vr SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP
AGRTE	:	SUPERMAD WOOD CENTER LTDA
ADV	:	PEDRO WANDERLEY RONCATO
AGRDO	:	UniÃo Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
ORIGEM	:	JUÍZO FEDERAL DA 3ª VARA DE S B DO CAMPO SP
RELATOR	:	DES.FED. FÁBIO PRIETO DE SOUZA / QUARTA TURMA

a.Trata-se de agravo de instrumento contra a r. decisão que determinou a adequação do valor da causa, nos embargos do devedor, à quantia executada.
b.Argumenta-se com a impossibilidade do r. juízo determinar, de ofício, a alteração.
c.É uma síntese do necessário.
1.O magistrado pode determinar a modificação, de ofício, do valor da causa, quando a lei disciplinar critérios para a verificação do mesmo. Neste sentido:
Valor da causa. Alteração de ofício. Precedentes.
1. Já decidiu a Corte que é "possível ao Magistrado, de ofício, ordenar a retificação do valor da causa, quando o critério de fixação estiver previsto na lei, quando a atribuição constante da inicial constituir expediente do autor para desviar a competência, o rito procedimental adequado ou alterar a regra recursal".
2. No caso, no próprio corpo da inicial o autor menciona valores bem superiores ao que aponta, cabendo ao Magistrado, ademais de outras circunstâncias, determinar que a parte estabeleça o valor de acordo com a pretensão.
3. Recurso especial não conhecido."
(STJ, 3ª Turma, RESP nº 231363, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, j. 31/08/2000, v.u., DJU 30/10/2000).
2.A orientação é a mesma, inclusive, nos casos de existência de critérios legais estabelecidos para a estimativa do valor da causa. Confira-se:
"... Admitindo a alteração "ex officio" do valor da causa, ainda que não haja critério legal fixando-o expressamente e que não tenha havido impugnação do réu: RJTJESP 114/363 (ação de usucapião)." (Theotônio Negrão, Código de Processo Civil e legislação processual em vigor, 30ª ed., p. 310, nota 9, artigo 261, 1999).
"PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. COFINS. INSCRIÇÃO NA DÍVIDA ATIVA. VALOR DA CAUSA. CONTEÚDO ECONÔMICO DA DEMANDA. DISCREPÂNCIA. ALTERAÇÃO DE OFÍCIO. POSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. PRECEDENTES.
1. O conteúdo econômico da demanda, se for quantificável, deve ser retratado no valor da causa.
2. Pode o juiz, de ofício, requerer a alteração do valor da causa, caso seja verificada discrepância relevante entre esse valor e o conteúdo econômico da demanda.
3. Os embargos de declaração devem atender a seus requisitos, quais sejam, suprir omissão, contradição ou obscuridade. Inexistindo qualquer um dos requisitos insertos no art. 535 do Código de Processo Civil, rejeitam-se os embargos declaratórios.
4. Recurso especial conhecido e não-provido."
(STJ, 2ª Turma, RESP nº 572536, Rel. Min. João Otávio de Noronha, j. 05/05/2005, v.u., DJU 27/06/2005).
3.A despeito de ser lícito ao autor estimar o valor da causa, quando o conteúdo econômico da ação não seja imediato, é inadmissível fixá-lo muito além do provável ganho financeiro com o resultado útil da demanda.
4.De outra parte, a matéria sobre fixação do valor da causa nos embargos à execução é objeto de jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça. Confira-se:
"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. VALOR DA CAUSA. QUANTUM IMPUGNADO NOS EMBARGOS.
1. Nos embargos à execução, o valor da causa é igual ao quantum impugnado: se toda a execução, o valor da causa é o da execução; se parte da execução, é o da diferença entre o valor cobrado e o reconhecido. Precedentes.
2. Agravo regimental improvido."
(1ª Turma, AGRESP nº 426.972/RJ, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, j. 29/062004, v.u., DJU 23/08/2004).
"PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. EMBARGOS À EXECUÇÃO. VALOR DA CAUSA.
1. O valor dado à causa na ação incidental de embargos à execução deve guardar similitude com o valor atribuído à própria execução, quando a impugnação volta-se contra a totalidade do débito.
2. Não obstante, o valor da causa nos embargos à execução deve corresponder à diferença entre o montante da dívida e o que se entende devido em casos de impugnação parcial.
3. Hipótese vertente, em que o valor da causa nos embargos não pode ser outro senão o valor da execução, uma vez que o questionamento incide sobre a regularidade do próprio processo executivo.
4. Recurso Especial desprovido."
(1ª Turma, RESP nº 584.983/PE, Rel. Min. Luiz Fux, j. 11/05/2004, v.u., DJU 31/05/2004).
"PROCESSO CIVIL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - VALOR DA CAUSA - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - ART. 20 § 4º DO CPC.
1. Nos embargos à execução, o valor da causa deve corresponder à diferença entre o valor que está sendo executado e aquele que se entende devido.
2. Na hipótese dos autos, o DNER impugnou a totalidade da dívida e, portanto o valor da causa corresponde à totalidade da execução.
3. Sucumbente a autarquia, correta a fixação de honorários feita pelo Tribunal de origem que levou em conta o critério da eqüidade, estabelecido no art. 20, § 4º do CPC.
4. Recurso especial conhecido em parte, mas improvido."
(2ª Turma, RESP nº 426342, Rel. Min. Eliana Calmon, j. 22/06/2004, v.u., DJU 20/09/2004).
5.Por estes fundamentos, nego seguimento ao recurso (artigo 557, "caput", do Código de Processo Civil).
6.Comunique-se.
7.Publique-se e intime-se.
8.Decorrido o prazo recursal, remetam-se os autos ao digno Juízo de 1º Grau.
São Paulo, em 13 de março de 2007.

PROC.	:	2007.03.00.018357-3 AG 293507
ORIG.	:	0400019420 A Vr ITU/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
AGRDO	:	NOVIDADES LIQUIDAS COM/ DE BEBIDAS LTDA
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DO SAF DE ITU SP
RELATOR	:	DES.FED. ROBERTO HADDAD / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra r. decisão proferida pelo MM. Juízo a quo, em execução fiscal, que condicionou a citação da executada por Carta "A.R." ao efetivo pagamento de custas pela agravante.
Da análise dos autos, verifico que a Agravante não juntou a certidão de intimação da decisão agravada, peça obrigatória para instruir o Agravo de Instrumento.
Assim sendo, não tendo a recorrente observado o disposto no artigo 525, I, do CPC, nego seguimento ao presente Agravo por ser manifestamente inadmissível, de acordo com o disposto no artigo 557 do referido diploma legal.
Após, encaminhem-se os autos à Vara de Origem.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 20 de março de 2007.
ROBERTO HADDAD
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.018522-3 AG 293622
ORIG.	:	0400000002 A Vr ITU/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
AGRDO	:	C E L IND/ E COM/ DE ESTRUTURAS METALICAS E MOVEIS LTDA
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DO SAF DE ITU SP
RELATOR	:	DES.FED. ROBERTO HADDAD / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra r. decisão proferida pelo MM. Juízo a quo que indeferiu pedido de citação da agravada, pois não depende do recolhimento de quaisquer valores atinentes à taxa de expedição de carta de citação.
Da análise dos autos, verifico que a Agravante não instruiu o presente recurso com cópia da certidão da intimação, peça obrigatória, conforme artigo 525, I, do CPC.
Assim sendo, nego seguimento ao presente Agravo por ser manifestamente inadmissível, de acordo com o disposto no artigo 557 do referido diploma legal.
Após decorrido o prazo recursal, encaminhem-se os autos à Vara de Origem.
Publique-se.
Intime-se.
São Paulo, 22 de março de 2007.
ROBERTO HADDAD
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.018729-3 AG 293749
ORIG.	:	9106721680 13 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
AGRDO	:	JAIR ARAUJO RIGONI
ADV	:	MAURICIO JOSE CHIAVATTA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 13 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. ROBERTO HADDAD / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela União Federal contra r. decisão proferida pelo MM. Juízo a quo, em ação ordinária, que acolheu os cálculos da Contadoria Judicial, por considerar cabível a incidência de juros moratórios no período compreendido entre a elaboração de cálculos e a expedição do precatório principal, determinando a expedição de ofício requisitório complementar, .
Inconformada com a decisão, a agravante interpõe o presente recurso, inclusive para se valer da possibilidade de deferimento de efeito suspensivo, à luz da atual disciplina traçada nos artigos 558 e 527, III do Código de Processo Civil, aduzindo, em síntese, ser indevida a incidência de juros de mora entre a data da elaboração dos cálculos e a data da expedição do ofício requisitório.
Decido:
Nos termos do artigo 558, do Código de Processo Civil, para a suspensão do cumprimento da decisão agravada, tal como autoriza o artigo 527, inciso III, do mesmo diploma legal, é necessário que, sendo relevante a fundamentação da agravante, haja evidências de que tal decisão esteja a resultar em lesão grave e de difícil reparação.
Neste juízo de cognição sumária, não verifico plausibilidade de direito nas alegações da agravante a justificar o deferimento do efeito suspensivo pleiteado.
Cumpre observar, ab initio, que o Supremo Tribunal Federal firmou entendimento no sentido de que não são devidos juros moratórios no período compreendido entre a data de expedição do precatório judicial e do seu efetivo pagamento, desde que ocorrido no prazo estabelecido na Constituição Federal, porquanto não caracterizado o inadimplemento por parte do Poder Público.
Por outro lado, consoante entendimento jurisprudencial pacificado por esta E. Corte, no período que abrange a elaboração dos cálculos e a expedição do precatório principal, bem como naquele que compreende o último dia do exercício seguinte ao que o crédito deveria ser pago e a data do efetivo pagamento, a União Federal estaria constituída em mora, sendo devidos, portanto, os juros de mora.
No mesmo sentido, trago à colação o seguinte julgado:
"DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. (ART. 557, § 1º, DO CPC. INCIDÊNCIA DE JUROS DE MORA EM PRECATÓRIO. JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE.
1. Não incidem juros de mora no interregno entre a expedição do precatório e o efetivo pagamento, desde que este se efetive dentro do prazo constitucional; jurisprudência plenária do Supremo Tribunal Federal.
2. Nos demais períodos - inclusive no compreendido entre a elaboração do cálculo e a expedição do precatório - os juros são devidos.
3. Agravo improvido."
(AG nº 2003.03.00.024399-0/SP, TRF 3ª Região. 4ª Turma. Relator Des. Fed. Fábio Prieto. DJU 26.04.2006. p. 365)
Menciono ainda, demais precedentes deste Tribunal: (AG nº 231.332/SP, 3ª Turma, Rel. Des. Fed. Carlos Muta, j. 12.07.2006, DJU 19.07.2006, p.777; AG no 157.954/SP, 4ª Turma, Rel. Des. Fed. Alda Basto, j. 20.07.2005, DJU 30.11.2005, p. 293; e AC no 260.782/SP, 3a Turma, Rel. Des. Fed. Nery Junior, j. 1.6.2005, DJU 7.12.2005, p. 266).
No caso, a r. decisão se encontra em perfeita sintonia com o entendimento jurisprudencial deste Tribunal, razão pela qual nego seguimento ao agravo de instrumento, a teor do disposto no art. 557, caput, do CPC.
Observadas as formalidades legais, remetam-se os autos à vara de origem.
Int.
São Paulo, 15 de março de 2007.
ROBERTO HADDAD
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.018736-0 AG 293756
ORIG.	:	9200917275 13 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
AGRDO	:	ACIR PEREIRA DE PAIVA e outros
ADV	:	DAISY MARA BALLOCK
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 13 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. ROBERTO HADDAD / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela União Federal contra r. decisão proferida pelo MM. Juízo a quo, em ação ordinária, que determinou a expedição do precatório, constando a incidência de juros de mora entre a data da realização dos cálculos e a expedição do precatório.
Inconformada com a decisão, a agravante interpõe o presente recurso, inclusive para se valer da possibilidade de deferimento de efeito suspensivo, à luz da atual disciplina traçada nos artigos 558 e 527, III do Código de Processo Civil, aduzindo, em síntese, ser indevida a incidência de juros de mora entre a data da elaboração dos cálculos e a data da expedição do precatório.
Decido:
Nos termos do artigo 558 do Código de Processo Civil, para a suspensão do cumprimento da decisão agravada, tal como autoriza o artigo 527, inciso III, do mesmo diploma legal, é necessário que, sendo relevante a fundamentação da agravante, haja evidências de que tal decisão esteja a resultar em lesão grave e de difícil reparação.

Neste juízo de cognição sumária, não verifico plausibilidade de direito nas alegações da agravante a justificar o deferimento do efeito suspensivo pleiteado.
Conforme consta dos autos, o valor exeqüendo foi fixado por acórdão proferido em embargos à execução, sendo acolhidos os cálculos dos exeqüentes, ora agravados, elaborados em 12/2001.
Considerando já terem sido decorridos mais de cinco anos, foi determinada a incidência de juros de mora entre a data da elaboração dos cálculos e a data da expedição do precatório, o que propicia à parte autora o recebimento de valores devidamente corrigidos.
Não há como se negar que durante tal período a União permaneceu em mora, eis que deixou de cumprir a obrigação, afigurando-se correta a incidência dos juros moratórios.
Ante o exposto, ausentes os requisitos do art. 558, do CPC, indefiro o efeito suspensivo pleiteado.
Requisitem-se as informações necessárias.
Intime-se a agravada, nos termos do art. 527, V, do CPC.
Int.
São Paulo, 26 de março de 2007.
ROBERTO HADDAD
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.018933-2 AG 293818
ORIG.	:	200461820246494 2F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	ESSENCIS CO PROCESSAMENTO LTDA
ADV	:	LEINA NAGASSE
AGRDO	:	União Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES.FED. SALETTE NASCIMENTO / QUARTA TURMA

Vistos etc.
Mantenho a decisão de fls. 127/128.
Pretende a agravante a suspensão da exigibilidade de crédito tributário discutido, em sede de execução fiscal, mediante oferecimento de seguro-garantia judicial.
A suspensão da exigibilidade do crédito somente é possível se configurada uma das hipóteses elencadas pelo art. 151 do CTN, dentre as quais não se inclui o oferecimento de seguro-garantia.
Entendo que apenas o depósito do valor integral em dinheiro é passível de suspender, em sede de execução fiscal, a exigibilidade do crédito tributário.
Ante o exposto, recebo como Agravo Regimental a manifestação de fls. 132/137, nos termos dos artigos 250 e 251 do Regimento Interno desta E. Corte Regional.
Conclusos, após.
P.I.
São Paulo, 21 de março de 2007.

JUIZ FEDERAL CONVOCADO SILVIO GEMAQUE
- RELATOR

PROC.	:	2007.03.00.020387-0 MCI 5539
ORIG.	:	200461000094621 15 Vr SAO PAULO/SP
REQTE	:	CIA BRASILEIRA DE DISTRIBIUCAO
ADV	:	GLAUCIA MARIA LAULETTA FRASCINO
REQDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
RELATOR	:	DES.FED. ALDA BASTO / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
À vista de sentença denegatória da segurança, em que a impetrante, ora requerente, pretendia o reconhecimento do direito de apurar a COFINS e a contribuição ao PIS, exigidas pelas Leis ns. 10.833/03 e 10637/02, sobre o faturamento e não sobre a totalidade das receitas por ela auferidas, ajuizou a presente medida cautelar, com esteio no parágrafo único, do Art.800, do Código de Processo Civil, objetivando suspender a exigibilidade do crédito tributário, até julgamento definitivo do recurso de apelação interposta, nos termos do Art. 151, inciso V, do Código Tributário Nacional.
Esclarece a requerente que não pleiteou o afastamento da sistemática introduzida pelas leis mencionadas, mas somente a incidência das contribuições sobre o faturamento.
Inicialmente, destaco que tenho reconhecido a plausibilidade de pleito, como o da espécie, quando ausente efeito suspensivo do recurso apelatório interposto e a impetrante estava assegurada por liminar.
Caso venha a ser reformada a sentença recorrida, tornar-se-ia inócua a decisão em relação às parcelas já recolhidas, restando à requerente, como alternativa, apenas a via do solvet et repete.
Na espécie, deferido o pedido liminar no mandado de segurança, a União interpôs agravo de instrumento, oportunidade em que fora indeferida a liminar pleiteada pela União para manter a suspensão outrora deferida.
Na ocasião, assim decidi:
"(...) Conforme ressaltado, a demanda versa tão somente sobre a perpetuação do alargamento da base de cálculo da contribuição ao PIS e da COFINS, pelas Leis nº 10.637/02 e nº 10.833/03, tal qual o fizera a Lei nº 9.718/98, a meu ver, indevidamente.
No que concerne à situação, assim decidi, anteriormente:
A questão do alargamento do conceito de "faturamento", por outro lado, envolve matéria cuja discussão se iniciou com a Lei nº 9.718/96, sendo reiterada com o advento das Medidas Provisórias e suas conversões nas Leis 10.637/02 e 10.833/03, porquanto mantidas as alterações conceituais, contrariando a própria acepção da palavra, inclusive recepcionada pelo Supremo Tribunal Federal, em farta jurisprudência. Deste aspecto da discussão, portanto, extraio plausibilidade de direito, pois se pretende tributar receitas que não se afinam com o faturar, incidindo as contribuições sobre o próprio capital da empresa.
Some-se, ainda, à discussão, ter o Superior Tribunal de Justiça, recentemente, decidido pela impossibilidade de se ampliar o conceito de "faturamento", previsto nas leis comerciais, sinalizando, neste aspecto, melhor aprofundamento na análise dos dispositivos da norma em questão.
Diante destas ponderações, em sede de cognição sumária, justifica-se sustar a exigibilidade da exação, mormente ante o risco de inviabilidade da discussão do feito principal.
Versando a demanda tão somente sobre o indigitado alargamento da base de cálculo, em observância ao art. 110 do CTN, reputo válida a suspensão da exigibilidade das contribuições, ainda que sem a realização de depósitos judiciais, razão pela qual nada há a ser modificado na r. decisão do MM. Juízo a quo.
Ante o exposto, indefiro o pedido liminar, pleiteado em sede de agravo."
A questão relativa ao alargamento da base de cálculo se iniciou com a Lei nº 9.718/98, sendo reiterada com o advento das Leis 10.637/02 e 10.833/03.
Observo que à época da decisão proferida no agravo de instrumento, ainda não havia o Colendo Supremo Tribunal Federal declarado a inconstitucionalidade do § 1º, do art. 3º, da Lei n. 9.718/98. Daí, quando da análise inalgural do agravo de instrumento, extraí a plausibilidade de direito, ao argumento de que se pretendia tributar receitas que não se afinam com o faturar.
Contudo, concluíram os ministros do Supremo Tribunal Federal no julgado referido (RE 346084/PR, de 9.11.2005) que o § 1º, do art. 3º, da Lei n. 9718/98 ao ampliar o conceito de receita bruta para toda e qualquer receita, violou a noção de faturamento pressuposta no art. 195, I, b, da CF, na sua redação original.
Assim, após a edição da EC 20/98, em relação à lei 9718/98, não se haveria de falar em convalidação, ante a incompatibilidade frontal com o texto constitucional vigente no momento de sua edição.
Contudo, quanto às leis 10.637/02 e 10.833/03, o mesmo não se pode afirmar, porquanto sua edição se deu em momento posterior à EC 20/98.
À vista do exposto, merece detida reflexão a constitucionalidade das alterações promovidas em relação à Cofins e à contribuição ao PIS, perpetradas pelas indigitadas leis, bem como a observância do prazo nonagesimal, razão pela qual entendo que, por ora, não pode a requerente ser compelida ao recolhimento do tributo conforme a nova sistemática.
Diante destas ponderações, em sede de cognição sumária, justifica-se sustar a exigibilidade da exação, mormente ante o risco de inviabilidade da discussão do feito principal.
Todavia, tal suspensão deve ser deferida, mediante depósito em juízo, afastando-se qualquer prejuízo às partes e, evitando-se o caráter satisfativo da decisão.
O depósito em juízo se configura garantia para os jurisdicionados, equilibrando a discussão e, em hipóteses como na espécie, constitui-se providência salutar à demanda.
Nesse sentido, é o teor da Súmula nº 2 deste Tribunal: "é direito do contribuinte, em ação cautelar, fazer o depósito integral de quantia em dinheiro para suspender a exigibilidade de crédito tributário".
Posto isto, defiro em parte a liminar, para, nos termos do Art. 151, inc. II, do Código Tributário Nacional, determinar o depósito em juízo dos valores controversos que a requerente deixou de recolher desde o ajuizamento do mandado de segurança de n. 2004.61.00.009462-1 até hoje, perante o juízo de primeiro grau, na Caixa Econômica Federal-CEF, posto de serviço da Justiça Federal de 1ª Instância, assegurando à União Federal o direito de se manifestar sobre a integralidade do depósito judicial, para fins de suspensão da exigibilidade das exações até o julgamento do recurso apelação interposto no mandado de segurança. Esclareça-se que devem ser recolhidos ao fisco normalmente, de conformidade com a base de cálculo estabelecida nas leis ns. 10.637/02 e 10.833/03, as contribuições devidas a partir desta data.
Cite-se a requerida.
Abra-se vista ao Ministério Público Federal.
Após, voltem-me os autos conclusos.
Publique-se.
São Paulo, 09 de março de 2007.
ALDA BASTO
DESEMBARGADORA FEDERAL
RELATORA

PROC.	:	2007.03.00.020387-0 MCI 5539
ORIG.	:	200461000094621 15 Vr SAO PAULO/SP
REQTE	:	CIA BRASILEIRA DE DISTRIBIUCAO
ADV	:	GLAUCIA MARIA LAULETTA FRASCINO
REQDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
RELATOR	:	DES.FED. ALDA BASTO / QUARTA TURMA

Vistos.
Fls. 391/393. Mantenho a decisão exarada, por seus próprios e jurídicos fundamentos.
Intime-se.
São Paulo, 13 de março de 2007.
ALDA BASTO
DESEMBARGADORA FEDERAL
RELATORA

PROC.	:	2007.03.00.020550-7 AG 294360
ORIG.	:	9106828426 5 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	HIDEO TERUI e outros
ADV	:	PAULO HATSUZO TOUMA
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 5 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. SALETTE NASCIMENTO / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto por HIDEO TERUI e outros em face de decisão que, em ação ordinária visando à restituição de valores indevidamente recolhidos a título de empréstimo compulsório sobre veículo, indeferiu a incidência de juros no período compreendido entre a homologação da conta de liquidação e a expedição do precatório complementar.
Sustenta o agravante, em síntese, ser devida a incidência de juros de mora entre o período compreendido entre a data da apuração do valor até a data da expedição do precatório complementar.
Requer a concessão de efeito suspensivo ativo ao agravo de instrumento.
Decido.
Neste primeiro e provisório exame inerente ao momento processual, não vislumbro a presença de um dos pressupostos necessários à concessão do efeito pleiteado.
Com efeito, em se tratando de questão atinente a pedido de expedição de precatório complementar, em exame de cognição sumária, não verifico perigo de dano irreparável ou de difícil reparação à parte agravante, podendo-se aguardar até pronunciamento definitivo pela Turma.
Cumpre ressaltar que, em que pese a ausência de perigo de dano, o presente recurso não deve ser convertido em agravo retido, excepcionando nosso entendimento adotado em face da nova redação dada pela Lei n. 11.187/2005 ao inciso II, do artigo 527, do CPC, por se tratar de agravo tirado de decisão relativa a pagamento de precatório, o que impossibilita futura devolução da questão para apreciação pelo Tribunal.
Dessa forma, indefiro o pedido de efeito suspensivo.
Publique-se. Intimem-se, inclusive a agravada para contra-minutar.
São Paulo, 20 de março de 2007.
SILVIO GEMAQUE
Juiz Federal Convocado Relator

PROC.	:	2007.03.00.020751-6 AG 294388
ORIG.	:	9506052093 4 Vr CAMPINAS/SP
AGRTE	:	UNIÃO SAO PAULO S/A AGRICULTURA IND/ E COM/
ADV	:	DECIO FRIGNANI JUNIOR
AGRDO	:	UniÃo Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
ORIGEM	:	JUÍZO FEDERAL DA 4ª VARA DE CAMPINAS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. FÁBIO PRIETO DE SOUZA / QUARTA TURMA

a.Trata-se de agravo de instrumento contra a r. decisão que, em ação mandamental, recebeu o recurso de apelação somente no efeito devolutivo.
b.É uma síntese do necessário.
1.A apelação interposta contra a sentença denegatória, em mandado de segurança, tem, em regra, efeito devolutivo.
2.A jurisprudência admite, a título de exceção, a concessão de efeito suspensivo ao recurso.
3.A hipótese de exceção não alcança o caso concreto.
4.Em caso semelhante, proferi decisão nos seguintes termos:
"Trata-se da questão constitucional atinente à existência, ou não, do direito à indexação real e imediata das demonstrações financeiras de pessoa jurídica.
O Supremo Tribunal Federal decidiu que a Constituição Federal não reconhece tal direito. Foi além. Quando a Lei Federal nº 8200/91 autorizou a dedução de certa diferença de correção monetária - "no ano de 1990 entre a variação do IPC e a variação do BTN Fiscal" (art. 3º, "caput") -, em exercícios sucessivos, a sistemática foi reputada constitucional.
O Supremo Tribunal Federal, na explicitação do conceito de renda, facultou ao legislador ordinário o tratamento da correção monetária.
No RE 201.465-6/MG, o Ministro Sepúlveda Pertence registrou:
"Estou, e deixo explícito, em que - não obstante as considerações feitas sobre o mínimo de realidade exigível da regulação legal no campo de incidência dos diversos tributos -, não há um direito constitucional à indexação real, nem nas relações privadas, nem nas relações de Direito Público, sejam elas tributárias ou de outra natureza. A questão é de Direito Monetário, pois, ampla a liberdade de conformação do legislador para dar, ou não, eficácia jurídica ao fenômeno da perda do valor de compra da moeda".
No mesmo julgamento, conceitos idênticos:
Ministro Ilmar Galvão: "Ressalve-se, de logo, que inexiste, em nosso sistema jurídico, direito à isenção de tributação sobre correção monetária e, muito menos, a determinado índice de correção monetária não previsto em lei";

Ministra Ellen Gracie: "renda é aquilo que a lei define como tal".
Ainda neste precedente plenário, o Ministro Nelson Jobim ressaltou:
"Tanto o ACÓRDÃO como o VOTO do MINISTRO-RELATOR analisam a questão como se a expressão constitucional 'RENDA' exigisse, sempre, a consideração da inflação na fixação do LUCRO TRIBUTÁVEL.
Ambos pretendem que a Constituição tenha determinado a indexação das demonstrações financeiras das empresas para efeitos de apuração do LUCRO TRIBUTÁVEL.
Como se viu, o LUCRO TRIBUTÁVEL é um conceito legal."
No sentido desta argumentação, as duas Turmas do Supremo Tribunal Federal reconheceram a regularidade do tratamento dispensado à correção monetária, nas demonstrações financeiras, para efeito de repercussão fiscal, antes da edição da Lei Federal nº 8200/91.

1ª Turma - AgRRE 249917 - Relatora a Ministra Ellen Gracie:
"TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA JURÍDICA. CORREÇÃO MONETÁRIA. DIFERENÇA ENTRE IPC E OTN.
Lei 7.730/89. As técnicas de apuração do lucro real e, conseqüentemente, da base de cálculo do imposto de renda são definidas em normas ordinárias. Não há, portanto, exigência constitucional para que a inflação sirva de objeto de dedução para a apuração do lucro real tributável ou para a indexação dos balanços das empresas. Precedente: RE 201.465. Agravo regimental a que se nega provimento."
2ª Turma - AgRRE 176208 - Relator o Ministro Maurício Corrêa:
"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CORREÇÃO MONETÁRIA DE DÉBITOS DE NATUREZA TRIBUTÁRIA. INCLUSÃO DO IPC DE JANEIRO DE 1989. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL.
1. Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas. Lei nº 7.730/89, que, ao dispor sobre a conversão do quantitativo fixado em Obrigações do Tesouro Nacional em pecúnia, não aboliu a correção monetária do débito fiscal. Superveniência da Lei nº 7.738/89, que em seu artigo 15 introduziu novo índice (IPC) para atualização das quotas do tributo correspondentes ao período-base encerrado em 1988. Alegação de ofensa aos princípios da legalidade, irretroatividade, anterioridade e do direito adquirido. Inexistência, por não se cuidar de hipótese de majoração de tributo. Precedentes.
Agravo regimental a que se nega provimento."
A matéria - pacífica - passou a ser decidida em julgamento monocrático. O exemplo do Ministro Gilmar Mendes (RE 237604/RS):
"Trata-se de recurso extraordinário interposto com fundamento no art. 102, III, 'a', da Constituição Federal, contra acórdão o qual decidiu que o índice a ser utilizado para corrigir as demonstrações financeiras, no mês de janeiro de 1989, é a OTN, que teve seu valor fixado pelo § 1º do artigo 30 da Lei nº 7.730, de 30 de janeiro de 1989, e o artigo 30 da Lei nº 7.799, de 10 de julho de 1989. Alega-se violação aos artigos 5º, 150, IV e 150, II, 'a' e III, 'b', da Carta Magna. O acórdão recorrido não divergiu da orientação firmada por esta Corte, ao entender legítimos os índices utilizados na correção das demonstrações financeiras, conforme julgamento do AgRRE 176.208, 2ª T., Rel. Maurício Corrêa, DJ 16.03.01, e do AgRRE 249.917, 1ª T., Rel. Ellen Gracie, DJ 08.11.02, assim ementados, respectivamente: 'EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CORREÇÃO MONETÁRIA DE DÉBITOS DE NATUREZA TRIBUTÁRIA. INCLUSÃO DO IPC DE JANEIRO DE 1989. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. 1. Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas. Lei nº 7.730/89, que, ao dispor sobre a conversão do quantitativo fixado em Obrigações do Tesouro Nacional em pecúnia, não aboliu a correção monetária do débito fiscal. Superveniência da Lei nº 7.738/89, que em seu artigo 15 introduziu novo índice (IPC) para atualização das quotas do tributo correspondentes ao período-base encerrado em 1988. Alegação de ofensa aos princípios da legalidade, irretroatividade, anterioridade e do direito adquirido. Inexistência, por não se cuidar de hipótese de majoração de tributo. Precedentes. Agravo regimental a que se nega provimento.' 'TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA JURÍDICA. CORREÇÃO MONETÁRIA. DIFERENÇA ENTRE IPC E OTN. Lei 7.730/89. As técnicas de apuração do lucro real e, conseqüentemente, da base de cálculo do imposto de renda são definidas em normas ordinárias. Não há, portanto, exigência constitucional para que a inflação sirva de objeto de dedução para a apuração do lucro real tributável ou para a indexação dos balanços das empresas. Precedente: RE 201.465. Agravo regimental a que se nega provimento.' No mesmo sentido o AgRRE 200.844, Rel. Celso de Mello, 2ª T., DJ 16.08.02, assim ementado, no que interessa: '- Não se revela lícito, ao Poder Judiciário, atuar na anômala condição de legislador positivo, para, em assim agindo, proceder à substituição de um fator de indexação, definido em lei, por outro, resultante de determinação judicial. Se tal fosse possível, o Poder Judiciário - que não dispõe de função legislativa - passaria a desempenhar atribuição que lhe é institucionalmente estranha (a de legislador positivo), usurpando, desse modo, no contexto de um sistema de poderes essencialmente limitados, competência que não lhe pertence, com evidente transgressão ao princípio constitucional da separação de poderes. Precedentes. - A modificação dos fatores de indexação, com base em legislação superveniente, não constitui desrespeito a situações jurídicas consolidadas (CF, art. 5º, XXXVI), nem transgressão ao postulado da não-surpresa, instrumentalmente garantido pela cláusula da anterioridade tributária (CF, art. 150, III, 'b').' Assim, nego seguimento ao recurso extraordinário (art. 557, caput, do CPC). Publique-se. Brasília, 28 de maio de 2004."
Com relação à extensão, no tempo, em exercícios sucessivos, da dedução da diferença representada por índices de atualização distintos, de acordo com a previsão da Lei Federal nº 8200/91, o Plenário do Supremo Tribunal Federal decidiu que a sistemática é não mais que "favor fiscal ditado por opção política legislativa". Confira-se:
"CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS. CORREÇÃO MOENTÁRIA. LEI 8.200/91 (ART. 3º, I, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI 8.682/93). CONSTITUCIONALIDADE.
A Lei 8.200/91, (1) em nenhum momento, modificou a disciplina da base de cálculo do imposto de renda referente ao balanço de 1990, (2) nem determinou a aplicação, ao período-base de 1990, da variação do IPC; (3) tão-somente reconheceu os efeitos econômicos decorrentes da metodologia de cálculo da correção monetária.
O art. 3º, I (L. 8.200/91), prevendo hipótese nova de dedução na determinação do lucro real, constituiu-se como favor fiscal ditado por opção política legislativa. Inocorrência, no caso, de empréstimo compulsório. Recurso conhecido e provido."
"Finalmente, cumpre ter presente que não se revela lícito, ao Poder Judiciário, atuar na anômala condição de legislador positivo (RTJ 126/48 - RTJ 143/57 - RTJ 146/461-462 - RTJ 153/765 - RTJ 161/739-740 - RTJ 175/1137, v.g.), para, em assim agindo, e nos limites do pleito deduzido pela empresa contribuinte, proceder à substituição de um fator de indexação por outro. É que, se tal fosse possível, o Poder Judiciário - que não dispõe de função legislativa - passaria a desempenhar atribuição que lhe é institucionalmente estranha (a de legislador positivo), usurpando, desse modo, no contexto de um sistema de poderes essencialmente limitados, competência que não lhe pertence, com evidente transgressão ao princípio constitucional da separação de poderes. Assentadas tais premissas, impõe-se reconhecer - tendo-se em consideração o contexto deste processo - que o exame da presente causa evidencia que a decisão questionada (...) diverge da orientação jurisprudencial que o Supremo Tribunal Federal firmou na matéria ora em análise" (STF - AI 454770 / RJ - Relator o Ministro CELSO DE MELLO).
Por estes fundamentos, nego seguimento à apelação (artigo 557, "caput", do Código de Processo Civil)".
4.Por estes fundamentos, indefiro o pedido de efeito suspensivo.
5.Comunique-se.
6.Intime-se a agravada para o eventual oferecimento de resposta.
7.Publique-se e intime-se.
São Paulo, 20 de março de 2007.
FÁBIO PRIETO DE SOUZA
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2007.03.00.020851-0 AG 294496
ORIG.	:	200561820587435 7F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	CENTRAL TELHA IND/ E COM/ LTDA
ADV	:	FABIOLA REGINA MASSARA ANTIQUERA
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 7 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES.FED. ROBERTO HADDAD / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra a r. decisão proferida pelo MM. Juízo a quo, em embargos à execução fiscal, que indeferiu pedido de suspensão do feito ou da prática de quaisquer atos de leilão/venda dos bens penhorados.
Inconformada com a decisão, a agravante interpõe o presente recurso, inclusive para se valer da possibilidade de deferimento de efeito suspensivo, à luz da atual disciplina traçada nos artigos 558 e 527, III do Código de Processo Civil, aduzindo, em síntese, que não se aplica ao caso dos autos a disposição contida no art. 520, V, do CPC, tendo em vista a declaração de inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida pela Lei 9718/98, o que fundamenta o recurso de apelação interposto nos embargos à execução julgados improcedentes, bem como por serem absolutamente indispensáveis os bens penhorados na atual situação da empresa, que se encontra em vias de aumentar significativamente a sua produção e o seu faturamento.
Feito um breve relato, decido:
Nos termos do artigo 558, do Código de Processo Civil, para a suspensão do cumprimento da decisão agravada, tal como autoriza o artigo 527, inciso III, do mesmo diploma legal, é necessário que, sendo relevante a fundamentação da agravante, haja evidências de que tal decisão esteja a resultar em lesão grave e de difícil reparação.
Neste juízo de cognição sumária, não verifico plausibilidade de direito nas alegações da agravante a justificar o deferimento da tutela pleiteada.
Em sede de execução fiscal fundada em título extrajudicial, como a certidão de dívida ativa, a execução é definitiva, a teor do artigo 587 do Código de Processo Civil.
Tal entendimento encontra-se pacificado no C. STJ, como se depreende da Súmula nº 317, a seguir transcrita:
"É definitiva a execução de título extrajudicial, ainda que pendente apelação contra sentença que julga improcedentes os embargos".
Por outro lado, preceitua o artigo 520, inciso V, do referido Codex, que a apelação será recebida somente no efeito devolutivo quando interposta de sentença que rejeitar liminarmente os embargos à execução ou julgá-los improcedentes, prosseguindo o processo até a realização do leilão, com a consequente arrematação.
Ad cautelam, poderão ser suspensos a expedição do mandado de entrega ou da carta de arrematação e o levantamento do produto, até o trânsito em julgado da sentença, conforme expressamente consignado na r. decisão agravada.
Neste sentido, trago a lume os seguintes arestos, deste Tribunal:
"DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO IMPROCEDENTES. ADJUDICAÇÃO DE BENS. POSSIBILIDADE
I - A apelação interposta da sentença de improcedência dos embargos não tem efeito suspensivo e, ainda que pendente de julgamento, a apelação, prossegue o processo de execução fiscal.
II - O art. 24 da Lei de Execução Fiscal autoriza expressamente a Fazenda Pública adjudicar os bens penhorados antes do leilão, pelo preço da avaliação, se a execução não for embargada ou se rejeitados os embargos, entre outras hipóteses.
III - Agravo de instrumento provido."
(TRF3, 4ª Turma, AG nº 2005.03.00.082508-2, Rel. Des. Fed. Alda Basto, j. 14/06/2006, DJU 29/11/2006, p. 358).
E, ainda:
"AGRAVO DE INSTRUMENTO - EMBARGOS À EXECUÇÃO - JULGAMENTO DE IMPROCEDÊNCIA - APELAÇÃO - EFEITOS DO RECURSO.
I. Da sentença que rejeita liminarmente embargos à execução cabe o recebimento da apelação somente no efeito devolutivo. Inteligência do art. 520, CPC.
II. A execução é provisória quando fundada em sentença não transitada em julgado impugnada por recurso recebido só no efeito devolutivo. A execução de título extrajudicial é definitiva e como tal não se desnatura pela situação de recebimento do recurso apenas no efeito devolutivo, porquanto é o primeiro e não a sentença recorrida que fundamenta a execução. Incidência do art. 587 do CPC em sua primeira parte. Súmula nº 317 do STJ.
III. Descabimento da atribuição de efeito suspensivo por aplicação do art. 558 do CPC à falta dos requisitos ensejadores da medida excepcional.
IV. Agravo de instrumento desprovido e agravo regimental prejudicado."
(TRF3, 2ª Turma, AG nº 2006.03.00.029955-8, Rel. Juiz Peixoto Junior, j. 19/09/2006, DJU 20/10/2006, p. 477).
Desta forma, a r. decisão recorrida está em sintonia com o entendimento jurisprudencial do C. STJ, bem como deste Tribunal, razão pela qual nego seguimento ao agravo de instrumento, a teor do art. 557, caput, do CPC.
Observadas as formalidades legais, remetam-se os autos à Vara de Origem.
Int.
São Paulo, 19 de março de 2007.
ROBERTO HADDAD
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.020980-0 AG 294522
ORIG.	:	2007.61.00.003588-5 17ª Vr SÃO PAULO/SP
AGRTE	:	GE SUPPLY DO BRASIL LTDA.
ADV	:	MARCELO SALLES ANNUNZIATA
AGRDO	:	União Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
ORIGEM	:	JUÍZO FEDERAL DA 17ª VARA SÃO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. ROBERTO HADDAD / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto contra r. decisão proferida pelo MM. Juízo "a quo" que, nos autos da Ação Cautelar ajuizada pela ora agravante, não aceitou os bens móveis (máquinas industriais) propriedade de empresa pertencente ao mesmo grupo econômico ofertados em garantia visando à suspensão da exigibilidade de crédito tributário e, consequentemente, a expedição de CND.
Inconformada com a decisão, a agravante interpõe o presente recurso, inclusive para se valer da possibilidade de deferimento da antecipação dos efeitos da tutela recursal, à luz da atual disciplina traçada nos artigos 558 e 527, III, do Código de Processo Civil, aduzindo, em síntese, que os bens móveis oferecidos à penhora se deterioram como quaisquer outros bens, que com o passar dos anos perdem o seu valor original e que os bens oferecidos são suficientes para garantia do suposto valor exigido.
Feito um breve relatório, decido:
Nos termos do artigo 558 do CPC, para deferimento da tutela pleiteada, tal como autoriza o artigo 527, inciso III, do mesmo diploma legal, é necessário que, sendo relevante a fundamentação da agravante, haja evidências de que tal decisão esteja a resultar em lesão grave e de difícil reparação.
Da análise perfunctória dos presentes autos, não há como, ao menos em sede de cognição sumária, reconhecer a plausibilidade do direito invocado pela agravante.
Cabe ressaltar que as causas de suspensão da exigibilidade do crédito da Fazenda Pública vêm expressamente previstas no artigo 151 do CTN.
Por outro lado, tratando-se de garantia do pagamento do tributo, somente é possível por meio de depósito integral e em dinheiro do valor da dívida. Portanto, não têm o mesmo efeito o oferecimento de bens ou direitos.
E neste sentido também já se manifestou o C. STJ por meio da súmula nº 112 que prevê:
"O depósito somente suspende a exigibilidade do crédito tributário se for integral e em dinheiro".
Por esses fundamentos, ausentes os requisitos do artigo 558 do CPC, indefiro a antecipação dos efeitos da tutela recursal pleiteada.
Requisitem-se informações.
Intime-se a agravada, nos termos do inciso V do artigo 527 do CPC.
Intime-se.
São Paulo, 27 de março de 2007.
ROBERTO HADDAD
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.021177-5 AG 294661
ORIG.	:	200661000277347 17 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	SOBRAL INVICTA S/A e filia(l)(is)
ADV	:	WALTER CARVALHO DE BRITTO
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)

ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 17 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. FÁBIO PRIETO DE SOUZA / QUARTA TURMA

a.Trata-se da discussão sobre a natureza jurídica dos juros sobre capital próprio. Se equiparados aos dividendos, estarão excluídos da incidência do PIS (LF nº 10637/02) e da COFINS (LF nº 10833/03).
b.É uma síntese do necessário.
1.Há norma legal concessiva de idêntico regime jurídico aos dividendos e aos juros sobre capital próprio.
2.Artigo 9º, § 7º, da Lei Federal nº 9249/95: "O valor dos juros pagos ou creditados pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, poderá ser imputado ao valor dos dividendos de que trata o art. 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, sem prejuízo do disposto no § 2º".
3.Juros e dividendos, nos termos da lei, comportam o mesmo regime jurídico. A disposição normativa é literal.
4.Por estes fundamentos, defiro o pedido de efeito suspensivo, exclusivamente, quanto à inexigibilidade.
5.Comunique-se ao digno Juízo de 1º Grau.
6.Intime-se a agravada para o eventual oferecimento de resposta.
7.Publique-se e intimem-se.
São Paulo, em 21 de março de 2007.

PROC.	:	2007.03.00.021713-3 AG 294897
ORIG.	:	9709067834 1 Vr SOROCABA/SP
AGRTE	:	GERAL DE CONCRETO S/A
ADV	:	MARCELO JOSE TELLES PONTON
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	ELYADIR F BORGES e MIRIAM APARECIDA P DA SILVA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE SOROCABA Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. ROBERTO HADDAD / QUARTA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Geral de Concreto S/A contra r. decisão proferida pelo MM. Juízo "a quo", em execução fiscal, que determinou a penhora dos veículos indicados pela exeqüente, ora agravada, salientando que a nomeação efetuada pela executada não obedeceu a ordem legal estabelecida pelo artigo 11 da Lei nº 6.830/80.
Inconformada com a decisão, a agravante interpõe o presente recurso, inclusive para se valer da possibilidade de deferimento de efeito suspensivo, à luz da atual disciplina traçada nos artigos 558 e 527, III do Código de Processo Civil, aduzindo, em síntese, que indicou outros bens móveis à penhora, os quais não trazem quaisquer prejuízos ou dificuldades para a execução, não havendo manifesta e fundamentada objeção pela exeqüente, razão pela qual não existe justificativa para a promoção da penhora pelo modo mais gravoso.
Decido:

Nos termos do artigo 558 do CPC, para deferimento da tutela pleiteada, tal como autoriza o artigo 527, inciso III, do mesmo diploma legal, é necessário que, sendo relevante a fundamentação da agravante, haja evidências de que tal decisão esteja a resultar em lesão grave e de difícil reparação.
Neste juízo de cognição sumária, não verifico plausibilidade de direito nas alegações da agravante a justificar o deferimento do efeito suspensivo pleiteado.
Diversamente do aduzido pela agravante, manifestou-se a exeqüente, ora agravada, acerca dos bens indicados, asseverando que não observavam a ordem estabelecida no artigo 11 da Lei nº 6.830/80, além de serem de difícil alienação em hasta pública, pelo que reiterava o requerimento de penhora dos veículos.
É cediço que a executada tem o dever de nomear bens à penhora, livres e desembaraçados, suficientes para garantia da execução, contudo a exeqüente pode recusá-los e requerer que outros sejam penhorados, verificando tratar-se de bens de difícil alienação, porquanto a execução é feita no seu interesse e não no da executada.
Colaciono o seguinte julgado:
"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. NOMEAÇÃO À PENHORA DE TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA. RECUSA DO CREDOR. POSSIBILIDADE. AGRAVO DESPROVIDO.
1. É entendimento pacífico deste Pretório que a Fazenda exeqüente pode repelir bens oferecidos à penhora quando se revelarem de difícil alienação, haja vista que a execução é feita em seu interesse, e não no do devedor.
(...)
3. Agravo regimental desprovido."
(STJ, 1ª Turma, AGResp nº 622.417, Rel. Min. Denise Arruda, j. 20/06/2006, DJ 10/08/2006, p. 194).
E, ainda:
"PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. NOMEAÇÃO DE BEM À PENHORA. PRINCÍPIO DA MENOR ONEROSIDADE. ART. 620 DO CPC. ART. 11 DA LEI 6.830/80 C/C ART. 656, INC. III, DO CPC.
I - O princípio da menor onerosidade tem por finalidade assegurar a defesa do patrimônio do executado de boa-fé, possibilitando a satisfação do débito de forma menos gravosa (CPC, art. 620).
II - Todavia, a agravada não está obrigada a aceitar o oferecimento de bens à penhora, quando desrespeitada a ordem legal e se existirem outros bens penhoráveis que possam garantir o crédito da execução de forma mais eficiente (CPC, art. 656, inciso III).
III - Legítima a recusa da nomeação pelo FISCO.
IV - Negado provimento ao Agravo de Instrumento."
(TRF3, 1ª Turma, AG nº 2004.03.00.015595-3, Rel. Des. Fed. Vesna Kolmar, j. 07/02/2006, DJU 07/03/2006, p. 224).
Ante o exposto, ausentes os requisitos do art. 558, do CPC, indefiro o efeito suspensivo pleiteado.
Requisitem-se as informações necessárias.
Intime-se a agravada, nos termos do art. 527, V, do CPC.
Int.
São Paulo, 23 de março de 2007.
ROBERTO HADDAD
Desembargador Federal
Relator

SUBSECRETARIA DA QUINTA TURMA

DIVISÃO DE PROCEDIMENTOS DIVERSOS

DESPACHOS/DECISÕES

PROC.	:	94.03.039853-1 AG 16831
ORIG.	:	8700000002 2 Vr SERTAOZINHO/SP
AGRTE	:	CIA AGRICOLA SERTAOZINHO
ADV	:	GERALDO DE CASTILHO FREIRE e outro
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOSE RENATO BIANCHI FILHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW / QUINTA TURMA

D E S P A C H O
1. Tendo em vista que a agravante não tem mais interesse no julgamento deste recurso, JULGO-O PREJUDICADO, com fundamento no art. 557 do Código de Processo Civil.
2. Publique-se.
São Paulo, 27 de março de 2007.
André Nekatschalow
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	96.03.094612-5 AG 47219
ORIG.	:	9500324490 12 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	VIACAO AEREA SAO PAULO S/A VASP
ADV	:	ARNOLDO WALD FILHO e outros
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOAO CARLOS VALALA e outro
ADV	:	MARIO JOSE FERREIRA MAGALHAES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 12 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	JUIZ FED.CONV. FERREIRA DA ROCHA/ QUINTA TURMA

Em consulta processual à Primeira Instância, verifica-se que o processo originário encontra-se definitivamente baixado e arquivado. Junte a Subsecretaria aos autos o extrato em anexo obtido junto ao Sistema de Acompanhamento Processual desta corte e, após, intime-se a agravante para informar se remanesce o interesse no julgamento deste recurso.
Publique-se.
São Paulo, 21 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	97.03.054160-7 AG 54190
ORIG.	:	9500303710 12 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOAO CARLOS VALALA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	VIACAO AEREA SAO PAULO S/A VASP
ADV	:	ARNOLDO WALD e outros
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 12 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	JUIZ FED.CONV. FERREIRA DA ROCHA/ QUINTA TURMA

Em consulta processual à Primeira Instância, verifica-se que o processo originário encontra-se definitivamente baixado e arquivado. Junte a Subsecretaria aos autos o extrato em anexo obtido junto ao Sistema de Acompanhamento Processual desta corte e, após, intime-se o INSS para informar se remanesce o interesse no julgamento deste recurso.
Publique-se.
São Paulo, 21 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	97.03.054161-5 AG 54191
ORIG.	:	9500045885 12 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
PROC	:	JOAO CARLOS VALALA e outros
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	VIACAO AEREA SAO PAULO S/A VASP
ADV	:	ARNOLDO WALD e outros
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 12 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	JUIZ FED.CONV. FERREIRA DA ROCHA/ QUINTA TURMA

Em consulta processual à Primeira Instância, verifica-se que o processo originário encontra-se definitivamente baixado e arquivado. Junte a Subsecretaria aos autos o extrato em anexo obtido junto ao Sistema de Acompanhamento Processual desta corte e, após, intime-se o INSS para informar se remanesce o interesse no julgamento deste recurso.
Publique-se.
São Paulo, 21 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	1999.03.00.012873-3 AG 80688
ORIG.	:	9800001665 A Vr BARUERI/SP
AGRTE	:	SANTANA E GOMES MAO DE OBRA TEMPORARIA LTDA
ADV	:	RUBENS ROSENBAUM
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARILENE SA RODRIGUES DA SILVA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DO SAF DE BARUERI SP
RELATOR	:	JUIZ FED.CONV.FERREIRA DA ROCHA / QUINTA TURMA

À vista da manifestação de fl. 62 acerca da falta de interesse da agravante na apreciação do efeito suspensivo requerido, intime-se o INSS para apresentar contraminuta.
Oportunamente levarei o feito a julgamento.
Publique-se.
São Paulo, 26 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	1999.03.00.018704-0 AG 82320
ORIG.	:	19996100018577O 10 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	IND/ DE MEIAS SCALINA LTDA
ADV	:	SONIA CORREA DA SILVA DE ALMEIDA PRADO
ADV	:	JULIANA BRASIL ABREU
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 10 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW / QUINTA TURMA

D E C I S Ã O
Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto contra a respeitável decisão de fl. 44, que indeferiu o pedido de liminar em mandado de segurança.
Foi indeferido o pedido de efeito suspensivo (fl. 49).
Informa o MM. Juízo a quo que foi proferida sentença no Mandado de Segurança n. 1999.61.00.018577-0 (fls. 66/74)
Decido.
Agravo de instrumento. Mandado de segurança. Prolação de sentença. Perda de objeto. A prolação de sentença no mandado de segurança é fato superveniente que caracteriza a falta de interesse recursal ao agravo de instrumento interposto contra decisão liminar. Torna-se aquela título jurídico para execução provisória (Lei n. 1.533/51, art. 12, parágrafo único) ou para a insubsistência de efeitos práticos (STF, súmula n. 405), razão pela qual a parte não alcançará situação mais vantajosa por meio do agravo de instrumento, cuja decisão substituiria, tão-somente, a liminar (CPC, art. 512):
"PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL PREVISTO NO ART. 250 DO REGIMENTO INTERNO DO TRF DA 3ª REGIÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. LIMINAR. SENTENÇA DE MÉRITO. DECISÃO QUE JULGOU PREJUDICADO AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO.
1. O pedido de liminar deduzido em sede de mandado de segurança ou em ação cautelar é analisado sob cognição sumária, superficial, e a decisão judicial que o defere ou não é apenas temporária, enquanto que, na sentença, a cognição é plena, exauriente e definitiva.
2. Sobrevindo a sentença de mérito, resta prejudicado, por perda de seu objeto, o recurso de agravo interposto contra decisão que deferiu a liminar pleiteada nos autos da ação de mandado de segurança.
3. Consoante entendimento consolidado nesta E. Corte de Justiça, em sede de agravo previsto no art. 250 do Regimento Interno desta Corte Regional, não deve o órgão colegiado modificar a decisão do relator quando bem fundamentada, e ausentes qualquer ilegalidade ou abuso de poder.
4. À ausência de possibilidade de prejuízo irreparável ou de difícil reparação à parte, é de ser mantida a decisão agravada.
5. Recurso improvido."
(TRF 3ª Região, Quinta Turma, Agravo de Instrumento n. 2003.03.00.057331-0, Rel. Des. Fed. Ramza Tartuce, unânime, j. 21.06.04, DJU 03.08.04, p. 199)
Do caso dos autos. Este Agravo de Instrumento n. 1999.03.00.018740 foi interposto contra a decisão que indeferiu o pedido liminar no Mandado de Segurança n. 1999.61.00.018577-0, no qual sobreveio sentença de mérito, julgando improcedente a segurança pretendida, o que acarreta a insubsistência de interesse no prosseguimento deste recurso.
Ante o exposto, JULGO PREJUDICADO este agravo de instrumento, com fundamento no art. 557, caput, do Código de Processo Civil c. c. o art. 33, XII, do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Decorrido o prazo legal, remetam-se os autos à Vara de origem, observando-se as formalidades legais.
Publique-se.
São Paulo, 23 de março de 2007.
André Nekatschalow
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2000.03.00.051078-4 AG 116417
ORIG.	:	199961820571565 5F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	MENU MODERNO ARMAZENS GERAIS FRIGORIFICOS LTDA
ADV	:	REGIANE ALVES GARCIA
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ANDREA APARECIDA FERNANDES BALI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 5 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	JUIZ FED.CONV.FERREIRA DA ROCHA / QUINTA TURMA

À vista da falta de manifestação acerca do despacho de fl. 74, referente à permanência do interesse na apreciação do efeito suspensivo requerido, intime-se o INSS para apresentar contraminuta.
Oportunamente levarei o feito a julgamento.
Publique-se.
São Paulo, 26 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2000.03.00.065304-2 AG 121812
ORIG.	:	199961060047571 6 Vr SAO JOSE DO RIO PRETO/SP
AGRTE	:	SOCIEDADE RIOPRETENSE DE ENSINO SUPERIOR e outros
ADV	:	LUIZ ALBERTO ISMAEL
ADV INTERESS	:	Marcelo Aparecido Batista Seba ADV INTERESS Sabrina Baik Cho
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JATIR PIETROFORTE LOPES VARGAS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 6 VARA DE S J RIO PRETO SP
RELATOR	:	DES.FED. RAMZA TARTUCE / QUINTA TURMA

D E S P A C H O
Intimem-se os subscritores da petição de fls. 178/179 a juntar o instrumento de procuração, a fim de regularizar a representação processual.
Após, retornem conclusos para apreciação dos embargos de declaração de fls. 123/174.
Int.
São Paulo, 27 de março de 2007.
Desembargadora Federal RAMZA TARTUCE Relatora
FC

PROC.	:	2001.03.00.014512-0 AG 130688
ORIG.	:	9805596419 2F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	CAMINHANDO NUCLEO EDUCACIONAL S/C LTDA
ADV	:	ENIO OLAVO BACCHERETI
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CARLOS AUGUSTO VALENZA DINIZ
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	JUIZ FED.CONV.FERREIRA DA ROCHA / QUINTA TURMA

À vista da falta de manifestação acerca do despacho de fl. 38, referente à permanência do interesse na apreciação do efeito suspensivo requerido, intime-se o INSS para apresentar contraminuta.
Oportunamente levarei o feito a julgamento.
Publique-se.
São Paulo, 26 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2001.03.00.026436-4 AG 137195
ORIG.	:	200161000166680 2 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	DIRETRIZ VIGILANCIA E SEGURANCA S/C LTDA
ADV	:	RUBENS ROSENBAUM
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE SAO PAULO>1ª SSJ>SP
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. MARCO FALAVINHA / QUINTA TURMA

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto contra a decisão prolatada nos autos da ação ordinária, movida em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, ora agravada, acerca de nulidade de termo de início de ação fiscal - TIAF, e de termo de intimação para apresentação de documentos TIAD.
Ocorre que, verificando correspondência eletrônica encaminhada com cópia integral da decisão, constato que o juízo a quo proferiu sentença nos autos da ação originária em que foi julgado o feito.
Nesse passo, tendo em vista que o julgamento da ação ordinária retirou do presente agravo o seu objeto, infere-se a superveniente falta de interesse processual.
Por conseqüência, julgo prejudicado o presente agravo de instrumento por perda de objeto, "ex vi" do disposto no artigo 33, XII do Regimento Interno deste Tribunal.
Após as formalidades legais cabíveis, baixem os autos ao Juízo de origem para oportuno arquivamento, determinando, ademais, a juntada aos autos dos extratos de consulta e da cópia integral da sentença, que se encontram em anexo.
Intime-se.
São Paulo, 27 de março de 2007.
JUIZ FEDERAL CONVOCADO MARCO FALAVINHA
RELATOR

PROC.	:	2001.03.00.029765-5 AG 139506
ORIG.	:	200161020071108 3 Vr RIBEIRAO PRETO/SP
AGRTE	:	CONJUNTO HABITACIONAL DOM MANUEL DA SILVEIRA DEL BUX SETOR A
ADV	:	PAULO HUMBERTO FERNANDES BIZERRA
ADV	:	DANIELA CAMPOS DE ABREU SERRA
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE RIBEIRAO PRETO SP
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. FERREIRA DA ROCHA / QUINTA TURMA

À vista da prolação de sentença na ação originária, conforme andamento em anexo, obtido junto à pesquisa de andamentos processuais desta corte, bem como pela questão do pagamento das verbas de sucumbência ter se tornado definitiva, julgo prejudicado este recurso, ante a manifesta perda de objeto, nos termos do artigo 33, inciso XII, do Regimento Interno desta corte.
Oportunamente, baixem os autos à origem, com as cautelas legais.
Publique-se.
São Paulo 30 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado Relator

PROC.	:	2001.03.00.031480-0 AG 140668
ORIG.	:	9304027764 4 Vr SAO JOSE DOS CAMPOS/SP
AGRTE	:	TECNASA ELETRONICA PROFISSIONAL S/A
ADV	:	FERNANDO CARLOS LUZ MOREIRA
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CLEUSA MARIA VAZ PRADO ALVES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA DE S J CAMPOS SP
RELATOR	:	JUIZ CONV. FERREIRA DA ROCHA / QUINTA TURMA

Informa a agravante que subsiste interesse no presente recurso (fl. 161), no entanto, não comprova sua regularidade em relação ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, imprescindível para o exame do pedido formulado.
Em face do tempo decorrido e a ausência de certeza se a agravante está ativada perante o referido programa, processe-se o presente agravo de instrumento sem a atribuição de efeito suspensivo.
Comunique-se ao juiz da causa.
Intime-se o agravado para apresentar contraminuta no prazo e termos legais.
Publique-se.
São Paulo, 23 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado Relator

PROC.	:	2001.03.00.032215-7 AG 141143
ORIG.	:	200161050079353 2 Vr CAMPINAS/SP
AGRTE	:	PEPSI COLA ENGARRAFADORA LTDA
ADV	:	JOSE MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE CAMPINAS Sec Jud SP
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. MARCO FALAVINHA / QUINTA TURMA

Vistos.
Levando-se em consideração a informação presente nos autos, às fls.704/710, onde consta que o feito principal a que se refere o presente recurso foi julgado em primeira instância, resta esvaziado o objeto deste agravo.
Posto isso, nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil e do artigo 33, XII, do Regimento Interno desta Corte, julgo prejudicado o presente agravo de instrumento.
Após as formalidades cabíveis, baixem os autos ao Juízo de origem para oportuno arquivamento.
Intime-se.
São Paulo, 27 de março de 2007.
JUIZ FEDERAL CONVOCADO MARCO FALAVINHA
RELATOR

PROC.	:	2002.03.00.004249-9 AG 147698
ORIG.	:	199961140006366 3 Vr SAO BERNARDO DO CAMPO/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ELAINE CATARINA BLUMTRITT GOLTL
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	MACISA COM/ E IND/ S/A
ADV	:	JULIANA BURKHART RIVERO
ADV	:	MARCOS RODRIGUES FARIAS
ADV	:	GILBERTO DA SILVA COELHO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE S B DO CAMPO SP
RELATOR	:	JUIZ FED.CONV. FERREIRA DA ROCHA/ QUINTA TURMA

Manifeste-se o INSS acerca da petição e documentos de fls. 150/160.
Publique-se.
São Paulo, 20 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2002.03.00.004622-5 AG 148033
ORIG.	:	9815006541 1 Vr SAO BERNARDO DO CAMPO/SP
AGRTE	:	COMMENSAL REFEICOES COLETIVAS LTDA
ADV	:	DENISE DE ABREU ERMINIO VICTOR
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ELAINE CATARINA BLUMTRITT GOLTL
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE S B DO CAMPO SP
RELATOR	:	JUIZ FED.CONV.FERREIRA DA ROCHA / QUINTA TURMA

À vista da falta de manifestação acerca do despacho de fl. 41, referente à permanência do interesse na apreciação do efeito suspensivo requerido, intime-se o INSS para apresentar contraminuta.
Oportunamente levarei o feito a julgamento.
Publique-se.
São Paulo, 26 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2002.03.00.004728-0 AG 148152
ORIG.	:	200061000435704 4 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	MANNESMAN DEMATIC LTDA
ADV	:	MARISTELA FERREIRA DE S MIGLIOLI SABBAG
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. FERREIRA DA ROCHA / QUINTA TURMA

Agravo de instrumento interposto por impetrante de mandado de segurança contra decisão que indeferiu antecipação da tutela para suspender a exigibilidade do artigo 22, inciso IV, da Lei n.º 8212/91, com a redação dada pela Lei n.º 9876/99, incidente sobre a remuneração paga aos cooperados.
A Lei nº 11.187/05, de 18 de outubro de 2005, que passou a vigorar em 19 de janeiro de 2006, determina que os agravos somente serão julgados no momento da apelação, salvo em casos de risco de lesão grave ou de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento. No caso concreto, entendo existir risco de lesão grave ou de difícil reparação que justifique a apreciação do recurso, porquanto a recorrente teria de se submeter à tortuosa via do solve e repete.
Ressalto, primeiramente, que é inegável a legitimidade ativa da tomadora de serviços das cooperativas, uma vez que, nos termos da nova legislação mencionada, é o sujeito passivo da obrigação tributária, de modo que suporta o encargo da exação questionada.
O artigo 558 do CPC exige para seu deferimento relevância de fundamentação e irreparabilidade ou difícil reparação do dano. Quanto ao primeiro, cumpre, inicialmente, fazer um breve retrospecto. Em obediência ao artigo 195, § 4º, c/c 154, inciso I, ambos da Constituição Federal, que permitem a criação de novas fontes de custeio para a seguridade social, se por meio de lei complementar, foi editada a Lei Complementar n.º 84, em 18 de janeiro de 1996, que, no seu artigo 1º, inciso II, estabeleceu que as cooperativas de trabalho deviam recolher 15% (quinze por cento) da remuneração paga aos seus cooperados para financiamento do sistema. Posteriormente, em 1998, sobreveio a Emenda Constitucional n.º 20, que alterou a redação do citado artigo 195 da Carta Magna, nestes termos :
"Art. 195 - omissis
I - empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre :
a) folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviços, mesmo sem vínculo empregatício;
b) a receita e o faturamento;

c) o lucro;"
Diante desse novo cenário, surge, enfim, a lei que ora se questiona, a qual, entre outras providências, modificou o Plano de Custeio da Previdência Social, relativamente às cooperativas, da seguinte forma :
"Art. 22 - A contribuição a cargo da empresa, destinada à Seguridade Social, além do disposto no artigo 23 , é de :
.....
IV - quinze por cento sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, relativamente a serviços que lhe são prestados por cooperados por intermédio de cooperativas de trabalho." (grifei)
Manteve-se, portanto, o percentual da contribuição, que, porém, passou a incidir sobre o valor da nota fiscal ou fatura. Alterou-se, também, o sujeito passivo da obrigação, que recaiu sobre o tomador do serviço. Assim, numa cognição sumária, podem-se apontar ao menos três incongruências da Lei n.º 9876/99 :
a) A disposição de que a incidência é sobre "o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços" não corresponde à base de cálculo autorizada pela Emenda 20/98, qual seja, a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que preste serviços para a empresa, mesmo sem vínculo empregatício. Evidente que o valor da nota fiscal ou fatura traduz receita da cooperativa e engloba despesas, além da remuneração dos cooperados.
b) A cooperativa é tratada pelo legislador de forma equivocada, como mera intermediária entre o tomador e o cooperado, sem qualquer participação no negócio, a fim de se adequar à nova redação do artigo 195, inciso I, alínea "a", da C.F., que permite a cobrança do tributo sobre os rendimentos da 'pessoa física'. Todavia, o contrato é celebrado diretamente com aquela, que é pessoa jurídica (artigo 4º, Lei 5764/71), organizada para o exercício de atividade econômica em proveito dos cooperados, sem finalidade de lucro (artigo 3º). Inclusive, é expressamente designada como empresa, para fins previdenciários (parágrafo único, artigo 15 da Lei n.º 8212/91), e é quem emite o documento que servirá de base de cálculo para a contribuição, uma vez que o cooperado, obviamente, não pode fazê-lo.
c) Se a cooperativa é empresa, como anteriormente mencionado, a Lei n.º 9876/99 institui tratamento desigual entre contribuintes equivalentes, uma vez que a empresa que contrata outra para lhe prestar serviços está desobrigada de recolher as contribuições sociais dos trabalhadores desta, porém, se optar por contratar uma cooperativa, repita-se, que também é empresa, assume a responsabilidade em relação aos cooperados. Clara a ofensa à garantia constitucional do artigo 150, inciso II.
Evidencia-se, assim, que o fundamento de validade da referida lei não está nas alterações introduzidas pela Emenda 20/98, pois, como exposto anteriormente, a exação questionada não mantém a pretendida adequação ao novo texto constitucional, hábil para legitimá-la. Desse modo, ante tal descompasso, a conclusão a que se chega, naturalmente, é a de que a Lei 9876/99, em verdade, criou uma nova contribuição para a Seguridade Social e, assim, deveria ter sido veiculada pelo instrumento normativo previsto constitucionalmente, a lei complementar.
O periculum in mora para a impetrante decorre da possibilidade de ser autuada pelo Fisco, caso não recolha o tributo, ou obrigada à tortuosa via do solve e repete, além de ter de arcar indevidamente com o ônus da contribuição questionada.
Ante o exposto, defiro a suspensão da exigibilidade do artigo 22, inciso IV, da Lei n.º 8212/91, com a redação dada pela Lei n.º 9876/99, incidente sobre a remuneração paga aos cooperados.
Comunique-se ao juiz da causa.
Intime-se o agravado para responder, nos termos e prazos legais.
Publique-se.
São Paulo, 19 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal convodo
Relator

PROC.	:	2002.03.00.010749-4 AG 151606
ORIG.	:	9805561364 2F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	FIBRATAM USINA DE TAMBORES DE FIBRA LTDA
ADV	:	JULIO FLAVIO PIPOLO
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ANDREIA DE MIRANDA SOUZA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	JUIZ FED.CONV.FERREIRA DA ROCHA / QUINTA TURMA

À vista da falta de manifestação acerca do despacho de fl. 68, referente à permanência do interesse na apreciação do efeito suspensivo requerido, intime-se o INSS para apresentar contraminuta.
Oportunamente levarei o feito a julgamento.
Publique-se.
São Paulo, 26 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2002.03.00.036598-7 AG 162308
ORIG.	:	199961820574566 2F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	METAL TEMPERA IND/ E COM/ LTDA
ADV	:	ROBERTO JONAS DE CARVALHO
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ANDREIA DE MIRANDA SOUZA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES.FED. ANDRE NABARRETE / QUINTA TURMA

À vista da falta de manifestação acerca do despacho de fl. 77, referente à permanência do interesse na apreciação do efeito suspensivo requerido, intime-se o INSS para apresentar contraminuta.
Oportunamente levarei o feito a julgamento.
Publique-se.
São Paulo, 26 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2003.03.00.004486-5 AG 172022
ORIG.	:	200461020001570/SP
AGRTE	:	LABORATORIOS BIOSINTETICA LTDA
ADV	:	ALEXANDRE REGO
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ANTONIO MARCOS GUERREIRO SALMEIRÃO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE RIB. PRETO Sec Jud SP
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. MARCO FALAVINHA / QUINTA TURMA

Vistos.
Tendo em vista a informação presente nos autos, onde consta que o feito principal a que se refere o presente recurso (Medida Cautelar nº 2003.61.02.000547-9) foi julgado em primeira instância, resta esvaziado o objeto deste agravo.
Posto isso, nos termos do artigo 33, XII, do Regimento Interno desta Corte, julgo prejudicado o presente agravo de instrumento.
Após as formalidades cabíveis, baixem os autos ao Juízo de origem para oportuno arquivamento.
Intime-se.
São Paulo, 23 de março de 2007.
JUIZ FEDERAL CONVOCADO MARCO FALAVINHA
RELATOR

PROC.	:	2003.03.00.067991-3 AG 192383
ORIG.	:	200261820098617 12F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ERICO SANCHES FERREIRA DOS SANTOS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	MAXSERVICE COM/ E SERVICOS LTDA e outros
ADV	:	MARCELO KNOEPFELMACHER
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 12 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES.FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW / QUINTA TURMA

D E S P A C H O
1. Tendo em vista que foi proferida sentença no processo principal (fls. 279/280), esclareça o agravante se subsiste interesse no julgamento do seu recurso.
2. Publique-se.
São Paulo, 23 de março de 2007.
André Nekatschalow
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2003.03.00.071500-0 AG 193355
ORIG.	:	0300000002 1 Vr ORLANDIA/SP
AGRTE	:	ELO ENGENHARIA E COM/ LTDA
ADV	:	HILARIO BOCCHI JUNIOR
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARIA HELENA TAZINAFO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PARTE R	:	JOAO MATTARAIA NETO e outro
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE ORLANDIA SP
RELATOR	:	JUIZ CONV. FERREIRA DA ROCHA / QUINTA TURMA

Cuida-se de agravo de instrumento interposto em razão de decisão (fls. 70/73), proferida nos autos da execução fiscal nº 02/2003, em trâmite na Vara Única da Comarca de Orlândia/SP, na qual a MMª. Juíza rejeitou exceção de incompetência, ao constatar que os excipientes são domiciliados neste Foro.
Requer a agravante seja atribuído efeito suspensivo a este recurso, a fim de cessar o curso da execução fiscal até o deslinde da questão e, a final, seja declarada a incompetência do Juízo Estadual e os autos remetidos à Justiça Federal de Ribeirão Preto.
Decido.
Presente o requisito do perigo de dano (decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação) apto a admitir interposição de agravo de instrumento (art. 552 c.c art. 527, II, segunda parte do CPC).
Ausente, no entanto, o requisito da plausibilidade do direito invocado apto à concessão de efeito suspensivo. In casu, verifico que a r. decisão agravada encontra-se bem fundamentada e está em perfeita harmonia com súmula e jurisprudência dos Tribunais superiores e regionais. Os argumentos angariados pela agravante limitam-se a casos de mandado de segurança que não pode ser tido como paradigma, como explicitado pela MMª Juíza a qua, pois outras são as regras de competência aplicadas, em nada símile a execuções fiscais.
A competência para o ajuizamento da execução fiscal está prevista, expressamente, no artigo 578 do Código de Processo Civil, o qual preconiza, verbis:
"Art. 578. A execução fiscal (art. 585, VI) será proposta no foro do domicílio do réu; se não o tiver, no de sua residência ou no do lugar onde for encontrado."
Como os executados estão localizados na Comarca de Orlândia, ali é o foro competente para processar a ação de excussão. Se a cidade não é sede de Vara da Justiça Federal cabe, então, ao Juízo Estadual, na sua função delegada, processar e julgar o feito, tal como autoriza o artigo 15, I, da Lei nº 5.010/66, recepcionado pela Constituição de 1988 (art. 109, § 3º, in fine), verbis:
"Art. 15. Nas comarcas do interior onde não funcionar Vara da Justiça Federal (art. 12), os juízes estaduais são competentes para processar e julgar:
I - os executivos fiscais da União e das suas autarquias, ajuizados contra devedores domiciliados nas respectivas comarcas."
Depreende-se, pois, que, em regra, as execuções fiscais da União e suas autarquias, serão sempre ajuizadas, processadas e julgadas no foro do domicílio do réu.
Confira-se, pois, nesse sentido, a jurisprudência:
"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO EXECUTIVA FISCAL PROMOVIDA PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, EMPRESA PÚBLICA FEDERAL. JUSTIÇA ESTADUAL. COMPETENTE, QUANDO NO DOMICÍLIO DO EXECUTADO NÃO FUNCIONA VARA FEDERAL.
A execução fiscal deve ser proposta na comarca em que o devedor mantém domicílio. Se, em tal comarca não funcionar Juízo Federal, a competência desloca-se para a Justiça Estadual."
(STJ, 1ª Seção, CC 40.286, rel. Ministro Humberto Gomes de Barros, DJU 09/12/2003, p. 202, vu)
"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. DOMICÍLIO DO DEVEDOR. SÚMULA Nº 40 TFR.
1. A competência para processar e julgar execução fiscal ajuizada contra devedor domiciliado no interior do estado é do juiz de direito da Comarca do domicílio do devedor, desde que não seja ela sede de vara da justiça federal, em obediência ao disposto na Súmula 40 do extinto TFR.
2. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito de Campo Novo - RS."
(STJ, 1ª Seção, CC 34.853, rel. Ministro Francisco Peçanha Martins, DJU 17/03/2003, p. 173, vu)
"PROCESSO CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL.
1. As execuções fiscais são processadas e julgadas no foro do domicílio do executado, perante o Juiz de Direito, quando no domicílio não houver Vara da Justiça Federal (Súmula nº 40 do extinto TFR).
2. Competência delegada ao juiz estadual, que exerce, então, jurisdição federal.
3. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito, suscitado."
(TRF 1ª Região, 2ª Seção, CC nº 1997.01.00.014322-4, rel. Juíza Eliana Calmon, DJU 30/06/1997,vu)
"PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. DEVEDOR DOMICILIADO EM CIDADE ONDE NÃO HÁ JSUTIÇA FEDERAL. COMPETÊNCIA DO JUIZ ESTADUAL. SÚMULA 40 DO EXTINTO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS. CONFLITO PROCEDENTE.
1. Nos termos da Súmula 40 do extinto Tribunal Federal de Recursos, compete ao Juiz de Direito julgar execução fiscal proposta pela União Federal contra devedor domiciliado em comarca que não seja sede da Justiça Federal.
2. Conflito conhecido e julgado procedente, declarando-se a competência do Juízo suscitado."
(TRF 1ª Região, 2ª Seção, CC nº 1997.01.00.023874-2, rel. Juiz Amílcar Machado, DJU 20/10/1997, p. 86.919, vu)
"PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. DEVEDOR DOMICILIADO NA COMARCA ONDE NÃO FUNCIONEM VARAS DA JUSTIÇA FEDERAL.
I - Os juízes estaduais são competentes para processar e julgar executivos fiscais da União Federal e de autarquias federais ajuizados contra devedores domiciliados nas Comarcas onde não funcionem Varas da Justiça Federal.
II - Conflito de competência procedente."
(TRF 3ª Região, 3ª Turma, CC nº 2000.03.00.005147-9, rel. Des. Federal Cecília Marcondes, DJU 02/08/2000, p. 107, vu)
"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. FORO DO DOMICÍLIO DO DEVEDOR. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.
I - Compete ao Juízo Estadual de comarca, que não seja sede de Vara Federal, processar e julgar execução fiscal proposta pela União Federal (Fazenda Nacional) contra devedor domiciliado em seu território, como na espécie. Aplicação dos artigos 109, § 3º, da Constituição Federal, e 15, I, da Lei nº 5.010/66).
II - Conflito negativo julgado procedente para declarar a competência do MM. Juízo suscitado."
(TRF 3ª Região, 1ª Seção, CC 97.03.084529-0, rel. Des. Federal Theotonio Costa, DJU 01/12/1998, p. 58, vu)
"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. FAZENDA PÚBLICA. SÚMULA 40 DO EXTINTO TFR, ARTIGO 15, I, DA LEI 5.010/66.
1. Nos termos da Súmula nº 40, do extinto TFR, e do art. 15, I, da Lei nº 5.010/66, a execução fiscal da Fazenda Pública Federal será proposta perante Juízo Estadual da Comarca do domicílio do devedor, desde que não seja sede de Vara da Justiça Federal.
2. Conflito procedente.
(TRF 4ª Região, 2ª Seção, CC 1998.04.01.075770-6, rel. Juiz José Germano da Silva, DJU 14/04/1999, p. 613, vu)

Ante o exposto, NEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento, nos termos do artigo 557, caput, do Código de Processo Civil, à vista da pretensão da agravante estar em confronto com jurisprudência dominante do STJ e dos Tribunais Federais Regionais.
Comunique-se ao juiz da causa.
Oportunamente, baixem os autos à origem, com as cautelas legais.
Publique-se.
São Paulo, 23 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado Relator

PROC.	:	2004.03.00.003515-7 AG 197231
ORIG.	:	200361090075963 1 Vr PIRACICABA/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ANA PAULA STOLF MONTAGNER PAULILLO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	IRENE STRADIOTTO e outros
ADV	:	ALMIR GOULART DA SILVEIRA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE PIRACICABA SP
RELATOR	:	DES.FED. RAMZA TARTUCE / QUINTA TURMA

D E S P A C H O
Cuida-se de agravo de instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS contra decisão da MM. Juíza Federal da 1ª Vara de Piracicaba que, nos autos do mandado de segurança impetrado por IRENE STRADIOTTO e OUTROS, objetivando o reconhecimento de seu direito a continuar percebendo parcela remuneratória suprimida de seus vencimentos, concedeu a liminar para determinar o restabelecimento ou a contribuição da percepção da parcela remuneratória judicial denominada "URP 89".
Ocorre que, de acordo com o extrato do banco de dados informatizado desta Corte, cuja cópia ora determino seja anexada a este feito, nos autos do processo principal foi proferida sentença julgando improcedentes os pedidos deduzidos na inicial e denegando a segurança, a teor do artigo 269, I, da lei processual civil.
Assim, dou por prejudicado o presente agravo de instrumento, em face da perda de seu objeto, nos termos do artigo 33, inciso XII, do Regimento Interno desta Corte.
Remetam-se os autos à Vara de origem, dando-se baixa na distribuição.
Publique-se e intimem-se.
São Paulo, 1º de abril de 2007.
Desembargadora Federal RAMZA TARTUCE Relatora
-AM-

PROC.	:	2004.03.00.031342-0 AG 209521
ORIG.	:	200361820036781 11F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	ACHE LABORATORIOS FARMACEUTICOS S/A
ADV	:	WALDIR LUIZ BRAGA
ADV	:	PLINIO JOSE MARAFON
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 11 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	JUIZ FED.CONV. FERREIRA DA ROCHA/ QUINTA TURMA

Agravo de instrumento contra decisão que, em execução fiscal, determinou a intimação da executada para depositar o valor referente aos honorários advocatícios fixados.
Ao realizar o juízo de admissibilidade, verificou-se que o recurso estava deficientemente instruído, devido à falta da cópia do contrato social ou eventual alteração contratual referente à própria empresa agravante, já que os documentos juntados, às fls. 22/36, referem-se à Asta Médica Ltda, empresa incorporada pela recorrente.
À vista de tal irregularidade, negou-se seguimento ao recurso, conforme decisão de fl. 157. Foi interposto o agravo de fls. 173/182, nos termos do artigo 557, § 2º, do CPC, e o decisum foi mantido, conforme despacho de fl. 184. Todavia, à vista da mudança de entendimento em relação à obrigatoriedade da anexação do contrato social da empresa ou eventual alteração contratual, a agravante foi intimada nos seguintes termos, verbis:
"À vista do julgamento do agravo regimental no agravo de instrumento nº 2002.03.00.033973-3, de relatoria do Exmº. Des. Fed. André Nabarrete, publicado no DJU de 21.06.2005, p. 434, no qual a Quinta Turma estabeleceu que a ausência de contrato social não constitui óbice à tramitação do recurso, reconsidero a decisão que, ao receber o agravo regimental, havia mantido o decisum pelos seus próprios fundamentos, ex vi do artigo 471, inciso II, do Código de Processo Civil, c.c. o artigo 251 do Regimento Interno desta corte. Assim, manifeste-se a agravante acerca da permanência do interesse na apreciação do efeito suspensivo requerido, dado o lapso temporal entre a interposição do agravo de instrumento e esta decisão.
Publique-se.
São Paulo, 26 de janeiro de 2007."
Às fls. 194/204, após aduzir o que considerou necessário, a agravante manifestou-se no sentido de que "não subsiste interesse na continuidade do presente recurso", fl. 195, in fine. Assim sendo, ante as razões expostas pela agravante, recebo a petição de fls. 194/204 como pedido de desistência do recurso, o qual homologo para que produza seus regulares efeitos, nos termos dos artigos 501 do CPC e 33, inciso VI, do Regimento Interno desta corte.
Oportunamente, baixem-se os autos à origem, observadas as cautelas legais.
Publique-se.
São Paulo, 21 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado Relator

PROC.	:	2004.03.00.050648-8 AG 216681
ORIG.	:	200361820327155 4F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	MASSIMO MOVEIS LTDA
ADV	:	HELBER DANIEL RODRIGUES MARTINS
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	JUIZ FED.CONV.FERREIRA DA ROCHA / QUINTA TURMA

À vista da falta de manifestação acerca do despacho de fl. 116, referente à permanência do interesse na apreciação do efeito suspensivo requerido, intime-se o INSS para apresentar contraminuta.
Oportunamente levarei o feito a julgamento.
Publique-se.
São Paulo, 26 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2004.03.00.062311-0 AG 221582
ORIG.	:	200461190070463 1 Vr GUARULHOS/SP
AGRTE	:	TURBLAST INDL/ LTDA
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE GUARULHOS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW / QUINTA TURMA

D E S P A C H O
1. Fls. 98/99: retifico o item 3 do despacho de fl. 92, para que se leia "agravante" ao invés de "recorrida".
2. Publique-se.
São Paulo, 22 de março de 2007.
André Nekatschalow
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2004.03.00.066221-8 AG 223141
ORIG.	:	200461000315455 4 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	TRANSPAVI CODRASA S/A
ADV	:	LUIZ CARLOS MAXIMO
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. MARCO FALAVINHA / QUINTA TURMA

Vistos.
Tendo em vista a informação presente nos autos, onde consta que o feito principal a que se refere o presente recurso (Mandado de Segurança nº 2004.61.00.031545-5) foi julgado em primeira instância, conforme Petição n.º 076085/2007, resta esvaziado o objeto deste agravo.
Posto isso, nos termos do artigo 33, XII, do Regimento Interno desta Corte, julgo prejudicado o presente agravo de instrumento.
Após as formalidades cabíveis, baixem os autos ao Juízo de origem para oportuno arquivamento.
Intime-se.
São Paulo, 26 de março de 2007.
JUIZ FEDERAL CONVOCADO MARCO FALAVINHA
RELATOR

PROC.	:	2005.03.00.000927-8 AG 226642
ORIG.	:	200461040144910 1 Vr SANTOS/SP
AGRTE	:	HOSPITAL SAO LUCAS DE SANTOS LTDA
ADV	:	RONALDO RAYES
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE SANTOS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW / QUINTA TURMA

D E C I S Ã O
1. Trata-se de embargos de declaração opostos contra a decisão de fls. 108/110, que julgou prejudicado este agravo de instrumento em razão da sentença proferida no Mandado de Segurança n. 2004.61.04.014491-0.
Alega a embargante contradição entre o fato narrado na decisão e as informações do processo principal. Sustenta que, segundo informações obtidas no sistema informatizado desta Corte, o mencionado mandado de segurança encontra-se concluso para sentença desde 10.03.05 (fls. 116/118).
2. Os embargos não merecem provimento. A decisão atacada baseou-se nas informações prestadas pelo MM. Juízo sentenciante, que encaminhou cópia da sentença prolatada (fls. 95/106). Ademais, após consulta ao sistema processual (SIAPRO), verifico que foi distribuída para este relator, em 19.10.05, a Apelação em Mandado de Segurança n. 2004.61.04.014491-0, que foi julgada na sessão de 08.05.06.
3. Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO aos embargos de declaração.
4. Publique-se.
São Paulo, 22 de março de 2007.
André Nekatschalow
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2006.03.00.073216-3 AG 273263
ORIG.	:	9700443426 5 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	ORGANIZACAO DE ENSINO SOUSA LOPEZ DE EDUCACAO E CULTURA S/C LTDA
ADV	:	ONOFRE PINTO DA ROCHA JUNIOR
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARCIA RIBEIRO PASELLO DOMINGOS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 5 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. MARCO FALAVINHA/ QUINTA TURMA

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por ORGANIZACAO DE ENSINO SOUSA LOPEZ DE EDUCACAO E CULTURA S/C LTDA em relação à decisão prolatada pelo Juízo a quo, em sede de demanda já em fase de execução, que indeferiu a expedição de alvará para levantamento de valores independentemente do cumprimento das exigências contidas no artigo 19 da Lei nº 11.033/2004.
Sustenta a agravante, em breve síntese, a inconstitucionalidade do mencionado preceito legal. Nestes termos, postula a reforma da r. decisão recorrida.
O pleito de concessão de efeito suspensivo foi deferido, fls. 29/37, decisão da qual não se recorreu.
Sem que fosse apresentada contra-minuta, vieram os autos conclusos a este Relator.
Decido.
A inconstitucionalidade do art. 19 da Lei nº 11.033/2004 já foi declarada pelo Supremo Tribunal Federal, conforme relata o informativo n.º 450 do STF:
"Precatório Judicial e Condições para Levantamento ou Autorização para Depósito de Valores
O Tribunal julgou procedente pedido formulado em ação direta ajuizada pelo Conselho Federal da ordem dos Advogados do Brasil - OAB para declarar a inconstitucionalidade do art. 19 da Lei 11.033/2004, que condiciona o levantamento ou a autorização para depósito em conta bancária de valores decorrentes de precatório judicial à apresentação, ao juízo, de certidão negativa de tributos federais, estaduais, municipais, bem como de certidão de regularidade para com a Seguridade Social, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e a Dívida Ativa da União, depois de ouvida a Fazenda Pública. Entendeu-se que o dispositivo impugnado ofende os artigos 5º, XXXVI, e 100 da CF, por estatuir condição para a satisfação de direito do jurisdicionado que não está contida na norma fundamental da República. Asseverou-se que as formas de a Fazenda Pública obter o que lhe é devido estão estabelecidas no ordenamento jurídico, não sendo possível para tanto a utilização de meios que frustrem direitos constitucionais dos cidadãos. Ressaltou-se, ademais, que a matéria relativa a precatórios, tal como tratada na Constituição, não chama a atuação do legislador infraconstitucional, menos ainda para impor restrições que não se coadunam com o direito à efetividade da jurisdição e o respeito à coisa julgada.
ADI 3453/DF, rel. Min. Cármen Lúcia, 30.11.2006. (ADI-3453)"
De fato esse preceito normativo impõe ao jurisdicionado nível de exigência mais severo do que o trazido pelo ordenamento constitucional para o pagamento dos precatórios judiciais.
Com efeito, o art. 100, da Constituição Federal delineou minuciosamente o instituto do precatório judicial, não havendo espaço para uma regulamentação pela legislação ordinária que lhe transforme em instituto ainda mais rigoroso, impondo restrição a direitos fundamentais maior do que aquela expressamente inserida na Carta Constitucional.
Assim, da simples leitura dos dispositivos constitucionais cabíveis à espécie, vê-se que a exigibilidade de apresentação de diversas Certidões Negativas de Débito não se encontra no rol de elementos necessários à expedição dos precatórios judiciais.
Nesse caso, exigir-se mais do que a própria Carta Constitucional impõe para esse regime jurídico é afrontar, diretamente, uma determinada gama de direitos fundamentais do jurisdicionado.
Ademais, a exigência contida na norma em comento afronta a própria coisa julgada, à medida em que lhe retira sua força e eficácia, a qual ficaria condicionada à apresentação das certidões negativas de débitos, o que também não encontra respaldo constitucional, nos termos do art. 5º, inciso XXXVI, da Carta Magna.
Conclusão semelhante é a tirada por Afonso Celso Mattos Lourenço e Mariana Jesus Lourenço:
"Neste enfoque, o texto constitucional esgotou o procedimento para pagamento de precatórios judiciais deixando à margem o poder legislativo infra-constitucional, o qual, por sua vez, só terá exigida a sua atividade integrativa para delinear o alcance jurídico dos termos 'obrigações de pequeno valor' pontuada nos parágrafos 3º e 5º.
(...)
Admitir em contrário seria afirmar a fragilidade jurídica das decisões judiciais, pois condicionar a eficácia de uma decisão transitada em julgado a fatos estranhos aos limites da lide revelaria a fragilidade/instabilidade do judiciário brasileiro, violando, portanto, a segurança jurídica de suas decisões abalando sua efetividade."
("Uma análise constitucional da imposição de Certidão Negativa como condicionante legal para o recebimento do precatório judicial", artigo publicado in Revista Ibero-Americana de Direito Público, vol. XIX, 3º trimestre de 2005, Rio de Janeiro: América Jurídica, 2005, p. 12-18)

Além da violação ao seu direito de propriedade - locus onde se pode inserir seu patrimônio, já aviltado pelo próprio retardamento no cumprimento da obrigação indenizatória em razão da necessidade de expedição dos precatórios judiciais - também resta ferido seu direito fundamental à celeridade processual, ora inserido no corpo da Constituição, consoante texto trazido pela Emenda Constitucional nº 45/04, que alterou a redação do art. 5º, inserindo o inciso LXXVIII, adiante transcrito:
"LXXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação."
Com efeito, a despeito do jurisdicionado já ter de aguardar um punhado de anos para obter o provimento jurisdicional buscado, ainda deve esperar mais alguns anos na denominada "fila do precatório", isto é, ainda aguardará mais alguns anos até que a decisão condenatória contra a Fazenda Pública seja efetivamente cumprida, expedido por derradeiro o precatório judicial.
Assim, não se pode ter por respeitado o direito fundamental à celeridade processual, com o que, também por esse ângulo não se encontraria o fundamento de validade constitucional da norma contida no art. 19 da Lei nº 11.033/04.
Reconhecida a inconstitucionalidade material do preceito em apreço, verifica-se, igualmente, padecer referida norma de inconstitucionalidade formal.
É que a exigibilidade de apresentação de Certidões Negativas encontra-se regida pelo Código Tributário Nacional, em especial em seus artigos 191 a 193 e 205 a 208.
Como se trata de hipótese em que gravame é exigido do contribuinte/devedor, não se pode ampliar, por interpretação analógica ou extensiva, o alcance daqueles mencionados dispositivos do diploma tributário.
Eventual modificação nesse sentido deveria ser precedida de edição de Lei Complementar, visto que o Código Tributário Nacional possui tal status dentro da hierarquia normativa. Todavia, a novel Lei nº 11.033/04 é apenas lei ordinária, destituída, portanto, da possibilidade de revogar ou alterar preceitos normativos do Código Tributário Nacional.
Dentro dessa linha de raciocínio, verifica-se padecer de inconstitucionalidade formal a norma contida no art. 19 da Lei nº 11.033/04, visto que a pretensão do legislador foi a de tratar de matéria que somente poderia ser veiculada através de Lei Complementar. Esse pensamento encontra respaldo na doutrina. Veja-se o que dizem Afonso Celso Mattos Lourenço e Mariana Jesus Lourenço:
"Ora, o CTN foi constitucionalmente recepcionado e teve seu conteúdo normativo elevado ao status de Lei Complementar -artigo 146, III, alínea 'b' da CR/88.
Assim, o Sistema Tributário Nacional é regido por Lei Complementar contendo, em sua sistemática normativa, disposição legal precisa sobre as hipóteses em que se verifica a exigência de apresentação de certidão negativa.
Tais hipóteses estão delineadas pelos artigos 191, 192 e 193 do CTN, que respectivamente exigem a apresentação do referido documento nos casos de: artigo 191: tributos relativos à atividade mercantil do requerente da concordata, ou da declaração de extinção das obrigações do falido; artigo 192: vincula à exigência aos tributos relativos aos bens do espólio, ou suas rendas; artigo 193: diz respeito aos tributos relativos à atividade cujo exercício o contribuinte está contratando ou licitando com a administração pública.
Eis, portanto, a delimitação normativa imposta pelo CTN à exigência de certidão negativa a ser apresentada pelo contribuinte.
Outrossim, vale ressaltar que, tal medida instrumentaliza a imposição de um ônus tributário ao contribuinte, pelo que não comporta interpretação analógica e/ou extensiva.
Desta forma, aplicar o alcance desta previsão normativa exige o veículo legislativa próprio, qual seja, a edição de Lei Complementar.
Portanto, Lei Ordinária (in casu) que amplia o alcance da exigência de certidão negativa padece de inconstitucionalidade formal, porque não é o instrumento legislativo próprio, legítimo e substancial, mas sim, em verdade significa uma forma oblíqua de se instituir a cobrança de tributo, bem como, de restringir a atividade econômica - artigo 170, § único do CTN."
("Uma análise constitucional da imposição de Certidão Negativa como condicionante legal para o recebimento do precatório judicial", artigo publicado in Revista Ibero-Americana de Direito Público, vol. XIX, 3º trimestre de 2005, Rio de Janeiro: América Jurídica, 2005, p. 16-17)
Por outro lado, cabe afirmar que não se pode criar óbice ao exercício de direito fundamental como mecanismo coercitivo para pagamento de tributo.
Em suma, além de já ter sido declarada a sua inconstitucionalidade, sob todos os ângulos pelos quais se analise a questão ora em tela, não se encontra fundamento de validade à norma contida no art. 19 da Lei nº 11.033/04, razão pela qual merece acolhida o pleito da agravante.
De sorte que, na situação em tela, é caso de reconhecimento de estar a decisão em confronto com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, razão pela qual dou provimento ao presente agravo de instrumento, a fim de determinar a expedição de alvará de levantamento de precatórios judiciais independentemente das imposições contidas no art. 19 da Lei nº 11.033/04, nos termos do artigo 557, §1º-A, do Código de Processo Civil.
Oportunamente, baixem os autos ao Juízo de origem, observadas as formalidades legais. Publique-se.
São Paulo, 22 de março de 2007.
JUIZ FEDERAL CONVOCADO MARCO FALAVINHA
RELATOR

PROC. : 2006.03.00.073914-5 AG 273732
ORIG. : 200661210017172 1 Vr TAUBATE/SP
AGRTE : FELIPE SILVEIRA QUEIROZ
ADV : MARCELO AUGUSTO SCUDELER
AGRDO : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM : JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE TAUBATE - 21ª SSJ - SP
RELATOR : DES.FED. RAMZA TARTUCE / QUINTA TURMA

D E S P A C H O
Cuida-se de agravo de instrumento interposto por FELIPE SILVEIRA QUEIROZ contra decisão da MM. Juíza Federal da 1ª Vara de Taubaté que, nos autos do mandado de segurança impetrado contra ato da Gerente Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, que não apreciou seu pleito de remoção ou permuta para Campinas, indeferiu o pedido de liminar.
Ocorre que, de acordo com o extrato do banco de dados informatizado desta Corte, cuja cópia ora determino seja anexada a este feito, nos autos do processo principal foi proferida sentença denegando a segurança, a teor do artigo 269, I, da lei processual civil.
Assim, dou por prejudicado o presente agravo de instrumento, em face da perda de seu objeto, nos termos do artigo 33, inciso XII, do Regimento Interno desta Corte.
Remetam-se os autos à Vara de origem, dando-se baixa na distribuição.
Publique-se e intimem-se.
São Paulo, 1º de abril de 2007.
Desembargadora Federal RAMZA TARTUCE Relatora

PROC. : 2006.03.00.089004-2 AG 278414
ORIG. : 9400173598 14 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE : Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
AGRDO : FIORI TRANSPORTES E TURISMO LTDA
ADV : JOSE NASSIF NETO
PARTE R : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM : JUIZO FEDERAL DA 14 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR : JUIZ FED. CONV. MARCO FALAVINHA/ QUINTA TURMA

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela Uniao Federal em relação à decisão prolatada pelo Juízo a quo, em sede de ação ordinária, que deferiu a expedição de alvará para levantamento de valores independentemente do cumprimento das exigências contidas no artigo 19 da Lei nº 11.033/2004.
Sustenta a agravante, em breve síntese, que a exigência do artigo 19 da Lei nº 11.033/2004 é integralmente constitucional, caracterizando a realização dos princípios constitucionais da eficiência e da economicidade da Administração Pública.
O pleito de concessão de efeito suspensivo foi indeferido, fls. 43/50, decisão da qual não se recorreu.
Sem que fosse apresentada contra-minuta, vieram os autos conclusos a este Relator.
Decido.
A inconstitucionalidade do art. 19 da Lei nº 11.033/2004 já foi declarada pelo Supremo Tribunal Federal, conforme relata o informativo n.º 450 do STF:
"Precatório Judicial e Condições para Levantamento ou Autorização para Depósito de Valores
O Tribunal julgou procedente pedido formulado em ação direta ajuizada pelo Conselho Federal da ordem dos Advogados do Brasil - OAB para declarar a inconstitucionalidade do art. 19 da Lei 11.033/2004, que condiciona o levantamento ou a autorização para depósito em conta bancária de valores decorrentes de precatório judicial à apresentação, ao juízo, de certidão negativa de tributos federais, estaduais, municipais, bem como de certidão de regularidade para com a Seguridade Social, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e a Dívida Ativa da União, depois de ouvida a Fazenda Pública. Entendeu-se que o dispositivo impugnado ofende os artigos 5º, XXXVI, e 100 da CF, por estatuir condição para a satisfação de direito do jurisdicionado que não está contida na norma fundamental da República. Asseverou-se que as formas de a Fazenda Pública obter o que lhe é devido estão estabelecidas no ordenamento jurídico, não sendo possível para tanto a utilização de meios que frustrem direitos constitucionais dos cidadãos. Ressaltou-se, ademais, que a matéria relativa a precatórios, tal como tratada na Constituição, não chama a atuação do legislador infraconstitucional, menos ainda para impor restrições que não se coadunam com o direito à efetividade da jurisdição e o respeito à coisa julgada.
ADI 3453/DF, rel. Min. Cármen Lúcia, 30.11.2006. (ADI-3453)"
De fato esse preceito normativo impõe ao jurisdicionado nível de exigência mais severo do que o trazido pelo ordenamento constitucional para o pagamento dos precatórios judiciais.
Com efeito, o art. 100, da Constituição Federal delineou minuciosamente o instituto do precatório judicial, não havendo espaço para uma regulamentação pela legislação ordinária que lhe transforme em instituto ainda mais rigoroso, impondo restrição a direitos fundamentais maior do que aquela expressamente inserida na Carta Constitucional.
Assim, da simples leitura dos dispositivos constitucionais cabíveis à espécie, vê-se que a exigibilidade de apresentação de diversas Certidões Negativas de Débito não se encontra no rol de elementos necessários à expedição dos precatórios judiciais.
Nesse caso, exigir-se mais do que a própria Carta Constitucional impõe para esse regime jurídico é afrontar, diretamente, uma determinada gama de direitos fundamentais do jurisdicionado.
Ademais, a exigência contida na norma em comento afronta a própria coisa julgada, à medida em que lhe retira sua força e eficácia, a qual ficaria condicionada à apresentação das certidões negativas de débitos, o que também não encontra respaldo constitucional, nos termos do art. 5º, inciso XXXVI, da Carta Magna.
Conclusão semelhante é a tirada por Afonso Celso Mattos Lourenço e Mariana Jesus Lourenço:
"Neste enfoque, o texto constitucional esgotou o procedimento para pagamento de precatórios judiciais deixando à margem o poder legislativo infra-constitucional, o qual, por sua vez, só terá exigida a sua atividade integrativa para delinear o alcance jurídico dos termos 'obrigações de pequeno valor' pontuada nos parágrafos 3º e 5º.
(...)
Admitir em contrário seria afirmar a fragilidade jurídica das decisões judiciais, pois condicionar a eficácia de uma decisão transitada em julgado a fatos estranhos aos limites da lide revelaria a fragilidade/instabilidade do judiciário brasileiro, violando, portanto, a segurança jurídica de suas decisões abalando sua efetividade."
("Uma análise constitucional da imposição de Certidão Negativa como condicionante legal para o recebimento do precatório judicial", artigo publicado in Revista Ibero-Americana de Direito Público, vol. XIX, 3º trimestre de 2005, Rio de Janeiro: América Jurídica, 2005, p. 12-18)
Além da violação ao seu direito de propriedade - locus onde se pode inserir seu patrimônio, já aviltado pelo próprio retardamento no cumprimento da obrigação indenizatória em razão da necessidade de expedição dos precatórios judiciais - também resta ferido seu direito fundamental à celeridade processual, ora inserido no corpo da Constituição, consoante texto trazido pela Emenda Constitucional nº 45/04, que alterou a redação do art. 5º, inserindo o inciso LXXVIII, adiante transcrito:
"LXXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação."
Com efeito, a despeito do jurisdicionado já ter de aguardar um punhado de anos para obter o provimento jurisdicional buscado, ainda deve esperar mais alguns anos na denominada "fila do precatório", isto é, ainda aguardará mais alguns anos até que a decisão condenatória contra a Fazenda Pública seja efetivamente cumprida, expedido por derradeiro o precatório judicial.
Assim, não se pode ter por respeitado o direito fundamental à celeridade processual, com o que, também por esse ângulo não se encontraria o fundamento de validade constitucional da norma contida no art. 19 da Lei nº 11.033/04.
Reconhecida a inconstitucionalidade material do preceito em apreço, verifica-se, igualmente, padecer referida norma de inconstitucionalidade formal.
É que a exigibilidade de apresentação de Certidões Negativas encontra-se regida pelo Código Tributário Nacional, em especial em seus artigos 191 a 193 e 205 a 208.
Como se trata de hipótese em que gravame é exigido do contribuinte/devedor, não se pode ampliar, por interpretação analógica ou extensiva, o alcance daqueles mencionados dispositivos do diploma tributário.
Eventual modificação nesse sentido deveria ser precedida de edição de Lei Complementar, visto que o Código Tributário Nacional possui tal status dentro da hierarquia normativa. Todavia, a novel Lei nº 11.033/04 é apenas lei ordinária, destituída, portanto, da possibilidade de revogar ou alterar preceitos normativos do Código Tributário Nacional.
Dentro dessa linha de raciocínio, verifica-se padecer de inconstitucionalidade formal a norma contida no art. 19 da Lei nº 11.033/04, visto que a pretensão do legislador foi a de tratar de matéria que somente poderia ser veiculada através de Lei Complementar. Esse pensamento encontra respaldo na doutrina. Veja-se o que dizem Afonso Celso Mattos Lourenço e Mariana Jesus Lourenço:
"Ora, o CTN foi constitucionalmente recepcionado e teve seu conteúdo normativo elevado ao status de Lei Complementar -artigo 146, III, alínea 'b' da CR/88.
Assim, o Sistema Tributário Nacional é regido por Lei Complementar contendo, em sua sistemática normativa, disposição legal precisa sobre as hipóteses em que se verifica a exigência de apresentação de certidão negativa.
Tais hipóteses estão delineadas pelos artigos 191, 192 e 193 do CTN, que respectivamente exigem a apresentação do referido documento nos casos de: artigo 191: tributos relativos à atividade mercantil do requerente da concordata, ou da declaração de extinção das obrigações do falido; artigo 192: vincula à exigência aos tributos relativos aos bens do espólio, ou suas rendas; artigo 193: diz respeito aos tributos relativos à atividade cujo exercício o contribuinte está contratando ou licitando com a administração pública.
Eis, portanto, a delimitação normativa imposta pelo CTN à exigência de certidão negativa a ser apresentada pelo contribuinte.
Outrossim, vale ressaltar que, tal medida instrumentaliza a imposição de um ônus tributário ao contribuinte, pelo que não comporta interpretação analógica e/ou extensiva.
Desta forma, aplicar o alcance desta previsão normativa exige o veículo legislativa próprio, qual seja, a edição de Lei Complementar.
Portanto, Lei Ordinária (in casu) que amplia o alcance da exigência de certidão negativa padece de inconstitucionalidade formal, porque não é o instrumento legislativo próprio, legítimo e substancial, mas sim, em verdade significa uma forma oblíqua de se instituir a cobrança de tributo, bem como, de restringir a atividade econômica - artigo 170, § único do CTN."

("Uma análise constitucional da imposição de Certidão Negativa como condicionante legal para o recebimento do precatório judicial", artigo publicado in Revista Ibero-Americana de Direito Público, vol. XIX, 3º trimestre de 2005, Rio de Janeiro: América Jurídica, 2005, p. 16-17)
Por outro lado, cabe afirmar que não se pode criar óbice ao exercício de direito fundamental como mecanismo coercitivo para pagamento de tributo.
Em suma, além de já ter sido declarada a sua inconstitucionalidade, sob todos os ângulos pelos quais se analise a questão ora em tela, não se encontra fundamento de validade à norma contida no art. 19 da Lei nº 11.033/04, razão pela qual não merece acolhida o pleito do agravante.
De sorte que, na situação em tela, é caso de reconhecimento de estar a decisão em conformidade com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, razão pela qual nego seguimento ao presente agravo de instrumento, nos termos do artigo 557, caput, do Código de Processo Civil.
Oportunamente, baixem os autos ao Juízo de origem, observadas as formalidades legais. Publique-se.
São Paulo, 30 de março de 2007.
JUIZ FEDERAL CONVOCADO MARCO FALAVINHA
RELATOR

PROC.	:	2006.03.00.091764-3 AG 279483
ORIG.	:	9500047950 12 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LETICIA DEA BANKS FERREIRA LOPES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	LIS GRAFICA E EDITORA LTDA
ADV	:	JOSE EDUARDO PIRES MENDONCA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 12 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. MARCO FALAVINHA/ QUINTA TURMA

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em relação à decisão prolatada pelo Juízo a quo, em sede de repetição de indébito em fase de execução, que deferiu a expedição de alvará para levantamento de valores independentemente do cumprimento das exigências contidas no artigo 19 da Lei nº 11.033/2004.
Sustenta a agravante, em breve síntese, que a exigência do artigo 19 da Lei nº 11.033/2004 é perfeitamente razoável, uma vez que a própria Constituição Federal impõe restrições à percepção de créditos.
O pleito de concessão de efeito suspensivo foi indeferido, fls. 33/40, decisão da qual não se recorreu.
Sem que fosse apresentada contra-minuta, vieram os autos conclusos a este Relator.
Decido.
A inconstitucionalidade do art. 19 da Lei nº 11.033/2004 já foi declarada pelo Supremo Tribunal Federal, conforme relata o informativo n.º 450 do STF:
"Precatório Judicial e Condições para Levantamento ou Autorização para Depósito de Valores
O Tribunal julgou procedente pedido formulado em ação direta ajuizada pelo Conselho Federal da ordem dos Advogados do Brasil - OAB para declarar a inconstitucionalidade do art. 19 da Lei 11.033/2004, que condiciona o levantamento ou a autorização para depósito em conta bancária de valores decorrentes de precatório judicial à apresentação, ao juízo, de certidão negativa de tributos federais, estaduais, municipais, bem como de certidão de regularidade para com a Seguridade Social, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e a Dívida Ativa da União, depois de ouvida a Fazenda Pública. Entendeu-se que o dispositivo impugnado ofende os artigos 5º, XXXVI, e 100 da CF, por estatuir condição para a satisfação de direito do jurisdicionado que não está contida na norma fundamental da República. Asseverou-se que as formas de a Fazenda Pública obter o que lhe é devido estão estabelecidas no ordenamento jurídico, não sendo possível para tanto a utilização de meios que frustrem direitos constitucionais dos cidadãos. Ressaltou-se, ademais, que a matéria relativa a precatórios, tal como tratada na Constituição, não chama a atuação do legislador infraconstitucional, menos ainda para impor restrições que não se coadunam com o direito à efetividade da jurisdição e o respeito à coisa julgada.
ADI 3453/DF, rel. Min. Cármen Lúcia, 30.11.2006. (ADI-3453)"
De fato esse preceito normativo impõe ao jurisdicionado nível de exigência mais severo do que o trazido pelo ordenamento constitucional para o pagamento dos precatórios judiciais.
Com efeito, o art. 100, da Constituição Federal delineou minuciosamente o instituto do precatório judicial, não havendo espaço para uma regulamentação pela legislação ordinária que lhe transforme em instituto ainda mais rigoroso, impondo restrição a direitos fundamentais maior do que aquela expressamente inserida na Carta Constitucional.
Assim, da simples leitura dos dispositivos constitucionais cabíveis à espécie, vê-se que a exigibilidade de apresentação de diversas Certidões Negativas de Débito não se encontra no rol de elementos necessários à expedição dos precatórios judiciais.
Nesse caso, exigir-se mais do que a própria Carta Constitucional impõe para esse regime jurídico é afrontar, diretamente, uma determinada gama de direitos fundamentais do jurisdicionado.
Ademais, a exigência contida na norma em comento afronta a própria coisa julgada, à medida em que lhe retira sua força e eficácia, a qual ficaria condicionada à apresentação das certidões negativas de débitos, o que também não encontra respaldo constitucional, nos termos do art. 5º, inciso XXXVI, da Carta Magna.
Conclusão semelhante é a tirada por Afonso Celso Mattos Lourenço e Mariana Jesus Lourenço:
"Neste enfoque, o texto constitucional esgotou o procedimento para pagamento de precatórios judiciais deixando à margem o poder legislativo infra-constitucional, o qual, por sua vez, só terá exigida a sua atividade integrativa para delinear o alcance jurídico dos termos 'obrigações de pequeno valor' pontuada nos parágrafos 3º e 5º.
(...)
Admitir em contrário seria afirmar a fragilidade jurídica das decisões judiciais, pois condicionar a eficácia de uma decisão transitada em julgado a fatos estranhos aos limites da lide revelaria a fragilidade/instabilidade do judiciário brasileiro, violando, portanto, a segurança jurídica de suas decisões abalando sua efetividade."
("Uma análise constitucional da imposição de Certidão Negativa como condicionante legal para o recebimento do precatório judicial", artigo publicado in Revista Ibero-Americana de Direito Público, vol. XIX, 3º trimestre de 2005, Rio de Janeiro: América Jurídica, 2005, p. 12-18)
Além da violação ao seu direito de propriedade - locus onde se pode inserir seu patrimônio, já aviltado pelo próprio retardamento no cumprimento da obrigação indenizatória em razão da necessidade de expedição dos precatórios judiciais - também resta ferido seu direito fundamental à celeridade processual, ora inserido no corpo da Constituição, consoante texto trazido pela Emenda Constitucional nº 45/04, que alterou a redação do art. 5º, inserindo o inciso LXXVIII, adiante transcrito:
"LXXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação."
Com efeito, a despeito do jurisdicionado já ter de aguardar um punhado de anos para obter o provimento jurisdicional buscado, ainda deve esperar mais alguns anos na denominada "fila do precatório", isto é, ainda aguardará mais alguns anos até que a decisão condenatória contra a Fazenda Pública seja efetivamente cumprida, expedido por derradeiro o precatório judicial.
Assim, não se pode ter por respeitado o direito fundamental à celeridade processual, com o que, também por esse ângulo não se encontraria o fundamento de validade constitucional da norma contida no art. 19 da Lei nº 11.033/04.
Reconhecida a inconstitucionalidade material do preceito em apreço, verifica-se, igualmente, padecer referida norma de inconstitucionalidade formal.
É que a exigibilidade de apresentação de Certidões Negativas encontra-se regida pelo Código Tributário Nacional, em especial em seus artigos 191 a 193 e 205 a 208.
Como se trata de hipótese em que gravame é exigido do contribuinte/devedor, não se pode ampliar, por interpretação analógica ou extensiva, o alcance daqueles mencionados dispositivos do diploma tributário.
Eventual modificação nesse sentido deveria ser precedida de edição de Lei Complementar, visto que o Código Tributário Nacional possui tal status dentro da hierarquia normativa. Todavia, a novel Lei nº 11.033/04 é apenas lei ordinária, destituída, portanto, da possibilidade de revogar ou alterar preceitos normativos do Código Tributário Nacional.
Dentro dessa linha de raciocínio, verifica-se padecer de inconstitucionalidade formal a norma contida no art. 19 da Lei nº 11.033/04, visto que a pretensão do legislador foi a de tratar de matéria que somente poderia ser veiculada através de Lei Complementar. Esse pensamento encontra respaldo na doutrina. Veja-se o que dizem Afonso Celso Mattos Lourenço e Mariana Jesus Lourenço:
"Ora, o CTN foi constitucionalmente recepcionado e teve seu conteúdo normativo elevado ao status de Lei Complementar -artigo 146, III, alínea 'b' da CR/88.
Assim, o Sistema Tributário Nacional é regido por Lei Complementar contendo, em sua sistemática normativa, disposição legal precisa sobre as hipóteses em que se verifica a exigência de apresentação de certidão negativa.
Tais hipóteses estão delineadas pelos artigos 191, 192 e 193 do CTN, que respectivamente exigem a apresentação do referido documento nos casos de: artigo 191: tributos relativos à atividade mercantil do requerente da concordata, ou da declaração de extinção das obrigações do falido; artigo 192: vincula à exigência aos tributos relativos aos bens do espólio, ou suas rendas; artigo 193: diz respeito aos tributos relativos à atividade cujo exercício o contribuinte está contratando ou licitando com a administração pública.
Eis, portanto, a delimitação normativa imposta pelo CTN à exigência de certidão negativa a ser apresentada pelo contribuinte.
Outrossim, vale ressaltar que, tal medida instrumentaliza a imposição de um ônus tributário ao contribuinte, pelo que não comporta interpretação analógica e/ou extensiva.
Desta forma, aplicar o alcance desta previsão normativa exige o veículo legislativa próprio, qual seja, a edição de Lei Complementar.
Portanto, Lei Ordinária (in casu) que amplia o alcance da exigência de certidão negativa padece de inconstitucionalidade formal, porque não é o instrumento legislativo próprio, legítimo e substancial, mas sim, em verdade significa uma forma oblíqua de se instituir a cobrança de tributo, bem como, de restringir a atividade econômica - artigo 170, § único do CTN."
("Uma análise constitucional da imposição de Certidão Negativa como condicionante legal para o recebimento do precatório judicial", artigo publicado in Revista Ibero-Americana de Direito Público, vol. XIX, 3º trimestre de 2005, Rio de Janeiro: América Jurídica, 2005, p. 16-17)
Por outro lado, cabe afirmar que não se pode criar óbice ao exercício de direito fundamental como mecanismo coercitivo para pagamento de tributo.
Em suma, além de já ter sido declarada a sua inconstitucionalidade, sob todos os ângulos pelos quais se analise a questão ora em tela, não se encontra fundamento de validade à norma contida no art. 19 da Lei nº 11.033/04, razão pela qual não merece acolhida o pleito do agravante.
De sorte que, na situação em tela, é caso de reconhecimento de estar a decisão em conformidade com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, razão pela qual nego seguimento ao presente agravo de instrumento, nos termos do artigo 557, caput, do Código de Processo Civil.
Oportunamente, baixem os autos ao Juízo de origem, observadas as formalidades legais. Publique-se.
São Paulo, 30 de março de 2007.
JUIZ FEDERAL CONVOCADO MARCO FALAVINHA
RELATOR

PROC.	:	2006.03.00.101454-7 AG 282406
ORIG.	:	200161260123358 3 Vr SANTO ANDRE/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	FERNANDO DUTRA COSTA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	LABORTEX IND/ E COM/ DE PRODUTOS DE BORRACHA LTDA e outros
ADV	:	ROBERTO BORTMAN
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE SANTO ANDRÉ>26ª SSJ>SP
RELATOR	:	JUIZ FED.CONV. FERREIRA DA ROCHA/ QUINTA TURMA

Recebo o pedido de reconsideração de fls. 201/210. Todavia, mantenho a decisão de fls. 156/158 por seus próprios fundamentos.
Oportunamente levarei o agravo a julgamento.
Publique-se.
São Paulo, 21 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado Relator

PROC.	:	2006.03.00.101984-3 AG 282573
ORIG.	:	200361020102722 9 Vr RIBEIRAO PRETO/SP
AGRTE	:	IZAIAS LOPES DO CARMO
ADV	:	RONALDO APARECIDO CALDEIRA
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SERGIO LUIS RODOLFO CAJUELLA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PARTE R	:	SINDICATO DOS TRABALHADORES NA MOVIMENTACAO DE MERCADORIAS EM GERAL DE RIBEIRAO PRETO e outros
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 9 VARA DE RIBEIRAO PRETO SP
RELATOR	:	JUIZ FED.CONV.FERREIRA DA ROCHA / QUINTA TURMA

Mantenho a decisão de fls. 133/134 por seus próprios fundamentos.
Recebo o agravo de fls. 138/156.
Oportunamente levarei o feito a julgamento.
Publique-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado Relator

PROC.	:	2006.03.00.109374-5 AG 284788
ORIG.	:	199961140017959 1 Vr SAO BERNARDO DO CAMPO/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ANDRE LUIZ POLYDORO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	PAPELARIA BAMBINO LTDA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE S B DO CAMPO SP
RELATOR	:	JUIZ FED.CONV.FERREIRA DA ROCHA / QUINTA TURMA

À vista da informação (fl. 75) de que a parte agravada não possui advogado constituído nos autos, deixo de intimá-la para resposta.
Publique-se.
São Paulo, 26 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2006.03.00.111169-3 AG 285347
ORIG.	:	200361820083813 7F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	GABRIEL AIDAR ABOUCHAR
ADV	:	IVES GANDRA DA SILVA MARTINS
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RENATA CHOHFI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PARTE R	:	SETAL ENGENHARIA CONSTRUCOES E PERFURACOES S/A
ADV	:	MARCIO SOCORRO POLLET
PARTE R	:	ROBERTO RIBEIRO DE MENDONCA e outros
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 7 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES.FED. RAMZA TARTUCE / QUINTA TURMA

D E S P A C H O
Fls. 632/635: Manifeste-se o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, no prazo de 10 (dez) dias.
Após, retornem conclusos.
Int.
São Paulo, 26 de março de 2007.
Desembargadora Federal RAMZA TARTUCE Relatora
RT

PROC.	:	2006.03.00.111199-1 AG 285383
ORIG.	:	0000000050 2 Vr SAO JOSE DO RIO PARDO/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ISABELA MAUL DE CASTRO MIRANDA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	ODENIR GIL massa falida e outro
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 2 VARA DE SAO JOSE DO RIO PARDO SP
RELATOR	:	JUIZ FED.CONV.FERREIRA DA ROCHA / QUINTA TURMA

À vista da informação (fl. 57) de que a parte agravada não possui advogado constituído nos autos, deixo de intimá-la para resposta.
Publique-se.
São Paulo, 12 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2006.03.00.111813-4 AG 285828
ORIG.	:	200561210028955 1 Vr TAUBATE/SP
AGRTE	:	JOUBERT INDIANI
ADV	:	ALEXANDRE DANTAS FRONZAGLIA
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LENI MARIA DINIZ DE OLIVEIRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PARTE R	:	CONSTROEM S/A CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTO e outros
ADV	:	ALEXANDRE DANTAS FRONZAGLIA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE TAUBATE - 21ª SSJ - SP
RELATOR	:	JUIZ CONV. FERREIRA DA ROCHA / QUINTA TURMA

Agravo de instrumento contra decisão (fls.92/93) que, em execução fiscal, rejeitou, por entender necessária dilação probatória, exceção de pré-executividade, na qual pleiteia o co-executado, ora agravante, sua exclusão do pólo passivo da ação, por ilegitimidade de parte.
Sustenta o agravante que:
a) não obstante anteriormente tenha sido diretor da empresa executada e seu nome constar da CDA como co-responsável tributário, não poderia constar no pólo passivo, sem prova de que agiu com fraude ou dolo;
b) no caso concreto, como não era mais diretor da executada quando da ocorrência do fato gerador da dívida, é evidente sua ilegitimidade para compor a lide.
c) há óbice legal (Código Civil/2002 e Lei das S/A) para o direcionamento imediato e de plano contra os sócios-gerentes, sem que tenha sido demonstrado clara e objetivamente a intenção de fraudar a legislação. Ademais, os débitos foram declarados em GFIPs e o não adimplemento não pode ser rotulado como fraude;
d) é perfeitamente cabível, no caso, mesmo sem estar seguro o juízo, a exceção de pré-executividade, uma vez que a ilegitimidade de parte pode ser conhecida antes mesmo do despacho saneador e, ademais, é questão de ordem pública;
e) as leis ordinárias nºs 8.630/93, art. 13 e LEF, art. 4º, V não podem derrogar as condições do CTN, materialmente lei complementar.
Requer a concessão do efeito suspensivo, a fim de determinar seja conhecida a exceção de pré-executividade e excluídos os sócios da empresa executada do pólo passivo da execução fiscal e fixados honorários advocatícios.
Decido.
Com a vinda das informações (fl. 107) prestadas pela MMª Juíza, passo ao exame do recurso.
Presente o requisito do perigo de dano (decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação) apto a admitir interposição de agravo de instrumento (art. 552 c.c art. 527, II, segunda parte do CPC).
Ausente, no entanto, o requisito da plausibilidade do direito invocado apto à concessão de efeito suspensivo.
Destaco, inicialmente, que o instituto da exceção de pré-executividade encontra seu fundamento legal no artigo 618 do Código de Processo Civil e pode ser invocado nos casos em que o juiz poderia conhecer da matéria de ofício, que possa ser constatada de plano, tais como o pagamento ou a prescrição. Enfim, que não comportem dilação probatória. Assim, é perfeitamente cabível discutir, por meio desse instrumento processual, questão referente à legitimidade de parte, ex vi do artigo 267, § 3º, do CPC. No entanto, no caso em questão, bem agiu a MMª Juíza, pois o agravante não se preocupou em demonstrar documentalmente suas alegações, uma vez que não trouxe aos autos nenhum documento referente à empresa. Para o processamento da exceção de pré-executividade não basta tratar-se de matéria de ordem pública, é necessária robusta prova pré-constituída, ou seja, competia ao agravante demonstrar objetivamente a sua ilegitimidade passiva ad causam, mas nada fez.
Quanto a matéria de fundo, não apenas o artigo 135 do CTN prevê a possibilidade de responsabilização dos diretores, gerentes e representantes de pessoas jurídicas de direito privado. O artigo 10 do Decreto nº 3.708/1919 que regulava as sociedades de responsabilidade limitada por cotas previa a responsabilidade solidária e ilimitada para com terceiros pelo excesso de mandato e pelos atos praticados com violação do contrato ou da lei, regra, agora, repetida pelo artigo 1.080 do novo Código Civil. Nessa mesma linha, em relação às sociedades anônimas, cuida o artigo 158 da Lei nº 6.404/76.
No caso, todavia, por se tratar de sociedade anônima, a responsabilidade solidária recai sobre os acionistas controladores, administradores, gerentes e diretores. No que tange ao agravante, como não houve demonstração que, à época dos fatos, era mera acionista da empresa, não há como examinar sua pretensão.
Assim, tem-se que, a ausência de peças úteis e imprescindíveis à instrução do recurso, impossibilita o seu processamento. Como é cediço, com a modificação dada pela Lei nº 9.139/95, cabe ao agravante instruir a petição com as peças obrigatórias elencadas no artigo 525, inciso I, do Código de Processo Civil, bem como com as necessárias ao exato conhecimento das questões discutidas, sob pena de preclusão. In casu, porém, como o agravante não acostou aos autos nenhum documento relativo à empresa, fica impossibilitado o deslinde da questão, pois não se sabe exatamente quem, quando e quais os poderes do quadro diretivo da empresa. Tal omissão, à evidência, impossibilita a cognição da matéria e, em conseqüência, inviabiliza o prosseguimento do recurso, conforme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:
"AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PEÇA INDISPENSÁVEL À CORRETA APRECIAÇÃO DA CONTROVÉRSIA. LEI N.º 9.139/95.
I - O agravo de instrumento deve ser instruído com as peças obrigatórias e também com as necessárias à correta apreciação da controvérsia, nos termos do art. 525, II, do CPC. A ausência de qualquer delas obsta o conhecimento do agravo.
II - De acordo com o sistema recursal introduzido pela Lei n.º 9.139/95, é dever do agravante zelar pela correta formação do agravo de instrumento, não sendo possível a conversão do julgamento em diligência para complementação do traslado, nem a possibilidade de posterior juntada da peça faltante, em virtude da ocorrência de preclusão consumativa.
Agravo regimental desprovido."
(AgReg no REsp 509.394/RS; DJ 18/08/2003, p. 230; 5ª Turma; Rel. Ministro FELIX FISCHER; vu)
"RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO. DEFICIENTE FORMAÇÃO DO INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PEÇA ESSENCIAL. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DA QUESTÃO. NÃO CONHECIMENTO. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 525, INCISO I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. CONVERSÃO DO JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA. INCABIMENTO.
1. O inciso II do artigo 525 do Código de Processo Civil permite ao agravante formar o instrumento com outras peças, que não as obrigatórias, mas necessárias ao exato conhecimento das questões discutidas, uma vez que os autos principais não sobem ao tribunal por causa do agravo, cabendo-lhe, em sendo interesse seu, o traslado de outras cópias do processo, de modo a embasar seu pedido, possibilitando-se o desate da lide.
2. É ônus do agravante a adequada formação do instrumento com todos os elementos, para além dos legalmente obrigatórios, necessários ao conhecimento da espécie, sem o que, fica excluída a possibilidade de decisão do mérito.
3. É firme o entendimento deste Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal no sentido de que constitui ônus da parte instruir corretamente o agravo de instrumento, fiscalizando a sua formação e o seu processamento, sendo inviável a juntada de qualquer documento a posteriori, em face de revogação, pela Lei nº 9.139/95, do texto original do artigo 557 do Código de Processo Civil, que autorizava o Relator a converter em diligência o agravo insuficientemente instruído, regra aplicável tanto nos agravos interpostos nos Tribunais Superiores quanto nos demais Tribunais (inteligência do artigo 527, inciso I, do Código de Processo Civil).
4. Versando o agravo de instrumento sobre a comprovação do adimplemento, ou não, dos requisitos necessários à concessão de reforma ex officio ao autor, a autorizar a antecipação de tutela, fazia-se imprescindível o traslado, no instrumento de agravo, dos documentos que instruíram a ação ordinária e da decisão que concedeu a tutela antecipada, a qual foi complementada pela decisão ora agravada.
5. Recurso especial improvido."
(REsp 600.583/RS; DJ 03/05/2004, p. 225; 6ª Turma; Rel.: Ministro HAMILTON CARVALHIDO; vu)
Também nesta Corte há inúmeros precedentes. Destaco:
"PROCESSUAL. IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA REJEITADA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. AUSÊNCIA DE PEÇA ESSENCIAL.
I - Se o agravante quer ver processado seu recurso, deve instruí-lo, obrigatoriamente e no prazo legal, com todas as peças que entender necessárias à comprovação da controvérsia.
II - A ausência de peças essenciais, impossibilitando a perfeita compreensão do caso concreto, autoriza o Tribunal a decidir em desfavor da agravante, não a converter o julgamento do agravo em diligência.
III - Insurgindo-se a União contra o valor atribuído à causa, deve trazer elementos concretos que comprovem o desacerto da estimativa da autora.
IV - Juntada de documento ocorrida a destempo, inviabilizando o prosseguimento do recurso.
V - Agravo a que se nega provimento." (gn)
(AG nº 2001.03.00.000120-1; rel. Des. Federal Therezinha Cazerta; 4ª Turma; vu, DJU 07/06/2002)
Ante o exposto, NEGO SEGUIMENTO ao agravo, nos termos do artigo 557, caput, do CPC, c.c. o artigo 33, inciso XIII, do Regimento Interno desta Corte.
Comunique-se ao juiz da causa.
Oportunamente, baixem os autos à origem, com as cautelas legais.
Publique-se.
São Paulo, 22 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado Relator

PROC.	:	2006.03.00.111814-6 AG 285829
ORIG.	:	200561210028955 1 Vr TAUBATE/SP
AGRTE	:	VALTER GARCIA e outros
ADV	:	ALEXANDRE DANTAS FRONZAGLIA
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LENI MARIA DINIZ DE OLIVEIRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PARTE R	:	JOUBERT INDIANI
ADV	:	ALEXANDRE DANTAS FRONZAGLIA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE TAUBATE - 21ª SSJ - SP
RELATOR	:	JUIZ CONV. FERREIRA DA ROCHA / QUINTA TURMA

Agravo de instrumento contra decisão (fls.90/91) que, em execução fiscal, rejeitou, por entender necessária dilação probatória, exceção de pré-executividade, na qual pleiteiam os co-executados, ora agravantes, sua exclusão do pólo passivo da ação, por ilegitimidade de parte.
Sustentam os agravantes que:
a) não obstante seus nomes constarem da CDA como co-responsáveis tributários, não poderiam figurar no pólo passivo, sem prova de que agiram com fraude ou dolo;
b) há óbice legal (Código Civil/2002 e Lei das S/A) para o direcionamento imediato e de plano contra os sócios-gerentes, sem que tenha sido demonstrado clara e objetivamente a intenção de fraudar a legislação. Ademais, os débitos foram declarados em GFIPs e o não adimplemento não pode ser rotulado como fraude;
c) é perfeitamente cabível, no caso, mesmo sem estar seguro o juízo, a exceção de pré-executividade, uma vez que a ilegitimidade de parte pode ser conhecida antes mesmo do despacho saneador e, ademais, é questão de ordem pública;
d) as leis ordinárias nºs 8.630/93, art. 13 e LEF, art. 4º, V, não podem derrogar as condições do CTN, materialmente lei complementar.
Requerem a concessão do efeito suspensivo, a fim de determinar seja conhecida a exceção de pré-executividade e excluídos os sócios da empresa executada do pólo passivo da execução fiscal e fixados honorários advocatícios.
Decido.
Com a vinda das informações (fl. 103) prestadas pela MMª Juíza, passo ao exame do recurso.
Presente o requisito do perigo de dano (decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação) apto a admitir interposição de agravo de instrumento (art. 552 c.c art. 527, II, segunda parte do CPC).
Ausente, no entanto, o requisito da plausibilidade do direito invocado apto à concessão de efeito suspensivo.
Destaco, inicialmente, que o instituto da exceção de pré-executividade encontra seu fundamento legal no artigo 618 do Código de Processo Civil e pode ser invocado nos casos em que o juiz poderia conhecer da matéria de ofício, que possa ser constatada de plano, tais como o pagamento ou a prescrição. Enfim, que não comportem dilação probatória. Assim, é perfeitamente cabível discutir, por meio desse instrumento processual, questão referente à legitimidade de parte, ex vi do artigo 267, § 3º, do CPC. No entanto, no caso em questão, bem agiu a MMª Juíza, pois os agravantes não se preocuparam em demonstrar documentalmente suas alegações, uma vez que não trouxeram aos autos nenhum documento referente à empresa. Para o processamento da exceção de pré-executividade não basta tratar-se de matéria de ordem pública, é necessária robusta prova pré-constituída, ou seja, competia aos agravantes demonstrar objetivamente a sua ilegitimidade passiva ad causam, mas nada fizeram.
Quanto a matéria de fundo, não apenas o artigo 135 do CTN prevê a possibilidade de responsabilização dos diretores, gerentes e representantes de pessoas jurídicas de direito privado. O artigo 10 do Decreto nº 3.708/1919 que regulava as sociedades de responsabilidade limitada por cotas previa a responsabilidade solidária e ilimitada para com terceiros pelo excesso de mandato e pelos atos praticados com violação do contrato ou da lei, regra, agora, repetida pelo artigo 1.080 do novo Código Civil. Nessa mesma linha, em relação às sociedades anônimas, cuida o artigo 158 da Lei nº 6.404/76.
No caso, todavia, por se tratar de sociedade anônima, a responsabilidade solidária recai sobre os acionistas controladores, administradores, gerentes e diretores. No que tange aos agravantes, como não houve demonstração que, à época dos fatos, eram meros acionistas da empresa, não há como examinar sua pretensão.
Assim, tem-se que, a ausência de peças úteis e imprescindíveis à instrução do recurso, impossibilita o seu processamento. Como é cediço, com a modificação dada pela Lei nº 9.139/95, cabe aos agravantes instruir a petição com as peças obrigatórias elencadas no artigo 525, inciso I, do Código de Processo Civil, bem como com as necessárias ao exato conhecimento das questões discutidas, sob pena de preclusão. In casu, porém, como os agravantes não acostaram aos autos nenhum documento relativo à empresa, fica impossibilitado o deslinde da questão, pois não se sabe exatamente quem, quando e

quais os poderes do quadro diretivo da empresa. Tal omissão, à evidência, impossibilita a cognição da matéria e, em conseqüência, inviabiliza o prosseguimento do recurso, conforme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:
"AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PEÇA INDISPENSÁVEL À CORRETA APRECIAÇÃO DA CONTROVÉRSIA. LEI N.º 9.139/95.
I - O agravo de instrumento deve ser instruído com as peças obrigatórias e também com as necessárias à correta apreciação da controvérsia, nos termos do art. 525, II, do CPC. A ausência de qualquer delas obsta o conhecimento do agravo.
II - De acordo com o sistema recursal introduzido pela Lei n.º 9.139/95, é dever do agravante zelar pela correta formação do agravo de instrumento, não sendo possível a conversão do julgamento em diligência para complementação do traslado, nem a possibilidade de posterior juntada da peça faltante, em virtude da ocorrência de preclusão consumativa.
Agravo regimental desprovido."
(AgReg no REsp 509.394/RS; DJ 18/08/2003, p. 230; 5ª Turma; Rel. Ministro FELIX FISCHER; vu)
"RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO. DEFICIENTE FORMAÇÃO DO INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PEÇA ESSENCIAL. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DA QUESTÃO. NÃO CONHECIMENTO. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 525, INCISO I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. CONVERSÃO DO JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA. INCABIMENTO.
1. O inciso II do artigo 525 do Código de Processo Civil permite ao agravante formar o instrumento com outras peças, que não as obrigatórias, mas necessárias ao exato conhecimento das questões discutidas, uma vez que os autos principais não sobem ao tribunal por causa do agravo, cabendo-lhe, em sendo interesse seu, o traslado de outras cópias do processo, de modo a embasar seu pedido, possibilitando-se o desate da lide.
2. É ônus do agravante a adequada formação do instrumento com todos os elementos, para além dos legalmente obrigatórios, necessários ao conhecimento da espécie, sem o que, fica excluída a possibilidade de decisão do mérito.
3. É firme o entendimento deste Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal no sentido de que constitui ônus da parte instruir corretamente o agravo de instrumento, fiscalizando a sua formação e o seu processamento, sendo inviável a juntada de qualquer documento a posteriori, em face de revogação, pela Lei nº 9.139/95, do texto original do artigo 557 do Código de Processo Civil, que autorizava o Relator a converter em diligência o agravo insuficientemente instruído, regra aplicável tanto nos agravos interpostos nos Tribunais Superiores quanto nos demais Tribunais (inteligência do artigo 527, inciso I, do Código de Processo Civil).
4. Versando o agravo de instrumento sobre a comprovação do adimplemento, ou não, dos requisitos necessários à concessão de reforma ex officio ao autor, a autorizar a antecipação de tutela, fazia-se imprescindível o traslado, no instrumento de agravo, dos documentos que instruíram a ação ordinária e da decisão que concedeu a tutela antecipada, a qual foi complementada pela decisão ora agravada.
5. Recurso especial improvido."
(REsp 600.583/RS; DJ 03/05/2004, p. 225; 6ª Turma; Rel.: Ministro HAMILTON CARVALHIDO; vu)
Também nesta Corte há inúmeros precedentes. Destaco:
"PROCESSUAL. IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA REJEITADA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. AUSÊNCIA DE PEÇA ESSENCIAL.
I - Se o agravante quer ver processado seu recurso, deve instruí-lo, obrigatoriamente e no prazo legal, com todas as peças que entender necessárias à comprovação da controvérsia.
II - A ausência de peças essenciais, impossibilitando a perfeita compreensão do caso concreto, autoriza o Tribunal a decidir em desfavor da agravante, não a converter o julgamento do agravo em diligência.
III - Insurgindo-se a União contra o valor atribuído à causa, deve trazer elementos concretos que comprovem o desacerto da estimativa da autora.
IV - Juntada de documento ocorrida a destempo, inviabilizando o prosseguimento do recurso.
V - Agravo a que se nega provimento." (gn)
(AG nº 2001.03.00.000120-1; rel. Des. Federal Therezinha Cazerta; 4ª Turma; vu, DJU 07/06/2002)
Ante o exposto, NEGO SEGUIMENTO ao agravo, nos termos do artigo 557, caput, do CPC, c.c. o artigo 33, inciso XIII, do Regimento Interno desta Corte.
Comunique-se ao juiz da causa.
Oportunamente, baixem os autos à origem, com as cautelas legais.
Publique-se.
São Paulo, 22 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado Relator

PROC.	:	2006.03.00.116476-4 AG 286695
ORIG.	:	200461820038642 10F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RENATO MATHEUS MARCONI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	TUBERTINO DE PAULA
ADV	:	MILTON GALDINO RAMOS
PARTE R	:	POLLEN GRUPO ASSISTENCIAL POLIVALENTE S/CLTDA.
ADV	:	ALECXANDER RIBEIRO DE OLIVEIRA
AGRDO	:	SALMO DOS SANTOS e outro
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 10 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	JUIZ FED.CONV. FERREIRA DA ROCHA/ QUINTA TURMA

Retifique-se a autuação para constar apenas TUBERTINO DE PAULA como parte agravada.
Dê-se vista ao INSS acerca da petição e documentos de fls. 130/139.
Publique-se.
São Paulo, 16 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2006.03.00.118365-5 AG 287298
ORIG.	:	200361180003035 1 Vr GUARATINGUETA/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LEONARDO MONTEIRO XEXÉO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	J R COM/ DE TAMBORES E BOMBONAS LTDA e outros
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE GUARATINGUETA Sec Jud SP
RELATOR	:	JUIZ FED.CONV.FERREIRA DA ROCHA / QUINTA TURMA

À vista da informação (fl. 78) de que a parte agravada não possui advogado constituído nos autos, deixo de intimá-la para resposta.
Publique-se.
São Paulo, 13 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2006.03.00.124061-4 AG 288343
ORIG.	:	9605147599 4F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	AUREA ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES S/A e outros
ADV	:	RUI FERREIRA PIRES SOBRINHO
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	JUIZ FED.CONV. FERREIRA DA ROCHA/ QUINTA TURMA

Recebo a petição de fls. 124/132 como pedido de reconsideração.
Incabível a interposição de agravo regimental, nos termos do parágrafo único do artigo 527 do CPC, acrescentado pela Lei 11.187, de 19 de outubro de 2005.
Mantenho a decisão de fls. 23/27 por seus próprios fundamentos.
Oportunamente levarei o agravo de instrumento a julgamento.
Publique-se.
São Paulo, 26 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2006.03.00.124094-8 AG 288371
ORIG.	:	200361820074101 7F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	GABRIEL AIDAR ABOUCHAR
ADV	:	IVES GANDRA DA SILVA MARTINS
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RENATA CHOHFI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PARTE R	:	SETAL ENGENHARIA CONSTRUCOES E PERFURACOES S/A
ADV	:	MARCIO SOCORRO POLLET
PARTE R	:	ROBERTO RIBEIRO DE MENDONCA e outro
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 7 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES.FED. RAMZA TARTUCE / QUINTA TURMA

D E S P A C H O
Retiro o feito de pauta de julgamento.
Fl. 165. O agravante informa que o senhor Roberto Ribeiro de Mendonça reconheceu ser sua toda a responsabilidade pela falta de recolhimentos de tributos pela empresa Setal Engenharia S/A, no período discutido neste feito. Como prova, apresenta cópia da denúncia ofertada pelo Ministério Público Federal (fls. 166/168), recebida pelo MM. Juiz Federal da 10ª Vara Criminal de São Paulo (fl. 169).
Ato contínuo, requer o agravante sua exclusão do pólo passivo da execução fiscal.
Manifestem-se as partes acerca do noticiado.
Prazo: 10 (dez) dias.
Após, retornem conclusos.
Int.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
Desembargadora Federal RAMZA TARTUCE Relatora

PROC.	:	2007.03.00.002184-6 AG 289263
ORIG.	:	200661000257002 9 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	CASA DE SAUDE VILA MATILDE LTDA
ADV	:	CELSO RICARDO MARCONDES ANDRADE
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 9 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. RAMZA TARTUCE / QUINTA TURMA

D E S P A C H O
Insurge-se a agravante contra decisão que, nos autos do processo do mandado de segurança impetrado contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, visando assegurar seu direito de interpor recurso administrativo independentemente do depósito prévio de 30% do valor da dívida, indeferiu a liminar pleiteada.
Considerando que, nos autos principais, foi proferida sentença de mérito, conforme cópia juntada aos autos (fls. 126/133), dou por prejudicado este recurso e, conseqüentemente, o requerido a fl. 135 em face da perda de seu objeto nos termos do artigo 33, inciso XII, do Regimento Interno desta Corte.
Remetam-se os autos à Vara de origem, dando-se baixa na distribuição.
Publique-se e intimem-se.
São Paulo, 27 de março de 2007.
Desembargadora Federal RAMZA TARTUCE Relatora
fc

PROC.	:	2007.03.00.005031-7 AG 289807
ORIG.	:	200361820074101 7F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	ROBERTO RIBEIRO DE MENDONCA e outro
ADV	:	MARCIO SOCORRO POLLET
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PARTE R	:	SETAL ENGENHARIA CONSTRUCOES E PERFURACOES S/A
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 7 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES.FED. RAMZA TARTUCE / QUINTA TURMA

D E S P A C H O
Fls. 78/86: Mantenho a decisão por seu próprios fundamentos.
Inclua-se em pauta de julgamento.
Int.
São Paulo, 08 de março de 2007.
Desembargadora Federal RAMZA TARTUCE Relatora
AS-EP/

PROC.	:	2007.03.00.005051-2 AG 289857
ORIG.	:	200661020139187 6 Vr RIBEIRAO PRETO/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARCO ANTONIO STOFFELS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	USINA CAROLO S/A ACUCAR E ALCOOL
ADV	:	ANDRÉ RICARDO PASSOS DE SOUZA
ADV	:	FERNANDA GONÇALVES DE MENEZES
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 6 VARA DE RIBEIRAO PRETO SP
RELATOR	:	JUIZ FED.CONV.FERREIRA DA ROCHA / QUINTA TURMA

Anote-se, conforme requerido, às fls. 46/47.
À vista da prolação da sentença na ação originária, conforme informação transmitida via correio eletrônico (fls. 83/86), julgo prejudicados este recurso, e o agravo de fls. 50/81, ante a manifesta perda de objeto, nos termos do artigo 33, inciso XII, do Regimento Interno desta corte.
Oportunamente, baixem-se os autos à origem, observadas as cautelas legais.
Publique-se.
São Paulo, 06 de junho de 2006.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2007.03.00.005197-8 AG 289962
ORIG.	:	199961820595673 6F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	CIA MELHORAMENTOS DE SAO PAULO
ADV	:	LUIS EDUARDO SCHOUERI
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	DIMITRI BRANDI DE ABREU
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 6 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	JUIZ CONV. FERREIRA DA ROCHA / QUINTA TURMA

Cuida-se de Agravo de instrumento contra decisão (fls. 175) que, nos autos de execução fiscal, determinou expedição de mandado de penhora e avaliação e que fosse cumprido independentemente da adesão da executada ao REFIS e, após garantido o juízo, seria apreciada a viabilizada de suspensão da ação executiva.
Alega a agravante, CIA. MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO, que, em razão de débitos de contribuições previdenciárias, aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, da Lei nº 9.964/00, nos idos de 2002 e, em conseqüência, foi suspenso o andamento da

execução fiscal. Recentemente, acolhendo argumentos do agravado no sentido de que o pequeno montante de parcela paga no REFIS tenderia ao infinito a amortização da dívida, bem como a insuficiência de garantia apresentada, o MM. Juízo a quo deu prosseguimento à ação de excussão, ao determinar penhora de bens da executada.
Sustenta a agravante, em síntese, que:
a) a suspensão da exigibilidade é conseqüência lógica, nos termos do artigo 151, VI, do CTN, do parcelamento propiciado pelo REFIS;
b) sua situação é regular perante o Programa;
c) o argumento da eternização da dívida é falacioso, pois houve redução do débito, não obstante seja elevado. Deve-se ter em mente que em parcelamento a diminuição da dívida ocorre mesmo de forma gradual;
d) com a sua homologação no REFIS e o regular cumprimento do pactuado, não cabe à autarquia previdenciária invadir a esfera de competência legislativa ao pretender impor prazos que a lei não estabeleceu;
e) quando do seu ingresso no REFIS foi apresentada como garantia carta de fiança, de modo que o prosseguimento da execução fiscal com penhora de bens, implicará dupla garantia em relação ao mesmo débito. Inexiste fundamento jurídico para alegar ausência de garantia.
Requer a agravante a reforma da decisão agravada e, em conseqüência, a suspensão do andamento da execução fiscal.
É o relatório. Decido.
Presente o requisito do perigo de dano (decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação) apto a admitir interposição de agravo de instrumento (art. 552 c.c art. 527, II, segunda parte do CPC).
Ausente, no entanto, o requisito da plausibilidade do direito invocado apto à concessão de efeito suspensivo. O REFIS, instituído pela Lei nº9.964/2000, foi regulamentado pelo Decreto n.º 3.431/2000 que, por sua vez, dispõe, verbis:
"Art. 4º.A opção pelo REFIS poderá ser formalizada até 28 de abril de 2000, mediante utilização do "Termo de Opção do REFIS", conforme modelo aprovado pelo Comitê Gestor a que se refere o art. 2º, que será obtido por meio da Internet, nas páginas dos órgãos referidos nos incisos I a III do parágrafo único do artigo 2º.
§ 5º. A suspensão da exigibilidade dos débitos ajuizados, quando não garantidos, dar-se-á quando da homologação da opção.
Art. 10. A homologação da opção pelo REFIS será efetivada pelo Comitê Gestor, produzindo efeitos a partir da data da formalização da opção.
§ 1º. A opção implica manutenção automática dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal, cabendo à PGFN e ao INSS, no âmbito de suas respectivas competências, promoverem as ações necessárias a assegurar o cumprimento dessa exigência.
§ 2º. Ressalvado o disposto no parágrafo anterior, a homologação da opção pelo REFIS é condicionada à prestação de garantia ou, a critério da pessoa jurídica, ao arrolamento dos bens integrantes de seu patrimônio, na forma do art. 64 da Lei n.º 9.532, de 10 de dezembro de 1997.
§ 3º. Ficam dispensadas das exigências referidas no parágrafo anterior as pessoas jurídicas:
I - optantes pelo SIMPLES;
II - cujo débito consolidado seja inferior a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)
Art. 11.
§ 3º. A garantia deverá ter valor mínimo igual da dívida parcelada, observado em qualquer caso, o valor de mercado dos bens indicados, em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Comitê Gestor.
§ 4º. O Comitê Gestor expedirá as normas necessárias à formalização das garantias oferecidas, observando que estão dispensadas de nova formalização as pessoas jurídicas que já o fizeram, desde que o valor não seja inferior ao estabelecido no § 3º.
Art. 12. A adesão ao REFIS não implica desconstituição da penhora, arresto de bens ou outras garantias efetivadas nos autos da ação de execução fiscal, que integrarão a garantia oferecida no âmbito do Programa.
Art. 13. Relativamente a opções que contenham débitos ajuizados não garantidos, a expedição da certidão prevista no art. 206 do CTN e a suspensão do registro no CADIN somente ocorrerão após a homologação da opção.
Parágrafo único. Exclusivamente para os fins deste artigo e do § 5º do art. 4º, considerar-se-á tacitamente homologada a opção após transcorridos setenta e cinco dias da sua formalização sem que haja expressa manifestação por parte do Comitê Gestor."
§ 5º. A suspensão da exigibilidade dos débitos ajuizados, quando não garantidos, dar-se-á quando da homologação da opção."
Pelos dispositivos retromencionados, pode-se concluir que a homologação da opção ao REFIS das pessoas jurídicas que possuírem débitos superiores a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) é condicionada à prestação de garantia pelo menos no valor da dívida. Não lhes socorre, portanto, a possibilidade de homologação tácita da opção em decorrência de um eventual não pronunciamento do Comitê Gestor.
In casu, o débito da executada ultrapassa o aludido montante e a fiança bancária prestada administrativamente não garante integralmente a dívida. O exeqüente informou nos autos da execução fiscal que a dívida consolidado é de R$ 43.790.774,99 (quarenta e três milhões e setecentos e noventa mil, setecentos e setenta e quatro reais e noventa e nove centavos), sendo que a parte para com o INSS é de R$ 23.146.560,33 (vinte e três milhões e cento e quarenta e seus mil, quinhentos e sessenta reais e trinta e três centavos) (fls. 166). Por outro lado, a agravante não demonstrou que sua adesão foi devidamente homologada pelo Comitê Gestor do REFIS.
Em suma, carece de plausibilidade a pretensão da agravante, se a dívida não está totalmente garantida e não restou demonstrado que a empresa tenha sido homologada pelo Comitê Gestor.
Ante o exposto, indefiro o efeito suspensivo.
Comunique-se ao juiz da causa.
Intime-se o agravado para responder nos termos e prazo de lei.
Publique-se
São Paulo, 02 de abril de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado Relator

PROC.	:	2007.03.00.005510-8 AG 290091
ORIG.	:	200661000164840 20 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	PEDRO PAULO DE OLIVEIRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	LEONEL LAMEGO DE OLIVEIRA
ADV	:	SOLANGE TAKAHASHI MATSUKA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 20 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	JUIZ FED.CONV.FERREIRA DA ROCHA / QUINTA TURMA

Recebo a petição de fls. 429/432 como pedido de reconsideração.
Incabível a interposição de agravo regimental, nos termos do parágrafo único do artigo 527 do CPC, acrescentado pela Lei 11.187, de 19 de outubro de 2005.
Mantenho a decisão de fls. 406/409 por seus próprios fundamentos.
Oportunamente levarei o agravo de instrumento a julgamento.
Publique-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado Relator

PROC.	:	2007.03.00.007346-9 AG 290630
ORIG.	:	200761000014146 22 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	FLORESTANA PAISAGISMO CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA
ADV	:	RICARDO OLIVEIRA GODOI
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 22 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	JUIZ FED.CONV.FERREIRA DA ROCHA / QUINTA TURMA

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal, porquanto se trata de agravo de instrumento interposto contra decisão proferida em mandado de segurança.
Publique-se.
São Paulo, 26 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado Relator

PROC.	:	2007.03.00.007923-0 AG 290987
ORIG.	:	200461000271180 19 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	PRODUTOS ROCHE QUIMICOS E FARMACEUTICOS S/A
ADV	:	LEO KRAKOWIAK
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 19 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	JUIZ FED.CONV. FERREIRA DA ROCHA/ QUINTA TURMA

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal, porquanto se trata de agravo de instrumento interposto contra decisão proferida em mandado de segurança.
Publique-se.
São Paulo, 30 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2007.03.00.010294-9 AG 291254
ORIG.	:	200761000017111 20 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	VALOR ECONOMICO S/A
ADV	:	FERNANDO LOESER
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 20 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	JUIZ FED.CONV. FERREIRA DA ROCHA/ QUINTA TURMA

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal, porquanto se trata de agravo de instrumento interposto contra decisão proferida em mandado de segurança.
Publique-se.
São Paulo, 19 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2007.03.00.010745-5 AG 291585
ORIG.	:	200561130035049 3 Vr FRANCA/SP
AGRTE	:	LIRIO FABIO DA SILVA
ADV	:	RUBENS CALIL
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ELIANA GONCALVES SILVEIRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PARTE R	:	IMPERADOR AUTO POSTO DE FRANCA LTDA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE FRANCA Sec Jud SP
RELATOR	:	JUIZ CONV. FERREIRA DA ROCHA / QUINTA TURMA

Cuida-se de agravo de instrumento com pedido liminar de efeito suspensivo interposto contra r. decisão de fls. 161/165, proferida pelo MM. Juiz Federal da 3ª Vara de Franca/SP, que rejeitou exceção de pré-executividade ofertada pelo agravante, na qual objetiva ser excluído do pólo passivo da ação executiva.
Decido.
Presente o requisito do perigo de dano (decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação) apto a admitir interposição de agravo de instrumento (art. 552 c.c art. 527, II, segunda parte do CPC).
Ausente, no entanto, o requisito da plausibilidade do direito invocado apto à concessão de efeito suspensivo. Não apenas o artigo 135 do CTN prevê a possibilidade de responsabilização dos diretores, gerentes e representantes de pessoas jurídicas de direito privado. O artigo 10 do Decreto nº 3.708/1919 que regulava as sociedades de responsabilidade limitada por cotas - forma jurídica adotada pela executada - previa a responsabilidade solidária e ilimitada para com terceiros pelo excesso de mandato e pelos atos praticas com violação do contrato ou da lei, regra, agora, repetida pelo artigo 1.080 do novo Código Civil. O não recolhimento de contribuições previdenciárias pode ser qualificado como ato contrário à lei que justifica a responsabilização dos sócios e o redirecionamento da execução contra eles.
Ademais, no caso, na execução originária, executa-se contribuições previdenciárias referentes a período posterior à edição do artigo 13, caput, da Lei 8.620/93, que instituiu a responsabilidade solidária dos sócios das empresas por cotas de responsabilidade limitada pelos débitos junto à seguridade social, o que admite o direcionamento da execução contra o agravante.
Ante o exposto, indefiro o efeito suspensivo requerido.
Comunique-se ao juiz da causa.
Intime-se o agravado para apresentar contraminuta no prazo e termos legais.
Publique-se.
São Paulo, 26 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado Relator

PROC.	:	2007.03.00.010747-9 AG 291587
ORIG.	:	200361020032306 9 Vr RIBEIRAO PRETO/SP
AGRTE	:	SETER COM/ E SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA firma individual
ADV	:	ANTONIO BRUNO AMORIM NETO
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SERGIO LUIS RODOLFO CAJUELLA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PARTE R	:	CELIA BEATRIZ DE SOUZA SOARDO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 9 VARA DE RIBEIRAO PRETO SP
RELATOR	:	DES.FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW / QUINTA TURMA

D E S P A C H O
Trata-se de pedido de efeito suspensivo em agravo de instrumento interposto por Seter-Com. Serviços Terceirizados Ltda. contra a decisão de fls. 154/156, que, em ação de execução fiscal, julgou improcedente exceção de pré-executividade oposta para reconhecer a decadência relativa aos créditos previdenciários do período de 06.96 a 08.97.
Alega-se, em síntese, a extinção do direito da agravada de constituir o crédito tributário, nos termos do art. 173, I, do Código Tributário Nacional (fls. 2/9).
Apreciarei o pedido de efeito suspensivo após as informações.
Intime-se a parte contrária para resposta.
Publique-se.
Intime-se.
São Paulo, 2 de abril de 2007.
André Nekatschalow
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2007.03.00.010776-5 AG 291591
ORIG.	:	200561090001460 3 Vr PIRACICABA/SP
AGRTE	:	MARIO LUIZ FERNANDES
ADV	:	WALKER OLIVEIRA GOMES
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ANA PAULA STOLF MONTAGNER PAULILLO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PARTE R	:	VIPA VIACAO PANORAMICA LTDA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE PIRACICABA SP
RELATOR	:	JUIZ CONV. FERREIRA DA ROCHA / QUINTA TURMA

Cuida-se de agravo de instrumento contra decisão (fl. 110) que indeferiu, em sede de embargos à execução, a realização de prova pericial contábil, na qual se pretende demonstrar vícios formais

da CDA e inexatidão do quantum exigido pelo INSS, notadamente sobre a aplicação da taxa SELIC, bem como sobre o percentual de multa moratória.
O co-responsável, Mário Luiz Fernandes, ora agravante, sustenta, em síntese, a necessidade de produção de prova pericial contábil com vistas à sua ampla defesa. Alega ocorrência de lesão grave e de difícil reparação na medida em que lhe é negado o único meio legítimo para provar a incerteza e iliquidez da Certidão da Dívida Ativa - CDA.
Decido.
Presente o requisito do perigo de dano (decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação) apto a admitir interposição de agravo de instrumento (art. 552 c.c art. 527, II, segunda parte do CPC).
Ausente, no entanto, o requisito da plausibilidade do direito invocado apto a concessão de efeito suspensivo. O artigo 5º, LV, da Constituição Federal assegura a todos os litigantes, em processo judicial ou administrativo, o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes. De outro lado, é cediço que, para que seja deferida a produção de prova pericial, tal qual se verifica quanto às demais provas, é necessário que haja um fato. Mas não quaisquer fatos, e sim aqueles que escapam do conhecimento ordinário. Deve ser aqueles cuja prova dependa de conhecimento especial, de conhecimento técnico ou científico (CPC, art. 145). In casu, não sobressai a imprescindibilidade do exame técnico contábil sobre a composição da dívida exigida, na medida em que a simples juntada aos autos do processo administrativo poderá ser suficiente para dirimir as dúvidas apresentadas, uma vez que a aplicação da taxa SELIC foi legalmente autorizada a partir de 01/01/1996; o equívoco matemático mencionado às fls. 08 inexiste, pois a Unidade Fiscal de Referência - UFIR é um índice de expressão do valor da dívida, cujo valor em moeda corrente é aferível a qualquer momento mediante simples cálculo aritmético, que independe de perícia. Quanto ao índice aplicado a título de multa moratória também é obtido primo oculi das planilhas que instruem a execução e que fazem parte integrante do processo administrativo.
Assim, nesse sumário exame, a decisão agravada encontra-se em consonância com o entendimento deste Relator, razão pela qual deve ser integralmente mantida.
Ante o exposto, indefiro o efeito suspensivo requerido.
Comunique-se ao juiz da causa.
Intime-se o agravado para apresentar contraminuta no prazo e termos legais.
Publique-se.
São Paulo, 26 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado Relator

PROC.	:	2007.03.00.010826-5 AG 291641
ORIG.	:	200761000015242 13 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	FIRPAVI CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA S/A
ADV	:	SOLANGE CARDOSO ALVES
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 13 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. RAMZA TARTUCE / QUINTA TURMA

D E S P A C H O
Trata-se de agravo de instrumento interposto por FIRPAVI CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA S/A contra decisão proferida pelo Juízo Federal da 13ª Vara de São Paulo que, nos autos do mandado de segurança impetrado contra o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, visando assegurar seu direito de interpor recurso administrativo independentemente do depósito prévio de 30% do valor da dívida, indeferiu a liminar pleiteada.
Considerando que, nos autos principais, foi proferida sentença de mérito, concedendo segurança, dou por prejudicado este recurso, em face da perda de seu objeto nos termos do artigo 33, inciso XII, do Regimento Interno desta Corte.
Remetam-se os autos à Vara de origem, dando-se baixa na distribuição.
Publique-se e intimem-se.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
Desembargadora Federal RAMZA TARTUCE Relatora

PROC.	:	2007.03.00.010877-0 AG 291671
ORIG.	:	9700003041 A Vr SAO CAETANO DO SUL/SP
AGRTE	:	PICCOLO EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA
ADV	:	MARCOS PINTO NIETO
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	FABIANO CHEKER BURIHAN
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PARTE R	:	JOSE PRIMO PICCOLO e outro
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DO SAF DE SAO CAETANO DO SUL SP
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. MARCO FALAVINHA / QUINTA TURMA

Vistos.
Um dos pressupostos de admissibilidade do recurso é justamente a efetivação do preparo, nos termos impostos pelas normas incidentes à espécie, de tal sorte que, conforme preceitua o artigo 525, § 1º do Código de Processo Civil, a petição deve vir acompanhada do comprovante de pagamento das respectivas custas e do porte de retorno, quando devidos, conforme tabela que será publicada pelos Tribunais.
Mas não é só.
Nos termos da Lei n.º 9.289/96, que trata do preparo no âmbito da Justiça Federal, o pagamento das custas é feito mediante documento de arrecadação das receitas federais na Caixa Econômica Federal - CEF ou, não existindo agência desta instituição no local, em outro banco oficial.
O Superior Tribunal de Justiça já se manifestou sobre o assunto, em aresto que passo a transcrever:
"AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. PORTE DE REMESSA E RETORNO RECOLHIDO EM INSTITUIÇÃO BANCÁRIA DIVERSA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. LEI N. 9.289/96. PENA DE DESERÇÃO.
I. O pagamento das custas processuais, na Justiça Federal, deve ser efetuado nos moldes determinados pela Lei n. 9.289/96, não sendo dado à parte efetuar o recolhimento em instituição diversa daquela determinada, taxativamente, pelo legislador.
II. Agravo improvido.
(STJ, 4ª Turma, AGA 573395/SP, j. 05.10.2004, DJU 13.12.2004, Rel. Min. Aldir Passarinho Júnior)."
Entretanto, ocorre que, no presente caso, o pagamento dos valores relativos às custas foi efetuado junto ao Banco Nossa Caixa, conforme se extrai das DARF's de fls. 112/113, em que pese existir Agência da Caixa Econômica Federal na Secção Judiciária em que foi interposto o agravo de instrumento.
Assim, considerando que, in casu, inexiste circunstância que autorize o pagamento em instituição bancária diversa da Caixa Econômica Federal - CEF, tem-se como ausente peça obrigatória a instruir o agravo de instrumento, razão pela qual não merece ser conhecido o presente recurso por encontrar-se deserto.
Ante o exposto, nego seguimento ao presente agravo de instrumento.
Decorrido o prazo legal, baixem os autos à 1ª instância para oportuno arquivamento.
Intime-se.
São Paulo, 30 de março de 2007.
JUIZ FEDERAL CONVOCADO MARCO FALAVINHA
RELATOR

PROC.	:	2007.03.00.011244-0 AG 292006
ORIG.	:	0200002751 A Vr RIO CLARO/SP
AGRTE	:	JOAO BATISTA ALVES
ADV	:	PAULO ROBERTO DEMARCHI
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SELMA DE CASTRO GOMES PEREIRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DO SAF DE RIO CLARO SP
RELATOR	:	DES.FED. RAMZA TARTUCE / QUINTA TURMA

D E S P A C H O
Insurge-se o agravante contra decisão que rejeitou a exceção de pré-executividade que opôs à execução ajuizada pelo INSS contra Obb Distribuidora Prod Acess Perfum Ltda. e outros, mantendo-o no polo passivo da referida execução.
Neste recurso, pede a revisão do ato judicial impugnado.
É o breve relatório.
Os requisitos para instalar a relação processual executiva são os previstos na lei processual, a saber, o inadimplemento e o título executivo (CPC, artigos 580 e 583). Os pressupostos para configuração da responsabilidade tributária são os estabelecidos pelo direito material (art. 135 CTN).
Assim, a indicação, na Certidão de Dívida Ativa, do nome do responsável ou co-responsável (Lei 6.830/80, art. 2o , § 5º, I) confere ao indicado a legitimidade passiva para a relação processual executiva (CPC, art. 568, I),devendo a responsabilidade tributária, relação de direito material, ser decidida pelas vias cognitivas próprias, especialmente a dos embargos à execução.
Note-se que a certidão de Dívida Ativa goza da presunção de liquidez e certeza, que só pode ser afastada pela produção de prova em contrário, cabível, apenas, na fase instrutória própria dos embargos à execução.
Destarte, presentes seus pressupostos, admito este recurso, mas indefiro o efeito suspensivo.
Cumprido o disposto no art. 526 do Código de Processo Civil, intime-se o agravado para resposta, nos termos do inciso V, do art. 527, do Código de Processo Civil.
Desnecessária a intervenção do Ministério Público Federal à ausência de interesse a justificá-la.
Int.
São Paulo, 27 de março de 2007
Desembargadora Federal RAMZA TARTUCE Relatora

PROC.	:	2007.03.00.011463-0 AG 292118
ORIG.	:	0400002345 A Vr REGISTRO/SP 0400054972 A Vr REGISTRO/SP
AGRTE	:	ANASTACIO ALBERTO TEIXEIRA
ADV	:	SILVIO CARLOS RIBEIRO
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ESTEVAO FIGUEIREDO CHEIDA MOTA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PARTE R	:	ITATINS RESTAURANTE E LANCHONETE LTDA e outro
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DO SAF DE REGISTRO SP
RELATOR	:	DES.FED. RAMZA TARTUCE / QUINTA TURMA

D E S P A C H O
Insurge-se o agravante contra decisão que, nos autos do processo da execução fiscal ajuizada pelo Instituto Nacional do Seguro Social, rejeitou os bens oferecidos em garantia do Juízo.
Sustenta, neste recurso, seu direito de ver a constrição incidir sobre os bens ofertados e afirma, ainda, a iliquidez da dívida em face da decisão proferida por esta Corte Regional, que reconheceu a decadência do direito de cobrar parte do débito.
É o breve relatório.
A Quinta Turma desta Corte Regional efetivamente reconheceu a decadência do direito de cobrar parte da dívida, devida no período de setembro de 1994 a julho de 1995, o que, em hipótese alguma, retira a liquidez da Certidão de Dívida Ativa, vez que se trata de valor que pode ser suprimido da cobrança por mero cálculo aritmético.
Quanto à incidência da penhora sobre os bens indicados pelo agravante observo que tais bens consistem em pedras preciosas, cuja existência pretende o agravante demonstrar através de nota fiscal de prestação de serviços de lapidação e por laudo de avaliação unilateralmente realizado.
Inviável, assim, a incidência da constrição judicial sobre os bens ofertados em garantia.
A relevância da fundamentação, destarte, não se evidencia, razão pela qual, presentes seus pressupostos, admito este recurso mas indefiro o efeito suspensivo.
Cumprido o disposto no art. 526 do Código de Processo Civil, intime-se o agravado para resposta, nos termos do inciso V, do art. 527, do Código de Processo Civil.
Desnecessária a intervenção do Ministério Público Federal à ausência de interesse a justificá-la.
Int.
São Paulo, 27 de março de 2007
Desembargadora Federal RAMZA TARTUCE Relatora

PROC.	:	2007.03.00.011650-0 AG 292199
ORIG.	:	200461820380344 5F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CLAUDIA LIGIA MARINI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	STAY WORK SEGURANCA S/C LTDA e outro
ADV	:	CELSO RICARDO MARCONDES DE ANDRADE
PARTE R	:	OSMAR RICARDO BUFOLIN
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 5 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES.FED. RAMZA TARTUCE / QUINTA TURMA

D E S P A C H O
Insurge-se o agravante contra decisão que acolheu a exceção de pré-executividade oposta à execução ajuizada contra Stay Work Segurança S/C Ltda. e outro, excluindo o sócio do pólo passivo da execução.
É o breve relatório.
A tempestividade do agravo será reexaminada, tendo em vista que se trata de decisão proferida em maio de 2006 e o agravante não trouxe ao recurso as folhas 153/158 para demonstrar que apenas em 29 de janeiro tomou ciência do ato judicial impugnado.
Os requisitos para instalar a relação processual executiva são os previstos na lei processual, a saber, o inadimplemento e o título executivo (CPC, artigos 580 e 583). Os pressupostos para configuração da responsabilidade tributária são os estabelecidos pelo direito material (art. 135 CTN).
Assim, a indicação, na Certidão de Dívida Ativa, do nome do responsável ou co-responsável (Lei 6.830/80, art. 2o , § 5º, I) confere ao indicado a legitimidade passiva para a relação processual executiva (CPC, art. 568, I),devendo a responsabilidade tributária, relação de direito material, ser decidida pelas vias cognitivas próprias, especialmente a dos embargos à execução.
Destarte, presentes seus pressupostos, admito este recurso e defiro o efeito suspensivo.
Cumprido o disposto no art. 526 do Código de Processo Civil, intimem-se os agravados para resposta, nos termos do inciso V, do art. 527, do Código de Processo Civil.
Desnecessária a intervenção do Ministério Público Federal à ausência de interesse a justificá-la.
Int.
São Paulo, 27 de março de 2007
Desembargadora Federal RAMZA TARTUCE Relatora

PROC.	:	2007.03.00.011826-0 AG 292383
ORIG.	:	200661230020486 1 Vr BRAGANCA PAULISTA/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	VLADIMILSON BENTO DA SILVA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	DATAGRAF SERVICOS GRAFICOS LTDA e outros
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE BRAGANÇA PAULISTA-23ª SSJ-SP
RELATOR	:	DES.FED. RAMZA TARTUCE / QUINTA TURMA

D E S P A C H O
Insurge-se o agravante contra decisão que, nos autos do processo da execução fiscal ajuizada contra Datagraf Serviços Gráficos Ltda. e outros, excluiu os sócios do polo passivo da execução, fixando os honorários advocatícios em 10% do valor atualizado do débito.
Neste recurso, pede a revisão do ato judicial impugnado.
É o breve relatório.
Os requisitos para instalar a relação processual executiva são os previstos na lei processual, a saber, o inadimplemento e o título executivo (CPC, artigos 580 e 583). Os pressupostos para configuração da responsabilidade tributária são os estabelecidos pelo direito material (art. 135 CTN).

Assim, a indicação, na Certidão de Dívida Ativa, do nome do responsável ou co-responsável (Lei 6.830/80, art. 2o , § 5º, I) confere ao indicado a legitimidade passiva para a relação processual executiva (CPC, art. 568, I),devendo a responsabilidade tributária, relação de direito material, ser decidida pelas vias cognitivas próprias, especialmente a dos embargos à execução.
Note-se que a certidão de Dívida Ativa goza da presunção de liquidez e certeza, que só pode ser afastada pela produção de prova em contrário, cabível, apenas, na fase instrutória própria dos embargos à execução.
Destarte, presentes seus pressupostos, admito este recurso e defiro o efeito suspensivo.
Cumprido o disposto no art. 526 do Código de Processo Civil, intimem-se os agravados para resposta, nos termos do inciso V, do art. 527, do Código de Processo Civil.
Desnecessária a intervenção do Ministério Público Federal à ausência de interesse a justificá-la.
Int.
São Paulo, 27 de março de 2007
Desembargadora Federal RAMZA TARTUCE Relatora

PROC.	:	2007.03.00.012000-9 AG 292532
ORIG.	:	200661040077680 2 Vr SANTOS/SP
AGRTE	:	TERRACOM CONSTRUCOES LTDA
ADV	:	DENNIS DE MIRANDA FIUZA
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE SANTOS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. ANDRE NABARRETE / QUINTA TURMA

Agravo de instrumento interposto contra decisão (fls.393/396) que, em ação anulatória de débito fiscal, indeferiu pedido de antecipação dos efeitos da tutela que objetiva a suspensão da exigibilidade do crédito tributário apontado na NFLD nº 35.826.507-0. Sustenta, em síntese, já ter se configurado a decadência para o lançamento do crédito tributário, à vista do transcurso do quinqüênio legal, bem como é ilegal a incidência de contribuição previdenciária sobre verbas exclusivamente indenizatória.
Cabível o agravo na forma de instrumento, à vista do inegável periculum in mora, consistente na impossibilidade de cobrar o débito lançado.
Não estão presentes os requisitos do artigo 558 do CPC, porquanto ausente a relevância da argumentação da recorrente. Na esteira da melhor doutrina, entendo impróprio da lei complementar tributária definir o prazo decadencial para lançamento ou prescricional, salvo para a hipótese de ausência de regra específica, pois é atributo do exercício da competência tributária da pessoa política. Como ensina Roque Antônio Carraza, verbis:
"O que estamos tentando dizer é que a lei complementar, ao regular a prescrição e a decadência tributárias, deverá limitar-se a apontar diretrizes e regras gerais...Melhor esclarecendo, a lei complementar poderá determinar - como de fato determinou (art. 156, V, CTN) - que a decadência e a prescrição são causas extintivas das obrigações tributárias. Poderá, ainda, estabelecer - como de fato estabeleceu (art. 173 a 174 do CTN) - o dies a quo destes fenômenos jurídicos, não de modo a contrariar o sistema jurídico, mas a prestigiá-lo. Poderá, igualmente, elencar - como de fato elencou (art. 151 e 174, parágrafo único, CTN) - as causas impeditivas, suspensivas e interruptivas da prescrição tributária. Neste particular, poderá, aliás, até criar causas novas (não contempladas no Código Civil brasileiro), considerando as particularidades do direito material violado. Todos esses exemplos enquadram-se, perfeitamente, no campo das normas gerais em matéria de legislação tributária."
(in Curso de Direito Const. Tributário, 14ª ed., Malheiros, p. 586 a 588)
Assim, no caso da contribuição previdenciária, a Lei n.º 8.212/91, nos seus artigos 45 e 46, previu prazo decenal para o lançamento do crédito e para a respectiva cobrança e, portanto, é perfeitamente aplicável e harmônica com o CTN, de modo que não subsiste o argumento da decadência do direito de lançar o crédito, em razão do transcurso do prazo quinqüenal. Por fim, relativamente ao fundamento de que é ilegal a incidência de contribuição previdenciária sobre verbas exclusivamente indenizatória, verifica-se ser prescindível sua análise, à vista do entendimento anteriormente explicitado, por si só, impedir a suspensão da exigibilidade do crédito tributário em comento.
Ante o exposto, indefiro o efeito ativo requerido.
Comunique-se ao juiz da causa e intime-se a agravada para responder no prazo de lei.
Publique-se.
São Paulo, 22 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal convocado Relator

PROC.	:	2007.03.00.015119-5 AG 292545
ORIG.	:	200761050000374 4 Vr CAMPINAS/SP
AGRTE	:	REAL SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICENCIA
ADV	:	JOAO CARLOS DE LIMA JUNIOR
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	VINICIUS CAMATA CANDELLO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA DE CAMPINAS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW / QUINTA TURMA

D E S P A C H O
Trata-se de pedido de efeito suspensivo em agravo de instrumento interposto por Real Sociedade Portuguesa de Beneficência contra a decisão de fls. 21/22, que, em mandado de segurança, indeferiu o pedido liminar deduzido para suspender parcialmente a exigibilidade do crédito constituído por meio da NFLD n. 35.847.850-2.
Alega-se, em síntese, a extinção do direito da agravada de constituir o crédito tributário relativo às competências de 05.00 a 12.00, nos termos do arts. 173 e 174 do Código Tributário Nacional (fls. 2/16).
Apreciarei o pedido de efeito suspensivo após as informações.
Intime-se a parte contrária para resposta.
Publique-se.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
André Nekatschalow
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2007.03.00.015344-1 AG 292749
ORIG.	:	9605326086 2F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	LANCHONETE NUOVA FAMIGLIA LTDA
ADV	:	JOSE ROBERTO MAZETTO
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES.FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW / QUINTA TURMA

D E C I S Ã O
Trata-se de pedido de efeito suspensivo em agravo de instrumento interposto por Lanchonete Nuova Famiglia Ltda. contra a respeitável decisão de fl. 193, proferida em embargos à execução fiscal, que indeferiu o pedido de produção de prova.
Alega-se, em síntese, que as provas são essenciais para corroborar os documentos juntados e que o indeferimento de sua produção implicará cerceamento de defesa (fls. 2/13).
Decido.
Os agravantes sustentam cerceamento de defesa em virtude do indeferimento da produção de prova testemunhal requerida, oportunamente, às fls. 182/183, para demonstrar a insubsistência da autuação.
A despeito da admissibilidade, em regra, da prova testemunhal, é possível seu indeferimento quando seu objeto consistir em fatos já provados por documento (CPC, art. 400, I).
Considerando que houve instrução dos embargos à execução com documentos para comprovação das alegações da agravante, conforme assevera em suas razões recursais (cfr. fls. 9/10 e 135/139), tendo havido, inclusive, juntada do processo administrativo (cfr. fls. 187/188), mantenho os efeitos da respeitável decisão agravada.
Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de efeito suspensivo.
Requisitem-se informações.
Intime-se a parte contrária para resposta.
Publique-se.
São Paulo, 27 de março de 2007.
André Nekatschalow
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2007.03.00.015411-1 AG 292798
ORIG.	:	9714031109 1 Vr FRANCA/SP
AGRTE	:	FUNDACAO CIVIL CASA DE MISERICORDIA DE FRANCA
ADV	:	ALAN RIBOLI COSTA E SILVA
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE FRANCA Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. RAMZA TARTUCE / QUINTA TURMA

D E S P A C H O
Insurge-se a agravante contra decisão que, nos autos do processo da execução fiscal ajuizada pelo Instituto Nacional do Seguro Social, determinou a venda do bem penhorado em hasta pública, com a expedição dos respectivos editais.
O presente recurso não reúne as condições de admissibilidade, porquanto a agravante não recolhe as custas devidas nos termos da Resolução nº 169 de 04 de maio de 2000. Destarte, ausentes as condições de admissibilidade, nos termos do artigo 557, do Código de Processo Civil, indefiro o processamento deste recurso.
Decorrido o prazo recursal, à Vara de origem para apensamento aos autos principais.
Int.
São Paulo, 27 de março de 2007
Desembargadora Federal RAMZA TARTUCE Relatora

PROC.	:	2007.03.00.015676-4 AG 293014
ORIG.	:	9705312206 5F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	GILBERTO CIPULLO
ADV	:	MARIA ANDREIA FERREIRA DOS SANTOS
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	DANIELA CAMARA FERREIRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PARTE R	:	INVESTMOV COM/ E REPRESENTACAO DE MOVEIS LTDA e outros
RELATOR	:	JUIZ CONV. FERREIRA DA ROCHA / QUINTA TURMA

Cuida-se de agravo de instrumento com pedido liminar de efeito suspensivo interposto contra parte da r. decisão de fls. 1052/1054, proferida pelo MM. Juiz Federal da 5ª Vara das Execuções Fiscais de São Paulo, que, em sede de exceção de pré-executividade, indeferiu o pedido de exclusão do ora agravante do pólo passivo da execução fiscal nº 97.0531220-6.
Alega o agravante que nunca foi sócio da empresa executada, tendo, apenas e tão somente, atuado como advogado, na condição de representante das empresas estrangeiras por ocasião da constituição das empresas GF TREND INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS e LA STUDIUM MÓVEIS. Esclarece, outrossim, que são inteiramente equivocados os apontamentos do INSS, nos quais indica, com base em informações extraídas do seu "Sistema de Arrecadação DATAPREV", que o ora agravante é sócio-gerente das mencionadas empresas, pois, sua atuação limitou-se à fase constitutiva das empresas, na condição de advogado do escritório "Pompeu, Longo, Kignel e Cipullo Advogados.
Reafirma que, como lhe autoriza o Estatuto dos Advogados do Brasil (Lei nº 8.906/94), no exercício de suas funções de advogado, como procurador, representou os sócios estrangeiros, para o exclusivo fim de assinatura dos atos constitutivos de empresas nacionais, prática essa que está em estrita consonância com o que prevê o artigo 119 da Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76) e que, portanto, nunca foi ou é sócio e muito menos sócio-gerente como quer o exeqüente. A seu ver, também não se pode olvidar que tão-logo foram constituídas as empresas, e nomeados seus representantes, houve a revogação das procurações, o que demonstra que as atividades desempenhadas pelo agravante limitaram-se ao momento da constituição das empresas. Ademais, afirma, a responsabilização prevista no artigo 135 do CTN, incide em relação aos diretores, gerentes ou representantes que tenham atuado na gestão do patrimônio da pessoa jurídica, o que não ocorreu em relação ao agravante.
A seu ver, também não pode subsistir a inclusão do agravante no pólo passivo da execução, sob o pálio do artigo 185 do CTN, pela simples razão de existirem indícios de alienação fraudulenta ou oneração de bens ou rendas por sujeito que está em débito para com a Fazenda Pública, sem comprovação cabal que a pessoa física a ser responsabilizada era administradora da sociedade e que esta praticou atos com infração à lei ou aos termos do contato social.
Decido.
Presente o requisito do perigo de dano (decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação) apto a admitir interposição de agravo de instrumento (art. 552 c.c art. 527, II, segunda parte do CPC).
Presente requisito da plausibilidade do direito invocado apto à concessão de efeito suspensivo. Com efeito, a questão trazida a desate teve seu ponto de partida com a decisão proferida às fls. 398 da execução fiscal em evidência, verbis:
"Pelas razões aduzidas na petição de fls. 296/306 do exeqüente, que adoto, às quais adiciono os fundamentos expostos na decisão que prolatei hoje nos autos da Ação de Execução Fiscal que a FAZENDA NACIONAL promove em face da executada (proc. nº 98.0503098-9), que será juntada em seguida, por cópia, determino o prosseguimento da execução, remetendo-se os autos à SEDI para inclusão, no pólo passivo, das pessoas físicas e jurídicas qualificadas a fls. 304/306, citando-as em seguida."
Em razão dessa decisão, Gilberto Cipullo apresentou exceção de pré-executividade, com o argumento de que não é sócio nem exerceu qualquer cargo diretivo na empresa, apenas a representou no Brasil quando de sua constituição, motivo pelo qual requereu sua exclusão do pólo passivo da execução fiscal, pedido esse que restou indeferido, nos seguintes termos (fl. 1053):
"2. Fls. 658/718: O excipiente não foi incluído por ser sócio ou sócio-gerente das empresas co-executadas (GF Trend e LA Studium), mas por ser responsável no Brasil pelas duas empresas sócias de ambas (respectivamente, Ciwer Intertrade Sociedad Anonima e Sem S.A.). E diga-se, o único responsável no Brasil, tratando-se de empresas "off shore", com sede no Uruguai. A inclusão do requerente deveu-se ao reconhecimento de grupo econômico entre todas as pessoas jurídicas inclusas no pólo passivo, bem como no reconhecimento de fraude à lei, utilizando-se das pessoas jurídicas e praticada por seus representantes, ou representantes das empresas sósias, consistente no esvaziamento dos ativos de pessoa jurídica sujeito passivo de débitos para com a Fazenda Pública de crédito tributário regularmente inscrito, com a transferência para outras empresas, sem a reserva de bens suficientes ao total pagamento da dívida (art. 185 do CTN)."
Verifico que a execução fiscal foi, inicialmente, movida contra a empresa L'ATELIER MÓVEIS LTDA. Posteriormente, em razão da insuficiência dos bens penhorados, determinou-se (fl. 95) a citação dos co-responsáveis tributários, quais sejam, INVESTIMOV COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE MÓVEIS LTDA e FRANCISCO DEL RÉ NETTO, que formularam requerimento ao MM. Juízo com pedidos de exclusão e alegação de prescrição e decadência, os quais não foram acolhidos. Em razão dessa decisão, interpuseram agravo de instrumento (Reg. nº 2002.03.00.035247-6) que manteve a decisão agravada.
Mais recentemente, em razão da alegação do INSS que a adesão da executada a Programa de Parcelamento deu-se de modo fraudulento e suscitou a existência de grupo econômico de fato entre a devedora e as empresas GF TRENT INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS E LA STUDIUM MÓVEIS, que foi acolhida. Em conseqüência, todos os indicados pelo INSS, pessoas jurídicas ou físicas passaram a compor o pólo passivo da execução fiscal. Irresignado com sua inclusão na lide, GILBERTO CIPULLO interpôs o presente recurso.
A presença do agravante no pólo passivo da execução fiscal advém de constar da certidão da divida ativa, juntamente com outros co-responsáveis, e certamente ali está em razão de sua participação na constituição das empresas referidas no grupo econômico. Melhor explicando, consta que, quando da constituição da empresa LA STU-

DIUM MÓVEIS, o ora agravante, representou a SEM S/A, sociedade estrangeira, na qualidade de advogado (fls. 702/708). Consta, ainda, que, poucos dias após a constituição da empresa, houve a revogação da procuração outorgada (fls. 712/715). Quanto a GF TRENT, tem-se situação idêntica. O ora agravante, participou na constituição da empresa na condição de procurador da empresa estrangeira CIWER INTERTRADE SOCIEDAD ANONIMA (fls. 726/732). O mandato também foi posteriormente revogado.
Nesse sumário exame, como deixou claro o MM. Juízo em sua decisão que "o excipiente não foi incluído por ser sócio ou sócio-gerente das empresas co-executadas (GF TRENT e LA STUDIM), mas por ser responsável no Brasil pelas duas empresas sócias de ambas (respectivamente, Ciwer Intertrade Sociedad Anonima e Sem S.A.)", não está demonstrado de forma cabal a incidência do artigo 185 do CTN em relação ao agravante. Por outro lado, inaplicável também a responsabilização prevista no artigo 135 do CTN.
A questão comporta uma análise mais aprofundada para decidir se efetivamente o agravante tem ou não responsabilidade em relação à divida tributária da empresa executada L'ATELIER MÓVEIS LTDA, de modo que, sua inclusão, desde logo, no pólo passivo da execução, é prematura, e poderá lhe acarretar dano irreparável ou de difícil reparação, pois sujeitar-se-á a restrições patrimoniais.
Ante o exposto, defiro o efeito suspensivo requerido, para excluir, por ora, o agravante GILBERTO CIPULLO, do pólo passivo da execução fiscal nº 97.0531220-6.
Comunique-se ao juiz da causa.
Intime-se o agravado para apresentar contraminuta no prazo e termos legais.
Publique-se.
São Paulo, 29 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado Relator

PROC.	:	2007.03.00.015677-6 AG 293015
ORIG.	:	9705312206 5F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	L ATELIER MOVEIS LTDA
ADV	:	MARIA ANDREIA FERREIRA DOS SANTOS
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	DANIELA CAMARA FERREIRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 5 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	JUIZ CONV. FERREIRA DA ROCHA / QUINTA TURMA

Cuida-se de agravo de instrumento contra decisão (fl. 443/445) que indeferiu, em sede de execução fiscal, o pedido de suspensão da execução e de recolhimento dos mandados de penhora expedidos.
Sustenta a agravante que, em razão da instauração de processo de sua exclusão do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, ingressou com recurso administrativo, o qual nos termos da Portaria Conjunta da PGFN/SRF nº 03/2004 e do artigo 151 do CTN, é dotado de efeito suspensivo, no entanto, não acolhido pelo MM. Juízo a quo, que deu prosseguimento à ação de excussão, não obstante venha depositando regularmente as parcelas da dívida. Alega ocorrência de lesão grave e de difícil reparação na medida em que a continuidade do feito poderá culminar com a realização de leilão dos bens penhorados, que acarretará descontinuidade na sua atividade empresarial.
Decido.
Presente o requisito do perigo de dano (decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação) apto a admitir interposição de agravo de instrumento (art. 552 c.c art. 527, II, segunda parte do CPC).
Ausente, no entanto, o requisito da plausibilidade do direito invocado apto a concessão de efeito suspensivo. Em que pese as razões apresentadas pela agravante, não vejo como possa alterar a decisão agravada, uma vez que apresenta substancial fundamentação e no mesmo sentido do meu entendimento sobre a matéria. O não atendimento a requisitos previstos na lei de regência do parcelamento, obviamente impede a homologação da empresa no programa, fato esse passível de ser atacado por recurso administrativo, como o fez a ora agravante, mas tal recurso não apresenta nenhuma relação com a dívida exigida, já que cuida somente de sua aceitação ou não referido programa. Trata-se de questão estranha à execução fiscal. Inaplicável, pois, o artigo 151, III, do CTN. Cabe ainda frisar que há um descompasso muito grande entre as quantias mensais que vêm sendo depositadas espontaneamente pela agravante a título de parcelamento, em relação à dívida exigida. Também não há que se falar em homologação tácita, pois ela é aplicável somente para dívida inferiores a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).
Por outro lado, sem dúvida, o REFIS ou PAES, sendo uma hipótese de parcelamento, leva necessariamente à suspensão da exigibilidade do crédito tributário, nos termos do inc. VI do art. 151 do CTN, c/c o art. 12 do Decreto nº 3.342/2000, que determina a suspensão da execução fiscal e qualquer dos seus atos com a homologação da opção de ingresso no REFIS, todavia essa condição não restou comprovada nos autos, como dito anteriormente.
Em suma, havendo dúvida quanto a homologação da adesão da agravada ao REFIS ou PAES, a meu ver, não pode prevalecer a suspensão da execução fiscal.
Ante o exposto, indefiro o efeito suspensivo requerido.
Comunique-se ao juiz da causa.
Intime-se o agravado para apresentar contraminuta no prazo e termos legais.
Publique-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado Relator

PROC.	:	2007.03.00.015878-5 AG 293135
ORIG.	:	200361180004209 1 Vr GUARATINGUETA/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LEONARDO MONTEIRO XEXÉO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	METALLINCE IND/ E COM/ LTDA
ADV	:	TERESA REGINA RIBEIRO DE BARROS CUNHA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE GUARATINGUETA Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW / QUINTA TURMA

D E C I S Ã O
Trata-se de pedido de efeito suspensivo em agravo de instrumento interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS contra a respeitável decisão de fls. 259/261, que acolheu exceção de pré-executividade para excluir os co-responsáveis do pólo passivo da execução fiscal.
Alega o agravante, em síntese, que a responsabilidade solidária dos sócios decorre de lei. Sustenta, ainda, a inadmissibilidade da exceção de pré-executividade (fls. 2/11).
Decido.
Exceção de pré-executividade. Exclusão de responsável tributário. Dilação probatória. Descabimento. A responsabilidade tributária de sócios ou de administradores decorre de certos fatos prescritos pelo Código Tributário Nacional, a propósito dos quais é inadequada a exceção de pré-executividade para sua comprovação.
Na medida em que o Fisco indique o nome de certos responsáveis em Certidão de Dívida Ativa, resultante de procedimento administrativo e com presunção de legitimidade, consubstanciando ela título que torna adequada a via executiva em relação às pessoas nela indicadas, estas têm o ônus de defender-se pela via dos embargos à execução. A admissibilidade da exceção de pré-executividade subordina-se à inexistência de controvérsia, de modo a tornar prescindível a dilação probatória relativa à responsabilidade tributária.
Não se confundem o ônus de embargar a execução com o ônus probatório. O primeiro deriva do estado de sujeição à atividade jurisdicional-executiva como efeito cogente da citação para pagamento; o segundo liga-se ao interesse das partes na comprovação dos fatos alegados. Na hipótese de o executado alegar fato negativo (inocorrência dos casos dos quais surgiria sua responsabilidade), não fica ele, só por isso, livre do ônus de embargar. Pois as regras concernentes à comprovação dos fatos (positivo contrário) incidem no processo em que a dilação probatória é admissível.
Do caso dos autos. O INSS propôs execução fiscal contra as empresas Metallince Indústria e Comércio Ltda. e Expresso Transcorre Ltda. e os co-responsáveis Álvaro Luiz Ribeiro de Barros, Teresa Regina Ribeiro de Barros Cunha, Alvarina Ribeiro de Barros, Carmem Lucia Ribeiro de Barros Teixeira, Emanuel Fausto Caltabiano de Barros e Fausto Jose Ribeiro de Barros, pelo débito de R$ 552.578,28 (quinhentos e cinqüenta e dois mil, quinhentos e setenta e oito reais e vinte e oito centavos), representado pelas Certidões de Dívida Ativa n. 35.121.1114-4 e n. 60.028.199-0 (fls. 16/35).
A empresa executada Metallince Indústria e Comércio foi citada (cfr. fl. 205) e nomeou bem imóvel à penhora (fls. 39/52), o qual atribuiu o valor de R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais). O MM. Juízo a quo intimou o exeqüente para manifestar-se sobre a indicação do bem à penhora (fl. 261).
A empresa Expresso Transcorre Ltda. foi citada (fl. 202) e opôs exceção de pré-executividade alegando a ilegitimidade passiva ad causam dos sócios, ante a ausência de demonstração dos requisitos previstos no art. 135 do Código Tributário Nacional. Sustenta, ainda, a nulidade da inscrição da dívida ativa e a existência de bens da outra empresa executada (fls. 126/148).
Os co-responsáveis Álvaro Luiz Ribeiro de Barros, Teresa Regina Ribeiro de Barros Cunha, Alvarina Ribeiro de Barros, Emanuel Fausto Caltabiano de Barros e Fausto Jose Ribeiro de Barros, citados (cfr. fls. 203/204 e 206/208), opuseram exceções de pré-executividade sob o fundamento de serem partes ilegítimas, alegando que não houve comprovação de nenhuma das hipóteses legais do art. 135 do Código Tributário Nacional. Sustentam, ainda, existência de bens passíveis de penhora da empresa executada (fls. 102/123, 78/99, 154/175, 178/199 e 54/75). A citação da co-responsável Carmem Lucia Ribeiro Barros resultou negativa (fl. 218).
Todavia, a legitimidade passiva ad causam dos responsáveis é matéria que depende de dilação probatória, a ser discutida em sede adequada. Ademais, não se pode impedir o credor de exercer seu direito de ação, do qual deriva a faculdade de eleger a parte contra a qual intenta sua demanda.
Ante o exposto, DEFIRO o pedido de efeito suspensivo.
Comunique-se ao Juízo de primeiro grau.
Intime-se a parte contrária para resposta.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
André Nekatschalow
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2007.03.00.018174-6 AG 293334
ORIG.	:	200761080008661 3 Vr BAURU/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RENATO CESTARI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	JAGUACY BRASIL COM/ DE FRUTAS LTDA e outros
ADV	:	TALITHA D AQUINO TAVANO CARVALHO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE BAURU - 8ª SSJ - SP
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. FERREIRA DA ROCHA / QUINTA TURMA

Agravo de instrumento interposto contra decisão (fls.40/42) que, em ação cautelar, deferiu liminar, para suspender a exigibilidade da contribuição do art.22 A, da Lei nº 8.212/91, quanto à receita proveniente diretamente da venda de produtos agroindustriais a empresa comercial exportadora com fim específico de exportação. A agravante requer o provimento do recurso na forma do artigo 557, §1º-A, do CPC, ou a tutela recursal antecipada, a fim de que seja suspensa a decisão.
Inicialmente, cabível o agravo na forma de instrumento, à vista do inegável periculum in mora, consistente na suspensão da exigibilidade de contribuição que os próprios agravados pretendem depositar em juízo.
Os agravados buscam através da ação cautelar a suspensão da exigibilidade do crédito tributário por meio de depósito do montante devido, para que possam, na ação principal, discutir sua exigibilidade. Para atanto, pleiteiam, liminarmente:
"a) o depósito dos valores monetários correspondentens ao "FUNRURAL" mês a mês, nas datas de seus respectivos vencimentos, em conta poupança que renda juros e correção monetária, para acautelar os interesses de ambas as partes e como garantia do crédito da contribuição social.
b) a suspensão da exigibilidade do crédito, bem como a inscrição em dívida ativa de tal lançamento;
(...)"
Esse pedido encontra guarida no inciso II do artigo 151 do CTN, "verbis":
"Art. 151. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:
(...)
II - o de pósito do seu montante integral;
(...)"
Não obstante a clareza do pedido, o Juízo "a quo" deferiu a liminar, para suspender a exigibilidade do crédito tributário, "verbis":
"Isso posto, defiro a liminar, e suspendo a exigibilidade da contribuição de que trata o artigo 22 A, da Lei nº 8.212/91, no que pertine às receitas diretamente decorrentes da venda de produtos agroindustriais, por parte dos autores, a empresa comercial de exportadora, com o fim específico de exportação, nos moldes do artigo 6º, inciso III, da Lei nº 10.833/03."
Portanto, verifica-se que foi deferida providencia não pleiteada pela parte, qual seja, a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, com base no "periculum in mora" (art.151, inciso V, do CTN), que é diversa da pretensão formulada na inical, conforme anteriormente explicitado. Assim, a decisão é "extra petita" e, dessa forma, nula. Nesse sentido leciona Theotonio Negrão (Código de Processo Civil e legislação processual em vigor - p.444):
"A sentença "extra petita" é nula, porque decide causa diferente da que foi posta em juízo (ex.: a sentença "de natureza diversa da pedida" ou que condena em "objeto diverso" do que fora demandado). O tribunal deve anulá-la" (RSTJ 79/100, RT 502/169, JTA 37/44, 48/67, Bol. AASP 1.027/156, RP 6/326, em. 185)
No mesmo sentido, é o entendimento do STJ, que destaco:
PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. JULGAMENTO EXTRA PETITA. MATÉRIA DE FATO. SÚMULA 7/STJ. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO PARA A PENA APLICADA. NULIDADE.
1. A ofensa à lei federal, para ensejar recurso especial, deve ser direta, como tal considerada a que decorre de dicção contrária ao preceito normativo. Não tendo o acórdão recorrido afirmado a possibilidade de adoção, como fundamento para a condenação, de causa de fato não veiculada na inicial, inexiste controvérsia sobre a interpretação dos arts. 128 e 460 do CPC a ser dirimida por esta Corte. A investigação a respeito de ter sido invocada matéria de fato estranha à causa de pedir posta na inicial, é atividade que consiste, não em juízo sobre o conteúdo de norma federal, e sim a respeito do conteúdo da petição inicial e de sua confrontação com os fundamentos do acórdão recorrido. Trata-se de atividade estranha ao âmbito constitucional do recurso especial, vedada pela Súmula 7/STJ.
2. Havendo, na Lei 8.492/92 (Lei de Improbidade Administrativa), a previsão de sanções que podem ser aplicadas alternativa ou cumulativamente e em dosagens variadas, é indispensável, sob pena de nulidade, que a sentença indique as razões para a aplicação de cada uma delas, levando em consideração o princípio da razoabilidade e tendo em conta "a extensão do dano causado assim como o proveito patrimonial obtido pelo agente" (art. 12, parágrafo único).
3. Recurso especial parcialmente provido, para anular o acórdão recorrido, na parte em que aplicou penalidade ao recorrente, determinando-se que, quanto ao ponto, nova decisão seja proferida
(STJ - REsp 507574 / MG ; RECURSO ESPECIAL 2003/0027068-7 Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI T1 - PRIMEIRA TURMA 15/09/2005 DJ 20.02.2006 p. 206 REPDJ 08.05.2006 p. 174)
PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS. SERVIDOR PÚBLICO. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. CAUSA DE PEDIR. DELIMITAÇÃO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL NA AÇÃO. DECISÃO EXTRA PETITA. PRINCÍPIO DA CONGRUÊNCIA. EMBARGOS REJEITADOS.
I - Os embargos de declaração devem atender aos seus requisitos, quais sejam, suprir omissão, contradição ou obscuridade, não havendo qualquer um desses pressupostos, rejeitam-se os mesmos.

II - Nos termos do art. 128 do Código de Processo Civil, "O juiz decidirá a lide nos limites em que foi proposta, sendo-lhe defeso conhecer de questões, não suscitadas, a cujo despeito a lei exige iniciativa da parte."
III - A decisão judicial não está limitada apenas pelo pedido formulado pela parte, mas também pela causa de pedir deduzida, sendo esta elemento delimitador da atividade jurisdicional na ação. Neste sentido, se o magistrado se limita ao pedido formulado, considerando, entretanto, outra causa de pedir que não aquela suscitada pela parte, estará incorrendo em decisão extra petita, restando configurada a nulidade da sentença, ante a ofensa ao princípio da congruência. Precedentes.
IV - O julgador não está obrigado a responder a todos os questionamentos formulados pelas partes, competindo-lhe, apenas, indicar a fundamentação adequada ao deslinde da controvérsia, observadas as peculiaridades do caso concreto, como ocorreu in casu, não havendo qualquer omissão ou obscuridade no julgado embargado, já que houve a efetiva análise do pedido e das causas de pedir formulados na inicial.
V - Inviável a utilização dos embargos de declaração, sob a alegação de pretensa omissão, quando a pretensão almeja - em verdade - reapreciar o julgado, objetivando a alteração do conteúdo meritório da decisão embargada.
VI - Embargos de declaração rejeitados.
(STJ - EDcl no MS 9315 / DF ; EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO MANDADO DE SEGURANÇA 2003/0173001-7 Ministro GILSON DIPP S3 - TERCEIRA SEÇÃO 24/08/2005 DJ 12.09.2005 p. 205)
"A concessão de benefício legal diverso do direito pleiteado, "in casu", constitui decisão fora do pedido. Hipótese de não aplicação do princípio "jura novit curia", eis que o reconhecimento do favor legal não postulado impõe ônus probatória à outra parte, que não teve oportunidade para cumprir o encargo" (STJ - 3ª Turma, Resp 15.159-ES, rel. Min. Cláusio Santos, j.18.2.92, deram provimento, v.u., DJU 13.4.92, p.4.997)
Ante o exposto, dou provimento ao recurso, nos termos do §1º-A do artigo 557 do Código de Processo Civil, a fim de reconhecer a nulidade da decisão agravada e determinar que outra seja prolatada.
Oportunamente, baixem os autos.
Publique-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado

PROC.	:	2007.03.00.018188-6 AG 293356
ORIG.	:	9705394806 2F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	HELIO TUNCHEL
ADV	:	PAULO JOSE IASZ DE MORAIS
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PARTE R	:	ROPINHA CREACOES INFANTIS LTDA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	JUIZ CONV. FERREIRA DA ROCHA / QUINTA TURMA

Trata-se de agravo de instrumento com pedido liminar de efeito suspensivo interposto contra r. decisão de fls. 16/18, proferida pelo MM. Juiz Federal da 2a Vara das Execuções Fiscais em São Paulo, que rejeitou exceção de pré-executividade ofertada pelo agravante, sob alegação de ocorrência da prescrição intercorrente.
Decido.
Presente o requisito do perigo de dano (decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação) apto a admitir interposição de agravo de instrumento (art. 552 c.c art. 527, II, segunda parte do CPC).
Ausente, no entanto, o requisito da plausibilidade do direito invocado apto à concessão de efeito suspensivo. Tal como assevera o MM. Juízo a quo em sua decisão, a empresa executada foi citada em 19/09/1997, a determinação de inclusão do co-responsável no pólo passivo em 03/12/1998 e a sua citação em 07/02/2006, não é suficiente para acolher a prescrição intercorrente, como quer o agravante. Observe-se ainda que o "AR" retornou negativado; posteriormente, os autos foram remetidos ao setor de expedição de mandado e, por fim, em 18/10/2004, foi determinada a expedição de mandado. Nesse sumário exame não se pode afirmar que o executivo fiscal restou paralisado por total inércia do exeqüente, por um lapso temporal superior a cinco anos. O decreto de prescrição intercorrente viabiliza-se, não só pelo simples transcurso do tempo, mas também pela observação das formalidades legais, notadamente o novel § 4º do artigo 40 da Lei nº 6.830/80, introduzido pelo artigo 6º da Lei nº 11.051/2004, que impõe a oitiva da Fazenda Pública, a fim de permitir-lhe argüir eventuais causas suspensivas ou interruptivas do prazo prescricional.
Ante o exposto, indefiro o efeito suspensivo requerido.
Comunique-se ao juiz da causa.
Intime-se a agravada para apresentar contraminuta no prazo e termos legais.
Publique-se.
São Paulo, 15 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado Relator

PROC.	:	2007.03.00.018264-7 AG 293416
ORIG.	:	200561130017138 2 Vr FRANCA/SP
AGRTE	:	GERALDO TELLINI espolio
REPTE	:	MARILOURDES TELLINI PEDRO DE ANDRADE
ADV	:	ELIANE REGINA DANDARO
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	WANDERLEA SAD BALLARINI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PARTE R	:	CURTIDORA FRANCANA LTDA e outros
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE FRANCA Sec Jud SP
RELATOR	:	JUIZ FED.CONV. FERREIRA DA ROCHA/ QUINTA TURMA

O agravo está deficientemente instruído por falta de peça obrigatória. O inciso I do artigo 525 do Código de Processo Civil dispõe que a petição do agravo de instrumento será instruída, obrigatoriamente, com as cópias da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado. No caso destes autos, em que o recorrente, foi citado por oficial de justiça, conforme informação de fl. 03, o prazo começa a correr para o agravante a partir da data da juntada aos autos do mandado de citação cumprido. No entanto, não consta neste feito a cópia do termo de juntada da aludida peça processual, o que impossibilitou a confirmação da tempestividade do recurso. Outrossim, a mera informação acerca da data da citação da parte não supre a necessidade da juntada de cópia da referida peça, para comprovar documentalmente que o recurso foi interposto dentro do prazo recursal previsto em lei.
Com a modificação dada pela Lei nº 9.139, de 30 de novembro de 1995, cabe ao agravante instruir a petição com as peças obrigatórias elencadas no artigo 525, inciso I, do Código de Processo Civil, sob pena de preclusão.
Ademais, interpor agravo contra duas decisões por meio de um único recurso, conforme informado na peça de interposição, é hipótese inadmissível, ante a manifesta falta de previsão legal.
Ante o exposto, nego seguimento ao recurso, nos termos do artigo 557, caput, do CPC, c.c. o artigo 33, inciso XIII, do Regimento Interno desta Corte.
Oportunamente, baixem-se os autos à origem, observadas as cautelas legais.
Publique-se.
São Paulo, 19 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2007.03.00.018743-8 AG 293758
ORIG.	:	9610021859 2 Vr MARILIA/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HELTON DA SILVA TABANEZ
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	JOSE CARLOS DE CERQUEIRA CESAR e outro
PARTE R	:	MARMORARIA PARANA LTDA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE MARILIA Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. ANDRE NABARRETE / QUINTA TURMA

A eminente Desembargadora Federal Vesna Kolmar determinou a livre distribuição do feito por entender que não estava caracterizada sua prevenção, consoante a Súmula 235 do STJ, uma vez que o agravo n.º 2005.03.00.071887-3, ao qual este foi distribuído por dependência, já fora julgado.
O artigo 15, caput, do Regimento Interno desta Corte dispõe:
"Ressalvada a competência do Plenário e da Seção, dentro de cada área de especialização, a Turma que primeiro conhecer de um processo, incidente ou recurso, terá seu Relator prevento para o feito, para novos incidentes ou para recursos, mesmo relativos à execução das respectivas decisões." (grifei)
Este agravo foi tirado da mesma ação (n.º 9610021859) que deu origem àquele que foi anteriormente julgado pela Des. Fed. Vesna Kolmar (n.º 2005.03.00.071887-3). Assim, inequívoca sua prevenção, nos termos do dispositivo transcrito.
Ressalte-se que não se aplica o § 5º do aludido artigo 15 do R.I., uma vez que o recurso foi conhecido. Outrossim, o fato de já ter sido julgado não elide a prevenção. A invocada Súmula 235 do STJ ("A conexão não determina a reunião dos processos, se um deles já foi julgado") é inaplicável, in casu, pois não se está diante da hipótese de conexão definida no artigo 103 do CPC.
Ante o exposto, suscito o conflito negativo de competência, na forma do artigo 115, inciso II, do CPC c.c. 201 do Regimento Interno desta corte.
Encaminhem-se os autos à Exma. Sra. Presidente desta Corte para as providências cabíveis.
Publique-se.
São Paulo, 29 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal convocado
Relator

PROC.	:	2007.03.00.018876-5 AG 293905
ORIG.	:	200561050129301 7 Vr CAMPINAS/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	FELIPE TOJEIRO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	A EXECUTIVA PRESTACAO DE SERVICOS DE AMERICANA LTDA
ADV	:	LUIZ ALBERTO LAZINHO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 7 VARA DE CAMPINAS - 5ª SSJ - SP
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. FERREIRA DA ROCHA / QUINTA TURMA

Agravo de instrumento interposto contra decisão que recebeu o apelo do INSS somente em seu efeito devolutivo, em mandado de segurança ajuizado para assegurar à impetrante o direito de processar recurso no âmbito administrativo, sem a obrigatoriedade de depositar previamente 30% do valor do débito. Sustenta a recorrente a possibilidade de sofrer dano irreparável, na medida em que não houve garantia do débito, bem como a probabilidade de sucesso do recurso, considerada a jurisprudência.
Inegável o cabimento do agravo na forma de instrumento, uma vez que atende à hipótese legal objetiva descrita no inciso II do artigo 527 do CPC, com a redação da Lei nº 11.187/05, de 18 de outubro de 2005.
Não se configura, todavia, a relevância da fundamentação. O STF, em recente decisão, proferida em 22/02/2007, no âmbito de ação cautelar (AC nº1566), de relatoria do Ministro Celso de Mello, deferiu liminar para que a empresa recorrente possa interpor recurso administrativo contra procedimento que visa a constituição de crédito tributário, sem a obrigação de realizar depósito prévio. Ademais, a jurisprudência da 5ª Turma desta corte é majoritariamente desfavorável à tese do recorrente, de forma que a alegada probabilidade de sucesso do apelo não prospera.
Ante o exposto, indefiro o efeito suspensivo requerido.
Comunique-se ao Juízo originário.
Intime-se o agravado para oferecer contraminuta.
Publique-se.
São Paulo, 26 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal convocado
Relator

PROC.	:	2007.03.00.018880-7 AG 293909
ORIG.	:	200761050000969 8 Vr CAMPINAS/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	VINICIUS CAMATA CANDELLO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	METALURGICA NOVA AMERICANA LTDA
ADV	:	ADELMO DA SILVA EMERENCIANO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 8 VARA DE CAMPINAS - 5ª SSJ - SP
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. MARCO FALAVINHA / QUINTA TURMA

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que, em sede de mandado de segurança, deferiu medida liminar, que tinha por finalidade o protocolo de recurso administrativo sem necessidade do depósito de 30%, com redação dada pelo art. 10, da Lei 9.639/98, e posteriormente pela Lei 10.684/03.
Sustenta a agravante merecer reforma a decisão agravada, face a ausência de respaldo legal, em razão da constitucionalidade e legalidade da exigência do depósito prévio, de sorte que requer a concessão de efeito suspensivo ao recurso interposto.
Decido.
Tenho reiteradamente decidido que, condicionar a interposição de recurso administrativo ao depósito prévio da exigência fiscal devida em decorrência de auto de infração afronta expressamente a amplitude da defesa, princípio garantido constitucionalmente.
E não poderia ser diferente. Com efeito, a Constituição Federal em seu artigo 5º, LV, estabelece que:
"Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes."
Portanto, forçoso é concluir que a Constituição Federal garante à parte o direito à ampla defesa, com o intuito de se afastar decisões únicas e irrecorríveis.
Ora, a ampla defesa é a chave mestra do princípio do contraditório e deve ser assegurada quer seja na esfera administrativa, quer seja na esfera judicial.
E assim é, justamente, para restar garantida a igualdade entre aqueles que necessitam se socorrer, quer das vias administrativas, quer das vias judiciais, para defesa de seus direitos, pois, se não fosse desta forma, somente poderiam discutir em juízo ou administrativamente aqueles que tivessem condições de efetuar o depósito. Os demais teriam obstruído seu acesso à justiça.
Outrossim, a Constituição Federal não estabeleceu nenhum empecilho à análise de recurso administrativo, quer em Primeira, quer em Segunda Instância, não cabendo ao legislador infra-constitucional fazê-lo.
De modo que, no processo administrativo, os jurisdicionados devem ter garantido todos os princípios constitucionais atinentes à espécie, ou seja, os princípios do contraditório, ampla defesa, direito de petição, com todos os meios e recursos a estes inerentes. E a exigência de tal depósito imposta indevidamente ao contribuinte resulta em criar entraves ao pleno exercício do direito constitucional do contribuinte ao devido processo legal.
Ademais, não é outro o entendimento jurisprudencial, conforme julgados abaixo citados:
"CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. DEPÓSITO PRÉVIO. CONDIÇÃO PARA RECORRER. INADMISSIBILIDADE.
I -Ao processo administrativo aplicam-se os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerente (art. 5º, LV).
II -Não foram recepcionadas pela ordem constitucional vigente as regras infra legais condicionadoras do direito do administrado de obter a revisão de decisões administrativas sancionadas.
III -A exigência do depósito prévio do valor da multa, como condição para recorrer administrativamente, afronta o direito de petição aos poderes públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder (art. 5, XXXIV, "a", CF/88).
IV -Recurso de ofício improvido."
(TRF - 3ª, REO nº 92.03.076417, Rel. Juiz Aricê Amaral, 2ª Turma, DJ 05.02.97, pág. 5172)
"ADMINSTRATIVO. CONSTITUCIONAL. MULTA. RECURSO ADMINISTRATIVO. EXIGÊNCIA DE GARANTIA. DESCABIMENTO. ART. 5º, IV, CF 88.
- A exigência de prévio depósito do valor da multa como condição para interpor recurso administrativo contra a sanção imposta fere os princípios constitucionais que asseguram o direito de petição (CF, art. 5º, LV).
- Precedentes deste Tribunal.

- Apelação e remessa oficial desprovidas."
(TRF - 1ª, AMS nº 93.01.035017, Rel. Juiz Vicente Leal, 3ª Turma, DJ 017.04.95, pág. 21563)
Vou mais além.
Na verdade, a jurisprudência do Colendo Supremo Tribunal Federal é dominante neste sentido, principalmente após o julgamento conjunto dos Recursos Extraordinários n.º 388359, 389383, 390513, onde, por maioria, foi dado provimento ao Recurso Extraordinário n.º 388359 e, ao mesmo tempo, negado provimento aos Recursos Extraordinários n.º 389383 e 390513, a fim de declarar, incidenter tantum, a inconstitucionalidade dos parágrafos 1º e 2º, do artigo 126 da Lei 8.213/91, com a redação dada pela Lei n.º 9.639/98, que continham a exigência de depósito recursal, como condição de admissibilidade de recurso interposto perante Conselho de Recursos da Previdência Social.
O artigo 557 do Código de Processo Civil, com a redação dada pela Lei nº 9.756, de 17 de dezembro de 1998, trouxe inovações ao sistema recursal, com a finalidade de permitir maior celeridade à tramitação dos feitos, vindo a autorizar o relator a negar seguimento a recurso em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior.
E esta é a hipótese ocorrente nestes autos, pois o presente agravo está em confronto com a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, devendo ser mantida a r. decisão agravada.
Ante o exposto, nego seguimento ao presente agravo, nos termos do artigo 557, caput, do Código de Processo Civil.
Oportunamente, baixem os autos ao Juízo de origem, observadas as formalidades legais. Publique-se.
São Paulo, 30 de março de 2007.
JUIZ FEDERAL CONVOCADO MARCO FALAVINHA
RELATOR

PROC.	:	2007.03.00.020561-1 AG 294364
ORIG.	:	0600021532 A Vr OLIMPIA/SP 0600115823 A Vr OLIMPIA/SP
AGRTE	:	J W ENSINO INTEGRADO DE OLIMPIA S/C LTDA
ADV	:	MÁRCIO AUGUSTO MATIAS PERRONI
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	PAULO FERNANDO BISELLI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PARTE R	:	JOSE FRANCISCO LE e outros
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DO SAF DE OLIMPIA SP
RELATOR	:	DES.FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW / QUINTA TURMA

D E C I S Ã O
Trata-se de pedido de efeito suspensivo em agravo de instrumento interposto por J W Ensino Integrado de Olímpia S. C. Ltda. contra a respeitável decisão de fls. 55/56, que, em medida cautelar incidental, indeferiu pedido de liminar para que o agravado se abstenha de incluir seu nome nos órgãos de proteção ao crédito.
Decido.
As custas deste recurso, concernentes ao preparo e ao porte de remessa e retorno, foram recolhidas em desacordo com a Lei n. 9.289/96 e a Resolução n. 169/00, deste Tribunal, pois a agravante recolheu as custas e o porte de remessa e retorno no Banco Nossa Caixa S. A. (cfr. fls. 60/61). Impõe-se, portanto, negar seguimento ao recurso. Nesse sentido:
"EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO JULGADO DESERTO. RECOLHIMENTO DO PREPARO EFETUADO EM AGÊNCIA BANCÁRIA DIVERSA DA CEF. ARTIGO 2º DA LEI 9.289/96 C.C. ARTIGO 3º DA RESOLUÇÃO N. 169/00 DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TRF DA 3ª REGIÃO.
- O recolhimento de custas devidas à União, no âmbito da Justiça Federal, é regido pela Lei n. 9289/96 c/c o artigo 3º, da Resolução n. 169, de 04.05.00, do Conselho de Administração do TRF da 3ª Região, ou seja, o recolhimento das custas deve ser feito, por meio de documento de arrecadação das receitas federais (DARF), na Caixa Econômica Federal ou, na falta desta, em outro banco oficial.
- Cabe considerar três situações distintas relacionadas ao preparo. A inexistência deste, no ato de interposição recursal, implica deserção e preclusão consumativa. Não se confunde com a insuficiência, prevista no § 2º acrescido ao artigo 511 do CPC pela Lei n. 9756/98, que permite o complemento das custas no prazo de 5 dias, antes de apenar o recorrente. Por fim, a terceira situação, que é a do pagamento do preparo efetuado em instituição bancária diversa da CEF, mesmo havendo agência desta no local, que implica, também, deserção e preclusão consumativa. Ressalte-se que é indiferente para a Justiça Federal o modo do recolhimento do preparo, ou seja, se feito pessoalmente pelo recorrente, por meio de terceiros ou de forma virtual, pela internet. O que importe é a observância das normas que regulamentam seu procedimento, ou seja, o correto recolhimento das custas (valor, guia e estabelecimento bancário) e sua comprovação no momento da interposição do recurso.
(...)
- Recurso não provido."
(TRF da 3ª Região, 5ª Turma, Ag n. 2001.03.00.029689-4-SP, Rel. Des. Fed. André Nabarrete, unânime, j. 12.09.05)
Ante o exposto, NEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento, com fundamento no art. 527, I, c. c. o art. 557 do Código de Processo Civil.
Comunique-se a decisão ao Juízo de primeiro grau.
Decorrido o prazo legal, remetam-se os autos à Vara de origem, observando-se as formalidades legais.
Publique-se.
São Paulo, 22 de março de 2007.
André Nekatschalow
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2007.03.00.020844-2 AG 294489
ORIG.	:	0500001970 A Vr DIADEMA/SP
AGRTE	:	PRODUTOS ELSIE CLAIRE LTDA
ADV	:	CLAUDIA RUFATO MILANEZ
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MIGUEL HORVATH JUNIOR
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DO SAF DE DIADEMA SP
RELATOR	:	DES.FED. ANDRE NABARRETE / QUINTA TURMA

O agravo está deficientemente instruído. As cópias das peças apresentadas com a inicial não estão autenticadas, em frontal desobediência ao artigo 365, inciso III, do CPC e à Resolução nº 54/96 desta corte.
Cediço que, com a modificação dada pela Lei nº 9.139, de 30.11.95, cabe ao agravante instruir a petição tanto com as peças obrigatórias elencadas no artigo 525, inciso I, do Código de Processo Civil, como com as necessárias ao exato conhecimento das questões discutidas. Da interpretação sistemática do dispositivo, exsurge a necessária autenticação das cópias, seja por meio de cartório, seja por ato de funcionário público. Por outro lado, a parte final do § 1º do artigo 544 do CPC, com a redação dada pela Lei nº 10.352/2001, facultou ao advogado do agravante responsabilizar-se pela exata correspondência entre cópia e original. Cabe ressaltar ainda que a Lei 11.382, de 06 de dezembro de 2006, ao incluir o inciso IV ao artigo 365 do CPC, o qual possibilita o causídico declarar autênticas as cópias do agravo de instrumento, sob sua responsabilidade pessoal, acabou por legitimar de vez o que já era entendimento desta 5ª Turma. Portanto, é imprescindível tal declaração, o que também não se verifica.
Outrossim, é inadmitido proceder à autenticação ou à declaração extemporaneamente, haja vista a necessidade de fazê-lo quando da interposição do recurso, sob pena de se operar a preclusão consumativa. A correta formação do instrumento do agravo é logicamente anterior à sua apresentação ao tribunal, conforme precedentes do STJ (agravo regimental no agravo de instrumento - 398382/SP; 6ª Turma; J.: 27/11/2001; DJ 25/02/2002, p. 484; Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO; AgRegAG 295503/SP; 1ª Turma; J.: 10/10/2000; DJ 18/12/2000, p. 169; Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO) e desta corte (AG 200303000372972/SP; 4ª Turma; J.: 24/03/2004; DJU 31/08/2004, p. 431; Rel. Des. Fed. ALDA BASTO; AG 200403000158735/SP; 5ª Turma; J.: 06/09/2004; DJU 01/10/2004, p. 591; Rel. Des. Fed. RAMZA TARTUCE).
Além disso, ante a inexistência da cópia da procuração outorgada à patrona Cláudia Rufato Milanez, signatária da peça inicial, não ficou comprovado que a advogada é de fato procuradora da empresa agravante (artigo 525, inciso I, do CPC). O substabelecimento de fl. 21, subscrito pela patrona, não a substitui.
Ante o exposto, nego seguimento ao recurso, nos termos do artigo 557, caput, do CPC, c.c. o artigo 33, inciso XIII, do Regimento Interno desta corte.
Comunique-se ao juízo a quo.
Oportunamente, baixem-se os autos à origem, observadas as cautelas legais.
Publique-se.
São Paulo, 19 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado Relator

PROC.	:	2007.03.00.020934-3 AG 294500
ORIG.	:	200061190230930 3 Vr GUARULHOS/SP 9500007456 A Vr GUARULHOS/SP
AGRTE	:	PAULO SAVERIO SOLIMENE
ADV	:	MILTON GALDINO RAMOS
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PARTE R	:	ENGECOR MPA IND/ E COM/ DE ANTICORROSIVOS LTDA
ADV	:	ANTONIO RESENDE COSTA
PARTE R	:	MICHEL EMMANOEL ANARGYROU
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE GUARULHOS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. RAMZA TARTUCE / QUINTA TURMA

D E S P A C H O
O presente recurso não reúne as condições de prosperar, eis que o agravante não o instruíram adequadamente, juntando peças sem a necessária autenticação em desacordo com o que dispõem o artigo 384 do Código de Processo Civil e a Resolução nº 54/96 deste E. Tribunal.
A propósito, aliás, já decidiu o E. Supremo Tribunal Federal que:
"As fotocópias anexadas à minuta do agravo de instrumento hão de estar autenticadas - art. 544, § 1º, combinado com o art. 384, ambos do CPC" (STF - 2ª Turma, AI 172.559-2 - SC - Ag Rg, rel. Min. Marco Aurélio, j. 26.09.95, negaram provimento, v.u., DJU 3.11.95, p. 37.258, 1ª col., em.).
Lembro, por oportuno, que a alteração do Código de Processo Civil, introduzida pela Lei 10.352/91, permite a juntada de peças independentemente de autenticação, desde que o Advogado da parte declare sua autenticidade, nos termos do art. 544, § 1º, do Código de Processo Civil, o que não ocorreu.
Destarte, nego seguimento ao recurso, nos termos do art. 557, do Código de Processo Civil, com redação dada pela Lei 9.756/98.
Decorrido o prazo recursal, remetam-se estes autos à Vara de origem, para apensamento aos autos respectivos.
Int.
São Paulo, 27 de março de 2007
Desembargadora Federal RAMZA TARTUCE Relatora

PROC.	:	2007.03.00.021120-9 AG 294684
ORIG.	:	200761090009911 1 Vr PIRACICABA/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SELMA DE CASTRO GOMES PEREIRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	TATU PRE MOLDADOS LTDA
ADV	:	ALLAN WAKI DE OLIVEIRA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE PIRACICABA SP
RELATOR	:	DES.FED. ANDRE NABARRETE / QUINTA TURMA

Agravo de instrumento interposto contra decisão que, em mandado de segurança, deferiu liminar para assegurar à impetrante o direito de processar recurso no âmbito administrativo, sem a obrigatoriedade de depositar previamente 30% do valor do débito. A autarquia requer a concessão de efeito suspensivo e sustenta, em síntese, a legalidade da exigência.
Recentemente, a Lei nº 11.187/05, de 18 de outubro de 2005, que passou a vigorar em 19/01/2006, determina que os agravos somente serão julgados no momento da apelação, salvo em casos de risco de lesão grave ou de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento.
No caso concreto, o agravo foi interposto em 09/03/2007 e não apresenta qualquer risco de lesão grave ou de difícil reparação que justifique sua apreciação, porquanto o conhecimento do recurso no âmbito administrativo sem o depósito prévio não traz nenhum prejuízo à agravante, que poderá executar a exação integralmente, caso, a final, se conclua por sua exigibilidade.
Não bastasse, não se configura a relevância da fundamentação. O STF, em recentes decisões, modificou sua orientação e, no julgamento dos Recursos Extraoridinários n.ºs 388359, 390513 e 38383, declarou a inconstitucionalidade dos parágrafos primeiro e segundo do artigo 126 da Lei n.º 8.213/91, com a redação da Lei n.º 9.639/98, de forma que restou reconhecido o direito de a empresa possa interpor recurso administrativo contra procedimento que visa a constituição de crédito tributário, sem a obrigação de realizar depósito prévio.
Ante o exposto, à vista de contrariar a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, NEGO SEGUIMENTO AO RECURSO, com fulcro no artigo 557, caput, do CPC.
Remetam-se os autos à instância de origem.
Publique-se.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal convocado
Relator

PROC.	:	2007.03.00.021190-8 AG 294733
ORIG.	:	200761140007692 2 Vr SAO BERNARDO DO CAMPO/SP
AGRTE	:	MARIA CELIA MENDES DEL PRETE
ADV	:	ANTONIO LUIZ TOZATTO
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE S B DO CAMPO SP
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. FERREIRA DA ROCHA/QUINTA TURMA

Agravo de instrumento interposto pela autora, servidora do INSS, por meio do qual busca a reforma da decisão que negou o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, no sentido de restabelecer a licença médica para tratamento de saúde. Aduz que desempenhava normalmente suas funções, quando foi acometida de grave doença, "in casu", câncer da mama direita, o que a levou a fazer diversas cirurgias e tratamento medicamentoso por prazo indeterminado, além de quimioterapia e radioterapia. Ressalta que estava afastada do trabalho desde 2003 e, ao passar por perícia do INSS em 18.02.2007, foi atestado que não existia incapacidade e encontrava-se apta a reassumir o seu cargo. Sustenta que não se encontra em plenas condições de voltar ao trabalho, inclusive em decorrência de problemas psicológicos, o que a levou a requerer a aposentadoria por invalidez.
Recentemente, a Lei nº 11.187/05, de 18 de outubro de 2005, que passou a vigorar em 19 de janeiro de 2006, determina que os agravos somente serão julgados no momento da apelação, salvo em casos de risco de lesão grave ou de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento. No caso concreto, há risco de lesão grave ou de difícil reparação que justifique a análise do recurso na forma de instrumento, considerado que está obrigada ao retorno laboral sem que estivesse plenamente claro ter condições de fazê-lo, com prejuízos à sua saúde física e mental.
Indiscutível a gravidade da doença adquirida pela agravante e seus efeitos deletérios. É certo que se encontra em tratamento e afastada do trabalho desde outubro de 2003, ou seja, há quase quatro anos. A documentação acostada é robusta em confirmar tais fatos.
O relatório médico de fl.20, datado de 13.12.06, expedido pelo Hospital do Câncer, de inegável credibilidade, atesta que a recorrente tinha limitação funcional do membro superior direito. No relatório de fl.21, de 01.12.06, afirma que se encontrava com humor deprimido e sem condições laborativas. Verifica-se que tais documentos foram confeccionados pouco mais de um mês antes do laudo de fl.19, que reconheceu a sua capacidade. Como se vê, há discrepância de pareceres elaborados quase que concomitantemente. O correto seria uma nova perícia, de preferência realizada por junta médica, capaz de elaborar perícia definitiva, o que já foi determinado pela juíza "a quo" a cargo do IMESC, trabalhos que certamente não serão realizados rapidamente. Nesse ín-

terim, enquanto perduram dúvidas, há que se decidir em favor da enferma.
Ante o exposto, defiro o efeito suspensivo requerido para conceder à agravante a continuidade da licença médica que gozava até parecer da perícia determinada pelo juízo de primeira instância.
Comunique-se ao juiz da causa.
Intime-se o agravado para resposta, nos termos e prazo legais.
Publique-se.
São Paulo, 21 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado Relator

PROC.	:	2007.03.00.021478-8 AG 294776
ORIG.	:	200161000184402 4 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	MARITIMA SAUDE SEGUROS S/A
ADV	:	LUIZ EDUARDO DE CASTILHO GIROTTO
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	PAULO ROBERTO GOMES DE ARAUJO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW / QUINTA TURMA

D E C I S Ã O
Trata-se de pedido de antecipação da tutela recursal em agravo de instrumento interposto por Marítima Saúde Seguros S/A contra a respeitável decisão de fl. 102, que recebeu a apelação interposta contra sentença denegatória da segurança apenas no efeito devolutivo e não apreciou o pedido de antecipação dos efeitos da tutela deduzido em apelação, sob o fundamento de dever este ser dirigido ao juízo ad quem.
Alega-se, em síntese, a ilegalidade e inconstitucionalidade do art. 22, § 1º, da Lei n. 8.212/91, bem como do art. 2º da Lei Complementar n. 84/96, relativas à contribuição adicional de 2,5% (dois e meio por cento) (fls. 2/25).
Decido.
Mandado de segurança. Sentença denegatória. Apelação. Efeitos. É possível atribuir efeito suspensivo, em caráter excepcional, à apelação interposta contra sentença denegatória da segurança, desde que presentes os pressupostos da relevância da fundamentação e do perigo de dano irreparável ou de difícil reparação. Nesse sentido, confira-se o seguinte precedente do Egrégio Superior Tribunal de Justiça:
"EMENTA: RECURSO ESPECIAL - MANDADO DE SEGURANÇA - SENTENÇA DENEGATÓRIA - RECURSO DE APELAÇÃO - EFEITO APENAS DEVOLUTIVO - ALEGADA VIOLAÇÃO DO ARTIGO 12 DA LEI N. 1.533/51 - PRECEDENTES.
Remansosa a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça no sentido de que, em sede de mandado de segurança, o recurso de apelação contra sentença denegatória possui apenas efeito devolutivo, não possuindo eficácia suspensiva, tendo em vista a auto-executoriedade da decisão proferida no writ.
'Só em casos excepcionais de flagrante ilegalidade ou abusividade, ou de dano irreparável ou de difícil reparação, é possível sustarem-se os efeitos da medida atacada no mandamus até o julgamento da apelação' (ROMS 351/SP, Rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro, DJ 14.11.94).
3. Recurso especial provido."
(STJ, 2ª Turma, REsp n. 332.654-DF, Rel. Min. Franciulli Netto, j. 21.09.04, DJ 21.02.05, p. 120)
Do caso dos autos. Sem embargo dos argumentos da recorrente, o fato é que a Constituição da República autoriza a incidência de contribuição social sobre os valores pagos ou creditados a qualquer título em virtude do trabalho (CR, art. 195, I, a). Também nesse sentido é o entendimento da 1ª Seção deste Tribunal que decidiu pela exigibilidade da contribuição adicional de 2,5% (dois e meio por cento) sobre a base de cálculo definida nos incisos I e III do artigo 22 da Lei n. 8.212/91 (TRF da 3ª Região, 1ª Seção, EmbInfr na AC n. 97.03.088060-6, Rel. Des. Fed. Ramza Tartuce, maioria, j. 05.12.01, DJU 31.05.04, p. 284).
Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de antecipação da tutela recursal.
Requisitem-se informações.
Intime-se a parte contrária para resposta.
Publique-se.
Dê-se vista ao Ministério Público Federal.
São Paulo, 26 de março de 2007.
André Nekatschalow
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2007.03.00.021548-3 AG 294799
ORIG.	:	200761050000921 6 Vr CAMPINAS/SP
AGRTE	:	RIGOR ALIMENTOS LTDA
ADV	:	FERNANDO BRANDAO WHITAKER
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 6 VARA DE CAMPINAS-5ª SSJ - SP
RELATOR	:	JUIZ FED.CONV. FERREIRA DA ROCHA/ QUINTA TURMA

O agravo está deficientemente instruído. As cópias das peças apresentadas com a inicial não estão autenticadas, em frontal desobediência ao artigo 365, inciso III, do CPC e à Resolução nº 54/96 desta corte.
Cediço que, com a modificação dada pela Lei nº 9.139, de 30.11.95, cabe ao agravante instruir a petição tanto com as peças obrigatórias elencadas no artigo 525, inciso I, do Código de Processo Civil, como com as necessárias ao exato conhecimento das questões discutidas. Da interpretação sistemática do dispositivo, exsurge a necessária autenticação das cópias, seja por meio de cartório, seja por ato de funcionário público. Por outro lado, a parte final do § 1º do artigo 544 do CPC, com a redação dada pela Lei nº 10.352/2001, facultou ao advogado do agravante responsabilizar-se pela exata correspondência entre cópia e original. Cabe ressaltar ainda que a Lei 11.382, de 06 de dezembro de 2006, ao incluir o inciso IV ao artigo 365 do CPC, o qual possibilita o causídico declarar autênticas as cópias do agravo de instrumento, sob sua responsabilidade pessoal, acabou por legitimar de vez o que já era entendimento desta 5ª Turma. Portanto, é imprescindível tal declaração, o que também não se verifica.
Outrossim, é inadmitido proceder à autenticação ou à declaração extemporaneamente, haja vista a necessidade de fazê-lo quando da interposição do recurso, sob pena de se operar a preclusão consumativa.
A correta formação do instrumento do agravo é logicamente anterior à sua apresentação ao tribunal, conforme precedentes do STJ (agravo regimental no agravo de instrumento - 398382/SP; 6ª Turma; J.: 27/11/2001; DJ 25/02/2002, p. 484; Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO; AgRegAG 295503/SP; 1ª Turma; J.: 10/10/2000; DJ 18/12/2000, p. 169; Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO) e desta corte (AG 200303000372972/SP; 4ª Turma; J.: 24/03/2004; DJU 31/08/2004, p. 431; Rel. Des. Fed. ALDA BASTO; AG 200403000158735/SP; 5ª Turma; J.: 06/09/2004; DJU 01/10/2004, p. 591; Rel. Des. Fed. RAMZA TARTUCE).
Ante o exposto, nego seguimento ao recurso, nos termos do artigo 557, caput, do CPC, c.c. o artigo 33, inciso XIII, do Regimento Interno desta corte.
Comunique-se ao juízo a quo.
Oportunamente, baixem-se os autos à origem, observadas as cautelas legais.
Publique-se.
São Paulo, 23 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2007.03.00.021696-7 AG 294896
ORIG.	:	200661070111100 1 Vr ARACATUBA/SP
AGRTE	:	BERTIN LTDA
ADV	:	FERNANDO DANTAS CASILLO GONCALVES
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	EDNA MARIA BARBOSA SANTOS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE ARACATUBA SecJud SP
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. MARCO FALAVINHA / QUINTA TURMA

Vistos.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto em face da r. decisão que, em sede de mandado de segurança, impetrado com a finalidade do protocolo de recurso administrativo sem necessidade do depósito de 30%, previsto no artigo 10 da Lei nº 9.639/98, e julgado improcedente, recebeu o recurso de apelação interposto apenas no efeito devolutivo.
A agravante aduz, em breve síntese, que a r. decisão deve ser reformada, em face da inconstitucionalidade do depósito exigido, segundo recente orientação do Colendo Supremo Tribunal Federal, bem como, em virtude da possibilidade de atribuição de suspensividade a recurso recebido apenas no efeito devolutivo, já que o Código de Processo Civil e a Constituição Federal garantem ao magistrado a utilização do poder geral de cautela nas situações em que há iminência de dano irreparável e de difícil reparação, razão pela qual requer a concessão de tutela antecipada ao presente recurso.
Decido.
As alterações procedidas no Código de Processo Civil, especialmente aquelas que emprestam maior efetividade às decisões judiciais, levam a que os instrumentos processuais postos à disposição das partes devam ser analisados sob esse novo prisma.
Assim, já não é mais possível realizar o raciocínio de que tendo sido concedido mandamus, não mais poderia o relator, no Tribunal, cassar esse provimento jurisdicional, ao analisar os efeitos do recurso de apelação interposto.
É que, nos termos do parágrafo único do artigo 558 do Código de Processo Civil, pode o relator a requerimento do recorrente, em casos dos quais possa resultar lesão grave e de difícil reparação, sendo relevante a fundamentação, suspender o cumprimento da decisão ou mesmo conferir o provimento jurisdicional assecuratório do direito pleiteado até que venha a ocorrer o pronunciamento definitivo da turma ou câmara.
Em suma, com o novo regime do agravo, aplicável também à apelação, por força do mencionado parágrafo único do art. 558 do Código de Processo Civil, tornou-se possível a atribuição de efeito suspensivo a recurso que não o tenha, vale dizer, cabível é o agravo de instrumento para suspender a executoriedade de sentença, cujo recurso cabível seja desprovido de efeito suspensivo.
De tal sorte que a suspensividade tem o condão de impedir a produção de efeitos, de obstar a eficácia da decisão recorrida, desde que relevante o fundamento e, ainda, se da decisão proferida decorrerem prejuízos de difícil reparabilidade.
No mesmo sentido, já decidiu esta Egrégia Corte, em aresto que passo a transcrever:
"MEDIDA CAUTELAR - ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO DE APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANçA - POSSIBILIDADE - AGRAVO REGIMENTAL.
I - Agravo Regimental prejudicado ante o julgamento da medida cautelar.
II - Viável a utilização do Agravo de Instrumento bem como da Medida Cautelar para a obtenção do efeito suspensivo no recurso de apelação.
III - "In casu", afigura-se uma situação excepcional, em que é cabível a atribuição de efeito suspensivo a recurso que não o tem, a fim de que o provimento final, a ser proferido neste Tribunal, não se torne inócuo.
IV - Presentes o "fumus boni iuris" e o "periculum in mora".
V - Medida Cautelar julgada procedente."
(TRF - 3ª Região, Proc nº 2001.03.00.011131-6, Desembargadora Federal Cecília Marcondes, DJU 10/04/2002, pg 312)."
E no presente caso há relevância dos fundamentos invocados.
Pois tenho reiteradamente decidido que, condicionar a interposição de recurso administrativo ao depósito prévio da exigência fiscal devida em decorrência de auto de infração afronta expressamente a amplitude da defesa, princípio garantido constitucionalmente.
Isto porque a Constituição Federal em seu artigo 5º, LV, estabelece que:
"Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes."
De sorte que é forçoso concluir que a Constituição Federal garante à parte o direito à ampla defesa, com o intuito de se afastar decisões únicas e irrecorríveis.
Ora, a ampla defesa é a chave mestra do princípio do contraditório e deve ser assegurada quer seja na esfera administrativa, quer seja na esfera judicial.
Assim o é, justamente, para restar garantida a igualdade entre aqueles que necessitam se socorrer, quer das vias administrativas, quer das vias judiciais, para defesa de seus direitos, pois, se não fosse desta forma, somente poderiam discutir em juízo ou administrativamente aqueles que tivessem condições de efetuar o depósito. Os demais, teriam obstruído seu acesso à justiça.
Outrossim, a Constituição Federal não estabeleceu nenhum empecilho à análise de recurso administrativo, quer em Primeira, quer em Segunda Instância, não cabendo ao legislador infra-constitucional fazê-lo.
De modo que, no processo administrativo, os jurisdicionados devem ter garantido todos os princípios constitucionais atinentes à espécie, ou seja, os princípios do contraditório, ampla defesa, direito de petição, com todos os meios e recursos a estes inerentes. E a exigência de tal depósito imposta indevidamente ao contribuinte resulta em criar entraves ao pleno exercício do direito constitucional do contribuinte ao devido processo legal.
Ademais, não é outro o entendimento jurisprudencial, conforme julgados abaixo citados:
"CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. DEPÓSITO PRÉVIO. CONDIÇÃO PARA RECORRER. INADMISSIBILIDADE.
Ao processo administrativo aplicam-se os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerente (art. 5º, LV).
Não foram recepcionadas pela ordem constitucional vigente as regras infra legais condicionadoras do direito do adminstrado de obter a revisão de decisões administrativas sancionadas.
A exigência do depósito prévio do valor da multa, como condição para recorrer administrativamente, afronta o direito de petição aos poderes públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder (art. 5, XXXIV, "a", CF/88).
Recurso de ofício improvido.
(TRF - 3ª, REO nº 92.03.076417, Rel. Juiz Aricê Amaral, 2ª Turma, DJ 05.02.97, pág. 5172)
ADMINSTRATIVO. CONSTITUCIONAL. MULTA. RECURSO ADMINISTRATIVO. EXIGÊNCIA DE GARANTIA. DESCABIMENTO. ART. 5º, IV, CF 88.
- A exigência de prévio depósito do valor da multa como condição para interpor recurso administrativo contra a sanção imposta fere os princípios constitucionais que asseguram o direito de petição (CF, art. 5º, LV).
- Precedentes deste Tribunal.
- Apelação e remessa oficial desprovidas.
(TRF - 1ª, AMS nº 93.01.035017, Rel. Juiz Vicente Leal, 3ª Turma, DJ 017.04.95, pág. 21563)."
Vou mais além.
Na verdade, a jurisprudência do Colendo Supremo Tribunal Federal é dominante neste sentido, principalmente após o julgamento conjunto dos Recursos Extraordinários n.º 388359, 389383, 390513, onde, por maioria, foi dado provimento ao Recurso Extraordinário n.º 388359 e, ao mesmo tempo, negado provimento aos Recursos Extraordinários n.º 389383 e 390513, a fim de declarar, incidenter tantum, a inconstitucionaldiade dos parágrafos 1º e 2º, do artigo 126 da Lei 8.213/91, com a redação dada pela Lei n.º 9.639/98, que continham a exigência de depósito recursal, como condição de admissibilidade de recurso interposto perante Conselho de Recursos da Previdência Social.
De tal forma que, com as inovações trazidas ao sistema recursal, a fim de permitir maior celeridade à tramitação dos feitos, dou provimento ao presente recurso, por manifesto confronto com jurisprudência dominante de Tribunal Superior, nos temos do artigo 557, §1º-A do Código de Processo Civil.
Ante o exposto, dou provimento ao recurso interposto, nos termos do artigo 557, §1º-A do Código de Processo Civil.
Oportunamente, baixem os autos ao Juízo de origem, observadas as formalidades legais. Publique-se.
São Paulo, 30 de março de 2007.
JUIZ FEDERAL CONVOCADO MARCO FALAVINHA
RELATOR

PROC.	:	2007.03.00.021781-9 AG 294922
ORIG.	:	9700002881 A Vr ITAPECERICA DA SERRA/SP 9700060000 A Vr ITAPECERICA DA SERRA/SP
AGRTE	:	GIUSEPPE CELLINO
ADV	:	ALEXANDRE CAFAGNI BORJA
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PARTE R	:	VINIPLAST INSTALACOES INDUSTRIAIS LTDA
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DO SAF DE ITAPECERICA DA SERRA SP
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. MARCO FALAVINHA / QUINTA TURMA

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto em face da r. decisão que, em sede de execução fiscal, determinou o desbloqueio apenas da conta-corrente mantida pelo recorrente no Banco Brasdeco, mantendo, todavia, os descontos realizados em seus numerários depositados junto ao Banco do Brasil.
A agravante aduz, mediante diversos argumentos, que a r. decisão não merece prosperar, razão pela qual requer a concessão de efeito suspensivo ao presente recurso.
Decido.
Inicialmente, defiro os benefícios da justiça gratuita, razão pela qual passo à análise do presente caso.
Compulsando os autos, verifica-se que o ilustre Juízo, a fim de garantir a eficácia do executivo fiscal ajuizado em face do recorrente, autorizou o pedido de bloqueio de seus numerários, junto aos Bancos Bradesco e do Brasil, como se extrai das petições acostadas às fls. 09/10 e 14/16, em assertiva que passo a transcrever:
"1. O requerente foi surpreendido com os bloqueios de suas contas correntes por determinação exarada nos presentes autos, r. despaho de fls. (doc 1)."
Daí, o recorrente pleiteou o desbloqueio das aludidas contas em duas oportunidades, sendo a primeira por meio de petição protocolada em 27 de abril de 2006 (fls. 09/10), cujo requerimento passo a transcrever:
"7. Ante todo o exposto, requer o desbloqueio das referidas contas correntes, informando as referidas instituições bancárias da impenhorabilidade. Bm como da devolução dos valores, que por ventura, foram bloqueados, com a máxima urgência."
E a segunda, valendo-se de petição protocolada em 27 de junho de 2006 (fls. 14/16), cujo pleito também transcrevo:
"9. Ante todo o exposto, requer o desbloqueio das referidas contas correntes, informando as referidas instituições bancárias da impenhorabilidade. Bm como da devolução dos valores, que por ventura, foram bloqueados, com a máxima urgência."
Contudo, o requerimento foi deferido em parte pelo ilustre Juízo de primeiro grau, a fim de autorizar o desbloqueio apenas da conta-corrente do recorrente constante do Banco Bradesco, ao fundamento de que "considerando é vedado pelo ordenamento jurídico pátrio o recebimento de mais de uma aposentadoria, nos termos do art. 124, II, da Lei n.º 8.213/91, indefiro o pedido de desbloqueio da conta-corrente mantida pelo requerente junto ao Banco do Brasil." (fls. 22), ensejando o presente recurso.
Pois então, o agravo de instrumento não merece seguimento, diante de sua intempestividade.
Isto porque, na verdade, a agravante pretende, por meio deste agravo, a reforma da decisão que determinou o bloqueio de seus numerários, que não se encontra acostada aos autos, mas cuja existência, pelas assertivas lançadas nas petições de fls. fls. 09/10 e 14/16, somadas à afirmação constante na minuta do presente recurso, no sentido de que "O Instituto Agravado requereu o bloqueiop das contas bancárias do Agravado, a fim de arrecadar a quantia necessária para liquidar o saldo devedor. O que foi prontamente determinado pelo juízo a quo e atendido pela Instituição Bancária em 11 de maio de 2006", resta atestada.
No entanto, ao invés de recorrer desta decisão, apresentou 02 (dois) pedidos de reconsideração, pleiteando o desbloqueio de seus numerários, conforme aludido alhures, não seguindo a disciplina do recurso, uma vez que, na verdade, pretende valer-se da decisão proferida nos pedidos de reconsideração para interpor o presente agravo de instrumento.
Assim configurado, com a nova Lei do agravo, não poderia a agravante ter procedido na forma exposta.
Até a edição da Lei nº 9139/95, de fato, era possível ao recorrente, no prazo legal, pedir a reconsideração de sua decisão, e, em caso contrário, que tomasse a petição como recurso de agravo de instrumento.
Porém, o agravo agora deve ser interposto diretamente no Tribunal, o que torna incabível o pedido de reconsideração, que não interrompe e nem suspende o prazo para interposição do agravo, podendo provocar, como provocou, a perda de prazo.
Dessa forma, verifica-se estar o recurso interposto além do prazo previsto no artigo 522 do Código de Processo Civil, com a redação dada pela Lei nº 9.139, de 30.11.95.
Ante o exposto, nego seguimento ao agravo, baixando-se os autos ao Juízo de origem, oportunamente, para arquivamento.
São Paulo, 30 de março de 2007.
JUIZ FEDERAL CONVOCADO MARCO FALAVINHA - RELATOR

PROC.	:	2007.03.00.025177-3 AG 295237
ORIG.	:	200661050074470 6 Vr CAMPINAS/SP
AGRTE	:	RICARDO MARIANO MARCONDES FERRAZ
ADV	:	CLAUDIO DE ABREU
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	FELIPE TOJEIRO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 6 VARA DE CAMPINAS - 5ª SSJ - SP
RELATOR	:	DES.FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW / QUINTA TURMA

D E C I S Ã O
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Ricardo Mariano Marcondes Ferraz contra a decisão de fl. 21, que, em ação de rito ordinário determinou a complementação do depósito judicial, sob pena de cassação da certidão expedida.
Decido.
Agravo de Instrumento. Peças. Autenticação. Condição de admissibilidade. O art. 525 do Código de Processo Civil, com as alterações promovidas pela Lei n. 9.139/95, transferiu do escrivão, o qual dispunha de 15 (quinze dias) para extração, conferência e concerto do translado, consoante a antiga redação, para as partes, a responsabilidade pela formação do recurso:
"Art. 525. A petição de agravo de instrumento será instruída:
I - obrigatoriamente, com cópias da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado;
II - facultativamente, com outras peças que o agravante entender úteis.
(...)."
A conferência, que atestava a autenticidade da peça indicada para o translado, anteriormente prevista, não consta mais da redação do dispositivo.
No entanto, em consideração às alterações promovidas pela Lei n. 9.139/95 e ao que dispõe o art. 365, III, do Código de Processo Civil, esta Egrégia Corte determinou, na Resolução n. 54, de 15 de abril de 1996, que:
"I - As partes deverão instruir o agravo com cópias autenticadas dos documentos aludidos nos artigos 525 e incisos e 527, inciso III do Código de Processo Civil."
Portanto, nos termos da Resolução n. 54/96 deste Tribunal, a autenticação das peças do agravo de instrumento consiste em condição de admissibilidade do recurso.
Nesse sentido, tem-se pronunciado a Colenda 5ª Turma deste Egrégio Tribunal Regional Federal da 3ª Região:
"EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. AGRAVO. PEÇAS OBRIGATÓRIAS. DECISÃO AGRAVADA. AUTENTICAÇÃO DE PEÇAS. RESOLUÇÃO N.º 54/96 DESTA CORTE. FORMAÇÃO DO INSTRUMENTO NO ATO DE INTERPOSIÇÃO. PRECLUSÃO CONSUMATIVA.
- A exigência de formalidades para interposição do recurso de agravo de instrumento, previstas em lei, não infringe os princípios constitucionais da inafastabilidade do controle jurisdicional, do devido processo legal e do contraditório e ampla defesa (artigo 5.º, incisos XXXV, LIV e LV).
- O rol de peças obrigatórias do artigo 525, inciso I, do Código de Processo Civil contempla aquelas necessárias para a aferição da regularidade formal do recurso.
- Nos termos da Resolução n.º 54/96 deste Tribunal, a autenticação das peças do agravo de instrumento consiste em condição de admissibilidade do recurso.
- O agravo de instrumento foi interposto em 22/08/2001, anteriormente, portanto, à edição da Lei nº 10.352/2001, que alterou o artigo 544 do Estatuto Processual Civil. Não se aplica, pois, ao caso dos autos o estabelecido no § 1º do aludido dispositivo. Ainda que o entendimento fosse no sentido de acolhimento da legislação superveniente, seria necessária a declaração de autenticidade da documentação que instruiu o recurso pelo causídico, o que não se verifica.
- A formação do instrumento do agravo se dá no ato de interposição, pena de preclusão consumativa.
- Agravo desprovido."
(TRF da 3ª Região, Ag n. 2001.03.00.026820-5, Rel. Des. Fed. André Nabarrete, unânime, j. 04.02.03, DJ 13.05.03, p. 227)
"EMENTA: AGRAVO LEGAL. PEDIDO DE REFORMA DE DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO A AGRAVO DE INSTRUMENTO. NECESSIDADE DE AUTENTICAÇÃO DAS PEÇAS TRASLADADAS. IMPROVIMENTO DO RECURSO.
1. Não merece reforma decisão que negou seguimento ao agravo de instrumento, diante da ausência da autenticação das peças trasladadas, a teor do que dispõe o artigo 365, III, do Código de Processo Civil, e Resolução nº 54/96 desta Corte.
2. Agravo que se nega provimento.
3. Aplicabilidade ou não da norma trazida pelo artigo 544, § 1º, do Código de Processo Civil, com redação dada pela Lei nº 10.352/2001, que possibilita a declaração feita pelo próprio advogado acerca da autenticidade das peças, somente teria lugar, se de fato, estivesse a ocorrer no caso em apreço."
(TRF da 3ª Região, Ag n. 2003.03.00.033380-2, Rel. Des. Fed. Suzana Camargo, unânime, j. 06.10.03, DJ 18.11.03, p. 382)
"EMENTA: PROCESSO CIVIL - AGRAVO PREVISTO NO ART. 557, PARÁGRAFO 1º CPC - PEÇAS NÃO AUTENTICADAS - DECISÃO QUE NEGA SEGUIMENTO AO RECURSO - DECISÃO MANTIDA - RECURSO IMPROVIDO.
1. A lei exige que os documentos obrigatórios previstos no artigo 525 do CPC venham autenticados (art. 384 CPC) e, bem assim, a Resolução nº 54/96 deste E. Tribunal, o que a agravante não cuidou de cumprir, a acarretar a decisão agravada, que negou seguimento ao recurso.
2. A recente alteração do CPC, introduzida pela Lei 10.352/01, permite a juntada de documentos independentemente de autenticação, desde que o advogado da parte declare sua autenticidade, nos termos do § 1º do artigo 544 do CPC, o que constitui em mais um fundamento para a exigência acima, vez que fosse desnecessária teria o legislador dispensado a autenticação das peças, sem estabelecer qualquer condição.
3. Na atual sistemática do agravo, introduzido pela Lei 9.139/95, cumpre a parte instruir o recurso adequadamente desde logo, não dispondo o órgão julgador da faculdade ou disponibilidade de determinar a sua regularização.
4. Consoante entendimento consolidado nesta E. Corte de Justiça, em sede de agravo previsto no art. 557 parágrafo 1º do CPC, não deve o órgão colegiado modificar a decisão do relator quando bem fundamentada, e ausentes qualquer ilegalidade ou abuso de poder.
5. À ausência de possibilidade de prejuízo irreparável ou de difícil reparação à parte, é de ser mantida a decisão agravada.
6. Recurso improvido."
(TRF da 3ª Região, Ag n. 2003.03.00.048818-4, Rel. Des. Fed. Ramza Tartuce, unânime, j. 17.11.03, DJ 16.12.03, p. 648)
É admissível a declaração de autenticidade das peças pelo advogado em relação ao agravo de instrumento interposto contra decisão denegatória de recurso extraordinário ou de recurso especial. É o que se extrai da nova redação dada ao § 1º do art. 544 do Código de Processo Civil, pela Lei n. 10.352/01:
"Art. 544. Não admitido o recurso extraordinário ou o recurso especial, caberá agravo de instrumento, no prazo de 10 (dez) dias, para o Supremo Tribunal Federal ou para o Superior Tribunal de Justiça, conforme o caso.
§ 1° O agravo de instrumento será instruído com as peças apresentadas pelas partes, devendo constar obrigatoriamente, sob pena de não conhecimento, cópias do acórdão recorrido, da certidão da respectiva intimação, da petição de interposição do recurso denegado, das contra-razões, da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado. As cópias das peças do processo poderão ser declaradas autênticas pelo próprio advogado, sob sua responsabilidade pessoal (...)."
Do caso dos autos. As peças de fls. 24/115 que instruem o agravo não estão autenticadas, contrariando a Resolução n. 54/96 deste Tribunal.
Ainda que admitida a aplicação do disposto no § 1º do art. 544 do Código de Processo Civil, seria necessária a declaração de autenticidade dos documentos que instruem o presente recurso.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 525, I, 527, I, e 557 do Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO ao recurso.
Comunique-se a decisão ao Juízo de primeiro grau.
Decorrido o prazo legal, remetam-se os autos à Vara de origem, observando-se as formalidades legais.
Publique-se.
São Paulo, 2 de abril de 2007.
André Nekatschalow
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2007.03.00.025587-0 AG 295417
ORIG.	:	200761000010074 15 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	PANTANAL LINHAS AEREAS S/A
ADV	:	MARCIO LUIZ BERTOLDI
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 15 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. MARCO FALAVINHA / QUINTA TURMA

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto em face da r. decisão que, em sede de mandado de segurança, após o deferimento parcial da liminar, apenas a fim de determinar que a autoridade impetrada perpetre a consolidação dos débitos parcelados, indeferiu o pedido de expedição de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, ao argumento de que, além da Medida Provisória n.º 303/06, que autorizou o parcelamento de débitos no âmbito da Receita Federal e do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, utilizar, subsidiariamente, as disposições da Lei n.º 8.212/91, de modo a não permitir o recolhimento de parcela mínima para fins de parcelamento, a recorrente não vem cumprindo regularmente o pagamento das parcelas que se dispôs a adimplir.

A agravante aduz, em breve síntese, que aderiu ao parcelamento fiscal instituído pela Medida Provisória n.º 303/06, tendo se submetido a dois regimes jurídicos distintos por ela autorizados, de tal sorte que se utilizou do quanto estabelecido pelo artigo 1º da aludida Medida Provisória, que asseverou que, antes da consolidação dos débitos por parte do Fisco, a parcela mínima a ser adimplida deve corresponder a R$ 2.000,00 (dois mil reais), tendo cumprido religiosamente o encargo.
E, por outro lado, continua a cumprir o quanto estabelecido pelo outro regime jurídico fixado, agora pelo artigo 8º, já que o dispositivo vale-se das mesmas normas consignadas pelo artigo 1º da aludidia Medida Provisória, ou, mesmo que não seja considerada a subsidiariedade entre as sistemáticas, alega que efetuou recolhimentos mensais que superam os valores devidos apontados pelo Fisco, razão pela qual requer a concessão de efeito suspensivo ao pleito.
Decido.
O parcelamento, como forma de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, deve atender, primeiramente, aos pressupostos estabelecidos pelo Código Tributário Nacional.
Nesse sentido, a ele incide o princípio da reserva de lei, de modo que o Poder Executivo está autorizado a disciplinar o instituto por meio de qualquer ato normativo primário. É o que estabelece o artigo 155-A do Código Tributário Nacional.
Assim o fez, ao editar a Medida Provisória n.º 303/2006 e autorizar o refinanciamento dos débitos oriundos da Secretaria da Receita Federal e do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, cujos vencimentos ocorreram, em regra, até 28 de fevereiro de 2003.
Três foram as sistemáticas erigidas, pelo que os débitos podem ser pagos à vista ou mediante parcelamento em 06 (seis) meses, com reduções substanciais no montante relativo aos juros de mora e multa de mora, nos termos do artigo 9º da Medida Provisória n.º 303/2006.
Parceladamente, em até 130 (cento e trinta) meses, com deduções nos valores referentes à multa de mora, ou, ainda, nos débitos vencidos entre 1º de março de 2003 e 31 de dezembro de 2005, de forma parcelada, até 120 (cento e vinte) meses, sem qualquer menção legal acerca de possíveis reduções, respectivamente, nos moldes dos artigos 1º e 8º da Medida Provisória n.º 303/2006.
Contudo, o direito ao parcelamento não é absoluto, irrestrito, de modo que o contribuinte, para gozar da benesse, deve preencher alguns requisitos, além de que está impedido de incluir determinados débitos no regime jurídico estabelecido pela Medida Provisória n.º 303/2006.
Como regra, não estão sujeitos ao parcelamento os débitos descritos na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 2, de 31 de outubro de 2002, acrescidos, no caso do parcelamento de 130 (cento e trinta) meses, do Imposto Territorial Rural - ITR. É o que dispõe o artigo 2º da Medida Provisória n.º 303/2006.
Neste sentido, as prestações vencerão no último dia útil de cada mês, devendo a primeira ser paga, mediante guia Darf, no próprio mês da formalização do pedido.
De modo que, nos casos em que o contribuinte optar pelo regime jurídico instituído pelo artigo 1º da Medida Provisória n.º 303/2006, o valor de cada prestação deve corresponder, nas hipóteses de opção pelo sistema simplificado de arrecadação, ao montante de R$ 200,00 (duzentos reais), sendo que, para as demais pessoas jurídicas, o valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), até que sejam consolidados os débitos pelo Fisco.
Assim estabelece o artigo 3º, §2º da Medida Provisória n.º 303/2006, em redação que passo a transcrever:
"Art. 3º (...).
§ 2º O valor mínimo de cada prestação, em relação aos débitos consolidados na forma dos incisos do § 1o deste artigo, não poderá ser inferior a:
I - R$ 200,00 (duzentos reais), para optantes pelo SIMPLES; e
II - R$ 2.000,00 (dois mil reais), para as demais pessoas jurídicas."
Neste particular, agiu com acerto o ilustre Presidente da República, eis que seria desarrazoado criar óbice à efetivação do parcelamento do contribuinte, por conta da lentidão com que a administração pratica seus atos.
Até mesmo porque, submeter o contribuinte a tal expediente, seria o mesmo que descumprir a Constitutição Federal, que, dirigente em suas disposições, estabelece como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil, a garantia do desenvolvimento nacional. É o que assevera o artigo 3º, inciso II da Constituição Federal, em redação que passo a transcrever:
"Art. 3º. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
(...).
II - garantir o desenvolvimento nacional;"
Além de que, após Emenda Constitucional n.º 45/2004, é asseguardo ao cidadão a razoável duração do processo administrativo, bem como a celeridade de sua tramitação, de forma que qualquer violação ao seu preceito implica em conduta ilegal e inconstitucional.
O mesmo rumo foi seguido pelo ilustre Chefe do Poder Executivo, ao criar o regime jurídico estabelecido pelo artigo 8º da Medida Provisória n.º 303/2006.
É que, embora nada tenha estabelecido no bojo do ato normativo, utilizou-se, de forma subsidiária, das disposições constantes do artigo 38 da Lei n.º 8.212/91, que cuida do parcelamento convencional, e o dispositivo atribuiu ao regulamento a especificação da matéria, em redação que passo a transcrever:
"Art. 38. As contribuições devidas à Seguridade Social, incluídas ou não em notificação de débito, poderão, após verificadas e confessadas, ser objeto de acordo para pagamento parcelado em até 60 (sessenta) meses, observado o disposto em regulamento."
Dessa forma, o artigo 20, §§ 4º e 5º da Instrução Normativa n.º 13/2006, ao tratar do assunto, consignou que, até a consolidação dos débitos requeridos no parcelamento, o valor da prestação deve corresponder ao exercício aritmético de divisão entre o montante da dívida fiscal e a quantidade de parcelas autorizadas, observado o limite de R$ 200,00 (duzentos reais), em redação que passo a transcrever:
"Art. 20. O parcelamento deverá ser requerido pela pessoa jurídica por meio do preenchimento dos seguintes formulários, disponibilizados na página da Previdência Social na internet, no endereço <www.mps.gov.br>:
(...).
§ 4º Até a disponibilização das informações sobre a consolidação dos débitos objeto de pedido de parcelamento, o devedor fica obrigado a pagar, a cada mês, prestação calculada com base no montante da dívida dividido pela quantidade de parcelas.
§ 5º O valor da prestação de que trata o § 4º não poderá ser inferior a R$ 200,00 (duzentos reais). "
Neste ponto cinge-se a presente celeuma, uma vez que a recorrente alega que aderiu aos parcelamentos previstos nos artigos 1º e 8º da Medida Provisória n.º 303/2006, de forma que vem cumprindo escrupulosamente o determinado pela legislação.
Porque vem efetuando o pagamento de prestações mensais no importe de R$ 2.000,00 (dois mil reais), relativamente aos débitos inseridos no regime jurídico instituído pelo artigo 1º da Medida Provisória n.º 303/2006.
E, com relação ao montante inserido no quanto estabelecido pelo artigo 8º da aludida Medida Provisória, vem realizando pagamentos mensais em importe muito superior ao estabelecido, eis que não houve qualquer manifestação do Fisco até então, sobre a consolidação de seus débitos, de sorte que não motivos para a não expedição de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa.
De fato, com razão a recorrente.
A uma porque, no que tange aos débitos inseridos no sistema de parcelamento previsto no artigo 1º da Medida Provisória n.º 303/2006 (NFLD's, CDF's e LDC's n.º 327366486, 327366494, 555851265, 557161452, 353879894, 353889908, 353879975, 353879983, 353879991, 357334027, 357334035, 357334043, 357334051, 357334060, 357334078, 357334094, 357334108, 357334116, 357334124, 357334086 e 356268888 - fls. 93/94 e 96), a empresa Pantanal Linhas Aéreas S/A vem efetuando pagamentos mensais no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), conforme autorizado pelo artigo 3º, §2º da aldudida Medida Provisória.
Isto porque é o que se extrai das Guias de Arrecadação do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (fls. 140/143), onde consta o recolhimento da quantia em epígrafe, notadamente nas competências dos meses de setembro a dezembro de 2006.
A duas porque, quanto aos débitos cujo regime jurídico corresponde ao artigo 8º da Medida Provisória n.º 303/2006 (NFLD's 356268896, 35628900, 356268918, 356268926 e 356268881), a recorrente vem efetuando recolhimentos mensais, em importe muito superior ao estipulado pelo artigo 20, §§ 4º e 5º da Instrução Normativa n.º 13/2006.
Pois, compulsando o montante aproximado da dívida inserida neste regime, que, com base na planilha acostada às fls. 188/189, aproxima-se de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), dividindo-o pela quantidade de parcelas autorizadas pelo Poder Executivo, qual seja, 120 (cento e vinte) vezes, chegamos ao valor estimado mensal de R$ 1.600,00 (hum mil e seiscentos reais), que são superados pelos mais de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) mensais arrecadados entre as competências de setembro e de dezembro de 2006.
Assim, sob todos os ângulos analisados, não há qualquer óbice a expedição de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa em face da recorrente, Pantanal Linhas Aéreas S/A, ao passo que, até a efetiva consolidação dos débitos pelo Fisco, efetuou, de forma escorreita, os pagamentos referentes às competências de setembro a dezembro de 2006.
Ante o exposto, defiro o pleito de concessão do efeito suspensivo ao agravo interposto, a fim de autorizar a expedição de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa em favor da recorrente, relativamente às competências de setembro a dezembro de 2006 e aos débitos aludidos nesterecurso, até ulterior pronunciamento em definitivo desta Turma.
Intime-se o agravado, nos termos do inciso V, do artigo 527, do Código de Processo Civil.
Após, abra-se vista ao Ministério Público Federal.
Publique-se e comunique-se, ao MM. Juízo a quo sobre o teor da presente decisão.
São Paulo, 23 de março de 2007.
JUIZ FEDERAL CONVOCADO MARCO FALAVINHA
RELATOR

PROC.	:	2007.03.00.025731-3 AG 295451
ORIG.	:	200161260053447 2 Vr SANTO ANDRE/SP
AGRTE	:	AUTO POSTO ITAJUBA LTDA
ADV	:	REINALDO TOLEDO
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CESAR SWARICZ
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE SANTO ANDRÉ>26ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. RAMZA TARTUCE / QUINTA TURMA

D E S P A C H O
Insurge-se a agravante contra decisão que, nos autos do processo da execução fiscal que lhe foi ajuizada pelo Instituto Nacional do Seguro Social, decretou a prisão civil do sócio da empresa, José Augusto Peres, declarado depositário infiel dos bens penhorados.
Alega que, inicialmente, foram penhorados diversos bens, os quais foram avaliados e reavaliados, em cujo auto não consta o sócio acima nomeado como depositário.
Não houve interessado na aquisição de tais bens quando levados a leilão, razão pela qual o exeqüente pediu que a penhora recaísse, então, sobre 30% de seu faturamento, sendo, no entanto, admitida a penhora sobre 10% do faturamento, apenas se outros bens não fossem encontrados.
Foram, então, penhorados 8.955 litros de gasolina, com a nomeação de Carlos Alessandro Prozzo para o encargo de depositário.
Não concordando com a nomeação, o INSS pediu que a responsabilidade pela guarda do combustível penhorado recaísse sobre a pessoa de um dos sócios, sendo, assim, nomeado o sócio José Augusto Peres.
Impugna a validade da nomeação do depositário, dizendo que este apenas após sua assinatura do respectivo auto sem, no entanto, declarar se aceitava, ou não, tal encargo, até porque não desenvolvia qualquer atribuição de gerente da empresa.
Ao receber a intimação para apresentar os bens em Juízo, informou, nos autos, que os mesmos haviam sido removidos, primeiro para um posto de gasolina em São Paulo e, segundo, para outro localizado também em São Paulo, na rua Lavapés, 884, certificando o oficial de justiça que não encontrou o combustível penhorado.
No entanto, afirma, a diligência não foi cumprida com exatidão, tendo em vista que foi realizada na rua Vergueiro, 875, conjunto 94, quando deveria ocorrer na rua Lavapés, onde estava depositado.
Afirma a agravante que não foi intimada da certidão lavrada pelo oficial de justiça, como deveria, enquanto o INSS o foi, resultando, daí, o decreto de prisão administrativa de José Augusto Peres.
Assim, sustenta, não houve regular formalização da penhora, com o depósito físico em favor de José Augusto Peres e não se procedeu à sua intimação acerca do teor da certidão lavrada pelo Oficial de Justiça, decorrendo, daí, a necessidade de revisão do ato judicial, com a revogação do decreto de prisão civil contra o pretenso depositário do bem penhorado.
Pede, assim, a admissibilidade do recurso, e seu processamento com efeito suspensivo.
Juntou os documentos de fls. 06/49 e pagou as custas.
É o breve relatório.
O recurso de agravo pode ser manejado contra decisão que decreta a prisão civil do depositário, tendo em vista a possibilidade de ser processado com efeito suspensivo, nesta sede podendo ser revisto o ato judicial praticado nos termos da Lei Processual Civil.
Quanto ao decreto de prisão civil, observo que o ato impugnado faz expressa referência à circunstância de haver sido diligenciada, por duas vezes, a busca do bem penhorado, em endereços indicados, não se logrando êxito em encontrá-los.
A divergência de endereços constantes nos documentos de fls. 40 e 41 não justifica o argumento expendido pela agravante, que não trouxe a estes autos cópia da informação que diz ter levado ao Juízo da execução acerca do lugar onde o bem penhorado poderia ser encontrado.
No que diz respeito ao auto de penhora cuja cópia se encontra à fl. 27, é verdade que referido documento indica que o encargo de depositário recaiu sobre Carlos Alessandro Prozzo.
A própria agravante, todavia, informa, em sua minuta, que foi pleiteada e deferida a substituição do depositário, com a lavratura da respectiva certidão, documento que, do mesmo modo, não trouxe a estes autos, de modo a permitir um juízo acerca de sua alegada irregularidade.
Apenas a título de observação, anoto que se houve assinatura no respectivo auto, como informa a agravante, houve, implicitamente, aceitação do encargo.
Por fim, observo que, como consta da minuta do recurso, apenas quando instado a exibir o bem penhorado, cuidou o depositário, e a própria agravante, de informar a remoção do bem do endereço onde estava, o que demonstra a intenção inequívoca de dificultar a efetividade da execução.
A relevância da fundamentação, destarte, não se evidencia, razão pela qual, presentes seus pressupostos, admito este recurso mas indefiro o efeito suspensivo.
Cumprido o disposto no art. 526 do Código de Processo Civil, intime-se o agravado para resposta, nos termos do inciso V, do art. 527, do Código de Processo Civil.
Desnecessária a intervenção do Ministério Público Federal à ausência de interesse a justificá-la.
Int.
São Paulo, 30 de março de 2007
Desembargadora Federal RAMZA TARTUCE Relatora

PROC.	:	2007.03.00.029498-0 AG 295982
ORIG.	:	200761140011804 3 Vr SAO BERNARDO DO CAMPO/SP
AGRTE	:	CONSLADEL CONSTRUTORA E LACOS DETETORES E ELETRONICA LTDA
ADV	:	NEY ANTONIO MOREIRA DUARTE
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE S B DO CAMPO SP
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. MARCO FALAVINHA / QUINTA TURMA

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto contra decisão que, em sede de mandado de segurança, indeferiu medida liminar, que tinha por finalidade o protocolo de recurso administrativo sem necessidade do depósito de 30%, com redação dada pelo art. 10, da Lei 9.639/98, e posteriormente pela Lei 10.684/03.
O recurso não merece seguimento, diante de sua intempestividade.

Com efeito, a agravante, por meio deste agravo, pretende reformar a decisão da qual, tomou ciência em 13/03/2007 (fl. 89). No entanto, ao invés de recorrer desta decisão, apresentou pedido de reconsideração (fls. 91/93), não seguindo a disciplina do recurso, e agora, pretende valer-se da decisão proferida no pedido de reconsideração para interpor o presente agravo de instrumento.
Ora, com a nova Lei do agravo, não poderia a agravante ter procedido na forma exposta.
Até a edição da Lei nº 9139/95, de fato, era possível ao recorrente, no prazo legal, pedir a reconsideração de sua decisão, e, em caso contrário, que tomasse a petição como recurso de agravo de instrumento. Porém, o agravo agora deve ser interposto diretamente no Tribunal, o que torna incabível o pedido de reconsideração, que não interrompe e nem suspende o prazo para interposição do agravo, podendo provocar, como provocou, a perda de prazo.
Assim, verifica-se estar o recurso interposto além do prazo previsto no artigo 522 do Código de Processo Civil, pois o prazo para interposição do presente recurso escoou na data de 23.03.2007, sendo que o mesmo apenas foi apresentado em 27.03.2007.
Ante o exposto, nego seguimento ao agravo, baixando-se os autos ao Juízo de origem, oportunamente, para arquivamento.
Intime-se.
São Paulo, 29 de março de 2007.
JUIZ FEDERAL CONVOCADO MARCO FALAVINHA
RELATOR

PROC.	:	2007.03.00.029999-0 AG 296223
ORIG.	:	200761050030299 3 Vr CAMPINAS/SP
AGRTE	:	NATURE S PLUS FARMACEUTICA LTDA
ADV	:	JOSE PAULO DE CASTRO EMSENHUBER
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE CAMPINAS Sec Jud SP
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. MARCO FALAVINHA / QUINTA TURMA

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que, em sede de mandado de segurança, indeferiu medida liminar, que tinha por finalidade o protocolo de recurso administrativo sem necessidade do depósito de 30%, com redação dada pelo art. 10, da Lei 9.639/98, e posteriormente pela Lei 10.684/03, ou alternativamente, o arrolamento de bens em substituição ao depósito.
A agravante aduz, em breve síntese, que a r. decisão deve ser reformada, em face da inconstitucionalidade do depósito exigido, segundo recente orientação do Colendo Supremo Tribunal Federal.
Decido.
Tenho reiteradamente decidido que, condicionar a interposição de recurso administrativo ao depósito prévio da exigência fiscal devida em decorrência de auto de infração afronta expressamente a amplitude da defesa, princípio garantido constitucionalmente.
E não poderia ser diferente. Com efeito, a Constituição Federal em seu artigo 5º, LV, estabelece que:
"Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes."
Portanto, forçoso é concluir que a Constituição Federal garante à parte o direito à ampla defesa, com o intuito de se afastar decisões únicas e irrecorríveis.
Ora, a ampla defesa é a chave mestra do princípio do contraditório e deve ser assegurada quer seja na esfera administrativa, quer seja na esfera judicial.
E assim é, justamente, para restar garantida a igualdade entre aqueles que necessitam se socorrer, quer das vias administrativas, quer das vias judiciais, para defesa de seus direitos, pois, se não fosse desta forma, somente poderiam discutir em juízo ou administrativamente aqueles que tivessem condições de efetuar o depósito. Os demais teriam obstruído seu acesso à justiça.
Outrossim, a Constituição Federal não estabeleceu nenhum empecilho à análise de recurso administrativo, quer em Primeira, quer em Segunda Instância, não cabendo ao legislador infra-constitucional fazê-lo.
De modo que, no processo administrativo, os jurisdicionados devem ter garantido todos os princípios constitucionais atinentes à espécie, ou seja, os princípios do contraditório, ampla defesa, direito de petição, com todos os meios e recursos a estes inerentes. E a exigência de tal depósito imposta indevidamente ao contribuinte resulta em criar entraves ao pleno exercício do direito constitucional do contribuinte ao devido processo legal.
Ademais, não é outro o entendimento jurisprudencial, conforme julgados abaixo citados:
"CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. DEPÓSITO PRÉVIO. CONDIÇÃO PARA RECORRER. INADMISSIBILIDADE.
I -Ao processo administrativo aplicam-se os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerente (art. 5º, LV).
II -Não foram recepcionadas pela ordem constitucional vigente as regras infra legais condicionadoras do direito do administrado de obter a revisão de decisões administrativas sancionadas.
III -A exigência do depósito prévio do valor da multa, como condição para recorrer administrativamente, afronta o direito de petição aos poderes públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder (art. 5, XXXIV, "a", CF/88).
IV -Recurso de ofício improvido."
(TRF - 3ª, REO nº 92.03.076417, Rel. Juiz Aricê Amaral, 2ª Turma, DJ 05.02.97, pág. 5172)
"ADMINSTRATIVO. CONSTITUCIONAL. MULTA. RECURSO ADMINISTRATIVO. EXIGÊNCIA DE GARANTIA. DESCABIMENTO. ART. 5º, IV, CF 88.
- A exigência de prévio depósito do valor da multa como condição para interpor recurso administrativo contra a sanção imposta fere os princípios constitucionais que asseguram o direito de petição (CF, art. 5º, LV).
- Precedentes deste Tribunal.
- Apelação e remessa oficial desprovidas."
(TRF - 1ª, AMS nº 93.01.035017, Rel. Juiz Vicente Leal, 3ª Turma, DJ 017.04.95, pág. 21563)
Vou mais além.
Na verdade, a jurisprudência do Colendo Supremo Tribunal Federal é dominante neste sentido, principalmente após o julgamento conjunto dos Recursos Extraordinários n.º 388359, 389383, 390513, onde, por maioria, foi dado provimento ao Recurso Extraordinário n.º 388359 e, ao mesmo tempo, negado provimento aos Recursos Extraordinários n.º 389383 e 390513, a fim de declarar, incidenter tantum, a inconstitucionalidade dos parágrafos 1º e 2º, do artigo 126 da Lei 8.213/91, com a redação dada pela Lei n.º 9.639/98, que continham a exigência de depósito recursal, como condição de admissibilidade de recurso interposto perante Conselho de Recursos da Previdência Social.
De tal forma que, com as inovações trazidas ao sistema recursal, a fim de permitir maior celeridade à tramitação dos feitos, dou provimento ao presente recurso, por manifesto confronto com jurisprudência dominante de Tribunal Superior, nos temos do artigo 557, §1º-A do Código de Processo Civil.
Ante o exposto, dou provimento ao recurso interposto, nos termos do artigo 557, §1º-A do Código de Processo Civil.
Oportunamente, baixem os autos ao Juízo de origem, observadas as formalidades legais. Publique-se.
São Paulo, 30 de março de 2007.
JUIZ FEDERAL CONVOCADO MARCO FALAVINHA
RELATOR

PROC.	:	2007.03.00.032094-1 AG 296322
ORIG.	:	200761000061665 17 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	URUBUPUNGA TRANSPORTE E TURISMO LTDA
ADV	:	LUIS OTAVIO CAMARGO PINTO
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 17 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. RAMZA TARTUCE / QUINTA TURMA

D E S P A C H O
Insurge-se a agravante contra decisão que, nos autos do mandado de segurança impetrado com o objetivo de assegurar seu direito de interpor recurso administrativo independentemente do depósito de 30% do valor do dívida, deferiu, parcialmente, a liminar autorizando a interposição do recurso administrativo mediante arrolamento de bens.
É o breve relatório.
Considerando que a exigência do depósito prévio, como pressuposto para o recurso administrativo, põe em risco as garantias constitucionais inscritas no artigo 5º, da Constituição Federal, concedo o efeito suspensivo ativo para deferir a liminar pleiteada no mandado de segurança, até o julgamento final deste recurso.
Oficie-se com urgência.
Cumprido o disposto no art. 526 do Código de Processo Civil, intime-se o agravado para resposta, nos termos do inciso V, do art. 527 do Código de Processo Civil.
Dê-se vista ao Ministério Público Federal.
Após, conclusos para julgamento.
Int.
São Paulo, 03 de abril de 2007
Desembargadora Federal RAMZA TARTUCE Relatora

PROC.	:	2007.03.00.032209-3 AG 296387
ORIG.	:	200761000061689 3 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	URUBUPUNGA TRANSPORTES E TURISMO LTDA
ADV	:	LUIS OTAVIO CAMARGO PINTO
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. RAMZA TARTUCE / QUINTA TURMA

D E S P A C H O
Insurge-se a agravante contra decisão que indeferiu a liminar no mandado de segurança impetrado com o objetivo de assegurar seu direito de interpor recurso administrativo independentemente do depósito de 30% do valor do dívida.
É o breve relatório.
Considerando que a exigência do depósito prévio, como pressuposto para o recurso administrativo, põe em risco as garantias constitucionais inscritas no artigo 5º, da Constituição Federal, concedo o efeito suspensivo ativo para deferir a liminar pleiteada no mandado de segurança, até o julgamento final deste recurso.
Oficie-se com urgência.
Cumprido o disposto no art. 526 do Código de Processo Civil, intime-se o agravado para resposta, nos termos do inciso V, do art. 527 do Código de Processo Civil.
Dê-se vista ao Ministério Público Federal.
Após, conclusos para julgamento.
Int.
São Paulo, 03 de abril de 2007
Desembargadora Federal RAMZA TARTUCE Relatora

PROC.	:	89.03.029004-6 AC 8884
ORIG.	:	8500000082 5 Vr SAO JOSE DO RIO PRETO/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUIZ GONZAGA BALTHAZAR JACOB
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	FUNFARME FUNDACAO FACULDADE REGIONAL DE MEDICINA DE SAO JOSE DO RIO PRETO
ADV	:	JOAO FRANCISCO GANDOLFI
ADV	:	MARILZA ALVES ARRUDA DE CARVALHO
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 5 VARA DE SAO JOSE DO RIO PRETO SP
RELATOR	:	JUIZ CONV. FERREIRA DA ROCHA / QUINTA TURMA

A petição, bem como os anexos, juntados às fls. 157/184, que cuida de depósito judicial efetuado com o propósito de garantir totalmente a dívida exigida e substituir todas as penhoras que foram efetivadas no processo, não obstante estar endereçada a estes autos, em realidade, refere-se aos autos da execução fiscal nº 081/85, que se encontram apensados a esta Apelação Cível. O apelante INSS oferece resposta às fls. 190/191.
Assim, os autos da execução fiscal, a mencionada petição e seus anexos e a resposta do INSS devem ser remetidos ao MM. Juízo a quo, para as providências que entender necessárias.
Para tanto, determino:
a) desentranhem-se as fls. 157/184 e 190/191, substituindo-as por cópias simples, e as remetam ao MM. Juízo a quo;
b) desapensem-se os autos da execução fiscal nº 81/85 e os remetam à Vara de origem, após substitui-los por autos suplementares;
c) traslade cópia desta decisão aos autos da execução fiscal.
Cumpra-se. Publique-se.
São Paulo, 08 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado Relator

PROC.	:	89.03.029005-4 AC 8885
ORIG.	:	8500000081 5 Vr SAO JOSE DO RIO PRETO/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUIZ GONZAGA BALTHAZAR JACOB
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	FUNFARME FUNDACAO FACULDADE REGIONAL DE MEDICINA DE SAO JOSE DO RIO PRETO
ADV	:	MARILZA ALVES ARRUDA DE CARVALHO
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 5 VARA DE SAO JOSE DO RIO PRETO SP
RELATOR	:	JUIZ CONV. FERREIRA DA ROCHA / QUINTA TURMA

A petição, bem como os anexos, juntados às fls. 84/111, que cuida de depósito judicial efetuado com o propósito de garantir totalmente a dívida exigida e substituir todas as penhoras que foram efetivadas no processo, não obstante estar endereçada a estes autos, em realidade, refere-se aos autos da execução fiscal nº 082/85, que se encontram apensados a esta Apelação Cível. O apelante INSS oferece resposta às fls. 116.
Assim, os autos da execução fiscal, a mencionada petição e seus anexos e a resposta do INSS devem ser remetidos ao MM. Juízo a quo, para as providências que entender necessárias.
Para tanto, determino:
a) desentranhem-se as fls. 84/111 e 116, substituindo-as por cópias simples, e as remetam ao MM. Juízo a quo;
b) desapensem-se os autos da execução fiscal nº 82/85 e os remetam à Vara de origem, após substitui-los por autos suplementares;
c) traslade cópia desta decisão aos autos da execução fiscal.
Cumpra-se. Publique-se.
São Paulo, 08 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado Relator

PROC.	:	90.03.028981-6 AC 31668
ORIG.	:	8900001083 4 Vr SAO JOSE DO RIO PRETO/SP
APTE	:	UNIDADE REGIONAL DE RADIOTERAPIA E MEGAVOLTAGEM S/C LTDA
ADV	:	PIERRE HENRI MATALANI e outros
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SEBASTIAO RODRIGUES DE ASSIS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. RAMZA TARTUCE / QUINTA TURMA

D E S P A C H O
Fls. 125/126: A Unidade Regional de Radioterapia e Megavoltagem S/C Ltda requer nova publicação do acórdão (fls. 117/118), efetuada no dia 21/03/2007 (fl. 119), alegando que foi realizada somente em nome de um dos procuradores da apelante (Dr. Pierre Henri Matalani).
A pretensão não merece ser acolhida. Não havendo designação prévia e expressa do nome do advogado que receberá as publicações, será válida a intimação mesmo que conste da publicação apenas o nome de um deles.
A esse respeito trago à colação julgado do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, por ocasião do julgamento do Agravo Regimental no Agravo de Instrumento (nº 406.130 - SP - 2001.0098810-8).
"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDO. INTIMAÇÃO. ADVOGADO REGULARMENTE CONSTITUÍDO.
1.Não havendo designação prévia e expressa do nome do advogado que receberia as publicações e sendo vários os advogados constituídos, será válida a intimação quando constar da publicação o nome de apenas um deles. Precedentes.
2.Agravo regimental desprovido."

(AGRG no Agravo de Instrumento nº 406.130-SP (2001./0098810-8, Relator Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, unanimidade, DJ 06/05/2002 p. 292).
Diante do exposto, indefiro o pedido de nova publicação do julgado.
Certifique-se o trânsito em julgado do acórdão (fls. 117/118), e à Vara de origem, dando-se baixa na distribuição.
São Paulo, 03 de abril de 2007.
Desembargadora Federal RAMZA TARTUCERelatora

PROC.	:	90.03.030631-1 AC 32428
ORIG.	:	8800387659 20 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	BERG STEEL S/A FABRICA BRASILEIRA DE FERRAMENTAS
ADV	:	RICARDO GOMES LOURENCO e outros
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARIA IGNEZ DE BARROS CAMARGO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. MARCO FALAVINHA / QUINTA TURMA

Vistos.
Verifica-se dos autos que, conforme despacho de fls. 106, foi juntada cópia extraída dos autos principais da sentença (fls. 107/108) proferida em relação a ambos os feitos, principal e cautelar, julgando-os improcedentes.
Certificada a intimação das partes, conforme fls. 109, foi juntado aos autos contra-razões do IAPAS (fls. 112/114).
No entanto, não houve interposição de recurso por qualquer das partes, quanto ao presente feito.
Assim, desapensem-se dos autos principais os presentes autos, relativos à ação cautelar, retifique-se a autuação.
Após as formalidades legais cabíveis, baixem os autos ao Juízo de origem para oportuno arquivamento.
Intime-se.
São Paulo, 06 de março de 2007.
JUIZ FEDERAL CONVOCADO MARCO FALAVINHA
RELATOR

PROC.	:	93.03.066049-8 AC 121378
ORIG.	:	0005685192 3 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	VALDIR MIGUEL SILVESTRE
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	RENAE S/A REDE NACIONAL DE EDUCACAO
ADV	:	BENEDICTO DE MATHEUS e outro
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. ANDRE NABARRETE / QUINTA TURMA

RELATOR: JUIZ CONV. FERREIRA DA ROCHA / QUINTA TURMA
Valendo-se das vantagens oferecidas pela Medida Provisória nº 303 de 29/06/2006, que em seu artigo 9º faculta às pessoas jurídicas com débito junto à Fazenda Pública efetuar o pagamento com redução de juros e multa, o apelado juntou aos autos documentos que comprovam o pagamento do débito e requer a extinção da execução fiscal (fls. 108/148).
Em sua manifestação, o INSS aduz que a adesão aos termos da MP 303 implica renúncia ao direito de discutir o débito em juízo, razão pela qual os embargos devem ser extintos sob essa condição e os honorários advocatícios fixados em seu favor no importe de 1% consoante dispõe a referida MP.
Decido.
Se nada mais resta a ser cobrado, é evidente o perecimento do objeto da lide e, em conseqüência, a perda de interesse de agir das partes nos presentes autos de Embargos à Execução Fiscal.
O reconhecimento da dívida implica em sucumbência, razão pela qual, condeno a embargante ao pagamento de honorários advocatícios à razão de 1%, nos termos do artigo 1º, § 4º da Medida Provisória 303.
Deixo registrado que a Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006 teve seu prazo de vigência encerrado em 27 de outubro de 2006, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 57, de 2006 (DOU 1/11/2006). Os pagamentos, conforme cópias das guias GPS acostadas aos autos, foram efetuados em 15/09/2006, dentro, portanto, do prazo de vigência da medida provisória.
Ante o exposto, julgo extinto o processo, sem julgamento de mérito, nos termos do art. 267, VI, do CPC, por perda de objeto, restando prejudicadas a apelação e a remessa oficial e condeno a embargante ao pagamento de honorários advocatícios, que fixo em 1% do valor da dívida adimplida.
Não detém este Relator competência para a extinção da execução fiscal que se encontra em apenso aos presentes autos. Quando do retorno dos autos à Vara de origem cabe ao MM. Juízo a quo, tomar as providências cabíveis.
Após as formalidades legais, remetam-se os autos à Vara de origem.
Intime-se.
São Paulo, 23 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado Relator

PROC.	:	93.03.101759-5 AC 143532
ORIG.	:	9100000270 1 Vr TAUBATE/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HELENA DE SALLES SANTOS BARBOZA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	UNIMED COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO
ADV	:	IGOR DOS REIS FERREIRA
ADV	:	MARCIO ANTONIO EBRAM VILELA
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DO SAF DE TAUBATE SP
RELATOR	:	DES.FED. RAMZA TARTUCE / QUINTA TURMA

D E S P A C H O
Fls. 728/729. Havendo discordância entre as partes, em relação aos honorários do perito e advocatícios, aguarde-se o julgamento do recurso.
Int.
São Paulo, 20 de março de 2007.
Desembargadora Federal RAMZA TARTUCE Relatora
FC

PROC.	:	95.03.015703-0 AC 236928
ORIG.	:	9300000113 3 Vr GUARUJA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARIA LUCIA MARTINS BRANDAO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MANOEL DOS SANTOS
ADV	:	OZENI MARIA MORO
RELATOR	:	DES.FED. RAMZA TARTUCE / QUINTA TURMA

D E S P A C H O
Trata-se de ação ordinária, ajuizada por Manoel dos Santos contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando a revisão da renda mensal inicial, pagamento de diferenças e manutenção do benefício com equivalência salarial à função que exercia.
A matéria discutida nesta ação ordinária se insere no campo do Direito Previdenciário, vez que se pretende a revisão e atualização de cálculos da renda mensal inicial de aposentadoria de ex-combatente.
A toda evidência, configura-se matéria de natureza previdenciária.
A competência para conhecer e julgar este recurso é da E. Terceira Seção, nos termos do inciso III do parágrafo 2º do artigo 10 do Regimento Interno desta Corte Regional, conforme, a propósito, decidiu a Terceira Seção desta Corte de Justiça, por ocasião do julgamento dos embargos infringentes - AC nº 91.03.019338-1, em 11 de janeiro de 2006.
"EMBARGOS INFRINGENTES. QUESTÃO DE ORDEM.COMPETÊNCIA DAS SEÇÕES ESPECIALIZADAS DESTA CORTE. MATÉRIA DE FUNDO PREVIDENCIÁRIO. EX-COMBATENTE MARÍTIMO APOSENTADO NA FUNÇÃO DE PATRÃO DE PESCA. GARANTIA DO ACRÉSCIMO DE 20% SOBRE OS PROVENTOS, NA FORMA DA LEI 1765/52 E DO ART. 2, § 2º, DO DECRETO 36.991/55. PREVALÊNCIA DO VOTO VENCEDOR.I - Adotando interpretação extensiva e teleologia conclui-se pela competência desta 3ª Seção Especializada para o julgamento do recurso que aborda MATÉRIA DE FUNDO PREVIDENCIÁRIO. II - É garantido ao requerente o direito à vantagem de guerra correspondente a 20% (vinte por cento) sobre seus proventos integrais, na forma da Lei 1756/52 e do art. 2º, § 2º do Decreto n.º 36.911/55, considerando que, quando passou à inatividade como ex-combatente, exercia a função de patrão de pesca, que pode ser qualificada como cargo isolado. Precedente do extinto TFR. III - Questão de ordem rejeitada. Embargos infringentes não providos."
(Rel. Desembargadora Federal Marianina Galante, unanimidade, DJU 23/02/2006, P. 256)
Trago, ainda, à colação, julgado da Décima Turma desta Corte:
"PREVIDENCIÁRIO. PROCESSO CIVIL. REVISÃO DE CÁLCULO. EX-COMBATENTE. ADICIONAL DE FÉRIAS. ABONO ANUAL. DIREITO ADQUIRIDO. LEIS 4.297/63 E 5.698/71. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. I - Não há qualquer violação ao direito adquirido dos ex-combatentes a aplicação dos critérios de reajuste previstos na Lei nº 5.698/71, ainda que os benefícios tenham sido concedidos sob a égide da Lei nº 4.297/63, uma vez que os artigos 4º e 5º daquele diploma legal vedam a redução do valor do benefício, assim como dispõe acerca somente dos reajustamentos futuros. II - Não encontra amparo na legislação a pretensão dos autores na percepção da gratificação de férias, a qual se destina unicamente aos trabalhadores na ativa, como bonificação em seu descanso anual, diante da impossibilidade dos aposentados gozarem de tal benefício. III - O pagamento do abono anual pretendido pelos autores incidiria em "bis in idem", uma vez que referida prestação equivale à gratificação natalina já percebida por eles. IV - Autores condenados ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, atualizados desde o ajuizamento da ação. V - Apelação dos autores improvida. Remessa Oficial e apelação do réu providas."
(AC nº 99.61.05.013820-8, Relator Juiz Sérgio Nascimento, unanimidade, DJU 26/05/2006, P. 711).
Destarte, à redistribuição, à Terceira Seção, ressaltando que, se assim não entender o E. Desembargador Federal ao qual este recurso vier a ser redistribuído, estas são as razões de conflito negativo de competência, se por ele suscitado.
Int.
São Paulo, 27 de março de 2007.
Desembargadora Federal RAMZA TARTUCE
Relatora
FC

PROC.	:	96.03.079639-5 AC 341666
ORIG.	:	9500002800 1 Vr CATANDUVA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RICARDO ROCHA MARTINS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ANTONIO ROBERTO AGUILAR -ME
ADV	:	JOSE CARLOS BUCH e outro
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. MARCO FALAVINHA / QUINTA TURMA

Vistos.
Diante da renúncia a todo e qualquer direito sobre o qual se fundamenta a presente ação, pleiteada pelo embargante à fl. 84, em virtude de parcelamento da dívida perante o Instituto Nacional do Seguro Social, com os benefícios promovidos pela Medida Provisória nº 303/06, instou-se o INSS a manifestar-se quanto ao requerido.
Á fl. 89, a autarquia previdenciária exprimiu sua anuência, condicionando-a, no entanto, à extinção do feito nos termos do artigo 269, inciso V, do CPC.
Em face da perda da eficácia da aludida Medida Provisória, na qual foi embasado o pedido, intimou-se o embargante, de acordo com o despacho de fl. 100, para o fim de que confirmasse se ainda persistia seu interesse na desistência da ação, no entanto, o requerente quedou-se inerte, deixando de manifestar-se no prazo legal, consoante certidão de fl. 103.
Por todo o exposto, , homologo o pedido como renúncia ao direito sobre o qual se funda a ação, e julgo extinto o processo com julgamento de mérito, nos termos do artigo 269, V, do Código de Processo Civil.
Após as formalidades legais, baixem os autos à Vara de Origem.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
JUIZ FEDERAL CONVOCADO MARCO FALAVINHA
RELATOR

PROC.	:	97.03.073787-0 AC 396073
ORIG.	:	9600000201 1 Vr TIETE/SP
APTE	:	TIETE ESPORTIVA CLUBE
ADV	:	ALEXANDRE OGUSUKU e outro
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CLAUDIO TADEU MUNIZ
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
INTERES	:	ISNARD BENEDITO BONADIA
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. MARCO FALAVINHA / QUINTA TURMA

Vistos.
Tendo em vista o pedido do embargante à fl. 157, bem como o agravo interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social em face da decisão de fl. 168, que julgou extinto o feito nos termos do artigo 794, I, do CPC, reconsidero a decisão agravada para julgar extinto o feito, nos termos do art. 269, inciso V, do Código de Processo Civil, mantendo a condenação do apelante ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios à razão de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito discutido, restando prejudicado o recurso de apelação interposto.
Oportunamente, baixem os autos à vara de origem, observadas as formalidades legais.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 23 de março de 2007.
JUIZ FEDERAL CONVOCADO MARCO FALAVINHA
RELATOR

PROC.	:	98.03.009069-0 AC 407919
ORIG.	:	9512040018 1 Vr PRESIDENTE PRUDENTE/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	WALMIR RAMOS MANZOLI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	EMPRESA DE TRANSPORTES ANDORINHA S/A
ADV	:	JOSE PASCOAL PIRES MACIEL e outros
ADV	:	
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE PRES. PRUDENTE SP
RELATOR	:	JUIZ FED.CONV. FERREIRA DA ROCHA/ QUINTA TURMA

Trata-se de embargos à execução julgados procedentes, conforme sentença de fls. 103/104. Às fls. 136/140, a executada ora embargante requer a substituição do bem penhorado pelo veículo descrito na peça acostada aos autos. O pedido da embargante foi aceito pelo exeqüente Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, haja vista a aposição da assinatura do procurador da Autarquia, em conjunto com a dos advogados da requerente, no documento, à fl. 137. Todavia, como a substituição da penhora envolve questão atinente à execução fiscal, cuja competência para apreciar é do MM Juízo de primeira instância, ao relator dos embargos à execução, compete tão-somente o

conhecimento das questões neles discutidas. Eventual pedido formulado em sede de embargos obriga o Juízo ad quem a determinar o desapensamento da respectiva execução fiscal para devolução ao MM Juízo a quo.
Assim, determino:
I) - trasladem-se cópias desta decisão e da petição e documentos de fls. 136/140 para os autos da execução fiscal em apenso;
II - desapensem-se os autos da execução e substituam-se-os integralmente por cópias;
III - remetam-se-os à origem para que o MM Juízo a quo aprecie o pedido em questão;
IV - após, tornem conclusos os autos da apelação em epígrafe.
Publique-se.
São Paulo, 14 de fevereiro de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	1999.03.99.091737-4 AC 533883
ORIG.	:	9803005545 1 Vr RIBEIRAO PRETO/SP
APTE	:	MARIA TERESINHA CHAVES FEITAL SOARES
ADV	:	JOSE LUIZ MATTHES
ADV	:	ANDRÉ MILTON DENYS PEREIRA
ADV	:	RICARDO CONCEICAO SOUZA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUCILENE SANCHES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	JUIZ FED.CONV. FERREIRA DA ROCHA/ QUINTA TURMA

Manifeste-se o INSS acerca da petição e documentos de fls. 125/134.
Publique-se.
São Paulo, 20 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	1999.03.99.115206-7 AC 557397
ORIG.	:	9002021283 6 Vr SANTOS/SP
APTE	:	ANTONIO CORREIA DA SILVA incapaz
REPTE	:	MARIA DE JESUS CORREIA MARTINS
ADV	:	ODETE MENDES PAULO
APDO	:	Instituto Nacional de Previdencia Social - INPS
ADV	:	NILSON BERENCHTEIN
ADV	:	ANTONIO MARCOS GUERREIRO SALMEIRAO
APDO	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
RELATOR	:	JUIZ FED.CONV. FERREIRA DA ROCHA/ QUINTA TURMA

Os autos vieram conclusos em virtude de que o STJ, ao analisar o recurso especial de fls. 264/272, interposto pelo INSS, decidiu, às fls. 306/310, nos seguintes termos:
"(...)
Posto isso,CONHEÇO EM PARTE do recurso especial,e,nesta extensão, DOU-LHE PARCIAL PROVIMENTO,nos termos do art. 557, § 1º - A, do CPC, para que a Corte de Origem manifeste-se sobre a concessão do benefício assistencial desde da citação do recorrente, tendo em vista o que dispõe o artigo 1º da LICC."
Trata-se de ação ordinária, na qual se postula a concessão de benefício assistencial previsto no artigo 203, inciso V, da Constituição Federal e no artigo 20 da Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993, matéria relativa à Previdência e Assistência Social, cuja competência para processar e julgar passou a ser da Terceira Seção, criada por força da Emenda Regimental nº 10, de 17 de março de 2003
Assim, encaminhem-se os autos à Vice-Presidência para redistribuição a um dos eminentes desembargadores da Terceira Seção, nos termos do artigo 10, §º 3º, do Regimento Interno desta corte.
Publique-se.
São Paulo, 07 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	1999.61.00.045668-5 AMS 224798
ORIG.	:	24 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARTA VILELA GONCALVES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO NO ESTADO DE SAO PAULO SINDICON
ADV	:	MILTON FLAVIO DE ALMEIDA CAMARGO LAUTENSCHLAGER
ADV	:	JULIANA OGALLA TINTI
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 24 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW / QUINTA TURMA

D E S P A C H O
1.Fls. 413/436: diga a parte contrária.
2.2. Publique-se.
São Paulo, 2 de abril de 2007.
André Nekatschalow
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	1999.61.11.007409-6 AC 717507
ORIG.	:	1 Vr MARILIA/SP
APTE	:	CIAMAR COML/ LTDA
ADV	:	EMANOEL TAVARES COSTA JUNIOR
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CLAUDIA STELA FOZ
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE MARILIA Sec Jud SP
RELATOR	:	DES. FED. ANDRE NABARRETE / QUINTA TURMA

Fls. 176 e 183/184: À vista da renúncia ao direito em que se funda a ação manifestada por Ciamar Comercial Ltda. e dos embargos de declaração do Instituto Nacional de Previdência Social-INSS, que requer a manifestação desta corte especificamente quanto à renúncia, julgo extinto o processo, com julgamento de mérito, com fulcro nos artigos 269, inciso V, do CPC c/c 33, inciso VI, do Regimento Interno desta Corte. Custas e honorários advocatícios pelo embargante, os quais arbitro, por eqüidade, em R$ 400,00 (quatrocentos reais).
Oportunamente, baixem os autos à origem, com as cautelas legais.
Publique-se.
São Paulo, 19 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
JuIZ Federal ConvocadO

PROC.	:	1999.61.11.010848-3 AMS 213099
ORIG.	:	1 Vr MARILIA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUCIANO ZANGUETIN MICHELAO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	JOSE ANGELO FRANCISCATTO e outros
ADV	:	EDUARDO BEGOSSO RUSSO
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE MARILIA Sec Jud SP
RELATOR	:	JUIZ CONV. FERREIRA DA ROCHA / QUINTA TURMA

Cuida-se de apelação e remessa oficial contra sentença (fls. 97/103) que julgou procedente a ação e concedeu a segurança, para assegurar ao impetrante, Município de Cândido Mota, o direito de não recolher a contribuição social sobre a parte patronal relativa ao valor dos subsídios de seus agentes políticos (prefeito e vice-prefeito), bem como da parte de empregado, em relação aos agentes políticos, os também impetrantes, José Ângelo Franciscatto e Válter Aparecido Franciscani.
Liminar deferida (fls. 58/60).
O apelante sustenta, em preliminar, que não cabe mandado de segurança contra lei em tese e, no mérito, a inexistência de direito líquido e certo, pois não restou demonstrada a inconstitucionalidade da Lei 9.506/97.
Com contra-razões, vieram os autos a esta Corte.
O Ministério Público Federal ratifica o parecer exarado pelo seu representante em primeira instância e opina pelo improvimento da apelação interposta.
É o relatório. Decido.
A sentença deve ser integralmente mantida.
Quanto ao descabimento do writ, o juiz a quo bem decidiu a questão. Trata-se de mandado de segurança de cunho preventivo, previsto constitucionalmente (CF, art. 5º, XXXV e LXIX), que frente ao justo receio por parte dos impetrantes em ver-se fiscalizados, autuados e impelidos a recolher a contribuição previdenciária que entendem indevida recorrem ao remédio constitucional. A natureza preventiva desse mandamus exsurge justamente dessa situação.
Não pode o presente confundir-se com mandado de segurança contra lei em tese, pois neste caso a impetração dirige-se contra lei não incidente a determinado fato colocado pelo impetrante ao exame do Judiciário, ao contrário do que se depreende dos autos, pois a norma impugnada está a produzir efeitos concretos na sfera de atuação dos impetrantes. Confira-se:
"MANDADO DE SEGURANÇA. CARÁTER PREVENTIVO. AUTORIDADE COATORA.
O Decreto ou a Lei instituidores de tributo que o contribuinte considere inexigível constituem ameaça suficiente para a impetração de mandado de segurança preventivo, na medida em que devem ser obrigatoriamente aplicados pela autoridade fazendária (CTN, art. 142, parágrafo único); autoridade coatora, nesses casos, não é, todavia, quem editou o ato normativo, e sim aquela que tem o dever funcional de responder pelo seu cumprimento - sob pena de se utilizar o writ para atacar o decreto ou a lei em tese. Recurso ordinário não provido. (gn)
(STJ, 2ª Turma, ROMS nº 9709, 199800308393, rel: Min. Francisco Peçanha Martins, Rel. p/ o Acórdão Min Ari Pargendler, por maioria, DJU 20.09/1999, p. 48)
Rejeito, pois, a matéria preliminar. Passo ao exame do mérito.
Dispunha a Lei nº 8.212/91, em seu artigo 12, inciso I, alínea "h", acrescentada pelo § 1º do artigo 13 da Lei nº 9.506, de 30.10.97, que o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, não vinculado a regime próprio de previdência social, era segurado obrigatório da Previdência Social equiparado a empregado. Todavia, o Supremo Tribunal Federal ao apreciar o RE nº 351.717/PR, na sessão realizada em 8.10.2003, acolheu, à unanimidade, o voto do Relator Ministro Carlos Velloso, no sentido de declarar inconstitucional sua exigência, conforme aresto da decisão, verbis:
"CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. PREVIDÊNCIA SOCIAL. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: PARLAMENTAR EXERCENTE DE MANDATO ELETIVO FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL. Lei 9.506, de 30.10.97 Lei 8.212, de 24.7.91 C.F., art. 195, II, sem a EC 20/98; art. 195, § 4º; art. 154, I.
I - A Lei 9.506/97, § 1º do art. 13, acrescentou a alínea h ao inc. I do art. 12 da Lei 8.212/91, tornando segurado obrigatório do regime geral de previdência social o exercente de mandato eletivo, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social.
II - Todavia, não poderia a lei criar figura nova de segurado obrigatório da previdência social, tendo em vista o disposto no art. 195, II, C.F. Ademais, a Lei 9.506/97, § 1º do art. 13, ao criar figura nova de segurado obrigatório, instituiu fonte nova de custeio da seguridade social, instituindo contribuição social sobre o subsídio de agente político. A instituição dessa nova contribuição, que não estaria incidindo sobre "a folha de salários, o faturamento e os lucros" (C.F., art. 195, I, sem a EC 20/98), exigiria a técnica da competência residual da União, art. 154, I, ex vi do disposto no art. 195, § 4º, ambos da C.F. É dizer, somente por lei complementar poderia ser instituída citada contribuição.
III - Inconstitucionalidade da alínea h do inc. I do art. 12 da Lei 8.212/91, introduzida pela Lei 9.506/97, § 1º do art. 13.
IV - R.E. conhecido e provido."
Em face dessa decisão, sobreveio a Resolução do Senado nº 26/2005, de 22.06.2005, que dispõe:
"Art. 1º. É suspensa a execução da alínea "h" do inciso I do art. 12 da Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991, acrescentada pelo § 1º do art. 13 da Lei Federal nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, em virtude de declaração de inconstitucionalidade em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 351.717-1-Paraná."
Evidencia-se, portanto, que a contribuição previdenciária em relação aos exercentes de mandatos eletivos não pode ser exigida com base na Lei n º 9.506, de 30.10.1997, vigente à época da impetração. Ressalte-se, porém, que foi editada, após, a Lei nº 10.887/2004 e reintroduziu a cobrança, agora fundada na Emenda Constitucional nº 20/98. Conseqüentemente, esta não fica afastada, pois não é objeto deste writ.
Ante o exposto, nos termos do artigo 557, caput, do Código de Processo Civil, à vista do recurso estar em confronto com jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, rejeito a matéria preliminar e nego provimento à apelação e à remessa oficial. Sentença integralmente mantida.
Observadas as formalidades legais, retornem os autos à Vara de origem.
Publique-se e intime-se.
São Paulo, 26 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado Relator

PROC.	:	2000.03.99.028357-2 AC 593318
ORIG.	:	9700000083 1 Vr VIRADOURO/SP
APTE	:	LUCIO JOSE DE SOUZA
ADV	:	BENEDITO MACHADO FERREIRA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	PAULO AFONSO JOAQUIM DOS REIS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. MARCO FALAVINHA / QUINTA TURMA

Vistos.
Tendo em vista a petição de fl. 68, por meio da qual o apelante alega haver dado quitação ao débito referente à execução objeto dos presentes embargos, pleiteando, assim, que o feito seja enviado ao Juízo de origem para oportuna extinção e arquivamento, bem como as manifestações do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, às fls. 52/54 e 71/73, recebo o pedido do embargante como desistência do Recurso de Apelação interposto.
Ante o exposto, homologo a desistência pleiteada, nos termos do artigo 501 do Código de Processo Civil.
Após as formalidades legais, baixem os autos ao Juízo de Origem.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 23 de março de 2007.
JUIZ FEDERAL CONVOCADO MARCO FALAVINHA
RELATOR

PROC.	:	2000.03.99.070020-1 AC 647314
ORIG.	:	9700593673 17 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ADELSON PAIVA SERRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	JUSSARA LUCIA TEODORO e outros
ADV	:	ALMIR GOULART DA SILVEIRA
ADV	:	DONATO ANTONIO DE FARIAS
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. FERREIRA DA ROCHA/QUINTA TURMA

Agravo legal interposto pelo INSS (fls.235/236) contra a decisão de fls. 231/232, por meio da qual foi negado seguimento à sua apelação e julgada prejudicada a remessa ex officio. Sustenta o agravante que a remessa oficial deve ser julgada e provida, para afastar a UFIR da atualização monetária do débito, à qual devem ser aplicadas as regras dos Provimentos nº 24 e 26 da Justiça Federal da 3ª Região.

Em sede de retratação, com fulcro no artigo 557, § 1º, do CPC, acolho as razões expostas pelo agravante em seu agravo e reconsidero a decisão atacada.
De fato, os valores serão atualizados monetariamente, desde a data em que deveriam ter sido pagos (RESP nº. 711184), nos moldes do Prov. 26 do C.J.F. da 3ª Região, excluídos os índices expurgados.
Ante o exposto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, DOU PARCIAL PROVIMENTO à remessa oficial para estabelecer os critérios de correção monetária.
FERREIRA DA ROCHA
JUIZ FEDERAL CONVOCADO RELATOR

PROC.	:	2001.03.99.019538-9 AC 687731
ORIG.	:	0000000044 A Vr BIRIGUI/SP
APTE	:	KIUTY IND/ E COM/ DE CALCADOS LTDA
ADV	:	FABIANO SANCHES BIGELLI
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUIZ FERNANDO SANCHES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. MARCO FALAVINHA / QUINTA TURMA

Petição 2006/000848:
Manifeste-se a parte contrária.
São Paulo, 26 de março de 2007.
JUIZ FEDERAL CONVOCADO MARCO FALAVINHA
RELATOR

PROC.	:	2001.03.99.023152-7 AC 693446
ORIG.	:	9800000389 1 Vr ITAPOLIS/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	VLADIMILSON BENTO DA SILVA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	COML/ IMPORTADORA E EXPORTADORA GI E BRANCO LTDA
ADV	:	JOSE ANTONIO PAVAN
RELATOR	:	JUIZ FED.CONV. FERREIRA DA ROCHA/ QUINTA TURMA

Dê-se vista ao INSS para manifestar acerca da petição e documento de fls. 171/173, esclarecer sua manifestação de fl. 165, porquanto alude à Medida Provisória 303/06, e confirmar a informação sobre a quitação total do débito (fl. 152).
Após, conclusos.
Publique-se.
São Paulo, 14 de março de 2007.
FERREIRA ROCHA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2001.03.99.024241-0 AC 695015
ORIG.	:	9800001925 A Vr JUNDIAI/SP
APTE	:	PETRI S/A
ADV	:	RODRIGO AGNEW RONZELLA
ADV	:	CARLOS EDSON MARTINS
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUIZ ERNESTO ANSELMO VIEIRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. MARCO FALAVINHA / QUINTA TURMA

Petição 2006/000831:
Manifeste-se a parte contrária.
São Paulo, 26 de março de 2007.
JUIZ FEDERAL CONVOCADO MARCO FALAVINHA
RELATOR

PROC.	:	2001.60.00.003702-6 AC 797837
ORIG.	:	1 Vr CAMPO GRANDE/MS
APTE	:	UNIAO BENEFICENTE DOS SUBTENENTES E SARGENTOS DAS FORCAS ARMADAS UBSS-FA
ADV	:	ANTONIO MOURA DE ALMEIDA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	NELSON DA COSTA ARAUJO FILHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. MARCO FALAVINHA / QUINTA TURMA

Petição 2006/231151:
Manifeste-se a parte contrária.
São Paulo, 26 de março de 2007.
JUIZ FEDERAL CONVOCADO MARCO FALAVINHA
RELATOR

PROC.	:	2003.61.00.031977-8 AMS 281907
ORIG.	:	16 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	CLUBE ALTO DOS PINHEIROS
ADV	:	CARLOS LENCIONI
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JULIANA ROVAI RITTES DE OLIVEIRA SILVA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. FERREIRA DA ROCHA / QUINTA TURMA

Fls. 253 e 261: À vista do pedido do impetrante de extinção da ação com julgamento de mérito, em virtude da adesão ao parcelamento fiscal REFIS III, instituído pela Medida Provisória nº 303, em conformidade com o disposto em seu artigo 1º, § 3º, inciso III com a qual o Instituto Nacional do Seguro Social-INSS concordou, julgo extinto o processo, com julgamento de mérito, com fulcro nos artigos 269, inciso V, do CPC c/c 33, inciso VI, do Regimento Interno desta Corte. O impetrante arcará com as custas processuais.
Oportunamente, baixem os autos à origem, com as cautelas legais.
Publique-se.
São Paulo, 23 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado

PROC.	:	2003.61.82.009786-1 AC 1141217
ORIG.	:	2F Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	NOSSA COML/ TEODORO LTDA
ADV	:	LUIZ GUILHERME GOMES PRIMOS
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARIA ISABEL AOKI MIURA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PARTE A	:	NASSER FARES
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. FERREIRA DA ROCHA/ QUINTA TURMA

I - Fls. 204 e 210: À vista da renúncia ao direito em que se funda a ação manifestada por Nossa Outubro Comercial Ltda., com a qual o Instituto Nacional de Previdência Social-INSS concordou, julgo extinto o processo, com julgamento de mérito, com fulcro nos artigos 269, inciso V, do CPC c/c 33, inciso VI, do Regimento Interno desta Corte. O embargante também arcará com as custas e honorários advocatícios, os quais arbitro, por eqüidade, em R$ 400,00 (quatrocentos reais).
II - Fl. 204: Indefiro o pedido de prosseguimento da ação para discussão da responsabilidade tributária dos sócios. A sentença a quo indeferiu a petição inicial e extinguiu o processo sem julgamento de mérito, ao fundamento de que a embargante aderiu ao Parcelamento Especial - PAES e com isso confessou sua dívida. O apelo foi interposto pela empresa e a embargante se limitou a esse tema, de forma que não houve devolução da questão de inclusão dos sócios.
Oportunamente, baixem os autos à origem, com as cautelas legais.
Publique-se.
São Paulo, 21 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado

PROC.	:	2003.61.82.075091-0 AC 1001043
ORIG.	:	2F Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	NOSSA OUTUBRO COML/ LTDA
ADV	:	REINALDO PISCOPO
ADV	:	DANIEL FREIRE CARVALHO
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ERALDO DOS SANTOS SOARES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. FERREIRA DA ROCHA / QUINTA TURMA

I - Fls. 140 e 154: À vista da renúncia ao direito em que se funda a ação manifestada por Nossa Outubro Comercial Ltda., com a qual o Instituto Nacional de Previdência Social-INSS concordou, julgo extinto o processo, com julgamento de mérito, com fulcro nos artigos 269, inciso V, do CPC c/c 33, inciso VI, do Regimento Interno desta Corte. O embargante também arcará com as custas e honorários advocatícios, os quais arbitro, por eqüidade, em R$ 400,00 (quatrocentos reais).
II - Fl. 140: Indefiro o pedido de prosseguimento da ação para discussão da responsabilidade tributária dos sócios. Primeiramente, porque a sentença a quo indeferiu a petição inicial e extinguiu o processo sem julgamento de mérito, ao fundamento de que a embargante aderiu ao Parcelamento Especial - PAES e com isso confessou sua dívida. Em seu apelo, outrossim, a embargante se limitou a esse tema, de forma que não houve devolução da questão de inclusão dos sócios.
Não bastasse, embora conste da inicial a empresa "Nossa Outubro Comercial Ltda. e outros", não estão especificados quem são os sócios embargante e nem mesmo se estão acostadas aos autos procurações por eles outorgadas e é evidente que a empresa não tem legitimidade para representar as pessoas físicas de seus sócios.
Oportunamente, baixem os autos à origem, com as cautelas legais.
Publique-se.
São Paulo, 20 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado

PROC.	:	2004.61.00.000376-7 AC 1115313
ORIG.	:	14 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	CELSO GONCALVES PINHEIRO
APTE	:	CELSO PASSERANI
ADV	:	ALENICE CEZARIA DA CUNHA
APDO	:	OS MESMOS
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. FERREIRA DA ROCHA/QUINTA TURMA

Embargos de declaração opostos pela CEF (fls. 103/105) ao argumento de que, por ocasião do oferecimento das suas razões de apelação contra decisão que rejeitou liminarmente embargos à execução de sentença por ela opostos, requereu a manifestação do Juízo ad quem a respeito dos seguintes dispositivos constitucionais, os quais não foram apreciados: artigos 5º, incisos LIV e LV, 102, caput, e artigo 2º da Emenda Constitucional n. 32/2001.
DECIDO.
A Caixa Econômica Federal ajuizou embargos à execução de título judicial, com fundamento no artigo 741, inciso II e parágrafo único, do Código de Processo Civil (fls. 2/7). O Juízo a quo proferiu sentença, na qual rejeitou os embargos (fls. 10/13), contra a qual a empresa pública interpôs recurso de apelação (fls. 21/24) e pleiteou a reforma do decisum, no que foi atendida pelo mesmo Juízo a quo, que determinou o regular processamento do recurso, a teor do artigo 296 do CPC (fl. 23).
Proferida nova decisão (fls. 30/37), os embargos foram julgados parcialmente procedentes, o que originou recurso de apelação da parte embargada (fls. 40/43), pelo que os autos subiram a esta Corte.
Evidencia-se que é equivocada a alegação da embargante de que havia requerido a manifestação deste Tribunal sobre os aludidos dispositivos, na medida em que o apelo foi interposto pelo embargado.
Ante o exposto, deixo de receber os embargos declaratórios por manifestamente desconexos, com fulcro no artigo 33, inciso XIII, do Regimento Interno desta corte.
Publique-se. Intimem-se.
São Paulo, 26 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado Relator

PROC.	:	2004.61.24.000998-3 REOAC 1169654
ORIG.	:	1 Vr JALES/SP
PARTE A	:	MUNICIPIO DE DIRCE REIS SP e outros
ADV	:	PAULO CESAR RODRIGUES
PARTE R	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SOLANGE GOMES ROSA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE JALES - 24ª SSJ - SP
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. MARCO FALAVINHA / QUINTA TURMA

Vistos
Trata-se de remessa oficial de sentença (fls. 249/254) proferida em sede de ação ordinária cominatória para cumprimento de obrigação de não fazer e repetição de indébito que a julgou parcialmente procedente. Declarou a inexistência de relação jurídica que obrigasse os autores (Câmara Municipal de Dirce Reis e seus Vereadores) a recolherem a contribuição social instituída com base no art. 13 da Lei nº 9.506/97, até a data de 21.06.2004 e condenou o INSS a restituir à Câmara Municipal de Dirce Reis o valor de R$ 57.583,97 e aos Vereadores o valor de R$ 24.231,42, atualizados e corrigidos monetariamente, nos termos do Provimento nº 26/2001 da E. Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 3ª Região. Custas ex lege. Honorários advocatícios eqüitativamente suportados pelas partes, em razão da sucumbência recíproca. Decisão submetida ao duplo grau de jurisdição.
Ressalvou que o co-autor Bento Barbosa de Oliveira Júnior não teria restituído o valor depositado, haja vista não estar inserido no pedido constante da petição inicial de ressarcimento do valor pago indevidamente ao INSS.
Ainda, indeferiu o pedido de multa de 10% sobre o valor das transferências devidas pela União ao Município de Dirce Reis, caso fossem bloqueadas por falta de CND, em razão da contribuição já paga pelos autores ter afastado possível prejuízo que poderia o município ter experimentado.
Por fim, considerando que o reconhecimento da inconstitucionalidade gera efeitos pretéritos, determinou que, se solicitada, o INSS deveria expedir CND aos autores, referente ao não recolhimento das contribuições previdenciárias até a data de 21 de junho de 2004, ressalvada a existência de outros débitos.
Não foram interpostos recursos voluntários e, assim, por força do duplo grau de jurisdição, vieram os autos a este egrégio Tribunal.
Decido.
A sentença não merece reparos.
No que se refere à legislação que regia a matéria, isto é, a Lei nº 9.504/97, não há que se falar em reforma, uma vez que já pacífica a jurisprudência da Corte Suprema entende pela inconstitucionalidade da cobrança, como se extrai dos julgados abaixo transcritos:
"CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. PREVIDÊNCIA SOCIAL. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: PARLAMENTAR: EXERCENTE DE MANDATO ELETIVO FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL. Lei 9.506, de 30.10.97. Lei 8.212, de 24.7.91. C.F., art. 195, II, sem a EC 20/98; art. 195, § 4º; art. 154, I.
I. - A Lei 9.506/97, § 1º do art. 13, acrescentou a alínea h ao inc. I do art. 12 da Lei 8.212/91, tornando segurado obrigatório do regime geral de previdência social o exercente de mandato eletivo, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social.
II. - Todavia, não poderia a lei criar figura nova de segurado obrigatório da previdência social, tendo em vista o disposto no art. 195, II, C.F. Ademais, a Lei 9.506/97, § 1º do art. 13, ao criar figura nova de segurado obrigatório, instituiu fonte nova de custeio da seguridade social, instituindo contribuição social sobre o subsídio de agente político. A instituição dessa nova contribuição, que não estaria incidindo sobre "a folha de salários, o faturamento e os lucros" (C.F., art. 195, I, sem a EC 20/98), exigiria a técnica da competência residual da União, art. 154, I, ex vi do disposto no art. 195, § 4º, ambos da C.F. É dizer, somente por lei complementar poderia ser instituída citada contribuição.
III. - Inconstitucionalidade da alínea h do inc. I do art. 12 da Lei 8.212/91, introduzida pela Lei 9.506/97, § 1º do art. 13. RREE 351.717/PR e 351.717-ED/PR (Plenário, 08.10.2003 e 05.02.2004, respectivamente).
IV. - R.E. conhecido e provido. Agravo não provido."

(STF - RE 351.717, Rel. Min. Carlos Velloso, Pleno, julg. 08.10.03, publ. DJ 21.11.03)
"CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. PREVIDÊNCIA SOCIAL. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: PARLAMENTAR: EXERCENTE DE MANDATO ELETIVO FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL. Lei 9.506, de 30.10.97. Lei 8.212, de 24.7.91. C.F., art. 195, II, sem a EC 20/98; art. 195, § 4º; art. 154, I.
I. - A Lei 9.506/97, § 1º do art. 13, acrescentou a alínea h ao inc. I do art. 12 da Lei 8.212/91, tornando segurado obrigatório do regime geral de previdência social o exercente de mandato eletivo, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social.
II. - Todavia, não poderia a lei criar figura nova de segurado obrigatório da previdência social, tendo em vista o disposto no art. 195, II, C.F. Ademais, a Lei 9.506/97, § 1º do art. 13, ao criar figura nova de segurado obrigatório, instituiu fonte nova de custeio da seguridade social, instituindo contribuição social sobre o subsídio de agente político. A instituição dessa nova contribuição, que não estaria incidindo sobre "a folha de salários, o faturamento e os lucros" (C.F., art. 195, I, sem a EC 20/98), exigiria a técnica da competência residual da União, art. 154, I, ex vi do disposto no art. 195, § 4º, ambos da C.F. É dizer, somente por lei complementar poderia ser instituída citada contribuição.
III. - Inconstitucionalidade da alínea h do inc. I do art. 12 da Lei 8.212/91, introduzida pela Lei 9.506/97, § 1º do art. 13. RREE 351.717/PR e 351.717-ED/PR (Plenário, 08.10.2003 e 05.02.2004, respectivamente).
IV. - R.E. conhecido e provido. Agravo não provido.
(STF - Agr. Reg. no RE 334.794, Rel. Min. Carlos Velloso, 2ª Turma, julg. 10.02.04, publ. DJ 05.03.04)
"CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. PREVIDÊNCIA SOCIAL. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: PARLAMENTAR: EXERCENTE DE MANDATO ELETIVO FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL. Lei 9.506, de 30.10.97. Lei 8.212, de 24.7.91. C.F., art. 195, II, sem a EC 20/98; art. 195, § 4º; art. 154, I.
I. - A Lei 9.506/97, § 1º do art. 13, acrescentou a alínea h ao inc. I do art. 12 da Lei 8.212/91, tornando segurado obrigatório do regime geral de previdência social o exercente de mandato eletivo, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social.
II. - Todavia, não poderia a lei criar figura nova de segurado obrigatório da previdência social, tendo em vista o disposto no art. 195, II, C.F. Ademais, a Lei 9.506/97, § 1º do art. 13, ao criar figura nova de segurado obrigatório, instituiu fonte nova de custeio da seguridade social, instituindo contribuição social sobre o subsídio de agente político. A instituição dessa nova contribuição, que não estaria incidindo sobre "a folha de salários, o faturamento e os lucros" (C.F., art. 195, I, sem a EC 20/98), exigiria a técnica da competência residual da União, art. 154, I, ex vi do disposto no art. 195, § 4º, ambos da C.F. É dizer, somente por lei complementar poderia ser instituída citada contribuição.
III. - Inconstitucionalidade da alínea h do inc. I do art. 12 da Lei 8.212/91, introduzida pela Lei 9.506/97, § 1º do art. 13. RREE 351.717/PR e 351.717-ED/PR (Plenário, 08.10.2003 e 05.02.2004, respectivamente).
IV. - R.E. conhecido e provido. Agravo não provido."
(STF - Agr. Reg. no RE 363.487, Rel. Min. Carlos Velloso, 2ª Turma, julg. 10.02.04, publ. DJ 05.03.04)
"CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. PREVIDÊNCIA SOCIAL. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: PARLAMENTAR: EXERCENTE DE MANDATO ELETIVO FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL. Lei 9.506, de 30.10.97. Lei 8.212, de 24.7.91. C.F., art. 195, II, sem a EC 20/98; art. 195, § 4º; art. 154, I.
I. - A Lei 9.506/97, § 1º do art. 13, acrescentou a alínea h ao inc. I do art. 12 da Lei 8.212/91, tornando segurado obrigatório do regime geral de previdência social o exercente de mandato eletivo, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social.
II. - Todavia, não poderia a lei criar figura nova de segurado obrigatório da previdência social, tendo em vista o disposto no art. 195, II, C.F. Ademais, a Lei 9.506/97, § 1º do art. 13, ao criar figura nova de segurado obrigatório, instituiu fonte nova de custeio da seguridade social, instituindo contribuição social sobre o subsídio de agente político. A instituição dessa nova contribuição, que não estaria incidindo sobre "a folha de salários, o faturamento e os lucros" (C.F., art. 195, I, sem a EC 20/98), exigiria a técnica da competência residual da União, art. 154, I, ex vi do disposto no art. 195, § 4º, ambos da C.F. É dizer, somente por lei complementar poderia ser instituída citada contribuição.
III. - Inconstitucionalidade da alínea h do inc. I do art. 12 da Lei 8.212/91, introduzida pela Lei 9.506/97, § 1º do art. 13. RREE 351.717/PR e 351.717-ED/PR (Plenário, 08.10.2003 e 05.02.2004, respectivamente).
IV. - R.E. conhecido e provido. Agravo não provido."
(STF - Agr. Reg. no RE 383.949, Rel. Min. Carlos Velloso, 2ª Turma, julg. 10.02.04, publ. DJ 05.03.04)
De modo que, não há que se falar em reforma da decisão para julgar improcedente o pedido.
No entanto, no que se refere à Lei nº 10.887/2004, é de se analisar mais detidamente a questão, uma vez que já editada sob a égide da redação dada ao art. 195 da Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 20/98.
O art. 195 da Constituição Federal traz a seguinte redação:
"Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:"
E, conforme se extrai da transcrição do artigo, está exposto um princípio que norteia o sistema previdenciário do país, qual seja, a solidariedade do custeio.
De fato, a doutrina também nos traz a mesma diretriz, conforme lição de Sérgio Pinto Martins:
"18.4 PRINCÍPIOS
O parágrafo único do art. 3º da Lei nº 8.212 e o art. 2º da Lei nº 8.213 esclarecem que a previdência social obedecerá aos seguintes princípios e diretrizes:
a.universalidade de participação nos planos previdenciários, mediante contribuição.
Qualquer pessoa poderá participar dos benefícios da previdência social, mediante contribuição na forma dos planos previdenciários desde que contribua;
(...)
k. a contrapartida é um princípio da Previdência Social, pois não há benefício sem custeio. Deve haver o custeio para o pagamento do benefício. Não pode haver contribuição sem benefício, nem benefício sem contribuição. A contrapartida visa observar o equilíbrio econômico-financeiro do sistema."
A lição de Miguel Horvath Júnior é no mesmo sentido:
"5.3. Do Direito à Previdência Social (Art. 201 e 202 da CF/88)
O princípio da universalidade dá a oportunidade de todos os indivíduos filiarem-se ao sistema previdenciário, desde que haja contribuição, ou seja, participação no custeio. A participação no custeio é uma das notas diferenciadoras das ações de previdência, das de assistência social (que são prestadas independentemente de contribuição). A previdência social há de ser obrigatoriamente paga. (...)"
E este é o caso dos autos.
É de se ter em mente a desnecessidade de veiculação da exigência através de Lei Complementar, já que, com o advento da Emenda Constitucional nº 20/98, o art. 195, que traz a previsão do custeio da Seguridade Social, passou a ter a seguinte redação:
"Art. 195 A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:
I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:
a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;
b) a receita ou o faturamento;
c) o lucro;
II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201;" - grifo nosso
A Emenda trouxe a ampliação das pessoas passíveis de serem consideradas como segurados e que, portanto, devem contribuir para o custeio da previdência, pois antes o inc. II somente previa os trabalhadores como sujeitos passivos da incidência.
Nesse passo, os agentes políticos passaram a ter sua previsão como segurados, no inc. II do art. 195 da Constituição Federal, na hipótese "demais segurados", matéria a ser definida através de lei ordinária.
É que, na redação anterior, a hipótese de exigência de contribuição previdenciária dos exercentes de mandato eletivo, segundo entendimento pacífico já apresentado neste voto, não podiam ser considerados como trabalhadores, vocábulo já previsto na redação anterior, e a matéria era considerada de competência residual da União, exigindo que a cobrança da contribuição previdenciária fosse veiculada através de Lei Complementar, pois se inseria na previsão do § 4º do art. 195:
"Art. 195 (...)
§ 4º - A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I."
Nesse sentido, a jurisprudência dos tribunais superiores e regionais, conforme arestos que colaciono:
"CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. PREVIDÊNCIA SOCIAL. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: PARLAMENTAR: EXERCENTE DE MANDATO ELETIVO FEDERAL, ESTADUAL ou MUNICIPAL. Lei 9.506, de 30.10.97. Lei 8.212, de 24.7.91. C.F., art. 195, II, sem a EC 20/98; art. 195, § 4º; art. 154, I.
(...)
II. - Todavia, não poderia a lei criar figura nova de segurado obrigatório da previdência social, tendo em vista o disposto no art. 195, II, C.F. Ademais, a Lei 9.506/97, § 1º do art. 13, ao criar figura nova de segurado obrigatório, instituiu fonte nova de custeio da seguridade social, instituindo contribuição social sobre o subsídio de agente político. A instituição dessa nova contribuição, que não estaria incidindo sobre "a folha de salários, o faturamento e os lucros" (C.F., art. 195, I, sem a EC20/98), exigiria a técnica da competência residual da União, art.154, I, ex vi do disposto no art. 195, § 4º, ambos da C.F. É dizer, somente por lei complementar poderia ser instituída citada contribuição.
(...)" - grifo nosso
(STF - RE 351717-PR - rel. CARLOS VELLOSO, v.u., publ. DJ 21.11.2003, p. 010)
"RECURSO EXTRAORDINÁRIO - PREVIDÊNCIA SOCIAL - EXERCENTE DE MANDATO ELETIVO - AGENTE POLÍTICO - QUALIFICAÇÃO COMO SEGURADO OBRIGATÓRIO - INCLUSÃO NO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, EM MOMENTO ANTERIOR AO ADVENTO DA EC Nº 20/98 - INSTITUIÇÃO DE NOVA FONTE DE CUSTEIO - NECESSIDADE DE LEI COMPLEMENTAR (CF, ART. 195, § 4º) - UTILIZAÇÃO, NA ESPÉCIE, DE LEI ORDINÁRIA -INADMISSIBILIDADE - SUPERVENIÊNCIA DA EC Nº 20/98 - MATÉRIA QUE, POR SER ESTRANHA À PRESENTE CAUSA, NÃO FOI EXAMINADA NA DECISÃO OBJETO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO - INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO "JURA NOVIT CURIA" - RECURSO IMPROVIDO" - grifo nosso
(STF - RE-AgR 364406-PR - rel. CELSO DE MELLO, v.u., publ. DJ 18.06.2004, p. 080)
"SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL - LEI Nº 9.783/99 - ARGÜIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL E MATERIAL DESSE DIPLOMA LEGISLATIVO - RELEVÂNCIA JURÍDICA DA TESE PERTINENTE À NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL SOBRE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO FEDERAL (CF, ART. 40, CAPUT, E RESPECTIVO § 12, C/C O ART. 195, II, NA REDAÇÃO DADA PELA EC Nº 20/98) - ALÍQUOTAS PROGRESSIVAS - ESCALA DE PROGRESSIVIDADE DOS ADICIONAIS TEMPORÁRIOS (ART. 2º DA LEI Nº 9.783/99) - ALEGAÇÃO DE OFENSA AO PRINCÍPIO QUE VEDA A TRIBUTAÇÃO CONFISCATÓRIA (CF, ART. 150, IV) E DE DESCARACTERIZAÇÃO DA FUNÇÃO CONSTITUCIONAL INERENTE À CONTRIBUIÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL - PLAUSIBILIDADE JURÍDICA - MEDIDA CAUTELAR DEFERIDA EM PARTE.
(...)
RESERVA CONSTITUCIONAL DE LEI COMPLEMENTAR - INCIDÊNCIA NOS CASOS TAXATIVAMENTE INDICADOS NA CONSTITUIÇÃO - CONTRIBUIÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DEVIDA POR SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM ATIVIDADE - INSTITUIÇÃO MEDIANTE LEI ORDINÁRIA - POSSIBILIDADE.
- Não se presume a necessidade de edição de lei complementar, pois esta é somente exigível nos casos expressamente previstos na Constituição. Doutrina. Precedentes.
- O ordenamento constitucional brasileiro - ressalvada a hipótese prevista no art. 195, § 4º, da Constituição - não submeteu, ao domínio normativo da lei complementar, a instituição e a majoração das contribuições sociais a que se refere o art. 195 da Carta Política.
- Tratando-se de contribuição incidente sobre servidores públicos federais em atividade - a cujo respeito existe expressa previsão inscrita no art. 40, caput, e § 12, c/c o art. 195, II, da Constituição, na redação dada pela EC nº 20/98 - revela-se legítima a disciplinação do tema mediante simples lei ordinária. As contribuições de seguridade social - inclusive aquelas que incidem sobre os servidores públicos federais em atividade -, embora sujeitas, como qualquer tributo, às normas gerais estabelecidas na lei complementar a que se refere o art. 146, III, da Constituição, não dependem, para o específico efeito de sua instituição, da edição de nova lei complementar, eis que, precisamente por não se qualificarem como impostos, torna-se inexigível, quanto a elas, a utilização dessa espécie normativa para os fins a que alude o art. 146, III, a, segunda parte, da Carta Política, vale dizer, para a definição dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes. Precedente: RTJ 143/313-314.
(...)" - grifo nosso
(STF - ADI-MC 2010-DF - rel. CELSO DE MELLO, publ. DJ 12.04.2002, p. 051)
"CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. CONTRIBUIÇÕES INCIDENTES SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS. Lei n. 7.689, de 15.12.88.
I. - (...)
II. - A contribuição da Lei 7.689, de 15.12.88, e uma contribuição social instituída com base no art. 195, I, da Constituição. As contribuições do art. 195, I, II, III, da Constituição, não exigem, para a sua instituição, lei complementar. Apenas a contribuição do parág. 4. do mesmo art. 195 e que exige, para a sua instituição, lei complementar, dado que essa instituição devera observar a técnica da competência residual da União (C.F., art. 195, parág. 4.; C.F., art. 154, I). Posto estarem sujeitas a lei complementar do art. 146, III, da Constituição, porque não são impostos, não há necessidade de que a lei complementar defina o seu fato gerador, base de calculo e contribuintes (C.F., art. 146, III, "a").
(...)" - grifo nosso.
(STF - RE 138284-CE - rel. CARLOS VELLOSO, v.u., publ. DJ 28.08.1992, p. 13456)
"CONSTITUCIONAL, TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PARA O SEGURO DE ACIDENTE DE TRABALHO (SAT): LEI Nº 8.212/91 (REDAÇÃO DA LEI Nº 9.732/98): CONSTITUCIONALIDADE - DECRETOS Nº 356/91, Nº 612/92, Nº 2.173/97 E Nº 3.048/98: LEGALIDADE (JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE).
1- O STF assentou que as contribuições previstas no art. 195 da CF/88 não reclamam lei complementar para sua instituição (RE nº 150.755/PE; RE nº 138.284-8), formalidade exigida somente para as matérias que a Constituição prevê expressamente.
(...)" - grifo nosso.
(TRF1 - AC 200234000083060-DF - 7ª T. - rel. Des. Fed. LUCIANO TOLENTINO AMARAL, j. 21.09.2004, v.u., publ. DJ 15.10.2004, p. 74)
"MANDADO DE SEGURANÇA. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE AUTÔNOMOS E ADMINISTRADORES. INSTITUIÇÃO POR LEI COMPLEMENTAR- EXERCÍCIO DA COMPETÊNCIA RESIDUAL, PREVISTA NO ART. 195, § 4°, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. A EMENDA CONSTITUCIONAL 20 E SEUS EFEITOS.
As Contribuições para a manutenção da seguridade social podem ser instituídas por lei ordinária, desde que previstas no rol do art. 195, caput, da Constituição Federal, sendo certo que somente outras fontes dependem de lei complementar para a sua instituição (art. 195, § 4° c/c art. 154, I, da CF).
(...)" - grifo nosso.
(TRF2 - AC 39775 - Proc. nº 200102010153871-RJ - 2ª T. - rel. Juiz GUILHERME COUTO, j. 14.08.2001. v.u., publ. DJU 06.09.2001)

De modo que, a partir da alteração da redação do inciso II, os agentes políticos passaram a figurar na hipótese genérica dos "demais segurados", cuja previsão pode ser veiculada por lei ordinária, como é o caso da Lei nº 10.887/2004.
É, inclusive, a posição do doutrinador Sérgio Pinto Martins:
"12.2 CONTRIBUIÇÃO DO TRABALHADOR
O inciso II do art. 195 da Constituição prevê a contribuição do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, (...)
A redação anterior do referido inciso era sintética, fazendo referência apenas à contribuição dos trabalhadores.
Agora, a nova previsão é no sentido da contribuição do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, como o segurado facultativo, o equiparado a autônomo etc. Houve, portanto, a ampliação da possibilidade de exigência de contribuições." - grifo nosso.
E, em outro ponto da mesma obra, anota a situação específica do exercente de mandato eletivo:
"O titular ou o suplente em exercício de mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal, quando não sujeito a regime próprio de previdência social, somente manterá a qualidade de segurado mediante o recolhimento de contribuições na condição de segurado facultativo."
Também Miguel Horvath Júnior expõe seu pensamento no sentido da obrigatoriedade da contribuição pelos exercentes de mandato eletivo:
"7.1.2. Beneficiários da Previdência Social
Beneficiário é toda pessoa protegida pelo sistema previdenciário, seja na qualidade de segurado ou dependente. Os beneficiários são os sujeitos ativos das prestações previdenciárias.
Os segurados são as pessoas que mantêm vínculo com a Previdência Social, decorrendo deste vínculo direitos e deveres. Os direitos são representados pela entrega da prestação previdenciária sempre que constatada a ocorrência do risco/contingência social protegida. Os deveres, representados pela obrigação de pagamento das contribuições previdenciárias.
(...)
7.1.3. Dos Segurados obrigatórios
São aqueles que exercem qualquer tipo de atividade remunerada, de natureza urbana ou rural, abrangida pelo RGPS, de forma efetiva ou eventual, com ou sem vínculo empregatício. São eles:
a)os empregados;
b)os empregados domésticos;
c)os contribuintes individuais;
d)os trabalhadores avulsos;
e)os segurados especiais.
O art. 11 da Lei nº 8.213/91 determina como segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas:
I - como empregado:
(...)
h) o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social;
Entende-se por regime próprio de previdência social o que assegura pelo menos aposentadoria e pensão por morte.
(...)
Pela própria finalidade da previdência social que é proteger o trabalhador, quando diante de situações que o coloque em estado de necessidade, não podemos adotar um conceito restrito. Devemos então adotar a expressão "trabalhador" como gênero e empregado como espécie. Caso contrário, o exercente de mandato eletivo estaria numa situação de limbo jurídico, posto que não estaria obrigado a contribuir para o Regime Geral o que, por conseqüência, não lhe daria direito às prestações e, paradoxalmente, por não ser servidor público stricto sensu também não teria direito a Regime Próprio de Previdência Social. (...)
Com a nova redação do art. 195, II da Constituição que inseriu a expressão e dos demais segurados, ainda que rejeitada a tese acima, estaria constitucionalizada a incidência das contribuições previdenciárias sobre exercentes de mandato político. (...)"
E, ainda que os doutrinadores divirjam quanto à situação dos agentes políticos, se facultativa ou obrigatória sua filiação ao sistema, fato é que não há como se eximirem da contribuição pretendendo o benefício posteriormente.
Assim, a partir da vigência da Lei nº 10.887/2004, respeitada a anterioridade nonagesimal, passou a ser exigível a exação, pois a partir desta lei não há mais que se falar em violação às normas constitucionais.
Nesse sentido os precedentes dos Tribunais Regionais, conforme arestos que colaciono:
"AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRIBUTÁRIO. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA. COMPETÊNCIA TERRITORIAL. ART. 109, § 2º, DA CF. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. AGENTES POLÍTICOS. EC 20/98. LEI 10.887/04. ANTERIORIDADE NONAGESIMAL.
1. Face à inteligência dada pelo STF ao art. 109, §2º, da Constituição Federal, prevalece a faculdade de a parte ajuizar a demanda em vara federal da Capital ou em vara federal com jurisdição sobre o seu domicílio.
2. A Emenda Constitucional nº 20/98, afastou a reserva de lei complementar para instituição da contribuição de financiamento da previdência social incidente sobre os subsídios dos agentes políticos, porquanto os incluiu no rol do inciso II do art. 195 da CF/88.
3. A contar da edição da Lei nº 10.887/04, os agentes políticos estão obrigados ao pagamento da contribuição previdenciária sobre seus subsídios, respeitada a anterioridade nonagesimal (art. 195, §6º, da CF/88).
4. Agravo de instrumento parcialmente provido." - grifo nosso.
(TRF4 - AG 200404010414325-PR - 1ª T. - rel. ALVARO EDUARDO JUNQUEIRA, j. 03/08/2005, v.u., publ. DJU 21/09/2005, p. 443)
"TRIBUTÁRIO. PRELIMINAR. LITISCONSÓRCIO ATIVO NECESSÁRIO. PRESCINDIBILIDADE AGENTES POLÍTICOS. MANDATO ELETIVO. SEGURADO OBRIGATÓRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. ART. 12, I, 'H', D LEI Nº 8.212/91. LEI Nº 9.506/97. VÍCIO FORMAL. CONTROLE DIFUSO. INCONSTITUCIONALIDADE. DECLARAÇÃO. ART. 195 DA C.F. REDAÇÃO ANTERIOR
À EC 20/98. LEI Nº 10.887/04. ALTERAÇÃO. EXIGIBILIDADE DO TRIBUTO. REMESSA OFICIAL.
1. Remessa oficial não apreciada por força do § 2º, do art. 475, do CPC.
2. Incabível, no caso, o litisconsórcio ativo necessário por que a municipalidade não apresenta interesse que possa sedimentar a imprescindibilidade de relação processual entre ela e o contribuinte de direito.
3. Declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal na via incidental da alínea 'h', do inc. I, da Lei nº 8.212/91, introduzida pela Lei nº 9.506/97.
4. A criação de nova figura de segurado obrigatório da Previdência Social somente poderia ter ocorrido por meio de lei complementar.
5. Os ocupantes de cargo eletivo qualificam-se como agentes políticos, não se enquadrando na categoria de trabalhador.
6. Emenda Constitucional nº 20, de 16/12/98, alterou a redação do art. 195, II, da Carta Magna conferindo validade à contribuição social incidente sobre os subsídios percebidos pelos exercentes de mandato eletivo, sem regime próprio de previdência.
7. A partir da vigência da Lei nº 10.887/04, tributo plenamente exigível.
8. A contribuição social encartada na Lei nº 9.506/97 não encontra suporte na Lei Complementar 84/96, também por causa da ausência de prestação de serviços por parte dos agentes exercentes de mandato eletivo diretamente à municipalidade.
9. Apelo improvido." - grifo nosso.
(TRF4 - AC 200470090020190-PR - 1ª T. - rel. ALVARO EDUARDO JUNQUEIRA, j. 10/08/2005, v.u., publ. DJU 14/09/2005, p. 562)
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. AGENTES POLÍTICOS. MANDATO ELETIVO. LEI 8.212/91. LEI Nº 9.506/97. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. EC Nº 20/98. LEI Nº 10.887/04. EXIGIBILIDADE DO TRIBUTO.
- O STF declarou inconstitucional a contribuição previdenciária incidente sobre os subsídios dos agentes políticos, detentores de mandato eletivo, instituída em período anterior à Emenda Constitucional nº 20, por meio da Lei nº 9.506, de 1997, que inseriu a alínea "h" no inciso I, da Lei nº 8.212, de 1991.
- A Emenda Constitucional nº 20, de 1998, possibilitou a cobrança da contribuição social aos detentores de mandato eletivo sem regime próprio de previdência e sem vínculo empregatício.
- A partir da Lei nº 10.887, de 2004, o referido tributo tornou-se devido, respeitado o princípio da anterioridade especial, permanecendo indevidos os recolhimentos efetuados em período anterior à sua vigência." - grifo nosso.
(TRF4 - REO 200470000119564-PR - 1ª T. - rel. VILSON DARÓS, j. 10/08/2005, v.u., publ. DJU 31/08/2005, p. 451)
"TRIBUTÁRIO. EXERCENTE DE MANDATO ELETIVO. SEGURADO OBRIGATÓRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. LEI Nº 9.506/97. INCONSTITUCIONALIDADE RECONHECIDA PELO STF. ATUALIZAÇÃO PELA TAXA SELIC.
1. No RE 351717, o STF declarou a inconstitucionalidade do dispositivo da Lei nº 9.506/97 que inclui os exercentes de mandato eletivo federal, estadual ou municipal como segurados obrigatórios da Previdência Social, considerando que os ocupantes de cargo eletivo qualificam-se como agentes políticos, não se enquadrando na categoria de trabalhador, em face do disposto no art. 195 da CF (na redação anterior à EC 20/98). Ressalte-se que a decisão não abarca o período posterior à Lei 10.887/04.
2. Devido à regra do artigo 39, § 4º, da Lei 9.250/95, a partir de 1º de janeiro de 1996 deve ser computada sobre o crédito do contribuinte apenas a taxa SELIC, excluindo-se qualquer índice de correção monetária ou juros de mora, pois a referida taxa já os inclui." - grifo nosso.
(TRF4 - AC 200470050030573-PR - 1ª T. - rel. WELLINGTON M DE ALMEIDA, j. 10/08/2005, v.u., publ. DJU 24/08/2005, p. 705)
"EXERCENTES DE MANDATO ELETIVO. CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA SOCIAL. ART. 12, II, "H", DA LEI N° 8212/91. INCONSTITUCIONALIDADE. EXIGIBILIDADE DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA APÓS O ADVENTO DA LEI N° 10.887/04, RESPEITADA A ANTERIORIDADE NONAGESIMAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CUSTAS PROCESSUAIS.
1. O entendimento desta Corte (Argüição de Inconstitucionalidade n.º 1998.04.01.080564-6, sessão de 05.09.2000, Relator Juiz José Luiz B. Germano da Silva) de que o agente político pode ser considerado trabalhador, devendo ser incluído entre os contribuintes da Previdência Social, restou superado pela manifestação do Excelso STF, no sentido da inconstitucionalidade da alínea "h" do inc. "I" do art. 12 da Lei 8.212/91, introduzida pelo § 1º do art. 13, IV, da Lei 9.506/97 (Recurso Extraordinário 351.717/PR, Relator Ministro Carlos Velloso, julgado em 08.10.2003, publicado no DJU de 21.11.2003).
2. A referida decisão do SFT foi corroborada com a superveniência da Resolução do Senado Federal n° 26/05, que suspendeu a execução da norma legal sub judice.
3. Como tal Resolução possui efeitos erga omnes e ex tunc, a norma legal por ela suspensa perde sua validade desde a origem, não podendo ser aplicada a qualquer tempo.
4. Dessa forma, é inconstitucional a cobrança da contribuição previdenciária sobre os valores pagos a título de subsídio aos detentores de mandato eletivo com base na alínea "h" do inc. "I" do art. 12 da Lei 8.212/91.
5. A Lei n° 10.887/2004, porém, em conformidade com a Constituição Federal, instituiu validamente a contribuição previdenciária sobre os subsídios percebidos pelos detentores de mandato eletivo, sendo essa exigível a partir de 16 de setembro de 2004.
6. A atualização monetária incide desde a data do pagamento indevido do tributo (Súmula 162-STJ), até a sua efetiva restituição e/ou compensação. Aplicáveis ao presente caso a UFIR e a Taxa SELIC.
7. Verba honorária fixada em 10% sobre o valor da condenação.
8. A isenção do pagamento pela União e suas autarquias não se aplica às hipóteses de restituição de custas despendidas pela parte vencedora." - grifo nosso.
(TRF4 - AC 200470000133548-PR - 2ª T. - rel. DIRCEU DE ALMEIDA SOARES, j. 02/08/2005, v.u., publ. DJU 17/08/2005, p. 554)
"CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. OCUPANTE DE MANDATO ELETIVO DE PREFEITO. SUBSÍDIOS. INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 20/98.
01. A alínea "j", do inciso I, do artigo 12, da Lei n.º 8.212/91, introduzido pela Lei nº 10.887/04, se acha em perfeita consonância com a Emenda Constitucional nº 20/98 que, ao regular o inciso II, do artigo 195, da Constituição Federal, instituiu contribuição previdenciária vinculando agentes políticos ao sistema previdenciário público.
02. Hipótese em que é devida a cobrança de contribuição social sobre os subsídios do agravado, ocupante de mandado eletivo de Prefeito.
03. Agravo de instrumento provido." - grifo nosso.
(TRF5 - AG 200405000288696-PB - 2ª T. - rel. Paulo Roberto de Oliveira Lima, j. 15/02/2005, v.u., publ. DJ 18/03/2005, p. 729, nº 53)
"CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. LEI Nº10.887/2004. CONSTITUCIONALIDADE. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. AGENTES POLÍTICOS. EXIGÊNCIA.
1. Nos termos da Lei nº 10.887/2004, o exercente de mandato eletivo não vinculado a regime previdenciário próprio insere-se entre os segurados obrigatórios do Regime Geral da Previdência Social.
2. Em face do disposto no art. 195, § 6º, da Constituição Federal, a exigência de contribuições destinadas ao custeio da seguridade social somente pode ser feita em relação a fatos geradores ocorridos após o decurso de noventa dias da publicação da norma que as instituiu ou majorou.
3. Agravo de instrumento parcialmente provido." - grifo nosso.
(TRF5 - AG 200405000288659-PB - 4ª T. - rel. Luiz Alberto Gurgel de Faria, j. 01/02/2005, v.u., publ. DJ 07/03/2005, p. 658, nº 44)
De sorte que, na situação em tela, é caso de manutenção da sentença recorrida, por estar de acordo com a jurisprudência pacífica, como acima exposto.
Dessa forma, com as inovações trazidas ao sistema recursal, a fim de permitir maior celeridade à tramitação dos feitos, não merece ser conhecido o presente recurso, por manifesto confronto com jurisprudência dominante de Tribunal Superior, nos termos do artigo 557, caput, do Código de Processo Civil.
Ante o exposto, nego provimento à remessa oficial, nos termos do artigo 557, caput, do Código de Processo Civil.
Oportunamente, baixem os autos ao Juízo de origem, observadas as formalidades legais. Publique-se.
São Paulo, 23 de março de 2007.
JUIZ FEDERAL CONVOCADO MARCO FALAVINHA
RELATOR

PROC.	:	2005.61.00.010083-2 AMS 285041
ORIG.	:	24 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUIMICA E FARMACEUTICA LTDA
ADV	:	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ADELSON PAIVA SERRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA
ADV	:	ISABELLA MARIANA SAMPAIO PINHEIRO DE CASTRO
RELATOR	:	JUIZ FED.CONV. FERREIRA DA ROCHA/ QUINTA TURMA

Trata-se de apelação em mandado de segurança contra sentença que julgou improcedente o pedido formulado pela impetrante no sentido de eximi-la da obrigação de recolher o percentual de 0,2% a título de contribuição ao INCRA, criada pela Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955, bem como autorizá-la a compensar dos valores recolhidos nos últimos 10 (dez) anos.
A Lei 2613, de 23 de setembro de 1955, criou o Serviço Social Rural, entidade subordinada ao Ministério da Agricultura e com funções semelhantes às do SESI, SESC, SENAI, etc. (art. 3º), sem caráter previdenciário e que seria financiada, entre outras verbas, pelo adicional de 0,3% sobre a contribuição de todo e qualquer empregador para os institutos e caixas de aposentadoria de então. A Lei n.º 4.863/65 majorou esse percentual para 0,4%. Posteriormente, o Decreto-lei 582/69 cuidou de partilhar tal contribuição entre o Funrural (50%) e os órgãos de reforma agrária existentes à época (INDA, GERA E IBRA). Sobreveio o Decreto-lei 1.110, de julho de 1970, que criou o INCRA, órgão que incorporou as três entidades mencionadas. Em dezembro do mesmo ano, o Decreto-lei 1.146 manteve expressamente tal contribuição em igual percentual (0,4% - art. 3º), determinou sua repartição, em partes iguais, entre o FUNRURAL e o INCRA, bem como estabeleceu que cabia ao I.N.P.S. a sua

arrecadação. Editada a Lei Complementar 11, de 25/05/71, que instituiu o PRORURAL, esse percentual foi majorado para 2,6%, dois quais 2,4% caberiam ao FUNRURAL (artigo 15, inciso II) e o restante (0,2%) ao INCRA. Tal situação perdurou até o surgimento da Lei n.º 7787/89, cujo artigo 3º estabeleceu que, verbis:
"A contribuição das empresas em geral e das entidades ou órgão a ela equiparados, destinada à Previdência Social, incidente sobre a folha de salários, será :
I - de 20% sobre o total das remunerações pagas ou creditadas, a qualquer título, no decorrer do mês, aos segurados empregados, avulsos, autônomos e administradores.
II - de 2% (dois por cento) sobre o total das remunerações pagas ou creditadas, no decorrer do mês, aos segurados empregados e avulsos, par o financiamento da complementação das prestações por acidente do trabalho.
Parágrafo 1º - A alíquota de que trata o inciso I abrange as contribuições para o salário-família, para o salário-maternidade, para o abono anual e para o PRORURAL, que ficam suprimidas a partir de 1º de setembro, assim como a contribuição básica para a Previdência Social.
A administração das contribuições arrecadadas para o INCRA pelo do INPS foi, por força da Lei n.º 8.022/90 (art. 1º), transferida para a Secretaria da Receita Federal e a competência para apuração, inscrição e cobrança da dívida ativa para a Procuradoria da Fazenda Nacional.
O Superior Tribunal de Justiça, em acórdão do Recurso Especial n.º 173.588/DF, Rel. Min. Garcia Vieira, 1ª T., j. em 28/08/98, DJU 21/09/98, decidiu que, verbis :
" FUNRURAL - EMPRESAS URBANAS - PRORURAL - FONTE DE CUSTEIO - CONTRIBUIÇÃO PARA O INCRA.
Todas as empresas, urbanas ou rurais, estão obrigadas a recolher anualmente as contribuições de 2,4% para o INSS e 0,2% para INCRA, sobre o valor de sua folha de pagamento.
Somente a contribuição de 2,4% foi destinada para o FUNRURAL e é fonte de custeio do PRORURAL. A contribuição de 0,2% do INCRA nunca foi fonte de custeio do PRORURAL, e o artigo 3º, parágrafo 1º, da Lei n.º 7.787/89 não a suprimiu.
Recurso da empresa não conhecido.
Recurso do INSS provido."
O histórico da contribuição questionada deixa claro que esta nunca teve natureza previdenciária, na medida em que não custeia o sistema, e que o último dispositivo legal que a previu, não obstante estivesse inserido em um diploma que cuidava da Previdência Rural (Lei Complementar 11/71), estabeleceu expressa separação do FUNRURAL. Não é por outro motivo, aliás, que o INCRA sustenta a validade de sua cobrança na atualidade, não obstante a extinção do FUNRURAL pela Lei 7787/89. Ademais, os entes destinatário (INCRA) e de apuração, cobrança e inscrição da dívida (Faz. Nacional) evidenciam a distinção das contribuições previdenciárias.
O inciso II do parágrafo 1º do artigo 10 do Regimento Interno desta corte atribui à Primeira Seção competência para a, verbis, "matéria previdenciária, inclusive contribuições destinadas ao custeio da Previdência Social, ao Fundo de Assistência do Trabalhador Rural (FUNRURAL) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)".
Assim, considerada a nítida distinção da contribuição combatida daquelas que tem por finalidade custear Previdência Social, conclui-se que a matéria não se insere entre aquelas atribuídas a esta Seção, mas, sim, dos "tributos em geral" (inciso VI do § 2 do art. 10 do R.I.).
Ante o exposto, declino da competência para conhecer e julgar o recurso e determino a remessa dos autos à Vice-Presidência para redistribuição a um dos eminentes integrantes da Segunda Seção desta corte.
Publique-se.
São Paulo, 16 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2006.03.00.118811-2 MCI 5451
ORIG.	:	200661000238329 25 Vr SAO PAULO/SP
REQTE	:	SAO RAFAEL IND/ E COM/ LTDA
ADV	:	NEIF ASSAD MURAD
REQDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. FERREIRA DA ROCHA/QUINTA TURMA

Embargos de declaração (fls.141/143) opostos pelo requerente, nos quais sustenta que o "decisum" é omisso, porquanto deixou de apreciar os pedidos elencados na cautelar, notadamente no que pertine ao recebimento da medida preparatória da ação principal, "in casu", a apelação no mandado de segurança. Aduz que a demanada não tem caráter satisfativo, capaz de tornar inócuo o "writ" impetrado.
A decisão embargada de fls.132/137 não apreciou as questões aventadas pelo recorrente, haja vista que deixou claro o entendimento de que não cabe medida cautelar ao caso em espécie, de modo que, evidentemente, não havia razão lógica para examinar o mérito do pleito desta ação. Assim, não há que se falar em omissão.
Na verdade, a interposição dos presentes embargos cinge-se ao inconformismo com o resultado do julgamento, ou seja, a embargante pretende a reforma do julgado, o que imprime nítido caráter infringente aos embargos declaratórios e não se admite.
"É incabível, nos declaratórios, rever a decisão anterior, reexaminando ponto sobre o qual já houve pronunciamento, com inversão, em conseqüência, do resultado final. Nesse caso, há alteração substancial do julgado, o que foge ao disposto no artigo 535 e incisos do CPC. Recurso Especial conhecido em parte e assim provido" (RSTJ 30/412).
Ante o exposto, conheço dos embargos opostos e os rejeito.
Publique-se.
São Paulo, 30 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado Relator

PROC.	:	2005.61.00.001583-0 AMS 284022
ORIG.	:	16 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MYRTHES ELIANE QUITETE TARANTINO e outro
ADV	:	IVONE DOS SANTOS FAVA
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 16 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. RAMZA TARTUCE / QUINTA TURMA

D E S P A C H O
Fls. 219, 225 e 229. Aguarde-se o julgamento designado para o próximo dia 26 de março.
Int.
São Paulo, 22 de março de 2007.
Desembargadora Federal RAMZA TARTUCE
Relatora

PROC.	:	92.03.052264-6 AG 8585
ORIG.	:	9200006426 1 Vr CAMPO GRANDE/MS
AGRTE	:	ANTONIO RAMIRES KOCH e outro
ADV	:	LEVI MOROZ
AGRDO	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
RELATOR	:	DES.FED. ANDRE NABARRETE / QUINTA TURMA

Oficie-se novamente ao MM Juízo a quo, a fim de solicitar-lhe informações detalhadas acerca do andamento dos autos originários, cujo número é 91.0000713-7.
Publique-se.
São Paulo, 12 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	95.03.022597-3 AG 24635
ORIG.	:	9400066465 1 Vr CAMPO GRANDE/MS
AGRTE	:	Uniao Federal - MEX
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
AGRDO	:	DEOZELINDO CLARINDO DA SILVA
ADV	:	EDSON MORAES CHAVES
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. FERREIRA DA ROCHA/ QUINTA TURMA

Conforme extrato em anexo, obtido em consulta ao sistema informatizado deste tribunal, verifico que, por decisão proferida pelo Juízo a quo em l7.03.1995, foi cassada a liminar anteriormente concedida, objeto deste agravo. Assim, deve ser mantido o decisum de fl. 55, que o julgou prejudicado, porém com fulcro no artigo 529 do CPC c.c. o artigo 33, inciso XII, do Regimento Interno desta corte. Outrossim, diga a União Federal se remanesce o interesse no julgamento do agravo legal de fls. 61/65.
Publique-se. Intimem-se.
São Paulo, 27 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado Relator

PROC.	:	95.03.071372-2 AC 272481
ORIG.	:	9400120605 1 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	EIDIVAL LOURENCO MARFIL e outro
ADV	:	FABIO EDUARDO LUPATELLI
APDO	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
INTERES	:	HELOISA BEAUREPAIRE ARAGAO e outros
RELATOR	:	DES.FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW / QUINTA TURMA

D E S P A C H O
1. Fls. 412/413: defiro o pedido de vista destes autos pelo prazo de 10 (dez) dias
2.Publique-se
São Paulo, 20 de março de 2007.
André Nekatschalow
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	96.03.018791-7 AC 307045
ORIG.	:	9404009016 2 Vr SAO JOSE DOS CAMPOS/SP
APTE	:	ASSOCIACAO DOS MUTUARIOS DO VALE DO PARAIBA SP AMVAP e outros
ADV	:	VERA LUCIA GOMES DE ARAUJO e outro
APTE	:	ROBERTO DOS PASSOS VIDAL
ADV	:	REJANE ALVES MACHADO
ADV	:	VERA LUCIA GOMES DE ARAUJO
APTE	:	EZEQUIEL DE PAULA SANTOS
ADV	:	VERA LUCIA GOMES DE ARAUJO e outro
APTE	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
APDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	EGLE ENIANDRA LAPREZA e outro
APDO	:	OS MESMOS
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE S J CAMPOS SP
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. FERREIRA DA ROCHA / QUINTA TURMA

Fls.423/424: À vista da renúncia ao direito em que se funda a ação manifestada por Roberto dos Passos Vidal, com a qual a Caixa Econômica Federal concordou, julgo extinto o processo, com julgamento de mérito, com fulcro nos artigos 269, inciso V, do CPC c/c 33, inciso VI, do Regimento Interno desta Corte. Custas e honorários advocatícios nos termos do acordo.
Quanto aos pedidos de Eduardo de Oliveira Molica (fls. 386/387), José Hélio Ribeiro (fls. 418/419), Reginaldo Ribeiro Alonso (fls. 406/407), Antonio Carlos Cali (fls. 412/413), Luiz Antônio Azevedo Rosa (fls. 414/415) e José Maria De Moraes Nogueira (fls. 394/395),esclareçam os autores se pretendem a desistência do recurso ou a renúncia do direito em que se funda a ação e, em seguida, manifestem-se a Caixa Econômica Federal e a União Federal a esse respeito.
Remetam-se os autos ao setor de distribuição para retificação do pólo ativo da demanda, com exclusão do co-autor Reberto dos Passos Vidal e, posteriormente, voltem à conclusão para prosseguimento do processo em relação aos co-autores remanescentes.
Publique-se.
São Paulo, 12 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado

PROC.	:	96.03.074345-3 AG 44678
ORIG.	:	9600231672 12 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	LINDNALVA BORGES GONCALVES e outros
ADV	:	JOAO BATISTA RODRIGUES
AGRDO	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
AGRDO	:	BANCO ITAU S/A
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 12 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. FERREIRA DA ROCHA / QUINTA TURMA

À vista da remessa dos autos à Justiça Estadual, conforme andamento em anexo obtido junto à pesquisa de andamentos processuais desta corte, julgo prejudicado este recurso, ante a manifesta perda de objeto, nos termos do artigo 33, inciso XII, do Regimento Interno desta corte.
Oportunamente, baixem os autos à origem, com as cautelas legais.
Publique-se.
São Paulo 30 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado Relator

PROC.	:	96.03.090631-0 AC 348142
ORIG.	:	9200283659 16 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Ministerio Publico Federal
PROC	:	MONICA CAMPOS DE RE
APDO	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
PARTE A	:	MARIA DE LOURDES DA CONCEICAO
RELATOR	:	JUIZ FED.CONV. FERREIRA DA ROCHA/ QUINTA TURMA

Por tratar-se de ação de usucapião envolvendo área situada em São Miguel Paulista (fls. 02/04), manifeste-se a apelada, à vista da Súmula Administrativa nº 04, da Advocacia-Geral da União, que prescreve:
"Salvo para defender o seu domínio sobre imóveis que estejam afetados ao uso público federal, a União não reivindicará o domínio de terras situadas dentro dos perímetros dos antigos aldeamentos indígenas de São Miguel e de Guarulhos, localizados no Estado de São Paulo, e desistirá de reivindicações que tenham como objeto referido domínio."
Publique-se.
São Paulo, 19 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	97.03.083173-7 AG 58178
ORIG.	:	9700416380 12 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
AGRDO	:	SILVIA REGINA KRUZKOPS e outros
ADV	:	HERMINIA BEATRIZ DE ARRUDA ISSEI e outro
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 12 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW / QUINTA TURMA

D E C I S Ã O
Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto contra a decisão de fls. 15/17, que concedeu parcialmente a tutela antecipada na Ação de Rito Ordinário n. 97.0041638-0.

Foi julgado prejudicado o recurso interposto (fls. 44/45), e contra essa decisão foram opostos embargos de declaração (Fls. 54/58), os quais foram providos para suspender a análise deste recurso até o julgamento da ADC n. 04/98 (Fls. 60/61).
Verifico que já foi proferido acórdão no Processo Principal n. 97.0041638-0 (Siapro).
Decido.
Agravo de instrumento contra tutela antecipada: perda de objeto pelo julgamento da apelação. O julgamento da apelação interposta contra sentença proferida em demanda na qual se antecipou a tutela jurisdicional, em decisão objeto de agravo de instrumento, acarreta a perda de objeto deste recurso, cujo interesse consiste em obstar a execução provisória. Com o julgamento da apelação, havendo ou não antecipação da tutela, a execução (provisória ou definitiva, dependendo da interposição de recurso extraordinário ou especial) passa a ter outro título jurídico. O eventual provimento do agravo, a rigor, não obvia a eficácia própria do acórdão proferido na apelação. Daí a falta de interesse recursal por fato superveniente ou, como se costuma dizer, perda de objeto do agravo:
"EMENTA: PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDENCIÁRIO. DUPLO EFEITO DA APELAÇÃO. MATÉRIA COLOCADA 'SUB JUDICE' PREJUDICADA EM FACE DO JULGAMENTO DA APELAÇÃO CÍVEL. AGRAVO PREJUDICADO.
"1. A matéria colocada 'sub judice' está prejudicada, em face do julgamento da apelação cível nos autos da ação principal.
"2. Agravo prejudicado, nos termos do art. 33, XI, do Regimento Interno desta Corte."
(TRF da 3ª Região, Agr. Instr. n. 95.03.087664-8-SP, Rel. Des. Fed. Ramza Tartuce, unânime, j. 16.12.96, DJ 25.02.97)
"EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. LIMINAR ATACADA. RECURSO QUE PERDEU OBJETO.
"1. Decidida a ação cautelar, não há mais provimento liminar por ser atacado, pelo que o agravo perdeu seu objeto.
"2. Agravo que se julga prejudicado.
(TRF da 3ª Região, Agr. Instr. n. 90.03.000264-9-SP, Rel. Des. Fed. Aricê Amaral, unânime, j. 12.06.90, DOE p. 24.09.90)
Do caso dos autos. Este Agravo de Instrumento n. 97.03.083173-7 foi interposto contra a decisão que concedeu parcialmente o pedido de antecipação de tutela no Processo n. 97.0041638-0. O recurso de apelação já foi apreciado, inclusive, com trânsito em julgado do acórdão. Portanto, não subsiste mais interesse no prosseguimento deste recurso, e desnecessária a suspensão do seu andamento.
Ante o exposto, JULGO PREJUDICADO este agravo de instrumento, com fundamento no art. 557, caput, do Código de Processo Civil c. c. o art. 33, XII, do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
Decorrido o prazo legal, remetam-se os autos à Vara de origem, observando-se as formalidades legais.
Publique-se.
São Paulo, 29 de março de 2007.
André Nekatschalow
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	98.03.012602-4 AG 61725
ORIG.	:	9800002006 12 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
AGRDO	:	JOAO BATISTA RAMOS
ADV	:	SILVIA DA GRACA GONCALVES COSTA e outros
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 12 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW / QUINTA TURMA

D E C I S Ã O
Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto contra a decisão de fls. 20/22, que concedeu o pedido de tutela antecipada na Ação de Rito Ordinário n. 98.0000200-6.
Foi julgado prejudicado o recurso (fls. 25/26),e contra essa decisão foram opostos embargos de declaração (Fls. 35/39), os quais foram providos para suspender a análise deste recurso até o julgamento da ADC n. 04/98 (Fls. 41/42).
Verifico que já foi proferido acórdão no Processo Principal n. 98.00200-6 (Siapro).
Decido.
Agravo de instrumento contra tutela antecipada: perda de objeto pelo julgamento da apelação. O julgamento da apelação interposta contra sentença proferida em demanda na qual se antecipou a tutela jurisdicional, em decisão objeto de agravo de instrumento, acarreta a perda de objeto deste recurso, cujo interesse consiste em obstar a execução provisória. Com o julgamento da apelação, havendo ou não antecipação da tutela, a execução (provisória ou definitiva, dependendo da interposição de recurso extraordinário ou especial) passa a ter outro título jurídico. O eventual provimento do agravo, a rigor, não obvia a eficácia própria do acórdão proferido na apelação. Daí a falta de interesse recursal por fato superveniente ou, como se costuma dizer, perda de objeto do agravo:
"EMENTA: PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDENCIÁRIO. DUPLO EFEITO DA APELAÇÃO. MATÉRIA COLOCADA 'SUB JUDICE' PREJUDICADA EM FACE DO JULGAMENTO DA APELAÇÃO CÍVEL. AGRAVO PREJUDICADO.
"1. A matéria colocada 'sub judice' está prejudicada, em face do julgamento da apelação cível nos autos da ação principal.
"2. Agravo prejudicado, nos termos do art. 33, XI, do Regimento Interno desta Corte."
(TRF da 3ª Região, Agr. Instr. n. 95.03.087664-8-SP, Rel. Des. Fed. Ramza Tartuce, unânime, j. 16.12.96, DJ 25.02.97)
"EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. LIMINAR ATACADA. RECURSO QUE PERDEU OBJETO.
"1. Decidida a ação cautelar, não há mais provimento liminar por ser atacado, pelo que o agravo perdeu seu objeto.
"2. Agravo que se julga prejudicado.
(TRF da 3ª Região, Agr. Instr. n. 90.03.000264-9-SP, Rel. Des. Fed. Aricê Amaral, unânime, j. 12.06.90, DOE p. 24.09.90)
Do caso dos autos. Este Agravo de Instrumento n. 98.03.012602-4 foi interposto contra a decisão que concedeu o pedido de antecipação de tutela no Processo n. 98.00200-6. O recurso de apelação já foi apreciado, inclusive, com trânsito em julgado do acórdão. Portanto, não subsiste mais interesse no prosseguimento deste recurso, e desnecessária a suspensão do seu andamento.
Ante o exposto, JULGO PREJUDICADO este agravo de instrumento, com fundamento no art. 557, caput, do Código de Processo Civil c. c. o art. 33, XII, do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
Decorrido o prazo legal, remetam-se os autos à Vara de origem, observando-se as formalidades legais.
Publique-se.
São Paulo, 29 de março de 2007.
André Nekatschalow
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	98.03.012654-7 AG 61776
ORIG.	:	9507072381 2 Vr SAO JOSE DO RIO PRETO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
AGRDO	:	MARISA AIUB LOPES
ADV	:	VALTER PAULON JUNIOR e outros
PARTE R	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	JOSE PAULO NEVES
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE S J RIO PRETO SP
RELATOR	:	DES.FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW / QUINTA TURMA

D E C I S Ã O
1. Tendo em vista que a agravante não tem mais interesse no julgamento do recurso (fl. 39), JULGO-O PREJUDICADO, com fundamento no art. 557 do CPC.
3. Publique-se.
São Paulo, 2 de abril de 2007.
André Nekatschalow
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	98.03.018135-1 AG 62801
ORIG.	:	9800022210 21 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
AGRDO	:	LENITA DE SALVI BULGARELLI
ADV	:	HAMILTON ERNESTO ANTONINO R PROTO e outros
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 21 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW / QUINTA TURMA

D E C I S Ã O
Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto contra a decisão de fls. 21/22, que concedeu o pedido de tutela antecipada na Ação de Rito Ordinário n. 98.0002221-0.
Foi julgado prejudicado o recurso (fls. 24/25), e contra essa decisão foram opostos embargos de declaração (Fls. 32/36), os quais foram providos para suspender a análise deste recurso até o julgamento da ADC n. 04/98 (Fls. 38/39).
Verifico que já foi proferido acórdão no Processo Principal n. 98.0002221-0 (Siapro).
Decido.
Agravo de instrumento contra tutela antecipada: perda de objeto pelo julgamento da apelação. O julgamento da apelação interposta contra sentença proferida em demanda na qual se antecipou a tutela jurisdicional, em decisão objeto de agravo de instrumento, acarreta a perda de objeto deste recurso, cujo interesse consiste em obstar a execução provisória. Com o julgamento da apelação, havendo ou não antecipação da tutela, a execução (provisória ou definitiva, dependendo da interposição de recurso extraordinário ou especial) passa a ter outro título jurídico. O eventual provimento do agravo, a rigor, não obvia a eficácia própria do acórdão proferido na apelação. Daí a falta de interesse recursal por fato superveniente ou, como se costuma dizer, perda de objeto do agravo:
"EMENTA: PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDENCIÁRIO. DUPLO EFEITO DA APELAÇÃO. MATÉRIA COLOCADA 'SUB JUDICE' PREJUDICADA EM FACE DO JULGAMENTO DA APELAÇÃO CÍVEL. AGRAVO PREJUDICADO.
"1. A matéria colocada 'sub judice' está prejudicada, em face do julgamento da apelação cível nos autos da ação principal.
"2. Agravo prejudicado, nos termos do art. 33, XI, do Regimento Interno desta Corte."
(TRF da 3ª Região, Agr. Instr. n. 95.03.087664-8-SP, Rel. Des. Fed. Ramza Tartuce, unânime, j. 16.12.96, DJ 25.02.97)
"EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. LIMINAR ATACADA. RECURSO QUE PERDEU OBJETO.
"1. Decidida a ação cautelar, não há mais provimento liminar por ser atacado, pelo que o agravo perdeu seu objeto.
"2. Agravo que se julga prejudicado.
(TRF da 3ª Região, Agr. Instr. n. 90.03.000264-9-SP, Rel. Des. Fed. Aricê Amaral, unânime, j. 12.06.90, DOE p. 24.09.90)
Do caso dos autos. Este Agravo de Instrumento n. 98.03.018135-1 foi interposto contra a decisão que concedeu o pedido de antecipação de tutela no Processo n. 98.0002221-0. O recurso de apelação já foi apreciado, inclusive, com trânsito em julgado do acórdão. Portanto, não subsiste mais interesse no prosseguimento deste recurso, e desnecessária a suspensão do seu andamento.
Ante o exposto, JULGO PREJUDICADO este agravo de instrumento, com fundamento no art. 557, caput, do Código de Processo Civil c. c. o art. 33, XII, do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
Decorrido o prazo legal, remetam-se os autos à Vara de origem, observando-se as formalidades legais.
Publique-se.
São Paulo, 29 de março de 2007.
André Nekatschalow
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	98.03.018288-9 AG 62927
ORIG.	:	9700447782 9 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
AGRDO	:	ALICE FERNANDES CHAVES BANZI e outros
ADV	:	JOEL BELMONTE e outro
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 9 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW / QUINTA TURMA

D E C I S Ã O
Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto contra a decisão de fls. 13/15, que deferiu o pedido de tutela antecipada na Ação de Rito Ordinário n. 97.0044778-2.
Foi julgado prejudicado o recurso (fls. 126/127), e contra essa decisão foram opostos embargos de declaração (Fls. 133/137), os quais foram providos para suspender a análise deste recurso até o julgamento da ADC n. 04/98 (Fls. 139/140).
Verifico que já foi proferido acórdão no Processo Principal n. 97.0044778-2 (Siapro).
Decido.
Agravo de instrumento contra tutela antecipada: perda de objeto pelo julgamento da apelação. O julgamento da apelação interposta contra sentença proferida em demanda na qual se antecipou a tutela jurisdicional, em decisão objeto de agravo de instrumento, acarreta a perda de objeto deste recurso, cujo interesse consiste em obstar a execução provisória. Com o julgamento da apelação, havendo ou não antecipação da tutela, a execução (provisória ou definitiva, dependendo da interposição de recurso extraordinário ou especial) passa a ter outro título jurídico. O eventual provimento do agravo, a rigor, não obvia a eficácia própria do acórdão proferido na apelação. Daí a falta de interesse recursal por fato superveniente ou, como se costuma dizer, perda de objeto do agravo:
"EMENTA: PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDENCIÁRIO. DUPLO EFEITO DA APELAÇÃO. MATÉRIA COLOCADA 'SUB JUDICE' PREJUDICADA EM FACE DO JULGAMENTO DA APELAÇÃO CÍVEL. AGRAVO PREJUDICADO.
"1. A matéria colocada 'sub judice' está prejudicada, em face do julgamento da apelação cível nos autos da ação principal.
"2. Agravo prejudicado, nos termos do art. 33, XI, do Regimento Interno desta Corte."
(TRF da 3ª Região, Agr. Instr. n. 95.03.087664-8-SP, Rel. Des. Fed. Ramza Tartuce, unânime, j. 16.12.96, DJ 25.02.97)
"EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. LIMINAR ATACADA. RECURSO QUE PERDEU OBJETO.
"1. Decidida a ação cautelar, não há mais provimento liminar por ser atacado, pelo que o agravo perdeu seu objeto.
"2. Agravo que se julga prejudicado.
(TRF da 3ª Região, Agr. Instr. n. 90.03.000264-9-SP, Rel. Des. Fed. Aricê Amaral, unânime, j. 12.06.90, DOE p. 24.09.90)
Do caso dos autos. Este Agravo de Instrumento n. 98.03.018288-9 foi interposto contra a decisão que deferiu o pedido de antecipação de tutela no Processo n. 97.0044778-2. O recurso de apelação já foi apreciado, inclusive, com trânsito em julgado do acórdão. Portanto, não subsiste mais interesse no prosseguimento deste recurso, e desnecessária a suspensão do seu andamento.
Ante o exposto, JULGO PREJUDICADO este agravo de instrumento, com fundamento no art. 557, caput, do Código de Processo Civil c. c. o art. 33, XII, do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
Decorrido o prazo legal, remetam-se os autos à Vara de origem, observando-se as formalidades legais.
Publique-se.
São Paulo, 29 de março de 2007.
André Nekatschalow
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	98.03.021720-8 AG 63452
ORIG.	:	9700599736 7 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
AGRDO	:	APARECIDA TEREZINHA FERNANDES e outros
ADV	:	DONATO ANTONIO DE FARIAS e outros
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 7 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW / QUINTA TURMA

D E C I S Ã O
Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto contra a decisão de fl. 20, que concedeu o pedido de tutela antecipada na Ação de Rito Ordinário n. 97.59973-6.
Foi julgado prejudicado o recurso (fls. 120/121),e contra essa decisão foram opostos embargos de declaração (Fls. 127/131), os quais foram providos para suspender a análise deste recurso até o julgamento da ADC n. 04/98 (Fls. 133/134).
Verifico que já foi proferido acórdão no Processo Principal n. 97.59973-6 (Siapro).
Decido.
Agravo de instrumento contra tutela antecipada: perda de objeto pelo julgamento da apelação. O julgamento da apelação interposta contra sentença proferida em demanda na qual se antecipou a tutela jurisdicional, em decisão objeto de agravo de instrumento, acarreta a perda de objeto deste recurso, cujo interesse consiste em obstar a execução provisória. Com o julgamento da apelação, havendo ou não antecipação da tutela, a execução (provisória ou definitiva, dependendo da interposição de recurso extraordinário ou especial) passa a ter outro título jurídico. O eventual provimento do agravo, a rigor, não obvia a eficácia própria do acórdão proferido na apelação. Daí a falta de interesse recursal por fato superveniente ou, como se costuma dizer, perda de objeto do agravo:
"EMENTA: PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDENCIÁRIO. DUPLO EFEITO DA APELAÇÃO. MATÉRIA COLOCADA 'SUB JUDICE' PREJUDICADA EM FACE DO JULGAMENTO DA APELAÇÃO CÍVEL. AGRAVO PREJUDICADO.
"1. A matéria colocada 'sub judice' está prejudicada, em face do julgamento da apelação cível nos autos da ação principal.
"2. Agravo prejudicado, nos termos do art. 33, XI, do Regimento Interno desta Corte."
(TRF da 3ª Região, Agr. Instr. n. 95.03.087664-8-SP, Rel. Des. Fed. Ramza Tartuce, unânime, j. 16.12.96, DJ 25.02.97)
"EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. LIMINAR ATACADA. RECURSO QUE PERDEU OBJETO.
"1. Decidida a ação cautelar, não há mais provimento liminar por ser atacado, pelo que o agravo perdeu seu objeto.
"2. Agravo que se julga prejudicado.
(TRF da 3ª Região, Agr. Instr. n. 90.03.000264-9-SP, Rel. Des. Fed. Aricê Amaral, unânime, j. 12.06.90, DOE p. 24.09.90)
Do caso dos autos. Este Agravo de Instrumento n. 98.03.021720-8 foi interposto contra a decisão que concedeu o pedido de antecipação de tutela no Processo n. 97.59973-6. O recurso de apelação já foi apreciado, inclusive, com trânsito em julgado do acórdão. Portanto, não subsiste mais interesse no prosseguimento deste recurso, e desnecessária a suspensão do seu andamento.
Ante o exposto, JULGO PREJUDICADO este agravo de instrumento, com fundamento no art. 557, caput, do Código de Processo Civil c. c. o art. 33, XII, do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
Decorrido o prazo legal, remetam-se os autos à Vara de origem, observando-se as formalidades legais.
Publique-se.
São Paulo, 29 de março de 2007.
André Nekatschalow
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	98.03.021727-5 AG 63459
ORIG.	:	9700604020 7 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
AGRDO	:	FRANCISCA RODRIGUES DA SILVA e outros
ADV	:	DONATO ANTONIO DE FARIAS e outros
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 7 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW / QUINTA TURMA

D E C I S Ã O
Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto contra a decisão de fl. 20, que concedeu o pedido de tutela antecipada na Ação de Rito Ordinário n. 97.60402-0.
Foi julgado prejudicado o recurso (fls. 120/121),e contra essa decisão foram opostos embargos de declaração (Fls. 129/133), os quais foram providos para suspender a análise deste recurso até o julgamento da ADC n. 04/98 (Fls. 135/136).
Verifico que já foi proferido acórdão no Processo Principal n. 97.60402-0 (Siapro).
Decido.
Agravo de instrumento contra tutela antecipada: perda de objeto pelo julgamento da apelação. O julgamento da apelação interposta contra sentença proferida em demanda na qual se antecipou a tutela jurisdicional, em decisão objeto de agravo de instrumento, acarreta a perda de objeto deste recurso, cujo interesse consiste em obstar a execução provisória. Com o julgamento da apelação, havendo ou não antecipação da tutela, a execução (provisória ou definitiva, dependendo da interposição de recurso extraordinário ou especial) passa a ter outro título jurídico. O eventual provimento do agravo, a rigor, não obvia a eficácia própria do acórdão proferido na apelação. Daí a falta de interesse recursal por fato superveniente ou, como se costuma dizer, perda de objeto do agravo:
"EMENTA: PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDENCIÁRIO. DUPLO EFEITO DA APELAÇÃO. MATÉRIA COLOCADA 'SUB JUDICE' PREJUDICADA EM FACE DO JULGAMENTO DA APELAÇÃO CÍVEL. AGRAVO PREJUDICADO.
"1. A matéria colocada 'sub judice' está prejudicada, em face do julgamento da apelação cível nos autos da ação principal.
"2. Agravo prejudicado, nos termos do art. 33, XI, do Regimento Interno desta Corte."
(TRF da 3ª Região, Agr. Instr. n. 95.03.087664-8-SP, Rel. Des. Fed. Ramza Tartuce, unânime, j. 16.12.96, DJ 25.02.97)
"EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. LIMINAR ATACADA. RECURSO QUE PERDEU OBJETO.
"1. Decidida a ação cautelar, não há mais provimento liminar por ser atacado, pelo que o agravo perdeu seu objeto.
"2. Agravo que se julga prejudicado.
(TRF da 3ª Região, Agr. Instr. n. 90.03.000264-9-SP, Rel. Des. Fed. Aricê Amaral, unânime, j. 12.06.90, DOE p. 24.09.90)
Do caso dos autos. Este Agravo de Instrumento n. 98.03.021727-5 foi interposto contra a decisão que concedeu o pedido de antecipação de tutela no Processo n. 97.60402-0. O recurso de apelação já foi apreciado, inclusive, com trânsito em julgado do acórdão. Portanto, não subsiste mais interesse no prosseguimento deste recurso, e desnecessária a suspensão do seu andamento.
Ante o exposto, JULGO PREJUDICADO este agravo de instrumento, com fundamento no art. 557, caput, do Código de Processo Civil c. c. o art. 33, XII, do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
Decorrido o prazo legal, remetam-se os autos à Vara de origem, observando-se as formalidades legais.
Publique-se.
São Paulo, 29 de março de 2007.
André Nekatschalow
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	98.03.037447-8 AG 64618
ORIG.	:	9700603520 19 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
AGRDO	:	JOSE ROBERTO DE SOUZA BARATELLA
ADV	:	APARECIDO INACIO e outros
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 19 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW / QUINTA TURMA

D E C I S Ã O
Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto contra a decisão de fls. 21/23, que concedeu o pedido de tutela antecipada na Ação de Rito Ordinário n. 97.60352-0.
Foi julgado prejudicado o recurso (fls. 31/32), e contra essa decisão foram opostos embargos de declaração (Fls. 39/43), os quais foram providos para suspender a análise deste recurso até o julgamento da ADC n. 04/98 (Fls. 45/46).
Verifico que já foi proferido acórdão no Processo Principal n. 97.60352-0 (Siapro).
Decido.
Agravo de instrumento contra tutela antecipada: perda de objeto pelo julgamento da apelação. O julgamento da apelação interposta contra sentença proferida em demanda na qual se antecipou a tutela jurisdicional, em decisão objeto de agravo de instrumento, acarreta a perda de objeto deste recurso, cujo interesse consiste em obstar a execução provisória. Com o julgamento da apelação, havendo ou não antecipação da tutela, a execução (provisória ou definitiva, dependendo da interposição de recurso extraordinário ou especial) passa a ter outro título jurídico. O eventual provimento do agravo, a rigor, não obvia a eficácia própria do acórdão proferido na apelação. Daí a falta de interesse recursal por fato superveniente ou, como se costuma dizer, perda de objeto do agravo:
"EMENTA: PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDENCIÁRIO. DUPLO EFEITO DA APELAÇÃO. MATÉRIA COLOCADA 'SUB JUDICE' PREJUDICADA EM FACE DO JULGAMENTO DA APELAÇÃO CÍVEL. AGRAVO PREJUDICADO.
"1. A matéria colocada 'sub judice' está prejudicada, em face do julgamento da apelação cível nos autos da ação principal.
"2. Agravo prejudicado, nos termos do art. 33, XI, do Regimento Interno desta Corte."
(TRF da 3ª Região, Agr. Instr. n. 95.03.087664-8-SP, Rel. Des. Fed. Ramza Tartuce, unânime, j. 16.12.96, DJ 25.02.97)
"EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. LIMINAR ATACADA. RECURSO QUE PERDEU OBJETO.
"1. Decidida a ação cautelar, não há mais provimento liminar por ser atacado, pelo que o agravo perdeu seu objeto.
"2. Agravo que se julga prejudicado.
(TRF da 3ª Região, Agr. Instr. n. 90.03.000264-9-SP, Rel. Des. Fed. Aricê Amaral, unânime, j. 12.06.90, DOE p. 24.09.90)
Do caso dos autos. Este Agravo de Instrumento n. 98.03.037447-8 foi interposto contra a decisão que concedeu o pedido de antecipação de tutela no Processo n. 97.60352-0. O recurso de apelação já foi apreciado, inclusive, com trânsito em julgado do acórdão. Portanto, não subsiste mais interesse no prosseguimento deste recurso, e desnecessária a suspensão do seu andamento.
Ante o exposto, JULGO PREJUDICADO este agravo de instrumento, com fundamento no art. 557, caput, do Código de Processo Civil c. c. o art. 33, XII, do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
Decorrido o prazo legal, remetam-se os autos à Vara de origem, observando-se as formalidades legais.
Publique-se.
São Paulo, 29 de março de 2007.
André Nekatschalow
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	98.03.048813-9 AG 66154
ORIG.	:	9700264696 9 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
AGRDO	:	DAVINA DIAS e outros
ADV	:	HERMINIA BEATRIZ DE ARRUDA ISSEI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 9 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW / QUINTA TURMA

D E C I S Ã O
Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto contra a decisão de fls. 40/44, que deferiu em parte o pedido de tutela antecipada na Ação de Rito Ordinário n. 97.26469-6.
Foi suspenso o julgamento do recurso (fls. 48/49), e reativado, posteriormente, pelo despacho de fl. 73.
Verifico que já foi proferido acórdão no Processo Principal n. 97.26469-6 (Siapro).
Decido.
Agravo de instrumento contra tutela antecipada: perda de objeto pelo julgamento da apelação. O julgamento da apelação interposta contra sentença proferida em demanda na qual se antecipou a tutela jurisdicional, em decisão objeto de agravo de instrumento, acarreta a perda de objeto deste recurso, cujo interesse consiste em obstar a execução provisória. Com o julgamento da apelação, havendo ou não antecipação da tutela, a execução (provisória ou definitiva, dependendo da interposição de recurso extraordinário ou especial) passa a ter outro título jurídico. O eventual provimento do agravo, a rigor, não obvia a eficácia própria do acórdão proferido na apelação. Daí a falta de interesse recursal por fato superveniente ou, como se costuma dizer, perda de objeto do agravo:
"EMENTA: PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDENCIÁRIO. DUPLO EFEITO DA APELAÇÃO. MATÉRIA COLOCADA 'SUB JUDICE' PREJUDICADA EM FACE DO JULGAMENTO DA APELAÇÃO CÍVEL. AGRAVO PREJUDICADO.
"1. A matéria colocada 'sub judice' está prejudicada, em face do julgamento da apelação cível nos autos da ação principal.
"2. Agravo prejudicado, nos termos do art. 33, XI, do Regimento Interno desta Corte."
(TRF da 3ª Região, Agr. Instr. n. 95.03.087664-8-SP, Rel. Des. Fed. Ramza Tartuce, unânime, j. 16.12.96, DJ 25.02.97)
"EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. LIMINAR ATACADA. RECURSO QUE PERDEU OBJETO.
"1. Decidida a ação cautelar, não há mais provimento liminar por ser atacado, pelo que o agravo perdeu seu objeto.
"2. Agravo que se julga prejudicado.
(TRF da 3ª Região, Agr. Instr. n. 90.03.000264-9-SP, Rel. Des. Fed. Aricê Amaral, unânime, j. 12.06.90, DOE p. 24.09.90)
Do caso dos autos. Este Agravo de Instrumento n. 98.03.048813-9 foi interposto contra a decisão que deferiu em parte o pedido de antecipação de tutela no Processo n. 97.0026469-6. O recurso de apelação já foi apreciado, inclusive, com trânsito em julgado do acórdão. Portanto, não subsiste mais interesse no prosseguimento deste recurso.
Ante o exposto, JULGO PREJUDICADO este agravo de instrumento, com fundamento no art. 557, caput, do Código de Processo Civil c.c. o art. 33, XII, do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
Decorrido o prazo legal, remetam-se os autos à Vara de origem, observando-se as formalidades legais.
Publique-se.
São Paulo, 29 de março de 2007.
André Nekatschalow
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	98.03.077040-3 AC 439069
ORIG.	:	9702054109 1 Vr SANTOS/SP
APTE	:	PEDRINA HELENA ALCOVER DE MOURA
ADV	:	VLADIMIR CONFORTI SLEIMAN
APTE	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
APDO	:	OS MESMOS
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE SANTOS Sec Jud SP
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. FERREIRA DA ROCHA/QUINTA TURMA

Trata-se de remessa oficial e apelação de ambas as partes contra sentença que julgou procedente ação, na qual se pleiteia a equiparação da pensão da autora, beneficiária de pensão deixada por ex-servidor público federal, mediante aplicação do índice de 28,86%, concedido aos servidores militares pela Lei nº 8.622/93 e não estendido aos funcionários civis.
A União Federal sustenta que a decisão do STF que decidiu pelo direito ao reajuste não foi unânime e poderá sofrer alteração. Aduz que os aumentos concedidos pelas Leis nºs. 8.622/93 e 8.627/93 não foram apenas aos militares, mas também a alguns civis. Consistiu num plano de reestruturação de cargos e vencimentos. Afirma que o Poder Judiciário não pode criar ou ampliar o comando de uma lei. Ressalta que é de iniciativa do Presidente da República as normas que tratam de reajustes, conforme prevê o art. 61, § 1º, inciso II, letra "a", da CF. Diz que não se aplica o art. 37, inciso X, da Carta Magna, porquanto não se trata de revisão geral. Invoca a súmula 339 do STF. Por fim, requer a compensação com valores pagos posteriormente pela administração.
A autora alega que os honorários advocatícios arbitrados em 10% sobre o valor da condenação não estão corretos, uma vez que o "quantum" a ser recebido é baixo e depende de precatório, cujo trâmite é demorado, razão pela qual requer a fixação da verba honorária em 15% incidente sobre a condenação.
Contra-razões ofertas por ambas as partes.

Têm-se que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RMS nº 22.307, firmou entendimento no sentido de que caracterizou revisão geral da remuneração dos servidores militares o reajuste previsto na Lei nº 8.622/93 e, por isso, reconheceu ser extensível aos servidores civis o percentual de 28,86%, nos termos do artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, conforme se verifica dos seguintes julgados:
"Recurso extraordinário. Reajuste de 28,86%. Compensação.
- O Plenário desta Corte, ao julgar o RMS 22307, por maioria de votos, firmou o entendimento de que deveria ser estendido aos servidores públicos civis, a título de revisão geral de vencimentos com base na auto-aplicabilidade do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, respeitado, também, o princípio da isonomia, o aumento de 28,86% com que foi reajustado o soldo mais alto pelas Leis nºs 8.622 e 8.627, ambas de 1993, que beneficiaram todos os servidores públicos militares.
(...)
Recurso extraordinário não conhecido". (RE nº 253756-SC, 1ª Turma, Rel. Min. Moreira Alves, j. 26.10.99, v.u., DJ 10.12.99, p. 37)
"Funcionário público. 2. Vencimentos. 3. Isonomia entre civis e militares. 4. Reajuste de 28,86%. Compensação. 5. Decisão do Tribunal de origem que guarda conformidade com o entendimento desta Corte, firmado no RMS nº 22.307 (Edcl). 6. Agravo regimental a que se nega provimento." (STF-2ª Turma, AGRAG nº 288025-DF, Rel. Min. Néri da Silveira, j. 14.11.00, v.u., DJ 15.12.00, p. 87)
Outrossim, assiste razão à ré quanto à compensação, pois se deve evitar o pagamento em duplicidade ou o "bis in idem", o que se coaduna com a orientação do Excelso Pretório no julgamento dos embargos de declaração no RMS nº 22.307-7-DF, ocasião em que determinou a compensação dos valores já concedidos em virtude da Lei nº nº 8.627/93.
Os valores serão atualizados monetariamente, desde a data em que deveriam ter sido pagos (RESP nº. 711184), nos moldes do Prov. 26 do C.J.F. da 3ª Região, excluídos os índices expurgados.
Com o advento da Medida Provisória 2.180-35/01, a Lei nº. 9.494/97 passou a vigorar acrescida do artigo 1º-F, cujo dispostivo tem a seguinte redação:
"Art. 1º-F - Os juros de mora, nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, não poderão ultrapassar o percentual de seis por cento ao ano."
Assim, não resta dúvida acerca da aplicabilidade do percentual de 0,5% ao mês ao "quantum" devido aos autores, contados a partir da citação, uma vez que a norma específica afasta a aplicação do artigo 406 do C.C. Tal entendimento, aliás, está consolidado no STJ, conforme se verifica dos arestos abaixo, "verbis":
"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS. RESÍDUO DE 3,17%. COMPENSAÇÃO COM VALORES JÁ PAGOS ADMINISTRATIVAMENTE. FASE DE EXECUÇÃO. LIMITAÇÃO TEMPORAL PELO MP 2.225-45/2001. JUROS DE MORA. 6% AO ANO. AGRAVOS REGIMENTAIS IMPROVIDOS.
1. A compensação do resíduo de 3,17% com valores comprovadamente pagos pela Administração a este título deve ser feita na fase de execução.
2. Nos termos do art. 10 da MP 2.225-45/2001, o reajuste de 3,17% deve ser limitado à data de 31/12/2001, porquanto, a partir de 1º/1/2002, referido percentual foi incorporado aos vencimentos dos servidores públicos, inserido no percentual de 25,94%, conferido pelo art. 9º de referida medida provisória. Precedentes.
3. Os juros moratórios sobre as condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, nas demandas ajuizadas após a edição da Medida Provisória nº 2.180-35/01, devem ser fixados em 6% ao ano.
4. Agravos regimentais improvidos.
(STJ - AGRESP - 830055 - PROC. 200600724548/RS - QUINTA TURMA - REL. MIN. ARNALDO ESTEVES LIMA - DJ - 14.08.06 - PÁG. 331).
"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. PODER JUDICIÁRIO. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS. URV. APLICAÇÃO DA LEI 8.880/94. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. NÃO OCORRÊNCIA. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. SÚMULA 85/STJ. REAJUSTE DE 11,98%. LEI Nº 8.880/94. DIFERENÇA DEVIDA. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.
1. ...
2. A correção monetária é devida desde a data em que deveria ter sido efetuado o pagamento. Juros de mora fixados em 0,5% ao mês, nos termos do art. 1º-F da Lei 9494/97, contados a partir da citação.
4. ..."
(STJ - RESP 715667 - PROC. 200500077160/SE - QUINTA TURMA - REL. MIN. ARNALDO ESTEVES LIMA - DJ 19.06.06 - PÁG. 185).
Por fim, quanto aos honorários advocatícios, não assiste razão à autora, uma vez que o "quantum" fixado na sentença está em conformidade com o trabalho realizado, o valor e a natureza da causa, o que se coaduna com o art. 20, § 4º, do CPC, além de propiciar remuneração adequada e justa ao profissional.
Ante o exposto, nos termos do artigo 557, § 1º-A, do CPC, DOU PARCIAL PROVIMENTO à remessa oficial e à apelação da ré para estabelecer os critérios de correção monetária e juros de mora, além de determinar a compensação com valores eventualmente recebidos em virtude da Lei nº.8.627/93, bem como NEGO PROVIMENTO à apelação da autora.
Publique-se e intime-se.
São Paulo, 29 de março de 2006.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado Relator

PROC.	:	1999.61.00.036473-0 AC 582385
ORIG.	:	8 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
APDO	:	FRANCISCA AUGUSTA MARCONI e outros
ADV	:	DEBORA PIRES DA SILVA
INTERES	:	JOSE OBERMAYER e outro
RELATOR	:	JUIZ FED.CONV. FERREIRA DA ROCHA/ QUINTA TURMA

Manifeste-se a União acerca do parecer do Ministério Público Federal, à fl. 130(v), que menciona que a área objeto do usucapião está situada no perímetro do antigo aldeamento indígena de São Miguel e Guarulhos, bem como se remete à Súmula Administrativa nº 04, da Advocacia-Geral da União, que prescreve:
"Salvo para defender o seu domínio sobre imóveis que estejam afetados ao uso público federal, a União não reivindicará o domínio de terras situadas dentro dos perímetros dos antigos aldeamentos indígenas de São Miguel e de Guarulhos, localizados no Estado de São Paulo, e desistirá de reivindicações que tenham como objeto referido domínio."
Publique-se.
São Paulo, 14 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	1999.61.00.050411-4 AC 825395
ORIG.	:	9 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
APDO	:	ALCYONE RAMALHO e outros
ADV	:	CÉSAR RODOLFO SASSO LIGNELLI
ADV	:	ELIANA LUCIA FERREIRA
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. FERREIRA DA ROCHA/QUINTA TURMA

Trata-se de agravo legal interposto pela União Federal (fls.191/197), no qual pleiteia a reconsideração da decisão de fls.182/184, sob o argumento de que incorreu em equívoco ao julgar prejudicada a remessa oficial, por força da qual se deve julgar improcedente o pedido, pois houve reestruturação da carreira dos autores por força da Lei nº. 9.421/96 e com isso incorporou-se o referenciado percentual aos seus vencimentos e o seu pagamento configura "bis in idem".
Em sede de retratação, com fulcro no artigo 557, § 1º, do CPC, acolho as razões expostas pelo agravante em seu agravo e reconsidero a decisão atacada. Faz-se necessário observar a categoria profissional dos recorridos, qual seja, servidores da Justiça Federal e que, por essa razão, não são detentores do direito à percepção do reajuste de 28,86%, previsto na Lei nº.8.622/93, conforme pleiteado no pedido inicial, já que tal verba fora incorporada quando da promulgação da Lei 9.421, de 24 de setembro de 1996, que criou o novo Plano de Cargos e Salários do Poder Judiciário Federal, por meio do qual passaram a ter outro padrão de vencimento, desvinculado e superior ao anterior.
Nesse sentido, este Tribunal já pacificou tal entendimento:
"ADMINISTRATIVO. REAJUSTE DE VENCIMENTOS CONCEDIDOS AOS MILITARES. LEIS NºS8.622/93 E 8.627/93. EXTENSÃO AOS SERVIDORES CIVIS. ÍNDICE DE REAJUSTE DE 28,86% SUPRIDO APÓS O ADVENTO DA LEI Nº9.421/96. RESTABELECIMENTO. INADMISSIBILIDADE. SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO FEDERAL.
I- A Lei nº9.421, de 24 de setembro de 1996, reestruturou as carreiras do Poder Judiciário Federal, transformando os cargos efetivos, até então existentes, em outros, com nova denominação e fixou novos vencimentos, mais favoráveis aos servidores, cuja diferença foi implementada gradualmente em parcelas sucessivas, não cumuláveis, as quais foram pagas até o ano 2000, sendo certo que a parcela objeto da presente ação foi definitivamente incorporada aos vencimentos desses servidores.
II- Inadmissível o restabelecimento do percentual de 28,86% aos funcionários do Poder Judiciário Federal, após o advento da Lei nº9.421/96.
III- Recurso improvido.
(TRF/3ª REGIÃO - PROC. 2002.03.99.010999-4 - SP - AC - 2ª TURMA - REL. JUIZ COTRIM GUIMARÃES - DJU 30/01/2004 - P.326).
" ADMINISTRATIVO. SERVIDORES. REAJUSTE DE 28,86%. INCOMPATIBILIDADE DA LEI 9.421/96 COM A CONTINUIDADE DA PERCEPÇÃO DO REAJUSTE DE 28,86% PREVISTO NA LEI 8.622 DE 19 DE JANEIRO DE 1993.
A Lei 9.421/96 reestruturou as carreiras dos servidores do Poder Judiciário e transformou os cargos efetivos existentes em outros, com denominação própria - Carreira de Auxiliar Judiciário, Carreira de Técnico Judiciário e Carreira de Analista Judiciário e nova remuneração. Esta nova remuneração foi criada originalmente, sem qualquer vinculação com a remuneração que vinha sendo paga aos autores pelo exercício das funções inerentes aos respectivos cargos. Logo, não houve a aplicação de um reajuste sobre o vencimento anterior, o que impediria a supressão do percentual de 28,86%, mas a estruturação de nova carreira e estipulação de novos vencimentos desvinculados dos vencimentos anteriores.
A nova tabela de vencimento instituída pela lei 9.421/96, resultou em vencimentos mais favoráveis aos servidores inclusive os autores, gerando uma diferença maior que foi parcelada. Contudo essa diferença não permite concluir, como pretendem os autores, que os novos vencimentos instituídos pela Lei 9.421 tomaram como base os valores dos vencimentos até então vigentes.
Recurso improvido."
(TRF/3ª REGIÃO - PROCESSO Nº.2000.61.05.016851-5 - AC - SP - 1ª TURMA - REL. JUIZ FERREIRA DA ROCHA - DJU 04/02/2004 - P.259).
"ADMINISTRATIVO. SERVIDORES. REAJUSTE DE 28,86%. INCOMPATIBILIDADE DA LEI 9.421/96, COM A CONTINUIDADE DA PERCEPÇÃO DO REAJUSTE DE 28,86% PREVISTO NA LEI 8.622 DE 19 DE JANEIRO DE 1993.
I - A lei reestruturou as carreiras dos servidores do Poder Judiciário e transformou os cargos efetivos existentes em outros, com denominação própria-Carreira de Auxiliar Judiciário, Carreira de Técnico Judiciário e Carreira de Analista Judiciário e nova remuneração.
II- Não houve a aplicação de um reajuste sobre o vencimento anterior, o que impediria a supressão do percentual de 28,86%, mas a estruturação de nova carreira e estipulação de novos vencimentos desvinculados dos vencimentos anteriores.
III- Remessa oficial provida. Prejudicado o recurso da União."
(TRF/3ª REGIÃO - PROCESSO Nº.2001.03.99.022459-6 - SP - AC - 1ª TURMA - REL. JUIZ FERREIRA DA ROCHA - DJU 04/02/2004 - P.259).
Em razão da sucumbência, condeno os autores ao pagamento de honorários advocatícios correspondentes a R$1.500,00 (um mil e quinhentos reais), corrigidos em conformidade com o Prov. 26 do C.J.F. da 3ª Região, excluídos os índices expurgados, nos termos do § 4º do art. 20 do CPC, além das respectivas custas, a ser rateados em partes iguais entre eles.
Isto posto, nos termos do § 1º do artigo 557 do CPC, reconsidero a decisão agravada, tal como pleiteado no recurso e, em conseqüência, "ex vi" do artigo 557, § 1º-A, DOU PROVIMENTO à remessa oficial para julgar improcedente o pedido e condenar os autores às verbas de sucumbência.
Publique-se.
São Paulo, 23 de março de 2006.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Relator Convocado

PROC.	:	1999.61.00.055042-2 AC 1117618
ORIG.	:	19 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	FRANCISCO THEODORO DA SILVA e outros
ADV	:	ELIZABETH ALVES BASTOS
APTE	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
APDO	:	Rede Ferroviaria Federal S/A - RFFSA
ADV	:	CAMILA PEREIRA RODRIGUES MOREIRA MARQUES
APDO	:	OS MESMOS
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. MARCO FALAVINHA/ QUINTA TURMA

Vistos,
Trata-se de apelação cível interposta por Francisco Theodoro da Silva e outros, em sede de ação ordinária, contra a r. decisão proferida pelo MM. Juízo a quo (fls. 221/224).
À fl. 280, a Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA, protocoliza petição solicitando seja apreciada.
Ocorre que a matéria aqui trazida a debate refere-se à revisão de benefício previdenciário de aposentadoria e pensão de ex-trabalhador da Rede Ferroviária Federal (RFFSA). Para tal classe de trabalhadores, qual seja, os ferroviários, foi concedido tratamento diferenciado na regulamentação de suas aposentadorias e pensões, com a incidência de leis específicas que lhes conferiram direitos particularizados, com parte do benefício previdenciário pago pela Autarquia Federal, observadas as normas de concessão de benefícios da Lei Previdenciária, e a outra parte, referente uma complementação dos proventos de ex-trabalhador da RFFSA, paga pela União Federal, após apuração efetuada pela Rede Ferroviária Federal.
Outrossim, já se manifestou a egrégia 3ª Seção desta colenda Corte que é de cunho previdenciário as ações que tratam de tal matéria, por cuidar de assunto estritamente relacionado ao pagamento de benefício previdenciário.
Nesse sentido, trago à colação o seguinte julgado:
CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO ORIGINÁRIA VERSANDO SOBRE A COMPLEMENTAÇÃO DE PROVENTOS DE EX-TRABALHADORES DA RFFSA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. NATUREZA PREVIDENCIÁRIA DA LIDE. IMPROCEDÊNCIA DO CONFLITO.
I - A pretensão deduzida na lide subjacente está adstrita à revisão da complementação de aposentadorias e pensões de ex-trabalhadores da RFFSA, com a inclusão do índice de 47,68%, em atenção ao disposto no artigo 2º e parágrafo único, da Lei nº 8.186/91.
II - Decidido pela Justiça do Trabalho o quantum a ser aumentado nas aludidas complementações, a fim de assegurar a equivalência com os vencimentos do pessoal da ativa, não remanesce questão atinente ao direito do trabalho, o que afasta a competência daquela Justiça Especializada.
III - A complementação dos proventos dos ex-ferroviários é encargo financeiro da União, nos termos do artigo 1º do Decreto-lei nº956/69 e artigos 5º e 6º da Lei nº 8.186/91, enquanto os procedimentos de manutenção e pagamento ficam sob responsabilidade do INSS, sendo que compete, por sua vez, a RFFSA o fornecimento dos dados necessários à apuração dos valores devidos.

IV - Conquanto os ferroviários possuam tratamento diferenciado na regulamentação de suas aposentadorias e pensões, pela incidência de Leis específicas que lhes conferem direitos particularizados, a complementação dos proventos de ex-trabalhador da RFFSA é paga pelo INSS, observadas as normas de concessão de benefícios da Lei Previdenciária.
V - Partindo de uma interpretação extensiva e teleológica, que vem sendo seguida por esta 3ª Seção, depreende-se que a ação originária é de cunho previdenciário, por cuidar de assunto estritamente relacionado ao pagamento de benefício previdenciário, de modo que incide, in casu, a regra preceituada pelo Provimento nº 186, de 28.10.1999, do Conselho da Justiça Federal.
VI - Competência da Justiça Federal para processar e julgar o feito originário.
VIII - Improcedência do conflito. Competência da Vara Previdenciária, Juízo suscitante.
(TRF/3ª R., CC nº 200003000514704/SP, Terceira Seção, Relator Juiz Walter do Amaral, Julg. 08/09/2004, Publ. DJU 06/10/2004, pág. 178)
Ora, nos termos do artigo 10, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta C. Corte, compete à 3ª Seção o julgamento de "feitos relativos à Previdência e Assistência Social, excetuada a competência da Primeira Seção".
Portanto, considerando que a matéria aqui trazida a debate não se subsume ao previsto na alçada desta 1ª Seção, declino da competência para processar e julgar o presente recurso e deixo de apreciar a petição à fl. 280.
Remetam-se os autos à Subsecretaria de Registros e Informações Processuais, para que seja providenciada sua redistribuição àquela Seção.
Publique-se.
São Paulo, 16 de março de 2007.
JUIZ FEDERAL CONVOCADO MARCO FALAVINHA
RELATOR

PROC.	:	2000.03.00.049728-7 AG 116097
ORIG.	:	200061000247201 16 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
AGRDO	:	SINDICATO PAULISTA DOS AGENTES DA INSPECAO DO TRABALHO SINPAIT
ADV	:	CONCEICAO RAMONA MENA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 16 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. FERREIRA DA ROCHA/QUINTA TURMA

À vista da informação transmitida via correio eletrônico, que noticia a prolação de sentença no mandado de segurança originário (Petição n. 2007 037068-E-MAIL/UTU5), julgo prejudicado o agravo de instrumento e o agravo regimental , ante a manifesta perda de objeto, nos termos do artigo 33, inciso XII, do Regimento Interno desta corte.
Oportunamente, baixem os autos à origem, com as cautelas legais.
Publique-se.
São Paulo, 28 de fevereiro de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado Relator

PROC.	:	2000.03.99.074446-0 AC 652095
ORIG.	:	9700296687 18 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
APDO	:	WALTER DA MATTA SOUZA e outros
ADV	:	VINICIUS FERREIRA PAULINO
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 18 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. FERREIRA DA ROCHA/QUINTA TURMA

Trata-se de remessa oficial e apelação interposta pela União Federal contra sentença que julgou procedente ação, na qual se pleiteia a equiparação dos vencimentos dos autores, servidores públicos federais, mediante aplicação do índice de 28,86%, concedido aos servidores militares pela Lei nº 8.622/93 e não estendido aos funcionários civis.
A ré alega que os honorários advocatícios arbitrados em 10% sobre o valor da condenação são elevados e não estão de acordo com os ditames do § 4º do art. 20 do CPC.
Têm-se que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RMS nº 22.307, firmou entendimento no sentido de que caracterizou revisão geral da remuneração dos servidores militares o reajuste previsto na Lei nº 8.622/93 e, por isso, reconheceu ser extensível aos servidores civis o percentual de 28,86%, nos termos do artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, conforme se verifica dos seguintes julgados:
"Recurso extraordinário. Reajuste de 28,86%. Compensação.
- O Plenário desta Corte, ao julgar o RMS 22307, por maioria de votos, firmou o entendimento de que deveria ser estendido aos servidores públicos civis, a título de revisão geral de vencimentos com base na auto-aplicabilidade do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, respeitado, também, o princípio da isonomia, o aumento de 28,86% com que foi reajustado o soldo mais alto pelas Leis nºs 8.622 e 8.627, ambas de 1993, que beneficiaram todos os servidores públicos militares.
(...)
Recurso extraordinário não conhecido". (RE nº 253756-SC, 1ª Turma, Rel. Min. Moreira Alves, j. 26.10.99, v.u., DJ 10.12.99, p. 37)
"Funcionário público. 2. Vencimentos. 3. Isonomia entre civis e militares. 4. Reajuste de 28,86%. Compensação. 5. Decisão do Tribunal de origem que guarda conformidade com o entendimento desta Corte, firmado no RMS nº 22.307 (Edcl). 6. Agravo regimental a que se nega provimento." (STF-2ª Turma, AGRAG nº 288025-DF, Rel. Min. Néri da Silveira, j. 14.11.00, v.u., DJ 15.12.00, p. 87)
Os valores serão atualizados monetariamente, desde a data em que deveriam ter sido pagos (RESP nº. 711184), nos moldes do Prov. 26 do C.J.F. da 3ª Região, excluídos os índices expurgados.
Com o advento da Medida Provisória 2.180-35/01, a Lei nº. 9.494/97 passou a vigorar acrescida do artigo 1º-F, cujo dispositivo tem a seguinte redação:
"Art. 1º-F - Os juros de mora, nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, não poderão ultrapassar o percentual de seis por cento ao ano."
Assim, não resta dúvida acerca da aplicabilidade do percentual de 0,5% ao mês ao "quantum" devido aos autores, contados a partir da citação, uma vez que a norma específica afasta a aplicação do artigo 406 do C.C. Tal entendimento, aliás, está consolidado no STJ, conforme se verifica dos arestos abaixo, "verbis":
"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS. RESÍDUO DE 3,17%. COMPENSAÇÃO COM VALORES JÁ PAGOS ADMINISTRATIVAMENTE. FASE DE EXECUÇÃO. LIMITAÇÃO TEMPORAL PELO MP 2.225-45/2001. JUROS DE MORA. 6% AO ANO. AGRAVOS REGIMENTAIS IMPROVIDOS.
1. A compensação do resíduo de 3,17% com valores comprovadamente pagos pela Administração a este título deve ser feita na fase de execução.
2. Nos termos do art. 10 da MP 2.225-45/2001, o reajuste de 3,17% deve ser limitado à data de 31/12/2001, porquanto, a partir de 1º/1/2002, referido percentual foi incorporado aos vencimentos dos servidores públicos, inserido no percentual de 25,94%, conferido pelo art. 9º de referida medida provisória. Precedentes.
3. Os juros moratórios sobre as condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, nas demandas ajuizadas após a edição da Medida Provisória nº 2.180-35/01, devem ser fixados em 6% ao ano.
4. Agravos regimentais improvidos.
(STJ - AGRESP - 830055 - PROC. 200600724548/RS - QUINTA TURMA - REL. MIN. ARNALDO ESTEVES LIMA - DJ - 14.08.06 - PÁG. 331).
"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. PODER JUDICIÁRIO. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS. URV. APLICAÇÃO DA LEI 8.880/94. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. NÃO OCORRÊNCIA. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. SÚMULA 85/STJ. REAJUSTE DE 11,98%. LEI Nº 8.880/94. DIFERENÇA DEVIDA. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.
1. ...
2. A correção monetária é devida desde a data em que deveria ter sido efetuado o pagamento. Juros de mora fixados em 0,5% ao mês, nos termos do art. 1º-F da Lei 9494/97, contados a partir da citação.
4. ..."
(STJ - RESP 715667 - PROC. 200500077160/SE - QUINTA TURMA - REL. MIN. ARNALDO ESTEVES LIMA - DJ 19.06.06 - PÁG. 185).
Por fim, quanto aos honorários advocatícios, assiste razão à apelante, uma vez que o "quantum" fixado na sentença resultará elevado, especialmente se considerado que é a Fazenda Pública que arcará com seu pagamento. Tendo em vista o trabalho realizado, o valor e a natureza da causa, em conformidade com o art. 20, § 4º, do CPC, reduzo a verba honorária estipulada na sentença de primeiro grau para fixá-la em R$600,00 (seiscentos reais), a qual deverá ser devidamente corrigida pelos mesmos índices da verba principal, haja vista que propicia remuneração adequada e justa ao profissional.
Ante o exposto, nos termos do artigo 557, § 1º-A, do CPC, DOU PARCIAL PROVIMENTO à remessa oficial para estabelecer os critérios de correção monetária e juros de mora, bem como DOU PROVIMENTO à apelação para reduzir os honorários advocatícios.
Publique-se e intime-se.
São Paulo, 27 de março de 2006.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado Relator

PROC.	:	2001.03.00.008436-2 AG 127755
ORIG.	:	200061040028915 2 Vr SANTOS/SP
AGRTE	:	FREDERICO ZIMMERMANN e outros
ADV	:	ROBERTO MOHAMED AMIN JUNIOR
AGRDO	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
AGRDO	:	Cia Docas do Estado de Sao Paulo - CODESP
ADV	:	RICARDO MARCONDES DE M SARMENTO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE SANTOS Sec Jud SP
RELATOR	:	JUIZ FED.CONV. FERREIRA DA ROCHA/ QUINTA TURMA

Agravo de instrumento interposto contra decisão que, em ação ordinária declaratória, declinou da competência para processar e julgar o feito e determinou a remessa dos autos para distribuição a uma das juntas de conciliação e julgamento da Justiça do Trabalho em Santos.
Em sede de juízo provisório, o pedido de efeito suspensivo foi indeferido, conforme decisão de fls. 135/136. Contra tal decisão, foi interposto o agravo de fls. 156/170, o qual não foi apreciado, e as partes agravadas ofereceram contraminuta (fls. 145/154 e 172/175).
Em manifestação de fl. 196, os agravantes requereram preferência no julgamento. Todavia, verifico que a ação originária, proposta por trabalhadores portuários em face da União Federal e da Companhia Docas do Estado de São Paulo, tem como objeto a declaração de direito a complementação de aposentadoria, o qual teve origem em acordo celebrado em 04 de agosto de 1963, entre o Ministro do Estado dos Negócios do Trabalho e Previdência Social e a Federação Nacional dos Portuários. Narra a inicial que, segundo o aludido acordo, os portuários teriam o direito à aposentadoria de forma complementada, mas tal direito foi cassado por iniciativa do próprio Governo Federal, inclusive o de outras categorias, como foi o caso dos ferroviários e dos petroleiros (fl. 03).
Ora, o fundamento do pedido, na verdade, não se confunde com aqueles decorrentes da relação de trabalho entre empregados e empregadores. Tampouco se invoque a superveniência da Emenda Constitucional nº 45 que, apesar de ter ampliado a competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar as ações insculpidas no artigo 114 da Constituição Federal, não abrange o objeto da lide.
Assim, tendo como consolidada a natureza eminentemente previdenciária da matéria em debate, o que, sem dúvida, direciona a competência para a Justiça Federal para julgar a demanda, cabe trazer a lume caso análogo em que se debateu questão envolvendo direitos de ex-trabalhadores da Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA, cuja competência para processar e julgar a demanda foi decidida em conflito de competência:
"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO ORIGINÁRIA VERSANDO SOBRE A COMPLEMENTAÇÃO DE PROVENTOS DE EX-TRABALHADORES DA RFFSA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. NATUREZA PREVIDENCIARIA DA LIDE. IMPROCEDÊNCIA DO CONFLITO.
I - A pretensão deduzida na lide subjacente está adstrita à revisão da complementação de aposentadorias e pensões de ex-trabalhadores da RFFSA, com a inclusão do índice de 47,68%, em atenção ao disposto no artigo 2º e parágrafo único, da Lei nº 8.186/91.
II - Decidido pela Justiça do Trabalho o quantum a ser aumentado nas aludidas complementações, a fim de assegurar a equivalência com os vencimentos do pessoal da ativa, não remanesce questão atinente ao direito do trabalho, o que afasta a competência daquela Justiça Especializada.
III - A complementação dos proventos dos ex-ferroviários é encargo financeiro da União, nos termos do artigo 1º do Decreto-lei nº 956/69 e artigos 5º e 6º da Lei nº 8.186/91, enquanto os procedimentos de manutenção e pagamento ficam sob responsabilidade do INSS, sendo que compete, por sua vez, à RFFSA o fornecimento dos dados necessários à apuração dos valores devidos.
IV - Conquanto os ferroviários possuam tratamento diferenciado na regulamentação de suas aposentadorias e pensões, pela incidência de Leis específicas que lhes conferem direitos particularizados, a complementação dos proventos de ex-trabalhador da RFFSA é paga pelo INSS, observadas as normas de concessão de benefícios da Lei Previdenciária.
V - Partindo de uma interpretação extensiva e teleológica, que vem sendo seguida por esta 3ª Seção, depreende-se que a ação originária é de cunho previdenciário, por cuidar de assunto estritamente relacionado ao pagamento de benefício previdenciário, de modo que incide, in casu, a regra preceituada pelo Provimento nº 186, de 28.10.1999, do Conselho da Justiça Federal.
VI - Competência da Justiça Federal para processar e julgar o feito originário.
VIII - Improcedência do conflito. Competência da Vara Previdenciária, Juízo suscitante."
(TRF 3ª Região, 3ª Seção, CC n. 2000.03.00.051470-4, Rel. Des. Fed. Marianina Galante, maioria, j. 08.09.04, DJU 06.10.04, p. 178)".
Ante o exposto, declino da competência para conhecer e julgar o recurso. Encaminhem-se os autos à Vice-Presidência para redistribuição a um dos eminentes desembargadores da Terceira Seção, nos termos do artigo 10, §º 3º, do Regimento Interno desta corte.
Publique-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2001.03.00.017657-8 AG 132507
ORIG.	:	200061000254527 13 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	CIA METROPOLITANA DE HABITACAO DE SAO PAULO COHAB SP
ADV	:	ADRIANA CASSEB DE CAMARGO
AGRDO	:	ASSOCIACAO DOS MUTUARIOS E MORADORES DO CONJUNTO SANTA ETELVINA ACETEL
ADV	:	MARCOS TOMANINI
PARTE R	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
PARTE R	:	Banco Central do Brasil
ADV	:	JOSE OSORIO LOURENCAO
PARTE R	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	JOSE PAULO NEVES
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 13 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. MARCO FALAVINHA / QUINTA TURMA

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto contra a decisão prolatada nos autos da ação civil pública, movida em face da Caixa Econômica Federal - CEF, ora agravada, acerca de financiamento habitacional celebrado mediante contrato de mútuo hipotecário sob as regras do Sistema Financeiro da Habitação.
Ocorre que, verificando o Sistema de Consulta Processual Eletrônica, cujos extratos seguem anexos (FASE 61), verifico que o juízo a quo proferiu sentença nos autos da ação originária em que foi julgado o feito.
Nesse passo, tendo em vista que o julgamento da ação ordinária retirou do presente agravo o seu objeto, infere-se a superveniente falta de interesse processual.
Por conseqüência, julgo prejudicado o presente agravo de instrumento por perda de objeto, "ex vi" do disposto no artigo 33, XII do Regimento Interno deste Tribunal.
Após as formalidades legais cabíveis, baixem os autos ao Juízo de origem para oportuno arquivamento, determinando, ademais, a juntada aos autos dos extratos de consulta que se encontram em anexo.
Intime-se.
São Paulo, 23 de março de 2007.
JUIZ FEDERAL CONVOCADO MARCO FALAVINHA
RELATOR

PROC.	:	2001.03.99.022824-3 AC 692738
ORIG.	:	9700216489 20 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	MARCOS ALVES DA SILVA
ADV	:	LUCINEIA FERNANDES
APDO	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. MARCO FALAVINHA / QUINTA TURMA

Vistos,
1. Trata-se de ação de rito ordinário movido por MARCO ALVES DA SILVA em face da UNIÃO FEDERAL, pleiteando sua reintegração as Força Aérea Brasileira - FAB, na graduação que se encontrava quando foi afastado, com as devidas promoções na carreira, com pagamento dos soldos correspondente desde o dia em que foi licenciado ex officio , ou seja, dia 01/02/1993 e com juros legais e correção monetária.
2. A r. sentença recorrida de fls. 87/97, julgou improcedente a demanda.
3. Inconformado, o autor interpôs recurso de apelação de fls. 106/114.
4. O referido recurso foi recebido nos seus regulares efeitos, segundo despacho de fls. 106 e, após a apresentação das contra-razões de fls. 117/119, os autos foram remetidos a este egrégio Tribunal.
5. O Ministério Público Federal deixou de exarar parecer, uam vez que falta interesse púbico a ensejar a intervenção ministerial, consoante fls. 123/124.
6. A Desembargadora Federal Relatora, Dra. Suzana Camargo, deu parcial provimento ao recurso do autor para determinar que o mesmo seja reintegrado às Força Aérea do Brasileira - FAB, na graduação que se encontrava quando foi afastado, fazendo jus ao soldo correspondente desde o dia que foi licenciado ex officio, ou seja, em 01/02/1993, com juros legais e correção monetária, consoante relatório e voto de fls. 148/161.
7. Assim, após voto-vista da Desembargadora Federal Ramza Tartuce, a Quinta Turma deste egrégio Tribunal, deu parcial provimento ao recurso de apelação do autor, nos termos do voto da Relatora, consoante certidão de minuta de julgamento de fls. 163.
8. Segundo relatório, voto, ementa e acórdão de fls. 181/189, foi acolhida a omissão apontada nos embargos de declaração de fls. 175/176, para conceder a tutela antecipada, determinando a imediata reintegração do autor, ora apelante, ao Quadro de Pessoal da Força Aérea Brasileira - FAB.
9. O autor interpôs recurso extraordinário de fls. 206/216 e recurso especial de fls. 217/225.
10. A UNIÃO FEDERAL opôs embargos de declaração de fls. 194/199, que foram rejeitados às fls. 286/300.
11. A UNIÃO FEDERAL interpôs, ainda, recurso especial de fls. 307/315.
12. Agora, às fls. 317, o autor, ora apelante, requereu a extração de carta de sentença para execução da parte incontroversa do julgado.
13. Decido.
14. A Constituição Federal em seu artigo 100, parágrafo 1º, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 30, de 13/09/2000, determina que:
"Art. 100. À exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.
§ 1º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciários, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 30, de 2000)
§ 1º-A Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgado.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 30, de 2000)
§ 2º As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exeqüenda determinar o pagamento segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor, e exclusivamente para o caso de preterimento de seu direito de precedência, o seqüestro da quantia necessária à satisfação do débito.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 30, de 2000)."
15. No caso a extração da carta sentença representa a possibilidade da execução provisória da sentença em face da Fazenda Pública Federal que possui um regime jurídico próprio.
16. O artigo 588, do Código de Processo Civil, dispõe que a execução provisória de sentença far-se-á do mesmo modo que a definitiva e, no caso de levantamento de depósito em dinheiro e prática de ato que importem alienação de domínio ou atos que possa resultar grave dano ao executado, dependem de caução idônea, requerida e prestada nos próprios autos da execução, consoante determina o inciso I do artigo 588 do Código de Processo Civil.
17. A Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 08/12/2004, incluiu o inciso LXXVIII ao artigo 5º, dispondo que:
"LXXVIII a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)
18. Assim, não se justifica fazer a parte aguardar o trânsito em julgado da ação, para após começar a execução do julgado.
19. Dessa forma, visando a aplicação do direito fundamental a um processo judicial com prazo razoável e célere, não há razões para entender não ser possível à execução provisória da sentença contra a Fazenda Pública até o momento anterior ao do pagamento.
20. Ademais, há que se ressaltar que os atos preparatórios da execução provisória da sentença, não implicam no pagamento propriamente dito, uma vez que deve ser processada a execução contra Fazenda Pública, nos termos dos artigos 730 e seguinte do Código de Processo Civil que culmina com pagamento através da expedição de precatório ou requisição de pequeno valor, consoante determina o artigo 100, da Constituição Federal.
21. Assim, nada impede possa o autor, ora apelante proceder aos atos preparatórios da execução provisória da sentença até o momento anterior ao pagamento, que fica condicionado ao trânsito em julgado da presente ação, após processamento dos recursos especiais e recurso extraordinário interpostos.
22. Nestes termos, é a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:
"PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO PROVISÓRIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. AJUIZAMENTO ANTERIOR À EMENDA CONSTITUCIONAL N. 30/2000. POSSIBILIDADE.
1. A Emenda Constitucional n. 30 deu nova redação ao §1º do art. 100 da Constituição para estabelecer, como pressuposto da expedição de precatório ou da requisição do pagamento de débito de pequeno valor de responsabilidade da Fazenda Pública, o trânsito em julgado da respectiva sentença.
2. Há de se entender que, após a Emenda 30, limitou-se o âmbito dos atos executivos, mas não foi inteiramente extinta a execução provisória. Nada impede que se promova, na pendência de recurso com efeito apenas devolutivo, a liquidação da sentença, e que a execução (provisória) seja processada até a fase dos embargos (CPC, art. 730, primeira parte) ficando suspensa, daí em diante, até o trânsito em julgado do título executivo, se os embargos não forem opostos, ou forem rejeitados.
3. Em relação às execuções provisórias iniciadas antes da edição da Emenda 30, não há a exigência do trânsito em julgado como condição para expedição de precatório. Precedentes do STF e do STJ."
(STJ - MC 6489/SP ; MEDIDA CAUTELAR 2003/0079895-6 - Relator(a) Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI (1124) - Órgão Julgador T1 - PRIMEIRA TURMA - Data do Julgamento 27/05/2003
Data da Publicação/Fonte - DJ 16.06.2003 p. 261
RDDP vol. 5 p. 222) (grifei)
"PROCESSUAL - EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PUBLICA - EXECUÇÃO PROVISORIA - POSSIBILIDADE - O ART. 730 DO CODIGO DE PROCESSO CIVIL NÃO IMPEDE A
EXECUÇÃO PROVISORIA DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PUBLICA.
(STJ - REsp 56239 / PR ; RECURSO ESPECIAL - 1994/0032973-3 - Relator(a) Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS (1096) - Órgão Julgador T1 - PRIMEIRA TURMA - Data do Julgamento 15/03/1995
Data da Publicação/Fonte - DJ 24.04.1995 p. 10388 - RDR vol. 2 p. 182 - REVPRO vol. 81 p. 240)
"DESAPROPRIAÇÃO. AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO DENEGATÓRIA DE RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PROVISÓRIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.POSSIBILIDADE. PRECEDENTE. SÚMULA 83/STJ.
- A pendência de Recurso Extraordinário interposto pela Fazenda Pública não obsta a que o contribuinte promova execução provisória.
- Agravo improvido.
(STJ - AgRg no Ag 220718/SP - AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 1999/0001593-2 - Relator(a) Ministra NANCY ANDRIGHI (1118) - Órgão Julgador T2 - SEGUNDA TURMA - Data do Julgamento 22/02/2000 - Data da Publicação/Fonte - DJ 20.03.2000 p. 67)
23. Por fim, é importante ressaltar que a alteração do artigo 100, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional n. 30, deu nova redação ao §1º do artigo 100 da Constituição Federal para estabelecer que a execução contra Fazenda Pública deverá ser satisfeita através da expedição de precatório ou da requisição do pagamento de débito de pequeno valor.
24. A Lei nº 10.259, de 12/07/2001, em seu artigo 17, § 1º, dispõe que será considerado débito de pequeno valor:
"§ 1o Para os efeitos do § 3o do art. 100 da Constituição Federal, as obrigações ali definidas como de pequeno valor, a serem pagas independentemente de precatório, terão como limite o mesmo valor estabelecido nesta Lei para a competência do Juizado Especial Federal Cível (art. 3o, caput)."
25. De sorte que, visando a aplicação do direito fundamental a um processo judicial com prazo razoável e célere, nos termos do inciso LXXVIII ao artigo 5º, é imperioso concluir que o autor detem o direito de dar início aos atos preparatórios de execução de sentença contra a Fazenda Pública, até o momento anterior ao do pagamento.
26. Ademais, há que se ressaltar que os atos preparatórios não implicam no pagamento propriamente dito, uma vez que deve ser processada a execução contra Fazenda Pública, nos termos dos artigos 730 e seguinte do Código de Processo Civil e o pagamento somente será realizado com a expedição de precatório, consoante determina o artigo 100, da Constituição Federal.
27. A conclusão, portanto, é a de que o autor pode proceder, em primeiro grau, os atos de execução provisória da sentença até o momento anterior ao pagamento, que fica condicionado ao trânsito em julgado da presente ação, após processamento dos recursos especiais e do recurso extraordinário.
28. Ante o exposto, defiro o pedido de fls. 317, para o fim de determinar a expedição de carta de sentença, a ensejar, assim, que em primeiro grau possa o autor formular o respectivo pedido de execução provisória de sentença.
29. Após a expedição da carta de sentença, remetam-se os autos a Vice - Presidência deste egrégio Tribunal para o processamento do juízo de admissibilidade do recurso extraordinário de fls. 206/216, recurso especial de fls. 217/225 e recurso especial da União Federal de fls. 307/315.
30. Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 22 de março de 2007.
JUIZ FEDERAL CONVOCADO MARCO FALAVINHA
RELATOR

PROC.	:	2001.03.99.023482-6 AC 693769
ORIG.	:	9700580784 12 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	DIORACI FERREIRA RAMOS e outros
ADV	:	SILVIA DA GRACA GONCALVES COSTA
APDO	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 12 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. FERREIRA DA ROCHA/QUINTA TURMA

Dê-se vista à União Federal quanto à petição e termo de transação de fls.151/153.
Publique-se.
São Paulo, 30 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado Relator

PROC.	:	2002.03.00.045594-0 AG 166366
ORIG.	:	200261000013090 16 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal - MEX
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
AGRDO	:	GONCALINA SIQUEIRA
ADV	:	ELISABETE AVELAR DE SOUZA JOAQUIM
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 16 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. FERREIRA DA ROCHA / QUINTA TURMA

À vista da prolação de sentença na ação originária, conforme "e-mail" enviado pela secretaria do Juízo "a quo" (fls.134/139), julgo prejudicado este recurso, ante a manifesta perda de objeto, nos termos do artigo 33, inciso XII, do Regimento Interno desta corte.
Oportunamente, baixem os autos à origem, com as cautelas legais.
Publique-se.
São Paulo 02 de abril de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado Relator

PROC.	:	2002.03.99.032917-9 AC 821432
ORIG.	:	9811048681 2 Vr PIRACICABA/SP
APTE	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
APDO	:	LIN LI SHUN e outros
ADV	:	CARLOS JORGE MARTINS SIMOES
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. FERREIRA DA ROCHA/QUINTA TURMA

Trata-se de reexame necessário e apelação interposta pela ré contra sentença que julgou parcialmente procedente ação, na qual se pleiteia a equiparação dos seus vencimentos, servidores do Poder Judiciário Federal, mediante aplicação do índice de 28,86%, concedido aos servidores militares pela Lei nº 8.622/93 e não estendido aos funcionários civis.
A União Federal, em sua apelação, alega prescrição dos direitos anteriores a 04.10.1993, termo "a quo" para contagem, pois a ação foi proposta em 05.10.1998. Os autores ofertaram suas contra-razões. Às fls.188/190, a ré pleiteia a apreciação da remessa oficial, sob alegação de que a Instrução Normativa nº.03, de 19.07.04, da AGU não se aplica ao caso em tela. Aduz que em razão da Lei nº. 9.421/96, que criou no novo Plano de Cargos e Salário dos servidores do Poder

Judiciário, o reajuste pleiteado foi incorporado aos vencimentos dos autores, os quais discordaram e apresentaram planilham de cálculo. A União reitera seu pedido às fls.208/211.
O art. 12 da Medida Provisória nº. 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, diz, "verbis":
"Art.12. Não estão sujeitas ao duplo grau de jurisdição obrigatório as sentenças proferidas contra a União, suas autarquias e fundações públicas, quando a respeito da controvérsia o Advogado-Geral da União ou outro órgão administrativo competente houver editado súmula ou instrução normativa determinando a não interposição de recurso voluntário."
A respeito do tema do reajuste de 28,86%, foi editada a Súmula 03, de 05.04.00, da Advocacia-Geral da União, assim redigida, "in verbis":
"Não se recorrerá da decisão judicial que conceder reajuste de 28,86% sobre os vencimentos do servidor público civil, em decorrência da Lei nº.8.627/93, com a dedução dos percentuais concedidos ao servidor, pela mesma lei, a título de reposicionamento. Os recursos já interpostos contra decisões semelhantes serão objeto de pedidos de desistência."
Vê-se claramente que a mencionada súmula não trata especificamente do caso de servidores do Poder Judiciário, questão que merece apreciação em razão da sua peculiaridade. Outrossim, é perfeitamente possível a análise da remessa oficial pelo Relator, nos moldes do art. 557 do CPC, consoante a Súmula 253 do STJ. Ademais, por força do art. 475, inciso I, do CPC, a sentença proferida em primeira instância, ora recorrida, está sujeita ao duplo grau de jurisdição.
O Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RMS nº 22.307, firmou entendimento no sentido de que caracterizou revisão geral da remuneração dos servidores militares o reajuste previsto na Lei nº 8.622/93 e, por isso, reconheceu ser extensível aos servidores civis o percentual de 28,86%, nos termos do artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, conforme se verifica dos seguintes julgados:
"Recurso extraordinário. Reajuste de 28,86%. Compensação.
- O Plenário desta Corte, ao julgar o RMS 22307, por maioria de votos, firmou o entendimento de que deveria ser estendido aos servidores públicos civis, a título de revisão geral de vencimentos com base na auto-aplicabilidade do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, respeitado, também, o princípio da isonomia, o aumento de 28,86% com que foi reajustado o soldo mais alto pelas Leis nºs 8.622 e 8.627, ambas de 1993, que beneficiaram todos os servidores públicos militares.
(...)
Recurso extraordinário não conhecido". (RE nº 253756-SC, 1ª Turma, Rel. Min. Moreira Alves, j. 26.10.99, v.u., DJ 10.12.99, p. 37)
"Funcionário público. 2. Vencimentos. 3. Isonomia entre civis e militares. 4. Reajuste de 28,86%. Compensação. 5. Decisão do Tribunal de origem que guarda conformidade com o entendimento desta Corte, firmado no RMS nº 22.307 (Edcl). 6. Agravo regimental a que se nega provimento." (STF-2ª Turma, AGRAG nº 288025-DF, Rel. Min. Néri da Silveira, j. 14.11.00, v.u., DJ 15.12.00, p. 87)
Faz-se necessário, no entanto, observar a categoria profissional dos apelantes, qual seja, servidores da Justiça Federal e que, por essa razão, não são detentores do direito à percepção do reajuste de 28,86%, previsto na Lei nº.8.622/93, conforme pleiteado no pedido inicial, já que tal verba fora incorporada quando da promulgação da Lei 9.421, de 24 de setembro de 1996, que criou o novo Plano de Cargos e Salários do Poder Judiciário Federal, por meio do qual passaram a ter outro padrão de vencimento, desvinculado e superior ao anterior.
Nesse sentido, este Tribunal já pacificou tal entendimento:
"ADMINISTRATIVO. REAJUSTE DE VENCIMENTOS CONCEDIDOS AOS MILITARES. LEIS NºS8.622/93 E 8.627/93. EXTENSÃO AOS SERVIDORES CIVIS. ÍNDICE DE REAJUSTE DE 28,86% SUPRIDO APÓS O ADVENTO DA LEI Nº9.421/96. RESTABELECIMENTO. INADMISSIBILIDADE. SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO FEDERAL.
I- A Lei nº9.421, de 24 de setembro de 1996, reestruturou as carreiras do Poder Judiciário Federal, transformando os cargos efetivos, até então existentes, em outros, com nova denominação e fixou novos vencimentos, mais favoráveis aos servidores, cuja diferença foi implementada gradualmente em parcelas sucessivas, não cumuláveis, as quais foram pagas até o ano 2000, sendo certo que a parcela objeto da presente ação foi definitivamente incorporada aos vencimentos desses servidores.
II- Inadmissível o restabelecimento do percentual de 28,86% aos funcionários do Poder Judiciário Federal, após o advento da Lei nº9.421/96.
III- Recurso improvido.
(TRF/3ª REGIÃO - PROC. 2002.03.99.010999-4 - SP - AC - 2ª TURMA - REL. JUIZ COTRIM GUIMARÃES - DJU 30/01/2004 - P.326).
" ADMINISTRATIVO. SERVIDORES. REAJUSTE DE 28,86%. INCOMPATIBILIDADE DA LEI 9.421/96 COM A CONTINUIDADE DA PERCEPÇÃO DO REAJUSTE DE 28,86% PREVISTO NA LEI 8.622 DE 19 DE JANEIRO DE 1993.
A Lei 9.421/96 reestruturou as carreiras dos servidores do Poder Judiciário e transformou os cargos efetivos existentes em outros, com denominação própria - Carreira de Auxiliar Judiciário, Carreira de Técnico Judiciário e Carreira de Analista Judiciário e nova remuneração. Esta nova remuneração foi criada originalmente, sem qualquer vinculação com a remuneração que vinha sendo paga aos autores pelo exercício das funções inerentes aos respectivos cargos. Logo, não houve a aplicação de um reajuste sobre o vencimento anterior, o que impediria a supressão do percentual de 28,86%, mas a estruturação de nova carreira e estipulação de novos vencimentos desvinculados dos vencimentos anteriores.
A nova tabela de vencimento instituída pela lei 9.421/96, resultou em vencimentos mais favoráveis aos servidores inclusive os autores, gerando uma diferença maior que foi parcelada. Contudo essa diferença não permite concluir, como pretendem os autores, que os novos vencimentos instituídos pela Lei 9.421 tomaram como base os valores dos vencimentos até então vigentes.
Recurso improvido."
(TRF/3ª REGIÃO - PROCESSO Nº.2000.61.05.016851-5 - AC - SP - 1ª TURMA - REL. JUIZ FERREIRA DA ROCHA - DJU 04/02/2004 - P.259).
"ADMINISTRATIVO. SERVIDORES. REAJUSTE DE 28,86%. INCOMPATIBILIDADE DA LEI 9.421/96, COM A CONTINUIDADE DA PERCEPÇÃO DO REAJUSTE DE 28,86% PREVISTO NA LEI 8.622 DE 19 DE JANEIRO DE 1993.
I - A lei reestruturou as carreiras dos servidores do Poder Judiciário e transformou os cargos efetivos existentes em outros, com denominação própria-Carreira de Auxiliar Judiciário, Carreira de Técnico Judiciário e Carreira de Analista Judiciário e nova remuneração.
II- Não houve a aplicação de um reajuste sobre o vencimento anterior, o que impediria a supressão do percentual de 28,86%, mas a estruturação de nova carreira e estipulação de novos vencimentos desvinculados dos vencimentos anteriores.
III- Remessa oficial provida. Prejudicado o recurso da União."
(TRF/3ª REGIÃO - PROCESSO Nº.2001.03.99.022459-6 - SP - AC - 1ª TURMA - REL. JUIZ FERREIRA DA ROCHA - DJU 04/02/2004 - P.259).
Em razão da sucumbência, condeno os autores ao pagamento de honorários advocatícios correspondentes a R$1.500,00 (um mil e quinhentos reais), corrigidos em conformidade com o Prov. 26 do C.J.F. da 3ª Região, excluídos os índices expurgados, nos termos do § 4º do art. 20 do CPC, além das respectivas custas, a ser rateados em partes iguais entre eles.
Ante o exposto, DOU PROVIMENTO à remessa oficial para julgar improcedente o pedido dos autores, com fulcro no art. 269, inciso I, do CPC, e condená-los ao pagamento da verba de sucumbência, à vista de estar a sentença em confronto com a jurisprudência dominante do STJ, nos termos do artigo 557, § 1º-A, do CPC. Prejudicada a apelação da União Federal.
Publique-se e intime-se.
São Paulo, 30 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado Relator

PROC.	:	2003.03.00.017511-0 AG 176565
ORIG.	:	200361000056615 6 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	SANDRO BRITO DE QUEIROZ
ADV	:	FRANCISCO GONCALVES MARTINS
AGRDO	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 6 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. RAMZA TARTUCE / QUINTA TURMA

D E S P A C H O
Insurge-se o agravante contra decisão que indeferiu a antecipação dos efeitos da tutela, pleiteada com o objetivo de fazer cessar os descontos decorrentes da interpretação da Medida Provisória nº 43/2002, convertida na Lei 10.549/2002, interpretação da qual resultou a redução dos vencimentos que lhe são pagos.
Considerando que, nos autos principais, foi proferida sentença de mérito, conforme cópia juntada aos autos (fls. 104/108 e 112/116), dou por prejudicado este recurso em face da perda de seu objeto nos termos do artigo 33, inciso XII, do Regimento Interno desta Corte.
Remetam-se os autos à Vara de origem, dando-se baixa na distribuição.
Publique-se e intimem-se.
São Paulo, 26 de março de 2007.
Desembargadora Federal RAMZA TARTUCE Relatora

PROC.	:	2003.03.99.010017-0 REOAC 866077
ORIG.	:	9713065506 2 Vr BAURU/SP
PARTE A	:	JUAREZ LEONARDO MENDES DE ALMEIDA GODOY
ADV	:	JOAO ANTONIO FACCIOLI
PARTE R	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE BAURU Sec Jud SP
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. FERREIRA DA ROCHA\QUINTA TURMA

Trata-se de remessa oficial contra sentença que condenou a União Federal a equiparar os vencimentos do autor, servidores públicos federais, mediante aplicação do índice de 28,86%, concedido aos servidores militares pela Lei nº 8.622/93 e não estendido aos funcionários civis.
Ressalte-se que é perfeitamente possível a análise da remessa oficial pelo Relator, nos moldes do art. 557 do CPC, consoante a Súmula 253 do STJ.
Têm-se que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RMS nº 22.307, firmou entendimento no sentido de que caracterizou revisão geral da remuneração dos servidores militares o reajuste previsto na Lei nº 8.622/93 e, por isso, reconheceu ser extensível aos servidores civis o percentual de 28,86%, nos termos do artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, conforme se verifica dos seguintes julgados:
"Recurso extraordinário. Reajuste de 28,86%. Compensação.
- O Plenário desta Corte, ao julgar o RMS 22307, por maioria de votos, firmou o entendimento de que deveria ser estendido aos servidores públicos civis, a título de revisão geral de vencimentos com base na auto-aplicabilidade do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, respeitado, também, o princípio da isonomia, o aumento de 28,86% com que foi reajustado o soldo mais alto pelas Leis nºs 8.622 e 8.627, ambas de 1993, que beneficiaram todos os servidores públicos militares.
(...)
Recurso extraordinário não conhecido". (RE nº 253756-SC, 1ª Turma, Rel. Min. Moreira Alves, j. 26.10.99, v.u., DJ 10.12.99, p. 37)
"Funcionário público. 2. Vencimentos. 3. Isonomia entre civis e militares. 4. Reajuste de 28,86%. Compensação. 5. Decisão do Tribunal de origem que guarda conformidade com o entendimento desta Corte, firmado no RMS nº 22.307 (Edcl). 6. Agravo regimental a que se nega provimento." (STF-2ª Turma, AGRAG nº 288025-DF, Rel. Min. Néri da Silveira, j. 14.11.00, v.u., DJ 15.12.00, p. 87)
Logo, as questões agitadas para discutir o direito ao reajuste estão superadas pela jurisprudência dominante da Suprema Corte.
Ante o exposto, nos termos do artigo 557, "caput", do CPC, NEGO SEGUIMENTO à remessa oficial.
Publique-se e intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado Relator

PROC.	:	2003.03.99.014264-3 AC 873526
ORIG.	:	9804001853 3 Vr SAO JOSE DOS CAMPOS/SP
APTE	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
APDO	:	CRISPIM DE CASTRO e outros
ADV	:	MAURO FRANCISCO DE CASTRO
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE S J CAMPOS SP
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. FERREIRA DA ROCHA/QUINTA TURMA

Embargos de declaração (fls.145/147) opostos pela União Federal, nos quais sustenta que a sentença homologatória que extinguiu o feito em razão das transações efetuadas entre as partes é omissa, porquanto não citou o nome da autora Nelma Fernanda Leite Moreira.
A decisão embargada de fls.140/141 não fez qualquer menção à autora Nelma Fernanda em razão de a ação ter sido extinta anteriormente, sem resolução de mérito, com relação a ela (vide fls.29/30). A citação dos autores José Ribeiro da Silva e Maria Benedita da Silva, que também tiveram a ação extinta pela sobredita decisão, apenas se deu em razão da juntada, inadvertidamente, de termos de transação (fl.85/86 e 96/97) em seus nomes, cujos instrumentos sequer mereceram apreciação, fato que ficou plenamente claro no "decisum" recorrido.
Ante o exposto, conheço dos embargos opostos e os rejeito.
Publique-se.
São Paulo, 21 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado Relator

PROC.	:	2003.03.99.026217-0 AC 895653
ORIG.	:	9800549510 1 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
APDO	:	ADILON ARANTES DE FARIA e outros
ADV	:	MAGDA LEVORIN
APDO	:	EVANISE FOZ BARBIERI XAVIER
ADV	:	JOSE FERREIRA BARBOSA
APDO	:	REGINA MASSITA
ADV	:	MAGDA LEVORIN
APDO	:	VANIA MARGARIDA MARIA TOPORCOV BARREIROS
ADV	:	JOSE FERREIRA BARBOSA
APDO	:	ANAIR DE JESUS OLIVEIRA CARDOZO
ADV	:	MAGDA LEVORIN
APDO	:	BRUNA CARMEN ZANIN FELGUEIRAS
ADV	:	JOSE FERREIRA BARBOSA
APDO	:	EDISON VIEIRA PINTO
ADV	:	MAGDA LEVORIN
ADV	:	PEDRO SACOLITO
ADV	:	JOÃO ALBERTO CHIODARO
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE SAO PAULO>1ª SSJ>SP
RELATOR	:	JUIZ FED.CONV. FERREIRA DA ROCHA/ QUINTA TURMA

Indefiro o pedido de fls. 1270/1273 referente à reserva de parcela de honorários advocatícios, no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, formulado pelos advogados Roberto Sacolito, João Alberto Chiodaro, à vista da destituição da advogada Magda Levorin pelas co-apeladas Bruna Carmen Zanin Felgueiras, Evanise Foz Barbieri Xavier e Vânia Margarida Maria T. Barreiros (fl. 1272), por se tratar de matéria estranha ao objeto da lide, cabendo aos ex-patronos, em momento oportuno, utilizarem-se das vias processuais adequadas para discutir a cobrança dos honorários que entendem devidos.
Publique-se e, após, tornem-se os autos conclusos para apreciação dos embargos de declaração de fls. 1260/1262.
São Paulo, 28 de fevereiro de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2003.03.99.026234-0 REOAC 895670
ORIG.	:	9700598241 6 Vr SAO PAULO/SP
PARTE A	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
PARTE R	:	ANTONINA MARIA ALMEIDA DE ARAUJO e outros
ADV	:	ALMIR GOULART DA SILVEIRA
ADV	:	DONATO ANTONIO DE FARIAS
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 6 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. FERREIRA DA ROCHA\QUINTA TURMA

Trata-se de remessa oficial contra sentença que condenou a União Federal a equiparar os vencimentos do autor, servidores públicos federais, mediante aplicação do índice de 28,86%, concedido aos servidores militares pela Lei nº 8.622/93 e não estendido aos funcionários civis.
Ressalte-se que é perfeitamente possível a análise da remessa oficial pelo Relator, nos moldes do art. 557 do CPC, consoante a Súmula 253 do STJ.
Têm-se que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RMS nº 22.307, firmou entendimento no sentido de que caracterizou revisão geral da remuneração dos servidores militares o reajuste previsto na Lei nº 8.622/93 e, por isso, reconheceu ser extensível aos servidores civis o percentual de 28,86%, nos termos do artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, conforme se verifica dos seguintes julgados:
"Recurso extraordinário. Reajuste de 28,86%. Compensação.
- O Plenário desta Corte, ao julgar o RMS 22307, por maioria de votos, firmou o entendimento de que deveria ser estendido aos servidores públicos civis, a título de revisão geral de vencimentos com base na auto-aplicabilidade do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, respeitado, também, o princípio da isonomia, o aumento de 28,86% com que foi reajustado o soldo mais alto pelas Leis nºs 8.622 e 8.627, ambas de 1993, que beneficiaram todos os servidores públicos militares.
(...)
Recurso extraordinário não conhecido". (RE nº 253756-SC, 1ª Turma, Rel. Min. Moreira Alves, j. 26.10.99, v.u., DJ 10.12.99, p. 37)
"Funcionário público. 2. Vencimentos. 3. Isonomia entre civis e militares. 4. Reajuste de 28,86%. Compensação. 5. Decisão do Tribunal de origem que guarda conformidade com o entendimento desta Corte, firmado no RMS nº 22.307 (Edcl). 6. Agravo regimental a que se nega provimento." (STF-2ª Turma, AGRAG nº 288025-DF, Rel. Min. Néri da Silveira, j. 14.11.00, v.u., DJ 15.12.00, p. 87)
Com o advento da Medida Provisória 2.180-35/01, a Lei nº. 9.494/97 passou a vigorar acrescida do artigo 1º-F, cujo dispostivo tem a seguinte redação:
"Art. 1º-F - Os juros de mora, nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, não poderão ultrapassar o percentual de seis por cento ao ano."
Assim, não resta dúvida acerca da aplicabilidade do percentual de 0,5% ao mês ao "quantum" devido aos autores, contados a partir da citação, uma vez que a norma específica afasta a aplicação do artigo 406 do C.C. Tal entendimento, aliás, está consolidado no STJ, conforme se verifica dos arestos abaixo, "verbis":
"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS. RESÍDUO DE 3,17%. COMPENSAÇÃO COM VALORES JÁ PAGOS ADMINISTRATIVAMENTE. FASE DE EXECUÇÃO. LIMITAÇÃO TEMPORAL PELO MP 2.225-45/2001. JUROS DE MORA. 6% AO ANO. AGRAVOS REGIMENTAIS IMPROVIDOS.
1. A compensação do resíduo de 3,17% com valores comprovadamente pagos pela Administração a este título deve ser feita na fase de execução.
2. Nos termos do art. 10 da MP 2.225-45/2001, o reajuste de 3,17% deve ser limitado à data de 31/12/2001, porquanto, a partir de 1º/1/2002, referido percentual foi incorporado aos vencimentos dos servidores públicos, inserido no percentual de 25,94%, conferido pelo art. 9º de referida medida provisória. Precedentes.
3. Os juros moratórios sobre as condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, nas demandas ajuizadas após a edição da Medida Provisória nº 2.180-35/01, devem ser fixados em 6% ao ano.
4. Agravos regimentais improvidos.
(STJ - AGRESP - 830055 - PROC. 200600724548/RS - QUINTA TURMA - REL. MIN. ARNALDO ESTEVES LIMA - DJ - 14.08.06 - PÁG. 331).
"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. PODER JUDICIÁRIO. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS. URV. APLICAÇÃO DA LEI 8.880/94. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. NÃO OCORRÊNCIA. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. SÚMULA 85/STJ. REAJUSTE DE 11,98%. LEI Nº 8.880/94. DIFERENÇA DEVIDA. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.
1. ...
2. A correção monetária é devida desde a data em que deveria ter sido efetuado o pagamento. Juros de mora fixados em 0,5% ao mês, nos termos do art. 1º-F da Lei 9494/97, contados a partir da citação.
4. ..."
(STJ - RESP 715667 - PROC. 200500077160/SE - QUINTA TURMA - REL. MIN. ARNALDO ESTEVES LIMA - DJ 19.06.06 - PÁG. 185).
Por fim, quanto aos honorários advocatícios, o "quantum" fixado na sentença resultará elevado, especialmente se considerado que é a Fazenda Pública que arcará com seu pagamento. Assim, por força da remessa oficial, tendo em vista o trabalho realizado, o valor e a natureza da causa, em conformidade com o art. 20, § 4º, do CPC, reduzo a verba honorária estipulada na sentença de primeiro grau para fixá-la em 10% sobre o valor da causa (R$2.400,00), a qual deverá ser devidamente corrigida pelos mesmos índices da verba principal, haja vista que propicia remuneração adequada e justa ao profissional.
Ante o exposto, nos termos do artigo 557, § 1º-A, do CPC, DOU PARCIAL PROVIMENTO à remessa oficial para estabelecer os critérios de juros de mora, bem como reduzir os honorários advocatícios.
Publique-se e intime-se.
São Paulo, 27 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado Relator

PROC.	:	2004.03.99.010426-9 AC 925411
ORIG.	:	9700124673 4 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	MARIA DE LOURDES ALVES e outros
ADV	:	MAURO ALVES
APDO	:	Rede Ferroviaria Federal S/A - RFFSA
ADV	:	ANTONIO CARLOS DO AMARAL MAIA
APDO	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
RELATOR	:	JUIZ FED.CONV. FERREIRA DA ROCHA/ QUINTA TURMA

Cumpra-se a decisão de fls. 204/206, in fine, que declinou da competência para conhecer e julgar o recurso, determinando a remessa dos autos à Vice-Presidência para ser redistribuído à 3ª Seção.
A petição de fl. 211 deverá ser apreciada, oportunamente, após a redistribuição do feito.
Publique-se.
São Paulo, 19 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2004.03.99.037453-4 REOAC 983606
ORIG.	:	9400205562 2 Vr SAO PAULO/SP
PARTE A	:	ASSOCIACAO QUILOMBO DE IVAPORUNDUVA
ADV	:	MICHAEL MARY NOLAN
PARTE R	:	FUNDACAO CULTURAL PALMARES
ADV	:	LUCIANA VALERIA PINHEIRO GONCALVES
PARTE R	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
PARTE R	:	Fazenda do Estado de Sao Paulo
ADV	:	CLERIO RODRIGUES DA COSTA
PARTE R	:	ALAGOINHA CIA DE EMPREENDIMENTOS GERAIS LTDA
ADV	:	MARCELO NEGRI SOARES (Int.Pessoal)
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE SAO PAULO>1ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. RAMZA TARTUCE / QUINTA TURMA

D E S P A C H O
Fls. 1534/1535. Defiro ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA o pedido de vista dos autos fora do cartório, pelo prazo de 10 (dez) dias.
Após, retornem conclusos.
Int.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
Desembargadora Federal RAMZA TARTUCE Relatora
FC

PROC.	:	2004.61.04.009895-9 AC 1173145
ORIG.	:	4 Vr SANTOS/SP
APTE	:	Uniao Federal - MEX
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
APTE	:	AGUINALDO MOURA VIEIRA
ADV	:	ANA ANGELICA COSTA SANTOS DE CARVALHO
APDO	:	OS MESMOS
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA DE SANTOS Sec Jud SP
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. MARCO FALAVINHA / QUINTA TURMA

Vistos
Trata-se de apelação interposta pela União Federal - MEX, visando a reforma de sentença que julgou parcialmente procedente o pedido para estender ao autor os efeitos da Lei 8.622/93 e 8.927/93, aplicando, a título de revisão da remuneração, somente a partir de 13 de setembro de 1999, em razão da prescrição, até 28 de dezembro de 2000, data da edição da Medida Provisória 2.131, o índice de 28,86%, sobre o valor do respectivo soldo vigente em dezembro de 1992, deduzindo-se o índice efetivamente aplicado em decorrência das leis supramencionadas, resultando na diferença postulada, acrescida de correção monetária na forma prevista no Provimento 25, da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 3ª Região.
Aduz a ré, preliminarmente a ocorrência da prescrição do fundo do direito, pelo não exercício deste no tempo oportuno, não havendo que se falar apenas na prescrição das parcelas anteriores à propositura da ação.
No mérito, alega que não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia, e, ainda, que a legislação em comento em nenhum momento feriu o princípio constitucional da igualdade, pois estabeleceu os índices de forma escalonada em estrito cumprimento ao princípio da hierarquia. Pleiteia, assim, a reforma da sentença para julgar improcedente o pedido inicial.
Insurge-se a parte autora pleiteando a reforma da sentença no tocante ao reconhecimento da sucumbência recíproca, alegando que embora tenha sido dado parcial provimento ao pedido, este foi na sua maior parte atendido.
DECIDO
O artigo 557, do Código de Processo Civil, com a redação dada pela Lei nº 9.756, de 17 de dezembro de 1998, trouxe inovações ao sistema recursal, com a finalidade de permitir maior celeridade à tramitação dos feitos, vindo a autorizar o relator, através de decisão monocrática, a negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, e ainda, em seu parágrafo 1º, autorizando o relator, desde logo, a dar provimento a recurso, nas mesmas hipóteses acima apontadas.
E esta é a hipótese ocorrente nestes autos, tendo em vista que as questões discutidas neste processo estão pacificadas nos Tribunais Superiores.
Preliminarmente, verifico que o autor juntou aos autos documento essencial à propositura da ação, consubstanciado na cópia da carteira de identidade emitida pelo Serviço de Identificação do Exército em 27 de abril de 1995, juntada a fl. 13.
Cumpre salientar que mesmo tendo sido o autor admitido no Exército após o advento das Leis nº 8.622 e 8.627/93, tem direito ao reajuste pleiteado, pois negá-lo afrontaria o princípio isonômico de igualdade salarial perante os demais servidores militares.
Quanto a alegação de que estaria prescrito o próprio direito reclamado, verifico que em se tratando de questão relativa à revisão geral de remuneração, a lesão ao direito, pela não aplicação do reajuste reclamado, se renova a cada mês, configurando, assim, prestações de trato sucessivo, que prescrevem quando vencidas fora do qüinqüênio imediatamente anterior ao ajuizamento da ação, não se podendo falar, na hipótese, em prescrição de fundo de direito.
Desta forma, correta a sentença que declarou prescritas as parcelas devidas anteriores a 13 de setembro de 1999.
Passo a análise do mérito.
Em primeiro lugar, há que se destacar que uma das garantias outorgadas ao servidor público consiste na percepção de remuneração, a título de retribuição pelos serviços prestados, sendo que a Carta Magna, para resguardar esse direito, erigiu uma série de primados constitucionais, estando entre eles o princípio da isonomia e o que determina a revisão geral dos vencimentos, tanto dos servidores civis como dos militares, sem distinção de índices e em uma mesma data.
Na realidade, a determinação de que se proceda à revisão geral da remuneração dos servidores em uma mesma época e pelos mesmos índices, para civis e militares, se constitui num corolário do próprio princípio da isonomia, dado que assegura um tratamento igual a essas categorias, em termos de reajuste dos vencimentos, afastando nessa seara qualquer possibilidade de discrímen.
Entanto, não quer isto significar que toda e qualquer medida que importe em aumento da remuneração de determinada categoria de servidores públicos deva, necessariamente, ser estendida aos demais.
É que, em matéria de hermenêutica do disposto no artigo 37, X, da Constituição Federal, deve-se ter presente que a revisão geral determinada consiste naquele reajuste concedido em face da perda do poder aquisitivo da moeda, não se enquadrando, nessa hipótese, aquelas situações que impliquem em majoração advinda da necessidade de correção de distorções havidas nos valores dos vencimentos, decorrentes de outros fatores, que não a inflação.
Nesse sentido oportuna é a lembrança do escólio de Celso Ribeiro Bastos, ao posicionar que:
"Por revisão geral deve-se entender aquele aumento que é concedido em razão da perda do poder aquisitivo da moeda. Não visa a corrigir situações de injustiça ou de necessidade de revalorização profissional de determinadas carreiras mercê de alterações ocorridas no próprio mercado de trabalho, nem objetiva contraprestar pecuniariamente níveis superiores de responsabilidades advindas de reestruturações ou reclassificações funcionais. Restam, portanto, abertas as portas para esse tipo de aumento restrito aos cargos e carreiras especificamente atingidos por estas medidas.
Portanto, não é todo e qualquer aumento outorgado a uma categoria de servidores que necessariamente deva ser estendido às demais, dado que existem situações que reclamam a adequação dos vencimentos, visando reparar distorções salariais havidas em um certo segmento do funcionalismo público. Somente o aumento outorgado a título de revisão geral é que deve ser aplicado indistintamente a todos os servidores públicos, civis e militares, sendo que a situação dos requerentes amolda-se a esse último caso.
Assim, deve ser estendido aos servidores militares o mesmo entendimento pronunciado pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento do Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 22.307-7/DF, em favor dos servidores públicos federais civis, concluído no sentido de que também aqueles fazem jus, a contar de janeiro de 1993, à recomposição residual dos vencimentos, consistente na diferença entre os índices efetivamente recebidos em virtude da adequação de soldos, postos e graduações levada a efeito

pela Lei nº. 8.627, daquele ano, e o índice de 28,86%, estimado pela Suprema Corte como de revisão geral remuneratória do funcionalismo público federal.
Outrossim, merece destaque que o reconhecimento pelo Judiciário do direito à isonomia em matéria salarial não esbarra na Súmula 339 do Supremo Tribunal Federal, dado que o juiz, ao estender a uma categoria discriminada pela Lei um benefícios, atua no exercício da função jurisdicional típica, pois se a Constituição Federal determina o tratamento isonômico, cabe ao magistrado, no exercício da função jurisdicional, determinar o puro e simples cumprimento do Texto Maior.
Nesse diapasão é o escólio de Adilson Abreu Dallari, ao enfatizar que:
"Ousamos ir mais além. Entendemos que a Súmula 339 está equivocada. Ao aplicar ao caso concreto o princípio constitucional da isonomia, o Judiciário não estará legislando, mas, sim, exercendo função tipicamente jurisdicional. Se a Constituição determina que a trabalhos iguais deve corresponder a mesma remuneração, toda vez que isto for demonstrado, caberá ao Juiz determinar o puro e simples cumprimento da Constituição."
E, mais adiante concluiu que:
"Se a remuneração que a lei manda pagar ao servidor estiver em desacordo com um direito assegurado na Constituição, deve prevalecer a regra constitucional e não o contrário. Quando o Poder Judiciário determina que se cumpra a Constituição ele não está legislando, mas, sim, cumprindo sua função específica."
Esse também é o entendimento de José Afonso da Silva, ao lecionar que:
"São inconstitucionais as discriminações não autorizadas pela Constituição. O ato discriminatório é inconstitucional.
Há duas formas de cometer essa inconstitucionalidade. Uma consiste em outorgar benefício legítimo a pessoas ou grupos, discriminando-os favoravelmente em detrimento de outras pessoas ou grupos em igual situação. Neste caso, não se estendeu às pessoas ou grupos discriminados o mesmo tratamento dado aos outros. O ato é inconstitucional, sem dúvida, porque feriu o princípio da isonomia. Contudo, o ato é constitucional, é legítimo ao outorgar o benefício a quem o fez. Declará-lo inconstitucional, eliminando-o da ordem jurídica, seria retirar direitos legitimamente conferidos, o que não é função dos tribunais. Como, então, resolver a inconstitucionalidade da discriminação? Precisamente estendendo o benefício aos discriminados que o solicitaram perante o Poder Judiciário, caso por caso."
Destarte, ao estender aos discriminados o benefício conferido apenas a uma categoria, o Poder Judiciário atua em sua função precípua.
Ressalte-se que a Súmula 339 refere-se a declaração genérica de inconstitucionalidade, determinando que se estendesse, sem individuar, um aumento de vencimentos a toda uma categoria de servidores. Caso a caso, obviamente, é possível a providência, pois aí não se vislumbra qualquer intromissão no exercício dos demais Poderes.
Por fim, com a edição da Medida Provisória nº 2.131, de 28 de dezembro de 2000, que dispôs sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, o reajuste pretendido encontra termo-final, sendo devido até 30 de dezembro de 2000.
E todo esse entendimento encontra guarida na jurisprudência dos Egrégios Tribunais Superiores, conforme os julgados assim ementados:
RECURSO EXTRAORDINÁRIO - SERVIDORES MILITARES - RECONHECIMENTO DE SEU DIREITO À COMPLEMENTAÇÃO DO REAJUSTE DE 28,86% - POSSIBILIDADE DE COMPENSAÇÃO - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO.
Assiste, aos servidores militares, o direito à complementação do reajuste de 28,86%, concedido pela Lei nº 8.622/93 e pela Lei nº 8.627/93, reconhecida, no entanto, à Administração Pública, a possibilidade de proceder à compensação desse reajuste com os acréscimos decorrentes do reposicionamento resultante dos diplomas legislativos mencionados. Precedentes de ambas as Turmas do Supremo Tribunal Federal.
AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. SERVIDOR PÚBLICO. VENCIMENTOS. REAJUSTE. LEIS NºS 8.622/93 E 8.627/93. REVISÃO GERAL DE REMUNERAÇÃO.
I - Conforme entendimento firmado no colendo STF (RMS 22.307/DF), o reajuste previsto nas Leis n°s 8.622 e 8.627/93 constituiu-se em revisão geral de remuneração, devendo ser estendido aos servidores civis (art. 37, X, da CF). Todavia, como determinadas categorias já foram beneficiadas pelo aumento, deve ser feita a devida compensação na fase de execução do julgado.
II - Desse modo, aqueles militares que foram contemplados com reajustes inferiores ao de 28,86% fazem jus, a contar de 1993, à complementação desse percentual, consistente na diferença entre os índices efetivamente percebidos em virtude da adequação de soldos, postos e graduações, levada a efeito pela Lei nº 8.627/93, e o índice de 28,86%.
Agravo regimental desprovido.
ADMINISTRATIVO. SERVIDOR MILITAR. REAJUSTE DE VENCIMENTOS (28,86%). LEIS NºS 8.622/93 E 8.627/93. ÍNDICE INFERIOR. DIREITO À COMPLEMENTAÇÃO. PRECEDENTE DO STF. GRATIFICAÇÃO DE CONDIÇÃO ESPECIAL DE TRABALHO - GCET. LEI 9.442/97. FATOR MULTIPLICATIVO. HIERARQUIZAÇÃO ENTRE OS DIVERSOS POSTOS E GRADUAÇÕES. AUSÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA ISONOMIA. PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO DO FUNDO DO DIREITO REJEITADA.
1. Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação. Preliminares rejeitadas.
2. A jurisprudência do colendo STF orientou-se no sentido de que o reajuste de vencimentos de 28,86%, concedido aos militares pelas Leis nºs 8.622/93 e 8.627/93, é extensivo aos servidores públicos federais civis, determinando, entretanto, a compensação dos percentuais de reajuste deferidos por força do reposicionamento funcional concedido aos servidores públicos federais civis, pelos arts. 1º e 3º, da Lei nº 8.627/93 (Embargos de Declaração no Recurso Ordinário em Mandado de Segurança 22.307-7/DF, Rel. para o acórdão o Min. Ilmar Galvão, Pleno, STF, maioria, DJ de 26.6.98).
3. Por idêntico fundamento, têm direito a esse índice de reajuste os servidores públicos federais militares contemplados pelas referidas leis com índices de reajustes inferiores.
4. A Gratificação de Condição Especial de Trabalho - GCET foi instituída com observância da hierarquização entre os diversos postos e graduações correspondentes à carreira militar.
5. A correta aplicação do princípio constitucional da isonomia reclama a adoção de tratamento diferenciado para situações distintas.
6. Está de acordo com a Constituição Federal a criação de gratificação em valores escalonados segundo a hierarquia, vez que essa parcela tem o intuito de compensar as condições especiais de trabalho, levando-se em consideração a responsabilidade e a autoridade de cada posto ou graduação.
7. Apelações e remessa oficial a que se nega provimento.
ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO MILITAR. EXTENSÃO DO EXCEDENTE DE REAJUSTE GERAL (28,86%) DADO AOS OFICIAIS-GENERAIS PELAS LEIS Nº 8.622 E 8.627/93. TERMO FINAL. CORREÇÃO MONETÁRIA.
1. O militar ingresso após o advento das Leis nº 8.622 e 8.627/93, tem direito de ação para postular ao vencimento de seu cargo o excedente de reajuste geral de 28,86%, dado aos servidores militares pelas mesmas Leis.
2. O índice excedente de aumento de remuneração, na ordem de 28,86%, concedido aos servidores militares, oficiais-generais da União, por força das Leis nº 8.622 e 8.627/93, compõe na revisão geral da remuneração dos servidores públicos. Deve ser estendido aos demais servidores militares, em face do artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, compensando-se sobre o seu índice os reajustes diferenciados contemplados pelas mesmas Leis.
3. O escalonamento hierárquico do meio militar não impede a concessão da extensão do reajuste geral de remuneração que, sendo uniforme, incide sobre a remuneração anterior do servidor, produzindo igual escalonamento proporcional.
4. O direito ao reajuste-geral de remuneração encontra termo final em 31/dezembro/2000, eis que à Medida Provisória nº 2.131 de 28/12/2000 atribui-se a produção de efeitos financeiros a partir do subseqüente dia 1º/01/2001 (art. 38).
5. As diferenças remuneratórias a cargo da parte requerida ficam sujeitas à correção monetária, a partir de quando devida cada parcela, com base nos indexadores oficiais.
ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA PARCIAL. SERVIDOR PÚBLICO MILITAR. REAJUSTE - ÍNDICE DE 28,86%. DIREITO ADQUIRIDO. SÚMULA 672 DO STF. APLICAÇÃO ANALÓGICA. GCET. FATOR MULTIPLICATIVO. LEIS Nº 9.442/97 E Nº 9.633/98. PRINCÍPIO DA IGUALDADE. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO
1. Cuidando a presente ação de relação jurídica de trato sucessivo, a prescrição age paulatinamente, de modo a atingir as parcelas anteriores ao qüinqüênio passado antes do ingresso da actio, não alcançando o fundo do direito.
2. A Suprema Corte editou a Súmula 672 consolidando o entendimento de que "o reajuste de 28,86%, concedido aos servidores militares pelas Leis 8.662/93 e 8.627/93, estende-se aos servidores civis do Poder Executivo, observadas as eventuais compensações decorrentes dos reajustes diferenciados concedidos pelos mesmos diplomas legais".
3. Os militares, em aplicação analógica das razões jurídicas que fundamentaram os precedentes do Supremo, fazem jus à mencionada diferença salarial.
4. A Gratificação de Condição Especial de Trabalho - GCET, instituída pela Lei nº 9.442/97, era calculada a partir de variados fatores multiplicativos estipulados de acordo com o posto/graduação de cada militar, cuja base de cálculo para os oficiais e para as praças residia, respectivamente, no soldo de Almirante-de-esquadra e no de Guarda-Marinha.
5. O estabelecimento de um critério legal para diversificação dos valores dessas gratificações, em atenção à hierarquia militar, não viola o princípio da igualdade, ao contrário, confirma-o, na medida em que estabelece tratamento diferenciado para as diversas espécies de integrantes das forças armadas.
6. A modificação do critério de cálculo da GCET pela via judicial constituiria prática de atividade legislativa positiva por parte do Poder Judiciário, o que é constitucionalmente vedado.
7. Apelação parcialmente provida.
Quanto à verba honorária, tendo em vista a análise do pedido inicial e a delimitação temporal do reajuste, ou seja, o autor receberá apenas as diferenças relativas ao período de um ano e três meses, acrescidas de correção monetária até o efetivo pagamento, correto é o reconhecimento da sucumbência recíproca, em observância do artigo 21, do Código de Processo Civil.
De sorte que, na situação em tela, é caso de reconhecimento de estar a sentença em consonância com a jurisprudência dominante dos Egrégios Tribunais Superiores, devendo, por conseguinte, ser mantida em todos os seus termos.
Ante o exposto, nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, nego seguimento à remessa oficial e ao recurso da União Federal, e nego seguimento ao recurso do autor.
Oportunamente, baixem os autos ao Juízo de Origem, observadas as formalidades legais.
São Paulo, 27 de março de 2007.
JUIZ FEDERAL CONVOCADO MARCO FALAVINHA
RELATOR

PROC.	:	2005.03.00.061116-1 AG 241143
ORIG.	:	200561000143351 2 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
AGRDO	:	FIGUEIREDO E BRITO LTDA
ADV	:	IVONE DOS SANTOS
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE SAO PAULO>1ª SSJ>SP
RELATOR	:	JUIZ.FED.CONV. FERREIRA DA ROCHA/ QUINTA TURMA

À vista da prolação de sentença na ação originária, conforme extrato em anexo, obtido em consulta ao sistema informatizado deste tribunal, julgo prejudicado este recurso, ante a manifesta perda de objeto, nos termos do artigo 33, inciso XII, do Regimento Interno desta corte.
Oportunamente, baixem os autos à origem, com as cautelas legais.
Publique-se. Intimem-se.
São Paulo, 30 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado Relator

PROC.	:	2006.03.00.080340-6 AG 275692
ORIG.	:	200661060007920 3 Vr SAO JOSE DO RIO PRETO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
AGRDO	:	ADEMIR SCABELLO JUNIOR
ADV	:	FERNANDO RODRIGUES DE SA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE S J RIO PRETO SP
RELATOR	:	DES.FED. RAMZA TARTUCE / QUINTA TURMA

D E S P A C H O
Insurge-se a agravante contra decisão que, nos autos do processo da ação ajuizada por Ademir Scabello Junior, visando a averbação, em seus assentos funcionais, de 14 anos, 02 meses e 24 dias trabalhados no Banco do Brasil S/A, como de efetivo tempo de serviço público federal para todos os efeitos legais, inclusive percepção de anuênios e para efeito de antiguidade para promoção, antecipou, parcialmente, os efeitos da tutela, determinando a inclusão do referido tempo como tempo de serviço público federal, para fins de desempate na classificação para promoções.
Considerando que, nos autos principais, foi proferida sentença de mérito (fls. 219/223), e declarada a fls. 228/230 conforme cópia juntada aos autos, dou por prejudicado este recurso em face da perda de seu objeto nos termos do artigo 33, inciso XII, do Regimento Interno desta Corte.
Remetam-se os autos à Vara de origem, dando-se baixa na distribuição.
Publique-se e intimem-se.
São Paulo, 20 de março de 2007.
Desembargadora Federal RAMZA TARTUCE Relatora

PROC.	:	2006.03.00.103400-5 AG 282943
ORIG.	:	200661000179702 11 Vr SAO PAULO/SP 0300000006 1 Vr ITAPECERICA DA SERRA/SP
AGRTE	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
AGRDO	:	JUDITH IEDA DE JESUS ALVES
ADV	:	AYOZZ LIONE CARRARO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 11 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	JUIZ FED.CONV. FERREIRA DA ROCHA/ QUINTA TURMA

Dê-se vista ao Ministério Público Federal, nos termos do artigo 60, inciso XII, do Regimento Interno, c. c. o artigo 944 do CPC.
Publique-se.
São Paulo, 21 de março de 2007.
FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado Relator

PROC.	:	2007.03.00.005637-0 AG 290239
ORIG.	:	200361020153821 2 Vr SAO CARLOS/SP
AGRTE	:	ANTONIO FRANCISCO DE LIMA
ADV	:	CEZAR RODRIGUES
AGRDO	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
PARTE R	:	MIGUEL DA SILVA LIMA e outro
PARTE R	:	ROSANA LOSANO DA SILVA LIMA
ADV	:	ELAINE LOSANO DA SILVA LIMA
INTERES	:	Ministerio Publico Federal
PROC	:	RONALDO RUFFO BARTOLOMAZI
ORIGEM	:	JUIZO FED.DA 2 VARA DE SAO CARLOS > 15ª SSJ> SP
RELATOR	:	JUIZ FED.CONV. FERREIRA DA ROCHA/ QUINTA TURMA

À vista da certidão de fl. 82, no sentido de que o agravante não apresentou o comprovante de preparo do agravo de instrumento, julgo-o deserto, com fulcro no artigo 511, caput, do CPC. Embora tenha o causídico informado, à fl. 15, in fine, que o agravante é beneficiário da justiça gratuita, não comprovou, nestes autos, a concessão do benefício pelo MM Juízo a quo, e tampouco o requereu diretamente a esta corte. Além do mais, o agravo de instrumento é intempestivo.

O prazo para sua interposição é de 10 (dez) dias. Todavia, verifica-se, in casu, que o recorrente foi intimado em 19 de dezembro de 2006, ao passo que o agravo foi interposto em 26 de janeiro de 2007, após transcorrido o prazo previsto. Ainda que assim não fosse, o recurso estaria deficientemente instruído por falta de peça obrigatória. O documento de fl. 80, que o agravante acostou para substituir a certidão da respectiva intimação, não poderia ser aceito, porquanto se trata de mera cópia do recorte de informativo não oficial da publicação no Diário Oficial do Estado (DOE) da própria decisão agravada.
Comunique-se ao MM Juízo a quo.
Oportunamente, baixem-se os autos à origem, observadas as cautelas legais.
Publique-se.
São Paulo, 22 de fevereiro de 2007.

FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2007.03.00.005649-6 AG 290249
ORIG.	:	200361020153821 2 Vr SAO CARLOS/SP
AGRTE	:	MARCELINA DA SILVA LIMA
ADV	:	SUELY APARECIDA DE OLIVEIRA
AGRDO	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
PARTE R	:	MIGUEL DA SILVA LIMA e outro
ADV	:	ELAINE LOSANO DA SILVA LIMA
INTERES	:	Ministerio Publico Federal
PROC	:	RONALDO RUFFO BARTOLOMAZI
ORIGEM	:	JUIZO FED. DA 2 VARA DE SAO CARLOS > 15ª ssJ/sp
RELATOR	:	JUIZ FED.CONV. FERREIRA DA ROCHA/ QUINTA TURMA

À vista da certidão de fl. 91, no sentido de que a agravante não apresentou o comprovante de preparo do agravo de instrumento, julgo-o deserto, com fulcro no artigo 511, caput, do CPC. Embora tenha o causídico informado, à fl. 16, que a agravante é beneficiária da justiça gratuita, não comprovou, nestes autos, a concessão do benefício pelo MM Juízo a quo, e tampouco o requereu diretamente a esta corte. Além do mais, o agravo de instrumento é intempestivo. O prazo para sua interposição é de 10 (dez) dias. Todavia, verifica-se, in casu, que a recorrente foi intimada em 19 de dezembro de 2006, ao passo que o agravo foi interposto em 26 de janeiro de 2007, após transcorrido o prazo previsto. Ainda que assim não fosse, o recurso estaria deficientemente instruído por falta de peça obrigatória. O documento de fl. 83, que a agravante acostou para substituir a certidão da respectiva intimação, não poderia ser aceito, porquanto se trata de mera cópia de informativo não oficial da publicação no Diário Oficial do Estado (DOE) da própria decisão agravada.
Comunique-se ao juízo a quo.
Oportunamente, baixem-se os autos à origem, observadas as cautelas legais.
Publique-se.
São Paulo, 21 de fevereiro de 2007.

FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2007.03.00.007123-0 AG 290933
ORIG.	:	200661000280231 12 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	RICARDO VICENTE DA SILVA
ADV	:	CLAUDIA REGINA AMARAL GONZALES
AGRDO	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 12 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. FERREIRA DA ROCHA/QUINTA TURMA

Agravo de instrumento interposto pelo autor, por meio do qual busca a reforma da decisão que, em ação ordinária, indeferiu pedido de antecipação dos efeitos da tutela para reintegrá-lo ao cargo de técnico da Receita Federal. Sustenta que sua demissão se deu de forma injusta e sem embasamento nas provas do processo administrativo disciplinar, mas sim, apenas em deduções e presunções, além de afirmar que não lhe foi dada a possibilidade do contraditório e da ampla defesa, a despeito de o processo estar formalmente em ordem, o que ofende aos princípios da legalidade e moralidade administrativas. Aduz que a comissão de inquérito instaurada não agiu com imparcialidade e não restou comprovado que tenha obtido proveito econômico.
Recentemente, a Lei nº 11.187/05, de 18 de outubro de 2005, que passou a vigorar em 19 de janeiro de 2006, determina que os agravos somente serão julgados no momento da apelação, salvo em casos de risco de lesão grave ou de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento. No caso concreto, é plenamente cabível o recurso na forma de instrumento, pois se trata de reintegração de servidor que deixou de perceber seu vencimento e, consequentemente, com comprometimento de sua própria manutenência.
Consta da cópia do relatório da comissão de inquérito instaurada no processo administrativo nº 10880.001658/03-85, especificamente à fl.118, as seguintes acusações contra o recorrente, "in verbis":
"i. Responsabilidade pelo extravio do processo nº10314.004555/2001-30, visto que o processo foi movimentado pela RM nº 11.192, emitida pelo servidor Ricardo Vicente da Silva, não havendo registro da passagem do processo pelo Protocolo da GRA (NUREX), bem como não se conseguiu identificar a pessoa que supostamente recebeu o referido processo.
ii. Autoria do evento "resultado de julgamento" do processo de nº19515.001347/2002-78, realizado na estação de trabalho IP nº 10.203.173.94A, localizada no SECOJ da DRJ/SPO-II, no horário entre as 17h04min e 17h06min, resultando na extinção irregular de débitos de contribuinte no sistema PROFISC da Secretaria da Receita Federal.

iii. Autoria pelo encaminhamento indevido ao Arquivo Geral da GRA/SP, via sistema COMPROT, dos processos de nº19515.001403/2002-74, 19515.001865/2002-91, 19515.001412/2002-65 e 13808.006414/2001-98, processos estes que se encontravam em julgamento na DRJ/SPO-II. A movimentação foi realizada no dia 01/04/2003, sem a respectiva emissão de RM.
iv. Autoria da baixa irregular por intermédio do evento "Informação de Resultado de Julgamento com Extinção Total", no sistema PROFISC, do processo de nº19515.000003/2002-41, em 13/12/2002, no computador de endereço IP nº 010.203.173.090, localizado no SECOJ da DRJ/SPO-II (v.layout à fl.401), conforme consta na apuração especial do SERPRO (fl.189), processo fiscal este, em valores não atualizados, de R$3.231.198,00."
Por tais motivos, através da Portaria nº. 366, publicada em 01/11/06, do Ministro de Estado da Fazenda, o servidor foi demitido, com fundamento nos art. 132, incisos IV e XIII, c/c art. 117, inciso IX, da Lei nº 8.112/90.
No caso em espécie, todas as alegações do agravante se pautam em desqualificar o processo administrativo disciplinar que o levou a perda do cargo, com acusações de complô entre seus colegas de trabalho para prejudicá-lo, cerceamento de defesa, inobservância do devido processo legal e parcialidade da comissão responsável. No entanto, os argumentos trazidos não são convincentes no sentido de apontar os vícios apontados, os quais devem ser verificados claramente, de forma contundente e precisa.
Da leitura do relatório de fls.113/160 não se extrai as ilegalidades aventadas, pelo contrário, demonstra ser um trabalho minucioso e detalhado que relata todo o andamento do processo disciplinar. Em princípio, a afirmação de que houve cerceamento de defesa não se parece verossímil, pois desde o início o recorrente se fez acompanhar por advogado, com direito à vista do processo e participar de todos os atos. Ressalte-se, outrossim, que não existe ao menos menção a fatos como: indeferimento de juntada de documentos, de perguntas nas audiências ou de produção de provas, realização de oitivas sem sua presença ou falta de intimação, impedimento de acesso aos autos etc.
Ante o exposto, por não se vislumbrar relevantes os fundamentos do agravante, indefiro o efeito suspensivo requerido.
Comunique-se ao juiz da causa.
Intime-se o agravado para resposta, nos termos e prazo legais.
Publique-se.
São Paulo, 14 de março de 2007.

FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado Relator

PROC.	:	2007.03.00.018428-0 AG 293569
ORIG.	:	200761000027610 3 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	RICARDO SIQUEIRA MENDES
ADV	:	JULIO CLIMACO DE VASCONCELOS JUNIOR
AGRDO	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. FERREIRA DA ROCHA/QUINTA TURMA

Agravo de instrumento interposto contra decisão que, em mandado de segurança, indeferiu liminar. O agravante requer a concessão de antecipação de tutela recursal, a fim de que seja suspenso o processo administrativo disciplinar para averiguar suspeita de infrações penais, uma vez já foi instaurado processo criminal para tal mister. Aduz que somente a ação penal deve prosseguir, haja vista que possibilita uma apuração mais acurada dos fatos, bem como evita-se o risco de decisões conflitantes. Sustenta que a comissão administrativa criada apresentou conclusão, na qual tece sugestão no sentido de demiti-lo, antes mesmo de finalizar a etapa judicial em andamento.
Recentemente, a Lei nº 11.187/05, de 18 de outubro de 2005, que passou a vigorar em 19 de janeiro de 2006, determina que os agravos somente serão julgados no momento da apelação, salvo em casos de risco de lesão grave ou de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento. No caso concreto, está caracterizada urgência, haja vista que a instauração de proceso administrativo disciplinar, com intuito de apurar eventuais irregularidades, com possibilidade, inclusive, de demissão configura "periculum in mora", uma vez que há risco de grave lesão e de difícil reparação.
A questão da autonomia ou independência de instâncias, "in casu", entre a administrativa e a judicial, está bem definida na doutrina e jurisprudência. A despeito das ações criminais nºs. 2006.61.18.000704-2 e 2006.61.18.000705-4, ambas em trâmite perante a 1ª Vara Federal de Guaratinguetá-SP, o processo administrativo de nº. 08.650.002.631/2006-14, instaurado a patir da Portaria nº.496/2006, do Superintendente da 6ª SRPRF/SP/MJ, pode prosseguir normalmente até seu deslinde. Nenhum vício ou irregularidade em sua condução, aptas a suspendê-lo, foi alegada. A administração tem o poder-dever de apuração de eventuais infrações de seus agentes, cujo procedimento é independente e não está adstrito a processo judicial que prossiga em separado. Os fins a que se destinam cada processo são distindos, pois ao passo que o administrativo visa ao interesse da própria Administração, o judicial o de todos. Como é sabido, a ação penal somente irradia seus efeitos sobre a fase administrativa nos casos de inexistência do fato e negativa de autoria, situações essas que ainda não foram reconhecidas pelo Poder Judiciário ao caso sob análise.
O STJ tem firme entendimento nesse sentido, conforme se verifica dos arestos abaixo, "in verbis":
"ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA TAMBÉM TIPIFICADA COMO CRIME DE CONCUSSÃO. INDEPENDÊNCIA ENTRE AS EFERAS PENAL E ADMINISTRATIVA. SENTENÇA CRIMINAL TRANSITADA EM JULGADO. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES.
1. Tendo em vista a independência das instâncias administrativa e penal, a sentença criminal somente afastará a punição administrativa se reconhecer a não-ocorrência do fato ou a negativa de autoria.
2. Desse modo, sendo regular o procedimento administrativo que culminou com a aplicação da penalidade de demissão ao servidor, não enseja a sua anulação a pendência de julgamento da ação penal instaurada para a apuração do mesmo fato.
3. Segurança denegada.
(SJT - MS Nº 9318 - PROCESSO 200301739970/DF - TERCEIRA SEÇÃO - MIN. LAURITA VAZ - DJ 18.12.06 - PÁG 299).
"ADMINISTRATIVO - SERVIDOR PÚBLICO - PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - COMPETÊNCIA - INSTAURAÇÃO DA AÇÃO DISCIPLINAR E APLICAÇÃO DA PENA - DELEGAÇÃO - LEGALIDADE - ANULAÇÃO DE ATO PROCESSUAL - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO - PREJUÍZO - PROCESSO CRIMINAL - SUSPENSÃO CONDICIONAL - SOBRESTAMENTO DO FEITO ADMINISTRATIVO - DESNECESSIDADE - INDEPENDÊNCIA DAS ESFERAS ADMINISTRATIVA E PENAL - PRECEDENTES - RECURSO DESPROVIDO.
I...
II...
III - A independência entre as instâncias penal, civil e administrativa, consagrada na doutrina e na jurisprudência, permite à Administração impor punição disciplinar ao servidor faltoso à revelia de anterior julgamento no âmbito criminal, mesmo que a conduta imputada configure crime em tese. Somente em face da negativa de autoria ou inexistência do fato, a sentença criminal produzirá efeitos na seara administrativa, sendo certo que a eventual extinção da punibilidade na esfera criminal - in casu pela suspensão condicional do processo - não obsta a aplicação da punição na esfera administrativa. Precedentes.
IV - A sanção administrativa é aplicada para salvaguardar os interesses exclusivamente funcionais da Administração Pública, enquanto a sanção criminal destina-se à proteção da coletividade.
V - Recurso conhecido e desprovido.
(STJ - ROMS Nº. 18188 - PROC. 200400501450/GO - QUINTA TURMA - MIN. GILSON DIPP - DJ 29.05.06 - PÁG. 267).
Ante o exposto, NEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento, nos termos do artigo 557, "caput", do CPC, à vista de estar em confronto com a jurisprudência do STJ.
Oportunamente, baixem os autos à origem.
Publique-se.
São Paulo, 21 de março de 2007.

FERREIRA DA ROCHA
Juiz Federal Convocado Relator

PROC.	:	2007.03.00.018950-2 AG 293966
ORIG.	:	200661150020780 2 Vr SAO CARLOS/SP
AGRTE	:	EMERSON SANTOS DE OLIVEIRA
ADV	:	JOSE PEDRO SINOTTI
AGRDO	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE SAO CARLOS > 15ª SSJ> SP
RELATOR	:	DES.FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW / QUINTA TURMA

D E C I S Ã O
Trata-se de pedido de efeito suspensivo em agravo de instrumento interposto por Emerson Santos de Oliveira contra a respeitável decisão de fls. 42/44, proferida em mandado de segurança, que, indeferiu o pedido de liminar deduzido para determinar à autoridade impetrada que aceite o agravante no curso de formação de cabos da Aeronáutica, declarando seu direito líquido e certo e não ser eliminado do certame em face da ausência de um dedo.
Decido.
Agravo de Instrumento. Peças. Autenticação. Condição de admissibilidade. O art. 525 do Código de Processo Civil, com as alterações promovidas pela Lei n. 9.139/95, transferiu do escrivão, o qual dispunha de 15 (quinze dias) para extração, conferência e concerto do translado, consoante a antiga redação, para as partes, a responsabilidade pela formação do recurso:
"Art. 525. A petição de agravo de instrumento será instruída:
I - obrigatoriamente, com cópias da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado;
II - facultativamente, com outras peças que o agravante entender úteis.

(...)."
A conferência, que atestava a autenticidade da peça indicada para o translado, anteriormente prevista, não consta mais da redação do dispositivo.
No entanto, em consideração às alterações promovidas pela Lei n. 9.139/95 e ao que dispõe o art. 365, III, do Código de Processo Civil, esta Egrégia Corte determinou, na Resolução n. 54, de 15 de abril de 1996, que:
"I - As partes deverão instruir o agravo com cópias autenticadas dos documentos aludidos nos artigos 525 e incisos e 527, inciso III do Código de Processo Civil."
Portanto, nos termos da Resolução n. 54/96 deste Tribunal, a autenticação das peças do agravo de instrumento consiste em condição de admissibilidade do recurso.
Nesse sentido, tem-se pronunciado a Colenda 5ª Turma deste Egrégio Tribunal Regional Federal da 3ª Região:
"EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. AGRAVO. PEÇAS OBRIGATÓRIAS. DECISÃO AGRAVADA. AUTENTICAÇÃO DE PEÇAS. RESOLUÇÃO N.º 54/96 DESTA CORTE. FORMAÇÃO DO INSTRUMENTO NO ATO DE INTERPOSIÇÃO. PRECLUSÃO CONSUMATIVA.
- A exigência de formalidades para interposição do recurso de agravo de instrumento, previstas em lei, não infringe os princípios constitucionais da inafastabilidade do controle jurisdicional, do devido processo legal e do contraditório e ampla defesa (artigo 5.º, incisos XXXV, LIV e LV).
- O rol de peças obrigatórias do artigo 525, inciso I, do Código de Processo Civil contempla aquelas necessárias para a aferição da regularidade formal do recurso.
- Nos termos da Resolução n.º 54/96 deste Tribunal, a autenticação das peças do agravo de instrumento consiste em condição de admissibilidade do recurso.
- O agravo de instrumento foi interposto em 22/08/2001, anteriormente, portanto, à edição da Lei nº 10.352/2001, que alterou o artigo 544 do Estatuto Processual Civil. Não se aplica, pois, ao caso dos autos o estabelecido no § 1º do aludido dispositivo. Ainda que o entendimento fosse no sentido de acolhimento da legislação superveniente, seria necessária a declaração de autenticidade da documentação que instruiu o recurso pelo causídico, o que não se verifica.
- A formação do instrumento do agravo se dá no ato de interposição, pena de preclusão consumativa.
- Agravo desprovido."
(TRF da 3ª Região, Ag n. 2001.03.00.026820-5, Rel. Des. Fed. André Nabarrete, unânime, j. 04.02.03, DJ 13.05.03, p. 227)
"EMENTA: AGRAVO LEGAL. PEDIDO DE REFORMA DE DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO A AGRAVO DE INSTRUMENTO. NECESSIDADE DE AUTENTICAÇÃO DAS PEÇAS TRASLADADAS. IMPROVIMENTO DO RECURSO.
1. Não merece reforma decisão que negou seguimento ao agravo de instrumento, diante da ausência da autenticação das peças trasladadas, a teor do que dispõe o artigo 365, III, do Código de Processo Civil, e Resolução nº 54/96 desta Corte.
2. Agravo que se nega provimento.
3. Aplicabilidade ou não da norma trazida pelo artigo 544, § 1º, do Código de Processo Civil, com redação dada pela Lei nº 10.352/2001, que possibilita a declaração feita pelo próprio advogado acerca da autenticidade das peças, somente teria lugar, se de fato, estivesse a ocorrer no caso em apreço."
(TRF da 3ª Região, Ag n. 2003.03.00.033380-2, Rel. Des. Fed. Suzana Camargo, unânime, j. 06.10.03, DJ 18.11.03, p. 382)
"EMENTA: PROCESSO CIVIL - AGRAVO PREVISTO NO ART. 557, PARÁGRAFO 1º CPC - PEÇAS NÃO AUTENTICADAS - DECISÃO QUE NEGA SEGUIMENTO AO RECURSO - DECISÃO MANTIDA - RECURSO IMPROVIDO.
1. A lei exige que os documentos obrigatórios previstos no artigo 525 do CPC venham autenticados (art. 384 CPC) e, bem assim, a Resolução nº 54/96 deste E. Tribunal, o que a agravante não cuidou de cumprir, a acarretar a decisão agravada, que negou seguimento ao recurso.
2. A recente alteração do CPC, introduzida pela Lei 10.352/01, permite a juntada de documentos independentemente de autenticação, desde que o advogado da parte declare sua autenticidade, nos termos do § 1º do artigo 544 do CPC, o que constitui em mais um fundamento para a exigência acima, vez que fosse desnecessária teria o legislador dispensado a autenticação das peças, sem estabelecer qualquer condição.
3. Na atual sistemática do agravo, introduzido pela Lei 9.139/95, cumpre a parte instruir o recurso adequadamente desde logo, não dispondo o órgão julgador da faculdade ou disponibilidade de determinar a sua regularização.
4. Consoante entendimento consolidado nesta E. Corte de Justiça, em sede de agravo previsto no art. 557 parágrafo 1º do CPC, não deve o órgão colegiado modificar a decisão do relator quando bem fundamentada, e ausentes qualquer ilegalidade ou abuso de poder.
5. À ausência de possibilidade de prejuízo irreparável ou de difícil reparação à parte, é de ser mantida a decisão agravada.
6. Recurso improvido."
(TRF da 3ª Região, Ag n. 2003.03.00.048818-4, Rel. Des. Fed. Ramza Tartuce, unânime, j. 17.11.03, DJ 16.12.03, p. 648)
É admissível a declaração de autenticidade das peças pelo advogado em relação ao agravo de instrumento interposto contra decisão denegatória de recurso extraordinário ou de recurso especial. É o que se extrai da nova redação dada ao § 1º do art. 544 do Código de Processo Civil, pela Lei n. 10.352/01:
"Art. 544. Não admitido o recurso extraordinário ou o recurso especial, caberá agravo de instrumento, no prazo de 10 (dez) dias, para o Supremo Tribunal Federal ou para o Superior Tribunal de Justiça, conforme o caso.
§ 1° O agravo de instrumento será instruído com as peças apresentadas pelas partes, devendo constar obrigatoriamente, sob pena de não conhecimento, cópias do acórdão recorrido, da certidão da respectiva intimação, da petição de interposição do recurso denegado, das contra-razões, da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado. As cópias das peças do processo poderão ser declaradas autênticas pelo próprio advogado, sob sua responsabilidade pessoal (...)."
Do caso dos autos. As peças que instruem o agravo não estão autenticadas, contrariando a Resolução n. 54/96 deste Tribunal.
Ainda que admitida a aplicação do disposto no § 1º do art. 544 do Código de Processo Civil, seria necessária a declaração de autenticidade dos documentos que instruem o presente recurso.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 525, I, 527, I, e 557 do Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO ao recurso.
Comunique-se a decisão ao Juízo de primeiro grau.
Decorrido o prazo legal, remetam-se os autos à Vara de origem, observando-se as formalidades legais.
Publique-se.
São Paulo, 29 de março de 2007.
André Nekatschalow
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2007.03.00.020510-6 AG 294354
ORIG.	:	200661000172690 17 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
AGRDO	:	ANA CELIA ALVES DE AZEVEDO REVEILLEAU e outros
ADV	:	SERGIO LAZZARINI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 17 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. MARCO FALAVINHA/ QUINTA TURMA

Vistos,
Tendo em vista que a agravante não pleiteia a concessão de liminar visando obter efeito suspensivo ao presente recurso, determino o seu regular processamento, intimando-se o agravado, nos termos do artigo 527, inciso V, do Código de Processo Civil.
Publique-se. Comunique-se.
Dê-se vista ao Ministério Público Federal.
Após, voltem-me conclusos para apreciação do mérito do recurso.
São Paulo, 16 de março de 2007.
JUIZ FEDERAL CONVOCADO MARCO FALAVINHA
RELATOR

PROC.	:	2007.03.00.021054-0 AG 294633
ORIG.	:	200761000025200 5 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
AGRDO	:	ROGERIO BERBEL FAIDIGA
ADV	:	REGINA ALICE ALCANTARA R BARSOTTI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 5 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW / QUINTA TURMA

D E C I S Ã O
Trata-se de pedido de efeito suspensivo em agravo de instrumento interposto pela União contra a respeitável decisão de fls. 45/49, proferida em mandado de segurança, que, ao deferir o pedido de liminar, determinou à autoridade impetrada que se abstenha de convocar o impetrante para o serviço militar.
Alega-se, em síntese, a legalidade da convocação de médico para prestação de serviço militar inicial obrigatório (fls. 2/22).
Decido.
O § 2º do art. 4º da Lei n. 5.292, de 08.06.67, deve ser interpretado em consonância com o disposto no caput:
"Art. 4º. Os MFDV que, como estudantes, tenham obtido adiamento de incorporação até a terminação do respectivo curso prestarão o serviço militar inicial obrigatório, no ano seguinte ao da referida terminação, na forma estabelecida pelo art. 3º e letra a de seu parágrafo único, obedecidas as demais condições fixadas nesta Lei e na sua regulamentação.
(...)
§ 2º. Os MFDV que sejam portadores de Certificados de Reservistas de 3ª Categoria ou de Dispensa de Incorporação, ao concluírem o curso, ficam sujeitos a prestação do Serviço Militar de que trata o presente artigo." (itálicos meus)
É razoável interpretar a norma no sentido de que os portadores de Certificados de Reservistas de 3ª Categoria ou de Dispensa de Incorporação devem ser extraídos do universo de médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários que tenham obtido adiamento de incorporação, nos termos do caput do respectivo dispositivo legal. Essa interpretação é mais restritiva, como convém à normas legais que impõem deveres públicos, sob pena de o Estado eventualmente exceder os limites decorrentes do princípio da legalidade (CR, art. 5º, II).
A adequação dessa exegese também consulta a segurança jurídica, dado que o jovem que adia sua incorporação tem prévio conhecimento de que, ao término de sua graduação superior, deverá honrar o compromisso para o qual fora selecionado: o Estado aguarda para que oportunamente possa melhor servir-se dos serviços de seu recruta. Não seria assim se o Estado pudesse surpreender o profissional no pleno exercício de sua atividade, o que se resolveria em simples estratégia de reduzir encargos financeiros para a respectiva contratação.
Reformulo, portanto, meu entendimento sobre a matéria, passando a acompanhar a orientação destes precedentes do Superior Tribunal de Justiça:
"ADMINISTRATIVO. SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO. PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE. ARTIGO 4º DA LEI Nº 5.292/67. DISPENSA POR EXCESSO DE CONTINGENTE. CONVOCAÇÃO POSTERIOR. IMPOSSIBILIDADE.
1 - Os estudantes das áreas mencionadas no artigo 4º da Lei nº 5.292/67, que tenham sido dispensados por excesso de contingente, não ficam sujeitos à prestação do serviço militar obrigatório após a conclusão do respectivo curso.
2 - In casu, o autor sequer havia iniciado o curso de medicina antes de sua dispensa.
2 - Precedente.
3 - Recurso improvido."
(STJ, 6ª Turma, REsp 617725-RS, Rel. Min. Paulo Gallotti, unânime, j. 26.05.05, DJ 05.12.05, p. 391)
"RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. MILITAR DA ÁREA DA SAÚDE. DISPENSA POR EXCESSO DE CONTINGENTE. CONVOCAÇÃO POSTERIOR. IMPOSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO AO ART. 4º DA LEI 5292/67. INAPLICABILIDADE.
O mencionado dispositivo não há de se aplicar ao recorrido, como bem constatado pelo decisum, considerando que fora dispensado, não em razão de sua condição de estudante, mas em função do excesso de contingente.
Violação não caracterizada.
Recurso desprovido."
(STJ, 5ª Turma, REsp 437424-RS, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, unânime, j. 06.03.03, DJ 31.03.03, p. 250)
Do caso dos autos. Narra a agravante que Rogério Berbel Faidiga foi dispensado do serviço militar inicial por excesso de contingente para servir como recruta. O recorrido concluiu o curso de medicina em 2006, e no mesmo ano foi convocado, para incorporação em 2007 (fls. 2/22).
O Superior Tribunal de Justiça, conforme precedentes supracitados, firmou jurisprudência no sentido que os MFDV, dispensados por excesso de contingente, não ficam sujeitos à prestação do serviço militar após a conclusão do curso.
Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de efeito suspensivo.
Comunique-se a decisão ao Juízo a quo.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
André Nekatschalow
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2007.03.00.021400-4 AG 294751
ORIG.	:	200761000034467 16 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
AGRDO	:	DANIEL AUGUSTO BARRIL LHANO
ADV	:	ANDRE LUIZ DE LIMA DAIBES
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 16 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. MARCO FALAVINHA/ QUINTA TURMA

Vistos,
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela União Federal contra a r. decisão proferida em sede de Mandado de Segurança, impetrado contra ato do Sr. Comandante Militar do Sudeste - Comando da Segunda Região Militar, objetivando seja afastada a obrigatoriedade de sua convocação para a reintegração ao serviço militar obrigatório, alegando possibilidade de lesão grave e de difícil reparação, uma vez que encerrou o curso de medicina em dezembro de 2006 e poderá sofrer prejuízos incalculáveis de ordem acadêmica e profissional.
No caso sub judice a competência para processar e julgar o feito não se orienta pelas regras de direito privado, mas sim, pelas normas de direito público e, destaque-se, não se trata de servidor público militar, uma vez que o impetrante ainda não ingressou em qualquer instituição pertencente às Forças Armadas. Aqui se questiona as normas de ordem pública relativas às regras do serviço militar obrigatório.
E, por essa razão, a matéria aqui versada se inclui na competência da E. Segunda Seção, nos exatos termos do que dispõe o parágrafo 2º, do artigo 10, do Regimento Interno, verbis:
Art. 10 - A competência das Seções e das respectivas Turmas, que as integram, é fixada em função da matéria e da natureza da relação jurídica litigiosa.
(...)
§ 2º - À Segunda Seção cabe processar e julgar os feitos relativos ao direito público, ressalvados os que se incluem na competência da Primeira e Terceira Seções, dentre outros:
I - matéria constitucional, incluindo nacionalidade, opção e naturalização, excetuadas as competências do Órgão Especial, da Primeira e Terceira Seções;
II - licitações;
III - nulidade e anulabilidade de atos administrativos, excetuada a matéria da Primeira e Terceira Seções;
IV - ensino superior;
V - inscrição e exercício profissional;
VI - tributos em geral e preços públicos;
VII - contribuições, excetuadas as de competência da Primeira Seção.

Portanto, considerando que a matéria aqui trazida a debate não se subsume ao previsto na alçada desta 1ª Seção, declino da competência para processar e julgar o presente recurso de agravo de instrumento.
Remetam-se os autos à Subsecretaria de Registros e Informações Processuais, para que seja providenciada sua redistribuição àquela Seção.
Publique-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
JUIZ FEDERAL CONVOCADO MARCO FALAVINHA
RELATOR

PROC.	:	2007.03.00.021745-5 AG 294908
ORIG.	:	200761000033037 5 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
AGRDO	:	MARCELO PELLISSIER JUNIOR
ADV	:	ANDERSON RIBEIRO DA FONSECA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 5 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. MARCO FALAVINHA/ QUINTA TURMA

Vistos,
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela União Federal contra a r. decisão proferida em sede de Mandado de Segurança, impetrado contra ato do Sr. Coronel Responsável pela Chefia do Estado Maior da 2ª Região Militar e do Sr. Tenente Coronel Chefe do Serviço Militar Regional, objetivando seja afastada a obrigatoriedade de sua convocação para a reintegração ao serviço militar obrigatório, alegando possibilidade de lesão grave e de difícil reparação, uma vez que encerrou o curso de medicina em outubro de 2006 e atualmente cursa residência médica em ginecologia na Real e Benemérita Associação Portuguesa de Beneficência, e poderá sofrer prejuízos incalculáveis de ordem acadêmica e profissional.
No caso sub judice a competência para processar e julgar o feito não se orienta pelas regras de direito privado, mas sim, pelas normas de direito público e, destaque-se, não se trata de servidor público militar, uma vez que o impetrante ainda não ingressou em qualquer instituição pertencente às Forças Armadas. Aqui se questiona as normas de ordem pública relativas às regras do serviço militar obrigatório.
E, por essa razão, a matéria aqui versada se inclui na competência da E. Segunda Seção, nos exatos termos do que dispõe o parágrafo 2º, do artigo 10, do Regimento Interno, verbis:
Art. 10 - A competência das Seções e das respectivas Turmas, que as integram, é fixada em função da matéria e da natureza da relação jurídica litigiosa.
(...)
§ 2º - À Segunda Seção cabe processar e julgar os feitos relativos ao direito público, ressalvados os que se incluem na competência da Primeira e Terceira Seções, dentre outros:
I - matéria constitucional, incluindo nacionalidade, opção e naturalização, excetuadas as competências do Órgão Especial, da Primeira e Terceira Seções;
II - licitações;
III - nulidade e anulabilidade de atos administrativos, excetuada a matéria da Primeira e Terceira Seções;
IV - ensino superior;
V - inscrição e exercício profissional;
VI - tributos em geral e preços públicos;
VII - contribuições, excetuadas as de competência da Primeira Seção.
Portanto, considerando que a matéria aqui trazida a debate não se subsume ao previsto na alçada desta 1ª Seção, declino da competência para processar e julgar o presente recurso de agravo de instrumento.
Remetam-se os autos à Subsecretaria de Registros e Informações Processuais, para que seja providenciada sua redistribuição àquela Seção.
Publique-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
JUIZ FEDERAL CONVOCADO MARCO FALAVINHA
RELATOR

PROC.	:	2007.03.00.021777-7 AG 294918
ORIG.	:	200761000027580 11 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
AGRDO	:	LEANDRO CARDOSO BARCHI
ADV	:	PAULO DE TARSO M MAGALHAES GOMES
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 11 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW / QUINTA TURMA

D E C I S Ã O
Trata-se de pedido de efeito suspensivo em agravo de instrumento interposto pela União contra a respeitável decisão de fls. 44/46, proferida em mandado de segurança, que, ao deferir o pedido de liminar, determinou à autoridade impetrada que proceda a desconvocação do impetrante para a prestação do serviço militar, bem como a suspensão de qualquer medida administrativa e de seu embarque para Manaus (AM).
Alega-se, em síntese, a legalidade da convocação de médico para prestação de serviço militar inicial obrigatório (fls. 2/19).
Decido.
O § 2º do art. 4º da Lei n. 5.292, de 08.06.67, deve ser interpretado em consonância com o disposto no caput:
"Art. 4º. Os MFDV que, como estudantes, tenham obtido adiamento de incorporação até a terminação do respectivo curso prestarão o serviço militar inicial obrigatório, no ano seguinte ao da referida terminação, na forma estabelecida pelo art. 3º e letra a de seu parágrafo único, obedecidas as demais condições fixadas nesta Lei e na sua regulamentação.
(...)
§ 2º. Os MFDV que sejam portadores de Certificados de Reservistas de 3ª Categoria ou de Dispensa de Incorporação, ao concluírem o curso, ficam sujeitos a prestação do Serviço Militar de que trata o presente artigo." (itálicos meus)
É razoável interpretar a norma no sentido de que os portadores de Certificados de Reservistas de 3ª Categoria ou de Dispensa de Incorporação devem ser extraídos do universo de médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários que tenham obtido adiamento de incorporação, nos termos do caput do respectivo dispositivo legal. Essa interpretação é mais restritiva, como convém à normas legais que impõem deveres públicos, sob pena de o Estado eventualmente exceder os limites decorrentes do princípio da legalidade (CR, art. 5º, II).
A adequação dessa exegese também consulta a segurança jurídica, dado que o jovem que adia sua incorporação tem prévio conhecimento de que, ao término de sua graduação superior, deverá honrar o compromisso para o qual fora selecionado: o Estado aguarda para que oportunamente possa melhor servir-se dos serviços de seu recruta. Não seria assim se o Estado pudesse surpreender o profissional no pleno exercício de sua atividade, o que se resolveria em simples estratégia de reduzir encargos financeiros para a respectiva contratação.
Reformulo, portanto, meu entendimento sobre a matéria, passando a acompanhar a orientação destes precedentes do Superior Tribunal de Justiça:

"ADMINISTRATIVO. SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO. PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE. ARTIGO 4º DA LEI Nº 5.292/67. DISPENSA POR EXCESSO DE CONTINGENTE. CONVOCAÇÃO POSTERIOR. IMPOSSIBILIDADE.
1 - Os estudantes das áreas mencionadas no artigo 4º da Lei nº 5.292/67, que tenham sido dispensados por excesso de contingente, não ficam sujeitos à prestação do serviço militar obrigatório após a conclusão do respectivo curso.
2 - In casu, o autor sequer havia iniciado o curso de medicina antes de sua dispensa.
2 - Precedente.
3 - Recurso improvido."
(STJ, 6ª Turma, REsp 617725-RS, Rel. Min. Paulo Gallotti, unânime, j. 26.05.05, DJ 05.12.05, p. 391)
"RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. MILITAR DA ÁREA DA SAÚDE. DISPENSA POR EXCESSO DE CONTINGENTE. CONVOCAÇÃO POSTERIOR. IMPOSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO AO ART. 4º DA LEI 5292/67. INAPLICABILIDADE.
O mencionado dispositivo não há de se aplicar ao recorrido, como bem constatado pelo decisum, considerando que fora dispensado, não em razão de sua condição de estudante, mas em função do excesso de contingente.
Violação não caracterizada.
Recurso desprovido."
(STJ, 5ª Turma, REsp 437424-RS, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, unânime, j. 06.03.03, DJ 31.03.03, p. 250)
Do caso dos autos. Leandro Cardoso Barchi foi dispensado do serviço militar inicial por excesso de contingente para servir como recruta. O recorrido concluiu o curso de medicina em 2004, e no mesmo ano foi convocado, para incorporação em 2005. Foi-lhe concedido adiamento da incorporação para cursar residência médica. Recebeu a nova convocação para o serviço militar obrigatório em 05.02.07 (fls. 2/19).
O Superior Tribunal de Justiça, conforme precedentes supracitados, firmou jurisprudência, no sentido de que os MFDV, dispensados por excesso de contingente, não ficam sujeitos à prestação do serviço militar após a conclusão do curso.
Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de efeito suspensivo.
Comunique-se a decisão ao Juízo a quo.
Publique-se.

São Paulo, 28 de março de 2007.
ANDRÉ NEKATSCHALOW
Desembargador Federal Relator

SUBSECRETARIA DA SEXTA TURMA

DIVISÃO DE PROCEDIMENTOS DIVERSOS

DESPACHOS/DECISÕES

PROC.	:	90.03.029978-1 AC 32194
ORIG.	:	8900000180 1 Vr PEDRO GOMES/MS
APTE	:	Instituto do Acucar e do Alcool - IAA
ADV	:	CICERO GERMANO DA COSTA e outros
APDO	:	CIA AGRICOLA SONORA ESTANCIA
ADV	:	ARNALDO CONCEIÇÃO JUNIOR
RELATOR	:	DES.FED. MAIRAN MAIA / SEXTA TURMA

Vistos.
1. Enquanto não decidida a lide, pode o autor dispor da ação proposta, dela desistindo a qualquer tempo com a anuência do réu. Porém, após a prolação da sentença, julgando o mérito da pretensão deduzida, pedido neste sentido deve ser tomado como renúncia à questão de fundo da ação, conforme previsão legal.
2. Destarte, dou provimento à apelação do embargado, e homologo, para todos os fins e efeitos de direito, a renúncia ao direito sobre que se funda a ação manifestada pela autora, ora apelada, às fls. 73/75, pleito com o qual concordou a União Federal (Fazenda Nacional), representante do apelante, às fls. 127, com fulcro no art. 269, V, do CPC.
3. Tratando-se a ação de embargos à execução, afasto a verba honorária fixada na sentença, por ser suficiente o encargo de 20% (vinte por cento), de que tratam o Decreto-lei nº 1.025/69 e a súmula 168, do E. Tribunal Federal de Recursos.
4. Decorrido o prazo legal, baixem os autos à origem.
Intimem-se.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
MAIRAN MAIA Desembargador Federal Relator

PROC.	:	93.03.045670-0 AMS 124260
ORIG.	:	0009476830 14 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Banco Central do Brasil
ADV	:	JOSE OSORIO LOURENCAO e outros
APDO	:	DOUGLAS FERNANDES
ADV	:	DOUGLAS FERNANDES
INTERES	:	Banco do Brasil S/A
ADV	:	JOAO CANDIDO MACHADO DE MAGALHAES
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 14 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. MAIRAN MAIA / SEXTA TURMA

Requerimento de fls. 233 - Tendo em vista que o feito encontra-se na Pauta de Julgamentos do dia 02/05/07, defiro a vista dos autos pelo prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
Intime-se.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
MAIRAN MAIA Desembargador Federal Relator

PROC.	:	94.03.066502-5 AC 197107
ORIG.	:	9200001527 1 Vr BAURU/SP
APTE	:	ELDORADO CONFECCOES LTDA
ADV	:	JOSE FERNANDO BORREGO BIJOS e outro
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SÉRGIO AUGUSTO G. P. SOUZA
RELATOR	:	DES.FED. CONSUELO YOSHIDA / SEXTA TURMA

Vistos.
Fl. 81: manifeste-se a União, no prazo de 5 (cinco) dias.
Intime-se.
São Paulo, 23 de março de 2007.
Documento assinado por DF00040-Desembargadora Federal Consuelo Yoshida
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08B9.105H.0000 - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	95.03.043845-4 AC 255276
ORIG.	:	9100647730 9 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	MARIA INES SALZANI M PAGIANOTTO
APDO	:	EMANUELA APOSTOLICO DE CASTRO e outro
ADV	:	JOAQUIM DE ALMEIDA BAPTISTA e outros
APDO	:	Banco Central do Brasil
ADV	:	JOSE OSORIO LOURENCAO e outros
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
RELATOR	:	DES.FED. LAZARANO NETO / SEXTA TURMA

Fls. 284 - Defiro o pedido de vista dos autos, conforme requerido.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
LAZARANO NETO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	96.03.093499-2 AC 350033
ORIG.	:	9500445450 9 VR SAO PAULO/SP
APTE	:	DEMAND OFFER MAO DE OBRA EFETIVA E TEMPORARIA LTDA
ADV	:	ARISTIDES GILBERTO LEAO PALUMBO E OUTROS
APDO	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX E SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 9 VARA SAO PAULO SEC JUD SP
RELATOR	:	DES.FED. MARLI FERREIRA / SEXTA TURMA

Vistos etc.
Trata-se de Embargos de Declaração opostos por DEMAND OFFER MÃO DE OBRA EFETIVA E TEMPORÁRIA LTDA para suprir omissão no julgamento proferido, por maioria, por esta E. 6ª Turma em sede de apelação.
A E. Des. Fed. Relatora Marli Ferreira deu provimento aos Embargos, nos termos do art. 557, § 1ºA, do CPC, determinando a juntada do r. voto vencido.
Considerando-se, todavia, o julgamento unânime desta E. Turma, conforme minuta encartada a fls. 191, retornem os autos à Subsecretaria da 6ª Turma para as providências cabíveis.
São Paulo, 22 de março de 2006.
Desembargadora Federal - Salette Nascimento

PROC.	:	97.03.003044-0 REOAC 355781
ORIG.	:	9300000795 1 Vr AMERICANA/SP
PARTE A	:	TEXTIL ELECTRA LTDA
ADV	:	ANTONIO MARQUES DOS SANTOS FILHO e outros
PARTE R	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DO SAF DE AMERICANA SP
RELATOR	:	DES.FED. CONSUELO YOSHIDA / SEXTA TURMA

Trata-se de remessa oficial em embargos à execução fiscal, alegando, preliminarmente, a ocorrência de decadência. No mérito, alega a regularidade dos serviços prestados por terceiros e pagos pela embargante, gerando o lançamento contábil da despesa impugnada, não se justificando a autuação fiscal e a imposição de multa.
O r. Juízo a quo julgou procedente a ação, reconhecendo que quanto ao mérito assiste razão a autora, já que o auto de infração baseia-se em informações colhidas unilateralmente pelo Fisco, desconstituindo o crédito tributário e declarando insubsistente a penhora. Condenou a embargada a reembolsar as despesas processuais antecipadas pela embargante e a pagar os honorários advocatícios arbitrados em 15% sobre o valor atualizado da causa. A sentença foi submetida ao reexame necessário.
O valor da execução corresponde a NCz$ 8.299,98 (oito mil duzentos e noventa e nove cruzados novos e noventa e oito centavos), em maio de 1989.
Passo a decidir com fulcro no art. 557 e parágrafos do Código de Processo Civil, na redação dada pela Lei n.º 9.756/98, aplicável também à remessa oficial, na esteira da Súmula n.º 253 do E. STJ: "O art. 557 do CPC, que autoriza o relator a decidir o recurso, alcança o reexame necessário".
Ressalto, de início, a importância da utilização do dispositivo em apreço para simplificação e agilização do julgamento dos recursos, notadamente quando já existe pronunciamento consistente dos Tribunais Superiores acerca da matéria preliminar ou do próprio mérito, como é o caso ora examinado.
A Lei n.º 10.352, de 26 de dezembro de 2001, que entrou em vigor em 27 de março de 2002, trouxe diversas alterações ao Estatuto Processual.
No tocante ao reexame obrigatório, previsto no art. 475, do CPC, foi introduzido o § 2.º, com a seguinte redação:
"Não se aplica o disposto neste artigo sempre que a condenação, ou o direito controvertido, for de valor certo não excedente a 60 (sessenta) salários mínimos, bem como no caso de procedência dos embargos do devedor na execução de dívida ativa do mesmo valor."
O objetivo da norma em questão consiste em dar maior efetividade à tutela jurisdicional, fazendo "com que o legislador reduzisse o âmbito de incidência da remessa obrigatória, excluindo-a das causas de pequeno valor, assim consideradas aquelas cuja condenação ou direito controvertido não excedam a sessenta salários mínimos. O acesso à justiça veio a ser prestigiado, quando se sabe que um dos fatores que integra o seu conceito e está diretamente relacionado com a efetividade da tutela é o tempo de duração dos processos..." (Flávio Cheim Jorge e outros, A Nova Reforma Processual. 1.ª ed., São Paulo: Editora Saraiva, 2002, p.62).
O presente caso inclui-se na hipótese acima prevista, pois o valor da execução é inferior a sessenta salários mínimos, não sendo cabível o reexame obrigatório.
Em face de todo o exposto, com supedâneo no art. 557, caput, c/c art. 475, § 2.º, ambos do CPC, e na Súmula n.º 253, do E. STJ, nego seguimento à remessa oficial.
Publique-se e, após o decurso do prazo legal, baixem os autos à vara de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 29 de março de 2007.
Documento assinado por DF00040-Desembargadora Federal Consuelo Yoshida
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BF.1291.085H - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	97.03.020253-5 AC 366347
ORIG.	:	9500001965 2 Vr OSASCO/SP
APTE	:	Comissao de Valores Mobiliarios CVM
ADV	:	RENATO PAULINO DE CARVALHO FILHO
APDO	:	WILSON ALVES DE ARAUJO
ADV	:	MAURÍCIO DE CARVALHO SILVEIRA BUENO
RELATOR	:	DES.FED. LAZARANO NETO / SEXTA TURMA

Fls. 144/147 - Defiro o pedido de dilação do prazo, conforme requerido.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
LAZARANO NETO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	97.03.034802-5 AC 374635
ORIG.	:	9500380684 19 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	PLATINA COM/ E PARTICIPACOES LTDA
ADV	:	ROBERTO QUIROGA MOSQUERA e outros
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
PARTE A	:	BANKPAR PARTICIPACOES LTDA e outros
ADV	:	ROBERTO QUIROGA MOSQUERA e outros
RELATOR	:	DES.FED. MAIRAN MAIA / SEXTA TURMA

Vistos.
1. Fls. 146/148 - Em aditamento às decisões de fls. 134 e 141, esclareço que o pedido de desistência formulado pela litisconsorte Banco SRL S.A., às fls. 116/117, há de ser apreciado, conforme decidido às fls. 134, pelo Juízo de primeiro grau.
2. Com as cautelas legais, encaminhem-se os autos à origem.
Intimem-se.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
MAIRAN MAIA Desembargador Federal Relator

PROC.	:	97.03.070038-1 AC 393765
ORIG.	:	9403047151 3 Vr RIBEIRAO PRETO/SP
APTE	:	HENRIQUE RODRIGUES PUPO
ADV	:	MADALENA PEREZ RODRIGUES
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE RIBEIRAO PRETO SP
RELATOR	:	DES.FED. LAZARANO NETO / SEXTA TURMA

Fls. 131/138 - Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos e recebo o recurso como Agravo Regimental.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
LAZARANO NETO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	98.03.030038-5 AC 415897
ORIG.	:	9710007831 2 Vr MARILIA/SP
APTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
APDO	:	KUN MO BANG
ADV	:	ARNALDO MAS ROSA
RELATOR	:	DES.FED. CONSUELO YOSHIDA / SEXTA TURMA

Vistos.
Trata-se de apelação em execução fiscal ajuizada pela União Federal, com o escopo de receber crédito consoante certidão de dívida ativa acostada aos autos.
O MM. juízo a quo julgou reconheceu a prescrição intercorrente e extinguiu o feito com julgamento do mérito. Não ouve condenação em custa tendo em vista o art. 39 da LEF, mas condenou a exeqüente em honorários advocatícios fixados em R$ 100,00 (cem reais). A sentença não foi remetida ao reexame necessário.
O valor do débito inscrito na dívida ativa correspondia, na data da distribuição, a Cr$ 48.627,13 (quarenta e oito mil, seicento e vinte e sete cruzeiros e treze centavos).
Apelou a exeqüente, alegando que é nulo o ato citatório do procurador do Incra, tendo em vista que, conforme art. 25 da LEF, este deve ser feito pessoalmente. No mérito, alega que não deveria ter sido reconhecida a prescrição intercorrente, tendo em vista que a paralização dos autos se deu não pode inércia da credora, mas sim por inoperância do Poder Judiciário. Pleiteia a reforma da senteça e, em se entendendo pela manutenção, requer a redução da verba honorária, bem como que os juros incidam tão somente após o trânsito em julgado.
Com contra-razões, subiram os autos a este E. Tribunal.
Passo a decidir com fulcro no art. 557 e parágrafos do Código de Processo Civil, na redação dada pela Lei n.º 9.756/98.
Ressalto, de início, a importância da utilização do dispositivo em apreço para simplificação e agilização do julgamento dos recursos, notadamente quando já existe pronunciamento consistente dos Tribunais Superiores acerca da matéria preliminar ou do próprio mérito.
No presente caso, o valor total da dívida, na data da distribuição da Execução Fiscal, era inferior ao limite de alçada determinado pelo art. 34 da Lei n.º 6.830/80. Segundo o disposto nesse artigo, das sentenças proferidas nas execuções de valor igual ou inferior a 50 OTN's somente se admitirão embargos infringentes e de declaração. Como bem ensina Manoel Álvares, o artigo em questão pode ser interposto não somente contra sentença de extinção proferida no processo de execução fiscal, como também pode atacar sentença nas ações incidentais de embargos do executado, de terceiro, à arrematação e à adjudicação, desde que o valor da causa desses incidentes não ultrapasse a alçada, independentemente do valor da ação principal. (Lei de Execução Fiscal Comentada e anotada. 3.ª ed., São Paulo, RT, 2000, p. 290).
O objetivo do dispositivo supracitado foi dar maior celeridade à execução fiscal de valor ínfimo, daí ser incabível a apelação.
Muito embora a OTN já tenha sido extinta, é possível proceder-se à determinação do valor da causa para efeito de alçada. As 50 OTN's previstas no dispositivo em tela correspondem a 308,50 BTN's que, por sua vez, equivalem a 283,43 UFIR's, conforme demonstra o seguinte precedente jurisprudencial:
PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. CAUSAS DE ALÇADA. APELAÇÃO. REEXAME OBRIGATÓRIO. NÃO CABIMENTO.
1 - É indubitável a vigência do art. 34 da Lei 6.830/80, não se podendo aceitar o argumento de que não teria mais aplicação em face da extinção das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN. A simples substituição ou extinção de um indexador não significa ser impossível a determinação do valor da causa para efeito de alçada. assim, as originais 50 ORTN passaram a equivaler a 308,50 BTN, porque, quando extinta, a ORTN-OTN valia NCz$6,17 e o Bônus do Tesouro Nacional foi criado valendo NCz$1,00. A partir de janeiro de 1991, 308,50 BTN passaram a valer Cr$39.136,95, com reajuste pela TRD, até maio de 1993, quando foi extinto esse indexador (Lei 8.660, de 28.05.1993). Em junho de 1993 o valor de alçada permaneceu fixo em CR$7.121.483,99 e, a partir de julho de 1993, passou a ser equivalente a 283,43 UFIR.
2 - O artigo 34 da Lei de Execução Fiscal estabeleceu uma sistemática recursal diversa do CPC, não somente com a criação dos embargos infringentes ou de alçada, eliminando o duplo grau de jurisdição, como também pela instituição da irrecorribilidade das interlocutórias. Nas causas de alçada não caberá o reexame obrigatório, pena de se frustrar o objetivo desse dispositivo, além de se dar injustificável tratamento desigual às partes.
3 - Se o valor da causa não superar a alçada prevista no art. 34 da LEF, a sentença só poderá ser atacada por meio de embargos infringentes, não cabendo apelação voluntária ou remessa oficial.
4 - Devolução dos autos à Vara de Origem para que o recurso seja recebido como Embargos Infringentes, (art. 34 da L.E.F).
5 - Apelação não conhecida.
(TRF3, 4ª Turma, AC n.º 2001.03.99.032897-3, Rel. Juiz Conv. Manoel Álvares, j. 12.06.02, DJU 18.11.02, p. 747)
Portanto, sendo o débito executado inferior ao valor de alçada (283,43 UFIR's), é incabível o recurso de apelação.
Em face de todo o exposto, com supedâneo no art. 557, caput do CPC, nego seguimento à apelação, e determino o retorno dos autos à Vara de origem para apreciação como embargos infringentes por força do princípio da fungibilidade.
Publique-se.
Intimem-se.
São Paulo, 29 de março de 2007.
Documento assinado por DF00040-Desembargadora Federal Consuelo Yoshida
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BF.1291.1078 - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	98.03.032070-0 AC 417537
ORIG.	:	9500520001 21 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Banco Central do Brasil
ADV	:	JOSE OSORIO LOURENCAO
APDO	:	BANCO ABN AMRO S/A
ADV	:	REGINA ELAINE BISELLI
APDO	:	ROBERTO ANTONIO BONISIO e outro
ADV	:	JORGE FERREIRA e outros
RELATOR	:	DES.FED. CONSUELO YOSHIDA / SEXTA TURMA

Comprove o embargante Banco ABN AMRO S/A, no prazo de 05 (cinco) dias, a modificação da sua razão social, mediante juntada de cópia autêntica da respectiva alteração no contrato social.
Intime-se.
São Paulo, 23 de março de 2007.
Documento assinado por DF00040-Desembargadora Federal Consuelo Yoshida
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08B9.1060.0DG3 - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	98.03.065959-6 AC 431475
ORIG.	:	9107038968 18 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	ELDORADO INDUSTRIAS PLASTICAS LTDA
ADV	:	LUIS HENRIQUE DA SILVA
APDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
RELATOR	:	DES.FED. CONSUELO YOSHIDA / SEXTA TURMA

Vistos.
Tendo em vista o reconhecimento de prevenção (fl. 167), distribua-se o presente feito ao eminente Desembargador Federal Fábio Pietro de Souza, com os nossos cumprimentos.
Intimem-se.
São Paulo, 2 de abril de 2007.
Documento assinado por DF00040-Desembargadora Federal Consuelo Yoshida
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BF.1291.15HD - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	1999.03.99.027858-4 AC 474950
ORIG.	:	7300000538 2 Vr MAUA/SP
APTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
APDO	:	JOSE ARMANDO MACHADO ZIMMERHANSL
RELATOR	:	DES.FED. CONSUELO YOSHIDA / SEXTA TURMA

Trata-se de apelação em execução fiscal ajuizada pela União Federal, com o escopo de receber crédito consoante certidão de dívida ativa acostada aos autos.

O r. juízo a quo, de ofício, julgou extinta a execução, nos termos dos arts. 794, II, do Código de Processo Civil, sem ônus para as partes, tendo em vista que a ação pemaneceu paralisada por mais de 20 (vinte) anos e, intimada a exeqüente, esta quedou-se inerte.
O valor do débito inscrito na dívida ativa correspondia, na data da distribuição, a Cr$ 150,00 (cento e cinqüenta cruzeiros).
Apelou a exeqüente, alegando que não consta dos autos a intimação da Procuradoria da Fazenda Nacional e tampouco a solicitação da Sunab para que a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional assuma o feito, conforme determina o parágrafo único, art. 3º, do Decreto nº 2.280/97, tendo em vista a extinção daquela autarquia
Passo a decidir com fulcro no art. 557 e parágrafos do Código de Processo Civil, na redação dada pela Lei n.º 9.756/98.
Ressalto, de início, a importância da utilização do dispositivo em apreço para simplificação e agilização do julgamento dos recursos, notadamente quando já existe pronunciamento consistente dos Tribunais Superiores acerca da matéria preliminar ou do próprio mérito.
No presente caso, o valor total da dívida, na data da distribuição da Execução Fiscal, era inferior ao limite de alçada determinado pelo art. 34 da Lei n.º 6.830/80. Segundo o disposto nesse artigo, das sentenças proferidas nas execuções de valor igual ou inferior a 50 OTN's somente se admitirão embargos infringentes e de declaração. Como bem ensina Manoel Álvares, o artigo em questão pode ser interposto não somente contra sentença de extinção proferida no processo de execução fiscal, como também pode atacar sentença nas ações incidentais de embargos do executado, de terceiro, à arrematação e à adjudicação, desde que o valor da causa desses incidentes não ultrapasse a alçada, independentemente do valor da ação principal. (Lei de Execução Fiscal Comentada e anotada. 3.ª ed., São Paulo, RT, 2000, p. 290).
O objetivo do dispositivo supracitado foi dar maior celeridade à execução fiscal de valor ínfimo, daí ser incabível a apelação.
Muito embora a OTN já tenha sido extinta, é possível proceder-se à determinação do valor da causa para efeito de alçada. As 50 OTN's previstas no dispositivo em tela correspondem a 308,50 BTN's que, por sua vez, equivalem a 283,43 UFIR's, conforme demonstra o seguinte precedente jurisprudencial:
PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. CAUSAS DE ALÇADA. APELAÇÃO. REEXAME OBRIGATÓRIO. NÃO CABIMENTO.
1 - É indubitável a vigência do art. 34 da Lei 6.830/80, não se podendo aceitar o argumento de que não teria mais aplicação em face da extinção das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN. A simples substituição ou extinção de um indexador não significa ser impossível a determinação do valor da causa para efeito de alçada. assim, as originais 50 ORTN passaram a equivaler a 308,50 BTN, porque, quando extinta, a ORTN-OTN valia NCz$6,17 e o Bônus do Tesouro Nacional foi criado valendo NCz$1,00. A partir de janeiro de 1991, 308,50 BTN passaram a valer Cr$39.136,95, com reajuste pela TRD, até maio de 1993, quando foi extinto esse indexador (Lei 8.660, de 28.05.1993). Em junho de 1993 o valor de alçada permaneceu fixo em CR$7.121.483,99 e, a partir de julho de 1993, passou a ser equivalente a 283,43 UFIR.
2 - O artigo 34 da Lei de Execução Fiscal estabeleceu uma sistemática recursal diversa do CPC, não somente com a criação dos embargos infringentes ou de alçada, eliminando o duplo grau de jurisdição, como também pela instituição da irrecorribilidade das interlocutórias. Nas causas de alçada não caberá o reexame obrigatório, pena de se frustrar o objetivo desse dispositivo, além de se dar injustificável tratamento desigual às partes.
3 - Se o valor da causa não superar a alçada prevista no art. 34 da LEF, a sentença só poderá ser atacada por meio de embargos infringentes, não cabendo apelação voluntária ou remessa oficial.
4 - Devolução dos autos à Vara de Origem para que o recurso seja recebido como Embargos Infringentes, (art. 34 da L.E.F).
5 - Apelação não conhecida.
(TRF3, 4ª Turma, AC n.º 2001.03.99.032897-3, Rel. Juiz Conv. Manoel Álvares, j. 12.06.02, DJU 18.11.02, p. 747)
Portanto, sendo o débito executado inferior ao valor de alçada (283,43 UFIR's), é incabível o recurso de apelação.
Em face de todo o exposto, com supedâneo no art. 557, caput do CPC, nego seguimento à apelação, e determino o retorno dos autos à Vara de origem para apreciação como embargos infringentes por força do princípio da fungibilidade.
Publique-se e intimem-se.
São Paulo, 29 de março de 2007.
Documento assinado por DF00040-Desembargadora Federal Consuelo Yoshida
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BF.128G.1331 - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	1999.03.99.071614-9 AC 514859
ORIG.	:	9000476755 6 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	JOSE DE ALMEIDA AGUIAR e outro
ADV	:	MERCES DA SILVA NUNES
APTE	:	BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO S/A BANESPA
ADV	:	JULIANA VIEIRALVES AZEVEDO CAMARGO
APTE	:	BANCO NOSSA CAIXA S/A
ADV	:	CARLOS EDUARDO VASCONCELOS
APTE	:	UNIBANCO UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S/A
ADV	:	FELIPE LEGRAZIE EZABELLA
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	ANA CLAUDIA SCHMIDT
APTE	:	BANCO ABN AMRO S/A
ADV	:	LUIZ MARCELO BAU e outros
ADV	:	REGINA ELAINE BISELLI
APTE	:	BANCO MERCANTIL DE SAO PAULO S/A
ADV	:	JORGE ANTONIO ALVES DE SANTANA
APDO	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
APDO	:	Banco Central do Brasil
ADV	:	JOSE OSORIO LOURENCAO
APDO	:	BANCO ITAU S/A
ADV	:	BENEDICTO CELSO BENICIO
APDO	:	OS MESMOS
RELATOR	:	DES.FED. CONSUELO YOSHIDA / SEXTA TURMA

Esclareça e comprove o apelante Banco ABN AMRO S/A, no prazo de 5 (cinco) dias, eventual modificação da sua razão social, mediante juntada de cópia autêntica da respectiva alteração no contrato social.
Intime-se.
São Paulo, 27 de março de 2007.
Documento assinado por DF00040-Desembargadora Federal Consuelo Yoshida
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BF.128H.0000 - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	1999.03.99.079490-2 AMS 193858
ORIG.	:	9700337324 22 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
APDO	:	BRASWEY S/A IND/ E COM/
ADV	:	PAULO AUGUSTO DE C TEIXEIRA DA SILVA
RELATOR	:	DES.FED. LAZARANO NETO / SEXTA TURMA

Fls.84/87: Nada a deferir, haja vista que o recurso de apelação ainda pende de julgamento. Por outro lado, a questão relativa à contratação do advogado e seus respectivos honorários cabe às partes. Eventuais conflitos decorrentes dessa questão devem ser dirimidos através de ação própria.
São Paulo, 30 de março de 2007.
LAZARANO NETO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	1999.61.08.002591-0 REOAC 897894
ORIG.	:	2 Vr BAURU/SP
PARTE A	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SÉRGIO AUGUSTO G. P. SOUZA
PARTE R	:	FUNDACAO DOUTOR AMARAL CARVALHO
ADV	:	FAIZ MASSAD
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE BAURU Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CONSUELO YOSHIDA / SEXTA TURMA

Vistos.
Trata-se de remessa oficial em ação de rito ordinário, objetivando o reconhecimento da inconstitucionalidade do § 1.º, do art. 12, da Lei nº 9.532/97, com a conseqüente suspensão da exigibilidade do IOF incidente sobre aplicações financeiras, assim como a repetição dos valores indevidamente recolhidos a esse título, correspondente a R$ 5.452,24 (cinco mil quatrocentos e cinqüenta e dois reais e vinte e quatro centavos).
O r. Juízo a quo julgou procedente o pedido, para reconhecer a inconstitucionalidade do § 1º, do artigo 12, da Lei nº 9.532/97. Condenou a ré à repetição dos valores indevidamente recolhidos, acrescidos de correção monetária e ao pagamento dos honorários fixados em R$ 500,00 (quinhentos reais). A sentença foi submetida ao reexame necessário.
Regularmente processado o feito, sem a interposição de recursos, subiram os autos a este Tribunal.
O valor da causa corresponde a R$1.000,00 (mil reais) em junho de 1.999.
Passo a decidir com fulcro no art. 557 e parágrafos do Código de Processo Civil, na redação dada pela Lei n.º 9.756/98, aplicável também à remessa oficial, na esteira da Súmula n.º 253 do E. STJ: "O art. 557 do CPC, que autoriza o relator a decidir o recurso, alcança o reexame necessário".
Ressalto, de início, a importância da utilização do dispositivo em apreço para simplificação e agilização do julgamento dos recursos, notadamente quando já existe pronunciamento consistente dos Tribunais Superiores acerca da matéria preliminar ou do próprio mérito, como é o caso ora examinado.
A Lei n.º 10.352, de 26 de dezembro de 2001, que entrou em vigor em 27 de março de 2002, trouxe diversas alterações ao Estatuto Processual.
No tocante ao reexame obrigatório, previsto no art. 475, do CPC, foi introduzido o § 2.º, com a seguinte redação:
"Não se aplica o disposto neste artigo sempre que a condenação, ou o direito controvertido, for de valor certo não excedente a 60 (sessenta) salários mínimos, bem como no caso de procedência dos embargos do devedor na execução de dívida ativa do mesmo valor."
O objetivo da norma em questão consiste em dar maior efetividade à tutela jurisdicional, fazendo "com que o legislador reduzisse o âmbito de incidência da remessa obrigatória, excluindo-a das causas de pequeno valor, assim consideradas aquelas cuja condenação ou direito controvertido não excedam a sessenta salários mínimos. O acesso à justiça veio a ser prestigiado, quando se sabe que um dos fatores que integra o seu conceito e está diretamente relacionado com a efetividade da tutela é o tempo de duração dos processos..." (Flávio Cheim Jorge e outros, A Nova Reforma Processual. 1.ª ed., São Paulo: Editora Saraiva, 2002, p.62).
O presente caso inclui-se na hipótese acima prevista, uma vez que o valor atribuído à causa é inferior a sessenta salários mínimos, não sendo cabível, portanto, o reexame obrigatório.
Em face de todo o exposto, com supedâneo no art. 557, caput, c/c art. 475, § 2.º, ambos do CPC, e na Súmula n.º 253, do E. STJ, nego seguimento à remessa oficial.
Publique-se e, após o decurso do prazo legal, baixem os autos à vara de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 26 de março de 2007.
CONSUELO YOSHIDA
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	1999.61.14.004736-8 REOAC 830210
ORIG.	:	2 Vr SAO BERNARDO DO CAMPO/SP
PARTE A	:	TERMOMECANICA SAO PAULO S/A
ADV	:	RICARDO MALACHIAS CICONELO
PARTE R	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE S B DO CAMPO SP
RELATOR	:	DES.FED. CONSUELO YOSHIDA / SEXTA TURMA

Vistos.
Fls. 188/199: atenda-se ao requerido na parte final do petitório, tão-somente em relação a um dos procuradores apontados.
Intimem-se.
São Paulo, 26 de março de 2007.
Documento assinado por DF00040-Desembargadora Federal Consuelo Yoshida
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08B9.105B.1078 - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2000.03.99.006551-9 REOAC 568527
ORIG.	:	9800000764 1 Vr PRESIDENTE VENCESLAU/SP
PARTE A	:	ALZIRA FERRAZ DE MELO SALOMAO
ADV	:	JORGE ISMAEL EL HAGE
PARTE R	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE PRESIDENTE VENCESLAU SP
RELATOR	:	DES.FED. CONSUELO YOSHIDA / SEXTA TURMA

Vistos.
Trata-se de remessa oficial em embargos de terceiro, propostos com o objetivo de desconstituir a Certidão de Dívida Ativa referente ao ITR do período de 1991, tendo em vista a ausência de liquidez, certeza e exigibilidade.
O r. Juízo a quo julgou procedente o pedido, reconhecendo a nulidade do título executivo em razão de falta de exigibilidade. Condenou o vencido ao pagamento das custas e despesas processuais e dos honorários advocatícios fixados em 15% do valor da causa aualizada. A sentença foi submetida ao reexame necessário.
Regularmente processado o feito, sem a interposição de recursos, subiram os autos a este Tribunal.
O valor da causa corresponde a R$ 1.628,40 (um mil seiscentos e vinte e oito reais e quarenta centavos) em setembro de 1.998.
Passo a decidir com fulcro no art. 557 e parágrafos do Código de Processo Civil, na redação dada pela Lei n.º 9.756/98, aplicável também à remessa oficial, na esteira da Súmula n.º 253 do E. STJ: "O art. 557 do CPC, que autoriza o relator a decidir o recurso, alcança o reexame necessário".
Ressalto, de início, a importância da utilização do dispositivo em apreço para simplificação e agilização do julgamento dos recursos, notadamente quando já existe pronunciamento consistente dos Tribunais Superiores acerca da matéria preliminar ou do próprio mérito, como é o caso ora examinado.
A Lei n.º 10.352, de 26 de dezembro de 2001, que entrou em vigor em 27 de março de 2002, trouxe diversas alterações ao Estatuto Processual.
No tocante ao reexame obrigatório, previsto no art. 475, do CPC, foi introduzido o § 2.º, com a seguinte redação:
Não se aplica o disposto neste artigo sempre que a condenação, ou o direito controvertido, for de valor certo não excedente a 60 (sessenta) salários mínimos, bem como no caso de procedência dos embargos do devedor na execução de dívida ativa do mesmo valor.

O objetivo da norma em questão consiste em dar maior efetividade à tutela jurisdicional, fazendo "com que o legislador reduzisse o âmbito de incidência da remessa obrigatória, excluindo-a das causas de pequeno valor, assim consideradas aquelas cuja condenação ou direito controvertido não excedam a sessenta salários mínimos. O acesso à justiça veio a ser prestigiado, quando se sabe que um dos fatores que integra o seu conceito e está diretamente relacionado com a efetividade da tutela é o tempo de duração dos processos..." (Flávio Cheim Jorge e outros, A Nova Reforma Processual. 1.ª ed., São Paulo: Editora Saraiva, 2002, p.62).
O presente caso inclui-se na hipótese acima prevista, uma vez que o valor atribuído à causa é inferior a sessenta salários mínimos, não sendo cabível, portanto, o reexame obrigatório.
Em face de todo o exposto, com supedâneo no art. 557, caput, c/c art. 475, § 2.º, ambos do CPC, e na Súmula n.º 253, do E. STJ, nego seguimento à remessa oficial.
Publique-se e, após o decurso do prazo legal, baixem os autos à vara de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 26 de março de 2007.
CONSUELO YOSHIDA
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2000.03.99.009382-5 REOAC 571291
ORIG.	:	9706174451 4 Vr CAMPINAS/SP
PARTE A	:	CARTORIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DO 2 SUBDISTRITO DE JUNDIA SP
ADV	:	RUBENS HARUMY KAMOI
PARTE R	:	Uniao Federal
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SÉRGIO AUGUSTO G. P. SOUZA
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA DE CAMPINAS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CONSUELO YOSHIDA / SEXTA TURMA

Vistos.
Trata-se de remessa oficial em ação de rito ordinário, ajuizada com o objetivo de obter a restituição dos valores indevidamente recolhidos a título PIS, nos termos dos Decretos-Leis n.ºs 2.445/88 e 2.449/88, corrigidos monetariamente e acrescidos de juros a partir do pagamento indevido.
O r. Juízo a quo julgou parcialmente procedente o pedido, condenando a União Federal a restituir a totalidade dos valores recolhidos indevidamente a título de PIS, com base nos decretos-leis supracitados, no período de dezembro/88 a outubro/95, corrigidos monetariamente pelos critérios previstos no Provimento n.º 24/97 e acrescidos de juros pela taxa SELIC a partir de 01/01/96, sem prejuízo dos juros moratórios de 1% ao mês, a contar do trânsito em julgado. Condenou a ré, ainda, ao pagamento dos honorários advocatícios fixados em R$ 200,00 (duzentos reais). A sentença foi submetida ao reexame necessário.
Regularmente processado o feito, sem a interposição de recursos, subiram os autos a este Tribunal.
O valor do direito controvertido corresponde a R$ 2.737,52 (dois mil setecentos e trinta e sete reais e cinquenta e dois centavos) em dezembro de 1.997.
Passo a decidir com fulcro no art. 557 e parágrafos do Código de Processo Civil, na redação dada pela Lei n.º 9.756/98, aplicável também à remessa oficial, na esteira da Súmula n.º 253 do E. STJ: "O art. 557 do CPC, que autoriza o relator a decidir o recurso, alcança o reexame necessário".
Ressalto, de início, a importância da utilização do dispositivo em apreço para simplificação e agilização do julgamento dos recursos, notadamente quando já existe pronunciamento consistente dos Tribunais Superiores acerca da matéria preliminar ou do próprio mérito, como é o caso ora examinado.
A Lei n.º 10.352, de 26 de dezembro de 2001, que entrou em vigor em 27 de março de 2002, trouxe diversas alterações ao Estatuto Processual.
No tocante ao reexame obrigatório, previsto no art. 475, do CPC, foi introduzido o § 2.º, com a seguinte redação:
Não se aplica o disposto neste artigo sempre que a condenação, ou o direito controvertido, for de valor certo não excedente a 60 (sessenta) salários mínimos, bem como no caso de procedência dos embargos do devedor na execução de dívida ativa do mesmo valor.
O objetivo da norma em questão consiste em dar maior efetividade à tutela jurisdicional, fazendo "com que o legislador reduzisse o âmbito de incidência da remessa obrigatória, excluindo-a das causas de pequeno valor, assim consideradas aquelas cuja condenação ou direito controvertido não excedam a sessenta salários mínimos. O acesso à justiça veio a ser prestigiado, quando se sabe que um dos fatores que integra o seu conceito e está diretamente relacionado com a efetividade da tutela é o tempo de duração dos processos..." (Flávio Cheim Jorge e outros, A Nova Reforma Processual. 1.ª ed., São Paulo: Editora Saraiva, 2002, p.62).
O presente caso inclui-se na hipótese acima prevista, uma vez que o valor do direito controvertido atribuído à causa é inferior a sessenta salários mínimos, não sendo cabível, portanto, o reexame obrigatório.
Em face de todo o exposto, com supedâneo no art. 557, caput, c/c art. 475, § 2.º, ambos do CPC, e na Súmula n.º 253, do E. STJ, nego seguimento à remessa oficial.
Publique-se e, após o decurso do prazo legal, baixem os autos à vara de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 26 de março de 2007
CONSUELO YOSHIDA
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2000.03.99.016588-5 REOAC 579687
ORIG.	:	9806102177 2 Vr CAMPINAS/SP
PARTE A	:	SANTO ANTONIO DE POSSE CARTORIO DO REGISTRO CIVIL E ANEXOS
ADV	:	RUBENS HARUMY KAMOI
PARTE R	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE CAMPINAS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CONSUELO YOSHIDA / SEXTA TURMA

Vistos.
Trata-se de remessa oficial em ação de rito ordinário, objetivando a condenação da União Federal a restituir os valores pagos indevidamente a título de PIS, acrescidos de juros e correção monetária.
O r. juízo a quo julgou parcialmente procedente o pedido, extinguindo o processo com julgamento de mérito, condenando a União Federal à restituição dos valores recolhidos indevidamente a título de contribuição para o PIS, de outubro de 1988 a outubro de 1995, exigidos nos termos dos Decretos-Leis nºs 2.448/88 e 2.449/88.
A sentença foi submetida ao reexame necessário.
O valor discutido nos presentes autos é de R$ 1.429,70 (um mil, quatrocentos e vinte e nove reais e setenta centavos), em agosto/98.
Passo a decidir com fulcro no art. 557 e parágrafos do Código de Processo Civil, na redação dada pela Lei n.º 9.756/98, aplicável também à remessa oficial, na esteira da Súmula n.º 253 do E. STJ: O art. 557 do CPC, que autoriza o relator a decidir o recurso, alcança o reexame necessário.
Ressalto, de início, a importância da utilização do dispositivo em apreço para simplificação e agilização do julgamento dos recursos, notadamente quando já existe pronunciamento consistente dos Tribunais Superiores acerca da matéria preliminar ou do próprio mérito.
A Lei nº 10.352, de 26 de dezembro de 2001, que entrou em vigor em 27 de março de 2002, trouxe diversas alterações ao Estatuto Processual.
No tocante ao reexame obrigatório, previsto no art. 475 do CPC, foi introduzido o § 2º, com a seguinte redação:
Não se aplica o disposto neste artigo sempre que a condenação, ou o direito controvertido, for de valor certo não excedente a 60 (sessenta) salários mínimos, bem como no caso de procedência dos embargos do devedor na execução de dívida ativa do mesmo valor.
O objetivo da norma em questão consiste em dar maior efetividade à tutela jurisdicional, fazendo com que o legislador reduzisse o âmbito de incidência da remessa obrigatória, excluindo-a das causas de pequeno valor, assim consideradas aquelas cuja condenação ou direito controvertido não excedam a sessenta salários mínimos. O acesso à justiça veio a ser prestigiado, quando se sabe que um dos fatores que integra o seu conceito e está diretamente relacionado com a efetividade da tutela é o tempo de duração dos processos... (Flávio Cheim Jorge e outros, A Nova Reforma Processual. 1ª ed., São Paulo: Editora Saraiva, 2002, p. 62).
O presente caso inclui-se na hipótese acima prevista, uma vez que a sentença foi de procedência dos embargos e o valor exeqüendo é inferior a sessenta salários mínimos, não sendo cabível, portanto, o reexame obrigatório.
Em face de todo o exposto, com supedâneo no art. 557, caput, c/c art. 475, § 2º, ambos do CPC, e na Súmula nº 253 do E. STJ, nego seguimento à remessa oficial.
Publique-se e, após o decurso do prazo legal, baixem os autos à Vara de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 27 de março de 2007.
CONSUELO YOSHIDA
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2000.03.99.016751-1 REOAC 579951
ORIG.	:	9600007721 11 Vr SAO PAULO/SP
PARTE A	:	LANDAU CONSULTORES S/C LTDA
ADV	:	MARIA NEUSA GONINI BENICIO
PARTE A	:	D.T.S. SOFTWARE S/C LTDA
ADV	:	SILVIA MARIA PORTO
PARTE A	:	DAMN PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA
ADV	:	MARIA NEUSA GONINI BENICIO
PARTE R	:	Uniao Federal
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SÉRGIO AUGUSTO G. P. SOUZA
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 11 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CONSUELO YOSHIDA / SEXTA TURMA

Vistos.
Trata-se de remessa oficial em ação de rito ordinário, objetivando a declaração de inconstitucionalidade das majorações das alíquotas superiores a 0,5% do FINSOCIAL e das alterações introduzidas pelos Decretos-Leis 2445/88 e 2449/88 em relação ao PIS, com a conseqüente declaração do direito à compensação plena e absoluta dos valores pagos a maior, com as parcelas vincendas da COFINS e do PIS.
O r. juízo a quo julgou parcialmente procedente o pedido, reconhecendo válidos os pagamentos a título de contribuição ao FINSOCIAL, efetuados à alíquota de 0,5%, incidente sobre o faturamento, e relativamente ao PIS, corretos os pagamentos com fulcro na LC nº 7/70, indexados conforme a legislação vigente à época do recolhimento. Reconheceu o direito das autoras de compensar as importâncias pagas indevidamente, comprovadas pelos documentos que instruem a inicial, nos termos da Lei nº 8.383/91.
A sentença foi submetida ao reexame necessário.
O valor discutido nos presentes autos é de R$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais), em janeiro/96.
Passo a decidir com fulcro no art. 557 e parágrafos do Código de Processo Civil, na redação dada pela Lei n.º 9.756/98, aplicável também à remessa oficial, na esteira da Súmula n.º 253 do E. STJ: O art. 557 do CPC, que autoriza o relator a decidir o recurso, alcança o reexame necessário.
Ressalto, de início, a importância da utilização do dispositivo em apreço para simplificação e agilização do julgamento dos recursos, notadamente quando já existe pronunciamento consistente dos Tribunais Superiores acerca da matéria preliminar ou do próprio mérito.
A Lei nº 10.352, de 26 de dezembro de 2001, que entrou em vigor em 27 de março de 2002, trouxe diversas alterações ao Estatuto Processual.
No tocante ao reexame obrigatório, previsto no art. 475 do CPC, foi introduzido o § 2º, com a seguinte redação:
Não se aplica o disposto neste artigo sempre que a condenação, ou o direito controvertido, for de valor certo não excedente a 60 (sessenta) salários mínimos, bem como no caso de procedência dos embargos do devedor na execução de dívida ativa do mesmo valor.
O objetivo da norma em questão consiste em dar maior efetividade à tutela jurisdicional, fazendo com que o legislador reduzisse o âmbito de incidência da remessa obrigatória, excluindo-a das causas de pequeno valor, assim consideradas aquelas cuja condenação ou direito controvertido não excedam a sessenta salários mínimos. O acesso à justiça veio a ser prestigiado, quando se sabe que um dos fatores que integra o seu conceito e está diretamente relacionado com a efetividade da tutela é o tempo de duração dos processos... (Flávio Cheim Jorge e outros, A Nova Reforma Processual. 1ª ed., São Paulo: Editora Saraiva, 2002, p. 62).
O presente caso inclui-se na hipótese acima prevista, uma vez que a sentença foi de procedência dos embargos e o valor exeqüendo é inferior a sessenta salários mínimos, não sendo cabível, portanto, o reexame obrigatório.
Em face de todo o exposto, com supedâneo no art. 557, caput, c/c art. 475, § 2º, ambos do CPC, e na Súmula nº 253 do E. STJ, nego seguimento à remessa oficial.
Publique-se e, após o decurso do prazo legal, baixem os autos à Vara de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 27 de março de 2007.
CONSUELO YOSHIDA
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2000.03.99.018552-5 REOAC 581795
ORIG.	:	9706084975 2 Vr CAMPINAS/SP
PARTE A	:	REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE VARZEA PAULISTA SP
ADV	:	RUBENS HARUMY KAMOI
PARTE R	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE CAMPINAS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CONSUELO YOSHIDA / SEXTA TURMA

Vistos.
Trata-se de remessa oficial em ação de rito ordinário, objetivando a restituição dos valores pagos a título de contribuição ao Programa de Integração Social - PIS, corrigidos monetariamente, tendo em vista a suspensão da executoriedade dos Decretos Leis nºs 2.445 e 2.449/88, pela Resolução nº 49.
O r. juízo a quo julgou parcialmente procedente o pedido, extinguindo o processo com julgamento de mérito, condenando a União Federal a promover a restituição dos valores recolhidos indevidamente a título de contribuição para o PIS, de outubro de 1988 a outubro de 1995, exigidos nos termos dos Decretos-Leis nºs 2.448/88 e 2.449/88.
A sentença foi submetida ao reexame necessário.
Primeiramente, ressalto que o pedido de fls. 139/142 não merece prosperar, tendo em vista ser incabível a desistência da ação após a prolação da sentença.
O valor discutido nos presentes autos é de R$ 3.476,43 (três mil, quatrocentos e setenta e seis reais e quarenta e três centavos), em julho/97.
Passo a decidir com fulcro no art. 557 e parágrafos do Código de Processo Civil, na redação dada pela Lei n.º 9.756/98, aplicável também à remessa oficial, na esteira da Súmula n.º 253 do E. STJ: O art. 557 do CPC, que autoriza o relator a decidir o recurso, alcança o reexame necessário.
Ressalto, de início, a importância da utilização do dispositivo em apreço para simplificação e agilização do julgamento dos recursos, notadamente quando já existe pronunciamento consistente dos Tribunais Superiores acerca da matéria preliminar ou do próprio mérito.
A Lei nº 10.352, de 26 de dezembro de 2001, que entrou em vigor em 27 de março de 2002, trouxe diversas alterações ao Estatuto Processual.
No tocante ao reexame obrigatório, previsto no art. 475 do CPC, foi introduzido o § 2º, com a seguinte redação:

Não se aplica o disposto neste artigo sempre que a condenação, ou o direito controvertido, for de valor certo não excedente a 60 (sessenta) salários mínimos, bem como no caso de procedência dos embargos do devedor na execução de dívida ativa do mesmo valor.
O objetivo da norma em questão consiste em dar maior efetividade à tutela jurisdicional, fazendo com que o legislador reduzisse o âmbito de incidência da remessa obrigatória, excluindo-a das causas de pequeno valor, assim consideradas aquelas cuja condenação ou direito controvertido não excedam a sessenta salários mínimos. O acesso à justiça veio a ser prestigiado, quando se sabe que um dos fatores que integra o seu conceito e está diretamente relacionado com a efetividade da tutela é o tempo de duração dos processos... (Flávio Cheim Jorge e outros, A Nova Reforma Processual. 1ª ed., São Paulo: Editora Saraiva, 2002, p. 62).
O presente caso inclui-se na hipótese acima prevista, uma vez que a sentença foi de procedência dos embargos e o valor exeqüendo é inferior a sessenta salários mínimos, não sendo cabível, portanto, o reexame obrigatório.
Em face de todo o exposto, com supedâneo no art. 557, caput, c/c art. 475, § 2º, ambos do CPC, e na Súmula nº 253 do E. STJ, nego seguimento à remessa oficial.
Publique-se e, após o decurso do prazo legal, baixem os autos à Vara de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
CONSUELO YOSHIDA
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2000.03.99.047277-0 REOAC 616586
ORIG.	:	9706084924 2 Vr CAMPINAS/SP
PARTE A	:	CARTORIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS SEGUNDO SUBDISTRITO DE CAMPINAS SP
ADV	:	RUBENS HARUMY KAMOI
PARTE R	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE CAMPINAS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CONSUELO YOSHIDA / SEXTA TURMA

Vistos.
Trata-se de remessa oficial em ação de rito ordinário, objetivando a condenação da União Federal, à restituição dos valores pagos indevidamente a título de contribuição ao Programa de Integração Social - PIS, acrescidos de juros e correção monetária, tendo em vista a suspensão da executoriedade dos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88, pela Resolução nº 49.
O r. Juízo a quo julgou parcialmente procedente o pedido, extinguindo o processo com julgamento de mérito, condenando a União Federal a promover a restituição dos valores recolhidos indevidamente a título de contribuição para o programa de Integração Social - PIS, de outubro de 1992 a outubro de 1995, exigidos nos termos dos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88.
A sentença foi submetida ao reexame necessário.
Regularmente processado o feito, sem a interposição de recursos, subiram os autos a este Tribunal.
Primeiramente, ressalto que o pedido de fls. 71/72 não merece prosperar, tendo em vista ser incabível a desistência da ação após a prolação da sentença.
O valor da causa é de Cr$ 1.700.000,00 (hum milhão, setecentos mil cruzeiros).
Passo a decidir com fulcro no art. 557 e parágrafos do Código de Processo Civil, na redação dada pela Lei n.º 9.756/98, aplicável também à remessa oficial, na esteira da Súmula n.º 253 do E. STJ: "O art. 557 do CPC, que autoriza o relator a decidir o recurso, alcança o reexame necessário".
Ressalto, de início, a importância da utilização do dispositivo em apreço para simplificação e agilização do julgamento dos recursos, notadamente quando já existe pronunciamento consistente dos Tribunais Superiores acerca da matéria preliminar ou do próprio mérito, como é o caso ora examinado.
A Lei n.º 10.352, de 26 de dezembro de 2001, que entrou em vigor em 27 de março de 2002, trouxe diversas alterações ao Estatuto Processual.
No tocante ao reexame obrigatório, previsto no art. 475, do CPC, foi introduzido o § 2.º, com a seguinte redação:
"Não se aplica o disposto neste artigo sempre que a condenação, ou o direito controvertido, for de valor certo não excedente a 60 (sessenta) salários mínimos, bem como no caso de procedência dos embargos do devedor na execução de dívida ativa do mesmo valor."
O objetivo da norma em questão consiste em dar maior efetividade à tutela jurisdicional, fazendo "com que o legislador reduzisse o âmbito de incidência da remessa obrigatória, excluindo-a das causas de pequeno valor, assim consideradas aquelas cuja condenação ou direito controvertido não excedam a sessenta salários mínimos. O acesso à justiça veio a ser prestigiado, quando se sabe que um dos fatores que integra o seu conceito e está diretamente relacionado com a efetividade da tutela é o tempo de duração dos processos..." (Flávio Cheim Jorge e outros, A Nova Reforma Processual. 1.ª ed., São Paulo: Editora Saraiva, 2002, p.62).
O presente caso inclui-se na hipótese acima prevista, uma vez que o valor da causa é inferior a sessenta salários mínimos, não sendo cabível, portanto, o reexame obrigatório.
Em face de todo o exposto, com supedâneo no art. 557, caput, c/c art. 475, § 2.º, ambos do CPC, e na Súmula n.º 253, do E. STJ, nego seguimento à remessa oficial.
Publique-se e, após o decurso do prazo legal, baixem os autos à vara de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
CONSUELO YOSHIDA
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2000.03.99.073077-1 REOAC 650320
ORIG.	:	0007628080 16 Vr SAO PAULO/SP
PARTE A	:	I A T CIA DE COM/ EXTERIOR
ADV	:	AYLZO AUREO LOPES DE ALMEIDA
PARTE R	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 16 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CONSUELO YOSHIDA / SEXTA TURMA

Vistos.
Trata-se de remessa oficial em ação de rito ordinário, objetivando a restituição das importâncias indevidamente recolhidas para o Fundo Nacional de Telecomunicação - FNT, nos últimos cinco anos, acrescidos de juros de mora e correção monetária.
O r. juízo a quo julgou procedente a ação, condenando a União Federal a devolver as quantias cobradas a título de sobretarifa para o Fundo Nacional de Telecomunicação - FNT, cingidas a repetição às importâncias constantes das contas anexadas com a inicial, respeitada a prescrição qüinqüenal.
A sentença foi submetida ao reexame necessário.
O valor discutido nos presentes autos é de Cz$ 2.184,26 (dois mil, cento e oitenta e quatro cruzados e vinte e seis centavos), em março/86.
Passo a decidir com fulcro no art. 557 e parágrafos do Código de Processo Civil, na redação dada pela Lei n.º 9.756/98, aplicável também à remessa oficial, na esteira da Súmula n.º 253 do E. STJ: O art. 557 do CPC, que autoriza o relator a decidir o recurso, alcança o reexame necessário.
Ressalto, de início, a importância da utilização do dispositivo em apreço para simplificação e agilização do julgamento dos recursos, notadamente quando já existe pronunciamento consistente dos Tribunais Superiores acerca da matéria preliminar ou do próprio mérito.
A Lei nº 10.352, de 26 de dezembro de 2001, que entrou em vigor em 27 de março de 2002, trouxe diversas alterações ao Estatuto Processual.
No tocante ao reexame obrigatório, previsto no art. 475 do CPC, foi introduzido o § 2º, com a seguinte redação:
Não se aplica o disposto neste artigo sempre que a condenação, ou o direito controvertido, for de valor certo não excedente a 60 (sessenta) salários mínimos, bem como no caso de procedência dos embargos do devedor na execução de dívida ativa do mesmo valor.
O objetivo da norma em questão consiste em dar maior efetividade à tutela jurisdicional, fazendo com que o legislador reduzisse o âmbito de incidência da remessa obrigatória, excluindo-a das causas de pequeno valor, assim consideradas aquelas cuja condenação ou direito controvertido não excedam a sessenta salários mínimos. O acesso à justiça veio a ser prestigiado, quando se sabe que um dos fatores que integra o seu conceito e está diretamente relacionado com a efetividade da tutela é o tempo de duração dos processos... (Flávio Cheim Jorge e outros, A Nova Reforma Processual. 1ª ed., São Paulo: Editora Saraiva, 2002, p. 62).
O presente caso inclui-se na hipótese acima prevista, uma vez que a sentença foi de procedência e o valor exeqüendo é inferior a sessenta salários mínimos, não sendo cabível, portanto, o reexame obrigatório.
Em face de todo o exposto, com supedâneo no art. 557, caput, c/c art. 475, § 2º, ambos do CPC, e na Súmula nº 253 do E. STJ, nego seguimento à remessa oficial.
Publique-se e, após o decurso do prazo legal, baixem os autos à Vara de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 29 de março de 2007.
CONSUELO YOSHIDA
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2000.03.99.074057-0 REOAC 651706
ORIG.	:	9800000134 4 Vr ITU/SP
PARTE A	:	PADOVANI E PADOVANI LTDA
ADV	:	ANTONIO APARECIDO SILVEIRA
PARTE R	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 4 VARA DE ITU SP
RELATOR	:	DES.FED. CONSUELO YOSHIDA / SEXTA TURMA

Vistos.
Trata-se de remessa oficial em sede de Embargos à Execução Fiscal, em que se alega que a totalidade do crédito tributário não se reveste de presunção legal de certeza e liquidez, devendo ser declarada extinta.
O r. juízo a quo julgou procedentes os embargos à execução, desconstituindo o título executivo e julgou extinta a execução fiscal, declarando insubsistente a penhora.
A sentença foi submetida ao reexame necessário.
O valor discutido nos presentes autos é de R$ 11.369,19 (onze mil, trezentos e sessenta e nove reais e dezenove centavos), em abril/98.
Passo a decidir com fulcro no art. 557 e parágrafos do Código de Processo Civil, na redação dada pela Lei n.º 9.756/98, aplicável também à remessa oficial, na esteira da Súmula n.º 253 do E. STJ: O art. 557 do CPC, que autoriza o relator a decidir o recurso, alcança o reexame necessário.
Ressalto, de início, a importância da utilização do dispositivo em apreço para simplificação e agilização do julgamento dos recursos, notadamente quando já existe pronunciamento consistente dos Tribunais Superiores acerca da matéria preliminar ou do próprio mérito.
A Lei nº 10.352, de 26 de dezembro de 2001, que entrou em vigor em 27 de março de 2002, trouxe diversas alterações ao Estatuto Processual.
No tocante ao reexame obrigatório, previsto no art. 475 do CPC, foi introduzido o § 2º, com a seguinte redação:
Não se aplica o disposto neste artigo sempre que a condenação, ou o direito controvertido, for de valor certo não excedente a 60 (sessenta) salários mínimos, bem como no caso de procedência dos embargos do devedor na execução de dívida ativa do mesmo valor.
O objetivo da norma em questão consiste em dar maior efetividade à tutela jurisdicional, fazendo com que o legislador reduzisse o âmbito de incidência da remessa obrigatória, excluindo-a das causas de pequeno valor, assim consideradas aquelas cuja condenação ou direito controvertido não excedam a sessenta salários mínimos. O acesso à justiça veio a ser prestigiado, quando se sabe que um dos fatores que integra o seu conceito e está diretamente relacionado com a efetividade da tutela é o tempo de duração dos processos... (Flávio Cheim Jorge e outros, A Nova Reforma Processual. 1ª ed., São Paulo: Editora Saraiva, 2002, p. 62).
O presente caso inclui-se na hipótese acima prevista, uma vez que a sentença foi de procedência dos embargos e o valor exeqüendo é inferior a sessenta salários mínimos, não sendo cabível, portanto, o reexame obrigatório.
Em face de todo o exposto, com supedâneo no art. 557, caput, c/c art. 475, § 2º, ambos do CPC, e na Súmula nº 253 do E. STJ, nego seguimento à remessa oficial.
Publique-se e, após o decurso do prazo legal, baixem os autos à Vara de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 29 de março de 2007.
CONSUELO YOSHIDA
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2000.03.99.074829-5 REOAC 652452
ORIG.	:	9200632734 17 Vr SAO PAULO/SP
PARTE A	:	BAFEMA S/A IND/ E COM/
ADV	:	EDUARDO AMARAL ALVES
PARTE A	:	ARAUCARIA MERCANTIL LTDA. e outros
ADV	:	EDUARDO PEREZ SALUSSE
PARTE R	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 17 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. REGINA COSTA / SEXTA TURMA

Vistos.
Intime-se o patrono da autora, Dr. Eduardo Amaral Alves OAB/SP n. 253.535, para que providencie a juntada das alterações dos atos constitutivos, comprovando a atual denominação social da empresa, no prazo de 10 (dez) dias, bem como do acórdão de fls. 176/179.
Após, voltem conclusos para a apreciação dos embargos de declaração.
Int.
São Paulo, 29 de março de 2007.
REGINA HELENA COSTA
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2000.03.99.076642-0 REOAC 655185
ORIG.	:	9200807879 17 Vr SAO PAULO/SP
PARTE A	:	ETTORE GRIGOLETTO e outros
ADV	:	ERNESTO SACOMANI JUNIOR
PARTE R	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 17 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CONSUELO YOSHIDA / SEXTA TURMA

Vistos.
Trata-se de remessa oficial em ação de rito ordinário, objetivando a restituição dos valores recolhidos a título de empréstimo compulsório sobre o consumo de combustível, instituído pelo Decreto-Lei n.º 2.286/86, corrigidos monetariamente e acrescidos de juros, desde a data do efetivo desembolso.
O r. Juízo a quo julgou procedente o pedido referente aos autores Ettore Gricoletto, Wagner Sacomani, Mario Azzi, Ernesto Sacomani, Romildo Pane e Julio Mathias e condenou a União à restituição dos valores pagos indevidamente a título de empréstimo compulsório de combustíveis (álcool e gasolina) no período de 24.07.86 a 05.10.88; julgou parcialmente procedente o pedido do autor Nelson Bailoni,

para que lhes fossem restituídos apenas os valores relativos a 1988. Condenou a parte autora e a parte ré ao pagamento de honorários advocatícios arbitrados em 10% do valor da condenação. A sentença foi submetida ao reexame necessário.
Regularmente processado o feito, sem a interposição de recursos, subiram os autos a este Tribunal.
O valor da causa corresponde a Cr$ 100.000,00(cem mil cruzeiros) em abril de 1992.
Passo a decidir com fulcro no art. 557 e parágrafos do Código de Processo Civil, na redação dada pela Lei n.º 9.756/98, aplicável também à remessa oficial, na esteira da Súmula n.º 253 do E. STJ: "O art. 557 do CPC, que autoriza o relator a decidir o recurso, alcança o reexame necessário".
Ressalto, de início, a importância da utilização do dispositivo em apreço para simplificação e agilização do julgamento dos recursos, notadamente quando já existe pronunciamento consistente dos Tribunais Superiores acerca da matéria preliminar ou do próprio mérito, como é o caso ora examinado.
A Lei n.º 10.352, de 26 de dezembro de 2001, que entrou em vigor em 27 de março de 2002, trouxe diversas alterações ao Estatuto Processual.
No tocante ao reexame obrigatório, previsto no art. 475, do CPC, foi introduzido o § 2.º, com a seguinte redação:
"Não se aplica o disposto neste artigo sempre que a condenação, ou o direito controvertido, for de valor certo não excedente a 60 (sessenta) salários mínimos, bem como no caso de procedência dos embargos do devedor na execução de dívida ativa do mesmo valor."
O objetivo da norma em questão consiste em dar maior efetividade à tutela jurisdicional, fazendo "com que o legislador reduzisse o âmbito de incidência da remessa obrigatória, excluindo-a das causas de pequeno valor, assim consideradas aquelas cuja condenação ou direito controvertido não excedam a sessenta salários mínimos. O acesso à justiça veio a ser prestigiado, quando se sabe que um dos fatores que integra o seu conceito e está diretamente relacionado com a efetividade da tutela é o tempo de duração dos processos..." (Flávio Cheim Jorge e outros, A Nova Reforma Processual. 1.ª ed., São Paulo: Editora Saraiva, 2002, p.62).
O presente caso inclui-se na hipótese acima prevista, uma vez que o valor atribuído à causa é inferior a sessenta salários mínimos, não sendo cabível, portanto, o reexame obrigatório.
Em face de todo o exposto, com supedâneo no art. 557, caput, c/c art. 475, § 2.º, ambos do CPC, e na Súmula n.º 253, do E. STJ, nego seguimento à remessa oficial.
Publique-se e, após o decurso do prazo legal, baixem os autos à vara de origem.
Intimem-se.
São Paulo,28 de março de 2007.
CONSUELO YOSHIDA
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2000.60.00.004605-9 REOAC 933371
ORIG.	:	3 Vr CAMPO GRANDE/MS
PARTE A	:	MOACIR DA SILVEIRA QUEIROZ falecido
ADV	:	AILTON LUCIANO DOS SANTOS
PARTE R	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE CAMPO GRANDE MS
RELATOR	:	DES.FED. CONSUELO YOSHIDA / SEXTA TURMA

Vistos.
Trata-se de remessa oficial em ação anulatória, objetivando a exclusão do nome do requerente da listagem em que constam os processos TC-400.097/94-0, TC-424.005/1995-6 e 400.115/95-6, bem como a exclusão da qualidade de responsável solidário nos autos do processo TC-400.035/1995-2, anulando, dessa forma, a decisão na parte que determina a punição na esfera administrativa.
O r. Juízo a quo julgou procedente o pedido, determinando a exclusão do nome do autor do rol dos envolvidos nos processos TC n.ºs 400.097/94-0 e 424.005/1995-6, bem como afastou qualquer efeito contra o autor em relação ao processo TC n. 400.115/95-6. Julgou improcedente o pedido referente ao processo TC n.400.035/1995-2. Tendo em vista a sucumbência recíproca, determinou que cada parte arcasse com os honorários advocatícios de seus respectivos patronos. A sentença foi submetida ao reexame necessário.
Regularmente processado o feito, sem a interposição de recursos, subiram os autos a este Tribunal.
O valor da causa corresponde a R$ 1.000,00 (um mil reais) em julho de 2000.
Passo a decidir com fulcro no art. 557 e parágrafos do Código de Processo Civil, na redação dada pela Lei n.º 9.756/98, aplicável também à remessa oficial, na esteira da Súmula n.º 253 do E. STJ: "O art. 557 do CPC, que autoriza o relator a decidir o recurso, alcança o reexame necessário".
Ressalto, de início, a importância da utilização do dispositivo em apreço para simplificação e agilização do julgamento dos recursos, notadamente quando já existe pronunciamento consistente dos Tribunais Superiores acerca da matéria preliminar ou do próprio mérito, como é o caso ora examinado.
A Lei n.º 10.352, de 26 de dezembro de 2001, que entrou em vigor em 27 de março de 2002, trouxe diversas alterações ao Estatuto Processual.
No tocante ao reexame obrigatório, previsto no art. 475, do CPC, foi introduzido o § 2.º, com a seguinte redação:
"Não se aplica o disposto neste artigo sempre que a condenação, ou o direito controvertido, for de valor certo não excedente a 60 (sessenta) salários mínimos, bem como no caso de procedência dos embargos do devedor na execução de dívida ativa do mesmo valor."
O objetivo da norma em questão consiste em dar maior efetividade à tutela jurisdicional, fazendo "com que o legislador reduzisse o âmbito de incidência da remessa obrigatória, excluindo-a das causas de pequeno valor, assim consideradas aquelas cuja condenação ou direito controvertido não excedam a sessenta salários mínimos. O acesso à justiça veio a ser prestigiado, quando se sabe que um dos fatores que integra o seu conceito e está diretamente relacionado com a efetividade da tutela é o tempo de duração dos processos..." (Flávio Cheim Jorge e outros, A Nova Reforma Processual. 1.ª ed., São Paulo: Editora Saraiva, 2002, p.62).
O presente caso inclui-se na hipótese acima prevista, uma vez que o valor atribuído à causa é inferior a sessenta salários mínimos, não sendo cabível, portanto, o reexame obrigatório.
Em face de todo o exposto, com supedâneo no art. 557, caput, c/c art. 475, § 2.º, ambos do CPC, e na Súmula n.º 253, do E. STJ, nego seguimento à remessa oficial.
Publique-se e, após o decurso do prazo legal, baixem os autos à vara de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
CONSUELO YOSHIDA
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2001.03.00.027739-5 AG 138295
ORIG.	:	200161830030857 4 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUIS FERNANDO FRANCO MARTINS FERREIRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	NIVALDO SILVA PEREIRA
ADV	:	JOSE EDUARDO DO CARMO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. REGINA COSTA / SEXTA TURMA

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, contra a decisão proferida pelo MM. Juízo a quo que, nos autos de mandado de segurança, deferiu a medida liminar pleiteada, para autorizar o estagiário agir em nome de seus clientes junto à Impetrada, com apenas uma senha, sem quaisquer impedimentos ou limitações quanto à quantidade de tarefas a realizar (fls. 24/26).
Sustenta a Agravante, em síntese, a presença dos pressupostos para a concessão da medida.
Em decisão inicial, a Desembargadora Federal Marli Ferreira, concedeu o efeito suspensivo pleiteado (fls. 29/30).
Conforme ofício eletrônico enviado pelo MM. Juízo a quo, nos termos do Provimento n. 64, de 28.04.05, da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 3ª Região, verifico que foi proferida sentença, a qual julgou improcedente o pedido, com fundamento no art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil, o que indica carência superveniente de interesse recursal (fls. 74/78).
Pelo exposto, JULGO PREJUDICADO o Agravo de Instrumento, nos termos dos arts. 557, caput, do Código de Processo Civil e 33, inciso XII, do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
Observadas as formalidades legais, encaminhem-se os autos à Vara de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 27 de março de 2007.
REGINA HELENA COSTA
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2001.03.99.003825-9 REOAC 661559
ORIG.	:	0005543851 18 Vr SAO PAULO/SP
PARTE A	:	S/A MARITIMA EUROBRAS AGENTE E COMISSARIA
ADV	:	ALICE DA ROCHA BORGES
PARTE R	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 18 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CONSUELO YOSHIDA / SEXTA TURMA

Vistos.
Trata-se de remessa oficial em ação de rito ordinário, ajuizada com o objetivo de obter a restituição dos valores de tributos recolhidos, exigidos em razão relativos da falta de 128.540 Kg de carbonato neutro de sódio a granel, observada após manifesto de conferência do navio "Fengtien".
O r. Juízo a quo julgou procedente o pedido, a fim de reconhecer o direito à repetição dos valores referentes ao pagamento de tributos incidentes sobre a falta de 128.540 Kg de carbonato neutro de sódio a granel, verificada em ato de conferência final de manifesto do navio "Fengtien", corrigidos monetariamente desde a data do pagamento indevido, pelos mesmo critérios utilizados pela ré e acrescidos de juros de 1% ao mês. Condenou a União Federal ao pagamento dos honorários advocatícios fixados em 10% do valor da condenação. A sentença foi submetida ao reexame necessário.
Regularmente processado o feito, sem a interposição de recursos, subiram os autos a este Tribunal.
O valor da causa corresponde a Cr$2.512.951,79(dois milhões quinhentos e doze mil novecentos e cinqüenta e um reais e setenta e nove centavos) em agosto de 1983.
Passo a decidir com fulcro no art. 557 e parágrafos do Código de Processo Civil, na redação dada pela Lei n.º 9.756/98, aplicável também à remessa oficial, na esteira da Súmula n.º 253 do E. STJ: "O art. 557 do CPC, que autoriza o relator a decidir o recurso, alcança o reexame necessário".
Ressalto, de início, a importância da utilização do dispositivo em apreço para simplificação e agilização do julgamento dos recursos, notadamente quando já existe pronunciamento consistente dos Tribunais Superiores acerca da matéria preliminar ou do próprio mérito, como é o caso ora examinado.
A Lei n.º 10.352, de 26 de dezembro de 2001, que entrou em vigor em 27 de março de 2002, trouxe diversas alterações ao Estatuto Processual.
No tocante ao reexame obrigatório, previsto no art. 475, do CPC, foi introduzido o § 2.º, com a seguinte redação:
"Não se aplica o disposto neste artigo sempre que a condenação, ou o direito controvertido, for de valor certo não excedente a 60 (sessenta) salários mínimos, bem como no caso de procedência dos embargos do devedor na execução de dívida ativa do mesmo valor."
O objetivo da norma em questão consiste em dar maior efetividade à tutela jurisdicional, fazendo "com que o legislador reduzisse o âmbito de incidência da remessa obrigatória, excluindo-a das causas de pequeno valor, assim consideradas aquelas cuja condenação ou direito controvertido não excedam a sessenta salários mínimos. O acesso à justiça veio a ser prestigiado, quando se sabe que um dos fatores que integra o seu conceito e está diretamente relacionado com a efetividade da tutela é o tempo de duração dos processos..." (Flávio Cheim Jorge e outros, A Nova Reforma Processual. 1.ª ed., São Paulo: Editora Saraiva, 2002, p.62).
O presente caso inclui-se na hipótese acima prevista, uma vez que o valor do direito controvertido atribuído à causa é inferior a sessenta salários mínimos, não sendo cabível, portanto, o reexame obrigatório.
Em face de todo o exposto, com supedâneo no art. 557, caput, c/c art. 475, § 2.º, ambos do CPC, e na Súmula n.º 253, do E. STJ, nego seguimento à remessa oficial.
Publique-se e, após o decurso do prazo legal, baixem os autos à vara de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 29 de março de 2007.
CONSUELO YOSHIDA
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2001.03.99.006539-1 REOAC 666115
ORIG.	:	0006514405 14 Vr SAO PAULO/SP
PARTE A	:	NEPTUNIA SOCIEDADE MARITIMA E COML/ LTDA e filia(l)(is)
ADV	:	MARCELO MACHADO ENE
PARTE R	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 14 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CONSUELO YOSHIDA / SEXTA TURMA

Vistos.
Trata-se de remessa oficial em ação de consignação em pagamento de quantia correspondente ao Adicional ao Frte para renovação da Marinha Mercante - AFRMM, acrescido de multa de 20% (vinte por cento) e de juros de mora, tendo em vista a recusa da SUNAMAM ao seu recolhimento na época própria.
O r. Juízo a quo julgou procedente o pedido, declarando extinta a obrigação tributária referente ao AFRMM devido na operação descrita na inicial, e condenou a União Federal ao pagamento das custas processuais e honorários advocícios fixados em R$ 500,00 (quinhentos reais) nos termos do § 4º do art. 20 do Código de Processo Civil. Determinou a conversão do depósito efetuado em renda da União. A sentença foi submetida ao reexame necessário.
Regularmente processado o feito, sem a interposição de recursos, subiram os autos a este Tribunal.
O valor da causa corresponde a Cr$ 834.541,96 (oitocentos e trinta e quatro mil, quinhentos e quarenta e um cruzeiros e noventa e seis centavos) em julho de 1.984.
Passo a decidir com fulcro no art. 557 e parágrafos do Código de Processo Civil, na redação dada pela Lei n.º 9.756/98, aplicável também à remessa oficial, na esteira da Súmula n.º 253 do E. STJ: "O art. 557 do CPC, que autoriza o relator a decidir o recurso, alcança o reexame necessário".
Ressalto, de início, a importância da utilização do dispositivo em apreço para simplificação e agilização do julgamento dos recursos, notadamente quando já existe pronunciamento consistente dos Tribunais Superiores acerca da matéria preliminar ou do próprio mérito, como é o caso ora examinado.
A Lei n.º 10.352, de 26 de dezembro de 2001, que entrou em vigor em 27 de março de 2002, trouxe diversas alterações ao Estatuto Processual.
No tocante ao reexame obrigatório, previsto no art. 475, do CPC, foi introduzido o § 2.º, com a seguinte redação:
"Não se aplica o disposto neste artigo sempre que a condenação, ou o direito controvertido, for de valor certo não excedente a 60 (sessenta) salários mínimos, bem como no caso de procedência dos embargos do devedor na execução de dívida ativa do mesmo valor."

O objetivo da norma em questão consiste em dar maior efetividade à tutela jurisdicional, fazendo "com que o legislador reduzisse o âmbito de incidência da remessa obrigatória, excluindo-a das causas de pequeno valor, assim consideradas aquelas cuja condenação ou direito controvertido não excedam a sessenta salários mínimos. O acesso à justiça veio a ser prestigiado, quando se sabe que um dos fatores que integra o seu conceito e está diretamente relacionado com a efetividade da tutela é o tempo de duração dos processos..." (Flávio Cheim Jorge e outros, A Nova Reforma Processual. 1.ª ed., São Paulo: Editora Saraiva, 2002, p.62).
O presente caso inclui-se na hipótese acima prevista, uma vez que o valor atribuído à causa é inferior a sessenta salários mínimos, não sendo cabível, portanto, o reexame obrigatório.
Em face de todo o exposto, com supedâneo no art. 557, caput, c/c art. 475, § 2.º, ambos do CPC, e na Súmula n.º 253, do E. STJ, nego seguimento à remessa oficial.
Publique-se e, após o decurso do prazo legal, baixem os autos à vara de origem.
Intimem-se.
São Paulo,29 de março de 2007.
CONSUELO YOSHIDA
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2001.03.99.007223-1 REOAC 667885
ORIG.	:	9707092696 6 Vr SAO JOSE DO RIO PRETO/SP
PARTE A	:	MARCIO CONSTANTINO MIMESSI
ADV	:	MARIA DE FATIMA C MIMESSI
PARTE R	:	Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia - CREA
ADV	:	MAURICIO ARRUDA
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 6 VARA DE S J RIO PRETO SP
RELATOR	:	DES.FED. CONSUELO YOSHIDA / SEXTA TURMA

Vistos.
Trata-se de remessa oficial em embargos à execução fiscal, objetivando a desconstituição de título executivo, decorrente da aplicação de multa em função do exercício ilegal de profissão, com a consequente declaração de inexigibilidade dos valores nele cobrados.
O r. Juízo a quo julgou procedentes os embargos, extingüindo a execução fiscal de n.º 97.0705979-6 e condenou o embargado ao pagamento das custas despendidas pelo embargante e dos honorários advocatícios arbitrados em 10% do valor do débito consolidado, devidamente atualizado. A sentença foi submetida ao reexame necessário.
Regularmente processado o feito, sem a interposição de recursos, subiram os autos a este Tribunal.
O valor da causa corresponde a R$ 88,00 (oitenta e oito reais) em setembro de 1997.
Passo a decidir com fulcro no art. 557 e parágrafos do Código de Processo Civil, na redação dada pela Lei n.º 9.756/98, aplicável também à remessa oficial, na esteira da Súmula n.º 253 do E. STJ: "O art. 557 do CPC, que autoriza o relator a decidir o recurso, alcança o reexame necessário".
Ressalto, de início, a importância da utilização do dispositivo em apreço para simplificação e agilização do julgamento dos recursos, notadamente quando já existe pronunciamento consistente dos Tribunais Superiores acerca da matéria preliminar ou do próprio mérito, como é o caso ora examinado.
A Lei n.º 10.352, de 26 de dezembro de 2001, que entrou em vigor em 27 de março de 2002, trouxe diversas alterações ao Estatuto Processual.
No tocante ao reexame obrigatório, previsto no art. 475, do CPC, foi introduzido o § 2.º, com a seguinte redação:
"Não se aplica o disposto neste artigo sempre que a condenação, ou o direito controvertido, for de valor certo não excedente a 60 (sessenta) salários mínimos, bem como no caso de procedência dos embargos do devedor na execução de dívida ativa do mesmo valor."
O objetivo da norma em questão consiste em dar maior efetividade à tutela jurisdicional, fazendo "com que o legislador reduzisse o âmbito de incidência da remessa obrigatória, excluindo-a das causas de pequeno valor, assim consideradas aquelas cuja condenação ou direito controvertido não excedam a sessenta salários mínimos. O acesso à justiça veio a ser prestigiado, quando se sabe que um dos fatores que integra o seu conceito e está diretamente relacionado com a efetividade da tutela é o tempo de duração dos processos..." (Flávio Cheim Jorge e outros, A Nova Reforma Processual. 1.ª ed., São Paulo: Editora Saraiva, 2002, p.62).
O presente caso inclui-se na hipótese acima prevista, uma vez que o valor atribuído à causa é inferior a sessenta salários mínimos, não sendo cabível, portanto, o reexame obrigatório.
Em face de todo o exposto, com supedâneo no art. 557, caput, c/c art. 475, § 2.º, ambos do CPC, e na Súmula n.º 253, do E. STJ, nego seguimento à remessa oficial.
Publique-se e, após o decurso do prazo legal, baixem os autos à vara de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 29 de março de 2007.
CONSUELO YOSHIDA
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2001.03.99.013218-5 REOAC 678518
ORIG.	:	9500560950 5 Vr SAO PAULO/SP
PARTE A	:	COML/ ITATIAIA DE VIATURAS LTDA e outros
ADV	:	FRANCISCO MANOEL GOMES CURI
PARTE R	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 5 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. LAZARANO NETO / SEXTA TURMA

Fls. 67/137 - Manifeste-se a União Federal, no prazo de 10 (dez) dias, sobre o alegado.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
LAZARANO NETO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2002.03.00.027281-0 AG 157375
ORIG.	:	9600222703 1 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	GILBERTO AUGUSTO DE FARIAS e outros
ADV	:	MARIA MARTA LUZIA SOARES ARANHA
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE SAO PAULO>1ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. REGINA COSTA / SEXTA TURMA

Vistos.
Trata-se de Agravo de Instrumento a mim redistribuído por sucessão, conforme o ATO n. 7.626, de 08.06.05, da Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
Considerando o alegado e, em homenagem ao princípio do contraditório, intime-se a Agravada para apresentação de contraminuta.
Após, voltem conclusos.
São Paulo, 27 de março de 2007.
REGINA HELENA COSTA
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2002.61.11.004132-8 REOMS 249252
ORIG.	:	3 Vr MARILIA/SP
PARTE A	:	ANA CAROLINA CESTARI VITAL DOS SANTOS e outros
ADV	:	MARCIA SANTOS DA SILVA
PARTE R	:	Conselho Regional de Medicina Veterinaria - CRMV
ADV	:	ANTONIO JOSE RIBAS PAIVA
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE MARILIA Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CONSUELO YOSHIDA / SEXTA TURMA

Vistos, em decisão.
Trata-se de remessa oficial em mandado de segurança, impetrado em face do Sr. Delegado Regional do Conselho Regional de Medicina Veterinária, objetivando assegurar aos impetrantes o direito de efetivarem suas inscrições para o IV Exame Nacional de Certificação Profissional promovido pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária.
A liminar foi deferida em 21.12.2002 (fls. 55/56).
O r. Juízo a quo concedeu a segurança em 12.02.2003 (fls. 73/75).
Em razão do reexame necessário, subiram os autos a este Tribunal.
Manifestou-se o Ministério Público Federal opinando pelo improvimento do apelo interposto, mantendo-se a r. sentença a quo.
Passo a decidir com fulcro no art. 557 e parágrafos do Código de Processo Civil, na redação dada pela Lei nº 9.756/98.
Ressalto, de início, a importância da utilização do dispositivo em apreço para simplificação e agilização do julgamento dos recursos, notadamente quando já existe pronunciamento consistente dos Tribunais Superiores acerca da matéria preliminar ou do próprio mérito, como é o caso ora examinado.
A decisão monocrática do Relator do recurso, com fulcro no art. 557, caput e § 1º-A do CPC, implica significativa economia processual no interesse do jurisdicionado em geral, ao desafogar as pautas de julgamento com recursos desse jaez.
A respeito, escreve José Carlos Barbosa Moreira:
A própria exigência de racionalização do serviço recomenda que se coíba a reiteração ad infinitum de tentativas de ressuscitar, sem qualquer motivo sério, discussões mortas e enterradas.
(Algumas inovações da Lei nº 9.756 em matéria de recursos civis. Revista dos Tribunais. São Paulo: RT, p.320-329, 1999).
A concessão da segurança em 21.12.2002, reconhecendo o direito dos impetrantes de efetuarem o IV Exame Nacional de Certificação Profissional, gerou situação consolidada, tendo em vista a informação trazida aos autos, de que o exame foi realizado, conforme se desprende das fls. 77/90.
Em respeito aos princípios da segurança jurídica e da estabilidade das relações jurídicas, entendo que, em face do decurso do tempo, não se deve alterar a decisão proferida em primeiro grau. Com isso, garante-se segurança à situação gerada pelo r. decisum, promovendo-se os valores supremos da sociedade, sem qualquer prejuízo para o estabelecimento de ensino.
Neste sentido, transcrevo os seguintes precedentes jurisprudenciais:
ADMINISTRATIVO. ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO. CURSO DESENVOLVIDO POR FORÇA DE LIMINAR. DESCONSTITUIÇÃO. SITUAÇÃO DE FATO EM QUE A LETRA DA LEI CEDE ÃO INTERESSE PÚBLICO.
Estudante matriculado por efeito de liminar. Se ele está às vésperas de colar grau, não é aconselhável desconstituir seus créditos escolares, ainda que se entenda que o regulamento da Universidade não o assiste.
Em situações como tais, a letra da lei deve ser encarada com temperamentos, em homenagem ao interesse público.
(STJ, 1ª Turma, Resp nº 199700319296/CE, Rel Min. Demócrito Reinaldo, j. 29.04.99, DJU 06.09.99, p. 51)
CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. ENSINO SUPERIOR. SITUAÇÃO FÁTICA CONSOLIDADA PELO TRANSCURSO DO TEMPO. DIREITO À EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. PRECEDENTES.
I. Impetrante que concluiu Curso de Administração e obteve o respectivo diploma mercê de liminar, confirmada por sentença. Consolidou-se, no tempo, situação fática que merece resguardo, à luz de orientação pretoriana (STJ, EDRESP-139867/CE, 1.ª Turma, Rel. Min. GARCIA VIEIRA, V.U., J. 12.03.98, DJ DE 04/05/98, P. 00088; TRF 3.ª REGIÃO, REOMS 98.03.007872-0, 4.ª TURMA, REL. JUIZ ANDRADE MARTINS, V.U., 17/05/2000, DJU 15/09/2000, P. 188; TRF 3.ª REGIÃO, REOMS 1999.03.99.034449-0, 3.ª TURMA, REL. JUIZ BAPTISTA PEREIRA, V.U., 14/11/2001, DJU 30/01/2002, P. 160; TRF 3.ª REGIÃO, MAS 98.03.013882-0, 4.ª TURMA, REL. JUIZ MANOEL ÁLVARES, V.U., 03/05/2000, DJU 11/08/2000, P. 113).
II. Remessa oficial, tida por interposta, improvida.
(TRF3, 6ª Turma, REOMS nº 1999.03.99.058075-6, Rel. Des. Fed. Salette Nascimento, j. 22.05.02, DJU 17.03.02)
Assim, diante de situação já consolidada pelo transcurso do tempo e em observância aos princípios da segurança jurídica e da estabilidade das relações jurídicas, entendo deva ser mantido o r. decisum de primeiro grau.
Em face de todo o exposto, com supedâneo no art. 557, caput, do CPC, e na Súmula nº 253 do STJ, nego seguimento à remessa oficial, mantendo-se o decisum de primeira instância.
Publique-se e, após o decurso do prazo legal, baixem os autos à vara de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
CONSUELO YOSHIDA
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2003.03.99.026302-1 REOAC 895737
ORIG.	:	9813012064 2 Vr BAURU/SP
PARTE A	:	PLASUTIL IND/ E COM/ DE PLASTICOS LTDA
ADV	:	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES
PARTE R	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	GILSON RODRIGUES DE LIMA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PARTE R	:	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educacao - FNDE
ADV	:	AGUEDA APARECIDA SILVA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE BAURU Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. LAZARANO NETO / SEXTA TURMA

Vistos.
Trata-se de remessa oficial em ação ordinária, relativa a sentença que julgou parcialmente procedente o pedido e condenou a autora em honorários advocatícios arbitrados em 10% sobre o valor da causa, em ação proposta com o objetivo de reconhecer a inexistência da relação jurídico-tributária entre a autora e as autarquias quanto à exigência da contribuição denominada Salário-Educação, bem como o direito à restituição dos valores indevidamente recolhidos a esse título, desde os prazos não atingidos pela prescrição, em decorrência da inconstitucionalidade da exação. Valor atribuído à causa: R$ 356.340,00.
Impende ressaltar, logo de início, que a questão envolvendo a constitucionalidade do salário-educação já foi reconhecida, de maneira absolutamente pacífica pelo E. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, através da Súmula nº 732, que diz:
É constitucional a cobrança da contribuição do salário-educação, seja sob a carta de 1969, seja sob a constituição federal de 1988, e no regime da lei 9424/1996.
Senão, vejamos:
A contribuição social do salário-educação foi instituída pela Lei 4440/64 (alterada posteriormente pela Lei 4863/65), com o intuito de servir de fonte adicional de recursos para o financiamento do ensino fundamental público.
A EC nº 1/69, dando nova redação ao art. 178, da CF/67, trouxe diversas inovações na disciplina da referida contribuição.
Estabeleceu, todavia, uma alternatividade, porquanto permitiu às empresas comerciais, industriais e agrícolas que optassem entre manter, com recursos próprios, o ensino gratuito a seus funcionários ou, na forma da lei, contribuir com o salário educação. Tal alternatividade, ao retirar a característica da compulsoriedade, imanente aos tributos (CTN, art. 3º), afastou da contribuição em tela o caráter tributário.
Nesse sentido, a ementa que segue:
"SALÁRIO-EDUCAÇÃO. NATUREZA JURÍDICA DE CONTRIBUIÇÃO ESPECIAL. CONSTITUCIONALIDADE DO ART. 1º DA LEI Nº 6.627/73, DO RIO GRANDE DO SUL. VOTOS VENCIDOS.
RECURSO EXTRAORDINÁRIO NÃO CONHECIDO.
CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. SALÁRIO-EDUCAÇÃO. CONSTITUCIONALIDADE. RECEPÇÃO.
(STF, Tribunal Pleno, RE nº 83.662/RS, Relator Ministro Cunha Peixoto, DJ 17/10/1977, pág. 00444)
Vigente a CF/69, foi editado o Decreto-lei 1422/75, revogando a Lei 4440/64.

Este diploma normativo trouxe inovação deveras polêmica, pois atribuiu competência ao Poder Executivo para fixar a alíquota do salário-educação. Tal delegação é, ainda hoje questionada, seja diante da ordem constitucional anterior, seja da atual. Entretanto, foi tida por válida pelo E. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, conforme se depreende do seguinte excerto do voto condutor, da lavra do Min. Ilmar Galvão, no julgamento do RE 290.079-6/SC:
"Portanto, a atribuição de competência ao Poder Executivo para fixar e alterar a alíquota do salário-educação, em razão da flutuação do custo atuarial do ensino fundamental, não era arbitrária, ilimitada, verdadeiro cheque em branco, como se alega, mas sujeita a condições (critério previsto em lei) e limites (custo atuarial do ensino fundamental) também previstos em lei."
Os ataques à delegação de competência em questão partem, também, da redação do art. 25, do ADCT/88, que revogou, a partir de cento e oitenta dias contados da promulgação da nova Carta Federal, todos os dispositivos legais atribuindo ou delegando a órgão do Poder Executivo, competência conferida ao Congresso Nacional. Com base neste argumento, quedar-se-iam revogadas todas as normas infraconstitucionais, emanadas do Poder Executivo, a estabelecer a alíquota do salário-educação (mais especificamente, o Decreto-lei 1422/75).
A situação acima somente seria regularizada, de acordo com esta teoria, com a edição da Lei 9424/96, em vigor a contar de 01º/01/1997 (e cujo art. 15, contendo os elementos imprescindíveis à incidência da contribuição, foi tido por constitucional por meio da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 3,) de sorte que haveria um hiato entre 05/04/89 e 31/12/1996, no qual a exigência da contribuição seria inconstitucional.
Não é esta, contudo, a posição assentada no âmbito da Suprema Corte, vez que a mesma já pacificou entendimento no sentido da recepção da legislação pretérita, reguladora do salário-educação. De fato, o art. 25 do ADCT revogou, passados os cento e oitenta dias nele referidos, todos os dispositivos contendo delegações de competências próprias do Poder Legislativo, mas não aquelas regras, já estabelecidas e, frise-se, recepcionadas pela Carta de 1988, que fixavam a alíquota da contribuição, autorizando, com isso, sua cobrança. Assim entendeu, pois, o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL:
1. O salário-educação, na vigência da EC 01/69 (art. 178), foi considerado constitucional.
2. A Constituição Federal de 1988 recepcionou o referido encargo como contribuição social destinada ao financiamento do ensino fundamental (art. 212, § 5º), dando-lhe caráter tributário. Essa recepção manteve toda a disciplina jurídica do novo tributo, legitimamente editada de acordo com a ordem pretérita.
3. O art. 25 do ADCT revogou todas as delegações de competência outorgadas ao Executivo, sobre a matéria reservada ao Congresso nacional, mas não impediu a recepção dos diplomas legais legitimamente elaborados na vigência da Constituição anterior, desde que materialmente compatíveis com a nova Carta.
4. Até a publicação da Lei nº 9.424/96, o salário-educação continuou regido pelas regras construídas no sistema precedente.
5. Recurso não conhecido".
(STF, Tribunal Pleno, RE nº 272.872-2/RS, Relator Ministro Ilmar Galvão, DJ 10/10/2003, pág. 00301)
"CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO. ALEGADA INCONSTITUCIONALIDADE.
Acórdão que decidiu pela constitucionalidade da contribuição social para o salário-educação, seja sob a égide da EC nº 1/69, seja sob a Carta Magna de 1988, e no regime da Lei nº 9.424/96 (ADC 3, Rel. Min. Nelson Jobim; Res 272.872 e 290.079, Rel. Min. Ilmar Galvão).
Agravo desprovido.
(STF, 1ª Turma, AgR no RE nº 295.086-6/RS, Relator Ministro Carlos Britto, DJ 13/02/2004, pág. 00350)
"Agravo regimental em recurso extraordinário. 2. Salário-educação. Constitucionalidade. Precedentes desta Corte. 3. Alegação de matéria diversa da decidida no aresto paradigma. 4. MP 1.518, de 1996. Não violação ao art. 246, da CF. Precedentes. 5. Exigência da contribuição nos termos do Decreto-lei 1.422, de 1975 e legislação posterior. Constitucionalidade. Precedentes. 6. Agravo regimental a que se nega provimento.
(STF, 2ª Turma, AgR no RE nº 366.105-1/SP, Relator Ministro Gilmar Mendes, DJ 27/06/2003, pág. 01126)
"TRIBUTÁRIO. SALÁRIO-EDUCAÇÃO. PERÍODO ANTERIOR À LEI Nº 9.424/96. ALEGADA INCONSTITUCIONALIDADE, EM FACE DA EC 01/69, VIGENTE QUANDO DA EDIÇÃO DO DECRETO-LEI Nº 1.422/75, POR OFENSA AO PRINCÍPIO DA ESTRITA LEGALIDADE TRIBUTÁRIA, CONSAGRADO NOS ARTS. 153, § 2º, E 178, E AO PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DA DELEGAÇÃO DE PODERES, PREVISTO NO ART. 6º, PARÁGRAFO ÚNICO. ALEGADA CONTRARIEDADE, AINDA, AO ART. 195, I, DA cf/88. CONTRIBUIÇÃO QUE, DE RESTO FORA REVOGADA PELO ART. 25 DO ADCT/88.
Contribuição que, na vigência da EC 01/69, foi considerada pela jurisprudência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL como de natureza não tributária, circunstância que a subtraiu da incidência do princípio da legalidade estrita, não se encontrando, então, na competência do Poder Legislativo a atribuição de fixar as alíquotas de contribuições extratributárias.
O art. 178 da Carta pretérita, por outro lado, nada mais fez do que conferir natureza constitucional à contribuição, tal qual se achava instituída pela Lei nº 4.440/64, cuja estipulação do respectivo quantum debeatur por meio do sistema de compensação do custo atuarial não poderia ser cumprida senão por meio de levantamentos feitos por agentes da Administração, donde a fixação da alíquota haver ficado a cargo do Chefe do Poder Executivo.
Critério que, todavia, não se revelava arbitrário, porque sujeito à observância de condições e limites previstos em lei.
A Constituição Federal de 1988 acolheu o salário-educação, havendo mantido de forma expressa - e, portanto, constitucionalizado -, a contribuição, então vigente, a exemplo do que fez com o PIS-PASEP (art. 239) e com o FINSOCIAL (art. 56 do ADCT), valendo dizer que a recepcionou nos termos em que a encontrou, em outubro/88.
Conferiu-lhe, entretanto, caráter tributário, por sujeitá-la, como as demais contribuições sociais, à norma do seu art. 149, sem prejuízo de havê-la mantido com a mesma estrutura normativa do Decreto-lei nº 1.422/75 (mesma hipótese de incidência, base de cálculo e alíquota), só não tendo subsistido à nova Carta a delegação contida no § 2º do seu art. 1º, em face de sua incompatibilidade com o princípio da legalidade a que, de pronto, ficou circunscrita.
Recurso não conhecido.
(STF, Pleno, RE nº 290.079-6/SC, Relator Ministro Ilmar Galvão, DJ 04/04/2003, pág. 01021)
Isto posto, em face da posição pacífica do E. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no sentido da constitucionalidade da contribuição social ao salário-educação, seja sob a égide da Constituição Federal anterior, seja da atual, e estando a r. sentença em desacordo com a jurisprudência unânime (e não apenas dominante, como exige a lei) daquela Corte Suprema, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, dou provimento à remessa oficial, para reformar a r. sentença monocrática e julgar improcedente o pedido inicial, restando prejudicado o pedido de compensação. Honorários advocatícios arbitrados em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), conforme o entendimento esposado pela E. 6ª Turma desta Corte Regional.
Publique-se. Intime-se.
São Paulo, 03 de abril de 2007.
LAZARANO NETO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2003.61.00.002068-2 AC 1011207
ORIG.	:	10 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	HEDILA DO CARMO GIOVEDI
APDO	:	ROSANEI MARIA OLIVEIRA GUIMARAES
RELATOR	:	DES.FED. LAZARANO NETO / SEXTA TURMA

Fls. 55/58 - Homologo a desistência requerida pelo apelante Caixa Economica Federal - CEF, conforme o disposto nos artigos 501 e 502 do CPC.
Após cumpridas as formalidades legais, remetam-se os autos à vara de origem.
Publique-se.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
LAZARANO NETO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2003.61.82.050479-0 AC 1078967
ORIG.	:	10F Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
APDO	:	LEISER METAIS NOBRES LTDA
RELATOR	:	DES.FED. REGINA COSTA / SEXTA TURMA

Vistos.
À vista da decisão proferida às fls. 59/66, publicada no DJ, em 29.01.2007, certifique a Subsecretaria da Sexta Turma, o trânsito em julgado.
Após, remetam-se os Autos à Vara de origem.
I.
São Paulo, 26 de janeiro de 2007.
REGINA HELENA COSTA
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2004.03.00.026894-2 AG 207987
ORIG.	:	200461090027584 2 Vr PIRACICABA/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
AGRDO	:	CERAMICA MARISTELA LTDA
ADV	:	CLAUDIO FACCIOLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE PIRACICABA SP
RELATOR	:	DES.FED. LAZARANO NETO / SEXTA TURMA

Tendo em vista haver sido proferida decisão pelo Juízo "a quo", conforme informação de fls. 69/73, não pode prosperar o presente agravo. Julgo-o prejudicado, nos termos do artigo 33, incisos XII, do Regimento Interno desta Corte.
Após cumpridas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
LAZARANO NETO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2004.03.00.071905-8 AG 224908
ORIG.	:	200461000301407 4 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
AGRDO	:	FUNDACAO ANTONIO E HELENA ZERRENNER INSTITUICAO NACIONAL DE BENEFICENCIA
ADV	:	ANIBAL JOAO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. LAZARANO NETO / SEXTA TURMA

Tendo em vista haver sido proferida decisão pelo Juízo "a quo", conforme informação de fls. 161/167, não pode prosperar o presente agravo. Julgo-o prejudicado, nos termos do artigo 33, incisos XII, do Regimento Interno desta Corte.
Após cumpridas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
LAZARANO NETO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2004.61.05.011985-6 REOMS 271493
ORIG.	:	8 Vr CAMPINAS/SP
PARTE A	:	CIA BRASILEIRA DE BEBIDAS
ADV	:	LEO KRAKOWIAK
PARTE R	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 8 VARA DE CAMPINAS - 5ª SSJ - SP
RELATOR	:	DES.FED. LAZARANO NETO / SEXTA TURMA

Fls. 386/392: Em face da manifestação da União Federal (FAZENDA NACIONAL), intime-se a CIA BRASILEIRA DE BEBIDAS.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
LAZARANO NETO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2005.03.00.013475-9 AG 230563
ORIG.	:	200561190008014 1 Vr GUARULHOS/SP
AGRTE	:	ITAQUAREIA IND/ EXTRATIVA DE MINERIOS LTDA
ADV	:	MARCELO DA PAIXÃO BARBOSA
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE GUARULHOS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. REGINA COSTA / SEXTA TURMA

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por ITAQUAREIA INDÚSTRIA EXTRATIVA DE MINÉRIOS LTDA., contra a decisão proferida pelo MM. Juízo a quo que, nos autos de mandado de segurança, postergou a apreciação do pedido de liminar, para após a vinda das informações (fls. 132/133).
Sustenta a Agravante, em síntese, a presença dos pressupostos para a concessão da medida.
Em decisão inicial, a Desembargadora Federal Marli Ferreira, negou o efeito suspensivo pleiteado (fl. 142).
Conforme ofício eletrônico enviado pelo MM. Juízo a quo, nos termos do Provimento n. 64, de 28.04.05, da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 3ª Região, verifico que foi proferida sentença, a qual julgou improcedente o pedido, com fundamento no art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil, o que indica carência superveniente de interesse recursal (fls. 159/165).
Pelo exposto, JULGO PREJUDICADO o Agravo de Instrumento, nos termos dos arts. 557, caput, do Código de Processo Civil e 33, inciso XII, do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
Observadas as formalidades legais, encaminhem-se os autos à Vara de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
REGINA HELENA COSTA
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2005.03.00.026596-9 AG 233989
ORIG.	:	200461820370223 9F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	NOVALATA BENEFICIAMENTO E COM/ DE EMBALAGENS LTDA
ADV	:	CRISTIANY ROCHA DE FREITAS
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 9 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES.FED. CONSUELO YOSHIDA / SEXTA TURMA

Vistos.
Defiro a vista requerida pelo agravante, às fls. 212/214, pelo prazo de 05 (cinco) dias.
Intimem-se.
São Paulo, 26 de março de 2007.
CONSUELO YOSHIDA
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2005.03.00.085149-4 AG 251295
ORIG.	:	200161000062280 17 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	COM/ DE MADEIRAS LUCCHESI LTDA
ADV	:	FERNANDO JOSE GARCIA
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 17 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CONSUELO YOSHIDA / SEXTA TURMA

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo, que visa a reforma de decisão proferida em Primeira instância, adversa à agravante.
Regularmente processado o agravo, sobreveio a informação, mediante ofício de fls. 76/80, que foi proferida sentença, nos autos do processo originário.
Ante a perda do objeto, julgo prejudicado o presente recurso e, em conseqüência, NEGO-LHE SEGUIMENTO, com fulcro no art. 557, caput, do Código de Processo Civil, restando prejudicado o agravo regimental interposto.
Oportunamente, observadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 26 de março de 2007.
CONSUELO YOSHIDA
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2005.03.00.091617-8 AG 254017
ORIG.	:	200561820254501 7F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
AGRDO	:	SCHENKER DO BRASIL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA
ADV	:	ANDRE SHIGUEAKI TERUYA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 7 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES.FED. CONSUELO YOSHIDA / SEXTA TURMA

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo ativo, rectius, antecipação de tutela da pretensão recursal, que visa a reforma de decisão proferida em Primeira instância adversa à agravante
Regularmente processado o agravo, sobreveio a informação, mediante ofício de fls. 97/98, que foi julgada extinta a execução fiscal, onde foi proferida a decisão agravada, em razão do cancelamento da inscrição do débito em dívida ativa.
Trata-se, pois, de perda superveniente do objeto, acarretando falta de interesse processual, pelo que, julgo prejudicado o presente recurso e, em conseqüência, NEGO-LHE SEGUIMENTO, com fulcro no art. 557, caput, do Código de Processo Civil.
Oportunamente, observadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 26 de março de 2007.
CONSUELO YOSHIDA
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2005.03.99.043085-2 AC 1060037
ORIG.	:	0000000142 1 Vr DESCALVADO/SP
APTE	:	GLEDIS L P S CAVALCANTE -ME e outro
ADV	:	LUIZ CARLOS VICK FRANCISCO
APDO	:	Conselho Regional de Farmacia do Estado de Sao Paulo CRF/SP
ADV	:	PATRICIA APARECIDA SIMONI BARRETTO
RELATOR	:	DES.FED. REGINA COSTA / SEXTA TURMA

Vistos.
Fls. 212 - Manifestem-se os Apelantes, expressamente, acerca do requerimento formulado pelo Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, no prazo de 5 (cinco) dias.
Int.
São Paulo, 22 de março de 2007.
REGINA HELENA COSTA
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2005.61.00.013270-5 AMS 283180
ORIG.	:	1 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
APDO	:	PREV MED MEDICINA DO TRABALHO E SAUDE OCUPACIONAL S/C LTDA
ADV	:	EDISON VAGNER ANTONINI
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE SAO PAULO>1ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. LAZARANO NETO / SEXTA TURMA

Fls. 291/296: Em face da manifestação da União Federal (FAZENDA NACIONAL), intime-se o apelado PREV MED MEDICINA DO TRABALHO E SAUDE OCUPACIONAL S/C LTDA.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
LAZARANO NETO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.011504-6 AG 260835
ORIG.	:	200661000021833 24 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	SECID SOCIEDADE EDUCACIONAL CIDADE DE SAO PAULO
ADV	:	VITOR MORAIS DE ANDRADE
AGRDO	:	DILMA SENHORINHA DOS SANTOS
ADV	:	CAIO AUGUSTO SATURNO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 24 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. REGINA COSTA / SEXTA TURMA

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por SECID SOCIEDADE EDUCACIONAL CIDADE DE SÃO PAULO., contra a decisão proferida pelo MM. Juízo a quo que, nos autos de mandado de segurança, deferiu a medida liminar pleiteada, para determinar a Agravante que procedesse a rematrícula da Agravada no 5º ano do Curso de Direito, ano letivo de 2006, regularizando o registro de sua freqüência e outras atividades curriculares pertinentes ao aludido curso (fls.36/41).
Sustenta a Agravante, em síntese, a presença dos pressupostos para a concessão da medida.
Em decisão inicial, esta Relatora, concedeu o efeito suspensivo pleiteado (fls.55/58).
Conforme ofício eletrônico enviado pelo MM. Juízo a quo, nos termos do Provimento n. 64, de 28.04.05, da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 3ª Região, verifico que foi proferida sentença, a qual julgou procedente o pedido, com fundamento no art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil, o que indica carência superveniente de interesse recursal. (fls.85/102).
Pelo exposto, JULGO PREJUDICADO o Agravo de Instrumento, nos termos dos arts. 557, caput, do Código de Processo Civil e 33, inciso XII, do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
Observadas as formalidades legais, encaminhem-se os autos à Vara de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 27 de março de 2007.
REGINA HELENA COSTA
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2006.03.00.029583-8 AG 265971
ORIG.	:	200661000051138 14 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	ACADEMIA PAULISTA ANCHIETA S/C LTDA
ADV	:	DECIO LENCIONI MACHADO
AGRDO	:	ROSANE MUNIZ DE SOUZA
ADV	:	ANGELO HENRIQUE MASCARELLO FILHO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 14 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CONSUELO YOSHIDA / SEXTA TURMA

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo ativo, rectius, antecipação de tutela da pretensão recursal, que visa a reforma de decisão proferida em Primeira instância, adversa à agravante.
Regularmente processado o agravo, sobreveio a informação, mediante ofício de fls. 72/77, que foi proferida sentença, nos autos do processo originário.
Ante a perda do objeto, julgo prejudicado o presente recurso e, em conseqüência, NEGO-LHE SEGUIMENTO, com fulcro no art. 557, caput, do Código de Processo Civil, restando prejudicado o agravo regimental interposto.
Oportunamente, observadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 26 de março de 2007.
CONSUELO YOSHIDA
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2006.03.00.060669-8 AG 271788
ORIG.	:	200561820205472 10F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
AGRDO	:	C E C CASA E CONSTRUCAO LTDA
ADV	:	OSWALDO MASSOCO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 10 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES.FED. REGINA COSTA / SEXTA TURMA

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela UNIÃO FEDERAL, contra a decisão proferida pelo MM. Juízo a quo, que em sede de execução fiscal, determinou a suspensão do curso da execução, bem como a exclusão da Executada dos cadastros de inadimplentes. Sustenta, em síntese, que a decisão agravada não observou as hipóteses autorizadoras de suspensão do crédito tributário, previstas no art. 151, do Código Tributário Nacional.
Sustenta que foi indevida a exclusão do nome da Agravada do CADIN, uma vez que está em desconformidade com o art. 7º, inciso I, da Lei n. 10.522/02, que exige, para tal exclusão, a suspensão da exigibilidade do crédito, o ajuizamento de ação para discutir o débito com o oferecimento de garantia idônea e suficiente para assegurar o juízo, e a regularização da situação do devedor que deu causa a referida inclusão, o que não ocorreu no presente caso.
Aduz, ainda, que o Juízo monocrático negativou a Agravada nos cadastros de devedores fiscais, na ausência de pedido, sendo a decisão nula, porquanto ultra petita.
Requer a concessão de efeito suspensivo para que seja mantida a exigibilidade do crédito tributário em tela, bem como a permanência da Executada no cadastro de inadimplentes e, ao final, seja dado provimento ao presente recurso.
Feito breve relato, decido.
Nos termos do art. 525, inciso I, do Código de Processo Civil, com a redação dada pela Lei n. 9.139, de 30 de novembro de 1995, a petição de agravo será acompanhada das peças obrigatórias ali apontadas.
Contudo, além das referidas peças, outras se tornam necessárias à completa instrução do recurso, seja por sua menção nas próprias peças obrigatórias, seja porque, sem as quais, é impossível a apreciação adequada da controvérsia.
No presente caso, não integra o instrumento cópia da ação executiva relativa às certidões de dívida ativa em deslinde, na qual pretende seja reconhecida a exigibilidade dos valores que a constituem.
Ressalte-se que, sem a apresentação desse documento, não é possível conhecer as peculiaridades da lide sob análise, uma vez que para concessão de efeito suspensivo ativo à decisão que suspende a execução, medida de caráter excepcional, seria necessária a juntada do aludido documento para a constatação da plausibilidade do direito invocado.
Ademais, cabe ao Agravante a completa formação do agravo, quando de sua interposição, sendo vedada ao Tribunal a conversão do julgamento em diligência para suprir qualquer omissão.
Nesse sentido, o entendimento do Egrégio Superior Tribunal de Justiça:
"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. OMISSÃO. OCORRÊNCIA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PEÇA INDISPENSÁVEL À CORRETA APRECIAÇÃO DA CONTROVÉRSIA. LEI Nº 9.139/95.
(...).
II - O agravo de instrumento deve ser instruído com as peças obrigatórias e também com as necessárias à correta apreciação da controvérsia, nos termos do art. 525, II, do CPC. A ausência de qualquer delas obsta o conhecimento do agravo.
III - De acordo com o sistema recursal introduzido pela Lei nº 9.139/95, é dever do agravante zelar pela correta formação do agravo de instrumento, não sendo possível a conversão do julgamento em diligência para complementação do traslado, nem a possibilidade de posterior juntada da peça faltante, em virtude da ocorrência de preclusão consumativa. (...)."
(STJ, 5ª T., EDResp n. 485755, Rel. Min. Félix Fischer, j. em 23.09.03, DJ de 28.10.03, p. 335).
Pelo exposto, NEGO SEGUIMENTO ao recurso interposto, nos termos do art. 557, caput, do Código de Processo Civil e art. 33, inciso XIII, do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
Comunique-se o MM. Juízo a quo.
Decorrido o prazo legal, baixem os autos à 1ª instância para oportuno arquivamento.
Intimem-se.
São Paulo, 30 de março de 2007.
REGINA HELENA COSTA
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2006.03.00.071178-0 AG 272661
ORIG.	:	200561000105891 8 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	MARITIMA SEGUROS S/A
ADV	:	LUIZ EDUARDO DE CASTILHO GIROTTO
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 8 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. LAZARANO NETO / SEXTA TURMA

Fls. 818/831- Mantenho a decisão de fls. 810/811, por seus próprios fundamentos.
Prossiga o feito.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
LAZARANO NETO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.084842-6 AG 277642
ORIG.	:	200561820583466 9F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	MGDK E ASSOCIADOS PARTICIPACOES LTDA
ADV	:	VICTOR DE LUNA PAES
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 9 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES.FED. CONSUELO YOSHIDA / SEXTA TURMA

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo ativo, rectius, antecipação de tutela da pretensão recursal, que visa a reforma de decisão proferida em Primeira instância adversa ao agravante
Regularmente processado o agravo, sobreveio a informação, mediante ofício de fls. 121/122, que foi julgada extinta a execução fiscal, onde foi proferida a decisão agravada, em razão do requerimento da parte exequente.
Trata-se, pois, de perda superveniente do objeto, acarretando falta de interesse processual, pelo que, julgo prejudicado o presente recurso e, em conseqüência, NEGO-LHE SEGUIMENTO, com fulcro no art. 557, caput, do Código de Processo Civil, restando prejudicado o agravo regimental interposto.
Oportunamente, observadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 26 de março de 2007.
CONSUELO YOSHIDA
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2006.03.00.087400-0 AG 278004
ORIG.	:	200361110031959 2 Vr MARILIA/SP
AGRTE	:	TEREZA YAEKO TAZAKI AKUTAGAWA
ADV	:	ALEX APARECIDO RAMOS FERNANDEZ
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
PARTE R	:	DISTRIBUIDORA DE FRUTA MAYRINKY LTDA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE MARILIA Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. REGINA COSTA / SEXTA TURMA

Vistos.
Fls. 89/93 - Trata-se de pedido de reconsideração ou, alternativamente, o seu recebimento como agravo regimental, formulado pela Agravada, em relação à decisão monocrática que concedeu parcialmente o efeito suspensivo pleiteado.
Com o advento da Lei n. 11.187, de 19 de outubro de 2005, que conferiu nova redação ao parágrafo único do art. 527, do Código de Processo Civil, as decisões monocráticas proferidas pelo Relator, ao determinar a conversão do agravo, ou ainda ao apreciar o pedido de concessão de efeito suspensivo, configuram decisões de caráter irrecorrível (Cf. Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery, Código de Processo Civil Comentado, 9ª ed., nota 42 ao art. 527, Editora Revista dos Tribunais, 2006, p. 777).
Isto posto, mantenho a decisão de fls. 78/83, por seus próprios fundamentos, não restando nada a apreciar.
Intimem-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
REGINA HELENA COSTA
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2006.03.00.091802-7 AG 279501
ORIG.	:	0300003850 A Vr BARUERI/SP
AGRTE	:	HEXA IND/ METALURGICA LTDA
ADV	:	FABIO ANTONIO PECCICACCO
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DO SAF DE BARUERI SP
RELATOR	:	DES.FED. REGINA COSTA / SEXTA TURMA

Vistos.
Fls. 36/38 - Trata-se de pedido de reconsideração ou, alternativamente, o seu recebimento como agravo regimental, formulado pela Agravada, em relação à decisão monocrática que concedeu o efeito suspensivo pleiteado.
Com o advento da Lei n. 11.187, de 19 de outubro de 2005, que conferiu nova redação ao parágrafo único do art. 527, do Código de Processo Civil, as decisões monocráticas proferidas pelo Relator, ao determinar a conversão do agravo, ou ainda ao apreciar o pedido de concessão de efeito suspensivo, configuram decisões de caráter irrecorrível (Cf. Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery, Código de Processo Civil Comentado, 9ª ed., nota 42 ao art. 527, Editora Revista dos Tribunais, 2006, p. 777).
Isto posto, mantenho a decisão de fls. 28/31, por seus próprios fundamentos, não restando nada a apreciar.
Intimem-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
REGINA HELENA COSTA
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2006.03.00.099811-4 AG 282054
ORIG.	:	0600000192 3 Vr VALINHOS/SP 0600024470 3 Vr VALINHOS/SP
AGRTE	:	SIENA ALIMENTOS LTDA
ADV	:	DANIEL HENRIQUE CACIATO
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 3 VARA DE VALINHOS SP
RELATOR	:	DES.FED. REGINA COSTA / SEXTA TURMA

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por SIENA ALIMENTOS LTDA., contra a decisão proferida pelo MM. Juízo a quo, que nos autos de execução fiscal, deferiu o pedido da Exeqüente de penhora on line de recursos financeiros.
Sustenta, em síntese, que a Agravada não esgotou todos os meios de localização de bens passíveis de penhora, sendo indevido e ilegal o deferimento da penhora on line, com o bloqueio de suas contas bancárias.
Aduz que o pedido da Agravada carece de justificativa plausível, sendo que lhe foi negada a oportunidade de oferecer outros bens à penhora.
Alega que, caso seja mantida a decisão recorrida, a atividade empresarial da Executada ficará inviabilizada, sobretudo porque opera atualmente com prejuízos.
Requer a concessão de efeito suspensivo ativo para determinar a suspensão imediata do bloqueio de valores em nome da Agravante ou, alternativamente, o desbloqueio, se esse já tiver sido efetivado e, ao final, seja dado provimento ao presente recurso.
Feito breve relato, decido.
Consoante o disposto no art. 522, do Código de Processo Civil, com alterações introduzidas pela Lei n. 11.187, de 19 de outubro de 2005, "das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de 10 (dez) dias, na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento".
Outrossim, o inciso II do art. 527 ora estatui que o Relator "converterá o agravo de instrumento em agravo retido, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, mandando remeter os autos ao juiz da causa".
Da análise dos aludidos dispositivos, colhe-se facilmente que, diante de tal disciplina, a interposição do agravo, na forma retida, tornou-se o padrão desse recurso, sendo admitida por instrumento tão somente nas hipóteses expressamente mencionadas.
No presente recurso, é de se admitir sua interposição por instrumento, em razão de tratar-se de decisão proferida pelo juízo monocrático, em execução fiscal, insuscetível, em princípio, de ser apreciado como preliminar em sede de apelação.
Assim sendo, passo a apreciar o pedido de concessão de efeito suspensivo ativo.
Nos termos do art. 558, do Código de Processo Civil, para a suspensão do cumprimento da decisão agravada, tal como autoriza o art. 527, inciso III, do mesmo diploma legal, é necessário que, diante da relevância da fundamentação apresentada pelo recorrente, haja evidências de que tal decisão possa resultar-lhe lesão grave e de difícil reparação.
Neste juízo de cognição sumária, verifico a presença dos referidos pressupostos.
Com efeito, entendo que a determinação de indisponibilidade de bens e direitos de titularidade da Executada, é medida de caráter excepcional, que somente pode ser deferida em caso de demonstração inequívoca de que a Exeqüente envidou esforços para a localização de bens penhoráveis em nome da Executada.
No presente caso, constato que foi expedido, em 11.05.06, Mandado de Citação para pagamento ou nomeação de bens à penhora (fl. 36).
Verifico, ainda, que a Agravada protocolizou, em 27.07.06, pedido de bloqueio imediato de valores existentes em nome da Executada, junto ao sistema financeiro nacional, via sistema Bacenjud, tendo seu pedido prontamente deferido (fls. 17 e 37).
No entanto, para autorizar tal determinação, exige o art. 185-A, do Código Tributário Nacional, que, efetuada a citação do devedor, este deixe de apresentar bens penhoráveis, e que esses não sejam encontrados.
"In casu", não restou demonstrado terem sido esgotados todos os meios para localização de bens passíveis de constrição, de modo a justificar a determinação excepcional, não havendo, nos autos, qualquer manifestação nesse sentido, de modo a justificar a determinação de bloqueio das contas de titularidade da Executada, sendo de salientar-se, ainda, que a decisão agravada não se encontra devidamente fundamentada.
A par da verossimilhança do alegado direito, vislumbro fundado receio de dano de difícil reparação, traduzido na possibilidade de o bloqueio financeiro vir a acarretar a inviabilidade da atividade da empresa.
Ante o exposto, CONCEDO O EFEITO SUSPENSIVO ATIVO pleiteado, para afastar, por ora, a determinação de bloqueio de valores, junto às instituições financeiras e bancárias, em nome da Agravante.
Intime-se a Agravada, nos termos do art. 527, inciso V, do Código de Processo Civil.
Comunique-se o MM. Juízo a quo via email.
Intimem-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
REGINA HELENA COSTA
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2006.03.00.105968-3 AG 283949
ORIG.	:	200661000230513 3 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	ALEXANDRE GONCALVES DA CRUZ
ADV	:	DALSON DO AMARAL FILHO
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. LAZARANO NETO / SEXTA TURMA

Tendo em vista haver sido proferida decisão pelo Juízo "a quo", conforme informação de fls. 110/114, não pode prosperar o presente agravo. Julgo-o prejudicado, nos termos do artigo 33, incisos XII, do Regimento Interno desta Corte.
Após cumpridas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
LAZARANO NETO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.109771-4 AG 285047
ORIG.	:	200261020064250 9 Vr RIBEIRAO PRETO/SP
AGRTE	:	SUPERMERCADO SERV SIN LTDA
ADV	:	JOSE LUIZ MATTHES
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 9 VARA DE RIBEIRAO PRETO SP
RELATOR	:	DES.FED. REGINA COSTA / SEXTA TURMA

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por SUPERMERCADO SERV SIN LTDA., contra a decisão proferida pelo MM. Juízo a quo que, nos autos de execução fiscal, deferiu o pedido de penhora de 5% sobre o faturamento, até a garantia efetiva da execução.
Sustenta, em síntese, que a decisão agravada não atende ao disposto no art. 620, do Código de Processo Civil, uma vez que viola a garantia conferida à Agravante, para nomeação de bens à penhora da forma menos gravosa.
Esclarece que, por duas vezes, nomeou bens para garantir a Execução Fiscal e, que, por mero capricho da Fazenda Nacional, os bens indicados não foram aceitos.
Argumenta que a penhora sobre o faturamento é medida extrema, cabível somente quando esgotadas todas as demais garantias do Juízo.
Salienta, ainda, que, devido à sua situação financeira precária, qualquer montante econômico que venha a ser retirado de seus cofres, implicará, necessariamente, em quebra de seu ciclo negocial, atingindo de forma direta o capital de giro da empresa, podendo gerar o descumprimento de algumas de suas obrigações, tais como o pagamento do salário de seus funcionários.
Requer a concessão de efeito suspensivo para que seja suspensa a ordem de penhora sobre o faturamento, e que, ao final, seja dado provimento ao presente recurso.
Feito breve relato, decido.
Consoante o disposto no art. 522, do Código de Processo Civil, com alterações introduzidas pela Lei n. 11.187, de 19 de outubro de 2005, "das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de 10 (dez) dias, na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento".
Outrossim, o inciso II do art. 527 ora estatui que o Relator "converterá o agravo de instrumento em agravo retido, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, mandando remeter os autos ao juiz da causa".
Da análise dos aludidos dispositivos, colhe-se facilmente que, diante de tal disciplina, a interposição do agravo, na forma retida, tornou-se o padrão desse recurso, sendo admitida por instrumento tão somente nas hipóteses expressamente mencionadas.
No presente recurso, é de se admitir sua interposição por instrumento, em razão de tratar-se de decisão proferida pelo juízo monocrático, em execução fiscal, insuscetível, em princípio, de ser apreciado como preliminar em sede de apelação.
Assim sendo, passo a apreciar o pedido de concessão de efeito suspensivo ativo.
Nos termos do art. 558, do Código de Processo Civil, para a suspensão do cumprimento da decisão agravada, tal como autoriza o art. 527, inciso III, do mesmo diploma legal, é necessário que, diante da relevância da fundamentação apresentada pelo recorrente, haja evidências de que tal decisão possa resultar-lhe lesão grave e de difícil reparação.
Neste juízo de cognição sumária, não verifico a presença da plausibilidade do direito invocado.
No presente caso, em uma primeira oportunidade, foram oferecidos bens relativos ao ativo imobilizado da Agravada - automóveis e equipamentos industriais e de escritório - (fls. 52/54), os quais foram recusados pela Exeqüente, em virtude da difícil comercialização, além das não observância do art. 11, da Lei n. 6.830/80.

Posteriormente, foi concedida à Executada a oportunidade de apresentar outros bens para a garantia do Juízo (fl. 57), ocasião em que a Agravante indicou os mesmos bens relacionados anteriormente, acrescidos de outros que, no entender da Agravada, ainda não apresentavam qualquer liquidez (fls. 60/92).
Tal nomeação foi indeferida pelo Juízo a quo, que acolheu a manifestação da Exeqüente e deferiu a penhora sobre o faturamento mensal da empresa no percentual de 5% (cinco por cento).
Com efeito, ao indicar bens à penhora, cumpre ao devedor observar a ordem estabelecida no art. 11. da Lei n. 6.830/80.
Entretanto, o Exeqüente não está obrigado a aceitar o bem oferecido, se entender ausentes os requisitos autorizadores necessários à garantia do juízo.
Nesse sentido, registro o seguinte julgado do Egrégio Superior Tribunal de Justiça:
"RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA DO FATURAMENTO DA EMPRESA. EXCEPCIONALIDADE NÃO CARACTERIZADA. NECESSIDADE DE ESGOTAMENTO DAS POSSIBILIDADES DE LOCALIZAÇÃO DE OUTROS BENS DA EMPRESA PASSÍVEIS DE CONSTRIÇÃO. INDISPENSÁVEL NOMEAÇÃO DE ADMINISTRADOR. MANUTENÇÃO DO ÁCORDÃO RECORRIDO.
É firme a orientação deste Sodalício no sentido de que, somente em caráter excepcional, é possível realizar a penhora sobre o faturamento da empresa, ainda com a observância de cautelas previstas em lei.
Deve demonstrar o exeqüente terem sido frustradas todas as tentativas de haver os valores devidos por meio da constrição de outros bens arrolados nos incisos do art. 11 da Lei n. 6.830/80, o que não se deu na hipótese vertente. Além disso, é indispensável que tenha sido nomeado administrador, com a devida apresentação da forma de administração da empresa e esquema de pagamento, nos termos do disposto nos arts. 677 e 678 do Código de Processo Civil.
Não se pode olvidar que a constrição judicial sobre o faturamento da empresa pode inviabilizá-la, frustrando a excussão da dívida, uma vez que a possibilidade da devedora enfrentar seus débitos será dificultada pela medida constritiva que poderá comprometer sua estabilidade financeira. O ordenamento jurídico pátrio confere proteção especial ao exercício da empresa (cf. Livro II do Código de Processo Civil em vigor). Dessarte, ao Estado-juiz não é permitido, em hipótese alguma, ser conivente com a conduta de inadimplentes; contudo, ao coagir tais indivíduos a adimplir suas dívidas, mister se observe com prudência as conseqüências desses atos, em nome do princípio da preservação da empresa.
Recurso especial do Estado do Rio de Janeiro improvido."
(STJ - 2ª T., REsp 678102/RJ, Rel. Min. Franciulli Netto, j. em 18.11.04, DJ. 25.04.05, p. 321, destaque meu).
Ademais, não restou demonstrada no presente recurso, a existência de outros bens livres e desembaraçados, passíveis de penhora.
Outrossim, entendo que a determinação de penhora sobre o faturamento da empresa Executada é medida de caráter excepcional, que somente pode ser deferida caso não tenham sido encontrados bens penhoráveis em seu nome.
Por outro lado, deve ser observado se tal medida constritiva não irá comprometer a solvabilidade da devedora, impondo-se a necessidade da apresentação de livros e demais documentos fiscais, aptos a comprovar que a empresa encontra-se, efetivamente, em extrema dificuldade financeira, o que, in casu, não foi demonstrado, visto ter a Agravante se limitado a mencionar que a medida adotada poderia comprometer a atividade empresarial.
Ressalte-se, por oportuno, que, conquanto a execução deva ser realizada pelo modo menos gravoso ao devedor, esta é feita no interesse do credor, consoante o disposto no art. 646, do Código de Processo Civil.
Segue a mesma orientação a jurisprudência desta Corte: (v.g. 5ª T.,HC n. 13650, Rel. Des. Fed. André Nabarrete, j. em 03.12.02, DJ 17.12.02, p. 531).
Assim sendo, não vejo razão para a suspensão dos efeitos da decisão agravada.
Ante o exposto, NEGO O EFEITO SUSPENSIVO pleiteado.
Intimem-se a Agravada, nos termos do art. 527, inciso V, do Código de Processo Civil.
Comunique-se o MM. Juízo a quo.
Publique-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
REGINA HELENA COSTA
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2006.03.00.109782-9 AG 285101
ORIG.	:	200461820210931 11F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
AGRDO	:	PINTURAS CORAL FORTE LTDA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 11 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES.FED. LAZARANO NETO / SEXTA TURMA

Foi certificado, às fls. 70, que o agravado não foi encontrado em nenhum dos endereços fornecidos e que nos autos da execução fiscal ainda não constituiu advogado.
Conforme nota "5c" ao artigo 527, do Código de Processo Civil anotado por Theotonio Negrão, São Paulo, Ed. Saraiva, edição 30ª, pag. 548, in verbis:
"A intimação, como decorre do texto, deve ser feita ao advogado do recorrido. Se este não tem advogado, o agravo comporta julgamento imediato (JTJ 185/236)."
Isto posto, prossiga-se, fazendo-se as anotações devidas.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
LAZARANO NETO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.109959-0 AG 285222
ORIG.	:	200661040098312 2 Vr SANTOS/SP
AGRTE	:	CHEMTURA IND/ QUIMICA DO BRASIL LTDA
ADV	:	HELCIO HONDA
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE SANTOS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CONSUELO YOSHIDA / SEXTA TURMA

Vistos.
Tendo em vista a prolação de sentença nos autos originários (fls. 153/158), julgo prejudicado o presente recurso de agravo regimental e, em conseqüência, NEGO-LHE SEGUIMENTO, com fulcro no art. 557, caput, do Código de Processo Civil.
Oportunamente, observadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 26 de março de 2007.
CONSUELO YOSHIDA
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2006.03.00.111406-2 AG 285518
ORIG.	:	200361820745792 10F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
AGRDO	:	LIDIA MARIA BATA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 10 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES.FED. REGINA COSTA / SEXTA TURMA

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL), contra a decisão proferida pelo MM. Juízo a quo, que nos autos de execução fiscal, indeferiu o pedido de expedição de ofício ao Banco Central, a fim de rastrear e bloquear valores eventualmente existentes nas instituições financeiras, em nome da Executada.
Sustenta, em síntese, que foram esgotados os meios de que dispõe para a localização de bens da Agravada aptos a garantir à liquidação do crédito tributário exeqüendo.
Argumenta que o sigilo bancário e fiscal não cuida de direito absoluto, mas relativo, podendo ser afastado em casos excepcionais, nos termos da lei.
Requer a concessão de efeito suspensivo ativo para que a decisão agravada seja reformada, determinando-se o rastreamento e bloqueio on-line, via Bacenjud, de ativos financeiros, em nome da Agravada.
Feito breve relato, decido.
Consoante o disposto no art. 522, do Código de Processo Civil, com alterações introduzidas pela Lei n. 11.187, de 19 de outubro de 2005, "das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de 10 (dez) dias, na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento".
Outrossim, o inciso II do art. 527 ora estatui que o Relator "converterá o agravo de instrumento em agravo retido, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, mandando remeter os autos ao juiz da causa".
Da análise dos aludidos dispositivos, colhe-se facilmente que, diante de tal disciplina, a interposição do agravo, na forma retida, tornou-se o padrão desse recurso, sendo admitida por instrumento tão somente nas hipóteses expressamente mencionadas.
No presente recurso, é de se admitir sua interposição por instrumento, em razão de tratar-se de decisão proferida pelo juízo monocrático, em execução fiscal, insuscetível, em princípio, de ser apreciado como preliminar em sede de apelação.
Assim sendo, passo a apreciar o pedido de concessão de efeito suspensivo ativo.
Nos termos do art. 558, do Código de Processo Civil, para a suspensão do cumprimento da decisão agravada, tal como autoriza o art. 527, inciso III, do mesmo diploma legal, é necessário que, diante da relevância da fundamentação apresentada pelo recorrente, haja evidências de que tal decisão possa resultar-lhe lesão grave e de difícil reparação.
Neste juízo de cognição sumária, não verifico a presença dos referidos pressupostos.
No presente caso, não restou caracterizado que as tentativas de constrição de bens para a garantia da execução, por parte da Exeqüente, tenham sido esgotadas, uma vez que a busca de informações acerca da existência de bens imóveis em nome da Agravada, consistente nas consultas realizadas junto a Cartórios de Registro de Imóveis, ainda se encontra pendente, "aguardando resposta" (fls. 38/48).
Com efeito, para a determinação de indisponibilidade de bens do Executado, exige o art. 185-A, do Código Tributário Nacional, que tenha sido efetuada sua citação, bem como não tenham sido apresentados bens, nem encontrados bens penhoráveis. Tal inteligência exsurge claramente da dicção do referido artigo:
"Art. 185-A - Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo Legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial.
§ 1º- A indisponibilidade de que trata o 'caput' deste artigo limitar-se-á ao valor total exigível, devendo o juiz determinar o imediato levantamento da indisponibilidade dos bens ou valores que excederem esse limite.
§ 2º- Os órgãos e entidades aos quais se fizer a comunicação de que trata o 'caput' deste artigo enviarão imediatamente ao juízo a relação discriminada dos bens e direitos cuja indisponibilidade houverem promovido" (destaques meus).
Nesse sentido, registro o seguinte julgado do Egrégio Superior Tribunal de Justiça:
PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. EXECUÇÃO FISCAL. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO A REPARTIÇÕES PÚBLICAS PARA CONSULTA SOBRE BENS DO DEVEDOR. SIGILO FISCAL E BANCÁRIO.
1. A quebra do sigilo bancário e fiscal é medida excepcional que depende da presença de relevantes motivos os quais, inexistindo, conspiram pelo indeferimento da diligência.
2. É cediço que somente em hipóteses extremas está o juiz autorizado a quebrar o sigilo fiscal e buscar, pelas declarações de renda, junto à Receita Federal, bens do devedor para garantir a execução.
3. Precedentes do STJ: RESP 466138/ES, Relator Ministro Aldir Passarinho Júnior, DJ de 31.03.2003; RESP 509.383/SC, desta relatoria, DJ de 20.06.2003; RESP 206963/ES, Relator Ministro Garcia Vieira, DJ de 28.06.1999 e RESP 204329/MG, Relator Ministro Franciulli Netto, DJ de 19.06.2000.
4. In casu, a despeito de a Fazenda Estadual envidar esforços no sentido de localizar bens para fazer face ao crédito tributário, suas tentativas restaram infrutíferas, consoante se infere do voto-condutor do acórdão hostilizado.
5. Agravo Regimental improvido.
(STJ - 1ª T., AGRESP 667578/MG, Rel. Min. Luiz Fux, j. em 21.06.05, DJ 01.08.05, p. 334).
Ante o exposto, por ora, NEGO O EFEITO SUSPENSIVO ATIVO pleiteado.
Comunique-se o MM. Juízo a quo.
Intimem-se.
São Paulo, 27 de março de 2007.
REGINA HELENA COSTA
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2006.03.00.113287-8 AG 286096
ORIG.	:	200661000067225 22 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Ministerio Publico Federal
PROC	:	CRISTINA MARELIM VIANNA
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	DANIEL MICHELAN MEDEIROS
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 22 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CONSUELO YOSHIDA / SEXTA TURMA

Vistos.
DEFIRO PARCIALMENTE o efeito suspensivo pleiteado (CPC, art. 527, III), para reconhecer a abrangência da ação civil pública para todo o país, bem como, para restabelecer a r. decisão agravada no tocante a exclusão dos nomes dos estudantes-mutuários dos cadastros de órgãos de proteção ao crédito.
O agravante interpôs o presente agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo ativo, rectius, antecipação de tutela da pretensão recursal, contra a r. decisão de fls. 232/233 dos autos originários (fls. 142/143 destes autos), que, em sede de ação civil pública, em que se discute a legalidade de cláusulas do contrato de abertura de crédito para financiamento estudantil - FIES, suspendeu a decisão que havia concedido a tutela antecipada determinando à Caixa Econômica Federal que se abstenha de capitalizar os juros dos empréstimos de Crédito Educativo em períodos inferiores a um ano, recalculando-se o valor das prestações vincendas e o saldo devedor.
Pretende o agravante a reforma da r. decisão agravada, alegando, em síntese, que considerando o caráter nacional do dano causado, e tendo em vista que os contratos do FIES são exatamente os mesmos em todo o território nacional, a abrangência da presente ação civil pública deve ser nacional; que os contratos do FIES prevêem, em sua cláusula 14ª, que a taxa efetiva de juros deverá ser capitalizada a cada mês, o que demonstra a sua manifesta ilegalidade; que deve ser afastada a aplicação da Tabela Price; que não há justificativa para suspender a decisão que determinou a exclusão dos nomes dos estudantes-mutuários dos cadastros de órgãos de proteção ao crédito, caso estejam pagando ou depositando judicialmente a parcela incontroversa de cada prestação.

No caso em apreço, o r. Juízo de origem deferiu parcialmente a tutela antecipada em sede de ação civil pública ajuizada pelo ora agravante, determinando à Caixa Econômica Federal que se abstenha de capitalizar os juros de empréstimos de Crédito Educativo em períodos inferiores a um ano, recalculando-se o valor das prestações vincendas e o saldo devedor, bem como para excluir dos cadastros de órgãos de proteção ao crédito, os nomes dos estudantes-mutuários que estejam em débito com prestações do crédito educativo (fls. 51/55 destes autos).
Contudo, em sede de embargos de declaração (fls. 56/65 destes autos), a Caixa Econômica Federal requereu esclarecimentos sobre o âmbito de abrangência da decisão judicial, bem como a reconsideração ou a suspensão da decisão concessiva da tutela antecipada.
O r. Juízo de origem, por sua vez, proferiu a r. decisão agravada (fls. 142/143 destes autos), explicitando que o âmbito da ação civil pública limita-se à circunscrição territorial sob a jurisdição do Juízo Federal de São Paulo, bem como sustentando que a questão dos juros importa em estudo mais aprofundado, de natureza pericial, razão pela foi determinada a suspensão da r. decisão que havia deferido parcialmente a tutela antecipada.
Preliminarmente, entendo que os efeitos da ação civil pública devem abranger todo o país.
Bem recentemente, nos autos do AI nº 2003.03.00.065659-7, tendo sido a ação civil pública proposta na capital do Estado, votei, como relatora, no sentido de reconhecer a extensão dos efeitos da decisão a todo o país, interpretando conjugadamente o art. 16 da Lei n. 7.347/85 com o art. 93 do CDC, nos seguintes termos :
A Ação Civil Pública é disciplinada pelas disposições das Lei snºs 7.347/85 e 8.078/90, formando o denominado sistema integrado de jurisdição coletiva.
Sendo certo que as disposições do Título III da Lei nº 8.078/90 têm aplicabilidade à Ação Civil Pública para a defesa de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, tem-se o art. 93 desta Lei, que estabelece regras de competência jurisdicional e de foro, baseadas estas últimas na extensão territorial do dano.
Na esteira do inciso II desse dispositivo legal, sendo a Ação Civil Pública proposta no foro da Capital, que é o competente para a hipótese de dano de âmbito nacional, como é o caso dos autos, as decisões proferidas nesse Juízo deverão ter eficácia em todo o território nacional.
O art. 16, da Lei nº 7.347/85, deve, pois, ser interpretado de forma integrada com o art. 93 da Lei nº 9.078/90, no que concerne à determinação da jurisdição do órgão prolator.
Neste sentido já decidiu o E. Tribunal Regional Federal da 4ª Região :
ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EXTENSÃO DOS EFEITOS DA SENTENÇA.
Exceto quando conferidora de privilégio, a lei não deve ser interpretada literalmente, sem socorro da exegese lógica, teleológica ou sistemática.
Em se tratando de interesses indivisíveis ou difusos, de extensão que desborde os limites da competência territorial do juízo que a profere, a sentença civil pública projetará seus efeitos na medida dessa extensão, podendo, ou não, conforme as peculiaridades fáticas atingir todo o território nacional.
Nestas hipóteses, a letra do art. 16 da Lei nº 7.347/85, com a redação da Lei 9.494/97, conflita coma razão, compromete a finalidade e aberra ao sistema de regulação.
(TRF-4ª Região, 2ª Seção, Embargos Infringentes na Apelação Cível nº 2002.04.01000610-0, Rel. Des. Fed. Valdemar Capeletti, DJU 26/10/2005, p. 356).
AGRAVO DE INSTRUMENTO. LIMINAR EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EFICÁCIA. ABRANGÊNCIA NACIONAL. LEIS NºS 7.347/85 E 9.494/97. IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE. VEDAÇÃO DE RETENÇÃO. INSTRUÇÃO NORMATIVA INSS Nº 78/2001. ART. 20, § 4º, DO CPC. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA NÃO EMBARGADA. DESCABIMENTO DE VERBA HONORÁRIA.
1. A regra do art. 16 da Lei nº 7.347/85 deve ser interpretada em sintonia com os preceitos contidos na Lei nº 8.078/90, entendendo-se que os 'limites da competência territorial do órgão prolator', de que fala o referido dispositivo, não são aqueles fixados na regra de organização judiciária, mas, sim, aqueles previstos no art. 93 do Código de Defesa do Consumidor, ou seja : a) quando o dano for de âmbito local, isto é, restrito aos limites de uma comarca ou circunscrição judiciária, a sentença não produzirá efeitos além dos próprios limites territoriais da comarca ou circunscrição; b) quando o dano for de âmbito regional, assim considerado o que se estende por mais de um município, dentro do mesmo Estado ou não, ou for de âmbito nacional, estendendo-se por expressiva parcela do território brasileiro, a competência será do foro de qualquer das capitais ou do Distrito Federal, e a sentença produzirá os seus efeitos sobre toda área prejudicada.
(TRF-4ª Região, AI nº 200304010074285/RS, Quinta Turma, rel. Des. Fed. Paulo Afonso Brum Vaz, DJU 04/08/2004, p. 361).
No tocante à questão dos juros, a produção da prova pericial se mostra necessária, pois deverá trazer os esclarecimentos acerca da sua correta aplicação em face das características próprias do contrato de financiamento estudantil, e se há ou não prejuízos aos estudantes-mutuários no caso em apreço.
A propósito do tema, o r. Juízo de origem demonstrou que considerando-se que a taxa mensal de 0,720732% equivale matematicamente à taxa anual de 9% (nove por cento) ao ano, prevista no contrato, a questão discutida nos autos fica reduzida a diferenças insignificantes, as quais não se sabe ao certo se favoráveis ou contrárias aos interesses dos estudantes, o que importa em estudo mais aprofundado, de natureza pericial, dadas as características próprias do financiamento estudantil. A propósito a Ré junta na petição de fl. 209/210 e nas simulações de fls. 165/170 demonstrativo de que a se aplicar os juros anuais de 9% ao ano ao invés dos juros mensais de 0,72073% ao mês, os estudantes seriam prejudicados, pelas razões que menciona na petição de fls. 207/216, o que demonstra que a questão deve ser aclarada pela prova pericial a ser produzida nos autos originários.
Por derradeiro, diante da discussão envolvendo a revisão de cláusulas contratuais do financiamento estudantil e do correto valor da dívida, e que deverá ser devidamente dirimida no curso da ação originária, deve ser restabelecida, por ora, a r. decisão agravada no tocante a exclusão dos nomes dos estudantes-mutuários dos cadastros de órgãos de proteção ao crédito, desde que estejam pagando ou depositando judicialmente a parcela de cada prestação discutida, decisão que tem eficácia em todo o território nacional.
Intime-se a agravada, nos termos do art. 527, V, do CPC, para que responda, no prazo legal.
Comunique-se ao MM. Juízo a quo, dispensando-o de prestar informações, nos termos do art. 527, IV, do mesmo Código.
Intimem-se.
São Paulo, 15 de março de 2007.
CONSUELO YOSHIDA
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2006.03.00.113687-2 AG 286294
ORIG.	:	200661000251760 8 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	HENRIQUE PETRUK
ADV	:	PATRICIA CRISTINA CAVALLO
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 8 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. REGINA COSTA / SEXTA TURMA

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por HENRIQUE PETRUK contra a decisão proferida pelo MM. Juízo a quo que, nos autos do mandado de segurança, deferiu parcialmente a liminar pleiteada, para determinar o pagamento das verbas denominadas "férias indenizadas, férias indenizadas 1/3, 1/3 de férias proporcionais, férias proporcionais 1/3", sem a incidência do Imposto de Renda (fls.40/46).
Sustenta a Agravante, em síntese, a presença dos pressupostos para a concessão da medida.
Em decisão inicial, esta Relatora, concedeu parcialmente o efeito suspensivo pleiteado, pela agravante (fls.52/56)
Conforme ofício eletrônico enviado pelo MM. Juízo a quo, nos termos do Provimento n. 64, de 28.04.05, da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 3ª Região, verifico que foi proferida sentença, a qual extinguiu o processo sem resolução do mérito, com fundamento no art. 267, inciso VI, do Código de Processo Civil, o que indica carência superveniente de interesse recursal. (fls.74/77).
Pelo exposto, JULGO PREJUDICADO o Agravo de Instrumento, nos termos dos arts. 557, caput, do Código de Processo Civil e 33, inciso XII, do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
Observadas as formalidades legais, encaminhem-se os autos à Vara de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 27 de março de 2007.
REGINA HELENA COSTA
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2006.03.00.116984-1 AG 287095
ORIG.	:	200361820699605 11F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
AGRDO	:	INTERBRASIL STAR S/A SISTEMA DE TRANSP AEREO REGIONAL massa falida e outro
SINDCO	:	SKYMASTER AIR LINES LTDA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 11 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES.FED. LAZARANO NETO / SEXTA TURMA

Foi certificado, às fls. 179, que o agravado não foi encontrado em nenhum dos endereços fornecidos e que nos autos da execução fiscal ainda não constituiu advogado.
Conforme nota "5c" ao artigo 527, do Código de Processo Civil anotado por Theotonio Negrão, São Paulo, Ed. Saraiva, edição 30ª, pag. 548, in verbis:
"A intimação, como decorre do texto, deve ser feita ao advogado do recorrido. Se este não tem advogado, o agravo comporta julgamento imediato (JTJ 185/236)."
Isto posto, prossiga-se, fazendo-se as anotações devidas.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
LAZARANO NETO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.118635-8 AG 287549
ORIG.	:	200661000219554 26 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
AGRDO	:	COLEGIO DOM PEDRO S/C LTDA
ADV	:	LUCIANO PEDREGAL DE CASTRO LIMA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 26 VARA SÃO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. REGINA COSTA / SEXTA TURMA

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL), contra a decisão proferida pelo MM. Juízo a quo, que nos autos de mandado de segurança, deferiu o pedido de liminar a fim de determinar que a Impetrada abstenha-se de excluir o Impetrante do SIMPLES, com fundamento nos débitos inscritos em dívida ativa da União, descritos às fls. 45/47, enquanto o Parcelamento Especial - PAES estiver ativo.
Sustenta, em preliminar, a inadequação da via eleita, uma vez que o mandado de segurança é o instrumento adequado para proteger direito líquido e certo, nos casos em que a controvérsia refere-se exclusivamente a matéria de direito, o que não ocorre no caso em tela.
Argumenta, com base nas informações prestadas pela autoridade coatora, que o débito relativo ao processo administrativo n. 10880.248142/2005-64 (SIMPLES) - inscrição n. 80405087354-00, foi revisado pela Impetrada, em 01.11.06, que concluiu pela sua retificação, subsistindo a inscrição quanto ao valor de R$ 1.953,72, cujo vencimento se deu em 10.07.03, uma vez que somente os débitos vencidos até 28.02.03 podem ser incluídos no PAES.
Afirma, ainda com base em tais informações, que não consta a existência de pedido de revisão de débitos no que tange ao Processo Administrativo n. 10880.376778/99-78, inscrição n. 80299100403-21.
Salienta que o Juízo a quo não levou em consideração as informações prestadas pela autoridade apontada como coatora (fl. 13).
Requer a concessão de efeito suspensivo a fim de que a Agravante não seja obrigada a suspender a exclusão do Agravado do SIMPLES e, ao final, seja dado provimento ao presente recurso.
Feito breve relato, decido.
Consoante o disposto no art. 522, do Código de Processo Civil, na redação dada pela Lei n. 11.187, de 19 de outubro de 2005, "das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de 10 (dez) dias, na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento".
Outrossim, o inciso II do art. 527 ora estatui que o Relator "converterá o agravo de instrumento em agravo retido, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, mandando remeter os autos ao juiz da causa".
Da análise dos aludidos dispositivos, colhe-se facilmente que, diante de tal disciplina, a interposição do agravo, na forma retida, tornou-se o padrão desse recurso, sendo admitida por instrumento tão somente nas hipóteses expressamente mencionadas.
No presente recurso, é de se admitir sua interposição por instrumento, em razão de tratar-se de possibilidade de lesão grave ou de difícil reparação.
Assim sendo, passo a apreciar o pedido de concessão de efeito suspensivo.
Nos termos do art. 558, do Código de Processo Civil, para a suspensão do cumprimento da decisão agravada, tal como autoriza o art. 527, inciso III, do mesmo diploma legal, é necessário que, diante da relevância da fundamentação apresentada pelo recorrente, haja evidências de que tal decisão possa resultar-lhe lesão grave e de difícil reparação.
Neste juízo de cognição sumária, não verifico a presença da plausibilidade do direito invocado.
Por primeiro, observo que, embora o Juízo a quo tenha postergado, num primeiro momento, a apreciação do pedido de liminar, oportunizando à Autoridade Impetrada a prestação de informações, findo o prazo assinalado, requereu a sua prorrogação, pedido esse indeferido (fl. 22). Logo, o Juízo a quo não poderia tê-las levado em consideração, na medida em que não integravam os autos originários naquele momento processual.
Observo, ainda, que as informações transcritas nas razões do presente recurso e juntadas às fls. 73/78, não são as informações prestadas pela Autoridade Coatora, mas sim, um relatório interno, elaborado por servidora, técnica da Receita Federal, o qual não se encontra sequer assinado (fl. 76).
Feitas as necessárias observações passo a análise da questão.
Inicialmente, insta mencionar que o MM. Juízo a quo, deferiu o pedido liminar, tão somente para determinar que a Autoridade Impetrada, ora Agravante, abstenha-se de excluir o Agravado, do SIMPLES, com base nos débitos inscritos em dívida ativa da União, descritos às fls. 45/47 (dos autos originários), enquanto o parcelamento estiver ativo.
Ademais, o Juízo a quo ressalva caber à Autoridade Impetrada a averiguação acerca da inclusão ou não dos referidos débitos no PAES, bem como se o parcelamento está sendo devidamente pago.
Assim, a meu ver, a decisão agravada não impede a exclusão da Agravada do PAES, subsistindo razões para tanto e mediante a observância do devido procedimento administrativo e, caso tal exclusão ocorra, também não impediria sua exclusão do SIMPLES.
Observo, outrossim, que a Agravante menciona nas razões do recurso que, a Impetrada, em 01.11.06 (data posterior à decisão agravada), concluiu pela retificação do processo administrativo n. 10880.248142/2005-64, referente à inscrição em dívida ativa n. 80.4.05087354-00, ressalvando a existência de saldo remanescente.
Sendo assim, não vejo razão para a reforma da decisão agravada.

Ante o exposto, NEGO O EFEITO SUSPENSIVO pleiteado.
Intime-se a Agravada (o), nos termos do art. 527, inciso V, do Código de Processo Civil.
Dê-se vista ao Ministério Público Federal.
Comunique-se MM. Juízo a quo.
Intimem-se.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
REGINA HELENA COSTA
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2006.03.00.118816-1 AG 287566
ORIG.	:	200461820439910 1F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
AGRDO	:	GEII GRUPO DE ENFERMAGEM INTENSIVA INTEGRADA S/C LTDA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES.FED. REGINA COSTA / SEXTA TURMA

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela UNIÃO FEDERAL, contra a decisão proferida pelo MM. Juízo a quo que indeferiu o pedido de expedição de ofício ao 9o Oficial de Registros de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas da Capital.
Conforme ofício n. 0077/2007, enviado pelo MM. Juízo a quo, verifico que foi proferida decisão reconsiderando a decisão agravada (fls. 63/65).
Pelo exposto, JULGO PREJUDICADO o presente agravo de instrumento, nos termos dos arts. 529, do Código de Processo Civil e 33, inciso XII, do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
Observadas as formalidades legais, encaminhem-se os autos à Vara de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 30 de março de 2007.
REGINA HELENA COSTA
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2006.03.00.120015-0 AG 287606
ORIG.	:	200661120122446 2 Vr PRESIDENTE PRUDENTE/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
AGRDO	:	AUREA TURISMO LTDA
ADV	:	CARLOS CESAR MESSINETTI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE PRES. PRUDENTE SP
RELATOR	:	DES.FED. LAZARANO NETO / SEXTA TURMA

Tendo em vista haver sido proferida decisão pelo Juízo "a quo", conforme informação de fls. 64/72, não pode prosperar o presente agravo. Julgo-o prejudicado, nos termos do artigo 33, incisos XII, do Regimento Interno desta Corte.
Após cumpridas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
São Paulo, 03 de abril de 2007.
LAZARANO NETO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.120227-3 AG 287826
ORIG.	:	200561820192581 10F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	LID LABORATORIO DE INVESTIGACOES DIAGNOSTICAS EM REUMATOLOGIA E IMUNOLOGIA S/C LTDA
ADV	:	SILVANA VISINTIN
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 10 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES.FED. REGINA COSTA / SEXTA TURMA

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por LID LABORATÓRIO DE INVESTIGAÇÕES DIAGNÓSTICAS EM REUMATOLOGIA E IMONOLOGIA S/C LTDA, contra a decisão proferida pelo MM. Juízo a quo, que nos autos de execução fiscal, rejeitou a exceção de pré-executividade, que visava desobrigar a Executada do pagamento da COFINS, dada a sua natureza jurídica de sociedade civil de prestação de serviços, sob o fundamento de que o art. 56, da Lei n. 9430/96 revogou a isenção concedida pela Lei Complementar n. 70/91.
Sustenta, em síntese, ser pessoa jurídica de direito privado, regularmente constituída como sociedade civil de prestação de serviços, à qual foi assegurado o benefício da isenção por força do art. 6º, da Lei Complementar n. 70/91, estando obstado o recolhimento da COFINS. Argumenta que o referido artigo não foi revogado pelo art. 56, da Lei n. 9.430/96, porquanto lei ordinária não pode revogar ou alterar lei complementar, devendo ser observado o princípio da hierarquia das leis.
Desse modo, inexistindo o crédito tributário em cobro, impõe-se a decretação de nulidade da execução em curso.
Requer a concessão de efeito suspensivo ativo para que seja obstado o prosseguimento da ação executiva até o julgamento final do presente recurso, ao qual pede seja dado provimento.
Feito breve relato, decido.
Consoante o disposto no art. 522, do Código de Processo Civil, na redação dada pela Lei n. 11.187, de 19 de outubro de 2005, "das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de 10 (dez) dias, na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento".
Outrossim, o mesmo diploma legal alterou a redação do inciso II do art. 527 que, secundando aquele preceito, ora estatui que o Relator "converterá o agravo de instrumento em agravo retido, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, mandando remeter os autos ao juiz da causa".
Da análise dos aludidos dispositivos, colhe-se facilmente que, diante de tal disciplina, a interposição do agravo, na forma retida, tornou-se o padrão desse recurso, sendo admitida por instrumento tão somente nas hipóteses expressamente mencionadas.
No presente recurso, é de se admitir sua interposição por instrumento, em razão de tratar-se de decisão proferida pelo juízo monocrático em processo de execução fiscal, insuscetível, em princípio, de ser apreciado como preliminar em sede de apelação.
Assim sendo, passo a apreciar o pedido de concessão de efeito suspensivo ativo.
Nos termos do art. 558, do Código de Processo Civil, para a suspensão do cumprimento da decisão agravada, tal como autoriza o art. 527, inciso III, do mesmo diploma legal, é necessário que, diante da relevância da fundamentação apresentada pelo recorrente, haja evidências de que tal decisão possa resultar-lhe lesão grave e de difícil reparação.
Neste juízo de cognição sumária, verifico a presença dos pressupostos legais necessários à suspensão dos efeitos da decisão agravada.
Assiste razão à Agravante no que se refere à isenção que lhe é conferida pelo art. 6º, da Lei Complementar n. 70/91, uma vez que, observando-se o princípio da hierarquia das leis, lei ordinária não tem força para revogar lei complementar, de modo que o art. 56, da Lei n. 9430/96, não se aplica a sociedades civis de prestação de serviços, por tratar-se de supressão de favor fiscal.
Assim, a revogação da isenção não é aplicável à sociedade em questão, não se sujeitando, na hipótese, ao recolhimento da COFINS.
Nesse sentido, o entendimento do Egrégio Superior Tribunal de Justiça:
"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. COFINS. ISENÇÃO. SOCIEDADES CIVIS PRESTADORAS DE SERVIÇOS. LC Nº 70/91. LEI Nº 9.430/96. DL Nº 2.397/87. PRECEDENTES. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 276/STJ. ANÁLISE DE VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE.
1. A Lei Complementar nº 70/91, de 30/12/1991, em seu art. 6º, II, isentou, expressamente, da contribuição da COFINS, as sociedades civis de que trata o art. 1º do Decreto-Lei nº 2.397, de 22/12/1987, sem exigir qualquer outra condição senão as decorrentes da natureza jurídica das mencionadas entidades.
2. Em conseqüência da mensagem concessiva de isenção contida no art. 6º, II, da LC nº 70/91, fixa-se o entendimento de que a interpretação do referido comando posto em Lei Complementar, conseqüentemente, com potencialidade hierárquica em patamar superior à legislação ordinária, revela que serão abrangidas pela isenção da COFINS as sociedades civis que, cumulativamente, apresentem os seguintes requisitos:
- sejam sociedades constituídas exclusivamente por pessoas físicas domiciliadas no Brasil;
- tenham por objetivo a prestação de serviços profissionais relativos ao exercício de profissão legalmente regulamentada; e
- estejam registradas no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.
3. Outra condição não foi considerada pela Lei Complementar, no seu art. 6º, II, para o gozo da isenção, especialmente, o tipo de regime tributário adotado para fins de incidência ou não de Imposto de Renda.
4. Posto tal panorama, não há suporte jurídico para se acolher a tese da Fazenda Nacional de que há, também, ao lado dos requisitos acima elencados, um último, o do tipo de regime tributário adotado pela sociedade. A Lei Complementar não faz tal exigência, pelo que não cabe ao intérprete criá-la.
5. É irrelevante o fato de a recorrente ter optado pela tributação dos seus resultados com base no lucro presumido, conforme lhe permite o art. 71 da Lei nº 8.383/91 e os arts. 1º e 2º da Lei nº 8.541/92. Essa opção terá reflexos para fins de pagamento do IR. Não afeta, porém, a isenção concedida pelo art. 6º, II, da LC nº 70/91, visto que esta não colocou como pressuposto para o gozo da isenção o tipo de regime tributário seguido pela sociedade civil.
6. A revogação da isenção pela Lei nº 9.430/96 fere, frontalmente, o princípio da hierarquia das leis, visto que tal revogação só poderia ter sido veiculada por outra lei complementar.
7. Precedentes das 1ª e 2ª Turmas desta Corte Superior.
8. Aplicação da Súmula nº 276, aprovada, à unanimidade, pela Primeira Seção desta Corte Superior, em Sessão realizada em 14/05/2003, a qual dispõe "As sociedades civis de prestação de serviços profissionais são isentas de Cofins, irrelevante o regime tributário adotado".
9. No curso de recurso especial não há lugar para se discutir, com carga decisória, preceitos constitucionais. Ao STJ compete, unicamente, unificar o direito ordinário federal, em face de imposição da Carta Magna. Na via extraordinária é que se desenvolvem a interpretação e a aplicação de princípios constantes no nosso Diploma Maior. A relevância de tais questões ficou reservada, apenas, para o colendo STF. Não pratica, pois, omissão o acórdão que silencia sobre alegações da parte no tocante à ofensa ou não de regra posta na Lei Maior.
10. Agravo regimental não-provido."
(STJ - 1ª T., AgRg no REsp - 740451/SP, Rel. Min. José Delgado, j. em 28.06.05, DJ 22.08.05, p. 152).
A par da verossimilhança do alegado direito, vislumbro fundado receio de dano de difícil reparação, traduzido no fato de que o prosseguimento da execução fiscal sujeitará a Empresa a procedimentos constritivos, os quais poderão acarretar o comprometimento do exercício de suas atividades regulares.
Ante o exposto, CONCEDO O EFEITO SUSPENSIVO ATIVO pleiteado.
Intimem-se a Agravada, nos termos do art. 527, inciso V, do Código de Processo Civil.
Comunique-se MM. Juízo a quo, via e-mail.
Oficie-se.
Publique-se.
São Paulo, 26 de março de 2007.
REGINA HELENA COSTA
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2006.03.00.120305-8 AG 287890
ORIG.	:	200561820181868 9F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
AGRDO	:	BRAZIL CARDS COM/ LTDA e outros
AGRDO	:	MARCIO DOS SANTOS RAMALHO
ADV	:	MARCOS ANTONIO COLANGELO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 9 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES.FED. LAZARANO NETO / SEXTA TURMA

Foi certificado, às fls. 130, que o agravado não foi encontrado em nenhum dos endereços fornecidos e que nos autos da execução fiscal ainda não constituiu advogado.
Conforme nota "5c" ao artigo 527, do Código de Processo Civil anotado por Theotonio Negrão, São Paulo, Ed. Saraiva, edição 30ª, pag. 548, in verbis:
"A intimação, como decorre do texto, deve ser feita ao advogado do recorrido. Se este não tem advogado, o agravo comporta julgamento imediato (JTJ 185/236)."
Isto posto, prossiga-se, fazendo-se as anotações devidas.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
LAZARANO NETO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.00.120450-6 AG 287966
ORIG.	:	0400004461 A Vr POA/SP 0400004617 A Vr POA/SP
AGRTE	:	TECTON PROJETOS E INSTALACOES S/C LTDA
ADV	:	ELAINE CRISTINA DE MORAES
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DO SAF DE POA SP
RELATOR	:	DES.FED. LAZARANO NETO / SEXTA TURMA

Fls. 71/82 - Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos e recebo o recurso como Agravo Regimental.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
LAZARANO NETO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.000547-6 AG 288826
ORIG.	:	200461820421358 1F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
AGRDO	:	R F MONGUILOT CIA LTDA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES.FED. REGINA COSTA / SEXTA TURMA

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela UNIÃO FEDERAL, contra a decisão proferida pelo MM. Juízo a quo que indeferiu o pedido de expedição de ofício ao 4o Oficial de Registros de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas da Capital.
Conforme ofício n. 0104/2007, enviado pelo MM. Juízo a quo, verifico que foi proferida decisão reconsiderando a decisão agravada (fls. 51/53).
Pelo exposto, JULGO PREJUDICADO o presente agravo de instrumento, nos termos dos arts. 529, do Código de Processo Civil e 33, inciso XII, do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
Observadas as formalidades legais, encaminhem-se os autos à Vara de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 30 de março de 2007.
REGINA HELENA COSTA
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2007.03.00.000568-3 AG 288847
ORIG.	:	200261820499960 9F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
AGRDO	:	CARTI COML/ E PLASTICOS LTDA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 9 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES.FED. LAZARANO NETO / SEXTA TURMA

1)Tendo em vista a certidão de fls. 86, sobre a devolução do AR, providencie o agravante endereço atualizado do agravado CARTI COML/E PLÁSTICOS LTDA. No prazo de 10 (dez) dias.
2)Fls 83/85- mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos e recebo o recurso como agravo regimental.
São Paulo, 29 de março de 2007.
LAZARANO NETO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.005992-8 AG 290424
ORIG.	:	200661000276999 19 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
AGRDO	:	SOCIEDADE HOSPITAL SAMARITANO
ADV	:	JULIANA DE SAMPAIO LEMOS
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 19 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. REGINA COSTA / SEXTA TURMA

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela UNIÃO FEDERAL, contra a decisão proferida pelo MM. Juízo a quo, que nos autos de mandado de segurança, deferiu pedido de liminar, para que os débitos inscritos sob os ns. 80.2.04.41878-01, 80.6.04.011129-66 e 80.6.04.061003-97, não constituam óbices à emissão de Certidão de Regularidade Fiscal.
Sustenta, em síntese, a impossibilidade do reconhecimento inaudita altera pars da suspensão da exigibilidade dos débitos em cobro, em razão da necessidade de dilação probatória e análise complexa das supostas causas de suspensão da exigibilidade.
Aduz que a inscrição em dívida ativa goza de presunção de liquidez e certeza, somente ilidida, por prova inequívoca contrária, que não se apresenta no caso.
Argumenta não ser suficiente o valor recolhido a título de IRPJ , efetuado anteriormente à inscrição em dívida ativa, razão pela qual não estaria suspensa a exigibilidade do referido tributo.
Requer a concessão de efeito suspensivo e que, ao final, seja dado provimento ao presente recurso.
Feito breve relato, decido.
Consoante o disposto no art. 522, na redação dada pela Lei n. 11.187, de 19 de outubro de 2005, "das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de 10 (dez) dias, na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento".
Outrossim, o inciso II do art. 527 ora estatui que o Relator "converterá o agravo de instrumento em agravo retido, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, mandando remeter os autos ao juiz da causa".
Da análise dos aludidos dispositivos, colhe-se facilmente que, diante de tal disciplina, a interposição do agravo, na forma retida, tornou-se o padrão desse recurso, sendo admitida por instrumento tão somente nas hipóteses expressamente mencionadas.
No presente recurso, é de se admitir sua interposição por instrumento, em razão de tratar-se de possibilidade de lesão grave ou de difícil reparação.
Assim sendo, passo a apreciar o pedido de concessão de efeito suspensivo.
Nos termos do art. 558, do Código de Processo Civil, para a suspensão do cumprimento da decisão agravada, tal como autoriza o art. 527, inciso III, do mesmo diploma legal, é necessário que, diante da relevância da fundamentação apresentada pelo recorrente, haja evidências de que tal decisão possa resultar-lhe lesão grave e de difícil reparação.
Neste juízo de cognição sumária, não verifico a presença da plausibilidade do direito invocado.
O débito relativo ao IRPF, apurado no processo administrativo n. 10880.551.858/2004-65, inscrito em dívida ativa sob n. 80.2.04.041878-01 e executado sob n. 2004.61.82.057972-0, restou satisfeito, nos exatos termos do valor exeqüendo (fls. 90/107).
Alegou a Agravante que remanesce saldo devedor, apurado pela Secretaria da Receita Federal, a qual concluiu pela proposição de retificação dos débitos inscritos em dívida ativa. Entretanto não colacionou, ao presente feito, prova de sua alegação, razão pela qual o débito em cobro, inscrito em dívida ativa sob n. 80.2.04.041878-01, encontra-se com a exigibilidade suspensa.
Da mesma forma, configurada a suspensão da exigibilidade dos débitos relativos à COFINS, apurados nos processos administrativos ns. 10880.522.818/2004-14 e 1080.551.859/2004-18, inscritos em dívida ativa, respectivamente sob ns. 80.6.04.11129-66 e 80.6.04.062001-97 e executados sob ns. 2004.61.82.042683-6 e 2004.61.82.056702-0, tendo em vista a liminar deferida em mandado de segurança (fls. 113/116), posteriormente confirmada por sentença (fls. 118/125), nos termos do art. 151, inciso IV do Código de Processo Civil.
Assim sendo, presentes os requisitos para a concessão da liminar nos autos do mandado de segurança, não vejo razão para a suspensão dos efeitos da decisão agravada.
Ante o exposto, NEGO O EFEITO SUSPENSIVO pleiteado.
Intime-se a Agravada, nos termos do art. 527, inciso V, do Código de Processo Civil.
Dê-se vista ao Ministério Público Federal (se for mandado de segurança).
Comunique-se MM. Juízo a quo.
Intimem-se.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
REGINA HELENA COSTA
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2007.03.00.007696-3 AG 290870
ORIG.	:	200761000009448 16 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	CONSTRUTORA UBIRATAN LTDA
ADV	:	ROBERTO MERCADO LEBRÃO
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 16 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. REGINA COSTA / SEXTA TURMA

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por CONSTRUTORA UBIRATAN LTDA., contra a decisão proferida pelo MM. Juízo a quo que, nos autos de mandado de segurança, indeferiu a medida liminar pleiteada, objetivando a imediata expedição de certidão positiva com efeitos de negativa (fls. 150/151).
Sustenta a Agravante, em síntese, a presença dos pressupostos para a concessão da medida.
Em decisão inicial, esta Relatora, negou o efeito suspensivo pleiteado (fls. 166/170).
Conforme ofício eletrônico enviado pelo MM. Juízo a quo, nos termos do Provimento n. 64, de 28.04.05, da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 3ª Região, verifico que foi proferida sentença, a qual declarou extinto o processo sem a resolução do mérito, com fundamento no art. 267, inciso VI, do Código de Processo Civil, o que indica carência superveniente de interesse recursal (fls. 175/193).
Pelo exposto, JULGO PREJUDICADO o Agravo de Instrumento, nos termos dos arts. 557, caput, do Código de Processo Civil e 33, inciso XII, do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
Observadas as formalidades legais, encaminhem-se os autos à Vara de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
REGINA HELENA COSTA
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2007.03.00.007739-6 AG 290910
ORIG.	:	200361040075372 1 Vr SANTOS/SP
AGRTE	:	CARLA FRANCISCO MOREIRA
ADV	:	PATRICIA FONTES COSTA
AGRDO	:	Caixa Economica Federal - CEF
ADV	:	RICARDO SOARES JODAS GARDEL
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE SANTOS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CONSUELO YOSHIDA / SEXTA TURMA

Vistos.
1.Intime-se a agravada, nos termos do artigo 527, V, do CPC, para que responda, no prazo legal.
2. Após, retornem os autos conclusos.
Intimem-se.
São Paulo, 27 de março de 2007.
CONSUELO YOSHIDA
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.010045-0 AG 291076
ORIG.	:	200661190094646 1 Vr GUARULHOS/SP
AGRTE	:	ZANCHI FAIRBANKS SERVICOS DE CONSULTORIA LTDA
ADV	:	DURVALINO PICOLO
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE GUARULHOS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CONSUELO YOSHIDA / SEXTA TURMA

Vistos.
INDEFIRO o efeito suspensivo pleiteado (CPC, art. 527, III).
A agravante interpôs o presente agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo ativo, rectius, antecipação de tutela da pretensão recursal, contra a r. decisão de fl. 373 dos autos originários (fl. 388 destes autos), que, em sede de mandado de segurança, postergou a apreciação da liminar para após a vinda das informações a serem prestadas pela autoridade coatora.
Pretende a agravante a reforma da r. decisão agravada, pelas razões que aduz.
No caso vertente, observo que a r. decisão agravada postergou a apreciação da liminar requerida pela agravante para após a vinda das informações a serem prestadas pela digna autoridade coatora.
Destarte, não é possível, sob pena de supressão de instância, adentrar ao exame das razões da agravante elencadas na minuta do recurso.
Intime-se a agravada, nos termos do art. 527, V, do CPC, para que responda, no prazo legal.
Comunique-se ao MM. Juízo a quo, dispensando-o de prestar informações, nos termos do artigo 527, IV, do mesmo Código.
São Paulo, 29 de março de 2007.
CONSUELO YOSHIDA
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.010201-9 AG 291172
ORIG.	:	200761000019922 22 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	CCB CIMPOR CIMENTOS DO BRASIL LTDA
ADV	:	FERNANDO DE OLIVEIRA MARQUES
AGRDO	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
PARTE R	:	VOTORANTIM CIMENTOS LTDA e outros
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 22 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. LAZARANO NETO / SEXTA TURMA

1) Fls. 301/308 - Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos e recebo o recurso como Agravo Regimental.
2) Fls 314/317 - Deixo de apreciar o pedido, posto que de igual teor do já decidido no item 1.
3) Fls. 345/346 - Defiro pedido de vista dos autos, pelo prazo de 5 (cinco) dias.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
LAZARANO NETO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.010278-0 AG 291251
ORIG.	:	200661130001226 1 Vr FRANCA/SP
AGRTE	:	EURIPEDES SERGIO DE OLIVEIRA
ADV	:	ATAIDE MARCELINO
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE FRANCA Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. REGINA COSTA / SEXTA TURMA

Vistos.
Providencie a Agravante, no prazo de 5 (cinco) dias, a autenticação das cópias ou a respectiva declaração de autenticidade, nos termos do art. 544, § 1º, do Código de Processo Civil.
Intime-se.
São Paulo, 27 de março de 2007.
REGINA HELENA COSTA
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2007.03.00.010511-2 AG 291377
ORIG.	:	200661000242126 8 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	GARNER COML/ E IMPORTADORA LTDA
ADV	:	FELICISSIMO DE MELO LINDOSO FILHO
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 8 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. LAZARANO NETO / SEXTA TURMA

Fls. 718/733 - Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos e recebo o recurso como Agravo Regimental.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
LAZARANO NETO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.010600-1 AG 291468
ORIG.	:	199961150021765 1 Vr SAO CARLOS/SP
AGRTE	:	TOTO SUPERMERCADO LTDA
ADV	:	ANTONIO CARLOS PRAXEDES LUCIO
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE SAO CARLOS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CONSUELO YOSHIDA / SEXTA TURMA

Vistos.
Regularize o agravante, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de ser negado seguimento ao presente recurso.
a) a autenticação das cópias das peças que devem obrigatoriamente instruir o agravo de instrumento (juntada das cópias autenticadas, nos termos do art. 365, III e 384, do CPC e Resolução nº 54/96, da Presidência deste Tribunal, ou juntada de declaração de autenticidade, nos termos do art. 544, § 1º, do CPC).

b) o recolhimento do valor das custas do preparo e porte de remessa e retorno (junto à CEF, nos termos do art. 3° e Anexo II, da Resolução n° 255, de 16/06/2004, do Conselho de Administração deste Tribunal).
Intimem-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
CONSUELO YOSHIDA
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.010726-1 AG 291568
ORIG.	:	0500000220 2 Vr VOTORANTIM/SP 0500002571 2 Vr VOTORANTIM/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
AGRDO	:	LOJAS VEM LTDA
ADV	:	FABIO ALEXANDRE TARDELLI
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 2 VARA DE VOTORANTIM SP
RELATOR	:	DES.FED. CONSUELO YOSHIDA / SEXTA TURMA

Vistos.
1.Intime-se a agravada, nos termos do artigo 527, V, do CPC, para que responda, no prazo legal.
2. Após, retornem os autos conclusos.
Intimem-se.
São Paulo, 27 de março de 2007.
CONSUELO YOSHIDA
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.010961-0 AG 291749
ORIG.	:	200661000263968 15 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional de Colonizacao e Reforma Agraria - INCRA
ADV	:	MURILO ALBERTINI BORBA E ISABELLA MARIANA SAMPAIO PINHEIRO DE CASTRO
AGRDO	:	PACHECO IMOVEIS LTDA
ADV	:	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 15 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. REGINA COSTA / SEXTA TURMA

Vistos.
Preliminarmente, providencie a Subscretaria da 6ª Turma, o apensamento deste recurso aos autos do agravo de instrumento n. 2007.03.00.010977-4.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, contra a decisão proferida pelo MM. Juízo a quo que, nos autos de mandado de segurança, deferiu parcialmente a liminar pleiteada, para determinar a suspensão da exigibilidade das parcelas vincedas da contribuição destinada ao INCRA.
Sustenta, em síntese, a ausência dos pressupostos autorizadores previstos no art. 273, do Código de Processo Civil.
Aduz, ainda, que o referido tributo, criado pela Lei n. 2.613/55, cuja natureza jurídica é de contribuição interventiva, é legal e constitucional, uma vez que foi recepcionado pelo sistema constitucional vigente, conforme dispõe o art. 149, da Lei Maior.
Ressalva que por ser arrecadação destinada a custear os programas de colonização e reforma agrária, tal contribuição teria escopo de arrecadar fundos para fomentar a atividade do campo, que é de interesse de toda a sociedade, e não só do meio rural, tendo em vista a redução das desigualdades e a fixação do homem na terra. Conseqüentemente, reduz-se o êxodo rural e grande parte dos problemas urbanos dele decorrentes, que, nesse sentido, mister se faria caracterizá-la como contribuição de intervenção no domínio econômico.
Requer a concessão de efeito suspensivo, para obstar os efeitos da decisão agravada, que suspendeu a cobrança da contribuição ao INCRA, e que, ao final, seja dado provimento ao agravo.
O recurso foi distribuído a Desembargadora Suzana Camargo, que declinou da competência, determinando a redistribuição para esta Seção (fls. 46/48).
Feito breve relato, decido.
Consoante o disposto no art. 522, do Código de Processo Civil, na redação dada pela Lei n. 11.187, de 19 de outubro de 2005, "das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de 10 (dez) dias, na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento".
Outrossim, o mesmo diploma legal alterou a redação do inciso II do art. 527 que, secundando aquele preceito, ora estatui que o Relator "converterá o agravo de instrumento em agravo retido, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, mandando remeter os autos ao juiz da causa".
Da análise dos aludidos dispositivos, colhe-se facilmente que, diante de tal disciplina, a interposição do agravo, na forma retida, tornou-se o padrão desse recurso, sendo admitida por instrumento tão somente nas hipóteses expressamente mencionadas.
No presente recurso, é de se admitir sua interposição por instrumento, em razão de tratar-se de possibilidade de lesão grave ou de difícil reparação.
Assim sendo, passo a apreciar o pedido de concessão de efeito suspensivo.
Nos termos do art. 558, do Código de Processo Civil, para a concessão da medida pleiteada, tal como autoriza o art. 527, inciso III, do mesmo diploma legal, é necessário que, diante da relevância da fundamentação apresentada pelo Recorrente, haja evidências de que tal decisão possa resultar-lhe lesão grave e de difícil reparação.
Neste juízo de cognição sumária, verifico a presença dos pressupostos legais necessários à suspensão dos efeitos da decisão agravada.
Com efeito, assiste razão ao Agravante. Isso porque a Constituição da República estabelece, como objetivos da seguridade social, dentre outros, a uniformidade e equivalência dos benefícios às populações urbanas e rurais, bem como eqüidade na forma de participação e custeio (art. 194, parágrafo único, incisos II e V).
Assinale-se, a propósito, que tal entendimento está estampado em acórdãos da 1ª Turma do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, os quais afirmam que tanto empresas urbanas, quanto empresas rurais, devem contribuir ao FUNRURAL e ao INCRA:
"FUNRURAL - CONTRIBUIÇÃO - INCRA - PRORURAL - EXTINÇÃO - LEI Nº 7.787/89.
Toda e qualquer empresa, seja rural ou urbana, está obrigada a contribuir para a seguridade social.
A lei, ao criar o FUNRURAL, não exigiu que a empresa, para contribuir, estivesse vinculada à atividade rural.
Somente a contribuição de 2,4% foi destinada ao FUNRURAL e é fonte de custeio do PRORURAL. A contribuição de 0,2% do INCRA não é fonte de custeio do PRORURAL, e o artigo 3º, parágrafo 1º, da Lei nº 7.787/89 não a suprimiu.
Recurso provido."
(STJ, 1ª T., REsp 251951, Rel. Min. Garcia Vieira, j. em 06.06.00, DJ de 01.08.00, p. 210).
A par da verossimilhança do alegado direito, vislumbro fundado receio de dano de difícil reparação, uma vez mantida a decisão agravada, comprometendo-se a eficácia da contribuição em foco como instrumento de atuação da União nesse setor da economia.
Isto posto, CONCEDO O EFEITO SUSPENSIVO pleiteado.
Intime-se a Agravada, nos termos do art. 527, inciso V, do Código de Processo Civil.
Comunique-se o MM. Juízo a quo, via e-mail.
Dê-se vista ao Ministério Público Federal.
Por fim, consoante o Ato Declaratório do Presidente da Mesa do Congresso Nacional n. 40/2005 e o disposto no parágrafo único, do art. 14, da Resolução n. 1, de 2002-CN, que revogou, a partir de 18.11.05, a Medida Provisória n. 258, intime-se o INSS desta decisão.
Intimem-se.
São Paulo, 30 de março de 2007.
REGINA HELENA COSTA
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2007.03.00.010977-4 AG 291763
ORIG.	:	200661000263968 15 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	WAGNER MONTIN
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	PACHECO IMOVEIS LTDA
ADV	:	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 15 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. REGINA COSTA / SEXTA TURMA

Vistos.
Preliminarmente, providencie a Subsecretaria da 6ª Turma, o apensamento deste recurso aos autos do agravo de instrumento n. 2007.03.00.010961-0.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, contra a decisão proferida pelo MM. Juízo a quo que, nos autos de mandado de segurança, deferiu parcialmente a liminar pleiteada, para determinar a suspensão da exigibilidade das parcelas vincendas da contribuição destinada ao INCRA.
Sustenta, em síntese, a ausência dos pressupostos autorizadores previstos no art. 273, do Código de Processo Civil.
Aduz, ainda, que o referido tributo, criado pela Lei n. 2.613/55, cuja natureza jurídica é de contribuição interventiva, é legal e constitucional, uma vez que foi recepcionado pelo sistema constitucional vigente, conforme dispõe o art. 149, da Lei Maior.
Ressalva que por ser arrecadação destinada a custear os programas de colonização e reforma agrária, tal contribuição teria escopo de arrecadar fundos para fomentar a atividade do campo, que é de interesse de toda a sociedade, e não só do meio rural, tendo em vista a redução das desigualdades e a fixação do homem na terra. Conseqüentemente, reduz-se o êxodo rural e grande parte dos problemas urbanos dele decorrentes, que, nesse sentido, mister se faria caracterizá-la como contribuição de intervenção no domínio econômico.
Requer a concessão de efeito suspensivo, para obstar os efeitos da decisão agravada, que suspendeu a cobrança da contribuição ao INCRA, e que, ao final, seja dado provimento ao agravo.
O recurso foi distribuído a Desembargadora Suzana Camargo, que declinou da competência, determinando a redistribuição para esta Seção (fls. 46/48).
Feito breve relato, decido.
Consoante o disposto no art. 522, do Código de Processo Civil, na redação dada pela Lei n. 11.187, de 19 de outubro de 2005, "das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de 10 (dez) dias, na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento".
Outrossim, o mesmo diploma legal alterou a redação do inciso II do art. 527 que, secundando aquele preceito, ora estatui que o Relator "converterá o agravo de instrumento em agravo retido, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, mandando remeter os autos ao juiz da causa".
Da análise dos aludidos dispositivos, colhe-se facilmente que, diante de tal disciplina, a interposição do agravo, na forma retida, tornou-se o padrão desse recurso, sendo admitida por instrumento tão somente nas hipóteses expressamente mencionadas.
No presente recurso, é de se admitir sua interposição por instrumento, em razão de tratar-se de possibilidade de lesão grave ou de difícil reparação.
Assim sendo, passo a apreciar o pedido de concessão de efeito suspensivo.
Nos termos do art. 558, do Código de Processo Civil, para a concessão da medida pleiteada, tal como autoriza o art. 527, inciso III, do mesmo diploma legal, é necessário que, diante da relevância da fundamentação apresentada pelo Recorrente, haja evidências de que tal decisão possa resultar-lhe lesão grave e de difícil reparação.
Neste juízo de cognição sumária, verifico a presença dos pressupostos legais necessários à suspensão dos efeitos da decisão agravada.
Com efeito, assiste razão ao Agravante. Isso porque a Constituição da República estabelece, como objetivos da seguridade social, dentre outros, a uniformidade e equivalência dos benefícios às populações urbanas e rurais, bem como eqüidade na forma de participação e custeio (art. 194, parágrafo único, incisos II e V).
Assinale-se, a propósito, que tal entendimento está estampado em acórdãos da 1ª Turma do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, os quais afirmam que tanto empresas urbanas, quanto empresas rurais, devem contribuir ao FUNRURAL e ao INCRA:
"FUNRURAL - CONTRIBUIÇÃO - INCRA - PRORURAL - EXTINÇÃO - LEI Nº 7.787/89.
Toda e qualquer empresa, seja rural ou urbana, está obrigada a contribuir para a seguridade social.
A lei, ao criar o FUNRURAL, não exigiu que a empresa, para contribuir, estivesse vinculada à atividade rural.
Somente a contribuição de 2,4% foi destinada ao FUNRURAL e é fonte de custeio do PRORURAL. A contribuição de 0,2% do INCRA não é fonte de custeio do PRORURAL, e o artigo 3º, parágrafo 1º, da Lei nº 7.787/89 não a suprimiu.
Recurso provido."
(STJ, 1ª T., REsp 251951, Rel. Min. Garcia Vieira, j. em 06.06.00, DJ de 01.08.00, p. 210).
A par da verossimilhança do alegado direito, vislumbro fundado receio de dano de difícil reparação, uma vez mantida a decisão agravada, comprometendo-se a eficácia da contribuição em foco como instrumento de atuação da União nesse setor da economia.
Isto posto, CONCEDO O EFEITO SUSPENSIVO pleiteado.
Intime-se a Agravada, nos termos do art. 527, inciso V, do Código de Processo Civil.
Comunique-se o MM. Juízo a quo, via e-mail.
Dê-se vista ao Ministério Público Federal.
Intimem-se.
São Paulo, 30 de março de 2007.
REGINA HELENA COSTA
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2007.03.00.010980-4 AG 291766
ORIG.	:	200561820273313 7F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	COBEBA COML/ DE BEBIDAS BARROS LTDA
ADV	:	MAURICIO CESAR PUSCHEL
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 7 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES.FED. LAZARANO NETO / SEXTA TURMA

Fls. 81/84 - Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos e recebo o recurso como Agravo Regimental.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
LAZARANO NETO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.011102-1 AG 291851
ORIG.	:	9900000113 2 Vr PIRASSUNUNGA/SP
AGRTE	:	SEBASTIAO ASSIS FERREIRA e outro
ADV	:	GERALDO SOARES DE OLIVEIRA JUNIOR
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
PARTE R	:	CIRURGICA ACOR LTDA
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 2 VARA DE PIRASSUNUNGA SP
RELATOR	:	DES.FED. CONSUELO YOSHIDA / SEXTA TURMA

Vistos.
Regularizem os agravantes, no prazo de 05 (cinco) dias, o recolhimento do valor das custas de porte de remessa e retorno- código 8021 (Guia DARF, junto à CEF, nos termos do art. 3° da Resolução n° 255, de 16/06/2004, do Conselho de Administração deste Tribunal), sob pena de ser negado seguimento ao presente recurso.
Intimem-se.
São Paulo, 29 de março de 2007.
CONSUELO YOSHIDA
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.011126-4 AG 291875
ORIG.	:	200761200004562 1 Vr ARARAQUARA/SP
AGRTE	:	RPS ENGENHARIA LTDA
ADV	:	ROBERTO MOREIRA DIAS
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE ARARAQUARA - 20ª SSJ-SP
RELATOR	:	DES.FED. LAZARANO NETO / SEXTA TURMA

Tendo em vista haver sido proferida decisão pelo Juízo "a quo", conforme informação de fls. 90/100, não pode prosperar o presente agravo. Julgo-o prejudicado, nos termos do artigo 33, incisos XII, do Regimento Interno desta Corte.
Após cumpridas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
LAZARANO NETO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.011572-5 AG 292215
ORIG.	:	200661050108247 2 Vr CAMPINAS/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
AGRDO	:	SUPERMERCADOS DEMA LTDA
ADV	:	MARIA INES CALDO GILIOLI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE CAMPINAS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. MAIRAN MAIA / SEXTA TURMA

Vistos.
Insurge-se a agravante contra decisão que, em mandado de segurança, deferiu a liminar pleiteada para afastar a exigência de depósito prévio de trinta por cento do valor da exigência fiscal, bem assim contra a decisão que acolheu a manifestação da impetrante para afastar também o arrolamento de bens e direitos da impetrante.
Inconformada, requer a concessão de efeito suspensivo ao recurso e a reforma da r. decisão.
DECIDO.
A tempestividade é requisito de admissibilidade do recurso, que deve ser aferido pelo Relator.
Preceitua o Código de Processo Civil, em seu art. 522: "Das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de 10 (dez) dias, na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento".
Tratando-se da União Federal, aplica-se o disposto no art. 188 do diploma processual, o qual lhe confere prazo em dobro para recorrer.
No caso presente, conforme se vê do documento de fl. 46, após ser integrada a decisão a agravante foi dela intimada em 19/01/07 (sexta-feira). O prazo para interposição do recurso começou a correr no dia 22/01/07 (segunda-feira) e terminou no dia 10/02/07 (sábado), prorrogando-se para o primeiro dia útil subseqüente, ou seja, 12/02/07 (segunda-feira). Contudo, o agravo foi interposto somente em 14/02/07, sendo, portanto, intempestivo.
Nesse sentido, não se há falar dever o "dies a quo" do prazo recursal ser o da juntada aos autos do mandado de intimação devidamente cumprido, consoante já se manifestou a e. Sexta Turma desta Corte Regional:
"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. CND. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. ART. 557, CAPUT, DO CPC. INTEMPESTIVIDADE. INTIMAçãO PESSOAL. PRAZO RECURSAL. TERMO INICIAL. AGRAVO LEGAL.
1. Em consonância com a Lei Processual em vigor, a contagem do prazo recursal da União começa a partir da data de sua intimação pessoal, através de respectivo Procurador, e não a juntada aos autos do respectivo mandado cumprido ou da posterior vista dos autos.
2. As regras de contagem de prazo são específicas ao tratarem dos recursos, cabendo à intimação pessoal o início da contagem do prazo recursal.
3. Patente intempestividade da apelação, em afronta ao art. 38 da Lei Complementar n.º 73/93 c/c arts. 240 e 242 do CPC.
4. Precedentes do TRF3 (3ª Turma, AG nº 2003.03.00.070132-3, Rel. Des. Fed. Carlos Muta, publ. DJU 09.03.2005, p. 192, v.u.) e do STJ (5ª Turma, AgRg no Ag 600037/MT, proc. nº 2004/0053598-4, Rel. Min. Félix Fischer, publ. DJ 25.10.2004, p. 380, v.u.; 6ª Turma, AgRg no Ag 491910/RJ, proc. nº 2003/0010445-5, Rel. Min. Paulo Medina, publ. DJ 23.06.2003, p. 457, v.u.).
5. Agravo legal improvido."
(TRF3, 6ª Turma, AMS n.º 2004.61.00.025338-3/SP, Rel. Des. Fed. Lazarano Neto, j. 14/02/07, v.u., DJU 19/03/07, p. 424).
Ante o exposto, nego seguimento ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 557, caput, do Código de Processo Civil.
Decorrido o prazo recursal, abra-se vista ao MPF.
Não havendo recurso, encaminhem-se os autos à Vara de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 30 de março de 2007.
MAIRAN MAIA Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2007.03.00.011692-4 AG 292293
ORIG.	:	0400010093 A Vr BARUERI/SP 0400305973 A Vr BARUERI/SP
AGRTE	:	NITRATOS NATURAIS DO CHILE COM/ DE PRODUTOS E SERVICOS AGRICOLAS E INDUSTRIAIS LTDA
ADV	:	ANDRE KESSELRING DIAS GONCALVES
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DO SAF DE BARUERI SP
RELATOR	:	DES.FED. CONSUELO YOSHIDA / SEXTA TURMA

Vistos.
1.Intime-se a agravada, nos termos do artigo 527, V, do CPC, para que responda, no prazo legal.
2. Após, retornem os autos conclusos.
Intimem-se.
São Paulo, 29 de março de 2007.
CONSUELO YOSHIDA
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.015905-4 AG 293162
ORIG.	:	0600008263 A Vr ITU/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
AGRDO	:	CONDUSUL IND/ E COM/ DE CONDUTORES ELETRICOS LTDA
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DO SAF DE ITU SP
RELATOR	:	DES.FED. LAZARANO NETO / SEXTA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela União Federal contra decisão do Juízo de Direito do Serviço Anexo das Fazendas de Itu/SP que, em execução fiscal, determinou à exeqüente proceder ao recolhimento da despesa postal, relativa à citação por carta.
Alega a agravante, em síntese, que as despesas com a postagem da carta citatória inserem-se no conceito de custas judiciais, sendo certo que a Fazenda Pública está isenta de seu recolhimento, nos termos do artigo 39 da Lei nº 6.830/80. Pede a concessão de efeito suspensivo.
Após breve relato, decido.
Saliento, inicialmente, ser cabível a interposição do agravo por instrumento, nos termos da Lei nº 11.187/05, considerando tratar-se de decisão proferida em execução fiscal.
Outrossim, em uma análise primária, diviso os requisitos que autorizam a suspensão da decisão agravada, nos moldes do inciso III do artigo 527 do Código de Processo Civil.
De fato, a Fazenda Pública não está obrigada ao recolhimento de custas processuais, tal como previsto no artigo 39 da Lei nº 6.830/80.
Por seu turno, o conceito de custas processuais abrange a quantia referente à realização de citação postal, para fins de isenção da Fazenda Nacional nas execuções fiscais, porquanto não se confunde com as despesas processuais não abrangidas pela atividade cartorária, como as relativas aos honorários do perito e diligências com transporte do Oficial de Justiça.
Essa é a orientação prevalecente na Primeira Turma do C. STJ, consoante se verifica do julgado a seguir transcrito:
"PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. PAGAMENTO DA POSTAGEM DE CARTA CITATÓRIA PELA FAZENDA PÚBLICA. DESNECESSIDADE. DIFERENÇAS ENTRE OS CONCEITOS DE CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS.
1. A citação postal constitui ato processual abrangido no conceito de custas processuais, de cujo pagamento a Fazenda está dispensada, por força do art. 39 da Lei 6.830/80. Não se confunde com despesas processuais, tais como os honorários de perito e os valores relativos a diligências promovidas por Oficial de Justiça. É indevida, portanto, a exigência de prévio adimplemento do valor equivalente à postagem da carta citatória.
2. Recurso especial provido".
(STJ, RESP 579.320/SC, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, data do julgamento: 02/03/2004, publ. DJ 22/03/2004).
Isto posto, concedo o efeito suspensivo pleiteado.
Comunique-se.
Intime-se a agravada para os fins do inc. V do art. 527 do CPC.
Publique-se.
São Paulo, 29 de março de 2007.
LAZARANO NETO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.015916-9 AG 293173
ORIG.	:	0600000089 A Vr ITU/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
AGRDO	:	HAROLDO GONCALVES RENZO
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DO SAF DE ITU SP
RELATOR	:	DES.FED. LAZARANO NETO / SEXTA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela União Federal contra decisão do Juízo de Direito do Serviço Anexo das Fazendas de Itu/SP que, em execução fiscal, determinou à exeqüente proceder ao recolhimento da despesa postal, relativa à citação por carta.
Alega a agravante, em síntese, que as despesas com a postagem da carta citatória inserem-se no conceito de custas judiciais, sendo certo que a Fazenda Pública está isenta de seu recolhimento, nos termos do artigo 39 da Lei nº 6.830/80. Pede a concessão de efeito suspensivo.
Após breve relato, decido.
Saliento, inicialmente, ser cabível a interposição do agravo por instrumento, nos termos da Lei nº 11.187/05, considerando tratar-se de decisão proferida em execução fiscal.
Outrossim, em uma análise primária, diviso os requisitos que autorizam a suspensão da decisão agravada, nos moldes do inciso III do artigo 527 do Código de Processo Civil.
De fato, a Fazenda Pública não está obrigada ao recolhimento de custas processuais, tal como previsto no artigo 39 da Lei nº 6.830/80.
Por seu turno, o conceito de custas processuais abrange a quantia referente à realização de citação postal, para fins de isenção da Fazenda Nacional nas execuções fiscais, porquanto não se confunde com as despesas processuais não abrangidas pela atividade cartorária, como as relativas aos honorários do perito e diligências com transporte do Oficial de Justiça. É indevida, portanto, a exigência de prévio adimplemento do valor equivalente à postagem da carta citatória.
2. Recurso especial provido".
(STJ, RESP 579.320/SC, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, data do julgamento: 02/03/2004, publ. DJ 22/03/2004).
Isto posto, concedo o efeito suspensivo pleiteado.
Comunique-se.
Intime-se a agravada para os fins do inc. V do art. 527 do CPC.
Publique-se.
São Paulo, 29 de março de 2007.
LAZARANO NETO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.015919-4 AG 293176
ORIG.	:	0500000780 A Vr ITU/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
AGRDO	:	COML/ PERFURADORA DEMOLIDORA SOPEDRA LTDA
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DO SAF DE ITU SP
RELATOR	:	DES.FED. LAZARANO NETO / SEXTA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela União Federal contra decisão do Juízo de Direito do Serviço Anexo das Fazendas de Itu/SP que, em execução fiscal, determinou à exeqüente proceder ao recolhimento da despesa postal, relativa à citação por carta.
Alega a agravante, em síntese, que as despesas com a postagem da carta citatória inserem-se no conceito de custas judiciais, sendo certo que a Fazenda Pública está isenta de seu recolhimento, nos termos do artigo 39 da Lei nº 6.830/80. Pede a concessão de efeito suspensivo.
Após breve relato, decido.
Saliento, inicialmente, ser cabível a interposição do agravo por instrumento, nos termos da Lei nº 11.187/05, considerando tratar-se de decisão proferida em execução fiscal.
Outrossim, em uma análise primária, diviso os requisitos que autorizam a suspensão da decisão agravada, nos moldes do inciso III do artigo 527 do Código de Processo Civil.
De fato, a Fazenda Pública não está obrigada ao recolhimento de custas processuais, tal como previsto no artigo 39 da Lei nº 6.830/80.
Por seu turno, o conceito de custas processuais abrange a quantia referente à realização de citação postal, para fins de isenção da Fazenda Nacional nas execuções fiscais, porquanto não se confunde com as despesas processuais não abrangidas pela atividade cartorária, como as relativas aos honorários do perito e diligências com transporte do Oficial de Justiça.

Essa é a orientação prevalecente na Primeira Turma do C. STJ, consoante se verifica do julgado a seguir transcrito:
"PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. PAGAMENTO DA POSTAGEM DE CARTA CITATÓRIA PELA FAZENDA PÚBLICA. DESNECESSIDADE. DIFERENÇAS ENTRE OS CONCEITOS DE CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS.
1. A citação postal constitui ato processual abrangido no conceito de custas processuais, de cujo pagamento a Fazenda está dispensada, por força do art. 39 da Lei 6.830/80. Não se confunde com despesas processuais, tais como os honorários de perito e os valores relativos a diligências promovidas por Oficial de Justiça. É indevida, portanto, a exigência de prévio adimplemento do valor equivalente à postagem da carta citatória.
2. Recurso especial provido".
(STJ, RESP 579.320/SC, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, data do julgamento: 02/03/2004, publ. DJ 22/03/2004).
Isto posto, concedo o efeito suspensivo pleiteado.
Comunique-se.
Intime-se a agravada para os fins do inc. V do art. 527 do CPC.
Publique-se.
São Paulo, 29 de março de 2007.
LAZARANO NETO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.015930-3 AG 293187
ORIG.	:	0500000231 A Vr ITU/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
AGRDO	:	M E Z COM/ E SERVICOS LTDA -ME
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DO SAF DE ITU SP
RELATOR	:	DES.FED. REGINA COSTA / SEXTA TURMA

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela UNIÃO FEDERAL - FAZENDA NACIONAL, contra a decisão proferida pelo MM. Juízo a quo que, nos autos de execução fiscal, determinou a antecipação da diligência do oficial de justiça para a citação do Executado ou, ainda, se preferir através de correio que antecipe o pagamento da taxa do AR, nos termos da Lei n. 6830/80.
Verifico, contudo, que a decisão que gerou o inconformismo da Agravante foi publicada em 22.05.06 (fl. 39 verso), iniciando-se o curso do prazo recursal de 20 (vinte) dias em 12.06.07, consoante o disposto no art. 522, do Código de Processo Civil.
No entanto, o agravo de instrumento foi protocolizado somente em 27.02.07 (fl. 02), portanto, a destempo.
Ante o exposto, NEGO SEGUIMENTO ao recurso interposto, nos termos do art. 557, caput, do Código de Processo Civil e do art. 33, inciso XIII, do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
Decorrido o prazo legal, baixem os autos à 1ª instância para oportuno arquivamento.
Intimem-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
REGINA HELENA COSTA
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2007.03.00.015934-0 AG 293191
ORIG.	:	0400000285 A Vr ITU/SP 0300000008 1 Vr ITU/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
AGRDO	:	DIVISAO ARTESANAL IND/ E COM/ DE FERRAGENS LTDA
ADV	:	OLAVO GLIORIO GOZZANO
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DO SAF DE ITU SP
RELATOR	:	DES.FED. REGINA COSTA / SEXTA TURMA

Vistos.
Nos termos do art. 557, do Código de Processo Civil, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a negar seguimento ao recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante da respectiva Corte ou de Tribunal Superior.
Por sua vez, conforme o disposto no art. 525, inciso I, do Código de Processo Civil, com a redação dada pela Lei n. 9.139, de 30 de novembro de 1995, a petição de agravo será acompanhada das peças obrigatórias ali apontadas.
No presente caso, não integra o instrumento a cópia da juntada aos autos da intimação pessoal relativa à decisão agravada, peça obrigatória para a verificação das condições da admissibilidade do recurso.
Ante o exposto, NEGO SEGUIMENTO ao recurso interposto, nos termos do art. 557, caput, do Código de Processo Civil e do art. 33, inciso XIII, do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
Decorrido o prazo legal, baixem os autos à 1ª instância para oportuno arquivamento.
Intimem-se.
São Paulo, 30 de março de 2007.
REGINA HELENA COSTA
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2007.03.00.018276-3 AG 293426
ORIG.	:	9700000573 1 Vr NOVA ODESSA/SP
AGRTE	:	SEBASTIAO AMERICO FELTRIN
ADV	:	JOSE ANTONIO FRANZIN
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
PARTE R	:	INDARMA ARTEFATOS DE MADEIRA LTDA massa falida
ADV	:	ROLFF MILANI DE CARVALHO
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE NOVA ODESSA SP
RELATOR	:	DES.FED. MAIRAN MAIA / SEXTA TURMA

Vistos.
Intime-se o agravante para, no prazo de cinco dias, sob pena de negativa de seguimento, trazer aos autos cópia dos documentos de fls. 59/65 dos autos da execução fiscal de origem.
Intime-se.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
MAIRAN MAIA Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2007.03.00.018517-0 AG 293617
ORIG.	:	200661180015099 1 Vr GUARATINGUETA/SP
AGRTE	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
AGRDO	:	CRISTIANE MARTINS CAPPA MACHADO
ADV	:	MARIA DALVA ZANGRANDI COPPOLA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE GUARATINGUETA Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CONSUELO YOSHIDA / SEXTA TURMA

Vistos.
A agravante interpôs o presente agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, contra a r. decisão de fls. 41/43 dos autos originários (fls. 92/94 destes autos), que, em sede de ação ordinária, deferiu a tutela antecipada, para permitir a inscrição da agravada no Concurso de Admissão ao Estágio de Adaptação à Graduação de Sargentos - EAGS "B" 2007 da Escola de Especialistas da Aeronáutica -EEAR.
Desde a disciplina do agravo pela Lei nº 9.139/95, aumentou significativamente a recorribilidade das decisões interlocutórias pela via do agravo de instrumento junto aos Tribunais, demandando decisões monocráticas e colegiadas sobre admissibilidade, efeito suspensivo e mérito, em prejuízo do julgamento de apelações e feitos da competência originária da Corte.
Visando corrigir e atenuar tais distorções lesivas à prestação jurisdicional pela instância recursal, sobrevieram a Lei nº 10.352/2001, e, mais recentemente, a Lei nº 11.187/2005, com o intuito de tornar regra o agravo retido e a respectiva conversão, e exceção o agravo de instrumento, circunscrito às hipóteses de urgência e de inadmissibilidade da apelação.
Não vislumbro no presente caso a urgência ou perigo de lesão grave e de difícil reparação a ensejar a apreciação do feito neste momento processual, pelo que converto o agravo de instrumento em agravo retido, com fundamento no art. 527, II, do Código de Processo Civil, com a redação dada pela Lei nº 11.187/2005.
Ademais é inócua a apreciação de liminar, de nítido caráter satisfativo, aliada ao transcurso de tempo.
Oportunamente, observadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem para apensamento aos principais.
Intimem-se.
São Paulo, 27 de março de 2007.
CONSUELO YOSHIDA
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.018518-1 AG 293618
ORIG.	:	200661180015087 1 Vr GUARATINGUETA/SP
AGRTE	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
AGRDO	:	CRISTIANE ABREU LOBATO
ADV	:	MARIA DALVA ZANGRANDI COPPOLA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE GUARATINGUETA Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. REGINA COSTA / SEXTA TURMA

Vistos.
Consoante o novo regime jurídico imposto ao recurso de agravo, veiculado pela Lei n. 11.187, de 19 de outubro de 2005, "das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de 10 (dez) dias, na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento" (nova redação dada ao art. 522, do CPC).
Outrossim, o mesmo diploma legal alterou a redação do inciso II do art. 527 que, secundando aquele preceito, ora estatui que o Relator "converterá o agravo de instrumento em agravo retido, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, mandando remeter os autos ao juiz da causa".
Da análise dos aludidos dispositivos, colhe-se facilmente que, diante de tal disciplina, a interposição do agravo, na forma retida, tornou-se o padrão desse recurso, sendo admitida por instrumento tão somente nas hipóteses expressamente mencionadas.
Dessarte, a retenção do agravo deixou de constituir mera faculdade do Relator para qualificar-se como imposição legal, manifestada mediante decisão de caráter irrecorrível (art. 527, parágrafo único).
A situação sob exame não se subsome a nenhuma das hipóteses legalmente previstas, sendo de destacar-se a ausência de perigo de lesão grave e de difícil reparação, porquanto trata-se de decisão que, nos autos de ação ordinária, deferiu a tutela antecipada, concedendo ao Autor o direito de participar do concurso para admissão aos cursos de formação de Sargento do Exército, já a partir da prova designada para o dia 09.12.06.
Isto posto, determino a conversão do presente agravo de instrumento em retido, com a remessa destes autos ao MM. Juízo a quo.
Int.
São Paulo, 30 de março de 2007.
REGINA HELENA COSTA
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2007.03.00.018689-6 AG 293723
ORIG.	:	9600000140 1 Vr CORDEIROPOLIS/SP
AGRTE	:	ANHANGUERA IND/ E COM/ DE PISOS E REVESTIMENTOS LTDA
ADV	:	ANDREZZA HELEODORO COLI
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
PARTE R	:	CERAMICA IBICOR LTDA e outros
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE CORDEIROPOLIS SP
RELATOR	:	DES.FED. CONSUELO YOSHIDA / SEXTA TURMA

Vistos.
1.Intime-se a agravada, nos termos do artigo 527, V, do CPC, para que responda, no prazo legal.
2. Após, retornem os autos conclusos.
Intimem-se.
São Paulo, 29 de março de 2007.
CONSUELO YOSHIDA
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.018928-9 AG 293957
ORIG.	:	200660000107002 1 Vr CAMPO GRANDE/MS
AGRTE	:	Fundacao Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - FUFMS
ADV	:	NERY SA E SILVA DE AZAMBUJA
AGRDO	:	LARICE LEITE KUNZE BARTELOTTI
ADV	:	MIRTYS FABIANY DE AZEVEDO PEREIRA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE CAMPO GRANDE Sec Jud MS
RELATOR	:	DES.FED. CONSUELO YOSHIDA / SEXTA TURMA

Vistos.
A agravante interpôs o presente agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, contra a r. decisão de fls. 138/143 dos autos originários (fls. 49/54 destes autos), que, em sede de mandado de segurança, deferiu a liminar, determinado que a autoridade impetrada receba os documentos necessários para abertura do processo de revalidação do diploma da impetrante e promova, num prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a entrega dos mesmos, o julgamento de equivalência e demais fases da análise, se necessárias, respeitando assim o procedimento previsto na Resolução CNE/CES N. 1, DE 28.01.2002.
Pretende a agravante a reforma da decisão agravada, pelas razões que aduz.
Desde a disciplina do agravo pela Lei nº 9.139/95, aumentou significativamente a recorribilidade das decisões interlocutórias pela via do agravo de instrumento junto aos Tribunais, demandando decisões monocráticas e colegiadas sobre admissibilidade, efeito suspensivo e mérito, em prejuízo do julgamento de apelações e feitos da competência originária da Corte.
Visando corrigir e atenuar tais distorções lesivas à prestação jurisdicional pela instância recursal, sobrevieram a Lei nº 10.352/2001, e, mais recentemente, a Lei nº 11.187/2005, com o intuito de tornar regra o agravo retido e a respectiva conversão, e exceção o agravo de instrumento, circunscrito às hipóteses de urgência e de inadmissibilidade da apelação.
Não vislumbro no presente caso a urgência ou perigo de lesão grave e de difícil reparação a ensejar o perecimento do direito/pretensão, pelo que converto o agravo de instrumento em agravo retido, com fundamento no art. 527, II, do Código de Processo Civil, com a redação dada pela Lei nº 11.187/2005.
Ademais, conforme decidiu o r. Juízo de origem a instituição de ensino em questão, UFMS, editou a Resolução n. 12, de 14.03.2005, fixando outras normas de revalidação para o registro de diplomas de modo contrário ao disposto na Resolução do Conselho Nacional de Educação. Estabeleceu a referida resolução que o processo de revalidação teria como fases : processo seletivo (1ª fase); análise documental (2ª fase); julgamento de equivalência 93ª fase); e registro do diploma (4ª fase).
Logo se verifica, portanto, que a UFMS inovou a normatização federal, desconsiderando o procedimento lá determinado, segundo o qual a prova teórica somente seria realizada se, após a análise documental e eventual solicitação de informações adicionais, persistissem as dúvidas sobre a real equivalência entre os estudos realizados no exterior e os correspondentes nacionais.
Não poderia, então, a requerida, em princípio, proceder tal inovação. Deveras, a tão conclamada autonomia universitária não tem o condão de eximir a universidade do poder normativo das disposições emanadas dos órgãos federais competentes. Por conseguinte, o impetrante não precisa se sujeitar às disposições da Resolução n. 12, de

14.03.2005, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, se elas contrariam as regras previstas na Resolução n. 1/2002 do CNE.
Oportunamente, observadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem para apensamento aos principais.
Intimem-se.
São Paulo, 27 de março de 2007.
CONSUELO YOSHIDA
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.020211-7 AG 294126
ORIG.	:	200561090037910 1 Vr PIRACICABA/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
AGRDO	:	ARIOVALDO ANTONIO PIZZINATTO
ADV	:	JACEGUAI DEODORO DE SOUZA JUNIOR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE PIRACICABA SP
RELATOR	:	DES.FED. MAIRAN MAIA / SEXTA TURMA

Vistos.
Insurge-se a agravante contra a decisão que, em execução fiscal, indeferiu a exceção de pré-executividade, não condenou a excipiente em honorários advocatícios e determinou o prosseguimento da execução.
Alega a agravante, em síntese, ser devida a condenação em honorários advocatícios por ter sido o incidente processual criado pela executada.
Inconformada, requer a atribuição de efeito suspensivo e a reforma da r. decisão.
DECIDO.
Indispensável para a concessão de efeito suspensivo ao recurso de agravo de instrumento, a presença da relevância da fundamentação, concomitantemente com a possibilidade de dano irreparável ou de difícil reparação caso não seja deferida a medida pleiteada, a teor do disposto no art. 558 do CPC.
Verifico não assistir razão à agravante. Com efeito, o artigo 20, § 1º do CPC estabelece: "o juiz, ao decidir qualquer incidente ou recurso, condenará nas despesas o vencido".
Conforme se infere, não há previsão de condenação em honorários advocatícios quando se tratar de incidente processual, salvo se este ensejar a extinção do processo.
Nesse sentido:
"PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. EXCEÇÃO REJEITADA. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. NÃO INCIDÊNCIA. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.
- A Quinta Turma tem firmado entendimento no sentido de que a condenação ao pagamento de verba honorária somente é cabível no caso em que a exceção de pré-executividade é julgada procedente, com a conseqüente extinção da execução. Logo, se vencido o excipiente-devedor, como no caso dos autos, prosseguindo a execução, descabe a sua condenação em verba honorária.
- Recurso especial desprovido".
(STJ, 5ª Turma, RESP 576119/SP, Rel. Min. Laurita Vaz, j. 17/06/04, v.u., DJ 02/08/04, p. 517)
Considerando a cognição sumária desenvolvida na via estreita do agravo de instrumento, mormente neste momento de apreciação de efeito suspensivo ao recurso, tenho que a agravante não logrou demonstrar a presença dos requisitos ensejadores da concessão da medida pleiteada.
Ante o exposto, indefiro o pedido de efeito suspensivo.
Dê-se ciência do teor desta decisão ao Juízo a quo.
Intime-se o agravado, nos termos do artigo 527, V do CPC.
Intimem-se.
São Paulo, 30 de março de 2007.
MAIRAN MAIA Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2007.03.00.020225-7 AG 294140
ORIG.	:	0500000242 A Vr ITU/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
AGRDO	:	RAFAEL FERREIRA RAMOS -EPP
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DO SAF DE ITU SP
RELATOR	:	DES.FED. MAIRAN MAIA / SEXTA TURMA

Vistos.
Insurge-se a agravante contra decisão que, em execução fiscal, condicionou a expedição de carta de citação com aviso de recebimento ao pagamento da taxa respectiva.
Inconformada, requer a concessão de efeito suspensivo ao recurso e a reforma da r. decisão.
DECIDO.
A tempestividade é requisito de admissibilidade do recurso, que deve ser aferido pelo Relator.
Preceitua o Código de Processo Civil, em seu art. 522: "Das decisões interlocutórias caberá agravo no prazo de 10 (dez) dia, na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento". Tratando-se da União Federal, aplica-se o disposto no art. 188 do diploma processual, o qual lhe confere prazo em dobro para recorrer.
No caso presente, muito embora a agravante tenha acostado cópia de carimbo da data em que lhe foi dada vista dos autos - 12/02/07 (fl. 36 - verso), consoante se denota dos documentos trazidos aos autos foi expedida carta precatória para intimá-la da decisão agravada, a qual foi juntada aos autos da execução fiscal em 08/06/06 (fl. 33 - verso).
O prazo para interposição do recurso começou a correr no dia 09/06/06 (sexta-feira) e terminou no dia 28/06/06 (quarta-feira). Contudo, o agravo foi interposto somente em 07/03/07, sendo, portanto, intempestivo.
Ante o exposto, nego seguimento ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 557, caput, do Código de Processo Civil.
Encaminhem-se os autos à Vara de origem, após o decurso de prazo.
Intimem-se.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
MAIRAN MAIA Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2007.03.00.020265-8 AG 294180
ORIG.	:	0500000219 A Vr ITU/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
AGRDO	:	CARLOS HENRIQUE P C MAC DOWELL - EPP
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DO SAF DE ITU SP
RELATOR	:	DES.FED. MAIRAN MAIA / SEXTA TURMA

Vistos.
Insurge-se a agravante contra a decisão que, em execução fiscal, condicionou a expedição de carta de citação com aviso de recebimento ao "pagamento da taxa" (fl. 23) respectiva.
Sustenta ter o art. 39 da Lei n.º 6.830/80 desonerado a Fazenda Pública da obrigação de pagar as custas e emolumentos do processo de execução fiscal.
Aduz inserirem-se as despesas com postagem de carta citatória no conceito de custas, razão pela qual encontra-se dispensada de seu pagamento, nos termos do art. 1.212 do CPC, bem assim do art. 24-A da Lei n.º 9.028/95.
Inconformada, requer a concessão de efeito suspensivo e a reforma da r. decisão.
DECIDO.
Insurge-se a recorrente contra a decisão que, em execução fiscal processada perante a Justiça Estadual, condicionou a citação por carta com aviso de recebimento ao recolhimento das custas a ela atinentes.
Com vistas a defender a dispensa legal do recolhimento de custas e emolumentos, invoca a disposição do 39 da Lei n.º 6.830/80, o qual preceitua:
"Art. 39. A Fazenda Pública não está sujeita ao pagamento de custas e emolumentos. A prática dos atos judiciais de seu interesse independerá de preparo ou de prévio depósito.
Parágrafo único. Se vencida, a Fazenda Pública ressarcirá o valor das despesas feitas pela parte contrária."
Tenho que deva ser acolhida a irresignação da agravante, porquanto, consoante o entendimento jurisprudencial da Corte Superior, as despesas com postagem inserem-se no conceito de custas e emolumentos, previstas na lei supramencionada, razão pela qual impõe-se o reconhecimento da isenção da Fazenda Nacional relativamente ao pagamento de tais despesas.
A propósito do tema, colaciono os precedentes do C. Superior Tribunal de Justiça:
"PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. PAGAMENTO DE POSTAGEM DE CARTA CITATÓRIA PELA FAZENDA PÚBLICA. DESNECESSIDADE. ART. 39 DA LEI Nº 6.830/80. ART. 27, DO CPC. DIFERENÇAS ENTRE OS CONCEITOS DE CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS. PRECEDENTES.
1. A citação postal constitui-se ato processual cujo valor está abrangido nas custas processuais, e não se confundem com despesas processuais, as quais se referem ao custeio de atos não abrangidos pela atividade cartorial, como é o caso dos honorários de perito e diligências promovidas por Oficial de Justiça.
2. Como a Fazenda Pública não está obrigada ao pagamento das custas, não há que se exigir o prévio adimplemento do' quantum' equivalente à postagem de carta citatória.
3. Não há violação ao art. 1.212, do CPC, quando a demanda é proposta perante a Justiça Federal, como é o caso dos autos.
4.Recurso especial provido." (RESP n.º 338454-RS, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, j. 11/12/2001, v.u., DJ. 04/03/2002, p. 200).
"PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. PAGAMENTO DE POSTAGEM DE CARTA CITATÓRIA PELA FAZENDA PÚBLICA. DESNECESSIDADE. ART. 39 DA LEI Nº 6.830/80. ART. 27, DO CPC. DIFERENÇAS ENTRE OS CONCEITOS DE CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS. PRECEDENTES.
1. O Sistema Processual exonera a Fazenda Pública de arcar com quaisquer despesas, 'pro domo sua', quando litiga em juízo, suportando, apenas, as verbas decorrentes da sucumbência (artigos 27 e 1.212, parágrafo único, do CPC). Tratando-se de execução fiscal é clara a lei quanto à exoneração, consoante se colhe dos artigos 7º e 39, da Lei nº 6.830/80. Enquanto não declarada inconstitucional a lei, cumpre ao STJ velar pela sua aplicação.
2. 'A citação postal constitui-se ato processual cujo valor está abrangido nas custas processuais, e não se confunde com despesas processuais, as quais se referem ao custeio de atos não abrangidos pela atividade cartorial, como é o caso dos honorários de perito e diligências promovidas por Oficial de Justiça.
3. Como a Fazenda Pública não está obrigada ao pagamento das custas, não há que se exigir o prévio adimplemento do 'quantum' equivalente à postagem de carta citatória'. (RESP nº 443.678/RS).
4. Recurso especial provido." (RESP n.º 464274-RS, Rel. Min. Luiz Fux, j. 15/05/2003, v.u., DJ. 02/06/2003, p. 193).
No mesmo sentido, a orientação adotada pela Sexta Turma deste Tribunal, v.g.: AG n.º 2003.03.00.028450-5, relatora Des. Fed. Consuelo Yoshida, DJ 18/06/03 e AG n.º 2003.03.00.028445-1, relator Des. Fed. Lazarano Neto, DJ 13/06/03.
Dessarte, diante da pacificação da matéria, dou provimento ao agravo de instrumento, com fulcro no art. 557, § 1º - A, do Código de Processo Civil.
Comunique-se ao Juízo de origem o teor desta decisão, com urgência.
Decorrido o prazo, e não havendo recurso, encaminhem-se os autos à Vara de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 30 de março de 2007.
MAIRAN MAIA Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2007.03.00.020346-8 AG 294255
ORIG.	:	200761080003468 2 Vr BAURU/SP
AGRTE	:	MASTER BAURU FUNDACOES E CONSTRUCAO CIVIL LTDA
ADV	:	FERNANDA CABELLO DA SILVA MAGALHAES
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE BAURU Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CONSUELO YOSHIDA / SEXTA TURMA

Vistos.
A agravante interpôs o presente agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo ativo, rectius, antecipação de tutela da pretensão recursal, contra a r. decisão de fls. 255/257 dos autos originários (fls. 12/14 destes autos), que, em sede de mandado de segurança, indeferiu a liminar, que visava a expedição de certidão negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, cujo requerimento administrativo foi negado diante da existência de 06 (seis) inscrições em Dívida Ativa da Fazenda Nacional.
Pretende a agravante a reforma da r. decisão agravada, pelas razões que aduz.
Desde a disciplina do agravo pela Lei nº 9.139/95, aumentou significativamente a recorribilidade das decisões interlocutórias pela via do agravo de instrumento junto aos Tribunais, demandando decisões monocráticas e colegiadas sobre admissibilidade, efeito suspensivo e mérito, em prejuízo do julgamento de apelações e feitos da competência originária da Corte.
Visando corrigir e atenuar tais distorções lesivas à prestação jurisdicional pela instância recursal, sobrevieram a Lei nº 10.352/2001, e, mais recentemente, a Lei nº 11.187/2005, com o intuito de tornar regra o agravo retido e a respectiva conversão, e exceção o agravo de instrumento, circunscrito às hipóteses de urgência e de inadmissibilidade da apelação.
Não vislumbro no presente caso a urgência ou perigo de lesão grave e de difícil reparação a ensejar o perecimento do direito/pretensão, pelo que converto o agravo de instrumento em agravo retido, com fundamento no art. 527, II, do Código de Processo Civil, com a redação dada pela Lei nº 11.187/2005.
Ademais, conforme decidiu o r. Juízo de origem a ação judicial, que a impetrante alega ser a base de fundamento da compensação administrativa realizada perante a Secretaria da Receita Federal, não se encontra transitada em julgado.
Pelo contrário, conforme se verifica dos documentos carreados aos autos (folhas 241 e 254), contra o acórdão do Superior Tribunal de Justiça, proferido no Mandado de Segurança nº 2002.61.08.3653-1, o qual tramitou perante a 3ª Vara Federal dessa Subseção Judiciária e reconheceu à impetrante o direito à isenção da COFINS, nos termos da Súmula 276 do mesmo tribunal, como também o direito de compensar o seu crédito com débitos referentes aos demais tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal, no prazo prescricional de 10 (dez) anos, contados da propositura da ação, a União Federal interpôs Recurso Extraordinário para o Supremo Tribunal Federal, o qual, não tendo sido admitido, ensejou o oferecimento de Agravo de instrumento contra a decisão denegatória, este ainda não devidamente apreciado pelo Pretório Excelso.
Dessa feita, observa-se que a compensação efetuada pela impetrante carece de amparo jurídico, ante a disposição expressa veiculada no artigo 170-A, do Código Tributário Nacional - "É vedada a compensação mediante o aproveitamento de tributo objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial", não sendo possível, dessa forma, ao juízo aquilatar a ocorrência, prima facie, de ilegalidade nas inscrições em dívida ativa, promovidas pela autoridade coatora e, por via de conseqüência, na recua manifestada quanto á expedição da certidão requerida.
Oportunamente, observadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem para apensamento aos principais.
Intimem-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
CONSUELO YOSHIDA
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.020532-5 AG 294323
ORIG.	:	199961090062446 1 Vr PIRACICABA/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA

AGRDO	:	MAURO TREVELIN
ADV	:	FERNANDO CAMOSSI
PARTE R	:	TREVILIN IND/ METALURGICA E MECANICA LTDA massa falida
SINDCO	:	JAYME BATISTA DE OLIVEIRA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE PIRACICABA SP
RELATOR	:	DES.FED. MAIRAN MAIA / SEXTA TURMA

Vistos.
Insurge-se a agravante contra a decisão que, em execução fiscal, indeferiu a exceção de pré-executividade oposta, mas deixou de condenar a excipiente em honorários advocatícios, determinando, apenas, o prosseguimento do feito.
Alega a agravante, em síntese, ser devida a condenação em honorários advocatícios, os quais não foram englobados pelo encargo previsto no Decreto-lei n.º 1025/69.
Inconformada, requer a atribuição de efeito suspensivo e a reforma da r. decisão.
DECIDO.
Indispensável para a concessão de efeito suspensivo ao recurso de agravo de instrumento, a presença da relevância da fundamentação, concomitantemente com a possibilidade de dano irreparável ou de difícil reparação caso não seja deferida a medida pleiteada, a teor do disposto no art. 558 do CPC.
Verifico não assistir razão à agravante. Com efeito, o artigo 20, § 1º do CPC estabelece: "o juiz, ao decidir qualquer incidente ou recurso, condenará nas despesas o vencido".
Conforme se infere, não há previsão de condenação em honorários advocatícios quando se tratar de incidente processual, salvo se este ensejar a extinção do processo.
Nesse sentido:
"PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. EXCEÇÃO REJEITADA. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. NÃO INCIDÊNCIA. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.
- A Quinta Turma tem firmado entendimento no sentido de que a condenação ao pagamento de verba honorária somente é cabível no caso em que a exceção de pré-executividade é julgada procedente, com a conseqüente extinção da execução. Logo, se vencido o excipiente-devedor, como no caso dos autos, prosseguindo a execução, descabe a sua condenação em verba honorária.
- Recurso especial desprovido".
(STJ, 5ª Turma, RESP 576119/SP, Rel. Min. Laurita Vaz, j. 17/06/04, v.u., DJ 02/08/04, p. 517)
Por outro lado, indevida a condenação da excipiente ao pagamento de honorários advocatícios, porquanto exigível apenas o encargo previsto no Decreto-lei n.º 1.025/69.
Considerando a cognição sumária desenvolvida na via estreita do agravo de instrumento, mormente neste momento de apreciação de efeito suspensivo ao recurso, tenho que a agravante não logrou demonstrar a presença dos requisitos ensejadores da concessão da medida pleiteada.
Ante o exposto, indefiro o pedido de efeito suspensivo.
Dê-se ciência do teor desta decisão ao Juízo a quo.
Intime-se o agravado, nos termos do artigo 527, V do CPC.
Intimem-se.
São Paulo, 03 de abril de 2007.
MAIRAN MAIA Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2007.03.00.020770-0 AG 294423
ORIG.	:	200661180015040 1 Vr GUARATINGUETA/SP
AGRTE	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
AGRDO	:	CAREN FERREIRA DA SILVA
ADV	:	MARIA DALVA ZANGRANDI COPPOLA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE GUARATINGUETA Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CONSUELO YOSHIDA / SEXTA TURMA

Vistos.
A agravante interpôs o presente agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, contra a r. decisão de fls. 41/43 dos autos originários (fls. 90/92 destes autos), que, em sede de ação ordinária, deferiu a tutela antecipada, para permitir a inscrição da agravada no Concurso de Admissão ao Estágio de Adaptação à Graduação de Sargentos - EAGS "B" 2007 da Escola de Especialistas da Aeronáutica -EEAR.
Desde a disciplina do agravo pela Lei nº 9.139/95, aumentou significativamente a recorribilidade das decisões interlocutórias pela via do agravo de instrumento junto aos Tribunais, demandando decisões monocráticas e colegiadas sobre admissibilidade, efeito suspensivo e mérito, em prejuízo do julgamento de apelações e feitos da competência originária da Corte.
Visando corrigir e atenuar tais distorções lesivas à prestação jurisdicional pela instância recursal, sobrevieram a Lei nº 10.352/2001, e, mais recentemente, a Lei nº 11.187/2005, com o intuito de tornar regra o agravo retido e a respectiva conversão, e exceção o agravo de instrumento, circunscrito às hipóteses de urgência e de inadmissibilidade da apelação.
Não vislumbro no presente caso a urgência ou perigo de lesão grave e de difícil reparação a ensejar a apreciação do feito neste momento processual, pelo que converto o agravo de instrumento em agravo retido, com fundamento no art. 527, II, do Código de Processo Civil, com a redação dada pela Lei nº 11.187/2005.
Ademais é inócua a apreciação de liminar, de nítido caráter satisfativo, aliada ao transcurso de tempo.
Oportunamente, observadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem para apensamento aos principais.
Intimem-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
CONSUELO YOSHIDA
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.020811-9 AG 294458
ORIG.	:	200761050003272 4 Vr CAMPINAS/SP
AGRTE	:	IRF TRANSPORTES E DISTRIBUICAO LTDA - ME
ADV	:	SABINO DE OLIVEIRA CAMARGO
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA DE CAMPINAS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CONSUELO YOSHIDA / SEXTA TURMA

Vistos.
A agravante interpôs o presente agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo ativo, rectius, antecipação de tutela da pretensão recursal, contra a r. decisão de fls. 151/153 dos autos originários (fls. 177/179 destes autos), que, em sede de mandado de segurança, indeferiu a liminar, que visava anular ato administrativo da autoridade fiscal, determinando-se a análise do mérito quanto à homologação e/ou seguimento de recurso administrativo apresentado no Processo Administrativo nº 10830.003761/2006-06, bem como seja garantido o direito a recorrer aos órgãos administrativos competentes, além de ser reconhecida a regularidade fiscal quanto aos débitos em discussão, com a conseqüente expedição de Certidão Negativa de Débitos.
Pretende a agravante a reforma da r. decisão agravada, pelas razões que aduz.
Desde a disciplina do agravo pela Lei nº 9.139/95, aumentou significativamente a recorribilidade das decisões interlocutórias pela via do agravo de instrumento junto aos Tribunais, demandando decisões monocráticas e colegiadas sobre admissibilidade, efeito suspensivo e mérito, em prejuízo do julgamento de apelações e feitos da competência originária da Corte.
Visando corrigir e atenuar tais distorções lesivas à prestação jurisdicional pela instância recursal, sobrevieram a Lei nº 10.352/2001, e, mais recentemente, a Lei nº 11.187/2005, com o intuito de tornar regra o agravo retido e a respectiva conversão, e exceção o agravo de instrumento, circunscrito às hipóteses de urgência e de inadmissibilidade da apelação.
Não vislumbro no presente caso a urgência ou perigo de lesão grave e de difícil reparação a ensejar o perecimento do direito/pretensão, pelo que converto o agravo de instrumento em agravo retido, com fundamento no art. 527, II, do Código de Processo Civil, com a redação dada pela Lei nº 11.187/2005.
Ademais, conforme decidiu o r. Juízo de origem por expressa vedação legal será considerada não declarada a compensação que se refira a título público, bem como não se refira a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal. Esse é o disposto no art. 74, §§ 12 e 13, da Lei nº 9.430/96.
Tais dispositivos legais se coadunam com as Instruções Normativas referidas nos autos, de modo que é razoável o entendimento de que a compensação considerada não declarada tenha como sentido a sua não realização por parte do sujeito passivo.
Tais disposições, ainda em análise sumária, não desbordam de qualquer preceito constitucional, valendo salientar que a Impetrante não ficou impossibilitada de recorrer administrativamente (art. 48, da Instrução Normativa SRF nº 600/2005), preferindo, contudo, valer-se diretamente do Judiciário.
Convém salientar, por fim, além de todo o exposto, que já no âmbito administrativo se consolidou o entendimento de que não compete à Secretaria da Receita Federal proceder a restituição de obrigações da ELETROBRÁS, nem sua compensação com débitos tributários (Súmula nº 6, do Conselho de Contribuintes), entendimento esse que se mostra igualmente razoável, dada a natureza diversa dos pretensos créditos e débitos.
Oportunamente, observadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem para apensamento aos principais.
Intimem-se.
São Paulo, 29 de março de 2007.
CONSUELO YOSHIDA
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.020837-5 AG 294474
ORIG.	:	200661140058300 2 Vr SAO BERNARDO DO CAMPO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
AGRDO	:	FORMTAP IND/ E COM/ S/A
ADV	:	MARCIA REGINA BULL
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE S B DO CAMPO SP
RELATOR	:	DES.FED. REGINA COSTA / SEXTA TURMA

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL), contra a decisão proferida pelo MM. Juízo a quo que, nos autos de mandado de segurança, deferiu a liminar pleiteada, para determinar a suspensão dos efeitos da Inscrição em Dívida Ativa em testilha.
Verifico, contudo, que a Agravante foi intimada pessoalmente da decisão que gerou seu inconformismo em 26.10.06 (fl. 172), iniciando-se o curso do prazo recursal de 20 (vinte) dias em 27.10.06, consoante o disposto no art. 522, do Código de Processo Civil.
No entanto, o agravo de instrumento foi protocolizado somente em 07.03.07 (fl. 02), portanto, a destempo.
Ante o exposto, NEGO SEGUIMENTO ao recurso interposto, nos termos do art. 557, caput, do Código de Processo Civil e do art. 33, inciso XIII, do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
Decorrido o prazo legal, baixem os autos à 1ª instância para oportuno arquivamento.
Intimem-se.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
REGINA HELENA COSTA
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2007.03.00.020972-0 AG 294558
ORIG.	:	200661190006526 4F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	EMPREENDIMENTOS TURISTICOS L B LTDA
ADV	:	FABIO BOCCIA FRANCISCO
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES.FED. MAIRAN MAIA / SEXTA TURMA

Vistos.
Insurge-se a agravante contra decisão que, em execução fiscal, rejeitou a exceção de pré-executividade oposta e determinou o prosseguimento da execução.
Sustenta a agravante, em suma, ausência de certeza e liquidez do título executivo extrajudicial e a prescrição da pretensão executiva.
Inconformada, requer a concessão do provimento postulado e a reforma da decisão agravada.
DECIDO.
Indispensável para a concessão de efeito suspensivo ao recurso de agravo de instrumento, a presença da relevância da fundamentação, concomitantemente com a possibilidade de dano irreparável ou de difícil reparação caso não seja deferida a medida pleiteada, a teor do disposto no art. 558 do CPC.
Admitem os Tribunais pátrios a figura da exceção de pré-executividade, independentemente do oferecimento de embargos do devedor, reconhecendo-se a aptidão da referida exceção para veicular determinadas questões. No entanto, o direito que fundamenta a mencionada exceção deve ser aferível de plano, possibilitando ao Juízo verificar, liminarmente, a existência de direito incontroverso do executado, ou do vício que inquina de nulidade o título executivo e, por conseqüência, obstar a execução. Assim, exclui-se do âmbito da exceção de pré-executividade a matéria dependente de instrução probatória.
Dispõe a Lei nº 6.830/80:
"Art. 3º. A dívida ativa regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez.
Parágrafo único. A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser elidida por prova inequívoca, a cargo do executado ou de terceiro, a quem aproveite" (grifou-se).
Sustenta a agravante ausência de certeza e liquidez do título executivo extrajudicial e a prescrição da pretensão executiva. Contudo, não vislumbro a possibilidade de se averiguar, liminarmente, o direito sustentado, tendo em vista demandar, o presente caso, instrução probatória, situação que afasta, prima facie, a plausibilidade do direito invocado.
Considerando a cognição sumária desenvolvida na via estreita do agravo de instrumento, mormente neste momento de apreciação de efeito suspensivo ao recurso, tenho que a agravante não logrou demonstrar a presença dos requisitos ensejadores da concessão da medida pleiteada.
Ante o exposto, indefiro a medida pleiteada.
Comunique-se ao juízo de origem o teor desta decisão.
Intime-se a agravada, nos termos do art. 527, V, do CPC.
Intimem-se.
São Paulo, 30 de março de 2007.
MAIRAN MAIA Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2007.03.00.021046-1 AG 294584
ORIG.	:	199961090046428 1 Vr PIRACICABA/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
AGRDO	:	AUTO PECAS CO PIRA LTDA e outro
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE PIRACICABA SP
RELATOR	:	DES.FED. LAZARANO NETO / SEXTA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela União Federal em face de decisão do Juízo Federal da 1ª Vara de Piracicaba/SP que, em execução fiscal, manteve a decisão de fls. 34 dos autos originários, que indeferiu o pedido de expedição de ofício ao BACEN, para que proceda ao bloqueio de saldo e aplicações financeiras eventualmente existentes em nome dos executados.
Decido.
Denota-se que o presente recurso é manifestamente incabível, pois pretende rediscutir decisão atingida pela preclusão temporal.
Tendo o Juízo a quo indeferido o pedido de expedição de ofício ao BACEN, deveria a agravante ter imediatamente interposto o agravo de instrumento, em vez de pedir a reconsideração da decisão (fls. 51), deixando transcorrer o prazo recursal.

É cediço o entendimento de que "simples pedido de reconsideração não interrompe o prazo para interposição de recurso" (STJ, AGRESP 299187/MS, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ 15/10/2001).
Isto posto, nego seguimento ao recurso, com supedâneo nos artigos 557, caput, do Código de Processo Civil e 33, inciso XIII, do Regimento Interno desta Corte.
Intime-se.
Publique-se.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
LAZARANO NETO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.021048-5 AG 294586
ORIG.	:	0300000617 1 Vr SANTA BARBARA D OESTE/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
AGRDO	:	IND/ MECANICA ABEL LTDA e outros
ADV	:	SANY ALETHEIA GALVÃO DA SILVA DE QUEIROZ
AGRDO	:	AFONSO ABEL BERNARDINO DA SILVA
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE SANTA BARBARA D OESTE SP
RELATOR	:	DES.FED. CONSUELO YOSHIDA / SEXTA TURMA

Vistos.
1. Intime-se a agravada, nos termos do artigo 527, V, do CPC, para que responda, no prazo legal.
2. Após, retornem os autos conclusos.
Intimem-se.
São Paulo, 04 de abril de 2007.
CONSUELO YOSHIDA
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.021112-0 AG 294676
ORIG.	:	200061140099427 3 Vr SAO BERNARDO DO CAMPO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
AGRDO	:	RFR VEICULOS LTDA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE S B DO CAMPO SP
RELATOR	:	DES.FED. LAZARANO NETO / SEXTA TURMA

Considerando tratar-se de recurso interposto contra decisão proferida em execução fiscal, admito o seu processamento como agravo de instrumento, nos termos da Lei nº 11.187/05, ressalvando que não há pedido expresso de atribuição de efeito suspensivo (art. 558 do CPC) ou de antecipação de tutela da pretensão recursal (art. 527, III, CPC).
Intime-se a agravada para resposta.
Publique-se.
São Paulo, 29 de março de 2007.
LAZARANO NETO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.021482-0 AG 294809
ORIG.	:	200661020120701 6 Vr RIBEIRAO PRETO/SP
AGRTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
AGRDO	:	MARCELO HENRIQUE DE CAMARGOS DA SILVA
ADV	:	JOSE ADALBERTO ALMEIDA DA CUNHA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 6 VARA DE RIBEIRAO PRETO SP
RELATOR	:	DES.FED. MAIRAN MAIA / SEXTA TURMA

Vistos.
Insurge-se a agravante contra a decisão que, em ação cautelar proposta perante o Juízo Federal 6ª Vara de Ribeirão Preto, rejeitou a exceção de incompetência por ela oposta
Sustenta ter a agravada proposto ação cautelar preparatória com vistas a obter a liberação de veículo apreendido pela Receita Federal. Nesse sentido, alega que a demanda deveria ter sido proposta perante o Juízo da Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu, posto ter sido em tal localidade a refutada apreensão do bem.
Aduz comprometer sua defesa a propositura da ação perante a Subseção Judiciária de Ribeirão Preto, bem assim que, a despeito da literalidade do art. 109, § 2º da Constituição Federal, tal dispositivo não confere livre escolha ao autor.
Inconformada, requer a concessão de efeito suspensivo ao recurso e a reforma da r. decisão.
DECIDO.
Cuida-se de exceção de incompetência oposta pela União Federal na qual se alega dever o feito tramitar perante o Juízo da Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu, local em foi apreendido o veículo objeto da ação cautelar proposta, alegando em prol de seu direito ser mister a interpretação restritiva do art. 109, § 2º da Constituição Federal.
Estabelece o mencionado art. 109 da CF as causas em que a Justiça Federal detém competência para processamento e julgamento.
A seu turno, o § 2º, delimitando a competência dos juízos federais prevê que as causas intentadas em face da União Federal poderão ser aforadas: a) na seção judiciária em que for domiciliado o autor; b) naquela onde houver ocorrido o ato ou fato que deu origem à demanda; c) naquela onde esteja situada a coisa; e, d) no Distrito Federal.
Inequivocamente, a escolha entre as seções judiciárias autorizadas pela Constituição Federal é faculdade pertencente ao autor, que tem por escopo facilitar a propositura da ação, porquanto a União Federal tem condições de se defender em todo território nacional.
Dessa forma, ao autor é possibilitada a propositura da ação na seção judiciária de seu domicílio, se assim melhor lhe convier.
Nesse sentido, manifestou-se a e. Sexta Turma em feito de minha relatoria, verbis:
"AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA. AÇÃO DE CONHECIMENTO EM FACE DA UNIÃO FEDERAL. ART. 109, §2º DA CF/88. ESCOLHA ENTRE AS SEÇÕES JUDICIÁRIAS AUTORIZADAS. FACULDADE DO AUTOR.
1. O art. 109, §2º da Constituição Federal, ao delimitar a competência dos juízos federais, prevê que as causas intentadas em face da União Federal poderão ser aforadas: na seção judiciária em que for domiciliado o autor, naquela onde houver ocorrido o ato ou fato que deu origem à demanda, naquela onde esteja situada a coisa e no Distrito Federal.
2. A escolha entre as seções judiciárias autorizadas pelo texto constitucional é faculdade deferida ao autor, pois tem por escopo facilitar a propositura da ação, pois a União Federal tem condições de se defender em todo território nacional. Precedentes da jurisprudência.
(...)
(TRF3, 6ª Turma, AG n.º 2001.03.00.019052-6/SP, j. 26/02/03, v.u., DJU 28/03/03).
Diante do exposto, não vislumbro a relevância da fundamentação a dar ensejo à suspensão da decisão agravada.
Ausentes os pressupostos, indefiro o pedido de efeito suspensivo.
Comunique-se ao Juízo de origem o teor desta decisão.
Intime-se o agravado , nos termos do art. 527, V, do CPC.
Intimem-se.
São Paulo, 03 de abril de 2007.
MAIRAN MAIA Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2007.03.00.021513-6 AG 294787
ORIG.	:	0200000246A Vr ATIBAIA/SP 0200148919 A Vr ATIBAIA/SP
AGRTE	:	ATI GEL FRUTAS CONGELADAS ATIBAIA LTDA
ADV	:	EDISON FREITAS DE SIQUEIRA
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DO SAF DE ATIBAIA SP
RELATOR	:	DES.FED. MAIRAN MAIA / SEXTA TURMA

Vistos.
Insurge-se a agravante contra decisão que, em execução fiscal manteve a decisão de determinara "a transferência do valor bloqueado para a agência 1242-4-Fórum da Nossa Caixa, para conta judicial à disposição" (fl. 188) do Juízo por entender não haver "impedimento legal ou ordem judicial das instâncias superiores que vede a transferência do dinheiro à disposição do juízo" (fl. 23).
Sustenta a agravante a nulidade da decisão agravada por ausência de fundamentação, em ofensa aos artigos 93, IX da CF e 165 do CPC.
Alega ter o Juízo "a quo" determinado a transferência dos valores bloqueados para a conta judicial, a despeito do trâmite do agravo de instrumento n.º 2003.03.00.070457-9, interposto em face da decisão que determinara o bloqueio das contas da empresa.
Nesse sentido, aduz ser mister a suspensão da execução fiscal, bem assim da decisão que determinou a transferência dos valores, tendo em vista encontrar-se "pendente de julgamento agravo de instrumento, cujo objeto é a legalidade da ordem judicial" (fl. 07) que determinou a penhora.
Assevera ser impenhorável o capital de giro da empresa, "quer como disponibilidade de caixa, quer como título ou créditos a receber da clientela, quer como estoque" (fl. 12), bem assim dever ser observado o princípio da menor onerosidade ao devedor, nos termos do art. 620 do CPC.
Defende ser regra a impossibilidade da quebra de sigilo bancário, a qual só pode ser mitigada em casos excepcionais, o que não se configura "in casu".
Inconformada, requer a atribuição de efeito suspensivo ao recurso e a reforma da decisão agravada.
DECIDO.
Não vislumbro a alegada violação ao artigo 93, inciso IX, da CF, nem ao artigo 165 do CPC. A fundamentação concisa não subtraiu à agravante a apresentação de defesa, ficando afastada a alegada nulidade.
Indispensável para a concessão de efeito suspensivo ao recurso de agravo de instrumento, a presença da relevância da fundamentação, concomitantemente com a possibilidade de dano irreparável ou de difícil reparação caso não seja deferida a medida pleiteada, a teor do disposto no art. 558 do CPC.
A suspensão da eficácia de decisão agravada encontra-se condicionada à presença de dois fatores: a relevância da fundamentação e a configuração de situação que possa resultar lesão grave ou de difícil reparação.
A providência prevista pelo art. 558 do CPC, não pode vir a se configurar em julgamento antecipado do agravo pelo relator. Evidentemente, uma vez deferida a medida, a decisão do relator subsistirá até julgamento do recurso pela turma, mas a legitimidade desta decisão dependerá da verificação "in concreto" da presença dos requisitos abstratamente previstos pela norma processual.
A lesão grave ou de difícil reparação a justificar a suspensão dos efeitos da decisão agravada, há de ser certa e determinada, comprometendo a eficácia da tutela jurisdicional a ser prestada.
Neste sentido o ensinamento de Teori Albino Zavascki:
"O risco de dano irreparável ou de difícil reparação, e que enseja antecipação assecuratória, é o risco concreto (e não o hipotético ou eventual), atual (ou seja, o que se apresenta iminente no curso do processo), e grave (vale dizer, o potencialmente apto a fazer perecer ou a prejudicar o direito afirmado pela parte). Se o risco, mesmo grave, não é iminente, não se justifica a antecipação da tutela. É conseqüência lógica do princípio da necessidade, antes mencionado."
(in "Reforma do Código de Processo Civil", Coordenador Salvio de Figueiredo Teixeira, tópico 7 - pg 153).
A fundamentação da agravante não se revela da indispensável relevância, a propiciar a concessão da medida postulada, a teor do art. 558 do CPC, tampouco se encontra configurada a situação objetiva de perigo, a qual deve ser certa e determinada.
Nesse sentido, mister observar ter a ora recorrente interposto agravo de instrumento, distribuído a este relator sob o n.º 2003.03.00.070457-9, em face da decisão que determinara a expedição de ofícios aos principais bancos para o imediato bloqueio dos valores relativos ao crédito executado. Em sessão de julgamento do dia 06/12/06 decidiu esta e. Sexta Turma:
AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO FISCAL - DECISÃO QUE ADOTA COMO FUNDAMENTO INFORMAÇÃO FORNECIDA PELA EXEQÜENTE - NULIDADE NÃO CONFIGURADA - RASTREAMENTO E BLOQUEIO DE VALORES - BENS NÃO LOCALIZADOS PELA EXEQÜENTE.
1. Não se verifica nulidade na decisão que adotou como fundamento a informação fornecida pela União Federal de que "não foram encontrados bens em nome da executada", porquanto não impossibilitou a agravante de apresentar sua defesa. Preliminar rejeitada.
2. Não tendo a credora logrado localizar bens penhoráveis, não assiste razão à devedora de se insurgir contra o bloqueio de valores de suas contas correntes, porquanto a indicação obedeceu à gradação prevista no artigo 11 da Lei n.º 6.830/80.
3. A determinação do bloqueio de ativos financeiros pertencentes à executada, bem como a penhora sobre saldos em conta-corrente, são medidas excepcionais e, portanto, somente podem ser deferidas se comprovado o exaurimento dos meios ordinários para a obtenção de dados relativos à existência de bens penhoráveis em nome daquela.
4. "In casu", foram promovidas todas as diligências possíveis no intuito de encontrar bens penhoráveis em nome da agravante/executada, apresentando, no entanto, resultado negativo.
5. Agravo de instrumento improvido. Agravo regimental prejudicado".
Já por tal razão, não vislumbro a relevância da fundamentação da agravante ao se insurgir contra a determinação de transferência de valores bloqueados para conta à disposição do Juízo.
Dessarte, ausentes os pressupostos, impõe-se a manutenção da eficácia da decisão impugnada.
Ante o exposto, indefiro o provimento postulado.
Comunique-se ao juízo de origem o teor desta decisão.
Intime-se a agravada, nos termos do art. 527, V, do CPC.
Intimem-se.
São Paulo, 29 de março de 2007.
MAIRAN MAIA Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2007.03.00.021554-9 AG 294784
ORIG.	:	200760000006305 2 Vr CAMPO GRANDE/MS
AGRTE	:	SEVERINO BEZERRA DA SILVA FILHO
ADV	:	ALLAN MARCILIO LIMA DE LIMA FILHO
AGRDO	:	REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE CAMPO GRANDE Sec Jud MS
RELATOR	:	DES.FED. REGINA COSTA / SEXTA TURMA

Vistos.
Nos termos do art. 525, inciso I, do Código de Processo Civil, com a nova redação dada pela Lei n. 9.139, de 30 de novembro de 1995, a petição de agravo de instrumento será instruída pelas procurações outorgadas aos advogados da Agravante e do Agravado, peças obrigatórias para a verificação das condições de admissibilidade do recurso.
No presente caso, embora a Agravante tenha noticiado que está representada nos autos mediante advogado regularmente constituído (fl. 02), verifico a ausência de juntada da procuração outorgada pela Agravante, o que evidencia a instrução deficiente do recurso.
Ante o exposto, não tendo a Agravante observado o disposto no art. 525, I, do Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO ao agravo interposto, nos termos do art. 557, caput, do Código de Processo Civil e do art. 33, inciso XIII, do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
Decorrido o prazo legal, baixem os autos à 1ª instância para oportuno arquivamento.
Intimem-se.
São Paulo, 23 de março de 2007.
REGINA HELENA COSTA
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2007.03.00.021587-2 AG 294862
ORIG.	:	200761000047760 5 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	UPS DO BRASIL REMESSAS EXPRESSAS LTDA
ADV	:	ANGELINA PARANHOS MARIZ DE OLIVEIRA
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 5 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. REGINA COSTA / SEXTA TURMA

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por UPS DO BRASIL REMESSAS EXPRESSAS LTDA, contra a decisão proferida pelo MM. Juízo a quo, que nos autos de mandado de segurança, indeferiu pedido de liminar, visando a expedição de Certidão de Regularidade Fiscal, até que seja apreciado o pedido de cancelamento da inscrição em dívida ativa n. 80.2.06.089263-00, relativa ao Imposto de Renda - Pessoa Jurídica dos meses de outubro de 1997 e outubro de 1998.
Sustenta, em síntese, a possibilidade de emissão de Certidão de Regularidade Fiscal, até que ocorra a apreciação do Pedido de Cancelamento do Débito, em razão da alegada prescrição.
Requer a concessão de efeito suspensivo para que o débito inscrito sob n. 80.2.06.089263-00, oriundo do Processo Administrativo n. 10880.635452/2006-04 e executado sob n. 2006.61.82.055729-0, não seja impedimento para a emissão da Certidão de regularidade Fiscal e que, ao final, seja dado provimento ao presente recurso.
Feito breve relato, decido.
Consoante o novo regime jurídico imposto ao recurso de agravo, veiculado pela Lei n. 11.187, de 19 de outubro de 2005, "das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de 10 (dez) dias, na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento" (nova redação dada ao art. 522, do CPC).
Outrossim, o mesmo diploma legal alterou a redação do inciso II do art. 527 que, secundando aquele preceito, ora estatui que o Relator "converterá o agravo de instrumento em agravo retido, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, mandando remeter os autos ao juiz da causa".
Da análise dos aludidos dispositivos, colhe-se facilmente que, diante de tal disciplina, a interposição do agravo, na forma retida, tornou-se o padrão desse recurso, sendo admitida por instrumento tão somente nas hipóteses expressamente mencionadas.
No presente recurso, é de se admitir sua interposição por instrumento, em razão de tratar-se de possibilidade de lesão grave ou de difícil reparação.
Assim sendo, passo a apreciar o pedido de concessão de efeito suspensivo ativo.
Nos termos do art. 558, do Código de Processo Civil, para a suspensão do cumprimento da decisão agravada, tal como autoriza o art. 527, inciso III, do mesmo diploma legal, é necessário que, diante da relevância da fundamentação apresentada pelo recorrente, haja evidências de que tal decisão possa resultar-lhe lesão grave e de difícil reparação.
Neste juízo de cognição sumária, não verifico a presença da plausibilidade do direito invocado.
O direito à expedição da certidão de regularidade fiscal foi submetido à apreciação do MM. Juízo singular e, em consonância com o exposto na decisão agravada, entendo que o débito inscrito em dívida ativa não está acobertado por causa de suspensão da exigibilidade.
Isso porque, embora o pedido de cancelamento da dívida ainda esteja pendente de apreciação, não se enquadra no conceito de recurso administrativo para o efeito mencionado no inciso III, do art. 151, do CTN.
Assim sendo, não vejo razão para a suspensão dos efeitos da decisão agravada.
Ante o exposto, NEGO O EFEITO SUSPENSIVO ATIVO pleiteado.
Intime-se a Agravada, nos termos do art. 527, inciso V, do Código de Processo Civil.
Dê-se vista ao Ministério Público Federal.
Comunique-se o MM. Juízo a quo.
Intimem-se.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
REGINA HELENA COSTA
DESEMBARGADORA FEDERAL RELATORA

PROC.	:	2007.03.00.021597-5 AG 294882
ORIG.	:	200661000274085 5 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	ANTICO IND/ E COM/ DE AUTO PECAS LTDA -ME
ADV	:	EDUARDO DO CARMO FERREIRA
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 5 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. MAIRAN MAIA / SEXTA TURMA

Vistos.
Insurge-se a agravante contra a decisão que, em mandado de segurança no qual se pretende obter "a declaração de nulidade do ato que a excluiu do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS" (fl. 145), indeferiu a liminar pleiteada.
DECIDO.
A sistemática do recurso de agravo foi modificada pela Lei n.º 11.187, de 19 de outubro de 2005, atribuindo nova redação aos artigos 522, 523 e 527 do Código de Processo Civil. A partir da vigência dessa lei, prevalecerá a forma retida na interposição do recurso de agravo, salvo nas hipóteses de existência de risco de lesão grave e de difícil reparação, nos casos de inadmissão do recurso de apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando o recurso será processado na forma de instrumento.
Assim, a teor do disposto no artigo 527, II, do Código de Processo Civil, converto o presente recurso em agravo retido, porquanto a hipótese trazida nos autos não se insere naquelas excepcionais previstas pela alteração legislativa.
Comunique-se ao Juízo de origem o teor desta decisão.
Após, abra-se vista ao MPF.
Com o decurso do prazo, encaminhem-se os autos ao Juízo da causa, para processamento do recurso, procedendo-se à baixa na distribuição.
Intimem-se.
São Paulo, 03 de abril de 2007.
MAIRAN MAIA Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2007.03.00.021788-1 AG 294988
ORIG.	:	0600000032 2 Vr PIRAJU/SP 0600020740 2 Vr PIRAJU/SP
AGRTE	:	ISMAR CORONA
ADV	:	HÉLIO GUSTAVO ASSAF GUERRA
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 2 VARA DE PIRAJU SP
RELATOR	:	DES.FED. LAZARANO NETO / SEXTA TURMA

Considerando tratar-se de recurso interposto contra decisão proferida em execução fiscal, admito o seu processamento como agravo de instrumento, nos termos da Lei nº 11.187/05, ressalvando que não há pedido expresso de atribuição de efeito suspensivo (art. 558 do CPC) ou de antecipação de tutela da pretensão recursal (art. 527, III, CPC).
Intime-se a agravada para resposta.
Publique-se.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
LAZARANO NETO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.025151-7 AG 295217
ORIG.	:	200761000014950 11 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	LOJA DE REMEDIOS LTDA -ME
ADV	:	LUCIANO SOUZA DE OLIVEIRA
AGRDO	:	Conselho Regional de Farmacia do Estado de Sao Paulo CRF/SP
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 11 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CONSUELO YOSHIDA / SEXTA TURMA

Vistos.
A agravante interpôs o presente agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo ativo, rectius, antecipação de tutela da pretensão recursal, contra a r. decisão de fls. 62/65 dos autos originários (fls. 64/67 destes autos), que, em sede de mandado de segurança, indeferiu a liminar, que visava a suspensão dos efeitos das multas aplicadas pelo agravado, em razão da ausência de responsável técnico no momento da fiscalização no estabelecimento.
Pretende a agravante a reforma da r. decisão agravada, pelas razões que aduz.
Desde a disciplina do agravo pela Lei nº 9.139/95, aumentou significativamente a recorribilidade das decisões interlocutórias pela via do agravo de instrumento junto aos Tribunais, demandando decisões monocráticas e colegiadas sobre admissibilidade, efeito suspensivo e mérito, em prejuízo do julgamento de apelações e feitos da competência originária da Corte.
Visando corrigir e atenuar tais distorções lesivas à prestação jurisdicional pela instância recursal, sobrevieram a Lei nº 10.352/2001, e, mais recentemente, a Lei nº 11.187/2005, com o intuito de tornar regra o agravo retido e a respectiva conversão, e exceção o agravo de instrumento, circunscrito às hipóteses de urgência e de inadmissibilidade da apelação.
Não vislumbro no presente caso a urgência ou perigo de lesão grave e de difícil reparação a ensejar o perecimento do direito/pretensão, pelo que converto o agravo de instrumento em agravo retido, com fundamento no art. 527, II, do Código de Processo Civil, com a redação dada pela Lei nº 11.187/2005.
Ademais, conforme bem decidiu o r. Juízo de origem com a entrada em vigor da Lei n. 5.991/73, atribuiu-se aos órgãos de vigilância sanitária a competência para a fiscalização do funcionamento de farmácias, drogarias e afins, bem como determinou a exigência de manutenção, no estabelecimento farmacêutico, de técnico responsável inscrito no Conselho Regional de Farmácia (arts. 15, 21, 44 e 45 da Lei).
Conclui-se que a fiscalização levada a cabo pelos Conselhos Regionais de Farmácia e pela Vigilância Sanitária não se confundem. A aparente confusão decorre do fato de que, em sua natureza, a exigência de permanência de profissional habilitado no estabelecimento tem função dupla, pois confere maior segurança à saúde dos clientes que compram produtos farmacêuticos e afins (fato que se relaciona com a polícia sanitária) e confere segurança aos integrantes da classe profissional, que não vêm seus postos de trabalho serem ocupados por pessoas que não detêm conhecimentos técnicos para tanto (fiscalização profissional).
Em suma, o poder de fiscalização dos organismos de regulamentação profissional não se limita à verificação das condutas disciplinares e éticas de seus integrantes, mas à verificação do funcionamento dos estabelecimentos a ele vinculados, tanto que, conforme parágrafo único do art. 22 da Lei 3.820/60, acima transcrito, pagam anuidade.
Oportunamente, observadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem para apensamento aos principais.
Intimem-se.
São Paulo, 29 de março de 2007.
CONSUELO YOSHIDA
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.025278-9 AG 295252
ORIG.	:	199961000037767 9 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	UNICONTROL SISTEMAS DE MEDICAO E CONTROLE LTDA
ADV	:	JOSE CELSO CAPUTO
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 9 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. MAIRAN MAIA / SEXTA TURMA

Vistos.
Intime-se a agravante para, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de negativa de seguimento regularizar o presente recurso, declarando, por meio de seu patrono, a autenticidade das peças necessárias à interposição na forma da Lei n.º 10.352/01, ou providenciando sua autenticação, por tabelião ou escrivão.
Intimem-se.
São Paulo, 30 de março de 2007.
MAIRAN MAIA Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2007.03.00.025402-6 AG 295369
ORIG.	:	200661030082460 1 Vr SAO JOSE DOS CAMPOS/SP
AGRTE	:	SOLUTIONS DESIGN COM/ E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA
ADV	:	JOSE AUGUSTO DE AQUINO CUNHA
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE S J CAMPOS SP
RELATOR	:	DES.FED. CONSUELO YOSHIDA / SEXTA TURMA

Vistos.
Regularize o agravante, no prazo de 5 (cinco) dias, a autenticação das cópias das peças que devem obrigatoriamente instruir o agravo de instrumento (juntada das cópias autenticadas, nos termos dos arts. 365, III e 384, do CPC e Resolução nº 54/96, da Presidência deste Tribunal, ou juntada de declaração de autenticidade, nos termos do art. 544, § 1º, do CPC), sob pena de ser negado seguimento ao presente recurso.
Intimem-se.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
CONSUELO YOSHIDA
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.025406-3 AG 295372
ORIG.	:	200561190017740 3 Vr GUARULHOS/SP
AGRTE	:	ROSIL EMBALAGENS PLASTICAS LTDA
ADV	:	MARCOS ALCARO FRACCAROLI
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE GUARULHOS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. LAZARANO NETO / SEXTA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão do Juízo Federal da 3ª Vara de Guarulhos/SP, que acolheu parcialmente exceção de pré-executividade, determinando o prosseguimento da execução fiscal em relação à CDA nº 80.7.05.009046-04.
Sustenta a agravante, em síntese, a existência de prova inequívoca da compensação tributária por ela realizada, de modo que a decisão agravada deve ser reformada, a fim de que seja integralmente extinta a execução fiscal. Pede a concessão do efeito suspensivo.
Após breve relato, decido.
Saliento, inicialmente, ser cabível a interposição do agravo por instrumento, nos termos da Lei nº 11.187/05, considerando tratar-se de decisão proferida em execução fiscal.

Todavia, não diviso, em uma análise primária, qualquer eiva de ilegalidade ou abuso de poder na decisão hostilizada, a ensejar a suspensão de que trata o artigo 527, inciso III, do Código de Processo Civil, que corresponde à antecipação dos efeitos da tutela recursal.
A exceção de pré-executividade visa à apresentação de defesa sem garantia do Juízo, sendo admitida quando há objeções, ou seja, questões de ordem pública, constatadas de plano.
No caso, a verificação da integral compensação do crédito exeqüendo pela agravante exige cognição plena, o que implicaria em dilação probatória, admissível apenas em sede de embargos do devedor.
A respeito, já decidiu o E. Superior Tribunal de Justiça:
"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE. 28,86%. COMPENSAÇÃO DE VALORES RECEBIDOS ANTERIORMENTE NOS TERMOS DAS LEIS N.OS 8.622/93 E 8.627/93. COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. NECESSIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 07 DESTA CORTE. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. DESCABIMENTO.
1. A análise da realização da compensação dos valores anteriormente recebidos demandaria o revolvimento do conjunto probatório dos autos, mais especificamente das contas apresentadas pelos exeqüentes, o que é inviável na via estreita do recurso especial, por atrair o óbice do enunciado da Súmula n.º 07 do STJ.
2. A dilação probatória requerida no presente caso é incompatível com a via eleita da exceção de pré-executividade, que se restringe à argüição de matéria de ordem pública e de aspectos relacionados com a formação do título executivo, comprovados de plano e documentalmente. Precedentes.
3. A verificação da ocorrência da compensação dos valores recebidos anteriormente, nos termos das Leis n.os 8.622/93 e 8.627/93, não se configura hipótese de cabimento da exceção de pré-executividade, mas sim de eventuais embargos à execução.
4. Recurso especial não conhecido."
(STJ, RESP n. 610465/RS, QUINTA TURMA, Data da decisão: 23/06/2004, DJ 23/08/2004, p. 270, Min. Rel. LAURITA VAZ)
Posto isto, nego o pedido de efeito suspensivo.
Intime-se a agravada para resposta.
Publique-se.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
LAZARANO NETO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.025516-0 AG 295415
ORIG.	:	200661820017611 3F Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	AMARAL FILHO ADVOGADOS ASSOCIADOS
ADV	:	DALSON DO AMARAL FILHO
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DAS EXEC. FISCAIS SP
RELATOR	:	DES.FED. CONSUELO YOSHIDA / SEXTA TURMA

Vistos.
1. Intime-se a agravada, nos termos do artigo 527, V, do CPC, para que responda, no prazo legal.
2. Após, retornem os autos conclusos.
Intimem-se.
São Paulo, 04 de abril de 2007.
CONSUELO YOSHIDA
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.025637-0 AG 295456
ORIG.	:	8900188313 6 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	ACRIPUR S/A IND/ E COM/
ADV	:	EMILIO ALFREDO RIGAMONTI
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 6 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CONSUELO YOSHIDA / SEXTA TURMA

Vistos.
Regularize a agravante, no prazo de 05 (cinco) dias, o recolhimento do valor das custas do preparo e porte de remessa e retorno (junto à CEF, nos termos do art. 3° e Anexo II, da Resolução n° 255, de 16/06/2004, do Conselho de Administração deste Tribunal), sob pena de ser negado seguimento ao presente recurso.
Intimem-se.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
CONSUELO YOSHIDA
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.029320-2 AG 295856
ORIG.	:	200661000161448 25 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	HAY DO BRASIL CONSULTORES LTDA
ADV	:	WALTER LUIZ SALOMÉ DA SILVA
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 25 VARA SÃO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CONSUELO YOSHIDA / SEXTA TURMA

Vistos.
INDEFIRO o efeito suspensivo pleiteado (CPC, art. 558).
A agravante interpôs o presente agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, contra a r. decisão de fl. 206 dos autos originários (fl. 99 destes autos), que, em sede de mandado de segurança, recebeu apenas no efeito devolutivo o recurso de apelação interposto contra sentença que julgou extinto o processo sem julgamento do mérito em relação ao pedido de expedição de regularidade fiscal, em virtude da existência da inscrição em dívida ativa nº 80.2.04.053553-09, diante da ilegitimidade passiva ad causam da autoridade impetrada.
Pretende a agravante a reforma da r. decisão agravada, alegando, em síntese, que os débitos objeto da inscrição nº 80.2.04.053553-02 foram inscritos pela Procuradoria da Fazenda Nacional em Osasco, uma vez que eram de responsabilidade da empresa Trigono Consultores Ltda, que foi incorporada pela agravante; que diante da incorporação ocorrida, a responsabilidade para cobrança de eventuais débitos da empresa Trigono foi transferida para a agravante, sendo que a Procuradoria da Fazenda Nacional em São Paulo é que detém a legitimidade para emitir a certidão pretendida, uma vez que é a procuradoria de jurisdição da agravante.
Como é sabido, a regra geral no tocante ao efeito da apelação interposta contra sentença proferida em mandado de segurança, em conformidade com o disposto no art. 12 da Lei nº 1.533/51, é que o recurso deve ser recebido apenas no efeito devolutivo, com exceção apenas das previsões legais expressas ou somente em situações excepcionalíssimas, quando demonstrada a relevância da fundamentação e o risco de lesão grave e de difícil reparação.
Não vislumbro a presença do fumus boni iuris no caso em apreço.
Embora tenha ocorrido a incorporação da empresa Trigono Consultores S/C Ltda pela agravante, cumpre observar que consta do relatório de informações de inscrições em dívida ativa de fls. 45/49 destes autos que, no tocante à inscrição nº 80 2 04 053553-09, a devedora principal é a empresa Trigono Consultores S/C Ltda, sendo a Procuradoria da Fazenda Nacional em Osasco a responsável pela referida inscrição (fl. 45 destes autos).
Em informações prestadas nos autos originários, o Procurador-Chefe da Fazenda Nacional sustentou sua ilegitimidade passiva ad causam no tocante à referida inscrição, uma vez que o débito foi inscrito em dívida ativa no domicílio fiscal de Osasco, preliminar que foi acolhida pelo r. Juízo a quo (sentença de fls. 88/91 destes autos) que, nessa parte, julgou extinto o processo sem julgamento do mérito; e concedeu em parte a segurança para determinar que o débito inscrito em dívida ativa sob o nº 80.6.97.168853-29 não constitua óbice à emissão da certidão pretendida.
Por outro lado, o próprio pedido de revisão de débitos inscritos em dívida ativa da União relativo à inscrição nº 80 2 04 053553-09, foi formulado pela empresa incorporada Trigono Consultores S/C Ltda (fls. 49/51 destes autos).
Assim sendo, não reconheço relevância nas alegações da agravante, pelo que INDEFIRO o efeito suspensivo pleiteado.
Intime-se a agravada, nos termos do art. 527, V, do CPC, para que responda no prazo legal.
Comunique-se ao MM. Juízo a quo, dispensando-o de prestar informações, nos termos do art. 527, IV, do mesmo Código.
Intimem-se.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
CONSUELO YOSHIDA
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.029767-0 AG 296111
ORIG.	:	200761000052007 9 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	ENOTEC ENGENHARIA OBRAS E TECNOLOGIA LTDA
ADV	:	FERNANDO JOSE GARCIA
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 9 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CONSUELO YOSHIDA / SEXTA TURMA

Vistos.
Excepcionalmente aprecio o efeito suspensivo em razão do risco de perecimento do direito postulado.
INDEFIRO, por ora, o efeito suspensivo pleiteado (CPC, art. 527, III), sem prejuízo da imediata apreciação pelo r. Juízo a quo, após a vinda das informações solicitadas ao Fisco.
A agravante interpôs o presente agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo ativo, rectius, antecipação de tutela da pretensão recursal, contra a r. decisão de fls. 199/203 dos autos originários (fls. 12/16 destes autos), que, em sede de mandado de segurança, que visava a expedição de certidão positiva com efeitos de negativa, deferiu parcialmente a liminar requerida para determinar que a autoridade impetrada proceda, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da cientificação da autoridade impetrada, à análise do processo de compensação nº 13087.003252/02-27 e, em seguida, expeça certidão que reflita a real situação da impetrante.
Pretende a agravante a reforma da decisão agravada, alegando em síntese, que a única pendência que foi encontrada, conforme Relatório de Informações de Apoio para Emissão de Certidão, se encontra no PROFISC, sobre o processo administrativo nº 13807-003.252/2002-27; que a referida pendência não constitui óbice à emissão da certidão, pois consiste em débito extinto pela compensação; que em virtude de decisão judicial transitada em julgado efetuou a compensação de débitos que, até o presente momento não foi realizada; que o r. Juízo de origem determinou à agravada que analisasse em 05 (cinco) dias o processo administrativo, e, após, expedisse a certidão que refletisse a real situação da agravante; que em diligência à receita federal, a agravante verificou que a agravada não irá atender a determinação do r. Juízo de origem no prazo referido, pois necessita de documentos da agravante para a análise das compensações realizadas, tendo inclusive enviado uma carta de intimação, via correio, para a sede da agravante; que irá participar de três licitações no próximo dia 02/04/2007, e não terá condições de aguardar o prazo estabelecido pelo r. Juízo de origem na r. decisão agravada; que deve ser determinado à agravada que suspenda a exigibilidade do suposto débito enquanto perdurar a análise do processo administrativo, devendo ser emitida a certidão positiva com efeitos de negativa pretendida.
Incabível através da via estreita do mandado de segurança e em juízo de cognição sumária na esfera recursal, aferir-se a presença do fumus boni iuris a ensejar a concessão da liminar a ensejar a expedição da certidão pretendida, pois compete à autoridade administrativa analisar a compensação efetuada pelo contribuinte.
Por outro lado, conforme informou a agravante na sua minuta de fls. 02/11, a Receita Federal pleiteou a apresentação de documentos complementares o que deverá ser agilizado pela própria agravante na instância administrativa.
Intime-se a agravada, nos termos do art. 527, V, do CPC, para que responda, no prazo legal.
Comunique-se ao MM. Juízo a quo, com urgência, dispensando-o de prestar informações, nos termos do art. 527, IV, do mesmo Código.
Intimem-se.
São Paulo, 29 de março de 2007.
CONSUELO YOSHIDA
Desembargadora Federal
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.032073-4 AG 296315
ORIG.	:	200761190017840 5 Vr GUARULHOS/SP
AGRTE	:	BALK COML/ IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA
ADV	:	DANIEL BETTAMIO TESSER
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 5 VARA DE GUARULHOS > 19 SSP > SP
RELATOR	:	DES.FED. MAIRAN MAIA / SEXTA TURMA

Vistos.
Insurge-se a agravante contra decisão que, em mandado de segurança no qual se pretende assegurar o direito de ver reconhecida a "nulidade do Auto de Infração, que decretou a pena de perdimento das mercadorias constantes na Declaração de Importação - DI n.º 06/0754703-5" indeferiu a liminar pleiteada (fl. 20).
Sustenta a agravante ter a autoridade impetrada, mediante alegação de existência de subfaturamento na operação de importação por ela realizada, lavrado, em 11/12/06, auto de infração n.º 10814.023398/2006-35 com imposição de pagamento de multa.
Alega que, "entretanto, numa evidente mudança de critério jurídico e veemente afronta ao princípio do non bis in idem, no dia 13 de dezembro de 2006, foi lavrado pela mesma Autoridade e sobre a mesma suposta infração o Auto de Infração propondo a decretação da pena de perdimento, sem que ocorresse nenhuma mudança substancial no procedimento levado a termo pela Autoridade Fiscal" (fl. 04).
Nesse sentido, aduz ter a agravada, em um primeiro momento, aduzindo haver falsidade na fatura e dando ênfase à suposta pretensão de subfaturamento, oposto a decretação de pena de multa, mas, dois dias depois, elaborado auto de infração enfatizando a referida falsidade, optando pela pena de perdimento.
Assevera não se sustentar a afirmação no sentido de ter havido, "in casu", utilização de fatura comercial ideologicamente falsa, porquanto referidos documentos foram emitidos pelo exportador, tendo ocorrido, apenas, "erro quando do registro da Declaração de Importação, retificado por novo registro, quando todos os tributos devidos foram recolhidos, conforme consta expressamente dos Autos de Infração" (fl. 08).
Expende não se aplicar no presente caso o art. 105 do Decreto-lei n.º 37/66, tendo em vista que tal dispositivo determina a pena de perdimento para os casos de falsidade ou adulteração de documentos essenciais ao desembaraço aduaneiro, nos quais não se enquadra a fatura comercial.
Afirma evidenciar-se a ocorrência de mudança de critério jurídico adotado pelo Fisco, em ofensa à legislação de regência e ao princípio do non bis in idem.
Por todo o exposto, alega ser "insubsistente e inaplicável a pena de perdimento, não só pela evidente nulidade do Auto de Infração que a decretou, bem como pela não-comprovação de dano efetivo ao erário, posto que inexistente" (fl. 10).
Sustenta ter entendido o Juízo "a quo", não deter a agravante o direito de requerer a devolução do prazo para defesa nos autos do processo administrativo, posto ter sido intimada do primeiro auto de infração. No entanto, em razão da lavratura do segundo auto de infração, aduz não ter apresentado impugnação, porquanto seria inócua.
Alega, portanto, ser mister a liberação imediata das mercadorias mediante o pagamento da multa, com redução de 50%, a qual lhe seria garantida "acaso não houvesse a lavratura do Auto de perdimento, ressalte-se, nulo de pleno direito" (fl. 11).
Inconformada, requer a concessão nesta instância da medida postulada initio litis indeferida pelo Juízo de primeiro grau e a reforma da decisão agravada.
DECIDO.
Para a concessão da medida liminar em mandado de segurança, a lei exige cumulativamente a presença de dois pressupostos: a relevância do fundamento e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida caso seja deferida a segurança.
O fundamento jurídico deve ser relevante, vale dizer, que seja apto a formar o convencimento do julgador de que a tese esposada tem possibilidade de provimento favorável por ocasião do julgamento definitivo. Desta forma, a relevância do fundamento não é apenas

fumaça de direito. Consiste na plausibilidade do direito invocado, valorada à vista da prova pré-constituída carreada aos autos pelo impetrante.
Sob outro aspecto, o segundo pressuposto, ineficácia da medida caso procedente o pedido ao final, consubstancia o periculum in mora, e tem por escopo preservar a eficácia de eventual sentença de procedência do pedido, ao permitir que o seu comando não esteja esvaziado pelo decurso do tempo.
Impetrou a ora agravante mandado de segurança com vistas a assegurar seu direito de ver reconhecida a nulidade do auto de infração o qual declarou a pena de perdimento dos bens por ela importados, liberando-se as mercadorias constantes da Declaração de Importação n.º 06/0754703-5 "sem a prestação de garantia ou, sucessivamente, mediante depósito do valor arbitrado no primeiro Auto de Infração lavrado, com a redução de cinqüenta por cento" (fl. 51).
Consoante se infere dos documentos acostados aos autos, a ora agravante importou produtos descritos na respectiva fatura comercial e na declaração de importação n.º 06/0754703-5 como sendo aparelhos telefônicos, centrais telefônicas e televisores de LCE e Plasma (fls. 76/80 e 83/84).
Ao proceder seu mister fiscalizatório, constatou a autoridade administrativa competente "a diferença entre o preço declarado e o preço efetivamente praticado (ou preço declarado e o preço arbitrado)" (fl. 56), o que ensejou a aplicação de pena de multa à ora agravante.
Posteriormente, conforme mencionado na decisão agravada "após exame exaustivo da documentação, concluiu" a autoridade impetrada "pela transação simulada, por meio de substituição de fatura e alteração de valores reais pagos ao exportador por preços inferiores, a ensejar o recolhimento de tributos a menor à Fazenda Nacional, restando caracterizado dano ao erário" (fl. 28), o que ensejou a lavratura do Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal n.º 0817600/089288/2006, no qual se propôs a pena de perdimento das mercadorias.
Nesse sentido, dispõem os artigos 633 e 634 do Decreto n.º 4.543/02, o qual regulamenta a administração das atividades aduaneiras, e a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior:
"Art. 633. Aplicam-se, na ocorrência das hipóteses abaixo tipificadas, por constituírem infrações administrativas ao controle das importações, as seguintes multas (Decreto-lei no 37, de 1966, art. 169 e § 6o, com a redação dada pela Lei no 6.562, de 18 de setembro de 1978, art. 2o):
I - de cem por cento sobre a diferença entre o preço declarado e o preço efetivamente praticado na importação ou entre o preço declarado e o preço arbitrado (Medida Provisória no 2.158-35, de 2001, art. 88, parágrafo único);"
"Art. 634. As infrações de que trata o art. 633 (Lei no 6.562, de 1978, art. 3o):
I - não excluem aquelas definidas como dano ao Erário, sujeitas à pena de perdimento; e
II - serão apuradas mediante processo administrativo fiscal, em conformidade com o disposto no art. 684.
Parágrafo único. Para os efeitos do inciso I, as multas relativas às infrações administrativas ao controle das importações somente poderão ser lançadas antes da aplicação da pena de perdimento da mercadoria"
Por outro lado, dispõe o art. 618 do mencionado Decreto:
"Art. 618. Aplica-se a pena de perdimento da mercadoria nas seguintes hipóteses, por configurarem dano ao Erário (Decreto-lei no 37, de 1966, art. 105, e Decreto-lei no 1.455, de 1976, art. 23 e § 1o, com a redação dada pela Lei no 10.637, de 2002, art. 59):
(...)
VI - estrangeira ou nacional, na importação ou na exportação, se qualquer documento necessário ao seu embarque ou desembaraço tiver sido falsificado ou adulterado;
VII - nas condições do inciso VI, possuída a qualquer título ou para qualquer fim;
VIII - estrangeira, que apresente característica essencial falsificada ou adulterada, que impeça ou dificulte sua identificação, ainda que a falsificação ou a adulteração não influa no seu tratamento tributário ou cambial;
(...)
XI - estrangeira, já desembaraçada e cujos tributos aduaneiros tenham sido pagos apenas em parte, mediante artifício doloso;
XII - estrangeira, chegada ao País com falsa declaração de conteúdo"
Dessarte, diante dos fatos constatados no presente caso, não se pode, "a priori", acoimar de ilegal a imposição das penalidades de multa e de perdimento, tal como ocorrido.
Ademais, não merece reparos a decisão agravada por entender o Juízo "a quo" não ter ora agravante levado aos autos fundamentos plausíveis para o pedido de devolução do prazo para defesa nos autos do processo administrativo, posto ter sido "oportunizada à parte impetrante o direito ao exercício do contraditório e da ampla defesa nos respectivos Autos de Infração" (fl. 23). Tal fundamentação encontra respaldo nos documentos de fls. 55 e 158 dos presentes autos.
No entanto, visando assegurar a efetividade de eventual sentença concessiva da ordem, entendo ser prudente, na presente fase, obstar a aplicação da pena de perdimento dos bens em discussão até a prolação de decisão com foros de definitividade.
Por outro lado, a liberação da mercadoria, tal como pretendida pela agravante, ocasionará situação de irreversibilidade, comprometendo a eficácia da sentença a ser ao final proferida.
Diante do exposto, defiro em parte o provimento postulado para determinar, tão-somente, não seja aplicada a pena de perdimento dos bens até a prolação de decisão final a ser proferida no "mandamus".
Comunique-se ao juízo de origem o teor dessa decisão, com urgência.
Intime-se a agravada, nos termos do art. 527, V, do CPC.
Após, abra-se vista ao Ministério Público Federal.
Intimem-se.
São Paulo, 03 de abril de 2007.
MAIRAN MAIA Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2007.03.00.032077-1 AG 296248
ORIG.	:	200761050028505 3 Vr CAMPINAS/SP
AGRTE	:	BOBST GROUP LATINOAMERICA DO SUL LTDA
ADV	:	ADELMO DA SILVA EMERENCIANO
AGRDO	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE CAMPINAS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. MAIRAN MAIA / SEXTA TURMA

Vistos.
Insurge-se a agravante contra a decisão que em mandado de segurança no qual se pretende "seja determinada a suspensão da exigibilidade dos débitos constantes dos processos administrativos n.ºs 13839.000104/2003-64 e 13839.000826/2003-19", bem assim "seja expedida a certidão conjunta positiva com efeito de negativa", indeferiu a liminar pleiteada (fl. 182).
Sustenta que os supostos débitos constantes em seu nome "são oriundos de compensações realizadas pela empresa, que em novembro de 2006 não foram reconhecidas pelas autoridades agravadas", bem assim ter apresentado manifestações de inconformidade, as quais "foram julgadas no sentido de serem mantidas as decisões contrárias às compensações realizadas" (fl. 08).
Alega ter interposto, então, os recursos cabíveis em face das mencionadas decisões, os quais, em desrespeito às normas vigentes, "não foram recebidos no efeito suspensivo, o que impingiria por conseqüência, a suspensão da exigibilidade dos referidos e supostos débitos" (fl. 08).
Aduz ter sido proferida decisão no âmbito administrativo considerando a compensação não declarada, tendo em vista a existência de ação judicial não transitada em julgado, cujo objeto seria a constituição do direito creditório de IPI utilizado na compensação em comento.
No entanto, assevera ter esclarecido no corpo da manifestação de inconformidade apresentada referir-se o processo judicial à recuperação dos expurgos sobre os créditos de direito da impetrante, tendo apenas incorrido em erro quando declarou a existência de litígio judicial sobre matéria que pudesse alterar o pedido.
Nesse sentido, expende não retirar a certeza e liquidez de seu crédito escritural, a existência de discussão judicial sobre a incidência de expurgos e correções, bem assim jamais ter havido discussão judicial sobre o crédito principal, o qual "existia e estava constituído devidamente nos livros, cujas cópias foram apresentadas" (fl. 15).
Afirma ter formalizado pedido de desistência da ação proposta, com intuito de comprovar sua boa-fé.
Sustenta suspenderem a exigibilidade do crédito tributário, "as reclamações e os recursos nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo", nos termos do art. 151 do CTN.
Inconformada, requer a concessão da medida postulada a reforma da r. decisão.
DECIDO.
Cumpre esclarecer que a certidão como documento público deve retratar fielmente determinada situação jurídica. Destarte, não pode constar não existir débitos, quando na verdade estes existem, ainda que estejam sendo judicialmente discutidos.
A expedição da Certidão Negativa de Débitos constitui ato administrativo vinculado, só podendo ser emitida quando em perfeita sintonia com os comandos normativos. Não se encontrando suspensa a exigibilidade do débito, não pode ser a conduta da autoridade acoimada de ilegal ou arbitrária. Ausentes os pressupostos aptos a ensejarem sua emissão, não pode a autoridade administrativa expedi-la, sob pena de infringência à disposição legal.
Por seu turno, o Código Tributário Nacional disciplina em seu artigo 206 a emissão de certidão, com os mesmos efeitos da certidão negativa, quando "conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa".
No presente caso, a certidão pretendida pela ora agravante foi indeferida em razão da existência de débitos relativos aos processos administrativos n.ºs 13839.000104/2003-64 e 13839.000826/2003-19, os quais alegou terem sido extintos pela compensação.
Diante da não-homologação de seu pedido, interpôs manifestações de inconformidade, as quais foram julgadas "no sentido de serem mantidas as decisões contrárias às compensações realizadas" (fl. 08).
Alega ter interposto, então, os recursos cabíveis em face das referidas decisões, os quais, nos termos da legislação de regência, possuem o condão de proporcionar a suspensão da exigibilidade dos créditos.
Anteriormente à edição da MP 135/03, convertida na Lei n.º 10.833/03, a qual alterou o artigo 74 da Lei n.º 9.430/96, a manifestação de inconformidade, bem como, o recurso apresentado ao Conselho de Contribuintes contra o indeferimento da compensação não possuíam o condão de suspender a exigibilidade do crédito tributário. Após a publicação da MP 135/03, os créditos tributários objeto da declaração de compensação passaram a ter sua exigibilidade suspensa, conforme se verifica da redação de seu artigo 17:
"Art. 17. O art. 74 da Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996, alterado pelo art. 49 da Lei no 10.637, de 30 de dezembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 74.
(....)
§ 5o O prazo para homologação da compensação declarada pelo sujeito passivo será de 5 (cinco) anos, contado da data da entrega da declaração de compensação.
§ 6o A declaração de compensação constitui confissão de dívida e instrumento hábil e suficiente para a exigência dos débitos indevidamente compensados.
§ 7o Não homologada a compensação, a autoridade administrativa deverá cientificar o sujeito passivo e intimá-lo a efetuar, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da ciência do ato que não a homologou, o pagamento dos débitos indevidamente compensados.
§ 8o Não efetuado o pagamento no prazo previsto no § 7o, o débito será encaminhado à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para inscrição em Dívida Ativa da União, ressalvado o disposto no § 9o.
§ 9o É facultado ao sujeito passivo, no prazo referido no § 7o, apresentar manifestação de inconformidade contra a não-homologação da compensação.
§ 10. Da decisão que julgar improcedente a manifestação de inconformidade caberá recurso ao Conselho de Contribuintes.
§ 11. A manifestação de inconformidade e o recurso de que tratam os §§ 9o e 10 obedecerão ao rito processual do Decreto no 70.235, de 6 de março de 1972, e enquadram-se no disposto no inciso III do art. 151 da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, relativamente ao débito objeto da compensação.
§ 12. A Secretaria da Receita Federal disciplinará o disposto neste artigo, podendo, para fins de apreciação das declarações de compensação e dos pedidos de restituição e de ressarcimento, fixar critérios de prioridade em função do valor compensado ou a ser restituído ou ressarcido e dos prazos de prescrição" (grifou-se).
No entanto, do compulsar dos autos, denota-se ter a agravante, em face das decisões desfavoráveis no tocante às manifestações de inconformidade, apresentado pedidos de reconsideração, os quais foram dirigidos à "Delegacia da Receita Federal em Jundiaí - Estado de São Paulo" (fls. 82 e 101). Nesse sentido, não é possível aferir se tais expedientes referem-se àquele mencionado pelo art. 74, § 10º da Lei n.º 9.430/96, o qual suspende a exigibilidade do crédito tributário.
Por outro lado, muito embora afirme a agravante não procederem as razões do indeferimento da compensação realizada, consubstanciadas na existência de ação judicial sem trânsito em julgado, posto que ação por ela proposta refere-se tão-somente aos expurgos inflacionários, o fato é que não há como se aferir, mormente em sede de cognição sumária, a exatidão das compensações que alega ter efetuado, tampouco se foram hábeis a proporcionar a extinção do crédito tributário.
Considerando a cognição sumária desenvolvida na via estreita do agravo de instrumento, não vislumbro a relevância da fundamentação a ensejar a suspensão da eficácia da decisão impugnada.
Ausentes os pressupostos, indefiro o provimento postulado.
Dê-se ciência do teor desta decisão ao Juízo a quo.
Intime-se a agravada, nos termos do art. 527, V, do CPC.
Após, abra-se vista ao MPF.
Intimem-se.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
MAIRAN MAIA Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2007.03.00.032098-9 AG 296323
ORIG.	:	200761000061987 21 Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	AUTO POSTO CADIAL LTDA
ADV	:	DULMAR VICENTE LAVOURA
AGRDO	:	Agencia Nacional do Petroleo Gas Natural e Biocombustiveis ANP
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 21 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. MAIRAN MAIA / SEXTA TURMA

Vistos.
Intime-se a agravante para, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de negativa de seguimento, regularizar o presente recurso, declarando, por meio de seu patrono, a autenticidade das peças necessárias à interposição, na forma da Lei n.º 10.352/01, ou providenciando sua autenticação, por tabelião ou escrivão.
Intime-se.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
MAIRAN MAIA Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2007.03.99.004680-5 AC 1174348
ORIG.	:	9715029485 3 Vr SAO BERNARDO DO CAMPO/SP
APTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
APDO	:	G M G L COM/ DE ROUPAS LTDA
RELATOR	:	DES.FED. MAIRAN MAIA / SEXTA TURMA

Vistos.
Cuida-se de apelação de sentença que julgou extinto o feito, por reconhecer a ocorrência da prescrição, ante a ausência de citação do devedor. Alega, a embargada, a inocorrência da prescrição intercorrente.
Em suma, é o relatório.
A sistemática adotada pela Lei 9.756/98, ao alterar o art. 557 do Código de Processo Civil, visa dar maior agilidade ao sistema recursal, coibindo excessos de índole procrastinatória, ao conferir maior eficácia às decisões dos Tribunais Superiores e valorizar a jurisprudência sumulada, uniforme ou dominante.
Atende aos anseios de maior celeridade na solução dos conflitos, a respeito dos quais já haja posicionamento reiterado e pacífico dos Tribunais para casos análogos.

A matéria em exame já foi exaustivamente debatida, não havendo na atualidade divergência acerca da questão.
A matéria em exame já foi exaustivamente debatida, não havendo na atualidade divergência acerca da questão. Com efeito, consoante o entendimento jurisprudencial consolidado, o direito da Fazenda de constituir o crédito tributário pelo lançamento, conforme disposto no art. 173 do CTN, extingue-se após cinco anos contados a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado. Constituído definitivamente o crédito tributário, a Fazenda dispõe de cinco anos para cobrança, nos termos do art. 174 do CTN.
A jurisprudência do extinto TFR já havia consagrado este entendimento, enunciado em sua Súmula 153:
"Constituído, no qüinqüênio, através de auto de infração ou notificação de lançamento, o crédito tributário, não há falar em decadência, fluindo, a partir daí, em princípio, o prazo prescricional, que, todavia, fica em suspenso, até que sejam decididos os recursos administrativos".
No mesmo diapasão, a jurisprudência do C. STF: RE n.º 95.365-MG, Relator Ministro DECIO MIRANDA, j. 13/11/81, DJ 04/12/81, p. 12322 e ERE nº 94.462-SP - Relator Ministro MOREIRA ALVES - j. 06/10/1982 - Tribunal Pleno - DJ 17/12/82 p. 13209.
A teor do disposto no art. 174, parágrafo único, do CTN, com a redação anterior à Lei Complementar n.º 118/05, a prescrição se interrompe pela citação pessoal feita ao devedor.
A sentença recorrida está em conformidade com essa orientação.
Isto posto, nego seguimento à apelação com fundamento no art. 557, "caput", do CPC. Decorrido o prazo legal, remetam-se os autos à origem.
Intimem-se.
São Paulo, 2 de abril de 2007.
MAIRAN MAIA Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2007.03.99.004681-7 AC 1174349
ORIG.	:	9715029493 3 Vr SAO BERNARDO DO CAMPO/SP
APTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
APDO	:	G M G L COM/ DE ROUPAS LTDA
RELATOR	:	DES.FED. MAIRAN MAIA / SEXTA TURMA

Vistos.
Cuida-se de apelação de sentença que julgou extinto o feito, por reconhecer a ocorrência da prescrição, ante a ausência de citação do devedor. Alega, a embargada, a inocorrência da prescrição intercorrente.
Em suma, é o relatório.
A sistemática adotada pela Lei 9.756/98, ao alterar o art. 557 do Código de Processo Civil, visa dar maior agilidade ao sistema recursal, coibindo excessos de índole procrastinatória, ao conferir maior eficácia às decisões dos Tribunais Superiores e valorizar a jurisprudência sumulada, uniforme ou dominante.
Atende aos anseios de maior celeridade na solução dos conflitos, a respeito dos quais já haja posicionamento reiterado e pacífico dos Tribunais para casos análogos.
A matéria em exame já foi exaustivamente debatida, não havendo na atualidade divergência acerca da questão.
A matéria em exame já foi exaustivamente debatida, não havendo na atualidade divergência acerca da questão. Com efeito, consoante o entendimento jurisprudencial consolidado, nos tributos sujeitos a lançamento por homologação, declarados e não pagos, torna-se desnecessário o lançamento de ofício, iniciando-se o prazo prescricional a partir do momento em que aperfeiçoada sua exigibilidade, com o vencimento. Confira-se:
"A execução versa sobre tributo, cuja constituição ocorreu a partir de termo de confissão ou de declaração apresentada pelo próprio contribuinte, embora sujeita esta última à homologação da autoridade fiscal, o que significa que, estando correto o lançamento efetuado, de modo a dispensar o próprio lançamento de ofício, não se exige a instauração de procedimento administrativo, com as formalidades específicas, para que se torne constituído tal crédito, podendo o Fisco, em tal caso, instrumentalizar a cobrança judicial apenas e com base no que declarado pelo sujeito passivo."
(TRF 3ª Região, AC 98.03.028372-3, Rel. Juiz CARLOS MUTA, DJU 20/06/2001, p. 389)
"1. Em se tratando de tributo lançado por homologação, ocorrendo a declaração do contribuinte e na falta de pagamento da exação no vencimento, mostra-se incabível aguardar o decurso do prazo decadencial para o lançamento. Tal declaração elide a necessidade da constituição formal do débito pelo Fisco, podendo este ser imediatamente inscrito em dívida ativa, tornando-se exigível, independentemente de qualquer procedimento administrativo ou de notificação ao contribuinte.
2. Sendo possível a inscrição do débito em dívida ativa para a cobrança executiva no caso de não haver o pagamento na data de vencimento, deve ser considerado como marco inicial para a contagem do prazo prescricional de cinco anos a data estabelecida como vencimento do tributo constante da declaração (art. 174 do CTN).
3. No interregno que medeia a declaração e o vencimento, o valor declarado a título de tributo não pode ser exigido pela Fazenda Pública, razão pela qual não corre o lustro prescricional da pretensão de cobrança nesse período."
(STJ, Segunda Turma, REsp. 678038/SP, Rel. Min. CASTRO MEIRA, DJ 21/03/2005, p. 342).
"TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA.
I - Ocorrência da prescrição a fulminar o direito à cobrança do crédito tributário, vez que tratando-se de crédito declarado em DCTF e não pago, o mesmo pode ser inscrito em dívida ativa independentemente do notificação do lançamento fiscal posterior, porque o débito do sujeito passivo é liquido e certo desde o momento em que este declara o valor devido, tornando-se o crédito exigível a partir do vencimento previsto na mesma declaração, iniciando-se o lapso prescricional para sua efetiva cobrança pelo fisco.
II - Apelação provida. "
(TRF3ª Região, Terceira Turma, AC 200003990061137, Rel. Des. Fed. CECILIA MARCONDES, DJ 17/07/2002).
A teor do disposto no art. 174, parágrafo único, do CTN, com a redação anterior à Lei Complementar n.º 118/05, a prescrição se interrompe pela citação pessoal feita ao devedor.
A sentença recorrida está em conformidade com essa orientação.
Isto posto, nego seguimento à apelação com fundamento no art. 557, "caput", do CPC. Decorrido o prazo legal, remetam-se os autos à origem.
Intimem-se.
São Paulo, 2 de abril de 2007.
MAIRAN MAIA Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2007.03.99.005280-5 AC 1175523
ORIG.	:	9715048978 3 Vr SAO BERNARDO DO CAMPO/SP
APTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
APDO	:	SEREX IND/ E COM/ LTDA e outros
RELATOR	:	DES.FED. MAIRAN MAIA / SEXTA TURMA

Vistos.
Cuida-se de apelação de sentença que julgou extinto o feito, por reconhecer a ocorrência da prescrição, ante a ausência de citação do devedor. Alega, a embargada, a inocorrência da prescrição intercorrente.
Em suma, é o relatório.
A sistemática adotada pela Lei 9.756/98, ao alterar o art. 557 do Código de Processo Civil, visa dar maior agilidade ao sistema recursal, coibindo excessos de índole procrastinatória, ao conferir maior eficácia às decisões dos Tribunais Superiores e valorizar a jurisprudência sumulada, uniforme ou dominante.
Atende aos anseios de maior celeridade na solução dos conflitos, a respeito dos quais já haja posicionamento reiterado e pacífico dos Tribunais para casos análogos.
A matéria em exame já foi exaustivamente debatida, não havendo na atualidade divergência acerca da questão.
A matéria em exame já foi exaustivamente debatida, não havendo na atualidade divergência acerca da questão. Com efeito, consoante o entendimento jurisprudencial consolidado, nos tributos sujeitos a lançamento por homologação, declarados e não pagos, torna-se desnecessário o lançamento de ofício, iniciando-se o prazo prescricional a partir do momento em que aperfeiçoada sua exigibilidade, com o vencimento. Confira-se:
"A execução versa sobre tributo, cuja constituição ocorreu a partir de termo de confissão ou de declaração apresentada pelo próprio contribuinte, embora sujeita esta última à homologação da autoridade fiscal, o que significa que, estando correto o lançamento efetuado, de modo a dispensar o próprio lançamento de ofício, não se exige a instauração de procedimento administrativo, com as formalidades específicas, para que se torne constituído tal crédito, podendo o Fisco, em tal caso, instrumentalizar a cobrança judicial apenas e com base no que declarado pelo sujeito passivo."
(TRF 3ª Região, AC 98.03.028372-3, Rel. Juiz CARLOS MUTA, DJU 20/06/2001, p. 389)
"1. Em se tratando de tributo lançado por homologação, ocorrendo a declaração do contribuinte e na falta de pagamento da exação no vencimento, mostra-se incabível aguardar o decurso do prazo decadencial para o lançamento. Tal declaração elide a necessidade da constituição formal do débito pelo Fisco, podendo este ser imediatamente inscrito em dívida ativa, tornando-se exigível, independentemente de qualquer procedimento administrativo ou de notificação ao contribuinte.
2. Sendo possível a inscrição do débito em dívida ativa para a cobrança executiva no caso de não haver o pagamento na data de vencimento, deve ser considerado como marco inicial para a contagem do prazo prescricional de cinco anos a data estabelecida como vencimento do tributo constante da declaração (art. 174 do CTN).
3. No interregno que medeia a declaração e o vencimento, o valor declarado a título de tributo não pode ser exigido pela Fazenda Pública, razão pela qual não corre o lustro prescricional da pretensão de cobrança nesse período."
(STJ, Segunda Turma, REsp. 678038/SP, Rel. Min. CASTRO MEIRA, DJ 21/03/2005, p. 342).
"TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA.
I - Ocorrência da prescrição a fulminar o direito à cobrança do crédito tributário, vez que tratando-se de crédito declarado em DCTF e não pago, o mesmo pode ser inscrito em dívida ativa independentemente do notificação do lançamento fiscal posterior, porque o débito do sujeito passivo é liquido e certo desde o momento em que este declara o valor devido, tornando-se o crédito exigível a partir do vencimento previsto na mesma declaração, iniciando-se o lapso prescricional para sua efetiva cobrança pelo fisco.
II - Apelação provida. "
(TRF3ª Região, Terceira Turma, AC 200003990061137, Rel. Des. Fed. CECILIA MARCONDES, DJ 17/07/2002).
A teor do disposto no art. 174, parágrafo único, do CTN, com a redação anterior à Lei Complementar n.º 118/05, a prescrição se interrompe pela citação pessoal feita ao devedor.
A sentença recorrida está em conformidade com essa orientação.
Isto posto, nego seguimento à apelação com fundamento no art. 557, "caput", do CPC. Decorrido o prazo legal, remetam-se os autos à origem.
Intimem-se.
São Paulo, 2 de abril de 2007.
MAIRAN MAIA Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2007.03.99.005282-9 AC 1175525
ORIG.	:	9715027350 3 Vr SAO BERNARDO DO CAMPO/SP
APTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
APDO	:	COML/ MIRANDA E MAIA ATACADO DE AUTO PECAS LTDA
RELATOR	:	DES.FED. MAIRAN MAIA / SEXTA TURMA

Vistos.
Cuida-se de apelação de sentença que julgou extinto o feito, por reconhecer a ocorrência da prescrição, ante a ausência de citação do devedor. Alega, a embargada, a inocorrência da prescrição intercorrente.
Em suma, é o relatório.
A sistemática adotada pela Lei 9.756/98, ao alterar o art. 557 do Código de Processo Civil, visa dar maior agilidade ao sistema recursal, coibindo excessos de índole procrastinatória, ao conferir maior eficácia às decisões dos Tribunais Superiores e valorizar a jurisprudência sumulada, uniforme ou dominante.
Atende aos anseios de maior celeridade na solução dos conflitos, a respeito dos quais já haja posicionamento reiterado e pacífico dos Tribunais para casos análogos.
A matéria em exame já foi exaustivamente debatida, não havendo na atualidade divergência acerca da questão.
A matéria em exame já foi exaustivamente debatida, não havendo na atualidade divergência acerca da questão. Com efeito, consoante o entendimento jurisprudencial consolidado, nos tributos sujeitos a lançamento por homologação, declarados e não pagos, torna-se desnecessário o lançamento de ofício, iniciando-se o prazo prescricional a partir do momento em que aperfeiçoada sua exigibilidade, com o vencimento. Confira-se:
"A execução versa sobre tributo, cuja constituição ocorreu a partir de termo de confissão ou de declaração apresentada pelo próprio contribuinte, embora sujeita esta última à homologação da autoridade fiscal, o que significa que, estando correto o lançamento efetuado, de modo a dispensar o próprio lançamento de ofício, não se exige a instauração de procedimento administrativo, com as formalidades específicas, para que se torne constituído tal crédito, podendo o Fisco, em tal caso, instrumentalizar a cobrança judicial apenas e com base no que declarado pelo sujeito passivo."
(TRF 3ª Região, AC 98.03.028372-3, Rel. Juiz CARLOS MUTA, DJU 20/06/2001, p. 389)
"1. Em se tratando de tributo lançado por homologação, ocorrendo a declaração do contribuinte e na falta de pagamento da exação no vencimento, mostra-se incabível aguardar o decurso do prazo decadencial para o lançamento. Tal declaração elide a necessidade da constituição formal do débito pelo Fisco, podendo este ser imediatamente inscrito em dívida ativa, tornando-se exigível, independentemente de qualquer procedimento administrativo ou de notificação ao contribuinte.
2. Sendo possível a inscrição do débito em dívida ativa para a cobrança executiva no caso de não haver o pagamento na data de vencimento, deve ser considerado como marco inicial para a contagem do prazo prescricional de cinco anos a data estabelecida como vencimento do tributo constante da declaração (art. 174 do CTN).
3. No interregno que medeia a declaração e o vencimento, o valor declarado a título de tributo não pode ser exigido pela Fazenda Pública, razão pela qual não corre o lustro prescricional da pretensão de cobrança nesse período."
(STJ, Segunda Turma, REsp. 678038/SP, Rel. Min. CASTRO MEIRA, DJ 21/03/2005, p. 342).
"TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA.
I - Ocorrência da prescrição a fulminar o direito à cobrança do crédito tributário, vez que tratando-se de crédito declarado em DCTF e não pago, o mesmo pode ser inscrito em dívida ativa independentemente do notificação do lançamento fiscal posterior, porque o débito do sujeito passivo é liquido e certo desde o momento em que este declara o valor devido, tornando-se o crédito exigível a partir do vencimento previsto na mesma declaração, iniciando-se o lapso prescricional para sua efetiva cobrança pelo fisco.
II - Apelação provida. "
(TRF3ª Região, Terceira Turma, AC 200003990061137, Rel. Des. Fed. CECILIA MARCONDES, DJ 17/07/2002).
A teor do disposto no art. 174, parágrafo único, do CTN, com a redação anterior à Lei Complementar n.º 118/05, a prescrição se interrompe pela citação pessoal feita ao devedor.
A sentença recorrida está em conformidade com essa orientação.
Isto posto, nego seguimento à apelação com fundamento no art. 557, "caput", do CPC. Decorrido o prazo legal, remetam-se os autos à origem.
Intimem-se.
São Paulo, 2 de abril de 2007.
MAIRAN MAIA Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2007.03.99.005291-0 AC 1175534
ORIG.	:	9715032788 3 Vr SAO BERNARDO DO CAMPO/SP
APTE	:	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV	:	FERNANDO NETTO BOITEUX e SERGIO AUGUSTO G P SOUZA
APDO	:	LUART S ETIQUETAS ADESIVAS LTDA
RELATOR	:	DES.FED. MAIRAN MAIA / SEXTA TURMA

Vistos.
Cuida-se de apelação de sentença que julgou extinto o feito, por reconhecer a ocorrência da prescrição, ante a ausência de citação do devedor. Alega, a embargada, a inocorrência da prescrição intercorrente.
Em suma, é o relatório.
A sistemática adotada pela Lei 9.756/98, ao alterar o art. 557 do Código de Processo Civil, visa dar maior agilidade ao sistema recursal, coibindo excessos de índole procrastinatória, ao conferir maior eficácia às decisões dos Tribunais Superiores e valorizar a jurisprudência sumulada, uniforme ou dominante.
Atende aos anseios de maior celeridade na solução dos conflitos, a respeito dos quais já haja posicionamento reiterado e pacífico dos Tribunais para casos análogos.
A matéria em exame já foi exaustivamente debatida, não havendo na atualidade divergência acerca da questão.
A matéria em exame já foi exaustivamente debatida, não havendo na atualidade divergência acerca da questão. Com efeito, consoante o entendimento jurisprudencial consolidado, nos tributos sujeitos a lançamento por homologação, declarados e não pagos, torna-se desnecessário o lançamento de ofício, iniciando-se o prazo prescricional a partir do momento em que aperfeiçoada sua exigibilidade, com o vencimento. Confira-se:
"A execução versa sobre tributo, cuja constituição ocorreu a partir de termo de confissão ou de declaração apresentada pelo próprio contribuinte, embora sujeita esta última à homologação da autoridade fiscal, o que significa que, estando correto o lançamento efetuado, de modo a dispensar o próprio lançamento de ofício, não se exige a instauração de procedimento administrativo, com as formalidades específicas, para que se torne constituído tal crédito, podendo o Fisco, em tal caso, instrumentalizar a cobrança judicial apenas e com base no que declarado pelo sujeito passivo."
(TRF 3ª Região, AC 98.03.028372-3, Rel. Juiz CARLOS MUTA, DJU 20/06/2001, p. 389)
"1. Em se tratando de tributo lançado por homologação, ocorrendo a declaração do contribuinte e na falta de pagamento da exação no vencimento, mostra-se incabível aguardar o decurso do prazo decadencial para o lançamento. Tal declaração elide a necessidade da constituição formal do débito pelo Fisco, podendo este ser imediatamente inscrito em dívida ativa, tornando-se exigível, independentemente de qualquer procedimento administrativo ou de notificação ao contribuinte.
2. Sendo possível a inscrição do débito em dívida ativa para a cobrança executiva no caso de não haver o pagamento na data de vencimento, deve ser considerado como marco inicial para a contagem do prazo prescricional de cinco anos a data estabelecida como vencimento do tributo constante da declaração (art. 174 do CTN).
3. No interregno que medeia a declaração e o vencimento, o valor declarado a título de tributo não pode ser exigido pela Fazenda Pública, razão pela qual não corre o lustro prescricional da pretensão de cobrança nesse período."
(STJ, Segunda Turma, REsp. 678038/SP, Rel. Min. CASTRO MEIRA, DJ 21/03/2005, p. 342).
"TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA.
I - Ocorrência da prescrição a fulminar o direito à cobrança do crédito tributário, vez que tratando-se de crédito declarado em DCTF e não pago, o mesmo pode ser inscrito em dívida ativa independentemente do notificação do lançamento fiscal posterior, porque o débito do sujeito passivo é liquido e certo desde o momento em que este declara o valor devido, tornando-se o crédito exigível a partir do vencimento previsto na mesma declaração, iniciando-se o lapso prescricional para sua efetiva cobrança pelo fisco.
II - Apelação provida. "
(TRF3ª Região, Terceira Turma, AC 200003990061137, Rel. Des. Fed. CECILIA MARCONDES, DJ 17/07/2002).
A teor do disposto no art. 174, parágrafo único, do CTN, com a redação anterior à Lei Complementar n.º 118/05, a prescrição se interrompe pela citação pessoal feita ao devedor.
A sentença recorrida está em conformidade com essa orientação.
Isto posto, nego seguimento à apelação com fundamento no art. 557, "caput", do CPC. Decorrido o prazo legal, remetam-se os autos à origem.
Intimem-se.
São Paulo, 2 de abril de 2007.
MAIRAN MAIA Desembargador Federal Relator

SUBSECRETARIA DA SÉTIMA TURMA

DIVISÃO DE PROCESSAMENTO

DESPACHOS/DECISÕES

PROC.	:	91.03.039661-4 AC 60447
ORIG.	:	9000204763 10 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Instituto Nacional de Previdência Social - INPS
ADV	:	ANTONIO MARCOS GUERREIRO SALMEIRAO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	DIVA DE SOUZA CARVALHO e outros
ADV	:	CIBELE CARVALHO BRAGA
APDO	:	MARIA LUIZA PACHECO DA SILVA
ADV	:	LUCIANA APARECIDA DENTELLO
APDO	:	JORGE ALVES FROES
ADV	:	PEDRO DE ALCANTARA E ALBUQUERQUE e outros
APDO	:	JOSE PASCHOAL ALVES
ADV	:	CIBELE CARVALHO BRAGA
APDO	:	AMERICO RIBEIRO DOS SANTOS
ADV	:	DARCY DE CARVALHO BRAGA
APDO	:	JOAO LAURINDO DA SILVA
ADV	:	CIBELE CARVALHO BRAGA
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 10 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	JUIZ.FEDERAL RODRIGO ZACHARIAS / SÉTIMA TURMA

Vistos.
Trata-se de apelação interposta pelo INSS em face da r. sentença que julgou procedente o pedido dos autores para condenar o INSS a pagar as diferenças oriundas da aplicação da súmula nº 260 do ex. TFR, respeitada a prescrição qüinqüenal, tudo com correção monetária pelas súmulas nº 71 do ex. TFR e 148 do STJ e juros de mora à razão de 0,5% ao mês, sobre as parcelas vencidas e não prescritas antes da citação. Nos cálculos de liquidação deverão ser considerados os expurgos inflacionários de janeiro/89 (42,72%), março de 1990 (30,46%), abril/90 (44,80%), maio de 1990 (2,36%) e fevereiro de 1991 (1,39%). Em razão da sucumbência, arcará o réu com o pagamento dos honorários advocatícios, fixados em 5% sobre o valor da condenação. Custas na forma da lei.
Nas razões recursais do INSS, o apelante visa à reforma integral da sentença, para que sejam julgados improcedentes os pedidos da inicial. Subsidiariamente, postula seja a correção monetária calculada com base no artigo 1o, § 2o, da Lei nº 6.899/81, que os juros moratórios incidam a partir da citação e que seja isento do pagamento de custas.
Com as contra-razões, subiram os autos a este Egrégio Tribunal Regional Federal.
É o relatório.
Na forma do artigo 557 do Código de Processo Civil, poderá o relator negar ou dar provimento a recurso, de acordo com as hipóteses assinaladas em referido dispositivo legal, regra aplicável ao presente caso.
Conheço da apelação, uma vez presentes os requisitos de admissibilidade.
Os benefícios dos autores tiveram DIBs fixadas em 01/08/1984 (fl. 19), 01/10/1981 (f. 20), 26/03/1974 (f. 22), 09/01/1983 (f. 23), 03/01/1986 (f. 24), 01/08/1984 (f. 25/26), 16/12/1979 (f. 28), 01/08/1982 (f. 29), 01/01/1987 (f. 31) e 03/08/1989 (f. 32).
DA SÚMULA Nº 260 DO EX. TFR
A Previdência Social sempre manteve preocupação em indicar formas e épocas de reajustamento dos benefícios de prestação continuada.
A Lei n° 3.807, de 26/08/1960 - Lei Orgânica da Previdência Social - estabeleceu no art. 67 a regra referente ao reajustamento dos benefícios:
Art 67. Os valores das aposentadorias e pensões em vigor serão reajustados sempre que se verificar, na forma do § 1º deste artigo, que os índices dos salários de contribuição dos segurados ativos ultrapassam, em mais de 15% (quinze por cento), os do ano em que tenha sido realizado o último reajustamento desses benefícios.
§ 1º O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio mandará proceder, de dois em dois anos, à apuração dos índices referidos neste artigo e promoverá, quando for o caso, as medidas necessárias à concessão do reajustamento.
§ 2º O reajustamento consistirá em acréscimo determinado de conformidade com os índices, levando-se em conta o tempo de duração do benefício, contado a partir do último reajustamento ou da data da concessão, quando posterior.
§ 3º Para o fim do reajustamento, as aposentadorias ou pensões serão consideradas sem as majorações decorrentes de lei especial ou da elevação dos níveis de salário mínimo, prevalecendo porém, os valores desses benefícios, assim majorados, sempre que forem mais elevados que os resultantes do reajustamento, de acordo com este artigo.
§ 4º Nenhum benefício reajustado poderá, em seu valor mensal, resultar maior do que 7 (sete) vezes, na CAPFESP, 2 (duas) vezes nos demais Institutos, o salário mínimo regional de adulto de valor mais elevado, vigente na data do reajustamento.
Posteriormente, o Decreto n° 50.326, de 08/03/1961 aprovou as tabelas dos índices de reajustamento fixados neste art. 67.
O Decreto-lei n° 66, de 21/11/66, no art. 17, alterou a redação do referido art. 67 da LOPS e vinculou o reajuste dos benefícios à variação da política salarial, a serem computados quando fosse alterado o salário mínimo, para vigorar sessenta dias após.
Depois, a Lei n° 5.703/73 fez novas alterações e o seu regulamento, o Decreto n° 72.771, de 06/09/73, no art. 153 repetiu a regra do art. 17 do Decreto-lei n° 66/66, estabelecendo inovação ao determinar que o reajustamento seria devido desde a vigência do salário mínimo, bem como ao estabelecer que o limite máximo dos benefícios ficaria passaria de dez para o patamar de dezoito salários mínimos.
Porém, a Lei n° 6.205, de 29/04/75, descaracterizou o salário mínimo como fator de correção monetária, com exceção dos benefícios de valor mínimo estabelecidos no art. 3o da Lei n° 5.703/73.
Posteriormente, a legislação previdenciária previu o reajustamento dos benefícios a partir da vigência do índice salarial estabelecido, adotando os mesmos índices utilizados pela política salarial e considerado como "mês básico" o do início da vigência do novo salário mínimo, consoante artigo 30 do Decreto nº 77.077 de 24 de janeiro de 1976, a Consolidação das Leis da Previdência Social, que tinha a seguinte dicção:
"Artigo 30 - O valor do benefício em manutenção será reajustado quando for alterado o salário mínimo.
§ 1º - O reajustamento de que trata este artigo será devido a contar da data em que tiver entrado em vigor o novo salário mínimo arredondado o total obtido para a unidade de cruzeiro imediatamente superior.
§ 2º - Os índices de reajustamento serão os mesmos da política salarial estabelecida no artigo 1º do Decreto-lei nº 15 de 29 de julho de 1966, considerado como mês básico o do início da vigência do novo salário mínimo.
Por sua vez, editada a Lei 6.708, em 30.11.79, determinou-se a correção semestral dos salários e o reajustamento do valor dos benefícios que era anual passou a ser feita em seis meses com base no INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.
Já, o Decreto nº 89.312 de 23.01.84, Consolidação das Leis da Previdência Social, disciplina a questão sobre "reajuste" no artigo 25, in verbis:
"O valor do benefício de prestação continuada é reajustado quando é alterado o salário-mínimo, de acordo com a evolução de folha de salário-de-contribuição dos segurados ativos, não podendo o reajustamento ser inferior proporcionalmente ao incremento verificado."
A sistemática então adotada pelo INPS previu reajustamento, através de tabelas elaboradas pela Secretaria de Estatística e Atuária do MPAS, sendo que no primeiro reajuste de proventos foi tomado por base, não o índice integral da política salarial, mas outro proporcional ao número de meses em que o segurado estivesse em inatividade.
A adoção do critério da proporcionalidade, segundo o qual o 1º reajuste deve ser proporcional ao tempo decorrido entre o mês da concessão do benefício e o mês do reajuste, não só reduz o valor monetário do benefício, como também origina diferenças na percepção do mesmo benefício, entre segurados com igual "tempo de serviço" e salários de contribuição iguais, tão-só por serem diferentes as datas do início da concessão do benefício.
O problema residia em que os benefícios eram calculados de acordo com a média das últimas doze contribuições, sem qualquer correção e, depois, sobre a média das trinta e seis últimas contribuições, apuradas em período não superior a quarenta e oito meses, de modo que somente as primeiras vinte e quatro recebiam correção monetária.
Como bem explica Ana Maria Wickert Theisen, "Isso importava em que a renda mensal inicial, calculada sobre esta média (salário-de-benefício) resultasse já defasada, situação que se apresentava para todos os benefícios. Quer dizer, o benefício não tinha repassada à renda mensal a defasagem inflacionária dos últimos meses, e esta também era desconsiderada no primeiro reajuste" (Direito Previdenciário, Aspectos Materiais, Processuais e Penais, Vladimir Passos de Freitas (Coordenador), Livraria do Advogado Editora, 2a ed., pág. 155).
Todavia, esse equivocado procedimento do então INPS, restou obstado quando da edição do Decreto-lei nº 2.171 de 13.11.84, o qual determinou a observação do valor do salário mínimo vigente na data base do reajuste e não o valor do salário mínimo anterior, verbis:
"Art 2º - Os índices do reajustamento serão os mesmos da política salarial, considerando-se como mês básico o do início da vigência do novo salário-mínimo.
§ 1º - Para fins do enquadramento do valor do benefício nas faixas adotadas pela política salarial será considerado, a partir da vigência do presente Decreto-lei, o novo salário-mínimo".
De igual modo, a correta interpretação da lei definiu-se pela jurisprudência, cristalizada na Súmula nº 260 do extinto Tribunal Federal de Recursos, nestes termos:
"No primeiro reajuste do benefício previdenciário, deve-se aplicar o índice integral do aumento verificado, independentemente do mês da concessão, considerando, nos reajustamentos subseqüentes, o salário mínimo então atualizado".
Logo, a segunda parte da súmula referida - segundo a qual deve ser considerado, nos reajustes subseqüentes, o salário mínimo então atualizado - tem aplicação limitada ao Decreto n° 2.171, de 13/11/84, que ainda traz em seu art. 1o a seguinte regra:
"Art. 1º. O reajuste dos benefícios de média ou longa duração a cargo da Previdência Social far-se-á sempre que for alterado o salário mínimo, sendo devido a contar da data em que este entrar em vigor".
Sendo assim, já não mais se aplicando o art. 2o da Lei n° 6.708/79, referente às faixas salariais, o INSS passou a não mais poder fazer o artifício de aplicar, para efeito do enquadramento, o salário mínimo então revogado.
Quanto à 2ª parte da súmula nº 260, portanto, forçoso é reconhecer-se a prescrição qüinqüenal (artigo 219, § 5º, do Código de Processo Civil), já que a ação foi proposta em 10/07/1990.
Conclui-se, ademais, que os efeitos da 1ª parte da súmula n° 260 do ex. Tribunal Federal de Recursos - além de jamais implicarem a equivalência do valor da renda mensal com o correspondente número de salários mínimo - tem seus efeitos limitados a 04 de abril de 1989. Nesse diapasão, a súmula nº 25 do egrégio Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
A partir da vigência da Lei n° 8.213/91, os benefícios passaram a ser revistos na forma do art. 41 da referida lei, sem falar da revisão prevista no art. 144 do mesmo diploma legal.
Porém, em relação ao autor Gilberto Vicente da Silva, nada é devido a tal título.
Consoante jurisprudência já consolidada, a súmula 260 do extinto Tribunal Federal de Recursos, expedida em 21 de setembro de 1988, não se aplica aos benefícios concedidos a partir da Constituição Federal de 1988, somente aos concedidos preteritamente.
Nesse sentido, o verbete n° 51 do Egrégio Tribunal Federal Regional da 4a Região, ipsis litteris: "Não se aplicam os critérios da Súmula n° 260 do extinto Tribunal Federal de Recursos aos benefícios previdenciários concedidos após a Constituição Federal de 1988".
Tal orientação vem sendo seguida, de modo geral, pelos demais tribunais federais e também pelo primeiro grau de jurisdição da Justiça Federal.

Nesse sentido:
"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO. RENDA MENSAL INICIAL. CRITÉRIOS. SÚMULA 260 DO TFR. ART. 58. ADCT. LEI N. 8213/91. BENEFÍCIO CONCEDIDO APÓS A PROMULGAÇÃO DA CF/88. Tratando-se de benefício concedido posteriormente ao advento da Carta de 1988, aplicam-se os critérios de cálculo e reajuste previstos na Lei 8.213/91, sendo inaplicáveis os critérios previstos na Súmula 260-TRF ou no art. 58 do ADCT. Embargos recebidos" (STJ, EDREsp 185693, DJ, 29-3-1999, p. 209).
REVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO. RECÁLCULO DA RMI COM BASE NO ART. 202, CAPUT, DA CF/88. SALÁRIO-DE-BENEFÍCIO. LIMITE. REAJUSTAMENTO. SÚMULA 260-TFR.
I - Aos benefícios concedidos antes da CF/88 não se aplica o recálculo da RMI com base nos 36 salários-de-contribuição atualizados, vez que não auto-aplicável o caput do art. 202, da CF/88. Precedente do STF.
II - A Súmula 260-TFR não vincula os valores dos benefícios à variação do salário mínimo e aplica-se, em seu sentido próprio, aos benefícios concedidos antes da CF/88, apenas enquanto vigente o sistema de reajustes por faixas salariais da Lei 6.708/79.
III - Recurso conhecido em parte e, nessa, provido.
(RESP 250838/RJ ; RECURSO ESPECIAL (2000/0022766-8) Fonte DJ DATA:27/08/2001 PG:00371 Relator(a) Min. GILSON DIPP (1111) Data da Decisão 19/06/2001 Orgão Julgador T5 - QUINTA TURMA).
CONSECTÁRIOS
A utilização da Súmula 71 do ex. TFR em período posterior à Lei nº 6.899/81 é atualmente repelida pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.
Não se pode ignorar que, ainda que restrita ao débito judicial, utiliza o salário mínimo como indexador, o que é vedado pela Constituição Federal, no art. 7º, inciso IV, parte final, consoante se vê nos julgados abaixo:
PREVIDENCIÁRIO - REVISIONAL DE BENEFÍCIOS - CORREÇÃO MONETÁRIA - SÚMULA 71, TFR - LEI N. 6.899/81 - SÚMULA 148, STJ.
1. A Súmula 71, TFR, não é mais aplicável, como critério de correção monetária, nos débitos previdenciários vencidos após a vigência da Lei n. 6.899/81. Súmula 148, STJ.
2. Recurso provido.
(REsp 89417 / PR ; RECURSO ESPECIAL 1996/0012385-3 Relator(a) Ministro EDSON VIDIGAL (1074) Órgão Julgador T5 - QUINTA TURMA Data da Publicação/Fonte DJ 17.06.1996 p. 21514)
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO PRESENTE. DISCREPÂNCIA ENTRE DISPOSITIVO E FUNDAMENTAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. SÚMULA 71 DO EXTINTO TFR. IMPOSSIBILIDADE. ART. 1º DA LEI 6.899/81. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL EFEITO MODIFICATIVO. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO. EMBARGOS ACOLHIDOS PARCIALMENTE.
1. Impõe-se o reconhecimento de contradição no v. acórdão embargado, pois patente o desacordo entre o dispositivo e parte da fundamentação do julgado.
2. As razões de decidir são claras no sentido impossibilitar a aplicação da Súmula 71 do extinto TFR na correção monetária do débito previdenciário, mediante a incidência do Enunciado 148 deste Sodalício. Contudo o dispositivo do voto condutor não conheceu do apelo especial, mantendo o decisum regional atacado que determinou o emprego do Enunciado 71 do vetusto TFR na atualização do débito.
3. Altere-se o dispositivo do v. acórdão embargado para dar parcial provimento ao recurso especial, no sentido de ordenar a utilização da Lei 6.899/81 na correção monetária do débito previdenciário.
4. Embargos de declaração acolhidos, com efeito modificativo.
(EDcl no REsp 200906 / RJ ; Relator(a) Ministro HÉLIO QUAGLIA BARBOSA (1127) Órgão Julgador T6 - SEXTA TURMA Publicação/Fonte DJ 22.08.2005 p. 349)
A súmula n° 148 do e. STJ determina a aplicação da Lei n° 6.899/81, segundo a qual, pelo art. 1o, § 2o, a correção monetária incidiria a partir da propositura da ação.
Porém, a vetusta lei não bastaria para fazer a adequada correção dos valores, pois somente se atualizariam os valores a partir da propositura da ação.
Os Tribunais Federais têm julgado no sentido da necessidade de corrigir monetariamente as prestações a partir da data do efetivo prejuízo, esclarecendo que as súmulas n° 148 e 43 daquela Corte devem ser harmonizadas.
Verifica-se que a Súmula n.º 43 do STJ e a de n.º 8 do E. TRF da 3ª Região acabam gerando as mesmas conseqüências no caso, tendo em vista determinarem que a correção monetária deve ser calculada a partir do momento em que vencidas as prestações.
Assim sendo, a correção monetária das parcelas vencidas se dará nos termos da legislação previdenciária, bem como da Resolução nº 242/2001 do Conselho da Justiça Federal, a partir da data em que se tornou devida a diferença e até o efetivo pagamento, obedecidas as regras constitucionais, legais e regimentares referentes ao RPV e/ou ao precatório.
Considero, porém, devidos, em substituição aos oficiais, tão-somente os índices expurgados do IPC de janeiro de 1989 (42,72%) e março de 1990 (84,32%), nos termos da jurisprudência majoritária e do pretérito Provimento nº 24/97.
A citação é o marco inicial de contagem dos juros, o que não quer dizer que as parcelas vencidas até então não recebam aplicação no percentual apurado, de forma global. As vencidas após a citação, de forma decrescente mês a mês.
Vale dizer, os juros moratórios devem ser calculados de forma globalizada para as diferenças anteriores à citação e de forma decrescente para aquelas vencidas após tal ato processual.
Considerando a sucumbência recíproca, cada parte arcará com os honorários de advogado de seus respectivos patronos, na forma do artigo 21, caput, do Código de Processo Civil.
Em relação a Gilberto Vicente da Silva (folha 32), sucumbente, em razão da concessão da justiça gratuita, indevidas são as verbas de sucumbência (artigos 5º, LXXIV, da Constituição Federal e Lei nº 1.060/50).
No que se refere às custas processuais, delas está isenta a Autarquia Previdenciária, a teor do disposto no artigo 9º, inciso I, da Lei nº 6.032/74 e, mais recentemente, nos termos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei nº 8.620/93.
DISPOSITIVO
Ante o exposto, nos termos do artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, DOU PARCIAL PROVIMENTO À APELAÇÃO DO INSS, a fim de reformar a sentença nos seguintes termos: a) reconhecer a prescrição em relação aos efeitos da segunda parte da súmula nº 260 do extinto Tribunal Federal de Recursos; b) limitar os efeitos da primeira parte da referida súmula a 04/04/89; c) excluir a aplicação da súmula 71 do ex. TFR como fator de correção monetária do débito e d) manter apenas os índices expurgados do IPC de janeiro de 1989 (42,72%) e março de 1990 (84,32%); e) julgar o pedido improcedente em relação a Gilberto Vicente da Silva. Em razão da sucumbência recíproca, cada parte arcará com os honorários de seus respectivos patronos. Quanto ao mais, observar-se-ão os consectários acima estabelecidos quanto à correção monetária, juros e custas processuais e, por fim, a r. sentença no que não foi alterada por esta decisão.
Publique-se e intime-se.
São Paulo, 22 de março de 2007.
RODRIGO ZACHARIAS
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	95.03.023459-0 AC 242649
ORIG.	:	9400000318 1 Vr LINS/SP
APTE	:	LUIZ GARCIA PEPINO e outro
ADV	:	PAULO SERGIO CARENCI
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOSE ANTONIO BIANCOFIORE
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	JUIZ.FEDERAL RODRIGO ZACHARIAS / SÉTIMA TURMA

Vistos.
Trata-se de apelação interposta pelo autor em face da r. sentença que extinguiu o processo, na forma do artigo 267, III, do Código de Processo Civil, por ter o autor deixado de praticar ato que lhe competia, no prazo assinalado pelo juiz, arcando com custas e despesas processuais a partir do ajuizamento da ação.
Nas razões recursais, pugna o apelante pela reforma integral da sentença, sob o fundamento de que não cabe apenas ao autor apresentar os cálculos, mas também ao réu, sobretudo porque beneficiário da justiça gratuita. Sustenta que, na fase de execução, a omissão do exeqüente acarreta o arquivamento, não a extinção do processo, somente podendo ser extinta a execução nas hipóteses do artigo 794, incisos I, II e II, do Código de Processo Civil. Aduz que, no caso do artigo 267, III, do mesmo código, não bastaria a intimação do advogado, sendo necessária a intimação da parte.
Com as contra-razões, subiram os autos a este Egrégio Tribunal Regional Federal.
Os autos foram redistribuídos a esta 7ª Turma.
É o relatório.
Na forma do artigo 557 do Código de Processo Civil, poderá o relator negar ou dar provimento a recurso, de acordo com as hipóteses assinaladas em referido dispositivo legal, regra aplicável ao presente caso.
Conheço da apelação, uma vez presentes os requisitos de admissibilidade, e lhe dou parcial provimento pelas razões que passo a expor.
Os benefícios dos autores tiveram suas DIBs fixadas em 05/02/81 (Luiz Garcia Pepino) e 05/09/80 (Jayme Paizan).
Na fase de conhecimento, moveram ação revisional e obtiveram êxito para o fim de revisar-lhes os benefícios com base na súmula nº 260 do ex. TFR e no artigo 58 do ADCT.
Vejamos os limites do título executivo.
DA SÚMULA Nº 260 DO EX. TFR
A Previdência Social sempre manteve preocupação em indicar formas e épocas de reajustamento dos benefícios de prestação continuada.
A Lei n° 3.807, de 26/08/1960 - Lei Orgânica da Previdência Social - estabeleceu no art. 67 a regra referente ao reajustamento dos benefícios:
Art 67. Os valores das aposentadorias e pensões em vigor serão reajustados sempre que se verificar, na forma do § 1º deste artigo, que os índices dos salários de contribuição dos segurados ativos ultrapassam, em mais de 15% (quinze por cento), os do ano em que tenha sido realizado o último reajustamento desses benefícios.
§ 1º O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio mandará proceder, de dois em dois anos, à apuração dos índices referidos neste artigo e promoverá, quando for o caso, as medidas necessárias à concessão do reajustamento.
§ 2º O reajustamento consistirá em acréscimo determinado de conformidade com os índices, levando-se em conta o tempo de duração do benefício, contado a partir do último reajustamento ou da data da concessão, quando posterior.
§ 3º Para o fim do reajustamento, as aposentadorias ou pensões serão consideradas sem as majorações decorrentes de lei especial ou da elevação dos níveis de salário mínimo, prevalecendo porém, os valores desses benefícios, assim majorados, sempre que forem mais elevados que os resultantes do reajustamento, de acordo com este artigo.
§ 4º Nenhum benefício reajustado poderá, em seu valor mensal, resultar maior do que 7 (sete) vezes, na CAPFESP, 2 (duas) vezes nos demais Institutos, o salário mínimo regional de adulto de valor mais elevado, vigente na data do reajustamento.
Posteriormente, o Decreto n° 50.326, de 08/03/1961 aprovou as tabelas dos índices de reajustamento fixados neste art. 67.
O Decreto-lei n° 66, de 21/11/66, no art. 17, alterou a redação do referido art. 67 da LOPS e vinculou o reajuste dos benefícios à variação da política salarial, a serem computados quando fosse alterado o salário mínimo, para vigorar sessenta dias após.
Depois, a Lei n° 5.703/73 fez novas alterações e o seu regulamento, o Decreto n° 72.771, de 06/09/73, no art. 153 repetiu a regra do art. 17 do Decreto-lei n° 66/66, estabelecendo inovação ao determinar que o reajustamento seria devido desde a vigência do salário mínimo, bem como ao estabelecer que o limite máximo dos benefícios ficaria passaria de dez para o patamar de dezoito salários mínimos.
Porém, a Lei n° 6.205, de 29/04/75, descaracterizou o salário mínimo como fator de correção monetária, com exceção dos benefícios de valor mínimo estabelecidos no art. 3o da Lei n° 5.703/73.
Posteriormente, a legislação previdenciária previu o reajustamento dos benefícios a partir da vigência do índice salarial estabelecido, adotando os mesmos índices utilizados pela política salarial e considerado como "mês básico" o do início da vigência do novo salário mínimo, consoante artigo 30 do Decreto nº 77.077 de 24 de janeiro de 1976, a Consolidação das Leis da Previdência Social, que tinha a seguinte dicção:
"Artigo 30 - O valor do benefício em manutenção será reajustado quando for alterado o salário mínimo.
§ 1º - O reajustamento de que trata este artigo será devido a contar da data em que tiver entrado em vigor o novo salário mínimo arredondado o total obtido para a unidade de cruzeiro imediatamente superior.
§ 2º - Os índices de reajustamento serão os mesmos da política salarial estabelecida no artigo 1º do Decreto-lei nº 15 de 29 de julho de 1966, considerado como mês básico o do início da vigência do novo salário mínimo.
Por sua vez, editada a Lei 6.708, em 30.11.79, determinou-se a correção semestral dos salários e o reajustamento do valor dos benefícios que era anual passou a ser feita em seis meses com base no INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.
Já, o Decreto nº 89.312 de 23.01.84, Consolidação das Leis da Previdência Social, disciplina a questão sobre "reajuste" no artigo 25, in verbis:
"O valor do benefício de prestação continuada é reajustado quando é alterado o salário-mínimo, de acordo com a evolução de folha de salário-de-contribuição dos segurados ativos, não podendo o reajustamento ser inferior proporcionalmente ao incremento verificado."
A sistemática então adotada pelo INPS previu reajustamento, através de tabelas elaboradas pela Secretaria de Estatística e Atuária do MPAS, sendo que no primeiro reajuste de proventos foi tomado por base, não o índice integral da política salarial, mas outro proporcional ao número de meses em que o segurado estivesse em inatividade.
A adoção do critério da proporcionalidade, segundo o qual o 1º reajuste deve ser proporcional ao tempo decorrido entre o mês da concessão do benefício e o mês do reajuste, não só reduz o valor monetário do benefício, como também origina diferenças na percepção do mesmo benefício, entre segurados com igual "tempo de serviço" e salários de contribuição iguais, tão-só por serem diferentes as datas do início da concessão do benefício.
O problema residia em que os benefícios eram calculados de acordo com a média das últimas doze contribuições, sem qualquer correção e, depois, sobre a média das trinta e seis últimas contribuições, apuradas em período não superior a quarenta e oito meses, de modo que somente as primeiras vinte e quatro recebiam correção monetária.
Como bem explica Ana Maria Wickert Theisen, "Isso importava em que a renda mensal inicial, calculada sobre esta média (salário-de-benefício) resultasse já defasada, situação que se apresentava para todos os benefícios. Quer dizer, o benefício não tinha repassada à renda mensal a defasagem inflacionária dos últimos meses, e esta também era desconsiderada no primeiro reajuste" (Direito Previdenciário, Aspectos Materiais, Processuais e Penais, Vladimir Passos de Freitas (Coordenador), Livraria do Advogado Editora, 2a ed., pág. 155).
Todavia, esse equivocado procedimento do então INPS, restou obstado quando da edição do Decreto-lei nº 2.171 de 13.11.84, o qual determinou a observação do valor do salário mínimo vigente na data base do reajuste e não o valor do salário mínimo anterior, verbis:
"Art 2º - Os índices do reajustamento serão os mesmos da política salarial, considerando-se como mês básico o do início da vigência do novo salário-mínimo.
§ 1º - Para fins do enquadramento do valor do benefício nas faixas adotadas pela política salarial será considerado, a partir da vigência do presente Decreto-lei, o novo salário-mínimo".
De igual modo, a correta interpretação da lei definiu-se pela jurisprudência, cristalizada na Súmula nº 260 do extinto Tribunal Federal de Recursos, nestes termos:
"No primeiro reajuste do benefício previdenciário, deve-se aplicar o índice integral do aumento verificado, independentemente do mês da concessão, considerando, nos reajustamentos subseqüentes, o salário mínimo então atualizado".

Logo, a segunda parte da súmula referida - segundo a qual deve ser considerado, nos reajustes subseqüentes, o salário mínimo então atualizado - tem aplicação limitada ao Decreto n° 2.171, de 13/11/84, que ainda traz em seu art. 1o a seguinte regra:
"Art. 1º. O reajuste dos benefícios de média ou longa duração a cargo da Previdência Social far-se-á sempre que for alterado o salário mínimo, sendo devido a contar da data em que este entrar em vigor".
Sendo assim, já não mais se aplicando o art. 2o da Lei n° 6.708/79, referente às faixas salariais, o INSS passou a não mais poder fazer o artifício de aplicar, para efeito do enquadramento, o salário mínimo então revogado.
No mais, sabe-se que a Súmula 260 do TFR foi substituída pelo artigo 58 do ADCT como forma de recuperação do valor dos benefícios, de modo que as diferenças originadas de sua aplicação somente podem ser encontradas até 04 de abril de 1989.
Com efeito, a súmula n° 260 do ex. Tribunal Federal de Recursos, além de jamais indicar a equivalência da renda mensal com o número de salários mínimos, só pode ser aplicada até 04 de abril de 1989 (súmula nº 25 do egrégio TRF da 3ª Região).
Nesse sentido também é a Súmula n.º 25 do Tribunal Regional Federal da 3a Região, in verbis: Os benefícios de prestação continuada concedidos até a promulgação da Constituição Federal de 1988 serão reajustados pelo critério da primeira parte da Súmula n.º 260 do Tribunal Federal de Recursos até o dia 04 de abril de 1989.
PRESCRIÇÃO
A despeito do que foi dito acima, forçoso é reconhecer-se a prescrição qüinqüenal da 2a parte da súmula (artigo 219, § 5º, do Código de Processo Civil), já que a ação foi proposta em 30/03/1994.
Mesmo que não haja a alegação das partes, considerando o disposto no art. 219, § 5º, do CPC, na redação dada pela Lei 11.280/06, é dever de o magistrado decretar, de ofício, a prescrição.
Diante da regra do art. 103, § único, da Lei nº 8.213/91, não há como se fugir de tal conclusão.
Registro que há, em relação à primeira parte da súmula nº 260 do ex. TFR, apenas, existência de um "saldo" de diferenças - 31/03/89 até 04/04/89 - suficiente para que tenha o autor interesse de recorrer.
DA REVISÃO DO ARTIGO 58 DO ADCT
Posteriormente, a partir de 05 de abril de 1989, por força do artigo 58 do ADCT, passou a vigorar outro critério de reajuste de benefícios, o da equivalência salarial.
Vale a pena, nesse passo, transcrever a lição de Ana Maria Wickert Theisen, in verbis:
"Aspecto interessante repisar, respeita ao fato de que a Súmula 260 do TFR, quando tratou do primeiro reajuste dos benefícios previdenciários, não previu, nem autorizou, uma vinculação destes ao salário mínimo. Os benefícios variavam na mesma época do salário mínimo, mas não nos mesmos índices, adequando-se neste ponto à política salarial. Por outro lado, os benefícios com data inicial no mês de reajuste, necessariamente já tinham repassado o índice integral (12/12 ou 6/6). Inobstante, muitos segurados enquadrados nesta situação buscaram aplicação do verbete em cotejo, sem a compreensão de que a defasagem em suas rendas mensais decorria, em muitos casos, de outros fatores.
Finalmente, ainda em relação ao primeiro reajuste, já adentrando em período posterior à Constituição Federal de 1988, embora fugindo, ligeiramente, à sistemática deste trabalho, imperioso se faz reconhecer que hoje sua aplicação não mais se apresenta possível, a não ser em casos de ações revisionais ajuizadas antes de março de 1994 e, eventualmente, ainda não julgadas. Ocorre que a Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na norma transitória do art. 58, uma equiparação ao salário mínimo para os benefícios em manutenção, a ser aplicada a contar do sétimo mês de sua promulgação (05.10.1988), ou seja, abril de 1989. Com isso, todos os benefícios já em manutenção tiveram sua renda mensal revista desde abril de 1989 e eventuais defasagens que se haviam feito sentir até então, em razão da proporcionalidade, restaram corrigidas. Some-se a isto a prescrição qüinqüenal, que se opera em matéria de benefícios previdenciários e qualquer pleito que visasse à aplicação da Súmula 260 do Tribunal Federal de Recursos, no tocante ao aspecto em exame, perdeu razão de ser ao final de março de 1994."
(grifei, Direito Previdenciário, Aspectos materiais, processuais e penais, Livraria do Advogado, Porto Alegre, 1999, p. 157).
A partir de 05 de abril de 1989, por força do artigo 58 do ADCT, passou a vigorar outro critério de reajuste de benefícios, o da equivalência salarial.
Por outro lado, a revisão prevista no artigo 58 do ADCT produz efeitos somente no ao período de 05/04/89 até 09/12/91.
Nesse sentido, a súmula nº 18 deste egrégio Tribunal Regional Federal da 3a Região, tratando-se de providência já esgotada pela aplicação de tal norma transitória.
Por fim, a pretensão de equiparar o valor da renda mensal perenemente ao salário mínimo esbarra na regra do art. 7o, IV, da Constituição Federal.
Consigno, por fim, que deverão ser abatidos os valores já pagos na via administrativa, a título da revisão do artigo 58 do ADCT, limitado o débito às diferenças entre o valor pago e devido, diante do recálculo do benefício à luz da súmula nº 260 do ex. Tribunal Federal de Recursos.
DA EXTINÇÃO DO PROCESSO
Nesse ponto, forçoso é reconhecer que a inércia do advogado do autor em cumprir os termos do artigo 604 do Código de Processo Civil não é capaz de forjar a extinção do processo.
Tal se dá porque, em fase de execução, a omissão da parte autora implica remessa dos autos ao arquivo, segundo construção jurisprudencial tolerante, notadamente porque o Código de Processo Civil não deixa clara a aplicação do artigo 267, III, na fase de execução.
Por fim, ainda que se trate de litigante beneficiário da Justiça Gratuita (Lei nº 1.060/50), não há autorização legal para se burlar a regra do artigo 604 do Código de Processo Civil, norma que se aplica a todos os casos, não tendo o réu qualquer obrigação de colaborar com a elaboração dos cálculos - a não ser que requeira tal mister.
DISPOSITIVO
Ante o exposto, nos termos do artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, DOU PARCIAL PROVIMENTO À APELAÇÃO DO AUTOR, a fim de anular a sentença e determinar a abertura de vista ao autor, para que cumpra o disposto no artigo 604 do Código de Processo Civil, apresentando os cálculos da execução, observada a prescrição qüinqüenal e abatidos os valores já pagos a título da revisão do artigo 58 do ADCT, consoante estabelecido acima.
Decorrido o prazo recursal, tornem os autos à Vara de origem.
Publique-se e intime-se.
São Paulo, 21 de março de 2007.
RODRIGO ZACHARIAS
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	95.03.066053-0 AC 269405
ORIG.	:	9200000182 1 Vr CORDEIROPOLIS/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	DARCY DESTEFANI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ANIBAL FIORIO e outro
ADV	:	PAULO FAGUNDES
RELATOR	:	JUIZ FED.CONV. RODRIGO ZACHARIAS/ SÉTIMA TURMA

Vistos,
Trata-se de apelação interposta pelo INSS em face da sentença homologatória de cálculos acostada à de f. 120, proferida em 06/04/95, em sede de liquidação de sentença.
Inconformado, alega o Instituto apelante, em suas razões recursais, que os cálculos não podem utilizar a UFIR, nem vincular o valor da renda mensal ao número correspondente de salários mínimos.
O autor apresentou contra-razões, onde requesta a manutenção da sentença.
Os autos subiram ao segundo grau, mas o recurso não foi conhecido, ex vi os termos da súmula nº 188 do ex. TFR (f. 135/138).
O INSS interpôs recurso especial, que inicialmente não teve seguimento (f. 148).
Por fim, a autarquia previdenciária interpôs finalmente agravo de instrumento, recurso que foi conhecido e provido pelo Superior Tribunal de Justiça, determinando esse tribunal o conhecimento da apelação anteriormente interposta pelo INSS (f. 100/105 dos autos apensos).
É o relatório.
Na forma do artigo 557 do Código de Processo Civil, poderá o relator negar ou dar provimento a recurso, de acordo com as hipóteses assinaladas em referido dispositivo legal, regra aplicável ao presente caso.
Conheço da apelação, uma vez presentes os requisitos de admissibilidade.
O recurso não pode medrar, em razão da existência de nulidade absoluta no procedimento, cognoscível de ofício.
Com efeito, a despeito da razoabilidade das razões levantadas pelo INSS, o fato é que não poderia ser proferida sentença homologatória, porque tal fase processual não mais existia na data da sentença.
Em realidade, é de ser anulada a própria execução, uma vez que, na vigência da Lei nº 8.898/94, que alterou o art. 604 do Código de Processo Civil, é o credor quem deve apresentar os cálculos.
Nesse diapasão, os precedentes oriundos do egrégio Tribunal Regional Federal da 3a Região:
PROCESSO CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. SENTENÇA DE HOMOLOGAÇÃO DE CÁLCULOS. LEI 8.898/94. NULIDADE. ART. 604 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.
- Deve ser anulada a execução, uma vez que, na vigência da Lei nº 8.898/94, que alterou o art. 604 do Código de Processo Civil, é o credor quem deve apresentar os cálculos.
- Anulado o processo e ocorrendo o trânsito em julgado na ação previdenciária de conhecimento, deve o autor, querendo, apresentar outra execução, na forma do art. 604 do Código de Processo Civil.
- Apelação do autor improvida.
- Recurso adesivo do INSS parcialmente provido (Processo 95.03.082580-6, AC 279864 RELATOR, JUIZ FED.CONV. RODRIGO ZACHARIAS, SÉTIMA TURMA, DJ 30/10/06).
PROCESSUAL CIVIL. LIQUIDAÇÃO DE SENTENçA. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. ARTIGOS 604 E 730 DO CPC. LEI Nº 8.898/94. NULIDADE DA SENTENçA HOMOLOGATÓRIA. 1. A nova redação dada ao art. 604 do CPC pela Lei nº 8.898/94 extinguiu a fase de liquidação por cálculo do contador, cabendo ao credor instruir a petição inicial da ação de execução com a memória discriminada do cálculo.
2. Eventual discordância entre o valor apresentado pelo credor e o apurado pela Fazenda Pública deverá ser contestado, no prazo de 10 dias, via embargos e não mais através de impugnação.
3. Inexistência de sentença homologatória de cálculo de liquidação em execução proposta com base no art. 604 do CPC. Nulidade decretada de ofício. 4 De ofício, sentença declarada nula, restando prejudicados a apelação e o recurso adesivo (TRIBUNAL - TERCEIRA REGIÃO Classe: AC - APELAÇÃO CIVEL - 369748 Processo: 7.03.026232-5 UF: SP Orgão Julgador: SEXTA TURMAData da Decisão: 08/11/2006 Documento: TRF300109940 Fonte DJU DATA:11/12/2006 PÁGINA: 396 Relator JUIZA CONSUELO YOSHIDA).
PROCESSUAL CIVIL. HOMOLOGAÇÃO DE CÁLCULO APÓS A EDIÇÃO DA LEI Nº 8.898/94. ATO NULO. PRECEDENTES DO STJ. I. Após a nova sistemática adotada pela Lei nº 8.898/94, em relação ao Art. 604, do CPC, descabe a homologação de cálculo.
II. A infringência ao Art. 604, do Código de Rito, impõe a decretação da nulidade da sentença, para a observância da sistemática imposta no ordenamento jurídico processual.III. Precedentes do STJ. IV. Sentença homologatória anulada de ofício e apelação prejudicada (TRIBUNAL - TERCEIRA REGIÃO Classe: AC - APELAÇÃO CIVEL - 807954Processo: 2002.03.99.023673-6
UF: SP Orgão Julgador: QUARTA TURMA Data da Decisão: 19/07/2006
Documento: TRF300109689).
Observe-se que a sentença foi proferida em 06/04/95, quando já estava em vigor a referida Lei nº 8.898/94.
Sendo assim, anulo a execução, a partir de seu ato inicial, determinando que o autor, querendo, apresentou outra execução, instruída com memória de cálculos, na forma do art. 604 do Código de Processo Civil.
Ante o exposto, nos termos do artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, anulo o processo, a partir da sentença, e determino a elaboração de cálculos pelo exeqüente, na forma do artigo 604 do Código de Processo Civil, prejudicada a análise das demais questões levantadas pelo Instituto.
Decorrido o prazo recursal, tornem os autos à Vara de origem.
Publique-se e intime-se.
São Paulo, 20 de março de 2007.
RODRIGO ZACHARIAS
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	95.03.086843-2 AC 283518
ORIG.	:	9400001056 1 Vr PORTO FERREIRA/SP
APTE	:	CUSTODIO CARLOS e outros
ADV	:	JORGE NERY DE OLIVEIRA FILHO e outro
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOSE BENEDITO RUAS BALDIN
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RODRIGO ZACHARIAS / SÉTIMA TURMA

Vistos.
Trata-se de apelação interposta pelos autores em face da r. sentença, proferida em 14/07/1995, que julgou parcialmente procedentes os pedidos, condenando o réu a recalcular o valor das suas rendas mensais iniciais por meio da correção dos 24 (vinte e quatro) primeiros salários-de-contribuição pela ORTN/OTN, bem como a aplicar a súmula n.º 260 do extinto TFR e a incorporar aos proventos o índice de reajuste da URP de fevereiro de 1989 (26,05%), excluída a aplicação do IPC de março de 1990. Respeitada a prescrição qüinqüenal, as diferenças deverão ser pagas com correção monetária desde os respectivos vencimentos, nos termos da Lei n.º 6.899/81, acrescidas de juros moratórios à razão de 6% ao ano sobre o principal corrigido. O Réu arcará, ainda, com o reembolso das custas processuais eventualmente despendidas pelos autores e honorários advocatícios, arbitrados em 15% do valor da condenação atualizado.
Os autores pugnam, em razões recursais, pela aplicação dos IPCs de março, abril e maio de 1990 aos seus proventos e, em conseqüência, a decretação da total procedência dos pedidos.
Com as contra-razões, subiram os autos a este Egrégio Tribunal Regional Federal e foram redistribuídos a esta 7ª Turma.
É o relatório.
Na forma do artigo 557 do Código de Processo Civil, poderá o relator negar ou dar provimento a recurso, de acordo com as hipóteses assinaladas em referido dispositivo legal, regra aplicável ao presente caso.
Conheço da apelação interposta, posto que preenchidos os requisitos de admissibilidade.
Os autores Custodio Carlos, Haroldo Russi Borelli e Luiz Gonçalves recebem aposentadorias por tempo de serviço, com DIBS fixadas, respectivamente, em 01/01/1976, 01/07/1976 e 06/02/1979 e os autores Domingos Rafaldini, José Cominato e José de Souza Pereira titularizam aposentadorias por invalidez, concedidas em 01/07/1976, 01/11/1982 e 19/10/1963, respectivamente.
Passo à análise do mérito.
DA IMPOSSIBILIDADE DE CORREÇÃO DOS PRIMEIROS 24 SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO PELA ORTN
Alegam os autores que o INSS, no momento de compor o seu salário-de-benefício, não corrigiu pela ORTN os 24 (vinte e quatro) primeiros salários-de-contribuição que entram no cálculo do seu benefício de aposentadoria por tempo de serviço, fazendo-o por critérios próprios, contrariando a Lei n° 6.423/77, que determinava o uso da variação da ORTN/OTN/BTN para toda correção legal ou contratual, tendo aplicabilidade, portanto, na apuração do salário-de-benefício das prestações previdenciárias.
Tal pedido deve ser julgado improcedente em relação a todos os autores.
Quanto a Custodio Carlos, Haroldo Russi Borelli e Domingos Rafaldini, o pleito deve ser rejeitado à medida que os seus cálculos de salário-de-benefício devem levar em conta a Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), de 26 de agosto de 1960, não a Lei n° 6.423/77.
Isso porque, no presente caso, os benefícios de aposentadoria têm DIB anterior à entrada em vigor da Lei nº 6.423, de 17 de junho de 1977, em vigor a partir da data de sua publicação, operada em 21 de junho de 1977, a qual não pode retroagir a benefícios concedidos antes de sua vigência.

Assim, a apuração da renda mensal do benefício da parte autora - ao contrário do que alega - não deveria levar em conta a Lei n° 6.423/77, mas a legislação vigente ao início da aposentadoria, que no caso é a Lei 3.807/60.
Quanto a José Cominato e José de Souza Pereira, igualmente não poderá prosperar suas pretensões, porque o benefício é de aposentadoria por invalidez, em que não há correção das 24 (vinte quatro) contribuições anteriores às 12 (doze) últimas.
De fato, tais pleitos não procedem, porque os dois benefícios a ser revisado é aposentadoria por invalidez de modo que o salário-de-benefício não era calculado sobre as 24 contribuições anteriores às 12 últimas.
Consoante os termos do art. 37, I, do Decreto nº 83.080/79, o salário-de-benefício para o auxílio-doença e a aposentadoria por invalidez corresponde a 1/12 (um doze avos) da soma dos salários-de-contribuição imediatamente anteriores ao dia do afastamento, apurados em período não anterior a 18 (dezoito meses).
Na CLPS de 1984, a situação não se alterou quanto aos últimos 12 salários-de-contribuição, que permanecem sem correção monetária, nos termos do art. 21, I.
De fato, dispunha o art. 21 da antiga CLPS:
"Art. 21. O benefício de prestação continuada, inclusive o regido por normas especiais, tem seu valor calculado com base no salário-de-benefício, assim entendido:
I - para o auxílio-doença, a aposentadoria por invalidez, a pensão e o auxílio-reclusão, 1/12 (um doze avos) da soma dos salários-de-contribuição dos meses imediatamente anteriores ao do afastamento da atividade, até o máximo de 12 (doze), apurados em período não superior a 18 (dezoito) meses.
II - para as demais espécies de aposentadoria e para o abono de permanência em serviço, 1/36 (um trinta e seis avos) da soma dos salários-de-contribuição dos meses imediatamente anteriores ao do afastamento da atividade ou da entrada do requerimento, até o máximo de 36 (trinta e seis), apurados em período não superior a 48 (quarenta e oito) meses.
§ 1º - Nos casos do item II, os salários-de-contribuição anteriores aos 12 (doze) últimos meses são previamente corrigidos de acordo com índices estabelecidos pelo MPAS." (grifo não constante na inicial)
Assim, não é possível, segundo o direito positivo, a correção pretendida, mormente porque o juiz não pode fazer às vezes do legislador e criar norma própria ao segurado.
Por fim, quanto a Luiz Gonçalves, tem DIB fixada em 06/02/1979, caso em que os índices utilizados pelo INSS na correção de seus salários-de-contribuição foram superiores aos da ORTN.
DA SÚMULA Nº 260 DO EX. TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS
Também o pleito da aplicação da súmula nº 260 do ex. TFR não poderá prosperar, pelas razões que passo a expor.
A Previdência Social sempre manteve preocupação em indicar formas e épocas de reajustamento dos benefícios de prestação continuada.
A Lei n° 3.807, de 26/08/1960 - Lei Orgânica da Previdência Social - estabeleceu no art. 67 a regra referente ao reajustamento dos benefícios:
Art 67. Os valores das aposentadorias e pensões em vigor serão reajustados sempre que se verificar, na forma do § 1º deste artigo, que os índices dos salários de contribuição dos segurados ativos ultrapassam, em mais de 15% (quinze por cento), os do ano em que tenha sido realizado o último reajustamento desses benefícios.
§ 1º O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio mandará proceder, de dois em dois anos, à apuração dos índices referidos neste artigo e promoverá, quando for o caso, as medidas necessárias à concessão do reajustamento.
§ 2º O reajustamento consistirá em acréscimo determinado de conformidade com os índices, levando-se em conta o tempo de duração do benefício, contado a partir do último reajustamento ou da data da concessão, quando posterior.
§ 3º Para o fim do reajustamento, as aposentadorias ou pensões serão consideradas sem as majorações decorrentes de lei especial ou da elevação dos níveis de salário mínimo, prevalecendo porém, os valores desses benefícios, assim majorados, sempre que forem mais elevados que os resultantes do reajustamento, de acordo com este artigo.
§ 4º Nenhum benefício reajustado poderá, em seu valor mensal, resultar maior do que 7 (sete) vezes, na CAPFESP, 2 (duas) vezes nos demais Institutos, o salário mínimo regional de adulto de valor mais elevado, vigente na data do reajustamento.
Posteriormente, o Decreto n° 50.326, de 08/03/1961 aprovou as tabelas dos índices de reajustamento fixados neste art. 67.
O Decreto-lei n° 66, de 21/11/66, no art. 17, alterou a redação do referido art. 67 da LOPS e vinculou o reajuste dos benefícios à variação da política salarial, a serem computados quando fosse alterado o salário mínimo, para vigorar sessenta dias após.
Depois, a Lei n° 5.703/73 fez novas alterações e o seu regulamento, o Decreto n° 72.771, de 06/09/73, no art. 153 repetiu a regra do art. 17 do Decreto-lei n° 66/66, estabelecendo inovação ao determinar que o reajustamento seria devido desde a vigência do salário mínimo, bem como ao estabelecer que o limite máximo dos benefícios ficaria passaria de dez para o patamar de dezoito salários mínimos.
Porém, a Lei n° 6.205, de 29/04/75, descaracterizou o salário mínimo como fator de correção monetária, com exceção dos benefícios de valor mínimo estabelecido no art. 3o da Lei n° 5.703/73.
Posteriormente, a legislação previdenciária previu o reajustamento dos benefícios a partir da vigência do índice salarial estabelecido, adotando os mesmos índices utilizados pela política salarial e considerado como "mês básico" o do início da vigência do novo salário mínimo, consoante artigo 30 do Decreto nº 77.077 de 24 de janeiro de 1976, a Consolidação das Leis da Previdência Social, que tinha a seguinte dicção:
"Artigo 30 - O valor do benefício em manutenção será reajustado quando for alterado o salário mínimo.
§ 1º - O reajustamento de que trata este artigo será devido a contar da data em que tiver entrado em vigor o novo salário mínimo arredondado o total obtido para a unidade de cruzeiro imediatamente superior.
§ 2º - Os índices de reajustamento serão os mesmos da política salarial estabelecida no artigo 1º do Decreto-lei nº 15 de 29 de julho de 1966, considerado como mês básico o do início da vigência do novo salário mínimo.
Por sua vez, editada a Lei 6.708, em 30.11.79, determinou-se a correção semestral dos salários e o reajustamento do valor dos benefícios que era anual passou a ser feita em seis meses com base no INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.
Já, o Decreto nº 89.312 de 23.01.84, Consolidação das Leis da Previdência Social, disciplina a questão sobre "reajuste" no artigo 25, in verbis:
"O valor do benefício de prestação continuada é reajustado quando é alterado o salário-mínimo, de acordo com a evolução de folha de salário-de-contribuição dos segurados ativos, não podendo o reajustamento ser inferior proporcionalmente ao incremento verificado."
A sistemática então adotada pelo INPS previu reajustamento, através de tabelas elaboradas pela Secretaria de Estatística e Atuária do MPAS, sendo que no primeiro reajuste de proventos foi tomado por base, não o índice integral da política salarial, mas outro proporcional ao número de meses em que o segurado estivesse em inatividade.
A adoção do critério da proporcionalidade, segundo o qual o 1º reajuste deve ser proporcional ao tempo decorrido entre o mês da concessão do benefício e o mês do reajuste, não só reduz o valor monetário do benefício, como também origina diferenças na percepção do mesmo benefício, entre segurados com igual "tempo de serviço" e salários de contribuição iguais, tão-só por serem diferentes as datas do início da concessão do benefício.
O problema residia em que os benefícios eram calculados de acordo com a média das últimas doze contribuições, sem qualquer correção e, depois, sobre a média das trinta e seis últimas contribuições, apuradas em período não superior a quarenta e oito meses, de modo que somente as primeiras vinte e quatro recebiam correção monetária.
Como bem explica Ana Maria Wickert Theisen, "Isso importava em que a renda mensal inicial, calculada sobre esta média (salário-de-benefício) resultasse já defasada, situação que se apresentava para todos os benefícios. Quer dizer, o benefício não tinha repassada à renda mensal a defasagem inflacionária dos últimos meses, e esta também era desconsiderada no primeiro reajuste" (Direito Previdenciário, Aspectos Materiais, Processuais e Penais, Vladimir Passos de Freitas (Coordenador), Livraria do Advogado Editora, 2a ed., pág. 155).
Todavia, esse equivocado procedimento do então INPS, restou obstado quando da edição do Decreto-lei nº 2.171 de 13.11.84, o qual determinou a observação do valor do salário mínimo vigente na data base do reajuste e não o valor do salário mínimo anterior, "verbis":
"Art 2º - Os índices do reajustamento serão os mesmos da política salarial, considerando-se como mês básico o do início da vigência do novo salário-mínimo.
§ 1º - Para fins do enquadramento do valor do benefício nas faixas adotadas pela política salarial será considerado, a partir da vigência do presente Decreto-lei, o novo salário-mínimo".
De igual modo, a correta interpretação da lei definiu-se pela jurisprudência, cristalizada na Súmula nº 260 do extinto Tribunal Federal de Recursos, nestes termos:
"No primeiro reajuste do benefício previdenciário, deve-se aplicar o índice integral do aumento verificado, independentemente do mês da concessão, considerando, nos reajustamentos subseqüentes, o salário mínimo então atualizado".
Logo, a segunda parte da súmula referida - segundo a qual deve ser considerado, nos reajustes subseqüentes, o salário mínimo então atualizado - tem aplicação limitada ao Decreto n° 2.171, de 13/11/84, que ainda traz em seu art. 1o a seguinte regra:
"Art. 1º. O reajuste dos benefícios de média ou longa duração a cargo da Previdência Social far-se-á sempre que for alterado o salário mínimo, sendo devido a contar da data em que este entrar em vigor".
Sendo assim, já não mais se aplicando o art. 2o da Lei n° 6.708/79, referente às faixas salariais, o INSS passou a não mais poder fazer o artifício de aplicar, para efeito do enquadramento, o salário mínimo então revogado.
Conclui-se, ademais, que os efeitos da 1ª parte da súmula n° 260 do ex. Tribunal Federal de Recursos - além de jamais implicarem a equivalência do valor da renda mensal com o correspondente número de salários mínimo - teria seus efeitos limitados a 04 de abril de 1989. Nesse diapasão, a súmula nº 25 do egrégio Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
Porém, considerando-se o prazo prescricional de cinco anos - artigos 219, § 5o, do Código de Processo Civil c/c 103, § único, da Lei nº 8.213/91 - todas as diferenças relativas à referida súmula estão prescritas, já que a ação foi proposta em 09/11/94.
DA REVISÃO DO ARTIGO 58 DO ADCT
Posteriormente, a partir de 05 de abril de 1989, por força do artigo 58 do ADCT, passou a vigorar outro critério de reajuste de benefícios, o da equivalência salarial.
Vale a pena, nesse passo, transcrever a lição de Ana Maria Wickert Theisen, in verbis:
"Aspecto interessante repisar, respeita ao fato de que a Súmula 260 do TFR, quando tratou do primeiro reajuste dos benefícios previdenciários, não previu, nem autorizou, uma vinculação destes ao salário mínimo. Os benefícios variavam na mesma época do salário mínimo, mas não nos mesmos índices, adequando-se neste ponto à política salarial. Por outro lado, os benefícios com data inicial no mês de reajuste, necessariamente já tinham repassado o índice integral (12/12 ou 6/6). Inobstante, muitos segurados enquadrados nesta situação buscaram aplicação do verbete em cotejo, sem a compreensão de que a defasagem em suas rendas mensais decorria, em muitos casos, de outros fatores.
Finalmente, ainda em relação ao primeiro reajuste, já adentrando em período posterior à Constituição Federal de 1988, embora fugindo, ligeiramente, à sistemática deste trabalho, imperioso se faz reconhecer que hoje sua aplicação não mais se apresenta possível, a não ser em casos de ações revisionais ajuizadas antes de março de 1994 e, eventualmente, ainda não julgadas. Ocorre que a Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na norma transitória do art. 58, uma equiparação ao salário mínimo para os benefícios em manutenção, a ser aplicada a contar do sétimo mês de sua promulgação (05.10.1988), ou seja, abril de 1989. Com isso, todos os benefícios já em manutenção tiveram sua renda mensal revista desde abril de 1989 e eventuais defasagens que se haviam feito sentir até então, em razão da proporcionalidade, restaram corrigidas. Some-se a isto a prescrição qüinqüenal, que se opera em matéria de benefícios previdenciários e qualquer pleito que visasse à aplicação da Súmula 260 do Tribunal Federal de Recursos, no tocante ao aspecto em exame, perdeu razão de ser ao final de março de 1994."
(grifei, Direito Previdenciário, Aspectos materiais, processuais e penais, Livraria do Advogado, Porto Alegre, 1999, p. 157).
Nota-se que a súmula n° 260 do ex. Tribunal Federal de Recursos, além de jamais indicar a equivalência da renda mensal com o número de salários mínimos, só pode ser aplicada até 04 de abril de 1989 (súmula nº 25 do egrégio TRF da 3ª Região).
A partir de 05 de abril de 1989, por força do artigo 58 do ADCT, passou a vigorar outro critério de reajuste de benefícios, o da equivalência salarial.
Por outro lado, a revisão prevista no artigo 58 do ADCT produz efeitos somente no ao período de 05/04/89 até 09/12/91.
Nesse sentido, a súmula nº 18 deste egrégio Tribunal Regional Federal da 3a Região, tratando-se de providência já esgotada pela aplicação de tal norma transitória.
Por fim, a pretensão de equiparar o valor da renda mensal perenemente ao salário mínimo esbarra na regra do art. 7o, IV, da Constituição Federal.
INCORPORAÇÃO DA URP DE FEVEREIRO DE 1989 NA RENDA MENSAL
No que toca ao pleito de incorporação do expurgo na renda de fevereiro de 1989, não há direito adquirido a tal reajuste, não previsto na legislação de então, conformada na Lei n. 7.730/89.
Consoante a lição da Des.Federal Leide Polo, "É indevida a pretensão do autor ao reajuste do valor do benefício previdenciário no percentual de 26,05%, relativo à URP de fevereiro de 1989. A Lei 7730, de 31.01.89, revogou o Decreto-Lei 2335/87, que disciplinava os reajustes dos benefícios com aplicação da URP. A lei revogadora entrou em vigor antes que se completasse o período aquisitivo estabelecido no Decreto-lei revogado. Assim, não há que se falar em direito adquirido ao índice, uma vez que se tratava de mera expectativa de direito" (APELAÇÃO CIVEL - 899354).
Sobre o tema, Daniel Machado da Rocha aduz as seguintes palavras:
"Pleito bastante comum em juízo é o que respeita à aplicação, nos benefícios previdenciários, de índices de correção expurgados da inflação oficial, por força dos planos econômicos do Governo Federal, nos meses de janeiro de 1989, março, abril e maio de 1990 e fevereiro de 1991 (o que não se confunde com o repasse destes índices nos cálculos de liquidação, que compreendem valores em atraso e não reajuste de benefícios).
Como se nota, todos os períodos estão abrangidos no interregno que medeou a promulgação da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, e o advento das Leis 8.212 e 8.213/91, ambas de 24 de julho de 1991.
Improcede, todavia, a irresignação dos segurados. Especificamente em relação a janeiro de 1989, cabe lembrar que estavam os benefícios previdenciários sujeitos à sistemática do Decreto-Lei 2.225/87, compreendendo o repasse da URP do trimestre anterior ao trimestre subseqüente. E janeiro de 1989 integrou o trimestre dezembro-88/fevereiro/89. Ainda que a URP fosse obtida pela média mensal da variação do IPC ocorrida no trimestre anterior (art. 3º do Decreto-Lei 2.335/87) o pagamento de janeiro de 1989 não compreendeu o IPC daquele mês, senão aquele concernente ao mês trimestre anterior (setembro-novembro/88). E depois de janeiro de 1989 restou revogado o Decreto-Lei 2.335/89, pela Lei 7.730/89, que instituiu nova forma de reajuste aos benefícios para o mês de fevereiro de 1989 (art. 5º). Mesmo a Lei 7.787/89, cujo art. 15 tratou do reajuste dos benefícios a contar de fevereiro de 1989, não previu o direito ao reajuste pela variação do IPC do mês de janeiro de 1989. Portanto, os pedidos que aportam em juízo referentes ao índice de 70,28% (ou 42,72%) na correção dos benefícios previdenciários nessa competência, são totalmente descabidos. Os expurgos posteriores estão abarcados no período de vigência do art. 58 do ADCT, que vinculou os benefícios previdenciários à variação do salário mínimo (vide item 3.1)..." (Direito Previdenciário, coordenador Vladimir Passo Freitas, 2.ed. Livraria do Advogado: Porto Alegre, 1999).
Nesse diapasão:
RECURSOS ESPECIAIS. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. NÃO CONHECIMENTO. ESGOTAMENTO DE INSTÂNCIA. DISSÍDIO NÃO DEMONSTRADO. AÇÃO RESCISÓRIA. PETIÇÃO INICIAL. INÉPCIA. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. URP DE FEVEREIRO DE 1989 E DE ABRIL E MAIO DE 1988. DIREITO ADQUIRIDO. SÚMULA 343/STF. MATÉRIA CONSTITUCIONAL.
(...)
V - Não há direito adquirido ao reajuste de benefícios previdenciários pelo índice da URP de fevereiro de 1989 (26,05%) e da URP de abril e maio de 1988, salvo, quanto a este, a fração de 7/30. (Precedentes.)

Recurso especial de Antônio Damião da Silva e outros não conhecido.
Recurso especial do INSS provido (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA Classe: RESP - RECURSO ESPECIAL - 297704Processo: 200001443127 UF: PE Órgão Julgador: QUINTA TURMAData da decisão: 04/06/2002 Documento: STJ000441741 DJ DATA:01/07/2002 PÁGINA:373 FELIX FISCHER).
PREVIDENCIÁRIO. PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE REVISÃO DE BENEFÍCIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CONTA DE LIQUIDAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE TÍTULO EXECUTIVO. BENEFÍCIOS RURAIS. INCORPORAÇÃO DE ÍNDICES NA RENDA MENSAL DO BENEFÍCIO. VALOR DE UM SALÁRIO MÍNIMO. (...). II - Em se tratando de benefícios rurais (fls. 10/24 dos autos em apenso), cuja concessão não dependeu de contribuição, seu valor deve corresponder a um salário mínimo, consoante determina o art. 201, §2º, da Constituição da República, não havendo hipótese legal que implique montante superior ao referido mínimo. Portanto, a r. decisão exeqüenda, ao determinar a incorporação dos índices de 26,06%, referente à inflação da 1ª quinzena de junho de 1987, e da URP de fevereiro de 1989, no valor do benefício, não se atentou quanto à espécie dos benefícios em tela, que, conforme anteriormente explicitado, não admitem valor superior a um salário mínimo, estando configurado, assim, evidente erro material, que pode ser reconhecido de ofício a qualquer momento e grau de jurisdição.
(...). IV - Apelação da autarquia-embargante parcialmente provida (TRIBUNAL - TERCEIRA REGIÃO APELAÇÃO CIVEL - 756335 Processo: 2001.03.99.056999-0 UF:SP Orgão Julgador: DÉCIMA TURMA Data da Decisão: 03/10/2006
DJU DATA:25/10/2006 PÁGINA: 549 DES.FEDERAL SERGIO NASCIMENTO).
INCORPORAÇÃO DOS EXPURGOS NA RENDA MENSAL
Quanto ao pleito de incorporação de expurgos na renda (IPCs de março, abril e maio de 1990, respectivamente 84,32%, 44,80% e 7,87%), também não merece acolhida a irresignação recursal dos autores, simplesmente porque não pode o segurado escolher os índices que melhor atendam a seus interesses, devendo prevalecer no caso o princípio da legalidade (artigo 5o, II, da Constituição Federal).
Sobre o tema, Daniel Machado da Rocha aduz as seguintes palavras:
"Pleito bastante comum em juízo é o que respeita à aplicação, nos benefícios previdenciários, de índices de correção expurgados da inflação oficial, por força dos planos econômicos do Governo Federal, nos meses de janeiro de 1989, março, abril e maio de 1990 e fevereiro de 1991 (o que não se confunde com o repasse destes índices nos cálculos de liquidação, que compreendem valores em atraso e não reajuste de benefícios).
Como se nota, todos os períodos estão abrangidos no interregno que medeou a promulgação da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, e o advento das Leis 8.212 e 8.213/91, ambas de 24 de julho de 1991.
Improcede, todavia, a irresignação dos segurados. Especificamente em relação a janeiro de 1989, cabe lembrar que estavam os benefícios previdenciários sujeitos à sistemática do Decreto-Lei 2.225/87, compreendendo o repasse da URP do trimestre anterior ao trimestre subseqüente. E janeiro de 1989 integrou o trimestre dezembro-88/fevereiro/89. Ainda que a URP fosse obtida pela média mensal da variação do IPC ocorrida no trimestre anterior (art. 3º do Decreto-Lei 2.335/87) o pagamento de janeiro de 1989 não compreendeu o IPC daquele mês, senão aquele concernente ao mês trimestre anterior (setembro-novembro/88). E depois de janeiro de 1989 restou revogado o Decreto-Lei 2.335/89, pela Lei 7.730/89, que instituiu nova forma de reajuste aos benefícios para o mês de fevereiro de 1989 (art. 5º). Mesmo a Lei 7.787/89, cujo art. 15 tratou do reajuste dos benefícios a contar de fevereiro de 1989, não previu o direito ao reajuste pela variação do IPC do mês de janeiro de 1989. Portanto, os pedidos que aportam em juízo referentes ao índice de 70,28% (ou 42,72%) na correção dos benefícios previdenciários nessa competência, são totalmente descabidos.
Os expurgos posteriores estão abarcados no período de vigência do art. 58 do ADCT, que vinculou os benefícios previdenciários à variação do salário mínimo (vide item 3.1)..." (Direito Previdenciário, coordenador Vladimir Passo Freitas, 2.ed. Livraria do Advogado: Porto Alegre, 1999).
Vale citar precedente desta E. Corte, que considerou indevida a inclusão de expurgos inflacionários na renda de benefício:
"PREVIDENCIÁRIO. PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE REVISÃO DE BENEFÍCIO. CONTA DE LIQUIDAÇÃO. INCORPORAÇÃO DO IPC DE JAN/89 E MARÇO A ABRIL/90 NO VALOR DA RENDA MENSAL. ERRO MATERIAL CORREÇÃO DA INEXATIDÃO. POSSIBILIDADE
I-O título judicial em execução apresenta manifesto erro material na parte em que determina a incorporação no valor de benefícios previdenciários de percentuais isolados do IPC e IGP, bem como ao determinar a perpetuação da equivalência salarial.
II-O trânsito em julgado de sentença de mérito não impede, em face de evidente erro material, que se lhe corrija a inexatidão (precedentes do E. SJT)
III-Mesmo que não fosse considerado o aludido erro material, a conta de liquidação homologada pela r. sentença recorrida revela-se incorreta pois não se justifica a aplicação alternada de índices de reajuste de salário-mínimo. IPC e IGP, apenas com base na conveniência do maior resultado, uma vez que estes índices são apurados por métodos diversos e em períodos diferentes.
IV-Apelação parcialmente provida (TRF da 3a Região, AC 469116, 2a Turma, rel. Sérgio Nascimento, de 30/10/2001).
Há também vários precedentes desta própria 7a Turma, em que fui relator, consoante se vê da ementa abaixo colacionada:
PROCESSO CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. CONTA DE LIQUIDAÇÃO. EXECUÇÃO DO QUANTUM DECORRENTE DE SENTENÇA. INCORPORAÇÃO DE EXPURGOS NA RENDA MENSAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N° 71 DO EX. TFR. INEXIBILIDADE PARCIAL DO TÍTULO. ART. 741, II, DO CPC. VALORES EVENTUALMENTE PAGOS NA VIA ADMINISTRATIVA: COMPEN-SAÇÃO.
1. Os embargados executaram valores indevidos, porque é descabida a incorporação dos expurgos inflacionários na renda mensal, em razão de afronta ao ordenamento jurídico, geradora de erro material. Inexigibilidade do título, na forma do art. 741, II, do Código de Processo Civil.
2. A aplicação da súmula n° 71 do extinto Tribunal Federal de Recursos, referente à equivalência da renda mensal à variação do salário mínimo, também é incompatível com a inclusão de índices expurgados da inflação do débito previdenciário, situação também configuradora de erro material.
3. No período do art. 58 do ADCT, admite-se a equiparação da renda mensal com o salário mínimo, mas se trata de situação incompatível com a aplicação dos índices expurgados, em razão da geração de bis in idem.
4. Sobre os efeitos do caso julgado, prevalece a necessidade de respeito à moralidade administrativa (art. 37, caput, da Constituição Federal) princípio que sobrepaira todo o ordenamento jurídico e dá suporte ideológico ao entendimento que obstaculiza o recebimento de valores indevidos da previdência social, mormente decorrentes de bis in idem.
4. Os valores eventualmente recebidos pelos embargados na via administrativa deverão ser compensados no débito, sob pena de pagamento indevido.
5. Cabimento da aplicação dos índices expurgados do IPC de janeiro de 1989 (42,72%) e março de 1990 (84,32%) somente na apuração do débito decorrente da ação revisional, consoante admitido pela jurisprudência majoritária do Superior Tribunal de Justiça e pelo Provimento nº 24/97 da CGJF da 3a Região.
6. Necessidade de novos cálculos, a serem realizados em 1o grau de jurisdição.
7. Apelação do INSS provida (processo 1999.03.99.114509-9, AC 556843).
Em razão da concessão da justiça gratuita aos autores, indevidas são as verbas de sucumbência (artigos 5º, LXXIV, da Constituição Federal e Lei nº 1.060/50).
DISPOSITIVO
Ante o exposto, nos termos do artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, DOU PROVIMENTO À APELAÇÃO DO INSS, a fim julgar improcedentes os pedidos dos autores, com resolução do mérito, na forma do artigo 269, incisos I e IV, do Código de Processo Civil.
Decorrido o prazo recursal, tornem os autos à Vara de origem.
Publique-se e intime-se.
São Paulo, 19 de março de 2007.

RODRIGO ZACHARIAS
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	95.03.088375-0 AC 284463
ORIG.	:	9500000025 1 Vr NOVO HORIZONTE/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	STEVEN SHUNITI ZWICKER
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ANA DA SILVA LUCENA
ADV	:	APARECIDO BERENGUEL
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL CONV. RODRIGO ZACHARIAS / SÉTIMA TURMA

Vistos.
Cuida-se de apelação interposta pela autora em face de sentença, proferida pelo MM Juízo da Vara única da Comarca de Novo Horizonte, que julgou procedente o pedido de revisão de benefício previdenciário da autora, condenando o INSS a incorporar ao valor do benefício da autora - renda mensal vitalícia - o índice inflacionário de 21,1%, com reflexos nos abonos anuais, abatidas as parcelas já pagas administrativamente, pagando as diferenças com base na súmula nº 71 do ex. Tribunal Federal de Recursos e juros de mora a partir da citação, além de honorários de advogado fixados em 10% do valor da condenação.
Nas razões de apelo, o INSS requer a reforma da sentença para julgar improcedente o pedido.
Produzidas contra-razões, subiram os autos a este Egrégio Tribunal.
Os autos foram redistribuídos a esta egrégia 7ª Turma.
É O RELATÓRIO.
Na forma do artigo 557 do Código de Processo Civil, poderá o relator negar ou dar provimento a recurso, de acordo com as hipóteses assinaladas em referido dispositivo legal, regra aplicável ao presente caso.
A sentença deve ser integralmente reformada.
A Lei n.° 6.179/74 criou o benefício de amparo assistencial, no valor de 50% do salário mínimo, aos maiores de setenta anos ou inválidos, sem atividade remunerada, e com renda inferior a meio salário mínimo, que não fossem dependentes de outra pessoa e sem meios de prover o próprio sustento, desde que tivessem pagado pelo menos doze contribuições ou exercido atividade remunerada antes não-incluída no âmbito da previdência.
A Lei nº 8.213/91 albergou, no art. 139, regras sobre referido benefício, conhecido posteriormente como renda mensal vitalícia, até que o benefício assistencial previsto no art. 203, V, da Constituição Federal fosse regulamentado pela Lei nº 8.742/93.
A autora é titular de renda mensal vitalícia com DIB fixada em 21/11/90.
Pois bem, o princípio da preservação do valor real dos benefícios, previsto atualmente no art. 201, § 4o, da Constituição Federal, pressupõe a regulamentação do fenômeno por meio de lei ordinária.
De outra parte, quanto à pretensão de aplicar índices não-oficiais, não pode ser acolhida simplesmente porque é ilegal, tratando-se de patente ofensa ao princípio da legalidade (artigo 5o, II e 37, caput, da CF/88).
Sobre o tema, Daniel Machado da Rocha traz a seguinte lição:
"Pleito bastante comum em juízo é o que respeita à aplicação, nos benefícios previdenciários, de índices de correção expurgados da inflação oficial, por força dos planos econômicos do Governo Federal, nos meses de janeiro de 1989, março, abril e maio de 1990 e fevereiro de 1991 (o que não se confunde com o repasse destes índices nos cálculos de liquidação, que compreendem valores em atraso e não reajuste de benefícios).
Como se nota, todos os períodos estão abrangidos no interregno que medeou a promulgação da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, e o advento das Leis 8.212 e 8.213/91, ambas de 24 de julho de 1991.
Improcede, todavia, a irresignação dos segurados. Especificamente em relação a janeiro de 1989, cabe lembrar que estavam os benefícios previdenciários sujeitos à sistemática do Decreto-Lei 2.225/87, compreendendo o repasse da URP do trimestre anterior ao trimestre subseqüente. E janeiro de 1989 integrou o trimestre dezembro-88/fevereiro/89. Ainda que a URP fosse obtida pela média mensal da variação do IPC ocorrida no trimestre anterior (art. 3º do Decreto-Lei 2.335/87) o pagamento de janeiro de 1989 não compreendeu o IPC daquele mês, senão aquele concernente ao mês trimestre anterior (setembro-novembro/88). E depois de janeiro de 1989 restou revogado o Decreto-Lei 2.335/89, pela Lei 7.730/89, que instituiu nova forma de reajuste aos benefícios para o mês de fevereiro de 1989 (art. 5º). Mesmo a Lei 7.787/89, cujo art. 15 tratou do reajuste dos benefícios a contar de fevereiro de 1989, não previu o direito ao reajuste pela variação do IPC do mês de janeiro de 1989. Portanto, os pedidos que aportam em juízo referentes ao índice de 70,28% (ou 42,72%) na correção dos benefícios previdenciários nessa competência, são totalmente descabidos.
Os expurgos posteriores estão abarcados no período de vigência do art. 58 do ADCT, que vinculou os benefícios previdenciários à variação do salário mínimo (vide item 3.1)..." (Direito Previdenciário, coordenador Vladimir Passo Freitas, 2.ed. Livraria do Advogado: Porto Alegre, 1999).
Em outras palavras, seja no período da revisão do art. 58 do ADCT, seja nos demais, não é juridicamente possível a incorporação dos índices expurgados ou não-oficiais na renda mensal.
Com efeito, a aplicação de tais índices expurgados durante o período de vigência da revisão do art. 58 do ADCT (05/04/89 até a regulamentação da Lei nº 8.213/91 pelo Decreto nº 357/91) não poderá vigorar.
Ao final das contas, a vinculação do valor da renda mensal com o salário mínimo, só por só, já basta para fazer sua adequada reposição.
Vale citar precedente desta E. Corte, que considerou a inclusão de expurgos inflacionários na renda de benefício erro material e por isso, corrigível de ofício:
"PREVIDENCIÁRIO. PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE REVISÃO DE BENEFÍCIO. CONTA DE LIQUIDAÇÃO. INCORPORAÇÃO DO IPC DE JAN/89 E MARÇO A ABRIL/90 NO VALOR DA RENDA MENSAL. ERRO MATERIAL CORREÇÃO DA INEXATIDÃO. POSSIBILIDADE
I-O título judicial em execução apresenta manifesto erro material na parte em que determina a incorporação no valor de benefícios previdenciários de percentuais isolados do IPC e IGP, bem como ao determinar a perpetuação da equivalência salarial.
II-O trânsito em julgado de sentença de mérito não impede, em face de evidente erro material, que se lhe corrija a inexatidão (precedentes do E. SJT)
III-Mesmo que não fosse considerado o aludido erro material, a conta de liquidação homologada pela r. sentença recorrida revela-se incorreta pois não se justifica a aplicação alternada de índices de reajuste de salário-mínimo. IPC e IGP, apenas com base na conveniência do maior resultado, uma vez que estes índices são apurados por métodos diversos e em períodos diferentes.
IV-Apelação parcialmente provida (TRF da 3a Região, AC 469116, 2a Turma, rel. Sérgio Nascimento, dj 30/10/2001).
Há também vários precedentes desta própria 7a Turma, em que fui relator, consoante se vê das ementas abaixo colacionados:
PROCESSO CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. CONTA DE LIQUIDAÇÃO. EXECUÇÃO DO QUANTUM DECORRENTE DE SENTENÇA. INCORPORAÇÃO DE EXPURGOS NA RENDA MENSAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N° 71 DO EX. TFR. INEXIBILIDADE PARCIAL DO TÍTULO. ART. 741, II, DO CPC. VALORES EVENTUALMENTE PAGOS NA VIA ADMINISTRATIVA: COMPEN-SAÇÃO.
1. Os embargados executaram valores indevidos, porque é descabida a incorporação dos expurgos inflacionários na renda mensal, em razão de afronta ao ordenamento jurídico, geradora de erro material. Inexigibilidade do título, na forma do art. 741, II, do Código de Processo Civil.
2. A aplicação da súmula n° 71 do extinto Tribunal Federal de Recursos, referente à equivalência da renda mensal à variação do salário mínimo, também é incompatível com a inclusão de índices expurgados da inflação do débito previdenciário, situação também configuradora de erro material.
3. No período do art. 58 do ADCT, admite-se a equiparação da renda mensal com o salário mínimo, mas se trata de situação incompatível com a aplicação dos índices expurgados, em razão da geração de bis in idem.

4. Sobre os efeitos do caso julgado, prevalece a necessidade de respeito à moralidade administrativa (art. 37, caput, da Constituição Federal) princípio que sobrepaira todo o ordenamento jurídico e dá suporte ideológico ao entendimento que obstaculiza o recebimento de valores indevidos da previdência social, mormente decorrentes de bis in idem.
(...)
6. Necessidade de novos cálculos, a serem realizados em 1o grau de jurisdição.
7. Apelação do INSS provida (processo 1999.03.99.114509-9, AC 556843).
PROCESSO CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. CONTA DE LIQUIDAÇÃO. EXECUÇÃO DO QUANTUM DECORRENTE DE SENTENÇA. BENEFÍCIO DE VALOR MÍNIMO. INCORPORAÇÃO DE EXPURGOS NA RENDA MENSAL. IMPOSSIBILIDADE. VALORES PAGOS NA VIA ADMINISTRATIVA. COMPENSAÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO IMPROVIDOS.
- Os autores executaram valores indevidos, porque os benefícios de valor mínimo não podem receber a incorporação dos expurgos inflacionários na renda mensal, em razão de afronta ao ordenamento jurídico, geradora de erro material.
- Sobre os efeitos da coisa julgada, prevalece a necessidade de respeito à moralidade administrativa (art. 37, caput, da Constituição Federal) princípio que sobrepaira todo o ordenamento jurídico e dá suporte ideológico ao entendimento que obstaculiza o recebimento de valores indevidos da previdência social, mormente decorrentes de bis in idem.
(...)
- Ausente omissão, contradição ou obscuridade, nada há a ser preqüestionado.
-Embargos de declaração a que se nega provimento (processo nº 96.03.086038-7, AC 345474).
De qualquer forma, o benefício foi concedido na vigência da Lei nº 8.213/91, de modo que não há formulas mágicas que possam socorrê-lo na tentativa de elevar o valor do benefício, estando claro que, por lei, o benefício de renda mensal vitalícia tinha o valor, fixo, de um salário mínimo.
No particular, veja-se a decisão da Exma. Desembargadora Federal Eva Regina, prolatada no AG nº 2003.03.00.046624-3, nesta 7ª Turma, de 14/10/2003, em caso semelhante ao presente:
"Advirto, ainda, que essa é a única interpretação que se pode extrair da sentença condenatória, tendo em vista que somente a atualização pelos índices ORTN/OTN/BTN possibilita o acréscimo dos expurgos, pois, durante o período em que a inflação assolava o país, o salário mínimo foi, algumas vezes, reajustado com índices superiores aos oficiais, ficando nele embutidos os referidos expurgos." (grifo não constante no original)
Diante do exposto, nos termos do artigo 557, § 1O-A, do Código de Processo Civil, DOU PROVIMENTO À APELAÇÃO DO INSS, para julgar improcedente a ação, com resolução do mérito, na forma do artigo 269, I, do Código de Processo Civil.
Em razão da concessão da justiça gratuita, indevidas são as verbas de sucumbência (artigos 5º, LXXIV, da Constituição Federal e Lei nº 1.060/50).
Publique-se e intime-se.
São Paulo, 22 de março de 2007.

RODRIGO ZACHARIAS
Juiz Convocado
Relator

PROC.	:	95.03.089379-8 AC 285389
ORIG.	:	9400000819 2 Vr AVARE/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	FERNANDO ANTONIO GAMEIRO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	THEREZA DA COSTA DOMINGUES
ADV	:	LAURO CEZAR MARTINS RUSSO e outro
RELATOR	:	JUIZ.FEDERAL RODRIGO ZACHARIAS / SÉTIMA TURMA

Vistos.
Proposta ação de revisão de benefício previdenciário, sobreveio sentença, proferida em 04/05/1995, condenando o INSS a recalcular os 36 últimos salários-de-contribuição, bem como o valor da renda mensal referente ao mês de junho de 1989, com base no salário mínimo de NCz$ 120,00 e a pagar os abonos anuais com base nos proventos do mês de dezembro. As diferenças deverão ser corrigidas monetariamente e acrescidas de juros legais. Em razão da sucumbência, o réu arcará com o pagamento das custas e despesas processuais, bem como em honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da causa atualizado.
O INSS interpôs apelação, com preliminar de existência de litispendência com outras ações civis públicas, carência da ação e prescrição do direito invocado; visa o INSS, no mérito, à reforma da sentença para serem julgados totalmente improcedentes os pedidos da inicial.
A parte autora, por sua vez, interpôs recurso adesivo, pugnando pela majoração da verba honorária para 20% sobre o valor da condenação.
Oferecidas as respectivas contra-razões, os autos subiram a esta E. Corte, tendo após sido redistribuídos a esta egrégia 7ª Turma.
Há pedido de preferência de julgamento.
No que interessa, é o relatório.
DECIDO
Na forma do artigo 557 do Código de Processo Civil, poderá o relator negar ou dar provimento a recurso, de acordo com as hipóteses assinaladas em referido dispositivo legal, regra aplicável ao presente caso.
Conheço dos recursos interpostos, pois preenchidos os requisitos de admissibilidade.
No que se refere à preliminar de mérito, mister se faz algumas considerações.
Tradicionalmente essa questão vem recebendo disciplina por preceito específico da lei que dispõe sobre o plano de prestações da previdência e tem sido de cinco anos.
O assunto era disciplinado no art. 57 da LOPS, 109 da CLPS/76 e 98 da CLPS/84 e, por se tratar de matéria previdenciária, o direito às prestações sempre foi reputado como imprescritível.
O que é suscetível de sofrer os efeitos da prescrição é, tão-somente, a ação que ampara a cobrança das parcelas vencidas não pagas na época própria ou adimplida com valores inferiores ao devido, não exercida dentro do lapso temporal consignado na regra de direito material.
A grande novidade foi o caput do art. 103, a instituição de um prazo decadencial para a ação de revisão, porquanto a previsão de prescrição havia desde a edição da Lei 8.213/91.
Tal inclusão foi efetuada pela nona reedição da Medida Provisória n° 1.523/97, posteriormente convertida na Lei 9.528/97. Ao depois, com a Lei 9.711/98, o prazo decadencial da revisão da renda mensal inicial tornou-se igual ao da prescrição. Por fim, a Medida Provisória nº 138/03, convertida na Lei 10.839/04, fez com que o prazo decadencial voltasse a ser de dez anos.
Conclui-se então que: a- a regra da caducidade abarca exclusivamente os critérios da renda mensal inicial, não abrangendo ações revisionais que busquem a correção de reajustes aplicados erroneamente às prestações previdenciárias; b- só poderá ser aplicado para os benefícios concedidos após a MP 1.523-9, de 27.6.97, pois a norma não é retroativa, vigorando o prazo de 10 anos até 20.11.98; c- para os benefícios concedidos após 20/11/98, o prazo decadencial será de cinco anos; d- a partir de 20/11/03, o prazo de 10 anos foi restabelecido.
Por aí se vê que a nova legislação que instituiu o prazo de decadência para a revisão não poderá retroagir, porque o benefício foi concedido antes do início da vigência dessas normas.Equivoca-se a parte autora, em parte, quando afirma que o termo inicial dos prazos decadencial e prescricional é o momento em que o segurado é comunicado da decisão no âmbito administrativo ou do recebimento da primeira parcela.
Veja-se a redação do art. 103, com as alterações trazidas pela Lei nº 10.839/04:
Art. 103. É de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo.
Parágrafo único. Prescreve em cinco anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pela Previdência Social, salvo o direito de menores, incapazes a ausentes, na forma do Código Civil.
De uma simples leitura do referido artigo, percebe-se que enquanto a cabeça disciplina a decadência, o parágrafo único dispõe sobre a prescrição; esta, contada a partir da data em que deveriam ter sido pagas as prestações devidas pela Previdência Social; aquela, quando do primeiro dia do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, se o caso, do dia em que o segurado tomar conhecimento da decisão de indeferimento.
Assim, eventuais valores devidos deverão observar a prescrição das diferenças concernentes ao período anterior aos últimos cinco anos, contados retroativamente da data da propositura da ação, nos termos do art. 103, parágrafo único da Lei 8.213/91, que repetiu a redação original do caput deste mesmo artigo, porquanto inexistente qualquer outra causa interruptiva do fluxo prescricional que não a propositura da ação.
No mais, rejeito a preliminar de litispendência com eventuais outras ações civis públicas, diante da diferença relativa ao pólo ativo das ações.
Também não prospera a preliminar de carência de ação, por ausência de interesse processual ante a ausência de documentos necessários ao deslinde da questão, na medida em que a matéria discutida é exclusivamente de direito, razão pela qual basta à análise a apresentação dos documentos relativos ao termo inicial e espécie do benefício, devidamente apresentados aos autos, a fim de que sejam cotejados com a legislação de regência.
Superadas as questões preliminares, passo à análise do mérito, com a ressalva de que os pedidos de aplicação dos expurgos para fins de reajustamento, bem como da súmula 260 do extinto TFR e do artigo 201, § 5º, da CF/88 foram expressamente afastados pela r. sentença, mas não foram devolvidos a esta instância, ante a ausência de recurso voluntário nestes aspectos.
DA CORREÇÃO DOS 36 SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO
A parte autora é titular de aposentadoria por idade concedida com DIB fixada em 25.06.1993 (conforme consulta ao sistema DATAPREV) e já teve corrigidos todos os 36 (trinta e seis) salários-de-contribuição, nos termos dos artigos 29 e seguintes da Lei nº 8.213/91, porquanto já vigente na época da concessão do benefício, nada lhe sendo devido nesta ação.
O artigo 202 da Constituição da República, na sua redação original, atribuiu ao legislador ordinário a escolha do critério pelo qual há de ser preservado o valor real dos salários-de-contribuição a serem computados no cálculo do valor do benefício, entendido o salário-de-contribuição como a remuneração percebida pelo segurado, sobre a qual incide a contribuição previdenciária do empregado e do empregador para a previdência social, e que, necessariamente, não se identifica com o salário efetivamente percebido pelo trabalhador.
O princípio da preservação do valor real dos benefícios, previsto atualmente no art. 201, § 4o, da Constituição Federal, pressupõe a regulamentação do fenômeno por meio de lei ordinária.
Nem a Constituição, nem as leis dão guarida à pretensão do autor, de calcular o valor da renda mensal com base no número de salários mínimos sobre o que contribuía, ou pelo mesmo critério do seu reajuste.
Há que se mencionar, outrossim, o disposto no art. 7o, IV, da Constituição Federal, que veda a vinculação do salário mínimo para qualquer fim.
A exceção a tal regra está na própria Constituição, tratando-se do art. 58 do ADCT, que determinou a correção dos benefícios pelo número de salários mínimos. Porém, tal critério só vigorou de 05/04/89 até 09/12/91, consoante preleciona a súmula nº 18 deste egrégio TRF da 3a Região.
Inviável, portanto, o pedido da parte autora, de acordo com o seguinte acórdão:
"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO. REVISÃO. INCLUSÃO DO PERCENTUAL DE 147,06% E DO ABONO DE 54,60% PREVISTO NO ARTIGO 146 DA LEI Nº 8.213/91. IMPOSSIBILIDADE. BENEFÍCIO DEFERIDO SOB A ÉGIDE DA LEI 8.213/91. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CPC. NÃO CONHECIMENTO. SÚMULA Nº 284/STF.
(...)
4. Inexiste amparo legal ou constitucional para que o salário-de-benefício tenha valor equivalente à média dos 36 últimos salários-de-contribuição expressos em número de salários mínimos, até porque a Constituição da República, no seu artigo 7º, inciso IV, veda a vinculação do salário mínimo para qualquer fim.
(...)
6. Recurso parcialmente conhecido e improvido (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, RESP - 530228, Processo: 200300719285/RS, SEXTA TURMA, data da decisão: 26/08/2003, DJ 22/09/2003, p. 408, HAMILTON CARVALHIDO).
De qualquer forma, o benefício foi concedido na vigência da Lei nº 8.213/91, razão pela qual seu valor foi corretamente apurado, nos termos da legislação de regência, notadamente por ser a Autarquia pessoa jurídica de direito público e, portanto, adstrita ao princípio da legalidade.
DO SALÁRIO MÍNIMO DE JUNHO DE 1989
Quanto ao salário mínimo de junho de 1989, impõe-se que seja observada a Lei n° 7.787/89, pois a edição tardia do índice de reajuste do salário mínimo do mês de junho de 1989, ocorrida só em julho daquele ano, não pode prejudicar os aposentados.
Há, nesse sentido, uma pletora de julgados verificados no Superior Tribunal de Justiça e nesta própria Corte, o que gerou inclusive projeto de súmula nesse sentido.
Assim, por ser critério de reajuste, logicamente é aplicado somente a benefícios concedidos anteriormente a junho de 1989.
Como a parte autora teve seu benefício concedido com DIB em 25/06/1993, não faz jus à referida revisão, pois em junho de 1989 não havia benefício anterior.
DO ABONO ANUAL
Quanto ao abono anual, previsto no inciso VIII do art. 7° e no § 6° do art. 201 da Constituição Federal, deve ser calculada com base no valor dos proventos do mês de dezembro, e não mais a média anual.
As novas regras constitucionais fizeram com que não fosse recepcionado o art. 54 da CLPS, segundo o qual deveria corresponder a 1/12 dos valores recebidos durante o ano.
O dispositivo constitucional foi regulamentado pelo art. 5° da Lei 8.114/90, quando se estendeu o benefício a quem recebesse auxílio-doença, auxílio-reclusão, auxílio-acidente, aposentadoria ou pensão.
Segundo o § único do art. 5o da Lei 8.114/90, o valor corresponde ao da renda mensal do benefício do mês de dezembro. Posteriormente substituído pelo art. 40 da Lei n° 8.213/91, reiterou a orientação da Lei 8.114/90.
Porém, o abono anual somente será correspondente aos proventos do mês de dezembro para o segurado que receba prestações previdenciárias durante todo o ano, pois para os demais a gratificação será proporcional ao número de meses em gozo do benefício.
Todavia, considerando que quando da concessão do benefício em questão já estava vigente a redação do artigo 40 da Lei n.º 8.213/91, a parte autora não sofreu o alegado prejuízo, razão pela qual não faz jus à revisão pleiteada.
DA CORREÇÃO DA RENDA MENSAL
De qualquer forma, a Constituição Federal assegurou que os reajustamentos dos benefícios previdenciários seriam efetuados de molde a preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, observados os critérios estabelecidos em lei ordinária.
A lei ordinária que estabeleceu os critérios de reajustamento dos benefícios, com a implantação do plano de benefícios, após o advento da Constituição Federal de 1.988, foi a Lei nº 8.213/91 que em seu em seu art. 41, inciso II, estabeleceu o INPC do IBGE como índice para o referido reajuste, o qual foi posteriormente substituído pelo IRSM (art. 9º da Lei nº 8542/92), e alterado depois pela Lei nº 8.700/93; IPC-r (Lei nº 8.880/94); novamente o INPC (Medida Provisória nº 1.053/95); IGP-DI (Medida Provisória nº 1.415/1996) e, finalmente, a partir de 1997 de acordo com as Medidas Provisórias nºs 1.572-1/97 (junho de 1997), reeditada posteriormente sob o nº 1.609, 1.663-10/98 (junho de 1998); 1.824/99 (junho de 1999); 2022-17/2000 (junho de 2000) e 2.129/2001 (junho de 2001), sucedida pela Medida Provisória nº 2.187-11/2001, que estabeleceu novos parâmetros necessários para a definição de índice de reajuste dos benefícios previdenciários, cometendo ao regulamento a definição do percentual respectivo, sendo que em 2001 foi estabelecido pelo Decreto nº 3.826/01, e em 2002 foi estabelecido pelo Decreto nº 4.249/02.

Sobre os princípios da irredutibilidade e da preservação do valor dos benefícios, cabe aqui lembrar precedentes do Superior Tribunal de Justiça, calcados no entendimento de que a aplicação dos índices estipulados em lei não os ofende:
"Não há que se falar em ausência de preservação do valor real do benefício, por força do entendimento esposado pelo Supremo Tribunal Federal, no sentido de que a aplicação dos índices legais pelo INSS, para o reajustamento dos benefícios previdenciários, não constitui ofensa às garantias de irredutibilidade do valor do benefício e preservação de seu valor real" (AGRESP nº 506492/RS, Relator Ministro Quaglia Barbosa, j. 25/06/2004, DJ 16/08/2004, p. 294);
"PREVIDENCIÁRIO. REAJUSTE DE BENEFÍCIO. IRREDUTIBILIDADE DO VALOR DO BENEFÍCIO. PRESERVAÇÃO DO VALOR REAL. EXISTÊNCIA.
1. Esta Corte entende que a aplicação dos índices legais pelo INSS no reajustamento dos benefícios previdenciários não ofende às garantias da irredutibilidade do valor do benefício e da preservação do valor real, vez que o constituinte delegou ao legislador ordinário a incumbência de fixar os critérios de alteração.
2. Agravo regimental a que se nega provimento." (AGRESP nº 509436/RS, Relator Ministro Paulo Medina, j. 09/09/2003, DJ 29/09/2003, p. 359).
Assim sendo, tendo sido os reajustes dos benefícios dos autores efetuados sob o manto da legislação previdenciária, compatível com os preceitos constitucionais, nenhuma diferença da renda mensal lhe é devida, tratando esta ação de uma deplorável aventura jurídica, à medida que totalmente destituída de fundamento jurídico.
DISPOSITIVO
Diante do exposto, nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, DOU PROVIMENTO À APELAÇÃO DO INSS para reformar a sentença e julgar improcedente o pedido, com resolução do mérito, na forma do art. 269, I, do Código de Processo Civil, PREJUDICADO O RECURSO ADESIVO INTERPOSTO PELA AUTORA.
Invertido o ônus da sucumbência, arcará a autora com os honorários advocatícios, os quais fixo em 10% (dez por cento) do valor da causa, devidamente atualizado, e também com as custas processuais.
Decorrido o prazo recursal, tornem os autos à Vara de origem.
Publique-se e intime-se.
São Paulo, 20 de março de 2007.
RODRIGO ZACHARIAS
Juiz Convocado
Relator

PROC.	:	95.03.090785-3 AC 286183
ORIG.	:	9400001353 2 Vr ARARAQUARA/SP
APTE	:	SEBASTIAO DESTEFANO
ADV	:	JOAO DE SOUZA e outro
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	VALENTIM APARECIDO DA CUNHA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RODRIGO ZACHARIAS / SÉTIMA TURMA

Vistos.
Proposta ação de revisão de benefício previdenciário, sobreveio sentença, proferida em 17/08/1995, que julgou improcedente o pedido de revisão do benefício do autor, condenando-o ao pagamento das custas processuais, bem como dos honorários periciais, fixados em dois salários mínimos e dos honorários advocatícios, fixados em 15% sobre o valor dado à causa, observado o disposto no artigo 12 da Lei n.º 1.060/50.
Inconformado, o autor interpôs apelação visando à reforma integral da sentença, sustentando que faz jus à aplicação de índice integral por ocasião do primeiro reajuste.
Com contra-razões, os autos subiram ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região e foram redistribuídos a esta Egrégia 7ª Turma.
Há pedido de preferência no julgamento.
No que interessa, é o relatório.
DECIDO
Na forma do artigo 557 do Código de Processo Civil, poderá o relator negar ou dar provimento a recurso, de acordo com as hipóteses assinaladas em referido dispositivo legal, regra aplicável ao presente caso.

Conheço do recurso interposto vez que preenchidos os requisitos de admissibilidade. Quanto ao mérito, a apelação deve ser improvida, pelas razões que passo a expor.
O benefício em questão foi concedido com DIB fixada em 30.12.1993 (f. 07), ou seja, já na vigência da atual Constituição Federal e atingida pelos reflexos financeiros da Lei nº 8.213/91, e desde então passou pelas revisões previstas em lei.
Inicialmente, analiso o pedido de incidência de índice integral por ocasião do primeiro reajustamento, requerido na petição inicial.
Eis o conteúdo da súmula n° 260 do extinto e Egrégio Tribunal Federal de Recursos:
"No primeiro reajuste dos benefícios previdenciários, deve-se aplicar o índice integral do aumento verificado, independentemente do mês da concessão, considerando, nos reajustes subseqüentes, o salário mínimo então atualizado". (grifo)
Tal súmula, porém, não se aplica aos benefícios concedidos na vigência da Constituição Federal.
De fato, a partir de 05 de abril de 1989, por força do artigo 58 do ADCT, passou a vigorar outro critério de reajuste de benefícios, o da equivalência salarial.
A Súmula 260 do TFR foi substituída pelo artigo 58 do ADCT como forma de recuperação do valor dos benefícios, de modo que as diferenças originadas de sua aplicação somente podem ser encontradas até 05 de abril de 1989.
A partir da vigência da Lei n° 8.213/91, os benefícios passaram a ser revistos na forma do art. 41 da referida lei, sem falar da revisão prevista no art. 144 do mesmo diploma legal.
Consoante jurisprudência já consolidada, a súmula 260 do extinto Tribunal Federal de Recursos, expedida em 21 de setembro de 1988, não se aplica aos benefícios concedidos a partir da Constituição Federal de 1988, somente aos concedidos preteritamente.
Nesse sentido, o verbete n° 51 do Egrégio Tribunal Federal Regional da 4a Região, ipsis litteris: "Não se aplicam os critérios da Súmula n° 260 do extinto Tribunal Federal de Recursos aos benefícios previdenciários concedidos após a Constituição Federal de 1988".
Tal orientação vem sendo seguida, de modo geral, pelos demais tribunais federais e também pelo primeiro grau de jurisdição da Justiça Federal.
Nesse sentido:
"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO. RENDA MENSAL INICIAL. CRITÉRIOS. SÚMULA 260 DO TFR. ART. 58. ADCT. LEI N. 8213/91. BENEFÍCIO CONCEDIDO APÓS A PROMULGAÇÃO DA CF/88. Tratando-se de benefício concedido posteriormente ao advento da Carta de 1988, aplicam-se os critérios de cálculo e reajuste previstos na Lei 8.213/91, sendo inaplicáveis os critérios previstos na Súmula 260-TRF ou no art. 58 do ADCT. Embargos recebidos" (STJ, EDREsp 185693, DJ, 29-3-1999, p. 209).
REVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO. RECÁLCULO DA RMI COM BASE NO ART. 202, CAPUT, DA CF/88. SALÁRIO-DE-BENEFÍCIO. LIMITE. REAJUSTAMENTO. SÚMULA 260-TFR.
I - Aos benefícios concedidos antes da CF/88 não se aplica o recálculo da RMI com base nos 36 salários-de-contribuição atualizados, vez que não auto-aplicável o caput do art. 202, da CF/88. Precedente do STF.
II - A Súmula 260-TFR não vincula os valores dos benefícios à variação do salário mínimo e aplica-se, em seu sentido próprio, aos benefícios concedidos antes da CF/88, apenas enquanto vigente o sistema de reajustes por faixas salariais da Lei 6.708/79.
III - Recurso conhecido em parte e, nessa, provido.
(RESP 250838/RJ ; RECURSO ESPECIAL (2000/0022766-8) Fonte DJ DATA:27/08/2001 PG:00371 Relator(a) Min. GILSON DIPP (1111) Data da Decisão 19/06/2001 Orgão Julgador T5 - QUINTA TURMA).
Ocorre que o ordenamento jurídico, a partir de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição de 1988, estabeleceu outros mecanismos de reposição das perdas dos segurados (art. 58 do ADCT da CF/88; art. 144 da Lei n° 8.213/91 etc).
Como, repita-se, o benefício foi concedido já na vigência da Lei nº 8.213/91, não ocorreu o prejuízo alegado.
Cumpre ressaltar, outrossim, que a legislação não garante, no cálculo da renda mensal inicial, correspondência nenhuma entre o salário-de-benefício e o patamar de contribuições efetivadas, nem há qualquer autorização legal para que isto se observe nos reajustes dos benefícios.
Neste sentido, decidiu o egrégio Superior Tribunal de Justiça:
"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. REAJUSTE DE BENEFÍCIO. EQUIVALÊNCIA SALARIAL. IMPOSSIBILIDADE. ART. 58 DO ADCT. INPC. LEI 8.213/91. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.
1. Não há direito à equivalência entre o valor do salário-de-contribuição utilizado na escala-base do cálculo das contribuições previdenciária e a renda mensal inicial do benefício. Tal manutenção dos benefícios em números de salários limitou-se ao período de vigência do art. 58 do ADCT.
2. Sob a égide da Lei nº 8.213/91, os benefícios previdenciário devem ser reajustados pelo INPC e pelos índices que o sucederam.
3. Agravo regimental desprovido". (AGA nº 528797/MG, Rel.: Ministra LAURITA VAZ, 5ª Turma, j. 01/04/04, DJU 17/05/04, p. 274).
De qualquer forma, a Constituição Federal assegurou que os reajustamentos dos benefícios previdenciários seriam efetuados de molde a preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, observados os critérios estabelecidos em lei ordinária.
A lei ordinária que estabeleceu os critérios de reajustamento dos benefícios, com a implantação do plano de benefícios, após o advento da Constituição Federal de 1.988, foi a Lei nº 8.213/91 que em seu em seu art. 41, inciso II, estabeleceu o INPC do IBGE como índice para o referido reajuste, o qual foi posteriormente substituído pelo IRSM (art. 9º da Lei nº 8542/92), e alterado depois pela Lei nº 8.700/93; IPC-r (Lei nº 8.880/94); novamente o INPC (Medida Provisória nº 1.053/95); IGP-DI (Medida Provisória nº 1.415/1996) e, finalmente, a partir de 1997 de acordo com as Medidas Provisórias nºs 1.572-1/97 (junho de 1997), reeditada posteriormente sob o nº 1.609, 1.663-10/98 (junho de 1998); 1.824/99 (junho de 1999); 2022-17/2000 (junho de 2000) e 2.129/2001 (junho de 2001), sucedida pela Medida Provisória nº 2.187-11/2001, que estabeleceu novos parâmetros necessários para a definição de índice de reajuste dos benefícios previdenciários, cometendo ao regulamento a definição do percentual respectivo, sendo que em 2001 foi estabelecido pelo Decreto nº 3.826/01, e em 2002 foi estabelecido pelo Decreto nº 4.249/02. Consoante a Lei nº 11.430/2006, tornou-se a utilizar o INPC para fins de correção das rendas mensais.
Gize-se, ademais, que o critério proporcional atacado restou prestigiado pelo artigo 41 da Lei de Benefícios, conforme se depreende da leitura do caput do próprio artigo e de precedente do C. STJ:
"Em tema de reajuste de benefícios de prestação continuada, a egrégia Terceira Seção consolidou o entendimento jurisprudencial de que o primeiro reajustamento da renda mensal inicial deve observar o critério da proporcionalidade, segundo a data de concessão do benefício, na forma estabelecida pelo artigo 41, II, da Lei nº 8.213/91."
(STJ - 6ª Turma; RESP - 238546, Relator Ministro Vicente Leal, v.u., j. em 14/03/2000, DJ 17/04/2000, p. 101)
Por fim, sobre os princípios da irredutibilidade e da preservação do valor dos benefícios, cabe aqui lembrar precedentes do Superior Tribunal de Justiça, calcados no entendimento de que a aplicação dos índices estipulados em lei não os ofende:
"Não há que se falar em ausência de preservação do valor real do benefício, por força do entendimento esposado pelo Supremo Tribunal Federal, no sentido de que a aplicação dos índices legais pelo INSS, para o reajustamento dos benefícios previdenciários, não constitui ofensa às garantias de irredutibilidade do valor do benefício e preservação de seu valor real" (AGRESP nº 506492/RS, Relator Ministro Quaglia Barbosa, j. 25/06/2004, DJ 16/08/2004, p. 294).
"PREVIDENCIÁRIO. REAJUSTE DE BENEFÍCIO. IRREDUTIBILIDADE DO VALOR DO BENEFÍCIO. PRESERVAÇÃO DO VALOR REAL. EXISTÊNCIA.
1. Esta Corte entende que a aplicação dos índices legais pelo INSS no reajustamento dos benefícios previdenciários não ofende às garantias da irredutibilidade do valor do benefício e da preservação do valor real, vez que o constituinte delegou ao legislador ordinário a incumbência de fixar os critérios de alteração.
2. Agravo regimental a que se nega provimento." (AGRESP nº 509436/RS, Relator Ministro Paulo Medina, j. 09/09/2003, DJ 29/09/2003, p. 359).
Assim sendo, tendo sido os reajustes do benefício do autor efetuados sob o manto da legislação previdenciária, compatível com os preceitos constitucionais, nenhuma diferença da renda mensal e dos reajustes lhe são devidos.
DISPOSITIVO
Ante o exposto, nos termos do artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, NEGO PROVIMENTO À APELAÇÃO DO AUTOR.
Decorrido o prazo recursal, tornem os autos à Vara de origem.
Publique-se e intime-se.
São Paulo, 19 de março de 2007.
RODRIGO ZACHARIAS
Juiz Convocado
Relator

PROC.	:	95.03.090842-6 AC 286240
ORIG.	:	9400000392 4 Vr FRANCA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUIS EDUARDO FREITAS DE VILHENA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ROSE MARTE APARECIDA RIBEIRO
ADV	:	DONIZETT PEREIRA e outro
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RODRIGO ZACHARIAS / SÉTIMA TURMA

Vistos.
Cuida-se de apelação interposta pelo INSS em face de sentença, proferida em 30/06/1995, que julgou procedente o pedido do autor, para condenar o réu ao pagamento das diferenças decorrentes do reajustamento do benefício em desacordo com a equivalência salarial, tudo com correção monetária. Sucumbente, o réu arcará com o pagamento dos honorários advocatícios, fixados em 15% sobre o valor da condenação.
O INSS, em seu apelo, pugna preliminarmente pela anulação da r. sentença, por ser extra petita. No mérito, aduz ser indevida a manutenção da equivalência salarial, em razão da vigência temporária do artigo 58 do ADCT, razão pela qual é de rigor a improcedência do pedido.
Produzidas contra-razões, subiram os autos a este Egrégio Tribunal, tendo sido, após, redistribuídos a esta 7ª Turma.
É o relatório.
Na forma do artigo 557 do Código de Processo Civil, poderá o relator negar ou dar provimento a recurso, de acordo com as hipóteses assinaladas em referido dispositivo legal, regra aplicável ao presente caso.
Conheço da apelação, uma vez presentes os requisitos de admissibilidade.
Inicialmente, não prospera a preliminar argüida pelo Réu, na medida em que a r. sentença não desbordou dos limites do pedido.
Passo à análise do mérito.
As razões recursais do INSS devem prosperar, razão pela qual r. sentença deve ser reformada.
A parte autora recebe pensão por morte com DIB fixada em 19/05/91 e pretende sua revisão.
Esclareça-se que o mencionado benefício não derivou de outro anterior, conforme consulta realizada junto ao sistema DATAPREV.
BENEFÍCIO CONCEDIDO NO "BURACO NEGRO"
No ordenamento jurídico nacional, composto de forma escalonada, a Constituição Federal coloca-se no vértice, sendo que de sua rigidez emana, como conseqüência primordial, a sua supremacia para os fatos que ocorrerem sob sua égide. Assim, a validade das normas jurídicas inferiores depende do respeito aos limites formais e materiais traçados pela Carta Magna.
O legislador constituinte de 1988, ao criar o novo sistema previdenciário público, agora sob o manto constitucional, erigiu normas constitucionais de eficácia plena, de eficácia limitada e algumas outras de evidente caráter transitório.
Entre as regras constitucionais de eficácia limitada, que dependem de lei específica para sua incidência, encontra-se a estatuída no artigo 202, caput, da CF/88.
Somente com o advento da Lei n° 8.213/91 é que o cálculo da renda mensal inicial passou a ser feito através do critério constitucional, com a média dos trinta e seis últimos salários de contribuição, corrigidos monetariamente mês a mês.
Assim, com o advento do novo sistema previdenciário, inaugurado com a Constituição de 1988, passaram a existir diferentes categorias de segurados da previdência social, cujo fator de diferenciação é justamente a época da concessão do benefício.
Os benefícios concedidos antes de 05/10/88 sob a égide da CLPS (Decreto 89.312/84) e da CF de 1967/69, não estão dentre os que comportam a incidência da Lei n° 8213/91 no tocante ao cálculo da renda mensal inicial, devido à inaplicabilidade da espécie normativa aos seus benefícios, em respeito ao Princípio da Irretroatividade das leis.

Estes benefícios, pois, respeitam o mandamento constitucional e legal vigente à época da concessão. Mas isto não significa que o legislador constituinte os tenha esquecido ao criar o novo sistema constitucional previdenciário.
Ao contrário, o Texto Magno de 1988, em suas regras transitórias, agraciou os beneficiários da então previdência pública, com a regra estatuída no seu artigo 58, que criou a equivalência salarial:
"Os benefícios de prestação continuada, mantidos pela previdência social na data da promulgação da Constituição, terão seus valores revistos, a fim de que seja restabelecido o poder aquisitivo, expresso em número de salários mínimos, que tinham na data de sua concessão, obedecendo-se a esse critério de atualização até a implantação do plano de custeio e benefícios referidos no artigo seguinte".
Porém, para os obtidos a partir de 05.04.91, a fixação da renda mensal inicial respeitou os ditames do artigo 202, caput, da CF/88, com a redação original, em conformidade com o artigo 29 da Lei n. 8.213/91.
No entanto, restou um período, chamado de "buraco negro", onde o segurado contemplado com a concessão de benefício previdenciário ficou em uma situação única: não fazia jus aos benefícios do artigo 58 do ADCT, porque seu benefício não estava em manutenção em 05.10.88; e não fazia jus ao critério do artigo 202, caput, da CF/88, porque não sendo auto-aplicável essa norma constitucional, dependia de lei para seu exercício, que só veio a ser editada em julho de 1991, com eficácia a partir de 05.04.91.
Visando a solucionar esse impasse é que o legislador infraconstitucional editou o comando do artigo 144 da Lei n. 8.213/91, determinando o seguinte:
"Até 01.06.92, todos os benefícios de prestação continuada concedidos pela previdência social, entre 05 de outubro de 1988 e 05 de abril de 1991, devem ter sua renda mensal inicial recalculada e reajustada, de acordo com as regras estabelecidas nesta lei".
Apesar de determinada a revisão das rendas mensais iniciais na forma da Lei n° 8.213/91, os reflexos patrimoniais somente ocorreram a partir de 01.06.92, por força do parágrafo único da norma legal referida, que reza o seguinte:
"A renda mensal recalculada de acordo com o disposto no caput deste artigo, substituirá para todos os efeitos a que prevalecia até então, não sendo devido, entretanto, o pagamento de quaisquer diferenças decorrentes da aplicação deste artigo referentes às competências de outubro de 1988 a maio de 1992".
Esse foi o critério legal erigido pelo legislador ordinário, que deve ser observado e aplicado pela autoridade encarregada da concessão e revisão dos benefícios e que não pode ser afastado pelo Poder Judiciário ou substituído por outro mais benéfico aos segurados.
Por fim, há que ser lembrado igualmente o disposto no art. 145 da Lei n° 8.213/91, in verbis:
"Os efeitos desta lei retroagirão a 5 de abril de 1991, devendo os benefícios de prestação continuada concedidos pela Previdência Social a partir de então, terem, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, suas rendas mensais iniciais recalculadas e atualizadas de acordo com as regras estabelecidas nesta lei.
Parágrafo único. As rendas mensais resultantes da aplicação do disposto neste artigo, substituirão, para todos os efeitos, as que prevaleciam até então, devendo as diferenças de valor apuradas serem pagas, a partir do dia seguinte ao término do prazo estipulado no caput deste artigo, em artigo, em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais consecutivas reajustadas nas mesmas épocas e na mesma proporção em que forem reajustados os benefícios de prestação continuada da Previdência Social".
Portanto, para os benefícios concedidos entre 05/10/88 e 05/04/91, os critérios para a revisão da renda mensal inicial, a serem observados pela autarquia, são os previstos nos artigos 144 e 145 da Lei 8213/91, por expressa previsão legal que permitiu a retroatividade da lei ordinária nesse aspecto.
Como a DIB da pensão por morte data de 19/05/91, certamente o benefício já teve a renda mensal recalculada e reajustada nos termos da Lei nº 8.213/91, tendo sido corrigidos os últimos 12 (doze) salários-de-contribuição do falecido.
De qualquer forma, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (RE 193.456/RS, julg. 26.02.97, DJU de 07.11.97), firmou entendimento de que o preceito original do art. 202 da CF/88, para ter eficácia, depende de normatização infraconstitucional mediante a elaboração dos Planos de Benefícios e Custeio da Previdência Social, o que veio a ocorrer com a edição das Leis 8.212/91 e 8.213/91, normas sem as quais a vontade da Lei Maior não se cumpria.
Referida norma não é auto-aplicável, portanto, e à lei infraconstitucional competia estabelecer os critérios de aplicação dos preceitos genericamente dispostos na Constituição Federal. Se assim foi, por muito mais razão não se poderá falar em retroação da norma constitucional aos benefícios concedidos anteriormente a sua vigência.
No mesmo sentido da inviabilidade da pretensão da autora, os seguintes julgados:
"Previdenciário: revisão de benefício. Renda mensal inicial. Teto do valor-de-benefício. Súmula 260 do extinto TFR. Honorários advocatícios. Correção monetária.
I - Aos benefícios concedidos após 05.10.88, aplica-se o disposto no art. 202, caput, CF/88, por se tratar de norma de eficácia plena e aplicabilidade imediata.
II - Esse dispositivo constitucional assegura renda mensal inicial com base na média dos trinta e seis últimos salários de contribuição, sem limitações relativas ao valor do salário-de-benefício.
III - É inaplicável a Súmula 260 do extinto TFR, uma vez que o reajuste proporcional não ofenda a Lei n. 8.213/91.
....."
(Ac. unân. da 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na AC 94.03.022422-3-SP, rel. Juiz Aricê Amaral, j. 2.2.99, DJU II de 7.4.99, p. 199).
"PREVIDENCIÁRIO. Revisão. Salário-de-contribuição. Atualização. Benefício anterior à CF/88. Lei nº 6.423/77. Variação nominal da ORTN/OTN. Aplicação. Benefícios concedidos após a CF/88 e antes da vigência da Lei n.º 8.213/91. Cálculo. Renda mensal inicial. Constituição Federal, art. 202. Auto-aplicabilidade. Expurgos inflacionários. Inclusão. Indevida.
- O Supremo Tribunal Federal, por decisão plenária, interpretando o artigo 202 da Carta Magna, que estabelece a fórmula do cálculo do valor inicial da aposentadoria previdenciária pela média dos trinta e seis últimos salários de contribuição, proclamou o entendimento de que seu comando requer normatização infraconstitucional mediante a elaboração dos Planos de Benefício e Custeio da Previdência Social para ser aplicado.
- O Superior Tribunal de Justiça tem prestigiado a tese de que, no regime anterior à Lei nº 8.213/91, os salários-de-contribuição anteriores aos últimos doze meses, para efeito de cálculo de aposentadoria por idade ou por tempo de serviço, devem ser corrigidos pelo índice de variação nominal da ORTN/OTN (REsp 57.715-2/SP, Rel. Min. Costa Lima, in DJ de 06.03.1995).
- Descabe a inclusão dos expurgos inflacionários na atualização dos salários-de-contribuição, para fins de cálculo da renda mensal inicial do benefício, devendo-se aplicar o índice previsto na legislação pertinente.
- Recurso especial parcialmente conhecido e nesta extensão provido" (grifo nosso, STJ, 6a Turma, RESP 211253, DJ 15/05/2000, p. 00211, rel. Min. Vicente Leal).
DA EQUIVALÊNCIA SALARIAL
Quanto à equivalência salarial no benefício da autora, em nenhum momento o art. 58 do ADCT determinou que a revisão fosse feita a partir da promulgação da Constituição.
Trata-se de pensão por morte concedida com DIB fixada em 19/05/91, em período posterior à Constituição Federal de 1988, não há de se falar na aplicação de referida norma constitucional transitória.
Os benefícios que já estivessem em manutenção na data da promulgação da Constituição Federal foram conformados à regra do artigo 58 do ADCT, que estabeleceu:
"Os benefícios de prestação continuada, mantidos pela Previdência Social na data da promulgação da Constituição terão seus valores revistos, a fim de que seja restabelecido o poder aquisitivo, expresso em salários mínimos, que tinha na data de sua concessão, obedecendo-se esse critério de atualização até a implantação do plano de custeio e de benefícios referidos no artigo seguinte.
Parágrafo único. As prestações mensais dos benefícios atualizadas de acordo com este artigo serão devidas e pagas a partir do sétimo mês a contar da promulgação da Constituição."(grifo não constante do original)
No presente caso, o benefício da autora não era mantido pela Previdência Social na data de promulgação da Constituição Federal, mas foi concedido após o advento desta, não fazendo jus à revisão do art. 58 do ADCT.
Nesse sentido já se manifestou o E. STF:
BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO - ARTIGO 58 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS DA CARTA DE 1988 - INCIDÊNCIA - LIMITAÇÃO. Pacificou-se a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de o texto do artigo 58 do Ato das Disposições Transitórias da Carta de 1988 apenas ser adequado a benefícios outorgados em data anterior à promulgação do diploma. Precedente: Recurso Extraordinário nº 199.994-2/SP, com acórdão redigido pelo ministro Maurício Corrêa e publicado no Diário da Justiça de 12 de novembro de 1999 (AR 1444 / SP - SÃO PAULO AÇÃO RESCISÓRIARelator(a): Min. MARCO AURÉLIO Revisor(a): Min. ELLEN GRACIE Julgamento: 02/02/2006 Órgão Julgador: Tribunal Pleno Publicação: DJ 17-03-2006 PP-00005 EMENT VOL-02225-01 PP-00137, LEXSTF v. 28, n. 328, 2006, p. 125-132).
BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 202 DA C.F. (REDAÇÃO ORIGINAL). AUTO-APLICABILIDADE NÃO RECONHECIDA PELO STF. ART. 58 DO ADCT. BENEFÍCIO POSTERIOR À PROMULGAÇÃO DA CARTA. PRECEDENTES. Despacho que, ao negar seguimento a recurso extraordinário, está de acordo com a jurisprudência pacífica desta Corte. Agravo regimental desprovido (RE-AgR 205058 / RS - RIO GRANDE DO SUL AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO
Relator(a): Min. ILMAR GALVÃO Julgamento: 13/03/2001 Órgão Julgador: Primeira Turma, Publicação DJ 18-05-2001 PP-00079 EMENT VOL-02030-04 PP-00683).
Por fim, a súmula nº 687 do Pretório Excelso assim estabelece:
"A REVISÃO DE QUE TRATA O ART. 58 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS NÃO SE APLICA AOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS CONCEDIDOS APÓS A PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DE 1988".
DO REAJUSTE DAS RENDAS MENSAIS
De qualquer forma, a Constituição Federal assegurou que os reajustamentos dos benefícios previdenciários seriam efetuados de molde a preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, observados os critérios estabelecidos em lei ordinária.
A lei ordinária que estabeleceu os critérios de reajustamento dos benefícios, com a implantação do plano de benefícios, após o advento da Constituição Federal de 1.988, foi a Lei nº 8.213/91 que em seu em seu art. 41, inciso II, estabeleceu o INPC do IBGE como índice para o referido reajuste, o qual foi posteriormente substituído pelo IRSM (art. 9º da Lei nº 8542/92), e alterado depois pela Lei nº 8.700/93; IPC-r (Lei nº 8.880/94); novamente o INPC (Medida Provisória nº 1.053/95); IGP-DI (Medida Provisória nº 1.415/1996) e, finalmente, a partir de 1997 de acordo com as Medidas Provisórias nºs 1.572-1/97 (junho de 1997), reeditada posteriormente sob o nº 1.609, 1.663-10/98 (junho de 1998); 1.824/99 (junho de 1999); 2022-17/2000 (junho de 2000) e 2.129/2001 (junho de 2001), sucedida pela Medida Provisória nº 2.187-11/2001, que estabeleceu novos parâmetros necessários para a definição de índice de reajuste dos benefícios previdenciários, cometendo ao regulamento a definição do percentual respectivo, sendo que em 2001 foi estabelecido pelo Decreto nº 3.826/01, e em 2002 foi estabelecido pelo Decreto nº 4.249/02. Consoante a Lei nº 11.430/2006, tornou-se a utilizar o INPC para fins de correção das rendas mensais.
Sobre os princípios da irredutibilidade e da preservação do valor dos benefícios, cabe aqui lembrar precedentes do Superior Tribunal de Justiça, calcados no entendimento de que a aplicação dos índices estipulados em lei não os ofende:
"PREVIDENCIÁRIO. REAJUSTE DE BENEFÍCIO. IRREDUTIBILIDADE DO VALOR DO BENEFÍCIO. PRESERVAÇÃO DO VALOR REAL. EXISTÊNCIA.
1. Esta Corte entende que a aplicação dos índices legais pelo INSS no reajustamento dos benefícios previdenciários não ofende às garantias da irredutibilidade do valor do benefício e da preservação do valor real, vez que o constituinte delegou ao legislador ordinário a incumbência de fixar os critérios de alteração.
2. Agravo regimental a que se nega provimento." (AGRESP nº 509436/RS, Relator Ministro Paulo Medina, j. 09/09/2003, DJ 29/09/2003, p. 359).
A Constituição Federal, em seu art. 201, parágrafo 2º, conferiu o direito ao segurado de obter reajuste de seus benefícios de modo a preservar o seu valor real, não vinculando em nenhum momento os reajustes ao número de salários mínimos.
Conseqüentemente, o critério de reajuste do benefício previdenciário previsto na Lei nº 8.213/91 e legislação subseqüente, não fere o dispositivo constitucional mencionado.
A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, no tema, é pacífica:
"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE CÁLCULO DE BENEFÍCIO. PLANO DE CUSTEIO E BENEFÍCIOS. EQUIVALÊNCIA SALARIA. ART. 41, DA LEI 8.213.
Descabida a aplicação do princípio da equivalência salarial com o número de salários mínimos na vigência da Lei 8.213, pois a própria Lei, em seu art. 41, incisos I e II, estabelece a formula do cálculo do valor inicial da aposentadoria e dita regras para seu reajustamento.
Precedentes
Recurso não conhecido". (REsp. nº 354105/RS, Relator Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, 5ª Turma, j. 06/08/2002. DJ 02/09/2002, p. 225).
Ressalta-se que a legislação não garante, no cálculo da renda mensal inicial, correspondência nenhuma entre o salário-de-benefício e o patamar de contribuições efetivadas, nem há qualquer autorização legal para que isto se observe nos reajustes dos benefícios.
Neste sentido, decidiu o egrégio Superior Tribunal de Justiça:
"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. REAJUSTE DE BENEFÍCIO. EQUIVALÊNCIA SALARIAL. IMPOSSIBILIDADE. ART. 58 DO ADCT. INPC. LEI 8.213/91. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.
1. Não há direito à equivalência entre o valor do salário-de-contribuição utilizado na escala-base do cálculo das contribuições previdenciária e a renda mensal inicial do benefício. Tal manutenção dos benefícios em números de salários limitou-se ao período de vigência do art. 58 do ADCT.
2. Sob a égide da Lei nº 8.213/91, os benefícios previdenciário devem ser reajustados pelo INPC e pelos índices que o sucederam.
3. Agravo regimental desprovido". (AGA nº 528797/MG, Relatora Ministra LAURITA VAZ, 5ª Turma, j. 01/04/04, DJU 17/05/04, p. 274).
Assim sendo, tendo sido os reajustes do benefício da parte autora efetuados sob o manto da legislação previdenciária, compatível com os preceitos constitucionais, nenhuma diferença da renda mensal lhe é devida.
DISPOSITIVO
Diante do exposto, nos termos do artigo 557, § 1o-A, do Código de Processo Civil, REJEITO A MATÉRIA PRELIMINAR E, NO MÉRITO, DOU PROVIMENTO À APELAÇÃO DO INSS para reformar integralmente a sentença e JULGAR IMPROCEDENTES OS PEDIDOS, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil.
Em razão da sucumbência, arcará a parte autora com o pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa devidamente atualizado.
Decorrido o prazo recursal, tornem os autos à Vara de origem.
Publique-se e intime-se.
São Paulo, 19 de março de 2007.

RODRIGO ZACHARIAS
Juiz Convocado
Relator

PROC.	:	95.03.094333-7 AC 288085
ORIG.	:	9409001633 2 Vr SOROCABA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOSE CARLOS ALVES COELHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	FRANCISCO ROCHA DOS SANTOS FILHO
ADV	:	ZILDA DE FATIMA LOPES MARTIN
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. RODRIGO ZACHARIAS/ SÉTIMA TURMA

Vistos.
Proposta ação de revisão de benefício previdenciário, sobreveio sentença, proferida em 22/06/1995, julgando procedente o pedido, para condenar o réu a revisar a renda mensal inicial do benefício do autor sem a incidência de qualquer limitador. As diferenças devidas

deverão ser corrigidas monetariamente e acrescidas de juros legais. Em razão da sucumbência, o réu foi condenado ao pagamento de honorários advocatícios, fixados em 10% sobre o total da condenação. (f. 155/158).
Inconformado, o INSS interpôs apelação, visando à reforma da sentença, com a decretação da total improcedência do pedido.
Sem contra-razões, subiram os autos a este Egrégio Tribunal, tendo sido, após redistribuídos a esta 7ª Turma.
É o relatório.
Na forma do artigo 557 do Código de Processo Civil, poderá o relator negar ou dar provimento a recurso, de acordo com as hipóteses assinaladas em referido dispositivo legal, regra aplicável ao presente caso.
Conheço do presente recurso, vez que preenchidos os requisitos de admissibilidade. No mérito, dou provimento à apelação interposta, pelos motivos que passo a expor.
Concedido o benefício após o advento da Lei nº 8.213/91, com DIB fixada em 16/07/1991 (f. 11), os trinta e seis últimos salários-de-contribuição já foram corrigidos, segundo os índices legais vigente na época.
No ordenamento jurídico nacional, composto de forma escalonada, a Constituição Federal coloca-se no vértice, sendo que de sua rigidez emana, como conseqüência primordial, a sua supremacia para os fatos que ocorrerem sob sua égide. Assim, a validade das normas jurídicas inferiores depende do respeito aos limites formais e materiais traçados pela Carta Magna.
O legislador constituinte de 1988, ao criar o novo sistema previdenciário público, agora sob o manto constitucional, erigiu normas constitucionais de eficácia plena, de eficácia limitada e algumas outras de evidente caráter transitório.
Entre as regras constitucionais de eficácia limitada, que dependem de lei específica para sua incidência, encontra-se a estatuída no artigo 202, caput, da CF/88.
Somente com o advento da Lei n° 8.213/91 é que o cálculo da renda mensal inicial passou a ser feito através do critério constitucional, com a média dos trinta e seis últimos salários de contribuição, corrigidos monetariamente mês a mês.
Assim, com o advento do novo sistema previdenciário, inaugurado com a Constituição de 1988, passaram a existir diferentes categorias de segurados da previdência social, cujo fator de diferenciação é justamente a época da concessão do benefício.
Os benefícios concedidos antes de 05/10/88 sob a égide da CLPS (Decreto 89.312/84) e da CF de 1967/69, não estão dentre os que comportam a incidência da Lei n° 8213/91 no tocante ao cálculo da renda mensal inicial, devido à inaplicabilidade da espécie normativa aos seus benefícios, em respeito ao Princípio da Irretroatividade das leis.
Estes benefícios, pois, respeitam o mandamento constitucional e legal vigente à época da concessão. Mas isto não significa que o legislador constituinte os tenha esquecido ao criar o novo sistema constitucional previdenciário.
Ao contrário, o Texto Magno de 1988, em suas regras transitórias, agraciou os beneficiários da então previdência pública, com a regra estatuída no seu artigo 58, que criou a equivalência salarial:
"Os benefícios de prestação continuada, mantidos pela previdência social na data da promulgação da Constituição, terão seus valores revistos, a fim de que seja restabelecido o poder aquisitivo, expresso em número de salários mínimos, que tinham na data de sua concessão, obedecendo-se a esse critério de atualização até a implantação do plano de custeio e benefícios referidos no artigo seguinte".
Porém, para os obtidos a partir de 05.04.91, a fixação da renda mensal inicial respeitou os ditames do artigo 202, caput, da CF/88, com a redação original, em conformidade com o artigo 29 da Lei n. 8.213/91.
No entanto, restou um período, chamado de "buraco negro", onde o segurado contemplado com a concessão de benefício previdenciário ficou em uma situação única: não fazia jus aos benefícios do artigo 58 do ADCT, porque seu benefício não estava em manutenção em 05.10.88; e não fazia jus ao critério do artigo 202, caput, da CF/88, porque não sendo auto-aplicável essa norma constitucional, dependia de lei para seu exercício, que só veio a ser editada em julho de 1991, com eficácia a partir de 05.04.91.
Visando a solucionar esse impasse é que o legislador infraconstitucional editou o comando do artigo 144 da Lei n. 8.213/91, determinando o seguinte:
"Até 01.06.92, todos os benefícios de prestação continuada concedidos pela previdência social, entre 05 de outubro de 1988 e 05 de abril de 1991, devem ter sua renda mensal inicial recalculada e reajustada, de acordo com as regras estabelecidas nesta lei".
Apesar de determinada a revisão das rendas mensais iniciais na forma da Lei n° 8.213/91, os reflexos patrimoniais somente ocorreram a partir de 01.06.92, por força do parágrafo único da norma legal referida, que reza o seguinte:
"A renda mensal recalculada de acordo com o disposto no caput deste artigo, substituirá para todos os efeitos a que prevalecia até então, não sendo devido, entretanto, o pagamento de quaisquer diferenças decorrentes da aplicação deste artigo referentes às competências de outubro de 1988 a maio de 1992".
Esse foi o critério legal erigido pelo legislador ordinário, que deve ser observado e aplicado pela autoridade encarregada da concessão e revisão dos benefícios e que não pode ser afastado pelo Poder Judiciário ou substituído por outro mais benéfico aos segurados.
Por fim, há que ser lembrado igualmente o disposto no art. 145 da Lei n° 8.213/91, in verbis:
"Os efeitos desta lei retroagirão a 5 de abril de 1991, devendo os benefícios de prestação continuada concedidos pela Previdência Social a partir de então, terem, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, suas rendas mensais iniciais recalculadas e atualizadas de acordo com as regras estabelecidas nesta lei.
Parágrafo único. As rendas mensais resultantes da aplicação do disposto neste artigo, substituirão, para todos os efeitos, as que prevaleciam até então, devendo as diferenças de valor apuradas serem pagas, a partir do dia seguinte ao término do prazo estipulado no caput deste artigo, em artigo, em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais consecutivas reajustadas nas mesmas épocas e na mesma proporção em que forem reajustados os benefícios de prestação continuada da Previdência Social".
Portanto, para os benefícios concedidos entre 05/10/88 e 05/04/91 e após tal data, os critérios para a revisão da renda mensal inicial, a serem observados pela autarquia, são os previstos nos artigos 144 e 145 da Lei 8213/91, por expressa previsão legal que permitiu a retroatividade da lei ordinária nesse aspecto.
Destarte, considerando que o benefício já teve a renda mensal recalculada na forma do mencionado artigo 145 e que nada há nos autos que indique a ausência de ação do INSS nesse sentido, é de rigor a improcedência da revisão pleiteada.
No mais, em prosseguimento, necessário registra que o direito positivo estabelece limites para o valor das rendas mensais, no caso o teto previsto no art. 29, § 2o, da Lei de 8.213/91, de modo que não pode o Poder Judiciário fazer tabula rasa dos tetos legais.
Aliás, o teto do salário-de-benefício é tão importante que, atualmente, até a Emenda nº 20/98 prevê o limite da renda mensal.
Também no sistema anterior havia limites. O maior valor teto e o menor valor teto foram eliminados pelo art. 136 da Lei n° 8.213/91 e se referiam ao sistema anterior de cálculo do valor dos benefícios.
No caso, o benefício foi concedido após o advento da Lei nº 8.213/91, tendo sido corrigidos todos os 36 (trinta e seis) salários-de-contribuição, pelo INPC.
Por fim, a Constituição Federal assegurou que os reajustamentos dos benefícios previdenciários seriam efetuados de molde a preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, observados os critérios estabelecidos em lei ordinária.
A lei ordinária que estabeleceu os critérios de reajustamento dos benefícios, com a implantação do plano de benefícios, após o advento da Constituição Federal de 1.988, foi a Lei nº 8.213/91 que em seu em seu art. 41, inciso II, estabeleceu o INPC do IBGE como índice para o referido reajuste, o qual foi posteriormente substituído pelo IRSM (art. 9º da Lei nº 8542/92), e alterado depois pela Lei nº 8.700/93; IPC-r (Lei nº 8.880/94); novamente o INPC (Medida Provisória nº 1.053/95); IGP-DI (Medida Provisória nº 1.415/1996) e, finalmente, a partir de 1997 de acordo com as Medidas Provisórias nºs 1.572-1/97 (junho de 1997), reeditada posteriormente sob o nº 1.609, 1.663-10/98 (junho de 1998); 1.824/99 (junho de 1999); 2022-17/2000 (junho de 2000) e 2.129/2001 (junho de 2001), sucedida pela Medida Provisória nº 2.187-11/2001, que estabeleceu novos parâmetros necessários para a definição de índice de reajuste dos benefícios previdenciários, cometendo ao regulamento a definição do percentual respectivo, sendo que em 2001 foi estabelecido pelo Decreto nº 3.826/01, e em 2002 foi estabelecido pelo Decreto nº 4.249/02. Consoante a Lei nº 11.430/2006, tornou-se a utilizar o INPC para fins de correção das rendas mensais.
Sobre os princípios da irredutibilidade e da preservação do valor dos benefícios, cabe aqui lembrar precedentes do Superior Tribunal de Justiça, calcados no entendimento de que a aplicação dos índices estipulados em lei não os ofende:
"PREVIDENCIÁRIO. REAJUSTE DE BENEFÍCIO. IRREDUTIBILIDADE DO VALOR DO BENEFÍCIO. PRESERVAÇÃO DO VALOR REAL. EXISTÊNCIA.
1. Esta Corte entende que a aplicação dos índices legais pelo INSS no reajustamento dos benefícios previdenciários não ofende às garantias da irredutibilidade do valor do benefício e da preservação do valor real, vez que o constituinte delegou ao legislador ordinário a incumbência de fixar os critérios de alteração.
2. Agravo regimental a que se nega provimento." (AGRESP nº 509436/RS, Relator Ministro Paulo Medina, j. 09/09/2003, DJ 29/09/2003, p. 359).
A Constituição Federal, em seu art. 201, parágrafo 2º, conferiu o direito ao segurado de obter reajuste de seus benefícios de modo a preservar o seu valor real, não vinculando em nenhum momento os reajustes ao número de salários mínimos.
Conseqüentemente, o critério de reajuste do benefício previdenciário previsto na Lei nº 8.213/91 e legislação subseqüente, não fere o dispositivo constitucional mencionado.
A jurisprudência do C. STJ, no tema, é pacífica:
"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE CÁLCULO DE BENEFÍCIO. PLANO DE CUSTEIO E BENEFÍCIOS. EQUIVALÊNCIA SALARIA. ART. 41, DA LEI 8.213.
Descabida a aplicação do princípio da equivalência salarial com o número de salários mínimos na vigência da Lei 8.213, pois a própria Lei, em seu art. 41, incisos I e II, estabelece a formula do cálculo do valor inicial da aposentadoria e dita regras para seu reajustamento.
Precedentes
Recurso não conhecido". (REsp. nº 354105/RS, Relator Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, 5ª Turma, j. 06/08/2002. DJ 02/09/2002, p. 225).
Ressalta-se que a legislação não garante, no cálculo da renda mensal inicial, correspondência nenhuma entre o salário-de-benefício e o patamar de contribuições efetivadas, nem há qualquer autorização legal para que isto se observe nos reajustes dos benefícios.
Neste sentido, decidiu o egrégio Superior Tribunal de Justiça:
"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. REAJUSTE DE BENEFÍCIO. EQUIVALÊNCIA SALARIAL. IMPOSSIBILIDADE. ART. 58 DO ADCT. INPC. LEI 8.213/91. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.
1. Não há direito à equivalência entre o valor do salário-de-contribuição utilizado na escala-base do cálculo das contribuições previdenciária e a renda mensal inicial do benefício. Tal manutenção dos benefícios em números de salários limitou-se ao período de vigência do art. 58 do ADCT.
2. Sob a égide da Lei nº 8.213/91, os benefícios previdenciário devem ser reajustados pelo INPC e pelos índices que o sucederam.
3. Agravo regimental desprovido". (AGA nº 528797/MG, Relatora Ministra LAURITA VAZ, 5ª Turma, j. 01/04/04, DJU 17/05/04, p. 274).
Assim sendo, tendo sido calculado o benefício do autor sob o manto da legislação previdenciária de regência, compatível com os preceitos constitucionais, nenhuma diferença da renda mensal inicial lhe é devida.
Ante o exposto, nos termos do artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, DOU PROVIMENTO À APELAÇÃO DO INSS, para julgar improcedente o pedido do autor, com resolução do mérito, na forma do artigo 269, IV, do Código de Processo Civil.
Em razão da concessão da justiça gratuita, indevidas são as verbas de sucumbência (artigos 5º, LXXIV, da Constituição Federal e Lei nº 1.060/50).
Decorrido o prazo recursal, tornem os autos à Vara de origem.
Publique-se e intime-se.
São Paulo, 20 de março de 2007.

RODRIGO ZACHARIAS
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	95.03.100732-1 AC 292693
ORIG.	:	9300000333 2 Vr TAUBATE/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HELENA DE SALLES SANTOS BARBOZA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	JOSE ERNESTO MARQUES
ADV	:	MARIA ELISABETE DE FARIA
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. RODRIGO ZACHARIAS/ SÉTIMA TURMA

Vistos.
Proposta ação de revisão de benefício previdenciário, sobreveio sentença, proferida em 11/07/95, julgando parcialmente procedente o pedido, para compelir o réu a rever o cálculo da RMI do autor, incluindo o salário-de-contribuição que serviu de base ao recolhimento complementar efetuado em 12/10/90, reajustando-se as rendas mensais posteriores, pagando as diferenças com base na súmula nº 71 do ex. TFR até a data da propositura da ação e, após, a Lei nº 6.899/81, além de juros de mora de 6% ao ano a contar da citação e honorários de advogado arbitrados em 10% do valor da condenação.
Inconformado, o INSS interpôs apelação visando à reforma da sentença, porquanto o autor no mês de setembro de 1990 teria regredido na escala do salário-base, tendo efetuado a complementação fora do prazo, frisando ser vedado ao contribuinte efetuar recolhimento de contribuições complementares visando tornar sem efeito a regressão. Subsidiariamente, postula a substituição da súmula nº 71 do ex. Tribunal Federal de Recursos pela Lei nº 6.899/81.
Oferecidas as contra-razões de apelação apresentadas pelo autor, subiram os autos a este Egrégio Tribunal.
Os autos foram redistribuídos a esta 7ª Turma.
É o relatório.
Na forma do artigo 557 do Código de Processo Civil, poderá o relator negar ou dar provimento a recurso, de acordo com as hipóteses assinaladas em referido dispositivo legal, regra aplicável ao presente caso.
É de ser parcialmente reformada a r. sentença.
O benefício de aposentadoria por invalidez do autor foi concedido na vigência da Lei nº 8.213/91, com DIB fixada em 10/03/92, corrigindo-se os salários-de-contribuição segundo os índices legais vigente na época.
DA AUSÊNCIA DE REGRESSÃO NO SALÁRIO-BASE
A controvérsia cinge-se à possibilidade de o autor tornar sem efeito a regressão levada a efeito pelo INSS, pelo fato de o contribuinte-segurado haver efetuado recolhimento a menor em 12/10/90, tendo, após, efetuado recolhimento complementar.
Salário-base, segundo Wladimir Novaes Martinez, "é um conjunto de medidas do fato gerador, ordenadas progressivamente, destinadas a servir de base de cálculo para a apuração da contribuição de determinadas categorias de segurados obrigatórios e, uma, dos facultativos".
Estava regulamentado em vários parágrafos do artigo 28 da Lei nº 8.212/91.
Era ficção fiscal montada em função do patamar contributivo dos segurados a ela sujeitos. Tratava-se de instituto jurídico fiscal, trata-se de norma pública imposta ao trabalhador, como um dever-direito, um reflexo do seu salário-de-contribuição.
Geralmente considerada, a escala é compulsória, imposta e exigida, compreendendo alguma facultatividade, diz a doutrina.
O segurado submetido ao seu regime contributivo não pode adotar outro salário-de-contribuição, mas goza de certa opção por uma das classes. Isso só não vale para o enquadramento na classe I, que é determinada imperativamente aos seus destinatários pela força cogente da norma pública.
A escala faculta ao trabalhador escolher os valores-base para a fixação da contribuição. Essa opção tem lugar não só no enquadramento (nível inicial da classe escolhida), como, dinamicamente, através da permanência, da progressão, da regressão e do retorno.
A tabela é insitamente progressiva, concebida para, em princípio, o segurado ingressar na classe mínima e, posteriormente, no curso da vida profissional, ascender a patamares superiores.

Os valores constantes das classes da escala são independentes dos rendimentos do obreiro e a escala de salários-base é medida do fato gerador da contribuição de certos contribuintes.
No presente caso, o recolhimento a menor no mês de outubro de 1990 ocorreu por erro, não se aplicando, pela razoabilidade, a regressão, que nada mais é do que uma faculdade do segurado.
Com efeito, a faculdade de regressão conferida pelo parágrafo 12 do artigo 29 da Lei nº 8.212/91 não pode ser aplicada ao presente caso, notadamente porque o autor, logo no mês posterior, recolheu as diferenças e voltou a recolher no nível anterior.
Se o INSS permitiu ao autor o recolhimento, em atraso, da contribuição, com os acréscimos legais, não poderia a autarquia simplesmente desconsiderá-las no futuro para fins de progressão na escala de salário-base (Nesse sentido, o precedente do TRF da 2a Região, APELAÇÃO CIVEL - 200201990434467 UF: GO, PRIMEIRA TURMA, Data da decisão: 19/10/2005 Documento: TRF100224329 Fonte DJ DATA: 6/3/2006 PAGINA: 42 Relator(a) DES. FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES).
Assim sendo, não há que se falar em interstício na presente hipótese, portanto, porque não pode a lei ser interpretada para prejudicar o segurado.
Nesse diapasão:
PREVIDÊNCIA SOCIAL. REVISÃO DE RENDA MENSAL INICIAL DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA. CONVERSÃO DE TEMPO DE ATIVIDADE ESPECIAL EM COMUM. PROGRESSÃO DE CLASSE NA ESCALA DE SALÁRIO-BASE NOS TERMOS DO DECRETO Nº 89.312/84. APELO PARCIALMENTE PROVIDO.
(...)
2. O Decreto nº 89.312/84, em seu artigo 137, §3º, permitia ao segurado regredir na escala de salário-base e depois retornar à classe de onde regrediu, e nela contar o período anterior de contribuição nesse nível, sem direito à redução dos interstícios para as classes seguintes.
3. A lei não pode ser interpretada para prejudicar o segurado. Assim, não se pode pretender que um único recolhimento, feito em evidente equívoco, caracterize regressão de classe.
4. A Lei n.º 8.212/91, em seu artigo 37, prevê procedimento específico para o caso de atraso total ou parcial nas contribuições ali previstas. Ademais, não são raras as vezes em que a autarquia previdenciária condiciona o deferimento de aposentadoria de profissional autônomo ao recolhimento de parcelas previdenciárias não pagas. Logo, não é razoável que recuse o pagamento de diferença de parcela recolhida em valor inferior ao devido.
5. (...) (TRIBUNAL - TERCEIRA REGIÃO Classe: AC - APELAÇÃO CIVEL - 720314 Processo: 200103990386304 UF: SP Órgão Julgador: OITAVA TURMA Data da decisão: 14/03/2005 Documento: TRF300091374 Fonte DJU DATA:20/04/2005 PÁGINA: 553, Relator(a) JUIZA VERA JUCOVSKY).
Eventuais ordens de serviço do INSS não poderão incidir no presente caso, seja porque despidas da força da legalidade (artigo 5o, II, e 37, caput, da CF/88), seja porque impertinentes ao presente caso.
De fato, a prevalecer a tese draconiana do INSS, as hipóteses de vício do ato jurídico, como o erro, jamais poderiam ser levadas em conta, o que não soa razoável.
DOS CONSECTÁRIOS
A utilização da Súmula 71 do ex. TFR em período posterior à Lei nº 6.899/81 é atualmente repelida pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.
Não se pode ignorar que, ainda que restrita ao débito judicial, utiliza o salário mínimo como indexador, o que é vedado pela Constituição Federal, no art. 7º, inciso IV, parte final, consoante se vê nos julgados abaixo:

PREVIDENCIÁRIO - REVISIONAL DE BENEFÍCIOS - CORREÇÃO MONETÁRIA - SÚMULA 71, TFR - LEI N. 6.899/81 - SÚMULA 148, STJ.
1. A Súmula 71, TFR, não é mais aplicável, como critério de correção monetária, nos débitos previdenciários vencidos após a vigência da Lei n. 6.899/81. Súmula 148, STJ.
2. Recurso provido.
(REsp 89417 / PR ; RECURSO ESPECIAL 1996/0012385-3 Relator(a) Ministro EDSON VIDIGAL (1074) Órgão Julgador T5 - QUINTA TURMA Data da Publicação/Fonte DJ 17.06.1996 p. 21514)
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO PRESENTE. DISCREPÂNCIA ENTRE DISPOSITIVO E FUNDAMENTAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. SÚMULA 71 DO EXTINTO TFR. IMPOSSIBILIDADE. ART. 1º DA LEI 6.899/81. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL EFEITO MODIFICATIVO. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO. EMBARGOS ACOLHIDOS PARCIALMENTE.
1. Impõe-se o reconhecimento de contradição no v. acórdão embargado, pois patente o desacordo entre o dispositivo e parte da fundamentação do julgado.
2. As razões de decidir são claras no sentido impossibilitar a aplicação da Súmula 71 do extinto TFR na correção monetária do débito previdenciário, mediante a incidência do Enunciado 148 deste Sodalício. Contudo o dispositivo do voto condutor não conheceu do apelo especial, mantendo o decisum regional atacado que determinou o emprego do Enunciado 71 do vetusto TFR na atualização do débito.
3. Altere-se o dispositivo do v. acórdão embargado para dar parcial provimento ao recurso especial, no sentido de ordenar a utilização da Lei 6.899/81 na correção monetária do débito previdenciário.
4. Embargos de declaração acolhidos, com efeito modificativo.
(EDcl no REsp 200906 / RJ ; Relator(a) Ministro HÉLIO QUAGLIA BARBOSA (1127) Órgão Julgador T6 - SEXTA TURMA Publicação/Fonte DJ 22.08.2005 p. 349)
De outra parte, a súmula n° 148 do e. STJ determina a aplicação da Lei n° 6.899/81, segundo a qual, pelo art. 1o, § 2o, a correção monetária incidiria a partir da propositura da ação.
Porém, a vetusta lei não bastaria para fazer a adequada correção dos valores, pois somente se atualizariam os valores a partir da propositura da ação.
Os Tribunais Federais têm julgado no sentido da necessidade de corrigir monetariamente as prestações a partir da data do efetivo prejuízo, esclarecendo que as súmulas n° 148 e 43 daquela Corte devem ser harmonizadas.
Verifica-se que a Súmula n.º 43 do STJ e a de n.º 8 do E. TRF da 3ª Região acabam gerando as mesmas conseqüências no caso, tendo em vista determinarem que a correção monetária deve ser calculada a partir do momento em que vencidas as prestações.
Assim sendo, a correção monetária das parcelas vencidas se dará nos termos da legislação previdenciária, bem como da Resolução nº 242/2001 do Conselho da Justiça Federal, da data em que se tornou devida a diferença.
Ante o exposto, nos termos do artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, DOU PARCIAL PROVIMENTO À APELAÇÃO DO INSS, para excluir a aplicação da súmula 71 do ex. TFR como fator de correção monetária do débito, devendo ser observados os critérios acima expostos, mantida no mais a r. sentença.
Publique-se e intime-se.
São Paulo, 22 de março de 2007.
RODRIGO ZACHARIAS
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	95.03.103264-4 AC 294825
ORIG.	:	9500000151 1 Vr TUPA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	OSMAR MASSARI FILHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MARIA DO CARMO CHIAVERI
ADV	:	VALDEMAR EROSTIDES DE MELLO e outro
RELATOR	:	JUIZ.FEDERAL RODRIGO ZACHARIAS / SÉTIMA TURMA

Vistos.
Trata-se de apelação interposta pelo INSS em face da r. sentença, proferida em 14/08/95, pelo MM Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Tupã-SP, que julgou procedente o pedido da autora, para condenar o INSS a conceder pensão por morte à autora, desde o falecimento do segurado, arcando o réu com as custas processuais.
Inconformado, o INSS interpôs apelação, postulando a integral reforma da sentença, sob a alegação de que a autora havia renunciado expressamente aos alimentos quando do divórcio do casal, ocorrido em 15/01/82, razão pela qual não é beneficiária da previdência, a teor do artigo 17, § 2o, da Lei nº 8.213/91.
Nas contra-razões, a autora pugna pela manutenção da sentença recorrida, nos termos das súmulas nº 379 do Supremo Tribunal Federal e 64 do extinto Tribunal Federal de Recursos.
Os autos subiram a esta E. Corte, tendo sido o julgamento convertido em diligência em acórdão proferido pela e. 5a Turma.
Após a juntada de documento aos autos, foram redistribuídos a esta e. 7a Turma..
É O RELATÓRIO.
Na forma do artigo 557 do Código de Processo Civil, poderá o relator negar ou dar provimento a recurso, de acordo com as hipóteses assinaladas em referido dispositivo legal, regra aplicável ao presente caso.
Conheço do recurso, uma vez presentes os requisitos de admissibilidade.
A sentença deve ser integralmente reformada.
Em primeiro lugar, porque no acordo de separação judicial, ocorrido em 15/01/82, havia mais de dez anos antes da propositura da ação, a autora renunciara aos alimentos.
Sendo assim, ex-mulher não integra o rol de dependentes do atual artigo 16 da Lei n.º 8.213/91, notadamente porque a extinção da sociedade conjugal implica o término das obrigações entre os cônjuges, sendo que a partir daí cada um deve ter vida independente porque cessa a obrigação de sustento.
Em derradeiro, o artigo 17 do Decreto n.º 3.048/99 determina a perda da qualidade de dependente quando ocorre a dissolução da sociedade conjugal sem previsão de alimentos.
Somente o cônjuge divorciado ou separado judicialmente ou de fato que receba pensão de alimentos terá direito à pensão previdenciária, consoante a regra, bastante clara, prevista no artigo 76, § 2o, da Lei nº 8.213/91.
Tal norma jurídica cogente, presente no direito positivo, faz cair por terra as alegações da parte autora lastreadas em súmulas pretéritas, elaboradas à luz de diversa legislação.
Certo é que a Previdência Social possui seus limites, decorrentes das possibilidades econômico-financeiras do sistema, bem como dos princípios da seletividade e distributividade (artigo 194, § único, III, da Constituição Federal), de modo que não poderá servir de panacéia para o socorro de todas as necessidades.
Praticou o MM Juízo a quo, no presente caso, interpretação extensiva não admitida na espécie.
Registre-se, por fim, que a autora já vem recebendo benefício assistencial de prestação continuada, com base na Lei nº 8.742/93, com DIB já fixada em 17/06/99.
DISPOSITIVO
Ante o exposto, nos termos do artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, DOU PROVIMENTO À APELAÇÃO DO INSS, para julgar improcedente o pedido da autora, com resolução do mérito, na forma do artigo 269, IV, do Código de Processo Civil.
Concedo à autora a justiça gratuita, requerida na petição inicial.
Conseqüentemente, indevidas são as verbas de sucumbência (artigos 5º, LXXIV, da Constituição Federal e Lei nº 1.060/50).
Decorrido o prazo recursal, tornem os autos à Vara de origem.
Publique-se e intime-se.
São Paulo, 21 de março de 2007.
RODRIGO ZACHARIAS
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	96.03.027555-7 AC 312000
ORIG.	:	9200720447 20 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	CLAUDIO WALTER FELIX BOCK
ADV	:	JOAQUIM MARTINS NETO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ANGELICA VELLA FERNANDES DUBRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. RODRIGO ZACHARIAS / SÉTIMA TURMA

Vistos,
Trata-se de apelação interposta pelo autor e pelo INSS em face da r. sentença, proferida em 25.09.1995, que julgou parcialmente procedente o pedido do autor para condenar o INSS a revisar seu benefício previdenciário, aplicando-se o índice integral do aumento nos termos da Súmula n.º 260 do extinto TFR e, no período de abril de 1989 até agosto de 1991, correção com base no salário mínimo, determinado no artigo 58 do ADCT, pagando o réu as diferenças, acrescidas de juros de mora à razão de 6% (seis por cento) ao ano e correção monetária, nos termos do INPC, observada a compensação dos honorários de advogado das partes em razão sucumbência recíproca.
O INSS interpôs apelação, requestando a improcedência total do pedido, uma vez que deve ser observada a proporcionalidade no primeiro reajuste. Também impugna a utilização do INPC, devendo ser aplicado o IRSM a partir da Lei nº 8.542/92.
Também apelou o autor, visando à majoração da verba honorária para 20% do valor da condenação, imputando-se ao INSS o pagamento das custas processuais.
Com as contra-razões, subiram os autos a este Egrégio Tribunal Regional Federal, que foram redistribuídos a esta 7ª Turma.
Há pedido de preferência.
É o relatório.
Na forma do artigo 557 do Código de Processo Civil, poderá o relator negar ou dar provimento a recurso, de acordo com as hipóteses assinaladas em referido dispositivo legal, regra aplicável ao presente caso.
Conheço das apelações, uma vez presentes os requisitos de admissibilidade.
A Previdência Social sempre manteve preocupação em indicar formas e épocas de reajustamento dos benefícios de prestação continuada.
A Lei n° 3.807, de 26/08/1960 - Lei Orgânica da Previdência Social - estabeleceu no art. 67 a regra referente ao reajustamento dos benefícios:
Art 67. Os valores das aposentadorias e pensões em vigor serão reajustados sempre que se verificar, na forma do § 1º deste artigo, que os índices dos salários de contribuição dos segurados ativos ultrapassam, em mais de 15% (quinze por cento), os do ano em que tenha sido realizado o último reajustamento desses benefícios.
§ 1º O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio mandará proceder, de dois em dois anos, à apuração dos índices referidos neste artigo e promoverá, quando for o caso, as medidas necessárias à concessão do reajustamento.
§ 2º O reajustamento consistirá em acréscimo determinado de conformidade com os índices, levando-se em conta o tempo de duração do benefício, contado a partir do último reajustamento ou da data da concessão, quando posterior.
§ 3º Para o fim do reajustamento, as aposentadorias ou pensões serão consideradas sem as majorações decorrentes de lei especial ou da elevação dos níveis de salário mínimo, prevalecendo porém, os valores desses benefícios, assim majorados, sempre que forem mais elevados que os resultantes do reajustamento, de acordo com este artigo.
§ 4º Nenhum benefício reajustado poderá, em seu valor mensal, resultar maior do que 7 (sete) vezes, na CAPFESP, 2 (duas) vezes nos demais Institutos, o salário mínimo regional de adulto de valor mais elevado, vigente na data do reajustamento.
Posteriormente, o Decreto n° 50.326, de 08/03/1961 aprovou as tabelas dos índices de reajustamento fixados neste art. 67.
O Decreto-lei n° 66, de 21/11/66, no art. 17, alterou a redação do referido art. 67 da LOPS e vinculou o reajuste dos benefícios à variação da política salarial, a serem computados quando fosse alterado o salário mínimo, para vigorar sessenta dias após.
Depois, a Lei n° 5.703/73 fez novas alterações e o seu regulamento, o Decreto n° 72.771, de 06/09/73, no art. 153 repetiu a regra do art. 17 do Decreto-lei n° 66/66, estabelecendo inovação ao determinar que o reajustamento seria devido desde a vigência do salário mínimo, bem como ao estabelecer que o limite máximo dos benefícios ficaria passaria de dez para o patamar de dezoito salários mínimos.
Porém, a Lei n° 6.205, de 29/04/75, descaracterizou o salário mínimo como fator de correção monetária, com exceção dos benefícios de valor mínimo estabelecidos no art. 3o da Lei n° 5.703/73.
Posteriormente, a legislação previdenciária previu o reajustamento dos benefícios a partir da vigência do índice salarial estabelecido, adotando os mesmos índices utilizados pela política salarial e considerado como "mês básico" o do início da vigência do novo salário mínimo, consoante artigo 30 do Decreto nº 77.077 de 24 de janeiro de 1976, a Consolidação das Leis da Previdência Social, que tinha a seguinte dicção:
"Artigo 30 - O valor do benefício em manutenção será reajustado quando for alterado o salário mínimo.

§ 1º - O reajustamento de que trata este artigo será devido a contar da data em que tiver entrado em vigor o novo salário mínimo arredondado o total obtido para a unidade de cruzeiro imediatamente superior.
§ 2º - Os índices de reajustamento serão os mesmos da política salarial estabelecida no artigo 1º do Decreto-lei nº 15 de 29 de julho de 1966, considerado como mês básico o do início da vigência do novo salário mínimo.
Por sua vez, editada a Lei 6.708, em 30.11.79, determinou-se a correção semestral dos salários e o reajustamento do valor dos benefícios que era anual passou a ser feita em seis meses com base no INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.
Já, o Decreto nº 89.312 de 23.01.84, Consolidação das Leis da Previdência Social, disciplina a questão sobre "reajuste" no artigo 25, in verbis:
"O valor do benefício de prestação continuada é reajustado quando é alterado o salário-mínimo, de acordo com a evolução de folha de salário-de-contribuição dos segurados ativos, não podendo o reajustamento ser inferior proporcionalmente ao incremento verificado."
A sistemática então adotada pelo INPS previu reajustamento, através de tabelas elaboradas pela Secretaria de Estatística e Atuária do MPAS, sendo que no primeiro reajuste de proventos foi tomado por base, não o índice integral da política salarial, mas outro proporcional ao número de meses em que o segurado estivesse em inatividade.
A adoção do critério da proporcionalidade, segundo o qual o 1º reajuste deve ser proporcional ao tempo decorrido entre o mês da concessão do benefício e o mês do reajuste, não só reduz o valor monetário do benefício, como também origina diferenças na percepção do mesmo benefício, entre segurados com igual "tempo de serviço" e salários de contribuição iguais, tão-só por serem diferentes as datas do início da concessão do benefício.
O problema residia em que os benefícios eram calculados de acordo com a média das últimas doze contribuições, sem qualquer correção e, depois, sobre a média das trinta e seis últimas contribuições, apuradas em período não superior a quarenta e oito meses, de modo que somente as primeiras vinte e quatro recebiam correção monetária.
Como bem explica Ana Maria Wickert Theisen, "Isso importava em que a renda mensal inicial, calculada sobre esta média (salário-de-benefício) resultasse já defasada, situação que se apresentava para todos os benefícios. Quer dizer, o benefício não tinha repassada à renda mensal a defasagem inflacionária dos últimos meses, e esta também era desconsiderada no primeiro reajuste" (Direito Previdenciário, Aspectos Materiais, Processuais e Penais, Vladimir Passos de Freitas (Coordenador), Livraria do Advogado Editora, 2a ed., pág. 155).
Todavia, esse equivocado procedimento do então INPS, restou obstado quando da edição do Decreto-lei nº 2.171 de 13.11.84, o qual determinou a observação do valor do salário mínimo vigente na data base do reajuste e não o valor do salário mínimo anterior, "verbis":
"Art 2º - Os índices do reajustamento serão os mesmos da política salarial, considerando-se como mês básico o do início da vigência do novo salário-mínimo.
§ 1º - Para fins do enquadramento do valor do benefício nas faixas adotadas pela política salarial será considerado, a partir da vigência do presente Decreto-lei, o novo salário-mínimo".
De igual modo, a correta interpretação da lei definiu-se pela jurisprudência, cristalizada na Súmula nº 260 do extinto Tribunal Federal de Recursos, nestes termos:
"No primeiro reajuste do benefício previdenciário, deve-se aplicar o índice integral do aumento verificado, independentemente do mês da concessão, considerando, nos reajustamentos subseqüentes, o salário mínimo então atualizado".
Logo, a segunda parte da súmula referida - segundo a qual deve ser considerado, nos reajustes subseqüentes, o salário mínimo então atualizado - tem aplicação limitada ao Decreto n° 2.171, de 13/11/84, que ainda traz em seu art. 1o a seguinte regra:
"Art. 1º. O reajuste dos benefícios de média ou longa duração a cargo da Previdência Social far-se-á sempre que for alterado o salário mínimo, sendo devido a contar da data em que este entrar em vigor".
Sendo assim, já não mais se aplicando o art. 2o da Lei n° 6.708/79, referente às faixas salariais, o INSS passou a não mais poder fazer o artifício de aplicar, para efeito do enquadramento, o salário mínimo então revogado.
Conclui-se, ademais, que os efeitos da 1ª parte da súmula n° 260 do ex. Tribunal Federal de Recursos - além de jamais implicarem a equivalência do valor da renda mensal com o correspondente número de salários mínimo - tem seus efeitos limitados a 04 de abril de 1989.
Nesse diapasão, a súmula nº 25 do egrégio Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
Posteriormente, a partir de 05 de abril de 1989, por força do artigo 58 do ADCT, passou a vigorar outro critério de reajuste de benefícios, o da equivalência salarial.
Vale a pena, nesse passo, transcrever a lição de Ana Maria Wickert Theisen, in verbis:
"Aspecto interessante repisar, respeita ao fato de que a Súmula 260 do TFR, quando tratou do primeiro reajuste dos benefícios previdenciários, não previu, nem autorizou, uma vinculação destes ao salário mínimo. Os benefícios variavam na mesma época do salário mínimo, mas não nos mesmos índices, adequando-se neste ponto à política salarial. Por outro lado, os benefícios com data inicial no mês de reajuste, necessariamente já tinham repassado o índice integral (12/12 ou 6/6). Inobstante, muitos segurados enquadrados nesta situação buscaram aplicação do verbete em cotejo, sem a compreensão de que a defasagem em suas rendas mensais decorria, em muitos casos, de outros fatores.
Finalmente, ainda em relação ao primeiro reajuste, já adentrando em período posterior à Constituição Federal de 1988, embora fugindo, ligeiramente, à sistemática deste trabalho, imperioso se faz reconhecer que hoje sua aplicação não mais se apresenta possível, a não ser em casos de ações revisionais ajuizadas antes de março de 1994 e, eventualmente, ainda não julgadas. Ocorre que a Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na norma transitória do art. 58, uma equiparação ao salário mínimo para os benefícios em manutenção, a ser aplicada a contar do sétimo mês de sua promulgação (05.10.1988), ou seja, abril de 1989. Com isso, todos os benefícios já em manutenção tiveram sua renda mensal revista desde abril de 1989 e eventuais defasagens que se haviam feito sentir até então, em razão da proporcionalidade, restaram corrigidas. Some-se a isto a prescrição qüinqüenal, que se opera em matéria de benefícios previdenciários e qualquer pleito que visasse à aplicação da Súmula 260 do Tribunal Federal de Recursos, no tocante ao aspecto em exame, perdeu razão de ser ao final de março de 1994."
(grifei, Direito Previdenciário, Aspectos materiais, processuais e penais, Livraria do Advogado, Porto Alegre, 1999, p. 157).
A partir de 05 de abril de 1989, por força do artigo 58 do ADCT, passou a vigorar outro critério de reajuste de benefícios, o da equivalência salarial.
Por outro lado, a revisão prevista no artigo 58 do ADCT produz efeitos somente no período de 05/04/89 até 09/12/91.
Nesse sentido, a súmula nº 18 deste egrégio Tribunal Regional Federal da 3a Região.
CONSECTÁRIOS
A súmula n° 148 do e. STJ determina a aplicação da Lei n° 6.899/81, segundo a qual, pelo art. 1o, § 2o, a correção monetária incidiria a partir da propositura da ação.
Porém, a vetusta lei não bastaria para fazer a adequada correção dos valores, pois somente se atualizariam os valores a partir da propositura da ação.
Os Tribunais Federais têm julgado no sentido da necessidade de corrigir monetariamente as prestações a partir da data do efetivo prejuízo, esclarecendo que as súmulas n° 148 e 43 daquela Corte devem ser harmonizadas.
Verifica-se que a Súmula n.º 43 do STJ e a de n.º 8 do E. TRF da 3ª Região acabam gerando as mesmas conseqüências no caso, tendo em vista determinarem que a correção monetária deve ser calculada a partir do momento em que vencidas as prestações.
Assim sendo, a correção monetária das parcelas vencidas se dará nos termos da legislação previdenciária, bem como da Resolução nº 242/2001 do Conselho da Justiça Federal, da data em que se tornou devida a diferença.
Considero, porém, devidos, em substituição aos oficiais, tão-somente os índices expurgados do IPC de janeiro de 1989 (42,72%) e março de 1990 (84,32%), nos termos da jurisprudência majoritária e do pretérito Provimento nº 24/97.
Os juros de mora devem incidir à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, a teor do que dispõem o artigo 1.062 do Código Civil de 1916.
Contudo, a partir da vigência do novo Código Civil, Lei nº 10.406/2002, deverão ser computados nos termos do artigo 406 deste diploma, em 1% (um por cento) ao mês, sendo devidos até a data da inclusão do débito no orçamento do precatório, em 1º de julho.
Quanto aos honorários advocatícios, devem ser mesmo compensados, uma vez que não foram acolhidos na sentença dois outros pedidos, referentes à vinculação perene da renda mensal com determinado número de salários mínimos, bem como o atinente ao percentual de 147,06%. Aplica-se, ao caso, o disposto no artigo 21, caput, do CPC.
Por fim, deverá ser observada a prescrição qüinqüenal, na forma dos artigos 103 da Lei nº 8.213/91 c/c 219, § 5o, do Código de Processo Civil.
DISPOSITIVO
Ante o exposto, nos termos do artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, DOU PARCIAL PROVIMENTO À APELAÇÃO DO INSS, para limitar os efeitos da súmula nº 260 do ex. TFR até 04/04/89 e para limitar a vinculação salarial ao período de 05/04/89 até 09/12/91, bem como para especificar a correção monetária; de ofício determino seja observada a prescrição qüinqüenal e, por fim, NEGO PROVIMENTO À APELAÇÃO DO AUTOR
Publique-se e intime-se.
São Paulo, 20 de março de 2007.
RODRIGO ZACHARIAS
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	96.03.028684-2 AC 312681
ORIG.	:	9300001101 1 Vr SAO VICENTE/SP
APTE	:	SANTIAGO HERNANDES
ADV	:	LUIZ CARLOS LOPES
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ALBERTO JORGE KAPAKIAN
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. RODRIGO ZACHARIAS / SÉTIMA TURMA

Vistos,
Trata-se de apelações interpostas pela parte autora e pelo INSS em face da r. sentença, proferida em 10.11.1995, que julgou parcialmente procedente o pedido do autor para condenar o INSS a revisão da média dos salários-de-contribuição que foram utilizados no cálculo de sua aposentadoria, de forma que todos sejam corrigidos monetariamente, mês a mês, de acordo com a variação da ORTN/OTN, sem os expurgos de índices inflacionários decorrentes de planos econômicos, bem como a conversão do valor da renda mensal em número de salários mínimos que representava quando do início da prestação, mantendo-se essa paridade até a regulamentação da Lei n.º 8.213/91. A Autarquia foi condenada, ainda, ao pagamento das diferenças, acrescidas de correção monetária, desde quando devido, e juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, desde a citação. Sucumbência recíproca.
A parte autora interpôs apelação, requerendo a revisão da renda mensal inicial da prestação, que deverá ser fixada mediante simples aplicação do percentual sobre o menor valor teto de benefício e adição de tantos 1/30 quanto forem os grupos de doze contribuições superiores a esse valor. Requer, por fim, que o INSS seja condenado ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 15% (quinze por cento), nos termos do § 3º, do artigo 20, do Código de Processo Civil.
Por sua vez, o INSS em razões recursais, sustenta que a disposição contida no artigo 58 do ADCT não se aplica as rendas mensais dos benefícios concedidos após a promulgação da Carta Magna. Alega ainda, que não cabe a revisão nos termos da Lei n.º 6.423/77, sendo que o benefício do autor foi devidamente corrigido nos termos da Lei n.º 8.213/91.
Com as contra-razões das partes, subiram os autos a este Egrégio Tribunal Regional Federal, que foram redistribuídos a esta 7ª Turma.
É o relatório.
Na forma do artigo 557 do Código de Processo Civil, poderá o relator negar ou dar provimento a recurso, de acordo com as hipóteses assinaladas em referido dispositivo legal, regra aplicável ao presente caso.
Convém ressaltar, ainda, que como a r. sentença está datada de 10.11.1995, portanto, anterior à Medida Provisória n.º 1.561/97, não há que se falar em submissão do decisum à remessa oficial.
Conheço das apelações, uma vez presentes os requisitos de admissibilidade.
DA CORREÇÃO DOS SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO PELA ORTN
O ordenamento jurídico nacional, composto de forma escalonada, tem a Constituição Federal no vértice, sendo que de sua rigidez emana, como conseqüência primordial, a sua supremacia para os fatos que ocorrerem sob sua égide. Assim, a validade das normas jurídicas inferiores depende do respeito aos limites formais e materiais traçados pela Carta Magna.
O legislador constituinte de 1988, ao criar o novo sistema previdenciário público, agora sob o manto constitucional, erigiu normas constitucionais de eficácia plena, de eficácia limitada e algumas outras de evidente caráter transitório.
Entre as regras constitucionais de eficácia limitada, que dependem de lei específica para sua incidência, encontra-se a estatuída no artigo 202, caput, da CF/88.
Somente com o advento da Lei n° 8.213/91 é que o cálculo da renda mensal inicial passou a ser feito através do critério constitucional, com a média dos trinta e seis últimos salários de contribuição, corrigidos monetariamente mês a mês.
Assim, com o advento do novo sistema previdenciário, inaugurado com a Constituição de 1988, passaram a existir diferentes categorias de segurados da previdência social, cujo fator de diferenciação é justamente a época da concessão do benefício.
Os benefícios concedidos antes de 05/10/88 sob a égide da CLPS (Decreto 89.312/84) e da CF de 1967/69, não estão dentre os que comportam a incidência da Lei n° 8.213/91 no tocante ao cálculo da renda mensal inicial, devido à inaplicabilidade da espécie normativa aos seus benefícios, em respeito ao Princípio da Irretroatividade das leis.
Estes benefícios, pois, respeitam o mandamento constitucional e legal vigente à época da concessão. Mas isto não significa que o legislador constituinte os tenha esquecido ao criar o novo sistema constitucional previdenciário.
De qualquer forma, alega o autor que o INSS, no momento de compor o valor do pecúlio, não atualizou monetariamente os salários-de-contribuição, contrariando a Lei n° 6.423/77, que determinava o uso da variação da ORTN/OTN/BTN para toda correção legal ou contratual.
Com efeito, em muitos casos, no tocante à aposentadoria por tempo de serviço, concedida antes do advento da atual Constituição Federal, sob a égide da LOPS, do Decreto-lei n° 66/66 e dos Decretos n° 83.080/79 e 89.312/84, a renda mensal deve ter o cálculo baseado na atualização dos 24 (vinte e quatro) últimos salários-de-contribuição, anteriores aos 12 (doze) últimos, pela variação do ORTN/OTN/BTN, quando a referida revisão resultar positiva.
Nesse sentido, a súmula n° 7 do Egrégio Tribunal Regional Federal da 3a Região, in verbis: "Para a apuração da renda mensal inicial dos benefícios previdenciários concedidos antes da Constituição Federal de 1988, a correção dos 24 (vinte e quatro) salários-de-contribuição, anteriores aos últimos 12 (doze), deve ser feita em conformidade com o que prevê o art. 1o da Lei n° 6.423/77".
Contudo, no presente caso, o benefício de aposentadoria por tempo de serviço tem DIB fixada em 03.08.1990 (documento de folha 24), não fazendo jus à revisão pleiteada, nos termos da Lei nº 6.423/77, já que o aludido diploma legal só se aplica aos benefícios concedidos antes do advento da Constituição Federal de 1988.
DA REVISÃO DO ARTIGO 58 DO ADCT
A partir de 05 de abril de 1989, por força do artigo 58 do ADCT, passou a vigorar o critério da equivalência salarial para o reajuste de benefícios.
Vale a pena, nesse passo, transcrever a lição de Ana Maria Wickert Theisen, in verbis:
"Aspecto interessante repisar, respeita ao fato de que a Súmula 260 do TFR, quando tratou do primeiro reajuste dos benefícios previdenciários, não previu, nem autorizou, uma vinculação destes ao salário mínimo. Os benefícios variavam na mesma época do salário mínimo, mas não nos mesmos índices, adequando-se neste ponto à política salarial. Por outro lado, os benefícios com data inicial no mês de reajuste, necessariamente já tinham repassado o índice integral

(12/12 ou 6/6). Inobstante, muitos segurados enquadrados nesta situação buscaram aplicação do verbete em cotejo, sem a compreensão de que a defasagem em suas rendas mensais decorria, em muitos casos, de outros fatores.
Finalmente, ainda em relação ao primeiro reajuste, já adentrando em período posterior à Constituição Federal de 1988, embora fugindo, ligeiramente, à sistemática deste trabalho, imperioso se faz reconhecer que hoje sua aplicação não mais se apresenta possível, a não ser em casos de ações revisionais ajuizadas antes de março de 1994 e, eventualmente, ainda não julgadas. Ocorre que a Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na norma transitória do art. 58, uma equiparação ao salário mínimo para os benefícios em manutenção, a ser aplicada a contar do sétimo mês de sua promulgação (05.10.1988), ou seja, abril de 1989. Com isso, todos os benefícios já em manutenção tiveram sua renda mensal revista desde abril de 1989 e eventuais defasagens que se haviam feito sentir até então, em razão da proporcionalidade, restaram corrigidas. Some-se a isto a prescrição qüinqüenal, que se opera em matéria de benefícios previdenciários e qualquer pleito que visasse à aplicação da Súmula 260 do Tribunal Federal de Recursos, no tocante ao aspecto em exame, perdeu razão de ser ao final de março de 1994."
(grifei, Direito Previdenciário, Aspectos materiais, processuais e penais, Livraria do Advogado, Porto Alegre, 1999, p. 157).
Nota-se que a súmula n° 260 do ex. Tribunal Federal de Recursos, além de jamais indicar a equivalência da renda mensal com o número de salários mínimos, só pode ser aplicada até 04 de abril de 1989 (súmula nº 25 do egrégio TRF da 3ª Região).
A partir de 05 de abril de 1989, por força do artigo 58 do ADCT, passou a vigorar outro critério de reajuste de benefícios, o da equivalência salarial.
Por outro lado, a revisão prevista no artigo 58 do ADCT produz efeitos somente no período de 05/04/89 até 09/12/91. Nesse sentido, a súmula nº 18 deste egrégio Tribunal Regional Federal da 3a Região.
LIMITAÇÃO AO TETO
A limitação do valor ao menor valor-teto é obrigatória, porque prevista em lei.
Em realidade, o maior valor teto e o menor valor teto foram eliminados pelo art. 136 da Lei n° 8.213/91 e se referiam ao sistema anterior de cálculo do valor dos benefícios.
Esses tetos faziam parte da norma anterior que regia os benefícios da Previdência Social, que era a Consolidação das Leis da Previdência Social, a CLPS, de 1984. O art. 5o da Lei n° 5.890/73 assim dispôs:
"Art. 5º Os benefícios a serem pagos sob a forma de renda mensal terão seus valores fixados da seguinte forma:
I - quando o salário-de-benefício for igual ou inferior a 10 (dez) vezes o maior salário-mínimo vigente no País, aplicar-se-lhe-ão os coeficientes previstos nesta e na Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960;
II - quando o salário-de-benefício for superior ao do item anterior será ele dividido em duas parcelas, a primeira, igual a 10 (dez) vezes e maior salário-mínimo vigente no País, a segunda, será o valor excedente ao da primeira;
a) sobre a primeira parcela aplicar-se-ão os coeficientes previstos no item anterior;
b) sobre a segunda, aplicar-se-á um coeficiente igual a tantos 1/30 (um trinta avos) quantos forem os grupos de 12 (doze) contribuições acima de 10 (dez) salários-mínimos, respeitado, em cada caso, o limite máximo de 80% (oitenta por cento) do valor da parcela;
III - o valor da renda mensal no caso do item anterior será a soma das parcelas calculadas na forma das alíneas a e b , não podendo ultrapassar o valor correspondente a 90% (noventa por cento) de 20 (vinte) vezes o maior salário-mínimo vigente no País".
Deste modo, sistema de cálculo do valor do benefício era bipartido. A previsão estava no referido art. 23, que dizia o seguinte: com base nos valores objeto de contribuição por parte dos segurados, até o menor valor teto, chegava-se a um valor que seria somado a outro valor, este apurado com base nas contribuições que fosse superiores ao menor valor teto e inferiores ao maior valor teto.
Era preciso, assim, fazer dois cálculos, com critérios distintos, um para as contribuições até o menor valor teto e outro para as contribuições que superassem esse menor valor teto, mas fossem inferiores ao maior valor teto. Obtidos os dois resultados, a soma dos mesmos daria o valor do benefício.
Tal proceder era cogente, de modo que a limitação buscada pelo INSS em seus cálculos tem base legal, ou seja, trata-se de mera aplicação do princípio da legalidade (art. 5o, II, da Constituição Federal).
No que tange aos honorários advocatícios, devem ser mantidos conforme fixados na r. sentença, nos termos do artigo 21, caput, do Código de Processo Civil.
DISPOSITIVO
Ante o exposto, nos termos do artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, nego provimento à apelação do Autor e dou parcial provimento à apelação do INSS, para julgar improcedente o pedido de revisão do benefício do autor, nos termos da Lei nº 6.423/77.
Decorrido o prazo recursal, tornem os autos à Vara de origem.
Publique-se e intime-se.
São Paulo, 19 de março de 2007.
RODRIGO ZACHARIAS
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	96.03.029553-1 AC 313236
ORIG.	:	9500001217 2 Vr MOGI GUACU/SP
APTE	:	BENEDITO LOPES DE ALMEIDA
ADV	:	JOSE JULIANO FERREIRA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	FRANCISCO DE ASSIS GAMA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. RODRIGO ZACHARIAS / SÉTIMA TURMA

Vistos,
Trata-se de apelação interposta pelo autor em face da r. sentença proferida em 23.12.1995, que julgou improcedente o pedido de recálculo da renda mensal do benefício, com aplicação do reajuste de 147,06% em 01.09.1991. Em razão da sucumbência, houve condenação em custas, despesas processuais, bem como em honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) do valor atribuído à causa, devidamente atualizado.
Inconformado, apela o autor visando à reforma integral da sentença, sustentando que quando do primeiro reajustamento, ocorrido em 01.09.1991, teve seu benefício reajustado em 112,49%, quando deveria ter recebido o reajuste integral de 147,06%, havendo, dessa forma, desrespeito ao disposto no artigo 201, § 2º e artigo 5º, I, ambos da Constituição Federal. Requer o provimento do presente recurso.
O INSS apresentou contra-razões, onde pugna a manutenção da sentença.
Após, os autos subiram a esta Corte, onde foram redistribuídos a esta 7ª Turma.
É o relatório.
Na forma do artigo 557 do Código de Processo Civil, poderá o relator negar ou dar provimento a recurso, de acordo com as hipóteses assinaladas em referido dispositivo legal, regra aplicável ao presente caso.
Não assiste razão ao apelante.
De fato, em relação aos 147,06%, nada mais é devido ao autor.
As diferenças, a título de correção monetária decorrente do reajuste de 147,06%, já foram pagas, há muito tempo, por força da Portarias MPS n° 302, de 20/07/92 e 330, de 29/07/92.
Nesse diapasão:
AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PREVIDENCIARIO. ADVENTO DA PORTARIA 302/92. AGRAVO PREJUDICADO.
I. COM O ADVENTO DA PORTARIA 302/92, EXPEDIDA PELO MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL, DETERMINANDO O PAGAMENTO DE REAJUSTE DE 147% AOS SEGURADOS, O AGRAVO PERDEU SEU OBJETO.
II. AGRAVO PREJUDICADO (TRIBUNAL - TERCEIRA REGIÃO classe: AG - AGRAVO DE INSTRUMENTO Processo: 92030172475 UF: SP Órgão Julgador: PRIMEIRA TURMA Data da decisão: 11/10/1994 Documento: TRF300028146 DJ DATA:11/04/1995 PÁGINA: 20553 JUIZ PEDRO ROTTA).
Sendo assim, conclui-se que a Previdência Social já pagou os valores executados a esse título.
Inexistem resíduos, porque observada a regra da correção monetária quando do parcelamento, observados os índices legais previstos na época (Portaria GM/MPS nº 485/92).
PREVIDENCIÁRIO - CORREÇÃO MONETÁRIA - INCIDÊNCIA - 147% - IMPROPRIEDADE - ARTIGO 202, DA CF/88 - INAPLICABILIDADE -
- Ocorrência do pagamento do percentual de 147% no reajustamento dos benefícios previdenciários, bem como das diferenças de setembro de 1991 a julho de 1992 (Portarias GM/MPS nº 302/92 e 485/92).
-As respectivas diferenças, pagas a partir de novembro de 1992, em doze parcelas, foram corrigidas monetariamente, como determina o § 6º, do artigo 41, da Lei nº 8.213/91 (Portaria GM/MPS nº 485/92).
(...)
-Apelação provida e remessa oficial prejudicada. Sentença reformada (TRIBUNAL - SEGUNDA REGIÃO Classe: AC - APELAÇÃO CIVEL - 174136 Processo: 9802245038 UF: RJ Órgão Julgador: TERCEIRA TURMA Data da decisão: 16/12/2003 Documento: TRF200117100 Fonte DJU DATA:17/03/2004 PÁGINA: 184 Relator(a) JUIZ FRANCISCO PIZZOLANTE).
PROCESSUAL E PREVIDENCIÁRIO. REVISIONAL. ÍNDICE 147,06%. FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA. INCORPORAÇÃO.
1. Falta de interesse e processual confirmada de respeito ao índice de 147,06%.
2. Indevida a correção monetária porquanto as parcelas foram pagas de forma atualizada, incabíveis juros de mora.
3. Recurso conhecido, mas desprovido (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA Classe: RESP - RECURSO ESPECIAL - 202477 Processo: 199900077237 UF: SP Órgão Julgador: QUINTA TURMA Data da decisão: 18/04/2000 DJ DATA:15/05/2000 PÁGINA:180 GILSON DIPP).
PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO. REAJUSTE APÓS DEZEMBRO DE 1991. ART. 58 DO ADCT/88. SÚMULA 260-TFR. ART. 41, II DA LEI 8.213/91. REAJUSTE DE 147,06%. CORREÇÃO MONETÁRIA
1. Com a implantação dos planos de custeio e de benefícios das Leis 8.212/91 e 8.213/91 em dezembro de 1991, os benefícios concedidos antes da CF/88 passaram a ser reajustados segundo o sistema do art. 41, II da Lei 8.213/91 e alterações posteriores.
2. Indevida a incidência de correção monetária sobre as parcelas do reajuste de 147,06% porque pagas de forma atualizada.
3. Recurso conhecido e provido (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA Classe: RESP - RECURSO ESPECIAL - 198743 Processo: 199800936491 UF: RJ Órgão Julgador: QUINTA TURMA Data da decisão: 08/02/2000 DJ DATA:13/03/2000 PÁGINA:190 GILSON DIPP
PREVIDENCIÁRIO. ÍNDICE DE 147,06% DE SETEMBRO DE 1991. DIFERENÇAS. CORREÇÃO MONETÁRIA.
1. O Ministério da Previdência Social, em 20 de junho de 1992, editou a Portaria n. 302, reconhecendo a todos os beneficiários o direito ao reajuste de 147,06%, a contar de 01 de setembro de 1991, deduzidos os percentuais já concedidos. O pagamento iniciou-se em agosto de 1992, e os atrasados foram depois regulamentados de acordo com a Portaria MPS n. 485/92, corrigidos de acordo com o art. 41, § 6º, da Lei n. 8.213/91.
2. A atualização monetária respeitou o contido no então art. 41, § 6º, da Lei n. 8.213/91, aplicando o INPC (e o IRSM, Lei n. 8.542/92), verificado no período compreendido entre o mês em que deveria ter sido pago e o mês do efetivo pagamento. É dizer, a atualização monetária incidiu desde que devidas as parcelas, segundo índice previsto em lei, o que se mostra em consonância com o enunciado n. 8 das súmulas deste E. Tribunal Regional Federal.
3. Apelação dos autores improvida (TRIBUNAL - TERCEIRA REGIÃO Classe: AC - APELAÇÃO CIVEL - 914354 Processo: 200403990029156 UF: SP Órgão Julgador: SÉTIMA TURMA Data da decisão: 13/11/2006 DJU DATA:24/01/2007 PÁGINA: 214 JUIZ VANDERLEI COSTENARO).
PREVIDENCIÁRIO - REVISÃO DE BENEFÍCIO - 147,06% - PAGAMENTO EM PARCELAS SEM CORREÇÃO MONETÁRIA - IMPROCEDÊNCIA - COMPROVAÇÃO DE REAJUSTE ADMINISTRATIVO COM BASE NOS INFORMES APRESENTADOS PELA AUTARQUIA - APELAÇÃO DO INSS PROVIDA.
- Comprovado o reajuste em sede administrativa, nos moldes em que pleiteados na inicial, e não tendo a parte autora juntado documento que desconstituísse a prova dos autos, não há como prosperar a demanda.
- Os informes constantes dos autos dão conta da inexistência de diferenças a favor da parte autora a partir da concessão do benefício.
- Não são devidas verbas de sucumbência, uma vez que a parte autora é beneficiária da assistência judiciária gratuita.
- Apelação do INSS provida (TRIBUNAL - TERCEIRA REGIÃO Classe: AC - APELAÇÃO CIVEL - 344216 Processo: 96030839760 UF: SP Órgão Julgador: SÉTIMA TURMA Data da decisão: 29/11/2004 DJU DATA:03/02/2005 PÁGINA: 315 JUIZA EVA REGINA).
PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIOS. ÍNDICE DE 147,06%. CORREÇÃO MONETÁRIA DAS PRESTAÇÕES PAGAS ADMINISTRATIVAMENTE.
I - Superada a questão dos 147,06%.
II - Não há que se falar em atualização monetária das prestações pagas administrativamente referentes às diferenças da porcentagem de 147,06% (setembro/91), considerando que de acordo com a Portaria 485 de 01/10/1992, art. 1º, as diferenças foram pagas, a partir da competência de novembro de 1992, em 12 parcelas sucessivas, devidamente corrigidas nos termos do § 6º, do art. 41 da Lei nº 8.213/91.
III - Apelação do INSS e reexame necessário providos (TRIBUNAL - TERCEIRA REGIÃO Classe: AC - APELAÇÃO CIVEL - 893259 Processo: 200303990254408 UF: SP Órgão Julgador: NONA TURMA Data da decisão: 06/12/2004 DJU DATA:27/01/2005 PÁGINA: 304 JUIZA MARIANINA GALANTE).
Diante do exposto, nos termos do artigo 557, § 1o-A, do Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO À APELAÇÃO DO AUTOR.
Decorrido o prazo recursal, tornem os autos à Vara de origem.
Publique-se e intime-se.
São Paulo, 19 de março de 2007.
RODRIGO ZACHARIAS
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	96.03.032706-9 AC 315003
ORIG.	:	9500000231 2 Vr CATANDUVA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RICARDO ROCHA MARTINS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	JOSE ALVES DE MELO NETO
ADV	:	BENEDITO APARECIDO ALVES
RELATOR	:	JUIZ.FEDERAL RODRIGO ZACHARIAS / SÉTIMA TURMA

Vistos.
Cuida-se de apelação interposta pelo autor em face de sentença, proferida pelo Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca Catanduva-SP, que julgou procedente o pedido de revisão de benefício previdenciário, tendo por tema a súmula nº 260 do ex. TFR, a vinculação salarial, a correção do salário-de-contribuição pelo IPC e a manutenção da renda mensal em determinado percentual do salário-de-contribuição.
Nas razões de apelo, o INSS postula a integral improcedência dos pedidos, uma vez que foram observadas as regras da Lei nº 8.213/91.
Produzidas contra-razões, subiram os autos a este Egrégio Tribunal.
Os autos foram redistribuídos a esta egrégia 7ª Turma.
É O RELATÓRIO.
Na forma do artigo 557 do Código de Processo Civil, poderá o relator negar ou dar provimento a recurso, de acordo com as hipóteses assinaladas em referido dispositivo legal, regra aplicável ao presente caso.
A sentença deve ser mantida, porque os pedidos do autor são totalmente improcedentes.
O autor é titular de aposentadoria por tempo de serviço concedida com DIB fixada em 17/07/92 e já teve corrigidos todos os 36 (trinta e seis) salários-de-contribuição, nos termos dos artigos 29 e seguintes da Lei nº 8.213/91, porquanto já vigente na época da concessão do benefício, nada lhe sendo devido nesta ação.
O artigo 202 da Constituição da República, na sua redação original, atribuiu ao legislador ordinário a escolha do critério pelo qual há de ser preservado o valor real dos salários-de-contribuição a serem com-

putados no cálculo do valor do benefício, entendido o salário-de-contribuição como a remuneração percebida pelo segurado, sobre a qual incide a contribuição previdenciária do empregado e do empregador para a previdência social, e que, necessariamente, não se identifica com o salário efetivamente percebido pelo trabalhador.
O princípio da preservação do valor real dos benefícios, previsto atualmente no art. 201, § 4o, da Constituição Federal, pressupõe a regulamentação do fenômeno por meio de lei ordinária.
Nem a Constituição, nem as leis dão guarida à pretensão do autor, de calcular o valor da renda mensal com base no número de salários mínimos sobre o que contribuía, ou pelo mesmo critério do seu reajuste.
Há que se mencionar, outrossim, o disposto no art. 7o, IV, da Constituição Federal, que veda a vinculação do salário mínimo para qualquer fim.
À exceção a tal regra está na própria Constituição, tratando-se do art. 58 do ADCT, que determinou a correção dos benefícios pelo número de salários mínimos.
Porém, tal critério só vigorou de 05/04/89 até 09/12/91, consoante preleciona a súmula nº 18 deste egrégio TRF da 3a Região.
Inviável, portanto, o pedido do autor, de acordo com o seguinte acórdão:
"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO. REVISÃO. INCLUSÃO DO PERCENTUAL DE 147,06% E DO ABONO DE 54,60% PREVISTO NO ARTIGO 146 DA LEI Nº 8.213/91. IMPOSSIBILIDADE. BENEFÍCIO DEFERIDO SOB A ÉGIDE DA LEI 8.213/91. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CPC. NÃO CONHECIMENTO. SÚMULA Nº 284/STF.
(...)
4. Inexiste amparo legal ou constitucional para que o salário-de-benefício tenha valor equivalente à média dos 36 últimos salários-de-contribuição expressos em número de salários mínimos, até porque a Constituição da República, no seu artigo 7º, inciso IV, veda a vinculação do salário mínimo para qualquer fim.
(...)
6. Recurso parcialmente conhecido e improvido (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, RESP - 530228, Processo: 200300719285/RS, SEXTA TURMA, data da decisão: 26/08/2003, DJ 22/09/2003, p. 408, HAMILTON CARVALHIDO).
De mais a mais, a Constituição Federal, em seu art. 201, parágrafo 2º, conferiu o direito ao segurado de obter reajuste de seus benefícios de modo a preservar o seu valor real, não vinculando em nenhum momento os reajustes ao número de salários mínimos, como querem os autores.
Conseqüentemente, o critério de reajuste do benefício previdenciário previsto na Lei nº 8.213/91 e legislação subseqüente, não fere o dispositivo constitucional mencionado, estando claro que deverão ser observados os tetos da renda mensal, previstos no artigo 29, § 2º, da Lei nº 8.213/91.
De fato, há limites para o valor das rendas mensais, no caso o teto previsto no art. 29, § 2o, da Lei de 8.213/91, de modo que não pode o Poder Judiciário tabula rasa dos tetos legais e simplesmente criar privilégio em favor do autor.
De qualquer forma, o benefício foi concedido na vigência da Lei nº 8.213/91, de modo que não há formulas mágicas que possam socorrê-lo na tentativa de elevar o valor do benefício.
Nem mesmo a súmulas nº 260 do ex. TFR e a revisão do art. 58 do ADCT aplicam-se ao presente caso, exatamente porque o benefício foi concedido já na vigência da Constituição Federal de 1988.
Nesse sentido, o verbete n° 51 do Egrégio Tribunal Federal Regional da 4a Região, ipsis litteris:
"Não se aplicam os critérios da Súmula n° 260 do extinto Tribunal Federal de Recursos aos benefícios previdenciários concedidos após a Constituição Federal de 1988".
Tal orientação vem sendo seguida, de modo geral, pelos demais tribunais federais e também pelo primeiro grau de jurisdição da Justiça Federal.
Nesse sentido:
PREVIDENCIÁRIO - RECURSO ESPECIAL - DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL - REVISÃO DE BENEFÍCIO - RENDA MENSAL INICIAL DE BENEFÍCIO CONCEDIDO ENTRE A PROMULGAÇÃO DA CF/88 E A EDIÇÃO DA LEI 8.213/91 -SÚMULA 260/TFR - ARTIGO 58 DO ADCT - EQUIVALÊNCIA SALARIAL - ARTIGOS 144, 41, II.
- Divergência jurisprudencial comprovada. Entendimento do art. 255 e parágrafos, do Regimento Interno desta Corte.
- São distintos tanto os critérios de aplicação quanto os períodos de incidência da Súmula 260/TFR e do art. 58, do ADCT.
- A Súmula 260, do extinto TFR, aplicada aos benefícios concedidos antes da Constituição de 1988, e em vigor até o sétimo mês subseqüente à promulgação da Lei Maior, não vincula o reajuste do benefício à variação do salário mínimo.
- O artigo 58, do ADCT, que estabeleceu o critério da equivalência salarial, foi tão-somente aplicado aos benefícios em manutenção em outubro de 1988, e limitado ao período compreendido entre abril/89 (sétimo mês subseqüente à promulgação da Constituição) e dezembro/91 (Regulamentação dos Planos de Custeio e Benefícios). Precedentes.
- Os benefícios concedidos no período compreendido entre a promulgação da Constituição Federal de 1988 e o advento da Lei 8.213/91, devem ser reajustados, por força do disposto no caput e parágrafo único do artigo 144, da Lei 8.213/91, pelos critérios definidos no art. 41, II, da referida Lei, e alterações subseqüentes, que fixaram o INPC e sucedâneos legais como índices revisores. Inaplicável, in casu, a revisão do benefício, concedido em 24.08.89, pelas regras da Súmula 260/TFR e da equivalência com o salário-mínimo. Precedentes.
- Recurso conhecido e provido (STJ, Acórdão RESP 09543/RJ (2001/0028926-6) Fonte DJ DATA: 13/08/2001 PG:00245 Relator(a) Min. JORGE SCARTEZZINI, Data da Decisão 15/05/2001, 5a TURMA)
REVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO. RECÁLCULO DA RMI COM BASE NO ART. 202, CAPUT, DA CF/88. SALÁRIO-DE-BENEFÍCIO. LIMITE. REAJUSTAMENTO. SÚMULA 260-TFR.
I - Aos benefícios concedidos antes da CF/88 não se aplica o recálculo da RMI com base nos 36 salários-de-contribuição atualizados, vez que não auto-aplicável o caput do art. 202, da CF/88. Precedente do STF.
II - A Súmula 260-TFR não vincula os valores dos benefícios à variação do salário mínimo e aplica-se, em seu sentido próprio, aos benefícios concedidos antes da CF/88, apenas enquanto vigente o sistema de reajustes por faixas salariais da Lei 6.708/79.
III - Recurso conhecido em parte e, nessa, provido.
(STJ, RESP 250838/RJ; RECURSO ESPECIAL(2000/0022766-8) Fonte DJ DATA:27/08/2001 PG:00371 Relator(a) Min. GILSON DIPP (1111) Data da Decisão 19/06/2001, 5a TURMA).
Sobremais, não há dúvidas de que o Supremo Tribunal Federal, em inúmeros julgados, decidiu pela não-aplicação do art. 58 do ADCT aos benefícios concedidos na vigência da Constituição Federal (RE nº 187.655-7, RE 239.899/RJ, RE 242.746/RJ, RE 242.759/RJ e RE 242.879/RJ).
Nesse diapasão:
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. BENEFÍCIO CONCEDIDO APÓS A PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DE 1988. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ARTIGO 58 DA ADCT. IMPOSSIBILIDADE. Somente os benefícios de prestação continuada - mantidos pela Previdência Social na data da promulgação da Constituição de 1988 - são suscetíveis de sofrer a revisão de seus valores de acordo com os critérios estabelecidos no artigo 58 da ADCT. Agravo regimental a que se nega provimento (RE-AgR 478023 / SP - SÃO PAULO AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO Relator(a):
Min. EROS GRAU Julgamento:
05/09/2006
Segunda Turma Publicação:
DJ 29-09-2006).
Por fim, a súmula nº 687 do Pretório Excelso assim estabelece:
"A REVISÃO DE QUE TRATA O ART. 58 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRAN-SITÓRIAS NÃO SE APLICA AOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS CONCEDIDOS APÓS A PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DE 1988".
Repita-se que o benefício foi concedido na vigência da Lei nº 8.213/91, tendo sido corrigidos os salários-de-contribuição, pelo INPC, não se podendo substituí-lo por outro, da escolha do segurado.
De resto, a Constituição Federal assegurou que os reajustamentos dos benefícios previdenciários seriam efetuados de molde a preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, observados os critérios estabelecidos em lei ordinária.
A lei ordinária que estabeleceu os critérios de reajustamento dos benefícios, com a implantação do plano de benefícios, após o advento da Constituição Federal de 1.988, foi a Lei nº 8.213/91 que em seu em seu art. 41, inciso II, estabeleceu o INPC do IBGE como índice para o referido reajuste, o qual foi posteriormente substituído pelo IRSM (art. 9º da Lei nº 8542/92), e alterado depois pela Lei nº 8.700/93; IPC-r (Lei nº 8.880/94); novamente o INPC (Medida Provisória nº 1.053/95); IGP-DI (Medida Provisória nº 1.415/1996) e, finalmente, a partir de 1997 de acordo com as Medidas Provisórias nºs 1.572-1/97 (junho de 1997), reeditada posteriormente sob o nº 1.609, 1.663-10/98 (junho de 1998); 1.824/99 (junho de 1999); 2022-17/2000 (junho de 2000) e 2.129/2001 (junho de 2001), sucedida pela Medida Provisória nº 2.187-11/2001, que estabeleceu novos parâmetros necessários para a definição de índice de reajuste dos benefícios previdenciários, cometendo ao regulamento a definição do percentual respectivo, sendo que em 2001 foi estabelecido pelo Decreto nº 3.826/01, e em 2002 foi estabelecido pelo Decreto nº 4.249/02. Consoante a Lei nº 11.430/2006, tornou-se a utilizar o INPC para fins de correção das rendas mensais.
Sobre os princípios da irredutibilidade e da preservação do valor dos benefícios, cabe aqui lembrar precedentes do Superior Tribunal de Justiça, calcados no entendimento de que a aplicação dos índices estipulados em lei não os ofende:
"PREVIDENCIÁRIO. REAJUSTE DE BENEFÍCIO. IRREDUTIBILIDADE DO VALOR DO BENEFÍCIO. PRESERVAÇÃO DO VALOR REAL. EXISTÊNCIA.
1. Esta Corte entende que a aplicação dos índices legais pelo INSS no reajustamento dos benefícios previdenciários não ofende às garantias da irredutibilidade do valor do benefício e da preservação do valor real, vez que o constituinte delegou ao legislador ordinário a incumbência de fixar os critérios de alteração.
2. Agravo regimental a que se nega provimento." (AGRESP nº 509436/RS, Relator Ministro Paulo Medina, j. 09/09/2003, DJ 29/09/2003, p. 359).
A Constituição Federal, em seu art. 201, parágrafo 2º, conferiu o direito ao segurado de obter reajuste de seus benefícios de modo a preservar o seu valor real, não vinculando em nenhum momento os reajustes ao número de salários mínimos.
Conseqüentemente, o critério de reajuste do benefício previdenciário previsto na Lei nº 8.213/91 e legislação subseqüente, não fere o dispositivo constitucional mencionado.
A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, no tema, é pacífica:
"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE CÁLCULO DE BENEFÍCIO. PLANO DE CUSTEIO E BENEFÍCIOS. EQUIVALÊNCIA SALARIA. ART. 41, DA LEI 8.213.
Descabida a aplicação do princípio da equivalência salarial com o número de salários mínimos na vigência da Lei 8.213, pois a própria Lei, em seu art. 41, incisos I e II, estabelece a formula do cálculo do valor inicial da aposentadoria e dita regras para seu reajustamento.
Precedentes
Recurso não conhecido". (REsp. nº 354105/RS, Relator Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, 5ª Turma, j. 06/08/2002. DJ 02/09/2002, p. 225).
Ressalta-se que a legislação não garante, no cálculo da renda mensal inicial, correspondência nenhuma entre o salário-de-benefício e o patamar de contribuições efetivadas, nem há qualquer autorização legal para que isto se observe nos reajustes dos benefícios.
Tampouco se admite a fixação do valor da renda mensal em determinado percentual do teto do salário-de-contribuição, consoante requerido pelo autor no item "b" de folha 6 (petição inicial).
Neste sentido, decidiu o egrégio Superior Tribunal de Justiça:
"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. REAJUSTE DE BENEFÍCIO. EQUIVALÊNCIA SALARIAL. IMPOSSIBILIDADE. ART. 58 DO ADCT. INPC. LEI 8.213/91. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.
1. Não há direito à equivalência entre o valor do salário-de-contribuição utilizado na escala-base do cálculo das contribuições previdenciária e a renda mensal inicial do benefício. Tal manutenção dos benefícios em números de salários limitou-se ao período de vigência do art. 58 do ADCT.
2. Sob a égide da Lei nº 8.213/91, os benefícios previdenciário devem ser reajustados pelo INPC e pelos índices que o sucederam.
3. Agravo regimental desprovido". (AGA nº 528797/MG, Relatora Ministra LAURITA VAZ, 5ª Turma, j. 01/04/04, DJU 17/05/04, p. 274);
Quanto à pretensão de aplicar o IPC no salário-de-contribuição (item "a" da petição inicial - f. 6), não pode ser acolhida simplesmente porque é ilegal, tratando-se de patente ofensa ao princípio da legalidade (artigo 5o, II e 37, caput, da CF/88) já que a Lei nº 8.213/91, artigo 41, manda aplicar o INPC à correção dos salários-de-contribuição.
Vale citar precedente desta E. Corte, que considerou a inclusão de expurgos inflacionários na renda de benefício erro material e por isso, corrigível de ofício:
"PREVIDENCIÁRIO. PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE REVISÃO DE BENEFÍCIO. CONTA DE LIQUIDAÇÃO. INCORPORAÇÃO DO IPC DE JAN/89 E MARÇO A ABRIL/90 NO VALOR DA RENDA MENSAL. ERRO MATERIAL CORREÇÃO DA INEXATIDÃO. POSSIBILIDADE
I-O título judicial em execução apresenta manifesto erro material na parte em que determina a incorporação no valor de benefícios previdenciários de percentuais isolados do IPC e IGP, bem como ao determinar a perpetuação da equivalência salarial.
II-O trânsito em julgado de sentença de mérito não impede, em face de evidente erro material, que se lhe corrija a inexatidão (precedentes do E. SJT)
III-Mesmo que não fosse considerado o aludido erro material, a conta de liquidação homologada pela r. sentença recorrida revela-se incorreta pois não se justifica a aplicação alternada de índices de reajuste de salário-mínimo. IPC e IGP, apenas com base na conveniência do maior resultado, uma vez que estes índices são apurados por métodos diversos e em períodos diferentes.
Apelação parcialmente provida (TRF da 3a Região, AC 469116, 2a Turma, rel. Sérgio Nascimento, dj 30/10/2001).
Sobre o tema, Daniel Machado da Rocha aduz as seguintes palavras:
"Pleito bastante comum em juízo é o que respeita à aplicação, nos benefícios previdenciários, de índices de correção expurgados da inflação oficial, por força dos planos econômicos do Governo Federal, nos meses de janeiro de 1989, março, abril e maio de 1990 e fevereiro de 1991 (o que não se confunde com o repasse destes índices nos cálculos de liquidação, que compreendem valores em atraso e não reajuste de benefícios).
Como se nota, todos os períodos estão abrangidos no interregno que medeou a promulgação da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, e o advento das Leis 8.212 e 8.213/91, ambas de 24 de julho de 1991.
Improcede, todavia, a irresignação dos segurados. Especificamente em relação a janeiro de 1989, cabe lembrar que estavam os benefícios previdenciários sujeitos à sistemática do Decreto-Lei 2.225/87, compreendendo o repasse da URP do trimestre anterior ao trimestre subseqüente. E janeiro de 1989 integrou o trimestre dezembro-88/fevereiro/89. Ainda que a URP fosse obtida pela média mensal da variação do IPC ocorrida no trimestre anterior (art. 3º do Decreto-Lei 2.335/87) o pagamento de janeiro de 1989 não compreendeu o IPC daquele mês, senão aquele concernente ao mês trimestre anterior (setembro-novembro/88). E depois de janeiro de 1989 restou revogado o Decreto-Lei 2.335/89, pela Lei 7.730/89, que instituiu nova forma de reajuste aos benefícios para o mês de fevereiro de 1989 (art. 5º). Mesmo a Lei 7.787/89, cujo art. 15 tratou do reajuste dos benefícios a contar de fevereiro de 1989, não previu o direito ao reajuste pela variação do IPC do mês de janeiro de 1989. Portanto, os pedidos que aportam em juízo referentes ao índice de 70,28% (ou 42,72%) na correção dos benefícios previdenciários nessa competência, são totalmente descabidos.
Os expurgos posteriores estão abarcados no período de vigência do art. 58 do ADCT, que vinculou os benefícios previdenciários à variação do salário mínimo (vide item 3.1)..." (Direito Previdenciário, coordenador Vladimir Passo Freitas, 2.ed. Livraria do Advogado: Porto Alegre, 1999).
Vale citar precedente desta egrégia 7a Turma, que considerou a inclusão de expurgos inflacionários na renda de benefício erro material e por isso, corrigível de ofício:
Há também vários precedentes desta própria 7a Turma, em que fui relator, consoante se vê das ementas abaixo colacionados:
PROCESSO CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. CONTA DE LIQUIDAÇÃO. EXECUÇÃO DO QUANTUM DECORRENTE DE SENTENÇA. INCORPORAÇÃO DE EXPURGOS NA RENDA MENSAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N° 71 DO EX. TFR. INEXIBI-

LIDADE PARCIAL DO TÍTULO. ART. 741, II, DO CPC. VALORES EVENTUALMENTE PAGOS NA VIA ADMINISTRATIVA: COMPEN-SAÇÃO.
1. Os embargados executaram valores indevidos, porque é descabida a incorporação dos expurgos inflacionários na renda mensal, em razão de afronta ao ordenamento jurídico, geradora de erro material. Inexigibilidade do título, na forma do art. 741, II, do Código de Processo Civil.
2. A aplicação da súmula n° 71 do extinto Tribunal Federal de Recursos, referente à equivalência da renda mensal à variação do salário mínimo, também é incompatível com a inclusão de índices expurgados da inflação do débito previdenciário, situação também configuradora de erro material.
3. No período do art. 58 do ADCT, admite-se a equiparação da renda mensal com o salário mínimo, mas se trata de situação incompatível com a aplicação dos índices expurgados, em razão da geração de bis in idem.
4. Sobre os efeitos do caso julgado, prevalece a necessidade de respeito à moralidade administrativa (art. 37, caput, da Constituição Federal) princípio que sobrepaira todo o ordenamento jurídico e dá suporte ideológico ao entendimento que obstaculiza o recebimento de valores indevidos da previdência social, mormente decorrentes de bis in idem.
(...)
6. Necessidade de novos cálculos, a serem realizados em 1o grau de jurisdição.
7. Apelação do INSS provida (processo 1999.03.99.114509-9, AC 556843).
PROCESSO CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. CONTA DE LIQUIDAÇÃO. EXECUÇÃO DO QUANTUM DECORRENTE DE SENTENÇA. BENEFÍCIO DE VALOR MÍNIMO. INCORPORAÇÃO DE EXPURGOS NA RENDA MENSAL. IMPOSSIBILIDADE. VALORES PAGOS NA VIA ADMINISTRATIVA. COMPENSAÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO IMPROVIDOS.
- Os autores executaram valores indevidos, porque os benefícios de valor mínimo não podem receber a incorporação dos expurgos inflacionários na renda mensal, em razão de afronta ao ordenamento jurídico, geradora de erro material.
- Sobre os efeitos da coisa julgada, prevalece a necessidade de respeito à moralidade administrativa (art. 37, caput, da Constituição Federal) princípio que sobrepaira todo o ordenamento jurídico e dá suporte ideológico ao entendimento que obstaculiza o recebimento de valores indevidos da previdência social, mormente decorrentes de bis in idem.
(...)
- Ausente omissão, contradição ou obscuridade, nada há a ser preqüestionado.
-Embargos de declaração a que se nega provimento (processo nº 96.03.086038-7, AC 345474).
PROCESSO CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. CONTA DE LIQUIDAÇÃO. EXECUÇÃO DO QUANTUM DECORRENTE DE SENTENÇA. BENEFÍCIO DE VALOR MÍNIMO. INCORPORAÇÃO DE EXPURGOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N° 71 DO EX. TFR. INEXIBILIDADE DO TÍTULO. ART. 741, II, DO CPC. VALORES PAGOS NA VIA ADMINISTRATIVA. COMPENSAÇÃO. APELAÇÃO DO INSS PROVIDA. APELAÇÃO DA PARTE EMBARGADA PREJUDICADA.
1. A embargada executou valores indevidos, porque os benefícios de valor mínimo não podem receber a incorporação dos expurgos inflacionários na renda mensal, em razão de afronta ao ordenamento jurídico, geradora de erro material. Inexigibilidade do título, na forma do art. 741, II, do Código de Processo Civil.
2. A aplicação da súmula n° 71 do extinto Tribunal Federal de Recursos, referente à equivalência da renda mensal como número de salários mínimos, também é incompatível com a inclusão de índices expurgados da inflação do débito previdenciário, situação também configuradora de erro material.
3. Sobre os efeitos do caso julgado, prevalece a necessidade de respeito à moralidade administrativa (art. 37, caput, da Constituição Federal) princípio que sobrepaira todo o ordenamento jurídico e dá suporte ideológico ao entendimento que obstaculiza o recebimento de valores indevidos da previdência social, mormente decorrentes de bis in idem.
(...)
6.Apelação do INSS provida.
7. Apelação do embargado prejudicada (processo nº 96.03.086038-7, AC 345474).
À vista dessas considerações, constata-se que não se pode simplesmente condenar a autarquia a aplicar determinados índices, sem antes verificar se o INSS já não atendeu à Constituição e às leis do país.
Assim sendo, tendo sido os reajustes do benefício do autor efetuado sob o manto da legislação previdenciária, compatível com os preceitos constitucionais, nenhuma diferença da renda mensal lhe é devida.
Diante do exposto, nos termos do artigo 557, § 1O-A, do Código de Processo Civil, DOU PROVIMENTO À APELAÇÃO DO INSS, para julgar improcedentes os pedidos do autor, com resolução do mérito, na forma do artigo 269, I, do Código de Processo Civil.
Publique-se e intime-se.
São Paulo, 20 de março de 2007.
RODRIGO ZACHARIAS
Juiz Convocado
Relator

PROC.	:	96.03.096921-4 AC 352334
ORIG.	:	9200742238 5 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ROSANGELA PEREZ DA SILVA RIBEIRO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ING LIOE ANG (= ou > de 65 anos)
ADV	:	TELMA LAGONEGRO LONGANO e outros
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RODRIGO ZACHARIAS / SÉTIMA TURMA

Vistos.
Cuida-se de apelação interposta pelo INSS em face de sentença (f. 26/30), proferida em 20/05/1996, que julgou procedente o pedido, para condenar-lhe a aplicar o critério de reajustamento previsto no artigo 58 do ADCT desde o termo inicial até a data da regulamentação da Lei n.º 8.213/91. As diferenças deverão ser corrigidas monetariamente e acrescidas de juros moratórios. Em razão da sucumbência, houve condenação ao pagamento dos honorários advocatícios, fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor das prestações vencidas. Custas na forma da lei.
O INSS interpôs apelação alegando, em síntese, que o autor não faz jus à revisão pleiteada, notadamente por que o artigo 58 do ADCT não possui aplicação retroativa.
Produzidas contra-razões, subiram os autos a este Egrégio Tribunal e foram redistribuídos a esta 7ª Turma.
É o relatório.
Na forma do artigo 557 do Código de Processo Civil, poderá o relator negar ou dar provimento a recurso, de acordo com as hipóteses assinaladas em referido dispositivo legal, regra aplicável ao presente caso.
Conheço do recurso interposto, vez que presentes os requisitos de admissibilidade.
DA CORREÇÃO DOS SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO
No ordenamento jurídico nacional, composto de forma escalonada, a Constituição Federal coloca-se no vértice, sendo que de sua rigidez emana, como conseqüência primordial, a sua supremacia para os fatos que ocorrerem sob sua égide. Assim, a validade das normas jurídicas inferiores depende do respeito aos limites formais e materiais traçados pela Carta Magna.
O legislador constituinte de 1988, ao criar o novo sistema previdenciário público, agora sob o manto constitucional, erigiu normas constitucionais de eficácia plena, de eficácia limitada e algumas outras de evidente caráter transitório.
Entre as regras constitucionais de eficácia limitada, que dependem de lei específica para sua incidência, encontra-se a estatuída no artigo 202, caput, da CF/88.
Somente com o advento da Lei n° 8.213/91 é que o cálculo da renda mensal inicial passou a ser feito através do critério constitucional, com a média dos trinta e seis últimos salários de contribuição, corrigidos monetariamente mês a mês.
Assim, com o advento do novo sistema previdenciário, inaugurado com a Constituição de 1988, passaram a existir diferentes categorias de segurados da previdência social, cujo fator de diferenciação é justamente a época da concessão do benefício.
Os benefícios concedidos antes de 05/10/88 sob a égide da CLPS (Decreto 89.312/84) e da CF de 1967/69, não estão dentre os que comportam a incidência da Lei n° 8213/91 no tocante ao cálculo da renda mensal inicial, devido à inaplicabilidade da espécie normativa aos seus benefícios, em respeito ao Princípio da Irretroatividade das leis.
Estes benefícios, pois, respeitam o mandamento constitucional e legal vigente à época da concessão. Mas isto não significa que o legislador constituinte os tenha esquecido ao criar o novo sistema constitucional previdenciário.
Ao contrário, o Texto Magno de 1988, em suas regras transitórias, agraciou os beneficiários da então previdência pública, com a regra estatuída no seu artigo 58, que criou a equivalência salarial:
"Os benefícios de prestação continuada, mantidos pela previdência social na data da promulgação da Constituição, terão seus valores revistos, a fim de que seja restabelecido o poder aquisitivo, expresso em número de salários mínimos, que tinham na data de sua concessão, obedecendo-se a esse critério de atualização até a implantação do plano de custeio e benefícios referidos no artigo seguinte".
Porém, para os obtidos a partir de 05.04.91, a fixação da renda mensal inicial respeitou os ditames do artigo 202, caput, da CF/88, com a redação original, em conformidade com o artigo 29 da Lei n. 8.213/91.
No entanto, restou um período, chamado de "buraco negro", onde o segurado contemplado com a concessão de benefício previdenciário ficou em uma situação única: não fazia jus aos benefícios do artigo 58 do ADCT, porque seu benefício não estava em manutenção em 05.10.88; e não fazia jus ao critério do artigo 202, caput, da CF/88, porque não sendo auto-aplicável essa norma constitucional, dependia de lei para seu exercício, que só veio a ser editada em julho de 1991, com eficácia a partir de 05.04.91.
Visando a solucionar esse impasse é que o legislador infraconstitucional editou o comando do artigo 144 da Lei n. 8.213/91, determinando o seguinte:
"Até 01.06.92, todos os benefícios de prestação continuada concedidos pela previdência social, entre 05 de outubro de 1988 e 05 de abril de 1991, devem ter sua renda mensal inicial recalculada e reajustada, de acordo com as regras estabelecidas nesta lei".
Apesar de determinada a revisão das rendas mensais iniciais na forma da Lei n° 8.213/91, os reflexos patrimoniais somente ocorreram a partir de 01.06.92, por força do parágrafo único da norma legal referida, que reza o seguinte:
"A renda mensal recalculada de acordo com o disposto no caput deste artigo, substituirá para todos os efeitos a que prevalecia até então, não sendo devido, entretanto, o pagamento de quaisquer diferenças decorrentes da aplicação deste artigo referentes às competências de outubro de 1988 a maio de 1992".
Esse foi o critério legal erigido pelo legislador ordinário, que deve ser observado e aplicado pela autoridade encarregada da concessão e revisão dos benefícios e que não pode ser afastado pelo Poder Judiciário ou substituído por outro mais benéfico aos segurados.
Por fim, há que ser lembrado igualmente o disposto no art. 145 da Lei n° 8.213/91, in verbis:
"Os efeitos desta lei retroagirão a 5 de abril de 1991, devendo os benefícios de prestação continuada concedidos pela Previdência Social a partir de então, terem, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, suas rendas mensais iniciais recalculadas e atualizadas de acordo com as regras estabelecidas nesta lei.
Parágrafo único. As rendas mensais resultantes da aplicação do disposto neste artigo, substituirão, para todos os efeitos, as que prevaleciam até então, devendo as diferenças de valor apuradas serem pagas, a partir do dia seguinte ao término do prazo estipulado no caput deste artigo, em artigo, em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais consecutivas reajustadas nas mesmas épocas e na mesma proporção em que forem reajustados os benefícios de prestação continuada da Previdência Social".
Portanto, para os benefícios concedidos entre 05/10/88 e 05/04/91, os critérios para a revisão da renda mensal inicial, a serem observados pela autarquia, são os previstos nos artigos 144 e 145 da Lei 8213/91, por expressa previsão legal que permitiu a retroatividade da lei ordinária nesse aspecto.
Como a DIB da aposentadoria por idade da parte autora data de 02/12/1988, o benefício já teve a renda mensal recalculada e reajustada, inclusive porque também concedido no "buraco negro", nada havendo nos autos que indique a ausência de ação do INSS nesse sentido.
De qualquer forma, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (RE 193.456/RS, julg. 26.02.97, DJU de 07.11.97), firmou entendimento de que o preceito original do art. 202 da CF/88, para ter eficácia, depende de normatização infraconstitucional mediante a elaboração dos Planos de Benefícios e Custeio da Previdência Social, o que veio a ocorrer com a edição das Leis 8.212/91 e 8.213/91, normas sem as quais a vontade da Lei Maior não se cumpria.
Referida norma não é auto-aplicável, portanto, e à lei infraconstitucional competia estabelecer os critérios de aplicação dos preceitos genericamente dispostos na Constituição Federal. Se assim foi, por muito mais razão não se poderá falar em retroação da norma constitucional aos benefícios concedidos anteriormente a sua vigência.
No mesmo sentido da inviabilidade da pretensão da autora, os seguintes julgados:
"Previdenciário: revisão de benefício. Renda mensal inicial. Teto do valor-de-benefício. Súmula 260 do extinto TFR. Honorários advocatícios. Correção monetária.
I - Aos benefícios concedidos após 05.10.88, aplica-se o disposto no art. 202, caput, CF/88, por se tratar de norma de eficácia plena e aplicabilidade imediata.
II - Esse dispositivo constitucional assegura renda mensal inicial com base na média dos trinta e seis últimos salários de contribuição, sem limitações relativas ao valor do salário-de-benefício.
III - É inaplicável a Súmula 260 do extinto TFR, uma vez que o reajuste proporcional não ofenda a Lei n. 8.213/91.
....."
(Ac. unân. da 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na AC 94.03.022422-3-SP, rel. Juiz Aricê Amaral, j. 2.2.99, DJU II de 7.4.99, p. 199).
"PREVIDENCIÁRIO. Revisão. Salário-de-contribuição. Atualização. Benefício anterior à CF/88. Lei nº 6.423/77. Variação nominal da ORTN/OTN. Aplicação. Benefícios concedidos após a CF/88 e antes da vigência da Lei n.º 8.213/91. Cálculo. Renda mensal inicial. Constituição Federal, art. 202. Auto-aplicabilidade. Expurgos inflacionários. Inclusão. Indevida.
- O Supremo Tribunal Federal, por decisão plenária, interpretando o artigo 202 da Carta Magna, que estabelece a fórmula do cálculo do valor inicial da aposentadoria previdenciária pela média dos trinta e seis últimos salários de contribuição, proclamou o entendimento de que seu comando requer normatização infraconstitucional mediante a elaboração dos Planos de Benefício e Custeio da Previdência Social para ser aplicado.
- O Superior Tribunal de Justiça tem prestigiado a tese de que, no regime anterior à Lei nº 8.213/91, os salários-de-contribuição anteriores aos últimos doze meses, para efeito de cálculo de aposentadoria por idade ou por tempo de serviço, devem ser corrigidos pelo índice de variação nominal da ORTN/OTN (REsp 57.715-2/SP, Rel. Min. Costa Lima, in DJ de 06.03.1995).
- Descabe a inclusão dos expurgos inflacionários na atualização dos salários-de-contribuição, para fins de cálculo da renda mensal inicial do benefício, devendo-se aplicar o índice previsto na legislação pertinente.
- Recurso especial parcialmente conhecido e nesta extensão provido" (grifo nosso, STJ, 6a Turma, RESP 211253, DJ 15/05/2000, p. 00211, rel. Min. Vicente Leal).
DA EQUIVALÊNCIA SALARIAL
Quanto à equivalência salarial no benefício da parte autora, em nenhum momento o art. 58 do ADCT determinou que a revisão fosse feita a partir da promulgação da Constituição.
Trata-se de aposentadoria concedida em período posterior à Constituição Federal de 1988, não há de se falar na aplicação de referida norma constitucional transitória.
Os benefícios que já estivessem em manutenção na data da promulgação da Constituição Federal foram conformados à regra do artigo 58 do ADCT, que estabeleceu:

"Os benefícios de prestação continuada, mantidos pela Previdência Social na data da promulgação da Constituição terão seus valores revistos, a fim de que seja restabelecido o poder aquisitivo, expresso em salários mínimos, que tinha na data de sua concessão, obedecendo-se esse critério de atualização até a implantação do plano de custeio e de benefícios referidos no artigo seguinte.
Parágrafo único. As prestações mensais dos benefícios atualizadas de acordo com este artigo serão devidas e pagas a partir do sétimo mês a contar da promulgação da Constituição."(grifo não constante do original)
No presente caso, o benefício da autora não era mantido pela Previdência Social na data de promulgação da Constituição Federal, mas foi concedido após o advento desta, não fazendo jus à revisão do art. 58 do ADCT.
Nesse sentido já se manifestou o E. STF:
BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO - ARTIGO 58 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS DA CARTA DE 1988 - INCIDÊNCIA - LIMITAÇÃO. Pacificou-se a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de o texto do artigo 58 do Ato das Disposições Transitórias da Carta de 1988 apenas ser adequado a benefícios outorgados em data anterior à promulgação do diploma. Precedente: Recurso Extraordinário nº 199.994-2/SP, com acórdão redigido pelo ministro Maurício Corrêa e publicado no Diário da Justiça de 12 de novembro de 1999 (AR 1444 / SP - SÃO PAULO AÇÃO RESCISÓRIA Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO Revisor(a): Min. ELLEN GRACIE Julgamento: 02/02/2006 Órgão Julgador: Tribunal Pleno Publicação: DJ 17-03-2006 PP-00005 EMENT VOL-02225-01 PP-00137, LEXSTF v. 28, n. 328, 2006, p. 125-132)
BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 202 DA C.F. (REDAÇÃO ORIGINAL). AUTO-APLICABILIDADE NÃO RECONHECIDA PELO STF. ART. 58 DO ADCT. BENEFÍCIO POSTERIOR À PROMULGAÇÃO DA CARTA. PRECEDENTES. Despacho que, ao negar seguimento a recurso extraordinário, está de acordo com a jurisprudência pacífica desta Corte. Agravo regimental desprovido (RE-AgR 205058 / RS - RIO GRANDE DO SUL
AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO Relator(a): Min. ILMAR GALVÃO Julgamento: 13/03/2001 Órgão Julgador: Primeira Turma, Publicação DJ 18-05-2001 PP-00079 EMENT VOL-02030-04 PP-00683).
Por fim, a súmula nº 687 do Pretório Excelso assim estabelece:
"A REVISÃO DE QUE TRATA O ART. 58 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS NÃO SE APLICA AOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS CONCEDIDOS APÓS A PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DE 1988".
Assim sendo, tendo sido os reajustes do benefício da autora efetuado sob o manto da legislação previdenciária, compatível com os preceitos constitucionais, nenhuma diferença da renda mensal lhe é devida, sob tal fundamento.
DA IMPOSSIBILIDADE DA VINCULAÇÃO DA RENDA MENSAL COM O SALÁRIO MÍNIMO
O princípio da preservação do valor real dos benefícios, previsto atualmente no art. 201, § 4o, da Constituição Federal, pressupõe a regulamentação do fenômeno por meio de lei ordinária.
Nem a Constituição, nem as leis dão guarida à pretensão da autora, de calcular o valor da renda mensal com base no número de salários mínimos.
A fórmula consistente em converter o salário-de-contribuição ou a renda mensal em salários mínimos não é admitida pelo ordenamento jurídico, diante do que dispõe o art. 28 da Lei n° 8.213/91, nem o foi na legislação anterior, à luz da Lei n° 3.807/60 e alterações posteriores.
A ausência de critério jurídico viável para a correção da hipotética ilegalidade praticada também constitui motivo para o improvimento do apelo.
Há que se mencionar, outrossim, o disposto no art. 7o, IV, da Constituição Federal, que veda a vinculação do salário mínimo para qualquer fim.
A exceção a tal regra está na própria Constituição, tratando-se do art. 58 do ADCT, que determinou a correção dos benefícios pelo número de salários mínimos.
Porém, tal critério só vigorou de 05/04/89 até 09/12/91, consoante preleciona a súmula nº 18 deste egrégio TRF da 3a Região.
Assim, tal revisão administrativa já é regra temporária, passageira, tendo sido ao depois sucedida pela Lei n° 8.213/91, que trouxe os índices pertinentes no art. 41.
Inviável, portanto, tal pedido da autora, de acordo com o seguinte acórdão:
"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO. REVISÃO. INCLUSÃO DO PERCENTUAL DE 147,06% E DO ABONO DE 54,60% PREVISTO NO ARTIGO 146 DA LEI Nº 8.213/91. IMPOSSIBILIDADE. BENEFÍCIO DEFERIDO SOB A ÉGIDE DA LEI 8.213/91. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CPC. NÃO CONHECIMENTO. SÚMULA Nº 284/STF.
(...)
4. Inexiste amparo legal ou constitucional para que o salário-de-benefício tenha valor equivalente à média dos 36 últimos salários-de-contribuição expressos em número de salários mínimos, até porque a Constituição da República, no seu artigo 7º, inciso IV, veda a vinculação do salário mínimo para qualquer fim.
(...)
6. Recurso parcialmente conhecido e improvido (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, RESP - 530228, Processo: 200300719285/RS, SEXTA TURMA, data da decisão: 26/08/2003, DJ 22/09/2003, p. 408, HAMILTON CARVALHIDO).
De resto, a Constituição Federal, em seu art. 201, parágrafo 2º, conferiu o direito ao segurado de obter reajuste de seus benefícios de modo a preservar o seu valor real, não vinculando em nenhum momento os reajustes ao número de salários mínimos.
Conseqüentemente, o critério de reajuste do benefício previdenciário previsto na Lei nº 8.213/91 e legislação subseqüente, não fere o dispositivo constitucional mencionado.
A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, no tema, é pacífica:
"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE CÁLCULO DE BENEFÍCIO. PLANO DE CUSTEIO E BENEFÍCIOS. EQUIVALÊNCIA SALARIA. ART. 41, DA LEI 8.213.
Descabida a aplicação do princípio da equivalência salarial com o número de salários mínimos na vigência da Lei 8.213, pois a própria Lei, em seu art. 41, incisos I e II, estabelece a formula do cálculo do valor inicial da aposentadoria e dita regras para seu reajustamento.
Precedentes
Recurso não conhecido". (REsp. nº 354105/RS, Relator Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, 5ª Turma, j. 06/08/2002. DJ 02/09/2002, p. 225).
Ressalta-se que a legislação não garante, no cálculo da renda mensal inicial, correspondência nenhuma entre o salário-de-benefício e o patamar de contribuições efetivadas, nem há qualquer autorização legal para que isto se observe nos reajustes dos benefícios.
Neste sentido, decidiu o egrégio Superior Tribunal de Justiça:
"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. REAJUSTE DE BENEFÍCIO. EQUIVALÊNCIA SALARIAL. IMPOSSIBILIDADE. ART. 58 DO ADCT. INPC. LEI 8.213/91. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.
1. Não há direito à equivalência entre o valor do salário-de-contribuição utilizado na escala-base do cálculo das contribuições previdenciária e a renda mensal inicial do benefício. Tal manutenção dos benefícios em números de salários limitou-se ao período de vigência do art. 58 do ADCT.
2. Sob a égide da Lei nº 8.213/91, os benefícios previdenciário devem ser reajustados pelo INPC e pelos índices que o sucederam.
3. Agravo regimental desprovido". (AGA nº 528797/MG, Relatora Ministra LAURITA VAZ, 5ª Turma, j. 01/04/04, DJU 17/05/04, p. 274).
DISPOSITIVO
Diante do exposto, nos termos do artigo 557, caput, do Código de Processo Civil, DOU PROVIMENTO À APELAÇÃO DO INSS, para reformar a sentença e julgar improcedente o pedido, com resolução do mérito, na forma do art. 269, I, do Código de Processo Civil.
Em razão da sucumbência, arcará a parte autora com o pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa devidamente atualizado.
Decorrido o prazo recursal, tornem os autos à Vara de origem.
Publique-se e intime-se.
São Paulo, 19 de março de 2007.

RODRIGO ZACHARIAS
Juiz Convocado
Relator

PROC.	:	1999.03.99.061453-5 AC 505902
ORIG.	:	9800001051 2 Vr PIRAJU/SP
APTE	:	ROSA RODRIGUES TANNI
ADV	:	NILZE MARIA PINHEIRO ARANHA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUIZ ANTONIO LOPES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. RODRIGO ZACHARIAS / SÉTIMA TURMA

Vistos,
Trata-se de apelação interposta em face da r. sentença de f. 214, proferida em 03.02.2002, que julgou extinta a execução por considerar ter o INSS cumprido a obrigação, na forma do art. 794, I, do Código de Processo Civil.
Inconformada, alega a autora, em suas razões de apelação, ter direito a um crédito remanescente, em virtude de juros e correção monetária incidentes sobre o precatório pago.
O INSS apresentou contra-razões, onde pugna a manutenção da sentença.
Após, os autos subiram a esta Corte, onde foram redistribuídos a esta 7ª Turma.
É o relatório.
DECIDO
Na forma do artigo 557 do Código de Processo Civil, poderá o relator negar ou dar provimento a recurso, de acordo com as hipóteses assinaladas em referido dispositivo legal, regra aplicável ao presente caso.
Trata-se de processo extinto nos moldes do art. 794, I, do CPC, em que a parte recorrente, em seu recurso, alega haver remanescente ainda a ser pago.
Conheço da apelação, uma vez presentes os requisitos de admissibilidade.
Quanto aos juros, de antemão, é preciso consignar que, nos autos do Recurso Extraordinário nº 298.616, julgado em 31/10/2002, o Plenário do C. Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, deu provimento ao recurso, nos termos do voto do Ministro Relator Gilmar Mendes.
Em razão desse julgamento, o entendimento anteriormente esposado pelo Pretório Excelso foi modificado, concluindo-se pela não-incidência de juros de mora em sede de precatório complementar, entendimento esse ao qual aderi.
Porém - não obstante o meu entendimento pessoal de não incidirem juros de mora durante o trâmite do precatório quando observado o prazo constitucionalmente previsto para o seu pagamento - esta e. 7A Turma firmou posição de serem devidos os juros de mora entre a data da conta de liquidação e a data da inscrição de seu pagamento no orçamento (01/07), uma vez que tal período não está compreendido no disposto pelo parágrafo 1º, do artigo 100, da Constituição Federal.
Aliás, tal entendimento foi consolidado no Recurso Extraordinário nº 298.616, julgado em 31/10/2002, pelo Plenário do C. Supremo Tribunal Federal.
Nota-se que o pagamento do débito não ocorreu por meio de precatório, mas de RPV. Considera-se Requisição de Pequeno Valor aquela relativa a crédito cujo valor atualizado, por beneficiário, seja igual ou inferior a sessenta salários mínimos, se devedora for a Fazenda Pública Federal (art. 2ª, I, da Resolução nº 373/2004, do CJF).
Ipso facto, não há incidência de juros de mora a partir do recebimento pelo INSS da requisição do valor, uma vez que não há mora a partir daí (art. 6º, § único, da Resolução nº 373/2004, do CJF).
Sendo assim, no período compreendido entre a obrigatória requisição da verba necessária ao pagamento dos débitos das entidades de direito público e a data máxima estipulada para a efetivação de tal pagamento, em 60 (sessenta dias), não há que se falar em juros.
Nesse sentido:
AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRECATÓRIO COMPLEMENTAR E REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR. SALDO REMANESCENTE. JUROS DE MORA. PERÍODO DE INCIDÊNCIA. EC Nº 30/2000. PARÁGRAFO 1º DO ART. 100 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA.
I - Considera-se Requisição de Pequeno Valor - RPV aquela relativa a crédito cujo valor atualizado, por beneficiário, seja igual ou inferior a sessenta salários mínimos, se devedora for a Fazenda Pública Federal (art. 2ª, I, da Resolução nº 373/2004, do CJF).
II - Pela redação dada ao § 1º do artigo 100 da CF pela Emenda Constitucional nº 30/2000, a não-incidência de juros de mora, em face da determinação de atualização puramente monetária, deve ater-se ao período compreendido entre a obrigatória requisição da verba necessária ao pagamento dos débitos das entidades de direito público e a data máxima estipulada para a efetivação de tal pagamento.
III - Assim, conclui-se que, por vontade do legislador ao definir a atualização como sendo puramente monetária, não são devidos juros de mora dentro do prazo previsto para o pagamento.
IV - Nos casos de pagamento por RPV, não incidem juros de mora no prazo de sessenta dias estabelecido para o efetivo depósito (art. 6º, § ún., da Resolução nº 373/2004, do CJF). Já no caso dos precatórios, a não-incidência de juros de mora deve ater-se ao período compreendido entre 1º de julho (data da inclusão da verba necessária ao pagamento dos débitos no orçamento) e a data máxima estipulada para a efetivação de tal pagamento.
V - Em se tratando de pagamento extemporâneo, o INSS passa a incorrer em mora relativamente ao saldo remanescente. Portanto, perfeitamente cabível a incidência de juros moratórios, exclusivamente quanto ao saldo remanescente em caso de pagamento extemporâneo, ou seja, após os sessenta dias para os pagamentos por RPV e a partir de 1º de janeiro do ano seguinte ao que o crédito deveria ser pago, para os pagamentos por precatório.
VI - Para fins de atualização monetária do débito, até a data da inclusão do crédito no orçamento (1º/07) é aplicável o IGP-DI, conforme disposto no Provimento nº 26 da Corregedoria Geral da Justiça Federal da 3ª Região. Dessa data em diante, até mesmo em relação a eventuais pagamentos complementares, a correção monetária seguirá a orientação traçada pela Resolução nº 373/04 do Conselho da Justiça Federal, que prevê o IPCA-E como fator de atualização.
VII -Agravo parcialmente provido (TRIBUNAL - TERCEIRA REGIÃO Classe: AG - AGRAVO DE INSTRUMENTO - 209482 Processo: 2004.03.00.031304-2 UF: SP Orgão Julgador: SÉTIMA TURMA data da Decisão: 27/06/2005, DJU DATA:10/08/2005 PÁGINA: 385 JUIZ WALTER DO AMARAL).
No caso, a RPV foi expedida em 12.12.2001 (f. 174 v.º), ao passo que em 23.08.2002 foi comunicado, pela Presidência desta e. Tribunal Regional da 3ª Região, o depósito da quantia (f. 183).
A outra controvérsia refere-se à forma de cálculo da correção monetária dos valores pagos no precatório.
Nesse ponto, vinha me manifestando no sentido de que a correção monetária deve obedecer ao disposto no art. 18, da Lei nº 8.870/94, sendo convertido o valor da condenação em UFIR na data do cálculo e atualizado por esse indexador até a data do depósito.
Mas, como a UFIR foi extinta em 26/10/2000 pelo art. 29 § 3º da Medida Provisória nº 1973/67, a condenação deve passar a ser atualizada pelo IPCA-E, conforme previsto na Resolução nº 242 do Conselho da Justiça Federal, que deu origem à edição do "Novo Manual de Orientação de Cálculos da Justiça Federal" e ao Provimento 26 da Corregedoria da Justiça Federal da 3ª Região.
O aludido manual traz, em seu capítulo VI, diretrizes e explicações sobre os indicadores a serem utilizados ao longo dos anos, nos cálculos realizados em precatórios expedidos nos processos que versem, inclusive, sobre matéria previdenciária.
Porém, esta e. 7a Turma vem apresentando entendimento parcialmente divergente, de modo a determinar a aplicação do IGP até a data da requisição do pagamento e, a partir daí, utilizando-se o IPCA-E.
Nesse diapasão:
PREVIDENCIÁRIO. EXECUÇÃO. REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR. SALDO REMANESCENTE. juros DE MORA. PERÍODO DE INCIDÊNCIA. RESOLUÇÃO 373 DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. CORREÇÃO MONETÁRIA.
1. Considera-se Requisição de Pequeno Valor - RPV aquela relativa a crédito cujo valor atualizado, por beneficiário, seja igual ou inferior a sessenta salários mínimos, se devedora for a Fazenda Pública Federal (art. 2ª, I, da Resolução nº 373/2004, do CJF).
2. Conclui-se que, por vontade do legislador ao definir a atualização como sendo puramente monetária, não são devidos juros de mora dentro do prazo previsto para o pagamento.

3. Pela redação dada ao § 1º do artigo 100 da CF, a não-incidência de juros de mora, em face da determinação de atualização puramente monetária, deve ater-se ao período compreendido entre a obrigatória requisição da verba necessária ao pagamento dos débitos das entidades de direito público e a data máxima estipulada para a efetivação de tal pagamento.
4. Para fins de atualização monetária do débito, até a data da requisição, aplicável o IGP-DI, conforme disposto na Resolução nº 242 do Conselho da Justiça Federal. Após essa data, a correção monetária seguirá a orientação traçada pela Resolução nº 373/04 do Conselho da Justiça Federal, que prevê o IPCA-E como fator de atualização.
5. Recurso parcialmente provido (TRIBUNAL - TERCEIRA REGIÃO Classe: AC - APELAÇÃO CIVEL - 595838 Processo: 2000.03.99.030503-8
UF: SP Orgão Julgador: SÉTIMA TURMA Data da Decisão: 16/05/2005 DJU DATA:07/07/2005 PÁGINA: 268 JUIZ WALTER DO AMARAL).
Caberá ao MM Juízo a quo apurar as datas pertinentes e determinar a realização de cálculos para apurar o eventual saldo remanescente, expedindo, se o caso, a derradeira RPV.
Ante o exposto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, DOU PARCIAL PROVIMENTO à APELAÇÃO Da parte AUTORa, para anular a sentença e determinar realização de novos cálculos, por contador do Juízo ou nomeado, nos termos seguintes: a) aplicação do IGP-DI até a data da requisição de pagamento; b) após, a aplicação do IPCA-E; c) que os juros sejam calculados até a data da expedição do ofício da RPV, obstando-se a inclusão dos juros por 60 (sessenta dias), e tornando-se a incluí-los, após.
Publique-se e intime-se.
São Paulo, 20 de março de 2007.

RODRIGO ZACHARIAS
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2003.03.99.002346-0 AC 851479
ORIG.	:	0000001526 2 Vr BARRA BONITA/SP
APTE	:	DURVALINO USTULIN
ADV	:	ULIANE TAVARES RODRIGUES
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RAQUEL CARRARA MIRANDA DE ALMEIDA PRADO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. RODRIGO ZACHARIAS / SÉTIMA TURMA

Vistos,
Trata-se de apelação interposta em face da r. sentença de f. 228, proferida em 27.04.2005, que julgou extinta a execução por considerar ter o INSS cumprido a obrigação, na forma do art. 794, I, do Código de Processo Civil.
Inconformado, alega o autor, em suas razões de apelação, ter direito a um crédito remanescente, em virtude de juros e correção monetária incidentes sobre o precatório pago.
O INSS apresentou contra-razões, onde pugna a manutenção da sentença.
Após, os autos subiram a esta Corte, onde foram redistribuídos a esta 7ª Turma.
É o relatório.
DECIDO
Na forma do artigo 557 do Código de Processo Civil, poderá o relator negar ou dar provimento a recurso, de acordo com as hipóteses assinaladas em referido dispositivo legal, regra aplicável ao presente caso.
Trata-se de processo extinto nos moldes do art. 794, I, do CPC, em que a parte recorrente, em seu recurso, alega haver remanescente ainda a ser pago.
Conheço da apelação, uma vez presentes os requisitos de admissibilidade.
Quanto aos juros, de antemão, é preciso consignar que, nos autos do Recurso Extraordinário nº 298.616, julgado em 31/10/2002, o Plenário do C. Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, deu provimento ao recurso, nos termos do voto do Ministro Relator Gilmar Mendes.
Em razão desse julgamento, o entendimento anteriormente esposado pelo Pretório Excelso foi modificado, concluindo-se pela não-incidência de juros de mora em sede de precatório complementar, entendimento esse ao qual aderi.
Porém - não obstante o meu entendimento pessoal de não incidirem juros de mora durante o trâmite do precatório quando observado o prazo constitucionalmente previsto para o seu pagamento - esta e. 7A Turma firmou posição de serem devidos os juros de mora entre a data da conta de liquidação e a data da inscrição de seu pagamento no orçamento (01/07), uma vez que tal período não está compreendido no disposto pelo parágrafo 1º, do artigo 100, da Constituição Federal.
Aliás, tal entendimento foi consolidado no Recurso Extraordinário nº 298.616, julgado em 31/10/2002, pelo Plenário do C. Supremo Tribunal Federal.
Nota-se que o pagamento do débito não ocorreu por meio de precatório, mas de RPV. Considera-se Requisição de Pequeno Valor aquela relativa a crédito cujo valor atualizado, por beneficiário, seja igual ou inferior a sessenta salários mínimos, se devedora for a Fazenda Pública Federal (art. 2ª, I, da Resolução nº 373/2004, do CJF).
Ipso facto, não há incidência de juros de mora a partir do recebimento pelo INSS da requisição do valor, uma vez que não há mora a partir daí (art. 6º, § único, da Resolução nº 373/2004, do CJF).
Sendo assim, no período compreendido entre a obrigatória requisição da verba necessária ao pagamento dos débitos das entidades de direito público e a data máxima estipulada para a efetivação de tal pagamento, em 60 (sessenta dias), não há que se falar em juros.
Nesse sentido:
AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRECATÓRIO COMPLEMENTAR E REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR. SALDO REMANESCENTE. JUROS DE MORA. PERÍODO DE INCIDÊNCIA. EC Nº 30/2000. PARÁGRAFO 1º DO ART. 100 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA.
I - Considera-se Requisição de Pequeno Valor - RPV aquela relativa a crédito cujo valor atualizado, por beneficiário, seja igual ou inferior a sessenta salários mínimos, se devedora for a Fazenda Pública Federal (art. 2ª, I, da Resolução nº 373/2004, do CJF).
II - Pela redação dada ao § 1º do artigo 100 da CF pela Emenda Constitucional nº 30/2000, a não-incidência de juros de mora, em face da determinação de atualização puramente monetária, deve ater-se ao período compreendido entre a obrigatória requisição da verba necessária ao pagamento dos débitos das entidades de direito público e a data máxima estipulada para a efetivação de tal pagamento.
III - Assim, conclui-se que, por vontade do legislador ao definir a atualização como sendo puramente monetária, não são devidos juros de mora dentro do prazo previsto para o pagamento.
IV - Nos casos de pagamento por RPV, não incidem juros de mora no prazo de sessenta dias estabelecido para o efetivo depósito (art. 6º, § ún., da Resolução nº 373/2004, do CJF). Já no caso dos precatórios, a não-incidência de juros de mora deve ater-se ao período compreendido entre 1º de julho (data da inclusão da verba necessária ao pagamento dos débitos no orçamento) e a data máxima estipulada para a efetivação de tal pagamento.
V - Em se tratando de pagamento extemporâneo, o INSS passa a incorrer em mora relativamente ao saldo remanescente. Portanto, perfeitamente cabível a incidência de juros moratórios, exclusivamente quanto ao saldo remanescente em caso de pagamento extemporâneo, ou seja, após os sessenta dias para os pagamentos por RPV e a partir de 1º de janeiro do ano seguinte ao que o crédito deveria ser pago, para os pagamentos por precatório.
VI - Para fins de atualização monetária do débito, até a data da inclusão do crédito no orçamento (1º/07) é aplicável o IGP-DI, conforme disposto no Provimento nº 26 da Corregedoria Geral da Justiça Federal da 3ª Região. Dessa data em diante, até mesmo em relação a eventuais pagamentos complementares, a correção monetária seguirá a orientação traçada pela Resolução nº 373/04 do Conselho da Justiça Federal, que prevê o IPCA-E como fator de atualização.
VII -Agravo parcialmente provido (TRIBUNAL - TERCEIRA REGIÃO Classe: AG - AGRAVO DE INSTRUMENTO - 209482 Processo: 2004.03.00.031304-2 UF: SP Orgão Julgador: SÉTIMA TURMA data da Decisão: 27/06/2005, DJU DATA:10/08/2005 PÁGINA: 385 JUIZ WALTER DO AMARAL).
No caso, a RPV foi expedida em 19.05.2004 (f. 168 v.º), ao passo que em 27.10.2004 foi comunicado, pela Presidência desta e. Tribunal Regional da 3ª Região, o depósito da quantia (f. 176).
A outra controvérsia refere-se à forma de cálculo da correção monetária dos valores pagos no precatório.
Nesse ponto, vinha me manifestando no sentido de que a correção monetária deve obedecer ao disposto no art. 18, da Lei nº 8.870/94, sendo convertido o valor da condenação em UFIR na data do cálculo e atualizado por esse indexador até a data do depósito.
Mas, como a UFIR foi extinta em 26/10/2000 pelo art. 29 § 3º da Medida Provisória nº 1973/67, a condenação deve passar a ser atualizada pelo IPCA-E, conforme previsto na Resolução nº 242 do Conselho da Justiça Federal, que deu origem à edição do "Novo Manual de Orientação de Cálculos da Justiça Federal" e ao Provimento 26 da Corregedoria da Justiça Federal da 3ª Região.
O aludido manual traz, em seu capítulo VI, diretrizes e explicações sobre os indicadores a serem utilizados ao longo dos anos, nos cálculos realizados em precatórios expedidos nos processos que versem, inclusive, sobre matéria previdenciária.
Porém, esta e. 7a Turma vem apresentando entendimento parcialmente divergente, de modo a determinar a aplicação do IGP até a data da requisição do pagamento e, a partir daí, utilizando-se o IPCA-E.
Nesse diapasão:
PREVIDENCIÁRIO. EXECUÇÃO. REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR. SALDO REMANESCENTE. juros DE MORA. PERÍODO DE INCIDÊNCIA. RESOLUÇÃO 373 DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. CORREÇÃO MONETÁRIA.
1. Considera-se Requisição de Pequeno Valor - RPV aquela relativa a crédito cujo valor atualizado, por beneficiário, seja igual ou inferior a sessenta salários mínimos, se devedora for a Fazenda Pública Federal (art. 2ª, I, da Resolução nº 373/2004, do CJF).
2. Conclui-se que, por vontade do legislador ao definir a atualização como sendo puramente monetária, não são devidos juros de mora dentro do prazo previsto para o pagamento.
3. Pela redação dada ao § 1º do artigo 100 da CF, a não-incidência de juros de mora, em face da determinação de atualização puramente monetária, deve ater-se ao período compreendido entre a obrigatória requisição da verba necessária ao pagamento dos débitos das entidades de direito público e a data máxima estipulada para a efetivação de tal pagamento.
4. Para fins de atualização monetária do débito, até a data da requisição, aplicável o IGP-DI, conforme disposto na Resolução nº 242 do Conselho da Justiça Federal. Após essa data, a correção monetária seguirá a orientação traçada pela Resolução nº 373/04 do Conselho da Justiça Federal, que prevê o IPCA-E como fator de atualização.
5. Recurso parcialmente provido (TRIBUNAL - TERCEIRA REGIÃO Classe: AC - APELAÇÃO CIVEL - 595838 Processo: 2000.03.99.030503-8
UF: SP Orgão Julgador: SÉTIMA TURMA Data da Decisão: 16/05/2005 DJU DATA:07/07/2005 PÁGINA: 268 JUIZ WALTER DO AMARAL).
Caberá ao MM Juízo a quo apurar as datas pertinentes e determinar a realização de cálculos para apurar o eventual saldo remanescente, expedindo, se o caso, a derradeira RPV.
Ante o exposto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, DOU PARCIAL PROVIMENTO à APELAÇÃO Da parte AUTORa, para anular a sentença e determinar realização de novos cálculos, por contador do Juízo ou nomeado, nos termos seguintes: a) aplicação do IGP-DI até a data da requisição de pagamento; b) após, a aplicação do IPCA-E; c) que os juros sejam calculados até a data da expedição do ofício da RPV, obstando-se a inclusão dos juros por 60 (sessenta dias), e tornando-se a incluí-los, após.
Publique-se e intime-se.
São Paulo, 19 de março de 2007.

RODRIGO ZACHARIAS
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2003.61.14.002328-0 AC 953105
ORIG.	:	3 Vr SAO BERNARDO DO CAMPO/SP
APTE	:	CELIA ARACI DEMARCHI DE SOUZA
ADV	:	SIDNEI TRICARICO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	DANIELLE MONTEIRO PREZIA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE S B DO CAMPO SP
RELATOR	:	DES.FED. ANTONIO CEDENHO / SÉTIMA TURMA

Data início pagto/decisão TRF: 16/02/2007
Data Citação : 06/05/2003
Data Ajuizamento : 04/04/2003
Parte: CÉLIA ARACI DEMARCHI DE SOUZA
Nro. Benefício: 1254955981
Nro. Beneficio Falecido: 0674845218
Vistos, em decisão.
Recorrem as partes a este Tribunal de Apelação, correspondente à ação previdenciária que acolheu parcialmente o pedido para aplicar na correção monetária dos salários-de-contribuição do benefício concedido, a variação do IRSM relativa ao mês de fevereiro de 1994 (índice de 39,67%), conforme o disposto no § 1º do artigo 21 da Lei nº 8.880/94.
Além disso, o INSS foi condenado a pagar as diferenças decorrentes, observando o prazo prescricional de cinco anos, devidamente corrigidos monetariamente. Observando-se, outrossim, que a partir da vigência do Código Civil/2002, isto é, a partir de 11/01/2003, nos termos do art. 406 do CC/2002, os juros deverão refletir a taxa SELIC, aplicando-se, ainda, os critérios do Provimento nº 27/2001 da E. Corregedoria da 3ª Região. Com o transito em julgado, o INSS terá o prazo de 30 (trinta) dias para a implantação do novo valor da renda mensal inicial. Em face da sucumbência recíproca, houve condenação do autor e Réu ao pagamento de honorários advocatícios arbitrados no percentual de 10% sobre o valor da condenação, excluídas as prestações vincendas, nos termos da Súmula nº 111 do E. STJ, cabendo a cada parte o percentual de 50% (cinqüenta por cento), sendo que para o Autor beneficiário da Justiça Gratuita, o pagamento fica suspenso face à isenção prevista no artigo 11, § 2º e artigo 12 da Lei nº 1.060/50. Custas na forma da Lei. Remessa oficial determinada.
A Autora, interpôs embargos declaratórios às fls. 56/59, sustentando, em síntese, que houve contradição no r. decisum, requerendo, nesse sentido, que seja declarado que a incorporação do IRSM/IBGE da competência fevereiro/94 (39,67%), na atualização monetária de todos os salários-de-contribuição havidos anteriormente a 1º/03/94, bem como a incorporar a determinação do § 3º, do artigo 21, da Lei nº 8.880/94, com o pagamento de todas as diferenças em atraso, tanto no primeiro, como no atual benefício, respeitada a prescrição acolhida pela r. sentença de mérito, condenando-se o embargado ao pagamento das verbas de sucumbência sobre o total dos atrasados, diante da total procedência dos pedidos formulados.
Em decisão proferida às fls. 61/64, os embargos declaratórios foram rejeitados.
O INSS em suas razões recursais (fls. 66/76), requer a revisão do decisum (fls. 45/54), pugnando pela reforma da sentença, ou caso esta seja mantida, requer a alteração do termo inicial da contagem do prazo para a implantação da revisão do beneficio; alternativamente, seja alterado o prazo fixado, de 30 (trinta) para 45 (quarenta e cinco) dias; sejam os juros fixados em 0,5% ao mês ou, na pior das hipótese, em 1% ao mês, bem como seja afastada a aplicação da taxa SELIC no presente feito e, finalmente, seja determinada a compensação entre os litigantes dos honorários de sucumbência.
A Autora, a seu turno, interpôs recurso de apelação às fls. 78/82, requerendo a reforma parcial da r. sentença, a fim de que seja determinado a incorporação prevista no artigo 21, §3º, da Lei nº 8.880/94, bem como seja fixada a verba honorária sucumbencial de, no mínimo, 15% (quinze por cento) das parcelas vencidas até a liquidação da sentença.
Com contra-razões da Autora (fls. 84/93) e da Autarquia Previdenciária (fls. 95/97), os autos foram remetidos a esta E. Corte.
Por derradeiro, a Autora às fls. 10/102, requer a antecipação dos efeitos da Tutela pretendida.
Cumpre decidir.
De pronto, é bastante dizer que a matéria a examinar no recurso voluntário encontra-se pacificada no âmbito do Colendo Superior Tribunal de Justiça, sob o entendimento que na atualização monetária dos salários-de-contribuição para fins de apuração da renda mensal inicial do benefício, deve ser aplicado o IRSM de fevereiro de 1994 no percentual de 39,67%. Assim, é permitido concluir que o aludido apelo se apresenta em desconformidade com a jurisprudência daquele I. Tribunal, ensejando, conseqüentemente, a aplicação do disposto no artigo 557 do Código de Processo Civil, com a redação dada na Lei nº 9.756/98.

No tocante à remessa ex officio, cumpre observar que a edição de Súmulas Administrativas, tais como os enunciados da Advocacia-Geral da União, autorizados pelos artigos 4º e 43 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, dispensando os Procuradores de recorrerem de sentenças tendo como objeto matérias pacificadas, consideram também aplicável a regra do reexame necessário para estas sentenças. Neste sentido, consulte-se disposição da Medida Provisória nº 2180-35, de 24.8.2001:

"Art. 12. Não estão sujeitas ao duplo grau de jurisdição obrigatório as sentenças proferidas contra a União, suas autarquias e fundações públicas, quando a respeito da controvérsia o Advogado-Geral da União ou outro órgão administrativo competente houver súmula ou instrução normativa determinando a não interposição de recurso voluntário".

Na mesma linha de entendimento, veio a lume o Enunciado nº 11 da Advocacia Geral da União, datado de 19/07/04:

"A faculdade prevista no artigo 557 do Código de Processo Civil, de se negar seguimento, monocraticamente, a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com a súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou dos Tribunais Superiores, alcança também a remessa necessária."

Desse modo, outrossim, por bem há que se aplicar ao Reexame Necessário a regra estabelecida no artigo 557 do Código de Processo Civil, tal qual o E. Superior Tribunal de Justiça, expressou na Súmula 253, verbis:

"O artigo 557 do Código de Processo Civil, que autoriza o relator a decidir o recurso alcança o reexame necessário."

Convém acentuar que o ato jurisdicional compositivo do litígio, uma vez desfavorável ao INSS, está condicionado ao Reexame Obrigatório, para que possa ter confirmado os seus efeitos, como assevera o artigo 475 caput do Código de Processo Civil, não havendo como aplicar ao caso em comento, a exceção contida no § 2º do mesmo dispositivo processual, com redação oferecida por intermédio da Lei nº 10.532/01, que não permite o seguimento da Remessa Oficial em causas cuja alçada não seja excedente a 60 (sessenta) salários mínimos.

É que no feito em pauta, a estimativa do quanto devido depende de conta adequada, a ser eficazmente elaborada apenas depois da sentença, o que impossibilita prima facie estimar o valor da condenação de modo a aplicar tal limitação de alçada, fato que torna prevalente aqui a regra do inciso I do artigo 475 do citado pergaminho.

De outra feita, há que se examinar a aplicação da decadência e a prescrição na causa em foco.

Releva notar que, a instituição do prazo decadencial para o ato de revisão dos critérios relativos ao cálculo da Renda Mensal Inicial (RMI) dos benefícios previdenciários, apareceu de maneira novidadosa, com a 9ª reedição da Medida Provisória n° 1.523 de 27 de junho de 1997, a seguir convertida na Lei n° 9.528, de 10 de dezembro de 1997. Posteriormente, na Lei n° 9.711, de 20 de novembro de 1998, o caput do artigo 103 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, recebeu nova redação reduzindo o prazo decadencial inaugural de 10 (dez) para 05 (cinco) anos (resultante da conversão da Medida Provisória n° 1.663-14, de 24 de setembro de 1998). Com a edição da Medida Provisória nº 138/2003, esse prazo acabou sendo majorado mais uma vez para 10 anos. A referida MP foi convertida na Lei nº 10.839/04.

Estiva, portanto, da legislação sobredita que o prazo de decadência para a revisão da renda mensal inicial somente pode compreender as relações constituídas a partir de sua regência, porquanto ela não é expressamente retroativa, além de cuidar de instituto de direito material.

Na mesma linha, colhem-se, ademais, manifestações pretorianas:

"PROCESSUAL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO NÃO CARACTERIZADO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. PRAZO DECADENCIAL. ARTIGO 103 DA LEI 8.213/91, COM A REDAÇÃO DA MP 1.523/97 CONVERTIDA NA LEI 9.528/97 E ALTERADO PELA LEI 9.711/98. I - Desmerece conhecimento o recurso especial, quanto à alínea "c" do permissivo constitucional, visto que os acórdãos paradigmas se referem aos efeitos de lei processual, enquanto o instituto da decadência se insere no campo do direito material. II - O prazo decadencial do direito à revisão de ato de concessão de benefício previdenciário, instituído pela MP 1.523/97, convertida na Lei 9.528/97 e alterado pela Lei 9.711/98, não alcança os benefícios concedidos antes de 27.06.97, data da nona edição da MP 1.523/97. III - Recurso conhecido em parte e, nessa desprovido." (STJ - Resp n° 254.186/PR, 5ª Turma, Relator o Ministro Gilson Dipp, DJU de 27/08/2001).

"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO BENEFÍCIO. REVISÃO DA RENDA MENSAL INICIAL. PRAZO DECADENCIAL. ARTIGO 103 DA LEI Nº 8.213/91, COM REDAÇÃO DA MP Nº 1.523-97, CONVERTIDA NA LEI Nº 9.728/97. APLICAÇÃO ÀS RELAÇÕES JURÍDICAS CONSTITUÍDAS SOB A VIGÊNCIA DA NOVA LEI. 1. O prazo de decadência para revisão da renda mensal inicial do benefício previdenciário, estabelecida pela Medida Provisória nº 1.523/97, convertida na Lei nº 9.528-97, que alterou o artigo 103 da Lei nº 8.213/91, somente pode atingir as relações jurídicas constituídas a partir de sua vigência, vez que a norma não é expressamente retroativa e trata de instituto de direito material. 2. Precedentes. 3. Recurso especial não conhecido." (STJ - RESP 479964/RN; 6ª Turma; DJ: 10/11/2003 - PG: 00220; Rel. Min. Paulo Gallotti).

Visto esta, conseqüentemente, que em sendo a decadência instituto de direito material, não pode emprestar efeitos retroativos à legislação em exame, sob pena de evidente afronta ao estabelecido no artigo 6º da Lei de Introdução ao Código Civil, bem como ao artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal.

Além disso, registre-se que a regra da caducidade abarca apenas os critérios de revisão da renda mensal inicial, não podendo ser invocada para afastar ações revisionais que visam a correção de reajustes aplicados erroneamente às prestações previdenciárias. Nesses casos, o pagamento das diferenças apuradas encontrará como único obstáculo o lapso temporal abrangido pela prescrição - (artigo 103 da Lei nº 8.213/91, na sua redação original). Nessa tônica, já dispunha a Súmula 163, do extinto Tribunal Federal de Recursos: Nas relações jurídicas de trato sucessivo, em que a Fazenda Pública figure como devedora, somente prescrevem as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação.

A bem ver, por outro lado, um benefício implantado antes da ressaltada legislação estava desvinculado do fator tempo. In casu, a r. sentença acolheu a prescrição correspondente às prestações vencidas antes do qüinqüênio que precede a propositura da ação, na conformidade do verbete 85 do Colendo Superior Tribunal de Justiça.

No mérito, não é demais anotar, entrementes, que segundo a LEI MAIOR, em obediência ao disposto no artigo 201, §§ 3º e 4º e para atender ao determinado no artigo 202, este em sua redação anterior à edição da EC nº 20/98, os salários-de-contribuição considerados para cálculo de benefício deveriam ser atualizados na forma da lei e, na questão em debate, haveria de se observar a regra consoante a qual, para o cálculo da renda mensal inicial do benefício, seria utilizada a média aritmética simples dos 36 últimos salários-de-contribuição corrigidos de acordo com a redação então atribuída ao artigo 31, respeitado o contido nos artigos 29, § 2º e 33 da Lei de Benefícios Previdenciários (8.213/91).

Nos estilos deste Foro, aliás, o mesmo entendimento encontra-se tranqüilamente albergado:

"CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. CÁLCULO DA RENDA MENSAL INICIAL. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DOS SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO. INCLUSÃO DO IRSM DE FEVEREIRO DE 1994. TAXA SELIC. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

1-O artigo 31 da Lei nº 8.213/91, em sua primitiva redação, estabeleceu o INPC como índice de atualização dos salários-de-contribuição.

2-A Lei nº 8.542/92, por sua vez, passou a determinar que "a partir da referência janeiro de 1993, o IRSM substitui o INPC para todos os fins previstos nas Leis nos 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991", o que foi mantido pela Lei nº 8.700/93.

3-Com o advento da Lei 8.880/94, os salários-de-contribuição anteriores ao mês de março de 1994 devem ser atualizados pelo índice de 39,67%, relativo a fevereiro desse ano, nos termos da Resolução IBGE nº 20, publicada no DOU de 22 de março de 1994.

4-Inaplicável a taxa SELIC aos casos de revisão de benefício previdenciário.

5-Juros de mora fixados em 6% (seis por cento) ao ano, contados a partir da citação, conforme disposição inserta no artigo 219 do Código de Processo Civil, até a entrada em vigor da Lei nº 10.406/02, em 10 de janeiro de 2003 e, após, à razão de 1% (um por cento) ao mês, nos termos do artigo 406 do Código Civil, c.c. o artigo 161, § 1º, do Código Tributário Nacional.

6-Correção monetária das parcelas em atraso nos moldes do Provimento n.º 26/01 da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 3ª Região, da Lei n.º 6.899/81 e das Súmulas n.o 148 do Colendo Superior Tribunal de Justiça e n.º 08 deste Tribunal.

7-Honorários advocatícios mantidos em 10% (dez por cento), incidindo, entretanto, apenas sobre as parcelas devidas até a data da prolação da sentença, de acordo com o entendimento desta Turma.

8-Remessa oficial e apelação parcialmente providas." (Apelação Cível nº 2002.61.04.004338-0/SP - Relator Nelson Bernardes, DJU, 26.08.2004, p. 516).

"PREVIDENCIÁRIO - REVISIONAL DE BENEFÍCIO - SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO DE FEVEREIRO DE 1994 - INCIDÊNCIA DO IRSM - PEDIDO DE DIFERENÇA PERCENTUAL EXISTENTE ENTRE O SALÁRIO DE BENEFÍCIO E O TETO - INÉPCIA - PARCIAL PROCEDÊNCIA - PRESCRIÇÃO - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - CORREÇÃO MONETÁRIA - JUROS - CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS - ISENÇÃO - APELAÇÃO DA PARTE AUTORA PARCIALMENTE PROVIDA - RECURSO ADESIVO IMPROVIDO - Inaplicável à espécie o art. 103 da Lei 8213/91, com redação trazida pelas leis 9528/97 e 9711/98, uma vez que a novel legislação passa a ter efeitos tão-somente sobre os benefícios que vierem a se inicial sob sua égide, não podendo incidir sobre situações já consolidadas pelo direito adquirido - A concessão dos benefícios da parte autora se submete ao § 1º, do art. 21 da Lei 8880/94 que determinou a conversão em URV dos salários-de-contribuição anteriores a março/94, com a inclusão do percentual referente ao IRSM de fevereiro/94, que continha toda a variação inflacionária verificada no período compreendido entre o primeiro e o último dia deste mês. Assim, os salários-de-contribuição anteriores a março/94 devem ser corrigidos pelo IRSM, até o mês de fevereiro/94 (fixado em 39,67% pela resolução IBGE 20/94, publ. no DOU 22/3/94). - Não havendo causa de pedir atinente ao pleito de aplicação da diferença percentual existente entre o salário benefício e o teto, deve-se ter o mesmo por inepto. - Em se tratando de revisão de proventos, no que tange ao lapso prescricional indevidas as prestações vencidas anteriormente ao qüinqüênio que precede a propositura da ação - Honorários advocatícios fixados em 10% sobre o montante da condenação, nela compreendidas as parcelas vencidas até a data da r. sentença de primeiro grau, observando-se, quanto às prestações vincendas, o disposto na Súmula 111 do STJ. - A correção monetária deverá incidir consoante dispõem as Súmulas nº 148 do colendo STJ e 08 desta E. corte e Resolução n. 242, de 09-07-2001, do Conselho da Justiça Federal, que aprovou o Manual de Orientação de Procedimentos para Cálculos na Justiça Federal. - Juros moratórios computados a partir da citação, no percentual de 0,5% (meio por cento) ao mês. Após a data de início da vigência do Novo Código Civil, serão computados na forma do artigo 406 deste diploma legal, à razão de 1% (um por cento) ao mês. - As custas processuais não são devidas ante a isenção de que goza a autarquia, considerando também que a parte autora é beneficiária da Justiça Gratuita - Apelação da parte autora conhecida em parte e, na parte conhecida, parcialmente provida. Recurso adesivo improvido." (Apelação Cível nº 2001.61.26.000725-5/SP - Relatora Juíza Eva Regina, DJU, 27.11.2003, p. 448).

A jurisprudência vem consolidando este posicionamento, também, tal qual reflete, por exemplo, o julgado do Colendo Superior Tribunal de Justiça:

"PREVIDENCIÁRIO - RECURSO ESPECIAL - SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA - IRSM DE FEVEREIRO/94 (39,67). Na atualização monetária dos salários-de-contribuição de benefício concedido após março de 1994, deve-se computar os índices, mês a mês, com inclusão do IRSM de fevereiro/94 (39,67%). Precedentes. Recurso conhecido e provido." (Resp - 495203 - SP 2003/0015424-8 - Relator Ministro Jorge Scartezzini, DJ, 04/08/2003, p. 390).

Nesse rumo, tratando-se de questão pacificada no âmbito dos Tribunais, que culminou em inquestionável orientação pretoriana, é possível adotar, como visto, a regra estabelecida no artigo 557 do Código de Processo Civil, de modo a proporcionar decisão solitária do relator, visando, inclusive, não causar injúria ao princípio da celeridade processual.

E mais! Mercê da força aglutinante das decisões judiciais existentes sobre a matéria em pauta, a demonstrar que não havia motivos plausíveis para que a Previdência Social resistisse administrativamente à vigorosa posição pretoriana, o Governo Federal houve por bem em promover a edição da Medida provisória nº 201, de 23 de julho de 2004, acudindo presto, em autorizar a revisão dos benefícios previdenciários nos moldes preconizados pela justiça (artigo 1º).

O mea culpa estatal acabou sendo consolidado por meio da Lei nº 10.999, de 15 de dezembro de 2004, que substituiu literalmente a sobredita Norma Casual, inclusive, no que respeita as dolorosas regras que condicionam a revisão de tais benefícios a certas subservências.

Espancada qualquer dúvida em relação ao thema decidendum, resta consignar que a decisão de primeiro grau deve ser mantida, de maneira a permitir o recálculo da RMI considerando-se o IRSM referente ao mês de fevereiro de 1994 (na ordem de 39,67%).

A nova renda mensal inicial será apurada em sede de execução de sentença, oportunidade em que eventuais diferenças já pagas administrativamente deverão ser descontadas.

Quanto à limitação do valor do benefício ao teto previdenciário, já foi firmada a jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça, o que se verifica, por exemplo, nos seguintes julgados:

"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. CÁLCULO DO SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO. TETO-LIMITE. LEGALIDADE. ARTIGO 29, PARÁGRAFO 2º, DA LEI 8.213/91. ARTIGO 26 DA LEI 8.870/94. INAPLICABILIDADE.

(...)

2. A lei previdenciária, dando cumprimento ao artigo 202, caput, da Constituição Federal, determinou que o valor de qualquer benefício previdenciário de prestação continuada, à exceção do salário-família e salário-maternidade, será calculado com base no salário-de-benefício, que consiste na média aritmética dos últimos trinta e seis salários-de-contribuição, atualizados mês a mês, de acordo com a variação integral do INPC, sendo certo, ainda, que este não poderá ser inferior a um salário mínimo e nem superior ao do limite máximo do salário-de-contribuição na data do início do benefício (artigos 28, 29 e 31 da Lei nº 8.213/91).

3. De acordo com a lei previdenciária, a média aritmética dos últimos 36 salários-de-contribuição atualizados pelo INPC tem como produto o salário-de-benefício, que deverá ser restringido pelo teto máximo previsto no parágrafo 2º do artigo 29 da Lei nº 8.213/91, para só depois ser calculada a renda mensal inicial do benefício previdenciário.

4. Inexiste incompatibilidade entre as regras dos artigos 136 e 29, parágrafo 2º, da Lei 8.213/91, que visa, sim, preservar íntegro o valor da relação salário-de-contribuição/salário-de-benefício, não havendo falar, pois, em eliminação dos respectivos tetos.

Precedentes.

(...)

8. Recurso especial não conhecido."

(Resp nº 432060, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Sexta Turma, DJ, 19.12.2002, p. 490).

"PREVIDENCIÁRIO. VALOR INICIAL. BENEFÍCIO. TETO LIMITE. CONCESSÃO. ANTERIORIDADE. LEI Nº 8.213/91. RENDA MENSAL INCIAL. REVISÃO.

1. Os arts. 29, § 2º e 33 da Lei nº 8.213/91, dando cumprimento ao preceito constitucional previsto no art. 202, ao fixarem a forma de cálculo do valor inicial do benefício, estabeleceram que o salário-de-benefício observasse o limite máximo do salário-de-contribuição.

2. O art. 136 da Lei nº 8.213/91 deve ser interpretado em face da legislação previdenciária como um todo, razão pela qual trata-se de regra geral, que visa impedir a incidência de qualquer tipo de limitação na relação entre o salário-de-contribuição e o salário-de-benefício, não havendo falar em eliminação dos respectivos tetos.

Precedentes.

(...)

5. Recurso especial conhecido."

(Resp nº 239.190, Rel. Min. Fernando Gonçalves, Sexta Turma, DJ, 20.03.2000, p. 133).

Outrossim, observo que por ocasião da liquidação da sentença, deverá ser observada a regra do artigo 21, § 3º da Lei nº 8.880/94.

Quanto à correção monetária, deve ser fixada nos termos das Súmulas nº 148 do Egrégio Superior Tribunal de Justiça e nº 8 do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e da Resolução nº 242 do Conselho da Justiça Federal, acolhida pelo Provimento nº 26 da Egrégia Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 3ª Região.
Outrossim, é de se afastar a incidência da Taxa Selic, in casu, porquanto a controvérsia cinge-se à revisão de benefício previdenciário.
Destarte, como bem asseverou a Exma. Srª. Desembargadora Federal Suzana Camargo:
"A Taxa Selic é oriunda do Sistema Especial de Liquidação e Custódia para Títulos Federais e embute, na sua composição, correção monetária e juros, cuja aplicação é possível nas ações que tenham por objeto contribuições previdenciárias ou tributárias, e ainda, execuções fiscais, não sendo caso, portanto, de sua aplicação ma situação em tela, onde se discute revisão de benefício previdenciário"
(AC n.º 2001.61.14.001200-4, TRF 3ª Região, Rel. Des. Fed. Suzana Camargo, Quinta Turma, un., DJU 03.12.2002, p. 757).
No que tange aos juros de mora, observa-se que a citação da Autarquia ocorreu em 06/05/2003 (fl. 23vº.), quando já estava em vigor o novo Código Civil que, no artigo 406, determinou a aplicação da taxa em vigor para fins de pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.
Por sua vez, o artigo 161, parágrafo 1º, do Código Tributário Nacional, estabelece que, na ausência de disposição de lei de modo diverso, os juros de mora são devidos à razão de 1% (um por cento) ao mês, incidindo até a data da expedição do precatório, desde que este seja pago no prazo estabelecido pelo artigo 100 da Constituição Federal (STF; RE nº 298.616/SP).
Considerando que a Autora decaiu de parte mínima do pedido, os honorários advocatícios devem ser fixados em 10% (dez por cento), calculados sobre o valor das parcelas vencidas até a data da prolação da sentença, consoante o parágrafo 3º do artigo 20 do Código de Processo Civil e Súmula nº 111 do STJ:
"Os honorários advocatícios, nas ações previdenciárias, não incidem sobre prestações vincendas."
A respeito, segue o direito judiciário pátrio:
"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ACIDENTÁRIO. TERMO INICIAL. LAUDO PERICIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA. PARCELAS VENCIDAS. SÚMULA 111/STJ. DÉBITOS EM ATRASO. CORREÇÃO MONETÁRIA. IGP-DI.
(...)
II - Nas ações previdenciárias, os honorários advocatícios devem ser fixados com exclusão das prestações vincendas, considerando-se apenas as prestações vencidas até o momento da prolação da decisão concessiva do benefício.
(...)
IV - Recurso parcialmente provido."
(STJ, 5ª Turma, REsp n.º 402.581-SP, Min. Felix Fischer, j. 02.04.2002, DJ 29.04.2002 - grifos nossos)
"PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR IDADE. RECONHECIMENTO DA CONDIÇÃO DE RURÍCOLA. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE. PROVAS MATERIAL E TESTEMUNHAL. PROFISSÃO DE LAVRADOR NO REGISTRO DE CASAMENTO. EXTENSÃO À ESPOSA. CARÊNCIA. RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS DO ARTIGO 106 DA LEI 8213/91. RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES. INEXIGIBILIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
(...)
VII. Nas ações que versam sobre benefícios previdenciários os honorários advocatícios - quanto ao percentual - devem ser fixados em 10 %, conforme o parágrafo 3º do artigo 20 do CPC, mas a base de cálculo deve abranger somente a soma das parcelas vencidas até a prolação da sentença, conforme vem entendendo o E. STJ (Súmula 111 - STJ).
VIII. Remessa oficial parcialmente provida. Recurso da autarquia improvido."
(TRF3, 9ª Turma, AC nº 2002.03.99.028380-5, Des. Fed. Marisa Santos, j. 18.08.2003, DJU 04.09.2003, p. 332)
"PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. REEXAME NECESSÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE DE RURÍCOLA. CARÊNCIA. TEMPO DE SERVIÇO RURAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PERÍODO DE ATIVIDADE LABORATIVA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
(...)
6. Em caso de sucumbência do INSS, inclusive quando a parte vencedora for beneficiária da assistência judiciária (Lei n. 1.060/50, art. 11), os honorários advocatícios devem ser fixados em 10% (dez por cento) da condenação, excluídas as parcelas vincendas, assim consideradas as posteriores ao provimento condenatório (sentença ou acórdão).
7. Reexame necessário não conhecido e apelação parcialmente provida."
(TRF3, 9ª Turma, AC nº 2002.03.99.037443-4, Des. Fed. André Nekatschalow, j. 04.08.2003, DJU 21.08.2003, p. 295)
No que se refere as custas processuais, delas está isenta a Autarquia Previdenciária, a teor do disposto nas Leis Federais nos 6.032/74, 8.620/93 e 9.289/96, bem como nas Leis Estaduais nos 4.952/85 e 11.608/03 (Estado de São Paulo) e nos 1.135/91 e 1.936/98, com a redação dada pelos artigos 1º e 2º da Lei nº 2.185/00 (Estado do Mato Grosso do Sul). Ressalto, contudo, que essa isenção não exime a Autarquia Previdenciária do pagamento das custas e despesas processuais em restituição ao Autor, por força da sucumbência, na hipótese de pagamento prévio.
Por derradeiro, cumpre salientar que, diante de todo o explanado, a r. sentença monocrática não ofendeu os dispositivos legais objetados no recurso. Desta feita, não há razão para a interposição do respectivo pré-questionamento.
À vista do referido, com fundamento no artigo 557 do Código de Processo Civil, dou parcial provimento ao recurso de apelação interposto pela Autarquia Previdenciária, para afastar a aplicação da taxa SELIC, no cálculo do benefício da Autora e, dou parcial provimento ao recurso de apelação interposto pela Autora, para que seja observado, por ocasião da liquidação da sentença, a regra do artigo 21, § 3º da Lei nº 8.880/94 e, dou parcial provimento à remessa oficial, para limitar o valor do benefício ao teto previdenciário; para determinar a aplicação da correção monetária nos termos das Súmulas nº 148 do Egrégio Superior Tribunal de Justiça e nº 8 do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e da Resolução nº 242 do Conselho da Justiça Federal, acolhida pelo Provimento nº 26 da Egrégia Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 3ª Região; fixar os juros moratórios a partir da data da citação (06/05/2003 - fl. 23 vº.), no percentual de 1% (um por cento) ao mês (Código Civil/2002, arts. 405 e 406; Código Tributário Nacional, art. 161, §1º), até a data da expedição do precatório, desde que este seja pago no prazo estabelecido pelo artigo 100 da Constituição Federal (STF; 298.616/SP), bem como fixar os honorários advocatícios em 10% (dez por cento), calculados sobre o valor das parcelas vencidas (Súmula nº 111 do E. STJ), até a prolação da r. sentença e, isentar a Autarquia quanto ao pagamento de custas processuais, ressalvado o reembolso de despesas comprovadamente realizadas pela Autora, deduzindo-se os valores já pagos administrativamente, mantendo-se, no mais, o decisum atacado.
Concedo a decisão os efeitos do artigo 461 do Código de Processo Civil, tendo então por prejudicada a apreciação da tutela antecipada requerida às fls. 101/102.
Comunique-se ao INSS para que proceda a imediata revisão do benefício e, oportunamente, remetam-se os autos à Vara de origem.
São Paulo, 16 de fevereiro de 2007.

ANTONIO CEDENHO
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2006.03.00.113657-4 AG 286352
ORIG.	:	0600000106 1 Vr SAO MIGUEL ARCANJO/SP 0600001201 1 Vr SAO MIGUEL ARCANJO/SP
AGRTE	:	BEATRIZ MOREIRA WRONSKI incapaz
REPTE	:	CRISTIANA MOREIRA DA SILVA
ADV	:	ULIANE TAVARES RODRIGUES
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SUZETE MARTA SANTIAGO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE SAO MIGUEL ARCANJO SP
RELATOR	:	DES.FED. ANTONIO CEDENHO / SÉTIMA TURMA

Vistos em decisão.
Conforme pedido de esclarecimentos formulado pelo MM. Juiz singular às fls. 40/55, verifico que a decisão de fls. 32/34 padece de erro material, motivo pelo qual há de ser reconsiderada.
Ante o exposto, RECONSIDERO A DECISÃO DE FLS. 32/34, ante a existência de erro material.
No mais, trata-se de agravo de instrumento interposto por BEATRIZ MOREIRA WRONSKI incapaz, representada por Cristina Moreira da Silva, em face de decisão proferida nos autos de ação visando a implementação de benefício de assistência social, previsto no artigo 203 da Constituição Federal e regulamentado pela Lei 8.742/93, que indeferiu o pedido de elaboração de estudo social.
Inconformada, a Agravante requer a reforma do decisum, sustentando, em síntese, que o estudo social é prova imprescindível à comprovação da hipossuficiência, sendo que o seu indeferimento consubstancia-se em grave afronta aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.
É o relatório.
Impende observar, inicialmente, que o artigo 557, caput, do Código de Processo Civil, com a redação dada pela Lei nº 9.756, de 17 de dezembro de 1998, trouxe inovações ao sistema recursal, com a finalidade de permitir maior celeridade à tramitação dos feitos, autorizando que o relator, por mera decisão monocrática, negue seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.
Da mesma forma, o parágrafo 1º-A do referido artigo prevê que o relator poderá dar provimento ao recurso se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior. Justificada, portanto, a decisão solitária deste Relator.
É possível vislumbrar o cabimento nas alegações do agravante, consoante jurisprudência desse egrégio Tribunal Regional Federal da 3a Região, muito embora o entendimento pessoal deste juiz federal convocado seja convergente com o do Juízo a quo, no sentido da desnecessidade de realização de estudo social.
Pois bem, o Autor interpôs ação visando à concessão do benefício de assistência social, previsto no artigo 203 da Constituição Federal e regulamentado pela Lei 8.742/93.
O indeferimento da realização do estudo social pode causar, segundo a jurisprudência predominante desta e. Corte, danos ao Agravante, pois se verifica pela natureza da lide - ação de implementação de benefício assistencial - que tal providência constitui prova cabal a se comprovar o requisito da hipossuficiência.
A regra estampada no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal, dispõe o seguinte:
"Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
(...)
LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;"
Assim, o princípio do contraditório e da ampla defesa, imperativo constitucional, deve ser observado no processo civil e para que tenha efetividade, deve o magistrado a quo permitir que as partes, em igualdade de condições, possam apresentar suas alegações, com as provas de que dispõem, em prol do direito de que se julgam titulares.
Desta feita, porque tida como premente a necessidade da realização do estudo social a comprovar o direito alegado pelo agravante, forçoso é deferir a produção de tal prova, sob pena de se constituir violação aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa. Ademais, neste sentido já decidiu esta Egrégia Corte Regional:
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA. LEGITIMIDADE PASSIVA DO INSS. DESCABIMENTO DA PRESENÇA DA UNIÃO COMO LITISCONSORTE PASSIVA NECESSÁRIA. NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE ESTUDO SOCIAL.
(...)
5-O indeferimento de estudo social constitui cerceamento à defesa da autarquia. Ademais, o estudo realizado por assistente social nomeado pelo juízo, por estar eqüidistante das partes, é garantia para estas, bem como para o próprio julgador, da imparcialidade do resultado.
6-Agravo parcialmente provido."
(TRF3, AG nº 2000.03.00.040916-7, 1ª Turma, Relator Juiz Federal Rubens Calixto, j. 04.03.02, DJU 17.01.03, p. 357) - grifei
"PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. ASSISTÊNCIA SOCIAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. SENTENÇA ANULADA.
I. Em sendo a realização de estudo social e laudo pericial relevantes, mostrando-se indispensáveis, cabe ao Juízo determinar a produção de referidas provas, dada a falta de elementos aptos a substituí-las.
II. Sentença que se anula, retornando os autos à vara de origem para o prosseguimento regular do feito.
III. Preliminar acolhida, restando prejudicada a análise do mérito da apelação da parte autora."
(TRF3, AG nº 2005.03.99.006417-3, 7ª Turma, Relator Des. Fed.Walter do Amaral, j. 15.08.05, DJU 27.10.05, p. 401) - grifei
Reitero, aqui, a circunstância de estar aqui seguindo orientação jurisprudencial desta egrégia Corte regional, malgrado tenha entendimento pessoal diverso.
À vista do referido, CONHEÇO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO E DOU-LHE PROVIMENTO, nos termos do §1º-A, do artigo 557, do Código de Processo Civil, para determinar que seja realizado o estudo social.
Comunique-se ao Juízo a quo.
Publique-se.
Intimem-se.
Oportunamente, baixem os autos a primeira instância para arquivamento.
São Paulo, 14 de março de 2007.

RODRIGO ZACHARIAS
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2006.03.00.113664-1 AG 286359
ORIG.	:	0600000148 1 Vr SAO MIGUEL ARCANJO/SP 0600014351 1 Vr SAO MIGUEL ARCANJO/SP
AGRTE	:	GENIVALDO DE JESUS
ADV	:	ULIANE TAVARES RODRIGUES
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SUZETE MARTA SANTIAGO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE SAO MIGUEL ARCANJO SP
RELATOR	:	DES.FED. ANTONIO CEDENHO / SÉTIMA TURMA

Vistos em decisão.
Conforme pedido de esclarecimentos formulado pelo MM. Juiz singular às f. 41/56, verifico que a decisão de f. 33/35 padece de erro material, motivo pelo qual há de ser reconsiderada.
Ante o exposto, RECONSIDERO A DECISÃO DE FOLHAS 33/35, ante a existência de erro material.
No mais, trata-se de agravo de instrumento interposto por GENIVALDO DE JESUS em face de decisão proferida nos autos de ação visando a implementação de benefício de assistência social, previsto no artigo 203 da Constituição Federal e regulamentado pela Lei 8.742/93, que indeferiu o pedido de elaboração de estudo social.
Inconformado, o agravante requer a reforma do decisum, sustentando, em síntese, que o estudo social é prova imprescindível à comprovação da hipossuficiência, sendo que o seu indeferimento configura grave afronta aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.
É o relatório.
Impende observar, inicialmente, que o artigo 557, caput, do Código de Processo Civil, com a redação dada pela Lei nº 9.756, de 17 de dezembro de 1998, trouxe inovações ao sistema recursal, com a finalidade de permitir maior celeridade à tramitação dos feitos, autorizando que o relator, por mera decisão monocrática, negue seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.

Da mesma forma, o parágrafo 1º-A do referido artigo prevê que o relator poderá dar provimento ao recurso se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior. Justificada, portanto, a decisão solitária deste Relator.
É possível vislumbrar o cabimento nas alegações do agravante, consoante jurisprudência desse egrégio Tribunal Regional Federal da 3a Região, muito embora o entendimento pessoal deste juiz federal convocado seja convergente com o do Juízo a quo, no sentido da desnecessidade de realização de estudo social.
Pois bem, o Autor interpôs ação visando à concessão do benefício de assistência social, previsto no artigo 203 da Constituição Federal e regulamentado pela Lei 8.742/93.
O indeferimento da realização do estudo social pode causar, segundo a jurisprudência predominante desta e. Corte, danos ao Agravante, pois se verifica pela natureza da lide - ação de implementação de benefício assistencial - que tal providência constitui prova cabal a se comprovar o requisito da hipossuficiência.
A regra estampada no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal, dispõe o seguinte:
"Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
(...)
LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;"
Assim, o princípio do contraditório e da ampla defesa, imperativo constitucional, deve ser observado no processo civil e para que tenha efetividade, deve o magistrado a quo permitir que as partes, em igualdade de condições, possam apresentar suas alegações, com as provas de que dispõem, em prol do direito de que se julgam titulares.
Desta feita, porque tida como premente a necessidade da realização do estudo social a comprovar o direito alegado pelo agravante, forçoso é deferir a produção de tal prova, sob pena de se constituir violação aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa. Ademais, neste sentido já decidiu esta Egrégia Corte Regional:
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA. LEGITIMIDADE PASSIVA DO INSS. DESCABIMENTO DA PRESENÇA DA UNIÃO COMO LITISCONSORTE PASSIVA NECESSÁRIA. NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE ESTUDO SOCIAL.
(...)
5-O indeferimento de estudo social constitui cerceamento à defesa da autarquia. Ademais, o estudo realizado por assistente social nomeado pelo juízo, por estar eqüidistante das partes, é garantia para estas, bem como para o próprio julgador, da imparcialidade do resultado.
6-Agravo parcialmente provido."
(TRF3, AG nº 2000.03.00.040916-7, 1ª Turma, Relator Juiz Federal Rubens Calixto, j. 04.03.02, DJU 17.01.03, p. 357) - grifei
"PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. ASSISTÊNCIA SOCIAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. SENTENÇA ANULADA.
I. Em sendo a realização de estudo social e laudo pericial relevantes, mostrando-se indispensáveis, cabe ao Juízo determinar a produção de referidas provas, dada a falta de elementos aptos a substituí-las.
II. Sentença que se anula, retornando os autos à vara de origem para o prosseguimento regular do feito.
III. Preliminar acolhida, restando prejudicada a análise do mérito da apelação da parte autora."
(TRF3, AG nº 2005.03.99.006417-3, 7ª Turma, Relator Des. Fed.Walter do Amaral, j. 15.08.05, DJU 27.10.05, p. 401) - grifei
Reitero, aqui, a circunstância de estar aqui seguindo orientação jurisprudencial desta egrégia Corte regional, malgrado tenha entendimento pessoal diverso.
À vista do referido, CONHEÇO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO E DOU-LHE PROVIMENTO, nos termos do §1º-A, do artigo 557, do Código de Processo Civil, para determinar que seja realizado o estudo social.
Comunique-se ao Juízo a quo.
Publique-se.
Intimem-se.
Oportunamente, baixem os autos a primeira instância para arquivamento.
São Paulo, 14 de março de 2007.

RODRIGO ZACHARIAS
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2007.03.00.015569-3 AG 292896
ORIG.	:	0700000155 3 Vr PIRASSUNUNGA/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CARLOS HENRIQUE MORCELLI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	ALICE MARINA ISEPPE SOARES
ADV	:	WASHINGTON LUIS ALEXANDRE DOS SANTOS
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 3 VARA DE PIRASSUNUNGA SP
RELATOR	:	Juiz Federal Convocado Rodrigo Zacharias / SÉTIMA TURMA

Vistos em decisão.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS contra a decisão que determinou a antecipação da tutela, a fim de que seja o Agravante compelido a restabelecer o benefício de auxílio-doença.
Insurge-se o Agravante alegando, em síntese, a ausência da prova inequívoca para o convencimento da verossimilhança da alegação, inexistência de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, bem como, que há necessidade de dilação probatória.
Cumpre decidir.
Impende observar, inicialmente, que o artigo 557, caput, do Código de Processo Civil, com a redação dada pela Lei nº 9.756, de 17 de dezembro de 1998, trouxe inovações ao sistema recursal, com a finalidade de permitir maior celeridade à tramitação dos feitos, autorizando que o relator, por mera decisão monocrática, negue seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior. Da mesma forma, o parágrafo 1º-A do referido artigo prevê que o relator poderá dar provimento ao recurso se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior. Justificada, portanto, a decisão solitária deste Relator.
É possível vislumbrar o cabimento nas alegações do Agravante.
Conforme a exegese do artigo 273 e incisos do Código de Processo Civil o Magistrado poderá, a requerimento da parte, conceder a antecipação da tutela jurisdicional pretendida no pedido inaugural. Porém, para valer-se desta prerrogativa, o pedido deve ter guarida em requisitos não tão pouco exigentes, quais sejam: a) verossimilhança da alegação, consubstanciada em prova inequívoca; b) fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação; ou c) abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.
Em se tratando de verba de natureza alimentícia, o receio de dano irreparável é manifesto, pois estão em risco direitos da personalidade - vida e integridade - protegidos pelo próprio texto constitucional em cláusulas pétreas.
Resta verificar se a alegação é verossímil, amparada em prova inequívoca e se há probabilidade da ocorrência de situação que habilite a Autora, ora Agravada, à percepção do benefício.
A concessão do benefício previdenciário de auxílio-doença tem como requisitos a incapacidade do segurado para o trabalho por mais de 15 (quinze) dias e um período de carência de 12 (doze) contribuições mensais. A suspensão do benefício, por sua vez, se dá, em tese, pela cessação da incapacidade ou pelo fato de o benefício ter sido concedido de maneira irregular.
No tocante à documentação juntada, que acompanhou o pedido inaugural formulado pela Agravada verifica-se que não é suficiente à comprovação da incapacidade para o trabalho e, portanto, não tem o condão de caracterizar a prova inequívoca, pois não demonstra de forma conclusiva o alegado.
Dessa forma não se mostra recomendável a antecipação da tutela, nesta fase processual, uma vez que o deslinde do caso reclama dilação probatória, mormente o exame médico pericial.
Nesse sentido anota Theotonio Negrão in "Código de processo civil e legislação processual em vigor - 35ª. ed. - São Paulo : Saraiva, 2003 - p. 356":
"Havendo necessidade da produção de prova, descabe a outorga da tutela antecipada. (Lex-JTA 161/354)"
Do mesmo modo, inclina-se a jurisprudência desta E. Corte Recursal:
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. TUTELA ANTECIPADA. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-DOENÇA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA INCAPACIDADE ALEGADA.
1. Tratando-se de questão controvertida, a exigir dilação probatória, especialmente considerando a necessidade de que o agravante se submeta à perícia judicial para que se verifique, de forma segura, se ele não possui condições físicas que permitam desenvolver regularmente o seu trabalho, não se pode afirmar existir prova inequívoca que autorize a concessão de tutela antecipada, na forma do art. 273 do CPC.
2. Agravo de instrumento improvido."
(10ª Turma, AG nº 2003.03.00.044803-4, Relator Desembargador Federal Galvão Miranda, j. 07.12.2004, DJU 31.01.2005, p. 593)
"PROCESSO CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. INCAPACIDADE TOTAL E PERMANENTE. INEXISTÊNCIA DE PROVA. TUTELA ANTECIPADA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS.
I - Embora a recorrente alegue ser portadora de osteoartrose dorsal e lombar, osteofitose lombo-sacra, cardiomegalia, esporão do calcâneo aquileano, displesias mamárias benignas, espondiloartrose lombar e lumbago com ciática, males que levaram a Autarquia Previdenciária a conceder-lhe auxilio-doença, o presente instrumento não apresenta elementos suficientes a corroborar as alegações deduzidas no sentido de haver incapacidade total e permanente a ensejar a concessão de aposentadoria por invalidez.
II - O caráter alimentar não é circunstância que, per si, configure o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação exigido pela legislação.
III - As afirmações produzidas poderão vir a ser confirmadas, posteriormente, em fase instrutória, ficando facultado ao juiz da causa deferir o pedido de antecipação da tutela de mérito em qualquer fase do processo.
IV - Recurso improvido."
(8ª Turma, AG nº 2006.03.00.020530-8, Relatora Desembargadora Federal Marianina Galante, j. 28.08.2006, DJU 20.09.2006, p. 833)
À vista do referido, CONHEÇO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO E DOU-LHE PROVIMENTO, nos termos do §1º-A, do artigo 557, do Código de Processo Civil, para desconstituir a decisão recorrida.
Comunique-se ao Juízo a quo. Publique-se. Intimem-se.
Oportunamente, baixem os autos a primeira instância para arquivamento.
São Paulo, 15 de março de 2007.

RODRIGO ZACHARIAS
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2007.03.00.020496-5 AG 294304
ORIG.	:	0700000216 1 Vr MOCOCA/SP 0700008794 1 Vr MOCOCA/SP
AGRTE	:	CELSO COSTA
ADV	:	MARCELO GAINO COSTA
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	FRANCISCO DE ASSIS GAMA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE MOCOCA SP
RELATOR	:	Juiz Federal Convocado Rodrigo Zacharias / SÉTIMA TURMA

Vistos em decisão.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por CELSO COSTA, com o objetivo de combater decisão denegatória de tutela antecipada consistente no restabelecimento do benefício de auxílio-doença previsto no artigo 59 da Lei 8.213/91.
Inconformado, pleiteia o Agravante a reforma do decisum, sustentando, em síntese, estar acometido por doença incapacitante, não se encontrando apto ao trabalho e, ainda, que se verifica no presente caso a existência dos elementos capazes de ensejar a respectiva medida preventiva.
Cumpre decidir.
Impende observar, inicialmente, que o artigo 557, caput, do Código de Processo Civil, com a redação dada pela Lei nº 9.756, de 17 de dezembro de 1998, trouxe inovações ao sistema recursal, com a finalidade de permitir maior celeridade à tramitação dos feitos, autorizando que o relator, por mera decisão monocrática, negue seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior. Da mesma forma, o parágrafo 1º-A do referido artigo prevê que o relator poderá dar provimento ao recurso se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior. Justificada, portanto, a decisão solitária deste Relator.
Não se vislumbra cabimento nas alegações do Agravante.
Conforme a exegese do artigo 273 e seus incisos o Magistrado poderá, a requerimento da parte, conceder a antecipação da tutela jurisdicional pretendida no pedido inaugural. Porém, para valer-se desta prerrogativa, o pedido deve ter guarida em requisitos não tão pouco exigentes, quais sejam: a) verossimilhança da alegação, consubstanciada em prova inequívoca; b) fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação; ou c) abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.
Em se tratando de verba de natureza alimentícia, o receio de dano irreparável é manifesto, pois estão em risco direitos da personalidade - vida e integridade - protegidos pelo próprio texto constitucional em cláusulas pétreas.
Resta verificar se a alegação é verossímil, amparada em prova inequívoca e se há probabilidade da ocorrência de situação que habilite o Autor, ora Agravante à percepção do benefício.
A concessão do benefício previdenciário de auxílio-doença tem como requisitos a incapacidade do segurado para o trabalho por mais de 15 (quinze) dias e um período de carência de 12 (doze) contribuições mensais. A suspensão do benefício, por sua vez, se dá, em tese, pela cessação da incapacidade ou pelo fato de o benefício ter sido concedido de maneira irregular.
No tocante à documentação juntada, que acompanhou o pedido inaugural formulado pelo Agravante, verifica-se que não é suficiente à comprovação da incapacidade para o trabalho e, portanto, não tem o condão de caracterizar a prova inequívoca, pois não demonstra de forma conclusiva o alegado.
Dessa forma não se mostra recomendável a antecipação da tutela, nesta fase processual, uma vez que o deslinde do caso reclama dilação probatória, mormente o exame médico pericial.
Nesse sentido anota Theotonio Negrão in "Código de processo civil e legislação processual em vigor - 35ª. ed. - São Paulo : Saraiva, 2003 - p. 356":
"Havendo necessidade da produção de prova, descabe a outorga da tutela antecipada. (Lex-JTA 161/354)"
Do mesmo modo, inclina-se a jurisprudência desta E. Corte Recursal:
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. TUTELA ANTECIPADA. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-DOENÇA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA INCAPACIDADE ALEGADA.
1. Tratando-se de questão controvertida, a exigir dilação probatória, especialmente considerando a necessidade de que o agravante se submeta à perícia judicial para que se verifique, de forma segura, se ele não possui condições físicas que permitam desenvolver regularmente o seu trabalho, não se pode afirmar existir prova inequívoca que autorize a concessão de tutela antecipada, na forma do art. 273 do CPC.
2. Agravo de instrumento improvido."

(10ª Turma, AG nº 2003.03.00.044803-4, Relator Desembargador Federal Galvão Miranda, j. 07.12.2004, DJU 31.01.2005, p. 593)
"PROCESSO CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. INCAPACIDADE TOTAL E PERMANENTE. INEXISTÊNCIA DE PROVA. TUTELA ANTECIPADA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS.
I - Embora a recorrente alegue ser portadora de osteoartrose dorsal e lombar, osteofitose lombo-sacra, cardiomegalia, esporão do calcâneo aquileano, displesias mamárias benignas, espondiloartrose lombar e lumbago com ciática, males que levaram a Autarquia Previdenciária a conceder-lhe auxilio-doença, o presente instrumento não apresenta elementos suficientes a corroborar as alegações deduzidas no sentido de haver incapacidade total e permanente a ensejar a concessão de aposentadoria por invalidez.
II - O caráter alimentar não é circunstância que, per si, configure o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação exigido pela legislação.
III - As afirmações produzidas poderão vir a ser confirmadas, posteriormente, em fase instrutória, ficando facultado ao juiz da causa deferir o pedido de antecipação da tutela de mérito em qualquer fase do processo.
IV - Recurso improvido."
(8ª Turma, AG nº 2006.03.00.020530-8, Relatora Desembargadora Federal Marianina Galante, j. 28.08.2006, DJU 20.09.2006, p. 833)
À vista do referido, nego seguimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 557, do Código de Processo Civil, c.c. artigo 33, XII, do Regimento Interno desta Corte.
Comunique-se ao Juízo a quo. Publique-se. Intimem-se.
Oportunamente, baixem os autos a primeira instância para arquivamento.
São Paulo, 15 de março de 2007.

RODRIGO ZACHARIAS
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2007.03.99.001200-5 AC 1167941
ORIG.	:	0500007053 1 Vr SETE QUEDAS/MS 0500000692 1 Vr SETE QUEDAS/MS
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SILLAS COSTA DA SILVA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ALVENI RIBEIRO
ADV	:	RUBENS DARIO FERREIRA LOBO JUNIOR
RELATOR	:	DES.FED. ANTONIO CEDENHO / SÉTIMA TURMA

Vistos, em decisão.

Trata-se de apelação interposta pelo Réu, contra sentença prolatada em 26.07.06 (fls. 35/38), que julgou procedente o pedido inicial de aposentadoria por idade a que fazem jus os rurícolas, condenando a Autarquia à concessão do benefício pleiteado, a contar da citação, efetivada em 29.03.06 (fl. 18), no valor de um salário mínimo, incluindo abono anual, corrigido monetariamente e acrescido de juros. Houve condenação ao pagamento de custas finais. Os honorários advocatícios foram arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, excluídas as parcelas vincendas. Por fim, o decisum não foi submetido ao duplo grau obrigatório.

Em razões recursais às fls. 44/48, sustenta, em síntese, a ausência de início razoável de prova material da atividade rural; o não cumprimento do período de carência e a necessidade de comprovar o labor rural pelo período imediatamente anterior ao requerimento do benefício. Subsidiariamente, requer a redução dos honorários advocatícios para 5% (cinco por cento) sobre o valor das parcelas vencidas até a data da prolação da r. sentença; a isenção ao pagamento de custas processuais e que a correção monetária seja aplicada nos mesmos moldes da correção dos benefícios previdenciários. Suscita, por último, o pré-questionamento legal para efeito de interposição de recursos.

Com contra-razões às fls. 52/60, subiram os autos a este Egrégio Tribunal Regional Federal e, por distribuição, vieram conclusos a este Relator.

Cumpre decidir.

Discute-se o preenchimento dos requisitos necessários à concessão do benefício da aposentadoria por idade que haverá de ser concedido aos trabalhadores urbanos aos 65 (sessenta e cinco) anos, no caso de homens, e aos 60 (sessenta) anos, no caso das mulheres. Os trabalhadores rurais têm reduzido esse limite em cinco anos. Desse modo, os homens se aposentam aos 60 (sessenta) e as mulheres aos 55 (cinqüenta e cinco) anos, nos termos do artigo 48, § 1º, da Lei nº 8.213/91, com a redação determinada pela nova legislação especial consolidada:

"Art. 48. A aposentadoria por idade será devida ao segurado que, cumprida a carência exigida nesta Lei, completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta), se mulher.(Redação dada pela Lei nº 9.032, de 28.4.95)
§1º Os limites fixados no caput são reduzidos para 60 (sessenta) e 55 (cinqüenta e cinco) anos no caso de trabalhadores rurais, respectivamente homens e mulheres, referidos na alínea a do inciso I, alínea g do inciso V e nos incisos VI e VII do artigo 11." (Redação determinada pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

Por outro lado e ainda de acordo com Lei nº 8.213/91 e as modificações nela introduzidas, para a obtenção do benefício da aposentadoria por idade devida ao trabalhador rural, no valor de um salário mínimo, bastaria a Autora, quando do pedido, provar o exercício da atividade rural, mesmo que tal prova seja descontínua, desde que no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idêntico à carência necessária à sua obtenção e ter atingido a idade mínima, consoante o artigo 201, § 7º, inciso II, da Constituição da República:

"Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá nos termos da lei, a:
(...)
§7º É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições:
(...)
II - 65 (sessenta e cinco anos) de idade, se homem, e 60 (sessenta) anos de idade, se mulher, reduzido em 5 (cinco) anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal."

Na questão em foco, o requisito etário restou implementado, uma vez que a Autora, nascida em 22.08.49, conforme se verifica do documento juntado à fl. 11 dos autos, completou a idade mínima em 22.08.04, contando com 55 (cinqüenta e cinco) anos quando do ajuizamento da ação, fato ocorrido em 29.07.05.

É bom dizer que, embora a Lei Maior dispense especial proteção previdenciária ao trabalhador rural, categoria ampla, que em seu sentido lato engloba desde o parceiro, o meeiro, o arrendatário, o diarista e o mensalista, ainda assim não o desobriga da comprovação da atividade laborativa, tanto assim que a Lei nº 8.213/91 fixa claramente, quais são os requisitos capazes de levar o rurícola ao benefício da aposentadoria por idade. E, embora o legislador infraconstitucional respeite a Carta Magna, no sentido de tratar especialmente o trabalhador rural, ainda assim, não permite que a comprovação do tempo de serviço seja feita unicamente pela prova testemunhal. Não! É sua determinação que pelo menos haja início de prova material, expressis verbis:

"Art. 55 O tempo de serviço será comprovado na forma estabelecida no Regulamento, compreendendo, além do correspondente às atividades de qualquer das categorias de segurados de que trata o art. 11 desta Lei, mesmo que anterior à perda da qualidade de segurado:
(...)
§3º. A comprovação do tempo de serviço para os efeitos desta Lei, inclusive mediante justificação administrativa ou judicial, conforme o disposto no artigo 108, só produzirá efeito quando baseada em início de prova material, não sendo admitida a prova exclusivamente testemunhal, salvo na ocorrência de motivo de força maior ou caso fortuito, conforme disposto no Regulamento."

É de análogo teor o entendimento a respeito do assunto, manifestado pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, ao editar a Súmula nº 149:

"A prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito da obtenção do benefício previdenciário".

Mesmo assim, no âmbito do Judiciário, por vezes, este entendimento tem sido abrandado, em face da dicção atribuída ao artigo 5º, incisos LV e LVI, da Constituição Federal, além dos artigos 131 e 332 do Código de Processo Civil:

Constituição Federal:
"Art.5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
(...)
LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e os acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.
(...)
LVI - são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meio ilícitos."

Código de Processo Civil:
"Art. 131. O juiz apreciará livremente a prova, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegados pelas partes; mas deverá indicar, na sentença, os motivos que lhe formaram o convencimento."

"Art. 332. Todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código, são hábeis para provar a verdade dos fatos, em que se funda a ação ou a defesa."

O Desembargador Federal André Nabarrete, arrolado por Hilário Bocchi Júnior, menciona que:

" ... A necessidade de início de prova para fins previdenciários é destinada apenas à administração do INSS e não do poder judiciário, o qual é pautado por princípios insculpidos na constituição federal e no código de processo civil que lhe confere o poder de apreciar a prova livremente.
O argumento de que a prova oral desacompanhada de documentos é inadmissível não encontra fundamento. O princípio do devido processo legal pressupõe um juiz imparcial e independente, que haure sua convicção dos elementos de prova produzidos no curso da ação. Assim, consagram a regra do art. 131 do C.P.C., segundo a qual o juiz apreciará livremente a prova e art. 332 do referido estatuto, que estabelece:

Todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código, são hábeis para provar a verdade dos fatos, em que se funda a ação ou a defesa.
Tais normas são específicas do poder jurisdicional e prevalecem sobre quaisquer outras. Ademais, o inc. XVI do art. 20 do Decreto n. 611/92 prevê que qualquer outro elemento que possa levar à convicção do fato a comprovar é aceitável.
Ainda, é certo, se não fosse suficiente, que o art. 5º, inciso, LVI, da Carta Magna, admite quaisquer provas, desde que não obtidas por meios ilícitos. Assim, válida a prova testemunhal, que não pode ter sua eficácia limitada, por não vir acompanhada de início documental, sob pena de cercear-se o poder do juiz, relativamente à busca da verdade e sua convicção quanto a ela."

Debate-se, no caso, ainda, que a lei previdenciária, ao exigir início razoável de prova material, não viola a legislação processual em vigor, pois o artigo 400 do Código de Processo Civil preceitua ser sempre válida a prova testemunhal, desde que a lei não disponha de forma diversa. De modo que, em havendo em lei especial disposição expressa acerca da exigência de documentação para comprovar tempo de serviço, seria incabível o seu reconhecimento tão-somente nos depoimentos prestados por testemunhas.

A matéria, entretanto, pela estreiteza de aferição, comporta interpretação de ordem sistemática e, neste campo, por óbvio, não se pode olvidar os princípios processuais existentes na Constituição Federal, e que fazem parte do chamado Direito Constitucional Processual, mencionado por José Augusto Delgado, "não como um ramo do Direito Constitucional, mas uma posição científica da qual se procura extrair da Carta Maior princípios de processo" (in Princípios Processuais Constitucionais, artigo publicado na Revista de Processo, nº 44, ano 11, outubro-dezembro, 1986, p. 196.)

Então, em nome da Constituição, e sem desprezo ao contido no artigo 400 do Código de Processo Civil, além do § 3º do artigo 55 da Lei nº 8.213/91, é importante consignar a supremacia do TEXTO FUNDAMENTAL, ao consagrar no artigo 5º, inciso LV, o princípio processual da ampla defesa e, no inciso LVI, o princípio do devido processo legal. Não é demais anotar, outrossim, que estes princípios estão elencados no grande artigo constitucional, destinado aos direitos e garantias fundamentais do cidadão.

Em relação ao que está disposto no artigo 401 do Código de Processo Civil, o mesmo Desembargador Federal mantém seu raciocínio, mas em outra demanda, afirmando que:

" O art. 401 do Código de Processo Civil não guarda pertinência com a questão tratada nos autos, que se refere a reconhecimento de tempo de serviço, decorrente de relação jurídica e não de relação contratual". (A prova do tempo de serviço para fins previdenciários, São Paulo:Themis, 2003, p.105/106).

Insigne é nesse gênero de entendimento o jovem autor previdenciário, o paulista Marco Aurélio Serau Junior, ipsis litteris:

"Fundamenta-se, dentre outros argumentos, a admissibilidade da prova exclusivamente testemunhal na prerrogativa judicial da livre convicção ou da livre apreciação da prova, constante do art. 131 do CPC: 'Os depoimentos testemunhais, que revelam o período trabalhado pelo autor na condição de rurícola, permitem que o julgador, aplicando o princípio da livre convicção, forme seu juízo quanto ao cabimento do direito pleiteado, sendo dispensável para tanto o início de prova material.'(TRF da 3ª Região, AC 95.03.014921-5, 5ª Turma, Rela. Desa. Fed. Suzana Camargo, j. 24.02.1997, DJ 22.07.1997, p. 55.908. No mesmo sentido, do TRF da 5ª Região: AC 97.05.035876-4, 2ª Turma, Rel. Des. Fed. Magnus Augusto Costa Delgado (Substituto), j. 18.08.1998, DJ 09.10.1998, p. 606; Embargos Infringentes em AC 5150439-CE, Pleno, Rel. Des. Fed. Araken Mariz, j. 31.05.2000, DJ 11.08.2000, p. 418. No TRF da 2ª Região: AC 95.03.025982-3, 4ª Turma, Rel. Fed. Frederico Gueiros, j. 19.06.1996, DJ 20.03.1997, p. 16.440).
Igualmente, já restou reconhecido que a prova testemunhal, nesses casos, é exigível justamente em função do princípio do devido processo legal, que determina a livre apreciação da prova pelo magistrado condutor do processo: 'O princípio do devido processo legal pressupõe um juiz imparcial e independente, que haure sua convicção dos elementos de prova produzidos no curso do processo.O art.5º, inc. LVI, da CF admite quaisquer provas, desde que não obtidas por meio ilícitos. Assim, a prova testemunhal não pode ter sua eficácia limitada por não vir acompanhada de início da documental, sob pena de cercear-se o poder do juiz, relativamente à busca da verdade e sua convicção quanto a ela' (TRF da 3ª Região, AC 2000.03.99.046646-5, 5ª Turma, Rel. Des. Fed. André Nabarrete, j. 15.10.2002, DJU 10.12.2002 p.467).
Não é outra a lição de Gonçalves Correia, 'há que vingar o princípio do livre convencimento motivado, sendo que não há acolhida um sistema de valoração legal das provas. Portanto, se ao juiz satisfizerem, pela sua coerência e credibilidade, os depoimentos testemunhais, não há como compeli-lo a não acolher o pedido unicamente com base nessa prova - aliás, a mais comum nessas espécies de demanda, em vista da própria peculiaridade da relação de direito material estabelecida entre o empregado e o empregador rurais' (2001, p. 260).
Também já se fundamentou a necessidade de admitir em juízo a prova apenas testemunhal em razão dos fins a que a legislação previdenciária se destinam, tendo como base as disposições contidas no art. 5º da Lei de Introdução ao Código Civil (argumento teleológico). (No TRF da 4ª Região: Embargos Infringentes em AC 98.04.000884-0, 3ª Seção, Rel. Des. Fed. Tadaaqui Hirose, j. 18.08.1999, DJ 06.10.1999, p. 251; AC 95.04.02606-0, 6ª Turma, Rel. Des Fed. Wellington M. De Almeida, j. 17.11.1998, DJ 09.12.1998, p. 1.034. O Desembargador Federal José Kallás proferiu voto em que registrou: 'a le-

gislação de regência dos benefícios aos rurícolas deve ser interpretada de molde a garantir o atingimento dos fins sociais aos quais preordenada' (AC. 90.03.28004-5, apud. Martinez, 1997, p. 452).
Outros julgados vislumbram a brecha legislativa para a permissão da prova exclusivamente testemunhal no contexto socioeconômico em que estão inseridos os postulantes de benefício previdenciário (argumento sociológico).
Assim, já se decidiu que 'a realidade fática vivida pelos rurícolas não se coaduna com a exigência de prova documental, admitindo-se os depoimentos testemunhais isolados como suficientes a comprovar tempo de serviço na atividade rural'. (TRF da 3ª Região, AC 96.03.032705-0, 5ª Turma Rel. Fed. Pedro Rotta, j. 17.03.1997, DJ 05.08.1997, P. 59.433. Da mesma Corte e no mesmo sentido: AC 96.03.066435-9, 5ª Turma, Rela. Juíza Fed. Conv. Alda Caminha, j. 16.12.1996, DJ. 20.05.1997, p. 35.555).
Do mesmo modo o julgado que reconheceu que 'a prova exclusivamente testemunhal, conforme entendimento desta E. Corte é idônea para comprovar o exercício de atividade rural, na ausência de prova material, em face da precariedade das condições de vida do trabalhador rural.' (TRF da 3ª Região, AC 95.03.086317-1, 5ª Turma, Rela. Juíza Fed. Conv Tânia Marangoni, j. 08.09.1997, DJ 14.10.1997, p.85.211. Da mesma Corte: AC. 97.03.018366-2, 5ª Turma, Rel. Des. Fed. Ramza Tartuce, j. 30.06.1997, DJ 23.09.1997, p. 77.433).
A doutrina também reconhece esse caráter da vida do rurícola a interferir em atividade processual, de que tomamos exemplo as palavras de Marcus Orione Gonçalves Correia: 'Inviável que o tempo de serviço como rurícola necessite de comprovação documental, ainda mais quando se conhece, no nosso país, o primitivismo das relações de trabalho no campo' (2001, p. 260).
Sob uma ótica meramente processual, admitiu-se a prova testemunhal pelo fato de que 'a hierarquização da prova material sobre testemunhal não tem ressonância em nosso ordenamento jurídico, consoante o art. 332 do CPC' (TRF da 3ª Região, AC 94.03.026546-9, 1ª Turma, Rel. Des. Fed. Peixoto Jr., j. 13.09.1994, DJ 28.03.1995, p. 16.509. No mesmo sentido, e da mesma Corte: AC 92.03.062427-9, 5ª Turma, Rel. Des. Ramza Tartuce, j. 15.10.2002, DJU 10.12.2002, p. 496) - argumento processual.
De outro aspecto, também essencialmente processual, determinou-se que 'a prova testemunhal, na ausência dos documentos previstos no art. 106, parágrafo único, da Lei 8.213/1991, é perfeitamente possível, sob pena de se negar vigência ao art. 332 do CPC.' (TRF da 3ª Região, AC 1999.61.16.000879-4, 5ª Turma, Rel. Des. Fed. Ramza Tartuce, j. 08.02.2000, DJU 18.04.2000, p. 823, Da mesma Corte e no mesmo rumo: AC 98.03.030636-7, 5ª Turma, Rela. Juíza Fed. Conv. Leide Cardoso, j. 21.09.1998, DJ 18.05.1999, p. 388).
Tal interpretação é bem interessante, e mostra-se bastante útil à corroboração de nossa tese, pois encampa a idéia de que o art. 332 do CPC, o qual prevê a mais ampla possibilidade de produção probatória, deve ser considerado como a regra mater dessa disciplina, com os desdobramentos que já procuramos apontar anteriormente.
Contudo, percebe-se do elenco de situações apontadas como permissíveis, pela jurisprudência, do acolhimento da prova meramente testemunhal, que seu fundamento, ao menos o fundamento contido nos acórdãos, gravita em torno de argumentos essencialmente processuais ou mesmo procedimentais.
De fato, a aceitação e mesmo a sobrevalorização da prova exclusivamente testemunhal não devem ocorrer apenas em razão de ordem meramente processual ou procedimental, ligadas ao princípio do devido processo legal procedimental. O aspecto substantivo do postulado, que lhe é superior, decerto, impõe a proteção efetiva ao próprio núcleo dos direitos fundamentais.
Notadamente na esfera judicial previdenciária, em que se lida com a concessão de prestações e benefícios previdenciários, que condensam direitos fundamentais qualificados como sociais, a utilização daquela modalidade de prova testemunhal merece guarida pelo fato de que fortalece os próprios direitos fundamentais.
O óbice ao seu emprego em juízo consistiria na pura e simples negativa de vigência das cláusulas constitucionais que dão previsão expressa aos direitos sociais, pois por outros meios não seria possível demonstrar-se a comprovação dos requisitos necessários à concessão de benefícios da Seguridade Social, em especial a comprovação do tempo de trabalho (muitas vezes desenvolvido em condições precárias, seja o rurícola, a diarista, a doméstica - levando-se em consideração que no caso da doméstica, comumente inexiste qualquer vinculação mais formal para que se estabeleça a relação empregatícia, admite-se a prova testemunhal para comprovação do tempo de serviço (TRF da 3ª Região, AC 95.03.090214-2, 2ª Turma, Rel. Des. Fed. Aricê Amaral, j. 26.03.1996, DJ 24.04.1996, p. 26.361.) ou o pedreiro etc - A jurisprudência, todavia, ainda, não ousou a tal ponto, fato que deve ser lamentado, pois configura desserviço à ainda árdua missão de construção dos direitos fundamentais em nosso país).
Nesse rumo, o máximo onde se chegou em termos de defesa dos direitos fundamentais, creio estar consubstanciado no seguinte julgado do Egrégio Superior Tribunal de Justes, o qual faz menção à admissibilidade da prova exclusivamente testemunhal como imposição do processo justo, sobre o qual já tivemos oportunidade de discorrer: 'A Constituição da República admite qualquer espécie de prova. Há uma restrição lógica: obtida por meio ilícito (art. 5º, LIV). Note-se: integra o rol dos Direitos e Garantias Fundamentais. Evidente a inconstitucionalidade da Lei 8.213/1991 (art. 55, §1º) que veda, para a comprovação de tempo de serviço, a prova exclusivamente testemunhal. A restrição afeta a busca do Direito do Justo'. (Decisão proferida pela 6ª Turma, REsp. 1998.00.41435-5, Rel. Min. Luiz Vicente Cernicchiaro. J. 22.09.1998, DJ. 26.10.1998, p. 182)" - (Curso de Processo Judicial Previdenciário, São Paulo: Método, 2004, p. 130/134).

Frise-se, de passagem, que o v. acórdão sobredito é de data bem posterior à de edição da Súmula nº 149 do próprio Superior Tribunal de Justiça, que restringe a observância da prova exclusivamente testemunhal, como maneira de provar o tempo de serviço do trabalhador rural.

Destarte, não parece crível exigir de homens e mulheres que trabalham no campo documentos dos mais variados, certidões, procedimentos administrativos e outros empeços burocráticos, posto que, em sua grande maioria, nunca tiveram a oportunidade de trocar o cabo da enxada pelo lápis da escrita, pois muitos deles, inclusive, ainda são do tempo do "pé-rapado".

Escrevendo sobre o thema decidendum da ação, Thomas Wlassak, acrescenta:

"...O trabalho descontínuo gera provas descontínuas. Óbvio. Não se pode, pois, exigir que o trabalhador apresente provas de atividade rural por todo o período que corresponde à carência do benefício requerido, ano por ano (aposentadoria por idade - art. 39, I, art. 142 e art. 143 da Lei nº 8.213/91). Haverá, neste caso, afronta à lei, e indiretamente à Constituição, que deu tratamento diferenciado ao trabalhador rural, por sua condição especial.
Enquanto estiver em vigor a regra de transição do artigo 142 da lei nº 8.213/91, que determina um período de carência máximo de cento e oitenta (180) meses, a ser atingido em 2012, o trabalhador rural deverá apresentar as provas de atividade rural no período progressivo de carência (não confundir com a carência dos benefícios) referente ao ano em que completa a idade mínima necessária (60 anos para homens e 55 para mulheres). As provas poderão ser, na correta interpretação dos artigos 39, I e 143 da Lei nº 8.213/91, apresentadas de forma descontinua." (A Lei nº 8.213/91 e a prova de atividade rural descontínua, publicado na Revista Jurídica Consulex/Brasília, DF, ano VI, nº 140, nov. 2002, p. 34).

De se mencionar, outrossim, que a lei previdenciária (artigo 55, §3º), não proíbe a prova exclusivamente testemunhal, para a comprovação do tempo de serviço, posto que ressalva a ocorrência de motivo de força maior ou caso fortuito, subordinando a exceção ao disposto em Regulamento.

Registre-se, desde logo, que o caso fortuito e a força maior, aparecem conceituados de modo absolutamente consolidados no direito, de maneira muito antiga, não dependendo, portanto, de definição em Regulamento, porquanto apontados na Lei das XII Tábuas, através da irresponsabilidade por homicídio não intencional. E ao tempo do período clássico os textos a respeito são inequívocos (D. 19, 2, 25, 6 e 50, 23, in fine), ao falarem em vis maior e em casus, do mesmo modo que no direito justinianeu (C. 4, 24, 1, 6) e, no direito moderno, assim considerado a partir do Código de Napoleão, aparecem como causas de escusas da inexecução obrigacional, portanto, completamente inaplicáveis às necessidades probatórias do caso em comentário:

"É princípio fundamental do direito obrigacional que as obrigações assumidas devem ser fielmente executadas (Agostinho Alvim. Da inexecução das obrigações e suas conseqüências. 2.ed. São Paulo, 1955).
Não obstante, fatores múltiplos podem tolher, modificar ou inibir tal execução. Esses fatores são de duas naturezas: a) os que dependem da vontade do devedor, como o dolo, a culpa, a má vontade, a malícia, a impossibilidade superveniente etc.; e b) os que independem dessa vontade, ou por serem imprevisíveis como certos acontecimentos naturais (raio, tempestade, erupção vulcânica, abalo sísmico, tromba d'água, furacão etc.), ou por advirem de fato de terceiro, como a guerra, a mudança de governo, a colocação da coisa extra commercium etc.
Consideradas certas circunstâncias, a despeito da inexecução, tais eventos fazem com que a mesma seja escusável, não acarretando conseqüências.
Por outro lado, a esses eventos estão ligados dois institutos similares e conexos, que se têm designado pelas expressões - caso fortuito e força maior."
(Enciclopédia Saraiva do Direito, coordenação Prof. R. Limongi França. São Paulo:Saraiva, 1977, p. 475, v. 13.)

Ora, daí dizer com acerto o Desembargador Federal André Nabarrete, que esta regra, na verdade se destina ao próprio INSS, pois ao Judiciário não é dado o papel reservado à Administração, analisando, em primeira mão, pedidos de benefícios à modelagem da Autarquia, deixando assim de compor conflitos de interesses de acordo com as regras correspondentes à invocada tutela constitucional.

Claro está, portanto, que a decisão judicial de considerar unicamente a prova testemunhal para conceder a mercê, não enfrenta óbices intransponíveis de direito positivo.

Cabe aqui, por outro lado, citar Rogério Gordilho de Faria, professor da Faculdade de Direito da Bahia: "Se a lei é injusta, aplicá-la é fazer injustiça", ou, como já se disse alhures, "a lei vem de cima; as boas jurisprudências fazem-se de baixo."

À vista do referido, é de todo conveniente que se admita a prova testemunhal, em caráter supletivo e desde que se apresente de maneira firme e robusta, se dê a ela o condão de demonstrar o tempo de serviço desenvolvido pelo trabalhador rural, para a obtenção do benefício previdenciário.

Não se trata pois, de decidir contra legem, ou em antagonismo ao entendimento de Corte Superior. Não é isso, até porque a recepção da prova oral como meio de prova capaz de formar o convencimento do juiz está garantida pela Lex Mater, dentre os direitos e garantias fundamentais (art. 5º, LV e LVI). Também:
"não é o caso de não se ajustar ao pragmatismo jurídico fundado na hierarquia e na disciplina judiciária. Mais do que um simples procedimento lógico, onde procura desenvolver seu raciocínio na busca do convencimento, atento às premissas de fato e de direito para solucionar a lide, o julgador encontra, na sentença, o momento axiológico máximo do processo." (Milton de Moura França in Embargos de declaração sob o pálio do decoro pretoriano, Revista Jurídica Consulex/Brasília, DF, ano VI, nº 140, nov. 2002, p. 44)

Assim, devidamente temperadas e dosadas, as normas jurídicas e a situação fática atinentes à questão, é possível afirmar que agiu com inteiro acerto o proferidor da sentença recorrida, louvando-se, acessoriamente, na prova testemunhal como razão de decidir, em atendimento ao pedido inaugural.

No julgamento do feito duas sortes de interesses concorrentes estavam em jogo, a pressupor a respectiva valoração judicial: o interesse público de preservação do erário, isto é, do patrimônio público especificamente destinado ao atendimento das necessidades previdenciárias do povo (art. 195, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal) e o atendimento às necessidades individuais desta mesma população, como realização dos objetivos maiores da própria Lei Fundamental (artigo 3º e seus incisos).

Em feliz síntese, Villan Bollmann, ressalta que:

"... o Direito Previdenciário é caracterizado, fundamentalmente, pela proteção do trabalhador que, vítima da eclosão de um risco social, se vê incapaz de produzir o seu próprio sustento, o que, em razão do princípio da solidariedade, implica, para a sociedade o dever de providenciar os meios de garantir a sobrevivência do vitimado."
(in Fato jurídico de benefício previdenciário: breve abordagem analítica, Revista de Previdência Social, v. 27, n. 275, out/2003)

Aliás, em entrevista concedida por parte do Ministro José Celso de Mello Filho, do Supremo Tribunal Federal, à Revista Veja, edição de 05.03.97, colhe-se a seguinte assertiva: "Nada impede que o Magistrado construa interpretação própria a partir da necessidade de realizar os fins sociais a que se dirige a lei."

Na espécie em comento, S. Exa. a quo, preocupado, unicamente, em realizar a Justiça, que segundo Del Vechio é "um dos mais altos valores espirituais, senão o mais alto, junto ao da caridade", houve por bem em fazer prevalecer o bem "da dignidade da criatura humana", sobre o bem "da preservação do erário".

E o fez, certamente, pois foi convencido do efetivo labor no campo, vivido pela Autora, nos limites impostos pela legislação previdenciária, graças aos depoimentos apresentados em juízo:

1. O Senhor Adão Rodrigues afirmou: "conhece a autora há quinze anos. Sabe que ela é casada e marido é trabalhador rural. A autora trabalha na roça com o marido e ambos possuem um lote no assentamento Vicente de Paula. Com a autora residem o marido e os filhos. No local eles plantam rama, feijão e milho. Não possuem empregados. (...) É vizinho de chácara. Conheceu a autora no sítio do Milton Cotrin. Depois ficou com ela acampado e após receberam o lote no assentamento. Quando acampados, continuaram trabalhando na lavoura." (fl. 39);
2. O Senhor João Daniel Duarte afirmou: "conhece a autora há vinte e cinco anos. A requerente trabalha na lavoura. A autora é casada com João Ribeiro, sendo ele também lavrador. Ambos residem no Assentamento Vicente de Paula, junto com a família. No lugar eles plantam mandioca, milho e verdura. Não possuem empregados. Ela sempre trabalhou na lavoura. (...) Sabe que ela trabalhou em uma chácara de propriedade de Fernando, no estado do Paraná e depois para Milton Cotrin, em Paranhos." (fl. 40).

Ademais, analisando todo o conjunto probatório, verifica-se que os documentos apresentados são hábeis a comprovar o efetivo exercício da atividade rural, pois constituem razoável início de prova material e, acrescidos de prova testemunhal coerente e uniforme, colhida em Juízo sob o crivo do contraditório, são suficientes à comprovação do efetivo exercício laborativo no campo.

I. Documentos considerados como início de prova material da atividade rural, nos quais a Autora e seu marido são tidos como trabalhadores rurais:
1. Certidão de Casamento, celebrado em 06.03.71 (fl. 14);
2. Contrato de Assentamento, firmado em 10.04.03 entre a Autora, seu marido e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA (fls. 12/13).

A respeito da situação vivenciada nos autos, assim se pronunciaram o Egrégio Superior Tribunal de Justiça e esta Corte Regional:

"PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR IDADE. RURÍCOLA. CERTIDÃO DE CASAMENTO DE MARIDO LAVRADOR. CATEGORIA EXTENSIVA À ESPOSA. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL. PROVAS TESTEMUNHAIS IDÔNEAS. CARÊNCIA COMPROVADA. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.
1. A comprovação da atividade laborativa do rurícola deve-se dar com o início de prova material, ainda que constituída por dados do registro civil, como certidão de casamento onde marido aparece como lavrador, qualificação extensível à esposa.
2. A Lei não exige que o início de prova material se refira precisamente ao período de carência do art. 143 da Lei nº 8.213/91, servindo apenas para corroborar a prova testemunhal presente nos autos.
3. O comprovante de pagamento da taxa de cadastro e contribuição parafiscal, referente ao exercício de 1989, associado às provas testemunhais consideradas em primeiro grau, comprovam o exercício da atividade rural pela Autora, inclusive pelo período de carência.
4. Recurso especial conhecido em parte e desprovido."

(STJ, RESP - 2003.02.301822 CE 5a TURMA - DJ 07/06/2004 pág. 281 Relator Min. Laurita Vaz)

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS. PROCEDÊNCIA. JUROS DE MORA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
I. Conforme a reiterada jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, existindo nos autos início razoável de prova material corroborada pela prova testemunhal colhida nos autos, é possível o reconhecimento de tempo de serviço trabalhado por rurícola para todos os fins previdenciários.
II. A parte autora faz jus à concessão do benefício de aposentadoria por idade, uma vez demonstrada a implementação dos requisitos legais, nos termos da legislação previdenciária.
III. Juros de mora devidos à razão de 12% (doze por cento) ao ano a contar da citação, conforme Enunciado n.º 20 aprovado na Jornada de Direito Civil promovida pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal.
IV. O processo de execução por quantia certa contra a Fazenda Pública rege-se, nos termos do que prescreve a própria Constituição, por normas especiais que se estendem a todos as pessoas jurídicas de direito público interno, inclusive às entidades autárquicas, devendo, in casu, a execução e o pagamento dos valores devidos ser efetuados por requisição ao Presidente do Tribunal, nos termos estabelecidos pela Resolução nº 373 do Conselho da Justiça Federal.
V. Os honorários advocatícios são fixados em 10% (dez por cento) sobre o total da condenação, excluídas as parcelas vincendas, considerando-se as prestações vencidas as compreendidas entre o termo inicial do benefício e a data da sentença (Súmula nº 111 do STJ).
VI. Apelação do INSS conhecida em parte e parcialmente provida. Recurso adesivo da parte autora parcialmente provido.
(TRF3, 7ª Turma, AC nº 2005.03.99.009697-6, Rel. Des. Fed. Walter do Amaral, J. 15.08.05, v.u., DJU 13.10.05, p. 335)

Restou provado, também, o exercício da atividade rural, mesmo de forma descontínua, a teor das regras insertas no artigo 142 da Lei nº 8.213/91 (artigo e "tabela" introduzidos pela Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995):

"Art. 142. Para o segurado inscrito na Previdência Social Urbana até 24 de julho de 1991, bem como para o trabalhador e o empregador rural cobertos pela Previdência Social Rural, a carência das aposentadorias por idade, por tempo de serviço e especial obedecerá à seguinte tabela, levando-se em conta o ano em que o segurado implementou todas as condições necessárias à obtenção do benefício:

Ano de implementação das condições	Meses de contribuição exigidos
2004	138 meses

Homenageia-se, dessa maneira, a atividade monocrática, no tocante à valoração da prova oral de audiência:

"A sentença, como ato intelectual, possui enorme carga valorativa decorrente dos sentimentos e das sensações vivenciadas pelo juiz que coletou a prova oral, o que se verifica com maior intensidade no processo do trabalho, onde o princípio da oralidade possui amplitude mais elevada. O magistrado que acolheu os depoimentos certamente está em situação privilegiada para atribuir maior valor ao depoimento de determinada testemunha, pois com elas teve contato imediato, podendo avaliar suas reações e outros aspectos de ordem subjetiva que, embora não sejam suscetíveis de consignação em ata de audiência, são relevantes para a valoração da prova." (TRT-24ª Região; RO nº 1068/2003-004-24-00-1-Campo Grande -MS; Rel. Juiz Amaury Rodrigues Pinto Júnior; j. 20/4/2004; v.u.)

Outrossim, ressalto que a exigência de comprovação do exercício de atividade no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício deve ser abrandada no presente caso, tendo em vista que a Autora ajuizou a ação após ter completado a idade, trazendo aos autos prova da atividade rural.

Ademais, não se pode excluir a hipótese de que, justamente em virtude da idade, o segurado encontre-se debilitado para o penoso trabalho rural ou nele não encontre oportunidade para prestar serviços. Seria injustificável sacrificar o direito do trabalhador rural que, embora tenha exercido sua atividade pelo período exigido pela norma, encontre-se, no instante em que deduz seu requerimento de aposentadoria, sem trabalho.

Convém consignar que não há necessidade de recolhimento de contribuição pelos rurícolas, sendo suficiente a comprovação do efetivo exercício de atividade no meio rural. Aliás, na mesma linha de entendimento, há na praxe forense vários julgados a respeito:

"PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL. PROVA MATERIAL. CERTIDÃO DE CASAMENTO. BENEFÍCIO. CONCESSÃO. CARÊNCIA. DESNECESSIDADE.
(...)
- Inexigível do trabalhador rural, a comprovação do recolhimento das contribuições previdenciárias para obtenção de aposentadoria por idade, a teor do art. 143, da Lei 8.213/91.
(...)"
(STJ, REsp 207425, 5ª Turma, Rel. Min. Jorge Scartezzini, j. em 21.09.1999, DJ de 25.10.1999, p. 123).

"PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE SERVIÇO RURAL. REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. LEI N.º 8.213/91. CONTRIBUIÇÕES. DISPENSA. PERÍODO ANTERIOR. ABRANGÊNCIA. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL. DOCUMENTOS EM NOME DOS PAIS. VALIDADE.
1. A Lei nº 8.213/91, ao conceder a isenção das contribuições previdenciárias, não fez qualquer referência ao conceito de segurado existente na legislação revogada, tampouco direcionou a dispensa aos antigos filiados ao FUNRURAL. Sendo assim, é de se concluir que a intenção do legislador foi a de dispensar da indenização todos aqueles que se enquadravam na condição de segurado trabalhador rural conforme conceito inserto no próprio diploma legal nascente.
(. . .)"
(STJ, REsp 502817, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, j. em 14.10.2003, DJ de 17.11.2003, p. 361).

Em decorrência, é possível concluir pelo preenchimento dos requisitos exigidos pelo artigo 143 da Lei nº 8.213/91, visando a concessão do benefício pretendido.

"Art. 143. O trabalhador rural ora enquadrado como segurado obrigatório no Regime Geral de Previdência Social, na forma da alínea a do inciso I, ou do inciso IV ou VII do art. 11 desta Lei, pode requerer aposentadoria por idade, no valor de um salário mínimo, durante 15 (quinze) anos, contados a partir da data de vigência desta Lei, desde que comprove o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idêntico à carência do referido benefício."(Redação determinada pela Lei nº 9.063, de 14.6.95)

Quanto à correção monetária, deve ser fixada nos termos das Súmulas n.º 148 do Egrégio Superior Tribunal de Justiça e n.º 8 do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e da Resolução n.º 242 do Conselho da Justiça Federal, acolhida pelo Provimento n.º 26 da Egrégia Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 3ª Região.

Os honorários advocatícios devem ser fixados em R$ 350,00 (trezentos e cinqüenta reais), de forma a remunerar adequadamente o profissional em consonância com o disposto no artigo 20, §4º, do Código de Processo Civil.

No que se refere às custas processuais, delas está isenta a Autarquia Previdenciária, a teor do disposto nas Leis Federais n.os 6.032/74, 8.620/93 e 9.289/96, bem como nas Leis Estaduais n.os 4.952/85 e 11.608/03 (Estado de São Paulo) e n.os 1.135/91 e 1.936/98, com a redação dada pelos artigos 1º e 2º da Lei nº. 2.185/00 (Estado do Mato Grosso do Sul). Ressalto, contudo, que essa isenção não exime a Autarquia Previdenciária do pagamento das custas e despesas processuais em restituição à Autora, por força da sucumbência, na hipótese de pagamento prévio.

Por derradeiro, cumpre salientar que, diante de todo o explanado, a r. sentença monocrática não ofendeu os dispositivos legais objetados no recurso. Desta feita, não há razão para a interposição do respectivo pré-questionamento suscitado pelo Réu.

À vista do referido, nos termos do artigo 557, caput, do Código de Processo Civil e inciso XII do artigo 33 do Regimento Interno deste Tribunal Intermediário, dou parcial provimento à apelação, para determinar que a correção monetária deve ser fixada nos termos das Súmulas n.º 148 do Egrégio Superior Tribunal de Justiça e nº 8 do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e da Resolução n.º 242 do Conselho da Justiça Federal, acolhida pelo Provimento n.º 26 da Egrégia Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 3ª Região; para que a verba honorária seja fixada em R$ 350,00 (trezentos e cinqüenta reais) e reconhecer a isenção da Autarquia quanto ao pagamento de custas processuais, ressalvado o reembolso de despesas comprovadamente realizadas pela Autora, mantendo-se, no mais, o decisum atacado. Como os recursos a serem interpostos perante a instância extraordinária não possuem efeito suspensivo, a teor do artigo 542, §2º, do Código de Processo Civil, determina-se, desde já, a expedição de ofício ao INSS, instruído com os documentos da segurada ALVENI RIBEIRO para que, independentemente do trânsito em julgado, implante o benefício de APOSENTADORIA POR IDADE (artigo 143 da Lei 8.213/91), com data de início - DIB - em 29.03.06 e renda mensal inicial - RMI de um salário mínimo nos termos da disposição contida no caput do artigo 461 do referido Digesto:"Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou, se procedente o pedido, determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento." (grifos nossos). O aludido ofício poderá ser substituído por e-mail, na forma a ser disciplinada por esta Corte.

Intimem-se. Oficie-se.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2007.

ANTONIO CEDENHO
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2007.03.99.002002-6 REOAC 1169225
ORIG.	:	0500000389 2 Vr VARZEA PAULISTA/SP 0500013354 2 Vr VARZEA PAULISTA/SP
PARTE A	:	JOAO HELENA DE OLIVEIRA
ADV	:	IVAN MARQUES DOS SANTOS
PARTE R	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RODRIGO DE CARVALHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 2 VARA DE VARZEA PAULISTA SP
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL RODRIGO ZACHARIAS / SÉTIMA TURMA

Vistos.
Cuida-se de ação previdenciária ajuizada por JOÃO HELENA DE OLIVEIRA, cujo pedido versa sobre a concessão de aposentadoria por tempo de serviço.
À fl. 105 a MM. Juíza de Direito declarou o juízo da 2ª Vara Cível do Foro Distrital de Várzea Paulista/SP incompetente para conhecer e julgar a ação previdenciária, determinando a remessa dos autos para o Juizado Especial Federal Cível de Jundiaí/SP.
Assim, tendo em vista que não há reexame necessário no presente feito, encaminhem-se os autos a UFOR, para cancelamento da distribuição e, posteriormente, devolvam-se ao Juizado Especial Federal Cível de Jundiaí/SP, em cumprimento ao decisum acima referido.
Publique-se. Intimem-se.
São Paulo, 15 de março de 2007.

RODRIGO ZACHARIAS
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	96.03.045700-0 AG 40858
ORIG.	:	9200000717 1 Vr JABOTICABAL/SP
AGRTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV	:	ALDO MENDES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	DOMINGOS JOAO CAZADORI
ADV	:	DOMINGOS JOAO CAZADORI
RELATOR	:	DES.FED. LEIDE POLO / SÉTIMA TURMA

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento tempestivamente interposto em 24 de novembro de 1995 pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS em razão da decisão proferida pelo Juízo a quo que, nos autos de ação previdenciária, determinou que as partes se manifestassem no prazo de cinco dias sobre os esclarecimentos do perito judicial.
Ocorre que, conforme consulta ao sistema informatizado de processamento de feitos desta Corte, nos autos principais, AC nº 96.03.094524-2 foi proferido julgamento em 02/05/2000, tendo a Primeira Turma deste Tribunal, por unanimidade, negado provimento ao agravo retido, dado parcial provimento à apelação do INSS e à remessa oficial e dado provimento à apelação do autor.
Destarte, tenho que o presente recurso perdeu o seu objeto, razão pela qual julgo prejudicado este agravo de instrumento, nos termos do art. 33, inciso XII, do Regimento Interno desta Corte.
Publique-se e intime-se, baixando-se os autos, oportunamente, à instância de origem, nos termos da Resolução nº 72, de 26 de outubro de 1998 (D.J.U. 04.11.98), deste Egrégio Tribunal.
São Paulo, 16 de março de 2007.

LEIDE POLO
Desembargadora Federal
Relatora
m.t.

PROC.	:	1999.03.99.020854-5 AC 468152
ORIG.	:	9200001156 1 VR BARRETOS/SP
APTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV	:	FLAVIO SILVA FILHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	DURVAL PEREIRA falecido
REPTE	:	ZENAIDE MARTINS PEREIRA
ADV	:	LAERCIO SALANI ATHAIDE
RELATOR	:	DES.FED. LEIDE POLO / SÉTIMA TURMA

Após o trânsito em julgado do v. acórdão de 51/52, baixem os autos à instância de origem com as anotações e cautelas de praxe.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.

Desembargadora Federal
LEIDE POLO
Relatora

PROC.	:	2003.03.99.020500-8 AC 884934
ORIG.	:	0100002300 2 Vr JACAREI/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ANGELO MARIA LOPES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	JOCELIM ANDRADE DA SILVA
ADV	:	NEY SANTOS BARROS
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 2 VARA DE JACAREI SP
RELATOR	:	DES.FED. LEIDE POLO / SÉTIMA TURMA

Vistos etc.
Trata-se de ação proposta contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, que visa à revisão de benefício previdenciário, mediante a correção dos salários-de-contribuição considerados na sua base de cálculo, aplicando-se o IRSM relativo a fevereiro de 1994, correspondente a 39,67%.
No juízo "a quo" o pedido foi julgado procedente para condenar a autarquia ao recálculo da renda mensal inicial do benefício do autor com a aplicação da variação integral do IRSM de 39,67% omitido em fevereiro de 1994, antes da conversão em URV pelo valor de Cf$ 637,64, de 28.02.1994, e os demais índices que foram suprimidos, repondo o valor exato do benefício concedido mensalmente e juros de mora. O réu foi condenado, ainda, ao pagamento de honorários advocatícios arbitrados em 15% sobre o valor da condenação. Sentença submetida ao duplo grau obrigatório.
Irresignado, o INSS interpôs apelação, na qual sustenta a improcedência do pedido. Argumenta que as atualizações dos benefícios obedeceram aos critérios dos artigos 201, § 3º, e 202 da Constituição Federal e que não havia direito adquirido ao cômputo da variação

integral do IRSM de fevereiro de 1994. Sustenta, ainda, que o teto previdenciário não poderia ser afastado em face da sua legalidade.
Inicialmente, não conheço da apelação autárquica quanto à argumentação referente à aplicação dos tetos legais, pois a matéria não foi objeto do pedido, nem constou da condenação.
No mais, a matéria já foi exaustivamente apreciada no Superior Tribunal de Justiça e seu entendimento está pacificado. Assim, cabe o julgamento, nos termos do artigo 557 do CPC. Sobre tal procedimento é oportuno transcrever a lição de Humberto Theodoro Júnior "in" "Curso de Direito Processual Civil", Volume I, pág. 516, 40ª edição:
"Em qualquer tipo de recurso, o relator pode, de acordo com o art. 557, caput, negar-lhe seguimento:
1 - por motivo de ordem processual: quando se tratar de recurso "manifestamente inadmissível ou prejudicado";
2 - por motivo de mérito: quando se tratar de recurso "manifestamente improcedente" ou "em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, do STF ou de Tribunal Superior".
"Em qualquer tipo de recurso, o relator pode, de acordo com o § 1º-A do art. 557, dar-lhe provimento:
"Se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante, do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior".
A norma em questão não tem como escopo criar, propriamente, o caráter vinculante da súmula jurisprudencial, mas sim, o propósito de simplificar a tramitação do recurso, propiciando sua solução pelo próprio relator. Na verdade deve ser entendida apenas como regra autorizativa de decisão singular em segundo grau de jurisdição, nas condições que especifica."
Da mesma forma, cabe o julgamento da remessa oficial a que foi submetida a sentença, nos termos da Súmula 253 do STJ, que dispõe:
"O artigo 557 do CPC, que autoriza o relator a decidir o recurso, alcança o reexame necessário."
Sobre a matéria de fundo tem decidido, reiteradamente, o STJ, "verbis":
"PREVIDENCIÁRIO. ATUALIZAÇÃO DOS 36 ÚLTIMOS SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO. VARIAÇÃO DO IRSM DE JANEIRO E FEVEREIRO DE 1994. 39,67%. POSSIBILIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. TERMO FINAL.
- Na atualização dos 36 últimos salários-de-contribuição, para fins de apuração da renda mensal inicial dos benefícios previdenciários, é aplicável a variação integral do IRSM nos meses de janeiro e fevereiro de 1994, o percentual de 39,67% (artigo 21, parágrafo 1º, da Lei 8.880/94).
- O enunciado da Súmula nº 111 deste Superior Tribunal de Justiça exclui do valor da condenação as prestações vincendas, para fins de cálculo dos honorários advocatícios nas ações previdenciárias.
- As prestações vincendas excluídas não devem ser outras senão as que venham a vencer após o tempo da prolação da sentença.
- Recurso conhecido e provido para determinar a incidência da verba honorária sobre as prestações vencidas até a prolação da sentença."
(Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Proc. 2002.00139972, publ. DJ 17.02.2003, pág. 398)
RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. NEGATIVA DE SEGUIMENTO A RECURSO CONTRÁRIO À JURISPRUDÊNCIA DE TRIBUNAL SUPERIOR. DECISÃO MONCRÁTICA. ARTIGO 557 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.POSSIBILIDADE.
- O artigo 557, caput, do Código de Processo Civil autoriza o Relator a negar seguimento a recurso, quando contrário à jurisprudência dominante de Tribunal Superior.
- Este Superior Tribunal de Justiça, pela sua 3ª Seção, pacificou entendimento no sentido de que, na atualização dos salários-de-contribuição dos benefícios em manutenção, é aplicável a variação integral do IRSM nos meses de janeiro a fevereiro de 1994, no percentual de 39, 67%, consoante o disposto no artigo 21, parágrafo 1º, da Lei nº 8.880/94 (cf. AgRgEREsp nº 245.148/SC, da minha Relatoria, in DJ 19.02.2001).
- Recurso improvido.
(Rel. Min. Hamilton Carvalhido, RESP 603468, DJ 02.08.2004, pág. 605)
Por força da remessa oficial, cabe esclarecer que os juros de mora incidem à razão de 6% (seis por cento) ao ano da citação até 11 de janeiro de 2003, nos termos dos artigos 1.062 do Código Civil e 219 do Código de Processo Civil. A partir dessa data, são devidos na forma do artigo 406 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.
Quanto à correção monetária dos valores devidos, dar-se-á nos termos da legislação previdenciária, das Súmulas nºs 08 desta Corte e 148 do C. STJ.
No que concerne aos honorários advocatícios, estes devem ser reduzidos para 10% sobre o valor das parcelas vencidas até a data da prolação da sentença, conforme orientação desta Turma e observando-se os termos dos parágrafos 3º e 4º do artigo 20 do Código de Processo Civil. Necessário esclarecer, nesta oportunidade, que não cabe incidência de honorários sobre as prestações vincendas, a teor da Súmula n.º 111 do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.
Por fim, devem ser excluídas da condenação as parcelas atingidas pela prescrição qüinqüenal.
Ante o exposto, dou provimento parcial à remessa oficial para estabelecer os parâmetros da correção monetária e juros de mora e reduzir os honorários advocatícios e excluir as prestações atingidas pela prescrição qüinqüenal, tudo na forma da fundamentação e conheço parcialmente do recurso autárquico e lhe nego provimento, nos termos do artigo 557, "caput", do CPC, mantendo, no mais, a sentença.
Decorrido o prazo recursal, comunique-se ao INSS, para que dê imediato cumprimento à decisão.
São Paulo, 16 de março de 2007.
LEIDE POLO
Desembargadora Federal
TRF 3ª Região

PROC.	:	2007.03.00.002224-3 AG 289299
ORIG.	:	0600001232 1 VR SAO JOSE DO RIO PARDO/SP 0600070897 1 VR SAO JOSE DO RIO PARDO/SP
AGRTE	:	MARIA DE LOURDES CAMARA
ADV	:	MARCELO GAINO COSTA
AGRDO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV	:	FRANCISCO DE ASSIS GAMA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE SAO JOSE DO RIO PARDO SP
RELATOR	:	DES.FED. LEIDE POLO / SÉTIMA TURMA

Fls. 34/35: Mantenho a decisão de fls. 30/31 por seus próprios fundamentos.
Oportunamente, baixem os autos à instância de origem, com as anotações e cautelas de praxe.
Intime-se.
São Paulo, 20 de março de 2007.
Desembargadora Federal
LEIDE POLO
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.015752-5 AG 293053
ORIG.	:	0600001870 2 Vr LENCOIS PAULISTA/SP
AGRTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV	:	YVES SANFELICE DIAS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	CELINA MANTUAM ZUNTINI
ADV	:	WANDERLEI APARECIDO CRAVEIRO
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 2 VARA DE LENCOIS PAULISTA SP
RELATOR	:	DES.FED. LEIDE POLO / SÉTIMA TURMA

Vistos.
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS contra decisão juntada por cópia às fls. 16/17, proferida nos autos de ação objetivando o restabelecimento do benefício Auxílio-Doença ajuizada por CELINA MANTUAM ZUNTINI. A decisão agravada deferiu a antecipação da tutela.
Irresignado pleiteia o agravante a concessão de efeito suspensivo ao recurso.
Com efeito, à vista da edição da Lei nº 11.187 de 19.10.2005, ora em vigor, a qual veio dar nova interpretação acerca da interposição dos Agravos de Instrumento e Retido, entendo que o presente Recurso não deve prosseguir na forma em que interposto.
Nesse sentido, observo que a Lei 11.187/2005 veio tornar mais rígida a anterior orientação da Lei nº 10.352/2001, haja vista que nas condições em que especifica, a retenção do recurso de Agravo, a partir de sua vigência, não é mais mera faculdade do julgador, mas imposição legal.
Assim, entendo que a decisão agravada não é suscetível de causar ao Agravante lesão grave e de difícil reparação e nem se enquadra nas demais previsões do artigo 522 do Código de Processo Civil em sua nova redação, in verbis:'
"Art. 522 - Das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de 10 (dez) dias, na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento".
Ademais disso, o agravante não juntou com este recurso cópia reprográfica dos demais documentos que instruíram a inicial, a fim de corroborar as razões recursais.
Diante do exposto, converto este Agravo de Instrumento em Agravo Retido, na forma disposta pelo artigo 527, inciso II, do Código de Processo Civil, com as alterações introduzidas pela Lei 11.187/2005.
Oportunamente, remetam-se os autos ao juiz da causa, com as anotações e cautelas de praxe.
Intime-se.
São Paulo, 16 de março de 2007.
Desembargadora Federal
LEIDE POLO
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.015885-2 AG 293142
ORIG.	:	0600001595 1 VR ITUVERAVA/SP
AGRTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV	:	CLAUDIO RENE D AFFLITTO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	IARA LUCIENE RESENDE
ADV	:	MOUNIF JOSE MURAD
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE ITUVERAVA SP
RELATOR	:	DES.FED. LEIDE POLO / SÉTIMA TURMA

Vistos.
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS contra decisão juntada por cópia às fls. 27, proferida nos autos de ação objetivando o restabelecimento do benefício Auxílio-Doença ajuizada por IARA LUCIENE RESENDE. A decisão agravada deferiu a antecipação da tutela.
Irresignado pleiteia o agravante a concessão de efeito suspensivo ao recurso.
Com efeito, à vista da edição da Lei nº 11.187 de 19.10.2005, ora em vigor, a qual veio dar nova interpretação acerca da interposição dos Agravos de Instrumento e Retido, entendo que o presente Recurso não deve prosseguir na forma em que interposto.
Nesse sentido, observo que a Lei 11.187/2005 veio tornar mais rígida a anterior orientação da Lei nº 10.352/2001, haja vista que nas condições em que especifica, a retenção do recurso de Agravo, a partir de sua vigência, não é mais mera faculdade do julgador, mas imposição legal.
Depreende-se do decisum ora impugnado e dos documentos acostados a estes autos que, in casu, o periculum in mora milita a favor da agravada.
Assim, entendo que a decisão agravada não é suscetível de causar ao Agravante lesão grave e de difícil reparação e nem se enquadra nas demais previsões do artigo 522 do Código de Processo Civil em sua nova redação, in verbis
"Art. 522 - Das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de 10 (dez) dias, na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento".
Diante do exposto, converto este Agravo de Instrumento em Agravo Retido, na forma disposta pelo artigo 527, inciso II, do Código de Processo Civil, com as alterações introduzidas pela Lei 11.187/2005.
Oportunamente, remetam-se os autos ao juiz da causa, com as anotações e cautelas de praxe.
Intime-se.
São Paulo, 21 de março de 2007.
Desembargadora Federal
LEIDE POLO
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.018171-0 AG 293331
ORIG.	:	0600002234 1 Vr LENCOIS PAULISTA/SP
AGRTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV	:	ANTONIO ZAITUN JUNIOR
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	JOSE LUIZ CONTIERO
ADV	:	ANDRE TAKASHI ONO
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE LENCOIS PAULISTA SP
RELATOR	:	DES.FED. LEIDE POLO / SÉTIMA TURMA

Vistos.
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS contra decisão juntada por cópia às fls. 35/36, proferida nos autos de ação objetivando o restabelecimento do benefício Auxílio-Doença ajuizada por JOSÉ LUIZ CONTIERO. A decisão agravada deferiu a antecipação da tutela.
Irresignado pleiteia o agravante a concessão de efeito suspensivo ao recurso.
Com efeito, à vista da edição da Lei nº 11.187 de 19.10.2005, ora em vigor, a qual veio dar nova interpretação acerca da interposição dos Agravos de Instrumento e Retido, entendo que o presente Recurso não deve prosseguir na forma em que interposto.
Nesse sentido, observo que a Lei 11.187/2005 veio tornar mais rígida a anterior orientação da Lei nº 10.352/2001, haja vista que nas condições em que especifica, a retenção do recurso de Agravo, a partir de sua vigência, não é mais mera faculdade do julgador, mas imposição legal.
Assim, entendo que a decisão agravada não é suscetível de causar ao Agravante lesão grave e de difícil reparação e nem se enquadra nas demais previsões do artigo 522 do Código de Processo Civil em sua nova redação, in verbis:'
"Art. 522 - Das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de 10 (dez) dias, na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento".
Diante do exposto, converto este Agravo de Instrumento em Agravo Retido, na forma disposta pelo artigo 527, inciso II, do Código de Processo Civil, com as alterações introduzidas pela Lei 11.187/2005.
Oportunamente, remetam-se os autos ao juiz da causa, com as anotações e cautelas de praxe.
Intime-se.
São Paulo, 20 de março de 2007.
Desembargadora Federal
LEIDE POLO
Relatora

PROC.	:	2000.03.99.053221-3 AC 624556
ORIG.	:	9800000985 2 Vr ADAMANTINA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARGARETE DE CASSIA LOPES GOMES DE CARVALHO

ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MARIA LUCIA FERREIRA DE ANDRADE SANTOS
ADV	:	ELIKA KANO (Int.Pessoal)
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 2 VARA DE ADAMANTINA SP
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

Tratando-se de ação ajuizada em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, em que se pleiteia a concessão de Aposentadoria por Invalidez Acidentária (fls. 02/14 e 120/122), exclui-se a competência da Justiça Federal, em ambas as instâncias, para o processamento do feito, nos termos do artigo 108, inciso II, c.c. artigo 109, inciso I, da CF e Súmulas 501/STF e 15/STJ.
Dessa forma, levando-se em conta que a decisão recorrida foi proferida por juiz estadual, competente para o processamento e julgamento da ação acidentária, proceda-se a remessa dos autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, competente para o julgamento deste recurso.
Intimem-se.
São Paulo, 09 de março de 2007.
Desembargadora Federal EVA REGINA
Relatora

PROC.	:	2005.03.00.033897-3 AG 235462
ORIG.	:	0200001082 1 Vr ANGATUBA/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SUZETE MARTA SANTIAGO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	ELVIRA DE BARROS VIEIRA incapaz
REPTE	:	LAZARO RODRIGUES VIEIRA
ADV	:	MARCIA REGINA RODRIGUES (Int.Pessoal)
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE ANGATUBA SP
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL contra a decisão proferida pelo Juízo de Direito da 1ª Vara de Angatuba que, em ação ajuizada por ELVIRA DE BARROS VIEIRA (incapaz) para concessão de benefício assistencial, deferiu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela.
Às folhas 31/33, foi indeferido o efeito suspensivo ao recurso.
No entanto, verifico que este agravo de instrumento perdeu o objeto.
Isso porque o feito principal encontra-se sentenciado, conforme se vê na apelação cível nº 2005.03.99.052187-0, de minha relatoria.
Com efeito, prolatada a sentença, a tutela antecipada discutida neste recurso resta esvaída, cabendo ao interessado impugnar a sentença.
Nesse sentido:
"PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL - RECURSO ESPECIAL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - DECISÃO QUE DEFERE OU INDEFERE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - PROLAÇÃO DE SENTENÇA - PERDA DE OBJETO.
1. Sentenciado o feito, perde o objeto, (restando) porque prejudicado, o recurso especial interposto de acórdão que examinou agravo de instrumento de decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela.
2. A sentença de mérito que confirma o provimento antecipatório absorve seus efeitos, por se tratar de decisão proferida em cognição exauriente; se de improcedência a sentença, resta cassado o provimento liminar.
3. Precedentes do STJ.
4. Agravo regimental improvido."
(STJ, AGRESP 655475, processo 200400568223/SC, Relatora: Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJ 21.02.2005, p. 160).
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DECISÃO ANTECIPATÓRIA DE TUTELA. PROLAÇÃO DE SENTENÇA DE MÉRITO. RECURSO RELATIVO AO PROVIMENTO LIMINAR. FALTA DE INTERESSE RECURSAL.
1. Torna-se prejudicado o recurso interposto contra decisão concessiva de tutela antecipada, quando sobrevém sentença de mérito de improcedência ou de extinção do processo sem julgamento do mérito, ou ainda de procedência, que seja atacada por recurso recebido apenas no efeito devolutivo. Neste caso, o provimento do recurso relativo à liminar antecipatória não tem o condão de impedir a exeqüibilidade da sentença de mérito, não subsistindo, portanto, interesse jurídico em sua apreciação.
2. Agravo regimental desprovido."
(STJ, AgRg no REsp 590699/RJ, processo 2003/0163891-4, Relatora: Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 20.03.2006, p. 333).
Destarte, por estar prejudicado, nego seguimento ao agravo, nos termos do artigo 557, "caput", do Código de Processo Civil e do artigo 33, inciso XII, do Regimento Interno desta E. Corte.
Dê-se ciência ao Ministério Público Federal.
Decorrido o prazo recursal, apensem-se estes autos aos principais.
Publique-se.
São Paulo, 02 de março de 2007.
Desembargadora Federal EVA REGINA
Relatora

PROC.	:	2006.03.99.002151-8 AC 1083699
ORIG.	:	0400000576 2 Vr AMAMBAI/MS 0400021142 2 Vr AMAMBAI/MS
APTE	:	LUCIANO MIRANDA DA SILVA
ADV	:	MADALENA DE MATOS DOS SANTOS
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RICARDO RODRIGUES NABHAN
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

Trata-se de apelação contra sentença proferida na ação previdenciária em que se pleiteia a concessão de aposentadoria por idade a partir do ajuizamento da ação, acrescida dos consectários legais.
A decisão de primeiro grau julgou improcedente o pedido formulado pela autora, declarando extinto o processo com julgamento de mérito, nos termos do art. 269, I do Código de Processo Civil, e deixou de condená-la nas custas processuais por ser beneficiária da assistência judiciária gratuita fls. 43/46).
Inconformada, apela a parte autora. Sustentando que restaram comprovados os requisitos necessários à concessão do benefício (fls. 51/56).
Com as contra-razões, subiram os autos a este Egrégio Tribunal.
É o relatório.
Decido.
O benefício da aposentadoria por idade, para o trabalhador rural, está previsto nos artigos 39 (específico para o segurado especial), 48, parágrafo 1º e 143 da Lei 8.213 de 24 de julho de 1991, sendo certo que, quando se trata de concessão de benefício previdenciário, aplica-se a legislação vigente à época em que o segurado preencheu os pressupostos necessários à sua concessão.
Vê-se assim que, para obtenção da aposentadoria por velhice, no valor de um salário mínimo, basta à parte autora, quando do pedido, na esfera administrativa ou judicial, provar ter atingido a idade mínima de 55 anos, se mulher, e 60 anos, se homem, bem como o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idêntico à carência do referido benefício (artigo 142 da Lei 8.213/91).
Na hipótese, a parte autora implementou, em 13 de janeiro de 2003, o requisito idade, sendo que, por ocasião do ajuizamento da ação (21/06/2004), já contava 61 anos de idade.
No que concerne à prova do tempo de exercício da atividade rural, certo é que o legislador, ao garantir a contagem de tempo de serviço, sem anterior registro, exigiu o início de prova material, no que foi secundado pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, quando da edição da Súmula 149.
No caso dos autos, há início de prova documental consubstanciada no RG, CIC e Certidão de Casamento, na qual consta a profissão de agricultor do autor, realizado em 28.04.1973.
Não obstante tal documento demonstre que o autor exerceu o labor rurícola no ano de 1973, inexistem, nos autos, elementos comprobatórios precisos e indicativos desta atividade, de modo a alcançar o período pendente de prova.
Frise-se que os depoimentos testemunhais são prejudiciais ao pedido posto na inicial ao informarem o labor do autor como pedreiro, não sabendo precisar quais períodos trabalhou nessa profissão ou em atividade rural.
Nesse sentido é o depoimento da testemunha Manoel Alves dos Santos: "Que conhece o requerente há 10 anos aproximadamente; que na época o depoente estava precisando de pedreiro e indicaram o requerente; que o autor construiu um muro da casa do depoente e depois fez outros serviços na fazenda do depoente, reformando a casa; que não sabe se o autor trabalhou na roça" (fl. 34).
Entendo, portanto, que o conjunto probatório não é apto a demonstrar a atividade campesina da parte autora, pelo período legalmente exigido, não fazendo jus, portanto, ao benefício pleiteado.
Dessa forma, ausente um dos requisitos, a improcedência do pedido era de rigor.
Diante do exposto, nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, nego provimento à apelação da parte autora.
Intimem-se.
São Paulo, 21 de março de 2007.
Desembargadora Federal EVA REGINA
Relatora

PROC.	:	2006.03.99.002333-3 AC 1083880
ORIG.	:	0400000142 1 Vr TAQUARITINGA/SP
APTE	:	ALCIDES DA SILVA e outro
ADV	:	CARLOS APARECIDO DE ARAUJO
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUIS ENRIQUE MARCHIONI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

Trata-se de apelação contra sentença proferida na ação previdenciária em que se pleiteia a concessão de aposentadoria por idade, a partir da data que os autores implementaram a idade necessária para obtenção do benefício, acrescida dos consectários legais.
A decisão de primeiro grau julgou improcedente o pedido formulado pelos autores, declarando extinto o processo com julgamento de mérito, nos termos do art. 269, I do Código de Processo Civil, e condenou-os ao pagamento das custas e honorários advocatícios, fixados em 10% do valor da causa, observados os dispositivos da Lei 1060/50 para eventual execução (fls. 43/46).
Inconformada, apela a parte autora. Sustentando que restaram comprovados os requisitos necessários à concessão do benefício (fls. 64/67).
Com as contra-razões, subiram os autos a este Egrégio Tribunal.
É o relatório.
Decido.
O benefício da aposentadoria por idade, para o trabalhador rural, está previsto nos artigos 39 (específico para o segurado especial), 48, parágrafo 1º e 143 da Lei 8.213 de 24 de julho de 1991, sendo certo que, quando se trata de concessão de benefício previdenciário, aplica-se a legislação vigente à época em que o segurado preencheu os pressupostos necessários à sua concessão.
Vê-se assim que, para obtenção da aposentadoria por velhice, no valor de um salário mínimo, basta à parte autora, quando do pedido, na esfera administrativa ou judicial, provar ter atingido a idade mínima de 55 anos, se mulher, e 60 anos, se homem, bem como o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idêntico à carência do referido benefício (artigo 142 da Lei 8.213/91).
Na hipótese, os autores implementaram, respectivamente, em 20 de fevereiro de 1999, e em 20 de março de 2003, o requisito idade, sendo que, por ocasião do ajuizamento da ação (09/02/2004), já contavam com 64 e 55 anos de idade.
No que concerne à prova do tempo de exercício da atividade rural, certo é que o legislador, ao garantir a contagem de tempo de serviço, sem anterior registro, exigiu o início de prova material, no que foi secundado pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, quando da edição da Súmula 149.
No caso dos autos, há início de prova documental consubstanciada no RG, CIC, Certidão de Casamento, na qual consta a profissão de lavradores dos autores, realizado em 29.09.1977, e na Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS do autor, na qual consta registros de trabalho rural, em períodos descontínuos entre os anos de 1970 a 1984.
Não obstante tais registros demonstrem que o autor exerceu o labor rurícola até o anos de 1984, inexistem, nos autos, elementos comprobatórios precisos e indicativos desta atividade, de modo a alcançar o período pendente de prova.
Frise-se que os depoimentos pessoais são prejudiciais ao pedido posto na inicial ao informarem que não exercem labor rural, respectivamente, há mais de oito e vinte anos (fls. 48 e 54).
Nesse sentido, as testemunhas ouvidas em juízo sob o crivo do contraditório, e cientes das penas por falso testemunho, não foram firmes e coesas, diante das circunstâncias descritas nos respectivos depoimentos, restando insuficientes para atestar soberanamente à pretensão dos autos (fls. 55/62).
Entendo, portanto, que o conjunto probatório não é apto a demonstrar a atividade campesina dos autores, pelo período legalmente exigido, não fazendo jus, portanto, ao benefício pleiteado.
Dessa forma, ausente um dos requisitos, a improcedência do pedido era de rigor.
Diante do exposto, nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, nego provimento à apelação da parte autora.
Intimem-se.
São Paulo, 21 de março de 2007.
Desembargadora Federal EVA REGINA
Relatora

PROC.	:	2006.03.99.010387-0 AC 1098648
ORIG.	:	0300001306 1 Vr NOVA GRANADA/SP
APTE	:	IDOLANDA OLIVEIRA LUIZ
ADV	:	ANTONIO ALBERTO CRISTOFOLO DE LEMOS
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	PAULO SERGIO BIANCHINI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

Trata-se de apelação contra sentença proferida na ação previdenciária em que se pleiteia a concessão de aposentadoria por idade, desde a citação, acrescida dos consectários legais.
A decisão de primeiro grau julgou improcedente o pedido formulado pela autora e condenou-a em custas e despesas processuais atualizadas desde o desembolso, bem como em honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, ficando suspensa tal condenação nos termos do artigo 12 da Lei n. 1.060/50 (fls. 89/92).
Inconformada, apela a parte autora. Sustentando que restaram comprovados os requisitos necessários à concessão do benefício (fls. 94/98).
Com as contra-razões, subiram os autos a este Egrégio Tribunal.
É o relatório.
Decido.
O benefício da aposentadoria por idade, para o trabalhador rural, está previsto nos artigos 39 (específico para o segurado especial), 48, parágrafo 1º e 143 da Lei 8.213 de 24 de julho de 1991, sendo certo que, quando se trata de concessão de benefício previdenciário, aplica-se a legislação vigente à época em que o segurado preencheu os pressupostos necessários à sua concessão.
Vê-se assim que, para obtenção da aposentadoria por velhice, no valor de um salário mínimo, basta à parte autora, quando do pedido, na esfera administrativa ou judicial, provar ter atingido a idade mínima de 55 anos, se mulher, e 60 anos, se homem, bem como o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idêntico à carência do referido benefício (artigo 142 da Lei 8.213/91).
Na hipótese, a parte autora implementou, em 08 de janeiro de 1997, o requisito idade, sendo que, por ocasião do ajuizamento da ação (08.08.2003), já contava 61 anos de idade.
No que concerne à prova do tempo de exercício da atividade rural, certo é que o legislador, ao garantir a contagem de tempo de serviço, sem anterior registro, exigiu o início de prova material, no que foi secundado pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, quando da edição da Súmula 149.
No caso dos autos, há início de prova documental consubstanciada na Certidão de Casamento, realizada em 02.12.1980, na qual consta a profissão de lavrador do marido e "do lar" da autora.
É certo que a jurisprudência majoritária de nossos Tribunais tem admitido que a condição profissional de trabalhador rural do marido, conforme conste da certidão de casamento, estende-se à mulher, com vista à comprovação de atividade rurícola.

Entretanto, mesmo admitindo-se que à data das núpcias estendida a condição de lavrador do marido, há necessidade de ficar comprovado que o exercício da atividade rural deu-se no período exigido pelo artigo 143 da Lei 8.213/91.
Atente-se que os documentos juntados pela autarquia-ré às fls. 52/58, referentes à aposentadoria invalidez previdenciária (DIB 01.01.1988) recebida pelo cônjuge da parte autora, demonstram que seu marido exercia atividades de natureza urbana, de modo que, não pode a autora se valer dos documentos do marido que o apresentem como lavrador, pois ele não o é mais.
Nesse contexto restam apenas os depoimentos testemunhais que não souberam precisar o desenvolvimento do labor campesino da parte autora no período pendente de prova, não sendo, assim, suficientes para atestar soberanamente a pretensão posta nos autos.
Entendo, portanto, que o conjunto probatório não é apto a comprovar a atividade campesina, pelo período exigido na tabela contida no art. 142 da Lei 8.213/91, não fazendo jus, portanto, ao benefício pleiteado.
Diante do exposto, nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, nego provimento à apelação da parte autora.
Intimem-se.
São Paulo, 21 de março de 2007.
Desembargadora Federal EVA REGINA
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.011286-4 AG 292035
ORIG.	:	0600002363 1 Vr BEBEDOURO/SP 0600084182 1 Vr BEBEDOURO/SP
AGRTE	:	ZELITA APARECIDA GROSSO
ADV	:	PAULA BELUZO COSTA
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE BEBEDOURO SP
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

Trata-se de agravo de instrumento interposto por ZELITA APARECIDA GROSSO contra a decisão proferida pelo Juízo de Direito da 1ª Vara de Bebedouro, que, em ação ajuizada em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, determinou, de ofício, a remessa dos autos ao "Juizado Federal Especial" de Bebedouro, Unidade Descentralizada Universitária do Juizado Especial Federal Cível de Ribeirão Preto.
Analisando o conteúdo dos autos, verifico que, publicada a decisão agravada em 01.12.06 (fl. 32), o termo final do prazo recursal dar-se-ia em 13.12.06, sendo, entretanto, o presente protocolado em 12.02.07 (fl. 02).
Daí conclui-se que este agravo é intempestivo.
Destarte, sendo inadmissível, nego seguimento ao agravo, nos termos do artigo 557, "caput", do Código de Processo Civil e do artigo 33, inciso XIV, do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
Decorrido o prazo recursal, remetam-se estes autos à Vara de origem para apensamento aos principais.
Int.
São Paulo, 21 de março de 2007.
Desembargadora Federal EVA REGINA
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.011609-2 AG 292236
ORIG.	:	0700000105 2 Vr PRESIDENTE EPITACIO/SP 0700006829 2 Vr PRESIDENTE EPITACIO/SP
AGRTE	:	CRISTIANO OLIMPIO DE ARAUJO SILVA
ADV	:	EMIL MIKHAIL JUNIOR
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 2 VARA DE PRESIDENTE EPITACIO SP
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

Trata-se de agravo de instrumento interposto por CRISTIANO OLIMPIO DE ARAUJO SILVA contra a decisão proferida pelo Juízo de Direito da 2ª Vara de Presidente Epitácio que, em ação ajuizada em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, visando à concessão de auxílio-doença, indeferiu o pedido de tutela antecipada.
A Lei nº 11.187/05 estabeleceu um novo procedimento para o agravo de instrumento, o qual somente deve ser admitido: (a) quando a decisão recorrida for suscetível de causar lesão grave e de difícil reparação à parte; (b) quando for proferida decisão que inadmita apelação; e (c) quando a decisão recorrida trate dos efeitos em que a apelação é recebida.
Fora das exceções nomeadas, caberá ao relator converter o agravo de instrumento em agravo retido, o qual passa a ser o recurso, em regra, cabível das decisões interlocutórias.
Ante o exposto, passo à análise do presente.
Segundo a parte agravante, a decisão interlocutória, que indeferiu o pedido de tutela antecipada, dá causa a lesão grave e de difícil reparação. Sustenta, em síntese, que, sendo portador de epilepsia e tendo graves crises de convulsão, não possui mais condições de continuar o labor, iniciado em 20.03.06, podendo a enfermidade de que é portador se enquadrar dentre as de natureza incapacitante que independem de carência, haja visa que a mesma acarreta paralisia do corpo.
"In casu", o recorrente, possuindo 20 (vinte) anos, com anotação em sua CTPS a partir de 20.03.06, conforme atestado médico juntado ao feito, faz tratamento médico especializado, com quadro de epilepsia (fls. 40/41 e 42).
Não comprovada a carência reclamada de 12 (doze) contribuições mensais para a concessão do benefício e não estando a epilepsia inclusa dentre as moléstias que dispensam o seu cumprimento, os elementos dos autos, por ora, também não autorizam a possibilidade de enquadramento da sua doença como deficiência que por sua peculiaridade independe do cumprimento da carência, devendo ser aguardada a realização da perícia técnica oficial para melhor esclarecimento dessa questão.
Por essas razões, não vejo perigo de dano irreparável ou de difícil reparação a colocar em risco o direito da agravante.
Por conseqüência, não está configurada, no presente caso, qualquer das hipóteses de exceção previstas no inciso II do artigo 527 do Código de Processo Civil, com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.187/2005.
Assim, converto este agravo de instrumento em retido, nos termos do inciso II do artigo 527 do mesmo Código.
Oportunamente, remetam-se os autos á vara de origem.
Int.
São Paulo, 19 de março de 2007.
Desembargadora Federal EVA REGINA
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.011856-8 AG 292413
ORIG.	:	0700000139 1 Vr PIRASSUNUNGA/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CARLOS HENRIQUE MORCELLI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	ANTONIA APARECIDA ALVES MATOSO
ADV	:	WASHINGTON LUIS ALEXANDRE DOS SANTOS
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE PIRASSUNUNGA SP
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL contra decisão proferida pelo Juízo de Direto da 1ª Vara de Pirassununga, que, em ação previdenciária ajuizada por ANTONIA APARECIDA ALVES MATOSO, visando ao restabelecimento de auxílio-doença, deferiu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela.
De início, pede a decretação de segredo de justiça, em razão da juntada da cópia de documento médico pertinente à parte autora e em obediência ao artigo 5º incisos X e LX da Constituição Federal.
Sustenta, em síntese, a inexistência de prova inequívoca, devendo prevalecer a perícia da autarquia até a realização da perícia judicial, a irreversibilidade do provimento antecipado e a necessidade de prestação de caução.
Tratando-se de verba alimentar e sendo a agravada beneficiária da gratuidade da justiça (fls. 116/117), dela não se pode exigir a prestação de caução, sob pena de negar-lhe a concessão do benefício.
No que tange ao perigo de irreversibilidade do provimento antecipado, este deve ser apreciado em vista do conflito de valores no caso concreto, sob pena de a regra do parágrafo 2º do artigo 273 do Código de Processo Civil tornar inaplicável o "caput" do mesmo dispositivo.
A previsão legal do artigo 273 do Código de Processo Civil é de concessão de medida satisfativa, ou seja, antecipação da própria prestação jurisdicional. Dessa forma, se evidenciados os pressupostos para antecipação dos efeitos da tutela, deve ela ser deferida.
Prescreve o Decreto nº 3.048/99, em seus artigos 77 e 78, que transcrevo "in verbis":
Art. 77. O segurado em gozo de auxílio-doença está obrigado, independentemente de sua idade e sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a exame médico a cargo da previdência social, processo de reabilitação profissional por ela prescrito e custeado e tratamento dispensado gratuitamente, exceto o cirúrgico e a transfusão de sangue, que são facultativos.
Art. 78. O auxílio-doença cessa pela recuperação da capacidade para o trabalho, pela transformação em aposentadoria por invalidez ou auxílio-acidente de qualquer natureza, neste caso se resultar seqüela que implique redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.
Vê-se, assim, que, embora o auxílio-doença exija a total incapacidade laborativa, ela pode ser transitória.
"In casu", conforme consta, apresentado pedido de prorrogação do auxílio-doença, não foi reconhecido o direito à prorrogação (fl. 32).
Da cópia da perícia consta que a segurada nasceu em 17.10.1952 e possui a profissão de faxineira. Relatado histórico de problema ortopédico e de depressão, bem como mencionados os medicamentos a ela ministrados, foi realizado exame físico, entendendo o perito do INSS que, apesar das queixas, a mesma não apresentava sinais que indicassem incapacidade laboral, não se justificando a prorrogação do benefício (fl. 41).
Por outro lado, foram juntados atestados médicos e receituários, firmados por médicos da confiança da agravada e devidamente inscritos no Conselho Regional de Medicina, para demonstrar a incapacidade para o labor (fls. 19/31 e 35/36). Consta, especificamente, do último atestado, datado de 30.01.07, que a mesma está impossibilitada de trabalhar por tempo indeterminado.
Conquanto não seja possível a substituição da prova pericial pelos atestados médicos mencionados, considerada a diversidade entre eles e a perícia realizada pelo INSS, no mesmo espaço de tempo, tenho que, ao menos nessa fase preliminar, por ora, deva ser restabelecido o benefício, eis que verossímil a persistência da incapacidade para as atividades habituais.
A par disso, obviamente, nada impede que, após a perícia judicial, o Juízo de origem conclua em sentido contrário.
As condições acima descritas, associadas à natureza alimentar do benefício, justificam a presença, em favor da parte agravada, da urgência da medida.
A par do relatado, não se entrevê que a decisão é suscetível de causar à parte recorrente lesão grave ou de difícil reparação.
Assim, converto este agravo de instrumento em retido, nos termos do inciso II do artigo 527 do Código de Processo Civil.
Por fim, o conteúdo das cópias de fls. 19/31 e 35/36 não justifica o segredo de justiça, ex vi do artigo 155 do Código de Processo Civil.
Int.
São Paulo, 19 de março de 2007.
Desembargadora Federal EVA REGINA
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.015585-1 AG 292933
ORIG.	:	0600001902 6 Vr SAO VICENTE/SP
AGRTE	:	JOSE DE ASSIS
ADV	:	IRAILSON DOS SANTOS RIBEIRO
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 6 VARA DE SAO VICENTE SP
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

Trata-se de agravo de instrumento interposto por JOSE DE ASSIS contra a decisão proferida pelo Juízo de Direito da 6ª Vara de São Vicente, que, em ação ajuizada em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, determinou, de ofício, a remessa dos autos ao Juizado Federal Especial de Santos, cuja jurisdição, a partir de 18.03.2005, passou a abranger o município de São Vicente.
Defiro os benefícios da justiça gratuita (fls. 03 e 17).
Em primeiro lugar, a regra que prevê a competência absoluta do Juizado Especial - artigo 3º, parágrafo 3º, da Lei nº 10.259/2001 - refere-se apenas ao foro em que tenha sido instalada Vara do Juizado Especial Federal. Assim, caso o foro não seja sede de tal Vara, a citada regra de competência não se aplica.
Nesse sentido, veja-se o seguinte julgado do C. Superior Tribunal de Justiça, cuja ementa transcrevo, "in verbis":
CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUÍZOS ESTADUAL E FEDERAL. PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO DE REVISÃO DE BENEFÍCIO. JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - LEI 10259/01. COMARCA QUE NÃO É SEDE DE TAL JUIZADO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO ESTADUAL. ART. 109, § 3º DA CF. PRECEDENTES ANÁLOGOS.
Ainda que a presente ação de revisão de benefício previdenciário tenha sido proposta após a vigência da Lei nº 10259/01, que criou os Juizados Especiais Federais, o mesmo não foi ainda criado na comarca na qual reside o autor.
Aplicação do entendimento preconizado pelo art. 109, § 3º da Constituição Federal, utilizado em precedentes análogos desta Corte de Justiça.
Conflito conhecido para declarar, na hipótese, a competência do juízo estadual suscitado.
(STJ, CC 35420/SP, Terceira Seção, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, v.u, DJ 05.04.04, pág. 199).
Por outro lado, faculta-se à parte autora, se no foro do seu domicílio não houver Vara Federal, o ajuizamento da demanda no Juizado Especial Federal mais próximo, nos moldes do artigo 20 da Lei nº 10.259/2001.
Cumpre observar que essa regra tem como objetivo facilitar o acesso ao Juizado Especial, para aqueles que queiram ver suas ações nele tramitando, e não, ao contrário, trazer prejuízo ao jurisdicionado, afastando a competência da Justiça Estadual para julgar as causas em que forem partes o INSS e o segurado ou beneficiário, sempre que a comarca não seja sede de Vara Federal.
Ademais, estando a mencionada competência da Justiça Estadual prevista na Constituição Federal, em seu artigo 109, parágrafo 3º, não poderia a lei ordinária alterá-la.
No presente caso, tendo em vista que em São Vicente não existe Vara Federal, optou o agravante por ajuizar sua demanda na Justiça Estadual daquela Comarca, incidindo a regra prevista no artigo 109, parágrafo 3º, da Constituição Federal, não havendo que se falar em incompetência absoluta do Juízo declinante.
Trata-se, portanto, de regra de competência relativa, porquanto instituída com observância de critério territorial em benefício da parte autora da ação, dela não se podendo declinar de ofício.
Determina, ainda, a Súmula nº 33 do Colendo Superior Tribunal de Justiça, "in verbis":
A incompetência relativa não pode ser declarada de ofício.
Assim, estando a decisão recorrida em manifesto confronto com súmula do Colendo Superior Tribunal de Justiça, dou provimento ao agravo, nos termos do artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, para reformar a decisão que determinou a remessa dos autos ao Juizado Especial Federal da Subseção Judiciária de Santos, e declarar competente para processar e julgar a ação previdenciária o Juízo de Direito da 6ª Vara de São Vicente. Comunique-se.
Decorrido o prazo recursal, remetam-se os autos à vara de origem, para apensamento ao feito principal.
Int.
São Paulo, 12 de março de 2007.
Desembargadora Federal EVA REGINA
Relatora

PROC.	:	2002.03.99.021228-8 AC 802540
ORIG.	:	0100000219 4 Vr JUNDIAI/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CARLOS PUTTINI SOBRINHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR

APDO	:	LUIZA ALVES DOS SANTOS (= ou > de 65 anos)
ADV	:	NEIDE ALVES FERREIRA
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de ação ajuizada em 05-02-2001 em face do INSS, citado em 02-03-2001, pleiteando o benefício da aposentadoria por idade, previsto no artigo 48 da Lei n.º 8.213/91, a partir do requerimento administrativo (11-08-1998).
A r. sentença proferida em 08-03-2002 julgou procedente o pedido, condenando a autarquia a conceder o benefício pleiteado, a partir do requerimento administrativo (11-08-1998), sendo os valores em atraso corrigidos monetariamente, com incidência de juros de mora à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês desde a citação. Condenou o INSS, ainda, ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação até a sentença (Súmula 111 do STJ), isentando-o do pagamento de custas processuais.
Inconformada, apela a autarquia, alegando que a parte autora não comprovou com os documentos apresentados ter preenchido os requisitos necessários para a concessão do benefício. Caso mantido o decisum, sustenta que os juros de mora são devidos à taxa legal de 5% (cinco por cento), a partir da ocorrência da citação.
Com contra-razões, subiram os autos a esta Corte Regional.
É o relatório.
D E C I D O.
A sentença recorrida julgou procedente a ação, sob o fundamento de que a parte autora comprovou o exercício da atividade urbana, com as devidas contribuições previdenciárias, bem como o requisito etário, dando ensejo à concessão da aposentadoria pleiteada.
Insurge-se o INSS contra essa decisão, sustentando em suas razões de recurso que a autora não preencheu os requisitos legalmente exigidos, especialmente no que tange à comprovação da qualidade de segurado.
Para a concessão do referido benefício previdenciário torna-se necessário o implemento dos requisitos legalmente exigidos, nos termos do artigo 48 da Lei nº 8.213/91:
"Art. 48 - A aposentadoria por idade será devida ao segurado que, cumprida a carência exigida nesta Lei, completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta), se mulher. (Redação dada pela Lei nº 9032, de 28/04/95)"
Conforme informações prestadas pelo INSS (fl. 193/202), consta dos autos que a autora recebe o benefício pleiteado desde 06-02-2003, ocasião em que a autarquia implantou o benefício, por entender presentes os requisitos à sua concessão.
Assim, com relação à idade, período de carência, qualidade de segurado e valor do benefício, tais questões são incontroversas tendo em vista que a autora já é detentora do benefício de aposentadoria por idade.
Com efeito, como o próprio Instituto reconheceu o direito da autora no curso da demanda, parte do objeto de seu recurso restou prejudicado, uma vez que ocorreu fato superveniente à sentença, capaz de influir na solução da lide, impondo ao magistrado a sua consideração de ofício, no momento do julgamento, de acordo com o disposto no artigo 462 do Código de Processo Civil.
O reconhecimento jurídico do pedido é "ato privativo que consiste na admissão de que a pretensão do autor é fundada e, portanto, deve ser julgada procedente. Seu objeto é, portanto, o direito. Pode ser parcial ou total, tácito ou expresso. Somente pode ocorrer quanto a direitos disponíveis e, se regular e correta a forma, implica necessariamente a extinção do processo com julgamento de mérito, de procedência do pedido." (Nelson Nery Junior).
Todavia, subsiste à autora o interesse de agir na presente ação no tocante às parcelas pretéritas à concessão do benefício administrativamente.
Desta forma, perante a concessão do benefício da aposentadoria por idade, administrativamente, a parte autora faz jus às parcelas vencidas a partir da data do requerimento administrativo (11-08-1998), uma vez que demonstrou que já havia preenchido os requisitos necessários desde então, até sua efetiva implantação em 06-02-2003, acrescidas dos consectários legais.
Cumpre esclarecer que a correção monetária sobre os valores em atraso deve seguir o disposto no Provimento n.º 26/01 da E. Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 3ª Região, observando-se a Súmula nº 08 desta Corte Regional e a Súmula nº 148 do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.
Com relação aos juros de mora, os mesmos devem ser mantidos tal como fixados na r. sentença, ou seja, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, a partir da citação.
Isto posto, nos termos do disposto no §1º-A do artigo 557 do Código de Processo Civil, dou parcial provimento à apelação do INSS para determinar o pagamento das parcelas vencidas desde a data do requerimento administrativo do benefício (11-08-1998) até sua efetiva implantação (06-02-2003).
Publique-se. Intimem-se.
São Paulo, 19 de março de 2007.
WALTER DO AMARAL
DESEMBARGADOR FEDERAL
RELATOR

PROC.	:	2002.03.99.032785-7 AC 821300
ORIG.	:	0100000617 1 Vr URUPES/SP
APTE	:	MARIA JUSTO PALETA
ADV	:	FERNANDO APARECIDO BALDAN
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	PAULO SERGIO BIANCHINI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de ação ajuizada em 18-06-2001 em face do INSS, citado em 18-07-2001, pleiteando o benefício da aposentadoria por idade, prevista no artigo 143 da Lei n. 8.213/91, desde a data do requerimento administrativo (15-08-1994).
A r. sentença proferida em 17-04-2002 julgou improcedente o pedido, sob o fundamento de que a autora deixou de laborar no meio rural antes do implemento do requisito etário, razão pela qual não faz jus ao benefício pleiteado. Condenou a parte autora ao pagamento de custas e despesas processuais, bem como de honorários advocatícios fixados em R$ 200,00 (duzentos reais), suspendendo a sua exigibilidade por ser beneficiária da assistência judiciária gratuita.
Inconformada, apela a parte autora alegando, em síntese, que os documentos juntados aos autos, corroborados pela prova testemunhal, demonstram que trabalhou na condição de rurícola durante toda a sua vida.
Com contra-razões, subiram os autos a esta Corte Regional.
É o relatório.
D E C I D O.
A sentença recorrida julgou improcedente a ação, sob o fundamento de que a autora deixou de laborar no meio rural antes do implemento do requisito etário, razão pela qual não faz jus ao benefício pleiteado.
Inconformada, apela a parte autora alegando, em síntese, que preencheu os requisitos legais necessários à concessão do benefício de aposentadoria por idade.
Nos termos da inicial, alega a parte autora, nascida em 28-12-1938, que durante toda a sua vida sempre laborou nos meios rurais, em regime de economia familiar, bem como na condição de diarista.
Como início de prova material da atividade rural exercida, a requerente juntou aos autos a certidão de seu casamento, celebrado em 04-10-1955, com Octavio Paleta, qualificado como lavrador (fl. 22), declaração do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Urupês, informando que a autora trabalhou na Fazenda São Valentim, de propriedade do Sr. Valentim Mazaro, no período de 01-09-1980 a 30-10-1985 (fl. 27), bem como diversos documentos em nome deste (fls. 33/58).
Cumpre estabelecer o que vem a ser início de prova material e para tanto, peço vênia para transcrever a lição do Ilustre Professor Anníbal Fernandes, in verbis:
"...prova material é uma prova objetiva, tendo como espécie do gênero a prova escrita; embora, na maior parte dos casos analisados se busque obter um escrito como "início de prova". O ponto é importante, pois uma fotografia pode constituir-se em início de prova material, não sendo porém, um escrito. Com escusas pela obviedade, início de prova não é comprovação plena. É um começo. Didaticamente, parece o indício do Direito Penal, que é uma pista, vestígio, um fato..."
(in Repertório IOB de Jurisprudência, 1ª quinzena de setembro/95, nº 17/95 pág. 241).
Por outro lado, mesmo que levássemos em consideração os documentos apresentados, nota-se que a prova testemunhal colhida nos autos mostra-se imprecisa, não se servindo a comprovar, assim, o efetivo labor durante o lapso temporal exigido nos termos da legislação previdenciária, conforme se verifica nos depoimentos das fls. 162/164, aqui transcritos:
Maria Justo Paleta (requerente): "Deixou de trabalhar há cerca de 15 anos. Sempre trabalhou na roça. Trabalhava nas lavouras de café, tendo inclusive residido na fazenda São Valentim por aproximadamente 5 anos. Depois mudou-se para a cidade de Urupês, onde trabalhou como volante por algum tempo".
Valentim Mazaro: "Informa que a autora trabalhou na propriedade do depoente durante 5 anos, entre 1980 e 1985. Não sabe se a autora continuou a trabalhar depois que deixou a propriedade do depoente".
Arlindo Calegari: "Informa que a autora trabalhou na propriedade do Sr. Valentim Mazaro por aproximadamente 5 anos. A autora parou de trabalhar há 18 anos".
Assim, verifica-se que a parte autora não permaneceu nas lides rurais até o momento em que completou a idade mínima legalmente exigida (55 anos), uma vez que parou de trabalhar nos últimos 15 (quinze) anos, não preenchendo, assim, o requisito da idade para a concessão do benefício, conforme determina o artigo 48 da Lei 8.213/91.
Deste modo, não estando presentes os requisitos para a concessão de aposentadoria por idade, deve a demanda ser julgada improcedente.
Isto posto, nos termos do disposto no artigo 557 do Código de Processo Civil, nego seguimento à apelação da parte autora, mantendo, na íntegra, a douta decisão recorrida.
Publique-se. Intimem-se.
São Paulo, 19 de março de 2007.
WALTER DO AMARAL
DESEMBARGADOR FEDERAL
RELATOR

PROC.	:	2003.61.06.009071-8 AC 994452
ORIG.	:	1 Vr SAO JOSE DO RIO PRETO/SP
APTE	:	HONORIA RIBEIRO DOS SANTOS OLIVEIRA
ADV	:	AUTHARIS ABRAO DOS SANTOS
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERNANE PEREIRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de ação ajuizada em 02-09-2003 em face do INSS, citado em 15-09-2003, pleiteando o benefício da aposentadoria por idade, prevista no artigo 143 da Lei n. 8.213/91, desde a citação.
A r. sentença proferida em 24-08-2004 julgou improcedente o pedido, sob o fundamento de que não há nos autos início de prova material e testemunhal a comprovar o efetivo labor da parte autora nas lides rurais durante o período de carência exigido pela legislação previdenciária, de modo que a requerente não preencheu os requisitos necessários à concessão do benefício. Deixou de condenar a parte autora ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios ante a gratuidade processual.
Inconformada, apela a parte autora alegando, em síntese, que os documentos juntados aos autos, corroborados pela prova testemunhal, demonstram que trabalhou na condição de rurícola durante toda a sua vida.
Com contra-razões, subiram os autos a esta Corte Regional.
É o relatório.
D E C I D O.
A sentença recorrida julgou improcedente a ação, sob o fundamento de que não há nos autos início de prova material e testemunhal a comprovar o efetivo labor da parte autora nas lides rurais durante o período de carência exigido pela legislação previdenciária, de modo que a requerente não preencheu os requisitos necessários à concessão do benefício.
Inconformada, apela a parte autora alegando, em síntese, que preencheu os requisitos legais necessários à concessão do benefício de aposentadoria por idade.
Passo, então, à análise da questão.
Nos termos da inicial, alega a autora, nascida em 23-09-1947, que sempre foi trabalhadora rural.
Como início de prova material da atividade rural exercida, a autora juntou aos autos a certidão de seu casamento, celebrado em 16-10-1965, com Messias de Oliveira, qualificado como lavrador (fl. 11), carteira do Sindicato dos trabalhadores rurais de Novo Horizonte, datada de 29-03-1973 (fl. 12) e comprovantes do recebimento de mensalidades dos anos 1985/1987 e 1990/1994 (fls. 26/33), CTPS com registros de trabalho rural nos períodos de 01-10-1975 a 09-08-1980, 10-09-1982 a 08-09-1987, 01-09-1990 a 24-10-1996, 02-03-1998 a 05-11-1998, 09-11-1998 a 30-03-2001, 01-10-2001 a 27-09-2002 e 01-04-2003 sem anotação da data de saída (fls. 13/18), Atestado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Novo Horizonte, datado de 05-02-1985, de prestação de trabalho rural (fl. 19), contrato de trabalho de serviços agrícolas, datado de 30-09-1966 com vigência até 30-09-1967 (fl. 20), termo de distrato de contrato de parceira agrícola, datado de 19-05-1981 (fl. 21) e folhas de pagamento individual, datadas de 1966, 1967 e 1972 (fls. 34/40), todos os documentos em nome do marido da autora.
A documentação apresentada, em conjunto com a prova testemunhal (fls. 85/86, 95/100 e 117/119), confirma que a autora foi efetivamente trabalhadora rural, sendo essa prova idônea à comprovação de tempo de serviço trabalhado por rurícola, salientando-se que, embora conste da certidão de casamento a profissão de lavrador apenas atribuída ao seu marido, por certo é admissível estender tal ofício também à mulher e companheira que, além de labutar nas lides rurais, por óbvio também se ocupa dos afazeres domésticos, como demonstra a dura realidade da vida no campo.
Nesse sentido, transcrevo trecho de decisão proferida pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Recurso Especial n.º 495332/RN, de relatoria da Ministra Laurita Vaz in verbis:
"A jurisprudência desta Corte, sensível à dificuldade do rurícola na obtenção de prova escrita do exercício de sua profissão, consolidou-se no sentido de que a comprovação da atividade laborativa do rurícola deve se dar com o início de prova material, ainda que constituída por dados do registro civil, certidão de casamento, ou mesmo assentos de óbito, em se tratando de pensão.
Nesse diapasão, vem-se estendendo à esposa a qualificação profissional de lavrador do marido, em razão da própria situação de atividade comum ao casal.
É certo que a legislação previdenciária não eximiu os trabalhadores rurais da demonstração do exercício de atividade rural, mas sim da comprovação das contribuições, ao contrário do entendimento desposado pelo acórdão a quo. Entretanto, a lei não exige que o início de prova material se refira precisamente ao período de carência do art. 143 da Lei nº 8.213/91, servindo apenas para convalidar a prova testemunhal."
Sendo assim, é aceitável, como prova da atividade laborativa nas lides rurais, o documento que especifica tal circunstância em relação ao marido, de acordo com entendimento já sedimentado pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça, como confirmam os seguintes julgados:
"PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. ERRO DE FATO. DOCUMENTO NOVO. PREVIDENCIÁRIO. RURÍCOLA. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. CERTIDÃO DE CASAMENTO.
1. A certidão de casamento, da qual conste a profissão do marido da Autora como lavrador, vale como início de prova material.
2. Rescisória julgada procedente para rescindir o acórdão atacado e restabelecer as decisões proferidas nas instâncias ordinárias."
(STJ, AR 888/SP. Rel. Min. Edson Vidigal DJ 12.11.01, pág. 125.)
"PREVIDENCIÁRIO - RECURSO ESPECIAL - APOSENTADORIA POR IDADE -RURÍCOLA - PROVA DOCUMENTAL - CERTIDÃO DE CASAMENTO - CONCESSÃO DO BENEFÍCIO - DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA - ART. 255 E PARÁGRAFOS DO RISTJ - PRECEDENTES.
1.Na esteira de sólida jurisprudência da 3a. Seção (cf. EREsp nºs 176.089/SP e 242.798/SP), afasta-se a incidência da Súmula 07/STJ para conhecer do recurso. A qualificação profissional de lavrador do marido, constante dos assentamentos de registro civil, é extensível

à esposa, e constitui indício aceitável de prova material do exercício da atividade rural.
2. (...)
3.Precedentes desta Corte.
4.Recurso parcialmente conhecido e nessa parte provido."
(STJ, Quinta Turma, Resp 410281/PR, Rel. Min. Jorge Scartezzini, DJ: 03/02/03 pág. 344).
"PREVIDENCIÁRIO, RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR IDADE. RURÍCOLA. CERTIDÃO DE CASAMENTO DE MARIDO LAVRADOR. CATEGORIA EXTENSIVA À ESPOSA. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.
1. A comprovação da atividade laborativa do rurícola deve-se dar com o início de prova material, ainda que constituída por dados do registro civil, como certidão de casamento onde marido aparece como lavrador, qualificação extensível à esposa.
2. A Lei não exige que o início de prova material se refira precisamente ao período de carência do art. 143 da Lei n.º 8.213/91, servindo apenas para corroborar a prova testemunhal presente nos autos.
3. Recurso especial desprovido."
(STJ, Quinta Turma, Resp. 495332/RN, Rel. Min. Laurita Vaz DJ 02.06.03, pág. 346.)
Nesse sentido, esta Egrégia Corte assim já decidiu:
"PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADOR RURAL. INEXIGIBILIDADE DE CONTRIBUIÇÕES (ARTS, 142 E 143 DA LEI Nº 8.213/91). COMPROVAÇÃO DO EXERCÍCIO DO LABOR RURAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL CORROBORADA E AMPLIADA POR PROVA TESTEMUNHAL. ROL DO ARTIGO 106 DA LEI Nº 8.213/91, EXEMPLIFICATIVO. INEXIGIBILIDADE DE CONTRIBUIÇÕES. QUALIDADE DE SEGURADO. ART. 102 DA LEI Nº 8.213/91. TERMO INICIAL DO BENEFÍCIO. CONSECTÁRIOS. IMPLANTAÇÃO DO BENEFÍCIO. TUTELA ANTECIPADA MANTIDA.
- Para a concessão do benefício de aposentadoria por idade do trabalhador rural, no valor de um salário mínimo, conforme artigos 142 e 143 da Lei nº 8.213/91, basta a demonstração da idade mínima e da atividade rurícola pelo prazo da Lei, não sendo exigência legal o recolhimento de contribuições previdenciárias.
- O rol de documentos do artigo 106 da Lei nº 8.213/91, para a demonstração do início de prova material da atividade, é exemplificativo e não exclui outros, para comprovação do período trabalhado.
- Constitui início de prova material da atividade rural da mulher o documento do cônjuge em que conste a sua qualificação como lavrador.
- Início de prova material, corroborada e ampliada por testemunhas.
- Nos termos do artigo 102 da Lei nº 8.213/91, o afastamento da parte autora da atividade laboral, quando já havia cumprido os requisitos, não impede a concessão do benefício de aposentadoria.
- Tendo em vista a ausência de requerimento administrativo, a citação é o termo inicial do benefício previdenciário.
(...)
- Mantidos os efeitos da tutela antecipada, em face da confirmação da sentença neste decisum.
- Apelação do INSS parcialmente provida."
(TRF 3ª REGIÃO, AC: 200503990339733/SP, 10º T., REL. DES. ANNAMARIA PIMENTEL, D.: 15/08/2006, DJU DATA:13/09/2006 PÁGINA:535).
Ademais, vale ressaltar que o documento em nome do marido é extensível à esposa não somente no caso de trabalho exercido em regime de economia familiar, mas sim, em todas as hipóteses elencadas no artigo 11, VII da Lei n.º 8.213/91, sendo tal entendimento cristalizado pela Súmula n. 6 da Turma de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, no sentido de que: "A certidão de casamento ou outro documento idôneo que evidencie a condição de trabalhador rural do cônjuge constitui início razoável de prova material da atividade de rurícola.", destarte, sem ressalvas.
Sob outro aspecto, descabe a exigência de que venha a indenizar o Instituto com o pagamento das contribuições correspondentes ao período trabalhado que está a comprovar, pois a indenização somente é exigível para os casos em que o segurado pleiteia a contagem recíproca de tempo de serviço elaborado na atividade privada, rural ou urbana, com o tempo de serviço na administração pública, conforme dispõe o artigo 96, IV da legislação previdenciária, o que não é o caso dos autos.
Assim, tem-se como suficientemente comprovado o exercício da atividade rural, ainda que de forma descontínua, pelo período igual ou até superior ao número de meses correspondentes à carência do benefício requerido (artigo 143 da Lei n.º 8.213/91).
Sobre a necessidade de tal período ser imediatamente anterior ao requerimento do benefício, pondero que essa exigência legal não há de ser tomada literalmente, mas sim, temperada com bom senso e moderação, em face da dura realidade dos trabalhadores rurais, dado o caráter eminentemente social do benefício previdenciário requerido. Com efeito, é muito comum o abandono de trabalho rural finda a capacidade laborativa do colono, disso se originando o inevitável lapso temporal entre o término da atividade rural e o pleito administrativo ou judicial do benefício.
Ressalto, inclusive, estar expressamente afastado o quesito da qualidade de segurado para a concessão do benefício em questão, devido à vigência da Lei n.º 10.666/03, que assim dispõe:
"Art. 3o (...)

§ 1o Na hipótese de aposentadoria por idade, a perda da qualidade de segurado não será considerada para a concessão desse benefício, desde que o segurado conte com, no mínimo, o tempo de contribuição correspondente ao exigido para efeito de carência na data do requerimento do benefício."
Ademais, com relação à Lei n.º 10.666/03, resultante da conversão da MP n.º 83, de 12-12-2002, esclareça-se que, ao afastar a necessidade de cumprimento simultâneo dos requisitos para a concessão do benefício, inexigindo assim, a manutenção da qualidade de segurado, apenas veio a confirmar o entendimento que já estava sendo adotado pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça mesmo anteriormente à edição da referida lei, de tal forma que não se trata de aplicabilidade retroativa.
Destarte, restando comprovado o implemento de todos os requisitos necessários, a parte autora faz jus à percepção do benefício de aposentadoria por idade, no valor de um salário mínimo.
Isto posto, nos termos do disposto no §1º-A do artigo 557 do Código de Processo Civil, dou provimento à apelação da parte autora para conceder-lhe a aposentadoria por idade, desde a data da citação, devendo as parcelas em atraso ser corrigidas monetariamente nos termos do disposto no Provimento n.º 26/01 da E. Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 3º Região, observando-se a Súmula nº 08 desta Corte Regional e a Súmula nº 148 do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, com incidência de juros de mora à razão de 12% (doze por cento) ao ano, a contar da citação, conforme Enunciado n.º 20, aprovado na Jornada de Direito Civil promovida pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal. Honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da condenação, excluídas as parcelas vincendas, considerando-se as prestações vencidas as compreendidas entre o termo inicial do benefício e a data da prolação do acórdão. O INSS é isento do pagamento das custas processuais.
Publique-se. Intimem-se.
São Paulo, 19 de março de 2007.
WALTER DO AMARAL
DESEMBARGADOR FEDERAL
RELATOR

PROC.	:	2003.61.11.003829-2 AC 1001215
ORIG.	:	3 Vr MARILIA/SP
APTE	:	ONORINA ALVES BARBOSA (= ou > de 60 anos)
ADV	:	PAULO ROBERTO MAGRINELLI
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CLAUDIA STELA FOZ
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de ação ajuizada em 30-09-2003 em face do INSS, citado em 24-10-2003, pleiteando o benefício da aposentadoria por idade, prevista no artigo 143 da Lei n. 8.213/91.
A r. sentença proferida em 30-06-2004 julgou improcedente o pedido, sob o fundamento de que estaria a prova testemunhal frágil a comprovar o efetivo labor da parte autora nas lides rurais durante o período de carência exigido pela legislação previdenciária, de modo que a requerente não preencheu os requisitos necessários à concessão do benefício. Deixou de condenar a parte autora ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios ante a gratuidade processual.
Inconformada, apela a parte autora alegando, em síntese, que os documentos juntados aos autos, corroborados pela prova testemunhal, demonstram que trabalhou na condição de rurícola durante toda a sua vida, motivo pelo qual requer a reforma da r. sentença, com a conseqüente condenação da autarquia ao pagamento do benefício requerido, bem como dos honorários advocatícios fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.
Com contra-razões, subiram os autos a esta Corte Regional.
É o relatório.
D E C I D O.
A sentença recorrida julgou improcedente a ação, sob o fundamento de que estaria a prova testemunhal frágil a comprovar o efetivo labor da parte autora nas lides rurais durante o período de carência exigido pela legislação previdenciária, de modo que a requerente não preencheu os requisitos necessários à concessão do benefício.
Inconformada, apela a parte autora alegando, em síntese, que preencheu os requisitos legais necessários à concessão do benefício de aposentadoria por idade.
Nos termos da inicial, alega a parte autora, nascida em 08-06-1933, que durante toda a sua vida sempre laborou nos meios rurais, em regime de economia familiar, bem como na condição de diarista.
Como início de prova material da atividade rural exercida, a requerente juntou aos autos a certidão de seu casamento, celebrado em 29-08-1981, com José Barbosa, qualificado como lavrador (fl. 11), bem como carteira do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marília em nome de seu marido datada de 26-02-1984 (fl. 12) e CTPS de seu cônjuge com registros como trabalhador rural nos períodos de 15-02-1979 a 16-04-1981, 18-08-1981 a 30-08-1982, 25-10-1982 a 13-02-1983, 01-11-1983 a 17-12-1984, 04-02-1985 a 11-03-1986 e 01-07-1996 a 30-05-1998 (fls. 13/17).
Cumpre estabelecer o que vem a ser início de prova material e para tanto, peço vênia para transcrever a lição do Ilustre Professor Anníbal Fernandes, in verbis:
"...prova material é uma prova objetiva, tendo como espécie do gênero a prova escrita; embora, na maior parte dos casos analisados se busque obter um escrito como "início de prova". O ponto é importante, pois uma fotografia pode constituir-se em início de prova material, não sendo porém, um escrito. Com escusas pela obviedade, início de prova não é comprovação plena. É um começo. Didaticamente, parece o indício do Direito Penal, que é uma pista, vestígio, um fato..."
(in Repertório IOB de Jurisprudência, 1ª quinzena de setembro/95, nº 17/95 pág. 241).
Por outro lado, a prova testemunhal colhida nos autos mostra-se imprecisa, não se servindo a comprovar, assim, o efetivo labor durante o lapso temporal exigido nos termos da legislação previdenciária, conforme se verifica nos depoimentos das fls. 69/76:
Onorina Alves Barbosa (requerente): "Sou casada com José Barbosa. Ele é vivo. Ele é aposentado. Ele era lavrador; fazia todo tipo de serviço de roça. Não sei dizer quanto tempo faz que meu marido recebe aposentadoria. Vivemos tão-só da aposentadoria de meu marido, no valor de um salário-mínimo. Eu também trabalhei na roça. Hoje não trabalho mais; não agüento. Faz quatorze ou quinze anos que eu parei de trabalhar. Trabalhei muito tempo na Fazenda Capivari, no Bairro São Benedito, cidade de Ocauçu. Fui também bóia-fria. Minhas testemunhas viram-me trabalhando na roça".
Maria Aparecida Meira: "Conheço a autora. Conheço também o marido dela, José Barbosa. Ele é aposentado. José Barbosa era bóia-fria ao se aposentar. A autora também trabalhou como bóia-fria. Sei que a autora trabalhou na Fazenda Capivari. Tem vinte anos que conheço a autora. Que eu saiba, durante todo esse tempo a autora foi bóia-fria; nunca a vi trabalhando com outra coisa. A autora não mais trabalha; faz quinze anos que parou".
Milton Meira: "Conheço a autora. Faz dezesseis ou dezessete anos que a conheço. Hoje ela não mais trabalhava. Antes de parar, a autora era bóia-fria. Sei que ela trabalhou na Fazenda Capivari, em Ocauçu. Não me lembro exatamente quando a autora parou de trabalhar. Faz bastante tempo, uns dez anos mais ou menos. Quando conheci a autora, ela trabalhava para o marido dela, José Barbosa, o qual era empreiteiro e fazia cercas para a Fazenda Capivari. Acompanhei o trabalho da autora, na citada atividade, por um ano. Depois perdi o contato com ela, já que mudei da região. Não cheguei a ver a autora trabalhando como bóia-fria; eram os vizinhos que me contavam".
Antônio Amâncio: "Conheço a autora faz dezessete ou dezoito anos. Eu trabalhei junto com a autora. Ela ajudava o marido, José Barbosa, a cortar arame para assentar cerca. Passei três anos trabalhando com a autora. Isso foi de 1992 a 1995, mais ou menos. A autora, depois que caiu doente, parou de trabalhar. Faz dez anos que a autora parou de trabalhar".
Deste modo, nota-se que não há a comprovação efetiva do período de carência, pois a prova oral não confirma objetivamente a vinculação da parte autora ao tempo necessário de atividade rural exigido em Lei. Conclui-se não haver congruência entre o documento apresentado como início de prova material e a prova testemunhal colhida, não restando demonstrado que a parte autora sempre foi lavradeira, como afirmado na inicial.
Assim, não estando presentes os requisitos para a concessão de aposentadoria por idade, em face da fragilidade existente na prova testemunhal a corroborar a prova material, restando evidente a contradição das informações prestadas, deve a demanda ser julgada improcedente.
Isto posto, nos termos do disposto no artigo 557 do Código de Processo Civil, nego seguimento à apelação da parte autora, mantendo, na íntegra a douta decisão recorrida.
Publique-se. Intimem-se.
São Paulo, 19 de março de 2007.
WALTER DO AMARAL
DESEMBARGADOR FEDERAL
RELATOR

PROC.	:	2003.61.15.001875-9 AC 1088721
ORIG.	:	1 Vr SAO CARLOS/SP
APTE	:	NOEMIA CALIGUER SOAD
ADV	:	CIRO ALEXANDRE SOUBHIA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LAERCIO PEREIRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de ação ajuizada em 26-09-2003 em face do INSS, citado em 21-07-2004, pleiteando o benefício da aposentadoria por idade, prevista no artigo 143 da Lei n. 8.213/91, desde a data em que a autora completou 55 (cinqüenta e cinco) anos, ou seja, 12-02-1998.
A r. sentença proferida em 28-10-2004 julgou improcedente o pedido, sob o fundamento de que não há nos autos início de prova material e testemunhal a comprovar o efetivo labor da parte autora nas lides rurais durante o período de carência exigido pela legislação previdenciária, de modo que a requerente não preencheu os requisitos necessários à concessão do benefício. Condenou a parte autora ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa (R$ 2.880,00), suspendendo a sua exigibilidade por ser beneficiária da assistência judiciária gratuita.
Inconformada, apela a parte autora alegando, em síntese, que os documentos juntados aos autos, corroborados pela prova testemunhal, demonstram que trabalhou na condição de rurícola durante toda a sua vida, motivo pelo qual requer a reforma da r. sentença, com a conseqüente condenação da autarquia ao pagamento do benefício requerido, desde a data em que a autora completou 55 (cinqüenta e cinco) anos, bem como dos honorários advocatícios fixados sobre o valor da condenação, considerando-se as parcelas vencidas até o efetivo pagamento.
Com contra-razões, subiram os autos a esta Corte Regional.
É o relatório.
D E C I D O.
A sentença recorrida julgou improcedente a ação, sob o fundamento de que não há nos autos início de prova material e testemunhal a comprovar o efetivo labor da parte autora nas lides rurais durante o período de carência exigido pela legislação previdenciária, de modo que a requerente não preencheu os requisitos necessários à concessão do benefício.
Inconformada, apela a parte autora alegando, em síntese, que preencheu os requisitos legais necessários à concessão do benefício de aposentadoria por idade.
Nos termos da inicial, alega a autora, nascida em 12-02-1943, que sempre foi trabalhadora rural, na condição de diarista.
Como início de prova material da atividade rural exercida, a autora juntou aos autos a certidão de seu casamento, celebrado em 14-05-1960, com Alécio Soad, qualificado como lavrador (fl. 11).

Todas as testemunhas ouvidas no curso da instrução processual, sob o crivo do contraditório, afirmaram que a autora sempre trabalhou nas lides rurais para diversos produtores, confirmando que a requerente teve um efetivo labor rural, durante o período de carência exigido pela legislação previdenciária, conforme se verifica nos depoimentos das fls. 39/42.
A documentação apresentada, em conjunto com a prova testemunhal, confirma que a autora foi efetivamente trabalhadora rural, sendo essa prova idônea à comprovação de tempo de serviço trabalhado por rurícola, salientando-se que, embora conste da certidão de casamento a profissão de lavrador apenas atribuída ao seu marido, por certo é admissível estender tal ofício também à mulher e companheira que, além de labutar nas lides rurais, por óbvio também se ocupa dos afazeres domésticos, como demonstra a dura realidade da vida no campo.
Nesse sentido, transcrevo trecho de decisão proferida pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Recurso Especial n.º 495332/RN, de relatoria da Ministra Laurita Vaz in verbis:
"A jurisprudência desta Corte, sensível à dificuldade do rurícola na obtenção de prova escrita do exercício de sua profissão, consolidou-se no sentido de que a comprovação da atividade laborativa do rurícola deve se dar com o início de prova material, ainda que constituída por dados do registro civil, certidão de casamento, ou mesmo assentos de óbito, em se tratando de pensão.
Nesse diapasão, vem-se estendendo à esposa a qualificação profissional de lavrador do marido, em razão da própria situação de atividade comum ao casal.
É certo que a legislação previdenciária não eximiu os trabalhadores rurais da demonstração do exercício de atividade rural, mas sim da comprovação das contribuições, ao contrário do entendimento desposado pelo acórdão a quo. Entretanto, a lei não exige que o início de prova material se refira precisamente ao período de carência do art. 143 da Lei nº 8.213/91, servindo apenas para convalidar a prova testemunhal."
Sendo assim, é aceitável, como prova da atividade laborativa nas lides rurais, o documento que especifica tal circunstância em relação ao marido, de acordo com entendimento já sedimentado pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça, como confirmam os seguintes julgados:
"PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. ERRO DE FATO. DOCUMENTO NOVO. PREVIDENCIÁRIO. RURÍCOLA. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. CERTIDÃO DE CASAMENTO.
1. A certidão de casamento, da qual conste a profissão do marido da Autora como lavrador, vale como início de prova material.
2. Rescisória julgada procedente para rescindir o acórdão atacado e restabelecer as decisões proferidas nas instâncias ordinárias."
(STJ, AR 888/SP. Rel. Min. Edson Vidigal DJ 12.11.01, pág. 125.)
"PREVIDENCIÁRIO - RECURSO ESPECIAL - APOSENTADORIA POR IDADE -RURÍCOLA - PROVA DOCUMENTAL - CERTIDÃO DE CASAMENTO - CONCESSÃO DO BENEFÍCIO - DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA - ART. 255 E PARÁGRAFOS DO RISTJ - PRECEDENTES.
1.Na esteira de sólida jurisprudência da 3a. Seção (cf. EREsp nºs 176.089/SP e 242.798/SP), afasta-se a incidência da Súmula 07/STJ para conhecer do recurso. A qualificação profissional de lavrador do marido, constante dos assentamentos de registro civil, é extensível à esposa, e constitui indício aceitável de prova material do exercício da atividade rural.
2. (...)
3.Precedentes desta Corte.
4.Recurso parcialmente conhecido e nessa parte provido."
(STJ, Quinta Turma, Resp 410281/PR, Rel. Min. Jorge Scartezzini, DJ: 03/02/03 pág. 344).
"PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR IDADE. RURÍCOLA. CERTIDÃO DE CASAMENTO DE MARIDO LAVRADOR. CATEGORIA EXTENSIVA À ESPOSA. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.
1. A comprovação da atividade laborativa do rurícola deve-se dar com o início de prova material, ainda que constituída por dados do registro civil, como certidão de casamento onde marido aparece como lavrador, qualificação extensível à esposa.
2. A Lei não exige que o início de prova material se refira precisamente ao período de carência do art. 143 da Lei n.º 8.213/91, servindo apenas para corroborar a prova testemunhal presente nos autos.
3. Recurso especial desprovido."
(STJ, Quinta Turma, Resp. 495332/RN, Rel. Min. Laurita Vaz DJ 02.06.03, pág. 346.)
Nesse sentido, esta Egrégia Corte assim já decidiu:
"PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADOR RURAL. INEXIGIBILIDADE DE CONTRIBUIÇÕES (ARTS. 142 E 143 DA LEInº 8.213/91). COMPROVAÇÃO DO EXERCÍCIO DO LABOR RURAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL CORROBORADA E AMPLIADA POR PROVA TESTEMUNHAL. ROL DO ARTIGO 106 DA LEI Nº 8.213/91, EXEMPLIFICATIVO. INEXIGIBILIDADE DE CONTRIBUIÇÕES. QUALIDADE DE SEGURADO. ART. 102 DA LEI Nº 8.213/91. TERMO INICIAL DO BENEFÍCIO. CONSECTÁRIOS. IMPLANTAÇÃO DO BENEFÍCIO. TUTELA ANTECIPADA MANTIDA.
- Para a concessão do benefício de aposentadoria por idade do trabalhador rural, no valor de um salário mínimo, conforme artigos 142 e 143 da Lei nº 8.213/91, basta a demonstração da idade mínima e da atividade rurícola pelo prazo da Lei, não sendo exigência legal o recolhimento de contribuições previdenciárias.
- O rol de documentos do artigo 106 da Lei nº 8.213/91, para a demonstração do início de prova material da atividade, é exemplificativo e não exclui outros, para comprovação do período trabalhado.
- Constitui início de prova material da atividade rural da mulher o documento do cônjuge em que conste a sua qualificação como lavrador.
- Início de prova material, corroborada e ampliada por testemunhas.
- Nos termos do artigo 102 da Lei nº 8.213/91, o afastamento da parte autora da atividade laboral, quando já havia cumprido os requisitos, não impede a concessão do benefício de aposentadoria.
- Tendo em vista a ausência de requerimento administrativo, a citação é o termo inicial do benefício previdenciário.
(...)
- Mantidos os efeitos da tutela antecipada, em face da confirmação da sentença neste decisum.
- Apelação do INSS parcialmente provida."
(TRF 3ª REGIÃO, AC: 200503990339733/SP, 10º T., REL. DES. ANNAMARIA PIMENTEL, D.: 15/08/2006, DJU DATA:13/09/2006 PÁGINA: 535).
Ademais, vale ressaltar que o documento em nome do marido é extensível à esposa não somente no caso de trabalho exercido em regime de economia familiar, mas sim, em todas as hipóteses elencadas no artigo 11, VII da Lei n.º 8213/91, sendo tal entendimento cristalizado pela Súmula n. 6 da Turma de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, no sentido de que: "A certidão de casamento ou outro documento idôneo que evidencie a condição de trabalhador rural do cônjuge constitui início razoável de prova material da atividade de rurícola.", destarte, sem ressalvas.
Sob outro aspecto, descabe a exigência de que venha a indenizar o Instituto com o pagamento das contribuições correspondentes ao período trabalhado que está a comprovar, pois a indenização somente é exigível para os casos em que o segurado pleiteia a contagem recíproca de tempo de serviço elaborado na atividade privada, rural ou urbana, com o tempo de serviço na administração pública, conforme dispõe o artigo 96, IV da legislação previdenciária, o que não é o caso dos autos.
Assim, tem-se como suficientemente comprovado o exercício da atividade rural, ainda que de forma descontínua, pelo período igual ou até superior ao número de meses correspondentes à carência do benefício requerido (artigo 143 da Lei n.º 8213/91).
Sobre a necessidade de tal período ser imediatamente anterior ao requerimento do benefício, pondero que essa exigência legal não há de ser tomada literalmente, mas sim, temperada com bom senso e moderação, em face da dura realidade dos trabalhadores rurais, dado o caráter eminentemente social do benefício previdenciário requerido.
Com efeito, é muito comum o abandono de trabalho rural finda a capacidade laborativa do colono, disso se originando o inevitável lapso temporal entre o término da atividade rural e o pleito administrativo ou judicial do benefício.
Ressalto, inclusive, estar expressamente afastado o quesito da qualidade de segurado para a concessão do benefício em questão, devido à vigência da Lei n.º 10.666/03, que assim dispõe:
"Art. 3o (...)
§ 1o Na hipótese de aposentadoria por idade, a perda da qualidade de segurado não será considerada para a concessão desse benefício, desde que o segurado conte com, no mínimo, o tempo de contribuição correspondente ao exigido para efeito de carência na data do requerimento do benefício."
Ademais, com relação à Lei n.º 10.666/03, resultante da conversão da MP n.º 83, de 12-12-2002, esclareça-se que, ao afastar a necessidade de cumprimento simultâneo dos requisitos para a concessão do benefício, inexigindo assim, a manutenção da qualidade de segurado, apenas veio a confirmar o entendimento que já estava sendo adotado pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça mesmo anteriormente à edição da referida lei, de tal forma que não se trata de aplicabilidade retroativa.
Verifica-se que, ao parar de trabalhar nas lides rurais, a parte autora já havia alcançado o requisito da idade mínima exigida, bem como o período de carência. Sendo assim, o fato de ter deixado de trabalhar a posteriori, não gera impedimento à concessão do benefício pleiteado, sob pena de violação ao direito adquirido, assegurado pela Constituição Federal (art. 5º, inciso XXXVI).
Destarte, restando comprovado o implemento de todos os requisitos necessários, a parte autora faz jus à percepção do benefício de aposentadoria por idade, no valor de um salário mínimo.
Isto posto, nos termos do disposto no §1º-A do artigo 557 do Código de Processo Civil, dou parcial provimento à apelação da parte autora para conceder-lhe a aposentadoria por idade, desde a data da citação, devendo as parcelas em atraso ser corrigidas monetariamente nos termos do disposto no Provimento n.º 26/01 da E. Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 3º Região, observando-se a Súmula nº 08 desta Corte Regional e a Súmula nº 148 do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, com incidência de juros de mora à razão de 12% (doze por cento) ao ano, a contar da citação, conforme Enunciado n.º 20, aprovado na Jornada de Direito Civil promovida pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal. Honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da condenação, excluídas as parcelas vincendas, considerando-se as prestações vencidas as compreendidas entre o termo inicial do benefício e a data desta decisão. O INSS é isento do pagamento das custas processuais.
Publique-se. Intimem-se.
São Paulo, 19 de março de 2007.

WALTER DO AMARAL
DESEMBARGADOR FEDERAL
RELATOR

PROC.	:	2003.61.15.001892-9 AC 1137188
ORIG.	:	1 Vr SAO CARLOS/SP
APTE	:	LOURISVALDO FERREIRA NEVES
ADV	:	CIRO ALEXANDRE SOUBHIA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LAERCIO PEREIRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de ação ajuizada em 26-09-2003 em face do INSS, citado em 03-09-2004, pleiteando o benefício da aposentadoria por idade, prevista no artigo 143 da Lei n. 8.213/91, desde 20-04-2001, ou seja, data em que o autor completou o requisito etário.
A r. sentença proferida em 30-11-2004 julgou improcedente o pedido, sob o fundamento de que não há nos autos início de prova material e testemunhal a comprovar o efetivo labor da parte autora nas lides rurais durante o período de carência exigido pela legislação previdenciária, de modo que o requerente não preencheu os requisitos necessários à concessão do benefício. Condenou a parte autora ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa (R$ 2.880,00), suspendendo a sua exigibilidade por ser beneficiária da assistência judiciária gratuita.
Inconformada, apela a parte autora alegando, em síntese, que os documentos juntados aos autos, corroborados pela prova testemunhal, demonstram que trabalhou na condição de rurícola durante toda a sua vida.
Com contra-razões, subiram os autos a esta Corte Regional.
É o relatório.
D E C I D O.
A sentença recorrida julgou improcedente a ação, sob o fundamento de que não há nos autos início de prova material e testemunhal a comprovar o efetivo labor da parte autora nas lides rurais durante o período de carência exigido pela legislação previdenciária, de modo que o requerente não preencheu os requisitos necessários à concessão do benefício.
Inconformada, apela a parte autora alegando, em síntese, que preencheu os requisitos legais necessários à concessão do benefício de aposentadoria por idade.
Nos termos da inicial, alega a parte autora, nascida em 20-04-1941, que durante toda a sua vida sempre laborou nos meios rurais, na condição de diarista.
Como início de prova material da atividade rural exercida, o requerente juntou aos autos CTPS própria constando registros como trabalhador rural nos períodos de 01-07-1987 a 24-10-1987, 17-11-1987 a 09-01-1988, 13-07-1989 a 16-07-1989, 17-07-1989 a 10-09-1989, 16-02-1993 a 17-05-1993, 19-07-1993 a 16-09-1993 e 19-10-2000 a 01-11-2000 (fls. 14/19).
Todas as testemunhas ouvidas no curso da instrução processual, sob o crivo do contraditório, afirmaram que a parte autora sempre trabalhou nas lides rurais para diversos produtores, confirmando que o requerente teve um efetivo labor rural, durante o período de carência exigido pela legislação previdenciária, conforme se verifica nos depoimentos das fls. 43/48.
Neste sentido, há de se observar o disposto nos seguintes julgados:
"PREVIDENCIÁRIO - TRABALHADOR RURAL - PROVA MATERIAL - CERTIDÃO DE CASAMENTO - BENEFÍCIO - CONCESSÃO - CARÊNCIA - INEXIGIBILIDADE.
-A apresentação de assentamento de registro civil comprovando a qualificação profissional de lavrador ou agricultor do autor, constitui indício aceitável de prova material do exercício da atividade rural.
- A falta do preenchimento do período de carência, não representa óbice à concessão do benefício de aposentadoria rural, por idade.
- Precedentes.
- Recurso conhecido, porém, desprovido."
(STJ, Quinta Turma, REsp. 332029/SP, Relator Min. Jorge Scartezzini, DJ 18/02/2002, pág. 00480).
"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. VALORAÇÃO DE PROVA. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. EXISTÊNCIA. COMPROVAÇÃO DA ATIVIDADE RURAL EM NÚMERO DE MESES EQUIVALENTE À CARÊNCIA DO BENEFÍCIO. DESNECESSIDADE.
(....)
- A certidão de casamento e o certificado de reservista, onde constam a profissão de lavrador do segurado, constituem-se em início razoável de prova documental. Precedentes.
- Agravo regimental improvido.
(STJ, Sexta Turma, Agresp 298272/SP, Relator Hamilton Carvalhido, DJ 19/12/2002, pg. 462).
"AÇÃO RESCISÓRIA. PREVIDENCIÁRIO. RURÍCOLA. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL. DOCUMENTO NOVO. CTPS COM REGISTRO DE TRABALHO RURAL.
1 - A CTPS, com registro de trabalho rural, caracteriza documento novo apto a atestar o início razoável de prova material da atividade rurícola. Precedente desta Corte.
2 - Pedido procedente."
(STJ, Terceira Seção, AR 200000913057 1373/SP, Relator min. Fernando Gonçalves, Rel. acórdão min. Felix Fischer, v. u., DJ 04/06/2001, pg. 57).
Sob outro aspecto, descabe a exigência de que venha a indenizar o Instituto com o pagamento das contribuições correspondentes ao período trabalhado que está a comprovar, pois a indenização somente é exigível para os casos em que o segurado pleiteia a contagem recíproca de tempo de serviço elaborado na atividade privada, rural ou urbana, com o tempo de serviço na administração pública, conforme dispõe o artigo 96, IV da legislação previdenciária, o que não é o caso dos autos.
Assim, tem-se como suficientemente comprovado o exercício da atividade rural, ainda que de forma descontínua, pelo período igual ou até superior ao número de meses correspondentes à carência do benefício requerido (artigo 143 da Lei n.º 8213/91).

Sobre a necessidade de tal período ser imediatamente anterior ao requerimento do benefício, pondero que essa exigência legal não há de ser tomada literalmente, mas sim, temperada com bom senso e moderação, em face da dura realidade dos trabalhadores rurais, dado o caráter eminentemente social do benefício previdenciário requerido. Com efeito, é muito comum o abandono de trabalho rural finda a capacidade laborativa do colono, disso se originando o inevitável lapso temporal entre o término da atividade rural e o pleito administrativo ou judicial do benefício.
Ressalto, inclusive, estar expressamente afastado o quesito da qualidade de segurado para a concessão do benefício em questão, devido à vigência da Lei n.º 10.666/03, que assim dispõe :
"Art. 3o (...)
§ 1o Na hipótese de aposentadoria por idade, a perda da qualidade de segurado não será considerada para a concessão desse benefício, desde que o segurado conte com, no mínimo, o tempo de contribuição correspondente ao exigido para efeito de carência na data do requerimento do benefício."
Ademais, com relação à Lei n.º 10.666/03, resultante da conversão da MP n.º 83, de 12-12-2002, esclareça-se que, ao afastar a necessidade de cumprimento simultâneo dos requisitos para a concessão do benefício, inexigindo assim, a manutenção da qualidade de segurado, apenas veio a confirmar o entendimento que já estava sendo adotado pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça mesmo anteriormente à edição da referida lei, de tal forma que não se trata de aplicabilidade retroativa.
Quanto à realização de atividade urbana por curtos períodos, conforme se verifica na CTPS da parte autora acostada nas fls. 14/19, tal fato não descaracteriza a qualidade de rurícola do requerente, visto que nos autos existem provas materiais e testemunhais de que o autor trabalhou, predominantemente, nas lides rurais.
Destarte, restando comprovado o implemento de todos os requisitos necessários, a parte autora faz jus à percepção do benefício de aposentadoria por idade, no valor de um salário mínimo, desde a citação, nos termos do disposto no artigo 219 do CPC.
Isto posto, nos termos do disposto no §1º-A do artigo 557 do Código de Processo Civil, dou parcial provimento à apelação da parte autora para conceder-lhe a aposentadoria por idade, desde a data da citação, devendo as parcelas em atraso ser corrigidas monetariamente nos termos do disposto no Provimento n.º 26/01 da E. Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 3º Região, observando-se a Súmula nº 08 desta Corte Regional e a Súmula nº 148 do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, com incidência de juros de mora à razão de 12% (doze por cento) ao ano, desde a citação, conforme Enunciado n.º 20, aprovado na Jornada de Direito Civil promovida pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal. Honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da condenação, excluídas as parcelas vincendas, considerando-se as prestações vencidas as compreendidas entre o termo inicial do benefício e a data desta decisão. O INSS é isento do pagamento das custas processuais.
Publique-se. Intimem-se.
São Paulo, 19 de março de 2007.
WALTER DO AMARAL
DESEMBARGADOR FEDERAL
RELATOR

PROC.	:	2003.61.16.002110-0 AC 1142421
ORIG.	:	1 Vr ASSIS/SP
APTE	:	XENIA MACEDO LOPES
ADV	:	PAULO ROBERTO MAGRINELLI
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARCIO CEZAR SIQUEIRA HERNANDES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de ação ajuizada em 18-12-2003 em face do INSS, citado em 20-02-2004, pleiteando o benefício da aposentadoria por idade, prevista no artigo 143 da Lei nº 8.213/91, desde a citação.
A r. sentença proferida em 19-01-2006 julgou improcedente o pedido, sob o fundamento de que não há nos autos início de prova material e testemunhal a comprovar o efetivo labor da parte autora nas lides rurais durante o período de carência exigido pela legislação previdenciária, de modo que a requerente não preencheu os requisitos necessários à concessão do benefício. Condenou a parte autora ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios fixados em R$ 150,00 (cento e cinqüenta reais), suspendendo a sua exigibilidade por ser beneficiária da assistência judiciária gratuita.
Inconformada, apela a parte autora alegando, em síntese, que os documentos juntados aos autos, corroborados pela prova testemunhal, demonstram que trabalhou na condição de rurícola durante toda a sua vida.
Com contra-razões, subiram os autos a esta Corte Regional.
É o relatório.
D E C I D O.
A sentença recorrida julgou improcedente a ação, sob o fundamento de que não há nos autos início de prova material e testemunhal a comprovar o efetivo labor da parte autora nas lides rurais durante o período de carência exigido pela legislação previdenciária, de modo que a requerente não preencheu os requisitos necessários à concessão do benefício.
Inconformada, apela a parte autora alegando, em síntese, que preencheu os requisitos legais necessários à concessão do benefício de aposentadoria por idade.
Passo, então, à análise da questão.
Nos termos da inicial, alega a parte autora, nascida em 02-07-1943, que durante toda a sua vida sempre laborou nos meios rurais, em regime de economia familiar, bem como na condição de diarista.
A requerente juntou aos autos certidão de seu casamento, celebrado em 01-08-1987, com José Edemir Lopes (fl. 10) e certidão de transcrição de escritura de venda e compra, em nome do pai da autora, de uma área de 100,43 hectares, com aquisição lavrada em 03-06-1961 e a transmissão lavrada em 04-12-1964 (fl. 11).
Inicialmente, cumpre estabelecer o que vem a ser início de prova material e para tanto, peço vênia para transcrever a lição do Ilustre Professor Aníbal Fernandes, in verbis:
"...prova material é uma prova objetiva, tendo como espécie do gênero a prova escrita; embora, na maior parte dos casos analisados se busque obter um escrito como "início de prova". O ponto é importante, pois uma fotografia pode constituir-se em início de prova material, não sendo porém, um escrito. Com escusas pela obviedade, início de prova não é comprovação plena. É um começo. Didaticamente, parece o indício do Direito Penal, que é uma pista, vestígio, um fato..."
(in Repertório IOB de Jurisprudência, 1ª quinzena de setembro/95, nº 17/95 pág. 241).
Ao compulsar dos autos, verifica-se não haver documentos hábeis a demonstrar ter sido a parte autora lavradora, como afirmado na inicial, uma vez que a prova documental apresentada como início de prova material, Certidão de Casamento (fl. 10), qualifica seu marido como motorista e, portanto, não pode ser extensível à esposa, uma vez que seu marido não exercia atividade nas lides rurais, nem tampouco pode ser qualificado como segurado especial.
Anote-se, ainda, que a certidão de transcrição de escritura de venda e compra (fl. 11), refere-se à profissão exercida pelo pai da autora (03-06-1961) não fazendo qualquer referência ao trabalho exercido pela requerente durante o período de carência exigido pela legislação previdenciária.
Assim, restam apenas os depoimentos das testemunhas ouvidas em juízo que, isoladamente, não são suficientes para comprovar tempo de serviço destinado à concessão de benefício previdenciário, conforme o entendimento da Súmula n.º 149 do Egrégio Superior Tribunal de Justiça no sentido de que: "A prova testemunhal não basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito da obtenção de benefício previdenciário".
Nesse sentido, já decidiu esta Egrégia Corte:
"PREVIDENCIÁRIO. DECLARAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO. ATIVIDADE RURAL. REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. AUSÊNCIA DE PROVA DOCUMENTAL. SÚMULA Nº 149 DO E.STJ. 1.A comprovação de tempo de serviço exige ao menos início de prova documental, ao teor da Súmula nº 149, do E.STJ, não servindo para tanto prova exclusivamente testemunhal.
2.(..).
3.O acolhimento de prova exclusivamente testemunhal para comprovar tempo de trabalho (especialmente visando aposentadoria por idade ou invalidez) somente é possível se a ausência de início de prova documental for compensada por testemunho detalhado, corroborado por documentos que permitam presumir, com segurança, a atividade desenvolvida, o que não consta dos autos. 4.Honorários mantidos e custas na forma da lei, aplicando-se o art. 12 da Lei 1.060/50, tendo em vista ter o feito sido processado sob os benefícios da justiça gratuita.
5.Remessa oficial à qual se dá provimento."
(TRF 3ª Região, AC. 97.03.072754-9/SP, Rel. Conv. Juiz Carlos Francisco, 2º T., D. : 30/09/2002, DJU DATA:06/12/2002 PÁGINA: 468).
"PREVIDENCIÁRIO. REMESSA OFICIAL. APOSENTADORIA POR IDADE. RURAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. AUSÊNCIA. SÚMULA 149 DO E. STJ. APLICABILIDADE. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA.
I - Remessa oficial não conhecida, tendo em vista a nova redação do artigo 475, § 2º, do Código de Processo Civil, alterado pela Lei nº 10.352/2001.
II - Considerando que a autora completou 55 anos em 24.07.1994 (fl. 09) e que o labor rural deveria ser comprovado no período anterior a tal data, ainda que de forma descontínua, é de se reconhecer que não foi apresentado documento indispensável ao ajuizamento da ação, ou seja, início de PROVA material desse período.
III - Somente com base em depoimentos de testemunhas não se reconhece o suposto período de exercício de atividade laborativa cumprido pela autora, uma vez que a jurisprudência pacificou-se no sentido de que a produção de PROVA exclusivamente testemunhal é insuficiente para tal fim (Súmula 149 do E. STJ). IV - Não há condenação da autora aos ônus da sucumbência, pois o E. STF já decidiu que a aplicação do disposto nos art. 11 e 12 da Lei nº 1.060/50 torna a sentença um título judicial condicional (STF, RE 313.348/RS, Min. Sepúlveda Pertence). V - Remessa oficial não conhecida. Feito julgado extinto sem julgamento do mérito. Apelação do INSS prejudicada."
(TRF 3ª REGIÃO, AC: 2002.61.23.001655-6/SP, 10º T., REL. DES. SERGIO NASCIMENTO, D.: 21/03/2006, DJU DATA:07/04/2006 PÁGINA: 803).
Assim, não estando presentes os requisitos para a concessão de aposentadoria por idade, deve a demanda ser julgada improcedente.
Isto posto, nos termos do disposto no artigo 557 do Código de Processo Civil, nego seguimento à apelação da parte autora, mantendo, na íntegra a douta decisão recorrida.
Publique-se. Intimem-se.
São Paulo, 19 de março de 2007.
WALTER DO AMARAL
DESEMBARGADOR FEDERAL
RELATOR

PROC.	:	2003.61.22.000326-0 AC 923120
ORIG.	:	1 Vr TUPA/SP
APTE	:	VITORIA ANA DA SILVA MIRANDA
ADV	:	DIRCEU MIRANDA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	OSMAR MASSARI FILHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de ação ajuizada em 26-03-2003 em face do INSS, citado em 28-05-2003, pleiteando o benefício da aposentadoria por idade, prevista no artigo 143 da Lei n. 8.213/91, desde a citação.
A r. sentença proferida em 13-08-2003 julgou improcedente o pedido, sob o fundamento de que estaria a prova testemunhal frágil a comprovar o efetivo labor da parte autora nas lides rurais durante o período de carência exigido pela legislação previdenciária, de modo que a requerente não preencheu os requisitos necessários à concessão do benefício. Condenou a parte autora ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 15% (quinze por cento) sobre o valor da causa (R$ 500,00), suspendendo a sua exigibilidade por ser beneficiária da assistência judiciária gratuita. Não houve condenação em custas processuais.
Inconformada, apela a parte autora alegando, em síntese, que os documentos juntados aos autos, corroborados pela prova testemunhal, demonstram que trabalhou na condição de rurícola durante toda a sua vida, motivo pelo qual requer a reforma da r. sentença.
Com contra-razões, subiram os autos a esta Corte Regional.
É o relatório.
D E C I D O.
A sentença recorrida julgou improcedente a ação, sob o fundamento de que estaria a prova testemunhal frágil a comprovar o efetivo labor da parte autora nas lides rurais durante o período de carência exigido pela legislação previdenciária, de modo que a requerente não preencheu os requisitos necessários à concessão do benefício.
Inconformada, apela a parte autora alegando, em síntese, que preencheu os requisitos legais necessários à concessão do benefício de aposentadoria por idade.
Nos termos da inicial, alega a parte autora, nascida em 05-02-1934, que durante toda a sua vida sempre laborou nos meios rurais, em regime de economia familiar, bem como na condição de diarista.
Como início de prova material da atividade rural exercida a requerente juntou aos autos a certidão de seu casamento, celebrado em 30-04-1954, com Manoel Miranda, qualificado como lavrador (fl. 10), bem como certidão emitida pela Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda - Delegacia Regional Tributária de Presidente Prudente, informando que o cônjuge da autora inscreveu-se no cadastro de produtores rurais da Secretaria da Fazenda na condição de "Porcenteiro", do imóvel rural denominado "Sítio Monte Alegre" (fl. 11).
Cumpre estabelecer o que vem a ser início de prova material e para tanto, peço vênia para transcrever a lição do Ilustre Professor Anníbal Fernandes, in verbis:
"...prova material é uma prova objetiva, tendo como espécie do gênero a prova escrita; embora, na maior parte dos casos analisados se busque obter um escrito como "início de prova". O ponto é importante, pois uma fotografia pode constituir-se em início de prova material, não sendo porém, um escrito. Com escusas pela obviedade, início de prova não é comprovação plena. É um começo. Didaticamente, parece o indício do Direito Penal, que é uma pista, vestígio, um fato..."
(in Repertório IOB de Jurisprudência, 1ª quinzena de setembro/95, nº 17/95 pág. 241).
Por outro lado, a prova testemunhal colhida nos autos mostra-se imprecisa, não se servindo a comprovar, assim, o efetivo labor durante o lapso temporal exigido nos termos da legislação previdenciária, conforme se verifica nos depoimentos das fls. 69/76, aqui transcritos:
Vitória Ana da Silva Miranda (requerente): "A depoente morou por muitos anos no sítio de propriedade de Jacó, localizado no bairro Oito Casas, Inúbia Paulista. Trabalhava com a família como meeiros na lavoura de café e também trabalhavam por dia. Não se recorda o tamanho da propriedade, dizendo que era grande. Na propriedade só havia a família da autora. A família da autora compunha-se pelo marido mais oito filhos. Depois, foram morar em São Paulo, onde permaneceram por cerca de vinte anos, talvez menos. Em 1990 foi morar em Lucélia, após o seu marido aposentar-se. Alega que ficou doente, tendo artrose no joelho, não conseguindo mais trabalhar. Depois que voltou de São Paulo, pouco trabalhou na roça. Não se recorda para quem trabalhou a última vez. Só faz o serviço de casa e as vezes nem consegue fazê-lo por causa da artrose".
Jacob Géa: "O depoente tinha uma propriedade vizinha a de Osvaldo Laranja e Iamarika Localizada no bairro Oito Casas, também conhecido como bairro dos Macacos, onde eventualmente trabalhava a família da autora. Esclarece que a autora morava naquele sítio, onde sua família era porcenteira na lavoura de café. Para o depoente a autora e a família só trabalhava quando estava folgado e apertado de serviço estava o depoente. O serviço era por empreitada. A autora foi morar em São Paulo, onde permaneceu por quatro ou cinco anos, tendo ido morar depois em Lucélia. Em Lucélia o depoente não sabe o que faz a autora, já que mora em Inúbia (...)".
Luiz Bernardo: "O depoente conhece a autora desde quando ela trabalhava no sítio de Osvaldo Laranja, localizado no bairro Oito Casas em Inúbia Paulista. Família da autora trabalhava na lavoura de café, como porcenteira. Até hoje o depoente tem uma propriedade nas proximidades. Nessa época a autora também trabalhava para outras pessoas como bóia-fria, inclusive para Jacob Gea. Em época e por período que não se recorda, a autora morou em São Paulo. Depois veio morar em Lucélia, não sabendo dizer a depoente o que passou a fazer então".

Antônio Ruiz Borim: "O depoente conhece a autora desde o período em que ela trabalhava para Osvaldo Laranja como porcenteira e para Jacob como volante, cujas propriedades ficavam no bairro Oito Casas, em Inúbia Paulista. Ela morava na propriedade de Osvaldo Laranja. Diz o depoente que conheceu a autora trabalhando no sítio de Osvaldo Laranja em 1965 ou 1967. O depoente era vizinho de propriedade. Não sabe dizer que idade tinha a autora naquela época. A autora permaneceu até 1990, quando foi para São Paulo. Não sabe dizer por quantos anos a autora ficou em São Paulo. Quando voltou para Lucélia a autora não pode mais trabalhar ou trabalhou pouco por conta de seu joelho".
Deste modo, nota-se que não há a comprovação efetiva do período de carência, pois a prova oral não confirma objetivamente a vinculação da parte autora ao tempo necessário de atividade rural exigido em Lei. Conclui-se não haver congruência entre o documento apresentado como início de prova material e a prova testemunhal colhida, não restando demonstrado que a parte autora sempre foi lavradora, como afirmado na inicial.
Assim, não estando presentes os requisitos para a concessão de aposentadoria por idade, em face da fragilidade existente na prova testemunhal a corroborar a prova material, restando evidente a contradição das informações prestadas, deve a demanda ser julgada improcedente.
Isto posto, nos termos do disposto no artigo 557 do Código de Processo Civil, nego seguimento à apelação da parte autora, mantendo, na íntegra, a douta decisão recorrida.
Publique-se. Intimem-se.
São Paulo, 19 de março de 2007.

WALTER DO AMARAL
DESEMBARGADOR FEDERAL
RELATOR

PROC.	:	2005.03.99.038008-3 AC 1053871
ORIG.	:	0400000553 1 Vr SANTA FE DO SUL/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CARMEM PATRICIA NAMI GARCIA SUANA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	CLARINDO RULLI
ADV	:	RONALDO CARRILHO DA SILVA
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de ação ajuizada em 31-05-2004 em face do INSS, citado em 06-07-2004, pleiteando o benefício da aposentadoria por idade, prevista no artigo 143 da Lei n. 8.213/91, desde a citação.
A r. sentença proferida em 12-05-2005 julgou procedente o pedido, condenando a autarquia a conceder o benefício pleiteado, a partir da citação, sendo os valores em atraso corrigidos monetariamente, nos termos do artigo 41, parágrafo 7º, da Lei nº 8.213/91, Leis nºs 6.899/81, 8.542/92 e 8.880/84, além da Súmula nº 8 do E. Tribunal Regional Federal da 3ª Região, e juros de mora a contar da citação. Condenou o INSS, ainda, ao pagamento de honorários advocatícios, fixados em R$ 520,00 (quinhentos e vinte reais).
Inconformada, apela a autarquia, argumentando que a parte autora não comprovou com os documentos apresentados ter preenchido os requisitos necessários para a concessão do benefício. Caso mantido o decisum, requer a redução dos honorários advocatícios para R$ 200,00 (duzentos reais).
Com contra-razões, subiram os autos a esta Corte Regional.
É o relatório.

D E C I D O.
A sentença recorrida julgou procedente a ação, sob o fundamento de que a parte autora comprovou o exercício da atividade rural, bem como o requisito idade, dando ensejo à concessão da aposentadoria pleiteada.
Insurge-se o INSS contra essa decisão, sustentando em suas razões de recurso que o requerente não preencheu os requisitos exigidos, especialmente no que tange à comprovação da atividade rural no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, correspondente à carência do benefício pretendido. Aduz, outrossim, não haver um início razoável de prova material a comprovar a atividade exercida nas lides rurais.
Passo, então, à análise da questão.
Nos termos da inicial, alega a parte autora, nascida em 26-12-1942, que durante toda a sua vida sempre laborou nos meios rurais, na condição de diarista.
Como início de prova material da atividade rural exercida, o requerente juntou aos autos certidão de seu casamento, celebrado em 22-06-1964 (fl. 15), certidões de nascimento de seus filhos lavradas em 02-02-1966 (fl. 16) e 06-08-1981 (fl. 17), título eleitoral, datado de 01-09-1982 (fl. 18), carteira e proposta de admissão do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Fé do Sul, datadas de 28-03-1977 (fls. 19/20), todos os documentos qualificando o autor como lavrador.
Todas as testemunhas ouvidas no curso da instrução processual, sob o crivo do contraditório, afirmaram que a parte autora sempre trabalhou nas lides rurais para diversos produtores, confirmando que o requerente teve um efetivo labor rural, durante o período de carência exigido pela legislação previdenciária, conforme se verifica nos depoimentos das fls. 52/54.
Neste sentido, há de se observar o disposto nos seguintes julgados:
"PREVIDENCIÁRIO - TRABALHADOR RURAL - PROVA MATERIAL - CERTIDÃO DE CASAMENTO - BENEFÍCIO - CONCESSÃO - CARÊNCIA - INEXIGIBILIDADE.
-A apresentação de assentamento de registro civil comprovando a qualificação profissional de lavrador ou agricultor do autor, constitui indício aceitável de prova material do exercício da atividade rural.
- A falta do preenchimento do período de carência, não representa óbice à concessão do benefício de aposentadoria rural, por idade.
- Precedentes.
- Recurso conhecido, porém, desprovido."
(STJ, Quinta Turma, REsp. 332029/SP, Relator Min. Jorge Scartezzini, DJ 18/02/2002, pág. 00480).
"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. VALORAÇÃO DE PROVA. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. EXISTÊNCIA. COMPROVAÇÃO DA ATIVIDADE RURAL EM NÚMERO DE MESES EQUIVALENTE À CARÊNCIA DO BENEFÍCIO. DESNECESSIDADE.
(....)
- A certidão de casamento e o certificado de reservista, onde constam a profissão de lavrador do segurado, constituem-se em início razoável de prova documental. Precedentes.
- Agravo regimental improvido.
(STJ, Sexta Turma, Agresp 298272/SP, Relator Hamilton Carvalhido, DJ 19/12/2002, pg. 462).
"AÇÃO RESCISÓRIA. PREVIDENCIÁRIO. RURÍCOLA. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL. DOCUMENTO NOVO. CTPS COM REGISTRO DE TRABALHO RURAL.
1 - A CTPS, com registro de trabalho rural, caracteriza documento novo apto a atestar o início razoável de prova material da atividade rurícola. Precedente desta Corte.
2 - Pedido procedente."
(STJ, Terceira Seção, AR 200000913057 1373/SP, Relator min. Fernando Gonçalves, Rel. acórdão min. Felix Fischer, v. u., DJ 04/06/2001, pg. 57).
Sob outro aspecto, descabe a exigência de que venha a indenizar o Instituto com o pagamento das contribuições correspondentes ao período trabalhado que está a comprovar, pois a indenização somente é exigível para os casos em que o segurado pleiteia a contagem recíproca de tempo de serviço elaborado na atividade privada, rural ou urbana, com o tempo de serviço na administração pública, conforme dispõe o artigo 96, IV da legislação previdenciária, o que não é o caso dos autos.
Assim, tem-se como suficientemente comprovado o exercício da atividade rural, ainda que de forma descontínua, pelo período igual ou até superior ao número de meses correspondentes à carência do benefício requerido (artigo 143 da Lei n.º 8.213/91).
Sobre a necessidade de tal período ser imediatamente anterior ao requerimento do benefício, pondero que essa exigência legal não há de ser tomada literalmente, mas sim, temperada com bom senso e moderação, em face da dura realidade dos trabalhadores rurais, dado o caráter eminentemente social do benefício previdenciário requerido. Com efeito, é muito comum o abandono de trabalho rural finda a capacidade laborativa do colono, disso se originando o inevitável lapso temporal entre o término da atividade rural e o pleito administrativo ou judicial do benefício.
Ressalto, inclusive, estar expressamente afastado o quesito da qualidade de segurado para a concessão do benefício em questão, devido à vigência da Lei n.º 10.666/03, que assim dispõe:
"Art. 3o (...)
§ 1o Na hipótese de aposentadoria por idade, a perda da qualidade de segurado não será considerada para a concessão desse benefício, desde que o segurado conte com, no mínimo, o tempo de contribuição correspondente ao exigido para efeito de carência na data do requerimento do benefício."
Ademais, com relação à Lei n.º 10.666/03, resultante da conversão da MP n.º 83, de 12-12-2002, esclareça-se que, ao afastar a necessidade de cumprimento simultâneo dos requisitos para a concessão do benefício, inexigindo assim, a manutenção da qualidade de segurado, apenas veio a confirmar o entendimento que já estava sendo adotado pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça mesmo anteriormente à edição da referida lei, de tal forma que não se trata de aplicabilidade retroativa.
Destarte, restando comprovado o implemento de todos os requisitos necessários, a parte autora faz jus à percepção do benefício de aposentadoria por idade, no valor de um salário mínimo.
Cumpre esclarecer que a correção monetária sobre os valores em atraso deve seguir o disposto no Provimento n.º 26/01 da E. Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 3ª Região, observando-se a Súmula nº 08 desta Corte Regional e a Súmula nº 148 do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, com incidência de juros de mora à razão de 12% (doze por cento) ao ano, conforme Enunciado n.º 20, aprovado na Jornada de Direito Civil promovida pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal.
De outra forma, com relação ao pedido de redução da verba honorária, merece parcial reforma o decisum, devendo ser fixada em R$ 350,00 (trezentos e cinqüenta reais), tendo em vista que o termo inicial do benefício data de 06-07-2004 e a sentença fora proferida em 12-05-2005, razão pela qual o valor da condenação de acordo com o entendimento desta Turma resultaria em um montante irrisório.
Isto posto, nos termos do disposto no § 1º-A do artigo 557 do Código de Processo Civil, dou parcial provimento à apelação do INSS para reduzir a verba honorária para R$ 350,00 (trezentos e cinqüenta reais).
Mantenho, quanto ao mais, a douta decisão recorrida.
Publique-se. Intimem-se.
São Paulo, 19 de março de 2007.

WALTER DO AMARAL
DESEMBARGADOR FEDERAL
RELATOR

PROC.	:	2006.03.99.013912-8 AC 1105361
ORIG.	:	0400001391 1 Vr JAGUARIUNA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	FRANCISCO PINTO DUARTE NETO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ANA BUENO DA SILVA (= ou > de 65 anos)
ADV	:	EVELISE SIMONE DE MELO
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de ação ajuizada em 17-06-2004 em face do INSS, citado em 22-10-2004, pleiteando o benefício da aposentadoria por idade, prevista no artigo 143 da Lei nº 8.213/91, desde o ajuizamento da ação.
A r. sentença proferida em 07-07-2005 julgou procedente o pedido, condenando a autarquia a conceder o benefício pleiteado, a partir da citação, sendo os valores em atraso corrigidos monetariamente, nos termos do Provimento nº 24 de 29-04-97 da Justiça Federal da 3ª Região, com incidência de juros de mora, na razão de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação. Condenou o INSS, ainda, ao pagamento de despesas processuais, na forma da Súmula nº 178 do STJ, bem como honorários advocatícios, fixados em 15% (quinze por cento) sobre o total da condenação (Súmula nº 111 do STJ).
Inconformada, apela a autarquia, argumentando que a parte autora não comprovou com os documentos apresentados ter preenchido os requisitos necessários para a concessão do benefício. Caso mantido o decisum, requer a fixação do termo inicial do benefício na data da citação e a redução dos honorários advocatícios.
Com contra-razões, subiram os autos a esta Corte Regional.
É o relatório.
D E C I D O.
A sentença recorrida julgou procedente a ação, sob o fundamento de que a parte autora comprovou o exercício da atividade rural, bem como o requisito idade, dando ensejo à concessão da aposentadoria pleiteada.
Insurge-se o INSS contra essa decisão, sustentando em suas razões de recurso que a requerente não preencheu os requisitos exigidos, especialmente no que tange à comprovação da atividade rural no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, correspondente à carência do benefício pretendido. Aduz, outrossim, não haver um início razoável de prova material a comprovar a atividade exercida nas lides rurais.
Passo, então, à análise da questão.
Nos termos da inicial, alega a parte autora, nascida em 14-11-1929, que durante toda a sua vida sempre laborou nos meios rurais, em regime de economia familiar, bem como na condição de diarista.
A requerente juntou aos autos certidão de seu casamento, celebrado em 21-05-1949, com Adelino Rodrigues da Silva, qualificado como lavrador (fl. 12) e CTPS de seu marido, com registros de atividade rural nos períodos de 14-11-1966 a 26-06-1968 e 02-01-1969 a 27-06-1971 e registro de atividade urbana no período de 13-07-1971 a 05-02-1979 (fls. 13/19).
Inicialmente, cumpre estabelecer o que vem a ser início de prova material e para tanto, peço vênia para transcrever a lição do Ilustre Professor Aníbal Fernandes, in verbis:
"...prova material é uma prova objetiva, tendo como espécie do gênero a prova escrita; embora, na maior parte dos casos analisados se busque obter um escrito como "início de prova". O ponto é importante, pois uma fotografia pode constituir-se em início de prova material, não sendo porém, um escrito. Com escusas pela obviedade, início de prova não é comprovação plena. É um começo. Didaticamente, parece o indício do Direito Penal, que é uma pista, vestígio, um fato..."
(in Repertório IOB de Jurisprudência, 1ª quinzena de setembro/95, nº 17/95 pág. 241).
In casu, a qualificação de lavrador do marido não pode ser extensível à esposa, uma vez que ele deixou de exercer atividade rural, passando a exercer atividade de cunho urbano em 13-07-1971 e faleceu em 29-12-2000, conforme se verifica da CTPS (fls 13/19) e dos documentos do sistema Dataprev juntados pelo INSS nas fls. 134/140, sendo que a parte autora passou a receber benefício previdenciário de pensão por morte, constando que o de cujus era segurado na condição de empregado em atividade urbana - "comerciário".
Ademais, a prova testemunhal revelou-se por demais genérica, e ainda, contraditória, ao afirmar que o marido da autora também trabalhava na roça, conforme se verifica nos depoimentos das fls. 67/68, abaixo transcritos, pois os documentos apresentados, conforme já explanado, demonstram que seu cônjuge deixou as lides rurais no ano de 1971.
Glória Tomiati da Silva afirma que: "Que conhece a autora, que a autora trabalhou na roça durante muitos anos, como bóia-fria; que faz oito anos que a autora parou de trabalhar; que a autora trabalhou com o Sr. Guinelo e Sr. Luís Marinho; que o marido da autora também trabalhava na roça, que a depoente trabalhou com a autora."
Por sua vez, Benedita Braccio Brentegani declara que : "Que conhece a autora, que a autora trabalhou na roça sua vida inteira, como bóia fria; qyue a autora trabalhou com o Sr. Guinelo e Sr. Marinho; que o marido da autora também trabalhava na roça. Que a depoente nunca trabalhou com a autora, mas já a viu trabalhando."
Deste modo, nota-se que não há a comprovação efetiva do período de carência, pois a prova oral não confirma objetivamente a vinculação da parte autora ao tempo necessário de atividade rural exigido em Lei. Conclui-se não haver congruência entre o documento apresentado como início de prova material e a prova testemunhal colhida, não restando demonstrado que a parte autora sempre foi lavradeira, como afirmado na inicial.
Assim, não estando presentes os requisitos para a concessão de aposentadoria por idade, em face da descaracterização do início de prova material acostada aos autos, bem como devido à fragilidade e contradição da prova testemunhal, deve a demanda ser julgada improcedente.

Isto posto, nos termos do disposto no § 1º-A do artigo 557 do Código de Processo Civil, dou provimento à apelação do INSS, para julgar improcedente o pedido. Deixo de condenar a parte autora nas verbas da sucumbência por ser beneficiária da justiça gratuita.
Publique-se. Intimem-se.
São Paulo, 19 de março de 2007.
WALTER DO AMARAL
DESEMBARGADOR FEDERAL
RELATOR

PROC.	:	2007.03.00.007608-2 AG 290840
ORIG.	:	200661090074959 3 Vr PIRACICABA/SP
AGRTE	:	JOAO BATISTA GRANUZZIO (= ou > de 60 anos)
ADV	:	RENATO VALDRIGHI
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE PIRACICABA SP
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

Trata-se de agravo de instrumento interposto em face da decisão proferida pelo MM. Juízo a quo que determinou à parte autora a comprovação, no prazo de 10 (dez) dias, da existência de interesse processual, devendo apresentar documento que demonstre o ato de requerimento administrativo.
Irresignado com a decisão, o agravante interpõe o presente recurso, inclusive para valer-se da possibilidade de suspensão do cumprimento da decisão agravada, à luz da atual disciplina traçada no arts. 527, inc. III, do Código de Processo Civil.
Sustenta o agravante ser desnecessário o prévio requerimento administrativo, para depois se pleitear, judicialmente, o direito pretendido. Suscita o art. 5º, inc. XXXV, da Constituição Federal.
O recurso de agravo, a teor da Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005, que alterou o Código de Processo Civil, é cabível em face de decisões interlocutórias e será interposto na forma retida, podendo ser interposto por instrumento somente quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos casos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida (art. 522, CPC).
Além disso, a norma é clara no sentido de autorizar o magistrado a converter o agravo de instrumento em retido, caso não ocorram as hipóteses acima descritas (art. 527, II, CPC), ou apreciá-lo, nos casos em que, efetivamente, for constatada a possibilidade de perecimento de direitos.
Com efeito, verificadas as condições impostas pela novel legislação, dispõe o artigo 527, III do CPC que, recebido o agravo de instrumento, o relator poderá conceder efeito suspensivo ao recurso, ou deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal.
Assim, constatada a urgência que emerge do caso em tela, passo ao exame da possibilidade da concessão de provimento liminar a este recurso, tal como requerido pelo recorrente.
Razão assiste ao agravante.
É pacífico o entendimento em nossos tribunais que o acesso ao Poder Judiciário é garantia constitucional e independe de prévio acesso à via administrativa, ou do exaurimento desta, tratando-se de matéria já sumulada nesta Corte Regional (Súmula 9 / TRF):
"Em matéria previdenciária, torna-se desnecessário o prévio exaurimento da via administrativa, como condição de ajuizamento da ação".
Ademais, a jurisprudência no Superior Tribunal de Justiça é pacífica no mesmo sentido:
"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. DESNECESSIDADE.
1-"É firme o entendimento neste Superior Tribunal de Justiça no sentido de ser desnecessário o prévio requerimento administrativo à propositura de ação que visa à percepção de benefício previdenciário". (REsp nº 230.499/CE, da minha relatoria, in DJ 1º/8/2000)
2-Recurso improvido.
(STJ - 6ª Turma, RESP nº 20030092083, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJ 02.08.2004, p. 593)
"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIOS. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. DESNECESSIDADE.
1-O prévio requerimento na esfera administrativa não pode ser considerado como condição para propositura da ação de natureza previdenciária. Ademais, é pacífico neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que é desnecessário o requerimento administrativo prévio à propositura de ação que vise concessão de benefício previdenciário.
2-Recurso conhecido e desprovido."
(STJ - 5ª Turma, RESP nº 200301951137, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, DJ 29.11.2004, p. 379)
Diante do exposto, entendendo estarem presentes os requisitos previstos no § 1º-A, do art. 557, do CPC, dou provimento ao presente recurso para que o feito prossiga sem a necessidade de comprovação de exaurimento da via administrativa ou mesmo do prévio requerimento administrativo.
Contudo, constato que os documentos de instrução obrigatória juntados aos presentes autos encontram-se sem a devida autenticação.
Assim, providencie o patrono da agravante a regularização da instrução do feito, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, declarando expressamente a autenticidade dos documentos obrigatórios nos termos do Provimento COGE nº 34, de 05/09/2003, sob pena de reconsideração da presente decisão e negativa de seguimento ao recurso.
Comunique-se ao D. Juízo a quo.
Intime-se.
São Paulo, 07 de março de 2007.
WALTER DO AMARAL
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.007902-2 AG 291011
ORIG.	:	0600000656 3 Vr MOGI MIRIM/SP 0600048468 3 Vr MOGI MIRIM/SP
AGRTE	:	MARIA AMELIA DE OLIVEIRA COSTA (= ou > de 65 anos)
ADV	:	EVELISE SIMONE DE MELO
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 3 VARA DE MOGI MIRIM SP
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

Trata-se de agravo de instrumento interposto em face da decisão proferida pelo MM. Juízo a quo que suspendeu o feito por 30 (trinta) dias, determinando à parte autora a comprovação de que tentou obter o benefício administrativamente e isso lhe foi negado.
Irresignada com a decisão, a agravante interpõe o presente recurso, inclusive para valer-se da possibilidade de suspensão do cumprimento da decisão agravada, à luz da atual disciplina traçada no arts. 527, inc. III, do Código de Processo Civil.
Sustenta a agravante que se dirigiu ao Posto local do INSS com o intuito de obter informações a respeito da concessão de benefício assistencial e, por não possuir os documentos exigidos, foi prontamente informada de que seu pedido sequer seria protocolado, tendo, então, se socorrido da esfera judicial para obter sua pretensão. Alega, ainda, ser desnecessário o prévio requerimento administrativo, para se pleitear, judicialmente, o direito pretendido.
O recurso de agravo, a teor da Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005, que alterou o Código de Processo Civil, é cabível em face de decisões interlocutórias e será interposto na forma retida, podendo ser interposto por instrumento somente quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos casos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida (art. 522, CPC).
Além disso, a norma é clara no sentido de autorizar o magistrado a converter o agravo de instrumento em retido, caso não ocorram as hipóteses acima descritas (art. 527, II, CPC), ou apreciá-lo, nos casos em que, efetivamente, for constatada a possibilidade de perecimento de direitos.
Com efeito, verificadas as condições impostas pela novel legislação, dispõe o artigo 527, III do CPC que, recebido o agravo de instrumento, o relator poderá conceder efeito suspensivo ao recurso, ou deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal.
Assim, constatada a urgência que emerge do caso em tela, passo ao exame da possibilidade da concessão de provimento liminar a este recurso, tal como requerido pelo recorrente.
Razão assiste à agravante.
É pacífico o entendimento em nossos tribunais que o acesso ao Poder Judiciário é garantia constitucional e independe de prévio acesso à via administrativa, ou do exaurimento desta, tratando-se de matéria já sumulada nesta Corte Regional (Súmula 9 / TRF):
"Em matéria previdenciária, torna-se desnecessário o prévio exaurimento da via administrativa, como condição de ajuizamento da ação".
Ademais, a jurisprudência no Superior Tribunal de Justiça é pacífica no mesmo sentido:
"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. DESNECESSIDADE.
1-"É firme o entendimento neste Superior Tribunal de Justiça no sentido de ser desnecessário o prévio requerimento administrativo à propositura de ação que visa à percepção de benefício previdenciário". (REsp nº 230.499/CE, da minha relatoria, in DJ 1º/8/2000)
2-Recurso improvido.
(STJ - 6ª Turma, RESP nº 20030092083, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJ 02.08.2004, p. 593)
"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIOS. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. DESNECESSIDADE.
1-O prévio requerimento na esfera administrativa não pode ser considerado como condição para propositura da ação de natureza previdenciária. Ademais, é pacífico neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que é desnecessário o requerimento administrativo prévio à propositura de ação que vise concessão de benefício previdenciário.
2-Recurso conhecido e desprovido."
(STJ - 5ª Turma, RESP nº 200301951137, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, DJ 29.11.2004, p. 379)
No presente caso, trata-se de pedido de concessão de benefício de amparo social, previsto no artigo 203, inc. V, da CF/88 e, não configuram qualquer novidade as exigências feitas pelo INSS, no âmbito administrativo, no tocante à valoração do preenchimento dos requisitos legais necessários à concessão do benefício, os quais, por sua vez, podem ser reconhecidos pelo Poder Judiciário.
Dessa forma, diante das notórias dificuldades que o provável beneficiário enfrenta para comprovar sua condição de miserabilidade, bem como, em alguns casos, sua incapacidade laborativa, não resta outra alternativa senão dispensar o prévio requerimento na via administrativa, por ser previsível a conduta da autarquia nestes casos.
Diante do exposto, entendendo estarem presentes os requisitos previstos no § 1º-A, do art. 557, do CPC, dou provimento ao presente recurso para que o feito prossiga sem a necessidade de comprovação de exaurimento da via administrativa ou mesmo do prévio requerimento administrativo.
Comunique-se ao D. Juízo a quo.
Intime-se.
São Paulo, 07 de março de 2007.
WALTER DO AMARAL
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.011949-4 AG 292452
ORIG.	:	0600012932 1 Vr PARANAIBA/MS
AGRTE	:	MARIA CONCEICAO RODRIGUES PEREIRA
ADV	:	LUZIA GUERRA DE OLIVEIRA R GOMES
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	AMILSON ALVES QUEIROZ FILHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE PARANAIBA MS
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

Trata-se de agravo de instrumento interposto em face da decisão proferida pelo MM. Juízo a quo que suspendeu o andamento do processo pelo prazo de 60 (sessenta) dias, e determinou à autora, ora agravante, que comprovasse nos autos o prévio requerimento administrativo, com a respectiva resposta.
Irresignada com a decisão, a agravante interpõe o presente recurso, inclusive para valer-se da possibilidade de antecipação dos efeitos da tutela recursal, à luz da atual disciplina traçada no arts. 527, inc. III, do Código de Processo Civil.
Sustenta a agravante que a decisão recorrida viola a norma constitucional da inafastabilidade da jurisdição, prevista no art. 5º, inciso XXXV. Alega, ainda, que mesmo se tentasse a percepção do benefício, administrativamente, não obteria êxito, tendo em vista que, em se tratando de aposentadoria por idade rural, as exigências referentes a documentos feitas pela autarquia, impediria a concessão do benefício.
O recurso de agravo, a teor da Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005, que alterou o Código de Processo Civil, é cabível em face de decisões interlocutórias e será interposto na forma retida, podendo ser interposto por instrumento somente quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos casos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida (art. 522, CPC).
Além disso, a norma é clara no sentido de autorizar o magistrado a converter o agravo de instrumento em retido, caso não ocorram as hipóteses acima descritas (art. 527, II, CPC), ou apreciá-lo, nos casos em que, efetivamente, for constatada a possibilidade de perecimento de direitos.
Com efeito, verificadas as condições impostas pela novel legislação, dispõe o artigo 527, III do CPC que, recebido o agravo de instrumento, o relator poderá conceder efeito suspensivo ao recurso, ou deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal.
Assim, constatada a urgência que emerge do caso em tela, passo ao exame da possibilidade da concessão de provimento liminar a este recurso, tal como requerido pela recorrente.
Razão assiste à agravante.
É pacífico o entendimento em nossos tribunais que o acesso ao Poder Judiciário é garantia constitucional e independe de prévio acesso à via administrativa, ou do exaurimento desta, tratando-se de matéria já sumulada nesta Corte Regional (Súmula 9 / TRF):
"Em matéria previdenciária, torna-se desnecessário o prévio exaurimento da via administrativa, como condição de ajuizamento da ação".
Ademais, a jurisprudência no Superior Tribunal de Justiça é pacífica no mesmo sentido:
"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. DESNECESSIDADE.
1-É firme o entendimento neste Superior Tribunal de Justiça no sentido de ser desnecessário o prévio requerimento administrativo à propositura de ação que visa à percepção de benefício previdenciário". (REsp nº 230.499/CE, da minha relatoria, in DJ 1º/8/2000)
2-Recurso improvido."
(STJ - 6ª Turma, RESP nº 20030092083, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJ 02.08.2004, p. 593)
"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIOS. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. DESNECESSIDADE.
1-O prévio requerimento na esfera administrativa não pode ser considerado como condição para propositura da ação de natureza previdenciária. Ademais, é pacífico neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que é desnecessário o requerimento administrativo prévio à propositura de ação que vise concessão de benefício previdenciário.
2-Recurso conhecido e desprovido."
(STJ - 5ª Turma, RESP nº 200301951137, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, DJ 29.11.2004, p. 379)

Cumpre esclarecer que, no presente caso, trata-se de pedido de concessão de aposentadoria por idade rural e, não configuram qualquer novidade, as exigências feitas pelo INSS, no âmbito administrativo, no tocante aos documentos elencados no artigo 106, da Lei nº 8.213/91, atribuindo-lhes maior valor probante quando se refere ao início de prova material, de modo a não aceitar outros documentos que o interessado dispõe, os quais, por sua vez, são aceitos pelo Poder Judiciário como início razoável de prova material.
Assim, diante dos parcos documentos que o rurícola possui, bem como diante das notórias dificuldades que enfrenta para comprovar sua atividade laborativa campesina, não resta outra alternativa senão dispensar o prévio requerimento na via administrativa, por ser previsível a conduta da autarquia nestes casos.
Neste sentido, já decidiu o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, conforme os seguintes julgados:

"PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. INTERESSE DE AGIR. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. BÓIA FRIA. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE.
1-Configura-se a falta de interesse de agir da parte autora em postular proteção jurisdicional quando não houver prévio requerimento administrativo de concessão de benefício, nem resistência da Autarquia manifestada em contestação. Precedente da Corte.
2-Excepcionalmente é de se afastar tal exigência, quando notória a negativa da Administração, como se dá nos casos em que pretende o segurado a obtenção de aposentadoria rural pelo exercício de atividade rural na qualidade de bóia-fria, volante ou diarista, sem apresentação de prova documental substancial."
(TRF 4ª Região - 5ª Turma, AC nº 200404010103137, Rel. Juiz Celso Kipper, DJ 22.09.2004, p. 549)
Diante do exposto, entendendo estarem presentes os requisitos previstos no § 1º-A, do art. 557, do CPC, dou provimento ao presente recurso para que o feito prossiga sem a necessidade de comprovação de exaurimento da via administrativa ou mesmo do prévio requerimento administrativo.
Comunique-se ao D. Juízo a quo.
Intime-se.

São Paulo, 08 de março de 2007.

WALTER DO AMARAL
Desembargador Federal
Relator

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO E JULGAMENTO

ATA DE JULGAMENTOS

ATA DA 12ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 2 DE ABRIL DE 2007

Presidente : Exma. Sra. Dra. DES.FED. EVA REGINA
Representante do MPF: Dr(a). JOSE LEONIDAS BELLEM DE LIMA
Secretário(a): SANDRA UMEOKA HIGUTI Às 14:00 horas, presentes os(as) Desembargadores(as) Federais LEIDE POLO e EVA REGINA e os(as) Juízes(as) Convocados(as) RODRIGO ZACHARIAS foi aberta a sessão. Ausentes, justificadamente, os Des. Federais WALTER DO AMARAL e ANTONIO CEDENHO que se encontravam em gozo de férias. Não havendo impugnação, foi aprovada a ata da sessão anterior. Às 14:30 horas, foram apresentados em mesa pela Des. Federal EVA REGINA, uma questão de ordem e um embargos de declaração e pelo Juiz Convocado RODRIGO ZACHARIAS, 02 embargos de declaração. Antes de encerrar a sessão, a Des. Federal EVA REGINA agradeceu, mais uma vez, a participação e o apoio do Juiz Convocado RODRIGO ZACHARIAS, tendo em vista ser a última sessão da qual participava em substituição ao Des. Federal ANTONIO CEDENHO, no que foi secundada pela Des. Federal LEIDE POLO. Em seguida, o Juiz Convocado RODRIGO ZACHARIAS agradeceu não apenas a oportunidade de estar na Sétima Turma, mas também o respeito e o tratamento dado por todos na Turma

0001 AC-SP 206472 94.03.079544-1 (9400000152)

RELATORA	:	DES.FED. LEIDE POLO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	EDSON VIVIANI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	JOAO BOAVENTURA MOREIRA e outros
ADV	:	SILVIO BELLINI e outros

A Sétima Turma, por unanimidade, deu parcial provimento à apelação do INSS, sendo que a Des. Federal EVA REGINA e o Juiz Convocado RODRIGO ZACHARIAS o faziam em menor extensão. Fará declaração de voto e lavrará o acórdão a Des. Federal EVA REGINA.

0002 AC-SP 212889 94.03.088218-2 (9400000190)

RELATORA	:	DES.FED. LEIDE POLO
APTE	:	SEBASTIAO TOZADORI
ADV	:	NEVITON PAULO DE OLIVEIRA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARILENE SA RODRIGUES DA SILVA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR

A Sétima Turma, por unanimidade, negou provimento à apelação, nos termos do voto do(a) Relator(a).

0003 AC-SP 220273 94.03.098520-8 (9400000471)

RELATORA	:	DES.FED. LEIDE POLO
APTE	:	NATALE MACCAGNANO
ADV	:	JOAO BAPTISTA DOMINGUES NETO e outros
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ESMERALDO CARVALHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR

A Sétima Turma, por unanimidade, rejeitou a matéria preliminar e, no mérito, negou provimento à apelação, nos termos do voto do(a) Relator(a).

0004 AC-SP 491483 1999.03.99.046264-4(9800000812)

RELATORA	:	DES.FED. LEIDE POLO
APTE	:	ALBERTINA MAXIMO DE MELO
ADV	:	ABDILATIF MAHAMED TUFAILE
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ROBERTO DE LIMA CAMPOS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR

A Sétima Turma, por unanimidade, negou provimento à apelação, nos termos do voto do(a) Relator(a).

0005 AC-SP 511434 1999.03.99.068000-3(9800000943)

RELATORA	:	DES.FED. LEIDE POLO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RENATA CAVAGNINO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MARIA GUIMARAES DE ALVARENGA
ADV	:	CASSIA MARTUCCI MELILLO

A Sétima Turma, por unanimidade, negou provimento à apelação, nos termos do voto do(a) Relator(a).

0006 AC-SP 560630 1999.03.99.118296-5(9900000022)

RELATORA	:	DES.FED. LEIDE POLO
APTE	:	ALZIRA MEIRELES SIQUEIRA
ADV	:	ADAO NOGUEIRA PAIM
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ROBERTO RAMOS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS

A Sétima Turma, por unanimidade, rejeitou a matéria preliminar e deu provimento à apelação do INSS, restando prejudicada a apelação da parte autora , nos termos do voto do(a) Relator(a).

0007 AC-SP 630320 1999.61.14.001901-4(9815023845)

RELATORA	:	DES.FED. LEIDE POLO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	DANIELLE MONTEIRO PREZIA ANICETO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ALAIDE HENRIQUE DE OLIVEIRA
ADV	:	MARIA ALBERTINA MAIA

A Sétima Turma, por unanimidade, negou provimento à apelação, nos termos do voto do(a) Relator(a).

0008 AC-SP 997639 1999.61.17.002627-6

RELATORA	:	DES.FED. LEIDE POLO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ADOLFO FERACIN JUNIOR
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ADILSON RIBEIRO incapaz
REPTE	:	MARIA NILVA PONTEADO RIBEIRO
ADV	:	JOSE MASSOLA

Adiado o julgamento, por indicação do(a) Relator(a).

0009 AC-SP 561369 2000.03.99.000107-4(9900000025)

RELATORA	:	DES.FED. LEIDE POLO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUIZ CARLOS BIGS MARTIM
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MARIA PRONI TOFANELLI
ADV	:	ANTONIO FLAVIO ROCHA DE OLIVEIRA
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE SANTA FE DO SUL SP

A Sétima Turma, por unanimidade, não conheceu da remessa oficial e deu parcial provimento à apelação, nos termos do voto do(a) Relator(a).

0010 AC-SP 586438 2000.03.99.022227-3(9900000906)

RELATORA	:	DES.FED. LEIDE POLO
APTE	:	APARECIDA DE JESUS ESPIRITO SANTO MIRANDA
ADV	:	ULIANE TAVARES RODRIGUES
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SERGIO HENRIQUE ASSAF GUERRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 2 VARA DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO SP

A Sétima Turma, por unanimidade, não conheceu da remessa oficial e de parte da apelação do INSS e, na parte conhecida, rejeitou a matéria preliminar e, no mérito, por maioria, deu-lhe parcial provimento, nos termos do voto da Relatora, com quem votou a Des. Federal EVA REGINA, vencido parcialmente o Juiz Convocado RODRIGO ZACHARIAS que lhe dava provimento e, por unanimidade, deu parcial provimento à apelação da parte autora, sendo que o Juiz Convocado RODRIGO ZACHARIAS que, inicialmente, a julgava prejudicada, vencido, acompanhou o voto da Relatora. Lavrará o acórdão a Relatora.

0011 AC-SP 1001157 2000.61.07.003509-0

RELATORA	:	DES.FED. LEIDE POLO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	VERA LUCIA TORMIN FREIXO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MARIA DAS NEVES MARQUES
ADV	:	REGINA SCHLEIFER PEREIRA

A Sétima Turma, por unanimidade, não conheceu do agravo retido e, por maioria, negou provimento à apelação do INSS, nos termos do voto da Relatora, com quem votou a Des. Federal EVA REGINA, vencido o Juiz Convocado RODRIGO ZACHARIAS que lhe dava provimento. Lavrará o acórdão a Relatora.

0012 AC-SP 990082 2000.61.07.005392-4

RELATORA	:	DES.FED. LEIDE POLO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	VERA LUCIA TORMIN FREIXO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MATEUS DUARTE DE SOUZA incapaz
REPTE	:	MARIA DA PAZ MOREIRA
ADVG	:	JORGE KURANAKA (Int.Pessoal)

Adiado o julgamento, por indicação do(a) Relator(a).

0013 AC-SP 1093960 2000.61.09.000194-2

RELATORA	:	DES.FED. LEIDE POLO
APTE	:	ANNA ZOCCA NATERA
ADV	:	MARIO LUIS FRAGA NETTO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOAO BAPTISTA DE SOUZA NEGREIROS ATHAYDE
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS

A Sétima Turma, por unanimidade, não conheceu da apelação do INSS e deu provimento à apelação da parte autora , nos termos do voto do(a) Relator(a).

0014 AC-SP 1094820 2000.61.09.000302-1

RELATORA	:	DES.FED. LEIDE POLO
APTE	:	THEREZA DIVA DE OLIVEIRA SILVA
ADV	:	ULIANE TAVARES RODRIGUES
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	FRANCISCO CARVALHO DE ARRUDA VEIGA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS

A Sétima Turma, por unanimidade, rejeitou a matéria preliminar e deu provimento à apelação do INSS, restando prejudicada a apelação da parte autora , nos termos do voto do(a) Relator(a).

0015 AC-SP 1080631 2000.61.09.001644-1

RELATORA	:	DES.FED. LEIDE POLO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	FRANCISCO CARVALHO DE ARRUDA VEIGA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APTE	:	DANIEL PEDRO
ADV	:	MARIO LUIS FRAGA NETTO
APDO	:	OS MESMOS

A Sétima Turma, por unanimidade, rejeitou a matéria preliminar e, por maioria, deu parcial provimento à apelação do INSS, nos termos do voto da Relatora, com quem votou a Des. Federal EVA REGINA, vencido parcialmente o Juiz Convocado RODRIGO ZACHARIAS que lhe dava provimento e, por unanimidade, deu provimento à apelação da parte autora, sendo que o Juiz Convocado RODRIGO ZACHARIAS que, inicialmente, a julgava prejudicada, vencido, acompanhou o voto da Relatora. Lavrará o acórdão a Relatora.

0016 AC-SP 1132209 2000.61.09.001866-8

RELATORA	:	DES.FED. LEIDE POLO
APTE	:	CORINA FERREIRA ALVES
ADV	:	ULIANE TAVARES RODRIGUES
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	FRANCISCO CARVALHO DE ARRUDA VEIGA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS

A Sétima Turma, por unanimidade, rejeitou a matéria preliminar e deu provimento à apelação do INSS e à remessa oficial, tida por interposta, restando prejudicada a apelação da parte autora, nos termos do voto da Relatora.

0017 AC-SP 1156540 2000.61.09.002971-0

RELATORA	:	DES.FED. LEIDE POLO
APTE	:	TERESINHA FRANCISCO IZAQUE (= ou > de 65 anos)
ADV	:	ULIANE TAVARES RODRIGUES
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	FRANCISCO CARVALHO DE ARRUDA VEIGA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS

A Sétima Turma, por unanimidade, rejeitou a matéria preliminar e deu provimento à apelação do INSS, restando prejudicada a apelação da parte autora , nos termos do voto do(a) Relator(a).

0018 AC-SP 1091634 2000.61.09.003353-0

RELATORA	:	DES.FED. LEIDE POLO
APTE	:	AVELINA DUARTE DE CAMARGO
ADV	:	MARIO LUIS FRAGA NETTO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOAO BAPTISTA DE SOUZA NEGREIROS ATHAYDE
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS

A Sétima Turma, por maioria, deu parcial provimento à apelação do INSS, nos termos do voto da Relatora, com quem votou a Des. Federal EVA REGINA, vencido parcialmente o Juiz Convocado RODRIGO ZACHARIAS que lhe dava provimento e, por unanimidade, deu parcial provimento à apelação da parte autora, sendo que o Juiz Convocado RODRIGO ZACHARIAS que, inicialmente, a julgava prejudicada, vencido, acompanhou o voto da Relatora. Lavrará o acórdão a Relatora.

0019 AC-SP 921729 2000.61.17.001976-8

RELATORA	:	DES.FED. LEIDE POLO
APTE	:	MARIA APARECIDA SIQUEIRA RULBONE
ADV	:	ULIANE TAVARES RODRIGUES
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ADOLFO FERACIN JUNIOR
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR

Adiado o julgamento, por indicação do(a) Relator(a).

0020 AC-SP 727697 2001.03.99.042845-1(0000000611)

RELATORA	:	DES.FED. LEIDE POLO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SUZETE MARTA SANTIAGO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MARIA DA GRACA DA SILVA
ADV	:	MARCO ANTONIO DE MORAIS TURELLI
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE ANGATUBA SP

A Sétima Turma, por unanimidade, não conheceu da remessa oficial e, por maioria, negou provimento à apelação do INSS, nos termos do voto da Relatora, com quem votou a Des. Federal EVA REGINA, vencido o Juiz Convocado RODRIGO ZACHARIAS que lhe dava provimento. Lavrará o acórdão a Relatora.

0021 AC-MS 745829 2001.03.99.052343-5(0000000295)

RELATORA	:	DES.FED. LEIDE POLO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	AMILSON ALVES QUEIROZ FILHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MARIA MADALENA MENDES
ADV	:	MAURICIO DA SILVA
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE PARANAIBA MS

A Sétima Turma, por unanimidade, não conheceu da remessa oficial e, por maioria, negou provimento à apelação do INSS, nos termos do voto da Relatora, com quem votou a Des. Federal EVA REGINA, vencido o Juiz Convocado RODRIGO ZACHARIAS que lhe dava provimento. Lavrará o acórdão a Relatora.

0022 AC-SP 818061 2001.61.06.005367-1

RELATORA	:	DES.FED. LEIDE POLO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUIS PAULO SUZIGAN MANO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	TEREZA BARBOZA VARCONTE
ADV	:	JOSE MUSSI NETO
PARTE R	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE

A Sétima Turma, por maioria, negou provimento à apelação do INSS, nos termos do voto da Relatora, com quem votou a Des. Federal EVA REGINA, vencido o Juiz Convocado RODRIGO ZACHARIAS que lhe dava provimento. Lavrará o acórdão a Relatora.

0023 AC-SP 827106 2001.61.06.008799-1

RELATORA	:	DES.FED. LEIDE POLO
APTE	:	VALDOMIRO DUTRA (= ou > de 65 anos)
ADV	:	EMIR ABRAO DOS SANTOS
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADVG	:	LUIS ANTONIO STRADIOTI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR

A Sétima Turma, por unanimidade, negou provimento à apelação, nos termos do voto do(a) Relator(a).

0024 AC-SP 989156 2001.61.07.002094-7

RELATORA	:	DES.FED. LEIDE POLO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ELIANE MENDONCA CRIVELINI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	LOURDES CHARETTA ESTEVES
ADV	:	IDALINO ALMEIDA MOURA
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE ARACATUBA SecJud SP

A Sétima Turma, por unanimidade, não conheceu da remessa oficial e, no mérito, por maioria, deu parcial provimento à apelação do INSS, nos termos do voto da Relatora, com quem votou a Des. Federal EVA REGINA, vencido parcialmente o Juiz Convocado RODRIGO ZACHARIAS que lhe dava provimento. Lavrará o acórdão a Relatora.

0025 AC-SP 1065798 2001.61.09.004693-0

RELATORA	:	DES.FED. LEIDE POLO
APTE	:	FRANCISCA FERREIRA BARRETO
ADV	:	FABIO ROBERTO PIOZZI
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	FRANCISCO CARVALHO DE ARRUDA VEIGA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE PIRACICABA SP

A Sétima Turma, por unanimidade, não conheceu da remessa oficial e de parte da apelação do INSS e, na parte conhecida, rejeitou a matéria preliminar e, no mérito, deu-lhe provimento, restando prejudicada a apelação da parte autora, nos termos do voto do(a) Relator(a).

0026 AC-SP 1006761 2001.61.11.001808-9

RELATORA	:	DES.FED. LEIDE POLO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CLAUDIA STELA FOZ
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	GUILHERMINO VELOSO SOARES
ADV	:	JOSE CARLOS SISMEIRO DIAS
PARTE R	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE

A Sétima Turma, por unanimidade, rejeitou a matéria preliminar e, por maioria, negou provimento à apelação do INSS, nos termos do voto da Relatora, com quem votou a Des. Federal EVA REGINA, vencido o Juiz Convocado RODRIGO ZACHARIAS que lhe dava provimento. Lavrará o acórdão a Relatora.

0027 AC-SP 1028927 2001.61.13.001849-6

RELATORA	:	DES.FED. LEIDE POLO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	REGIANE CRISTINA GALLO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	PAULO EDUARDO RODRIGUES DA SILVA incapaz
REPTE	:	MAGNOLIA RODRIGUES
ADVG	:	TANIA MARIA DE ALMEIDA LIPORONI

A Sétima Turma, por unanimidade, deu parcial provimento à apelação do INSS e negou provimento ao recurso adesivo da parte autora , nos termos do voto do(a) Relator(a).

0028 AC-SP 1060970 2001.61.13.003385-0

RELATORA	:	DES.FED. LEIDE POLO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	REGIANE CRISTINA GALLO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	CLAUDIA BENEVIDES FERREIRA incapaz
REPTE	:	JOSINO BARSANULPHO FERREIRA
ADVG	:	ELIANA LIBANIA PIMENTA MORANDINI

A Sétima Turma, por unanimidade, deu provimento à apelação, nos termos do voto do(a) Relator(a).

0029 AC-SP 904898 2001.61.17.001291-2

RELATORA	:	DES.FED. LEIDE POLO
APTE	:	BENEDITA DOS SANTOS SILVA
ADV	:	FABIO ROBERTO PIOZZI
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ADOLFO FERACIN JUNIOR
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR

Adiado o julgamento, por indicação do(a) Relator(a).

0030 AC-SP 1024188 2001.61.25.002106-1

RELATORA	:	DES.FED. LEIDE POLO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	KLEBER CACCIOLARI MENEZES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ODILA THEREZINHA DE SOUZA
ADV	:	ULIANE TAVARES RODRIGUES
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE OURINHOS - 25ª SSJ - SP

A Sétima Turma, por unanimidade, não conheceu da remessa oficial e de parte da apelação do INSS e, na parte conhecida, por maioria, deu-lhe parcial provimento, nos termos do voto da Relatora, com quem votou a Des. Federal EVA REGINA, vencido parcialmente o Juiz Convocado RODRIGO ZACHARIAS que lhe dava provimento. Lavrará o acórdão a Relatora.

0031 AC-SP 1122686 2001.61.83.001900-0

RELATORA	:	DES.FED. LEIDE POLO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARCIA REGINA SANTOS BRITO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ADA SIAN GARCIA e outros
ADV	:	ERALDO LACERDA JUNIOR
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 7 VARA PREVIDENCIARIA DE SAO PAULO SP>1ª SSJ>SP

A Sétima Turma, por unanimidade, negou provimento à apelação e à remessa oficial , nos termos do voto do(a) Relator(a).

0032 AC-SP 1037838 2002.61.07.000425-9

RELATORA	:	DES.FED. LEIDE POLO
APTE	:	DEOLINDA LADEIRA MARTINS (= ou > de 60 anos)
ADV	:	EDUARDO FABIAN CANOLA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	VERA LUCIA TORMIN FREIXO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR

A Sétima Turma, por unanimidade, negou provimento à apelação, nos termos do voto do(a) Relator(a).

0033 AC-SP 1088510 2002.61.13.000346-1

RELATORA	:	DES.FED. LEIDE POLO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	REGIANE CRISTINA GALLO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MARIA APARECIDA ALVES RODRIGUES
ADV	:	SANDRA MARA DOMINGOS

A Sétima Turma, por unanimidade, não conheceu do agravo retido da parte autora e deu parcial provimento à apelação do INSS , nos termos do voto do(a) Relator(a).

0034 AC-SP 1092070 2002.61.13.000507-0

RELATORA	:	DES.FED. LEIDE POLO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	REGIANE CRISTINA GALLO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	APARECIDA CONSTANCIA LEITE RODRIGUES
ADV	:	LUIS FLONTINO DA SILVEIRA

A Sétima Turma, por maioria, deu parcial provimento à apelação do INSS, nos termos do voto da Relatora, com quem votou a Des. Federal EVA REGINA, vencido parcialmente o Juiz Convocado RODRIGO ZACHARIAS que lhe dava provimento e, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso adesivo da parte autora, sendo que o Juiz Convocado RODRIGO ZACHARIAS que, inicialmente, o julgava prejudicado, vencido, acompanhou o voto da Relatora. Lavrará o acórdão a Relatora.

0035 AC-SP 1004689 2002.61.16.000529-0

RELATORA	:	DES.FED. LEIDE POLO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARCIO CEZAR SIQUEIRA HERNANDES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	JOSUE FERREIRA DA SILVA incapaz
REPTE	:	LOURDES FERREIRA DA SILVA
ADV	:	VALDEMAR GARCIA ROSA
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE ASSIS Sec Jud SP

A Sétima Turma, por unanimidade, não conheceu da remessa oficial, rejeitou a matéria preliminar e deu parcial provimento à apelação, nos termos do voto do(a) Relator(a).

0036 AC-SP 1059698 2002.61.24.001156-7

RELATORA	:	DES.FED. LEIDE POLO
APTE	:	APARECIDA BIBIANA DE JESUS DOS SANTOS
ADV	:	ARI DALTON MARTINS MOREIRA JUNIOR
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

ADV : SOLANGE GOMES ROSA
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR

A Sétima Turma, por unanimidade, rejeitou a matéria preliminar e, no mérito, negou provimento à apelação, nos termos do voto do(a) Relator(a).

0037 AC-SP 958109 2003.61.27.002423-4

RELATORA : DES.FED. LEIDE POLO
APTE : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : ALVARO PERES MESSAS
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO : JOAO GUILHERME MARCAL
ADV : EDVALDO CARNEIRO
REMTE : JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE S J DA BOA VISTA>27ª SSJ>SP

A Sétima Turma, por unanimidade, deu provimento à remessa oficial para anular a R. sentença, restando prejudicada a apelação do INSS, nos termos do voto da Relatora.

0038 AC-SP 935626 2004.03.99.015734-1(0300000002)

RELATORA : DES.FED. LEIDE POLO
APTE : INES GULI DONDA
ADV : ANTONIO BERTON
APDO : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : PAULO FRANCO GARCIA
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR

A Sétima Turma, por unanimidade, negou provimento à apelação, nos termos do voto do(a) Relator(a).

0039 AC-SP 975149 2004.03.99.032696-5(0300000942)

RELATORA : DES.FED. LEIDE POLO
APTE : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : LUIS RICARDO SALLES
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO : ANTONIA ALVES PEREIRA
ADV : KEYNE TAKASHI MIZUSAKI

A Sétima Turma, por unanimidade, deu parcial provimento à apelação, nos termos do voto do(a) Relator(a).

0040 AC-SP 1011990 2005.03.99.009727-0(0300000403)

RELATORA : DES.FED. LEIDE POLO
APTE : BENEDITO BRAUNA DA SILVA
ADV : ABDILATIF MAHAMED TUFAILE
APDO : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : RICARDO ROCHA MARTINS
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR

A Sétima Turma, por unanimidade, deu provimento à apelação, nos termos do voto do(a) Relator(a).

0041 AC-SP 1012736 2005.03.99.010290-3(0300000284)

RELATORA : DES.FED. LEIDE POLO
APTE : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : MARIA HELENA TAZINAFO
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO : SEBASTIAO CORREA
ADV : LUCIMARA SEGALA
REMTE : JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE NUPORANGA SP

A Sétima Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo retido, não conheceu da remessa oficial e de parte da apelação e, na parte conhecida, deu-lhe provimento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

0042 AC-SP 1014433 2005.03.99.011266-0(0200001657)

RELATORA : DES.FED. LEIDE POLO
APTE : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : ORISON MARDEN JOSE DE OLIVEIRA
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO : ALAIDES COSTA FERRACINI
ADV : SILVIA WIZIACK SUEDAN
REMTE : JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE OLIMPIA SP

A Sétima Turma, por unanimidade, não conheceu da remessa oficial e deu provimento à apelação, nos termos do voto do(a) Relator(a).

0043 AC-SP 1014607 2005.03.99.011441-3(0300000982)

RELATORA : DES.FED. LEIDE POLO
APTE : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : CRISTIANE MARIA MARQUES
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO : MARIA DO CARMO RIBAS DE OLIVEIRA
ADV : GUSTAVO MARTINI MULLER

A Sétima Turma, por unanimidade, deu provimento à apelação do INSS, restando prejudicado o recurso adesivo da parte autora , nos termos do voto do(a) Relator(a).

0044 AC-SP 1014950 2005.03.99.011677-0(0300001377)

RELATORA : DES.FED. LEIDE POLO
APTE : JOSE EGIDIO FELIPE
ADV : HUGO ANDRADE COSSI
APDO : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : ALVARO PERES MESSAS
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR

A Sétima Turma, por unanimidade, deu provimento à apelação, nos termos do voto do(a) Relator(a).

0045 AC-SP 1015274 2005.03.99.011784-0(0300000577)

RELATORA : DES.FED. LEIDE POLO
APTE : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : CARLOS ANTONIO GALAZZI
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO : ANGELINA MARIA GUEDES
ADV : HELIO BORGES DE OLIVEIRA
REMTE : JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE PIRACAIA SP

A Sétima Turma, por unanimidade, não conheceu da remessa oficial, rejeitou a matéria preliminar e, no mérito, deu provimento à apelação, nos termos do voto do(a) Relator(a).

0046 AC-SP 1015341 2005.03.99.011851-0(0300001460)

RELATORA : DES.FED. LEIDE POLO
APTE : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : CRISTIANE MARIA MARQUES
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO : MARGARIDA FAMATI IWASAKI
ADV : EDEMIR DE JESUS SANTOS

A Sétima Turma, por unanimidade, deu provimento à apelação do INSS, restando prejudicado o recurso adesivo da parte autora , nos termos do voto do(a) Relator(a).

0047 AC-SP 1015668 2005.03.99.012181-8(0400000566)

RELATORA : DES.FED. LEIDE POLO
APTE : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : EDGARD PAGLIARANI SAMPAIO
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO : ANNA FURLAN MILLER
ADV : JOSE CARLOS APARECIDO LOPES

A Sétima Turma, por unanimidade, não conheceu de parte da apelação e, na parte conhecida, deu-lhe provimento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

0048 AC-SP 1016070 2005.03.99.012584-8(0400000310)

RELATORA : DES.FED. LEIDE POLO
APTE : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : VINICIUS DA SILVA RAMOS
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO : LAURINDA SOARES SANTANA AMARAL
ADV : MARCOS ANTONIO DE SOUZA

A Sétima Turma, por unanimidade, deu parcial provimento à apelação, nos termos do voto do(a) Relator(a).

0049 AC-SP 1016817 2005.03.99.013047-9(0200001089)

RELATORA : DES.FED. LEIDE POLO
APTE : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : JARBAS LINHARES DA SILVA
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO : ANTONIO PEREIRA CANGERANA
ADV : LUIS EDUARDO CICOTE

A Sétima Turma, por unanimidade, negou provimento à apelação do INSS e ao recurso adesivo da parte autora , nos termos do voto do(a) Relator(a).

0050 AC-SP 1122724 2005.61.23.000645-0

RELATORA : DES.FED. LEIDE POLO
APTE : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : VITOR PETRI
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO : SUEKO MARUKAWA
ADV : MARCUS ANTONIO PALMA

A Sétima Turma, por unanimidade, negou provimento à apelação, nos termos do voto do(a) Relator(a).

0051 AC-SP 257914 95.03.047955-0 (9400000283)

RELATORA : DES.FED. EVA REGINA
APTE : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : LUCILENE SANCHES
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO : IVANO JOSE ZUCCOLOTTO
ADV : HILARIO BOCCHI JUNIOR

A Sétima Turma, por unanimidade, deu provimento à apelação e à remessa oficial, tida por interposta , nos termos do voto do(a) Relator(a).

0052 AC-SP 316806 96.03.036267-0 (9400000470)

RELATORA : DES.FED. EVA REGINA
APTE : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : MARGARETE DE CASSIA LOPES GOMES DE CARVALHO
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO : MARA DE LOURDES PEREIRA DA SILVA
ADV : LUIZ VIVALDO SCHMIDT

A Sétima Turma, por unanimidade, negou provimento à apelação, nos termos do voto do(a) Relator(a).

0053 AC-SP 337630 96.03.072395-9 (9200001123)

RELATORA : DES.FED. EVA REGINA
APTE : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : LUIZ ROBERTO MUNHOZ
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO : VERGILIO RODRIGUES e outro
ADV : ANTONIO CARLOS POLINI e outros

A Sétima Turma, por unanimidade, não conheceu de parte da apelação e, na parte conhecida, rejeitou a matéria preliminar e deu-lhe provimento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

0054 AC-SP 344183 96.03.083943-4 (9500000723)

RELATORA : DES.FED. EVA REGINA
APTE : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : WILSON JOSE GERMIN
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO : ADJAIR FERREIRA BOLANE
ADV : ADJAIR FERREIRA BOLANE

A Sétima Turma, por unanimidade, deu parcial provimento à apelação, nos termos do voto do(a) Relator(a).

0055 AC-SP 361728 97.03.013036-4 (9600000200)

RELATORA : DES.FED. EVA REGINA
APTE : BENEDITO MARCELINO DO NASCIMENTO e outros
ADV : TAGINO ALVES DOS SANTOS e outros
APTE : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : FRANCISCO DE ASSIS GAMA
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO : OS MESMOS

A Sétima Turma, por unanimidade, deu provimento à apelação do INSS e negou provimento à apelação da parte autora , nos termos do voto do(a) Relator(a).

0056 AC-SP 373646 97.03.033067-3 (9502077717)

RELATORA : DES.FED. EVA REGINA
APTE : GILBERTO VIEIRA FONTES
ADV : NUIQUER SOUSA CASTRO FILHO
APDO : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : MAURO FURTADO DE LACERDA
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR

A Sétima Turma, por unanimidade, deu provimento à apelação da parte autora para afastar a carência de ação e, com fundamento no artigo 515, parágrafo 3.º do CPC, julgou improcedente o pedido , nos termos do voto do(a) Relator(a).

0057 AC-SP 377199 97.03.038810-8 (9600000308)

RELATORA : DES.FED. EVA REGINA
APTE : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : ROBERTA CRISTINA ROSSA RIZARDI
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO : REINALDO NEGRINI
ADV : AGOSTINHO JERONIMO DA SILVA

A Sétima Turma, por unanimidade, reconheceu, de ofício, a nulidade da sentença, restando prejudicada a apelação do INSS e o recurso adesivo da parte autora e, nos termos do parágrafo 3.ºdo artigo 515 do CPC, julgou extinto sem resolução do mérito o pedido de devolução das parcelas pagas "a maior" e julgou parcialmente procedente o pedido, nos termos do voto da Relatora.

0058 AC-SP 377943 97.03.039651-8 (9600000881)

RELATORA : DES.FED. EVA REGINA
APTE : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : VALENTIM APARECIDO DA CUNHA
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO : LAZARA APARECIDA BASTOS MONTEACUTTI
ADV : MARCOS CESAR GARRIDO

A Sétima Turma, por unanimidade, deu provimento à apelação, nos termos do voto do(a) Relator(a).

0059 AC-SP 400600 97.03.084059-0 (9000000321)

RELATORA : DES.FED. EVA REGINA
APTE : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : JOSE EXPEDITO ALVES PEREIRA
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO : JESUS GARCIA GARCIA
ADV : JESUS GARCIA GARCIA e outros

A Sétima Turma, por unanimidade, deu provimento à apelação, nos termos do voto do(a) Relator(a).

0060 AC-SP 433320 98.03.069480-4 (9700002079)

RELATORA : DES.FED. EVA REGINA
APTE : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : VERA LUCIA D AMATO
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR

APDO	:	MOACIR FRENHANI
ADV	:	CACILDA ASSUNCAO CALDEIRA

A Sétima Turma, por unanimidade, deu parcial provimento à apelação e parcial provimento à remessa oficial, tida por interposta , nos termos do voto do(a) Relator(a).

0061 AC-SP 446316 98.03.098086-6 (9800000165)

RELATORA	:	DES.FED. EVA REGINA
APTE	:	PEDRO LUCAS DOS SANTOS
ADV	:	ANTONIO MACHADO DE OLIVEIRA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	VERA LUCIA FEIGO DA CUNHA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR

A Sétima Turma, por unanimidade, negou provimento à apelação, nos termos do voto do(a) Relator(a).

0062 AC-SP 471290 1999.03.99.024114-7(9700000785)

RELATORA	:	DES.FED. EVA REGINA
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOSE RENATO BIANCHI FILHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ADRIANO PEREIRA
ADV	:	HILARIO BOCCHI JUNIOR
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE SANTA ROSA DE VITERBO SP

Adiado o julgamento, por indicação do(a) Relator(a).

0063 AC-SP 505030 1999.03.99.060579-0(9300000691)

RELATORA	:	DES.FED. EVA REGINA
APTE	:	ELZA PIRES CORREA LORENA
ADV	:	EDVALDO LUIZ FRANCISCO
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	VALERIA CRUZ
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR

A Sétima Turma, por unanimidade, afastou a matéria preliminar e, no mérito, deu parcial provimento à apelação, nos termos do voto do(a) Relator(a).

0064 AC-SP 546783 1999.03.99.104772-7(9800000969)

RELATORA	:	DES.FED. EVA REGINA
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CELINA OLIVEIRA ARAUJO DE SOUZA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	JOSE MASSAU SAKAKI
ADV	:	RAIMUNDO FILHO DE ABREU E SILVA
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 4 VARA DE MOGI DAS CRUZES SP

Adiado o julgamento, por indicação do(a) Relator(a).

0065 AC-SP 572602 1999.61.06.004286-0

RELATORA	:	DES.FED. EVA REGINA
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MOISES RICARDO CAMARGO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APTE	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
APDO	:	JULIO CORONEL ORUE
ADV	:	ZACARIAS ALVES COSTA
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE S J RIO PRETO SP

A Sétima Turma, por unanimidade, não conheceu da remessa oficial e, por maioria, negou provimento à apelação do INSS, nos termos do voto da Relatora, com quem votou a Des. Federal LEIDE POLO, vencido o Juiz Convocado RODRIGO ZACHARIAS que lhe dava provimento e, por unanimidade, julgou prejudicada a apelação da União Federal. Lavrará o acórdão a Relatora.

0066 AC-SP 564427 2000.03.99.003342-7(9700001115)

RELATORA	:	DES.FED. EVA REGINA
APTE	:	JOSE APARECIDO DE CAMPOS MACHADO
ADV	:	MARIO LUIS FRAGA NETTO
ADV	:	CASSIA MARTUCCI MELILLO
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUIZ ANTONIO LOPES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR

A Sétima Turma, por unanimidade, deu provimento à apelação, nos termos do voto do(a) Relator(a).

0067 AC-SP 590032 2000.03.99.025463-8(9900000154)

RELATORA	:	DES.FED. EVA REGINA
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ANTONIO AMIN JORGE
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	SEBASTIAO SALES PEREIRA
ADV	:	GLAUCO SANDOVAL MOREIRA
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE ITUVERAVA SP

A Sétima Turma, por unanimidade, não conheceu da remessa oficial, rejeitou a matéria preliminar e deu parcial provimento à apelação, nos termos do voto do(a) Relator(a).

0068 AC-MS 616415 2000.03.99.047074-8(9800000194)

RELATORA	:	DES.FED. EVA REGINA
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	AUGUSTO DIAS DINIZ
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ANTONIA DA SILVA BAILAO DOS SANTOS
ADV	:	FRANCISCO CARLOS LOPES DE OLIVEIRA
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE APARECIDA DO TABOADO MS

A Sétima Turma, por unanimidade, não conheceu da remessa oficial e negou provimento à apelação, nos termos do voto do(a) Relator(a).

0069 AC-SP 1067892 2001.61.16.000457-8

RELATORA	:	DES.FED. EVA REGINA
APTE	:	ANTONIO LINO
ADV	:	MARCIA PIKEL GOMES
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARCIO CEZAR SIQUEIRA HERNANDES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR

A Sétima Turma, por unanimidade, negou provimento à apelação, nos termos do voto do(a) Relator(a).

0070 AC-SP 985764 2001.61.16.000464-5

RELATORA	:	DES.FED. EVA REGINA
APTE	:	MARIA APARECIDA VAZ
ADV	:	MARCIA PIKEL GOMES
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARCIO CEZAR SIQUEIRA HERNANDES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR

A Sétima Turma, por unanimidade, negou provimento à apelação, nos termos do voto do(a) Relator(a).

0071 AC-SP 904923 2003.03.99.031666-9(0200000951)

RELATORA	:	DES.FED. EVA REGINA
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ANTONIO JOSE PANCOTTI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	CELENE GARUTI DE LIMA (= ou > de 65 anos)
ADV	:	ANTONIO JOSE PANCOTTI

A Sétima Turma, por unanimidade, deu provimento à apelação, nos termos do voto do(a) Relator(a).

0072 AC-SP 1150835 2004.61.16.001093-2

RELATORA	:	DES.FED. EVA REGINA
APTE	:	VICENTINA APARECIDA DE CARVALHO
ADV	:	PAULO ROBERTO MAGRINELLI
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARCIO CEZAR SIQUEIRA HERNANDES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR

A Sétima Turma, por unanimidade, negou provimento à apelação, nos termos do voto do(a) Relator(a).

0073 AC-SP 1154054 2004.61.16.001787-2

RELATORA	:	DES.FED. EVA REGINA
APTE	:	TEREZINHA DE JESUS BREDA GINI
ADV	:	PAULO ROBERTO MAGRINELLI
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARCIO CEZAR SIQUEIRA HERNANDES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR

A Sétima Turma, por unanimidade, negou provimento à apelação, nos termos do voto do(a) Relator(a).

0074 AC-SP 1156900 2004.61.24.001075-4

RELATORA	:	DES.FED. EVA REGINA
APTE	:	AURORA DOS SANTOS MASSOTTI
ADV	:	HERALDO PEREIRA DE LIMA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SOLANGE GOMES ROSA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR

A Sétima Turma, por unanimidade, negou provimento à apelação, nos termos do voto do(a) Relator(a).

0075 AG-SP 84501 1999.03.00.025875-6(9300000004)

RELATORA	:	DES.FED. EVA REGINA
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MAURO ASSIS GARCIA BUENO DA SILVA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	REINALDO CORRADINI
ADV	:	MARCOS SANCHEZ GARCIA NETO
ADV	:	MARCOS SANCHEZ GARCIA FILHO
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE BARIRI SP

A Sétima Turma, por unanimidade, deu parcial provimento ao agravo de instrumento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

0076 AG-SP 96353 1999.03.00.054946-5(9400000599)

RELATORA	:	DES.FED. EVA REGINA
AGRTE	:	MOACYR ANTONIO MORANDINI
ADV	:	WALMOR KAUFFMANN
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JURANDIR FREIRE DE CARVALHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE ARARAS SP

A Sétima Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo de instrumento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

0077 AG-SP 96962 1999.03.00.056103-9(199961060042860)

RELATORA	:	DES.FED. EVA REGINA
AGRTE	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
AGRDO	:	JULIO CORONEL ORUE
ADV	:	ZACARIAS ALVES COSTA
PARTE R	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE S J RIO PRETO SP

A Sétima Turma, por unanimidade, deu provimento ao agravo de instrumento e julgou prejudicado o agravo regimental, nos termos do voto do(a) Relator(a).

0078 AG-SP 96938 1999.03.00.056135-0(199961060042860)

RELATORA	:	DES.FED. EVA REGINA
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARCIO ESTEVAN FERNANDES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	JULIO CORONEL ORUE
ADV	:	ZACARIAS ALVES COSTA
PARTE R	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE S J RIO PRETO SP

A Sétima Turma, por maioria, negou provimento ao agravo de instrumento e ao agravo regimental interpostos pelo INSS, nos termos do voto da Relatora, com quem votou a Des. Federal LEIDE POLO, vencido o Juiz Convocado RODRIGO ZACHARIAS que lhes dava provimento e, por unanimidade, julgou prejudicado o agravo regimental interposto pela União Federal. Lavrará o acórdão a Relatora.

0079 AC-SP 1144777 1999.61.03.003811-7

RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL
APTE	:	JONAS DE GODOI
ADV	:	WALDIR APARECIDO NOGUEIRA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOAO BATISTA PIRES FILHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE S J CAMPOS SP

Adiado o julgamento pela ausência justificada do(a) Relator(a).

0080 AC-SP 1099602 2002.61.13.000996-7

RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL
APTE	:	PAULO ANANIAS
REPTE	:	FERNANDO ATTIE FRANCA
ADV	:	FERNANDO ATTIÉ FRANÇA (Int.Pessoal)
ADV	:	JULIANA MOREIRA LANCE
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	REGIANE CRISTINA GALLO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS

Adiado o julgamento pela ausência justificada do(a) Relator(a).

0081 AC-SP 1014030 2002.61.13.002174-8

RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL
APTE	:	OLIVIA DE PAULA RODRIGUES IZAIAS
ADV	:	ERIKA VALIM DE MELO
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	REGIANE CRISTINA GALLO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR

Adiado o julgamento pela ausência justificada do(a) Relator(a).

0082 AC-SP 929987 2004.03.99.012339-2(0000000509)

RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	WILSON JOSE GERMIN
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	JOAQUIM DILELO (= ou > de 65 anos)
ADV	:	EVA TERESINHA SANCHES
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 2 VARA DE PEDERNEIRAS SP

Adiado o julgamento pela ausência justificada do(a) Relator(a).

0083 AC-SP 1070748 2005.03.99.048819-2(0400001495)

RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL
APTE	:	MARIA APARECIDA FERREIRA TIMOTEO
ADV	:	EDILSON CARLOS DE ALMEIDA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	VINICIUS DA SILVA RAMOS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR

Adiado o julgamento pela ausência justificada do(a) Relator(a).

0084 AC-SP 1159241 2006.03.99.044941-5(0500001371)

RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	WALMIR RAMOS MANZOLI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ANGELA DE MOURA SANTOS
ADV	:	ABIUDE CAMILO ALVES

Adiado o julgamento pela ausência justificada do(a) Relator(a).

AMS-MS 192876 1999.03.99.072613-1(9800050329)

RELATORA	:	DES.FED. EVA REGINA
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARCO AURELIO DE OLIVEIRA ROCHA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	LEONIDAS DA COSTA SCHALCHER VALLE
ADV	:	WILLIAM MARCIO TOFFOLI
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE CAMPO GRANDE Sec Jud MS

A Sétima Turma, por unanimidade, rejeitou a argüição de prescrição e, no mérito, deu parcial provimento à apelação e à remessa oficial, nos termos do voto da Relatora.

AC-SP 315510 96.03.033414-6 (9300000646)

RELATORA	:	DES.FED. EVA REGINA
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUIZ ANTONIO LOPES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	TEREZINHA SALVIANO VAZ
ADV	:	CARMENCITA APARECIDA DA SILVA OLIVEIRA

A Sétima Turma, por unanimidade, rejeitou a matéria preliminar e, no mérito, deu provimento à apelação, nos termos do voto do(a) Relator(a).

EM MESA AC-SP 652696 2000.03.99.075073-3(9800001870) INCID. :8 - QUESTÃO DE ORDEM

RELATORA	:	DES.FED. EVA REGINA
APTE	:	CELIA MARIA DA SILVA CASSIANO
ADV	:	JOSE AUGUSTO DE ALMEIDA JUNQUEIRA
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CLAUDIO RENE D AFFLITTO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE GUARA SP

A Sétima Turma, por unanimidade, acolheu a questão de ordem suscitada pela Relatora para que se retirassem os autos da pauta de julgamentos de 11.02.2003, devendo voltar conclusos para oportuna inclusão em nova pauta de julgamentos. Dispensada a lavratura de acórdão, nos termos do artigo 84, parágrafo único, inciso IV do Regimento Interno deste Tribunal.

EM MESA AMS-SP 173520 96.03.044910-5 (9506065438) INCID. :11 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

RELATORA	:	DES.FED. EVA REGINA
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	GECILDA CIMATTI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	DAVINA DE SOUZA SILVA
ADV	:	JOSE CARLOS COLABARDINI
ADV	:	EDMILSON DE SOUSA NETO
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE CAMPINAS Sec Jud SP

A Sétima Turma, por unanimidade, negou provimento aos embargos de declaração, nos termos do voto do(a) Relator(a).

EM MESA AC-SP 363368 97.03.015805-6 (9600000256) INCID. :11 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

RELATOR	:	JUIZ CONV. RODRIGO ZACHARIAS
APTE	:	PAULO MARTINS e outros
ADV	:	FRANCISCO ORLANDO DE LIMA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	GILSON RODRIGUES DE LIMA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR

A Sétima Turma, por unanimidade, conheceu dos embargos de declaração e lhes negou provimento, nos termos do voto do Relator.

EM MESA AC-SP 585994 2000.03.99.021774-5(9900000065) INCID. :11 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

RELATOR	:	JUIZ CONV. RODRIGO ZACHARIAS
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	OSMAR MASSARI FILHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	LUCI PRATES SANTOS
ADV	:	LINO TRAVIZI JUNIOR

A Sétima Turma, por unanimidade, deu provimento aos embargos de declaração para dar parcial provimento à apelação do INSS e à remessa oficial, tida por interposta, nos termos do voto do Relator.

Encerrou-se a sessão às 14:40 horas, tendo sido julgados 78 processos, ficando o julgamento dos demais feitos adiado para a próxima sessão ou subseqüentes.

São Paulo, 2 de abril de 2007.

Desembargadora Federal EVA REGINA
Presidente do(a) SÉTIMA TURMA, em exercício

SANDRA UMEOKA HIGUTI
Secretário(a) do(a) SÉTIMA TURMA

ACÓRDÃOS

PROC.	:	1999.61.17.004231-2 AC 905557
ORIG.	:	1 Vr JAU/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CESAR FERNANDES RIBEIRO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	GILBERTO VIEIRA DA SILVA
ADV	:	JOSE MASSOLA
RELATOR	:	DES.FED. LEIDE POLO / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

ASSISTÊNCIA SOCIAL - DEFICIÊNCIA - REQUISITOS NÃO PREENCHIDOS - AGRAVO RETIDO NÃO CONHECIDO - MATÉRIA PRELIMINAR REJEITADA - APELAÇÃO DO INSS PROVIDA - SENTENÇA REFORMADA.
1.Agravo retido não conhecida, uma vez que não foi requerida sua apreciação na apelação do INSS.
2.Rejeitada a preliminar de ilegitimidade passiva do INSS, por ser ele o órgão operacionalizador do benefício, ou seja, o órgão responsável pela execução e manutenção da verba destinada à assistência social.
3.O requisito - não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família - não restou devidamente provado. Com efeito, do estudo social, verifica-se que o autor não vive em estado de precariedade econômica.
4.Agravo retido não conhecido.
5.Matéria preliminar rejeitada.
6.Apelação do INSS provida.
7.Sentença reformada.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDA a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por unanimidade, em não conhecer do agravo retido, rejeitar a matéria preliminar e dar provimento à apelação do INSS, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 12 de março de 2007 (data do julgamento)

PROC.	:	2001.03.99.038681-0 AC 720466
ORIG.	:	9900001261 3 Vr ITAPEVA/SP
APTE	:	CARLOS ALBERTO CLEMENTE
ADV	:	ELZA NUNES MACHADO GALVAO
ADV	:	BENEDITO JOEL SANTOS GALVAO
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CRISTIANE MARIA MARQUES
ADV	:	ANTONIO MARCOS GUERREIRO SALMEIRAO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 3 VARA DE ITAPEVA SP
RELATOR	:	DES.FED. LEIDE POLO / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA PROPORCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - RENDA MENSAL - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - REMESSA OFICIAL NÃO CONHECIDA - APELAÇÃO DO AUTOR PARCIALMENTE PROVIDA - SENTENÇA REFORMADA EM PARTE.
1Não estão sujeitas ao duplo grau de jurisdição as causas em que o valor da condenação for inferior a 60 salários mínimos, nos termos do § 2º do artigo 475 do CPC.
2Insurge o apelante, tão-somente, contra o valor proporcional da renda mensal do benefício e o valor dos honorários advocatícios, determinados pela r. sentença.
3Reconhecido um total de pouco mais de 32 anos de tempo de serviço, enseja-se seja a renda mensal do benefício estabelecida no valor de 82% do salário-de-benefício.
4O valor dos honorários advocatícios deve ser mantido em 10% sobre as parcelas vencidas até a data da sentença, consoante o disposto na Súmula nº 111 do C. Superior Tribunal de Justiça, bem como conforme orientação desta Turma e observando-se os termos dos parágrafos 3º e 4º do artigo 20 do Código de Processo Civil.
5Remessa oficial não conhecida.
6Apelação do autor parcialmente provida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDA a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal, por unanimidade, em não conhecer da remessa oficial e dar parcial provimento à apelação do autor, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 12 de março de 2007 (data do julgamento)

PROC.	:	2002.61.04.007263-9 AC 893943
ORIG.	:	5 Vr SANTOS/SP
APTE	:	FRANCISCO BEZERRA DE OLIVEIRA
ADV	:	RENATA MAIA PEREIRA DE LIMA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MAURO PADOVAN JUNIOR
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. LEIDE POLO / SÉTIMA TURMA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO - REVISÃO DE BENEFÍCIO - REAJUSTE - PEDIDO DE APLICAÇÃO DO IGP-DI NAS COMPETÊNCIAS DE JUNHO/97, JUNHO/99, JUNHO 2000, JUNHO 2001 e JUNHO DE 2002. IMPROCEDÊNCIA.
- A partir de 1997, os índices de atualização aplicáveis aos benefícios previdenciários são aqueles previstos nas MPs 1572-1/97, 1663-10/98, 1824/99, 2022/00 e 2129/2001.
- A questão já está pacificada no E. Supremo Tribunal Federal (RE 376.846-8/SC), ao entendimento de que o INPC é o índice mais adequado para correção dos benefícios nos meses de junho de 1997, 1999, 2000, 2001 e 2002..
- Apelação desprovida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores Federais da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por unanimidade, em negar provimento ao apelo da parte autora, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 12 de março de 2007 (data de julgamento)

PROC.	:	2002.61.04.007654-2 AC 963558
ORIG.	:	6 Vr SANTOS/SP
APTE	:	JOSE JUSTINO PIRES
ADV	:	SERGIO HENRIQUE PARDAL BACELLAR FREUDENTHAL
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MIRIAM DE ANDRADE CARNEIRO LEAO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. LEIDE POLO / SÉTIMA TURMA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO - REVISÃO DE BENEFÍCIO - REAJUSTE - PEDIDO DE APLICAÇÃO DO IGP-DI NAS COMPETÊNCIAS DE JUNHO/96, JUNHO/97, JUNHO/99, JUNHO 2000 E JUNHO 2001. IMPROCEDÊNCIA.
- A partir de 1997, os índices de atualização aplicáveis aos benefícios previdenciários são aqueles previstos nas MPs 1572-1/97, 1663-10/98, 1824/99, 2022/00 e 2129/2001.
- A questão já está pacificada no E. Supremo Tribunal Federal (RE 376.846-8/SC), ao entendimento de que o INPC é o índice mais adequado para correção dos benefícios nos meses de junho de 1997, 1999, 2000 e 2001.
- Apelação desprovida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores Federais da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por unanimidade, em negar provimento ao apelo da parte autora, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 12 de março de 2007(data de julgamento)

PROC.	:	2002.61.04.007703-0 AC 960726
ORIG.	:	6 Vr SANTOS/SP
APTE	:	ALDAIR DE CARVALHO
ADV	:	RENATA MAIA PEREIRA DE LIMA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARIA LUCIA MARTINS BRANDAO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. LEIDE POLO / SÉTIMA TURMA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO - REVISÃO DE BENEFÍCIO - REAJUSTE - PEDIDO DE APLICAÇÃO DO IGP-DI NAS COMPETÊNCIAS DE JUNHO/97, JUNHO/99, JUNHO 2000 E JUNHO 2001. IMPROCEDÊNCIA.
- A partir de 1997, os índices de atualização aplicáveis aos benefícios previdenciários são aqueles previstos nas MPs 1572-1/97, 1663-10/98, 1824/99, 2022/00 e 2129/2001.
- A questão já está pacificada no E. Supremo Tribunal Federal (RE 376.846-8/SC), ao entendimento de que o INPC é o índice mais adequado para correção dos benefícios nos meses de junho de 1997, 1999, 2000 e 2001.
- Apelação desprovida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores Federais da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por unanimidade, em negar provimento ao apelo da parte autora, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 12 de março de 2007 (data de julgamento)

PROC.	:	2002.61.07.004106-2 AC 1067710
ORIG.	:	1 Vr ARACATUBA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	IZAIAS DE SOUZA (= ou > de 60 anos)
ADV	:	CARLOS APARECIDO DE ARAUJO
RELATOR	:	DES.FED. LEIDE POLO / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE RURAL - ART. 143 DA LEI Nº 8213/91 - EXERCÍCIO DE TRABALHO RURAL PELO PERÍODO DE CARÊNCIA EXIGIDO NÃO DEMONSTRADO - APELAÇÃO DO INSS PROVIDA - SENTENÇA REFORMADA.
1.Inexistente, nos presentes autos, sequer um indício de prova material, produzido em qualquer época, fazendo menção a profissão de "lavrador" do autor, não resta comprovado o exercício da atividade rural do autor pelo período de carência necessário, nos termos exigido pelos artigos 143 e 142 da Lei nº 8.213/91, não se reconhecendo, destarte, o direito ao beneficio da aposentadoria por idade rural.
2.Ressalte-se que o artigo 55, § 3º, da Lei nº 8.213/91 dispõe que só produzirá efeito a prova testemunhal quando baseada em início de prova material.
3.Apelação do INSS provida.
4.Sentença mantida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDA a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por unanimidade, em dar provimento à apelação do INSS, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 12 de março de 2007 (data de julgamento)

PROC.	:	2003.03.99.005453-5 AC 857606
ORIG.	:	9600000433 /MS
APTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV	:	ALESSANDRO LEMES FAGUNDES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MARIA ALICE COSTA ESPINDOLA
ADV	:	CARLOS ROBERTO DOS SANTOS OKAMOTO
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE BATAYPORA MS
RELATOR	:	DES.FED. LEIDE POLO / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURAL - ART. 143 DA LEI Nº 8213/91 - REQUISITOS PREENCHIDOS - CORREÇÃO MONETÁRIA - JUROS DE MORA - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - CUSTAS PROCESSUAIS - AGRAVO RETIDO NÃO CONHECIDO - APELAÇÃO DO INSS E REMESSA OFICIAL PARCIALMENTE PROVIDAS - SENTENÇA MANTIDA EM PARTE.
1.Agravo retido não conhecido, visto que, não obstante requerer, expressamente, o INSS sua apreciação nas razões de apelação, não se trata da via adequada a tal impugnação. Pois, em se tratando de decisão contida no corpo da sentença, como no caso em tela, o recurso cabível para a sua insurgência seria a apelação.
2.Os documentos juntados na exordial, corroborados pelos harmônicos depoimentos testemunhais, demonstram a atividade de trabalho rural da autora pelo número de meses de carência exigido, que, in casu, levando-se em consideração que a presente ação foi ajuizada no ano de 1996, é de 90 meses, a teor da referida tabela constante no art. 142 da Lei nº 8.213/91, no período imediatamente anterior à data do requerimento (ou do pedido judicial), como determina o art. 143 da Lei nº 8.213/91, com redação dada pela Lei nº 9.063/95.
3.A idade mínima constitucionalmente exigida para a obtenção do benefício foi comprovada através dos documentos pessoais da autora.
4.Correção monetária das parcelas vencidas nos termos da legislação previdenciária, das Súmulas nº 08 desta Corte e 148 do C. STJ, bem como da Resolução nº 242/2001 do Conselho da Justiça Federal, da data em que se tornou devido o benefício.
5.Juros de mora à razão de 6% ao ano, a partir da data da citação até 11/01/2003, nos termos dos arts. 1.062 do CC e 219 do CPC. A partir dessa data, são devidos juros de 1% ao mês, na forma do art. 406 da Lei nº 10.406/2002.
6.O percentual fixado a título de honorários advocatícios deve incidir somente sobre o valor das parcelas vencidas até a data da sentença, conforme orientação desta Turma e observando-se os termos dos §§ 3º e 4º do art. 20 do CPC e o disposto na Súmula nº 111 do C. STJ.
7.O INSS está isento do pagamento de custas processuais, a teor do disposto no art. 9º, I, da Lei nº 6.032/74 e, mais recentemente, nos termos do § 1º do art. 8º da Lei nº 8.620/93. Ressalte-se, contudo, que tal isenção decorrente de lei, não exime o INSS do pagamento das custas em restituição à parte autora, a teor do art. 10, § 4º, da Lei nº 9.289/96.
8.Agravo retido não conhecido
9.Apelação do INSS e remessa oficial parcialmente providas.
10.Sentença mantida em parte.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores Federais da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por unanimidade, em não conhecer do agravo retido e dar parcial provimento à apelação do INSS e à remessa oficial, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 12 de março de 2007 (data de julgamento)

PROC.	:	2003.03.99.011535-4 AC 868943
ORIG.	:	0100000125 1 Vr TAQUARITINGA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUIS ENRIQUE MARCHIONI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	JOAO FUMAGALLI
ADV	:	LUCIANO HENRIQUE GUIMARAES SA
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE TAQUARITINGA SP
RELATOR	:	DES.FED. LEIDE POLO / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURAL - ART. 143 DA LEI Nº 8.213/91 - PRESENTES TODOS OS REQUISITOS - REMESSA OFICIAL NÃO CONHECIDA - APELAÇÃO DO INSS E RECURSO ADESIVO DO AUTOR IMPROVIDOS - SENTENÇA MANTIDA.
1. Não estão sujeitas ao duplo grau de jurisdição as sentenças em que o valor da condenação for inferior a 60 salários mínimos, nos termos do § 2º do art. 475 do CPC.
2. Os documentos juntados na exordial, corroborados pelos harmônicos depoimentos testemunhais, analisados conjuntamente, demonstram a atividade de trabalho rural do autor, em regime de economia familiar, pelo número de meses de carência exigido, que, in casu, levando-se em consideração que a ação foi ajuizada no ano de 2001, é de 120 meses, a teor da tabela constante no art. 142 da Lei nº 8.213/91, no período imediatamente anterior à data do requerimento (ou do pedido judicial), como determina o art. 143 da Lei nº 8.213/91, com redação dada pela Lei nº 9.063/95.
3. A idade mínima constitucionalmente exigida para a obtenção do benefício foi comprovada através da documentação pessoal do autor.
4. Remessa oficial não conhecida.
5. Apelação do INSS e recurso adesivo da parte autora improvidos.
6. Sentença mantida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores Federais da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por unanimidade, em não conhecer da remessa oficial e negar provimento à apelação do INSS e ao recurso adesivo da parte autora, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 12 de março de 2007 (data de julgamento)

PROC.	:	2003.03.99.014989-3 AC 874446
ORIG.	:	0200001389 /SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	VERA LUCIA TORMIN FREIXO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MANOEL ANTONIO DE FREITAS
ADV	:	SILVIO JOSE TRINDADE
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE BURITAMA SP
RELATOR	:	DES.FED. LEIDE POLO / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURAL - REQUISITOS PREENCHIDOS - REMESSA OFICIAL NÃO CONHECIDA - APELAÇÃO DO INSS IMPROVIDA - SENTENÇA MANTIDA.
1. Não estão sujeitas ao duplo grau de jurisdição as sentenças em que o valor da condenação for inferior a 60 salários mínimos, nos termos do § 2º do art. 475 do CPC.
2. Os documentos anexados corroborados pelos depoimentos das testemunhas demonstram a atividade de trabalho rural da parte autora.
3. A idade mínima constitucionalmente exigida para a obtenção do benefício foi comprovada através dos documentos pessoais da parte autora.
4. Remessa oficial não conhecida.
5. Apelação do INSS improvida.
6. Sentença mantida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDA a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por unanimidade, em não conhecer da remessa oficial e negar provimento à apelação do INSS, nos termos do relatório e voto do Senhor Relator, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 12 de março de 2007 (data do julgamento)

PROC.	:	2003.03.99.022107-5 AC 886912
ORIG.	:	0200000868 /SP
APTE	:	ARACY GAMA DA SILVA
ADV	:	ANTONIO CARLOS LOPES
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ANTONIO MARCOS PINTO BORELLI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. LEIDE POLO / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURAL - REQUISITOS - APELAÇÃO DA PARTE AUTORA PROVIDA - SENTENÇA REFORMADA.
1. Os documentos anexados corroborados pelos depoimentos das testemunhas demonstram a atividade de trabalho rural da parte autora.
2. A idade mínima constitucionalmente exigida para a obtenção do benefício foi comprovada através dos documentos pessoais da parte autora.
3. Termo inicial do benefício fixado na data do requerimento administrativo.
4. A correção monetária das parcelas vencidas deve-se dar nos termos da legislação previdenciária, das Súmulas nº 08 desta Corte e 148 do STJ, bem como da Resolução nº 242/2001 do CJF, da data em que se tornou devido o benefício.
5. Os juros de mora são devidos no percentual de 6% ao ano, da data da citação até 11/01/2003, nos termos dos art. 1.062 do CC e 219 do CPC. A partir dessa data, são devidos juros de 1% ao mês, na forma do art. 406 da Lei nº 10.406, de 10/01/2002.
6. Honorários advocatícios fixados em 10% do valor das parcelas vencidas até a data do acórdão, conforme orientação desta Turma e observando-se os termos dos §§ 3º e 4º do art. 20 do CPC e o disposto na Súmula nº 111 do STJ.
7. No que se refere às custas processuais, delas está isenta a Autarquia Previdenciária, a teor do disposto no art. 9º, I, da Lei nº 6.032/74 e, mais recentemente, nos termos do § 1º do art. 8º da Lei nº 8.620/93. Ressalte-se, contudo, que tal isenção, decorrente de lei, não exime o INSS do pagamento das custas em restituição à parte autora, a teor do art. 10, § 4º, da Lei nº 9.289/96.
8. O INSS está isento do pagamento de despesas processuais, tendo em vista que a parte autora é beneficiária da justiça gratuita.
9. Apelação da parte autora provida.
10. Sentença reformada.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores Federais da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por unanimidade, em dar provimento à apelação da parte autora, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 12 de março de 2007 (data do julgamento)

PROC.	:	2004.03.99.013192-3 AC 930860
ORIG.	:	0200001014 3 Vr ATIBAIA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CARLOS ANTONIO DIAS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	JACIRA SEBASTIANA BELLI DA SILVA
ADV	:	FRANCISCO CARLOS AVANCO
RELATOR	:	DES.FED. LEIDE POLO / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURAL - ART. 143 DA LEI Nº 8.213/91 - REQUISITOS PREENCHIDOS - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - JUROS DE MORA - MATÉRIA PRELIMINAR REJEITADA - APELAÇÃO DO INSS PARCIALMENTE PROVIDA - SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA.
1.Afastada a alegação de inépcia da inicial, visto que os documentos mencionados pelo INSS, como indispensáveis à propositura da ação, a fim de demonstrar o pedido e a causa de pedir, na verdade, estão relacionados à prova do fato constitutivo do direito invocado e assim serão apreciados. Assim, a petição inicial atende aos requisitos estabelecidos pelos arts. 282 e 283 do CPC, não se enquadrando nas hipóteses do art. 295, I, par. único, do mesmo diploma legal.
2.Os documentos anexados corroborados pelos depoimentos das testemunhas demonstram a atividade de trabalho rural da parte autora.
3.A idade mínima constitucionalmente exigida para a obtenção do benefício foi comprovada através dos documentos pessoais da parte autora.
4.O percentual fixado a título de honorários advocatícios deve incidir somente sobre o valor das parcelas vencidas até a data da sentença, conforme orientação desta Turma, observando-se os termos dos §§ 3º e 4º do art. 20 do CPC e o disposto na Súmula nº 111 do C. STJ.
5.Os juros de mora são devidos no percentual de 6% ao ano, da data da citação até 11/01/2003, nos termos dos arts. 1.062 do CC e 219 do CPC. A partir dessa data, são devidos juros de 1% ao mês, na forma do art. 406 da Lei nº 10.406/2002.
6.Matéria preliminar rejeitada.
7.Apelação do INSS parcialmente provida.
8.Sentença parcialmente reformada.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDA a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por unanimidade, em rejeitar a matéria preliminar e, no mérito, dar parcial provimento à apelação do INSS, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 12 de março de 2007 (data de julgamento)

PROC.	:	2004.03.99.013509-6 AC 931178
ORIG.	:	0300000340 2 Vr PEREIRA BARRETO/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	YOSHIKAZU SAWADA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	JOSE MARTINS VIANA
ADV	:	CRISTOVAM ALBERT GARCIA JUNIOR
RELATOR	:	DES.FED. LEIDE POLO / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURAL - ART. 143 DA LEI Nº 8.213/91 - REQUISITOS NÃO PREENCHIDOS - APELAÇÃO DO INSS PARCIALMENTE CONHECIDA E, NA PARTE CONHECIDA, PROVIDA - SENTENÇA REFORMADA.
1.Não conhecida parte da apelação do INSS, em que requer a isenção das custas processuais, por lhe carecer interesse recursal, uma vez que não houve qualquer condenação nesse sentido pela r. sentença.
2.Não comprovado o exercício da atividade rural, ainda que descontínuo, no período "imediatamente" anterior à data do requerimento, exigido pelo art. 143 da Lei nº 8.213/91, não se reconhece o direito ao beneficio da aposentadoria por idade.
3.A Lei nº 8.213/91 não admite prova exclusivamente testemunhal para comprovação de tempo de serviço, dispondo em seu art. 55, § 3º, que a prova testemunhal só produzirá efeito quando baseada em início de prova material.
4.Apelação do INSS parcialmente conhecida e, na parte conhecida, provida.
5.Sentença reformada.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDA a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por unanimidade, em não conhecer de parte da apelação do INSS e, na parte conhecida, dar-lhe provimento, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 12 de março de 2007 (data de julgamento)

PROC.	:	2004.03.99.020711-3 AC 945059
ORIG.	:	0200002202 2 Vr PENAPOLIS/SP
APTE	:	NANCY DA CUNHA
ADV	:	ELIANE REGINA MARTINS FERRARI
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ELIANE MENDONCA CRIVELINI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. LEIDE POLO / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURAL - ATIVIDADE RURAL NÃO DEMONSTRADA - APELAÇÃO DA PARTE AUTORA IMPROVIDA - SENTENÇA MANTIDA.
1. Não comprovado o exercício da atividade rural, ainda que descontínuo, no período "imediatamente" anterior à data do requerimento, exigido pelo art. 143 da Lei nº 8.213/91, não se reconhece o direito ao beneficio da aposentadoria por idade.
2. A Lei nº 8.213/91 não admite prova exclusivamente testemunhal para comprovação de tempo de serviço, dispondo o art. 55, § 3º, dessa Lei, que a prova testemunhal só produzirá efeito quando baseada em início de prova material.
3. Apelação da parte autora improvida.
4. Sentença mantida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores Federais da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por unanimidade, em negar provimento à apelação da parte autora, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 12 de março de 2007 (data do julgamento)

PROC.	:	2004.03.99.030762-4 AC 970409
ORIG.	:	0300000705 2 Vr PEREIRA BARRETO/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	YOSHIKAZU SAWADA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	JOANA OLIVEIRA BARBOSA
ADV	:	IVANI AMBROSIO
RELATOR	:	DES.FED. LEIDE POLO / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURAL - REQUISITOS NÃO PREENCHIDOS - APELAÇÃO DO INSS PARCIALMENTE CONHECIDA E PROVIDA - SENTENÇA REFORMADA.
1. Não conhecida parte da apelação do INSS em que requer a isenção do pagamento de custas processuais, por lhe faltar interesse recursal, considerando que não houve tal condenação.
2. Não comprovado o exercício da atividade rural, ainda que descontínuo, no período "imediatamente" anterior à data do requerimento, exigido pelo art. 143 da Lei nº 8.213/91, não se reconhece o direito à aposentadoria por idade.
3. A Lei nº 8.213/91 não admite prova exclusivamente testemunhal para comprovação de tempo de serviço, dispondo o art. 55, § 3º, dessa Lei, que a prova testemunhal só produzirá efeito quando baseada em início de prova material.
4. Apelação do INSS parcialmente conhecida e provida.
5. Sentença reformada.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores Federais da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por unanimidade, em não conhecer de parte da apelação do INSS e, na parte conhecida, dar-lhe provimento, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 12 de março de 2007 (data do julgamento)

PROC.	:	2004.03.99.035154-6 AC 979148
ORIG.	:	0400000099 1 Vr ATIBAIA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CARLOS ANTONIO GALAZZI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	LAERCIO PAIVA (= ou > de 60 anos) e outro
ADV	:	ABLAINE TARSETANO DOS ANJOS
RELATOR	:	DES.FED. LEIDE POLO / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURAL - ART. 143 DA LEI Nº 8.213/91 - REQUISITOS PREENCHIDOS - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - MATÉRIA PRELIMINAR REJEITADA - APELAÇÃO DO INSS PARCIALMENTE PROVIDA - SENTENÇA MANTIDA EM PARTE.
1. Afastada a alegação de inépcia da inicial, visto que os documentos mencionados pelo INSS, como indispensáveis à propositura da ação, a fim de demonstrar o pedido e a causa de pedir, na verdade estão relacionados à prova do fato constitutivo do direito invocado, e assim serão apreciados. Ainda, a petição inicial atende aos requisitos estabelecidos pelos arts. 282 e 283 do CPC, não se enquadrando nas hipóteses do art. 295, I, § único, do mesmo diploma legal.
2. Os documentos anexados, corroborados pelos depoimentos das testemunhas demonstram a atividade de trabalho rural do casal pelo número de meses de carência exigido, que, in casu, levando-se em consideração que a presente ação foi ajuizada no ano de 2004, é de 138 (cento e trinta e oito) meses, a teor da referida tabela constante no art. 142 da Lei nº 8.213/91, no período imediatamente anterior à data do requerimento (ou do pedido judicial), como determina o art. 143 da Lei nº 8.213/91, com redação dada pela Lei nº 9.063/95.
3. A idade mínima constitucionalmente exigida para a obtenção do benefício foi comprovada através dos documentos pessoais dos autores.
4. Honorários advocatícios reduzidos para R$ 350,00, conforme entendimento desta Turma e observando-se o disposto no art. 20 do CPC.
5. Matéria preliminar rejeitada.
6. Apelação do INSS parcialmente provida.
7. Sentença mantida em parte.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDA a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por unanimidade, em rejeitar a matéria preliminar e, no mérito, dar parcial provimento à apelação do INSS, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 12 de março de 2007 (data de julgamento)

PROC.	:	2004.03.99.038326-2 AC 986627
ORIG.	:	0100000152 2 Vr SERRA NEGRA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CARLOS ANTONIO DIAS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MARIA APARECIDA DE TOLEDO ARAUJO (= ou > de 60 anos)
ADV	:	MARIA CECILIA SILOTTO BEGHINI
RELATOR	:	DES.FED. LEIDE POLO / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURAL - REQUISITOS PREENCHIDOS - MATÉRIA PRELIMINAR REJEITADA - APELAÇÃO DO INSS CONHECIDA EM PARTE E IMPROVIDA - SENTENÇA MANTIDA.
1. Não conhecida parte da apelação do INSS, em que requer a incidência dos juros de mora no percentual de 6% ao ano, por lhe faltar interesse recursal, uma vez que a r. sentença, já decidira nesse sentido, quando os fixou à taxa de 0,5% ao mês.
2. Não conhecida parte da apelação do INSS, em que requer a fixação dos honorários advocatícios em 5% do valor da causa ou a incidência do percentual fixado somente sobre o valor das parcelas vencidas, por lhe faltar interesse recursal, considerando que o valor fixado na r. sentença lhe é mais favorável.
3. Preliminar de inépcia da inicial rejeitada, pois os documentos mencionados pelo INSS, como indispensáveis à propositura da ação, na verdade estão relacionados à prova do fato constitutivo do direito invocado, e assim serão apreciados.
4. Os documentos anexados corroborados pelos depoimentos das testemunhas demonstram a atividade de trabalho rural da parte autora.
5. A idade mínima constitucionalmente exigida para a obtenção do benefício foi comprovada através dos documentos pessoais da parte autora.
6. O pedido de isenção da verba honorária não merece prosperar, eis que a concessão do benefício da justiça gratuita à parte autora não alcança o INSS, no caso parte vencida, devendo ser mantido o valor fixado na r. sentença, por estar em conformidade com o entendimento desta Turma e observando-se os termos dos §§ 3º e 4º do art. 20 do CPC e o disposto na Súmula n° 111 do STJ.
6. Matéria preliminar rejeitada.
7. Apelação do INSS conhecida em parte e improvida.
8. Sentença mantida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores Federais da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por unanimidade, em não conhecer de parte da apelação do INSS e, na parte conhecida, rejeitar a matéria preliminar e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 12 de março de 2007 (data do julgamento)

PROC.	:	2004.60.05.000122-3 AC 1157827
ORIG.	:	1 Vr PONTA PORA/MS
APTE	:	IDIOMAR ANDRADE MARTINS
ADV	:	PATRICIA TIEPPO ROSSI
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	FERNANDO ONO MARTINS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. LEIDE POLO / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURAL - REQUISITOS NÃO PREENCHIDOS - APELAÇÃO DA PARTE AUTORA IMPROVIDA - SENTENÇA MANTIDA.
1. Não comprovado o exercício da atividade rural, ainda que descontínuo, no período "imediatamente" anterior à data do requerimento, exigido pelo art. 143 da Lei nº 8.213/91, não se reconhece o direito à aposentadoria por idade.
2. A Lei nº 8.213/91 não admite prova exclusivamente testemunhal para comprovação de tempo de serviço, dispondo o art. 55, § 3º, dessa Lei, que a prova testemunhal só produzirá efeito quando baseada em início de prova material.
3. Apelação da parte autora improvida.
4. Sentença mantida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores Federais da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por unanimidade, em negar provimento à apelação da parte autora, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 12 de março de 2007 (data do julgamento)

PROC.	:	2004.61.04.000623-8 AC 1165505
ORIG.	:	3 Vr SANTOS/SP
APTE	:	MARCIO FLORES DOS SANTOS
ADV	:	ENZO SCIANNELLI
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RACHEL DE OLIVEIRA LOPES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. LEIDE POLO / SÉTIMA TURMA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO - REVISÃO DE BENEFÍCIO - REAJUSTE - LEI Nº 8.700/93 - INEXISTÊNCIA DE REDUTOR - ANTECIPAÇÃO - COMPENSAÇÃO NA DATA-BASE - CONSTITUCIONALIDADE - CONVERSÃO EM URV - LEI Nº 8.880/94 - IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO.
- Não houve ocorrência de expurgos na vigência da Lei nº 8.700/93, pois os índices mensais excedentes a 10% do IRSM foram aplicados na forma de antecipações a serem compensadas no final do quadrimestre, quando da apuração do índice integral de reajuste.
- Não se caracterizou inconstitucionalidade quando da conversão dos valores dos benefícios de cruzeiros reais para URVs, em 1º/03/1994, prevista pela Lei 8.880/94, pois tal dispositivo guardou perfeita consonância com o artigo 201, § 2º da CF., garantindo a manutenção do valor real dos benefícios, não resultando em pagamento inferior ao pago em cruzeiros reais, em fevereiro de 1994.
- O INPC é o índice mais adequado para correção dos benefícios nos meses de junho de 1997, 1999, 2000 e 2001. Precedente do E. STF (RE nº 376.846-8/SC).
- Apelação desprovida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores Federais da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por unanimidade, em negar provimento ao apelo da parte autora, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 12 de março de 2007 (data de julgamento)

PROC.	:	2005.03.99.001824-2 AC 998210
ORIG.	:	0300000432 1 Vr SETE QUEDAS/MS
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SILLAS COSTA DA SILVA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	VITA DA SILVA DE SOUZA
ADV	:	ATINOEL LUIZ CARDOSO
RELATOR	:	DES.FED. LEIDE POLO / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURAL - REQUISITOS PREENCHIDOS - APELAÇÃO DO INSS IMPROVIDA - SENTENÇA MANTIDA.
1. Os documentos anexados corroborados pelos depoimentos das testemunhas demonstram a atividade de trabalho rural da parte autora.
2. A idade mínima constitucionalmente exigida para a obtenção do benefício foi comprovada através dos documentos pessoais da parte autora.
3. Apelação do INSS improvida.
4. Sentença mantida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores Federais da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por unanimidade, em negar provimento à apelação do INSS, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 12 de março de 2007 (data do julgamento)

PROC.	:	2005.03.99.005984-0 AC 1006131
ORIG.	:	0300001242 1 Vr CARDOSO/SP
APTE	:	ARNALDO DE MIRANDA
ADV	:	MAURO ROGERIO VICTOR DE OLIVEIRA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ROBERTO DE LIMA CAMPOS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. LEIDE POLO / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - ART. 143 DA LEI Nº 8.213/91 - REQUISITOS NÃO PREENCHIDOS -- APELAÇÃO DA AUTORA IMPROVIDA - SENTENÇA MANTIDA.
1. Os documentos anexados aos autos revelam razoável produção, incompatível com o regime de economia familiar, que é delimitado pela pequena propriedade rural, com pequenas e rudimentares culturas de subsistência.
2. Plano de Benefício da Previdência Social, Lei nº 8.213/91, não admite prova exclusivamente testemunhal para comprovação de tempo de serviço, dispondo o art. 55, § 3º, dessa Lei, que a prova testemunhal só produzirá efeito quando baseada em início de prova material.
3. Apelação da autora improvida.
4. Sentença mantida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores Federais da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por unanimidade, em negar provimento à apelação da parte autora, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 05 de março de 2007 (data de julgamento)

PROC.	:	2005.03.99.006050-7 AC 1006197
ORIG.	:	0300000851 1 Vr TUPI PAULISTA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARGARETE DE CASSIA LOPES GOMES DE CARVALHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	SANTINA DE OLIVEIRA MACIEL
ADV	:	REGINALDO FERNANDES
RELATOR	:	DES.FED. LEIDE POLO / STIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - ART. 143 DA LEI Nº 8.213/91 - RURAL - REQUISITOS NÃO PREENCHIDOS -- APELAÇÃO DO INSS PROVIDA -SENTENÇA REFORMADA.
1.Não há, nos autos, prova material que possibilite reconhecer tenha a autora realizado trabalho rural pelo número de meses de carência exigido, que, in casu, levando-se em consideração que a presente ação foi ajuizada no ano de 2003, é de 132 meses, a teor da tabela constante no art. 142 da Lei nº 8.213/91, e, especialmente, em período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, a teor do art. 143 da supra citada lei.
2.A Lei nº 8.213/91 não admite prova exclusivamente testemunhal para comprovação de tempo de serviço, dispondo o art. 55, § 3º, dessa Lei, que a prova testemunhal só produzirá efeito quando baseada em início de prova material.
3.Apelação do INSS provida.
4.Sentença reformada.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores Federais da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal, por unanimidade, em dar provimento à apelação do INSS, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 12 de março de 2007 (data do julgamento)

PROC.	:	2005.03.99.006371-5 AC 1007010
ORIG.	:	0300000729 1 Vr PALESTINA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUCIO AUGUSTO MALAGOLI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ANTONIA BOGAZ JACOMELLI
ADV	:	CARLOS APARECIDO DE ARAUJO
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE PALESTINA SP
RELATOR	:	DES.FED. LEIDE POLO / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - ART. 143 DA LEI Nº 8.213/91 - REQUISITOS PREENCHIDOS - APELAÇÃO DO INSS IMPROVIDA - SENTENÇA MANTIDA.
1.Não estão sujeitas ao duplo grau de jurisdição as sentenças em que o valor da condenação for inferior a 60 salários mínimos, nos termos do § 2º do art. 475 do CPC.
2.Os documentos anexados corroborados pelos depoimentos das testemunhas demonstram a atividade de trabalho rural da autora, sob regime de economia familiar, ou seja: "atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados".
3.A idade mínima constitucionalmente exigida para a obtenção do benefício foi comprovada através dos documentos pessoais da autora.
4.Apelação do INSS improvida.
5.Sentença mantida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores Federais da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por unanimidade, em não conhecer da remessa oficial e negar provimento à apelação do INSS, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 12 de março de 2007 (data de julgamento)

PROC.	:	2005.03.99.008997-2 AC 1010730
ORIG.	:	0400000250 1 Vr CARDOSO/SP
APTE	:	LINDAURA MARTINS DE OLIVEIRA FERREIRA
ADV	:	LEONARDO GOMES DA SILVA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ROBERTO DE LIMA CAMPOS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. LEIDE POLO / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURAL - ART. 143 DA LEI Nº 8.213/91 - REQUISITOS NÃO PREENCHIDOS -APELAÇÃO DA PARTE AUTORA IMPROVIDA - SENTENÇA MANTIDA.
1.Não há, nos autos, prova material que possibilite reconhecer tenha a autora realizado trabalho rural pelo número de meses de carência exigido, que, in casu, levando-se em consideração que a presente ação foi ajuizada no ano de 2004, é de 138 meses, a teor da tabela constante no art. 142 da Lei nº 8.213/91, e, especialmente, em período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, a teor do art. 143 da supra citada lei.
2.A Lei nº 8.213/91 não admite prova exclusivamente testemunhal para comprovação de tempo de serviço, dispondo em seu art. 55, § 3º, que a prova testemunhal só produzirá efeito quando baseada em início de prova material.
3.Apelação da parte autora improvida.
4.Sentença mantida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores Federais da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por unanimidade, em negar provimento à apelação da parte autora, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 12 de março de 2007 (data de julgamento)

PROC.	:	2005.03.99.009369-0 AC 1011407
ORIG.	:	0300001120 4 Vr ATIBAIA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CARLOS ANTONIO DIAS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ANADEGE FERREIRA DA SILVA
ADV	:	FRANCISCO CARLOS AVANCO
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 4 VARA DE ATIBAIA SP
RELATOR	:	DES.FED. LEIDE POLO / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - ART. 143 DA LEI Nº 8.213/91 - RURAL - REQUISITOS NÃO PREENCHIDOS - REMESSA OFICIAL NÃO CONHECIDA - MATÉRIA PRELIMINAR REJEITADA - APELAÇÃO DO INSS PROVIDA - SENTENÇA REFORMADA.
1.Não estão sujeitas ao duplo grau de jurisdição as sentenças em que o valor da condenação for inferior a 60 salários mínimos, nos termos do § 2º do art. 475 do CPC.
2.Afastada a alegação de inépcia da inicial, visto que os documentos mencionados pelo INSS, como indispensáveis à propositura da ação, a fim de demonstrar o pedido e a causa de pedir, na verdade estão relacionados à prova do fato constitutivo do direito invocado, e assim serão apreciados. Ainda, foram indicados, de modo satisfatório, os fatos e fundamentos jurídicos do seu pedido, na exordial.
3.Não há, nos autos, prova material que possibilite reconhecer tenha a autora realizado trabalho rural pelo número de meses de carência exigido, que, in casu, levando-se em consideração que a presente ação foi ajuizada no ano de 2003 é de 132 meses, a teor da tabela constante no art. 142 da Lei nº 8.213/91, e, especialmente, em período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, a teor do art. 143 da supra citada lei.
4.A Lei nº 8.213/91 não admite prova exclusivamente testemunhal para comprovação de tempo de serviço, dispondo em seu art. 55, § 3º, que a prova testemunhal só produzirá efeito quando baseada em início de prova material.
5.Remessa oficial não conhecida.
6.Matéria preliminar rejeitada.
7.Apelação do INSS provida.
8.Sentença reformada.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDA a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por unanimidade, em não conhecer da remessa oficial, rejeitar a matéria preliminar e, no mérito, dar provimento à apelação do INSS, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 12 de março de 2007 (data do julgamento)

PROC.	:	2005.03.99.010831-0 AC 1013801
ORIG.	:	0200000493 1 Vr ADAMANTINA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOSE CARLOS LIMA SILVA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	DANIEL MATIAS BORGES (= ou > de 60 anos)
ADV	:	SILVIA HELENA LUZ CAMARGO
RELATOR	:	DES.FED. LEIDE POLO / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURAL - ART. 143 DA LEI Nº 8.213/91 - REQUISITOS PREENCHIDOS - CORREÇÃO MONETÁRIA - APELAÇÃO DO INSS CONHECIDA DE PARTE E, NA PARTE CONHECIDA, PARCIALMENTE PROVIDA - SENTENÇA MANTIDA EM PARTE.
1. Não conhecida parte da apelação do INSS, em que requer a incidência dos juros de mora a partir da data da citação, por lhe faltar interesse recursal, considerando que a r. sentença decidiu nesses termos.
2. Não conhecida parte da apelação do INSS, em que requer a isenção do pagamento de despesas processuais, por lhe faltar interesse recursal, considerando que não houve tal condenação.
3. Não conhecida parte da apelação do INSS, em que requer a incidência do percentual fixado a título de honorários advocatícios somente sobre o valor das parcelas vencidas até a data da sentença, por carecer de interesse recursal, considenrando que assim já determinara a r. sentença.
4. Os documentos anexados aos autos, corroborados pelos depoimentos testemunhais, demonstram a atividade de trabalho rural do autor pelo número de meses de carência exigido, a teor da tabela constante no art. 142 da Lei nº 8.213/91.
5. A idade mínima constitucionalmente exigida para a obtenção do benefício foi comprovada através dos documentos pessoais do autor.
6. Mantido o termo inicial do benefício na data da citação, conforme fixado pela r. sentença, considerando esse o momento em que o INSS tomou conhecimento da pretensão do autor.
7. A correção monetária das parcelas vencidas se dará nos termos da legislação previdenciária, das Súmulas nº 08 desta Corte e 148 do C. STJ, bem como da Resolução nº 242/2001 do Conselho da Justiça Federal, da data em que se tornou devido o benefício.
8. Apelação do INSS conhecida em parte e, na parte conhecida, parcialmente provida.
9. Sentença mantida em parte.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores Federais da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por unanimidade, em não conhecer de parte da apelação do INSS e, na parte conhecida, dar-lhe parcial provimento, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 12 de março de 2007 (data de julgamento)

PROC.	:	2005.03.99.012021-8 AC 1015507
ORIG.	:	0300000947 3 Vr LINS/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOSE ANTONIO BIANCOFIORE
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	WALDEMAR AMERICO DE OLIVEIRA
ADV	:	MARCIA REGINA ARAUJO PAIVA
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 3 VARA DE LINS SP
RELATOR	:	DES.FED. LEIDE POLO / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURAL - ART. 143 DA LEI Nº 8.213/91 - REQUISITOS PREENCHIDOS - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - REMESSA OFICIAL NÃO CONHECIDA - APELAÇÃO DO INSS PARCIALMENTE PROVIDA - SENTENÇA MANTIDA EM PARTE.
1. Não estão sujeitas ao duplo grau de jurisdição as sentenças em que o valor da condenação for inferior a 60 salários mínimos, nos termos do § 2º do art. 475 do CPC.
2. Os documentos anexados aos autos, corroborados pelos depoimentos testemunhais, demonstram a atividade de trabalho rural do autor pelo número de meses de carência exigido, a teor da tabela constante no art. 142 da Lei nº 8.213/91.
3. A idade mínima constitucionalmente exigida para a obtenção do benefício foi comprovada através dos documentos pessoais do autor.
4. Mantido o percentual fixado a título de honorários advocatícios na r. sentença, esclarecendo que este deve incidir somente sobre o valor das prestações vencidas até a data da sentença, conforme orientação desta Turma e observando-se os termos dos §§ 3º e 4º do art. 20 do CPC e o disposto na Súmula nº 111 do C. STJ.
5. Remessa oficial não conhecida.
6. Apelação do INSS parcialmente provida.
7. Sentença mantida em parte.

A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDA a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por unanimidade, em não conhecer da remessa oficial e dar parcial provimento à apelação do INSS, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 12 de março de 2007 (data de julgamento)

PROC.	:	2005.03.99.012045-0 AC 1015531
ORIG.	:	0400000054 1 Vr PEDREIRA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	FRANCISCO PINTO DUARTE NETO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ELZA BISPO PEREIRA
ADV	:	EVELISE SIMONE DE MELO
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE PEDREIRA SP
RELATOR	:	DES.FED. LEIDE POLO / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURAL - ART. 143 DA LEI Nº 8.213/91 - REQUISITOS NÃO PREENCHIDOS - REMESSA OFICIAL NÃO CONHECIDA - APELAÇÃO DO INSS PROVIDA - SENTENÇA REFORMADA.
1.Não estão sujeitas ao duplo grau de jurisdição as sentenças em que o valor da condenação for inferior a 60 salários mínimos, nos termos do § 2º do art. 475 do CPC.
2.Não há, nos autos, prova material que possibilite reconhecer tenha a autora realizado trabalho rural pelo número de meses de carência exigido, que, in casu, levando-se em consideração que a presente ação foi ajuizada no ano de 2004, é de 138 meses, a teor da tabela constante no art. 142 da Lei nº 8.213/91, e, especialmente, em período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, a teor do art. 143 da supra citada lei.
3.A Lei nº 8.213/91 não admite prova exclusivamente testemunhal para comprovação de tempo de serviço, dispondo em seu art. 55, § 3º, que a prova testemunhal só produzirá efeito quando baseada em início de prova material.
4.Apelação do INSS provida.
5.Sentença reformada.

A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, ACORDA a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por unanimidade, em não conhecer da remessa oficial e dar provimento à apelação do INSS, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 12 de março de 2007 (data do julgamento)

PROC.	:	2005.03.99.012185-5 REOAC 1015672
ORIG.	:	0400000309 1 Vr SERRA NEGRA/SP
PARTE A	:	FRANCISCA MARTINS PINTO
ADV	:	CLAUDIO ADOLFO LANGELLA
PARTE R	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CARLOS ANTONIO DIAS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE SERRA NEGRA SP
RELATOR	:	DES.FED. LEIDE POLO / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. REMESSA OFICIAL NÃO CONHECIDA. SENTENÇA MANTIDA.
1. Não estão sujeitas ao duplo grau de jurisdição as sentenças em que o valor da condenação for inferior a 60 salários mínimos, nos termos do § 2º do art. 475 do CPC.
2. Remessa oficial não conhecida.
3. Sentença mantida.

A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDA a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal, por unanimidade, em não conhecer da remessa oficial, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 12 de março de 2007 (data do julgamento)

PROC.	:	2005.03.99.012666-0 AC 1016303
ORIG.	:	0300000908 4 Vr FERNANDOPOLIS/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ISRAEL CASALINO NEVES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	CARMOSINA BARBOSA DE FREITAS
ADV	:	ABDILATIF MAHAMED TUFAILE
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 4 VARA DE FERNANDOPOLIS SP
RELATOR	:	DES.FED. LEIDE POLO / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURAL - ATIVIDADE RURAL NÃO DEMONSTRADA - REMESSA OFICIAL NÃO CONHECIDA - APELAÇÃO DO INSS CONHECIDA EM PARTE E, NA PARTE CONHECIDA PROVIDA - SENTENÇA REFORMADA.
1. Não estão sujeitas ao duplo grau de jurisdição as sentenças em que a condenação for inferior a 60 salários-mínimos, nos termos do § 2º do art. 475 do CPC.
2. Não conhecida de parte da apelação do INSS, em que requer a incidência dos honorários advocatícios sobre as parcelas vencidas até a data da sentença, por faltar-lhe interesse recursal, uma vez que além do MM Juízo a quo ter fixado a verba honorária em R$ 300,00, ainda determinou a observância da Súmula nº 111 do STJ
3. Não comprovado o exercício da atividade rural, ainda que descontínuo, no período "imediatamente" anterior à data do requerimento, exigido pelo art. 143 da Lei nº 8.213/91, não se reconhece o direito ao beneficio da aposentadoria por idade.
4. A Lei nº 8.213/91 não admite prova exclusivamente testemunhal para comprovação de tempo de serviço, dispondo o art. 55, § 3º, dessa Lei, que a prova testemunhal só produzirá efeito quando baseada em início de prova material.
5. Remessa oficial não conhecida.
6. Apelação do INSS conhecida em parte e, na parte conhecida provida.
7. Sentença reformada.

A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores Federais da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por unanimidade, em não conhecer da remessa oficial e de parte da apelação do INSS e, na parte conhecida, dar-lhe provimento, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 26 de fevereiro de 2007 (data do julgamento)

PROC.	:	2005.03.99.014808-3 AC 1019278
ORIG.	:	0300001088 4 Vr CUBATAO/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARIA ISABEL DE FIGUEIREDO CARVALHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	BENEDITO JORDAO FILHO
ADV	:	CARLOS ALBERTO DOS ANJOS
RELATOR	:	DES.FED. LEIDE POLO / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO. REVISIONAL DE BENEFÍCIO. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DOS SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO. APLICAÇÃO DA LEI N.º 6423/77.
1. "Para a apuração da renda mensal inicial dos benefícios previdenciários concedidos antes da Constituição Federal de 1988, a correção dos 24 (vinte e quatro) salários-de-contribuição, anteriores aos últimos 12 (doze), deve ser feita em conformidade com o que prevê o artigo 1º da Lei nº 6.423/77". Súmula nº 7 desta Corte.
2. Os honorários advocatícios são devidos à taxa de 10% sobre as parcelas vencidas até a data da prolação da sentença, conforme orientação desta Turma e observando-se os termos dos §§ 3º e 4º, art. 20 do CPC. Necessário esclarecer, nesta oportunidade, que não cabe incidência de honorários sobre as prestações vincendas, a teor da Súmula n.º 111 do STJ.
3. Juros de mora são devidos da citação, à taxa de 1% ao mês, nos termos do artigo 406 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.
4. A correção monetária das diferenças devidas se dará nos termos da legislação previdenciária, das Súmulas nºs 08 desta Corte e 148 do C. STJ
5. Remessa oficial e apelação providas em parte.

A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores Federais da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por unanimidade, em dar provimento parcial à remessa oficial e à apelação do INSS, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 12 de março de 2007(data de julgamento)

PROC.	:	2005.03.99.014932-4 REOAC 1019373
ORIG.	:	0300002061 3 Vr RIO CLARO/SP
PARTE A	:	JOAO GUALBERTO BARSOTTI e outros
ADV	:	PAULO FAGUNDES JUNIOR
PARTE R	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	VALDEMIR OEHLMEYER
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 3 VARA DE RIO CLARO SP
RELATOR	:	DES.FED. LEIDE POLO / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO. REVISIONAL DE BENEFÍCIO. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DOS SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO. APLICAÇÃO DA LEI N.º 6423/77.
- Para a apuração da renda mensal inicial dos benefícios previdenciários concedidos antes da Constituição Federal de 1988, a correção dos 24 (vinte e quatro) salários-de-contribuição, anteriores aos últimos 12 (doze), deve ser feita em conformidade com o que prevê o artigo 1º da Lei nº 6.423/77. Súmula nº 7 desta Corte.
- Os honorários advocatícios são devidos em 10% sobre o valor das diferenças das parcelas vencidas até a data da prolação da sentença, conforme orientação desta Turma e observando-se os termos dos parágrafos 3º e 4º do artigo 20 do CPC. Não cabe incidência de honorários sobre as prestações vincendas, a teor da Súmula n.º 111 do STJ.
- A correção monetária deve incidir sobre as diferenças devidas, nos termos da legislação previdenciária, das Súmulas nºs 08 desta Corte e 148 do C. STJ, bem como da Resolução nº 242/2001 do Conselho da Justiça Federal.
- São devidos juros de mora, a partir da citação, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, na forma do artigo 406 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.
- Remessa oficial parcialmente provida.

A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores Federais da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por unanimidade, em dar provimento parcial à remessa oficial, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo,12 de março de 2007 (data de julgamento)

PROC.	:	2005.03.99.014957-9 AC 1019398
ORIG.	:	0300001160 2 Vr SOCORRO/SP
APTE	:	SEBASTIAO FERRAGUTTI
ADV	:	FABIOLA GURGEL BARBOSA PETERNELA (Int.Pessoal)
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CARLOS ANTONIO GALAZZI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. LEIDE POLO / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO - PROCESSUAL CIVIL - REVISIONAL DE BENEFÍCIO - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DOS SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO - APLICAÇÃO DA LEI N.º 6423/77. APRECIAÇÃO DO MÉRITO, NOS TERMOS DO ARTIGO 515, § 3º, DO CPC.
- Para a apuração da renda mensal inicial dos benefícios previdenciários concedidos antes da Constituição Federal de 1988, a correção dos 24 (vinte e quatro) salários-de-contribuição, anteriores aos últimos 12 (doze), deve ser feita em conformidade com o que prevê o artigo 1º da Lei nº 6.423/77. Súmula nº 7 desta Corte.
- Os honorários advocatícios são devidos em 10% sobre o valor das diferenças das parcelas vencidas até a data deste julgamento, conforme orientação desta Turma e observando-se os termos dos parágrafos 3º e 4º do artigo 20 do CPC. Não cabe incidência de honorários sobre as prestações vincendas, a teor da Súmula n.º 111 do STJ.
- A correção monetária deve incidir sobre as diferenças devidas, nos termos da legislação previdenciária, das Súmulas 08 desta Corte e 148 do C. STJ.
- Os juros de mora são devidos à razão de 1% ao mês, a partir da citação, na forma do artigo 406 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.
- Apelação provida. Sentença reformada para julgar procedente o pedido.

A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores Federais da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por unanimidade, dar provimento à apelação, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 12 de março de 2007 (data de julgamento)

PROC.	:	2005.03.99.025349-8 AC 1035149
ORIG.	:	0300000090 1 Vr FERNANDOPOLIS/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ISRAEL CASALINO NEVES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	VANDA DAS DORES VICENTE
ADV	:	CARLOS APARECIDO DE ARAUJO
RELATOR	:	DES.FED. LEIDE POLO / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURAL - ART. 143 DA LEI Nº 8.213/91 - REQUISITOS NÃO PREENCHIDOS - APELAÇÃO DO INSS PROVIDA - SENTENÇA REFORMADA.
1.Não há, nos autos, prova material que possibilite reconhecer tenha a autora realizado trabalho rural pelo número de meses de carência exigido, que, in casu, levando-se em consideração que a presente ação foi ajuizada no ano de 2003, é de 132 meses, a teor da tabela constante no art. 142 da Lei nº 8.213/91, e, especialmente, em período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, a teor do art. 143 da supra citada lei.
2.A Lei nº 8.213/91 não admite prova exclusivamente testemunhal para comprovação de tempo de serviço, dispondo em seu art. 55, § 3º, que a prova testemunhal só produzirá efeito quando baseada em início de prova material.
3.Apelação do INSS provida.
4.Sentença reformada.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDA a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por unanimidade, em dar provimento à apelação do INSS, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 12 de março de 2007 (data de julgamento)

PROC.	:	2005.03.99.027389-8 AC 1038138
ORIG.	:	0400000178 1 Vr AURIFLAMA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOSE LUIZ SFORZA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	JOSE PEREIRA SUBRINHO
ADV	:	JUVERCI ANTONIO BERNADI REBELATO
RELATOR	:	DES.FED. LEIDE POLO / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURAL - ART. 143 DA LEI Nº 8.213/91 - REQUISITOS PREENCHIDOS - CORREÇÃO MONETÁRIA - APELAÇÃO DO INSS PARCIALMENTE PROVIDA - SENTENÇA MANTIDA EM PARTE.
1.Os documentos anexados aos autos, corroborados pelos depoimentos testemunhais, demonstram a atividade de trabalho rural do autor pelo número de meses de carência exigido, a teor da tabela constante no art. 142 da Lei nº 8.213/91.
2.A idade mínima constitucionalmente exigida para a obtenção do benefício foi comprovada através dos documentos pessoais do autor.
3. A correção monetária das parcelas vencidas se dará nos termos da legislação previdenciária, das Súmulas nº 08 desta Corte e 148 do C. STJ, bem como da Resolução nº 242/2001 do Conselho da Justiça Federal, da data em que se tornou devido o benefício.
4. Apelação do INSS parcialmente provida.
5. Sentença mantida em parte.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores Federais da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por unanimidade, em dar parcial provimento à apelação do INSS, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 12 de março de 2007 (data do julgamento).

PROC.	:	2005.03.99.032373-7 AC 1046801
ORIG.	:	0400000094 2 Vr CAPAO BONITO/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	PAULO MEDEIROS ANDRE
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ZILDA DE OLIVEIRA COSTA
ADV	:	SEBASTIAO CARLOS FERREIRA DUARTE
RELATOR	:	DES.FED. LEIDE POLO / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURAL - ART. 143 DA LEI Nº 8213/91 - PRESENTES OS REQUISITOS - CORREÇÃO MONETÁRIA - JUROS DE MORA - APELAÇÃO DO INSS PARCIALMENTE CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA - SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA.
1.Não conhecida parte da apelação do INSS, em que requer a incidência do percentual fixado a título de honorários advocatícios somente sobre o valor das prestações vencidas não incidindo sobre as prestações vincendas, por carecer de interesse recursal, uma vez que assim já determinara a r. sentença.
2.Os documentos juntados na exordial, corroborados pelos harmônicos depoimentos testemunhais, demonstram a atividade de trabalho rural da autora pelo número de meses de carência exigido, que, in casu, levando-se em consideração que a presente ação foi ajuizada no ano de 2004 é de 138 meses, a teor da tabela constante no art. 142 da Lei nº 8.213/91, no período imediatamente anterior à data do requerimento (ou do pedido judicial), como determina o art. 143 da Lei nº 8.213/91, com redação dada pela Lei nº 9.063/95.
3.A idade mínima constitucionalmente exigida para a obtenção do benefício foi comprovada através da documentação pessoal da autora.
4.A correção monetária das parcelas vencidas, dar-se-á nos termos da legislação previdenciária, das Súmulas nº 08 desta Corte e 148 do C. STJ, bem como da Resolução nº 242/2001 do CJF, da data em que se tornou devido o benefício.
5.Os juros de mora deverão incidir a partir da data da citação, no percentual de 1% ao mês, na forma do art. 406 da Lei nº 10.406, de 10/01/2002.
6.Apelação do INSS parcialmente conhecida e parcialmente provida.
7.Sentença mantida em parte.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores Federais da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por unanimidade, em não conhecer de parte da apelação do INSS e, na parte conhecida, dar-lhe parcial provimento, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 12 de março de 2007 (data de julgamento)

PROC.	:	2005.03.99.035492-8 AC 1050915
ORIG.	:	0300001140 2 Vr PALMITAL/SP
APTE	:	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA
ADV	:	PAULO ROBERTO MAGRINELLI
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARCIO CEZAR SIQUEIRA HERNANDES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. LEIDE POLO / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURAL - REQUISITOS NÃO PREENCHIDOS - APELAÇÃO DA PARTE AUTORA IMPROVIDA - SENTENÇA MANTIDA.
1. Não comprovado o exercício da atividade rural, ainda que descontínuo, no período "imediatamente" anterior à data do requerimento (ou do pedido judicial), exigido pelo art. 143 da Lei nº 8.213/91, não se reconhece o direito à aposentadoria por idade.
2. A Lei nº 8.213/91 não admite prova exclusivamente testemunhal para comprovação de tempo de serviço, dispondo o art. 55, § 3º, dessa Lei, que a prova testemunhal só produzirá efeito quando baseada em início de prova material.
3. Apelação da parte autora improvida.
4. Sentença mantida.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores Federais da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por unanimidade, em negar provimento à apelação da parte autora, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 12 de março de 2007 (data de julgamento)

PROC.	:	2005.03.99.036021-7 AC 1051540
ORIG.	:	0400011767 2 Vr AMAMBAI/MS 0400000431 2 Vr AMAMBAI/MS
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RICARDO RODRIGUES NABHAN
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	LUCIA DEMCZUK SCHWAB
ADV	:	MADALENA DE MATOS DOS SANTOS
RELATOR	:	DES.FED. LEIDE POLO / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. ART. 143 DA LEI Nº 8.213/91. RURAL. REQUISITOS NÃO PREENCHIDOS. APELAÇÃO DO INSS PROVIDA. SENTENÇA REFORMADA.
1.Não comprovado o exercício da atividade rural, ainda que descontínuo, no período "imediatamente" anterior à data do requerimento, exigido pelo art. 143 da Lei nº 8.213/91, não se reconhece o direito à aposentadoria por idade.
2.A Lei nº 8.213/91 não admite prova exclusivamente testemunhal para comprovação de tempo de serviço, dispondo o art. 55, § 3º, dessa Lei, que a prova testemunhal só produzirá efeito quando baseada em início de prova material.
3.Apelação do INSS provida.
4.Sentença reformada.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDA a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal, por unanimidade, em dar provimento à apelação do INSS, nos termos do relatório e voto do Senhor Relator, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 12 de março de 2007 (data do julgamento)

PROC.	:	2005.03.99.039356-9 AC 1055367
ORIG.	:	0400000923 1 Vr APIAI/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	PAULO MEDEIROS ANDRE
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	HIPOLITO RIBEIRO DA PAZ
ADV	:	LUIS PAULO VIEIRA
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE APIAI SP
RELATOR	:	DES.FED. LEIDE POLO / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURAL - ART. 143 DA LEI Nº 8.213/91 - REQUISITOS PREENCHIDOS - JUROS DE MORA - CORREÇÃO MONETÁRIA - REMESSA OFICIAL NÃO CONHECIDA - APELAÇÃO DO INSS PARCIALMENTE PROVIDA - SENTENÇA MANTIDA EM PARTE.
1.Não estão sujeitas ao duplo grau de jurisdição as sentenças em que o valor da condenação for inferior a 60 salários mínimos, nos termos do § 2º do art. 475 do CPC.
2.Os documentos anexados aos autos, corroborados pelos depoimentos testemunhais, demonstram a atividade de trabalho rural do autor pelo número de meses de carência exigido, a teor da tabela constante no art. 142 da Lei nº 8.213/91.
3.A idade mínima constitucionalmente exigida para a obtenção do benefício foi comprovada através dos documentos pessoais do autor.
4.Os juros de mora incidirão, a partir do termo inicial do benefício, à razão de 1% (um por cento) ao mês, na forma do artigo 406 da Lei nº 10.406/2002.
5.A correção monetária das parcelas vencidas se dará nos termos da legislação previdenciária, das Súmulas nº 08 desta Corte e 148 do C. STJ, bem como da Resolução nº 242/2001 do Conselho da Justiça Federal, da data em que se tornou devido o benefício.
6.Apelação do INSS parcialmente provida.
7.Sentença mantida em parte.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores Federais da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por unanimidade, em não conhecer da remessa oficial e dar parcial provimento à apelação do INSS, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 12 de março de 2007 (data de julgamento)

PROC.	:	2005.61.12.008126-9 AC 1161500
ORIG.	:	3 Vr PRESIDENTE PRUDENTE/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUIS RICARDO SALLES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	IRACI DE SOUZA SILVA
ADV	:	RENATA MOCO
RELATOR	:	DES.FED. LEIDE POLO / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURAL - ART. 143 DA LEI Nº 8.213/91 - REQUISITOS NÃO PREENCHIDOS - APELAÇÃO DO INSS PROVIDA - SENTENÇA REFORMADA.
1.Não há, nos autos, prova material que possibilite reconhecer tenha a autora realizado trabalho rural pelo número de meses de carência exigido, que, in casu, levando-se em consideração que a presente ação foi ajuizada no ano de 2005, é de 144 meses, a teor da tabela constante no art. 142 da Lei nº 8.213/91, e, especialmente, em período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, a teor do art. 143 da supra citada lei.
2.A Lei nº 8.213/91 não admite prova exclusivamente testemunhal para comprovação de tempo de serviço, dispondo em seu art. 55, § 3º, que a prova testemunhal só produzirá efeito quando baseada em início de prova material.
3.Apelação do INSS provida.
4.Sentença reformada.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores Federais da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por unanimidade, em dar provimento à apelação do INSS, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 12 de março de 2007 (data de julgamento)

PROC.	:	2005.61.23.000476-2 AC 1156910
ORIG.	:	1 Vr BRAGANCA PAULISTA/SP
APTE	:	AMELIA LERES DE OLIVEIRA
ADV	:	GUSTAVO ANDRE BUENO
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RICARDO ALEXANDRE MENDES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. LEIDE POLO / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE RURAL - TRABALHO RURAL NÃO DEMONSTRADO - APELAÇÃO DA PARTE AUTORA IMPROVIDA - SENTENÇA MANTIDA.
1. Não comprovado o exercício da atividade rural, ainda que descontínuo, no período "imediatamente" anterior à data do requerimento, exigido pelo art. 143 da Lei nº 8.213/91, não se reconhece o direito ao beneficio da aposentadoria por idade.
2. A Lei nº 8.213/91 não admite prova exclusivamente testemunhal para comprovação de tempo de serviço, dispondo o art. 55, § 3º, dessa Lei, que a prova testemunhal só produzirá efeito quando baseada em início de prova material.
3. Apelação da parte autora improvida.
4. Sentença mantida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores Federais da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por unanimidade, em negar provimento à apelação da parte autora, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 12 de março de 2007 (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.99.043436-9 AC 1156505
ORIG.	:	0400000377 1 Vr SANTA FE DO SUL/SP 0400004291 1 Vr SANTA FE DO SUL/SP
APTE	:	JOAO PERRONES FILHO
ADV	:	ANTONIO FLAVIO ROCHA DE OLIVEIRA
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CARMEM PATRICIA NAMI GARCIA SUANA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
RELATOR	:	DES.FED. LEIDE POLO / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. REQUISITOS PREENCHIDOS. TERMO INICIAL DO BENEFÍCIO. HONORÁRIOS PERICIAIS. TUTELA ANTECIPADA. AGRAVO RETIDO PARCIALMENTE PROVIDO. APELAÇÃO DO INSS IMPROVIDA. APELAÇÃO DA PARTE AUTORA PROVIDA. SENTENÇA MANTIDA EM PARTE.
1Agravo retido conhecido, uma vez ter sido requerida, expressamente, a sua apreciação nas razões de apelação do INSS, bem como provido. Com efeito, o valor dos honorários periciais deve ser reduzido para R$ 234,80, consoante Resolução nº 440/2005, do Conselho da Justiça Federal.
2Para a concessão da aposentadoria por invalidez e auxílio-doença, mister se faz preencher os seguintes requisitos: satisfação da carência, manutenção da qualidade de segurado e existência de doença incapacitante para o exercício de atividade laborativa, de forma permanente ou temporária, respectivamente.
3O laudo médico atesta ser o autor portador de "doença coronariana e hipertensão arterial sistêmica", a configurar uma incapacidade laborativa de forma parcial e definitiva. Contudo, considerando as condições pessoais do autor, ou seja, a sua idade, o baixo grau de instrução, a baixa qualificação profissional, acrescido do fato, constatado na perícia médica realizada nestes autos de que se encontra o autor impossibilitado de exercer atividades que exijam grandes esforços físicos, conclui-se, no caso concreto, que se deve conceder a aposentadoria por invalidez.
4Inexistência de perda da qualidade de segurado, na medida em que a doença incapacitante remonta ao período em que o autor teria preservado a sua qualidade de segurado junto à Previdência Social. Aplicação do art. 102, §1º, da Lei nº 8.213/91.
5Carência exigida pelo art. 25, I, da Lei nº 8.213/91 satisfeita, uma vez que os documentos apresentados, acrescidos da prova oral, permitem inferir o exercício de atividade rural pelo requerente por um longo período de tempo, suficiente ao preenchimento dos 12 meses necessários.
6Termo inicial do benefício alterado para a data da citação, considerando o laudo pericial e por ter sido este o momento em que o INSS tomou conhecimento da pretensão da autora.
7Concedida a tutela antecipada requerida, pois inequivocamente há verossimilhança do direito invocado e fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, uma vez ter sido julgado procedente o pedido do autor, bem como se tratar a aposentadoria por invalidez de prestação de alimentos.
8Agravo retido parcialmente provido.
9Apelação do INSS improvida.
10Apelação da parte autora provida.
11Sentença mantida em parte.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDA a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal, por unanimidade, em dar parcial provimento ao agravo retido, negar provimento à apelação do INSS e dar provimento à apelação da parte autora, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 12 de março de 2007 (data do julgamento)

PROC.	:	97.03.056929-3 AC 386339
ORIG.	:	9300000359 3 Vr POA/SP
APTE	:	BRAZ CORREA NETTO
ADV	:	SELMA XIDIEH BONFA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUIZ EDUARDO DA SILVA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - BENEFÍCIO DE RENDA MENSAL VITALÍCIA - ARTIGO 139 DA LEI Nº 8.213/91 - APELAÇÃO DA PARTE AUTORA - REQUISITOS - APELAÇÃO IMPROVIDA.
- Não restou comprovado o desenvolvimento de atividade com filiação à Previdência Social, em qualquer época, no mínimo por 12 (doze) meses, consecutivos ou não ou atividade remunerada atualmente abrangida pelo Regime Geral da Previdência Social, embora sem filiação a este ou à antiga Previdência Social Urbana ou Rural, no mínimo por 5 (cinco) anos.
- Ausência de provas quanto a impossibilidade de manutenção por pessoa da família.
- Apelação improvida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em negar provimento à apelação.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	98.03.037742-6 AC 420412
ORIG.	:	9409002567 1 Vr SOROCABA/SP
APTE	:	MIDORI YONEZAWA
ADV	:	ZILDA DE FATIMA LOPES MARTIN ALMEIDA e outros
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ANA MARIA CORREIA BAPTISTA COSTA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE SOROCABA Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO - REVISIONAL DE BENEFÍCIO - PREVIDENCIÁRIO - PROCESSO CIVIL - REVISÃO DE BENEFÍCIO - JULGAMENTO "CITRA PETITA" - RECONHECIMENTO E AFASTAMENTO - CONHECIMENTO DO MÉRITO - PARÁGRAFO 3º DO ARTIGO 515 DO CPC ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DOS SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO - AUXÍLIO-DOENÇA CONCEDIDO EM 15.12.88 - APLICAÇÃO DO ARTIGO 144 DA LEI Nº 8.213/91 - SÚMULA 260 DO TFR, ARTIGO 58 DO ADCT E ÍNDICE DE 147,06% - DESCABIMENTO - PRESCRIÇÃO - SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA - PARCIAL PROCEDÊNCIA DO PEDIDO.
- Reconhecido e afastado o julgamento "extra petita" ou "citra petita", achando-se a causa madura, interpretação extensiva do parágrafo 3º do artigo 515 do Código de Processo Civil permite que se conheça diretamente do pedido.
- Não há supressão de grau de jurisdição, pois a questão posta nos autos, por ser de direito, já se acha em condições de ser julgada.
- Tendo em vista que o primeiro benefício foi concedido em dezembro de 1988, portanto, dentro do período de incidência do artigo 144 da Lei nº 8.213/91 (buraco negro), merece ser revisado nos moldes desse diploma legal, descontados os valores já recebidos pela segurada por ocasião da revisão do segundo benefício.
- Inaplicabilidade do critério do primeiro reajuste integral preconizado pela Súmula nº 260 do TFR, uma vez que se trata de benefício concedido após a vigência da Lei nº 8213/91, que passou a disciplinar a forma de reajuste dos benefícios previdenciários. Legalidade da aplicação de critérios proporcionais para o primeiro reajuste do benefício, com base na Lei nº 8213/91, com as alterações supervenientes.
- O art. 58 do ADCT, que prevê a equivalência dos benefícios previdenciários com o número de salários mínimos da data da concessão, tornou-se eficaz de abril/89 em diante e perdeu sua eficácia em virtude da regulamentação da Lei n° 8213/91, mas possui aplicação restrita aos benefícios mantidos por ocasião da promulgação da Constituição, isto é, concedidos antes de seu advento. Precedentes do Colendo Supremo Tribunal Federal.
- No que diz respeito ao índice de 147,06%, por decorrer da variação do salário mínimo e, portanto, do artigo 58 do ADCT, não há que ser aplicado, restando também improcedente também esse pedido.
- As diferenças apuradas devem levar em as parcelas de abono anual.
- Eventuais diferenças já pagas administrativamente deverão ser descontadas por ocasião da execução de sentença.
- Não são devidas as parcelas vencidas anteriormente ao qüinqüênio que precede a propositura da ação, tendo em vista o lapso prescricional.
- Havendo sucumbência recíproca, arcará cada parte com os honorários advocatícios de seus respectivos patronos.
- Reconhecida e afastada a nulidade da sentença "citra petita". Apelações e remessa oficial prejudicadas. Pedido julgado parcialmente procedente.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em reconhecer, de ofício, a nulidade da r. sentença, restando prejudicadas as apelações e a remessa oficial e, nos termos do parágrafo 3º do artigo 515 do CPCl, julgar parcialmente procedente o pedido.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	1999.03.99.004593-0 AC 453162
ORIG.	:	9507006486 1 Vr SAO JOSE DO RIO PRETO/SP
APTE	:	ANTONIA BIANQUI MARIA
ADV	:	GUSTAVO VETORAZZO JORGE
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERNANE PEREIRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - BENEFÍCIO DE RENDA MENSAL VITALÍCIA - ARTIGO 139 DA LEI Nº 8.213/91 - APELAÇÃO DA PARTE AUTORA - REQUISITOS - APELAÇÃO IMPROVIDA.
- Não restou comprovado que a parte autora está inválida, bem como demonstrado que é mantida por pessoa da família, portanto, indevida a renda mensal vitalícia, requerida na forma do artigo 139, da Lei nº 8.213/91.
- Apelação improvida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em negar provimento à apelação.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2007. (data de julgamento)

PROC.	:	1999.03.99.059947-9 AC 504396
ORIG.	:	9700002031 1 Vr SERTAOZINHO/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOSE RENATO BIANCHI FILHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	WALTER FRANCISCO MARQUES
ADV	:	HILARIO BOCCHI JUNIOR
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE SERTAOZINHO SP
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - REVISIONAL DE BENEFÍCIOS - ALTERAÇÃO DO COEFICIENTE DE CÁLCULO DE BENEFÍCIO - RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL - CONJUNTO PROBATÓRIO SUFICIENTE - CORREÇÃO MONETÁRIA - JUROS DE MORA - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - APELAÇÃO DO INSS IMPROVIDA - REMESSA OFICIAL PARCIALMENTE PROVIDA.
- Ação na qual se pleiteia o enquadramento da atividade em especial e a alteração do coeficiente de cálculo de benefício da aposentadoria por tempo de serviço.
- Conjunto probatório apto ao reconhecimento como especial do interstício pleiteado.
- Convertido o tempo especial em comum, o autor faz jus ao benefício de aposentadoria por tempo de serviço, no percentual de 94% do salário-de-benefício, nos termos do artigo 53 da Lei n. 8.213/91.
- A correção monetária dos valores devidos deve ser apurada consoante dispõem as Súmulas nº 148 do Colendo STJ e 08 desta E. Corte e Resolução n. 242, de 09-07-2001, do Conselho da Justiça Federal, que aprovou o Manual de Orientação de Procedimentos para Cálculos na Justiça Federal.
- Os juros de mora incidem desde a citação inicial, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, a teor do que dispõem os artigos 219 do CPC e 1.062 do Código Civil de 1916. A partir da vigência do novo Código Civil, Lei nº 10.406/2002, deverão ser computados nos termos do artigo 406 deste diploma, em 1% (um por cento) ao mês.
- Os honorários advocatícios pela autarquia sucumbente ficam mantidos em 10% (dez por cento) sobre o montante da condenação, nela compreendidas as parcelas vencidas até a data da sentença, observando-se, quanto às prestações vincendas, o disposto na Súmula 111 do STJ.
- Apelação do INSS improvida.
- Remessa oficial parcialmente provida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em negar provimento à apelação e dar parcial provimento à remessa oficial.
São Paulo, 26 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	1999.03.99.081742-2 AC 524030
ORIG.	:	9200001539 3 Vr BOTUCATU/SP
APTE	:	NATALIA FELIPE PERES
ADV	:	ODENEY KLEFENS
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HILTON ANTONIO MAZZA PAVAN
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 3 VARA DE BOTUCATU SP
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

EMBARGOS À EXECUÇÃO. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DAS DIFERENÇAS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E PERICIAIS. REMESSA OFICIAL NÃO CONHECIDA. APELAÇÃO DO INSS PARCIALMENTE PROVIDA. APELAÇÃO DA PARTE EMBARGADA IMPROVIDA.
- Impossibilidade de conhecimento da remessa oficial na hipótese dos autos, considerando que o artigo 475, I, do CPC constitui regra processual que contém exceção e, portanto, deve ser interpretada restritivamente.
- Outrossim, no que concerne à extensão do termo "sentença" constante do "caput" do artigo 475, do Código de Processo Civil, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça caminha no sentido de que se refere à decisão proferida na fase de conhecimento e não na fase de execução.
- Não devem ser consideradas a alegações genéricas formuladas pelos apelantes, no que se refere à correção monetária das diferenças.
- Merece reforma o cálculo de liquidação no que diz respeito ao valor dos honorários advocatícios, os quais não devem incidir sobre prestações vincendas.

- A remuneração do perito judicial fixada em R$ 300,00 é plausível, utilizado como parâmetro o que dispõe a Resolução nº 281 de 15.10.2002, do Conselho da Justiça Federal, DJ de 17.10.2002, Seção I, pág. 106.
- Remessa oficial não conhecida. Apelação da parte embargada improvida. Apelação do INSS parcialmente provida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em não conhecer da remessa oficial, negar provimento à apelação da parte embargada e dar parcial provimento à apelação do INSS.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2007. (data do julgamento).

PROC.	:	1999.61.07.000002-2 AC 865882
ORIG.	:	1 Vr ARACATUBA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	VERA LUCIA FREIXO BERENCHTEIN
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	GENI NOGUEIRA DE SOUZA
ADV	:	TAMER VIDOTTO DE SOUSA (Int.Pessoal)
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE ARACATUBA SecJud SP
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - BENEFÍCIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ART. 203, V, DA CF/88 - PORTADORA DE DEFICIÊNCIA - REMESSA OFICIAL - APELAÇÃO DO INSS - TUTELA ANTECIPADA - REQUISITOS - MARCO INICIAL FIXADO, DE OFÍCIO - REMESSA OFICIAL NÃO CONHECIDA - APELAÇÃO IMPROVIDA.
- A antecipação da tutela, no caso de concessão do benefício de assistência social, previsto no artigo 203, inciso V, da Constituição Federal, não é tema que se insere dentre as proibições previstas na Lei nº 9.494/97.
- A tutela antecipada e o reexame necessário são institutos que possuem finalidades próprias - a existência de um não pode ensejar a exclusão do outro.
- Não está sujeita ao duplo grau de jurisdição a sentença em que a condenação não exceder a 60 salários mínimos (art. 475, parágrafo 2º, CPC, acrescentado pela Lei nº 10.352 de 26.12.2001).
- Demonstrado que a parte autora é deficiente e idosa, não tendo meios de prover a sua manutenção, nem de tê-la provida por sua família, impõe-se a concessão do benefício de assistência social (art. 203, V, da CF/88).
- Não há menção ao marco inicial do benefício, para evitar que a sentença se torne inexeqüível, fixo-o, de ofício, a partir da citação, ocasião em que a autarquia-ré tomou conhecimento da pretensão e a ela resistiu.
- Remessa oficial não conhecida.
- Apelação improvida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em fixar, de ofício, o marco inicial do benefício, não conhecer da remessa oficial e negar provimento à apelação.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2007. (data de julgamento)

PROC.	:	2000.03.99.036341-5 AC 603131
ORIG.	:	9700000321 2 Vr SANTA CRUZ DO RIO PARDO/SP
APTE	:	JOAQUIM CAMARGO
ADV	:	EZIO RAHAL MELILLO
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUIZ ANTONIO LOPES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURÍCOLA - ART. 143 DA LEI 8.213/91, COM A REDAÇÃO DETERMINADA PELA LEI 9.063 DE 14 DE JUNHO DE 1995 - COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS - AFASTAMENTO DA CARÊNCIA DA AÇÃO - APELAÇÃO DA PARTE AUTORA PROCEDENTE - PEDIDO CONHECIDO COM FUNDAMENTO NO PARÁGRAFO 3º, DO ARTIGO 515, DO CPC, E JULGADO PROCEDENTE - EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO/EMAIL PARA IMPLANTAÇÃO DO BENEFÍCIO.
- Em que pese o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, não cabe ao Poder Judiciário substituir a administração previdenciária. Assim, necessário o prévio requerimento administrativo para o ajuizamento da ação, salvo se notório que os documentos juntados aos autos não seriam aceitos pela autarquia previdenciária, como início de prova material, para análise do benefício pretendido e na hipótese da lide ficar configurada pela contestação do mérito, em juízo. Carência da ação afastada.
- Não há falar em supressão de grau de jurisdição, pois a questão posta nos autos, já se acha em condições de ser julgada. Inteligência do parágrafo 3º, do artigo 515 do CPC.
- Segundo o artigo 143 da Lei 8.213/91, com a redação determinada pela Lei 9.063 de 14 de junho de 1995, os trabalhadores rurais que, embora enquadrados como segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social, não verteram para a previdência as necessárias contribuições, terão direito à aposentadoria por idade, restrita ao valor de um salário mínimo, durante quinze anos, contados a partir de 24 de julho de 1991, data da vigência daquela lei, desde que comprovem o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idênticos à carência do referido benefício.
- Na hipótese, a parte autora implementou o requisito da idade, condição essencial para obtenção do benefício pleiteado. Restou, também demonstrado que exerceu atividade rural, pelo período exigido na tabela contida no art. 142 da Lei 8.213/91.
- Ausente pedido na via administrativa, fixa-se o termo inicial do benefício a partir da citação.
- A correção monetária deverá incidir consoante dispõem as Súmulas nº 148 do Colendo STJ e 08 desta E. Corte e Resolução n. 242, de 09-07-2001, do Conselho da Justiça Federal, que aprovou o Manual de Orientação de Procedimentos para Cálculos na Justiça Federal.
- Os juros de mora incidem desde a citação inicial, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, a teor do que dispõem os artigos 219 do CPC e 1.062 do Código Civil de 1916. Com a vigência do novo Código Civil, Lei nº 10.406/2002, deverão ser computados nos termos do artigo 406 deste diploma, em 1% (um por cento) ao mês.
- Os honorários advocatícios devem incidir em 10% sobre o total das parcelas vencidas até a data de prolação do acórdão.
- Isenta a autarquia do pagamento de custas processuais, a teor do disposto no inciso I, art. 9º, da Lei 6032/74 e, mais recentemente, nos termos do § 1º do art. 8º da Lei 8620/93.
- Implantação do benefício nos termos do artigo 461 do CPC, pois provável interposição de recursos às Instâncias Superiores não terá efeito suspensivo.
- Apelação da parte autora provida, para afastar a carência da ação e, no mérito, julgar procedente o pedido (art. 515, § 3º, CPC).

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em dar provimento à apelação e, com fundamento no artigo 515, parágrafo 3º do CPC, julgar procedente o pedido e determinar a expedição de ofício ao INSS.
São Paulo, 26 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2000.03.99.039174-5 AC 606732
ORIG.	:	9900000891 3 Vr JALES/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	EDGARD PAGLIARANI SAMPAIO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	BELMIRA FERRARI MINUCI
ADV	:	JOSE LUIZ PENARIOL
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 3 VARA DE JALES SP
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURÍCOLA - ART. 143 DA LEI 8.213/91, COM A REDAÇÃO DETERMINADA PELA LEI 9.063 DE 14 DE JUNHO DE 1995 - REMESSA OFICIAL NÃO CONHECIDA- NÃO COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS - APELAÇÃO PROVIDA - RECURSO ADESIVO PREJUDICADO.
- Não está sujeita ao duplo grau de jurisdição a sentença em que a condenação não exceder a 60 salários-mínimos (art. 475, parágrafo 2º, CPC, acrescentado pela Lei nº 10352 de 26/12/2001).
- Segundo o artigo 143 da Lei 8.213/91, com a redação determinada pela Lei 9.063 de 14 de junho de 1995, os trabalhadores rurais que, embora enquadrados como segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social, não verteram para a previdência as necessárias contribuições, terão direito à aposentadoria por idade, restrita ao valor de um salário mínimo, durante quinze anos, contados a partir de 24 de julho de 1991, data da vigência daquela lei, desde que comprovem o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idênticos à carência do referido benefício.
- Na hipótese, a parte autora implementou o requisito da idade, condição essencial para obtenção do benefício pleiteado. Não restou, porém demonstrado, que exerceu atividade rural, pelo período exigido na tabela contida no art. 142 da Lei 8.213/91.
- A parte autora está isenta das verbas de sucumbência por ser beneficiária da justiça gratuita.
- Remessa oficial não conhecida e apelação provida.
- Recurso adesivo prejudicado.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em não conhecer da remessa oficial e dar provimento à apelação, restando prejudicado o recurso adesivo.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2000.03.99.063526-9 AC 638936
ORIG.	:	9800001141 2 Vr ITATIBA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CARLOS PUTTINI SOBRINHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	YOLANDA DE MORAES
ADV	:	AGOSTINHO JERONIMO DA SILVA
ADV	:	SILVIA MORELLI
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURÍCOLA - ART. 143 DA LEI 8.213/91, COM A REDAÇÃO DETERMINADA PELA LEI 9.063 DE 14 DE JUNHO DE 1995 - COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS - CORREÇÃO MONETÁRIA - JUROS DE MORA - REITERA OS TERMOS DA CONTESTAÇÃO - APELAÇÃO PARCIALMENTE CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA - EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO/EMAIL PARA IMPLANTAÇÃO DO BENEFÍCIO.
- O presente recurso foi recebido em seus regulares efeitos, devolutivo e suspensivo, pela r. decisão de fl. 150, pelo que inexiste interesse da autarquia em recorrer neste item.
- A teor do que reza o artigo 514 do Código de Processo Civil, a apelação deve apontar os fundamentos de fato e de direito em que se esteia o pedido de nova decisão. Nesse passo, descabe ao réu reportar-se à contestação, vez que é necessário que sejam apontadas as razões de seu inconformismo e o ponto que entende ser controvertido dentro da ação.
- Segundo o artigo 143 da Lei 8.213/91, com a redação determinada pela Lei 9.063 de 14 de junho de 1995, os trabalhadores rurais que, embora enquadrados como segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social, não verteram para a previdência as necessárias contribuições, terão direito à aposentadoria por idade, restrita ao valor de um salário mínimo, durante quinze anos, contados a partir de 24 de julho de 1991, data da vigência daquela lei, desde que comprovem o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idênticos à carência do referido benefício.
- Na hipótese, a parte autora implementou o requisito da idade, condição essencial para obtenção do benefício pleiteado. Restou, também demonstrado que exerceu atividade rural, pelo período exigido na tabela contida no art. 142 da Lei 8.213/91.
- A correção monetária dos valores devidos deve ser apurada consoante dispõem as Súmulas nº 148 do Colendo STJ e 08 desta E. Corte e Resolução n. 242, de 09-07-2001, do Conselho da Justiça Federal, que aprovou o Manual de Orientação de Procedimentos para Cálculos na Justiça Federal.
- Os juros de mora incidem desde a citação inicial, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, a teor do que dispõem os artigos 219 do CPC e 1.062 do Código Civil de 1916. Com a vigência do novo Código Civil, Lei nº 10.406/2002, deverão ser computados nos termos do artigo 406 deste diploma, em 1% (um por cento) ao mês.
- Com essas considerações, restam superados os argumentos de ofensa ou negativa de vigência à lei federal ou à Constituição.
- Implantação do benefício nos termos do artigo 461 do CPC, pois provável interposição de recursos às Instâncias Superiores não terá efeito suspensivo.
- Apelação parcialmente conhecida e parcialmente provida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em não conhecer de parte da apelação e, na parte conhecida, dar-lhe parcial provimento, e determinar a expedição de ofício ao INSS, com os documentos necessários, para que, independentemente do trânsito em julgado, implante o benefício.
São Paulo, 05 de março de 2007. (data de julgamento)

PROC.	:	2000.03.99.063916-0 AC 639404
ORIG.	:	9900000565 1 Vr RANCHARIA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOSE CARLOS LIMA SILVA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MARIA MENESES DA SILVA
ADV	:	JAIME LOPES DO NASCIMENTO
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE RANCHARIA SP
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURÍCOLA - ART. 143 DA LEI 8.213/91, COM A REDAÇÃO DETERMINADA PELA LEI 9.063 DE 14 DE JUNHO DE 1995 - COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS - TERMO INICIAL - CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS - CORREÇÃO MONETÁRIA - JUROS DE MORA - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - REMESSA OFICIAL NÃO CONHECIDA - APELAÇÃO DO INSS PARCIALMENTE PROVIDA - RECURSO ADESIVO PROVIDO - EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO/EMAIL PARA IMPLANTAÇÃO DO BENEFÍCIO.
- Não está sujeita ao duplo grau de jurisdição a sentença em que a condenação não exceder a 60 salários-mínimos (art. 475, parágrafo 2º, CPC, acrescentando pela Lei nº 10352 de 26/12/2001).
- Não se conhece de parte da apelação do INSS que requer a isenção do pagamento de custas e despesas processuais, pois ausente referida condenação na r. sentença.

- Segundo o artigo 143 da Lei 8.213/91, com a redação determinada pela Lei 9.063 de 14 de junho de 1995, os trabalhadores rurais que, embora enquadrados como segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social, não verteram para a previdência as necessárias contribuições, terão direito à aposentadoria por idade, restrita ao valor de um salário mínimo, durante quinze anos, contados a partir de 24 de julho de 1991, data da vigência daquela lei, desde que comprovem o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idênticos à carência do referido benefício.
- Na hipótese, a parte autora implementou o requisito da idade, condição essencial para obtenção do benefício pleiteado. Restou, também demonstrado que exerceu atividade rural, pelo período exigido na tabela contida no art. 142 da Lei 8.213/91.
- A data do início do benefício deve coincidir com a data da citação, quando o instituto-réu tomou conhecimento da pretensão da autora e a ela resistiu.
- A correção monetária dos valores devidos deve ser apurada consoante dispõem as Súmulas nº 148 do Colendo STJ e 08 desta E. Corte e Resolução n. 242, de 09-07-2001, do Conselho da Justiça Federal, que aprovou o Manual de Orientação de Procedimentos para Cálculos na Justiça Federal.
- Os juros de mora incidem desde a citação inicial, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, a teor do que dispõem os artigos 219 do CPC e 1.062 do Código Civil de 1916. Com a vigência do novo Código Civil, Lei nº 10.406/2002, deverão ser computados nos termos do artigo 406 deste diploma, em 1% (um por cento) ao mês.
- Honorários advocatícios fixados moderadamente em R$ 350,00 (trezentos e cinqüenta reais), com observância do disposto no art. 20, § 4º, do CPC.
- Implantação do benefício nos termos do artigo 461 do CPC, pois provável interposição de recursos às Instâncias Superiores não terá efeito suspensivo.
- Remessa oficial não conhecida.
- Apelação da autarquia, na parte conhecida, parcialmente provida.
- Recurso adesivo provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em não conhecer da remessa oficial e de parte da apelação do INSS e, na parte conhecida, dar-lhe parcial provimento, dar provimento ao recurso adesivo da parte autora e determinar a expedição de ofício/e-mail ao INSS, com os documentos necessários, para que, independentemente do trânsito em julgado, implante o benefício.
São Paulo, 05 de março de 2007. (data de julgamento)

PROC.	:	2000.61.07.000253-9 AC 1043459
ORIG.	:	1 Vr ARACATUBA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	AURELINO JOSE DE BARROS
ADV	:	JORGE KURANAKA (Int.Pessoal)
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE ARACATUBA SecJud SP
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA - REMESSA OFICIAL - APELAÇÃO DO INSS - MATÉRIA PRELIMINAR - INCAPACIDADE - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - COMPROVAÇÃO DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS - MATÉRIA PRELIMINAR NÃO CONHECIDA - REMESSA OFICIAL IMPROVIDA - APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA.
- Matéria preliminar não conhecida ante a ausência do cumprimento do ônus da impugnação específica, ou seja, a simples remissão a qualquer peça anterior a sentença, in casu, contestação, não basta para caracterizar o cumprimento do preconizado no artigo 514, II, do Código de Processo Civil. Precedentes nesta Egrégia Corte.
- Restando demonstrado nos autos que, na época da cessação do benefício concedido na esfera administrativa, a parte autora mantinha a qualidade de segurada e estava incapacitada para o trabalho, devido o auxílio-doença.
- A incidência da verba honorária advocatícia opera-se sobre o montante da condenação, nela compreendidas as parcelas vencidas até a data da r. sentença de primeiro grau, observando-se, ainda, quanto às prestações vincendas, o disposto na Súmula 111 do STJ.
- Matéria preliminar não conhecida.
- Remessa oficial improvida.
- Apelação parcialmente provida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Juíza Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em não conhecer da matéria preliminar, negar provimento à remessa oficial e dar parcial provimento à apelação.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2001.03.99.052956-5 AC 747134
ORIG.	:	9600010587 6 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	VILMA MAXIMILIANO GOMES e outros
ADV	:	IVANIR CORTONA
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARA REGINA BERTINI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 6 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. REJEITADA A MATÉRIA PRELIMINAR. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. OCORRÊNCIA. - RENDA MENSAL INICIAL - SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO - RECÁLCULO - IMPOSSIBILIDADE - LEI N. 8213/91 - VALOR TETO - APLICAÇÃO - PREJUDICADO O PEDIDO DE EXCLUSÃO DOS ÍNDICES EXPURGADOS DA CORREÇÃO MONETÁRIA - VERBAS DE SUCUMBÊNCIA NÃO DEVIDAS - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DO INSS PROVIDOS - - PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE.
- Afastada a preliminar de nulidade por julgamento "extra petita", pois a r. sentença de primeiro grau atendeu aos limites do pedido.
- A questão envolvendo a limitação da renda mensal inicial em razão da aplicação do valor teto previsto nos arts. 29, § 2º e 33, da Lei n. 8.213/91, para o cálculo do salário-de-benefício, restou pacificada no âmbito do Colendo Superior Tribunal de Justiça, não havendo falar, pois, em eliminação dos respectivos tetos.
- A pretendida proporcionalidade entre o salário-de-contribuição e a renda mensal inicial do benefício não tem previsão legal e deve ser indeferida, mesmo que se tenha contribuído à base do valor teto.
- Não merece revisão o cálculo do benefício se não demonstrado o descumprimento da legislação previdenciária.
- Prejudicado o pedido do INSS, que versa a respeito da exclusão dos índices inflacionários expurgados da correção monetária.
- Não são devidas verbas de sucumbência, por ser a parte autora beneficiária da Justiça Gratuita.
- Omissão e contradição sanadas. Julgado improcedente o pedido. Alterado o resultado o julgamento.
- Embargos de declaração do INSS providos.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em rejeitar a matéria preliminar e dar provimento aos embargos declaratórios do INSS, sanando a omissão e a contradição apontadas para, outorgando excepcional efeito infringente, julgar improcedente o pedido.
São Paulo, 12 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2001.61.06.007955-6 AC 782287
ORIG.	:	4 Vr SAO JOSE DO RIO PRETO/SP
APTE	:	MARIA DO CARMO SANTANA
ADV	:	LUCIANO HENRIQUE GUIMARAES SA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - BENEFÍCIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ART. 203, V, DA CF/88 - IDOSA - APELAÇÃO - MATÉRIA PRELIMINAR - CARACTERIZADO CERCEAMENTO DE DEFESA - MATÉRIA PRELIMINAR ACOLHIDA - SENTENÇA ANULADA - ANÁLISE DO MÉRITO PREJUDICADA.
- Necessidade de averiguação dos requisitos essenciais à concessão do benefício, quais sejam, idade e renda familiar.
- Necessária a dilação probatória quando requerida a produção de provas que visam demonstrar aspectos relevantes do processo.
- O reconhecimento de cerceamento de defesa obsta a análise do mérito do recurso.
- Matéria preliminar acolhida.
- Sentença anulada.
- Análise do mérito prejudicada.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em acolher a matéria preliminar para anular a R. sentença, determinando o retorno dos autos à Vara de origem, restando prejudicada a análise do mérito da apelação.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2001.61.07.002464-3 AC 1000933
ORIG.	:	1 Vr ARACATUBA/SP
APTE	:	EVA DA CONCEICAO DE SOUZA
ADV	:	PEDRO ANTONIO DE AVELLAR (Int.Pessoal)
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ELIANE MENDONCA CRIVELINI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - BENEFÍCIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ART. 203, V, DA CF/88 - PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA - APELAÇÃO DA PARTE AUTORA - NÃO COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS - APELAÇÃO IMPROVIDA.
- Não tendo sido reconhecida a deficiência e tendo a manutenção provida por sua família, impõe-se o indeferimento do pedido de concessão do benefício de assistência social (art. 203, V, da CF/88).
- Apelação improvida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em negar provimento à apelação.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2002.03.99.015764-2 AC 792646
ORIG.	:	0000000492 1 Vr NOVO HORIZONTE/SP
APTE	:	MARIA APARECIDA ANTUNES
ADV	:	FERNANDO APARECIDO BALDAN
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	PAULO SERGIO BIANCHINI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - BENEFÍCIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - IDOSA - CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DO BENEFÍCIO - APELAÇÃO DA PARTE AUTORA - REQUISITOS - MARCO INICIAL DO BENEFÍCIO - CONSECTÁRIOS LEGAIS - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - APELAÇÃO PROVIDA.
- Entre a data do requerimento administrativo (fevereiro/2000) e a concessão do benefício na esfera administrativa (janeiro/2002), tinha a parte autora direito ao benefício, por restarem preenchidos os requisitos necessários à concessão do benefício.
- As prestações em atraso devem ser acrescidas dos consectários legais.
- A correção monetária dos valores devidos deve ser apurada consoante dispõem as Súmulas nº 148 do Colendo STJ e 08 desta E. Corte e Resolução nº 242, de 09.07.2001, do Conselho da Justiça Federal, que aprovou o Manual de Orientação de Procedimentos para Cálculos na Justiça Federal.
- Os juros de mora incidem desde a citação inicial, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, a teor do que dispõem os artigos 219 do CPC e 1.062 do Código Civil de 1916. A partir da vigência do novo Código Civil, Lei nº 10.406/2002, deverão ser computados nos termos do artigo 406 deste diploma, em 1% (um por cento) ao mês.
- As custas e despesas processuais não são devidas, tendo em vista que a autarquia é isenta de seu pagamento, considerando também que a parte autora é beneficiária da Justiça Gratuita.
- Honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o montante da condenação, as parcelas vencidas até a data da prolação do Acórdão.
- Matéria preliminar rejeitada.
- Apelação provida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em dar provimento à apelação.
São Paulo, 05 de março de 2007. (data de julgamento)

PROC.	:	2002.61.11.002533-5 AC 1091411
ORIG.	:	3 Vr MARILIA/SP
APTE	:	MARIA LOURDES OLIVEIRA
ADV	:	JOSUE COVO
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CLAUDIA STELA FOZ
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - BENEFÍCIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ART. 203, V, DA CF/88 - PORTADORA DE DEFICIÊNCIA - APELAÇÃO DA PARTE AUTORA - MARCO INICIAL DO BENEFÍCIO - CONSECTÁRIOS LEGAIS - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - APELAÇÃO PROVIDA - EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO/E-MAIL PARA IMPLANTAÇÃO DO BENEFÍCIO.
- Demonstrado que a parte autora é deficiente, não tendo meios de prover a sua manutenção, nem de tê-la provida por sua família, impõe-se a concessão do benefício de assistência social (art. 203, V, da CF/88).
- Implantação do benefício, nos termos do artigo 461, do CPC, tendo em vista a ausência de efeito suspensivo nos eventuais recursos interpostos nas instâncias superiores.
- O marco inicial do benefício deve ser fixado na data do requerimento administrativo, pois preenchidos os requisitos desde essa data.
- A correção monetária dos valores devidos deve ser apurada consoante dispõem as Súmulas nº 148 do Colendo STJ e 08 desta E. Corte e Resolução nº 242, de 09.07.2001, do Conselho da Justiça Federal, que aprovou o Manual de Orientação de Procedimentos para Cálculos na Justiça Federal.
- Os juros de mora incidem desde a citação inicial, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, a teor do que dispõem os artigos 219 do CPC e 1.062 do Código Civil de 1916. A partir da vigência do novo Código Civil, Lei nº 10.406/2002, deverão ser computados nos termos do artigo 406 deste diploma, em 1% (um por cento) ao mês.
- As custas e despesas processuais não são devidas, tendo em vista que a autarquia é isenta de seu pagamento, considerando também que a parte autora é beneficiária da Justiça Gratuita.
- Honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o montante da condenação, as parcelas vencidas até a data da prolação do Acórdão.
- Apelação provida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em dar provimento à apelação e determinar a expedição de ofício/e-mail ao INSS, com os documentos necessários, para que, independentemente do trânsito em julgado, implante o benefício.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2007. (data de julgamento)

PROC.	:	2002.61.11.004006-3 AC 1005415
ORIG.	:	2 Vr MARILIA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CLAUDIA STELA FOZ
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	KELI RODRIGUES DE SANTANA incapaz
REPTE	:	EVANIR GERACINO DE SANTANA
ADV	:	LUIZA MENEGHETTI BRASIL
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE MARILIA Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - BENEFÍCIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ART. 203, V, DA CF/88 - PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA - REMESSA OFICIAL - APELAÇÃO DO INSS - TUTELA ANTECIPADA - FAMÍLIA CAPAZ DE PROVER A MANUTENÇÃO DA PARTE AUTORA - REMESSA OFICIAL NÃO CONHECIDA - APELAÇÃO PROVIDA - ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA JURISDICIONAL CASSADA - ISENÇÃO.
- Não está sujeita ao duplo grau de jurisdição a sentença em que a condenação não exceder a 60 salários mínimos (art. 475, parágrafo 2º, CPC, acrescentado pela Lei nº 10.352 de 26.12.2001).
- A tutela antecipada e o reexame necessário são institutos que possuem finalidades próprias - a existência de um não pode ensejar a exclusão do outro.
- Demonstrado que a parte autora é deficiente, mas tendo a sua manutenção provida por sua família, impõe-se o indeferimento do pedido de concessão do benefício de assistência social (art. 203, V, da CF/88).
- O provimento da apelação do réu enseja a cassação da antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional concedida.
- Não há condenação da parte autora nas verbas da sucumbência por ser beneficiária da justiça gratuita.
- Remessa oficial não conhecida.
- Apelação provida.
- Antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional cassada.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em não conhecer da remessa oficial, dar provimento à apelação e cassar a tutela antecipada concedida.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2002.61.12.002025-5 AC 1117516
ORIG.	:	2 Vr PRESIDENTE PRUDENTE/SP
APTE	:	NAIR DA SILVA PIRES
ADV	:	WELLINGTON LUCIANO SOARES GALVAO
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUIS RICARDO SALLES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - BENEFÍCIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ART. 203, V, DA CF/88 - PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA - APELAÇÃO DA PARTE AUTORA -NÃO COMPROVAÇÃO DE DEFICIÊNCIA - APELAÇÃO IMPROVIDA.
- Não tendo sido reconhecida a deficiência, impõe-se o indeferimento do pedido de concessão do benefício de assistência social (art. 203, V, da CF/88).
- Apelação improvida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em negar provimento à apelação.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2002.61.13.000397-7 AC 1095083
ORIG.	:	2 Vr FRANCA/SP
APTE	:	THIAGO DE CAMPOS MATOS incapaz
REPTE	:	MARIA APARECIDA DE CAMPOS MATOS
ADV	:	NILSON ROBERTO BORGES PLÁCIDO
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	REGIANE CRISTINA GALLO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - BENEFÍCIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ART. 203, V, DA CF/88 - PORTADORA DE DEFICIÊNCIA - APELAÇÃO DA PARTE AUTORA - FAMÍLIA CAPAZ DE PROVER A MANUTENÇÃO DA PARTE AUTORA - APELAÇÃO IMPROVIDA.
- Demonstrado que a parte autora é deficiente, mas tendo a sua manutenção provida por sua família, impõe-se o indeferimento do pedido de concessão do benefício de assistência social (art. 203, V, da CF/88).
- Apelação improvida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em negar provimento à apelação.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2007. (data de julgamento)

PROC.	:	2002.61.14.003548-3 AC 1113816
ORIG.	:	1 Vr SAO BERNARDO DO CAMPO/SP
APTE	:	WILSON MARTINS JACOB incapaz
REPTE	:	LAERTE MARTINS JACOB
ADV	:	ALFREDO SIQUEIRA COSTA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	BRUNO CESAR LORENCINI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - BENEFÍCIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ART. 203, V, DA CF/88 - PORTADORA DE DEFICIÊNCIA - APELAÇÃO DA PARTE AUTORA - AGRAVO RETIDO NÃO REITERADO - MATÉRIA PRELIMINAR - FAMÍLIA CAPAZ DE PROVER A MANUTENÇÃO DA PARTE AUTORA - MATÉRIA PRELIMINAR REJEITADA - APELAÇÃO IMPROVIDA.
- Não conheço do agravo retido, tendo em vista que suas alegações não foram renovadas, nas contra-razões de apelação.
- A ausência de intervenção do Ministério Público pode ser suprida pela manifestação em segunda instância.
- Demonstrado que a parte autora é deficiente, mas tendo a sua manutenção provida por sua família, impõe-se o indeferimento do pedido de concessão do benefício de assistência social (art. 203, V, da CF/88).
- Agravo retido não conhecido.
- Matéria preliminar rejeitada.
- Apelação improvida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em não conhecer do agravo retido, rejeitar a matéria preliminar e negar provimento à apelação.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2007. (data de julgamento)

PROC.	:	2002.61.20.004440-9 AC 859145
ORIG.	:	1 Vr ARARAQUARA/SP
APTE	:	LUIZ VIEIRA
ADV	:	RENATA MOCO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ISADORA RUPOLO KOSHIBA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURÍCOLA - ART. 143 DA LEI 8.213/91, COM A REDAÇÃO DETERMINADA PELA LEI 9.063 DE 14 DE JUNHO DE 1995 - COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS -- JUROS MORATÓRIOS - CUSTAS - PRELIMINAR REJEITADA - APELAÇÕES PARCIALMENTE PROVIDAS - EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO/EMAIL PARA IMPLANTAÇÃO DO BENEFÍCIO.
- Não há falar em preliminar de carência da ação por falta de interesse, pois a parte autora demonstrou o interesse de agir, bem como o seu pedido encontra guarida no nosso sistema normativo, havendo, portanto, amparo legal para pretensão colocada em juízo.
- Não está sujeita ao duplo grau de jurisdição a sentença em que a condenação não exceder a 60 salários-mínimos (art. 475, parágrafo 2º, CPC, acrescentando pela Lei nº 10352 de 26/12/2001).
- Segundo o artigo 143 da Lei 8.213/91, com a redação determinada pela Lei 9.063 de 14 de junho de 1995, os trabalhadores rurais que, embora enquadrados como segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social, não verteram para a previdência as necessárias contribuições, terão direito à aposentadoria por idade, restrita ao valor de um salário mínimo, durante quinze anos, contados a partir de 24 de julho de 1991, data da vigência daquela lei, desde que comprovem o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idênticos à carência do referido benefício.
- Na hipótese, a parte autora implementou o requisito da idade, condição essencial para obtenção do benefício pleiteado. Restou, também demonstrado que exerceu atividade rural, pelo período exigido na tabela contida no art. 142 da Lei 8.213/91.
- Honorários advocatícios fixados moderadamente em R$ 350,00 (trezentos e cinqüenta reais), com observância do disposto no art. 20, § 4º, do CPC.
-Os juros de mora incidem desde a citação, à razão de 1% (um por cento) ao mês, a teor do que dispõem os artigos 219 do CPC e 406 do Código Civil (Lei n° 10.406/2002).
- A autarquia está isenta de custas, a teor do disposto no artigo 9º, inciso I, da Lei nº 6032/74 e, mais recentemente, nos termos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei nº 8620/93.
- Com essas considerações, restam superados os argumentos de ofensa ou negativa de vigência à lei federal ou à Constituição.
- Implantação do benefício nos termos do artigo 461 do CPC, pois provável interposição de recursos às Instâncias Superiores não terá efeito suspensivo.
- Apelação do INSS parcialmente provida.
- Apelação da parte autora parcialmente provida.
- Rejeitada preliminar argüida pelo INSS em contra razões.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em rejeitar a matéria preliminar argüida pelo INSS em contra-razões, dar parcial provimento à apelação do INSS e à apelação da parte autora e determinar a expedição de ofício/e-mail ao INSS, com os documentos necessários, para que, independentemente do trânsito em julgado, implante o benefício.
São Paulo, 05 de março de 2007. (data de julgamento)

PROC.	:	2002.61.23.000543-1 AC 1062981
ORIG.	:	1 Vr BRAGANCA PAULISTA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	VITOR PETRI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	RAIMUNDO CAMILO DOS SANTOS
ADV	:	MARCUS ANTONIO PALMA
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - BENEFÍCIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ART. 203, V, DA CF/88 - PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA - APELAÇÃO DO INSS - REQUISITOS - APELAÇÃO PROVIDA - ISENÇÃO.
- Tendo sido reconhecida a incapacidade total e permanente, mas comprovada a manutenção das necessidades básicas pelo Estado, em razão de cumprimento de pena, impõe-se o indeferimento do pedido de concessão do benefício de assistência social (art. 203, V, da CF/88).
- Não há condenação da parte autora nas verbas da sucumbência por ser beneficiária da justiça gratuita.
- Apelação provida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em dar provimento à apelação.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2007. (data de julgamento)

PROC.	:	2003.03.99.009559-8 AC 865139
ORIG.	:	0200001563 1 Vr BIRIGUI/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUIZ FERNANDO SANCHES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	FRANCISCO PESSOA
ADV	:	ACIR PELIELO
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE BIRIGUI SP
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURÍCOLA - ART. 143 DA LEI 8.213/91, COM A REDAÇÃO DETERMINADA PELA LEI 9.063 DE 14 DE JUNHO DE 1995 - COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS - REMESSA OFICIAL NÃO CONHECIDA - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - CUSTAS PROCESSUAIS - APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA - EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO/EMAIL PARA IMPLANTAÇÃO DO BENEFÍCIO.
- Não está sujeita ao duplo grau de jurisdição a sentença em que a condenação não exceder a 60 salários-mínimos (art. 475, parágrafo 2º, CPC, acrescentado pela Lei nº 10352 de 26/12/2001).
- Segundo o artigo 143 da Lei 8.213/91, com a redação determinada pela Lei 9.063 de 14 de junho de 1995, os trabalhadores rurais que, embora enquadrados como segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social, não verteram para a previdência as necessárias contribuições, terão direito à aposentadoria por idade, restrita ao valor de um salário mínimo, durante quinze anos, contados a partir de 24 de julho de 1991, data da vigência daquela lei, desde que comprovem o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idênticos à carência do referido benefício.
- Na hipótese, a parte autora implementou o requisito da idade, condição essencial para obtenção do benefício pleiteado. Restou, também demonstrado que exerceu atividade rural, pelo período exigido na tabela contida no art. 142 da Lei 8.213/91.

- Honorários advocatícios fixados moderadamente em R$ 350,00 (trezentos e cinqüenta reais), com observância do disposto no art. 20, § 4º, do CPC.
- As custas processuais não são devidas, tendo em vista que a autarquia é isenta de seu pagamento, considerando também que a parte autora é beneficiária da Justiça Gratuita.
- Implantação do benefício nos termos do artigo 461 do CPC, pois provável interposição de recursos às Instâncias Superiores não terá efeito suspensivo.
- Remessa oficial não conhecida.
- Apelo da autarquia parcialmente provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em não conhecer da remessa oficial, dar parcial provimento à apelação e determinar a expedição de ofício/e-mail ao INSS, com os documentos necessários, para que, independentemente do trânsito em julgado, implante o benefício.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2004.03.99.022946-7 AC 949346
ORIG.	:	0200000468 1 Vr TABAPUA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RICARDO ROCHA MARTINS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	LEONILDES DA CRUZ DOMINGUES
ADV	:	WAGNER ANANIAS RODRIGUES
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURÍCOLA - ART. 143 DA LEI 8.213/91, COM A REDAÇÃO DETERMINADA PELA LEI 9.063 DE 14 DE JUNHO DE 1995 - COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS - CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - APELAÇÃO PARCIALMENTE CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA - EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO/EMAIL PARA IMPLANTAÇÃO DO BENEFÍCIO.
- No que se refere à isenção do pagamento de custas e despesas processuais, falece interesse em recorrer, vez que não houve condenação nesse sentido.
- Segundo o artigo 143 da Lei 8.213/91, com a redação determinada pela Lei 9.063 de 14 de junho de 1995, os trabalhadores rurais que, embora enquadrados como segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social, não verteram para a previdência as necessárias contribuições, terão direito à aposentadoria por idade, restrita ao valor de um salário mínimo, durante quinze anos, contados a partir de 24 de julho de 1991, data da vigência daquela lei, desde que comprovem o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idênticos à carência do referido benefício.
- Na hipótese, a parte autora implementou o requisito da idade, condição essencial para obtenção do benefício pleiteado. Restou, também demonstrado que exerceu atividade rural, pelo período exigido na tabela contida no art. 142 da Lei 8.213/91.
- Os popularmente chamados volantes, bóias-frias, diaristas são qualificados como empregados. Assim a responsabilidade pelo recolhimento das contribuições é dos empregadores com os quais os trabalhadores estabeleceram os contratos de safra, empreitada ou temporários.
- Os honorários advocatícios devem incidir em 10% sobre o total das parcelas vencidas até a data de prolação da r. sentença de primeiro grau.
- Implantação do benefício nos termos do artigo 461 do CPC, pois provável interposição de recursos às Instâncias Superiores não terá efeito suspensivo.
- Apelação do INSS parcialmente conhecida e parcialmente provida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em não conhecer de parte da apelação e, na parte conhecida, dar-lhe parcial provimento e determinar a expedição de ofício/e-mail ao INSS, com os documentos necessários, para que, independentemente do trânsito em julgado, implante o benefício.
São Paulo, 05 de março de 2007. (data de julgamento).

PROC.	:	2004.61.04.000230-0 AC 1113402
ORIG.	:	6 Vr SANTOS/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MAURO PADOVAN JUNIOR
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ROSA MARIA DOS SANTOS CABRAL
ADV	:	MARCOS ROBERTO RODRIGUES MENDONCA (Int.Pessoal)
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 6 VARA DE SANTOS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - BENEFÍCIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ART. 203, V, DA CF/88 - PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA - REMESSA OFICIAL - APELAÇÃO DO INSS - MATÉRIA PRELIMINAR - ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM - AUSÊNCIA DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS - JUROS DE MORA - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - REMESSA OFICIAL NÃO CONHECIDA - MATÉRIA PRELIMINAR REJEITADA - APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA.
- Não está sujeita ao duplo grau de jurisdição a sentença em que a condenação não exceder a 60 salários mínimos (art. 475, parágrafo 2º, CPC, acrescentado pela Lei nº 10.352 de 26.12.2001).
- Com o advento do Decreto nº 1.744/95, toda discussão em torno da legitimidade passiva da autarquia, em processos dessa natureza, perdeu sua razão, porquanto em seu artigo 32, parágrafo único, está expresso que é o INSS o responsável pela concessão e manutenção do benefício instituído pelo artigo 203 da Constituição Federal.
- Demonstrado que a parte autora é inválida, não tendo meios de prover a sua manutenção, nem de tê-la provida por sua família, impõe-se a concessão do benefício de assistência social (art. 203, V, da CF/88).
- Juros de mora à razão de 6% (seis por cento) ao ano, incidente da citação até 11 de janeiro de 2003, a partir de quando dar-se-ão na forma prevista no artigo 406 da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, no percentual de 1% (um por cento) ao mês. Outrossim, deve ser observado ressalto que o período da condenação deve ser regido integralmente pelo artigo 406 da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, haja vista que o requerimento administrativo ocorreu em 27.08.2003.
- Honorários advocatícios reduzidos para 10% (dez por cento) sobre o montante da condenação, nela compreendidas as parcelas vencidas até a data da r. sentença de primeiro grau, observando-se, quanto às prestações vincendas, o disposto na Súmula nº 111 do STJ.
- Remessa oficial não conhecida.
- Matéria preliminar rejeitada.
- Apelação parcialmente provida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em não conhecer da remessa oficial, rejeitar a matéria preliminar e dar parcial provimento à apelação.
São Paulo, 05 de março de 2007. (data de julgamento)

PROC.	:	2004.61.04.005976-0 AC 1120883
ORIG.	:	6 Vr SANTOS/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ALVARO PERES MESSAS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	NAYARA CAROLINE DE SOUZA MATTOS incapaz
REPTE	:	ROSANGELA DE SOUZA MATOS
ADV	:	MARCOS ROBERTO RODRIGUES MENDONCA
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 6 VARA DE SANTOS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - BENEFÍCIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ART. 203, V, DA CF/88 - PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA - REMESSA OFICIAL - APELAÇÃO DO INSS - RENDA - MARCO INICIAL - REMESSA OFICIAL NÃO CONHECIDA - APELAÇÃO IMPROVIDA.
- Não está sujeita ao duplo grau de jurisdição a sentença em que a condenação não exceder a 60 salários mínimos (art. 475, parágrafo 2º, CPC, acrescentado pela Lei nº 10.352 de 26.12.2001).
- Demonstrado que a parte autora é inválida, não tendo meios de prover a sua manutenção, nem de tê-la provida por sua família, impõe-se a concessão do benefício de assistência social (art. 203, V, da CF/88).
- Marco inicial do benefício, mantido, pois comprovado o preenchimento dos requisitos desde o requerimento administrativo.
- Remessa oficial não conhecida.
- Apelação improvida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em não conhecer da remessa oficial e negar provimento à apelação.
São Paulo, 05 de março de 2007. (data de julgamento)

PROC.	:	2005.03.99.010823-1 AC 1013793
ORIG.	:	0400000837 1 Vr PRESIDENTE BERNARDES/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	VINICIUS DA SILVA RAMOS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ANTONIA CAROLINA RUFFO VIEIRA (= ou > de 65 anos)
ADV	:	LUCIANA DOMINGUES IBANEZ BRANDI
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURÍCOLA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL - LEI COMPLEMENTAR 11/71 - REQUISITOS - NÃO-AUTO-APLICABILIDADE DO ARTIGO 201, § 7º, II, E ARTIGO 226, PARÁGRAFO 5º, AMBOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 - COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA - EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO/EMAIL PARA IMPLANTAÇÃO DO BENEFÍCIO.
- Em matéria previdenciária aplica-se a legislação vigente à época em que o segurado preencheu os pressupostos necessários para concessão do benefício pretendido.
- A Lei Complementar nº 11/71 fixa em 65 (sessenta e cinco) anos, a idade mínima para o benefício de aposentadoria por velhice ao rurícola, ser o trabalhador chefe ou arrimo de família ou que não faça parte de qualquer unidade familiar, na forma do que dispunha o artigo 297 e parágrafos do Regulamento de Benefícios da Previdência Social, Decreto nº 83.080 de 24 de janeiro de 1979 e exercício da atividade rural, pelo menos nos 3 (três) últimos anos anteriores ao requerimento, ou à data em que completou a idade necessária para obtenção do benefício, ainda que de forma descontinua (parágrafo 1º, do artigo 287, do mesmo decreto).
- A redução da idade, bem como a concessão do benefício de aposentadoria por idade rural a ambos os cônjuges, nos termos do art. 201, § 7º, II e art. 226, § 5º da Constituição Federal de 1988, necessitava de lei regulamentadora e da criação da fonte de custeio respectiva, portanto referidos artigos, nessa parte, não são auto-aplicáveis.
- Na hipótese, a parte autora implementou o requisito da idade. Restou demonstrado o exercício da atividade rural nos três últimos anos anteriores ao implemento idade, ainda que de forma descontínua, bem como era chefe ou arrimo de família.
- Honorários advocatícios fixados moderadamente em R$ 350,00 (trezentos e cinqüenta reais), com observância do disposto no art. 20, § 4º, do CPC.
- Implantação do benefício nos termos do artigo 461 do CPC, pois provável interposição de recursos às Instâncias Superiores não terá efeito suspensivo.
- Apelação do INSS parcialmente provida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em dar parcial provimento à apelação, e determinar a expedição de ofício/e-mail ao INSS, com os documentos necessários, para que, independentemente do trânsito em julgado, implante o benefício.
São Paulo, 05 de março de 2007.(data de julgamento)

PROC.	:	2005.61.22.000600-2 AC 1136920
ORIG.	:	1 Vr TUPA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	OSMAR MASSARI FILHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MARIA BARBOSA DE SOUZA (= ou > de 60 anos)
ADV	:	MARCIA REGINA ARAUJO PAIVA
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURÍCOLA - ART. 143 DA LEI 8.213/91, COM A REDAÇÃO DETERMINADA PELA LEI 9.063 DE 14 DE JUNHO DE 1995 - COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - TUTELA ANTECIPADA - APELAÇÃO IMPROVIDA.
- Segundo o artigo 143 da Lei 8.213/91, com a redação determinada pela Lei 9.063 de 14 de junho de 1995, os trabalhadores rurais que, embora enquadrados como segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social, não verteram para a previdência as necessárias contribuições, terão direito à aposentadoria por idade, restrita ao valor de um salário mínimo, durante quinze anos, contados a partir de 24 de julho de 1991, data da vigência daquela lei, desde que comprovem o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idênticos à carência do referido benefício.
- Na hipótese, a parte autora implementou o requisito da idade, condição essencial para obtenção do benefício pleiteado. Restou, também demonstrado que exerceu atividade rural, pelo período exigido na tabela contida no art. 142 da Lei 8.213/91.
- Os popularmente chamados volantes, bóias-frias, diaristas são qualificados como empregados. Assim a responsabilidade pelo recolhimento das contribuições é dos empregadores com os quais os trabalhadores estabeleceram os contratos de safra, empreitada ou temporários.
- Não merece prosperar o pleito de revogação de tutela antecipada, pois, após a análise do mérito, se presentes os pressupostos para a concessão do benefício os recursos eventualmente cabíveis - especial e extraordinário - não possuem efeito suspensivo (arts. 497 e 542, § 2º do CPC). Ademais, o artigo 461 do referido diploma legal possibilita a implantação do benefício pleiteado.
- Honorários advocatícios fixados em conformidade com o art. 20 do CPC e em sintonia com o entendimento desta E. Turma, não merecendo, portanto, qualquer reparo.
- Apelação improvida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em negar provimento à apelação.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.99.000794-7 AC 1081872
ORIG.	:	0500000363 2 Vr GUARARAPES/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUIZ FERNANDO SANCHES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	QUITERIA FRANCISCA DA SILVA
ADV	:	GLEIZER MANZATTI
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 2 VARA DE GUARARAPES SP
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURÍCOLA - ART. 143 DA LEI 8.213/91, COM A REDAÇÃO DETERMINADA PELA LEI 9.063 DE 14 DE JUNHO DE 1995 - NÃO COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS - REMESSA OFICIAL E AGRAVO RETIDO NÃO CONHECIDOS - APELAÇÃO DA AUTARQUIA PROVIDA - TUTELA ANTECIPADA CASSADA.
- É incabível recurso de agravo contra a tutela antecipada concedida na sentença.
- Segundo o artigo 143 da Lei 8.213/91, com a redação determinada pela Lei 9.063 de 14 de junho de 1995, os trabalhadores rurais que, embora enquadrados como segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social, não verteram para a previdência as necessárias contribuições, terão direito à aposentadoria por idade, restrita ao valor de um salário mínimo, durante quinze anos, contados a partir de 24 de julho de 1991, data da vigência daquela lei, desde que comprovem o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idênticos à carência do referido benefício.
- Na hipótese, a parte autora implementou o requisito da idade, condição essencial para obtenção do benefício pleiteado. Não restou, porém demonstrado, que exerceu atividade rural, pelo período exigido na tabela contida no art. 142 da Lei 8.213/91.
- A parte autora está isenta de custas e honorários advocatícios por ser beneficiária da assistência judiciária gratuita.
- Remessa oficial não conhecida.
- Agravo retido não conhecido.
- Apelação da autarquia provida.
- Tutela antecipada cassada.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em não conhecer da remessa oficial e do agravo retido, dar provimento à apelação da autarquia para julgar improcedente o pedido e, conseqüentemente, cassar a tutela antecipada concedida.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.99.000934-8 AC 1082012
ORIG.	:	0500000987 1 Vr TEODORO SAMPAIO/SP
APTE	:	HELENA LUCINDA GONCALVES
ADV	:	SANDRA CRISTINA NUNES JOPPERT MINATTI
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURÍCOLA - PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO - PRESENTE INÍCIO DE PROVA MATERIAL - EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO DE OFÍCIO - RECURSO DA PARTE AUTORA PROVIDO.
- Em que pese o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, não cabe ao Poder Judiciário substituir a administração previdenciária. Assim, necessário o prévio requerimento administrativo para o ajuizamento da ação, salvo se notório que os documentos juntados aos autos não seriam aceitos pela autarquia previdenciária, como início de prova material, para análise do benefício pretendido e na hipótese da lide ficar configurada pela contestação do mérito, em juízo.
- Anular de ofício a sentença e determinar que os autos voltem à comarca de origem, para regular prosseguimento do feito.
- Prejudicada a apelação da parte autora.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em anular, de ofício a R. sentença para determinar o retorno dos autos à Vara de origem para que a ação tenha regular processamento, ficando prejudicado o recurso da parte autora.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.99.001112-4 AC 1082262
ORIG.	:	0500001004 1 Vr TEODORO SAMPAIO/SP
APTE	:	EVA MARIA DE MOURA (= ou > de 65 anos)
ADV	:	SANDRA CRISTINA NUNES JOPPERT MINATTI
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURÍCOLA - PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO - PRESENTE INÍCIO DE PROVA MATERIAL - EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO DE OFÍCIO - RECURSO DA PARTE AUTORA PROVIDO.
- Em que pese o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, não cabe ao Poder Judiciário substituir a administração previdenciária. Assim, necessário o prévio requerimento administrativo para o ajuizamento da ação, salvo se notório que os documentos juntados aos autos não seriam aceitos pela autarquia previdenciária, como início de prova material, para análise do benefício pretendido e na hipótese da lide ficar configurada pela contestação do mérito, em juízo.
- Anular de ofício a sentença e determinar que os autos voltem à comarca de origem, para regular prosseguimento do feito.
- Prejudicada a apelação da parte autora.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em dar provimento ao recurso interposto pela parte autora para anular a R. sentença e determinar o retorno dos autos à Vara de origem para que a ação tenha regular processamento.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.99.001958-5 AC 1083397
ORIG.	:	0400000311 1 Vr CACHOEIRA PAULISTA/SP 0400035334 1 Vr CACHOEIRA PAULISTA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LEONORA MARIA VASQUES VIEIRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	GUILHERMINA GONCALVES DE SIQUEIRA
ADV	:	FELICIANO JOSE DOS SANTOS
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE CACHOEIRA PAULISTA SP
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURÍCOLA - ART. 143 DA LEI 8.213/91, COM A REDAÇÃO DETERMINADA PELA LEI 9.063 DE 14 DE JUNHO DE 1995 - NÃO COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS - REMESSA OFICIAL NÃO CONHECIDA - APELAÇÃO PROVIDA.
- Não está sujeita ao duplo grau de jurisdição a sentença em que a condenação não exceder a 60 salários-mínimos (art. 475, parágrafo 2º, CPC, acrescentando pela Lei nº 10352 de 26/12/2001).
- Segundo o artigo 143 da Lei 8.213/91, com a redação determinada pela Lei 9.063 de 14 de junho de 1995, os trabalhadores rurais que, embora enquadrados como segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social, não verteram para a previdência as necessárias contribuições, terão direito à aposentadoria por idade, restrita ao valor de um salário mínimo, durante quinze anos, contados a partir de 24 de julho de 1991, data da vigência daquela lei, desde que comprovem o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idênticos à carência do referido benefício.
- Na hipótese, a parte autora implementou o requisito da idade, condição essencial para obtenção do benefício pleiteado. Não restou, porém demonstrado, que exerceu atividade rural, pelo período exigido na tabela contida no art. 142 da Lei 8.213/91.
- A parte autora está isenta de custas e honorários advocatícios por ser beneficiária da justiça gratuita.
- Remessa oficial não conhecida. Apelação provida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em não conhecer da remessa oficial e dar provimento à apelação.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.99.002048-4 AC 1083487
ORIG.	:	0400000216 1 Vr FERNANDOPOLIS/SP
APTE	:	GENY PASSARIN STEFANI
ADV	:	IRACI PEDROSO
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	DEONIR ORTIZ
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURÍCOLA - ART. 143 DA LEI 8.213/91, COM A REDAÇÃO DETERMINADA PELA LEI 9.063 DE 14 DE JUNHO DE 1995 - NÃO COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS - APELAÇÃO IMPROVIDA.
- Segundo o artigo 143 da Lei 8.213/91, com a redação determinada pela Lei 9.063 de 14 de junho de 1995, os trabalhadores rurais que, embora enquadrados como segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social, não verteram para a previdência as necessárias contribuições, terão direito à aposentadoria por idade, restrita ao valor de um salário mínimo, durante quinze anos, contados a partir de 24 de julho de 1991, data da vigência daquela lei, desde que comprovem o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idênticos à carência do referido benefício.
- Na hipótese, a parte autora implementou o requisito da idade, condição essencial para obtenção do benefício pleiteado. Não restou, porém, demonstrado que exerceu atividade rural, pelo período exigido na tabela contida no art. 142 da Lei 8.213/91.
- Apelação improvida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em negar provimento à apelação.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.99.002060-5 AC 1083499
ORIG.	:	0500000349 1 Vr ELDORADO/SP
APTE	:	ANGELICA DE SOUSA MOREIRA
ADV	:	SEBASTIAO CARLOS FERREIRA DUARTE
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURÍCOLA - PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO - PRESENTE INÍCIO DE PROVA MATERIAL - EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO - APELAÇÃO DA PARTE AUTORA PROVIDA.
- Em que pese o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, não cabe ao Poder Judiciário substituir a administração previdenciária. Assim, necessário o prévio requerimento administrativo para o ajuizamento da ação, salvo se notório que os documentos juntados aos autos não seriam aceitos pela autarquia previdenciária, como início de prova material, para análise do benefício pretendido e na hipótese da lide ficar configurada pela contestação do mérito, em juízo.
- Apelação provida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em dar provimento à apelação da parte autora para anular a R. sentença e determinar o retorno dos autos à Vara de origem para que a ação tenha regular processamento.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.99.002063-0 AC 1083502
ORIG.	:	0400000891 1 Vr FARTURA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SERGIO HENRIQUE ASSAF GUERRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	SALVADOR ANTUNES DE OLIVEIRA
ADV	:	JOSE BRUN JUNIOR
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE FARTURA SP
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURÍCOLA - ART. 143 DA LEI 8.213/91, COM A REDAÇÃO DETERMINADA PELA LEI 9.063 DE 14 DE JUNHO DE 1995 - REMESSA OFICIAL NÃO CONHECIDA -REMESSA OFICIAL NÃO CONHECIDA - MATÉRIA PRELIMINAR AFASTADA - COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS - TERMO INICIAL DO BENEFÍCIO - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - CUSTAS PROCESSUAIS - APELAÇÃO PARCIALMENTE CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA - EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO/E-MAIL PARA IMPLANTAÇÃO DO BENEFÍCIO.

- Não está sujeita ao duplo grau de jurisdição a sentença em que a condenação não exceder a 60 salários-mínimos (art. 475, parágrafo 2º, CPC, acrescentado pela Lei nº 10352 de 26/12/2001).
- No que se refere à fixação do termo de inicial do benefício, falece interesse em recorrer, uma vez que a r. sentença foi proferida nos exatos termos de seu inconformismo.
- Em que pese o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, não cabe ao Poder Judiciário substituir a administração previdenciária. Assim, necessário o prévio requerimento administrativo para o ajuizamento da ação, salvo se notório que os documentos juntados aos autos não seriam aceitos pela autarquia previdenciária, como início de prova material, para análise do benefício pretendido e na hipótese da lide ficar configurada pela contestação do mérito, em juízo.
- Segundo o artigo 143 da Lei 8.213/91, com a redação determinada pela Lei 9.063 de 14 de junho de 1995, os trabalhadores rurais que, embora enquadrados como segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social, não verteram para a previdência as necessárias contribuições, terão direito à aposentadoria por idade, restrita ao valor de um salário mínimo, durante quinze anos, contados a partir de 24 de julho de 1991, data da vigência daquela lei, desde que comprovem o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idênticos à carência do referido benefício.
- Na hipótese, a parte autora implementou o requisito da idade, condição essencial para obtenção do benefício pleiteado. Restou, também demonstrado que exerceu atividade rural, pelo período exigido na tabela contida no art. 142 da Lei 8.213/91.
- Honorários advocatícios, embora não arbitrados conforme o entendimento da Turma, mantidos, pois já fixados em valor irrisório, não merecendo mais redução.
- As custas não são devidas tendo em vista que a autarquia é isenta de seu pagamento.
- Implantação do benefício, nos termos do artigo 461, do CPC, tendo em vista a ausência de efeito suspensivo nos eventuais recursos interpostos nas instâncias superiores.
- Remessa oficial não conhecida.
- Matéria preliminar afastada e apelo da autarquia parcialmente conhecido e, na parte conhecida, parcialmente provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que passam a integrar este julgado, por unanimidade, em não conhecer da remessa oficial e de parte da apelação, afastar a matéria preliminar e, na parte conhecida, dar-lhe parcial provimento e determinar a expedição de ofício/e-mail ao INSS, com os documentos necessários, para que, independentemente do trânsito em julgado, implante o benefício.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.99.002796-0 AC 1084340
ORIG.	:	0300000870 1 Vr REGISTRO/SP 0300012566 1 Vr REGISTRO/SP
APTE	:	ZITA DOMINGUES DE FREITAS
ADV	:	SEBASTIAO CARLOS FERREIRA DUARTE
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARCIA DE PAULA BLASSIOLI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURÍCOLA - PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO - PRESENTE INÍCIO DE PROVA MATERIAL - EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO - APELO DA PARTE AUTORA PROVIDO.

- Em que pese o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, não cabe ao Poder Judiciário substituir a administração previdenciária. Assim, necessário o prévio requerimento administrativo para o ajuizamento da ação, salvo se notório que os documentos juntados aos autos não seriam aceitos pela autarquia previdenciária, como início de prova material, para análise do benefício pretendido e na hipótese da lide ficar configurada pela contestação do mérito, em juízo.
- Apelação a que se dá provimento para anular a sentença e determinar que os autos voltem à comarca de origem, para regular prosseguimento do feito.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em dar provimento ao recurso interposto pela parte autora para anular a R sentença e determinar o retorno dos autos à Vara de origem para que a ação tenha regular processamento.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.99.003106-8 AC 1084650
ORIG.	:	0500000368 1 Vr ELDORADO/MS
APTE	:	ELIAS CHAGAS ROCHA
ADV	:	SEBASTIAO CARLOS FERREIRA DUARTE
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURÍCOLA - PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO - PRESENTE INÍCIO DE PROVA MATERIAL - EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO - RECURSO DA PARTE AUTORA PROVIDO.

- Em que pese o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, não cabe ao Poder Judiciário substituir a administração previdenciária. Assim, necessário o prévio requerimento administrativo para o ajuizamento da ação, salvo se notório que os documentos juntados aos autos não seriam aceitos pela autarquia previdenciária, como início de prova material, para análise do benefício pretendido e na hipótese da lide ficar configurada pela contestação do mérito, em juízo.
- Apelação a que se dá provimento para anular a sentença e determinar que os autos voltem à comarca de origem, para regular prosseguimento do feito.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em dar provimento ao recurso interposto pela parte autora para anular a R. sentença e determinar o retorno dos autos à Vara de origem para que a ação tenha regular processamento.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.99.005505-0 AC 1087233
ORIG.	:	0500125472 4 Vr BIRIGUI/SP
APTE	:	DAVID EVARISTO
ADV	:	ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURÍCOLA - PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO - PRESENTE INÍCIO DE PROVA MATERIAL - EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO - RECURSO DA PARTE AUTORA PROVIDO.

- Em que pese o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, não cabe ao Poder Judiciário substituir a administração previdenciária. Assim, necessário o prévio requerimento administrativo para o ajuizamento da ação, salvo se notório que os documentos juntados aos autos não seriam aceitos pela autarquia previdenciária, como início de prova material, para análise do benefício pretendido e na hipótese da lide ficar configurada pela contestação do mérito, em juízo.
- Apelação a que se dá provimento para anular a sentença e determinar que os autos voltem à comarca de origem, para regular prosseguimento do feito.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em dar provimento ao recurso interposto pela parte autora para anular a R. sentença e determinar o retorno dos autos à Vara de origem para que a ação tenha regular processamento.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.99.005678-8 AC 1087907
ORIG.	:	0500000442 1 Vr MIRANDOPOLIS/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ANTONIO CASSIANO DO CARMO RODRIGUES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ANA DINIZ DA SILVA (= ou > de 60 anos)
ADV	:	ANTONIO JOSE PANCOTTI
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURÍCOLA - ART. 143 DA LEI 8.213/91, COM A REDAÇÃO DETERMINADA PELA LEI 9.063 DE 14 DE JUNHO DE 1995 - NÃO COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS - APELAÇÃO DO INSS PROVIDA.

- Segundo o artigo 143 da Lei 8.213/91, com a redação determinada pela Lei 9.063 de 14 de junho de 1995, os trabalhadores rurais que, embora enquadrados como segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social, não verteram para a previdência as necessárias contribuições, terão direito à aposentadoria por idade, restrita ao valor de um salário mínimo, durante quinze anos, contados a partir de 24 de julho de 1991, data da vigência daquela lei, desde que comprovem o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idênticos à carência do referido benefício.
- Na hipótese, a parte autora implementou o requisito da idade, condição essencial para obtenção do benefício pleiteado. Não restou, porém demonstrado, que exerceu atividade rural, pelo período exigido na tabela contida no art. 142 da Lei 8.213/91.
- A parte autora está isenta de custas e honorários advocatícios por ser beneficiária da assistência judiciária gratuita.
- Apelação do INSS provida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em dar provimento à apelação.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.99.015641-2 AC 1108343
ORIG.	:	0400001167 4 Vr ATIBAIA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RENATO URBANO LEITE
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	TEREZA MARIA DE SOUZA PINHEIRO
ADV	:	ERICA APARECIDA PINHEIRO
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURÍCOLA - ART. 143 DA LEI 8.213/91, COM A REDAÇÃO DETERMINADA PELA LEI 9.063 DE 14 DE JUNHO DE 1995 - COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS - CONTRIBUIÇÕES - RESPONSABILIDADE - REMESSA OFICIAL NÃO CONHECIDA - APELAÇÃO IMPROVIDA - EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO/E-MAIL PARA IMPLANTAÇÃO DO BENEFÍCIO.

- Não está sujeita ao duplo grau de jurisdição a sentença em que a condenação não exceder a 60 salários-mínimos (art. 475, parágrafo 2º , CPC, acrescentando pela Lei nº 10352 de 26/12/2001).
- Segundo o artigo 143 da Lei 8.213/91, com a redação determinada pela Lei 9.063 de 14 de junho de 1995, os trabalhadores rurais que, embora enquadrados como segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social, não verteram para a previdência as necessárias contribuições, terão direito à aposentadoria por idade, restrita ao valor de um salário mínimo, durante quinze anos, contados a partir de 24 de julho de 1991, data da vigência daquela lei, desde que comprovem o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idênticos à carência do referido benefício.
- Na hipótese, a parte autora implementou o requisito da idade, condição essencial para obtenção do benefício pleiteado. Restou, também demonstrado que exerceu atividade rural, pelo período exigido na tabela contida no art. 142 da Lei 8.213/91.
- Os popularmente chamados volantes, bóias-frias, diaristas são qualificados como empregados. Assim a responsabilidade pelo recolhimento das contribuições é dos empregadores com os quais os trabalhadores estabeleceram os contratos de safra, empreitada ou temporários.
- Mantidos os honorários advocatícios porque moderadamente fixados.
- Implantação do benefício, nos termos do artigo 461, do CPC, tendo em vista a ausência de efeito suspensivo nos eventuais recursos interpostos nas instâncias superiores.
- Remessa oficial não conhecida. Apelação improvida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em não conhecer da remessa oficial e, por maioria, negar provimento à apelação e determinar a expedição de ofício/e-mail ao INSS, com os documentos necessários, para que, independentemente do trânsito em julgado, implante o benefício, nos termos do voto da Relatora, com quem votou o Des. Federal Antonio Cedenho, vencida a Des. Federal Leide Polo que dava provimento à apelação e afastava a expedição de ofício ao INSS.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.99.016008-7 AC 1108837
ORIG.	:	0400000769 2 Vr PIEDADE/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CINTIA RABE
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR

APDO : IZABEL GODINHO DA SILVA
ADV : LICELE CORREA DA SILVA
RELATOR : DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURÍCOLA - ART. 143 DA LEI 8.213/91, COM A REDAÇÃO DETERMINADA PELA LEI 9.063 DE 14 DE JUNHO DE 1995 - COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS - TERMO INICIAL DO BENEFÍCIO - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA - EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO/E-MAIL PARA IMPLANTAÇÃO DO BENEFÍCIO.

- Segundo o artigo 143 da Lei 8.213/91, com a redação determinada pela Lei 9.063 de 14 de junho de 1995, os trabalhadores rurais que, embora enquadrados como segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social, não verteram para a previdência as necessárias contribuições, terão direito à aposentadoria por idade, restrita ao valor de um salário mínimo, durante quinze anos, contados a partir de 24 de julho de 1991, data da vigência daquela lei, desde que comprovem o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idênticos à carência do referido benefício.
- Na hipótese, a parte autora implementou o requisito da idade, condição essencial para obtenção do benefício pleiteado. Restou, também demonstrado que exerceu atividade rural, pelo período exigido na tabela contida no art. 142 da Lei 8.213/91.
- Ausente pedido na via administrativa, fixa-se o termo inicial do benefício a partir da citação.
- Os honorários advocatícios devem incidir em 10% sobre o total das parcelas vencidas até a data de prolação da r. sentença de primeiro grau.
- Implantação do benefício, nos termos do artigo 461, do CPC, tendo em vista a ausência de efeito suspensivo nos eventuais recursos interpostos nas instâncias superiores.
- Apelação parcialmente provida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por maioria, em dar parcial provimento à apelação e determinar a expedição de ofício/e-mail ao INSS, com os documentos necessários, para que, independentemente do trânsito em julgado, implante o benefício, nos termos do voto da Relatora, com quem votou o Des. Federal Antonio Cedenho, vencida a Des. Federal Leide Polo que dava provimento à apelação e afastava a expedição de ofício ao INSS.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC. : 2006.03.99.016114-6 AC 1108941
ORIG. : 0500001455 1 Vr PIRAPOZINHO/SP 0500016737 1 Vr PIRAPOZINHO/SP
APTE : MARIA ROSA NOGUEIRA DA SILVA
ADV : FLAVIO ROBERTO IMPERADOR
APDO : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR : DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURÍCOLA - PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO - PRESENTE INÍCIO DE PROVA MATERIAL - EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO - RECURSO DA PARTE AUTORA PROVIDO.

- Em que pese o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, não cabe ao Poder Judiciário substituir a administração previdenciária. Assim, necessário o prévio requerimento administrativo para o ajuizamento da ação, salvo se notório que os documentos juntados aos autos não seriam aceitos pela autarquia previdenciária, como início de prova material, para análise do benefício pretendido e na hipótese da lide ficar configurada pela contestação do mérito, em juízo.
- Apelação a que se dá provimento para anular a sentença e determinar que os autos voltem à comarca de origem, para regular prosseguimento do feito.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em dar provimento ao recurso interposto pela parte autora para anular a R. sentença e determinar o retorno dos autos à Vara de origem para que a ação tenha regular processamento.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC. : 2006.03.99.016325-8 AC 1109151
ORIG. : 0500000181 4 Vr FERNANDOPOLIS/SP 0500035138 4 Vr FERNANDOPOLIS/SP
APTE : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : DEONIR ORTIZ
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO : SEBASTIANA DE SOUZA
ADV : RAYMNS FLAVIO ZANELI
REMTE : JUIZO DE DIREITO DA 4 VARA DE FERNANDOPOLIS SP
RELATOR : DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURÍCOLA - CUSTAS PROCESSUAIS - ART. 143 DA LEI 8.213/91, COM A REDAÇÃO DETERMINADA PELA LEI 9.063 DE 14 DE JUNHO DE 1995 - COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS - CONTRIBUIÇÕES - RESPONSABILIDADE - DESPESAS PROCESSUAIS - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - REMESSA OFICIAL NÃO CONHECIDA - APELAÇÃO PARCIALMENTE CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA - EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO/E-MAIL PARA IMPLANTAÇÃO DO BENEFÍCIO.

- Não está sujeita ao duplo grau de jurisdição a sentença em que a condenação não exceder a 60 salários-mínimos (art. 475, parágrafo 2º, CPC, acrescentando pela Lei nº 10352 de 26/12/2001).
- Não há de ser conhecida a apelação da autarquia quanto à isenção do pagamento de custas processuais, pois nesses termos não houve condenação.
- Segundo o artigo 143 da Lei 8.213/91, com a redação determinada pela Lei 9.063 de 14 de junho de 1995, os trabalhadores rurais que, embora enquadrados como segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social, não verteram para a previdência as necessárias contribuições, terão direito à aposentadoria por idade, restrita ao valor de um salário mínimo, durante quinze anos, contados a partir de 24 de julho de 1991, data da vigência daquela lei, desde que comprovem o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idênticos à carência do referido benefício.
- Na hipótese, a parte autora implementou o requisito da idade, condição essencial para obtenção do benefício pleiteado. Restou, também demonstrado que exerceu atividade rural, pelo período exigido na tabela contida no art. 142 da Lei 8.213/91.
- Os popularmente chamados volantes, bóias-frias, diaristas são qualificados como empregados. Assim a responsabilidade pelo recolhimento das contribuições é dos empregadores com os quais os trabalhadores estabeleceram os contratos de safra, empreitada ou temporários.
- Afastadas da condenação as despesas processuais, pois a parte autora é beneficiária da justiça gratuita.
- Os honorários advocatícios mantidos, pois corretamente fixados em 10% sobre o total das parcelas vencidas até a data de prolação da r. sentença de primeiro grau.
- Implantação do benefício, nos termos do artigo 461, do CPC, tendo em vista a ausência de efeito suspensivo nos eventuais recursos interpostos nas instâncias superiores.
- Remessa oficial não conhecida.
- Apelação parcialmente conhecida e parcialmente provida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em não conhecer da remessa oficial e de parte da apelação e, na parte conhecida, dar-lhe parcial provimento e determinar a expedição de ofício/e-mail ao INSS, com os documentos necessários, para que, independentemente do trânsito em julgado, implante o benefício.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC. : 2006.03.99.016452-4 AC 1109278
ORIG. : 0500000282 2 Vr SERRA NEGRA/SP 0500003228 2 Vr SERRA NEGRA/SP
APTE : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : RENATO URBANO LEITE
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO : TEREZA LIMA DE SOUZA
ADV : CLAUDIO ADOLFO LANGELLA
RELATOR : DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURÍCOLA - PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO - ART. 143 DA LEI 8.213/91, COM A REDAÇÃO DETERMINADA PELA LEI 9.063 DE 14 DE JUNHO DE 1995 - COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS - CONTRIBUIÇÕES - RESPONSABILIDADE - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - AGRAVO RETIDO DO INSS IMPROVIDO - APELAÇÃO DO INSS IMPROVIDA - EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO/E-MAIL PARA IMPLANTAÇÃO DO BENEFÍCIO.

- Em que pese o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, não cabe ao Poder Judiciário substituir a administração previdenciária. Assim, necessário o prévio requerimento administrativo para o ajuizamento da ação, salvo se notório que os documentos juntados aos autos não seriam aceitos pela autarquia previdenciária, como início de prova material, para análise do benefício pretendido e na hipótese da lide ficar configurada pela contestação do mérito, em juízo.
- Segundo o artigo 143 da Lei 8.213/91, com a redação determinada pela Lei 9.063 de 14 de junho de 1995, os trabalhadores rurais que, embora enquadrados como segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social, não verteram para a previdência as necessárias contribuições, terão direito à aposentadoria por idade, restrita ao valor de um salário mínimo, durante quinze anos, contados a partir de 24 de julho de 1991, data da vigência daquela lei, desde que comprovem o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idênticos à carência do referido benefício.
- Na hipótese, a parte autora implementou o requisito da idade, condição essencial para obtenção do benefício pleiteado. Restou, também demonstrado que exerceu atividade rural, pelo período exigido na tabela contida no art. 142 da Lei 8.213/91.
- Os popularmente chamados volantes, bóias-frias, diaristas são qualificados como empregados. Assim a responsabilidade pelo recolhimento das contribuições é dos empregadores com os quais os trabalhadores estabeleceram os contratos de safra, empreitada ou temporários.
- Os honorários advocatícios mantidos, pois corretamente fixados em 10% sobre o total das parcelas vencidas até a data de prolação da r. sentença de primeiro grau.
- Implantação do benefício, nos termos do artigo 461, do CPC, tendo em vista a ausência de efeito suspensivo nos eventuais recursos interpostos nas instâncias superiores.
- Agravo retido improvido.
- Apelação improvida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em negar provimento ao agravo retido e à apelação e determinar a expedição de ofício/e-mail ao INSS, com os documentos necessários, para que, independentemente do trânsito em julgado, implante o benefício.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC. : 2006.03.99.016690-9 AC 1109516
ORIG. : 0500000655 1 Vr IBIUNA/SP 0500023167 1 Vr IBIUNA/SP
APTE : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : CINTIA RABE
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO : ANTONIO FERNANDES (= ou > de 60 anos)
ADV : ROSE MARY SILVA MENDES
RELATOR : DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURÍCOLA - ART. 143 DA LEI 8.213/91, COM A REDAÇÃO DETERMINADA PELA LEI 9.063 DE 14 DE JUNHO DE 1995 - COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS - CONTRIBUIÇÕES - RESPONSABILIDADE - REMESSA OFICIAL NÃO CONHECIDA - APELAÇÃO IMPROVIDA - EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO/E-MAIL PARA IMPLANTAÇÃO DO BENEFÍCIO.

- Não está sujeita ao duplo grau de jurisdição a sentença em que a condenação não exceder a 60 salários-mínimos (art. 475, parágrafo 2º, CPC, acrescentando pela Lei nº 10352 de 26/12/2001).
- Segundo o artigo 143 da Lei 8.213/91, com a redação determinada pela Lei 9.063 de 14 de junho de 1995, os trabalhadores rurais que, embora enquadrados como segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social, não verteram para a previdência as necessárias contribuições, terão direito à aposentadoria por idade, restrita ao valor de um salário mínimo, durante quinze anos, contados a partir de 24 de julho de 1991, data da vigência daquela lei, desde que comprovem o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idênticos à carência do referido benefício.
- Na hipótese, a parte autora implementou o requisito da idade, condição essencial para obtenção do benefício pleiteado. Restou, também demonstrado que exerceu atividade rural, pelo período exigido na tabela contida no art. 142 da Lei 8.213/91.
- Os popularmente chamados volantes, bóias-frias, diaristas são qualificados como empregados. Assim a responsabilidade pelo recolhimento das contribuições é dos empregadores com os quais os trabalhadores estabeleceram os contratos de safra, empreitada ou temporários.
- Implantação do benefício, nos termos do artigo 461, do CPC, tendo em vista a ausência de efeito suspensivo nos eventuais recursos interpostos nas instâncias superiores.
- Remessa oficial não conhecida. Apelação improvida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em não conhecer da remessa oficial, negar provimento à apelação e determinar a expedição de ofício/e-mail ao INSS, com os documentos necessários, para que, independentemente do trânsito em julgado, implante o benefício.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC. : 2006.03.99.016711-2 AC 1109537
ORIG. : 0500012718 1 Vr NOVA ANDRADINA/MS
APTE : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : ALESSANDRO LEMES FAGUNDES
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO : AUGUSTA MORETI PEREIRA
ADV : JORGE TALMO DE ARAUJO MORAES
RELATOR : DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURÍCOLA - ART. 143 DA LEI 8.213/91, COM A REDAÇÃO DETERMINADA PELA LEI 9.063 DE 14 DE JUNHO DE 1995 - COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS - CONTRIBUIÇÕES - RESPONSABILIDADE - APELAÇÃO IMPROVIDA - EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO/E-MAIL PARA IMPLANTAÇÃO DO BENEFÍCIO.

- Segundo o artigo 143 da Lei 8.213/91, com a redação determinada pela Lei 9.063 de 14 de junho de 1995, os trabalhadores rurais que, embora enquadrados como segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social, não verteram para a previdência as necessárias contribuições, terão direito à aposentadoria por idade, restrita ao valor de um salário mínimo, durante quinze anos, contados a partir de 24 de julho de 1991, data da vigência daquela lei, desde que comprovem o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idênticos à carência do referido benefício.
- Na hipótese, a parte autora implementou o requisito da idade, condição essencial para obtenção do benefício pleiteado. Restou, também demonstrado que exerceu atividade rural, pelo período exigido na tabela contida no art. 142 da Lei 8.213/91.
- Os popularmente chamados volantes, bóias-frias, diaristas são qualificados como empregados. Assim a responsabilidade pelo recolhimento das contribuições é dos empregadores com os quais os trabalhadores estabeleceram os contratos de safra, empreitada ou temporários.
- Implantação do benefício, nos termos do artigo 461, do CPC, tendo em vista a ausência de efeito suspensivo nos eventuais recursos interpostos nas instâncias superiores.
- Apelação improvida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em negar provimento à apelação e determinar a expedição de ofício/e-mail ao INSS, com os documentos necessários, para que, independentemente do trânsito em julgado, implante o benefício.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.99.016795-1 AC 1109621
ORIG.	:	0500036851 1 Vr AMAMBAI/MS
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RICARDO RODRIGUES NABHAN
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ANESIA SANTOS DE OLIVEIRA
ADV	:	MADALENA DE MATOS DOS SANTOS
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURÍCOLA - ART. 143 DA LEI 8.213/91, COM A REDAÇÃO DETERMINADA PELA LEI 9.063 DE 14 DE JUNHO DE 1995 - COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS - CONTRIBUIÇÕES - RESPONSABILIDADE - TERMO INICIAL DO BENEFÍCIO - CORREÇÃO MONETÁRIA - CUSTAS PROCESSUAIS - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA - EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO/E-MAIL PARA IMPLANTAÇÃO DO BENEFÍCIO.
- Segundo o artigo 143 da Lei 8.213/91, com a redação determinada pela Lei 9.063 de 14 de junho de 1995, os trabalhadores rurais que, embora enquadrados como segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social, não verteram para a previdência as necessárias contribuições, terão direito à aposentadoria por idade, restrita ao valor de um salário mínimo, durante quinze anos, contados a partir de 24 de julho de 1991, data da vigência daquela lei, desde que comprovem o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idênticos à carência do referido benefício.
- Na hipótese, a parte autora implementou o requisito da idade, condição essencial para obtenção do benefício pleiteado. Restou, também demonstrado que exerceu atividade rural, pelo período exigido na tabela contida no art. 142 da Lei 8.213/91.
- Quando se trata da aposentadoria prevista no artigo 143 da lei 8.213/91, basta provar o exercício da atividade, pelo tempo exigido para a carência e não que houve recolhimento das contribuições, no referido período.
- Ausente pedido na via administrativa, fixa-se o termo inicial do benefício a partir da citação.
- A correção monetária dos valores devidos deve ser apurada consoante dispõem as Súmulas nº 148 do Colendo STJ e 08 desta E. Corte e Resolução n. 242, de 09-07-2001, do Conselho da Justiça Federal, que aprovou o Manual de Orientação de Procedimentos para Cálculos na Justiça Federal.
- As custas processuais não são devidas tendo em vista que a autarquia é isenta de seu pagamento.
- Honorários advocatícios reduzidos e fixados em R$ 350,00 (trezentos e cinqüenta Reais) - art. 20, § 4º do CPC.
- Implantação do benefício, nos termos do artigo 461, do CPC, tendo em vista a ausência de efeito suspensivo nos eventuais recursos interpostos nas instâncias superiores.
- Apelação parcialmente provida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em dar parcial provimento à apelação e determinar a expedição de ofício/e-mail ao INSS, com os documentos necessários, para que, independentemente do trânsito em julgado, implante o benefício.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.99.017199-1 AC 1110025
ORIG.	:	0500000382 1 Vr APIAI/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	PAULO MEDEIROS ANDRE
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	CACILDA DA ROCHA CORDEIRO
ADV	:	TAIS HELENA DE CAMPOS MACHADO GROSS STECCA
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE APIAI SP
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURÍCOLA - ART. 143 DA LEI 8.213/91, COM A REDAÇÃO DETERMINADA PELA LEI 9.063 DE 14 DE JUNHO DE 1995 - NÃO COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS - REMESSA OFICIAL NÃO CONHECIDA - APELAÇÃO PROVIDA.
- Não está sujeita ao duplo grau de jurisdição a sentença em que a condenação não exceder a 60 salários-mínimos (art. 475, parágrafo 2º, CPC, acrescentando pela Lei nº 10352 de 26/12/2001).
- Segundo o artigo 143 da Lei 8.213/91, com a redação determinada pela Lei 9.063 de 14 de junho de 1995, os trabalhadores rurais que, embora enquadrados como segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social, não verteram para a previdência as necessárias contribuições, terão direito à aposentadoria por idade, restrita ao valor de um salário mínimo, durante quinze anos, contados a partir de 24 de julho de 1991, data da vigência daquela lei, desde que comprovem o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idênticos à carência do referido benefício.
- Na hipótese, a parte autora implementou o requisito da idade, condição essencial para obtenção do benefício pleiteado. Não restou, porém demonstrado, que exerceu atividade rural, pelo período exigido na tabela contida no art. 142 da Lei 8.213/91.
- A parte autora está isenta de custas e honorários advocatícios por ser beneficiária da justiça gratuita.
- Remessa oficial não conhecida. Apelação provida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em não conhecer da remessa oficial e dar provimento à apelação.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.99.019964-2 AC 1117712
ORIG.	:	0400001219 2 Vr ITAPEVA/SP
APTE	:	ISMENIA FIUZA DE LIMA
ADV	:	GEOVANE DOS SANTOS FURTADO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOSE ALFREDO GEMENTE SANCHES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURÍCOLA - ART. 143 DA LEI 8.213/91, COM A REDAÇÃO DETERMINADA PELA LEI 9.063 DE 14 DE JUNHO DE 1995 - COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS - TERMO INICIAL - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - APELAÇÃO DA AUTARQUIA PARCIALMENTE CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA - APELAÇÃO DA PARTE AUTORA IMPROVIDA - EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO/EMAIL PARA IMPLANTAÇÃO DO BENEFÍCIO.
- No que se refere à fixação do termo de inicial do benefício, falece interesse em recorrer, vez que a r. sentença foi prolatada nos exatos termos de seu inconformismo.
- Segundo o artigo 143 da Lei 8.213/91, com a redação determinada pela Lei 9.063 de 14 de junho de 1995, os trabalhadores rurais que, embora enquadrados como segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social, não verteram para a previdência as necessárias contribuições, terão direito à aposentadoria por idade, restrita ao valor de um salário mínimo, durante quinze anos, contados a partir de 24 de julho de 1991, data da vigência daquela lei, desde que comprovem o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idênticos à carência do referido benefício.
- Na hipótese, a parte autora implementou o requisito da idade, condição essencial para obtenção do benefício pleiteado. Restou, também demonstrado que exerceu atividade rural, pelo período exigido na tabela contida no art. 142 da Lei 8.213/91.
- Quando se trata da aposentadoria prevista no artigo 143 da lei 8.213/91, basta provar o exercício da atividade, pelo tempo exigido para a carência e não que houve recolhimento das contribuições, no referido período.
- Os honorários advocatícios devem incidir em 10% sobre o total das parcelas vencidas até a data de prolação da r. sentença de primeiro grau - (Súmula 111 do STJ).
- Implantação do benefício nos termos do artigo 461 do CPC, pois provável interposição de recursos às Instâncias Superiores não terá efeito suspensivo.
- Apelação da autarquia parcialmente conhecida e parcialmente provida.
- Apelação da parte autora improvida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que passam a integrar este julgado, por unanimidade, em não conhecer de parte da apelação da autarquia e, na parte conhecida, dar-lhe parcial provimento, negar provimento à apelação da parte autora e determinar a expedição de ofício/e-mail ao INSS, com os documentos necessários, para que, independentemente do trânsito em julgado, implante o benefício.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.99.020457-1 AC 1118205
ORIG.	:	0500000903 1 Vr VALPARAISO/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ANTONIO CASSIANO DO CARMO RODRIGUES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MARIA DE JESUS BATISTA
ADV	:	GEANDRA CRISTINA ALVES
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURÍCOLA - ART. 143 DA LEI 8.213/91, COM A REDAÇÃO DETERMINADA PELA LEI 9.063 DE 14 DE JUNHO DE 1995 - COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - APELAÇÃO IMPROVIDA - EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO/EMAIL PARA IMPLANTAÇÃO DO BENEFÍCIO.
- Segundo o artigo 143 da Lei 8.213/91, com a redação determinada pela Lei 9.063 de 14 de junho de 1995, os trabalhadores rurais que, embora enquadrados como segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social, não verteram para a previdência as necessárias contribuições, terão direito à aposentadoria por idade, restrita ao valor de um salário mínimo, durante quinze anos, contados a partir de 24 de julho de 1991, data da vigência daquela lei, desde que comprovem o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idênticos à carência do referido benefício.
- Na hipótese, a parte autora implementou o requisito da idade, condição essencial para obtenção do benefício pleiteado. Restou, também demonstrado que exerceu atividade rural, pelo período exigido na tabela contida no art. 142 da Lei 8.213/91.
- Mantido os honorários advocatícios, embora não arbitrados conforme o entendimento da Turma, pois moderadamente fixados.
- Implantação do benefício nos termos do artigo 461 do CPC, pois provável interposição de recursos às Instâncias Superiores não terá efeito suspensivo.
- Apelação da autarquia improvida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em negar provimento à apelação e determinar a expedição de ofício/e-mail ao INSS, com os documentos necessários, para que, independentemente do trânsito em julgado, implante o benefício.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.99.020589-7 AC 1118337
ORIG.	:	0400000818 1 Vr TABAPUA/SP 0400001687 1 Vr TABAPUA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RICARDO ROCHA MARTINS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	PAULINO VERZA (= ou > de 60 anos)
ADV	:	ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURÍCOLA - ART. 143 DA LEI 8.213/91, COM A REDAÇÃO DETERMINADA PELA LEI 9.063 DE 14 DE JUNHO DE 1995 - COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS - CORREÇÃO MONETÁRIA - CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS -APELAÇÃO NA PARTE CONHECIDA, PARCIALMENTE PROVIDA - EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO/EMAIL PARA IMPLANTAÇÃO DO BENEFÍCIO.
- Não se conhece de parte da apelação que alega condenação não imposta na r. sentença, no caso: pagamento de despesas processuais.
- Segundo o artigo 143 da Lei 8.213/91, com a redação determinada pela Lei 9.063 de 14 de junho de 1995, os trabalhadores rurais que, embora enquadrados como segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social, não verteram para a previdência as necessárias contribuições, terão direito à aposentadoria por idade, restrita ao valor de um salário mínimo, durante quinze anos, contados a partir de 24 de julho de 1991, data da vigência daquela lei, desde que comprovem o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idênticos à carência do referido benefício.
- Na hipótese, a parte autora implementou o requisito da idade, condição essencial para obtenção do benefício pleiteado. Restou, também demonstrado que exerceu atividade rural, pelo período exigido na tabela contida no art. 142 da Lei 8.213/91.
- Os popularmente chamados volantes, bóias-frias, diaristas são qualificados como empregados. Assim a responsabilidade pelo recolhimento das contribuições é dos empregadores com os quais os trabalhadores estabeleceram os contratos de safra, empreitada ou temporários.

- A correção monetária dos valores devidos deve ser apurada consoante dispõem as Súmulas nº 148 do Colendo STJ e 08 desta E. Corte e Resolução n. 242, de 09-07-2001, do Conselho da Justiça Federal, que aprovou o Manual de Orientação de Procedimentos para Cálculos na Justiça Federal.
- As custas não são devidas, tendo em vista que a autarquia é isenta de seu pagamento.
- Os honorários advocatícios devem incidir em 10% sobre o total das parcelas vencidas até a data de prolação da r. sentença de primeiro grau.
- Implantação do benefício nos termos do artigo 461 do CPC, pois provável interposição de recursos às Instâncias Superiores não terá efeito suspensivo.
- Apelação da autarquia parcialmente provida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em não conhecer de parte da apelação e, na parte conhecida, dar-lhe parcial provimento, e determinar a expedição de ofício/e-mail ao INSS, com os documentos necessários, para que, independentemente do trânsito em julgado, implante o benefício.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.99.022367-0 AC 1123474
ORIG.	:	0600000376 1 Vr PALMEIRA D OESTE/SP 0600005614 1 Vr PALMEIRA D OESTE/SP
APTE	:	MARIA ISABEL DA SILVA FERREIRA
ADV	:	LUCIANO ANGELO ESPARAPANI
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURÍCOLA - PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO - PRESENTE INÍCIO DE PROVA MATERIAL - EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO - RECURSO DA PARTE AUTORA PROVIDO.
- Em que pese o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, não cabe ao Poder Judiciário substituir a administração previdenciária. Assim, necessário o prévio requerimento administrativo para o ajuizamento da ação, salvo se notório que os documentos juntados aos autos não seriam aceitos pela autarquia previdenciária, como início de prova material, para análise do benefício pretendido e na hipótese da lide ficar configurada pela contestação do mérito, em juízo.
- Apelação a que se dá provimento para anular a sentença e determinar que os autos voltem à comarca de origem, para regular prosseguimento do feito.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em dar provimento ao recurso interposto pela parte autora para anular a R. sentença e determinar o retorno dos autos à Vara de origem para que a ação tenha regular processamento.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.99.023416-2 AC 1124671
ORIG.	:	0500000332 3 Vr FERNANDOPOLIS/SP 0500053064 3 Vr FERNANDOPOLIS/SP
APTE	:	IVONE MARIA CINTRA MARSOLI DE CARVALHO
ADV	:	MARIA ANGELICA C BRASIL VIEIRA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	DEONIR ORTIZ
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURÍCOLA - ART. 143 DA LEI 8.213/91, COM A REDAÇÃO DETERMINADA PELA LEI 9.063 DE 14 DE JUNHO DE 1995 - NÃO COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS - APELAÇÃO IMPROVIDA.
- Segundo o artigo 143 da Lei 8.213/91, com a redação determinada pela Lei 9.063 de 14 de junho de 1995, os trabalhadores rurais que, embora enquadrados como segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social, não verteram para a previdência as necessárias contribuições, terão direito à aposentadoria por idade, restrita ao valor de um salário mínimo, durante quinze anos, contados a partir de 24 de julho de 1991, data da vigência daquela lei, desde que comprovem o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idênticos à carência do referido benefício.
- Na hipótese, a parte autora implementou o requisito da idade, condição essencial para obtenção do benefício pleiteado. Não restou, porém demonstrado, que exerceu atividade rural, pelo período exigido na tabela contida no art. 142 da Lei 8.213/91.
- A parte autora está isenta das verbas de sucumbência por ser beneficiária da justiça gratuita.
- Apelação improvida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em negar provimento à apelação.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.99.023460-5 AC 1124718
ORIG.	:	0400000286 1 Vr CAFELANDIA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOSE ANTONIO BIANCOFIORE
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	TEREZA DE LOURDES ROCHA
ADV	:	DANIEL BELZ
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURÍCOLA - ART. 143 DA LEI 8.213/91, COM A REDAÇÃO DETERMINADA PELA LEI 9.063 DE 14 DE JUNHO DE 1995 - COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS - PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - CUSTAS PROCESSUAIS - APELAÇÃO PARCIALMENTE CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA - EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO/E-MAIL PARA IMPLANTAÇÃO DO BENEFÍCIO.
- No que se refere às custas processuais, falece interesse em recorrer, uma vez que a r. sentença foi proferida nos exatos termos de seu inconformismo.
- Segundo o artigo 143 da Lei 8.213/91, com a redação determinada pela Lei 9.063 de 14 de junho de 1995, os trabalhadores rurais que, embora enquadrados como segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social, não verteram para a previdência as necessárias contribuições, terão direito à aposentadoria por idade, restrita ao valor de um salário mínimo, durante quinze anos, contados a partir de 24 de julho de 1991, data da vigência daquela lei, desde que comprovem o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idênticos à carência do referido benefício.
- Na hipótese, a parte autora implementou o requisito da idade, condição essencial para obtenção do benefício pleiteado. Restou, também demonstrado que exerceu atividade rural, pelo período exigido na tabela contida no art. 142 da Lei 8.213/91.
- Quanto à alegada prescrição, em se tratando de concessão de benefícios previdenciários, somente não são devidas as prestações vencidas anteriores ao qüinqüênio que precede a propositura da ação.
- Honorários advocatícios, devidos pela autarquia sucumbente, reduzidos para 10% (dez por cento) sobre o montante da condenação, nela compreendidas as parcelas vencidas até a data da r. sentença de primeiro grau, observando-se o disposto na Súmula 111 do STJ.
- Implantação do benefício, nos termos do artigo 461, do CPC, tendo em vista a ausência de efeito suspensivo nos eventuais recursos interpostos nas instâncias superiores.
- Apelação parcialmente conhecida e parcialmente provida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em não conhecer de parte da apelação e, na parte conhecida, por maioria, dar-lhe parcial provimento e determinar a expedição de ofício/e-mail ao INSS, com os documentos necessários, para que, independentemente do trânsito em julgado, implante o benefício, nos termos do voto da Relatora, com quem votou o Des. Federal Antonio Cedenho, sendo que a Des. Federal Leide Polo que, inicialmente, convertia o julgamento em diligência para que a autora juntasse aos autos cópia de todas as folhas da CTPS (carteira profissional) de seu marido, vencida, deu provimento à apelação e afastou a expedição de ofício ao INSS.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.99.023716-3 AC 1124974
ORIG.	:	0500001010 1 Vr PIEDADE/SP 0500046570 1 Vr PIEDADE/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CINTIA RABE
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	GENESIO GODINHO DE JESUS
ADV	:	GISELLE PELLEGRINO DE CAMPOS
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE PIEDADE SP
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURÍCOLA - ART. 143 DA LEI 8.213/91, COM A REDAÇÃO DETERMINADA PELA LEI 9.063 DE 14 DE JUNHO DE 1995 - REMESSA OFICIAL NÃO CONHECIDA - EFEITO SUSPENSIVO - COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS - TERMO INICIAL DO BENEFÍCIO - APELAÇÃO PARCIALMENTE CONHECIDA E IMPROVIDA - TUTELA ANTECIPADA MANTIDA.
- A tutela antecipada e o reexame necessário são institutos que possuem finalidades próprias - a existência de um não pode ensejar a exclusão do outro.
- Não está sujeita ao duplo grau de jurisdição a sentença em que a condenação não exceder a 60 salários-mínimos (art. 475, parágrafo 2º, CPC, acrescentado pela Lei nº 10352 de 26/12/2001).
- O presente recurso foi recebido em seus regulares efeitos, devolutivo e suspensivo, pela r. decisão de fl. 61, pelo que inexiste interesse da autarquia em recorrer neste item.
- No que se refere à fixação do termo de inicial do benefício, falece interesse em recorrer, uma vez que a r. sentença foi proferida nos exatos termos de seu inconformismo.
- Segundo o artigo 143 da Lei 8.213/91, com a redação determinada pela Lei 9.063 de 14 de junho de 1995, os trabalhadores rurais que, embora enquadrados como segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social, não verteram para a previdência as necessárias contribuições, terão direito à aposentadoria por idade, restrita ao valor de um salário mínimo, durante quinze anos, contados a partir de 24 de julho de 1991, data da vigência daquela lei, desde que comprovem o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idênticos à carência do referido benefício.
- Na hipótese, a parte autora implementou o requisito da idade, condição essencial para obtenção do benefício pleiteado. Restou, também demonstrado que exerceu atividade rural, pelo período exigido na tabela contida no art. 142 da Lei 8.213/91.
- Remessa oficial não conhecida.
- Apelo da autarquia parcialmente conhecido e improvido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em não conhecer da remessa oficial e de parte da apelação e, na parte conhecida, negar-lhe provimento.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.99.026819-6 AC 1130881
ORIG.	:	0300000879 3 Vr REGISTRO/SP 0300013623 3 Vr REGISTRO/SP
APTE	:	DEVANILDA DA SILVA
ADV	:	SEBASTIAO CARLOS FERREIRA DUARTE
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ANGELA MARIA DE BARROS GREGORIO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURÍCOLA - PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO - PRESENTE INÍCIO DE PROVA MATERIAL - EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO - RECURSO DA PARTE AUTORA PROVIDO.
- Em que pese o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, não cabe ao Poder Judiciário substituir a administração previdenciária. Assim, necessário o prévio requerimento administrativo para o ajuizamento da ação, salvo se notório que os documentos juntados aos autos não seriam aceitos pela autarquia previdenciária, como início de prova material, para análise do benefício pretendido e na hipótese da lide ficar configurada pela contestação do mérito, em juízo.
- Apelação a que se dá provimento para anular a sentença e determinar que os autos voltem à comarca de origem, para regular prosseguimento do feito.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em dar provimento ao recurso interposto pela parte autora para anular a R. sentença e determinar o retorno dos autos à Vara de origem para que a ação tenha regular processamento.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.99.028074-3 AC 1133579
ORIG.	:	0500000315 1 Vr MONTE ALTO/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARIO LUCIO MARCHIONI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	DIRCE DE OLIVEIRA ARAUJO
ADV	:	SONIA LOPES
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURÍCOLA - ART. 143 DA LEI 8.213/91, COM A REDAÇÃO DETERMINADA PELA LEI 9.063 DE 14 DE JUNHO DE 1995 - COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS -APELAÇÃO DA AUTARQUIA IMPROVIDA - EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO/E-MAIL PARA IMPLANTAÇÃO DO BENEFÍCIO.
- Segundo o artigo 143 da Lei 8.213/91, com a redação determinada pela Lei 9.063 de 14 de junho de 1995, os trabalhadores rurais que, embora enquadrados como segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social, não verteram para a previdência as necessárias contribuições, terão direito à aposentadoria por idade, restrita ao valor de um salário mínimo, durante quinze anos, contados a partir de 24 de julho de 1991, data da vigência daquela lei, desde que comprovem o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idênticos à carência do referido benefício.

- Na hipótese, a parte autora implementou o requisito da idade, condição essencial para obtenção do benefício pleiteado. Restou, também demonstrado que exerceu atividade rural, pelo período exigido na tabela contida no art. 142 da Lei 8.213/91.
- Implantação do benefício, nos termos do artigo 461, do CPC, tendo em vista a ausência de efeito suspensivo nos eventuais recursos interpostos nas instâncias superiores.
- Apelação improvida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por maioria, em negar provimento à apelação e determinar a expedição de ofício/e-mail ao INSS, com os documentos necessários, para que, independentemente do trânsito em julgado, implante o benefício, nos termos do voto da Relatora, com quem votou o Des. Federal Antonio Cedenho, sendo que a Des. Federal Leide Polo que, inicialmente, convertia o julgamento em diligência para que a autora juntasse cópia de todas as folhas de sua CTPS (carteira profissional) e da CTPS (carteira profissional) de seu marido, vencida, deu provimento à apelação e afastou a expedição de ofício ao INSS.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.99.028081-0 AC 1133586
ORIG.	:	0300000669 1 Vr PARIQUERA ACU/SP 0300007315 1 Vr PARIQUERA ACU/SP
APTE	:	IDALICIO TEIXEIRA
ADV	:	SEBASTIAO CARLOS FERREIRA DUARTE
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MAURO FURTADO DE LACERDA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURÍCOLA - ART. 143 DA LEI 8.213/91, COM A REDAÇÃO DETERMINADA PELA LEI 9.063 DE 14 DE JUNHO DE 1995 - COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS - APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA - EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO PARA IMPLANTAÇÃO DO BENEFÍCIO.
- Segundo o artigo 143 da Lei 8.213/91, com a redação determinada pela Lei 9.063 de 14 de junho de 1995, os trabalhadores rurais que, embora enquadrados como segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social, não verteram para a previdência as necessárias contribuições, terão direito à aposentadoria por idade, restrita ao valor de um salário mínimo, durante quinze anos, contados a partir de 24 de julho de 1991, data da vigência daquela lei, desde que comprovem o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idênticos à carência do referido benefício.
- Na hipótese, a parte autora implementou o requisito da idade, condição essencial para obtenção do benefício pleiteado. Restou, também, demonstrado que exerceu atividade rural, pelo período exigido na tabela contida no art. 142 da Lei 8.213/91.
- Ausente pedido na via administrativa, fixa-se o termo inicial do benefício a partir da citação.
- A correção monetária deverá incidir consoante dispõem as Súmulas nº 148 do Colendo STJ e 08 desta E. Corte e Resolução n. 242, de 09-07-2001, do Conselho da Justiça Federal, que aprovou o Manual de Orientação de Procedimentos para Cálculos na Justiça Federal.
- Os juros de mora incidem desde a citação, à razão de 1% (um por cento) ao mês, a teor do que dispõem os artigos 219 do CPC e 406 do Código Civil (Lei n° 10.406/2002).
- Os honorários advocatícios devem incidir em 10% sobre o total das parcelas vencidas até a data de prolação do acórdão.
- Isenta a autarquia do pagamento de custas processuais, a teor do disposto no inciso I, art. 9º, da Lei 6032/74 e, mais recentemente, nos termos do § 1º do art. 8º da Lei 8620/93.
- Implantação do benefício, nos termos do artigo 461, do CPC, tendo em vista a ausência de efeito suspensivo nos eventuais recursos interpostos nas instâncias superiores.
- Apelação parcialmente provida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por maioria, em dar parcial provimento à apelação e determinar a expedição de ofício/e-mail ao INSS, com os documentos necessários, para que, independentemente do trânsito em julgado, implante o benefício, nos termos do voto da Relatora, com quem votou o Des. Federal Antonio Cedenho, vencida a Des. Federal Leide Polo que negava provimento à apelção e afastava a expedição de ofício ao INSS.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.99.028141-3 AC 1133647
ORIG.	:	0400001533 1 Vr AMPARO/SP 0400045007 1 Vr AMPARO/SP
APTE	:	CLEUSA CAMPOS MACEDO
ADV	:	JANAINA DE OLIVEIRA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CARLOS ANTONIO GALAZZI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURÍCOLA - ART. 143 DA LEI 8.213/91, COM A REDAÇÃO DETERMINADA PELA LEI 9.063 DE 14 DE JUNHO DE 1995 - AGRAVO RETIDO NÃO CONHECIDO - COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS - APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA - EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO PARA IMPLANTAÇÃO DO BENEFÍCIO.
- Agravo retido não conhecido, visto que não reiterado, expressamente, nas razões de apelação.
- Segundo o artigo 143 da Lei 8.213/91, com a redação determinada pela Lei 9.063 de 14 de junho de 1995, os trabalhadores rurais que, embora enquadrados como segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social, não verteram para a previdência as necessárias contribuições, terão direito à aposentadoria por idade, restrita ao valor de um salário mínimo, durante quinze anos, contados a partir de 24 de julho de 1991, data da vigência daquela lei, desde que comprovem o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idênticos à carência do referido benefício.
- Na hipótese, a parte autora implementou o requisito da idade, condição essencial para obtenção do benefício pleiteado. Restou, também, demonstrado que exerceu atividade rural, pelo período exigido na tabela contida no art. 142 da Lei 8.213/91.
- Ausente pedido na via administrativa, fixa-se o termo inicial do benefício a partir da citação.
- A correção monetária deverá incidir consoante dispõem as Súmulas nº 148 do Colendo STJ e 08 desta E. Corte e Resolução n. 242, de 09-07-2001, do Conselho da Justiça Federal, que aprovou o Manual de Orientação de Procedimentos para Cálculos na Justiça Federal.
- Os juros de mora incidem desde a citação, à razão de 1% (um por cento) ao mês, a teor do que dispõem os artigos 219 do CPC e 406 do Código Civil (Lei n° 10.406/2002.
- Os honorários advocatícios devem incidir em 10% sobre o total das parcelas vencidas até a data de prolação do acórdão.
- Isenta a autarquia do pagamento de custas processuais, a teor do disposto no inciso I, art. 9º, da Lei 6032/74 e, mais recentemente, nos termos do § 1º do art. 8º da Lei 8620/93.
- Implantação do benefício, nos termos do artigo 461, do CPC, tendo em vista a ausência de efeito suspensivo nos eventuais recursos interpostos nas instâncias superiores.
- Apelação parcialmente provida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por maioria, em dar parcial provimento à apelação e determinar a expedição de ofício/e-mail ao INSS, com os documentos necessários, para que, independentemente do trânsito em julgado, implante o benefício, nos termos do voto da Relatora, com quem votou o Des. Federal Antonio Cedenho, vencida a Des. Federal Leide Polo que negava provimento à apelação e afastava a expedição de ofício ao INSS.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.99.028277-6 AC 1133767
ORIG.	:	0500000558 1 Vr CAPAO BONITO/SP
APTE	:	EMILIA SILVINA DE OLIVEIRA
ADV	:	MARIA SILVIA GALVAO VIEIRA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	PAULO MEDEIROS ANDRE
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURÍCOLA - ART. 143 DA LEI 8.213/91, COM A REDAÇÃO DETERMINADA PELA LEI 9.063 DE 14 DE JUNHO DE 1995 - COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS - APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA - EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO PARA IMPLANTAÇÃO DO BENEFÍCIO.
- Segundo o artigo 143 da Lei 8.213/91, com a redação determinada pela Lei 9.063 de 14 de junho de 1995, os trabalhadores rurais que, embora enquadrados como segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social, não verteram para a previdência as necessárias contribuições, terão direito à aposentadoria por idade, restrita ao valor de um salário mínimo, durante quinze anos, contados a partir de 24 de julho de 1991, data da vigência daquela lei, desde que comprovem o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idênticos à carência do referido benefício.
- Na hipótese, a parte autora implementou o requisito da idade, condição essencial para obtenção do benefício pleiteado. Restou, também, demonstrado que exerceu atividade rural, pelo período exigido na tabela contida no art. 142 da Lei 8.213/91.
- Ausente pedido na via administrativa, fixa-se o termo inicial do benefício a partir da citação.
- A correção monetária deverá incidir consoante dispõem as Súmulas nº 148 do Colendo STJ e 08 desta E. Corte e Resolução n. 242, de 09-07-2001, do Conselho da Justiça Federal, que aprovou o Manual de Orientação de Procedimentos para Cálculos na Justiça Federal.
- Os juros de mora incidem desde a citação, à razão de 1% (um por cento) ao mês, a teor do que dispõem os artigos 219 do CPC e 406 do Código Civil (Lei n° 10.406/2002.
- Os honorários advocatícios devem incidir em 10% sobre o total das parcelas vencidas até a data de prolação do acórdão.
- Isenta a autarquia do pagamento de custas processuais, a teor do disposto no inciso I, art. 9º, da Lei 6032/74 e, mais recentemente, nos termos do § 1º do art. 8º da Lei 8620/93.
- Implantação do benefício, nos termos do artigo 461, do CPC, tendo em vista a ausência de efeito suspensivo nos eventuais recursos interpostos nas instâncias superiores.
- Apelação parcialmente provida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por maioria, em dar parcial provimento à apelação e determinar a expedição de ofício/e-mail ao INSS, com os documentos necessários, para que, independentemente do trânsito em julgado, implante o benefício, nos termos do voto da Relatora, com quem votou o Des. Federal Antonio Cedenho, vencida a Des. Federal Leide Polo que negava provimento à apelação e afastava a expedição de ofício ao INSS.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.99.028919-9 AC 1134507
ORIG.	:	0400001658 3 Vr RIO CLARO/SP 0400007820 3 Vr RIO CLARO/SP
APTE	:	ARLINDA PECCIN GASPARINI (= ou > de 60 anos)
ADV	:	ULIANE TAVARES RODRIGUES
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MAISA DA COSTA TELLES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 3 VARA DE RIO CLARO SP
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURÍCOLA - ART. 143 DA LEI 8.213/91, COM A REDAÇÃO DETERMINADA PELA LEI 9.063 DE 14 DE JUNHO DE 1995 - REMESSA OFICIAL NÃO CONHECIDA - TERMO INICIAL DO BENEFÍCIO - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - APELAÇÃO IMPROVIDA.
- Não está sujeita ao duplo grau de jurisdição a sentença em que a condenação não exceder a 60 salários-mínimos (art. 475, parágrafo 2º, CPC, acrescentado pela Lei nº 10352 de 26/12/2001).
- Segundo o artigo 143 da Lei 8.213/91, com a redação determinada pela Lei 9.063 de 14 de junho de 1995, os trabalhadores rurais que, embora enquadrados como segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social, não verteram para a previdência as necessárias contribuições, terão direito à aposentadoria por idade, restrita ao valor de um salário mínimo, durante quinze anos, contados a partir de 24 de julho de 1991, data da vigência daquela lei, desde que comprovem o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idênticos à carência do referido benefício.
- A data do início do benefício deve coincidir com a data da citação, quando somente nesta ocasião o instituto-réu tomou conhecimento da pretensão da autora e a ela resistiu.
- No que se refere ao percentual dos honorários advocatícios, mantenho-os, pois embora fixados em desacordo com o entendimento desta E. Turma, a autarquia deles não recorreu.
- Remessa oficial não conhecida.
- Apelação improvida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em não conhecer da remessa oficial e negar provimento à apelação.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.99.029188-1 AC 1135422
ORIG.	:	0500000599 1 Vr GETULINA/SP 0500002684 1 Vr GETULINA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOSE ANTONIO BIANCOFIORE
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	JOANA SARAGOCA
ADV	:	MARCIA REGINA ARAUJO PAIVA
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURÍCOLA - ART. 143 DA LEI 8.213/91, COM A REDAÇÃO DETERMINADA PELA LEI 9.063 DE 14 DE JUNHO DE 1995 - NÃO COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS - APELAÇÃO PROVIDA.
- Segundo o artigo 143 da Lei 8.213/91, com a redação determinada pela Lei 9.063 de 14 de junho de 1995, os trabalhadores rurais que, embora enquadrados como segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social, não verteram para a previdência as necessárias contribuições, terão direito à aposentadoria por idade, restrita ao valor de um salário mínimo, durante quinze anos, contados a partir de 24 de julho de 1991, data da vigência daquela lei, desde que comprovem o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idênticos à carência do referido benefício.

- Na hipótese, a parte autora implementou o requisito da idade, condição essencial para obtenção do benefício pleiteado. Não restou, porém demonstrado, que exerceu atividade rural, pelo período exigido na tabela contida no art. 142 da Lei 8.213/91.
- A parte autora está isenta das verbas de sucumbência por ser beneficiária da justiça gratuita.
- Apelação provida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em dar provimento à apelação.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.99.032359-6 AC 1139718
ORIG.	:	0500001356 3 Vr MATAO/SP
APTE	:	MARIA FRANCISCA DE SANTANA (= ou > de 60 anos)
ADV	:	GUSTAVO MARTIN TEIXEIRA PINTO
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURÍCOLA - PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO - PRESENTE INÍCIO DE PROVA MATERIAL - EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO - RECURSO DA PARTE AUTORA PROVIDO.
- Em que pese o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, não cabe ao Poder Judiciário substituir a administração previdenciária. Assim, necessário o prévio requerimento administrativo para o ajuizamento da ação, salvo se notório que os documentos juntados aos autos não seriam aceitos pela autarquia previdenciária, como início de prova material, para análise do benefício pretendido e na hipótese da lide ficar configurada pela contestação do mérito, em juízo.
- Apelação a que se dá provimento para anular a sentença e determinar que os autos voltem à comarca de origem, para regular prosseguimento do feito.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em dar provimento ao recurso interposto pela parte autora para anular a R. sentença e determinar o retorno dos autos à Vara de origem para que a ação tenha regular processamento.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.99.033055-2 AC 1140468
ORIG.	:	0600000618 1 Vr PALMEIRA D OESTE/SP 0600009822 1 Vr PALMEIRA D OESTE/SP
APTE	:	MARIA CONCEICAO DA SILVA BRITO
ADV	:	LUCIANO ANGELO ESPARAPANI
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURÍCOLA - PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO - PRESENTE INÍCIO DE PROVA MATERIAL - EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO - RECURSO DA PARTE AUTORA PROVIDO.
- Em que pese o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, não cabe ao Poder Judiciário substituir a administração previdenciária. Assim, necessário o prévio requerimento administrativo para o ajuizamento da ação, salvo se notório que os documentos juntados aos autos não seriam aceitos pela autarquia previdenciária, como início de prova material, para análise do benefício pretendido e na hipótese da lide ficar configurada pela contestação do mérito, em juízo.
- Apelação a que se dá provimento para anular a sentença e determinar que os autos voltem à comarca de origem, para regular prosseguimento do feito.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em dar provimento ao recurso interposto pela parte autora para anular a R. sentença e determinar o retorno dos autos à Vara de origem para que a ação tenha regular processamento.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.99.035364-3 AC 1145209
ORIG.	:	0400000901 1 Vr PAULO DE FARIA/SP 0400008680 1 Vr PAULO DE FARIA/SP
APTE	:	ANTONIO ARANHA DE MORAIS
ADV	:	HOSANA APARECIDO CARNEIRO GONCALVES
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOAO LUIZ MATARUCO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURÍCOLA - ART. 143 DA LEI 8.213/91, COM A REDAÇÃO DETERMINADA PELA LEI 9.063 DE 14 DE JUNHO DE 1995 - NÃO COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS - APELAÇÃO IMPROVIDA.
- Segundo o artigo 143 da Lei 8.213/91, com a redação determinada pela Lei 9.063 de 14 de junho de 1995, os trabalhadores rurais que, embora enquadrados como segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social, não verteram para a previdência as necessárias contribuições, terão direito à aposentadoria por idade, restrita ao valor de um salário mínimo, durante quinze anos, contados a partir de 24 de julho de 1991, data da vigência daquela lei, desde que comprovem o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idênticos à carência do referido benefício.
- Na hipótese, a parte autora implementou o requisito da idade, condição essencial para obtenção do benefício pleiteado. Não restou, porém, demonstrado que exerceu atividade rural, pelo período exigido na tabela contida no art. 142 da Lei 8.213/91.
- Apelação improvida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em negar provimento à apelação.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.99.036412-4 AC 1146683
ORIG.	:	0500001137 1 Vr PIEDADE/SP 0500051909 1 Vr PIEDADE/SP
APTE	:	JOSE ANTUNES CUNHA
ADV	:	DENISE DE JESUS ZABOTI THOMAZZO
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CINTIA RABE
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. EVA REGINA / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURÍCOLA - ART. 143 DA LEI 8.213/91, COM A REDAÇÃO DETERMINADA PELA LEI 9.063 DE 14 DE JUNHO DE 1995 - NÃO COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS - APELAÇÃO IMPROVIDA.
- Segundo o artigo 143 da Lei 8.213/91, com a redação determinada pela Lei 9.063 de 14 de junho de 1995, os trabalhadores rurais que, embora enquadrados como segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social, não verteram para a previdência as necessárias contribuições, terão direito à aposentadoria por idade, restrita ao valor de um salário mínimo, durante quinze anos, contados a partir de 24 de julho de 1991, data da vigência daquela lei, desde que comprovem o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idênticos à carência do referido benefício.
- Na hipótese, a parte autora implementou o requisito da idade, condição essencial para obtenção do benefício pleiteado. Não restou, porém, demonstrado que exerceu atividade rural, pelo período exigido na tabela contida no art. 142 da Lei 8.213/91.
- Apelação improvida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, ACORDAM os Desembargadores da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos do relatório e voto da Senhora Relatora, constantes dos autos, e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, por unanimidade, em negar provimento à apelação.
São Paulo, 05 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	98.03.087742-9 AC 442079
ORIG.	:	9600004447 3 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	RAILVA ALZIRA RAMPAZZO MORALES
ADV	:	JACINEA DO CARMO DOS SANTOS
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HELOISA NAIR SOARES DE CARVALHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. REAJUSTAMENTO DO VALOR DOS BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA.
I.A forma de reajuste previsto na Súmula nº 260 do ex-TFR deve ser aplicada aos benefícios previdenciários concedidos até 04/04/1989, tendo em vista que a respectiva Súmula perdeu eficácia em 05/04/1989.
II.A Súmula nº 260 não previu nem autorizou a vinculação do reajuste dos benefícios previdenciários ao salário mínimo, o que ocorrera tão somente com a edição do artigo 58 do ADCT.
III.Com a edição da Lei nº 8.213/91, passou o INPC a constituir-se índice idôneo ao reajustamento dos proventos previdenciários. A partir de jan/93, o IRSM, por força da Lei nº 8.542/92.
IV.O art. 9º da Lei nº 8.542/92, alterado pela Lei nº 8.700/93, determina o reajuste dos proventos previdenciários a cada quatro meses, não sendo possível ao magistrado alterá-lo para mensal, diante do respaldo legal.
V.Indevida a incorporação do reajuste de 10%, quando da conversão dos benefícios previdenciários em URV, determinada pela Lei nº 8.880, a partir de 1º/03/94.
VI.Não procede o pedido de aplicação de 8,04%, referente ao aumento do salário mínimo em setembro/94, aos benefícios com valor superior ao piso constitucional, diante da revogação expressa do inciso II, do artigo 41 da Lei nº 8.213/91, pela Lei nº 8.542/92.
VII.A MP nº 1.415 de 29/04/96, revogou o artigo 29 da Lei nº 8.880/94 e determinou o reajustamento dos proventos pagos pelo INSS, em maio de 1996, pela variação do IGP-DI/FGV. O respectivo mecanismo continua em vigor consoante a MP nº 1.946, em sua 34ª edição, de 09/12/99.
VIII.Os indexadores de reajustes estão amparados legalmente, descabendo qualquer inconformismo quanto as sistemáticas adotadas pelo INSS.
IX.Apelação improvida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata do julgamento, por unanimidade, em negar provimento à apelação da parte autora, nos termos do relatório e voto do Desembargador Federal Relator, que fazem parte integrante do presente acórdão.
São Paulo, 26 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	1999.03.99.028354-3 AC 475446
ORIG.	:	9600000585 1 Vr FARTURA/SP
APTE	:	CACIO FERNANDES MENEGHEL incapaz
REPTE	:	MARIA APARECIDA DA CUNHA MENEGHEL
ADV	:	ULIANE TAVARES RODRIGUES
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CARLOS RIVABEN ALBERS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE FARTURA SP
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO. EXECUÇÃO. REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR. SALDO REMANESCENTE. JUROS DE MORA. PERÍODO DE INCIDÊNCIA. RESOLUÇÃO 373 DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. CORREÇÃO MONETÁRIA.
1. Considera-se Requisição de Pequeno Valor - RPV aquela relativa a crédito cujo valor atualizado, por beneficiário, seja igual ou inferior a sessenta salários mínimos, se devedora for a Fazenda Pública Federal (art. 2ª, I, da Resolução nº 373/2004, do CJF).
2. Conclui-se que, por vontade do legislador ao definir a atualização como sendo puramente monetária, não são devidos juros de mora dentro do prazo previsto para o pagamento.
3. Pela redação dada ao § 1º do artigo 100 da CF, a não-incidência de juros de mora, em face da determinação de atualização puramente monetária, deve ater-se ao período compreendido entre a obrigatória requisição da verba necessária ao pagamento dos débitos das entidades de direito público e a data máxima estipulada para a efetivação de tal pagamento.
4. Para fins de atualização monetária do débito, até o início da vigência da proposta orçamentária mensal, aplicável o IGP-DI, conforme disposto na Resolução nº 242 do Conselho da Justiça Federal. Após essa data, a correção monetária seguirá a orientação traçada pela Resolução nº 373/04 do Conselho da Justiça Federal, que prevê o IPCA-E como fator de atualização.
5. Apelo parcialmente provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da 7ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata de julgamento, por maioria, em dar parcial provimento a apelação, nos termos do voto do Relator, com quem votou o Des. Federal ANTONIO CEDENHO, vencida parcialmente a Des. Federal LEIDE POLO que lhe negava provimento.
São Paulo, 26 de fevereiro de 2007. (data do julgamento).

PROC.	:	1999.03.99.068320-0 AC 511754
ORIG.	:	9700000542 1 Vr MIRANDOPOLIS/SP
APTE	:	NELSON YURASSECK e outros
ADV	:	ANA LAURA LYRA ZWICKER TSUZUKI
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ANTONIO CASSIANO DO CARMO RODRIGUES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE MIRANDOPOLIS SP
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. REAJUSTAMENTO DO VALOR DOS BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA.
I.No âmbito previdenciário, face o caráter alimentar das prestações devidas aos segurados, resta ileso o fundo do direito pleiteado. Cabe a revisão do benefício a qualquer tempo, ressaltando-se que a fruição dos efeitos financeiros ou patrimoniais daí decorrente terá que ser sujeitada à prescrição qüinqüenal.
II.O reajuste de 147,06% foi pago em parcelas devidamente atualizadas, segundo a variação do INPC, nos termos do § 6º do artigo 41 da Lei nº 8.213/91, em sua primitiva redação, inexistindo direito a quaisquer diferenças.

III.Os autores estão isentos das verbas de sucumbência por serem beneficiários da justiça gratuita.
IV.Matéria preliminar rejeitada. Remessa oficial e apelação do INSS providas. Apelação dos autores improvida.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata do julgamento, por unanimidade, em rejeitar a matéria preliminar, dar provimento à remessa oficial e à apelação do INSS, bem como negar provimento à apelação dos autores, nos termos do relatório e voto do Desembargador Federal Relator, que fazem parte integrante do presente acórdão.
São Paulo, 05 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	1999.03.99.097051-0 AC 538851
ORIG.	:	9809010532 1 Vr SOROCABA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CLEIDINEIA GONZALES RODRIGUES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	CARMELA FERRATO TOZZI e outros
ADV	:	TAGINO ALVES DOS SANTOS
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE SOROCABA Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. REAJUSTAMENTO DO VALOR DOS BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA.
I.Os benefícios previdenciários devem ser corrigidos pelo Salário Mínimo de Referência durante a vigência do Decreto-Lei nº 2.351/87, até março de 1989, a partir de quando passa a incidir o artigo 58 do ADCT, com a equivalência dos benefícios em salários mínimos.
II.Na aplicação do artigo 58 do ADCT deve ser utilizado o Piso Nacional de Salários.
III.A parte autora está isenta das verbas de sucumbência por ser beneficiária da justiça gratuita.
IV.Remessa oficial e apelação do INSS providas.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata do julgamento, por unanimidade, em dar provimento à remessa oficial e à apelação do INSS, nos termos do relatório e voto do Desembargador Federal Relator, que fazem parte integrante do presente acórdão.
São Paulo, 26 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	1999.61.00.022645-0 AC 923117
ORIG.	:	6V Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	JOSEFA SOARES DA SILVA
ADV	:	MIRIAM APARECIDA SERPENTINO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JANDYRA MARIA GONCALVES REIS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 6 VARA PREVIDENCIARIA DE SAO PAULO SP>1ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

EMENTA
PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. QUALIDADE DE SEGURADO. COMPANHEIRA. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA PRESUMIDA. REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS. PROCEDÊNCIA. TERMO INICIAL DO BENEFÍCIO. CORREÇÃO MONETÁRIA. VERBA HONORÁRIA.
I - Remessa oficial não conhecida, em observância ao disposto no § 2º, do artigo 475, do Código de Processo Civil e, sendo assim, rejeitada a preliminar argüida pelo INSS em que requer o reexame de toda a matéria desfavorável à ele, devendo ser analisada somente a matéria alegada em razões de apelação.
II - A condição de segurado do de cujus junto à Previdência Social restou devidamente comprovada, tendo em vista que seus filhos receberam pensão por morte até completarem 21 anos.
III - Comprovada a união estável entre a companheira e o falecido através de prova material e testemunhal, demonstrando o domicílio em comum e a relação pública e duradoura, a dependência econômica é presumida, a teor do art. 16, § 4º, da Lei n° 8.213/91.
IV - Por força do art. 26, inciso I, da Lei nº 8.213/91, o benefício de pensão por morte independe de carência, bastando a comprovação de que o falecido era segurado da Previdência Social na data do óbito, bem como a dependência da parte autora em relação ao de cujus, para ensejar a concessão do benefício.
V - O benefício já era pago aos dependentes do falecido em sua integridade, de modo que o termo a quo deve ser mantido na data da sentença (20-05-2003) no percentual de 50% (cinqüenta por cento) e, a partir de 07-02-2004, na razão de 100% (cem por cento) do valor do benefício, abatendo-se do valor devido a parcela que estava sendo paga ao menor José Hilson Torres.
VI - As parcelas em atraso devem ser corrigidas monetariamente nos termos do disposto no Provimento n.º 26/01 da E. Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 3º Região, observando-se a Súmula nº 08 desta Corte Regional e a Súmula nº 148 do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.
VII - Os honorários advocatícios são fixados em R$ 350,00 (trezentos e cinqüenta reais), tendo em vista que o termo inicial do benefício coincide com a data da sentença, razão pela qual a aplicação da condenação de acordo com o entendimento desta Turma resultaria em um montante irrisório.
VIII - Remessa oficial não conhecida. Matéria preliminar rejeitada. Apelação do INSS conhecida em parte e parcialmente provida. Apelação da parte autora parcialmente provida.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata do julgamento em, por unanimidade, não conhecer da remessa oficial e de parte da apelação do INSS e, na parte conhecida, rejeitar a matéria preliminar e, no mérito, dar-lhe parcial provimento e dar parcial provimento à apelação da parte autora, nos termos do relatório e voto do Desembargador Federal Relator, que fazem parte integrante do presente acórdão.
São Paulo, 05 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	1999.61.15.000916-9 AC 1079698
ORIG.	:	1 Vr SAO CARLOS/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LAERCIO PEREIRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ROSALINA BATISTA MARCICO e outros
ADV	:	ANTONIO CARLOS PASTORI
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE SAO CARLOS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

EMENTA
PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. TRABALHADOR URBANO. PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO. ESPOSA E FILHOS. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA PRESUMIDA. REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS. REDAÇÃO ORIGINAL DO ARTIGO 102 DA LEI N° 8.213/91. PROCEDÊNCIA. TERMO INICIAL DO BENEFÍCIO. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
I - Remessa oficial conhecida, em observância ao disposto no § 2º, do artigo 475, do Código de Processo Civil.
II - Para a concessão do benefício previdenciário de pensão por morte torna-se necessária a comprovação da qualidade de segurado do de cujus junto à Previdência Social na data do óbito, bem como a dependência econômica dos requerentes em relação ao mesmo, nos termos do art. 74 da Lei nº 8.213/91.
III - Tendo o de cujus falecido após o período de graça, perdeu ele a condição de segurado obrigatório junto à Previdência Social, nos termos do art. 15 da Lei nº 8.213/91. Todavia, a lei aplicável ao presente caso é a vigente na data do óbito, sendo assim, tendo o óbito ocorrido em 27-06-1997, estava em vigor a Lei n° 8.213/91 em sua redação original, ou seja, antes das alterações da Lei n° 9.528/97, de modo que a perda da qualidade de segurado do falecido não importa em extinção do direito à percepção pela parte autora da pensão por morte, tendo em vista o preenchimento de todos os requisitos exigíveis à concessão do referido benefício, de acordo com o previsto no artigo 102 da Lei n° 8.213/91 em sua redação original.
IV - Necessário salientar que, em relação ao cônjuge e aos filhos não emancipados, de qualquer condição, menores de vinte e um anos ou inválidos, a dependência econômica é presumida, a teor do § 4º, do art. 16, da Lei nº 8.213/91, regulamentada pelo Decreto nº 3.048/99 e posteriormente pelo Decreto nº 4.032/01.
V - Ressalto que, por força do art. 26, inciso I, da Lei nº 8.213/91, o benefício de pensão por morte independe de carência.
VI - Preenchidos os requisitos legais, a parte autora faz jus à concessão do benefício pleiteado.
VII - O benefício é devido desde a data do óbito, conforme disposição do art. 74 da Lei nº 8.213/91, com a redação anterior às modificações estabelecidas pela Lei nº 9.528/97, devendo ser observada a prescrição qüinqüenal, nos termos do artigo 219, § 5º, do Código de Processo Civil, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 11.280 de 16-02-2006.
VIII - As parcelas em atraso devem ser corrigidas monetariamente nos termos do disposto no Provimento nº 26/01 da E. Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 3º Região, observando-se a Súmula nº 08 desta Corte Regional e a Súmula nº 148 do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.
IX - Os honorários advocatícios são mantidos em 10% (dez por cento) sobre o total da condenação, excluídas as parcelas vincendas, considerando-se as prestações vencidas as compreendidas entre o termo inicial do benefício e a data da sentença (Súmula nº 111 do STJ).
X - Remessa oficial parcialmente provida. Apelação do INSS improvida.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata do julgamento em, por maioria, dar parcial provimento à remessa oficial e negar provimento à apelação do INSS, nos termos do voto do Relator, com quem votou o Juiz Convocado Dr. RODRIGO ZACHARIAS, vencida a Des. Federal LEIDE POLO que lhes dava provimento.
São Paulo, 05 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2000.03.99.007466-1 AC 569424
ORIG.	:	9800000657 2 Vr TATUI/SP
APTE	:	JORGE DE MOURA NUNES
ADV	:	SERGIO LUIS ALMEIDA BARROS
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SUZETE MARTA SANTIAGO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. ATIVIDADES RURAIS E URBANAS. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS.
I.A aposentadoria por velhice deve ser interpretada como sendo a aposentadoria por idade prevista na Lei nº 8.213/91, restando evidente, pela análise do pedido do autor, a sua intenção de receber o referido benefício, devido à idade avançada e época do preenchimento do requisito etário.
II.Apesar do pedido ter sido extinto sem julgamento do mérito, se o processo teve regular processamento em primeira instância, e a matéria de que trata o recurso interposto não é mais de fato, mas exclusivamente de direito, encontrando-se o feito em condições de ser julgado, permite-se o conhecimento imediato da lide por esta Corte, nos termos do art. 515, § 3º, do CPC, criado pela Lei nº 10.352, de 26.12.2001.
III.Inviável a concessão do benefício de aposentadoria por idade devido aos rurícolas, uma vez que a parte autora não permaneceu nas lides rurais até o momento em que completou a idade mínima legalmente exigida, passando a exercer atividade de cunho eminentemente urbano.
IV.Sob outro aspecto, à época em que a presente demanda foi ajuizada, a parte autora também não reunia todos os requisitos necessários à concessão da aposentadoria por idade urbana, em virtude do não cumprimento do requisito carência.
V.Ausência de condenação da parte autora nas verbas da sucumbência por ser beneficiária da justiça gratuita.
VI.Apelação da parte autora provida, para anular a r. sentença. Pedido julgado improcedente.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata do julgamento em, por unanimidade, dar provimento à apelação da parte autora para anular a R. sentença e, com fulcro no artigo 515, parágrafo 3º do CPC, julgar improcedente o pedido, nos termos do relatório e voto do Desembargador Federal Relator, que fazem parte integrante do presente acórdão.
São Paulo, 05 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2001.03.99.027964-0 AC 701491
ORIG.	:	9900001217 1 Vr CERQUEIRA CESAR/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	GILSON RODRIGUES DE LIMA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MARIO RIBEIRO
ADV	:	FRANCISCO ORLANDO DE LIMA
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE CERQUEIRA CESAR SP
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. IMPROCEDÊNCIA.
I.Remessa oficial não conhecida, em observância ao disposto no §2º, do artigo 475, do Código de Processo Civil.
II.O agravo retido figura como instrumento jurídico inadequado para discutir questões ventiladas em incidente cujo trâmite corre em apartado aos autos principais. A questão deveria ter recebido seu desfecho nos autos da impugnação, tendo ocorrido a preclusão em relação à matéria.
III.Não é nula a sentença quando o juiz, embora sem grande desenvolvimento, deu as especificações dos fatos e a razão de seu convencimento havendo decidido dentro dos limites em que as partes reclamaram, sem a eiva dos vícios de extra, ultra ou citra petita.
IV.Tratando-se de causas que envolvam segurados e previdência social, não havendo na comarca domicílio do beneficiário, vara do juízo federal, as ações poderão ser processadas e julgadas na justiça estadual.
V.Rejeita-se a preliminar de inépcia da inicial, tendo a parte autora instruído a exordial com os documentos necessários à propositura da ação, nos termos dos artigos 282 e 283, do Código de Processo Civil.
VI.É considerada atividade rural em regime de economia familiar aquela em que o trabalho dos membros da família é indispensável à sua própria subsistência e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados.
VII.Verificando-se o enquadramento sindical como "Empregador IIB", torna-se inviável enquadrar a parte autora como segurada especial, entendida como o pequeno produtor rural que vive sob o regime de economia familiar.
VIII.Ausência de condenação da parte autora nas verbas da sucumbência por ser beneficiária da justiça gratuita.
IX.Remessa oficial não conhecida. Agravo retido não conhecido. Matéria preliminar rejeitada. No mérito, apelação do INSS provida.

A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata do julgamento em, por unanimidade, não conhecer da remessa oficial e do agravo retido, rejeitar a matéria preliminar e, no mérito, dar provimento à apelação do INSS, nos termos do relatório e voto do Desembargador Federal Relator, que fazem parte integrante do presente acórdão.
São Paulo, 05 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2001.03.99.030542-0 AC 705822
ORIG.	:	9900000059 1 Vr CACHOEIRA PAULISTA/SP
APTE	:	JORGE RODRIGUES DA SILVA
ADV	:	FELICIANO JOSE DOS SANTOS
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	STELA MARCIA DA SILVA CARLOS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADOR URBANO. NÃO PREENCHIMENTO DE REQUISITO LEGAL. PERÍODO DE CARÊNCIA. IMPROCEDÊNCIA.
I.Para a concessão da aposentadoria por idade, além do requisito etário, a legislação previdenciária exige a comprovação do recolhimento de contribuições pelo número de meses referente à carência prevista, em conformidade com a tabela do artigo 142, da Lei nº 8.213/91, para o Segurado que está coberto pela Previdência Social Urbana anteriormente à edição da referida lei.
II.A parte autora não faz jus a concessão de aposentadoria por idade, posto que ausente um dos requisitos, qual seja, a comprovação do período de carência, razão pela qual deve a demanda ser julgada improcedente
III.Apelação da parte autora improvida.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata do julgamento, por unanimidade, em negar provimento à apelação da parte autora, nos termos do relatório e voto do Desembargador Federal Relator, que fazem parte integrante do presente acórdão.
São Paulo, 05 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2001.03.99.031514-0 AC 707524
ORIG.	:	0000001200 1 Vr NHANDEARA/SP
APTE	:	AURORA GARCIA MARTINES DE CASTRO
ADV	:	VALDIR BERNARDINI
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOSE LUIZ SFORZA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS.
I.Para a comprovação da atividade laborativa exercida nas lides rurais, sem o devido registro em carteira, torna-se necessária a apresentação de um início razoável de prova material corroborada pela prova testemunhal.
II.Inviável a concessão do benefício pleiteado devido à ausência de prova robusta a comprovar os fatos alegados na exordial.
III.Ausência de condenação da parte autora nas verbas da sucumbência por ser beneficiária da justiça gratuita.
IV.Apelação da parte autora improvida.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata do julgamento em, por unanimidade, negar provimento à apelação da parte autora, nos termos do relatório e voto do Desembargador Federal Relator, que fazem parte integrante do presente acórdão.
São Paulo, 05 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2001.03.99.034647-1 AC 713281
ORIG.	:	0000000826 1 Vr PIRASSUNUNGA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ANTONIO MARCOS PINTO BORELLI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	SEBASTIAO BALDIN
ADV	:	JOAO HENRIQUE TREVILLATO SUNDFELD
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE PIRASSUNUNGA SP
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. IMPROCEDÊNCIA.
I. Remessa oficial não conhecida, em observância ao disposto no § 2º, do artigo 475, do Código de Processo Civil.
II. É considerada atividade rural em regime de economia familiar aquela em que o trabalho dos membros da família é indispensável à sua própria subsistência e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados.
III.Verificando-se o enquadramento sindical como "Empregador IIB" e a posse de duas propriedades rurais, torna-se inviável enquadrar a parte autora como segurada especial, entendida como o pequeno produtor rural que vive sob o regime de economia familiar.
IV.Ausência de condenação da parte autora nas verbas da sucumbência por ser beneficiária da justiça gratuita.
V. Remessa oficial não conhecida. Apelação do INSS provida.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata do julgamento em, por unanimidade, não conhecer da remessa oficial e dar provimento à apelação do INSS, nos termos do relatório e voto do Desembargador Federal Relator, que fazem parte integrante do presente acórdão.
São Paulo, 05 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2001.60.00.003964-3 AC 925327
ORIG.	:	2 Vr CAMPO GRANDE/MS
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ADRIANA MARIA DE CASTRO RODRIGUES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ANTONIO PEREIRA PRIMO (= ou > de 65 anos)
ADV	:	WILLIAM MARCIO TOFFOLI
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADOR URBANO. QUALIDADE DE SEGURADO. PROCEDÊNCIA.
I.A parte autora faz jus à concessão do benefício de aposentadoria por idade, uma vez demonstrada a implementação, ainda que não simultânea, dos requisitos legais, nos termos da legislação previdenciária. Precedentes do STJ.
II.A Lei nº 10.666/03, desconsiderou a qualidade de segurado como condição ao recebimento do benefício previsto no artigo 48, da Lei nº 8.213/91, exigindo somente o tempo de contribuição referente ao período de carência, na data em que a parte autora implementou todos os requisitos necessários para a concessão do benefício.
III.Em matéria de Direito Previdenciário, presentes os requisitos legais à concessão do benefício do artigo 201, V, da Constituição Federal, meros formalismos da legislação processual vigente não podem obstar a concessão da tutela antecipada ex-officio, para determinar ao INSS a imediata implantação do benefício, que é de caráter alimentar, sob pena de se sobrepor a norma do artigo 273 do CPC aos fundamentos da República Federativa do Brasil, como a "dignidade da pessoa humana" (CF, art. 1º, III), impedindo que o Poder Judiciário contribua no sentido da concretização dos objetivos da mesma República, que são "construir uma sociedade livre, justa e solidária", bem como "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais" (CF, art. 3º, I e III).
IV.Erro material corrigido de ofício. Apelação do INSS improvida. Remessa oficial tida por interposta parcialmente provida.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata do julgamento, por unanimidade, de ofício, em retificar o erro material constante na r. sentença, negar provimento à apelação do INSS, dar parcial provimento à remessa oficial tida por interposta e determinar a expedição de ofício ao INSS, nos termos do relatório e voto do Desembargador Federal Relator, que fazem parte integrante do presente acórdão.
São Paulo, 05 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2002.03.99.005902-4 AC 775011
ORIG.	:	0000000232 2 Vr OLIMPIA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ORISON MARDEN JOSE DE OLIVEIRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	HELENA DAVID DAS NEVES
ADV	:	FRANCISCO INACIO P LARAIA
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 2 VARA DE OLIMPIA SP
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS. IMPROCEDÊNCIA.
I.Remessa oficial não conhecida, em observância ao disposto no § 2º, do artigo 475, do Código de Processo Civil.
II.Para a comprovação da atividade laborativa exercida nas lides rurais, sem o devido registro em carteira, torna-se necessária a apresentação de um início razoável de prova material corroborada pela prova testemunhal.
III.Inviável a concessão do benefício pleiteado devido à ausência de prova robusta a comprovar os fatos alegados na exordial.
IV.Ausência de condenação da parte autora nas verbas da sucumbência por ser beneficiária da justiça gratuita.
V.Remessa oficial não conhecida. Apelação do INSS provida. Recurso adesivo da parte autora prejudicado.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata do julgamento em, por unanimidade, não conhecer da remessa oficial, dar provimento à apelação do INSS, restando prejudicado o recurso adesivo da parte autora, nos termos do relatório e voto do Desembargador Federal Relator, que fazem parte integrante do presente acórdão.
São Paulo, 05 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2002.03.99.008662-3 AC 780016
ORIG.	:	9700477223 3V Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	ANTONIO AYRES GONCALVES DE OLIVEIRA
ADV	:	ADAUTO CORREA MARTINS
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SONIA MARIA CREPALDI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. REAJUSTAMENTO DO VALOR DOS BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA.
I.Os benefícios previdenciários são regidos pelo principio tempus regit actum, ou seja, são concedidos conforme a lei vigente à época da concessão, salvo se a lei determine expressamente a retroação de seus preceitos.
II.Para o cálculo do benefícios concedidos após a Constituição Federal de 1988 deve-se observar a média dos 36 últimos salários-de-contribuição, corrigidos monetariamente mês a mês, pela variação do INPC, nos termos da Lei nº 8.213/91 e índices posteriores, condicionada a incidência dos efeitos da supracitada lei a partir de junho/92.
III.Inexiste direito adquirido a qualquer critério de reajuste que não o estabelecido pela Lei nº 8.213/91 e as que lhe sucederam, o que não ofende a garantia de preservação e irredutibilidade do valor real dos benefícios.
IV.Apelação da parte autora improvida.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata do julgamento, por unanimidade, em negar provimento à apelação da parte autora, nos termos do relatório e voto do Desembargador Federal Relator, que fazem parte integrante do presente acórdão.
São Paulo, 26 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2002.61.04.006573-8 AC 887889
ORIG.	:	6 Vr SANTOS/SP
APTE	:	JUANICE BISPO DOS SANTOS
ADV	:	IVO ARNALDO CUNHA DE OLIVEIRA NETO
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MIRIAM DE ANDRADE CARNEIRO LEAO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADOR URBANO. QUALIDADE DE SEGURADO. PROCEDÊNCIA.
I.A parte autora faz jus à concessão do benefício de aposentadoria por idade, uma vez demonstrada a implementação, ainda que não simultânea, dos requisitos legais, nos termos da legislação previdenciária. Precedentes do STJ.
II.A Lei 10.666/03, desconsiderou a qualidade de segurado como condição ao recebimento do benefício previsto no artigo 48, da Lei 8.213/91, exigindo somente o tempo de contribuição referente ao período de carência, na data em que a parte autora implementou todos os requisitos necessários para a concessão do benefício.
III.O termo inicial do benefício é o da data da citação, na falta de recurso administrativo, a teor do disposto no art. 219 do Código de Processo Civil.
IV.As parcelas em atraso devem ser corrigidas monetariamente nos termos do disposto no Provimento n.º 26/01 da E. Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 3º Região, observando-se a Súmula nº 08 desta Corte Regional e a Súmula nº 148 do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.
V.Juros de mora devidos à razão de 6% (seis por cento) ao ano, a contar da citação e, após a vigência do novo Código Civil, em 11/01/2003 (Lei n.º 10.406/02) à taxa de 12% (doze por cento) ao ano, conforme Enunciado n.º 20 aprovado na Jornada de Direito Civil promovida pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal.
VI.Os honorários advocatícios são fixados em 10% (dez por cento) sobre o total da condenação, excluídas as parcelas vincendas, considerando-se as prestações vencidas as compreendidas entre o termo inicial do benefício e a data da prolação do acórdão.
VII.O INSS é isento do pagamento das custas processuais, nos termos do art. 4º, inc. I, da Lei Federal nº 9.289/96, bem como das despesas processuais, vez que a parte autora é beneficiária da Justiça gratuita.
VIII.Em matéria de Direito Previdenciário, presentes os requisitos legais à concessão do benefício do artigo 201, V, da Constituição Federal, meros formalismos da legislação processual vigente não podem obstar a concessão da tutela antecipada ex-officio, para de-

terminar ao INSS a imediata implantação do benefício, que é de caráter alimentar, sob pena de se sobrepor a norma do artigo 273 do CPC aos fundamentos da República Federativa do Brasil, como a "dignidade da pessoa humana" (CF, art. 1º, III), impedindo que o Poder Judiciário contribua no sentido da concretização dos objetivos da mesma República, que são "construir uma sociedade livre, justa e solidária", bem como "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais" (CF, art. 3º, I e III).
IX.Apelação parcialmente provida.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata do julgamento em, por unanimidade, dar parcial provimento à apelação e determinar a expedição de ofício ao INSS, nos termos do relatório e voto do Desembargador Federal Relator, que fazem parte integrante do presente acórdão.
São Paulo, 05 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2002.61.06.003286-6 AC 874012
ORIG.	:	2 Vr SAO JOSE DO RIO PRETO/SP
APTE	:	SANTOS NUNES PEREIRA (= ou > de 65 anos)
ADV	:	JOSE MUSSI NETO
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MOISES RICARDO CAMARGO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADOR URBANO. QUALIDADE DE SEGURADO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PROCEDÊNCIA.
I.A parte autora faz jus à concessão do benefício de aposentadoria por idade, uma vez demonstrada a implementação, ainda que não simultânea, dos requisitos legais, nos termos da legislação previdenciária. Precedentes do STJ.
II.A Lei 10.666/03, desconsiderou a qualidade de segurado como condição ao recebimento do benefício previsto no artigo 48, da Lei 8.213/91, exigindo somente o tempo de contribuição referente ao período de carência, na data em que a parte autora implementou todos os requisitos necessários para a concessão do benefício.
III.Os honorários advocatícios são fixados em 10% (dez por cento) sobre o total da condenação, excluídas as parcelas vincendas, considerando-se as prestações vencidas as compreendidas entre o termo inicial do benefício e a data da prolação do acórdão.
IV.Em matéria de Direito Previdenciário, presentes os requisitos legais à concessão do benefício do artigo 201, V, da Constituição Federal, meros formalismos da legislação processual vigente não podem obstar a concessão da tutela antecipada ex-officio, para determinar ao INSS a imediata implantação do benefício, que é de caráter alimentar, sob pena de se sobrepor a norma do artigo 273 do CPC aos fundamentos da República Federativa do Brasil, como a "dignidade da pessoa humana" (CF, art. 1º, III), impedindo que o Poder Judiciário contribua no sentido da concretização dos objetivos da mesma República, que são "construir uma sociedade livre, justa e solidária", bem como "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais" (CF, art. 3º, I e III).
V.Apelação provida.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata do julgamento em, por unanimidade, dar provimento à apelação e determinar a expedição de ofício ao INSS, nos termos do relatório e voto do Desembargador Federal Relator, que fazem parte integrante do presente acórdão.
São Paulo, 12 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2002.61.06.005933-1 AC 943873
ORIG.	:	3 Vr SAO JOSE DO RIO PRETO/SP
APTE	:	ANA MARIA DE JESUS OLIVEIRA
ADV	:	ANTONIO DAMIANI FILHO
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	KLEBER AUGUSTO TAGLIAFERRO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS. PROCEDÊNCIA.
I.Conforme a reiterada jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, existindo nos autos início razoável de prova material corroborada pela prova testemunhal colhida nos autos, é possível o reconhecimento de tempo de serviço trabalhado por rurícola para todos os fins previdenciários.
II.A certidão de casamento onde consta a profissão do marido como lavrador, extensível à mulher, insere-se no conceito de início razoável de prova material. Precedentes do STJ.
III.A parte autora faz jus à concessão do benefício de aposentadoria por idade, uma vez demonstrada a implementação dos requisitos legais, nos termos da legislação previdenciária.
IV.O termo inicial do benefício é o da data da citação, na falta de recurso administrativo, a teor do disposto no art. 219 do Código de Processo Civil.
V.As parcelas em atraso devem ser corrigidas monetariamente nos termos do disposto no Provimento n.º 26/01 da E. Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 3º Região, observando-se a Súmula nº 08 desta Corte Regional e a Súmula nº 148 do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.
VI.Juros de mora devidos à razão de 6% (seis por cento) ao ano, a contar da citação e, após a vigência do novo Código Civil, em 11/01/2003 (Lei n.º 10.406/02) à taxa de 12% (doze por cento) ao ano, conforme Enunciado n.º 20 aprovado na Jornada de Direito Civil promovida pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal.

VII.Os honorários advocatícios são fixados em 10% (dez por cento) sobre o total da condenação, excluídas as parcelas vincendas, considerando-se as prestações vencidas as compreendidas entre o termo inicial do benefício e a data da prolação do acórdão.
VIII.O INSS é isento do pagamento das custas processuais, nos termos do art. 4º, inc. I, da Lei Federal nº 9.289/96, bem como das despesas processuais, vez que a parte autora é beneficiária da Justiça gratuita.
IX.Em matéria de Direito Previdenciário, presentes os requisitos legais à concessão do benefício do artigo 201, V, da Constituição Federal, meros formalismos da legislação processual vigente não podem obstar a concessão da tutela antecipada ex-officio, para determinar ao INSS a imediata implantação do benefício, que é de caráter alimentar, sob pena de se sobrepor a norma do artigo 273 do CPC aos fundamentos da República Federativa do Brasil, como a "dignidade da pessoa humana" (CF, art. 1º, III), impedindo que o Poder Judiciário contribua no sentido da concretização dos objetivos da mesma República, que são "construir uma sociedade livre, justa e solidária", bem como "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais" (CF, art. 3º, I e III).
X.Apelação da parte autora provida.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata do julgamento, por maioria, em dar provimento à apelação da parte autora e determinar a expedição de ofício ao INSS, nos termos do voto do Relator, com quem votou o Juiz Convocado Dr.RODRIGO ZACHARIAS, vencida a Des. Federal LEIDE POLO que negava provimento à apelação e afastava a expedição de ofício ao INSS.
São Paulo, 05 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2002.61.07.005223-0 AC 958100
ORIG.	:	2 Vr ARACATUBA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ANTONIO MARCOS GUERREIRO SALMEIRAO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	LUIZ DOS SANTOS (= ou > de 65 anos)
ADV	:	HELTON ALEXANDRE GOMES DE BRITO
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADOR URBANO. QUALIDADE DE SEGURADO. PROCEDÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
I.A parte autora faz jus à concessão do benefício de aposentadoria por idade, uma vez demonstrada a implementação, ainda que não simultânea, dos requisitos legais, nos termos da legislação previdenciária. Precedentes do STJ.
II.A Lei 10.666/03, desconsiderou a qualidade de segurado como condição ao recebimento do benefício previsto no artigo 48, da Lei 8.213/91, exigindo somente o tempo de contribuição referente ao período de carência, na data em que a parte autora implementou todos os requisitos necessários para a concessão do benefício.
III.Os honorários advocatícios são mantidos em 10% (dez por cento) sobre o total da condenação, excluídas as parcelas vincendas, considerando-se as prestações vencidas as compreendidas entre o termo inicial do benefício e a data da sentença (Súmula 111 do STJ).
IV.Em matéria de Direito Previdenciário, presentes os requisitos legais à concessão do benefício do artigo 201, V, da Constituição Federal, meros formalismos da legislação processual vigente não podem obstar a concessão da tutela antecipada ex-officio, para determinar ao INSS a imediata implantação do benefício, que é de caráter alimentar, sob pena de se sobrepor a norma do artigo 273 do CPC aos fundamentos da República Federativa do Brasil, como a "dignidade da pessoa humana" (CF, art. 1º, III), impedindo que o Poder Judiciário contribua no sentido da concretização dos objetivos da mesma República, que são "construir uma sociedade livre, justa e solidária", bem como "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais" (CF, art. 3º, I e III).
V.Apelação do INSS parcialmente provida. Recurso adesivo da parte autora conhecido em parte e improvido.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata do julgamento em, por unanimidade, dar parcial provimento à apelação do INSS, não conhecer de parte do recurso adesivo da parte autora e, na parte conhecida, negar-lhe provimento e determinar a expedição de ofício ao INSS, nos termos do relatório e voto do Desembargador Federal Relator, que fazem parte integrante do presente acórdão.
São Paulo, 05 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2002.61.26.011581-0 AC 898263
ORIG.	:	3 Vr SANTO ANDRE/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RICARDO RAMOS NOVELLI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OPHELIA MARQUESINI DO NASCIMENTO
ADV	:	ROMEU TERTULIANO
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE SANTO ANDRÉ>26ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADOR URBANO. QUALIDADE DE SEGURADO. PROCEDÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
I.Remessa oficial não conhecida, em observância ao disposto no § 2º, do artigo 475, do Código de Processo Civil.
II.A parte autora faz jus à concessão do benefício de aposentadoria por idade, uma vez demonstrada a implementação, ainda que não simultânea, dos requisitos legais, nos termos da legislação previdenciária. Precedentes do STJ.
III.A Lei 10.666/03, desconsiderou a qualidade de segurado como condição ao recebimento do benefício previsto no artigo 48, da Lei 8.213/91, exigindo somente o tempo de contribuição referente ao período de carência, na data em que a parte autora implementou todos os requisitos necessários para a concessão do benefício.
IV.Os honorários advocatícios são fixados em R$ 350,00 (trezentos e cinqüenta reais), tendo em vista que o termo inicial do benefício data de 12-07-2002 (data do ajuizamento da ação) e a sentença fora proferida em 14-04-2003, razão pela qual o valor da condenação de acordo com o entendimento desta Turma resultaria em um montante irrisório.
V.Em matéria de Direito Previdenciário, presentes os requisitos legais à concessão do benefício do artigo 201, V, da Constituição Federal, meros formalismos da legislação processual vigente não podem obstar a concessão da tutela antecipada ex-officio, para determinar ao INSS a imediata implantação do benefício, que é de caráter alimentar, sob pena de se sobrepor a norma do artigo 273 do CPC aos fundamentos da República Federativa do Brasil, como a "dignidade da pessoa humana" (CF, art. 1º, III), impedindo que o Poder Judiciário contribua no sentido da concretização dos objetivos da mesma República, que são "construir uma sociedade livre, justa e solidária", bem como "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais" (CF, art. 3º, I e III).
VI.Remessa oficial não conhecida. Apelação do INSS parcialmente provida. Recurso adesivo da parte autora improvido.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata do julgamento em, por unanimidade, não conhecer da remessa oficial, dar parcial provimento à apelação do INSS, negar provimento ao recurso adesivo da parte autora e determinar a expedição de ofício ao INSS, nos termos do relatório e voto do Desembargador Federal Relator, que fazem parte integrante do presente acórdão.
São Paulo, 05 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2003.03.99.008807-7 AC 863613
ORIG.	:	0100001201 1 Vr TEODORO SAMPAIO/SP
APTE	:	TELMA DE FREITAS ROCHA
ADV	:	SANDRA CRISTINA NUNES JOPPERT MINATTI
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	WALMIR RAMOS MANZOLI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. SALÁRIO-MATERNIDADE. TRABALHADORA RURAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. SENTENÇA ANULADA.
I. Em sendo a colheita dos testemunhos relevante, mostrando-se indispensável, cabe ao Juízo determinar a produção de referida prova, dada a falta de elementos aptos a substituí-la.
II. Os rurícolas, em virtude das atividades exercidas, são equiparados ao empregado rural, em face do caráter protetivo que se reveste o benefício, afastando-se a pretensa qualificação como contribuinte individual, sob pena de lhe ser imputada a responsabilidade contributiva dos empregadores, que têm direito à compensação, pertencendo, portanto, tal encargo à Autarquia, nos termos do art. 72, §1º, da Lei n.º 8213/91.
III. Sentença que se anula, retornando os autos à Vara de Origem para o prosseguimento regular do feito.
IV. Apelação da parte autora provida.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata do julgamento, por maioria, em dar provimento à apelação da parte autora para anular R. sentença, nos termos do voto do Relator, com quem votou o Juiz Convocado Dr.RODRIGO ZACHARIAS, vencida a Des. Federal LEIDE POLO que lhe negava provimento.
São Paulo, 05 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2003.03.99.034548-7 AC 910440
ORIG.	:	0000000217 1 Vr ALTINOPOLIS/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUCILENE SANCHES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	JOSE ALVES (= ou > de 65 anos)
ADV	:	CATARINA LUIZA RIZZARDO ROSSI
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

ASSISTÊNCIA SOCIAL. PESSOA HIPOSSUFICIENTE. IDADE AVANÇADA. PROCEDÊNCIA.

I.Agravo retido conhecido, nos termos do artigo 523 do Código de Processo Civil.

II.É pacífico o entendimento de que o acesso ao Poder Judiciário é garantia constitucional e independe de prévio ingresso na via administrativa ou do exaurimento desta, tratando-se de matéria já sumulada nesta Corte Regional (TRF 3ª Região, Súmula nº 09).

III.A assistência social é paga ao portador de deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria subsistência ou de tê-la provida pela sua família (CF, art. 203, V, Lei nº 8.742/93, Lei nº 9.720/98 e Lei nº 10.741/03, art. 34).

IV.A parte autora faz jus ao amparo assistencial, uma vez demonstrada a implementação dos requisitos legais.

V.Termo inicial fixado na data da citação e final na imediatamente anterior a da implantação do benefício por decisão administrativa, inclusive.

VI.Honorários advocatícios reduzidos para 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, excluídas as parcelas vincendas, considerando-se as prestações vencidas as compreendidas entre o termo inicial do benefício e a data da prolação da sentença (Súmula nº 111 do STJ).

VII.Agravo retido improvido. Apelação conhecida em parte e parcialmente provida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da 7ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, negar provimento ao agravo retido, não conhecer de parte da apelação e, na parte conhecida, dar-lhe parcial provimento, nos termos do relatório e do voto do Desembargador Federal Relator, que fazem parte integrante do presente acórdão.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2003.61.06.006883-0 REOAC 952500
ORIG.	:	3 Vr SAO JOSE DO RIO PRETO/SP
PARTE A	:	ARMANDO DIAS (= ou > de 65 anos)
ADV	:	JAIME MARQUES RODRIGUES
PARTE R	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUIS FABIANO CERQUEIRA CANTARIN
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE S J RIO PRETO SP
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. REAJUSTAMENTO DO VALOR DOS BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA.

I.Para o cálculo da RMI dos benefícios concedidos antes da vigência da Carta Magna de 1988, deve-se observar o disposto na legislação em vigor na época (Lei nº 3.807/60, Decreto-Lei nº 710/69, Lei nº 5.890/73, Decreto nº 77.077/76, Lei nº 6.423/77, Lei nº 6.887/80 e Decreto nº 89.312/84).

II.Para o cálculo da aposentadoria por idade, tempo de serviço ou especial, no regime precedente à Constituição de 1988, corrigem-se os salários-de-contribuição, anteriores aos 12 últimos meses, pela variação nominal da ORTN/OTN/BTN, revelando-se, entretanto, inaplicável a apontada forma de atualização aos benefícios de natureza diversa das espécies referidas, consoante entendimento pacífico dos Tribunais Regionais Federais (Súmulas 2 do TRF 4ª Região e 7 desta Corte Regional).

III.O cálculo da correção monetária sobre os valores em atraso deverá seguir o disposto no Provimento nº 26/01 da E. Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 3ª Região, observando-se a Súmula nº 08 desta Corte Regional e a Súmula nº 148 do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.

IV.Os juros de mora devem incidir à razão de 12% (doze por cento) ao ano, conforme Enunciado n.º 20, aprovado na Jornada de Direito Civil promovida pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal.

V.Remessa oficial parcialmente provida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata do julgamento, por unanimidade, em dar parcial provimento à remessa oficial, nos termos do relatório e voto do Desembargador Federal Relator, que fazem parte integrante do presente acórdão.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2003.61.11.004049-3 AC 972265
ORIG.	:	3 Vr MARILIA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CLAUDIA STELA FOZ
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ALCINDO ULIAN (= ou > de 65 anos)
ADV	:	MARCO AURELIO DE GOES MONTEIRO
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. REAJUSTAMENTO DO VALOR DOS BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA.

I.Remessa oficial tida por interposta, nos termos do artigo 475, "caput" e inciso II, do CPC, com a redação dada pela Lei nº 9.469/97.

II.Para o cálculo da RMI dos benefícios concedidos antes da vigência da Carta Magna de 1988, deve-se observar o disposto na legislação em vigor na época (Lei nº 3.807/60, Decreto-Lei nº 710/69, Lei nº 5.890/73, Decreto nº 77.077/76, Lei nº 6.423/77, Lei nº 6.887/80 e Decreto nº 89.312/84).

III.Para o cálculo da aposentadoria por idade, tempo de serviço ou especial, no regime precedente à Constituição de 1988, corrigem-se os salários-de-contribuição, anteriores aos 12 últimos meses, pela variação nominal da ORTN/OTN/BTN, revelando-se, entretanto, inaplicável a apontada forma de atualização aos benefícios de natureza diversa das espécies referidas, consoante entendimento pacífico dos Tribunais Regionais Federais (Súmulas 2 do TRF 4ª Região e 7 desta Corte Regional).

IV.Trata-se de sentença ultra petita, já que condenou o INSS em quantidade superior ao que lhe foi demandado, infringindo, destarte, vedação contida nos artigos 128 e 460, ambos do Código de Processo Civil. Destarte, ao Tribunal ad quem cabe decotar o excesso.

V.O cálculo da correção monetária sobre os valores em atraso deverá seguir o disposto no Provimento nº 26/01 da E. Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 3ª Região, observando-se a Súmula nº 08 desta Corte Regional e a Súmula nº 148 do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.

VI.Sentença, de ofício, reduzida aos limites do pedido. Remessa oficial, tida por interposta, parcialmente provida. Apelação do INSS improvida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata do julgamento, por unanimidade, de ofício, em reduzir o comando sentencial aos limites do pedido, dar parcial provimento à remessa oficial, tida por interposta e negar provimento à apelação do INSS, nos termos do relatório e voto do Desembargador Federal Relator, que fazem parte integrante do presente acórdão.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2003.61.11.004129-1 AC 972599
ORIG.	:	3 Vr MARILIA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CLAUDIA STELA FOZ
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	AFFONSO GUELPA (= ou > de 65 anos)
ADV	:	MARCO AURELIO DE GOES MONTEIRO
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. REAJUSTAMENTO DO VALOR DOS BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA.

I.Remessa oficial tida por interposta, nos termos do artigo 475, "caput" e inciso II, do CPC, com a redação dada pela Lei nº 9.469/97.

II.Para o cálculo da RMI dos benefícios concedidos antes da vigência da Carta Magna de 1988, deve-se observar o disposto na legislação em vigor na época (Lei nº 3.807/60, Decreto-Lei nº 710/69, Lei nº 5.890/73, Decreto nº 77.077/76, Lei nº 6.423/77, Lei nº 6.887/80 e Decreto nº 89.312/84).

III.Para o cálculo da aposentadoria por idade, tempo de serviço ou especial, no regime precedente à Constituição de 1988, corrigem-se os salários-de-contribuição, anteriores aos 12 últimos meses, pela variação nominal da ORTN/OTN/BTN, revelando-se, entretanto, inaplicável a apontada forma de atualização aos benefícios de natureza diversa das espécies referidas, consoante entendimento pacífico dos Tribunais Regionais Federais (Súmulas 2 do TRF 4ª Região e 7 desta Corte Regional).

IV.Trata-se de sentença ultra petita, já que condenou o INSS em quantidade superior ao que lhe foi demandado, infringindo, destarte, vedação contida nos artigos 128 e 460, ambos do Código de Processo Civil. Destarte, ao Tribunal ad quem cabe decotar o excesso.

V.O cálculo da correção monetária sobre os valores em atraso deverá seguir o disposto no Provimento n.º 26/01 da E. Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 3ª Região, observando-se a Súmula nº 08 desta Corte Regional e a Súmula nº 148 do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.

VI.Sentença, de ofício, reduzida aos limites do pedido. Remessa oficial, tida por interposta, parcialmente provida. Apelação do INSS improvida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata do julgamento, por unanimidade, de ofício, em reduzir o comando sentencial aos limites do pedido, dar parcial provimento à remessa oficial, tida por interposta e negar provimento à apelação do INSS, nos termos do relatório e voto do Desembargador Federal Relator, que fazem parte integrante do presente acórdão.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2004.03.99.029739-4 AC 968226
ORIG.	:	0200001324 2 Vr GARCA/SP
APTE	:	LAUDEMIRA NUNES DE CERQUEIRA SOUZA
ADV	:	HERMES LUIZ SANTOS AOKI
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RONALDO SANCHES BRACCIALLI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. INCAPACIDADE TOTAL E PERMANENTE PARA O LABOR. CARÊNCIA. QUALIDADE DE SEGURADO. REQUISITOS PREENCHIDOS. PROCEDÊNCIA. TERMO INICIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VERBAS PERICIAIS. CUSTAS PROCESSUAIS.

I. Comprovado através de perícia médica que a parte autora está incapacitada de forma total e permanente para qualquer atividade laboral, evidencia-se que sua incapacidade é absoluta, o que gera o direito à aposentadoria por invalidez, uma vez implementados os requisitos legais necessários.

II. Termo inicial fixado na data do requerimento administrativo, uma vez que a parte autora demonstrou que já havia preenchido os requisitos necessários à concessão do benefício desde então.

III. A correção monetária sobre os valores em atraso deve seguir o disposto no Provimento n.º 26/01 da E. Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 3ª Região, observando-se a Súmula nº 08 desta Corte Regional e Súmula nº 148 do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, com incidência de juros de mora, de 12% (doze por cento) ao ano.

IV. Juros de mora com incidência à razão de 6% (seis por cento) ao ano, a contar da citação e, após a vigência do novo Código Civil, em 11/01/2003 (Lei n.º 10.406/02) à taxa de 12% (doze por cento) ao ano, conforme Enunciado n.º 20, aprovado na Jornada de Direito Civil promovida pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal.

V. Honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor total da condenação, excluídas as parcelas vincendas, considerando-se as prestações vencidas as compreendidas entre o termo inicial do benefício e a data do acórdão.

VI. Verbas periciais fixadas em R$ 234,80 (duzentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos), nos termos Resolução nº 440/05 do CJF.

VII. No tocante às custas processuais, as autarquias são isentas das mesmas, nos termos do art. 4º, inc. I, da Lei Federal nº 9289/96.

VIII. Em matéria de Direito Previdenciário, presentes os requisitos legais à concessão do benefício, meros formalismos da legislação processual vigente não podem obstar a concessão da tutela antecipada ex officio, para determinar ao INSS a imediata implantação do benefício, que é de caráter alimentar, sob pena de se sobrepor a norma do artigo 273 do CPC aos fundamentos da República Federativa do Brasil, como a "dignidade da pessoa humana" (CF, art. 1º, III), impedindo que o Poder Judiciário contribua no sentido da concretização dos objetivos da mesma República, que são "construir uma sociedade livre, justa e solidária", bem como "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais" (CF, art. 3º , I e III).

IX. Apelação da parte autora parcialmente provida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da 7ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata de julgamento, por maioria, em dar parcial provimento à apelação da parte autora e determinar a expedição de ofício ao INSS, nos termos do voto do Relator, com quem votou a Des. Federal LEIDE POLO, vencido o Juiz Convocado Dr. RODRIGO ZACHARIAS que lhe negava provimento.

São Paulo, 19 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2004.03.99.031542-6 AC 971709
ORIG.	:	0300000274 1 Vr DIADEMA/SP
APTE	:	EVA SOUZA DO CARMO
ADV	:	ELIZETE ROGERIO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ARTHUR LOTHAMMER
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE DIADEMA SP
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. TRABALHADOR URBANO. PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO. ESPOSA. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA PRESUMIDA. REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS. REDAÇÃO ORIGINAL DO ARTIGO 102 DA LEI N° 8.213/91. PROCEDÊNCIA. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS.

I - Remessa oficial conhecida, em observância ao disposto no § 2º, do artigo 475, do Código de Processo Civil.

II - Para a concessão do benefício previdenciário de pensão por morte torna-se necessária a comprovação da qualidade de segurado do de cujus junto à Previdência Social na data do óbito, bem como a dependência econômica dos requerentes em relação ao mesmo, nos termos do art. 74 da Lei nº 8.213/91.

III - Tendo o de cujus falecido após o período de graça, perdeu ele a condição de segurado obrigatório junto à Previdência Social, nos termos do art. 15 da Lei nº 8.213/91. Todavia, a lei aplicável ao presente caso é a vigente na data do óbito, sendo assim, tendo o óbito ocorrido em 29-06-1997, estava em vigor a Lei n° 8.213/91 em sua redação original, ou seja, antes das alterações da Lei n° 9.528/97, de modo que a perda da qualidade de segurado do falecido não importa em extinção do direito à percepção pela parte autora da pensão por morte, tendo em vista o preenchimento de todos os requisitos exigíveis à concessão do referido benefício, de acordo com o previsto no artigo 102 da Lei n° 8.213/91 em sua redação original.
IV - Necessário salientar que, em relação ao cônjuge a econômica é presumida, a teor do § 4º, do art. 16, da Lei nº 8.213/91, regulamentada pelo Decreto nº 3.048/99 e posteriormente pelo Decreto nº 4.032/01.
V - Ressalto que, por força do art. 26, inciso I, da Lei nº 8.213/91, o benefício de pensão por morte independe de carência.
VI - Preenchidos os requisitos legais, a parte autora faz jus à concessão do benefício pleiteado.
VII - O benefício é devido desde a data do óbito (29-06-1997), conforme disposição do art. 74 da Lei nº 8.213/91, com a redação anterior às modificações estabelecidas pela Lei nº 9.528/97, devendo ser observada a prescrição qüinqüenal, nos termos do artigo 219, § 5º, do Código de Processo Civil, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 11.280 de 16-02-2006.
VIII - As parcelas em atraso devem ser corrigidas monetariamente nos termos do disposto no Provimento nº 26/01 da E. Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 3º Região, observando-se a Súmula nº 08 desta Corte Regional e a Súmula nº 148 do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.
IX - Juros de mora devidos à razão de 6% (seis por cento) ao ano, a contar do termo inicial do benefício e, após a vigência do novo Código Civil, em 11-01-2003 (Lei nº 10.406/02) à taxa de 12% (doze por cento) ao ano, conforme Enunciado nº 20 aprovado na Jornada de Direito Civil promovida pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal.
X - Os honorários advocatícios são fixados em 10% (dez por cento) sobre o total da condenação, excluídas as parcelas vincendas, considerando-se as prestações vencidas as compreendidas entre o termo inicial do benefício e a data da sentença (Súmula n.º 111 do STJ).
XI - O INSS é isento do pagamento das custas processuais, nos termos do art. 4º, inc. I, da Lei Federal nº 9.289/96, bem como das despesas processuais, uma vez que a parte autora é beneficiária da Justiça gratuita.
XII - Remessa oficial e apelação da parte autora parcialmente providas. Apelação do INSS improvida.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata do julgamento, por maioria, em negar provimento à apelação do INSS e dar parcial provimento à remessa oficial, nos termos do voto do Relator, com quem votou o Juiz Convocado Dr. RODRIGO ZACHARIAS, vencida a Des. Federal LEIDE POLO que lhes dava provimento e, por unanimidade, dar parcial provimento à apelação da parte autora, sendo que a Des. Federal LEIDE POLO que, inicialmente, a julgava prejudicada, vencida, acompanhou o voto do Relator.
São Paulo, 05 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2004.61.26.006196-2 AC 1122749
ORIG.	:	3 Vr SANTO ANDRE/SP
APTE	:	EMILIO PETRO RODRIGUES
ADV	:	VAGNER GOMES BASSO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	VERA LUCIA D AMATO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE SANTO ANDRÉ>26ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. REAJUSTAMENTO DO VALOR DOS BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA.
I.Consta dos autos cópias autenticadas pelo extinto IAPAS dos termos de verificação de débitos e respectivos comprovantes de arrecadação aos igualmente extintos IAPC e INPS, dentro do período de existência de cada um deles.
II.Despiciendo exigir-se a apresentação das guias originais, mormente quando as cópias acostadas nos autos encontram-se autenticadas pelo IAPAS.
III.Termo inicial da revisão fixado na data da citação, tendo em vista a ausência de provas cabais a demonstrarem que as referidas contribuições foram apresentadas quando do pedido efetuado na esfera administrativa para a concessão do benefício de aposentadoria por idade.
IV.As parcelas vencidas devem ser corrigidas monetariamente na forma do Provimento nº 26/01 da E. Corregedoria da Justiça Federal da 3ª Região, observando-se a Súmula nº 08 desta Corte Regional e Súmula nº 148 do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.
V. Tratando-se de sucumbência recíproca, as despesas e honorários advocatícios devem ser compensados entre as partes, conforme disposto no caput do artigo 21 do CPC.
VI. Remessa oficial parcialmente provida. Apelações improvidas.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da 7ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata de julgamento, por unanimidade, em dar parcial provimento à remessa oficial e negar provimento às apelações e determinar a imediata revisão do benefício, nos termos do relatório e voto do Desembargador Federal Relator, que fazem parte integrante do presente acórdão.
São Paulo, 19 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2004.61.83.001779-9 REOMS 266593
ORIG.	:	4V Vr SAO PAULO/SP
PARTE A	:	BONIFACIO DA COSTA SANTOS
ADV	:	LUCIA ELENA NOIA
PARTE R	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA PREVIDENCIARIA DE SAO PAULO SP>1ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
MANDADO DE SEGURANÇA. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. CONVERSÃO DO TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL EM TEMPO COMUM. ÓBICES LEGAIS. RUÍDO. POSSIBILIDADE. REEXAME OBRIGATÓRIO.
1. São ilegais as restrições impostas pelo INSS através de Ordens de Serviços, permanecendo o direito de converter o tempo de serviço especial em comum para fins de aposentadoria.
2.O Decreto nº 4.827, de 03 de setembro de 2003, que alterou o art. 70 do regulamento da Previdência Social, entrou em vigor em 04/09/2003, dispondo no seu parágrafo 1º que "a caracterização e a comprovação do tempo de atividade sob condições especiais obedecerá ao disposto na legislação em vigor na época da prestação do serviço". Acrescentando no parágrafo 2º que as regras de conversão de tempo especial em comum, "aplicam-se ao trabalho prestado em qualquer período".
3.A jurisprudência firmou-se no sentido de que a legislação aplicável para a caracterização do denominado serviço especial é a vigente no período em que a atividade a ser avaliada foi efetivamente exercida, devendo, assim, ser levada em consideração a disciplina estabelecida pelos Decretos 53.831/64 e 83.080/79, sendo possível o reconhecimento da condição especial com base na categoria profissional do trabalhador. Após a edição da Lei n.º 9.032/95, passou a ser exigida a comprovação da efetiva exposição a agentes nocivos em caráter permanente, podendo se dar através dos informativos SB-40, sem prejuízo dos demais meios de prova.
4.Somente a partir de 05.03.1997, data em que foi editado o Decreto n.º 2.172/97, regulamentando a Medida Provisória 1.523/96, convertida na Lei nº 9.528/97, tornou-se exigível a apresentação de laudo técnico para a caracterização da condição especial da atividade exercida, bem como, que o nível de ruído que passou a caracterizar a insalubridade da atividade foi elevado a 90 decibéis.
5.A insalubridade da atividade exercida pelo impetrante restou devidamente comprovada no período pleiteado, através dos documentos apresentados.
6.Precedentes do Egrégio STJ.
7.Remessa Oficial a que se nega provimento.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da 7ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, negar provimento à remessa oficial, na conformidade da Ata de Julgamento e nos termos do voto do Des. Federal Relator.
São Paulo, 26 de fevereiro de 2007. (data do julgamento).

PROC.	:	2004.61.83.006763-8 AC 1112942
ORIG.	:	1V Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	WILSON HARUAKI MATSUOKA JUNIOR
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MARIA INEDINA VARGAS ROSA
ADV	:	MARIA ANGELICA HADJINLIAN
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. REAJUSTAMENTO DO VALOR DOS BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA.
I.Remessa oficial tida por interposta, nos termos do artigo 475, "caput" e inciso II, do CPC, com a redação dada pela Lei nº 9.469/97.
II.O prazo decadencial, quando inexistente norma anterior, tem seu termo inicial de contagem com a edição da norma que o previu.
III.Para os benefícios concedidos entre 27/06/1997 e 20/11/1998, nos termos da Lei nº 9.528/97 vigora o prazo decadencial de 10 anos, enquanto que para os concedidos após 20/11/1998, por força da Lei nº 9.711/98, o prazo decadencial será de 5 anos.
IV.No âmbito previdenciário, face o caráter alimentar das prestações devidas aos segurados, resta ileso o fundo do direito pleiteado. Cabe a revisão do benefício a qualquer tempo, ressaltando-se que a fruição dos efeitos financeiros ou patrimoniais daí decorrente terá que ser sujeitada à prescrição qüinqüenal.
V.As majorações das cotas familiares determinadas pelas Leis nº 8.213/91 e 9032/95, aplicam-se aos benefícios concedidos antes da vigência de tais dispositivos.
VI.Não há retroatividade das leis, mas sim incidência imediata, pois qualquer aumento de percentual passa a ser devido a partir de sua vigência.
VII.O cálculo da correção monetária sobre os valores em atraso deverá seguir o disposto no Provimento nº 26/01 da E. Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 3ª Região, observando-se a Súmula nº 08 desta Corte Regional e a Súmula nº 148 do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.
VIII.Honorários advocatícios mantidos em 10% (dez por cento) sobre o total da condenação até a data da prolação sentença, excluídas as parcelas vincendas, a teor da Súmula 111 do C. STJ.
IX.Remessa oficial, tida por interposta e apelação do INSS parcialmente providas.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata do julgamento, por unanimidade, em dar parcial provimento à remessa oficial, tida por interposta e à apelação do INSS, nos termos do relatório e voto do Desembargador Federal Relator, que fazem parte integrante do presente acórdão.
São Paulo, 26 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2005.03.99.002015-7 AC 998835
ORIG.	:	0200000858 3 Vr DIADEMA/SP
APTE	:	MARIA VITORIA DIAS
ADV	:	JAMIR ZANATTA
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	FERNANDA SORAIA PACHECO COSTA VIEIRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

EMENTA
PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. TRABALHADOR URBANO. PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO. REQUISITOS LEGAIS NÃO PREENCHIDOS. IMPROCEDÊNCIA. VERBAS DA SUCUMBÊNCIA.
I - Para a concessão do benefício previdenciário de pensão por morte torna-se necessária a comprovação da qualidade de segurado do de cujus junto à Previdência Social na data do óbito, bem como a dependência econômica dos requerentes em relação ao mesmo, nos termos do art. 74 da Lei nº 8.213/91.
II - Tendo o de cujus falecido após o período de graça, perdeu ele a condição de segurado obrigatório junto à Previdência Social, nos termos do art. 15 da Lei nº 8.213/91.
III - Inviável a concessão do benefício pleiteado em face da não implementação dos requisitos legais.
IV - Ausência de condenação da parte autora nas verbas da sucumbência por ser beneficiária da justiça gratuita.
V - Apelações improvidas.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata do julgamento em, por unanimidade, negar provimento às apelações, nos termos do relatório e voto do Desembargador Federal Relator, que fazem parte integrante do presente acórdão.
São Paulo, 05 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2005.03.99.004703-5 AC 1003840
ORIG.	:	0300000065 4 Vr JUNDIAI/SP
APTE	:	LUIZ FERNANDES DE SOUZA
ADV	:	IVAN MARQUES DOS SANTOS
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CARLOS PUTTINI SOBRINHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 4 VARA DE JUNDIAI SP
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. INCAPACIDADE TOTAL E PERMANENTE PARA O TRABALHO. CARÊNCIA. ART. 151 DA LEI DE BENEFÍCIOS. QUALIDADE DE SEGURADO. REQUISITOS PREENCHIDOS. PROCEDÊNCIA. TERMO INICIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS.
I. Remessa oficial conhecida, em observância ao disposto no § 2º, do artigo 475, do Código de Processo Civil.
II. Comprovado através de perícia médica que a parte autora está incapacitada de forma total e permanente para realizar suas funções habituais, evidencia-se que sua incapacidade é absoluta, sendo inviável a readaptação, o que gera o direito a aposentadoria por invalidez, uma vez implementados os requisitos legais necessários.
III. Sendo a parte autora portadora de uma das doenças arroladas no artigo 151 da Lei de Benefícios, é dispensada do cumprimento de carência, sendo-lhe devida a concessão do benefício, se preenchidos os demais requisitos legais.
IV. Termo inicial do benefício fixado na data do indevido cancelamento do benefício na esfera administrativa, uma vez que o requerente demonstrou que havia preenchido os requisitos necessários à concessão do benefício desde então.
V. A correção monetária sobre os valores em atraso deve seguir o disposto no Provimento n.º 26/01 da E. Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 3ª Região, observando-se a Súmula nº 08 desta Corte Regional e a Súmula nº 148 do Egrégio Superior Tribunal de Justiça,

com incidência de juros de mora à razão de 12% (doze por cento) ao ano, conforme Enunciado n.º 20, aprovado na Jornada de Direito Civil promovida pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal.
VI. Os honorários advocatícios devem incidir somente sobre as parcelas vencidas, considerando-se como tais as compreendidas entre o termo inicial do benefício e a data da sentença (Súmula 111 do STJ).
VII. As autarquias são isentas do pagamento de custas processuais, nos termos do art. 4º, inc. I, da Lei Federal nº 9289/96.
VIII.Em matéria de Direito Previdenciário, presentes os requisitos legais à concessão do benefício previdenciário, meros formalismos da legislação processual vigente não podem obstar a concessão da tutela antecipada ex-officio, para determinar ao INSS a imediata implantação do benefício, que é de caráter alimentar, sob pena de se sobrepor a norma do artigo 273 do CPC aos fundamentos da República Federativa do Brasil, como a "dignidade da pessoa humana" (CF, art. 1o, III), impedindo que o Poder Judiciário contribua no sentido da concretização dos objetivos da mesma República, que são "construir uma sociedade livre, justa e solidária", bem como "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais" (CF, art. 3º , I e III).
IX. Remessa oficial e apelação do INSS parcialmente providas. Apelação da parte autora improvida.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da 7ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em por unanimidade, dar parcial provimento à remessa oficial e à apelação do INSS, negar provimento à apelação da parte autora e determinar a expedição de ofício ao INSS, na conformidade da Ata de Julgamento e nos termos do voto do Des. Fed. Relator.
São Paulo, 05 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2005.03.99.007074-4 AC 1007711
ORIG.	:	0300002458 1 Vr ITAPETININGA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CRISTIANE MARIA MARQUES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ALCINO MOREIRA
ADV	:	JOANA MORAIS DA SILVA OLIVEIRA
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. IMPROCEDÊNCIA.
I.É considerada atividade rural em regime de economia familiar aquela em que o trabalho dos membros da família é indispensável à sua própria subsistência e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados.
II.Verificando-se o enquadramento sindical como "Empregador IIC" e a posse de três propriedades rurais, torna-se inviável enquadrar a parte autora como segurada especial, entendida como o pequeno produtor rural que vive sob o regime de economia familiar.
III.Ausência de condenação da parte autora nas verbas da sucumbência por ser beneficiária da justiça gratuita.
IV.Apelação do INSS provida. Recurso adesivo da parte autora prejudicado.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata do julgamento em, por unanimidade, dar provimento à apelação do INSS e julgar prejudicado o recurso adesivo da parte autora, nos termos do relatório e voto do Desembargador Federal Relator, que fazem parte integrante do presente acórdão.
São Paulo, 26 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2005.03.99.009359-8 AC 1011397
ORIG.	:	0200000292 1 Vr TABAPUA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	PAULO SERGIO BIANCHINI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	NILZA MARIA DE OLIVEIRA
ADV	:	FERNANDO APARECIDO BALDAN
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. INCAPACIDADE TOTAL E PERMANENTE PARA O TRABALHO. TERMO INICIAL. VERBA PERICIAL.
I. Comprovado através de perícia médica que a parte autora está incapacitada de forma total e permanente para realizar suas funções habituais, evidencia-se que sua incapacidade é absoluta, sendo inviável a readaptação, o que gera o direito a aposentadoria por invalidez, uma vez implementados os requisitos legais necessários.
II. O termo inicial do benefício deve ser fixado na data da indevida alta médica, uma vez que a parte autora demonstrou que já havia preenchido os requisitos necessários à concessão do benefício desde então.
III. Honorários periciais fixados em R$ 234,80 (duzentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos), nos termos Resolução nº 440/05 do CJF.
IV. Em matéria de Direito Previdenciário, presentes os requisitos legais à concessão do benefício, meros formalismos da legislação processual vigente não podem obstar a concessão da tutela antecipada, para determinar ao INSS a imediata implantação do benefício, que é de caráter alimentar, sob pena de se sobrepor a norma do artigo 273 do CPC aos fundamentos da República Federativa do Brasil, como a "dignidade da pessoa humana" (CF, art. 1º, III), impedindo que o Poder Judiciário contribua no sentido da concretização dos objetivos da mesma República, que são "construir uma sociedade livre, justa e solidária", bem como "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais" (CF, art. 3º , I e III).
V. Apelação do INSS e recurso adesivo da parte autora parcialmente providos.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da 7ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, em dar parcial provimento à apelação do INSS e ao recurso adesivo da parte autora e determinar a expedição de ofício ao INSS, na conformidade da Ata de Julgamento e nos termos do voto do Des. Fed. Relator.
São Paulo, 19 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2005.03.99.022254-4 AC 1029911
ORIG.	:	0300000583 3 Vr CATANDUVA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RICARDO ROCHA MARTINS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MARTINIANO SOARES DA SILVA
ADV	:	BENEDITO APARECIDO ALVES
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 3 VARA DE CATANDUVA SP
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADES RURAIS E URBANAS. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS. IMPROCEDENTE.
I. Remessa oficial não conhecida, em observância ao disposto no § 2º, do artigo 475, do Código de Processo Civil.
II. Inviável a concessão do benefício de aposentadoria por idade devido aos rurícolas, uma vez que a parte autora não permaneceu nas lides rurais até o momento em que completou a idade mínima legalmente exigida, passando a exercer atividade de cunho eminentemente urbano, não preenchendo, assim, o requisito da idade para a concessão do benefício, conforme determina o artigo 48, da Lei 8.213/91.
III. Ausência de condenação da parte autora nas verbas da sucumbência por ser beneficiária da justiça gratuita.
IV. Remessa oficial não conhecida. Apelação do INSS provida.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata do julgamento em, por unanimidade, não conhecer da remessa oficial e dar provimento à apelação do INSS, nos termos do relatório e voto do Desembargador Federal Relator, que fazem parte integrante do presente acórdão.
São Paulo, 05 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2005.03.99.022707-4 AC 1030382
ORIG.	:	0300000050 1 Vr QUATA/SP
APTE	:	ZELI NEVES DE AGUIAR LINO
ADV	:	PAULO ROBERTO MAGRINELLI
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOSE CARLOS LIMA SILVA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS. PROCEDÊNCIA. JUROS LEGAIS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
I.Conforme a reiterada jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, existindo nos autos início razoável de prova material corroborada pela prova testemunhal colhida nos autos, é possível o reconhecimento de tempo de serviço trabalhado por rurícola para todos os fins previdenciários.
II.A certidão de casamento onde consta a profissão do marido como lavrador, extensível à mulher, insere-se no conceito de início razoável de prova material. Precedentes do STJ.
III.A parte autora faz jus à concessão do benefício de aposentadoria por idade, uma vez demonstrada a implementação dos requisitos legais, nos termos da legislação previdenciária.
IV.O termo inicial do benefício deve ser fixado na data da citação, na falta de recurso administrativo, a teor do disposto no art. 219 do Código de Processo Civil.
V.A correção monetária sobre os valores em atraso deve seguir o disposto no Provimento n.º 26/01 da E. Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 3ª Região, observando-se a Súmula nº 08 desta Corte Regional e a Súmula nº 148 do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, com incidência de juros de mora a contar da citação.
VI.Honorários advocatícios incidentes sobre as prestações vencidas, consideradas estas as compreendidas entre o termo inicial do benefício e a data da sentença (Súmula n.º 111 do STJ).
VII.Apelação do INSS parcialmente conhecida e parcialmente provida. Apelação da parte autora improvida.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata do julgamento, por unanimidade, em não conhecer de parte da apelação do INSS e, na parte conhecida, dar-lhe parcial provimento e negar provimento à apelação da parte autora, nos termos do relatório e voto do Desembargador Federal Relator, que fazem parte integrante do presente acórdão.
São Paulo, 05 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2005.03.99.023152-1 AC 1031525
ORIG.	:	0300000641 4 Vr LINS/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	VERA LUCIA TORMIN FREIXO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	AUDALIO LINS DE OLIVEIRA
ADV	:	MARCIA REGINA ARAUJO PAIVA
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 4 VARA DE LINS SP
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS. PROCEDÊNCIA.
I. Remessa oficial não conhecida, em observância ao disposto no § 2º, do artigo 475, do Código de Processo Civil.
II. Conforme a reiterada jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, existindo nos autos início razoável de prova material corroborada pela prova testemunhal colhida nos autos, é possível o reconhecimento de tempo de serviço trabalhado por rurícola para todos os fins previdenciários.
III. A parte autora faz jus à concessão do benefício de aposentadoria por idade, uma vez demonstrada a implementação dos requisitos legais, nos termos da legislação previdenciária.
IV. Remessa oficial não conhecida. Apelação do INSS improvida.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata do julgamento, por unanimidade, em não conhecer de parte da apelação, nos termos do relatório e voto do Desembargador Federal Relator, que fazem parte integrante do presente acórdão.
São Paulo, 05 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2005.03.99.023394-3 AC 1031889
ORIG.	:	0300000384 2 Vr MIRACATU/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	FLAVIO AUGUSTO CABRAL MOREIRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	JOSE ALVES DE MENESES
ADV	:	JOAQUIM COUTINHO RIBEIRO
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. CARÊNCIA DA AÇÃO. REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS. PROCEDÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
I. Erro material corrigido de ofício.
II. Agravo retido não conhecido, nos termos do artigo 523, parágrafo 1º, do Código de Processo Civil.
III. É desnecessário o prévio requerimento ou esgotamento das vias administrativas para o ajuizamento de ação previdenciária - inteligência da Súmula nº 09, do TRF 3ª Região.
IV. Conforme a reiterada jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, existindo nos autos início razoável de prova material corroborada pela prova testemunhal colhida nos autos, é possível o reconhecimento de tempo de serviço trabalhado por rurícola para todos os fins previdenciários.
V. A parte autora faz jus à concessão do benefício de aposentadoria por idade, uma vez demonstrada a implementação dos requisitos legais, nos termos da legislação previdenciária.
VI. Os honorários advocatícios são fixados em R$ 350,00 (trezentos e cinqüenta reais), tendo em vista que o valor da condenação de acordo com o entendimento desta Turma resultaria em um montante irrisório.
VII. Agravo retido não conhecido. Matéria preliminar rejeitada. Apelação do INSS parcialmente conhecida e parcialmente provida.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata do julgamento, por unanimidade, de ofício, em retificar o erro material constante na r. sentença, não conhecer do agravo retido e de parte da apelação do INSS e, na parte conhecida, rejeitar a matéria preliminar e, no mérito, dar-lhe parcial provimento, nos termos do relatório e voto do Desembargador Federal Relator, que fazem parte integrante do presente acórdão.
São Paulo, 05 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2005.03.99.024596-9 AC 1033479
ORIG.	:	0400000251 1 Vr SANTO ANASTACIO/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	VINICIUS DA SILVA RAMOS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MARIA ELETIRCE FERREIRA CEZAR
ADV	:	CARLOS EDUARDO CANO
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS. PROCEDÊNCIA. TERMO INICIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
I.Conforme a reiterada jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, existindo nos autos início razoável de prova material corroborada pela prova testemunhal colhida nos autos, é possível o reconhecimento de tempo de serviço trabalhado por rurícola para todos os fins previdenciários.
II.A certidão de casamento onde consta a profissão do marido como lavrador, extensível à mulher, insere-se no conceito de início razoável de prova material. Precedentes do STJ.
III.A parte autora faz jus à concessão do benefício de aposentadoria por idade, uma vez demonstrada a implementação dos requisitos legais, nos termos da legislação previdenciária.
IV.O termo inicial do benefício é o da data da citação, na falta de recurso administrativo, a teor do disposto no art. 219 do Código de Processo Civil.
V.Apelação do INSS parcialmente conhecida e parcialmente provida.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata do julgamento em, por unanimidade, não conhecer de parte da apelação e, na parte conhecida, dar-lhe parcial provimento, nos termos do relatório e voto do Desembargador Federal Relator, que fazem parte integrante do presente acórdão.
São Paulo, 05 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2005.03.99.024775-9 AC 1033657
ORIG.	:	0300001284 1 Vr ESTRELA D OESTE/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARCIO AUGUSTO MALAGOLI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MARIA RAMOS MACHADO DUTRA
ADV	:	JOAO APARECIDO PAPASSIDERO
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS. PROCEDÊNCIA. REEXAME NECESSÁRIO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
I.Quanto ao pedido de submissão do decisum ao reexame necessário, há de se observar a nova redação dada pela Lei nº 10.352/01 ao artigo 475, § 2º do Código de Processo Civil.
II.Conforme a reiterada jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, existindo nos autos início razoável de prova material corroborada pela prova testemunhal colhida nos autos, é possível o reconhecimento de tempo de serviço trabalhado por rurícola para todos os fins previdenciários.
III.A parte autora faz jus à concessão do benefício de aposentadoria por idade, uma vez demonstrada a implementação dos requisitos legais, nos termos da legislação previdenciária.
IV.Verba honorária reduzida para 10% (dez por cento) sobre o total da condenação, excluídas as parcelas vincendas, considerando-se as prestações vencidas as compreendidas entre o termo inicial do benefício e a data da sentença (Súmula 111 do STJ).
V.Apelação do INSS parcialmente provida.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata do julgamento em, por unanimidade, dar parcial provimento à apelação, nos termos do relatório e voto do Desembargador Federal Relator, que fazem parte integrante do presente acórdão.
São Paulo, 05 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2005.03.99.027117-8 AC 1037734
ORIG.	:	0300002174 1 Vr GUAIRA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOAO LUIZ MATARUCO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	JERONIMA ROSA PALHARES CORREIA
ADV	:	CARLOS ALBERTO RODRIGUES
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS. PROCEDÊNCIA. JUROS DE MORA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
I.Conforme a reiterada jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, existindo nos autos início razoável de prova material corroborada pela prova testemunhal colhida nos autos, é possível o reconhecimento de tempo de serviço trabalhado por rurícola para todos os fins previdenciários.
II.A certidão de casamento onde consta a profissão do marido como lavrador, extensível à mulher, insere-se no conceito de início razoável de prova material. Precedentes do STJ.
III.A parte autora faz jus à concessão do benefício de aposentadoria por idade, uma vez demonstrada a implementação dos requisitos legais, nos termos da legislação previdenciária.
IV.Juros de mora devidos a contar da citação à taxa de 12% (doze por cento) ao ano, conforme Enunciado n.º 20 aprovado na Jornada de Direito Civil promovida pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal.
V.Os honorários advocatícios são fixados em R$ 350,00 (trezentos e cinqüenta reais), tendo em vista que o valor da condenação de acordo com o entendimento desta Turma resultaria em um montante irrisório.
VI.Apelação do INSS parcialmente provida.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata do julgamento em, por unanimidade, dar parcial provimento à apelação, nos termos do relatório e voto do Desembargador Federal Relator, que fazem parte integrante do presente acórdão.
São Paulo, 05 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2005.03.99.028161-5 AC 1039742
ORIG.	:	0300001981 1 Vr AMERICANA/SP
APTE	:	EDNA THEREZA MARZOCHI POMPEO
ADV	:	FABIO ROBERTO PIOZZI
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	NILDA GLORIA BASSETTO TREVISAN
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES. FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
ASSISTÊNCIA SOCIAL. PESSOA HIPOSSUFICIENTE E DE BAIXA INSTRUÇÃO. INCAPACIDADE TOTAL E PERMANENTE. PROCEDÊNCIA.
I.A assistência social é paga ao portador de deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria subsistência ou de tê-la provida pela sua família (CF, art. 203, V, Lei nº 8.742/93, Lei nº 9.720/98 e Lei nº 10.741/03, art. 34).
II.A parte autora faz jus ao amparo assistencial, uma vez demonstrada a implementação dos requisitos legais.
III.Termo inicial fixado a partir da data da citação, momento em que o INSS tomou conhecimento do pedido e integrou a relação processual, pois, a partir de então, fez-se litigiosa a coisa e constituiu-se em mora a autarquia.
IV.O cálculo da correção monetária deverá seguir as regras traçadas pela Súmula nº 8 desta Corte Regional, pela Súmula nº 148 do Egrégio Superior Tribunal de Justiça e Resolução nº 242, de 09/07/2001, do Conselho da Justiça Federal, que aprovou o Manual de Orientação de Procedimentos para Cálculos na Justiça Federal.
V.Os juros de mora são devidos à razão de 12% (doze por cento) ao ano, a contar do termo inicial do benefício, conforme Enunciado nº 20 aprovado na Jornada de Direito Civil promovida pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal.
VI.Honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, excluídas as parcelas vincendas, considerando-se as prestações vencidas as compreendidas entre o termo inicial do benefício e a data da prolação do acórdão.
VII.As autarquias são isentas das custas processuais, nos termos do art. 4º, inc. I, da Lei Federal nº 9.289/96.
VIII.Em matéria de Direito Previdenciário, presentes os requisitos legais à concessão do benefício do art. 203, V, da Constituição Federal, meros formalismos da legislação processual vigente não podem obstar a concessão da tutela antecipada ex officio, para determinar ao INSS a imediata implantação do benefício, que é de caráter alimentar, sob pena de se sobrepor a norma do artigo 273 do CPC aos fundamentos da República Federativa do Brasil, como a "dignidade da pessoa humana" (CF, art. 1º, III), impedindo que o poder Judiciário contribua no sentido da concretização dos objetivos da mesma República, que são "construir uma sociedade livre, justa e solidária", bem como "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais" (CF, art. 3º, I e III).
IX.Apelação provida.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da 7ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por maioria, em dar provimento à apelação da parte autora e determinar a expedição de ofício ao INSS, nos termos do voto do Relator, com quem votou a Des. Federal LEIDE POLO, vencido o Juiz Convocado Dr. RODRIGO ZACHARIAS que lhe negava provimento.
São Paulo, 12 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2005.03.99.031371-9 AC 1045735
ORIG.	:	0300002235 6 Vr JUNDIAI/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOEL GIAROLA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ANTONIO BRAZ ANDREGUETE
ADV	:	TANIA CRISTINA NASTARO
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 6 VARA DE JUNDIAI SP
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. RURAL E URBANA. ATIVIDADE RURAL. INÍCIO RAZOÁVEL. PROVA MATERIAL CORROBORADA POR PROVA TESTEMUNHAL. RECONHECIMENTO DE PARTE DO PERÍODO. TERMO INICIAL DO BENEFÍCIO. CORREÇÃO MONETÁRIA.
I.Agravo retido não conhecido, tendo em vista a ausência de fundamentação, uma vez que essa abordagem inespecífica impede a sua apreciação por esta Egrégia Corte, bem como pelo fato de requerer, de forma genérica, o reexame das preliminares argüidas em sede de contestação.
II.Existindo nos autos início razoável de prova material e prova testemunhal idônea, é admissível o reconhecimento de tempo de serviço prestado por rurícola sem o devido registro em carteira.
III.Não se pode exigir a comprovação do recolhimento das contribuições relativas a tempo de serviço trabalhado como rurícola, ainda que em regime de economia familiar, antes da edição da Lei n. 8.213/91. Não se pode confundir contagem recíproca entre atividade urbana e atividade rural, com o cômputo do tempo de serviço em atividade exclusivamente privada, urbana e rural. Haveria contagem recíproca se houvesse contagem de tempo de serviço na atividade privada, urbana ou rural, e na administração pública para efeito de aposentadoria.
IV.A Lei n. 9.528, de 10.12.1997, que resultou da conversão da Medida Provisória n. 1.523, manteve na sua redação original o parágrafo 2º do artigo 55 da Lei n. 8.213/91, contando-se o tempo de serviço de trabalhador rural exercido em período anterior à sua vigência, independentemente do recolhimento das respectivas contribuições.
V.A expressão "trabalhador rural" constante da redação original do citado dispositivo legal é genérica compreendendo tanto o trabalhador empregado, como também o trabalhador rural em regime de economia familiar, a exemplo de como também o conceitua a Lei Complementar n. 11, de 25.05.1971, que instituiu o PRORURAL.
VI.O entendimento da Súmula n. 272/STJ não impede o cômputo de período trabalhado por rurícola em regime de economia familiar independentemente de contribuições, desde que anterior à vigência da Lei n. 8.213/91, observando-se que tal período não pode ser contado para efeito de carência a teor do disposto no artigo 55, parágrafo 2º, do mesmo diploma legal. Precedentes.
VII.A parte autora faz jus à concessão do benefício de aposentadoria proporcional por tempo de serviço, uma vez demonstrada a implementação dos requisitos legais.
VIII.Termo inicial do benefício mantido na data do requerimento administrativo.
IX.As parcelas vencidas devem ser corrigidas monetariamente na forma do Provimento nº 26/01 da E. Corregedoria da Justiça Federal da 3ª Região, observando-se a Súmula nº 08 desta Corte Regional e Súmula nº 148 do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.
X.Agravo retido não conhecido. Remessa oficial e apelação do INSS parcialmente providas.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da 7ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata de julgamento, por unanimidade, em não conhecer do agravo retido e, por maioria, dar parcial provimento à remessa oficial e à apelação e determinar a expedição de ofício ao INSS, nos termos do voto do Relator, com quem votou o Juiz Convocado Dr. RODRIGO ZACHARIAS, vencida a Des. Federal LEIDE POLO que dava provimento à apelação e à remessa oficial, bem como afastava a expedição de ofício ao INSS.
São Paulo, 19 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2005.03.99.032042-6 AC 1046469
ORIG.	:	0400000950 1 Vr PALMEIRA D OESTE/SP
APTE	:	DIONYSIO ZAMPIETRO
ADV	:	ARI DALTON MARTINS MOREIRA JUNIOR
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CARMEM PATRICIA NAMI GARCIA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

EMENTA
PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. QUALIDADE DE SEGURADO. PAI. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS. PROCEDÊNCIA.
I - Demonstrada a condição de segurada da de cujus junto à Previdência Social, uma vez que ela recebia aposentadoria por invalidez.
II - Em relação aos pais a dependência econômica deve ser comprovada, a teor do art. 16, da Lei nº 8.213/91, regulamentada pelo Decreto nº 3.048/99 e posteriormente pelo Decreto nº 4.032/01, bastando para tal demonstrar o domicílio conjunto, bem como que a falecida contribuía para o sustento da residência, através de prova documental e testemunhal idônea.
III - Por força do art. 26, inciso I, da Lei nº 8.213/91, o benefício de pensão por morte independe de carência.
IV - O benefício é devido desde a data do óbito, uma vez que o referido benefício foi requerido nas vias administrativas em até 30 (trinta) dias após o falecimento, nos termos do art. 74, Lei n.º 8.213/91, com a redação dada pela Lei n.º 9.528/97.
V - As parcelas em atraso devem ser corrigidas monetariamente nos termos do disposto no Provimento nº 26/01 da E. Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 3º Região, observando-se a Súmula nº 08 desta Corte Regional e a Súmula nº 148 do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.
VI - Juros de mora devidos à taxa de 12% (doze por cento) ao ano, a contar do termo inicial do benefício, conforme Enunciado n.º 20 aprovado na Jornada de Direito Civil promovida pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal.
VII - Os honorários advocatícios são fixados em 10% (dez por cento) sobre o total da condenação, excluídas as parcelas vincendas, considerando-se as prestações vencidas as compreendidas entre o termo inicial do benefício e a data da prolação do acórdão.

VIII - O INSS é isento do pagamento das custas processuais, nos termos do art. 4º, inc. I, da Lei Federal nº 9.289/96, bem como das despesas processuais, uma vez que a parte autora é beneficiária da Justiça gratuita.
IX - Em matéria de Direito Previdenciário, presentes os requisitos legais à concessão do benefício, meros formalismos da legislação processual vigente não podem obstar a concessão da tutela antecipada ex-officio, para determinar ao INSS a imediata implantação do benefício, que é de caráter alimentar, sob pena de se sobrepor a norma do artigo 273 do CPC aos fundamentos da República Federativa do Brasil, como a "dignidade da pessoa humana" (CF, art. 1º, III), impedindo que o Poder Judiciário contribua no sentido da concretização dos objetivos da mesma República, que são "construir uma sociedade livre, justa e solidária", bem como "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais" (CF, art. 3º , I e III).
X - Apelação da parte autora parcialmente provida.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata do julgamento em, por unanimidade, dar parcial provimento à apelação da parte autora e determinar a expedição de ofício ao INSS, nos termos do relatório e voto do Desembargador Federal Relator, que fazem parte integrante do presente acórdão.
São Paulo, 05 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2005.03.99.046740-1 AC 1066641
ORIG.	:	0400000314 2 Vr DIADEMA/SP 0400017459 2 Vr DIADEMA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ELAINE CATARINA BLUMTRITT GOLTL
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	DORIA PEREIRA DA COSTA E SILVA
ADV	:	ELIZETE ROGERIO
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 2 VARA DE DIADEMA SP
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

EMENTA
PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. QUALIDADE DE SEGURADO. MÃE. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA EM RELAÇÃO AO FILHO FALECIDO. REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS. PROCEDÊNCIA. TERMO INICIAL DO BENEFÍCIO. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA. VERBA HONORÁRIA.
I - Remessa oficial não conhecida, em observância ao disposto no § 2º, do artigo 475, do Código de Processo Civil.
II - Demonstrada a condição de segurado do de cujus junto à Previdência Social, uma vez que ele possuía vínculo empregatício na época do óbito.
III - Em relação aos pais a dependência econômica deve ser comprovada, a teor do art. 16, da Lei nº 8.213/91, regulamentada pelo Decreto nº 3.048/99 e posteriormente pelo Decreto nº 4.032/01, bastando para tal demonstrar o domicílio conjunto, bem como que o falecido contribuía para o sustento da residência, através de prova documental e testemunhal idônea.
IV - Por força do art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.213/91, o benefício de pensão por morte independe de carência.
V - O termo inicial do benefício deve ser mantido na data do requerimento administrativo (12-04-2000), uma vez que a parte autora demonstrou que já havia preenchido os requisitos necessários à concessão do benefício desde então.
VI - As parcelas em atraso devem ser corrigidas monetariamente nos termos do disposto no Provimento n.º 26/01 da E. Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 3º Região, observando-se a Súmula nº 08 desta Corte Regional e a Súmula nº 148 do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.
VII - Juros de mora à razão de 6% (seis por cento) ao ano, a contar do termo inicial do benefício e, após a vigência do novo Código Civil, em 11/01/2003 (Lei n.º 10.406/02) à taxa de 12% (doze por cento) ao ano, conforme Enunciado n.º 20 aprovado na Jornada de Direito Civil promovida pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, de forma englobada.
VIII - Os honorários advocatícios são fixados em 10% (dez por cento) sobre o total da condenação, excluídas as parcelas vincendas, considerando-se as prestações vencidas as compreendidas entre o termo inicial do benefício e a data da sentença (Súmula nº 111 do STJ).
IX - Remessa oficial não conhecida. Apelação do INSS parcialmente provida.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata do julgamento em, por unanimidade, não conhecer da remessa oficial e dar parcial provimento à apelação do INSS, nos termos do relatório e voto do Desembargador Federal Relator, que fazem parte integrante do presente acórdão.
São Paulo, 05 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2005.03.99.049140-3 AC 1072262
ORIG.	:	0400000615 1 Vr SANTA FE DO SUL/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CARMEM PATRICIA NAMI GARCIA SUANA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	HELIO MASQUETTO MARTINS e outro
ADV	:	CELSO GIANINI
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

EMENTA
PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. QUALIDADE DE SEGURADO. PAIS. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA EM RELAÇÃO AO FILHO FALECIDO. REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS. PROCEDÊNCIA.
I - Demonstrada a condição de segurado do de cujus junto à Previdência Social, uma vez que ele possuía vínculo empregatício na época do óbito.
II - Em relação aos pais a dependência econômica deve ser comprovada, a teor do art. 16, da Lei nº 8.213/91, regulamentada pelo Decreto nº 3.048/99 e posteriormente pelo Decreto nº 4.032/01, bastando para tal demonstrar o domicílio conjunto, bem como que o falecido contribuía para o sustento da residência, através de prova documental e testemunhal idônea.
III - Por força do art. 26, inciso I, da Lei nº 8.213/91, o benefício de pensão por morte independe de carência.
IV - Apelação do INSS improvida.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata do julgamento em, por unanimidade, negar provimento à apelação do INSS, nos termos do relatório e voto do Desembargador Federal Relator, que fazem parte integrante do presente acórdão.
São Paulo, 05 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.00.011647-6 AG 260903
ORIG.	:	199961140015227 1 Vr SAO BERNARDO DO CAMPO/SP
AGRTE	:	MANOEL DE SOUZA
ADV	:	ELIZETE ROGERIO
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	BRUNO CESAR LORENCINI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE S B DO CAMPO SP
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. RECONHECIMENTO E CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. OBJETO DIVERSO DO DA AÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIAÇÃO.
I. Compulsando detidamente os autos, verifico que o objeto da ação mandamental não se confunde com o reconhecimento do direito ao benefício, propriamente dito. Busca, na verdade, o afastamento dos óbices normativos (ordens de serviço) que limitavam a conversão de tempo de serviço laborado em condições especiais em comum.
II. Não sendo objeto do mandamus o reconhecimento e concessão do benefício previdenciário perseguido, e tendo exaurido o objeto do remédio constitucional, não resta outra alternativa ao agravante senão pleitear seu direito pelas vias ordinárias
III. Agravo de instrumento improvido. Agravo regimental prejudicado.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da 7ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, em negar provimento ao agravo de instrumento, restando prejudicado o agravo regimental, nos termos do voto do Desembargador Federal Relator, na conformidade da Ata de Julgamento.
São Paulo, 26 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.00.032272-6 AG 266320
ORIG.	:	0100000079 3 Vr ATIBAIA/SP
AGRTE	:	LAZARA MARIA DA CONCEICAO LEITE DOS SANTOS
ADV	:	ARAE COLLACO DE BARROS VELLOSO
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CARLOS ANTONIO GALAZZI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 3 VARA DE ATIBAIA SP
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONVERSÃO DA EXECUÇÃO EM CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE. IMPOSSIBILIDADE.
I. O processo de execução rege-se pelas normas dos artigos 566 e seguintes do Código de Processo Civil, tendo como um de seus requisitos essenciais o título executivo.
II. O título executivo é a sentença que concedeu aposentadoria por idade ao de cujus. Assim, a execução deve se referir ao valor da condenação, qual seja, as parcelas vencidas do benefício até a data do óbito.
III. Dessa forma, incabível o requerimento de conversão do pedido em pensão por morte no atual estágio do processo.
IV. Agravo de Instrumento a que se nega provimento.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da 7ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, em negar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do voto do Relator, na conformidade da Ata de Julgamento.
São Paulo, 26 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.00.040667-3 AG 268332
ORIG.	:	200661140020606 2 Vr SAO BERNARDO DO CAMPO/SP
AGRTE	:	REGIANE RODRIGUES FRANCISCO incapaz
REPTE	:	EUNICE RODRIGUES FRANCISCO
ADV	:	LUCIANA NEIDE LUCCHESI
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE S B DO CAMPO SP
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO. AMPARO ASSISTENCIAL E PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU A TUTELA ANTECIPADA - POSSIBILIDADE CONTRA A FAZENDA PÚBLICA - ARTIGO 273 - AUSÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS - AGRAVO IMPROVIDO.
I - No âmbito do STF, já se firmou entendimento, por meio da Súmula nº 729, de que "A decisão na ADC-4 não se aplica à antecipação de tutela em causa de natureza previdenciária".
II - No STJ já existem também inúmeros arestos no sentido da interpretação restritiva do art. 1º da Lei 9.494/97, atenuando-se a impossibilidade de concessão de tutela antecipada contra a Fazenda Pública no caso de "situações especialíssimas", onde é aparente o estado de necessidade, de preservação da vida ou da saúde (REsp; º 420.954/SC, rel. Min. Fernando Gonçalves, j. 22/10/02; REsp. 447.668/MA, rel. Min. Félix Fisher, j. 01/10/02; REsp. 202.093/RS, rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, j. 7/11/00).
III -O reexame necessário evita somente a execução dos efeitos pecuniários da sentença de mérito proferida.
IV -A ausência dos requisitos necessários para a antecipação da tutela não autoriza o seu deferimento.
V - Agravo improvido.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da 7ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, em negar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do voto do Desembargador Federal Relator, na conformidade da Ata de Julgamento.
São Paulo, 26 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.00.075095-5 AG 273894
ORIG.	:	9715005969 3 Vr SAO BERNARDO DO CAMPO/SP
AGRTE	:	HERCILIA CRISTINA DE FARIA SILVA
ADV	:	JOSE VICENTE DA SILVA
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PARTE A	:	ANTONIO WENCESLAU DE OLIVEIRA falecido e outros
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE S B DO CAMPO SP
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 112, DA LEI Nº 8.213/91. HABILITAÇÃO DA VIÚVA.
I-O art. 112 da Lei nº 8.213/91 é norma de direito material que impõe à Administração Pública o dever de pagar os valores previdenciários não recebidos pelo segurado em vida, prioritariamente, aos dependentes habilitados à pensão por morte, para só então, na falta desses, pagar aos demais sucessores na forma da lei civil, independentemente de inventário ou arrolamento.
II-A viúva é dependente habilitada à pensão por morte, a teor do artigo 16, inciso I, da Lei nº 8.213/91 e, dessa forma, está habilitada a receber os proventos pleiteados na ação revisional de benefício previdenciário.
III-Agravo de instrumento provido.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da 7ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por maioria, em dar provimento ao Agravo de Instrumento, nos termos do voto do Relator, com quem votou o Des. Federal ANTONIO CEDENHO, vencida a Des. Federal LEIDE POLO que lhe negava provimento.
São Paulo, 26 de fevereiro de 2007. (data de julgamento)

PROC.	:	2006.03.00.080815-5 AG 276209
ORIG.	:	200061830040494 4V Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	JOSE CARMONA IANHES FILHO e outros
ADV	:	VLADIMIR CONFORTI SLEIMAN
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	FRANCISCO IVO AVELINO DE OLIVEIRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA PREVIDENCIARIA DE SAO PAULO SP>1ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. RESERVA DE HONORÁRIOS CONTRATADOS. PROCURADOR LEGALMENTE CONSTITUÍDO.
1 - Dispõe o § 4º do art. 22 do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei nº 8.906/94) sobre a possibilidade de pagamento dos honorários convencionados diretamente ao advogado, que fizer juntar aos autos o seu contrato de honorários antes de expedir-se o mandado de levantamento ou precatório, por dedução da quantia a ser recebida pelo constituinte.
2 - Ante as recentes decisões proferidas por esta Egrégia Sétima Turma de Julgamentos, bem como a publicação da Resolução nº 438, do Conselho da Justiça Federal, cabível a expedição, em separado, de precatório aos honorários advocatícios contratados, no caso dos ofícios requisitórios não terem sido expedidos e apresentados no Tribunal.
3 - Agravo de instrumento a que se dá provimento.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da 7ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata de julgamento, por maioria, em dar provimento ao Agravo de Instrumento, nos termos do voto do Relator, com quem votou o Des. Federal ANTONIO CEDENHO, vencida a Des. Federal LEIDE POLO que lhe negava provimento.
São Paulo, 26 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.99.001611-0 AC 1082846
ORIG.	:	0400000187 1 Vr NHANDEARA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOSE LUIZ SFORZA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	SANTA DE FATIMA DA MACENA
ADV	:	RUBENS BETETE
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. TRABALHADOR RURAL. QUALIDADE DE SEGURADO. COMPANHEIRA. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA PRESUMIDA. REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS. PROCEDÊNCIA. VERBA HONORÁRIA.
I - A lei expressamente prevê a impossibilidade de cumulação do benefício de renda mensal vitalícia com qualquer outro, cabendo à parte autora optar pelo benefício que entender mais vantajoso.
II - Conforme a reiterada jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, existindo nos autos início razoável de prova material corroborada pela prova testemunhal colhida nos autos, é possível o reconhecimento de tempo de serviço trabalhado por rurícola para todos os fins previdenciários.
III - Comprovada a união estável entre a companheira e o falecido através de prova material e testemunhal, demonstrando o domicílio em comum e a relação pública e duradoura, a dependência econômica é presumida, a teor do art. 16, § 4º, da Lei n° 8.213/91.
IV - Comprovada a qualidade de segurado junto à Previdência Social do de cujus na época do óbito e a dependência econômica da requerente em relação ao mesmo, estão preenchidos os requisitos legais à concessão do benefício.
V - Os honorários advocatícios são fixados em 10% (dez por cento) sobre o total da condenação, excluídas as parcelas vincendas, considerando-se as prestações vencidas as compreendidas entre o termo inicial do benefício e a data da sentença (Súmula nº 111 do STJ).
VI - Matéria preliminar rejeitada. No mérito, apelação do INSS parcialmente provida.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata do julgamento em, por unanimidade, rejeitar a matéria preliminar arguida pelo INSS e, no mérito, dar parcial provimento à apelação do INSS, nos termos do relatório e voto do Desembargador Federal Relator, que fazem parte integrante do presente acórdão.
São Paulo, 05 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.99.001612-2 AC 1082847
ORIG.	:	0400000176 1 Vr NHANDEARA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOSE LUIZ SFORZA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	DAMASIO FERNANDES DE LIMA
ADV	:	VALDIR BERNARDINI
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. TRABALHADORA RURAL. QUALIDADE DE SEGURADA. MARIDO. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA PRESUMIDA. REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS. PROCEDÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
I - Conforme a reiterada jurisprudência do E. STJ, existindo nos autos início razoável de prova material corroborada pela prova testemunhal, é possível o reconhecimento de tempo de serviço trabalhado por rurícola para todos os fins previdenciários (art. 39, I, Lei nº 8.213/91).
II - Em relação ao cônjuge, a dependência econômica é presumida, a teor do § 4º, do art. 16, da Lei nº 8.213/91, regulamentada pelo Decreto nº 3.048/99 e posteriormente pelo Decreto nº 4.032/01.
III - Comprovada a qualidade de segurada junto à Previdência Social da de cujus na época do óbito e a dependência econômica do requerente em relação à mesma, estão preenchidos os requisitos legais à concessão do benefício.
IV - Os honorários advocatícios são fixados em 10% (dez por cento) sobre o total da condenação, excluídas as parcelas vincendas, considerando-se as prestações vencidas as compreendidas entre o termo inicial do benefício e a data da sentença (Súmula n.º 111 do STJ).
V - Apelação do INSS parcialmente provida.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata do julgamento, por maioria, em dar parcial provimento à apelação do INSS, nos termos do voto do Relator, com quem votou o Juiz Convocado Dr. RODRIGO ZACHARIAS, vencida parcialmente a Des. Federal LEIDE POLO que lhe dava provimento.
São Paulo, 05 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.99.003665-0 AC 1085236
ORIG.	:	0400000286 1 Vr CRAVINHOS/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUCILENE SANCHES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ILDA BORELA PAZZOTTI
ADV	:	RUBENS CAVALINI
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE CRAVINHOS SP
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

EMENTA
PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. QUALIDADE DE SEGURADO. ESPOSA. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA PRESUMIDA. REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS. PROCEDÊNCIA. VERBA HONORÁRIA.
I - Remessa oficial não conhecida, em observância ao disposto no § 2º, do artigo 475, do Código de Processo Civil.
II - O falecido faria jus à concessão da aposentadoria por idade, se estivesse vivo, uma vez cumpridos os requisitos legais, de modo que manteria sua qualidade de segurado obrigatória até a data do óbito.
III - Em relação ao cônjuge, a dependência econômica é presumida, a teor do art.16, § 4º, da Lei 8.213/91.
IV - Demonstrada a condição de segurado junto a Previdência Social do falecido na data do óbito e a dependência econômica da requerente em relação ao de cujus, a parte autora faz jus à pensão pleiteada.
V - Por força do art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.213/91, o benefício de pensão por morte independe de carência.
VI - Os honorários advocatícios são fixados em 10% (dez por cento) sobre o total da condenação, excluídas as parcelas vincendas, considerando-se as prestações vencidas as compreendidas entre o termo inicial do benefício e a data da sentença (Súmula nº 111 do STJ).
VII - Em matéria de Direito Previdenciário, presentes os requisitos legais à concessão do benefício, meros formalismos da legislação processual vigente não podem obstar a concessão da tutela antecipada ex-officio, para determinar ao INSS a imediata implantação do benefício, que é de caráter alimentar, sob pena de se sobrepor a norma do artigo 273 do CPC aos fundamentos da República Federativa do Brasil, como a "dignidade da pessoa humana" (CF, art. 1º, III), impedindo que o Poder Judiciário contribua no sentido da concretização dos objetivos da mesma República, que são "construir uma sociedade livre, justa e solidária", bem como "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais" (CF, art. 3º , I e III).
VIII - Remessa oficial não conhecida. Apelação parcialmente provida.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata do julgamento em, por unanimidade, não conhecer da remessa oficial, dar parcial provimento à apelação e determinar a expedição de ofício ao INSS, nos termos do relatório e voto do Desembargador Federal Relator, que fazem parte integrante do presente acórdão.
São Paulo, 05 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.99.014353-3 AC 1105803
ORIG.	:	0400001983 3 Vr BIRIGUI/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUIZ FERNANDO SANCHES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ROSA ETELVINA DOMINGUES PINATI
ADV	:	ELIZABETE ALVES MACEDO
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. RURAL E URBANA. ATIVIDADE RURAL. INÍCIO RAZOÁVEL. PROVA MATERIAL CORROBORADA POR PROVA TESTEMUNHAL. RECONHECIMENTO DE PARTE DO PERÍODO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
I.Existindo nos autos início razoável de prova material e prova testemunhal idônea, é admissível o reconhecimento de tempo de serviço prestado por rurícola sem o devido registro em carteira. Inviável o reconhecimento de todo o período pleiteado, em face da ausência de prova documental robusta a comprovar a atividade rural por todo o lapso temporal requerido.
II.Não se pode exigir a comprovação do recolhimento das contribuições relativas a tempo de serviço trabalhado como rurícola, ainda que em regime de economia familiar, antes da edição da Lei n. 8.213/91. Não se pode confundir contagem recíproca entre atividade urbana e atividade rural, com o cômputo do tempo de serviço em atividade exclusivamente privada, urbana e rural. Haveria contagem recíproca se houvesse contagem de tempo de serviço na atividade privada, urbana ou rural, e na administração pública para efeito de aposentadoria.
III.A Lei n. 9.528, de 10.12.1997, que resultou da conversão da Medida Provisória n. 1.523, manteve na sua redação original o parágrafo 2º do artigo 55 da Lei n. 8.213/91, contando-se o tempo de serviço de trabalhador rural exercido em período anterior à sua vigência, independentemente do recolhimento das respectivas contribuições.
IV.A expressão "trabalhador rural" constante da redação original do citado dispositivo legal é genérica compreendendo tanto o trabalhador empregado, como também o trabalhador rural em regime de economia familiar, a exemplo de como também o conceitua a Lei Complementar n. 11, de 25.05.1971, que instituiu o PRORURAL.
V.O entendimento da Súmula n. 272/STJ não impede o cômputo de período trabalhado por rurícola em regime de economia familiar independentemente de contribuições, desde que anterior à vigência da Lei n. 8.213/91, observando-se que tal período não pode ser contado para efeito de carência a teor do disposto no artigo 55, parágrafo 2º, do mesmo diploma legal. Precedentes.
VI.A parte autora faz jus à concessão do benefício de aposentadoria proporcional por tempo de serviço, uma vez demonstrada a implementação dos requisitos legais.
VII.Honorários advocatícios mantidos em 10% (dez por cento) sobre o total da condenação até a data da prolação sentença, excluídas as parcelas vincendas, a teor da Súmula 111 do C. STJ.
VIII.Apelação do INSS parcialmente provida.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da 7ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata de julgamento, por maioria, em dar parcial provimento à apelação e determinar a expedição de ofício ao INSS, nos termos do voto do Relator, com quem votou o Juiz Convocado Dr. RODRIGO ZACHARIAS, vencida a Des. Federal LEIDE POLO que dava provimento à apelação e afastava a expedição de ofício ao INSS.
São Paulo, 19 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.99.026902-4 REOAC 1131685
ORIG.	:	0300000716 1 Vr MARTINOPOLIS/SP
PARTE A	:	ANA PAULA CALDEIRA DA SILVA
ADV	:	NEIL DAXTER HONORATO E SILVA
PARTE R	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE MARTINOPOLIS SP
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
ASSISTÊNCIA SOCIAL. VALOR DA CONDENAÇÃO NÃO SUPERIOR A 60 SALÁRIOS MÍNIMOS. REMESSA EX OFFICIO NÃO CONHECIDA.
I.A lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.
II.Sendo o valor da condenação inferior a 60 (sessenta) salários mínimos, prevalece a aplicação do parágrafo 2º do artigo 475 do Código de Processo Civil, acrescido pela Lei nº 10.352, de 26 de dezembro de 2001.
III.Remessa oficial não conhecida.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata do julgamento, por unanimidade, em não conhecer da remessa oficial, nos termos do relatório e voto do Desembargador Federal Relator, que fazem parte integrante do presente acórdão.
São Paulo, 12 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.99.029453-5 AMS 281896
ORIG.	:	0500003845 2 Vr ITATIBA/SP
APTE	:	KELLY CRISTINA TARTARI CARVALHO
ADV	:	RENATO SIMIONI BERNARDO
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO FEDERAL. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUÍZO ESTADUAL. INAPLICABILIDADE DO ARTIGO 109, § 3º, DA CF. RECONHECIMENTO DE OFÍCIO.
1A teor do que dispõe o inciso VIII, do art. 109, da Constituição Federal, é absoluta a competência da Justiça Federal para processar e julgar as ações mandamentais impetradas contra ato de autoridade federal.
2 Em se tratando de Mandado de Segurança a competência do juízo para apreciar o ato que importa em ameaça ou violação ao direito líquido e certo do impetrante define-se pela categoria da autoridade coatora e por sua sede funcional, enquanto a regra do aludido § 3º trata da fixação de competência em função da matéria

3Ainda que a comarca não seja sede de vara do juízo federal e as partes sejam instituição de previdência social e segurado, não se aplica a delegação contida no § 3º do citado art. 109.
4A respeito da declaração de incompetência dispõe o Código de Processo Civil, em seu art. 113 que: "A incompetência absoluta deve ser declarada de ofício e pode ser alegada, em qualquer tempo e grau de jurisdição, independentemente de exceção".
5Reconhecimento da incompetência absoluta do MM. Juízo de Direito da 2ª Vara de Itatiba/SP. Anulação, de ofício, de todos os atos decisórios praticados na presente ação mandamental. Remessa dos autos a uma das varas federais da Subseção de Campinas/SP.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da 7ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, anular, de ofício, todos os atos decisórios praticados na presente ação mandamental, restanto prejudicada a apelação da parte autora, na conformidade da ata de julgamento e nos termos do voto do Relator.
São Paulo, 26 de fevereiro de 2007. (data do julgamento).

PROC.	:	2006.03.99.030727-0 AC 1137861
ORIG.	:	0400001230 1 Vr GUAIRA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOAO LUIZ MATARUCO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	NAIR MARIA DE OLIVEIRA
ADV	:	NIVALDO DE AGUIAR E SILVA
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS. PROCEDÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
I.Conforme a reiterada jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, existindo nos autos início razoável de prova material corroborada pela prova testemunhal colhida nos autos, é possível o reconhecimento de tempo de serviço trabalhado por rurícola para todos os fins previdenciários.
II.A certidão de casamento onde consta a profissão do marido como lavrador, extensível à mulher, insere-se no conceito de início razoável de prova material. Precedentes do STJ.
III.A parte autora faz jus à concessão do benefício de aposentadoria por idade, uma vez demonstrada a implementação dos requisitos legais, nos termos da legislação previdenciária.
IV.Os honorários advocatícios são fixados em 10% (dez por cento) sobre o total da condenação, excluídas as parcelas vincendas, considerando-se as prestações vencidas as compreendidas entre o termo inicial do benefício e a data da sentença (Súmula n.º 111 do STJ).
V.Em matéria de Direito Previdenciário, presentes os requisitos legais à concessão do benefício, meros formalismos da legislação processual vigente não podem obstar a concessão da tutela antecipada ex-officio, para determinar ao INSS a imediata implantação do benefício, que é de caráter alimentar, sob pena de se sobrepor a norma do artigo 273 do CPC aos fundamentos da República Federativa do Brasil, como a "dignidade da pessoa humana" (CF, art. 1º, III), impedindo que o Poder Judiciário contribua no sentido da concretização dos objetivos da mesma República, que são "construir uma sociedade livre, justa e solidária", bem como "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais" (CF, art. 3º , I e III).
VI.Apelação do INSS parcialmente provida.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata do julgamento em, por unanimidade, dar parcial provimento à apelação e determinar a expedição de ofício ao INSS, nos termos do relatório e voto do Desembargador Federal Relator, que fazem parte integrante do presente acórdão.
São Paulo, 26 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.99.031465-0 AC 1138700
ORIG.	:	0500000608 1 Vr PACAEMBU/SP 0500005870 1 Vr PACAEMBU/SP
APTE	:	DIOLIVINA MARIA PEREIRA FRANCA (= ou > de 60 anos)
ADV	:	JULIANA MARIA SIMAO SAMOGIN
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARGARETE DE CASSIA LOPES GOMES DE CARVALHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS. PROCEDÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
I.Trata-se de sentença ultra petita, vez que o MM. Juiz a quo fixou o termo inicial da concessão do benefício a partir de data anterior à requerida na exordial, infringindo, assim, vedação contida nos artigos 128 e 460, ambos do Código de Processo Civil. Destarte, ao Tribunal ad quem cabe decotar o excesso.
II.Conforme a reiterada jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, existindo nos autos início razoável de prova material corroborada pela prova testemunhal colhida nos autos, é possível o reconhecimento de tempo de serviço trabalhado por rurícola para todos os fins previdenciários.
III.A certidão de casamento onde consta a profissão do marido como lavrador, extensível à mulher, insere-se no conceito de início razoável de prova material. Precedentes do STJ.
IV.A parte autora faz jus à concessão do benefício de aposentadoria por idade, uma vez demonstrada a implementação dos requisitos legais, nos termos da legislação previdenciária.
V.Os honorários advocatícios são fixados em R$ 350,00 (trezentos e cinqüenta reais), tendo em vista que o termo inicial do benefício data de 16-08-2005 (data da citação) e a sentença fora proferida em 20-02-2006, razão pela qual o valor da condenação de acordo com o entendimento desta Turma resultaria em um montante irrisório.
VI.Em matéria de Direito Previdenciário, presentes os requisitos legais à concessão do benefício, meros formalismos da legislação processual vigente não podem obstar a concessão da tutela antecipada ex-officio, para determinar ao INSS a imediata implantação do benefício, que é de caráter alimentar, sob pena de se sobrepor a norma do artigo 273 do CPC aos fundamentos da República Federativa do Brasil, como a "dignidade da pessoa humana" (CF, art. 1º, III), impedindo que o Poder Judiciário contribua no sentido da concretização dos objetivos da mesma República, que são "construir uma sociedade livre, justa e solidária", bem como "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais" (CF, art. 3º, I e III).
VII.Sentença, de ofício, reduzida aos limites do pedido. Apelação do INSS improvida. Recurso da parte autora parcialmente provido.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata do julgamento, por unanimidade, de ofício, reduzir comando sentencial aos limites do pedido e, por maioria, negar provimento à apelação do INSS, nos termos do voto do Relator, com quem votou o Juiz Convocado Dr.RODRIGO ZACHARIAS, vencida a Des. Federal LEIDE POLO que lhe dava provimento e, por unanimidade, dar parcial provimento ao recurso da parte autora, sendo que a Des. Federal LEIDE POLO que, inicialmente, a julgava prejudicada, vencida, acompanhou o voto do Relator e, por maioria, determinar a expedição de ofício ao INSS, nos termos do voto do Relator, com quem votou o Juiz Convocado Dr.RODRIGO ZACHARIAS, vencida a Des. Federal LEIDE POLO que afastava a expedição de ofício ao INSS.
São Paulo, 05 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.99.032043-1 REOAC 1139301
ORIG.	:	0500000648 1 Vr MACAUBAL/SP 0500016694 1 Vr MACAUBAL/SP
PARTE A	:	MARIA FERNANDES PADOVES
ADV	:	DULCILINA MARTINS CASTELAO
PARTE R	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ROBERTO DE LIMA CAMPOS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE MACAUBAL SP
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO. VALOR DA CONDENAÇÃO NÃO SUPERIOR A 60 SALÁRIOS MÍNIMOS. REMESSA EX OFFÍCIO NÃO CONHECIDA.
I.A lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.
II.Sendo o valor da condenação inferior a 60 (sessenta) salários mínimos, prevalece a aplicação do artigo 475, § 2º do Código de Processo Civil, acrescido pela Lei nº 10.352, de 26 de dezembro de 2.001.
III.Remessa oficial não conhecida.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata do julgamento em, por unanimidade, não conhecer da remessa oficial, nos termos do relatório e voto do Desembargador Federal Relator, que fazem parte integrante do presente acórdão.
São Paulo, 26 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.99.033221-4 AC 1140633
ORIG.	:	0300000764 1 Vr ROSANA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	WALMIR RAMOS MANZOLI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ANGELINA BALDEGA BUENO
ADV	:	DARIO SERGIO RODRIGUES DA SILVA
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

EMENTA
PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO. ESPOSA. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA PRESUMIDA. REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS. REDAÇÃO ORIGINAL DO ARTIGO 102 DA LEI N° 8.213/91. PROCEDÊNCIA. TERMO INICIAL DO BENEFÍCIO. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
I - Remessa oficial tida por interposta, nos termos do artigo 10 da Lei nº 9.469, de 10-07-1997.
II - Para a concessão do benefício previdenciário de pensão por morte torna-se necessária a comprovação da qualidade de segurado do de cujus junto à Previdência Social na data do óbito, bem como a dependência econômica dos requerentes em relação ao mesmo, nos termos do art. 74 da Lei nº 8.213/91.
III - Tendo o de cujus falecido após o período de graça, perdeu ele a condição de segurado obrigatório junto à Previdência Social, nos termos do art. 15 da Lei nº 8.213/91. Todavia, a lei aplicável ao presente caso é a vigente na data do óbito, sendo assim, tendo o óbito ocorrido em 14-06-1995, estava em vigor a Lei n° 8.213/91 em sua redação original, ou seja, antes das alterações da Lei n° 9.528/97, de modo que a perda da qualidade de segurado do falecido não importa em extinção do direito à percepção pela parte autora da pensão por morte, tendo em vista o preenchimento de todos os requisitos exigíveis à concessão do referido benefício, de acordo com o previsto no artigo 102 da Lei n° 8.213/91 em sua redação original.
IV - Necessário salientar que, em relação ao cônjuge a econômica é presumida, a teor do § 4º, do art. 16, da Lei nº 8.213/91, regulamentada pelo Decreto nº 3.048/99 e posteriormente pelo Decreto nº 4.032/01.
V - Ressalto que, por força do art. 26, inciso I, da Lei nº 8.213/91, o benefício de pensão por morte independe de carência.
VI - Preenchidos os requisitos legais, a parte autora faz jus à concessão do benefício pleiteado.
VII - O benefício é devido desde a data do requerimento administrativo (10-10-1996), observando-se a prescrição qüinqüenal, nos termos do artigo 219, § 5º, do Código de Processo Civil, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 11.280 de 16-02-2006.
VIII - As parcelas em atraso devem ser corrigidas monetariamente nos termos do disposto no Provimento nº 26/01 da E. Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 3º Região, observando-se a Súmula nº 08 desta Corte Regional e a Súmula nº 148 do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.
IX - Juros de mora devidos à razão de 6% (seis por cento) ao ano, a contar do termo inicial do benefício e, após a vigência do novo Código Civil, em 11-01-2003 (Lei nº 10.406/02) à taxa de 12% (doze por cento) ao ano, conforme Enunciado n.º 20 aprovado na Jornada de Direito Civil promovida pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal.
X - Os honorários advocatícios são mantidos em R$ 300,00 (trezentos reais).
XI - Remessa oficial tida por interposta parcialmente provida. Apelação do INSS em parte conhecida e improvida.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata do julgamento em, por unanimidade, dar parcial provimento à remessa oficial tida por interposta, não conhecer de parte da apelação do INSS e, na parte conhecida, negar-lhe provimento, nos termos do relatório e voto do Desembargador Federal Relator, que fazem parte integrante do presente acórdão.
São Paulo, 05 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.99.034470-8 REOAC 1143397
ORIG.	:	0600000028 2 Vr MONTE ALTO/SP 0600000903 2 Vr MONTE ALTO/SP
PARTE A	:	NEYDE TAVARES MORETTO
ADV	:	SONIA LOPES
PARTE R	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARIO LUCIO MARCHIONI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 2 VARA DE MONTE ALTO SP
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO. VALOR DA CONDENAÇÃO NÃO SUPERIOR A 60 SALÁRIOS MÍNIMOS. REMESSA EX OFFÍCIO NÃO CONHECIDA.
I.A lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.
II.Sendo o valor da condenação inferior a 60 (sessenta) salários mínimos, prevalece a aplicação do artigo 475, §2º do Código de Processo Civil, acrescido pela Lei nº 10.352, de 26 de dezembro de 2.001.
III.Remessa Oficial não conhecida.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata do julgamento, por unanimidade, em não conhecer da remessa oficial, nos termos do relatório e voto do Desembargador Federal Relator, que fazem parte integrante do presente acórdão.
São Paulo, 26 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.99.034629-8 AC 1143555
ORIG.	:	0500001545 1 Vr URUPES/SP 0500023979 1 Vr URUPES/SP
APTE	:	LUZIA PASCOALINA ROPERO GUEDES
ADV	:	ZACARIAS ALVES COSTA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	PAULO SERGIO BIANCHINI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. AUSÊNCIA DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. SENTENÇA ANULADA.
I.O esgotamento da via administrativa não condiciona o exercício do direito da ação. Precedentes.
II.É desnecessário impor ao segurado que percorra a via administrativa antes do ingresso em juízo apenas como uma exigência formal para ver sua pretensão apreciada pelo Estado-Juiz.
III.Sentença que se anula, retornando os autos à Vara de origem para o regular prosseguimento do feito.
IV.Apelação provida.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da 7ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, em dar provimento à apelação para anular a r. sentença, na conformidade da Ata de Julgamento e nos termos do voto do Des. Fed. Relator.
São Paulo, 05 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.99.035650-4 REOAC 1145498
ORIG.	:	0300000668 1 Vr PARIQUERA ACU/SP 0300007302 1 Vr PARIQUERA ACU/SP
PARTE A	:	ANA MUNIZ FELISBINO
ADV	:	SEBASTIAO CARLOS FERREIRA DUARTE
PARTE R	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE PARIQUERA ACU SP
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO. VALOR DA CONDENAÇÃO NÃO SUPERIOR A 60 SALÁRIOS MÍNIMOS. REMESSA EX OFFÍCIO NÃO CONHECIDA.
I.A lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.
II.Sendo o valor da condenação inferior a 60 (sessenta) salários mínimos, prevalece a aplicação do artigo 475 §2º do Código de Processo Civil, acrescido pela Lei nº 10.352, de 26 de dezembro de 2.001.
III.Remessa Oficial não conhecida.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata do julgamento, por unanimidade, em não conhecer da remessa oficial, nos termos do relatório e voto do Desembargador Federal Relator, que fazem parte integrante do presente acórdão.
São Paulo, 26 de fevereiro de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.99.036548-7 AC 1146819
ORIG.	:	0500003129 1 Vr ITAQUAQUECETUBA/SP 0200019990 1 Vr ITAQUAQUECETUBA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	GILSON ROBERTO NOBREGA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	JUSTIMIANO AMERICO
ADV	:	ELISABETH TRUGLIO
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

EMENTA
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. PEDIDO DE DESISTÊNCIA HOMOLOGADO. ARTIGO 267, PARÁGRAFO 4º, INCISO VIII, CPC.
I.Para consubstanciar a desistência da ação, depois de decorrido o prazo para a reposta, é mister que a parte contrária concorde com tal pedido.
II.A decisão deve ser anulada, eis que eivada de vício, retornando os autos à Vara de origem para o regular prosseguimento do feito.
III.Apelação provida.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata do julgamento, por unanimidade, em dar provimento à apelação para anular a sentença, nos termos do relatório e voto do Desembargador Federal Relator, que fazem parte integrante do presente acórdão.
São Paulo, 05 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.99.037455-5 AC 1148162
ORIG.	:	0300000986 2 Vr REGISTRO/SP 0300018968 2 Vr REGISTRO/SP
APTE	:	ANA PIRES DOS SANTOS
ADV	:	SEBASTIAO CARLOS FERREIRA DUARTE
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	EDUARDO LINS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. PROCESSUAL. ARTIGO 282 DO CPC. REQUISITOS PREENCHIDOS. SENTENÇA ANULADA.
I - A petição inicial veio instruída com a documentação necessária para o deslinde do feito, preenchendo os requisitos exigidos nos termos da legislação processual em vigor (art. 282, CPC).
II - Sentença que deve ser anulada, com o retorno dos autos à Vara de origem para o regular processamento do feito.
III - Apelação da parte autora provida.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata do julgamento em, por unanimidade, dar provimento à apelação da parte autora para anular a R. sentença, nos termos do relatório e voto do Desembargador Federal Relator, que fazem parte integrante do presente acórdão.
São Paulo, 05 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.99.038292-8 AC 1149458
ORIG.	:	0400000076 2 Vr REGISTRO/SP 0400051850 2 Vr REGISTRO/SP
APTE	:	BELANISIA FRANCISCA DOS SANTOS
ADV	:	SEBASTIAO CARLOS FERREIRA DUARTE
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	EDUARDO CUNHA LINS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. PROCESSUAL. ARTIGO 282 DO CPC. REQUISITOS PREENCHIDOS. SENTENÇA ANULADA.
I - A petição inicial veio instruída com a documentação necessária para o deslinde do feito, preenchendo os requisitos exigidos nos termos da legislação processual em vigor (art. 282, CPC).
II - Sentença que deve ser anulada, com o retorno dos autos à Vara de origem para o regular processamento do feito.
III - Apelação provida.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata do julgamento em, por unanimidade, dar provimento à apelação da parte autora para anular a R. sentença, nos termos do relatório e voto do Desembargador Federal Relator, que fazem parte integrante do presente acórdão.
São Paulo, 05 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.99.039345-8 AC 1150530
ORIG.	:	0400000061 1 Vr PEDREIRA/SP 0400033813 1 Vr PEDREIRA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	FRANCISCO PINTO DUARTE NETO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ALTINO BISPO DE BARROS (= ou > de 65 anos)
ADV	:	EVELISE SIMONE DE MELO
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS. SENTENÇA ULTRA PETITA. PROCEDÊNCIA. PRINCÍPIO DA OPERABILIDADE. CITAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
I.Trata-se de sentença ultra petita, vez que o MM. Juiz a quo condenou o INSS a prestar assistência médico-hospitalar sem que houvesse requerimento da parte autora neste sentido, infringindo, assim, vedação contida nos artigos 128 e 460, ambos do Código de Processo Civil. Destarte, ao Tribunal ad quem cabe decotar o excesso.
II.Para a comprovação da atividade laborativa exercida nas lides rurais, sem o devido registro em carteira, torna-se necessária a apresentação de um início razoável de prova material corroborada pela prova testemunhal, o que não ocorreu nos autos.
III.Apesar do autor não ser merecedor da aposentadoria por idade rural, nota-se que faz jus ao benefício de aposentadoria por idade urbana nos termos do artigo 48 da Lei n. 8.213/91, sendo permitido ao julgador amoldar o caso concreto à lei, em face da relevância da questão social que envolve o assunto.
IV.O termo inicial do benefício deve ser fixado na data da citação, na falta de recurso administrativo, a teor do disposto no art. 219 do Código de Processo Civil.
V.No tocante aos honorários advocatícios, os mesmos devem ser mantidos em 10% (dez por cento) sobre o total da condenação, excluídas as parcelas vincendas, considerando-se as prestações vencidas as compreendidas entre o termo inicial do benefício e a data da sentença (Súmula 111 do STJ).
VI.Em matéria de Direito Previdenciário, presentes os requisitos legais à concessão do benefício, meros formalismos da legislação processual vigente não podem obstar a concessão da tutela antecipada ex-officio, para determinar ao INSS a imediata implantação do benefício, que é de caráter alimentar, sob pena de se sobrepor a norma do artigo 273 do CPC aos fundamentos da República Federativa do Brasil, como a "dignidade da pessoa humana" (CF, art. 1º, III), impedindo que o Poder Judiciário contribua no sentido da concretização dos objetivos da mesma República, que são "construir uma sociedade livre, justa e solidária", bem como "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais" (CF, art. 3º , I e III).
VII.Apelação conhecida em parte e improvida.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata do julgamento em, por unanimidade, não conhecer de parte da apelação do INSS e, na parte conhecida, negar-lhe provimento e determinar a expedição de ofício ao INSS, nos termos do relatório e voto do Desembargador Federal Relator, que fazem parte integrante do presente acórdão.
São Paulo, 12 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.99.039610-1 AC 1150983
ORIG.	:	0300000981 2 Vr REGISTRO/SP 0300018823 2 Vr REGISTRO/SP
APTE	:	ANTONIA TERESA DE OLIVEIRA FRANCA
ADV	:	SEBASTIAO CARLOS FERREIRA DUARTE
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	EDUARDO CUNHA LINS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. PROCESSUAL. ARTIGO 282 DO CPC. REQUISITOS PREENCHIDOS. SENTENÇA ANULADA.
I.A petição inicial veio instruída com a documentação necessária para o deslinde do feito, preenchendo os requisitos exigidos nos termos da legislação processual em vigor (art. 282, CPC).
II.Sentença que deve ser anulada, com o retorno dos autos à Vara de origem para o regular processamento do feito.
III.Apelação da parte autora provida.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata do julgamento em, por unanimidade, dar provimento à apelação da parte autora para anular a r. sentença, nos termos do relatório e voto do Desembargador Federal Relator, que fazem parte integrante do presente acórdão.
São Paulo, 05 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.99.040595-3 AC 1152270
ORIG.	:	0500000654 2 Vr SERRA NEGRA/SP 0500018709 2 Vr SERRA NEGRA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RENATO URBANO LEITE
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MARIA MAURICIO DE MORAES
ADV	:	MARIA CECILIA SILOTTO BEGHINI
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PROCEDÊNCIA.
I.É desnecessário o prévio esgotamento das vias administrativas para o ajuizamento de ação previdenciária - inteligência da Súmula nº 09, do TRF 3a. Região.
II.Conforme a reiterada jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, existindo nos autos início razoável de prova material corroborada pela prova testemunhal colhida nos autos, é possível o reconhecimento de tempo de serviço trabalhado por rurícola para todos os fins previdenciários.
III.A certidão de casamento onde consta a profissão do marido como lavrador, extensível à mulher, insere-se no conceito de início razoável de prova material. Precedentes do STJ.
IV.A parte autora faz jus à concessão do benefício de aposentadoria por idade, uma vez demonstrada a implementação dos requisitos legais, nos termos da legislação previdenciária.
V.Em matéria de Direito Previdenciário, presentes os requisitos legais à concessão do benefício, meros formalismos da legislação processual vigente não podem obstar a concessão da tutela antecipada ex-officio, para determinar ao INSS a imediata implantação do benefício, que é de caráter alimentar, sob pena de se sobrepor a norma do artigo 273 do CPC aos fundamentos da República Federativa do Brasil, como a "dignidade da pessoa humana" (CF, art. 1º, III), impedindo que o Poder Judiciário contribua no sentido da concretização dos objetivos da mesma República, que são "construir uma sociedade livre, justa e solidária", bem como "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais" (CF, art. 3º , I e III).
VI.Agravo retido e Apelação do INSS improvidos.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata do julgamento em, por unanimidade, negar provimento ao agravo retido e à apelação e, determinar a expedição de ofício ao INSS, nos termos do relatório e voto do Desembargador Federal Relator, que fazem parte integrante do presente acórdão.
São Paulo, 19 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2006.03.99.044635-9 AC 1158585
ORIG.	:	0400001055 1 Vr TATUI/SP 0400129422 1 Vr TATUI/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SUZETE MARTA SANTIAGO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	LUCIA DE SOUZA ANDRADE
ADV	:	ABIMAEL LEITE DE PAULA

REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE TATUI SP
RELATOR	:	DES.FED. WALTER DO AMARAL / SÉTIMA TURMA

EMENTA
PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. QUALIDADE DE SEGURADO. MÃE. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA EM RELAÇÃO AO FILHO FALECIDO. REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS. PROCEDÊNCIA. TERMO INICIAL DO BENEFÍCIO.
I - Remessa oficial não conhecida, em observância ao disposto no § 2º, do artigo 475, do Código de Processo Civil.
II - Demonstrada a condição de segurado do de cujus junto à Previdência Social, uma vez que ele possuía vínculo empregatício na época do óbito.
III - Em relação aos pais a dependência econômica deve ser comprovada, a teor do art. 16, da Lei nº 8.213/91, regulamentada pelo Decreto nº 3.048/99 e posteriormente pelo Decreto nº 4.032/01, bastando para tal demonstrar o domicílio conjunto, bem como que o falecido contribuía para o sustento da residência, através de prova documental e testemunhal idônea.
IV - Por força do art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.213/91, o benefício de pensão por morte independe de carência.
V - O termo inicial do benefício será estabelecido em conformidade com a legislação vigente na data do óbito. Sendo assim, benefício é devido desde a data da citação, uma vez que não houve o requerimento nas vias administrativas, nos termos do art. 74, Lei n.º 8.213/91, com a redação dada pela Lei n.º 9.528/97.
VI - Em matéria de Direito Previdenciário, presentes os requisitos legais à concessão do benefício, meros formalismos da legislação processual vigente não podem obstar a concessão da tutela antecipada ex-officio, para determinar ao INSS a imediata implantação do benefício, que é de caráter alimentar, sob pena de se sobrepor a norma do artigo 273 do CPC aos fundamentos da República Federativa do Brasil, como a "dignidade da pessoa humana" (CF, art. 1º, III), impedindo que o Poder Judiciário contribua no sentido da concretização dos objetivos da mesma República, que são "construir uma sociedade livre, justa e solidária", bem como "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais" (CF, art. 3º , I e III).
VII - Remessa oficial não conhecida. Apelação do INSS parcialmente provida.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os integrantes da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na conformidade da ata do julgamento em, por unanimidade, não conhecer da remessa oficial e, por maioria, dar parcial provimento à apelação e determinar a expedição de ofício ao INSS, nos termos do voto do Relator, com quem votou o Juiz Convocado Dr. RODRIGO ZACHARIAS, vencida a Des. Federal LEIDE POLO que dava provimento à apelação e afastava a expedição de ofício ao INSS.
São Paulo, 19 de março de 2007. (data do julgamento)

PROC.	:	2001.61.16.000249-1 AC 897482
ORIG.	:	1 Vr ASSIS/SP
APTE	:	ODEMIR FIDELIS MORAES
ADV	:	MARCIA PIKEL GOMES
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARCIO CEZAR SIQUEIRA HERNANDES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. ANTONIO CEDENHO / SÉTIMA TURMA

EMENTA
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ REQUISITO NÃO PREENCHIDO. INCAPACIDADE NÃO COMPROVADA. SENTENÇA MANTIDA. PRÉ-QUESTIONAMENTO.
1. O laudo médico-pericial de fls. 67/69, concluiu que o Autor é portador de síndrome do pânico, apresentando ansiedade paroxística episódica, estando incapacitado de maneira parcial e momentânea para o trabalho. O perito judicial (fl. 69), concluiu que o Autor está fazendo tratamento adequado.
2. Não demonstrados os requisitos da incapacidade total e permanente ou total e temporária, os quais são alternativos entre si, dispensável qualquer consideração acerca da comprovação ou não da qualidade de segurado do Autor, exigência concomitante em relação aos dois primeiros.
3. Prejudicada a argüição de pré-questionamento suscitada nas contra-razões de apelação, eis que a aludida peça tem mesmo o caráter de resposta, não podendo ultrapassar esse limite.
4. Apelação não provida.
ACÓRDÃO
Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os desembargadores Federais integrantes da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, em negar provimento à apelação, nos termos do relatório e voto do Excelentíssimo Senhor Desembargador Federal Relator, constantes dos autos e na conformidade da ata do julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 28 de agosto de 2006. (data do julgamento).

PROC.	:	1999.03.99.020854-5 AC 468152
ORIG.	:	9200001156 1 Vr BARRETOS/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	FLAVIO SILVA FILHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	DURVAL PEREIRA falecido
REPTE	:	ZENAIDE MARTINS PEREIRA
ADV	:	LAERCIO SALANI ATHAIDE
RELATOR	:	JUIZ CONV. RODRIGO ZACHARIAS / SÉTIMA TURMA

E M E N T A
PROCESSO CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. ART. 58 DO ADCT. EQUIVALÊNCIA COM O SALÁRIO MÍNIMO. LIMITAÇÃO ATÉ 09/12/91. CUSTAS. HONORÁRIOS DE ADVOGADO. EMBARGOS À EXECUÇÃO PROCEDENTES. EXECUÇÃO EXTINTA. APELAÇÃO DO INSS PROVIDA.
- A regra de transição definida no art. 58 do ADCT da Constituição Federal de 1988 teve aplicação a partir do sétimo mês de vigência da CF/88 até a regulamentação da Lei nº 8.213/91 pelo Decreto nº 357/91, ocorrida em 09/12/91 (súmula nº 18 deste mesmo Tribunal Regional Federal da 3a Região).
- O título executivo, formado pela sentença, parcialmente reformada pelo acórdão proferida pela egrégia 2ª Turma, consiste na aplicação da regra da vinculação da renda mensal com o salário mínimo, prevista no art. 58 do ADCT, a ser realizada no período de 01/09/91 até a regulamentação da Lei nº 8.213/91 pelo Decreto nº 357/91, ou seja, até 09/12/91.
- Reconhecido o excesso de execução na sentença, verificada na forma do art. 743, I c/c 743, V do Código de Processo Civil.
- Para além, nota-se que a ação revisional foi proposta em 23/12/92, quando há havia sido realizada a revisão do art. 58 do ADCT, de modo que nada é mais devido ao embargado.
- Arcará o embargado (rectius: seus sucessores), sucumbente (art. 21, caput, do CPC) com os honorários e advogado, arbitrados em R$ 200,00, à luz do disposto no art. 20, § 4º, do Código de Processo Civil.
- Sobre a questão das custas, tanto na Justiça Federal quanto na Estadual, não incidem custas processuais nos embargos à execução, seja com relação à autarquia ou à pessoa física (artigo 6º, inciso VI, da Lei 4952/85, e artigos 1º, § 1º, e 7º da Lei 9289/96).
- Apelação do INSS provida.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Magistrados da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, por unanimidade, em dar provimento à apelação do INSS, na conformidade da Ata de Julgamento e nos termos do relatório e voto, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
São Paulo, 18 de dezembro de 2006 (data do julgamento).

SUBSECRETARIA DA OITAVA TURMA

DIVISÃO DE PROCEDIMENTOS DIVERSOS

DESPACHOS/DECISÕES

PROC.	:	2001.61.17.000945-7 AC 905533
ORIG.	:	1 Vr JAU/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ADOLFO FERACIN JUNIOR
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	LAURINDO DE LARA e outros
ADV	:	NORBERTO APARECIDO MAZZIERO
RELATOR	:	DES.FED. NEWTON DE LUCCA / OITAVA TURMA

Tendo em vista o requerido pelo INSS a fls. 179, promova-se a habilitação de Maria Aparecida dos Santos Gonçalves de Oliveira. Int.
Proceda a Subsecretaria da Oitava Turma à necessária conferência entre o conteúdo do documento físico e o do eletrônico, antes do encaminhamento à Imprensa Nacional, certificando-se.
São Paulo, 19 de março de 2007.
Newton De Lucca
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2007.03.99.002838-4 AC 1170810
ORIG.	:	0300001411 1 Vr JACUPIRANGA/SP 0300019957 1 Vr JACUPIRANGA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MAURO FURTADO DE LACERDA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ADALGISA NOVAES DO VALE
ADV	:	MARCIA CLEIDE RIBEIRO PORTALUPPI
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE JACUPIRANGA SP
RELATOR	:	DES.FED. NEWTON DE LUCCA / OITAVA TURMA

Preceitua o art. 38, do Código de Processo Civil:
"Art. 38. A procuração geral para o foro, conferida por instrumento público, ou particular assinado pela parte, habilita o advogado a praticar todos os atos do processo, salvo para receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, receber, dar quitação e firmar compromisso." (grifei)
Dessa forma, depreende-se necessariamente do texto legal que a procuração por instrumento particular tem como pressuposto a assinatura do outorgante; na impossibilidade de o mesmo apor sua firma, como no caso em questão, no qual é a requerente analfabeta, forçoso se faz a outorga de procuração por instrumento público.
Esse é o entendimento do C. Superior Tribunal de Justiça, conforme demonstra o seguinte precedente jurisprudencial:
"RESP - PROCESSUAL CIVIL - REPRESENTAÇÃO JUDICIAL - MANDATO - OUTORGANTE ANALFABETO - O mandato outorgado, por instrumento particular, deve ser assinado pelo mandante. Inadequado lançar as impressões digitais. Nulidade. Todavia, considerando os modernos princípios de acesso ao Judiciário e o sentido social da prestação jurisdicional, ao juiz cumpre ensejar oportunidade para regularizar a representação em Juízo."
(REsp n.º 122.366/MG, STJ, Sexta Turma, Relator Min. Luiz Vicente Cernicchiaro, v.u., j. 27/5/97, DJ 4/8/97)
Neste sentido também tem se manifestado esta E. Corte:
"PROCESSUAL CIVIL - DIREITO PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - AGRAVO RETIDO - CÓPIAS DE DOCUMENTOS SEM AUTENTICAÇÃO: ADMISSÍVEIS COMO MEIO DE PROVA - INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO COM APOSIÇÃO DE IMPRESSÃO DIGITAL NO LOCAL DESTINADO À ASSINATURA - OUTORGANTE ANALFABETO - IRREGULARIDADE.
1 - A ausência de autenticação dos documentos que acompanham a petição inicial não constitui óbice ao desenvolvimento regular do processo. A inexistência de justa impugnação quanto ao seu conteúdo, torna o documento hábil como meio de prova.
2 - O mandato judicial particular outorgado por pessoa analfabeta não constitui meio idôneo a produzir os efeitos legais a que se destina. O lançamento de impressão digital no local destinado à assinatura do instrumento de procuração constitui irregularidade, que deve ser sanada pela parte. A falta desta providência acarreta a extinção do processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 267, inciso IV, do Código de Processo Civil.
3 - Agravo retido parcialmente provido. Apelação não provida."
(AC n.º 2001.61.24.003504-0, TRF - 3ª Região, Quinta Turma, Relator Des. Fed. Fábio Prieto, v.u., j. 18/2/03, DJ 1.º/4/03, grifei)
Diante do exposto, intime-se o I. Procurador da apelada a fim de que apresente o instrumento público de mandato, bem como ratifique os atos anteriormente praticados, no prazo de 15 (quinze) dias.
Proceda a Subsecretaria da Oitava Turma à necessária conferência entre o conteúdo do documento físico e o do eletrônico, antes do encaminhamento à Imprensa Nacional, certificando-se.
São Paulo, 19 de março de 2007.
Newton De Lucca
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2007.03.99.003031-7 AC 1171002
ORIG.	:	0400000341 1 Vr JACUPIRANGA/SP 0400017630 1 Vr JACUPIRANGA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MAURO FURTADO DE LACERDA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	EVA DUARTE PEDROSO
ADV	:	MARCIA CLEIDE RIBEIRO ESTEFANO DE MORAES
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE JACUPIRANGA SP
RELATOR	:	DES.FED. NEWTON DE LUCCA / OITAVA TURMA

Preceitua o art. 38, do Código de Processo Civil:
"Art. 38. A procuração geral para o foro, conferida por instrumento público, ou particular assinado pela parte, habilita o advogado a praticar todos os atos do processo, salvo para receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, receber, dar quitação e firmar compromisso." (grifei)
Dessa forma, depreende-se necessariamente do texto legal que a procuração por instrumento particular tem como pressuposto a assinatura do outorgante; na impossibilidade de o mesmo apor sua firma, como no caso em questão, no qual é a requerente analfabeta, forçoso se faz a outorga de procuração por instrumento público.
Esse é o entendimento do C. Superior Tribunal de Justiça, conforme demonstra o seguinte precedente jurisprudencial:
"RESP - PROCESSUAL CIVIL - REPRESENTAÇÃO JUDICIAL - MANDATO - OUTORGANTE ANALFABETO - O mandato outorgado, por instrumento particular, deve ser assinado pelo mandante. Inadequado lançar as impressões digitais. Nulidade. Todavia, considerando os modernos princípios de acesso ao Judiciário e o sentido social da prestação jurisdicional, ao juiz cumpre ensejar oportunidade para regularizar a representação em Juízo."
(REsp n.º 122.366/MG, STJ, Sexta Turma, Relator Min. Luiz Vicente Cernicchiaro, v.u., j. 27/5/97, DJ 4/8/97)
Neste sentido também tem se manifestado esta E. Corte:
"PROCESSUAL CIVIL - DIREITO PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - AGRAVO RETIDO - CÓPIAS DE DOCUMENTOS SEM AUTENTICAÇÃO: ADMISSÍVEIS COMO MEIO DE PROVA - INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO COM APOSIÇÃO DE IMPRESSÃO DIGITAL NO LOCAL DESTINADO À ASSINATURA - OUTORGANTE ANALFABETO - IRREGULARIDADE.
1 - A ausência de autenticação dos documentos que acompanham a petição inicial não constitui óbice ao desenvolvimento regular do processo. A inexistência de justa impugnação quanto ao seu conteúdo, torna o documento hábil como meio de prova.
2 - O mandato judicial particular outorgado por pessoa analfabeta não constitui meio idôneo a produzir os efeitos legais a que se destina. O lançamento de impressão digital no local destinado à assinatura do instrumento de procuração constitui irregularidade, que deve ser sanada pela parte. A falta desta providência acarreta a extinção do processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 267, inciso IV, do Código de Processo Civil.
3 - Agravo retido parcialmente provido. Apelação não provida."
(AC n.º 2001.61.24.003504-0, TRF - 3ª Região, Quinta Turma, Relator Des. Fed. Fábio Prieto, v.u., j. 18/2/03, DJ 1.º/4/03, grifei)
Diante do exposto, intime-se a I. Procuradora da apelada a fim de que apresente o instrumento público de mandato, bem como ratifique os atos anteriormente praticados, no prazo de 15 (quinze) dias.

Proceda a Subsecretaria da Oitava Turma à necessária conferência entre o conteúdo do documento físico e o do eletrônico, antes do encaminhamento à Imprensa Nacional, certificando-se.
São Paulo, 20 de março de 2007.
Newton De Lucca
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2005.03.99.004767-9 AC 1003904
ORIG.	:	9300000037 2 Vr BOTUCATU/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	VALERIA DALVA DE AGOSTINHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	SEBASTIAO DE OLIVEIRA
ADV	:	ULIANE TAVARES RODRIGUES
RELATOR	:	JUÍZA FED. CONV. ANA PEZARINI / OITAVA TURMA

Fls. 72.
Nos termos do parágrafo único do artigo 36 do Decreto 1.744/95, com a redação dada pelo Decreto nº 4.712/03, "o valor do resíduo não recebido em vida pelo beneficiário será pago aos herdeiros e sucessores, na forma da lei civil".
Intimem-se a patrona do autor para que se manifeste sobre eventual habilitação.
I.
São Paulo, 28 de março de 2007.
ANA PEZARINI
Juíza Federal Convocada

PROC.	:	2006.03.99.006253-3 AC 1089291
ORIG.	:	0300000167 1 Vr NOVA ODESSA/SP 0300024419 1 Vr NOVA ODESSA/SP
APTE	:	EVANGELINA PEREIRA CRUZ VITORIANO
ADV	:	ULIANE TAVARES RODRIGUES
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOSE ODECIO DE CAMARGO JUNIOR
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. NEWTON DE LUCCA / OITAVA TURMA

Fls. 160: Defiro. Int.
Proceda a Subsecretaria da Oitava Turma à necessária conferência entre o conteúdo do documento físico e o do eletrônico, antes do encaminhamento à Imprensa Nacional, certificando-se.
São Paulo, 19 de março de 2007.
Newton De Lucca
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2000.03.99.007185-4 AC 569140
ORIG.	:	9300000073 1 Vr LORENA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	NILSON FURTADO DE OLIVEIRA FILHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	LAERCIO LINCOLN PIRES FIGUEIRA
ADV	:	JOSE FERIS ASSAD
RELATOR	:	DES.FED. NEWTON DE LUCCA / OITAVA TURMA

Fls. 137: Tendo em vista que na certidão de óbito de fls.123 consta que Joaquim de Azevedo Figueira era casado com Valéria Cristina Ávila de Oliveira e deixou os filhos Maíra, Felipe e Raissa, promova-se a habilitação dos mesmos, nos termos do art. 1.060, inc. I, do Código de Processo Civil. Int.
Proceda a Subsecretaria da Oitava Turma à necessária conferência entre o conteúdo do documento físico e o do eletrônico, antes do encaminhamento à Imprensa Nacional, certificando-se.
São Paulo, 19 de março de 2007.
Newton De Lucca
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2000.03.99.009117-8 AC 571026
ORIG.	:	9800000595 1 Vr APARECIDA DO TABOADO/MS
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	AUGUSTO DIAS DINIZ
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MARIA TEREZA ALVES DA CUNHA
ADV	:	FRANCISCO CARLOS LOPES DE OLIVEIRA
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE APARECIDA DO TABOADO MS
RELATOR	:	DES.FED. NEWTON DE LUCCA / OITAVA TURMA

Preceitua o art. 38, do Código de Processo Civil:
"Art. 38. A procuração geral para o foro, conferida por instrumento público, ou particular assinado pela parte, habilita o advogado a praticar todos os atos do processo, salvo para receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, receber, dar quitação e firmar compromisso." (grifei)
Dessa forma, depreende-se necessariamente do texto legal que a procuração por instrumento particular tem como pressuposto a assinatura do outorgante; na impossibilidade de o mesmo apor sua firma, como no caso em questão, no qual é a autora analfabeta, forçosa se faz a outorga de procuração por instrumento público.
Esse é o entendimento do C. Superior Tribunal de Justiça, conforme demonstra o seguinte precedente jurisprudencial:
"RESP - PROCESSUAL CIVIL - REPRESENTAÇÃO JUDICIAL - MANDATO - OUTORGANTE ANALFABETO - O mandato outorgado, por instrumento particular, deve ser assinado pelo mandante. Inadequado lançar as impressões digitais. Nulidade. Todavia, considerando os modernos princípios de acesso ao Judiciário e o sentido social da prestação jurisdicional, ao juiz cumpre ensejar oportunidade para regularizar a representação em Juízo."
(REsp n.º 122.366/MG, STJ, Sexta Turma, Relator Min. Luiz Vicente Cernicchiaro, v.u., j. 27/5/97, DJ 4/8/97)
Neste sentido também tem se manifestado esta E. Corte:
"PROCESSUAL CIVIL - DIREITO PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - AGRAVO RETIDO - CÓPIAS DE DOCUMENTOS SEM AUTENTICAÇÃO: ADMISSÍVEIS COMO MEIO DE PROVA - INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO COM APOSIÇÃO DE IMPRESSÃO DIGITAL NO LOCAL DESTINADO À ASSINATURA - OUTORGANTE ANALFABETO - IRREGULARIDADE.
1 - A ausência de autenticação dos documentos que acompanham a petição inicial não constitui óbice ao desenvolvimento regular do processo. A inexistência de justa impugnação quanto ao seu conteúdo, torna o documento hábil como meio de prova.
2 - O mandato judicial particular outorgado por pessoa analfabeta não constitui meio idôneo a produzir os efeitos legais a que se destina. O lançamento de impressão digital no local destinado à assinatura do instrumento de procuração constitui irregularidade, que deve ser sanada pela parte. A falta desta providência acarreta a extinção do processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 267, inciso IV, do Código de Processo Civil.
3 - Agravo retido parcialmente provido. Apelação não provida."
(AC n.º 2001.61.24.003504-0, TRF - 3ª Região, Quinta Turma, Relator Des. Fed. Fábio Prieto, v.u., j. 18/2/03, DJ 1.º/4/03, grifei)
Diante do exposto, intime-se o I. Procurador da apelada a fim de que apresente o instrumento público de mandato, bem como ratifique os atos anteriormente praticados, no prazo de 15 (quinze) dias.
Proceda a Subsecretaria da Oitava Turma à necessária conferência entre o conteúdo do documento físico e o do eletrônico, antes do encaminhamento à Imprensa Nacional, certificando-se.
São Paulo, 22 de março de 2007.
Newton De Lucca
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2006.03.99.046221-3 AC 1162329
ORIG.	:	0400000987 1 Vr TANABI/SP 0400017719 1 Vr TANABI/SP
APTE	:	BENEDICTA LUIZA MOREIRA
ADV	:	ADELINO FERRARI FILHO
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOSE RICARDO FERNANDES SALOMAO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	JUÍZA FED. CONV. ANA PEZARINI / OITAVA TURMA

Consulta ao PLENUS, que ora determino a juntada, registra que a autora portadora do CPF 785.395.958-34 e do RG 13.690.763-SSP-SP recebe "APOSENTADORIA POR IDADE -EMPREGADOR RURAL" desde 01.06.1981.
Manifeste-se a apelante.
I.
São Paulo, 22 de março de 2007.
ANA PEZARINI
Juíza Federal Convocada

PROC.	:	1999.03.99.071540-6 AC 514785
ORIG.	:	9600001784 1 Vr SAO MANUEL/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SIGEHISA YAMAGUTI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	CREMILDA SILVA
ADV	:	MARIO ROQUE SIMOES FILHO
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE SAO MANUEL SP
RELATOR	:	JUÍZA FED. CONV. ANA PEZARINI / OITAVA TURMA

Fls. 168-178. Dê-se vista à parte autora, pelo prazo legal.
I.

São Paulo, 28 de março de 2007
ANA PEZARINI
Juiza Federal Convocada

SUBSECRETARIA DA NONA TURMA

DIVISÃO DE PROCEDIMENTOS DIVERSOS

DESPACHOS/DECISÕES

PROC.	:	2000.61.13.000187-0 AC 925892
ORIG.	:	1 Vr FRANCA/SP
APTE	:	MARIA LUCIA AMARAL LECCI RIBEIRO
ADV	:	SHIRLEY APARECIDA DE O SIMOES
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SUSANA NAKAMICHI CARRERAS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.150
Conforme pesquisa realizada junto ao Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), cujos dados seguem em anexo, a autora obteve aposentadoria por tempo de serviço a contar de 10 de maio de 2001 (NB 42 / 119.936.379-8).
Por tal razão, e considerando-se o pedido de concessão de aposentadoria por tempo de serviço formulado nesta ação, concedo à autora o prazo de 10 (dez) dias para manifestar sua opção em relação ao benefício que considerar mais vantajoso.
Intime-se.
São Paulo, 14 de março de 2007.

PROC.	:	2007.03.00.000252-9 AG 288639
ORIG.	:	200461830046477 5V Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	GERALDO AGOSTINHO CABRAL
ADV	:	WILSON MIGUEL
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 5 VARA PREVIDENCIARIA DE SAO PAULO SP>1ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. NELSON BERNARDES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.64
Mantenho a r. decisão de fls. 49/50 por seus próprios fundamentos.
Processe-se o agravo regimental interposto às fls. 56/62.
Intime-se.
São Paulo, 16 de março de 2007.
NELSON BERNARDES DE SOUZA
DESEMBARGADOR FEDERAL RELATOR

PROC.	:	2001.60.03.000304-3 AC 1059096
ORIG.	:	1 Vr TRES LAGOAS/MS
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	AUGUSTO DIAS DINIZ
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ARI BORGES DOS SANTOS
ADV	:	JARI FERNANDES
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.202
Fls. 200 - Defiro, pelo prazo requerido.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11CB.0B1A - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2003.61.24.000422-1 AC 1044114
ORIG.	:	1 Vr JALES/SP
APTE	:	VILMA SCARAMUZA VICENTE
ADV	:	JOSE LUIZ PENARIOL
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SOLANGE GOMES ROSA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.109
Tendo em vista a decisão proferida no Agravo nº 2005.03.00.013225-8, comprove a parte Autora, no prazo de 05 (cinco) dias, o recolhimento das custas judiciais, sob pena de não conhecimento da apelação interposta.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11E1.0GBF - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2007.03.99.000506-2 AC 1166937
ORIG.	:	0400001772 3 Vr MAUA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	DELFINO MORETTI FILHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ANTONIO CARLOS CAMPANHA
ADV	:	HELOISA HELENA DE ANDRADE BECK BOTTION
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 3 VARA DE MAUA SP
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.
Em juízo de admissibilidade, verifico que o recurso adesivo interposto pelo Autor (fls. 187/189) é tempestivo, visto que protocolado na mesma data das contra-razões (fls. 179/181), assim, dê-se vista à parte contrária para manifestação.
Intime-se
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11GB.1078 - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2005.03.99.000525-9 AC 995381
ORIG.	:	0300000414 2 Vr TUPI PAULISTA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARGARETE DE CASSIA LOPES GOMES DE CARVALHO

ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	NADYR DOMINGUES DA SILVA
ADV	:	ANTONIO APARECIDO DE MATTOS
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.125
Tendo em vista a manifestação de fls. 122, providencie a Subsecretaria o desentranhamento da petição de fls. 115/116, com posterior juntada aos autos da AC nº 2004.03.99.005646-9.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11EA.15HD - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2000.61.12.000534-8 AC 750877
ORIG.	:	2 Vr PRESIDENTE PRUDENTE/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	WALMIR RAMOS MANZOLI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	JOSE HERMINIO DELLI COLLI
ADV	:	MITURU MIZUKAVA
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE PRES. PRUDENTE SP
RELATOR	:	DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.110
1. Petição do autor de fls. 105/106 (documentos de fls. 107/108): a teor do que estabelece o artigo 264, parágrafo único, do Código de Processo Civil, descabe a modificação da pretensão formulada na inicial, para o acréscimo do pedido sucessivo de concessão de aposentadoria por idade, somente levado a efeito neste 2º grau de jurisdição.
2. Conforme pesquisa realizada junto ao Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), cujos dados seguem em anexo, o autor obteve aposentadoria por invalidez, com data de início em 15 de março de 2005 (NB 32 / 136.909.512-8), oriunda de auxílio-doença deferido a partir de 31 de janeiro de 2002 (NB 31 / 123.571.669-1).
Por tal razão, e considerando-se o pedido de concessão de aposentadoria por tempo de serviço formulado nesta ação, concedo ao autor o prazo de 10 (dez) dias para manifestar sua opção em relação ao benefício que considerar mais vantajoso.
Intime-se.
São Paulo, 16 de março de 2007.

PROC.	:	2004.61.24.000774-3 AC 1041326
ORIG.	:	1 Vr JALES/SP
APTE	:	ANTONIA CARDOSO LIMA SANTANA
ADV	:	JOSE LUIZ PENARIOL
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SOLANGE GOMES ROSA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.155
Tendo em vista a decisão proferida no Agravo nº 2005.03.00.013011-0, comprove a parte Autora, no prazo de 05 (cinco) dias, o recolhimento das custas judiciais, sob pena de não conhecimento da apelação interposta.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11E9.05A5 - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2003.61.16.000793-0 AC 1130233
ORIG.	:	1 Vr ASSIS/SP
APTE	:	NAIR DE JESUS MORAIS DA SILVA
ADV	:	MARCIA PIKEL GOMES
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARCIO CEZAR SIQUEIRA HERNANDES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE ASSIS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.237
Fls. 235 - Manifeste-se o INSS.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11E1.085H - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2002.03.99.000880-6 AC 767392
ORIG.	:	0000000312 3 Vr SANTA CRUZ DO RIO PARDO/SP
APTE	:	IVONE PONTES MARTIMIANO
ADV	:	JOSE BRUN JUNIOR
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUIZ ANTONIO LOPES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.144
Fls. 141/142 - Manifeste-se a Autora.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11D9.05A5 - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2000.61.03.000954-7 AC 984328
ORIG.	:	1 Vr SAO JOSE DOS CAMPOS/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ANA CAROLINA DOUSSEAU
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ELIAS CARLOS DE OLIVEIRA
ADV	:	ANDREA CRUZ DI SILVESTRE
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE S J CAMPOS SP
RELATOR	:	DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.177
Conforme pesquisa realizada junto ao Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), cujos dados seguem em anexo, o autor obteve aposentadoria por idade a contar de 20 de outubro de 2004 (NB 41 / 136.913.181-7).
Por tal razão, e considerando-se o pedido de concessão de aposentadoria por tempo de serviço formulado nesta ação, concedo ao autor o prazo de 10 (dez) dias para manifestar sua opção em relação ao benefício que considerar mais vantajoso.
Intime-se.
São Paulo, 19 de março de 2007.

PROC.	:	2000.61.17.001021-2 AC 921028
ORIG.	:	1 Vr JAU/SP
APTE	:	ANGELA ANTONIA VOLTOLIN
ADV	:	JOSE ANTONIO PINHEIRO ARANHA FILHO
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ADOLFO FERACIN JUNIOR
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. NELSON BERNARDES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.228
Fl. 226: Defiro, pelo prazo de 30 (trinta) dias.
Intime-se.
São Paulo, 07 de março de 2007.
NELSON BERNARDES DE SOUZA
DESEMBARGADOR FEDERAL RELATOR

PROC.	:	2003.61.24.001108-0 AC 1041319
ORIG.	:	1 Vr JALES/SP
APTE	:	EDISON BRANDELI
ADV	:	JOSE LUIZ PENARIOL
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SOLANGE GOMES ROSA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.105
Tendo em vista a decisão proferida no Agravo nº 2005.03.00.013239-8, comprove a parte Autora, no prazo de 05 (cinco) dias, o recolhimento das custas judiciais, sob pena de não conhecimento da apelação interposta.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11E1.15HD - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2003.61.24.001121-3 AC 1038733
ORIG.	:	1 Vr JALES/SP
APTE	:	VALDOMIRO MASINI
ADV	:	JOSE LUIZ PENARIOL
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SOLANGE GOMES ROSA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.213
Tendo em vista a decisão proferida no Agravo nº 2005.03.00.13264-7, comprove a parte Autora, no prazo de 05 (cinco) dias, o recolhimento das custas judiciais, sob pena de não conhecimento da apelação interposta.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11E2.085H - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2004.61.23.001195-6 AC 1066955
ORIG.	:	1 Vr BRAGANCA PAULISTA/SP
APTE	:	ISABEL LUCIO DO CARMO OLIVEIRA
ADV	:	IVALDECI FERREIRA DA COSTA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	JUÍZA CONV ANA LÚCIA IUCKER / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.108
Vistos.
Fls. 89/90: Anote-se.
Após, intime-se o novo patrono do teor da decisão de fls. 96/100.
Intime-se.
São Paulo, 14 de março de 2007.
ANA LÚCIA IUCKER
Juíza Federal Convocada

PROC.	:	2004.61.23.001204-3 AC 1173192
ORIG.	:	1 Vr BRAGANCA PAULISTA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	VITOR PETRI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MARIA APPARECIDA DE MORAES GARCIA
ADV	:	MARCUS ANTONIO PALMA
RELATOR	:	DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.84
Converto o julgamento em diligência.
Oficie-se com urgência à Prefeitura Municipal de Bragança Paulista-SP para que realize novo estudo social na residência da autora, tendo em vista os depoimentos dando conta de que, além do marido, dois filhos residem com ela.
Após, voltem-me conclusos.
Intimem-se.
São Paulo, 08 de março de 2007.

PROC.	:	2003.61.15.001224-1 AC 1119106
ORIG.	:	1 Vr SAO CARLOS/SP
APTE	:	ANGELINA MIRARCHI GUEDES
ADV	:	CIRO ALEXANDRE SOUBHIA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LAERCIO PEREIRA
ADV	:	ALDO MENDES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.86
Converto o julgamento em diligência.
Em consulta ao banco de dados do CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais (documento em anexo), verifiquei constar que a autora recebe o benefício de pensão por morte, cujo instituidor chama-se Nestor Biserra, sendo o ramo de atividade industriário, tratando-se, portanto, de atividade urbana.
Manifeste-se a autora, no prazo de 15 (quinze) dias, a respeito dessa informação, esclarecendo, ainda, qual seu grau de parentesco com Nestor Biserra.
Cumprida a determinação, voltem os autos conclusos.
São Paulo, 22 de março de 2007.

PROC.	:	2005.03.99.001287-2 AC 997675
ORIG.	:	0300029079 2 Vr AQUIDAUANA/MS
APTE	:	MARIA SEVERINA DA SILVA
ADV	:	AQUILES PAULUS
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARCO AURELIO DE OLIVEIRA ROCHA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 2 VARA DE AQUIDAUANA MS
RELATOR	:	JUÍZA CONV ANA LÚCIA IUCKER / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.189
Vistos.
Fl. 187: Defiro o pedido de dilação de prazo, por 15 (quinze) dias.
Intime-se.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
ANA LÚCIA IUCKER
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA

PROC.	:	2000.03.99.001342-8 AC 562525
ORIG.	:	9900000025 1 Vr PIRASSUNUNGA/SP
APTE	:	JAN JUCHIMIUK e outros
ADV	:	GUILHERME SODERI NEIVA CAMARGO
ADV	:	CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA DOLFINI

APTE	:	JOAO BAPTISTA DE SA
ADV	:	GUILHERME SODERI NEIVA CAMARGO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JAIME DE CARVALHO NEVES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE PIRASSUNUNGA SP
RELATOR	:	DES.FED. NELSON BERNARDES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.152
Fls.147/150: Noticiado o falecimento da co-autora Joeli Maria Devitte Frederico, concedo o prazo de 30 dias para que seja promovida a habilitação correspondente.
Intime-se.
São Paulo, 12 de março de 2007.
NELSON BERNARDES DE SOUZA
DESEMBARGADOR FEDERAL RELATOR

PROC.	:	1999.61.17.001357-9 AC 825101
ORIG.	:	1 Vr JAU/SP
APTE	:	ANTONIA OLIVIA PUTNAR e outros
ADV	:	FRANCISCO ANTONIO ZEM PERALTA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RENATA CAVAGNINO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	JUÍZA CONV ANA LÚCIA IUCKER / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.161
Vistos.
Fl. 159: Manifeste-se o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sobre o pedido de renúncia ao crédito, feito pela co-apelada Antônia Oliva Putnar .
Intime-se.
São Paulo, 15 de março de 2007.
ANA LÚCIA IUCKER
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA

PROC.	:	2001.61.26.001460-0 AC 876305
ORIG.	:	2 Vr SANTO ANDRE/SP
APTE	:	JOSE NELSON ROSSETTI e outros
ADV	:	ANTONIO PEREIRA SUCENA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARIA TERESA FERREIRA CAHALI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. NELSON BERNARDES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.108
Concedo, uma vez mais, o prazo de 30 dias para que os sucessores do co-autor Eudagoberto João Gianlourenço promovam a habilitação correspondente.
Intime-se.
São Paulo, 07 de março de 2007.
NELSON BERNARDES DE SOUZA
DESEMBARGADOR FEDERAL RELATOR

PROC.	:	2001.61.83.001469-4 AC 831617
ORIG.	:	9V Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	ALDO PINHEIRO GUIMARAES e outros
ADV	:	MARCELLO TABORDA RIBAS
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	FABIO RUBEM DAVID MUZEL
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. NELSON BERNARDES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.144
Juntem-se aos autos o expediente em anexo. Após, manifestem-se as partes, no prazo de 10 (dez) dias.
Intimem-se.
São Paulo, 05 de março de 2007.
NELSON BERNARDES DE SOUZA
DESEMBARGADOR FEDERAL RELATOR

PROC.	:	2003.61.24.001600-4 AC 1099724
ORIG.	:	1 Vr JALES/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SOLANGE GOMES ROSA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	JOAO SHIMADA
ADV	:	MARCELO FERNANDO FERREIRA DA SILVA
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.99
Tendo em vista a decisão proferida no Agravo nº 2005.03.00.045609-0, comprove a parte Autora, no prazo de 05 (cinco) dias, o recolhimento das custas judiciais, sob pena de não conhecimento da apelação interposta.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11E2.0GBF - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2002.61.23.001613-1 AC 948364
ORIG.	:	1 Vr BRAGANCA PAULISTA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARIANA SABINO DE MATOS BRITO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	JOAO TEIXEIRA
ADV	:	EVELISE SIMONE DE MELO
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.155
Fls. 150/152 - Manifeste-se o INSS sobre a complementação do pedido de habilitação dos herdeiros de João Teixeira.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11DD.0GBF - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2001.61.15.001632-8 AC 1095066
ORIG.	:	1 Vr SAO CARLOS/SP
APTE	:	CLEONICE RITA BOAVENTURA e outros
ADV	:	ADRIANA SUPPI (Int.Pessoal)
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LAERCIO PEREIRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.102
Em consulta ao Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS, verifico que o marido da autora teve o último vínculo empregatício rescindido em 17.11.2000.
Tendo em vista que o óbito dele ocorreu em 12.10.1998, manifeste-se a autora, no prazo de 10 (dez) dias.
Proceda a Subsecretaria à juntada aos autos das cópias dos extratos do CNIS.
Após, voltem conclusos.
Int.
São Paulo, 16 de março de 2007.

PROC.	:	2001.61.13.001671-2 AC 1001063
ORIG.	:	3 Vr FRANCA/SP
APTE	:	ALZENIRA CANTANHEDE SILVA
ADV	:	CARLOS ALBERTO FERNANDES
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	REGIANE CRISTINA GALLO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.109
Preliminarmente, diante da notícia de falecimento da Autora (fls. 103/108), suspendo o processo, nos termos do art. 265, I, CPC, para a habilitação de eventuais herdeiros.
Prazo, 60 (sessenta) dias.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11CC.0B1A - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2006.03.99.002035-6 AC 1083474
ORIG.	:	0500007710 1 Vr IVINHEMA/MS
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ALESSANDRO LEMES FAGUNDES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	TEREZINHA FELIX CANDIDO
ADV	:	CARLOS NOGAROTTO
RELATOR	:	JUÍZA CONV. ANA LÚCIA IUCKER / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.62/63
Vistos.
Tratam os presentes autos de ação de conhecimento, objetivando a concessão de aposentadoria por idade rural, durante a qual a autora veio a falecer, conforme CNIS (em anexo).
Nesses termos, suspende-se o processo conforme determinação do artigo 265, inciso I, do Código de Processo Civil, até que tenha lugar a habilitação de herdeiros, cujo procedimento é previsto no artigo 1055 e seguintes do mesmo diploma.
No caso, trata-se de sucessão na relação jurídica processual, regulada pelos citados dispositivos, não havendo qualquer relação com o artigo 112, da Lei n. 8.213/91, atinente à esfera administrativa e ao direito material, não ao direito processual.
Citem-se precedentes nesse sentido:
"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. LEGITIMIDADE. SEGURADO FALECIDO.HABILITAÇÃO. NECESSIDADE. INAPLICABILIDADE DO ARTIGO 112 DA LEI 8.213/91.
1. A norma do artigo 112 da Lei nº 8.213/91 define a titularidade do direito subjetivo ao recebimento dos valores não recebidos em vida pelo segurado, tratando, assim, inequivocamente de norma jurídica material, que em nada se confunde com aqueloutra, de natureza instrumental, referente à habilitação própria da sucessão de partes no processo (Código de Processo Civil, artigo 1.055 usque 1.062)." (REsp 249.990/SC, da minha Relatoria, in DJ 19/12/2002).
2. Recurso provido".
(REsp 614675 / RJ, Relator Ministro HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ 21/06/2004).
"PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. SEGURADO. NÃO RECEBIMENTO EM VIDA DE VALORES A QUE TINHA DIREITO. SUCESSÃO. ART. 112 DA LEI Nº 8.213/91. HABILITAÇÃO NOS MOLDES DOS ARTS. 1055 A 1062 DO CPC.
1. O art. 112 da Lei nº 8.213/91 limita-se a declinar quem está legitimado a suceder o segurado que não recebe, em vida, os valores a ele devidos. Desta feita, exsurge que, estando o numerário submetido ao crivo do Judiciário, como é a hipótese em testilha, não se pode prescindir da habilitação (arts. 1055 a 1062 do CPC).
2. Recurso conhecido e provido".
(REsp 436636 / PB, Relator Ministro FERNANDO GONÇALVES, Sexta Turma, DJ 30/09/02, p. 313)
Posto isso, necessária a habilitação dos filhos nomeados na certidão de óbito. Somente não serão habilitados aqueles que apresentarem declaração renunciando ao crédito em seu favor.
Destarte, o processo ficará suspenso até a habilitação de todos os herdeiros.
Intimem-se.
São Paulo, 03 de abril de 2007.
ANA LÚCIA IUCKER
Juíza Federal Convocada

PROC.	:	2002.61.13.002104-9 AC 974434
ORIG.	:	1 Vr FRANCA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SUSANA NAKAMICHI CARRERAS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	LUIS ANTONIO DE OLIVEIRA
ADV	:	EURIPEDES ALVES SOBRINHO
RELATOR	:	JUÍZA CONV ANA LÚCIA IUCKER / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.114
Vistos.
Regularize a parte autora, no prazo de 10 (dez) dias, o pedido de habilitação de fls. 85/107, incluindo o herdeiro Luis Antônio de Oliveira Filho.
Intime-se.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
ANA LÚCIA IUCKER
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA

PROC.	:	2007.03.00.002157-3 AG 289241
ORIG.	:	0600001098 2 Vr SAO JOSE DO RIO PARDO/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	GERALDO JUNIO DE SA FERREIRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	TEREZINHA FUKIKO INOUE
ADV	:	MIQUELA CRISTINA BALDASSIN
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 2 VARA DE SAO JOSE DO RIO PARDO SP
RELATOR	:	DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.152
Ante o teor da manifestação do INSS, comunicando o não comparecimento da agravada ao programa de reabilitação profissional cuja realização foi determinada pela liminar deferida no presente recurso, manifeste-se a agravada no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de revogação da tutela antecipatória concedida no Juízo de origem.
Int.
São Paulo, 28 de março de 2007.

PROC.	:	2000.61.04.002172-6 AC 881077
ORIG.	:	3 Vr SANTOS/SP
APTE	:	ODAIR NARCISO PIERRE e outros
ADV	:	JOSE CARLOS MARZABAL PAULINO
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARIA LUCIA MARTINS BRANDAO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. NELSON BERNARDES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.254
Fls. 250/252: Ciência ao patrono anteriormente constituído. Após, anote-se.
Indefiro, por ora, o pedido de vista dos autos fora de cartório, em razão da necessidade de cumprir a diligência acima determinada.
Intime-se.
São Paulo, 14 de março de 2007.
NELSON BERNARDES DE SOUZA
DESEMBARGADOR FEDERAL RELATOR

PROC.	:	2002.61.09.002233-4 AC 1117596
ORIG.	:	1 Vr PIRACICABA/SP
APTE	:	ALCIDES MAGOSSI
ADV	:	THAIS HELENA TEIXEIRA AMORIM SILVA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOAO BAPTISTA DE SOUZA NEGREIROS ATHAYDE

ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR : DES.FED. NELSON BERNARDES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.174
Fl. 173: Manifeste-se a parte autora.
Intime-se.
São Paulo, 19 de março de 2007.
NELSON BERNARDES DE SOUZA
DESEMBARGADOR FEDERAL RELATOR

PROC. : 2004.61.20.002263-0 AC 1118555
ORIG. : 2 Vr ARARAQUARA/SP
APTE : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : SAMUEL ALVES ANDREOLLI
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO : MARCO ANTONIO MARTINIANO DE OLIVEIRA
ADV : JUSSANDRA SOARES GALVÃO
REMTE : JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE ARARAQUARA > 20ª SSJ > SP
RELATOR : DES.FED. NELSON BERNARDES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.99
Fls. 90/97: Ciência à parte adversa.
Intime-se.
São Paulo, 05 de março de 2007.
NELSON BERNARDES DE SOUZA
DESEMBARGADOR FEDERAL RELATOR

PROC. : 97.03.002328-2 AC 355331
ORIG. : 9000462568 14 Vr SAO PAULO/SP
APTE : JOSE CURY e outro
ADV : CLODOSVAL ONOFRE LUI e outros
APTE : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : ANELISE PENTEADO OLIVEIRA
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO : OS MESMOS
RELATOR : DES.FED. NELSON BERNARDES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.210
Fls. 207/208: Manifeste-se a parte autora.
Intime-se.
São Paulo, 02 de março de 2007.
NELSON BERNARDES DE SOUZA
DESEMBARGADOR FEDERAL RELATOR

PROC. : 2003.61.06.002354-7 AC 969722
ORIG. : 2 Vr SAO JOSE DO RIO PRETO/SP
APTE : CUSTODIA AMANCIO RAMOS
ADV : OSWALDO SERON
APDO : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : LAURO ALESSANDRO LUCCHESE BATISTA
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR : DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.126
Converto o julgamento em diligência.
Em consulta ao banco de dados do CNIS e do Sistema Único de Benefícios da DATAPREV, que ora se junta, verifiquei que a autora faleceu em 07/07/2006. Diante dessa informação, suspendo o processo por 60 (sessenta) dias, a fim de que o seu patrono apresente a certidão de óbito e promova a devida habilitação, nos termos do artigo 265, inciso I e § 1º, do Código de Processo Civil.
Após, voltem os autos conclusos para deliberação.
Intime-se.
São Paulo, 22 de março de 2007.

PROC. : 2005.03.99.002400-0 AC 999398
ORIG. : 9900000032 1 Vr ARUJA/SP
APTE : JOAO LINO
ADV : JAMES ALAN DOS SANTOS FRANCO
APDO : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : GILSON ROBERTO NOBREGA
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR : DES.FED. NELSON BERNARDES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.145
Noticiado o falecimento da parte autora (fls. 95/96), concedo o prazo de 30 dias para que seja promovida a habilitação correspondente.
Intime-se.
São Paulo, 12 de março de 2007.
NELSON BERNARDES DE SOUZA
DESEMBARGADOR FEDERAL RELATOR

PROC. : 2004.61.13.002407-2 AC 1071159
ORIG. : 2 Vr FRANCA/SP
APTE : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : REGIANE CRISTINA GALLO
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO : JOSE GONÇALVES LOURENÇO E OUTROS
ADV : LUIS FLONTINO DA SILVEIRA
RELATOR : DES.FED. NELSON BERNARDES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.134
Tendo em vista a expressa anuência do INSS (fl. 132), defiro a habilitação requerida pelos sucessores da parte autora às fls. 110/127.
Anote-se.
Intime-se.
São Paulo, 05 de março de 2007.
NELSON BERNARDES DE SOUZA
DESEMBARGADOR FEDERAL RELATOR

PROC. : 2001.61.14.002584-9 AC 970719
ORIG. : 1 Vr SAO BERNARDO DO CAMPO/SP
APTE : ADAUTO SEVERIANO DA COSTA
ADV : MAURO SIQUEIRA CESAR
APTE : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : FERNANDA SORAIA PACHECO COSTA VIEIRA
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO : OS MESMOS
REMTE : JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE S B DO CAMPO SP
RELATOR : DES.FED. NELSON BERNARDES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.151
Trata-se de pedido de antecipação dos efeitos da tutela em ação de natureza previdenciária ajuizada em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando a concessão do benefício de aposentadoria por tempo de serviço.
Cumpre observar, inicialmente, que a antecipação de tutela pode ser concedida pelo magistrado desde que verificada a presença dos requisitos contidos no art. 273 do Código de Processo Civil, vale dizer, o convencimento da verossimilhança das alegações formuladas, aliado à iminência de lesão irreparável ou de difícil reparação, manifesto propósito protelatório do réu e reversibilidade da medida.
A hipótese dos autos, no entanto, demanda juízo de cognição exauriente, o qual se divorcia da convicção inequívoca da verossimilhança das alegações, imprescindível ao deferimento da medida de urgência ora pleiteada.
Ante o exposto, indefiro a tutela antecipada.
Intime-se.
São Paulo, 19 março de 2007.
NELSON BERNARDES DE SOUZA
DESEMBARGADOR FEDERAL RELATOR

PROC. : 2001.61.14.002596-5 AC 804945
ORIG. : 2 Vr SAO BERNARDO DO CAMPO/SP
APTE : ORLANDO MOREIRA
ADV : MAURO SIQUEIRA CESAR
APDO : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : MARIO EMERSON BECK BOTTION
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR : DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.116
Petição do apelante de fls. 114: defiro.
Intime-se.
São Paulo, 14 de março de 2007.

PROC. : 2001.61.13.002696-1 AC 1001018
ORIG. : 3 Vr FRANCA/SP
APTE : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : SUSANA NAKAMICHI CARRERAS
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO : DINORAIDE RADDI
ADV : TANIA MARIA DE ALMEIDA LIPORONI
RELATOR : DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.181
Fls. 173/179 - Manifeste-se o INSS sobre o pedido de habilitação de herdeiros.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11CC.1078 - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC. : 2007.03.99.002818-9 AC 1170790
ORIG. : 0600000292 2 Vr MIRANDOPOLIS/SP 0600022264 2 Vr MIRANDOPOLIS/SP
APTE : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : ANTONIO CASSIANO DO CARMO RODRIGUES
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO : MARIA RIBEIRO GUIMARAES
ADV : IVANI MOURA
RELATOR : JUÍZA CONV ANA LÚCIA IUCKER / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.46
Vistos.
Manifeste-se a parte autora, no prazo de dez dias, sobre as informações do CNIS (em anexo), que apontam atividades urbanas do companheiro da autora.
Int.
São Paulo, 20 de março de 2007.
ANA LÚCIA IUCKER
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA

PROC. : 2006.03.99.002857-4 AC 1084401
ORIG. : 0400000859 1 Vr ITAPETININGA/SP
APTE : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : CRISTIANE MARIA MARQUES
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO : SANDRO ROGERIO LEITE FILHO incapaz
REPTE : JOANA ANGELICA DUARTE OLIVEIRA
ADV : WALDYRA ABREU BUENO MACHADO
REMTE : JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE ITAPETININGA SP
RELATOR : DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.95
Tendo em vista que na procuração de fls. 07 consta somente a representante do Autor incapaz, intime-se o i. advogado para que proceda a sua regularização, no prazo de 15 (quinze) dias.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11F0.0DG3 - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC. : 2007.03.99.002902-9 AC 1170874
ORIG. : 0500000110 2 Vr TAQUARITINGA/SP
APTE : NILCE FERREIRA LOPES PASQUINI
ADV : ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA
APDO : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : LUIS ENRIQUE MARCHIONI
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR : JUÍZA CONV ANA LÚCIA IUCKER / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.85
Vistos.
Manifeste-se a parte autora, no prazo de dez dias, sobre as informações do CNIS (em anexo), que apontam o exercício da atividade urbana pelo marido da autora.
Intime-se.
São Paulo, 20 de março de 2007.
ANA LÚCIA IUCKER
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA

PROC. : 2001.61.23.003032-9 AC 791079
ORIG. : 1 Vr BRAGANCA PAULISTA/SP
APTE : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : CARLOS ANTONIO GALAZZI
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO : ALCIREMA JULIAO DE LIMA
ADV : MARCUS ANTONIO PALMA
REMTE : JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE BRAGANÇA PAULISTA-23ª SSJ-SP
RELATOR : DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.125
D E S P A C H O
Manifeste-se o réu, em dez dias, sobre o pedido de habilitação dos sucessores da autora, formulado às fls. 95.
Após, voltem conclusos para deliberação.
Int.
São Paulo, 21 de março de 2007.

PROC. : 2006.03.99.003655-8 AC 1085226
ORIG. : 0300002324 3 Vr JACAREI/SP
APTE : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : ANGELO MARIA LOPES
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO : ISAIAS NARCISO RAMOS
ADV : DIRCEU MASCARENHAS
REMTE : JUIZO DE DIREITO DA 3 VARA DE JACAREI SP
RELATOR : DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.121
Pede-se a concessão de antecipação de tutela nesta fase recursal.
A natureza da causa não revela a existência da verossimilhança das alegações, sendo necessário minucioso exame das provas. Indefiro, por isso, o pedido.
Aguarde-se o julgamento pela Turma.
Intime-se.
São Paulo, 02 de abril de 2007.

PROC. : 2000.61.09.003707-9 AC 897429
ORIG. : 1 Vr PIRACICABA/SP
APTE : APARECIDA CRIVELARI PIZZOLITO
ADV : ULIANE TAVARES RODRIGUES
APDO : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : MOYSES LAUTENSCHLAGER
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR : JUÍZA CONV ANA LÚCIA IUCKER / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.141
Vistos.
Manifeste-se a parte autora, no prazo de dez dias, sobre as informações do CNIS (em anexo), que apontam o exercício de atividade urbana de seu marido e a aposentadoria por tempo de contribuição como empresário.
Intime-se.
São Paulo, 16 de março de 2007.
ANA LÚCIA IUCKER
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA

PROC.	:	2003.61.12.003815-0 AC 1149268
ORIG.	:	3 Vr PRESIDENTE PRUDENTE/SP
APTE	:	ALZIRA LIMA MENDES (= ou > de 60 anos)
ADV	:	JOSE DE CASTRO CERQUEIRA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	WALMIR RAMOS MANZOLI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.107
Manifestem-se as partes sobre a informação de fls. 102/106.
Intimem-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11DH.15HD - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2003.61.21.004017-0 REOAC 1120004
ORIG.	:	1 Vr TAUBATE/SP
PARTE A	:	ADEMIR LEITE DE MIRANDA e outros
ADV	:	JOSE ORLANDO DIAS
PARTE R	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LEDA MARIA SCACHETTI CAMPOS BENSABATH
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE TAUBATE - 21ª SSJ - SP
RELATOR	:	DES.FED. NELSON BERNARDES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.121
Fls. 110/111 e 114: Indefiro a homologação, por se tratar de termo de transação não formalizado, ante a ausência de assinatura do representante legal do INSS, o que poderá ser regularizado no âmbito administrativo, junto à agência responsável pela manutenção do benefício.
Intime-se.
São Paulo, 06 de março de 2007.
NELSON BERNARDES DE SOUZA
DESEMBARGADOR FEDERAL RELATOR

PROC.	:	2007.03.99.004088-8 AC 1173336
ORIG.	:	0500001743 2 Vr DIADEMA/SP 0500138630 2 Vr DIADEMA/SP
APTE	:	MARIA DA PAIXAO LEAL
ADV	:	ALVARO ROBERTO BERNARDES JUNIOR (Int.Pessoal)
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ELAINE CATARINA BLUMTRITT GOLTL
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.
Providencie a autora, em 10 (dez) dias, juntada aos autos de cópia dos documentos de identidade do companheiro e da filha maior.
Após, voltem conclusos.
Int.
São Paulo, 30 de março de 2007.

PROC.	:	2007.03.99.004250-2 AC 1173669
ORIG.	:	0500000396 1 Vr URUPES/SP
APTE	:	EDIR RODRIGUES DE ARAUJO CASTRO
ADV	:	LUCIANO MARCELO MARTINS COSTA
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	PAULO SERGIO BIANCHINI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
RELATOR	:	DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.135
Providencie a autora, em 10 (dez) dias, juntada aos autos de cópia do documento de identidade do companheiro.
Após, voltem conclusos.
Int.
São Paulo, 30 de março de 2007.

PROC.	:	2004.61.26.004648-1 AC 1103912
ORIG.	:	1 Vr SANTO ANDRE/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ROBERTO CURSINO DOS SANTOS JUNIOR
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ABDON ANTONIO DOS SANTOS (= ou > de 60 anos)
ADV	:	JOSE ROBERTO DOS SANTOS
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE SANTO ANDRÉ>26ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. NELSON BERNARDES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.155
Fls. 152/153: Providencie a parte autora a juntada da certidão de casamento contraído entre Aparecido Monteiro dos Santos e Ana Paula Pellizon dos Santos.
Intime-se.
São Paulo, 06 de março de 2007.
NELSON BERNARDES DE SOUZA
DESEMBARGADOR FEDERAL RELATOR

PROC.	:	2004.03.99.004791-2 AC 916554
ORIG.	:	0000001253 2 Vr CAPIVARI/SP
APTE	:	VALDEMIR ANTONIO BUENO
ADV	:	CASSIA MARTUCCI MELILLO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARIA AMELIA D ARCADIA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV. MARCUS ORIONE / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.160
DESPACHO
Converto o julgamento em diligência.
Em vista das reiteradas notícias de inquéritos policiais em processos em que o mesmo advogado atua, manifeste-se o INSS à respeito da CTPS de fls. 10/16.
Após, novamente concluso.
São Paulo, 15 de março de 2007.
JUIZ FEDERAL CONVOCADO MARCUS ORIONE
RELATOR

PROC.	:	2005.03.99.004945-7 AC 1004245
ORIG.	:	0300000840 2 Vr SAO JOAQUIM DA BARRA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	FABIANA BUCCI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	EURIPEDES PAULO DA SILVEIRA
ADV	:	RITA APARECIDA SCANAVEZ
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 2 VARA DE SAO JOAQUIM DA BARRA SP
RELATOR	:	DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.109
Converto o julgamento do feito em diligência.
Esclareça o autor o pedido de renúncia formulado às fls. 106 dos autos, tendo em vista que, nesta ação, o termo inicial do benefício foi fixado na data da elaboração do laudo judicial - 04/11/2003 - sendo que a concessão na esfera administrativa se deu apenas em 03/09/2005.
Prazo: 10 (dez) dias.
Int.
São Paulo, 28 de março de 2007.

PROC.	:	2001.61.12.005195-8 AC 785743
ORIG.	:	1 Vr PRESIDENTE PRUDENTE/SP
APTE	:	ARMELINDO PEREIRA DE SOUZA
ADV	:	WELLINGTON LUCIANO SOARES GALVAO
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.68
Manifeste-se a parte Autora sobre a informação de fls. 51/60, onde consta que o Autor Armelindo Pereira de Souza é parte nos autos da Apelação Cível nº 1999.03.99.094197-2, feito que tramitou perante o Gabinete da Excelentíssima Desembargadora Federal Vera Jucovsky, cujo objeto era a percepção de aposentadoria por idade rural.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11CB.1078 - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2007.03.99.005243-0 AC 1175436
ORIG.	:	0400000949 3 Vr RIO CLARO/SP
APTE	:	APARECIDA MARIA PAES (= ou > de 60 anos)
ADV	:	ULIANE TAVARES RODRIGUES
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MAISA DA COSTA TELLES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.96
Em consulta ao Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS, verifico que o marido da autora é beneficiário de aposentadoria por idade, no valor atual de R$ 846,49 (oitocentos e quarenta e seis reais e quarenta e nove centavos), e o neto Clayton possui vínculo junto ao Condomínio Morada da Flores, desde 01.04.2004, percebendo, em fev/2007, R$ 860,67 (oitocentos e sessenta reais e sessenta e sete centavos).
Manifeste-se a autora, no prazo de 10 (dez) dias.
Proceda a Subsecretaria à juntada aos autos das cópias dos extratos do CNIS.
Após, voltem conclusos.
Int.
São Paulo, 28 de março de 2007.

PROC.	:	2007.03.00.005611-3 AG 290184
ORIG.	:	200661200076477 2 Vr ARARAQUARA/SP
AGRTE	:	ODAIR DE SOUZA
ADV	:	ISIDORO PEDRO AVI
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE ARARAQUARA > 20ª SSJ > SP
RELATOR	:	DES.FED. NELSON BERNARDES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.169
Fls. 166/167: Ciência à parte adversa.
Intime-se.
São Paulo, 15 de março de 2007.
NELSON BERNARDES DE SOUZA
DESEMBARGADOR FEDERAL RELATOR

PROC.	:	2007.03.00.005668-0 AG 290205
ORIG.	:	200361830152030 4V Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	SEBASTIAO PEREIRA DOS SANTOS
ADV	:	WILSON MIGUEL
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	FABIOLA MIOTTO MAEDA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA PREVIDENCIARIA DE SAO PAULO SP>1ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.75
Vistos.
Fls.69/73 : Mantenho a decisão agravada por seus próprios e jurídicos fundamentos.
Oportunamente, o Agravo Regimental será apreciado pela E. 9ª Turma.
Intime-se.
São Paulo, 27 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11F6.0DG3 - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2004.03.99.005788-7 AC 917962
ORIG.	:	0200000380 1 Vr MORRO AGUDO/SP
APTE	:	JOSE TEOTONIO DE OLIVEIRA
ADV	:	ADALBERTO TOMAZELLI
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARIA HELENA TAZINAFO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE MORRO AGUDO SP
RELATOR	:	JUÍZA CONV. ANA LÚCIA IUCKER / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.96
Vistos.
Manifeste-se a parte autora, no prazo de dez dias, sobre as informações do CNIS (em anexo), que apontam exercício de atividade urbana e aposentadoria por idade como comerciário.
Intime-se.
São Paulo, 19 de março de 2007.
ANA LÚCIA IUCKER
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA

PROC.	:	2007.03.00.005810-9 AG 290355
ORIG.	:	200661110049540 2 Vr MARILIA/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LAIS FRAGA KAUSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	CELSO BUENO DE OLIVEIRA
ADV	:	VERA LUCIA MAFINI
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE MARILIA Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.46/48
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL em face da decisão proferida pelo MM. Juízo a quo, que recebeu a Apelação do Agravante apenas no efeito devolutivo.

Aduz que a Apelação interposta, contra a sentença que concedeu o mandado de segurança, deve ser recebida, excepcionalmente, também no efeito suspensivo, na medida em que a ação mandamental foi usada como ação de cobrança e a imediata execução da sentença representa infração ao artigo 100 da Constituição Federal, com conseqüências irreversíveis aos cofres públicos.
Sustenta ainda a possibilidade da concessão do efeito suspensivo à apelação, com base no poder geral de cautela do juiz, diante da potencialidade lesiva da decisão à Fazenda Pública e ao próprio ordenamento jurídico.
Pleiteia o efeito suspensivo
É o relatório. Decido.
O mandado de segurança tem rito processual próprio e suas decisões são sempre de natureza mandamental, auto-executáveis, conforme dispõe o artigo 12, parágrafo único, da Lei 1533/51, que repele o efeito suspensivo e protelatório de qualquer de seus recursos, eis que as decisões são executadas de imediato, tendo em vista o seu caráter de urgência.
Apenas será conferido efeito suspensivo ao recurso de apelação de sentença de mandado de segurança em casos excepcionais, de flagrante ilegalidade ou abusividade, ou de dano irreparável e de difícil reparação
Com efeito, prevê o artigo 4º da Lei 4.348/64 a suspensão da execução da sentença nos casos de lesão grave à ordem pública, à saúde, à segurança e à economia públicas.
Não vislumbro, no caso dos autos, nenhuma das hipóteses que autorize a concessão do efeito suspensivo ao mandado de segurança concedido. Ademais, em princípio, tal competência é atribuída ao Presidente do Tribunal ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso.
No caso dos autos, aduz o Agravante que a decisão do juiz que recebeu a apelação no efeito devolutivo deve ser reformada, pois flagrante a ilegalidade havida na concessão da segurança, posto que o cumprimento da sentença implica em imediato pagamento ao ora agravado de R$ 120.000,00, representando, ainda, afronta à garantia do reexame necessário, da ordem dos precatórios e da não utilização do mandamus como ação de cobrança.
O MM. Juiz a quo concedeu a segurança para que a autoridade coatora cumpra imediata e integralmente a decisão proferida pela 3ª Câmara de Julgamento, nos termos do acórdão nº 1015/06.
Apesar de não ter sido juntada, pelo Agravante, cópia do processo administrativo com o inteiro teor do acórdão administrativo, infere-se dos autos que tal decisão reconheceu o direito do segurado ao benefício de aposentadoria por tempo de serviço, com início de vigência a partir de 06.10.1998. Contudo, o Gerente Executivo, da Agência da Previdência Social de Marília, questiona tal decisão e, embora já tenha implantado benefício, deixou de pagar administrativamente as prestações acumuladas no período de 06.10.98 a 21.03.06, descumprindo o acórdão.
Saliente-se que o objeto do mandado de segurança não é o pagamento de prestações em atraso, e sim, a anulação dos efeitos do ato administrativo que impugna a decisão da 3ª Câmara de Julgamento, ficando assim, afastada a alegação de que o mandamus foi utilizado como ação de cobrança, bem como, de que o cumprimento da sentença infringe o artigo 100 da Constituição Federal, uma vez que não se trata de crédito decorrente de sentença judicial.
Com estas considerações, determino o processamento do presente agravo sem efeito suspensivo.
Comunique-se ao Juízo de Origem, sendo que, em face do teor da decisão, é desnecessária a requisição de informações.
Apresente o Agravado a resposta que queira, em decorrência da incidência do artigo 527, V, do CPC.
Intime-se.
São Paulo, 16 de fevereiro de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11F6.15HD - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2000.61.13.006968-2 AC 926892
ORIG.	:	1 Vr FRANCA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SUSANA NAKAMICHI CARRERAS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ANTONIO FRANCISCO MOREIRA (= ou > de 65 anos)
ADV	:	TANIA MARIA DE ALMEIDA LIPORONI
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE FRANCA Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.151
Manifestem-se as partes sobre a informação de fls. 141/150.
Intimem-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11C3.15HD - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2004.03.99.007217-7 AC 919401
ORIG.	:	0000001117 1 Vr GUARARAPES/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUIZ FERNANDO SANCHES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	LOURDES CORDEIRO DOS SANTOS
ADV	:	LUIZ AUGUSTO MACEDO
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE GUARARAPES SP
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.315
Intime-se o i. patrono da Autora, para que no prazo de 15 (quinze) dias, regularize a sua representação processual, nos termos do art. 8º, do Código de Processo Civil, conforme parecer do Ministério Público Federal.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11E6.1078 - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	1999.61.07.007348-7 AC 905206
ORIG.	:	1 Vr ARACATUBA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	VERA LUCIA TORMIN FREIXO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	PEDRO LINO
ADV	:	REGINA SCHLEIFER PEREIRA
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE ARACATUBA SecJud SP
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.188
Fls. 186 - Defiro, pelo prazo de 30 (trinta) dias.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11C2.0GBF - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2007.03.00.007356-1 AG 290699
ORIG.	:	200561830043470 4V Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	MANUEL FRANCISCO PEREIRA
ADV	:	WILSON MIGUEL
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	FRANCISCO IVO AVELINO DE OLIVEIRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA PREVIDENCIARIA DE SAO PAULO SP>1ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.45/47
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por MANOEL FRANCISCO PEREIRA contra a r. decisão de 1ª Instância que, nos autos da ação de benefício previdenciário, indeferiu o pedido de intimação da autarquia para a juntada aos autos, da cópia do processo administrativo de aposentadoria, com todos os documentos que o compõe.
Aduz o Agravante que os documentos, comprobatórios para o devido enquadramento e à conversão de atividades especiais, devidamente somadas as atividades comuns, estão no processo administrativo. Portanto, cabe a Autarquia juntá-lo aos autos.
Requer a concessão do efeito ativo.
Trata-se de recurso de agravo interposto na vigência da Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005 e, que não se encontram presentes os requisitos de admissibilidade do seu processamento na forma de instrumento, com fulcro no inciso II, do artigo 527, do Código de Processo Civil, posto que não se verifica hipótese de decisão capaz de impor ao Agravante lesão grave e de difícil reparação.
No caso dos autos, postula o Agravante a intimação do Agravado para que apresente cópia do processo administrativo, que se encontra em poder da Agência da Previdência Social.
Com efeito, o artigo 399, inciso II do CPC, prevê o poder conferido ao juiz de requisitar às repartições publicas os procedimentos administrativos. Entretanto, não é licito à parte transformar o juiz num mero preposto para sua obtenção. Assim, o dever do juiz de requisitar tais documentos ficará da dependência do exame do requisito de sua necessidade e da dificuldade ponderável de ser o processo administrativo obtido diretamente pela parte.
Entendo que decisão do MM. Juiz a quo deve ser mantida, eis que não está o magistrado compelido a requisitar as referidas cópias, sem que reste demonstrado pela parte requerente a impossibilidade de obter diretamente os documentos que entende lhe serem úteis (RSTJ 23/249).
Saliente-se ainda, que o processo administrativo é regido pelo princípio da publicidade, devendo ser garantido ao segurado vista dos autos quando solicitado. Apenas será requisitado pelo juiz, quando ficar demonstrado a recusa do INSS.
Entendo que somente pode-se qualificar como capaz de causar lesão grave à parte a decisão judicial que possa ferir direito do Agravante. Assim, não estando a ressumbrar a própria existência do direito pleiteado, inviável cogitar-se, desde logo, de sua possível lesão.
Com estas considerações, tendo em vista o disposto no artigo 1.º, da Lei n.º 11.187, de 19/10/2005 que alterou os artigos 522 e 527, II, da Lei n.º 5.869, de 11/01/1973 do Código de Processo Civil, converto em retido o presente Agravo de Instrumento.
Com as devidas anotações remetam-se os autos à Vara de origem para as providências necessárias.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11F7.05A5 - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2007.03.00.007364-0 AG 290707
ORIG.	:	0700000022 1 Vr GENERAL SALGADO/SP 0700000434 1 Vr GENERAL SALGADO/SP
AGRTE	:	ERCY XAVIER DA CRUZ
ADV	:	KAZUO ISSAYAMA
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE GENERAL SALGADO SP
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.55/56
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por ERCY XAVIER DA CRUZ contra a r. decisão de 1ª Instância que, nos autos da ação de benefício previdenciário, indeferiu o pedido de tutela antecipada para o restabelecimento do auxílio-doença.
Aduz o Agravante que estão presentes os requisitos que ensejam a medida excepcional, previstos no artigo 273 do Código de Processo Civil, não havendo risco de irreversibilidade do provimento. Acrescenta que está com problemas de saúde, conforme atestados médicos, não prevalecendo o argumento de falta de prova inequívoca do direito reclamado, diante da ausência de documento que ateste a sua incapacidade para o trabalho.
Requer a concessão do efeito suspensivo ativo.
Trata-se de recurso de agravo interposto na vigência da Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005 e, que não se encontram presentes os requisitos de admissibilidade do seu processamento na forma de instrumento, com fulcro no inciso II, do artigo 527, do Código de Processo Civil, posto que não se verifica hipótese de decisão capaz de impor ao Agravante lesão grave e de difícil reparação.
No caso dos autos, postula medida de urgência que lhe assegure o restabelecimento do auxílio-doença. Para seu restabelecimento é necessária, entre outros requisitos, a prova da permanência da incapacidade para o trabalho, motivo pelo qual não vislumbro, pelos documentos carreados aos autos até o momento, a referida incapacidade.
Os atestados médicos de fls. 31/32, embora posteriores à data da cessação do benefício, apenas informam quais as doenças a que o segurado está acometido, sem contudo, declarar que o autor continua incapacitado para o trabalho. Portanto, não há nos autos nenhum elemento de convicção que ateste sua atual situação de saúde.
Ademais, a perícia médica realizada pelo INSS possui caráter público da presunção relativa de legitimidade e só pode ser afastada desde de que haja prova em contrário, o que in casu, não ocorreu.
Em face do exposto, verifica-se que tal pleito demanda análise minuciosa através de laudos e perícia médica, exigidos para a comprovação da respectiva incapacidade para o trabalho.
Entendo que somente pode-se qualificar como capaz de causar lesão grave à parte a decisão judicial que possa ferir direito do Agravante cuja verossimilhança tenha sido demonstrada. Assim, não estando a ressumbrar a própria existência do direito ao restabelecimento do auxílio-doença, inviável cogitar-se, desde logo, de sua possível lesão.
Com estas considerações, tendo em vista o disposto no artigo 1.º, da Lei n.º 11.187, de 19/10/2005 que alterou os artigos 522 e 527, II, da Lei n.º 5.869, de 11/01/1973 do Código de Processo Civil, converto em retido o presente Agravo de Instrumento.
Com as devidas anotações remetam-se os autos à Vara de origem para as providências necessárias.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11F7.0GBF - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2001.61.20.007469-0 AC 1063367
ORIG.	:	1 Vr ARARAQUARA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LAERCIO PEREIRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OSWALDO JOSE DOS SANTOS
ADV	:	JOÃO DE SOUZA
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.157
Fls. 153/155 -
1. Manifeste-se o INSS sobre o contido na petição do Autor (2º parágrafo).

2. Tendo em vista a notícia de falecimento do advogado Cláudio Eduardo de Souza, retifique-se a autuação, fazendo constar como advogado da parte Autora, João de Souza.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11CD.085H - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2007.03.00.007523-5 AG 290798
ORIG.	:	0500001860 1 Vr MORRO AGUDO/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARIA HELENA TAZINAFO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	JACIRO ANTONIO CARVALHO
ADV	:	DENILSON MARTINS
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE MORRO AGUDO SP
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.34/35
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS contra a r. decisão de 1ª Instância que, nos autos da ação de benefício previdenciário, deferiu o pedido de antecipação de tutela para restabelecimento do benefício de auxílio-doença.
Aduz o Agravante a ausência dos requisitos que ensejam a medida excepcional, previstos no artigo 273, do Código de Processo Civil, em especial, a prova inequívoca, posto que não foi realizada a perícia médica judicial. Alega, ainda, que o auxílio-doença é mantido enquanto houver incapacidade laborativa, sendo que a perícia médica do INSS constatou que há aptidão para o trabalho, motivo pelo qual foi cessado o benefício.
Requer a concessão do efeito suspensivo, tendo em vista o risco de irreversibilidade do provimento.
Trata-se de recurso de agravo interposto na vigência da Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005 e, que não se encontram presentes os requisitos de admissibilidade do seu processamento na forma de instrumento, com fulcro no inciso II, do artigo 527, do Código de Processo Civil, posto que não se verifica hipótese de decisão capaz de impor ao Agravante lesão grave e de difícil reparação.
Verifico dos autos que o Autor recebeu o benefício de auxílio-doença por mais de um ano, desde 16/11/2004 (fls.29), tendo cessado em 01/2006 por alta médica do INSS. Todavia, sua saúde permanece prejudicada, pois continua submetido às restrições de atividade decorrentes da enfermidade apresentada, atestada no documento de fls. 26, datado de 25/08/2006, posterior a alta médica do INSS.
Ademais, o Agravante não acostou a este recurso todos os documentos apresentados pelo Autor e referidos pelo MM. Juiz em sua decisão, no entanto, sua ausência não afasta a presunção da entrega da tutela antecipatória de acordo com a plausibilidade das alegações e o contexto fáctico-probatório contido na ação subjacente.
Por outro lado, a necessidade da produção de provas apenas se justifica quando exista um fato que escape do conhecimento ordinário do julgador, e cuja aferição dependa de conhecimento especial, seja testemunhal, técnico ou científico.
Impende salientar, também, que o prejuízo que a suspensão do benefício poderá causar ao segurado, supera em muito eventual prejuízo material do Agravante, que sempre poderá compensá-lo em prestações previdenciárias futuras.
Com estas considerações, tendo em vista o disposto no artigo 1.º, da Lei n.º 11.187, de 19/10/2005 que alterou os artigos 522 e 527, II, da Lei n.º 5.869, de 11/01/1973 do Código de Processo Civil, converto em retido o presente Agravo de Instrumento.
Com as devidas anotações remetam-se os autos à Vara de origem para as providências necessárias.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11F8.0000 - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2007.03.00.007607-0 AG 290839
ORIG.	:	200661090075010 3 Vr PIRACICABA/SP
AGRTE	:	CACILDA SEVERINO CHINELATTO (= ou > de 60 anos)
ADV	:	RENATO VALDRIGHI
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE PIRACICABA SP
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.19/21
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por CACILDA SEVERINO CHINELATTO contra a r. decisão de 1ª Instância que, nos autos da ação de benefício previdenciário , determinou a ora Agravante, que comprove o requerimento na esfera administrativa, no prazo de dez dias, sob pena de indeferimento da inicial.
Aduz a Agravante, em síntese, que inexiste na legislação previdenciária vigente obrigatoriedade de prévio pedido e exaurimento da via administrativa, como condição para ajuizamento de ação judicial. Salienta que o comprovante do indeferimento administrativo , não é óbice para o ajuizamento da ação, eis que o artigo 5º inciso XXXV, da Constituição Federal, garante que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça de direito. Colaciona jurisprudências.
Pede a concessão de efeito suspensivo ativo.
Trata-se de recurso de agravo interposto na vigência da Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005 e, que não se encontram presentes os requisitos de admissibilidade do seu processamento na forma de instrumento, com fulcro no inciso II, do artigo 527, do Código de Processo Civil, posto que não se verifica hipótese de decisão capaz de impor ao Agravante lesão grave e de difícil reparação.
Tenho adotado entendimento no sentido de que a súmula 09 desta Corte, não afasta a necessidade do pedido na esfera administrativa, dispensando, apenas, o exaurimento da via administrativa, para a propositura da ação previdenciária.
Com efeito, o pedido apresentado diretamente ao Poder Judiciário resulta na substituição de atividade administrativa conferida precipuamente à Autarquia Previdenciária, sem que ao menos este tenha ciência da pretensão do Autor pela prestação jurisdicional.
Assim, é necessária a demonstração do prévio pedido na esfera administrativa e, ultrapassado o prazo previsto no art. 41, § 6º, da Lei nº 8.213/91, mantendo-se omissa a Autarquia Previdenciária em sua apreciação, ou indeferido o pleito, não se exige o esgotamento dessa via, para se invocar a prestação jurisdicional. Nesse sentido:
"PROCESSUAL CIVIL. CARÊNCIA DE AÇÃO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. FALTA DE PEDIDO ADMINISTRATIVO. DISSÍDIO COM A SÚM. 213-TFR E 9-STJ. NÃO OCORRENTE.
1.SE A INTERESSADA, SEM NENHUM PEDIDO ADMINISTRATIVO, PLEITEIA DIRETAMENTE EM JUÍZO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO (APOSENTADORIA POR IDADE), INEXISTE DISSÍDIO COM A SÚM. 213 - TFR E COM A 9 - STJ ANTE A DESSEMELHANÇA ENTRE AS SITUAÇÕES EM COTEJO, PORQUANTO AMBAS TRATAM DO EXAURIMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA E NÃO DA AUSÊNCIA TOTAL DE PEDIDO NAQUELA ESFERA. CORRETO O JULGADO RECORRIDO AO FIXAR A AUSÊNCIA DE UMA DAS CONDIÇÕES DA AÇÃO - INTERESSE DE AGIR - PORQUANTO, A MÍNGUA DE QUALQUER OBSTÁCULO IMPOSTO PELA AUTARQUIA FEDERAL (INSS), NÃO SE APERFEIÇOA A LIDE, DOUTRINARIAMENTE CONCEITUADA COMO UM CONFLITO DE INTERESSES CARACTERIZADO POR UMA PRETENSÃO RESISTIDA.
2.RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.".
(STJ, Resp 147186, Rel. Min. Fernando Gonçalves, 6ª Turma, DJ 06/04/1998, pág. 179).
Entendo que somente pode-se qualificar como capaz de causar lesão grave à parte a decisão judicial que possa ferir direito da Agravante cuja verossimilhança tenha sido demonstrada. Assim, por entender que há necessidade de prévio pedido administrativo para caracterizar a pretensão resistida da Autarquia, inviável cogitar-se, desde logo, de lesão a direito da Agravante.
Com estas considerações, tendo em vista o disposto no artigo 1.º, da Lei n.º 11.187, de 19/10/2005 que alterou os artigos 522 e 527, II, da Lei n.º 5.869, de 11/01/1973 do Código de Processo Civil, converto em retido o presente Agravo de Instrumento.
Anotados, remetam-se os autos à Vara de origem para as providências necessárias.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11F8.085H - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2007.03.00.007894-7 AG 291003
ORIG.	:	0600001840 3 Vr MOGI MIRIM/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	KARINA BACCIOTTI CARVALHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	OZORIO DOS SANTOS
ADV	:	ALEXANDRA DELFINO ORTIZ
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 3 VARA DE MOGI MIRIM SP
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.63/65
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS contra a r. decisão de 1ª Instância que, nos autos da ação de benefício assistencial, concedeu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela para a implantação imediata do benefício previsto no artigo 203, V, da Constituição Federal.
Aduz o Agravante a ausência dos requisitos legais que ensejam a concessão da medida excepcional, previstos no artigo 273 do CPC e, em especial, o da renda mínima prevista no art. 203, V, da Constituição Federal e no § 3º, do art. 20, da Lei nº 8.742/93, cuja constitucionalidade foi reconhecida na ADIN 1.232-1-DF. Sustenta, ainda, que a decisão agravada não fez menção ao requisito da renda familiar, sendo nula, portanto, por violação direta ao artigo 93, IX, da CF e ao art. 273, § 1º, do CPC. Colaciona jurisprudência.
Requer a concessão do efeito suspensivo, tendo em vista o risco de irreversibilidade do provimento.
Feito o breve relatório, passo a decidir.
Trata-se de recurso de agravo interposto na vigência da Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005, e, ausentes os requisitos de admissibilidade do seu processamento na forma de instrumento, com fulcro no inciso II, do artigo 527, do Código de Processo Civil, posto que não se verifica hipótese de decisão capaz de impor ao Agravante lesão grave e de difícil reparação.
O MM. Juiz a quo embasou sua decisão nos documentos acostados aos autos pelo Autor, dos quais concluiu pela presença dos requisitos legais autorizadores da tutela antecipada, previstos no art. 273, do CPC.
No caso, consta dos autos que o Autor, com setenta e quatro anos (fls.45), recebeu o benefício de amparo social ao idoso por mais de cinco anos, desde 28/03/2001, quando foi suspenso em 01/11/2006 (fls.51), por decisão do INSS que entendeu que houve superação das condições que deram origem à concessão do benefício, relativamente a renda familiar mínima (fls.57).
Consta, ainda, que o núcleo familiar é composto do Autor e sua esposa, também idosa, com setenta e quatro anos (fls.48), cuja renda familiar é de um salário mínimo, proveniente da aposentadoria por invalidez de sua esposa (fls.56), para pagamento de todas as despesas familiares.
Desse modo, a suposta renda familiar compõe-se unicamente da aposentadoria da esposa do Autor, com 74 anos. Entendo que deva ser excluído do cômputo da renda familiar os proventos percebidos pela esposa do Agravado, por aplicação extensiva ao caso do artigo 34, parágrafo único, da Lei nº 10.741/03 (Estatuto do Idoso).
Por outro lado, a constitucionalidade do §3º, do artigo 20, da Lei nº 8.742/93, não impede o julgador de efetuar a análise da situação econômica em cada caso concreto. Assim, observados os requisitos previstos no artigo 273, do CPC, a antecipação de tutela poderá ser concedida pelo magistrado.
Ademais, o perigo de dano é evidente, em razão de tratar-se de benefício de caráter alimentar, que não permite ao Agravado esperar pelo desfecho da ação.
Finalmente, não vislumbro a alegada nulidade da decisão recorrida. Conforme se infere, o MM. Juízo de origem ao apreciar o pedido inicial e entendendo presentes os requisitos para a concessão da tutela, determinou a implantação do benefício e a citação do Réu, prescindindo a referida decisão de maior fundamentação, a teor do que dispõe o artigo 17, § 9º, da Lei nº 8.429/92. Destarte, não verifico ter havido ofensa ao artigo 93, inciso IX, da CF, nem ao artigo 273, § 1º, do CPC. Ademais, a fundamentação concisa não causou prejuízo ao Agravante porquanto não o impossibilitou de apresentar sua defesa, razão pela qual fica afastada a nulidade argüida.
Com estas considerações, tendo em vista o disposto no artigo 1.º, da Lei n.º 11.187, de 19/10/2005 que alterou os artigos 522 e 527, II, da Lei n.º 5.869, de 11/01/1973 do Código de Processo Civil, converto em retido o presente Agravo de Instrumento.
Com as devidas anotações remetam-se os autos à Vara de origem para as providências necessárias.
Intime-se.
São Paulo, 28 de fevereiro de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11F8.1078 - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2007.03.00.007904-6 AG 291013
ORIG.	:	0700000124 3 Vr SANTA BARBARA D OESTE/SP 0700008036 3 Vr SANTA BARBARA D OESTE/SP
AGRTE	:	TEREZINHA VICENTINI DOS SANTOS
ADV	:	CLORIS ROSIMEIRE MARCELLO VITAL
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 3 VARA DE SANTA BARBARA D OESTE SP
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.65/67
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por TEREZINHA VICENTINI DOS SANTOS contra a r. decisão do Juízo de 1a. Instância que, nos autos da ação de benefício previdenciário, indeferiu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela para o restabelecimento do benefício previdenciário de auxílio-doença.
Aduz a Agravante que estão presentes os requisitos que autorizam a antecipação de tutela, na medida em que é segurada do Regime Geral da Previdência Social, e que os atestados médicos trazidos aos autos comprovam a incapacidade para o trabalho, eis que sofre de trombose, artrose, osteoporose, insuficiência venosa.
Requer a concessão da tutela antecipada.
Trata-se de recurso de agravo interposto na vigência da Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005, encontrando-se presentes os requisitos de admissibilidade do seu processamento na forma de instrumento, com fulcro no inciso II, do artigo 527, do Código de Processo Civil, posto que se verifica hipótese de decisão capaz de impor ao Agravante lesão grave e de difícil reparação.
O MM. Juiz a quo indeferiu a tutela de urgência, pugnada pela Autora, fundamentando-se na ausência dos requisitos indispensáveis à concessão da tutela, na medida em que não ficou demonstrado de forma incontestável a incapacidade da Autora para o trabalho.
Entretanto, entendo que os documentos trazidos são suficientes para aferir a verossimilhança da alegação de incapacidade laborativa.
A Autora é portadora de trombose, artrose, osteoporose e insuficiência venosa, encontrando-se com restrições de atividade decorrentes das enfermidades apresentada.
Ademais, apesar da Agravada ter recebido alta pela perícia do INSS em 23/12/2006, sob a fundamentação de não mais existir incapacidade para o trabalho ou para a sua atividade habitual, a Agravada junta aos autos atestados médicos que comprovam a continuidade da doença. Portanto, não houve mudança no quadro clínico, que autorizasse o cancelamento do benefício.
Saliente-se ainda que a autora vinha recebendo o beneficio de auxíliodoença desde 2001, e ainda, exercia a função de diarista, atividade que exige esforço físico, estando atualmente impossibilitada de retornar às suas funções.

O risco de dano é evidente, em razão de tratar-se de benefício de caráter alimentar, que não permite ao Agravado aguardar o desfecho da ação.
Saliente-se que o benefício deve ser implantado para pagamento futuro, sem a regular dilação probatória, tendo em vista o caráter alimentar que lhe é afeto, e de forma não retroativa, por não se coadunar com a natureza provisória da decisão concessiva.
Assim, os valores eventualmente vencidos, devem ser objeto de regular execução de sentença, a título de parcelas em atraso.
Com estas considerações, presentes os requisitos do artigo 558 do Código de Processo Civil, determino o processamento do presente agravo com efeito suspensivo, para deferir a tutela antecipada para o restabelecimento do auxílio-doença, para que o benefício seja implantado a partir da ciência da decisão antecipatória, sem efeitos retroativos.
Comunique-se ao Juízo de origem, solicitando-se as informações, nos termos do artigo 527, IV, do CPC.
Apresente o Agravado a resposta que queira, em decorrência do artigo 527, V, do CPC.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11F9.0000 - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2004.03.99.008351-5 REOAC 920812
ORIG.	:	0300001116 1 Vr BURITAMA/SP
PARTE A	:	ANTONIO JOSE PEREIRA
ADV	:	SILVIO JOSE TRINDADE
PARTE R	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ELIANE MENDONCA CRIVELINI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE BURITAMA SP
RELATOR	:	JUÍZA CONV ANA LÚCIA IUCKER / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.176
Vistos.
Fl. 174: Defiro, pelo prazo de 30 (trinta) dias, o pedido de sobrestamento do feito para o cumprimento do despacho de fl. 171.
São Paulo, 19 de março de 2007.
ANA LÚCIA IUCKER
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA

PROC.	:	2002.03.99.008966-1 AC 780522
ORIG.	:	9900000164 1 Vr GUARIBA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LAERCIO PEREIRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	THEREZINHA JERONIMO LUIZ
ADV	:	SUELI APARECIDA MILANI COELHO
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE GUARIBA SP
RELATOR	:	DES.FED. NELSON BERNARDES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.163
Providencie a subscritora da petição de fls. 159/161 a sua regularização, haja vista que esta se encontra apócrifa.
Intime-se.
São Paulo, 20 de março de 2007.
NELSON BERNARDES DE SOUZA
DESEMBARGADOR FEDERAL RELATOR

PROC.	:	2005.03.99.009159-0 AC 1011030
ORIG.	:	0300000320 2 Vr APARECIDA DO TABOADO/MS
APTE	:	FRANCISCO CIRILO DE LIMA
ADV	:	FRANCISCO CARLOS LOPES DE OLIVEIRA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	AMILSON ALVES QUEIROZ FILHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	JUÍZA CONV ANA LÚCIA IUCKER / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.130
Vistos.
Fls. 118/119: Diga o INSS.
Intimem-se.
São Paulo, 23 de março de 2007.
ANA LÚCIA IUCKER
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA

PROC.	:	2003.03.99.009266-4 AC 864214
ORIG.	:	9900001166 3 Vr PENAPOLIS/SP
APTE	:	MARIA SENHORINHA DE SOUZA OLIVEIRA (= ou > de 65 anos)
ADV	:	JOSE ANTONIO GIMENES GARCIA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ELIANE MENDONCA CRIVELINI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.253
Fls. 238/251. Ante a manifestação, suspendo o processo por 90 (noventa) dias, a fim de que seja regularizada a representação processual da parte autora, promovendo o patrono a habilitação dos herdeiros e sucessores neste feito, sob pena de extinção do processo sem julgamento do mérito, consoante o disposto no art. 267, IV e § 3º, do CPC.
Int.
São Paulo, 20 de março de 2007.

PROC.	:	2005.03.99.009593-5 AC 1011856
ORIG.	:	0300000858 1 Vr TEODORO SAMPAIO/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	WALMIR RAMOS MANZOLI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ANORITA DE ALMEIDA LOPES
ADV	:	SANDRA CRISTINA NUNES JOPPERT MINATTI
RELATOR	:	DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.80
Converto o julgamento do feito em diligência.
Tendo em vista que o nome da autora, anotado no assento de nascimento de seu filho, cuja cópia foi juntada à fls. 10, não confere com aqueles que constam nas cópias da cédula de identidade e do C.P.F. que instruíram a inicial (fls. 09), manifestem-se as partes, em dez dias.
Decorrido o prazo, tornem os autos conclusos.
Int.
São Paulo, 27 de março de 2007.

PROC.	:	2002.03.99.009701-3 AC 781875
ORIG.	:	0100001377 2 Vr BIRIGUI/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ELIANE MENDONCA CRIVELINI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OLINDA PEREIRA DE BARROS
ADV	:	ACIR PELIELO
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 2 VARA DE BIRIGUI SP
RELATOR	:	DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.129
Fls. 126/127.
Tendo em vista a divergência encontrada no nome da autora nos diversos registros juntados aos autos, intime-se pessoalmente a autora, para que cumpra correta e integralmente os despachos de fls. 90, 113 e 123, no prazo de 90 (noventa) dias.
Após, voltem os autos conclusos.
Int.
São Paulo, 15 de março de 2007

PROC.	:	2007.03.00.010067-9 AG 291102
ORIG.	:	200661090012048 1 Vr PIRACICABA/SP
AGRTE	:	ERMELINDA CALLEGARO TOMBOLATO
ADV	:	THAIS HELENA TEIXEIRA AMORIM SILVA
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE PIRACICABA SP
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.29/31
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por ERMELINDA CALLEGARO TOMBOLATO contra a r. decisão de 1ª Instância que, nos autos da ação de benefício previdenciário , determinou a ora Agravante, que postule administrativamente o benefício, comprovando o requerimento ou a recusa do protocolo pela autoridade administrativa.
Aduz a Agravante, em síntese, que inexiste na legislação previdenciária vigente obrigatoriedade de prévio pedido e exaurimento da via administrativa, como condição para ajuizamento de ação judicial, inclusive já sumulada pelo TRF - n. 09 e TFR - n. 213. Colaciona jurisprudências.
Pede a concessão de efeito suspensivo ativo.
Trata-se de recurso de agravo interposto na vigência da Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005 e, que não se encontram presentes os requisitos de admissibilidade do seu processamento na forma de instrumento, com fulcro no inciso II, do artigo 527, do Código de Processo Civil, posto que não se verifica hipótese de decisão capaz de impor ao Agravante lesão grave e de difícil reparação.
Tenho adotado entendimento no sentido de que a súmula 09 desta Corte, não afasta a necessidade do pedido na esfera administrativa, dispensando, apenas, o exaurimento da via administrativa, para a propositura da ação previdenciária.
Com efeito, o pedido apresentado diretamente ao Poder Judiciário resulta na substituição de atividade administrativa conferida precipuamente à Autarquia Previdenciária, sem que ao menos este tenha ciência da pretensão do Autor pela prestação jurisdicional.
Assim, é necessária a demonstração do prévio pedido na esfera administrativa e, ultrapassado o prazo previsto no art. 41, § 6º, da Lei nº 8.213/91, mantendo-se omissa a Autarquia Previdenciária em sua apreciação, ou indeferido o pleito, não se exige o esgotamento dessa via, para se invocar a prestação jurisdicional. Nesse sentido:
"PROCESSUAL CIVIL. CARÊNCIA DE AÇÃO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. FALTA DE PEDIDO ADMINISTRATIVO. DISSÍDIO COM A SÚM. 213-TFR E 9-STJ. NÃO OCORRENTE.
1.SE A INTERESSADA, SEM NENHUM PEDIDO ADMINISTRATIVO, PLEITEIA DIRETAMENTE EM JUÍZO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO (APOSENTADORIA POR IDADE), INEXISTE DISSÍDIO COM A SÚM. 213 - TFR E COM A 9 - STJ ANTE A DESSEMELHANÇA ENTRE AS SITUAÇÕES EM COTEJO, PORQUANTO AMBAS TRATAM DO EXAURIMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA E NÃO DA AUSÊNCIA TOTAL DE PEDIDO NAQUELA ESFERA. CORRETO O JULGADO RECORRIDO AO FIXAR A AUSÊNCIA DE UMA DAS CONDIÇÕES DA AÇÃO - INTERESSE DE AGIR - PORQUANTO, A MÍNGUA DE QUALQUER OBSTÁCULO IMPOSTO PELA AUTARQUIA FEDERAL (INSS), NÃO SE APERFEIÇOA A LIDE, DOUTRINARIAMENTE CONCEITUADA COMO UM CONFLITO DE INTERESSES CARACTERIZADO POR UMA PRETENSÃO RESISTIDA.
2.RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.".
(STJ, Resp 147186, Rel. Min. Fernando Gonçalves, 6ª Turma, DJ 06/04/1998, pág. 179).
Entendo que somente pode-se qualificar como capaz de causar lesão grave à parte a decisão judicial que possa ferir direito da Agravante cuja verossimilhança tenha sido demonstrada. Assim, por entender que há necessidade de prévio pedido administrativo para caracterizar a pretensão resistida da Autarquia, inviável cogitar-se, desde logo, de lesão a direito da Agravante.
Com estas considerações, tendo em vista o disposto no artigo 1.º, da Lei n.º 11.187, de 19/10/2005 que alterou os artigos 522 e 527, II, da Lei n.º 5.869, de 11/01/1973 do Código de Processo Civil, converto em retido o presente Agravo de Instrumento.
Anotados, remetam-se os autos à Vara de origem para as providências necessárias.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11F9.0B1A - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2007.03.00.010082-5 AG 291132
ORIG.	:	200461830048024 2V Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	JOSE HUMBERTO DE SOUSA
ADV	:	WILSON MIGUEL
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ALEXANDRA KURIKO KONDO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA PREVIDENCIARIA DE SAO PAULO SP>1ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.38/40
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por JOSE HUMBERTO DE SOUSA contra a r. decisão de 1ª Instância que, nos autos da ação de benefício previdenciário de aposentadoria por tempo de serviço, indeferiu o pedido de juntada aos autos, da cópia do processo administrativo de aposentadoria, com todos os documentos que o compõe.
Aduz o Agravante que os documentos, comprobatórios para o devido enquadramento e à conversão de atividades especiais, devidamente somadas as atividades comuns, estão no processo administrativo. Portanto, cabe a Autarquia juntá-lo aos autos.
Requer a concessão do efeito ativo.
Trata-se de recurso de agravo interposto na vigência da Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005 e, que não se encontram presentes os requisitos de admissibilidade do seu processamento na forma de instrumento, com fulcro no inciso II, do artigo 527, do Código de Processo Civil, posto que não se verifica hipótese de decisão capaz de impor ao Agravante lesão grave e de difícil reparação.
No caso dos autos, postula o Agravante a intimação do Agravado para que apresente cópia do processo administrativo, que se encontra em poder da Agência da Previdência Social.
Com efeito, o artigo 399, inciso II do CPC, prevê o poder conferido ao juiz de requisitar às repartições publicas os procedimentos administrativos. Entretanto, não é lícito à parte transformar o juiz num mero preposto para sua obtenção. Assim, o dever do juiz de requisitar tais documentos ficará da dependência do exame do requisito de sua necessidade e da dificuldade ponderável de ser o processo administrativo obtido diretamente pela parte.
Entendo que decisão do MM. Juiz a quo deve ser mantida, eis que não está o magistrado compelido a requisitar as referidas cópias, sem que reste demonstrado pela parte requerente a impossibilidade de obter diretamente os documentos que entende lhe serem úteis (RSTJ 23/249).
Saliente-se ainda, que o processo administrativo é regido pelo princípio da publicidade, devendo ser garantido ao segurado vista dos autos quando solicitado. Apenas será requisitado pelo juiz, quando ficar demonstrado a recusa do INSS.
Entendo que somente pode-se qualificar como capaz de causar lesão grave à parte a decisão judicial que possa ferir direito do Agravante. Assim, não estando a ressumbrar a própria existência do direito pleiteado, inviável cogitar-se, desde logo, de sua possível lesão.
Com estas considerações, tendo em vista o disposto no artigo 1.º, da Lei n.º 11.187, de 19/10/2005 que alterou os artigos 522 e 527, II, da Lei n.º 5.869, de 11/01/1973 do Código de Processo Civil, converto em retido o presente Agravo de Instrumento.

Com as devidas anotações remetam-se os autos à Vara de origem para as providências necessárias.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11F9.1331 - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	1999.61.04.010222-9 AC 711117
ORIG.	:	5 Vr SANTOS/SP
APTE	:	BARULINA DE SOUZA BARBOSA e outros
ADV	:	LUCIANA CONFORTI SLEIMAN COZMAN
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARIA LUCIA MARTINS BRANDAO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	JUÍZA CONV ANA LÚCIA IUCKER / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.220
Vistos.
Admito os Embargos Infringentes de fls. 203/207, nos termos dos artigos 530 a 534 do Código de Processo Civil e artigos 259 a 261 do Regimento Interno desta Corte.
Redistribua-se na forma regimental.
Intimem-se.
São Paulo, 14 de março de 2007.
ANA LÚCIA IUCKER
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA

PROC.	:	2007.03.00.010245-7 AG 291225
ORIG.	:	0700000030 3 Vr PIRASSUNUNGA/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CARLOS HENRIQUE MORCELLI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	BENEDITA APARECIDA DE SOUZA
ADV	:	ANDERSON CLAYTON ROSOLEM
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 3 VARA DE PIRASSUNUNGA SP
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.67/69
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL contra a r. decisão do Juízo de 1ª Instância que, nos autos da ação de benefício previdenciário, deferiu o pedido de tutela antecipada para o restabelecimento do auxílio-doença.
Aduz o Agravante, em síntese, que não estão presentes os requisitos que autorizam a medida de urgência, tendo em vista que o laudo pericial não concluiu pela incapacidade para a sua atividade habitual ou para o trabalho, estando apto a exercer atividades laborativas, portanto, é indevido o restabelecimento do benefício.
Pede a concessão do efeito suspensivo, tendo em vista o risco de dano irreparável.
É o relatório.Decido.
Trata-se de recurso de agravo interposto na vigência da Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005 e, que não se encontram presentes os requisitos de admissibilidade do seu processamento na forma de instrumento, com fulcro no inciso II, do artigo 527, do Código de Processo Civil, posto que não se verifica hipótese de decisão capaz de impor ao Agravante lesão grave e de difícil reparação.
No caso dos autos, postula a imediata suspensão da decisão que deferiu a medida de urgência que restabeleceu o auxílio-doença ao Agravado. Para o seu restabelecimento é necessário, entre outros requisitos, a prova da permanência da incapacidade para o trabalho, motivo pelo qual vislumbro, pelos documentos carreados aos autos até o momento, a referida manutenção da incapacidade.
O MM. Juiz a quo embasou sua decisão antecipatória nos documentos médicos que acompanham a inicial e atestam que a agravada sofre de depressão, paralisia peri-oral e de mãos, mal estar e tremores. Conclui assim, pela presença dos requisitos autorizadores da medida excepcional.
Ademais, apesar do benefício ter sido cessado sob a fundamento de que não mais existe incapacidade para o trabalho ou para a sua atividade habitual, constato que a Agravada continua portadora de depressão, conforme atestados médicos de fls. 53/54 e 56, doença que motivou o deferimento administrativo do auxílio-doença, percebido desde 03/06. Portanto, não houve mudança no quadro clínico, que autorizasse o cancelamento do benefício.
Saliente-se que a lesão causada ao segurado, constatada em tratamento de saúde, supera em muito eventual prejuízo material da Agravante, que sempre poderá compensá-lo em prestações previdenciárias futuras.
Com estas considerações, tendo em vista o disposto no artigo 1.º, da Lei n.º 11.187, de 19/10/2005 que alterou os artigos 522 e 527, II, da Lei n.º 5.869, de 11/01/1973 do Código de Processo Civil, converto em retido o presente Agravo de Instrumento.
Com as devidas anotações remetam-se os autos à Vara de origem para as providências necessárias.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11FA.1331 - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2007.03.00.010421-1 AG 291344
ORIG.	:	200661830076181 7V Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	OLIMPIO BELCHIOR DE LIMA
ADV	:	WILSON MIGUEL
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 7 VARA PREVIDENCIARIA DE SAO PAULO SP>1ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.29/31
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por OLIMPIO BELCHIOR DE LIMA contra a r. decisão de 1ª Instância que, nos autos da ação de benefício previdenciário de aposentadoria por tempo de serviço, indeferiu o pedido de juntada aos autos, da cópia do processo administrativo de aposentadoria, com todos os documentos que o compõe.
Aduz o Agravante que os documentos, comprobatórios para o devido enquadramento e à conversão de atividades especiais, devidamente somadas as atividades comuns, estão no processo administrativo. Portanto, cabe a Autarquia juntá-lo aos autos.
Requer a concessão do efeito ativo.
Trata-se de recurso de agravo interposto na vigência da Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005 e, que não se encontram presentes os requisitos de admissibilidade do seu processamento na forma de instrumento, com fulcro no inciso II, do artigo 527, do Código de Processo Civil, posto que não se verifica hipótese de decisão capaz de impor ao Agravante lesão grave e de difícil reparação.
No caso dos autos, postula o Agravante a intimação do Agravado para que apresente cópia do processo administrativo, que se encontra em poder da Agência da Previdência Social.
Com efeito, o artigo 399, inciso II do CPC, prevê o poder conferido ao juiz de requisitar às repartições publicas os procedimentos administrativos. Entretanto, não é lícito à parte transformar o juiz num mero preposto para sua obtenção. Assim, o dever do juiz de requisitar tais documentos ficará da dependência do exame do requisito de sua necessidade e da dificuldade ponderável de ser o processo administrativo obtido diretamente pela parte.
Entendo que decisão do MM. Juiz a quo deve ser mantida, eis que não está o magistrado compelido a requisitar as referidas cópias, sem que reste demonstrado pela parte requerente a impossibilidade de obter diretamente os documentos que entende lhe serem úteis (RSTJ 23/249).
Saliente-se ainda, que o processo administrativo é regido pelo princípio da publicidade, devendo ser garantido ao segurado vista dos autos quando solicitado. Apenas será requisitado pelo juiz, quando ficar demonstrada a recusa do INSS.
Entendo que somente pode-se qualificar como capaz de causar lesão grave à parte a decisão judicial que possa ferir direito do Agravante. Assim, não estando a ressumbrar a própria existência do direito pleiteado, inviável cogitar-se, desde logo, de sua possível lesão.
Com estas considerações, tendo em vista o disposto no artigo 1.º, da Lei n.º 11.187, de 19/10/2005 que alterou os artigos 522 e 527, II, da Lei n.º 5.869, de 11/01/1973 do Código de Processo Civil, converto em retido o presente Agravo de Instrumento.
Com as devidas anotações remetam-se os autos à Vara de origem para as providências necessárias.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11FB.0DG3 - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2003.61.12.010509-5 AC 1132158
ORIG.	:	1 Vr PRESIDENTE PRUDENTE/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUIS RICARDO SALLES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ZENAIDE VERNILLE CIAMBRONI
ADV	:	JULIO BRAGA FILHO
RELATOR	:	DES.FED. NELSON BERNARDES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.162
Fls. 138/139 e 160: Indefiro a homologação, por se tratar de termo de transação não formalizado, ante a ausência de assinatura do representante legal do INSS, o que poderá ser regularizado no âmbito administrativo, junto à agência responsável pela manutenção do benefício.
Intime-se.
São Paulo, 13 de março de 2007.
NELSON BERNARDES DE SOUZA
DESEMBARGADOR FEDERAL RELATOR

PROC.	:	2005.03.99.010535-7 AC 1013067
ORIG.	:	0300005607 1 Vr SAO GABRIEL DO OESTE/MS
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUIZA CONCI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	LUCIDA CAMPANA
ADV	:	ALMIR VIEIRA PEREIRA JUNIOR
RELATOR	:	JUÍZA CONV ANA LÚCIA IUCKER / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.96
Vistos.
Esclareça a autora, no prazo de 10 (dez) dias, qual a sua relação com os documentos de fls. 14 e 20/29, uma vez que estão em nome de pessoa estranha aos autos.
Intime-se.
São Paulo, 14 de março de 2007.
ANA LÚCIA IUCKER
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA

PROC.	:	2005.03.99.010573-4 AC 1013105
ORIG.	:	0200000975 2 Vr PEREIRA BARRETO/SP
APTE	:	NILZA DE MORAIS E OUTROS
ADV	:	RENATA MOCO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	YOSHIKAZU SAWADA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
RELATOR	:	JUÍZA CONV. ANA LÚCIA IUCKER / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.176
Vistos.
Tendo em vista a certidão de óbito de ILZA NOGUEIRA DE MORAIS (fl. 140) e a comprovação da condição de herdeiros (fls. 141/169), remetam-se os autos à UFOR - Subsecretaria de Registro e Informações Processuais, para a substituição do pólo ativo, para que passe a constar:
NILZA DE MORAIS
NEUZA NOGUEIRA DE MORAIS BARBOSA
JOSÉ BARBOSA
NILDA DE MORAES PEREIRA
JAQUELINE NOGUEIRA DE MORAES
FRANCIELLI NOGUEIRA DE MORAES (incapaz)
JOSÉ CARLOS DE MORAES
ANA MARIA NOGUEIRA DE MORAIS
FABIO HENRIQUE MORAIS
Intimem-se.
São Paulo, 6 de março de 2007.
ANA LÚCIA IUCKER
Juíza Federal Convocada

PROC.	:	2007.03.00.010729-7 AG 291571
ORIG.	:	200661200072022 1 Vr ARARAQUARA/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ANDRÉ AUGUSTO LOPES RAMIRES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	FERNANDO JORGE MAESTRE
ADV	:	MARIA LUCIA DELFINA DUARTE SACILOTTO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE ARARAQUARA - 20ª SSJ - SP
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.37/39
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL contra a r. decisão do Juízo de 1ª Instância que, nos autos da ação de benefício previdenciário, deferiu o pedido de tutela antecipada para o restabelecimento do auxílio-doença.
Aduz o Agravante, em síntese, a impossibilidade do deferimento da tutela antecipada contra a Fazenda Pública. Sustenta que não estão presentes os requisitos que autorizam a medida de urgência, tendo em vista que não há prova técnica no processo para respaldar o seu deferimento.
Pede a concessão do efeito suspensivo, tendo em vista o risco de dano irreparável.
É o relatório.
Trata-se de recurso de agravo interposto na vigência da Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005 e, que não se encontram presentes os requisitos de admissibilidade do seu processamento na forma de instrumento, com fulcro no inciso II, do artigo 527, do Código de Processo Civil, posto que não se verifica hipótese de decisão capaz de impor ao Agravante lesão grave e de difícil reparação.
No caso dos autos, postula a imediata suspensão da decisão que deferiu a medida de urgência que restabeleceu o auxílio-doença ao Agravado. Para o seu restabelecimento é necessário, entre outros requisitos, a prova da permanência da incapacidade para o trabalho, e a qualidade de segurado.
Estabelece o art. 273, do Código de Processo Civil, que os requisitos para a concessão da tutela antecipatória são: a existência de prova inequívoca da verossimilhança da alegação e, cumulativamente, fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação; ou a caracterização de abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu. Assim, observados os requisitos acima, a antecipação de tutela poderá ser concedida pelo magistrado.
O MM. Juiz a quo deferiu a tutela antecipada, amparado por documentos que não instruíram o presente agravo, mas cuja ausência não afasta a presunção da entrega da tutela antecipatória de acordo com a plausibilidade das alegações e o contexto fáctico-probatório contido na ação subjacente, na medida em que o Agravado era beneficiário do auxílio-doença, cuja saúde permanece prejudicada, em decorrência da enfermidade que o acometeu.
Conforme consta da petição inicial o autor foi acometido de osteomelite, o que ocasionou a amputação da perna esquerda, sendo necessário o recebimento do beneficio de auxílio-doença, eis que o esforço físico agora exigido, está afetando os demais órgãos de seu corpo, dificultando sobremaneira o exercício de qualquer atividade, devendo permanecer afastado.

Obtempere-se que, de acordo com a decisão judicial agravada, o Agravante reconheceu administrativamente a incapacidade do autor, deixando de deferir o benefício por entender não ter a qualidade de segurado. Assim, a questão referente a incapacidade é incontroversa.
Destarte, uma vez demonstrada a qualidade de segurado do autor por meio das guias acostadas nos autos subjacentes (fls. 58/65), tema, aliás, que não foi objeto deste agravo, é de rigor a concessão do beneficio.
Saliente-se ainda, que no tocante a aplicação da Lei nº 9.494/97, a procedência da ADC 04, não é aplicável à tutela antecipada em ações previdenciárias, conforme restou expresso na súmula 729 do C. STF.
Entendo que a necessidade da produção de provas somente se justifica quando exista um fato que escape do conhecimento ordinário do julgador, e cuja aferição dependa de conhecimento especial, seja testemunhal, técnico ou científico.
A lesão causada ao segurado, configurada em tratamento de saúde, supera em muito eventual prejuízo material da Agravante, que sempre poderá compensá-lo em prestações previdenciárias futuras.
Com estas considerações, tendo em vista o disposto no artigo 1.º, da Lei n.º 11.187, de 19/10/2005 que alterou os artigos 522 e 527, II, da Lei n.º 5.869, de 11/01/1973 do Código de Processo Civil, converto em retido o presente Agravo de Instrumento.
Com as devidas anotações remetam-se os autos à Vara de origem para as providências necessárias.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11FB.15HD - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2006.03.99.010771-1 AC 1099031
ORIG.	:	0500000638 2 Vr ITAPETININGA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CRISTIANE MARIA MARQUES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OLIVIA MODESTO DE SIQUEIRA
ADV	:	EDEMIR DE JESUS SANTOS
RELATOR	:	JUÍZA CONV ANA LÚCIA IUCKER / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.74
Vistos.
Manifeste-se a parte autora, no prazo de dez dias, sobre as informações do CNIS (em anexo), que apontam atividades urbanas do marido da autora.
Intime-se.
São Paulo, 16 de março de 2007.
ANA LÚCIA IUCKER
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA

PROC.	:	2007.03.00.010902-6 AG 291692
ORIG.	:	200661190050047 2 Vr GUARULHOS/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ROSEMARY DO NASCIMENTO SILVA LORENCINI PEDO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	AIRTON DONIZETE SILVA
ADV	:	CARLOS PEREIRA PAULA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE GUARULHOS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.149/154
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, contra a decisão proferida pelo Juízo Federal da 2ª Vara da Subseção Judiciária de Guarulhos-SP, que deferiu a tutela antecipatória requerida nos autos de ação ordinária aforada por Airton Donizete Silva, reconhecendo o caráter especial das atividades em que esteve sob a exposição de agente nocivo ruído, relativamente aos períodos de 15.04.1974 a 12.11.1974 (Carbocloro S/A Ind. Químicas), 07.08.1990 a 03.04.1992 (Kiyota S/C Acabamento), 07.04.1992 a 15.12.1998 (Komatsu do Brasil Ltda.), com a posterior conversão em tempo de serviço comum e a seguinte implantação de aposentadoria integral por tempo de contribuição caso resulte tempo suficiente para sua concessão.
Sustenta o agravante, em síntese, não se encontrarem presentes os requisitos autorizadores da concessão da medida excepcional, ausente a verossimilhança do pedido de enquadramento dos períodos reclamados, eis que, no tocante à empresa "Carbocloro", o laudo apresentado pelo agravado foi elaborado em local diverso do daquele em que ocorreu a prestação dos serviços. Quanto às empresas "Kyota" e "Komatsu", afirma que houve alteração no lay-out entre a data do labor e a data da perícia realizada na elaboração do laudo técnico, sem que se possa deduzir se as condições do local periciado sejam as mesmas a que foi submetido o autor, sendo que, ainda que admitida a perícia por similaridade, esta deveria conter relatório discriminativo das condições examinadas. De outra parte, entende que o fornecimento de EPI's neutralizaram o agente nocivo invocado e descaracterizam a insalubridade, de tal forma que o agravado não faz jus ao benefício. Por fim, alega ser incabível a conversão de período especial para comum após 28.05.1998, por força do disposto na Lei 9.711/98. Pede a concessão de efeito suspensivo ao recurso.
Feito o breve relatório, decido.
Inicialmente, reconheço a presença dos requisitos de admissibilidade do processamento do agravo na forma de instrumento, nos termos do inciso II do artigo 527 do Código de Processo Civil.
Isto porque da narrativa veiculada na inicial se infere hipótese de decisão que imponha ao agravante lesão grave e de difícil reparação, considerando a situação de irreversibilidade e de superação do próprio objeto do recurso caso seja admitido na forma retida.
O efeito suspensivo merece ser parcialmente deferido.
Cumpre observar, inicialmente, que a antecipação de tutela pode ser concedida pelo magistrado desde que verificada a presença dos requisitos contidos no artigo 273 do Código de Processo Civil, vale dizer, o convencimento da verossimilhança das alegações formuladas, aliado à iminência de lesão irreparável ou de difícil reparação, manifesto propósito protelatório do réu e reversibilidade da medida.
No tema de conversão de tempo de serviço especial em comum, esta Corte firmou orientação no sentido de que a norma aplicável é a vigente à época do exercício das respectivas atividades laborativas. Desse modo, a observância do correto enquadramento da atividade tida por especial deve ser realizado cotejando-se a lei vigente em cada período de tempo de serviço prestado. Pode-se se falar na aquisição de direito à qualificação de tempo de serviço como especial contemporânea à prestação do serviço.
No que se refere ao período laborado na empresa "Carbocloro", verifica-se que a petição inicial não veio instruída com cópia do laudo técnico relativo às condições do local de trabalho do agravado, sob a alegação de que encontra-se este arquivado na agência do INSS de Mogi das Cruzes.
Tal circunstância inviabiliza o pronunciamento a respeito do caráter especial das atividades desempenhadas em tal período, impondo-se o deslinde da controvérsia a ele relativa no curso da instrução, razão pela qual inviável o reconhecimento da verossimilhança do pedido em tal aspecto.
De outra parte, nenhum reparo merece o decisum quanto aos períodos laborados nas empresas "Kyiota" e "Komatsu", tendo em vista que a primeira era mera prestadora de serviços para a segunda e o agravado sempre laborou nas instalações desta última, sendo que nesse local, apesar da mudança de lay-out ocorrida, há nos autos declaração da empresa "Komatsu" afirmando, sob sua responsabilidade, que foram mantidas as mesmas condições de trabalho anteriores à modificação, de tal forma que não há de inquinar-se de irregularidade, neste aspecto, os documentos comprobatórios da insalubridade apresentados pelo agravado.

O formulário DSS e laudo técnicos respectivo, relativos às empresa "Kiyota" (fls. 79/80) e "Komatu" (fls. 81,83,84 e 86), apontam que o agravado o esteve exposto ao agente agressivo ruído de intensidade superior a 90 (noventa) decibéis, desempenhadas de modo habitual e permanente e submetido a intensidades superiores ao limite de 80 (oitenta) decibéis tido como prejudicial à saúde, assim considerado até a edição do Decreto nº 2.172, de 05 de março de 1997 e reconhecido pela própria Autarquia no artigo 173, I, da I.N. INSS/DC 57, de 10 de outubro de 2001.
A partir de 06 de março de 1997, a atividade especial sujeita ao agente nocivo ruído passou a ter enquadramento no Anexo IV do Decreto nº 2.172, de 1997, substituído pelo Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999, com os quais elevou-se para 90 (noventa) decibéis o limite de tolerância para o tal agente nocivo, e que perdurou até a edição do Decreto 4.882, de 18 de novembro de 2003, quando o limite foi reduzido para 85 (oitenta e cinco) decibéis, entendimento pacificado na recente Súmula nº 32 da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, com o seguinte enunciado:
"Súmula nº 32
O tempo de trabalho laborado com exposição a ruído é considerado especial, para fins de conversão em comum, nos seguintes níveis: superior a 80 decibéis, na vigência do Decreto n. 53.831/64 (1.1.6); superior a 90 decibéis, a partir de 5 de março de 1997, na vigência do Decreto n. 2.172/97; superior a 85 decibéis, a partir da edição do Decreto n. 4.882, de 18 de novembro de 2003.
(Referência Legislativa: - Decreto n. 53.831, de 25/3/1964; - Decreto n. 72.771, de 10/9/1973; - Decreto n. 83.080, de 24/1/1979; - Decreto n. 357, de 7/12/1991; - Decreto n. 611, de 21/71992; - Decreto n. 2.172, de 5/3/1997; - Decreto n. 3.048, de 6/5/1999; - Decreto n. 4.882, de 18/11/2003.
Precedentes: - REsp n. 412.351/RS; - Ag n. 624.730/MG; - REsp n. 518.139/RS; - PU n. 2003.51.51.012024-5/RJ - Turma de Uniformização (Julgamento de 21/11/2005, publicado no DJU, de 20/1/2006, Seção I, p. 37. Brasília, 26 de junho de 2006.)"
De outra parte, o uso de equipamentos de proteção utilizados nos períodos questionados não servem para descaracterizar a insalubridade do trabalho, porquanto visam apenas minorar os efeitos causados pelo exercício da atividade, objetivando resguardar, tanto quanto possível, sua integridade física.
Nesse sentido, a jurisprudência desta Corte, conforme se verifica de julgado assim ementado:
"PREVIDENCIÁRIO. PROCESSO CIVIL. REMESSA OFICIAL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO. RURÍCOLA. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. TESTEMUNHAS. DECLARAÇÃO DE EX-EMPREGADOR. ATIVIDADE ESPECIAL. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL. DIREITO ADQUIRIDO. COMPROVAÇÃO MEDIANTE LAUDO TÉCNICO. EPI. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. PRESCINDÍVEL. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA.
(...)
V - Comprovada a insalubridade da função desenvolvida pelo autor, mediante laudo técnico, é de se converter o respectivo período de atividade especial para comum.
VI - O uso de equipamento de proteção individual - EPI não descaracteriza a natureza especial da atividade, uma vez que tal tipo de equipamento não elimina os agentes nocivos à saúde que atingem o segurado em seu ambiente de trabalho, mas somente reduz seus efeitos.
VII - O caráter insalubre ou perigoso da atividade exercida, por si só, autoriza que o período seja considerado como tempo de serviço especial para fins previdenciários, independentemente do direito trabalhista que o segurado possa ter à percepção do adicional correspondente.
(...)
X - Remessa oficial e apelação do réu parcialmente providas "
(TRF - Terceira Região - Décima Turma - AC - Apelação Civel - 936417 - Processo: 1999.61.02.008244-4 UF: SP Relator JUIZ SERGIO NASCIMENTO - Data da Decisão: 26/10/2004 DJU DATA:29/11/2004 PÁGINA: 397)
"PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. CONVERSÃO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO EM APOSENTADORIA ESPECIAL. REQUISITOS PREENCHIDOS. CUSTAS PROCESSUAIS.
(...)
II-O uso de equipamento de proteção é medida de segurança, sendo que a utilização não elide o direito ao benefício em apreço.
(...)
V - Remessa oficial parcialmente provida. Recurso improvido."
(AC nº 2000.03.99.074500-2, 2ª Turma, Relator Juiz Federal Convocado Manoel Álvares, unânime, DJU de 25.4.2001).
Por fim, razão assiste ainda ao agravante no que se refere à vedação da conversão em comum dos períodos laborados em atividade especial a partir da 28.05.98, data da edição da MP 1.663-10, convertida na Lei 9.711, de 28.11.98, na esteira da orientação jurisprudencial consolidada no enunciado da Súmula nº 16 da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, do seguinte teor:
"Súmula nº 16:
A conversão em tempo de serviço comum, do período trabalhado em condições especiais, somente é possível relativamente à atividade exercida até 28 de maio de 1998 (art. 28 da Lei nº 9.711/98)
(Referência: - Lei nº 9.711/98 - Lei nº 8.213/91 - Lei nº 9.528/97 - REsp nº 492.719/PR - AgREsp nº 493.458/RS - AgREsp nº 438.161/RS - Decreto nº 2.782/98 - Decreto nº 3.048/99 - PU nº 2002.71.04.009857/7 - Turma de Uniformização (DJU de 29/04/2004). Brasília, 10 de maio de 2004)."
A questão do limite temporal da admissibilidade da conversão para comum dos períodos laborados em atividade sob condições especiais vem sendo decidida no âmbito desta Nona Turma no sentido da admissibilidade da conversão a qualquer período, no entanto, tal posicionamento tem se mostrado contrário à orientação jurisprudencial consolidada pelo Superior Tribunal de Justiça e sido reiteradamente afastado em sucessivos incidentes de uniformização de interpretação de lei federal aforados pelo INSS perante a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (proc. nº 2003.61.84.006170-7, j. em 16.10.2006 e proc. nº 2002.61.81.013355-6, j. em 08.11.2006), cujos julgados têm se alinhado ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que o período laborado após 28.05.1998 seja computado como tempo de serviço comum, ante a impossibilidade de qualquer tido de conversão em decorrência da aplicação do disposto no art. 28 da Lei nº 9.711/98.
Desta forma, a divergência jurisprudencial instalada a respeito do tema torna inviável o reconhecimento, em sede liminar, da verossimilhança do pedido envolvendo a conversão de período de atividade especial posterior a 28.05.1998 com base em orientação contrária à jurisprudência majoritária do Superior Tribunal de Justiça e inclusive objeto da referida Súmula nº 16 da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, razão pela qual a controvérsia deverá ser objeto de deslinde na instância de origem e pronunciamento em sede de cognição exauriente, sob o crivo do contraditório.
Presentes os requisitos do artigo 558, caput, do Código de Processo Civil, DEFIRO PARCIALMENTE o efeito suspensivo ao presente recurso a fim de revogar a tutela antecipatória no que se refere ao reconhecimento do caráter especial das atividades desempenhadas na empresa "Carbocloro", ante a ausência de laudo técnico nos autos, bem como limitar a 28 de maio de 1998 a conversão em comum do tempo de serviço exercido pelo agravado em atividade especial, determinando que o agravante proceda à revisão do processo concessório, apurando o tempo de serviço segundo os critérios ora estabelecidos e, caso resulte tempo de serviço suficiente, conceda o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição postulado, até o pronunciamento definitivo da Turma.
Comunique-se ao Juízo a quo, intimando-se a parte agravada para resposta, a teor do disposto no artigo 527, inciso V do Código de Processo Civil.
Intime-se.
São Paulo, 12 de março de 2007.

PROC.	:	2007.03.00.010939-7 AG 291717
ORIG.	:	200661830073544 4V Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	FRANCISCO ALVES DA SILVA
ADV	:	WILSON MIGUEL
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA PREVIDENCIARIA DE SAO PAULO SP>1ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.26/28
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por FRANCISCO ALVES DA SILVA contra a r. decisão de 1ª Instância que, nos autos da ação de benefício previdenciário de aposentadoria por tempo de serviço, indeferiu o pedido de juntada aos autos, da cópia do processo administrativo de aposentadoria, com todos os documentos que o compõe.

Aduz o Agravante que os documentos, comprobatórios para o devido enquadramento e à conversão de atividades especiais, devidamente somadas as atividades comuns, e a revisão da sua renda mensal inicial, estão no processo administrativo. Portanto, cabe a Autarquia juntá-lo aos autos.
Requer a concessão do efeito ativo.
Trata-se de recurso de agravo interposto na vigência da Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005 e, que não se encontram presentes os requisitos de admissibilidade do seu processamento na forma de instrumento, com fulcro no inciso II, do artigo 527, do Código de Processo Civil, posto que não se verifica hipótese de decisão capaz de impor ao Agravante lesão grave e de difícil reparação.
No caso dos autos, postula o Agravante a intimação do Agravado para que apresente cópia do processo administrativo, que se encontra em poder da Agência da Previdência Social.
Com efeito, o artigo 399, inciso II do CPC, prevê o poder conferido ao juiz de requisitar às repartições publicas os procedimentos administrativos. Entretanto, não é licito à parte transformar o juiz num mero preposto para sua obtenção. Assim, o dever do juiz de requisitar tais documentos ficará da dependência do exame do requisito de sua necessidade e da dificuldade ponderável de ser o processo administrativo obtido diretamente pela parte.
Entendo que decisão do MM. Juiz a quo deve ser mantida, eis que não está o magistrado compelido a requisitar as referidas cópias, sem que reste demonstrado pela parte requerente a impossibilidade de obter diretamente os documentos que entende lhe serem úteis (RSTJ 23/249).
Saliente-se ainda, que o processo administrativo é regido pelo princípio da publicidade, devendo ser garantido ao segurado vista dos autos quando solicitado. Apenas será requisitado pelo juiz, quando ficar demonstrado a recusa do INSS.
Entendo que somente pode-se qualificar como capaz de causar lesão grave à parte a decisão judicial que possa ferir direito do Agravante. Assim, não estando a ressumbrar a própria existência do direito pleiteado, inviável cogitar-se, desde logo, de sua possível lesão.
Com estas considerações, tendo em vista o disposto no artigo 1.º, da Lei n.º 11.187, de 19/10/2005 que alterou os artigos 522 e 527, II, da Lei n.º 5.869, de 11/01/1973 do Código de Processo Civil, converto em retido o presente Agravo de Instrumento.
Com as devidas anotações remetam-se os autos à Vara de origem para as providências necessárias.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11FC.0GBF - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2007.03.00.010945-2 AG 291723
ORIG.	:	200661830071316 5V Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	MARIA ILONA RIBEIRO DOS ANJOS
ADV	:	WILSON MIGUEL
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	BERNARDO BISSOTO QUEIROZ DE MORAES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 5 VARA PREVIDENCIARIA DE SÃO PAULO - SP>1ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.131
As razões do pedido de reconsideração não inovaram a matéria discutida no recurso, razão pela qual mantenho a decisão recorrida por seus próprios fundamentos.
Após as formalidades legais, baixem-se os autos à Vara de origem.
Int.
São Paulo, 28 de março de 2007.

PROC.	:	2007.03.00.010947-6 AG 291725
ORIG.	:	200761170003706 1 Vr JAU/SP
AGRTE	:	CECILIA DE FATIMA MAION
ADV	:	FABIO LUIZ DIAS MODESTO
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE JAU Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.32/33
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por CECILIA DE FATIMA MAION contra a r. decisão de 1ª Instância que, nos autos da ação de benefício previdenciário, indeferiu o pedido de tutela antecipada para o restabelecimento do auxílio-doença.
Aduz o Agravante que estão presentes os requisitos que ensejam a medida excepcional, previstos no artigo 273 do Código de Processo Civil, não havendo risco de irreversibilidade do provimento. Acrescenta que está com problemas de saúde, conforme atestado médico, não prevalecendo o argumento de falta de prova inequívoca do direito reclamado.
Requer a concessão do efeito suspensivo ativo.
Trata-se de recurso de agravo interposto na vigência da Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005 e, que não se encontram presentes os requisitos de admissibilidade do seu processamento na forma de instrumento, com fulcro no inciso II, do artigo 527, do Código de Processo Civil, posto que não se verifica hipótese de decisão capaz de impor ao Agravante lesão grave e de difícil reparação.
No caso dos autos, postula medida de urgência que lhe assegure o restabelecimento do auxílio-doença. Para seu restabelecimento é necessária, entre outros requisitos, a prova da permanência da incapacidade para o trabalho, motivo pelo qual não vislumbro, pelos documentos carreados aos autos até o momento, a referida incapacidade.
O único atestado médico juntado (fls.15), embora posterior à data da cessação do benefício, apenas informa quais as doenças a que a segurada está acometida, e que a mesma refere que não consegue trabalhar, contudo, não declarar que a doença da autora a incapacita para o trabalho. Portanto, não há nos autos nenhum elemento de convicção que ateste sua atual situação de saúde.
Ademais, a perícia médica realizada pelo INSS possui caráter público da presunção relativa de legitimidade e só pode ser afastada desde de que haja prova inequívoca em contrário, o que in casu, não ocorreu.
Em face do exposto, verifica-se que tal pleito demanda análise minuciosa através de laudos e perícia médica, exigidos para a comprovação da respectiva incapacidade para o trabalho.
Entendo que somente pode-se qualificar como capaz de causar lesão grave à parte a decisão judicial que possa ferir direito do Agravante cuja verossimilhança tenha sido demonstrada. Assim, não estando a ressumbrar a própria existência do direito ao restabelecimento do auxílio-doença, inviável cogitar-se, desde logo, de sua possível lesão.
Com estas considerações, tendo em vista o disposto no artigo 1.º, da Lei n.º 11.187, de 19/10/2005 que alterou os artigos 522 e 527, II, da Lei n.º 5.869, de 11/01/1973 do Código de Processo Civil, converto em retido o presente Agravo de Instrumento.
Com as devidas anotações remetam-se os autos à Vara de origem para as providências necessárias.
Intime-se.
São Paulo, 23 de junho de 2006.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11FD.02EC - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2007.03.00.010960-9 AG 291730
ORIG.	:	0600002545 2 Vr BARRETOS/SP 0600152978 2 Vr BARRETOS/SP
AGRTE	:	HELIO MAGNO BARBOSA
ADV	:	ANDREIA CRISTIANE JUSTINO DOS SANTOS
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 2 VARA DE BARRETOS SP
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.37/39
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por HELIO MAGNO BARBOSA contra a r. decisão proferida pelo MM. Juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Barretos/SP que, nos autos da ação previdenciária, declinou de ofício da competência, determinando a remessa dos autos ao Juizado Especial Federal de Barretos, sustentando a incompetência absoluta do Juízo Estadual.
Aduz a Agravante que sequer foi instalado um Juizado Federal na cidade de Barretos/SP, mas somente um posto avançado do Juizado Federal de Ribeirão Preto/SP, não possuindo estrutura para receber novas ações. Sustenta, portanto, que a competência continua sendo do Juízo Estadual, em face do disposto no § 3º, do artigo 3º, da Lei n. 10.259/01.
Requer a concessão do efeito suspensivo.
Trata-se de recurso de agravo interposto na vigência da Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005 e, que não se encontram presentes os requisitos de admissibilidade do seu processamento na forma de instrumento, com fulcro no inciso II, do artigo 527, do Código de Processo Civil, posto que não se verifica hipótese de decisão capaz de impor ao Agravante lesão grave e de difícil reparação.
Nesta análise perfunctória do feito entendo deva ser mantida a r. decisão proferida no primeiro grau.
A regra de competência contida no artigo 109, § 3º, da Constituição Federal objetiva beneficiar o autor da demanda previdenciária, permitindo sua propositura na Justiça Estadual, quando corresponder ao foro do seu domicílio e não for sede de Justiça ou Juizado Especial Federal.
A norma autoriza à Justiça Comum Estadual processar e julgar as causas que menciona, mesmo sendo autarquia federal a instituição de previdência social, estritamente instituindo, deste modo, o exercício de competência federal delegada. Tal prerrogativa visa facilitar ao segurado a obtenção da efetiva tutela jurisdicional, evitando deslocamentos que poderiam onerar e mesmo dificultar excessivamente o acesso ao Judiciário, confirmando o espírito de proteção ao hipossuficiente que permeia todo o texto constitucional.
No mesmo sentido, a Lei nº 10.259/01, que instituiu o Juizado Especial Federal, tem por escopo ampliar a garantia de acesso à justiça, imprimindo maior celeridade na prestação jurisdicional, de tal sorte que não pode ser invocada como uma limitação aos seus próprios fins.
De acordo com o art.1º do Provimento 276/05 do Conselho de Justiça, a Unidade Descentralizada Universitária - Barretos, do Juizado Especial Federal Cível de Ribeirão Preto, tem as seguintes atribuições: prestar atendimento e informação às partes e procuradores, protocolar petições e documentos; coletar, digitalizar e inserir dados no sistema informatizado; e distribuir a ação para processamentos em autos eletrônicos; realizar audiências de instrução, conciliação de julgamento; bem como realizar perícias médicas, contábeis e sociais.
Verifica-se que esta Unidade Descentralizada tem competência para processar e julgar as ações, portanto as ações previdenciárias propostas, após a instalação do Juizado, deverão ser encaminhadas a ele.
Assim, considerando que a comarca de Barretos é sede de Juizado Especial Federal, afigura-se indubitável a sua competência para apreciar e julgar a demanda de natureza previdenciária.
Cumpre destacar o disposto no artigo 3º, § 3º, da Lei supra citada:
"Art. 3º. Compete ao Juizado Especial Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de 60(sessenta) salários mínimos, bem como executar suas sentenças.
(...)
§ 3º. No foro onde estiver instalada Vara do Juizado Especial, a sua competência é absoluta". (grifamos)
Destarte, interpretando o dispositivo legal acima, é absoluta a competência quando a sede do Juizado Especial estiver instalada. Conseqüentemente, se a cidade é provida de Juizado Especial Federal, as causas de sua competência não poderão ser ajuizadas perante o juízo comum.
Com estas considerações, tendo em vista o disposto no artigo 1.º, da Lei n.º 11.187, de 19/10/2005 que alterou os artigos 522 e 527, II, da Lei n.º 5.869, de 11/01/1973 do Código de Processo Civil, converto em retido o presente Agravo de Instrumento.
Com as devidas anotações remetam-se os autos à Vara de origem para as providências necessárias.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11FD.0DG3 - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2007.03.00.011075-2 AG 291828
ORIG.	:	0700000075 1 Vr PIRASSUNUNGA/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CARLOS HENRIQUE MORCELLI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	ESPERANCA PINHEIRO DOS SANTOS
ADV	:	CARLOS ALBERTO DE A SILVEIRA
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE PIRASSUNUNGA SP
RELATOR	:	DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.50/51
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, contra decisão proferida pelo Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Pirassununga-SP, que deferiu a tutela antecipatória initio litis requerida nos autos de ação em que a segurada Esperança Pinheiro dos Santos postula o restabelecimento de benefício previdenciário de auxílio-doença, com data de início em 06.06.2006 e suspenso por alta médica concedida em 10.12.2006, com a final concessão de aposentadoria por invalidez.
Sustenta o agravante, em síntese, não se encontrarem presentes os requisitos da tutela antecipatória, por não estar demonstrada a verossimilhança do pedido, uma vez ausente prova inequívoca acerca da situação de incapacidade da agravada para o trabalho, afigurando-se indispensável a realização de perícia médica previamente à concessão da medida. Afirma ainda a irreversibilidade do provimento e o risco de dano irreparável. Pede a concessão de efeito suspensivo ao recurso.
Feito o breve relatório, decido.
Inicialmente, considerando se tratar de recurso de agravo interposto após 18 de janeiro de 2006, data em que teve início a vigência da Lei 11.187, de 19 de outubro de 2005, verifico que não se encontram presentes os requisitos de admissibilidade do seu processamento na forma de instrumento, com fulcro no inciso II do artigo 527 do Código de Processo Civil.
Isto porque da narrativa veiculada na inicial não se infere hipótese de decisão que imponha ao agravante lesão grave e de difícil reparação, considerando encontrarem-se presentes os requisitos ensejadores da tutela antecipatória concedida.
Cumpre observar, inicialmente, que a antecipação de tutela pode ser concedida pelo magistrado desde que verificada a presença dos requisitos contidos no artigo 273 do Código de Processo Civil, vale dizer, o convencimento da verossimilhança das alegações formuladas, aliado à iminência de lesão irreparável ou de difícil reparação, manifesto propósito protelatório do réu e reversibilidade da medida.
Dos documentos formadores do instrumento vislumbra-se, a priori, a verossimilhança do pedido, uma vez demonstrada a persistência da situação de incapacidade laborativa da agravada, que continua submetida às limitações decorrentes da patologia cardíaca constante do atestado médico juntado, segundo o qual é portadora de cardiopatia isquêmica e sofreu infarto agudo do miocárdio, tendo sido submetida a angioplastia coronariana em 07.12.2006, tratando-se de paciente de elevado risco cardiovascular, de tal forma que se encontra inapta para o retorno à suas atividades habitual.
Também o perigo de dano é evidente, em razão de se tratar de benefício de caráter alimentar, que não permite ao agravado aguardar o desfecho da ação sem prejuízo de seu sustento e de sua família.

Ausentes os requisitos do artigo 522, caput do Código de Processo Civil, CONVERTO o presente agravo de instrumento em agravo retido, com fulcro no artigo 527, II, do mesmo estatuto processual, determinando a remessa dos autos ao Juízo de origem.
Intime-se.

São Paulo, 14 de março de 2007.

PROC.	:	2007.03.00.011272-4 AG 292021
ORIG.	:	200661260049399 1 Vr SANTO ANDRE/SP
AGRTE	:	ZAILDO BASSI
ADV	:	WILSON MIGUEL
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE SANTO ANDRÉ>26ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.71/73
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Zaildo Bassi contra decisão proferida pelo Juízo Federal da 1ª Vara da Subseção Judiciária de Santo André - SP, que declinou ex officio a competência para o julgamento da lide, determinando a remessa dos autos ao Juizado Especial Federal Cível daquela Subseção Judiciária, reconhecendo se tratar de hipótese de incompetência absoluta, após reduzir de ofício o valor da causa a R$ 16.525,44, correspondente à soma de doze prestações do benefício informado pelo autor, nos autos de ação versando a concessão de benefício previdenciário de aposentadoria por tempo de contribuição.
Sustenta a agravante, em síntese, que o valor da causa equivale a R$ 78.805,72, e que resulta da soma dos atrasados mais as 12 parcelas vincendas, e que corresponde ao benefício econômico pretendido, somatório superior à alçada dos Juizados Especiais. Entende que o artigo 3º, § 2º da Lei nº 10.259/01 é aplicável às ações que envolvam somente prestações vincendas, incidindo na hipótese o artigo 260 do Código de Processo Civil. Pede a concessão de efeito suspensivo ao recurso.
Feito o breve relatório, decido.
Inicialmente, reconheço a presença dos requisitos de admissibilidade do processamento do agravo na forma de instrumento, nos termos do inciso II do artigo 527 do Código de Processo Civil.
Isto porque da narrativa veiculada na inicial se infere hipótese de decisão que imponha ao agravante lesão grave e de difícil reparação, considerando a situação de irreversibilidade e de superação do próprio objeto do recurso caso seja admitido na forma retida.
A competência dos Juizados Especiais Federais vem expressamente definida no caput do artigo 3° da Lei n° 10.259/01, que a limitou às causas cujo valor não exceda a alçada de sessenta salários mínimos, ao passo que, nas lides versando obrigações de trato sucessivo, dispôs o seu § 2° como critério definidor da competência o valor da causa considerando-se a soma de doze prestações vincendas.
A delimitação do que seja "pequeno valor" leva em conta a natureza da lide e a vantagem econômica a ser obtida por meio do provimento jurisdicional postulado, sendo que, no caso dos autos, por se tratar de ação versando a concessão de benefício previdenciário, a competência pelo critério de valor de alçada deve ser definida com base no valor apenas de 12 prestações vincendas, nos termos do § 2º do artigo 3º da referida Lei 10.259/01.
Este o entendimento consolidado no enunciado nº 13 das Turmas Recursais do Juizado Especial Federal de São Paulo/SP, do teor seguinte:
"13 - O valor da causa, quando a demanda envolver parcelas vincendas, corresponderá à soma de doze parcelas vincendas controversas, nos termos do art. 3°, § 2°, da Lei n° 10.259/01."
Desta forma, incumbe ao Juiz, com base nos elementos de fato constantes do processo, proceder à sua retificação ex officio, por serem de ordem pública as regras de sua fixação, especialmente no caso em tela, em que o critério aplicável é predefinido em lei especial.
Por fim, é cediço que o valor da causa não se confunde com o valor da condenação a título de atrasados, o qual não está limitado a sessenta salários mínimos e, portanto, não afasta a competência dos Juizados Especiais Federais.
Tal se infere do art. 17, § 4° da Lei n° 10.259/01, que prevê de forma expressa o pagamento nos Juizados por meio de precatórios, in verbis: "Art. 17º . (...) § 4° Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido no §1º, o pagamento far-se-á, sempre, por meio de precatório, sendo facultado à parte exeqüente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pela pagamento do saldo sem o precatório da forma lá prevista."
Ausentes os requisitos do artigo 558, caput, do Código de Processo Civil, INDEFIRO o efeito suspensivo.
Comunique-se ao Juízo a quo e intime-se a parte agravada para resposta, a teor do disposto no artigo 527, inciso V do Código de Processo Civil.
Intime-se.

São Paulo, 14 de março de 2007.

PROC.	:	2007.03.00.011284-0 AG 292033
ORIG.	:	200661830074275 7V Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	ZIGOMAR ANTONIO SAVI
ADV	:	WILSON MIGUEL
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 7 VARA PREVIDENCIARIA DE SAO PAULO SP>1ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.30/32
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por ZIGOMAR ANTONIO SAVI contra a r. decisão de 1ª Instância que, nos autos da ação de benefício previdenciário, indeferiu o pedido de intimação para que a autarquia juntasse aos autos cópia do processo administrativo de aposentadoria, com todos os documentos que o compõe.
Aduz o Agravante que os documentos, comprobatórios para o devido enquadramento e à conversão de atividades especiais, devidamente somadas às atividades comuns para a revisão da renda mensal, estão no processo administrativo. Portanto, cabe a Autarquia juntá-lo aos autos.
Requer a concessão do efeito ativo.
Trata-se de recurso de agravo interposto na vigência da Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005 e, que não se encontram presentes os requisitos de admissibilidade do seu processamento na forma de instrumento, com fulcro no inciso II, do artigo 527, do Código de Processo Civil, posto que não se verifica hipótese de decisão capaz de impor ao Agravante lesão grave e de difícil reparação.
No caso dos autos, postula o Agravante a intimação do Agravado para que apresente cópia do processo administrativo, que se encontra em poder da Agência da Previdência Social de Santo André- SP.
Com efeito, o artigo 399, inciso II do CPC, prevê o poder conferido ao juiz de requisitar às repartições públicas os procedimentos administrativos. Entretanto, não é licito à parte transformar o juiz num mero preposto para sua obtenção. Assim, o dever do juiz de requisitar tais documentos ficará da dependência do exame do requisito de sua necessidade e da dificuldade ponderável de ser o processo administrativo obtido diretamente pela parte.
Entendo que decisão do MM. Juiz a quo deve ser mantida, eis que não está o magistrado compelido a requisitar as referidas cópias, sem que reste demonstrado pela parte requerente a impossibilidade de obter diretamente os documentos que entende lhe serem úteis (RSTJ 23/249).
Saliente-se ainda, que o processo administrativo é regido pelo princípio da publicidade, devendo ser garantido ao segurado vista dos autos quando solicitado. Apenas será requisitado pelo juiz, quando ficar demonstrado a recusa do INSS.
Entendo que somente pode-se qualificar como capaz de causar lesão grave à parte a decisão judicial que possa ferir direito do Agravante. Assim, não estando a ressumbrar a própria existência do direito pleiteado, inviável cogitar-se, desde logo, de sua possível lesão.
Com estas considerações, tendo em vista o disposto no artigo 1.º, da Lei n.º 11.187, de 19/10/2005 que alterou os artigos 522 e 527, II, da Lei n.º 5.869, de 11/01/1973 do Código de Processo Civil, converto em retido o presente Agravo de Instrumento.
Com as devidas anotações remetam-se os autos à Vara de origem para as providências necessárias.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11FD.1331 - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2007.03.00.011394-7 AG 292068
ORIG.	:	0600002268 3 Vr SANTA BARBARA D OESTE/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOSE ODECIO DE CAMARGO JUNIOR
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	PAULO CELSO ALVES DOS SANTOS
ADV	:	JOSE APARECIDO BUIN
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 3 VARA DE SANTA BARBARA D OESTE SP
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.66
Primeiramente, tendo em vista que a petição de Agravo não está assinada pelo patrono, regularize o Agravante a petição de Agravo, em 5 dias, sob pena de não conhecimento.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11FE.0DG3 - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2006.03.99.011752-2 AC 1101484
ORIG.	:	0200000319 2 Vr SALTO/SP 0200019704 2 Vr SALTO/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	VALERIA CRUZ
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	CELSO SANCHEZ ARENAS
ADV	:	VITORIO MATIUZZI
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 2 VARA DE SALTO SP
RELATOR	:	DES.FED. NELSON BERNARDES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.171
Fls. 166/169: Manifeste-se a parte adversa.
Intime-se.
São Paulo, 15 de março de 2007.
NELSON BERNARDES DE SOUZA
DESEMBARGADOR FEDERAL RELATOR

PROC.	:	2005.03.99.011769-4 AC 1015259
ORIG.	:	0200001695 2 Vr DRACENA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARGARETE DE CASSIA LOPES GOMES DE CARVALHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	LYDIA DE JESUS FERREIRA
ADV	:	ANTONIO APARECIDO DE MATOS
RELATOR	:	JUÍZA CONV ANA LÚCIA IUCKER / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.111
Vistos.
Fls. 72/109vº: Diga o INSS.
Intime-se.
São Paulo, 23 de março de 2007.
ANA LÚCIA IUCKER
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA

PROC.	:	2007.03.00.011940-8 AG 292443
ORIG.	:	200761140003984 2 Vr SAO BERNARDO DO CAMPO/SP
AGRTE	:	DELMA DORIS APARECIDA DE MELLO BARBOSA
ADV	:	PAULO AFONSO NOGUEIRA RAMALHO
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE S B DO CAMPO SP
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.41/42
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por DELMA DORIS APARECIDA DE MELLO BARBOSA contra a r. decisão de 1ª Instância que, nos autos da ação de benefício previdenciário, indeferiu o pedido de tutela antecipada para o restabelecimento do auxílio-doença.
Aduz o Agravante que estão presentes os requisitos que ensejam a medida excepcional, previstos no artigo 273 do Código de Processo Civil, não havendo risco de irreversibilidade do provimento. Acrescenta que está com problemas de saúde que a impossibilitam de exercer qualquer atividade.
Requer a concessão da tutela recursal.
Trata-se de recurso de agravo interposto na vigência da Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005 e, que não se encontram presentes os requisitos de admissibilidade do seu processamento na forma de instrumento, com fulcro no inciso II, do artigo 527, do Código de Processo Civil, posto que não se verifica hipótese de decisão capaz de impor ao Agravante lesão grave e de difícil reparação.
No caso dos autos, postula medida de urgência que lhe assegure o restabelecimento do auxílio-doença. Para seu restabelecimento é necessária, entre outros requisitos, a prova da permanência da incapacidade para o trabalho, motivo pelo qual não vislumbro, pelos documentos carreados aos autos até o momento, a referida incapacidade.
A Agravante informa que está acometida de tendinite e depressão e que vinha recebendo o beneficio de auxílio doença desde 15/06/2005. Entretanto, não junta aos autos nenhum documento médico que comprove a continuidade das doenças, o que possibilita a concessão do beneficio em sede antecipatória.
Saliente-se, que a perícia médica realizada pelo INSS possui caráter público da presunção relativa de legitimidade e só pode ser afastada desde de que haja prova em contrário, o que in casu, não ocorreu.
Em face do exposto, verifica-se que tal pleito demanda análise minuciosa através de laudos e perícia médica, exigidos para a comprovação da respectiva incapacidade para o trabalho.
Entendo que somente pode-se qualificar como capaz de causar lesão grave à parte a decisão judicial que possa ferir direito do Agravante cuja verossimilhança tenha sido demonstrada. Assim, não estando a ressumbrar a própria existência do direito ao restabelecimento do auxílio-doença, inviável cogitar-se, desde logo, de sua possível lesão.
Com estas considerações, tendo em vista o disposto no artigo 1.º, da Lei n.º 11.187, de 19/10/2005 que alterou os artigos 522 e 527, II, da Lei n.º 5.869, de 11/01/1973 do Código de Processo Civil, converto em retido o presente Agravo de Instrumento.
Com as devidas anotações remetam-se os autos à Vara de origem para as providências necessárias.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11G0.0B1A - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2007.03.00.011944-5 AG 292447
ORIG.	:	200561830028078 4V Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	GESOALDO MIRANDA
ADV	:	WILSON MIGUEL
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA PREVIDENCIARIA DE SAO PAULO SP>1ª SSJ>SP
RELATOR	:	JUÍZA CONV ANA LÚCIA IUCKER / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.138
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por GESOALDO MIRANDA contra a r. decisão (fl. 135) em que o Juízo Federal da 4ª Vara Previdenciária de São Paulo indeferiu a realização de prova pericial e a oitiva de testemunhas, em ação que objetiva a concessão de benefício de aposentadoria por tempo de contribuição.
Aduz o recorrente ser imprescindível a produção das provas tendo em vista o objeto da ação.
Inexistente a hipótese de grave lesão à parte e de difícil reparação.
Não se justifica o regime adotado de instrumento para o recurso interposto, nos termos do artigo 522 do Código de Processo Civil. A prova é produzida para a formação do convencimento do julgador e o Magistrado entendeu que ela não deva ser produzida.
Destarte, cabe a conversão do recurso de instrumento em agravo retido, nos termos do artigo 527, inciso II, do Código de Processo Civil, a qual determino.
P. I. e oportunamente remetam-se os autos ao Juízo originário.
São Paulo, 22 de março de 2007.
ANA LÚCIA IUCKER
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA

PROC.	:	2007.03.00.011953-6 AG 292456
ORIG.	:	200661070049030 1 Vr ARACATUBA/SP
AGRTE	:	LEONICE CARVALHO DA SILVA
ADV	:	HELTON ALEXANDRE GOMES DE BRITO
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE ARACATUBA SecJud SP
RELATOR	:	DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.68/70
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Leonice Carvalho da Silva contra decisão proferida pelo Juízo Federal da 1ª Vara da Subseção Judiciária de Araçatuba - SP, que indeferiu a tutela antecipatória initio litis requerida nos autos de ação ordinária em que postula a concessão de auxílio-doença previdenciário, com a final concessão de aposentadoria por invalidez previdenciária.
Sustenta o agravante, em síntese, a presença dos requisitos autorizadores para a concessão da medida excepcional, considerando ser portadora do vírus HIV e apresentar quadro de pneumonia viral adquirida em decorrência da doença, com sintoma de grave de falta de ar, consoante atestados médicos que junta, em situação de incapacidade para o seu trabalho habitual de doméstica. Afirma que a doença se encontra no rol do art. 151 da Lei 8.213/91, o que enseja a concessão do benefício independente do cumprimento de carência. Alega ainda o risco de dano em razão do caráter alimentar do benefício. Pede a concessão de efeito suspensivo ao recurso.
Feito o breve relatório, decido.
Inicialmente, reconheço a presença dos requisitos de admissibilidade do processamento do agravo na forma de instrumento, nos termos do inciso II do artigo 527 do Código de Processo Civil.
Isto porque da narrativa veiculada na inicial se infere hipótese de decisão que imponha ao agravante lesão grave e de difícil reparação, considerando a situação de irreversibilidade e de superação do próprio objeto do recurso caso seja admitido na forma retida.
Cumpre observar, inicialmente, que a antecipação de tutela pode ser concedida pelo magistrado desde que verificada a presença dos requisitos contidos no artigo 273 do Código de Processo Civil, vale dizer, o convencimento da verossimilhança das alegações formuladas, aliado à iminência de lesão irreparável ou de difícil reparação, manifesto propósito protelatório do réu e reversibilidade da medida.
No caso sob exame, a agravante apresentou requerimento administrativo do benefício de auxílio-doença previdenciário em 30.03.2006, tendo o INSS reconhecido a situação de incapacidade para o trabalho mas indeferido o benefício por não contar com 1/3 (um terço) do número de contribuições exigidas para o cumprimento da sua carência.
A decisão recorrida, a seu turno, indeferiu a antecipação de tutela sob o fundamento de não ter sido comprovada a situação de incapacidade da agravante para o trabalho, para a qual indispensável a realização de prova pericial.
No entanto, dos documentos que instruem o agravo resulta a verossimilhança da alegada situação de incapacidade laborativa da agravante, a qual, além de ter sido reconhecida pelo próprio INSS, decorre ainda da sua condição de portadora do vírus HIV, patologia que inexoravelmente impõe limitações para o mercado de trabalho, diante das freqüentes manifestações de quadros de infecções, que debilitam progressivamente o organismo, além de ser incurável, de forma a impor tratamento e acompanhamento médico permanentes, impedindo-a de prover ao seu sustento e às suas necessidades básicas.
De outra parte, no que se refere à questão da carência, não obstante o artigo 151 da Lei de Benefícios e a Lei nº 7.670/88 dispensarem do seu cumprimento o segurado portador do vírus HIV para a obtenção de benefício previdenciário, no caso presente a controvérsia reside no que diz com a qualidade de segurada da agravante por ocasião do início da incapacidade, já que são coincidentes as épocas do seu reingresso ao sistema (fls. 56) e a data da notificação de sua doença junto à Secretaria de Saúde do Estado, ocorrida em 26.01.2006, fato que tem relevância em face do que dispõe Enunciado nº 23 das Turmas Recursais do Juizado Especial Federal de São Paulo/SP, do seguinte teor: "A qualidade de segurado, para fins de concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez, deve ser verificada quando do início da incapacidade.".
No caso sob exame, os elementos de convicção coligidos à inicial foram hábeis em permitir a verificação, neste momento processual, da verossimilhança do pedido, na medida em que o próprio INSS, ante as razões do indeferimento do benefício, reconhece que a data do início da incapacidade é posterior à refiliação da agravada, sendo que o perigo de dano decorre do caráter alimentar do benefício, que não permite à agravante aguardar o desfecho da ação sem prejuízo de seu sustento.
Presentes os requisitos do artigo 273, I do Código de Processo Civil, ANTECIPO a pretensão recursal e defiro a tutela antecipada a fim de determinar a concessão do benefício de auxílio-doença em favor da agravante, sem efeito retroativo, até o final pronunciamento da Turma.
O Instituto Nacional do Seguro Social - INSS deverá ser intimado para o cumprimento da presente decisão no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de multa que fixo em R$ 100,00 (cem reais) por dia de atraso.
Comunique-se ao MM. Juízo a quo e intime-se a parte agravada para resposta, a teor do disposto no artigo 527, inciso V do Código de Processo Civil.
Junte-se aos autos os extratos do CNIS em anexo.
Intime-se.
São Paulo, 14 de março de 2007.

PROC.	:	2003.03.99.012112-3 AC 869862
ORIG.	:	0000000540 1 Vr TAQUARITINGA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUIS ENRIQUE MARCHIONI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	JULIA BELINE FERRI
ADV	:	FERNANDO APARECIDO BALDAN
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE TAQUARITINGA SP
RELATOR	:	JUÍZA CONV ANA LÚCIA IUCKER / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.207
Vistos.
Fls. 183/196 e 201/205: Manifeste-se o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sobre o pedido de habilitação.
Intimem-se
São Paulo, 21 de março de 2007.
ANA LÚCIA IUCKER
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA

PROC.	:	2004.03.99.013221-6 AC 930889
ORIG.	:	0100001347 3 Vr TATUI/SP
APTE	:	JOSE TELES
ADV	:	EDVALDO LUIZ FRANCISCO
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SUZETE MARTA SANTIAGO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. NELSON BERNARDES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.174
Fls. 171/172: Manifeste-se a parte adversa.
Intime-se.
São Paulo, 05 de março de 2007.
NELSON BERNARDES DE SOUZA
DESEMBARGADOR FEDERAL RELATOR

PROC.	:	2002.61.26.013525-0 AC 1038726
ORIG.	:	2 Vr SANTO ANDRE/SP
APTE	:	RAIMUNDO VIEIRA DA COSTA
ADV	:	HELIO RODRIGUES DE SOUZA
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	OLDEGAR LOPES ALVIM
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE SANTO ANDRÉ>26ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. NELSON BERNARDES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.229
Fls. 218/219: Ciência à parte adversa.
Intime-se.
São Paulo, 19 de março de 2007.
NELSON BERNARDES DE SOUZA
DESEMBARGADOR FEDERAL RELATOR

PROC.	:	2000.03.99.013576-5 AC 575984
ORIG.	:	9803062859 2 Vr RIBEIRAO PRETO/SP
APTE	:	JERONIMA PEREIRA ASTORINO
ADV	:	APARECIDO SEBASTIAO DA SILVA
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARIA HELENA TAZINAFO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE RIBEIRAO PRETO SP
RELATOR	:	DES.FED. NELSON BERNARDES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.179
Fl. 169: Defiro, pelo prazo de 30 (trinta) dias.
Intime-se.
São Paulo, 06 de março de 2007.
NELSON BERNARDES DE SOUZA
DESEMBARGADOR FEDERAL RELATOR

PROC.	:	2006.03.00.013713-3 AG 261410
ORIG.	:	200561830049495 5V Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	JOAO DIAS
ADV	:	WILSON MIGUEL
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 5 VARA PREVIDENCIARIA DE SAO PAULO SP>1ª SSJ>SP
RELATOR	:	JUÍZA CONV ANA LÚCIA IUCKER / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.48
Vistos.
Tratam os presentes de recurso de agravo de instrumento no qual foi indeferido o efeito suspensivo às fls. 32/35.
Contra essa decisão o agravante requereu a reconsideração ou, alternativamente a apreciação da petição de fls. 44/46 pelo colegiado. Mantenho a decisão de fls. 32/35 pelos seus próprios fundamentos e não conheço do recurso porque incabível.
Com efeito, nos termos do artigo 527, parágrafo único do Código de Processo Civil, com a redação dada pela Lei n. 11.187/05, não cabe recurso da decisão do relator que negar o efeito suspensivo.
Leciona Nelson Nery Junior: "Recurso contra a decisão monocrática do relator. Qualquer que seja o teor da decisão do relator, seja para conceder ou negar o efeito suspensivo ao agravo, seja para conceder a tutela antecipada do mérito do agravo (efeito ativo), essa decisão não é mais impugnável por meio de agravo interno (CPC 557 §1º), da competência do órgão colegiado (v.g. turma, câmara etc.) a quem competir o julgamento do mérito do agravo.Isto porque o CPC 527 par. ún., com a redação dada pela L 11187/05, só permite a revisão dessa decisão quando do julgamento do mérito do agravo, isto é, pela turma julgadora do órgão colegiado." (Código de Processo Civil Comentado, RT, 9a. ed, p. 777, nota 42).
Posto isto, deixo de receber o recurso, porque incabível.
Int.
São Paulo, 14 de março de 2007.
ANA LÚCIA IUCKER
Juíza Federal Convocada

PROC.	:	2006.03.99.013810-0 AC 1105259
ORIG.	:	0400000251 1 Vr MATAO/SP
APTE	:	MARIA CONCEICAO TROLIANO PEREIRA
ADV	:	ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LAERCIO PEREIRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	JUÍZA CONV ANA LÚCIA IUCKER / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.67
Vistos.
Manifeste-se a parte autora, no prazo de dez dias, sobre as informações do CNIS (em anexo), que apontam ser a autora beneficiária de aposentadoria por invalidez como comerciario desde 28/10/2005.
Intime-se.
São Paulo, 20 de março de 2007.
ANA LÚCIA IUCKER
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA

PROC.	:	2006.03.99.014605-4 AC 1106055
ORIG.	:	0500000499 1 Vr PENAPOLIS/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ELIANE MENDONCA CRIVELINI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ARLINDA SALLA DA SILVA
ADV	:	SUZI CLAUDIA CARDOSO DE BRITO FLOR
RELATOR	:	JUÍZA CONV ANA LÚCIA IUCKER / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.78
Vistos.
Manifeste-se a parte autora, no prazo de dez dias, sobre as informações do CNIS (em anexo), que apontam atividades urbanas exercidas pelo seu marido, bem como a pensão por morte de trabalhador urbano de que é beneficiária.
Intime-se.
São Paulo, 20 de março de 2007.
ANA LÚCIA IUCKER
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA

PROC.	:	2006.03.99.014676-5 AC 1106126
ORIG.	:	0400000934 1 Vr SAO JOAQUIM DA BARRA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUIZ TINOCO CABRAL
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MARIA TERESA DOS SANTOS e outro

ADV	:	LUCIANA LARA LUIZ
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE SAO JOAQUIM DA BARRA SP
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.134
Tendo em vista a possibilidade de ser atribuído caráter infringente aos Embargos de Declaração opostos pelo INSS a fls. 126/130, intime-se a parte contrária para manifestação.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11F1.0GBF - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2006.03.99.014806-3 AC 1106256
ORIG.	:	0300000107 1 Vr PONTAL/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	FABIANA BUCCI BIAGINI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ANTONIO JAIR GUADANHIM
ADV	:	HILARIO BOCCHI JUNIOR
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE PONTAL SP
RELATOR	:	DES.FED. NELSON BERNARDES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.161
Trata-se de pedido de antecipação dos efeitos da tutela em ação de natureza previdenciária ajuizada em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando a concessão do benefício de aposentadoria por tempo de serviço.
Cumpre observar, inicialmente, que a antecipação de tutela pode ser concedida pelo magistrado desde que verificada a presença dos requisitos contidos no art. 273 do Código de Processo Civil, vale dizer, o convencimento da verossimilhança das alegações formuladas, aliado à iminência de lesão irreparável ou de difícil reparação, manifesto propósito protelatório do réu e reversibilidade da medida.
A hipótese dos autos, no entanto, demanda juízo de cognição exauriente, o qual se divorcia da convicção inequívoca da verossimilhança das alegações, imprescindível ao deferimento da medida de urgência ora pleiteada.
Ante o exposto, indefiro a tutela antecipada.
Intime-se.
São Paulo, 06 de março de 2007.
NELSON BERNARDES DE SOUZA
DESEMBARGADOR FEDERAL RELATOR

PROC.	:	2003.03.99.014830-0 AC 874180
ORIG.	:	0200001529 1 Vr BIRIGUI/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUIZ FERNANDO SANCHES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ANTONIO BARBOSA DA SILVA
ADV	:	VICENTE ULISSES DE FARIAS
RELATOR	:	DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.105
Converto o julgamento em diligência.
Diante da comunicação do falecimento do autor, ocorrido em 13/07/2005. Habilitem-se os herdeiros, no prazo de 30 (quinze) dias, sob pena de extinção do presente feito.
Após, voltem os autos conclusos para deliberação.
Intime-se.
São Paulo, 19 de março de 2007.

PROC.	:	2003.03.99.014934-0 AC 874382
ORIG.	:	9100001029 1 Vr SAO MANUEL/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HILTON ANTONIO MAZZA PAVAN
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ANTONIA JANUARIA ALVES DA SILVA e outros
ADV	:	NILZE MARIA PINHEIRO ARANHA
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE SAO MANUEL SP
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.
Fls. 132 - Defiro, pelo prazo requerido.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11DG.0000 - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2003.61.83.015040-9 AC 1114853
ORIG.	:	2V Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	JOAO LIMA
ADV	:	EDER WANDER QUEIROZ
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SONIA MARIA CREPALDI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. NELSON BERNARDES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.73
Concedo, uma vez mais, o prazo de 10 (dez) dias para que o patrono da parte autora comprove a notificação de seu mandante, nos termos do art. 45 do CPC e art. 5, §3º, da Lei nº 8.906/94.
Intime-se.
São Paulo, 13 de março de 2007.
NELSON BERNARDES DE SOUZA
DESEMBARGADOR FEDERAL RELATOR

PROC.	:	2007.03.00.015074-9 AG 292637
ORIG.	:	0700000113 2 Vr SANTA BARBARA D OESTE/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOSE ODECIO DE CAMARGO JUNIOR
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	NIVALDO DA SILVA
ADV	:	JOSE APARECIDO BUIN
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 2 VARA DE SANTA BARBARA D OESTE SP
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.30/32
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL contra a r. decisão do Juízo de 1ª Instância que, nos autos da ação de mandado de segurança, deferiu a liminar para o restabelecimento do auxílio-doença até ulterior realização de perícia médica.
Aduz o Agravante, em síntese, que o benefício foi suspenso na data pré estabelecida pela perícia médica em razão de que a partir daquela data, o segurado estaria apto para retornar às suas atividades. Sustenta ainda que o benefício tem caráter provisório, sendo que a cessação da incapacidade, faz com que o benefício também cesse.
Pleiteia o efeito suspensivo.
Trata-se de recurso de agravo interposto na vigência da Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005 e, que não se encontram presentes os requisitos de admissibilidade do seu processamento na forma de instrumento, com fulcro no inciso II, do artigo 527, do Código de Processo Civil, posto que não se verifica hipótese de decisão capaz de impor ao Agravante lesão grave e de difícil reparação.
No caso dos autos, postula a imediata suspensão da decisão que deferiu a medida liminar que restabeleceu o auxílio-doença ao Agravado.
O MM. Juiz a quo deferiu o pedido liminar na medida em que o benefício foi cassado, por alta programada do INSS, sem a realização de exame médico pericial que atestasse a capacidade do segurado para a possível cessação do benefício.
Realmente, constato, pelo documento de fls.28 (Comunicação de Resultado), que o INSS não realizou nova perícia para verificar as condições do agravado para o trabalho, presumindo-se a capacidade pelo simples advento do termo pré-fixado.
Entendo ser indispensável a realização de perícia médica para legitimar a sustação do auxílio-doença, não devendo ser imposto ao segurado o ônus de interpor recurso administrativo para exigir a necessária perícia.
Deve-se ressaltar ainda, que a Agravada recebia auxílio doença, pois sofre de transtornos de discos intervertebrais, deslocamentos discais, dorsalgia, lumbago e dor lombar. Constato que não há prova (laudo médico pericial do INSS)de mudança desse quadro clínico, que autorizasse o cancelamento do benefício, ao contrário, a Autora junta aos autos, atestado médico (fls. 26), que confirmam a continuidade da doença após a cessação do benefício.
Impende salientar, que a lesão do segurado, constatada em tratamento de saúde, supera em muito eventual prejuízo material da Agravante, que sempre poderá compensá-lo em prestações previdenciárias futuras.
Com estas considerações, tendo em vista o disposto no artigo 1.º, da Lei n.º 11.187, de 19/10/2005 que alterou os artigos 522 e 527, II, da Lei n.º 5.869, de 11/01/1973 do Código de Processo Civil, converto em retido o presente Agravo de Instrumento.
Com as devidas anotações remetam-se os autos à Vara de origem para as providências necessárias.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11G1.02EC - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2007.03.00.015075-0 AG 292638
ORIG.	:	0600002267 3 Vr SANTA BARBARA D OESTE/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOSE ODECIO DE CAMARGO JUNIOR
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	LAZARA JOANA STENICO SILVEIRA
ADV	:	JOSE APARECIDO BUIN
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 3 VARA DE SANTA BARBARA D OESTE SP
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.31/33
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL contra a r. decisão do Juízo de 1ª Instância que, nos autos da ação de mandado de segurança, deferiu a liminar para o restabelecimento do auxílio-doença até ulterior realização de perícia médica.
Aduz o Agravante, em síntese, que o benefício foi suspenso na data pré estabelecida pela perícia médica em razão de que a partir daquela data, o segurado estaria apto para retornar às suas atividades. Sustenta ainda que o benefício tem caráter provisório, sendo que a cessação da incapacidade, faz com que o benefício também cesse.
Pleiteia o efeito suspensivo.
Trata-se de recurso de agravo interposto na vigência da Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005 e, que não se encontram presentes os requisitos de admissibilidade do seu processamento na forma de instrumento, com fulcro no inciso II, do artigo 527, do Código de Processo Civil, posto que não se verifica hipótese de decisão capaz de impor ao Agravante lesão grave e de difícil reparação.
No caso dos autos, postula a imediata suspensão da decisão que deferiu a medida liminar que restabeleceu o auxílio-doença ao Agravado.
O MM. Juiz a quo deferiu o pedido liminar na medida em que o benefício foi cassado, por alta programada do INSS, sem a realização de exame médico pericial que atestasse a capacidade do segurado para a possível cessação do benefício.
Realmente, constato, pelo documento de fls.26 (Comunicação de Resultado), que o INSS não realizou nova perícia para verificar as condições da agravada para o trabalho, presumindo-se a capacidade pelo simples advento do termo pré-fixado.
Entendo ser indispensável a realização de perícia médica para legitimar a sustação do auxílio-doença, não devendo ser imposto ao segurado o ônus de interpor recurso administrativo para exigir a necessária perícia.
Deve-se ressaltar ainda, que a Agravada recebia auxílio doença, pois sofre de dor lombar crônica. Constato que não há prova (laudo médico pericial do INSS)de mudança desse quadro clínico, que autorizasse o cancelamento do benefício, ao contrário, a Autora junta aos autos, atestado médico (fls. 27), que confirmam a continuidade da doença após a cessação do benefício.
Impende salientar, que a lesão da segurada, constatada em tratamento de saúde, supera em muito eventual prejuízo material da Agravante, que sempre poderá compensá-lo em prestações previdenciárias futuras.
Com estas considerações, tendo em vista o disposto no artigo 1.º, da Lei n.º 11.187, de 19/10/2005 que alterou os artigos 522 e 527, II, da Lei n.º 5.869, de 11/01/1973 do Código de Processo Civil, converto em retido o presente Agravo de Instrumento.
Com as devidas anotações remetam-se os autos à Vara de origem para as providências necessárias.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11G1.0B1A - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2007.03.00.015079-8 AG 292642
ORIG.	:	0700000107 1 Vr SANTA BARBARA D OESTE/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOSE ODECIO DE CAMARGO JUNIOR
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	MARCOS ANTONIO CANDINHO
ADV	:	JOSE APARECIDO BUIN
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE SANTA BARBARA D OESTE SP
RELATOR	:	DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.31/35
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS contra decisão proferida pelo Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Santa Bárbara D'Oeste - SP, que deferiu a tutela antecipatória initio litis requerida nos autos de ação ordinária em que o segurado Marcos Antônio Candinho pleiteia o restabelecimento do benefício previdenciário de auxílio-doença, com data de início em 16.04.2000 e suspenso por alta médica concedida em 30.12.2006, com a final concessão de aposentadoria por invalidez.
Sustenta o agravante, em síntese, não se encontrarem presentes os requisitos da tutela antecipatória, por não estar demonstrada a verossimilhança do pedido, uma vez ausente prova inequívoca acerca da situação de incapacidade do agravado para o trabalho, afigurando-se indispensável a realização de perícia médica previamente à concessão da medida. Afirma ainda impossibilidade de concessão de tutela antecipada contra a Fazenda Pública. Pede a concessão de efeito suspensivo ao recurso.
Feito o breve relatório, decido.
Inicialmente, considerando se tratar de recurso de agravo interposto na vigência da Lei 11.187, de 19 de outubro de 2005, verifico que se encontram presentes os requisitos de admissibilidade do seu processamento na forma de instrumento, com fulcro no inciso II do artigo 527 do Código de Processo Civil.
Isto porque da narrativa veiculada na inicial se infere hipótese de decisão que imponha ao agravante lesão grave e de difícil reparação, considerando a situação de irreversibilidade e de superação do próprio objeto do recurso caso seja admitido na forma retida.

Inicialmente, afasto a alegada impossibilidade de antecipação de tutela contra a Fazenda Pública, considerando que tal questão já se encontra definitivamente superada após a edição da Súmula nº 729 do Supremo Tribunal Federal, e segundo a qual, verbis " A decisão na ADC-4 não se aplica à antecipação de tutela em causa de natureza previdenciária.".
A Jurisprudência de nossas cortes superiores é firme nesse sentido:
"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. ASSISTÊNCIA SOCIAL. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA. TUTELA ANTECIPADA. CABIMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME DOS SEUS PRESSUPOSTOS. SÚMULA Nº 7/STJ. COMPROVAÇÃO DE RENDA PER CAPITA NÃO SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. DESNECESSIDADE. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO Nº 83 DA SÚMULA DESTA CORTE SUPERIOR DE JUSTIÇA.
1. O Supremo Tribunal Federal, no enunciado nº 729 da sua Súmula, decidiu que a decisão proferida na ADC-4, que veda a concessão de tutela antecipada contra a Fazenda Pública, não se aplica em causa de natureza previdenciária, aí incluídos os benefícios de natureza assistencial.
2. A análise da comprovação do preenchimento dos requisitos necessários à concessão da tutela antecipada, tal como postulada na insurgência especial, em que se alega a inexistência de prejuízo irreparável, implicaria o reexame do acervo fático-probatório dos autos, vedado pelo enunciado nº 7 da Súmula deste Superior Tribunal de Justiça.
3. "A impossibilidade da própria manutenção, por parte dos portadores de deficiência e dos idosos, que autoriza e determina o benefício assistencial de prestação continuada, não se restringe à hipótese da renda familiar per capita mensal inferior a 1/4 do salário mínimo, podendo caracterizar-se por concretas circunstâncias outras, que é certo, devem ser demonstradas." (REsp 464.774/SC, da minha Relatoria, in DJ 4/8/2003).
4. Recurso especial improvido.".
(STJ - SEXTA TURMA - RESP 539621 / PR ; RECURSO ESPECIAL 2003/0100781-5, Relator(a) Ministro HAMILTON CARVALHIDO - Data do Julgamento 26/05/2004 Data da Publicação/Fonte DJ 02.08.2004 p. 592)
"PREVIDÊNCIA - TUTELA ANTECIPADA - ADC nº 4 - LIMINAR.
As Leis nºs 4.348/64, 5.201/96 e 8.437/92, combinada com a de nº 9.494/97, não versam sobre matéria de natureza previdenciária. Precedente: Reclamação nº 1.831/MS, relatada perante o Plenário pelo ministro Néri da Silveira, com acórdão publicado no Diário da Justiça de 12 de abril de 2002. Impropriedade de evocação da liminar proibitiva implementada na ADC nº 4 em hipótese relativa a tutela antecipada na qual reconhecido o direito à extensão, a inativos, de vantagem outorgada aos trabalhadores em atividade, assentando-se a verossimilhança ".
(STF, Rcl 2421 AgR / BA -AG.REG. NA RECLAMAÇÃO Relator(a): Min. EROS GRAU Julgamento: 23/09/2004 Órgão Julgador: Tribunal Pleno Publicação: DJ DATA-17-12-2004 PP-00032 EMENT VOL-02177-01 PP-00159)
No que toca à questão de fundo, cumpre observar, inicialmente, que a antecipação de tutela pode ser concedida pelo magistrado desde que verificada a presença dos requisitos contidos no artigo 273 do Código de Processo Civil, vale dizer, o convencimento da verossimilhança das alegações formuladas, aliado à iminência de lesão irreparável ou de difícil reparação, manifesto propósito protelatório do réu e reversibilidade da medida.
O agravado esteve afastado de suas atividades por longo período, em gozo de benefício de auxílio-doença previdenciário, em razão de incapacidade laborativa em razão de dor crônica decorrente de amputação infrapatelar da perna esquerda, atualmente em uso de prótese, conforme atestados médicos constantes dos autos, a qual impossibilita o seu retorno à sua atividade habitual, evidenciando, a priori, a persistência da incapacidade para a atividade laborativa, diante das restrições físicas impostas pela enfermidade apresentada.
Apesar disso, o INSS concedeu alta médica ao agravado sem a prévia realização de programa de reabilitação profissional, de tal forma que o cancelamento sumário do benefício revelou-se procedimento arbitrário e completamente desprovido de amparo legal.
Estabelece o artigo 62 da Lei 8.213/91:
"Art. 62. O segurado em gozo de auxílio-doença, insusceptível de recuperação para sua atividade habitual, deverá submeter-se a processo de reabilitação profissional para o exercício de outra atividade. Não cessará o benefício até que seja dado como habilitado para o desempenho de nova atividade que lhe garanta a subsistência ou, quando considerado não-recuperável, for aposentado por invalidez."
No caso presente, afigura-se indispensável submeter o agravado a programa de reabilitação profissional, o que se daria somente com a expedição do certificado individual previsto no caput do artigo 140 do Decreto 3.048/99, Regulamento da Previdência Social, a seguir transcrito:
"Art. 140. Concluído o processo de reabilitação profissional, o Instituto Nacional do Seguro Social emitirá certificado individual indicando a função para a qual o reabilitando foi capacitado profissionalmente, sem prejuízo do exercício de outra para a qual se julgue capacitado.
§ 1º Não constitui obrigação da previdência social a manutenção do segurado no mesmo emprego ou a sua colocação em outro para o qual foi reabilitado, cessando o processo de reabilitação profissional com a emissão do certificado a que se refere o caput.".
Assim, reconheço a presença dos requisitos para a concessão do efeito suspensivo postulado, a fim de que seja o agravado submetida a programa de reabilitação profissional previamente à suspensão do benefício de auxílio-doença concedido.
Presentes os requisitos do artigo 558, caput do Código de Processo Civil, DEFIRO PARCIALMENTE o efeito suspensivo para determinar seja o agravado submetido a programa de reabilitação profissional, mantido o restabelecimento do benefício de auxílio-doença até a conclusão do aludido programa, após o que, em sendo o caso, deverá ser expedido o respectivo certificado, facultando-se então ao magistrado a quo rever o cabimento da tutela antecipatória concedida.
O Instituto Nacional do Seguro Social - INSS deverá ser intimado para o imediato cumprimento da presente decisão, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de multa que fixo em R$ 100,00 por dia de atraso.
Comunique-se ao MM. Juízo a quo e intime-se a parte agravada para resposta, a teor do disposto no artigo 527, inciso V, do Código de Processo Civil.
Intime-se.

São Paulo, 13 de março de 2007.

PROC.	:	2007.03.00.015144-4 AG 292570
ORIG.	:	0700000090 3 Vr MOGI MIRIM/SP 0700010777 3 Vr MOGI MIRIM/SP
AGRTE	:	DIRCE FRANCISCO DE GODOI
ADV	:	JOSE FLAVIO WOLFF CARDOSO SILVA
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 3 VARA DE MOGI MIRIM SP
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.31/33
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por DIRCE FRANCISCO DE GODOI contra a r. decisão de 1ª Instância que, nos autos da ação de benefício previdenciário, indeferiu o pedido de tutela antecipada para o restabelecimento do auxílio-doença, bem como, determinou a comprovação da insuficiência de recursos para possibilitar o deferimento da assistência judiciária gratuita.
Aduz a Agravante que estão presentes os requisitos que ensejam a medida excepcional, previstos no artigo 273 do Código de Processo Civil, não havendo risco de irreversibilidade do provimento. Acrescenta que está com problemas de saúde, conforme atestados médicos, não prevalecendo o argumento de falta de prova inequívoca do direito reclamado, diante da ausência de documento que ateste a sua incapacidade para o trabalho.
Alega ainda que a Lei nº 1.060/50, é clara ao estabelecer que a simples afirmação na petição inicial de seu estado de pobreza é suficiente para a concessão dos benefícios da assistência judiciária.
Requer a concessão do efeito suspensivo ativo.
Trata-se de recurso de agravo interposto na vigência da Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005, encontrando-se presentes os requisitos de admissibilidade do seu processamento na forma de instrumento, com fulcro no inciso II, do artigo 527, do Código de Processo Civil, posto que se verifica hipótese de decisão capaz de impor ao Agravante lesão grave e de difícil reparação.
Postula a Agravante medida de urgência que lhe assegure o restabelecimento do auxílio-doença. Para seu restabelecimento é necessária, entre outros requisitos, a prova da permanência da incapacidade para o trabalho, motivo pelo qual não vislumbro, pelos documentos carreados aos autos até o momento, a referida incapacidade.
Somente o atestado médico de fls. 22 é posterior à data da cessação do benefício, entretanto, apenas informa quais as doenças a que a segurada está acometida, sem contudo, declarar que a autora continua incapacitado para o trabalho. Destarte, não há nos autos nenhum elemento de convicção que ateste sua atual situação de saúde.
Ademais, a perícia médica realizada pelo INSS possui caráter público da presunção relativa de legitimidade e só pode ser afastada desde de que haja prova em contrário, o que in casu, não ocorreu.
Em face do exposto, verifica-se que tal pleito demanda análise minuciosa através de laudos e perícia médica, exigidos para a comprovação da respectiva incapacidade para o trabalho.
Quanto ao pedido de assistência judiciária gratuita, verifico dos autos que o inconformismo da Agravante merece prosperar. Depreende-se do artigo 4º, da Lei nº 1.060/50, que "a parte gozará dos benefícios de assistência judiciária, mediante a simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família".
Portanto, é mediante a declaração de pobreza, que será observada sua real necessidade para obtenção do benefício. Defiro assim os benefícios da justiça gratuita.
No caso em tela, observo que constou na petição inicial pedido de assistência judiciária gratuita, bem como declaração firmada pela própria Agravante de que é pobre na acepção jurídica da palavra (fls.17), requisitos estes suficientes para o deferimento do benefício pleiteado, dispensando qualquer outra exigência.
Com estas considerações, presentes os requisitos do artigo 558 do Código de Processo Civil, determino o processamento do presente agravo com efeito suspensivo, apenas deferir os benefícios da justiça gratuita.
Comunique-se ao Juízo de origem, solicitando-se as informações, nos termos do artigo 527, IV, do CPC.
Apresente a Agravado a resposta que queira, em decorrência do artigo 527, V, do CPC.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11G1.1331 - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2007.03.00.015206-0 AG 292673
ORIG.	:	200661830036948 7V Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	DAIS LOPES DA CRUZ
ADV	:	DANIEL APARECIDO FERREIRA DOS SANTOS
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 7 VARA PREVIDENCIARIA DE SAO PAULO SP>1ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.74/77
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por DAIS LOPES DA CRUZ contra a r. decisão do Juízo de 1a. Instância que, nos autos da ação de benefício previdenciário, indeferiu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela para o restabelecimento do benefício previdenciário de auxílio-doença e ou concessão de aposentadoria por invalidez.
Aduz o Agravante que estão presentes os requisitos que autorizam a concessão da tutela antecipada para a concessão da aposentadoria por invalidez. Pleiteia alternativamente, que a agravada se abstenha de cessar o auxílio-doença até perícia judicial a ser realizada futuramente.
Requer a concessão da tutela antecipada.
Trata-se de recurso de agravo interposto na vigência da Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005 e, que não se encontram presentes os requisitos de admissibilidade do seu processamento na forma de instrumento, com fulcro no inciso II, do artigo 527, do Código de Processo Civil, posto que não se verifica hipótese de decisão capaz de impor ao Agravante lesão grave e de difícil reparação.
O MM. Juiz a quo indeferiu a tutela de urgência, pugnada pelo Autor, com fundamento na ausência dos requisitos indispensáveis à concessão da tutela, na medida em que não ficou demonstrada, de forma incontrastável, a incapacidade do Autor para o trabalho.
No caso dos autos, postula o Agravante medida de urgência que lhe assegure a imediata concessão de aposentadoria por invalidez. Para a sua concessão é necessário, entre outros requisitos, a prova da insusceptibilidade de reabilitação para o exercício de atividade laborativa, motivo pelo qual não vislumbro, pelos documentos carreados aos autos até o momento, a tal incapacidade permanente.
Com efeito, tal pleito demanda análise minuciosa através de laudos e perícia médica, exigidos para a comprovação da incapacidade permanente do Agravante para o trabalho.
Ademais, os documentos juntados pelo Agravante às fls.30/35, datam da época em que estava em gozo do benefício de auxílio-doença, sendo necessária a realização de exame pericial para comprovar a permanência da doença incapacitante de forma definitiva.
Dessa forma, revela-se temerária a concessão da tutela postulada para o fim colimado, qual seja, deferir a sua aposentadoria, em razão do evidente caráter satisfativo da medida, razão pela qual entendo necessária a apreciação do pedido em cognição exauriente, advinda da instrução processual.
Saliente-se ademais, que em consulta ao CINIS, extrato em anexo, averiguou-se que o benefício foi restabelecido, administrativamente, ao segurado até 30/04/2007.
Pleiteia o Agravante, alternativamente, tutela inibitória, ou seja, que a autarquia se abstenha de cessar o auxílio-doença até perícia judicial a ser futuramente realizada.
Contudo, o pedido formulado neste recurso não pode ser conhecido, posto que não foi objeto de apreciação pelo MM. Juiz a quo, impossibilitando, destarte, a análise por este relator, sob pena de supressão de instância, o que é vedado pelo ordenamento jurídico em vigor.
Com efeito, não tendo sido apreciada a questão no juízo de origem, não há interesse no tocante a este tema para obtenção de reforma de decisão interlocutória.
A jurisprudência já se manifestou nesse sentido:
PREVIDENCIáRIO E PROCESSUAL CIVIL. CONCESSÃO DE BENEFíCIO. SENTENÇA QUE EXTINGUE O PROCESSO, SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. INÉPCIA DA INICIAL. PEDIDO INDETERMINADO.
(...)
Descabe, todavia, a concessão do BENEFíCIO em grau de recurso, eis que a matéria não foi analisada no juízo "a quo" e acarretaria SUPRESSãO de INSTâNCIA. Cumpre esclarecer que o feito não trata exclusivamente de matéria de direito e foi ajuizado em 03.07.90, daí ser inaplicável a Lei 10352, de 26.12.2001 - Apelação provida em parte. Sentença reformada, para determinar o retorno do autos à origem, a fim de que prossiga.
(TRF/3ª Região, 5ª Turma, AC nº 126166, Pr. nº 93.03.073805-5, DJU 08/04/2003, pg.341, Rel. Des. Fed. André Nabarrete).
ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PROCURADOR INATIVO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL. DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO INEXISTENTES. SUPRESSÃO DE VANTAGENS. INOCORRÊNCIA. PAGAMENTO EM PARCELA ÚNICA. POSSIBILIDADE. IRREDUTIBILIDADE DE PROVENTOS OBSERVADA. DISCRIMINAÇÃO NO CONTRACHEQUE DOS VALORES PAGOS. MATÉRIA NÃO

APRECIADA PELO TRIBUNAL A QUO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO.
(...)
3. Outrossim, não tendo o Órgão a quo apreciado a matéria impugnada nas razões recursais, é defeso ao Colegiado ad quem, ou seja, esta Corte Superior, a sua análise, sob pena de supressão de instância (cf. ROMS nº 12.314/RJ).
4. Recurso conhecido, porém, desprovido". (STJ, 5ª Turma, ROMS nº 200201445299, DJ 19/12/2003, Rel. Min. Jorge Scartezzini).
Entendo que somente pode-se qualificar como capaz de causar lesão grave à parte a decisão judicial que possa ferir direito do Agravante cuja verossimilhança tenha sido demonstrada. Assim, não estando a ressumbrar a própria existência do direito à aposentadoria por invalidez, inviável cogitar-se, desde logo, de sua possível lesão.
Com estas considerações, tendo em vista o disposto no artigo 1.º, da Lei n.º 11.187, de 19/10/2005 que alterou os artigos 522 e 527, II, da Lei n.º 5.869, de 11/01/1973 do Código de Processo Civil, converto em retido o presente Agravo de Instrumento.
Com as devidas anotações remetam-se os autos à Vara de origem para as providências necessárias.
Intime-se.

São Paulo, 28 de março de 2007.

PROC.	:	2007.03.00.015207-2 AG 292613
ORIG.	:	200661830071810 7V Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	MARIA DO SOCORRO SILVA
ADV	:	WILSON MIGUEL
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 7 VARA PREVIDENCIARIA DE SÃO PAULO - SP>1ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.50
As razões do pedido de reconsideração não inovaram a matéria discutida no recurso, razão pela qual mantenho a decisão recorrida por seus próprios fundamentos.
Após as formalidades legais, baixem-se os autos à Vara de origem.
Int.

São Paulo, 30 de março de 2007.

PROC.	:	2007.03.00.015317-9 AG 292727
ORIG.	:	200761020010316 2 Vr RIBEIRAO PRETO/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CAROLINA SENE TAMBURUS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	LUIZ AUGUSTO MIELI
ADV	:	PAULO MARZOLA NETO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE RIBEIRAO PRETO SP
RELATOR	:	DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.89/93
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, contra decisão proferida pelo Juízo Federal da 2ª Vara da Subseção Judiciária de Ribeirão Preto - SP, que deferiu a tutela antecipatória initio litis requerida nos autos da ação ordinária na qual o segurado Luiz Augusto Mieli postula o restabelecimento de benefício previdenciário de auxílio-doença concedido em 05.11.2001 e suspenso por alta médica ocorrida em 15.10.2006.
Sustenta o agravante, em síntese, não se encontrarem presentes os requisitos da tutela antecipatória, uma vez ausente prova inequívoca acerca da situação de incapacidade do agravado para o trabalho, de modo a afastar a verossimilhança do pedido, afigurando-se indispensável a realização de perícia médica previamente à concessão da medida. Afirma ainda a impossibilidade da concessão de tutela antecipada contra a Fazenda Pública, a irreversibilidade do provimento e o risco de dano irreparável. Pede a concessão de efeito suspensivo ao recurso.
Feito o breve relatório, decido.
Inicialmente, reconheço a presença dos requisitos de admissibilidade do processamento do agravo na forma de instrumento, nos termos do inciso II do artigo 527 do Código de Processo Civil.
Isto porque da narrativa veiculada na inicial se infere hipótese de decisão que imponha ao agravante lesão grave e de difícil reparação, considerando a situação de irreversibilidade e de superação do próprio objeto do recurso caso seja admitido na forma retida.
Por primeiro, afasto a alegada impossibilidade de antecipação de tutela contra a Fazenda Pública, considerando que tal questão já se encontra definitivamente superada após a edição da Súmula nº 729 do Supremo Tribunal Federal, e segundo a qual, verbis " A decisão na ADC-4 não se aplica à antecipação de tutela em causa de natureza previdenciária.".
A Jurisprudência de nossas cortes superiores é firme nesse sentido:
"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. ASSISTÊNCIA SOCIAL. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA. TUTELA ANTECIPADA. CABIMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME DOS SEUS PRESSUPOSTOS. SÚMULA Nº 7/STJ. COMPROVAÇÃO DE RENDA PER CAPITA NÃO SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. DESNECESSIDADE. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO Nº 83 DA SÚMULA DESTA CORTE SUPERIOR DE JUSTIÇA.
1. O Supremo Tribunal Federal, no enunciado nº 729 da sua Súmula, decidiu que a decisão proferida na ADC-4, que veda a concessão de tutela antecipada contra a Fazenda Pública, não se aplica em causa de natureza previdenciária, aí incluídos os benefícios de natureza assistencial.
2. A análise da comprovação do preenchimento dos requisitos necessários à concessão da tutela antecipada, tal como postulada na insurgência especial, em que se alega a inexistência de prejuízo irreparável, implicaria o reexame do acervo fático-probatório dos autos, vedado pelo enunciado nº 7 da Súmula deste Superior Tribunal de Justiça.
3. "A impossibilidade da própria manutenção, por parte dos portadores de deficiência e dos idosos, que autoriza e determina o benefício assistencial de prestação continuada, não se restringe à hipótese da renda familiar per capita mensal inferior a 1/4 do salário mínimo, podendo caracterizar-se por concretas circunstâncias outras, que é certo, devem ser demonstradas." (REsp 464.774/SC, da minha Relatoria, in DJ 4/8/2003).
4. Recurso especial improvido.".
(STJ - SEXTA TURMA - RESP 539621 / PR ; RECURSO ESPECIAL 2003/0100781-5, Relator(a) Ministro HAMILTON CARVALHIDO - Data do Julgamento 26/05/2004 Data da Publicação/Fonte DJ 02.08.2004 p. 592)
"PREVIDÊNCIA - TUTELA ANTECIPADA - ADC nº 4 - LIMINAR.

As Leis nºs 4.348/64, 5.201/96 e 8.437/92, combinada com a de nº 9.494/97, não versam sobre matéria de natureza previdenciária. Precedente: Reclamação nº 1.831/MS, relatada perante o Plenário pelo ministro Néri da Silveira, com acórdão publicado no Diário da Justiça de 12 de abril de 2002. Impropriedade de evocação da liminar proibitiva implementada na ADC nº 4 em hipótese relativa a tutela antecipada na qual reconhecido o direito à extensão, a inativos, de vantagem outorgada aos trabalhadores em atividade, assentando-se a verossimilhança ".
(STF, Rcl 2421 AgR / BA -AG.REG. NA RECLAMAÇÃO Relator(a): Min. EROS GRAU Julgamento: 23/09/2004 Órgão Julgador: Tribunal Pleno Publicação: DJ DATA-17-12-2004 PP-00032 EMENT VOL-02177-01 PP-00159)
No que toca à questão de fundo, cumpre observar, inicialmente, que a antecipação de tutela pode ser concedida pelo magistrado desde que verificada a presença dos requisitos contidos no artigo 273 do Código de Processo Civil, vale dizer, o convencimento da verossimilhança das alegações formuladas, aliado à iminência de lesão irreparável ou de difícil reparação, manifesto propósito protelatório do réu e reversibilidade da medida.
O agravado esteve afastado de suas atividades por longo período, em gozo de benefício de auxílio-doença previdenciário, em razão de incapacidade laborativa decorrente de transtorno depressivo recorrente, episódio atual grave sem sintomas psicóticos (F33.2) e transtorno de pânico (F41.0), conforme atestados médicos constantes dos autos, distúrbios psiquiátricos que impossibilitam o seu retorno à sua atividade habitual, evidenciando, a priori, a persistência da incapacidade para a atividade laborativa, diante das restrições físicas impostas pela enfermidade apresentada.
Apesar disso, o INSS concedeu alta médica ao agravado sem a prévia realização de programa de reabilitação profissional, de tal forma que o cancelamento sumário do benefício revelou-se procedimento arbitrário e completamente desprovido de amparo legal.
Estabelece o artigo 62 da Lei 8.213/91:
"Art. 62. O segurado em gozo de auxílio-doença, insusceptível de recuperação para sua atividade habitual, deverá submeter-se a processo de reabilitação profissional para o exercício de outra atividade. Não cessará o benefício até que seja dado como habilitado para o desempenho de nova atividade que lhe garanta a subsistência ou, quando considerado não-recuperável, for aposentado por invalidez."
No caso presente, afigura-se indispensável submeter o agravado a programa de reabilitação profissional, o que se daria somente com a expedição do certificado individual previsto no caput do artigo 140 do Decreto 3.048/99, Regulamento da Previdência Social, a seguir transcrito:
"Art. 140. Concluído o processo de reabilitação profissional, o Instituto Nacional do Seguro Social emitirá certificado individual indicando a função para a qual o reabilitando foi capacitado profissionalmente, sem prejuízo do exercício de outra para a qual se julgue capacitado.
§ 1º Não constitui obrigação da previdência social a manutenção do segurado no mesmo emprego ou a sua colocação em outro para o qual foi reabilitado, cessando o processo de reabilitação profissional com a emissão do certificado a que se refere o caput.".
Assim, reconheço a presença dos requisitos para a concessão do efeito suspensivo postulado, a fim de que seja o agravado submetido a programa de reabilitação profissional previamente à suspensão do benefício de auxílio-doença concedido.
De outra parte, a decisão recorrida merece reforma igualmente no que se refere à retroação dos efeitos da tutela antecipada concedida.
Isto porque o benefício deve ser restabelecido para pagamento futuro, tendo em vista o caráter alimentar que lhe é afeto, e de forma não retroativa, por não se coadunar com a provisoriedade da decisão de antecipação de tutela, sendo que os valores devidos a título de parcelas em atraso deverão ser objeto de regular execução de sentença.
Presentes os requisitos do artigo 558, caput do Código de Processo Civil, DEFIRO PARCIALMENTE o efeito suspensivo para determinar seja o agravado submetido a programa de reabilitação profissional, mantido o restabelecimento do benefício de auxílio-doença, sem efeito retroativo, até a conclusão do aludido programa, após o que, em sendo o caso, deverá ser expedido o respectivo certificado, facultando-se então ao magistrado a quo rever o cabimento da tutela antecipatória concedida.
O Instituto Nacional do Seguro Social - INSS deverá ser intimado para o imediato cumprimento da presente decisão, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de multa que fixo em R$ 100,00 por dia de atraso.
Comunique-se ao Juízo a quo e intime-se a parte agravada para resposta, a teor do disposto no artigo 527, inciso V, do Código de Processo Civil.

São Paulo, 28 de março de 2007.

PROC.	:	2007.03.00.015320-9 AG 292730
ORIG.	:	0700000115 1 Vr PIRASSUNUNGA/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ODAIR LEAL BISSACO JUNIOR
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	ESMERALDO MENEGATTI
ADV	:	WASHINGTON LUIS ALEXANDRE DOS SANTOS
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE PIRASSUNUNGA SP
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.77/79
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS em face da decisão prolatada pelo r. Juízo de 1a. Instância que, nos autos da ação de benefício previdenciário, concedeu a tutela antecipada para determinar a implantação do benefício de auxílio-doença à Autora.
Aduz o Agravante a ausência dos requisitos que ensejam a concessão da medida excepcional, previstos no artigo 273, do CPC, em especial, a prova inequívoca da verossimilhança das alegações, posto que não comprovou a incapacidade para o labor diário. Sustenta, ainda, que a agravada requereu o beneficio administrativamente, contudo, após se submeter a perícia médica, contatou-se que não há incapacidade para o trabalho. Alega que o atestado médico apresentado com a exordial, foi produzido sem o crivo do contraditório, não podendo ser considerado.
Requer a concessão de efeito suspensivo, em face do risco de irreversibilidade do provimento.
Feito o breve relatório, passo a decidir.
Trata-se de recurso de agravo interposto na vigência da Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005, encontrando-se presentes os requisitos de admissibilidade do seu processamento na forma de instrumento, com fulcro no inciso II, do artigo 527, do Código de Processo Civil, posto que se verifica hipótese de decisão capaz de impor ao Agravante lesão grave e de difícil reparação.
O efeito suspensivo deve ser concedido.
No caso, além da agravada de não ter trazido documentos aos autos que comprovam a sua condição de segurada da Previdência Social, não demonstrou de forma incontestável a sua incapacidade para o trabalho ou para o exercício de atividade por mais de 15 dias consecutivos, posto que há divergência de informações, na medida em que nas duas perícias realizadas pelo INSS, concluiu-se que não existe incapacidade para o trabalho (fls.60/61), necessitando, portanto, de instrução processual através de perícia médica e oportunizado o contraditório.
Ademais o documento acostado aos autos pelo Agravado (fls.11), que atesta que a Autora continua incapacitada para o trabalho foi produzido unilateralmente, sem a presença da Autarquia.
Assim, ao menos nesse exame preliminar, entendo ausentes os requisitos para a concessão do benefício, na medida em que não ficou demonstrado, de forma inequívoca, que a Agravada está incapacitada para a vida laboral, havendo necessidade de realização de perícia médica judicial.
Dessa forma, revela-se temerária a manutenção da decisão que concedeu a antecipação de tutela, sendo necessária a dilação probatória para obtenção do benefício previdenciário pleiteado. A concessão do benefício previdenciário apresenta nítido caráter satisfativo, com o risco de irreversibilidade.
Ainda, o deferimento de tutela antecipada inaudita altera pars, deve ocorrer somente em casos de excepcional urgência ou quando a regular citação puder tornar ineficaz a medida.
Assim, com estas considerações, presentes os requisitos do artigo 558 do Código de Processo Civil, determino o processamento deste agravo com efeito suspensivo, para cassar a tutela antecipada.
Comunique-se ao Juízo de origem, solicitando-se as informações, nos termos do artigo 527, IV, do CPC.
Apresente o Agravado a resposta que entenda cabível, em decorrência do artigo 527, V, do CPC.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11G2.0DG3 - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2006.03.99.015355-1 AC 1108056
ORIG.	:	0500000688 1 Vr MIRANDOPOLIS/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ANTONIO CASSIANO DO CARMO RODRIGUES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ZILDA DOS SANTOS BARROS
ADV	:	IVANI MOURA
RELATOR	:	JUÍZA CONV ANA LÚCIA IUCKER / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.55
Vistos.
Converto o feito em diligência.
Oficie-se ao Juízo a quo para que envie cópia do processo n. 49/2003 processado na 1ª Vara de Mirandópolis para a verificação da ocorrência de coisa julgada.
Int.
São Paulo, 22 de março de 2007.
ANA LÚCIA IUCKER
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA

PROC.	:	2007.03.00.015378-7 AG 292768
ORIG.	:	200561830030607 5V Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	LEONIDAS TEODORO VIANA
ADV	:	WILSON MIGUEL
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JANDYRA MARIA GONCALVES REIS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 5 VARA PREVIDENCIARIA DE SÃO PAULO - SP>1ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.51/52
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Leônidas Teodoro Viana contra a decisão proferida pelo Juízo Federal da 5ª Vara Previdenciária da Subseção Judiciária de São Paulo, que indeferiu o pleito do agravante no sentido de que fosse expedido ofício ao INSS requisitando cópia do laudo técnico-pericial da empresa "Fiação e Tecelagem Tognato S/A.", nos autos de ação versando a concessão de aposentadoria por tempo de contribuição.
Sustenta o agravante, em síntese, que da cópia do processo administrativo juntada aos autos principais não constou o laudo técnico referido, já que este fica arquivado na agência local do INSS, consoante consta do formulário DSS respectivo (fls. 25), recusando-se a autarquia a fornecer cópia de tal documento. Alega ainda necessidade do laudo para a comprovação de período especial, tendo em vista se tratar de insalubridade relacionada ao agente nocivo ruído. Pede a concessão de efeito suspensivo ao recurso.
Feito o breve relatório, decido.
Inicialmente, reconheço a presença dos requisitos de admissibilidade do processamento do agravo na forma de instrumento, nos termos do inciso II do artigo 527 do Código de Processo Civil.
Isto porque da narrativa veiculada na inicial se infere hipótese de decisão que imponha ao agravante lesão grave e de difícil reparação, considerando a situação de irreversibilidade e de superação do próprio objeto do recurso caso seja admitido na forma retida.
O efeito suspensivo é de ser deferido.
Segundo a regra geral de distribuição do ônus probatório do artigo 333, I do Código de Processo Civil, incumbe ao autor a prova do fato constitutivo do seu direito.
A imposição de tal ônus ao autor não exime o Juízo do emprego, de forma subsidiária, de seus poderes instrutórios (artigo 130 do Código de Processo Civil), dada a hipossuficiência dos requerentes, atendendo aos princípios informativos do processo civil e aos fins sociais da legislação previdenciária, bem como ao expresso comando do inciso II do artigo 399 do Código de Processo Civil.
No caso dos autos, o agravante demonstrou a força maior a impossibilitar o cumprimento da decisão arrostada, tendo em vista que já houve anterior requisição de cópia integral do processo administrativo concessório, mas do qual não consta o laudo referido, na medida em que o formulário DSS 8030 de fls. 25 indica encontrar-se na agência local do INSS a cópia do laudo médico pericial.
Assim, incumbe ao Juízo propiciar ao agravante o acesso à prova em poder da parte contrária, sob pena de, por vias transversas, obstar o devido processo legal e impor cerceamento ao contraditório em igualdade de condições.
Presentes os pressupostos do artigo 558 do CPC, defiro o efeito suspensivo ao presente agravo de instrumento para determinar a seja requisitada do INSS cópia do laudo médico pericial relativo ao formulário DSS 8030 da empresa "Fiação e Tecelagem Tognato S/A.", até o pronunciamento definitivo da Turma.
Comunique-se ao MM. Juízo a quo e intime-se a parte agravada para resposta, a teor do disposto no artigo 527, inciso V do Código de Processo Civil.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.

PROC.	:	2007.03.00.015381-7 AG 292771
ORIG.	:	200661830080238 7V Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	EDEGAR EVANGELISTA PINTO
ADV	:	WILSON MIGUEL
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 7 VARA PREVIDENCIARIA DE SAO PAULO SP>1ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.35/37
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por EDEGAR EVANGELISTA PINTO contra a r. decisão de 1ª Instância que, nos autos da ação de benefício previdenciário, indeferiu o pedido de juntada aos autos, da cópia do processo administrativo de revisão de aposentadoria, com todos os documentos que o compõe.
Aduz o Agravante que os documentos comprobatórios para o devido enquadramento e à conversão de atividades especiais, somadas as atividades comuns, que possibilitam a referida revisão do beneficio, estão no processo administrativo. Portanto, cabe a Autarquia juntá-lo aos autos.
Requer a concessão do efeito ativo.
Trata-se de recurso de agravo interposto na vigência da Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005 e, que não se encontram presentes os requisitos de admissibilidade do seu processamento na forma de instrumento, com fulcro no inciso II, do artigo 527, do Código de Processo Civil, posto que não se verifica hipótese de decisão capaz de impor ao Agravante lesão grave e de difícil reparação.
No caso dos autos, postula o Agravante a intimação do Agravado para que apresente cópia do processo administrativo, que se encontra em poder da Agência da Previdência Social.
Com efeito, o artigo 399, inciso II do CPC, prevê o poder conferido ao juiz de requisitar às repartições públicas os procedimentos administrativos. Entretanto, não é licito à parte transformar o juiz num mero preposto para sua obtenção. Assim, o dever do juiz de requisitar tais documentos ficará da dependência do exame do requisito de sua necessidade e da dificuldade ponderável de ser o processo administrativo obtido diretamente pela parte.
Entendo que decisão do MM. Juiz a quo deve ser mantida, eis que não está o magistrado compelido a requisitar as referidas cópias, sem que reste demonstrado pela parte requerente a impossibilidade de obter diretamente os documentos que entende lhe serem úteis (RSTJ 23/249).
Saliente-se ainda, que o processo administrativo é regido pelo princípio da publicidade, devendo ser garantido ao segurado vista dos autos quando solicitado. Apenas será requisitado pelo juiz, quando ficar demonstrado a recusa do INSS.
Somente pode-se qualificar como capaz de causar lesão grave à parte a decisão judicial que possa ferir direito do Agravante. Assim, não estando a ressumbrar a própria existência do direito pleiteado, inviável cogitar-se, desde logo, de sua possível lesão.
Com estas considerações, tendo em vista o disposto no artigo 1.º, da Lei n.º 11.187, de 19/10/2005 que alterou os artigos 522 e 527, II, da Lei n.º 5.869, de 11/01/1973 do Código de Processo Civil, converto em retido o presente Agravo de Instrumento.
Com as devidas anotações remetam-se os autos à Vara de origem para as providências necessárias.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11G2.1331 - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2007.03.00.015385-4 AG 292775
ORIG.	:	200661830083290 7V Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	JAIME BOFI
ADV	:	WILSON MIGUEL
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 7 VARA PREVIDENCIARIA DE SAO PAULO SP>1ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.142/144
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por JAIME BOFI contra a r. decisão de 1ª Instância que, nos autos da ação de benefício previdenciário, indeferiu o pedido de juntada aos autos, da cópia do processo administrativo de aposentadoria, com todos os documentos que o compõe.
Aduz o Agravante que os documentos, comprobatórios para o devido enquadramento e à conversão de atividades especiais, devidamente somadas as atividades comuns, estão no processo administrativo. Portanto, cabe a Autarquia juntá-lo aos autos.
Requer a concessão do efeito ativo.
Trata-se de recurso de agravo interposto na vigência da Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005 e, que não se encontram presentes os requisitos de admissibilidade do seu processamento na forma de instrumento, com fulcro no inciso II, do artigo 527, do Código de Processo Civil, posto que não se verifica hipótese de decisão capaz de impor ao Agravante lesão grave e de difícil reparação.
No caso dos autos, postula o Agravante a intimação do Agravado para que apresente cópia do processo administrativo, que se encontra em poder da Agência da Previdência Social.
Com efeito, o artigo 399, inciso II do CPC, prevê o poder conferido ao juiz de requisitar às repartições publicas os procedimentos administrativos. Entretanto, não é licito à parte transformar o juiz num mero preposto para sua obtenção. Assim, o dever do juiz de requisitar tais documentos ficará da dependência do exame do requisito de sua necessidade e da dificuldade ponderável de ser o processo administrativo obtido diretamente pela parte.
Entendo que decisão do MM. Juiz a quo deve ser mantida, eis que não está o magistrado compelido a requisitar as referidas cópias, sem que reste demonstrado pela parte requerente a impossibilidade de obter diretamente os documentos que entende lhe serem úteis (RSTJ 23/249).
Saliente-se ainda, que o processo administrativo é regido pelo princípio da publicidade, devendo ser garantido ao segurado vista dos autos quando solicitado. Apenas será requisitado pelo juiz, quando ficar demonstrado a recusa do INSS.
Entendo que somente pode-se qualificar como capaz de causar lesão grave à parte a decisão judicial que possa ferir direito do Agravante. Assim, não estando a ressumbrar a própria existência do direito pleiteado, inviável cogitar-se, desde logo, de sua possível lesão.
Com estas considerações, tendo em vista o disposto no artigo 1.º, da Lei n.º 11.187, de 19/10/2005 que alterou os artigos 522 e 527, II, da Lei n.º 5.869, de 11/01/1973 do Código de Processo Civil, converto em retido o presente Agravo de Instrumento.
Com as devidas anotações remetam-se os autos à Vara de origem para as providências necessárias.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11G3.02EC - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2007.03.00.015389-1 AG 292779
ORIG.	:	0600134705 1 Vr MOGI MIRIM/SP 0600001606 1 Vr MOGI MIRIM/SP
AGRTE	:	TEREZA DOS SANTOS SILVA
ADV	:	EVELISE SIMONE DE MELO
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE MOGI MIRIM SP
RELATOR	:	DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.29/31
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Tereza dos Santos Silva contra decisão proferida pelo Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Mogi Mirim -SP, que concedeu o prazo de 10 (dez) dias para que a agravante comprovasse o requerimento administrativo do benefício, nos autos de ação versando a concessão de aposentadoria por idade rural.
Sustenta a agravante, em síntese, a dispensabilidade do prévio exaurimento da via administrativa e que a decisão recorrida constitui negativa de prestação jurisdicional, já que cerceia o acesso ao Judiciário, em ofensa ao devido processo legal constitucionalmente assegurado. Pede a concessão de efeito suspensivo ao recurso, a fim de que o feito tenha regular prosseguimento.
Feito o breve relatório, decido.
Inicialmente, considerando se tratar de recurso de agravo interposto na vigência da Lei 11.187, de 19 de outubro de 2005, verifico que se encontram presentes os requisitos de admissibilidade do seu processamento na forma de instrumento, com fulcro no inciso II do artigo 527 do Código de Processo Civil.
Isto porque da narrativa veiculada na inicial se infere hipótese de decisão que imponha ao agravante lesão grave e de difícil reparação, considerando a situação de irreversibilidade e de superação do próprio objeto do recurso caso seja admitido na forma retida.
O Juízo prolator da decisão agravada conhece muito bem a realidade: tornou-se hábito requerer diretamente ao Poder Judiciário o que deve ser providenciado pela autoridade administrativa, com a justificativa de que administrativamente não há êxito por parte do segurado. As conseqüências são graves, tanto para a autarquia quanto para o segurado: para a autarquia, porque a lenta tramitação do processo levará ao pagamento de verbas acessórias que, se bem empregadas, poderiam compor o custeio da previdência social; para o segurado, porque a mesma lentidão o fará aguardar por anos a fio o que é de seu direito. Não há quem ganhe com essa lentidão, e, no entanto, esse procedimento se repete, reiteradamente, causando o grande congestionamento do Poder Judiciário.
É bem verdade que, muitas vezes, o INSS sequer recebe os pedidos no protocolo. Mas também é verdade que, muitas vezes, os pedidos são rapidamente analisados e dada a resposta ao requerimento do segurado, concedendo ou inderindo o benefício, com o que a função administrativa foi exercida.
O que ocorre, na prática, é que a falta de ingresso na via administrativa transfere para o Poder Judiciário o exercício de uma função que, na realidade, não lhe é típica, substituindo-se ao Administrador porque, tradicionalmente, o INSS reluta em cumprir sua função constitucional.
Assim, impõe-se, como medida de eqüidade, a suspensão do processo para que a parte autora promova o requerimento do benefício no local certo: o INSS. É a esta autarquia que cabe apreciar o pedido. Na hipótese de indeferimento do pedido ou da falta de decisão administrativa é que nasce para o segurado o interesse de agir.
O art. 41, § 6º, da Lei nº 8213/91, concede à autoridade administrativa o prazo de 45 dias para efetuar o pagamento da primeira renda mensal do benefício, após a apresentação, pelo segurado, da documentação necessária.
Atento à realidade, quis o legislador pôr fim à conhecida demora na decisão de processos administrativos previdenciários, que causa desamparo a muitos segurados justamente no momento em que a cobertura previdenciária deveria socorrê-los.
A apreciação do requerimento, com a formulação de exigências, concessão ou indeferimento do benefício, assim, deve ocorrer em 45 dias.
A dicção da Súmula 9 desta Corte e da jurisprudência dominante não é a que lhe pretende dar o(a) agravante. Não há necessidade de prévio esgotamento da via administrativa, ou seja, o interessado não precisa esgotar todos os recursos administrativos. Mas não exclui a atividade administrativa.
É hora de mudar esse hábito de transferir para o Poder Judiciário o que é função típica do INSS. Se o requerimento administrativo não for recebido no protocolo, ou não for apreciado no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, ou for indeferido, aí sim, surgirá o interesse de agir.
Não seria de se adotar esse procedimento em processos já em tramitação há longo tempo, porque se tornaria inócua toda a espera do segurado, que teria negada a atividade administrativa e judiciária.

No caso presente, penso ser conveniente que se suspenda o processo por prazo razoável, até que venha para os autos a comprovação de que, em 45 (quarenta e cinco) dias após o requerimento administrativo, este não foi apreciado ou foi indeferido.
Isto posto, presentes os requisitos do artigo 558, caput do Código de Processo Civil, DEFIRO PARCIALMENTE o efeito suspensivo para SOBRESTAR o curso do processo pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a fim de que a parte autora promova o requerimento administrativo do benefício perante a agência local do INSS, como forma de comprovar o interesse de agir na lide.
Comunique-se ao Juízo a quo e intime-se a parte agravada para resposta, a teor do disposto no artigo 527, inciso V do Código de Processo Civil.
Intime-se.

São Paulo, 14 de março de 2007.

PROC.	:	2007.03.00.015391-0 AG 292781
ORIG.	:	0600168136 1 Vr MOGI MIRIM/SP 0600001903 1 Vr MOGI MIRIM/SP
AGRTE	:	DIONISIA MARIA MANDAIO DA SILVA
ADV	:	EVELISE SIMONE DE MELO
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE MOGI MIRIM SP
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.32/34
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por DIONISIA MARIA MANDAIO DA SILVA contra a r. decisão de 1ª Instância que, nos autos da ação de benefício previdenciário , determinou a ora Agravante, que comprove o requerimento na esfera administrativa, no prazo de dez dias, sob pena de indeferimento da inicial.
Aduz a Agravante, em síntese, que inexiste na legislação previdenciária vigente obrigatoriedade de prévio pedido e exaurimento da via administrativa, como condição para ajuizamento de ação judicial, inclusive já sumulada pelo TRF - 09. Colaciona jurisprudências.
Pede a concessão de efeito suspensivo ativo.
Constato, inicialmente, que se trata de recurso de agravo interposto na vigência da Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005 e, que não se encontram presentes os requisitos de admissibilidade do seu processamento na forma de instrumento, com fulcro no inciso II, do artigo 527, do Código de Processo Civil, posto que não se verifica hipótese de decisão capaz de impor à Agravante lesão grave e de difícil reparação.
Tenho adotado entendimento no sentido de que a súmula 09 desta Corte, não afasta a necessidade do pedido na esfera administrativa, dispensando, apenas, o exaurimento da via administrativa, para a propositura da ação previdenciária.
Com efeito, o pedido apresentado diretamente ao Poder Judiciário resulta na substituição de atividade administrativa conferida precipuamente à Autarquia Previdenciária, sem que ao menos este tenha ciência da pretensão do Autor pela prestação jurisdicional.
Assim, é necessária a demonstração do prévio pedido na esfera administrativa e, ultrapassado o prazo previsto no art. 41, § 6º, da Lei nº 8.213/91, mantendo-se omissa a Autarquia Previdenciária em sua apreciação, ou indeferido o pleito, não se exige o esgotamento dessa via, para se invocar a prestação jurisdicional. Nesse sentido:
"PROCESSUAL CIVIL. CARÊNCIA DE AÇÃO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. FALTA DE PEDIDO ADMINISTRATIVO. DISSÍDIO COM A SÚM. 213-TFR E 9-STJ. NÃO OCORRENTE.
1.SE A INTERESSADA, SEM NENHUM PEDIDO ADMINISTRATIVO, PLEITEIA DIRETAMENTE EM JUÍZO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO (APOSENTADORIA POR IDADE), INEXISTE DISSÍDIO COM A SÚM. 213 - TFR E COM A 9 - STJ ANTE A DESSEMELHANÇA ENTRE AS SITUAÇÕES EM COTEJO, PORQUANTO AMBAS TRATAM DO EXAURIMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA E NÃO DA AUSÊNCIA TOTAL DE PEDIDO NAQUELA ESFERA. CORRETO O JULGADO RECORRIDO AO FIXAR A AUSÊNCIA DE UMA DAS CONDIÇÕES DA AÇÃO - INTERESSE DE AGIR - PORQUANTO, A MÍNGUA DE QUALQUER OBSTÁCULO IMPOSTO PELA AUTARQUIA FEDERAL (INSS), NÃO SE APERFEIÇOA A LIDE, DOUTRINARIAMENTE CONCEITUADA COMO UM CONFLITO DE INTERESSES CARACTERIZADO POR UMA PRETENSÃO RESISTIDA.
2.RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.".
(STJ, Resp 147186, Rel. Min. Fernando Gonçalves, 6ª Turma, DJ 06/04/1998, pág. 179).
Entendo que somente pode-se qualificar como capaz de causar lesão grave à parte a decisão judicial que possa ferir direito da Agravante cuja verossimilhança tenha sido demonstrada. Assim, por entender que há necessidade de prévio pedido administrativo para caracterizar a pretensão resistida da Autarquia, inviável cogitar-se, desde logo, de lesão a direito da Agravante.
Com estas considerações, tendo em vista o disposto no artigo 1.º, da Lei n.º 11.187, de 19/10/2005 que alterou os artigos 522 e 527, II, da Lei n.º 5.869, de 11/01/1973 do Código de Processo Civil, converto em retido o presente Agravo de Instrumento.
Anotados, remetam-se os autos à Vara de origem para as providências necessárias.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11G3.0DG3 - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2007.03.00.015404-4 AG 292791
ORIG.	:	0600187330 3 Vr MOGI MIRIM/SP 0600002050 3 Vr MOGI MIRIM/SP
AGRTE	:	LEONTINA ORLANDINI PEDRAO
ADV	:	EVELISE SIMONE DE MELO
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 3 VARA DE MOGI MIRIM SP
RELATOR	:	DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.30/32
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Leontina Orlandini Pedrao contra decisão proferida pelo Juízo de Direito da 3ª Vara da Comarca de Mogi Mirim -SP, que suspendeu o curso do processo pelo prazo de 30(trinta) dias a fim de que a agravante comprovasse o requerimento administrativo do benefício, nos autos de ação versando a concessão de aposentadoria por idade rural.
Sustenta a agravante, em síntese, a dispensabilidade do prévio exaurimento da via administrativa e que a decisão recorrida constitui negativa de prestação jurisdicional, já que cerceia o acesso ao Judiciário, em ofensa ao devido processo legal constitucionalmente assegurado. Pede a concessão de efeito suspensivo ao recurso, a fim de que o feito tenha regular prosseguimento.
Feito o breve relatório, decido.
Inicialmente, considerando se tratar de recurso de agravo interposto na vigência da Lei 11.187, de 19 de outubro de 2005, verifico que se encontram presentes os requisitos de admissibilidade do seu processamento na forma de instrumento, com fulcro no inciso II do artigo 527 do Código de Processo Civil.
Isto porque da narrativa veiculada na inicial se infere hipótese de decisão que imponha ao agravante lesão grave e de difícil reparação, considerando a situação de irreversibilidade e de superação do próprio objeto do recurso caso seja admitido na forma retida.
O Juízo prolator da decisão agravada conhece muito bem a realidade: tornou-se hábito requerer diretamente ao Poder Judiciário o que deve ser providenciado pela autoridade administrativa, com a justificativa de que administrativamente não há êxito por parte do segurado. As conseqüências são graves, tanto para a autarquia quanto para o segurado: para a autarquia, porque a lenta tramitação do processo levará ao pagamento de verbas acessórias que, se bem empregadas, poderiam compor o custeio da previdência social; para o segurado, porque a mesma lentidão o fará aguardar por anos a fio o que é de seu direito. Não há quem ganhe com essa lentidão, e, no entanto, esse procedimento se repete, reiteradamente, causando o grande congestionamento do Poder Judiciário.
É bem verdade que, muitas vezes, o INSS sequer recebe os pedidos no protocolo. Mas também é verdade que, muitas vezes, os pedidos são rapidamente analisados e dada a resposta ao requerimento do segurado, concedendo ou inderindo o benefício, com o que a função administrativa foi exercida.
O que ocorre, na prática, é que a falta de ingresso na via administrativa transfere para o Poder Judiciário o exercício de uma função que, na realidade, não lhe é típica, substituindo-se ao Administrador porque, tradicionalmente, o INSS reluta em cumprir sua função constitucional.
Assim, impõe-se, como medida de eqüidade, a suspensão do processo para que a parte autora promova o requerimento do benefício no local certo: o INSS. É a esta autarquia que cabe apreciar o pedido. Na hipótese de indeferimento do pedido ou da falta de decisão administrativa é que nasce para o segurado o interesse de agir.
O art. 41, § 6º, da Lei nº 8213/91, concede à autoridade administrativa o prazo de 45 dias para efetuar o pagamento da primeira renda mensal do benefício, após a apresentação, pelo segurado, da documentação necessária.
Atento à realidade, quis o legislador pôr fim à conhecida demora na decisão de processos administrativos previdenciários, que causa desamparo a muitos segurados justamente no momento em que a cobertura previdenciária deveria socorrê-los.
A apreciação do requerimento, com a formulação de exigências, concessão ou indeferimento do benefício, assim, deve ocorrer em 45 dias.
A dicção da Súmula 9 desta Corte e da jurisprudência dominante não é a que lhe pretende dar o(a) agravante. Não há necessidade de prévio esgotamento da via administrativa, ou seja, o interessado não precisa esgotar todos os recursos administrativos. Mas não exclui a atividade administrativa.
É hora de mudar esse hábito de transferir para o Poder Judiciário o que é função típica do INSS. Se o requerimento administrativo não for recebido no protocolo, ou não for apreciado no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, ou for indeferido, aí sim, surgirá o interesse de agir.
Não seria de se adotar esse procedimento em processos já em tramitação há longo tempo, porque se tornaria inócua toda a espera do segurado, que teria negada a atividade administrativa e judiciária.
No caso presente, penso ser conveniente que se suspenda o processo por prazo razoável, até que venha para os autos a comprovação de que, em 45 (quarenta e cinco) dias após o requerimento administrativo, este não foi apreciado ou foi indeferido.
Isto posto, presentes os requisitos do artigo 558, caput do Código de Processo Civil, DEFIRO PARCIALMENTE o efeito suspensivo para SOBRESTAR o curso do processo pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a fim de que a parte autora promova o requerimento administrativo do benefício perante a agência local do INSS, como forma de comprovar o interesse de agir na lide.
Comunique-se ao Juízo a quo e intime-se a parte agravada para resposta, a teor do disposto no artigo 527, inciso V do Código de Processo Civil.
Intime-se.

São Paulo, 14 de março de 2007.

PROC.	:	2007.03.00.015406-8 AG 292793
ORIG.	:	200761180000891 1 Vr GUARATINGUETA/SP
AGRTE	:	MARIA DA CONCEICAO GUEDES (= ou > de 60 anos)
ADV	:	KAREN LUIZA SCHULTZE
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE GUARATINGUETA Sec Jud SP
RELATOR	:	JUÍZA CONV. ANA LÚCIA IUCKER / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.36/38
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por MARIA DA CONCEIÇÃO GUEDES, em face da decisão reproduzida às fls. 13/14, em que a Juíza Federal da 1ª Vara de Guaratinguetá/SP indeferiu a antecipação dos efeitos da tutela, deixando de determinar a implantação do benefício assistencial previsto na Lei n. 8742/93.
Nas razões recursais a agravante pretende a reforma da decisão agravada, sob a alegaçao de que se encontram presentes os requisitos justificadores da concessão do benefício.
Embora a autora tenha preenchido o requisito legal da faixa etária previsto na Lei n. 10.741/2003, uma vez que conta atualmente com 68 (sessenta e oito) anos de idade, a renda familiar, conforme relatado na petição inicial e na peça recursal, é de R$ 350,00, decorrente da aposentadoria por idade de seu companheiro (benefício indicado no CNIS anexo), o que implica em renda per capita superior ao determinado no artigo 20, § 3º, da Lei n. 8.742/93.
O Supremo Tribunal Federal já decidiu a matéria em exame, no sentido de que a previsão do artigo 20, §3º, da Lei n. 8.742/93 contém hipótese objetiva de prestação assistencial pelo Estado, a exemplo:
"Trata-se de recurso extraordinário interposto com fundamento no art. 102, III, "a" e "b", da Constituição Federal, contra acórdão de Turma Recursal da Seção Judiciário do Estado de Santa Catarina, que afastou a aplicação do art. 20, § 3º, da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. O recorrente, com base no art. 14, § 5º, da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, requer a concessão de medida liminar para que se determine a suspensão dos processos que versam sobre a mesma controvérsia e, ao final, sob alegação de ofensa ao art. 203, V, da Carta Magna, pede a reforma do acórdão recorrido. Esta Corte, no julgamento da ADIn 1.232-1, Redator para o acórdão Nelson Jobim, DJ 01.06.01, assim decidiu: "EMENTA: CONSTITUCIONAL. IMPUGNA DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL QUE ESTABELECE O CRITÉRIO PARA RECEBER O BENEFÍCIO DO INCISO V DO ART. 203, DA CF. INEXISTE A RESTRIÇÃO ALEGADA EM FACE AO PRÓPRIO DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL QUE REPORTA À LEI PARA FIXAR OS CRITÉRIOS DE GARANTIA DO BENEFÍCIO DE SALÁRIO MÍNIMO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA FÍSICA E AO IDOSO. ESTA LEI TRAZ HIPÓTESE OBJETIVA DE PRESTAÇÃO ASSISTENCIAL AO ESTADO. AÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE." Assim, conheço e dou provimento ao recurso extraordinário (art. 557, § 1º-A, do CPC), ficando prejudicado o exame do pedido de liminar. Fixo em cinco por cento sobre o valor atualizado da causa a verba honorária a ser suportada pela parte sucumbente, ressalvada a hipótese de concessão da justiça gratuita (art. 12, da Lei 1.060, de 05 de fevereiro de 1950)."
(RE 420986/SC, Relator Min. Gilmar Mendes, decisão monocrática, j. 06/04/04, DJ 26/04/04, p. 74)
"1. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental. 2. Benefício assistencial (CF, art. 203, V; L. 8.742/93, art. 20, § 3º): ao afastar a exigência de renda familiar inferior a 1/4 do salário mínimo per capita, para a concessão do benefício, o acórdão recorrido divergiu do entendimento firmado pelo STF na ADIn 1232, Galvão, DJ 01.06.2001, conforme assentado na Rcl 2.303-AgR, Pleno Ellen Gracie, 3.5.2004, quando o Tribunal afastou a possibilidade de se emprestar ao texto impugnado interpretação segundo a qual não limita ele os meios de prova da condição de miserabilidade da família do necessitado deficiente ou idoso. 3. Recurso extraordinário: devem ser considerados os fatos da causa na versão do acórdão recorrido (Súmula 279): precedentes."
(RE-ED 416729/SC, Rel.: Min. Sepúlveda Pertence, Primeira Turma, DJ 02/12/05, p. 13)
No mesmo sentido, confiram-se as seguintes decisões: RE-AgR 348399/SP, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 24/03/06, p. 31; RE-AgR 438703/SP, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJ 17/06/05, p. 71;

RE-AgR 422061/SC, Rel. Min. Ellen Gracie, Segunda Turma, DJ 22/10/04, p. 34; RE 279934/SP, Rel. Min. Nelson Jobim, j. 18/10/00, DJ 23/11/00, p. 60.
Posto isso, nego a antecipação da tutela recursal.
Comunique-se.
Intime-se o agravado para contra-minuta.
São Paulo, 14 de março de 2007.

ANA LÚCIA IUCKER
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA

PROC.	:	2007.03.00.015407-0 AG 292794
ORIG.	:	200761160001026 1 Vr ASSIS/SP
AGRTE	:	LUIS VIEIRA RODRIGUES
ADV	:	ELLAINE CRISTINA ALVES
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE ASSIS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.62/67
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Luis Vieira Rodrigues contra decisão proferida pelo Juízo Federal da 1ª Vara da Subseção Judiciária de Assis - SP, que indeferiu a tutela antecipatória initio litis requerida nos autos de ação ordinária versando a concessão do benefício de auxílio-doença, com a final concessão de aposentadoria por invalidez.
Sustenta a agravante, em síntese, a presença dos requisitos autorizadores da concessão da medida excepcional, afirmando manter vínculo empregatício desde 13.07.2004 até a presente data, mas encontra-se incapacitado para o trabalho em razão de estar acometido de diversas doenças, a saber: transtornos de discos intervertebrais, hérnia inguinal e infarto agudo do miocárdio, tendo sido submetido a três cirurgias, sendo que os requerimentos de concessão de benefício de auxílio-doença previdenciário apresentados foram todos recusados sob o fundamento da ausência da qualidade de segurado. Alega que mantinha vínculo empregatício seis meses antes do primeiro requerimento de benefício, apresentado em 18.03.2005, de tal forma a preencher os requisitos para a sua concessão. Pede a antecipação da tutela recursal a fim de ver implantado o benefício desde tal data.
Feito o breve relatório, decido.
Inicialmente, reconheço a presença dos requisitos de admissibilidade do processamento do agravo na forma de instrumento, nos termos do inciso II do artigo 527 do Código de Processo Civil.
Isto porque da narrativa veiculada na inicial se infere hipótese de decisão que imponha ao agravante lesão grave e de difícil reparação, considerando a situação de irreversibilidade e de superação do próprio objeto do recurso caso seja admitido na forma retida.
Cumpre observar, inicialmente, que a antecipação de tutela pode ser concedida pelo magistrado desde que verificada a presença dos requisitos contidos no artigo 273 do Código de Processo Civil, vale dizer, o convencimento da verossimilhança das alegações formuladas, aliado à iminência de lesão irreparável ou de difícil reparação, manifesto propósito protelatório do réu e reversibilidade da medida.
O agravante é pessoa idosa, atualmente com 62 anos, sendo que os atestados e prontuários médicos juntados apontam que foi submetido no ano de 2005 a três cirurgias para tratamento de hérnia inguinal, a última ocorrida em 26.09.2005, sendo que no ano de 2006 foi internado com quadro de infarto agudo do miocárdio, tendo sido submetido a cirurgia cardíaca em 28.07.2006, além de ser portador de dorsopatia decorrente de transtorno nos discos intervertebrais, conforme diagnóstico constante do atestado médico de fls. 42.
O benefício de auxílio-doença requerido pelo agravante em três oportunidades foi indeferido, sob o fundamento de que a última contribuição ocorreu em dezembro de 1992, mantida a qualidade de segurado até janeiro de 1994, sendo que, no último requerimento apresentado, em 23.05.2006, foi fixada em 30.04.2006 a data do início da incapacidade.
Os elementos de convicção coligidos ao recurso, no entanto, permitem inferir que o agravante faz jus à concessão do benefício de auxílio-doença postulado, a partir da data do último requerimento formulado.
Ao que se verifica da cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social juntada a fls. 32, o agravante mantém vínculo empregatício com Jamil Haddad Filho desde 17.08.2004, na função de caseiro em estância rural localizada no município de Assis-SP.
Em consulta aos dados constantes do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS, constata-se o recolhimento de contribuições apenas relativas ao período de 08/2004 a 02/2005, ocorridos todos na mesma data, 24.03.2005, situação, contudo, que não pode ser invocada em prejuízo do segurado.
Isto porque a inclusão dos segurados empregados domésticos no rol inciso II do artigo 27 da Lei 8.213/91 é manifestamente incompatível com o primado da isonomia, se confrontado tal dispositivo legal com a regra do artigo 30, V, da Lei 8.212/91, que comete ao empregador doméstico a responsabilidade de arrecadar a contribuição do segurado empregado a seu serviço e a recolhê-la aos cofres da Previdência.
A desconsideração das prestações recolhidas em atraso para fins de contagem de carência para os segurados empregado doméstico e contribuinte individual, especial e facultativo, estabelecida no artigo 27, II da Lei 8.213/91, pressupõe a identidade de situações entre tais segurados, a qual inexiste, se considerado que os incisos II e X do mesmo artigo 30 da Lei 8.212/91 estabelecem ser o próprio segurado contribuinte individual, facultativo ou especial os responsáveis pelo recolhimento de sua contribuições.
Como se vê, ao segurado doméstico é instituída penalização para o caso de atraso do recolhimento das contribuições incompatível com a atribuição a seu empregador desta responsabilidade.
Esta é a orientação predominante em nos Tribunais Regionais Federais, consoante os arestos que transcrevo:
"PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR INVALIDEZ - EMPREGADA DOMÉSTICA - COMPROVAÇÃO, POR PERÍCIA MÉDICA A CARGO DA AUTARQUIA, DA INCAPACIDADE TOTAL E PERMANENTE - QUALIDADE DE SEGURADA COMPROVADA - ATRASO NO RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - REDUÇÃO.

1. Comprovada a incapacidade total e permanente para o trabalho, mediante perícia médica realizada pelo INSS, e evidenciada a qualidade de segurada da previdência social ao tempo do surgimento da enfermidade, devida a aposentadoria por invalidez, nos termos do art. 42 da Lei 8.213/91.

2. A obrigação pelo recolhimento das contribuições do empregado doméstico é do empregador, a teor do que dispõem o art. 30, V da Lei 8.212/91 e o art. 216, VIII do Decreto nº 3.048/99.
3. Os recolhimentos efetuados com atraso, na espécie, não prejudicam a contagem para fins de carência. Precedentes do STJ (RESP 272648/SP, Rel. Min. Edson Vidigal, 5ª Turma, unânime, DJ de 04/12/2000) e do TRF - 4ª Região (AC 2001.04.01021454-2/SC, Rel. Juiz Paulo Afonso Brum Vaz, unânime, 5ª Turma, DJ de 16/10/2002).
4. Honorários advocatícios reduzidos para 10% sobre o valor das prestações vencidas até a prolação da sentença.
5. Apelação improvida. Remessa oficial provida, em parte."
(TRF 1ª Região, Primeira Turma, Apelação Civel - 200101990036594, Processo: 200101990036594 UF: MG, Data da decisão: 16/9/2003 Fonte DJ DATA: 13/10/2003 PAGINA: 43 Relator(a) Desembargador Federal Luiz Gonzaga Barbosa Moreira, v.u.)
"PREVIDENCIÁRIO. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. EMPREGADA DOMÉSTICA. CONTRIBUIÇÕES RECOLHIDAS EM ATRASO. ARTIGO 27, INCISO II, DA LEI 8213/91. POSSIBILIDADE DE CONTAGEM PARA EFEITO DE CARÊNCIA.
- Agravo retido não conhecido por não reiterado nas contra-razões. - A causa de pedir desta ação é a decisão administrativa que indeferiu a concessão de auxílio-doença ao fundamento de "perda da qualidade de segurado". A lide, assim, tem contornos definidos, razão pela qual não se pode extrapolar a controvérsia para a falta de preenchimento dos demais requisitos do benefício, posto que a justificativa autárquica apresentada ao recorrido implica o reconhecimento das demais condições do benefício, segundo os princípios que norteiam a prática dos atos administrativos em geral.
- No caso dos autos, é fato incontroverso que o pagamento das contribuições ocorreu em atraso, na mesma data em que a autora pleiteou administrativamente o benefício e em que foi constatada sua incapacidade. Assim, à vista do inciso II do artigo 27 da Lei n.º 8213/91, que veda a contagem dos referidos pagamentos fora de prazo para fins de carência, a autarquia indeferiu a concessão de auxílio-doença.
- Considerado que ao trabalhador autônomo, desde os primórdios da legislação previdenciária até os dias atuais, sempre coube o recolhimento das contribuições por iniciativa própria, a lógica dos decretos 83.080/79 e 89.312/84, que desconsideravam as contribuições realizadas com atraso para efeito de carência, era de impor uma sanção, a qual, todavia, não se estendia aos demais segurados, posto que não lhes competia recolher as próprias contribuições, mas aos seus empregadores. A Lei n.º 8213/91, portanto, ao incluir o empregado doméstico na vedação de contagem dos pagamentos fora do prazo, a par de manifestamente injusta e discriminatória, contrariou toda a sistemática normativa. Precedente doutrinário.
- Agravo retido não conhecido. Apelação provida. Ação julgada procedente."
(TRF 3ª Região, Quinta Turma, Apelação Cível - 487345, Processo: 199903990416786 UF: SP, Relator(a) Juiz André Nabarrete, Data da decisão: 24/09/2002, Fonte DJU:25/02/2003 Pg: 435, v.u.)
"PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. EMPREGADA DOMÉSTICA. CONTRIBUIÇÕES EM ATRASO - CARÊNCIA. HONORÁRIOS PERICIAIS.
1. Tratando-se de empregada doméstica as contribuições recolhidas em atraso são consideradas para fins de carência uma vez que a responsabilidade pelo recolhimento é do empregador.
2. Demonstrado pelo conjunto probatório ser a autora portadora de moléstia que a incapacita, total e permanentemente, para o exercício de atividades laborativas, mantém-se a sentença que concede o benefício a contar do requerimento administrativo.
3. Fixada a verba honorária pericial consoante estabelecido na Resolução nº 227, de 15 de dezembro de 2000, do Conselho da Justiça Federal, vigente quando da fixação da mesa, improcede o apelo no ponto, mesmo porque o laudo foi bem elaborado não se resumindo a, tão-somente, responder aos quesitos formulados pelas partes e pelo julgador."
(TRF 4ª Região, Sexta Turma, Apelação Cível-512565, Processo: 200071120025340 UF: RS, Relator(a) Juiz João Batista Pinto Silveira, Data da decisão: 30/06/2004, Fonte DJU DATA:28/07/2004 PÁGINA: 477 v.u.)
Desta forma, neste momento processual e em sede de cognição sumária, impõe-se reconhecer a verossimilhança do pedido de concessão do benefício de auxílio-doença a partir do último requerimento de benefício, apresentado em 23.05.2006, eis que a situação de incapacidade do agravante restou demonstrada como decorrência do infarto agudo do miocárdio sofrido em 30.04.2006, data em que foi fixado o início da incapacidade, momento no qual não há falar-se em preexistência da moléstia em relação à data da refiliação do agravante, a teor da orientação consolidada no Enunciados nº 23 das Turmas Recursais do Juizado Especial Federal de São Paulo/SP, do seguinte teor:
"23 - A qualidade de segurado, para fins de concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez, deve ser verificada quando do início da incapacidade."
Também o perigo de dano é evidente, em razão de se tratar de benefício de caráter alimentar, que não permite à agravante aguardar o desfecho da ação sem prejuízo de seu sustento e de sua família.
Quanto à omissão do empregador no recolhimento das contribuições devidas, tal fato constitui irregularidade sujeita ao poder de fiscalização do INSS e que lhe é conferido pelo artigo 33, caput da Lei 8.212/91.
Presentes os requisitos do artigo 273, caput, c/c o art. 527, II, ambos do Código de Processo Civil, ANTECIPO A PRETENSÃO RECURSAL e DEFIRO PARCIALMENTE a tutela antecipada postulada, a fim de determinar a concessão, sem efeito retroativo, do benefício auxílio-doença previdenciário em favor do agravante, até o pronunciamento definitivo da Turma.
O Instituto Nacional do Seguro Social - INSS deverá ser intimado para o imediato cumprimento da presente decisão, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de multa que fixo em R$ 100,00 por dia de atraso.
Comunique-se ao MM. Juízo a quo e intime-se a parte agravada para resposta, a teor do disposto no artigo 527, inciso V, do Código de Processo Civil.
Intime-se.

São Paulo, 29 de março de 2007.

PROC.	:	2006.03.99.015420-8 AC 1108120
ORIG.	:	0400000543 2 Vr PIEDADE/SP 0400017856 2 Vr PIEDADE/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CINTIA RABE
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ANA STRAZZA DE SOUZA
ADV	:	SEBASTIAO CARLOS FERREIRA DUARTE
RELATOR	:	JUÍZA CONV ANA LÚCIA IUCKER / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.68
Vistos.
Converto o feito em diligência.
Oficie-se ao Juízo a quo para que envie o mandado de citação cumprido, no prazo de 20 (vinte) dias.
Intimem-se.
São Paulo, 08 de março de 2007.

ANA LÚCIA IUCKER
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA

PROC.	:	2007.03.00.015456-1 AG 292844
ORIG.	:	0600000294 1 Vr NHANDEARA/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOSE LUIZ SFORZA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	OLESA SALVARIM DOS SANTOS
ADV	:	CARLOS APARECIDO DE ARAUJO
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE NHANDEARA SP
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.44/46
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS contra a r. decisão de 1ª Instância que, nos autos da ação de benefício previdenciário de aposentadoria rural por idade, afastou a preliminar da contestação de falta de interesse de agir por ausência de prévio requerimento administrativo.
Aduz o Agravante, em síntese, que alegou em sua contestação, preliminarmente, a falta de uma das condições da ação, qual seja, o interesse de agir do Autor, na medida em que é imprescindível prévio acesso ao ente administrativo para que caracterize, eventualmente, a pretensão resistida. Colaciona jurisprudência.
Requer a concessão de efeito suspensivo.
Feito o breve relatório, passo a decidir.
Trata-se de recurso de agravo interposto na vigência da Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005 e, que não se encontram presentes os requisitos de admissibilidade do seu processamento na forma de instrumento, com fulcro no inciso II, do artigo 527, do Código de Processo Civil, posto que não se verifica hipótese de decisão capaz de impor ao Agravante lesão grave e de difícil reparação.
Entendo que as súmulas 213 do extinto TFR, e 09 desta Corte, não afastam a necessidade do pedido na esfera administrativa, dispensando, apenas, o exaurimento da via administrativa, para a propositura da ação previdenciária.
Com efeito, o pedido apresentado diretamente ao Poder Judiciário resulta na substituição de atividade administrativa conferida precipuamente à Autarquia Previdenciária, sem que ao menos este tenha ciência da pretensão do Autor pela prestação jurisdicional.
Assim, é necessária a demonstração do prévio pedido na esfera administrativa e, ultrapassado o prazo previsto no art. 41, § 6º, da Lei nº 8.213/91, mantendo-se omissa a Autarquia Previdenciária em sua apreciação, ou indeferido o pleito, não se exige o esgotamento dessa via, para se invocar a prestação jurisdicional.
Contudo, na hipótese vertente, verifico que já houve contestação da Autarquia Previdenciária (fls.24/39), que inclusive adentrou no mérito da medida, tornando evidente a existência de resistência à pretensão formulada pela Autora.
Destarte, a contestação apresentada pelo INSS supriu eventual falta de interesse de agir, na medida em que tornou a questão controvertida, a exigir a intervenção jurisdicional.

Portanto, ante o conflito de interesses que envolve a questão sub judice e os ditames impostos pela Carta Magna, que garantem o acesso ao Judiciário sempre que houver lesão ou ameaça a direito (art. 5º, inciso XXXV da Constituição Federal), resta evidenciado o interesse processual e a idoneidade da via eleita para pleitear o seu direito.
Com estas considerações, tendo em vista o disposto no artigo 1.º, da Lei n.º 11.187, de 19/10/2005 que alterou os artigos 522 e 527, II, da Lei n.º 5.869, de 11/01/1973 do Código de Processo Civil, converto em retido o presente Agravo de Instrumento.
Com as devidas anotações remetam-se os autos à Vara de origem para as providências necessárias.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11G3.1331 - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2003.03.99.015457-8 AC 875511
ORIG.	:	0100000030 2 Vr JABOTICABAL/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUIS ENRIQUE MARCHIONI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	JOSE JOAO GONCALVES e outro
ADV	:	SONIA LOPES
RELATOR	:	DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.104
Vistos, etc.
Em consulta ao Sistema Único de Benefícios DATAPREV, do MPAS/INSS, verifico que a autora, APARECIDA FERREIRA GONÇALVES, é beneficiária de aposentadoria por invalidez previdenciária - NB 1334783796 -, desde 06.03.2004, conforme documento anexo, cuja juntada aos autos fica ora determinado, e considerando-se o presente pedido de concessão de aposentadoria por idade, com base no art. 143 da Lei nº 8.213/91, defiro-lhe o prazo de 10 (dez) dias para manifestar sua opção em relação ao benefício que entender mais vantajoso.
Após, voltem os autos conclusos para deliberação.
Int.
São Paulo, 16 de março de 2007.

PROC.	:	2007.03.00.015612-0 AG 292954
ORIG.	:	200661830073453 4V Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	JOSE DONIZETE DA SILVA
ADV	:	WILSON MIGUEL
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA PREVIDENCIARIA DE SAO PAULO SP>1ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.33/35
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por JOSE DONIZETE DA SILVA contra a r. decisão de 1ª Instância que, nos autos da ação de benefício previdenciário, indeferiu o pedido de juntada aos autos, da cópia do processo administrativo de aposentadoria, com todos os documentos que o compõe.
Aduz o Agravante que os documentos, comprobatórios para o devido enquadramento e à conversão de atividades especiais, devidamente somadas as atividades comuns, estão no processo administrativo. Portanto, cabe a Autarquia juntá-lo aos autos.
Requer a concessão do efeito ativo.
Trata-se de recurso de agravo interposto na vigência da Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005 e, que não se encontram presentes os requisitos de admissibilidade do seu processamento na forma de instrumento, com fulcro no inciso II, do artigo 527, do Código de Processo Civil, posto que não se verifica hipótese de decisão capaz de impor ao Agravante lesão grave e de difícil reparação.
No caso dos autos, postula o Agravante a intimação do Agravado para que apresente cópia do processo administrativo, que se encontra em poder da Agência da Previdência Social.
Com efeito, o artigo 399, inciso II do CPC, prevê o poder conferido ao juiz de requisitar às repartições publicas os procedimentos administrativos. Entretanto, não é licito à parte transformar o juiz num mero preposto para sua obtenção. Assim, o dever do juiz de requisitar tais documentos ficará da dependência do exame do requisito de sua necessidade e da dificuldade ponderável de ser o processo administrativo obtido diretamente pela parte.
Entendo que decisão do MM. Juiz a quo deve ser mantida, eis que não está o magistrado compelido a requisitar as referidas cópias, sem que reste demonstrado pela parte requerente a impossibilidade de obter diretamente os documentos que entende lhe serem úteis (RSTJ 23/249).
Saliente-se ainda, que o processo administrativo é regido pelo princípio da publicidade, devendo ser garantido ao segurado vista dos autos quando solicitado. Apenas será requisitado pelo juiz, quando ficar demonstrado a recusa do INSS.
Somente pode-se qualificar como capaz de causar lesão grave à parte a decisão judicial que possa ferir direito do Agravante. Assim, não estando a ressumbrar a própria existência do direito pleiteado, inviável cogitar-se, desde logo, de sua possível lesão.
Com estas considerações, tendo em vista o disposto no artigo 1.º, da Lei n.º 11.187, de 19/10/2005 que alterou os artigos 522 e 527, II, da Lei n.º 5.869, de 11/01/1973 do Código de Processo Civil, converto em retido o presente Agravo de Instrumento.
Com as devidas anotações remetam-se os autos à Vara de origem para as providências necessárias.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11G4.05A5 - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2007.03.00.015748-3 AG 293049
ORIG.	:	9103152880 2 Vr RIBEIRAO PRETO/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CAROLINA SENE TAMBURUS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	HOSANA APARECIDA PINTO e outros
ADV	:	APARECIDO SEBASTIAO DA SILVA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE RIBEIRAO PRETO SP
RELATOR	:	JUÍZA CONV ANA LÚCIA IUCKER / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.52/53
VISTOS.
Tratam os presentes autos de recurso de agravo interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS em face da decisão reproduzida à fl. 44, na qual foi deferida a expedição de RPV em relação a cada um dos herdeiros habilitados nos autos.
Aduz o recorrente que não é possível a expedição de RPV, porque o valor total do débito é superior a R$ 60.000,00 e portanto deveria ser expedido precatório.
Aduz que não é possível o fracionamento para fins de expedição de RPV.
Requerida a antecipação de tutela recursal.
Ausente a verossimilhança das alegações.
Com efeito, a autora da ação veio a falecer no curso dela e seus herdeiros efetuaram HABILITAÇÃO, consoante determinam os artigos 1055 e seguintes do Código de Processo Civil.
Essa habilitação é forma de sucessão processual (artigo 43 do CPC) ou seja, a autora falecida que figurava no pólo ativo do processo é sucedida por aqueles herdeiros que foram habilitados: inicialmente existia um só autor, agora existe um litisconsórcio entre os habilitados, que assumem o pólo ativo da ação de forma individual.
Não é o espólio que ali está e sim cada habilitado em nome próprio.
Cito precedente nesse sentido:
"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. LEGITIMIDADE. SEGURADO FALECIDO.HABILITAÇÃO. NECESSIDADE. INAPLICABILIDADE DO ARTIGO 112 DA LEI 8.213/91.
.PA 0,10 1. "A norma do artigo 112 da Lei nº 8.213/91 define a titularidade do direito subjetivo ao recebimento dos valores não recebidos em vida pelo segurado, tratando, assim, inequivocamente de norma jurídica material, que em nada se confunde com aqueloutra, de natureza instrumental, referente à habilitação própria da sucessão de partes no processo (Código de Processo Civil, artigo 1.055 usque 1.062)." (REsp 249.990/SC, da minha Relatoria, in DJ 19/12/2002). 2. Recurso provido".
Destarte, cabível a expedição de RPV, porque cada autor deve ser considerado individualmente.
Posto isto, NEGO O EFEITO SUSPENSIVO ao presente.
Vista à parte contrária para contra-minuta.
Comunique-se e intimem-se.
São Paulo, 22 de março de 2007.
ANA LÚCIA IUCKER
Juíza Federal Convocada

PROC.	:	2007.03.00.015755-0 AG 293056
ORIG.	:	200761110004196 1 Vr MARILIA/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARCELO RODRIGUES DA SILVA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	GARIBALDI AMARAL DE FREITAS
ADV	:	RUBENS HENRIQUE DE FREITAS
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE MARILIA Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.28/31
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DA SEGURIDADE SOCIAL em face da decisão do Juízo a quo que, em ação de Mandado de Segurança, deferiu a liminar para que a Autarquia implantasse o benefício de aposentadoria por idade urbana.
Aduz o Agravante que com o advento da lei 10.666/2003, a carência a considerar para possibilitar a concessão do beneficio é a da data do requerimento administrativo e não da data do preenchimento do requisito da idade, sendo que, desse modo, não foi cumprido, pelo agravado, o mínimo de contribuições exigidas.
Pede a concessão de efeito suspensivo .
Trata-se de recurso de agravo interposto na vigência da Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005 e, que não se encontram presentes os requisitos de admissibilidade do seu processamento na forma de instrumento, com fulcro no inciso II, do artigo 527, do Código de Processo Civil, posto que não se verifica hipótese de decisão capaz de impor ao Agravante lesão grave e de difícil reparação.
No caso dos autos, postula a imediata suspensão da decisão que deferiu a medida de urgência que concedeu aposentadoria por idade urbana ao Agravado, para sua concessão é necessária a comprovação da idade mínima e o cumprimento do período de carência.
A idade do Autor é inconteste, uma vez que, nascido em 07/02/1930, completou a idade mínima em 07/02/1995, satisfazendo, assim, o requisito exigido pelo art. 48 da Lei n.º 8.213/91.
Quanto ao período de carência, exige o artigo 25, inciso II, da Lei 8.213/91, o número mínimo de 180 (cento e oitenta) contribuições mensais para a obtenção do benefício, restando tal norma excepcionada pelo artigo 142 da mesma lei, pelo qual o segurado já inscrito na Previdência Social à época da vigência da Lei de Benefícios Previdenciários, poderá cumprir um período de carência menor, de acordo com o ano em que preencher as condições para requerer o benefício pretendido.
Na hipótese, a parte Autora comprovou 132 (cento e trinta e dois) meses de contribuição, restando cumprida a carência exigida pelo artigo 142 da Lei 8.213/91, que no caso em análise é de 78 (setenta e oito) meses, vez que implementou a idade no ano de 1995.
Por outro lado, no que se refere à qualidade de segurado, a partir da edição da Medida Provisória 83/2002, convertida com alterações na Lei n.º 10.666/2003, afastou-se sua exigência para a concessão da aposentadoria por idade.
Antes mesmo da vigência da referida norma, entretanto, o STJ já havia firmado o entendimento de que o implemento da idade após a perda da qualidade de segurado, não obsta o deferimento do benefício, desde que satisfeita a carência prevista em lei.
A respeito, a jurisprudência de que são exemplos os acórdãos abaixo transcritos:
"EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO - IRRELEVÂNCIA.
1. Para concessão de aposentadoria por idade, não é necessário que os requisitos exigidos pela lei sejam preenchidos simultaneamente, sendo irrelevante o fato de que o obreiro, ao atingir a idade mínima, já tenha perdido a condição de segurado."
(ED em Resp 175265/SP; Rel. Min. Fernando Gonçalves; j. 23/08/2000; v.u.).
"PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR URBANO. APOSENTADORIA POR IDADE. PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO. ART. 102 DA LEI Nº 8.213/91.
1. A perda da qualidade de segurado não impede a concessão de aposentadoria por idade, desde que atendidos os requisitos da idade mínima e do recolhimento das contribuições previdenciárias devidas.
2. Precedentes.
3.Recurso especial conhecido e provido." (Resp 328756/PR, Rel. Min. Paulo Gallotti, 6ª Turma, DJ 9.12.2002, p. 398).
Em decorrência, concluo pelo preenchimento dos requisitos exigidos para a concessão da aposentadoria por idade.
Com estas considerações, tendo em vista o disposto no artigo 1.º, da Lei n.º 11.187, de 19/10/2005 que alterou os artigos 522 e 527, II, da Lei n.º 5.869, de 11/01/1973 do Código de Processo Civil, converto em retido o presente Agravo de Instrumento.
Com as devidas anotações remetam-se os autos à Vara de origem para as providências necessárias.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11G5.15HD - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2007.03.00.015799-9 AG 293083
ORIG.	:	0700000105 3 Vr SANTA BARBARA D OESTE/SP
AGRTE	:	TERESA MESSA DA SILVA
ADV	:	JOSE APARECIDO BUIN
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 3 VARA DE SANTA BARBARA D OESTE SP
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.44/45
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por TERESA MESSA DA SILVA contra a r. decisão do Juízo de 1a. Instância que, nos autos da ação de benefício previdenciário, indeferiu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela para o restabelecimento do benefício previdenciário de auxílio-doença.
Aduz o Agravante que estão presentes os requisitos que autorizam o deferimento da tutela de urgência. Sustenta que o benefício de auxílio-doença foi suspenso em 15/01/2007, por alta programada do inss, mas que, no entanto, continua sem condições de retornar as suas atividades laborais, conforme demonstram os relatórios e exames médicos acostados aos autos.
Requer a concessão da tutela antecipada.
Trata-se de recurso de agravo interposto na vigência da Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005, encontrando-se presentes os requisitos de admissibilidade do seu processamento na forma de instrumento, com fulcro no inciso II, do artigo 527, do Código de Processo Civil, posto que ocorre hipótese de decisão capaz de impor ao Agravante lesão grave e de difícil reparação.
O MM. Juiz a quo indeferiu a tutela de urgência, pugnada pelo Autor, com fundamento na ausência dos requisitos indispensáveis à concessão da tutela, na medida em que não ficou demonstrada, de forma incontrastável, a incapacidade da Autora para o trabalho.

Em consulta ao CNIS, verifiquei que, em virtude da realização da nova perícia médica marcada para 26/02/07 passado, o beneficio foi restabelecido administrativamente, contudo, com prazo para sua cessação em 30/03/2007.
Assim, o INSS concedeu novamente, à Agravante, a "alta programada", conforme extrato do CNIS em anexo, sem proceder a novos exames médicos, presumindo-se a capacidade pelo simples advento do termo pré-fixado.
Entendo ser indispensável a realização de perícia médica para legitimar a sustação do auxílio-doença, não devendo ser imposto ao segurado o ônus de interpor recurso administrativo para exigir a necessária perícia.
Assim, com estas considerações, presentes os requisitos do artigo 558 do Código de Processo Civil, determino o processamento do presente agravo com efeito suspensivo, para determinar que o benefício não seja cessado sem a realização de perícia médica que constate a capacidade laboral.
Comunique-se ao Juízo de origem, solicitando-se as informações, nos termos do artigo 527, IV, do CPC.
Apresente o Agravado a resposta que queira, em decorrência do artigo 527, V, do CPC.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11G6.0DG3 - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2007.03.00.015807-4 AG 293091
ORIG.	:	0600017292 1 Vr PARANAIBA/MS
AGRTE	:	APARECIDA ALVES DE ARAUJO
ADV	:	ARISTIDES LANSONI FILHO
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	AMILSON ALVES QUEIROZ FILHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE PARANAIBA MS
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.19/21
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por APARECIDA ALVES DE ARAÚJO contra a r. decisão de 1ª Instância que, nos autos da ação de benefício previdenciário de pensão por morte , suspendeu o processo por 60 dias para que a Agravante, comprove o indeferimento administrativo do benefício, ou alternativamente que não foi apreciado pela autoridade administrativa, no prazo de 45 dias, sob pena de extinção do processo.
Aduz a Agravante, em síntese, que inexiste na legislação previdenciária vigente obrigatoriedade de prévio pedido e exaurimento da via administrativa, como condição para ajuizamento de ação judicial, inclusive já sumulada pelo TRF - n. 09. Colaciona jurisprudências.
Pede a concessão de efeito suspensivo ativo.
Trata-se de recurso de agravo interposto na vigência da Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005 e, que não se encontram presentes os requisitos de admissibilidade do seu processamento na forma de instrumento, com fulcro no inciso II, do artigo 527, do Código de Processo Civil, posto que não se verifica hipótese de decisão capaz de impor ao Agravante lesão grave e de difícil reparação.
Tenho adotado entendimento no sentido de que a súmula 09 desta Corte, não afasta a necessidade do pedido na esfera administrativa, dispensando, apenas, o exaurimento da via administrativa, para a propositura da ação previdenciária.
Com efeito, o pedido apresentado diretamente ao Poder Judiciário resulta na substituição de atividade administrativa conferida precipuamente à Autarquia Previdenciária, sem que ao menos este tenha ciência da pretensão do Autor pela prestação jurisdicional.
Assim, é necessária a demonstração do prévio pedido na esfera administrativa e, ultrapassado o prazo previsto no art. 41, § 6º, da Lei nº 8.213/91, mantendo-se omissa a Autarquia Previdenciária em sua apreciação, ou indeferido o pleito, não se exige o esgotamento dessa via, para se invocar a prestação jurisdicional. Nesse sentido:
"PROCESSUAL CIVIL. CARÊNCIA DE AÇÃO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. FALTA DE PEDIDO ADMINISTRATIVO. DISSÍDIO COM A SÚM. 213-TFR E 9-STJ. NÃO OCORRENTE.
1.SE A INTERESSADA, SEM NENHUM PEDIDO ADMINISTRATIVO, PLEITEIA DIRETAMENTE EM JUÍZO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO (APOSENTADORIA POR IDADE), INEXISTE DISSÍDIO COM A SÚM. 213 - TFR E COM A 9 - STJ ANTE A DESSEMELHANÇA ENTRE AS SITUAÇÕES EM COTEJO, PORQUANTO AMBAS TRATAM DO EXAURIMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA E NÃO DA AUSÊNCIA TOTAL DE PEDIDO NAQUELA ESFERA. CORRETO O JULGADO RECORRIDO AO FIXAR A AUSÊNCIA DE UMA DAS CONDIÇÕES DA AÇÃO - INTERESSE DE AGIR - PORQUANTO, A MÍNGUA DE QUALQUER OBSTÁCULO IMPOSTO PELA AUTARQUIA FEDERAL (INSS), NÃO SE APERFEIÇOA A LIDE, DOUTRINARIAMENTE CONCEITUADA COMO UM CONFLITO DE INTERESSES CARACTERIZADO POR UMA PRETENSÃO RESISTIDA.
2.RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.".
(STJ, Resp 147186, Rel. Min. Fernando Gonçalves, 6ª Turma, DJ 06/04/1998, pág. 179).
Entendo que somente pode-se qualificar como capaz de causar lesão grave à parte a decisão judicial que possa ferir direito da Agravante cuja verossimilhança tenha sido demonstrada. Assim, por entender que há necessidade de prévio pedido administrativo para caracterizar a pretensão resistida da Autarquia, inviável cogitar-se, desde logo, de lesão a direito da Agravante.
Com estas considerações, tendo em vista o disposto no artigo 1.º, da Lei n.º 11.187, de 19/10/2005 que alterou os artigos 522 e 527, II, da Lei n.º 5.869, de 11/01/1973 do Código de Processo Civil, converto em retido o presente Agravo de Instrumento.
Anotados, remetam-se os autos à Vara de origem para as providências necessárias.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11G6.15HD - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2007.03.00.015979-0 AG 293239
ORIG.	:	0700001133 1 Vr BATAGUASSU/MS 0700000058 1 Vr BATAGUASSU/MS
AGRTE	:	JOAQUIM BENEDITO DA SILVA
ADV	:	DENNIS STANISLAW MENDONCA THOMAZINI
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE BATAGUASSU MS
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.45/47
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por JOAQUIM BENEDITO DA SILVA contra a r. decisão do Juízo de 1a. Instância que, nos autos da ação de benefício previdenciário, indeferiu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela para o restabelecimento do benefício previdenciário de auxílio-doença.
Aduz a Agravante que estão presentes os requisitos que autorizam a antecipação de tutela, na medida em que é segurada do Regime Geral da Previdência Social, e que os atestados médicos trazidos aos autos comprovam a incapacidade para o trabalho, eis que sofre de dorsalgia e outros transtornos de discos intervertebrais.
Requer a concessão da tutela antecipada.
Trata-se de recurso de agravo interposto na vigência da Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005, encontrando-se presentes os requisitos de admissibilidade do seu processamento na forma de instrumento, com fulcro no inciso II, do artigo 527, do Código de Processo Civil, posto que se verifica hipótese de decisão capaz de impor ao Agravante lesão grave e de difícil reparação.
O MM. Juiz a quo indeferiu a tutela de urgência, pugnada pela Autora, fundamentando-se na ausência dos requisitos indispensáveis à concessão da tutela, na medida em que não ficou demonstrado de forma incontestável a incapacidade do Autor para o trabalho.
Entretanto, entendo que os documentos trazidos são suficientes para aferir a verossimilhança da alegação de incapacidade laborativa.
O Autor conta com mais de 66 anos e é portador de dorsalgia e outros transtornos de discos intervertebrais encontrando-se com restrições de atividade decorrentes das enfermidades apresentadas.
Ademais, apesar do Agravante ter recebido alta pela perícia do INSS em 16/04/06, sob a fundamentação de não mais existir incapacidade para o trabalho ou para a sua atividade habitual, o Agravante junta aos autos atestados médicos de fls. 25 e 26, assinados por médicos especialista, que declaram a continuidade da doença. Portanto, não houve mudança no quadro clínico, que autorizasse o cancelamento do benefício.
O risco de dano é evidente, em razão de tratar-se de benefício de caráter alimentar, que não permite ao Agravante aguardar o desfecho da ação.
Com estas considerações, presentes os requisitos do artigo 558 do Código de Processo Civil, determino o processamento do presente agravo com efeito suspensivo, para deferir a tutela antecipada para o restabelecimento do auxílio-doença, para que o benefício seja implantado a partir da ciência da decisão antecipatória.
Comunique-se ao Juízo de origem, solicitando-se as informações, nos termos do artigo 527, IV, do CPC.
Apresente o Agravado a resposta que queira, em decorrência do artigo 527, V, do CPC.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11G7.05A5 - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2003.03.99.016081-5 AC 876833
ORIG.	:	0200000699 1 Vr PARAGUACU PAULISTA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARCIO CEZAR SIQUEIRA HERNANDES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	SELMA CARDOSO FEITOSA
ADV	:	APARECIDO DE OLIVEIRA
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE PARAGUACU PAULISTA SP
RELATOR	:	DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.89
Manifestem-se as partes, no prazo de 5 dias, a respeito do documento de fls. 87.
Após, voltem os autos conclusos para deliberação.
São Paulo, 13 de março de 2.007.

PROC.	:	97.03.016134-0 AC 363646
ORIG.	:	9413030740 2 Vr BAURU/SP
APTE	:	THEREZINHA CURY ANHESINE
ADV	:	FAUKECEFRES SAVI e outro
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	VALERIA DALVA DE AGOSTINHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
RELATOR	:	DES.FED. NELSON BERNARDES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.178
Fl. 176: Manifeste-se a parte autora.
Intime-se.
São Paulo, 07 de março de 2007.
NELSON BERNARDES DE SOUZA
DESEMBARGADOR FEDERAL RELATOR

PROC.	:	90.03.016505-0 AC 25846
ORIG.	:	8900000110 1 Vr DIADEMA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ARTHUR LOTHAMMER
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ANTONIO TIAGO DA SILVA
ADV	:	JAMIR ZANATTA
RELATOR	:	JUÍZA CONV ANA LÚCIA IUCKER / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.148
Vistos.
Fls. 132/143: Manifeste-se o Instituto Nacional do seguro Social - INSS sobre o pedido de habilitação.
Intime-se.
São Paulo, 16 de março de 2007.
ANA LÚCIA IUCKER
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA

PROC.	:	2006.03.99.016730-6 AC 1109556
ORIG.	:	0100002203 1 Vr FRANCISCO MORATO/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOEL GIAROLA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MANOEL ROSA DE ARRUDA
ADV	:	JOAQUIM ROQUE NOGUEIRA PAIM
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE FRANCISCO MORATO SP
RELATOR	:	DES.FED. NELSON BERNARDES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.138
Trata-se de pedido de antecipação dos efeitos da tutela em ação de natureza previdenciária ajuizada em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando a concessão do benefício de aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença.
Cumpre observar, inicialmente, que a antecipação de tutela pode ser concedida pelo magistrado desde que verificada a presença dos requisitos contidos no art. 273 do Código de Processo Civil, vale dizer, o convencimento da verossimilhança das alegações formuladas, aliado à iminência de lesão irreparável ou de difícil reparação, manifesto propósito protelatório do réu e reversibilidade da medida.
A hipótese dos autos, no entanto, demanda juízo de cognição exauriente, o qual se divorcia da convicção inequívoca da verossimilhança das alegações, imprescindível ao deferimento da medida de urgência ora pleiteada.
Ante o exposto, indefiro a tutela antecipada.
Intime-se.
São Paulo, 06 de março de 2007.
NELSON BERNARDES DE SOUZA
DESEMBARGADOR FEDERAL RELATOR

PROC.	:	2006.03.99.017244-2 AC 1110070
ORIG.	:	0300001230 2 Vr IBITINGA/SP 0300078170 2 Vr IBITINGA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUIS ENRIQUE MARCHIONI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	LAUDELINO BISPO DOS SANTOS e outros
ADV	:	ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.153
Promova a parte Autora a habilitação dos cônjuges de Carlos Alberto Colturato e de Sueli Terezinha Colturato, conforme requerido pelo INSS às fls. 151.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11F2.0GBF - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2006.03.99.017889-4 AC 1110719
ORIG.	:	0100001027 2 Vr BATATAIS/SP 0100030274 2 Vr BATATAIS/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUCILENE SANCHES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	CRISTIANO CESAR JORDÃO E OUTROS
ADV	:	CATARINA LUIZA RIZZARDO ROSSI
RELATOR	:	DES.FED. NELSON BERNARDES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.163
Tendo em vista a expressa anuência do INSS (fl. 161), defiro a habilitação requerida pelos sucessores da parte autora às fls. 140/156.
Anote-se.
Intime-se.
São Paulo, 02 de março de 2007.
NELSON BERNARDES DE SOUZA
DESEMBARGADOR FEDERAL RELATOR

PROC.	:	2007.03.00.018193-0 AG 293362
ORIG.	:	0600036890 1 Vr PARANAIBA/MS
AGRTE	:	MARIA RAMOS DE SOUZA
ADV	:	MAURICIO DA SILVA
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	AMILSON ALVES QUEIROZ FILHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE PARANAIBA MS
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.57/59
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por MARIA RAMOS DE SOUZA contra a r. decisão de 1ª Instância que, nos autos da ação de benefício previdenciário, suspendeu o processo por 60 dias, para que a Agravante comprove o indeferimento administrativo do benefício, ou alternativamente, que este, decorridos 45 dias, ainda não tenha sido apreciado, sob pena de extinção do processo.
Aduz a Agravante, em síntese, que inexiste na legislação previdenciária vigente obrigatoriedade de prévio pedido e exaurimento da via administrativa, como condição para ajuizamento de ação judicial, inclusive já sumulada pelo TRF - n. 09 e 213 - TFR. Colaciona jurisprudências.
Pede a concessão de efeito suspensivo ativo.
Trata-se de recurso de agravo interposto na vigência da Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005 e, que não se encontram presentes os requisitos de admissibilidade do seu processamento na forma de instrumento, com fulcro no inciso II, do artigo 527, do Código de Processo Civil, posto que não se verifica hipótese de decisão capaz de impor ao Agravante lesão grave e de difícil reparação.
Tenho adotado entendimento no sentido de que a súmula 09 desta Corte, não afasta a necessidade do pedido na esfera administrativa, dispensando, apenas, o exaurimento da via administrativa, para a propositura da ação previdenciária.
Com efeito, o pedido apresentado diretamente ao Poder Judiciário resulta na substituição de atividade administrativa conferida precipuamente à Autarquia Previdenciária, sem que ao menos este tenha ciência da pretensão do Autor pela prestação jurisdicional.
Assim, é necessária a demonstração do prévio pedido na esfera administrativa e, ultrapassado o prazo previsto no art. 41, § 6º, da Lei nº 8.213/91, mantendo-se omissa a Autarquia Previdenciária em sua apreciação, ou indeferido o pleito, não se exige o esgotamento dessa via, para se invocar a prestação jurisdicional. Nesse sentido:
"PROCESSUAL CIVIL. CARÊNCIA DE AÇÃO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. FALTA DE PEDIDO ADMINISTRATIVO. DISSÍDIO COM A SÚM. 213-TFR E 9-STJ. NÃO OCORRENTE.
1.SE A INTERESSADA, SEM NENHUM PEDIDO ADMINISTRATIVO, PLEITEIA DIRETAMENTE EM JUÍZO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO (APOSENTADORIA POR IDADE), INEXISTE DISSÍDIO COM A SÚM. 213 - TFR E COM A 9 - STJ ANTE A DESSEMELHANÇA ENTRE AS SITUAÇÕES EM COTEJO, PORQUANTO AMBAS TRATAM DO EXAURIMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA E NÃO DA AUSÊNCIA TOTAL DE PEDIDO NAQUELA ESFERA. CORRETO O JULGADO RECORRIDO AO FIXAR A AUSÊNCIA DE UMA DAS CONDIÇÕES DA AÇÃO - INTERESSE DE AGIR - PORQUANTO, A MÍNGUA DE QUALQUER OBSTÁCULO IMPOSTO PELA AUTARQUIA FEDERAL (INSS), NÃO SE APERFEIÇOA A LIDE, DOUTRINARIAMENTE CONCEITUADA COMO UM CONFLITO DE INTERESSES CARACTERIZADO POR UMA PRETENSÃO RESISTIDA.
2.RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.".
(STJ, Resp 147186, Rel. Min. Fernando Gonçalves, 6ª Turma, DJ 06/04/1998, pág. 179).
Entendo que somente pode-se qualificar como capaz de causar lesão grave à parte a decisão judicial que possa ferir direito da Agravante cuja verossimilhança tenha sido demonstrada. Assim, por entender que há necessidade de prévio pedido administrativo para caracterizar a pretensão resistida da Autarquia, inviável cogitar-se, desde logo, de lesão a direito da Agravante.
Com estas considerações, tendo em vista o disposto no artigo 1.º, da Lei n.º 11.187, de 19/10/2005 que alterou os artigos 522 e 527, II, da Lei n.º 5.869, de 11/01/1973 do Código de Processo Civil, converto em retido o presente Agravo de Instrumento.
Anotados, remetam-se os autos à Vara de origem para as providências necessárias.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11G7.0GBF - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2007.03.00.018259-3 AG 293411
ORIG.	:	0600021516 1 Vr PARANAIBA/MS
AGRTE	:	MARIA VICENCIA DE BRITO
ADV	:	CLEONICE MARIA DE CARVALHO
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	AMILSON ALVES QUEIROZ FILHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE PARANAIBA MS
RELATOR	:	DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.40/42
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Maria Vicência de Brito contra decisão proferida pelo Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca Paranaíba - MS, que determinou a suspensão do processo pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a fim de que a parte autora promova o requerimento administrativo do benefício, nos autos de ação em que se postula a concessão de benefício de aposentadoria por idade rural.
Sustenta a agravante, em síntese, a dispensabilidade do prévio exaurimento da via administrativa, com base na Súmula 09 desta Corte. Pede a concessão de efeito suspensivo ao recurso.
Feito o breve relatório, decido.
Inicialmente, considerando se tratar de recurso de agravo interposto após 18 de janeiro de 2006, data em que teve início a vigência da Lei 11.187, de 19 de outubro de 2005, verifico que não se encontram presentes os requisitos de admissibilidade do seu processamento na forma de instrumento, com fulcro no inciso II do artigo 527 do Código de Processo Civil.
Isto porque da narrativa veiculada na inicial não se infere hipótese de decisão que imponha ao agravante lesão grave e de difícil reparação, considerando não se vislumbrar ilegalidade manifesta ou abuso de poder.
O Juízo prolator da decisão agravada conhece muito bem a realidade: tornou-se hábito requerer diretamente ao Poder Judiciário o que deve ser providenciado pela autoridade administrativa, com a justificativa de que administrativamente não há êxito por parte do segurado. As conseqüências são graves, tanto para a autarquia quanto para o segurado: para a autarquia, porque a lenta tramitação do processo levará ao pagamento de verbas acessórias que, se bem empregadas, poderiam compor o custeio da previdência social; para o segurado, porque a mesma lentidão o fará aguardar por anos a fio o que é de seu direito. Não há quem ganhe com essa lentidão, e, no entanto, esse procedimento se repete, reiteradamente, causando o grande congestionamento do Poder Judiciário.
É bem verdade que, muitas vezes, o INSS sequer recebe os pedidos no protocolo. Mas também é verdade que, muitas vezes, os pedidos são rapidamente analisados e dada a resposta ao requerimento do segurado, concedendo ou inderindo o benefício, com o que a função administrativa foi exercida.
O que ocorre, na prática, é que a falta de ingresso na via administrativa transfere para o Poder Judiciário o exercício de uma função que, na realidade, não lhe é típica, substituindo-se ao Administrador porque, tradicionalmente, o INSS reluta em cumprir sua função constitucional.
Está correta a decisão agravada quando determina a suspensão do processo para que a parte promova o requerimento do benefício no local certo: o INSS. É a esta autarquia que cabe apreciar o pedido. Na hipótese de indeferimento do pedido ou da falta de decisão administrativa é que nasce para o segurado o interesse de agir.
O art. 41, § 6º, da Lei nº 8213/91, concede à autoridade administrativa o prazo de 45 dias para efetuar o pagamento da primeira renda mensal do benefício, após a apresentação, pelo segurado, da documentação necessária.
Atento à realidade, quis o legislador pôr fim à conhecida demora na decisão de processos administrativos previdenciários, que causa desamparo a muitos segurados justamente no momento em que a cobertura previdenciária deveria socorrê-los.
A apreciação do requerimento, com a formulação de exigências, concessão ou indeferimento do benefício, assim, deve ocorrer em 45 dias.
A dicção da Súmula 9 desta Corte e da jurisprudência dominante não é a que lhe pretende dar o(a) agravante. Não há necessidade de prévio esgotamento da via administrativa, ou seja, o interessado não precisa esgotar todos os recursos administrativos. Mas não excluem a atividade administrativa.
É hora de mudar esse hábito de transferir para o Poder Judiciário o que é função típica do INSS. Se o requerimento administrativo não for recebido no protocolo, ou não for apreciado no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, ou for indeferido, aí sim, surgirá o interesse de agir.
Não seria de se adotar esse procedimento em processos já em tramitação há longo tempo, porque se tornaria inócua toda a espera do segurado, que teria negada a atividade administrativa e judiciária.
No caso presente, penso ser conveniente que se suspenda o processo por prazo razoável, até que venha para os autos a comprovação de que, em 45 (quarenta e cinco) dias após o requerimento administrativo, este não foi apreciado ou foi indeferido.
Ausentes os requisitos do artigo 522, caput do Código de Processo Civil, CONVERTO o presente agravo de instrumento em agravo retido, com fulcro no artigo 527, II, do mesmo estatuto processual, determinando a remessa dos autos ao Juízo de origem.
Intime-se.
São Paulo, 14 de março de 2007.

PROC.	:	2007.03.00.018268-4 AG 293419
ORIG.	:	0700000049 1 Vr MOCOCA/SP
AGRTE	:	SERGIO ANTONIO FELIPE
ADV	:	MARCELO GAINO COSTA
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	FRANCISCO DE ASSIS GAMA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE MOCOCA SP
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.67/69
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por SERGIO ANTONIO FELIPE contra a r. decisão do Juízo de 1a. Instância que, nos autos da ação de benefício previdenciário, indeferiu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela para o restabelecimento do benefício previdenciário de auxílio-doença.
Aduz a Agravante que estão presentes os requisitos que autorizam a antecipação de tutela, na medida em que é seguradO do Regime Geral da Previdência Social, e que os atestados médicos trazidos aos autos comprovam a incapacidade para o trabalho, eis que sofre de epicondilite lateral bilateral e quadro depressivo e transtorno somatoforme.
Requer a concessão da tutela antecipada.
Trata-se de recurso de agravo interposto na vigência da Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005, encontrando-se presentes os requisitos de admissibilidade do seu processamento na forma de instrumento, com fulcro no inciso II, do artigo 527, do Código de Processo Civil, posto que se verifica hipótese de decisão capaz de impor ao Agravante lesão grave e de difícil reparação.
O MM. Juiz a quo indeferiu a tutela de urgência, pugnado pelo Autor, fundamentando-se na ausência dos requisitos indispensáveis à concessão da tutela, na medida em que não ficou demonstrada de forma incontestável a incapacidade do Autor para o trabalho.
Entretanto, entendo que os documentos trazidos são suficientes para aferir a verossimilhança da alegação de incapacidade laborativa.
Com efeito, apesar do Agravante ter recebido alta pela perícia do INSS em 29/10/06, sob a fundamentação de não mais existir incapacidade para o trabalho ou para a sua atividade habitual, o Agravante junta aos autos atestados médicos que comprovam a continuidade da doença. Portanto, não houve mudança no quadro clínico, que autorizasse o cancelamento do benefício.
Saliente-se ainda, que o Autor está em tratamento pós-cirúrgico de epicondilite lateral bilateral e apresenta quadro depressivo e transtorno somatoforme, devendo permanecer afastado de suas atividade laborais, conforme atestados médicos de fls.51/54.
Saliente-se ainda que o autor vinha recebendo o beneficio de auxílio-doença desde 2002, e ainda, exercia a função de auxiliar de fabrica, atividade que exige esforço físico, estando atualmente impossibilitada de retornar às suas funções.
O risco de dano é evidente, em razão de tratar-se de benefício de caráter alimentar, que não permite ao Agravado aguardar o desfecho da ação.
Com estas considerações, presentes os requisitos do artigo 558 do Código de Processo Civil, determino o processamento do presente agravo com efeito suspensivo, para deferir a tutela antecipada para o restabelecimento do auxílio-doença, para que o benefício seja implantado a partir da ciência da decisão antecipatória, sem efeitos retroativos.
Comunique-se ao Juízo de origem, solicitando-se as informações, nos termos do artigo 527, IV, do CPC.
Apresente o Agravado a resposta que queira, em decorrência do artigo 527, V, do CPC.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11G7.15HD - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2007.03.00.018295-7 AG 293445
ORIG.	:	0600001649 3 Vr RIBEIRAO PIRES/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	GLAUCIA VIRGINIA AMANN
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	PATRICIA DE SOUZA COTOLLEZZA incapaz
REPTE	:	ELOINA DE SOUZA COTOLLEZZA
ADV	:	ANGELA MARIA SANTOS GÓES (Int.Pessoal)
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 3 VARA DE RIBEIRAO PIRES SP
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.34/36
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS contra a r. decisão de 1ª Instância que, nos autos da ação de benefício assistencial, concedeu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela para a implantação imediata do benefício previsto no artigo 203, V, da Constituição Federal.
Aduz o Agravante a ausência dos requisitos legais que ensejam a concessão da medida excepcional, previstos no artigo 273 do CPC, posto que não ficou comprovada a incapacidade da Autora, bem como a renda familiar inferior ao limite mínimo previsto na legislação. Alega, ainda, a impossibilidade de concessão de tutela contra a Fazenda Pública e a necessidade do duplo grau obrigatório, nos termos do art. 475, do CPC.
Pleiteia a concessão do efeito suspensivo, tendo em vista o risco de irreversibilidade do provimento.

Feito o breve relatório, passo a decidir.
Trata-se de recurso de agravo interposto na vigência da Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005, e, ausentes os requisitos de admissibilidade do seu processamento na forma de instrumento, com fulcro no inciso II, do artigo 527, do Código de Processo Civil, posto que não se verifica hipótese de decisão capaz de impor ao Agravante lesão grave e de difícil reparação.
O MM. Juiz a quo embasou sua decisão nos documentos acostados aos autos pela Autora, dos quais concluiu pela presença dos requisitos legais autorizadores da tutela antecipada, previstos no art. 273, do CPC.
Constam dos atestados médicos de fls. 24/26 que a Agravada é portadora de retardo mental moderado, em acompanhamento ambulatorial desde junho de 1994, inclusive, tendo sido interditada e nomeada curadora provisória sua genitora, consoante cópia do Compromisso de Curador Provisório de fls.22.
Verifico da cópia da inicial de fls.12/16 que a Requerente vive com sua mãe e um irmão, com uma renda de R$350,00 (trezentos e cinqüenta reais) mensais, recebida por seu irmão, sua mãe está desempregada, pois precisa dedicar-se aos cuidados da filha. A renda familiar é destinada ao pagamento de remédios e cuidados especiais que a Autora necessita, além das despesas necessárias a sobrevivência familiar, sendo insuficiente para suprir todas as despesas.
Por outro lado, a constitucionalidade do §3º do artigo 20, da Lei nº 8.742/93 não impede o julgador de efetuar a análise da situação econômica em cada caso concreto. Assim, observados os requisitos previstos no artigo 273, do CPC, a antecipação de tutela poderá ser concedida pelo magistrado.
Ademais, o perigo de dano é evidente, em razão de tratar-se de benefício de caráter alimentar, que não permite a Agravada esperar pelo desfecho da ação.
Finalmente, com relação à concessão de tutela antecipada contra a Fazenda Pública, não consiste em ofensa ao imperativo de reexame necessário, que se restringe às sentenças proferidas nos termos do artigo 475, II, do CPC. Nesse ponto, há que se harmonizar a regra que impõe a remessa oficial do julgado, com aquela que prevê a antecipação dos efeitos da tutela, prevista no artigo 273 do mesmo Código de Processo Civil. O reexame necessário pressupõe a executoriedade da sentença em caráter definitivo, não se compatibilizando com a precariedade que informa o deferimento de tutela antecipatória para a imediata implantação do benefício, na qual ínsito o seu desfazimento, caso a final afastada a pretensão do Autor.
O provimento antecipatório resguarda simplesmente a parte dos males do tempo, enquanto o reexame necessário resguarda o erário quanto ao acerto do provimento definitivo, na qual uma decisão não inibe nem tampouco afasta a outra, ambas se conciliando pacificamente.
Com estas considerações, tendo em vista o disposto no artigo 1.º, da Lei n.º 11.187, de 19/10/2005 que alterou os artigos 522 e 527, II, da Lei n.º 5.869, de 11/01/1973 do Código de Processo Civil, converto em retido o presente Agravo de Instrumento.
Com as devidas anotações remetam-se os autos à Vara de origem para as providências necessárias.
Intime-se.
São Paulo, 19 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11G8.05A5 - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2007.03.00.018386-0 AG 293544
ORIG.	:	0600000103 1 Vr SALTO/SP 0600007862 1 Vr SALTO/SP
AGRTE	:	NATALIA BATISTA DUARTE
ADV	:	PATRICIA DE CASSIA FURNO OLINDO
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ADRIANA DOS SANTOS MARQUES BARBOSA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE SALTO SP
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.29/31
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por NATALIA BATISTA DUARTE contra a r. decisão do Juízo de 1a. Instância que, nos autos da ação ordinária de aposentadoria por invalidez ou auxílio - doença, determinou a realização de perícia médica pelo IMESC.
Aduz a Agravante que a perícia médica pode ser realizada por médicos da própria região e que a Agravante não tem condições físicas, nem financeiras, para locomover-se até a Capital do Estado a fim de submeter-se ao exame.
Pede a concessão do efeito suspensivo ativo.
Trata-se de recurso de agravo interposto na vigência da Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005, encontrando-se presentes os requisitos de admissibilidade do seu processamento na forma de instrumento, com fulcro no inciso II, do artigo 527, do Código de Processo Civil, posto que se verifica hipótese de decisão capaz de impor ao Agravante lesão grave e de difícil reparação.
Consta da cópia da inicial, que instrui este recurso, que a Agravante é incapacitada para exercer suas funções, uma vez que sofre de dor lombar baixa (fls.12), tornando necessariamente obrigatória a realização de exames periciais por médicos de confiança do Juízo a quo, para a confirmação das enfermidades alegadas. Observo, ainda, que a Agravante é pessoa de poucos recursos financeiros, sendo beneficiária da justiça gratuita, consoante fls.18 dos autos.
Nesse passo, tem razão a Agravante. Tratando-se de pessoa com problemas de saúde e sem condições financeiras, difícil o deslocamento da cidade de Salto para a Capital do Estado, quando na própria Comarca em que reside, existem médicos capacitados.
A propósito os seguintes julgados:
PROCESSUAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. PERÍCIA MÉDICA. DEPARTAMENTO MÉDICO JUDICIÁRIO LOCALIZADO NA CAPITAL DO ESTADO. AUTOR DOMICILIADO NO INTERIOR. DIFICULDADES DE LOCOMOÇÃO.
1. a Constituição Federal garante a assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos (art.5º, LXXIV). Cabe ao Judiciário dar a essa garantia sua máxima eficácia. Não é admissível que, concedido o benefício, se exija do seu destinatário o desembolso de custas extrajudiciais que, obviamente, ele não tem como suportar.
2. Se a parte beneficiária não tem condições de comparecer à capital para realizar a perícia, é razoável que o ato seja realizado na comarca do seu domicílio ou comarca vizinha.
3. Agravo provido. (grifos nossos)
(TRF/4ª Região, Quinta Turma, AG 200104010794054/RS, Rel. Juiz A A Ramos de Oliveira, v.u., DJU 19.06.2002, pg.1155)
PREVIDENCIÁRIO. PROCESSO CIVIL, REALIZAÇÃO DE PERÍCIA NA CAPITAL.
- Não é razoável exigir que o segurado se desloque até a Capital para realização de exame médico possível de ser efetivado em localidade próxima ao seu domicílio.
(TRF/4ª Região, Sexta Turma, AG 200104010794030/RS, Rel. Juiz Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz, DJU 14.08.2002, pg.383)
Com estas considerações, defiro o efeito suspensivo ativo, para determinar que a perícia médica seja realizada na cidade do domicílio da Agravante, ou em localidade próxima, por médico de confiança do Juízo a quo.
Comunique-se ao Juízo de origem, solicitando-se as informações, nos termos do art. 527, IV, do CPC.
Apresente a Agravada a resposta que entenda cabível, em decorrência do artigo 527, V, do CPC.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11G8.0GBF - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2007.03.00.018396-2 AG 293554
ORIG.	:	0600000212 1 Vr SAO MIGUEL ARCANJO/SP 0600018516 1 Vr SAO MIGUEL ARCANJO/SP
AGRTE	:	LUIZ CARLOS MARTINS DA ROSA
ADV	:	THAIS HELENA TEIXEIRA AMORIM SILVA
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SUZETE MARTA SANTIAGO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE SAO MIGUEL ARCANJO SP
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.27/29
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por LUIZ CARLOS MARTINS DA ROSA contra a r. decisão do Juízo de 1a. Instância que, nos autos da ação ordinária de aposentadoria por invalidez ou auxílio - doença, determinou a realização de perícia médica pelo IMESC.
Aduz o Agravante que a perícia médica pode ser realizada por médicos da própria região e que o Agravante não tem condições físicas, nem financeiras, para locomover-se até a Capital do Estado a fim de submeter-se ao exame.
Pede a concessão do efeito suspensivo ativo.
Trata-se de recurso de agravo interposto na vigência da Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005, encontrando-se presentes os requisitos de admissibilidade do seu processamento na forma de instrumento, com fulcro no inciso II, do artigo 527, do Código de Processo Civil, posto que se verifica hipótese de decisão capaz de impor ao Agravante lesão grave e de difícil reparação.
Consta da cópia da inicial, que instrui este recurso, que o Agravante está totalmente incapacitado para exercer suas funções, uma vez que apresenta distúrbio crônico de humor, distimia, bem como Transtorno depressivo recorrente, episódio atual grave com sintomas psicóticos (fls.12), tornando necessariamente obrigatória a realização de exames periciais por médicos de confiança do Juízo a quo, para a confirmação das enfermidades alegadas. Observo, ainda, que o Agravante é pessoa de poucos recursos financeiros, sendo beneficiário da justiça gratuita, consoante fls.20 dos autos.
Nesse passo, tem razão o Agravante. Tratando-se de pessoa com problemas de saúde e sem condições financeiras, difícil o deslocamento da cidade de São Miguel Arcanjo para a Capital do Estado, quando, na própria Comarca em que reside, existem médicos capacitados.
A propósito os seguintes julgados:
PROCESSUAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. PERÍCIA MÉDICA. DEPARTAMENTO MÉDICO JUDICIÁRIO LOCALIZADO NA CAPITAL DO ESTADO. AUTOR DOMICILIADO NO INTERIOR. DIFICULDADES DE LOCOMOÇÃO.
1. a Constituição Federal garante a assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos (art.5º, LXXIV). Cabe ao Judiciário dar a essa garantia sua máxima eficácia. Não é admissível que, concedido o benefício, se exija do seu destinatário o desembolso de custas extrajudiciais que, obviamente, ele não tem como suportar.
2. Se a parte beneficiária não tem condições de comparecer à capital para realizar a perícia, é razoável que o ato seja realizado na comarca do seu domicílio ou comarca vizinha.
3. Agravo provido. (grifos nossos)
(TRF/4ª Região, Quinta Turma, AG 200104010794054/RS, Rel. Juiz A A Ramos de Oliveira, v.u., DJU 19.06.2002, pg.1155)
PREVIDENCIÁRIO. PROCESSO CIVIL, REALIZAÇÃO DE PERÍCIA NA CAPITAL.
- Não é razoável exigir que o segurado se desloque até a Capital para realização de exame médico possível de ser efetivado em localidade próxima ao seu domicílio.
(TRF/4ª Região, Sexta Turma, AG 200104010794030/RS, Rel. Juiz Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz, DJU 14.08.2002, pg.383)
Com estas considerações, defiro o efeito suspensivo ativo, para determinar que a perícia médica seja realizada na cidade do domicílio do Agravante, ou em localidade próxima, por médico de confiança do Juízo a quo.
Comunique-se ao Juízo de origem, solicitando-se as informações, nos termos do art. 527, IV, do CPC.
Apresente o Agravado a resposta que entenda cabível, em decorrência do artigo 527, V, do CPC.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11G8.15HD - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2007.03.00.018405-0 AG 293563
ORIG.	:	0700000369 2 Vr SANTA BARBARA D OESTE/SP
AGRTE	:	MIRIAM DOS SANTOS DE SOUZA
ADV	:	CLORIS ROSIMEIRE MARCELLO VITAL
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 2 VARA DE SANTA BARBARA D OESTE SP
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.60/62
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por MIRIAM DOS SANTOS DE SOUZA contra a r. decisão de 1ª Instância que, nos autos da ação de benefício previdenciário, indeferiu o pedido de tutela antecipada para o restabelecimento do auxílio-doença.
Aduz a Agravante que estão presentes os requisitos que ensejam a medida excepcional, previstos no artigo 273 do Código de Processo Civil, não havendo risco de irreversibilidade do provimento. Acrescenta que está com problemas de saúde, conforme atestados médicos, não prevalecendo o argumento de falta de prova inequívoca do direito reclamado.
Requer a concessão do efeito suspensivo ativo.
Trata-se de recurso de agravo interposto na vigência da Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005 e, que não se encontram presentes os requisitos de admissibilidade do seu processamento na forma de instrumento, com fulcro no inciso II, do artigo 527, do Código de Processo Civil, posto que não se verifica hipótese de decisão capaz de impor ao Agravante lesão grave e de difícil reparação.
No caso dos autos, postula medida de urgência que lhe assegure o restabelecimento do auxílio-doença. Para seu restabelecimento é necessária, entre outros requisitos, a prova inequívoca da permanência da incapacidade para o trabalho, motivo pelo qual não vislumbro, pelos documentos carreados aos autos até o momento, a referida incapacidade.
Os relatórios médicos de fls. 48/54 foram emitidos concomitantemente à época em que a Agravante recebia o auxílio-doença (28/11/05 a 18/01/07), bem como apenas informam quais as doenças a que a segurada está acometida, sem contudo, declarar que tais doenças a incapacita para o trabalho. Portanto, não há nos autos nenhum elemento de convicção verossímel que ateste a atual situação de saúde.
Ademais, a perícia médica realizada pelo INSS possui caráter público da presunção relativa de legitimidade e só pode ser afastada desde de que haja prova em contrário, o que in casu, não ocorreu.
Em face do exposto, verifica-se que tal pleito demanda análise minuciosa através de laudos e perícia médica, exigidos para a comprovação da respectiva incapacidade para o trabalho.
Entendo que somente pode-se qualificar como capaz de causar lesão grave à parte a decisão judicial que possa ferir direito do Agravante cuja verossimilhança tenha sido demonstrada. Assim, não estando a ressumbrar a própria existência do direito ao restabelecimento do auxílio-doença, inviável cogitar-se, desde logo, de sua possível lesão.
Com estas considerações, tendo em vista o disposto no artigo 1.º, da Lei n.º 11.187, de 19/10/2005 que alterou os artigos 522 e 527, II, da Lei n.º 5.869, de 11/01/1973 do Código de Processo Civil, converto em retido o presente Agravo de Instrumento.
Com as devidas anotações remetam-se os autos à Vara de origem para as providências necessárias.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11G9.05A5 - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2007.03.00.018575-2 AG 293663
ORIG.	:	0600023357 1 Vr PARANAIBA/MS
AGRTE	:	MARIA APARECIDA DOS SANTOS BORGES
ADV	:	EDSON FERNANDO RAIMUNDO
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	AMILSON ALVES QUEIROZ FILHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE PARANAIBA MS
RELATOR	:	DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.42/44

Trata-se de agravo de instrumento interposto por Maria Aparecida dos Santos Borges contra decisão proferida pelo Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca Paranaíba - MS, que determinou a suspensão do processo pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a fim de que a parte autora promova o requerimento administrativo do benefício, nos autos de ação em que se postula a concessão de benefício de aposentadoria por idade rural.

Sustenta a agravante, em síntese, a dispensabilidade do prévio exaurimento da via administrativa, com base na Súmula 09 desta Corte. Pede a concessão de efeito suspensivo ao recurso.

Feito o breve relatório, decido.

Inicialmente, considerando se tratar de recurso de agravo interposto após 18 de janeiro de 2006, data em que teve início a vigência da Lei 11.187, de 19 de outubro de 2005, verifico que não se encontram presentes os requisitos de admissibilidade do seu processamento na forma de instrumento, com fulcro no inciso II do artigo 527 do Código de Processo Civil.

Isto porque da narrativa veiculada na inicial não se infere hipótese de decisão que imponha ao agravante lesão grave e de difícil reparação, considerando não se vislumbrar ilegalidade manifesta ou abuso de poder.

O Juízo prolator da decisão agravada conhece muito bem a realidade: tornou-se hábito requerer diretamente ao Poder Judiciário o que deve ser providenciado pela autoridade administrativa, com a justificativa de que administrativamente não há êxito por parte do segurado. As conseqüências são graves, tanto para a autarquia quanto para o segurado: para a autarquia, porque a lenta tramitação do processo levará ao pagamento de verbas acessórias que, se bem empregadas, poderiam compor o custeio da previdência social; para o segurado, porque a mesma lentidão o fará aguardar por anos a fio o que é de seu direito. Não há quem ganhe com essa lentidão, e, no entanto, esse procedimento se repete, reiteradamente, causando o grande congestionamento do Poder Judiciário.

É bem verdade que, muitas vezes, o INSS sequer recebe os pedidos no protocolo. Mas também é verdade que, muitas vezes, os pedidos são rapidamente analisados e dada a resposta ao requerimento do segurado, concedendo ou inderindo o benefício, com o que a função administrativa foi exercida.

O que ocorre, na prática, é que a falta de ingresso na via administrativa transfere para o Poder Judiciário o exercício de uma função que, na realidade, não lhe é típica, substituindo-se ao Administrador porque, tradicionalmente, o INSS reluta em cumprir sua função constitucional.

Está correta a decisão agravada quando determina a suspensão do processo para que a parte promova o requerimento do benefício no local certo: o INSS. É a esta autarquia que cabe apreciar o pedido. Na hipótese de indeferimento do pedido ou da falta de decisão administrativa é que nasce para o segurado o interesse de agir.

O art. 41, § 6º, da Lei nº 8213/91, concede à autoridade administrativa o prazo de 45 dias para efetuar o pagamento da primeira renda mensal do benefício, após a apresentação, pelo segurado, da documentação necessária.

Atento à realidade, quis o legislador pôr fim à conhecida demora na decisão de processos administrativos previdenciários, que causa desamparo a muitos segurados justamente no momento em que a cobertura previdenciária deveria socorrê-los.

A apreciação do requerimento, com a formulação de exigências, concessão ou indeferimento do benefício, assim, deve ocorrer em 45 dias.

A dicção da Súmula 9 desta Corte e da jurisprudência dominante não é a que lhe pretende dar o(a) agravante. Não há necessidade de prévio esgotamento da via administrativa, ou seja, o interessado não precisa esgotar todos os recursos administrativos. Mas não excluem a atividade administrativa.

É hora de mudar esse hábito de transferir para o Poder Judiciário o que é função típica do INSS. Se o requerimento administrativo não for recebido no protocolo, ou não for apreciado no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, ou for indeferido, aí sim, surgirá o interesse de agir.

Não seria de se adotar esse procedimento em processos já em tramitação há longo tempo, porque se tornaria inócua toda a espera do segurado, que teria negada a atividade administrativa e judiciária.

No caso presente, penso ser conveniente que se suspenda o processo por prazo razoável, até que venha para os autos a comprovação de que, em 45 (quarenta e cinco) dias após o requerimento administrativo, este não foi apreciado ou foi indeferido.

Ausentes os requisitos do artigo 522, caput do Código de Processo Civil, CONVERTO o presente agravo de instrumento em agravo retido, com fulcro no artigo 527, II, do mesmo estatuto processual, determinando a remessa dos autos ao Juízo de origem.

Intime-se.

São Paulo, 29 de março de 2007.

PROC.	:	2007.03.00.018577-6 AG 293665
ORIG.	:	0700004355 1 Vr PARANAIBA/MS
AGRTE	:	JOSE RODRIGUES DOS SANTOS
ADV	:	ANTONIO FLAVIO ROCHA DE OLIVEIRA
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	AMILSON ALVES QUEIROZ FILHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE PARANAIBA MS
RELATOR	:	DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.39/41

Trata-se de agravo de instrumento interposto por José Rodrigues dos Santos contra decisão proferida pelo Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca Paranaíba - MS, que concedeu o prazo de 10 (dez) dias para que o agravante emende a petição inicial, juntando o comprovante do requerimento administrativo do benefício, sob pena do seu indeferimento, nos autos de ação versando a concessão de aposentadoria por idade rural.

Sustenta a agravante, em síntese, a dispensabilidade do prévio exaurimento da via administrativa e que a decisão recorrida constitui negativa de prestação jurisdicional, já que cerceia o acesso ao Judiciário, em ofensa ao devido processo legal constitucionalmente assegurado. Pede a concessão de efeito suspensivo ao recurso, a fim de que o feito tenha regular prosseguimento.

Feito o breve relatório, decido.

Inicialmente, reconheço a presença dos requisitos de admissibilidade do processamento do agravo na forma de instrumento, nos termos do inciso II do artigo 527 do Código de Processo Civil.

Isto porque da narrativa veiculada na inicial se infere hipótese de decisão que imponha ao agravante lesão grave e de difícil reparação, considerando a situação de irreversibilidade e de superação do próprio objeto do recurso caso seja admitido na forma retida.

O Juízo prolator da decisão agravada conhece muito bem a realidade: tornou-se hábito requerer diretamente ao Poder Judiciário o que deve ser providenciado pela autoridade administrativa, com a justificativa de que administrativamente não há êxito por parte do segurado. As conseqüências são graves, tanto para a autarquia quanto para o segurado: para a autarquia, porque a lenta tramitação do processo levará ao pagamento de verbas acessórias que, se bem empregadas, poderiam compor o custeio da previdência social; para o segurado, porque a mesma lentidão o fará aguardar por anos a fio o que é de seu direito. Não há quem ganhe com essa lentidão, e, no entanto, esse procedimento se repete, reiteradamente, causando o grande congestionamento do Poder Judiciário.

É bem verdade que, muitas vezes, o INSS sequer recebe os pedidos no protocolo. Mas também é verdade que, muitas vezes, os pedidos são rapidamente analisados e dada a resposta ao requerimento do segurado, concedendo ou inderindo o benefício, com o que a função administrativa foi exercida.

O que ocorre, na prática, é que a falta de ingresso na via administrativa transfere para o Poder Judiciário o exercício de uma função que, na realidade, não lhe é típica, substituindo-se ao Administrador porque, tradicionalmente, o INSS reluta em cumprir sua função constitucional.

Assim, impõe-se, como medida de eqüidade, a suspensão do processo para que a parte autora promova o requerimento do benefício no local certo: o INSS. É a esta autarquia que cabe apreciar o pedido. Na hipótese de indeferimento do pedido ou da falta de decisão administrativa é que nasce para o segurado o interesse de agir.

O art. 41, § 6º, da Lei nº 8213/91, concede à autoridade administrativa o prazo de 45 dias para efetuar o pagamento da primeira renda mensal do benefício, após a apresentação, pelo segurado, da documentação necessária.

Atento à realidade, quis o legislador pôr fim à conhecida demora na decisão de processos administrativos previdenciários, que causa desamparo a muitos segurados justamente no momento em que a cobertura previdenciária deveria socorrê-los.

A apreciação do requerimento, com a formulação de exigências, concessão ou indeferimento do benefício, assim, deve ocorrer em 45 dias.

A dicção da Súmula 9 desta Corte e da jurisprudência dominante não é a que lhe pretende dar o(a) agravante. Não há necessidade de prévio esgotamento da via administrativa, ou seja, o interessado não precisa esgotar todos os recursos administrativos. Mas não exclui a atividade administrativa.

É hora de mudar esse hábito de transferir para o Poder Judiciário o que é função típica do INSS. Se o requerimento administrativo não for recebido no protocolo, ou não for apreciado no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, ou for indeferido, aí sim, surgirá o interesse de agir.

Não seria de se adotar esse procedimento em processos já em tramitação há longo tempo, porque se tornaria inócua toda a espera do segurado, que teria negada a atividade administrativa e judiciária.

No caso presente, penso ser conveniente que se suspenda o processo por prazo razoável, até que venha para os autos a comprovação de que, em 45 (quarenta e cinco) dias após o requerimento administrativo, este não foi apreciado ou foi indeferido.

Isto posto, presentes os requisitos do artigo 558, caput do Código de Processo Civil, DEFIRO PARCIALMENTE o efeito suspensivo para SOBRESTAR o curso do processo pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a fim de que a parte autora promova o requerimento administrativo do benefício perante a agência local do INSS, como forma de comprovar o interesse de agir na lide.

Comunique-se ao Juízo a quo e intime-se a parte agravada para resposta, a teor do disposto no artigo 527, inciso V do Código de Processo Civil.

Intime-se.

São Paulo, 29 de março de 2007.

PROC.	:	2004.03.99.020136-6 AC 944488
ORIG.	:	0200002878 6 Vr JUNDIAI/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOEL GIAROLLA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	GERALDO MILTON DA SILVA
ADV	:	ANTONIO DONIZETE ALVES DE ARAÚJO
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 6 VARA DE JUNDIAI SP
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.399

Defiro o prazo de 30 (trinta) dias, para a habilitação dos herdeiros de Geraldo Milton da Silva, conforme requerido às fls. 397.

Intime-se.

São Paulo, 28 de março de 2007.

Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves

Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11E7.1331 - SRDD-TRF3-00

(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2007.03.00.020164-2 MCI 5538
ORIG.	:	0300017170 1 Vr BONITO/MS
REQTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	IVONETE MARIA DA COSTA MARINHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
REQDO	:	RAUL MENEZES FILHO
ADV	:	HERICO MONTEIRO BRAGA
RELATOR	:	JUÍZA CONV ANA LÚCIA IUCKER / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.26

Vistos.

Cite-se o requerido para responder aos termos da presente medida cautelar, no prazo de 05 (cinco) dias, indicando as provas que pretende produzir, a teor do que dispõe o artigo 802 do Código de Processo Civil.

Após, transcorrido o prazo, como ou sem contestação, voltem os autos para apreciação da liminar.

Int.

São Paulo, 09 de março de 2007.

ANA LÚCIA IUCKER

Juíza Federal Convocada

PROC.	:	2007.03.00.020818-1 AG 294465
ORIG.	:	0600001678 1 Vr RIO CLARO/SP 0600168109 1 Vr RIO CLARO/SP
AGRTE	:	JOAO CARLOS OSES
ADV	:	GUARACI DE PAULA PEREIRA BIANCO
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE RIO CLARO SP
RELATOR	:	DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.97/98

Trata-se de agravo de instrumento interposto por João Carlos Oses contra decisão proferida pelo Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Rio Claro - SP, nos autos de ação versando ao restabelecimento de benefício assistencial, que indeferiu o requerimento no sentido da retroação dos efeitos da tutela antecipatória concedida, a fim de que fosse efetuado o pagamento dos atrasados devidos desde a data da suspensão do benefício.

Sustenta o agravante, em síntese, o caráter alimentar da verba e a necessidade para a sua subsistência. Pede a antecipação da tutela recursal.

Feito o breve relatório, decido.

Inicialmente, verifico que não se encontram presentes os requisitos de admissibilidade do processamento do agravo na forma de instrumento, com fulcro no inciso II do artigo 527 do Código de Processo Civil.

Isto porque da narrativa veiculada na inicial não se infere hipótese de decisão que imponha ao agravante lesão grave e de difícil reparação.

A implantação do benefício em sede de execução provisória deve ter efeito apenas para pagamento futuro, de forma não retroativa, por não se coadunar com a provisoriedade da decisão concessiva, sendo que os valores devidos a título de parcelas em atraso deverão ser objeto de regular execução de sentença.

A antecipação initio litis do provimento conforme postulado pelo agravante assume notório caráter satisfativo, que não se coaduna com a provisoriedade da medida excepcional, impondo-se o prévio contraditório da Autarquia-ré, além de não restar configurado in casu o risco de dano irreparável, na medida em que o benefício mensal encontra-se em manutenção.

Ausentes os requisitos do artigo 522, caput do Código de Processo Civil, CONVERTO o presente agravo de instrumento em agravo retido, com fulcro no artigo 527, II, do mesmo estatuto processual, determinando a remessa dos autos ao Juízo de origem.

Intime-se.

São Paulo, 29 de março de 2007.

PROC.	:	2007.03.00.021000-0 AG 294574
ORIG.	:	200761830004587 3 Vr SANTO ANDRE/SP
AGRTE	:	JOEL DA ROSA NASCIMENTO
ADV	:	WILSON MIGUEL
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE SANTO ANDRÉ>26ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.39/40
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Joel da Rosa Nascimento contra decisão proferida pelo Juízo Federal da 3ª Vara da Subseção Judiciária de Santo André-SP, que indeferiu o requerimento no sentido de que fosse requisitada pelo Juízo cópia do processo administrativo concessório de benefício perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, nos autos de ação versando a concessão de benefício previdenciário de aposentadoria por tempo de contribuição.
Sustenta o agravante, em síntese, que a decisão recorrida viola o disposto no artigo 355 do Código de Processo Civil, na medida em que se trata de documento em poder da parte contrária e indispensável para a elaboração da conta de liquidação. Pede seja concedido efeito suspensivo ao recurso.
Feito o breve relatório, decido.
Inicialmente, verifico que não se encontram presentes os requisitos de admissibilidade do processamento do agravo na forma de instrumento, com fulcro no inciso II do artigo 527 do Código de Processo Civil.
Isto porque da narrativa veiculada na inicial não se infere hipótese de decisão que imponha ao agravante lesão grave e de difícil reparação.
Segundo a regra geral de distribuição do ônus probatório do artigo 333, I do Código de Processo Civil, incumbe ao autor a prova do fato constitutivo do seu direito.
A imposição de tal ônus ao autor não exime o Juízo do emprego, de forma subsidiária, de seus poderes instrutórios (artigo 130 do Código de Processo Civil), dada a hipossuficiência dos requerentes, atendendo aos princípios informativos do processo civil e aos fins sociais da legislação previdenciária, bem como ao expresso comando do inciso II do artigo 399 do Código de Processo Civil.
No entanto, no caso dos autos, o agravante não demonstrou a existência de força maior a impossibilitá-lo de se desincumbir de tal ônus, eis que não restou configurada a mora da Autarquia no atendimento a pedido de fornecimento de cópia dos documentos que pretende ver obtidos na via judicial, quando restaria configurado, por vias transversas, óbice ao acesso ao judiciário e a garantia do controle jurisdicional.
Ausentes os requisitos do artigo 522, caput do Código de Processo Civil, CONVERTO o presente agravo de instrumento em agravo retido, com fulcro no artigo 527, II, do mesmo estatuto processual, determinando a remessa dos autos ao Juízo de origem.
Intime-se.

São Paulo, 29 de março de 2007.

PROC.	:	2006.03.99.021538-6 AC 1122104
ORIG.	:	0400001112 2 Vr JACAREI/SP
APTE	:	RAIMUNDO ALBINO RODRIGUES
ADV	:	DIRCEU MASCARENHAS
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ANGELO MARIA LOPES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.
Pede-se a concessão de antecipação de tutela nesta fase recursal.
A natureza da causa não revela a existência da verossimilhança das alegações, sendo necessário minucioso exame das provas. Indefiro, por isso, o pedido.
Aguarde-se o julgamento pela Turma.
Intime-se.

São Paulo, 02 de abril de 2007.

PROC.	:	2006.03.99.021592-1 AC 1122156
ORIG.	:	0300002513 2 Vr JACAREI/SP 0300031946 2 Vr JACAREI/SP
APTE	:	JOSE BENEDITO DA SILVA
ADV	:	DIRCEU MASCARENHAS
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ANGELO MARIA LOPES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.143
Pede-se a concessão de antecipação de tutela nesta fase recursal.
A natureza da causa não revela a existência da verossimilhança das alegações, sendo necessário minucioso exame das provas. Indefiro, por isso, o pedido.
Aguarde-se o julgamento pela Turma.
Intime-se.

São Paulo, 02 de abril de 2007.

PROC.	:	2006.03.99.021802-8 AC 1122447
ORIG.	:	0400000966 2 Vr PIEDADE/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CINTIA RABE
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	SHIRLEY MARIA ANDRADE CUNHA
ADV	:	DENISE DE JESUS ZABOTI THOMAZZO
RELATOR	:	DES.FED. NELSON BERNARDES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.133
Fls. 91/131: Ciência às partes.
Intime-se.
São Paulo, 19 de março de 2007.
NELSON BERNARDES DE SOUZA
DESEMBARGADOR FEDERAL RELATOR

PROC.	:	2003.03.99.022212-2 AC 887017
ORIG.	:	9600000558 1 Vr ITAPEVI/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	GEORG POHL
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	LUIZ CREPALDI
ADV	:	MANUEL NONATO CARDOSO VERAS
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.288
Promova o i. representante da parte Apelada a regularização do pedido de habilitação de herdeiros do Autor Luiz Crepaldi, promovendo a habilitação de Maria Benedita e Lucia, filhas do de cujus, conforme requerido pelo Instituto às fls. 282/283.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11DG.085H - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2003.03.99.022223-7 AC 887028
ORIG.	:	0200000598 1 Vr LARANJAL PAULISTA/SP
APTE	:	TEREZA LOURDES BUGOLO LUVISOTTO
ADV	:	JOEL JOAO RUBERTI
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	VALERIA CRUZ
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE LARANJAL PAULISTA SP
RELATOR	:	DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.173
Vistos, etc.
Converto o julgamento em diligência.
Não há nos autos documentos pessoais da autora e nem certidão de seu casamento, restando impossibilitado apurar sua idade.
Intime-se a autora para que, em 15 dias, providencie a juntada de tais documentos, sob pena de extinção do feito.
Após, voltem os autos conclusos para deliberação.
São Paulo, 22 de março de 2007.

PROC.	:	95.03.023728-9 AC 242814
ORIG.	:	9400000220 1 Vr SANTA RITA DO PASSA QUATR/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	EDSON VIVIANI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ADAO MULLER e outros
ADV	:	JOSE LUIZ LEMOS REIS e outros
RELATOR	:	JUÍZA CONV ANA LÚCIA IUCKER / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.113
VISTOS.
Trata-se de pedido de revisão da "sentença", com base no artigo 751, I, do CPC, interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS.
Incabível o requerimento realizado, porque a matéria levantada não foi objeto de recurso de apelação, diz respeito ao mérito da causa e não houve modificação nenhuma da relação jurídica, uma vez que a data inicial do benefício continua a mesma.
Indefiro o pedido de fls. 103/108.
P. I., baixando os autos, oportunamente, à Vara de origem.
São Paulo, 20 de março de 2007.
ANA LÚCIA IUCKER
Juíza Federal Convocada

PROC.	:	2002.03.99.024575-0 AC 808795
ORIG.	:	0000001178 1 Vr SANTA ROSA DE VITERBO/SP
APTE	:	SEBASTIAO DIVINO DA SILVA
ADV	:	FERNANDO TADEU MARTINS
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	EDILSON CESAR DE NADAI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	JUÍZA CONV. ANA LÚCIA IUCKER / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.99/100
Vistos.
Tratam os presentes autos de ação de conhecimento, objetivando a concessão de aposentadoria por invalidez, durante a qual o autor veio a falecer, conforme CNIS (em anexo).
Nesses termos, suspende-se o processo conforme determinação do artigo 265, inciso I, do Código de Processo Civil, até que tenha lugar a habilitação de herdeiros, cujo procedimento é previsto no artigo 1055 e seguintes do mesmo diploma.
No caso, trata-se de sucessão na relação jurídica processual, regulada pelos citados dispositivos, não havendo qualquer relação com o artigo 112, da Lei n. 8.213/91, atinente à esfera administrativa e ao direito material, não ao direito processual.
Citem-se precedentes nesse sentido:
"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. LEGITIMIDADE. SEGURADO FALECIDO.HABILITAÇÃO. NECESSIDADE. INAPLICABILIDADE DO ARTIGO 112 DA LEI 8.213/91.
1. A norma do artigo 112 da Lei nº 8.213/91 define a titularidade do direito subjetivo ao recebimento dos valores não recebidos em vida pelo segurado, tratando, assim, inequivocamente de norma jurídica material, que em nada se confunde com aqueloutra, de natureza instrumental, referente à habilitação própria da sucessão de partes no processo (Código de Processo Civil, artigo 1.055 usque 1.062)." (REsp 249.990/SC, da minha Relatoria, in DJ 19/12/2002).
2. Recurso provido".
(REsp 614675 / RJ, Relator Ministro HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ 21/06/2004).
"PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. SEGURADO. NÃO RECEBIMENTO EM VIDA DE VALORES A QUE TINHA DIREITO. SUCESSÃO. ART. 112 DA LEI Nº 8.213/91. HABILITAÇÃO NOS MOLDES DOS ARTS. 1055 A 1062 DO CPC.
1. O art. 112 da Lei nº 8.213/91 limita-se a declinar quem está legitimado a suceder o segurado que não recebe, em vida, os valores a ele devidos. Desta feita, exsurge que, estando o numerário submetido ao crivo do Judiciário, como é a hipótese em testilha, não se pode prescindir da habilitação (arts. 1055 a 1062 do CPC).
2. Recurso conhecido e provido".
(REsp 436636 / PB, Relator Ministro FERNANDO GONÇALVES, Sexta Turma, DJ 30/09/02, p. 313)
Posto isso, necessária a habilitação não só da viúva meeira, como também dos filhos nomeados na certidão de óbito. Somente não serão habilitados aqueles que apresentarem declaração renunciando ao crédito em seu favor.
Destarte, o processo ficará suspenso até a habilitação de todos os herdeiros.
Intimem-se.
São Paulo, 20 de março de 2007.
ANA LÚCIA IUCKER
Juíza Federal Convocada

PROC.	:	2003.03.99.025525-5 AC 893344
ORIG.	:	0200000637 1 Vr ITAPEVA/SP
APTE	:	MARIA TEREZA CARDOSO DE SOUZA
ADV	:	SEBASTIAO CARLOS FERREIRA DUARTE
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CRISTIANE MARIA MARQUES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
RELATOR	:	DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.51
Converto o julgamento em diligência. Retornem os autos à Vara de origem, para o regular processamento da apelação do INSS (fls. 44/47).
Após, voltem os autos conclusos.
Int.

São Paulo, 15 de março de 2007.

PROC.	:	2006.03.99.025715-0 AC 1127771
ORIG.	:	0400000752 2 Vr CANDIDO MOTA/SP 0400034188 2 Vr CANDIDO MOTA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARCIO CEZAR SIQUEIRA HERNANDES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ISAURA FONTANA DE MELLO
ADV	:	PAULO ROBERTO MAGRINELLI
RELATOR	:	JUÍZA CONV ANA LÚCIA IUCKER / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.71
Vistos.
Manifeste-se a parte autora, no prazo de dez dias, sobre as informações do CNIS (em anexo), que apontam pensão por morte de comerciário, inscrição e recolhimentos da autora em atividade urbana, vínculos urbanos e recolhimentos de seu marido.
Intime-se.
São Paulo, 23 de março de 2007.
ANA LÚCIA IUCKER
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA

PROC.	:	2003.03.99.026369-0 AC 895798
ORIG.	:	0300000341 1 VR PANORAMA/SP
APTE	:	DANILO DE ALENCAR VIEIRA INCAPAZ
REPTE	:	EDIONI FERREIRA DE ALENCAR
ADV	:	CINTIA BENEDITA DURAN GRIAO
APDO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.77
DESPACHO
Fls. 75: manifeste-se, a requerente, em dez dias.
Intime-se.

São Paulo, 15 de março de 2007.

PROC.	:	2006.03.99.027167-5 AC 1131950
ORIG.	:	0500000703 1 Vr BIRIGUI/SP 0500054060 1 Vr BIRIGUI/SP
APTE	:	HAROLDO JORGE SETOLIN
ADV	:	VANILA GONCALES
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

ADV	:	ELIANE MENDONCA CRIVELINI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. NELSON BERNARDES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.95101
Concedo, uma vez mais, o prazo de 30 (trinta) dias para que os sucessores da parte autora promovam a sua correspondente habilitação.
Intime-se.
São Paulo, 06 de março de 2007.
NELSON BERNARDES DE SOUZA
DESEMBARGADOR FEDERAL RELATOR

PROC.	:	2000.03.99.027453-4 AC 592270
ORIG.	:	9700000404 5 Vr SAO CAETANO DO SUL/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARIA GRACIELA TITO CAMACHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MARIA DE FATIMA AMORIM CHAVES
ADV	:	ANGELO RAPHAEL DELLA VOLPE
RELATOR	:	DES.FED. NELSON BERNARDES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.217
Fls. 214/215: Defiro, pelo prazo de 60 (sessenta) dias.
Intime-se.
São Paulo, 13 de março de 2007.
NELSON BERNARDES DE SOUZA
DESEMBARGADOR FEDERAL RELATOR

PROC.	:	2005.03.99.027744-2 AC 1039324
ORIG.	:	0400000416 1 Vr CACHOEIRA PAULISTA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	GRACA MARIA CARDOSO GUEDES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	CARLOS GILBERTO FARABELLO
ADV	:	FELICIANO JOSE DOS SANTOS
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE CACHOEIRA PAULISTA SP
RELATOR	:	DES.FED. NELSON BERNARDES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.51
Juntem-se aos autos as informações constantes do CNIS. Após, noticiado o falecimento da parte autora, concedo o prazo de 30 dias para que seja promovida a habilitação correspondente.
Intime-se.
São Paulo, 12 de março de 2007.
NELSON BERNARDES DE SOUZA
DESEMBARGADOR FEDERAL RELATOR

PROC.	:	96.03.027908-0 AC 312171
ORIG.	:	8900000474 1 Vr CAFELANDIA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOSE ANTONIO BIANCOFIORE
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	TINA KUMASSAKA
ADV	:	LUIZ CARLOS DORIA
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.82
Tendo em vista a possibilidade de ser atribuído caráter infringente aos Embargos de Declaração opostos pelo INSS a fls. 47/48, intime-se a parte contrária para manifestação.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11H5.15HD - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	97.03.028364-0 AC 371107
ORIG.	:	8900000087 4 Vr ARARAQUARA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	VALENTIM APARECIDO DA CUNHA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	AGOSTINHO MARTIN (= ou > de 65 anos)
ADV	:	JOAO DE SOUZA
RELATOR	:	DES.FED. NELSON BERNARDES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.70
Manifeste-se o INSS, no prazo de dez dias, sobre o pedido de habilitação formulado pela sucessora do autor às fls. 63/68.
Intime-se.
São Paulo, 19 de março de 2007.
NELSON BERNARDES DE SOUZA
DESEMBARGADOR FEDERAL RELATOR

PROC.	:	2006.03.99.028931-0 AC 1134519
ORIG.	:	0500000164 1 Vr IPUA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARIA HELENA TAZINAFO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	CARLOS GELONI
ADV	:	OLENO FUGA JUNIOR
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE IPUA SP
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.100
Manifeste-se a parte Autora sobre a informação de fls. 91/94, onde consta que o Autor Carlos Geloni, recebe desde 30/06/2006, o benefício de aposentadoria por invalidez.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11F3.085H - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2003.03.99.029368-2 AC 902186
ORIG.	:	0300000112 3 Vr SAO CAETANO DO SUL/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARIA TERESA FERREIRA CAHALI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	THEREZINA STANGUINI MORETTO
ADV	:	JOSE ROBERTO ORTEGA
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.74
Fls. 72 - Manifeste-se o INSS.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11DH.0000 - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2002.03.99.030779-2 AC 818963
ORIG.	:	0100000034 1 Vr JUNQUEIROPOLIS/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARGARETE DE CASSIA LOPES GOMES DE CARVALHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OSVALDO CIMARDI
ADV	:	MARIO ALVES DA SILVA
RELATOR	:	DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.92
D E S P A C H O
Vistos, etc.
Manifeste-se o réu, em dez dias, sobre o pedido de desistência do feito, formulado às fls. 90.
Int.
São Paulo, 22 de março de 2007.

PROC.	:	2005.03.99.031653-8 AC 1046017
ORIG.	:	0400000660 1 Vr MOGI DAS CRUZES/SP
APTE	:	AKIMI URUSHIMA (= ou > de 65 anos)
ADV	:	JOAQUIM FERNANDES MACIEL
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CELINA OLIVEIRA ARAUJO DE SOUZA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	JUÍZA CONV ANA LÚCIA IUCKER / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.92
Vistos.
Fl. 90: Defiro o pedido de dilação de prazo, por 20 (vinte) dias.
Intime-se.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
ANA LÚCIA IUCKER
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA

PROC.	:	2005.03.99.033037-7 AC 1047668
ORIG.	:	0400000711 1 Vr APARECIDA/SP
APTE	:	VICENTE HASMANN (= ou > de 60 anos)
ADV	:	LUIS CLAUDIO XAVIER COELHO
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LEONORA MARIA VASQUES VIEIRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	JUÍZA CONV. ANA LÚCIA IUCKER / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.123/124
Vistos.
Tratam os presentes autos de ação de conhecimento, objetivando a concessão de aposentadoria por idade rural, durante a qual o autor veio a falecer, conforme CNIS (em anexo).
Nesses termos, suspende-se o processo conforme determinação do artigo 265, inciso I, do Código de Processo Civil, até que tenha lugar a habilitação de herdeiros, cujo procedimento é previsto no artigo 1055 e seguintes do mesmo diploma.
No caso, trata-se de sucessão na relação jurídica processual, regulada pelos citados dispositivos, não havendo qualquer relação com o artigo 112, da Lei n. 8.213/91, atinente à esfera administrativa e ao direito material, não ao direito processual.
Citem-se precedentes nesse sentido:
"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. LEGITIMIDADE. SEGURADO FALECIDO.HABILITAÇÃO. NECESSIDADE. INAPLICABILIDADE DO ARTIGO 112 DA LEI 8.213/91.
1. A norma do artigo 112 da Lei nº 8.213/91 define a titularidade do direito subjetivo ao recebimento dos valores não recebidos em vida pelo segurado, tratando, assim, inequivocamente de norma jurídica material, que em nada se confunde com aqueloutra, de natureza instrumental, referente à habilitação própria da sucessão de partes no processo (Código de Processo Civil, artigo 1.055 usque 1.062)." (REsp 249.990/SC, da minha Relatoria, in DJ 19/12/2002).
2. Recurso provido".
(REsp 614675 / RJ, Relator Ministro HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ 21/06/2004).
"PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. SEGURADO. NÃO RECEBIMENTO EM VIDA DE VALORES A QUE TINHA DIREITO. SUCESSÃO. ART. 112 DA LEI Nº 8.213/91. HABILITAÇÃO NOS MOLDES DOS ARTS. 1055 A 1062 DO CPC.
1. O art. 112 da Lei nº 8.213/91 limita-se a declinar quem está legitimado a suceder o segurado que não recebe, em vida, os valores a ele devidos. Desta feita, exsurge que, estando o numerário submetido ao crivo do Judiciário, como é a hipótese em testilha, não se pode prescindir da habilitação (arts. 1055 a 1062 do CPC).
2. Recurso conhecido e provido".
(REsp 436636 / PB, Relator Ministro FERNANDO GONÇALVES, Sexta Turma, DJ 30/09/02, p. 313)
Posto isso, necessária a habilitação não só da viúva meeira, como também dos filhos nomeados na certidão de óbito. Somente não serão habilitados aqueles que apresentarem declaração renunciando ao crédito em seu favor.
Destarte, o processo ficará suspenso até a habilitação de todos os herdeiros.
Intimem-se.
São Paulo, 16 de março de 2007.
ANA LÚCIA IUCKER
Juíza Federal Convocada

PROC.	:	2006.03.99.033637-2 AC 1141698
ORIG.	:	0400000548 2 Vr ATIBAIA/SP 0400057318 2 Vr ATIBAIA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RENATO URBANO LEITE
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	JANINO DE PAULA e outro
ADV	:	ERICA APARECIDA PINHEIRO
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 2 VARA DE ATIBAIA SP
RELATOR	:	JUÍZA CONV ANA LÚCIA IUCKER / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.73/74
Vistos.
Tratam os presentes autos de ação de conhecimento, objetivando a concessão de aposentadoria por idade rural, durante a qual o co-autor Janino de Paula veio a falecer, conforme CNIS (em anexo).
Nesses termos, suspende-se o processo conforme determinação do artigo 265, inciso I, do Código de Processo Civil, até que tenha lugar a habilitação de herdeiros, cujo procedimento é previsto no artigo 1055 e seguintes do mesmo diploma.
No caso, trata-se de sucessão na relação jurídica processual, regulada pelos citados dispositivos, não havendo qualquer relação com o artigo 112, da Lei n. 8.213/91, atinente à esfera administrativa e ao direito material, não ao direito processual.
Citem-se precedentes nesse sentido:
"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. LEGITIMIDADE. SEGURADO FALECIDO.HABILITAÇÃO. NECESSIDADE. INAPLICABILIDADE DO ARTIGO 112 DA LEI 8.213/91.
1. A norma do artigo 112 da Lei nº 8.213/91 define a titularidade do direito subjetivo ao recebimento dos valores não recebidos em vida pelo segurado, tratando, assim, inequivocamente de norma jurídica material, que em nada se confunde com aqueloutra, de natureza instrumental, referente à habilitação própria da sucessão de partes no processo (Código de Processo Civil, artigo 1.055 usque 1.062)." (REsp 249.990/SC, da minha Relatoria, in DJ 19/12/2002).
2. Recurso provido".
(REsp 614675 / RJ, Relator Ministro HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ 21/06/2004).
"PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. SEGURADO. NÃO RECEBIMENTO EM VIDA DE VALORES A QUE TINHA DIREITO. SUCESSÃO. ART. 112 DA LEI Nº 8.213/91. HABILITAÇÃO NOS MOLDES DOS ARTS. 1055 A 1062 DO CPC.
1. O art. 112 da Lei nº 8.213/91 limita-se a declinar quem está legitimado a suceder o segurado que não recebe, em vida, os valores a ele devidos. Desta feita, exsurge que, estando o numerário submetido ao crivo do Judiciário, como é a hipótese em testilha, não se pode prescindir da habilitação (arts. 1055 a 1062 do CPC).
2. Recurso conhecido e provido".
(REsp 436636 / PB, Relator Ministro FERNANDO GONÇALVES, Sexta Turma, DJ 30/09/02, p. 313)
Posto isso, necessária a habilitação não só da viúva meeira, como também dos filhos nomeados na certidão de óbito. Somente não serão habilitados aqueles que apresentarem declaração renunciando ao crédito em seu favor.
Destarte, o processo ficará suspenso até a habilitação de todos os herdeiros.
Intimem-se.
São Paulo, 20 de março de 2007.
ANA LÚCIA IUCKER
Juíza Federal Convocada

PROC.	:	2003.03.99.033681-4 AC 908901
ORIG.	:	0200001095 2 Vr SOCORRO/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CARLOS ANTONIO GALAZZI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	IZABEL DE MORAES CUNHA E OUTRO
ADV	:	ELAINE CRISTINA DA SILVA
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 2 VARA DE SOCORRO SP
RELATOR	:	JUÍZA CONV. ANA LÚCIA IUCKER / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.101
Vistos.
Fls. 95/99: Indefiro o pedido de habilitação de MARIA APARECIDA BAREL DE MORAES, tendo em vista que a certidão de casamento de fl. 98, demonstra que o regime adotado é o da comunhão parcial de bens e, nos termos do artigo 1.659, inciso I, do Código Civil, os bens adquiridos em virtude de sucessão, não se comunicam.
Diante disso, remetam-se os autos à UFOR - Subsecretaria de Registro e Informações Processuais, para a substituição do pólo ativo, para que passe a constar:
IZABEL DE MORAES CUNHA
ANDERSON DE MORAES - incapaz
Intimem-se.
São Paulo, 7 de março de 2007.
ANA LÚCIA IUCKER
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA

PROC.	:	2006.03.99.034388-1 AC 1143315
ORIG.	:	0200000618 1 Vr BOTUCATU/SP 0200075362 1 Vr BOTUCATU/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARCO AURELIO CRUZ ANDREOTTI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	JESUINA MOREIRA GUIMARAES
ADV	:	ODENEY KLEFENS
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE BOTUCATU SP
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.277
Tendo em vista a juntada de cópias referentes aos autos da Apelação Cível nº 2000.03.99.030387-0 (fls. 100/273, manifestem-se as partes.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11F4.0000 - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2006.03.99.034649-3 AC 1143575
ORIG.	:	0300001395 1 Vr IPAUCU/SP 0300033814 1 Vr IPAUCU/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SERGIO HENRIQUE ASSAF GUERRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	SOLANGE DA CONCEICAO CESAR
ADV	:	CARLOS DANIEL PIOL TAQUES
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.140
Fls. 138 - Defiro, pelo prazo de 15 (quinze) dias.
Intime-se.
São Paulo, 23 de fevereiro de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11F4.0B1A - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2004.03.99.035849-8 AC 980353
ORIG.	:	0200000878 1 Vr TAQUARITUBA/SP
APTE	:	MARIA APARECIDA GARCIA
ADV	:	CARMENCITA APARECIDA DA SILVA OLIVEIRA
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUIZ ANTONIO LOPES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE TAQUARITUBA SP
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.275
Intime-se, novamente, a advogada Sueli Aparecida Silva Reis, para que regularize o substabelecimento de fls. 262, assinando-o, bem como esclareça sobre a juntada de substabelecimento a que se refere a petição de fls. 268/269, vez que o mesmo não se encontra nos autos.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11E8.05A5 - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2005.03.99.035931-8 AC 1051450
ORIG.	:	0400000437 1 Vr ITAPORANGA/SP
APTE	:	SANDRO JOSE DOS SANTOS incapaz
REPTE	:	MARIA JOSE LOPES DOS SANTOS
ADV	:	ADRIANA MARIA FABRI SANDOVAL
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SUZETE MARTA SANTIAGO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.
Fls. 174 - Defiro, pelo prazo requerido.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11EB.15HD - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2005.03.99.036189-1 AC 1051707
ORIG.	:	0400000709 1 Vr GARCA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RONALDO SANCHES BRACCIALLI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	IZAIAS TEXTO ROZA
ADV	:	HERMES LUIZ SANTOS AOKI
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE GARCA SP
RELATOR	:	DES.FED. NELSON BERNARDES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.169
Fls. 166/167: Ciência à parte adversa.
Intime-se.
São Paulo, 05 de março de 2007.
NELSON BERNARDES DE SOUZA
DESEMBARGADOR FEDERAL RELATOR

PROC.	:	2005.03.99.036241-0 AC 1051759
ORIG.	:	0400001018 5 Vr JUNDIAI/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RODRIGO DE CARVALHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	JOSE VITOR FIRMINO
ADV	:	ELISIO PEREIRA QUADROS DE SOUZA
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.122
Manifeste-se o INSS quanto à complementação do pedido de habilitação dos herdeiros de José Vitor Firmino.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11EC.085H - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2000.03.99.036605-2 AC 603393
ORIG.	:	9800001314 2 Vr SERTAOZINHO/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOSE RENATO BIANCHI FILHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	FRANCISCO LEOPOLDINO DOS SANTOS
ADV	:	HILARIO BOCCHI JUNIOR
RELATOR	:	DES.FED. NELSON BERNARDES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.103
Trata-se de pedido de antecipação dos efeitos da tutela em ação de natureza previdenciária ajuizada em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando a concessão do benefício de aposentadoria por tempo de serviço.
Cumpre observar, inicialmente, que a antecipação de tutela pode ser concedida pelo magistrado desde que verificada a presença dos requisitos contidos no art. 273 do Código de Processo Civil, vale dizer, o convencimento da verossimilhança das alegações formuladas, aliado à iminência de lesão irreparável ou de difícil reparação, manifesto propósito protelatório do réu e reversibilidade da medida.
A hipótese dos autos, no entanto, demanda juízo de cognição exauriente, o qual se divorcia da convicção inequívoca da verossimilhança das alegações, imprescindível ao deferimento da medida de urgência ora pleiteada.
Ante o exposto, indefiro a tutela antecipada.
Intime-se.
São Paulo, 19 de março de 2007.
NELSON BERNARDES DE SOUZA
DESEMBARGADOR FEDERAL RELATOR

PROC.	:	2005.03.99.036610-4 AC 1052243
ORIG.	:	0400000541 1 Vr SANTO ANASTACIO/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	VINICIUS DA SILVA RAMOS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	GILEUZA BEZERRA DOS SANTOS
ADV	:	LUIZ INFANTE
RELATOR	:	DES.FED. NELSON BERNARDES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.
Fl. 81: Defiro, pelo prazo de 10 (dez) dias.
Intime-se.
São Paulo, 19 de março de 2007
NELSON BERNARDES DE SOUZA
DESEMBARGADOR FEDERAL RELATOR

PROC.	:	2006.03.99.038719-7 AC 1149895
ORIG.	:	0500000180 1 Vr SAO MIGUEL ARCANJO/SP 0500019001 1 Vr SAO MIGUEL ARCANJO/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SUZETE MARTA SANTIAGO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ELIZABETH FRANCO DE LIMA HANSEN
ADV	:	EDEMIR DE JESUS SANTOS
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE SAO MIGUEL ARCANJO SP
RELATOR	:	DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.50
D E S P A C H O
Converto o julgamento em diligência.
Manifestem-se as partes, em 15 (quinze) dias, acerca das informações extraídas do CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais - (documentos em anexo), no sentido de que o marido da autora exerceu atividade urbana entre os anos de 1978 e 2002.
Decorrido o prazo, voltem os autos conclusos.
Intimem-se.
São Paulo, 13 de março de 2007.

PROC.	:	2006.03.99.038979-0 AC 1150158
ORIG.	:	0300000386 3 Vr TATUI/SP 0300044194 3 Vr TATUI/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SUZETE MARTA SANTIAGO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MARIA INES DE LIMA SOUZA
ADV	:	MARINA ALVES CORREA ALMEIDA BARROS
RELATOR	:	DES.FED. NELSON BERNARDES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.103
Tendo em vista a inexistência do termo de curatela relativo à parte autora, ou outro documento correlato, converto o julgamento em diligência, determinando a remessa dos autos à Vara de origem, para que seja regularizada a representação processual, nos termos dos artigos 8º e 9º do Código de Processo Civil.
Intime-se.
São Paulo, 19 de março de 2007.
NELSON BERNARDES DE SOUZA
DESEMBARGADOR FEDERAL RELATOR

PROC.	:	1999.03.99.039436-5 AC 485741
ORIG.	:	9700001066 1 Vr IPAUCU/SP
APTE	:	ISIRIA COSTA MARIGO
ADV	:	NILZE MARIA PINHEIRO ARANHA
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUIZ ANTONIO LOPES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE IPAUCU SP
RELATOR	:	JUÍZA CONV ANA LÚCIA IUCKER / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.127
Vistos.
Fls. 101/126: Diga o INSS.
São Paulo, 23 de março de 2007.
ANA LÚCIA IUCKER
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA

PROC.	:	2002.03.99.039552-8 AC 834474
ORIG.	:	0000000993 5 Vr JUNDIAI/SP
APTE	:	DIONISIO VANI
ADV	:	FERNANDO RAMOS DE CAMARGO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RODRIGO DE CARVALHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 5 VARA DE JUNDIAI SP
RELATOR	:	JUÍZA CONV ANA LÚCIA IUCKER / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.109
Vistos.
Junte a requerente da habilitação a procuração judicial e a cópia da certidão de casamento com o de cujus.
Diga e comprove o INSS se há pessoa habilitada perante a Previdência Social.
Intime-se.
São Paulo, 14 de março de 2007.
ANA LÚCIA IUCKER
Juíza Federal Convocada

PROC.	:	2006.03.99.039644-7 AC 1151017
ORIG.	:	0400000095 1 Vr PEDREIRA/SP 0400016831 1 Vr PEDREIRA/SP
APTE	:	LEONTINA ARACI TADEO FAVARETO
ADV	:	EVELISE SIMONE DE MELO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	FRANCISCO PINTO DUARTE NETO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
RELATOR	:	JUÍZA CONV ANA LÚCIA IUCKER / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.115
Vistos.
Manifeste-se a parte autora, no prazo de dez dias, sobre as informações do CNIS (em anexo), que apontam o exercício de atividade urbana por seu marido, bem como o recebimento de aposentadoria por tempo de contribuição como transportador de carga desde 07/03/1997.
Intime-se.
São Paulo, 20 de março de 2007.
ANA LÚCIA IUCKER
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA

PROC.	:	2005.03.99.039699-6 AC 1055938
ORIG.	:	0300000860 3 Vr ATIBAIA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RENATO URBANO LEITE
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	JUVENTIL DE ALMEIDA PASSOS
ADV	:	ABLAINE TARSETANO DOS ANJOS
RELATOR	:	DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.208
Vistos, etc.
Manifeste-se, o INSS, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a habilitação promovida pela viúva e herdeiros do falecido Juventil de Almeida Passos (artigo 1060 do Código de Processo Civil).
Após, voltem os autos conclusos para deliberação.
Int.
São Paulo, 28 de março de 2007.

PROC.	:	2006.03.99.040315-4 AC 1151695
ORIG.	:	0400007320 1 Vr CASSILANDIA/MS
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	IVAN FERNANDO GONCALVES PINHEIRO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	LEANDRA GARCIA DIAS
ADV	:	ARISTIDES LANSONI FILHO
RELATOR	:	JUÍZA CONV ANA LÚCIA IUCKER / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.91
Vistos.
Manifeste-se a parte autora, no prazo de dez dias, sobre as informações do CNIS (em anexo), que apontam o exercício de atividade urbana por seu marido.
Intime-se.
São Paulo, 23 de março de 2007.
ANA LÚCIA IUCKER
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA

PROC.	:	2000.03.99.040781-9 AC 608578
ORIG.	:	9900000263 1 Vr BATATAIS/SP
APTE	:	GERALDO MENARI
ADV	:	MARIA APARECIDA DA SILVA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUCILENE SANCHES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.404
Segundo notícia do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o autor obteve aposentadoria por idade com data de início em 18 de outubro de 2005 (NB 41 / 136.753.916-9), conforme seu ofício de fls. 331 e os dados recolhidos junto ao Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) (fls. 333/334).
Por tal razão, e considerando-se o pedido de concessão de aposentadoria por tempo de serviço formulado nesta ação, concedo ao autor o prazo de 10 (dez) dias para manifestar sua opção em relação ao benefício que considerar mais vantajoso.
Intime-se.
São Paulo, 30 de março de 2007.

PROC.	:	2001.03.99.040802-6 AC 724535
ORIG.	:	0000000166 2 Vr MIRASSOL/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JARBAS LINHARES DA SILVA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ANTONIO MORGADO
ADV	:	APARECIDO OLADE LOJUDICE
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 2 VARA DE MIRASSOL SP
RELATOR	:	JUÍZA CONV. ANA LÚCIA IUCKER / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.128/129
Vistos.
Tratam os presentes autos de ação de conhecimento, objetivando a concessão de aposentadoria por invalidez, durante a qual o autor veio a falecer, conforme CNIS (em anexo).
Nesses termos, suspende-se o processo conforme determinação do artigo 265, inciso I, do Código de Processo Civil, até que tenha lugar a habilitação de herdeiros, cujo procedimento é previsto no artigo 1055 e seguintes do mesmo diploma.
No caso, trata-se de sucessão na relação jurídica processual, regulada pelos citados dispositivos, não havendo qualquer relação com o artigo 112, da Lei n. 8.213/91, atinente à esfera administrativa e ao direito material, não ao direito processual.
Citem-se precedentes nesse sentido:
"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. LEGITIMIDADE. SEGURADO FALECIDO.HABILITAÇÃO. NECESSIDADE. INAPLICABILIDADE DO ARTIGO 112 DA LEI 8.213/91.
1. A norma do artigo 112 da Lei nº 8.213/91 define a titularidade do direito subjetivo ao recebimento dos valores não recebidos em vida pelo segurado, tratando, assim, inequivocamente de norma jurídica material, que em nada se confunde com aqueloutra, de natureza instrumental, referente à habilitação própria da sucessão de partes no processo (Código de Processo Civil, artigo 1.055 usque 1.062)." (REsp 249.990/SC, da minha Relatoria, in DJ 19/12/2002).
2. Recurso provido".
(REsp 614675 / RJ, Relator Ministro HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ 21/06/2004).
"PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. SEGURADO. NÃO RECEBIMENTO EM VIDA DE VALORES A QUE TINHA DIREITO. SUCESSÃO. ART. 112 DA LEI Nº 8.213/91. HABILITAÇÃO NOS MOLDES DOS ARTS. 1055 A 1062 DO CPC.
1. O art. 112 da Lei nº 8.213/91 limita-se a declinar quem está legitimado a suceder o segurado que não recebe, em vida, os valores a ele devidos. Desta feita, exsurge que, estando o numerário submetido ao crivo do Judiciário, como é a hipótese em testilha, não se pode prescindir da habilitação (arts. 1055 a 1062 do CPC).
2. Recurso conhecido e provido".
(REsp 436636 / PB, Relator Ministro FERNANDO GONÇALVES, Sexta Turma, DJ 30/09/02, p. 313)
Posto isso, necessária a habilitação não só da viúva meeira, como também dos filhos nomeados na certidão de óbito. Somente não serão habilitados aqueles que apresentarem declaração renunciando ao crédito em seu favor.
Destarte, o processo ficará suspenso até a habilitação de todos os herdeiros.
Intimem-se.
São Paulo, 20 de março de 2007.
ANA LÚCIA IUCKER
Juíza Federal Convocada

EDITAL Nº 001/2007

EDITAL DE INTIMAÇÃO DOS SUCESSORES DE ADÃO APARECIDO OLIVEIRA, COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS.

O DESEMBARGADOR FEDERAL NELSON BERNARDES DE SOUZA, RELATOR DA APELAÇÃO CÍVEL Nº 2006.03.99.040862-0, em que figuram como partes ADÃO APARECIDO OLIVEIRA e o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e pelo Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da Terceira Região,

F A Z S A B E R a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que, pela Nona Turma deste Tribunal, processam-se os autos da Apelação Cível supramencionados, sendo este edital expedido para INTIMAR OS SUCESSORES DE ADÃO APARECIDO OLIVEIRA, que se encontram em lugar incerto ou não sabido, para que, no prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do artigo 232, inciso IV, do Código de Processo Civil, contados da data do vencimento deste, se habilitem nestes autos, a fim de passarem a integrar o pólo ativo do processo, cientificando-o(s) ainda de que esta Corte tem sua sede sita à Avenida Paulista , nº 1842 - Torre Sul, São Paulo-SP, e funciona no horário das 11:00 às 19:00 horas. Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa, no futuro, alegar ignorância, expediu-se o presente EDITAL, que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, em 20 de março de 2007.
Eu, _____(Sérgio de M. Salomão - RF 2396), Analista Judiciário, digitei. Eu,_____(Andréa Regina dos Santos - RF 1135), Diretora da Divisão de Processamento, conferi.
Eu, _____ (Belª Ana Paula Britto Hori Simões - RF 1985), Diretora da Subsecretaria da Nona Turma, assinei.

NELSON BERNARDES DE SOUZA
DESEMBARGADOR FEDERAL RELATOR

PROC.	:	2006.03.99.041224-6 AC 1153097
ORIG.	:	0400000015 1 Vr DESCALVADO/SP 0400024978 1 Vr DESCALVADO/SP
APTE	:	APPARECIDA MARINELLI BRAMBILLA
ADV	:	ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ROBERTO TARO SUMITOMO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
RELATOR	:	JUÍZA CONV ANA LÚCIA IUCKER / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.152
Vistos.
Junte a parte autora cópia legível da sua certidão de casamento, uma vez que a de fl. 14 não permite identificar da data de realização do matrimônio.
Ademais, manifeste-se, no prazo de 10 (dez) dias, sobre as informações do CNIS (em anexo), que apontam a atividade urbana exercida pelo seu marido.
Intime-se.
São Paulo, 21 de março de 2007.
ANA LÚCIA IUCKER
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA

PROC.	:	2006.03.99.041270-2 AC 1153143
ORIG.	:	0500017670 1 Vr ESTRELA D OESTE/SP 0500000851 1 Vr ESTRELA D OESTE/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	DEONIR ORTIZ
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	TEREZINHA ANTUNES VIEIRA TEIXEIRA
ADV	:	CARLOS APARECIDO DE ARAUJO
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE ESTRELA D OESTE SP
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.41
Tendo em vista que foram verificados vínculos empregatícios em nome do cônjuge da Autora (fls. 39/40), manifestem-se as partes.
Intimem-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11F4.1078 - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2005.03.99.041469-0 AC 1057866
ORIG.	:	0200001528 1 Vr DRACENA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARGARETE DE CASSIA LOPES GOMES DE CARVALHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	JOAQUIM MARQUES DAS NEVES
ADV	:	ANTONIO APARECIDO DE MATOS
RELATOR	:	DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.163
Julgo habilitado o viúvo Joaquim Marques da Neves, nos termos do artigo 112 da Lei nº 8.213/91.
Retifique-se a autuação a fim de incluir o nome do ora habilitado.
Cumprida a determinação, voltem os autos conclusos.
Int.
São Paulo, 07 de março de 2007.

PROC.	:	1999.03.99.041553-8 AC 487297
ORIG.	:	9400000442 1 Vr PORTO FERREIRA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	EDSON VIVIANI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	GERALDO VITALINA e outros
ADV	:	MARCOS ROBERTO DE CARVALHO
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.408
Tendo em vista a possibilidade de ser atribuído caráter infringente aos Embargos de Declaração opostos pelo INSS a fls. 371/374, intime-se a parte contrária para manifestação.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11C1.0000 - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2006.03.99.041562-4 AC 1153437
ORIG.	:	0500000112 1 Vr GUAIRA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOAO LUIZ MATARUCO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	RAIMUNDA JERONIMO DA SILVA
ADV	:	PATRICIA DE FREITAS BARBOSA
RELATOR	:	DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.78
Converto o julgamento em diligência.
Tendo em vista a precária situação em que se encontra a certidão de casamento, e por conseqüência, a sua cópia juntada às fls. 7, providencie a autora, em 30 (trinta) dias, nova certidão de casamento, a possibilitar, inclusive, a identificação do Cartório que lavrou o referido assento.
Após, voltem conclusos.
Int.

São Paulo, 20 de março de 2007.

PROC.	:	2006.03.99.042072-3 AC 1154013
ORIG.	:	0500007916 1 Vr SETE QUEDAS/MS 0500000780 1 Vr SETE QUEDAS/MS
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SILLAS COSTA DA SILVA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MARIA AUGUSTA FRACASSO (= ou > de 60 anos)
ADV	:	CYNTIA LUCIANA NERI BOREGAS
RELATOR	:	JUÍZA CONV ANA LÚCIA IUCKER / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.
Vistos.
Junte a parte autora a cópia da certidão de casamento, onde consta a data de realização do matrimônio.
Intime-se.
São Paulo, 21 de março de 2007.
ANA LÚCIA IUCKER
Juíza Federal Convocada

PROC.	:	2005.03.99.042119-0 AC 1058729
ORIG.	:	0300001747 3 Vr LIMEIRA/SP 0300038037 3 Vr LIMEIRA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MELISSA CARVALHO DA SILVA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ABILIO MARQUES
ADV	:	TANIA MARIA FERRAZ SILVEIRA
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 3 VARA DE LIMEIRA SP
RELATOR	:	DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.188
Fls. 172: defiro, se em termos.
Intime-se.

São Paulo, 15 de março de 2007.

PROC.	:	2000.03.99.043322-3 AC 611763
ORIG.	:	9900000849 5 Vr JUNDIAI/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RODRIGO DE CARVALHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	JOAO ZEFERINO DE LIMA
ADV	:	JOAQUIM ROQUE NOGUEIRA PAIM
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 5 VARA DE JUNDIAI SP
RELATOR	:	DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.131
Conforme pesquisa realizada junto ao Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), cujos dados seguem em anexo, o autor obteve aposentadoria por tempo de contribuição com data de início em 18 de agosto de 2006 (NB 42 / 142.197.731-9).
Por tal razão, e considerando-se o pedido de concessão de aposentadoria por tempo de serviço formulado nesta ação, concedo ao autor o prazo de 10 (dez) dias para manifestar sua opção em relação ao benefício que considerar mais vantajoso.
Intime-se.

São Paulo, 14 de março de 2007.

PROC.	:	2006.03.99.043750-4 AC 1157150
ORIG.	:	0300000630 2 Vr MATAO/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LAERCIO PEREIRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	TERESINHA DOS SANTOS LEITE (= ou > de 60 anos)
ADV	:	ISIDORO PEDRO AVI
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 2 VARA DE MATAO SP
RELATOR	:	DES.FED. NELSON BERNARDES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.117
Trata-se de pedido de antecipação dos efeitos da tutela em ação de natureza previdenciária ajuizada em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando a concessão do benefício de aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença.
Cumpre observar, inicialmente, que a antecipação de tutela pode ser concedida pelo magistrado desde que verificada a presença dos requisitos contidos no art. 273 do Código de Processo Civil, vale dizer, o convencimento da verossimilhança das alegações formuladas, aliado à iminência de lesão irreparável ou de difícil reparação, manifesto propósito protelatório do réu e reversibilidade da medida.
A hipótese dos autos, no entanto, demanda juízo de cognição exauriente, o qual se divorcia da convicção inequívoca da verossimilhança das alegações, imprescindível ao deferimento da medida de urgência ora pleiteada.
Ante o exposto, indefiro a tutela antecipada.
Intime-se.
São Paulo, 08 novembro de 2006.
NELSON BERNARDES DE SOUZA
DESEMBARGADOR FEDERAL RELATOR

PROC.	:	2002.03.99.044961-6 AC 843425
ORIG.	:	0100000693 1 Vr TAMBAU/SP
APTE	:	LAURITA MARIA DA SILVA
ADV	:	FERNANDO TADEU MARTINS
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	EDSON VIVIANI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.112
Em consulta ao banco de dados do CNIS e do Sistema Único de Benefícios da DATAPREV, que ora se junta, verifiquei que a autora faleceu em 02/07/2002. Diante dessa informação, suspendo o processo por 60 (sessenta) dias, a fim de que o seu patrono apresente a certidão de óbito e promova a devida habilitação, nos termos do artigo 265, inciso I e § 1º, do Código de Processo Civil.
Cumprida a determinação, voltem os autos conclusos para deliberação.
Intime-se.

São Paulo, 16 de março de 2007.

PROC.	:	2005.03.99.045307-4 AC 1063551
ORIG.	:	0300001385 1 Vr SAO JOSE DO RIO PARDO/SP 0300057705 1 Vr SAO JOSE DO RIO PARDO/SP
APTE	:	JOAO SERNAGLIA e outros
ADV	:	NATALINO APOLINARIO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CRIS BIGI ESTEVES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.429
Preliminarmente, diante da notícia de falecimento do Autor (fls. 427/428), suspendo o processo, nos termos do art. 265, I, CPC, para a habilitação de eventuais herdeiros.
Prazo, 60 (sessenta) dias.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11ED.0000 - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2002.03.99.045404-1 AC 843865
ORIG.	:	9800002036 2 Vr BOTUCATU/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	VALERIA DALVA DE AGOSTINHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	NAIR OLIVEIRA ALIBERTI
ADV	:	EDUARDO MACHADO SILVEIRA
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 2 VARA DE BOTUCATU SP
RELATOR	:	DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.107
Vistos, etc.
Ante a notícia da concessão de aposentadoria por idade à autora na via administrativa, com data de início em 24 de maio de 2001 (NB 41 / 120.374.785-0), segundo ofício do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) (fls. 103/104 e documento de fls. 105), e considerando-se o pedido de concessão de aposentadoria por invalidez formulado nesta ação, deferido com data de início na elaboração do laudo pericial (26 de agosto de 1999), concedo à autora o prazo de 10 (dez) dias para manifestar sua opção em relação ao benefício que considerar mais vantajoso.
Após, voltem os autos conclusos para deliberação.
Int.

São Paulo, 15 de março de 2007.

PROC.	:	2005.03.99.045882-5 AC 1064126
ORIG.	:	0400000462 1 Vr CACONDE/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CARLA MARIA LIBA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	SEBASTIANA DA SILVA GOMES (= ou > de 60 anos)
ADV	:	MARCELO GAINO COSTA
RELATOR	:	JUÍZA CONV ANA LÚCIA IUCKER / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.193
Vistos.
Em face da interposição de embargos infringentes (fls. 161/176 e 178/191) abra-se vista ao INSS para o oferecimento de contra-razões, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 531 c/c artigo 508 do Código de Processo Civil.
Após, retornem os autos conclusos para a apreciação da admissibilidade do recurso.
Intimem-se.
São Paulo, 03 de abril de 2007.
ANA LÚCIA IUCKER
Juíza Federal Convocada

PROC.	:	2006.03.99.046329-1 AC 1162845
ORIG.	:	0500000188 1 Vr ITAPEVA/SP 0500009932 1 Vr ITAPEVA/SP
APTE	:	JOSE DE OLIVEIRA
ADV	:	DANIELE PIMENTEL DE OLIVEIRA FURTADO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOSE ALFREDO GEMENTE SANCHES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
RELATOR	:	JUÍZA CONV ANA LÚCIA IUCKER / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.96
Vistos.
Tendo em vista o descumprimento do despacho de fl. 93, que determinou a regularização da representação processual e a ausência de poderes do patrono do apelante para renunciar ao direito em que se funda a ação, indefiro o pedido de fl. 91.
Intime-se.
São Paulo, 22 de março de 2007.
ANA LÚCIA IUCKER
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA

PROC.	:	2002.03.99.046539-7 AC 846243
ORIG.	:	0100000810 1 Vr TEODORO SAMPAIO/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	WALMIR RAMOS MANZOLI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	IVONE APARECIDA PEREIRA DA SILVA
ADV	:	SANDRA CRISTINA NUNES JOPPERT MINATTI
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE TEODORO SAMPAIO SP
RELATOR	:	JUÍZA CONV ANA LÚCIA IUCKER / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.135
Vistos.
Fls. 127/134: Manifeste-se o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sobre o pedido de habilitação.
Intime-se.
São Paulo, 16 de março de 2007.
ANA LÚCIA IUCKER
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA

PROC.	:	2005.03.99.046730-9 AC 1066631
ORIG.	:	0400000724 2 Vr SANTA FE DO SUL/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CARMEM PATRICIA NAMI GARCIA SUANA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	JOSE PIRANI
ADV	:	ANTONIO FLAVIO ROCHA DE OLIVEIRA
RELATOR	:	DES.FED. NELSON BERNARDES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.97
Trata-se de pedido de antecipação dos efeitos da tutela em ação de natureza previdenciária ajuizada em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando a concessão do benefício de aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença.
Cumpre observar, inicialmente, que a antecipação de tutela pode ser concedida pelo magistrado desde que verificada a presença dos requisitos contidos no art. 273 do Código de Processo Civil, vale dizer, o convencimento da verossimilhança das alegações formuladas, aliado à iminência de lesão irreparável ou de difícil reparação, manifesto propósito protelatório do réu e reversibilidade da medida.
A hipótese dos autos, no entanto, demanda juízo de cognição exauriente, o qual se divorcia da convicção inequívoca da verossimilhança das alegações, imprescindível ao deferimento da medida de urgência ora pleiteada.
Ante o exposto, indefiro a tutela antecipada.
Intime-se.
São Paulo, 06 de março de 2007.
NELSON BERNARDES DE SOUZA
DESEMBARGADOR FEDERAL RELATOR

PROC.	:	2005.03.99.047157-0 AC 1068452
ORIG.	:	0400000175 1 Vr CAMPO LIMPO PAULISTA/SP 0400008682 1 Vr CAMPO LIMPO PAULISTA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RODRIGO DE CARVALHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MARIA DE LOURDES DA SILVA KNEIFL E OUTROS

ADV	:	SILVIA PRADO QUADROS DE SOUZA
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE CAMPO LIMPO PAULISTA SP
RELATOR	:	DES.FED. NELSON BERNARDES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.145
Tendo em vista a expressa anuência do INSS (fl. 143), defiro a habilitação requerida pelos sucessores da parte autora às fls. 122/127 e 138/141. Anote-se.
Intime-se.
São Paulo, 05 de março de 2007.
NELSON BERNARDES DE SOUZA
DESEMBARGADOR FEDERAL RELATOR

PROC.	:	2000.03.99.047401-8 AC 616800
ORIG.	:	9900001593 3 Vr TAUBATE/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOAO ROBERTO MIGUEL PARDO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	BENEDITO GALHARDO
ADV	:	ANTONIO MÁRCIO MANCILHA NOGUEIRA
ADV	:	ROSELI DE AQUINO FREITAS OLIVEIRA
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 3 VARA DE TAUBATE SP
RELATOR	:	DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.145
Petição do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) de fls. 143: defiro.
Intime-se.
São Paulo, 13 de março de 2007.

PROC.	:	2000.03.99.049076-0 AC 618942
ORIG.	:	9900000118 4 Vr TAUBATE/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOAO ROBERTO MIGUEL PARDO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	CLAUDIVALDO BAUMAN FEITOSA
ADV	:	ANDREA CRUZ DI SILVESTRE
RELATOR	:	DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.136
Conforme pesquisa realizada junto ao Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), cujos dados seguem em anexo, o autor obteve aposentadoria por tempo de contribuição com data de início em 19 de julho de 2000 (NB 42 / 116.902.344-1).
Por tal razão, e considerando-se o pedido de concessão de aposentadoria por tempo de serviço formulado nesta ação, concedo ao autor o prazo de 10 (dez) dias para manifestar sua opção em relação ao benefício que considerar mais vantajoso.
Intime-se.
São Paulo, 16 de março de 2007.

PROC.	:	2005.03.99.050504-9 AC 1074779
ORIG.	:	0300001042 1 Vr LARANJAL PAULISTA/SP 0300011026 1 Vr LARANJAL PAULISTA/SP
APTE	:	DIVA ROSA MORETTI
ADV	:	EDVALDO LUIZ FRANCISCO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ANDERSON ALVES TEODORO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
RELATOR	:	JUÍZA CONV ANA LÚCIA IUCKER / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.141
Vistos.
Ante a ausência de comprovação do cumprimento do mandado de citação, oficie-se o Juízo de primeira instância para a sua juntada no prazo de 20 (vinte) dias.
Intime-se.
São Paulo, 21 de março de 2007.
ANA LÚCIA IUCKER
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA

PROC.	:	2005.03.99.050587-6 AC 1074862
ORIG.	:	0300000524 1 Vr MIGUELOPOLIS/SP
APTE	:	MARIA APARECIDA DE PAULA
ADV	:	SANDRO MARCUS ALVES BACARO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CLAUDIO RENE D AFFLITTO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE MIGUELOPOLIS SP
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.113
Preliminarmente, diante da notícia de falecimento da Autora (fls. 111/112), suspendo o processo, nos termos do art. 265, I, CPC, para a habilitação de eventuais herdeiros.
Prazo, 60 (sessenta) dias.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11ED.085H - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2001.03.99.053010-5 AC 747242
ORIG.	:	0000000231 1 Vr BARRA BONITA/SP
APTE	:	NILCE BENEDITA DOS SANTOS VIDAL
ADV	:	JOSE ANTONIO PINHEIRO ARANHA FILHO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ADOLFO FERACIN JUNIOR
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE BARRA BONITA SP
RELATOR	:	DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.215
Vistos, etc.
Tendo em vista as informações constantes do CNIS, dando conta que a autora recebe aposentadoria por invalidez desde 16 de janeiro de 2004, manifeste sua opção pelo benefício aqui vindicado ou por aquele administrativamente concedido.
Prazo: 10 (dez) dias.
Após, voltem os autos conclusos para deliberação.
Int.
São Paulo, 14 de março de 2007.

PROC.	:	2005.03.99.053597-2 AC 1079223
ORIG.	:	0400000472 1 Vr PALESTINA/SP
APTE	:	MARIA RODRIGUES GALETI
ADV	:	JOSE GONCALVES VICENTE
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOAO LUIZ MATARUCO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	JUÍZA CONV ANA LÚCIA IUCKER / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.105
Vistos.
Converto o feito em diligência.
Oficie-se ao Juízo a quo para que envie o mandado de citação cumprido, no prazo de 20 (vinte) dias.
Intimem-se.
São Paulo, 08 de março de 2007.
ANA LÚCIA IUCKER
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA

PROC.	:	2005.03.99.054121-2 AC 1080026
ORIG.	:	0200001574 2 Vr JACAREI/SP
APTE	:	ANTONIO BENEDITO COELHO
ADV	:	NAOKO MATSUSHIMA TEIXEIRA
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ANGELO MARIA LOPES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
RELATOR	:	DES.FED. NELSON BERNARDES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.175
Trata-se de pedido de antecipação dos efeitos da tutela em ação de natureza previdenciária ajuizada em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando a concessão do benefício de aposentadoria por tempo de serviço.
Cumpre observar, inicialmente, que a antecipação de tutela pode ser concedida pelo magistrado desde que verificada a presença dos requisitos contidos no art. 273 do Código de Processo Civil, vale dizer, o convencimento da verossimilhança das alegações formuladas, aliado à iminência de lesão irreparável ou de difícil reparação, manifesto propósito protelatório do réu e reversibilidade da medida.
A hipótese dos autos, no entanto, demanda juízo de cognição exauriente, o qual se divorcia da convicção inequívoca da verossimilhança das alegações, imprescindível ao deferimento da medida de urgência ora pleiteada.
Ante o exposto, indefiro a tutela antecipada.
Intime-se.
São Paulo, 07 de março de 2007.
NELSON BERNARDES DE SOUZA
DESEMBARGADOR FEDERAL RELATOR

PROC.	:	2001.03.99.056265-9 REOAC 754768
ORIG.	:	9504032958 1 Vr SAO JOSE DOS CAMPOS/SP
PARTE A	:	WALDEMAR CORREIA DA CRUZ
ADV	:	DEISE DE ANDRADA OLIVEIRA PALAZON
PARTE R	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HILTON PLACIDO DE OLIVEIRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE S J CAMPOS SP
RELATOR	:	JUÍZA CONV ANA LÚCIA IUCKER / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.78/79
Vistos.
Tratam os presentes autos de ação de conhecimento, objetivando a concessão de aposentadoria por invalidez, durante a qual o autor veio a falecer, conforme a Certidão de Óbito de fl. 76.
Nesses termos, suspende-se o processo conforme determinação do artigo 265, inciso I, do Código de Processo Civil, até que tenha lugar a habilitação de herdeiros, cujo procedimento é previsto no artigo 1055 e seguintes do mesmo diploma.
No caso, trata-se de sucessão na relação jurídica processual, regulada pelos citados dispositivos, não havendo qualquer relação com o artigo 112, da Lei n. 8.213/91, atinente à esfera administrativa e ao direito material, não ao direito processual.
Citem-se precedentes nesse sentido:
"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. LEGITIMIDADE. SEGURADO FALECIDO.HABILITAÇÃO. NECESSIDADE. INAPLICABILIDADE DO ARTIGO 112 DA LEI 8.213/91.
1. A norma do artigo 112 da Lei nº 8.213/91 define a titularidade do direito subjetivo ao recebimento dos valores não recebidos em vida pelo segurado, tratando, assim, inequivocamente de norma jurídica material, que em nada se confunde com aqueloutra, de natureza instrumental, referente à habilitação própria da sucessão de partes no processo (Código de Processo Civil, artigo 1.055 usque 1.062)." (REsp 249.990/SC, da minha Relatoria, in DJ 19/12/2002).
2. Recurso provido".
(REsp 614675 / RJ, Relator Ministro HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ 21/06/2004).
"PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. SEGURADO. NÃO RECEBIMENTO EM VIDA DE VALORES A QUE TINHA DIREITO. SUCESSÃO. ART. 112 DA LEI Nº 8.213/91. HABILITAÇÃO NOS MOLDES DOS ARTS. 1055 A 1062 DO CPC.
1. O art. 112 da Lei nº 8.213/91 limita-se a declinar quem está legitimado a suceder o segurado que não recebe, em vida, os valores a ele devidos. Desta feita, exsurge que, estando o numerário submetido ao crivo do Judiciário, como é a hipótese em testilha, não se pode prescindir da habilitação (arts. 1055 a 1062 do CPC).
2. Recurso conhecido e provido".
(REsp 436636 / PB, Relator Ministro FERNANDO GONÇALVES, Sexta Turma, DJ 30/09/02, p. 313)
Posto isso, necessária a habilitação não só da viúva meeira, como também dos filhos nomeados na certidão de óbito, sendo estes casados, faz-se necessária também a habilitação de seus respectivos cônjuges. Somente não serão habilitados aqueles que apresentarem declaração renunciando ao crédito em seu favor.
Destarte, o processo ficará suspenso até a habilitação de todos os herdeiros.
Intimem-se.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
ANA LÚCIA IUCKER
Juíza Federal Convocada

PROC.	:	2000.03.99.056399-4 AC 628786
ORIG.	:	9900001281 3 Vr MAUA/SP
APTE	:	VALDOMIRO JESUS DA SILVA
ADV	:	SERGIO GARCIA MARQUESINI
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	DELFINO MORETTI FILHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.176
Conforme pesquisa realizada junto ao Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), cujos dados seguem em anexo, o autor obteve auxílio-doença com data de início em 31 de julho de 2006 (NB 31 / 570.075.928-0), transformado em aposentadoria por invalidez a contar de 11 de outubro de 2006 (NB 32 / 570.188.588-3).
Por tal razão, e considerando-se o pedido de concessão de aposentadoria por tempo de serviço formulado nesta ação, concedo ao autor o prazo de 10 (dez) dias para manifestar sua opção em relação ao benefício que considerar mais vantajoso.
Intime-se.
São Paulo, 21 de março de 2007.

PROC.	:	2001.03.99.058753-0 AC 760276
ORIG.	:	0000000483 2 Vr RIBEIRAO PIRES/SP
APTE	:	WOLF DIETER MARESCH
ADV	:	JOAO BATISTA ROCHA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	GLAUCIA VIRGINIA AMANN MORETTI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.151
Com base no que dispõe o artigo 399, II, do Código de Processo Civil, converto o julgamento em diligência para determinar a expedição de ofício ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a fim de que apresente, no prazo de 15 (quinze) dias, cópia do inteiro teor do procedimento administrativo que resultou do requerimento de concessão de aposentadoria por tempo de serviço sobre a qual se debate nesta ação (NB 42 / 77.903.308-6).* Informações no apenso.
Cumpra-se.
Após satisfeita a determinação supra, intimem-se as partes.
São Paulo, 18 de janeiro de 2007.

PROC.	:	2000.03.99.058925-9 AC 632543
ORIG.	:	9900001850 1 Vr ORLANDIA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARIA HELENA TAZINAFO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR

APDO	:	JAIR BARBIM
ADV	:	SHIRLEY APARECIDA DE O SIMOES
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE ORLANDIA SP
RELATOR	:	DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.187
A providência referente aos cálculos para aferição da aposentadoria a ser tida por mais vantajosa encontra-se abrangida pelo ônus do autor de realizar a sua opção por um ou outro benefício, tarefa para a qual, ademais, está devidamente aparelhado, por depender tão-somente de consulta à lei de regência da matéria atinente à apuração da renda mensal inicial das prestações em confronto, além de sua situação previdenciária.
Por tais fundamentos, descabe atribuir ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) o encargo da simulação dos valores a serem fixados para cada uma das aposentadorias em questão, missão que fica sob a responsabilidade do autor.
Para tanto, concedo-lhe o prazo de 10 (dez) dias, sob pena de prevalecer, em caso de manutenção da sentença, a aposentadoria por tempo de serviço pleiteada nesta ação.
Intime-se.

São Paulo, 23 de março de 2007.

PROC.	:	2001.03.99.059226-3 AC 761303
ORIG.	:	9900000632 1 Vr RIBEIRAO PIRES/SP
APTE	:	ADOLPHO REISER
ADV	:	MARCOS TAVARES DE ALMEIDA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	GLAUCIA VIRGINIA AMANN MORETTI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. NELSON BERNARDES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.124
Juntem-se aos autos o expediente em anexo. Após, manifestem-se as partes, no prazo de 10 (dez) dias.
Intimem-se.
São Paulo, 06 de março de 2007.
NELSON BERNARDES DE SOUZA
DESEMBARGADOR FEDERAL RELATOR

PROC.	:	96.03.061680-0 AC 332279
ORIG.	:	9402034196 3 Vr SANTOS/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MIRIAM DE ANDRADE CARNEIRO LEAO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	AMAURI JOSE ANTUNES e outros
ADV	:	JOSE CARLOS MARZABAL PAULINO e outros
RELATOR	:	DES.FED. NELSON BERNARDES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.296
Fls. 292/294: A procuração outorgada por menor absolutamente incapaz é realizada por ato de seu representante legal, que deve ser pessoa capaz para a prática de todos os atos da vida civil. Logo, resta afastada a obrigatoriedade da forma pública no instrumento de mandato (RT 451/112, 489/235).
Em face do exposto, abro nova oportunidade para que o INSS se manifeste acerca da petição de fls. 276/287.
Intime-se.
São Paulo, 15 de março de 2007.
NELSON BERNARDES DE SOUZA
DESEMBARGADOR FEDERAL RELATOR

PROC.	:	2000.03.99.061862-4 AC 636878
ORIG.	:	9900000760 3 Vr TUPA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	OSMAR MASSARI FILHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	DEOSDETE RIBEIRO
ADV	:	LINO TRAVIZI JUNIOR
RELATOR	:	DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.139
Conforme pesquisa realizada junto ao Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), cujos dados seguem em anexo, o autor obteve aposentadoria por tempo de contribuição a contar de 13 de fevereiro de 2006 (NB 42 / 137.232.825-1).
Por tal razão, e considerando-se o pedido de concessão de aposentadoria por tempo de serviço formulado nesta ação, concedo ao autor o prazo de 10 (dez) dias para manifestar sua opção em relação ao benefício que considerar mais vantajoso.
Intime-se.

São Paulo, 26 de março de 2007.

PROC.	:	2000.03.99.065874-9 AC 642323
ORIG.	:	9800000029 1 Vr LARANJAL PAULISTA/SP
APTE	:	ELIANA MARTINS
ADV	:	JOEL JOAO RUBERTI
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	VALERIA CRUZ
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.106
Reitere-se a intimação do patrono da Autora, a fim de que providencie a regularização da representação processual, conforme determinado a fls. 97/98.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11C3.085H - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2000.03.99.067308-8 AC 644294
ORIG.	:	9900001333 1 Vr NHANDEARA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOSE LUIZ SFORZA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OSVALDO MONTANI
ADV	:	KATIA ALESSANDRA FAVERO
RELATOR	:	DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.84
Em consulta ao Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), cujos dados seguem em anexo, constata-se o falecimento do autor.
Por tal razão, e em obediência ao que dispõe o artigo 112 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, providencie o patrono da parte autora a habilitação pertinente, suspendendo-se, para tanto, o curso do processo por 30 (trinta) dias, nos termos do artigo 265 do Código de Processo Civil.
Intime-se.

São Paulo, 28 de março de 2007.

PROC.	:	2000.03.99.068290-9 AC 645451
ORIG.	:	9900000055 4 Vr ARARAS/SP
APTE	:	JOSE NUNES DO NASCIMENTO
ADV	:	RENATA BORSONELLO DA SILVA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	IZAURA APARECIDA NOGUEIRA DE GOUVEIA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. MARISA SANTOS / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.115
Conforme pesquisa realizada junto ao Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), cujos dados seguem em anexo, o autor obteve aposentadoria por tempo de contribuição a contar de 08 de agosto de 2002 (NB 42 / 125.145.144-3).
Por tal razão, e considerando-se o pedido de concessão de aposentadoria por tempo de serviço formulado nesta ação, concedo ao autor o prazo de 10 (dez) dias para manifestar sua opção em relação ao benefício que considerar mais vantajoso.
Intime-se.

São Paulo, 30 de março de 2007.

PROC.	:	93.03.068366-8 AC 123520
ORIG.	:	8900000536 3 Vr SUZANO/SP
APTE	:	DORALINO VIEIRA PEDROSO
ADV	:	CARLOS MOLTENI JUNIOR e outros
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CELINA OLIVEIRA ARAUJO DE SOUZA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.450
Tendo em vista os cálculos apresentados às fls. 429/448, manifestem-se as partes.
Intimem-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11GE.1078 - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2006.03.00.069190-2 AG 272084
ORIG.	:	9206051040 3 Vr CAMPINAS/SP
AGRTE	:	NEWTON BRASIL LEITE
ADV	:	NELSON LEITE FILHO
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ALVARO MICHELUCCI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PARTE A	:	JOAO ALEXANDRE e outros
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE CAMPINAS Sec Jud SP
RELATOR	:	JUÍZA CONV. ANA LÚCIA IUCKER / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.87
Vistos.
Tratam os presentes de recurso de agravo de instrumento no qual foi negada a antecipação da tutela recursal às fls. 68/70.
Contra essa decisão o agravante interpôs agravo regimental e formulou pedido de reconsideração, consoante fls. 83/85.
Mantenho a decisão agravada pelos seus próprios fundamentos e não conheço do recurso, porque incabível.
Com efeito, nos termos do artigo 527, parágrafo único do Código de Processo Civil, com a redação dada pela Lei n. 11.187/05, não cabe recurso da decisão do relator que negar a antecipação da tutela recursal.
Leciona Nelson Nery Junior: "Recurso contra a decisão monocrática do relator. Qualquer que seja o teor da decisão do relator, seja para conceder ou negar o efeito suspensivo ao agravo, seja para conceder a tutela antecipada do mérito do agravo (efeito ativo), essa decisão não é mais impugnável por meio de agravo interno (CPC 557 §1º), da competência do órgão colegiado (v.g. turma, câmara etc.) a quem competir o julgamento do mérito do agravo.Isto porque o CPC 527 par. ún., com a redação dada pela L 11187/05, só permite a revisão dessa decisão quando do julgamento do mérito do agravo, isto é, pela turma julgadora do órgão colegiado." (Código de Processo Civil Comentado, RT, 9a. ed, p. 777, nota 42).
Posto isso, deixo de receber o recurso, porque incabível.
Intimem-se.
São Paulo, 16 de março de 2007.
ANA LÚCIA IUCKER
Juíza Federal Convocada

PROC.	:	97.03.071905-8 AC 394842
ORIG.	:	9600002525 1 Vr SAO MANUEL/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	GILSON RODRIGUES DE LIMA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	BENEDITO GONCALVES e outro
ADV	:	ANDERSON BOCARDO ROSSI
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE SAO MANUEL SP
RELATOR	:	DES.FED. NELSON BERNARDES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.232
Fls. 196/230: Ciência à parte autora.
Intime-se.
São Paulo, 19 de março de 2007.
NELSON BERNARDES DE SOUZA
DESEMBARGADOR FEDERAL RELATOR

PROC.	:	2006.03.00.073838-4 AG 273691
ORIG.	:	9815066129 1 Vr SAO BERNARDO DO CAMPO/SP
AGRTE	:	SEBASTIAO ALVES DE LIMA
ADV	:	NEY SANTOS BARROS
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CATIA CORREA MIRANDA MOSCHIN
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE S B DO CAMPO SP
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.174
Vistos.
Tendo em vista o julgamento do Agravo de Instrumento nº 2004.03.00.074431-0, manifeste o Agravante seu interesse no prosseguimento deste recurso, no prazo de 10 (dez) dias, prevalecendo o silêncio como desinteresse.
Int.
São Paulo, 23 de fevereiro de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11EE.1078 - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	98.03.077256-2 AC 439251
ORIG.	:	9600001029 1 Vr VINHEDO/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ARMELINDO ORLATO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	VANEZA DOS SANTOS ADAMI incapaz
REPTE	:	MARIA ZULEISE DOS SANTOS ADAMI
ADV	:	ARNALDO APARECIDO OLIVEIRA
RELATOR	:	JUÍZA CONV ANA LÚCIA IUCKER / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.199
Vistos.
Manifestem-se as partes sobre o laudo sócio-econômico juntado às fls. 194/197.
Intimem-se
São Paulo, 26 de março de 2007.
ANA LÚCIA IUCKER
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA

PROC.	:	1999.03.99.077759-0 AC 520452
ORIG.	:	9600160058 16 Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	FRANCISCO DE ASSIS SPAGNUOLO JUNIOR
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	HERMINIO PIFER e outros
ADV	:	SYRLEIA ALVES DE BRITO
APDO	:	CLAUDIO DE PAULO

ADV	:	LUIZ DOMINGUES ROLO e outros
APDO	:	DARCY DOS SANTOS PEGORARO
ADV	:	SYRLEIA ALVES DE BRITO
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.168
Fls. 158/165 - Manifeste-se o INSS sobre o pedido de habilitação de herdeiros.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11C1.0GBF - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	97.03.080024-6 AC 398955
ORIG.	:	9514028899 1 Vr FRANCA/SP
APTE	:	JOSE MANOEL VAZQUEZ DA SILVA E OUTROS
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUIS EDUARDO FREITAS DE VILHENA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. NELSON BERNARDES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.236
Tendo em vista a expressa anuência do INSS (fl. 234), defiro a habilitação requerida pelos sucessores da parte autora às fls. 153/164, 186/191 e 193/194. Anote-se.
Intime-se.
São Paulo, 06 de março de 2007.
NELSON BERNARDES DE SOUZA
DESEMBARGADOR FEDERAL RELATOR

PROC.	:	95.03.083002-8 AC 280268
ORIG.	:	9400001209 1 Vr PIRAJU/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUIZ ANTONIO LOPES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	DIRCE BRUNO PORTO
ADV	:	VITAL DE ANDRADE NETO e outro
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.152
Tendo em vista a possibilidade de ser atribuído caráter infringente aos Embargos de Declaração opostos pelo INSS a fls. 139/146, intime-se a parte contrária para manifestação.
Intime-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11H1.1331 - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	97.03.086398-1 AC 401499
ORIG.	:	9302074617 5 Vr SANTOS/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SUZANA REITER CARVALHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ROQUE ANTONIO BERTOCHI
ADV	:	ANTELINO ALENCAR DORES e outros
RELATOR	:	DES.FED. NELSON BERNARDES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.160
Fl. 158: Providencie a parte autora, no prazo de 20 (vinte) dias, a habilitação dos filhos do de cujus.
Intime-se.
São Paulo, 06 de março de 2007.
NELSON BERNARDES DE SOUZA
DESEMBARGADOR FEDERAL RELATOR

PROC.	:	98.03.087266-4 AC 441605
ORIG.	:	9100001176 4 Vr JAU/SP
APTE	:	OSWALDO DA SILVA
ADV	:	ANTONIO CARLOS POLINI
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	EVA TERESINHA SANCHES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. NELSON BERNARDES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.156
Fl. 154: Indefiro, haja vista que trata-se de diligência a ser realizada pela parte.
Intime-se.
São Paulo, 13 de março de 2007.
NELSON BERNARDES DE SOUZA
DESEMBARGADOR FEDERAL RELATOR

PROC.	:	2006.03.00.089838-7 AG 279051
ORIG.	:	200561830048193 5V Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	FRANCISCO ALVES DA SILVA
ADV	:	WILSON MIGUEL
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 5 VARA PREVIDENCIARIA DE SAO PAULO SP>1ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. NELSON BERNARDES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.71
Fls. 65/69: Nada a reconsiderar.
Intime-se.
São Paulo, 05 de março de 2007.
NELSON BERNARDES DE SOUZA
DESEMBARGADOR FEDERAL RELATOR

PROC.	:	2006.03.00.091909-3 AG 279606
ORIG.	:	200661830047223 7V Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	JESUS DONIZETE DE SOUZA
ADV	:	WILSON MIGUEL
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 7 VARA PREVIDENCIARIA DE SAO PAULO SP>1ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. NELSON BERNARDES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.47
Fls. 41/45: Nada a reconsiderar.
Intime-se.
São Paulo, 05 de março de 2007.
NELSON BERNARDES DE SOUZA
DESEMBARGADOR FEDERAL RELATOR

PROC.	:	94.03.103578-1 AC 223925
ORIG.	:	9300000897 1 Vr DESCALVADO/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ADRIANO SERGIO RINALDO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	BENEDITA VIEIRA DA SILVA e outros
ADV	:	SILVIO BELLINI e outro
RELATOR	:	JUÍZA CONV ANA LÚCIA IUCKER / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.150
VISTOS.
Trata-se de pedido de revisão da "sentença", com base no artigo 751, I, do CPC, interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS.
Incabível o requerimento realizado, porque a matéria levantada não foi objeto de recurso de apelação, diz respeito ao mérito da causa e não houve modificação nenhuma da relação jurídica, uma vez que a data inicial do benefício continua a mesma.
Indefiro o pedido de fls. 142/146.
P. I., baixando os autos, oportunamente, à Vara de origem.
São Paulo, 20 de março de 2007.
ANA LÚCIA IUCKER
Juíza Federal Convocada

PROC.	:	2006.03.00.113215-5 AG 285983
ORIG.	:	200661830068731 4V Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	ALBERTO DE SOUZA
ADV	:	WILSON MIGUEL
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA PREVIDENCIARIA DE são PAULO/SP>1ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. NELSON BERNARDES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.49
Mantenho a r. decisão de fls. 32/33 por seus próprios fundamentos. Processe-se o agravo regimental interposto às fls. 39/47.
Intime-se.
São Paulo, 02 de março de 2007.
NELSON BERNARDES DE SOUZA
DESEMBARGADOR FEDERAL RELATOR

PROC.	:	2006.03.00.116365-6 AG 286637
ORIG.	:	200661830065729 7V Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	IRENE RODRIGUES OLIVEIRA
ADV	:	WILSON MIGUEL
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 7 VARA PREVIDENCIARIA DE SAO PAULO SP>1ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. NELSON BERNARDES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.50
Mantenho a r. decisão de fls. 27/28 por seus próprios fundamentos. Processe-se o agravo regimental interposto às fls. 34/40.
Intime-se.
São Paulo, 02 de março de 2007.
NELSON BERNARDES DE SOUZA
DESEMBARGADOR FEDERAL RELATOR

PROC.	:	2006.03.00.120031-8 AG 287629
ORIG.	:	0600000847 2 Vr SAO JOSE DO RIO PARDO/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	GERALDO JUNIO DE SA FERREIRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	DANIEL ANANIAS CREMASCO incapaz
REPTE	:	MARILY ANANIAS CREMASCO
ADV	:	FLAVIA PIZANI JUNQUEIRA
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 2 VARA DE SAO JOSE DO RIO PARDO SP
RELATOR	:	JUÍZA CONV. ANA LÚCIA IUCKER / NONA TURMA

Fls.60
Vistos.
O Ministério Público Federal requer, às fls. 55/56, que o INSS seja intimado para que instrua o presente agravo de forma completa.
Indefiro o pretendido, uma vez que as peças obrigatórias exigidas pelo artigo 525 do Código de Processo Civil constam dos autos, a saber: procuração, decisão agravada e certidão de intimação (fls. 27, 37/45 e 46).
Igualmente indefiro a pretensão de que o agravado seja novamente intimado da decisão que concedeu efeito suspensivo ao recurso, porquanto na certidão de fl. 58 a Diretora da Divisão de Processamento desta 9ª Turma informou que a parte foi devidamente intimada pelo Diário da Justiça de 31/01/2007.
Int.
Dê-se ciência ao Parquet Federal.
São Paulo, 08 de março de 2007.
ANA LÚCIA IUCKER
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA

PROC.	:	2006.03.00.120031-8 AG 287629
ORIG.	:	0600000847 2 Vr SAO JOSE DO RIO PARDO/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	GERALDO JUNIO DE SA FERREIRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	DANIEL ANANIAS CREMASCO incapaz
REPTE	:	MARILY ANANIAS CREMASCO
ADV	:	FLAVIA PIZANI JUNQUEIRA
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 2 VARA DE SAO JOSE DO RIO PARDO SP
RELATOR	:	JUÍZA CONV ANA LÚCIA IUCKER / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.67
Vistos.
Reconsidero parcialmente o despacho de fl. 60 para determinar que conste dos autos cópia integral do estudo social elaborado por ordem do juiz da causa.
Oficie-se ao juízo a quo para que remeta ao presente feito as cópias noticiadas acima.
Intimem-se.
Após, dê-se ciência ao Ministério Público Federal.
São Paulo, 21 de março de 2007.
ANA LÚCIA IUCKER
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA

PROC.	:	2006.03.00.120660-6 AG 288061
ORIG.	:	200661830077100 5V Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	MARIA EFIGENIA DA SILVA FERREIRA
ADV	:	MARIA APARECIDA P FAIOCK DE ANDRADE MENEZES
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 5 VARA PREVIDENCIARIA DE SAO PAULO SP>1ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.52
Vistos.
Negado o efeito suspensivo, juízo com o qual estou de acordo, remetam-se os autos ao Juízo de origem, convertendo-se em retido o presente Agravo de Instrumento, na forma do disposto no artigo 1.º, da Lei n.º 11.187, de 19/10/2005 que alterou os artigos 522 e 527, II, da Lei n.º 5.869, de 11/01/1973 do Código de Processo Civil.
Int.-se.
São Paulo, 1 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11EH.1331 - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2006.03.00.120874-3 AG 288168
ORIG.	:	200661830048446 4V Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	LUIZ VIEIRA DA SILVA
ADV	:	WILSON MIGUEL
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA PREVIDENCIARIA DE SAO PAULO SP>1ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.76
Vistos.
Negado o efeito suspensivo, juízo com o qual estou de acordo, remetam-se os autos ao Juízo de origem, convertendo-se em retido o presente Agravo de Instrumento, na forma do disposto no artigo 1.º, da Lei n.º 11.187, de 19/10/2005 que alterou os artigos 522 e 527, II, da Lei n.º 5.869, de 11/01/1973 do Código de Processo Civil.
Int.-se.
São Paulo, 1 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11EI.05A5 - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2006.03.00.120897-4 AG 288191
ORIG.	:	200561830024334 4V Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	JOSUE JOAQUIM MONTEIRO
ADV	:	WILSON MIGUEL
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	FABIOLA MIOTTO MAEDA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA PREVIDENCIARIA DE SAO PAULO SP>1ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.180
Vistos.
Fls.174/178: Trata-se de pedido de reconsideração da decisão que converteu em retido o recurso de agravo de instrumento. O pedido de recebimento do presente recurso por instrumento já foi apreciado (fls.170/171). Não existe nenhum fato novo que justifique a sua reconsideração, neste momento.
Assim, cumpra-se a parte final da decisão de fls.170/171.
São Paulo, 26 de fevereiro de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11EI.0DG3 - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

PROC.	:	2006.03.00.124289-1 AG 288544
ORIG.	:	0600001663 1 Vr MOGI MIRIM/SP 0600139604 1 Vr MOGI MIRIM/SP
AGRTE	:	NEUZA DIRCE FARIA
ADV	:	RODOLFO NASCIMENTO FIOREZI
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE MOGI MIRIM SP
RELATOR	:	DES.FED. SANTOS NEVES / NONA TURMA

Decisão/Despacho de fls.61
Vistos.
Recebo a petição de fls.56/59 como pedido de reconsideração, nos termos do disposto no § único, do art. 527, do CPC. O pedido de recebimento do presente recurso por instrumento já foi apreciado (fls.51/53). Não existe nenhum fato novo que justifique a sua reconsideração, neste momento.
Assim, cumpra-se a parte final da decisão de fls.53.
São Paulo, 5 de março de 2007.
Documento assinado por DF10054-Desembargador Federal Santos Neves
Autenticado e registrado sob o n.º 0036.08BB.11EI.15HD - SRDD-TRF3-00
(Sistema de Assinatura Eletrônica e Registro de Documentos - TRF 3ª Região)

SUBSECRETARIA DA DÉCIMA TURMA

DIVISÃO DE PROCEDIMENTOS DIVERSOS

DESPACHOS/DECISÕES

PROC.	:	2007.03.99.000041-6 AC 1166473
ORIG.	:	0300000051 2 Vr LEME/SP 0300036386 2 Vr LEME/SP
APTE	:	VICENTE BUENO
ADV	:	DANIEL COSTA RODRIGUES
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ROBERTO WAGNER LANDGRAF ADAMI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. JEDIAEL GALVÃO / DÉCIMA TURMA

Vistos etc.
Proposta ação de conhecimento, objetivando a concessão de benefício assistencial de prestação continuada (art. 203, inciso V, da Constituição Federal), sobreveio sentença de improcedência do pedido, condenando-se a parte autora no pagamento das verbas de sucumbência.
Inconformada, a parte autora interpôs apelação, requerendo a reforma da sentença, para que seja julgado procedente o pedido, sustentando que preencheu os requisitos legais para a concessão do benefício vindicado.
Com as contra-razões, os autos foram remetidos a este Tribunal.
O Ministério Público Federal ofereceu parecer opinando pelo não provimento da apelação da parte autora.
É o relatório.
DECIDO.
Postula a autora a concessão de benefício assistencial, no valor de um salário mínimo.
Tal benefício está previsto no artigo 203, inciso V, da Constituição Federal, bem como na Lei nº 8.742/93.
Consoante regra do art. 203, inciso V, da CF, a assistência social será prestada à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem "não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família".
A Lei nº 8.742/93, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, veio regulamentar o referido dispositivo constitucional, estabelecendo em seu art. 20 os requisitos para sua concessão, quais sejam, ser pessoa incapaz para a vida independente e para o trabalho ou pessoa idosa, bem como ter renda familiar inferior a ¼ do salário mínimo.
Considera-se pessoa idosa, para fins de concessão do benefício de prestação continuada, aquela que possua 70 (setenta) anos de idade, cujo limite etário foi reduzido para 67 (sessenta e sete) anos a partir de 1º de janeiro de 1998 (artigo 38 da Lei nº 8.742/93). Com a edição da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, o requisito da idade restou reduzido a 65 (sessenta e cinco) anos (artigo 34).
No caso dos autos, o apelante é idoso, contando com a idade avançada de mais de 66 (sessenta e seis) anos (fl. 36). Ademais, o laudo médico (fls. 213/214) comprova incapacidade total e permanente para os atos da vida independente e para o labor.
De outra parte, quanto à insuficiência de recursos para prover a própria subsistência ou de tê-la provida por sua família, ressalta-se que o objetivo da assistência social é prover o mínimo para a manutenção do idoso ou incapaz, de modo a assegurar-lhe uma qualidade de vida digna. Por isso, para sua concessão não há que se exigir uma situação de miserabilidade absoluta, bastando a caracterização de que o beneficiário não tem condições de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família.
Não se tem dúvida de que o § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742/93 é constitucional, tendo o Supremo Tribunal Federal decidido nesse sentido (ADIN nº 1.232/DF, Relator p/ acórdão Ministro Nelson Jobim, j. 27/08/1998DJ 01/06/2001).
Todavia, o disposto no § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742/93 não é o único meio de comprovação da miserabilidade do deficiente ou do idoso, devendo a respectiva aferição ser feita, também, com base em elementos de prova colhidos ao longo do processo, observada as circunstâncias específicas relativas ao postulante do benefício. Lembra-se aqui precedente do Superior Tribunal de Justiça, que não restringe os meios de comprovação da condição de miserabilidade do deficiente ou idoso: "O preceito contido no art. 20, § 3º, da Lei nº 8.742/93 não é o único critério válido para comprovar a condição de miserabilidade preceituada no artigo 203, V, da Constituição Federal. A renda familiar per capita inferior a 1/4 do salário-mínimo deve ser considerada como um limite mínimo, um quantum objetivamente considerado insuficiente à subsistência do portador de deficiência e do idoso, o que não impede que o julgador faça uso de outros fatores que tenham o condão de comprovar a condição de miserabilidade da família do autor." (REsp nº435871/SP, Relator Ministro Felix Fischer, j. 19/09/2002, DJ 21/10/2002, p. 391).
No presente caso, o apelante é idoso, mas isso, por si só, não autoriza a concessão do benefício em comento, uma vez que ele não comprovou o estado de miserabilidade alegado, embora tenha sido produzido estudo social, segundo o qual ele reside em casa cedida por um filho, guarnecida, inclusivem de uma linha telefônica, sendo a renda do núcleo familiar composta da aposentadoria recebida por ele e sua companheira, no valor de 1 (um) salário mínimo, cada. Embora tenham sido relatados gastos com alimentação, farmácia, despesas pessoais, entre outros, não foram apresentados documentos para comprovação de tais gastos.
De qualquer forma, o requerente encontra-se em gozo de aposentadoria por idade, fato esse que também impede a concessão do benefício assistencial.
Nos termos da legislação previdenciária, é descabida a cumulação do benefício de renda mensal vitalícia ou de prestação continuada com qualquer outro beneficio, salvo o da assistência médica, conforme estabelece o artigo 20, parágrafo 4º da Lei 8.742/93, abaixo transcrito:
"Artigo 20- O benefício de prestação continuada é a garantia de 1 (um) salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 70 (setenta) anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem tê-la provida por sai família .
Parágrafo 4º- O benefício de que trata este artigo não pode ser acumulado pelo beneficiário com qualquer outro no âmbito da seguridade social ou de outro regime, salvo o da assistência médica."
Nesse sentido, lembra-se do precedente do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado:
"RESP - PREVIDENCIÁRIO - RENDA MENSAL VITALÍCIA - CUMULAÇÃO - A renda mensal vitalícia não pode ser cumulada com qualquer espécie de benefício previdenciário (Lei nº 8.213/91, art. 139, parag. 4º)." (REsp nº 179241/SP, Relator Ministro LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, j. 05/11/1998, DJ 14/12/1998, p. 391).
Por tais razões, o apelante não faz jus à percepção do benefício assistencial.
Com supedâneo em entendimento sufragado pelo Supremo Tribunal Federal (Agravo Regimental em RE nº 313.348/RS, Relator Ministro Sepúlveda Pertence, j. 15/04/2003, DJU 16/05/2003, p. 616), e considerando ser o apelante beneficiário da Assistência Judiciária Gratuita, excluo, de ofício, a sua condenação nas verbas de sucumbência, por se tratar de erro material constante da sentença recorrida, uma vez que vedado o provimento jurisdicional condicionado.
Diante do exposto, nos termos do artigo 557 do CPC, NEGO SEGUIMENTO À APELAÇÃO DA PARTE AUTORA E EXCLUO, DE OFÍCIO, A CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DAS VERBAS DE SUCUMBÊNCIA, na forma da fundamentação.
Transitado em julgado, remetam-se os autos à Vara de origem, observadas as formalidades legais.
Publique-se e intimem-se.
São Paulo, 27 de março de 2007.
JEDIAEL GALVÃO
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2007.03.99.000088-0 AC 1166520
ORIG.	:	0500000809 1 Vr MATAO/SP
APTE	:	MARIA LUIZA ALAO ROTA
ADV	:	MARGHERITA DE CASSIA PIZZOLLI GARCIA BRANDES
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LAERCIO PEREIRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA / DÉCIMA TURMA

DECISÃO
Agravo contra a decisão que, com base no art. 557, § 1º-A, do C. Pr. Civil, dá provimento à apelação, para condenar a autarquia previdenciária a revisar o valor da pensão da autora, a fim de que prevaleça o coeficiente do cálculo de 100%, a partir da L. 9.032/95.
Sustenta a autarquia que a decisão ofende ato jurídico perfeito e os princípios da irretroatividade das leis, isonomia e da legalidade, bem assim que a majoração do benefício não tem prévia fonte de custeio, e pugna por sua reforma.
Relatados, decido.
O Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária, decidiu pela inadmissibilidade de qualquer interpretação da L. 9.032/95 que implique a aplicação de suas disposições a benefícios de pensão por morte concedidos anteriormente à sua vigência (RE 416.827 SC; RE 415.454 SC).
Posto isto, com a ressalva do meu entendimento, reconsidero a decisão recorrida, para negar seguimento ao recurso, com base no art. 557, caput, do C. Pr. Civil, e assim manter a sentença de improcedência do pedido.
Deixo de condenar a parte autora nos ônus da sucumbência, porquanto beneficiária da assistência judiciária (RE 313.348 RS, Min. Sepúlveda Pertence).
Independentemente do trânsito em julgado, determino seja enviado e-mail ao INSS, a fim de que se adotem as providências cabíveis à imediata redução do coeficiente da pensão por morte.
Decorrido o prazo legal, baixem os autos ao juízo de origem.
Int.
São Paulo, 21 de março de 2007.
CASTRO GUERRA
RELATOR

PROC.	:	2007.03.99.000208-5 AC 1166640
ORIG.	:	0600001489 1 Vr CAARAPO/MS
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SILLAS COSTA DA SILVA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	THEODORO LOPES BALDONADO
ADV	:	DIVANEI ABRUCEZE GONCALVES
RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO / DÉCIMA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de apelação de sentença pela qual foi julgada procedente ação previdenciária, condenando o réu a conceder à autora o benefício de aposentadoria rural por idade, no valor de 01 (um) salário mínimo, a partir da citação válida, com fundamento nos arts. 142 e 143 da Lei 8.213/91. As prestações em atraso deverão ser pagas de uma só vez, acrescidas de juros de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária pelo IGPM-FGV, devidos a partir do vencimento de cada prestação do benefício, nos termos da legislação pertinente ao caso. O réu foi condenado, ainda, ao pagamento de honorários advocatícios arbitrados em 15% (quinze por cento), excetuadas as prestações vincendas, nos termos da Súmula 111 do E. STJ. Não houve condenação em custas processuais.
Em seu recurso de apelação alega o réu que a parte autora não comprovou que trabalhou nos 150 (cento e cinqüenta) meses anteriores ao pedido, nem mesmo com o início de prova material atinente ao referido período, o que inviabilizou o acolhimento da pretensão, haja vista que os documentos carreados aos autos não constituem início razoável de prova material dentro do prazo de 12 (doze) anos e 6 (seis) meses que antecedeu o pedido. Subsidiariamente, requer a fixação dos honorários advocatícios no percentual de 5% das parcelas vencidas até a data da prolação da sentença de primeiro grau, excluídas as vincendas, e que os índices de correção monetária estejam nos mesmos moldes da correção dos benefícios previdenciários.
Contra-razões de apelação à fl. 75/77, em que pugna pela manutenção da r. sentença recorrida.
Após breve relatório, passo a decidir.
A parte autora completou 60 anos de idade em 01/04/2003, devendo, assim, comprovar 11 (onze) anos de atividade rural (132 meses), nos termos dos arts. 142 e 143 da Lei n. 8.213/91, para a obtenção do benefício em epígrafe.
O autor carreou aos autos Certidão de Nascimento de sua filha, (20.09.1975, fl.08), na qual encontra-se qualificado como lavrador. Apresentou também sua CTPS (fl. 11/12), onde consta que trabalhou para uma agropecuária, realizando serviços gerais, de 01/02/1995 a 30/06/1997, documento este que constitui prova plena da atividade rural.

As testemunhas inquiridas no presente processo (fls. 49/50), afirmaram que conhecem o autor há mais de vinte anos e que ele já exercia atividades no meio rural, trabalhando nas Fazendas Santa Luzia, Saijú, Santa Fé. Assevera, ainda, a testemunha de fl. 49 que o demandante trabalhava como diarista para ele.
Dessa forma, havendo prova material e início de prova material corroborada por prova testemunhal, impõe-se reconhecer que a parte autora comprovou o exercício de atividade rural no período legalmente exigido.
A esse respeito, confira-se julgado que porta a seguinte ementa:
PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL. APOSENTADORIA POR IDADE. COMPROVAÇÃO DA ATIVIDADE RURAL. VALORAÇÃO DA PROVA TESTEMUNHAL. RECURSO ESPECIAL.
1. A valoração dos depoimentos testemunhais sobre o período de atividade rural exercida pela recorrente é válida, se apoiada em início razoável de prova material, ainda que esta somente comprove tal exercício durante uma fração do tempo exigido em lei.
2. Considera-se a Certidão de Casamento, na qual expressamente assentada a profissão de rurícola do requerente, início razoável de prova documental, a ensejar a concessão do benefício previdenciário.
3. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nesta parte, provido. (STJ - 5ª Turma; REsp. 266852 - MS, 2000/0069761-3; Rel. Ministro Edson Vidigal; v.u., j. em 21.09.2000; DJ. 16.10.2000, pág. 347).
Cumpre observar que a exigência de comprovação da atividade rural no período imediatamente anterior à data do requerimento, como requisito para a concessão do benefício de aposentadoria rural por idade, nos termos do art. 143 da Lei n. 8.213/91, teve por finalidade excluir aqueles segurados que, em data remota, estiveram nas lides rurais, e no momento presente querem se aproveitar do rebaixamento da idade. Tanto é assim, que o legislador ordinário preferiu não estabelecer um lapso temporal preciso no conceito de "...período imediatamente anterior....". Na verdade, para se aferir se o segurado está enquadrado na hipótese prevista pelo art. 143 da Lei n. 8.213/91, há que se perquirir se o mesmo sempre foi trabalhador rural e se laborou em número de meses correspondente à carência, não importando se em dado período houve inatividade, mesmo porque o indigitado preceito admite períodos descontínuos.
O termo inicial do benefício foi corretamente fixado a contar da citação, ante a ausência de requerimento administrativo.
Cumpre, ainda, explicitar os critérios de cálculo de correção monetária e juros de mora.
A correção monetária incide sobre as prestações em atraso, desde os respectivos vencimentos, na forma da Súmula 8 do E. TRF da 3ª Região, observada a legislação de regência especificada na Portaria nº 92/2001 DF-SJ/SP, de 23.10.2001 e Provimento nº 64/2005 da E. Corregedoria-Geral da Justiça da 3ª Região.
Os juros moratórios devem ser computados a partir da citação, de forma decrescente, a taxa de 1% ao mês, uma vez que a citação ocorreu após 10.01.2003, nos termos do art. 406 do Código Civil e do art. 161, § 1º, do Código Tributário Nacional, incidindo tais juros até a data de expedição do precatório, caso este seja pago no prazo estabelecido pelo art. 100 da CF/88 (STF, RE n.º 298.616-SP, Relator Ministro Gilmar Mendes, publicado no DJ de 20/10/2006, pg. 84).
A base de cálculo dos honorários advocatícios corresponde às prestações vencidas até a data em que foi proferida a r. sentença recorrida nos termos da Súmula 111 do E. STJ em sua nova redação.
Diante do exposto, nos termos do artigo 557, §1º do Código de Processo Civil, dou parcial provimento à apelação do réu, para fixar os índices da correção monetária na forma retroexplicitada.
Determino que, independentemente do trânsito em julgado, expeça-se ofício ao INSS, instruído com os devidos documentos da parte autora THEODORO LOPES BALDONADO, a fim de serem adotadas as providências cabíveis para que seja o benefício de aposentadoria rural por idade implantado de imediato, com data de início - DIB em 13.03.2006, no valor de um salário mínimo, tendo em vista o "caput" do artigo 461 do CPC. O aludido ofício poderá ser substituído por e.mail, na forma a ser disciplinada por esta Corte.
Decorrido "in albis" o prazo recursal, dê-se baixa na Distribuição.
Intimem-se.
São Paulo, 15 de fevereiro de 2007.

PROC.	:	2007.03.99.000209-7 AC 1166641
ORIG.	:	0400013090 1 Vr ITAQUIRAI/MS
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SILLAS COSTA DA SILVA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MARIA FERREIRA DA SILVA
ADV	:	WLADIMIR ALDRIN PEREIRA ZANDAVALLI
RELATOR	:	DES.FED. JEDIAEL GALVÃO / DÉCIMA TURMA

Vistos etc.
Proposta ação de conhecimento de natureza previdenciária, objetivando a concessão de aposentadoria por idade rural, sobreveio sentença de procedência do pedido, condenando-se a autarquia previdenciária a conceder o benefício, no valor de um salário mínimo, a partir da citação, devendo as prestações vencidas ser pagas com correção monetária e juros de mora, desde a citação, além de custas e honorários advocatícios fixados R$ 500,00 (quinhentos reais).
A r. sentença não foi submetida ao reexame necessário.
Inconformada, a autarquia previdenciária interpôs recurso de apelação, pugnando pela integral reforma da sentença, para que seja julgado improcedente o pedido. Subsidiariamente, requer a alteração da sentença quanto à verba honorária advocatícia, correção monetária e custas.
Com as contra-razões, os autos foram remetidos a este Tribunal.
É o relatório.
D E C I D O.
A autora postula a concessão do benefício de aposentadoria rural por idade.
Tal benefício está previsto no artigo 143 da Lei n.º 8.213/91, exigindo-se, para a sua concessão, a comprovação do exercício de trabalho rural, ainda que descontinuamente, mas no período imediatamente anterior ao ajuizamento da demanda, em número de meses idêntico à carência desse benefício, dispensando-se a comprovação do efetivo recolhimento das contribuições mensais nesse período.
Em se tratando de trabalhadora rural, a aposentadoria por idade é devida aos 55 (cinqüenta e cinco) anos (artigo 48, § 1º, da Lei n.º 8.213/91).
Tendo a autora nascido em 20/02/1945, completou essa idade em 20/02/2000.
Nos termos do artigo 55, § 3.º, da Lei 8.213/91 e do entendimento jurisprudencial consubstanciado na Súmula 149 do Superior Tribunal de Justiça, para a comprovação do trabalho rural é necessária a apresentação ao menos de início de prova material, corroborável por prova testemunhal. Ressalta-se que o início de prova material, exigido pelo § 3º do artigo 55 da Lei nº 8.213/91, não significa que o segurado deverá demonstrar mês a mês, ano a ano, por intermédio de documentos, o exercício de atividade na condição de rurícola, pois isto importaria em se exigir que todo o período de trabalho fosse comprovado documentalmente, sendo de nenhuma utilidade a prova testemunhal para demonstração do labor rural.
Início de prova material, conforme a própria expressão o diz, não indica completude, mas sim começo de prova, princípio de prova, elemento indicativo que permita o reconhecimento da situação jurídica discutida, desde que associada a outros dados probatórios.
Neste caso, há início de prova material da condição de rurícola do marido da autora, consistente, dentre outros documentos, na cópia da certidão de casamento (fl. 16), na qual ele está qualificado como lavrador. O Superior Tribunal de Justiça, sensível à realidade social do trabalhador rural, pacificou o entendimento de ser extensível à esposa a qualificação de trabalhador rural apresentada pelo marido, constante de documento, conforme revela a ementa deste julgado:
"PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL.
Firmou-se a jurisprudência da Corte no sentido de que o documento probante da situação de camponês do marido é início razoável de prova material da qualidade de trabalhadora rural da sua mulher.
Recurso especial atendido" (REsp nº 258570-SP, Relator Ministro Fontes de Alencar, j. 16/08/2001, DJ 01/10/2001, p. 256).
Por sua vez, as testemunhas ouvidas complementaram plenamente esse início de prova material ao asseverarem, perante o juízo de primeiro grau, sob o crivo do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, sem contraditas, que a autora exerceu atividade rural (fls. 54/56). Assim, nos termos do artigo 55, § 3º, da Lei nº 8.213/91, e em estrita observância à Súmula 149 do Superior Tribunal de Justiça, restou comprovado que a autora exerceu trabalho rural por tempo superior ao equivalente à carência necessária, de acordo com a tabela do artigo 142 da Lei n.º 8.213/91, em período imediatamente anterior ao requerimento do benefício.
Importante frisar que, comprovado o exercício de trabalho rural pelo período equivalente à carência, não há necessidade de comprovação de recolhimento de qualquer contribuição para a Previdência Social, no caso do benefício pleiteado, nos termos dos artigos 39, inciso I, 48, § 2º, e 143, todos da Lei nº 8.213/91. Somente o segurado que desejar usufruir benefícios outros e em valor diverso a um salário mínimo é que deve comprovar haver contribuído facultativamente para a Previdência Social, na forma estipulada no Plano de Custeio da Seguridade Social, a teor do inciso II do art. 39 da referida Lei. O Superior Tribunal de Justiça já decidiu ser "Inexigível do trabalhador rural, em regime de economia familiar, a comprovação do recolhimento das contribuições previdenciárias para fins de aposentadoria por idade, a teor do artigo 143, da Lei 8.213/91" (REsp nº 245418/SP, Relator Ministro Jorge Scartezzini, j. 18/04/2000, DJ 19/06/2000, p. 199).
O prazo previsto no artigo 143 da Lei n.º 8.213/91, correspondente a 15 anos, não é relativo à duração do benefício, mas sim pertinente ao exercício do direito à aposentadoria por idade.
Portanto, presentes os requisitos legais, o benefício previdenciário foi corretamente concedido pelo MM. Juiz a quo.
À míngua de comprovação de protocolização de requerimento administrativo de aposentadoria por idade, o benefício deverá ser computado a partir da data da citação do INSS, pois desde então o Instituto foi constituído em mora, nos termos do artigo 219 do Código de Processo Civil. Nesse sentido:
"NÃO HAVENDO PRÉVIA FORMULAÇÃO ADMINISTRATIVA, O TERMO "A QUO" DE INCIDÊNCIA DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR IDADE DEVERÁ COINCIDIR COM A DATA EM QUE SE EFETIVOU A CITAÇÃO" (TRF - 3ª Região, AC nº 3034973-3/93-SP, Relatora Desembargadora Federal MARLI FERREIRA, j. 09/05/95, DJ 14/06/95, p. 37.486).
A correção monetária incide sobre as prestações em atraso, desde os respectivos vencimentos, na forma da Súmula 8 do E. TRF da 3ª Região, observada a legislação de regência especificada na Portaria nº 92/2001 da DF-SJ/SP, de 23/10/2001, e no Provimento nº 64/2005, de 24/04/2005, da E. Corregedoria-Geral da Justiça da 3ª Região.
Os honorários advocatícios ficam mantidos em R$ 500,00 (quinhentos reais), uma vez que foram fixados com moderação, nos termos do § 4º do artigo 20 do Código de Processo Civil.
Por fim, a autarquia previdenciária está isenta do pagamento de custas e emolumentos, nos termos do art. 4º, inciso I, da Lei nº 9.289/96, do art. 24-A da Lei nº 9.028/95 (dispositivo acrescentado pela Medida Provisória nº 2.180-35/01) e do art. 8º, § 1º, da Lei nº 8.620/93, o que não inclui as despesas processuais. Todavia, a isenção de que goza a autarquia não obsta a obrigação de reembolsar as custas suportadas pela parte autora, quando esta é vencedora na lide. Entretanto, no presente caso, não há falar em custas ou despesas processuais, por ser a autora beneficiária da assistência judiciária gratuita.
Ademais, deve ser esclarecido que o entendimento consolidado na Súmula nº 178 do Superior Tribunal de justiça, no sentido de que "O INSS não goza de isenção do pagamento de custas e emolumentos , nas ações acidentárias e de benefícios propostas na Justiça Estadual", não tem aplicação no âmbito da Terceira Região, tendo em vista a isenção prevista nas Leis nºs 4.952/85 e 11.608/03, do Estado de São Paulo, e nºs 1.135/91, 1.936/98 e 2.185/2000, do Estado do Mato Grosso do Sul.
Diante do exposto, nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, DOU PARCIAL PROVIMENTO À APELAÇÃO DO INSS para afastar a condenação da autarquia previdenciária ao pagamento de custas e para que a correção monetária obedeça ao acima estipulado.
Independentemente do trânsito em julgado, determino seja expedido ofício ao INSS, instruído com os documentos da segurada Maria Ferreira da Silva, a fim de que se adotem as providências cabíveis à imediata implantação do benefício de aposentadoria por idade rural, com data de início - DIB em 28/10/2004, e renda mensal inicial - RMI no valor de 1 (um) salário mínimo, com observância, inclusive, das disposições do art. 461, §§ 4º e 5º, do CPC. O aludido ofício poderá ser substituído por e-mail, na forma a ser disciplinada por esta Corte.
Transitado em julgado, remetam-se os autos à Vara de origem, observadas as formalidades legais.
Publique-se e intimem-se.
São Paulo, 27 de fevereiro de 2007.
JEDIAEL GALVÃO
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2004.60.05.000220-3 AC 1173492
ORIG.	:	1 Vr PONTA PORA/MS
APTE	:	CAROLINA SOUZA DA ROSA
ADV	:	LUIZ ALEXANDRE G DO AMARAL
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	FERNANDO ONO MARTINS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Ação de conhecimento, ajuizada em 06.07.98, que tem por objeto condenar a autarquia previdenciária a conceder o benefício da aposentadoria por idade a trabalhador rural.
A r. sentença apelada, de 06.02.06, rejeita o pedido e condena a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios no valor de 10% sobre o valor da causa, observado o disposto nos arts. 11, § 2º e 12 da L. 1.060/50.
Em seu recurso, a parte autora pugna pela reforma integral da decisão recorrida.
Subiram os autos, com contra-razões.
É o relatório, decido.
O trabalhador rural, enquadrado como segurado obrigatório no Regime Geral de Previdência Social, pode requerer aposentadoria por idade, desde que comprove o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses prescritos no art. 143 da L. 8.213/91.
A aposentadoria por idade, no caso de trabalhadores rurais, referidos na al. "a" do inc. I, na al. "g" do inc. V e nos inc. VI e VII do art. 11 da L. 8.213/91, é devida ao segurado que, cumprido o número de meses exigidos no art. 143 da L. 8.213/91, completar 60 (sessenta) anos de idade para homens e 55 (cinqüenta e cinco) para mulheres (art. 48, § 1º).
Com respeito ao exercício da atividade rural, o conjunto probatório revela razoável início de prova material, mediante a cópia da certidão de casamento, na qual consta a profissão de agricultor do marido (fs. 12).
Consoante a prova oral, as testemunhas inquiridas, mediante depoimentos seguros e convincentes, tornaram claro o exercício da atividade rural da parte autora por tempo suficiente para obtenção do benefício (fs. 119/120).
Quanto à idade mínima exigida, a parte autora prova ter mais de 55 (cinqüenta e cinco) anos de idade (fs. 14).
Desta sorte, ao completar a idade acima, em 12.05.93, a parte autora implementou todas as condições necessárias à obtenção do benefício, no valor de um salário mínimo, a partir da citação, à vista do exercício de atividade rural em número de meses superior ao exigível (L. 8.213/91, arts. 142 e 143 e Decreto 3.048/99, art. 182).
Satisfeitos os requisitos, é de conceder-se o benefício, segundo orientação dominante do Superior Tribunal de Justiça:
PREVIDENCIÁRIO - TEMPO DE SERVIÇO - TRABALHADOR RURAL PROVAS MATERIAL E TESTEMUNHAL - CORREÇÃO MONETÁRIA LEI 6.899/81 - SÚMULAS 148 E 43, DO STJ - APLICAÇÃO SIMULTÂNEA.
A qualificação profissional de lavrador ou agricultor constante dos assentamentos de registro civil, constitui início razoável de prova material do exercício da atividade rural. A comprovação da qualidade de trabalhador rural, através de início de prova documental corroborada por depoimentos idôneos prestados em juízo, enseja o reconhecimento do tempo de serviço reclamado para fins de percepção de benefício previdenciário. As parcelas de débitos previdenciários não prescritas e vencidas após a vigência da Lei nº 6.899/81, devem ser atualizadas monetariamente na forma prevista neste diploma legal, desde quando originada a obrigação, ainda que anterior ao ajuizamento da ação. Aplicação simultânea das Súmulas 43 e 148, do STJ.

Recurso parcialmente conhecido e, nesta extensão, provido." (REsp 172.880 SP, Min. Jorge Scartezzini; REsp 543.331 GO, Min. Laurita Vaz; REsp 422.095 SP, Min. Jorge Scartezzini; REsp 246.844 RS, Min. Hamilton Carvalhido).
Não custa repisar, então, que a prova testemunhal corrobora a documentação trazida como início de prova material, e basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito da obtenção de benefício previdenciário (Súmula STJ 149).
É descabida a exigência da prova de recolhimento de contribuições previdenciárias nesse período, porque, como cediço, apenas se exige a prova do exercício de atividade rural, sobre ser inconstitucional a exigência de contribuições anteriores ao período em que passou ela a ser devida pelos trabalhadores rurais (ADIn 1.664-0).
Nem sempre a prova do exercício da atividade rural tem que ver com o período imediatamente anterior ao requerimento de aposentadoria por idade; nada impede o segurado de exercer o direito em momento posterior ao preenchimento dos requisitos à concessão do benefício, nesse caso, o direito adquirido prevalece.
Desta sorte, a regra existe para facilitar o segurado, ou se prevalecerá da comprovação do exercício da atividade rural, no período imediatamente anterior ao requerimento, ou de período mais remoto, de prova mais trabalhosa, suscetível, porém, de mostrar que já se achava satisfeito o requisito quando atingida a idade para aposentar-se.
Posto isto, com base no art. 557, § 1-A, do C. Pr. Civil, dou provimento ao presente recurso, em consonância com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, para conceder a aposentadoria por idade rural, no valor de um salário mínimo mensal, a partir da citação (31.10.03).
O percentual da verba honorária merece ser fixado em 15% sobre o valor da condenação, que corresponde às prestações até a data do julgamento da apelação, de acordo com o art. 20, §§ 3º e 4º do C. Pr. Civil.
Os juros de mora devidos são os juros legais e incidem à razão de 1% ao mês, nos termos do art. 406 do C. Civil e do art. 161, § 1º, do Código Tributário Nacional, a partir da citação (31.10.03).
A correção monetária incide sobre as diferenças do benefício, no momento em que se tornaram devidas, na forma do antigo Provimento COGE nº 24/97; do atual Provimento COGE nº 64/05; da Resolução CJF 242/01; e ainda da Portaria DForo-SJ/SP nº 92, de 23.10.2001.
A autarquia previdenciária está isenta das custas e emolumentos, nos termos do art. 4º, I, da L. 9.289/96, do art. 24-A da L. 9.028/95, com redação dada pelo art. 3° da MP 2.180-35/01, e do art. 8º, § 1º, da L. 8.620/93.
Independentemente do trânsito em julgado, determino seja enviado e-mail ao INSS, instruído com os documentos da segurada, CAROLINA SOUZA DA ROSA, a fim de que se adotem as providências cabíveis à imediata implantação do benefício de aposentadoria por idade, com data de início - DIB em 31.10.03, e renda mensal inicial - RMI de 1 (um) salário mínimo, com observância, inclusive, das disposições do art. 461 e §§ 4º e 5º do C. Pr. Civil.
No caso de ter sido concedido pelo INSS o amparo social ao idoso (espécie 88) ou à pessoa portadora de deficiência (espécie 87), dito benefício cessará simultaneamente com a implantação deste benefício.
Decorrido o prazo legal, baixem os autos ao juízo de origem.
Int.
São Paulo, 13 de março de 2007.
CASTRO GUERRA
RELATOR

PROC.	:	2007.03.99.000394-6 AC 1166825
ORIG.	:	0300001577 2 Vr PIRAJU/SP 0300050391 2 Vr PIRAJU/SP
APTE	:	JOSE BENEDITO DA SILVA
ADV	:	FABIANO LAINO ALVARES
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SERGIO HENRIQUE ASSAF GUERRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Previdenciário. Aposentadoria por invalidez. Inaptidão laboral não configurada. Benefício indeferido.
Aforada ação de aposentadoria por invalidez, em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e processado o feito, com agilização de agravo retido, não reiterado, sobreveio sentença de improcedência, ensejando a oferta de apelação autoral, argumentando, em síntese, restarem atendidas as exigências legais à prestação vindicada.
Com contra-razões, os autos subiram a esta Corte.
Passo ao exame.
O agravo retido desmerece conhecimento, uma vez que não reiterado (art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil).
Para efeito de aposentadoria por invalidez, exige-se que o requerente seja segurado da Previdência Social, tenha cumprido o período de carência de 12 (doze) contribuições, e esteja incapacitado, total e definitivamente, ao trabalho (art. 201, I, da CR/88 e art. 18, I, "a"; 25, I e 42 da Lei nº 8.213/91).
Na espécie, afigura-se demasiado perquirir da condição de segurada da parte autora, dado que o laudo pericial foi conclusivo, quanto à sua aptidão, ao exercício de atividades laborativas (fs. 75/81).
Como se vê, inocorrente demonstração de incapacidade, total e definitiva, ao labor, de se indeferir a benesse vindicada.
Nesse diapasão, assim decidiu esta Turma:
"PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. ARTIGO 42, CAPUT E § 2º DA LEI N.º 8.213/91. QUALIDADE DE SEGURADA. CARÊNCIA. LAUDO PERICIAL. INCAPACIDADE NãO COMPROVADA. BENEFÍCIO INDEVIDO. VERBAS DE SUCUMBÊNCIA.
1. Agravo retido do INSS não conhecido, uma vez que sua apreciação por este Tribunal não foi expressamente requerida pelo agravante nas suas contra-razões de apelação, nos termos do artigo 523, § 1º, do Código de Processo Civil.
2. A aposentadoria por invalidez somente é devida ao segurado que comprove os requisitos do artigo 42 da Lei n.º 8.213/91.
3. Existindo início razoável de prova documental, contemporânea à época dos fatos, complementada pelos depoimentos das testemunhas, de que a autora exerceu atividade rural, resta comprovada a qualidade de segurado da Previdência Social. Observa-se, na hipótese, a Súmula 149 do Superior Tribunal de Justiça e o artigo 55, § 3º, da Lei 8.213/91.
4. Comprovada a condição de trabalhadora rural pelo período equivalente à carência, desnecessário o recolhimento das respectivas contribuições para a obtenção da aposentadoria por invalidez.
5. Tendo o laudo pericial concluído que a Autora não está incapacitada para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, não faz jus à concessão de aposentadoria por invalidez.
6. Ante a ausência de comprovação de incapacidade total e definitiva, é desnecessária a incursão sobre os demais requisitos exigidos para a concessão da aposentadoria por invalidez.
7. Da mesma forma, não há que se falar em concessão de auxílio-doença, nos termos dos artigos 59 e 62 da Lei n.º 8.213/91, uma vez que não se trata de hipótese de reabilitação profissional, uma vez que o Autor não se encontra incapacitado para o exercício de suas funções habituais.
8. Agravo retido do INSS não conhecido. Apelação da Autora improvida."
(AC 915217- Rel. Des. Fed. Galvão Miranda, j. 06/4/2004, v.u., DJU 28/5/2004, p.690)
"PREVIDENCIÁRIO. PROCESSO CIVIL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. RURAL. FALTA DE COMPROVAÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO. LAUDO DESFAVORÁVEL. INCAPACIDADE LABORAL NÃO COMPROVADA.
I - O apelante não comprovou a qualidade de segurado da previdência social, não se verificando a existência nos autos de prova relativa à atividade rural que alega ter exercido, para os fins do art. 39, I, da Lei nº 8.213/91.
II - O laudo judicial revela que o autor é portador de enfermidade que não acarreta incapacidade laboral, revelando-se inviável a concessão do benefício pleiteado.
III- Apelação do autor improvida."
(AC 555683- Rel. Des. Fed. Sérgio Nascimento, j. 22/02/2005, v.u., DJU 14/3/2005, p.479)
"PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. RURAL. LAUDO PERICIAL DESFAVORÁVEL. INCAPACIDADE LABORAL NÃO COMPROVADA.
I - Ante o disposto no parágrafo 1º, do art. 523 do Código de Processo Civil, não se conhece do agravo retido se a parte não requerer expressamente, nas razões ou na resposta da apelação, sua apreciação pelo Tribunal.
II - o laudo judicial revela que o autor é portador de enfermidade que não acarreta redução da capacidade laboral, revelando-se inviável a concessão do benefício pleiteado.
XII - Agravo retido interposto pelo réu não conhecido. Apelação do autor improvida."
(AC 416562 - Rel. Des. Fed. Sérgio Nascimento, j. 02/9/2003, v.u., DJU 29/9/2003, p.382)
Tais as circunstâncias, tratando-se de recurso, manifestamente, improcedente, conflitando, frontalmente, com jurisprudência dominante deste Sodalício, nego-lhe seguimento, com fulcro no art. 557, caput, do CPC.
Respeitadas as cautelas legais, baixem os autos à Vara de origem.
Dê-se ciência.
Em, 28 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2001.61.83.000415-9 AC 891865
ORIG.	:	1V Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	NATAL CASEMIRO
ADV	:	SOLANGE REGINA LOPES
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HELOISA NAIR SOARES DE CARVALHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO / DÉCIMA TURMA

Vistos.
Trata-se de apelação de sentença que, reconhecendo a ocorrência da prescrição, extinguiu a ação previdenciária, nos termos do artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil, sob o argumento de que as parcelas sobre as quais incidiria a correção monetária foram pagas em julho de 1994. Deixou de condenar a parte autora aos ônus da sucumbência, por ser beneficiária da justiça gratuita.
O autor, por sua vez, alega, em síntese, que, por se tratar de aposentadoria excepcional de anistiado, o direito de ação é pessoal e, conseqüentemente, a prescrição é vintenária, nos termos do artigo 177 do Código Civil. Aduz, ainda a ocorrência de cerceamento de defesa, posto que não houve a produção de prova material consistente na juntada de cópia do processo de concessão para perícia.
Sem contra-razões, conforme certidão de fl. 62 verso, os autos subiram a esta E.Corte.
Após breve relatório, passo a decidir.
Objetiva o autor receber os valores devidos a título de correção monetária em razão do atraso no pagamento de seu benefício, consistente em aposentadoria excepcional de anistiado (espécie 58), requerido em 10.09.1992, concedido com data de início em 05.10.1988, sendo liberado para pagamento somente a partir de 30.07.1994 (fl.10).
Primeiramente, cumpre salientar que constitui-se em parcela única o quantum devido a título de correção monetária de valores pagos administrativamente com atraso, não havendo que se falar, portanto, em relação de trato sucessivo, ressaltando-se que, analogicamente, às aposentadorias dos anistiados (espécie 58), dar-se-á o mesmo tratamento dos benefícios previdenciários.
Destarte, considerando que o efetivo pagamento administrativo em atraso se deu em julho de 1994 e somente em 05 de fevereiro de 2001 o autor veio a juízo postular pela aplicação da atualização monetária, outra solução não há senão o acolhimento da prescrição qüinqüenal, uma vez que decorridos mais de 06 anos.
A propósito, transcrevo:
RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR ESTADUAL. PAGAMENTO EFETUADO COM ATRASO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA. FEVEREIRO. ÍNDICE: IPC. PRESCRIÇÃO. CONTADA DO PAGAMENTO. AFRONTA À COISA JULGADA. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO.
Esta Corte já tem jurisprudência firmada no sentido de que o índice de correção a ser aplicável no mês de fevereiro/91 é o IPC, no percentual de 21,87%.
A questão sobre a afronta à coisa julgada não foi discutida na instância ordinária, carecendo o apelo, nesse aspecto, do necessário prequestionamento.
É também entendimento assente neste STJ de que, tratando-se de ação onde se busca a correção monetária incidente sobre pagamento efetuado com atraso, a contagem do termo prescricional se dá tendo em conta o pagamento administrativo atrasado.
Recurso desprovido.
(STJ; RESP 252802/SP; 5ª Turma; Relator Ministro José Arnaldo da Fonseca; DJ de 25.09.2000, pág. 132)
ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. PARCELAS REMUNERATÓRIAS. APOSENTADORIA. REVISÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.
Em se tratando de ação proposta para cobrar a correção monetária sobre o pagamento atrasado de parcelas remuneratórias, o prazo prescricional tem início a partir da data do pagamento incompleto.
Recurso especial não conhecido.
(STJ; RESP 138851/RS; 5ª Turma; Relator Ministro Felix Fischer; DJ de 14.08.2000, pág. 80)
Assim, o postulado pelo autor enquadra-se na hipótese prevista no artigo 103, parágrafo único, da Lei nº 8.213/91, verbis:
Artigo 103 - (....)
parágrafo único - Prescreve em cinco anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pela Previdência Social, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma do Código Civil.
Ademais, em se tratando de matéria previdenciária, não há que se falar na aplicação dos artigos 177 e 178 do Código Civil.
Derradeiramente, em se tratando de matéria exclusivamente de direito, inocorre o alegado cerceamento de defesa, podendo a lide ser julgada antecipadamente, conforme artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil.
Por conseguinte, aplicável no caso em espécie, o disposto no artigo 557, § 1ª, "a", do Código de Processo Civil, nestes termos:
Art. 557. O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior.
§ 1º A- Se a decisão estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, o relator poderá dar provimento ao recurso.
(...)
Desta forma, nenhum direito assiste ao autor em suas pretensões, dispensando-se, assim, a submissão do julgamento à Turma, cabendo, o provimento ou não do recurso diretamente por decisão monocrática.
Diante do exposto, nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, nego seguimento à apelação do autor.
Decorrido o prazo recursal, encaminhem-se os autos à Vara de origem, dando-se baixa na Distribuição.
Intimem-se.
São Paulo, 22 de março de 2007.

PROC.	:	2007.03.99.000433-1 AC 1166864
ORIG.	:	0400000848 1 Vr JABOTICABAL/SP 0400029795 1 Vr JABOTICABAL/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARIO LUCIO MARCHIONI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MARIA FRANCISCA LOPES DOS SANTOS
ADV	:	JOSE LUIZ PEREIRA JUNIOR
RELATOR	:	DES.FED. JEDIAEL GALVÃO / DÉCIMA TURMA

Vistos etc.
Proposta ação de conhecimento, objetivando a concessão de aposentadoria por idade rural, sobreveio sentença de procedência do pedido, condenando-se a autarquia previdenciária ao pagamento do benefício, no valor mensal de um salário mínimo mensal, a partir da

data da citação, com correção monetária e juros de mora, a partir da citação, além de honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa.
A r. sentença não foi submetida ao reexame necessário.
Inconformada, a autarquia previdenciária interpôs recurso de apelação, requerendo a integral reforma da sentença, para que seja julgado improcedente o pedido, sustentando a falta de requisitos para a concessão do benefício.
A parte autora interpôs recurso adesivo, pugnando pela fixação da verba honorária em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.
Com contra-razões, os autos foram remetidos a este Tribunal.
É o relatório.
DECIDO
Postula a Autora a concessão de aposentadoria rural por idade, no valor de um salário mínimo.
Tal benefício está previsto no artigo 143 da Lei n.º 8.213/91, exigindo-se, para a sua concessão, a comprovação do exercício de trabalho rural, ainda que descontinuamente, mas no período imediatamente anterior ao ajuizamento da demanda, em número de meses idêntico à carência desse benefício, dispensando-se, assim, a comprovação do efetivo recolhimento das contribuições mensais nesse período.
Em se tratando de trabalhadora rural, a aposentadoria por idade é devida aos 55 (cinqüenta e cinco) anos (artigo 48, § 1º, da Lei n.º 8.213/91).
Tendo a Autora nascido em 01/01/1948, completou a idade acima referida em 01/01/2003.
Nos termos do artigo 55, § 3.º, da Lei 8.213/91 e do entendimento jurisprudencial consubstanciado na Súmula 149 do Superior Tribunal de Justiça, para a comprovação do trabalho rural é necessária a apresentação ao menos de início de prova material, corroborável por prova testemunhal. Ressalta-se que o início de prova material, exigido pelo § 3º do artigo 55 da Lei nº 8.213/91, não significa que o segurado deverá demonstrar mês a mês, ano a ano, por intermédio de documentos, o exercício de atividade na condição de rurícola, pois isto importaria em se exigir que todo o período de trabalho fosse comprovado documentalmente, sendo de nenhuma utilidade a prova testemunhal para demonstração do labor rural.
Início de prova material, conforme a própria expressão o diz, não indica completude, mas sim começo de prova, princípio de prova, elemento indicativo que permita o reconhecimento da situação jurídica discutida, desde que associada a outros dados probatórios.
Neste caso, há início de prova documental da condição de rurícola da autora, consistente nas anotações de contratos de trabalho rural na sua CTPS (fls. 14/24). Segundo a jurisprudência do egrégio Superior Tribunal de Justiça, tais documentos, em conjunto com a prova testemunhal colhida no curso da instrução processual, são hábeis ao reconhecimento de tempo de serviço trabalhado como rurícola, conforme revela a seguinte ementa de julgado:
"As anotações em certidões de registro civil, a declaração de produtor rural, a nota fiscal de produtor rural, as guias de recolhimento de contribuição sindical e o contrato individual de trabalho em Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, todos contemporâneos à época dos fatos alegados, se inserem no conceito de início razoável de prova material." (REsp nº 280402/SP, Relator Ministro Hamilton Carvalhido, DJ 10/09/2001, p. 427).
Por sua vez, as testemunhas ouvidas complementaram plenamente esse início de prova documental ao asseverar, perante o juízo de primeiro grau, sob o crivo do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, sem contraditas, que a Autora sempre exerceu atividade rural (fls. 55/60). Assim, nos termos do artigo 55, § 3º, da Lei nº 8.213/91, e em estrita observância à Súmula 149 do Superior Tribunal de Justiça, restou comprovado que a Autora exerceu trabalho rural por tempo superior ao equivalente à carência necessária, de acordo com a tabela do artigo 142 da Lei n.º 8.213/91, em período imediatamente anterior ao requerimento do benefício.
Importante frisar que, comprovado o exercício de trabalho rural pelo período equivalente à carência, não há necessidade de comprovação de recolhimento de qualquer contribuição para a Previdência Social, no caso do benefício pleiteado, nos termos dos artigos 39, inciso I, 48, § 2º, e 143, todos da Lei nº 8.213/91. Somente o segurado que desejar usufruir benefícios outros e em valor diverso a um salário mínimo é que deve comprovar haver contribuído facultativamente para a Previdência Social, na forma estipulada no Plano de Custeio da Seguridade Social, a teor do inciso II do art. 39 da referida Lei. O Superior Tribunal de Justiça já decidiu ser "Inexigível do trabalhador rural, em regime de economia familiar, a comprovação do recolhimento das contribuições previdenciárias para fins de aposentadoria por idade, a teor do artigo 143, da Lei 8.213/91" (REsp nº 245418/SP, Relator Ministro Jorge Scartezzini, j. 18/04/2000, DJ 19/06/2000, p. 199).

O prazo previsto no artigo 143 da Lei n.º 8.213/91, correspondente a 15 anos, não é relativo à duração do benefício, mas sim pertinente ao exercício do direito à aposentadoria por idade.
Portanto, presentes os requisitos legais, o benefício previdenciário foi corretamente concedido pelo MM. Juiz a quo.
Os honorários advocatícios ficam mantidos em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do § 4º do artigo 20 do Código de Processo Civil e conforme entendimento sufragado pela 10ª Turma desta Corte Regional.
Independentemente do trânsito em julgado, determino seja expedido ofício ao INSS, instruído com os documentos do segurado MARIA FRANCISCA LOPES DOS SANTOS, a fim de que se adotem as providências cabíveis à imediata implantação do benefício de aposentadoria por idade, com data de início - DIB em 10/12/2004 , e renda mensal inicial - RMI de 1 (um) salário mínimo, com observância, inclusive, das disposições do art. 461, §§ 4º e 5º, do Código de Processo Civil. O aludido ofício poderá ser substituído por e-mail, na forma a ser disciplinada por esta Corte.
Diante do exposto, com fulcro no artigo 557 do Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO À APELAÇÃO DO INSS E AO RECURSO ADESIVO DA AUTORA.
Transitado em julgado, remetam-se os autos à Vara de origem, observadas as formalidades legais.
Publique-se e intimem-se.
São Paulo, 28 de fevereiro de 2007.
JEDIAEL GALVÃO
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2007.03.99.000462-8 AC 1166915
ORIG.	:	0400000611 1 Vr SANTA CRUZ DO RIO PARDO/SP 0400020203 1 Vr SANTA CRUZ DO RIO PARDO/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SERGIO HENRIQUE ASSAF GUERRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MARIA DE LOURDES MAMEDE ESTEVAM
ADV	:	JOSE BRUN JUNIOR
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Previdenciário. Aposentadoria por idade. Rurícola. Início de prova documental. Depoimentos testemunhais uníssonos. Benefício deferido.
Aforada ação de aposentadoria por idade rural, contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, processado o feito, sobreveio sentença de procedência, ensejando a interposição de apelação autárquica, aduzindo ausência dos requisitos à percepção do benefício, prequestionando a matéria. Houve insurgência, quanto aos corolários do sucumbimento.
Decido.
A aposentadoria por idade de rurícola reclama idade mínima de 60 anos (homem) e 55 anos (mulher), e demonstração do exercício de atividade rural, ainda que intercalada, em número de meses idêntico à carência do referido benefício, afastada a obrigatoriedade de contribuições (arts. 201, § 7º, II, da CR/88, e 48, 49, 142 e 143 da Lei nº 8.213/91). Pondere-se, ainda, que o prazo de 15 (quinze) anos, estatuído no sobredito art. 143, e prorrogado, ao rurícola empregado, por mais, dois anos, consoante Lei nº 11.368/2006, diz respeito ao lapso para ingresso de pedido tendente à obtenção do benefício, e não à duração do pagamento da benesse.
De acordo com a jurisprudência, suficiente, a tal demonstração, início de prova material, corroborado por prova testemunhal, atentando-se, dentre outros aspectos, que: em regra, são extensíveis, os documentos em que os genitores, cônjuges, ou conviventes, aparecem qualificados como lavradores; o afastamento do ofício campestre, pelo solicitante, após satisfação dos requisitos ao benefício, não obsta a outorga deste; o abandono da ocupação rural, por parte de quem se empresta a qualificação profissional, em nada interfere no deferimento da prestação, desde que se anteveja a persistência do mister campesino, pelo requerente da aposentação; mantém a qualidade de segurado, o obreiro que cessa sua atividade laboral, em conseqüência de moléstia; a prestação de labor urbano, intercalado com lides rurais, de per si, não desnatura o princípio de prova documental amealhado; durante o período de graça, a filiação e conseqüentes direitos, perante a Previdência Social, ficam preservados.
In casu, a pleiteante comprova o cumprimento do requisito etário - f. 12 - e apresenta início de prova material do trabalho campesino - v., em especial, fs. 13 e 47 - ratificado por prova oral (fs. 101/103), presentes, aqui, as considerações, introdutoriamente, lançadas.
Dessa forma, comprovado o preenchimento dos requisitos legais, de se deferir a benesse, a partir da data do requerimento administrativo (fl. 25).
Quanto aos consectários, aplicam-se posicionamentos, consagrados nesta Turma Julgadora: as parcelas vencidas, observada a prescrição qüinqüenal, são corrigidas, pelo Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal; os juros moratórios incidem, mensalmente, à taxa legal, de forma decrescente, a partir da citação, estendendo-se até a expedição do precatório, se pago no prazo constitucional.
Já a verba honorária comporta manutenção, porque fixada nos moldes do art. 20 § 3º, do CPC e Súmula nº 111 do C. STJ.
Observe-se, finalmente, que todos os pontos versados neste decisório já se encontram pacificados na jurisprudência. Cf., a propósito, dentre outros: C. STJ - AgRg - REsp nº 701530, Rel. Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, DJ 07/3/2005; REsp nº 707846, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 14/3/2005; REsp nº 504568, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 13/12/2004; REsp nº 552600/RS, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Quinta Turma, DJ 06/12/2004; REsp nº 210944/SP, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Sexta Turma, DJ 22/11/99; EREsp nº 448813, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Terceira Seção, DJ 02/3/2005; AgRgREsp nº 496838, Rel. Min. Paulo Gallotti, Sexta Turma, DJ 21/6/2004; TRF-3ª Reg. - AC nº 1086099, Rel. Des. Fed. Antonio Cedenho, Sétima Turma, DJ 18/01/2007; AC nº 890611, Rel. Des. Fed. Marianina Galante, Nona Turma, DJ 09/12/2004; AC nº 637451, Rel. Des. Fed. Marisa Santos, Nona Turma, DJ 05/11/2004; AC nº 961219, Rel. Des. Fed. Galvão Miranda, Décima Turma, DJ 04/10/2004; AC nº 651504, Rel. Des. Fed. Roberto Haddad, Primeira Turma, DJ 17/4/2001; AC nº 92.03.018795-2, Rel. Des. Fed. José Kallás, Segunda Turma, DJ 26/4/95.
Deixo de conhecer da apelação, no que concerne às custas processuais, dada a inocorrência de condenação, sob esse aspecto.
Afigura-se, assim, que o recurso encontra-se em manifesto confronto com posicionamentos jurisprudenciais consagrados, caso em que compete, ao relator, negar-lhe seguimento (art. 557, caput, do CPC).
Do exposto, enfrentadas as questões pertinentes à matéria em debate, não conheço de parte do recurso e, na parte conhecida, nego-lhe seguimento.
Respeitadas as cautelas legais, tornem os autos à Origem.
Dê-se ciência.
Em, 23 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2005.61.03.000555-2 REOAC 1168834
ORIG.	:	3 Vr SAO JOSE DOS CAMPOS/SP
PARTE A	:	MARIA TEREZA FORTUNATO ADAO
ADV	:	ANDRE GUSTAVO LOPES DA SILVA
PARTE R	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HILTON PLACIDO DE OLIVEIRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE S J CAMPOS SP
RELATOR	:	DES.FED. JEDIAEL GALVÃO / DÉCIMA TURMA

Vistos etc.
Proposta ação de conhecimento, objetivando a concessão de benefício previdenciário, sobreveio sentença de procedência do pedido, condenando-se a autarquia previdenciária a conceder o benefício de aposentadoria por invalidez, a partir da data da cessação do benefício anterior, descontados os valores pagos por força da antecipação de tutela, com correção monetária e juros de mora, a partir da citação, além de honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor das prestações em atraso até a data da sentença.
A r. sentença foi submetida ao reexame necessário.
Sem recurso voluntário.
É o relatório.
D E C I D O.
Os requisitos para a concessão da aposentadoria por invalidez, de acordo com o artigo 42, caput e § 2.º, da Lei n.º 8.213/91, são os seguintes: 1) qualidade de segurado; 2) cumprimento da carência, quando for o caso; 3) incapacidade insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que garanta a subsistência; 4) não serem a doença ou a lesão existentes antes da filiação à Previdência Social, salvo se a incapacidade sobrevier por motivo de agravamento daquelas.
Quanto à qualidade de segurado e ao cumprimento da carência, estão presentes tais requisitos, porquanto a parte autora percebeu o benefício de auxílio-doença no período que antecedeu ao ajuizamento da presente ação, de 04/10/02 a 15/02/05, conforme se verifica de documentos de fls. 37/46. Dessa forma, estes requisitos foram reconhecidos pela própria Autarquia-Ré por ocasião do deferimento administrativo do auxílio-doença. Proposta a ação em fevereiro de 2005, não há falar em perda da qualidade de segurado, uma vez que da data da cessação do auxílio-doença até a data da propositura da presente demanda não se ultrapassou o período de graça previsto no artigo 15, § 1º, da Lei n.º 8.213/91.
Para a solução da lide, é de substancial importância a prova técnica produzida. Neste passo, a incapacidade para o exercício de trabalho que garanta a subsistência foi atestada pelo laudo pericial realizado (fls. 59/61). De acordo com referido laudo pericial, a parte autora está incapacitada de forma total e permanente para o trabalho, em virtude das patologias diagnosticadas.
Diante do quadro relatado pelo perito judicial e considerando as condições pessoais da parte autora, não há falar em possibilidade de reabilitação.
Assim, uma vez preenchidos os requisitos legais, faz jus a parte autora à aposentadoria por invalidez pleiteada.
O termo inicial do benefício deve ser mantido no dia imediatamente posterior ao da cessação indevida do auxílio-doença anteriormente concedido à parte autora, uma vez que restou demonstrado nos autos não haver a mesma recuperada sua capacidade laboral, compensando-se os valores pagos a título de tutela antecipada.
Expeça-se ofício para continuidade do pagamento do benefício. O aludido ofício poderá ser substituído por e-mail.
Diante do exposto, nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, NEGO PROVIMENTO AO REEXAME NECESSÁRIO.
Transitado em julgado, remetam-se os autos à Vara de origem, observadas as formalidades legais.
Publique-se e intime-se.
São Paulo, 27 de fevereiro de 2007.
JEDIAEL GALVÃO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.99.000595-5 AC 1167026
ORIG.	:	0500008157 1 Vr SETE QUEDAS/MS
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SILLAS COSTA DA SILVA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	LOURIVAL LOURENCO DE ARAUJO
ADV	:	ATINOEL LUIZ CARDOSO
RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO / DÉCIMA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de apelação de sentença pela qual o réu foi condenado a conceder à parte autora o benefício de aposentadoria rural por idade, no valor de 01 (um) salário mínimo, a contar da citação. Sobre as parcelas vencidas incidirá correção monetária pelo IGPM/FGV, acrescidas de juros de mora de 1% ao mês. Foi condenado ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da condenação. Houve condenação em custas.

Em seu recurso de apelação, alega o réu que os documentos juntados com a inicial não são contemporâneos à época que se busca comprovar a atividade rural, bem como que não comprovou o exercício de atividade rural pelo período correspondente ao fixado para a carência do benefício vindicado, a teor do art. 143 da Lei n. 8.213/91. Subsidiariamente, requer a redução dos honorários advocatícios para 5% (cinco por cento) sobre o valor das parcelas vencidas até a data da sentença, que a correção monetária obedeça os índices dos benefícios previdenciários, bem como a isenção das custas.
Com contra-razões da parte autora (fl. 63/72). Subiram os autos a esta E. Corte.
Após breve relatório, passo a decidir.
A parte autora completou 60 anos de idade em 08.06.2004, devendo, assim, comprovar onze anos e seis meses de atividade rural, nos termos dos arts. 142 e 143 da Lei n. 8.213/91, para a obtenção do benefício em epígrafe.
A jurisprudência do E. STJ firmou-se no sentido de que é insuficiente apenas a produção de prova testemunhal para a comprovação de atividade rural, na forma da Súmula 149 - STJ, in verbis:
A prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito de obtenção de benefício previdenciário.
No caso em tela verifica-se que o autor acostou aos autos documentos em que consta o termo lavrador para designar sua profissão, quais sejam, ficha do sindicato dos trabalhadores rurais de Sete Quedas, datada de 20.06.1987 (fl. 13), Certidão da Justiça Eleitoral (08.05.2002, fl. 16) e ficha hospitalar (18.01.2004, fl. 17), os quais constituem início de prova material do alegado labor campesino.
Por outro lado, as testemunhas (fl. 49/50) foram unânimes em afirmar que conhecem o autor há 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos, respectivamente, e que ele sempre exerceu suas atividades no meio rural, como bóia-fria.
Dessa forma, havendo início de prova material corroborada por prova testemunhal, impõe-se reconhecer que a parte autora comprovou o exercício de atividade rural no período legalmente exigido.
A referida questão está pacificada no âmbito do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, conforme aresto assim ementado, que a seguir transcrevo:
PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL. APOSENTADORIA POR IDADE. COMPROVAÇÃO DA ATIVIDADE RURAL. VALORAÇÃO DA PROVA TESTEMUNHAL. RECURSO ESPECIAL.
1. A valoração dos depoimentos testemunhais sobre o período de atividade rural exercida pela recorrente é válida, se apoiada em início razoável de prova material, ainda que esta somente comprove tal exercício durante uma fração do tempo exigido em lei.
2. Considera-se a Certidão de Casamento, na qual expressamente assentada a profissão de rurícola do requerente, início razoável de prova documental, a ensejar a concessão do benefício previdenciário.
3. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nesta parte, provido.
(STJ - 5ª Turma; REsp. 266852 - MS, 2000/0069761-3; Rel. Ministro Edson Vidigal; v.u., j. em 21.09.2000; DJ. 16.10.2000, pág. 347).
Cumpre observar que a exigência de comprovação da atividade rural no período imediatamente anterior à data do requerimento, como requisito para a concessão do benefício de aposentadoria rural por idade, nos termos do art. 143 da Lei n. 8.213/91, teve por finalidade excluir aqueles segurados que, em data remota, estiveram nas lides rurais, e no momento presente querem se aproveitar do rebaixamento da idade. Tanto é assim, que o legislador ordinário preferiu não estabelecer um lapso temporal preciso no conceito de "...período imediatamente anterior....". Na verdade, para se aferir se o segurado está enquadrado na hipótese prevista pelo art. 143 da Lei n. 8.213/91, há que se perquirir se o mesmo sempre foi trabalhador rural e se laborou em número de meses correspondente à carência, não importando se em dado período houve inatividade, mesmo porque o indigitado preceito admite períodos descontínuos.
Assim sendo, tendo o autor completado 60 anos de idade em 08.06.2004, bem como cumprido tempo de atividade rural superior ao legalmente exigido, consoante os arts. 142 e 143 da Lei n. 8.213/91, é de se conceder a aposentadoria por idade.
O termo inicial do benefício foi corretamente fixado a contar da citação, ante a ausência de requerimento administrativo.
Cumpre, ainda, explicitar os critérios de cálculo de correção monetária e juros de mora.
A correção monetária incide sobre as prestações em atraso, desde os respectivos vencimentos, na forma da Súmula 8 do E. TRF da 3ª Região, observada a legislação de regência especificada na Portaria nº 92/2001 DF-SJ/SP, de 23.10.2001 e Provimento nº 64/2005 da E. Corregedoria-Geral da Justiça da 3ª Região.
Os juros moratórios devem ser computados a partir da citação, de forma decrescente, a taxa de 1% ao mês, uma vez que a citação ocorreu após 10.01.2003, nos termos do art. 406 do Código Civil e do art. 161, § 1º, do Código Tributário Nacional, incidindo tais juros até a data de expedição do precatório, caso este seja pago no prazo estabelecido pelo art. 100 da CF/88 (STF, RE n.º 298.616-SP, Relator Ministro Gilmar Mendes, DJ de 20/10/2006, p. 84).
Cumpre apenas esclarecer que devem ser excluídas do cálculo as prestações vincendas, ou seja, serão consideradas as prestações vencidas entre o início da inadimplência até a data em que foi proferida a r. sentença recorrida (Súmula 111 do E. STJ, em sua nova redação).
No tocante às custas processuais, as autarquias são isentas das mesmas (artigo 4º, inciso I da Lei 9.289/96), porém devem reembolsar, quando vencidas, as despesas judiciais feitas pela parte vencedora (artigo 4º, parágrafo único).
Diante do exposto, nos termos do artigo 557, do Código de Processo Civil, dou parcial provimento à apelação do réu para fixar a correção monetária nos termos acima mencionados, o termo final da incidência dos honorários advocatícios na data da r. sentença e isentá-lo das custas processuais.
Determino que, independentemente do trânsito em julgado, expeça-se email ao INSS, instruído com os devidos documentos da parte autora LOURIVAL LOURENÇO DE ARAUJO, a fim de serem adotadas as providências cabíveis para que seja o benefício de aposentadoria por idade implantado de imediato, com data de início - DIB em 16.05.2006, no valor de um salário mínimo, tendo em vista o "caput" do artigo 461 do CPC.
Decorrido "in albis" o prazo recursal, dê-se baixa na Distribuição.
Intimem-se.
São Paulo, 02 de março de 2007.

PROC.	:	2005.61.22.000659-2 AC 1166267
ORIG.	:	1 Vr TUPA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	OSMAR MASSARI FILHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	JOSE DOS SANTOS LIMA (= ou > de 60 anos)
ADV	:	FABIANE RUIZ MAGALHAES DE ANDRADE
RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO / DÉCIMA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de apelação interposta pelo INSS em face de sentença que julgou parcialmente procedente o pedido formulado nos autos da ação previdenciária condenando o réu a conceder à parte autora o benefício de aposentadoria rural por idade, no valor de 01 (um) salário mínimo, a contar da citação, além de abono anual. Ficou convencionado que as parcelas vencidas deveriam ser pagas de uma só vez, com correção monetária, desde o vencimento de cada prestação, segundo os critérios estabelecidos no Provimento n. 64/05 da CGJF da 3ª Região, acrescidas de juros de mora de 12% ao ano, aplicados desde que vencidas as parcelas, mas contados a partir da citação. A autarquia foi condenada, ainda, ao pagamento de honorários advocatícios arbitrados em 10% sobre o valor da condenação, excluídas as parcelas vincendas, a teor da Súmula 111 do STJ. Não houve condenação em custas processuais. O d. juízo "a quo" determinou a implantação imediata do benefício, estando pessoalmente sujeito o responsável à multa, sem prejuízo das sanções criminais.
Objetiva o réu a reforma de tal sentença alegando, em síntese, que há falta de comprovação do tempo de serviço prestado como rurícola, eis que os documentos trazidos aos autos não seriam contemporâneos aos fatos que se pretende provar, não bastando, para tanto, a prova exclusivamente testemunhal. Aduz que o exercício de atividade em período imediatamente anterior ao ajuizamento da ação não teria sido comprovado, restando, ainda, inatingida a carência mínima necessária. Requer, subsidiariamente, a suspensão dos efeitos da tutela, eis que não estariam caracterizados os requisitos necessários à sua concessão, a fixação dos honorários advocatícios em 10% sobre o valor da causa, considerando apenas as parcelas vencidas da citação até o momento da prolação da sentença.
Com contra-razões à fl. 114/118, subiram os autos a esta E. Corte.
Após breve relatório, passo a decidir.
Da tutela antecipada
Cumpre assinalar, primeiramente, que o entendimento de que não é possível a antecipação de tutela em face da Fazenda Pública, equiparada no presente feito ao órgão previdenciário, está ultrapassado, porquanto a antecipação do provimento não importa em pagamento de parcelas vencidas, o que estaria sujeito ao regime de precatórios. A implantação provisória ou definitiva do benefício, tanto previdenciário como assistencial, não está sujeita à disciplina do artigo 100 da Constituição Federal, não havendo, portanto, falar-se em impossibilidade de implantação do benefício perseguido sem o trânsito em julgado da sentença. Há que se consignar, outrossim, que o MM. Juiz "a quo" determinou que o pagamento do benefício fosse feito por meio de depósitos judiciais, de molde a facilitar o retorno do numerário despendido pelo órgão previdenciário no caso de improcedência da ação.
Tampouco se nota ofensa ao imperativo de reexame necessário que cerca as sentenças proferidas em desfavor da Fazenda Pública, nos moldes do artigo 475, I, do Código de Processo Civil. Nesse ponto, há que se harmonizar a regra que impõe remessa oficial do julgado com aquela que prevê a antecipação dos efeitos da tutela, prevista no artigo 273 do mesmo Código de Processo Civil. O reexame necessário configura pressuposto da executoriedade da sentença em caráter definitivo, não restando atingido pela precariedade que cerca o deferimento de tutela antecipatória para imediata implantação do benefício.
Nesse sentido já decidiu esta E. Corte:
"PROCESSUAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. TUTELA ANTECIPADA PARA IMPLANTAÇÃO IMEDIATA DO BENEFÍCIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO.
- A tutela antecipada de benefício previdenciário não se insere, de igual modo, nas vedações contidas na legislação alvitrada pelo recorrente.
- As questões aduzidas acerca de inexistência de execução provisória contra a Fazenda Pública, da observância do reexame necessário e dos efeitos suspensivo e devolutivo de eventual apelação interposta pelo INSS, contra a sentença de mérito não dizem respeito, diretamente, à tutela antecipada.
- A concessão da tutela, no caso, não importa em pagamento de parcelas vencidas, o que estaria sujeito ao regime de precatórios.
A implantação provisória ou definitiva de benefício, tanto previdenciário, quanto assistencial, não está sujeita à disciplina do artigo 100 da Constituição Federal.
- A prova inequívoca deve ser considerada aquela que apresenta um grau de convencimento tal que, a seu respeito, não possa ser levantada qualquer dúvida, ou, em outros termos, cuja autenticidade ou veracidade seja provável (Carreira Alvim - Reforma da Código de Processo Civil).
- Logo, o juiz deve estar firmemente convencido da verosimilhança da situação jurídica apresentada pelo autor, assim como da juridicidade da solução pleiteada.
- As questões da reversibilidade e da prestação de caução devem ser analisadas em face do conflito de valores existente. Não há como se exigir caução, quando um dos fundamentos para a eventual concessão da tutela é, exatamente, a impossibilidade de o requerente prover a própria subsistência.
- Só órgão judicial está habilitado para apreciar o conflito de valores no caso concreto, sempre presente por sinal em qualquer problema humano, e dar-lhe solução adequada. - O autor também corre risco de sofre prejuízo irreparável, em virtude da irreversibilidade fática de alguma situação da vida.
- Constata-se, pois, que possível, em tese, a tutela antecipada nas hipóteses de que ora se trata. Resta verificar se, no presente caso concreto, estão presentes os requisitos legais para a sua concessão.
- Como bem alvitrado na decisão de fls. 87, a concessão da tutela antecipada veio escorada nos laudos periciais médicos que atestaram a incapacidade total e permanente para a atividade laboral, bem como a prova que indica não ter o autor condições de esperar o desfecho do processo, tanto que não tem mais forças para sair para o trabalho, e se encontrar proibido, por ordem médica, de exercer algum mister.
- A decisão concessiva da tutela antecipada não merece, pois, reparos.
- Agravo desprovido".
(TRF 3ª Região, AG nº 200103000227434, 1ª Turma, Rel. Juiz Santoro Facchini, v.u., j. 2.9.2002, DJU 6.12.2002, p. 421).
Do mérito
A parte autora completou 60 anos de idade em 02.07.2002, devendo, assim, comprovar 10 (dez) anos e 6 (seis) meses de atividade rural (126 meses), nos termos dos arts. 142 e 143 da Lei n. 8.213/91, para a obtenção do benefício em epígrafe.
A jurisprudência do E. STJ já se firmou no sentido de que é insuficiente apenas a produção de prova testemunhal para a comprovação de atividade rural, na forma da Súmula 149 - STJ, in verbis:
A prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito de obtenção de benefício previdenciário.
No caso em tela verifica-se que o autor acostou aos autos documentos nos quais constam o termo lavrador para designar sua profissão, quais sejam, certidão de casamento, realizado em julho/1964 (fl. 11), certidão de nascimento de seus filhos, ocorridos em 01.07.1972, 14.05.1975, 31.01.1983 e 29.11.1973 (fl. 12/15) anotação da CTPS, com o período iniciado em 17.03.1978 (fl. 11), servindo, assim, como início de prova material relativa ao labor rural desenvolvido pelo casal.
Por outro lado, as testemunhas (fl. 73/76) foram unânimes em afirmar que o requerente sempre exerceu, e ainda exerce, até os dias atuais, atividades no meio rural, na qualidade de bóia-fria.
Dessa forma, havendo início de prova material corroborada por prova testemunhal, impõe-se reconhecer que a parte autora comprovou o exercício de atividade rural no período legalmente exigido.
A referida questão está pacificada no âmbito do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, conforme aresto assim ementado, que a seguir transcrevo:
PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL. APOSENTADORIA POR IDADE. COMPROVAÇÃO DA ATIVIDADE RURAL. VALORAÇÃO DA PROVA TESTEMUNHAL. RECURSO ESPECIAL.
1. A valoração dos depoimentos testemunhais sobre o período de atividade rural exercida pela recorrente é válida, se apoiada em início razoável de prova material, ainda que esta somente comprove tal exercício durante uma fração do tempo exigido em lei.
2. Considera-se a Certidão de Casamento, na qual expressamente assentada a profissão de rurícola do requerente, início razoável de prova documental, a ensejar a concessão do benefício previdenciário.
3. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nesta parte, provido.
(STJ - 5ª Turma; REsp. 266852 - MS, 2000/0069761-3; Rel. Ministro Edson Vidigal; v.u., j. em 21.09.2000; DJ. 16.10.2000, pág. 347).
Cumpre observar que a exigência de comprovação da atividade rural no período imediatamente anterior à data do requerimento, como requisito para a concessão do benefício de aposentadoria rural por idade, nos termos do art. 143 da Lei n. 8.213/91, teve por finalidade excluir aqueles segurados que, em data remota, estiveram nas lides rurais, e no momento presente querem se aproveitar do rebaixamento da idade. Tanto é assim, que o legislador ordinário preferiu não estabelecer um lapso temporal preciso no conceito de "...período imediatamente anterior....". Na verdade, para se aferir se o segurado está enquadrado na hipótese prevista pelo art. 143 da Lei n. 8.213/91, há que se perquirir se o mesmo sempre foi trabalhador rural e se laborou em número de meses correspondente à carência, não importando se em dado período houve inatividade, mesmo porque o indigitado preceito admite períodos descontínuos.
Assim sendo, tendo o autor completado 60 anos de idade em 02.07.2002, bem como cumprido tempo de atividade rural superior ao legalmente exigido, consoante os arts. 142 e 143 da Lei n. 8.213/91, é de se conceder a aposentadoria por idade.

O termo inicial do benefício deve ser mantido na data da citação, conforme majoritário entendimento jurisprudencial (01.08.05 - fl. 39).
Cumpre, apenas, explicitar os critérios de correção monetária e juros de mora.
A correção monetária incide sobre as prestações em atraso, desde os respectivos vencimentos, na forma da Súmula 8 do E. TRF da 3ª Região, observada a legislação de regência especificada na Portaria nº 92/2001 DF-SJ/SP, de 23.10.2001 e Provimento nº 64/2005 da E. Corregedoria-Geral da Justiça da 3ª Região.
Os juros moratórios devem ser computados a partir da citação, de forma decrescente, a taxa de 1% ao mês, nos termos do art. 406 do Código Civil e do art. 161, § 1º, do Código Tributário Nacional, incidindo tais juros até a data de expedição do precatório, caso este seja pago no prazo estabelecido pelo art. 100 da CF/88 (STF, RE n. 298.616-SP, Relator Ministro Gilmar Mendes, maioria, julgado em 31 de outubro de 2002).
Os honorários advocatícios devem ser mantidos em 10%, apenas ressalvando que a base de cálculo corresponde às prestações vencidas até a data em que foi proferida a r. sentença recorrida, nos termos da súmula 111 do E. STJ, em sua nova redação e consoante entendimento firmado por esta 10ª Turma.
A autarquia previdenciária está isenta de custas e emolumentos, nos termos do art. 4º, I, da Lei 9.289/96, do art. 24-A da MP 2.180-35/01, e do art. 8º, § 1º da Lei 8.620/92.
Diante do exposto, nos termos do artigo 557, do Código de Processo Civil, nego seguimento à apelação do INSS.
Deixo de determinar o disposto no art. 461, "caput" do CPC, uma vez que em consulta ao Sistema Único de Benefícios-Dataprev, verifiquei que o benefício de aposentadoria por idade ao trabalhador rural já foi implantado em favor do autor.
Decorrido "in albis" o prazo recursal, dê-se baixa na Distribuição.
Intimem-se.
São Paulo, 23 de março de 2007.

PROC.	:	2007.03.99.000684-4 AC 1167114
ORIG.	:	0500001689 1 Vr REGENTE FEIJO/SP 0500036634 1 Vr REGENTE FEIJO/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUIS RICARDO SALLES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	LEONILDA CARBONARI DE OLIVEIRA
ADV	:	IVANISE OLGADO SALVADOR SILVA
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE REGENTE FEIJO SP
RELATOR	:	DES.FED. JEDIAEL GALVÃO / DÉCIMA TURMA

Vistos etc.
Proposta ação de conhecimento, objetivando a concessão de aposentadoria por idade rural, sobreveio sentença de procedência do pedido, condenando-se a autarquia previdenciária a conceder o benefício, no valor de um salário mínimo, a partir da data da citação, devendo as prestações vencidas ser pagas com correção monetária e juros de mora, desde a citação, além de honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, na forma da Súmula 111 do STJ.
A r. sentença foi submetida ao reexame necessário.
Inconformada, a autarquia previdenciária interpôs recurso de apelação, pugnando pela integral reforma da sentença, para que seja julgado improcedente o pedido. No mais, requer a alteração dos honorários advocatícios.
Com contra-razões, os autos foram remetidos a este Tribunal.
É o relatório.
D E C I D O.
A autora postula a concessão do benefício de aposentadoria rural por idade.
Tal benefício está previsto no artigo 143 da Lei n.º 8.213/91, exigindo-se, para a sua concessão, a comprovação do exercício de trabalho rural, ainda que descontinuamente, mas no período imediatamente anterior ao ajuizamento da demanda, em número de meses idêntico à carência desse benefício, dispensando-se a comprovação do efetivo recolhimento das contribuições mensais nesse período.
Em se tratando de trabalhadora rural, a aposentadoria por idade é devida aos 55 (cinqüenta e cinco) anos (artigo 48, § 1º, da Lei n.º 8.213/91).
Tendo a autora nascido em 29/07/1950, completou essa idade em 29/07/2005.
Nos termos do artigo 55, § 3.º, da Lei 8.213/91 e do entendimento jurisprudencial consubstanciado na Súmula 149 do Superior Tribunal de Justiça, para a comprovação do trabalho rural é necessária a apresentação ao menos de início de prova material, corroborável por prova testemunhal. Ressalta-se que o início de prova material, exigido pelo § 3º do artigo 55 da Lei nº 8.213/91, não significa que o segurado deverá demonstrar mês a mês, ano a ano, por intermédio de documentos, o exercício de atividade na condição de rurícola, pois isto importaria em se exigir que todo o período de trabalho fosse comprovado documentalmente, sendo de nenhuma utilidade a prova testemunhal para demonstração do labor rural.
Início de prova material, conforme a própria expressão o diz, não indica completude, mas sim começo de prova, princípio de prova, elemento indicativo que permita o reconhecimento da situação jurídica discutida, desde que associada a outros dados probatórios.
Entretanto, no caso dos autos, não restou demonstrado que a autora tenha efetivamente exercido atividade rural pelo período equivalente à carência e imediatamente anterior ao requerimento do benefício.
Em que pese o E. Superior Tribunal de Justiça ter pacificado o entendimento de ser extensível aos filhos a qualificação de trabalhador rural apresentada pelo genitor, os documentos que qualificam o pai da autora, como lavrador (fls. 17/56), não podem ser aproveitados como início de prova material, uma vez que, sendo a autora casada, não se pode falar, após o casamento, em presunção de que ela tenha continuado a exercer atividade rural na companhia dos genitores.
Portanto, não existindo outro documento que indique o exercício de atividade rural em período mais recente, posterior ao trabalho urbano ou contemporâneo ao período de carência, desnecessária a incursão sobre a credibilidade ou não da prova testemunhal, uma vez que esta, isoladamente, não se presta à declaração de existência de tempo de serviço rural.
Neste passo, não comprovado o exercício pela autora de atividade rurícola no período equivalente à carência e imediatamente anterior ao ajuizamento da demanda, impossível a concessão da aposentadoria rural por idade prevista no artigo 143 da Lei n.º 8.213/91.
Com supedâneo em orientação do Supremo Tribunal Federal (Agravo Regimental em REO nº 313.348/RS, Relator Ministro Sepúlveda Pertence, j. 15/04/03, DJU 16/05/03, p. 616), deixo de condenar a autora nas verbas de sucumbência, por ser beneficiária da assistência judiciária gratuita.
Diante do exposto, nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, DOU PROVIMENTO À APELAÇÃO DO INSS nos termos explicitados na fundamentação.
Transitado em julgado, remetam-se os autos à Vara de origem, observadas as formalidades legais.
Publique-se e intimem-se.
São Paulo, 27 de março de 2007.
JEDIAEL GALVÃO
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2007.03.99.000696-0 AC 1167207
ORIG.	:	0500000782 1 Vr PATROCINIO PAULISTA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	REGIANE CRISTINA GALLO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	SUELY DE FATIMA ALVAREZ MARTINS
ADV	:	WELTON JOSE GERON
RELATOR	:	DES. FED. JEDIAEL GALVÃO / DÉCIMA TURMA

Vistos.
Trata-se de agravo interno interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em face da decisão monocrática que, com fundamento no art. 557 do Código de Processo Civil, rejeitou a alegação decadência, não conheceu de parte da apelação do INSS, e, na parte conhecida, negou provimento a sua apelação, ao reexame necessário e ao recurso adesivo da autora.
Sustenta a agravante, em síntese, que é indevida a majoração do coeficiente de cálculo do benefício da autora, sob pena de ofensa ao ato jurídico perfeito e ao artigo 195, § 5º, da Constituição Federal, uma vez que já empregou, para o cálculo do benefício, coeficiente que respeita a legislação vigente à época em que ocorreu o fato gerador da pensão.
Requer a reconsideração da decisão ou então que seja levado o presente a julgamento por esta Colenda Turma.
É o relatório.
D E C I D O
Dispõe o artigo 251 do Regimento Interno deste Egrégio Tribunal que "O agravo regimental será submetido ao prolator da decisão, o qual poderá reconsiderá-la ou submeter o agravo ao julgamento do órgão competente, caso em que computar-se-á, também, o seu voto." (grifo nosso).
Nestes termos, acolho as razões expendidas pela autarquia previdenciária.
Embora em outras oportunidades se tenha orientado no sentido do direito à revisão do coeficiente da pensão por morte, a partir da vigência da Lei nº 9.032/95, de forma que correspondesse a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, cuja providência não constituia violação ao princípio tempus regit actum, haja vista que a lei nova não seria aplicada retroativamente, mas sim, teria incidência imediata, conforme decisão prolatada às fls. 88/93, verifica-se que tal orientação restou superada por decisão que trilha posicionamento contrário.
Por maioria de votos, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (Recursos Extraordinários nºs 416.827 e 415.454, Relator Ministro GILMAR MENDES, j. 08/02/2007, DJ 15/02/2007), entendeu não ser possível a aplicação da Lei nº 9.032/95 aos benefícios que foram concedidos anteriormente a sua edição, uma vez que haveria violação ao princípio constitucional do ato jurídico perfeito (art. 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal).
Dessa maneira, curvando-me ao entendimento que se assentou no Supremo Tribunal Federal, tenho que a aplicação do artigo 75 da Lei nº 8.213/91, com redação dada pela Lei nº 9.032/95, de 28/04/95, não tem aplicabilidade aos benefícios concedidos anteriormente a sua edição.
Diante do exposto, nos termos do artigo 251 do Regimento Interno desta Egrégia Corte, reconsidero a decisão de fls. 88/93, e, com fulcro no artigo 557 do Código de Processo Civil, DOU PROVIMENTO À APELAÇÃO DO INSS E AO REEXAME NECESSÁRIO para, reformando a r. sentença, julgar improcedente o pedido da autora. Fica, no mais, prejudicada a apreciação do recurso adesivo da parte autora.
Com supedâneo em orientação do Supremo Tribunal Federal (Agravo Regimental em REO nº 313.348/RS, Relator Ministro Sepúlveda Pertence, j. 15/04/03, DJU 16/05/03, p. 616), deixo de condenar a parte autora ao pagamento de honorários advocatícios, considerando que ela é beneficiária da Assistência Judiciária Gratuita.
Transitado em julgado, remetam-se os autos à Vara de origem, observadas as formalidades legais.
Publique-se e Intimem-se.
São Paulo, 30 de março de 2007.
JEDIAEL GALVÃO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.99.000728-9 AC 1167239
ORIG.	:	0400002377 3 Vr VOTUPORANGA/SP 0400048475 3 Vr VOTUPORANGA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	VITORINO JOSE ARADO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ZENAIDE APARECIDA DE SOUZA ALVES
ADV	:	ABDILATIF MAHAMED TUFAILE
RELATOR	:	DES.FED. JEDIAEL GALVÃO / DÉCIMA TURMA

Vistos etc.
Proposta ação de conhecimento, objetivando a concessão de aposentadoria por invalidez, sobreveio sentença de procedência do pedido, condenando-se a autarquia previdenciária a conceder o benefício, no valor a ser calculado na forma da legislação, a partir da data da citação, com correção monetária e juros de mora, a partir da mesma data, além de honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor das prestações em atraso até a data da sentença.
A r. sentença não foi submetida ao reexame necessário.
Inconformada, a autarquia previdenciária interpôs recurso de apelação, requerendo a integral reforma da sentença, para que seja julgado improcedente o pedido. Subsidiariamente, requer seja o julgado alterado no tocante ao termo inicial do benefício, bem como honorários advocatícios.
Sem as contra-razões, os autos foram remetidos a este Tribunal.
É o relatório.
D E C I D O.
Considerando que a r. sentença não estabeleceu o valor do benefício concedido, não há parâmetro para se verificar se a condenação não ultrapassará o limite de 60 (sessenta) salários mínimos, de modo que o reexame necessário se mostra cabível, nos termos do § 2.º do artigo 475 do Código de Processo Civil.
Os requisitos para a concessão da aposentadoria por invalidez, de acordo com o artigo 42, caput e § 2.º, da Lei n.º 8.213/91, são os seguintes: 1) qualidade de segurado; 2) cumprimento da carência, quando for o caso; 3) incapacidade insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que garanta a subsistência; 4) não serem a doença ou a lesão existentes antes da filiação à Previdência Social, salvo se a incapacidade sobrevier por motivo de agravamento daquelas.
Em se tratando de segurado especial, a comprovação do exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, afasta a sujeição à carência, desde que tal exercício tenha ocorrido em período igual ao número de meses correspondentes ao da carência do benefício pleiteado, nos termos do art. 26, inciso III, c.c. inciso I do art. 39 da Lei n° 8.213/91.
O Superior Tribunal de Justiça também já decidiu que "o trabalhador rural, na condição de segurado especial, faz jus não só à aposentadoria por invalidez, como também a auxílio-doença, auxílio-reclusão, pensão e aposentadoria por idade, isentas de carência, no valor equivalente a um salário-mínimo" (REsp n° 416658/SP, Relatora Ministra Laurita Vaz, j. 01/04/2003, DJ 28/04/2003, p. 240).
Nos termos do artigo 55, § 3.º, da Lei n.º 8.213/91 e de acordo com a jurisprudência consubstanciada na Súmula 149 do Superior Tribunal de Justiça, é possível a comprovação do trabalho rural mediante a apresentação de início de prova documental, devendo esta ser complementada por prova testemunhal. Ressalta-se que o início de prova material, exigido pelo § 3º do artigo 55 da Lei nº 8.213/91, não significa que o segurado deverá demonstrar mês a mês, ano a ano, por intermédio de documentos, o exercício de atividade na condição de rurícola, pois isto importaria em se exigir que todo o período de trabalho fosse comprovado documentalmente, sendo de nenhuma utilidade a prova testemunhal para demonstração do labor rural.
Início de prova material, conforme a própria expressão o diz, não indica completude, mas sim começo de prova, princípio de prova, elemento indicativo que permita o reconhecimento da situação jurídica discutida, desde que associada a outros dados probatórios.
Neste caso, há início de prova material da condição de rurícola da parte autora, consistente na cópia da certidão de casamento (fl. 09), na qual seu cônjuge está qualificado como lavrador. O Superior Tribunal de Justiça, sensível à realidade social do trabalhador rural, pacificou o entendimento de ser extensível à esposa a qualificação de trabalhador rural apresentada pelo marido, constante de documento, conforme revela a ementa deste julgado:
"PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL.
Firmou-se a jurisprudência da Corte no sentido de que o documento probante da situação de camponês do marido é início razoável de prova material da qualidade de trabalhadora rural da sua mulher.
Recurso especial atendido" (REsp nº 258570-SP, Relator Ministro Fontes de Alencar, j. 16/08/2001, DJ 01/10/2001, p. 256).

Por sua vez, as testemunhas ouvidas complementaram plenamente o início de prova documental ao asseverarem, perante o juízo de primeiro grau, sob o crivo do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, sem contraditas, que a autora sempre exerceu atividade rural, somente deixando o labor rural em virtude de seu precário estado de saúde (fls. 92/96). Assim, nos termos do artigo 55, § 3º, da Lei n.º 8.213/91, e em estrita observância à Súmula 149 do Superior Tribunal de Justiça, restou comprovado o exercício pela parte autora de trabalho rural por período superior ao equivalente à carência necessária.
No presente caso, não há falar em perda da condição de segurado, em razão de ter a parte autora abandonado o trabalho no período que antecedeu o ajuizamento da presente ação. Deflui da prova dos autos, especialmente do relato das testemunhas, que a parte autora, em razão de seu precário estado de saúde, não mais pôde exercer suas atividades laborais. Assim, em decorrência do agravamento de seus males, o autor tornou-se incapaz para a atividade que lhe garantia a subsistência. Note-se que a perda da qualidade de segurado somente se verifica quando o desligamento da Previdência Social é voluntário, não determinado por motivos alheios à vontade do segurado, consoante iterativa jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, de que é exemplo a ementa deste julgado:
"PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR INVALIDEZ - PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO.
1. Não perde a qualidade de segurado o trabalhador que, por motivo de doença, deixa de recolher as contribuições previdenciárias.
2. Precedente do Tribunal.
3. Recurso não conhecido" (REsp nº 134212-SP, j. 25/08/98, Relator Ministro Anselmo Santiago, DJ 13/10/1998, p. 193).
Outrossim, o fato de o marido da autora ter percebido o benefício previdenciário de auxílio-doença como comerciário não descaracteriza a condição de rurícola da parte autora, uma vez que, nos períodos imediatamente anteriores à concessão do benefício, ele exerceu atividade de natureza rural, conforme cópia de consulta ao Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS (fl. 118).
Para a solução da lide, ainda, é de substancial importância a prova técnica produzida. Neste passo, a incapacidade para o exercício de trabalho que garanta a subsistência foi atestada pelo laudo pericial realizado (fls. 73/76). De acordo com referido laudo pericial, a parte autora, em virtude das patologias diagnosticadas, está incapacitada de forma total e permanente para o trabalho.
Diante do quadro relatado pelo perito judicial e considerando as condições pessoais da parte autora, especialmente sua atividade (braçal), não há falar em possibilidade de reabilitação.
Assim, uma vez preenchidos os requisitos legais, é devida a concessão do benefício de aposentadoria por invalidez à parte autora, no valor de 1 (um) salário mínimo.
O termo inicial do benefício é a data de elaboração do laudo do perito judicial, em razão de ausência de requerimento na instância administrativa, aplicando-se, no caso, a mesma orientação adotada quando se trata de aposentadoria por invalidez, conforme o seguinte precedente do Superior Tribunal de Justiça:
"PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. TERMO INICIAL DO BENEFÍCIO. DATA DO LAUDO MÉDICO-PERICIAL.
1 - Esta Corte já firmou entendimento no sentido de que, não havendo postulação administrativa, o termo inicial do benefício é a data do laudo médico-pericial que constata a incapacidade labotariva.
2 - Recurso especial conhecido e provido" (REsp. 314913-SP, Relator MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, j. 29/05/2001).
A correção monetária incide sobre as prestações em atraso, desde os respectivos vencimentos, na forma da Súmula 8 do E. TRF da 3ª Região, observada a legislação de regência especificada na Portaria nº 92/2001 DF-SJ/SP, de 23/10/2001, e Provimento nº 64/2005, de 24/04/2005, da E. Corregedoria-Geral da Justiça da 3ª Região.
Os juros moratórios são devidos à base de 1% (um por cento) ao mês, a partir da data do laudo, nos termos do art. 406 do novo Código Civil, c.c. o art. 161, § 1º, do Código Tributário Nacional, os quais têm incidência até a data da expedição do precatório, desde que seja pago no prazo estabelecido pelo artigo 100 da Constituição Federal (STF; RE nº 298.616/SP).
Os honorários advocatícios ficam mantidos em 10% (dez por cento) sobre o valor das prestações vencidas até a data da sentença, nos termos do § 3º do artigo 20 do Código de Processo Civil e Súmula nº 111 do STJ.
Independentemente do trânsito em julgado, determino seja expedido ofício ao INSS, instruído com os documentos de ZENAIDE APARECIDA DE SOUZA ALVES, a fim de que se adotem as providências cabíveis à imediata implantação do benefício de aposentadoria por invalidez, com data de início - DIB em 08/02/2006, e renda mensal inicial - RMI de 01 (um) salário mínimo, com observância, inclusive, das disposições do art. 461, §§ 4º e 5º, do Código de Processo Civil. O aludido ofício poderá ser substituído por e-mail, na forma a ser disciplinada por esta Corte.
Diante do exposto, nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, DOU PARCIAL PROVIMENTO AO REEXAME NECESSÁRIO, TIDO POR INTERPOSTO, E À APELAÇÃO DO INSS para que a renda mensal inicial e o termo inicial do benefício, assim como a correção monetária e os juros de mora obedeçam ao acima estipulado.
Transitado em julgado, remetam-se os autos à Vara de origem, observadas as formalidades legais.
Publique-se e intime-se.
São Paulo, 27 de fevereiro de 2007.
JEDIAEL GALVÃO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.99.000759-9 AC 1167270
ORIG.	:	0500001369 1 Vr ITAPETININGA/SP 0500078873 1 Vr ITAPETININGA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	DINARTH FOGACA DE ALMEIDA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	CECILIA PINTO DOS SANTOS FERREIRA
ADV	:	MARCO ANTONIO DE MORAIS TURELLI
RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO / DÉCIMA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de apelação de sentença pela qual o réu foi condenado a conceder à parte autora o benefício de aposentadoria rural por idade, no valor de 01 (um) salário mínimo, a contar da citação. Sobre as parcelas vencidas incidirá correção monetária, acrescidas de juros de mora. Foi condenado ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 15% sobre o valor das parcelas vencidas até a data da sentença. Não houve condenação em custas e despesas processuais.
Em seu recurso de apelação, alega o réu que os documentos juntados com a inicial não são contemporâneos à época que se busca comprovar a atividade rural, bem como que não comprovou o exercício de atividade rural pelo período correspondente ao fixado para a carência do benefício vindicado, a teor do art. 143 da Lei n. 8.213/91. Subsidiariamente, requer a redução dos honorários advocatícios para 5% (cinco por cento) sobre o valor das parcelas vencidas até a data da sentença e a fixação dos juros de mora em 0,5% (meio por cento) ao mês.
Com contra-razões da parte autora (fl. 65/66). Subiram os autos a esta E. Corte.
Após breve relatório, passo a decidir.
A parte autora completou 55 anos de idade em 26.04.2002, devendo, assim, comprovar dez anos e seis meses de atividade rural, nos termos dos arts. 142 e 143 da Lei n. 8.213/91, para a obtenção do benefício em epígrafe.
A jurisprudência do E. STJ firmou-se no sentido de que é insuficiente apenas a produção de prova testemunhal para a comprovação de atividade rural, na forma da Súmula 149 - STJ, in verbis:
A prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito de obtenção de benefício previdenciário.
No caso em tela verifica-se que a autora acostou aos autos documento em que consta o termo lavrador para designar a profissão de seu esposo, qual seja, certidão de casamento realizado em 24.02.1968 (fl. 09), o qual constitui início de prova material do alegado labor campesino.
Extrai-se, ainda, da anotação da CTPS da autora (fl. 11), que esta laborou como trabalhadora rural, em períodos descontínuos, compreendidos entre 17.07.1989 a 02.04.1990 e 21.11.1990 a 01.03.1992, documento este que constitui prova plena da atividade rural.
Por outro lado, as testemunhas (fl. 45/46) foram unânimes em afirmar que conhecem a autora há muito tempo e que ela sempre exerceu suas atividades no meio rural, como bóia-fria.
Dessa forma, havendo prova material corroborada por prova testemunhal, impõe-se reconhecer que a parte autora comprovou o exercício de atividade rural no período legalmente exigido.
A referida questão está pacificada no âmbito do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, conforme arestos assim ementados, que a seguir transcrevo:
PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL. APOSENTADORIA POR IDADE. COMPROVAÇÃO DA ATIVIDADE RURAL. VALORAÇÃO DA PROVA TESTEMUNHAL. RECURSO ESPECIAL.
1. A valoração dos depoimentos testemunhais sobre o período de atividade rural exercida pela recorrente é válida, se apoiada em início razoável de prova material, ainda que esta somente comprove tal exercício durante uma fração do tempo exigido em lei.
2. Considera-se a Certidão de Casamento, na qual expressamente assentada a profissão de rurícola do requerente, início razoável de prova documental, a ensejar a concessão do benefício previdenciário.
3. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nesta parte, provido. (STJ - 5ª Turma; REsp. 266852 - MS, 2000/0069761-3; Rel. Ministro Edson Vidigal; v.u., j. em 21.09.2000; DJ. 16.10.2000, pág. 347).
Cumpre observar que a exigência de comprovação da atividade rural no período imediatamente anterior à data do requerimento, como requisito para a concessão do benefício de aposentadoria rural por idade, nos termos do art. 143 da Lei n. 8.213/91, teve por finalidade excluir aqueles segurados que, em data remota, estiveram nas lides rurais, e no momento presente querem se aproveitar do rebaixamento da idade. Tanto é assim, que o legislador ordinário preferiu não estabelecer um lapso temporal preciso no conceito de "...período imediatamente anterior....". Na verdade, para se aferir se o segurado está enquadrado na hipótese prevista pelo art. 143 da Lei n. 8.213/91, há que se perquirir se o mesmo sempre foi trabalhador rural e se laborou em número de meses correspondente à carência, não importando se em dado período houve inatividade, mesmo porque o indigitado preceito admite períodos descontínuos.
Assim sendo, tendo a autora completado 55 anos de idade em 26.04.2002, bem como cumprido tempo de atividade rural superior ao legalmente exigido, consoante os arts. 142 e 143 da Lei n. 8.213/91, é de se conceder a aposentadoria por idade.
O termo inicial do benefício foi corretamente fixado a contar da citação, ante a ausência de requerimento administrativo.
Cumpre, ainda, explicitar os critérios de cálculo de correção monetária e juros de mora.
A correção monetária incide sobre as prestações em atraso, desde os respectivos vencimentos, na forma da Súmula 8 do E. TRF da 3ª Região, observada a legislação de regência especificada na Portaria nº 92/2001 DF-SJ/SP, de 23.10.2001 e Provimento nº 64/2005 da E. Corregedoria-Geral da Justiça da 3ª Região.
Os juros moratórios devem ser computados a partir da citação, de forma decrescente, a taxa de 1% ao mês, uma vez que a citação ocorreu após 10.01.2003, nos termos do art. 406 do Código Civil e do art. 161, § 1º, do Código Tributário Nacional, incidindo tais juros até a data de expedição do precatório, caso este seja pago no prazo estabelecido pelo art. 100 da CF/88 (STF, RE n.º 298.616-SP, Relator Ministro Gilmar Mendes, DJ de 20/10/2006, p. 84).
Cumpre apenas esclarecer que devem ser excluídas do cálculo as prestações vincendas, ou seja, serão consideradas as prestações vencidas entre o início da inadimplência até a data em que foi proferida a r. sentença recorrida (Súmula 111 do E. STJ, em sua nova redação).
No tocante às custas processuais, as autarquias são isentas das mesmas (artigo 4º, inciso I da Lei 9.289/96), porém devem reembolsar, quando vencidas, as despesas judiciais feitas pela parte vencedora (artigo 4º, parágrafo único).
Diante do exposto, nos termos do artigo 557, § 1º, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao apelo do INSS.
Determino que, independentemente do trânsito em julgado, expeça-se email ao INSS, instruído com os devidos documentos da parte autora CECÍLIA PINTO DOS SANTOS FERREIRA, a fim de serem adotadas as providências cabíveis para que seja o benefício de aposentadoria por idade implantado de imediato, com data de início - DIB em 03.11.2005, no valor de um salário mínimo, tendo em vista o "caput" do artigo 461 do CPC.
Decorrido "in albis" o prazo recursal, dê-se baixa na Distribuição.
Intimem-se.
São Paulo, 02 de março de 2007.

PROC.	:	2004.61.83.000849-0 REOAC 1161074
ORIG.	:	2V Vr SAO PAULO/SP
PARTE A	:	APARECIDA RENE LINO
ADV	:	KARINE MANDRUZATO TEIXEIRA
PARTE R	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LAURA DE SOUZA CAMPOS MARINHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

DECISÃO
Previdenciário. Revisão de benefício. Cálculo da renda mensal inicial. Correção do salário-de-contribuição. IRSM de fevereiro de 1994 (39,67%). Cabimento.
Aforada ação, em face do INSS, objetivando o reajuste da renda mensal inicial, mediante a aplicação do IRSM de fevereiro de 1994, no percentual de 39,67%, e, processado o feito, sob os auspícios da Justiça Gratuita, sobreveio sentença de procedência do pedido, submetida ao reexame necessário.
Decido.
O art. 202, caput, da CR/88, em sua redação original, anterior à EC nº 20/98, assegurava que o cálculo do benefício dar-se-ia de acordo com a média dos trinta e seis últimos salários-de-contribuição, corrigidos, monetária e mensalmente, de modo a preservar seu valor real.
Note-se que, embora o referido comando constitucional tenha determinado a correção de todos os salários-de-contribuição do período básico de cálculo, não fixou índice de atualização, cometendo, ao legislador ordinário, o estabelecimento dos critérios a serem adotados nesse mister.
Dessa forma, atendendo à CR/88, o art. 31 da Lei nº 8.213/91, em sua redação original, fixou o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, como índice de correção dos salários-de-contribuição, computados no cálculo do valor do benefício.
A Lei nº 8.542/92 (art. 9º, § 2º), por seu turno, alterou o dispositivo supracitado, substituindo o INPC pelo Índice de Reajuste do Salário Mínimo - IRSM, como parâmetro de correção dos salários-de-contribuição.
Cumpre observar que a Lei nº 8.880/94, fruto da conversão das MPs nºs 434, 457 e 482/94, determinou (art. 21, caput e § 1º), que os salários-de-contribuição, referentes às competências anteriores a março de 1994, fossem corrigidos, monetariamente, até o mês de fevereiro de 1994, pelos índices previstos no art. 31 da Lei nº 8.213/91, com as alterações da Lei nº 8.542/92, e convertidos em Unidade Real de Valor - URV, pelo valor, em cruzeiros reais, do seu equivalente em 28 de fevereiro de 1994.
Inobstante a previsão legal, o réu desconsiderou a variação do IRSM de fevereiro de 1994, na atualização dos salários-de-contribuição pertinentes, reduzindo o valor real do benefício do autor.
Ressalte-se, outrossim, que, ao converter os salários-de-contribuição anteriores a março de 1994 para URV, sem antes corrigi-los, o INSS violou não apenas o indigitado dispositivo, mas, acima de tudo, o preceito constitucional insculpido na atual redação do art. 201, § 3º, da CR/88, in verbis:
"Todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício serão devidamente atualizados, na forma da lei."
Assim, de rigor a revisão da renda mensal inicial do autor, para que incida o IRSM de fevereiro de 1994, na atualização dos salários-de-contribuição, anteriores a março de 1994.
Dessarte, a matéria restou sumulada nesta Corte, nos seguintes termos:

"É aplicável a variação do Índice de Reajuste do Salário Mínimo, no percentual de 39,67%, na atualização dos salários-de-contribuição anteriores a março de 1994, a fim de apurar a renda mensal inicial do benefício previdenciário."
(Súmula TRF 3ªR nº 19)
As parcelas vencidas, observada a prescrição qüinqüenal (art. 103, parágrafo único, da Lei nº 8.213/91 e Súmula STJ nº 85 c/c art. 219, § 5º, do CPC, n.r.), serão corrigidas monetariamente, a partir de cada vencimento (Súmulas 8 desta Corte e 148 do C. STJ), aplicados os critérios estabelecidos no Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal (Resolução nº 242/2001, do Conselho da Justiça Federal, Provimento nº 64, de 28/04/2005, da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da Terceira Região).
Quanto aos juros moratórios, são devidos à taxa de 1% (um por cento) ao mês, explicitando que correm de forma decrescente, da citação, termo inicial da mora do INSS (art. 219 do CPC), até a data da expedição do precatório, no caso deste ser pago no prazo estabelecido no artigo 100 da CR/88 (STF, RE 298.616/SP, Rel. Min. Gilmar Mendes).
Os honorários de sucumbência foram fixados na sentença, em conformidade com o disposto no artigo 20, § 3º, do Código de Processo Civil, cabendo explicitar que a verba honorária incidirá sobre as parcelas vencidas até a sentença (Súmula 111 do C. Superior Tribunal de Justiça). A exemplo: STJ, AgRg no REsp 701530, Rel. Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, v.u., DJ 07/3/2005, p. 346.
O INSS é isento das custas processuais, arcando com as demais despesas, além de reembolsar as custas recolhidas pela parte contrária, quando esta for vencedora e não beneficiária da justiça gratuita (arts. 4º, I, da Lei nº 9.289/96, 24-A da Lei nº 9.028/95, n. r., e 8º, § 1º, da Lei nº 8.620/93).
Ante o exposto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, DOU PARCIAL PROVIMENTO à remessa oficial, para que os honorários advocatícios sejam aplicados na forma acima especificada, mantendo, no mais, a r. sentença recorrida.
Decorrido o prazo para interposição de recurso, baixem os autos à Vara de origem, observadas as formalidades legais.
Dê-se ciência.
Em, 27 de março de 2007
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2003.61.12.000886-7 AC 1175492
ORIG.	:	3 Vr PRESIDENTE PRUDENTE/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUIS RICARDO SALLES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	JANDIRA FERNANDES DOS SANTOS
ADV	:	JOSE DE CASTRO CERQUEIRA
RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Ação de conhecimento, ajuizada em 07.02.03, que tem por objeto condenar a autarquia previdenciária a conceder o benefício da aposentadoria por idade a trabalhador rural.
A r. sentença apelada, de 09.03.06, condena o INSS a conceder o benefício, no valor de um salário mínimo, a partir da citação (05.03.03), mais o abono anual, bem assim a pagar as prestações vencidas com correção monetária, de acordo com o manual de cálculos da Justiça Federal e o Provimento COGE 64/05, acrescidas de juros de mora de 1% ao mês, a contar da citação, além dos honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor das prestações vencidas até a data da sentença.
Em seu recurso, a autarquia pugna pela reforma integral da decisão recorrida, senão, ao menos, a fixação dos honorários advocatícios para 10% sobre o valor da causa ou conforme a Súmula 111 do STJ.
Subiram os autos, com contra-razões.
É o relatório, decido.
O trabalhador rural, enquadrado como segurado obrigatório no Regime Geral de Previdência Social, pode requerer aposentadoria por idade, desde que comprove o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses prescritos no art. 143 da L. 8.213/91.
A aposentadoria por idade, no caso de trabalhadores rurais, referidos na al. "a" do inc. I, na al. "g" do inc. V e nos inc. VI e VII do art. 11 da L. 8.213/91, é devida ao segurado que, cumprido o número de meses exigidos no art. 143 da L. 8.213/91, completar 60 (sessenta) anos de idade para homens e 55 (cinqüenta e cinco) para mulheres (art. 48, § 1º).
Com respeito ao exercício da atividade rural, o conjunto probatório revela razoável início de prova material, mediante a cópia da certidão de casamento, na qual consta a profissão de lavrador do marido (fs. 12).
Consoante a prova oral, as testemunhas inquiridas, mediante depoimentos seguros e convincentes, tornaram claro o exercício da atividade rural da parte autora por tempo suficiente para obtenção do benefício (fs. 63/65).
Quanto à idade mínima exigida, a parte autora prova ter mais de 55 (cinquenta e cinco) anos de idade (fs. 8/9).
Desta sorte, ao completar a idade acima, em 10.04.97, a parte autora implementou todas as condições necessárias à obtenção do benefício, no valor de um salário mínimo, a partir da citação, à vista do exercício de atividade rural em número de meses superior ao exigível (L. 8.213/91, arts. 142 e 143 e Decreto 3.048/99, art. 182).
Satisfeitos os requisitos, é de conceder-se o benefício, segundo orientação dominante do Superior Tribunal de Justiça:
PREVIDENCIÁRIO - TEMPO DE SERVIÇO - TRABALHADOR RURAL PROVAS MATERIAL E TESTEMUNHAL - CORREÇÃO MONETÁRIA LEI 6.899/81 - SÚMULAS 148 E 43, DO STJ - APLICAÇÃO SIMULTÂNEA.
A qualificação profissional de lavrador ou agricultor constante dos assentamentos de registro civil, constitui início razoável de prova material do exercício da atividade rural. A comprovação da qualidade de trabalhador rural, através de início de prova documental corroborada por depoimentos idôneos prestados em juízo, enseja o reconhecimento do tempo de serviço reclamado para fins de percepção de benefício previdenciário. As parcelas de débitos previdenciários não prescritas e vencidas após a vigência da Lei nº 6.899/81, devem ser atualizadas monetariamente na forma prevista neste diploma legal, desde quando originada a obrigação, ainda que anterior ao ajuizamento da ação. Aplicação simultânea das Súmulas 43 e 148, do STJ. Recurso parcialmente conhecido e, nesta extensão, provido." (REsp 172.880 SP, Min. Jorge Scartezzini; REsp 543.331 GO, Min. Laurita Vaz; REsp 422.095 SP, Min. Jorge Scartezzini; REsp 246.844 RS, Min. Hamilton Carvalhido).
Não custa repisar, então, que a prova testemunhal corrobora a documentação trazida como início de prova material, e basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito da obtenção de benefício previdenciário (Súmula STJ 149).
É descabida a exigência da prova de recolhimento de contribuições previdenciárias nesse período, porque, como cediço, apenas se exige a prova do exercício de atividade rural, sobre ser inconstitucional a exigência de contribuições anteriores ao período em que passou ela a ser devida pelos trabalhadores rurais (ADIn 1.664-0).
Nem sempre a prova do exercício da atividade rural tem que ver com o período imediatamente anterior ao requerimento de aposentadoria por idade; nada impede o segurado de exercer o direito em momento posterior ao preenchimento dos requisitos à concessão do benefício, nesse caso, o direito adquirido prevalece.
Desta sorte, a regra existe para facilitar o segurado, ou se prevalecerá da comprovação do exercício da atividade rural, no período imediatamente anterior ao requerimento, ou de período mais remoto, de prova mais trabalhosa, suscetível, porém, de mostrar que já se achava satisfeito o requisito quando atingida a idade para aposentar-se.
O percentual da verba honorária merece ser mantido, porquanto fixado de acordo com os § § 3º e 4º do art. 20 do C. Pr. Civil, e a base de cálculo está conforme com a Súmula 111 do STJ, segundo a qual se considera apenas o valor das prestações até a data da sentença.
Não custa esclarecer que a correção monetária incide sobre as diferenças do benefício, no momento em que se tornaram devidas, na forma do antigo Provimento COGE nº 24/97; do atual Provimento COGE nº 64/05; da Resolução CJF 242/01; e ainda da Portaria DForo-SJ/SP nº 92, de 23.10.2001.
Posto isto, com base no art. 557, caput, do C. Pr. Civil, nego seguimento à apelação, no tocante à concessão de aposentadoria por idade, dado que em contraste com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
Independentemente do trânsito em julgado, determino seja enviado e-mail ao INSS, instruído com os documentos da segurada JANDIRA FERNANDES DOS SANTOS, a fim de que se adotem as providências cabíveis à imediata implantação do benefício de aposentadoria por idade, com data de início - DIB em 05.03.03, e renda mensal inicial - RMI de 1 (um) salário mínimo, com observância, inclusive, das disposições do art. 461 e §§ 4º e 5º do C. Pr. Civil.
No caso de ter sido concedido pelo INSS o amparo social ao idoso (espécie 88) ou à pessoa portadora de deficiência (espécie 87), dito benefício cessará simultaneamente com a implantação deste benefício.
Decorrido o prazo legal, baixem os autos ao juízo de origem.
Int.
São Paulo, 13 de março de 2007.
CASTRO GUERRA
RELATOR

PROC.	:	2007.03.99.000938-9 AC 1167449
ORIG.	:	0500016572 1 Vr CAARAPO/MS
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SILLAS COSTA DA SILVA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ANTONIO PINTO DE PAIS
ADV	:	DIVANEI ABRUCEZE GONCALVES
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Previdenciário. Aposentadoria por idade. Rurícola. Início de prova documental. Depoimentos testemunhais uníssonos. Benefício deferido.
Aforada ação de aposentadoria por idade rural, contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, processado o feito, sobreveio sentença de procedência, ensejando a interposição de apelação autárquica, aduzindo ausência dos requisitos à percepção do benefício, prequestionando a matéria. Houve insurgência, quanto aos corolários do sucumbimento.
Decido.
A aposentadoria por idade de rurícola reclama idade mínima de 60 anos (homem) e 55 anos (mulher), e demonstração do exercício de atividade rural, ainda que intercalada, em número de meses idêntico à carência do referido benefício, afastada a obrigatoriedade de contribuições (arts. 201, § 7º, II, da CR/88, e 48, 49, 142 e 143 da Lei nº 8.213/91). Pondere-se, ainda, que o prazo de 15 (quinze) anos, estatuído no sobredito art. 143, e prorrogado, ao rurícola empregado, por mais, dois anos, consoante Lei nº 11.368/2006, diz respeito ao lapso para ingresso de pedido tendente à obtenção do benefício, e não à duração do pagamento da benesse.
De acordo com a jurisprudência, suficiente, a tal demonstração, início de prova material, corroborado por prova testemunhal, atentando-se, dentre outros aspectos, que: em regra, são extensíveis, os documentos em que os genitores, os cônjuges, ou conviventes, aparecem qualificados como lavradores; o afastamento do ofício campestre, pelo solicitante, após satisfação dos requisitos ao benefício, não obsta a outorga deste; o abandono da ocupação rural, por parte de quem se empresta a qualificação profissional, em nada interfere no deferimento da prestação, desde que se anteveja a persistência do mister campesino, pelo requerente da aposentação; mantém a qualidade de segurado, o obreiro que cessa sua atividade laboral, em conseqüência de moléstia; a prestação de labor urbano, intercalado com lides rurais, de per si, não desnatura o princípio de prova documental amealhado; durante o período de graça, a filiação e conseqüentes direitos, perante a Previdência Social, ficam preservados.
In casu, o pleiteante comprova o cumprimento do requisito etário - f. 09 - e apresenta início de prova material do trabalho campesino - v., em especial, fs. 11/18 - ratificado por prova oral (fs. 48/49), presentes, aqui, as considerações, introdutoriamente, lançadas.
Dessa forma, comprovado o preenchimento dos requisitos legais, de se deferir a benesse, a partir da citação, à falta de requerimento administrativo.
Quanto aos consectários, aplicam-se posicionamentos, consagrados nesta Turma Julgadora: as parcelas vencidas, observada a prescrição qüinqüenal, são corrigidas, pelo Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal; os juros moratórios incidem, mensalmente, à taxa legal, de forma decrescente, a partir do termo inicial do benefício, estendendo-se até a expedição do precatório, se pago no prazo constitucional.
Já a verba honorária comporta manutenção, porque fixada nos moldes do art. 20 § 3º, do CPC e Súmula nº 111 do C. STJ.
Observe-se, finalmente, que todos os pontos versados neste decisório já se encontram pacificados na jurisprudência. Cf., a propósito, dentre outros: C. STJ - AgRg - REsp nº 701530, Rel. Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, DJ 07/3/2005; REsp nº 707846, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 14/3/2005; REsp nº 504568, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 13/12/2004; REsp nº 552600/RS, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Quinta Turma, DJ 06/12/2004; REsp nº 210944/SP, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Sexta Turma, DJ 22/11/99; EREsp nº 448813, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Terceira Secão, DJ 02/3/2005; AgRgREsp nº 496838, Rel. Min. Paulo Gallotti, Sexta Turma, DJ 21/6/2004; TRF-3ª Reg. - AC nº 1086099, Rel. Des. Fed. Antonio Cedenho, Sétima Turma, DJ 18/01/2007; AC nº 890611, Rel. Des. Fed. Marianina Galante, Nona Turma, DJ 09/12/2004; AC nº 637451, Rel. Des. Fed. Marisa Santos, Nona Turma, DJ 05/11/2004; AC nº 961219, Rel. Des. Fed. Galvão Miranda, Décima Turma, DJ 04/10/2004; AC nº 651504, Rel. Des. Fed. Roberto Haddad, Primeira Turma, DJ 17/4/2001; AC nº 92.03.018795-2, Rel. Des. Fed. José Kallás, Segunda Turma, DJ 26/4/95.
Afigura-se, assim, que a decisão recorrida, no que tange, especificamente, à incidência da correção monetária, encontra-se em confronto com posicionamento consagrado, habilitando o relator a dar parcial provimento ao inconformismo (art. 557, § 1º-A, do CPC).
Do exposto, enfrentadas as questões pertinentes à matéria em debate, dou parcial provimento ao recurso, para fixar a correção monetária na forma acima explicitada.
Com a presente decisão, constatados os pressupostos à benesse rogada, é de ser manter a tutela antecipada, anteriormente, deferida.
Respeitadas as cautelas legais, tornem os autos à Origem.
Dê-se ciência.
Em, 26 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2007.03.99.000954-7 AC 1167465
ORIG.	:	0500000433 1 Vr RIO NEGRO/MS
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RIVA DE ARAUJO MANNS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	GENEROZA GOMES FURTADO
ADV	:	JOSEFA APARECIDA MARECO
RELATOR	:	DES.FED. JEDIAEL GALVÃO / DÉCIMA TURMA

Vistos etc.
Proposta ação de conhecimento de natureza previdenciária, objetivando a concessão de aposentadoria por idade rural, sobreveio sentença de procedência do pedido, condenando-se a autarquia previdenciária a conceder o benefício, no valor de um salário mínimo, a partir da citação, devendo as prestações vencidas ser pagas com correção monetária e juros de mora, desde a citação, além de honorários advocatícios fixados em 12% (doze por cento) sobre o valor da condenação, respeitada a Súmula nº 111 do STJ.
A r. sentença não foi submetida ao reexame necessário.
Inconformada, a autarquia previdenciária interpôs recurso de apelação, pugnando pela integral reforma da sentença, para que seja julgado improcedente o pedido.
Com as contra-razões, os autos foram remetidos a este Tribunal.
É o relatório.
D E C I D O.
A autora postula a concessão do benefício de aposentadoria rural por idade.
Tal benefício está previsto no artigo 143 da Lei n.º 8.213/91, exigindo-se, para a sua concessão, a comprovação do exercício de trabalho rural, ainda que descontinuamente, mas no período imediatamente anterior ao ajuizamento da demanda, em número de meses idêntico à carência desse benefício, dispensando-se a comprovação do efetivo recolhimento das contribuições mensais nesse período.

Em se tratando de trabalhadora rural, a aposentadoria por idade é devida aos 55 (cinqüenta e cinco) anos (artigo 48, § 1º, da Lei n.º 8.213/91).
Tendo a autora nascido em 17/07/1947, completou essa idade em 17/07/2002.
Nos termos do artigo 55, § 3º, da Lei nº 8.213/91 e do entendimento jurisprudencial consubstanciado na Súmula 149 do Superior Tribunal de Justiça, para a comprovação do trabalho rural é necessária a apresentação ao menos de início de prova material, corroborável por prova testemunhal. Ressalta-se que o início de prova material, exigido pelo § 3º do artigo 55 da Lei nº 8.213/91, não significa que o segurado deverá demonstrar mês a mês, ano a ano, por intermédio de documentos, o exercício de atividade na condição de rurícola, pois isto importaria em se exigir que todo o período de trabalho fosse comprovado documentalmente, sendo de nenhuma utilidade a prova testemunhal para demonstração do labor rural.
Início de prova material, conforme a própria expressão o diz, não indica completude, mas sim começo de prova, princípio de prova, elemento indicativo que permita o reconhecimento da situação jurídica discutida, desde que associada a outros dados probatórios.
Neste caso, há início de prova material da condição de rurícola do marido da autora, consistente nas cópias da certidão de casamento e da certidão de nascimento do filho (fls. 12/13), nas quais ele está qualificado como lavrador. O Superior Tribunal de Justiça, sensível à realidade social do trabalhador rural, pacificou o entendimento de ser extensível à esposa a qualificação de trabalhador rural apresentada pelo marido, constante de documento, conforme revela a ementa deste julgado:
"PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL.
Firmou-se a jurisprudência da Corte no sentido de que o documento probante da situação de camponês do marido é início razoável de prova material da qualidade de trabalhadora rural da sua mulher.
Recurso especial atendido" (REsp nº 258570-SP, Relator Ministro Fontes de Alencar, j. 16/08/2001, DJ 01/10/2001, p. 256).
Por sua vez, as testemunhas ouvidas complementaram plenamente esse início de prova documental ao asseverarem, perante o juízo de primeiro grau, sob o crivo do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, sem contraditas, que a autora exerceu atividade rural (fls. 43/44). Assim, nos termos do artigo 55, § 3º, da Lei nº 8.213/91, e em estrita observância à Súmula 149 do Superior Tribunal de Justiça, restou comprovado que a autora exerceu trabalho rural por tempo superior ao equivalente à carência necessária, de acordo com a tabela do artigo 142 da Lei n.º 8.213/91, em período imediatamente anterior ao requerimento do benefício.
Importante frisar que, comprovado o exercício de trabalho rural pelo período equivalente à carência, não há necessidade de comprovação de recolhimento de qualquer contribuição para a Previdência Social, no caso do benefício pleiteado, nos termos dos artigos 39, inciso I, 48, § 2º, e 143, todos da Lei nº 8.213/91. Somente o segurado que desejar usufruir benefícios outros e em valor diverso a um salário mínimo é que deve comprovar haver contribuído facultativamente para a Previdência Social, na forma estipulada no Plano de Custeio da Seguridade Social, a teor do inciso II do art. 39 da referida Lei. O Superior Tribunal de Justiça já decidiu ser "Inexigível do trabalhador rural, em regime de economia familiar, a comprovação do recolhimento das contribuições previdenciárias para fins de aposentadoria por idade, a teor do artigo 143, da Lei 8.213/91" (REsp nº 245418/SP, Relator Ministro Jorge Scartezzini, j. 18/04/2000, DJ 19/06/2000, p. 199).
O prazo previsto no artigo 143 da Lei n.º 8.213/91, correspondente a 15 anos, não é relativo à duração do benefício, mas sim pertinente ao exercício do direito à aposentadoria por idade.
Portanto, presentes os requisitos legais, o benefício previdenciário foi corretamente concedido pelo MM. Juiz a quo.
Diante do exposto, nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO À APELAÇÃO DO INSS.
Independentemente do trânsito em julgado, determino seja expedido ofício ao INSS, instruído com os documentos da segurada GENEROZA GOMES FURTADO, a fim de que se adotem as providências cabíveis à imediata implantação do benefício de aposentadoria por idade rural, com data de início - DIB em 25/01/2006, e renda mensal inicial - RMI no valor de 1 (um) salário mínimo, com observância, inclusive, das disposições do art. 461, §§ 4º e 5º, do CPC. O aludido ofício poderá ser substituído por e-mail, na forma a ser disciplinada por esta Corte.
Transitado em julgado, remetam-se os autos à Vara de origem, observadas as formalidades legais.
Publique-se e intimem-se.
São Paulo, 27 de fevereiro de 2007.
JEDIAEL GALVÃO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	1999.61.02.000969-8 AC 699814
ORIG.	:	4 Vr RIBEIRAO PRETO/SP
APTE	:	DONIZETTE ROZOLIM
ADV	:	HILARIO BOCCHI JUNIOR
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOSE ANTONIO FURLAN
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Apelação contra r. sentença que extingue execução de saldo remanescente de débito previdenciário. Relatados, decido. Em se tratando de débito previdenciário de pequeno valor, nos termos do art. 128, § 6º, da L. 8.213/91, acrescentado pela L. 10.099/00, o pagamento sem precatório implica quitação total do pedido constante da petição inicial e determina a extinção do processo. É pacífica a orientação nesse sentido do Superior Tribunal de Justiça: Resp 411.623 PR, Min. Jorge Scartezzini; EDREsp 441.670 CE, Min. Gilson Dipp; Resp 411.175 PR, Min. Vicente Leal. Posto isto, com base no art. 557, caput, do C. Pr. Civil, nego seguimento ao recurso, para manter a r. sentença recorrida, em consonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Intimem-se. Decorrido o prazo legal, baixem os autos ao juízo de origem. São Paulo, 20 de março de 2007.
CASTRO GUERRA
RELATOR

PROC.	:	2007.03.99.000970-5 AC 1167481
ORIG.	:	0500000210 1 Vr SETE QUEDAS/MS 0500000022 1 Vr SETE QUEDAS/MS
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SILLAS COSTA DA SILVA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ROSALINA MOREIRA DA CUNHA
ADV	:	ATINOEL LUIZ CARDOSO
RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO / DÉCIMA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de apelação de sentença pela qual o réu foi condenado a conceder à parte autora o benefício de aposentadoria rural por idade, no valor de 01 (um) salário mínimo, a contar da citação. Sobre as parcelas vencidas incidirá correção monetária pelo IGPM/FGV, acrescidas de juros de mora de 1% ao mês. Foi condenado ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da condenação. Houve condenação em custas.
Em seu recurso de apelação, alega o réu que os documentos juntados com a inicial não são contemporâneos à época que se busca comprovar a atividade rural, bem como que não comprovou o exercício de atividade rural pelo período correspondente ao fixado para a carência do benefício vindicado, a teor do art. 143 da Lei n. 8.213/91. Subsidiariamente, requer a redução dos honorários advocatícios para 5% (cinco por cento) sobre o valor das parcelas vencidas até a data da sentença, que a correção monetária obedeça os índices dos benefícios previdenciários, bem como a isenção das custas.
A parte autora recorreu de forma adesiva requerendo que os honorários advocatícios sejam fixados em 20% sobre o valor da condenação.
Com contra-razões da parte autora (fl. 71/81) e do INSS (fl. 93/95). Subiram os autos a esta E. Corte.
Após breve relatório, passo a decidir.
A parte autora completou 55 anos de idade em 26.11.2004, devendo, assim, comprovar onze anos e seis meses de atividade rural, nos termos dos arts. 142 e 143 da Lei n. 8.213/91, para a obtenção do benefício em epígrafe.
A jurisprudência do E. STJ firmou-se no sentido de que é insuficiente apenas a produção de prova testemunhal para a comprovação de atividade rural, na forma da Súmula 149 - STJ, in verbis:
A prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito de obtenção de benefício previdenciário.
No caso em tela verifica-se que a autora acostou aos autos documento em que consta o termo lavrador para designar a profissão de seu esposo, qual seja, certidão de casamento, realizado em 29.07.1967 (fl. 12), bem como ficha do Hospital e Maternidade de Sete Quedas (fl. 13) e Certidão da Justiça Eleitoral (24.03.2004, fl. 17) em seu nome, os quais constituem início de prova material do alegado labor campesino.
Por outro lado, as testemunhas (fl. 43/44) foram unânimes em afirmar que conhecem a autora há 15 (quinze) anos e que ela sempre exerceu suas atividades no meio rural, como bóia-fria.
Dessa forma, havendo início de prova material corroborada por prova testemunhal, impõe-se reconhecer que a parte autora comprovou o exercício de atividade rural no período legalmente exigido.
A referida questão está pacificada no âmbito do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, conforme aresto assim ementado, que a seguir transcrevo:
RECURSO ESPECIAL. RURÍCOLA. APOSENTADORIA. PROVA. PROFISSÃO DE LAVRADOR NO REGISTRO DE CASAMENTO. EXTENSÃO À ESPOSA. POSSIBILIDADE.
O acórdão recorrido segue o entendimento pacificado pelo Tribunal, no sentido de que a qualificação profissional do marido, como rurícola, se estende à esposa, quando alicerçada em atos do registro civil, para efeitos de início de prova documental, complementado por testemunhas.
Recurso Especial não conhecido.
(STJ - 5ª Turma; Resp. 183927 - SP 98/0056287-7; Rel. Ministro Gilson Dipp; v.u., j. em 13.10.98; DJ. 23.11.98, pág. 200).
Cumpre observar que a exigência de comprovação da atividade rural no período imediatamente anterior à data do requerimento, como requisito para a concessão do benefício de aposentadoria rural por idade, nos termos do art. 143 da Lei n. 8.213/91, teve por finalidade excluir aqueles segurados que, em data remota, estiveram nas lides rurais, e no momento presente querem se aproveitar do rebaixamento da idade. Tanto é assim, que o legislador ordinário preferiu não estabelecer um lapso temporal preciso no conceito de "...período imediatamente anterior....". Na verdade, para se aferir se o segurado está enquadrado na hipótese prevista pelo art. 143 da Lei n. 8.213/91, há que se perquirir se o mesmo sempre foi trabalhador rural e se laborou em número de meses correspondente à carência, não importando se em dado período houve inatividade, mesmo porque o indigitado preceito admite períodos descontínuos.
Assim sendo, tendo a autora completado 55 anos de idade em 26.11.2004, bem como cumprido tempo de atividade rural superior ao legalmente exigido, consoante os arts. 142 e 143 da Lei n. 8.213/91, é de se conceder a aposentadoria por idade.
O termo inicial do benefício foi corretamente fixado a contar da citação, ante a ausência de requerimento administrativo.
Cumpre, ainda, explicitar os critérios de cálculo de correção monetária e juros de mora.
A correção monetária incide sobre as prestações em atraso, desde os respectivos vencimentos, na forma da Súmula 8 do E. TRF da 3ª Região, observada a legislação de regência especificada na Portaria nº 92/2001 DF-SJ/SP, de 23.10.2001 e Provimento nº 64/2005 da E. Corregedoria-Geral da Justiça da 3ª Região.
Os juros moratórios devem ser computados a partir da citação, de forma decrescente, a taxa de 1% ao mês, uma vez que a citação ocorreu após 10.01.2003, nos termos do art. 406 do Código Civil e do art. 161, § 1º, do Código Tributário Nacional, incidindo tais juros até a data de expedição do precatório, caso este seja pago no prazo estabelecido pelo art. 100 da CF/88 (STF, RE n.º 298.616-SP, Relator Ministro Gilmar Mendes, DJ de 20/10/2006, p. 84).
Fixo os honorários advocatícios de 15% sobre o valor das prestações vencidas, cumprindo apenas esclarecer que devem ser excluídas do cálculo as prestações vincendas, ou seja, serão consideradas as prestações vencidas entre o início da inadimplência até a data em que foi proferida a r. sentença recorrida (Súmula 111 do E. STJ - em sua nova redação).
No tocante às custas processuais, as autarquias são delas isentas (artigo 4º, inciso I da Lei 9.289/96), porém devem reembolsar, quando vencidas, as despesas judiciais feitas pela parte vencedora (artigo 4º, parágrafo único).
Diante do exposto, nos termos do artigo 557, do Código de Processo Civil, dou parcial provimento à apelação do réu para fixar a correção monetária nos termos acima mencionados, isentá-lo das custas processuais, bem como para fixar o termo final de incidência dos honorários advocatícios na data da r. sentença. E dou parcial provimento ao recurso adesivo da parte autora para fixar os honorários advocatícios em 15% sobre o valor das parcelas vencidas até a data da sentença
Determino que, independentemente do trânsito em julgado, expeça-se email ao INSS, instruído com os devidos documentos da parte autora ROSALINA MOREIRA DA CUNHA, a fim de serem adotadas as providências cabíveis para que seja o benefício de aposentadoria por idade implantado de imediato, com data de início - DIB em 01.04.2005, no valor de um salário mínimo, tendo em vista o "caput" do artigo 461 do CPC.
Decorrido "in albis" o prazo recursal, dê-se baixa na Distribuição.
Intimem-se.
São Paulo, 02 de março de 2007.

PROC.	:	1999.61.02.000974-1 AC 1064601
ORIG.	:	1 Vr RIBEIRAO PRETO/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARCO ANTONIO STOFFELS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	JOSE CARLOS RAMOS incapaz
REPTE	:	VANDERLEI RAMOS
ADV	:	MARCOS DE ASSIS SERRAGLIA
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE RIBEIRAO PRETO SP
RELATOR	:	DES.FED. JEDIAEL GALVÃO / DÉCIMA TURMA

Vistos etc.
Proposta ação de conhecimento, objetivando a concessão de pensão por morte, sobreveio sentença de procedência do pedido, condenando-se a autarquia previdenciária ao pagamento do benefício, a partir da data do óbito, com correção monetária e juros de mora desde a data da citação, além de honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. Concedeu-se a antecipação dos efeitos da tutela.
A r. sentença foi submetida ao reexame necessário.
Em suas razões de apelação, requer o INSS a reforma da sentença, para que seja julgado improcedente o pedido, alegando que a parte autora não demonstrou o preenchimento dos requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado. Subsidiariamente, insurge-se quanto ao termo inicial do benefício, prescrição qüinqüenal e postula a redução dos honorários advocatícios.
Com as contra-razões, os autos foram remetidos a este Tribunal.
O Ministério Público Federal ofereceu parecer às fls 234/248, opinando pelo desprovimento do reexame necessário e apelação do INSS.
É o relatório.
D E C I D O.
Consoante jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o fato gerador para a concessão do benefício de pensão por morte é o óbito do segurado, devendo, pois, ser aplicada a lei vigente à época de sua ocorrência: "O fato gerador para a concessão da pensão por morte é o óbito do segurado instituidor do benefício, portanto, a pensão por morte deve ser concedida com base na legislação vigente à época da ocorrência desse fato." (REsp. 529866/RN, Relator Ministro JORGE SCARTEZZINI, DJ 15/12/2003, p. 381).
À época do óbito estava em vigor a CLPS de 1984 (Decreto nº 89.312, de 23/01/1984), cujo art. 47, caput, dispunha: "A pensão é devida aos dependentes do segurado, aposentado ou não, que falece após 12 (doze) contribuições mensais". O art. 10 dessa CLPS dispunha que: "Consideram-se dependentes do segurado: I - a esposa, o marido inválido, a companheira mantida há mais de 5 (cinco) anos, o filho de qualquer condição menor de 18 (dezoito) anos ou inválido e a filha solteira de qualquer condição menor de 21 (vinte e um) anos

ou inválida". O art. 12, por sua vez, dispunha que: "A dependência econômica das pessoas indicadas no item I do artigo 10 é presumida e a das demais deve ser provada".
Para a concessão do benefício de pensão por morte faz-se necessário que a autora comprove que era dependente do segurado falecido, bem como que o de cujus mantinha esta qualidade na data do óbito e o cumprimento do período de carência de 12 (doze) contribuições mensais.
O óbito de Isaías Ramos ocorreu em 14/11/1990, conforme cópia da certidão de óbito de fl. 12.
Quanto à qualidade de segurado, está presente tal requisito, porquanto tenha o "de cujus" percebido benefício previdenciário de aposentadoria por tempo de serviço até o momento de seu falecimento, benefício sob n.º 42/0877932, conforme se verifica do documento de fl. 16.
A dependência econômica do autor em relação ao falecido é presumida, nos termos da CLPS de 1984, uma vez que restou comprovada sua condição de filho inválido, conforme cópia da carteira de identidade (fl. 10), laudo pericial (fls. 50/51) e certidão de interdição de fl. 118, além da prova testemunhal de fls. 201/202.
Assim, presentes os requisitos legais, é devida a concessão do benefício de pensão por morte, a partir da data do óbito (24/11/1990), nos termos dos arts. 47 e 48 do Decreto nº. 89.312/84, não havendo falar em ocorrência da prescrição, uma vez que esta não corre contra absolutamente incapaz, sendo aplicável o disposto no artigo 169, inciso I, do Código Civil de 1916.
A verba honorária fica mantida em 10% (dez por cento), nos termos dos §§ 3º e 4º do artigo 20 do Código de Processo Civil e conforme entendimento sufragado pela 10ª Turma desta Corte Regional. A base de cálculo sobre a qual incidirá mencionado percentual se comporá apenas do valor das prestações vencidas entre o termo inicial do benefício e a data da sentença, em consonância com a Súmula 111 do Superior Tribunal de Justiça.
A autarquia previdenciária está isenta do pagamento de custas e emolumentos, mas não quanto às despesas processuais. Todavia, a isenção de que goza essa autarquia não obsta a obrigação de reembolsar as custas pagas pela parte autora, quando esta é vencedora na lide. Entretanto, no presente caso, não há falar em custas ou despesas processuais, uma vez que a parte autora é beneficiária da assistência judiciária.
Diante do exposto, DOU PARCIAL PROVIMENTO AO REEXAME NECESSÁRIO E À APELAÇÃO DO INSS, na forma da fundamentação.
Expeça-se o ofício necessário, nos termos do artigo 461, caput, do Código de Processo Civil, para a continuidade do pagamento do benefício. O aludido ofício poderá ser substituído por e-mail, na forma a ser disciplinada por esta Corte.
Transitado em julgado, remetam-se os autos à Vara de origem, observadas as formalidades legais.
Publique-se e intimem-se.
São Paulo, 28 de fevereiro de 2007.
JEDIAEL GALVÃO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.99.001005-3 AC 1082167
ORIG.	:	0200000046 1 Vr BEBEDOURO/SP 0200009724 1 Vr BEBEDOURO/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	PAULO AFONSO JOAQUIM DOS REIS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MINERVINA MARIA DE JESUS LIMA
ADV	:	LUIS CARLOS ZORDAN
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE BEBEDOURO SP
RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO / DÉCIMA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de remessa oficial e apelação de sentença pela qual o réu foi condenado a conceder à parte autora o benefício de aposentadoria rural por idade, no valor de 01 (um) salário mínimo, a contar da citação. Sobre as parcelas vencidas incidirá correção monetária, acrescidas de juros de mora de 1% ao mês. Foi condenado ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor das parcelas vencidas. Não houve condenação em custas e despesas processuais.
Em seu recurso de apelação, alega o réu que os documentos juntados com a inicial não são contemporâneos à época que se busca comprovar a atividade rural, bem como que não comprovou o exercício de atividade rural pelo período correspondente ao fixado para a carência do benefício vindicado, a teor do art. 143 da Lei n. 8.213/91. Subsidiariamente, requer a redução dos honorários advocatícios para 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa.
Com contra-razões da parte autora (fl. 90/95). Subiram os autos a esta E. Corte.
Após breve relatório, passo a decidir.
Da remessa oficial:

Inicialmente, deixo de apreciar o reexame necessário determinado pelo d. Juízo a quo, tendo em vista que a Lei nº 10.352/2001, que entrou em vigor em 27/03/2002, alterou a redação do artigo 475 do Código de Processo Civil, determinando, em seu §2º, que não se aplica o duplo grau de jurisdição quando a condenação for de valor certo não excedente a 60 (sessenta) salários mínimos. Observo que o estabelecido se aplica ao caso em tela.
Do mérito
A parte autora completou 55 anos de idade em 12.02.1996, devendo, assim, comprovar sete anos e seis meses de atividade rural, nos termos dos arts. 142 e 143 da Lei n. 8.213/91, para a obtenção do benefício em epígrafe.
A jurisprudência do E. STJ firmou-se no sentido de que é insuficiente apenas a produção de prova testemunhal para a comprovação de atividade rural, na forma da Súmula 149 - STJ, in verbis:
A prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito de obtenção de benefício previdenciário.
No caso em tela extrai-se, da anotação da CTPS da autora (fl. 13/15), que esta laborou como trabalhadora rural, em períodos descontínuos, compreendidos entre 01.06.1973 a 04.03.1974, 01.04.1974 a 30.04.1974, 01.05.1974 a 01.06.1974, 20.07.1974 a 10.10.1974, 10.01.1975 a 12.04.1975, 02.05.1975 a 14.06.1976, 21.06.1976 a 16.11.1976, 01.08.1978 a 14.10.1978 e 29.11.1978 a 01.12.1979, documento este que constitui prova plena da atividade rural.
Por outro lado, as testemunhas (fl. 63/64) foram unânimes em afirmar que conhecem a autora há 07 (sete) e 20 (vinte) anos, respectivamente, e que ela sempre exerceu suas atividades no meio rural, como bóia-fria.
Dessa forma, havendo prova material corroborada por prova testemunhal, impõe-se reconhecer que a parte autora comprovou o exercício de atividade rural no período legalmente exigido.
A referida questão está pacificada no âmbito do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, conforme arestos assim ementados, que a seguir transcrevo:
PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL. APOSENTADORIA POR IDADE. COMPROVAÇÃO DA ATIVIDADE RURAL. VALORAÇÃO DA PROVA TESTEMUNHAL. RECURSO ESPECIAL.
1. A valoração dos depoimentos testemunhais sobre o período de atividade rural exercida pela recorrente é válida, se apoiada em início razoável de prova material, ainda que esta somente comprove tal exercício durante uma fração do tempo exigido em lei.
2. Considera-se a Certidão de Casamento, na qual expressamente assentada a profissão de rurícola do requerente, início razoável de prova documental, a ensejar a concessão do benefício previdenciário.
3. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nesta parte, provido.
(STJ - 5ª Turma; REsp. 266852 - MS, 2000/0069761-3; Rel. Ministro Edson Vidigal; v.u., j. em 21.09.2000; DJ. 16.10.2000, pág. 347).
Cumpre observar que a exigência de comprovação da atividade rural no período imediatamente anterior à data do requerimento, como requisito para a concessão do benefício de aposentadoria rural por idade, nos termos do art. 143 da Lei n. 8.213/91, teve por finalidade excluir aqueles segurados que, em data remota, estiveram nas lides rurais, e no momento presente querem se aproveitar do rebaixamento da idade. Tanto é assim, que o legislador ordinário preferiu não estabelecer um lapso temporal preciso no conceito de "...período imediatamente anterior....". Na verdade, para se aferir se o segurado está enquadrado na hipótese prevista pelo art. 143 da Lei n. 8.213/91, há que se perquirir se o mesmo sempre foi trabalhador rural e se laborou em número de meses correspondente à carência, não importando se em dado período houve inatividade, mesmo porque o indigitado preceito admite períodos descontínuos.
Assim sendo, tendo a autora completado 55 anos de idade em 12.02.1996, bem como cumprido tempo de atividade rural superior ao legalmente exigido, consoante os arts. 142 e 143 da Lei n. 8.213/91, é de se conceder a aposentadoria por idade.
O termo inicial do benefício foi corretamente fixado a contar da citação, ante a ausência de requerimento administrativo.
Cumpre, ainda, explicitar os critérios de cálculo de correção monetária e juros de mora.
A correção monetária incide sobre as prestações em atraso, desde os respectivos vencimentos, na forma da Súmula 8 do E. TRF da 3ª Região, observada a legislação de regência especificada na Portaria nº 92/2001 DF-SJ/SP, de 23.10.2001 e Provimento nº 64/2005 da E. Corregedoria-Geral da Justiça da 3ª Região.
Os juros moratórios devem ser computados a partir da citação, de forma decrescente, a taxa de 1% ao mês, uma vez que a citação ocorreu após 10.01.2003, nos termos do art. 406 do Código Civil e do art. 161, § 1º, do Código Tributário Nacional, incidindo tais juros até a data de expedição do precatório, caso este seja pago no prazo estabelecido pelo art. 100 da CF/88 (STF, RE n.º 298.616-SP, Relator Ministro Gilmar Mendes, DJ de 20/10/2006, p. 84).
Cumpre apenas esclarecer que devem ser excluídas do cálculo as prestações vincendas, ou seja, serão consideradas as prestações vencidas entre o início da inadimplência até a data em que foi proferida a r. sentença recorrida (Súmula 111 do E. STJ, em sua nova redação).
A autarquia previdenciária está isenta de custas e emolumentos, nos termos do art. 4º, I, da Lei 9.289/96, do art. 24-A da MP 2.180-35/01, e do art. 8º, § 1º da Lei 8.620/92.
Diante do exposto, nos termos do artigo 557, do Código de Processo Civil, não conheço da remessa oficial e dou parcial provimento à apelação do réu para fixar o termo final da incidência dos honorários advocatícios na data da r. sentença.
Determino que, independentemente do trânsito em julgado, expeça-se email ao INSS, instruído com os devidos documentos da parte autora MINERVINA MARIA DE JESUS LIMA, a fim de serem adotadas as providências cabíveis para que seja o benefício de aposentadoria por idade implantado de imediato, com data de início - DIB em 15.04.2002, no valor de um salário mínimo, tendo em vista o "caput" do artigo 461 do CPC.
Decorrido "in albis" o prazo recursal, dê-se baixa na Distribuição.
Intimem-se.
São Paulo, 02 de março de 2007.

PROC.	:	2007.03.99.001207-8 AC 1167947
ORIG.	:	0400000382 1 Vr BORBOREMA/SP 0400009234 1 Vr BORBOREMA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUIS ENRIQUE MARCHIONI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	FLORINDA DA SILVA DO PRADO
ADV	:	FERNANDO APARECIDO BALDAN
RELATOR	:	DES.FED. JEDIAEL GALVÃO / DÉCIMA TURMA

Vistos etc.
Proposta ação de conhecimento, objetivando a concessão de aposentadoria por idade rural, sobreveio sentença de procedência do pedido, condenando-se a autarquia previdenciária ao pagamento do benefício, no valor de 1 (um) salário mínimo mensal, a partir da data da citação, com correção monetária e juros de mora, além de honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor total da liquidação.
A r. sentença foi submetida ao reexame necessário.
Inconformada, a autarquia previdenciária interpôs recurso de apelação, pugnando pela integral reforma da sentença, para que seja julgado improcedente o pedido, sustentando a falta de requisitos para a concessão do benefício.
Com as contra-razões, os autos foram remetidos a este Tribunal.
É o relatório.
DECIDO.
Incabível o reexame necessário, nos termos do § 2º do artigo 475 do Código de Processo Civil, já que a condenação não ultrapassa o limite de 60 (sessenta) salários mínimos, considerado o valor do benefício, o termo estabelecido para o seu início e o lapso temporal que se registra de referido termo até a data da sentença.
Postula a Autora a concessão de aposentadoria rural por idade, no valor de um salário mínimo.
Tal benefício está previsto no artigo 143 da Lei n.º 8.213/91, exigindo-se, para a sua concessão, a comprovação do exercício de trabalho rural, ainda que descontinuamente, mas no período imediatamente anterior ao ajuizamento da demanda, em número de meses idêntico à carência desse benefício, dispensando-se, assim, a comprovação do efetivo recolhimento das contribuições mensais nesse período.
Em se tratando de trabalhadora rural, a aposentadoria por idade é devida aos 55 (cinqüenta e cinco) anos (artigo 48, § 1º, da Lei n.º 8.213/91).
Tendo a Autora nascido em 20/09/1947, completou a idade acima referida em 20/09/2002.
Nos termos do artigo 55, § 3.º, da Lei 8.213/91 e do entendimento jurisprudencial consubstanciado na Súmula 149 do Superior Tribunal de Justiça, para a comprovação do trabalho rural é necessária a apresentação ao menos de início de prova material, corroborável por prova testemunhal. Ressalta-se que o início de prova material, exigido pelo § 3º do artigo 55 da Lei nº 8.213/91, não significa que o segurado deverá demonstrar mês a mês, ano a ano, por intermédio de documentos, o exercício de atividade na condição de rurícola, pois isto importaria em se exigir que todo o período de trabalho fosse comprovado documentalmente, sendo de nenhuma utilidade a prova testemunhal para demonstração do labor rural.
Início de prova material, conforme a própria expressão o diz, não indica completude, mas sim começo de prova, princípio de prova, elemento indicativo que permita o reconhecimento da situação jurídica discutida, desde que associada a outros dados probatórios.
Sobre a extensão significativa da expressão "início de prova material", o Tribunal Regional Federal da Quarta Região bem enfrentou a questão, não limitando o aproveitamento da prova material ao ano ou à data em que foi produzido: AC nº 333.924/RS, Relator Desembargador Federal LUIZ CARLOS DE CASTRO LUGON, j. 12/06/2001, DJ 11/07/2001, p. 454.
Neste caso, há início de prova material da condição de rurícola do marido da Autora, consistente, dentre outros documentos, em cópia da certidão de casamento (fl. 14), na qual ele está qualificado como lavrador. O Superior Tribunal de Justiça, sensível à realidade social do trabalhador rural, pacificou o entendimento de ser extensível à esposa a qualificação de trabalhador rural apresentada pelo marido, constante de documento, conforme revela a ementa deste julgado:
"PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL.
Firmou-se a jurisprudência da Corte no sentido de que o documento probante da situação de camponês do marido é início razoável de prova material da qualidade de trabalhadora rural da sua mulher.
Recurso especial atendido" (REsp n º 258570-SP, Relator Ministro Fontes de Alencar, j. 16/08/2001, DJ 01/10/2001, p. 256).
Por sua vez, as testemunhas ouvidas complementaram plenamente esse início de prova documental ao asseverarem, perante o juízo de primeiro grau, sob o crivo do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, sem contraditas, que a Autora sempre exerceu atividade rural (fls. 58/59). Assim, nos termos do artigo 55, § 3º, da Lei nº 8.213/91, e em estrita observância à Súmula 149 do Superior Tribunal de Justiça, restou comprovado que a Autora exerceu trabalho rural por tempo superior ao equivalente à carência necessária, de acordo com a tabela do artigo 142 da Lei n.º 8.213/91, em período imediatamente anterior ao requerimento do benefício.
Importante frisar que, comprovado o exercício de trabalho rural pelo período equivalente à carência, não há necessidade de comprovação de recolhimento de qualquer contribuição para a Previdência Social, no caso do benefício pleiteado, nos termos dos artigos 39, inciso I, 48, § 2º, e 143, todos da Lei nº 8.213/91. Somente o segurado que desejar usufruir benefícios outros e em valor diverso a um salário mínimo é que deve comprovar haver contribuído facultativamente para a Previdência Social, na forma estipulada no Plano de Custeio da Seguridade Social, a teor do inciso II do art. 39 da referida Lei. O Superior Tribunal de Justiça já decidiu ser "Inexigível do trabalhador rural, em regime de economia familiar, a comprovação do recolhimento das contribuições previdenciárias para fins de aposentadoria por idade, a teor do artigo 143, da Lei 8.213/91" (REsp nº 245418/SP, Relator Ministro Jorge Scartezzini, j. 18/04/2000, DJ 19/06/2000, p. 199).

O prazo previsto no artigo 143 da Lei n.º 8.213/91, correspondente a 15 anos, não é relativo à duração do benefício, mas sim pertinente ao exercício do direito à aposentadoria por idade.
Portanto, presentes os requisitos legais, o benefício previdenciário foi corretamente concedido pelo MM. Juiz a quo.
Nunca é demais explicitar que a correção monetária incide sobre as prestações em atraso, desde os respectivos vencimentos, na forma da Súmula 8 do E. TRF da 3ª Região, observada a legislação de regência especificada na Portaria nº 92/2001 DF-SJ/SP, de 23/10/2001, e Provimento nº 64/2005, de 24/04/2005, da E. Corregedoria-Geral da Justiça da 3ª Região.
Os juros moratórios são devidos à base de 1% (um por cento) ao mês de forma decrescente, a partir da data da citação, nos termos do art. 406 do novo Código Civil, c.c. o art. 161, § 1º, do Código Tributário Nacional, os quais têm incidência até a data da expedição do precatório, desde que seja pago no prazo estabelecido pelo artigo 100 da Constituição Federal (STF; RE nº 298.616/SP).
Diante do exposto, com fulcro no artigo 557 do Código de Processo Civil, NÃO CONHEÇO DO REEXAME NECESSÁRIO E NEGO PROVIMENTO À APELAÇÃO DO INSS.
Independentemente do trânsito em julgado, determino seja expedido ofício ao INSS, instruído com os documentos do segurado FLORINDA DA SILVA PRADO, a fim de que se adotem as providências cabíveis à imediata implantação do benefício de aposentadoria por idade, com data de início - DIB em 18/10/2004, e renda mensal inicial - RMI de 1 (um) salário mínimo, com observância, inclusive, das disposições do art. 461, §§ 4º e 5º, do Código de Processo Civil.
O aludido ofício poderá ser substituído por e-mail, na forma a ser disciplinada por esta Corte.
Transitado em julgado, remetam-se os autos à Vara de origem, observadas as formalidades legais.
Publique-se e intimem-se.
São Paulo, 27 de fevereiro de 2007.
JEDIAEL GALVÃO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2005.61.12.001238-7 AC 1096287
ORIG.	:	2 Vr PRESIDENTE PRUDENTE/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	WALMIR RAMOS MANZOLI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ANTONIA DE MELO SOBRINHO (= ou > de 60 anos)
ADV	:	JOSE DE CASTRO CERQUEIRA
RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO / DÉCIMA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de apelação interposta pelo INSS em face de sentença que julgou procedente o pedido formulado nos autos da ação previdenciária condenando o réu a conceder à parte autora o benefício de aposentadoria rural por idade, no valor de 01 (um) salário mínimo vigente, a contar da citação, além de abono anual. Ficou convencionado que as parcelas atrasadas deveriam ser pagas de uma só vez e acrescidas de correção monetária, a partir de cada vencimento, até a data do efetivo pagamento, na forma do Provimento nº 64/05 da E. Corregedoria Geral da Justiça Federal da 3ª Região, além de juros de 12% ao ano. A Autarquia foi condenada, ainda, ao pagamento de honorários advocatícios arbitrados em 15% do valor das parcelas vencidas até a r. sentença. Não houve condenação em custas processuais.A r. decisão monocrática determinou que após o trânsito em julgado, independentemente do precatório, a autora poderia requerer o pagamento do valor apurado em liquidação de sentença, desde que não ultrapassasse o limite previsto no art. 3º da Lei nº 10.259/01.
Objetiva o réu a reforma de tal sentença alegando, em síntese, que há falta de comprovação do tempo de serviço prestado como rurícola, eis que os documentos trazidos aos autos não seriam contemporâneos aos fatos que se pretende provar, não bastando a prova exclusivamente testemunhal. Aduz que o exercício de atividade em período imediatamente anterior ao ajuizamento da ação não teria sido comprovado, nem tampouco sido efetuado o recolhimento das contribuições devidas, restando inatingida a carência mínima necessária. Pleiteia, por fim, que o pagamento do benefício seja feito por meio de precatório. Subsidiariamente, requer que o termo inicial do beneficio seja fixado na data da citação, e que os honorários advocatícios sejam apurados sobre o valor apurado até a sentença, nos termos da Súmula nº 111 do STJ.
Sem contra-razões (fl. 77 vº), subiram os autos a esta E. Corte.
Instada a se manifestar (fl. 91) acerca de informação obtida junto ao Ministério da Previdência Social - MPAS, no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS - fl. 92/94), dando conta que seu marido teria diversos registros de trabalho urbano, a partir de 1976, a parte autora afirmou que ele efetivamente exerceu atividade urbana, mas que ela sempre teria exercido atividades rurais (fl. 99/102).
Após breve relatório, passo a decidir.
A parte autora completou 55 anos de idade em 10.02.1993, devendo, assim, comprovar 05 (cinco) anos e 06 (seis) meses de atividade rural (66 meses), nos termos dos arts. 142 e 143 da Lei n. 8.213/91, para a obtenção do benefício em epígrafe.
A jurisprudência do E. STJ já se firmou no sentido de que é insuficiente apenas a produção de prova testemunhal para a comprovação de atividade rural, na forma da Súmula 149 - STJ, in verbis:
A prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito de obtenção de benefício previdenciário.
No caso em tela verifica-se que a autora juntou aos autos certidão de casamento, realizado em 09.12.1972 (fl. 09) na qual seu marido vem qualificado como "lavrador", bem como ficha médica emitida em 18.06.2003 pela "Coordenadoria Municipal de Saúde", em que ela vem qualificada como "trabalhadora rural", consistindo tais documentos início razoável de prova material relativa à atividade rural do casal.
Por outro lado, as testemunhas (fl. 42/45) foram unânimes em afirmar que conhecem a requerente há mais de trinta anos e que ela sempre teria trabalhado na lavoura, apenas deixando de exercer referida atividade quatro anos antes da data da audiência, ocorrida em 31.08.2005 (fl. 38), por problemas de saúde, corroborando assim, o alegado na inicial.
Dessa forma, havendo início de prova material corroborada por prova testemunhal, impõe-se reconhecer que a parte autora comprovou o exercício de atividade rural no período legalmente exigido.
A referida questão está pacificada no âmbito do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, conforme aresto assim ementado, que a seguir transcrevo:
RECURSO ESPECIAL. RURÍCOLA. APOSENTADORIA. PROVA. PROFISSÃO DE LAVRADOR NO REGISTRO DE CASAMENTO. EXTENSÃO À ESPOSA. POSSIBILIDADE.
O acórdão recorrido segue o entendimento pacificado pelo Tribunal, no sentido de que a qualificação profissional do marido, como rurícola, se estende à esposa, quando alicerçada em atos do registro civil, para efeitos de início de prova documental, complementado por testemunhas.
Recurso Especial não conhecido.
(STJ - 5ª Turma; Resp. 183927 - SP 98/0056287-7; Rel. Ministro Gilson Dipp; v.u., j. em 13.10.98; DJ. 23.11.98, pág. 200).
Cumpre observar que a exigência de comprovação da atividade rural no período imediatamente anterior à data do requerimento, como requisito para a concessão do benefício de aposentadoria rural por idade, nos termos do art. 143 da Lei n. 8.213/91, teve por finalidade excluir aqueles segurados que, em data remota, estiveram nas lides rurais, e no momento presente querem se aproveitar do rebaixamento da idade. Tanto é assim, que o legislador ordinário preferiu não estabelecer um lapso temporal preciso no conceito de "...período imediatamente anterior....". Na verdade, para se aferir se o segurado está enquadrado na hipótese prevista pelo art. 143 da Lei n. 8.213/91, há que se perquirir se o mesmo sempre foi trabalhador rural e se laborou em número de meses correspondente à carência, não importando se em dado período houve inatividade, mesmo porque o indigitado preceito admite períodos descontínuos.
No caso concreto, embora o cônjuge da autora tenha exercido atividade urbana, tal fato não descaracteriza a qualidade de rurícola da autora, nem tampouco impede a concessão do benefício, porquanto ela teria laborado ao longo de sua vida em atividade majoritariamente rural, constando, ainda, dos autos início de prova material (fl. 102), indicando que a requerente ainda estaria exercendo atividade rural.
Assim, tendo a autora completado 55 anos de idade em 10.02.1993, bem como cumprido tempo de atividade rural superior ao legalmente exigido, consoante os arts. 142 e 143 da Lei n. 8.213/91, é de se conceder a aposentadoria por idade.
Ressalva-se que o fato de as testemunhas terem afirmado que a demandante deixou de trabalhar em 2001, não obsta a concessão do benefício, já que quando deixou as lides do campo, havia implementado a idade mínima necessária.
Não conheço do apelo da Autarquia no tocante à fixação do termo inicial do benefício a partir da data da citação, haja vista que a r. sentença recorrida dispôs no mesmo sentido da pretensão do réu (15.03.2005 - fl. 15 vº).
Cumpre, apenas, explicitar os critérios de correção monetária e juros de mora.
A correção monetária incide sobre as prestações em atraso, desde os respectivos vencimentos, na forma da Súmula 8 do E. TRF da 3ª Região, observada a legislação de regência especificada na Portaria nº 92/2001 DF-SJ/SP, de 23.10.2001 e Provimento nº 64/2005 da E. Corregedoria-Geral da Justiça da 3ª Região.
Os juros moratórios devem ser computados a partir da citação, de forma decrescente, a taxa de 1% ao mês, nos termos do art. 406 do Código Civil e do art. 161, § 1º, do Código Tributário Nacional, incidindo tais juros até a data de expedição do precatório, caso este seja pago no prazo estabelecido pelo art. 100 da CF/88 (STF, RE n. 298.616-SP, Relator Ministro Gilmar Mendes, DJ de 20/10/2006, p. 84).
Não conheço, também, do pedido formulado pela Autarquia relativo à fixação dos honorários até a data da r. sentença recorrida uma vez que o r. decisum monocrático dispôs nesse sentido.
Por fim, destaco que o pagamento das parcelas vencidas obedecerá ao disposto no art. 87 do ADCT e art. 17, § 1º da Lei nº 10.259/01, aplicando-se o art. 100 da Constituição da República apenas se o valor da condenação ultrapassar 60 (sessenta) salários mínimos.
As autarquias são isentas das custas processuais (artigo 4º, inciso I da Lei 9.289/96), porém devem reembolsar, quando vencidas, as despesas judiciais feitas pela parte vencedora (artigo 4º, parágrafo único).
Diante do exposto, nos termos do artigo 557, do Código de Processo Civil, não conheço de parte do apelo do INSS e, na parte conhecida, nego-lhe seguimento.
Independentemente do trânsito em julgado, expeça-se e.mail ao INSS, instruído com os devidos documentos da parte autora ANTONIA DE MELO SOBRINHO, a fim de serem adotadas as providências cabíveis para que seja o benefício de APOSENTADORIA RURAL POR IDADE implantado de imediato, com data de início - DIB em 15/03/2005 (fl. 15 vº), no valor de um salário mínimo, tendo em vista o "caput" do artigo 461 do CPC.
Decorrido "in albis" o prazo recursal, dê-se baixa na Distribuição.
Intimem-se.
São Paulo, 02 de março de 2007.

PROC.	:	2007.03.99.001617-5 AC 1168717
ORIG.	:	0600000170 4 Vr ATIBAIA/SP 0600019077 4 Vr ATIBAIA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RENATO URBANO LEITE
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ROSA PEREIRA DA SILVA
ADV	:	NELIDE GRECCO AVANCO
RELATOR	:	DES.FED. JEDIAEL GALVÃO / DÉCIMA TURMA

Vistos etc.
Proposta ação de conhecimento, objetivando a concessão de aposentadoria por idade rural, sobreveio sentença de procedência do pedido, condenando-se a autarquia previdenciária a conceder o benefício, no valor de um salário mínimo, a partir da data da citação, devendo as prestações vencidas ser pagas com correção monetária e juros de mora, desde a citação, além de honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito até a implantação do benefício.
A r. sentença não está sujeita ao reexame necessário.
Inconformada, a autarquia previdenciária interpôs recurso de apelação, pugnando pela integral reforma da sentença, para que seja julgado improcedente o pedido. Subsidiariamente, requer a redução dos honorários advocatícios.
Com as contra-razões, os autos foram remetidos a este Tribunal.
É o relatório.
D E C I D O.
A autora postula a concessão do benefício de aposentadoria rural por idade.
Tal benefício está previsto no artigo 143 da Lei n.º 8.213/91, exigindo-se, para a sua concessão, a comprovação do exercício de trabalho rural, ainda que descontinuamente, mas no período imediatamente anterior ao ajuizamento da demanda, em número de meses idêntico à carência desse benefício, dispensando-se a comprovação do efetivo recolhimento das contribuições mensais nesse período.
Em se tratando de trabalhadora rural, a aposentadoria por idade é devida aos 55 (cinqüenta e cinco) anos (artigo 48, § 1º, da Lei n.º 8.213/91).
Tendo a autora nascido em 13/06/1942, completou essa idade em 13/06/1997.
Nos termos do artigo 55, § 3.º, da Lei 8.213/91 e do entendimento jurisprudencial consubstanciado na Súmula 149 do Superior Tribunal de Justiça, para a comprovação do trabalho rural é necessária a apresentação ao menos de início de prova material, corroborável por prova testemunhal. Ressalta-se que o início de prova material, exigido pelo § 3º do artigo 55 da Lei nº 8.213/91, não significa que o segurado deverá demonstrar mês a mês, ano a ano, por intermédio de documentos, o exercício de atividade na condição de rurícola, pois isto importaria em se exigir que todo o período de trabalho fosse comprovado documentalmente, sendo de nenhuma utilidade a prova testemunhal para demonstração do labor rural.
Início de prova material, conforme a própria expressão o diz, não indica completude, mas sim começo de prova, princípio de prova, elemento indicativo que permita o reconhecimento da situação jurídica discutida, desde que associada a outros dados probatórios.
Entretanto, no caso dos autos, não restou demonstrado que a autora tenha efetivamente exercido atividade rural pelo período equivalente à carência e imediatamente anterior ao requerimento do benefício.
Mesmo se entendendo constituir início de prova material os contratos particulares de parceria agrícola (fls. 47/56) e a cópia da certidão de casamento da autora celebrado em 19/09/1959, na qual seu marido está qualificado profissionalmente como lavrador (fl. 09), isto é, mesmo considerando extensível a ela a qualificação de trabalhador rural de seu cônjuge, tal condição restou descaracterizada uma vez que a parte autora passou a exercer atividade de natureza urbana, assim como o seu marido, conforme documentos apresentados pelo INSS (fls. 34/37) e consulta feita ao Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS, em terminal instalado no Gabinete deste Relator.
Ademais, tal fato retira a credibilidade da prova testemunhal produzida, segundo a qual a autora e seu marido trabalharam na lavoura "a vida toda" (fls. 41/44).
Neste passo, não comprovado o exercício pela autora de atividade rurícola no período equivalente à carência e imediatamente anterior ao ajuizamento da demanda, impossível a concessão da aposentadoria rural por idade prevista no artigo 143 da Lei n.º 8.213/91.
Com supedâneo em orientação do Supremo Tribunal Federal (Agravo Regimental em REO nº 313.348/RS, Relator Ministro Sepúlveda Pertence, j. 15/04/03, DJU 16/05/03, p. 616), deixo de condenar a autora nas verbas de sucumbência, por ser beneficiária da assistência judiciária gratuita.
Diante do exposto, nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, DOU PROVIMENTO À APELAÇÃO DO INSS para, reformando a sentença, julgar improcedente o pedido.
Transitado em julgado, remetam-se os autos à Vara de origem, observadas as formalidades legais.
Publique-se e intimem-se.
São Paulo, 27 de março de 2007.
JEDIAEL GALVÃO
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2007.03.99.001677-1 AC 1168777
ORIG.	:	0200000950 1 Vr CUBATAO/SP 0200096149 1 Vr CUBATAO/SP
APTE	:	JOSE PINTO FONSECA
ADV	:	ENZO SCIANNELLI
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

ADV	:	MAURO PADOVAN JUNIOR
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. JEDIAEL GALVÃO / DÉCIMA TURMA

Vistos etc.
Proposta ação de conhecimento, objetivando a concessão de auxílio-doença, sobreveio sentença de improcedência do pedido, condenando-se a parte autora ao pagamento de honorários advocatícios fixados em R$ 500,00 (quinhentos reais), observada sua condição de beneficiária da assistência judiciária.
Inconformada, a parte autora interpôs recurso de apelação, pugnando pela integral reforma da sentença, para que seja julgado procedente o pedido, sustentando o cumprimento dos requisitos legais.
Com contra-razões, os autos foram remetidos a este Tribunal.
É o relatório.
D E C I D O
Os requisitos para a concessão do benefício de auxílio-doença, de acordo com o artigo 59 da Lei n.º 8.213/91 são os seguintes: 1) qualidade de segurado; 2) cumprimento da carência, quando for o caso; 3) incapacidade temporária para o exercício das atividades profissionais habituais, bem como incapacidade que, embora permanente, não seja total, isto é, haja a possibilidade de reabilitação para outra atividade que garanta o seu sustento. 4) não serem a doença ou a lesão existentes antes da filiação à Previdência Social, salvo se a incapacidade sobrevier por motivo de agravamento daquelas.
No caso em exame, o laudo pericial concluiu pela ausência de incapacidade da parte autora para o exercício de atividade laborativa (fls. 83/86).
Contra essa conclusão não foi apresentada impugnação técnica, séria e bem fundamentada por meio de parecer de assistente técnico.
Assim, o benefício postulado não deve ser concedido, tendo em vista que restou devidamente comprovado que a parte autora não apresenta incapacidade para o trabalho e que pode executar atividades que lhe garantam a subsistência, dentre as quais aquelas que desenvolvia habitualmente.
Neste passo, ante a ausência de comprovação, por parte do autor, da incapacidade laborativa temporária para o exercício das atividades profissionais habituais, ou de incapacidade que, embora permanente, não seja total, isto é, haja a possibilidade de reabilitação para outra atividade que garanta o seu sustento, desnecessária a incursão sobre os demais requisitos exigidos para a concessão do benefício de auxílio-doença, nos termos do artigo 59 da Lei n.º 8.213/91.
Desta forma, não faz jus o autor ao benefício de auxílio-doença postulado, tendo em vista a não comprovação nos autos dos requisitos legais indispensáveis à concessão.
Para o exaurimento da matéria, trago à colação o seguinte precedente deste egrégio Tribunal Regional Federal da 3.ª Região:
"PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ OU AUXÍLIO-DOENÇA. INCAPACIDADE LABORATIVA TOTAL OU PARCIAL: NÃO COMPROVAÇÃO. HIPERTENSÃO ARTERIAL. "STRESS". INEXISTÊNCIA DE SEQUELAS OU DE COMPLICAÇÕES DECORRENTES. CERCEAMENTO DE DEFESA INOCORRENTE.
I - A aposentadoria por invalidez é devida ao segurado da Previdência Social que, cumprindo a carência de doze contribuições mensais, venha a ser considerado incapaz e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade vinculada à Previdência Social. Aplicação dos arts. 42 e 25, I, da Lei nº 8.213/91.
II - O auxílio-doença é devido ao segurado da Previdência Social que, após cumprir a carência de doze contribuições mensais, ficar incapacitado, por mais de quinze dias, para seu trabalho ou atividade habitual, não sendo concedido àquele que se filiar ao Regime Geral da Previdência Social já portador da doença ou da lesão invocada como causa para o benefício, exceto se a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão. Inteligência do art. 59 e § único da Lei nº 8.213/91.
III - Comprovados, no caso, apenas os requisitos atinentes à carência e à condição de segurado, exigidos pela legislação que rege a matéria.
IV - Laudo médico peremptório ao afirmar a inexistência de incapacidade laborativa do autor para o exercício de sua atividade habitual de motorista. A moléstia diagnosticada (hipertensão arterial sistêmica), por si só, não causa a incapacidade laborial, ainda que aliada a stress, se não desenvolveu seqüelas nem evoluiu para algum tipo de cardiopatia ou outro mal incapacitante para o trabalho.
V - Inocorrência de cerceamento de defesa na recusa e produção de prova testemunhal, por tratar-se de matéria unicamente de direito, com exaustiva prova literal e pericial. Art. 330, I, do CPC.
VI - Apelação improvida." (AC n.º 353817-SP, Relatora Desembargadora Federal Marisa Santos, j. 08/09/2003, DJU 02/10/2003, p. 235).
Diante do exposto, nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO À APELAÇÃO DA PARTE AUTORA.
Retifique-se a autuação do presente feito para que se faça constar o nome correto do autor como José Pinto Fonseca.
Transitado em julgado, remetam-se os autos à Vara de origem, observadas as formalidades legais.
Publique-se e intime-se.
São Paulo, 28 de fevereiro de 2007.
JEDIAEL GALVÃO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.99.001749-0 AC 1168914
ORIG.	:	0600000639 2 Vr IBIUNA/SP 0600023059 2 Vr IBIUNA/SP
APTE	:	CECILIA ELIAS DE LIMA
ADV	:	ROSE MARY SILVA MENDES
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO / DÉCIMA TURMA

Vistos,
Trata-se de apelação de sentença, pela qual foi extinto o processo sem julgamento do mérito, nos termos do artigo 267, VI, do Código de Processo Civil. Foi condenada ao pagamento de custas processuais, observado o disposto no art. 12 da Lei n. 1.060/50.
Objetiva a autora a reforma de tal sentença alegando, em síntese, que o prévio requerimento administrativo do benefício não se trata de requisito para o ajuizamento de ação previdenciária.
Sem abertura de prazo para a apresentação de contra-razões, haja vista a entidade autárquica não ter sido citada.
Após breve relatório, passo a decidir.
Pretende a autora, com o presente feito, a concessão do benefício de pensão por morte.
A r. sentença recorrida extinguiu o processo, nos termos do artigo 267, VI, do Código de Processo Civil., entendendo-se, assim, que, para o ajuizamento de ação previdenciária, é necessário o prévio requerimento administrativo do benefício.
Todavia, nas agências da Previdência Social é comum o funcionário que efetua o atendimento preliminar informar verbalmente ao interessado sobre os requisitos exigidos administrativamente para a obtenção do benefício a ser requerido, orientando-o, ainda, no sentido de que não ingresse com o respectivo requerimento caso não se encontrem preenchidos tais requisitos, não se justificando, portanto, que seja exigida a formalização deste requerimento para o ingresso em juízo.
Verifica-se, pois, a aplicabilidade da Súmula 09 do TRF da 3ª Região, bem como do disposto no inciso XXXV, do art. 5º, da Constituição da República, restando, portanto, superada a questão referente à necessidade do prévio requerimento administrativo do benefício como requisito para o ajuizamento da respectiva ação previdenciária, mesmo porque as únicas exceções ao livre acesso ao Judiciário encontram-se previstas no §1º do art. 217 da Constituição da República.
Desta forma, caberia ao juízo a quo examinar o mérito da questão.
Diante do exposto, nos termos do artigo 557, do Código de Processo Civil, dou provimento ao apelo da parte autora para determinar o retorno dos autos ao Juízo de origem para regular instrução e novo julgamento.
Decorrido "in albis" o prazo recursal, dê-se baixa na Distribuição.
Intimem-se.
São Paulo, 16 de março de 2007.

PROC.	:	2007.03.99.001757-0 AC 1168922
ORIG.	:	0600000277 1 Vr ATIBAIA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RENATO URBANO LEITE
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MARIA PUREZA DOS SANTOS DE SA
ADV	:	NELIDE GRECCO AVANCO
RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO / DÉCIMA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de apelação de sentença pela qual o réu foi condenado a conceder à parte autora o benefício de aposentadoria rural por idade, no valor de 01 (um) salário mínimo, a contar da citação. As parcelas vencidas serão corrigidas monetariamente, acrescidas de juros de mora, desde a citação. Foi condenado ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor das parcelas vencidas até a sentença. Não houve condenação em custas e despesas.
Foi concedida a antecipação dos efeitos da tutela, determinando ao INSS a implantação do benefício no prazo de 02 meses, sob pena de multa mensal de R$ 200,00.
Em seu recurso de apelação, pleiteia o réu, primeiramente pela suspensão dos efeitos da tutela antecipada, concedida na sentença de 1º grau. No mérito, sustenta que os documentos juntados com a inicial não são contemporâneos à época que se busca comprovar a atividade rural, bem como que não comprovou o exercício de atividade rural pelo período correspondente ao fixado para a carência do benefício vindicado, a teor do art. 143 da Lei n. 8.213/91.
Contra-razões da parte autora, fl. 54/63.
Consta informação à fl. 52 acerca da implantação do benefício a partir de 02.08.2006.
Após breve relatório, passo a decidir.
Da tutela antecipada.
Cumpre assinalar, primeiramente, que o entendimento de que não é possível a antecipação de tutela em face da Fazenda Pública, equiparada no presente feito ao órgão previdenciário, está ultrapassado, porquanto a antecipação do provimento não importa em pagamento de parcelas vencidas, o que estaria sujeito ao regime de precatórios. A implantação provisória ou definitiva do benefício, tanto previdenciário como assistencial, não está sujeita à disciplina do artigo 100 da Constituição Federal, não havendo, portanto, falar-se em impossibilidade de implantação do benefício perseguido sem o trânsito em julgado da sentença. Há que se consignar, outrossim, que o MM. Juiz "a quo" determinou que o pagamento do benefício fosse feito por meio de depósitos judiciais, de molde a facilitar o retorno do numerário despendido pelo órgão previdenciário no caso de improcedência da ação.
Tampouco se nota ofensa ao imperativo de reexame necessário que cerca as sentenças proferidas em desfavor da Fazenda Pública, nos moldes do artigo 475, I, do Código de Processo Civil. Nesse ponto, há que se harmonizar a regra que impõe remessa oficial do julgado com aquela que prevê a antecipação dos efeitos da tutela, prevista no artigo 273 do mesmo Código de Processo Civil. O reexame necessário configura pressuposto da executoriedade da sentença em caráter definitivo, não restando atingido pela precariedade que cerca o deferimento de tutela antecipatória para imediata implantação do benefício.
Nesse sentido já decidiu esta E. Corte:
"PROCESSUAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. TUTELA ANTECIPADA PARA IMPLANTAÇÃO IMEDIATA DO BENEFÍCIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO.
- A tutela antecipada de benefício previdenciário não se insere, de igual modo, nas vedações contidas na legislação alvitrada pelo recorrente.
- As questões aduzidas acerca de inexistência de execução provisória contra a Fazenda Pública, da observância do reexame necessário e dos efeitos suspensivo e devolutivo de eventual apelação interposta pelo INSS, contra a sentença de mérito não dizem respeito, diretamente, à tutela antecipada.
- A concessão da tutela, no caso, não importa em pagamento de parcelas vencidas, o que estaria sujeito ao regime de precatórios.
A implantação provisória ou definitiva de benefício, tanto previdenciário, quanto assistencial, não está sujeita à disciplina do artigo 100 da Constituição Federal.
- A prova inequívoca deve ser considerada aquela que apresenta um grau de convencimento tal que, a seu respeito, não possa ser levantada qualquer dúvida, ou, em outros termos, cuja autenticidade ou veracidade seja provável (Carreira Alvim - Reforma da Código de Processo Civil).
- Logo, o juiz deve estar firmemente convencido da verosimilhança da situação jurídica apresentada pelo autor, assim como da juridicidade da solução pleiteada.
- As questões da reversibilidade e da prestação de caução devem ser analisadas em face do conflito de valores existente. Não há como se exigir caução, quando um dos fundamentos para a eventual concessão da tutela é, exatamente, a impossibilidade de o requerente prover a própria subsistência.
- Só órgão judicial está habilitado para apreciar o conflito de valores no caso concreto, sempre presente por sinal em qualquer problema humano, e dar-lhe solução adequada. - O autor também corre risco de sofre prejuízo irreparável, em virtude da irreversibilidade fática de alguma situação da vida.
- Constata-se, pois, que possível, em tese, a tutela antecipada nas hipóteses de que ora se trata. Resta verificar se, no presente caso concreto, estão presentes os requisitos legais para a sua concessão.
- Como bem alvitrado na decisão de fls. 87, a concessão da tutela antecipada veio escorada nos laudos periciais médicos que atestaram a incapacidade total e permanente para a atividade laboral, bem como a prova que indica não ter o autor condições de esperar o desfecho do processo, tanto que não tem mais forças para sair para o trabalho, e se encontrar proibido, por ordem médica, de exercer algum mister.
- A decisão concessiva da tutela antecipada não merece, pois, reparos.
- Agravo desprovido".
(TRF 3ª Região, AG nº 200103000227434, 1ª Turma, Rel. Juiz Santoro Facchini, v.u., j. 2.9.2002, DJU 6.12.2002, p. 421).
Do mérito
A parte autora completou 55 anos de idade em 16.06.1997, devendo, assim, comprovar oito anos de atividade rural, nos termos dos arts. 142 e 143 da Lei n. 8.213/91, para a obtenção do benefício em epígrafe.
A jurisprudência do E. STJ firmou-se no sentido de que é insuficiente apenas a produção de prova testemunhal para a comprovação de atividade rural, na forma da Súmula 149 - STJ, in verbis:
A prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito de obtenção de benefício previdenciário.
No caso em tela verifica-se que a autora acostou aos autos documento em que consta o termo lavrador para designar a profissão de seu esposo, qual seja, certidão de casamento realizado em 26.09.1959 (fl. 09), o qual constitui início de prova material do alegado labor campesino.
Extrai-se, ainda, da anotação da CTPS do marido da autora (fl. 10), que este laborou como trabalhador rural, em períodos descontínuos, compreendidos entre 01.09.1985 a 19.04.1986 e 01.08.1992 a 14.09.1995.
Por outro lado, as testemunhas (fl. 35/39) foram unânimes em afirmar que conhecem a autora há 25 (vinte e cinco) e 20 (vinte) anos, respectivamente, e que ela sempre exerceu suas atividades no meio rural, como bóia-fria.
Dessa forma, havendo início de prova material corroborada por prova testemunhal, impõe-se reconhecer que a parte autora comprovou o exercício de atividade rural no período legalmente exigido.
A referida questão está pacificada no âmbito do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, conforme aresto assim ementado, que a seguir transcrevo:
RECURSO ESPECIAL. RURÍCOLA. APOSENTADORIA. PROVA. PROFISSÃO DE LAVRADOR NO REGISTRO DE CASAMENTO. EXTENSÃO À ESPOSA. POSSIBILIDADE.

O acórdão recorrido segue o entendimento pacificado pelo Tribunal, no sentido de que a qualificação profissional do marido, como rurícola, se estende à esposa, quando alicerçada em atos do registro civil, para efeitos de início de prova documental, complementado por testemunhas.
Recurso Especial não conhecido.
(STJ - 5ª Turma; Resp. 183927 - SP 98/0056287-7; Rel. Ministro Gilson Dipp; v.u., j. em 13.10.98; DJ. 23.11.98, pág. 200).
Cumpre observar que a exigência de comprovação da atividade rural no período imediatamente anterior à data do requerimento, como requisito para a concessão do benefício de aposentadoria rural por idade, nos termos do art. 143 da Lei n. 8.213/91, teve por finalidade excluir aqueles segurados que, em data remota, estiveram nas lides rurais, e no momento presente querem se aproveitar do rebaixamento da idade. Tanto é assim, que o legislador ordinário preferiu não estabelecer um lapso temporal preciso no conceito de "...período imediatamente anterior....". Na verdade, para se aferir se o segurado está enquadrado na hipótese prevista pelo art. 143 da Lei n. 8.213/91, há que se perquirir se o mesmo sempre foi trabalhador rural e se laborou em número de meses correspondente à carência, não importando se em dado período houve inatividade, mesmo porque o indigitado preceito admite períodos descontínuos.
Assim sendo, tendo a autora completado 55 anos de idade em 16.06.1997, bem como cumprido tempo de atividade rural superior ao legalmente exigido, consoante os arts. 142 e 143 da Lei n. 8.213/91, é de se conceder a aposentadoria por idade.
O termo inicial do benefício foi corretamente fixado a contar da citação, ante a ausência de requerimento administrativo.
Cumpre, ainda, explicitar os critérios de cálculo de correção monetária e juros de mora.
A correção monetária incide sobre as prestações em atraso, desde os respectivos vencimentos, na forma da Súmula 8 do E. TRF da 3ª Região, observada a legislação de regência especificada na Portaria nº 92/2001 DF-SJ/SP, de 23.10.2001 e Provimento nº 64/2005 da E. Corregedoria-Geral da Justiça da 3ª Região.
Os juros moratórios devem ser computados a partir da citação, de forma decrescente, a taxa de 1% ao mês, uma vez que a citação ocorreu após 10.01.2003, nos termos do art. 406 do Código Civil e do art. 161, § 1º, do Código Tributário Nacional, incidindo tais juros até a data de expedição do precatório, caso este seja pago no prazo estabelecido pelo art. 100 da CF/88 (STF, RE n.º 298.616-SP, Relator Ministro Gilmar Mendes, DJ de 20/10/2006, p. 84).
Quanto à verba honorária, o E STJ já decidiu que se aplica às autarquias o disposto no parágrafo 4º, do art. 20, do CPC (STJ 1ª Turma, REsp. 12.077-RJ, Rel. Min. Garcia Vieira, j. 04.09.1991, negaram provimento v.u., DJU de 21.10.1991, p. 14.732), revelando-se, assim, adequada a verba honorária fixada. (Súmula 111 do E. STJ, em sua nova redação).
A autarquia previdenciária está isenta de custas e emolumentos, nos termos do art. 4º, I, da Lei 9.289/96, do art. 24-A da MP 2.180-35/01, e do art. 8º, § 1º da Lei 8.620/92.
Diante do exposto, nos termos do artigo 557, do Código de Processo Civil, rejeito a preliminar argüida e, no mérito, nego seguimento à apelação do INSS.
Ante a procedência do pedido, resta mantida a antecipação da tutela.
Decorrido "in albis" o prazo recursal, dê-se baixa na Distribuição.
Intimem-se.
São Paulo, 16 de março de 2007.

PROC.	:	2003.61.19.001796-1 AC 1175486
ORIG.	:	2 Vr GUARULHOS/SP
APTE	:	FIRMINO JOSE DA CRUZ
ADV	:	SAMUEL SOLOMCA JUNIOR
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ROSEMARY DO NASCIMENTO SILVA LORENCINI PEDÓ
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES. FED. JEDIAEL GALVÃO / DÉCIMA TURMA

Vistos etc.
Trata-se de apelação interposta em face de sentença de improcedência de pedido revisional de benefício previdenciário, sustentando a apelante, em suas razões recursais, o direito de reajuste de seu benefício no mês de maio de 1996 com a aplicação do INPC, no percentual de 18,22%, e não o IGP-DI, que adotou o reajuste de 15%, bem como a aplicação do IGP-DI no mês de junho de 1997, no percentual de 9.97%.
Com o oferecimento de contra-razões, os autos foram remetidos a este tribunal.

É o relatório.
D E C I D O
Na forma do artigo 557 do Código de Processo Civil, poderá o relator negar seguimento ou dar provimento a recurso, de acordo com as hipóteses assinaladas em referido dispositivo legal, regra aplicável ao presente caso.
O inconformismo do autor não merece guarida.
O decantado § 2º do art. 201 da Constituição Federal, hoje § 4º de acordo com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 20/98, assegura o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.
Vê-se bem que a norma constitucional não assegura este ou aquele índice para o reajuste dos benefícios, mas sim remete à legislação ordinária o disciplinamento dos reajustes dos benefícios previdenciários.
Inicialmente foi eleito o INPC para reajuste dos benefícios, nos termos do inciso II do art. 41 da Lei nº 8.213/91. Todavia, tal dispositivo legal foi revogado pela Lei nº 8.542, de 23 de dezembro de 1992, que em seu art. 9º institui o IRSM como índice de reajuste dos benefícios no ano de 1993 e o FAS como indexador dos benefícios a partir de janeiro de 1.994 (Lei nº 8.700/93).
E mais, a Lei nº 8.880/94 (art. 43) revogou expressamente o art. 9º da Lei nº 8.542/92, que instituiu o IRSM e o FAS (Lei nº 8.700/93), determinando através de seu art. 29, § 3º, o IPC-r para fins de reajuste dos benefícios de prestação continuada.
Por outro lado, a Medida Provisória nº 1.053/95, que novamente introduziu o INPC como índice de atualização no âmbito previdenciário, não elegeu referido índice como fator de reajuste dos benefícios previdenciários, nem estabeleceu período certo para tanto, mas sim destinou o INPC apenas às atualizações que anteriormente eram feitas pelo IPC-r.
Portanto, a Medida Provisória nº 1.415/96, convertida na Lei nº 9.711/98, ao conceder reajuste aos benefícios previdenciários, com base no IGP-DI, não trouxe violação a direito adquirido da parte autora e não violou balizas constitucionais. Não estava garantido por norma legal a aplicação do INPC ou qualquer outro índice para o reajuste dos benefícios previdenciários, sendo que o dispositivo legal invocado pelo apelante foi revogado no ano de 1992, não podendo ter aplicação em relação a período posterior, precisamente no lapso temporal posterior a maio de 1995.
Considerando que os critérios para o reajuste dos benefícios são os descritos na lei, e tendo a Medida Provisória força de lei, o reajuste dos benefícios com base no IGP-DI, na forma estabelecida pelo art. 2º da Medida Provisória nº 1.415/96, nada possui de irregular ou inconstitucional.
A Medida Provisória nº 1.415/96 adveio em período de vácuo legislativo no tocante aos reajustes de proventos.
Quanto aos período relativo ao ano de 1997, não se garantiu a aplicação do IGP-DI ou de qualquer outro índice para o reajuste dos benefícios previdenciários.
É o que se verifica da Lei nº 9.711/98, que inclusive convalidou o reajuste de benefícios definido pela Medida Provisória nº 1.572-1/97, reeditada posteriormente sob o nº 1.609, bem como convalidou o reajuste previsto na Medida Provisória nº 1.663-14/98, abrangendo, portanto, os períodos de 1997 e 1998. Estabeleceu referida lei, em seu art. 12, o reajuste dos benefícios, em 1º de junho de 1997, em 7,76%; no seu art. 15, definiu o reajuste dos benefícios, em 1º de junho de 1998, em 4,81%.
Conforme se verifica da Medida Provisória nº 1.415/96, de que resultou a Lei nº 9.711/98, somente se garantiu a aplicação do IGP-DI, na recomposição dos benefícios previdenciários, em relação ao reajuste de 1º de maio de 1996, sendo que no tocante aos reajustes posteriores não se fez qualquer menção a qual índice seria aplicável, limitando-se a estabelecer que a recomposição dos benefícios seria feita anualmente no mês de junho a partir do ano de 1997 (artigos 2º e 4º).
Observa-se que a vinculação do IGP-DI, como indexador para fins previdenciários, abrangendo períodos posteriores ao ano de 1996, somente se deu para os casos de atualização de prestações pagas com atraso e para atualização dos salários-de-contribuição na apuração da renda mensal inicial, nos termos do art. 10 da Lei nº 9.711/98.
Ainda que se houvesse eleito o IGP-DI como indexador apto à recomposição dos benefícios previdenciários em relação aos períodos verificados a partir de 1997, é certo que, antes de se implementar o período aquisitivo ao reajuste, poderia a regra ser modificada por norma posterior. Neste sentido, verifica-se que antes de se alcançar o mês de junho de 1997, a Medida Provisória nº 1.572-1, de 28 de maio de 1997, estabeleceu o percentual de reajuste aplicável para aquele período. O mesmo se deu em relação ao reajuste do mês de junho de 1998, conforme Medida Provisória nº 1.663-10, de 28 de maio de 1998.
Por fim, a mesma orientação se aplica em relação aos reajustes de junho de 1999 (4,61%), junho de 2000 (5,81%), junho de 2001 (7,66%), uma vez que regularmente estabelecidos pelas Medidas Provisórias nºs 1.663-10/98 (art. 12), 1.824/99 (art. 2º), 2.022-17/2000 (art. 17) e 2.129/2001 (art. 4º).
Ressalta-se que a Medida Provisória nº 2.129/2001, sucedida pela Medida Provisória nº 2.187-11/2001, deu nova redação ao artigo 41 da Lei nº 8.213/91, estabelecendo os parâmetros necessários para a definição de índice de reajuste dos benefícios previdenciários, cometendo ao regulamento a definição do percentual respectivo. O percentual de reajuste do mês de junho de 2001 (7,66%) foi estabelecido pelo Decreto nº 3.826/01, sendo que referido percentual foi superior ao IPCA/IBGE (7,04%) e quase idêntico ao INPC/IBGE (7,73%). Já no mês de junho de 2002, o percentual de reajuste (9,20%) foi estabelecido pelo Decreto nº 4.249/02, sendo o referido percentual novamente superior ao IPCA/IBGE (7,66%) e ao INPC/IBGE (9,04%), variação correspondente aos 12 meses anteriores à data-base de reajuste, de forma que a atualização estabelecida pelos Decretos (regulamentos) não se desviou dos parâmetros delineados no § 9º do art. 41 da Lei nº 8.213/91, cujo dispositivo legal dispõe: "Quando da apuração para fixação do percentual do reajuste do benefício, poderão ser utilizados índices que representem a variação de que trata o inciso IV deste artigo, divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou de instituição congênere de reconhecida notoriedade, na forma do regulamento". A variação de que trata o inciso IV do art. 41 da Lei nº 8.213/91 é aquela relativa a preços de produtos necessários e relevantes para a aferição da manutenção do valor de compra dos benefícios.
Desta forma, considerando que os critérios para o reajuste dos benefícios são os descritos na lei, e tendo a medida provisória força de lei, o reajuste dos benefícios previdenciários de acordo com as Medidas Provisórias nºs 1.415/96 (junho de 1996), 1.572-1/97 (junho de 1997), nºs 1.663-10/98 (junho de 1998), 1.824/99 (junho de 1999), 2022-17/2000 (junho de 2000) e 2.129/2001 (junho de 2001), nada possui de irregular ou inconstitucional, observando-se, ainda, que foi obedecida, nos anos de 2002 e 2003, a mesma metodologia para o reajuste dos benefícios previdenciários.
Questão semelhante à discutida nestes autos já foi enfrentada pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal, reconhecendo-se, na oportunidade, a regularidade dos reajustes fixados pelas Medidas Provisórias discutidas:
"CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIOS: REAJUSTE: 1997, 1999, 2000 e 2001. Lei 9.711/98, arts. 12 e 13; Lei 9.971/2000, §§ 2º e 3º do art. 4º; Med. Prov. 2.187-13, de 24.8.01, art. 1º; Decreto 3.826, de 31.5.01, art. 1º. C.F., art. 201, § 4º.
I.- Índices adotados para reajustamento dos benefícios: Lei 9.711/98, artigos 12 e 13; Lei 9.971/2000, §§ 2º e 3º do art. 4º; Med. Prov. 2.187-13, de 24.8.01, art. 1º; Decreto 3.826/01, art. 1º: inocorrência de inconstitucionalidade.
II.- A presunção de constitucionalidade da legislação infraconstitucional realizadora do reajuste previsto no art. 201, § 4º, C.F., somente pode ser elidida mediante demonstração da impropriedade do percentual adotado para o reajuste. Os percentuais adotados excederam os índices do INPC ou destes ficaram abaixo, num dos exercícios, em percentual desprezível e explicável, certo que o INPC é o índice mais adequado para o reajuste dos benefícios, já que o IGP-DI melhor serve para preços no atacado, porque retrata, basicamente, a variação de preços do setor empresarial brasileiro.
III.- R.E. conhecido e provido." (RE nº 376846/SC, Relator Ministro CARLOS VELLOSO, j. 24/09/2003, DJ. 02/04/2004).
No mesmo sentido já decidiu o Superior Tribunal de Justiça, conforme se verifica da seguinte ementa de aresto:
"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. REAJUSTE DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. FAS. REAJUSTE PELO IGP-DI. MEDIDA PROVISÓRIA 1.415/96 E LEI 9.711/98.
O texto constitucional garante a manutenção, em caráter permanente, do valor real do benefício. Entretanto, delega ao legislador o estabelecimento dos índices a serem aplicados. Portanto, se as normas contidas na Lei 9.711/98 decorreram de Medidas Provisórias, não há que se falar em inconstitucionalidade das normas posteriormente editadas para o reajustamento dos benefícios que também foram provenientes de outras MPs.
A Medida Provisória 1.415, posteriormente convertida na Lei 9.711/98 determinou o IGP-DI como índice a ser utilizado para o reajuste dos benefícios em manutenção, em primeiro de maio de 1996.
A referida Medida Provisória também determinou o mesmo índice para os benefícios mantidos pela Previdência Social com data de início posterior a 31 de maio de 1995, devendo ser calculado entre o mês de início, inclusive, e o mês imediatamente anterior ao reajuste.
Por fim, não se consideram inconstitucionais os índices estabelecidos pelas seguintes normas: MP 1.572-1/97 (7,76%); MP 1.663/98 (4,81%); MP 1.824/99 (4,61%); MP 2.022/2000 (5,81%), hoje alterada para MP 2.187-13/2001 e, por fim, a MP 2.129/2001 (7,66%), visto que a maioria dessas regras estabelecidas pelo Poder Executivo também já foram convertidas em Lei.
Recurso não conhecido." (REsp nº 499427/RS, Relator Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, j. 06/05/2003, DJ 02/06/2003, p. 351).
Assim, tendo sido aplicados os índices estabelecidos pela legislação infraconstitucional, observando-se o que dispõe o artigo 201, § 4º, da Constituição Federal de 1988, que garante a preservação do valor real dos benefícios previdenciários, não há falar em eventuais prejuízos inflacionários e, por conseguinte, em diferenças devidas. Em suma, conforme já decidiu o Supremo Tribunal Federal, "A manutenção, em bases permanentes, do valor real dos benefícios previdenciários tem, no próprio legislador - e neste, apenas - o sujeito concretizante das cláusulas fundadas no art. 194, parágrafo único, n. IV, e no art. 201, § 4º (na redação dada pela EC 20/98), ambos da Constituição da República, pois o reajustamento de tais benefícios, para adequar-se à exigência constitucional de preservação de seu quantum, deverá conformar-se aos critérios exclusivamente definidos em lei." (RE nº 322348 AgR/SC, Relator Ministro CELSO DE MELLO, j. 12/11/2002, DJ 06/12/2002, p. 74).
Não traz a parte autora, em sua apelação, qualquer questionamento que obscureça ou faça sucumbir a consagrada orientação pretoriana, da qual comungo integralmente. Enfim, os fundamentos sobre os quais se alicerçaram os precedentes jurisprudenciais são suficientes para, por si sós, afastar a pretensão recursal.
Diante do exposto, nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO À APELAÇÃO DO AUTOR.
Publique-se e intime-se.
São Paulo, 23 de março de 2007.
JEDIAEL GALVÃO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.99.001896-2 AC 1169119
ORIG.	:	0500001363 1 Vr SANTO ANASTACIO/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	VINICIUS DA SILVA RAMOS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MARIA DE LOURDES DOS SANTOS
ADV	:	LUIZ INFANTE
RELATOR	:	DES.FED. JEDIAEL GALVÃO / DÉCIMA TURMA

Vistos etc.
Proposta ação de conhecimento de natureza previdenciária, objetivando a concessão de aposentadoria por idade rural, sobreveio sentença de procedência do pedido, condenando-se a autarquia previdenciária a conceder o benefício, no valor mensal de um salário mínimo, a partir da data da propositura da ação, devendo as prestações vencidas ser pagas com correção monetária e juros de mora, além de custas, despesas processuais e honorários advocatícios arbitrados em R$ 400,00 (quatrocentos reais).
A r. sentença não foi submetida ao reexame necessário.

Inconformada, a autarquia previdenciária interpôs recurso de apelação, pugnando pela integral reforma da sentença, para que seja julgado improcedente o pedido. Subsidiariamente, requer a alteração da sentença quanto ao termo inicial, bem como a restrição da base de cálculo dos honorários advocatícios.
Com contra-razões, os autos foram remetidos a este Tribunal.
É o relatório.
D E C I D O.
A autora postula a concessão do benefício de aposentadoria rural por idade.
Tal benefício está previsto no artigo 143 da Lei n.º 8.213/91, exigindo-se, para a sua concessão, a comprovação do exercício de trabalho rural, ainda que descontinuamente, mas no período imediatamente anterior ao ajuizamento da demanda, em número de meses idêntico à carência desse benefício, dispensando-se a comprovação do efetivo recolhimento das contribuições mensais nesse período.
Em se tratando de trabalhadora rural, a aposentadoria por idade é devida aos 55 (cinqüenta e cinco) anos (artigo 48, § 1º, da Lei n.º 8.213/91).
Tendo a autora nascido em 02/12/1927, completou essa idade em 02/12/1982.
Nos termos do artigo 55, § 3.º, da Lei 8.213/91 e do entendimento jurisprudencial consubstanciado na Súmula 149 do Superior Tribunal de Justiça, para a comprovação do trabalho rural é necessária a apresentação ao menos de início de prova material, corroborável por prova testemunhal. Ressalta-se que o início de prova material, exigido pelo § 3º do artigo 55 da Lei nº 8.213/91, não significa que o segurado deverá demonstrar mês a mês, ano a ano, por intermédio de documentos, o exercício de atividade na condição de rurícola, pois isto importaria em se exigir que todo o período de trabalho fosse comprovado documentalmente, sendo de nenhuma utilidade a prova testemunhal para demonstração do labor rural.
Início de prova material, conforme a própria expressão o diz, não indica completude, mas sim começo de prova, princípio de prova, elemento indicativo que permita o reconhecimento da situação jurídica discutida, desde que associada a outros dados probatórios.
Neste caso, há início de prova material da condição de rurícola do companheiro da autora, consistente na cópia da certidão de óbito (fl. 11), na qual ele está qualificado como lavrador. O Superior Tribunal de Justiça, sensível à realidade social do trabalhador rural, pacificou o entendimento de ser extensível à esposa a qualificação de trabalhador rural apresentada pelo marido, constante de documento, conforme revela a ementa deste julgado:
"PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL.
Firmou-se a jurisprudência da Corte no sentido de que o documento probante da situação de camponês do marido é início razoável de prova material da qualidade de trabalhadora rural da sua mulher.
Recurso especial atendido" (REsp n º 258570-SP, Relator Ministro Fontes de Alencar, j. 16/08/2001, DJ 01/10/2001, p. 256).
Tal entendimento é extensível também à companheira, em face da proteção constitucional conferida à união estável. Nesse sentido, já decidiu o Egrégio Tribunal Regional Federal da Primeira Região:
"PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. RURÍCOLA. ATIVIDADE DE LAVRADORA. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA DOCUMENTAL. PROVA TESTEMUNHAL COMPLEMENTAR. LEI 8.213/91, ART. 143, INC. II. DECLARAÇÃO. COMPANHEIRO. VALIDADE. ART. 226, § 3º, CF/88. 1. Constituem início razoável de prova documental, dentre outros documentos: a) certidão de casamento, em que conste como profissão do marido, lavrador. Em princípio, esses documentos devem ser contemporâneos à época que se quer provar como trabalhadora como rurícola. 2. A prova testemunhal é essencial para comprovar o período trabalhado como rurícola. 3. É estendida à mulher, a condição de lavradora, quando da certidão de casamento constar como profissão do marido, lavrador. 4. O art. 226, § 3º, da CF/88 assegura a proteção do Estado à união estável, reconhecendo-a como entidade familiar. 4. Os honorários fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. 3. Apelação provida" (AC n.º 199601391274-MG, Relator DESEMBARGADOR FEDERAL TOURINHO NETO, j. 05/11/2002, DJ 21/11/2002, p. 21).
Por sua vez, as testemunhas ouvidas complementaram plenamente esse início de prova documental ao asseverarem, perante o juízo de primeiro grau, sob o crivo do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, sem contraditas, que a autora exerceu atividade rural (fls. 36/37). Assim, nos termos do artigo 55, § 3º, da Lei nº 8.213/91, e em estrita observância à Súmula 149 do Superior Tribunal de Justiça, restou comprovado que a autora exerceu trabalho rural por tempo superior ao equivalente à carência necessária, de acordo com a tabela do artigo 142 da Lei n.º 8.213/91, em período imediatamente anterior ao requerimento do benefício.
Importante frisar que, comprovado o exercício de trabalho rural pelo período equivalente à carência, não há necessidade de comprovação de recolhimento de qualquer contribuição para a Previdência Social, no caso do benefício pleiteado, nos termos dos artigos 39, inciso I, 48, § 2º, e 143, todos da Lei nº 8.213/91. Somente o segurado que desejar usufruir benefícios outros e em valor diverso a um salário mínimo é que deve comprovar haver contribuído facultativamente para a Previdência Social, na forma estipulada no Plano de Custeio da Seguridade Social, a teor do inciso II do art. 39 da referida Lei. O Superior Tribunal de Justiça já decidiu ser "Inexigível do trabalhador rural, em regime de economia familiar, a comprovação do recolhimento das contribuições previdenciárias para fins de aposentadoria por idade, a teor do artigo 143, da Lei 8.213/91" (REsp nº 245418/SP, Relator Ministro Jorge Scartezzini, j. 18/04/2000, DJ 19/06/2000, p. 199).
O prazo previsto no artigo 143 da Lei n.º 8.213/91, correspondente a 15 anos, não é relativo à duração do benefício, mas sim pertinente ao exercício do direito à aposentadoria por idade.
Portanto, presentes os requisitos legais, o benefício previdenciário foi corretamente concedido pelo MM. Juiz a quo.
À míngua de comprovação de protocolização de requerimento administrativo de aposentadoria por idade, o benefício deverá ser computado a partir da data da citação do INSS, pois desde então o Instituto foi constituído em mora, nos termos do artigo 219 do Código de Processo Civil. Nesse sentido:
"NÃO HAVENDO PRÉVIA FORMULAÇÃO ADMINISTRATIVA, O TERMO "A QUO" DE INCIDÊNCIA DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR IDADE DEVERÁ COINCIDIR COM A DATA EM QUE SE EFETIVOU A CITAÇÃO" (TRF - 3ª Região, AC nº 3034973-3/93-SP, Relatora Desembargadora Federal MARLI FERREIRA, j. 09/05/95, DJ 14/06/95, p. 37.486).
Os honorários advocatícios devem ser mantidos em R$ 400,00 (quatrocentos reais), uma vez que fixados moderadamente, nos termos do § 4º do artigo 20 do Código de Processo Civil e em consonância com o entendimento da 10ª Turma desse Tribunal.
Excluo, de ofício, a condenação ao pagamento das custas processuais, por se tratar de erro material constante da r. sentença, ante a isenção de que goza a autarquia, nos termos do artigo 4º, inciso I, da Lei nº 9.289/96, do art. 24-A da Lei nº 9.028/95 (dispositivo acrescentado pela Medida Provisória nº 2.180-35/01) e do art. 8º, § 1º, da Lei nº 8.620/93, bem como do artigo 5º da Lei nº 4.952/85, do Estado de São Paulo.
Diante do exposto, nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, DOU PARCIAL PROVIMENTO À APELAÇÃO DO INSS para fixar o termo inicial do benefício a partir da data da citação e EXCLUO, DE OFÍCIO, A CONDENAÇÃO DA AUTARQUIA AO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS, nos termos da fundamentação.
Independentemente do trânsito em julgado, determino seja expedido ofício ao INSS, instruído com os documentos da segurada MARIA DE LOURDES DOS SANTOS, a fim de que se adotem as providências cabíveis à imediata implantação do benefício de aposentadoria por idade, com data de início - DIB em 16/01/2006, e renda mensal inicial - RMI no valor de 1 (um) salário mínimo, com observância, inclusive, das disposições do art. 461, §§ 4º e 5º, do CPC. O aludido ofício poderá ser substituído por e-mail, na forma a ser disciplinada por esta Corte.
Transitado em julgado, remetam-se os autos à Vara de origem, observadas as formalidades legais.
Publique-se e intimem-se.
São Paulo, 28 de fevereiro de 2007.
JEDIAEL GALVÃO
Desembargador Federal Relator

6

PROC.	:	2003.61.83.001897-0 AC 1162037
ORIG.	:	7V Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARCIA REGINA SANTOS BRITO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ANNA MARIA BOSANYI
ADV	:	MARIA CAROLINA MARTINS DE OLIVEIRA MATTE
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 7 VARA PREVIDENCIARIA DE SAO PAULO SP>1ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES. FED. JEDIAEL GALVÃO / DÉCIMA TURMA

Vistos.
Trata-se de agravo interno interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em face da decisão monocrática que, com fundamento no art. 557 do Código de Processo Civil, deu provimento ao reexame necessário para reconhecer a falta de interesse de agir em relação a autora Edna Floriano da Silva e, em relação as demais autoras, negou provimento à apelação do INSS e deu parcial provimento ao reexame necessário.
Sustenta a agravante, em síntese, que é indevida a majoração do coeficiente de cálculo do benefício das autoras, sob pena de ofensa ao ato jurídico perfeito e aos princípios da isonomia e da legalidade, e ao artigo 195, § 5º, da Constituição Federal, uma vez que já empregou, para o cálculo dos benefícios, coeficiente que respeita a legislação vigente à época em que ocorreu o fato gerador das pensões.
Requer a reconsideração da decisão ou então que seja levado o presente a julgamento por esta Colenda Turma.
É o relatório.
D E C I D O
Dispõe o artigo 251 do Regimento Interno deste Egrégio Tribunal que "O agravo regimental será submetido ao prolator da decisão, o qual poderá reconsiderá-la ou submeter o agravo ao julgamento do órgão competente, caso em que computar-se-á, também, o seu voto." (grifo nosso).
Nestes termos, acolho as razões expendidas pela autarquia previdenciária.
Embora em outras oportunidades se tenha orientado no sentido do direito à revisão do coeficiente da pensão por morte, a partir da vigência da Lei nº 9.032/95, de forma que correspondesse a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, cuja providência não constituia violação ao princípio tempus regit actum, haja vista que a lei nova não seria aplicada retroativamente, mas sim, teria incidência imediata, conforme decisão prolatada às fls. 478/483, verifica-se que tal orientação restou superada por decisão que trilha posicionamento contrário.
Por maioria de votos, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (Recursos Extraordinários nºs 416.827 e 415.454, Relator Ministro GILMAR MENDES, j. 08/02/2007, DJ 15/02/2007), entendeu não ser possível a aplicação da Lei nº 9.032/95 aos benefícios que foram concedidos anteriormente a sua edição, uma vez que haveria violação ao princípio constitucional do ato jurídico perfeito (art. 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal).
Dessa maneira, curvando-me ao entendimento que se assentou no Supremo Tribunal Federal, tenho que a aplicação do artigo 75 da Lei nº 8.213/91, com redação dada pela Lei nº 9.032/95, de 28/04/95, não tem aplicabilidade aos benefícios concedidos anteriormente a sua edição.
Diante do exposto, nos termos do artigo 251 do Regimento Interno desta Egrégia Corte, reconsidero a decisão de fls. 478/483, e, com fulcro no artigo 557 do Código de Processo Civil, DOU PROVIMENTO À APELAÇÃO DO INSS E AO REEXAME NECESSÁRIO, para, reformando a r. sentença, julgar improcedente o pedido das autoras.
Com supedâneo em orientação do Supremo Tribunal Federal (Agravo Regimental em REO nº 313.348/RS, Relator Ministro Sepúlveda Pertence, j. 15/04/03, DJU 16/05/03, p. 616), deixo de condenar as autoras ao pagamento de honorários advocatícios, considerando que elas são beneficiárias da Assistência Judiciária Gratuita.
Transitado em julgado, remetam-se os autos à Vara de origem, observadas as formalidades legais.
Publique-se e Intimem-se.
São Paulo, 30 de março de 2007.
JEDIAEL GALVÃO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.99.001985-1 AC 1169208
ORIG.	:	0500001011 2 Vr FERNANDOPOLIS/SP 0500007460 2 Vr FERNANDOPOLIS/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	DEONIR ORTIZ
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ANTONIA DOS SANTOS BRUNCA
ADV	:	CARLOS APARECIDO DE ARAUJO
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 2 VARA DE FERNANDOPOLIS SP
RELATOR	:	DES.FED. JEDIAEL GALVÃO / DÉCIMA TURMA

Vistos etc.
Proposta ação de conhecimento, objetivando a concessão de aposentadoria por idade rural, sobreveio sentença de procedência do pedido, condenando-se a autarquia previdenciária a conceder o benefício, no valor de um salário mínimo, a partir da data da citação, devendo as prestações vencidas ser pagas com correção monetária e juros de mora, além de honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação até a data da sentença.
A r. sentença não foi submetida ao reexame necessário.
Inconformada, a autarquia previdenciária interpôs recurso de apelação, pugnando pela integral reforma da sentença, para que seja julgado improcedente o pedido. Subsidiariamente, requer a alteração da sentença quanto aos honorários advocatícios.
Apresentadas as contra-razões, os autos foram remetidos a este Tribunal.
É o relatório.
D E C I D O.
A autora postula a concessão do benefício de aposentadoria rural por idade.
Tal benefício está previsto no artigo 143 da Lei n.º 8.213/91, exigindo-se, para a sua concessão, a comprovação do exercício de trabalho rural, ainda que descontinuamente, mas no período imediatamente anterior ao ajuizamento da demanda, em número de meses idêntico à carência desse benefício, dispensando-se a comprovação do efetivo recolhimento das contribuições mensais nesse período.
Em se tratando de trabalhadora rural, a aposentadoria por idade é devida aos 55 (cinqüenta e cinco) anos (artigo 48, § 1º, da Lei n.º 8.213/91).
Tendo a autora nascido em 10/08/1950, completou essa idade em 10/08/2005.
Nos termos do artigo 55, § 3.º, da Lei 8.213/91 e do entendimento jurisprudencial consubstanciado na Súmula 149 do Superior Tribunal de Justiça, para a comprovação do trabalho rural é necessária a apresentação ao menos de início de prova material, corroborável por prova testemunhal. Ressalta-se que o início de prova material, exigido pelo § 3º do artigo 55 da Lei nº 8.213/91, não significa que o segurado deverá demonstrar mês a mês, ano a ano, por intermédio de documentos, o exercício de atividade na condição de rurícola, pois isto importaria em se exigir que todo o período de trabalho fosse comprovado documentalmente, sendo de nenhuma utilidade a prova testemunhal para demonstração do labor rural.
Início de prova material, conforme a própria expressão o diz, não indica completude, mas sim começo de prova, princípio de prova, elemento indicativo que permita o reconhecimento da situação jurídica discutida, desde que associada a outros dados probatórios.
Neste caso, há início de prova material da condição de rurícola do marido da autora, consistente, dentre outros documentos, na cópia da certidão de casamento (fl. 11), na qual ele está qualificado como lavrador. O Superior Tribunal de Justiça, sensível à realidade social do trabalhador rural, pacificou o entendimento de ser extensível à esposa a qualificação de trabalhador rural apresentada pelo marido, constante de documento, conforme revela a ementa deste julgado:

"PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL.
Firmou-se a jurisprudência da Corte no sentido de que o documento probante da situação de camponês do marido é início razoável de prova material da qualidade de trabalhadora rural da sua mulher.
Recurso especial atendido" (REsp n º 258570-SP, Relator Ministro Fontes de Alencar, j. 16/08/2001, DJ 01/10/2001, p. 256).
Por sua vez, as testemunhas ouvidas complementaram plenamente esse início de prova documental ao asseverarem, perante o juízo de primeiro grau, sob o crivo do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, sem contraditas, que a autora exerceu atividade rural (fls. 39/40). Assim, nos termos do artigo 55, § 3º, da Lei nº 8.213/91, e em estrita observância à Súmula 149 do Superior Tribunal de Justiça, restou comprovado que a autora exerceu trabalho rural por tempo superior ao equivalente à carência necessária, de acordo com a tabela do artigo 142 da Lei n.º 8.213/91, em período imediatamente anterior ao requerimento do benefício.
Importante frisar que, comprovado o exercício de trabalho rural pelo período equivalente à carência, não há necessidade de comprovação de recolhimento de qualquer contribuição para a Previdência Social, no caso do benefício pleiteado, nos termos dos artigos 39, inciso I, 48, § 2º, e 143, todos da Lei nº 8.213/91. Somente o segurado que desejar usufruir benefícios outros e em valor diverso a um salário mínimo é que deve comprovar haver contribuído facultativamente para a Previdência Social, na forma estipulada no Plano de Custeio da Seguridade Social, a teor do inciso II do art. 39 da referida Lei. O Superior Tribunal de Justiça já decidiu ser "Inexigível do trabalhador rural, em regime de economia familiar, a comprovação do recolhimento das contribuições previdenciárias para fins de aposentadoria por idade, a teor do artigo 143, da Lei 8.213/91" (REsp nº 245418/SP, Relator Ministro Jorge Scartezzini, j. 18/04/2000, DJ 19/06/2000, p. 199).
O prazo previsto no artigo 143 da Lei n.º 8.213/91, correspondente a 15 anos, não é relativo à duração do benefício, mas sim pertinente ao exercício do direito à aposentadoria por idade.
Portanto, presentes os requisitos legais, o benefício previdenciário foi corretamente concedido pelo MM. Juiz a quo.
Nunca é demais explicitar que a correção monetária incide sobre as prestações em atraso, desde os respectivos vencimentos, na forma da Súmula 8 do E. TRF da 3ª Região, observada a legislação de regência especificada na Portaria nº 92/2001 da DF-SJ/SP, de 23/10/2001, e no Provimento nº 64/2005, de 24/04/2005, da E. Corregedoria-Geral da Justiça da 3ª Região.
Os juros de mora incidem a partir da citação, de forma decrescente, devendo ser computados à base de 1% (um por cento) ao mês, nos termos do artigo 406 do novo Código Civil, c.c. o artigo 161, § 1º, do Código Tributário Nacional. Os juros de mora têm incidência até a data da expedição do precatório, desde que este seja pago no prazo estabelecido pelo artigo
Os honorários advocatícios ficam mantidos em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do § 3º do artigo 20 do Código de Processo Civil e conforme entendimento sufragado pela 10ª Turma desta Corte Regional. Ressalte-se que a base de cálculo sobre a qual incidirá mencionado percentual será composta das prestações vencidas entre o termo inicial do benefício e a data da sentença, em consonância com a Súmula 111 do Superior Tribunal de Justiça.
Diante do exposto, nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO À APELAÇÃO DO INSS.
Independentemente do trânsito em julgado, determino seja expedido ofício ao INSS, instruído com os documentos da segurada ANTONIA DO SANTOS BRUNCA, a fim de que se adotem as providências cabíveis à imediata implantação do benefício de aposentadoria por idade, com data de início - DIB em 02/12/2005, e renda mensal inicial - RMI no valor de 1 (um) salário mínimo, com observância, inclusive, das disposições do art. 461, §§ 4º e 5º, do CPC. O aludido ofício poderá ser substituído por e-mail, na forma a ser disciplinada por esta Corte.
Transitado em julgado, remetam-se os autos à Vara de origem, observadas as formalidades legais.
Publique-se e intimem-se.
São Paulo, 28 de fevereiro de 2007.
JEDIAEL GALVÃO
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2007.03.99.002120-1 AC 1169349
ORIG.	:	0500001319 5 Vr ATIBAIA/SP 0500143951 5 Vr ATIBAIA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RENATO URBANO LEITE
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	PHILOMENA MARIA CARDINALLI
ADV	:	NELIDE GRECCO AVANCO
RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO / DÉCIMA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de apelação de sentença pela qual o réu foi condenado a conceder à parte autora o benefício de aposentadoria rural por idade, no valor de 01 (um) salário mínimo, a contar do ajuizamento da ação. As parcelas vencidas serão corrigidas monetariamente, acrescidas de juros de mora de 1% ao mês. Foi condenado ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor das parcelas vencidas até a liquidação do débito. Não houve condenação em custas e despesas.
Foi concedida a antecipação dos efeitos da tutela, determinando ao INSS a implantação do benefício.
Em seu recurso de apelação, pleiteia o réu, primeiramente pela suspensão dos efeitos da tutela antecipada, concedida na sentença de 1º grau. No mérito, sustenta que os documentos juntados com a inicial não são contemporâneos à época que se busca comprovar a atividade rural, bem como que não comprovou o exercício de atividade rural pelo período correspondente ao fixado para a carência do benefício vindicado, a teor do art. 143 da Lei n. 8.213/91. Subsidiariamente, requer que o termo inicial do benefício seja fixado a partir da citação e os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor das parcelas vencidas até a sentença.
Contra-razões da parte autora, fl. 62/66.
Consta informação à fl. 69 acerca da implantação do benefício a partir de 01.12.2005.
Após breve relatório, passo a decidir.
Da tutela antecipada.
Cumpre assinalar, primeiramente, que o entendimento de que não é possível a antecipação de tutela em face da Fazenda Pública, equiparada no presente feito ao órgão previdenciário, está ultrapassado, porquanto a antecipação do provimento não importa em pagamento de parcelas vencidas, o que estaria sujeito ao regime de precatórios. A implantação provisória ou definitiva do benefício, tanto previdenciário como assistencial, não está sujeita à disciplina do artigo 100 da Constituição Federal, não havendo, portanto, falar-se em impossibilidade de implantação do benefício perseguido sem o trânsito em julgado da sentença. Há que se consignar, outrossim, que o MM. Juiz "a quo" determinou que o pagamento do benefício fosse feito por meio de depósitos judiciais, de molde a facilitar o retorno do numerário despendido pelo órgão previdenciário no caso de improcedência da ação.
Tampouco se nota ofensa ao imperativo de reexame necessário que cerca as sentenças proferidas em desfavor da Fazenda Pública, nos moldes do artigo 475, I, do Código de Processo Civil. Nesse ponto, há que se harmonizar a regra que impõe remessa oficial do julgado com aquela que prevê a antecipação dos efeitos da tutela, prevista no artigo 273 do mesmo Código de Processo Civil. O reexame necessário configura pressuposto da executoriedade da sentença em caráter definitivo, não restando atingido pela precariedade que cerca o deferimento de tutela antecipatória para imediata implantação do benefício.
Nesse sentido já decidiu esta E. Corte:
"PROCESSUAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. TUTELA ANTECIPADA PARA IMPLANTAÇÃO IMEDIATA DO BENEFÍCIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO.
- A tutela antecipada de benefício previdenciário não se insere, de igual modo, nas vedações contidas na legislação alvitrada pelo recorrente.
- As questões aduzidas acerca de inexistência de execução provisória contra a Fazenda Pública, da observância do reexame necessário e dos efeitos suspensivo e devolutivo de eventual apelação interposta pelo INSS, contra a sentença de mérito não dizem respeito, diretamente, à tutela antecipada.
- A concessão da tutela, no caso, não importa em pagamento de parcelas vencidas, o que estaria sujeito ao regime de precatórios.
A implantação provisória ou definitiva de benefício, tanto previdenciário, quanto assistencial, não está sujeita à disciplina do artigo 100 da Constituição Federal.
- A prova inequívoca deve ser considerada aquela que apresenta um grau de convencimento tal que, a seu respeito, não possa ser levantada qualquer dúvida, ou, em outros termos, cuja autenticidade ou veracidade seja provável (Carreira Alvim - Reforma da Código de Processo Civil).
- Logo, o juiz deve estar firmemente convencido da verosimilhança da situação jurídica apresentada pelo autor, assim como da juridicidade da solução pleiteada.
- As questões da reversibilidade e da prestação de caução devem ser analisadas em face do conflito de valores existente. Não há como se exigir caução, quando um dos fundamentos para a eventual concessão da tutela é, exatamente, a impossibilidade de o requerente prover a própria subsistência.
- Só órgão judicial está habilitado para apreciar o conflito de valores no caso concreto, sempre presente por sinal em qualquer problema humano, e dar-lhe solução adequada. - O autor também corre risco de sofre prejuízo irreparável, em virtude da irreversibilidade fática de alguma situação da vida.
- Constata-se, pois, que possível, em tese, a tutela antecipada nas hipóteses de que ora se trata. Resta verificar se, no presente caso concreto, estão presentes os requisitos legais para a sua concessão.
- Como bem alvitrado na decisão de fls. 87, a concessão da tutela antecipada veio escorada nos laudos periciais médicos que atestaram a incapacidade total e permanente para a atividade laboral, bem como a prova que indica não ter o autor condições de esperar o desfecho do processo, tanto que não tem mais forças para sair para o trabalho, e se encontrar proibido, por ordem médica, de exercer algum mister.
- A decisão concessiva da tutela antecipada não merece, pois, reparos.
- Agravo desprovido".
(TRF 3ª Região, AG nº 200103000227434, 1ª Turma, Rel. Juiz Santoro Facchini, v.u., j. 2.9.2002, DJU 6.12.2002, p. 421).
Do mérito
A parte autora completou 55 anos de idade em 24.06.2001, devendo, assim, comprovar dez anos de atividade rural, nos termos dos arts. 142 e 143 da Lei n. 8.213/91, para a obtenção do benefício em epígrafe.
A jurisprudência do E. STJ firmou-se no sentido de que é insuficiente apenas a produção de prova testemunhal para a comprovação de atividade rural, na forma da Súmula 149 - STJ, in verbis:
A prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito de obtenção de benefício previdenciário.
No caso em tela verifica-se que a autora acostou aos autos documento em que consta o termo lavrador para designar a profissão de seu esposo, qual seja, certidão de casamento realizado em 17.12.1966 (fl. 07), o qual constitui início de prova material do alegado labor campesino.
Por outro lado, as testemunhas (fl. 35/41) foram unânimes em afirmar que conhecem a autora desde criança e que ela sempre exerceu suas atividades no meio rural, como bóia-fria.
Dessa forma, havendo início de prova material corroborada por prova testemunhal, impõe-se reconhecer que a parte autora comprovou o exercício de atividade rural no período legalmente exigido.
A referida questão está pacificada no âmbito do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, conforme aresto assim ementado, que a seguir transcrevo:
RECURSO ESPECIAL. RURÍCOLA. APOSENTADORIA. PROVA. PROFISSÃO DE LAVRADOR NO REGISTRO DE CASAMENTO. EXTENSÃO À ESPOSA. POSSIBILIDADE.
O acórdão recorrido segue o entendimento pacificado pelo Tribunal, no sentido de que a qualificação profissional do marido, como rurícola, se estende à esposa, quando alicerçada em atos do registro civil, para efeitos de início de prova documental, complementado por testemunhas.
Recurso Especial não conhecido.
(STJ - 5ª Turma; Resp. 183927 - SP 98/0056287-7; Rel. Ministro Gilson Dipp; v.u., j. em 13.10.98; DJ. 23.11.98, pág. 200).
Cumpre observar que a exigência de comprovação da atividade rural no período imediatamente anterior à data do requerimento, como requisito para a concessão do benefício de aposentadoria rural por idade, nos termos do art. 143 da Lei n. 8.213/91, teve por finalidade excluir aqueles segurados que, em data remota, estiveram nas lides rurais, e no momento presente querem se aproveitar do rebaixamento da idade. Tanto é assim, que o legislador ordinário preferiu não estabelecer um lapso temporal preciso no conceito de "...período imediatamente anterior....". Na verdade, para se aferir se o segurado está enquadrado na hipótese prevista pelo art. 143 da Lei n. 8.213/91, há que se perquirir se o mesmo sempre foi trabalhador rural e se laborou em número de meses correspondente à carência, não importando se em dado período houve inatividade, mesmo porque o indigitado preceito admite períodos descontínuos.
Assim sendo, tendo a autora completado 55 anos de idade em 24.06.2001, bem como cumprido tempo de atividade rural superior ao legalmente exigido, consoante os arts. 142 e 143 da Lei n. 8.213/91, é de se conceder a aposentadoria por idade.
É firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que, não havendo requerimento administrativo, o termo inicial do benefício deve ser fixado a contar da data da citação.
Cumpre, ainda, explicitar os critérios de cálculo de correção monetária e juros de mora.
A correção monetária incide sobre as prestações em atraso, desde os respectivos vencimentos, na forma da Súmula 8 do E. TRF da 3ª Região, observada a legislação de regência especificada na Portaria nº 92/2001 DF-SJ/SP, de 23.10.2001 e Provimento nº 64/2005 da E. Corregedoria-Geral da Justiça da 3ª Região.
Os juros moratórios devem ser computados a partir da citação, de forma decrescente, a taxa de 1% ao mês, uma vez que a citação ocorreu após 10.01.2003, nos termos do art. 406 do Código Civil e do art. 161, § 1º, do Código Tributário Nacional, incidindo tais juros até a data de expedição do precatório, caso este seja pago no prazo estabelecido pelo art. 100 da CF/88 (STF, RE n.º 298.616-SP, Relator Ministro Gilmar Mendes, DJ de 20/10/2006, p. 84).
Cumpre apenas esclarecer que devem ser excluídas do cálculo as prestações vincendas, ou seja, serão consideradas as prestações vencidas entre o início da inadimplência até a data em que foi proferida a r. sentença recorrida (Súmula 111 do E. STJ, em sua nova redação).
A autarquia previdenciária está isenta de custas e emolumentos, nos termos do art. 4º, I, da Lei 9.289/96, do art. 24-A da MP 2.180-35/01, e do art. 8º, § 1º da Lei 8.620/92.
Diante do exposto, nos termos do artigo 557, do Código de Processo Civil, rejeito a preliminar argüida pelo INSS e, no mérito, dou parcial provimento à sua apelação para fixar o termo inicial do benefício a partir da citação e o termo final de incidência dos honorários advocatícios na data da r. sentença.
Ante a procedência do pedido, resta mantida a antecipação da tutela.
Decorrido "in albis" o prazo recursal, dê-se baixa na Distribuição.
Intimem-se.
São Paulo, 20 de março de 2007.

PROC.	:	2005.61.11.002403-4 AC 1147384
ORIG.	:	2 Vr MARILIA/SP
APTE	:	FRANCISCO BIFFE
ADV	:	SONIA CRISTINA MARZOLA DA SILVA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CLAUDIA STELA FOZ
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO / DÉCIMA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de apelação interposta pela parte autora em face de sentença que julgou improcedente o pedido de concessão de benefício de aposentadoria rural por idade, por ter entendido o d. juízo monocrático não ter o autor comprovado o exercício de atividade rural em período imediatamente anterior ao ajuizamento da ação. O autor foi condenado ao pagamento de honorários advocatícios fixados em R$ 500,00 (quinhentos reais), somente exigíveis se provado que o autor perdeu a condição de necessitado nos termos da Lei nº 1.060/50. Não houve condenação em custas processuais.

Pretende o autor a reforma de tal sentença alegando, em síntese, que faz jus ao benefício de aposentadoria rural por idade, uma vez que teria implementado a idade necessária para tanto, bem como demonstrado o efetivo exercício de atividade rural pelo tempo exigido em lei, sustentando, ainda, que as testemunhas teriam sido unânimes em afirmar que ela sempre exerceu atividade rural de modo que restaria corroborada a prova material apresentada. Afirma que eventual prática de atividade urbana não impede a concessão do benefício pleiteado haja vista que houve retorno às lides rurais. Requer a concessão do benefício, no valor de 01 (um) salário mínimo mensal, desde a data do requerimento administrativo, além de abono anual, bem como seja o INSS condenado aos ônus sucumbenciais.
Com contra-razões (fl. 131/134), subiram os autos a esta E. Corte.
Após breve relatório, passo a decidir.
A parte autora completou 60 anos de idade em 16.10.2004, devendo, assim, comprovar 11 (onze) anos e 06 (seis) meses de atividade rural (138 meses), nos termos dos arts. 142 e 143 da Lei n. 8.213/91, para a obtenção do benefício em epígrafe.
A jurisprudência do E. STJ já se firmou no sentido de que é insuficiente apenas a produção de prova testemunhal para a comprovação de atividade rural, na forma da Súmula 149 - STJ, in verbis:
A prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito de obtenção de benefício previdenciário.
No caso em tela verifica-se que o autor acostou aos autos documentos nos quais constam o termo lavrador para designar a sua profissão, quais sejam, certidão de nascimento de seu filho, ocorrido em 09.02.1974 (fl. 23); certificado de reservista, datado de 24.05.1964 (fl. 22), e certidão emitida pelo Juízo da 180ª Zona Eleitoral de Marília, na qual consta que ele, em 15/02/1963, teria se inscrito como eleitor perante a 5ª Seção, naquela qualidade, servindo, tais documentos como início de prova material relativo à atividade rural por ele desempenhada.
Verifico, ainda, a existência de prova material indicando que o autor efetivamente trabalhou na condição de trabalhador rural tendo em vista as anotações constantes de sua CTPS (fl. 25/29), nos períodos de 02.01.1993 a 29.11.1995 e de 01.02.1999 a agosto/2005 (conforme consta do CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais acostado à fl. 95), documento este que constitui prova plena da atividade campesina por ela desempenhada, estando, inclusive, elencado no art. 106 da Lei nº 8.213/91. Constata-se, ainda, que computados todos os tempos de serviço do autor, ele soma um total de 16 (dezesseis) anos e 10 (dez) meses e 01 (um) mês de tempo de serviço, conforme demonstrado em planilha anexa.
Ressalte-se que o reconhecimento do tempo de serviço do segurado empregado rural, com registro em CTPS, independe da comprovação do recolhimento das contribuições previdenciárias, pois tal ônus cabe ao empregador.
Assim sendo, tendo o autor completado 60 anos de idade em 16.10.2004, bem como cumprido a carência superior à legalmente exigida, consoante o art. 142 da Lei n. 8.213/91, é de se conceder a aposentadoria por idade.
Por outro lado, é firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que, havendo requerimento administrativo, o termo inicial do benefício deve ser fixado a contar da data de tal requerimento, qual seja, 12.04.2005 (fl.58).
Cumpre, apenas, explicitar os critérios de correção monetária e juros de mora.
A correção monetária incide sobre as prestações em atraso, desde os respectivos vencimentos, na forma da Súmula 8 do E. TRF da 3ª Região, observada a legislação de regência especificada na Portaria nº 92/2001 DF-SJ/SP, de 23.10.2001 e Provimento nº 64/2005 da E. Corregedoria-Geral da Justiça da 3ª Região.
Os juros moratórios devem ser calculados, de forma globalizada para as parcelas anteriores à citação e de forma decrescente para as prestações vencidas após tal ato processual. Será observada a taxa de 6% ao ano até 10.01.2003 e, a partir de 11.01.2003, será considerada a taxa de 1% ao mês, nos termos do art. 406 do Código Civil e do art. 161, § 1º, do Código Tributário Nacional, incidindo tais juros até a data de expedição do precatório, caso este seja pago no prazo estabelecido pelo art. 100 da CF/88 (STF, RE n. 298.616-SP, Relator Ministro Gilmar Mendes, DJ de 20/10/2006, p. 84).
Fixo os honorários advocatícios em 15% do valor das prestações vencidas até a presente data, uma vez que a sentença foi julgada improcedente no Juízo "a quo", nos termos da Súmula 111 do STJ, em sua nova redação e de acordo com entendimento firmado por esta 10ª Turma.

As autarquias são isentas das custas processuais (artigo 4º, inciso I da Lei 9.289/96), porém devem reembolsar, quando vencidas, as despesas judiciais feitas pela parte vencedora (artigo 4º, parágrafo único).
Diante do exposto, nos termos do artigo 557, do Código de Processo Civil, dou provimento à apelação do autor para julgar procedente o pedido e condenar a Autarquia a conceder-lhe o benefício de aposentadoria rural por idade, no valor de um salário mínimo mensal, a contar da data da citação (30.11.2004 - fl. 17), nos termos do art. 143 da Lei nº 8.213/91, acrescida de correção monetária e juros moratórios nos termos retro explicitados, além de determinar a condenação do réu em honorários advocatícios arbitrados em 15% sobre o valor das prestações vencidas entre o termo inicial do benefício até a presente data, uma vez que a ação foi julgada improcedente no juízo "a quo". A Autarquia é isenta de custas processuais.
Independentemente do trânsito em julgado, expeça-se e.mail ao INSS, instruído com os devidos documentos da parte autora FRANCISCO BIFFE, a fim de serem adotadas as providências cabíveis para que seja o benefício de APOSENTADORIA RURAL POR IDADE implantado de imediato, com data de início - DIB em 12/04/2005 (fl. 58), no valor de um salário mínimo, tendo em vista o "caput" do artigo 461 do CPC.
Decorrido "in albis" o prazo recursal, dê-se baixa na Distribuição.
Intimem-se.
São Paulo, 06 de março de 2007.
SÉRGIO NASCIMENTO
Desembargador Federal

PROC.	:	2005.61.13.002490-8 AC 1171699
ORIG.	:	1 Vr FRANCA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SUSANA NAKAMICHI CARRERAS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	SILVIA MARIA DA SILVA RIBEIRO
ADV	:	LUIZ HENRIQUE TELES DA SILVA
RELATOR	:	DES.FED. JEDIAEL GALVÃO / DÉCIMA TURMA

Vistos etc.
Proposta ação de conhecimento, objetivando a concessão de auxílio-reclusão (art. 201, inciso IV, da Constituição Federal), sobreveio sentença de procedência do pedido, condenando-se o INSS ao pagamento do benefício, a partir da data da juntada aos autos do mandado de citação (18/07/2005), corrigido monetariamente, além de honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, excluídas as parcelas vincendas. Determinou-se a implantação do benefício no prazo de 10 (dez) dias.
A sentença não foi submetida ao reexame necessário.
Inconformada, a autarquia previdenciária interpôs recurso de apelação, requerendo a reforma da sentença, para que seja julgado improcedente o pedido, sustentando que a parte autora não preencheu os requisitos legais para a concessão do benefício de auxílio-reclusão.
Sem contra-razões, os autos foram remetidos a esta Corte.
É o relatório.
D E C I D O
Considerando que a r. sentença não estabeleceu o valor do benefício concedido, não há parâmetro para se verificar se a condenação não ultrapassará o limite de 60 (sessenta) salários mínimos, de modo que o reexame necessário se mostra cabível, nos termos do § 2.º do artigo 475 do Código de Processo Civil.
Verifico que a autarquia previdenciária interpôs recursos de apelação, em datas distintas, tendo um deles recebido protocolo nº 2006.130010922-1 (fls. 103/106) e o outro com nº 2006.130014236-1 (fls. 107/110).
A interposição de qualquer recurso faz operar o fenômeno jurídico da preclusão. Interpostos, sucessivamente, pelo INSS dois recursos de apelação contra o mesmo decisório, resta configurada preclusão consumativa, à vista do princípio da unirrecorribilidade ou da singularidade dos recursos, impondo-se, por conseguinte, o não-conhecimento do segundo recurso interposto.
Vencida tal questão prévia, passo à análise e julgamento do mérito.
Postula a parte autora a concessão do benefício previdenciário de auxílio-reclusão.
Tal benefício está previsto no artigo 201, inciso IV, da Constituição Federal, na redação dada pela EC nº 20, de 15/12/98, bem como na Lei nº 8.213/91.
Consoante regra do art. 201, inciso IV, da CF, a Previdência Social atenderá, nos termos da lei, o auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda.
O art. 13 da Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998, estabeleceu que "Até que a lei discipline o acesso ao salário-família e auxílio-reclusão para os servidores, segurados e seus dependentes, esses benefícios serão concedidos apenas àqueles que tenham renda bruta mensal igual ou inferior a R$ 360,00 (trezentos e sessenta reais), que, até a publicação da lei, serão corrigidos pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do regime geral de previdência social". Tal valor foi atualizado pela Portaria MPAS nº 479, de 07 de maio de 2004 (art. 5º), passando a corresponder a R$ 586,19 (quinhentos e oitenta e seis reais e dezenove centavos).
O auxílio-reclusão veio a ser regulamentado pela Lei nº 8.213/91 (art. 80), sendo devido nas mesmas condições da pensão por morte, aos dependentes do segurado recolhido à prisão que não receber remuneração salarial, nem estiver em gozo de auxílio-doença, aposentadoria ou abono de permanência em serviço.
O recolhimento à prisão de Maikon Silva Ribeiro em 30/12/04 restou devidamente comprovado pelo documento de fl. 11.
Independe de carência o auxílio-reclusão concedido na vigência da Lei nº 8.213/91 (artigo 26).
Quanto à qualidade de segurado, está presente tal requisito, conforme se verifica da cópia dos documentos de fls. 38/44, que atestam o recebimento de benefício previdenciário de auxílio-doença.
Da mesma forma, a dependência econômica da Autora com relação ao filho encarcerado restou devidamente comprovada por meio da prova testemunhal de fls. 68/73, que, por si só, já é suficiente para demonstrar que a contribuição de seu filho para a manutenção do lar era necessária, não sendo exigível a comprovação da dependência econômica pela Autora por meio de prova documental.
Observa-se que o Superior Tribunal de Justiça tem se pronunciado no sentido de que testemunhos coerentes e idôneos merecem crédito no tocante à demonstração da dependência econômica dos pais em relação aos filhos, uma vez que nem a lei nem o regulamento da Previdência Social exigem que a dependência econômica dos pais em relação aos filhos seja comprovada por início de prova material, tal como ocorre para a demonstração do tempo de serviço.
Neste sentido:
"PROCESSUAL E PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. DEPENDÊNCIA. ECONÔMICA. COMPROVAÇÃO. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. INEXIGÊNCIA.
A legislação previdenciária não exige início de prova material para comprovação da dependência econômica de mãe para com o filho segurado, sendo bastante a prova testemunhal lícita e idônea.
Recurso não conhecido." (RESP nº 296128/SE, Relator Ministro GILSON DIPP, j. 04/12/2001, DJ 04/02/2002, p.475).
No mesmo sentido, o seguinte fragmento de julgado desta Corte Regional:
"A legislação previdenciária não exige início de prova material para comprovação da dependência econômica da mãe para com o filho segurado, sendo bastante a prova testemunhal lícita e idônea." (AC nº 760587/SP, Relatora Desembargadora Federal MARISA SANTOS, j. 29/09/2003, DJ 04/12/2003, p.426).
Por outro lado, a prova testemunhal produzida ainda revela o estado de necessidade da Autora, não restando comprovado ser a renda mensal bruta da dependente do encarcerado superior ao limite constitucional atualizado, na data da reclusão do segurado.
Assim, presentes os requisitos legais, é devida a concessão do auxílio-reclusão.
O termo inicial do benefício fica mantido em 18/07/2005 (data da juntada do mandado de citação), diante da impossibilidade da reformatio in pejus.
Nunca é demais explicitar que a correção monetária incide sobre as prestações em atraso, desde os respectivos vencimentos, na forma da Súmula 8 do E. TRF da 3ª Região, observada a legislação de regência especificada na Portaria nº 92/2001 DF-SJ/SP, de 23/10/2001, e Provimento nº 64/2005, de 24/04/2005, da E. Corregedoria-Geral da Justiça da 3ª Região, e que os juros moratórios são devidos à base de 1% (um por cento) ao mês, a partir da data da citação, nos termos do art. 406 do novo Código Civil, c.c. o art. 161, § 1º, do Código Tributário Nacional, os quais têm incidência até a data da expedição do precatório, desde que seja pago no prazo estabelecido pelo artigo 100 da Constituição Federal (STF; RE nº 298.616/SP).
Os honorários advocatícios, a cargo da autarquia previdenciária, ficam mantidos em 10% (dez por cento) sobre o valor das prestações devidas entre o termo inicial do benefício e a data da sentença, nos termos dos §§ 3º e 4º do artigo 20 do Código de Processo Civil, não se descuidando da orientação traçada pelo enunciado da Súmula 111 do Superior Tribunal de Justiça e jurisprudência pacificada pela Terceira Seção daquela egrégia Corte, no julgamento dos Embargos de Divergência no Recurso Especial nº 187.766/SP, em 24/05/2000, Relator Ministro Fernando Gonçalves.
Independentemente do trânsito em julgado, determino seja expedido ofício ao INSS, instruído com os documentos de SILVIA MARIA DA SILVA RIBEIRO, a fim de que se adotem as providências cabíveis à imediata implantação do benefício de auxílio-reclusão, com data de início - DIB em 18/07/2005 (data da juntada do mandado de citação), e renda mensal inicial - RMI a ser calculada pelo INSS, com observância, inclusive, das disposições do art. 461, §§ 4º e 5º, do Código de Processo Civil. O aludido ofício poderá ser substituído por e-mail, na forma a ser disciplinada por esta Corte.
Diante do exposto, nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, DOU PARCIAL PROVIMENTO AO REEXAME NECESSÁRIO, TIDO POR INTERPOSTO, para limitar a base de cálculo dos honorários advocatícios E NEGO SEGUIMENTO À APELAÇÃO DO INSS.
Transitado em julgado, remetam-se os autos à Vara de origem, observadas as formalidades legais.
Publique-se e intime-se.
São Paulo, 28 de fevereiro de 2007.
JEDIAEL GALVÃO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2005.61.83.002599-5 AC 1172564
ORIG.	:	5V Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	BERNARDO BISSOTO QUEIROZ DE MORAES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MARIA EUNICE RIBEIRO
ADV	:	JOSEMÁRIA ARAÚJO DIAS MINGONI
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 5 VARA PREVIDENCIARIA DE SAO PAULO SP>1ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO / DÉCIMA TURMA

Vistos.
Trata-se de remessa oficial e apelação de sentença que julgou procedente o pedido formulado em ação previdenciária, condenando o réu a revisar a pensão por morte da qual a parte autora é titular, elevando seu percentual para 100% (cem por cento), a partir de 29 de abril de 1995, pela nova redação dada ao artigo 75 da Lei nº 8.213/91 pela Lei nº 9.032/95. As diferenças em atraso, observada a prescrição qüinqüenal, deverão ser corrigidas monetariamente e acrescidas de juros de mora contados da citação. O réu foi condenado, ainda, ao pagamento dos honorários advocatícios arbitrados em 15% (quinze por cento) sobre o valor das diferenças vencidas até a data da sentença. Não houve condenação em custas processuais.
O réu, em suas razões de inconformismo, argúi, preliminarmente, a ocorrência da decadência. No mérito, aduz, em síntese, falta de amparo legal para a aplicação retroativa da lei, sob pena de ferir o ato jurídico perfeito. Alega, ainda, que as pensões devem ser calculadas de acordo com a lei vigente ao tempo de sua concessão, não havendo qualquer ofensa ao princípio da isonomia à aplicação de critérios diferenciados, determinados na lei de regência. Subsidiariamente, postula pela redução dos honorários advocatícios e dos juros de mora.
Com, contra-razões, os autos subiram a esta E.Corte.
Após breve relatório, passo a decidir.
Da decadência
Não há que se falar em decadência, tendo em vista que o E.STJ já firmou o entendimento de que a modificação introduzida no artigo 103 da Lei 8213/91 pelas Leis 9528/97 e 9711/98 não pode operar efeitos retroativos para regular benefícios concedidos anteriormente àquela alteração (STJ, 5ª T., RESP 254186, Proc.20000325317-PR, DJU 27/08/2001, pág.376, Relator Min.Gilson Dipp, v.u.).

Do mérito
Inicialmente, cumpre elucidar que as pensões por morte devem ser calculadas de acordo com a lei vigente à época do óbito, momento no qual se verificou a ocorrência de fato com aptidão para gerar o direito da parte autora ao benefício.
Desse modo, as pensões concedidas antes da vigência da atual Lei de Benefícios, tiveram seu valores iniciais fixados em 50% (cinqüenta por cento) do valor da aposentadoria que o segurado teria direito na data do óbito (artigo 50, inciso V, do Dec. 72.771/73), mais 10% (dez por cento) por dependente. Para aquelas cuja concessão se deu a partir de 05.04.1991 (artigo 145 da Lei nº 8.213/91), o coeficiente a ser considerado é de 80% (oitenta por cento) a partir da vigência da aludida lei (artigo 75, em sua redação original), também acrescidos de 10% (dez por cento) por dependente e, a partir da Lei nº 9.032/95, que alterou a redação do artigo 75, o benefício deve ser calculado, considerando o percentual de 100% (cem por cento).
Assim, a tese defendida pela parte autora de que é legítimo o direito de ter seu benefício majorado mediante a aplicação de lei posterior mais benéfica esbarra no princípio tempus regit actum, não havendo que se falar em afronta ao princípio da isonomia, já que não se observa qualquer ilegalidade na adoção e manutenção dos critérios estabelecidos de acordo com o regramento vigente ao tempo da reunião dos requisitos indispensáveis à concessão do benefício.
De outra parte, na hipótese de se aplicar a novel legislação sobre os benefícios concedidos sob regime de lei pretérita, afrontar-se-á ao §5º do artigo 195 da Constituição da República de 1988, pois indispensável a indicação da necessária fonte de custeio.
Nessa linha decidiu, aliás, o E. Supremo Tribunal Federal, por seu órgão máximo, pontificando que "...a Lei nº 9.032/1995 somente pode ser aplicada às novas concessões do benefício de pensão por morte. Isto é, ela deve ser aplicada, tão-somente, aos novos beneficiários que, por uma questão de imposição constitucional da necessidade de previsão de fonte de custeio (CF, art. 195, §5º), fazem jus a critérios diferenciados na concessão dos benefícios" (RE nº 416.827-8, Relator Ministro Gilmar Mendes, maioria, julgado em 08 de fevereiro de 2007, pendente de publicação).
Por fim, sabendo-se que o Excelso Pretório é o órgão judicial que dá a última palavra em matéria constitucional - e que, justamente por isso, costuma ser seguido pelos demais tribunais do país - é possível afirmar que carece de amparo legal a pretensão dos beneficiários de pensão por morte em ter seus benefícios recalculados mediante a aplicação de lei posterior, ainda que mais benéfica.
Por conseguinte, aplicável no caso em espécie, o disposto no artigo 557, § 1ª, "a", do Código de Processo Civil, nestes termos:
Art. 557. O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior.
§ 1º A- Se a decisão estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, o relator poderá dar provimento ao recurso.
(...)
Desta forma, não prospera a pretensão da parte autora, dispensando-se, assim, a submissão do julgamento à Turma, cabendo, o provimento ou não do recurso diretamente por decisão monocrática.
Diante do exposto, nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, rejeito a preliminar argüida e, no mérito, dou provimento à remessa oficial e à apelação do INSS para efeito de julgar improcedente a ação. Não há condenação da parte autora aos ônus da sucumbência, pois o E. STF já decidiu que a aplicação do disposto nos arts. 11 e 12 da Lei nº 1.060/50 torna a sentença um título judicial condicional (STF, RE 313.348/RS, Min. Sepúlveda Pertence).
Decorrido o prazo recursal, encaminhem-se os autos à Vara de origem, dando-se baixa na Distribuição.
Intimem-se.
São Paulo, 21 de março de 2007.

PROC.	:	2007.03.99.002732-0 AC 1170706
ORIG.	:	0500001078 1 Vr APIAI/SP 0500021461 1 Vr APIAI/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	PAULO MEDEIROS ANDRE
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	IDATIL SANTOS DE PAULA
ADV	:	CIRINEU NUNES BUENO
RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Ação de conhecimento, ajuizada em 08.09.05, que tem por objeto condenar a autarquia previdenciária a conceder o benefício da aposentadoria por idade a trabalhador rural.
A r. sentença apelada, de 20.07.06, condena o INSS a conceder o benefício, no valor de um salário mínimo, a partir da citação (03.11.05), bem assim a pagar as prestações vencidas com correção monetária pelos índices de reajuste dos benefícios previdenciários, acrescidas de juros de mora legais, além dos honorários advocatícios fixados em 15% sobre o valor das parcelas vencidas até a data da sentença, a teor da Súmula 111 do STJ.
Em seu recurso, a autarquia pugna pela reforma integral da decisão recorrida, senão, ao menos, a fixação dos juros de mora a partir da citação; a fixação dos honorários advocatícios nos termos do art. 20, § 4º do C. Pr. Civil e Súmula 111 do STJ; a aplicação da correção monetária de acordo com as Leis 6.899/81, 8.213/91, 8.542/92, 8.880/94 e legislação superveniente, bem como as Súmulas 148 do STJ e 8 do TRF.
Subiram os autos, sem contra-razões.
É o relatório, decido.
O trabalhador rural, enquadrado como segurado obrigatório no Regime Geral de Previdência Social, pode requerer aposentadoria por idade, desde que comprove o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses prescritos no art. 143 da L. 8.213/91.
A aposentadoria por idade, no caso de trabalhadores rurais, referidos na al. "a" do inc. I, na al. "g" do inc. V e nos inc. VI e VII do art. 11 da L. 8.213/91, é devida ao segurado que, cumprido o número de meses exigidos no art. 143 da L. 8.213/91, completar 60 (sessenta) anos de idade para homens e 55 (cinqüenta e cinco) para mulheres (art. 48, § 1º).
Com respeito ao exercício da atividade rural, o conjunto probatório revela razoável início de prova material, mediante a cópia da certidão de casamento, na qual consta a profissão de lavrador do marido (fs. 4).
Consoante a prova oral, as testemunhas inquiridas, mediante depoimentos seguros e convincentes, tornaram claro o exercício da atividade rural da parte autora por tempo suficiente para obtenção do benefício (fs. 34/35).
Quanto à idade mínima exigida, a parte autora prova ter mais de 55 (cinqüenta e cinco) anos de idade (fs. 5).
Desta sorte, ao completar a idade acima, em 22.12.03, a parte autora implementou todas as condições necessárias à obtenção do benefício, no valor de um salário mínimo, a partir da citação, à vista do exercício de atividade rural em número de meses superior ao exigível (L. 8.213/91, arts. 142 e 143 e Decreto 3.048/99, art. 182).
Satisfeitos os requisitos, é de conceder-se o benefício, segundo orientação dominante do Superior Tribunal de Justiça:
PREVIDENCIÁRIO - TEMPO DE SERVIÇO - TRABALHADOR RURAL PROVAS MATERIAL E TESTEMUNHAL - CORREÇÃO MONETÁRIA LEI 6.899/81 - SÚMULAS 148 E 43, DO STJ - APLICAÇÃO SIMULTÂNEA.
A qualificação profissional de lavrador ou agricultor constante dos assentamentos de registro civil, constitui início razoável de prova material do exercício da atividade rural. A comprovação da qualidade de trabalhador rural, através de início de prova documental corroborada por depoimentos idôneos prestados em juízo, enseja o reconhecimento do tempo de serviço reclamado para fins de percepção de benefício previdenciário. As parcelas de débitos previdenciários não prescritas e vencidas após a vigência da Lei nº 6.899/81, devem ser atualizadas monetariamente na forma prevista neste diploma legal, desde quando originada a obrigação, ainda que anterior ao ajuizamento da ação. Aplicação simultânea das Súmulas 43 e 148, do STJ. Recurso parcialmente conhecido e, nesta extensão, provido." (REsp 172.880 SP, Min. Jorge Scartezzini; REsp 543.331 GO, Min. Laurita Vaz; REsp 422.095 SP, Min. Jorge Scartezzini; REsp 246.844 RS, Min. Hamilton Carvalhido).
Não custa repisar, então, que a prova testemunhal corrobora a documentação trazida como início de prova material, e basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito da obtenção de benefício previdenciário (Súmula STJ 149).
É descabida a exigência da prova de recolhimento de contribuições previdenciárias nesse período, porque, como cediço, apenas se exige a prova do exercício de atividade rural, sobre ser inconstitucional a exigência de contribuições anteriores ao período em que passou ela a ser devida pelos trabalhadores rurais (ADIn 1.664-0).
Nem sempre a prova do exercício da atividade rural tem que ver com o período imediatamente anterior ao requerimento de aposentadoria por idade; nada impede o segurado de exercer o direito em momento posterior ao preenchimento dos requisitos à concessão do benefício, nesse caso, o direito adquirido prevalece.
Desta sorte, a regra existe para facilitar o segurado, ou se prevalecerá da comprovação do exercício da atividade rural, no período imediatamente anterior ao requerimento, ou de período mais remoto, de prova mais trabalhosa, suscetível, porém, de mostrar que já se achava satisfeito o requisito quando atingida a idade para aposentar-se.
O percentual da verba honorária merece ser mantido, porquanto fixado de acordo com os § § 3º e 4º do art. 20 do C. Pr. Civil, e a base de cálculo está conforme com a Súmula 111 do STJ, segundo a qual se considera apenas o valor das prestações até a data da sentença.
Os juros de mora devidos são os juros legais e incidem à razão de 1% ao mês, nos termos do art. 406 do C. Civil e do art. 161, § 1º, do Código Tributário Nacional, a partir da citação (03.11.05).
A correção monetária incide sobre as diferenças do benefício, no momento em que se tornaram devidas, na forma do antigo Provimento COGE nº 24/97; do atual Provimento COGE nº 64/05; da Resolução CJF 242/01; e ainda da Portaria DForo-SJ/SP nº 92, de 23.10.2001.
Posto isto, com base no art. 557, caput, do C. Pr. Civil, nego seguimento à apelação, no tocante à concessão de aposentadoria por idade, dado que em contraste com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, e a provejo quanto aos juros de mora.
Independentemente do trânsito em julgado, determino seja enviado e-mail ao INSS, instruído com os documentos da segurada IDATIL SANTOS DE PAULA, a fim de que se adotem as providências cabíveis à imediata implantação do benefício de aposentadoria por idade, com data de início - DIB em 03.11.05, e renda mensal inicial - RMI de 1 (um) salário mínimo, com observância, inclusive, das disposições do art. 461 e §§ 4º e 5º do C. Pr. Civil.
No caso de ter sido concedido pelo INSS o amparo social ao idoso (espécie 88) ou à pessoa portadora de deficiência (espécie 87), dito benefício cessará simultaneamente com a implantação deste benefício.
Decorrido o prazo legal, baixem os autos ao juízo de origem.
Int.
São Paulo, 14 de março de 2007.
CASTRO GUERRA
RELATOR

PROC.	:	2002.61.83.002754-1 AC 957719
ORIG.	:	7V Vr SÃO PAULO/SP
APTE	:	AVELINO VIGANO
ADV	:	SYRLEIA ALVES DE BRITO
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HELENA BEATRIZ DO AMARAL DERGINT CONSULO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. SÉRGIO NASCIMENTO / DÉCIMA TURMA

Vistos.
Trata-se de apelação de sentença que julgou procedentes os embargos à execução opostos pelo INSS, em sede de ação de revisão de benefício, para declarar extinto o processo com julgamento do mérito, em face do reconhecimento da ocorrência da prescrição intercorrente, dando por extinta, por conseguinte, a execução, nos termos do artigo 269, inciso IV, e 741, inciso VI, ambos do CPC. Condenou, ainda, o autor-embargado ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 5% do valor atribuído à causa, corrigido monetariamente, condicionada sua cobrança aos termos do art. 12 da Lei n. 1.060/50.
Objetiva o autor-embargado a reforma de tal julgado, alegando que não havia necessidade de expresso requerimento para expedição do precatório, dado que a prática de tal ato encontrava-se na esfera de atribuições do MM. Juiz a quo; que a prescrição atinge somente as prestações anteriores à data da citação da ação principal, não podendo a lei retroagir para prejudicar.
Sem contra-razões, subiram os autos à Superior Instância.
Após breve relatório, passo a decidir.
A jurisprudência é pacífica no sentido de admitir a incidência da prescrição na ação de execução, conforme entendimento consolidado na Súmula n. 150 do STF, que abaixo transcrevo:
"prescreve a execução no mesmo prazo da prescrição da ação"
Em se tratando de ação de revisão de cálculo de benefício previdenciário, e considerando, ainda, que o período que teria dado ensejo ao reconhecimento da prescrição se deu sob a vigência da Lei n. 8.213/91, há que se observar o disposto no art. 103, parágrafo único, da indigitada lei, in verbis:
Art. 103.....
Parágrafo único. Prescreve em cinco anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pela Previdência Social, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma do Código Civil.
Assim, o prazo prescricional da presente ação executiva é de cinco anos, a contar da data de início de prazo processual aberto para o exeqüente praticar ato processual que lhe cabia, porém deixou de fazê-lo.
Compulsando os autos do processo principal em apenso, anoto que após o trânsito em julgado da decisão no processo de conhecimento, certificado em 06.11.1991 (fl. 78), foram os respectivos autos encaminhados ao contador do Juízo, tendo este elaborado os cálculos de fls. 82/86, os quais foram homologados pela sentença de fl. 91, publicada em 08.09.1992 (fl. 91vº). Interposto recurso de apelação pelo INSS, esta Corte prolatou acórdão, publicado em 15.12.1993 (fl. 106), negando-lhe provimento e mantendo inalterada a r. sentença recorrida. Com o trânsito em julgado do aludido acórdão, consoante certidão de fl. 107, foi o autor, ora embargado, instado a se manifestar pela decisão de fl. 108, publicada em 05.12.1994 (fl. 109), porém quedou-se inerte, tendo os autos sido encaminhados ao arquivo em 29.05.1995 (fl. 109vº). Posteriormente, ofertou petição em 05.04.2002, solicitando a expedição de ofício precatório para pagamento da importância consignada às fls. 82/86.
Da análise da situação fática acima descrita, verifica-se que a contar de 05.12.1994 a promoção da execução dependia exclusivamente de iniciativa do autor-embargado, uma vez que, malgrado o término do processo de liquidação, cabia-lhe formular o pleito de formação do ofício precatório, mediante a juntada de peças necessárias à sua instrução, porém não o fez dentro do lapso temporal de 05 anos, que se findou em 05.12.1999, vindo a fazê-lo somente em 05.04.2002. Assim sendo, resta configurada a inação justificadora da incidência da prescrição intercorrente. Nesse sentido, confira-se a seguinte jurisprudência:
PROCESSO CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.
1.O titular só se considera "dormiens" quando, no prazo estabelecido, não vem a juízo defender seu direito, que ele o faça mediante o processo de conhecimento, executivo ou monitório.
2.Se o credor abandona a ação condenatória ou a executiva por um lapso superior ao prazo prescricional, deixando de tomar as providências que lhe competiam para garantir o bom andamento do feito e defesa de seus interesses, já então sua inércia terá força para combalir o direito de ação dando lugar à consumação da prescrição.

3.Para se caracterizar a prescrição intercorrente, é necessário definir o momento em que se considera caracterizada a inércia culposa da parte, para o fim de determinar a data inicial da prescrição. Em outras palavras, o trabalho prático consiste em procurar, dentro do processo de execução, um lapso de tempo contínuo, igual ou superior ao prazo de prescrição, dentro do qual constata-se a absoluta paralisação do processo em decorrência da desídia do demandante.
4.Agravo de instrumento a que se nega provimento.
(TRF-3ª Região; AG 233716/SP - 2005.03.00.023603-9; 7ª Turma; Rel. Desembargador Federal Walter Amaral; j. 24.10.2005; DJ 07.12.2005; pág. 403)
Importante destacar que a prescrição intercorrente ora reconhecida atinge, tão-somente, as prestações vencidas anteriores ao qüinqüênio que precedeu o ato processual que reiniciou a execução, a teor da Súmula n. 85 do E. STJ, o que, no caso vertente, data de 05.04.2002. Destarte, poder-se-ia apurar diferenças a partir de abril de 1997, todavia a condenação que ora se executa cinge-se à aplicação da Súmula n.260 do extinto TFR, que teve seu termo final de março de 1989, não havendo repercussão nos valores das rendas mensais posteriormente à referida data. Nesse diapasão, é a ementa de julgado do E. STJ, que abaixo transcrevo:.
PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. BENEFÍCIO. REAJUSTE. SÚMULA N.º 260/TFR. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL.
I - Não ocorre ofensa ao art. 535 do CPC se o e. Tribunal de origem sem que haja recusa à apreciação da matéria, embora rejeitando os embargos de declaração, considera não existir defeito a ser sanado.
II - A edição do art. 58 do ADCT representou uma ruptura na forma de reajuste dos benefícios previdenciários, uma vez que afastou o critério previsto na primeira parte da Súmula nº 260/TFR, tornando-a sem qualquer repercussão no reajustamento futuro dos benefícios previdenciários, e adotou como forma de restauração do poder aquisitivo do benefício a equivalência ao número de salários-mínimos quando da concessão.
III - Se a quaestio versa a respeito da correta aplicação do contido na primeira parte da Súmula 260/TFR e se a última parcela paga a menor por falha no emprego do supracitado dispositivo refere-se a março de 1989, tem-se que, passados mais de cinco anos da data da última parcela, deve-se reconhecer a prescrição do direito do segurado em pleitear eventuais diferenças decorrentes de equívoco na aplicação da Súmula 260/TFR, nos termos do disposto nos artigos 1º do Decreto nº 20.910/32 e 103 da Lei nº 8.213/91.
Recurso parcialmente conhecido e, nesta parte, provido.
(STJ - RESP - 641811/SP - 5º Turma, Rel. Min. Felix Fischer, j. em 17.08.2004, DJU de 13.09.2004, p. 289).
Destaco, por fim, que se aplica no caso em espécie o disposto no artigo 557, "caput", do Código de Processo Civil, nestes termos:
Art. 557. O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.
Diante do exposto, nego seguimento à apelação dos autor-embargado.
Intimem-se.
São Paulo, 29 de março de 2007.
SÉRGIO NASCIMENTO
Desembargador Federal

PROC.	:	2004.61.83.002780-0 REOAC 1161214
ORIG.	:	5V Vr SAO PAULO/SP
PARTE A	:	MARIA DE LOURDES WOLK
ADV	:	KLEBER LOPES DE AMORIM
PARTE R	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	BERNARDO BISSOTO QUEIROZ DE MORAES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 5 VARA PREVIDENCIARIA DE SAO PAULO SP>1ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA / DÉCIMA TURMA

DECISÃO
Agravo contra a decisão que, com base no art. 557, caput, do C. Pr. Civil, nega seguimento à remessa oficial, no tocante à revisão do valor da pensão da autora, a fim de que prevaleça o coeficiente do cálculo para 100%, a partir da L. 9.032/95.
Sustenta a autarquia que a decisão ofende ato jurídico perfeito e os princípios da irretroatividade das leis, isonomia e da legalidade, bem assim que a majoração do benefício não tem prévia fonte de custeio, e pugna por sua reforma.
Relatados, decido.
O Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária, decidiu pela inadmissibilidade de qualquer interpretação da L. 9.032/95 que implique a aplicação de suas disposições a benefícios de pensão por morte concedidos anteriormente à sua vigência (RE 416.827 SC; RE 415.454 SC).
Posto isto, com a ressalva do meu entendimento, reconsidero a decisão recorrida, para dar provimento ao recurso, com base no art. 557, § 1º-A, do C. Pr. Civil, e assim julgar improcedente o pedido.
Deixo de condenar a parte autora nos ônus da sucumbência, porquanto beneficiária da assistência judiciária (RE 313.348 RS, Min. Sepúlveda Pertence).
Independentemente do trânsito em julgado, determino seja enviado e-mail ao INSS, a fim de que se adotem as providências cabíveis à imediata redução do coeficiente da pensão por morte.
Decorrido o prazo legal, baixem os autos ao juízo de origem.
Int.
São Paulo, 19 de março de 2007.
CASTRO GUERRA
RELATOR

PROC.	:	2007.03.99.002831-1 AC 1170803
ORIG.	:	0500001520 1 Vr GUARIBA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARIO LUCIO MARCHIONI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ODILIA BISPO DA SILVA REGAZZI
ADV	:	CARLOS APARECIDO DE ARAUJO
RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Ação de conhecimento, ajuizada em 19.08.05, que tem por objeto condenar a autarquia previdenciária a conceder o benefício da aposentadoria por idade a trabalhador rural.
A r. sentença apelada, de 27.07.06, condena o INSS a conceder o benefício, no valor do salário de contribuição, nos termos do art. 44, b, da L. 8.213/91 com redação dada pela L. 9.032/95, a partir da citação (13.09.05), bem assim a pagar as prestações vencidas com correção monetária, nos termos dos índices da tabela do TJ-SP, acrescidas de juros de mora de 1% ao mês, a contar da citação, além das despesas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da condenação.
Em seu recurso, a autarquia pugna pela reforma integral da decisão recorrida, senão, ao menos, a fixação do valor do benefício em um salário mínimo, a aplicação da correção monetária conforme os índices previdenciários e a fixação da verba honorária sobre as prestações vencidas até a data da sentença.
Subiram os autos, sem contra-razões.
É o relatório, decido.
O trabalhador rural, enquadrado como segurado obrigatório no Regime Geral de Previdência Social, pode requerer aposentadoria por idade, desde que comprove o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses prescritos no art. 143 da L. 8.213/91.
A aposentadoria por idade, no caso de trabalhadores rurais, referidos na al. "a" do inc. I, na al. "g" do inc. V e nos inc. VI e VII do art. 11 da L. 8.213/91, é devida ao segurado que, cumprido o número de meses exigidos no art. 143 da L. 8.213/91, completar 60 (sessenta) anos de idade para homens e 55 (cinqüenta e cinco) para mulheres (art. 48, § 1º).
Com respeito ao exercício da atividade rural, o conjunto probatório revela razoável início de prova material, mediante a seguinte documentação:
a) cópia da certidão de casamento, na qual consta a profissão de lavrador do marido (fs. 12);
b) cópia da CTPS da parte autora, na qual consta registros de contratos de trabalho em estabelecimentos rurais (fs. 14/29).
Consoante a prova oral, as testemunhas inquiridas, mediante depoimentos seguros e convincentes, tornaram claro o exercício da atividade rural da parte autora por tempo suficiente para obtenção do benefício (fs. 58/61).
Quanto à idade mínima exigida, a parte autora prova ter mais de 55 (cinqüenta e cinco) anos de idade (fs. 13).
Desta sorte, ao completar a idade acima, em 08.05.92, a parte autora implementou todas as condições necessárias à obtenção do benefício, no valor de um salário mínimo, a partir da citação, à vista do exercício de atividade rural em número de meses superior ao exigível (L. 8.213/91, arts. 142 e 143 e Decreto 3.048/99, art. 182).
Satisfeitos os requisitos, é de conceder-se o benefício, segundo orientação dominante do Superior Tribunal de Justiça:
PREVIDENCIÁRIO - TEMPO DE SERVIÇO - TRABALHADOR RURAL PROVAS MATERIAL E TESTEMUNHAL - CORREÇÃO MONETÁRIA LEI 6.899/81 - SÚMULAS 148 E 43, DO STJ - APLICAÇÃO SIMULTÂNEA.
A qualificação profissional de lavrador ou agricultor constante dos assentamentos de registro civil, constitui início razoável de prova material do exercício da atividade rural. A comprovação da qualidade de trabalhador rural, através de início de prova documental corroborada por depoimentos idôneos prestados em juízo, enseja o reconhecimento do tempo de serviço reclamado para fins de percepção de benefício previdenciário. As parcelas de débitos previdenciários não prescritas e vencidas após a vigência da Lei nº 6.899/81, devem ser atualizadas monetariamente na forma prevista neste diploma legal, desde quando originada a obrigação, ainda que anterior ao ajuizamento da ação. Aplicação simultânea das Súmulas 43 e 148, do STJ.
Recurso parcialmente conhecido e, nesta extensão, provido." (REsp 172.880 SP, Min. Jorge Scartezzini; REsp 543.331 GO, Min. Laurita Vaz; REsp 422.095 SP, Min. Jorge Scartezzini; REsp 246.844 RS, Min. Hamilton Carvalhido).
Não custa repisar, então, que a prova testemunhal corrobora a documentação trazida como início de prova material, e basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito da obtenção de benefício previdenciário (Súmula STJ 149).
É descabida a exigência da prova de recolhimento de contribuições previdenciárias nesse período, porque, como cediço, apenas se exige a prova do exercício de atividade rural, sobre ser inconstitucional a exigência de contribuições anteriores ao período em que passou ela a ser devida pelos trabalhadores rurais (ADIn 1.664-0).
Nem sempre a prova do exercício da atividade rural tem que ver com o período imediatamente anterior ao requerimento de aposentadoria por idade; nada impede o segurado de exercer o direito em momento posterior ao preenchimento dos requisitos à concessão do benefício, nesse caso, o direito adquirido prevalece.
Desta sorte, a regra existe para facilitar o segurado, ou se prevalecerá da comprovação do exercício da atividade rural, no período imediatamente anterior ao requerimento, ou de período mais remoto, de prova mais trabalhosa, suscetível, porém, de mostrar que já se achava satisfeito o requisito quando atingida a idade para aposentar-se.
Na espécie, por se tratar de trabalhadora rural, o valor do benefício deve corresponder a 1 (um) salário mínimo (art. 143 da L. 8.213/91).
O percentual da verba honorária merece ser mantido, porquanto fixado de acordo com os § § 3º e 4º do art. 20 do C. Pr. Civil, mas a base de cálculo deve estar conforme com a Súmula 111 do STJ, segundo a qual se considera apenas o valor das prestações até a data da sentença.
As despesas processuais são indevidas, considerados o fato de não ter havido adiantamento e a gratuidade.
A correção monetária incide sobre as diferenças do benefício, no momento em que se tornaram devidas, na forma do antigo Provimento COGE nº 24/97; do atual Provimento COGE nº 64/05; da Resolução CJF 242/01; e ainda da Portaria DForo-SJ/SP nº 92, de 23.10.2001.
Posto isto, com base no art. 557, caput, do C. Pr. Civil, nego seguimento à apelação, no tocante à concessão de aposentadoria por idade, dado que em contraste com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, e a provejo quanto à base de cálculo da verba honorária, ao valor do benefício e à correção monetária.
Independentemente do trânsito em julgado, determino seja enviado e-mail ao INSS, instruído com os documentos da segurada ODÍLIA BISPO DA SILVA REGAZZI, a fim de que se adotem as providências cabíveis à imediata implantação do benefício de aposentadoria por idade, com data de início - DIB em 13.09.05, e renda mensal inicial - RMI de 1 (um) salário mínimo, com observância, inclusive, das disposições do art. 461 e §§ 4º e 5º do C. Pr. Civil.
No caso de ter sido concedido pelo INSS o amparo social ao idoso (espécie 88) ou à pessoa portadora de deficiência (espécie 87), dito benefício cessará simultaneamente com a implantação deste benefício.
Decorrido o prazo legal, baixem os autos ao juízo de origem.
Int.
São Paulo, 16 de março de 2007.
CASTRO GUERRA
RELATOR

PROC.	:	2007.03.99.002851-7 AC 1170823
ORIG.	:	0401005494 1 Vr IGUATEMI/MS
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SILLAS COSTA DA SILVA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	DELFINA NOGUEIRA NUNES
ADV	:	ATINOEL LUIZ CARDOSO
RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Ação de conhecimento, ajuizada em 20.12.04, que tem por objeto condenar a autarquia previdenciária a conceder o benefício da aposentadoria por idade a trabalhador rural.
A r. sentença apelada, de 14.02.06, condena o INSS a conceder o benefício, no valor de um salário mínimo, a partir da citação (11.02.05), mais o abono anual, bem assim a pagar as prestações vencidas com correção monetária pelo índice do IGP-DI ou outros indexadores que vierem a substituí-lo, acrescidas de juros de mora de 12% ao ano, a contar da citação, além dos honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor das parcelas vencidas.
Recorrem as partes; a autarquia pugna pela reforma integral da decisão recorrida, senão, ao menos, a redução da verba honorária para 5% sobre o valor das parcelas vencidas até a data da sentença. A parte autora, em recurso adesivo, pede a majoração da verba honorária para 15% sobre o valor da condenação.
Subiram os autos, com contra-razões.
É o relatório, decido.
O trabalhador rural, enquadrado como segurado obrigatório no Regime Geral de Previdência Social, pode requerer aposentadoria por idade, desde que comprove o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses prescritos no art. 143 da L. 8.213/91.
A aposentadoria por idade, no caso de trabalhadores rurais, referidos na al. "a" do inc. I, na al. "g" do inc. V e nos inc. VI e VII do art. 11 da L. 8.213/91, é devida ao segurado que, cumprido o número de meses exigidos no art. 143 da L. 8.213/91, completar 60 (sessenta) anos de idade para homens e 55 (cinqüenta e cinco) para mulheres (art. 48, § 1º).
Com respeito ao exercício da atividade rural, o conjunto probatório revela razoável início de prova material, mediante a cópia da certidão de casamento, na qual consta a profissão de agricultor do marido (fs. 14).
Consoante a prova oral, as testemunhas inquiridas, mediante depoimentos seguros e convincentes, tornaram claro o exercício da atividade rural da parte autora por tempo suficiente para obtenção do benefício (fs. 47/48).
Quanto à idade mínima exigida, a parte autora prova ter mais de 55 (cinqüenta e cinco) anos de idade (fs. 13).

Desta sorte, ao completar a idade acima, em 09.08.74, a parte autora implementou todas as condições necessárias à obtenção do benefício, no valor de um salário mínimo, a partir da citação, à vista do exercício de atividade rural em número de meses superior ao exigível (L. 8.213/91, arts. 142 e 143 e Decreto 3.048/99, art. 182).
Satisfeitos os requisitos, é de conceder-se o benefício, segundo orientação dominante do Superior Tribunal de Justiça:
PREVIDENCIÁRIO - TEMPO DE SERVIÇO - TRABALHADOR RURAL PROVAS MATERIAL E TESTEMUNHAL - CORREÇÃO MONETÁRIA LEI 6.899/81 - SÚMULAS 148 E 43, DO STJ - APLICAÇÃO SIMULTÂNEA.
A qualificação profissional de lavrador ou agricultor constante dos assentamentos de registro civil, constitui início razoável de prova material do exercício da atividade rural. A comprovação da qualidade de trabalhador rural, através de início de prova documental corroborada por depoimentos idôneos prestados em juízo, enseja o reconhecimento do tempo de serviço reclamado para fins de percepção de benefício previdenciário. As parcelas de débitos previdenciários não prescritas e vencidas após a vigência da Lei nº 6.899/81, devem ser atualizadas monetariamente na forma prevista neste diploma legal, desde quando originada a obrigação, ainda que anterior ao ajuizamento da ação. Aplicação simultânea das Súmulas 43 e 148, do STJ. Recurso parcialmente conhecido e, nesta extensão, provido." (REsp 172.880 SP, Min. Jorge Scartezzini; REsp 543.331 GO, Min. Laurita Vaz; REsp 422.095 SP, Min. Jorge Scartezzini; REsp 246.844 RS, Min. Hamilton Carvalhido).
Não custa repisar, então, que a prova testemunhal corrobora a documentação trazida como início de prova material, e basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito da obtenção de benefício previdenciário (Súmula STJ 149).
É descabida a exigência da prova de recolhimento de contribuições previdenciárias nesse período, porque, como cediço, apenas se exige a prova do exercício de atividade rural, sobre ser inconstitucional a exigência de contribuições anteriores ao período em que passou ela a ser devida pelos trabalhadores rurais (ADIn 1.664-0).
Nem sempre a prova do exercício da atividade rural tem que ver com o período imediatamente anterior ao requerimento de aposentadoria por idade; nada impede o segurado de exercer o direito em momento posterior ao preenchimento dos requisitos à concessão do benefício, nesse caso, o direito adquirido prevalece.
Desta sorte, a regra existe para facilitar o segurado, ou se prevalecerá da comprovação do exercício da atividade rural, no período imediatamente anterior ao requerimento, ou de período mais remoto, de prova mais trabalhosa, suscetível, porém, de mostrar que já se achava satisfeito o requisito quando atingida a idade para aposentar-se.
O percentual da verba honorária deve ser fixado em 15% sobre o valor da condenação de acordo com os § § 3º e 4º do art. 20 do C. Pr. Civil, mas a base de cálculo está conforme com a Súmula 111 do STJ, segundo a qual se considera apenas o valor das prestações até a data da sentença.
Não custa esclarecer que a correção monetária incide sobre as diferenças do benefício, no momento em que se tornaram devidas, na forma do antigo Provimento COGE nº 24/97; do atual Provimento COGE nº 64/05; da Resolução CJF 242/01; e ainda da Portaria DForo-SJ/SP nº 92, de 23.10.2001.
Posto isto, com base no art. 557, caput, do C. Pr. Civil, nego seguimento à apelação, no tocante à concessão de aposentadoria por idade, dado que em contraste com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, e a provejo quanto à base de cálculo da verba honorária, assim como ao recurso adesivo da parte autora, quanto ao percentual dos honorários advocatícios.
Independentemente do trânsito em julgado, determino seja enviado e-mail ao INSS, instruído com os documentos da segurada DELFINA NOGUEIRA NUNES, a fim de que se adotem as providências cabíveis à imediata implantação do benefício de aposentadoria por idade, com data de início - DIB em 11.02.05, e renda mensal inicial - RMI de 1 (um) salário mínimo, com observância, inclusive, das disposições do art. 461 e §§ 4º e 5º do C. Pr. Civil.
No caso de ter sido concedido pelo INSS o amparo social ao idoso (espécie 88) ou à pessoa portadora de deficiência (espécie 87), dito benefício cessará simultaneamente com a implantação deste benefício.
Decorrido o prazo legal, baixem os autos ao juízo de origem.
Int.
São Paulo, 16 de março de 2007.
CASTRO GUERRA
RELATOR

PROC.	:	2007.03.99.002852-9 AC 1170824
ORIG.	:	0500034190 1 Vr JARDIM/MS
APTE	:	ADAO CORREA DA SILVA
ADV	:	NORMA RAQUEL STRAGLIOTTO
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ADRIANA MARIA DE CASTRO RODRIGUES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Ação de conhecimento, ajuizada em 31.08.05, que tem por objeto condenar a autarquia previdenciária a conceder o benefício da aposentadoria por idade a trabalhador rural.
A r. sentença apelada, de 12.07.06, rejeita o pedido e deixa de condenar a parte autora ao pagamento das custas e honorários advocatícios, por ser beneficiária da assistência judiciária.
Em seu recurso, a parte autora pugna pela reforma integral da decisão recorrida.
Subiram os autos, com contra-razões.
É o relatório, decido.
O trabalhador rural, enquadrado como segurado obrigatório no Regime Geral de Previdência Social, pode requerer aposentadoria por idade, desde que comprove o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses prescritos no art. 143 da L. 8.213/91.
A aposentadoria por idade, no caso de trabalhadores rurais, referidos na al. "a" do inc. I, na al. "g" do inc. V e nos inc. VI e VII do art. 11 da L. 8.213/91, é devida ao segurado que, cumprido o número de meses exigidos no art. 143 da L. 8.213/91, completar 60 (sessenta) anos de idade para homens e 55 (cinqüenta e cinco) para mulheres (art. 48, § 1º).
Com respeito ao exercício da atividade rural, o conjunto probatório revela razoável início de prova material, mediante a seguinte documentação:
a) cópia da certidão de casamento, na qual consta a profissão de lavrador da parte autora (fs. 14);
b) cópia da ficha de inscrição junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guia Lopes da Laguna-MS, em nome da parte autora (fs. 15).
Consoante a prova oral, as testemunhas inquiridas, mediante depoimentos seguros e convincentes, tornaram claro o exercício da atividade rural da parte autora por tempo suficiente para obtenção do benefício (fs. 46/48).
Quanto à idade mínima exigida, a parte autora prova ter mais de 60 (sessenta) anos de idade (fs. 11).
Desta sorte, ao completar a idade acima, em 03.12.04, a parte autora implementou todas as condições necessárias à obtenção do benefício, no valor de um salário mínimo, a partir da citação, à vista do exercício de atividade rural em número de meses superior ao exigível (L. 8.213/91, arts. 142 e 143 e Decreto 3.048/99, art. 182).
Satisfeitos os requisitos, é de conceder-se o benefício, segundo orientação dominante do Superior Tribunal de Justiça:
PREVIDENCIÁRIO - TEMPO DE SERVIÇO - TRABALHADOR RURAL PROVAS MATERIAL E TESTEMUNHAL - CORREÇÃO MONETÁRIA LEI 6.899/81 - SÚMULAS 148 E 43, DO STJ - APLICAÇÃO SIMULTÂNEA.
A qualificação profissional de lavrador ou agricultor constante dos assentamentos de registro civil, constitui início razoável de prova material do exercício da atividade rural. A comprovação da qualidade de trabalhador rural, através de início de prova documental corroborada por depoimentos idôneos prestados em juízo, enseja o reconhecimento do tempo de serviço reclamado para fins de percepção de benefício previdenciário. As parcelas de débitos previdenciários não prescritas e vencidas após a vigência da Lei nº 6.899/81, devem ser atualizadas monetariamente na forma prevista neste diploma legal, desde quando originada a obrigação, ainda que anterior ao ajuizamento da ação. Aplicação simultânea das Súmulas 43 e 148, do STJ. Recurso parcialmente conhecido e, nesta extensão, provido." (REsp 172.880 SP, Min. Jorge Scartezzini; REsp 543.331 GO, Min. Laurita Vaz; REsp 422.095 SP, Min. Jorge Scartezzini; REsp 246.844 RS, Min. Hamilton Carvalhido).
Não custa repisar, então, que a prova testemunhal corrobora a documentação trazida como início de prova material, e basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito da obtenção de benefício previdenciário (Súmula STJ 149).
É descabida a exigência da prova de recolhimento de contribuições previdenciárias nesse período, porque, como cediço, apenas se exige a prova do exercício de atividade rural, sobre ser inconstitucional a exigência de contribuições anteriores ao período em que passou ela a ser devida pelos trabalhadores rurais (ADIn 1.664-0).
Nem sempre a prova do exercício da atividade rural tem que ver com o período imediatamente anterior ao requerimento de aposentadoria por idade; nada impede o segurado de exercer o direito em momento posterior ao preenchimento dos requisitos à concessão do benefício, nesse caso, o direito adquirido prevalece.
Desta sorte, a regra existe para facilitar o segurado, ou se prevalecerá da comprovação do exercício da atividade rural, no período imediatamente anterior ao requerimento, ou de período mais remoto, de prova mais trabalhosa, suscetível, porém, de mostrar que já se achava satisfeito o requisito quando atingida a idade para aposentar-se.
Posto isto, com base no art. 557, § 1-A, do C. Pr. Civil, dou provimento ao presente recurso, em consonância com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, para conceder a aposentadoria por idade rural, no valor de um salário mínimo mensal, a partir da citação (19.10.05).
O percentual da verba honorária merece ser fixado em 15% sobre o valor da condenação, que corresponde às prestações até a data do julgamento da apelação, de acordo com o art. 20, §§ 3º e 4º do C. Pr. Civil.
Os juros de mora devidos são os juros legais e incidem à razão de 1% ao mês, nos termos do art. 406 do C. Civil e do art. 161, § 1º, do Código Tributário Nacional, a partir da citação (19.10.05).
A correção monetária incide sobre as diferenças do benefício, no momento em que se tornaram devidas, na forma do antigo Provimento COGE nº 24/97; do atual Provimento COGE nº 64/05; da Resolução CJF 242/01; e ainda da Portaria DForo-SJ/SP nº 92, de 23.10.2001.
A autarquia previdenciária está isenta das custas e emolumentos, nos termos do art. 4º, I, da L. 9.289/96, do art. 24-A da L. 9.028/95, com redação dada pelo art. 3° da MP 2.180-35/01, e do art. 8º, § 1º, da L. 8.620/93.
Independentemente do trânsito em julgado, determino seja enviado e-mail ao INSS, instruído com os documentos do segurado, ADÃO CORREA DA SILVA, a fim de que se adotem as providências cabíveis à imediata implantação do benefício de aposentadoria por idade, com data de início - DIB em 19.10.05, e renda mensal inicial - RMI de 1 (um) salário mínimo, com observância, inclusive, das disposições do art. 461 e §§ 4º e 5º do C. Pr. Civil.
No caso de ter sido concedido pelo INSS o amparo social ao idoso (espécie 88) ou à pessoa portadora de deficiência (espécie 87), dito benefício cessará simultaneamente com a implantação deste benefício.
Decorrido o prazo legal, baixem os autos ao juízo de origem.
Int.
São Paulo, 16 de março de 2007.
CASTRO GUERRA
RELATOR

PROC.	:	2006.03.99.002853-7 AC 1084397
ORIG.	:	0200000264 2 Vr MOCOCA/SP 0200000912 2 Vr MOCOCA/SP
APTE	:	MARCILIA LOURENCO OLIVEIRA DE MARCHI
ADV	:	GETULIO CARDOZO DA SILVA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	PAULO HENRIQUE DE MELO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Previdenciário. Aposentadoria por invalidez. Inaptidão laboral não configurada. Benefício indeferido.
Aforada ação de aposentadoria por invalidez, em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e processado o feito, com agilização de agravo retido, não reiterado, sobreveio sentença de improcedência, ensejando a oferta de apelação autoral, argumentando, em síntese, restarem atendidas as exigências legais à prestação vindicada.
Com contra-razões, os autos subiram a esta Corte.
Passo ao exame.
O agravo retido desmerece conhecimento, uma vez que não reiterado (art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil).
Para efeito de aposentadoria por invalidez, exige-se que o requerente seja segurado da Previdência Social, tenha cumprido o período de carência de 12 (doze) contribuições, e esteja incapacitado, total e definitivamente, ao trabalho (art. 201, I, da CR/88 e art. 18, I, "a"; 25, I e 42 da Lei nº 8.213/91).
Na espécie, afigura-se demasiado perquirir da condição de segurada da parte autora, dado que o laudo pericial foi conclusivo, quanto à sua aptidão, ao exercício de atividades laborativas (fs. 62/67).
Como se vê, inocorrente demonstração de incapacidade, total e definitiva, ao labor, de se indeferir a benesse vindicada.
Nesse diapasão, assim decidiu esta Turma:
"PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. ARTIGO 42, CAPUT E § 2º DA LEI N.º 8.213/91. QUALIDADE DE SEGURADA. CARÊNCIA. LAUDO PERICIAL. INCAPACIDADE NãO COMPROVADA. BENEFÍCIO INDEVIDO. VERBAS DE SUCUMBÊNCIA.
1. Agravo retido do INSS não conhecido, uma vez que sua apreciação por este Tribunal não foi expressamente requerida pelo agravante nas suas contra-razões de apelação, nos termos do artigo 523, § 1º, do Código de Processo Civil.
2. A aposentadoria por invalidez somente é devida ao segurado que comprove os requisitos do artigo 42 da Lei n.º 8.213/91.
3. Existindo início razoável de prova documental, contemporânea à época dos fatos, complementada pelos depoimentos das testemunhas, de que a autora exerceu atividade rural, resta comprovada a qualidade de segurado da Previdência Social. Observa-se, na hipótese, a Súmula 149 do Superior Tribunal de Justiça e o artigo 55, § 3º, da Lei 8.213/91.
4. Comprovada a condição de trabalhadora rural pelo período equivalente à carência, desnecessário o recolhimento das respectivas contribuições para a obtenção da aposentadoria por invalidez.
5. Tendo o laudo pericial concluído que a Autora não está incapacitada para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, não faz jus à concessão de aposentadoria por invalidez.
6. Ante a ausência de comprovação de incapacidade total e definitiva, é desnecessária a incursão sobre os demais requisitos exigidos para a concessão da aposentadoria por invalidez.
7. Da mesma forma, não há que se falar em concessão de auxílio-doença, nos termos dos artigos 59 e 62 da Lei n.º 8.213/91, uma vez que não se trata de hipótese de reabilitação profissional, uma vez que o Autor não se encontra incapacitado para o exercício de suas funções habituais.
8. Agravo retido do INSS não conhecido. Apelação da Autora improvida."
(AC 915217- Rel. Des. Fed. Galvão Miranda, j. 06/4/2004, v.u., DJU 28/5/2004, p.690)
"PREVIDENCIÁRIO. PROCESSO CIVIL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. RURAL. FALTA DE COMPROVAÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO. LAUDO DESFAVORÁVEL. INCAPACIDADE LABORAL NÃO COMPROVADA.
I - O apelante não comprovou a qualidade de segurado da previdência social, não se verificando a existência nos autos de prova relativa à atividade rural que alega ter exercido, para os fins do art. 39, I, da Lei nº 8.213/91.
II - O laudo judicial revela que o autor é portador de enfermidade que não acarreta incapacidade laboral, revelando-se inviável a concessão do benefício pleiteado.
III- Apelação do autor improvida."
(AC 555683- Rel. Des. Fed. Sérgio Nascimento, j. 22/02/2005, v.u., DJU 14/3/2005, p.479)
"PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. RURAL. LAUDO PERICIAL DESFAVORÁVEL. INCAPACIDADE LABORAL NÃO COMPROVADA.
I - Ante o disposto no parágrafo 1º, do art. 523 do Código de Processo Civil, não se conhece do agravo retido se a parte não requerer expressamente, nas razões ou na resposta da apelação, sua apreciação pelo Tribunal.

II - o laudo judicial revela que o autor é portador de enfermidade que não acarreta redução da capacidade laboral, revelando-se inviável a concessão do benefício pleiteado.
XII - Agravo retido interposto pelo réu não conhecido. Apelação do autor improvida."
(AC 416562 - Rel. Des. Fed. Sérgio Nascimento, j. 02/9/2003, v.u., DJU 29/9/2003, p.382)
Tais as circunstâncias, tratando-se de recurso, manifestamente, improcedente, conflitando, frontalmente, com jurisprudência dominante deste Sodalício, nego-lhe seguimento, com fulcro no art. 557, caput, do CPC.
Respeitadas as cautelas legais, baixem os autos à Vara de origem.
Dê-se ciência.
Em, 28 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2007.03.99.002864-5 AC 1170836
ORIG.	:	0500000072 2 Vr ADAMANTINA/SP 0500035901 2 Vr ADAMANTINA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOSE CARLOS LIMA SILVA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	JANICE ROSA DA SILVA
ADV	:	SILVIA HELENA LUZ CAMARGO
RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Ação de conhecimento, ajuizada em 10.02.05, que tem por objeto condenar a autarquia previdenciária a conceder o benefício da aposentadoria por idade a trabalhador rural.
A r. sentença apelada, de 26.04.06, condena o INSS a conceder o benefício, no valor de um salário mínimo, a partir da citação (05.04.05), mais o abono anual, bem assim a pagar as prestações vencidas com correção monetária, de acordo com os índices previdenciários, acrescidas de juros de mora de 1% ao mês, a contar da citação, além das despesas processuais e honorários advocatícios fixados em 15% sobre o valor da condenação, excluídas as prestações vincendas.
Em seu recurso, a autarquia pugna pela reforma integral da decisão recorrida, senão, ao menos, a fixação do termo inicial do benefício a partir da data da sentença; a redução dos honorários advocatícios para 10% sobre o valor das prestações vencidas até a data da sentença, sem incidência sobre as parcelas vincendas; a isenção das despesas processuais; a aplicação da correção monetária de acordo com os índices previdenciários e fixação dos juros de mora a contar da citação.
Subiram os autos, com contra-razões.
É o relatório, decido.
O trabalhador rural, enquadrado como segurado obrigatório no Regime Geral de Previdência Social, pode requerer aposentadoria por idade, desde que comprove o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses prescritos no art. 143 da L. 8.213/91.
A aposentadoria por idade, no caso de trabalhadores rurais, referidos na al. "a" do inc. I, na al. "g" do inc. V e nos inc. VI e VII do art. 11 da L. 8.213/91, é devida ao segurado que, cumprido o número de meses exigidos no art. 143 da L. 8.213/91, completar 60 (sessenta) anos de idade para homens e 55 (cinqüenta e cinco) para mulheres (art. 48, § 1º).
Com respeito ao exercício da atividade rural, o conjunto probatório revela razoável início de prova material, mediante a cópia da certidão de casamento, na qual consta a profissão de lavrador do marido (fs. 8).
Consoante a prova oral, as testemunhas inquiridas, mediante depoimentos seguros e convincentes, tornaram claro o exercício da atividade rural da parte autora por tempo suficiente para obtenção do benefício (fs. 53/55).
Quanto à idade mínima exigida, a parte autora prova ter mais de 55 (cinquenta e cinco) anos de idade (fs. 7).
Desta sorte, ao completar a idade acima, em 17.01.01, a parte autora implementou todas as condições necessárias à obtenção do benefício, no valor de um salário mínimo, a partir da citação, à vista do exercício de atividade rural em número de meses superior ao exigível (L. 8.213/91, arts. 142 e 143 e Decreto 3.048/99, art. 182).
Satisfeitos os requisitos, é de conceder-se o benefício, segundo orientação dominante do Superior Tribunal de Justiça:
PREVIDENCIÁRIO - TEMPO DE SERVIÇO - TRABALHADOR RURAL PROVAS MATERIAL E TESTEMUNHAL - CORREÇÃO MONETÁRIA LEI 6.899/81 - SÚMULAS 148 E 43, DO STJ - APLICAÇÃO SIMULTÂNEA.
A qualificação profissional de lavrador ou agricultor constante dos assentamentos de registro civil, constitui início razoável de prova material do exercício da atividade rural. A comprovação da qualidade de trabalhador rural, através de início de prova documental corroborada por depoimentos idôneos prestados em juízo, enseja o reconhecimento do tempo de serviço reclamado para fins de percepção de benefício previdenciário. As parcelas de débitos previdenciários não prescritas e vencidas após a vigência da Lei nº 6.899/81, devem ser atualizadas monetariamente na forma prevista neste diploma legal, desde quando originada a obrigação, ainda que anterior ao ajuizamento da ação. Aplicação simultânea das Súmulas 43 e 148, do STJ. Recurso parcialmente conhecido e, nesta extensão, provido." (REsp 172.880 SP, Min. Jorge Scartezzini; REsp 543.331 GO, Min. Laurita Vaz; REsp 422.095 SP, Min. Jorge Scartezzini; REsp 246.844 RS, Min. Hamilton Carvalhido).
Não custa repisar, então, que a prova testemunhal corrobora a documentação trazida como início de prova material, e basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito da obtenção de benefício previdenciário (Súmula STJ 149).
É descabida a exigência da prova de recolhimento de contribuições previdenciárias nesse período, porque, como cediço, apenas se exige a prova do exercício de atividade rural, sobre ser inconstitucional a exigência de contribuições anteriores ao período em que passou ela a ser devida pelos trabalhadores rurais (ADIn 1.664-0).
Nem sempre a prova do exercício da atividade rural tem que ver com o período imediatamente anterior ao requerimento de aposentadoria por idade; nada impede o segurado de exercer o direito em momento posterior ao preenchimento dos requisitos à concessão do benefício, nesse caso, o direito adquirido prevalece.
Desta sorte, a regra existe para facilitar o segurado, ou se prevalecerá da comprovação do exercício da atividade rural, no período imediatamente anterior ao requerimento, ou de período mais remoto, de prova mais trabalhosa, suscetível, porém, de mostrar que já se achava satisfeito o requisito quando atingida a idade para aposentar-se.
O Termo inicial do benefício deve ser mantido da data da citação (05.04.05), conforme o disposto no art. 219 do C. Pr. Civil, quando da constituição em mora da autarquia.
O percentual da verba honorária merece ser mantido, porquanto fixado de acordo com os § § 3º e 4º do art. 20 do C. Pr. Civil, mas a base de cálculo deve estar conforme com a Súmula 111 do STJ, segundo a qual se considera apenas o valor das prestações até a data da sentença.
As despesas processuais são indevidas, considerados o fato de não ter havido adiantamento e a gratuidade.
Os juros de mora devidos são os juros legais e incidem à razão de 1% ao mês, nos termos do art. 406 do C. Civil e do art. 161, § 1º, do Código Tributário Nacional, a partir da citação.
A correção monetária incide sobre as diferenças do benefício, no momento em que se tornaram devidas, na forma do antigo Provimento COGE nº 24/97; do atual Provimento COGE nº 64/05; da Resolução CJF 242/01; e ainda da Portaria DForo-SJ/SP nº 92, de 23.10.2001.
Posto isto, com base no art. 557, caput, do C. Pr. Civil, nego seguimento à apelação, no tocante à concessão de aposentadoria por idade, dado que em contraste com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, e a provejo quanto à base de cálculo da verba honorária e às despesas processuais.
Independentemente do trânsito em julgado, determino seja enviado e-mail ao INSS, instruído com os documentos da segurada JANICE ROSA DA SILVA, a fim de que se adotem as providências cabíveis à imediata implantação do benefício de aposentadoria por idade, com data de início - DIB em 05.04.05, e renda mensal inicial - RMI de 1 (um) salário mínimo, com observância, inclusive, das disposições do art. 461 e §§ 4º e 5º do C. Pr. Civil.
No caso de ter sido concedido pelo INSS o amparo social ao idoso (espécie 88) ou à pessoa portadora de deficiência (espécie 87), dito benefício cessará simultaneamente com a implantação deste benefício.
Decorrido o prazo legal, baixem os autos ao juízo de origem.
Int.
São Paulo, 16 de março de 2007.
CASTRO GUERRA
RELATOR

PROC.	:	2007.03.99.002868-2 AC 1170840
ORIG.	:	0600000303 2 Vr PENAPOLIS/SP 0600044953 2 Vr PENAPOLIS/SP
APTE	:	MARIA LINDINALVA DE BARROS FRANZO
ADV	:	ALESSANDRO ACIR PELIELO
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOSE ANTONIO BIANCOFIORE
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Ação de conhecimento, ajuizada em 11.04.06, que tem por objeto condenar a autarquia previdenciária a conceder o benefício da aposentadoria por idade a produtor rural, segurado especial.
A r. sentença apelada, de 31.07.06, rejeita o pedido e condena a parte autora ao pagamento dos honorários advocatícios fixados em 10% do valor da causa, observado o disposto no art. 12, da L. 1.060/50.
Em seu recurso, a parte autora pugna pela reforma integral da decisão recorrida.
Subiram os autos, com contra-razões.
É o relatório, decido.
Aos segurados especiais referidos no inciso VII do art. 11 da L. 8.213/91 é assegurada a concessão:
I - de aposentadoria por idade ou por invalidez, de auxílio-doença, de auxílio-reclusão ou de pensão, no valor de 1 (um) salário mínimo, desde que comprove o exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, igual ao número de meses correspondentes à carência do benefício requerido; ou
II - dos benefícios especificados nesta Lei, observados os critérios e a forma de cálculo estabelecidos, desde que contribuam facultativamente para a Previdência Social, na forma estipulada no Plano de Custeio da Seguridade Social.
Na espécie, como se observa, a parte autora pede o benefício de aposentadoria por idade referido no item I do art. 39 da L. 8.213/91, no que afirma exercer atividade rural, em regime de economia familiar.
Com respeito ao exercício da atividade rural, o conjunto probatório revela razoável início de prova material, mediante a seguinte documentação:
a) certidão de casamento, na qual consta a profissão de lavrador do marido (fs. 13);
b) cópias das certidões de nascimento dos filhos, nas quais constam a profissão de lavrador do marido (fs. 14/16);
c) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social da parte autora, na qual consta registro de contrato trabalho em estabelecimento rural (fs. 17/20).
Com respeito à exigência da comprovação da atividade rurícola, serve a qualificação de lavrador constante de assentamentos do registro público de cônjuge, companheiro, filhos maiores de 14 (quatorze) anos ou a eles equiparados, desde que trabalhem com respectivo grupo familiar, segundo iterativa jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:
PREVIDENCIÁRIO - TEMPO DE SERVIÇO - TRABALHADOR RURAL PROVAS MATERIAL E TESTEMUNHAL - CORREÇÃO MONETÁRIA LEI 6.899/81 - SÚMULAS 148 E 43, DO STJ - APLICAÇÃO SIMULTÂNEA.
A qualificação profissional de lavrador ou agricultor constante dos assentamentos de registro civil, constitui início razoável de prova material do exercício da atividade rural. A comprovação da qualidade de trabalhador rural, através de início de prova documental corroborada por depoimentos idôneos prestados em juízo, enseja o reconhecimento do tempo de serviço reclamado para fins de percepção de benefício previdenciário. As parcelas de débitos previdenciários não prescritas e vencidas após a vigência da Lei nº 6.899/81, devem ser atualizadas monetariamente na forma prevista neste diploma legal, desde quando originada a obrigação, ainda que anterior ao ajuizamento da ação. Aplicação simultânea das Súmulas 43 e 148, do STJ. Recurso parcialmente conhecido e, nesta extensão, provido." (REsp 172.880 SP, Min. Jorge Scartezzini; REsp 543.331 GO, Min. Laurita Vaz; REsp 422.095 SP, Min. Jorge Scartezzini; REsp 246.844 RS, Min. Hamilton Carvalhido).
Consoante a prova oral, as testemunhas inquiridas, mediante depoimentos seguros e convincentes, tornaram claro o exercício da atividade rural da parte autora por tempo suficiente para obtenção do benefício (fs. 57/59).
A aposentadoria por idade, no caso de segurados especiais, referidos no inciso VII do art. 11 da L. 8.213/91, é devida ao segurado que comprove o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses prescritos para o referido benefício (L. 8.213/91, arts. 39, I; 48, § 2º; 142, 143).
Quanto à idade mínima exigida, a parte autora prova ter mais de 55 (cinqüenta e cinco) anos de idade (fs. 12).
Assim, ao completar a idade acima, em 07.01.06, a parte autora reuniu os requisitos para a concessão do benefício, no valor de 1 (um) salário mínimo, a partir da citação, à vista do exercício de atividade rural em número de meses superior ao que seria exigível (L. 8.213/91, art. 26, III; arts. 142 e 143).
É inexigível a prova de recolhimento de contribuições previdenciárias na hipótese do art. 39, I, da L. 8.213/91, porque, como cediço, apenas se exige a prova do exercício de atividade rural.
Nem sempre a prova do exercício da atividade rural tem que ver com o período imediatamente anterior ao requerimento de aposentadoria por idade; nada impede o segurado de exercer o direito em momento posterior ao preenchimento dos requisitos à concessão do benefício, nesse caso, o direito adquirido prevalece.
Desta sorte, a regra existe para facilitar o segurado, ou se prevalecerá da comprovação do exercício da atividade rural, no período imediatamente anterior ao requerimento, ou de período mais remoto, de prova mais trabalhosa, suscetível, porém, de mostrar que já se achava satisfeito o requisito quando atingida a idade para aposentar-se.
Posto isto, com base no art. 557, § 1-A, do C. Pr. Civil, dou provimento ao presente recurso, em consonância com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, para conceder a aposentadoria por idade rural, no valor de um salário mínimo mensal, a partir da citação (23.05.06).
O percentual da verba honorária merece ser fixado em 15% sobre o valor da condenação, que corresponde às prestações até a data do julgamento da apelação, de acordo com o art. 20, §§ 3º e 4º do C. Pr. Civil.
Os juros de mora devidos são os juros legais e incidem à razão de 1% ao mês, nos termos do art. 406 do C. Civil e do art. 161, § 1º, do Código Tributário Nacional, a partir da citação (23.05.06).
A correção monetária incide sobre as diferenças do benefício, no momento em que se tornaram devidas, na forma do antigo Provimento COGE nº 24/97; do atual Provimento COGE nº 64/05; da Resolução CJF 242/01; e ainda da Portaria DForo-SJ/SP nº 92, de 23.10.2001.
A autarquia previdenciária está isenta das custas e emolumentos, nos termos do art. 4º, I, da L. 9.289/96, do art. 24-A da L. 9.028/95, com redação dada pelo art. 3° da MP 2.180-35/01, e do art. 8º, § 1º, da L. 8.620/93.
Independentemente do trânsito em julgado, determino seja enviado e-mail ao INSS, instruído com os documentos da segurada MARIA LINDINALVA DE BARROS FRANZO, a fim de que se adotem as providências cabíveis à imediata implantação do benefício de aposentadoria por idade, com data de início - DIB em 23.05.06, e renda mensal inicial - RMI de 1 (um) salário mínimo, com observância, inclusive, das disposições do art. 461 e §§ 4º e 5º do C. Pr. Civil.

No caso de ter sido concedido pelo INSS o amparo social ao idoso (espécie 88) ou à pessoa portadora de deficiência (espécie 87), dito benefício cessará simultaneamente com a implantação deste benefício.
Decorrido o prazo legal, baixem os autos ao juízo de origem.
Int.
São Paulo, 16 de março de 2007.
CASTRO GUERRA
RELATOR

PROC.	:	2007.03.99.002890-6 AC 1170862
ORIG.	:	0600000573 1 Vr PRESIDENTE VENCESLAU/SP 0600037683 1 Vr PRESIDENTE VENCESLAU/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	VINICIUS DA SILVA RAMOS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	CATARINA LUCANCHUC PAULINO
ADV	:	FLAVIO ROBERTO IMPERADOR
RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Ação de conhecimento, ajuizada em 18.07.06, que tem por objeto condenar a autarquia previdenciária a conceder o benefício da aposentadoria por idade a produtor rural, segurado especial.
A r. sentença apelada, de 26.09.06, condena o INSS a conceder o benefício, no valor de um salário mínimo, a partir da citação (26.09.06), bem assim a pagar as prestações vencidas com correção monetária, nos termos do Provimento COGE n. 26/01, da Resolução CJF 242/01 e da Protaria Dforo-SJ/SP n. 92/01, acrescidas de juros de mora de 0,5% ao mês até 11.01.03, e, após, a taxa de 1% ao mês, a contar da citação, além dos honorários advocatícios fixados em 15% sobre o valor da condenação.
Em seu recurso, a autarquia pugna pela reforma integral da decisão recorrida.
Subiram os autos, com contra-razões.
É o relatório, decido.
Aos segurados especiais referidos no inciso VII do art. 11 da L. 8.213/91 é assegurada a concessão:
I - de aposentadoria por idade ou por invalidez, de auxílio-doença, de auxílio-reclusão ou de pensão, no valor de 1 (um) salário mínimo, desde que comprove o exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, igual ao número de meses correspondentes à carência do benefício requerido; ou
II - dos benefícios especificados nesta Lei, observados os critérios e a forma de cálculo estabelecidos, desde que contribuam facultativamente para a Previdência Social, na forma estipulada no Plano de Custeio da Seguridade Social.
Na espécie, como se observa, a parte autora pede o benefício de aposentadoria por idade referido no item I do art. 39 da L. 8.213/91, no que afirma exercer atividade rural, em regime de economia familiar.
Com respeito ao exercício da atividade rural, o conjunto probatório revela razoável início de prova material, mediante a seguinte documentação:
a) cópia do termo de autorização de uso de um lote rural, em nome do marido (fs. 17);
b) cópia da declaração cadastral de produtor rural, em nome do marido (fs. 18);
c) cópias de notas fiscais de produtor, em nome do marido (fs. 20/27).
Com respeito à exigência da comprovação da atividade rurícola, serve a qualificação de lavrador constante de assentamentos do registro público de cônjuge, companheiro, filhos maiores de 14 (quatorze) anos ou a eles equiparados, desde que trabalhem com respectivo grupo familiar, segundo iterativa jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:
PREVIDENCIÁRIO - TEMPO DE SERVIÇO - TRABALHADOR RURAL PROVAS MATERIAL E TESTEMUNHAL - CORREÇÃO MONETÁRIA LEI 6.899/81 - SÚMULAS 148 E 43, DO STJ - APLICAÇÃO SIMULTÂNEA.
A qualificação profissional de lavrador ou agricultor constante dos assentamentos de registro civil, constitui início razoável de prova material do exercício da atividade rural. A comprovação da qualidade de trabalhador rural, através de início de prova documental corroborada por depoimentos idôneos prestados em juízo, enseja o reconhecimento do tempo de serviço reclamado para fins de percepção de benefício previdenciário. As parcelas de débitos previdenciários não prescritas e vencidas após a vigência da Lei nº 6.899/81, devem ser atualizadas monetariamente na forma prevista neste diploma legal, desde quando originada a obrigação, ainda que anterior ao ajuizamento da ação. Aplicação simultânea das Súmulas 43 e 148, do STJ. Recurso parcialmente conhecido e, nesta extensão, provido." (REsp 172.880 SP, Min. Jorge Scartezzini; REsp 543.331 GO, Min. Laurita Vaz; REsp 422.095 SP, Min. Jorge Scartezzini; REsp 246.844 RS, Min. Hamilton Carvalhido).
Consoante a prova oral, as testemunhas inquiridas, mediante depoimentos seguros e convincentes, tornaram claro o exercício da atividade rural da parte autora por tempo suficiente para obtenção do benefício (fs. 47/48).
A aposentadoria por idade, no caso de segurados especiais, referidos no inciso VII do art. 11 da L. 8.213/91, é devida ao segurado que comprove o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses prescritos para o referido benefício (L. 8.213/91, arts. 39, I; 48, § 2º; 142, 143).
Quanto à idade mínima exigida, a parte autora prova ter mais de 55 (cinqüenta e cinco) anos de idade (fs. 10).
Assim, ao completar a idade acima, em 15.03.01, a parte autora reuniu os requisitos para a concessão do benefício, no valor de 1 (um) salário mínimo, a partir da citação, à vista do exercício de atividade rural em número de meses superior ao que seria exigível (L. 8.213/91, art. 26, III; arts. 142 e 143).
É inexigível a prova de recolhimento de contribuições previdenciárias na hipótese do art. 39, I, da L. 8.213/91, porque, como cediço, apenas se exige a prova do exercício de atividade rural.
Nem sempre a prova do exercício da atividade rural tem que ver com o período imediatamente anterior ao requerimento de aposentadoria por idade; nada impede o segurado de exercer o direito em momento posterior ao preenchimento dos requisitos à concessão do benefício, nesse caso, o direito adquirido prevalece.
Desta sorte, a regra existe para facilitar o segurado, ou se prevalecerá da comprovação do exercício da atividade rural, no período imediatamente anterior ao requerimento, ou de período mais remoto, de prova mais trabalhosa, suscetível, porém, de mostrar que já se achava satisfeito o requisito quando atingida a idade para aposentar-se.
Cumpre deixar assente que o percentual da verba honorária merece ser mantido, porquanto fixado de acordo com os § § 3º e 4º do art. 20 do C. Pr. Civil, mas a base de cálculo deve estar conforme com a Súmula 111 do STJ, segundo a qual se considera apenas o valor das prestações até a data da sentença.
Não custa esclarecer que a correção monetária incide sobre as diferenças do benefício, no momento em que se tornaram devidas, na forma do antigo Provimento COGE nº 24/97; do atual Provimento COGE nº 64/05; da Resolução CJF 242/01; e ainda da Portaria DForo-SJ/SP nº 92, de 23.10.2001.
Posto isto, com base no art. 557, caput, do C. Pr. Civil, nego seguimento à apelação, no tocante à concessão de aposentadoria por idade, dado que em contraste com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
Independentemente do trânsito em julgado, determino seja enviado e-mail ao INSS, instruído com os documentos da segurada CATARINA LUCANCHUC PAULINO, a fim de que se adotem as providências cabíveis à imediata implantação do benefício de aposentadoria por idade, com data de início - DIB em 26.09.06, e renda mensal inicial - RMI de 1 (um) salário mínimo, com observância, inclusive, das disposições do art. 461 e §§ 4º e 5º do C. Pr. Civil.
No caso de ter sido concedido pelo INSS o amparo social ao idoso (espécie 88) ou à pessoa portadora de deficiência (espécie 87), dito benefício cessará simultaneamente com a implantação deste benefício.
Decorrido o prazo legal, baixem os autos ao juízo de origem.
Int.
São Paulo, 16 de março de 2007.
CASTRO GUERRA
RELATOR

PROC.	:	2007.03.99.002909-1 AC 1170880
ORIG.	:	0500001531 1 Vr GUARIBA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARIO LUCIO MARCHIONI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	EDITE MARIA DA CONCEICAO DIAS
ADV	:	MARCIA REGINA ARAUJO PAIVA
RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Ação de conhecimento, ajuizada em 19.08.05, que tem por objeto condenar a autarquia previdenciária a conceder o benefício da aposentadoria por idade a trabalhador rural.
A r. sentença apelada, de 31.08.06, condena o INSS a conceder o benefício, no valor do salário de contribuição, nos termos do art. 44, b, da L. 8.213/91 com redação dada pela L. 9.032/95, a partir da citação (13.09.05), bem assim a pagar as prestações vencidas com correção monetária, nos termos dos índices da tabela do TJ-SP, acrescidas de juros de mora de 1% ao mês, a contar da citação, além das custas, despesas processuais e honorários advocatícios fixados em 10%, nos termos da Súmula 111 do STJ.
Em seu recurso, a autarquia pugna pela reforma integral da decisão recorrida, senão, ao menos, a fixação do valor do benefício em um salário mínimo e a aplicação da correção monetária conforme os índices previdenciários.
Subiram os autos, com contra-razões.
É o relatório, decido.
O trabalhador rural, enquadrado como segurado obrigatório no Regime Geral de Previdência Social, pode requerer aposentadoria por idade, desde que comprove o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses prescritos no art. 143 da L. 8.213/91.
A aposentadoria por idade, no caso de trabalhadores rurais, referidos na al. "a" do inc. I, na al. "g" do inc. V e nos inc. VI e VII do art. 11 da L. 8.213/91, é devida ao segurado que, cumprido o número de meses exigidos no art. 143 da L. 8.213/91, completar 60 (sessenta) anos de idade para homens e 55 (cinqüenta e cinco) para mulheres (art. 48, § 1º).
Com respeito ao exercício da atividade rural, o conjunto probatório revela razoável início de prova material, mediante a seguinte documentação:
a) cópia da certidão de casamento, na qual consta a profissão de lavrador do marido (fs. 11);
b) cópia da CTPS da parte autora, na qual constam registros de contratos de trabalho em estabelecimentos rurais.
Consoante a prova oral, as testemunhas inquiridas, mediante depoimentos seguros e convincentes, tornaram claro o exercício da atividade rural da parte autora por tempo suficiente para obtenção do benefício (fs. 42/45).
Quanto à idade mínima exigida, a parte autora prova ter mais de 55 (cinquenta e cinco) anos de idade (fs. 12).
Desta sorte, ao completar a idade acima, em 16.10.92, a parte autora implementou todas as condições necessárias à obtenção do benefício, no valor de um salário mínimo, a partir da citação, à vista do exercício de atividade rural em número de meses superior ao exigível (L. 8.213/91, arts. 142 e 143 e Decreto 3.048/99, art. 182).
Satisfeitos os requisitos, é de conceder-se o benefício, segundo orientação dominante do Superior Tribunal de Justiça:
PREVIDENCIÁRIO - TEMPO DE SERVIÇO - TRABALHADOR RURAL PROVAS MATERIAL E TESTEMUNHAL - CORREÇÃO MONETÁRIA LEI 6.899/81 - SÚMULAS 148 E 43, DO STJ - APLICAÇÃO SIMULTÂNEA.
A qualificação profissional de lavrador ou agricultor constante dos assentamentos de registro civil, constitui início razoável de prova material do exercício da atividade rural. A comprovação da qualidade de trabalhador rural, através de início de prova documental corroborada por depoimentos idôneos prestados em juízo, enseja o reconhecimento do tempo de serviço reclamado para fins de percepção de benefício previdenciário. As parcelas de débitos previdenciários não prescritas e vencidas após a vigência da Lei nº 6.899/81, devem ser atualizadas monetariamente na forma prevista neste diploma legal, desde quando originada a obrigação, ainda que anterior ao ajuizamento da ação. Aplicação simultânea das Súmulas 43 e 148, do STJ. Recurso parcialmente conhecido e, nesta extensão, provido." (REsp 172.880 SP, Min. Jorge Scartezzini; REsp 543.331 GO, Min. Laurita Vaz; REsp 422.095 SP, Min. Jorge Scartezzini; REsp 246.844 RS, Min. Hamilton Carvalhido).
Não custa repisar, então, que a prova testemunhal corrobora a documentação trazida como início de prova material, e basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito da obtenção de benefício previdenciário (Súmula STJ 149).
É descabida a exigência da prova de recolhimento de contribuições previdenciárias nesse período, porque, como cediço, apenas se exige a prova do exercício de atividade rural, sobre ser inconstitucional a exigência de contribuições anteriores ao período em que passou ela a ser devida pelos trabalhadores rurais (ADIn 1.664-0).
Nem sempre a prova do exercício da atividade rural tem que ver com o período imediatamente anterior ao requerimento de aposentadoria por idade; nada impede o segurado de exercer o direito em momento posterior ao preenchimento dos requisitos à concessão do benefício, nesse caso, o direito adquirido prevalece.
Desta sorte, a regra existe para facilitar o segurado, ou se prevalecerá da comprovação do exercício da atividade rural, no período imediatamente anterior ao requerimento, ou de período mais remoto, de prova mais trabalhosa, suscetível, porém, de mostrar que já se achava satisfeito o requisito quando atingida a idade para aposentar-se.
Na espécie, por se tratar de trabalhadora rural, o valor do benefício deve corresponder a 1 (um) salário mínimo (art. 143 da L. 8.213/91).
Cumpre deixar assente que o percentual da verba honorária merece ser mantido, porquanto fixado de acordo com os § § 3º e 4º do art. 20 do C. Pr. Civil, mas a base de cálculo deve estar conforme com a Súmula 111 do STJ, segundo a qual se considera apenas o valor das prestações até a data da sentença.
A autarquia previdenciária está isenta das custas e emolumentos, nos termos do art. 4º, I, da L. 9.289/96, do art. 24-A da L. 9.028/95, com a redação dada pelo art. 3º da MP 2.180-35/01, e do art. 8º, § 1º, da L. 8.620/93.
As despesas processuais são indevidas, considerados o fato de não ter havido adiantamento e a gratuidade.
A correção monetária incide sobre as diferenças do benefício, no momento em que se tornaram devidas, na forma do antigo Provimento COGE nº 24/97; do atual Provimento COGE nº 64/05; da Resolução CJF 242/01; e ainda da Portaria DForo-SJ/SP nº 92, de 23.10.2001.
Posto isto, com base no art. 557, caput, do C. Pr. Civil, nego seguimento à apelação, no tocante à concessão de aposentadoria por idade, dado que em contraste com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, e a provejo quanto ao valor do benefício e à correção monetária.
Independentemente do trânsito em julgado, determino seja enviado e-mail ao INSS, instruído com os documentos da segurada EDITE MARIA DA CONCEIÇÃO DIAS, a fim de que se adotem as providências cabíveis à imediata implantação do benefício de aposentadoria por idade, com data de início - DIB em 13.09.05, e renda mensal inicial - RMI de 1 (um) salário mínimo, com observância, inclusive, das disposições do art. 461 e §§ 4º e 5º do C. Pr. Civil.
No caso de ter sido concedido pelo INSS o amparo social ao idoso (espécie 88) ou à pessoa portadora de deficiência (espécie 87), dito benefício cessará simultaneamente com a implantação deste benefício.
Decorrido o prazo legal, baixem os autos ao juízo de origem.
Int.
São Paulo, 16 de março de 2007.
CASTRO GUERRA
RELATOR

PROC.	:	2007.03.99.002960-1 AC 1170931
ORIG.	:	0600000951 1 Vr TAQUARITUBA/SP 0600019027 1 Vr TAQUARITUBA/SP
APTE	:	MARIA DAS DORES DE SOUZA
ADV	:	THAÍS DE ANDRADE GALHEGO
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO / DÉCIMA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de apelação de sentença pela qual foi julgado extinto o processo sem a resolução do mérito, nos termos do artigo 267, incisos I e VI do Código de Processo Civil, nos autos de ação intentada com o escopo de obter a concessão de benefício de aposentadoria rural por idade, uma vez que no juízo a quo entendeu-se que para o ajui-

zamento de ação desta natureza é necessário o prévio requerimento administrativo do benefício. A autora não foi condenada ao pagamento das custas processuais, haja vista ser beneficiária da justiça gratuita.
Objetiva a autora a reforma de tal sentença alegando, em síntese, que o prévio requerimento administrativo do benefício não se trata de requisito para o ajuizamento de ação previdenciária. Por fim, requer a anulação da r. sentença, para que seja dado regular prosseguimento ao feito.
Após breve relatório, passo a decidir.
Pretende a autora, com o presente feito, a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria por idade rural, nos termos dos artigos 142 e 143 da Lei nº 8.213/91.
A r. sentença recorrida extinguiu o processo, nos termos do artigo 267, incisos VI, do CPC, entendendo-se, assim, que, para o ajuizamento de ação previdenciária, é necessário o prévio requerimento administrativo do benefício.
Todavia, nas agências da Previdência Social é comum o funcionário que efetua o atendimento preliminar informar verbalmente ao interessado sobre os requisitos exigidos administrativamente para a obtenção do benefício a ser requerido, orientando-o, ainda, no sentido de que não ingresse com o respectivo requerimento caso não se encontrem preenchidos tais requisitos, não se justificando, portanto, que seja exigida a formalização deste requerimento para o ingresso em juízo.
Verifica-se, pois, a aplicabilidade da Súmula 09 do TRF da 3ª Região, bem como do disposto no inciso XXXV, do art. 5º, da Constituição Federal, restando, portanto, superada a questão referente à necessidade do prévio requerimento administrativo do benefício como requisito para o ajuizamento da respectiva ação previdenciária, mesmo porque as únicas exceções ao livre acesso ao Judiciário encontram-se previstas no §1º do art. 217 da Constituição Federal.
Desta forma, caberia ao juízo a quo examinar o mérito da questão.
Diante do exposto, dou provimento à apelação da autora para determinar o retorno dos autos ao R. Juízo de origem para regular instrução e novo julgamento.
Intimem-se.
São Paulo, 19 de março de 2007.

PROC.	:	2007.03.99.002965-0 AC 1170936
ORIG.	:	0600000452 2 Vr MIRANDOPOLIS/SP 0600036844 2 Vr MIRANDOPOLIS/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ANTONIO CASSIANO DO CARMO RODRIGUES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MARIA DE LOURDES OLIVEIRA
ADV	:	FABIO MOURA RIBEIRO
RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Ação de conhecimento, ajuizada em 26.05.06, que tem por objeto condenar a autarquia previdenciária a conceder o benefício da aposentadoria por idade a produtor rural, segurado especial.
A r. sentença apelada, de 01.08.06, condena o INSS a conceder o benefício, no valor de um salário mínimo, a partir da citação (12.07.06), mais o abono anual, bem assim a pagar as prestações vencidas com correção monetária, a partir de cada vencimento, acrescidas de juros de mora de 1% ao mês, a contar da citação, além dos honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor das prestações vencidas até a data da sentença.
Em seu recurso, a autarquia pugna pela reforma integral da decisão recorrida, senão, ao menos, a isenção das custas e despesas processuais e a redução da verba honorária.
Subiram os autos, com contra-razões.
É o relatório, decido.
Não conheço, em parte, da apelação da autarquia, dado que a sentença não alude à condenação em custas e despesas processuais.
Aos segurados especiais referidos no inciso VII do art. 11 da L. 8.213/91 é assegurada a concessão:
I - de aposentadoria por idade ou por invalidez, de auxílio-doença, de auxílio-reclusão ou de pensão, no valor de 1 (um) salário mínimo, desde que comprove o exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, igual ao número de meses correspondentes à carência do benefício requerido; ou
II - dos benefícios especificados nesta Lei, observados os critérios e a forma de cálculo estabelecidos, desde que contribuam facultativamente para a Previdência Social, na forma estipulada no Plano de Custeio da Seguridade Social.
Na espécie, como se observa, a parte autora pede o benefício de aposentadoria por idade referido no item I do art. 39 da L. 8.213/91, no que afirma exercer atividade rural, em regime de economia familiar.
Com respeito ao exercício da atividade rural, o conjunto probatório revela razoável início de prova material, mediante a seguinte documentação:
a) cópia da certidão de casamento, na qual consta a profissão de lavrador do marido (fs. 16);
b) cópias de instrumentos particulares de parceria agrícola, em nome do marido (fs. 18/23);
c) cópias da autorização de uso e do assentamento de terra, emitidas pelo INCRA, em nome do marido (fs. 24/28);
d) notas fiscais de entrada e de produtor, em nome do mardido (fs. 34/38 e 41/44).
Com respeito à exigência da comprovação da atividade rurícola, serve a qualificação de lavrador constante de assentamentos do registro público de cônjuge, companheiro, filhos maiores de 14 (quatorze) anos ou a eles equiparados, desde que trabalhem com respectivo grupo familiar, segundo iterativa jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:
PREVIDENCIÁRIO - TEMPO DE SERVIÇO - TRABALHADOR RURAL PROVAS MATERIAL E TESTEMUNHAL - CORREÇÃO MONETÁRIA LEI 6.899/81 - SÚMULAS 148 E 43, DO STJ - APLICAÇÃO SIMULTÂNEA.
A qualificação profissional de lavrador ou agricultor constante dos assentamentos de registro civil, constitui início razoável de prova material do exercício da atividade rural. A comprovação da qualidade de trabalhador rural, através de início de prova documental corroborada por depoimentos idôneos prestados em juízo, enseja o reconhecimento do tempo de serviço reclamado para fins de percepção de benefício previdenciário. As parcelas de débitos previdenciários não prescritas e vencidas após a vigência da Lei nº 6.899/81, devem ser atualizadas monetariamente na forma prevista neste diploma legal, desde quando originada a obrigação, ainda que anterior ao ajuizamento da ação. Aplicação simultânea das Súmulas 43 e 148, do STJ. Recurso parcialmente conhecido e, nesta extensão, provido." (REsp 172.880 SP, Min. Jorge Scartezzini; REsp 543.331 GO, Min. Laurita Vaz; REsp 422.095 SP, Min. Jorge Scartezzini; REsp 246.844 RS, Min. Hamilton Carvalhido).
Consoante a prova oral, as testemunhas inquiridas, mediante depoimentos seguros e convincentes, tornaram claro o exercício da atividade rural da parte autora por tempo suficiente para obtenção do benefício (fs. 66/67).
A aposentadoria por idade, no caso de segurados especiais, referidos no inciso VII do art. 11 da L. 8.213/91, é devida ao segurado que comprove o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses prescritos para o referido benefício (L. 8.213/91, arts. 39, I; 48, § 2º; 142, 143).
Quanto à idade mínima exigida, a parte autora prova ter mais de 55 (cinqüenta e cinco) anos de idade (fs. 15).
Assim, ao completar a idade acima, em 30.10.03, a parte autora reuniu os requisitos para a concessão do benefício, no valor de 1 (um) salário mínimo, a partir da citação, à vista do exercício de atividade rural em número de meses superior ao que seria exigível (L. 8.213/91, art. 26, III; arts. 142 e 143).
É inexigível a prova de recolhimento de contribuições previdenciárias na hipótese do art. 39, I, da L. 8.213/91, porque, como cediço, apenas se exige a prova do exercício de atividade rural.
Nem sempre a prova do exercício da atividade rural tem que ver com o período imediatamente anterior ao requerimento de aposentadoria por idade; nada impede o segurado de exercer o direito em momento posterior ao preenchimento dos requisitos à concessão do benefício, nesse caso, o direito adquirido prevalece.
Desta sorte, a regra existe para facilitar o segurado, ou se prevalecerá da comprovação do exercício da atividade rural, no período imediatamente anterior ao requerimento, ou de período mais remoto, de prova mais trabalhosa, suscetível, porém, de mostrar que já se achava satisfeito o requisito quando atingida a idade para aposentar-se.
O percentual da verba honorária merece ser mantido, porquanto fixado de acordo com os § § 3º e 4º do art. 20 do C. Pr. Civil, e a base de cálculo está conforme com a Súmula 111 do STJ, segundo a qual se considera apenas o valor das prestações até a data da sentença.
Não custa esclarecer que a correção monetária incide sobre as diferenças do benefício, no momento em que se tornaram devidas, na forma do antigo Provimento COGE nº 24/97; do atual Provimento COGE nº 64/05; da Resolução CJF 242/01; e ainda da Portaria DForo-SJ/SP nº 92, de 23.10.2001.
Posto isto, com base no art. 557, caput, do C. Pr. Civil, nego seguimento à apelação, no tocante à concessão de aposentadoria por idade, dado que em contraste com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
Independentemente do trânsito em julgado, determino seja enviado e-mail ao INSS, instruído com os documentos da segurada MARIA DE LOURDES OLIVEIRA, a fim de que se adotem as providências cabíveis à imediata implantação do benefício de aposentadoria por idade, com data de início - DIB em 12.07.06, e renda mensal inicial - RMI de 1 (um) salário mínimo, com observância, inclusive, das disposições do art. 461 e §§ 4º e 5º do C. Pr. Civil.
No caso de ter sido concedido pelo INSS o amparo social ao idoso (espécie 88) ou à pessoa portadora de deficiência (espécie 87), dito benefício cessará simultaneamente com a implantação deste benefício.
Decorrido o prazo legal, baixem os autos ao juízo de origem.
Int.
São Paulo, 16 de março de 2007.
CASTRO GUERRA
RELATOR

PROC.	:	2007.03.99.002971-6 AC 1171005
ORIG.	:	0500000124 2 Vr SERTAOZINHO/SP
APTE	:	MARIA APARECIDA DA SILVA CASSOLATO
ADV	:	ANTONIO MARIO TOLEDO
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO / DÉCIMA TURMA

Vistos.
Trata-se de apelação de sentença pela qual foi julgado extinto sem exame do mérito pedido formulado em sede de ação previdenciária, com fulcro no art. 267, IV, do Código de Processo Civil, proferida pelo Juízo de Direito da 2º Vara de Sertãozinho/SP, que entendeu competente para o processamento e julgamento do feito o Juizado Especial Federal de Ribeirão Preto/SP.
Objetiva a parte autora a reforma de tal sentença alegando, em síntese, que a competência para julgar o feito concerne ao Juízo de Direito de Sertãozinho, vez que a referida cidade não possui vara do juízo federal, constituindo comarca independente, e não uma subsecção da comarca de Ribeirão Preto/SP.
É o sucinto relatório. Decido.
Dispõe o artigo 109, parágrafo 3ª da Constituição da República:
Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:
§3º.Serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro do domicílio dos segurados ou beneficiários, as causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado, sempre que a comarca não seja sede de vara do juízo federal e se verificada essa condição, a lei poderá permitir que outras causas sejam também processadas e julgadas pela justiça estadual.
O artigo 109, parágrafo 3º da Magna Carta expressamente delegou competência federal à Justiça Estadual, na hipótese de o segurado residir em local em que não haja vara federal, significando, assim que o segurado pode perfeitamente optar por ajuizar uma ação previdenciária diretamente perante uma Vara Federal (regra geral); ou perante uma Vara Estadual de seu domicílio (regra excepcional).
Correta a autora, portanto, ao pleitear seu benefício previdenciário na Justiça Estadual de Sertãozinho, não havendo razão para decretação da incompetência deste juízo.
Nesse sentido confira-se a ementa que a seguir transcrevo:
CONFLITO DE COMPETÊNCIA - ARTIGO 109, § 3º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.
1.A regra de competência, nas hipóteses de causas em que for parte instituição de previdência social e segurado, vem firmada no artigo 109, § 3º, da Constituição Federal, que confere aos segurados e beneficiários dos institutos de previdência social a faculdade de propor ação previdenciária perante a Justiça Estadual da Comarca de seus respectivos domicílios, em razão de admitir o acesso à Justiça daqueles menos favorecidos, hipossuficientes em sua imensa maioria, permitindo-lhes, sem excessivo ônus, a busca e a defesa dos seus direitos perante Poder Judiciário.
2.In casu, o Juízo de Direito da Vara Distrital de Urânia, de ofício, declarou-se incompetente, sem observar a disposição prevista no artigo 109, § 3º, da Constituição Federal, que deve prevalecer em face de qualquer outra disposição infraconstitucional. Portanto, prevalece a competência da Vara Estadual desde que a cidade do domicílio do autor não seja sede de Vara Federal. 3.Conflito de competência que se julga procedente."
(TRF - 3ª Região - CC nº 2001.03.00.029888-0 - Rel. Des. Fed. Leide Polo; v.u.; j. em 14.4.2004; DJU de 24.6.2004; p. 487).
Cumpre, ainda, ressaltar que nos termos da Súmula nº 33 do Superior Tribunal de Justiça a competência relativa não pode ser declinada de ofício.
Posto isso, nos termos do artigo 557, caput, do Código de Processo Civil, dou provimento à apelação da autora para determinar o retorno dos autos ao Juízo da 2º Vara de Sertãozinho/SP, para regular instrução e novo julgamento do feito.
Intime-se.
São Paulo, 19 de março de 2007.

PROC.	:	2007.03.99.002972-8 AC 1170943
ORIG.	:	0400000795 1 Vr ITAPORANGA/SP 0400002530 1 Vr ITAPORANGA/SP
APTE	:	DONIZETE PUTENCHEI
ADV	:	JOSE CARLOS MACHADO SILVA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SUZETE MARTA SANTIAGO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. JEDIAEL GALVÃO / DÉCIMA TURMA

Vistos etc.
Proposta ação de conhecimento, objetivando a concessão de aposentadoria por invalidez, sobreveio sentença de improcedência do pedido, condenando-se a parte autora ao pagamento de honorários advocatícios e periciais, observada sua condição de beneficiária da assistência judiciária.
Inconformada, a parte autora interpôs recurso de apelação, requerendo a anulação da sentença e o retorno dos autos à primeira instância para que nova perícia seja realizada, assim como para que seja determinada a produção de prova testemunhal, oportunamente requerida.
Com as contra-razões, os autos foram remetidos a este Tribunal.
É o relatório.
D E C I D O.
Os requisitos da aposentadoria por invalidez, de acordo com o artigo 42, caput e § 2.º, da Lei n.º 8.213/91, são os seguintes: 1) qualidade de segurado; 2) cumprimento da carência, quando for o caso; 3) incapacidade insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que garanta a subsistência; 4) não serem a doença ou a lesão existentes antes da filiação à Previdência Social, salvo se a incapacidade sobrevier por motivo de agravamento daquelas.
No caso em exame, pode-se concluir do laudo pericial produzido que o requerente, portador de artrose de coluna sacra de grau mínimo, encontra-se apto para o trabalho, possuindo condições físicas para tanto (fls. 64/70). Contra essa conclusão não foi apresentada impugnação técnica, séria e bem fundamentada por meio de parecer de assistente técnico.
A alegação de nulidade da sentença para a realização de nova perícia médica também deve ser rejeitada. Para a comprovação de eventual incapacidade para o exercício de atividade que garanta a subsistência é necessária a produção de prova pericial, a qual deve ser elaborada de forma a propiciar às partes e ao Juiz o real conhecimento do objeto da perícia, descrevendo de forma clara e inteligível as suas conclusões, bem como as razões em que se fundamenta, e por fim, responder os quesitos apresentados pelas partes e, eventualmente, pelo Juiz.

No presente caso, o laudo pericial produzido apresenta-se completo, fornecendo elementos suficientes para formação da convicção do magistrado a respeito da questão.
Assim, o benefício postulado não deve ser concedido, tendo em vista que restou devidamente comprovado que a parte autora tem condições físicas para exercer atividade laborativa.
Nesse passo, ante a ausência de comprovação, por parte do autor, da incapacidade total e permanente para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência e, sendo requisito essencial à concessão da aposentadoria por invalidez, nos termos do artigo 42 da Lei n.º 8.213/91, o benefício postulado não deve ser concedido, sendo desnecessária a produção de prova testemunhal e a incursão sobre os demais requisitos exigidos para a sua concessão.
Para o exaurimento da matéria, trago à colação o seguinte precedente deste egrégio Tribunal Regional Federal da 3.ª Região:
"PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ OU AUXÍLIO-DOENÇA. INCAPACIDADE LABORATIVA TOTAL OU PARCIAL: NÃO COMPROVAÇÃO. HIPERTENSÃO ARTERIAL. "STRESS". INEXISTÊNCIA DE SEQUELAS OU DE COMPLICAÇÕES DECORRENTES. CERCEAMENTO DE DEFESA INOCORRENTE.
I - A aposentadoria por invalidez é devida ao segurado da Previdência Social que, cumprindo a carência de doze contribuições mensais, venha a ser considerado incapaz e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade vinculada à Previdência Social. Aplicação dos arts. 42 e 25, I, da Lei nº 8.213/91.
II - O auxílio-doença é devido ao segurado da Previdência Social que, após cumprir a carência de doze contribuições mensais, ficar incapacitado, por mais de quinze dias, para seu trabalho ou atividade habitual, não sendo concedido àquele que se filiar ao Regime Geral da Previdência Social já portador da doença ou da lesão invocada como causa para o benefício, exceto se a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão. Inteligência do art. 59 e § único da Lei nº 8.213/91.
III - Comprovados, no caso, apenas os requisitos atinentes à carência e à condição de segurado, exigidos pela legislação que rege a matéria.
IV - Laudo médico peremptório ao afirmar a inexistência de incapacidade laborativa do autor para o exercício de sua atividade habitual de motorista. A moléstia diagnosticada (hipertensão arterial sistêmica), por si só, não causa a incapacidade laborial, ainda que aliada a stress, se não desenvolveu seqüelas nem evoluiu para algum tipo de cardiopatia ou outro mal incapacitante para o trabalho.
V - Inocorrência de cerceamento de defesa na recusa e produção de prova testemunhal, por tratar-se de matéria unicamente de direito, com exaustiva prova literal e pericial. Art. 330, I, do CPC.
VI - Apelação improvida." (AC n.º 353817-SP, Relatora Desembargadora Federal Marisa Santos, j. 08/09/2003, DJU 02/10/2003, p. 235).
Diante do exposto, nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO À APELAÇÃO DA PARTE AUTORA.
Transitado em julgado, remetam-se os autos à Vara de origem, observadas as formalidades legais.
Publique-se e intime-se.
São Paulo, 27 de março de 2007.
JEDIAEL GALVÃO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2000.61.14.002979-6 AC 1155882
ORIG.	:	3 Vr SAO BERNARDO DO CAMPO/SP
APTE	:	JOSE RODRIGUES FERNANDES
ADV	:	JANUARIO ALVES
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LENITA FREIRE MACHADO SIMAO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. JEDIAEL GALVÃO / DÉCIMA TURMA

Vistos etc.
Trata-se de agravo interno interposto contra a decisão monocrática que, fundada no art. 557 do Código de Processo Civil, negou provimento à apelação do Autor, em ação objetivando a concessão de aposentadoria por invalidez.
Sustenta o Autor no agravo interno, baseado no art. 557, §1°, do CPC, que faz jus ao benefício de aposentadoria por invalidez, mais vantajoso, uma vez que foram preenchidos os requisitos legais para sua concessão.
É o relatório.
D E C I D O
Nos termos do que preceitua o § 1º do art. 557 do Código de Processo Civil e art. 250 do Regimento Interno desta egrégia Corte Regional, é de 5 (cinco) dias o prazo para interposição do recurso de agravo, não concorrendo, na hipótese, qualquer das hipóteses legais para a dilação de tal prazo.
Do compulsar dos autos denota-se que a decisão impugnada foi publicada no Diário Oficial na data de 12/01/2007 (fl. 156), iniciando-se o prazo para a interposição do agravo em 15/01/2007 e terminando o prazo em 19/01/2007, não havendo notícia da ocorrência de qualquer fato suspensivo ou interruptivo de tal prazo.
A agravo interno em análise foi protocolado nesta Corte em 22/01/2007, ou seja, em tempo superior aos 05 (cinco) dias legais, restando intempestivo.
Ante o exposto, NEGO SEGUIMENTO ao agravo interno por falta de pressuposto de admissibilidade, qual seja, a tempestividade, ex vi do art. 557 do Código de Processo Civil e art. 250 do Regimento Interno desta egrégia Corte Regional.
Oportunamente, observadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 08 de fevereiro de 2007.
JEDIAEL GALVÃO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.99.003290-9 AC 1171455
ORIG.	:	0600008050 2 Vr IVINHEMA/MS 0600000399 2 Vr IVINHEMA/MS
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	FERNANDO ONO MARTINS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	RICARDO CACCIA
ADV	:	CARLOS NOGAROTTO
RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Ação de conhecimento, ajuizada em 30.05.06, que tem por objeto condenar a autarquia previdenciária a conceder o benefício da aposentadoria por idade a trabalhador rural.
A r. sentença apelada, de 31.10.06, condena o INSS a conceder o benefício, no valor de um salário mínimo, a partir da citação (14.06.06), bem assim a pagar as prestações vencidas com correção monetária, nos termos das Súmulas 148 do STJ e 8 do TRF da 3ª Região, acrescidas de juros legais à razão de 1% ao mês, a contar da citação, além dos honorários advocatícios arbitrados em 10% sobre o valor das prestações vencidas até a sentença.
Em seu recurso, a autarquia pugna pela reforma integral da decisão recorrida.
Subiram os autos, com contra-razões.
É o relatório, decido.
O trabalhador rural, enquadrado como segurado obrigatório no Regime Geral de Previdência Social, pode requerer aposentadoria por idade, desde que comprove o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses prescritos no art. 143 da L. 8.213/91.
A aposentadoria por idade, no caso de trabalhadores rurais, referidos na al. "a" do inc. I, na al. "g" do inc. V e nos inc. VI e VII do art. 11 da L. 8.213/91, é devida ao segurado que, cumprido o número de meses exigidos no art. 143 da L. 8.213/91, completar 60 (sessenta) anos de idade para homens e 55 (cinqüenta e cinco) para mulheres (art. 48, § 1º).
Neste caso, embora a parte autora haja completado a idade mínima exigida para a concessão do benefício e tenha produzido início de prova material, a prova oral é insuficiente e inconvincente quanto ao exercício da atividade rural (fs. 34/35).
Destarte, não faz jus a parte autora ao benefício, conforme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:
"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO. VALORAÇÃO DE PROVA. INÍCIO DE PROVA MATERIAL CORROBORADA POR PROVA TESTEMUNHAL. INCORRÊNCIA.
1. O conhecimento do recurso especial fundado na alínea "c" da Constituição da República requisitada, em qualquer caso, a transcrição dos trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, não se oferecendo, como bastante, a simples transcrição de ementas, votos ou notícias de julgamento. 2. 'A comprovação do tempo de serviço para os efeitos desta Lei, inclusive mediante justificação administrativa ou judicial, conforme o disposto no art. 108, só produzirá efeito quando baseada em início de prova material, não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal, salvo na ocorrência de motivo de força maior ou caso fortuito, conforme disposto no Regulamento.' (artigo 55, parágrafo 3º, da Lei 8.213/91). 3. O início de prova material, de acordo com a interpretação sistemática da lei, é aquele feito mediante documentos que comprovem o exercício da atividade nos períodos a serem contados, devendo ser contemporâneos dos fatos a comprovar, indicando, ainda, o período e a função exercida pelo trabalhador. 4. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que para fins de concessão do benefício de aposentadoria por idade, o início de prova material deverá ser corroborado por idônea e robusta prova testemunhal. 5. Em havendo o acórdão recorrido afirmado que, a par de não bastante à demonstração do tempo de serviço a prova documental, a testemunhal era insuficiente à comprovação da atividade rural desempenhada pelo segurado, a preservação da improcedência do pedido de aposentadoria por idade é medida que se impõe. 6. Ademais, a 3ª Seção desta Corte tem firme entendimento no sentido de que a simples declaração prestada em favor do segurado, sem guardar contemporaneidade com o fato declarado, carece da condição de prova material, exteriorizando, apenas, simples testemunho escrito que, legalmente, não se mostra apto a comprovar a atividade laborativa para fins previdenciários (EREsp 205.885/SP, Relator Ministro Vicente Leal). 7. Recurso não conhecido". (Resp 434.015 CE, Min. Hamilton Carvalhido)
Deixo de condenar a parte autora nos ônus da sucumbência, dado que esta decisão seria condicional (STF, RE 313.348 RS, Min. Sepúlveda Pertence).
Posto isto, com base no art. 557, § 1-A, do C. Pr. Civil, dou provimento ao presente recurso, em consonância com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, para julgar improcedente o pedido.
Decorrido o prazo legal, baixem os autos ao juízo de origem.
Int.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
CASTRO GUERRA
RELATOR

PROC.	:	2007.03.99.003436-0 AC 1171792
ORIG.	:	0600000340 1 Vr MIRANDOPOLIS/SP 0600026695 1 Vr MIRANDOPOLIS/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ANTONIO CASSIANO DO CARMO RODRIGUES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	JOAO FLOR (= ou > de 60 anos)
ADV	:	ANA NERY POLONI
RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Ação de conhecimento, ajuizada em 20.04.06, que tem por objeto condenar a autarquia previdenciária a conceder o benefício da aposentadoria por idade a trabalhador rural.
A r. sentença apelada, de 25.07.06, condena o INSS a conceder o benefício, no valor de um salário mínimo, a partir do ajuizamento da ação (20.04.06), mais abono anual, bem assim a pagar as prestações vencidas com correção monetária, desde os respectivos vencimentos, acrescidas de juros de mora de 1% ao mês, a contar da citação, além dos honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor das prestações vencidas até a data da sentença. Por fim, ordena a imediata implantação do benefício.
Em seu recurso, a autarquia pugna pela reforma integral da decisão recorrida, senão, ao menos, a fixação do termo inicial do benefício na data da citação, a redução da verba honorária e a isenção das custas e despesas processuais.
Subiram os autos, com contra-razões.
É o relatório, decido.
Não conheço, em parte, da apelação da autarquia, dado que a sentença não alude à condenação em custas e despesas processuais.
O trabalhador rural, enquadrado como segurado obrigatório no Regime Geral de Previdência Social, pode requerer aposentadoria por idade, desde que comprove o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses prescritos no art. 143 da L. 8.213/91.
A aposentadoria por idade, no caso de trabalhadores rurais, referidos na al. "a" do inc. I, na al. "g" do inc. V e nos inc. VI e VII do art. 11 da L. 8.213/91, é devida ao segurado que, cumprido o número de meses exigidos no art. 143 da L. 8.213/91, completar 60 (sessenta) anos de idade para homens e 55 (cinqüenta e cinco) para mulheres (art. 48, § 1º).
Com respeito ao exercício da atividade rural, o conjunto probatório revela razoável início de prova material, mediante a cópia da certidão de casamento, na qual consta a profissão de lavrador da parte autora (fs. 3).
Consoante a prova oral, as testemunhas inquiridas, mediante depoimentos seguros e convincentes, tornaram claro o exercício da atividade rural da parte autora por tempo suficiente para obtenção do benefício (fs. 34/35).
Quanto à idade mínima exigida, a parte autora prova ter mais de 60 (sessenta) anos de idade (fs. 12).
Desta sorte, ao completar a idade acima, em 21.01.1983, a parte autora implementou todas as condições necessárias à obtenção do benefício, no valor de um salário mínimo, a partir do requerimento administrativo, à vista do exercício de atividade rural em número de meses superior ao exigível (L. 8.213/91, arts. 142 e 143 e Decreto 3.048/99, art. 182).
Satisfeitos os requisitos, é de conceder-se o benefício, segundo orientação dominante do Superior Tribunal de Justiça:
PREVIDENCIÁRIO - TEMPO DE SERVIÇO - TRABALHADOR RURAL PROVAS MATERIAL E TESTEMUNHAL - CORREÇÃO MONETÁRIA LEI 6.899/81 - SÚMULAS 148 E 43, DO STJ - APLICAÇÃO SIMULTÂNEA.
A qualificação profissional de lavrador ou agricultor constante dos assentamentos de registro civil, constitui início razoável de prova material do exercício da atividade rural. A comprovação da qualidade de trabalhador rural, através de início de prova documental corroborada por depoimentos idôneos prestados em juízo, enseja o reconhecimento do tempo de serviço reclamado para fins de percepção de benefício previdenciário. As parcelas de débitos previdenciários não prescritas e vencidas após a vigência da Lei nº 6.899/81, devem ser atualizadas monetariamente na forma prevista neste diploma legal, desde quando originada a obrigação, ainda que anterior ao ajuizamento da ação. Aplicação simultânea das Súmulas 43 e 148, do STJ. Recurso parcialmente conhecido e, nesta extensão, provido." (REsp 172.880 SP, Min. Jorge Scartezzini; REsp 543.331 GO, Min. Laurita Vaz; REsp 422.095 SP, Min. Jorge Scartezzini; REsp 246.844 RS, Min. Hamilton Carvalhido).
Não custa repisar, então, que a prova testemunhal corrobora a documentação trazida como início de prova material, e basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito da obtenção de benefício previdenciário (Súmula STJ 149).

É descabida a exigência da prova de recolhimento de contribuições previdenciárias nesse período, porque, como cediço, apenas se exige a prova do exercício de atividade rural, sobre ser inconstitucional a exigência de contribuições anteriores ao período em que passou ela a ser devida pelos trabalhadores rurais (ADIn 1.664-0).
Nem sempre a prova do exercício da atividade rural tem que ver com o período imediatamente anterior ao requerimento de aposentadoria por idade; nada impede o segurado de exercer o direito em momento posterior ao preenchimento dos requisitos à concessão do benefício, nesse caso, o direito adquirido prevalece.
Desta sorte, a regra existe para facilitar o segurado, ou se prevalecerá da comprovação do exercício da atividade rural, no período imediatamente anterior ao requerimento, ou de período mais remoto, de prova mais trabalhosa, suscetível, porém, de mostrar que já se achava satisfeito o requisito quando atingida a idade para aposentar-se.
O ajuizamento ou a propositura da demanda não se confunde com o momento em que a existência da demanda é comunicada ao réu, atingindo-lhe a esfera jurídica, não se podendo confundir existência do processo e efeitos dessa existência em relação ao réu, por isso que o termo inicial do benefício deve ser fixado na data da citação (30.05.06), conforme o disposto no art. 219 do C. Pr. Civil, quando da constituição em mora da autarquia.
O percentual da verba honorária merece ser mantido, porquanto fixado de acordo com os § § 3º e 4º do art. 20 do C. Pr. Civil, e a base de cálculo está conforme com a Súmula 111 do STJ, segundo a qual se considera apenas o valor das prestações até a data da sentença.
Não custa esclarecer que os juros de mora de meio por cento ao mês incidem, a partir da citação, de forma decrescente para as parcelas posteriores a tal ato processual e de forma globalizada para as anteriores. Após 10.01.2003 a taxa de tais juros passa a ser de 1% ao mês, nos termos do art. 406 do Código de Processo Civil e do art. 161, §1º, do Código Tributário Nacional, incidindo tais juros até a data de expedição do precatório, caso este seja pago no prazo estabelecido pelo art. 100 da CF/88 (STF, RE nº 298.616-SP, Relator Ministro Gilmar Mendes, maioria, julgado em 31 de outubro de 2002, pendente de elaboração de Acórdão).
A correção monetária incide sobre as diferenças do benefício, no momento em que se tornaram devidas, na forma do antigo Provimento COGE nº 24/97; do atual Provimento COGE nº 64/05; da Resolução CJF 242/01; e ainda da Portaria DForo-SJ/SP nº 92, de 23.10.2001.
Posto isto, não conheço de parte da apelação e, com base no art. 557, caput, do C. Pr. Civil, nego seguimento à parte conhecida da apelação, no tocante à concessão de aposentadoria por idade, dado que em contraste com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
No caso de ter sido concedido pelo INSS o amparo social ao idoso (espécie 88) ou à pessoa portadora de deficiência (espécie 87), dito benefício cessará simultaneamente com a implantação deste benefício.
Decorrido o prazo legal, baixem os autos ao juízo de origem.
Int.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
CASTRO GUERRA
RELATOR

PROC.	:	2007.03.99.003438-4 AC 1171794
ORIG.	:	0500001216 1 Vr CAFELANDIA/SP 0500037074 1 Vr CAFELANDIA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOSE ANTONIO BIANCOFIORE
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	LIBERATA VICENTE EMIDIO (= ou > de 60 anos)
ADV	:	MARIA AUGUSTA DE BARROS FERNANDES
RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Ação de conhecimento, ajuizada em 27.10.05, que tem por objeto condenar a autarquia previdenciária a conceder o benefício da aposentadoria por idade a trabalhador rural.
A r. sentença apelada, de 24.05.06, condena o INSS a conceder o benefício, no valor de um salário mínimo, a partir da citação (29.11.05), bem assim a pagar as prestações vencidas com correção monetária, a partir das parcelas vencidas , acrescidas de juros de mora, desde cada vencimento, além dos honorários advocatícios fixados em 15% do valor da condenação. Por fim, ordena a imediata implantação do benefício.
Recorrem as partes; a autarquia requer a apreciação do agravo retido, no qual suscita preliminar de revogação de antecipação da tutela, no mais, pugna pela reforma integral da decisão recorrida, senão, ao menos, a incidência da prescrição quinquenal e a redução da verba honorária para 5% sobre o valor das prestações vencidas.
Subiram os autos, com contra-razões.
É o relatório, decido.
Não merece guarida o pedido de revogação da decisão antecipatória da tutela jurisdicional, porquanto subsistem os fundamentos que a justificaram.
Assim, não assiste razão à agravante.
O trabalhador rural, enquadrado como segurado obrigatório no Regime Geral de Previdência Social, pode requerer aposentadoria por idade, desde que comprove o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses prescritos no art. 143 da L. 8.213/91.
A aposentadoria por idade, no caso de trabalhadores rurais, referidos na al. "a" do inc. I, na al. "g" do inc. V e nos inc. VI e VII do art. 11 da L. 8.213/91, é devida ao segurado que, cumprido o número de meses exigidos no art. 143 da L. 8.213/91, completar 60 (sessenta) anos de idade para homens e 55 (cinqüenta e cinco) para mulheres (art. 48, § 1º).
Com respeito ao exercício da atividade rural, o conjunto probatório revela razoável início de prova material, mediante a seguinte documentação:
a) cópia da certidão de casamento, na qual consta a profissão de lavrador da parte autora e de seu marido (fs. 08);
b) cópias de certidões de nascimentos dos filhos, nas quais constam a profissão de lavrador da parte autotra e de seu marido (fs. 09/13).
Com respeito à exigência da comprovação da atividade rurícola, serve a qualificação de lavradora constante de assentamentos do registro público, segundo iterativa jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:
PREVIDENCIÁRIO - TEMPO DE SERVIÇO - TRABALHADOR RURAL
PROVAS MATERIAL E TESTEMUNHAL - CORREÇÃO MONETÁRIA LEI 6.899/81 - SÚMULAS 148 E 43, DO STJ - APLICAÇÃO SIMULTÂNEA.
A qualificação profissional de lavrador ou agricultor constante dos assentamentos de registro civil, constitui início razoável de prova material do exercício da atividade rural. A comprovação da qualidade de trabalhador rural, através de início de prova documental corroborada por depoimentos idôneos prestados em juízo, enseja o reconhecimento do tempo de serviço reclamado para fins de percepção de benefício previdenciário. As parcelas de débitos previdenciários não prescritas e vencidas após a vigência da Lei nº 6.899/81, devem ser atualizadas monetariamente na forma prevista neste diploma legal, desde quando originada a obrigação, ainda que anterior ao ajuizamento da ação. Aplicação simultânea das Súmulas 43 e 148, do STJ. Recurso parcialmente conhecido e, nesta extensão, provido." (REsp 172.880 SP, Min. Jorge Scartezzini; REsp 543.331 GO, Min. Laurita Vaz; REsp 422.095 SP, Min. Jorge Scartezzini; REsp 246.844 RS, Min. Hamilton Carvalhido).
Consoante a prova oral, as testemunhas inquiridas, mediante depoimentos seguros e convincentes, tornaram claro o exercício da atividade rural da parte autora por tempo suficiente para obtenção do benefício (fs. 55/56).
Quanto à idade mínima exigida, a parte autora prova ter mais de 55 (cinqüenta e cinco) anos de idade (fs. 7).
Assim, ao completar a idade acima, em 15.10.86, a parte autora reuniu os requisitos para a concessão do benefício, no valor de 1 (um) salário mínimo, a partir da citação (29.11.05), à vista do exercício de atividade rural em número de meses superior ao que seria exigível (L. 8.213/91, art. 26, III; arts. 142 e 143).
É inexigível a prova de recolhimento de contribuições previdenciárias na hipótese do art. 39, I, da L. 8.213/91, porque, como cediço, apenas se exige a prova do exercício de atividade rural.
Nem sempre a prova do exercício da atividade rural tem que ver com o período imediatamente anterior ao requerimento de aposentadoria por idade; nada impede o segurado de exercer o direito em momento posterior ao preenchimento dos requisitos à concessão do benefício, nesse caso, o direito adquirido prevalece.
Desta sorte, a regra existe para facilitar o segurado, ou se prevalecerá da comprovação do exercício da atividade rural, no período imediatamente anterior ao requerimento, ou de período mais remoto, de prova mais trabalhosa, suscetível, porém, de mostrar que já se achava satisfeito o requisito quando atingida a idade para aposentar-se.
Se o termo inicial do benefício é o da data da citação (29.11.05), não há que se pronunciar a prescrição qüinqüenal, considerado o ajuizamento em 27.10.05.
O percentual da verba honorária merece ser mantido, porquanto fixado de acordo com os § § 3º e 4º do art. 20 do C. Pr. Civil, mas a base de cálculo deve estar conforme com a Súmula 111 do STJ, segundo a qual se considera apenas o valor das prestações até a data da sentença.
Não custa esclarecer que os juros de mora de meio por cento ao mês incidem, a partir da citação, de forma decrescente para as parcelas posteriores a tal ato processual e de forma globalizada para as anteriores. Após 10.01.2003 a taxa de tais juros passa a ser de 1% ao mês, nos termos do art. 406 do Código de Processo Civil e do art. 161, §1º, do Código Tributário Nacional, incidindo tais juros até a data de expedição do precatório, caso este seja pago no prazo estabelecido pelo art. 100 da CF/88 (STF, RE nº 298.616-SP, Relator Ministro Gilmar Mendes, maioria, julgado em 31 de outubro de 2002, pendente de elaboração de Acórdão).
A correção monetária incide sobre as diferenças do benefício, no momento em que se tornaram devidas, na forma do antigo Provimento COGE nº 24/97; do atual Provimento COGE nº 64/05; da Resolução CJF 242/01; e ainda da Portaria DForo-SJ/SP nº 92, de 23.10.2001.
Posto isto, com base no art. 557, caput, do C. Pr. Civil, nego seguimento à apelação, no tocante à concessão de aposentadoria por idade, dado que em contraste com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
No caso de ter sido concedido pelo INSS o amparo social ao idoso (espécie 88) ou à pessoa portadora de deficiência (espécie 87), dito benefício cessará simultaneamente com a implantação deste benefício.
Decorrido o prazo legal, baixem os autos ao juízo de origem.
Int.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
CASTRO GUERRA
RELATOR

PROC.	:	2007.03.99.003713-0 AC 1172731
ORIG.	:	0500001434 1 Vr SAO JOAQUIM DA BARRA/SP
APTE	:	CLEIBER ALVES DA SILVA
ADV	:	ROBERTO RAMOS
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUIZ TINOCO CABRAL
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Ação de conhecimento que tem por objeto condenar a autarquia previdenciária a restabelecer o benefício de auxílio-acidente.
A competência para processar e julgar o feito não é da Justiça Federal, conforme o disposto no art. 109, I da Constituição Federal.
De igual modo, entende o Superior Tribunal de Justiça, conforme enunciado da Súmula 15:
"Compete à Justiça Estadual processar e julgar os litígios decorrentes de acidente do trabalho."
Na esteira do enunciado da Súmula 15, anoto as decisões do Superior Tribunal de Justiça:
"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO ACIDENTÁRIA. JUSTIÇA ESTADUAL. ARTIGO 109, INCISO I, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. SÚMULA Nº 15/STJ. REVISÃO DE BENEFÍCIO ACIDENTÁRIO.
I - "Compete à Justiça Estadual processar e julgar os litígios decorrentes de acidente do trabalho." (Súmula do STJ, Enunciado nº 15). II - O Supremo Tribunal Federal tem entendido que a exceção prevista no artigo 109, inciso I, da Constituição da República deve ser interpretada de forma extensiva, cabendo à Justiça Estadual não só julgamento da ação relativa ao acidente de trabalho, mas, também, todas as conseqüências dessa decisão, tais como a fixação do benefício e seus reajustamentos futuros. Precedentes do STF e da 6ª Turma deste STJ. III - Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da 45ª Vara Cível do Rio de Janeiro/RJ, suscitante." (CC 31.972 RJ, Min. Hamilton Carvalhido; CC 34.738 PR, Min. Gilson Dipp; CC 38.349 PR, Min. Hamilton Carvalhido; CC 39.856 RS, Min. Laurita Vaz).
"PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE REVISÃO DE BENEFÍCIO ACIDENTÁRIO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.
- A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal consagrou o entendimento de que as ações revisionais de benefícios acidentários tem como foro competente a Justiça Comum Estadual.
- Precedentes do STF (RE 204.204/SP, rel. Min. Maurício Corrêa e RE 264.560/SP, rel. Min. Ilmar Galvão).
- Conflito conhecido, declarando-se competente o Juízo Estadual." (CC 33252/SC; CC 2001/0118308-5, Rel. Min. Vicente Leal).
Posto isto, não se inserindo na competência constitucional desta Corte as causas de benefício acidentário, encaminhem-se os autos ao eg. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO.
Intimem-se.
São Paulo, 27 de março de 2007.
CASTRO GUERRA
RELATOR

PROC.	:	2005.61.83.003751-1 AC 1162031
ORIG.	:	4V Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	WANDA DOS SANTOS SILVA
ADV	:	MARIO ROGERIO KAYSER
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	FRANCISCO IVO AVELINO DE OLIVEIRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA / DÉCIMA TURMA

DECISÃO
Agravo contra a decisão que, com base no art. 557, § 1º-A, do C. Pr. Civil, dá provimento à apelação, para condenar a autarquia previdenciária a revisar o valor da pensão da autora, a fim de que prevaleça o coeficiente do cálculo para 80% sobre o valor da aposentadoria, a partir da L. 8.213/91, e para 100%, a partir da L. 9.032/95.
Sustenta a autarquia que a decisão ofende ato jurídico perfeito e o princípio da irretroatividade das leis, bem assim que a majoração do benefício não tem prévia fonte de custeio, e pugna por sua reforma.
Relatados, decido.
O Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária, decidiu pela inadmissibilidade de qualquer interpretação da L. 9.032/95 que implique a aplicação de suas disposições a benefícios de pensão por morte concedidos anteriormente à sua vigência (RE 416.827 SC; RE 415.454 SC).
Posto isto, com a ressalva do meu entendimento, reconsidero a decisão recorrida, para negar seguimento ao recurso, com base no art. 557, caput, do C. Pr. Civil, e assim manter a sentença de improcedência do pedido.
Deixo de condenar a parte autora nos ônus da sucumbência, porquanto beneficiária da assistência judiciária (RE 313.348 RS, Min. Sepúlveda Pertence).
Independentemente do trânsito em julgado, determino seja enviado e-mail ao INSS, a fim de que se adotem as providências cabíveis à imediata redução do coeficiente da pensão por morte.
Decorrido o prazo legal, baixem os autos ao juízo de origem.
Int.
São Paulo, 12 de março de 2007.
CASTRO GUERRA
RELATOR

PROC.	:	2004.61.04.003763-6 AC 1175078
ORIG.	:	5 Vr SANTOS/SP
APTE	:	DACIO SOARES DO NASCIMENTO
ADV	:	JOSE ABILIO LOPES
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MIRIAM DE ANDRADE CARNEIRO LEAO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Ação de conhecimento que tem por objeto condenar a autarquia previdenciária a recalcular o valor inicial do benefício previdenciário, mediante a correção dos 24 (vinte e quatro) salários-de-contribuição, anteriores aos 12 (doze) últimos, com base na ORTN/OTN/BTN, bem assim recompor o seu valor, nos termos do art. 58 do ADCT.
Pede-se ainda, a revisão do benefício, com base no índice integral do IRSM, ao argumento de que a sistemática de reajuste adotada pela L. 8.700/93 e L. 8.880/94, que converte o valor do benefício em URV, acarreta redução do seu valor real, e rever o benefício, mediante a aplicação do índice integral do IGP-DI, nos meses de junho de 1997 a junho de 2001, para preservar o seu valor real.
A r. sentença recorrida rejeita o pedido e condena a parte autora ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) do valor da causa, observado o disposto no art. 12 da L. 1.060/50.
Em seu recurso, a parte autora pugna pela reforma da decisão recorrida. Subiram os autos, sem as contra-razões.
Relatados, decido.
Os benefícios previdenciários concedidos entre outubro de 1988 e abril de 1991, tiveram seus valores recalculados pela autarquia, em cumprimento ao disposto no art. 144 da L. 8.213/91.
Em princípio seria letra morta a retromencionada disposição legal na hipótese de auto-aplicabilidade do caput do art. 202 da Constituição Federal (redação original):
"Art. 202. É assegurada aposentadoria, nos termos da lei, calculando-se o benefício sobre a média dos trinta e seis últimos salários de contribuição, corrigidos monetariamente mês a mês, e comprovada a regularidade dos reajustes dos salários de contribuição de modo a preservar seus valores reais e obedecidas as seguintes condições".
Todavia, a regra constitucional em tela, segundo o Plenário da Corte Suprema, não é auto-aplicável, como se vê da ementa:
"CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. AUTO-APLICABILIDADE DO ART. 202 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ALEGAÇÃO IMPROCEDENTE. SUPERVENIÊNCIA DAS LEIS 8.212/91 E 8.213/91. INTEGRAÇÃO LEGISLATIVA. RECURSO EXTRAORDINÁRIO NÃO CONHECIDO. 1 - O preceito do art. 202, "caput", da Constituição Federal não é auto-aplicável, por necessitar de integração legislativa, para complementar e conferir eficácia ao preceito. 2 - Superveniência das Leis 8.212/91 e 8.213/91, normas sem as quais a vontade da Lei Maior não se cumpria. Recurso extraordinário não conhecido." (RE 193.456 RS, Min. Maurício Corrêa).
A L. 8.213/91 veio conferir eficácia à aludida regra do art. 202, bem assim ao art. 201, § 3º, que estabelece a correção monetária de todos os salários-de-contribuição compreendidos no cálculo do benefício.
Ordenou, assim, este diploma legal o recálculo da renda mensal inicial e o reajuste de todos os benefícios de prestação continuada concedidos, entre 5 de outubro de 1988 e 5 de abril de 1991:
"Art. 144 Até 1º de junho de 1992, todos os benefícios de prestação continuada concedidos pela Previdência Social, entre 5 de outubro de 1988 e 5 de abril de 1991, devem ter sua renda mensal inicial recalculada e reajustada, de acordo com as regras estabelecidas nesta lei.
Parágrafo único. A renda mensal recalculada de acordo com o disposto no caput deste artigo, substituirá para todos os efeitos a que prevalecia até então, não sendo devido, entretanto, o pagamento de quaisquer diferenças decorrentes da aplicação deste artigo referentes às competências de outubro de 1988 a maio de 1992."
A inexigibilidade das diferenças do benefício entre outubro de 1988 e maio de 1992, conforme preconiza o parágrafo único do art. 144 da L. 8.213/91, não foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento, pelo Plenário, do RE 193.456 RS, cuja ementa se acha transcrita no início deste voto.
Nesse sentido, orienta-se a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:
"CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. ARTS. 201, §3º E 202, CAPUT, DA CF/88. EFICÁCIA. LEI 8.213/91, ART. 144, PARÁGRAFO ÚNICO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. ACOLHIMENTO. I - Dependendo de lei o dispositivo constitucional para ter eficácia,a ofensa por seu descumprimento deve ser alegada de respeito à lei.Precedente do STF. II - A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça é no sentido da não serem auto-aplicáveis os arts. 201, §3º e 202, da CF/88, condicionada sua eficácia à Lei 8.213/91. III - Os benefícios concedidos entre a CF/88 (05.10.88) e 05.04.91 (art. 144 da Lei 8.213/91) foram recalculados e reajustados, e, pagas as diferenças, indevidas parcelas anteriores a junho de 1992, consoante seu parágrafo único. IV - Embargos acolhidos" (EREsp 244.537, Min. Gilson Dipp).
Para benefícios concedidos após a Constituição de 1988, é inaplicável a correção monetária com base no índice da ORTN/OTN, determinado pela L. 6.423/77, devendo-se obedecer aos critérios previstos nos arts 31 e 144 da L. 8.213/91, que fixaram o INPC e índices legais como forma de atualização (REsp 456.619 SP, Min. Jorge Scartezzini; AGA 516.191 SP, Min. Gilson Dipp; REsp 618.808 SP, Min. José Arnaldo da Fonseca; REsp 529.491 SP, Min. Hamilton Carvalhido; REsp 479.152 RS, Min. Laurita Vaz).
Não deve prosperar, também, o pedido de revisão do benefício nos moldes do art. 58 do ADCT, eis que a referida equivalência salarial aplica-se tão somente aos benefícios previdenciários em manutenção quando da promulgação da Constituição de 1988 (REsp 443.202 RJ, Min. Jorge Scartezzini; REsp 259.452 SP, Min. Edson Vidigal; REsp 234.647 RJ, Min. Hamilton Carvalhido).
De outra parte, a L. 8.542, de 23 de dezembro de 1992, introduziu nova forma de reajuste dos benefícios, ao assegurar o reajuste quadrimestral e manter o IRSM - Índice de Reajuste do Salário Mínimo, trazendo, como novidade, entretanto, as antecipações bimestrais, consoante o disposto no art. 9º, § 1º, a seguir transcrito:
"Art. 9º. Os benefícios de prestação continuada da Previdência Social serão reajustados nos seguintes termos:
(...)
§ 1º São assegurados, ainda, aos benefícios de prestação continuada da Previdência Social, a partir de agosto de 1993, inclusive, antecipação em percentual correspondente à parte da variação do IRSM que exceder 10% (dez por cento) no mês anterior ao da sua concessão nos meses de fevereiro, março, abril, junho, julho, agosto, outubro, novembro e dezembro."
(grifei).
A L. 8.700/93, contra a qual se levanta neste feito, não alterou a periodicidade, mas tão-somente a forma de antecipação prevista na L. 8.542/92, que passou a ser mensal. Essa antecipação era compensável e não se confundia com reajuste ou aumento.
Mencionado diploma legal não colide com a Constituição, vez que, como sabido, o art. 201, § 2º, remeteu ao legislador ordinário a competência para estabelecer a fórmula matemática dos reajustamentos. A escolha desse ou daquele coeficiente resulta da discricionariedade atribuída ao legislador pela norma constitucional, para fazer valer a perenidade do poder de compra do benefício.
O reajuste quadrimestral, com antecipações mensais, foi a fórmula encontrada, à época, para preservar o valor real dos benefícios. Valendo-se da competência fornecida pela norma constitucional, o legislador ordinário limitou-se, portanto, a estatuir um critério que cumprisse o desiderato constitucional.
Esta a orientação pacífica do Superior Tribunal de Justiça, como segue:
"PREVIDENCIÁRIO - REVISIONAL DE BENEFÍCIO - PROCESSUAL CIVIL - DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL - PRESERVAÇÃO DO VALOR REAL - CONVERSÃO EM URV - RESÍDUO DE 10% DO IRSM - MESES DE NOVEMBRO E DEZEMBRO/93 E JANEIRO E FEVEREIRO/94 - LEI 8.880/94 - JUROS MORATÓRIOS - PERCENTUAL - SÚMULA 204/STJ.
I - Divergência jurisprudencial comprovada. Inteligência do art. 255 e parágrafos, do Regimento Interno desta Corte. II - Os resíduos relativos aos meses de Novembro e Dezembro/93 foram incorporados no reajuste efetivado em Janeiro/94. Precedentes. III - Inexiste direito adquirido à incorporação do resíduo de 10% referente ao IRSM de Janeiro/94 e Fevereiro/94 (39,67%), em razão da revogação da Lei 8.700/93, que o previa, pela Lei 8.880/94. Precedentes. IV - A conversão dos benefícios previdenciários em URV, a partir de março de 1994, não acarretou redução do valor do benefício. Precedentes. V - Os juros moratórios nas ações relativas a benefícios previdenciários incidem a partir de citação válida, no percentual de 1% (um por cento) ao mês. Aplicação da Súmula 204/STJ. Precedentes. VI - Recurso conhecido e parcialmente provido." (REsp 464.264 PB, Min. Jorge Scartezzini; REsp 292.055 RS, Min. Fontes de Alencar).
Não há que se falar, igualmente, em ilegalidade quando da conversão dos benefícios em URV - Unidade Real de Valor, porque o art. 20, da L. 8.880, de 27 de maio de 1994, assim dispõe:
"Art. 20. Os benefícios mantidos pela Previdência Social são convertidos em URV em 1º de março de 1994, observando-se o seguinte:
I - dividindo-se o valor nominal, vigente nos meses de novembro de dezembro de 1993 e janeiro de 1994 pelo valor em cruzeiros reais do equivalente em URV do último dia desses meses, respectivamente.
II - extraindo-se a média aritmética dos valores resultantes do inciso anterior.
(...)
§ 3º Da aplicação do disposto neste artigo não poderá resultar pagamento de benefício inferior ao efetivamente pago, em cruzeiros reais, na competência de fevereiro.
(...)".
Segundo referido diploma, os valores do benefício deveriam ser convertidos em URV do último dia dos respectivos meses, e assim convertidos os quatro últimos, seria encontrado o valor do benefício, em URV, pela média aritmética. Deve ser observado, todavia, que o citado § 3º assegurou que esta conversão não resultaria em valor inferior ao de fevereiro de 1994. Estavam os benefícios, assim, resguardados, em obediência ao princípio constitucional da irredutibilidade dos benefícios, insculpido no art. 201, § 2º, da Constituição Federal.
Por todo o exposto, tenho que os critérios de reajuste previstos nas L. 8.542/92 e 8.700/93, que estipularam reajustes quadrimestrais e antecipações bimestrais e mensais, bem como a L. 8.880/94, que determinou a conversão dos benefícios previdenciários em URV, não colidem com a Lei Maior, dado que observam os postulados da irredutibilidade dos benefícios e da preservação da manutenção de seu valor real.
Neste sentido, a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal:
"RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. LEIS 8542/92 E 8700/93. CONVERSÃO DO BENEFÍCIO PARA URV. CONSTITUCIONALIDADE DA PALAVRA "NOMINAL" CONTIDA NO INCISO I DO ARTIGO 20 DA LEI 8880/94. ALEGAÇÃO PROCEDENTE. I. O legislador ordinário, considerando que em janeiro de 1994 os benefícios previdenciários teriam os seus valores reajustados, e que no mês subseqüente se daria a antecipação correspondente à parcela que excedesse a 10% (dez por cento) da variação da inflação do mês anterior, houve por bem determinar que na época da conversão da moeda para Unidade Real de Valor fosse observada a média aritmética das rendas nominais referentes à competências de novembro e dezembro de 1993 e janeiro e fevereiro de 1994, período que antecedeu a implantação do Plano Real, dado que a URV traduzia a inflação diária. II - Conversão do benefício para URV. Observância das Leis 8542/92, 8700/93 e 8880/94. Inconstitucionalidade da palavra nominal contida no inciso I do artigo 20 da Lei 8880/94, por ofensa à garantia constitucional do direito adquirido (CF, artigo 5º, XXXVI). Improcedência. O referido vocábulo apenas traduz a vontade do legislador de que no cálculo da média aritmética do valor a ser convertido para a nova moeda fossem considerados os reajustes e antecipações efetivamente concedidos nos meses de novembro e dezembro de 1993 e janeiro e fevereiro de 1994. Recurso extraordinário conhecido e provido." (RE 313.382 SC, Min. Maurício Corrêa).
Não deve prosperar o pedido de reajuste do benefício em razão da perda do seu valor real, considerado o disposto no art. 201, § 4º, da Constituição Federal, que assegura o reajuste dos benefícios, a fim de preserva-lhes o valor real, conforme critérios definidos em lei.
De acordo com o art. 41 da L. 8.213/91, foi definido o INPC como critério de correção monetária do valor do benefício, para preservação do seu valor real, o qual veio a ser sucedido pelo IRSM, na forma da L. 8.542/92, e o IPC-r, pela L. 8.880/94.
Em seguida, a L. 9.711/98 instituiu o IGP-DI para o reajuste em maio de 1996, e alterou, a partir de junho de 1997, o critério de reajuste, mediante a aplicação do índice de 7,76% (sete vírgula setenta e seis por cento), no referido mês, e 4,81% (quatro vírgula oitenta e um por cento), em junho de 1998.
Posteriormente, os benefícios foram reajustados em junho de 1999 (4,61%), junho de 2000 (5,81%), junho de 2001 (7,66%), junho de 2002 (9,20%) e junho de 2003 (19,71%), com o emprego de índices estabelecidos pela L. 9.971/00, MP 2.187-13/01, D. 3.826/01 e D. 4.249/02.
Ainda agora, em sessão plenária, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o RE 376.846 SC, afastou a aplicação do IGP-DI nos reajustes dos meses de junho de 1997, 1999, 2000 e 2001, pelo que devem prevalecer os índices acima apontados, decorrentes das referidas prescrições legais.
Portanto, mediante a aplicação de tais dispositivos legais, os benefícios previdenciários vêm sendo preservados, segundo o princípio da irredutibilidade do valor dos benefícios (REsp 477.181 RJ, Min. Jorge Scartezzini; REsp 435.613 RJ, Min. Gilson Dipp; REsp 429.627 RJ, Min. Felix Fischer).
Posto isto, com base no art. 557, caput, do C. Pr. Civil, nego seguimento ao presente recurso, dado que em contraste com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
Corrijo, de ofício, a inexatidão material atinente à condenação em honorários de advogado, nos termos do art. 463, I, do C. Pr. Civil, considerada a assistência judiciária gratuita, como também a condição imposta para sua exigência (futura fortuna), que torna condicional este capítulo da sentença (CPC, art. 460, § único).
Decorrido o prazo legal, baixem os autos ao juízo de origem.
Int.
São Paulo, 27 de março de 2007.
CASTRO GUERRA
RELATOR

PROC.	:	2007.03.99.003938-2 AC 1173023
ORIG.	:	0500000381 2 Vr PIEDADE/SP 0500015801 2 Vr PIEDADE/SP
APTE	:	PERCILIA DOMINGUES DE MORAIS
ADV	:	ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CINTIA RABE
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Ação de conhecimento, ajuizada em 28.04.05, que tem por objeto condenar a autarquia previdenciária a conceder o benefício da aposentadoria por idade a trabalhador rural.
A r. sentença apelada, de 14.06.06, condena o INSS a conceder o benefício, no valor de um salário mínimo, a partir da citação (15.07.05), mais o abono anual, bem assim a pagar as prestações vencidas com correção monetária, acrescidas de juros de mora de 1% ao mês, a contar da citação, além das despesas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da condenação, excluídas as parcelas vincendas. Por fim, ordena a imediata implantação do benefício.
Recorrem as partes; a autarquia suscita preliminar de revogação da antecipação da tutela e da necessidade do duplo efeito, no mais, pugna pela reforma integral da decisão recorrida. A parte autora pede a majoração da verba honorária para 15% sobre o valor da condenação até a data do efetivo pagamento.
Subiram os autos, com contra-razões.
É o relatório, decido.
Prejudicada a apelação, porquanto o recurso acabou por ser recebido no duplo efeito.
Não merece guarida o pedido de revogação da decisão antecipatória da tutela jurisdicional, porquanto subsistem os fundamentos que a justificaram.
O trabalhador rural, enquadrado como segurado obrigatório no Regime Geral de Previdência Social, pode requerer aposentadoria por idade, desde que comprove o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses prescritos no art. 143 da L. 8.213/91.
A aposentadoria por idade, no caso de trabalhadores rurais, referidos na al. "a" do inc. I, na al. "g" do inc. V e nos inc. VI e VII do art. 11 da L. 8.213/91, é devida ao segurado que, cumprido o número de meses exigidos no art. 143 da L. 8.213/91, completar 60 (sessenta) anos de idade para homens e 55 (cinqüenta e cinco) para mulheres (art. 48, § 1º).

Com respeito ao exercício da atividade rural, o conjunto probatório revela razoável início de prova material, mediante a cópia da certidão de casamento, na qual consta a profissão de lavrador do marido (fs. 15).
Consoante a prova oral, as testemunhas inquiridas, mediante depoimentos seguros e convincentes, tornaram claro o exercício da atividade rural da parte autora por tempo suficiente para obtenção do benefício (fs. 43/44).
Quanto à idade mínima exigida, a parte autora prova ter mais de 55 (cinqüenta e cinco) anos de idade (fs. 13).
Desta sorte, ao completar a idade acima, em 28.02.89, a parte autora implementou todas as condições necessárias à obtenção do benefício, no valor de um salário mínimo, a partir da citação, à vista do exercício de atividade rural em número de meses superior ao exigível (L. 8.213/91, arts. 142 e 143 e Decreto 3.048/99, art. 182).
Satisfeitos os requisitos, é de conceder-se o benefício, segundo orientação dominante do Superior Tribunal de Justiça:
PREVIDENCIÁRIO - TEMPO DE SERVIÇO - TRABALHADOR RURAL PROVAS MATERIAL E TESTEMUNHAL - CORREÇÃO MONETÁRIA LEI 6.899/81 - SÚMULAS 148 E 43, DO STJ - APLICAÇÃO SIMULTÂNEA.
A qualificação profissional de lavrador ou agricultor constante dos assentamentos de registro civil, constitui início razoável de prova material do exercício da atividade rural. A comprovação da qualidade de trabalhador rural, através de início de prova documental corroborada por depoimentos idôneos prestados em juízo, enseja o reconhecimento do tempo de serviço reclamado para fins de percepção de benefício previdenciário. As parcelas de débitos previdenciários não prescritas e vencidas após a vigência da Lei nº 6.899/81, devem ser atualizadas monetariamente na forma prevista neste diploma legal, desde quando originada a obrigação, ainda que anterior ao ajuizamento da ação. Aplicação simultânea das Súmulas 43 e 148, do STJ. Recurso parcialmente conhecido e, nesta extensão, provido." (REsp 172.880 SP, Min. Jorge Scartezzini; REsp 543.331 GO, Min. Laurita Vaz; REsp 422.095 SP, Min. Jorge Scartezzini; REsp 246.844 RS, Min. Hamilton Carvalhido).
Não custa repisar, então, que a prova testemunhal corrobora a documentação trazida como início de prova material, e basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito da obtenção de benefício previdenciário (Súmula STJ 149).
É descabida a exigência da prova de recolhimento de contribuições previdenciárias nesse período, porque, como cediço, apenas se exige a prova do exercício de atividade rural, sobre ser inconstitucional a exigência de contribuições anteriores ao período em que passou ela a ser devida pelos trabalhadores rurais (ADIn 1.664-0).
Nem sempre a prova do exercício da atividade rural tem que ver com o período imediatamente anterior ao requerimento de aposentadoria por idade; nada impede o segurado de exercer o direito em momento posterior ao preenchimento dos requisitos à concessão do benefício, nesse caso, o direito adquirido prevalece.
Desta sorte, a regra existe para facilitar o segurado, ou se prevalecerá da comprovação do exercício da atividade rural, no período imediatamente anterior ao requerimento, ou de período mais remoto, de prova mais trabalhosa, suscetível, porém, de mostrar que já se achava satisfeito o requisito quando atingida a idade para aposentar-se.
O percentual da verba honorária deve ser fixado em 15% sobre o valor da condenação de acordo com os § § 3º e 4º do art. 20 do C. Pr. Civil, e a base de cálculo deve estar conforme com a Súmula 111 do STJ, segundo a qual se considera apenas o valor das prestações até a data da sentença.
Não custa esclarecer que a correção monetária incide sobre as diferenças do benefício, no momento em que se tornaram devidas, na forma do antigo Provimento COGE nº 24/97; do atual Provimento COGE nº 64/05; da Resolução CJF 242/01; e ainda da Portaria DForo-SJ/SP nº 92, de 23.10.2001.
Posto isto, rejeito as preliminares e, com base no art. 557, caput, do C. Pr. Civil, nego seguimento à apelação do INSS, no tocante à concessão de aposentadoria por idade, dado que em contraste com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, e provejo à apelação da parte autora, quanto ao percentual da verba honorária.
Decorrido o prazo legal, baixem os autos ao juízo de origem.
Int.
São Paulo, 28 de março de 2007.
CASTRO GUERRA
RELATOR

PROC.	:	2003.03.99.004002-0 AC 854392
ORIG.	:	0100000866 1 Vr DOIS CORREGOS/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RENATA CAVAGNINO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	THEREZINHA MENDES BERTHOLO e outro
ADV	:	ANTONIO CARLOS POLINI
RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO / DÉCIMA TURMA

Vistos.
Trata-se de apelação de sentença pela qual foram julgados parcialmente procedentes embargos à execução de título judicial de ação de revisão de benefícios para determinar a retificação do valor da renda mensal inicial do benefício de Euclydes Toniato para R$ 7.020,00 e, como conseqüência, da alteração do valor exeqüendo, devem ser retificados também os valores apurados a título de honorários advocatícios e juros de mora. Havendo sucumbência recíproca, cada parte arcará com a verba honorária de seus próprios patronos.
Objetiva o INSS a reforma de tal sentença alegando, preliminarmente, cerceamento de defesa ante a não realização de prova pericial contábil ou a remessa dos autos ao setor de contadoria judicial. No mérito, sustenta que nos cálculos devem ser observadas as disposições contidas nos Provimentos 24/97 e 26/01 desta Corte e não a Resolução 187 do Conselho da Justiça Federal. Aduz o incabimento dos expurgos inflacionários, pois não estão previstos no regramento deste Tribunal. Argumenta que é necessária a confrontação com os autos 173/92 em trâmite pelo mesmo Juízo.
Contra-razões de apelação apresentadas pelo embargado, pugnando pela manutenção da r. sentença recorrida.
Dispensada a revisão, nos termos regimentais.
Após o breve relatório, passo a decidir.
Do erro material
Por primeiro, verifico a ocorrência de erro material na r.sentença recorrida ao mencionar o valor da renda mensal inicial da aposentadoria de Euclydes Toniato, no valor de R$ 7.020,00 (sete mil e vinte reais), uma vez que o padrão monetário vigente à época da concessão do benefício em questão (12.01.1988) era o Cruzado (Cz$).
Da preliminar
Rejeito a alegação de cerceamento de defesa, haja vista que os argumentos trazidos não demonstram ter havido prejuízo para o embargante, levando-se em conta o presente julgamento.
Do mérito
Com relação à correção monetária sobre débitos previdenciários, é sabido que, em virtude do seu caráter eminentemente alimentar, deve ser a mais ampla possível, justificando a utilização dos índices expurgados na correção monetária das diferenças devidas.
Todavia, se na sentença transitada em julgado não houve determinação para a inclusão dos chamados índices expurgados, cabe ao Juiz da execução a decisão a respeito da utilização dos mesmos.
Desta forma, verifica-se que devem ser adotados os critérios previstos no Provimento 24/97, vigente à época da elaboração da conta, o qual prevê a consideração da variação integral do IPC em janeiro de 1989 (42,72%) e março de 1990 (84,32%).
Considerando o acima exposto, procedeu-se à feitura, no âmbito deste Tribunal, de novos cálculos de liquidação, que passam a fazer parte integrante da presente decisão, nos quais foram apurados os seguintes valores:
- Amadeu Bertholo, em agosto de 1998: R$ 2.886,86; em março de 2007: R$ 9.324,56
- Euclydes Toniato, em agosto de 1998: R$ 456,64; em março de 2007: R$ 1.474,95.
No que concerne à confrontação com os autos 173/92 em trâmite pelo mesmo Juízo, sua análise afigura-se incabível neste momento processual, ou seja, cabe ao INSS, na fase de liquidação do aludido processo, informar os valores já recebidos no presente feito.
Por conseguinte, aplicável no caso em espécie, o disposto no artigo 557 do Código de Processo Civil, nestes termos:
Art. 557. O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior.
§ 1º A- Se a decisão estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, o relator poderá dar provimento ao recurso.
(...)
Diante do exposto, nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, de ofício, tendo em vista o erro material constatado, determino a retificação do valor da renda mensal inicial do benefício de Euclydes Toniato, constante no dispositivo da r.sentença, para Cz$ 7.020,00 (sete mil e vinte cruzados); rejeito a preliminar argüida e, no mérito, dou parcial provimento à apelação do INSS, adotando-se os cálculos elaborados no âmbito deste Tribunal, que apuraram os seguintes valores a favor da parte embargada:
- Amadeu Bertholo, em agosto de 1998: R$ 2.886,86; em março de 2007: R$ 9.324,56
- Euclydes Toniato, em agosto de 1998: R$ 456,64; em março de 2007: R$ 1.474,95.
Decorrido o prazo recursal, encaminhem-se os autos à Vara de origem, dando-se baixa na Distribuição.
Intimem-se
São Paulo, 23 de março de 2007.
SÉRGIO NASCIMENTO
Desembargador Federal

PROC.	:	2003.61.17.004007-2 AC 1177213
ORIG.	:	1 Vr JAU/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RAQUEL CARRARA MIRANDA DE ALMEIDA PRADO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ROSANGELA MARIA TURCHIAI ZAMBIAGI e outros
ADV	:	RAFAEL TONIATO MANGERONA
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE JAU Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

DECISÃO
Previdenciário. Pensão por morte. Revisão. Coeficiente. Alteração. Lei nº 9.032/95. Benefícios anteriores à sua vigência. Incabimento. Precedente STF.
Aforada ação, em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando a majoração da renda mensal de pensão por morte, para que a parcela familiar do benefício correspondesse a 100% do salário-de-benefício, a partir da vigência da Lei nº 9.032/95 (que alterou o art. 75 da Lei nº 8.213/91), sobreveio sentença de procedência do pedido, ensejando apelo do réu, recebido no duplo efeito, com vista à sua reforma.
Deferida a Justiça Gratuita (f. 35).
Sentença submetida ao reexame necessário.
Existentes contra-razões.
Decido.
De início, cumpre observar que os benefícios, objetos da presente ação, foram concedidos após o advento da CR/88.
O art. 75 da Lei nº 8.213/91, em sua redação original, dispôs que "o valor mensal da pensão por morte será: a) constituído de uma parcela, relativa à família, de 80% (oitenta por cento) do valor da aposentadoria que o segurado recebia ou a que teria direito, se estivesse aposentado na data do seu falecimento, mais tantas parcelas de 10% (dez por cento) do valor da mesma aposentadoria quantos forem os seus dependentes, até o máximo de 2 (duas); b) 100% (cem por cento) do salário-de-benefício ou do salário-de-contribuição vigente no dia do acidente, o que for mais vantajoso, caso o falecimento seja conseqüência de acidente do trabalho".
Por outro lado, de notar-se que os benefícios concedidos entre 05/10/88 (advento da CR/88) e 25/7/91 (vigência da Lei nº 8.213/91), passaram a ter sua renda mensal inicial recalculada nos termos do referido dispositivo, conforme, ao depois, preceituaram os arts. 144 e 145 da Lei dos Planos de Benefícios da Previdência Social retro mencionada.
Com o advento da Lei nº 9.032/95, em 29/4/95, houve mudança na redação do dispositivo em comento, que passou a prever que "o valor mensal da pensão por morte, inclusive decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, observado o disposto na Seção III, especialmente no art. 33 desta Lei".
Inobstante o novo regramento acerca da matéria, o INSS deixou de aplicá-lo aos benefícios já concedidos, ao argumento de que, em matéria previdenciária, aplicar-se-ia a lei vigente à época da concessão (tempus regit actum), sob pena de afronta aos princípios do ato jurídico perfeito e do direito adquirido.
Nesse contexto, vinha defendendo a tese de que, em tal caso, preponderaria a regra mais benéfica aos pensionistas, incidindo, de forma imediata, a todas as pensões, mesmo àquelas implantadas sob a égide da legislação pretérita.
Entretanto, ressalvando minha posição sobre o tema, curvo-me à orientação, superveniente, esposada pelo E. STF ¸que, em Sessão Plenária realizada em 08/02/2007, ao apreciar os REs nºs. 415.454 e 416.827, firmou entendimento no sentido de que a Lei nº 9.032/95 não se aplicaria aos benefícios concedidos anteriormente à sua vigência. Esvaziam-se, pois, de sentido, os argumentos de ofensa a preceitos constitucionais, em especial ao da isonomia.
Assim, a razoabilidade e a economia processual impõem a revisão da teoria sufragada em primeiro momento, adequando-a à orientação do E. STF.
Dessarte, o pleito de majoração da renda mensal de pensão por morte, para que correspondesse a 100% do salário-de-benefício, a partir da vigência da Lei nº 9.032/95 (que alterou o art. 75 da Lei nº 8.213/91), não merece prosperar.
Ante o exposto, nos termos do art. 557, § 1º - A, do CPC, DOU PROVIMENTO à remessa oficial e à apelação do INSS, para julgar improcedente o pedido inicial, nos termos da fundamentação, reformando a r. sentença.
Na espécie, a parte autora é beneficiária da justiça gratuita, indevida, portanto, sua condenação nas verbas de sucumbência, mesmo porque, segundo decidido pelo E. STF, descabe, ao julgador, proferir decisões condicionais, tocando-lhe avaliar a situação de pobreza, quando do julgamento (RE nº 313.348/RS, Rel. Min. Sepúlveda Pertence).
Decorrido o prazo para interposição de recurso, baixem os autos à Vara de origem, observadas as formalidades legais.
Dê-se ciência.
Em, 29 de março de 2007
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2007.03.99.004027-0 AC 1173275
ORIG.	:	0500000266 1 Vr SAO MANUEL/SP 0500004730 1 Vr SAO MANUEL/SP
APTE	:	SERGIO TASCA
ADV	:	ODENEY KLEFENS
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	GILSON RODRIGUES DE LIMA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Ação de conhecimento, ajuizada em 09.10.06, que tem por objeto condenar a autarquia previdenciária a conceder o benefício de aposentadoria por tempo de serviço, mediante reconhecimento de tempo exercido sob condições especiais.
A r. sentença apelada, de 02.05.03, extingue o processo, sem resolução do mérito, com base no art. 267, VI, do C. Pr. Civil, à conta de ausência de interesse processual, por não ter havido requerimento na via administrativa.
Em seu recurso, a parte autora pugna pela reforma da r. sentença.
Subiram os autos, com contra-razões.
Relatados, decido.
Não há que se falar em carência da ação pela falta de interesse de agir, à míngua de prévio requerimento na via administrativa, porque as únicas exceções ao livre acesso ao Judiciário, conforme o disposto no inc. XXXV do art. 5º da Constituição Federal, estão previstas no § 1º do art. 217, dizendo respeito às ações relativas à disciplina e às competições esportivas, nas quais o interesse de agir surge só após esgotadas as instâncias da justiça desportiva.
Além disso, a questão é objeto do enunciado da Súmula nº 9 desta eg. Corte:

"Em matéria previdenciária, torna-se desnecessário o prévio exaurimento da via administrativa, como condição de ajuizamento da ação".
A r. decisão recorrida está ainda em manifesto confronto com a Súmula 213 do extinto Tribunal Federal de Recursos:
"O exaurimento da via administrativa não é condição para propositura de ação de natureza previdenciária".
No mesmo sentido, é a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça:
"PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. EXAURIMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. PROVA MATERIAL E TESTEMUNHAL. REEXAME. DIVERGÊNCIA JURISPRUDÊNCIA NÃO COMPROVADA.
- Desnecessidade de prévia postulação ou do exaurimento da via administrativa para obtenção de benefício previdenciário por meio de prestação jurisdicional. Súmula 213/TRF. Precedentes.
- (...)
- Recurso conhecido, porém desprovido".
(REsp. 191.039 SP, Min. Jorge Scartezzini; REsp. 202.580 RS, Min. Gilson Dipp; REsp. 109.724 SC, Min. Edson Vidigal; REsp. 180.863 TO, Min. José Arnaldo da Fonseca).
Posto isto, dou provimento à apelação para reformar a sentença, com fundamento no art. 557, § 1º-A, do C. Pr. Civil, dado que em contraste com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, e determinar o prosseguimento do feito mediante despacho liminar de conteúdo positivo ou negativo, exceto quanto ao fundamento de prévio requerimento na via administrativa.
Decorrido o prazo legal, remetam-se os autos ao Juízo de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
CASTRO GUERRA
RELATOR

PROC.	:	1999.61.14.004062-3 AC 847342
ORIG.	:	3 Vr SAO BERNARDO DO CAMPO/SP
APTE	:	JOSE ALSINA CARRERA espolio e outro
REPTE	:	LUIS ALSINA FONTSECA e outros
ADV	:	FERNANDO STRACIERI
PARTE R	:	LEONILDA BERGAMINI PIEROTTI falecido e outro
ADV	:	
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	FRANCISCO XAVIER MACHADO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO / DÉCIMA TURMA

Vistos.
Trata-se de apelação de sentença pela qual foram julgados procedentes os embargos à execução de título judicial de ação de revisão de benefícios, proposta pela parte embargada em face ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, para declarar que nada há a ser executado em relação a embargada Lydia Costaldi Cordeiro e declarando nula a execução por falta de pressuposto processual de existência em relação aos demais herdeiros.
A parte embargada, em suas razões de recurso, alega, em resumo, que a sentença merece reforma, pois o magistrado entendeu que na conta apresentada foram utilizados índices incorretos. Sustenta que não há como se acolher o entendimento contido na sentença no que diz respeito a aplicabilidade de índices fracionados para cálculo da renda mensal inicial, haja vista que contraria princípios constitucionais e a lei ordinária. Argumenta que os benefícios visam à recomposição dos salários dos segurados, devendo ser reajustados de forma ampla e com aplicação de índices que recomponham seu valor real.
Com contra-razões, os autos subiram a esta E.Corte.
Após breve relatório, passo a decidir.
Consta da r.sentença, em sua parte dispositiva, verbis:
Posto isso, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, nos termos do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, declarando que nada há a ser executado em relação a Lydia Costaldi Cordeiro e declarando nula a execução por falta de pressuposto processual de existência em relação aos demais Embargados.
Traslade-se cópia da presente para os autos da ação de conhecimento (fl.118).
Verifica-se, pois, que as razões recursais não guardam sintonia com os fundamentos apresentados pela Juíza sentenciante, haja vista que insurgem-se contra a aplicação de índices fracionados e manutenção do valor real dos benefícios, que não foram objeto do decisum.
Assim, não se atendeu a um dos princípios genéricos que informam o sistema recursal, qual seja, o princípio da dialeticidade.
Desta forma, tem-se ofensa à regularidade formal do recurso (art. 524 do CPC), requisito extrínseco (pressuposto objetivo) de sua admissibilidade.
Nesse sentido já decidiu esta E. Corte:
PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. REAJUSTAMENTO DO VALOR DOS BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA PAGOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL. RAZÕES DIVORCIADAS.
- Apelo em razões esteriotipadas trazendo à discussão matéria divorciada daquela veiculada nos autos.
- Apelação não conhecida.
(AC n.º 92.03.057195-7, 1ª Turma, Relator Juiz Federal Convocado Gilberto Jordan, v.u., publicado no DJU de 05 de setembro de 2000, p. 205).
PREVIDENCIÁRIO E PROCESSO CIVIL - REVISÃO DE BENEFÍCIO - RAZÕES DISSOCIADAS DA FUNDAMENTAÇÃO DA SENTENÇA.
I- Não é de se conhecer do recurso cujas razões trazidas pelo recorrente estão divorciadas da fundamentação expendida na r. sentença recorrida.
II- Recurso(s) do autor que não se conhece.
(Relator Des. Fed. Roberto Haddad, v.u., publicado no DJU de 1º de agosto de (AC nº 1999.03.99.118689-2, 1ª Turma, 2000, p. 223).
Por conseguinte, aplicável no caso em espécie, o disposto no artigo 557, § 1ª, "a", do Código de Processo Civil, nestes termos:
Art. 557. O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior.
§ 1º A- Se a decisão estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, o relator poderá dar provimento ao recurso.
(...)
Diante do exposto, nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, não conheço do recurso da parte embargada.
Decorrido o prazo recursal, encaminhem-se os autos à Vara de origem, dando-se baixa na Distribuição.
Intimem-se.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
SÉRGIO NASCIMENTO
Desembargador Federal

PROC.	:	2007.03.99.004100-5 AC 1173348
ORIG.	:	0500001215 2 Vr MOGI MIRIM/SP 0500077721 2 Vr MOGI MIRIM/SP
APTE	:	MARIA JOSE DA COSTA espolio
REPTE	:	CANDIDO RODRIGUES DA COSTA
ADV	:	EVELISE SIMONE DE MELO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RICARDO QUARTIM DE MORAES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
RELATOR	:	DES.FED. JEDIAEL GALVÃO / DÉCIMA TURMA

Vistos etc.
Proposta ação de conhecimento, objetivando a concessão de aposentadoria por idade rural, sobreveio sentença de procedência do pedido, condenando-se a autarquia previdenciária a conceder o benefício, no valor de um salário mínimo, a partir da data do ajuizamento da ação, devendo as prestações vencidas ser pagas com correção monetária e juros de mora, desde a citação, além de honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor das prestações vencidas até a data do efetivo pagamento.
A r. sentença não foi submetida ao reexame necessário.
Inconformada, a autarquia previdenciária interpôs recurso de apelação, pugnando pela integral reforma da sentença, para que seja julgado improcedente o pedido. Subsidiariamente, requer a alteração quanto ao termo inicial do benefício e honorários advocatícios.
A parte autora, por sua vez, interpôs recurso de apelação, requerendo a alteração da sentença quanto aos honorários advocatícios, juros de mora e correção monetária.
À fl. 98, foi deferida a substituição processual, passando a figurar no pólo ativo da ação o Espólio de Maria José da Costa, representado por Cândido Rodrigues da Costa.
Com as contra-razões, os autos foram remetidos a este Tribunal.
É o relatório.
D E C I D O.
A autora postula a concessão do benefício de aposentadoria rural por idade.
Tal benefício está previsto no artigo 143 da Lei n.º 8.213/91, exigindo-se, para a sua concessão, a comprovação do exercício de trabalho rural, ainda que descontinuamente, mas no período imediatamente anterior ao ajuizamento da demanda, em número de meses idêntico à carência desse benefício, dispensando-se a comprovação do efetivo recolhimento das contribuições mensais nesse período.
Em se tratando de trabalhadora rural, a aposentadoria por idade é devida aos 55 (cinqüenta e cinco) anos (artigo 48, § 1º, da Lei n.º 8.213/91).
Tendo a autora MARIA JOSÉ DA COSTA nascido em 03/04/1943, completou a idade necessária em 03/04/1998.
Nos termos do artigo 55, § 3.º, da Lei 8.213/91 e do entendimento jurisprudencial consubstanciado na Súmula 149 do Superior Tribunal de Justiça, para a comprovação do trabalho rural é necessária a apresentação ao menos de início de prova material, corroborável por prova testemunhal. Ressalta-se que o início de prova material, exigido pelo § 3º do artigo 55 da Lei nº 8.213/91, não significa que o segurado deverá demonstrar mês a mês, ano a ano, por intermédio de documentos, o exercício de atividade na condição de rurícola, pois isto importaria em se exigir que todo o período de trabalho fosse comprovado documentalmente, sendo de nenhuma utilidade a prova testemunhal para demonstração do labor rural.
Início de prova material, conforme a própria expressão o diz, não indica completude, mas sim começo de prova, princípio de prova, elemento indicativo que permita o reconhecimento da situação jurídica discutida, desde que associada a outros dados probatórios.
Neste caso, há início de prova material da condição de rurícola do marido da autora, consistente na cópia de sua certidão de casamento (fl. 13), na qual ele está qualificado como rurícola. O Superior Tribunal de Justiça, sensível à realidade social do trabalhador rural, pacificou o entendimento de ser extensível à esposa a qualificação de trabalhador rural apresentada pelo marido, constante de documento, conforme revela a ementa deste julgado:
"PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL.
Firmou-se a jurisprudência da Corte no sentido de que o documento probante da situação de camponês do marido é início razoável de prova material da qualidade de trabalhadora rural da sua mulher.
Recurso especial atendido." (REsp nº 258570-SP, Relator Ministro Fontes de Alencar, j. 16/08/2001, DJ 01/10/2001, p. 256).
Por sua vez, as testemunhas ouvidas complementaram plenamente esse início de prova documental ao asseverarem, perante o juízo de primeiro grau, sob o crivo do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, sem contraditas, que a autora exerceu atividade rural (fls. 49/50). Assim, nos termos do artigo 55, § 3º, da Lei nº 8.213/91, e em estrita observância à Súmula 149 do Superior Tribunal de Justiça, restou comprovado que a autora exerceu trabalho rural por tempo superior ao equivalente à carência necessária, de acordo com a tabela do artigo 142 da Lei n.º 8.213/91.
Na espécie, é certo que a Autora não exerceu atividade rural no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, uma vez que, conforme relato das testemunhas, ela deixou de exercer trabalho rural por volta de 2003.
Ainda assim, a Autora tem direito à aposentadoria por idade prevista no artigo 143 da Lei n.º 8.213/91, porque, quando deixou o trabalho rural, já contava com mais 55 (cinqüenta e cinco) anos de idade, havendo cumprido o período mínimo de trabalho rural.
Necessário ressaltar-se que em 1998 a Autora atingiu a idade mínima para aposentar-se, de forma que quando parou de labutar no meio rural já havia adquirido o direito à obtenção do benefício em tela, faltando apenas exercer o respectivo direito. O fato de a Autora somente haver formulado o seu pedido de aposentadoria, por intermédio da presente ação, no ano de 2005, não impede o auferimento do benefício, pois "A perda da qualidade de segurado após o preenchimento de todos os requisitos exigíveis para a concessão de aposentadoria ou pensão não importa em extinção do direito a esses benefícios", na exata dicção do artigo 102 da Lei n.º 8.213/91.
Importante frisar que, comprovado o exercício de trabalho rural pelo período equivalente à carência, não há necessidade de comprovação de recolhimento de qualquer contribuição para a Previdência Social, no caso do benefício pleiteado, nos termos dos artigos 39, inciso I, 48, § 2º, e 143, todos da Lei nº 8.213/91. Somente o segurado que desejar usufruir benefícios outros e em valor diverso a um salário mínimo é que deve comprovar haver contribuído facultativamente para a Previdência Social, na forma estipulada no Plano de Custeio da Seguridade Social, a teor do inciso II do art. 39 da referida Lei. O Superior Tribunal de Justiça já decidiu ser "Inexigível do trabalhador rural, em regime de economia familiar, a comprovação do recolhimento das contribuições previdenciárias para fins de aposentadoria por idade, a teor do artigo 143, da Lei 8.213/91" (REsp nº 245418/SP, Relator Ministro Jorge Scartezzini, j. 18/04/2000, DJ 19/06/2000, p. 199).
O prazo previsto no artigo 143 da Lei n.º 8.213/91, correspondente a 15 anos, não é relativo à duração do benefício, mas sim pertinente ao exercício do direito à aposentadoria por idade.
Portanto, presentes os requisitos legais, o benefício previdenciário foi corretamente concedido pelo MM. Juiz a quo.
À míngua de comprovação de protocolização de requerimento administrativo de aposentadoria por idade, o benefício deverá ser computado a partir da data da citação do INSS, pois desde então o Instituto foi constituído em mora, nos termos do artigo 219 do Código de Processo Civil. No caso, o benefício é devido até a data do óbito da requerente, ocorrido em 14/08/2006 (fl. 97).
A correção monetária incide sobre as prestações em atraso, desde os respectivos vencimentos, na forma da Súmula 8 do E. TRF da 3ª Região, observada a legislação de regência especificada na Portaria nº 92/2001 da DF-SJ/SP, de 23/10/2001, e no Provimento nº 64/2005, de 24/04/2005, da E. Corregedoria-Geral da Justiça da 3ª Região.
Os juros de mora incidem a partir da citação, de forma decrescente, devendo ser computados à base de 1% (um por cento) ao mês, nos termos do artigo 406 do novo Código Civil, c.c. o artigo 161, § 1º, do Código Tributário Nacional. Os juros de mora têm incidência até a data da expedição do precatório, desde que este seja pago no prazo estabelecido pelo artigo 100 da Constituição Federal (STF; RE nº 298.616/SP).
Os honorários advocatícios ficam majorados para 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do § 3º do artigo 20 do Código de Processo Civil e conforme entendimento sufragado pela 10ª Turma desta Corte Regional. Ressalte-se que a base de cálculo sobre a qual incidirá mencionado percentual será composta das prestações vencidas entre o termo inicial do benefício e a data da sentença, em consonância com a Súmula 111 do Superior Tribunal de Justiça.
Diante do exposto, nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, DOU PARCIAL PROVIMENTO À APELAÇÃO DO INSS para fixar a data da citação como termo inciial do benefício e limitar a base de cálculo da verba honorária às prestações vencidas até a data da sentença, BEM COMO DOU PARCIAL PROVIMENTO À APELAÇÃO DA PARTE AUTORA para que a correção monetária e os juros de mora obedeçam ao acima estipulado, bem como para majorar o percentual dos honorários advocatícios para 15% (quinze por cento).
Transitado em julgado, remetam-se os autos à Vara de origem, observadas as formalidades legais.
Publique-se e intimem-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
JEDIAEL GALVÃO
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2000.61.10.004119-0 REOAC 1171754
ORIG.	:	1 Vr SOROCABA/SP
PARTE A	:	HELIO CESAR WOLF
ADV	:	ANDREZA FERNANDES MONTEIRO

PARTE R	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE SOROCABA Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. JEDIAEL GALVÃO / DÉCIMA TURMA

Vistos etc.
Proposta ação de conhecimento, objetivando a concessão do benefício de auxílio-doença, sobreveio sentença de procedência do pedido, condenando-se a autarquia previdenciária a restabelecer o benefício, a partir da data de sua cessação, em 17/04/2000, descontando-se os valores recebidos por força da tutela antecipada, com correção monetária e juros de mora, a partir da citação, além de custas e honorários advocatícios arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor a ser efetivamente creditado ao autor, facultando-se ao INSS, após a reabilitação do autor por intermédio de fornecimento de prótese auditiva, a cessação do benefício.
A r. sentença foi submetida ao reexame necessário.
Certificado o decurso de prazo para interposição de recursos voluntários, os autos foram encaminhados a este tribunal.
É o relatório.
D E C I D O.
Os requisitos para a concessão do benefício de auxílio-doença, de acordo com o artigo 59 da Lei n.º 8.213/91 são os seguintes: 1) qualidade de segurado; 2) cumprimento da carência, quando for o caso; 3) incapacidade temporária para o exercício das atividades profissionais habituais, bem como incapacidade que, embora permanente, não seja total, isto é, haja a possibilidade de reabilitação para outra atividade que garanta o seu sustento. 4) não serem a doença ou a lesão existentes antes da filiação à Previdência Social, salvo se a incapacidade sobrevier por motivo de agravamento daquelas.
Quanto à qualidade de segurado e ao cumprimento da carência, estão presentes tais requisitos, porquanto o autor percebeu o benefício de auxílio-doença no período que antecedeu ao ajuizamento da presente ação, de 27/02/97 a 17/04/00, conforme se verifica de cópia de consulta ao Sistema Único de Benefícios - DATAPREV, juntado aos autos à fl. 90. Dessa forma, estes requisitos foram reconhecidos pela própria Autarquia-Ré por ocasião do deferimento administrativo do auxílio-doença. Proposta a ação em outubro de 2000, não há falar em perda da qualidade de segurado, uma vez que da data da cessação do auxílio-doença até a data da propositura da presente demanda não se ultrapassou o período de graça previsto no artigo 15, § 1º, da Lei n.º 8.213/91.
Para a solução da lide, é de substancial importância, ainda, a prova técnica produzida. Neste passo, a incapacidade para o exercício de trabalho que garanta a subsistência foi atestada pela perícia realizada (fls. 170/171). De acordo com referido laudo pericial, a parte autora está parcial e permanentemente incapacitada para o trabalho, em razão dos males diagnosticados.
Assim, preenchidos os requisitos legais, é devido o restabelecimento do benefício de auxílio-doença à parte autora.
O termo inicial do benefício deve ser mantido no dia imediatamente posterior ao da cessação indevida do auxílio-doença anteriormente concedido à autora, uma vez que restou demonstrado nos autos não haver a mesma recuperada sua capacidade laboral.
Expeça-se ofício para continuidade do pagamento do benefício. O aludido ofício poderá ser substituído por e-mail.
Diante do exposto, nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, NEGO PROVIMENTO AO REEXAME NECESSÁRIO.
Transitado em julgado, remetam-se os autos à Vara de origem, observadas as formalidades legais.
Publique-se e intime-se.
São Paulo, 28 de fevereiro de 2007.
JEDIAEL GALVÃO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2001.61.23.004125-0 AC 1167139
ORIG.	:	1 Vr BRAGANCA PAULISTA/SP
APTE	:	ROBERTO DONIZETE BUENO DE GODOY incapaz
REPTE	:	NAIR DA CONCEICAO JANUARIO DE GODOY
ADV	:	IZABEL CRISTINA PEREIRA SOLHA BONVENTI
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	VITOR PETRI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. JEDIAEL GALVÃO / DÉCIMA TURMA

Vistos etc.
Proposta ação de conhecimento, objetivando a concessão de benefício assistencial (art. 203, inciso V, da Constituição Federal), sobreveio sentença de improcedência do pedido, condenando-se a parte autora no pagamento de honorários advocatícios fixados em R$ 300,00 (trezentos reais), observando-se o disposto no art. 11, § 2o e art. 12 da Lei 1060/50.
Inconformada, a parte autora interpôs recurso de apelação, requerendo a reforma da sentença, para que seja julgado procedente o pedido, sustentando que a autora preencheu os requisitos legais para a concessão do benefício de prestação continuada. Pugna ainda pela concessão de tutela antecipada
Com as contra-razões, os autos foram remetidos a este Tribunal.
O Ministério Público Federal ofereceu parecer opinando pelo improvimento da apelação da parte autora.
É o relatório.
DECIDO.
Postula a autora a concessão de benefício assistencial, no valor de um salário mínimo.
Tal benefício está previsto no artigo 203, inciso V, da Constituição Federal, bem como na Lei nº 8.742/93.
Consoante regra do art. 203, inciso V, da CF, a assistência social será prestada à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem "não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família".
A Lei nº 8.742/93, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, veio regulamentar o referido dispositivo constitucional, estabelecendo em seu art. 20 os requisitos para sua concessão, quais sejam, ser pessoa incapaz para a vida independente e para o trabalho ou pessoa idosa, bem como ter renda familiar inferior a ¼ do salário mínimo.
No caso dos autos, o primeiro requisito encontra-se preenchido, uma vez que a perícia médica comprovou a total e permanente incapacidade do autora para os atos da vida independente e para o trabalho (fls. 103/104).
De outra parte, quanto à insuficiência de recursos para prover a própria subsistência ou de tê-la provida por sua família, ressalta-se que o objetivo da assistência social é prover o mínimo para a manutenção do idoso ou incapaz, de modo a assegurar-lhe uma qualidade de vida digna. Por isso, para sua concessão não há que se exigir uma situação de miserabilidade absoluta, bastando a caracterização de que o beneficiário não tem condições de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família.
Não se tem dúvida de que o § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742/93 é constitucional, tendo o Supremo Tribunal Federal decidido nesse sentido (ADIN nº 1.232/DF, Relator p/ acórdão Ministro Nelson Jobim, j. 27/08/1998DJ 01/06/2001).
Todavia, o disposto no § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742/93 não é o único meio de comprovação da miserabilidade do deficiente ou do idoso, devendo a respectiva aferição ser feita, também, com base em elementos de prova colhidos ao longo do processo, observada as circunstâncias específicas relativas ao postulante do benefício. Lembra-se aqui precedente do Superior Tribunal de Justiça, que não restringe os meios de comprovação da condição de miserabilidade do deficiente ou idoso: "O preceito contido no art. 20, § 3º, da Lei nº 8.742/93 não é o único critério válido para comprovar a condição de miserabilidade preceituada no artigo 203, V, da Constituição Federal. A renda familiar per capita inferior a 1/4 do salário-mínimo deve ser considerada como um limite mínimo, um quantum objetivamente considerado insuficiente à subsistência do portador de deficiência e do idoso, o que não impede que o julgador faça uso de outros fatores que tenham o condão de comprovar a condição de miserabilidade da família do autor." (REsp nº435871/SP, Relator Ministro Felix Fischer, j. 19/09/2002, DJ 21/10/2002, p. 391).
No presente caso, a autora é pessoa idosa, mas isto, por si só, não enseja a concessão do benefício em comento, pois o estudo social realizado (fls. 123/124) revelou que o requerente reside com sua mãe e dois irmãos em casa própria, com situação habitacional adequada. A renda da família advém do salário dos irmãos e da pensão recebida pela mãe e totaliza R$ 1.100,00 (um mil e cem reais). O estudo social comprovou, ainda, que os dados obtidos evidenciam que a requerente e o esposo possuem condições sócio-econômicas que lhes permitem ter suas necessidades básicas atendidas.
Diante dessa situação, embora o critério estabelecido no art. 20, § 3º, da Lei nº 8.742/93 não seja o único meio hábil para a comprovação da condição econômica de miserabilidade do beneficiário, é fato que ficou demonstrado que a autora não aufere rendimentos, mas tampouco se enquadra dentre os de destinatários do benefício assistencial, uma vez que o benefício em questão deve ser reservado àqueles que não possuem meios de sobreviver por si próprios e não tenham, ainda, seus familiares meios de suprir-lhes tal falta, isto é, nos casos extremos em que só resta ao requerente do benefício o auxílio do Estado. Assim, não se insere a autora no grupo de pessoas economicamente carentes que a norma instituidora do benefício assistencial visou amparar. Ressalte-se que o benefício assistencial em questão não é fonte de aumento de renda, mas um meio de prover a subsistência daqueles que necessitam do amparo do Estado, por não possuir renda própria ou familiares que possa supri-la.
Neste passo, ante a ausência de comprovação, por parte da autora, dos requisitos exigidos para a concessão do benefício de prestação continuada, nos termos do artigo no artigo 203, inciso V, da Constituição Federal, bem como na Lei nº 8.742/93, deve ser mantida a sentença de improcedência.
Com supedâneo em entendimento sufragado pelo Supremo Tribunal Federal (Agravo Regimental em RE nº 313.348/RS, Relator Ministro Sepúlveda Pertence, j. 15/04/2003, DJU 16/05/2003, p. 616), e considerando ser a parte autora beneficiária da Assistência Judiciária Gratuita, excluo, de ofício, a sua condenação nas verbas de sucumbência, por se tratar de erro material constante da sentença recorrida, uma vez que vedado o provimento jurisdicional condicionado.
Diante do exposto, NEGO PROVIMENTO À APELAÇÃO DA PARTE AUTORA E EXCLUO, DE OFÍCIO, A CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DAS VERBAS DE SUCUMBÊNCIA, por se tratar de erro material constante da sentença.
Trânsito em julgado, remetam-se os autos à vara de origem.
Publique-se e intimem-se.
São Paulo, 14 de março de 2007.
JEDIAEL GALVÃO
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2007.03.99.004140-6 AC 1173388
ORIG.	:	0500001013 1 Vr GUARIBA/SP
APTE	:	DAGMAR FRAGA
ADV	:	HILARIO BOCCHI JUNIOR
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARIO LUCIO MARCHIONI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA / DÉCIMA TURMA

DECISÃO
Ação de conhecimento que tem por objeto condenar a autarquia previdenciária a rever os benefícios de aposentadoria por invalidez acidentária e auxílio-doença decorrentes de acidente de trabalho (fs.17).
A competência para processar e julgar pedido de revisão de benefício acidentário é da Justiça Estadual, como já decidiram as duas Turmas do Supremo Tribunal Federal:
"Causa relativa a reajuste de benefício oriundo de acidente do trabalho. Competência da Justiça Comum. Como tem entendido a Segunda Turma - assim, a título exemplificativo, no AgRg. 154938 -, se a competência para julgar as causas de acidentes do trabalho é da Justiça Comum por força do disposto na parte final do inciso I do art. 109 da Constituição, será esta igualmente competente para julgar o pedido de reajuste do benefício oriundo de acidente do trabalho que é objeto da causa que não deixa de ser relativa a acidente dessa natureza, uma vez que o reajuste diz respeito à fixação do benefício, e a Justiça Comum, que é competente para fixá-lo - o que é principal -, o é também para reajustá-lo, o que é o acessório. Nesse sentido, decidiu o aresto de que ora se recorre. Recurso extraordinário não conhecido." (RE. 169.222-7 SC, Min. MOREIRA ALVES).
De igual modo, entende o Superior Tribunal de Justiça, conforme enunciado da Súmula 15:
"Compete à Justiça Estadual processar e julgar os litígios decorrentes de acidente do trabalho."
Na esteira do enunciado da Súmula 15, anoto as decisões do Superior Tribunal de Justiça:
"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO ACIDENTÁRIA. JUSTIÇA ESTADUAL. ARTIGO 109, INCISO I, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. SÚMULA Nº 15/STJ. REVISÃO DE BENEFÍCIO ACIDENTÁRIO. I - "Compete à Justiça Estadual processar e julgar os litígios decorrentes de acidente do trabalho." (Súmula do STJ, Enunciado nº 15). II - O Supremo Tribunal Federal tem entendido que a exceção prevista no artigo 109, inciso I, da Constituição da República deve ser interpretada de forma extensiva, cabendo à Justiça Estadual não só julgamento da ação relativa ao acidente de trabalho, mas, também, todas as conseqüências dessa decisão, tais como a fixação do benefício e seus reajustamentos futuros. Precedentes do STF e da 6ª Turma deste STJ. III - Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da 45ª Vara Cível do Rio de Janeiro/RJ, suscitante." (CC 31.972 RJ, Min. Hamilton Carvalhido; CC 34.738 PR, Min. Gilson Dipp; CC 38.349 PR, Min. Hamilton Carvalhido; CC 39.856 RS, Min. Laurita Vaz).
Posto isto, não se inserindo na competência constitucional desta Corte as causas de benefício acidentário, encaminhem-se os autos ao eg. Tribunal de Justiça de São Paulo.
Intimem-se.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
CASTRO GUERRA
RELATOR

PROC.	:	2003.61.03.004204-7 REOAC 1175092
ORIG.	:	3 Vr SAO JOSE DOS CAMPOS/SP
PARTE A	:	MARIA THEREZA VIEIRA
ADV	:	ADRIANA MARIA GOMES DE SOUZA SPENGLER
PARTE R	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HILTON PLACIDO DE OLIVEIRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE S J CAMPOS SP
RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Ação de conhecimento que tem por objeto condenar a autarquia previdenciária à revisão de benefício.
A r. sentença, de 29.05.2006, submetida ao reexame necessário, acolhe parcialmente o pedido de atualização dos primeiros 24 salário-de-contribuição, anteriores aos últimos 12, pelas ORTN/OTN/BTN consoante a L. 6.423/77, pagar as diferenças apuradas, não atingidas pela prescrição qüinqüenal, atualizadas pelos critérios da Resolução CJF 242, adotada nesta 3ª Região pelo Provimento COGE 64/2005, acrescidas de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês a contar da citação. Condena, ainda, ao pagamento de verba honorária de 10% (dez por cento) sobre o valor das prestações vencidas até a data da sentença.
Relatados, decido. De acordo com a redação do art. 475, § 2º, do C. Pr. Civil, dada pelo art. 1º da L. 10.532/01, que entrou em vigor em 27 de março de 2002, não mais está sujeita a reexame necessário a presente sentença, porquanto se cuida de demanda cujo direito controvertido não excede de 60 (sessenta) salários mínimos, considerados tanto o valor, quanto o tempo transcorrido.
Posto isto, não conheço da remessa oficial, com base no art. 475, § 2º do C. Pr. Civil.
Decorrido o prazo legal, baixem os autos ao Juízo de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 23 de março de 2007.
CASTRO GUERRA
RELATOR

PROC.	:	2007.03.99.004557-6 AC 1174089
ORIG.	:	0600006430 2 Vr IVINHEMA/MS
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	FERNANDO ONO MARTINS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	SUELI SANTOS SOUZA
ADV	:	FRANCO JOSE VIEIRA
RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Ação de conhecimento, ajuizada em 05.05.06, que tem por objeto condenar a autarquia previdenciária a conceder o benefício do salário-maternidade.
A r. sentença apelada, de 20.10.06, condena o INSS a conceder o benefício, equivalente a um salário mínimo mensal, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, para cada filha, corrigido monetariamente a partir da data em que deveria ter sido pago, segundo os critérios de Súmula 148 do STJ e Súmula 08 do TRF da 3ª Região, acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação, e honorários advocatícios arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o resultante da soma das prestações vencidas.
Em seu recurso, a autarquia pugna pela reforma integral da decisão recorrida.
Subiram os autos, com contra-razões.
É o relatório, decido.
O salário-maternidade é devido à segurada da Previdência Social, durante cento e vinte dias, com início no período entre vinte e oito dias antes do parto e a data de ocorrência deste, observadas as situações e condições previstas na legislação concernente à proteção à maternidade.
O benefício questionado é destinado às seguradas em geral, ou seja, a empregada, a empregada doméstica, a trabalhadora avulsa, a segurada especial e a contribuinte individual (empresária, autônoma e equiparada à autônoma) e a segurada facultativa a teor da atual redação do art. 71 da L. 8.213/91, dada pela L. 10.710/03.
Apenas da segurada contribuinte individual e especial a carência é de 10 (dez) meses, de acordo com o art. 25, III, o § único do art. 39, ambos da L. 8.213/91, e o art. 93, § 2º do RPS.
No caso de exercício de atividade rural, cumpre lembrar, de acordo com o art. 93, § 2º, do D. 3048/99 (RPS) que é preciso comprová-lo nos últimos 10 (dez) meses imediatamente anteriores ao requerimento do benefício, mesmo de forma descontínua.
A trabalhadora rural volante (bóia-fria) é segurada empregada, porque presta serviço de natureza rural, em caráter não eventual, a agenciador de mão-de-obra, constituído como pessoa jurídica, observado que, quando o agenciador não estiver constituído como pessoa jurídica, o bóia-fria e o agenciador são considerados empregados do tomador de serviços (Hermes Arrais Alencar, Benefícios Previdenciários, LEUD, ed. 2003, p. 28; André Luiz Menezes Azevedo Sette, Direito Previdenciário Avançado, Ed. Mandamentos, edição 2004, p. 146; João Batista Lazzari e Carlos Alberto Pereira de Castro, Manual de Direito Previdenciário, LTr, 3ª edição, p. 141).
Assim, já decidiu o Superior Tribunal de Justiça, consoante a decisão monocrática do REsp 543.725 PB, da lavra do Min. Paulo Medina, e o INSS reconhece e enquadra o trabalhador volante (bóia-fria) como empregado e, portanto, segurado obrigatório, consoante o disposto no art. 2º, I, c, da IN-INSS-DC 95, de 07.10.2003.
A filiação, na qualidade de segurado obrigatório, decorre automaticamente do exercício de atividade remunerada abrangida pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS, caso em que a comprovação do recolhimento das contribuições está a cargo do empregador e a respectiva fiscalização a cargo da autarquia previdenciária.
A exigência de carteira de identificação e contribuição de que cogita o art. 106 da L. 8.213/91 não pode ter outro objetivo que o de provar a inscrição, razão pela qual a trabalhadora rural precisa apenas demonstrar o exercício da atividade rural pelo lapso exigido na lei, pois incumbe ao INSS as atribuições de fiscalizar e cobrar as contribuições não vertidas pelos empregadores (Daniel Machado da Rocha e José Paulo Baltazar Junior, Comentários à Lei de Benefícios da Previdência Social, Livraria do Advogado, 3ª edição, p. 300)
Na espécie, a parte autora comprova que se trata de segurada empregada, enquadrada no art. 11, I, a, da L. 8.213/91, bem assim o exercício da atividade rural, por prestar serviço de volante (bóia-fria) conforme a prova oral, em caráter não eventual, sob subordinação e mediante remuneração dos empregadores.
De efeito, quanto à exigência de prova da atividade rural, serve de início de prova material a seguinte documentação:
a) cópia das certidões de nascimento dos filhos, nas quais consta a sua profissão de lavradora (fs.10/11);
b) cópia da certidão de nascimento da parte autora, na qual consta a profissão de lavrador do pai (fs.12).
E, consoante a prova oral, as testemunhas inquiridas, mediante depoimentos seguros e convincentes, tornaram evidente o exercício da atividade rural por tempo suficiente para obtenção do benefício (fs. 39/40).
Em outras palavras, no caso em apreço, a prova testemunhal corrobora a documentação trazida como início de prova material e basta para comprovar o exercício da atividade rural, para efeito da obtenção de benefício previdenciário (Súmula STJ 149).
O salário-maternidade para a segurada trabalhadora rural (volante) consiste numa renda mensal igual ao salário mínimo, se não for possível apurar a sua remuneração integral.
Nesse sentido a jurisprudência desta Corte:
PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL. INÉPCIA DA INICIAL. LEGITIMIDADE PASSIVA DO INSS. SALÁRIO-MATERNIDADE. TRABALHADORA RURAL (VOLANTE). L. 8.213/91, ART. 71. SEGURADA EMPREGADA. DOUTRINA E JURISPRUDÊNCIA. ORIENTAÇÃO ADMINISTRATIVA. FILIAÇÃO. INSCRIÇÃO. DESNECESSIDADE. SÚMULA STJ 149. REQUISITOS LEGAIS SATISFEITOS.
I - Se há coerência lógica entre a narração dos fatos relevantes e a conclusão, descabe alegar inépcia da petição inicial.
II - Legitimidade passiva da autarquia previdenciária por efetuar o pagamento direto à segurada e indiretamente, mediante compensação, quando o empregador o faz à empregada gestante.
III - Destina-se às seguradas em geral o salário-maternidade, a teor do art. 71 da L. 8.213/91, dada pela L. 10.710/03.
IV - A trabalhadora rural volante (bóia-fria) é segurada empregada (L. 8.213/91, art. 11, I, a). Doutrina. Precedente do STJ. IN-INSS-DC 95/03.
V - O exercício de atividade rural deve ser comprovado nos últimos dez meses imediatamente anteriores ao requerimento do benefício, mesmo que de forma descontínua (art. 93, § 2º, D. 3.048/99, RPS).
VI - Razoável início de prova material, corroborado por segura prova oral, autoriza a concessão do benefício. Súmula STJ 149.
VII - Preliminares rejeitadas. Apelação desprovida. (AC 1999.03.99.053811-9, Des Fed. Castro Guerra; AC 2003.03.99.019154-0, Des. Fed. Sergio Nascimento; AC 2004.03.99.015339-6, Des. Fed. Galvão Miranda; AC 2000.03.99.038579-4, Des. Fed. Walter do Amaral; AC 2005.03.99.017717-4, Des. Fed. Marianina Galante; AC 2003.03.99.013132-3, Des. Fed. Nelson Bernardes) (grifei).
Desta sorte, preenchidos os requisitos, a parte autora faz jus ao benefício do salário-maternidade para cada uma das filhas.
Não custa esclarecer que a correção monetária incide sobre o valor do salário maternidade, no momento em que se tornou devido, na forma do antigo Provimento COGE nº 24/97; do atual Provimento COGE nº 64/05; da Resolução CJF 242/01; e ainda da Portaria DForo-SJ/SP nº 92, de 23.10.2001.
Posto isto, com base no art. 557, caput, do C. Pr. Civil, nego seguimento à apelação, dado que em contraste com a jurisprudência dominante desta Corte.
Decorrido o prazo legal, baixem os autos ao juízo de origem.
Int.
São Paulo, 30 de março de 2007.
CASTRO GUERRA
RELATOR

PROC.	:	2004.61.20.004584-8 AC 1172166
ORIG.	:	1 Vr ARARAQUARA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ANTONIO CARLOS DA MATTA NUNES DE OLIVEIRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ORLANDO BORGES
ADV	:	SONIA REGINA RAMIRO
RELATOR	:	DES.FED. JEDIAEL GALVÃO / DÉCIMA TURMA

Vistos etc.
Proposta ação de conhecimento, objetivando a concessão de aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença, sobreveio sentença de procedência do pedido, condenando-se a autarquia previdenciária a conceder a aposentadoria, com valor a ser calculado na forma da legislação, a partir da data do ajuizamento da ação, com correção monetária e juros de mora, a partir da citação, além de honorários advocatícios fixados em 5% (cinco por cento) sobre o valor das prestações em atraso até a data da sentença.
A r. sentença não foi submetida ao reexame necessário.
Inconformada, a autarquia previdenciária interpôs recurso de apelação, pugnando pela integral reforma da sentença, para que seja julgado improcedente o pedido.
A parte autora, por sua vez, interpôs recurso adesivo, postulando a alteração da sentença quanto ao termo inicial do benefício e honorários advocatícios.
Com as contra-razões, os autos foram remetidos a este Tribunal.
É o relatório.
D E C I D O.
Considerando que a r. sentença não estabeleceu o valor do benefício concedido, não há parâmetro para se verificar se a condenação não ultrapassará o limite de 60 (sessenta) salários mínimos, de modo que o reexame necessário se mostra cabível, nos termos do § 2.º do artigo 475 do Código de Processo Civil.
Os requisitos para a concessão da aposentadoria por invalidez, de acordo com o artigo 42, caput e § 2.º, da Lei n.º 8.213/91, são os seguintes: 1) qualidade de segurado; 2) cumprimento da carência, quando for o caso; 3) incapacidade insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que garanta a subsistência; 4) não serem a doença ou a lesão existentes antes da filiação à Previdência Social, salvo se a incapacidade sobrevier por motivo de agravamento daquelas.
Quanto à qualidade de segurado e ao cumprimento da carência, estão presentes tais requisitos, porquanto a autora tenha percebido benefício de auxílio-doença nos períodos de 01/09/2003 a 20/04/2004, de 15/03/2005 a 12/10/2005 e de aposentadoria por invalidez a partir de 13/10/2005, conforme se verifica do documento de fl. 24, bem como de consulta feita ao Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), em terminal instalado no gabinete deste Relator. Dessa forma, foram tais requisitos reconhecidos pela própria Entidade-Ré, por ocasião do deferimento administrativo do benefício de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez. Da mesma maneira, encontrando-se a parte percebendo o benefício previdenciário, não há que se falar na perda da qualidade de segurado, nos termos do artigo 15, inciso I, da Lei n.º 8.213/91.
Para a solução da lide, é de substancial importância, ainda, a prova técnica produzida. Segundo a perícia realizada o requerente é portador de hipertensão arterial sistêmica, diabetes mellitus, doença arterial crônica, apresentando insuficiência cardíaca descompensada e hipertensão arterial descontrolada (fls. 60/61). Tal conclusão, associada à concessão administrativa da aposentadoria por invalidez, em 13/10/2005, revela que o requerente efetivamente faz jus ao recebimento deste benefício.
O termo inicial do benefício deve ser fixado no dia imediatamente posterior ao da cessação administrativa do auxílio-doença em 20/04/2004, uma vez que restou demonstrado nos autos não haver o requerente recuperado sua capacidade laboral, devendo ser, ademais, descontados os valores pagos administrativamente a título de auxílio-doença (NB 506.863677-7, DIB 15/3/2005 e DCB 12/10/2005) e aposentadoria por invalidez (NB 515.324.342-3, DIB 13/10/2005).
Nunca é demais explicitar que a correção monetária incide sobre as prestações em atraso, desde os respectivos vencimentos, na forma da Súmula 8 do E. TRF da 3ª Região, observada a legislação de regência especificada na Portaria nº 92/2001 DF-SJ/SP, de 23/10/2001, e Provimento nº 64/2005, de 24/04/2005, da E. Corregedoria-Geral da Justiça da 3ª Região.
A verba honorária advocatícia fica majorada para 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, nos termos dos §§ 3º e 4º do artigo 20 do Código de Processo Civil e conforme entendimento sufragado pela 10ª Turma desta Corte Regional, sendo que a base de cálculo sobre a qual incidirá mencionado percentual será composta apenas do valor das prestações devidas entre o termo inicial do benefício e a data da sentença, em consonância com a Súmula 111 do Superior Tribunal de Justiça.
A autarquia previdenciária está isenta do pagamento de custas e emolumentos, mas não quanto às despesas processuais. Todavia, a isenção de que goza essa autarquia não obsta a obrigação de reembolsar as custas pagas pela parte autora, quando esta é vencedora na lide. Entretanto, no presente caso, não há falar em custas ou despesas processuais, uma vez que a parte autora é beneficiária da assistência judiciária.
Expeça-se ofício para continuidade do pagamento do benefício. O referido ofício pode ser substituido por e-mail.
Diante do exposto, nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO AO REEXAME NECESSÁRIO, TIDO POR INTERPOSTO, E À APELAÇÃO DO INSS, E DOU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO ADESIVO DA APELAÇÃO DA PARTE AUTORA para que o termo inicial do benefício e os honorários advocatícios obedeçam ao acima estipulado.
Transitado em julgado, remetam-se os autos à Vara de origem, observadas as formalidades legais.
Publique-se e intime-se.
São Paulo, 28 de fevereiro de 2007.
JEDIAEL GALVÃO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.99.004724-0 AC 1174592
ORIG.	:	0600000211 1 Vr ANAURILANDIA/MS
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	FERNANDO ONO MARTINS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MARIA BORGES
ADV	:	PAULO CESAR VIEIRA DE ARAUJO
RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Ação de conhecimento, ajuizada em 20.07.06, que tem por objeto condenar a autarquia previdenciária a conceder o benefício da aposentadoria por idade a produtor rural, segurado especial.
A r. sentença apelada, de 16.11.06 condena o INSS a conceder o benefício, no valor de um salário mínimo, bem assim a pagar as prestações vencidas com correção monetária, nos termos da L. 6.899/81, além dos honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor das prestações vencidas até a data da sentença. Por fim, ordena a imediata implantação do benefício.
Em seu recurso, a autarquia pugna pela reforma integral da decisão recorrida.
Subiram os autos, com contra-razões.
É o relatório, decido.
O trabalhador rural, enquadrado como segurado obrigatório no Regime Geral de Previdência Social, pode requerer aposentadoria por idade, desde que comprove o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses prescritos no art. 143 da L. 8.213/91.
A aposentadoria por idade, no caso de trabalhadores rurais, referidos na al. "a" do inc. I, na al. "g" do inc. V e nos inc. VI e VII do art. 11 da L. 8.213/91, é devida ao segurado que, cumprido o número de meses exigidos no art. 143 da L. 8.213/91, completar 60 (sessenta) anos de idade para homens e 55 (cinqüenta e cinco) para mulheres (art. 48, § 1º).
Com respeito ao exercício da atividade rural, o conjunto probatório revela razoável início de prova material, mediante a cópia da certidão de casamento, na qual consta a profissão de lavrador do marido (fs. 10).
Consoante a prova oral, as testemunhas inquiridas, mediante depoimentos seguros e convincentes, tornaram claro o exercício da atividade rural da parte autora por tempo suficiente para obtenção do benefício (fs. 43/44).

Quanto à idade mínima exigida, a parte autora prova ter mais de 55 (cinquenta e cinco) anos de idade (fs. 13).
Desta sorte, ao completar a idade acima, em 10.08.86, a parte autora implementou todas as condições necessárias à obtenção do benefício, no valor de um salário mínimo, a partir da citação, à vista do exercício de atividade rural em número de meses superior ao exigível (L. 8.213/91, arts. 142 e 143 e Decreto 3.048/99, art. 182).
Satisfeitos os requisitos, é de conceder-se o benefício, segundo orientação dominante do Superior Tribunal de Justiça:
PREVIDENCIÁRIO - TEMPO DE SERVIÇO - TRABALHADOR RURAL PROVAS MATERIAL E TESTEMUNHAL - CORREÇÃO MONETÁRIA LEI 6.899/81 - SÚMULAS 148 E 43, DO STJ - APLICAÇÃO SIMULTÂNEA.
A qualificação profissional de lavrador ou agricultor constante dos assentamentos de registro civil, constitui início razoável de prova material do exercício da atividade rural. A comprovação da qualidade de trabalhador rural, através de início de prova documental corroborada por depoimentos idôneos prestados em juízo, enseja o reconhecimento do tempo de serviço reclamado para fins de percepção de benefício previdenciário. As parcelas de débitos previdenciários não prescritas e vencidas após a vigência da Lei nº 6.899/81, devem ser atualizadas monetariamente na forma prevista neste diploma legal, desde quando originada a obrigação, ainda que anterior ao ajuizamento da ação. Aplicação simultânea das Súmulas 43 e 148, do STJ. Recurso parcialmente conhecido e, nesta extensão, provido." (REsp 172.880 SP, Min. Jorge Scartezzini; REsp 543.331 GO, Min. Laurita Vaz; REsp 422.095 SP, Min. Jorge Scartezzini; REsp 246.844 RS, Min. Hamilton Carvalhido).
Não custa repisar, então, que a prova testemunhal corrobora a documentação trazida como início de prova material, e basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito da obtenção de benefício previdenciário (Súmula STJ 149).
É descabida a exigência da prova de recolhimento de contribuições previdenciárias nesse período, porque, como cediço, apenas se exige a prova do exercício de atividade rural, sobre ser inconstitucional a exigência de contribuições anteriores ao período em que passou ela a ser devida pelos trabalhadores rurais (ADIn 1.664-0).
Nem sempre a prova do exercício da atividade rural tem que ver com o período imediatamente anterior ao requerimento de aposentadoria por idade; nada impede o segurado de exercer o direito em momento posterior ao preenchimento dos requisitos à concessão do benefício, nesse caso, o direito adquirido prevalece.
Desta sorte, a regra existe para facilitar o segurado, ou se prevalecerá da comprovação do exercício da atividade rural, no período imediatamente anterior ao requerimento, ou de período mais remoto, de prova mais trabalhosa, suscetível, porém, de mostrar que já se achava satisfeito o requisito quando atingida a idade para aposentar-se.
Desta sorte, a regra existe para facilitar o segurado, ou se prevalecerá da comprovação do exercício da atividade rural, no período imediatamente anterior ao requerimento, ou de período mais remoto, de prova mais trabalhosa, suscetível, porém, de mostrar que já se achava satisfeito o requisito quando atingida a idade para aposentar-se.
O termo inicial do benefício deve ser fixado na data da citação (06.09.06), conforme o disposto no art. 219 do C. Pr. Civil, quando da constituição em mora da autarquia.
Não custa esclarecer que os juros de mora de meio por cento ao mês incidem, a partir da citação, de forma decrescente para as parcelas posteriores a tal ato processual e de forma globalizada para as anteriores. Após 10.01.2003 a taxa de tais juros passa a ser de 1% ao mês, nos termos do art. 406 do Código de Processo Civil e do art. 161, §1º, do Código Tributário Nacional, incidindo tais juros até a data de expedição do precatório, caso este seja pago no prazo estabelecido pelo art. 100 da CF/88 (STF, RE nº 298.616-SP, Relator Ministro Gilmar Mendes, maioria, julgado em 31 de outubro de 2002, pendente de elaboração de Acórdão).
A correção monetária incide sobre as diferenças do benefício, no momento em que se tornaram devidas, na forma do antigo Provimento COGE nº 24/97; do atual Provimento COGE nº 64/05; da Resolução CJF 242/01; e ainda da Portaria DForo-SJ/SP nº 92, de 23.10.2001.
Posto isto, com base no art. 557, caput, do C. Pr. Civil, nego seguimento à apelação, no tocante à concessão de aposentadoria por idade, dado que em contraste com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
Decorrido o prazo legal, baixem os autos ao juízo de origem.
Int.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
CASTRO GUERRA
RELATOR

PROC.	:	2007.03.99.004817-6 AC 1174736
ORIG.	:	0300002338 1 Vr BARIRI/SP 0300035360 1 Vr BARIRI/SP
APTE	:	ROMEU LENOTTI
ADV	:	VERA LUCIA DIMAN MARTINS
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ROBERTO EDGAR OSIRO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Ação de conhecimento que tem por objeto condenar a autarquia previdenciária a rever os benefícios, mediante a aplicação do IGP-DI, em junho de 1997 a junho de 2003.
A r. sentença recorrida, de 08.08.05, rejeita o pedido e condena a parte autora no pagamento das custas, despesas processuais e dos honorários advocatícios, fixados em 10%(dez por cento) do valor da causa, observado o disposto no art. 12 da L. 1.060/50.
Em seu recurso, a parte autora pugna pela reforma da decisão recorrida. Subiram os autos, sem as contra-razões.
Relatados, decido.
Não deve prosperar o pedido de reajuste do benefício, a partir de junho de 1997, considerado o disposto no art. 201, § 4º, da Constituição Federal, que assegura o reajuste dos benefícios, a fim de preserva-lhes o valor real, conforme critérios definidos em lei.
De acordo com o art. 41 da L. 8.213/91, foi definido o INPC como critério de correção monetária do valor do benefício, para preservação do seu valor real, o qual veio a ser sucedido pelo IRSM, na forma da L. 8.542/92, e o IPC-r, pela L. 8.880/94.
Em seguida, a L. 9.711/98 instituiu o IGP-DI para o reajuste em maio de 1996 (15%), e alterou, a partir de junho de 1997, o critério de reajuste, mediante a aplicação do índice de 7,76% (sete vírgula setenta e seis por cento), no referido mês, e 4,81% (quatro vírgula oitenta e um por cento), em junho de 1998.
Posteriormente, os benefícios foram reajustados em junho de 1999 (4,61%), junho de 2000 (5,81%), junho de 2001 (7,66%) e junho de 2002 (9,20%) e junho de 2003 (19,71%), com o emprego de índices estabelecidos pela L. 9.971/00, MP 2.187-13/01, D. 3.826/01 e D. 4.249/02.
Ainda agora, em sessão plenária, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o RE 376.846 SC, afastou a aplicação do IGP-DI nos reajustes dos meses de junho de 1997, 1999, 2000 e 2001, pelo que devem prevalecer os índices acima apontados, decorrentes das referidas prescrições legais.
Posto isto, com base no art. 557, caput, do C. Pr. Civil, nego seguimento à apelação, dado que em contraste com a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal.
Corrijo, de ofício, a inexatidão material atinente à condenação em honorários de advogado, nos termos do art. 463, I, do C. Pr. Civil, considerada a assistência judiciária gratuita, como também a condição imposta para sua exigência (futura fortuna), que torna condicional este capítulo da sentença (CPC, art. 460, § único).
Decorrido o prazo legal, baixem os autos ao juízo de origem.
Int.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
CASTRO GUERRA
RELATOR

PROC.	:	2007.03.99.004935-1 AC 1174854
ORIG.	:	0600001119 1 Vr FARTURA/SP 0600029766 1 Vr FARTURA/SP
APTE	:	VAILDA DA SILVA
ADV	:	GUSTAVO MARTIN TEIXEIRA PINTO
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Ação de conhecimento, ajuizada em 09.10.06, que tem por objeto condenar a autarquia previdenciária a conceder o benefício de aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença.
A r. sentença apelada, de 16.10.06, indefere a inicial e extingue o processo, sem resolução do mérito, com base nos arts. 267, I e 295, III, ambos do C. Pr. Civil, à conta de ausência de interesse processual, por não ter havido requerimento na via administrativa.
Em seu recurso, a parte autora pugna pela reforma da r. sentença.
Subiram os autos, sem contra-razões.
Relatados, decido.
Não há que se falar em carência da ação pela falta de interesse de agir, à míngua de prévio requerimento na via administrativa, porque as únicas exceções ao livre acesso ao Judiciário, conforme o disposto no inc. XXXV do art. 5º da Constituição Federal, estão previstas no § 1º do art. 217, dizendo respeito às ações relativas à disciplina e às competições esportivas, nas quais o interesse de agir surge só após esgotadas as instâncias da justiça desportiva.
Além disso, a questão é objeto do enunciado da Súmula nº 9 desta eg. Corte:
"Em matéria previdenciária, torna-se desnecessário o prévio exaurimento da via administrativa, como condição de ajuizamento da ação".
A r. decisão recorrida está ainda em manifesto confronto com a Súmula 213 do extinto Tribunal Federal de Recursos:
"O exaurimento da via administrativa não é condição para propositura de ação de natureza previdenciária".
No mesmo sentido, é a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça:
"PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. EXAURIMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. PROVA MATERIAL E TESTEMUNHAL. REEXAME. DIVERGÊNCIA JURISPRUDÊNCIA NÃO COMPROVADA.
- Desnecessidade de prévia postulação ou do exaurimento da via administrativa para obtenção de benefício previdenciário por meio de prestação jurisdicional. Súmula 213/TRF. Precedentes.
- (...)
- Recurso conhecido, porém desprovido".
(REsp. 191.039 SP, Min. Jorge Scartezzini; REsp. 202.580 RS, Min. Gilson Dipp; REsp. 109.724 SC, Min. Edson Vidigal; REsp. 180.863 TO, Min. José Arnaldo da Fonseca).
Posto isto, dou provimento à apelação para reformar a sentença, com fundamento no art. 557, § 1º-A, do C. Pr. Civil, dado que em contraste com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, e determinar o prosseguimento do feito mediante despacho liminar de conteúdo positivo ou negativo, exceto quanto ao fundamento de prévio requerimento na via administrativa.
Decorrido o prazo legal, remetam-se os autos ao Juízo de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
CASTRO GUERRA
RELATOR

PROC.	:	2006.03.99.005002-6 AC 1086733
ORIG.	:	0400000139 1 Vr SANTA CRUZ DO RIO PARDO/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SERGIO HENRIQUE ASSAF GUERRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	CASSILDA DAMASCENO SCARPIM
ADV	:	JOSE BRUN JUNIOR
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Previdenciário. Aposentadoria por idade. Rurícola. Início de prova documental. Depoimentos testemunhais uníssonos. Benefício deferido.
Aforada ação de aposentadoria por idade rural, contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, processado o feito, sobreveio sentença de procedência, ensejando a interposição de apelação autárquica, aduzindo, preliminarmente, carência da ação, à míngua de interesse de agir, e, no mérito, ausência dos requisitos à percepção do benefício, prequestionando a matéria. Houve insurgência, quanto aos corolários do sucumbimento.
Decido.
De logo, diante do princípio constitucional da inafastabilidade do controle jurisdicional, rejeito a preliminar aventada.
No mérito, diga-se que a aposentadoria por idade de rurícola reclama idade mínima de 60 anos (homem) e 55 anos (mulher), e demonstração do exercício de atividade rural, ainda que intercalada, em número de meses idêntico à carência do referido benefício, afastada a obrigatoriedade de contribuições (arts. 201, § 7º, II, da CR/88, e 48, 49, 142 e 143 da Lei nº 8.213/91).
De acordo com a jurisprudência, suficiente, a tal demonstração, início de prova material, corroborado por prova testemunhal idônea, atentando-se, dentre outros aspectos, que: em regra, são extensíveis, às mulheres, documentos em que o genitor, cônjuge ou convivente aparecem qualificados como lavradores; o afastamento do ofício campestre, pelo solicitante, após satisfação dos requisitos ao benefício, não obsta a outorga deste; o abandono da ocupação rural, por parte de quem se empresta a qualificação profissional, em nada interfere no deferimento da prestação, desde que se anteveja a persistência do mister campesino, pelo requerente da aposentação; mantém a qualidade de segurado, o obreiro que cessa sua atividade laboral, em conseqüência de moléstia; a prestação de labor urbano, intercalado com lides rurais, de per si, não desnatura o princípio de prova documental amealhado; durante o período de graça, a filiação e conseqüentes direitos, perante a Previdência Social, ficam preservados.
In casu, a pleiteante comprova o cumprimento do requisito etário - f. 10 - e apresenta início de prova material do trabalho campesino - v., em especial, f. 11 - ratificado por prova oral (fs. 83/88), presentes, aqui, as considerações, introdutoriamente, lançadas.
Dessa forma, comprovado o preenchimento dos requisitos legais, de se deferir a benesse, a partir da citação, à falta de requerimento administrativo.
Quanto aos consectários, aplicam-se posicionamentos, consagrados nesta Turma Julgadora: as parcelas vencidas, observada a prescrição qüinqüenal, são corrigidas, pelo Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal; os juros moratórios incidem, mensalmente, à taxa legal, de forma decrescente, a partir do termo inicial do benefício, estendendo-se até a expedição do precatório, se pago no prazo constitucional.
Já a verba honorária comporta manutenção, eis que fixada na forma do art. 20 § 3º, do CPC.
O INSS é isento de custas processuais, arcando com as demais despesas, além de reembolsar as custas recolhidas pela parte contrária, o que não é o caso dos autos, por se tratar de beneficiário da gratuidade da justiça (arts. 4º, I e parágrafo único, da Lei nº 9.289/96, 24-A da Lei nº 9.028/95, n.r., e 8º, §1º, da Lei nº 8.620/93).
Observe-se, finalmente, que todos os pontos versados neste decisório já se encontram pacificados na jurisprudência. Cf., a propósito, dentre outros: C. STJ - AgRg - REsp nº 701.530, Rel. Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, DJ 07/3/2005; REsp nº 707.846, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 14/3/2005; REsp nº 504.568, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 13/12/2004; REsp nº 552.600/RS, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Quinta Turma, DJ 06/12/2004; REsp nº 210.944/SP, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Sexta Turma, DJ 22/11/99; EREsp nº 448.813, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Terceira Secão, DJ 02/3/2005; AgRgREsp nº 496.838, Rel. Min. Paulo Gallotti, Sexta Turma, DJ 21/6/2004; TRF-3ª Reg. - AC nº 637.451, Rel. Des. Fed. Marisa Santos, Nona Turma, DJ 05/11/2004; AC nº 961219, Rel. Des. Fed. Galvão Miranda, Décima Turma, DJ 04/10/2004; AC nº 651.504, Rel. Des. Fed. Roberto Haddad, Primeira Turma, DJ 17/4/2001; AC nº 92.03.018795-2, Rel. Des. Fed. José Kallás, Segunda Turma, DJ 26/4/95.
Deixo de conhecer da apelação, no que concerne às custas processuais, dada a inocorrência de condenação, sob esse aspecto.
Afigura-se, assim, que o recurso encontra-se em manifesto confronto com posicionamentos jurisprudenciais consagrados, caso em que compete, ao relator, negar-lhe seguimento (art. 557, caput, do CPC).
Do exposto, enfrentadas as questões pertinentes à matéria em debate, não conheço de parte do recurso e, na parte conhecida, nego-lhe seguimento.

Ante a natureza alimentar da prestação, oficie-se ao INSS, encaminhando-lhe os documentos necessários, para que sejam adotadas as medidas cabíveis à imediata implantação do benefício previdenciário, independentemente de trânsito em julgado (art. 461 do CPC).
Respeitadas as cautelas legais, tornem os autos à Origem.
Dê-se ciência.
Em, 13/3/2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2000.61.03.005183-7 AC 1165211
ORIG.	:	2 Vr SAO JOSE DOS CAMPOS/SP
APTE	:	MARIA APARECIDA OVERA
ADV	:	WALDIR APARECIDO NOGUEIRA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	EDGAR RUIZ CASTILHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Ação de conhecimento que tem por objeto condenar a autarquia previdenciária a rever o benefício, com base no índice integral do IRSM, ao argumento de que a sistemática de reajuste adotada pela L. 8.700/93 e pela L. 8.880/94, que converte o valor do benefício em URV, acarreta a redução do seu valor real.
A r. sentença recorrida rejeita o pedido e condena a parte autora ao pagamento de custas e honorários advocatícios, fixados em 10% (dez por cento) do valor da causa, observando-se a regra do art. 12 da L. 1.060/50.
Em seu recurso, a parte autora pugna pela reforma da decisão recorrida. Subiram os autos, sem as contra-razões.
Relatados, decido.
A L. 8.542, de 23 de dezembro de 1992, introduziu nova forma de reajuste dos benefícios, ao assegurar o reajuste quadrimestral e manter o IRSM - Índice de Reajuste do Salário Mínimo, trazendo, como novidade, entretanto, as antecipações bimestrais, consoante o disposto no art. 9º, § 1º, a seguir transcrito:
"Art. 9º. Os benefícios de prestação continuada da Previdência Social serão reajustados nos seguintes termos:
(...)
§ 1º São assegurados, ainda, aos benefícios de prestação continuada da Previdência Social, a partir de agosto de 1993, inclusive, antecipação em percentual correspondente à parte da variação do IRSM que exceder 10% (dez por cento) no mês anterior ao da sua concessão nos meses de fevereiro, março, abril, junho, julho, agosto, outubro, novembro e dezembro."
(grifei).
A L. 8.700/93, contra a qual se levanta neste feito, não alterou a periodicidade, mas tão-somente a forma de antecipação prevista na L. 8.542/92, que passou a ser mensal. Essa antecipação era compensável e não se confundia com reajuste ou aumento.
Mencionado diploma legal não colide com a Constituição, vez que, como sabido, o art. 201, § 2º, remeteu ao legislador ordinário a competência para estabelecer a fórmula matemática dos reajustamentos. A escolha desse ou daquele coeficiente resulta da discricionariedade atribuída ao legislador pela norma constitucional, para fazer valer a perenidade do poder de compra do benefício.
O reajuste quadrimestral, com antecipações mensais, foi a fórmula encontrada, à época, para preservar o valor real dos benefícios. Valendo-se da competência fornecida pela norma constitucional, o legislador ordinário limitou-se, portanto, a estatuir um critério que cumprisse o desiderato constitucional.
Esta a orientação pacífica do Superior Tribunal de Justiça, como segue:
"PREVIDENCIÁRIO - REVISIONAL DE BENEFÍCIO - PROCESSUAL CIVIL - DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL - PRESERVAÇÃO DO VALOR REAL - CONVERSÃO EM URV - RESÍDUO DE 10% DO IRSM - MESES DE NOVEMBRO E DEZEMBRO/93 E JANEIRO E FEVEREIRO/94 - LEI 8.880/94 - JUROS MORATÓRIOS - PERCENTUAL - SÚMULA 204/STJ.
I - Divergência jurisprudencial comprovada. Inteligência do art. 255 e parágrafos, do Regimento Interno desta Corte. II - Os resíduos relativos aos meses de Novembro e Dezembro/93 foram incorporados no reajuste efetivado em Janeiro/94. Precedentes. III - Inexiste direito adquirido à incorporação do resíduo de 10% referente ao IRSM de Janeiro/94 e Fevereiro/94 (39,67%), em razão da revogação da Lei 8.700/93, que o previa, pela Lei 8.880/94. Precedentes. IV - A conversão dos benefícios previdenciários em URV, a partir de março de 1994, não acarretou redução do valor do benefício. Precedentes. V - Os juros moratórios nas ações relativas a benefícios previdenciários incidem a partir de citação válida, no percentual de 1% (um por cento) ao mês. Aplicação da Súmula 204/STJ. Precedentes. VI - Recurso conhecido e parcialmente provido." (REsp 464.264 PB, Min. Jorge Scartezzini; REsp 292.055 RS, Min. Fontes de Alencar).
Não há que se falar, igualmente, em ilegalidade quando da conversão dos benefícios em URV - Unidade Real de Valor, porque o art. 20, da L. 8.880, de 27 de maio de 1994, assim dispõe:
"Art. 20. Os benefícios mantidos pela Previdência Social são convertidos em URV em 1º de março de 1994, observando-se o seguinte:
I - dividindo-se o valor nominal, vigente nos meses de novembro e dezembro de 1993 e janeiro e fevereiro de 1994, pelo valor em Cruzeiros Reais do equivalente em URV do último dia desses meses, respectivamente, de acordo com o Anexo I desta Lei; e
II - extraindo-se a média aritmética dos valores resultantes do inciso anterior.
(...)
§ 3º Da aplicação do disposto neste artigo não poderá resultar pagamento de benefício inferior ao efetivamente pago, em Cruzeiros Reais, na competência de fevereiro de 1994.
(...)".
Segundo referido diploma, os valores do benefício deveriam ser convertidos em URV do último dia dos respectivos meses, e assim convertidos os quatro últimos, seria encontrado o valor do benefício, em URV, pela média aritmética. Deve ser observado, todavia, que o citado § 3º assegurou que esta conversão não resultaria em valor inferior ao de fevereiro de 1994. Estavam os benefícios, assim, resguardados, em obediência ao princípio constitucional da irredutibilidade dos benefícios, insculpido no art. 201, § 2º, da Constituição Federal.
Por todo o exposto, tenho que os critérios de reajuste previstos nas L. 8.542/92 e 8.700/93, que estipularam reajustes quadrimestrais e antecipações bimestrais e mensais, bem como a L. 8.880/94, que determinou a conversão dos benefícios previdenciários em URV, não colidem com a Lei Maior, dado que observam os postulados da irredutibilidade dos benefícios e da preservação da manutenção de seu valor real.
Neste sentido, a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal:
"RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. LEIS 8542/92 E 8700/93. CONVERSÃO DO BENEFÍCIO PARA URV. CONSTITUCIONALIDADE DA PALAVRA "NOMINAL" CONTIDA NO INCISO I DO ARTIGO 20 DA LEI 8880/94. ALEGAÇÃO PROCEDENTE. I. O legislador ordinário, considerando que em janeiro de 1994 os benefícios previdenciários teriam os seus valores reajustados, e que no mês subseqüente se daria a antecipação correspondente à parcela que excedesse a 10% (dez por cento) da variação da inflação do mês anterior, houve por bem determinar que na época da conversão da moeda para Unidade Real de Valor fosse observada a média aritmética das rendas nominais referentes à competências de novembro e dezembro de 1993 e janeiro e fevereiro de 1994, período que antecedeu a implantação do Plano Real, dado que a URV traduzia a inflação diária. II - Conversão do benefício para URV. Observância das Leis 8542/92, 8700/93 e 8880/94. Inconstitucionalidade da palavra nominal contida no inciso I do artigo 20 da Lei 8880/94, por ofensa à garantia constitucional do direito adquirido (CF, artigo 5º, XXXVI). Improcedência. O referido vocábulo apenas traduz a vontade do legislador de que no cálculo da média aritmética do valor a ser convertido para a nova moeda fossem considerados os reajustes e antecipações efetivamente concedidos nos meses de novembro e dezembro de 1993 e janeiro e fevereiro de 1994. Recurso extraordinário conhecido e provido." (RE 313.382 SC, Min. Maurício Corrêa).
Posto isto, com base no art. 557, caput, do C. Pr. Civil, nego seguimento ao presente recurso, dado que em contraste com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal.
Corrijo, de ofício, a inexatidão material atinente à condenação em honorários de advogado, nos termos do art. 463, I, do C. Pr. Civil, considerada a assistência judiciária gratuita, como também a condição imposta para sua exigência (futura fortuna), que torna condicional este capítulo da sentença (CPC, art. 460, § único).
Decorrido o prazo legal, baixem os autos ao juízo de origem.
Int.
São Paulo, 23 de março de 2007.
CASTRO GUERRA
RELATOR

PROC.	:	2007.03.99.005187-4 AC 1175381
ORIG.	:	0500000654 2 Vr SERTAOZINHO/SP
APTE	:	LUIS NENEU DA SILVA
ADV	:	ANTONIO MARIO DE TOLEDO
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Ação de conhecimento, ajuizada em 05.05.05, que tem por objeto condenar a autarquia previdenciária a conceder o benefício de aposentadoria por invalidez.
A r. sentença apelada, de 11.05.05, extingue o processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, IV, do C. Pr. Civil, à conta da incompetência absoluta do Juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Sertãozinho - SP.
Em seu recurso, a parte autora pugna pela reforma da decisão recorrida.
Subiram os autos, sem contra-razões.
Relatados, decido.
Antes de tudo, é preciso frisar a atribuição constitucional de competência à Justiça Estadual para processar e julgar as causas entre o INSS e os segurados ou beneficiários, a saber:
"Art. 109.....
.....
§ 3º Serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro do domicílio dos segurados ou beneficiários, as causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado, sempre que a comarca não seja sede de vara do juízo federal, e, se verificada essa condição, a lei poderá permitir que outras causas sejam também processadas e julgadas pela justiça estadual".
Cumpre ter em mente que não se deve tomar "seção judiciária" por "foro" ou "comarca", por isso adverte Cândido Rangel Dinamarco que estas duas últimas expressões são empregadas, no § 3º do art. 109, com alusão à divisão territorial inerente às Justiças dos Estados (Instituições de Direito Processual Civil. Malheiros, vol. I, 3ª edição, p. 469, n. 230, nota 3).
Convém frisar que, enquanto subsistir a regra do art. 109, § 3º, da Constituição de 1988, subsistirá a faculdade de os segurados ou beneficiários ajuizarem, no foro de seu domicílio, causas previdenciárias perante a Justiça Estadual, se nele não houver vara da Justiça Federal, porque, consoante a interpretação dada ao referido dispositivo pela Corte Suprema, a regra existe para beneficiar aquelas pessoas (RE 324.811, Min. Moreira Alves).
Assim, não havendo sede de vara da Justiça Federal na comarca de Sertãozinho, foro do domicílio do segurado ou beneficiário, a Lei Maior faculta o ajuizamento da demanda contra a autarquia previdenciária na Justiça Estadual, competente para processá-la e julgá-la (CF, art. 109, § 3º).
Nesse sentido orienta-se a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:
"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUÍZOS ESTADUAL E FEDERAL. PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO DE REVISÃO DE BENEFÍCIO. JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS. LEI 10259/01. COMARCA QUE NÃO É SEDE DE TAL JUIZADO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO ESTADUAL. ART. 109, § 3º DA CF. PRECEDENTES ANÁLOGOS.
Ainda que a presente ação de revisão de benefício previdenciário tenha sido proposta após a vigência da Lei nº 10259/01, que criou os Juizados Especiais Federais, o mesmo não foi ainda criado na comarca na qual reside o autor. Aplicação do entendimento preconizado pelo art. 109, § 3º da Constituição Federal, utilizado em precedentes análogos desta Corte de Justiça. Conflito conhecido para declarar, na hipótese, a competência do juízo estadual suscitado" (CC 41.654 SP, Min. José Arnaldo da Fonseca).
Ressalto que este é também o entendimento unânime da 3ª Seção deste Tribunal:
"PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA. AJUIZAMENTO DA AÇÃO NO DOMICÍLIO DO AUTOR. POSSIBILIDADE. ARTIGO 109, §3º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. LEI Nº 10.259/01. JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS.
I - O artigo 109, parágrafo 3º, da Magna Carta expressamente delegou competência federal à Justiça Estadual, na hipótese de o segurado residir em local em que não haja vara federal. II - A Lei nº 10.259/2001 que instituiu o Juizado Especial Federal - Cível e Criminal -, possibilitou que a matéria previdenciária seja objeto dos juizados especiais, até o limite de sessenta salários-mínimos. III - A competência do Juizado Especial Cível Federal é absoluta em relação à vara federal sediada no mesmo foro, até o limite referido. No mais, a possibilidade de opção, tal como anteriormente descrita não foi modificada. IV - Conflito procedente. Competência do Juízo Suscitado" (CC 2003.03.00.057848-3, Des. Fed. Sérgio Nascimento; CC 2002.03.00.032548-5, Des. Fed. Marianina Galante).
Posto isto, dou provimento à apelação para reformar a sentença, com fundamento no art. 557, § 1º-A, do C. Pr. Civil, e determinar o regular processamento do feito.
Decorrido o prazo legal, remetam-se os autos ao Juízo de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
CASTRO GUERRA
RELATOR

PROC.	:	2007.03.99.005392-5 AC 1175635
ORIG.	:	0500000753 2 Vr SERTAOZINHO/SP
APTE	:	JOSE ALVES FERNANDES
ADV	:	ANTONIO MARIO TOLEDO
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Ação de conhecimento, ajuizada em 19.05.05, que tem por objeto condenar a autarquia previdenciária a conceder o benefício de aposentadoria por invalidez.
A r. sentença apelada, de 24.05.05, extingue o processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, IV, do C. Pr. Civil, à conta da incompetência absoluta do Juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Sertãozinho - SP.
Em seu recurso, a parte autora pugna pela reforma da decisão recorrida.
Subiram os autos, sem contra-razões.
Relatados, decido.
Antes de tudo, é preciso frisar a atribuição constitucional de competência à Justiça Estadual para processar e julgar as causas entre o INSS e os segurados ou beneficiários, a saber:
"Art. 109.....
.....
§ 3º Serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro do domicílio dos segurados ou beneficiários, as causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado, sempre que a comarca não seja sede de vara do juízo federal, e, se verificada essa condição, a lei poderá permitir que outras causas sejam também processadas e julgadas pela justiça estadual".
Cumpre ter em mente que não se deve tomar "seção judiciária" por "foro" ou "comarca", por isso adverte Cândido Rangel Dinamarco que estas duas últimas expressões são empregadas, no § 3º do art. 109, com alusão à divisão territorial inerente às Justiças dos Estados (Instituições de Direito Processual Civil. Malheiros, vol. I, 3ª edição, p. 469, n. 230, nota 3).

Convém frisar que, enquanto subsistir a regra do art. 109, § 3º, da Constituição de 1988, subsistirá a faculdade de os segurados ou beneficiários ajuizarem, no foro de seu domicílio, causas previdenciárias perante a Justiça Estadual, se nele não houver vara da Justiça Federal, porque, consoante a interpretação dada ao referido dispositivo pela Corte Suprema, a regra existe para beneficiar aquelas pessoas (RE 324.811, Min. Moreira Alves).
Assim, não havendo sede de vara da Justiça Federal na comarca de Sertãozinho, foro do domicílio do segurado ou beneficiário, a Lei Maior faculta o ajuizamento da demanda contra a autarquia previdenciária na Justiça Estadual, competente para processá-la e julgá-la (CF, art. 109, § 3º).
Nesse sentido orienta-se a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:
"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUÍZOS ESTADUAL E FEDERAL. PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO DE REVISÃO DE BENEFÍCIO. JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS. LEI 10259/01. COMARCA QUE NÃO É SEDE DE TAL JUIZADO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO ESTADUAL. ART. 109, § 3º DA CF. PRECEDENTES ANÁLOGOS.
Ainda que a presente ação de revisão de benefício previdenciário tenha sido proposta após a vigência da Lei nº 10259/01, que criou os Juizados Especiais Federais, o mesmo não foi ainda criado na comarca na qual reside o autor. Aplicação do entendimento preconizado pelo art. 109, § 3º da Constituição Federal, utilizado em precedentes análogos desta Corte de Justiça. Conflito conhecido para declarar, na hipótese, a competência do juízo estadual suscitado" (CC 41.654 SP, Min. José Arnaldo da Fonseca).
Ressalto que este é também o entendimento unânime da 3ª Seção deste Tribunal:
"PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA. AJUIZAMENTO DA AÇÃO NO DOMICÍLIO DO AUTOR. POSSIBILIDADE. ARTIGO 109, §3º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. LEI Nº 10.259/01. JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS.
I - O artigo 109, parágrafo 3º, da Magna Carta expressamente delegou competência federal à Justiça Estadual, na hipótese de o segurado residir em local em que não haja vara federal. II - A Lei nº 10.259/2001 que instituiu o Juizado Especial Federal - Cível e Criminal -, possibilitou que a matéria previdenciária seja objeto dos juizados especiais, até o limite de sessenta salários-mínimos. III - A competência do Juizado Especial Cível Federal é absoluta em relação à vara federal sediada no mesmo foro, até o limite referido. No mais, a possibilidade de opção, tal como anteriormente descrita não foi modificada. IV - Conflito procedente. Competência do Juízo Suscitado" (CC 2003.03.00.057848-3, Des. Fed. Sérgio Nascimento; CC 2002.03.00.032548-5, Des. Fed. Marianina Galante).
Posto isto, dou provimento à apelação para reformar a sentença, com fundamento no art. 557, § 1º-A, do C. Pr. Civil, e determinar o regular processamento do feito.
Decorrido o prazo legal, remetam-se os autos ao Juízo de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
CASTRO GUERRA
RELATOR

PROC.	:	2000.61.06.005463-4 AC 1073935
ORIG.	:	4 Vr SAO JOSE DO RIO PRETO/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUIS ANTONIO STRADIOTI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	LUIZ ANTONIO DA SILVA
ADV	:	EVANDRO CASTILHO MÉDICI
RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO / DÉCIMA TURMA

Vistos.
Trata-se de apelação de sentença pela qual foi julgado parcialmente procedente o pedido formulado em ação revisional, através da qual a parte autora objetiva a conversão da sua aposentadoria por tempo de serviço para aposentadoria especial a partir de 27.06.1991, data de concessão do benefício, assim como a aplicação da Súmula 260 do extinto Tribunal Federal de Recursos e do artigo 58 do ADCT.
Em primeiro grau, o INSS foi condenado a proceder a aplicação do artigo 58 do ADCT, pagando-se as diferenças corrigidas monetariamente e acrescidas de juros de mora, respeitada a prescrição qüinqüenal. Considerando que o autor decaiu de grande parte do pedido, foi condenado a arcar com os honorários advocatícios, arbitrados em 10% (dez por cento) do valor da causa se e quando deixar de ostentar a condição de necessitado. Não houve condenação em custas. Sem reexame necessário, nos termos do § 2º do artigo 475 do Código de Processo Civil, com a nova redação dada pela Lei 20352/2001.
O INSS, em suas razões recursais, sustenta que a revisão é indevida, pois o artigo 58 do ADCT já foi processada para todos os benefícios mantidos até a data da promulgação da Constituição da República de 1988, a partir de abril de 1989, para serem expressos em número de salários mínimos a que correspondiam à data da concessão.
Com contra-razões, os autos subiram a esta E.Corte.
Após o breve relatório, passo a decidir.
Quanto à aplicação do artigo 58 do ADCT, cumpre fazer uma breve explanação acerca do tema.
A Justiça Federal posicionou-se pela repugnância à adoção de critérios proporcionais ao reajuste de benefícios previdenciários, advindo daí a edição da Súmula nº 260 pelo extinto Tribunal Federal de Recursos, in verbis:
No primeiro reajuste do benefício previdenciário, deve-se aplicar o índice integral do aumento verificado, independentemente do mês de concessão, considerando nos reajustes subseqüentes, o salário mínimo então atualizado.
Com a promulgação da Carta Magna de 1988, foi consagrado, de uma certa forma, aludido enunciado, eis que o artigo 58 ADCT, igualmente, pugnava pela manutenção do valor do benefício, só que em número equivalente de salários mínimos vigente quando de sua concessão (DIB), verbis:
Art. 58: Os benefícios de prestação continuada, mantidos pela previdência social na data da promulgação da Constituição, terão seus valores revistos, a fim de que seja restabelecido o poder aquisitivo, expresso em número de salários mínimos, que tinham na data de sua concessão, obedecendo-se a esse critério de atualização até a implantação do plano de custeio e benefícios referidos no artigo seguinte. (grifei)
Entretanto, num primeiro momento, não foi observada a divergência existente entre os dois critérios de reajuste, sendo que o E.Superior Tribunal de Justiça, em seus julgados, veio a disciplinar a aplicação tanto da Súmula 260 do e.Tribunal Federal de Recursos, quanto do artigo 58 do ADCT/88.
A propósito, transcrevo:
PREVIDENCIÁRIO - RECURSO ESPECIAL - REVISÃO DE BENEFÍCIO - DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL - EQUIVALÊNCIA SALARIAL - SÚMULA 260/TFR - ARTIGO 58, DO ADCT - CRITÉRIOS E PERÍODOS DE APLICAÇÃO.
- Divergência jurisprudencial comprovada. Entendimento do art. 255 e parágrafos, do Regimento Interno desta Corte.
- Não enseja interposição de Recurso Especial matéria que não foi ventilada no acórdão recorrido e sobre a qual a parte não opôs os embargos declaratórios competentes. Óbice das Súmulas 282 e 356 do STF.
- São distintos tanto os critérios de aplicação quanto os períodos de incidência da Súmula 260/TFR e do art. 58, do ADCT.
- A Súmula 260, do extinto TFR, aplicada aos benefícios concedidos antes da Constituição de 1988, e em vigor até o sétimo mês subseqüente à promulgação da Lei Maior, não vincula o reajuste do benefício à variação do salário mínimo.
- O artigo 58, do ADCT, que estabeleceu o critério da equivalência salarial, foi tão-somente aplicado aos benefícios em manutenção em outubro de 1988, e limitado ao período compreendido entre abril/89 (sétimo mês subseqüente à promulgação da Constituição) e dezembro/91 (Regulamentação dos Planos de Custeio e Benefícios). Precedentes.
- Recurso parcialmente conhecido e, nessa parte, provido.
(STJ - REsp. n. º 476325-RJ; Rel. Min. Jorge Scartezzini; DJU de 17.03.2003, pág. 284)
Conclui-se, pois, que, no presente caso, a parte autora não possui direito à equivalência ao salário mínimo, conforme previsto no artigo 58 do ADCT, uma vez que seu benefício foi concedido em 27 de junho de 1991 (fl.11), ou seja, posteriormente à promulgação da atual Constituição da República.
Por conseguinte, aplicável no caso em espécie, o disposto no artigo 557 do Código de Processo Civil, nestes termos:
Art. 557. O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior.
§ 1º A- Se a decisão estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, o relator poderá dar provimento ao recurso.
(...)
Diante do exposto, nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, dou provimento à apelação do INSS para efeito de julgar improcedente o pedido. Não há condenação da parte autora aos ônus da sucumbência, pois o E. STJ já decidiu que a aplicação do disposto nos artigos 11 e 12 da Lei nº 1.060/50 torna a sentença um título judicial condicional (STF, RE 313.348/RS, Ministro Sepúlveda Pertence).
Decorrido o prazo recursal, encaminhem-se os autos à Vara de origem, dando-se baixa na Distribuição.
Intimem-se.
São Paulo, 17 de março de 2007.

PROC.	:	2007.03.00.005481-5 AG 290067
ORIG.	:	200661040094860 6 Vr SANTOS/SP
AGRTE	:	WILSON SILVA
ADV	:	CLEITON LEAL DIAS JUNIOR
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 6 VARA DE SANTOS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Prejudicado o presente recurso, por perda de objeto, de acordo com o disposto no art. 33, inc XII, do Regimento Interno deste Tribunal, considerada a sentença prolatada pelo Juízo da 6ª Vara Federal de Santos, que julgou extinto o processo sem resolução do mérito, conforme consulta processual através da INTRANET (www.jfsp.gov.br).
Após as formalidades legais, baixem os autos ao Juízo de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 30 de março de 2007
CASTRO GUERRA
RELATOR

PROC.	:	2005.61.83.005565-3 AC 1166101
ORIG.	:	1V Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RODRIGO OCTAVIO LEONIDAS KAHN DA SILVEIRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	IZABEL LOPES DIAS DO BOMFIM
ADV	:	FLAVIA CAROLINA SPERA MADUREIRA
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA PREVIDENCIARIA DE SAO PAULO SP>1ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES. FED. JEDIAEL GALVÃO / DÉCIMA TURMA

Vistos.
Trata-se de agravo interno interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em face da decisão monocrática que, com fundamento no art. 557 do Código de Processo Civil, negou provimento à apelação do INSS e ao reexame necessário.
Sustenta a agravante, em síntese, que é indevida a majoração do coeficiente de cálculo do benefício da autora, sob pena de ofensa ao ato jurídico perfeito e aos princípios da isonomia e da legalidade, e ao artigo 195, § 5º, da Constituição Federal, uma vez que já empregou, para o cálculo do benefício, coeficiente que respeita a legislação vigente à época em que ocorreu o fato gerador da pensão.
Requer a reconsideração da decisão ou então que seja levado o presente a julgamento por esta Colenda Turma.
É o relatório.
D E C I D O
Dispõe o artigo 251 do Regimento Interno deste Egrégio Tribunal que "O agravo regimental será submetido ao prolator da decisão, o qual poderá reconsiderá-la ou submeter o agravo ao julgamento do órgão competente, caso em que computar-se-á, também, o seu voto." (grifo nosso).
Nestes termos, acolho as razões expendidas pela autarquia previdenciária.
Embora em outras oportunidades se tenha orientado no sentido do direito à revisão do coeficiente da pensão por morte, a partir da vigência da Lei nº 9.032/95, de forma que correspondesse a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, cuja providência não constituía violação ao princípio tempus regit actum, haja vista que a lei nova não seria aplicada retroativamente, mas sim, teria incidência imediata, conforme decisão prolatada às fls. 64/67, verifica-se que tal orientação restou superada por decisão que trilha posicionamento contrário.
Por maioria de votos, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (Recursos Especiais nºs 416.827 e 414.454, Relator Ministro GILMAR MENDES, j. 08/02/2007, DJ 15/02/2007), entendeu não ser possível a aplicação da Lei nº 9.032/95 aos benefícios que foram concedidos anteriormente a sua edição, uma vez que haveria violação ao princípio constitucional do ato jurídico perfeito (art. 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal).
Dessa maneira, curvando-me ao entendimento que se assentou no Supremo Tribunal Federal, tenho que a aplicação do artigo 75 da Lei nº 8.213/91, com redação dada pela Lei nº 9.032/95, de 28/04/95, não tem aplicabilidade aos benefícios concedidos anteriormente a sua edição.
Diante do exposto, nos termos do artigo 251 do Regimento Interno desta Egrégia Corte, reconsidero a decisão de fls. 64/67, e, com fulcro no artigo 557 do Código de Processo Civil, DOU PROVIMENTO À APELAÇÃO DO INSS E AO REEXAME NECESSÁRIO, para, reformando a r. sentença, julgar improcedente o pedido da autora.
Com supedâneo em orientação do Supremo Tribunal Federal (Agravo Regimental em REO nº 313.348/RS, Relator Ministro Sepúlveda Pertence, j. 15/04/03, DJU 16/05/03, p. 616), deixo de condenar a parte autora ao pagamento de honorários advocatícios, considerando que ela é beneficiária da Assistência Judiciária Gratuita.
Transitado em julgado, remetam-se os autos à Vara de origem, observadas as formalidades legais.
Publique-se e Intimem-se.
São Paulo, 23 de março de 2007.
JEDIAEL GALVÃO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.005690-3 AG 290227
ORIG.	:	0600029304 2 Vr PARANAIBA/MS
AGRTE	:	SEBASTIANA PEREIRA DOS SANTOS
ADV	:	CRISTIANE PARREIRA RENDA DE O CARDOSO
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	AMILSON ALVES QUEIROZ FILHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 2 VARA DE PARANAIBA MS
RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO / DÉCIMA TURMA

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por SEBASTIANA PEREIRA DOS SANTOS, inconformada com a decisão judicial exarada nos autos da ação de concessão de benefício previdenciário, em que o d. Juiz a quo determinou a parte autora que comprove, no prazo de 60 (sessenta) dias, a existência de interesse processual mediante a apresentação do indeferimento do pedido administrativo.
Objetiva a agravante reforma de tal decisão alegando, em síntese, que o prévio requerimento na via administrativa não é condição para a propositura da ação de natureza previdenciária.
Inconformada, requer a atribuição de efeito suspensivo ao recurso e a reforma da r. decisão guerreada.
É o sucinto relatório. Decido.
Verifico dos autos que o inconformismo da agravante merece prosperar.
A autora busca garantir o seu direito constitucional de socorrer-se ao judiciário, consoante lhe autoriza o artigo 5º, inciso XXXV da Magna Carta, sem a obrigatoriedade de percorrer, previamente, à instância administrativa.

De início, cumpre ressaltar que nas agências da Previdência Social é comum o funcionário que efetua o atendimento preliminar informar verbalmente ao interessado sobre os requisitos exigidos administrativamente para a obtenção do benefício a ser requerido, orientando-o, ainda, no sentido de que não ingresse com o respectivo requerimento caso não se encontrem preenchidos tais requisitos, não se justificando, portanto, que seja exigida a formalização deste requerimento para o ingresso em juízo.
Verifica-se, pois, a aplicabilidade da Súmula 09 do TRF da 3ª Região, bem como do disposto no inciso XXXV, do art. 5º, da Constituição Federal, restando, portanto, superada a questão referente à necessidade do prévio requerimento administrativo do benefício como requisito para o ajuizamento da respectiva ação previdenciária, mesmo porque as únicas exceções ao livre acesso ao Judiciário encontram-se previstas no §1º do art. 217 da Constituição da República.
Assim, já decidiu esta E. Corte, que assim se posicionou:
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. ART. 42, CAPUT E § 2º DA LEI 8.213/91. REEXAME NECESSÁRIO. PRELIMINAR. CARÊNCIA DE AÇÃO. REQUISITOS PRESENTES. BENEFÍCIO DEVIDO. HONORÁRIOS PERICIAIS E ADVOCATÍCIOS. CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS. IMPLANTAÇÃO IMEDIATA.
1. O prévio requerimento administrativo não é condição para a propositura de ação previdenciária, especialmente em se tratando de pretensão que não tem encontrado acolhida na esfera administrativa. Prevalência do princípio do amplo acesso ao Poder judiciário, estabelecido no artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal.
...
(TRF - 3ª Região - AC nº 2005.03.99.004184-7 - 10ª Turma - Rel. Des. Fed. Galvão Miranda; j. em 29.3.2005; DJU de 27.4.2005; p. 655).
Diante do exposto e acolhendo o precedente acima invocado, dou provimento ao agravo de instrumento, nos termos do artigo 557, parágrafo 1º-A, do Código de Processo Civil.
Comunique-se ao d. Juízo a quo, o inteiro teor desta decisão.
Intimem-se.
Decorrido o prazo recursal, dê-se baixa na Distribuição e remetam-se os autos à primeira instância.
São Paulo, 27 de março de 2007.
Sérgio Nascimento
Desembargador Federal

PROC.	:	2002.03.00.006021-0 AG 148397
ORIG.	:	9300000829 1 Vr PIRAJUI/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOSE ANTONIO BIANCOFIORE
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	ADAUTO PADUAN e outros
ADV	:	JOSE VICENTE TONIN
PARTE A	:	LUCIA PAVAO MORAES e outros
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE PIRAJUI SP
RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO / DÉCIMA TURMA

Vistos.
Reconsidero a decisão de fl. 36.
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em face de decisão proferida nos autos da ação previdenciária nº 829/93, em fase de execução do julgado, em que o d. Juiz a quo deferiu a habilitação dos herdeiros dos falecidos.
Sustenta, em síntese, o recorrente total descabimento da decisão exarada, uma vez que os sucessores não podem ajuizar ação de execução de sentença. Aduz, ainda, que com a morte dos autores, automaticamente extingui-se o mandato, sendo os atos praticados por seu patrono, desde então, inexistentes, bem como que tal vício teria contaminado os atos decisórios do Juízo.
Inconformado, requer a reforma do decisório.
É o breve relatório. Decido.
Dispõe o artigo 567, inciso I, do Código de Processo Civil:
Art. 567. Podem também promover execução, ou nela prosseguir:
I - o espólio, os herdeiros ou os sucessores do credor, sempre que, por morte deste, lhes for transmitido o direito do título executivo.
Extrai-se da leitura do supracitado artigo que a morte dos credores não pode implicar no encerramento da execução, como, igualmente está evidenciado o interesse dos herdeiros ou sucessores.
Ademais, nos termos em que dispõe o artigo 249, parágrafo 1º, do Código de Processo Civil, verifica-se que o ato processual não será repetido ou suprido quando a falta não prejudicar a parte.
Assim, compulsando os autos verifico que prejuízo algum advém do fato indicado como fundamento do presente recurso, uma vez que a declaração de nulidade obrigaria a repetição de uma série de atos processuais, providência, esta, de nenhuma finalidade prática, merecendo integral aplicação da máxima pás de nullite sans grief.
Denota-se, ainda, que tão logo o patrono do de cujus soube de seu óbito, promoveu o pedido de habilitação dos sucessores.
Nesse sentido trago a colação precedente jurisprudencial:
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. MORTE DO AUTOR. HABILITAÇÃO DE HERDEIROS. VALIDADE DOS ATOS PRATICADOS APÓS O ÓBITO.
- Trata-se de agravo de instrumento em face de decisão que deferiu o pedido de habilitação de herdeiros, nos termos do art. 1.060, inc. I, do Código de Processo Civil.
- Embora o agravante sustente o falecimento do aludido autor em data anterior ao início do processo de execução, é certo que tal fato, por si só, não é suficiente a ensejar a nulidade do fato.
- Em que pese a inauguração do processo de execução não coincida com o início da liquidação de sentença, não ficou evidenciada a existência de má-fé por parte do advogado ou dos herdeiros, quando da protocolização de peça com a discriminação dos valores a serem pagos.
- Consoante a orientação da norma processual vigente, extraída sobretudo das disposições contidas nos arts. 249, §2º e 250, par. único, é de se concluir pela razoabilidade no aproveitamento dos atos processuais subseqüentes ao referido acontecimento.
(TRF - 2ª Região - AG nº 98.02.30711-4 - Relatora para acórdão Des. Fed. Regina Coeli M. C. Peixoto; j. em 17.2.2003; DJU de 23.6.2003; p. 187).
Ademais, é de se registrar que o Magistrado dentro dos limites do Poder Geral de Cautela que lhe é atribuído, detém o poder/dever de determinar as medidas provisórias que julgar necessárias, segundo seu justo e livre arbítrio, de modo que estas somente podem ser revistas quando proferidas em desconformidade com a lei e seus princípios.
Diante do exposto, nos termos do artigo 557, caput, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao agravo de instrumento do INSS.
Intime-se.
Decorrido in albis o prazo recursal, remetam-se os autos à vara de origem.
São Paulo, 28 de março de 2007.
SÉRGIO NASCIMENTO
Desembargador Federal

PROC.	:	2003.61.05.006044-4 REOAC 1147363
ORIG.	:	8 Vr CAMPINAS/SP
PARTE A	:	ADAIR CARLOS SIMOES
ADV	:	ALESSANDRA MAYUMI NOEL VIOLA
PARTE R	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ANA PAULA FERREIRA SERRA SPECIE
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 8 VARA DE CAMPINAS - 5ª SSJ - SP
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

DECISÃO
Previdenciário. Revisão de benefício. Cálculo da renda mensal inicial. Correção do salário-de-contribuição. IRSM de fevereiro de 1994 (39,67%). Cabimento.
Aforada ação, em face do INSS, objetivando o reajuste da renda mensal inicial, mediante a aplicação do IRSM de fevereiro de 1994, no percentual de 39,67% e, processado o feito, sobreveio sentença de procedência do pedido, submetida ao reexame necessário.
Inexistentes contra-razões.
Decido.
O art. 202, caput, da CR/88, em sua redação original, anterior à EC nº 20/98, assegurava que o cálculo do benefício dar-se-ia de acordo com a média dos trinta e seis últimos salários-de-contribuição, corrigidos, monetária e mensalmente, de modo a preservar seu valor real.
Note-se que, embora o referido comando constitucional tenha determinado a correção de todos os salários-de-contribuição do período básico de cálculo, não fixou índice de atualização, cometendo, ao legislador ordinário, o estabelecimento dos critérios a serem adotados nesse mister.
Dessa forma, atendendo à CR/88, o art. 31 da Lei nº 8.213/91, em sua redação original, fixou o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, como índice de correção dos salários-de-contribuição, computados no cálculo do valor do benefício.
A Lei nº 8.542/92 (art. 9º, § 2º), por seu turno, alterou o dispositivo supracitado, substituindo o INPC pelo Índice de Reajuste do Salário Mínimo - IRSM, como parâmetro de correção dos salários-de-contribuição.
Cumpre observar que a Lei nº 8.880/94, fruto da conversão das MPs nºs 434, 457 e 482/94, determinou (art. 21, caput e § 1º), que os salários-de-contribuição, referentes às competências anteriores a março de 1994, fossem corrigidos, monetariamente, até o mês de fevereiro de 1994, pelos índices previstos no art. 31 da Lei nº 8.213/91, com as alterações da Lei nº 8.542/92, e convertidos em Unidade Real de Valor - URV, pelo valor, em cruzeiros reais, do seu equivalente em 28 de fevereiro de 1994.
Inobstante a previsão legal, o réu desconsiderou a variação do IRSM de fevereiro de 1994, na atualização dos salários-de-contribuição pertinentes, reduzindo o valor real do benefício do autor.
Ressalte-se, outrossim, que, ao converter os salários-de-contribuição anteriores a março de 1994 para URV, sem antes corrigi-los, o INSS violou não apenas o indigitado dispositivo, mas, acima de tudo, o preceito constitucional insculpido na atual redação do art. 201, § 3º, da CR/88, in verbis:
"Todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício serão devidamente atualizados, na forma da lei".
Assim, de rigor a revisão da renda mensal inicial do autor, para que incida o IRSM de fevereiro de 1994, na atualização dos salários-de-contribuição, anteriores a março de 1994.
Dessarte, a matéria restou sumulada nesta Corte, nos seguintes termos:
"É aplicável a variação do Índice de Reajuste do Salário Mínimo, no percentual de 39,67%, na atualização dos salários-de-contribuição anteriores a março de 1994, a fim de apurar a renda mensal inicial do benefício previdenciário."
(Súmula TRF 3ªR nº 19)
As parcelas vencidas, observada a prescrição qüinqüenal (art. 103, parágrafo único, da Lei nº 8.213/91 e Súmula STJ nº 85 c/c art. 219, § 5º, do CPC, n.r.), serão corrigidas monetariamente, a partir de cada vencimento (Súmulas 8 desta Corte e 148 do C. STJ), aplicados os critérios estabelecidos no Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal (Resolução nº 242/2001, do Conselho da Justiça Federal, Provimento nº 64, de 28/04/2005, da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da Terceira Região).
Quanto aos juros moratórios, são devidos à taxa de 1% (um por cento) ao mês, explicitando que correm de forma decrescente, da citação, termo inicial da mora do INSS (art. 219 do CPC), até a data da expedição do precatório, no caso deste ser pago no prazo estabelecido no artigo 100 da CR/88 (STF, RE 298.616/SP, Rel. Min. Gilmar Mendes).
A verba honorária de sucumbência deve ser mantida, porque conforme o art. 20, § 4º, do CPC.
O INSS é isento das custas processuais, arcando com as demais despesas, além de reembolsar as custas recolhidas pela parte contrária, quando esta for vencedora e não beneficiária da justiça gratuita (arts. 4º, I, da Lei nº 9.289/96, 24-A da Lei nº 9.028/95, n. r., e 8º, § 1º, da Lei nº 8.620/93), como sucede no caso em tela.
Ante o exposto, nos termos do art. 557, caput, do CPC, NEGO SEGUIMENTO à remessa oficial, mantendo a r. sentença recorrida.
Decorrido o prazo para interposição de recurso, baixem os autos à Vara de origem, observadas as formalidades legais.
Dê-se ciência.
Em, 30 de março de 2007
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2000.61.03.006223-9 REOAC 1175182
ORIG.	:	3 Vr SAO JOSE DOS CAMPOS/SP
PARTE A	:	FABIO HENRIQUE DE SIQUEIRA
ADV	:	CRISTIANE TEIXEIRA
PARTE R	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HILTON PLACIDO DE OLIVEIRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE S J CAMPOS SP
RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Ação de conhecimento que tem por objeto condenar a autarquia previdenciária conceder aposentadoria por invalidez.
A r. sentença, de 29.05.2006, submetida ao reexame necessário, julga procedente o pedido para condenar a autarquia a pagar as diferenças provenientes da renda mensal da aposentadoria por invalidez desde a citação do réu, até a data da concessão administrativa do aludido benefício, em 07.03.2003.
A correção monetária dos valores deve ser calculada de acordo com os critérios do Manual de Orientação de Procedimentos para Cálculos na Justiça Federal, aprovado pela Resolução CJF 242/2001, adotado na 3ª Região (art. 454 do Provimento COGE nº 64/2005), acrescidas de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, por força do art. 406 do novo Código Civil, combinado com o art. 161, § 1º, do Código Tributário Nacional. Condena, ainda, ao pagamento de verba honorária de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos da Súmula STJ 111.
Relatados, decido.
De acordo com a redação do art. 475, § 2º, do C. Pr. Civil, dada pelo art. 1º da L. 10.532/01, que entrou em vigor em 27 de março de 2002, não mais está sujeita a reexame necessário a presente sentença, porquanto se cuida de demanda cujo direito controvertido não excede de 60 (sessenta) salários mínimos, considerados tanto o valor, quanto o tempo transcorrido, vez que se trata apenas das diferenças entre o valor do auxílio-doença, que o segurado recebeu, e da aposentadoria por invalidez ora concedida.
Posto isto, não conheço da remessa oficial, com base no art. 475, § 2º do C. Pr. Civil.
Decorrido o prazo legal, baixem os autos ao Juízo de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 23 de março de 2007.
CASTRO GUERRA
RELATOR

PROC.	:	2003.61.83.006427-0 AC 1141916
ORIG.	:	2V Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	MARGOT MICHALEK
ADV	:	MARTA MARIA RUFFINI P GUELLER
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ALEXANDRA KURIKO KONDO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA / DÉCIMA TURMA

DECISÃO
Agravo contra a decisão que, com base no art. 557, caput, do C. Pr. Civil, nega seguimento à apelação da autarquia, no tocante à revisão do valor da pensão da autora, a fim de que prevaleça o coeficiente do cálculo para 100%, a partir da L. 9.032/95, e dá parcial provimento à apelação da parte autora, quanto ao termo inicial da revisão, à correção monetária e à verba honorária.
Sustenta a autarquia que a decisão ofende ato jurídico perfeito e os princípios da irretroatividade das leis, isonomia e da legalidade, bem assim que a majoração do benefício não tem prévia fonte de custeio, e pugna por sua reforma.

Relatados, decido.
O Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária, decidiu pela inadmissibilidade de qualquer interpretação da L. 9.032/95 que implique a aplicação de suas disposições a benefícios de pensão por morte concedidos anteriormente à sua vigência (RE 416.827 SC; RE 415.454 SC).
Posto isto, com a ressalva do meu entendimento, reconsidero a decisão recorrida, para dar provimento ao recurso da autarquia, com base no art. 557, § 1º-A, do C. Pr. Civil, e assim julgar improcedente o pedido; prejudicada a apelação da parte autora.
Deixo de condenar a parte autora nos ônus da sucumbência, porquanto beneficiária da assistência judiciária (RE 313.348 RS, Min. Sepúlveda Pertence).
Independentemente do trânsito em julgado, determino seja enviado e-mail ao INSS, a fim de que se adotem as providências cabíveis à imediata redução do coeficiente da pensão por morte.
Decorrido o prazo legal, baixem os autos ao juízo de origem.
Int.
São Paulo, 16 de março de 2007.
CASTRO GUERRA
RELATOR

PROC.	:	2003.61.83.006578-9 AC 1161266
ORIG.	:	2V Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	PAULINA DA SILVA CONDE
ADV	:	MARTA MARIA RUFFINI P GUELLER
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	PAULO ROBERTO CACHEIRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA / DÉCIMA TURMA

DECISÃO
Agravo contra a decisão que dá provimento à apelação, para condenar a autarquia previdenciária a revisar o valor da pensão da autora, a fim de que prevaleça o coeficiente do cálculo de 90%, a partir da L. 8.213/91, e de 100%, a partir da L. 9.032/95.
Sustenta a autarquia que a decisão ofende ato jurídico perfeito e os princípios da irretroatividade das leis, isonomia e da legalidade, bem assim que a majoração do benefício não tem prévia fonte de custeio, e pugna por sua reforma.
Relatados, decido.
O Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária, decidiu pela inadmissibilidade de qualquer interpretação da L. 9.032/95 que implique a aplicação de suas disposições a benefícios de pensão por morte concedidos anteriormente à sua vigência (RE 416.827 SC; RE 415.454 SC).
Posto isto, com a ressalva do meu entendimento, reconsidero a decisão recorrida, para negar seguimento ao recurso, com base no art. 557, caput, do C. Pr. Civil, e assim manter a sentença de improcedência do pedido.
Deixo de condenar a parte autora nos ônus da sucumbência, porquanto beneficiária da assistência judiciária (RE 313.348 RS, Min. Sepúlveda Pertence).
Independentemente do trânsito em julgado, determino seja enviado e-mail ao INSS, a fim de que se adotem as providências cabíveis à imediata redução do coeficiente da pensão por morte.
Decorrido o prazo legal, baixem os autos ao juízo de origem.
Int.
São Paulo, 19 de março de 2007.
CASTRO GUERRA
RELATOR

PROC.	:	2007.03.00.007119-9 AG 290530
ORIG.	:	0600001015 1 Vr CAPIVARI/SP
AGRTE	:	DELCINO FRANCISCO CELESTINO
ADV	:	ANDREIA MARIA MARTINS DA SILVA (Int.Pessoal)
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE CAPIVARI SP
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Aforada ação, em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando implantação de benefício de prestação continuada (arts. 203, V, da CR/88 e 20 da Lei nº 8.742/93), o MM. Juiz singular indeferiu pedido de antecipação de tutela (f. 75).
Inconformado, o proponente interpôs o presente agravo de instrumento, com vistas à reforma de referida decisão, aos seguintes argumentos: a) sofreu acidente vascular cerebral, possuindo seqüelas da doença, além de diabetes mellitus e hipertensão arterial; b) encontra-se incapacitado ao trabalho, precisando de ajuda para se locomover e se alimentar; c) não tem como se sustentar, dependendo do auxílio de terceiros.
A f. 79, foi facultada a emenda da inicial, para regularização da representação processual e recolhimento do preparo devido ou comprovação da concessão de justiça gratuita, o que foi feito (fs. 83/87).
Passo ao exame.
De início, consigno a irrelevância do quanto certificado a f. 77, no sentido da inocorrência do recolhimento de custas, porquanto o juízo a quo deferiu o benefício da gratuidade judiciária, como se verifica a f. 86.
Pois bem. A teor do disposto no art. 527, II, do CPC, com redação dada pela Lei nº 11.187/2005, o relator converterá o agravo de instrumento em retido, salvo nas hipóteses lá elencadas.
Na espécie, tratando-se de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, cabível o processamento do agravo na forma de instrumento.
Previsto nos arts. 203, V, da CR/88 e 20 e 21 da Lei nº 8.742/93, e tendente à proteção do hipossuficiente, o benefício assistencial, equivalente a 01 (um) salário mínimo, exige, para sua percepção, que o requerente possua 65 (sessenta e cinco) anos de idade (art. 34 da Lei nº 10.741/2003) ou seja portador de deficiência física ou mental, incapacitante à vida independente e ao trabalho. Necessária, ainda, a comprovação da insuficiência de recursos à própria manutenção ou a inviabilidade de que a família a proveja.
Como sabido, o estado de precisão econômica resulta comprovado tanto pelo preenchimento do critério objetivo, estampado no art. 20, § 3º, da Lei nº 8.742/93, cuja constitucionalidade já foi declarada pelo E. STF, como através de outros elementos de convicção, hauridos dos autos, consoante o princípio do livre convencimento do magistrado, tais como estudo social, depoimentos testemunhais, mandado de constatação, etc., na forma de recentes julgados do C. STJ, abaixo transcritos:
"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. ASSISTÊNCIA SOCIAL. BENEFÍCIO DA PRESTAÇÃO CONTINUADA. REQUISITOS LEGAIS. ART. 20, § 3º, DA LEI Nº 8.742/93.
(...)
IV - O preceito contido no art. 20, § 3º, da Lei nº 8.742/93 não é o único critério válido para comprovar a condição de miserabilidade preceituada no art. 203, V, da Constituição Federal. A renda familiar per capita inferior a ¼ do salário-mínimo deve ser considerada como um limite mínimo, um quantum objetivamente considerado insuficiente à subsistência do portador de deficiência e do idoso, o que não impede que o julgador faça uso de outros fatores que tenham o condão de comprovar a condição de miserabilidade do autor. Precedentes.
Embargos rejeitados."
(Edcl - AgRg - REsp nº 658.705/SP, 5ª Turma, Rel. Min. Felix Fischer, j. 08/3/2005, v. u., DJU 04/4/2005, p. 342).
"(...)
Não é omissa a decisão fundamentada no sentido de que o requisito previsto no artigo 20, parágrafo 3º, da Lei nº 8.742/93, qual seja, a comprovação de que a renda familiar per capita seja inferior a ¼ do salário mínimo, não é o único critério válido para comprovar a condição de miserabilidade exigida pelo artigo 203, inciso V, da Constituição Federal, não sendo a sua ausência, por si só, causa impeditiva da concessão do benefício assistencial da prestação continuada."
(Edcl -REsp nº 308.711/SP, 6ª Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, j. 19/02/2004, v. u., DJU 03/5/2004, p. 218).
In casu, não restou demonstrado o preenchimento do requisito da miserabilidade, tampouco existem outros subsídios, constantes nos autos, para se verificar a hipossuficiência do postulante, à míngua de estudo social ou auto de constatação.
Dessa forma, evidencia-se, neste momento procedimental, a não-comprovação de pressuposto à concessão do benefício pretendido, caso em que a Décima Turma desta Corte vem, iterativamente, improvendo recursos da parte autora, tratando-se, portanto, de inconformismo, manifestamente, improcedente.
Tais as circunstâncias, nego-lhe seguimento, com fulcro no art. 557, caput, do CPC.
Respeitadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
Dê-se ciência.
Em, 28 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2004.61.07.007268-7 AC 1176132
ORIG.	:	1 Vr ARACATUBA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ELIANE MENDONCA CRIVELINI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MARIA DE LOURDES CLEMENTINO DA SILVA
ADV	:	CARLOS APARECIDO DE ARAUJO
RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO / DÉCIMA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de apelação interposta pelo INSS em face de sentença que julgou procedente o pedido formulado nos autos da ação previdenciária condenando o réu a conceder à parte autora o benefício de aposentadoria rural por idade, no valor de 01 (um) salário mínimo mensal, além de abono anual, a contar da citação (19.11.2004). Ficou convencionado que as parcelas vencidas seriam acrescidas de correção monetária, nos termos do Provimento nº 26/01 da E. Corregedoria Geral da Justiça Federal da 3ª Região, e de juros de 12% ao ano, nos termos do art. 406 do Código Civil c/c com o art. 161, § 1º do Código Tributário Nacional. A autarquia foi condenada, ainda, ao pagamento de honorários advocatícios fixados em R$800,00 (oitocentos) reais. Não houve condenação em custas processuais. Foi concedida a antecipação dos efeitos da tutela e determinada a implantação imediata do benefício (fl. 59).
Objetiva o réu a reforma de tal sentença alegando, em síntese, que há falta de comprovação do tempo de serviço prestado como rurícola, haja vista que os documentos trazidos aos autos não constituiriam início razoável de prova material, sendo insuficiente a prova exclusivamente testemunhal. Afirma que não há comprovação do recolhimento das contribuições previdenciárias devidas e que o exercício de atividade em período imediatamente anterior ao ajuizamento da ação não teria sido comprovado, ressalvando, ainda, que o período anterior a 1991 não poderia ser computado para efeito de carência sem o respectivo recolhimento, razão pela qual restaria inatingida a carência mínima necessária. Subsidiariamente, requer que os honorários advocatícios sejam reduzidos, nos termos do art. 20, § 4º do Código de Processo Civil. Por fim, suscita o prequestionamento das questões ventiladas.
Sem contra-razões (fl. 84), subiram os autos a esta E. Corte.
O benefício foi efetivamente implantado, conforme consta do CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais (doc. anexo).
Após breve relatório, passo a decidir.
A parte autora completou 55 anos de idade em 14.03.2003, devendo, assim, comprovar 11 (onze) anos de atividade rural (132 meses), nos termos dos arts. 142 e 143 da Lei n. 8.213/91, para a obtenção do benefício em epígrafe.
A jurisprudência do E. STJ já se firmou no sentido de que é insuficiente apenas a produção de prova testemunhal para a comprovação de atividade rural, na forma da Súmula 149 - STJ, in verbis:
A prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito de obtenção de benefício previdenciário.
No caso em tela verifica-se que consta da CTPS da autora, acostada à fl. 13/15, anotação de trabalho no período compreendido entre 02.05.1990 a 06.10.1990, na qualidade de "trabalhadora rural", documento este que constitui prova plena da atividade rural por ela desempenhada, constando, inclusive, do rol constante do art. 106 da Lei nº 8.213/91.
Verifico, ainda que a requerente acostou aos autos documento no qual consta o termo lavrador para designar a profissão de seu ex-marido (conforme informação constante do depoimento pessoal de fl. 39/40), qual seja, certidão de casamento, realizado em 30.05.1970 (fl. 11), servindo assim, como início de prova material que, acrescida da prova testemunhal idônea, são suficientes para comprovação da atividade desenvolvida pelo casal àquela época.
Por outro lado, as testemunhas (fl. 41/42 e 43) foram unânimes em afirmar que conhecem a autora há mais de 20 e 03 anos, respectivamente, e que ela sempre teria exercido e continuaria exercendo suas atividades no meio rural, inicialmente como arrendante, sem concurso de empregados, juntamente com o ex-marido, e atualmente como bóia-fria, em diversas propriedades da região.
Dessa forma, havendo prova material corroborada por prova testemunhal, impõe-se reconhecer que a parte autora comprovou o exercício de atividade rural no período legalmente exigido.
Assim sendo, tendo a autora completado 55 anos de idade em 14.03.2003, bem como cumprido tempo de atividade rural superior ao legalmente exigido, consoante os arts. 142 e 143 da Lei n. 8.213/91, é de se conceder a aposentadoria por idade.
Ressalto, ainda, que embora a autora em seu depoimento pessoal (fl. 39/40) tenha dito que chegou a trabalhar como faxineira e empregada doméstica pelo período de 01 (um) ano, tal fato não descaracteriza a sua qualidade de rurícola, nem tampouco impede a concessão do benefício, eis que ele teria laborado ao longo de sua vida em atividade majoritariamente rural. Além do que, o breve período que laborou como urbana é ínfimo perante os muitos anos de atividade no campo.
O termo inicial do benefício deve ser mantido na data da citação, conforme majoritário entendimento jurisprudencial (19.11.2004 - fl 22 vº).
Cumpre, apenas, explicitar os critérios de correção monetária e juros de mora.
A correção monetária incide sobre as prestações em atraso, desde os respectivos vencimentos, na forma da Súmula 8 do E. TRF da 3ª Região, observada a legislação de regência especificada na Portaria nº 92/2001 DF-SJ/SP, de 23.10.2001 e Provimento nº 64/2005 da E. Corregedoria-Geral da Justiça da 3ª Região.
Os juros moratórios devem ser computados a partir da citação, de forma decrescente, a taxa de 1% ao mês, nos termos do art. 406 do Código Civil e do art. 161, § 1º, do Código Tributário Nacional, incidindo tais juros até a data de expedição do precatório, caso este seja pago no prazo estabelecido pelo art. 100 da CF/88 (STF, RE n. 298.616-SP, Relator Ministro Gilmar Mendes, DJ de 20/10/2006, p. 84).
Honorários advocatícios mantidos conforme fixado na r. sentença monocrática, uma vez que a sua fixação se mostra razoável e compatível com o que vem sendo decidido por esta Colenda Décima Turma e consoante disposto na Súmula nº 111 do STJ, em sua nova redação.
As autarquias são isentas das custas processuais (artigo 4º, inciso I da Lei 9.289/96), porém devem reembolsar, quando vencidas, as despesas judiciais feitas pela parte vencedora (artigo 4º, parágrafo único).
Diante do exposto, nos termos do artigo 557, do Código de Processo Civil, nego seguimento à apelação do réu.
Tendo em vista a manutenção da procedência do pedido, confirmo a antecipação da tutela concedida.
Decorrido "in albis" o prazo recursal, dê-se baixa na Distribuição.
Intimem-se.
São Paulo, 19 de março de 2007.

PROC.	:	2007.03.00.007320-2 AG 290686
ORIG.	:	0000001058 1 Vr PALMEIRA D OESTE/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CARMEM PATRICIA NAMI GARCIA SUANA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	APARECIDA PEREIRA GARCIA
ADV	:	GERALDO RUMAO DE OLIVEIRA

ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE PALMEIRA D OESTE SP
RELATOR	:	DES.FED. JEDIAEL GALVÃO / DÉCIMA TURMA

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto contra decisão que após o julgamento do v. acórdão, determinou fosse oficiado ao INSS para implantação do benefício de aposentadoria por tempo de serviço rural à agravada.
Sustenta o agravante, em síntese, a impossibilidade de execução provisória contra a Fazenda Pública, bem como a necessidade do trânsito em julgado da sentença para o início do processo de execução, nos termos do art. 100 da Constituição Federal. Finalmente, argumenta que a agravada não foi intimada a prestar garantia.
É a síntese do essencial.
DECIDO.
Na forma do artigo 557 do Código de Processo Civil, poderá o relator negar seguimento ou dar provimento a recurso, de acordo com as hipóteses assinaladas em referido dispositivo legal.
Pois bem. A tese do agravante, no sentido de ser incabível execução provisória em face da Fazenda Pública não merece acolhida. É de ser notado que a única vedação legal nesse sentido diz respeito tão-somente aos casos de reclassificação ou equiparação de servidores públicos, ou à concessão de aumento ou extensão de vantagens. Não há nas mencionadas hipóteses, qualquer relação com o caso em comento.
Aliás, a jurisprudência é uníssona no sentido da possibilidade de execução provisória de sentença em ação de natureza previdenciária, independe do oferecimento de caução, pois seria incongruente, uma vez que a postulação é exatamente baseada na hipossuficiência do beneficiário ou segurado. Em casos como estes, sobreleva a garantia à sobrevivência, e não a medida assecuratória de eventual devolução de importância recebida pelo beneficiário, o que torna dispensável a caução, nos termos do § 2º do artigo 588, c.c. o § 3º do artigo 273, ambos do Código de Processo Civil.
Este é o entendimento sufragado pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, conforme se verifica dos seguintes julgados:
"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. MATÉRIA DEBATIDA. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC NÃO CARACTERIZADA. EXECUÇÃO PROVISÓRIA CONTRA A FAZENDA. POSSIBILIDADE. INCLUSÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO TÃO-SOMENTE. DESNECESSIDADE DE PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO.
A matéria invocada pelas partes foi devidamente debatida pela Corte a quo no julgamento do aresto embargado, não se vislumbrando a apontada ofensa ao art. 535 do CPC.
É assente o entendimento jurisprudencial deste Tribunal no sentido da possibilidade de execução provisória contra a Fazenda Pública e, nesse caso, por cuidar-se de verba de caráter alimentar, desnecessária a caução do art. 588 do CPC.
Recurso desprovido.
(STJ, REsp nº 497767/RS, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, DJ 13/09/2004, p. 276);
"PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. VEDAÇÃO. ART. 2º-B DA LEI Nº 9.494/97. PENSÕES ESTATUTÁRIAS. REVISÃO. DESCABIMENTO. NATUREZA PREVIDENCIÁRIA.
I - Descabe falar em afronta aos artigos 458, inciso II, e 535, inciso II, do Código de Processo Civil, pois houve a apreciação da matéria suscitada nos embargos de declaração possibilitando, inclusive, sua análise em sede especial.
II - Esta Corte tem se pronunciado no sentido da possibilidade de execução provisória contra a Fazenda Pública e que nessa hipótese, em se tratando de verba de natureza alimentar, é dispensável a prestação de caução.
III - O artigo 2º-B, da Lei nº 9.494/97, impôs a necessidade do trânsito em julgado para a execução de sentenças que determinem a liberação de recurso, inclusão em folha de pagamento, reclassificação, equiparação, concessão de aumento ou extensão de vantagens a servidores, devendo a norma ser interpretada restritivamente.
IV - Não foram incluídas na vedação as revisões de pensões estatutárias, motivo porque inexiste óbice à execução provisória quando presente essa situação. Com efeito, via de regra, os titulares de pensões são pessoas em idade avançada ou portadores de necessidades especiais, onde é imperiosa a imediata satisfação do direito, sob risco de que, em face da demora, o provimento jurisdicional seja inócuo.
V - Entendimento, em hipótese análoga, que deu origem ao enunciado nº 729 da Súmula do Pretório Excelso: "A decisão na ADC-4 não se aplica à antecipação de tutela em causa de natureza previdenciária."
Recurso não-conhecido.
(STJ, REsp nº 608704/CE, Rel. Min. Félix Fischer, DJ 01/07/2004, p. 271).
No mesmo sentido, o julgado desta E. Corte:
"PROCESSO CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. TUTELA ANTECIPADA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. ARTIGO 203, V, DA CF/88. PORTADORA DE DEFICIÊNCIA. CONDIÇÃO DE POBREZA DEMONSTRADA.
- Cabível a concessão de tutela antecipada contra a Fazenda Pública, à qual se equipara o agravante, inclusive com a cobrança na forma prevista para a execução provisória(artigo 273, § 3º, do Código de Processo Civil).
- Satisfeitos os pressupostos para a antecipação de tutela. Presentes a prova inequívoca da verossimilhança da alegação e o risco de dano irreparável ou de difícil reparação. Benefício perseguido é de vital importância para a saúde e a vida da autora.
.....- Agravo a que se nega provimento.
(8ª Turma, AG nº 169589, Rel. Juíza Márcia Hoffmann, DJU 20/05/2004, p. 363).
Dessa forma, os efeitos da imediata implantação do benefício devem ser mantidos, sendo pacífico na 10ª Turma desta Corte Regional Federal o entendimento de que, não possuindo o recurso extraordinário e o recurso especial efeito suspensivo, a teor do artigo 542, § 2º, do Código de Processo Civil, o benefício deve ser implantado imediatamente, independentemente do trânsito em julgado do acórdão, concedendo-se de ofício tutela específica, nos termos do artigo 461, caput, do mesmo Estatuto Processual. Por tais razões, mantenho os efeitos da tutela específica de que trata o mencionado artigo 461 do Código de Processo Civil, a fim de que seja dada continuidade ao pagamento do benefício de aposentadoria por tempo de serviço rural.
De outra parte, tratando-se de obrigação de fazer, no caso a implantação de benefício previdenciário, não há que se falar em ofensa ao art. 100 da Constituição Federal, uma vez que somente o pagamento de valores atrasados está sujeito à expedição do precatório.
Assim, resta manifestamente improcedente o presente agravo de instrumento.
Diante do exposto, NEGO SEGUIMENTO ao recurso, com fundamento no art. 557, caput, do Código de Processo Civil.
Oportunamente, observadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 26 de março de 2007.
JEDIAEL GALVÃO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.99.007448-1 AC 1090490
ORIG.	:	0400000906 1 Vr JAGUARIUNA/SP 0400006385 1 Vr JAGUARIUNA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	FRANCISCO PINTO DUARTE NETO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ANGELINA RAIMUNDINI DA CUNHA
ADV	:	EVELISE SIMONE DE MELO
RELATOR	:	DES.FED. JEDIAEL GALVÃO / DÉCIMA TURMA

Vistos etc.
Proposta ação de conhecimento de natureza previdenciária, objetivando a concessão de aposentadoria por idade rural, sobreveio sentença de procedência do pedido, condenando-se a autarquia previdenciária a conceder o benefício, no valor de um salário mínimo, a partir da data da citação, devendo as prestações vencidas ser pagas com correção monetária e juros de mora, desde a citação, além de despesas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.
A r. sentença não foi submetida ao reexame necessário.
Inconformada, a autarquia previdenciária interpôs recurso de apelação, pugnando pela integral reforma da sentença, para que seja julgado improcedente o pedido. Subsidiariamente, requer a alteração da sentença quanto ao termo inicial do benefício e honorários advocatícios.
Com as contra-razões, os autos foram remetidos a este Tribunal.
É o relatório.
D E C I D O.
A autora postula a concessão do benefício de aposentadoria rural por idade.
Tal benefício está previsto no artigo 143 da Lei n.º 8.213/91, exigindo-se, para a sua concessão, a comprovação do exercício de trabalho rural, ainda que descontinuamente, mas no período imediatamente anterior ao ajuizamento da demanda, em número de meses idêntico à carência desse benefício, dispensando-se a comprovação do efetivo recolhimento das contribuições mensais nesse período.
Em se tratando de trabalhadora rural, a aposentadoria por idade é devida aos 55 (cinqüenta e cinco) anos (artigo 48, § 1º, da Lei n.º 8.213/91).
Tendo a autora nascido em 22/02/1940, completou essa idade em 22/02/1995.
Nos termos do artigo 55, § 3.º, da Lei 8.213/91 e do entendimento jurisprudencial consubstanciado na Súmula 149 do Superior Tribunal de Justiça, para a comprovação do trabalho rural é necessária a apresentação ao menos de início de prova material, corroborável por prova testemunhal. Ressalta-se que o início de prova material, exigido pelo § 3º do artigo 55 da Lei nº 8.213/91, não significa que o segurado deverá demonstrar mês a mês, ano a ano, por intermédio de documentos, o exercício de atividade na condição de rurícola, pois isto importaria em se exigir que todo o período de trabalho fosse comprovado documentalmente, sendo de nenhuma utilidade a prova testemunhal para demonstração do labor rural.
Início de prova material, conforme a própria expressão o diz, não indica completude, mas sim começo de prova, princípio de prova, elemento indicativo que permita o reconhecimento da situação jurídica discutida, desde que associada a outros dados probatórios.
Entretanto, no caso dos autos, não restou demonstrado que a autora tenha efetivamente exercido atividade rural pelo período equivalente à carência e imediatamente anterior ao requerimento do benefício.
Mesmo se entendendo constituir início de prova material a cópia da certidão de casamento da autora, na qual seu marido está qualificado profissionalmente como rurícola (fl. 13), isto é, mesmo considerando extensível a ela a qualificação de trabalhador rural de seu cônjuge, esse documento registra ato celebrado em 27/05/1961, sendo que em períodos posteriores ele exerceu atividades de natureza urbana, conforme se verifica dos documentos juntados aos autos pelo INSS (fl. 79/80). Tal fato afasta sua condição de trabalhador rural.
Portanto, não existindo outro documento que indique o exercício de atividade rural em período mais recente, posterior ao trabalho urbano ou contemporâneo ao período de carência, desnecessária a incursão sobre a credibilidade ou não da prova testemunhal, uma vez que esta, isoladamente, não se presta à declaração de existência de tempo de serviço rural.
Nesse passo, não comprovado o exercício pela autora de atividade rurícola no período equivalente à carência e imediatamente anterior ao ajuizamento da demanda, impossível a concessão da aposentadoria rural por idade prevista no artigo 143 da Lei n.º 8.213/91.
Com supedâneo em orientação do Supremo Tribunal Federal (Agravo Regimental em REO nº 313.348/RS, Relator Ministro Sepúlveda Pertence, j. 15/04/03, DJU 16/05/03, p. 616), deixo de condenar a autora nas verbas de sucumbência, por ser beneficiária da assistência judiciária gratuita.
Diante do exposto, nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, DOU PROVIMENTO À APELAÇÃO DO INSS para, reformando a sentença, julgar improcedente o pedido.
Transitado em julgado, remetam-se os autos à Vara de origem, observadas as formalidades legais.
Publique-se e intimem-se.
São Paulo, 27 de março de 2007.
JEDIAEL GALVÃO
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2007.03.00.007522-3 AG 290797
ORIG.	:	0400000360 3 Vr SERTAOZINHO/SP 0400012788 3 Vr SERTAOZINHO/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	FABIANA BUCCI BIAGINI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	ROSARIA DE MEIRA PEREIRA
ADV	:	ANTONIO MARIO TOLEDO
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 3 VARA DE SERTAOZINHO SP
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Aforada ação, em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando concessão de aposentadoria por idade rural, pedido julgado procedente, ensejando a interposição de apelação, pelo INSS, tendo o MM. Juiz singular determinado o recolhimento do porte de remessa e retorno (Lei Estadual nº 11.608/2003) (f. 19), propiciando a oferta, pela autarquia previdenciária, deste agravo de instrumento, visando à reforma da decisão e, liminarmente, à neutralização de seus efeitos, ao argumento de que se encontra isento de custas (Leis nºs 8.620/93, 9.028/95 e 9.289/96).
A f. 22, foi determinado, ao agravante, que indicasse o número válido do CPF da agravada, o que foi feito (f. 27).
Passo ao exame.
Pois bem. A teor do disposto no art. 527, II, do CPC, com redação dada pela Lei nº 11.187/2005, o relator converterá o agravo de instrumento em retido, salvo nas hipóteses lá elencadas.
Na espécie, tratando-se de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, cabível o processamento do agravo na forma de instrumento.
No ato de interposição do recurso, cabe, ao recorrente, comprovar o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e retorno, sob pena de deserção, estando dispensados dessa exigência os recursos interpostos pelo Ministério Público, União, Estados, Municípios e respectivas autarquias (art. 511 do CPC).
No que concerne, especificamente, ao INSS, tem-se que a Lei nº 8.620/93 (art. 8º, § 1º), e a Lei nº 9.028/95 (art. 24-A), isentam-no de custas, emolumentos e taxas judiciárias.
Sucede que, na espécie em comento, trata-se de ação, intentada contra o INSS, perante a Justiça Estadual, na forma da previsão constitucional. Não faz, portanto, a autarquia previdenciária, jus à isenção de custas, conforme pacificado na Súmula 178 do C. STJ ("o INSS não goza de isenção do pagamento de custas e emolumentos, nas ações acidentárias e de benefícios propostas na Justiça Estadual").
Em harmonia com o acima esposado, veja-se que a Lei nº 9.289/96, conquanto preveja isenção de custas à União e suas autarquias (art. 4º, I), ressalva, expressamente, que a cobrança de custas, nas causas ajuizadas perante a Justiça Estadual, no exercício da jurisdição federal, rege-se pela respectiva legislação estadual (art. 1º, § 1º).
Nesse passo, atente-se que o art. 6º da Lei Paulista nº 11.608/2003 estatui que a União, o Estado, o Município e respectivas autarquias e fundações e o Ministério Público estão isentos da taxa judiciária, cujo conceito, porém, não engloba o porte de remessa e retorno (art. 2º, parágrafo único, II, da referida lei).
Do até aqui exposto e nesse juízo preambular, alcança-se que o INSS não estaria isento do recolhimento das despesas, atinentes ao porte de remessa e de retorno dos autos.
Assim, o caso é de se aplicar o disposto no art. 27 do CPC, segundo o qual as despesas dos atos processuais, efetuados a requerimento do Ministério Público ou da Fazenda Pública, serão pagas, a final, pelo vencido, como, de resto, vem sendo reconhecido na jurisprudência (TRF-3ªReg., AG nº 209.325, Décima Turma, Rel. Des. Fed. Galvão Miranda, j. 19/10/2004, v. u., DJU 29/11/2004, p. 336), afastando-se, dessa forma, a exigibilidade do adiantamento do pagamento da despesa em discussão.

Realce-se que casos semelhantes, nesta Corte, vem recebendo decisão unipessoal (v.g. AG nº 256.165, Oitava Turma, Rel. Des. Fed. Marianina Galante, 16/02/2006).
A propósito da temática aqui abordada, oportuno, também, conferir, mutatis mutandis, paradigma do C. STJ: REsp nº 396.361/RS, Segunda Turma, Rel. Min. Franciulli Netto, j. 22/10/2002, v.u., DJ 23/06/2003, p. 313.
Pelo exposto, a teor do art. 557, § 1º - A, do CPC, dou parcial provimento ao recurso, para dispensar, por ora, o INSS do recolhimento da despesa referente ao porte de remessa e de retorno.
Respeitadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
Dê-se ciência.
Em, 27 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.007594-6 AG 290826
ORIG.	:	9900004143 1 Vr CASSILANDIA/MS 9900000575 1 Vr CASSILANDIA/MS
AGRTE	:	SEBASTIAO GOMES DE OLIVEIRA
ADV	:	ALCIR LEONEL DA SILVA
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUCIANA BUENO DE ARRUDA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE CASSILANDIA MS
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Cuida-se de agravo de instrumento, interposto por Sebastião Gomes de Oliveira, objetivando reforma de provimento exarado pelo MM. Juiz de Direito da 1ª Vara de Cassilândia/MS, que, nos autos de ação, tendente à declaração de tempo de serviço, aforada pelo ora agravante, manteve decisão indeferitória de pedido de expedição de certidão de tempo de serviço, sem recolhimento das respectivas contribuições, exarada a f. 160 do feito originário.
Passo ao exame.
A decisão impugnada (f. 81) cinge-se a reafirmar o ato judicial de f. 160 dos autos principais, que denegou pleito de expedição de certidão de tempo de serviço, sem recolhimento das respectivas contribuições.
Essa é a decisão que, verdadeiramente, possui conteúdo deliberativo, apta a ensejar recurso de agravo.
Ocorre que o autor deixou transcorrer, in albis, o prazo à interposição da irresignação cabível, optando por protocolizar pleito de reconsideração (fs. 77/80), o qual restou indeferido pelo provimento judicial de f. 81, combatido neste agravo de instrumento.
Ora, pedido de reconsideração não suspende, nem interrompe o prazo recursal.
Assim, o presente agravo é intempestivo.
Nesse sentido, o entendimento desta Corte e, também, do C. STJ:
"PROCESSUAL CIVIL: PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. INADMISSIBILIDADE DE REABERTURA DE PRAZO RECURSAL. OCORRÊNCIA DE PRECLUSÃO TEMPORAL.
I - Pedido de reconsideração não encontra previsão no ordenamento jurídico, decorre de mera praxe forense, consistindo em forma inadequada de impugnação das decisões.
II - A decisão prolatada em razão de pedido de reconsideração não reabre prazo para interposição de recurso, visto que diante da ausência de previsão legal deste pedido não há suspensão ou interrupção do prazo para impugnar a decisão, resultando em preclusão temporal do recurso cabível.
III - Agravo regimental improvido".
(TRF 3ª Região, AG nº 197.085, 2ª Turma, Rel. Des. Fed. Cecília Mello, v.u., j. 31/05/2005, DJU 17/06/2005, p. 538) (g.n.)
"AGRAVO LEGAL. PEDIDO DE REFORMA DE DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. INTEMPESTIVIDADE.
1. Consoante o art. 522, caput, do Código de Processo Civil, o prazo para interposição do agravo é de 10 (dez) dias a contar da data da intimação da decisão;
2. No caso dos autos a interposição se deu em face de despacho que manteve decisão anterior, de forma que a interposição do agravo em face da primeira decisão, única que contém carga deliberativa, foi intempestivo;
3. Agravo a que se nega provimento".
(TRF - 3ª Região, AG nº 210.302, 5ª Turma, Rel. Des. Fed. Suzana Camargo, v.u., j. 31/01/2005, DJU 09/03/2005, p. 235) (g.n.)
"Agravo de instrumento. Prazo. Pedido de reiteração.
1. Decidindo o Juiz que incabível a penhora requerida, deveria a parte ter imediatamente interposto o agravo de instrumento e não reiterar o pedido. A reconsideração desejada não interrompe o prazo do recurso.
2. Recurso especial conhecido e provido".
(STJ - Resp nº 436.198/ SP, 3ª Turma, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, v.u., j. 05/12/2002, DJ 24/02/2003, p. 229)
"Processual Civil. Pedido de reconsideração. Tempestividade de agravo de instrumento.
1. Mero pedido de reconsideração não tem o condão de suspender o prazo para a interposição do recurso cabível, que passe a ser intempestivo se dele precedido.
2. Precedentes jurisprudenciais.
3. Recurso não conhecido."
(STJ - Resp nº 134.168/DF, 1ª Turma, Rel. Min. Milton Luiz Pereira, v.u., j. 12/12/2000, DJ 25/06/2001, p. 104)
Ante o exposto, nego seguimento ao recurso, à míngua de pressuposto de admissibilidade, qual seja, a tempestividade, nos termos do art. 557 do Código de Processo Civil.
Observadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
Dê-se ciência.
Em, 27 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.007601-0 AG 290833
ORIG.	:	200661090075101 3 Vr PIRACICABA/SP
AGRTE	:	MARIA DE LOURDES SILVA BARBOSA
ADV	:	RENATO VALDRIGHI
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE PIRACICABA SP
RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO / DÉCIMA TURMA

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Maria de Lourdes Silva Barbosa, inconformada com a decisão judicial exarada nos autos da ação de concessão de benefício previdenciário, em que o d. Juiz a quo determinou a parte autora que comprove, no prazo de 10 (dez) dias, a existência de interesse processual mediante a apresentação do indeferimento do pedido administrativo.
Objetiva a agravante reforma de tal decisão alegando, em síntese, que o prévio requerimento na via administrativa não é condição para a propositura da ação de natureza previdenciária.
Inconformada, requer a atribuição de efeito suspensivo ao recurso e a reforma da r. decisão guerreada.
É o sucinto relatório. Decido.
Verifico dos autos que o inconformismo da agravante merece prosperar.
A autora busca garantir o seu direito constitucional de socorrer-se ao judiciário, consoante lhe autoriza o artigo 5º, inciso XXXV da Magna Carta, sem a obrigatoriedade de percorrer, previamente, à instância administrativa.
De início, cumpre ressaltar que nas agências da Previdência Social é comum o funcionário que efetua o atendimento preliminar informar verbalmente ao interessado sobre os requisitos exigidos administrativamente para a obtenção do benefício a ser requerido, orientando-o, ainda, no sentido de que não ingresse com o respectivo requerimento caso não se encontrem preenchidos tais requisitos, não se justificando, portanto, que seja exigida a formalização deste requerimento para o ingresso em juízo.
Verifica-se, pois, a aplicabilidade da Súmula 09 do TRF da 3ª Região, bem como do disposto no inciso XXXV, do art. 5º, da Constituição Federal, restando, portanto, superada a questão referente à necessidade do prévio requerimento administrativo do benefício como requisito para o ajuizamento da respectiva ação previdenciária, mesmo porque as únicas exceções ao livre acesso ao Judiciário encontram-se previstas no §1º do art. 217 da Constituição da República.
Assim, já decidiu esta E. Corte, que assim se posicionou:
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. ART. 42, CAPUT E § 2º DA LEI 8.213/91. REEXAME NECESSÁRIO. PRELIMINAR. CARÊNCIA DE AÇÃO. REQUISITOS PRESENTES. BENEFÍCIO DEVIDO. HONORÁRIOS PERICIAIS E ADVOCATÍCIOS. CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS. IMPLANTAÇÃO IMEDIATA.
1. O prévio requerimento administrativo não é condição para a propositura de ação previdenciária, especialmente em se tratando de pretensão que não tem encontrado acolhida na esfera administrativa. Prevalência do princípio do amplo acesso ao Poder judiciário, estabelecido no artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal.
...
(TRF - 3ª Região - AC nº 2005.03.99.004184-7 - 10ª Turma - Rel. Des. Fed. Galvão Miranda; j. em 29.3.2005; DJU de 27.4.2005; p. 655).
Diante do exposto e acolhendo o precedente acima invocado, dou provimento ao agravo de instrumento, nos termos do artigo 557, parágrafo 1º-A, do Código de Processo Civil.
Comunique-se ao d. Juízo a quo, o inteiro teor desta decisão.
Intimem-se.
Decorrido o prazo recursal, dê-se baixa na Distribuição e remetam-se os autos à primeira instância.
São Paulo, 23 de março de 2007.
Sérgio Nascimento
Desembargador Federal

PROC.	:	2007.03.00.007707-4 AG 290880
ORIG.	:	0600000026 4 Vr FERNANDOPOLIS/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	DEONIR ORTIZ
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	PATRICIA VITOR CHAVES incapaz
REPTE	:	MARIA APARECIDA VITOR
ADV	:	MARCELO DONIZETE BORGES
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 4 VARA DE FERNANDOPOLIS SP
RELATOR	:	DES.FED. JEDIAEL GALVÃO / DÉCIMA TURMA

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, contra decisão que deferiu a antecipação de tutela para a concessão do benefício previsto no artigo 203, inciso V, da Constituição Federal e na Lei nº 8.742/93.
Sustenta o agravante, em síntese, a impossibilidade de concessão da tutela antecipada contra a Fazenda Pública e o não preenchimento dos requisitos previstos no artigo 273 do Código de Processo Civil. Aduz acerca da possibilidade de irreversibilidade do provimento jurisdicional concedido, bem como que a decisão afronta o duplo grau de jurisdição.
É a síntese do essencial.
DECIDO.
Na forma do artigo 522 c/c o artigo 527, inciso II, ambos do Código de Processo Civil, na redação dada pela Lei nº 11.187, de 19/10/2005, o relator deverá converter o agravo em retido, salvo nas hipóteses assinaladas em referidos dispositivos legais.
Pois bem. Consoante regra do art. 203, inciso V, da CF, a assistência social será prestada à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem "não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família".
A Lei nº 8.742/93, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, veio regulamentar o referido dispositivo constitucional, estabelecendo em seu art. 20 os requisitos para sua concessão, quais sejam, ser pessoa incapaz para a vida independente e para o trabalho ou pessoa idosa, bem como ter renda familiar inferior a ¼ do salário mínimo.
No caso, não trouxe o agravante qualquer discussão acerca do mérito da ação pelo qual se possa aferir a ausência da verossimilhança das alegações, também não se verifica relevante fundamentação, com provas, a infirmar as razões adotadas para a concessão da tutela antecipada.
Conforme se depreende do atestado médico de fl. 24, a agravada é portadora de "deficiência mental, CID F72".
Tampouco o agravante demonstrou que a agravada não se encontra em estado de miserabilidade como por ela alegado, uma vez que conforme se observa da certidão de fl. 30 verso, a renda familiar totaliza a quantia de R$ 250,00 (duzentos e cinqüenta reais), correspondente a renda auferida pela mãe, sendo que tal valor é para o sustento do grupo familiar formado por cinco pessoas, considerando que residem com a agravada seus pais e duas irmãs.
No tocante à insuficiência de recursos para prover a própria subsistência ou de tê-la provida por sua família, ressalte-se que o objetivo da assistência social é prover o mínimo para a sobrevivência do idoso ou incapaz, de modo a assegurar uma sobrevivência digna. Por isso, para sua concessão não há que se exigir uma situação de miserabilidade absoluta, bastando a caracterização de que o beneficiário não tem condições de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família.
Em princípio, o disposto no § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742/93 não é o único meio de comprovação da miserabilidade do deficiente ou do idoso, devendo a respectiva aferição ser feita, também, com base em elementos de prova colhidos ao longo do processo, observada as circunstâncias específicas relativas ao postulante do benefício. Portanto, não há como afastar a conclusão do Juízo de Primeiro Grau no sentido de que a parte autora não tem meios suficientes, por si e por aqueles que com ele coabitam, para prover o seu sustento. Lembra-se aqui precedente do Superior Tribunal de Justiça, que não restringe os meios de comprovação da condição de miserabilidade do deficiente ou idoso: "O preceito contido no art. 20, § 3º, da Lei nº 8.742/93 não é o único critério válido para comprovar a condição de miserabilidade preceituada no artigo 203, V, da Constituição Federal. A renda familiar per capita inferior a 1/4 do salário-mínimo deve ser considerada como um limite mínimo, um quantum objetivamente considerado insuficiente à subsistência do portador de deficiência e do idoso, o que não impede que o julgador faça uso de outros fatores que tenham o condão de comprovar a condição de miserabilidade da família do autor." (REsp nº435871/SP, Relator Ministro FELIX FISCHER, j. 19/09/2002, DJ 21/10/2002, p. 391).
Assim, a decisão proferida na Adin nº 1.232-1 aduz que o § 3º, do art. 20 da Lei nº 8.742/93 estabelece situação objetiva por meio da qual presume-se a miserabilidade de forma absoluta. Todavia, conforme acima mencionado, nada impede que o juiz, diante de situações particularizadas, em face das provas produzidas, reconheça a condição de pobreza do requerente do benefício assistencial.
De outra parte, não se pode dizer que a tutela concedida poderá constituir situação irreversível, porquanto não se trata de medida que esgota a um só tempo o objeto da demanda, podendo o pagamento do benefício assistencial ser suspenso a qualquer momento, alterada a situação fática em que se sustentou a decisão agravada.
Ademais, conforme já decidiu o Tribunal Regional Federal da Quarta Região, "A irreversibilidade do provimento, meramente econômica, não é óbice à antecipação da tutela, em matéria previdenciária ou assistencial, sempre que a efetiva proteção dos direitos à vida, à saúde, à previdência ou à assistência social não puder ser realizada sem a providência antecipatória" (AG nº 107208/RS, Relator Juiz RAMOS DE OLIVEIRA, j. 03/10/2002, DJU 06/11/2002, p. 629).
Quanto ao duplo grau obrigatório, no caso de sentenças proferidas contra o INSS, não obsta a concessão de tutela antecipada contra referida autarquia. Isto porque o disposto no artigo 475, inciso II, do Código de Processo Civil não alcança a hipótese de outorga de tutela antecipada, considerando que esta é sempre de caráter provisório e constitui decisão interlocutória.
Finalmente, é ínsita a possibilidade de concessão de tutela antecipada contra pessoa jurídica de direito público diante do regramento estabelecido pela Lei nº 9.494/97, que disciplina a aplicação da tutela antecipada contra a Fazenda Pública.

Diante do exposto, com fundamento no artigo 527, inciso II, do Código de Processo Civil, INDEFIRO o efeito suspensivo pleiteado e determino a conversão do presente recurso em agravo retido.
Dê-se ciência ao Ministério Público Federal.
Oportunamente, observadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem, para apensamento aos autos principais.
Intimem-se.
São Paulo, 27 de março de 2007.
JEDIAEL GALVÃO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.007709-8 AG 290882
ORIG.	:	200661110064218 2 Vr MARILIA/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARCELO RODRIGUES DA SILVA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	ANA TERESA TRAVANI PARDO
ADV	:	CELSO TAVARES DE LIMA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE MARILIA Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, contra a r. decisão antecipatória de tutela para a concessão do benefício de pensão por morte.
Sustenta-se, em suma, a inexistência dos requisitos necessários para tanto, bem assim a irreversibilidade da medida.
Relatados, decido.
Da análise destes autos, verifico que não foi trazida parte da documentação mencionada pelo Juízo de origem, o que torna inviável o exame escorreito da matéria, haja vista a afirmação que se considerou, para o deferimento da liminar em favor do agravado, "certidão de casamento de fls. 15 e certidão de óbito, às fls. 16", bem assim os documentos de fs. 17/20 que demonstram a condição de segurado do falecido.
Ressalto que cabia à parte agravante a instrução do presente recurso, inclusive com as peças facultativas importantes para o deslinde da questão, a fim de fornecer os elementos necessários à formação do convencimento a respeito da pertinência do provimento antecipatório.
De fato, muito embora o art. 525 do C. Pr. Civil faça distinção entre as peças obrigatórias e as facultativas, já se pacificou que a ausência das peças essenciais para o deslinde da controvérsia pode acarretar na negativa de seguimento do recurso, como se pode conferir abaixo:
"O agravo de instrumento deve ser instruído com as peças obrigatórias e também com as necessárias ao exato conhecimento das questões discutidas. A falta de qualquer delas autoriza o relator a negar seguimento ao agravo ao à turma julgadora o não conhecimento dele" (IX ETAB, 3ª conclusão; maioria) (THEOTONIO NEGRÃO, Código de Processo Civil e legislação processual em vigor, 35ª ed, Saraiva, pág. 581, nota 4).
Assim, verifica-se óbice intransponível para apreciação do presente.
Posto isto, nego seguimento ao presente recurso, com fundamento no art. 557, caput, do C. Pr. Civil, por ser manifestamente inadmissível.
Decorrido o prazo legal, baixem os autos ao Juízo de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 26 de março de 2007.
CASTRO GUERRA
RELATOR

PROC.	:	2006.03.99.007811-5 AC 1090879
ORIG.	:	9900001222 2 Vr SANTA FE DO SUL/SP 9900022644 2 Vr SANTA FE DO SUL/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CARMEM PATRICIA NAMI GARCIA SUANA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	JOAO SMARCI NETO incapaz
REPTE	:	EDUARDO SMARCI
ADV	:	ANTONIO FLAVIO ROCHA DE OLIVEIRA
RELATOR	:	DES.FED. GALVÃO MIRANDA / DÉCIMA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de apelação interposta pelo INSS contra a sentença que julgou improcedentes os embargos à execução, determinando o prosseguimento da execução no montante pretendido pelo embargado.
Em suas razões de apelação, o INSS alega inexistir título executivo judicial a amparar a execução, posto que se trata da cobrança de verba pericial fixada por meio de decisão interlocutória, após a decisão de mérito, o que não se compatibiliza com o artigo 100, § 1º e 3º, da Constituição Federal, e vulnera o inciso V do artigo 741 e incisos I e V do artigo 743 do Código de Processo Civil.
Sem contra -razões, vieram os autos a esta Corte.
É o relatório.
D E C I D O
Trata-se de cobrança da verba pericial estipulada pelo Juízo monocrático após a volta dos autos à Vara de origem. Neste aspecto, perfeitamente viável a fixação da honorária do expert após a sentença de mérito, sem que isto importe em ofensa à coisa julgada. Sendo despesa decorrente da sucumbência a que o vencido está sujeito, não se confunde com o direito julgado.
"RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS DE PERITO. FIXAÇÃO COMPLEMENTAR APÓS A SENTENÇA. POSSIBILIDADE. HIPÓTESE NÃO SUJEITA AO ART. 463 DO CPC. APLICAÇÃO DOS ARTS. 19 E 33 DO ESTATUTO PROCESSUAL.
I. O art. 463 do CPC ao dispor que o juiz cumpre e acaba o ofício jurisdicional ao publicar a sentença de mérito, traz ínsito o princípio da inalterabilidade da sentença. O encerramento do ofício jurisdicional, todavia, limita-se às questões que interferem diretamente no deslinde da causa. Não há preclusão à atuação jurisdicional que resolve questão pendente pertinente à remuneração de perito judicial, visto que, este, como auxiliar da Justiça, tem direito a ser remunerado condignamente. Assim sendo, não viola o art. 463 a decisão que após a prolação da sentença, complementa os honorários do perito para fixá-la em definitivo e a maior nos termos em que foram previamente deferidos.
II - Recurso a que se nega provimento." (REsp 101915, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, j 18/04/00, DJ 22/05/2000)
Sendo despesa de pequeno valor e obrigação da autarquia, insere-se na regra exceptiva do artigo 100, § 3º, da Constituição Federal, dispensando-se a expedição de precatório para o pagamento.
Ademais, nos termos do artigo 585, V, do Código de Processo Civil "... o crédito de serventuário de justiça, de perito, de intérprete, ou de tradutor, quando as custas, emolumentos ou honorários forem aprovados por decisão judicial" é considerado título executivo extrajudicial", tendo força executiva.
A fixação da verba honraria pericial é realizada em quantia certa, por decisão fundamentada, a qual é atacável pela via do agravo de instrumento. Não se trata de valor dependente de liquidação da sentença para que sua execução se processe na forma do art. 730 do CPC, ainda mais considerando que o perito judicial não é parte no processo de conhecimento, mas sim auxiliar do Juízo.
A verba honorária pericial constitui despesa processual, podendo inclusive ser antecipada no curso da demanda, não se justificando que a cobrança do valor devido seja somente aperfeiçoada na forma de execução convencional contra a Fazenda Pública, procedimento que imporia ônus ao auxiliar do Juízo, dificultando sobremaneira a atividade jurisdicional nos casos em que exigíveis o pronunciamento de perito. Neste sentido: AG 224116/SP, rel. Des. Fed. Galvão Miranda, j. 29/03/2005, DJU 27/04/2005, p. 627.
Diante do exposto, com suporte no artigo 557 do Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO À APELAÇÃO DO INSS.
Publique-se e intimem-se.
São Paulo, 29 de dezembro de 2006.
GALVÃO MIRANDA
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2003.61.19.008027-0 AC 1163030
ORIG.	:	1 Vr GUARULHOS/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ALEXANDRE SUSSUMU IKEDA FALEIROS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ANTONIO RODRIGUES DA SILVA
ADV	:	EDUARDO MOLINA VIEIRA
RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO / DÉCIMA TURMA

Vistos.
Trata-se de apelação de sentença pela qual foi julgada procedente ação previdenciária determinando ao réu que proceda à liberação do PAB referente ao benefício do autor, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da intimação desta decisão. O réu foi condenado ao pagamento dos honorários advocatícios arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa. Não condenação em custas processuais.
O réu, em suas razões de inconformismo, pugna pela reforma da sentença, aduzindo que a liberação dos valores em atraso somente poderá ser efetivada após a conclusão da auditoria legal do procedimento de concessão, conforme previsto na Instrução Normativa nº 118/2005. Alega, ainda, que houve expedição de cartas de exigências, sendo que o segurado ainda não deu cumprimento à última delas, o que está motivando a demora na finalização da auditagem. Por fim, esclarece que tal procedimento deve seguir a ordem cronológica de liberação de benefício, o que está sendo observado pelo instituto.
Com contra-razões, os autos subiram a esta E.Corte.
Após breve relatório, passo a decidir.
Alega o autor na peça exordial que requereu a concessão de aposentadoria por tempo de contribuição em 01.08.2002, cujo deferimento ocorreu em 26.11.2002, com valor inicial de R$ 433,17 (quatrocentos e trinta e três reais e dezessete centavos).
Entretanto, verificando incorreção na apuração de sua renda mensal inicial, o autor protocolou pedido de revisão em 17.12.2002 (fl. 10), sendo que em março de 2003 a autarquia procedeu à alteração solicitada, fixando o novo valor em R$ 1.217,76 (um mil, duzentos e dezessete reais e setenta e seis centavos), o que, conseqüentemente, gerou um crédito a favor do segurado.
Porém, a autarquia, sob o argumento de ser necessário proceder a uma auditoria do ato concessório do benefício, bloqueou os valores em atraso decorrentes da revisão efetuada, passando a fazer uma série de exigências, conforme se pode verificar dos documentos de fl.26 e 48.
É certo que as instruções normativas expedidas pelo órgão previdenciário devem ser observadas, a fim de se dar aos atos provenientes de seus agentes a mais ampla transparência e retidão possível. Porém, tal observância deve se operar com a máxima brevidade e de forma oportuna, uma vez que, no presente caso, tanto a concessão quanto a revisão da renda mensal inicial do autor foram deferidas mediante a apresentação de todos os documentos que, para aquele momento, foram suficientes à satisfação dos requisitos legais.
Assim, não há qualquer óbice à liberação dos valores em atraso, já que reconhecido administrativamente o equívoco na apuração da renda mensal do benefício, sendo que, na eventual hipótese de restar constatada qualquer irregularidade na auditoria em andamento, o réu poderá utilizar-se dos meios legalmente estabelecidos para promover o que de direito, havendo, inclusive, disposição nesse sentido no artigo 115 da Lei nº 8.213/91.
Saliento, ainda, que o disposto no artigo 69 da Lei nº 8.212/91 não impede o pagamento de valores devidos aos segurados.
Por conseguinte, aplicável no caso em espécie, o disposto no artigo 557, § 1ª, "a", do Código de Processo Civil, nestes termos:
Art. 557. O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior.
§ 1º A- Se a decisão estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, o relator poderá dar provimento ao recurso.
Desta forma, prospera a pretensão do autor, dispensando-se, assim, a submissão do julgamento à Turma, cabendo, o provimento ou não do recurso diretamente por decisão monocrática.
Diante do exposto, nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, nego seguimento à apelação do réu.
Tendo sido determinado pelo Juízo "a quo" a liberação do PAB (Pagamento Alternativo de Benefício) no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da intimação do réu, o que ocorreu em 22 de março de 2006 (fl. 40), e não havendo qualquer informação acerca de seu cumprimento, expeça-se e-mail ao INSS, para que sejam adotadas as providências necessárias ao pagamento dos valores em discussão.
Decorrido o prazo recursal, encaminhem-se os autos à Vara de origem, dando-se baixa na Distribuição.
Intimem-se.
São Paulo, 02 de março de 2007.

PROC.	:	2000.61.12.008898-9 AC 1175041
ORIG.	:	3 Vr PRESIDENTE PRUDENTE/SP
APTE	:	JOSE CARLOS PETINATTO MAGANINI
ADV	:	LUIZ CARLOS MEIX
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUIS RICARDO SALLES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES. FED. JEDIAEL GALVÃO / DÉCIMA TURMA

Vistos etc.
Trata-se de apelação interposta em face de sentença de improcedência de pedido revisional de benefício previdenciário, sustentando o apelante, em suas razões recursais, o direito ao reajuste de seu benefício, a partir de 1997, com índices que realmente recomponha a real variação acumulada da inflação, que não o IGP-DI.
Com o oferecimento de contra-razões, os autos foram remetidos a este tribunal.
É o relatório.
D E C I D O
O inconformismo do autor não merece guarida.
O decantado § 2º do art. 201 da Constituição Federal, hoje § 4º de acordo com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 20/98, assegura o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.
Vê-se bem que a norma constitucional não assegura este ou aquele índice para o reajuste dos benefícios, mas sim remete à legislação ordinária o disciplinamento dos reajustes dos benefícios previdenciários.
Inicialmente foi eleito o INPC para reajuste dos benefícios, nos termos do inciso II do art. 41 da Lei nº 8.213/91. Todavia, tal dispositivo legal foi revogado pela Lei nº 8.542, de 23 de dezembro de 1992, que em seu art. 9º institui o IRSM como índice de reajuste dos benefícios no ano de 1993 e o FAS como indexador dos benefícios a partir de janeiro de 1.994 (Lei nº 8.700/93).
E mais, a Lei nº 8.880/94 (art. 43) revogou expressamente o art. 9º da Lei nº 8.542/92, que instituiu o IRSM e o FAS (Lei nº 8.700/93), determinando através de seu art. 29, § 3º, o IPC-r para fins de reajuste dos benefícios de prestação continuada.
Por outro lado, a Medida Provisória nº 1.053/95, que novamente introduziu o INPC como índice de atualização no âmbito previdenciário, não elegeu referido índice como fator de reajuste dos benefícios previdenciários, nem estabeleceu período certo para tanto, mas sim destinou o INPC apenas às atualizações que anteriormente eram feitas pelo IPC-r.
Portanto, a Medida Provisória nº 1.415/96, convertida na Lei nº 9.711/98, ao conceder reajuste aos benefícios previdenciários, com base no IGP-DI, não trouxe violação a direito adquirido da parte autora e não violou balizas constitucionais. Não estava garantido por norma legal a aplicação do INPC ou qualquer outro índice para o reajuste dos benefícios previdenciários, sendo que o dispositivo legal invocado pelo apelante foi revogado no ano de 1992, não podendo ter aplicação em relação a período posterior, precisamente no lapso temporal posterior a maio de 1995.
Considerando que os critérios para o reajuste dos benefícios são os descritos na lei, e tendo a Medida Provisória força de lei, o reajuste dos benefícios com base no IGP-DI, na forma estabelecida pelo art. 2º da Medida Provisória nº 1.415/96, nada possui de irregular ou inconstitucional.
A Medida Provisória nº 1.415/96 adveio em período de vácuo legislativo no tocante aos reajustes de proventos.

Quanto aos períodos subseqüentes, relativos aos anos de 1997 em diante, não se garantiu a aplicação do INPC, IGP-DI ou de qualquer outro índice para o reajuste dos benefícios previdenciários.
É o que se verifica da Lei nº 9.711/98, que inclusive convalidou o reajuste de benefícios definido pela Medida Provisória nº 1.572-1/97, reeditada posteriormente sob o nº 1.609, bem como convalidou o reajuste previsto na Medida Provisória nº 1.663-14/98, abrangendo, portanto, os períodos de 1997 e 1998. Estabeleceu referida lei, em seu art. 12, o reajuste dos benefícios, em 1º de junho de 1997, em 7,76%; no seu art. 15, definiu o reajuste dos benefícios, em 1º de junho de 1998, em 4,81%.
Conforme se verifica da Medida Provisória nº 1.415/96, de que resultou a Lei nº 9.711/98, somente se garantiu a aplicação do IGP-DI, na recomposição dos benefícios previdenciários, em relação ao reajuste de 1º de maio de 1996, sendo que no tocante aos reajustes posteriores não se fez qualquer menção a qual índice seria aplicável, limitando-se a estabelecer que a recomposição dos benefícios seria feita anualmente no mês de junho a partir do ano de 1997 (artigos 2º e 4º).
Ainda que se houvesse eleito o INPC, o IGP-DI, ou qualquer outro índice como indexador apto à recomposição dos benefícios previdenciários em relação aos períodos verificados a partir de 1997, é certo que, antes de se implementar o período aquisitivo ao reajuste, poderia a regra ser modificada por norma posterior. Neste sentido, verifica-se que antes de se alcançar o mês de junho de 1997, a Medida Provisória nº 1.572-1, de 28 de maio de 1997, estabeleceu o percentual de reajuste aplicável para aquele período. O mesmo se deu em relação ao reajuste do mês de junho de 1998, conforme Medida Provisória nº 1.663-10, de 28 de maio de 1998.
Por fim, a mesma orientação se aplica em relação aos reajustes de junho de 1999 (4,61%), junho de 2000 (5,81%), junho de 2001 (7,66%), uma vez que regularmente estabelecidos pelas Medidas Provisórias nºs 1.663-10/98 (art. 12), 1.824/99 (art. 2º), 2.022-17/2000 (art. 17) e 2.129/2001 (art. 4º).
Ressalta-se que a Medida Provisória nº 2.129/2001, sucedida pela Medida Provisória nº 2.187-11/2001, deu nova redação ao artigo 41 da Lei nº 8.213/91, estabelecendo os parâmetros necessários para a definição de índice de reajuste dos benefícios previdenciários, cometendo ao regulamento a definição do percentual respectivo. O percentual de reajuste do mês de junho de 2001 (7,66%) foi estabelecido pelo Decreto nº 3.826/01, sendo que referido percentual foi superior ao IPCA/IBGE (7,04%) e quase idêntico ao INPC/IBGE (7,73%). Já no mês de junho de 2002, o percentual de reajuste (9,20%) foi estabelecido pelo Decreto nº 4.249/02, sendo o referido percentual novamente superior ao IPCA/IBGE (7,66%) e ao INPC/IBGE (9,04%), variação correspondente aos 12 meses anteriores à data-base de reajuste, de forma que a atualização estabelecida pelos Decretos (regulamentos) não se desviou dos parâmetros delineados no § 9º do art. 41 da Lei nº 8.213/91, cujo dispositivo legal dispõe: "Quando da apuração para fixação do percentual do reajuste do benefício, poderão ser utilizados índices que representem a variação de que trata o inciso IV deste artigo, divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou de instituição congênere de reconhecida notoriedade, na forma do regulamento". A variação de que trata o inciso IV do art. 41 da Lei nº 8.213/91 é aquela relativa a preços de produtos necessários e relevantes para a aferição da manutenção do valor de compra dos benefícios.
Desta forma, considerando que os critérios para o reajuste dos benefícios são os descritos na lei, e tendo a medida provisória força de lei, o reajuste dos benefícios previdenciários de acordo com as Medidas Provisórias nºs 1.415/96 (junho de 1996), 1.572-1/97 (junho de 1997), nºs 1.663-10/98 (junho de 1998), 1.824/99 (junho de 1999), 2022-17/2000 (junho de 2000) e 2.129/2001 (junho de 2001), nada possui de irregular ou inconstitucional, observando-se, ainda, que foi obedecida, nos anos de 2002 e 2003, a mesma metodologia para o reajuste dos benefícios previdenciários.
Questão semelhante à discutida nestes autos já foi enfrentada pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal, reconhecendo-se, na oportunidade, a regularidade dos reajustes fixados pelas Medidas Provisórias discutidas:
"CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIOS: REAJUSTE: 1997, 1999, 2000 e 2001. Lei 9.711/98, arts. 12 e 13; Lei 9.971/2000, §§ 2º e 3º do art. 4º; Med. Prov. 2.187-13, de 24.8.01, art. 1º; Decreto 3.826, de 31.5.01, art. 1º. C.F., art. 201, § 4º.
I.- Índices adotados para reajustamento dos benefícios: Lei 9.711/98, artigos 12 e 13; Lei 9.971/2000, §§ 2º e 3º do art. 4º; Med. Prov. 2.187-13, de 24.8.01, art. 1º; Decreto 3.826/01, art. 1º: inocorrência de inconstitucionalidade.
II.- A presunção de constitucionalidade da legislação infraconstitucional realizadora do reajuste previsto no art. 201, § 4º, C.F., somente pode ser elidida mediante demonstração da impropriedade do percentual adotado para o reajuste. Os percentuais adotados excederam os índices do INPC ou destes ficaram abaixo, num dos exercícios, em percentual desprezível e explicável, certo que o INPC é o índice mais adequado para o reajuste dos benefícios, já que o IGP-DI melhor serve para preços no atacado, porque retrata, basicamente, a variação de preços do setor empresarial brasileiro.
III.- R.E. conhecido e provido." (RE nº 376846/SC, Relator Ministro CARLOS VELLOSO, j. 24/09/2003, DJ. 02/04/2004).
No mesmo sentido já decidiu o Superior Tribunal de Justiça, conforme se verifica da seguinte ementa de aresto:
"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. REAJUSTE DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. FAS. REAJUSTE PELO IGP-DI. MEDIDA PROVISÓRIA 1.415/96 E LEI 9.711/98.
O texto constitucional garante a manutenção, em caráter permanente, do valor real do benefício. Entretanto, delega ao legislador o estabelecimento dos índices a serem aplicados. Portanto, se as normas contidas na Lei 9.711/98 decorreram de Medidas Provisórias, não há que se falar em inconstitucionalidade das normas posteriormente editadas para o reajustamento dos benefícios que também foram provenientes de outras MPs.
A Medida Provisória 1.415, posteriormente convertida na Lei 9.711/98 determinou o IGP-DI como índice a ser utilizado para o reajuste dos benefícios em manutenção, em primeiro de maio de 1996.
A referida Medida Provisória também determinou o mesmo índice para os benefícios mantidos pela Previdência Social com data de início posterior a 31 de maio de 1995, devendo ser calculado entre o mês de início, inclusive, e o mês imediatamente anterior ao reajuste.
Por fim, não se consideram inconstitucionais os índices estabelecidos pelas seguintes normas: MP 1.572-1/97 (7,76%); MP 1.663/98 (4,81%); MP 1.824/99 (4,61%); MP 2.022/2000 (5,81%), hoje alterada para MP 2.187-13/2001 e, por fim, a MP 2.129/2001 (7,66%), visto que a maioria dessas regras estabelecidas pelo Poder Executivo também já foram convertidas em Lei.
Recurso não conhecido." (REsp nº 499427/RS, Relator Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, j. 06/05/2003, DJ 02/06/2003, p. 351).
Assim, tendo sido aplicados os índices estabelecidos pela legislação infraconstitucional, observando-se o que dispõe o artigo 201, § 4º, da Constituição Federal de 1988, que garante a preservação do valor real dos benefícios previdenciários, não há falar em eventuais prejuízos inflacionários e, por conseguinte, em diferenças devidas. Em suma, conforme já decidiu o Supremo Tribunal Federal, "A manutenção, em bases permanentes, do valor real dos benefícios previdenciários tem, no próprio legislador - e neste, apenas - o sujeito concretizante das cláusulas fundadas no art. 194, parágrafo único, n. IV, e no art. 201, § 4º (na redação dada pela EC 20/98), ambos da Constituição da República, pois o reajustamento de tais benefícios, para adequar-se à exigência constitucional de preservação de seu quantum, deverá conformar-se aos critérios exclusivamente definidos em lei." (RE nº 322348 AgR/SC, Relator Ministro CELSO DE MELLO, j. 12/11/2002, DJ 06/12/2002, p. 74).
Não traz a parte autora, em sua apelação, qualquer questionamento que obscureça ou faça sucumbir a consagrada orientação pretoriana, da qual comungo integralmente. Enfim, os fundamentos sobre os quais se alicerçaram os precedentes jurisprudenciais são suficientes para, por si sós, afastar a pretensão recursal.
Diante do exposto, nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO À APELAÇÃO DO AUTOR.
Transitado em julgado, remetam-se os autos à Vara de origem, observadas as formalidades legais.
Publique-se e intime-se.
São Paulo, 23 de março de 2007.
JEDIAEL GALVÃO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2005.03.99.009351-3 AC 1011389
ORIG.	:	0300000900 2 Vr CAMPOS DO JORDAO/SP
APTE	:	BENEDITA BIASI PERA
ADV	:	EDVALDO CARNEIRO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOAO BATISTA PIRES FILHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

DECISÃO
Previdenciário. Pensão por morte. Revisão. Coeficiente. Alteração. Lei nº 9.032/95. Benefícios anteriores à sua vigência. Incabimento. Precedente STF.
Aforada ação, em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando a majoração da renda mensal de pensão por morte, para que a parcela familiar correspondesse a 100% do salário-de-benefício, a partir da vigência da Lei nº 9.032/95 (que alterou o art. 75 da Lei nº 8.213/91) e, processado o feito sob os auspícios da justiça gratuita, sobreveio sentença de parcial procedência do pedido, ensejando apelo das partes, recebidos no duplo efeito, com vista à sua reforma.
Apreciando, monocraticamente (art. 557 do CPC), os apelos interpostos, bem como a remessa oficial, tida por ocorrida, restou mantida a condenação da autarquia previdenciária a aplicar, à benesse da autora, as disposições da Lei nº 9.032/95.
Irresignado, o INSS interpôs agravo, postulando a reforma da decisão de segundo grau.
Em primeiro plano, mantive o decisum agravado (fls. 98).
Decido.
O art. 75 da Lei nº 8.213/91, em sua redação original, passou a dispor que "o valor mensal da pensão por morte será: a) constituído de uma parcela, relativa à família, de 80% (oitenta por cento) do valor da aposentadoria que o segurado recebia ou a que teria direito, se estivesse aposentado na data do seu falecimento, mais tantas parcelas de 10% (dez por cento) do valor da mesma aposentadoria quantos forem os seus dependentes, até o máximo de 2 (duas); b) 100% (cem por cento) do salário-de-benefício ou do salário-de-contribuição vigente no dia do acidente, o que for mais vantajoso, caso o falecimento seja conseqüência de acidente do trabalho".
Com o advento da Lei nº 9.032/95, em 29/4/95, houve mudança na redação do dispositivo em comento, que passou a prever que "o valor mensal da pensão por morte, inclusive decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, observado o disposto na Seção III, especialmente no art. 33 desta Lei".
Inobstante o novo regramento acerca da matéria, o INSS deixou de aplicá-lo aos benefícios já concedidos, ao argumento de que, em matéria previdenciária, aplicar-se-ia a lei vigente à época da concessão (tempus regit actum), sob pena de afronta aos princípios do ato jurídico perfeito e do direito adquirido.
Nesse contexto, vinha defendendo a tese de que, em tal caso, preponderaria a regra mais benéfica aos pensionistas, incidindo, de forma imediata, a todas as pensões, mesmo àquelas implantadas sob a égide da legislação pretérita.
Entretanto, ressalvando minha posição sobre o tema, curvo-me à orientação, superveniente, esposada pelo E. STF que, em Sessão Plenária realizada em 08/02/2007, ao apreciar os REs nºs. 415.454 e 416.827, firmou entendimento no sentido de que a Lei nº 9.032/95 não se aplicaria aos benefícios concedidos anteriormente à sua vigência. Esvaziam-se, pois, de sentido, os argumentos de ofensa a preceitos constitucionais, em especial ao da isonomia.
Assim, a razoabilidade e a economia processual impõem a revisão da teoria sufragada em primeiro momento, adequando-a à orientação do E. STF.
Do exposto, torno sem efeito a decisão de fls. 98 e, com fulcro no artigo 557, § 1º, do CPC, em juízo de retratação, reconsidero a decisão monocrática de fls. 73/75, a fim de conste a improcedência do pedido inicial, reformando a r. sentença recorrida, nos termos da fundamentação.
Decorrido o prazo para interposição de recurso, baixem os autos à Vara de origem, observadas as formalidades legais.
Na espécie, a parte autora é beneficiária da justiça gratuita, indevida, portanto, sua condenação nas verbas de sucumbência, mesmo porque, segundo decidido pelo E. STF, descabe, ao julgador, proferir decisões condicionais, tocando-lhe avaliar a situação de pobreza, quando do julgamento (RE nº 313.348/RS, Rel. Min. Sepúlveda Pertence).
Dê-se ciência.
Em, 13 de março de 2007
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2003.61.14.009372-4 AC 1161333
ORIG.	:	1 Vr SAO BERNARDO DO CAMPO/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	BRUNO CESAR LORENCINI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ANETE MARIA PEREIRA
ADV	:	MARCOS MURILO MOURA SOARES
RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA / DÉCIMA TURMA

DECISÃO
Agravo contra a decisão que, com base no art. 557, caput, do C. Pr. Civil, nega seguimento à apelação da autarquia, no tocante à revisão do valor da pensão da autora, a fim de que prevaleça o coeficiente do cálculo para 100%, a partir da L. 9.032/95, e a provê quanto à base de cálculo da verba honorária.
Sustenta a autarquia que a decisão ofende ato jurídico perfeito e o princípio da irretroatividade das leis, bem assim que a majoração do benefício não tem prévia fonte de custeio, e pugna por sua reforma.
Relatados, decido.
O Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária, decidiu pela inadmissibilidade de qualquer interpretação da L. 9.032/95 que implique a aplicação de suas disposições a benefícios de pensão por morte concedidos anteriormente à sua vigência (RE 416.827 SC; RE 415.454 SC).
Posto isto, com a ressalva do meu entendimento, reconsidero a decisão recorrida, para dar provimento ao recurso da autarquia, com base no art. 557, § 1º-A, do C. Pr. Civil, e assim julgar improcedente o pedido.
Deixo de condenar a parte autora nos ônus da sucumbência, porquanto beneficiária da assistência judiciária (RE 313.348 RS, Min. Sepúlveda Pertence).
Independentemente do trânsito em julgado, determino seja enviado e-mail ao INSS, a fim de que se adotem as providências cabíveis à imediata redução do coeficiente da pensão por morte.
Decorrido o prazo legal, baixem os autos ao juízo de origem.
Int.
São Paulo, 21 de março de 2007.
CASTRO GUERRA
RELATOR

PROC.	:	2006.03.99.009787-0 AC 1098185
ORIG.	:	0400000290 1 Vr FERNANDOPOLIS/SP 0400039231 1 Vr FERNANDOPOLIS/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	DEONIR ORTIZ
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	JOSE VIEIRA
ADV	:	OCLAIR ZANELI
RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO / DÉCIMA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de apelação de sentença pela qual o réu foi condenado a conceder à parte autora o benefício de aposentadoria rural por idade, no valor de 01 (um) salário mínimo, a contar da citação, bem como abono anual. As parcelas vencidas serão corrigidas monetariamente, acrescidas de juros de mora desde a citação. Foi condenado ao pagamento de honorários advocatícios fixados em R$ 400,00 (quatrocentos reais). Não houve condenação em custas.
Em seu recurso de apelação alega o réu que os documentos juntados com a inicial não são contemporâneos à época que se busca comprovar o labor rurícola e que o autor não comprovou o exercício de

atividade rural pelo período correspondente ao fixado para a carência do benefício vindicado, a teor do art. 143 da Lei n. 8.213/91. Subsidiariamente, requer que os honorários advocatícios sejam fixados em 10% sobre o valor das prestações vencidas até a data da r. sentença.
Sem contra-razões de apelação conforme certidão de fl. 47.
Pelo despacho de fl. 50 o autor foi intimado para se manifestar sobre as informações obtidas junto ao Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS, que dão conta que ele exerceu atividade no meio urbano.
A parte autora manifestou-se à fl. 56.
Após breve relatório, passo a decidir.
A parte autora completou 60 anos de idade em 12.03.2002, devendo, assim, comprovar dez anos e meio de atividade rural, nos termos dos arts. 142 e 143 da Lei n. 8.213/91, para a obtenção do benefício em epígrafe.

A jurisprudência do E. STJ firmou-se no sentido de que é insuficiente apenas a produção de prova testemunhal para a comprovação de atividade rural, na forma da Súmula 149 - STJ, in verbis:
A prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito de obtenção de benefício previdenciário.
Para tanto, trouxe aos autos cópia do Certificado de Dispensa de Incorporação (fl. 10, 1973), na qual ele está qualificado como lavrador, constituindo tal documento início razoável de prova material acerca de sua atividade rural.
As testemunhas inquiridas no presente processo (fl. 37/38), afirmaram que conhecem o autor há mais de vinte anos e que ele sempre exerceu suas atividades no meio rural, como bóia fria.
Verifica-se dos autos informações encontradas no Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS (fl. 51/52), que dão conta que o autor exerceu atividade urbana, nos períodos: 01.10.1977 a 30.12.1978; 04.05.1979 a 04.03.1980 e 20.06.1986 a 1510.1986, entretanto esses curtos períodos não descaracterizam a atividade rural por ele exercida.
Dessa forma, havendo início de prova material corroborada por prova testemunhal, impõe-se reconhecer que a parte autora comprovou o exercício de atividade rural no período legalmente exigido.
A referida questão está pacificada no âmbito do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, conforme aresto assim ementado, que a seguir transcrevo:
PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL. APOSENTADORIA POR IDADE. COMPROVAÇÃO DA ATIVIDADE RURAL. VALORAÇÃO DA PROVA TESTEMUNHAL. RECURSO ESPECIAL.
1. A valoração dos depoimentos testemunhais sobre o período de atividade rural exercida pela recorrente é válida, se apoiada em início razoável de prova material, ainda que esta somente comprove tal exercício durante uma fração do tempo exigido em lei.
2. Considera-se a Certidão de Casamento, na qual expressamente assentada a profissão de rurícola do requerente, início razoável de prova documental, a ensejar a concessão do benefício previdenciário.
3. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nesta parte, provido.
(STJ - 5ª Turma; REsp. 266852 - MS, 2000/0069761-3; Rel. Ministro Edson Vidigal; v.u., j. em 21.09.2000; DJ. 16.10.2000, pág. 347)
Cumpre observar que a exigência de comprovação da atividade rural no período imediatamente anterior à data do requerimento, como requisito para a concessão do benefício de aposentadoria rural por idade, nos termos do art. 143 da Lei n. 8.213/91, teve por finalidade excluir aqueles segurados que, em data remota, estiveram nas lides rurais, e no momento presente querem se aproveitar do rebaixamento da idade. Tanto é assim, que o legislador ordinário preferiu não estabelecer um lapso temporal preciso no conceito de "...período imediatamente anterior....". Na verdade, para se aferir se o segurado está enquadrado na hipótese prevista pelo art. 143 da Lei n. 8.213/91, há que se perquirir se o mesmo sempre foi trabalhador rural e se laborou em número de meses correspondente à carência, não importando se em dado período houve inatividade, mesmo porque o indigitado preceito admite períodos descontínuos.
Assim sendo, tendo o autor completado 60 anos de idade em 12.03.2001, bem como cumprido tempo de atividade rural superior ao legalmente exigido, consoante os arts. 142 e 143 da Lei n. 8.213/91, é de se conceder a aposentadoria por idade.
O termo inicial do benefício foi corretamente fixado a contar da citação, ante a ausência de requerimento administrativo.
Cumpre, ainda, explicitar os critérios de cálculo de correção monetária e juros de mora.
A correção monetária incide sobre as prestações em atraso, desde os respectivos vencimentos, na forma da Súmula 8 do E. TRF da 3ª Região, observada a legislação de regência especificada na Portaria nº 92/2001 DF-SJ/SP, de 23.10.2001 e Provimento nº 64/2005 da E. Corregedoria-Geral da Justiça da 3ª Região.
Os juros moratórios devem ser computados a partir da citação, de forma decrescente, a taxa de 1% ao mês, uma vez que a citação ocorreu após 10.01.2003, nos termos do art. 406 do Código Civil e do art. 161, § 1º, do Código Tributário Nacional, incidindo tais juros até a data de expedição do precatório, caso este seja pago no prazo estabelecido pelo art. 100 da CF/88 (STF, RE n.º 298.616-SP, Relator Ministro Gilmar Mendes, , DJ de 20/10/2006, p. 84).
Quanto à verba honorária, o E STJ já decidiu que se aplica às autarquias o disposto no parágrafo 4º, do art. 20, do CPC (STJ 1ª Turma, REsp. 12.077-RJ, Rel. Min. Garcia Vieira, j. 04.09.1991, negaram provimento v.u., DJU de 21.10.1991, p. 14.732), revelando-se, assim, adequada a verba honorária fixada.
No tocante às custas processuais, as autarquias são delas isentas (artigo 4º, inciso I da Lei 9.289/96), porém devem reembolsar, quando vencidas, as despesas judiciais feitas pela parte vencedora (artigo 4º, parágrafo único).
Diante do exposto, nos termos do artigo 557, do Código de Processo Civil, nego seguimento à apelação do INSS.
Determino que independentemente do trânsito em julgado, expeça-se e.mail ao INSS, instruído com os devidos documentos da parte autora JOSÉ VIEIRA, a fim de serem adotadas as providências cabíveis para que seja o benefício de aposentadoria rural por idade implantado de imediato, com data de início - DIB em 08.06.2004, no valor de um salário mínimo, tendo em vista o "caput" do artigo 461 do CPC.
Decorrido "in albis" o prazo recursal, dê-se baixa na Distribuição.
Intimem-se.
São Paulo, 02 de março de 2007.

PROC.	:	2006.03.99.010159-9 AC 1098420
ORIG.	:	0400000779 1 Vr FARTURA/SP 0400007469 1 Vr FARTURA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SERGIO HENRIQUE ASSAF GUERRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	JAIME GOMES
ADV	:	JOSE BRUN JUNIOR
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE FARTURA SP
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Previdenciário. Aposentadoria por idade. Rurícola. Início de prova documental. Depoimentos testemunhais uníssonos. Benefício deferido.
Aforada ação de aposentadoria por idade rural, contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, processado o feito, com agilização de agravo retido, oportunamente, reiterado, sobreveio sentença de procedência, ensejando a interposição de apelação autárquica, aduzindo ausência dos requisitos à percepção do benefício, prequestionando a matéria. Houve insurgência, quanto aos corolários do sucumbimento.
A sentença restou submetida ao reexame necessário.
Decido.
Na espécie, inaplicável a disposição sobre o reexame necessário, considerados o valor do benefício e o lapso temporal de sua implantação, não excedente a 60 salários mínimos (art. 475, § 2º, CPC, n. r.).
Diante do princípio constitucional da inafastabilidade do controle jurisdicional, improcedem as razões expendidas no agravo retido.
No mérito, diga-se que a aposentadoria por idade de rurícola reclama idade mínima de 60 anos (homem) e 55 anos (mulher), e demonstração do exercício de atividade rural, ainda que intercalada, em número de meses idêntico à carência do referido benefício, afastada a obrigatoriedade de contribuições (arts. 201, § 7º, II, da CR/88, e 48, 49, 142 e 143 da Lei nº 8.213/91). Pondere-se, ainda, que o prazo de 15 (quinze) anos, estatuído no sobredito art. 143, e prorrogado, ao rurícola empregado, por mais, dois anos, consoante Lei nº 11.368/2006, diz respeito ao lapso para ingresso de pedido tendente à obtenção do benefício, e não à duração do pagamento da benesse.
De acordo com a jurisprudência, suficiente, a tal demonstração, início de prova material, corroborado por prova testemunhal, atentando-se, dentre outros aspectos, que: em regra, são extensíveis os documentos em que os genitores, cônjuges, ou conviventes, aparecem qualificados como lavradores; o afastamento do ofício campestre, pelo solicitante, após satisfação dos requisitos ao benefício, não obsta a outorga deste; o abandono da ocupação rural, por parte de quem se empresta a qualificação profissional, em nada interfere no deferimento da prestação, desde que se anteveja a persistência do mister campesino, pelo requerente da aposentação; mantém a qualidade de segurado, o obreiro que cessa sua atividade laboral, em conseqüência de moléstia; a prestação de labor urbano, intercalado com lides rurais, de per si, não desnatura o princípio de prova documental amealhado; durante o período de graça, a filiação e conseqüentes direitos, perante a Previdência Social, ficam preservados.
In casu, o pleiteante comprova o cumprimento do requisito etário - f. 10 - e apresenta início de prova material do trabalho campesino - v., em especial, f. 10 - ratificado por prova oral (fs. 73/74), presentes, aqui, as considerações, introdutoriamente, lançadas.
Dessa forma, comprovado o preenchimento dos requisitos legais, de se deferir a benesse, a partir da citação, à falta de requerimento administrativo.
Quanto aos consectários, aplicam-se posicionamentos, consagrados nesta Turma Julgadora: as parcelas vencidas, observada a prescrição qüinqüenal, são corrigidas, pelo Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal; os juros moratórios incidem, mensalmente, à taxa legal, de forma decrescente, a partir do termo inicial do benefício, estendendo-se até a expedição do precatório, se pago no prazo constitucional.
Já a verba honorária comporta reforma, apenas para incidir sobre as parcelas vencidas, até a sentença (Súmula STJ - 111).
O INSS é isento de custas processuais, arcando com as demais despesas, além de reembolsar as custas recolhidas pela parte contrária, o que não é o caso dos autos, por se tratar de beneficiário da gratuidade da justiça (arts. 4º, I e parágrafo único, da Lei nº 9.289/96, 24-A da Lei nº 9.028/95, n.r., e 8º, §1º, da Lei nº 8.620/93).
Observe-se, finalmente, que todos os pontos versados neste decisório já se encontram pacificados na jurisprudência. Cf., a propósito, dentre outros: C. STJ - AgRg - REsp nº 701.530, Rel. Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, DJ 07/3/2005; REsp nº 707.846, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 14/3/2005; REsp nº 504.568, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 13/12/2004; REsp nº 552.600/RS, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Quinta Turma, DJ 06/12/2004; REsp nº 210.944/SP, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Sexta Turma, DJ 22/11/99; EREsp nº 448.813, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Terceira Secão, DJ 02/3/2005; AgRgREsp nº 496.838, Rel. Min. Paulo Gallotti, Sexta Turma, DJ 21/6/2004; TRF-3ª Reg. - AC nº 637.451, Rel. Des. Fed. Marisa Santos, Nona Turma, DJ 05/11/2004; AC nº 961219, Rel. Des. Fed. Galvão Miranda, Décima Turma, DJ 04/10/2004; AC nº 651.504, Rel. Des. Fed. Roberto Haddad, Primeira Turma, DJ 17/4/2001; AC nº 92.03.018795-2, Rel. Des. Fed. José Kallás, Segunda Turma, DJ 26/4/95.
Afigura-se, assim, que a decisão recorrida, no que tange, especificamente, à condenação em custas e honorários, encontra-se em confronto com posicionamento consagrado, habilitando o relator a dar parcial provimento ao inconformismo (art. 557, § 1º-A, do CPC).
Do exposto, enfrentadas as questões pertinentes à matéria em debate, não conheço da remessa oficial, nego seguimento ao agravo retido, pela sua manifesta improcedência (art. 557, caput, CPC), reconheço a existência de erro material na sentença, corrigindo-a, de ofício, para afastar a condenação do INSS ao reembolso das despesas processuais e dou parcial provimento ao recurso, para excluir a imputação em custas e para que a verba honorária recaia sobre as parcelas atrasadas, até o ato judicial recorrido.
Ante a natureza alimentar da prestação, oficie-se ao INSS, encaminhando-lhe os documentos necessários, para que sejam adotadas as medidas cabíveis à imediata implantação do benefício previdenciário, independentemente de trânsito em julgado (art. 461 do CPC).
Respeitadas as cautelas legais, tornem os autos à Origem.
Dê-se ciência.
Em, 13/3/2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2003.61.83.010240-3 REOAC 1092359
ORIG.	:	2V VR SAO PAULO/SP
PARTE A	:	JANDIRA OLIVEIRA MARTINS
ADV	:	EDELI DOS SANTOS SILVA
PARTE R	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV	:	SONIA MARIA CREPALDI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA PREVIDENCIARIA DE SAO PAULO SP>1ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES. FED. JEDIAEL GALVÃO / DÉCIMA TURMA

Vistos etc.
Trata-se de agravo interno interposto pelo INSS contra decisão monocrática desta relatoria que manteve a procedência decretada pela sentença no tocante à aplicabilidade do percentual previsto no artigo 75 da Lei n. 8.213/91, com redação dada pela Lei n. 9.032/95, para o efeito de revisão de pensão por morte.
Sustentou, em suma, que a r. decisão estaria ofendendo os princípios do ato jurídico perfeito, da isonomia, da legalidade, bem como o preconizado no artigo 195, § 5º, da Constituição Federal.
Requereu a reconsideração da decisão ou então que seja levado o presente a julgamento por esta Colenda Turma.
É o relatório.
DECIDO.
Embora em outras oportunidades se tenha orientado no sentido do direito à revisão do coeficiente da pensão por morte, a partir da vigência da Lei nº 9.032/95, de forma que correspondesse a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, cuja providência não constituía violação ao princípio tempus regit actum, haja vista que a lei nova não seria aplicada retroativamente, mas sim, teria incidência imediata, verifica-se que tal orientação restou superada por decisão que trilha posicionamento contrário.
Com efeito, por maioria de votos, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (RE n. 416.827 e n. 414.454, Relator Ministro GILMAR MENDES, j. 08/02/2007, DJ 15/02/2007), entendeu não ser possível a aplicação da Lei nº 9.032/95 aos benefícios que foram concedidos anteriormente a sua edição, uma vez que haveria violação ao princípio constitucional do ato jurídico perfeito (art. 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal).
Dessa maneira, curvando-me ao entendimento que se assentou no Supremo Tribunal Federal, tenho que a aplicação do artigo 75 da Lei nº 8.213/91, com redação dada pela Lei nº 9.032/95, de 28/04/95, não tem aplicabilidade aos benefícios concedidos anteriormente a sua edição.
Diante do exposto, com fulcro no artigo 557, § 1º, do Código de Processo Civil, EXERÇO O JUÍZO DE RETRATAÇÃO, para, com base no artigo 557, § 1º-A, também do Código de Processo Civil, DAR PARCIAL PROVIMENTO AO REEXAME NECESSÁRIO, excluindo-se da condenação (fls. 35/39, 46/47 e 55/63) a determinação para a aplicação do coeficiente plasmado no artigo 75 da Lei n. 8.213/91, com a redação dada pela Lei n. 9.032/95, mantendo-se a condenação do INSS, contudo, no tocante ao IRSM de fevereiro de 1994, inclusive quantos aos correspondentes consectários legais.
Ante a sucumbência recíproca, os honorários advocatícios ficam reciprocamente compensados, nos termos do artigo 21, "caput", do Código de Processo Civil.
Considerando que a autora é beneficiária da assistência judiciária gratuita e o INSS, pessoa jurídica de direito público, não há falar em condenação de qualquer das partes ao pagamento de custas processuais.
Publique-se e intime-se.
São Paulo, 06 de março de 2007.
JEDIAEL GALVÃO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.010542-2 AG 291426
ORIG.	:	0600001925 1 Vr LINS/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOSE ANTONIO BIANCOFIORE
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	ROBERTO DE OLIVEIRA
ADV	:	ADRIANO MAITAN
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE LINS SP
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Aforada ação, em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando restabelecimento de auxílio-doença ou concessão de aposentadoria por invalidez, o MM. Juiz singular deferiu pleito de antecipação de tutela (fs. 08/08vº), entendendo presentes os requisitos a tanto necessários.
Inconformado, o INSS interpôs o presente agravo de instrumento, visando à reforma de referida decisão e, liminarmente, à neutralização de seus efeitos, aos seguintes argumentos: a) inexistência de prova inequívoca da alegada incapacidade laborativa; b) perigo de irreversibilidade do provimento antecipado.
Passo ao exame.
A teor do disposto no art. 527, II, do CPC, com redação dada pela Lei nº 11.187/2005, o relator converterá o agravo de instrumento em retido, salvo nas hipóteses lá elencadas.
Na espécie, tratando-se de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, cabível o processamento do agravo na forma de instrumento.
Pois bem; para fazer jus ao benefício do auxílio-doença, o requerente deve ser filiado à Previdência Social, comprovar a carência de doze contribuições e estar incapacitado, total e temporariamente, ao trabalho (artigos 25, I, e 59, da Lei nº 8.213/91).
Ora, o autor é segurado da Previdência Social, nos termos do art. 15, I, da Lei nº 8.213/91, porque em gozo de auxílio-doença, até 03/09/2006 (fs. 35/37).
Os documentos de fs. 31/33 dão conta de que o promovente foi vítima de acidente automobilístico, em 26/05/2001, quando teve perfuração de córnea e perda do cristalino. Submetido a cirurgia, para reconstrução do globo ocular, o demandante apresenta, ainda, leucoma em 1/3 superior da córnea e afacia. Foi adaptada lente de contato, mas o requerente não possui acuidade visual, que permita o exercício de sua atividade profissional.
Com efeito, o proponente trabalhava como motorista autônomo, não sendo crível que consiga ocupar funções outras que não tenham como premissa perfeita resolução óptica, mormente, em face do incremento da seletividade do mercado de trabalho.
Quanto à alegada irreversibilidade da decisão combatida, tem-se que o argumento deduzido pelo INSS demonstra, na realidade, o acerto da concessão, em antecipação de tutela, do benefício requerido, porque a autarquia reconhece a precária situação financeira do postulante.
Ademais, parece-me mais premente conceder, ao vindicante, meios para prover sua subsistência, preservando-lhe o direito à vida, do que acudir o receio do INSS, quanto à possibilidade de não-satisfação de créditos, caso seja, eventualmente, revista a outorga do benefício. Muito embora se trate, aqui, de cognição não-exauriente, não se pode prescindir dessa espécie de juízo de sopesamento.
Dessa forma, e nesse instante procedimental, ocorrente comprovação de incapacidade laboral, total e temporária, requisito à percepção do benefício pleiteado.
Tem-se, aqui, recurso, manifestamente, improcedente, encontrando-se, quantum satis, demonstrada a inaptidão ao labor, caso em que a Décima Turma desta Corte, iterativamente, vem improvendo recursos autárquicos.
Tais as circunstâncias, nego seguimento ao recurso, com fulcro no art. 557, caput, do CPC.
Respeitadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
Dê-se ciência.
Em, 28 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.010543-4 AG 291427
ORIG.	:	0600001987 1 Vr LINS/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOSE ANTONIO BIANCOFIORE
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	TEREZINHA XAVIER DO PRADO
ADV	:	RONALDO TOLEDO
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE LINS SP
RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, contra a r. decisão antecipatória de tutela para a concessão do benefício de auxílio-doença.
Sustenta-se, em suma, a inexistência dos requisitos necessários para tanto e a irreversibilidade da medida.
Relatados, decido.
Com base no laudo médico conclui-se que a agravada deve permanecer afastada de suas atividades habituais, eis que é portadora de espondilose e artrose de interfacetarias (fs. 24, 29, 33, 43/44, 48 e 51).
Desta sorte, comprovada a incapacidade para o trabalho e não tendo perdido a qualidade de segurada, bem assim, preenchidos os demais requisitos, a agravante faz jus ao auxílio-doença.
No mais, a irreversibilidade dos efeitos é mitigada, pois se trata de crédito de natureza alimentar, reclamado por quem se encontra em estado de necessidade, caso em que até a caução deve ser dispensada.
Considerado, pois, o teor da r. decisão agravada, esta bem aplicou à espécie o art. 461, § 3º, do C. Pr. Civil, ao convencer-se da relevância dos fundamentos da demanda e do receio de ineficácia do provimento final.
Posto isto, nego seguimento ao recurso, com fundamento no art. 557, caput, do C. Pr. Civil e no art. 33, XIII, do Regimento Interno desta Corte, por ser manifestamente improcedente.
Decorrido o prazo legal, baixem os autos ao Juízo de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 27 de março de 2007.
CASTRO GUERRA
RELATOR

PROC.	:	2007.03.00.010753-4 AG 291547
ORIG.	:	0600002091 3 Vr MOGI MIRIM/SP 0600195299 3 Vr MOGI MIRIM/SP
AGRTE	:	MARIA JOSE FERREIRA DE OLIVEIRA
ADV	:	EVELISE SIMONE DE MELO
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 3 VARA DE MOGI MIRIM SP
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Aforada ação, em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando concessão de aposentadoria por idade rural, o MM. Juiz singular suspendeu o andamento do feito, pelo prazo de 90 (noventa) dias, a fim de que a autora comprovasse o prévio ingresso na via administrativa (fs. 21/22).
Inconformada, a promovente interpôs o presente agravo de instrumento, visando à reforma da decisão e, liminarmente, à neutralização de seus efeitos, aos seguintes argumentos: a) ao se dirigir ao Posto local do INSS, foi informada de que não teria seu pedido protocolado, à míngua dos documentos necessários; b) os Tribunais têm entendido que o prévio requerimento administrativo não é condição à propositura da ação previdenciária.
Passo ao exame.
De início, consigno a irrelevância do quanto certificado a f. 26, no sentido da inocorrência do recolhimento de custas, porquanto o juízo a quo deferiu o benefício da gratuidade judiciária, como se verifica a fs . 21/22.
A teor do disposto no art. 527, II, do CPC, com redação dada pela Lei nº 11.187/2005, o relator converterá o agravo de instrumento em retido, salvo nas hipóteses lá elencadas.
Na espécie, tratando-se de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, cabível o processamento do agravo na forma de instrumento.
O art. 5º, XXXV, da CR/88 consagra o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, assegurando o direito de ação, que só pode ser restringido pela própria Carta Maior.
No caso dos autos, o MM. Juiz a quo ordenou que a demandante demonstrasse a prévia postulação administrativa, condicionando o ajuizamento da ação.
Por oportuno, cabe citar os seguintes julgados do C. STJ, nesse sentido:
"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIOS. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. DESNECESSIDADE.
O prévio requerimento na esfera administrativa não pode ser considerado como condição para propositura da ação de natureza previdenciária.
Ademais, é pacífico neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que é desnecessário o requerimento administrativo prévio à propositura de ação que vise concessão de benefício previdenciário.
Recurso conhecido e desprovido".
(RESP nº 602.843/PR, Quinta Turma, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, j. 26/10/2004, v.u., DJ 29/11/2004, p. 379)
"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. DESNECESSIDADE.
1.'É firme o entendimento neste Superior Tribunal de Justiça no sentido de ser desnecessário o prévio requerimento administrativo à propositura de ação que visa à percepção de benefício previdencário' (REsp nº 230.499/CE, da minha Relatoria, in DJ 1º/8/2000).
2. Recurso improvido".
(RESP nº 543.117/PR, Sexta Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, j. 26/05/2004, v.u., DJ 02/08/2004 p. 593)
Ainda que não se refira, expressamente, à questão do prévio requerimento administrativo, há de se recordar, mutatis mutandis, do disposto na Súmula nº 09 desta Corte, segundo a qual: "em matéria previdenciária, torna-se desnecessário o prévio exaurimento da via administrativa, como condição de ajuizamento da ação".
Assim, não se apresenta justificativa plausível à exigência de prévia solicitação administrativa do benefício, como condição à propositura da ação previdenciária.
Pelo exposto, a teor do art. 557, § 1º - A, do CPC, dou provimento ao recurso, vez que a decisão guerreada está em confronto com entendimento dominante do C. STJ.
Respeitadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
Dê-se ciência.
Em, 22 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.010873-3 AG 291667
ORIG.	:	0600017481 1 Vr RIO BRILHANTE/MS
AGRTE	:	Estado do Mato Grosso do Sul
ADV	:	MARIO AKATSUKA JUNIOR
AGRDO	:	FRANCISCO JOSE DOS SANTOS
ADV	:	JOSE BRUN JUNIOR
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SERGIO HENRIQUE ASSAF GUERRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE RIO BRILHANTE MS
RELATOR	:	DES.FED. JEDIAEL GALVÃO / DÉCIMA TURMA

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto contra decisão que, nos autos da ação de concessão de aposentadoria por tempo de serviço, determinou adiantamento do pagamento dos honorários periciais pelo Estado do Mato Grosso do Sul.
Sustenta o agravante, em síntese, a existência de Justiça Federal na Comarca de Dourados, onde há peritos oficiais, não cabendo ao Estado do Mato Grosso do Sul custear os honorários periciais. Alega que o valor dos honorários periciais devem ser adiantados pelo INSS. Afirma a possibilidade de determinação de realização de perícia por órgão oficial, após prévia intimação do Estado de Mato Grosso do Sul. Requer a reforma da decisão impugnada.
É o relatório do necessário.
D E C I D O.
Na forma do artigo 557 do Código de Processo Civil, poderá o relator negar seguimento ou dar provimento a recurso, de acordo com as hipóteses assinaladas em referido dispositivo legal.
O ônus financeiro para a produção de provas é das partes. No caso, a prova pericial foi requerida pelo segurado, beneficiário da assistência judiciária gratuita, o que o torna isento do pagamento de despesas processuais para a realização da perícia.
Em situações como essa, a perícia deve ser realizada sem que se exija o adiantamento dos honorários periciais. Na hipótese de o perito nomeado não puder realizar a perícia sem que as despesas sejam antecipadas, o Juízo deverá se valer de profissionais de estabelecimento oficial para a produção da prova pericial. No caso concreto, poderá o Juízo deprecado nomear perito da Delegacia Regional do Trabalho para a realização do exame pericial necessário.
Aplicável ao caso dos autos, invoca-se precedente do Superior Tribunal de Justiça:
"Processual Civil. Recurso Especial. Assistência judiciária gratuita. Inclusão dos honorários de perito. Responsabilidade do Estado pela sua realização.
- Nos termos da jurisprudência dominante neste Tribunal, os benefícios da assistência judiciária gratuita incluem os honorários de perito, devendo o Estado assumir os ônus advindos da produção da prova pericial.
- O Estado não está obrigado a adiantar as despesas com a realização da prova pericial ou reembolsar esse valor ao final da demanda. Caso o perito nomeado não consinta em realizar a prova pericial gratuitamente e/ou aguardar o final do processo, deve o juiz nomear outro perito, devendo a nomeação recair em técnico de estabelecimento oficial especializado ou repartição administrativa do ente público responsável pelo custeio da prova pericial. Precedentes."
(RESP nº 435448/MG, rel. Min. Nancy Andrighi, j. 19/09/2002, DJU 04/11/2002, p. 206).
Portanto, não cabe ao Estado de Mato Grosso do Sul arcar com o pagamento de despesas processuais para perícia em processo do qual não é parte, especialmente considerando que a demanda foi proposta em face de ente público federal.
Diante do exposto, nos termos do art. 557 do Código de Processo Civil, DOU PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO, eximindo o agravante de arcar com as despesas de realização da perícia determinada na decisão agravada.
Oportunamente, observadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 21 de março de 2007.
JEDIAEL GALVÃO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.011080-6 AG 291833
ORIG.	:	0500000120 3 Vr SERTAOZINHO/SP 0500029125 3 Vr SERTAOZINHO/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	FABIANA BUCCI BIAGINI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	ANITA MARTINS SANTOS
ADV	:	ANTONIO MARIO DE TOLEDO
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 3 VARA DE SERTAOZINHO SP
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Aforada ação, em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando concessão de aposentadoria por idade rural, o pedido foi julgado procedente, ensejando a interposição de apelação, pelo INSS, tendo o MM. Juiz singular determinado o recolhimento do porte de remessa e retorno (Lei Estadual nº 11.608/2003) (f. 17), propiciando a oferta, pela autarquia previdenciária, deste agravo de instrumento, visando à reforma da decisão e, liminarmente, à neutralização de seus efeitos, ao argumento de que se encontra isento de custas (Leis nºs 8.620/93, 9.028/95 e 9.289/96).
Passo ao exame.
Pois bem. A teor do disposto no art. 527, II, do CPC, com redação dada pela Lei nº 11.187/2005, o relator converterá o agravo de instrumento em retido, salvo nas hipóteses lá elencadas.
Na espécie, tratando-se de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, cabível o processamento do agravo na forma de instrumento.
No ato de interposição do recurso, cabe, ao recorrente, comprovar o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e retorno, sob pena de deserção, estando dispensados dessa exigência os recursos interpostos pelo Ministério Público, União, Estados, Municípios e respectivas autarquias (art. 511 do CPC).
No que concerne, especificamente, ao INSS, tem-se que a Lei nº 8.620/93 (art. 8º, § 1º), e a Lei nº 9.028/95 (art. 24-A), isentam-no de custas, emolumentos e taxas judiciárias.
Sucede que, na espécie em comento, trata-se de ação, intentada contra o INSS, perante a Justiça Estadual, na forma da previsão constitucional. Não faz, portanto, a autarquia previdenciária, jus à isenção de custas, conforme pacificado na Súmula 178 do C. STJ ("o INSS não goza de isenção do pagamento de custas e emolumentos, nas ações acidentárias e de benefícios propostas na Justiça Estadual").
Em harmonia com o acima esposado, veja-se que a Lei nº 9.289/96, conquanto preveja isenção de custas à União e suas autarquias (art. 4º, I), ressalva, expressamente, que a cobrança de custas, nas causas ajuizadas perante a Justiça Estadual, no exercício da jurisdição federal, rege-se pela respectiva legislação estadual (art. 1º, § 1º).
Nesse passo, atente-se que o art. 6º da Lei Paulista nº 11.608/2003 estatui que a União, o Estado, o Município e respectivas autarquias e fundações e o Ministério Público estão isentos da taxa judiciária, cujo conceito, porém, não engloba o porte de remessa e retorno (art. 2º, parágrafo único, II, da referida lei).
Do até aqui exposto, alcança-se que o INSS não estaria isento do recolhimento das despesas, atinentes ao porte de remessa e de retorno dos autos.
Assim, o caso é de se aplicar o disposto no art. 27 do CPC, segundo o qual as despesas dos atos processuais, efetuados a requerimento do Ministério Público ou da Fazenda Pública, serão pagas, a final, pelo vencido, como, de resto, vem sendo reconhecido na jurisprudência (TRF-3ªReg., AG nº 209.325, Décima Turma, Rel. Des. Fed. Galvão Miranda, j. 19/10/2004, v. u., DJU 29/11/2004, p. 336), afastando-se, dessa forma, a exigibilidade do adiantamento do pagamento da despesa em discussão.
Realce-se que casos semelhantes, nesta Corte, vem recebendo decisão unipessoal (v.g., AG nº 256.165, Oitava Turma, Rel. Des. Fed. Marianina Galante, 16/02/2006).
A propósito da temática aqui abordada, oportuno, também, conferir, mutatis mutandis, paradigma do C. STJ: REsp nº 396.361/RS, Segunda Turma, Rel. Min. Franciulli Netto, j. 22/10/2002, v.u., DJ 23/06/2003, p. 313.
Pelo exposto, a teor do art. 557, § 1º - A, do CPC, dou parcial provimento ao recurso, para dispensar, por ora, o INSS do recolhimento da despesa referente ao porte de remessa e de retorno.
Respeitadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
Dê-se ciência.
Em, 27 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.011236-0 AG 292000
ORIG.	:	0700005138 3 Vr PIRASSUNUNGA/SP 0700000100 3 Vr PIRASSUNUNGA/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ODAIR LEAL BISSACO JUNIOR
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	JOSE ROBERTO TESCH
ADV	:	WASHINGTON LUIS ALEXANDRE DOS SANTOS
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 3 VARA DE PIRASSUNUNGA SP
RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, contra a r. decisão antecipatória de tutela para a concessão do benefício de auxílio-doença.
Sustenta-se, em suma, a irreversibilidade da medida, bem assim a inexistência dos requisitos necessários para tanto.
Relatados, decido.
Com base no atestado médico conclui-se que o agravado deve permanecer afastado de suas atividades habituais, eis que é portador de transtorno bipolar (CID F-31.2) (fs. 30).
Desta sorte, comprovada a incapacidade para o trabalho e não tendo perdido a qualidade de segurado, bem assim, preenchidos os demais requisitos, o agravante faz jus ao auxílio-doença.
No mais, a irreversibilidade dos efeitos é mitigada, pois se trata de crédito de natureza alimentar, reclamado por quem se encontra em estado de necessidade, caso em que até a caução deve ser dispensada.
Considerado, pois, o teor da r. decisão agravada, esta bem aplicou à espécie o art. 461, § 3º, do C. Pr. Civil, ao convencer-se da relevância dos fundamentos da demanda e do receio de ineficácia do provimento final.
Posto isto, nego seguimento ao recurso, com fundamento no art. 557, caput, do C. Pr. Civil e no art. 33, XIII, do Regimento Interno desta Corte, por ser manifestamente improcedente.
Decorrido o prazo legal, baixem os autos ao Juízo de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 03 de abril de 2007.
CASTRO GUERRA
RELATOR

PROC.	:	2007.03.00.011483-6 AG 292151
ORIG.	:	0100000641 2 Vr ITUVERAVA/SP
AGRTE	:	ANTONIA RIBEIRO DOS SANTOS
ADV	:	LAURO AUGUSTO NUNES FERREIRA
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CLAUDIO RENE D AFFLITTO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 2 VARA DE ITUVERAVA SP
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Antônio Sindô de Souza aforou ação, em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando percepção de benefício assistencial, pedido julgado procedente (fs. 53/55), tendo sido a sentença confirmada nesta Corte (fs. 86/95). Opostos embargos de declaração, os mesmos foram rejeitados (fs. 110/117). Após, a autarquia previdenciária agilizou recurso especial.
Em Primeiro Grau, noticiado o falecimento do autor e requerida a habilitação de sua convivente, o magistrado singular suspendeu o andamento do feito e determinou tal providência, em relação a todos os herdeiros, na forma da lei civil (f. 160).
Inconformada, a requerente interpôs o presente agravo de instrumento, visando à reforma de referida decisão, aos seguintes argumentos: a) pleiteia o recebimento dos valores não recebidos em vida pelo de cujus; b) inexistindo filho menor dependente do falecido, requereu sua habilitação, com fulcro no art. 112 da Lei nº 8.213/91, pois era sua única dependente econômica.
Passo ao exame.
Defiro, primeiramente, o benefício da gratuidade judiciária, tornando-se irrelevante o quanto certificado a f. 165, procedendo-se às anotações necessárias.
A teor do disposto no art. 527, II, do CPC, com redação dada pela Lei nº 11.187/2005, o relator converterá o agravo de instrumento em retido, salvo nas hipóteses lá elencadas.
Na espécie, tratando-se de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, cabível o processamento do agravo na forma de instrumento.
Na espécie, o autor, Antônio Sindô de Souza, veio a falecer em 10/02/2004, segundo certidão de óbito de f. 147, donde se colhe que o de cujus viveu, maritalmente, com Filomena Felismino de Souza, com quem teve 7 filhos, haurindo-se, também, que sua convivente, à época do passamento, era a ora agravante.
O magistrado a quo suspendeu o andamento do feito e determinou a habilitação de todos os herdeiros do de cujus, e não apenas de sua companheira.
Na ação subjacente, pleiteava-se concessão de benefício assistencial, que tem caráter personalíssimo, não gerando direito à pensão por morte.
Contudo, demonstrado o direito do demandante à benesse e ocorrendo seu óbito no curso da ação, fazem jus, seus sucessores, às prestações devidas até o falecimento.
O art. 112 da Lei nº 8.213/91 dispõe:
"O valor não recebido em vida pelo segurado só será pago aos seus dependentes habilitados à pensão por morte ou, na falta deles, aos seus sucessores na forma da lei civil, independentemente de inventário ou arrolamento".
Assim, como o benefício em comento não enseja direito à pensão por morte, devem ser habilitados todos os sucessores, na forma da lei civil e não apenas a convivente do proponente.
Nesse sentido, confiram-se os seguintes julgados:
"PREVIDENCIÁRIO. RENDA MENSAL VITALÍCIA. ART. 203 DA CARTA MAGNA. EXTINÇÃO DO FEITO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. ART. 267-IX DO CPC. INTELIGÊNCIA DO ART. 43 C/C 265 DO CPC. EFEITOS GERADOS PELA PROCEDÊNCIA DO PEDIDO NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE A INTERPOSIÇÃO DA AÇÃO E A MORTE DO AUTOR. FALECIDO O BENEFICIÁRIO DE RENDA MENSAL VITALÍCIA É DEVIDO AOS ASCENDENTES DIREITO SUCESSÓRIO. PEDIDO DE SUSPENSÃO DO FEITO COM FINS DE HABILITAÇÃO DOS PAIS DO DE CUJUS. SENTENÇA REFORMADA. CONTUDO NÃO PREENCHIDOS TODOS OS REQUISITOS EXIGÍVEIS É DE SE JULGAR IMPROCEDENTE A PRETENSÃO DEDUZIDA. CONDENAÇÃO EM VERBAS SUCUMBENCIAIS. SUSPENSA A CUSTA DA DE JUSTIÇA GRATUITA.
1. Ao inválido e incapaz de prover o próprio sustento, assim como tê-lo provido por sua família, é devida a concessão de benefício assistencial de renda mensal vitalícia, com fulcro no art. 203 da Carta Magna, desde que comprovada a invalidez e o valor da renda familiar per capita inferior a ¼ (um quarto) do salário-mínimo. Acaso este venha a falecer é devida a sucessão do direito ao benefício pelos ascendentes do mesmo, a teor do art. 43 c/c 265 do Código de Processo Civil.
2. Procede a argüição dos efeitos gerados pela eventual procedência do pedido, considerando preenchidos os requisitos exigíveis para o seu deferimento, durante o intercurso compreendido entre a postulação do feito (1994) e o óbito (1998). Efeitos para os quais poderiam se habilitar os pais do de cujus para fins sucessórios. Razão pela qual merece reforma a sentença que julgou extinto o feito, sem julgamento do mérito, a teor do art. 267, IX, do CPC.
3. Neste ponto, com razão o ilustre Representante do Ministério Público. Ainda que o benefício de assistência social seja intransmissível, por disposição legal, até a ocorrência do óbito não se pode ignorar a ocorrência possível, de efeitos patrimoniais diretamente decorrentes da existência desta ação. Fato que por si só autoriza a apreciação do mérito da pretensão.
4. Recurso provido para anular a sentença".
(TRF-1ªReg., AC nº 200001000810118, Primeira Turma, Rel. Des. Fed. Luiz Gonzaga Barbosa Moreira, j. 14/11/2005, v.u., DJ 20/02/2006, p. 13)
"PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DA UNIÃO FEDERAL. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. ARTIGO 20 DA LEI Nº 8.742/93. RENDA MÍNIMA. PAGAMENTO AOS SUCESSORES DA DEMANDANTE FALECIDA. POSSIBILIDADE.
(...)
4. Em que pese o caráter personalíssimo do amparo assistencial, o Decreto nº 1.744/95, alterado pelos Decretos nºs 4.360/02 e 4.712/03, sucessivamente, prevêem, de forma expressa, a possibilidade de pagamento aos herdeiros da demandante falecida dos valores a que esta teria direito a receber em vida, desde 08-12-1993, quando entrou em vigor a Lei 9742/93, até 28-04-1998, data do óbito.
(...)".
(TRF-4ªReg., AC nº 199971000076570, Quinta Turma, Rel. Des. Fed. Luiz Antonio Bonat, j. 27/09/2005, v.u., DJ 05/10/2005, p. 947)
"PROCESSUAL CIVIL. ASSISTÊNCIA SOCIAL. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA. REMESSA OFICIAL, TIDA POR INTERPOSTA. MATÉRIA PRELIMINAR REJEITADA. ÓBITO DA BENEFICIÁRIA NO CURSO DA AÇÃO. HABILITAÇÃO DOS SUCESSORES PARA RECEBIMENTO DAS PRESTAÇÃOES VENCIDAS. TERMO INICIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DESPESAS PROCESSUAIS. PREQUESTIONAMENTO.
(...)
4 - Demonstrado o direito da autora ao benefício assistencial, que é intransferível, sua morte no curso da ação impõe um termo final ao seu pagamento, mas não exclui a pretensão dos sucessores de receberem as prestações em atraso, desde quando se tornaram devidas até o falecimento.
(...)".
(TRF-3ªReg., AC nº 489.094, Nona Turma, Rel. Des. Fed. Marisa Santos, j. 30/08/2004, por maioria, DJ 13/05/2005, p. 930)
"ASSISTÊNCIA SOCIAL. BENEFÍCIO DE RENDA MENSAL VITALÍCIA REQUERIDO ADMINISTRATIVAMENTE EM 1992 E DEFERIDO SOMENTE EM 1997, APÓS O ÓBITO DA BENEFICIÁRIA. PRETENSÃO DOS SUCESSORES DE LEVANTAMENTO DAS VERBAS. POSSIBILIDADE.
1. Em que pese o benefício de renda mensal vitalícia, de caráter assistencial, cessar com a morte do beneficiário (art. 21, § 1º, da Lei nº 8.742/93), não existe óbice legal a que os valores efetivamente devidos e não pagos à beneficiário, quando em vida, sejam percebidos pelos seus sucessores legais. Precedentes desta Corte.
2. Apelação do INSS e remessa oficial improvidas".
(TRF-1ªReg., AC nº 199801000645837, Segunda Turma Suplementar, Rel. Juiz Federal convocado Moacir Ferreira Ramos, j. 11/02/2004, v.u., DJ 11/03/2004, p. 67)
Tem-se, aqui, recurso, manifestamente, improcedente, colidindo com entendimento consagrado na jurisprudência.
Tais as circunstâncias, nego seguimento ao recurso, com fulcro no art. 557, caput, do CPC.
Respeitadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
Dê-se ciência.
Em, 30 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2003.61.83.011745-5 AC 1087440
ORIG.	:	4V Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ENI APARECIDA PARENTE
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ELZA FIORI VERALDI
ADV	:	ANTONIO MARMO REZENDE DOS SANTOS
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

DECISÃO
Previdenciário. Pensão por morte. Revisão. Coeficiente. Alteração. Lei nº 9.032/95. Benefícios anteriores à sua vigência. Incabimento. Precedente STF.
Aforada ação, em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando a revisão da renda mensal inicial mediante a aplicação da ORTN/OTN, para correção dos salários-de-contribuição que serviram como base de cálculo do benefício, na forma estabelecida na Lei nº 6.423/77, bem assim a majoração da renda mensal de pensão por morte, para que a parcela familiar do benefício correspondesse a 100% do salário-de-benefício, a partir da vigência da Lei nº 9.032/95 (que alterou o art. 75 da Lei nº 8.213/91), sobreveio sentença de

parcial procedência do pedido, condenando o INSS a aplicar as disposições da Lei nº 9.032/95, ensejando apelo do réu, recebido no duplo efeito, com vista à sua reforma.
Deferida a Justiça Gratuita (f. 23).
Sentença submetida ao reexame necessário.
Existentes contra-razões.
Decido.
De início, cumpre observar que o benefício da autora foi concedido antes do advento da CR/88 e da Lei nº 8.213/91.
A legislação previdenciária, anterior aos referidos diplomas (Lei nº 3.807/60 e Decretos nºs. 77.077/76, 83.080/79 e 89.312/84), dispunha ser devida pensão, na parcela familiar, no percentual de 50%, mais 10% por dependente, no máximo de cinco.
Após, o art. 75 da Lei nº 8.213/91, em sua redação original, passou a dispor que "o valor mensal da pensão por morte será: a) constituído de uma parcela, relativa à família, de 80% (oitenta por cento) do valor da aposentadoria que o segurado recebia ou a que teria direito, se estivesse aposentado na data do seu falecimento, mais tantas parcelas de 10% (dez por cento) do valor da mesma aposentadoria quantos forem os seus dependentes, até o máximo de 2 (duas); b) 100% (cem por cento) do salário-de-benefício ou do salário-de-contribuição vigente no dia do acidente, o que for mais vantajoso, caso o falecimento seja conseqüência de acidente do trabalho".
Por outro lado, de notar-se que os benefícios concedidos entre 05/10/88 (advento da CR/88) e 25/7/91 (vigência da Lei nº 8.213/91), passaram a ter sua renda mensal inicial recalculada nos termos do referido dispositivo, conforme, ao depois, preceituaram os arts. 144 e 145 da Lei dos Planos de Benefícios da Previdência Social retro mencionada.

Com o advento da Lei nº 9.032/95, em 29/4/95, houve mudança na redação do dispositivo em comento, que passou a prever que "o valor mensal da pensão por morte, inclusive decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, observado o disposto na Seção III, especialmente no art. 33 desta Lei".
Inobstante o novo regramento acerca da matéria, o INSS deixou de aplicá-lo aos benefícios já concedidos, ao argumento de que, em matéria previdenciária, aplicar-se-ia a lei vigente à época da concessão (tempus regit actum), sob pena de afronta aos princípios do ato jurídico perfeito e do direito adquirido.
Nesse contexto, vinha defendendo a tese de que, em tal caso, preponderaria a regra mais benéfica aos pensionistas, incidindo, de forma imediata, a todas as pensões, mesmo àquelas implantadas sob a égide da legislação pretérita.
Entretanto, ressalvando minha posição sobre o tema, curvo-me à orientação, superveniente, esposada pelo E. STF que, em Sessão Plenária realizada em 08/02/2007, ao apreciar os RÉs nºs. 415.454 e 416.827, firmou entendimento no sentido de que a Lei nº 9.032/95 não se aplicaria aos benefícios concedidos anteriormente à sua vigência. Esvaziam-se, pois, de sentido, os argumentos de ofensa a preceitos constitucionais, em especial ao da isonomia.
Assim, a razoabilidade e a economia processual impõem a revisão da teoria sufragada em primeiro momento, adequando-a à orientação do E. STF.
Dessarte, o pleito de majoração da renda mensal de pensão por morte, para que correspondesse a 100% do salário-de-benefício, a partir da vigência da Lei nº 9.032/95 (que alterou o art. 75 da Lei nº 8.213/91), não merece prosperar.
Ante o exposto, nos termos do art. 557, § 1º - A, do CPC, DOU PROVIMENTO à remessa oficial e à apelação do INSS, para julgar improcedente o pedido inicial, nos termos da fundamentação, reformando a r. sentença.
Na espécie, a parte autora é beneficiária da justiça gratuita, indevida, portanto, sua condenação nas verbas de sucumbência, mesmo porque, segundo decidido pelo E. STF, descabe, ao julgador, proferir decisões condicionais, tocando-lhe avaliar a situação de pobreza, quando do julgamento (RE nº 313.348/RS, Rel. Min. Sepúlveda Pertence).
Decorrido o prazo para interposição de recurso, baixem os autos à Vara de origem, observadas as formalidades legais.
Dê-se ciência.
Em, 30 de março de 2007
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.011796-5 AG 292346
ORIG.	:	200661830054616 4V Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	LOURENCO KUJINSKI ROCHA
ADV	:	SINVAL MIRANDA DUTRA JUNIOR
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA PREVIDENCIARIA DE SAO PAULO SP>1ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Não é o caso de reconsiderar a decisão recorrida, por isso mesmo tenho por incabível o presente agravo regimental, nos termos do parágrafo único do art. 527 do C. Pr. Civil, na redação dada pela L. 11.187, de 19.10.2005.
Decorrido o prazo legal, baixem os autos ao Juízo de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 30 de março de 2007.
CASTRO GUERRA
RELATOR

PROC.	:	2003.61.83.011871-0 REOAC 977445
ORIG.	:	5V Vr SAO PAULO/SP
PARTE A	:	THEREZA DA SILVA WEBER (= ou > de 65 anos)
ADV	:	MARCIA ANTONIA FERREIRA
PARTE R	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ISABELA SA FONSECA DOS SANTOS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

DECISÃO
Previdenciário. Pensão por morte. Revisão. Coeficiente. Alteração. Lei nº 9.032/95. Benefícios anteriores à sua vigência. Incabimento. Precedente STF.
Aforada ação, em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando a majoração da renda mensal de pensão por morte, para que a parcela familiar do benefício correspondesse a 100% do salário-de-benefício, a partir da vigência da Lei nº 9.032/95 (que alterou o art. 75 da Lei nº 8.213/91), sobreveio sentença de procedência do pedido, submetida ao reexame necessário.
Deferida a Justiça Gratuita (f. 36).
Inexistentes contra-razões.
Decido.
De início, cumpre observar que o benefício da autora foi concedido no período compreendido entre o advento da CR/88 e a vigência da Lei nº 8.213/91, de modo que, seu cálculo restou efetuado em conformidade com os arts. 75 c/c 144 e 145 desta Lei.
O art. 75 da Lei nº 8.213/91, em sua redação original, passou a dispor que "o valor mensal da pensão por morte será: a) constituído de uma parcela, relativa à família, de 80% (oitenta por cento) do valor da aposentadoria que o segurado recebia ou a que teria direito, se estivesse aposentado na data do seu falecimento, mais tantas parcelas de 10% (dez por cento) do valor da mesma aposentadoria quantos forem os seus dependentes, até o máximo de 2 (duas); b) 100% (cem por cento) do salário-de-benefício ou do salário-de-contribuição vigente no dia do acidente, o que for mais vantajoso, caso o falecimento seja conseqüência de acidente do trabalho".
Com o advento da Lei nº 9.032/95, em 29/4/95, houve mudança na redação do dispositivo em comento, que passou a prever que "o valor mensal da pensão por morte, inclusive decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, observado o disposto na Seção III, especialmente no art. 33 desta Lei".
Inobstante o novo regramento acerca da matéria, o INSS deixou de aplicá-lo aos benefícios já concedidos, ao argumento de que, em matéria previdenciária, aplicar-se-ia a lei vigente à época da concessão (tempus regit actum), sob pena de afronta aos princípios do ato jurídico perfeito e do direito adquirido.
Nesse contexto, vinha defendendo a tese de que, em tal caso, preponderaria a regra mais benéfica aos pensionistas, incidindo, de forma imediata, a todas as pensões, mesmo àquelas implantadas sob a égide da legislação pretérita.
Entretanto, ressalvando minha posição sobre o tema, curvo-me à orientação, superveniente, esposada pelo E. STF que, em Sessão Plenária realizada em 08/02/2007, ao apreciar os RÉs nºs. 415.454 e 416.827, firmou entendimento no sentido de que a Lei nº 9.032/95 não se aplicaria aos benefícios concedidos anteriormente à sua vigência. Esvaziam-se, pois, de sentido, os argumentos de ofensa a preceitos constitucionais, em especial ao da isonomia.
Assim, a razoabilidade e a economia processual impõem a revisão da teoria sufragada em primeiro momento, adequando-a à orientação do E. STF.
Dessarte, o pleito de majoração da renda mensal de pensão por morte, para que correspondesse a 100% do salário-de-benefício, a partir da vigência da Lei nº 9.032/95 (que alterou o art. 75 da Lei nº 8.213/91), não merece prosperar.
Ante o exposto, nos termos do art. 557, § 1º - A, do CPC, DOU PROVIMENTO à remessa oficial, para julgar improcedente o pedido inicial, nos termos da fundamentação, reformando a r. sentença.
Na espécie, a parte autora é beneficiária da justiça gratuita, indevida, portanto, sua condenação nas verbas de sucumbência, mesmo porque, segundo decidido pelo E. STF, descabe, ao julgador, proferir decisões condicionais, tocando-lhe avaliar a situação de pobreza, quando do julgamento (RE nº 313.348/RS, Rel. Min. Sepúlveda Pertence).
Decorrido o prazo para interposição de recurso, baixem os autos à Vara de origem, observadas as formalidades legais.
Dê-se ciência.
Em, 30 de março de 2007
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.011871-4 AG 292328
ORIG.	:	0600001547 5 Vr ATIBAIA/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RENATO URBANO LEITE
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	MILTON MENDES DA SILVA
ADV	:	MARCIO MANOEL MAIDAME
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 5 VARA DE ATIBAIA SP
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Ajuizada ação, em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, perante o MM. Juiz de Direito da 5ª Vara de Atibaia/SP, objetivando restabelecimento de auxílio-doença, conversível em aposentadoria por invalidez, o MM. Juiz singular deferiu pedido de antecipação de tutela, entendendo presentes os requisitos a tanto necessários (fs. 85/85vº).
Inconformada, a autarquia previdenciária interpôs o presente agravo de instrumento, visando à reforma da decisão e, liminarmente, à neutralização de seus efeitos, aos seguintes argumentos: a) a cessação do benefício em comento deu-se em razão da recuperação da capacidade laborativa do autor, constatada pela perícia médica; b) o demandante não comprovou a permanência de sua inaptidão ao trabalho; c) perigo de irreversibilidade do provimento antecipado.
A f. 08, restou determinado que se aguardasse a vinda do original do presente recurso, tendo em vista que, interposto por fac-símile, não se fez acompanhar dos documentos obrigatórios e úteis à sua apreciação, o que foi feito (fs. 13/89).
Passo ao exame.
Pois bem. A teor do art. 109, I, da CR/88, as causas em que se discute benefício, decorrente de acidente de trabalho, não se inserem na competência da Justiça Federal.
Acerca da matéria, o C. STJ já pacificou seu entendimento, ao editar a Súmula nº 15, vazada nos seguintes termos: "Compete à Justiça Estadual processar e julgar os litígios decorrentes de acidente do trabalho".
O autor narrou, na inicial da ação subjacente, que sofreu acidente de trabalho, em 22/10/2004, conforme consta da Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT (fs. 32/33).
Aduziu, ainda, que passou a receber auxílio-doença, em conseqüência desse evento, até 16/10/2006 (fs. 20 e 35).
Dessa forma, tratando-se de pleito de restabelecimento de auxílio-doença acidentário, aflora a incompetência deste Tribunal, ao julgamento do presente agravo.
Nesse sentido, confiram-se julgados do STF (RE nº 345486/SP, Segunda Turma, Rel. Min. Ellen Gracie, j. 07/10/2003, v.u., DJ 24/10/2003, p. 30); do STJ (Resp nº 782150/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, j. 03/11/2005, v.u., DJ 28/11/2005, p. 333) e desta Corte (AC nº 595302, Décima Turma, Rel. Des. Fed. Sérgio Nascimento, j. 08/03/2005, v.u., DJ 28/03/2005, p. 379).
Portanto, com fulcro no art. 113, § 2º, do CPC, determino a remessa dos autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, com as cautelas de estilo.
Dê-se ciência.
Em, 27 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2003.61.83.011874-5 AC 1103807
ORIG.	:	2V Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	MARIA DE LA PURIFICACION PEREZ RIO
ADV	:	ILZA OGI
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	GUILHERME PINATO SATO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

DECISÃO
Previdenciário. Pensão por morte. Revisão. Coeficiente. Alteração. Lei nº 9.032/95. Benefícios anteriores à sua vigência. Incabimento. Precedente STF.
Aforada ação, em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando a majoração da renda mensal de pensão por morte, para que a parcela familiar do benefício correspondesse a 100% do salário-de-benefício, a partir da vigência da Lei nº 9.032/95 (que alterou o art. 75 da Lei nº 8.213/91), sobreveio sentença de parcial procedência do pedido, ensejando apelo do réu, recebido no duplo efeito, com vista à sua reforma.
Em seu apelo a parte autora requereu a parcial reforma do decisum a fim de que o pagamento das diferenças devidas seja limitado ao advento da Lei nº 9.032/95, e não à data do ajuizamento da ação, como restou decidido.
Deferida a Justiça Gratuita (f. 43).
Existentes contra-razões.
Decido.
Na espécie, aplicável a disposição sobre o reexame necessário, mostrando-se inviável, por ora, apurar se o valor da condenação excede ou não a 60 salários-mínimos (art. 475, § 2º, CPC, n. r.).

No que se refere ao prazo decadencial previsto na Lei nº 8.213/91 (art. 103), com a redação dada pelas Leis nºs. 9.528/97, 9.711/98 e 10.839/2004, incide somente sobre os benefícios concedidos após a vigência das referidas normas, que não possuem efeitos retroativos, assim, inaplicável ao presente caso. Nesse sentido, o entendimento sedimentado no C. STJ (RESP nº 479964, 6ª Turma, Rel. Min. Paulo Galotti, v.u., DJ 10/11/2003, pág. 220; RESP 254969, 6ª Turma, Rel. Min. Vicente Leal, v.u., DJ 11/9/2000, pág. 302; RESP 254186, 5ª Turma, Rel. Min. Gilson Dipp, v.u., DJ 27/8/2001, pág. 376).
No que tange à prescrição é de observar-se que, em relações jurídicas de natureza continuativa, o fundo do direito não é atingido, mas tão-somente as prestações compreendidas no qüinqüênio anterior à propositura da ação. Nesse sentido, a Súmula STJ nº 85, in verbis:
"Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure com devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação".
Superadas essas questões, procede a tese esposada no apelo exteriorizado pelo INSS, pelos motivos a seguir expostos.
Observe-se que o benefício da autora foi concedido antes do advento da CR/88 e da Lei nº 8.213/91.
A legislação previdenciária, anterior aos referidos diplomas (Lei nº 3.807/60 e Decretos nºs. 77.077/76, 83.080/79 e 89.312/84), dispunha ser devida pensão, na parcela familiar, no percentual de 50%, mais 10% por dependente, no máximo de cinco.
Após, o art. 75 da Lei nº 8.213/91, em sua redação original, passou a dispor que "o valor mensal da pensão por morte será: a) constituído de uma parcela, relativa à família, de 80% (oitenta por cento) do valor da aposentadoria que o segurado recebia ou a que teria direito, se estivesse aposentado na data do seu falecimento, mais tantas parcelas de 10% (dez por cento) do valor da mesma aposentadoria quantos forem os seus dependentes, até o máximo de 2 (duas); b) 100% (cem por cento) do salário-de-benefício ou do salário-de-contribuição vigente no dia do acidente, o que for mais vantajoso, caso o falecimento seja conseqüência de acidente do trabalho".
Por outro lado, de notar-se que os benefícios concedidos entre 05/10/88 (advento da CR/88) e 25/7/91 (vigência da Lei nº 8.213/91), passaram a ter sua renda mensal inicial recalculada nos termos do referido dispositivo, conforme, ao depois, preceituaram os arts. 144 e 145 da Lei dos Planos de Benefícios da Previdência Social retro mencionada.
Com o advento da Lei nº 9.032/95, em 29/4/95, houve mudança na redação do dispositivo em comento, que passou a prever que "o valor mensal da pensão por morte, inclusive decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, observado o disposto na Seção III, especialmente no art. 33 desta Lei".
Inobstante o novo regramento acerca da matéria, o INSS deixou de aplicá-lo aos benefícios já concedidos, ao argumento de que, em matéria previdenciária, aplicar-se-ia a lei vigente à época da concessão (tempus regit actum), sob pena de afronta aos princípios do ato jurídico perfeito e do direito adquirido.
Nesse contexto, vinha defendendo a tese de que, em tal caso, preponderaria a regra mais benéfica aos pensionistas, incidindo, de forma imediata, a todas as pensões, mesmo àquelas implantadas sob a égide da legislação pretérita.
Entretanto, ressalvando minha posição sobre o tema, curvo-me à orientação, superveniente, esposada pelo E. STF que, em Sessão Plenária realizada em 08/02/2007, ao apreciar os REs nºs. 415.454 e 416.827, firmou entendimento no sentido de que a Lei nº 9.032/95 não se aplicaria aos benefícios concedidos anteriormente à sua vigência. Esvaziam-se, pois, de sentido, os argumentos de ofensa a preceitos constitucionais, em especial ao da isonomia.
Assim, a razoabilidade e a economia processual impõem a revisão da teoria sufragada em primeiro momento, adequando-a à orientação do E. STF.
Dessarte, o pleito de majoração da renda mensal de pensão por morte, para que correspondesse a 100% do salário-de-benefício, a partir da vigência da Lei nº 9.032/95 (que alterou o art. 75 da Lei nº 8.213/91), não merece prosperar.
Ante o exposto, nos termos do art. 557, caput, do CPC, NEGO SEGUIMENTO à apelação da parte autora e, com fulcro no art. 557, § 1º-A, do CPC, DOU PROVIMENTO à remessa oficial, tida por ocorrida, e à apelação do INSS, para julgar improcedente o pedido inicial, nos termos da fundamentação, reformando a r. sentença.
Na espécie, a parte autora é beneficiária da justiça gratuita, indevida, portanto, sua condenação nas verbas de sucumbência, mesmo porque, segundo decidido pelo E. STF, descabe, ao julgador, proferir decisões condicionais, tocando-lhe avaliar a situação de pobreza, quando do julgamento (RE nº 313.348/RS, Rel. Min. Sepúlveda Pertence).
Decorrido o prazo para interposição de recurso, baixem os autos à Vara de origem, observadas as formalidades legais.
Dê-se ciência.
Em, 30 de março de 2007
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2003.61.83.012280-3 AC 1111641
ORIG.	:	4V Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	ERGINA APARECIDA RAMOS DOS SANTOS e outros
ADV	:	ALEXANDRE RAMOS ANTUNES
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RODRIGO OCTAVIO LEONIDAS KAHN DA SILVEIRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

DECISÃO
Previdenciário. Pensão por morte. Revisão. Coeficiente. Alteração. Lei nº 9.032/95. Benefícios anteriores à sua vigência. Incabimento. Precedente STF.
Aforada ação, em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando a majoração da renda mensal de pensão por morte, para que a parcela familiar do benefício correspondesse a 100% do salário-de-benefício, a partir da vigência da Lei nº 9.032/95 (que alterou o art. 75 da Lei nº 8.213/91), sobreveio sentença de improcedência do pedido, ficando sobrestada, face à justiça gratuita, a condenação em custas e honorários advocatícios (10% sobre o valor da causa, por autora), ensejando apelo das vindicantes, recebido no duplo efeito, com vista à sua reforma.
Deferida a Justiça Gratuita (f. 54).
Inexistentes contra-razões.
Decido.
O art. 75 da Lei nº 8.213/91, em sua redação original, passou a dispor que "o valor mensal da pensão por morte será: a) constituído de uma parcela, relativa à família, de 80% (oitenta por cento) do valor da aposentadoria que o segurado recebia ou a que teria direito, se estivesse aposentado na data do seu falecimento, mais tantas parcelas de 10% (dez por cento) do valor da mesma aposentadoria quantos forem os seus dependentes, até o máximo de 2 (duas); b) 100% (cem por cento) do salário-de-benefício ou do salário-de-contribuição vigente no dia do acidente, o que for mais vantajoso, caso o falecimento seja conseqüência de acidente do trabalho".
Por outro lado, de notar-se que os benefícios concedidos entre 05/10/88 (advento da CR/88) e 25/7/91 (vigência da Lei nº 8.213/91), passaram a ter sua renda mensal inicial recalculada nos termos do referido dispositivo, conforme, ao depois, preceituaram os arts. 144 e 145 da Lei dos Planos de Benefícios da Previdência Social retro mencionada.
Com o advento da Lei nº 9.032/95, em 29/4/95, houve mudança na redação do dispositivo em comento, que passou a prever que "o valor mensal da pensão por morte, inclusive decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, observado o disposto na Seção III, especialmente no art. 33 desta Lei".
Inobstante o novo regramento acerca da matéria, o INSS deixou de aplicá-lo aos benefícios já concedidos, ao argumento de que, em matéria previdenciária, aplicar-se-ia a lei vigente à época da concessão (tempus regit actum), sob pena de afronta aos princípios do ato jurídico perfeito e do direito adquirido.
Nesse contexto, vinha defendendo a tese de que, em tal caso, preponderaria a regra mais benéfica aos pensionistas, incidindo, de forma imediata, a todas as pensões, mesmo àquelas implantadas sob a égide da legislação pretérita.
Entretanto, ressalvando minha posição sobre o tema, curvo-me à orientação, superveniente, esposada pelo E. STF que, em Sessão Plenária realizada em 08/02/2007, ao apreciar os REs nºs. 415.454 e 416.827, firmou entendimento no sentido de que a Lei nº 9.032/95 não se aplicaria aos benefícios concedidos anteriormente à sua vigência. Esvaziam-se, pois, de sentido, os argumentos de ofensa a preceitos constitucionais, em especial ao da isonomia.
Assim, a razoabilidade e a economia processual impõem a revisão da teoria sufragada em primeiro momento, adequando-a à orientação do E. STF.
Dessarte, o pleito de majoração da renda mensal de pensão por morte, para que correspondesse a 100% do salário-de-benefício, a partir da vigência da Lei nº 9.032/95 (que alterou o art. 75 da Lei nº 8.213/91), não merece prosperar.
Ante o exposto, nos termos do art. 557, caput, do CPC, NEGO SEGUIMENTO à apelação das autoras, nos termos da fundamentação, mantendo a r. sentença.
Decorrido o prazo para interposição de recurso, baixem os autos à Vara de origem, observadas as formalidades legais.
Dê-se ciência.
Em, 30 de março de 2007
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2005.03.00.013906-0 AG 230757
ORIG.	:	200461040135221 6 Vr SANTOS/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARIA LUCIA MARTINS BRANDAO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	FLAVIO CHIOSQUE DE SOUSA
ADV	:	SERGIO HENRIQUE PARDAL BACELLAR FREUDENTHAL
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 6 VARA DE SANTOS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Cuida-se de agravo de instrumento, com pedido de atribuição de efeito suspensivo, interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, contra decisão proferida pelo MM. Juiz Federal da 6ª Vara de Santos/SP que, nos autos do Processo nº 2004.61.04.013522-1, relativo à concessão de benefício de aposentadoria especial, deferiu, parcialmente, a vindicada antecipação dos efeitos da tutela.
Indeferido o efeito suspensivo pleiteado (fs. 55/56), foi apresentada contraminuta (f. 64/69).
Em consulta realizada no sistema informatizado deste Tribunal, relativamente ao feito originário, verificou-se a prolação de sentença em 04/10/2006 (extrato anexo).
Decido.
O presente recurso acha-se esvaziado de sentido e objeto, porquanto impugna decisão não mais subsistente, substituída que foi por sentença, proferida pelo juízo singular.
Nessa esteira, nos termos do artigo 33, XII, do RITRF-3ª Região, dou por prejudicado o recurso, por manifesta carência superveniente.
Oportunamente, observadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
Dê-se ciência.
Em, 26 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2005.03.00.013958-7 AG 230848
ORIG.	:	199903990220508 1 Vr BRAGANCA PAULISTA/SP
AGRTE	:	LUIZA DONARIA DE LIMA e outros
ADV	:	ADRIANO CAMARGO ROCHA
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE BRAGANÇA PAULISTA-23ª SSJ-SP
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Cuida-se de agravo de instrumento, com pedido de atribuição de efeito suspensivo, interposto por Luiza Donaria de Lima, contra decisão proferida pelo MM. Juiz Federal da 1ª Vara de Bragança Paulista/SP que, nos autos do Processo nº 1999.03.99.022050-8, relativo à concessão de benefício de aposentadoria especial, determinou o depósito da quantia levantada pelo patrono da parte autora.
Deferido, em parte, o efeito suspensivo pleiteado (fs. 27/28), decorreu in albis o prazo para apresentação de contraminuta (f. 36).
Em consulta realizada no sistema informatizado deste Tribunal, relativamente ao feito originário, verificou-se a prolação de sentença em 09/01/2006 (extrato anexo).
Decido.
O presente recurso acha-se esvaziado de sentido e objeto, porquanto impugna decisão não mais subsistente, substituída que foi por sentença, proferida pelo juízo singular.
Nessa esteira, nos termos do artigo 33, XII, do RITRF-3ª Região, dou por prejudicado o recurso, por manifesta carência superveniente.
Oportunamente, observadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
Dê-se ciência.
Em, 26 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2003.61.83.014371-5 AC 1161272
ORIG.	:	2V Vr SAO PAULO/SP
APTE	:	MARIA DISHTCHEKENIAN
ADV	:	KARINE MANDRUZATO TEIXEIRA
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ALEXANDRA KURIKO KONDO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA / DÉCIMA TURMA

DECISÃO
Agravo contra a decisão que, com base no art. 557, caput, do C. Pr. Civil, nega seguimento à apelação da autarquia, no tocante à revisão do valor da pensão da autora, a fim de que prevaleça o coeficiente do cálculo para 100%, a partir da L. 9.032/95, e com base no art. 557, § 1º-A, do C. Pr. Civil, dá provimento à apelação da parte autora, quanto à prescrição qüinqüenal e à verba honorária.
Sustenta a autarquia que a decisão ofende ato jurídico perfeito e os princípios da irretroatividade das leis, isonomia e da legalidade, bem assim que a majoração do benefício não tem prévia fonte de custeio, e pugna por sua reforma.
Relatados, decido.
O Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária, decidiu pela inadmissibilidade de qualquer interpretação da L. 9.032/95 que implique a aplicação de suas disposições a benefícios de pensão por morte concedidos anteriormente à sua vigência (RE 416.827 SC; RE 415.454 SC).
Posto isto, com a ressalva do meu entendimento, reconsidero a decisão recorrida, para dar provimento ao recurso, com base no art. 557, § 1º-A, do C. Pr. Civil, e assim julgar improcedente o pedido; prejudicada a apelação da parte autora.
Deixo de condenar a parte autora nos ônus da sucumbência, porquanto beneficiária da assistência judiciária (RE 313.348 RS, Min. Sepúlveda Pertence).

Independentemente do trânsito em julgado, determino seja enviado e-mail ao INSS, a fim de que se adotem as providências cabíveis à imediata redução do coeficiente da pensão por morte.
Decorrido o prazo legal, baixem os autos ao juízo de origem.
Int.
São Paulo, 16 de março de 2007.
CASTRO GUERRA
RELATOR

PROC.	:	2006.03.99.014451-3 REOAC 1105901
ORIG.	:	0300001412 2 Vr PEDERNEIRAS/SP 0300034435 2 Vr PEDERNEIRAS/SP
PARTE A	:	JOSE ANTONIO MARONEZI
ADV	:	EVA TERESINHA SANCHES
PARTE R	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ROBERTO EDGAR OSIRO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

DECISÃO
Previdenciário. Revisão de benefício. Cálculo da renda mensal inicial. Correção do salário-de-contribuição. IRSM de fevereiro de 1994 (39,67%). Benefício concedido em fevereiro de 1994. Incabimento.
Aforada ação, em face do INSS, objetivando o reajuste da renda mensal inicial, mediante a aplicação do IRSM de fevereiro de 1994, no percentual de 39,67%, sobreveio sentença de procedência do pedido, submetida ao reexame necessário.
Decido.
De início, defiro o pedido de concessão da gratuidade da justiça, formulado na exordial, e não apreciado.
O art. 202, caput, da CR/88, em sua redação original, anterior à EC nº 20/98, assegurava que o cálculo do benefício dar-se-ia de acordo com a média dos trinta e seis últimos salários-de-contribuição, corrigidos, monetária e mensalmente, de modo a preservar seu valor real.
Note-se que, embora o referido comando constitucional tenha determinado a correção de todos os salários-de-contribuição do período básico de cálculo, não fixou índice de atualização, cometendo, ao legislador ordinário, o estabelecimento dos critérios a serem adotados nesse mister.
Dessa forma, atendendo à CR/88, o art. 31 da Lei nº 8.213/91, em sua redação original, fixou o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, como índice de correção dos salários-de-contribuição, computados no cálculo do valor do benefício.
A Lei nº 8.542/92 (art. 9º, § 2º), por seu turno, alterou o dispositivo supracitado, substituindo o INPC pelo Índice de Reajuste do Salário Mínimo - IRSM, como parâmetro de correção dos salários-de-contribuição.
Cumpre observar que a Lei nº 8.880/94, fruto da conversão das MPs nºs 434, 457 e 482/94, determinou (art. 21, caput e § 1º), que os salários-de-contribuição, referentes às competências anteriores a março de 1994, fossem corrigidos, monetariamente, até o mês de fevereiro de 1994, pelos índices previstos no art. 31 da Lei nº 8.213/91, com as alterações da Lei nº 8.542/92, e convertidos em Unidade Real de Valor - URV, pelo valor, em cruzeiros reais, do seu equivalente em 28 de fevereiro de 1994.
Assim, aplicável, aos benefícios concedidos após fevereiro de 1994, o percentual de 39,67%, referente ao IRSM do referido mês, na atualização dos salários-de-contribuição, anteriores a março de 1994. Esse o entendimento sedimentado no C. Superior Tribunal de Justiça (Resp nº 497057/SP, 5ª Turma, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, DJ 02/6/2003, pág.349; Resp nº 413187/RS, 6ª Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJ 17/02/2003, pág.398).
Dessarte, a matéria restou sumulada nesta Corte, nos seguintes termos:
"É aplicável a variação do Índice de Reajuste do Salário Mínimo, no percentual de 39,67%, na atualização dos salários-de-contribuição anteriores a março de 1994, a fim de apurar a renda mensal inicial do benefício previdenciário." (Súmula TFR-3ªR nº 19)
Ocorre, porém, que o benefício, objeto da presente demanda, foi concedido em 23/02/94, de modo que foram considerados, para cálculo do salário-de-benefício, os salários-de-contribuição compreendidos no período de 02/91 a 01/94 que, conforme documento de f. 17/18, foram devidamente atualizados de acordo com a legislação aplicável à espécie (arts. 29 e 31 da Lei nº 8.213/91).
Por outro lado, uma vez apurada a renda mensal inicial para pagamento a partir de fevereiro de 1994, não há que se falar em atualização dos salários-de-contribuição pelo IRSM desse mês, no percentual de 39,67%, sendo certo, ainda, que a autarquia securitária, ao efetuar o pagamento (proporcional), fora do prazo devido, da parcela correspondente ao mês de fevereiro, atualizou, monetariamente, o seu valor até o mês do efetivo pagamento, em conformidade com a legislação de regência (art. 41, § 7º, da Lei nº 8.213/91). Desse modo, o autor não faz jus à revisão pleiteada.
Ante o exposto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, DOU PROVIMENTO à remessa oficial, nos termos da fundamentação, reformando a r. sentença recorrida.
Na espécie, a parte autora é beneficiária da justiça gratuita, indevida, portanto, sua condenação nas verbas de sucumbência, mesmo porque, segundo decidido pelo E. STF, descabe, ao julgador, proferir decisões condicionais, tocando-lhe avaliar a situação de pobreza, quando do julgamento (RE nº 313.348/RS, Rel. Min. Sepúlveda Pertence).
Decorrido o prazo para interposição de recurso, baixem os autos à Vara de origem, observadas as formalidades legais.
Dê-se ciência.
Em, 30 de março de 2007
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2003.61.04.014690-1 AC 1144751
ORIG.	:	3 Vr SANTOS/SP
APTE	:	LYDIA LOPES PASSOS
ADV	:	SERGIO HENRIQUE PARDAL BACELLAR FREUDENTHAL
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MIRIAM DE ANDRADE CARNEIRO LEAO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA / DÉCIMA TURMA

DECISÃO
Agravo contra a decisão que, com base no art. 557, § 1º-A, do C. Pr. Civil, dá provimento à apelação, para condenar a autarquia previdenciária a revisar o valor da pensão da autora, a fim de que prevaleça o coeficiente do cálculo de 90%, a partir da L. 8.213/91, e de 100%, a partir da L. 9.032/95.
Sustenta a autarquia que a decisão ofende ato jurídico perfeito e o princípio da irretroatividade das leis, bem assim que a majoração do benefício não tem prévia fonte de custeio, e pugna por sua reforma.
Relatados, decido.
O Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária, decidiu pela inadmissibilidade de qualquer interpretação da L. 9.032/95 que implique a aplicação de suas disposições a benefícios de pensão por morte concedidos anteriormente à sua vigência (RE 416.827 SC; RE 415.454 SC).
Posto isto, com a ressalva do meu entendimento, reconsidero a decisão recorrida, para negar seguimento ao recurso, com base no art. 557, caput, do C. Pr. Civil, e assim manter a sentença de improcedência do pedido.
Deixo de condenar a parte autora nos ônus da sucumbência, porquanto beneficiária da assistência judiciária (RE 313.348 RS, Min. Sepúlveda Pertence).
Independentemente do trânsito em julgado, determino seja enviado e-mail ao INSS, a fim de que se adotem as providências cabíveis à imediata redução do coeficiente da pensão por morte.
Decorrido o prazo legal, baixem os autos ao juízo de origem.
Int.
São Paulo, 21 de março de 2007.
CASTRO GUERRA
RELATOR

PROC.	:	2007.03.00.015142-0 AG 292568
ORIG.	:	199961830001009 1V Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	ANTONIO DE OLIVEIRA
ADV	:	WILSON MIGUEL
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	EDVALDO DE OLIVEIRA DUTRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA PREVIDENCIARIA DE SAO PAULO SP>1ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Impetrado mandado de segurança, contra ato do Chefe do Posto do Seguro Social do INSS - Central de Concessão I em São Paulo, objetivando afastamento das Ordens de Serviço nº 600 e 612/98, reanálise do requerimento administrativo, conversão dos períodos especiais e ouotorga de aposentadoria por tempo de serviço, foi concedida, parcialmente, a segurança, para determinar o afastamento dos referidos atos e reexame do requerimento administrativo (fs. 56/69), decisão mantida, nesta Corte (fs. 147/150).
Após, o impetrante requereu a expedição de ofício, ao INSS, para cumprimento do decisório, pleito indeferido, pelo magistrado singular, sob fundamento de que a autoridade coatora cumpriu a ordem concedida, nos seus exatos limites (f. 187).
Inconformado, o requerente interpôs o presente agravo de instrumento, visando à reforma de referida decisão e, liminarmente, que fossem antecipados os efeitos da pretensão recursal, ao argumento de que a ordem não restou cumprida, de forma correta, havendo a possibilidade de que a autarquia previdenciária tenha aplicado as ordens de serviço afastadas, quando efetuou a reanálise do pedido administrativo.
Passo ao exame.
De início, consigno a irrelevância do quanto certificado a f. 190, no sentido da inocorrência do recolhimento de custas, porquanto o juízo a quo deferiu o benefício da gratuidade judiciária, como se verifica a fs. 33/35.
A teor do disposto no art. 527, II, do CPC, com redação dada pela Lei nº 11.187/2005, o relator converterá o agravo de instrumento em retido, salvo nas hipóteses lá elencadas.
Na espécie, tratando-se de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, cabível o processamento do agravo na forma de instrumento.
Pois bem; cumpre ao agravante instruir a exordial do recurso, com peças obrigatórias, elencadas no art. 525, do CPC, bem como com elementos essenciais e úteis ao conhecimento do pedido, aptos ao convencimento do órgão ad quem, quanto ao desacerto do ato judicial recorrido.
Na espécie, foi indeferido pleito do postulante, objetivando o exato cumprimento da sentença exarada na ação subjacente.
Ocorre que o recorrente não apresentou dados comprobatórios do descumprimento, pela autarquia securitária, do referido provimento judicial.
A propósito, confiram-se os seguintes julgados:
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. DEFICIÊNCIA NA INSTRUÇÃO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO. FALTA DE PEÇAS OBRIGATÓRIA, ESSENCIAL E NECESSÁRIA À COMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA. SÚMULA Nº 288/STF. ARTS. 544, § 1º, C/C O 525, I E II, DO CPC. PRECEDENTES.
(...)
5. Na sistemática atual, cumpre à parte o dever de apresentar as peças obrigatórias e as facultativas - de natureza necessária, essencial ou útil -, quando da formação do agravo para o seu perfeito entendimento, necessárias ao fiel exame da lide.
(...)"
(STJ, AGA nº 761.079, Primeira Turma, Rel. Min. José Delgado, j. 17/08/2006, v.u., DJ 14/09/2006, p.0272)
"EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. PRESCRIÇÃO. REDIRECIONAMENTO. REQUISITO EXTRÍNSECO DE ADMISSIBILIDADE. REGULARIDADE FORMAL. PEÇAS ESSENCIAIS AO CONHECIMENTO DO PEDIDO. AUSÊNCIA. AGRAVO DE DECISÃO QUE NEGA SEGUIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO.
(...)
-É dever do agravante instruir a petição do agravo de instrumento com as peças obrigatórias e também com as necessárias ao conhecimento do pedido, propiciando panorama processual necessário à apreciação do recurso. A ausência de qualquer delas obsta o conhecimento do agravo.
-O Código de Processo Civil, em seu artigo 557, autoriza o Relator a negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal ou de Tribunais".
(TRF-4ªReg., AGVAG nº 200604000090167, Primeira Turma, Rel. Des. Fed. Vilson Darós, j. 03/05/2006, v.u., DJ 17/05/2006, p. 599)
"PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE - ILEGITIMIDADE PASSIVA - AUSÊNCIA DE PEÇAS ESSENCIAIS AO DESLINDE DA CONTROVÉRSIA - AGRAVO NÃO CONHECIDO.
(...)
III - No caso dos autos, o agravante não juntou quaisquer documentos capazes de aferir a exatidão da decisão agravada, como a Certidão da Dívida Ativa ou os atos constitutivos da empresa executada que, ao lado das peças obrigatórias à instrução do presente recurso, se mostram essenciais ao deslinde da controvérsia em questão.
(...)
IV - Não existem elementos nos autos capazes de aferir as questões alegadas nesta sede recursal.
VI - Agravo não conhecido".
(TRF-2ªReg., AG nº 52076, Quarta Turma, Rel. Des. Fed. Benedito Gonçalves, j. 08/04/2003, v.u., DJ 29/05/2003, p. 172.
Assim, pelos elementos trazidos, não vislumbro ilegalidade, ou equívoco, na decisão guerreada.
Tais as circunstâncias, nego seguimento ao recurso, com fulcro no art. 557, caput, do CPC.
Respeitadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
Dê-se ciência.
Em, 30 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.015290-4 AG 292741
ORIG.	:	200761170003433 1 Vr JAU/SP
AGRTE	:	ISABEL APARECIDA DE OLIVEIRA MARTINS
ADV	:	FERNANDO RAMOS DE CAMARGO
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE JAU Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Aforada ação, em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando concessão de aposentadoria por idade de trabalhador rural, o MM. Juiz singular determinou que a autora comprovasse o prévio requerimento administrativo do benefício em comento (f. 21).
Inconformada, a promovente interpôs o presente agravo de instrumento, visando à reforma da decisão e, liminarmente, à neutralização de seus efeitos, aos seguintes argumentos: a) o prévio requerimento administrativo não é requisito essencial à propositura da ação previdenciária; b) a jurisprudência tem se encaminhado no sentido de considerar desnecessário o prévio ingresso na via administrativa.
Passo ao exame.
De início, consigno a irrelevância do quanto certificado a f. 23, no sentido da inocorrência do recolhimento de custas, porquanto o juízo a quo deferiu o benefício da gratuidade judiciária, como se verifica a f. 21.
Pois bem. A teor do disposto no art. 527, II, do CPC, com redação dada pela Lei nº 11.187/2005, o relator converterá o agravo de instrumento em retido, salvo nas hipóteses lá elencadas.

Na espécie, tratando-se de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, cabível o processamento do agravo na forma de instrumento.
O art. 5º, XXXV, da CR/88 consagra o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, assegurando o direito de ação, que só pode ser restringido pela própria Carta Maior.
No caso dos autos, o MM. Juiz a quo ordenou que a demandante demonstrasse a prévia postulação administrativa, condicionando o ajuizamento da ação.
Por oportuno, cabe citar os seguintes julgados do C. STJ, nesse sentido:
"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIOS. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. DESNECESSIDADE.
O prévio requerimento na esfera administrativa não pode ser considerado como condição para propositura da ação de natureza previdenciária.
Ademais, é pacífico neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que é desnecessário o requerimento administrativo prévio à propositura de ação que vise concessão de benefício previdenciário.
Recurso conhecido e desprovido".
(RESP nº 602.843/PR, Quinta Turma, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, j. 26/10/2004, v.u., DJ 29/11/2004, p. 379)
"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. DESNECESSIDADE.
1.'É firme o entendimento neste Superior Tribunal de Justiça no sentido de ser desnecessário o prévio requerimento administrativo à propositura de ação que visa à percepção de benefício previdencário' (REsp nº 230.499/CE, da minha Relatoria, in DJ 1º/8/2000).
2. Recurso improvido".
(RESP nº 543.117/PR, Sexta Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, j. 26/05/2004, v.u., DJ 02/08/2004 p. 593)
Ainda que não se refira, expressamente, à questão do prévio requerimento administrativo, há de se recordar, mutatis mutandis, do disposto na Súmula nº 09 desta Corte, segundo a qual: "em matéria previdenciária, torna-se desnecessário o prévio exaurimento da via administrativa, como condição de ajuizamento da ação".
Assim, não se apresenta justificativa plausível à exigência de prévia solicitação administrativa do benefício, como condição à propositura da ação previdenciária.
Pelo exposto, a teor do art. 557, § 1º - A, do CPC, dou provimento ao recurso, vez que a decisão guerreada está em confronto com entendimento dominante do STJ.
Respeitadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
Dê-se ciência.
Em, 26 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.015318-0 AG 292728
ORIG.	:	0600000148 3 Vr VICENTE DE CARVALHO/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARIA LUCIA MARTINS BRANDAO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	LUCAS MATIAS DE SANTANA
ADV	:	ERALDO AURELIO RODRIGUES FRANZESE
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 3 VARA DE VICENTE DE CARVALHO SP
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Aforada ação, em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando restabelecimento de auxílio-doença, o MM. Juiz singular deferiu a antecipação de tutela requerida (f. 18), entendendo presentes os requisitos a tanto necessários.
Inconformado, o INSS interpôs o presente agravo de instrumento, visando à reforma da decisão e, liminarmente, à neutralização de seus efeitos, aos seguintes argumentos: a) o autor não comprovou a solicitação administrativa da prorrogação do benefício, cessado em 20/06/2006; b) o laudo do Imesc concluiu que o quadro do demandante é estável, podendo este voltar a trabalhar, desde que não seja na função de servente.
Passo ao exame.
A teor do disposto no art. 527, II, do CPC, com redação dada pela Lei nº 11.187/2005, o relator converterá o agravo de instrumento em retido, salvo nas hipóteses lá elencadas.
Na espécie, tratando-se de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, cabível o processamento do agravo na forma de instrumento.
De início, ressalte-se que o art. 5º, XXXV, da CR/88 consagra o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, assegurando o direito de ação, que só pode ser restringido pela própria Carta Maior.
Não se apresenta justificativa plausível à exigência de prévio requerimento administrativo do benefício, como condição à propositura da ação previdenciária.
Prossiga-se na análise dos requisitos ao benefício em comento.
Pois bem; para fazer jus ao benefício do auxílio-doença, o requerente deve ser filiado à Previdência Social, comprovar a carência de doze contribuições e estar incapacitado, total e temporariamente, ao trabalho (artigos 25, I, e 59, da Lei nº 8.213/91).
Ora, o autor é segurado da Previdência Social, nos termos do art. 15, I, da Lei nº 8.213/91, pois em gozo de auxílio-doença, até 20/06/2006 (f. 13), devido à incapacidade ao trabalho, em razão de problemas de saúde.
O laudo médico pericial de fs. 10/12 concluiu que o postulante encontra-se inviabilizado, parcial e temporariamente, ao trabalho, devendo ser readaptado.
Ocorre que o proponente exercia função de servente. Assim, tendo em vista seu baixo padrão sócio-econômico, não é crível que consiga ocupar funções que não tenham como premissa esforço físico, mormente, em face do incremento da seletividade do mercado de trabalho.
A propósito, confira-se o seguinte julgado:
"PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO MANTIDA. PREECHIMENTO DOS REQUISITOS. INCAPACIDADE COMPROVADA POR LAUDO PERICIAL E ASPECTOS SOCIAIS E SUBJETIVOS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ISENÇÃO DA LEI 1060/20 DIRIGIDA AO BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA. HONORÁRIOS PERICIAIS. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA.
(...)
IV- Laudo pericial atestando ser a autora portadora de processo degenerativo de coluna lombar e sacra, em fase evolutiva, permanente para o exercício de esforços físicos exagerados e parcial, suscetível de reabilitação para trabalhos que não exijam esforços físicos.
V- Na aferição da incapacidade laborativa, o juiz não está adstrito ou vinculado às conclusões do laudo pericial, ao aspecto da possibilidade, em tese, do segurado voltar ao mercado de trabalho, ou aos aspectos físicos da invalidez, devendo analisar os reflexos da incapacidade sobre a vida do segurado, de acordo com seu nível intelectual e profissional.
VI- A autora sempre exerceu atividade que exige esforços físicos, tem quase 68 anos de idade e é pessoa simples, de maneira que seu nível sócio-econômico e cultural, associado à idade avançada, demonstram que, além de não possuir condições de retornar ao trabalho habitual, não é suscetível de reabilitação para atividades remuneradas que lhe garantam a subsistência.
(...)".
(TRF-3ªReg., AC nº 637.451, Nona Turma, Rel. Des. Fed. Marisa Santos, j. 06/09/2004, v.u., DJ 05/11/2004, p. 429)
Dessa forma, e nesse juízo de cognição não-exauriente, restaram comprovados os requisitos indispensáveis ao restabelecimento do benefício pleiteado, em tutela antecipada.
Tem-se, aqui, recurso, manifestamente, improcedente, colidindo com entendimento consagrado na jurisprudência.
Tais as circunstâncias, nego seguimento ao recurso, com fulcro no art. 557, caput, do CPC.
Respeitadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
Dê-se ciência.
Em, 27 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.015384-2 AG 292774
ORIG.	:	200261830022695 4V Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	FRANCISCO PEDRO BARROSO FILHO
ADV	:	WILSON MIGUEL
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA PREVIDENCIARIA DE SAO PAULO SP>1ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Aforada ação, em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando concessão de aposentadoria por tempo de contribuição, com reconhecimento do exercício de atividade especial, o pedido foi julgado, parcialmente, procedente (fs. 124/126), redundando na agilização de apelos, por ambas as partes, recebidos em seus regulares efeitos (f.159).
Ato contínuo, o autor agilizou agravo de instrumento, tendo sido deferida, parcialmente, a neutralização dos efeitos do ato judicial atacado, para determinar que a outorga de efeito suspensivo ao apelo não alcançasse a sentença, naquilo que confirmou a tutela antecipada, antes, conferida (fs. 179/180).
O demandante requereu a expedição de carta de sentença, para cumprimento da antecipação de tutela concedida, pleito denegado pelo magistrado singular, ao argumento de que já havia ocorrido seu cumprimento (f. 187).
Inconformado, o requerente interpôs o presente agravo de instrumento, visando à reforma da decisão e, liminarmente, à neutralização de seus efeitos, aos seguintes argumentos: a) até a presente data, não restou cumprida a tutela antecipada concedida, em 09/01/2003; b) foram apresentados documentos comprobatórios do tempo de serviço prestado, mas o INSS, sem motivo, alega inexistir tempo suficiente à aposentação.
Passo ao exame.
De início, consigno a irrelevância do quanto certificado a f. 193, no sentido da inocorrência do recolhimento de custas, porquanto o demandante é beneficiário da gratuidade judiciária, como se verifica a fs. 79/84.
Pois bem. A teor do disposto no art. 527, II, do CPC, com redação dada pela Lei nº 11.187/2005, o relator converterá o agravo de instrumento em retido, salvo nas hipóteses lá elencadas.
Na espécie, tratando-se de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, cabível o processamento do agravo na forma de instrumento.
In casu, foi deferida, parcialmente, a antecipação de tutela, para determinar que o réu procedesse à revisão do processo de aposentadoria ao autor, com nova contagem do tempo de serviço, convertendo-se o período especial reconhecido no provimento judicial (fs. 79/84).
Após, o magistrado singular, na sentença, assim se pronunciou: "JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado por FRANCISCO PEDRO BARROSO FILHO em face do INSTITUTO NACIONLA DO SEGURO SOCIAL - INSS, e determino a este último que no prazo de trinta dias averbe como tempo de atividade especial do Autor o período por ele trabalhado na empresa Torgal Vidros e Cristais Temp. Ind. e Com. Ltda., de 16/01/84 a 06/09/84. Deixo de determinar ao Réu que implemente em favor do autor benefício previdenciário de aposentadoria por tempo de contribuição. Em razão da sucumbência recíproca, cada parte deverá arcar com as despesas processuais e honorários de advogado que lhe couberam" (f. 126 - destaquei).
Conforme se vê, tanto na decisão que apreciou o pedido de antecipação de tutela, quanto na sentença, não foi determinado que se implantasse o benefício pleiteado, mas, tão-somente, que se averbasse o tempo especial reconhecido.
Assim, a sentença deve ser cumprida, nos seus exatos termos, em obediência à estabilidade das relações jurídicas. Remarque-se que consta, expressamente, do julgado, que não foi determinada a implantação da aposentadoria pretendida.
Por ora, até a apreciação dos apelos interpostos, não há como se exigir, com base na sentença, a pronta implantação do benefício ciatado.
Mutatis mutandis, cabe citar os seguintes paradigmas do C. STJ:
"PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SENTENÇA. DISPOSITIVO TRÂNSITO EM JULGADO. CORREÇÃO A QUALQUER TEMPO. POSSIBILIDADE. RESPEITO À COISA JULGADA. OBEDIÊNCIA AOS LIMITES DEFINIDOS PELO JULGADOR DO PROCESSO DE CONHECIMENTO.
1. Fixado pela sentença trânsita, o termo a quo da fluência dos juros, é defeso modificá-lo na execução, cujo escopo é tornar efetivo o julgado, sem ampliá-lo.
2. A correção do rumo da execução, para fins de dar fiel cumprimento ao dispositivo da sentença trânsita em julgado pode ser engendrada de ofício pelo Juiz, em defesa da coisa julgada, atuar que só preclui com o escoamento do prazo para a propositura da ação rescisória.
3. A execução que se afasta da condenação é nula (nulla executio sine previa cognitio), por ofensa à coisa julgada, matéria articulável em qualquer tempo e via exceção de pré-executividade.
(...)".
(REsp nº 531.804/RS, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, j. 25/11/2003, v.u., DJ 16/02/2004, p. 216)
"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ARBITRAMENTO POR LIQUIDAÇÃO. SENTENÇA QUE UTILIZA CRITÉRIO DIVERSO. OFENSA À COISA JULGADA MATERIAL.
- A sentença transitada em julgado deve ser executada nos exatos termos em que proferida, inclusive em relação ao critério utilizado para fixação dos honorários advocatícios. Ocorre ofensa à coisa julgada quando, em sede de liquidação, tais parâmetros restam alterados pelo julgador".
(REsp nº 471.660, Terceira Turma, Rel. Min. Nancy Andrighi, j. 04/02/2003, v.u., DJ 10/03/2003, p. 212)
Tem-se, aqui, recurso, manifestamente, improcedente, colidindo com entendimento consagrado na jurisprudência.
Tais as circunstâncias, nego seguimento ao recurso, com fulcro no art. 557, caput, do CPC.
Respeitadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
Dê-se ciência.
Em, 28 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.015423-8 AG 292803
ORIG.	:	0700000016 1 Vr RANCHARIA/SP
AGRTE	:	ROSELI PEREIRA DE SOUZA
ADV	:	JAIME LOPES DO NASCIMENTO
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE RANCHARIA SP
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Aforada ação, em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando concessão de auxílio-doença, conversível em aposentadoria por invalidez, o MM. Juiz singular indeferiu a antecipação de tutela pleiteada, entendendo ausentes os requisitos a tanto necessários (f. 30).
Inconformada, a autora agravou por instrumento, visando à reforma de referida decisão e, liminarmente, à antecipação dos efeitos da pretensão recursal, aos seguintes argumentos: a) padece de depressão e síndrome do pânico, encontrando-se incapacitada ao trabalho;

b) necessita da mantença do benefício em comento, para custear despesas médicas e a família.
Passo ao exame.
De início, consigno a irrelevância do quanto certificado a f. 31, no sentido da inocorrência do recolhimento de custas, porquanto o juízo a quo deferiu o benefício da gratuidade judiciária, como se verifica a f. 30.
A teor do disposto no art. 527, II, do CPC, com redação dada pela Lei nº 11.187/2005, o relator converterá o agravo de instrumento em retido, salvo nas hipóteses lá elencadas.
Na espécie, tratando-se de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, cabível o processamento do agravo na forma de instrumento.
Pois bem; para fazer jus ao benefício de auxílio-doença, o requerente deve ser filiado à Previdência Social, comprovar a carência de doze contribuições e estar incapacitado, total e temporariamente, ao trabalho (artigos 25, I, e 59, da Lei nº 8.213/91).
O parágrafo único do art. 59 da Lei de Benefícios dispõe que "não será devido auxílio-doença ao segurado que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social já portador da doença ou da lesão invocada como causa para o benefício, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão".
Na espécie, a autarquia previdenciária indeferiu o benefício pleiteado, tendo em vista a constatação de que a incapacidade ao trabalho da requerente é anterior ao início/reinício de suas contribuições à Previdência Social.
Depreende-se, do documento de f. 24, que a demandante é filiada à Previdência Social desde 19/12/2000.
Os atestados médicos de fs. 27 e 29 descrevem os males de que padece a promovente, mas não informam o início da inaptidão laborativa, tampouco, se houve progressão ou agravamento das doenças.
Assim, os elementos apresentados são inábeis a comprovar o termo inicial das moléstias que acometem a postulante, sendo necessária prova pericial.
A propósito, confira-se o seguinte julgado:
"PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. ART. 42, CAPUT E § 2º DA LEI 8.213/91. REQUISITOS AUSENTES. DOENÇA PREEXISTENTE À FILIAÇÃO. PRESENTES. BENEFÍCIO INDEVIDO. VERBA HONORÁRIA.
1. Ausentes os requisitos previstos no artigo 42, caput e § 2º, da Lei nº 8.213/91 é indevida a concessão do benefício de aposentadoria por invalidez.
2. A doença preexistente à filiação do segurado ao R.G.P.S retira-lhe o direito à percepção do benefício da aposentadoria por invalidez ou de auxílio-doença, especialmente quando se verifica que a incapacidade sobreveio por motivo de agravamento ocorrido anteriormente à filiação à previdência social. Não preenchida pela parte autora a ressalva da parte final dos artigos 42, § 2º, e 59, parágrafo único, da Lei nº 8.213/91.
3. Ante a ausência de comprovação, por parte da Autora, dos requisitos constantes nos artigos 42 e 59 da Lei nº 8.213/91, o benefício postulado não deve ser concedido.
4. A Autora não arcará com o pagamento de honorários advocatícios por ser beneficiária da assistência judiciária gratuita. Precedente do STF.
5. Reexame necessário e apelação do INSS providos. Recurso adesivo prejudicado".
(TRF-3ªReg., AC nº 491.498, Décima Turma, Rel. Des. Fed. Galvão Miranda, j. 06/04/2004, v.u., DJ 28/05/2004, p. 628)
Dessa forma, e nesse juízo de cognição não-exauriente, não restaram preenchidos os requisitos à outorga de auxílio-doença.
Tem-se, aqui, recurso, manifestamente, improcedente, colidindo com entendimento consagrado na jurisprudência.
Tais as circunstâncias, nego seguimento ao recurso, com fulcro no art. 557, caput, do CPC.
Respeitadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
Dê-se ciência.
Em, 28 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2005.03.99.015568-3 AC 1020074
ORIG.	:	0300001197 2 Vr CAMPOS DO JORDAO/SP
APTE	:	ANA MARIA JOSE DA SILVA
ADV	:	EDVALDO CARNEIRO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOAO BATISTA PIRES FILHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

DECISÃO
Previdenciário. Pensão por morte. Revisão. Coeficiente. Alteração. Lei nº 9.032/95. Benefícios anteriores à sua vigência. Incabimento. Precedente STF.
Aforada ação, em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando a majoração da renda mensal de pensão por morte, para que a parcela familiar correspondesse a 100% do salário-de-benefício, a partir da vigência da Lei nº 9.032/95 (que alterou o art. 75 da Lei nº 8.213/91), e, processado o feito sob os auspícios da justiça gratuita, sobreveio sentença de parcial procedência do pedido, ensejando apelo das partes, recebidos no duplo efeito, com vista à sua reforma.
Apreciando, monocraticamente (art. 557 do CPC), o apelo interposto, bem como a remessa oficial, tida por ocorrida, restou mantida a condenação da autarquia previdenciária a aplicar, à benesse da autora, as disposições da Lei nº 9.032/95.
Irresignado, o INSS interpôs agravo, postulando a reforma da decisão de segundo grau.
Em primeiro plano, mantive o decisum agravado (fls. 128).
Decido.
O art. 75 da Lei nº 8.213/91, em sua redação original, passou a dispor que "o valor mensal da pensão por morte será: a) constituído de uma parcela, relativa à família, de 80% (oitenta por cento) do valor da aposentadoria que o segurado recebia ou a que teria direito, se estivesse aposentado na data do seu falecimento, mais tantas parcelas de 10% (dez por cento) do valor da mesma aposentadoria quantos forem os seus dependentes, até o máximo de 2 (duas); b) 100% (cem por cento) do salário-de-benefício ou do salário-de-contribuição vigente no dia do acidente, o que for mais vantajoso, caso o falecimento seja conseqüência de acidente do trabalho".
Com o advento da Lei nº 9.032/95, em 29/4/95, houve mudança na redação do dispositivo em comento, que passou a prever que "o valor mensal da pensão por morte, inclusive decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, observado o disposto na Seção III, especialmente no art. 33 desta Lei".
Inobstante o novo regramento acerca da matéria, o INSS deixou de aplicá-lo aos benefícios já concedidos, ao argumento de que, em matéria previdenciária, aplicar-se-ia a lei vigente à época da concessão (tempus regit actum), sob pena de afronta aos princípios do ato jurídico perfeito e do direito adquirido.
Nesse contexto, vinha defendendo a tese de que, em tal caso, preponderaria a regra mais benéfica aos pensionistas, incidindo, de forma imediata, a todas as pensões, mesmo àquelas implantadas sob a égide da legislação pretérita.
Entretanto, ressalvando minha posição sobre o tema, curvo-me à orientação, superveniente, esposada pelo E. STF que, em Sessão Plenária realizada em 08/02/2007, ao apreciar os RÉs nºs. 415.454 e 416.827, firmou entendimento no sentido de que a Lei nº 9.032/95 não se aplicaria aos benefícios concedidos anteriormente à sua vigência. Esvaziam-se, pois, de sentido, os argumentos de ofensa a preceitos constitucionais, em especial ao da isonomia.
Assim, a razoabilidade e a economia processual impõem a revisão da teoria sufragada em primeiro momento, adequando-a à orientação do E. STF.
Do exposto, torno sem efeito a decisão de fls.128 e, com fulcro no artigo 557, § 1º, do CPC, em juízo de retratação, reconsidero a decisão monocrática de fls. 108/110, a fim de conste a improcedência do pedido inicial, reformando a r. sentença recorrida, nos termos da fundamentação.
Na espécie, a parte autora é beneficiária da justiça gratuita, indevida, portanto, sua condenação nas verbas de sucumbência, mesmo porque, segundo decidido pelo E. STF, descabe, ao julgador, proferir decisões condicionais, tocando-lhe avaliar a situação de pobreza, quando do julgamento (RE nº 313.348/RS, Rel. Min. Sepúlveda Pertence).
Decorrido o prazo para interposição de recurso, baixem os autos à Vara de origem, observadas as formalidades legais.
Dê-se ciência.
Em, 13 de março de 2007
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.015629-6 AG 292971
ORIG.	:	0600016830 1 Vr PARANAIBA/MS
AGRTE	:	BENEDITO BARBOSA DA SILVA
ADV	:	EDSON FERNANDO RAIMUNDO
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	AMILSON ALVES QUEIROZ FILHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE PARANAIBA MS
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Cuida-se de agravo de instrumento interposto por Benedito Barbosa da Silva, objetivando reforma de decisão proferida pelo MM. Juiz de Direito da 1ª Vara de Paranaíba/MS, que, nos autos de ação objetivando concessão de benefício previdenciário, suspendeu o andamento do feito, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a fim de que o autor comprovasse o prévio ingresso na via administrativa.
Passo ao exame.
De acordo com o disposto no art. 525, § 1º, do CPC, a inicial do agravo será acompanhada de comprovante do pagamento das respectivas custas e do porte de retorno, quando devidos, conforme tabela a ser publicada pelos Tribunais.
Importante ressaltar que a ausência de demonstração desse recolhimento redunda na negativa de seguimento da impugnação (TRF-3ª Reg., AG nº 235.781, Primeira Turma, Des. Fed. Luiz Stefanini, j. 18/07/2006, v.u., DJ 21/09/2006, p. 263 e TRF-3ªReg., AG nº 245.936, Sexta Turma, Des. Fed. Lazarano Neto, j. 22/03/2006, v.u., DJ 07/04/2006, p. 672).
In casu, o requerente deixou de recolher o preparo devido e não há, nos autos, qualquer alusão à possível solicitação ou concessão de gratuidade processual.
Logo, outra solução não colhe, senão negar seguimento ao recurso, com fulcro no art. 557, caput, do CPC, por inadmissibilidade.
Respeitadas as cautelas legais, baixem os autos à Vara de origem.
Dê-se ciência.
Em, 27 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.015643-0 AG 292983
ORIG.	:	0100001047 4 Vr FERNANDOPOLIS/SP
AGRTE	:	VANDIR DE ARAUJO CUNHA
ADV	:	ALESSANDRA GIMENE MOLINA
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	DEONIR ORTIZ
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 4 VARA DE FERNANDOPOLIS SP
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Aforada ação, em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando reconhecimento de tempo de serviço rural, pedido julgado procedente (fs.27/30), tendo sido a sentença mantida, na senda recursal.
Em execução, o MM. Juiz singular determinou a expedição de certidão do período reconhecido no processo de conhecimento, com a ressalva de que a mesma não poderia ser utilizada, para fins de contagem recíproca (f. 71).
Inconformado, o autor interpôs o presente agravo de instrumento, visando à reforma da decisão e, liminarmente, à neutralização de seus efeitos, aos seguintes argumentos: a) a emissão da certidão de tempo de serviço, independe do recolhimento solicitado pelo INSS, com fulcro no art. 96, IV, da Lei nº 8.213/91; b) a sentença proferida nos autos subjacentes, e mantida por esta Corte, não foi, devidamente, cumprida; c) ajuizou ação, pretendendo o reconhecimento de tempo laboral, com vistas à sua aposentação, junto à Prefeitura.
Passo ao exame.
De início, consigno a irrelevância do quanto certificado a f. 73, no sentido da inocorrência do recolhimento de custas, porquanto o demandante é beneficiário da gratuidade judiciária, como se verifica a f. 46.
Pois bem. A teor do disposto no art. 527, II, do CPC, com redação dada pela Lei nº 11.187/2005, o relator converterá o agravo de instrumento em retido, salvo nas hipóteses lá elencadas.
Na espécie, tratando-se de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, cabível o processamento do agravo na forma de instrumento.
O autor, na exordial da ação subjacente, requereu declaração de tempo de serviço rural, com a expedição da competente certidão de tempo de serviço (fs. 13/15).
O pleito foi julgado procedente, determinando-se a expedição da respectiva certidão, sem restrições, certo que a sentença restou confirmada, em sede recursal (fs. 46/51), tendo ocorrido o trânsito em julgado em 25/03/2003.
O magistrado singular, na sentença do processo de conhecimento, assim se pronunciou: "A pretensão do requerido, no sentido de que o autor recolha as contribuições relativas ao tempo de serviço a ser declarado, fica prejudicada. Ocorre que o requerente sempre trabalhou como empregado, competindo ao empregador a obrigação relativa aos recolhimentos previdenciários. Ademais, o tempo de serviço do trabalhador rural, desde que anterior à data da vigência da Lei nº 8.213/91, deve ser computado independentemente do recolhimento das contribuições correspondentes, nos termos do art. 55, § 2º do diploma legal mencionado. (...) Por fim, ressalto que o disposto no art. 96, IV da Lei nº 8.213/91 revela-se inaplicável à hipótese dos autos. Ocorre que o autor caracteriza-se como trabalhador rural e, por isso, encontra-se sujeito a princípios e normas específicas que dispensam os recolhimentos reclamados (art. 55, § 2º da Lei nº 8.213/91)".
Em execução, o juízo a quo determinou a expedição da certidão de tempo de serviço, com a ressalva de que a mesma não poderá ser utilizada, para fins de contagem recíproca.
Com efeito, a questão acerca da necessidade, ou não, de recolhimento de contribuições, pelo autor, quanto ao tempo de serviço reconhecido, já restou apreciada, na sentença, devendo ser respeitada a coisa julgada.
A autarquia previdenciária deve dar pleno adimplemento à ordem emanada do magistrado monocrático, por ocasião da prolação da sentença, nos seus exatos termos, em obediência à estabilidade das relações jurídicas.
Nesse sentido, cabe citar os seguintes paradigmas do C. STJ:
"PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SENTENÇA. DISPOSITIVO TRÂNSITO EM JULGADO. CORREÇÃO A QUALQUER TEMPO. POSSIBILIDADE. RESPEITO À COISA JULGADA. OBEDIÊNCIA AOS LIMITES DEFINIDOS PELO JULGADOR DO PROCESSO DE CONHECIMENTO.
1. Fixado pela sentença trânsita, o termo a quo da fluência dos juros, é defeso modificá-lo na execução, cujo escopo é tornar efetivo o julgado, sem ampliá-lo.
2. A correção do rumo da execução, para fins de dar fiel cumprimento ao dispositivo da sentença trânsita em julgado pode ser engendrada de ofício pelo Juiz, em defesa da coisa julgada, atuar que só preclui com o escoamento do prazo para a propositura da ação rescisória.

3. A execução que se afasta da condenação é nula (nulla executio sine previa cognitio), por ofensa à coisa julgada, matéria articulável em qualquer tempo e via exceção de pré-executividade.
(...)".
(REsp nº 531.804/RS, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, j. 25/11/2003, v.u., DJ 16/02/2004, p. 216)
"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ARBITRAMENTO POR LIQUIDAÇÃO. SENTENÇA QUE UTILIZA CRITÉRIO DIVERSO. OFENSA À COISA JULGADA MATERIAL.
- A sentença transitada em julgado deve ser executada nos exatos termos em que proferida, inclusive em relação ao critério utilizado para fixação dos honorários advocatícios. Ocorre ofensa à coisa julgada quando, em sede de liquidação, tais parâmetros restam alterados pelo julgador".
(REsp nº 471.660, Terceira Turma, Rel. Min. Nancy Andrighi, j. 04/02/2003, v.u., DJ 10/03/2003, p. 212)
Ademais, tendo sido constada a condição de empregado do requerente, a obrigação de recolher as contribuições previdenciárias cabia ao empregador, devendo ser reconhecido o tempo de serviço, para todos os fins.
Assim, afigura-se outro caminho não colher, ao INSS, senão atender à res judicata, expedindo a certidão referida, sem ressalvas.
A propósito, confiram-se os seguintes julgados:
"(...)
XII - A qualidade de empregado do autor o dispensa da prova do recolhimento de contribuição previdenciária, encargo atribuído ao empregador, a teor do que estabelece o art. 30, I, a, da Lei nº 8.212/91.
(...)".
(TRF-3ªReg., AC nº 990.090, Nona Turma, Rel. Des. Fed. Marisa Santos, j. 18/09/2006, v.u., DJ 19/10/2006, p. 679)
"(...)
II - A obrigação de recolher as contribuições previdenciárias é cabível ao empregador, não podendo incumbir este ônus ao empregado, portanto, comprovados os vínculos empregatícios, cabe o reconhecimento dos períodos para todos os fins, inclusive contagem recíproca de tempo de contribuição.
(...)".
(TRF-3ªReg., AC nº 823.728, Décima Turma, Rel. Des. Fed. Sérgio Nascimento, j. 24/05/2005, v.u., DJ 22/06/2005, p. 576)
Dessa forma, evidencia-se que a decisão recorrida encontra-se em confronto com jurisprudência de Tribunal Superior, quanto ao respeito à coisa julgada.
Tais as circunstâncias, dou provimento ao recurso, com fulcro no art. 557, § 1º-A, do CPC, para que a certidão de tempo de serviço seja expedida, sem ressalvas.
Respeitadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
Dê-se ciência.
Em, 28 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.015644-2 AG 292984
ORIG.	:	0600029703 1 Vr PARANAIBA/MS
AGRTE	:	ABEL ALVES PEREIRA
ADV	:	LUZIA GUERRA DE OLIVEIRA R GOMES
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	AMILSON ALVES QUEIROZ FILHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE PARANAIBA MS
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Aforada ação, em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando concessão de aposentadoria por idade rural, o MM. Juiz singular suspendeu o andamento do feito, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a fim de que o autor comprovasse o prévio ingresso na via administrativa (fs. 22/23).
Inconformado, o promovente interpôs o presente agravo de instrumento, visando à reforma da decisão, aos seguintes argumentos: a) a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário, lesão ou ameaça a direito; b) a jurisprudência tem se encaminhado no sentido de considerar desnecessária a providência ordenada pelo magistrado monocrático.
Passo ao exame.
De início, consigno a irrelevância do quanto certificado a f. 25, no sentido da inocorrência do recolhimento de custas, porquanto o juízo a quo deferiu o benefício da gratuidade judiciária, como se verifica a f. 13.
A teor do disposto no art. 527, II, do CPC, com redação dada pela Lei nº 11.187/2005, o relator converterá o agravo de instrumento em retido, salvo nas hipóteses lá elencadas.
Na espécie, tratando-se de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, cabível o processamento do agravo na forma de instrumento.
O art. 5º, XXXV, da CR/88 consagra o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, assegurando o direito de ação, que só pode ser restringido pela própria Carta Maior.
No caso dos autos, o MM. Juiz a quo ordenou que o demandante demonstrasse a prévia postulação, administrativa, da benesse, condicionando o ajuizamento da ação.
Por oportuno, cabe citar os seguintes julgados do C. STJ, nesse sentido:
"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIOS. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. DESNECESSIDADE.
O prévio requerimento na esfera administrativa não pode ser considerado como condição para propositura da ação de natureza previdenciária.
Ademais, é pacífico neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que é desnecessário o requerimento administrativo prévio à propositura de ação que vise concessão de benefício previdenciário.
Recurso conhecido e desprovido".
(RESP nº 602.843/PR, Quinta Turma, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, j. 26/10/2004, v.u., DJ 29/11/2004, p. 379)
"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. DESNECESSIDADE.
1.É firme o entendimento neste Superior Tribunal de Justiça no sentido de ser desnecessário o prévio requerimento administrativo à propositura de ação que visa à percepção de benefício previdenciário (REsp nº 230.499/CE, da minha Relatoria, in DJ 1º/8/2000).
2. Recurso improvido".
(RESP nº 543.117/PR, Sexta Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, j. 26/05/2004, v.u., DJ 02/08/2004 p. 593)
Ainda que não se refira, expressamente, à questão do prévio requerimento administrativo, há de se recordar, mutatis mutandis, do disposto na Súmula nº 09 desta Corte, segundo a qual: "em matéria previdenciária, torna-se desnecessário o prévio exaurimento da via administrativa, como condição de ajuizamento da ação".
Assim, não se apresenta justificativa plausível à exigência de prévia solicitação administrativa do benefício, como condição à propositura da ação previdenciária.
Pelo exposto, a teor do art. 557, § 1º - A, do CPC, dou provimento ao recurso, vez que a decisão guerreada está em confronto com entendimento dominante do C. STJ.
Respeitadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
Dê-se ciência.
Em, 22 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.015649-1 AG 292989
ORIG.	:	0600030795 1 Vr PARANAIBA/MS
AGRTE	:	MARIA IZIDORIA PEDRO
ADV	:	LUZIA GUERRA DE OLIVEIRA R GOMES
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	AMILSON ALVES QUEIROZ FILHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE PARANAIBA MS
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Aforada ação, em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando concessão de aposentadoria por invalidez, o MM. Juiz singular suspendeu o andamento do feito, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a fim de que a autora comprovasse o prévio ingresso na via administrativa (fs. 22/23).
Inconformada, a promovente interpôs o presente agravo de instrumento, visando à reforma da decisão, aos seguintes argumentos: a) a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário, lesão ou ameaça a direito; b) a jurisprudência tem se encaminhado no sentido de considerar desnecessária a providência ordenada pelo magistrado monocrático.
Passo ao exame.
De início, consigno a irrelevância do quanto certificado a f. 25, no sentido da inocorrência do recolhimento de custas, porquanto o juízo a quo deferiu o benefício da gratuidade judiciária, como se verifica a f. 13.
A teor do disposto no art. 527, II, do CPC, com redação dada pela Lei nº 11.187/2005, o relator converterá o agravo de instrumento em retido, salvo nas hipóteses lá elencadas.
Na espécie, tratando-se de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, cabível o processamento do agravo na forma de instrumento.
O art. 5º, XXXV, da CR/88 consagra o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, assegurando o direito de ação, que só pode ser restringido pela própria Carta Maior.
No caso dos autos, o MM. Juiz a quo ordenou que a demandante demonstrasse a prévia postulação, administrativa, da benesse, condicionando o ajuizamento da ação.
Por oportuno, cabe citar os seguintes julgados do C. STJ, nesse sentido:
"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIOS. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. DESNECESSIDADE.
O prévio requerimento na esfera administrativa não pode ser considerado como condição para propositura da ação de natureza previdenciária.
Ademais, é pacífico neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que é desnecessário o requerimento administrativo prévio à propositura de ação que vise concessão de benefício previdenciário.
Recurso conhecido e desprovido".
(RESP nº 602.843/PR, Quinta Turma, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, j. 26/10/2004, v.u., DJ 29/11/2004, p. 379)
"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. DESNECESSIDADE.
1.É firme o entendimento neste Superior Tribunal de Justiça no sentido de ser desnecessário o prévio requerimento administrativo à propositura de ação que visa à percepção de benefício previdenciário (REsp nº 230.499/CE, da minha Relatoria, in DJ 1º/8/2000).
2. Recurso improvido".
(RESP nº 543.117/PR, Sexta Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, j. 26/05/2004, v.u., DJ 02/08/2004 p. 593)
Ainda que não se refira, expressamente, à questão do prévio requerimento administrativo, há de se recordar, mutatis mutandis, do disposto na Súmula nº 09 desta Corte, segundo a qual: "em matéria previdenciária, torna-se desnecessário o prévio exaurimento da via administrativa, como condição de ajuizamento da ação".
Assim, não se apresenta justificativa plausível à exigência de prévia solicitação administrativa do benefício, como condição à propositura da ação previdenciária.
Pelo exposto, a teor do art. 557, § 1º - A, do CPC, dou provimento ao recurso, vez que a decisão guerreada está em confronto com entendimento dominante do C. STJ.
Respeitadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
Dê-se ciência.
Em, 26 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.015684-3 AG 292997
ORIG.	:	0600017357 1 Vr PARANAIBA/MS
AGRTE	:	MIRALDA MARIA DE SOUZA
ADV	:	ARISTIDES LANSONI FILHO
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	AMILSON ALVES QUEIROZ FILHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE PARANAIBA MS
RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO / DÉCIMA TURMA

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Miralda Maria de Souza, inconformada com a decisão judicial exarada nos autos da ação de concessão de benefício previdenciário, em que o d. Juiz a quo determinou a parte autora que comprove, no prazo de 60 (sessenta) dias, a existência de interesse processual mediante a apresentação do indeferimento do pedido administrativo.
Objetiva a agravante reforma de tal decisão alegando, em síntese, que o prévio requerimento na via administrativa não é condição para a propositura da ação de natureza previdenciária.
Inconformada, requer a reforma da r. decisão guerreada.
É o sucinto relatório. Decido.
Verifico dos autos que o inconformismo da agravante merece prosperar.
A autora busca garantir o seu direito constitucional de socorrer-se ao judiciário, consoante lhe autoriza o artigo 5º, inciso XXXV da Magna Carta, sem a obrigatoriedade de percorrer, previamente, à instância administrativa.
De início, cumpre ressaltar que nas agências da Previdência Social é comum o funcionário que efetua o atendimento preliminar informar verbalmente ao interessado sobre os requisitos exigidos administrativamente para a obtenção do benefício a ser requerido, orientando-o, ainda, no sentido de que não ingresse com o respectivo requerimento caso não se encontrem preenchidos tais requisitos, não se justificando, portanto, que seja exigida a formalização deste requerimento para o ingresso em juízo.
Verifica-se, pois, a aplicabilidade da Súmula 09 do TRF da 3ª Região, bem como do disposto no inciso XXXV, do art. 5º, da Constituição Federal, restando, portanto, superada a questão referente à necessidade do prévio requerimento administrativo do benefício como requisito para o ajuizamento da respectiva ação previdenciária, mesmo porque as únicas exceções ao livre acesso ao Judiciário encontram-se previstas no §1º do art. 217 da Constituição da República.
Assim, já decidiu esta E. Corte, que assim se posicionou:
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. ART. 42, CAPUT E § 2º DA LEI 8.213/91. REEXAME NECESSÁRIO. PRELIMINAR. CARÊNCIA DE AÇÃO. REQUISITOS PRESENTES. BENEFÍCIO DEVIDO. HONORÁRIOS PERICIAIS E ADVOCATÍCIOS. CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS. IMPLANTAÇÃO IMEDIATA.
1. O prévio requerimento administrativo não é condição para a propositura de ação previdenciária, especialmente em se tratando de pretensão que não tem encontrado acolhida na esfera administrativa. Prevalência do princípio do amplo acesso ao Poder judiciário, estabelecido no artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal.
...
(TRF - 3ª Região - AC nº 2005.03.99.004184-7 - 10ª Turma - Rel. Des. Fed. Galvão Miranda; j. em 29.3.2005; DJU de 27.4.2005; p. 655).
Diante do exposto e acolhendo o precedente acima invocado, dou provimento ao agravo de instrumento, nos termos do artigo 557, parágrafo 1º-A, do Código de Processo Civil.
Comunique-se ao d. Juízo a quo, o inteiro teor desta decisão.
Intimem-se.
Decorrido o prazo recursal, dê-se baixa na Distribuição e remetam-se os autos à primeira instância.
São Paulo, 28 de março de 2007.
Sérgio Nascimento
Desembargador Federal

PROC.	:	2007.03.00.015794-0 AG 293078
ORIG.	:	0600029525 1 Vr PARANAIBA/MS
AGRTE	:	RONILDA NUNES DE OLIVEIRA
ADV	:	CLEONICE MARIA DE CARVALHO
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	AMILSON ALVES QUEIROZ FILHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE PARANAIBA MS
RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Agravo de instrumento contra a r. decisão que suspende o processo pelo prazo de 60 (sessenta) dias para que o autor comprove o requerimento administrativo para a obtenção do benefício pleiteado em juízo e o seu indeferimento.
Sustenta-se, em suma, a desnecessidade do exaurimento da via administrativa.
Relatados, decido.
Não há que se falar em carência da ação pela falta de interesse de agir, à míngua de requerimento na via administrativa, porque as únicas exceções ao livre acesso ao Judiciário, conforme o disposto no inc. XXXV do art. 5º da Constituição Federal, estão previstas no § 1º do art. 217, dizendo respeito às ações relativas à disciplina e às competições esportivas, nas quais o interesse de agir surge só após esgotadas as instâncias da justiça desportiva.
Além disso, a questão é objeto do enunciado da Súmula nº 9 desta eg. Corte:
"Em matéria previdenciária, torna-se desnecessário o prévio exaurimento da via administrativa, como condição de ajuizamento da ação."
A r. decisão recorrida está ainda em manifesto confronto com a Súmula 213 do extinto Tribunal Federal de Recursos:
"O exaurimento da via administrativa não é condição para propositura de ação de natureza previdenciária."
No mesmo sentido, é a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça:
"PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. EXAURIMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. PROVA MATERIAL E TESTEMUNHAL. REEXAME. DIVERGÊNCIA JURISPRUDÊNCIA NÃO COMPROVADA.
- Desnecessidade de prévia postulação ou do exaurimento da via administrativa para obtenção de benefício previdenciário por meio de prestação jurisdicional. Súmula 213/TRF. Precedentes.
- Recurso conhecido, porém desprovido."
(REsp. 191.039 SP, Min. Jorge Scartezzini, DJU, 28.08.00, p. 100; REsp. 202.580 RS, Min. Gilson Dipp, DJU, 15.05.00, p. 180; REsp. 109.724 SC, Min. Edson Vidigal, DJU, 17.02.99, p. 158; REsp. 180.863 TO, Min. José Arnaldo da Fonseca, DJU, 07.12.98, p. 097).
Posto isto, dou provimento ao recurso, com fundamento no art. 557, § 1º-A, do C. Pr. Civil, haja vista o confronto entre a decisão agravada e a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, para reformar a decisão agravada e determinar o regular processamento do feito, sem prejuízo do exame de outra qualquer exigência ou decisão que não alude ao prévio processo administrativo.
Decorrido o prazo legal, baixem os autos ao Juízo de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 26 de março de 2007.
CASTRO GUERRA
RELATOR

PROC.	:	2007.03.00.015805-0 AG 293089
ORIG.	:	0600030582 1 Vr PARANAIBA/MS
AGRTE	:	MARIA APARECIDA PEREIRA
ADV	:	CLEONICE MARIA DE CARVALHO
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	AMILSON ALVES QUEIROZ FILHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE PARANAIBA MS
RELATOR	:	DES.FED. JEDIAEL GALVÃO / DÉCIMA TURMA

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que, nos autos da ação de concessão de benefício de aposentadoria por idade, determinou o sobrestamento do feito, por 60 (sessenta) dias, para que a agravante promova o requerimento na via administrativa.
Sustenta a agravante, em síntese, que consoante orientação jurisprudencial é desnecessário o prévio exaurimento da via administrativa para o ajuizamento da ação. Alega o princípio da inafastabilidade da jurisdição. Requer a reforma da decisão agravada.
É a síntese do essencial.
DECIDO.
Na forma do artigo 557 do Código de Processo Civil, poderá o relator negar seguimento ou dar provimento a recurso, de acordo com as hipóteses assinaladas em referido dispositivo legal.
Pois bem. Não há razão para que o segurado, como condição prévia ao ajuizamento de ação, deflagre pedido administrativo quando já se antevê que a pretensão não tem encontrado, em casos semelhantes, a acolhida esperada.
Ademais, o art. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal reza que "A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito".
Este Egrégio Tribunal Regional Federal firmou entendimento de não ser exigível prévio exaurimento da via administrativa como condição para o ajuizamento de ação relativa à matéria previdenciária, por força do princípio constitucional acima mencionado. Tal entendimento, em face das reiteradas decisões, cristalizou-se na Súmula nº 09, cujo teor passo a transcrever:
"Em matéria previdenciária, torna-se desnecessário o prévio exaurimento da via administrativa, como condição de ajuizamento da ação".
O Superior Tribunal de Justiça tem também se orientado no sentido da desnecessidade de prévio requerimento administrativo como condição para o ajuizamento de ação de natureza previdenciária, conforme se verifica da seguinte ementa de aresto:
"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSO CIVIL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PROPOSITURA DA AÇÃO. PRÉVIO REQUERIMENTO. VIA ADMINISTRATIVA. DESNECESSIDADE.
1. Consoante entendimento pacificado desta Corte, é desnecessário o prévio requerimento administrativo para a propositura de ação judicial objetivando a concessão de benefício previdenciário.
Precedentes.
2. Agravo regimental improvido." (AGA 461121 / SP, Relator Ministro Fernando Gonçalves, j. 17/12/2002, DJ 17/02/2003, p. 417).
Nestas condições, diante dos ditames impostos pela Constituição Federal, bem como de acordo com os precedentes jurisprudenciais verifico que a decisão agravada causa grave lesão aos direitos do agravante, de forma que presente se encontra a hipótese de provimento do recurso.
Diante do exposto, com fundamento no art. 557 do Código de Processo Civil, DOU PROVIMENTO ao presente agravo de instrumento, para determinar o prosseguimento da ação, independente do prévio requerimento administrativo.
Oportunamente, observadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 22 de março de 2007.
JEDIAEL GALVÃO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.015812-8 AG 293096
ORIG.	:	0600013823 1 Vr PARANAIBA/MS
AGRTE	:	MARIA LUCIA AZAMBUJA (= ou > de 60 anos)
ADV	:	CLEONICE MARIA DE CARVALHO
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	AMILSON ALVES QUEIROZ FILHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE PARANAIBA MS
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Aforada ação, em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando concessão de aposentadoria por idade rural, o MM. Juiz singular suspendeu o andamento do feito, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a fim de que a autora comprovasse o prévio ingresso na via administrativa (fs. 18/19).
Inconformada, a promovente interpôs o presente agravo de instrumento, visando à reforma da decisão e, liminarmente, à neutralização de seus efeitos, aos seguintes argumentos: a) a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário, lesão ou ameaça a direito; b) a jurisprudência tem se encaminhado no sentido de considerar desnecessária a providência ordenada pelo magistrado monocrático.
Passo ao exame.
De início, consigno a irrelevância do quanto certificado a f. 40, no sentido da inocorrência do recolhimento de custas, porquanto o juízo a quo deferiu o benefício da gratuidade judiciária, como se verifica a f. 31.
A teor do disposto no art. 527, II, do CPC, com redação dada pela Lei nº 11.187/2005, o relator converterá o agravo de instrumento em retido, salvo nas hipóteses lá elencadas.
Na espécie, tratando-se de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, cabível o processamento do agravo na forma de instrumento.
O art. 5º, XXXV, da CR/88 consagra o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, assegurando o direito de ação, que só pode ser restringido pela própria Carta Maior.
No caso dos autos, o MM. Juiz a quo ordenou que a demandante demonstrasse a prévia postulação, administrativa, da benesse, condicionando o ajuizamento da ação.
Por oportuno, cabe citar os seguintes julgados do C. STJ, nesse sentido:
"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIOS. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. DESNECESSIDADE.
O prévio requerimento na esfera administrativa não pode ser considerado como condição para propositura da ação de natureza previdenciária.
Ademais, é pacífico neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que é desnecessário o requerimento administrativo prévio à propositura de ação que vise concessão de benefício previdenciário.
Recurso conhecido e desprovido".
(RESP nº 602.843/PR, Quinta Turma, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, j. 26/10/2004, v.u., DJ 29/11/2004, p. 379)
"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. DESNECESSIDADE.
1.É firme o entendimento neste Superior Tribunal de Justiça no sentido de ser desnecessário o prévio requerimento administrativo à propositura de ação que visa à percepção de benefício previdenciário (REsp nº 230.499/CE, da minha Relatoria, in DJ 1º/8/2000).
2. Recurso improvido".
(RESP nº 543.117/PR, Sexta Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, j. 26/05/2004, v.u., DJ 02/08/2004 p. 593)
Ainda que não se refira, expressamente, à questão do prévio requerimento administrativo, há de se recordar, mutatis mutandis, do disposto na Súmula nº 09 desta Corte, segundo a qual: "em matéria previdenciária, torna-se desnecessário o prévio exaurimento da via administrativa, como condição de ajuizamento da ação".
Assim, não se apresenta justificativa plausível à exigência de prévia solicitação administrativa do benefício, como condição à propositura da ação previdenciária.
Pelo exposto, a teor do art. 557, § 1º - A, do CPC, dou provimento ao recurso, vez que a decisão guerreada está em confronto com entendimento dominante do C. STJ.
Respeitadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
Dê-se ciência.
Em, 22 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.015815-3 AG 293099
ORIG.	:	0600021141 1 Vr PARANAIBA/MS
AGRTE	:	GUILHERME LOPES DE PAULA (= ou > de 60 anos)
ADV	:	CLEONICE MARIA DE CARVALHO
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	AMILSON ALVES QUEIROZ FILHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE PARANAIBA MS
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Aforada ação, em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando concessão de aposentadoria por idade rural, o MM. Juiz singular suspendeu o andamento do feito, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a fim de que o autor comprovasse o prévio ingresso na via administrativa (fs. 18/20).
Inconformado, o promovente interpôs o presente agravo de instrumento, visando à reforma da decisão e, liminarmente, à neutralização de seus efeitos, aos seguintes argumentos: a) a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário, lesão ou ameaça a direito; b) a jurisprudência tem se encaminhado no sentido de considerar desnecessária a providência ordenada pelo magistrado monocrático.
Passo ao exame.
Defiro, primeiramente, o benefício da gratuidade judiciária, tornando-se irrelevante o quanto certificado a f. 39, procedendo-se às anotações necessárias.
A teor do disposto no art. 527, II, do CPC, com redação dada pela Lei nº 11.187/2005, o relator converterá o agravo de instrumento em retido, salvo nas hipóteses lá elencadas.
Na espécie, tratando-se de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, cabível o processamento do agravo na forma de instrumento.
O art. 5º, XXXV, da CR/88 consagra o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, assegurando o direito de ação, que só pode ser restringido pela própria Carta Maior.
No caso dos autos, o MM. Juiz a quo ordenou que o demandante demonstrasse a prévia postulação, administrativa, da benesse, condicionando o ajuizamento da ação.
Por oportuno, cabe citar os seguintes julgados do C. STJ, nesse sentido:
"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIOS. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. DESNECESSIDADE.
O prévio requerimento na esfera administrativa não pode ser considerado como condição para propositura da ação de natureza previdenciária.
Ademais, é pacífico neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que é desnecessário o requerimento administrativo prévio à propositura de ação que vise concessão de benefício previdenciário.
Recurso conhecido e desprovido".
(RESP nº 602.843/PR, Quinta Turma, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, j. 26/10/2004, v.u., DJ 29/11/2004, p. 379)
"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. DESNECESSIDADE.
1.É firme o entendimento neste Superior Tribunal de Justiça no sentido de ser desnecessário o prévio requerimento administrativo à propositura de ação que visa à percepção de benefício previdenciário (REsp nº 230.499/CE, da minha Relatoria, in DJ 1º/8/2000).
2. Recurso improvido".
(RESP nº 543.117/PR, Sexta Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, j. 26/05/2004, v.u., DJ 02/08/2004 p. 593)
Ainda que não se refira, expressamente, à questão do prévio requerimento administrativo, há de se recordar, mutatis mutandis, do disposto na Súmula nº 09 desta Corte, segundo a qual: "em matéria previdenciária, torna-se desnecessário o prévio exaurimento da via administrativa, como condição de ajuizamento da ação".
Assim, não se apresenta justificativa plausível à exigência de prévia solicitação administrativa do benefício, como condição à propositura da ação previdenciária.

Pelo exposto, a teor do art. 557, § 1º - A, do CPC, dou provimento ao recurso, vez que a decisão guerreada está em confronto com entendimento dominante do C. STJ.
Respeitadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
Dê-se ciência.
Em, 26 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.015875-0 AG 293132
ORIG.	:	0600001522 1 Vr AGUAI/SP 0600033762 1 Vr AGUAI/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	GERALDO JUNIO DE SA FERREIRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	EDILENE DE MELO MARTINS incapaz
REPTE	:	LOURIVAL MARTINS QUINSANI
ADV	:	ANA LUCIA VALIM GNANN
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE AGUAI SP
RELATOR	:	DES.FED. JEDIAEL GALVÃO / DÉCIMA TURMA

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, contra decisão que deferiu a antecipação de tutela para a implantação do benefício previsto no artigo 203, V, da Constituição Federal e na Lei nº 8.742/93.
Sustenta o agravante, preliminarmente, a ausência de interesse processual da agravada, uma vez que não houve pedido de concessão do benefício na via administrativa. Alega a ausência dos requisitos previstos no artigo 273 do Código de Processo Civil, uma vez que a agravada apresenta renda per capita familiar superior a ¼ (um quarto) do salário mínimo vigente. Aduz acerca da possibilidade de irreversibilidade do provimento jurisdicional. Finalmente, argumenta que a agravada não foi intimada a prestar garantia.
É a síntese do essencial.
DECIDO.
Na forma do artigo 522 c/c o artigo 527, inciso II, ambos do Código de Processo Civil, na redação dada pela Lei nº 11.187, de 19/10/2005, o relator deverá converter o agravo em retido, salvo nas hipóteses assinaladas em referidos dispositivos legais.
Pois bem. Não há razão para que o segurado, como condição prévia ao ajuizamento de ação, deflagre pedido administrativo quando já se antevê que a pretensão não tem encontrado, em casos semelhantes, a acolhida esperada.
Ademais, o art. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal reza que "A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito".
Este Egrégio Tribunal Regional Federal firmou entendimento de não ser exigível prévio exaurimento da via administrativa como condição para o ajuizamento de ação relativa à matéria previdenciária, por força do princípio constitucional acima mencionado. Tal entendimento, em face das reiteradas decisões, cristalizou-se na Súmula nº 09, cujo teor passo a transcrever:
"Em matéria previdenciária, torna-se desnecessário o prévio exaurimento da via administrativa, como condição de ajuizamento da ação".
O Superior Tribunal de Justiça tem também se orientado no sentido da desnecessidade de prévio requerimento administrativo como condição para o ajuizamento de ação de natureza previdenciária, conforme se verifica da seguinte ementa de aresto:
"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSO CIVIL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PROPOSITURA DA AÇÃO. PRÉVIO REQUERIMENTO. VIA ADMINISTRATIVA. DESNECESSIDADE.
1. Consoante entendimento pacificado desta Corte, é desnecessário o prévio requerimento administrativo para a propositura de ação judicial objetivando a concessão de benefício previdenciário.
Precedentes.
2. Agravo regimental improvido." (AGA 461121 / SP, Relator Ministro Fernando Gonçalves, j. 17/12/2002, DJ 17/02/2003, p. 417).
No mérito, consoante regra do art. 203, inciso V, da CF, a assistência social será prestada à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem "não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família".
A Lei nº 8.742/93, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, veio regulamentar o referido dispositivo constitucional, estabelecendo em seu art. 20 os requisitos para sua concessão, quais sejam, ser pessoa incapaz para a vida independente e para o trabalho ou pessoa idosa, bem como ter renda familiar inferior a ¼ do salário mínimo.
No caso em exame, a agravada é portadora de "deficiência cerebral", conforme se verifica do atestado médico (fl. 30), encontrando-se incapaz para a vida independente e para o trabalho.
No tocante à insuficiência de recursos para prover a própria subsistência ou de tê-la provida por sua família, ressalte-se que o objetivo da assistência social é prover o mínimo para a sobrevivência do idoso ou incapaz, de modo a assegurar uma sobrevivência digna. Por isso, para sua concessão não há que se exigir uma situação de miserabilidade absoluta, bastando a caracterização de que o beneficiário não tem condições de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família.
Em princípio, o disposto no § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742/93 não é o único meio de comprovação da miserabilidade do deficiente ou do idoso, devendo a respectiva aferição ser feita, também, com base em elementos de prova colhidos ao longo do processo, observada as circunstâncias específicas relativas ao postulante do benefício. Portanto, não há como afastar a conclusão do Juízo de Primeiro Grau no sentido de que a parte autora não tem meios suficientes, por si e por aqueles que com ele coabitam, para prover o seu sustento. Lembra-se aqui precedente do Superior Tribunal de Justiça, que não restringe os meios de comprovação da condição de miserabilidade do deficiente ou idoso: "O preceito contido no art. 20, § 3º, da Lei nº 8.742/93 não é o único critério válido para comprovar a condição de miserabilidade preceituada no artigo 203, V, da Constituição Federal. A renda familiar per capita inferior a 1/4 do salário-mínimo deve ser considerada como um limite mínimo, um quantum objetivamente considerado insuficiente à subsistência do portador de deficiência e do idoso, o que não impede que o julgador faça uso de outros fatores que tenham o condão de comprovar a condição de miserabilidade da família do autor." (REsp nº435871/SP, Relator Ministro FELIX FISCHER, j. 19/09/2002, DJ 21/10/2002, p. 391).
Assim, a decisão proferida na Adin nº 1.232-1 aduz que o § 3º, do art. 20 da Lei nº 8.742/93 estabelece situação objetiva por meio da qual presume-se a miserabilidade de forma absoluta. Todavia, conforme acima mencionado, nada impede que o juiz, diante de situações particularizadas, em face das provas produzidas, reconheça a condição de pobreza do requerente do benefício assistencial.
Neste passo, é importante assinalar que a Lei nº 10.741/2003, além de reduzir o requisito idade para a concessão do benefício assistencial, dispôs no parágrafo único do artigo 34 que "O benefício já concedido a qualquer membro da família nos termos do caput não será computado para os fins do cálculo da renda familiar per capita a que se refere a Loas".
Cabe aqui indagar o que se pretendeu realçar em referido dispositivo legal, como fator permissivo à concessão do benefício assistencial. Seria a natureza do benefício ou o seu valor? Penso que o valor do benefício é que se sobressalta e que constitui a razão pela qual, na hipótese normativa descrita, se autoriza a concessão do amparo social.
A lei outra coisa não fez senão deixar claro que o benefício mensal de um salário mínimo, recebido por qualquer membro da família, como única fonte de recursos, não afasta a condição de miserabilidade do núcleo familiar, em cuja situação se justifica a concessão de amparo social a outro membro da família que cumpra o requisito idade. Seria de indiscutível contra-senso se entender que o benefício mensal de um salário mínimo, na forma da LOAS, recebido por um membro da família, não impede a concessão de igual benefício a outro membro, ao passo que a concessão de aposentadoria, no valor de um salário mínimo, nas mesmas condições, seria obstáculo à concessão de benefício assistencial. Se é de miserabilidade a situação da família com renda de um salário mínimo, consistente em benefício disciplinado pela LOAS, também o é pelo Regime Geral da Previdência Social quando o benefício recebido por um membro da família se restringir ao mínimo legal, pois a aferição da hipossuficiência é eminentemente de cunho econômico. Vai-se mais longe ainda. A renda familiar de um salário mínimo, percebida por um membro da família, independentemente da origem da receita, não poderá ser impedimento para que outro membro, cumprindo os demais requisitos exigidos pela Lei nº 8.742/93, aufira o benefício assistencial, pois a condição econômica para a sobrevivência é exatamente igual àquela situação de que trata o parágrafo único do artigo 34 da Lei nº 10.741/2003.
Assim, considerando que os autos revelam que a renda familiar da agravada é de um salário mínimo, correspondente ao benefício previdenciário recebido pelo pai (fl. 35), a tutela concedida não merece ser cassada.
De outra parte, não se pode dizer que a tutela concedida poderá constituir situação irreversível, porquanto não se trata de medida que esgota a um só tempo o objeto da demanda, podendo o pagamento do benefício assistencial ser suspenso a qualquer momento, alterada a situação fática em que se sustentou a decisão agravada.
Ademais, conforme já decidiu o Tribunal Regional Federal da Quarta Região, "A irreversibilidade do provimento, meramente econômica, não é óbice à antecipação da tutela, em matéria previdenciária ou assistencial, sempre que a efetiva proteção dos direitos à vida, à saúde, à previdência ou à assistência social não puder ser realizada sem a providência antecipatória" (AG nº 107208/RS, Relator Juiz RAMOS DE OLIVEIRA, j. 03/10/2002, DJU 06/11/2002, p. 629).
Cabe observar, ainda, que a exigência de oferecimento de garantia para a concessão da tutela antecipada seria incongruente, pois a postulação é exatamente baseada na hipossuficiência da agravada. Em casos como estes, sobreleva a garantia à sobrevivência, e não a medida assecuratória de eventual devolução de importância recebida pelo beneficiário, o que torna dispensável a caução, nos termos do § 2º do artigo 588, c.c. o § 3º do artigo 273, ambos do Código de Processo Civil.
Assim, não merecem prosperar as razões do agravante, devendo ser mantida a decisão agravada.
Diante do exposto, com fundamento no artigo 527, inciso II, do Código de Processo Civil, INDEFIRO o efeito suspensivo pleiteado e determino a conversão do presente recurso em agravo retido.
Dê-se ciência ao Ministério Público Federal.
Oportunamente, observadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem, para apensamento aos autos principais.
Intimem-se.
São Paulo, 23 de março de 2007.
JEDIAEL GALVÃO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2003.61.04.016014-4 AC 1162466
ORIG.	:	6 Vr SANTOS/SP
APTE	:	HILDA NECCHI FERNANDES (= ou > de 65 anos)
ADV	:	DEUSA MAURA SANTOS FASSINA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	AUGUSTO CESAR VIEIRA MENDES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA / DÉCIMA TURMA

DECISÃO
Agravo contra a decisão que, com base no art. 557, § 1º-A, do C. Pr. Civil, dá provimento à apelação, para condenar a autarquia previdenciária a revisar o valor da pensão da autora, a fim de que prevaleça o coeficiente do cálculo de 100%, a partir da L. 9.032/95.
Sustenta a autarquia que a decisão ofende ato jurídico perfeito e os princípios da irretroatividade das leis, isonomia e da legalidade, bem assim que a majoração do benefício não tem prévia fonte de custeio, e pugna por sua reforma.
Relatados, decido.
O Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária, decidiu pela inadmissibilidade de qualquer interpretação da L. 9.032/95 que implique a aplicação de suas disposições a benefícios de pensão por morte concedidos anteriormente à sua vigência (RE 416.827 SC; RE 415.454 SC).
Posto isto, com a ressalva do meu entendimento, reconsidero a decisão recorrida, para negar seguimento ao recurso, com base no art. 557, caput, do C. Pr. Civil, e assim manter a sentença de improcedência do pedido.
Deixo de condenar a parte autora nos ônus da sucumbência, porquanto beneficiária da assistência judiciária (RE 313.348 RS, Min. Sepúlveda Pertence).
Independentemente do trânsito em julgado, determino seja enviado e-mail ao INSS, a fim de que se adotem as providências cabíveis à imediata redução do coeficiente da pensão por morte.
Decorrido o prazo legal, baixem os autos ao juízo de origem.
Int.
São Paulo, 16 de março de 2007.
CASTRO GUERRA
RELATOR

PROC.	:	2003.03.99.016794-9 AC 878332
ORIG.	:	9500001240 2 Vr AVARE/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	GILSON RODRIGUES DE LIMA
ADV	:	KLEBER CACCIOLARI MENEZES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	JAYME URU
ADV	:	LAURO CEZAR MARTINS RUSSO
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 2 VARA DE AVARE SP
RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO / DÉCIMA TURMA

Vistos.
Trata-se de remessa oficial e apelação de sentença pela qual foram julgados improcedentes os embargos à execução de título judicial de ação previdenciária. O INSS foi condenado ao pagamento das custas e despesas processuais comprovadamente despendidas pelo embargado, além dos honorários advocatícios arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da execução.
Objetiva o INSS a reforma de tal sentença alegando, em síntese, que o cálculo da renda mensal inicial já foi efetuado em conformidade com a legislação vigente à época, tratando-se, assim, de ato jurídico perfeito. Sustenta que o título judicial em execução é inexeqüível, pois a renda calculada é inferior à obtida na esfera administrativa e que a conta apresentada está eivada de erro material. Argumenta que não há causa para pagamento de qualquer quantia a título de revisão do benefício, bem como de diferenças atrasadas, sendo que tal pagamento seria ilícito e, portanto, nulo.
Com contra-razões, subiram os autos a esta E.Corte.
Após breve relatório, passo a decidir.
Da remessa oficial.
O reexame necessário é imperioso na fase de conhecimento, decorrendo do interesse público, evidenciado nas situações previstas no artigo 475 do CPC, mas não se mostra cabível na fase de execução, uma vez que não previu a necessidade do duplo grau obrigatório quando o processo já se encontra em fase executória.
Nesse sentido, já se manifestou o C. STJ:
PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. REEXAME NECESSÁRIO. APLICAÇÃO DO ART. 557, CPC. POSSIBILIDADE. ART. 475, II, CPC. DESCABIMENTO.
…
II - A sentença que julga os embargos à execução de título judicial opostos pela Fazenda Pública não está sujeita ao reexame necessário (art. 475, II, do CPC), tendo em vista que a remessa ex officio, in casu, é devida apenas em processo cognitivo, não sendo aplicável em sede de execução de sentença, por prevalecer a disposição contida no art. 520, V, do CPC. Precedentes.
III - Recurso conhecido, porém desprovido.
(STJ - RESP - 263942/PR - 5º Turma, Rel. Min. Felix Fischer, j. em 20.02.2003, DJU de 31.03.2003, p. 242)
Do mérito

Da análise do título judicial em execução, o que se verifica é que a condenação restringe-se ao recálculo da renda mensal inicial nos termos dos artigos 201 e 202 da Constituição da República, devendo o benefício ficar atrelado ao salário mínimo até a implantação do plano de custeio disciplinado pelas Leis 8212/91 e 8213/91 e o pagamento das diferenças encontradas (fl.55 dos autos em apenso). O acórdão deu parcial provimento à apelação da autarquia para determinar que o cálculo da renda mensal inicial seja efetuado pelos critérios da Lei 6423/77, corrigindo-se apenas os 24 salários-de-contribuição que antecedem os 12 últimos (fl.98/103 dos autos em apenso).
Cumpre observar que, no caso em tela, o autor contribuía em atividades concomitantes (fl.116 dos autos em apenso). Na conta ora embargada, indevidamente foram somados os salários-de-contribuição de ambas atividades, quando, na verdade, deveriam ser obedecidos os critérios estabelecidos pela legislação vigente à época, ou seja, o artigo 22 do Decreto 89312/84.
Assim, obedecidos aqueles critérios, os quais não foram alterados pelo título judicial em execução, o que se constata é que a renda mensal inicial obtida com a correção dos salários-de-contribuição, utilizando-se os índices da Lei 6423/77, é menor (CR$ 366.232,55; fl.46/47 destes autos) do que a obtida administrativamente à época da concessão do benefício (Cr$ 382.606,00; fl.11 dos autos em apenso). Portanto, não existem efeitos financeiros a favor do autor-embargado na presente execução.
Por conseguinte, aplicável no caso em espécie, o disposto no artigo 557, § 1ª, "a", do Código de Processo Civil, nestes termos:
Art. 557. O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior.
§ 1º A- Se a decisão estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, o relator poderá dar provimento ao recurso.
(...)
Diante do exposto, nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, não conheço da remessa oficial e dou provimento ao recurso do INSS para julgar procedentes os embargos à execução e declarar a inexistência de crédito em favor do autor-embargado, extinguindo-se a presente execução. Condeno a parte vencida ao pagamento das custas e honorários advocatícios que ora arbitro em 10% (dez por cento) do valor discutido.
Decorrido o prazo recursal, encaminhem-se os autos à Vara de origem, dando-se baixa na Distribuição.
Intimem-se.
São Paulo, 29 de março de 2007.
SÉRGIO NASCIMENTO
Desembargador Federal

PROC.	:	2006.03.99.017202-8 AC 1110028
ORIG.	:	0300001158 1 Vr IBITINGA/SP 0300069351 1 Vr IBITINGA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUIS ENRIQUE MARCHIONI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	IRINEU DOS SANTOS
ADV	:	NORBERTO APARECIDO MAZZIERO
RELATOR	:	DES.FED. JEDIAEL GALVÃO / DÉCIMA TURMA

Vistos etc.
Proposta ação de revisão de benefício previdenciário, sobreveio sentença de procedência, condenando o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a recalcular a renda mensal inicial do benefício da parte autora, aplicando o índice de fevereiro de 1994, o IRSM de 39,67%, bem como ao pagamento das diferenças apuradas, observada a prescrição qüinqüenal, além de honorários advocatícios. A sentença não foi submetida ao reexame necessário.
Inconformada a autarquia previdenciária interpôs recurso de apelação, pugnando pela reforma da r. sentença.
Com as contra-razões os autos foram remetidos a este Tribunal.
Às fls. 78/84, foi dado parcial provimento ao reexame necessário e à apelação do INSS.
Às fls. 86/87, a parte autora requereu a desistência da ação e a extinção do feito, em razão de ter sido a renda mensal inicial revisada em ação semelhante.
Intimada a se manifestar sobre o pedido de desistência, a autarquia previdenciária quedou-se inerte.
Em razão do pedido de desistência da ação feito pelo autor e a conseqüente falta de interesse processual, torno sem efeito a decisão de fls. 78/84.
Diante do exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO, nos termos do artigo 267, inciso VI, do Código de Processo Civil, restando prejudicados o reexame necessário e a apelação do INSS.
Com supedâneo em orientação do Supremo Tribunal Federal (Agravo Regimental em REO nº 313.348/RS, Relator Ministro Sepúlveda Pertence, j. 15/04/03, DJU 16/05/03, p. 616), deixo de condenar a Autora nas verbas de sucumbência, por ser beneficiária da assistência judiciária gratuita.
Oportunamente, baixem os autos à Vara de origem.
Publique-se e intimem-se.
São Paulo, 27 de março de 2007.
JEDIAEL GALVÃO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.018149-7 AG 293319
ORIG.	:	0300000966 1 Vr ITAPOLIS/SP
AGRTE	:	EDUWIRGES SERAVO MANIERI e outros
ADV	:	ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUIS ENRIQUE MARCHIONI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE ITAPOLIS SP
RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, contra a r. decisão que reconhece a inexistência do trânsito em julgado da sentença proferida em embargos à execução e remete os autos a esta Corte, por força do reexame necessário.
Sustenta-se, em suma, o não cabimento da remessa.
Relatados, decido.
Não há que se falar em reexame necessário, pois o art. 475, II, do C. Pr. Civil se aplica somente ao processo de conhecimento, consoante jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça:
"PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. PREQUESTIONAMENTO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. REEXAME NECESSÁRIO. AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA. ART. 475, II, CPC. DESCABIMENTO. EFEITO DEVOLUTIVO. ART. 520, V, CPC.
I - A sentença que julga os embargos à execução de título judicial opostos por autarquia e fundações não está sujeita ao reexame necessário (art. 475, II, do CPC), tendo em vista que a remessa ex officio, in casu, é devida apenas em processo cognitivo, não sendo aplicável em sede de execução de sentença, por prevalecer a disposição contida no art. 520, V, do CPC. Precedentes.
II - (...)
Recurso não conhecido." (REsp 365.736 SC, Min. Felix Fischer; REsp 262.622 RS, Min. Hamilton Carvalhido).
Recentemente o Superior Tribunal de Justiça decidiu:
"FAZENDA PÚBLICA (ESTADO). SENTENÇA (EXECUÇÃO). EMBARGOS. DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO (NÃO APLICAÇÃO). COD. DE PR. CIVIL, art. 475, II e III. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA (REJEIÇÃO).
1. De acordo com a jurisprudência do STJ, a sentença, nos embargos à execução fundada em sentença, proferida contra a autarquia, não está sujeita a duplo grau de jurisdição. Por exemplo: EREsp-226.387 e 231.788.
2. Do mesmo modo, quando proferida contra a União, o Estado e o Município, isto é, nos embargos à execução fundada em sentença. Ubi eadem ratio, ibi eadem legis dispositio.
3. Embargos conhecidos, porém rejeitados." (EREsp 236.845 SP, Min. Nilson Naves).
Posto isto, dou provimento ao presente recurso, com fundamento no art. 557, § 1º-A, do C. Pr. Civil, haja vista o confronto entre a decisão agravada e a jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça.
Decorrido o prazo legal, baixem os autos ao Juízo de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 27 de março de 2007.
CASTRO GUERRA
RELATOR

PROC.	:	2007.03.00.018176-0 AG 293336
ORIG.	:	0700000057 1 Vr NOVA GRANADA/SP 0700001177 1 Vr NOVA GRANADA/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	PAULO SERGIO BIANCHINI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	APARECIDO FERREIRA DA SILVA
ADV	:	ANTONIO ALBERTO CRISTOFALO DE LEMOS
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE NOVA GRANADA SP
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Aforada ação, em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando restabelecimento de auxílio-doença, o MM. Juiz singular deferiu pleito de antecipação de tutela (f. 37), entendendo presentes os requisitos a tanto necessários.
Inconformado, o INSS interpôs o presente agravo de instrumento, visando à reforma de referida decisão e, liminarmente, à neutralização de seus efeitos, aos seguintes argumentos: a) a benesse restou cessada, após regular perícia médica, que constatou a recuperação da capacidade laboral, pelo requerente; b) os documentos apresentados são unilaterais e não foram produzidos sob o crivo do contraditório; c) perigo de irreversibilidade do provimento antecipado.
Passo ao exame.
A teor do disposto no art. 527, II, do CPC, com redação dada pela Lei nº 11.187/2005, o relator converterá o agravo de instrumento em retido, salvo nas hipóteses lá elencadas.
Na espécie, tratando-se de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, cabível o processamento do agravo na forma de instrumento.
Pois bem; para fazer jus ao benefício do auxílio-doença, o requerente deve ser filiado à Previdência Social, comprovar a carência de doze contribuições e estar incapacitado, total e temporariamente, ao trabalho (artigos 25, I, e 59, da Lei nº 8.213/91).
Ora, o autor é segurado da Previdência Social, nos termos do art. 15, I, da Lei nº 8.213/91, porque em gozo de auxílio-doença, até 13/12/2006 (f. 30).
O documento de f. 31, posterior à cessação do benefício em comento, dá conta de que o promovente apresenta lesão degenerativa no joelho esquerdo, com incapacidade funcional, solicitando afastamento definitivo do trabalho.
Quanto à alegada irreversibilidade da decisão combatida, tem-se que o argumento deduzido pelo INSS demonstra, na realidade, o acerto da concessão, em antecipação de tutela, do benefício requerido, porque a autarquia reconhece a precária situação financeira do postulante.
Ademais, parece-me mais premente conceder, ao vindicante, meios para prover sua subsistência, preservando-lhe o direito à vida, do que acudir o receio do INSS, quanto à possibilidade de não-satisfação de créditos, caso seja, eventualmente, revista a outorga do benefício. Muito embora se trate, aqui, de cognição não-exauriente, não se pode prescindir dessa espécie de juízo de sopesamento.
Dessa forma, e nesse instante procedimental, ocorrente comprovação de incapacidade laboral, total e temporária, requisito à percepção do benefício pleiteado.
Tem-se, aqui, recurso, manifestamente, improcedente, encontrando-se, quantum satis, demonstrada a inaptidão ao labor, caso em que a Décima Turma desta Corte, iterativamente, vem improvendo recursos autárquicos.
Tais as circunstâncias, nego seguimento ao recurso, com fulcro no art. 557, caput, do CPC.
Respeitadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
Dê-se ciência.
Em, 27 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.018194-1 AG 293363
ORIG.	:	0600019660 1 Vr PARANAIBA/MS
AGRTE	:	MARIA APARECIDA DE LIMA
ADV	:	MAURICIO DA SILVA
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	AMILSON ALVES QUEIROZ FILHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE PARANAIBA MS
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Aforada ação, em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando percepção de pensão por morte, o MM. Juiz singular suspendeu o andamento do feito, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a fim de que a autora comprovasse o prévio ingresso na via administrativa (fs. 28/29).
Inconformada, a promovente interpôs o presente agravo de instrumento, visando à reforma da decisão e, liminarmente, à neutralização de seus efeitos, aos seguintes argumentos: a) a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário, lesão ou ameaça a direito; b) a jurisprudência tem se encaminhado no sentido de considerar desnecessária a providência ordenada pelo magistrado monocrático.
Passo ao exame.
Defiro, primeiramente, o benefício da gratuidade judiciária, tornando-se irrelevante o quanto certificado a f. 47, procedendo-se às anotações necessárias.
A teor do disposto no art. 527, II, do CPC, com redação dada pela Lei nº 11.187/2005, o relator converterá o agravo de instrumento em retido, salvo nas hipóteses lá elencadas.
Na espécie, tratando-se de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, cabível o processamento do agravo na forma de instrumento.
O art. 5º, XXXV, da CR/88 consagra o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, assegurando o direito de ação, que só pode ser restringido pela própria Carta Maior.
No caso dos autos, o MM. Juiz a quo ordenou que a demandante demonstrasse a prévia postulação, administrativa, da benesse, condicionando o ajuizamento da ação.
Por oportuno, cabe citar os seguintes julgados do C. STJ, nesse sentido:
"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIOS. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. DESNECESSIDADE.
O prévio requerimento na esfera administrativa não pode ser considerado como condição para propositura da ação de natureza previdenciária.
Ademais, é pacífico neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que é desnecessário o requerimento administrativo prévio à propositura de ação que vise concessão de benefício previdenciário.
Recurso conhecido e desprovido".
(RESP nº 602.843/PR, Quinta Turma, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, j. 26/10/2004, v.u., DJ 29/11/2004, p. 379)
"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. DESNECESSIDADE.
1.É firme o entendimento neste Superior Tribunal de Justiça no sentido de ser desnecessário o prévio requerimento administrativo à propositura de ação que visa à percepção de benefício previdenciário (REsp nº 230.499/CE, da minha Relatoria, in DJ 1º/8/2000).
2. Recurso improvido".
(RESP nº 543.117/PR, Sexta Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, j. 26/05/2004, v.u., DJ 02/08/2004 p. 593)
Ainda que não se refira, expressamente, à questão do prévio requerimento administrativo, há de se recordar, mutatis mutandis, do disposto na Súmula nº 09 desta Corte, segundo a qual: "em matéria previdenciária, torna-se desnecessário o prévio exaurimento da via administrativa, como condição de ajuizamento da ação".
Assim, não se apresenta justificativa plausível à exigência de prévia solicitação administrativa do benefício, como condição à propositura da ação previdenciária.
Pelo exposto, a teor do art. 557, § 1º - A, do CPC, dou provimento ao recurso, vez que a decisão guerreada está em confronto com entendimento dominante do C. STJ.
Respeitadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
Dê-se ciência.
Em, 19 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.018195-3 AG 293364
ORIG.	:	0600017160 1 Vr PARANAIBA/MS
AGRTE	:	OLIMPIO DE QUEIROZ SILVA (= ou > de 60 anos)
ADV	:	MAURICIO DA SILVA
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	AMILSON ALVES QUEIROZ FILHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE PARANAIBA MS
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Aforada ação, em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando concessão de aposentadoria por idade rural, o MM. Juiz singular suspendeu o andamento do feito, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a fim de que o autor comprovasse o prévio ingresso na via administrativa (fs. 28/29).
Inconformado, o promovente interpôs o presente agravo de instrumento, visando à reforma da decisão e, liminarmente, à neutralização de seus efeitos, aos seguintes argumentos: a) a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário, lesão ou ameaça a direito; b) a jurisprudência tem se encaminhado no sentido de considerar desnecessária a providência ordenada pelo magistrado monocrático.
Passo ao exame.
Defiro, primeiramente, o benefício da gratuidade judiciária, tornando-se irrelevante o quanto certificado a f. 49, procedendo-se às anotações necessárias.
A teor do disposto no art. 527, II, do CPC, com redação dada pela Lei nº 11.187/2005, o relator converterá o agravo de instrumento em retido, salvo nas hipóteses lá elencadas.
Na espécie, tratando-se de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, cabível o processamento do agravo na forma de instrumento.
O art. 5º, XXXV, da CR/88 consagra o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, assegurando o direito de ação, que só pode ser restringido pela própria Carta Maior.
No caso dos autos, o MM. Juiz a quo ordenou que o demandante demonstrasse a prévia postulação, administrativa, da benesse, condicionando o ajuizamento da ação.
Por oportuno, cabe citar os seguintes julgados do C. STJ, nesse sentido:
"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIOS. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. DESNECESSIDADE.
O prévio requerimento na esfera administrativa não pode ser considerado como condição para propositura da ação de natureza previdenciária.
Ademais, é pacífico neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que é desnecessário o requerimento administrativo prévio à propositura de ação que vise concessão de benefício previdenciário.
Recurso conhecido e desprovido".
(RESP nº 602.843/PR, Quinta Turma, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, j. 26/10/2004, v.u., DJ 29/11/2004, p. 379)
"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. DESNECESSIDADE.
1.É firme o entendimento neste Superior Tribunal de Justiça no sentido de ser desnecessário o prévio requerimento administrativo à propositura de ação que visa à percepção de benefício previdenciário (REsp nº 230.499/CE, da minha Relatoria, in DJ 1º/8/2000).
2. Recurso improvido".
(RESP nº 543.117/PR, Sexta Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, j. 26/05/2004, v.u., DJ 02/08/2004 p. 593)
Ainda que não se refira, expressamente, à questão do prévio requerimento administrativo, há de se recordar, mutatis mutandis, do disposto na Súmula nº 09 desta Corte, segundo a qual: "em matéria previdenciária, torna-se desnecessário o prévio exaurimento da via administrativa, como condição de ajuizamento da ação".
Assim, não se apresenta justificativa plausível à exigência de prévia solicitação administrativa do benefício, como condição à propositura da ação previdenciária.
Pelo exposto, a teor do art. 557, § 1º - A, do CPC, dou provimento ao recurso, vez que a decisão guerreada está em confronto com entendimento dominante do C. STJ.
Respeitadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
Dê-se ciência.
Em, 19 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.018199-0 AG 293368
ORIG.	:	0600030230 1 Vr PARANAIBA/MS
AGRTE	:	MARIA NAZARET RODRIGUES
ADV	:	ANTONIO FLAVIO ROCHA DE OLIVEIRA
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	AMILSON ALVES QUEIROZ FILHO
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE PARANAIBA MS
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Aforada ação, em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando concessão de aposentadoria por idade rural, o MM. Juiz singular suspendeu o andamento do feito, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a fim de que a autora comprovasse o prévio ingresso na via administrativa (fs. 29/30).
Inconformada, a promovente interpôs o presente agravo de instrumento, visando à reforma da decisão, aos seguintes argumentos: a) a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário, lesão ou ameaça a direito; b) a jurisprudência tem se encaminhado no sentido de considerar desnecessária a providência ordenada pelo magistrado monocrático.
Passo ao exame.
Defiro, primeiramente, o benefício da gratuidade judiciária, tornando-se irrelevante o quanto certificado a f. 33, procedendo-se às anotações necessárias.
A teor do disposto no art. 527, II, do CPC, com redação dada pela Lei nº 11.187/2005, o relator converterá o agravo de instrumento em retido, salvo nas hipóteses lá elencadas.
Na espécie, tratando-se de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, cabível o processamento do agravo na forma de instrumento.
O art. 5º, XXXV, da CR/88 consagra o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, assegurando o direito de ação, que só pode ser restringido pela própria Carta Maior.
No caso dos autos, o MM. Juiz a quo ordenou que a demandante demonstrasse a prévia postulação, administrativa, da benesse, condicionando o ajuizamento da ação.
Por oportuno, cabe citar os seguintes julgados do C. STJ, nesse sentido:
"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIOS. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. DESNECESSIDADE.
O prévio requerimento na esfera administrativa não pode ser considerado como condição para propositura da ação de natureza previdenciária.
Ademais, é pacífico neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que é desnecessário o requerimento administrativo prévio à propositura de ação que vise concessão de benefício previdenciário.
Recurso conhecido e desprovido".
(RESP nº 602.843/PR, Quinta Turma, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, j. 26/10/2004, v.u., DJ 29/11/2004, p. 379)
"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. DESNECESSIDADE.
1.É firme o entendimento neste Superior Tribunal de Justiça no sentido de ser desnecessário o prévio requerimento administrativo à propositura de ação que visa à percepção de benefício previdenciário (REsp nº 230.499/CE, da minha Relatoria, in DJ 1º/8/2000).
2. Recurso improvido".
(RESP nº 543.117/PR, Sexta Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, j. 26/05/2004, v.u., DJ 02/08/2004 p. 593)
Ainda que não se refira, expressamente, à questão do prévio requerimento administrativo, há de se recordar, mutatis mutandis, do disposto na Súmula nº 09 desta Corte, segundo a qual: "em matéria previdenciária, torna-se desnecessário o prévio exaurimento da via administrativa, como condição de ajuizamento da ação".
Assim, não se apresenta justificativa plausível à exigência de prévia solicitação administrativa do benefício, como condição à propositura da ação previdenciária.
Pelo exposto, a teor do art. 557, § 1º - A, do CPC, dou provimento ao recurso, vez que a decisão guerreada está em confronto com entendimento dominante do C. STJ.
Respeitadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
Dê-se ciência.
Em, 26 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.018223-4 AG 293383
ORIG.	:	9607094301 3 Vr SAO JOSE DO RIO PRETO/SP 200303990250415 3 Vr SAO JOSE DO RIO PRETO/SP
AGRTE	:	FLORIANO BENITEZ GASQUES
ADV	:	JOAO HENRIQUE BUOSI
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOSE RICARDO FERNANDES SALOMAO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE S J RIO PRETO SP
RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Agravo de instrumento, com pedido de antecipação da pretensão recursal, contra a r. decisão que indefere a execução de parcelas em atraso, no período que vai da data de início do benefício judicialmente concedido à data em que obteve a concessão admistrativa do benefício mais vantajoso.
Sustenta-se, em suma, o direito à cobrança das prestações, apesar de exercida a opção pelo benefício mais vantajoso.
Relatados, decido.
Apura-se que a aposentadoria por tempo de serviço, concedida pela via judicial, iniciou-se em 24.03.97 (fs. 21/26).
Todavia, em 23.07.99, o segurado obteve, por decisão administrativa, outro benefício de aposentadoria por tempo de serviço mais vantajoso (fs. 33/40).
À vista disso, para usufruir deste último benefício mais vantajoso, o segurado indicou que não receberia a aposentadoria por tempo de serviço concedida judicialmente.
Mostra-se, agora, injustificável a pretensão de receber as prestações entre as datas do início do benefício judicialmente concedido e a do início da concedida administrativamente (24.03.97 a 23.07.99), porque, em tais condições, o segurado estaria conjugando as vantagens oriundas destas concessões, apesar de ter realizado a opção pelo benefício que considerou mais vantajoso.
Posto isso, com fulcro no art. 557, caput, do C. Pr. Civil, nego seguimento ao recurso, por ser manifestamente improcedente.
Decorrido o prazo legal, baixem os autos ao Juízo de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
CASTRO GUERRA
RELATOR

PROC.	:	2007.03.00.018279-9 AG 293429
ORIG.	:	200461830063670 1V Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RODRIGO OCTAVIO LEONIDAS KAHN DA SILVEIRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	EDSON PAULINO DE OLIVEIRA
ADV	:	WILSON MIGUEL
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA PREVIDENCIARIA DE SAO PAULO SP>1ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Cuida-se de agravo de instrumento, objetivando reforma de decisão que, nos autos de ação de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição, recebeu os apelos interpostos pelo autor e réu, no efeito devolutivo (art. 520, VII, do CPC).
De acordo com o disposto no art. 524, I e II, do CPC, incumbe ao agravante destacar, em seu recurso, a exposição do fato e do direito e as razões do pedido de reforma da decisão.
Importante ressaltar que a falta de quaisquer desses requisitos redunda na negativa de seguimento da impugnação (art. 557 do CPC).
Na espécie, o agravante, ao altercar contra a decisão, absteve-se de externar as razões de fato e de direito, indicativas de defeitos que ensejariam a reforma da decisão guerreada, que recebeu os apelos interpostos, no efeito devolutivo, com fulcro no art. 520, VII, do CPC, cingindo-se a alegar questões outras, como a impossibilidade de concessão de tutela antecipada, em face da Fazenda Pública, e ausência dos requisitos do art. 273 do CPC.
Diga-se, por oportuno, que a outorga do provimento antecipado deu-se na sentença, e sua pertinência será abordada na sede recursal própria.
Tal situação, bem é de ver, autoriza negativa liminar de seguimento do inconformismo, por manifesta inadmissibilidade, afetando, inclusive, a compreensibilidade da peça, cerceando a defesa da parte contrária.
A contexto, confira-se precedente:
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO QUE REVOGOU O BENEFÍCIO DA GRATUIDADE JUDICIÁRIA DETERMINANDO QUE OS AUTORES RECOLHAM AS CUSTAS PROCESSUAIS SEGUNDO O VALOR DA CAUSA ATUALIZADO. PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO ACOLHIDA.
1 - Com razão a agravada não merece ser conhecido o presente agravo de instrumento. A "priori", pertine salientar que foram desatendidos os incisos I e II do artigo 524 do CPC, em razão de não estarem expostos os fatos e o direito, nem as razões do pedido de reforma da decisão.
2 - Ademais os agravantes não juntaram as declarações de insuficiência de recursos necessária, para a concessão do benefício da justiça gratuita.
3 - Preliminar acolhida. Agravo de Instrumento. Não conhecido".
(TRF-3ªReg., AG 93.03.083525-5, Primeira Turma, Rel. Des. Fed. Roberto Haddad, j. 10/02/98, v.u., DJ. 05/05/98, p. 411).
Logo, outra solução não colhe senão negar seguimento ao recurso, com fulcro no art. 557, caput, do CPC, por manifesta inadmissibilidade.
Respeitadas as cautelas legais, baixem os autos à Vara de origem.
Dê-se ciência.
Em, 09 de abril de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.018299-4 AG 293449
ORIG.	:	0600000784 1 Vr NUPORANGA/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARIA HELENA TAZINAFO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	PAULO ELIAS MARANGONI
ADV	:	ROBERTA LUCIANA MELO DE SOUZA
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE NUPORANGA SP
RELATOR	:	DES.FED. JEDIAEL GALVÃO / DÉCIMA TURMA

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto contra decisão que, nos autos da ação previdenciária, deferiu o pedido de antecipação de tutela para o restabelecimento do benefício de auxílio-doença ao agravado.
Sustenta o agravante, em síntese, a impossibilidade de concessão da tutela antecipada contra a Fazenda Pública e o não preenchimento dos requisitos previstos no artigo 273 do Código de Processo Civil. Aduz acerca da possibilidade de irreversibilidade do provimento jurisdicional concedido.
É a síntese do essencial.
DECIDO.
Na forma do artigo 522 c/c o artigo 527, inciso II, ambos do Código de Processo Civil, na redação dada pela Lei nº 11.187, de 19/10/2005, o relator deverá converter o agravo em retido, salvo nas hipóteses assinaladas em referidos dispositivos legais.
Pois bem. A decisão agravada se encontra bem alicerçada, não tendo sido abalada pelas razões deduzidas no agravo, restando bem claro, em suficiente análise do Juízo a quo, a verossimilhança das alegações relativas a incapacidade laborativa do agravado, conclusão essa calcada em elementos de prova carreados aos autos, no que se conclui haver-se preenchido, pelo menos em exame prévio, os requisitos indispensáveis ao restabelecimento do auxílio-doença.
No tocante à alegação de irreversibilidade da medida, anoto que tal argumentação não merece prevalecer, pois o pagamento de benefício previdenciário constitui relação jurídica de trato sucessivo, de maneira que, apurando-se, em definitivo, inexistir as bases que neste momento processual se antevê, a cessação do pagamento do benefício se operará, sendo o provimento jurisdicional provisório reversível.
Ademais, conforme já decidiu o Tribunal Regional Federal da Quarta Região, "A irreversibilidade do provimento, meramente econômica, não é óbice à antecipação da tutela, em matéria previdenciária ou assistencial, sempre que a efetiva proteção dos direitos à vida, à saúde, à previdência ou à assistência social não puder ser realizada sem a providência antecipatória" (AG nº 107208/RS, Relator Juiz RAMOS DE OLIVEIRA, j. 03/10/2002, DJU 06/11/2002, p. 629).
Finalmente, é ínsita a possibilidade de concessão de tutela antecipada contra pessoa jurídica de direito público diante do regramento estabelecido pela Lei nº 9.494/97, que disciplina a aplicação da tutela antecipada contra a Fazenda Pública.
Diante do exposto, com fundamento no artigo 527, inciso II, do Código de Processo Civil, INDEFIRO o efeito suspensivo pleiteado e determino a conversão do presente recurso em agravo retido.
Oportunamente, observadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem, para apensamento aos autos principais.
Intimem-se.
São Paulo, 27 de março de 2007.
JEDIAEL GALVÃO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.018383-4 AG 293541
ORIG.	:	0400002271 3 Vr SUMARE/SP
AGRTE	:	FRANCISCO RIBEIRO
ADV	:	PATRICIA DE CASSIA FURNO OLINDO
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 3 VARA DE SUMARE SP
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Aforada ação, em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando concessão de benefício assistencial, o MM. Juiz singular determinou que se oficiasse ao Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo - Imesc, solicitando perícia médica no autor (f. 24).
Inconformado, o vindicante interpôs o presente agravo de instrumento, visando à reforma da decisão e, liminarmente, à neutralização de seus efeitos, aos seguintes argumentos: a) não possui condições físicas, nem financeiras, para se locomover até o Imesc; b) a realização de prova pericial, em outra localidade, embaraça o acesso ao Judiciário, tendo em vista as dificuldades citadas; c) a perícia é indispensável à comprovação da deficiência do agravante; d) o pagamento da perícia deve ser efetuado, de acordo com a Resolução nº 440/2005 do Conselho da Justiça Federal, pois o autor é beneficiário da justiça gratuita.
Passo ao exame.
De início, consigno a irrelevância do quanto certificado a f. 29, no sentido da inocorrência do recolhimento de custas, porquanto o juízo a quo deferiu o benefício da gratuidade judiciária, como se verifica a f. 21.
Pois bem. A teor do disposto no art. 527, II, do CPC, com redação dada pela Lei nº 11.187/2005, o relator converterá o agravo de instrumento em retido, salvo nas hipóteses lá elencadas.
Na espécie, tratando-se de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, cabível o processamento do agravo na forma de instrumento.
Dispõe o art. 109, § 3º, da CR/88 que as ações em que forem partes instituição de Previdência Social e segurado serão julgadas, perante a Justiça Estadual, no foro do domicílio do segurado ou beneficiário, quando a Comarca não for sede de Vara do Juízo Federal.
A intenção do legislador foi de proteger o hipossuficiente, facilitando o acesso ao Judiciário, através da possibilidade de demandar no foro de seu domicílio, evitando-se o deslocamento até outra localidade, para defesa de seu direito.
Revela-se factível a aplicação analógica da regra constitucional citada, à espécie, determinando-se a realização da perícia médica, na comarca do domicílio do demandante, ou, na impossibilidade, na localidade mais próxima, evitando-se que seja obrigada a se deslocar até cidade distante de sua residência.
Deveras, muito embora seja controversa a possibilidade de estar o solicitante inviabilizado de se deslocar até o local da peritagem, em razão da alegada incapacidade, não se perca de vista que, no caso em estudo, está a se requerer benefício assistencial, vocacionado, como sabido, à camada mais mísera da sociedade, desprovida, certamente, de condições para efetivar viagens. O custo da locomoção, pode, sim, frustrar a realização do exame - desde que considerada a realidade que envolve o proponente - com conseqüente cerceamento de defesa.
Por oportuno, cabe citar os seguintes julgados da Décima Turma desta Corte, nesse sentido: AG nº 218.837, Rel. Des. Fed. Galvão Miranda, j. 29/03/2005, v. u., DJ 27/04/2005, p. 624; AG nº 209.372, Rel. Des. Fed. Sérgio Nascimento, j. 15/02/2005, v. u., DJ 14/03/2005, p. 499.
Na espécie, foi o autor quem pugnou, na inicial da ação subjacente, pela produção de prova pericial (f. 15), devendo, em tese, arcar com honorários periciais, à luz do art. 33 do CPC.
Entretanto, tendo-lhe sido deferida gratuidade judiciária, de se aplicar o disposto no art. 1º da Resolução nº 541/2007, do Conselho da Justiça Federal, segundo o qual o pagamento de honorários dos advogados dativos e peritos, no âmbito da jurisdição delegada, correrão à conta da Justiça Federal, após o término do prazo para que as partes se manifestem sobre o laudo (art. 3º).
A propósito, confira-se, mutatis mutandis, precedente exarado, sob a égide da resolução pretérita: AC nº 747.775, Décima Turma, Rel. Des. Fed. Sérgio Nascimento, j. 26/09/2006, v.u., DJ 25/10/2006, p. 548.
Em casos semelhantes, esta Corte vem decidindo, monocraticamente, (v.g. AG nº 268.168, Oitava Turma, Rel. Des. Fed. Marianina Galante, 13/07/2006).
Pelo exposto, a teor do art. 557, § 1º - A, do CPC, dou provimento ao recurso, para determinar que a perícia médica seja realizada na comarca do domicílio do autor, ou, na impossibilidade, na localidade que dela mais se aproxime, devendo os honorários periciais serem pagos, na forma da Resolução nº 541/2007, do Conselho da Justiça Federal.
Respeitadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
Dê-se ciência.
Em, 27 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.018388-3 AG 293546
ORIG.	:	0000000104 3 Vr SANTA CRUZ DO RIO PARDO/SP 0000001299 3 Vr SANTA CRUZ DO RIO PARDO/SP
AGRTE	:	MARIANA PEREIRA TAVARES
ADV	:	PATRICIA DE CASSIA FURNO OLINDO
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUIZ ANTONIO LOPES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 3 VARA DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO SP
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Aforada ação, em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando concessão de aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença, o MM. Juiz singular determinou que se oficiasse ao Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo - Imesc, solicitando perícia médica na autora (f. 21).
Inconformada, a vindicante interpôs o presente agravo de instrumento, visando à reforma da decisão e, liminarmente, à neutralização de seus efeitos, aos seguintes argumentos: a) não possui condições físicas, nem financeiras, para se locomover até o Imesc; b) a realização de prova pericial, em outra localidade, embaraça o acesso ao Judiciário, tendo em vista as dificuldades citadas; c) a perícia é indispensável à comprovação da deficiência da agravante; d) o pagamento da perícia deve ser efetuado, de acordo com a Resolução nº 440/2005 do Conselho da Justiça Federal, pois a autora é beneficiária da justiça gratuita.
Passo ao exame.
De início, consigno a irrelevância do quanto certificado a f. 25, no sentido da inocorrência do recolhimento de custas, porquanto o juízo a quo deferiu o benefício da gratuidade judiciária, como se verifica a f. 18.
Pois bem. A teor do disposto no art. 527, II, do CPC, com redação dada pela Lei nº 11.187/2005, o relator converterá o agravo de instrumento em retido, salvo nas hipóteses lá elencadas.
Na espécie, tratando-se de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, cabível o processamento do agravo na forma de instrumento.
Dispõe o art. 109, § 3º, da CR/88 que as ações em que forem partes instituição de Previdência Social e segurado serão julgadas, perante a Justiça Estadual, no foro do domicílio do segurado ou beneficiário, quando a Comarca não for sede de Vara do Juízo Federal.
A intenção do legislador foi de proteger o hipossuficiente, facilitando o acesso ao Judiciário, através da possibilidade de demandar no foro de seu domicílio, evitando-se o deslocamento até outra localidade, para defesa de seu direito.
Revela-se factível a aplicação analógica da regra constitucional citada, à espécie, determinando-se a realização da perícia médica, na comarca do domicílio da demandante, ou, na impossibilidade, na localidade mais próxima, evitando-se que seja obrigada a se deslocar até cidade distante de sua residência.
Deveras, muito embora seja controversa a possibilidade de estar a postulante inviabilizada de se deslocar até o local da peritagem, em razão das doenças que a acometem, não se perca de vista que, no caso em estudo, cuida-se de beneficiária da justiça gratuita, desprovida, em tese, de condições de arcar com despesas processuais, sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família, e de meios para efetivar viagens. O custo da locomoção, pode, sim, frustrar a realização do exame - desde que considerada a realidade que envolve a proponente - com conseqüente cerceamento de defesa.
A Décima Turma deste Tribunal assim vem entendendo, inclusive em precedente por mim relatado (AG nº 266.009, j. 12/09/2006, v.u., DJ 27/09/2006, p. 577).
Por outro lado, na espécie, foi a autora quem pugnou, na inicial da ação subjacente, pela produção de prova pericial (f. 14), devendo, em tese, arcar com honorários periciais, à luz do art. 33 do CPC.
Entretanto, tendo-lhe sido deferida gratuidade judiciária, de se aplicar o disposto no art. 1º da Resolução nº 541/2007, do Conselho da Justiça Federal, segundo o qual o pagamento de honorários dos advogados dativos e peritos, no âmbito da jurisdição delegada, correrão à conta da Justiça Federal, após o término do prazo para que as partes se manifestem sobre o laudo (art. 3º).
A propósito, confira-se, mutatis mutandis, precedente exarado sob a égide da resolução pretérita: AC nº 747.775, Décima Turma, Rel. Des. Fed. Sérgio Nascimento, j. 26/09/2006, v.u., DJ 25/10/2006, p. 548.
Em casos semelhantes, esta Corte vem decidindo, monocraticamente, (v.g. AG nº 268168, Oitava Turma, Rel. Des. Fed. Marianina Galante, 13/07/2006).
Pelo exposto, a teor do art. 557, § 1º - A, do CPC, dou provimento ao recurso, para determinar que a perícia médica seja realizada na comarca do domicílio da autora, ou, na impossibilidade, na localidade que dela mais se aproxime, devendo os honorários periciais serem pagos, na forma da Resolução nº 541/2007, do Conselho da Justiça Federal.
Respeitadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
Dê-se ciência.
Em, 27 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.018390-1 AG 293548
ORIG.	:	0500001624 1 Vr ITAPEVA/SP 0500111126 1 Vr ITAPEVA/SP
AGRTE	:	NEUSA LUCIANO DA ROSA
ADV	:	THAIS HELENA TEIXEIRA AMORIM SILVA
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE ITAPEVA SP
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Aforada ação, em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando concessão de benefício assistencial, o MM. Juiz singular determinou que se oficiasse ao Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo - Imesc, solicitando perícia médica na autora (f. 24).
Inconformada, a vindicante interpôs o presente agravo de instrumento, visando à reforma da decisão e, liminarmente, à neutralização de seus efeitos, aos seguintes argumentos: a) não possui condições físicas, nem financeiras, para se locomover até o Imesc; b) a realização de prova pericial, em outra localidade, embaraça o acesso ao Judiciário, tendo em vista as dificuldades citadas; c) a perícia é indispensável à comprovação da deficiência da agravante; d) o pagamento da perícia deve ser efetuado, de acordo com a Resolução nº 440/2005 do Conselho da Justiça Federal, pois a autora é beneficiária da justiça gratuita.
Passo ao exame.
De início, consigno a irrelevância do quanto certificado a f. 27, no sentido da inocorrência do recolhimento de custas, porquanto o juízo a quo deferiu o benefício da gratuidade judiciária, como se verifica a f. 23.
Pois bem. A teor do disposto no art. 527, II, do CPC, com redação dada pela Lei nº 11.187/2005, o relator converterá o agravo de instrumento em retido, salvo nas hipóteses lá elencadas.
Na espécie, tratando-se de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, cabível o processamento do agravo na forma de instrumento.
Dispõe o art. 109, § 3º, da CR/88 que as ações em que forem partes instituição de Previdência Social e segurado serão julgadas, perante a Justiça Estadual, no foro do domicílio do segurado ou beneficiário, quando a Comarca não for sede de Vara do Juízo Federal.
A intenção do legislador foi de proteger o hipossuficiente, facilitando o acesso ao Judiciário, através da possibilidade de demandar no foro de seu domicílio, evitando-se o deslocamento até outra localidade, para defesa de seu direito.
Revela-se factível a aplicação analógica da regra constitucional citada, à espécie, determinando-se a realização da perícia médica, na comarca do domicílio da demandante, ou, na impossibilidade, na localidade mais próxima, evitando-se que seja obrigada a se deslocar até cidade distante de sua residência.

Deveras, muito embora seja controversa a possibilidade de estar a solicitante inviabilizada de se deslocar até o local da peritagem, em razão da alegada incapacidade, não se perca de vista que, no caso em estudo, está a se requerer benefício assistencial, vocacionado, como sabido, à camada mais mísera da sociedade, desprovida, certamente, de condições para efetivar viagens. O custo da locomoção, pode, sim, frustrar a realização do exame - desde que considerada a realidade que envolve a proponente - com conseqüente cerceamento de defesa.
Por oportuno, cabe citar os seguintes julgados da Décima Turma desta Corte, nesse sentido: AG nº 218.837, Rel. Des. Fed. Galvão Miranda, j. 29/03/2005, v. u., DJ 27/04/2005, p. 624; AG nº 209.372, Rel. Des. Fed. Sérgio Nascimento, j. 15/02/2005, v. u., DJ 14/03/2005, p. 499.
Na espécie, foi a autora quem pugnou, na inicial da ação subjacente, pela produção de prova pericial (f. 15), devendo, em tese, arcar com honorários periciais, à luz do art. 33 do CPC.
Entretanto, tendo-lhe sido deferida gratuidade judiciária, de se aplicar o disposto no art. 1º da Resolução nº 541/2007, do Conselho da Justiça Federal, segundo o qual o pagamento de honorários dos advogados dativos e peritos, no âmbito da jurisdição delegada, correrão à conta da Justiça Federal, após o término do prazo para que as partes se manifestem sobre o laudo (art. 3º).
A propósito, confira-se, mutatis mutandis, precedente exarado, sob a égide da resolução pretérita: AC nº 747.775, Décima Turma, Rel. Des. Fed. Sérgio Nascimento, j. 26/09/2006, v.u., DJ 25/10/2006, p. 548.
Em casos semelhantes, esta Corte vem decidindo, monocraticamente (v.g. AG nº 268168, Oitava Turma, Rel. Des. Fed. Marianina Galante, 13/07/2006).
Pelo exposto, a teor do art. 557, § 1º - A, do CPC, dou provimento ao recurso, para determinar que a perícia médica seja realizada na comarca do domicílio da autora, ou, na impossibilidade, na localidade que dela mais se aproxime, devendo os honorários periciais serem pagos, na forma da Resolução nº 541/2007, do Conselho da Justiça Federal.
Respeitadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
Dê-se ciência.
Em, 27 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.018508-9 AG 293608
ORIG.	:	200761140005117 3 Vr SAO BERNARDO DO CAMPO/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ELIANA FIORINI VARGAS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	IVANILDO JACO DE SOUZA
ADV	:	SANDRA JACUBAVICIUS
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE S B DO CAMPO SP
RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, contra a r. decisão antecipatória de tutela de restabelecimento de auxílio-doença e imposição de multa.
Sustenta-se, em suma, a inexistência dos requisitos necessários para a antecipação da tutela, bem assim a impossibilidade de arbitrar multa por atraso em face da Fazenda Pública.
Relatados, decido.
Afirmada em perícia médica do INSS a incapacidade do agravado para retornar ao trabalho no exame pericial datada de 26.04.06, o benefício foi prorrogado até 23.10.06, data que supostamente haveria aptidão para o retorno à atividade (fs. 37).
Ora, a declaração retrocitada evidencia que o agravado não estava, no momento da perícia, apto para retornar ao trabalho, pelo que a reabilitação, a partir de determinada data constitui suposição insuscetível de embasar a cessação do benefício.
Este somente pode ser cessado nas hipóteses legais, como a reabilitação para o trabalho ou a aposentadoria por invalidez ou ainda a morte.
A única exigência legal para a manutenção do benefício é a de que o segurado se submeta a exames médicos periódicos, realizados pela própria autarquia, a fim de comprovar a incapacidade para o trabalho, nos termos do art. 77 do D. 3.048/99.
É dever da autarquia proceder a essas perícias periódicas, como se depreende do art. 47 da L. 8.213/91, logo não lhe dado inovar, estabelecendo outras hipóteses de cessação do benefício por via de atos administrativos.
De resto, é razoável o prazo fixado para cumprimento da obrigação, como também a multa arbitrada, devida depois de ciente o Juízo do descumprimento da decisão antecipatória, a que se sujeita certamente a autarquia, à míngua de expressa exceção legal.
Considerado, pois, o teor da r. decisão agravada, esta bem aplicou à espécie o art. 461, § 3º, do C. Pr. Civil, ao convencer-se da relevância dos fundamentos da demanda e do receio de ineficácia do provimento final.
Posto isto, nego seguimento ao recurso, com fulcro no art. 557, caput, do C. Pr. Civil e no art. 33, XIII, do Regimento Interno desta Corte, por ser manifestamente improcedente.
Decorrido o prazo legal, baixem os autos ao Juízo de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 30 de março de 2007.
CASTRO GUERRA
RELATOR

PROC.	:	2007.03.00.018511-9 AG 293611
ORIG.	:	0700000167 1 Vr PIRASSUNUNGA/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CARLOS HENRIQUE MORCELLI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	APARECIDO CASSANGE
ADV	:	MAURICIO SINOTTI JORDAO
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE PIRASSUNUNGA SP
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Aforada ação, em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando restabelecimento de auxílio-doença, apreciando o pedido de antecipação de tutela, o MM. Juiz singular deferiu-o, entendendo presentes os requisitos a tanto necessários (f. 34).
Inconformada, a autarquia previdenciária interpôs o presente agravo de instrumento, visando à reforma de referida decisão e, liminarmente, à neutralização de seus efeitos, aos seguintes argumentos: a) o benefício foi cessado, após regular perícia médica, que constatou a aptidão do demandante ao trabalho; b) os documentos apresentados não comprovam a persistência da alegada incapacidade laborativa; c) perigo de irreversibilidade do provimento antecipado. Requereu a tramitação do feito, sob segredo de justiça, considerando a juntada de cópia de documento médico relativo ao autor.
Passo ao exame.
De início, ausentes circunstâncias fáticas e requisitos à tramitação do feito em segredo de justiça, razão pela qual, indefiro o pleiteado.
A teor do disposto no art. 527, II, do CPC, com redação dada pela Lei nº 11.187/2005, o relator converterá o agravo de instrumento em retido, salvo nas hipóteses lá elencadas.
Na espécie, tratando-se de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, cabível o processamento do agravo na forma de instrumento.
Pois bem; para fazer jus ao benefício do auxílio-doença, o requerente deve ser filiado à Previdência Social, comprovar a carência de doze contribuições e estar incapacitado, total e temporariamente, ao trabalho (artigos 25, I, e 59, da Lei nº 8.213/91).
Ora, o postulante é segurado da Previdência Social, nos termos do art. 15, I, da Lei nº 8.213/91, porquanto em gozo de auxílio-doença, até 14/01/2007 (f. 37), por incapacidade ao trabalho, em razão de problemas de saúde.
Ocorre que os documentos de fs. 26/33 são anteriores à cessação do benefício em comento ou não fazem qualquer alusão a possível incapacidade ao trabalho, sendo inábeis a demonstrar que remanesce, atualmente, a alegada inaptidão ao labor do vindicante.
Dessa forma, evidencia-se, neste momento procedimental, que a decisão recorrida encontra-se em confronto com jurisprudência de Tribunal Superior, quanto à verificação da satisfação de pressuposto à outorga da benesse pretendida.
Tais as circunstâncias, dou provimento ao recurso, com fulcro no art. 557, § 1º-A, do CPC.
Respeitadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
Dê-se ciência.
Em, 28 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.018576-4 AG 293664
ORIG.	:	0600023705 1 Vr PARANAIBA/MS
AGRTE	:	JONAS CANDIDO BORGES
ADV	:	LUZIA GUERRA DE OLIVEIRA RODRIGUES GOMES
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	AMILSON ALVES QUEIROZ FILHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE PARANAIBA MS
RELATOR	:	DES.FED. JEDIAEL GALVÃO / DÉCIMA TURMA

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que, nos autos da ação de concessão de benefício de aposentadoria por tempo de serviço, determinou o sobrestamento do feito, por 60 (sessenta) dias, para que o agravante promova o requerimento na via administrativa.
Sustenta o agravante, em síntese, que consoante orientação jurisprudencial é desnecessário o prévio exaurimento da via administrativa para o ajuizamento da ação. Alega o princípio da inafastabilidade da jurisdição. Requer a reforma da decisão agravada.
É a síntese do essencial.
DECIDO.
Na forma do artigo 557 do Código de Processo Civil, poderá o relator negar seguimento ou dar provimento a recurso, de acordo com as hipóteses assinaladas em referido dispositivo legal.
Pois bem. Não há razão para que o segurado, como condição prévia ao ajuizamento de ação, deflagre pedido administrativo quando já se antevê que a pretensão não tem encontrado, em casos semelhantes, a acolhida esperada.
Ademais, o art. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal reza que "A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito".
Este Egrégio Tribunal Regional Federal firmou entendimento de não ser exigível prévio exaurimento da via administrativa como condição para o ajuizamento de ação relativa à matéria previdenciária, por força do princípio constitucional acima mencionado. Tal entendimento, em face das reiteradas decisões, cristalizou-se na Súmula nº 09, cujo teor passo a transcrever:
"Em matéria previdenciária, torna-se desnecessário o prévio exaurimento da via administrativa, como condição de ajuizamento da ação".
O Superior Tribunal de Justiça tem também se orientado no sentido da desnecessidade de prévio requerimento administrativo como condição para o ajuizamento de ação de natureza previdenciária, conforme se verifica da seguinte ementa de aresto:
"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSO CIVIL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PROPOSITURA DA AÇÃO. PRÉVIO REQUERIMENTO. VIA ADMINISTRATIVA. DESNECESSIDADE.
1. Consoante entendimento pacificado desta Corte, é desnecessário o prévio requerimento administrativo para a propositura de ação judicial objetivando a concessão de benefício previdenciário.
Precedentes.
2. Agravo regimental improvido." (AGA 461121 / SP, Relator Ministro Fernando Gonçalves, j. 17/12/2002, DJ 17/02/2003, p. 417).
Nestas condições, diante dos ditames impostos pela Constituição Federal, bem como de acordo com os precedentes jurisprudenciais verifico que a decisão agravada causa grave lesão aos direitos do agravante, de forma que presente se encontra a hipótese de provimento do recurso.
Diante do exposto, com fundamento no art. 557 do Código de Processo Civil, DOU PROVIMENTO ao presente agravo de instrumento, para determinar o prosseguimento da ação, independente do prévio requerimento administrativo.
Oportunamente, observadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
JEDIAEL GALVÃO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.018956-3 AG 293972
ORIG.	:	0300001074 1 Vr BARIRI/SP 0300012094 1 Vr BARIRI/SP
AGRTE	:	SEBASTIAO CLAUDIONOR FURLANETTO
ADV	:	VERA LUCIA DIMAN
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	WILSON JOSE GERMIN
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE BARIRI SP
RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Agravo de instrumento, com pedido de antecipação da pretensão recursal, contra a r. decisão que revoga o benefício da assistência judiciária gratuita e determina a execução da verba honorária.
Sustenta-se, em suma, a ausência de mudança do estado econômico da parte agravante, bem como a não observância ao art. 8º da L. 1.060/50.
Relatados, decido.
Merece guarida o recurso, vez que, à época da condenação, a parte era beneficiária da assistência judiciária gratuita.
Demais disso, em execução de sentença não se admite a prova da mudança da condição econômica da parte executada, sendo indispensável que isso se obtenha pelas vias ordinárias (STF, RE 313.348 RS, Min. Sepúlveda Pertence).
Posto isto, dou provimento ao presente recurso, com base no art. 557, § 1º-A, do C. Pr. Civil, haja vista o contraste entre a decisão agravada e a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal.
Decorrido o prazo legal, baixem os autos ao Juízo de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 27 de março de 2007.
CASTRO GUERRA
RELATOR

PROC.	:	2007.03.00.020001-7 AG 294016
ORIG.	:	0700000104 3 Vr SANTA BARBARA D OESTE/SP
AGRTE	:	CENY BASTOS DA SILVA
ADV	:	JOSE APARECIDO BUIN
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 3 VARA DE SANTA BARBARA D OESTE SP
RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Agravo de instrumento contra a r. decisão negatória de antecipação de tutela em demanda que tem por objeto o restabelecimento do benefício de auxílio-doença.
Sustenta-se, em suma, se acham satisfeitos os requisitos para a decisão antecipatória da tutela.
Relatados, decido.
Bem decidiu a r. decisão agravada, forte em asseverar a inexistência dos requisitos para, de pronto, antecipar um dos efeitos da tutela jurisdicional formulada, o que, decerto, não impedirá, após dilação probatória, o reexame do pedido, razão pela qual converto o presente em agravo retido, eis que não diz respeito às exceções referidas no inciso II do artigo 527 da lei processual, na redação dada pela L. 11.187, de 19.10.2005, e determino a remessa dos autos ao Juízo de origem, onde deverão ser apensados aos principais (CPC, art. 527, II).
Decorrido o prazo legal, baixem os autos.
Intimem-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
CASTRO GUERRA
RELATOR

PROC.	:	2007.03.00.020377-8 AG 294274
ORIG.	:	200761200008439 2 Vr ARARAQUARA/SP
AGRTE	:	JOSE ILTO DA SILVA CARDOSO
ADV	:	PRISCILA DE PIETRO TERAZZI
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE ARARAQUARA > 20ª SSJ > SP
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Aforada ação, em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando restabelecimento de auxílio-doença, com pedido sucessivo de concessão de aposentadoria por invalidez, o magistrado singular postergou a apreciação do pedido de antecipação de tutela, para após a realização de perícia (f. 62)
Inconformado, o autor interpôs o presente agravo de instrumento, visando à reforma da decisão e, liminarmente, à antecipação dos efeitos da pretensão recursal, aos seguintes argumentos: a) esteve em gozo de auxílio-doença, de 30/05/2003 a 10/10/2005, quando seu benefício foi, indevidamente, cessado; b) cumpriu os requisitos à concessão da benesse pretendida.
Passo ao exame.
De início, consigno a irrelevância do quanto certificado a f. 64, no sentido da inocorrência do recolhimento de custas, porquanto o juízo a quo deferiu o benefício da gratuidade judiciária, como se verifica a f. 62.
Da leitura do Código de Processo Civil, artigo 273, depreende-se que a tutela antecipada é medida cujo deferimento pode dar-se em qualquer tempo.
Sabe-se, ademais, não se revestir de ilegalidade a decisão jurisdicional, que posterga a apreciação do pedido de antecipação de tutela. A bem da verdade, no limiar da ação, o juiz não desfruta da visão bilateral da controvérsia posta à sua aquilatação, e, por vezes, entende não ter condições, elementos e subsídios para emitir juízo valorativo seguro acerca de tal solicitação. Por isso é que se diz que configura exceção, e não regra, a outorga de tutela antecipada, in limine litis.
Confiram-se os seguintes precedentes desta Corte:
"PROCESSUAL CIVIL: AGRAVO DE INSTRUMENTO. APOSENTADAORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. VALORES ATRASADOS. POSSIBILIDADE DE DIFERIR A APRECIAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA. REQUISITOS LEGAIS AUSENTES. RECURSO IMPROVIDO.
I - Não há irregularidade na decisão que posterga o exame da antecipação da tutela para após a apresentação de resposta pelo réu, posto que tal faculdade advém do Poder Geral de Cautela atribuído aos Magistrados, no exercício de suas funções, que só devem ser modificadas quando teratológicas ou se proferidas com abuso de poder, o que não se verifica neste recurso.
II - O instituto jurídico da tutela antecipada exige, para sua concessão estejam presentes, além da prova inequívoca e a verossimilhança da alegação, o receio de dano irreparável ou de difícil reparação, ou, ainda, a caracterização do abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório por parte do réu (CPC, artigo 273).
III - Não há perigo de dano irreparável ou de difícil reparação que possa justificar a antecipação pleiteada, uma vez que foi implantada a aposentadoria por tempo de serviço do agravante, o que retira o caráter de provisão necessária à sua subsistência.
IV - Ausência dos requisitos autorizadores da antecipação do provimento de mérito conduzem à manutenção da r. decisão agravada.
V - Agravo improvido. Prejudicado o agravo regimental".
(AG nº 217.014, Nona Turma, Rel. Des. Fed. Marianina Galante, j. 13/12/2004, v.u., DJ 27/01/2005, p. 308)
"PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA DECISÃO QUE POSTERGOU O EXAME DO PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA PARA APÓS A VINDA DA CONTESTAÇÃO. SUPRESSÃO DE GRAU DE JURISDIÇÃO. AGRAVO IMPROVIDO.
I - Ao Magistrado é dada discricionariedade de postergar a análise do pedido de provimento liminar para após a juntada de outras informações visando, com isto, melhor se apropriar da matéria abordada e angariar outros elementos para seu juízo de convicção, convencendo-se do direito postulado.
II - In casu, não há o que se falar de decisão interlocutória agravável, tendo em vista a decisão postergar a análise do pedido de tutela antecipada para após a vinda da contestação, mas de simples deliberação de decidir o pleito em outra oportunidade.
III - A apreciação de matéria que sequer fora apreciada pelo MM. Juiz singular, em sede de agravo de instrumento, configura supressão de grau de jurisdição.
IV - Agravo improvido".
(AG nº 183.461, Sétima Turma, Rel. Des. Fed. Walter do Amaral, j. 14/06/2004, v.u., DJ 28/07/2004, p. 287)
"PROCESSUAL CIVIL. - AGRAVO DE INSTRUMENTO - TUTELA ANTECIPADA DIFERIDA - POSSIBILIDADE - Não se reveste de ilegalidade a decisão judicial que posterga a apreciação do pedido de tutela antecipada para momento posterior à resposta do réu".
(AG nº 63650, Sexta Turma, Rel. Des. Fed. Mairan Maia, j. 16/10/2002, v.u., DJ 04/11/2002, p. 707)
Tais as circunstâncias, tratando-se de recurso, manifestamente, improcedente, conflitando, frontalmente, com jurisprudência dominante deste Tribunal, nego-lhe seguimento, com fulcro no art. 557, caput, do CPC.
Respeitadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
Dê-se ciência.
Em, 29 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.020491-6 AG 294299
ORIG.	:	0700000226 1 Vr MOCOCA/SP 0700009810 1 Vr MOCOCA/SP
AGRTE	:	ZILDA APARECIDA MARIANO DE CARVALHO
ADV	:	MARCELO GAINO COSTA
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	FRANCISCO DE ASSIS GAMA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE MOCOCA SP
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Aforada ação, em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando percepção de auxílio-doença, aposentadoria por invalidez ou auxílio-acidente, o MM. Juiz singular indeferiu pleito de antecipação de tutela (f. 43).
Inconformada, a autora interpôs o presente agravo de instrumento, visando à reforma de referida decisão e, liminarmente, que fossem antecipados os efeitos da pretensão recursal, aos seguintes argumentos: a) cabimento do presente recurso na forma de instrumento, tendo em vista que a decisão guerreada é suscetível de causar à parte lesão grave ou de difícil reparação; b) encontra-se incapacitada ao trabalho, como demonstram os documentos apresentados.
Passo ao exame.
De início, consigno a irrelevância do quanto certificado a f. 46, no sentido da inocorrência do recolhimento de custas, porquanto o juízo a quo deferiu o benefício da gratuidade judiciária, como se verifica a f. 43.
A teor do disposto no art. 527, II, do CPC, com redação dada pela Lei nº 11.187/2005, o relator converterá o agravo de instrumento em retido, salvo nas hipóteses lá elencadas.
Na espécie, tratando-se de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, cabível o processamento do agravo na forma de instrumento.
Pois bem; para fazer jus ao benefício do auxílio-doença, o requerente deve ser filiado à Previdência Social, comprovar a carência de doze contribuições e estar incapacitado, total e temporariamente, ao trabalho (artigos 25, I, e 59, da Lei nº 8.213/91).
Na espécie, foi indeferido, administrativamente, o benefício em comento, tendo em vista que a perícia do INSS não constatou incapacidade ao trabalho (f. 32).
Ocorre que os documentos de fs. 33/41 são anteriores à perícia, realizada pelo Instituto, ou não fazem qualquer alusão à existência de incapacidade laborativa, apenas, descrevendo os males que acometem a promovente.
Assim, os elementos apresentados são inábeis a demonstrar a alegada inaptidão ao labor da vindicante.
Dessa forma, e nesse momento procedimental, ausente comprovação de incapacidade laboral, total e temporária, requisito à concessão do benefício pleiteado, caso em que a Décima Turma desta Corte vem, iterativamente, improvendo agravos de instrumento da parte autora, tratando-se, portanto, de recurso, manifestamente, improcedente.
Tais as circunstâncias, nego seguimento ao recurso, com fulcro no art. 557, caput, do CPC.
Respeitadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
Dê-se ciência.
Em, 27 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.020498-9 AG 294306
ORIG.	:	0700000182 2 Vr MOCOCA/SP 0700006977 2 Vr MOCOCA/SP
AGRTE	:	BENEDITO RODRIGUES DE OLIVEIRA
ADV	:	MARCELO GAINO COSTA
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	FRANCISCO DE ASSIS GAMA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 2 VARA DE MOCOCA SP
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Aforada ação, em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando percepção de auxílio-doença, aposentadoria por invalidez ou auxílio-acidente, o MM. Juiz singular indeferiu pleito de antecipação de tutela (fs. 26/27).
Inconformado, o autor interpôs o presente agravo de instrumento, visando à reforma de referida decisão e, liminarmente, que fossem antecipados os efeitos da pretensão recursal, aos seguintes argumentos: a) cabimento do presente recurso na forma de instrumento, tendo em vista que a decisão guerreada é suscetível de causar à parte lesão grave ou de difícil reparação; b) encontra-se incapacitado ao trabalho, como demonstram os documentos apresentados.
Passo ao exame.
De início, consigno a irrelevância do quanto certificado a f. 30, no sentido da inocorrência do recolhimento de custas, porquanto o juízo a quo deferiu o benefício da gratuidade judiciária, como se verifica a fs. 26/27.
A teor do disposto no art. 527, II, do CPC, com redação dada pela Lei nº 11.187/2005, o relator converterá o agravo de instrumento em retido, salvo nas hipóteses lá elencadas.
Na espécie, tratando-se de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, cabível o processamento do agravo na forma de instrumento.
Pois bem; para fazer jus ao benefício do auxílio-doença, o requerente deve ser filiado à Previdência Social, comprovar a carência de doze contribuições e estar incapacitado, total e temporariamente, ao trabalho (artigos 25, I, e 59, da Lei nº 8.213/91).
Na espécie, foi indeferido, administrativamente, o benefício em comento, tendo em vista que a perícia do INSS não constatou incapacidade ao trabalho (f. 24).
Ocorre que os documentos de fs. 19/21 e 25 são anteriores à perícia, realizada pelo Instituto, ou não fazem qualquer alusão à existência de incapacidade laborativa, apenas, descrevendo os males que acometem o promovente.
Assim, os elementos apresentados são inábeis a demonstrar a alegada inaptidão ao labor do vindicante.
Dessa forma, e nesse momento procedimental, ausente comprovação de incapacidade laboral, total e temporária, requisito à concessão do benefício pleiteado, caso em que a Décima Turma desta Corte vem, iterativamente, improvendo agravos de instrumento da parte autora, tratando-se, portanto, de recurso, manifestamente, improcedente.
Tais as circunstâncias, nego seguimento ao recurso, com fulcro no art. 557, caput, do CPC.
Respeitadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
Dê-se ciência.
Em, 27 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2006.03.99.020622-1 AC 1118370
ORIG.	:	0400000203 1 Vr IGUATEMI/MS
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SILLAS COSTA DA SILVA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OLIVIO DE MATOS
ADV	:	ATINOEL LUIZ CARDOSO
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Previdenciário. Aposentadoria por idade. Rurícola. Início de prova documental. Depoimentos testemunhais uníssonos. Benefício deferido.
Aforada ação de aposentadoria por idade rural, contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, processado o feito, sobreveio sentença de procedência, ensejando a interposição de apelação autárquica, aduzindo ausência dos requisitos à percepção do benefício, prequestionando a matéria. Houve insurgência, quanto aos corolários do sucumbimento.
Decido.
A aposentadoria por idade de rurícola reclama idade mínima de 60 anos (homem) e 55 anos (mulher), e demonstração do exercício de atividade rural, ainda que intercalada, em número de meses idêntico à carência do referido benefício, afastada a obrigatoriedade de contribuições (arts. 201, § 7º, II, da CR/88, e 48, 49, 142 e 143 da Lei nº 8.213/91).
De acordo com a jurisprudência, suficiente, a tal demonstração, início de prova material, corroborado por prova testemunhal idônea, atentando-se, dentre outros aspectos, que: em regra, são extensíveis, às mulheres, documentos em que o genitor, cônjuge ou convivente aparecem qualificados como lavradores; o afastamento do ofício campestre, pelo solicitante, após satisfação dos requisitos ao benefício, não obsta a outorga deste; o abandono da ocupação rural, por parte de quem se empresta a qualificação profissional, em nada interfere no deferimento da prestação, desde que se anteveja a persistência do mister campesino, pelo requerente da aposentação; mantém a qualidade de segurado, o obreiro que cessa sua atividade laboral, em conseqüência de moléstia; a prestação de labor urbano, intercalado com lides rurais, de per si, não desnatura o princípio de prova documental amealhado; durante o período de graça, a filiação e conseqüentes direitos, perante a Previdência Social, ficam preservados.
In casu, o pleiteante comprova o cumprimento do requisito etário - f. 13 - e apresenta início de prova material do trabalho campesino - v., em especial, f. 14 - ratificado por prova oral (fs. 66/67), presentes, aqui, as considerações, introdutoriamente, lançadas.
Dessa forma, comprovado o preenchimento dos requisitos legais, de se deferir a benesse, a partir da citação, à falta de requerimento administrativo.
Quanto aos consectários, aplicam-se posicionamentos, consagrados nesta Turma Julgadora: as parcelas vencidas, observada a prescrição qüinqüenal, são corrigidas, pelo Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal; os juros moratórios incidem, mensalmente, à taxa legal, de forma decrescente, a partir do termo inicial do benefício, estendendo-se até a expedição do precatório, se pago no prazo constitucional.
Já a verba honorária comporta manutenção, eis que fixada na forma do art. 20 § 3º, do CPC.
Observe-se, finalmente, que todos os pontos versados neste decisório já se encontram pacificados na jurisprudência. Cf., a propósito, dentre outros: C. STJ - AgRg - REsp nº 701.530, Rel. Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, DJ 07/3/2005; REsp nº 707.846, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 14/3/2005; REsp nº 504.568, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 13/12/2004; REsp nº 552.600/RS, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Quinta Turma, DJ 06/12/2004; REsp nº 210.944/SP, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Sexta Turma, DJ 22/11/99; EREsp nº 448.813, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Terceira Secão, DJ 02/3/2005; AgRgREsp nº 496.838, Rel. Min. Paulo Gallotti, Sexta Turma, DJ 21/6/2004; TRF-3ª Reg. - AC nº

637.451, Rel. Des. Fed. Marisa Santos, Nona Turma, DJ 05/11/2004; AC nº 961219, Rel. Des. Fed. Galvão Miranda, Décima Turma, DJ 04/10/2004; AC nº 651.504, Rel. Des. Fed. Roberto Haddad, Primeira Turma, DJ 17/4/2001; AC nº 92.03.018795-2, Rel. Des. Fed. José Kallás, Segunda Turma, DJ 26/4/95.
Afigura-se, assim, que o recurso encontra-se em manifesto confronto com posicionamentos jurisprudenciais consagrados, caso em que compete, ao relator, negar-lhe seguimento (art. 557, caput, do CPC).
Do exposto, enfrentadas as questões pertinentes à matéria em debate, nego seguimento ao recurso.
Ante a natureza alimentar da prestação, oficie-se ao INSS, encaminhando-lhe os documentos necessários, para que sejam adotadas as medidas cabíveis à imediata implantação do benefício previdenciário, independentemente de trânsito em julgado (art. 461 do CPC).
Respeitadas as cautelas legais, tornem os autos à Origem.
Dê-se ciência.
Em, 13/3/2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2007.03.00.020784-0 AG 294436
ORIG.	:	200761110005437 3 Vr MARILIA/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LAIS FRAGA KAUSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	ANDREZA GOMES DA SILVA
ADV	:	DANIEL PESTANA MOTA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE MARILIA Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, contra a r. decisão antecipatória de tutela para a concessão do benefício de salário-maternidade.
Sustenta-se, em suma, a inexistência dos requisitos necessários para tanto, bem assim a irreversibilidade da medida.
Relatados, decido.
Da análise destes autos, verifico que não foi trazida parte da documentação mencionada pelo Juízo de origem, o que torna inviável o exame escorreito da matéria, haja vista a afirmação que se considerou, para o deferimento da liminar em favor da agravada, "vínculo empregatício no período que se alongou de 02.08.2004 e 26.04.2005 (fls. 10), quando seu contrato foi rescindido sem justa causa por iniciativa do empregador (fls. 11). Desde então permanece desempregada (fls. 10). De outro lado, sua filha nasceu em 07/12/2006 (fls. 09)".
Ressalto que cabia à parte agravante a instrução do presente recurso, inclusive com as peças facultativas importantes para o deslinde da questão, a fim de fornecer os elementos necessários à formação do convencimento a respeito da pertinência do provimento antecipatório.
De fato, muito embora o art. 525 do C. Pr. Civil faça distinção entre as peças obrigatórias e as facultativas, já se pacificou que a ausência das peças essenciais para o deslinde da controvérsia pode acarretar na negativa de seguimento do recurso, como se pode conferir abaixo:
"O agravo de instrumento deve ser instruído com as peças obrigatórias e também com as necessárias ao exato conhecimento das questões discutidas. A falta de qualquer delas autoriza o relator a negar seguimento ao agravo ao à turma julgadora o não conhecimento dele" (IX ETAB, 3ª conclusão; maioria) (THEOTONIO NEGRÃO, Código de Processo Civil e legislação processual em vigor, 35ª ed, Saraiva, pág. 581, nota 4).
Assim, verifica-se óbice intransponível para apreciação do presente.
Posto isto, nego seguimento ao presente recurso, com fundamento no art. 557, caput, do C. Pr. Civil, por ser manifestamente inadmissível.
Decorrido o prazo legal, baixem os autos ao Juízo de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
CASTRO GUERRA
RELATOR

PROC.	:	2007.03.00.020819-3 AG 294466
ORIG.	:	200761120011471 3 Vr PRESIDENTE PRUDENTE/SP
AGRTE	:	SANDRA LUCIA PEREIRA FRANCA
ADV	:	MARCELO MANFRIM
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE PRES. PRUDENTE SP
RELATOR	:	DES.FED. JEDIAEL GALVÃO / DÉCIMA TURMA

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto contra decisão que, nos autos da ação previdenciária, indeferiu a antecipação de tutela para o restabelecimento do benefício previsto no artigo 203, inciso V, da Constituição Federal e na Lei nº 8.742/93.
Sustenta a agravante, em síntese, a presença dos requisitos autorizadores para o restabelecimento da medida excepcional, uma vez que se encontra incapaz para o trabalho, diante de seu quadro clínico, além do estado de miserabilidade.
É a síntese do essencial.
DECIDO.
Na forma do artigo 522 c/c o artigo 527, inciso II, ambos do Código de Processo Civil, na redação dada pela Lei nº 11.187, de 19/10/2005, o relator deverá converter o agravo em retido, salvo nas hipóteses assinaladas em referidos dispositivos legais.
Pois bem. Consoante regra do art. 203, inciso V, da CF, a assistência social será prestada à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem "não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família".
A Lei nº 8.742/93, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, veio regulamentar o referido dispositivo constitucional, estabelecendo em seu art. 20 os requisitos para sua concessão, quais sejam, ser pessoa incapaz para a vida independente e para o trabalho ou pessoa idosa, bem como ter renda familiar inferior a ¼ do salário mínimo.
No caso sob exame, não restaram cabalmente demonstrados os requisitos legais para a antecipação da tutela objetivando o restabelecimento do benefício previdenciário de assistência social.
Não há nos autos qualquer documento a comprovar a alegada deficiência. Assim, sem perícia médica não é possível saber se a limitação da agravante a torna incapaz para toda e qualquer atividade laboral, a ensejar a concessão do benefício em tela. Inclusive não se tem nenhum dado quanto à possibilidade de eventual controle medicamentoso da doença ou mesmo a possibilidade de reabilitação para alguma atividade laborativa.
Ademais, falta-lhe, ainda, comprovar a condição de miserabilidade, para a concessão do benefício, considerando a renda familiar, que não foi demonstrada nos autos.
Com efeito, é necessária dilação probatória, com a realização do estudo sócio-econômico do grupo familiar da agravante, não se podendo afirmar existir prova inequívoca a autorizar a concessão de tutela antecipada.
Por outro lado, não há dúvida de que a agravante poderá produzir outras provas, no decorrer da instrução processual, que demonstrem a alegada enfermidade e a insuficiência de recursos para ampará-la, o que ensejará exame acurado por ocasião em que for proferida a sentença.
Desta forma, não antevejo a verossimilhança do direito à implantação do benefício em questão. Este Egrégio Tribunal Regional Federal da Terceira Região já decidiu que: "Não havendo prova inequívoca dos fatos alegados pelo agravado, o mesmo não faz jus à implantação do benefício mediante a concessão de tutela antecipada". (TRF3, 2ª Turma, AG nº 2000.03.00.059085-8, Rel. Juiz Federal Convocado Sérgio Nascimento, DJU 06/12/2002, p. 511).
Diante do exposto, com fundamento no artigo 527, inciso II, do Código de Processo Civil, INDEFIRO o efeito suspensivo pleiteado e determino a conversão do presente recurso em agravo retido.
Dê-se ciência ao Ministério Público Federal.
Oportunamente, observadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem, para apensamento aos autos principais.
Intimem-se.
São Paulo, 30 de março de 2007.
JEDIAEL GALVÃO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2007.03.00.020979-3 AG 294521
ORIG.	:	200161830039411 4V Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	JAYME POSSEBON e outros
ADV	:	ANIS SLEIMAN
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
PROC	:	FRANCISCO IVO AVELINO DE OLIVEIRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA PREVIDENCIARIA DE SAO PAULO SP>1ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO / DÉCIMA TURMA

Vistos.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto por Jayme Possebon e outros, em face de decisão proferida nos autos da ação de concessão de benefício previdenciário movida contra o Instituto Nacional do Seguro Social, em que a d. Juíza a quo indeferiu que fossem deduzidos os valores referentes aos honorários advocatícios contratuais.
Inconformados requerem a reforma da r. decisão, alegando, em síntese, que a execução da verba honorária contratada pode se dar nos autos da ação em que tenham atuado.
É o sucinto relatório. Decido.
Vislumbro relevância no fundamento jurídico do agravo em exame.
Com efeito, o artigo 24, parágrafo 1º da Lei nº 8.906/94 (Estatuto da OAB) determina que, a execução dos honorários advocatícios pode ser promovida nos mesmos autos da ação em que tenha atuado o advogado, se assim lhe convier.
Ademais, o artigo 22, parágrafo 4º da mesma lei determina que, se o advogado juntar aos autos o contrato de honorários advocatícios pactuado com seu cliente, o juiz deverá determinar o pagamento do valor contratado. Desse modo, juntando os agravantes o contrato de prestação de serviços no autos da ação subjacente, o valor devido a título de honorários advocatícios deverá ser descontado do quantum devido na ocasião do pagamento do precatório ou requisição de pequeno valor.
Nesse sentido, já se manifestou o E. Superior Tribunal de Justiça:
PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS PROFISSIONAIS. LEVANTAMENTO. CONTRATO JUNTADO AOS AUTOS. DIREITO AUTÔNOMO DO ADVOGADO. LEI 8.906/94 (ART. 22, § 4º). POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTA CORTE.
1. Recurso especial interposto contra acórdão que indeferiu pedido de levantamento do percentual, a título de honorários, formulado pela recorrente em autos de execução de título judicial, ao argumento de que o valor da referida verba está penhorado para garantia de crédito fiscal, preferencial em relação ao crédito de honorários.
2. Pacífico o entendimento nesta Corte Superior no sentido de que:
- "O advogado pode requerer ao juiz, nos autos da causa em que atue, o pagamento, diretamente a ele, dos honorários contratados, descontados da quantia a ser recebida pelo cliente, desde que apresente o respectivo contrato." (REsp nº 403723/SP, 3ª Turma, Relª Minª NANCY ANDRIGHI, DJ de 14/10/2002)
- "A regra contida no § 4º do art. 22 do Estatuto da Advocacia é impositiva no sentido de que deve o juiz determinar o pagamento dos honorários advocatícios quando o advogado juntar aos autos o seu contrato de honorários, excepcionadas apenas as hipóteses de ser provado anterior pagamento ou a prevista no § 5º do mesmo art. 22, não cogitadas no caso em exame. Se alguma questão surgir quanto serem ou não devidos os honorários, é tema a ser decidido no próprio feito, não podendo o juiz, alegando complexidade, remeter a cobrança a uma outra ação a ser ajuizada."(REsp nº 114365/SP, 4ª Turma, Rel. Min. CESAR ASFOR ROCHA, DJ de 07/08/2000)
3. O art. 23 da Lei nº 8.906/94 (Estatuto do Advogado) dispõe: "Os honorários incluídos na condenação, por arbitramento ou sucumbência, pertencem ao advogado, tendo este direito autônomo para executar a sentença nesta parte, podendo requerer que o precatório, quando necessário, seja expedido em seu favor".
4. O art. 133 da CF/1988 dispõe: "O advogado é indispensável à administração da justiça". Não é justo nem correto que o mesmo não receba remuneração pelo trabalho realizado. A verba honorária é uma imposição legal e constituir um direito autônomo do causídico.
5. Recurso provido.
(Resp nº 2004.00.93043-5 - 1ª Turma - Rel. Min. José Delgado; j. em 28.9.2004; DJU de 16.11.2004; p. 212).
Ademais, o Conselho da Justiça Federal quando da edição da Resolução nº 438, de 30.5.2005 estabeleceu o seguinte em relação aos honorários advocatícios: Se o advogado quiser destacar do montante da condenação o que lhe cabe por força de honorários, deverá juntar aos autos o respectivo contrato, antes da expedição da requisição.
Diante do exposto, nos termos do disposto no artigo 527, parágrafo 1ºA , do Código de Processo Civil, dou provimento ao agravo de instrumento dos autores.
Comunique-se ao MM. Juízo a quo, o inteiro teor desta decisão.
Intimem-se.
Decorrido in albis o prazo recursal, remetam-se os autos à vara de origem.
São Paulo, 26 de março de 2007.
Sérgio Nascimento
Desembargador Federal

PROC.	:	2006.03.99.021027-3 AC 1119270
ORIG.	:	0200000746 3 Vr CUBATAO/SP 0200084263 3 Vr CUBATAO/SP
APTE	:	MARIA DO CARMO SANTOS IRIO
ADV	:	MARCIA VILLAR FRANCO
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MAURO PADOVAN JUNIOR
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Previdenciário. Aposentadoria por invalidez. Inaptidão laboral não configurada. Benefício indeferido.
Aforada ação de aposentadoria por invalidez, em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e processado o feito, sobreveio sentença de improcedência, ensejando a oferta de apelação autoral, argumentando, em síntese, restarem atendidas as exigências legais à prestação vindicada.
Com contra-razões, os autos subiram a esta Corte.
Passo ao exame.
Para efeito de aposentadoria por invalidez, exige-se que o requerente seja segurado da Previdência Social, tenha cumprido o período de carência de 12 (doze) contribuições, e esteja incapacitado, total e definitivamente, ao trabalho (art. 201, I, da CR/88 e art. 18, I, "a"; 25, I e 42 da Lei nº 8.213/91).
Na espécie, afigura-se demasiado perquirir da condição de segurada da parte autora, dado que o laudo pericial foi conclusivo, quanto à sua aptidão, ao exercício de atividades laborativas (fs. 75/79).
Como se vê, inocorrente demonstração de incapacidade, total e definitiva, ao labor, de se indeferir a benesse vindicada.
Nesse diapasão, assim decidiu esta Turma:
"PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. ARTIGO 42, CAPUT E § 2º DA LEI N.º 8.213/91. QUALIDADE DE SEGURADA. CARÊNCIA. LAUDO PERICIAL. INCAPACIDADE NãO COMPROVADA. BENEFÍCIO INDEVIDO. VERBAS DE SUCUMBÊNCIA.
1. Agravo retido do INSS não conhecido, uma vez que sua apreciação por este Tribunal não foi expressamente requerida pelo agravante nas suas contra-razões de apelação, nos termos do artigo 523, § 1º, do Código de Processo Civil.
2. A aposentadoria por invalidez somente é devida ao segurado que comprove os requisitos do artigo 42 da Lei n.º 8.213/91.
3. Existindo início razoável de prova documental, contemporânea à época dos fatos, complementada pelos depoimentos das testemunhas, de que a autora exerceu atividade rural, resta comprovada a qualidade de segurado da Previdência Social. Observa-se, na hipótese, a Súmula 149 do Superior Tribunal de Justiça e o artigo 55, § 3º, da Lei 8.213/91.

4. Comprovada a condição de trabalhadora rural pelo período equivalente à carência, desnecessário o recolhimento das respectivas contribuições para a obtenção da aposentadoria por invalidez.
5. Tendo o laudo pericial concluído que a Autora não está incapacitada para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, não faz jus à concessão de aposentadoria por invalidez.
6. Ante a ausência de comprovação de incapacidade total e definitiva, é desnecessária a incursão sobre os demais requisitos exigidos para a concessão da aposentadoria por invalidez.
7. Da mesma forma, não há que se falar em concessão de auxílio-doença, nos termos dos artigos 59 e 62 da Lei n.º 8.213/91, uma vez que não se trata de hipótese de reabilitação profissional, uma vez que o Autor não se encontra incapacitado para o exercício de suas funções habituais.
8. Agravo retido do INSS não conhecido. Apelação da Autora improvida."
(AC 915217- Rel. Des. Fed. Galvão Miranda, j. 06/4/2004, v.u., DJU 28/5/2004, p.690)
"PREVIDENCIÁRIO. PROCESSO CIVIL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. RURAL. FALTA DE COMPROVAÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO. LAUDO DESFAVORÁVEL. INCAPACIDADE LABORAL NÃO COMPROVADA.
I - O apelante não comprovou a qualidade de segurado da previdência social, não se verificando a existência nos autos de prova relativa à atividade rural que alega ter exercido, para os fins do art. 39, I, da Lei nº 8.213/91.
II - O laudo judicial revela que o autor é portador de enfermidade que não acarreta incapacidade laboral, revelando-se inviável a concessão do benefício pleiteado.
III- Apelação do autor improvida."
(AC 555683- Rel. Des. Fed. Sérgio Nascimento, j. 22/02/2005, v.u., DJU 14/3/2005, p.479)
"PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. RURAL. LAUDO PERICIAL DESFAVORÁVEL. INCAPACIDADE LABORAL NÃO COMPROVADA.
I - Ante o disposto no parágrafo 1º, do art. 523 do Código de Processo Civil, não se conhece do agravo retido se a parte não requerer expressamente, nas razões ou na resposta da apelação, sua apreciação pelo Tribunal.
II - o laudo judicial revela que o autor é portador de enfermidade que não acarreta redução da capacidade laboral, revelando-se inviável a concessão do benefício pleiteado.
XII - Agravo retido interposto pelo réu não conhecido. Apelação do autor improvida."
(AC 416562 - Rel. Des. Fed. Sérgio Nascimento, j. 02/9/2003, v.u., DJU 29/9/2003, p.382)
Tais as circunstâncias, tratando-se de recurso, manifestamente, improcedente, conflitando, frontalmente, com jurisprudência dominante deste Sodalício, nego-lhe seguimento, com fulcro no art. 557, caput, do CPC.
Respeitadas as cautelas legais, baixem os autos à Vara de origem.
Dê-se ciência.
Em, 28 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2006.03.99.021091-1 AC 1119413
ORIG.	:	0300000858 2 Vr REGISTRO/SP
APTE	:	LOURDES DE OLIVEIRA
ADV	:	SEBASTIAO CARLOS FERREIRA DUARTE
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	EDUARDO CUNHA LINS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO / DÉCIMA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de apelação interposta pela parte autora em face de sentença que pela qual foi extinto o processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 267, inciso I, do Código de Processo Civil, posto que indeferida a petição inicial. Não houve condenação em custas processuais, por ser a requerente beneficiária da assistência judiciária.
Em seu recurso de apelação, pugna a autora pela reforma da r. sentença recorrida e o prosseguimento da ação com a respectiva apreciação do mérito da causa.
Com contra-razões à fl. 81/85, subiram os autos a esta E. Corte.
Após breve relatório, passo a decidir.
A análise de ações previdenciárias deve ser feita sob uma ótica mais branda no que tange aos rigores técnicos processuais, tendo em vista suas peculiaridades. Assim, a inépcia da petição inicial deve ser decretada somente quando não satisfeitos os requisitos estritamente dispostos no Estatuto Processual Civil.
A petição inicial da ação/ ajuizada pela autora não pode ser tida por inepta, uma vez que, embora, de forma sucinta, narra os fatos, expõe os fundamentos jurídicos e elabora pedido, possibilitando a apreciação do mérito com o regular processamento da demanda.
Dessume-se da leitura da petição inicial a explicitação do pedido e da causa de pedir, bem como requerimento visando à demonstração de início de prova material, a ser corroborada pela oitiva de testemunhas oportunamente arroladas.
Com efeito, não é possível ao magistrado estabelecer requisitos para a petição inicial não previstos nos artigos 282 e 283, do Código de Processo Civil.
Nesse sentido já decidiu esta E. Corte:
PROCESSUAL CIVIL: AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMENDA DA INICIAL. SUFICIENTE NARRAÇÃO DOS FATOS E COMPREENSÃO DA PRETENDIDA CONSEQÜÊNCIA JURÍDICA. REQUISITOS DO ART. 282, DO CPC, ATENDIDOS.
I - Havendo suficiente narração dos fatos e sendo possível determinar o pedido e a causa de pedir revela-se apta a petição inicial.
II - Exigência de especificação aprofundada dos fatos não se subsume aos requisitos do art. 282, do CPC, cuja interpretação deve ser restritiva.
III - Agravo provido.
(TRF - 3ª Região - AG nº 2002.03.00.026654-7 - 9ª Turma - Rel. Des. Fed. Marianina Galante; j. em 15.12.2003; DJU de 2.2.2004; p. 406).
PROCESSUAL CIVIL. PETIÇÃO INICIAL. FOTOCÓPIAS NÃO AUTENTICADAS. CABIMENTO. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE.
1 - A falta de autenticação das cópias juntadas aos autos representa mera irregularidade que não tem o condão de afastar a presunção de veracidade das mesmas.
2 - É incorreto se estabeleça, para as petições iniciais, requisitos não previstos nos arts. 282 e 283 do C. Pr. Civil.
3 - Agravo de Instrumento provido.
(TRF - 3ª Região - AG nº 2001.03.00.031540-2 - 10ª Turma - Rel. Des. Fed. Castro Guerra; j. em 12.8.2003; DJU de 29.8.2003; p. 620).
Outrossim, verifica-se que a presente ação foi ajuizada com o escopo de obtenção do benefício de aposentadoria rural por idade, no valor de um salário mínimo mensal, sob o argumento de que a autora, nascida em 11.10.1939, teria preenchido os requisitos necessários à sua percepção.
Infere-se da exordial que a requerente demonstrou seu interesse em produzir prova testemunhal, não tendo, entretanto, o d. Juiz a quo se manifestado acerca da produção das provas pleiteadas e proferido decisão em 15.02.2006.
No caso em tela, a produção de prova testemunhal seria indispensável para esclarecer a questão relativa à atividade que a autora alega ter desempenhado, na qualidade de rurícola.
Assim, dada a impossibilidade de se auferir tal fato somente com o início de prova apresentada (fl. 08), há que ser determinada a remessa dos autos ao Juízo de origem para que seja realizada audiência de instrução, a fim de serem ouvidas as testemunhas que corroborem o início de prova material apresentado.
Diante do exposto, nos termos do artigo 557, do Código de Processo Civil, dou provimento à apelação da autora para determinar o retorno dos autos ao Juízo de origem para regular instrução do feito e novo julgamento.
Decorrido "in albis" o prazo recursal, dê-se baixa na Distribuição.
Intimem-se.
São Paulo, 23 de março de 2007.

PROC.	:	2007.03.00.021501-0 AG 294824
ORIG.	:	200661030069327 3 Vr SAO JOSE DOS CAMPOS/SP
AGRTE	:	BENEDITO BRAZ DA SILVA
ADV	:	FLAVIA LOURENÇO E SILVA FERREIRA
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HILTON PLACIDO DE OLIVEIRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE S J CAMPOS SP
RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Agravo de instrumento contra a r. decisão negatória de antecipação de tutela em demanda que tem por objeto a concessão do benefício de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez.
Sustenta-se, em suma, se acham satisfeitos os requisitos para a decisão antecipatória da tutela.
Relatados, decido.
De acordo com os autos, tenho por certo que a decisão agravada não é a que deveria ter sido objeto do presente recurso.
Consoante cópia da decisão, objeto deste recurso (fs. 14), o juízo de origem houve por bem manter a decisão de fs. 67/70 (fs. 42/45 destes autos).
Ora, a manifestação do perito judicial de fs. 77 (fs. 46 destes autos) apenas esclareceu o juízo quanto à apreciação do pedido de antecipação da tutela, limitando-se a decisão fs. 14 a manter o que havia sido anteriormente determinado.
Como sabido, o presente agravo de instrumento deveria ter sido interposto contra a decisão de fs. 67/70 dos autos principais.
Outrossim, não sendo o despacho questionado passível de recurso, por estar reiterando outro que já havia sido anteriormente determinado, deve-se levar em conta a data da publicação da decisão anterior para efeito da contagem de prazo.
Posto isto, o presente recurso ressente-se do pressuposto da tempestividade, motivo pelo qual nego-lhe seguimento.
Decorrido o prazo legal, baixem os autos ao Juízo de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 03 de abril de 2007.
CASTRO GUERRA
RELATOR

PROC.	:	2006.03.99.022220-2 AC 1123329
ORIG.	:	0500000392 2 Vr MATAO/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LAERCIO PEREIRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	JOAO NARCIZO NETO
ADV	:	LUIZ ENRIQUE DE LIMA VERGILIO
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 2 VARA DE MATAO SP
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Previdenciário. Aposentadoria por idade. Rurícola. Início de prova documental. Depoimentos testemunhais uníssonos. Benefício deferido.
Aforada ação de aposentadoria por idade rural, contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, processado o feito, com agilização de agravo retido, oportunamente, reiterado, sobreveio sentença de procedência, ensejando a interposição de apelação autárquica, aduzindo ausência dos requisitos à percepção do benefício, prequestionando a matéria.
A sentença restou submetida ao reexame necessário. Decido.
Na espécie, inaplicável a disposição sobre o reexame necessário, considerados o valor do benefício e o lapso temporal de sua implantação, não excedente a 60 salários mínimos (art. 475, § 2º, CPC, n. r.).
Diante do princípio constitucional da inafastabilidade do controle jurisdicional, improcedem as razões expendidas no agravo retido.
No mérito, diga-se que a aposentadoria por idade de rurícola reclama idade mínima de 60 anos (homem) e 55 anos (mulher), e demonstração do exercício de atividade rural, ainda que intercalada, em número de meses idêntico à carência do referido benefício, afastada a obrigatoriedade de contribuições (arts. 201, § 7º, II, da CR/88, e 48, 49, 142 e 143 da Lei nº 8.213/91). Pondere-se, ainda, que o prazo de 15 (quinze) anos, estatuído no sobredito art. 143, e prorrogado, ao rurícola empregado, por mais, dois anos, consoante Lei nº 11.368/2006, diz respeito ao lapso para ingresso de pedido tendente à obtenção do benefício, e não à duração do pagamento da benesse.
De acordo com a jurisprudência, suficiente, a tal demonstração, início de prova material, corroborado por prova testemunhal, atentando-se, dentre outros aspectos, que: em regra, são extensíveis os documentos em que os genitores, cônjuges, ou conviventes, aparecem qualificados como lavradores; o afastamento do ofício campestre, pelo solicitante, após satisfação dos requisitos ao benefício, não obsta a outorga deste; o abandono da ocupação rural, por parte de quem se empresta a qualificação profissional, em nada interfere no deferimento da prestação, desde que se anteveja a persistência do mister campesino, pelo requerente da aposentação; mantém a qualidade de segurado, o obreiro que cessa sua atividade laboral, em conseqüência de moléstia; a prestação de labor urbano, intercalado com lides rurais, de per si, não desnatura o princípio de prova documental amealhado; durante o período de graça, a filiação e conseqüentes direitos, perante a Previdência Social, ficam preservados.
In casu, o pleiteante comprova o cumprimento do requisito etário - f. 13 - e apresenta início de prova material do trabalho campesino - v., em especial, fs. 14 - ratificado por prova oral (fs. 59/62), presentes, aqui, as considerações, introdutoriamente, lançadas.
Dessa forma, comprovado o preenchimento dos requisitos legais, de se deferir a benesse, a partir da citação, à falta de requerimento administrativo.
Quanto aos consectários, aplicam-se posicionamentos, consagrados nesta Turma Julgadora: as parcelas vencidas, observada a prescrição qüinqüenal, são corrigidas, pelo Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal; os juros moratórios incidem, mensalmente, à taxa legal, de forma decrescente, a partir do termo inicial do benefício, estendendo-se até a expedição do precatório, se pago no prazo constitucional.
Já a verba honorária comporta manutenção, porque fixada nos moldes do art. 20 § 3º, do CPC.
Observe-se, finalmente, que todos os pontos versados neste decisório já se encontram pacificados na jurisprudência. Cf., a propósito, dentre outros: C. STJ - AgRg - REsp nº 701.530, Rel. Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, DJ 07/3/2005; REsp nº 707.846, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 14/3/2005; REsp nº 504.568, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 13/12/2004; REsp nº 552.600/RS, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Quinta Turma, DJ 06/12/2004; REsp nº 210.944/SP, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Sexta Turma, DJ 22/11/99; EREsp nº 448.813, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Terceira Secão, DJ 02/3/2005; AgRgREsp nº 496.838, Rel. Min. Paulo Gallotti, Sexta Turma, DJ 21/6/2004; TRF-3ª Reg. - AC nº 637.451, Rel. Des. Fed. Marisa Santos, Nona Turma, DJ 05/11/2004; AC nº 961219, Rel. Des. Fed. Galvão Miranda, Décima Turma, DJ 04/10/2004; AC nº 651.504, Rel. Des. Fed. Roberto Haddad, Primeira Turma, DJ 17/4/2001; AC nº 92.03.018795-2, Rel. Des. Fed. José Kallás, Segunda Turma, DJ 26/4/95.
Afigura-se, assim, que o recurso encontra-se em manifesto confronto com posicionamentos jurisprudenciais consagrados, caso em que compete, ao relator, negar-lhe seguimento (art. 557, caput, do CPC).
Do exposto, enfrentadas as questões pertinentes à matéria em debate, não conheço da remessa oficial e nego seguimento ao agravo retido e à apelação.
Ante a natureza alimentar da prestação, oficie-se ao INSS, encaminhando-lhe os documentos necessários, para que sejam adotadas as medidas cabíveis à imediata implantação do benefício previdenciário, independentemente de trânsito em julgado (art. 461 do CPC).
Respeitadas as cautelas legais, tornem os autos à Origem.
Dê-se ciência.
Em, 13/3/2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2006.03.99.022684-0 AC 1123792
ORIG.	:	0500000189 2 Vr CAPAO BONITO/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	PAULO MEDEIROS ANDRE
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	TEREZA SOUTO DE MORAES
ADV	:	JOAO COUTO CORREA
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O

Previdenciário. Aposentadoria por idade. Rurícola. Início de prova documental. Depoimentos testemunhais uníssonos. Benefício deferido.

Aforada ação de aposentadoria por idade rural, contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, processado o feito, sobreveio sentença de procedência, ensejando a interposição de apelação autárquica, aduzindo ausência dos requisitos à percepção do benefício. Houve insurgência, quanto aos corolários do sucumbimento.

Decido.

A aposentadoria por idade de rurícola reclama idade mínima de 60 anos (homem) e 55 anos (mulher), e demonstração do exercício de atividade rural, ainda que intercalada, em número de meses idêntico à carência do referido benefício, afastada a obrigatoriedade de contribuições (arts. 201, § 7º, II, da CR/88, e 48, 49, 142 e 143 da Lei nº 8.213/91). Pondere-se, ainda, que o prazo de 15 (quinze) anos, estatuído no sobredito art. 143, e prorrogado, ao rurícola empregado, por mais, dois anos, consoante Lei nº 11.368/2006, diz respeito ao lapso para ingresso de pedido tendente à obtenção do benefício, e não à duração do pagamento da benesse.

De acordo com a jurisprudência, suficiente, a tal demonstração, início de prova material, corroborado por prova testemunhal, atentando-se, dentre outros aspectos, que: em regra, são extensíveis os documentos em que os genitores, cônjuges, ou conviventes, aparecem qualificados como lavradores; o afastamento do ofício campestre, pelo solicitante, após satisfação dos requisitos ao benefício, não obsta a outorga deste; o abandono da ocupação rural, por parte de quem se empresta a qualificação profissional, em nada interfere no deferimento da prestação, desde que se anteveja a persistência do mister campesino, pelo requerente da aposentação; mantém a qualidade de segurado, o obreiro que cessa sua atividade laboral, em conseqüência de moléstia; a prestação de labor urbano, intercalado com lides rurais, de per si, não desnatura o princípio de prova documental amealhado; durante o período de graça, a filiação e conseqüentes direitos, perante a Previdência Social, ficam preservados.

In casu, a pleiteante comprova o cumprimento do requisito etário - f. 07 - e apresenta início de prova material do trabalho campesino - v., em especial, f. 09/10 - ratificado por prova oral (fs. 22/23), presentes, aqui, as considerações, introdutoriamente, lançadas.

Dessa forma, comprovado o preenchimento dos requisitos legais, de se deferir a benesse, a partir da citação, à falta de requerimento administrativo.

Quanto aos consectários, aplicam-se posicionamentos, consagrados nesta Turma Julgadora: as parcelas vencidas, observada a prescrição qüinqüenal, são corrigidas, pelo Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal; os juros moratórios incidem, mensalmente, à taxa legal, de forma decrescente, a partir do termo inicial do benefício, estendendo-se até a expedição do precatório, se pago no prazo constitucional.

Já a verba honorária comporta manutenção, porque fixada nos moldes do art. 20 § 3º, do CPC e Súmula nº 111 do C. STJ.

Observe-se, finalmente, que todos os pontos versados neste decisório já se encontram pacificados na jurisprudência. Cf., a propósito, dentre outros: C. STJ - AgRg - REsp nº 701.530, Rel. Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, DJ 07/3/2005; REsp nº 707.846, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 14/3/2005; REsp nº 504.568, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 13/12/2004; REsp nº 552.600/RS, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Quinta Turma, DJ 06/12/2004; REsp nº 210.944/SP, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Sexta Turma, DJ 22/11/99; EREsp nº 448.813, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Terceira Secão, DJ 02/3/2005; AgRgREsp nº 496.838, Rel. Min. Paulo Gallotti, Sexta Turma, DJ 21/6/2004; TRF-3ª Reg. - AC nº 637.451, Rel. Des. Fed. Marisa Santos, Nona Turma, DJ 05/11/2004; AC nº 961219, Rel. Des. Fed. Galvão Miranda, Décima Turma, DJ 04/10/2004; AC nº 651.504, Rel. Des. Fed. Roberto Haddad, Primeira Turma, DJ 17/4/2001; AC nº 92.03.018795-2, Rel. Des. Fed. José Kallás, Segunda Turma, DJ 26/4/95.

Afigura-se, assim, que a decisão recorrida, no que tange, especificamente, aos juros moratórios, encontra-se em confronto com posicionamento consagrado, habilitando o relator a dar parcial provimento ao inconformismo (art. 557, § 1º-A, do CPC).

Do exposto, dou parcial provimento ao recurso, para fixar o termo inicial dos juros de mora, a partir da citação.

Ante a natureza alimentar da prestação, oficie-se ao INSS, encaminhando-lhe os documentos necessários, para que sejam adotadas as medidas cabíveis à imediata implantação do benefício previdenciário, independentemente de trânsito em julgado (art. 461 do CPC).

Respeitadas as cautelas legais, tornem os autos à Origem.

Dê-se ciência.

Em, 13/3/2007.

ANNA MARIA PIMENTEL

Relatora

PROC.	:	2005.03.99.023118-1 AC 1031486
ORIG.	:	0300001215 1 Vr CAFELANDIA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOSE ANTONIO BIANCOFIORE
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MARIA JOAQUINA DA SILVA (= ou > de 65 anos)
ADV	:	MARIA AUGUSTA DE BARROS FERNANDES
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE CAFELANDIA SP
RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO / DÉCIMA TURMA

Vistos.

Recebo a manifestação da parte autora acostada à fl.101/104, como embargos de declaração, opostos em face da decisão de fls.88/90, que declarou, de ofício, extinto o feito, sem julgamento do mérito, nos termos do artigo 267, IV, do Código de Processo Civil e julgou prejudicado o mérito do apelo do INSS.

Todavia, compulsando os autos, verifico que os referidos embargos não merecem ser conhecidos, tendo em vista a sua manifesta extemporaneidade.

Com efeito, referida decisão foi proferida em 03.07.2006 (fl.90), tendo sido intimado o i. patrono da apelada através da publicação no órgão oficial ocorrida em 14.07.2006 (fl.91), passando a fluir daí o prazo recursal.

Nos termos do artigo 536 do Código de Processo Civil, o prazo para interposição dos embargos declaratórios é de 05 (cinco) dias.

Assim sendo, o prazo fatal para o recorrente interpor o presente recurso se deu em 21.07.2006. Contudo, isto não ocorreu, conforme se verifica do protocolo de fl.101, o qual data de 16.01.2007.

Ademais, a decisão atacada teve o seu trânsito em julgado em 17.08.2006, consoante se verifica da certidão acostada à fl.93.

Ressalto, ainda, que não se verifica a ocorrência do alegado erro material, pois é entendimento desta 10ª Turma que o início de prova material de que trata o art. 149 da Lei nº 8.213/91 é documento indispensável ao ajuizamento da ação (art. 283 do Código de Processo Civil) e a sua falta acarreta a extinção do feito sem resolução do mérito.

Diante do exposto, deixo de receber o recurso por ser manifestamente intempestivo. Decorrido "in albis" o prazo recursal, retornem os autos à Vara de origem, para as providências cabíveis.

Intimem-se.

São Paulo, 29 de março de 2007.

SÉRGIO NASCIMENTO

Desembargador Federal

PROC.	:	2006.03.99.023778-3 AC 1125035
ORIG.	:	0400000952 1 Vr ALTINOPOLIS/SP 0400012809 1 Vr ALTINOPOLIS/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUCILENE SANCHES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	JOSE SOARES BARBOSA
ADV	:	ANTONIO MARIO DE TOLEDO
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O

Previdenciário. Aposentadoria por idade. Rurícola. Início de prova documental. Depoimentos testemunhais uníssonos. Benefício deferido.

Aforada ação de aposentadoria por idade rural, contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, processado o feito, com agilização de agravo retido, oportunamente, reiterado, sobreveio sentença de procedência, ensejando a interposição de apelação autárquica, aduzindo ausência dos requisitos à percepção do benefício, prequestionando a matéria. Houve insurgência, quanto aos corolários do sucumbimento.

O postulante recorreu, adesivamente, no que concerne ao marco inicial da prestação aludida, aplicação dos juros moratórios, e incidência da verba honorária.

Decido.

De logo, diante do princípio constitucional da inafastabilidade do controle jurisdicional, improcedem as razões expendidas no agravo retido.

No mérito, diga-se que a aposentadoria por idade de rurícola reclama idade mínima de 60 anos (homem) e 55 anos (mulher), e demonstração do exercício de atividade rural, ainda que intercalada, em número de meses idêntico à carência do referido benefício, afastada a obrigatoriedade de contribuições (arts. 201, § 7º, II, da CR/88, e 48, 49, 142 e 143 da Lei nº 8.213/91). Pondere-se, ainda, que o prazo de 15 (quinze) anos, estatuído no sobredito art. 143, e prorrogado, ao rurícola empregado, por mais, dois anos, consoante Lei nº 11.368/2006, diz respeito ao lapso para ingresso de pedido tendente à obtenção do benefício, e não à duração do pagamento da benesse.

De acordo com a jurisprudência, suficiente, a tal demonstração, início de prova material, corroborado por prova testemunhal, atentando-se, dentre outros aspectos, que: em regra, são extensíveis os documentos em que os genitores, os cônjuges, ou conviventes, aparecem qualificados como lavradores; o afastamento do ofício campestre, pelo solicitante, após satisfação dos requisitos ao benefício, não obsta a outorga deste; o abandono da ocupação rural, por parte de quem se empresta a qualificação profissional, em nada interfere no deferimento da prestação, desde que se anteveja a persistência do mister campesino, pelo requerente da aposentação; mantém a qualidade de segurado, o obreiro que cessa sua atividade laboral, em conseqüência de moléstia; a prestação de labor urbano, intercalado com lides rurais, de per si, não desnatura o princípio de prova documental amealhado; durante o período de graça, a filiação e conseqüentes direitos, perante a Previdência Social, ficam preservados.

In casu, o pleiteante comprova o cumprimento do requisito etário - f. 10 - e apresenta início de prova material do trabalho campesino - v., em especial, f. 12/22 - ratificado por prova oral (fs. 62/63), presentes, aqui, as considerações, introdutoriamente, lançadas.

Dessa forma, comprovado o preenchimento dos requisitos legais, de se deferir a benesse, a partir da citação, termo inicial da mora autárquica, à míngua de comprovação plena de formulação de requerimento administrativo.

Quanto aos consectários, aplicam-se posicionamentos, consagrados nesta Turma Julgadora: as parcelas vencidas, observada a prescrição qüinqüenal, são corrigidas, pelo Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal; os juros moratórios incidem, mensalmente, à taxa legal, de forma decrescente, a partir do termo inicial do benefício, estendendo-se até a expedição do precatório, se pago no prazo constitucional.

Já a verba honorária comporta manutenção, porque fixada nos moldes do art. 20, § 3º, do CPC e Súmula nº 111 do C. STJ.

Observe-se, finalmente, que todos os pontos versados neste decisório já se encontram pacificados na jurisprudência. Cf., a propósito, dentre outros: C. STJ - AgRg - REsp nº 701530, Rel. Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, DJ 07/3/2005; REsp nº 707846, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 14/3/2005; REsp nº 504568, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 13/12/2004; REsp nº 552600/RS, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Quinta Turma, DJ 06/12/2004; REsp nº 210944/SP, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Sexta Turma, DJ 22/11/99; EREsp nº 448813, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Terceira Secão, DJ 02/3/2005; AgRgREsp nº 496838, Rel. Min. Paulo Gallotti, Sexta Turma, DJ 21/6/2004; TRF-3ª Reg. - AC nº 1086099, Rel. Des. Fed. Antonio Cedenho, Sétima Turma, DJ 18/01/2007; AC nº 890611, Rel. Des. Fed. Marianina Galante, Nona Turma, DJ 09/12/2004; AC nº 637451, Rel. Des. Fed. Marisa Santos, Nona Turma, DJ 05/11/2004; AC nº 961219, Rel. Des. Fed. Galvão Miranda, Décima Turma, DJ 04/10/2004; AC nº 651504, Rel. Des. Fed. Roberto Haddad, Primeira Turma, DJ 17/4/2001; AC nº 92.03.018795-2, Rel. Des. Fed. José Kallás, Segunda Turma, DJ 26/4/95.

Afigura-se, assim, que os recursos encontram-se em manifesto confronto com posicionamentos jurisprudenciais consagrados, caso em que compete, ao relator, negar-lhes seguimento (art. 557, caput, do CPC).

Do exposto, enfrentadas as questões pertinentes à matéria em debate, nego seguimento aos recursos ofertados.

Ante a natureza alimentar da prestação, oficie-se ao INSS, encaminhando-lhe os documentos necessários, para que sejam adotadas as medidas cabíveis à imediata implantação do benefício previdenciário, independentemente de trânsito em julgado (art. 461 do CPC).

Respeitadas as cautelas legais, tornem os autos à Origem.

Dê-se ciência.

Em, 19/3/2007.

ANNA MARIA PIMENTEL

Relatora

PROC.	:	2006.03.99.023852-0 AC 1125109
ORIG.	:	0600000330 1 Vr URUPES/SP 600005241 1 Vr URUPES/SP
APTE	:	MARIA DE ALMEIDA DOS SANTOS
ADV	:	FERNANDO APARECIDO BALDAN
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO / DÉCIMA TURMA

Vistos,

Trata-se de apelação de sentença, pela qual foi extinto o processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 267, inciso I, do Código de Processo Civil, sob fundamento de indeferimento da petição inicial. Não houve condenação em custas processuais, por ser a requerente beneficiária da assistência judicial gratuita.

Em seu recurso de apelação, pugna a autora pela reforma da r. sentença recorrida e o prosseguimento da ação com a respectiva apreciação do mérito da causa alegando, em síntese, que o prévio requerimento administrativo do benefício não constitui requisito para o ajuizamento de ação previdenciária, razão pela qual requer que seja dado provimento ao feito para o fim de determinar a concessão do benefício de aposentadoria rural por idade.

Sem contra-razões de apelação, subiram os autos a esta E. Corte.

Após breve relatório, passo a decidir.

A presente ação foi ajuizada com o escopo de obtenção do benefício de aposentadoria rural por idade, no valor de um salário mínimo mensal, sob o argumento de que a autora, nascida em 19.01.1944, teria preenchido os requisitos necessários à sua percepção.

A r. sentença recorrida, entretanto, extinguiu o processo, nos termos do artigo 267, incisos I e VI, do Código de Processo Civil, entendendo que, para o ajuizamento de ação previdenciária, seria necessário o prévio requerimento administrativo do benefício.

Todavia, nas agências da Previdência Social é comum o funcionário que efetua o atendimento preliminar informar verbalmente ao interessado sobre os requisitos exigidos administrativamente para a obtenção do benefício a ser requerido, orientando-o, ainda, no sentido de que não ingresse com o respectivo requerimento caso não se encontrem preenchidos tais requisitos, não se justificando, portanto, que seja exigida a formalização deste requerimento para o ingresso em juízo.

Verifica-se, pois, a aplicabilidade da Súmula 09 do TRF da 3ª Região, bem como do disposto no inciso XXXV, do art. 5º, da Constituição da República, restando, portanto, superada a questão referente à necessidade do prévio requerimento administrativo do benefício como requisito para o ajuizamento da respectiva ação previdenciária, mesmo porque as únicas exceções ao livre acesso ao Judiciário encontram-se previstas no §1º do art. 217 da Constituição da República.
Desta forma, caberia ao juízo a quo examinar o mérito da questão.
Diante do exposto, nos termos do artigo 557, § 1ºA, do Código de Processo Civil, dou provimento à apelação da autora para determinar o retorno dos autos ao Juízo de origem para regular instrução do feito e novo julgamento.
Decorrido "in albis" o prazo recursal, dê-se baixa na Distribuição.
Intimem-se.
São Paulo, 16 de março de 2007.

PROC.	:	2006.03.99.024163-4 AC 1125484
ORIG.	:	0400000703 1 Vr ALTINOPOLIS/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUCILENE SANCHES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ELZA MENDONCA DA SILVA
ADV	:	ANTONIO MARIO DE TOLEDO
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Previdenciário. Aposentadoria por idade. Rurícola. Início de prova documental. Depoimentos testemunhais uníssonos. Benefício deferido.
Aforada ação de aposentadoria por idade rural, contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, processado o feito, com agilização de agravo retido, oportunamente, reiterado, sobreveio sentença de procedência, ensejando a interposição de apelação autárquica, aduzindo ausência dos requisitos à percepção do benefício, prequestionando a matéria. Houve insurgência, quanto aos corolários do sucumbimento.
A postulante recorreu, adesivamente, no dizente à aplicação dos juros moratórios e incidência da verba honorária.
Decido.
De logo, diante do princípio constitucional da inafastabilidade do controle jurisdicional, improcedem as razões expendidas no agravo retido.
No mérito, diga-se que a aposentadoria por idade de rurícola reclama idade mínima de 60 anos (homem) e 55 anos (mulher), e demonstração do exercício de atividade rural, ainda que intercalada, em número de meses idêntico à carência do referido benefício, afastada a obrigatoriedade de contribuições (arts. 201, § 7º, II, da CR/88, e 48, 49, 142 e 143 da Lei nº 8.213/91). Pondere-se, ainda, que o prazo de 15 (quinze) anos, estatuído no sobredito art. 143, e prorrogado, ao rurícola empregado, por mais, dois anos, consoante Lei nº 11.368/2006, diz respeito ao lapso para ingresso de pedido tendente à obtenção do benefício, e não à duração do pagamento da benesse.
De acordo com a jurisprudência, suficiente, a tal demonstração, início de prova material, corroborado por prova testemunhal, atentando-se, dentre outros aspectos, que: em regra, são extensíveis os documentos em que os genitores, os cônjuges, ou conviventes, aparecem qualificados como lavradores; o afastamento do ofício campestre, pelo solicitante, após satisfação dos requisitos ao benefício, não obsta a outorga deste; o abandono da ocupação rural, por parte de quem se empresta a qualificação profissional, em nada interfere no deferimento da prestação, desde que se anteveja a persistência do mister campesino, pelo requerente da aposentação; mantém a qualidade de segurado, o obreiro que cessa sua atividade laboral, em conseqüência de moléstia; a prestação de labor urbano, intercalado com lides rurais, de per si, não desnatura o princípio de prova documental amealhado; durante o período de graça, a filiação e conseqüentes direitos, perante a Previdência Social, ficam preservados.
In casu, a pleiteante comprova o cumprimento do requisito etário - f. 10 - e apresenta início de prova material do trabalho campesino - v., em especial, f. 13 - ratificado por prova oral (fs. 46/47), presentes, aqui, as considerações, introdutoriamente, lançadas.
Dessa forma, comprovado o preenchimento dos requisitos legais, de se deferir a benesse, a partir da citação, à falta de requerimento administrativo.
Quanto aos consectários, aplicam-se posicionamentos, consagrados nesta Turma Julgadora: as parcelas vencidas, observada a prescrição qüinqüenal, são corrigidas, pelo Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal; os juros moratórios incidem, mensalmente, à taxa legal, de forma decrescente, a partir do termo inicial do benefício, estendendo-se até a expedição do precatório, se pago no prazo constitucional.
Já a verba honorária comporta manutenção, porque fixada nos moldes do art. 20, § 3º, do CPC e Súmula nº 111 do C. STJ.
Observe-se, finalmente, que todos os pontos versados neste decisório já se encontram pacificados na jurisprudência. Cf., a propósito, dentre outros: C. STJ - AgRg - REsp nº 701530, Rel. Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, DJ 07/3/2005; REsp nº 707846, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 14/3/2005; REsp nº 504568, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 13/12/2004; REsp nº 552600/RS, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Quinta Turma, DJ 06/12/2004; REsp nº 210944/SP, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Sexta Turma, DJ 22/11/99; EREsp nº 448813, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Terceira Secão, DJ 02/3/2005; AgRgREsp nº 496838, Rel. Min. Paulo Gallotti, Sexta Turma, DJ 21/6/2004; TRF-3ª Reg. - AC nº 1086099, Rel. Des. Fed. Antonio Cedenho, Sétima Turma, DJ 18/01/2007; AC nº 890611, Rel. Des. Fed. Marianina Galante, Nona Turma, DJ 09/12/2004; AC nº 637451, Rel. Des. Fed. Marisa Santos, Nona Turma, DJ 05/11/2004; AC nº 961219, Rel. Des. Fed. Galvão Miranda, Décima Turma, DJ 04/10/2004; AC nº 651504, Rel. Des. Fed. Roberto Haddad, Primeira Turma, DJ 17/4/2001; AC nº 92.03.018795-2, Rel. Des. Fed. José Kallás, Segunda Turma, DJ 26/4/95.
Afigura-se, assim, que os recursos encontram-se em manifesto confronto com posicionamentos jurisprudenciais consagrados, caso em que compete, ao relator, negar-lhes seguimento (art. 557, caput, do CPC).
Do exposto, enfrentadas as questões pertinentes à matéria em debate, nego seguimento aos recursos ofertados.
Ante a natureza alimentar da prestação, oficie-se ao INSS, encaminhando-lhe os documentos necessários, para que sejam adotadas as medidas cabíveis à imediata implantação do benefício previdenciário, independentemente de trânsito em julgado (art. 461 do CPC).
Respeitadas as cautelas legais, tornem os autos à Origem.
Dê-se ciência.
Em, 19/3/2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2000.03.00.024167-0 AG 108765
ORIG.	:	9300000628 1 Vr IBITINGA/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CRISTIANE AGUIAR DA CUNHA BELTRAME
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	JOAO ADRIANO RUAS
ADV	:	JOSE ANTONIO ALEM
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE IBITINGA SP
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

-Tendo em vista que a apelação tirada da sentença que apreciou os embargos à execução, no feito subjacente (processo nº 2004.03.99.030174-9), teve sua remessa determinada ao extinto Tribunal de Alçada de São Paulo (extrato anexo), por decisão monocrática de 27/08/2004 que divisou a imcompetência deste Tribunal ao julgamento daquele feito, sem notícia de insurgência ou de posicionamento contrário da Corte Estadual, até este momento, outra solução não colhe senão providenciar a remessa do presente agravo ao E. Tribunal de Justiça de São Paulo, ao relator a quem foi incumbido o exame do processo principal.
-Dê-se ciência.
Em, 29 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2006.03.99.024336-9 AC 1125788
ORIG.	:	0300002813 1 Vr BATAGUASSU/MS
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ALESSANDRO LEMES FAGUNDES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	JOSE LOURENCO DE BARROS
ADV	:	HUGO BENICIO BONFIM DAS VIRGENS
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Previdenciário. Aposentadoria por idade. Rurícola. Início de prova documental. Depoimentos testemunhais uníssonos. Benefício deferido.
Aforada ação de aposentadoria por idade rural, contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, processado o feito, sobreveio sentença de procedência, ensejando a interposição de apelação autárquica, aduzindo ausência dos requisitos à percepção do benefício, prequestionando a matéria.
Decido.
A aposentadoria por idade de rurícola reclama idade mínima de 60 anos (homem) e 55 anos (mulher), e demonstração do exercício de atividade rural, ainda que intercalada, em número de meses idêntico à carência do referido benefício, afastada a obrigatoriedade de contribuições (arts. 201, § 7º, II, da CR/88, e 48, 49, 142 e 143 da Lei nº 8.213/91). Pondere-se, ainda, que o prazo de 15 (quinze) anos, estatuído no sobredito art. 143, e prorrogado, ao rurícola empregado, por mais, dois anos, consoante Lei nº 11.368/2006, diz respeito ao lapso para ingresso de pedido tendente à obtenção do benefício, e não à duração do pagamento da benesse.
De acordo com a jurisprudência, suficiente, a tal demonstração, início de prova material, corroborado por prova testemunhal, atentando-se, dentre outros aspectos, que: em regra, são extensíveis os documentos em que os genitores, os cônjuges, ou conviventes, aparecem qualificados como lavradores; o afastamento do ofício campestre, pelo solicitante, após satisfação dos requisitos ao benefício, não obsta a outorga deste; o abandono da ocupação rural, por parte de quem se empresta a qualificação profissional, em nada interfere no deferimento da prestação, desde que se anteveja a persistência do mister campesino, pelo requerente da aposentação; mantém a qualidade de segurado, o obreiro que cessa sua atividade laboral, em conseqüência de moléstia; a prestação de labor urbano, intercalado com lides rurais, de per si, não desnatura o princípio de prova documental amealhado; durante o período de graça, a filiação e conseqüentes direitos, perante a Previdência Social, ficam preservados.
In casu, o pleiteante comprova o cumprimento do requisito etário - f. 18 - e apresenta início de prova material do trabalho campesino - v., em especial, f. 17 - ratificado por prova oral (fs. 99/100), presentes, aqui, as considerações, introdutoriamente, lançadas.
Dessa forma, comprovado o preenchimento dos requisitos legais, de se deferir a benesse, a partir da citação, à falta de requerimento administrativo.
Quanto aos consectários, aplicam-se posicionamentos, consagrados nesta Turma Julgadora: as parcelas vencidas, observada a prescrição qüinqüenal, são corrigidas, pelo Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal; os juros moratórios incidem, mensalmente, à taxa legal, de forma decrescente, a partir do termo inicial do benefício, estendendo-se até a expedição do precatório, se pago no prazo constitucional.
Já a verba honorária comporta manutenção, nos moldes em que fixada, sob pena de violação ao princípio da non reformatio in pejus.
O INSS é isento de custas processuais, arcando com as demais despesas, além de reembolsar as custas recolhidas pela parte contrária, o que não é o caso dos autos, por se tratar de beneficiário da gratuidade da justiça (arts. 4º, I e parágrafo único, da Lei nº 9.289/96, 24-A da Lei nº 9.028/95, n.r., e 8º, §1º, da Lei nº 8.620/93).
Observe-se, finalmente, que todos os pontos versados neste decisório já se encontram pacificados na jurisprudência. Cf., a propósito, dentre outros: C. STJ - AgRg - REsp nº 701.530, Rel. Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, DJ 07/3/2005; REsp nº 707.846, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 14/3/2005; REsp nº 504.568, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 13/12/2004; REsp nº 552.600/RS, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Quinta Turma, DJ 06/12/2004; REsp nº 210.944/SP, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Sexta Turma, DJ 22/11/99; EREsp nº 448.813, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Terceira Secão, DJ 02/3/2005; AgRgREsp nº 496.838, Rel. Min. Paulo Gallotti, Sexta Turma, DJ 21/6/2004; TRF-3ª Reg. - AC nº 637.451, Rel. Des. Fed. Marisa Santos, Nona Turma, DJ 05/11/2004; AC nº 961219, Rel. Des. Fed. Galvão Miranda, Décima Turma, DJ 04/10/2004; AC nº 651.504, Rel. Des. Fed. Roberto Haddad, Primeira Turma, DJ 17/4/2001; AC nº 92.03.018795-2, Rel. Des. Fed. José Kallás, Segunda Turma, DJ 26/4/95.
Afigura-se, assim, que o recurso encontra-se em manifesto confronto com posicionamentos jurisprudenciais consagrados, caso em que compete, ao relator, negar-lhe seguimento (art. 557, caput, do CPC).
Do exposto, enfrentadas as questões pertinentes à matéria em debate, reconheço a existência de erro material na sentença, corrigindo-a, de ofício, para afastar a condenação do INSS ao reembolso das custas processuais e nego seguimento ao recurso.
Ante a natureza alimentar da prestação, oficie-se ao INSS, encaminhando-lhe os documentos necessários, para que sejam adotadas as medidas cabíveis à imediata implantação do benefício previdenciário, independentemente de trânsito em julgado (art. 461 do CPC).
Respeitadas as cautelas legais, tornem os autos à Origem.
Dê-se ciência.
Em, 19/3/2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2006.03.99.024518-4 AC 1125970
ORIG.	:	0200002349 1 Vr OLIMPIA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ADRIANA CRISTINA LUCCHESE BATISTA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	DIRCE DE ALMEIDA
ADV	:	LUCIANO HENRIQUE GUIMARAES SA
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE OLIMPIA SP
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Previdenciário. Aposentadoria por idade. Rurícola. Início de prova documental. Depoimentos testemunhais uníssonos. Benefício deferido.
Aforada ação de aposentadoria por idade rural, contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, processado o feito, sobreveio sentença de procedência, ensejando a interposição de apelação autárquica, aduzindo ausência dos requisitos à percepção do benefício. A sentença restou submetida ao reexame necessário.
A postulante recorreu, adesivamente, no concernente à incidência da verba honorária.
Decido.
Na espécie, inaplicável a disposição sobre o reexame necessário, considerados o valor do benefício e o lapso temporal de sua implantação, não excedente a 60 salários mínimos (art. 475, § 2º, CPC, n. r.).
A aposentadoria por idade de rurícola reclama idade mínima de 60 anos (homem) e 55 anos (mulher), e demonstração do exercício de atividade rural, ainda que intercalada, em número de meses idêntico à carência do referido benefício, afastada a obrigatoriedade de contribuições (arts. 201, § 7º, II, da CR/88, e 48, 49, 142 e 143 da Lei nº 8.213/91). Pondere-se, ainda, que o prazo de 15 (quinze) anos, estatuído no sobredito art. 143, e prorrogado, ao rurícola empregado, por mais, dois anos, consoante Lei nº 11.368/2006, diz respeito ao lapso para ingresso de pedido tendente à obtenção do benefício, e não à duração do pagamento da benesse.
De acordo com a jurisprudência, suficiente, a tal demonstração, início de prova material, corroborado por prova testemunhal, atentando-se, dentre outros aspectos, que: em regra, são extensíveis, os documentos em que os genitores, os cônjuges, ou conviventes, aparecem qualificados como lavradores; o afastamento do ofício campestre, pelo solicitante, após satisfação dos requisitos ao benefício, não obsta a outorga deste; o abandono da ocupação rural, por parte de quem se empresta a qualificação profissional, em nada interfere no deferimento da prestação, desde que se anteveja a persistência do mister campesino, pelo requerente da aposentação; mantém a qualidade de

segurado, o obreiro que cessa sua atividade laboral, em conseqüência de moléstia; a prestação de labor urbano, intercalado com lides rurais, de per si, não desnatura o princípio de prova documental amealhado; durante o período de graça, a filiação e conseqüentes direitos, perante a Previdência Social, ficam preservados.
In casu, a pleiteante comprova o cumprimento do requisito etário - f. 10 - e apresenta prova material do trabalho campesino - v., em especial, fs. 12/35 - ratificado por prova oral (fs. 96/97), presentes, aqui, as considerações, introdutoriamente, lançadas.
Dessa forma, comprovado o preenchimento dos requisitos legais, reconhece-se o direito da parte autora ao benefício de aposentadoria por idade, a ser implantado a partir da data da citação, à falta de requerimento administrativo.
Quanto aos consectários, aplicam-se posicionamentos, consagrados nesta Turma Julgadora: as parcelas vencidas, observada a prescrição qüinqüenal, são corrigidas, pelo Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal; os juros moratórios incidem, mensalmente, à taxa legal, de forma decrescente, a partir do termo inicial do benefício, estendendo-se até a expedição do precatório, se pago no prazo constitucional.
Já a verba honorária comporta manutenção, eis que fixada na forma do art. 20 § 3º, do CPC e Súmula nº 111 do C. STJ.
Por outro lado, o INSS é isento de custas processuais, arcando com as demais despesas, além de reembolsar as custas recolhidas pela parte contrária, o que não é o caso dos autos, por se tratar de beneficiário da gratuidade da justiça (arts. 4º, I e parágrafo único, da Lei nº 9.289/96, 24-A da Lei nº 9.028/95, n.r., e 8º, §1º, da Lei nº 8.620/93).
Observe-se, finalmente, que todos os pontos versados neste decisório já se encontram pacificados na jurisprudência. Cf., a propósito, dentre outros: C. STJ - AgRg - REsp nº 701530, Rel. Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, DJ 07/3/2005; REsp nº 707846, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 14/3/2005; REsp nº 504568, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 13/12/2004; REsp nº 552600/RS, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Quinta Turma, DJ 06/12/2004; REsp nº 210944/SP, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Sexta Turma, DJ 22/11/99; EREsp nº 448813, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Terceira Secão, DJ 02/3/2005; AgRgREsp nº 496838, Rel. Min. Paulo Gallotti, Sexta Turma, DJ 21/6/2004; TRF-3ª Reg. - AC nº 1086099, Rel. Des. Fed. Antonio Cedenho, Sétima Turma, DJ 18/01/2007; AC nº 890611, Rel. Des. Fed. Marianina Galante, Nona Turma, DJ 09/12/2004; AC nº 637451, Rel. Des. Fed. Marisa Santos, Nona Turma, DJ 05/11/2004; AC nº 961219, Rel. Des. Fed. Galvão Miranda, Décima Turma, DJ 04/10/2004; AC nº 651504, Rel. Des. Fed. Roberto Haddad, Primeira Turma, DJ 17/4/2001; AC nº 92.03.018795-2, Rel. Des. Fed. José Kallás, Segunda Turma, DJ 26/4/95.
Afigura-se, assim, que o recurso encontra-se em manifesto confronto com posicionamentos jurisprudenciais consagrados, caso em que compete, ao relator, negar-lhe seguimento (art. 557, caput, do CPC).
Do exposto, não conheço da remessa oficial, reconheço a existência de erro material na sentença, corrigindo-a, de ofício, para excluir a condenação do INSS ao reembolso das custas e despesas processuais, e nego seguimento aos recursos ofertados.
Ante a natureza alimentar da prestação, oficie-se ao INSS, encaminhando-lhe os documentos necessários, para que sejam adotadas as medidas cabíveis à imediata implantação do benefício previdenciário, independentemente de trânsito em julgado (art. 461 do CPC).
Respeitadas as cautelas legais, tornem os autos à Origem.
Dê-se ciência.
Em, 20/3/2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2006.03.99.025218-8 AC 1127068
ORIG.	:	0400001090 1 Vr CAFELANDIA/SP 0400025279 1 Vr CAFELANDIA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOSE ANTONIO BIANCOFIORE
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ANGELINA ROSSETO TAVARES
ADV	:	MARIA AUGUSTA DE BARROS FERNANDES
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Previdenciário. Aposentadoria por idade. Rurícola. Início de prova documental. Depoimentos testemunhais uníssonos. Benefício deferido.
Aforada ação de aposentadoria por idade rural, contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, processado o feito, sobreveio sentença de procedência, ensejando a interposição de apelação autárquica, aduzindo ausência dos requisitos à percepção do benefício, tanto mais porque a autora, após seu casamento, passou a exercer atividades urbanas, prequestionando a matéria. Houve insurgência, quanto aos corolários do sucumbimento.
Decido.
Na espécie, inaplicável a disposição sobre o reexame necessário, considerados o valor do benefício e o lapso temporal de sua implantação, não excedente a 60 salários mínimos (art. 475, § 2º, CPC, n. r.).
A aposentadoria por idade de rurícola reclama idade mínima de 60 anos (homem) e 55 anos (mulher), e demonstração do exercício de atividade rural, ainda que intercalada, em número de meses idêntico à carência do referido benefício, afastada a obrigatoriedade de contribuições (arts. 201, § 7º, II, da CR/88, e 48, 49, 142 e 143 da Lei nº 8.213/91). Pondere-se, ainda, que o prazo de 15 (quinze) anos, estatuído no sobredito art. 143, e prorrogado, ao rurícola empregado, por mais, dois anos, consoante Lei nº 11.368/2006, diz respeito ao lapso para ingresso de pedido tendente à obtenção do benefício, e não à duração do pagamento da benesse.
De acordo com a jurisprudência, suficiente, a tal demonstração, início de prova material, corroborado por prova testemunhal, atentando-se, dentre outros aspectos, que: em regra, são extensíveis os documentos em que os genitores, cônjuges, ou conviventes, aparecem qualificados como lavradores; o afastamento do ofício campestre, pelo solicitante, após satisfação dos requisitos ao benefício, não obsta a outorga deste; o abandono da ocupação rural, por parte de quem se empresta a qualificação profissional, em nada interfere no deferimento da prestação, desde que se anteveja a persistência do mister campesino, pelo requerente da aposentação; mantém a qualidade de segurado, o obreiro que cessa sua atividade laboral, em conseqüência de moléstia; a prestação de labor urbano, intercalado com lides rurais, de per si, não desnatura o princípio de prova documental amealhado; durante o período de graça, a filiação e conseqüentes direitos, perante a Previdência Social, ficam preservados.

In casu, a pleiteante comprova o cumprimento do requisito etário - f. 07 - e apresenta início de prova material do trabalho campesino - v., em especial, f. 08 - ratificado por prova oral (fs. 51/52), presentes, aqui, as considerações, introdutoriamente, lançadas.
Por oportuno, acentue-se ressentir de comprovação a assertiva de que a autora passou a se dedicar a atividades urbanas, após o matrimônio.
Dessa forma, comprovado o preenchimento dos requisitos legais, de se deferir a benesse, a partir da citação, à falta de requerimento administrativo.
Quanto aos consectários, aplicam-se posicionamentos, consagrados nesta Turma Julgadora: as parcelas vencidas, observada a prescrição qüinqüenal, são corrigidas, pelo Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal; os juros moratórios incidem, mensalmente, à taxa legal, de forma decrescente, a partir do termo inicial do benefício, estendendo-se até a expedição do precatório, se pago no prazo constitucional.
Já a verba honorária comporta reforma, apenas para incidir sobre as parcelas vencidas, até a sentença (Súmula STJ - 111).
Observe-se, finalmente, que todos os pontos versados neste decisório já se encontram pacificados na jurisprudência. Cf., a propósito, dentre outros: C. STJ - AgRg - REsp nº 701.530, Rel. Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, DJ 07/3/2005; REsp nº 707.846, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 14/3/2005; REsp nº 504.568, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 13/12/2004; REsp nº 552.600/RS, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Quinta Turma, DJ 06/12/2004; REsp nº 210.944/SP, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Sexta Turma, DJ 22/11/99; EREsp nº 448.813, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Terceira Secão, DJ 02/3/2005; AgRgREsp nº 496.838, Rel. Min. Paulo Gallotti, Sexta Turma, DJ 21/6/2004; TRF-3ª Reg. - AC nº 637.451, Rel. Des. Fed. Marisa Santos, Nona Turma, DJ 05/11/2004; AC nº 961219, Rel. Des. Fed. Galvão Miranda, Décima Turma, DJ 04/10/2004; AC nº 651.504, Rel. Des. Fed. Roberto Haddad, Primeira Turma, DJ 17/4/2001; AC nº 92.03.018795-2, Rel. Des. Fed. José Kallás, Segunda Turma, DJ 26/4/95.
Deixo de conhecer da apelação, no que concerne às custas processuais, dada a inocorrência de condenação, sob esse aspecto.
Afigura-se, assim, que a decisão recorrida, no que tange, especificamente, à verba honorária, encontra-se em confronto com posicionamento consagrado, habilitando o relator a dar parcial provimento ao inconformismo (art. 557, § 1º-A, do CPC).
Do exposto, enfrentadas as questões pertinentes à matéria em debate, não conheço de parte do recurso do INSS e, na parte conhecida, dou-lhe parcial provimento, para que a verba honorária recaia sobre as parcelas atrasadas, até o ato judicial recorrido.
Ante a natureza alimentar da prestação, oficie-se ao INSS, encaminhando-lhe os documentos necessários, para que sejam adotadas as medidas cabíveis à imediata implantação do benefício previdenciário, independentemente de trânsito em julgado (art. 461 do CPC).
Respeitadas as cautelas legais, tornem os autos à Origem.
Dê-se ciência.
Em, 20 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2006.03.99.025309-0 AC 1127347
ORIG.	:	0500000016 3 Vr ITAPETININGA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CRISTIANE MARIA MARQUES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	GESSI CAMARGO DE SYLLOS (= ou > de 65 anos)
ADV	:	REGGER EDUARDO BARROS ALVES
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Previdenciário. Aposentadoria por idade. Rurícola. Início de prova documental. Depoimentos testemunhais uníssonos. Benefício deferido.
Aforada ação de aposentadoria por idade rural, contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, processado o feito, sobreveio sentença de procedência, ensejando a interposição de apelação autárquica, aduzindo ausência dos requisitos à percepção do benefício, prequestionando a matéria. Houve insurgência, quanto aos corolários do sucumbimento.
A postulante recorreu, adesivamente, no concernente ao marco inicial da prestação aludida.
Decido.
A aposentadoria por idade de rurícola reclama idade mínima de 60 anos (homem) e 55 anos (mulher), e demonstração do exercício de atividade rural, ainda que intercalada, em número de meses idêntico à carência do referido benefício, afastada a obrigatoriedade de contribuições (arts. 201, § 7º, II, da CR/88, e 48, 49, 142 e 143 da Lei nº 8.213/91). Pondere-se, ainda, que o prazo de 15 (quinze) anos, estatuído no sobredito art. 143, e prorrogado, ao rurícola empregado, por mais, dois anos, consoante Lei nº 11.368/2006, diz respeito ao lapso para ingresso de pedido tendente à obtenção do benefício, e não à duração do pagamento da benesse.
De acordo com a jurisprudência, suficiente, a tal demonstração, início de prova material, corroborado por prova testemunhal, atentando-se, dentre outros aspectos, que: em regra, são extensíveis os documentos em que os genitores, os cônjuges, ou conviventes, aparecem qualificados como lavradores; o afastamento do ofício campestre, pelo solicitante, após satisfação dos requisitos ao benefício, não obsta a outorga deste; o abandono da ocupação rural, por parte de quem se empresta a qualificação profissional, em nada interfere no deferimento da prestação, desde que se anteveja a persistência do mister campesino, pelo requerente da aposentação; mantém a qualidade de segurado, o obreiro que cessa sua atividade laboral, em conseqüência de moléstia; a prestação de labor urbano, intercalado com lides rurais, de per si, não desnatura o princípio de prova documental amealhado; durante o período de graça, a filiação e conseqüentes direitos, perante a Previdência Social, ficam preservados.
In casu, a pleiteante comprova o cumprimento do requisito etário - f. 09 - e apresenta início de prova material do trabalho campesino - v., em especial, f. 10/24 - ratificado por prova oral (fs. 70/72), presentes, aqui, as considerações, introdutoriamente, lançadas.
Dessa forma, comprovado o preenchimento dos requisitos legais, de se deferir a benesse, a partir da citação, termo inicial da mora autárquica, à falta de requerimento administrativo.
Quanto aos consectários, aplicam-se posicionamentos, consagrados nesta Turma Julgadora: as parcelas vencidas, observada a prescrição qüinqüenal, são corrigidas, pelo Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal; os juros moratórios incidem, mensalmente, à taxa legal, de forma decrescente, a partir do termo inicial do benefício, estendendo-se até a expedição do precatório, se pago no prazo constitucional.
Já a verba honorária comporta manutenção, eis que fixada na forma do art. 20 § 3º, do CPC e Súmula nº 111 do C. STJ.
Observe-se, finalmente, que todos os pontos versados neste decisório já se encontram pacificados na jurisprudência. Cf., a propósito, dentre outros: C. STJ - AgRg - REsp nº 701530, Rel. Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, DJ 07/3/2005; REsp nº 707846, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 14/3/2005; REsp nº 504568, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 13/12/2004; REsp nº 552600/RS, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Quinta Turma, DJ 06/12/2004; REsp nº 210944/SP, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Sexta Turma, DJ 22/11/99; EREsp nº 448813, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Terceira Secão, DJ 02/3/2005; AgRgREsp nº 496838, Rel. Min. Paulo Gallotti, Sexta Turma, DJ 21/6/2004; TRF-3ª Reg. - AC nº 1086099, Rel. Des. Fed. Antonio Cedenho, Sétima Turma, DJ 18/01/2007; AC nº 890611, Rel. Des. Fed. Marianina Galante, Nona Turma, DJ 09/12/2004; AC nº 637451, Rel. Des. Fed. Marisa Santos, Nona Turma, DJ 05/11/2004; AC nº 961219, Rel. Des. Fed. Galvão Miranda, Décima Turma, DJ 04/10/2004; AC nº 651504, Rel. Des. Fed. Roberto Haddad, Primeira Turma, DJ 17/4/2001; AC nº 92.03.018795-2, Rel. Des. Fed. José Kallás, Segunda Turma, DJ 26/4/95.
Afigura-se, assim, que os recursos encontram-se em manifesto confronto com posicionamentos jurisprudenciais consagrados, competindo, ao relator, negar-lhes seguimento (art. 557, caput, do CPC).
Do exposto, enfrentadas as questões pertinentes à matéria em debate, nego seguimento aos recursos.
Ante a natureza alimentar da prestação, oficie-se ao INSS, encaminhando-lhe os documentos necessários, para que sejam adotadas as medidas cabíveis à imediata implantação do benefício previdenciário, independentemente de trânsito em julgado (art. 461 do CPC).
Respeitadas as cautelas legais, tornem os autos à Origem.
Dê-se ciência.
Em, 19/3/2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2006.03.99.025610-8 AC 1117703
ORIG.	:	0400000057 1 Vr OLIMPIA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ADRIANA CRISTINA LUCCHESE BATISTA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MARIA DE LOURDES PEREIRA GONCALVES
ADV	:	MARCIA REGINA ARAUJO PAIVA
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE OLIMPIA SP
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Previdenciário. Aposentadoria por idade. Rurícola. Início de prova documental. Depoimentos testemunhais uníssonos. Benefício deferido.
Aforada ação de aposentadoria por idade rural, contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, processado o feito, sobreveio sentença de procedência, ensejando a interposição de apelação autárquica, aduzindo ausência dos requisitos à percepção do benefício. Houve insurgência, quanto aos corolários do sucumbimento.
A sentença restou submetida ao reexame necessário.

Decido.
Na espécie, inaplicável a disposição sobre o reexame necessário, considerados o valor do benefício e o lapso temporal de sua implantação, não excedente a 60 salários mínimos (art. 475, § 2º, CPC, n. r.).
A aposentadoria por idade de rurícola reclama idade mínima de 60 anos (homem) e 55 anos (mulher), e demonstração do exercício de atividade rural, ainda que intercalada, em número de meses idêntico à carência do referido benefício, afastada a obrigatoriedade de contribuições (arts. 201, § 7º, II, da CR/88, e 48, 49, 142 e 143 da Lei nº 8.213/91). Pondere-se, ainda, que o prazo de 15 (quinze) anos, estatuído no sobredito art. 143, e prorrogado, ao rurícola empregado, por mais, dois anos, consoante Lei nº 11.368/2006, diz respeito ao lapso para ingresso de pedido tendente à obtenção do benefício, e não à duração do pagamento da benesse.
De acordo com a jurisprudência, suficiente, a tal demonstração, início de prova material, corroborado por prova testemunhal, atentando-se, dentre outros aspectos, que: em regra, são extensíveis os documentos em que os genitores, os cônjuges, ou conviventes, aparecem qualificados como lavradores; o afastamento do ofício campestre, pelo solicitante, após satisfação dos requisitos ao benefício, não obsta a outorga deste; o abandono da ocupação rural, por parte de quem se empresta a qualificação profissional, em nada interfere no deferimento da prestação, desde que se anteveja a persistência do mister campesino, pelo requerente da aposentação; mantém a qualidade de segurado, o obreiro que cessa sua atividade laboral, em conseqüência de moléstia; a prestação de labor urbano, intercalado com lides rurais, de per si, não desnatura o princípio de prova documental amealhado; durante o período de graça, a filiação e conseqüentes direitos, perante a Previdência Social, ficam preservados.
In casu, a pleiteante comprova o cumprimento do requisito etário - f. 07 - e apresenta prova material do trabalho campesino - v., em especial, f. 08/15 - ratificado por prova oral (fs. 44/45), presentes, aqui, as considerações, introdutoriamente, lançadas.
Dessa forma, comprovado o preenchimento dos requisitos legais, de se deferir a benesse, a partir da citação, à falta de requerimento administrativo.
Quanto aos consectários, aplicam-se posicionamentos, consagrados nesta Turma Julgadora: as parcelas vencidas, observada a prescrição qüinqüenal, são corrigidas, pelo Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal; os juros moratórios incidem, mensalmente, à taxa legal, de forma decrescente, a partir do termo inicial do benefício, estendendo-se até a expedição do precatório, se pago no prazo constitucional.
Já a verba honorária comporta manutenção, porque fixada nos moldes do art. 20, § 3º, do CPC e Súmula nº 111 do C. STJ.
Observe-se, finalmente, que todos os pontos versados neste decisório já se encontram pacificados na jurisprudência. Cf., a propósito, dentre outros: C. STJ - AgRg - REsp nº 701530, Rel. Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, DJ 07/3/2005; REsp nº 707846, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 14/3/2005; REsp nº 504568, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 13/12/2004; REsp nº 552600/RS, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Quinta Turma, DJ 06/12/2004; REsp nº 210944/SP, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Sexta Turma, DJ 22/11/99; EREsp nº 448813, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Terceira Secão, DJ 02/3/2005; AgRgREsp nº 496838, Rel. Min. Paulo Gallotti, Sexta Turma, DJ 21/6/2004; TRF-3ª Reg. - AC nº 1086099, Rel. Des. Fed. Antonio Cedenho, Sétima Turma, DJ 18/01/2007; AC nº 890611, Rel. Des. Fed. Marianina Galante, Nona Turma, DJ 09/12/2004; AC nº 637451, Rel. Des. Fed. Marisa Santos, Nona Turma, DJ 05/11/2004; AC nº 961219, Rel. Des. Fed. Galvão Miranda, Décima Turma, DJ 04/10/2004; AC nº 651504, Rel. Des. Fed. Roberto Haddad, Primeira Turma, DJ 17/4/2001; AC nº 92.03.018795-2, Rel. Des. Fed. José Kallás, Segunda Turma, DJ 26/4/95.
Por fim, consigne-se que legítimo o estabelecimento de multa diária, a fim de que o Poder Público satisfaça sua obrigação, não devendo, entretanto, à vista do princípio da razoabilidade, exceder o próprio valor da prestação, motivo pelo qual, impende reduzí-la a 1/30 do benefício mínimo, conforme, iterativamente, decidido nesta Turma (v.g., AC 902385, DJU 21/12/2005).
Afigura-se, assim, que a decisão recorrida, no que pertine, especificamente, ao importe da multa diária fixada, encontra-se em manifesto confronto com posicionamentos jurisprudenciais consagrados, habilitando o relator a dar parcial provimento ao inconformismo (art. 557, § 1º-A, do CPC).
Do exposto, não conheço da remessa oficial e dou parcial provimento ao recurso, para limitar a multa diária, na forma acima alinhavada.
Ante a natureza alimentar da prestação, oficie-se ao INSS, encaminhando-lhe os documentos necessários, para que sejam adotadas as medidas cabíveis à imediata implantação do benefício previdenciário, independentemente de trânsito em julgado (art. 461 do CPC).
Respeitadas as cautelas legais, tornem os autos à Origem.
Dê-se ciência.
Em, 20 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2006.03.99.025868-3 AC 1127503
ORIG.	:	0500000852 1 Vr ITAPETININGA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CRISTIANE MARIA MARQUES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MARIA JOSE MACHADO DE SOUZA (= ou > de 60 anos)
ADV	:	THAIS HELENA TEIXEIRA AMORIM SILVA
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Previdenciário. Aposentadoria por idade. Rurícola. Início de prova documental. Depoimentos testemunhais uníssonos. Benefício deferido.
Aforada ação de aposentadoria por idade rural, contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, processado o feito, sobreveio sentença de procedência, ensejando a interposição de apelação autárquica, aduzindo ausência dos requisitos à percepção do benefício. Houve insurgência, quanto aos corolários do sucumbimento.
Decido.
A aposentadoria por idade de rurícola reclama idade mínima de 60 anos (homem) e 55 anos (mulher), e demonstração do exercício de atividade rural, ainda que intercalada, em número de meses idêntico à carência do referido benefício, afastada a obrigatoriedade de contribuições (arts. 201, § 7º, II, da CR/88, e 48, 49, 142 e 143 da Lei nº 8.213/91). Pondere-se, ainda, que o prazo de 15 (quinze) anos, estatuído no sobredito art. 143, e prorrogado, ao rurícola empregado, por mais, dois anos, consoante Lei nº 11.368/2006, diz respeito ao lapso para ingresso de pedido tendente à obtenção do benefício, e não à duração do pagamento da benesse.
De acordo com a jurisprudência, suficiente, a tal demonstração, início de prova material, corroborado por prova testemunhal, atentando-se, dentre outros aspectos, que: em regra, são extensíveis, os documentos em que os genitores, cônjuges, ou conviventes, aparecem qualificados como lavradores; o afastamento do ofício campestre, pelo solicitante, após satisfação dos requisitos ao benefício, não obsta a outorga deste; o abandono da ocupação rural, por parte de quem se empresta a qualificação profissional, em nada interfere no deferimento da prestação, desde que se anteveja a persistência do mister campesino, pelo requerente da aposentação; mantém a qualidade de segurado, o obreiro que cessa sua atividade laboral, em conseqüência de moléstia; a prestação de labor urbano, intercalado com lides rurais, de per si, não desnatura o princípio de prova documental amealhado; durante o período de graça, a filiação e conseqüentes direitos, perante a Previdência Social, ficam preservados.
In casu, a pleiteante comprova o cumprimento do requisito etário - f. 13 - e apresenta início de prova material do trabalho campesino - v., em especial, fs. 15 e 27/31 - ratificado por prova oral (fs. 76/77), presentes, aqui, as considerações, introdutoriamente, lançadas.
Dessa forma, comprovado o preenchimento dos requisitos legais, de se deferir a benesse, a partir da citação, à falta de requerimento administrativo.
Quanto aos consectários, aplicam-se posicionamentos, consagrados nesta Turma Julgadora: as parcelas vencidas, observada a prescrição qüinqüenal, são corrigidas, pelo Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal; os juros moratórios incidem, mensalmente, à taxa legal, de forma decrescente, a partir do termo inicial do benefício, estendendo-se até a expedição do precatório, se pago no prazo constitucional.
Já a verba honorária comporta reforma, apenas para incidir sobre as parcelas vencidas, até a sentença (Súmula STJ - 111).
Observe-se, finalmente, que todos os pontos versados neste decisório já se encontram pacificados na jurisprudência. Cf., a propósito, dentre outros: C. STJ - AgRg - REsp nº 701530, Rel. Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, DJ 07/3/2005; REsp nº 707846, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 14/3/2005; REsp nº 504568, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 13/12/2004; REsp nº 552600/RS, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Quinta Turma, DJ 06/12/2004; REsp nº 210944/SP, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Sexta Turma, DJ 22/11/99; EREsp nº 448813, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Terceira Secão, DJ 02/3/2005; AgRgREsp nº 496838, Rel. Min. Paulo Gallotti, Sexta Turma, DJ 21/6/2004; TRF-3ª Reg. - AC nº 1086099, Rel. Des. Fed. Antonio Cedenho, Sétima Turma, DJ 18/01/2007; AC nº 890611, Rel. Des. Fed. Marianina Galante, Nona Turma, DJ 09/12/2004; AC nº 637451, Rel. Des. Fed. Marisa Santos, Nona Turma, DJ 05/11/2004; AC nº 961219, Rel. Des. Fed. Galvão Miranda, Décima Turma, DJ 04/10/2004; AC nº 651504, Rel. Des. Fed. Roberto Haddad, Primeira Turma, DJ 17/4/2001; AC nº 92.03.018795-2, Rel. Des. Fed. José Kallás, Segunda Turma, DJ 26/4/95.
Afigura-se, assim, que a decisão recorrida, no que tange, especificamente, à verba honorária, encontra-se em confronto com posicionamento consagrado, habilitando o relator a dar parcial provimento ao inconformismo (art. 557, § 1º-A, do CPC).
Do exposto, dou parcial provimento ao recurso, para que a verba honorária recaia sobre as parcelas atrasadas, até o ato judicial recorrido.
Ante a natureza alimentar da prestação, oficie-se ao INSS, encaminhando-lhe os documentos necessários, para que sejam adotadas as medidas cabíveis à imediata implantação do benefício previdenciário, independentemente de trânsito em julgado (art. 461 do CPC).
Respeitadas as cautelas legais, tornem os autos à Origem.
Dê-se ciência.
Em, 20/3/2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2006.03.99.026246-7 AC 1130089
ORIG.	:	0000001741 1 Vr JARDINOPOLIS/SP
APTE	:	ELIA DE FATIMA CORREA
ADV	:	JOSE AUGUSTO DE ALMEIDA JUNQUEIRA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CLAUDIO RENE D AFFLITTO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Previdenciário. Aposentadoria por invalidez. Inaptidão laboral não configurada. Benefício indeferido.
Aforada ação de aposentadoria por invalidez, em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e processado o feito, sobreveio sentença de improcedência, ensejando a oferta de apelação autoral, argumentando, em síntese, restarem atendidas as exigências legais à prestação vindicada.
Com contra-razões, os autos subiram a esta Corte.
Passo ao exame.
Para efeito de aposentadoria por invalidez, exige-se que a requerente seja segurada da Previdência Social, tenha cumprido o período de carência de 12 (doze) contribuições, e esteja incapacitado, total e definitivamente, ao trabalho (art. 201, I, da CR/88 e art. 18, I, "a"; 25, I e 42 da Lei nº 8.213/91).
Na espécie, afigura-se demasiado perquirir da condição de segurada da parte autora, dado que o laudo pericial foi conclusivo, quanto à sua aptidão, ao exercício de atividades laborativas (fs. 55/61).
Como se vê, inocorrente demonstração de incapacidade, total e definitiva, ao labor, de se indeferir a benesse vindicada.
Nesse diapasão, assim decidiu esta Turma:
"PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. ARTIGO 42, CAPUT E § 2º DA LEI N.º 8.213/91. QUALIDADE DE SEGURADA. CARÊNCIA. LAUDO PERICIAL. INCAPACIDADE NãO COMPROVADA. BENEFÍCIO INDEVIDO. VERBAS DE SUCUMBÊNCIA.
1. Agravo retido do INSS não conhecido, uma vez que sua apreciação por este Tribunal não foi expressamente requerida pelo agravante nas suas contra-razões de apelação, nos termos do artigo 523, § 1º, do Código de Processo Civil.
2. A aposentadoria por invalidez somente é devida ao segurado que comprove os requisitos do artigo 42 da Lei n.º 8.213/91.
3. Existindo início razoável de prova documental, contemporânea à época dos fatos, complementada pelos depoimentos das testemunhas, de que a autora exerceu atividade rural, resta comprovada a qualidade de segurado da Previdência Social. Observa-se, na hipótese, a Súmula 149 do Superior Tribunal de Justiça e o artigo 55, § 3º, da Lei 8.213/91.
4. Comprovada a condição de trabalhadora rural pelo período equivalente à carência, desnecessário o recolhimento das respectivas contribuições para a obtenção da aposentadoria por invalidez.
5. Tendo o laudo pericial concluído que a Autora não está incapacitada para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, não faz jus à concessão de aposentadoria por invalidez.
6. Ante a ausência de comprovação de incapacidade total e definitiva, é desnecessária a incursão sobre os demais requisitos exigidos para a concessão da aposentadoria por invalidez.
7. Da mesma forma, não há que se falar em concessão de auxílio-doença, nos termos dos artigos 59 e 62 da Lei n.º 8.213/91, uma vez que não se trata de hipótese de reabilitação profissional, uma vez que o Autor não se encontra incapacitado para o exercício de suas funções habituais.
8. Agravo retido do INSS não conhecido. Apelação da Autora improvida."
(AC 915217- Rel. Des. Fed. Galvão Miranda, j. 06/4/2004, v.u., DJU 28/5/2004, p.690)
"PREVIDENCIÁRIO. PROCESSO CIVIL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. RURAL. FALTA DE COMPROVAÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO. LAUDO DESFAVORÁVEL. INCAPACIDADE LABORAL NÃO COMPROVADA.
I - O apelante não comprovou a qualidade de segurado da previdência social, não se verificando a existência nos autos de prova relativa à atividade rural que alega ter exercido, para os fins do art. 39, I, da Lei nº 8.213/91.
II - O laudo judicial revela que o autor é portador de enfermidade que não acarreta incapacidade laboral, revelando-se inviável a concessão do benefício pleiteado.
III- Apelação do autor improvida."
(AC 555683- Rel. Des. Fed. Sérgio Nascimento, j. 22/02/2005, v.u., DJU 14/3/2005, p.479)
"PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. RURAL. LAUDO PERICIAL DESFAVORÁVEL. INCAPACIDADE LABORAL NÃO COMPROVADA.
I - Ante o disposto no parágrafo 1º, do art. 523 do Código de Processo Civil, não se conhece do agravo retido se a parte não requerer expressamente, nas razões ou na resposta da apelação, sua apreciação pelo Tribunal.
II - o laudo judicial revela que o autor é portador de enfermidade que não acarreta redução da capacidade laboral, revelando-se inviável a concessão do benefício pleiteado.
XII - Agravo retido interposto pelo réu não conhecido. Apelação do autor improvida."
(AC 416562 - Rel. Des. Fed. Sérgio Nascimento, j. 02/9/2003, v.u., DJU 29/9/2003, p.382)
Tais as circunstâncias, tratando-se de recurso, manifestamente, improcedente, conflitando, frontalmente, com jurisprudência dominante deste Sodalício, nego-lhe seguimento, com fulcro no art. 557, caput, do CPC.
Respeitadas as cautelas legais, baixem os autos à Vara de origem.
Dê-se ciência.
Em, 27 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2006.03.99.026397-6 AC 1130467
ORIG.	:	0500000583 1 Vr ANGATUBA/SP 0500014060 1 Vr ANGATUBA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SUZETE MARTA SANTIAGO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OSMAR TEIXEIRA MOREIRA
ADV	:	AUTA DOS ANJOS LIMA OLIVEIRA
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE ANGATUBA SP
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Previdenciário. Aposentadoria por idade. Rurícola. Início de prova documental. Depoimentos testemunhais uníssonos. Benefício deferido.
Aforada ação de aposentadoria por idade rural, contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, processado o feito, sobreveio sentença de procedência, ensejando a interposição de apelação autárquica, aduzindo ausência dos requisitos à percepção do benefício, prequestionando a matéria. Houve insurgência, quanto aos corolários do sucumbimento.
O MM. Juiz singular determinou o recolhimento do porte de remessa e retorno (Lei Estadual nº 11.608/2003) (f. 69), propiciando a oferta, pelo réu, do agravo retido.
Decido.
De logo, quanto ao agravo retido aviado, como venho, reiteradamente, decidindo, o INSS não está isento do recolhimento de porte de remessa e retorno dos autos, por força da Lei Paulista nº 11.608/2003, arts. 2º, parágrafo único, II e 6º, e Súmula STJ nº 178, devendo, tal dispêndio, ser satisfeito, pela autarquia, ao final, pelo vencido. Cf., por oportuno, precedente de minha relatoria, nesse sentido (AG nº 210814, Décima Turma, DJ 13/9/2006, p. 522).
Portanto, manifestamente improcedentes as razões expendidas no agravo retido.
No mérito, diga-se que a aposentadoria por idade de rurícola reclama idade mínima de 60 anos (homem) e 55 anos (mulher), e demonstração do exercício de atividade rural, ainda que intercalada, em número de meses idêntico à carência do referido benefício, afastada a obrigatoriedade de contribuições (arts. 201, § 7º, II, da CR/88, e 48, 49, 142 e 143 da Lei nº 8.213/91). Pondere-se, ainda, que o prazo de 15 (quinze) anos, estatuído no sobredito art. 143, e prorrogado, ao rurícola empregado, por mais, dois anos, consoante Lei nº 11.368/2006, diz respeito ao lapso para ingresso de pedido tendente à obtenção do benefício, e não à duração do pagamento da benesse.
De acordo com a jurisprudência, suficiente, a tal demonstração, início de prova material, corroborado por prova testemunhal, atentando-se, dentre outros aspectos, que: em regra, são extensíveis, os documentos em que os genitores, os cônjuges, ou conviventes aparecem qualificados como lavradores; o afastamento do ofício campestre, pelo solicitante, após satisfação dos requisitos ao benefício, não obsta a outorga deste; o abandono da ocupação rural, por parte de quem se empresta a qualificação profissional, em nada interfere no deferimento da prestação, desde que se anteveja a persistência do mister campesino, pelo requerente da aposentação; mantém a qualidade de segurado, o obreiro que cessa sua atividade laboral, em conseqüência de moléstia; a prestação de labor urbano, intercalado com lides rurais, de per si, não desnatura o princípio de prova documental amealhado; durante o período de graça, a filiação e conseqüentes direitos, perante a Previdência Social, ficam preservados.
In casu, o pleiteante comprova o cumprimento do requisito etário - f. 22 - e apresenta início de prova material do trabalho campesino - v., em especial, fs. 08/21 - ratificado por prova oral (fs. 61/62), presentes, aqui, as considerações, introdutoriamente, lançadas.
Dessa forma, comprovado o preenchimento dos requisitos legais, de se deferir a benesse, a partir do requerimento administrativo, porque já demonstrados, à época, os pressupostos à outorga da prestação.
Quanto aos consectários, aplicam-se posicionamentos, consagrados nesta Turma Julgadora: as parcelas vencidas, observada a prescrição qüinqüenal, são corrigidas, pelo Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal; os juros moratórios incidem, mensalmente, à taxa legal, de forma decrescente, a partir do termo inicial do benefício, estendendo-se até a expedição do precatório, se pago no prazo constitucional.
Já a verba honorária comporta manutenção, porque fixada nos moldes do art. 20 § 3º, do CPC e Súmula nº 111 do C. STJ.
Observe-se, finalmente, que todos os pontos versados neste decisório já se encontram pacificados na jurisprudência. Cf., a propósito, dentre outros: C. STJ - AgRg - REsp nº 701530, Rel. Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, DJ 07/3/2005; REsp nº 707846, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 14/3/2005; REsp nº 504568, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 13/12/2004; REsp nº 552600/RS, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Quinta Turma, DJ 06/12/2004; REsp nº 210944/SP, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Sexta Turma, DJ 22/11/99; EREsp nº 448813, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Terceira Secão, DJ 02/3/2005; AgRgREsp nº 496838, Rel. Min. Paulo Gallotti, Sexta Turma, DJ 21/6/2004; TRF-3ª Reg. - AC nº 1086099, Rel. Des. Fed. Antonio Cedenho, Sétima Turma, DJ 18/01/2007; AC nº 890611, Rel. Des. Fed. Marianina Galante, Nona Turma, DJ 09/12/2004; AC nº 637451, Rel. Des. Fed. Marisa Santos, Nona Turma, DJ 05/11/2004; AC nº 961219, Rel. Des. Fed. Galvão Miranda, Décima Turma, DJ 04/10/2004; AC nº 651504, Rel. Des. Fed. Roberto Haddad, Primeira Turma, DJ 17/4/2001; AC nº 92.03.018795-2, Rel. Des. Fed. José Kallás, Segunda Turma, DJ 26/4/95.
Afigura-se, assim, que o recurso encontra-se em manifesto confronto com posicionamentos jurisprudenciais consagrados, caso em que compete, ao relator, negar-lhe seguimento (art. 557, caput, do CPC).
Do exposto, enfrentadas as questões pertinentes à matéria em debate, nego seguimento ao agravo retido e à apelação.
Ante a natureza alimentar da prestação, oficie-se ao INSS, encaminhando-lhe os documentos necessários, para que sejam adotadas as medidas cabíveis à imediata implantação do benefício previdenciário, independentemente de trânsito em julgado (art. 461 do CPC).
Respeitadas as cautelas legais, tornem os autos à Origem.
Dê-se ciência.
Em, 13/3/2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2006.03.99.026465-8 AC 1130527
ORIG.	:	0500000452 1 Vr FARTURA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SERGIO HENRIQUE ASSAF GUERRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	IRACEMA MARIA DE SOUZA
ADV	:	CARLOS SOLDERA
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE FARTURA SP
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Previdenciário. Aposentadoria por idade. Rurícola. Início de prova documental. Depoimentos testemunhais uníssonos. Benefício deferido.
Aforada ação de aposentadoria por idade rural, contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, processado o feito, sobreveio sentença de procedência, ensejando a interposição de apelação autárquica, aduzindo, preliminarmente, carência da ação, à míngua de interesse de agir, e, no mérito, ausência dos requisitos à percepção do benefício, prequestionando a matéria. Houve insurgência, quanto aos corolários do sucumbimento.
A sentença restou submetida ao reexame necessário.
Decido.
Na espécie, inaplicável a disposição sobre o reexame necessário, considerados o valor do benefício e o lapso temporal de sua implantação, não excedente a 60 salários mínimos (art. 475, § 2º, CPC, n. r.).
Diante do princípio constitucional da inafastabilidade do controle jurisdicional, rejeito a preliminar aventada.
No mérito, diga-se que a aposentadoria por idade de rurícola reclama idade mínima de 60 anos (homem) e 55 anos (mulher), e demonstração do exercício de atividade rural, ainda que intercalada, em número de meses idêntico à carência do referido benefício, afastada a obrigatoriedade de contribuições (arts. 201, § 7º, II, da CR/88, e 48, 49, 142 e 143 da Lei nº 8.213/91). Pondere-se, ainda, que o prazo de 15 (quinze) anos, estatuído no sobredito art. 143, e prorrogado, ao rurícola empregado, por mais, dois anos, consoante Lei nº 11.368/2006, diz respeito ao lapso para ingresso de pedido tendente à obtenção do benefício, e não à duração do pagamento da benesse.
De acordo com a jurisprudência, suficiente, a tal demonstração, início de prova material, corroborado por prova testemunhal, atentando-se, dentre outros aspectos, que: em regra, são extensíveis os documentos em que os genitores, cônjuges, ou conviventes, aparecem qualificados como lavradores; o afastamento do ofício campestre, pelo solicitante, após satisfação dos requisitos ao benefício, não obsta a outorga deste; o abandono da ocupação rural, por parte de quem se empresta a qualificação profissional, em nada interfere no deferimento da prestação, desde que se anteveja a persistência do mister campesino, pelo requerente da aposentação; mantém a qualidade de segurado, o obreiro que cessa sua atividade laboral, em conseqüência de moléstia; a prestação de labor urbano, intercalado com lides rurais, de per si, não desnatura o princípio de prova documental amealhado; durante o período de graça, a filiação e conseqüentes direitos, perante a Previdência Social, ficam preservados.
In casu, a pleiteante comprova o cumprimento do requisito etário - f. 05 - e apresenta início de prova material do trabalho campesino - v., em especial, f. 06 - ratificado por prova oral (fs. 48/49), presentes, aqui, as considerações, introdutoriamente, lançadas.
Dessa forma, comprovado o preenchimento dos requisitos legais, de se deferir a benesse, a partir da citação, à falta de requerimento administrativo.
Quanto aos consectários, aplicam-se posicionamentos, consagrados nesta Turma Julgadora: as parcelas vencidas, observada a prescrição qüinqüenal, são corrigidas, pelo Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal; os juros moratórios incidem, mensalmente, à taxa legal, de forma decrescente, a partir do termo inicial do benefício, estendendo-se até a expedição do precatório, se pago no prazo constitucional.
Já a verba honorária comporta reforma, apenas para incidir sobre as parcelas vencidas, até a sentença (Súmula STJ - 111).
Observe-se, finalmente, que todos os pontos versados neste decisório já se encontram pacificados na jurisprudência. Cf., a propósito, dentre outros: C. STJ - AgRg - REsp nº 701.530, Rel. Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, DJ 07/3/2005; REsp nº 707.846, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 14/3/2005; REsp nº 504.568, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 13/12/2004; REsp nº 552.600/RS, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Quinta Turma, DJ 06/12/2004; REsp nº 210.944/SP, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Sexta Turma, DJ 22/11/99; EREsp nº 448.813, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Terceira Secão, DJ 02/3/2005; AgRgREsp nº 496.838, Rel. Min. Paulo Gallotti, Sexta Turma, DJ 21/6/2004; TRF-3ª Reg. - AC nº 637.451, Rel. Des. Fed. Marisa Santos, Nona Turma, DJ 05/11/2004; AC nº 961219, Rel. Des. Fed. Galvão Miranda, Décima Turma, DJ 04/10/2004; AC nº 651.504, Rel. Des. Fed. Roberto Haddad, Primeira Turma, DJ 17/4/2001; AC nº 92.03.018795-2, Rel. Des. Fed. José Kallás, Segunda Turma, DJ 26/4/95.
Afigura-se, assim, que a decisão recorrida, no que tange, especificamente, à condenação em custas e honorários, encontra-se em confronto com posicionamento consagrado, habilitando o relator a dar parcial provimento ao inconformismo (art. 557, § 1º-A, do CPC).
Do exposto, enfrentadas as questões pertinentes à matéria em debate, não conheço da remessa oficial, reconheço a existência de erro material na sentença, corrigindo-a, de ofício, para afastar a condenação do INSS ao reembolso das despesas processuais e dou parcial provimento ao recurso, para excluir a imputação em custas e para que a verba honorária recaia sobre as parcelas atrasadas, até o ato judicial recorrido.
Ante a natureza alimentar da prestação, oficie-se ao INSS, encaminhando-lhe os documentos necessários, para que sejam adotadas as medidas cabíveis à imediata implantação do benefício previdenciário, independentemente de trânsito em julgado (art. 461 do CPC).
Respeitadas as cautelas legais, tornem os autos à Origem.
Dê-se ciência.
Em, 13/3/2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2006.03.99.026549-3 AC 1130611
ORIG.	:	0500000707 1 Vr BRODOWSKI/SP 0500005728 1 Vr BRODOWSKI/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUCILENE SANCHES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	CLARISSE BATTISTON LASCALA
ADV	:	ANTONIO MARIO DE TOLEDO
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE BRODOWSKI SP
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Previdenciário. Aposentadoria por idade. Rurícola. Início de prova documental. Depoimentos testemunhais uníssonos. Benefício deferido.
Aforada ação de aposentadoria por idade rural, contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, processado o feito, com agilização de agravo retido, oportunamente, reitereado, sobreveio sentença de procedência, ensejando a interposição de apelação autárquica, aduzindo ausência dos requisitos à percepção do benefício, prequestionando a matéria. Houve insurgência, quanto aos corolários do sucumbimento.
A sentença restou submetida ao reexame necessário.
Decido.
Na espécie, inaplicável a disposição sobre o reexame necessário, considerados o valor do benefício e o lapso temporal de sua implantação, não excedente a 60 salários mínimos (art. 475, § 2º, CPC, n. r.).
Diante do princípio constitucional da inafastabilidade do controle jurisdicional, improcedem as razões expendidas no agravo retido.
No mérito, diga-se que a aposentadoria por idade de rurícola reclama idade mínima de 60 anos (homem) e 55 anos (mulher), e demonstração do exercício de atividade rural, ainda que intercalada, em número de meses idêntico à carência do referido benefício, afastada a obrigatoriedade de contribuições (arts. 201, § 7º, II, da CR/88, e 48, 49, 142 e 143 da Lei nº 8.213/91). Pondere-se, ainda, que o prazo de 15 (quinze) anos, estatuído no sobredito art. 143, e prorrogado, ao rurícola empregado, por mais, dois anos, consoante Lei nº 11.368/2006, diz respeito ao lapso para ingresso de pedido tendente à obtenção do benefício, e não à duração do pagamento da benesse.
De acordo com a jurisprudência, suficiente, a tal demonstração, início de prova material, corroborado por prova testemunhal idônea, atentando-se, dentre outros aspectos, que: em regra, são extensíveis, às mulheres, documentos em que o genitor, cônjuge ou convivente aparecem qualificados como lavradores; o afastamento do ofício campestre, pelo solicitante, após satisfação dos requisitos ao benefício, não obsta a outorga deste; o abandono da ocupação rural, por parte de quem se empresta a qualificação profissional, em nada interfere no deferimento da prestação, desde que se anteveja a persistência do mister campesino, pelo requerente da aposentação; mantém a qualidade de segurado, o obreiro que cessa sua atividade laboral, em conseqüência de moléstia; a prestação de labor urbano, intercalado com lides rurais, de per si, não desnatura o princípio de prova documental amealhado; durante o período de graça, a filiação e conseqüentes direitos, perante a Previdência Social, ficam preservados.
In casu, a pleiteante comprova o cumprimento do requisito etário - f. 09 - e apresenta início de prova material do trabalho campesino - v., em especial, f. 10 - ratificado por prova oral (fs. 63/64), presentes, aqui, as considerações, introdutoriamente, lançadas.
Dessa forma, comprovado o preenchimento dos requisitos legais, de se deferir a benesse, a partir da citação, à falta de requerimento administrativo.
Quanto aos consectários, aplicam-se posicionamentos, consagrados nesta Turma Julgadora: as parcelas vencidas, observada a prescrição qüinqüenal, são corrigidas, pelo Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal; os juros moratórios incidem, mensalmente, à taxa legal, de forma decrescente, a partir do termo inicial do benefício, estendendo-se até a expedição do precatório, se pago no prazo constitucional.
Já a verba honorária comporta manutenção, eis que fixada na forma do art. 20 § 3º, do CPC.

Observe-se, finalmente, que todos os pontos versados neste decisório já se encontram pacificados na jurisprudência. Cf., a propósito, dentre outros: C. STJ - AgRg - REsp nº 701.530, Rel. Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, DJ 07/3/2005; REsp nº 707.846, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 14/3/2005; REsp nº 504.568, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 13/12/2004; REsp nº 552.600/RS, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Quinta Turma, DJ 06/12/2004; REsp nº 210.944/SP, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Sexta Turma, DJ 22/11/99; EREsp nº 448.813, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Terceira Secão, DJ 02/3/2005; AgRgREsp nº 496.838, Rel. Min. Paulo Gallotti, Sexta Turma, DJ 21/6/2004; TRF-3ª Reg. - AC nº 637.451, Rel. Des. Fed. Marisa Santos, Nona Turma, DJ 05/11/2004; AC nº 961219, Rel. Des. Fed. Galvão Miranda, Décima Turma, DJ 04/10/2004; AC nº 651.504, Rel. Des. Fed. Roberto Haddad, Primeira Turma, DJ 17/4/2001; AC nº 92.03.018795-2, Rel. Des. Fed. José Kallás, Segunda Turma, DJ 26/4/95.

Afigura-se, assim, que o recurso encontra-se em manifesto confronto com posicionamentos jurisprudenciais consagrados, caso em que compete, ao relator, negar-lhe seguimento (art. 557, caput, do CPC).

Do exposto, enfrentadas as questões pertinentes à matéria em debate, não conheço da remessa oficial e nego seguimento ao agravo retido e à apelação.

Ante a natureza alimentar da prestação, oficie-se ao INSS, encaminhando-lhe os documentos necessários, para que sejam adotadas as medidas cabíveis à imediata implantação do benefício previdenciário, independentemente de trânsito em julgado (art. 461 do CPC).

Respeitadas as cautelas legais, tornem os autos à Origem.

Dê-se ciência.

Em, 12/3/2007.

ANNA MARIA PIMENTEL

Relatora

PROC.	:	2006.03.99.026789-1 AC 1130852
ORIG.	:	0400000854 1 Vr ALTINOPOLIS/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUCILENE SANCHES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	SAULO ALVES DOS SANTOS
ADV	:	AIRTON CEZAR RIBEIRO
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O

Previdenciário. Aposentadoria por idade. Rurícola. Início de prova documental. Depoimentos testemunhais uníssonos. Benefício deferido.

Aforada ação de aposentadoria por idade rural, contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, processado o feito, com agilização de agravo retido, oportunamente, reiterado, sobreveio sentença de procedência, ensejando a interposição de apelação autárquica, aduzindo ausência dos requisitos à percepção do benefício, prequestionando a matéria. Houve insurgência, quanto aos corolários do sucumbimento.

Decido.

De logo, diante do princípio constitucional da inafastabilidade do controle jurisdicional, improcedem as razões expendidas no agravo retido.

No mérito, diga-se que a aposentadoria por idade de rurícola reclama idade mínima de 60 anos (homem) e 55 anos (mulher), e demonstração do exercício de atividade rural, ainda que intercalada, em número de meses idêntico à carência do referido benefício, afastada a obrigatoriedade de contribuições (arts. 201, § 7º, II, da CR/88, e 48, 49, 142 e 143 da Lei nº 8.213/91). Pondere-se, ainda, que o prazo de 15 (quinze) anos, estatuído no sobredito art. 143, e prorrogado, ao rurícola empregado, por mais, dois anos, consoante Lei nº 11.368/2006, diz respeito ao lapso para ingresso de pedido tendente à obtenção do benefício, e não à duração do pagamento da benesse.

De acordo com a jurisprudência, suficiente, a tal demonstração, início de prova material, corroborado por prova testemunhal idônea, atentando-se, dentre outros aspectos, que: em regra, são extensíveis, às mulheres, documentos em que o genitor, cônjuge ou convivente aparecem qualificados como lavradores; o afastamento do ofício campestre, pelo solicitante, após satisfação dos requisitos ao benefício, não obsta a outorga deste; o abandono da ocupação rural, por parte de quem se empresta a qualificação profissional, em nada interfere no deferimento da prestação, desde que se anteveja a persistência do mister campesino, pelo requerente da aposentação; mantém a qualidade de segurado, o obreiro que cessa sua atividade laboral, em conseqüência de moléstia; a prestação de labor urbano, intercalado com lides rurais, de per si, não desnatura o princípio de prova documental amealhado; durante o período de graça, a filiação e conseqüentes direitos, perante a Previdência Social, ficam preservados.

In casu, o pleiteante comprova o cumprimento do requisito etário - f. 08 - e apresenta início de prova material do trabalho campesino - v., em especial, f. 09 - ratificado por prova oral (fs. 73/74), presentes, aqui, as considerações, introdutoriamente, lançadas.

Dessa forma, comprovado o preenchimento dos requisitos legais, de se deferir a benesse, a partir da citação, à falta de requerimento administrativo.

Quanto aos consectários, aplicam-se posicionamentos, consagrados nesta Turma Julgadora: as parcelas vencidas, observada a prescrição qüinqüenal, são corrigidas, pelo Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal; os juros moratórios incidem, mensalmente, à taxa legal, de forma decrescente, a partir do termo inicial do benefício, estendendo-se até a expedição do precatório, se pago no prazo constitucional.

Já a verba honorária comporta manutenção, porque fixada nos moldes do art. 20 § 3º, do CPC.

Observe-se, finalmente, que todos os pontos versados neste decisório já se encontram pacificados na jurisprudência. Cf., a propósito, dentre outros: C. STJ - AgRg - REsp nº 701.530, Rel. Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, DJ 07/3/2005; REsp nº 707.846, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 14/3/2005; REsp nº 504.568, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 13/12/2004; REsp nº 552.600/RS, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Quinta Turma, DJ 06/12/2004; REsp nº 210.944/SP, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Sexta Turma, DJ 22/11/99; EREsp nº 448.813, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Terceira Secão, DJ 02/3/2005; AgRgREsp nº 496.838, Rel. Min. Paulo Gallotti, Sexta Turma, DJ 21/6/2004; TRF-3ª Reg. - AC nº 637.451, Rel. Des. Fed. Marisa Santos, Nona Turma, DJ 05/11/2004; AC nº 961219, Rel. Des. Fed. Galvão Miranda, Décima Turma, DJ 04/10/2004; AC nº 651.504, Rel. Des. Fed. Roberto Haddad, Primeira Turma, DJ 17/4/2001; AC nº 92.03.018795-2, Rel. Des. Fed. José Kallás, Segunda Turma, DJ 26/4/95.

Afigura-se, assim, que o recurso encontra-se em manifesto confronto com posicionamentos jurisprudenciais consagrados, caso em que compete, ao relator, negar-lhe seguimento (art. 557, caput, do CPC).

Do exposto, enfrentadas as questões pertinentes à matéria em debate, nego seguimento ao agravo retido e à apelação.

Ante a natureza alimentar da prestação, oficie-se ao INSS, encaminhando-lhe os documentos necessários, para que sejam adotadas as medidas cabíveis à imediata implantação do benefício previdenciário, independentemente de trânsito em julgado (art. 461 do CPC).

Respeitadas as cautelas legais, tornem os autos à Origem.

Dê-se ciência.

Em, 13/3/2007.

ANNA MARIA PIMENTEL

Relatora

PROC.	:	2006.03.99.026821-4 AC 1130883
ORIG.	:	0400000663 1 Vr FARTURA/SP 0400005381 1 Vr FARTURA/SP
APTE	:	LUIZ GOMES DE MORAIS
ADV	:	CARLOS DANIEL PIOL TAQUES
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SERGIO HENRIQUE ASSAF GUERRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O

Previdenciário. Aposentadoria por invalidez. Inaptidão laboral não configurada. Benefício indeferido.

Aforada ação de aposentadoria por invalidez, em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e processado o feito, sobreveio sentença de improcedência, ensejando a oferta de apelação autoral, argumentando, em síntese, restarem atendidas as exigências legais à prestação vindicada.

Com contra-razões, os autos subiram a esta Corte.

Passo ao exame.

Para efeito de aposentadoria por invalidez, exige-se que o requerente seja segurado da Previdência Social, tenha cumprido o período de carência de 12 (doze) contribuições, e esteja incapacitado, total e definitivamente, ao trabalho (art. 201, I, da CR/88 e art. 18, I, "a"; 25, I e 42 da Lei nº 8.213/91).

Na espécie, afigura-se demasiado perquirir da condição de segurada da parte autora, dado que o laudo pericial foi conclusivo, quanto à sua aptidão, ao exercício de atividades laborativas (fs. 112/118).

Como se vê, inocorrente demonstração de incapacidade, total e definitiva, ao labor, de se indeferir a benesse vindicada.

Nesse diapasão, assim decidiu esta Turma:

"PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. ARTIGO 42, CAPUT E § 2º DA LEI N.º 8.213/91. QUALIDADE DE SEGURADA. CARÊNCIA. LAUDO PERICIAL. INCAPACIDADE NãO COMPROVADA. BENEFÍCIO INDEVIDO. VERBAS DE SUCUMBÊNCIA.

1. Agravo retido do INSS não conhecido, uma vez que sua apreciação por este Tribunal não foi expressamente requerida pelo agravante nas suas contra-razões de apelação, nos termos do artigo 523, § 1º, do Código de Processo Civil.

2. A aposentadoria por invalidez somente é devida ao segurado que comprove os requisitos do artigo 42 da Lei n.º 8.213/91.

3. Existindo início razoável de prova documental, contemporânea à época dos fatos, complementada pelos depoimentos das testemunhas, de que a autora exerceu atividade rural, resta comprovada a qualidade de segurado da Previdência Social. Observa-se, na hipótese, a Súmula 149 do Superior Tribunal de Justiça e o artigo 55, § 3º, da Lei 8.213/91.

4. Comprovada a condição de trabalhadora rural pelo período equivalente à carência, desnecessário o recolhimento das respectivas contribuições para a obtenção da aposentadoria por invalidez.

5. Tendo o laudo pericial concluído que a Autora não está incapacitada para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, não faz jus à concessão de aposentadoria por invalidez.

6. Ante a ausência de comprovação de incapacidade total e definitiva, é desnecessária a incursão sobre os demais requisitos exigidos para a concessão da aposentadoria por invalidez.

7. Da mesma forma, não há que se falar em concessão de auxílio-doença, nos termos dos artigos 59 e 62 da Lei n.º 8.213/91, uma vez que não se trata de hipótese de reabilitação profissional, uma vez que o Autor não se encontra incapacitado para o exercício de suas funções habituais.

8. Agravo retido do INSS não conhecido. Apelação da Autora improvida."

(AC 915217- Rel. Des. Fed. Galvão Miranda, j. 06/4/2004, v.u., DJU 28/5/2004, p.690)

"PREVIDENCIÁRIO. PROCESSO CIVIL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. RURAL. FALTA DE COMPROVAÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO. LAUDO DESFAVORÁVEL. INCAPACIDADE LABORAL NÃO COMPROVADA.

I - O apelante não comprovou a qualidade de segurado da previdência social, não se verificando a existência nos autos de prova relativa à atividade rural que alega ter exercido, para os fins do art. 39, I, da Lei nº 8.213/91.

II - O laudo judicial revela que o autor é portador de enfermidade que não acarreta incapacidade laboral, revelando-se inviável a concessão do benefício pleiteado.

III- Apelação do autor improvida."

(AC 555683- Rel. Des. Fed. Sérgio Nascimento, j. 22/02/2005, v.u., DJU 14/3/2005, p.479)

"PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. RURAL. LAUDO PERICIAL DESFAVORÁVEL. INCAPACIDADE LABORAL NÃO COMPROVADA.

I - Ante o disposto no parágrafo 1º, do art. 523 do Código de Processo Civil, não se conhece do agravo retido se a parte não requerer expressamente, nas razões ou na resposta da apelação, sua apreciação pelo Tribunal.

II - o laudo judicial revela que o autor é portador de enfermidade que não acarreta redução da capacidade laboral, revelando-se inviável a concessão do benefício pleiteado.

XII - Agravo retido interposto pelo réu não conhecido. Apelação do autor improvida."

(AC 416562 - Rel. Des. Fed. Sérgio Nascimento, j. 02/9/2003, v.u., DJU 29/9/2003, p.382)

Tais as circunstâncias, tratando-se de recurso, manifestamente, improcedente, conflitando, frontalmente, com jurisprudência dominante deste Sodalício, nego-lhe seguimento, com fulcro no art. 557, caput, do CPC.

Respeitadas as cautelas legais, baixem os autos à Vara de origem.

Dê-se ciência.

Em, 27 de março de 2007.

ANNA MARIA PIMENTEL

Relatora

PROC.	:	2005.03.99.027021-6 AC 1037638
ORIG.	:	0300001879 2 Vr TAQUARITINGA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUIS ENRIQUE MARCHIONI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	KEIKO IAMAGUCHI KAMADA
ADV	:	CELSO AKIO NAKACHIMA
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 2 VARA DE TAQUARITINGA SP
RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO / DÉCIMA TURMA

Vistos.

Trata-se de remessa oficial e apelação de sentença que julgou procedente o pedido formulado em ação previdenciária, condenando o réu a efetuar a revisão das pensões da parte autora, elevando o percentual para 80% (oitenta por cento) a partir de 05 de abril de 1991, e, posteriormente, para 100% (cem por cento), a partir de 29 de abril de 1995, pela nova redação dada ao artigo 75 da Lei nº 8.213/91 pela Lei nº 9.032/95. As diferenças em atraso, observada a prescrição qüinqüenal, deverão ser corrigidas monetariamente e acrescidas de juros de mora contados da citação. O réu foi condenado, ainda, ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.

O réu, em suas razões de inconformismo, argúi, preliminarmente, a ocorrência da decadência. No mérito, argumenta a falta de amparo legal para a aplicação retroativa da lei, sob pena de ferir o ato jurídico perfeito. Aduz, ainda, que as pensões devem ser calculadas de acordo com a lei vigente ao tempo de sua concessão, não havendo qualquer ofensa ao princípio da isonomia à aplicação de critérios diferenciados, determinados na lei de regência. Subsidiariamente, postula pela redução dos honorários advocatícios.

Com contra-razões, os autos subiram a esta E.Corte.

Após breve relatório, passo a decidir.

Da decadência

Não há que se falar em decadência, tendo em vista que o E.STJ já firmou o entendimento de que a modificação introduzida no artigo 103 da Lei 8213/91 pelas Leis 9528/97 e 9711/98 não pode operar efeitos retroativos para regular benefícios concedidos anteriormente àquela alteração (STJ, 5ª T., RESP 254186, Proc.20000325317-PR, DJU 27/08/2001, pág.376, Relator Min.Gilson Dipp, v.u.).

Do mérito

Inicialmente, cumpre elucidar que as pensões por morte devem ser calculadas de acordo com a lei vigente à época do óbito, momento no qual se verificou a ocorrência de fato com aptidão para gerar o direito da parte autora ao benefício.

Desse modo, as pensões concedidas antes da vigência da atual Lei de Benefícios, tiveram seu valores iniciais fixados em 50% (cinqüenta por cento) do valor da aposentadoria que o segurado teria direito na data do óbito (artigo 50, inciso V, do Dec. 72.771/73), mais 10% (dez por cento) por dependente. Para aquelas cuja concessão se deu a partir de 05.04.1991 (artigo 145 da Lei nº 8.213/91), o coeficiente a ser considerado é de 80% (oitenta por cento) a partir da vigência da aludida lei (artigo 75, em sua redação original), também acrescidos de 10% (dez por cento) por dependente e, a partir da Lei nº 9.032/95, que alterou a redação do artigo 75, o benefício deve ser calculado, considerando o percentual de 100% (cem por cento).
Assim, a tese defendida pela parte autora de que é legítimo o direito de ter seu benefício majorado mediante a aplicação de lei posterior mais benéfica esbarra no princípio tempus regit actum, não havendo que se falar em afronta ao princípio da isonomia, já que não se observa qualquer ilegalidade na adoção e manutenção dos critérios estabelecidos de acordo com o regramento vigente ao tempo da reunião dos requisitos indispensáveis à concessão do benefício.
De outra parte, na hipótese de se aplicar a novel legislação sobre os benefícios concedidos sob regime de lei pretérita, afrontar-se-á ao §5º do artigo 195 da Constituição da República de 1988, pois indispensável a indicação da necessária fonte de custeio.
Nessa linha decidiu, aliás, o E. Supremo Tribunal Federal, por seu órgão máximo, pontificando que "...a Lei nº 9.032/1995 somente pode ser aplicada às novas concessões do benefício de pensão por morte. Isto é, ela deve ser aplicada, tão-somente, aos novos beneficiários que, por uma questão de imposição constitucional da necessidade de previsão de fonte de custeio (CF, art. 195, §5º), fazem jus a critérios diferenciados na concessão dos benefícios" (RE nº 416.827-8, Relator Ministro Gilmar Mendes, maioria, julgado em 08 de fevereiro de 2007, pendente de publicação).
Por fim, sabendo-se que o Excelso Pretório é o órgão judicial que dá a última palavra em matéria constitucional - e que, justamente por isso, costuma ser seguido pelos demais tribunais do país - é possível afirmar que carece de amparo legal a pretensão dos beneficiários de pensão por morte em ter seus benefícios recalculados mediante a aplicação de lei posterior, ainda que mais benéfica.
Por conseguinte, aplicável no caso em espécie, o disposto no artigo 557, § 1ª, "a", do Código de Processo Civil, nestes termos:
Art. 557. O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior.
§ 1º A- Se a decisão estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, o relator poderá dar provimento ao recurso.
(...)
Desta forma, não prospera a pretensão da parte autora, dispensando-se, assim, a submissão do julgamento à Turma, cabendo, o provimento ou não do recurso diretamente por decisão monocrática.
Diante do exposto, nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, rejeito a preliminar argüida e, no mérito, dou provimento à remessa oficial e á apelação do INSS para efeito de julgar improcedente a ação. Não há condenação da parte autora aos ônus da sucumbência, pois o E. STF já decidiu que a aplicação do disposto nos arts. 11 e 12 da Lei nº 1.060/50 torna a sentença um título judicial condicional (STF, RE 313.348/RS, Min. Sepúlveda Pertence).
Decorrido o prazo recursal, encaminhem-se os autos à Vara de origem, dando-se baixa na Distribuição.
Intimem-se.
São Paulo, 21 de março de 2007.

PROC.	:	2006.03.99.027137-7 AC 1131920
ORIG.	:	0500000825 4 Vr FERNANDOPOLIS/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	DEONIR ORTIZ
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	FLORIPEDES SOARES NIYANO
ADV	:	GLAUCIO FONTANA NASCIMBENI
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 4 VARA DE FERNANDOPOLIS SP
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Previdenciário. Aposentadoria por idade. Rurícola. Início de prova documental. Depoimentos testemunhais uníssonos. Benefício deferido.
Aforada ação de aposentadoria por idade rural, contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, processado o feito, sobreveio sentença de procedência, ensejando a interposição de apelação autárquica, aduzindo ausência dos requisitos à percepção do benefício. Houve insurgência, quanto aos corolários do sucumbimento.
A sentença restou submetida ao reexame necessário.
Decido.
Na espécie, inaplicável a disposição sobre o reexame necessário, considerados o valor do benefício e o lapso temporal de sua implantação, não excedente a 60 salários mínimos (art. 475, § 2º, CPC, n. r.).
A aposentadoria por idade de rurícola reclama idade mínima de 60 anos (homem) e 55 anos (mulher), e demonstração do exercício de atividade rural, ainda que intercalada, em número de meses idêntico à carência do referido benefício, afastada a obrigatoriedade de contribuições (arts. 201, § 7º, II, da CR/88, e 48, 49, 142 e 143 da Lei nº 8.213/91). Pondere-se, ainda, que o prazo de 15 (quinze) anos, estatuído no sobredito art. 143, e prorrogado, ao rurícola empregado, por mais, dois anos, consoante Lei nº 11.368/2006, diz respeito ao lapso para ingresso de pedido tendente à obtenção do benefício, e não à duração do pagamento da benesse.
De acordo com a jurisprudência, suficiente, a tal demonstração, início de prova material, corroborado por prova testemunhal, atentando-se, dentre outros aspectos, que: em regra, são extensíveis, os documentos em que os genitores, cônjuges, ou conviventes, aparecem qualificados como lavradores; o afastamento do ofício campestre, pelo solicitante, após satisfação dos requisitos ao benefício, não obsta a outorga deste; o abandono da ocupação rural, por parte de quem se empresta a qualificação profissional, em nada interfere no deferimento da prestação, desde que se anteveja a persistência do mister campesino, pelo requerente da aposentação; mantém a qualidade de segurado, o obreiro que cessa sua atividade laboral, em conseqüência de moléstia; a prestação de labor urbano, intercalado com lides rurais, de per si, não desnatura o princípio de prova documental amealhado; durante o período de graça, a filiação e conseqüentes direitos, perante a Previdência Social, ficam preservados.
In casu, a pleiteante comprova o cumprimento do requisito etário - f. 14 - e apresenta início de prova material do trabalho campesino - v., em especial, f. 17 - ratificado por prova oral (fs. 42/43), presentes, aqui, as considerações, introdutoriamente, lançadas.
Dessa forma, comprovado o preenchimento dos requisitos legais, de se deferir a benesse, a partir da citação, à falta de requerimento administrativo.
Quanto aos consectários, aplicam-se posicionamentos, consagrados nesta Turma Julgadora: as parcelas vencidas, observada a prescrição qüinqüenal, são corrigidas, pelo Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal; os juros moratórios incidem, mensalmente, à taxa legal, de forma decrescente, a partir do termo inicial do benefício, estendendo-se até a expedição do precatório, se pago no prazo constitucional.
Já a verba honorária comporta manutenção, porque fixada nos moldes do art. 20, § 4º, do CPC.
O INSS é isento de custas processuais, arcando com as demais despesas, além de reembolsar as custas recolhidas pela parte contrária, o que não é o caso dos autos, por se tratar de beneficiário da gratuidade da justiça (arts. 4º, I e parágrafo único, da Lei nº 9.289/96, 24-A da Lei nº 9.028/95, n.r., e 8º, §1º, da Lei nº 8.620/93).
Observe-se, finalmente, que todos os pontos versados neste decisório já se encontram pacificados na jurisprudência. Cf., a propósito, dentre outros: C. STJ - AgRg - REsp nº 701530, Rel. Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, DJ 07/3/2005; REsp nº 707846, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 14/3/2005; REsp nº 504568, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 13/12/2004; REsp nº 552600/RS, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Quinta Turma, DJ 06/12/2004; REsp nº 210944/SP, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Sexta Turma, DJ 22/11/99; EREsp nº 448813, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Terceira Secão, DJ 02/3/2005; AgRgREsp nº 496838, Rel. Min. Paulo Gallotti, Sexta Turma, DJ 21/6/2004; TRF-3ª Reg. - AC nº 1086099, Rel. Des. Fed. Antonio Cedenho, Sétima Turma, DJ 18/01/2007; AC nº 890611, Rel. Des. Fed. Marianina Galante, Nona Turma, DJ 09/12/2004; AC nº 637451, Rel. Des. Fed. Marisa Santos, Nona Turma, DJ 05/11/2004; AC nº 961219, Rel. Des. Fed. Galvão Miranda, Décima Turma, DJ 04/10/2004; AC nº 651504, Rel. Des. Fed. Roberto Haddad, Primeira Turma, DJ 17/4/2001; AC nº 92.03.018795-2, Rel. Des. Fed. José Kallás, Segunda Turma, DJ 26/4/95.
Afigura-se, assim, que a decisão recorrida, no que tange, especificamente, às despesas processuais, encontra-se em confronto com posicionamento consagrado, habilitando o relator a dar parcial provimento ao inconformismo (art. 557, § 1º-A, do CPC).
Do exposto, não conheço da remessa oficial e dou parcial provimento ao recurso, para excluir a imputação em despesas processuais.
Ante a natureza alimentar da prestação, oficie-se ao INSS, encaminhando-lhe os documentos necessários, para que sejam adotadas as medidas cabíveis à imediata implantação do benefício previdenciário, independentemente de trânsito em julgado (art. 461 do CPC).
Respeitadas as cautelas legais, tornem os autos à Origem.
Dê-se ciência.
Em, 20/3/2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2006.03.99.027736-7 AC 1133237
ORIG.	:	0400000859 1 Vr NOVO HORIZONTE/SP 0400023352 1 Vr NOVO HORIZONTE/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	PAULO SERGIO BIANCHINI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MARIA FELOMENA LEITE
ADV	:	ZACARIAS ALVES COSTA
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Previdenciário. Aposentadoria por idade. Rurícola. Início de prova documental. Depoimentos testemunhais uníssonos. Benefício deferido.
Aforada ação de aposentadoria por idade rural, contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, processado o feito, sobreveio sentença de procedência, ensejando a interposição de apelação autárquica, aduzindo ausência dos requisitos à percepção do benefício, prequestionando a matéria. Houve insurgência, quanto aos corolários do sucumbimento.
Decido.
A aposentadoria por idade de rurícola reclama idade mínima de 60 anos (homem) e 55 anos (mulher), e demonstração do exercício de atividade rural, ainda que intercalada, em número de meses idêntico à carência do referido benefício, afastada a obrigatoriedade de contribuições (arts. 201, § 7º, II, da CR/88, e 48, 49, 142 e 143 da Lei nº 8.213/91). Pondere-se, ainda, que o prazo de 15 (quinze) anos, estatuído no sobredito art. 143, e prorrogado, ao rurícola empregado, por mais, dois anos, consoante Lei nº 11.368/2006, diz respeito ao lapso para ingresso de pedido tendente à obtenção do benefício, e não à duração do pagamento da benesse.
De acordo com a jurisprudência, suficiente, a tal demonstração, início de prova material, corroborado por prova testemunhal, atentando-se, dentre outros aspectos, que: em regra, são extensíveis, os documentos em que os genitores, cônjuges, ou conviventes, aparecem qualificados como lavradores; o afastamento do ofício campestre, pelo solicitante, após satisfação dos requisitos ao benefício, não obsta a outorga deste; o abandono da ocupação rural, por parte de quem se empresta a qualificação profissional, em nada interfere no deferimento da prestação, desde que se anteveja a persistência do mister campesino, pelo requerente da aposentação; mantém a qualidade de segurado, o obreiro que cessa sua atividade laboral, em conseqüência de moléstia; a prestação de labor urbano, intercalado com lides rurais, de per si, não desnatura o princípio de prova documental amealhado; durante o período de graça, a filiação e conseqüentes direitos, perante a Previdência Social, ficam preservados.
In casu, a pleiteante comprova o cumprimento do requisito etário - f. 10 - e apresenta início de prova material do trabalho campesino - v., em especial, f. 12/25 - ratificado por prova oral (fs. 74/75), presentes, aqui, as considerações, introdutoriamente, lançadas.
Quanto à alegação de claros na CTPS, diga-se que, para testificar o desempenho de labor rural, não se vê a parte autora na contingência de colacionar prova plena, quanto a todo o interregno pretendido, impendendo recordar ser suficiente, a tal desiderato, princípio de prova material, amparado, por depoimentos testemunhais.
Dessa forma, comprovado o preenchimento dos requisitos legais, de se deferir a benesse, a partir da citação, à falta de requerimento administrativo.
Quanto aos consectários, aplicam-se posicionamentos, consagrados nesta Turma Julgadora: as parcelas vencidas, observada a prescrição qüinqüenal, são corrigidas, pelo Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal; os juros moratórios incidem, mensalmente, à taxa legal, de forma decrescente, a partir do termo inicial do benefício, estendendo-se até a expedição do precatório, se pago no prazo constitucional.
Já a verba honorária comporta manutenção, porque fixada nos moldes do art. 20 § 3º, do CPC e Súmula nº 111 do C. STJ.
O INSS é isento de custas processuais, arcando com as demais despesas, além de reembolsar as custas recolhidas pela parte contrária, o que não é o caso dos autos, por se tratar de beneficiário da gratuidade da justiça (arts. 4º, I e parágrafo único, da Lei nº 9.289/96, 24-A da Lei nº 9.028/95, n.r., e 8º, §1º, da Lei nº 8.620/93).
Observe-se, finalmente, que todos os pontos versados neste decisório já se encontram pacificados na jurisprudência. Cf., a propósito, dentre outros: C. STJ - AgRg - REsp nº 701530, Rel. Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, DJ 07/3/2005; REsp nº 707846, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 14/3/2005; REsp nº 504568, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 13/12/2004; REsp nº 552600/RS, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Quinta Turma, DJ 06/12/2004; REsp nº 210944/SP, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Sexta Turma, DJ 22/11/99; EREsp nº 448813, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Terceira Secão, DJ 02/3/2005; AgRgREsp nº 496838, Rel. Min. Paulo Gallotti, Sexta Turma, DJ 21/6/2004; TRF-3ª Reg. - AC nº 1086099, Rel. Des. Fed. Antonio Cedenho, Sétima Turma, DJ 18/01/2007; AC nº 890611, Rel. Des. Fed. Marianina Galante, Nona Turma, DJ 09/12/2004; AC nº 637451, Rel. Des. Fed. Marisa Santos, Nona Turma, DJ 05/11/2004; AC nº 961219, Rel. Des. Fed. Galvão Miranda, Décima Turma, DJ 04/10/2004; AC nº 651504, Rel. Des. Fed. Roberto Haddad, Primeira Turma, DJ 17/4/2001; AC nº 92.03.018795-2, Rel. Des. Fed. José Kallás, Segunda Turma, DJ 26/4/95.
Afigura-se, assim, que a decisão recorrida, no que tange, especificamente, às custas e despesas processuais, encontra-se em confronto com posicionamento consagrado, habilitando o relator a dar parcial provimento ao inconformismo (art. 557, § 1º-A, do CPC).
Do exposto, enfrentadas as questões pertinentes à matéria em debate, dou parcial provimento ao recurso, para excluir a imputação em custas e despesas processuais.
Ante a natureza alimentar da prestação, oficie-se ao INSS, encaminhando-lhe os documentos necessários, para que sejam adotadas as medidas cabíveis à imediata implantação do benefício previdenciário, independentemente de trânsito em julgado (art. 461 do CPC).
Respeitadas as cautelas legais, tornem os autos à Origem.
Dê-se ciência.
Em, 13/3/2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2006.03.99.028045-7 AC 1133549
ORIG.	:	0500000833 1 Vr ANGATUBA/SP 0500018945 1 Vr ANGATUBA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SUZETE MARTA SANTIAGO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	BEATRIZ DE JESUS LEITE PROTASIO
ADV	:	MARCO ANTONIO DE MORAIS TURELLI
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE ANGATUBA SP
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Previdenciário. Aposentadoria por idade. Rurícola. Início de prova documental. Depoimentos testemunhais uníssonos. Benefício deferido.
Aforada ação de aposentadoria por idade rural, contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, processado o feito, sobreveio sentença de procedência, ensejando a interposição de apelação autárquica, aduzindo ausência dos requisitos à percepção do benefício, prequestionando a matéria. Houve insurgência, quanto aos corolários do sucumbimento.
O MM. Juiz singular determinou o recolhimento do porte de remessa e retorno (Lei Estadual nº 11.608/2003) (f. 54), propiciando a oferta, pelo réu, do agravo retido.
Decido.
De logo, quanto ao agravo retido aviado, como venho, reiteradamente, decidindo, o INSS não está isento do recolhimento de porte de remessa e retorno dos autos, por força da Lei Paulista nº 11.608/2003, arts. 2º, parágrafo único, II e 6º, e Súmula STJ nº 178, devendo, tal dispêndio, ser satisfeito, ao final, pelo vencido. Cf., por oportuno, precedente de minha relatoria, nesse sentido (AG nº 210814, Décima Turma, DJ 13/9/2006, p. 522).
Portanto, manifestamente improcedentes as razões expendidas no agravo retido.
No mérito, diga-se que a aposentadoria por idade de rurícola reclama idade mínima de 60 anos (homem) e 55 anos (mulher), e demonstração do exercício de atividade rural, ainda que intercalada, em número de meses idêntico à carência do referido benefício, afastada a obrigatoriedade de contribuições (arts. 201, § 7º, II, da CR/88, e 48, 49, 142 e 143 da Lei nº 8.213/91). Pondere-se, ainda, que o prazo de 15 (quinze) anos, estatuído no sobredito art. 143, e prorrogado, ao rurícola empregado, por mais, dois anos, consoante Lei nº 11.368/2006, diz respeito ao lapso para ingresso de pedido tendente à obtenção do benefício, e não à duração do pagamento da benesse.
De acordo com a jurisprudência, suficiente, a tal demonstração, início de prova material, corroborado por prova testemunhal, atentando-se, dentre outros aspectos, que: em regra, são extensíveis, os documentos em que os genitores, os cônjuges, ou conviventes aparecem qualificados como lavradores; o afastamento do ofício campestre, pelo solicitante, após satisfação dos requisitos ao benefício, não obsta a outorga deste; o abandono da ocupação rural, por parte de quem se empresta a qualificação profissional, em nada interfere no deferimento da prestação, desde que se anteveja a persistência do mister campesino, pelo requerente da aposentação; mantém a qualidade de segurado, o obreiro que cessa sua atividade laboral, em conseqüência de moléstia; a prestação de labor urbano, intercalado com lides rurais, de per si, não desnatura o princípio de prova documental amealhado; durante o período de graça, a filiação e conseqüentes direitos, perante a Previdência Social, ficam preservados.
In casu, a pleiteante comprova o cumprimento do requisito etário - f. 07 - e apresenta início de prova material do trabalho campesino - v., em especial, fs. 08/12 - ratificado por prova oral (fs. 46/47), presentes, aqui, as considerações, introdutoriamente, lançadas.
Dessa forma, comprovado o preenchimento dos requisitos legais, de se deferir a benesse, a partir da citação, à falta de requerimento administrativo.
Quanto aos consectários, aplicam-se posicionamentos, consagrados nesta Turma Julgadora: as parcelas vencidas, observada a prescrição qüinqüenal, são corrigidas, pelo Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal; os juros moratórios incidem, mensalmente, à taxa legal, de forma decrescente, a partir do termo inicial do benefício, estendendo-se até a expedição do precatório, se pago no prazo constitucional.
Já a verba honorária comporta manutenção, porque fixada nos moldes do art. 20 § 3º, do CPC e Súmula nº 111 do C. STJ.
Observe-se, finalmente, que todos os pontos versados neste decisório já se encontram pacificados na jurisprudência. Cf., a propósito, dentre outros: C. STJ - AgRg - REsp nº 701530, Rel. Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, DJ 07/3/2005; REsp nº 707846, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 14/3/2005; REsp nº 504568, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 13/12/2004; REsp nº 552600/RS, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Quinta Turma, DJ 06/12/2004; REsp nº 210944/SP, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Sexta Turma, DJ 22/11/99; EREsp nº 448813, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Terceira Secão, DJ 02/3/2005; AgRgREsp nº 496838, Rel. Min. Paulo Gallotti, Sexta Turma, DJ 21/6/2004; TRF-3ª Reg. - AC nº 1086099, Rel. Des. Fed. Antonio Cedenho, Sétima Turma, DJ 18/01/2007; AC nº 890611, Rel. Des. Fed. Marianina Galante, Nona Turma, DJ 09/12/2004; AC nº 637451, Rel. Des. Fed. Marisa Santos, Nona Turma, DJ 05/11/2004; AC nº 961219, Rel. Des. Fed. Galvão Miranda, Décima Turma, DJ 04/10/2004; AC nº 651504, Rel. Des. Fed. Roberto Haddad, Primeira Turma, DJ 17/4/2001; AC nº 92.03.018795-2, Rel. Des. Fed. José Kallás, Segunda Turma, DJ 26/4/95.
Afigura-se, assim, que a decisão recorrida, no que tange, especificamente, ao termo inicial do benefício, encontra-se em confronto com posicionamento consagrado, habilitando o relator a dar parcial provimento ao inconformismo (art. 557, § 1º-A, do CPC).
Do exposto, enfrentadas as questões pertinentes à matéria em debate com supedâneo no art. 557 do CPC, nego seguimento ao agravo retido e dou parcial provimento ao recurso, para fixar a data do cálculo da benesse, a partir da citação.
Ante a natureza alimentar da prestação, oficie-se ao INSS, encaminhando-lhe os documentos necessários, para que sejam adotadas as medidas cabíveis à imediata implantação do benefício previdenciário, independentemente de trânsito em julgado (art. 461 do CPC).
Respeitadas as cautelas legais, tornem os autos à Origem.
Dê-se ciência.
Em, 13/3/2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2006.03.99.028057-3 AC 1133561
ORIG.	:	0400000881 1 Vr URUPES/SP 0400000831 1 Vr URUPES/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	PAULO SERGIO BIANCHINI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MARIA APARECIDA CUSTODIO CARNEIRO MARMIROLI
ADV	:	FERNANDO APARECIDO BALDAN
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE URUPES SP
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Previdenciário. Aposentadoria por idade. Rurícola. Início de prova documental. Depoimentos testemunhais uníssonos. Benefício deferido.
Aforada ação de aposentadoria por idade rural, contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, processado o feito, sobreveio sentença de procedência, ensejando a interposição de apelação autárquica, aduzindo ausência dos requisitos à percepção do benefício, prequestionando a matéria. Houve insurgência, quanto aos corolários do sucumbimento.
A sentença restou submetida ao reexame necessário.
Decido.
Na espécie, inaplicável a disposição sobre o reexame necessário, considerados o valor do benefício e o lapso temporal de sua implantação, não excedente a 60 salários mínimos (art. 475, § 2º, CPC, n. r.).
A aposentadoria por idade de rurícola reclama idade mínima de 60 anos (homem) e 55 anos (mulher), e demonstração do exercício de atividade rural, ainda que intercalada, em número de meses idêntico à carência do referido benefício, afastada a obrigatoriedade de contribuições (arts. 201, § 7º, II, da CR/88, e 48, 49, 142 e 143 da Lei nº 8.213/91). Pondere-se, ainda, que o prazo de 15 (quinze) anos, estatuído no sobredito art. 143, e prorrogado, ao rurícola empregado, por mais, dois anos, consoante Lei nº 11.368/2006, diz respeito ao lapso para ingresso de pedido tendente à obtenção do benefício, e não à duração do pagamento da benesse.
De acordo com a jurisprudência, suficiente, a tal demonstração, início de prova material, corroborado por prova testemunhal, atentando-se, dentre outros aspectos, que: em regra, são extensíveis, os documentos em que os genitores, cônjuges, ou conviventes, aparecem qualificados como lavradores; o afastamento do ofício campestre, pelo solicitante, após satisfação dos requisitos ao benefício, não obsta a outorga deste; o abandono da ocupação rural, por parte de quem se empresta a qualificação profissional, em nada interfere no deferimento da prestação, desde que se anteveja a persistência do mister campesino, pelo requerente da aposentação; mantém a qualidade de segurado, o obreiro que cessa sua atividade laboral, em conseqüência de moléstia; a prestação de labor urbano, intercalado com lides rurais, de per si, não desnatura o princípio de prova documental amealhado; durante o período de graça, a filiação e conseqüentes direitos, perante a Previdência Social, ficam preservados.
In casu, a pleiteante comprova o cumprimento do requisito etário - f. 13 - e apresenta início de prova material do trabalho campesino - v., em especial, f. 14/48 - ratificado por prova oral (fs. 111/114), presentes, aqui, as considerações, introdutoriamente, lançadas.
Dessa forma, comprovado o preenchimento dos requisitos legais, de se deferir a benesse, a partir da citação, à falta de requerimento administrativo.
Quanto aos consectários, aplicam-se posicionamentos, consagrados nesta Turma Julgadora: as parcelas vencidas, observada a prescrição qüinqüenal, são corrigidas, pelo Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal; os juros moratórios incidem, mensalmente, à taxa legal, de forma decrescente, a partir do termo inicial do benefício, estendendo-se até a expedição do precatório, se pago no prazo constitucional.
Já a verba honorária comporta manutenção, porque fixada nos moldes do art. 20, § 3º, do CPC e Súmula nº 111 do C. STJ.
O INSS é isento de custas processuais, arcando com as demais despesas, além de reembolsar as custas recolhidas pela parte contrária, o que não é o caso dos autos, por se tratar de beneficiário da gratuidade da justiça (arts. 4º, I e parágrafo único, da Lei nº 9.289/96, 24-A da Lei nº 9.028/95, n.r., e 8º, §1º, da Lei nº 8.620/93).
Observe-se, finalmente, que todos os pontos versados neste decisório já se encontram pacificados na jurisprudência. Cf., a propósito, dentre outros: C. STJ - AgRg - REsp nº 701530, Rel. Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, DJ 07/3/2005; REsp nº 707846, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 14/3/2005; REsp nº 504568, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 13/12/2004; REsp nº 552600/RS, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Quinta Turma, DJ 06/12/2004; REsp nº 210944/SP, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Sexta Turma, DJ 22/11/99; EREsp nº 448813, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Terceira Secão, DJ 02/3/2005; AgRgREsp nº 496838, Rel. Min. Paulo Gallotti, Sexta Turma, DJ 21/6/2004; TRF-3ª Reg. - AC nº 1086099, Rel. Des. Fed. Antonio Cedenho, Sétima Turma, DJ 18/01/2007; AC nº 890611, Rel. Des. Fed. Marianina Galante, Nona Turma, DJ 09/12/2004; AC nº 637451, Rel. Des. Fed. Marisa Santos, Nona Turma, DJ 05/11/2004; AC nº 961219, Rel. Des. Fed. Galvão Miranda, Décima Turma, DJ 04/10/2004; AC nº 651504, Rel. Des. Fed. Roberto Haddad, Primeira Turma, DJ 17/4/2001; AC nº 92.03.018795-2, Rel. Des. Fed. José Kallás, Segunda Turma, DJ 26/4/95.
Afigura-se, assim, que a decisão recorrida, no que tange, especificamente, às custas e despesas processuais, encontra-se em confronto com posicionamento consagrado, habilitando o relator a dar parcial provimento ao inconformismo (art. 557, § 1º-A, do CPC).
Do exposto, enfrentadas as questões pertinentes à matéria em debate, não conheço da remessa oficial e dou parcial provimento ao recurso, para excluir a imputação em custas e despesas processuais.
Ante a natureza alimentar da prestação, oficie-se ao INSS, encaminhando-lhe os documentos necessários, para que sejam adotadas as medidas cabíveis à imediata implantação do benefício previdenciário, independentemente de trânsito em julgado (art. 461 do CPC).
Respeitadas as cautelas legais, tornem os autos à Origem.
Dê-se ciência.
Em, 13/3/2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2006.03.99.028187-5 AC 1133680
ORIG.	:	0300001487 1 Vr URUPES/SP 0300007681 1 Vr URUPES/SP
APTE	:	HERBERT FERREIRA DOS SANTOS
ADV	:	JAMES MARLOS CAMPANHA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	PAULO SERGIO BIANCHINI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Previdenciário. Aposentadoria por invalidez. Inaptidão laboral não configurada. Benefício indeferido.
Aforada ação de aposentadoria por invalidez, em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e processado o feito, sobreveio sentença de improcedência, ensejando a oferta de apelação autoral, argumentando, em síntese, restarem atendidas as exigências legais à prestação vindicada.
Com contra-razões, os autos subiram a esta Corte.
Passo ao exame.
Para efeito de aposentadoria por invalidez, exige-se que o requerente seja segurado da Previdência Social, tenha cumprido o período de carência de 12 (doze) contribuições, e esteja incapacitado, total e definitivamente, ao trabalho (art. 201, I, da CR/88 e art. 18, I, "a"; 25, I e 42 da Lei nº 8.213/91).
Na espécie, afigura-se demasiado perquirir da condição de segurada da parte autora, dado que o laudo pericial foi conclusivo, quanto à sua aptidão, ao exercício de atividades laborativas (fs. 74/82).
Como se vê, inocorrente demonstração de incapacidade, total e definitiva, ao labor, de se indeferir a benesse vindicada.
Nesse diapasão, assim decidiu esta Turma:
"PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. ARTIGO 42, CAPUT E § 2º DA LEI N.º 8.213/91. QUALIDADE DE SEGURADA. CARÊNCIA. LAUDO PERICIAL. INCAPACIDADE NãO COMPROVADA. BENEFÍCIO INDEVIDO. VERBAS DE SUCUMBÊNCIA.
1. Agravo retido do INSS não conhecido, uma vez que sua apreciação por este Tribunal não foi expressamente requerida pelo agravante nas suas contra-razões de apelação, nos termos do artigo 523, § 1º, do Código de Processo Civil.
2. A aposentadoria por invalidez somente é devida ao segurado que comprove os requisitos do artigo 42 da Lei n.º 8.213/91.
3. Existindo início razoável de prova documental, contemporânea à época dos fatos, complementada pelos depoimentos das testemunhas, de que a autora exerceu atividade rural, resta comprovada a qualidade de segurado da Previdência Social. Observa-se, na hipótese, a Súmula 149 do Superior Tribunal de Justiça e o artigo 55, § 3º, da Lei 8.213/91.
4. Comprovada a condição de trabalhadora rural pelo período equivalente à carência, desnecessário o recolhimento das respectivas contribuições para a obtenção da aposentadoria por invalidez.
5. Tendo o laudo pericial concluído que a Autora não está incapacitada para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, não faz jus à concessão de aposentadoria por invalidez.
6. Ante a ausência de comprovação de incapacidade total e definitiva, é desnecessária a incursão sobre os demais requisitos exigidos para a concessão da aposentadoria por invalidez.
7. Da mesma forma, não há que se falar em concessão de auxílio-doença, nos termos dos artigos 59 e 62 da Lei n.º 8.213/91, uma vez que não se trata de hipótese de reabilitação profissional, uma vez que o Autor não se encontra incapacitado para o exercício de suas funções habituais.
8. Agravo retido do INSS não conhecido. Apelação da Autora improvida."
(AC 915217- Rel. Des. Fed. Galvão Miranda, j. 06/4/2004, v.u., DJU 28/5/2004, p.690)
"PREVIDENCIÁRIO. PROCESSO CIVIL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. RURAL. FALTA DE COMPROVAÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO. LAUDO DESFAVORÁVEL. INCAPACIDADE LABORAL NÃO COMPROVADA.
I - O apelante não comprovou a qualidade de segurado da previdência social, não se verificando a existência nos autos de prova relativa à atividade rural que alega ter exercido, para os fins do art. 39, I, da Lei nº 8.213/91.
II - O laudo judicial revela que o autor é portador de enfermidade que não acarreta incapacidade laboral, revelando-se inviável a concessão do benefício pleiteado.
III- Apelação do autor improvida."
(AC 555683- Rel. Des. Fed. Sérgio Nascimento, j. 22/02/2005, v.u., DJU 14/3/2005, p.479)

"PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. RURAL. LAUDO PERICIAL DESFAVORÁVEL. INCAPACIDADE LABORAL NÃO COMPROVADA.
I - Ante o disposto no parágrafo 1º, do art. 523 do Código de Processo Civil, não se conhece do agravo retido se a parte não requerer expressamente, nas razões ou na resposta da apelação, sua apreciação pelo Tribunal.
II - o laudo judicial revela que o autor é portador de enfermidade que não acarreta redução da capacidade laboral, revelando-se inviável a concessão do benefício pleiteado.
XII - Agravo retido interposto pelo réu não conhecido. Apelação do autor improvida."
(AC 416562 - Rel. Des. Fed. Sérgio Nascimento, j. 02/9/2003, v.u., DJU 29/9/2003, p.382)
Tais as circunstâncias, tratando-se de recurso, manifestamente, improcedente, conflitando, frontalmente, com jurisprudência dominante deste Sodalício, nego-lhe seguimento, com fulcro no art. 557, caput, do CPC.
Respeitadas as cautelas legais, baixem os autos à Vara de origem.
Dê-se ciência.
Em, 27 de abril de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2006.03.99.029978-8 AC 1136470
ORIG.	:	0500000055 1 Vr FERNANDOPOLIS/SP 0500070438 1 Vr FERNANDOPOLIS/SP
APTE	:	MARIA RITA DA SILVA SANTOS
ADV	:	GIOVANA PASTORELLI NOVELI
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	DEONIR ORTIZ
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. JEDIAEL GALVÃO / DÉCIMA TURMA

Vistos etc.
Proposta ação de conhecimento, objetivando a concessão de aposentadoria por idade rural, sobreveio sentença de improcedência do pedido, condenando a autora ao pagamento de custas e de honorários advocatícios fixados em R$500,00 (quinhentos reais), observando-se o disposto no artigo 12 da Lei nº 1.060/50, por ser a autora beneficiária da assistência judiciária gratuita.
Inconformada, a autora interpôs recurso de apelação, pugnando pela integral reforma da sentença, para que seja julgado procedente o pedido, sustentando ter preenchido os requisitos para a concessão do benefício.
Com as contra-razões, os autos foram remetidos a este Tribunal.
É o relatório.
D E C I D O.
A autora postula a concessão do benefício de aposentadoria rural por idade.
Tal benefício está previsto no artigo 143 da Lei n.º 8.213/91, exigindo-se, para a sua concessão, a comprovação do exercício de trabalho rural, ainda que descontinuamente, mas no período imediatamente anterior ao ajuizamento da demanda, em número de meses idêntico à carência desse benefício, dispensando-se a comprovação do efetivo recolhimento das contribuições mensais nesse período.

Em se tratando de trabalhadora rural, a aposentadoria por idade é devida aos 55 (cinqüenta e cinco) anos (artigo 48, § 1º, da Lei n.º 8.213/91).
Tendo a autora nascida em 01/01/1950, completou a idade acima referida em 01/01/2005.
Nos termos do artigo 55, § 3.º, da Lei 8.213/91 e do entendimento jurisprudencial consubstanciado na Súmula 149 do Superior Tribunal de Justiça, para a comprovação do trabalho rural é necessária a apresentação ao menos de início de prova material, corroborável por prova testemunhal. Ressalta-se que o início de prova material, exigido pelo § 3º do artigo 55 da Lei nº 8.213/91, não significa que o segurado deverá demonstrar mês a mês, ano a ano, por intermédio de documentos, o exercício de atividade na condição de rurícola, pois isto importaria em se exigir que todo o período de trabalho fosse comprovado documentalmente, sendo de nenhuma utilidade a prova testemunhal para demonstração do labor rural.
Início de prova material, conforme a própria expressão o diz, não indica completude, mas sim começo de prova, princípio de prova, elemento indicativo que permita o reconhecimento da situação jurídica discutida, desde que associada a outros dados probatórios.
Sobre a extensão significativa da expressão "início de prova material", o Tribunal Regional Federal da Quarta Região bem enfrentou a questão, não limitando o aproveitamento da prova material ao ano ou à data em que foi produzido: AC nº 333.924/RS, Relator Desembargador Federal LUIZ CARLOS DE CASTRO LUGON, j. 12/06/2001, DJ 11/07/2001, p. 454.
Entretanto, no caso dos autos, não restou demonstrado que a Autora tenha efetivamente exercido atividade rural pelo período equivalente à carência e imediatamente anterior ao requerimento do benefício.
Mesmo se entendendo constituir início de prova material a cópia da certidão de casamento da Autora, na qual o marido da autora está qualificado profissionalmente como lavrador (fl. 13), isto é, mesmo considerando extensível à autora a qualificação de trabalhador rural de seu cônjuge, consta dos autos pesquisa feita pelo Instituto Previdenciário junto ao CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais -, na qual há notícia de que o marido da Autora exerceu atividades de natureza urbana no período em que se pretendia provar o trabalho rural (fls. 123/133). Tal fato afasta sua condição de trabalhadora rural.
Portanto, não existindo outro documento que indique o exercício de atividade rural em período mais recente, posterior ao trabalho urbano ou contemporâneo ao período de carência, desnecessária a incursão sobre a credibilidade ou não da prova testemunhal, uma vez que esta, isoladamente, não se presta à declaração de existência de tempo de serviço rural.
Nesse passo, não comprovado o exercício pela Autora de atividade rurícola no período equivalente à carência e imediatamente anterior ao ajuizamento da demanda, impossível a concessão da aposentadoria rural por idade prevista no artigo 143 da Lei n.º 8.213/91.
Diante do exposto, nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO À APELAÇÃO DA AUTORA.
Transitado em julgado, remetam-se os autos à Vara de origem, observadas as formalidades legais.
Publique-se e intimem-se.
São Paulo, 27 de março de 2007.
JEDIAEL GALVÃO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.99.030089-4 AC 1136578
ORIG.	:	0400000758 2 Vr ARARAS/SP 0400058146 2 Vr ARARAS/SP
APTE	:	OLIVIA SOMMER ZANOBIA (= ou > de 65 anos)
ADV	:	LOURDES ROSELY GALLETTI MARTINEZ FACCIOLI
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	IZAURA APARECIDA NOGUEIRA DE GOUVEIA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO / DÉCIMA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de apelação interposta pela parte autora em face de sentença que julgou improcedente o pedido de aposentadoria rural por idade, por ter entendido o d. juízo monocrático não ter a autora comprovado o exercício de atividade rural em período imediatamente anterior ao ajuizamento da ação. A autora foi condenada ao pagamento de custas e honorários advocatícios fixados em R$ 400,00 (quatrocentos reais), observado o art. 12 da Lei nº 1.060/50.
Pretende a autora a reforma de tal sentença alegando, em síntese, que faz jus ao benefício de aposentadoria rural por idade, uma vez que teria implementado a idade necessária para tanto, bem como demonstrado o efetivo exercício de atividade rural pelo tempo exigido em lei, sustentando, ainda, que as testemunhas teriam sido unânimes em afirmar que ela sempre exerceu atividade rural, de modo que restaria corroborada a prova material apresentada. Pleiteia o pagamento do benefício, no valor de um salário mínimo, acrescido de abono anual, além de honorários advocatícios a serem calculados sobre o valor apurado em liquidação ou até a efetiva implantação do benefício.
Com contra-razões (fl. 99/108), subiram os autos a esta E. Corte.
Após breve relatório, passo a decidir.
A parte autora completou 55 anos de idade em 17.10.1982, devendo, assim, comprovar 05 (cinco) anos de atividade rural (60 meses), nos termos dos arts. 142 e 143 da Lei n. 8.213/91, para a obtenção do benefício em epígrafe.
A jurisprudência do E. STJ já se firmou no sentido de que é insuficiente apenas a produção de prova testemunhal para a comprovação de atividade rural, na forma da Súmula 149 - STJ, in verbis:
A prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito de obtenção de benefício previdenciário.
No caso em tela verifica-se que a autora acostou aos autos documentos nos quais constam o termo lavrador para designar a profissão de seu esposo, quais sejam, certidão de casamento, realizado em 26.07.1952 (fl. 10) e certidão de óbito, ocorrido em 09.11.1983 (fl. 11), servindo, assim, como início de prova material relativo à atividade rural desempenhada pelo casal.
Verifico, ainda, a existência de prova material indicando que a autora efetivamente trabalhou na condição de trabalhadora rural tendo em vista as anotações constantes de sua CTPS (fl. 14/21), nos períodos de 09.12.1970 a 11.03.1971, 09.06.1971 a 11.12.1971, 03.11.1972 a 20.04.1972, 22.05.1972 a 01.07.1972, 22.05.1972 a 01.07.1972, 21.05.1973 a 29.12.1973, 08.01.1974 a 06.04.1974, 14.05.1974 a 31.12.1974, 06.01.1975 a 18.01.1975, 26.05.1975 a 04.10.1975, 08.01.1976 a 15.04.1976, 17.05.1976 a 23.12.1976, 20.01.1977 a 10.12.1977, 23.01.1978 a 11.03.1978, 22.05.1978 a 09.12.1978, 02.01.1979 a 24.02.1979, 21.05.1979 a 08.12.1979, 07.01.1980 a 15.03.1980, 05.05.1980 a 13.12.1980, 05.01.1981 a 11.04.1981, 18.05.1981 a 28.11.1981, 04.01.1982 a 08.04.1982, 10.05.1982 a 30.10.1982, 08.11.1982 a 04.12.1982, 21.05.1984 a 30.05.1984, 09.06.1984 a 10.10.1984 e de 16.06.1986 a 06.11.1986, documento este que constitui prova plena da atividade campesina por ela desempenhada, estando, inclusive, elencado no art. 106 da Lei nº 8.213/91. Constata-se, ainda, que computados todos os tempos de serviço da autora, ela soma um total de 09 (nove) anos e 01 (um) mês e 26 (vinte e seis) dias de tempo de serviço, conforme demonstrado em planilha anexa.
Ressalte-se que o reconhecimento do tempo de serviço do segurado empregado rural, com registro em CTPS, independe da comprovação do recolhimento das contribuições previdenciárias, pois tal ônus cabe ao empregador.
Assim sendo, tendo a autora completado 55 anos de idade em 17.10.1982, bem como cumprido tempo de atividade rural superior ao legalmente exigido, consoante os arts. 142 e 143 da Lei n. 8.213/91, é de se conceder a aposentadoria por idade.
Cumpre observar que a exigência de comprovação da atividade rural no período imediatamente anterior à data do requerimento, como requisito para a concessão do benefício de aposentadoria rural por idade, nos termos do art. 143 da Lei n. 8.213/91, teve por finalidade excluir aqueles segurados que, em data remota, estiveram nas lides rurais, e no momento presente querem se aproveitar do rebaixamento da idade. Tanto é assim, que o legislador ordinário preferiu não estabelecer um lapso temporal preciso no conceito de "...período imediatamente anterior....". Na verdade, para se aferir se o segurado está enquadrado na hipótese prevista pelo art. 143 da Lei n. 8.213/91, há que se perquirir se o mesmo sempre foi trabalhador rural e se laborou em número de meses correspondente à carência, não importando se em dado período houve inatividade, mesmo porque o indigitado preceito admite períodos descontínuos.
O termo inicial do benefício deve ser fixado na data da citação, conforme majoritário entendimento jurisprudencial (10/11/2004 - fl 34).
Cumpre, apenas, explicitar os critérios de correção monetária e juros de mora.
A correção monetária incide sobre as prestações em atraso, desde os respectivos vencimentos, na forma da Súmula 8 do E. TRF da 3ª Região, observada a legislação de regência especificada na Portaria nº 92/2001 DF-SJ/SP, de 23.10.2001 e Provimento nº 64/2005 da E. Corregedoria-Geral da Justiça da 3ª Região.
Os juros moratórios devem ser computados a partir da citação, de forma decrescente, a taxa de 1% ao mês, nos termos do art. 406 do Código Civil e do art. 161, § 1º, do Código Tributário Nacional, incidindo tais juros até a data de expedição do precatório, caso este seja pago no prazo estabelecido pelo art. 100 da CF/88 (STF, RE n. 298.616-SP, Relator Ministro Gilmar Mendes, DJ de 20/10/2006, p. 84).
Fixo os honorários advocatícios em 15% do valor das prestações vencidas até a presente data, uma vez que a sentença foi julgada improcedente no Juízo "a quo", nos termos da Súmula 111, em sua nova redação e de acordo com entendimento firmado por esta 10ª Turma.
As autarquias são isentas das custas processuais (artigo 4º, inciso I da Lei 9.289/96), porém devem reembolsar, quando vencidas, as despesas judiciais feitas pela parte vencedora (artigo 4º, parágrafo único).
Diante do exposto, nos termos do artigo 557, do Código de Processo Civil, dou parcial provimento à apelação da autora para julgar parcialmente procedente o pedido e condenar a Autarquia a conceder-lhe o benefício de aposentadoria rural por idade, no valor de um salário mínimo mensal, a contar da data da citação (10.11.2004 - fl. 34), nos termos do art. 143 da Lei nº 8.213/91, acrescida de correção monetária e juros moratórios nos termos retro explicitados, além de determinar a condenação do réu em honorários advocatícios arbitrados em 15% sobre o valor das prestações vencidas entre o termo inicial do benefício até a presente data, uma vez que o pedido foi julgado improcedente no juízo "a quo". A Autarquia é isenta de custas processuais.
Independentemente do trânsito em julgado, expeça-se e.mail ao INSS, instruído com os devidos documentos da parte autora OLIVIA SOMMER ZANOBIA, a fim de serem adotadas as providências cabíveis para que seja o benefício de APOSENTADORIA RURAL POR IDADE implantado de imediato, com data de início - DIB em 10/11/2004 (fl. 34), e renda mensal inicial - RMI a ser calculada pelo INSS, tendo em vista o "caput" do artigo 461 do CPC.
Decorrido "in albis" o prazo recursal, dê-se baixa na Distribuição.
Intimem-se.
São Paulo, 08 de março de 2007.
SÉRGIO NASCIMENTO
Desembargador Federal

PROC.	:	2006.03.99.030218-0 AC 1136707
ORIG.	:	0400000063 1 Vr OLIMPIA/SP 0400008844 1 Vr OLIMPIA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ADRIANA CRISTINA LUCCHESE BATISTA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	LUIS FERREIRA DO NASCIMENTO e outro
ADV	:	MARCIA REGINA ARAUJO PAIVA
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE OLIMPIA SP
RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO / DÉCIMA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de remessa oficial e apelação interposta pelo INSS em face de sentença que julgou procedente o pedido formulado nos autos da ação previdenciária condenando o réu a conceder aos autores o benefício de aposentadoria rural por idade, com valor calculado na forma da lei. Ficou convencionado que o benefício deveria ser acrescido de correção monetária e juros moratórios de 1% ao mês, desde a citação. A Autarquia foi condenada ao pagamento de custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios arbitrados em 15% sobre o valor apurado até a sentença. A r. decisão monocrática determinou que o benefício deveria ser pago no prazo máximo de 45 dias contados do trânsito em julgado da decisão, sob pena de multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais).

Objetiva o réu a reforma de tal sentença alegando, em síntese, que há falta de comprovação do tempo de serviço prestado pelos autores na qualidade de rurícola, eis que o conjunto probatório teria sido inconvincente, sendo insuficiente a prova exclusivamente testemunhal, a qual teria se mostrado contraditória e imprecisa. Subsidiariametne, requer que tange à multa, requer que conste expressamente do mandado de implantação do benefício o prazo estipulado judicialmente e a respectiva pena pecuniária. Pleiteia, por fim, que os honorários advocatícios sejam reduzidos para 10% do valor das parcelas vencidas até a sentença.
Com contra-razões (fl. 58/64), subiram os autos a esta E. Corte.
Após breve relatório, passo a decidir.
Da remessa oficial.
Inicialmente, deixo de apreciar o reexame necessário determinado pelo d. Juízo a quo, tendo em vista que a Lei nº 10.352/2001, que entrou em vigor em 27/03/2002, alterou a redação do artigo 475 do Código de Processo Civil, determinando, em seu §2º, que não se aplica o duplo grau de jurisdição quando a condenação for de valor certo não excedente a 60 (sessenta) salários mínimos. Observo que o estabelecido se aplica ao caso em tela.
Do mérito.
O co-autor completou 60 anos de idade em 30.06.1999, devendo, assim, comprovar 09 (nove) anos de atividade rural (108 meses), nos termos dos arts. 142 e 143 da Lei n. 8.213/91, para a obtenção do benefício em epígrafe.
Por seu turno, a co-autora completou 55 aos de idade em 15.05.2003, devendo comprovar 11 (onze) anos de atividade rural (132 meses) em consonância com os artigos supra mencionados.
A jurisprudência do E. STJ já se firmou no sentido de que é insuficiente apenas a produção de prova testemunhal para a comprovação de atividade rural, na forma da Súmula 149 - STJ, in verbis:
A prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito de obtenção de benefício previdenciário.
No caso em tela verifica-se que foi juntado aos autos documento no qual consta o termo lavrador para designar a profissão do co-autor, qual seja, certidão de casamento, realizado em 15.09.1966 (fl. 08), servindo referido documento como início de prova material relativo a atividade desempenhada pelo casal.
Verifica-se, ainda, que o co-autor juntou CTPS, acostada à fl. 12/20, em que se constata que ele exerceu atividade rural, devidamente registrado, nos períodos de 01.02.1985 a 16.11.1995 e a partir de 01.02.1996, constando, ainda, que a última alteração salarial ocorreu em 01.10.2002 (fl. 18), documento este que constitui prova plena da atividade rural desenvolvida pelo co-autor, servindo, também, como início de prova material relativa à atividade desempenhada pela co-autora, haja vista que a jurisprudência é pacífica no sentido de se estender à esposa de trabalhador rural a profissão do marido constante dos registros civis, podendo-se citar como exemplo o seguinte aresto assim ementado:
RECURSO ESPECIAL. RURÍCOLA. APOSENTADORIA. PROVA. PROFISSÃO DE LAVRADOR NO REGISTRO DE CASAMENTO. EXTENSÃO À ESPOSA. POSSIBILIDADE.
I - O acórdão recorrido segue o entendimento pacificado pelo Tribunal, no sentido de que a qualificação profissional do marido, como rurícola, se estende à esposa, quando alicerçada em atos do registro civil, para efeitos de início de prova documental, complementado por testemunhas.
II - Recurso Especial não conhecido.
(STJ - 5ª Turma; Rec. Especial 183927 - SP; Rel. Ministro Gilson Dipp; v.u., j. em 13.10.98; DJ. 23.11.98, pág. 200).
Constata-se que, se computados os tempos de serviço desempenhados pelo autor, ele perfaz, pelo menos, um total de 17 (dezessete) anos, 05 (cinco) meses e 17 (dezessete) dias de tempo de serviço, conforme demonstrado em planilha anexa.
Ressalte-se, ainda, que o reconhecimento do tempo de serviço do segurado empregado rural, com registro em CTPS, independe da comprovação do recolhimento das contribuições previdenciárias, pois tal ônus cabe ao empregador.
Por outro lado, as testemunhas (fl. 49/50) foram unânimes em afirmar que conhecem os autores há muitos anos e que eles sempre teriam exercido suas atividades no meio rural, ressalvando que o co-autor desempenha referida atividade até os dias atuais e a co-autora apenas teria deixado de desempenhar referido labor 03 (três) anos antes da data da audiência, ocorrida em 03.05.2005, por problemas de saúde. Dessa forma, havendo prova material plena, bem como início de prova material devidamente corroborada por prova testemunhal, impõe-se reconhecer que os autores comprovaram o exercício de atividade rural no período legalmente exigido.
A referida questão está pacificada no âmbito do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, conforme aresto assim ementado, que a seguir transcrevo:
PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL. APOSENTADORIA POR IDADE. COMPROVAÇÃO DA ATIVIDADE RURAL. VALORAÇÃO DA PROVA TESTEMUNHAL. RECURSO ESPECIAL.
1. A valoração dos depoimentos testemunhais sobre o período de atividade rural exercida pela recorrente é válida, se apoiada em início razoável de prova material, ainda que esta somente comprove tal exercício durante uma fração do tempo exigido em lei.
2. Considera-se a Certidão de Casamento, na qual expressamente assentada a profissão de rurícola do requerente, início razoável de prova documental, a ensejar a concessão do benefício previdenciário.
3. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nesta parte, provido.
(STJ - 5ª Turma; REsp. 266852 - MS, 2000/0069761-3; Rel. Ministro Edson Vidigal; v.u., j. em 21.09.2000; DJ. 16.10.2000, pág. 347).
Cumpre observar que a exigência de comprovação da atividade rural no período imediatamente anterior à data do requerimento, como requisito para a concessão do benefício de aposentadoria rural por idade, nos termos do art. 143 da Lei n. 8.213/91, teve por finalidade excluir aqueles segurados que, em data remota, estiveram nas lides rurais, e no momento presente querem se aproveitar do rebaixamento da idade. Tanto é assim, que o legislador ordinário preferiu não estabelecer um lapso temporal preciso no conceito de "...período imediatamente anterior....". Na verdade, para se aferir se o segurado está enquadrado na hipótese prevista pelo art. 143 da Lei n. 8.213/91, há que se perquirir se o mesmo sempre foi trabalhador rural e se laborou em número de meses correspondente à carência, não importando se em dado período houve inatividade, mesmo porque o indigitado preceito admite períodos descontínuos.
Ressalva-se que o fato de a demandante ter deixado de trabalhar em 2002 (fl. 49/50), não obsta a concessão do benefício, já que quando deixou as lides do campo, já havia preenchido o tempo de serviço necessário, não havendo que se falar em perda da qualidade de segurada, uma vez que se mostra evidente que a parte interrompeu suas atividades laborativas em virtude de doença.
Assim sendo, tendo os autores completado 60 anos e 55 anos de idade, respectivamente em 30.06.1999 e 15.05.2003, bem como cumprido tempo de atividade rural superior ao legalmente exigido, consoante os arts. 142 e 143 da Lei n. 8.213/91, é de se conceder a aposentadoria por idade a ambos.
No que tange ao valor do benefício, tendo em vista que o co-autor apresentou CTPS devidamente registrada, determino que a renda mensal inicial - RMI seja calculada pelo INSS de acordo com o salário-de-benefício, nos termos da Lei nº 8.213/91, e, na sua falta, em um salário mínimo mensal.
Para a co-autora, contudo, determino que o benefício seja fixado em um salário mínimo mensal, em conformidade com o disposto no art. 143 da Lei nº 8.213/91.
O termo inicial dos benefícios deve ser fixado na data da citação, conforme majoritário entendimento jurisprudencial (06.05.2004 - fl 28).
Cumpre, apenas, explicitar os critérios de correção monetária e juros de mora.
A correção monetária incide sobre as prestações em atraso, desde os respectivos vencimentos, na forma da Súmula 8 do E. TRF da 3ª Região, observada a legislação de regência especificada na Portaria nº 92/2001 DF-SJ/SP, de 23.10.2001 e Provimento nº 64/2005 da E. Corregedoria-Geral da Justiça da 3ª Região.
Os juros moratórios devem ser computados a partir da citação, de forma decrescente, a taxa de 1% ao mês, nos termos do art. 406 do Código Civil e do art. 161, § 1º, do Código Tributário Nacional, incidindo tais juros até a data de expedição do precatório, caso este seja pago no prazo estabelecido pelo art. 100 da CF/88 (STF, RE n. 298.616-SP, Relator Ministro Gilmar Mendes, DJ de 20/10/2006, p. 84).
Mantenho os honorários advocatícios em 15%, apenas ressalvando que a base de cálculo corresponde às prestações vencidas até a data em que foi proferida a r. sentença recorrida, nos termos da súmula 111 do E. STJ, em sua nova redação e consoante entendimento firmado por esta 10ª Turma.
As autarquias são isentas das custas processuais (artigo 4º, inciso I da Lei 9.289/96), porém devem reembolsar, quando vencidas, as despesas judiciais feitas pela parte vencedora (artigo 4º, parágrafo único).
No que concerne à multa diária imposta à entidade autárquica (trezentos reais por dia de atraso), impõe-se a redução da mesma para 1/30 do valor do benefício em discussão, pois ante o princípio da razoabilidade, não se justifica que o beneficiário receba um valor maior a título de multa do que a título de prestações em atraso.
Diante do exposto, nos termos do artigo 557, do Código de Processo Civil, não conheço da remessa oficial, e dou parcial provimento ao apelo do INSS e para reduzir a multa imposta para 1/30 (um trinta avos) do valor mensal do benefício. Determino que o benefício concedido ao co-autor seja calculado pelo INSS de acordo com o salário-de-benefício, nos termos da Lei nº 8.213/91, e, na sua falta, em um salário mínimo mensal.
Independentemente do trânsito em julgado, expeça-se e.mail ao INSS, instruído com os devidos documentos das partes LUIS FERREIRA DO NASCIMENTO e RITA LUZIA DO NASCIMENTO, a fim de serem adotadas as providências cabíveis para que seja o benefício de APOSENTADORIA RURAL POR IDADE implantado de imediato, com data de início - DIB em 06.05.2004 (fl. 28) e renda mensal inicial - RMI a ser calculada pelo INSS, no caso do co-autor, e no valor de um salário mínimo, para a co-autora, tendo em vista o "caput" do artigo 461 do CPC.
Decorrido "in albis" o prazo recursal, dê-se baixa na Distribuição.
Intimem-se.
São Paulo, 09 de março de 2007.
SÉRGIO NASCIMENTO
Desembargador Federal

PROC.	:	2006.03.99.030233-7 AC 1136722
ORIG.	:	0500000092 1 Vr TANABI/SP 0500010496 1 Vr TANABI/SP
APTE	:	GERVASIO ARAUJO DE SOUZA
ADV	:	ALEXANDRE LATUFE CARNEVALE TUFAILE
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LAURO ALESSANDRO LUCCHESE BATISTA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO / DÉCIMA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de apelação interposta pela parte autora em face de sentença que julgou improcedente o pedido de concessão de benefício de aposentadoria rural por idade, por ter entendido o d. juízo monocrático não ter o autor comprovado o exercício de atividade rural em período imediatamente anterior ao ajuizamento da ação, não tendo, ainda, a prova testemunhal corroborado o início de prova material trazido aos autos. O autor foi condenado ao pagamento de custas e despesas processuais, corrigidas desde o respectivo desembolso, além de honorários advocatícios fixados em R$ 600,00 (seiscentos reais), devidamente corrigidos a partir do ajuizamento da ação.
Pretende o autor a reforma de tal sentença alegando, em síntese, que faz jus ao benefício de aposentadoria rural por idade, uma vez que teria implementado a idade necessária para tanto, bem como demonstrado o efetivo exercício de atividade rural pelo tempo exigido em lei, sustentando, ainda, que as testemunhas teriam sido unânimes em afirmar que ela sempre exerceu atividade rural de modo que restaria corroborada a prova material apresentada. Afirma que eventual prática de atividade urbana não impede a concessão do benefício pleiteado haja vista que houve retorno às lides rurais, requerendo seja observado o disposto na Lei nº 10.666/03. Pleiteia a concessão do benefício, desde a citação, acrescido de correção monetária e juros de 1% ao mês, além de abono anual, bem como seja o INSS condenado ao pagamento de honorários advocatícios de 15% do valor das prestações vencidas até a efetiva concessão do benefício. Subsidiariamente, requer a isenção do pagamento de custas e despesas processuais.
Com contra-razões (fl. 70/73), subiram os autos a esta E. Corte.
Após breve relatório, passo a decidir.
A parte autora completou 60 anos de idade em 15.01.2005, devendo, assim, comprovar 12 (doze) anos de atividade rural (144 meses), nos termos dos arts. 142 e 143 da Lei n. 8.213/91, para a obtenção do benefício em epígrafe.
A jurisprudência do E. STJ já se firmou no sentido de que é insuficiente apenas a produção de prova testemunhal para a comprovação de atividade rural, na forma da Súmula 149 - STJ, in verbis:
A prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito de obtenção de benefício previdenciário.
No caso em tela verifica-se que o autor acostou aos autos documento no qual consta o termo lavrador para designar a sua profissão, qual seja, certidão de casamento, realizado em 25.04.1970, além de "recibos de pagamento a cooperado" emitidos pela "Cooperativa dos Trabalhadores Rurais de São José do Rio Preto", referente ao período de 29/12/97 a 11/01/1998 (fl. 15/16), e pela "Cooperativa dos Colhedores e Trabalhadores Rurais", referente aos anos de 1998 e 1999 (fl. 21/29), servindo, assim, como início de prova material relativo à atividade rural por ele desempenhada.
Verifico, ainda, a existência de prova material indicando que o autor efetivamente trabalhou na condição de trabalhador rural tendo em vista as anotações constantes de sua CTPS (fl. 17/20), nos períodos de 18.11.1986 a 05.12.1986, 14.06.1988 a 14.11.1988, 17.07.1989 a 25.03.1990, 09.07.1990 a 30.12.1990, 27.05.1991 a 16.11.1991, 29.06.1992 a 10.01.1993, 02.09.2002 a 31.01.2003, e de 23.06.2003 a 25.08.2003, documento este que constitui prova plena da atividade campesina por ele desempenhada, estando, inclusive, elencado no art. 106 da Lei nº 8.213/91. Constata-se, ainda, que se computados os tempos de serviço desempenhados em atividades urbanas e somados ao tempo de serviço em atividade rural, o autor perfaz um total de 12 (doze) anos e 03 (três) meses e 01 (um) dia de tempo de serviço, conforme demonstrado em planilha anexa.
No caso concreto, embora o autor tenha exercido atividade urbana nos períodos de 19.02.1986 a 14.05.1986, 24.02.1994 a 22.07.1994 e de 01.12.1995 a 11.04.1997 (fl. 17/20), tais fatos não descaracterizam sua qualidade de rurícola, nem tampouco impedem a concessão do benefício, porquanto ele teria laborado ao longo de sua vida em atividade majoritariamente rural, constando, ainda, dos autos prova material (fl. 20) indicando o seu retorno às lides rurais.
Ressalte-se que o reconhecimento do tempo de serviço do segurado empregado rural, com registro em CTPS, independe da comprovação do recolhimento das contribuições previdenciárias, pois tal ônus cabe ao empregador.
Assim sendo, tendo o autor completado 60 anos de idade em 15.01.2005, bem como cumprido a carência superior à legalmente exigida, consoante o art. 142 da Lei n. 8.213/91, é de se conceder a aposentadoria por idade.
O termo inicial do benefício deve ser fixado na data da citação, conforme majoritário entendimento jurisprudencial (11.03.2005 - fl 36).
Cumpre, apenas, explicitar os critérios de correção monetária e juros de mora.
A correção monetária incide sobre as prestações em atraso, desde os respectivos vencimentos, na forma da Súmula 8 do E. TRF da 3ª Região, observada a legislação de regência especificada na Portaria nº 92/2001 DF-SJ/SP, de 23.10.2001 e Provimento nº 64/2005 da E. Corregedoria-Geral da Justiça da 3ª Região.
Os juros moratórios devem ser computados a partir da citação, de forma decrescente, a taxa de 1% ao mês, nos termos do art. 406 do Código Civil e do art. 161, § 1º, do Código Tributário Nacional, incidindo tais juros até a data de expedição do precatório, caso este seja pago no prazo estabelecido pelo art. 100 da CF/88 (STF, RE n. 298.616-SP, Relator Ministro Gilmar Mendes, DJ de 20/10/2006, p. 84).
Fixo os honorários advocatícios em 15% do valor das prestações vencidas até a presente data, uma vez que a sentença foi julgada improcedente no Juízo "a quo", nos termos da Súmula 111 do STJ, em sua nova redação e de acordo com entendimento firmado por esta 10ª Turma.

As autarquias são isentas das custas processuais (artigo 4º, inciso I da Lei 9.289/96), porém devem reembolsar, quando vencidas, as despesas judiciais feitas pela parte vencedora (artigo 4º, parágrafo único).
Determino, por fim, que a renda mensal inicial - RMI seja calculada pelo INSS de acordo com o salário-de-benefício, nos termos da Lei nº 8.213/91, e, na sua falta, em um salário mínimo mensal.
Diante do exposto, nos termos do artigo 557, do Código de Processo Civil, dou provimento à apelação do autor para julgar procedente o pedido e condenar a Autarquia a conceder-lhe o benefício de aposentadoria rural por idade, no valor a ser calculado pelo INSS de acordo com o salário-de-benefício, nos termos da Lei nº 8.213/91, e, na sua falta, em um salário mínimo mensal, a contar da data da citação (11.03.2005 - fl.36), nos termos do art. 143 da Lei nº 8.213/91, acrescida de correção monetária e juros moratórios nos termos retro explicitados, além de determinar a condenação do réu em honorários advocatícios arbitrados em 15% sobre o valor das prestações vencidas entre o termo inicial do benefício até a presente data, uma vez que a ação foi julgada improcedente no juízo "a quo". A Autarquia é isenta de custas processuais.
Independentemente do trânsito em julgado, expeça-se e.mail ao INSS, instruído com os devidos documentos da parte autora GERVÁSIO ARAÚJO DE SOUZA, a fim de serem adotadas as providências cabíveis para que seja o benefício de APOSENTADORIA RURAL POR IDADE implantado de imediato, com data de início - DIB em 12/04/2005 (fl. 58), e renda mensal inicial - RMI a ser calculada pelo INSS, tendo em vista o "caput" do artigo 461 do CPC.
Decorrido "in albis" o prazo recursal, dê-se baixa na Distribuição.
Intimem-se.
São Paulo, 09 de março de 2007.
SÉRGIO NASCIMENTO
Desembargador Federal

PROC.	:	2006.03.99.031029-2 AC 1138199
ORIG.	:	0500000293 1 Vr TANABI/SP 0500025152 1 Vr TANABI/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOSE RICARDO FERNANDES SALOMAO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MARIA APARECIDA VIRGINIO AMARO
ADV	:	MIGUEL BATISTA DE SOUZA
RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO / DÉCIMA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de apelação de sentença pela qual o réu foi condenado a conceder à parte autora o benefício de aposentadoria rural por idade, no valor de 01 (um) salário mínimo, a contar da citação. Sobre as parcelas vencidas incidirá correção monetária, nos termos do Provimento 26/01 da JF, acrescidas de juros de mora de 1% ao mês. Foi condenado ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 15% sobre o valor das parcelas vencidas até o trânsito em julgado da sentença. Houve condenação em despesas processuais.
Em seu recurso de apelação, alega o réu que os documentos juntados com a inicial não são contemporâneos à época que se busca comprovar a atividade rural, bem como que não comprovou o exercício de atividade rural pelo período correspondente ao fixado para a carência do benefício vindicado, a teor do art. 143 da Lei n. 8.213/91. Subsidiariamente, requer que o termo final de incidência dos honorários advocatícios seja a data da sentença.
Com contra-razões da parte autora (fl. 54/56). Subiram os autos a esta E. Corte.
Após breve relatório, passo a decidir.
A parte autora completou 55 anos de idade em 01.12.2003, devendo, assim, comprovar onze anos de atividade rural, nos termos dos arts. 142 e 143 da Lei n. 8.213/91, para a obtenção do benefício em epígrafe.
A jurisprudência do E. STJ firmou-se no sentido de que é insuficiente apenas a produção de prova testemunhal para a comprovação de atividade rural, na forma da Súmula 149 - STJ, in verbis:
A prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito de obtenção de benefício previdenciário.
No caso em tela verifica-se que a autora acostou aos autos documento em que consta o termo lavrador para designar a profissão de seu esposo, qual seja, certidão de casamento realizado em 12.12.1992 (fl. 09), Contrato de Doação de Imóvel Rural (1988, fl. 10/11) e notas fiscais de produtor rural (fl. 13/17), os quais constituem início de prova material do alegado labor campesino.
Por outro lado, as testemunhas (fl. 41/42) foram unânimes em afirmar que conhecem a autora há 34 (trinta e quatro) e 31 (trinta e um) anos, respectivamente, e que ela sempre exerceu suas atividades no meio rural, com a sua família, sem a ajuda de empregados.
Dessa forma, havendo início de prova material corroborada por prova testemunhal, impõe-se reconhecer que a parte autora comprovou o exercício de atividade rural no período legalmente exigido.
A referida questão está pacificada no âmbito do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, conforme aresto assim ementado, que a seguir transcrevo:
RECURSO ESPECIAL. RURÍCOLA. APOSENTADORIA. PROVA. PROFISSÃO DE LAVRADOR NO REGISTRO DE CASAMENTO. EXTENSÃO À ESPOSA. POSSIBILIDADE.
O acórdão recorrido segue o entendimento pacificado pelo Tribunal, no sentido de que a qualificação profissional do marido, como rurícola, se estende à esposa, quando alicerçada em atos do registro civil, para efeitos de início de prova documental, complementado por testemunhas.
Recurso Especial não conhecido.
(STJ - 5ª Turma; Resp. 183927 - SP 98/0056287-7; Rel. Ministro Gilson Dipp; v.u., j. em 13.10.98; DJ. 23.11.98, pág. 200).
Cumpre observar que a exigência de comprovação da atividade rural no período imediatamente anterior à data do requerimento, como requisito para a concessão do benefício de aposentadoria rural por idade, nos termos do art. 143 da Lei n. 8.213/91, teve por finalidade excluir aqueles segurados que, em data remota, estiveram nas lides rurais, e no momento presente querem se aproveitar do rebaixamento da idade. Tanto é assim, que o legislador ordinário preferiu não estabelecer um lapso temporal preciso no conceito de "...período imediatamente anterior....". Na verdade, para se aferir se o segurado está enquadrado na hipótese prevista pelo art. 143 da Lei n. 8.213/91, há que se perquirir se o mesmo sempre foi trabalhador rural e se laborou em número de meses correspondente à carência, não importando se em dado período houve inatividade, mesmo porque o indigitado preceito admite períodos descontínuos.
Assim sendo, tendo a autora completado 55 anos de idade em 01.12.2003, bem como cumprido tempo de atividade rural superior ao legalmente exigido, consoante o art. 39, inciso I, c/c os arts. 142 e 143 da Lei n. 8.213/91, é de se conceder a aposentadoria por idade.
O termo inicial do benefício foi corretamente fixado a contar da citação, ante a ausência de requerimento administrativo.
Cumpre, ainda, explicitar os critérios de cálculo de correção monetária e juros de mora.
A correção monetária incide sobre as prestações em atraso, desde os respectivos vencimentos, na forma da Súmula 8 do E. TRF da 3ª Região, observada a legislação de regência especificada na Portaria nº 92/2001 DF-SJ/SP, de 23.10.2001 e Provimento nº 64/2005 da E. Corregedoria-Geral da Justiça da 3ª Região.
Os juros moratórios devem ser computados a partir da citação, de forma decrescente, a taxa de 1% ao mês, uma vez que a citação ocorreu após 10.01.2003, nos termos do art. 406 do Código Civil e do art. 161, § 1º, do Código Tributário Nacional, incidindo tais juros até a data de expedição do precatório, caso este seja pago no prazo estabelecido pelo art. 100 da CF/88 (STF, RE n.º 298.616-SP, Relator Ministro Gilmar Mendes, maioria, julgado em 31 de outubro de 2002).
Cumpre apenas esclarecer que devem ser excluídas do cálculo as prestações vincendas, ou seja, serão consideradas as prestações vencidas entre o início da inadimplência até a data em que foi proferida a r. sentença recorrida (Súmula 111 do E. STJ, em sua nova redação).
No tocante às custas processuais, as autarquias são isentas das mesmas (artigo 4º, inciso I da Lei 9.289/96), porém devem reembolsar, quando vencidas, as despesas judiciais feitas pela parte vencedora (artigo 4º, parágrafo único).
Diante do exposto, nos termos do artigo 557, do Código de Processo Civil, dou parcial provimento à apelação do réu, para fixar como termo final de incidência dos honorários advocatícios a data da r. sentença recorrida.
Determino que, independentemente do trânsito em julgado, expeça-se email ao INSS, instruído com os devidos documentos da parte autora MARIA APARECIDA VIRGINIO AMARO, a fim de serem adotadas as providências cabíveis para que seja o benefício de aposentadoria por idade implantado de imediato, com data de início - DIB em 04.04.2005, no valor de um salário mínimo, tendo em vista o "caput" do artigo 461 do CPC.
Decorrido "in albis" o prazo recursal, dê-se baixa na Distribuição.
Intimem-se.
São Paulo, 26 de janeiro de 2007.

PROC.	:	2005.03.99.031482-7 REOAC 1045846
ORIG.	:	0300000186 1 Vr MONTE ALTO/SP
PARTE A	:	APARECIDA CAVALARI RIBELLA
ADV	:	FERNANDO APARECIDO BALDAN
PARTE R	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE MONTE ALTO SP
RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO / DÉCIMA TURMA

Vistos.
Trata-se de remessa oficial de sentença pela qual foi julgada procedente ação previdenciária para condenar a autarquia a conceder à autora o benefício de pensão por morte decorrente do falecimento de seu marido Cláudio Ribella, no valor de 01 (um) salário mínimo, inclusive abono anual, a partir da citação. As prestações em atraso deverão ser pagas de uma só vez, corrigidas monetariamente, e acrescidas de juros legais, a partir do vencimento de cada parcela. O réu foi condenado, ainda, ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios arbitrados em 10% sobre o valor das parcelas vencidas, excluídas as prestações vincendas, assim consideradas aquelas que vencerem após o trânsito em julgado da sentença, nos termos da Súmula n. 111 do E. STJ. Não houve condenação em custas processuais.
Após breve relatório, passo a decidir.
O artigo 475 do Código de Processo Civil elencou taxativamente quais as decisões que estão sujeitas ao duplo grau de jurisdição, a saber:
Artigo 475 - Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença:
I - proferida contra a União, o Estado, o Distrito Federal, o Município, e as respectivas autarquias e fundações de direito público;
II - que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução de dívida ativa da Fazenda Pública (art. 585, VI).
§ 1º - Nos casos previstos neste artigo, o juiz ordenará a remessa dos autos ao tribunal, haja ou não apelação; não o fazendo, deverá o presidente do tribunal avocá-los.
§ 2º - Não se aplica o disposto neste artigo sempre que a condenação, ou o direito controvertido, for de valor certo não excedente a 60 (sessenta) salários mínimos, bem como no caso de procedência dos embargos do devedor na execução de dívida ativa do mesmo valor.
§ 3º - Também não se aplica o disposto neste artigo quando a sentença estiver fundada em jurisprudência do plenário do Supremo Tribunal Federal ou em súmula deste Tribunal ou do tribunal superior competente.
Portanto, considerando que o termo inicial do benefício foi fixado na data da citação 22.05.2003, fl. 43-v, e que a r. sentença foi publicada 20 de abril de 2004 (fl. 50), e ainda, que o valor do benefício em tela corresponde a um salário mínimo - em razão da condição de rurícola do "de cujus" - não há submissão do julgado ao reexame necessário, por não atender aos requisitos contidos no dispositivo supra transcrito.
Esclareço que a base de cálculo dos honorários advocatícios corresponde às prestações vencidas até a data em que foi proferida a r. sentença recorrida, nos termos da Súmula 111 do E. STJ, em sua nova redação.
Diante do exposto, nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, não conheço da remessa oficial.
Como o recurso extraordinário e o recurso especial não possuem efeito suspensivo, a teor do artigo 542, parágrafo 2º, do CPC, independentemente do trânsito em julgado, expeça-se e.mail ao INSS, instruído com os devidos documentos da parte autora APARECIDA CAVALARI RIBELLA, a fim de serem adotadas as providências cabíveis para que seja o benefício de PENSÃO POR MORTE implantado de imediato, com data de início - DIB em 22/05/2003, no valor de um salário mínimo, tendo em vista o "caput" do artigo 461 do CPC.
Decorrido o prazo recursal, encaminhem-se os autos à Vara de origem, dando-se baixa na Distribuição.
Intimem-se.
São Paulo, 12 de março de 2007.

SÉRGIO NASCIMENTO
Desembargador Federal

PROC.	:	2006.03.99.031898-9 AC 1139135
ORIG.	:	0200001443 1 Vr SANTA BARBARA D OESTE/SP 0200100364 1 Vr SANTA BARBARA D OESTE/SP
APTE	:	PEDRO VIANA FERREIRA
ADV	:	THAIS HELENA TEIXEIRA AMORIM SILVA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOSEMAR ANTONIO GIORGETTI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Previdenciário. Aposentadoria por invalidez. Inaptidão laboral não configurada. Benefício indeferido.
Aforada ação de aposentadoria por invalidez, em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e processado o feito, sobreveio sentença de improcedência, ensejando a oferta de apelação autoral, argumentando, em síntese, restarem atendidas as exigências legais à prestação vindicada.
Com contra-razões, os autos subiram a esta Corte.
Passo ao exame.
Para efeito de aposentadoria por invalidez, exige-se que o requerente seja segurado da Previdência Social, tenha cumprido o período de carência de 12 (doze) contribuições, e esteja incapacitado, total e definitivamente, ao trabalho (art. 201, I, da CR/88 e art. 18, I, "a"; 25, I e 42 da Lei nº 8.213/91).
Na espécie, afigura-se demasiado perquirir da condição de segurada da parte autora, dado que o laudo pericial foi conclusivo, quanto à sua aptidão, ao exercício de atividades laborativas (fs. 101/103).
Como se vê, inocorrente demonstração de incapacidade, total e definitiva, ao labor, de se indeferir a benesse vindicada.
Nesse diapasão, assim decidiu esta Turma:
"PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. ARTIGO 42, CAPUT E § 2º DA LEI N.º 8.213/91. QUALIDADE DE SEGURADA. CARÊNCIA. LAUDO PERICIAL. INCAPACIDADE NãO COMPROVADA. BENEFÍCIO INDEVIDO. VERBAS DE SUCUMBÊNCIA.
1. Agravo retido do INSS não conhecido, uma vez que sua apreciação por este Tribunal não foi expressamente requerida pelo agravante nas suas contra-razões de apelação, nos termos do artigo 523, § 1º, do Código de Processo Civil.
2. A aposentadoria por invalidez somente é devida ao segurado que comprove os requisitos do artigo 42 da Lei n.º 8.213/91.
3. Existindo início razoável de prova documental, contemporânea à época dos fatos, complementada pelos depoimentos das testemunhas, de que a autora exerceu atividade rural, resta comprovada a qualidade de segurado da Previdência Social. Observa-se, na hipótese, a Súmula 149 do Superior Tribunal de Justiça e o artigo 55, § 3º, da Lei 8.213/91.
4. Comprovada a condição de trabalhadora rural pelo período equivalente à carência, desnecessário o recolhimento das respectivas contribuições para a obtenção da aposentadoria por invalidez.
5. Tendo o laudo pericial concluído que a Autora não está incapacitada para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, não faz jus à concessão de aposentadoria por invalidez.
6. Ante a ausência de comprovação de incapacidade total e definitiva, é desnecessária a incursão sobre os demais requisitos exigidos para a concessão da aposentadoria por invalidez.

7. Da mesma forma, não há que se falar em concessão de auxílio-doença, nos termos dos artigos 59 e 62 da Lei n.º 8.213/91, uma vez que não se trata de hipótese de reabilitação profissional, uma vez que o Autor não se encontra incapacitado para o exercício de suas funções habituais.
8. Agravo retido do INSS não conhecido. Apelação da Autora improvida."
(AC 915217- Rel. Des. Fed. Galvão Miranda, j. 06/4/2004, v.u., DJU 28/5/2004, p.690)
"PREVIDENCIÁRIO. PROCESSO CIVIL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. RURAL. FALTA DE COMPROVAÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO. LAUDO DESFAVORÁVEL. INCAPACIDADE LABORAL NÃO COMPROVADA.
I - O apelante não comprovou a qualidade de segurado da previdência social, não se verificando a existência nos autos de prova relativa à atividade rural que alega ter exercido, para os fins do art. 39, I, da Lei nº 8.213/91.
II - O laudo judicial revela que o autor é portador de enfermidade que não acarreta incapacidade laboral, revelando-se inviável a concessão do benefício pleiteado.
III- Apelação do autor improvida."
(AC 555683- Rel. Des. Fed. Sérgio Nascimento, j. 22/02/2005, v.u., DJU 14/3/2005, p.479)
"PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. RURAL. LAUDO PERICIAL DESFAVORÁVEL. INCAPACIDADE LABORAL NÃO COMPROVADA.
I - Ante o disposto no parágrafo 1º, do art. 523 do Código de Processo Civil, não se conhece do agravo retido se a parte não requerer expressamente, nas razões ou na resposta da apelação, sua apreciação pelo Tribunal.
II - o laudo judicial revela que o autor é portador de enfermidade que não acarreta redução da capacidade laboral, revelando-se inviável a concessão do benefício pleiteado.
XII - Agravo retido interposto pelo réu não conhecido. Apelação do autor improvida."
(AC 416562 - Rel. Des. Fed. Sérgio Nascimento, j. 02/9/2003, v.u., DJU 29/9/2003, p.382)
Tais as circunstâncias, tratando-se de recurso, manifestamente, improcedente, conflitando, frontalmente, com jurisprudência dominante deste Sodalício, nego-lhe seguimento, com fulcro no art. 557, caput, do CPC.
Respeitadas as cautelas legais, baixem os autos à Vara de origem.
Dê-se ciência.
Em, 27 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2006.03.99.033125-8 AC 1140537
ORIG.	:	0300001638 1 Vr SAO JOAQUIM DA BARRA/SP 0300052101 1 Vr SAO JOAQUIM DA BARRA/SP
APTE	:	MARTINHA DAS DORES DE OLIVEIRA DA SILVA
ADV	:	PATRICIA SILVEIRA COLMANETTI
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUIZ TINOCO CABRAL
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Previdenciário. Aposentadoria por invalidez. Inaptidão laboral não configurada. Benefício indeferido.
Aforada ação de aposentadoria por invalidez, em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e processado o feito, sobreveio sentença de improcedência, ensejando a oferta de apelação autoral, argumentando, em síntese, restarem atendidas as exigências legais à prestação vindicada.
Com contra-razões, os autos subiram a esta Corte.
Passo ao exame.

Para efeito de aposentadoria por invalidez, exige-se que o requerente seja segurado da Previdência Social, tenha cumprido o período de carência de 12 (doze) contribuições, e esteja incapacitado, total e definitivamente, ao trabalho (art. 201, I, da CR/88 e art. 18, I, "a"; 25, I e 42 da Lei nº 8.213/91).
Na espécie, afigura-se demasiado perquirir da condição de segurada da parte autora, dado que o laudo pericial foi conclusivo, quanto à sua aptidão, ao exercício de atividades laborativas (fs. 104/112).
Como se vê, inocorrente demonstração de incapacidade, total e definitiva, ao labor, de se indeferir a benesse vindicada.
Nesse diapasão, assim decidiu esta Turma:
"PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. ARTIGO 42, CAPUT E § 2º DA LEI N.º 8.213/91. QUALIDADE DE SEGURADA. CARÊNCIA. LAUDO PERICIAL. INCAPACIDADE NãO COMPROVADA. BENEFÍCIO INDEVIDO. VERBAS DE SUCUMBÊNCIA.
1. Agravo retido do INSS não conhecido, uma vez que sua apreciação por este Tribunal não foi expressamente requerida pelo agravante nas suas contra-razões de apelação, nos termos do artigo 523, § 1º, do Código de Processo Civil.
2. A aposentadoria por invalidez somente é devida ao segurado que comprove os requisitos do artigo 42 da Lei n.º 8.213/91.
3. Existindo início razoável de prova documental, contemporânea à época dos fatos, complementada pelos depoimentos das testemunhas, de que a autora exerceu atividade rural, resta comprovada a qualidade de segurado da Previdência Social. Observa-se, na hipótese, a Súmula 149 do Superior Tribunal de Justiça e o artigo 55, § 3º, da Lei 8.213/91.
4. Comprovada a condição de trabalhadora rural pelo período equivalente à carência, desnecessário o recolhimento das respectivas contribuições para a obtenção da aposentadoria por invalidez.
5. Tendo o laudo pericial concluído que a Autora não está incapacitada para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, não faz jus à concessão de aposentadoria por invalidez.
6. Ante a ausência de comprovação de incapacidade total e definitiva, é desnecessária a incursão sobre os demais requisitos exigidos para a concessão da aposentadoria por invalidez.
7. Da mesma forma, não há que se falar em concessão de auxílio-doença, nos termos dos artigos 59 e 62 da Lei n.º 8.213/91, uma vez que não se trata de hipótese de reabilitação profissional, uma vez que o Autor não se encontra incapacitado para o exercício de suas funções habituais.
8. Agravo retido do INSS não conhecido. Apelação da Autora improvida."
(AC 915217- Rel. Des. Fed. Galvão Miranda, j. 06/4/2004, v.u., DJU 28/5/2004, p.690)
"PREVIDENCIÁRIO. PROCESSO CIVIL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. RURAL. FALTA DE COMPROVAÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO. LAUDO DESFAVORÁVEL. INCAPACIDADE LABORAL NÃO COMPROVADA.
I - O apelante não comprovou a qualidade de segurado da previdência social, não se verificando a existência nos autos de prova relativa à atividade rural que alega ter exercido, para os fins do art. 39, I, da Lei nº 8.213/91.
II - O laudo judicial revela que o autor é portador de enfermidade que não acarreta incapacidade laboral, revelando-se inviável a concessão do benefício pleiteado.
III- Apelação do autor improvida."
(AC 555683- Rel. Des. Fed. Sérgio Nascimento, j. 22/02/2005, v.u., DJU 14/3/2005, p.479)
"PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. RURAL. LAUDO PERICIAL DESFAVORÁVEL. INCAPACIDADE LABORAL NÃO COMPROVADA.
I - Ante o disposto no parágrafo 1º, do art. 523 do Código de Processo Civil, não se conhece do agravo retido se a parte não requerer expressamente, nas razões ou na resposta da apelação, sua apreciação pelo Tribunal.
II - o laudo judicial revela que o autor é portador de enfermidade que não acarreta redução da capacidade laboral, revelando-se inviável a concessão do benefício pleiteado.
XII - Agravo retido interposto pelo réu não conhecido. Apelação do autor improvida."
(AC 416562 - Rel. Des. Fed. Sérgio Nascimento, j. 02/9/2003, v.u., DJU 29/9/2003, p.382)
Tais as circunstâncias, tratando-se de recurso, manifestamente, improcedente, conflitando, frontalmente, com jurisprudência dominante deste Sodalício, nego-lhe seguimento, com fulcro no art. 557, caput, do CPC.
Respeitadas as cautelas legais, baixem os autos à Vara de origem.
Dê-se ciência.
Em, 27 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2005.03.00.033527-3 AG 235378
ORIG.	:	9500000092 1 Vr CERQUEIRA CESAR/SP
AGRTE	:	NILTON APARECIDO LEAL
ADV	:	JOAO ROSSETTO
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ELAINE CHRISTIANE YUMI KAIMOTI PINTO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE CERQUEIRA CESAR SP
RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO / DÉCIMA TURMA

Vistos.
Insurge-se a parte autora contra a decisão que, em ação revisional de benefício previdenciário reconheceu a ocorrência de erro material nos cálculos apresentados em liquidação de sentença, acolhendo a nova conta elaborada pela autarquia previdenciária (fl.108) como corretas, segundo informações da Perícia Judicial (fl.131/134).
Sustenta, em resumo, que a renda mensal inicial não pode ser alterada mediante a simples argüição de erro material, sob pena de se ferir o princípio constitucional da coisa julgada. Aduz que a alteração somente poderia ser alterada em sede de revisória (sic). Alega, ainda, que a nova conta apresentada pelo INSS reduz indevidamente o benefício do autor.
É o sucinto relatório. Decido.
Pretende o agravante modificar decisão que reconheceu a ocorrência de erro material, determinando o prosseguimento da execução pelo novo montante apurado pelo INSS.
Não merece prosperar o presente recurso.
Com efeito, o artigo 463 do Código de Processo Civil permite que o juiz corrija, de ofício e a qualquer tempo, erros de cálculo e material.
Compulsando os autos, infere-se que o que se pretende corrigir, fundamentalmente, não é o critério de cálculo apresentado pelo agravante, mas sim a não observância do teto máximo permitido em lei quando da apuração da renda mensal inicial, o que, em verdade, caracteriza o erro material.
Sobre o erro material, trago à colação os precedentes do Colendo Superior Tribunal de Justiça:
PROCESSO CIVIL. HOMOLOGAÇÃO DE CÁLCULOS. CRITÉRIOS. ERRO MATERIAL. INOCORRÊNCIA. COISA JULGADA.
1. É incontroverso na doutrina e na jurisprudência o entendimento de que, em sede de liquidação de sentença, é cabível a retificação dos cálculos tão-somente quando constatada a ocorrência de erro material referente à aritmética e não aos critérios do cálculo, que ficam acobertados pela autoridade da coisa julgada.
2. Recurso conhecido em parte (letra "c"), mas improvido. (STJ, 6ª Turma, REsp nº 309.736/RJ, Rel. Min. Fernando Gonçalves, v.u., j. 4.2.2003, DJ 24.2.2003, p. 313).
Cumpre observar que as assertivas emanadas pela serventia do Juízo não podem ser infirmadas por alegações despidas de suporte fático ou jurídico que as ampare, como no caso destes autos.
Confira-se a jurisprudência desta Corte:
PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. OBSERVÂNCIA AO DECISUM EXEQÜENDO. INFORMAÇÕES DA CONTADORIA. ADOÇÃO.
I - A execução de sentença fundada em título executivo judicial tem por balizas as determinações do "decisum" exeqüendo.
II - Inexiste óbice legal à adoção pelo magistrado das informações apresentadas pela contadoria judicial.
III - Recurso parcialmente provido. TRF - AC 98.03.024227-0/SP; 2ª T.; j. 06/06/2000; DJU 04/10/2000, pág 175, Rel. Des.Fed. Célio Benevides).
Diante do exposto, nego seguimento ao presente agravo de instrumento com fulcro no art. 557, caput, do Código de Processo Civil.
Comunique-se ao Juízo a quo o inteiro teor desta decisão.
Decorrido o prazo recursal, remetam-se os autos à vara de origem, dando-se baixa na Distribuição.
Intimem-se.
São Paulo, 28 março de 2007.
Sérgio Nascimento
Desembargador Federal

PROC.	:	2002.03.99.034038-2 AC 824099
ORIG.	:	0100001550 3 Vr INDAIATUBA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	GECILDA CIMATTI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ANTONIO CARLOS DA SILVA
ADV	:	NORALDINO ANTONIO TONOLLI
ADV	:	RICHARDES CALIL FERREIRA
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 3 VARA DE INDAIATUBA SP
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Cuidam os presentes autos de apelação interposta pelo INSS, em face de sentença proferida pelo MM. Juízo da 3ª Vara da Comarca de Indaituba/SP, que na ação principal nº 1550/2001, julgou procedente pedido de aposentadoria por tempo de serviço, condenando o Instituto a conceder o benefício ao autor na forma proporcional.
Apresentadas as contra-razões de apelação (f. 91/94), subiram os autos a esta Corte.
A fls. 109/113, o apelado Antonio Carlos da Silva requereu a desistência da ação, tendo em vista que a Autarquia Previdenciária concedeu-lhe o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição, via administrativa, com vigência a partir de 29/09/2006, consoante comprovado através de carta de concessão/memória de cálculo juntada aos autos.
Instado a se manifestar o INSS nada opôs ao pedido (f. 119).
Ante o exposto, homologo a desistência requerida pela parte autora, extingo o processo com resolução do mérito, a teor do disposto no art. 269, inc.V, do CPC, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, e determino o retorno dos autos ao Juízo de origem.
Dê-se ciência.
Em, 02 de abril de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2006.03.99.034116-1 AC 1143002
ORIG.	:	0500000083 2 Vr PIEDADE/SP 0500002360 2 Vr PIEDADE/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CINTIA RABE
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	NAIR GONCALVES DA SILVA (= ou > de 60 anos)
ADV	:	MARIA EUGENIA GARCIA
RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO / DÉCIMA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de apelação interposta pelo INSS em face de sentença que julgou procedente o pedido formulado nos autos da ação previdenciária condenando o réu a conceder à parte autora o benefício de aposentadoria rural por idade, a contar da citação. Ficou convencionado que as parcelas vencidas seriam pagas de uma só vez e acrescidas de correção monetária, além de juros de 1% ao mês. A autarquia foi condenada, ainda, ao pagamento de despesas processuais e honorários advocatícios arbitrados em 10% do valor da condenação, nos termos da Súmula nº 111 do STJ. Foi determinada a implantação imediata do benefício (fl. 54).

Objetiva o réu a reforma de tal sentença alegando que há falta de comprovação do tempo de serviço prestado como rurícola, uma vez que os documentos trazidos aos autos não constituiriam início ra zoável de prova material, não bastando, para tanto, a prova exclusivamente testemunhal. Aduz que o exercício de atividade em período imediatamente anterior ao ajuizamento da ação não teria sido comprovado, restando inatingida a carência mínima necessária. Suscita por fim o prequestionamento da matéria ventilada.
Sem contra-razões (fl. 70), subiram os autos a esta E. Corte.
O benefício foi efetivamente implantado, conforme consta do CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais (doc. anexo).
Após breve relatório, passo a decidir.
A parte autora completou 55 anos de idade em 19.07.1997, devendo, assim, comprovar 08 (oito) anos de atividade rural (96 meses), nos termos dos arts. 142 e 143 da Lei n. 8.213/91, para a obtenção do benefício em epígrafe.
A jurisprudência do E. STJ já se firmou no sentido de que é insuficiente apenas a produção de prova testemunhal para a comprovação de atividade rural, na forma da Súmula 149 - STJ, in verbis:
A prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito de obtenção de benefício previdenciário.
Para tanto a requerente acostou aos autos certidão expedida pelo Cartório Eleitoral de Piedade, em que consta que ela teria se inscrito perante a 89ª Zona Eleitoral em 20.12.2000 (fl.11), tendo à época sido qualificada profissionalmente como lavradora, servindo referido documento como início de prova material relativa à atividade campesina por ela desempenhada.
Por outro lado, as testemunhas (fl. 51/52) foram unânimes em afirmar que conhecem a autora há mais de 30 e 45 anos, respectivamente, e que ela sempre teria exercido atividade rural, inicialmente em regime de economia familiar, e posteriormente, como bóia-fria, apenas deixando de desenvolver referido labor 03 (três) anos antes da data da audiência, ocorrida em 27.04.2006 (fl. 46), por problemas de saúde.
Dessa forma, havendo início de prova material corroborada por prova testemunhal, impõe-se reconhecer que a parte autora comprovou o exercício de atividade rural no período legalmente exigido.
A referida questão está pacificada no âmbito do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, conforme aresto assim ementado, que a seguir transcrevo:
PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL. RECURSO ESPECIAL. RURÍCOLA. APOSENTADORIA. PROVA. PROFISSÃO DE LAVRADOR NO REGISTRO DE CASAMENTO. EXTENSÃO À ESPOSA. POSSIBILIDADE.
O acórdão recorrido segue o entendimento pacificado pelo Tribunal, no sentido de que a qualificação profissional do marido, como rurícola, se estende à esposa, quando alicerçada em atos do registro civil, para efeitos de início de prova documental, complementado por testemunhas.
Recurso Especial não conhecido.
(STJ - 5ª Turma; Resp. 183927 - SP 98/0056287-7; Rel. Ministro Gilson Dipp; v.u., j. em 13.10.98; DJ. 23.11.98, pág. 200).
Assim sendo, tendo a autora completado 55 anos de idade em 19.07.1997, bem como cumprido tempo de atividade rural superior ao legalmente exigido, consoante os arts. 142 e 143 da Lei n. 8.213/91, é de se conceder a aposentadoria por idade.
O termo inicial do benefício deve ser fixado em 25.7.2006 em razão do disposto nos artigos 25, II e 143, ambos da Lei nº 8.213/91.
Cumpre, apenas, explicitar os critérios de correção monetária e juros de mora.
A correção monetária incide sobre as diferenças em atraso, desde os respectivos vencimentos, na forma da Súmula 8 do E. TRF da 3ª Região, observada a legislação de regência especificada na Portaria nº 92/2001 DF-SJ/SP, de 23 de outubro de 2001, editada com base no Provimento nº 64/05 da E. Corregedoria-Geral da Justiça da 3ª Região.
Os juros moratórios devem ser computados a partir do mês seguinte à publicação da presente decisão, observada a taxa de 1% ao mês, nos termos do art. 406 do Código Civil e do art. 161, § 1º, do Código Tributário Nacional, incidindo tais juros até a data de expedição do precatório, caso este seja pago no prazo estabelecido pelo art. 100 da CF/88 (STF, RE n.º 298.616-SP, Relator Ministro Gilmar Mendes, DJ de 20/10/2006, p. 84).
Ante a sucumbência recíproca, cada uma das partes arcará com suas despesas, nos termos do art. 21 do Código de Processo Civil.
As autarquias são isentas das custas processuais (artigo 4º, inciso I da Lei 9.289/96), porém devem reembolsar, quando vencidas, as despesas judiciais feitas pela parte vencedora (artigo 4º, parágrafo único).
Diante do exposto, nos termos do artigo 557, do Código de Processo Civil, dou parcial provimento ao apelo do INSS para julgar parcialmente procedente o pedido formulado nos autos da ação previdenciária, condenando o réu a conceder-lhe o benefício de aposentadoria por idade, no valor de um salário-mínimo, a contar de 25.7.2006. Ante a sucumbência recíproca cada uma das partes arcará com as despesas que efetuou, inclusive verba honorária de seus respectivos patronos, nos termos do art. 21 do Código de Processo Civil.
As verbas acessórias serão aplicadas na forma acima explicitada.
Tendo em vista a manutenção da procedência do pedido, confirmo a antecipação da tutela concedida.
Decorrido "in albis" o prazo recursal, dê-se baixa na Distribuição.
Intimem-se.
São Paulo, 15 de março de 2007.

PROC.	:	2005.03.00.034548-5 AG 235740
ORIG.	:	0400000297 1 Vr CERQUEIRA CESAR/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RENATA CAVAGNINO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	MARIA ISABEL MARTINS
ADV	:	DAVID VITORIO MINOSSI ZAINA
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE CERQUEIRA CESAR SP
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Cuida-se de agravo de instrumento, com pedido de atribuição de efeito suspensivo, interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, contra decisão proferida pelo MM. Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Cerqueira César, nos autos do Processo nº 297/2004, relativo à concessão de benefício de aposentadoria por tempo de contribuição, indeferiu pedido de redesignação de audiência.
Deferido o efeito suspensivo pleiteado (fs. 23/24), remarcada audiência (fs. 33/34) decorreu in albis o prazo para oferta de contraminuta.
Em consulta realizada no sistema informatizado de acompanhamento processual da Justiça do Estado de São Paulo, relativamente ao feito originário, verificou-se a prolação de sentença em 30/6/2006 (extrato anexo).
Decido.
O presente recurso acha-se esvaziado de sentido e objeto, porquanto impugna decisão não mais subsistente, substituída que foi por sentença, proferida pelo juízo singular.
Nessa esteira, nos termos do artigo 33, XII, do RITRF-3ª Região, dou por prejudicado o recurso, por manifesta carência superveniente.
Oportunamente, observadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
Dê-se ciência.
Em, 26 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2006.03.99.034793-0 AC 1143719
ORIG.	:	0500000192 1 Vr ITABERA/SP 0500001734 1 Vr ITABERA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ALYSSON IDE RIBEIRO DA SILVA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	BEATRIZ LEANDRO COSTA
ADV	:	JOSE CARLOS MACHADO SILVA
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Previdenciário. Aposentadoria por idade. Rurícola. Início de prova documental. Depoimentos testemunhais uníssonos. Benefício deferido.
Aforada ação de aposentadoria por idade rural, contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, processado o feito, sobreveio sentença de procedência, ensejando a interposição de apelação autárquica, aduzindo ausência dos requisitos à percepção do benefício, prequestionando a matéria. Houve insurgência, quanto aos corolários do sucumbimento.
Decido.
A aposentadoria por idade de rurícola reclama idade mínima de 60 anos (homem) e 55 anos (mulher), e demonstração do exercício de atividade rural, ainda que intercalada, em número de meses idêntico à carência do referido benefício, afastada a obrigatoriedade de contribuições (arts. 201, § 7º, II, da CR/88, e 48, 49, 142 e 143 da Lei nº 8.213/91). Pondere-se, ainda, que o prazo de 15 (quinze) anos, estatuído no sobredito art. 143, e prorrogado, ao rurícola empregado, por mais, dois anos, consoante Lei nº 11.368/2006, diz respeito ao lapso para ingresso de pedido tendente à obtenção do benefício, e não à duração do pagamento da benesse.
De acordo com a jurisprudência, suficiente, a tal demonstração, início de prova material, corroborado por prova testemunhal, atentando-se, dentre outros aspectos, que: em regra, são extensíveis os documentos em que os genitores, os cônjuges, ou conviventes, aparecem qualificados como lavradores; o afastamento do ofício campestre, pelo solicitante, após satisfação dos requisitos ao benefício, não obsta a outorga deste; o abandono da ocupação rural, por parte de quem se empresta a qualificação profissional, em nada interfere no deferimento da prestação, desde que se anteveja a persistência do mister campesino, pelo requerente da aposentação; mantém a qualidade de segurado, o obreiro que cessa sua atividade laboral, em conseqüência de moléstia; a prestação de labor urbano, intercalado com lides rurais, de per si, não desnatura o princípio de prova documental amealhado; durante o período de graça, a filiação e conseqüentes direitos, perante a Previdência Social, ficam preservados.
In casu, a pleiteante comprova o cumprimento do requisito etário - f. 08 - e apresenta início de prova material do trabalho campesino - v., em especial, f. 09 - ratificado por prova oral (fs. 45/46), presentes, aqui, as considerações, introdutoriamente, lançadas.
Dessa forma, comprovado o preenchimento dos requisitos legais, de se deferir a benesse, a partir da citação, à falta de requerimento administrativo.
Quanto aos consectários, aplicam-se posicionamentos, consagrados nesta Turma Julgadora: as parcelas vencidas, observada a prescrição qüinqüenal, são corrigidas, pelo Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal; os juros moratórios incidem, mensalmente, à taxa legal, de forma decrescente, a partir do termo inicial do benefício, estendendo-se até a expedição do precatório, se pago no prazo constitucional.
Já a verba honorária comporta manutenção, porque fixada nos moldes do art. 20, § 3º, do CPC e Súmula nº 111 do C. STJ.
Observe-se, finalmente, que todos os pontos versados neste decisório já se encontram pacificados na jurisprudência. Cf., a propósito, dentre outros: C. STJ - AgRg - REsp nº 701530, Rel. Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, DJ 07/3/2005; REsp nº 707846, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 14/3/2005; REsp nº 504568, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 13/12/2004; REsp nº 552600/RS, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Quinta Turma, DJ 06/12/2004; REsp nº 210944/SP, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Sexta Turma, DJ 22/11/99; EREsp nº 448813, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Terceira Secão, DJ 02/3/2005; AgRgREsp nº 496838, Rel. Min. Paulo Gallotti, Sexta Turma, DJ 21/6/2004; TRF-3ª Reg. - AC nº 1086099, Rel. Des. Fed. Antonio Cedenho, Sétima Turma, DJ 18/01/2007; AC nº 890611, Rel. Des. Fed. Marianina Galante, Nona Turma, DJ 09/12/2004; AC nº 637451, Rel. Des. Fed. Marisa Santos, Nona Turma, DJ 05/11/2004; AC nº 961219, Rel. Des. Fed. Galvão Miranda, Décima Turma, DJ 04/10/2004; AC nº 651504, Rel. Des. Fed. Roberto Haddad, Primeira Turma, DJ 17/4/2001; AC nº 92.03.018795-2, Rel. Des. Fed. José Kallás, Segunda Turma, DJ 26/4/95.
Afigura-se, assim, que a decisão recorrida, no que tange, especificamente, aos juros moratórios, encontra-se em confronto com posicionamento consagrado, habilitando o relator a dar parcial provimento ao inconformismo (art. 557, § 1º-A, do CPC).
Do exposto, enfrentadas as questões pertinentes à matéria em debate, dou parcial provimento ao recurso, para fixar o termo inicial dos juros de mora, a partir da citação.
Ante a natureza alimentar da prestação, oficie-se ao INSS, encaminhando-lhe os documentos necessários, para que sejam adotadas as medidas cabíveis à imediata implantação do benefício previdenciário, independentemente de trânsito em julgado (art. 461 do CPC).
Respeitadas as cautelas legais, tornem os autos à Origem.
Dê-se ciência.
Em, 13/3/2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2006.03.99.034861-1 AC 1143789
ORIG.	:	0500001056 1 Vr MONTE ALTO/SP 0500033723 1 Vr MONTE ALTO/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARIO LUCIO MARCHIONI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	IRAIDES FRANCISCO BENTO
ADV	:	JULIAINE PENHARBEL MARIOTTO
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Previdenciário. Aposentadoria por idade. Rurícola. Início de prova documental. Depoimentos testemunhais uníssonos. Benefício deferido.
Aforada ação de aposentadoria por idade rural, contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, processado o feito, sobreveio sentença de procedência, ensejando a interposição de apelação autárquica, aduzindo ausência dos requisitos à percepção do benefício.
Decido.
A aposentadoria por idade de rurícola reclama idade mínima de 60 anos (homem) e 55 anos (mulher), e demonstração do exercício de atividade rural, ainda que intercalada, em número de meses idêntico à carência do referido benefício, afastada a obrigatoriedade de contribuições (arts. 201, § 7º, II, da CR/88, e 48, 49, 142 e 143 da Lei nº 8.213/91).
De acordo com a jurisprudência, suficiente, a tal demonstração, início de prova material, corroborado por prova testemunhal idônea, atentando-se, dentre outros aspectos, que: em regra, são extensíveis, às mulheres, documentos em que o genitor, cônjuge ou convivente aparecem qualificados como lavradores; o afastamento do ofício campestre, pelo solicitante, após satisfação dos requisitos ao benefício, não obsta a outorga deste; o abandono da ocupação rural, por parte de quem se empresta a qualificação profissional, em nada interfere no deferimento da prestação, desde que se anteveja a persistência do mister campesino, pelo requerente da aposentação; mantém a qualidade de segurado, o obreiro que cessa sua atividade laboral, em conseqüência de moléstia; a prestação de labor urbano, intercalado com lides rurais, de per si, não desnatura o princípio de prova documental amealhado; durante o período de graça, a filiação e conseqüentes direitos, perante a Previdência Social, ficam preservados.
In casu, a pleiteante comprova o cumprimento do requisito etário - f. 10 - e apresenta início de prova material do trabalho campesino - v., em especial, fs. 34 - ratificado por prova oral (fs. 91/92), presentes, aqui, as considerações, introdutoriamente, lançadas.
Dessa forma, comprovado o preenchimento dos requisitos legais, de se deferir a benesse, a partir da citação, à falta de requerimento administrativo.

Quanto aos consectários, aplicam-se posicionamentos, consagrados nesta Turma Julgadora: as parcelas vencidas, observada a prescrição qüinqüenal, são corrigidas, pelo Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal; os juros moratórios incidem, mensalmente, à taxa legal, de forma decrescente, a partir do termo inicial do benefício, estendendo-se até a expedição do precatório, se pago no prazo constitucional.
Já a verba honorária comporta manutenção, nos moldes em que fixada, sob pena de violação ao princípio da non reformatio in pejus.
Observe-se, finalmente, que todos os pontos versados neste decisório já se encontram pacificados na jurisprudência. Cf., a propósito, dentre outros: C. STJ - AgRg - REsp nº 701.530, Rel. Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, DJ 07/3/2005; REsp nº 707.846, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 14/3/2005; REsp nº 504.568, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 13/12/2004; REsp nº 552.600/RS, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Quinta Turma, DJ 06/12/2004; REsp nº 210.944/SP, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Sexta Turma, DJ 22/11/99; EREsp nº 448.813, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Terceira Secão, DJ 02/3/2005; AgRgREsp nº 496.838, Rel. Min. Paulo Gallotti, Sexta Turma, DJ 21/6/2004; TRF-3ª Reg. - AC nº 637.451, Rel. Des. Fed. Marisa Santos, Nona Turma, DJ 05/11/2004; AC nº 961219, Rel. Des. Fed. Galvão Miranda, Décima Turma, DJ 04/10/2004; AC nº 651.504, Rel. Des. Fed. Roberto Haddad, Primeira Turma, DJ 17/4/2001; AC nº 92.03.018795-2, Rel. Des. Fed. José Kallás, Segunda Turma, DJ 26/4/95.
Afigura-se, assim, que o recurso encontra-se em manifesto confronto com posicionamentos jurisprudenciais consagrados, caso em que compete, ao relator, negar-lhe seguimento (art. 557, caput, do CPC).
Do exposto, nego seguimento ao recurso.
Ante a natureza alimentar da prestação, oficie-se ao INSS, encaminhando-lhe os documentos necessários, para que sejam adotadas as medidas cabíveis à imediata implantação do benefício previdenciário, independentemente de trânsito em julgado (art. 461 do CPC).
Respeitadas as cautelas legais, tornem os autos à Origem.
Dê-se ciência.
Em, 13/3/2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2006.03.99.034955-0 AC 1143883
ORIG.	:	0300001505 1 Vr ITAPEVA/SP 0300080049 1 Vr ITAPEVA/SP
APTE	:	ELIZETE DE FATIMA PEREIRA DO ESPIRITO SANTO
ADV	:	ELZA NUNES MACHADO GALVAO
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOSE ALFREDO GEMENTE SANCHES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Previdenciário. Aposentadoria por invalidez. Inaptidão laboral não configurada. Benefício indeferido.
Aforada ação de aposentadoria por invalidez, em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e processado o feito, sobreveio sentença de improcedência, ensejando a oferta de apelação autoral, argumentando, em síntese, restarem atendidas as exigências legais à prestação vindicada.
Com contra-razões, os autos subiram a esta Corte.
Passo ao exame.
Para efeito de aposentadoria por invalidez, exige-se que o requerente seja segurado da Previdência Social, tenha cumprido o período de carência de 12 (doze) contribuições, e esteja incapacitado, total e definitivamente, ao trabalho (art. 201, I, da CR/88 e art. 18, I, "a"; 25, I e 42 da Lei nº 8.213/91).
Na espécie, afigura-se demasiado perquirir da condição de segurada da parte autora, dado que o laudo pericial foi conclusivo, quanto à sua aptidão, ao exercício de atividades laborativas (fs. 79/81).
Como se vê, inocorrente demonstração de incapacidade, total e definitiva, ao labor, de se indeferir a benesse vindicada.
Nesse diapasão, assim decidiu esta Turma:
"PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. ARTIGO 42, CAPUT E § 2º DA LEI N.º 8.213/91. QUALIDADE DE SEGURADA. CARÊNCIA. LAUDO PERICIAL. INCAPACIDADE NãO COMPROVADA. BENEFÍCIO INDEVIDO. VERBAS DE SUCUMBÊNCIA.
1. Agravo retido do INSS não conhecido, uma vez que sua apreciação por este Tribunal não foi expressamente requerida pelo agravante nas suas contra-razões de apelação, nos termos do artigo 523, § 1º, do Código de Processo Civil.
2. A aposentadoria por invalidez somente é devida ao segurado que comprove os requisitos do artigo 42 da Lei n.º 8.213/91.
3. Existindo início razoável de prova documental, contemporânea à época dos fatos, complementada pelos depoimentos das testemunhas, de que a autora exerceu atividade rural, resta comprovada a qualidade de segurado da Previdência Social. Observa-se, na hipótese, a Súmula 149 do Superior Tribunal de Justiça e o artigo 55, § 3º, da Lei 8.213/91.
4. Comprovada a condição de trabalhadora rural pelo período equivalente à carência, desnecessário o recolhimento das respectivas contribuições para a obtenção da aposentadoria por invalidez.
5. Tendo o laudo pericial concluído que a Autora não está incapacitada para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, não faz jus à concessão de aposentadoria por invalidez.
6. Ante a ausência de comprovação de incapacidade total e definitiva, é desnecessária a incursão sobre os demais requisitos exigidos para a concessão da aposentadoria por invalidez.
7. Da mesma forma, não há que se falar em concessão de auxílio-doença, nos termos dos artigos 59 e 62 da Lei n.º 8.213/91, uma vez que não se trata de hipótese de reabilitação profissional, uma vez que o Autor não se encontra incapacitado para o exercício de suas funções habituais.
8. Agravo retido do INSS não conhecido. Apelação da Autora improvida."
(AC 915217- Rel. Des. Fed. Galvão Miranda, j. 06/4/2004, v.u., DJU 28/5/2004, p.690)
"PREVIDENCIÁRIO. PROCESSO CIVIL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. RURAL. FALTA DE COMPROVAÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO. LAUDO DESFAVORÁVEL. INCAPACIDADE LABORAL NÃO COMPROVADA.
I - O apelante não comprovou a qualidade de segurado da previdência social, não se verificando a existência nos autos de prova relativa à atividade rural que alega ter exercido, para os fins do art. 39, I, da Lei nº 8.213/91.
II - O laudo judicial revela que o autor é portador de enfermidade que não acarreta incapacidade laboral, revelando-se inviável a concessão do benefício pleiteado.
III- Apelação do autor improvida."
(AC 555683- Rel. Des. Fed. Sérgio Nascimento, j. 22/02/2005, v.u., DJU 14/3/2005, p.479)
"PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. RURAL. LAUDO PERICIAL DESFAVORÁVEL. INCAPACIDADE LABORAL NÃO COMPROVADA.
I - Ante o disposto no parágrafo 1º, do art. 523 do Código de Processo Civil, não se conhece do agravo retido se a parte não requerer expressamente, nas razões ou na resposta da apelação, sua apreciação pelo Tribunal.
II - o laudo judicial revela que o autor é portador de enfermidade que não acarreta redução da capacidade laboral, revelando-se inviável a concessão do benefício pleiteado.
XII - Agravo retido interposto pelo réu não conhecido. Apelação do autor improvida."
(AC 416562 - Rel. Des. Fed. Sérgio Nascimento, j. 02/9/2003, v.u., DJU 29/9/2003, p.382)
Tais as circunstâncias, tratando-se de recurso, manifestamente, improcedente, conflitando, frontalmente, com jurisprudência dominante deste Sodalício, nego-lhe seguimento, com fulcro no art. 557, caput, do CPC.
Respeitadas as cautelas legais, baixem os autos à Vara de origem.
Dê-se ciência.
Em, 27 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2006.03.99.035133-6 AC 1144276
ORIG.	:	0500000614 1 Vr ITABERA/SP 0500006802 1 Vr ITABERA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ALYSSON IDE RIBEIRO DA SILVA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MARIA ELENA VALERIO DE ALMEIDA
ADV	:	JOSE CARLOS MACHADO SILVA
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Previdenciário. Aposentadoria por idade. Rurícola. Início de prova documental. Depoimentos testemunhais uníssonos. Benefício deferido.
Aforada ação de aposentadoria por idade rural, contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, processado o feito, sobreveio sentença de procedência, ensejando a interposição de apelação autárquica, aduzindo ausência dos requisitos à percepção do benefício, prequestionando a matéria. Houve insurgência, quanto aos corolários do sucumbimento.
Decido.
A aposentadoria por idade de rurícola reclama idade mínima de 60 anos (homem) e 55 anos (mulher), e demonstração do exercício de atividade rural, ainda que intercalada, em número de meses idêntico à carência do referido benefício, afastada a obrigatoriedade de contribuições (arts. 201, § 7º, II, da CR/88, e 48, 49, 142 e 143 da Lei nº 8.213/91). Pondere-se, ainda, que o prazo de 15 (quinze) anos, estatuído no sobredito art. 143, e prorrogado, ao rurícola empregado, por mais, dois anos, consoante Lei nº 11.368/2006, diz respeito ao lapso para ingresso de pedido tendente à obtenção do benefício, e não à duração do pagamento da benesse.
De acordo com a jurisprudência, suficiente, a tal demonstração, início de prova material, corroborado por prova testemunhal, atentando-se, dentre outros aspectos, que: em regra, são extensíveis, os documentos em que os genitores, os cônjuge, ou conviventes, aparecem qualificados como lavradores; o afastamento do ofício campestre, pelo solicitante, após satisfação dos requisitos ao benefício, não obsta a outorga deste; o abandono da ocupação rural, por parte de quem se empresta a qualificação profissional, em nada interfere no deferimento da prestação, desde que se anteveja a persistência do mister campesino, pelo requerente da aposentação; mantém a qualidade de segurado, o obreiro que cessa sua atividade laboral, em conseqüência de moléstia; a prestação de labor urbano, intercalado com lides rurais, de per si, não desnatura o princípio de prova documental amealhado; durante o período de graça, a filiação e conseqüentes direitos, perante a Previdência Social, ficam preservados.
In casu, a pleiteante comprova o cumprimento do requisito etário - f. 09 - e apresenta início de prova material do trabalho campesino - v., em especial, f. 11 - ratificado por prova oral (fs. 58/59), presentes, aqui, as considerações, introdutoriamente, lançadas.
Dessa forma, comprovado o preenchimento dos requisitos legais, de se deferir a benesse, a partir da citação, à falta de requerimento administrativo.
Quanto aos consectários, aplicam-se posicionamentos, consagrados nesta Turma Julgadora: as parcelas vencidas, observada a prescrição qüinqüenal, são corrigidas, pelo Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal; os juros moratórios incidem, mensalmente, à taxa legal, de forma decrescente, a partir do termo inicial do benefício, estendendo-se até a expedição do precatório, se pago no prazo constitucional.
Já a verba honorária comporta manutenção, eis que fixada na forma do art. 20 § 3º, do CPC e Súmula nº 111 do C. STJ.
Observe-se, finalmente, que todos os pontos versados neste decisório já se encontram pacificados na jurisprudência. Cf., a propósito, dentre outros: C. STJ - AgRg - REsp nº 701.530, Rel. Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, DJ 07/3/2005; REsp nº 707.846, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 14/3/2005; REsp nº 504.568, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 13/12/2004; REsp nº 552.600/RS, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Quinta Turma, DJ 06/12/2004; REsp nº 210.944/SP, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Sexta Turma, DJ 22/11/99; EREsp nº 448.813, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Terceira Secão, DJ 02/3/2005; AgRgREsp nº 496.838, Rel. Min. Paulo Gallotti, Sexta Turma, DJ 21/6/2004; TRF-3ª Reg. - AC nº 637.451, Rel. Des. Fed. Marisa Santos, Nona Turma, DJ 05/11/2004; AC nº 961219, Rel. Des. Fed. Galvão Miranda, Décima Turma, DJ 04/10/2004; AC nº 651.504, Rel. Des. Fed. Roberto Haddad, Primeira Turma, DJ 17/4/2001; AC nº 92.03.018795-2, Rel. Des. Fed. José Kallás, Segunda Turma, DJ 26/4/95.
Afigura-se, assim, que o recurso encontra-se em manifesto confronto com posicionamentos jurisprudenciais consagrados, caso em que compete, ao relator, negar-lhe seguimento (art. 557, caput, do CPC).
Do exposto, enfrentadas as questões pertinentes à matéria em debate, nego seguimento ao recurso.
Ante a natureza alimentar da prestação, oficie-se ao INSS, encaminhando-lhe os documentos necessários, para que sejam adotadas as medidas cabíveis à imediata implantação do benefício previdenciário, independentemente de trânsito em julgado (art. 461 do CPC).
Respeitadas as cautelas legais, tornem os autos à Origem.
Dê-se ciência.
Em, 19/3/2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2006.03.99.035820-3 AC 1145691
ORIG.	:	0400000529 5 Vr ATIBAIA/SP 0400007483 5 Vr ATIBAIA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RENATO URBANO LEITE
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	SEBASTIANA DE BRITO ROSA
ADV	:	NELIDE GRECCO AVANCO
RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO / DÉCIMA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de apelação interposta pelo INSS em face de sentença que julgou procedente o pedido formulado nos autos da ação previdenciária condenando o réu a conceder à parte autora o benefício de aposentadoria rural por idade, no valor de 01 (um) salário mínimo mensal, a contar do ajuizamento da ação. Ficou convencionado que as parcelas vencidas seriam pagas de uma só vez e acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês, nos termos da lei. A autarquia foi condenada, ainda, ao pagamento de honorários advocatícios arbitrados em 10% do valor das prestações vencidas até a efetiva liquidação do débito. Foi determinada a implantação imediata do benefício.
Agravo Retido interposto à fl. 54/56, em que a Autarquia sustenta a falta de interesse de agir decorrente da ausência de prévio requerimento administrativo.
Objetiva o réu a reforma de tal sentença requerendo, em sede de preliminar, a reiteração do agravo retido de fl. 34/36, e a suspensão dos efeitos da tutela, eis que não estariam caracterizados os requisitos necessários à sua concessão. No mérito, sustenta, em síntese que há falta de comprovação do tempo de serviço prestado como rurícola, eis que os documentos trazidos aos autos não constituiriam início razoável de prova material, inexistindo, ainda, a juntada dos documentos previstos no art. 106 da Lei nº 8.213/91, não bastando, para tanto, a prova exclusivamente testemunhal. Aduz que não há comprovação da qualidade de segurada da autora ou do recolhimento das contribuições previdenciárias devidas, restando inatingida a carência mínima necessária. Afirma que o exercício de atividade em período imediatamente anterior ao ajuizamento da ação não teria sido comprovado, bem como não teriam sido cumpridos os requisitos previstos na Emenda Constitucional nº 20/98, ressalvando, ainda, que o período posterior a 1994 não poderia ser computado para efeito de carência sem o respectivo recolhimento. Subsidiariamente, requer que o termo inicial do benefício seja fixado na data da citação, e que os honorários advocatícios sejam reduzidos para o percentual de 5% ou 10% do valor apurado até a sentença, nos termos da Súmula nº 111 do STJ. Por fim, suscita o prequestionamento das matérias ventiladas.
Com contra-razões (fl. 94/98), subiram os autos a esta E. Corte.
O benefício foi efetivamente implantado, conforme consta do CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais (doc. anexo).
Após breve relatório, passo a decidir.
Do agravo retido.

Conheço do agravo retido de fl. 54/56, eis que devidamente reiterado em sede de apelação à fl. 83, entretanto, nego-lhe seguimento haja vista que nas agências da Previdência Social é comum o funcionário que efetua o atendimento preliminar informar verbalmente ao interessado sobre os requisitos exigidos administrativamente para a obtenção do benefício a ser requerido, orientando-o, ainda, no sentido de que não ingresse com o respectivo requerimento, caso não se encontrem preenchidos tais requisitos, não se justificando, portanto, que seja exigida a formalização de tal requerimento para o ingresso em juízo, além do que deve prevalecer a Súmula 9 desse E. TRF, bem como o disposto no inciso XXXV, do art. 5º, da Constituição Federal, já que houve resistência ao pedido da autora.
Da tutela antecipada.
O entendimento de que não é possível a antecipação de tutela em face da Fazenda Pública está ultrapassado, porquanto a antecipação do provimento não importa em pagamento de parcelas vencidas, o que estaria sujeito ao regime de precatórios. A implantação provisória ou definitiva do benefício, tanto previdenciário como assistencial, não está submetida à disciplina do artigo 100 da Constituição Federal, não havendo, portanto, falar-se em impossibilidade de implantação do benefício perseguido sem o trânsito em julgado da sentença.
Prevê o art. 273, caput do CPC que o juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação.
Outrossim, tenho que não há falar-se, in casu, em perigo de irreversibilidade do provimento antecipado, considerando não se tratar de medida liminar que esgota o objeto da demanda, uma vez que é permitida a imediata suspensão dos pagamentos caso ao final julgada improcedente a ação principal. Além disso, o caráter de extremada necessidade alimentar que cerca o benefício em questão suplanta o mero interesse patrimonial do ente público responsável pela concessão.
Assim, rejeito a preliminar argüida.
Do mérito.
A parte autora completou 55 anos de idade em 03.10.1998, devendo, assim, comprovar 08 (oito) anos e 06 (seis) meses de atividade rural (102 meses), nos termos dos arts. 142 e 143 da Lei n. 8.213/91, para a obtenção do benefício em epígrafe.
A jurisprudência do E. STJ já se firmou no sentido de que é insuficiente apenas a produção de prova testemunhal para a comprovação de atividade rural, na forma da Súmula 149 - STJ, in verbis:
A prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito de obtenção de benefício previdenciário.
No caso em tela verifica-se que consta da CTPS da autora, acostada à fl. 08/09, anotação de trabalho no período de 01.12.1993 a 04.13.1995, na qualidade de "serviços gerais da lavoura", documento este que constitui prova plena da atividade rural por ela desempenhada, constando, inclusive, do rol constante do art. 106 da Lei nº 8.213/91.
Verifico, ainda que a requerente acostou aos autos documento no qual consta o termo lavrador para designar a profissão de seu marido, qual seja, certidão de casamento, realizado em 14.03.1962 (fl. 07), servindo assim, como início de prova material que, acrescida da prova testemunhal idônea, são suficientes para comprovação da atividade desenvolvida pelo casal.
Por outro lado, as testemunhas (fl. 68/69 e 71/72) foram unânimes em afirmar que conhecem a autora há mais de 30 (trinta) anos e que ela sempre teria exercido e continuaria exercendo atividade rural, até os dias atuais, juntamente com o marido, sem concurso de empregados.
Dessa forma, havendo prova material corroborada por prova testemunhal, impõe-se reconhecer que a parte autora comprovou o exercício de atividade rural no período legalmente exigido.
Assim sendo, tendo a autora completado 55 anos de idade em 03.10.1998, bem como cumprido tempo de atividade rural superior ao legalmente exigido, consoante os arts. 142 e 143 da Lei n. 8.213/91, é de se conceder a aposentadoria por idade.
O termo inicial do benefício deve ser fixado na data da citação, conforme majoritário entendimento jurisprudencial (20.05.2005 - fl 31 vº).
Cumpre, apenas, explicitar os critérios de correção monetária e juros de mora.
A correção monetária incide sobre as prestações em atraso, desde os respectivos vencimentos, na forma da Súmula 8 do E. TRF da 3ª Região, observada a legislação de regência especificada na Portaria nº 92/2001 DF-SJ/SP, de 23.10.2001 e Provimento nº 64/2005 da E. Corregedoria-Geral da Justiça da 3ª Região.
Os juros moratórios devem ser computados a partir da citação, de forma decrescente, a taxa de 1% ao mês, nos termos do art. 406 do Código Civil e do art. 161, § 1º, do Código Tributário Nacional, incidindo tais juros até a data de expedição do precatório, caso este seja pago no prazo estabelecido pelo art. 100 da CF/88 (STF, RE n. 298.616-SP, Relator Ministro Gilmar Mendes, DJ de 20/10/2006, p. 84).
Mantenho os honorários advocatícios em 10%, apenas ressalvando que a base de cálculo corresponde às prestações vencidas até a data em que foi proferida a r. sentença recorrida, nos termos da súmula 111 do E. STJ, em sua nova redação e consoante entendimento firmado por esta 10ª Turma.
As autarquias são isentas das custas processuais (artigo 4º, inciso I da Lei 9.289/96), porém devem reembolsar, quando vencidas, as despesas judiciais feitas pela parte vencedora (artigo 4º, parágrafo único).
Diante do exposto, nos termos do artigo 557, do Código de Processo Civil, não conheço do agravo retido interposto pelo INSS, rejeito a preliminar argüida, e, no mérito, dou parcial provimento à apelação do INSS para fixar o termo inicial do benefício na data da citação (20.05.2005 - fl. 31 vº) e para determinar que o termo final da base de cálculo dos honorários advocatícios seja fixado na data da r. sentença recorrida, nos termos da Súmula nº 111 do STJ, em sua nova redação e em consonância com o entendimento firmado por esta 10ª Turma.
Tendo em vista a manutenção da procedência do pedido, confirmo a antecipação da tutela concedida.
Decorrido "in albis" o prazo recursal, dê-se baixa na Distribuição.
Intimem-se.
São Paulo, 19 de março de 2007.

PROC.	:	2006.03.99.035995-5 AC 1146225
ORIG.	:	0300001444 2 Vr OLIMPIA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ADRIANA CRISTINA LUCCHESE BATISTA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	LETICIA BITENCOURT DOS SANTOS
ADV	:	MARCIA REGINA ARAUJO PAIVA
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 2 VARA DE OLIMPIA SP
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Previdenciário. Aposentadoria por idade. Rurícola. Início de prova documental. Depoimentos testemunhais uníssonos. Benefício deferido.
Aforada ação de aposentadoria por idade rural, contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, processado o feito, sobreveio sentença de procedência, ensejando a interposição de apelação autárquica, aduzindo ausência dos requisitos à percepção do benefício, prequestionando a matéria.
A sentença restou submetida ao reexame necessário.
Decido.
Na espécie, inaplicável a disposição sobre o reexame necessário, considerados o valor do benefício e o lapso temporal de sua implantação, não excedente a 60 salários mínimos (art. 475, § 2º, CPC, n. r.).
A aposentadoria por idade de rurícola reclama idade mínima de 60 anos (homem) e 55 anos (mulher), e demonstração do exercício de atividade rural, ainda que intercalada, em número de meses idêntico à carência do referido benefício, afastada a obrigatoriedade de contribuições (arts. 201, § 7º, II, da CR/88, e 48, 49, 142 e 143 da Lei nº 8.213/91). Pondere-se, ainda, que o prazo de 15 (quinze) anos, estatuído no sobredito art. 143, e prorrogado, ao rurícola empregado, por mais, dois anos, consoante Lei nº 11.368/2006, diz respeito ao lapso para ingresso de pedido tendente à obtenção do benefício, e não à duração do pagamento da benesse.
De acordo com a jurisprudência, suficiente, a tal demonstração, início de prova material, corroborado por prova testemunhal, atentando-se, dentre outros aspectos, que: em regra, são extensíveis os documentos em que os genitores, os cônjuges, ou conviventes, aparecem qualificados como lavradores; o afastamento do ofício campestre, pelo solicitante, após satisfação dos requisitos ao benefício, não obsta a outorga deste; o abandono da ocupação rural, por parte de quem se empresta a qualificação profissional, em nada interfere no deferimento da prestação, desde que se anteveja a persistência do mister campesino, pelo requerente da aposentação; mantém a qualidade de segurado, o obreiro que cessa sua atividade laboral, em conseqüência de moléstia; a prestação de labor urbano, intercalado com lides rurais, de per si, não desnatura o princípio de prova documental amealhado; durante o período de graça, a filiação e conseqüentes direitos, perante a Previdência Social, ficam preservados.
In casu, a pleiteante comprova o cumprimento do requisito etário - f. 09 - e apresenta início de prova material do trabalho campesino - v., em especial, f. 09/14 - ratificado por prova oral (fs. 29/30), presentes, aqui, as considerações, introdutoriamente, lançadas.
Dessa forma, comprovado o preenchimento dos requisitos legais, de se deferir a benesse, a partir da citação, à falta de requerimento administrativo.
Quanto aos consectários, aplicam-se posicionamentos, consagrados nesta Turma Julgadora: as parcelas vencidas, observada a prescrição qüinqüenal, são corrigidas, pelo Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal; os juros moratórios incidem, mensalmente, à taxa legal, de forma decrescente, a partir do termo inicial do benefício, estendendo-se até a expedição do precatório, se pago no prazo constitucional.
Já a verba honorária comporta manutenção, nos moldes em que fixada, sob pena de violação ao princípio da non reformatio in pejus.
Observe-se, finalmente, que todos os pontos versados neste decisório já se encontram pacificados na jurisprudência. Cf., a propósito, dentre outros: C. STJ - AgRg - REsp nº 701530, Rel. Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, DJ 07/3/2005; REsp nº 707846, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 14/3/2005; REsp nº 504568, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 13/12/2004; REsp nº 552600/RS, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Quinta Turma, DJ 06/12/2004; REsp nº 210944/SP, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Sexta Turma, DJ 22/11/99; EREsp nº 448813, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Terceira Secão, DJ 02/3/2005; AgRgREsp nº 496838, Rel. Min. Paulo Gallotti, Sexta Turma, DJ 21/6/2004; TRF-3ª Reg. - AC nº 1086099, Rel. Des. Fed. Antonio Cedenho, Sétima Turma, DJ 18/01/2007; AC nº 890611, Rel. Des. Fed. Marianina Galante, Nona Turma, DJ 09/12/2004; AC nº 637451, Rel. Des. Fed. Marisa Santos, Nona Turma, DJ 05/11/2004; AC nº 961219, Rel. Des. Fed. Galvão Miranda, Décima Turma, DJ 04/10/2004; AC nº 651504, Rel. Des. Fed. Roberto Haddad, Primeira Turma, DJ 17/4/2001; AC nº 92.03.018795-2, Rel. Des. Fed. José Kallás, Segunda Turma, DJ 26/4/95.
Afigura-se, assim, que o recurso encontra-se em manifesto confronto com posicionamentos jurisprudenciais consagrados, caso em que compete, ao relator, negar-lhe seguimento (art. 557, caput, do CPC).
Do exposto, enfrentadas as questões pertinentes à matéria em debate, não conheço da remessa oficial e nego seguimento ao recurso.
Ante a natureza alimentar da prestação, oficie-se ao INSS, encaminhando-lhe os documentos necessários, para que sejam adotadas as medidas cabíveis à imediata implantação do benefício previdenciário, independentemente de trânsito em julgado (art. 461 do CPC).
Respeitadas as cautelas legais, tornem os autos à Origem.
Dê-se ciência.
Em, 13/3/2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2006.03.99.036184-6 AC 1146406
ORIG.	:	0300001270 2 Vr CUBATAO/SP 0300122723 2 Vr CUBATAO/SP
APTE	:	FLORIVALDO ALVES DE LIMA (= ou > de 65 anos)
ADV	:	IRAILSON DOS SANTOS RIBEIRO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MAURO PADOVAN JUNIOR
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

DECISÃO
Previdenciário. Revisão de benefício. Cálculo da renda mensal inicial. Correção do salário-de-contribuição. IRSM de fevereiro de 1994 (39,67%). Benefício concedido antes de fevereiro de 1994. Incabimento.
Aforada ação, em face do INSS, objetivando o reajuste da renda mensal inicial, mediante a aplicação do IRSM de fevereiro de 1994, no percentual de 39,67%, sobreveio sentença de procedência do pedido, ensejando apelo do réu, recebido no duplo efeito, com vista à sua reforma.
Apelou, também, a parte autora, requerendo a majoração dos honorários advocatícios arbitrados.
Deferida justiça gratuita (f. 23).
Existentes contra-razões.
Decido.
Na espécie, aplicável a disposição sobre o reexame necessário, considerando a inviabilidade de aferir se o valor de eventual execução excederá ou não a 60 salários mínimos (art. 475, § 2º, do CPC).
O art. 202, caput, da CR/88, em sua redação original, anterior à EC nº 20/98, assegurava que o cálculo do benefício dar-se-ia de acordo com a média dos trinta e seis últimos salários-de-contribuição, corrigidos, monetária e mensalmente, de modo a preservar seu valor real.
Note-se que, embora o referido comando constitucional tenha determinado a correção de todos os salários-de-contribuição do período básico de cálculo, não fixou índice de atualização, cometendo, ao legislador ordinário, o estabelecimento dos critérios a serem adotados nesse mister.
Dessa forma, atendendo à CR/88, o art. 31 da Lei nº 8.213/91, em sua redação original, fixou o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, como índice de correção dos salários-de-contribuição, computados no cálculo do valor do benefício.
A Lei nº 8.542/92 (art. 9º, § 2º), por seu turno, alterou o dispositivo supracitado, substituindo o INPC pelo Índice de Reajuste do Salário Mínimo - IRSM, como parâmetro de correção dos salários-de-contribuição.
Cumpre observar que a Lei nº 8.880/94, fruto da conversão das MPs nºs 434, 457 e 482/94, determinou (art. 21, caput e § 1º), que os salários-de-contribuição, referentes às competências anteriores a março de 1994, fossem corrigidos, monetariamente, até o mês de fevereiro de 1994, pelos índices previstos no art. 31 da Lei nº 8.213/91, com as alterações da Lei nº 8.542/92, e convertidos em Unidade Real de Valor - URV, pelo valor, em cruzeiros reais, do seu equivalente em 28 de fevereiro de 1994.
Assim, aplicável o percentual de 39,67%, referente ao IRSM de fevereiro de 1994, na atualização dos salários-de-contribuição, anteriores a março de 1994. Esse o entendimento sedimentado no C. Superior Tribunal de Justiça (Resp nº 497057/SP, 5ª Turma, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, DJ 02/6/2003, pág.349; Resp nº 413187/RS, 6ª Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJ

17/02/2003, pág.398).
Dessarte, a matéria restou sumulada nesta Corte, nos seguintes termos:
"É aplicável a variação do Índice de Reajuste do Salário Mínimo, no percentual de 39,67%, na atualização dos salários-de-contribuição anteriores a março de 1994, a fim de apurar a renda mensal inicial do benefício previdenciário." (Súmula TFR-3ªR nº 19)
Ocorre, porém, que o benefício, objeto da presente demanda, foi concedido em 09/7/93 (f. 19), portanto, antes de fevereiro de 1994, que, a toda evidência, não integrou o período básico de cálculo, restando inaplicável o IRSM do referido mês, para atualização dos salários-de-contribuição, que serviram de base ao cálculo da sua renda mensal inicial, não fazendo o autor jus à revisão pleiteada.
Ante o exposto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, DOU PROVIMENTO à remessa oficial, tida por ocorrida, e à apelação interposta, reformando a r. sentença recorrida e, em consequência, DOU POR PREJUDICADO o apelo da parte autora.
Na espécie, a parte autora é beneficiária da justiça gratuita, indevida, portanto, sua condenação nas verbas de sucumbência, mesmo porque, segundo decidido pelo E. STF, descabe, ao julgador, proferir decisões condicionais, tocando-lhe avaliar a situação de pobreza, quando do julgamento (RE nº 313.348/RS, Rel. Min. Sepúlveda Pertence).
Decorrido o prazo para interposição de recurso, baixem os autos à Vara de origem, observadas as formalidades legais.
Dê-se ciência.
Em, 28 de março de 2007
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2005.03.00.036196-0 AG 236046
ORIG.	:	200361830114818 7V Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	LUCILIA HEBLING
ADV	:	SIBELE WALKIRIA LOPES LERNER HODARA
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	WANESSA CARNEIRO MOLINARO FERREIRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 7 VARA PREVIDENCIARIA DE SAO PAULO SP>1ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Cuida-se de agravo de instrumento, com pedido de atribuição de efeito suspensivo, interposto por Lucilia Hebling, contra decisão proferida pelo MM. Juiz Federal da 7ª Vara Previdenciária de São Paulo/SP que, nos autos do Processo nº 2003.61.83.011481-8, relativo à ação de cobrança, indeferiu a vindicada antecipação dos efeitos da tutela.
Indeferido o efeito suspensivo pleiteado (fs. 101/103), decorreu in albis, o prazo para oferta de contraminuta (f. 109).
Em consulta realizada no sistema informatizado deste Tribunal, relativamente ao feito originário, verificou-se a prolação de sentença em 10/3/2006 (extrato anexo).
Decido.
O presente recurso acha-se esvaziado de sentido e objeto, porquanto impugna decisão não mais subsistente, substituída que foi por sentença, proferida pelo juízo singular.
Nessa esteira, nos termos do artigo 33, XII, do RITRF-3ª Região, dou por prejudicado o recurso, por manifesta carência superveniente.
Oportunamente, observadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
Dê-se ciência.
Em, 26 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2006.03.99.036860-9 AC 1147275
ORIG.	:	0400000048 1 Vr CAFELANDIA/SP 0400000773 1 Vr CAFELANDIA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOSE ANTONIO BIANCOFIORE
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MARIA PEREIRA DOS SANTOS
ADV	:	FERNANDO APARECIDO BALDAN
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Previdenciário. Aposentadoria por idade. Rurícola. Início de prova documental. Depoimentos testemunhais uníssonos. Benefício deferido.
Aforada ação de aposentadoria por idade rural, contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, processado o feito, sobreveio sentença de procedência, ensejando a interposição de apelação autárquica, aduzindo ausência dos requisitos à percepção do benefício, tanto mais porque a autora, após seu casamento, passou a exercer atividades urbanas, prequestionando a matéria. Houve insurgência, quanto aos corolários do sucumbimento.
Decido.
Na espécie, inaplicável a disposição sobre o reexame necessário, considerados o valor do benefício e o lapso temporal de sua implantação, não excedente a 60 salários mínimos (art. 475, § 2º, CPC, n. r.).
A aposentadoria por idade de rurícola reclama idade mínima de 60 anos (homem) e 55 anos (mulher), e demonstração do exercício de atividade rural, ainda que intercalada, em número de meses idêntico à carência do referido benefício, afastada a obrigatoriedade de contribuições (arts. 201, § 7º, II, da CR/88, e 48, 49, 142 e 143 da Lei nº 8.213/91). Pondere-se, ainda, que o prazo de 15 (quinze) anos, estatuído no sobredito art. 143, e prorrogado, ao rurícola empregado, por mais, dois anos, consoante Lei nº 11.368/2006, diz respeito ao lapso para ingresso de pedido tendente à obtenção do benefício, e não à duração do pagamento da benesse.
De acordo com a jurisprudência, suficiente, a tal demonstração, início de prova material, corroborado por prova testemunhal, atentando-se, dentre outros aspectos, que: em regra, são extensíveis os documentos em que os genitores, cônjuges, ou conviventes, aparecem qualificados como lavradores; o afastamento do ofício campestre, pelo solicitante, após satisfação dos requisitos ao benefício, não obsta a outorga deste; o abandono da ocupação rural, por parte de quem se empresta a qualificação profissional, em nada interfere no deferimento da prestação, desde que se anteveja a persistência do mister campesino, pelo requerente da aposentação; mantém a qualidade de segurado, o obreiro que cessa sua atividade laboral, em conseqüência de moléstia; a prestação de labor urbano, intercalado com lides rurais, de per si, não desnatura o princípio de prova documental amealhado; durante o período de graça, a filiação e conseqüentes direitos, perante a Previdência Social, ficam preservados.
In casu, a pleiteante comprova o cumprimento do requisito etário - f. 13 - e apresenta início de prova material do trabalho campesino - v., em especial, f. 13 - ratificado por prova oral (fs. 68 e 74/75), presentes, aqui, as considerações, introdutoriamente, lançadas.
Por oportuno, acentue-se ressentir de comprovação a assertiva de que a autora passou a se dedicar a atividades urbanas, após o matrimônio.
Dessa forma, comprovado o preenchimento dos requisitos legais, de se deferir a benesse, a partir da citação, à falta de requerimento administrativo.
Quanto aos consectários, aplicam-se posicionamentos, consagrados nesta Turma Julgadora: as parcelas vencidas, observada a prescrição qüinqüenal, são corrigidas, pelo Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal; os juros moratórios incidem, mensalmente, à taxa legal, de forma decrescente, a partir do termo inicial do benefício, estendendo-se até a expedição do precatório, se pago no prazo constitucional.
No que pertine à verba honorária, é entendimento desta Turma, conforme o § 3º, do art. 20, do CPC, e a Súmula 111, do Superior Tribunal de Justiça, que os honorários advocatícios devem ser fixados no percentual de 15% (quinze por cento) sobre o montante das parcelas vencidas até a data da sentença.
No entanto, estabelecida, pelo magistrado singular, a verba honorária em 15% (quinze por cento) sobre o valor da causa e não tendo sido objeto de recurso pela autora, incabível sua redução para 5% (cinco por cento) sobre o valor das parcelas vencidas, conforme requerido pelo INSS, sob pena de ser arbitrada quantia ínfima, aviltante ao trabalho desenvolvido pelo patrono da autora.
Observe-se, finalmente, que todos os pontos versados neste decisório já se encontram pacificados na jurisprudência. Cf., a propósito, dentre outros: C. STJ - AgRg - REsp nº 701.530, Rel. Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, DJ 07/3/2005; REsp nº 707.846, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 14/3/2005; REsp nº 504.568, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 13/12/2004; REsp nº 552.600/RS, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Quinta Turma, DJ 06/12/2004; REsp nº 210.944/SP, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Sexta Turma, DJ 22/11/99; EREsp nº 448.813, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Terceira Secão, DJ 02/3/2005; AgRgREsp nº 496.838, Rel. Min. Paulo Gallotti, Sexta Turma, DJ 21/6/2004; TRF-3ª Reg. - AC nº 637.451, Rel. Des. Fed. Marisa Santos, Nona Turma, DJ 05/11/2004; AC nº 961219, Rel. Des. Fed. Galvão Miranda, Décima Turma, DJ 04/10/2004; AC nº 651.504, Rel. Des. Fed. Roberto Haddad, Primeira Turma, DJ 17/4/2001; AC nº 92.03.018795-2, Rel. Des. Fed. José Kallás, Segunda Turma, DJ 26/4/95.
Deixo de conhecer da apelação, no que concerne às custas processuais, dada a inocorrência de condenação, sob esse aspecto.
Afigura-se, assim, que o recurso encontra-se em manifesto confronto com posicionamentos jurisprudenciais consagrados, caso em que compete, ao relator, negar-lhe seguimento (art. 557, caput, do CPC).
Do exposto, enfrentadas as questões pertinentes à matéria em debate, não conheço de parte do recurso e, na parte conhecida, nego-lhe seguimento.
Ante a natureza alimentar da prestação, oficie-se ao INSS, encaminhando-lhe os documentos necessários, para que sejam adotadas as medidas cabíveis à imediata implantação do benefício previdenciário, independentemente de trânsito em julgado (art. 461 do CPC).
Respeitadas as cautelas legais, tornem os autos à Origem.
Dê-se ciência.
Em, 20 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2006.03.99.038313-1 AC 1149479
ORIG.	:	0500001387 2 Vr AMPARO/SP 0500075014 2 Vr AMPARO/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CARLOS ANTONIO GALAZZI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MARIA ANITA DE ANDRADE SIQUEIRA
ADV	:	ALEXANDRE BULGARI PIAZZA
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Previdenciário. Aposentadoria por idade. Rurícola. Início de prova documental. Depoimentos testemunhais uníssonos. Benefício deferido.
Aforada ação de aposentadoria por idade rural, contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, processado o feito, sobreveio sentença de procedência, ensejando a interposição de apelação autárquica, aduzindo, preliminarmente, carência da ação, e, no mérito, ausência dos requisitos à percepção do benefício, prequestionando a matéria.
Decido.
De logo, diante do princípio constitucional da inafastabilidade do controle jurisdicional, rejeito a preliminar aventada.
No mérito, diga-se que a aposentadoria por idade de rurícola reclama idade mínima de 60 anos (homem) e 55 anos (mulher), e demonstração do exercício de atividade rural, ainda que intercalada, em número de meses idêntico à carência do referido benefício, afastada a obrigatoriedade de contribuições (arts. 201, § 7º, II, da CR/88, e 48, 49, 142 e 143 da Lei nº 8.213/91). Pondere-se, ainda, que o prazo de 15 (quinze) anos (art. 143 da Lei nº 8.213/91), prorrogado, ao rurícola empregado, por mais, dois anos, consoante Lei nº 11.368 de 09/11/2006, diz respeito ao lapso para ingresso de pedido tendente à obtenção do benefício, e não à duração do pagamento da benesse.
De acordo com a jurisprudência, suficiente, a tal demonstração, início de prova material, corroborado por prova testemunhal idônea, atentando-se, dentre outros aspectos, que: em regra, são extensíveis, às mulheres, documentos em que o genitor, cônjuge ou convivente aparecem qualificados como lavradores; o afastamento do ofício campestre, pelo solicitante, após satisfação dos requisitos ao benefício, não obsta a outorga deste; o abandono da ocupação rural, por parte de quem se empresta a qualificação profissional, em nada interfere no deferimento da prestação, desde que se anteveja a persistência do mister campesino, pelo requerente da aposentação; mantém a qualidade de segurado, o obreiro que cessa sua atividade laboral, em conseqüência de moléstia; a prestação de labor urbano, intercalado com lides rurais, de per si, não desnatura o princípio de prova documental amealhado; durante o período de graça, a filiação e conseqüentes direitos, perante a Previdência Social, ficam preservados.
In casu, a pleiteante comprova o cumprimento do requisito etário - f. 08 - e apresenta início de prova material do trabalho campesino - v., em especial, fs. 09/13 - ratificado por prova oral (fs. 38/41), presentes, aqui, as considerações, introdutoriamente, lançadas.
Dessa forma, comprovado o preenchimento dos requisitos legais, de se deferir a benesse, a partir da citação, à falta de requerimento administrativo.
Quanto aos consectários, aplicam-se posicionamentos, consagrados nesta Turma Julgadora: as parcelas vencidas, observada a prescrição qüinqüenal, são corrigidas, pelo Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal; os juros moratórios incidem, mensalmente, à taxa legal, de forma decrescente, a partir do termo inicial do benefício, estendendo-se até a expedição do precatório, se pago no prazo constitucional.
No tocante à verba honorária, cabe, apenas, explicitar que incidirá sobre as parcelas vencidas até a sentença (Súmula 111 do C. Superior Tribunal de Justiça).
Observe-se, finalmente, que todos os pontos versados neste decisório já se encontram pacificados na jurisprudência. Cf., a propósito, dentre outros: C. STJ - AgRg - REsp nº 701.530, Rel. Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, DJ 07/3/2005; REsp nº 707.846, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 14/3/2005; REsp nº 504.568, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 13/12/2004; REsp nº 552.600/RS, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Quinta Turma, DJ 06/12/2004; REsp nº 210.944/SP, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Sexta Turma, DJ 22/11/99; EREsp nº 448.813, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Terceira Secão, DJ 02/3/2005; AgRgREsp nº 496.838, Rel. Min. Paulo Gallotti, Sexta Turma, DJ 21/6/2004; TRF-3ª Reg. - AC nº 637.451, Rel. Des. Fed. Marisa Santos, Nona Turma, DJ 05/11/2004; AC nº 961219, Rel. Des. Fed. Galvão Miranda, Décima Turma, DJ 04/10/2004; AC nº 651.504, Rel. Des. Fed. Roberto Haddad, Primeira Turma, DJ 17/4/2001; AC nº 92.03.018795-2, Rel. Des. Fed. José Kallás, Segunda Turma, DJ 26/4/95.
Afigura-se, assim, que o recurso encontra-se em manifesto confronto com posicionamentos jurisprudenciais consagrados, caso em que compete, ao relator, negar-lhe seguimento (art. 557, caput, do CPC).
Do exposto, enfrentadas as questões pertinentes à matéria em debate, nego seguimento ao recurso.
Ante a natureza alimentar da prestação, oficie-se ao INSS, encaminhando-lhe os documentos necessários, para que sejam adotadas as medidas cabíveis à imediata implantação do benefício previdenciário, independentemente de trânsito em julgado (art. 461 do CPC).
Respeitadas as cautelas legais, tornem os autos à Origem.
Dê-se ciência.
Em, 13/3/2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2006.03.99.038583-8 AC 1149759
ORIG.	:	0400000386 1 Vr TUPI PAULISTA/SP 0400004438 1 Vr TUPI PAULISTA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARGARETE DE CASSIA LOPES GOMES DE CARVALHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	TEREZINHA DE JESUS QUADRADO LIMA
ADV	:	CINTIA BENEDITA DURAN GRIAO
RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO / DÉCIMA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de apelação interposta pelo INSS em face de sentença que julgou procedente o pedido formulado nos autos da ação previdenciária condenando o réu a conceder à parte autora o benefício de aposentadoria rural por idade, no valor de um salário mínimo, a partir da citação. Ficou convencionado que as prestações vencidas deveriam ser pagas de uma só vez e acrescidas de correção monetária, a partir das datas em que deveriam ter sido pagas, e acrescidas de juros de 12% ao ano, a partir da citação. A autarquia foi condenada, ainda, ao pagamento de honorários advocatícios arbitrados em 10% do valor apurando até a sentença, nos termos da Súmula nº 111 do STJ. Não houve condenação em custas ou despesas processuais.
Objetiva o réu a reforma de tal sentença, requerendo o prequestionamento da matéria versada, alegando que o r. decisum teria contrariado dispositivo de lei federal, uma vez que teria concedido o benefício com base em prova exclusivamente testemunhal. Subsidiariamente, requer que o cálculo dos honorários advocatícios seja feito somente sobre as parcelas vencidas, não ultrapassando o percentual de 5% sobre o valor da condenação.
Com contra-razões (fl. 79/90), em que a autora pleiteia a concessão da antecipação dos efeitos da tutela, subiram os autos a esta E. Corte.
Instada a se manifestar (fl. 94) a respeito da existência de informações obtidas no CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais (fl. 95), indicando que seu marido exercia atividade de funcionário público no período de 01.01.1984 a 19.12.2001 (fl. 95), em concomitância com o exercício de atividade rural, a autora quedou-se inerte.
Após breve relatório, passo a decidir.
A parte autora completou 55 anos de idade em 03.10.2002, devendo, assim, comprovar 10 (dez) anos E 06 (seis) meses de atividade rural (126 meses), nos termos dos arts. 142 e 143 da Lei n. 8.213/91, para a obtenção do benefício em epígrafe.
A jurisprudência do E. STJ já se firmou no sentido de que é insuficiente apenas a produção de prova testemunhal para a comprovação de atividade rural, na forma da Súmula 149 - STJ, in verbis:
A prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito de obtenção de benefício previdenciário.
No caso em tela verifica-se que a autora juntou documentos nos quais consta o termo lavrador para designar a profissão de seu marido, quais sejam, certidão de casamento, realizado em 26.07.1969 (fl. 18); título eleitoral, emitido em 23.04.1976 (fl. 19); ficha de admissão emitida pelo "Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tupi Paulista", cuja filiação se deu em 17.08.1989 e na qual se verifica o pagamento de contribuições sindicais referentes aos anos de 1989 a 1994 (fl. 21 e 21vº), além de atestado emitido pelo referido sindicato em nome de seu filho, em 19.03.1990, em que se constata ele estaria exercendo atividade em regime de economia familiar, juntamente com os pais, consistindo, assim, como início razoável de prova material relativa à atividade rural do grupo familiar.
Por outro lado, as testemunhas (fl. 68/69) foram unânimes em afirmar que conhecem a requerente há mais de 10 e 18 anos, respectivamente, e que ela sempre teria trabalhado na lavoura, como diarista, em diversas propriedades da região, corroborando assim, o alegado na inicial.
Dessa forma, havendo início de prova material corroborada por prova testemunhal, impõe-se reconhecer que a parte autora comprovou o exercício de atividade rural no período legalmente exigido.
A referida questão está pacificada no âmbito do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, conforme aresto assim ementado, que a seguir transcrevo:
RECURSO ESPECIAL. RURÍCOLA. APOSENTADORIA. PROVA. PROFISSÃO DE LAVRADOR NO REGISTRO DE CASAMENTO. EXTENSÃO À ESPOSA. POSSIBILIDADE.
O acórdão recorrido segue o entendimento pacificado pelo Tribunal, no sentido de que a qualificação profissional do marido, como rurícola, se estende à esposa, quando alicerçada em atos do registro civil, para efeitos de início de prova documental, complementado por testemunhas.
Recurso Especial não conhecido.
(STJ - 5ª Turma; Resp. 183927 - SP 98/0056287-7; Rel. Ministro Gilson Dipp; v.u., j. em 13.10.98; DJ. 23.11.98, pág. 200).
No caso concreto, embora o cônjuge da autora tenha exercido atividade urbana, tal fato não descaracteriza a qualidade de rurícola da autora, nem tampouco impede a concessão do benefício, porquanto eles teriam laborado ao longo de suas vidas em atividade majoritariamente rural, constando, ainda, dos autos início de prova material (fl. 95), indicando o retorno de seu esposo às lides rurais até 30.04.2002.
Assim, tendo a autora completado 55 anos de idade em 03.10.2002, bem como cumprido tempo de atividade rural superior ao legalmente exigido, consoante os arts. 142 e 143 da Lei n. 8.213/91, é de se conceder a aposentadoria por idade.
O termo inicial do benefício deve ser mantido na data da citação, conforme majoritário entendimento jurisprudencial (26.10.2004 - fl. 29 vº).
Cumpre, apenas, explicitar os critérios de correção monetária e juros de mora.
A correção monetária incide sobre as prestações em atraso, desde os respectivos vencimentos, na forma da Súmula 8 do E. TRF da 3ª Região, observada a legislação de regência especificada na Portaria nº 92/2001 DF-SJ/SP, de 23.10.2001 e Provimento nº 64/2005 da E. Corregedoria-Geral da Justiça da 3ª Região.
Os juros moratórios devem ser computados a partir da citação, de forma decrescente, a taxa de 1% ao mês, nos termos do art. 406 do Código Civil e do art. 161, § 1º, do Código Tributário Nacional, incidindo tais juros até a data de expedição do precatório, caso este seja pago no prazo estabelecido pelo art. 100 da CF/88 (STF, RE n. 298.616-SP, Relator Ministro Gilmar Mendes, DJ de 20/10/2006, p. 84).
Mantenho os honorários advocatícios em 10%, apenas ressalvando que a base de cálculo corresponde às prestações vencidas até a data em que foi proferida a r. sentença recorrida, nos termos da súmula 111 do E. STJ, em sua nova redação e consoante entendimento firmado por esta 10ª Turma.
As autarquias são isentas das custas processuais (artigo 4º, inciso I da Lei 9.289/96), porém devem reembolsar, quando vencidas, as despesas judiciais feitas pela parte vencedora (artigo 4º, parágrafo único).
Diante do exposto, nos termos do artigo 557, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao apelo do INSS.
Independentemente do trânsito em julgado, expeça-se e.mail ao INSS, instruído com os devidos documentos da parte autora TEREZINHA DE JESUS QUADRADO LIMA, a fim de serem adotadas as providências cabíveis para que seja o benefício de APOSENTADORIA RURAL POR IDADE implantado de imediato, com data de início - DIB em 26.10.2004 (FL. 29 vº), no valor de um salário mínimo, tendo em vista o "caput" do artigo 461 do CPC.
Decorrido "in albis" o prazo recursal, dê-se baixa na Distribuição.
Intimem-se.
São Paulo, 02 de março de 2007.

PROC.	:	2002.03.00.038856-2 AG 163489
ORIG.	:	9700001212 2 Vr OSVALDO CRUZ/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	OSMAR MASSARI FILHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	PAULO CINQUETTI
ADV	:	LISANGELA CORTELLINI FERRANTI
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 2 VARA DE OSVALDO CRUZ SP
RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO / DÉCIMA TURMA

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, nos autos de ação previdenciária, em fase de execução do julgado, em que o d. Juiz a quo indeferiu o pedido de retificação do valor apurado pela parte autora.
O agravante alega, em síntese, que a decisão merece reforma, ao argumento da existência de erro material na conta apresentada, haja vista que não observou a legislação vigente à época da concessão do benefício, que determinava a aplicação do percentual de 83% sobre o salário-de-benefício, e não de 100% como o utilizado nos cálculos do exeqüente.
Contra-razões do agravado à fl.143/152.
Inicialmente, cumpre observar que os autos foram distribuídos à Des.Fed.Ramza Tartuce (5ª Turma) e, por força da Emenda Regimental nº 10 e da Resolução nº 244 de 20.5.2003, foram a mim redistribuídos.
É o sucinto relatório. Decido.
Do compulsar dos autos, observo que, em sede de execução de sentença, o autor apresentou os valores que entendia ser devidos (fl. 10/16 - R$ 94.575,19), contra os quais não se insurgiu o INSS por meio de embargos à execução.
Em junho de 2002, peticiona o executado no sentido de argüir a ocorrência de erro material, que não foi acatada pelo d. Juiz a quo, o que levou à interposição deste Agravo de Instrumento.
Da análise da conta apresentada pelo exeqüente (fl.13), verifica-se que, na verdade, razão assiste ao INSS, pois incide em erro ao não observar a legislação vigente à época de concessão do benefício (novembro de 1982), quando vigia o Decreto 77077/76, uma vez que não houve tal discussão no processo de conhecimento, cujo título em execução determina apenas a atualização dos 24 salários-de-contribuição anteriores aos 12 últimos pelos índices da ORTN/OTN e aplicação do artigo 58 do ADCT (fl.74), sem fazer menção ao coeficiente de cálculo a ser aplicado.
Desta forma, razão assiste à autarquia, tendo em vista que o artigo 463 do Código de Processo Civil permite que o juiz corrija, de ofício e a qualquer tempo, erros de cálculo e material.
Tal entendimento é pacífico na jurisprudência, mesmo após o trânsito em julgado da decisão. A propósito, trago à colação precedente desta E. Corte:
AGRAVO DE INSTRUMENTO - ERRO MATERIAL - RECONHECÍVEL DE OFÍCIO OU A REQUERIMENTO DA PARTE - CONTA DE LIQUIDAÇÃO - INCLUSÃO DO CRITÉRIO DA EQUIVALÊNCIA SALARIAL - ARTIGO 58 DO ADCT - NÃO PREVISÃO NA DECISÃO EXEQUENDA - APLICAÇÃO DOS ÍNDICES DA POLÍTICA SALARIAL.
1- Por força do princípio assente de que o erro material pode ser reconhecido a qualquer tempo, de ofício ou a requerimento das partes, o recurso é conhecido para o fim de aferição do alegado erro, não obstante ter a decisão homologatória transitado em julgado.
2- A conta de liquidação deve adotar os índices próprios da política salarial, arredando-se dela o critério da equivalência salarial, estabelecida pela norma inscrita no art. 58 do ADCT, que vigorou somente no lapso temporal entre abril de 1989 e a edição da lei 8.213/91, que estabeleceu o Plano de Benefícios da Previdência Social, de modo a frutificar a tese defendida pelo agravante.
3- Anula-se a r. decisão de fl. 28, sendo que os novos cálculos deverão ser elaborados na forma do artigo 604 do Código de Processo Civil, com as alterações advindas da lei 8.898 de 29.06.94.
4- Recurso do INSS provido em parte.
(TRF - 3ª Região, 5ª Turma, AG nº 91.03.030565-1; Rel. Juiz Federal Santoro Facchini; j. em 5.12.2000; DJU de 20.2.2001, p. 746).
Assim, deve ser elaborada nova conta de liquidação, respeitando-se o título judicial em execução.
Sobre o tema, trago à colação os precedentes do Colendo Superior Tribunal de Justiça:
PROCESSO CIVIL. HOMOLOGAÇÃO DE CÁLCULOS. CRITÉRIOS. ERRO MATERIAL. INOCORRÊNCIA. COISA JULGADA.
1. É incontroverso na doutrina e na jurisprudência o entendimento de que, em sede de liquidação de sentença, é cabível a retificação dos cálculos tão-somente quando constatada a ocorrência de erro material referente à aritmética e não aos critérios do cálculo, que ficam acobertados pela autoridade da coisa julgada.
2. Recurso conhecido em parte (letra "c"), mas improvido". (STJ, 6ª Turma, REsp nº 309.736/RJ, Rel. Min. Fernando Gonçalves, v.u., j. 4.2.2003, DJ 24.2.2003, p. 313).
Diante do exposto, dou provimento ao presente agravo de instrumento com fulcro no art. 557 do Código de Processo Civil.
Comunique-se ao Juízo a quo o inteiro teor desta decisão.
Decorrido o prazo recursal, remetam-se os autos à Vara de origem, dando-se baixa na Distribuição.
Intimem-se.
São Paulo, 23 março de 2007.
Sérgio Nascimento
Desembargador Federal

PROC.	:	96.03.038942-0 AC 318246
ORIG.	:	9206050800 4 Vr CAMPINAS/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	NILDA GLORIA BASSETTO TREVISAN
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ANA MARIA GUEDES DE TULLIO e outros
ADV	:	NELSON LEITE FILHO e outro
RELATOR	:	DES.FED. JEDIAEL GALVÃO / DÉCIMA TURMA

Vistos etc.
Trata-se de apelação interposta pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em face da r. sentença de procedência de pedido de revisão de benefício previdenciário, em cujas razões recursais se sustenta que a decisão não merece prosperar, uma vez que já procedeu a revisão pretendida, de acordo com o disposto no art. 58 do ADCT. Quando menos, impugna as custas, despesas processuais e a verba honorária.
Em contrapartida, as autoras ANA MARIA GUEDES DE TULLIO e outras interpuseram recurso adesivo, pugnando pela aplicação do art. 41, § 6º, da Lei nº 8.213/91 na correção monetária, bem como a incidência dos expurgos inflacionários referentes a janeiro/89, março/90, abril/90 e maio/90.
Com as contra-razões dos recursos, subiram os autos a este egrégio Tribunal.
Sem reexame necessário face a r. sentença ser anterior à Lei nº 9.469, de 10/07/1997.
É o relatório.
D E C I D O
Na forma do artigo 557 do Código de Processo Civil, poderá o relator negar seguimento ou dar provimento a recurso, de acordo com as hipóteses assinaladas em referido dispositivo legal, regra aplicável ao presente caso.
Inicialmente, a prescrição qüinqüenal somente alcança as prestações não pagas nem reclamadas na época própria, não atingindo o fundo de direito. Neste sentido já decidiu o Superior Tribunal de Justiça, conforme se verifica a seguir:
"Em se tratando de ação proposta com o fito de obter revisão de benefício previdenciário, relação de trato sucessivo e natureza alimentar, a prescrição que incide é aquela prevista na Súmula 85/STJ: "Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação.". Inocorrência da chamada prescrição do fundo de direito." (REsp nº 544324/SP, Relator Ministro Felix Fischer, j. 25/05/2004, DJ 21/06/2004, p. 242).
No presente caso, a prescrição qüinqüenal foi expressamente ressalvada na r. sentença apelada.
Observa-se, apenas, que a Lei nº 11.280, de 16/02/2006, revogou o art. 194 da Lei nº 10.406, de 10/10/2002 (novo Código Civil), permitindo, assim, ao magistrado que supra "ex officio" a alegação de prescrição, ainda que inexista reexame necessário.
Vencida esta questão prévia, passa-se ao exame e julgamento do mérito do recurso.
As autoras tiveram concedidos os seus benefícios em 06/09/1976 (Ana Maria Guedes de Tullio, benef. Esp. 41, fls. 09/10), em 06/09/1982 (Hermelinda Dutra Pedretti, benef. Esp. 21, fls. 11/12) e em 25/09/1981 (Natividade Alves Minucci, benef. Esp. 21, fls. 14/15), ou seja, antes da vigência da atual Constituição Federal e da Lei nº 8.213/91, conforme se verifica dos documentos juntados aos autos.
Com efeito, a proporcionalidade adotada quando do primeiro reajustamento nos benefícios de seus segurados tem por base a Lei nº 6.708/79, que dispõe sobre a correção automática dos salários dos trabalhadores ativos.
Os benefícios previdenciários em questão foram concedidos sob a égide de legislação anterior ao advento da Lei nº 8.213/91, sendo que o INSS adotou, então, ao efetuar o primeiro reajuste, índice proporcional ao lapso temporal compreendido entre a concessão do benefício e o mês do reajustamento. Também determinou os reajustes subseqüentes do benefício com base no salário-mínimo anterior e não naquele vigente à época de sua efetiva correção monetária.

O procedimento adotado pelo INSS viola o princípio da isonomia previsto no caput do artigo 5º da Constituição Federal de 1988 (artigo 153, § 1º, da Constituição Federal anterior), que veda o estabelecimento de distinção entre situações iguais. Sob a ótica jurídica, é manifestamente inadmissível que segurados com salários-de-contribuição iguais passem a perceber benefícios quantitativamente diversos, tendo por única justificativa o fato de serem distintas as datas de concessão.
A Lei nº 6.708/79, em seu artigo 2º, estabelece que os valores das faixas de renda nela previstos deveriam ser fixados em função do valor do salário mínimo vigente na data base do reajuste.
Esse foi o entendimento expendido pelo extinto TFR que o consolidou no Enunciado nº 260 de sua Súmula:
"No primeiro reajuste do benefício previdenciário, deve-se aplicar o índice integral do aumento verificado, independentemente do mês da concessão, considerado, nos reajustamentos subseqüentes, o salário-mínimo então atualizado."
O Superior Tribunal de Justiça já fixou entendimento no sentido de que a Súmula 260 do extinto Tribunal Federal de Recursos é aplicável até o sétimo mês posterior à promulgação da Constituição Federal de 1988, para os benefícios anteriormente concedidos à Magna Carta, quando a partir de então passou a incidir o disposto no artigo 58 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Observa-se, entretanto, que referida Súmula não vincula o reajuste dos benefícios a número de salários mínimos, critério que somente foi utilizado no período de vigência do artigo 58 do ADCT. Ao se determinar a observância do salário-mínimo atualizado nos reajustes subseqüentes, a Súmula mencionada estabelece que se deve incluir o novo salário-mínimo no cálculo de enquadramento das faixas salariais, de acordo com a Lei nº 6.708/79, e não o anterior salário-mínimo, procedimento que não corresponde à equivalência salarial. E mais, a segunda parte da Súmula somente se aplica no caso de diferenças de reajustes verificadas até o advento do Decreto-lei nº 2.171/84, cujo diploma legal determinou a aplicação do salário-mínimo novo e não o revogado. É neste sentido as seguintes ementas de arestos:
"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. REAJUSTE. SÚMULA Nº 260/TFR. INCIDÊNCIA. SEGUNDA PARTE. IPC DE JUNHO DE 1987. INCABIMENTO.
1. "No primeiro reajuste do benefício previdenciário, deve-se aplicar o índice integral do aumento verificado, independentemente do mês da concessão, considerado, nos reajustes subseqüentes, o salário mínimo então atualizado." (Enunciado nº 260 da Súmula do extinto Tribunal Federal de Recursos).
2. A primeira parte da referida Súmula, que só perdeu vigor com o artigo 58 do ADCT/88 (abril de 1989), adotou o critério da integralidade, vale dizer, qualquer que tenha sido o mês da concessão do benefício, o índice do primeiro reajuste deve ser integral.
3. A segunda parte da Súmula nº 260 do TFR somente se aplica se houver diferenças de reajuste devidas no período de novembro de 1979 a outubro de 1984, perdendo vigor em novembro de 1984, com a edição do Decreto-lei 2.171/84 (artigo 2º, parágrafo 1º), que mandou tomar o salário mínimo novo, em vez do revogado.
4. É indevida a inclusão do índice de 26,06%, referente ao IPC de junho de 1987, no reajustamento do benefício previdenciário. Precedentes.
5. Recurso conhecido e provido." (STJ, RESP 279391 / SP, Relator Ministro HAMILTON CARVALHIDO, j. 05/03/2002, DJ 24/06/2002, p. 350);
"PREVIDENCIÁRIO. REAJUSTE DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DA CF/88. SÚMULA 260-TFR. INTELIGÊNCIA. ART. 58 DO ADCT/88. VINCULAÇÃO AO NÚMERO DE SALÁRIOS MÍNIMOS. AGRAVO DESPROVIDO.
I- A Súmula 260 do ex-TFR não vincula os benefícios ao salário mínimo. É aplicável, apenas, aos benefícios concedidos antes da CF/88, enquanto vigia o sistema de reajustes por faixas salariais preconizado na Lei 6.708/79. Precedentes.
II- O critério de equivalência salarial preconizado no artigo 58 do ADCT, aplica-se, somente, aos benefícios em manutenção em outubro de 1988, restringindo-se ao período entre abril de 1989 (04/89 - sétimo mês a contar da promulgação) e dezembro de 1991, quando houve a regulamentação dos planos de custeio e benefícios. Precedentes.
III- Agravo interno desprovido." (STJ, AGRESP 541829 / RJ, Relator Ministro GILSON DIPP, j.14/10/2003, DJ 24/11/2003, p. 375);
O Tribunal Regional Federal da 3ª Região também já se pronunciou no mesmo sentido, conforme se confere do seguinte trecho de ementa de julgado:
"No primeiro reajuste do benefício previdenciário, deve-se aplicar o índice integral do aumento verificado, independentemente do mês da concessão, considerando, nos reajustes subseqüentes, o salário mínimo então atualizado." (Súmula 260 do extinto Tribunal Federal de Recursos) 3. A Súmula 260 do extinto Tribunal Federal de Recursos, quando tratou do primeiro reajuste dos benefícios previdenciários e do enquadramento destes nas faixas salariais relativas às políticas salariais, não previu, nem autorizou, uma vinculação deles ao salário mínimo." (AC nº 139641/SP, Relatora Desembargadora Federal MARISA SANTOS, j. 29/09/2003, DJU 23/10/2003, p. 207).
A correção monetária incide sobre as prestações em atraso, desde os respectivos vencimentos, na forma da Súmula 8 do Egrégio TRF da 3ª Região, observada a legislação de regência especificada na Portaria nº 92/2001 DF-SJ/SP, de 23/10/2001, e Provimento nº 64/2005, de 28/04/2005, da Egrégia Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 3ª Região, entendimento que não destoa do fixado na r. sentença, uma vez que referido Provimento abrange tanto a Lei nº 6.899/81 como a Lei nº 8.213/91.
Ressalta-se que é pacífico na jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça que os segurados não têm direito à incorporação de expurgos inflacionários (janeiro/89, março/90, abril/90 e maio/90) nos benefícios previdenciários, para fins de reajustes da renda.
A discussão nos autos não é atinente à atualização monetária de parcelas em atraso apuradas em conta de liquidação, situação que daria ensejo à adoção de índices inflacionários, diferentemente da hipótese idealizada pela parte autora, cujos índices de correção monetária são aqueles previamente definidos em lei.
A respeito, transcrevo os seguintes textos de ementas de aresto:
"PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DA ATUAL CONSTITUIÇÃO FEDERAL. REAJUSTES POSTERIORES. INCORPORAÇÃO DE EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DECLARATÓRIOS.
1. Esta Corte tem entendimento consolidado no sentido de não existir direito adquirido à incorporação dos índices inflacionários expurgados pelo Governo Federal no reajuste dos benefícios previdenciários, questão que não se confunde com a atualização monetária de débitos cobrados em juízo, onde é legítima essa inclusão.
2. Embargos Declaratórios acolhidos." (STJ; EEEERS nº 164778/SP, Relator Ministro Edson Vidigal, j. 27/03/2001, DJ 07/05/2001, p. 158);
"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. REAJUSTE DE BENEFÍCIO. OMISSÃO. OCORRÊNCIA.
1. Os embargos de declaração são cabíveis quando "houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição;" ou "for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal." (artigo 535 do Código de Processo Civil).
2. Em não tendo sido apreciada a questão relativa à incidência dos expurgos inflacionários no reajustamento do benefício previdenciário, é de se reconhecer a ocorrência de omissão no decisum.
3. É firme o entendimento deste Superior Tribunal de Justiça no sentido de que os índices inflacionários são devidos, tão-somente, na apuração da correção monetária da conta de liqüidação, não podendo incorporar-se no cálculo de reajustamento de benefícios previdenciários, a exemplo do que já foi decidido pela Suprema Corte, em relação aos vencimentos dos servidores públicos.
4. Embargos acolhidos, com atribuição de excepcionais efeitos infringentes." (EDRESP nº 163485/SP, Relator Ministro Hamilton Carvalhido, j. 16/10/2003, DJ 15/12/2003, p. 409);
No tocante à verba honorária, esta deve ser mantida em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do § 3º do art. 20 do Código de Processo Civil. Todavia, a base de cálculo sobre a qual incidirá mencionado percentual se comporá apenas do valor das prestações vencidas até a data da sentença, em consonância com a Súmula n.º 111, do Superior Tribunal de Justiça, e de acordo com a orientação jurisprudencial pacificada pela Terceira Seção daquela egrégia Corte, no julgamento dos Embargos de Divergência no Recurso Especial n.º 187.766-SP, em 24/05/2000, relator Ministro Fernando Gonçalves, julgado esse que recebeu esta ementa:
"EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CONTA DE LIQUIDAÇÃO.
1 - A verba de patrocínio deve ter como base de cálculo o somatório das prestações vencidas, compreendidas aquelas devidas até a data da sentença.
3 - Embargos rejeitados."
Por fim, nunca é demais explicitar que a autarquia previdenciária está isenta do pagamento de custas e emolumentos, nos termos do art. 4º, inciso I, da Lei nº 9.289/96, do art. 24-A da Lei nº 9.028/95 (dispositivo acrescentado pela Medida Provisória nº 2.180-35/01) e do art. 8º, § 1º, da Lei nº 8.620/93, o que não inclui as despesas processuais. Todavia, a isenção de que goza a autarquia não obsta a obrigação de reembolsar as custas suportadas pela parte autora, quando esta é vencedora na lide. Entretanto, no presente caso, não há falar em custas ou despesas processuais, por serem as autoras beneficiárias da assistência judiciária gratuita (fl. 06).
Considerando que houve pedido expresso formulado na inicial de concessão de justiça gratuita e tendo em vista a ausência de manifestação do magistrado em primeira instância, sem nenhum comprovante de recolhimento de despesas processuais, resta caracterizado o deferimento tácito da justiça gratuita.
Ante o exposto, nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, DOU PARCIAL PROVIMENTO À APELAÇÃO DO INSS e NEGO SEGUIMENTO AO RECURSO ADESIVO DAS AUTORAS, na forma da fundamentação.
Anote-se nos registros e na capa dos autos a justiça gratuita deferida.
Transitado em julgado, remetam-se os autos à Vara de origem, observadas as formalidades legais.
Publique-se e intimem-se.
São Paulo, 26 de março de 2007.
JEDIAEL GALVÃO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.99.039054-8 AC 1150234
ORIG.	:	0500000404 1 Vr VIRADOURO/SP 0500023719 1 Vr VIRADOURO/SP
APTE	:	ANTONIA CHIQUINI BORZI (= ou > de 60 anos)
ADV	:	MARIA IZABEL BAHU PICOLI
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	PAULO AFONSO JOAQUIM DOS REIS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO / DÉCIMA TURMA

Vistos.
Trata-se de apelação de sentença pela qual foi julgado improcedente pedido de concessão do benefício de aposentadoria por idade.
Diante da informação obtida através do CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais, dando conta do óbito da parte autora, o julgamento foi convertido em diligência para que o i.patrono juntasse a respectiva certidão de óbito e providenciasse a habilitação de eventuais herdeiros (fl.58).
Contudo, à fl.69 foi noticiado o desinteresse dos herdeiros em ingressar na relação processual pleiteando a extinção do feito. Acerca do pedido em questão, não houve manifestação do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, consoante certidão acostada à fl.75.
Assim, à vista do exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 267, inciso VI, do Código de Processo Civil.
Decorrido "in albis" o prazo recursal, encaminhem-se os autos à Vara de Origem, dando-se baixa na Distribuição.
Intimem-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
SÉRGIO NASCIMENTO
Desembargador Federal

PROC.	:	2006.03.99.039375-6 AC 1150560
ORIG.	:	0500000050 1 Vr TATUI/SP 0500001170 1 Vr TATUI/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SUZETE MARTA SANTIAGO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	CECILIA POLI DA SILVA
ADV	:	JOSE CARLOS MACHADO SILVA
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE TATUI SP
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Previdenciário. Aposentadoria por idade. Rurícola. Início de prova documental. Depoimentos testemunhais uníssonos. Benefício deferido.
Aforada ação de aposentadoria por idade rural, contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, processado o feito, sobreveio sentença de procedência, ensejando a interposição de apelação autárquica, aduzindo ausência dos requisitos à percepção do benefício, prequestionando a matéria. Houve insurgência, quanto aos corolários do sucumbimento.
A sentença restou submetida ao reexame necessário.
Decido.
Na espécie, inaplicável a disposição sobre o reexame necessário, considerados o valor do benefício e o lapso temporal de sua implantação, não excedente a 60 salários mínimos (art. 475, § 2º, CPC, n. r.).
A aposentadoria por idade de rurícola reclama idade mínima de 60 anos (homem) e 55 anos (mulher), e demonstração do exercício de atividade rural, ainda que intercalada, em número de meses idêntico à carência do referido benefício, afastada a obrigatoriedade de contribuições (arts. 201, § 7º, II, da CR/88, e 48, 49, 142 e 143 da Lei nº 8.213/91).
De acordo com a jurisprudência, suficiente, a tal demonstração, início de prova material, corroborado por prova testemunhal idônea, atentando-se, dentre outros aspectos, que: em regra, são extensíveis, às mulheres, documentos em que o genitor, cônjuge ou convivente aparecem qualificados como lavradores; o afastamento do ofício campestre, pelo solicitante, após satisfação dos requisitos ao benefício, não obsta a outorga deste; o abandono da ocupação rural, por parte de quem se empresta a qualificação profissional, em nada interfere no deferimento da prestação, desde que se anteveja a persistência do mister campesino, pelo requerente da aposentação; mantém a qualidade de segurado, o obreiro que cessa sua atividade laboral, em conseqüência de moléstia; a prestação de labor urbano, intercalado com lides rurais, de per si, não desnatura o princípio de prova documental amealhado; durante o período de graça, a filiação e conseqüentes direitos, perante a Previdência Social, ficam preservados.
In casu, a pleiteante comprova o cumprimento do requisito etário - f. 07 - e apresenta início de prova material do trabalho campesino - v., em especial, f. 08 - ratificado por prova oral (fs. 65/66), presentes, aqui, as considerações, introdutoriamente, lançadas.
Dessa forma, comprovado o preenchimento dos requisitos legais, de se deferir a benesse, a partir da citação, à falta de requerimento administrativo.
Quanto aos consectários, aplicam-se posicionamentos, consagrados nesta Turma Julgadora: as parcelas vencidas, observada a prescrição qüinqüenal, são corrigidas, pelo Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal; os juros moratórios incidem, mensalmente, à taxa legal, de forma decrescente, a partir do termo inicial do benefício, estendendo-se até a expedição do precatório, se pago no prazo constitucional.
Já a verba honorária comporta manutenção, eis que fixada na forma do art. 20 § 3º, do CPC.
Observe-se, finalmente, que todos os pontos versados neste decisório já se encontram pacificados na jurisprudência. Cf., a propósito, dentre outros: C. STJ - AgRg - REsp nº 701.530, Rel. Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, DJ 07/3/2005; REsp nº 707.846, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 14/3/2005; REsp nº 504.568, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 13/12/2004; REsp nº 552.600/RS, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Quinta Turma, DJ 06/12/2004; REsp nº 210.944/SP, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Sexta Turma, DJ 22/11/99; EREsp nº 448.813, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Terceira Secão, DJ 02/3/2005; AgRgREsp nº 496.838, Rel. Min. Paulo Gallotti, Sexta Turma, DJ 21/6/2004; TRF-3ª Reg. - AC nº 637.451, Rel. Des. Fed. Marisa Santos, Nona Turma, DJ 05/11/2004; AC nº 961219, Rel. Des. Fed. Galvão Miranda, Décima Turma, DJ 04/10/2004; AC nº 651.504, Rel. Des. Fed. Roberto Haddad, Primeira Turma, DJ 17/4/2001; AC nº 92.03.018795-2, Rel. Des. Fed. José Kallás, Segunda Turma, DJ 26/4/95.

Afigura-se, assim, que o recurso encontra-se em manifesto confronto com posicionamentos jurisprudenciais consagrados, caso em que compete, ao relator, negar-lhe seguimento (art. 557, caput, do CPC).
Do exposto, enfrentadas as questões pertinentes à matéria em debate, não conheço da remessa oficial e nego seguimento ao recurso.
Ante a natureza alimentar da prestação, oficie-se ao INSS, encaminhando-lhe os documentos a tanto necessários, para que sejam adotadas as medidas cabíveis à imediata implantação do benefício previdenciário, independentemente de trânsito em julgado (art. 461 do CPC).
Respeitadas as cautelas legais, tornem os autos à Origem.
Dê-se ciência.
Em, 12/3/2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2006.03.99.039487-6 AC 1150672
ORIG.	:	0500001144 1 Vr VALPARAISO/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ANTONI03O CASSIANO DO CARMO RODRIGUES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	JERULINA NERIS DE SOUZA (= ou > de 60 anos)
ADV	:	ELAINE CRISTINA VIEIRA
RELATOR	:	DES.FED. JEDIAEL GALVÃO / DÉCIMA TURMA

Vistos etc.
Proposta ação de conhecimento de natureza previdenciária, objetivando a concessão de aposentadoria por idade rural, sobreveio sentença de procedência do pedido, condenando-se a autarquia previdenciária a conceder o benefício, no valor de um salário mínimo, a partir da data da citação, devendo as prestações vencidas ser pagas com correção monetária e juros de mora, desde a citação, além de honorários advocatícios fixados em 15% (quinze por cento) sobre o valor das parcelas vencidas até a data da sentença.
A r. sentença não foi submetida ao reexame necessário.
Inconformada, a autarquia previdenciária interpôs recurso de apelação, pugnando pela integral reforma da sentença, para que seja julgado improcedente o pedido.
Com contra-razões, os autos foram remetidos a este Tribunal.
É o relatório.
D E C I D O.
A autora postula a concessão do benefício de aposentadoria rural por idade.
Tal benefício está previsto no artigo 143 da Lei n.º 8.213/91, exigindo-se, para a sua concessão, a comprovação do exercício de trabalho rural, ainda que descontinuamente, mas no período imediatamente anterior ao ajuizamento da demanda, em número de meses idêntico à carência desse benefício, dispensando-se a comprovação do efetivo recolhimento das contribuições mensais nesse período.
Em se tratando de trabalhadora rural, a aposentadoria por idade é devida aos 55 (cinqüenta e cinco) anos (artigo 48, § 1º, da Lei n.º 8.213/91).
Tendo a autora nascido em 1939, completou essa idade em 1996.
Nos termos do artigo 55, § 3.º, da Lei 8.213/91 e do entendimento jurisprudencial consubstanciado na Súmula 149 do Superior Tribunal de Justiça, para a comprovação do trabalho rural é necessária a apresentação ao menos de início de prova material, corroborável por prova testemunhal. Ressalta-se que o início de prova material, exigido pelo § 3º do artigo 55 da Lei nº 8.213/91, não significa que o segurado deverá demonstrar mês a mês, ano a ano, por intermédio de documentos, o exercício de atividade na condição de rurícola, pois isto importaria em se exigir que todo o período de trabalho fosse comprovado documentalmente, sendo de nenhuma utilidade a prova testemunhal para demonstração do labor rural.
Início de prova material, conforme a própria expressão o diz, não indica completude, mas sim começo de prova, princípio de prova, elemento indicativo que permita o reconhecimento da situação jurídica discutida, desde que associada a outros dados probatórios.
Entretanto, no caso dos autos, não restou demonstrado que a autora tenha efetivamente exercido atividade rural pelo período equivalente à carência e imediatamente anterior ao requerimento do benefício.
Mesmo se entendendo constituir início de prova material a cópia da certidão de casamento da autora, na qual seu marido está qualificado profissionalmente como lavrador (fl. 13), isto é, mesmo considerando extensível a ela a qualificação de trabalhador rural de seu cônjuge, esse documento registra ato celebrado em 18/01/1938, sendo que em períodos posteriores a autora passou a recolher contribuições como autônoma, conforme se verifica dos documentos juntados aos autos pelo INSS (fls. 64/69). Tal fato afasta sua condição de trabalhador rural. Nesse sentido:
"PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL. EXERCÍCIO DE ATIVIDADE URBANA NO PERÍODO IMEDIATAMENTE ANTERIOR AO REQUERIMENTO. SEGURADO ESPECIAL. DESCARACTERIZAÇÃO. BENEFÍCIO INDEVIDO.
1. Por força do disposto no inciso I do § 8º do art. 9º do Regulamento da Previdência Social, Decreto nº 3.048/99, não se considera segurado especial o membro do grupo familiar que possui outra fonte de rendimento decorrente do exercício de atividade remunerada.
2. A teor do disposto no art. 143 da Lei nº 8.213/91, o trabalhador rural pode requerer aposentadoria por idade, no valor de uma salário mínimo, desde que comprove o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento administrativo do benefício, em número de meses idêntico à respectiva carência.
3. Verifico que, no período imediatamente anterior ao requerimento, o recorrente exerceu atividade urbana, bem como efetuou contribuições como autônomo, revela-se descabida a concessão do benefício de aposentadoria rural.
4.Recurso provido." (REsp nº 361333/RS, Relator Ministro Paulo Gallotti, j 26/05/2004, DJ 06/06/2005).
Portanto, não existindo outro documento que indique o exercício de atividade rural em período mais recente, posterior ao trabalho urbano ou contemporâneo ao período de carência, desnecessária a incursão sobre a credibilidade ou não da prova testemunhal, uma vez que esta, isoladamente, não se presta à declaração de existência de tempo de serviço rural.
Nesse passo, não comprovado o exercício pela autora de atividade rurícola no período equivalente à carência e imediatamente anterior ao ajuizamento da demanda, impossível a concessão da aposentadoria rural por idade prevista no artigo 143 da Lei n.º 8.213/91.
Com supedâneo em orientação do Supremo Tribunal Federal (Agravo Regimental em REO nº 313.348/RS, Relator Ministro Sepúlveda Pertence, j. 15/04/03, DJU 16/05/03, p. 616), deixo de condenar a autora nas verbas de sucumbência, por ser beneficiária da assistência judiciária gratuita.
Diante do exposto, nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, DOU PROVIMENTO À APELAÇÃO DO INSS para, reformando a sentença, julgar improcedente o pedido.
Transitado em julgado, remetam-se os autos à Vara de origem, observadas as formalidades legais.
Publique-se e intimem-se.
São Paulo, 28 de fevereiro de 2007.
JEDIAEL GALVÃO
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2006.03.99.039510-8 AC 1150695
ORIG.	:	0400002387 2 Vr INDAIATUBA/SP 0400254551 2 Vr INDAIATUBA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CARLOS ALBERTO PIAZZA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APTE	:	NAIR MARIA DE LEMOS
SUCDO	:	LUIZ NONATO DE LEMOS falecido
ADV	:	MARIO LUIS FRAGA NETTO
APDO	:	OS MESMOS
RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO / DÉCIMA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de apelações de sentença pela qual o réu foi condenado a conceder à parte autora o benefício de aposentadoria rural por idade, no valor de 01 (um) salário mínimo, a contar da citação, bem como abono anual. Sobre as parcelas vencidas incidirá correção monetária, acrescidas de juros de mora de 1% ao mês, a partir da citação. Foi condenado ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 15% sobre o valor das parcelas vencidas até a data da r. sentença, nos termos da Súmula n. 111 do E. STJ. Não houve condenação em custas e despesas processuais.
Apelou a parte autora requerendo que os honorários advocatícios sejam fixados em 20% sobre o valor da condenação até a liquidação da sentença e para que o termo inicial do benefício seja fixado na data do ajuizamento da ação.
Em seu recurso de apelação alega o réu que os documentos juntados com a inicial não são contemporâneos à época que se busca comprovar a atividade rural a qual também não restou demonstrada pelo período correspondente ao fixado para a carência do benefício vindicado, a teor do art. 143 da Lei n. 8.213/91. Subsidiariamente, requer que os honorários advocatícios seja fixados em 10% sobre o valor das parcelas vencidas até a data da r. sentença.
Contra-razões da parte autora à fl. 99/114. Sem contra-razões do INSS.
À fl. 119 foi noticiado o óbito do autor.
Procedida a habilitação (fl. 135/136), passou a figurar no pólo ativo da ação a esposa do "de cujus", Nair Maria de Lemos.
Após breve relatório, passo a decidir.
A parte autora completou 60 anos de idade em 10.01.2000, devendo, assim, comprovar nove anos e meio de atividade rural, nos termos dos arts. 142 e 143 da Lei n. 8.213/91, para a obtenção do benefício em epígrafe.
A jurisprudência do E. STJ firmou-se no sentido de que é insuficiente apenas a produção de prova testemunhal para a comprovação de atividade rural, na forma da Súmula 149 - STJ, in verbis:
A prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito de obtenção de benefício previdenciário.
Entre os documentos que acompanham a inicial podem ser considerados início de prova material os seguintes: a sua Certidão de Casamento (27.03.1965, fl. 15) e Certidões de Nascimento de seus filhos (30.12.1971, fl. 16 e 12.01.1977, fl. 17), uma vez que, nos aludidos documentos o autor encontra-se qualificado na condição de lavrador.
Por outro lado, as testemunhas (fl. 65/69) foram unânimes em afirmar que conheceram o autor por mais de vinte anos e que ele sempre trabalhou na lavoura, no meio rural, como diarista.
Quanto à afirmação das testemunhas de que o autor à época da audiência não trabalhava mais no meio rural (fl. 65/69, 20.10.2005), observo que tal fato não obsta a concessão do benefício de aposentadoria por idade, uma vez que quando deixou as lides do campo, o demandante já contava com a idade mínima exigida na lei.
Dessa forma, havendo início de prova material corroborada por prova testemunhal, impõe-se reconhecer que a parte autora comprovou o exercício de atividade rural no período legalmente exigido.
A referida questão está pacificada no âmbito do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, conforme aresto assim ementado, que a seguir transcrevo:
PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL. APOSENTADORIA POR IDADE. COMPROVAÇÃO DA ATIVIDADE RURAL. VALORAÇÃO DA PROVA TESTEMUNHAL. RECURSO ESPECIAL.
1. A valoração dos depoimentos testemunhais sobre o período de atividade rural exercida pela recorrente é válida, se apoiada em início razoável de prova material, ainda que esta somente comprove tal exercício durante uma fração do tempo exigido em lei.
2. Considera-se a Certidão de Casamento, na qual expressamente assentada a profissão de rurícola do requerente, início razoável de prova documental, a ensejar a concessão do benefício previdenciário.
3. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nesta parte, provido. (STJ - 5ª Turma; REsp. 266852 - MS, 2000/0069761-3; Rel. Ministro Edson Vidigal; v.u., j. em 21.09.2000; DJ. 16.10.2000, pág. 347).
Cumpre observar que a exigência de comprovação da atividade rural no período imediatamente anterior à data do requerimento, como requisito para a concessão do benefício de aposentadoria rural por idade, nos termos do art. 143 da Lei n. 8.213/91, teve por finalidade excluir aqueles segurados que, em data remota, estiveram nas lides rurais, e no momento presente querem se aproveitar do rebaixamento da idade. Tanto é assim, que o legislador ordinário preferiu não estabelecer um lapso temporal preciso no conceito de "...período imediatamente anterior....". Na verdade, para se aferir se o segurado está enquadrado na hipótese prevista pelo art. 143 da Lei n. 8.213/91, há que se perquirir se o mesmo sempre foi trabalhador rural e se laborou em número de meses correspondente à carência, não importando se em dado período houve inatividade, mesmo porque o indigitado preceito admite períodos descontínuos.
Assim sendo, tendo o autor falecido completado 60 anos de idade em 10.01.2000, bem como cumprido tempo de atividade rural superior ao legalmente exigido, consoante os arts. 142 e 143 da Lei n. 8.213/91, é de se conceder a aposentadoria por idade.
O termo inicial do benefício foi corretamente fixado a contar da citação (25.04.2005), ante a ausência de requerimento administrativo, sendo devido o benefício até a data do óbito do falecido (06.02.2006).
Cumpre, ainda, explicitar os critérios de cálculo de correção monetária e juros de mora.
A correção monetária incide sobre as prestações em atraso, desde os respectivos vencimentos, na forma da Súmula 8 do E. TRF da 3ª Região, observada a legislação de regência especificada na Portaria nº 92/2001 DF-SJ/SP, de 23.10.2001 e Provimento nº 64/2005 da E. Corregedoria-Geral da Justiça da 3ª Região.
Os juros moratórios devem ser computados a partir da citação, de forma decrescente, a taxa de 1% ao mês, uma vez que a citação ocorreu após 10.01.2003, nos termos do art. 406 do Código Civil e do art. 161, § 1º, do Código Tributário Nacional, incidindo tais juros até a data de expedição do precatório, caso este seja pago no prazo estabelecido pelo art. 100 da CF/88 (STF, RE n.º 298.616-SP, Relator Ministro Gilmar Mendes, , DJ de 20/10/2006, p. 84).
Quanto à verba honorária, o E STJ já decidiu que se aplica às autarquias o disposto no parágrafo 4º, do art. 20, do CPC (STJ 1ª Turma, REsp. 12.077-RJ, Rel. Min. Garcia Vieira, j. 04.09.1991, negaram provimento v.u., DJU de 21.10.1991, p. 14.732), revelando-se, assim, adequada a verba honorária fixada (Súmula 111, em sua nova redação e de acordo com entendimento firmado por esta 10ª Turma).
No tocante às custas processuais, as autarquias são isentas das mesmas (artigo 4º, inciso I da Lei 9.289/96), porém devem reembolsar, quando vencidas, as despesas judiciais feitas pela parte vencedora (artigo 4º, parágrafo único).
Diante do exposto, nos termos do artigo 557, do Código de Processo Civil, nego seguimento às apelações da parte autora e do INSS. Esclareço que o benefício é devido até a data do óbito do de cujus (06.02.2006).
Decorrido "in albis" o prazo recursal, dê-se baixa na Distribuição.
Intimem-se.
São Paulo, 22 de março de 2007.

PROC.	:	2006.03.99.039510-8 AC 1150695
ORIG.	:	0400002387 2 Vr INDAIATUBA/SP 0400254551 2 Vr INDAIATUBA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CARLOS ALBERTO PIAZZA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APTE	:	NAIR MARIA DE LEMOS
SUCDO	:	LUIZ NONATO DE LEMOS falecido
ADV	:	MARIO LUIS FRAGA NETTO
APDO	:	OS MESMOS
RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO / DÉCIMA TURMA

Vistos.
Trata-se de pedido de habilitação formulado por NAIR MARIA DE LEMOS, esposa do autor LUIZ NONATO DE LEMOS, falecido em 05/02/2006, consoante certidão de óbito acostada à fl.119.
A requerente apresentou documentos de fls.123/124, que comprovam a qualidade de herdeira sem aparente irregularidade.
Sobre o pedido em questão, houve a concordância da autarquia previdenciária, consoante manifestação acostada à fl.132.
Todavia, objetivando a demanda a concessão de benefício previdenciário, a habilitação há de ser feita nos termos do art. 112 da Lei nº 8.213/91, cuja redação passo a transcrever:
"Art. 112. O valor não recebido em vida pelo segurado só será pago aos seus dependentes habilitados à pensão por morte ou, na falta

deles, aos seus sucessores na forma da lei civil, independentemente de inventário ou arrolamento."
Assim sendo, no caso em espécie, ante a inexistência de filhos menores, como se verifica da certidão de óbito supramencionada, não há que se proceder a habilitação para ingresso na relação processual de todos os herdeiros nos termos da Lei Civil, haja vista a existência da esposa como única dependente previdenciária do de cujus.
Corroborando tal entendimento, veja-se julgado do C. Superior Tribunal de Justiça, RESP 546497/CE, Sexta Turma, publicado em DJ de 15/12/2003, de relatoria do Ministro Hamilton Carvalhido:
"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. LEGITIMIDADE DE HERDEIRO PARA AJUIZAR AÇÃO PARA PERCEPÇÃO DE VALORES NÃO RECEBIDOS EM VIDA PELO SEGURADO FALECIDO. ARTIGO 112 DA LEI Nº 8.213/91.
1."1. A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é firme na atenuação dos rigores processuais da legitimação, reconhecendo-a, por vezes, ao herdeiro, ele mesmo, sem prejuízo daqueloutra do espólio.
2. 'O valor não recebido em vida pelo segurado só será pago aos seus dependentes habilitados à pensão por morte ou, na falta deles, aos seus sucessores na forma da lei civil, independentemente de inventário ou arrolamento.'(artigo 112 da Lei nº 8.213/91).
3. Em sendo certo, para a administração pública, a titularidade do direito subjetivo adquirido mortis causa e a sua representação, no caso de pluralidade, tem incidência o artigo 112 da Lei nº 8.213/91, que dispensa a abertura de inventário, nomeação de inventariante ou alvará judicial de autorização." (Resp 461.107/PB, da minha relatoria, in DJ 10/2/2003).
2. Recurso improvido."
Assim sendo, homologo a habilitação de NAIR MARIA DE LEMOS, para ingressar na presente relação processual, bem como defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita.
Encaminhem-se os autos à Subsecretaria de Registros e Informações Processuais - UFOR para as devidas anotações, mantendo-se o nome do de cujus na autuação, com a ressalva: Sucedido.
Após, voltem os autos conclusos para inclusão do feito em pauta de julgamento.
Intimem-se.
São Paulo, 16 de fevereiro de 2007.
SÉRGIO NASCIMENTO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.99.039917-5 AC 1151294
ORIG.	:	0500000013 1 Vr ALTINOPOLIS/SP 0500017894 1 Vr ALTINOPOLIS/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUCILENE SANCHES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	PASCOALINO CARVALHO DA SILVA
ADV	:	AIRTON CEZAR RIBEIRO
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Previdenciário. Aposentadoria por idade. Rurícola. Início de prova documental. Depoimentos testemunhais uníssonos. Benefício deferido.
Aforada ação de aposentadoria por idade rural, contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, processado o feito, sobreveio sentença de procedência, ensejando a interposição de apelação autárquica, aduzindo, ausência dos requisitos à percepção do benefício, prequestionando a matéria. Houve insurgência, quanto aos corolários do sucumbimento.
Decido.
A aposentadoria por idade de rurícola reclama idade mínima de 60 anos (homem) e 55 anos (mulher), e demonstração do exercício de atividade rural, ainda que intercalada, em número de meses idêntico à carência do referido benefício, afastada a obrigatoriedade de contribuições (arts. 201, § 7º, II, da CR/88, e 48, 49, 142 e 143 da Lei nº 8.213/91).
De acordo com a jurisprudência, suficiente, a tal demonstração, início de prova material, corroborado por prova testemunhal idônea, atentando-se, dentre outros aspectos, que: em regra, são extensíveis, às mulheres, documentos em que o genitor, cônjuge ou convivente aparecem qualificados como lavradores; o afastamento do ofício campestre, pelo solicitante, após satisfação dos requisitos ao benefício, não obsta a outorga deste; o abandono da ocupação rural, por parte de quem se empresta a qualificação profissional, em nada interfere no deferimento da prestação, desde que se anteveja a persistência do mister campesino, pelo requerente da aposentação; mantém a qualidade de segurado, o obreiro que cessa sua atividade laboral, em conseqüência de moléstia; a prestação de labor urbano, intercalado com lides rurais, de per si, não desnatura o princípio de prova documental amealhado; durante o período de graça, a filiação e conseqüentes direitos, perante a Previdência Social, ficam preservados.
In casu, o pleiteante comprova o cumprimento do requisito etário - f. 08 - e apresenta início de prova material do trabalho campesino - v., em especial, f. 09 - ratificado por prova oral (fs. 48/49), presentes, aqui, as considerações, introdutoriamente, lançadas.
Dessa forma, comprovado o preenchimento dos requisitos legais, de se deferir a benesse, a partir da citação, à falta de requerimento administrativo.
Quanto aos consectários, aplicam-se posicionamentos, consagrados nesta Turma Julgadora: as parcelas vencidas, observada a prescrição qüinqüenal, são corrigidas, pelo Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal; os juros moratórios incidem, mensalmente, à taxa legal, de forma decrescente, a partir do termo inicial do benefício, estendendo-se até a expedição do precatório, se pago no prazo constitucional.
Já a verba honorária comporta manutenção, porque fixada nos moldes do art. 20 § 3º, do CPC.
Observe-se, finalmente, que todos os pontos versados neste decisório já se encontram pacificados na jurisprudência. Cf., a propósito, dentre outros: C. STJ - AgRg - REsp nº 701.530, Rel. Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, DJ 07/3/2005; REsp nº 707.846, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 14/3/2005; REsp nº 504.568, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 13/12/2004; REsp nº 552.600/RS, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Quinta Turma, DJ 06/12/2004; REsp nº 210.944/SP, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Sexta Turma, DJ 22/11/99; EREsp nº 448.813, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Terceira Secão, DJ 02/3/2005; AgRgREsp nº 496.838, Rel. Min. Paulo Gallotti, Sexta Turma, DJ 21/6/2004; TRF-3ª Reg. - AC nº 637.451, Rel. Des. Fed. Marisa Santos, Nona Turma, DJ 05/11/2004; AC nº 961219, Rel. Des. Fed. Galvão Miranda, Décima Turma, DJ 04/10/2004; AC nº 651.504, Rel. Des. Fed. Roberto Haddad, Primeira Turma, DJ 17/4/2001; AC nº 92.03.018795-2, Rel. Des. Fed. José Kallás, Segunda Turma, DJ 26/4/95.
Afigura-se, assim, que o recurso encontra-se em manifesto confronto com posicionamentos jurisprudenciais consagrados, caso em que compete, ao relator, negar-lhe seguimento (art. 557, caput, do CPC).
Do exposto, enfrentadas as questões pertinentes à matéria em debate, nego seguimento ao recurso.
Ante a natureza alimentar da prestação, oficie-se ao INSS, encaminhando-lhe os documentos necessários, para que sejam adotadas as medidas cabíveis à imediata implantação do benefício previdenciário, independentemente de trânsito em julgado (art. 461 do CPC).
Respeitadas as cautelas legais, tornem os autos à Origem.
Dê-se ciência.
Em, 12/3/2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2006.03.99.039964-3 AC 1151341
ORIG.	:	0500000610 2 Vr MIRANDOPOLIS/SP 0500021550 2 Vr MIRANDOPOLIS/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ANTONIO CASSIANO DO CARMO RODRIGUES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	JOSEFINA ZAMBONI MARDEGAN
ADV	:	IVANI MOURA
RELATOR	:	DES.FED. JEDIAEL GALVÃO / DÉCIMA TURMA

Vistos etc.
Proposta ação de conhecimento de natureza previdenciária, objetivando a concessão de aposentadoria por idade rural, sobreveio sentença de procedência do pedido, condenando-se a autarquia previdenciária a conceder o benefício, no valor de um salário mínimo, inclusive 13º salário, a partir da data da citação, devendo as prestações vencidas ser pagas com correção monetária e juros de mora, além das custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor das prestações em atraso até a data da sentença.
A r. sentença não foi submetida ao reexame necessário.
Inconformada, a autarquia previdenciária interpôs recurso de apelação, pugnando pela integral reforma da sentença, para que seja julgado improcedente o pedido. Subsidiariamente, requer a redução dos honorários advocatícios, bem como a isenção das custas e despesas processuais.
Com as contra-razões, os autos foram remetidos a este Tribunal.
É o relatório.
D E C I D O.
Na forma do artigo 557 do Código de Processo Civil, poderá o relator negar seguimento ou dar provimento a recurso e a reexame necessário, de acordo com as hipóteses assinaladas em referido dispositivo legal, regra aplicável ao presente caso.
A autora postula a concessão do benefício de aposentadoria rural por idade.
Tal benefício está previsto no artigo 143 da Lei n.º 8.213/91, exigindo-se, para a sua concessão, a comprovação do exercício de trabalho rural, ainda que descontinuamente, mas no período imediatamente anterior ao ajuizamento da demanda, em número de meses idêntico à carência desse benefício, dispensando-se a comprovação do efetivo recolhimento das contribuições mensais nesse período.
Em se tratando de trabalhadora rural, a aposentadoria por idade é devida aos 55 (cinqüenta e cinco) anos (artigo 48, § 1º, da Lei n.º 8.213/91).
Tendo a autora nascido em 07/08/1947, completou essa idade em 07/08/2002.
Nos termos do artigo 55, § 3.º, da Lei 8.213/91 e do entendimento jurisprudencial consubstanciado na Súmula 149 do Superior Tribunal de Justiça, para a comprovação do trabalho rural é necessária a apresentação ao menos de início de prova material, corroborável por prova testemunhal. Ressalta-se que o início de prova material, exigido pelo § 3º do artigo 55 da Lei nº 8.213/91, não significa que o segurado deverá demonstrar mês a mês, ano a ano, por intermédio de documentos, o exercício de atividade na condição de rurícola, pois isto importaria em se exigir que todo o período de trabalho fosse comprovado documentalmente, sendo de nenhuma utilidade a prova testemunhal para demonstração do labor rural.
Início de prova material, conforme a própria expressão o diz, não indica completude, mas sim começo de prova, princípio de prova, elemento indicativo que permita o reconhecimento da situação jurídica discutida, desde que associada a outros dados probatórios.
Entretanto, no caso dos autos, não restou demonstrado que a autora tenha efetivamente exercido atividade rural pelo período equivalente à carência e imediatamente anterior ao requerimento do benefício.
Mesmo se entendendo constituir início de prova material a cópia da certidão de casamento (fl. 08), no qual seu marido está qualificado profissionalmente como lavrador, isto é, mesmo considerando extensível a ela a qualificação de trabalhador rural de seu cônjuge, tal documento refere-se à década de 60, sendo que em períodos posteriores ele exerceu atividades de natureza urbana, conforme se verifica dos documentos juntados aos autos pelo INSS (fls. 63/67). Tal fato afasta sua condição de trabalhador rural.
Portanto, não existindo outro documento que indique o exercício de atividade rural em período mais recente, posterior ao trabalho urbano ou contemporâneo ao período de carência, desnecessária a incursão sobre a credibilidade ou não da prova testemunhal, uma vez que esta, isoladamente, não se presta à declaração de existência de tempo de serviço rural.
Nesse passo, não comprovado o exercício pela autora de atividade rurícola no período equivalente à carência e imediatamente anterior ao ajuizamento da demanda, impossível a concessão da aposentadoria rural por idade prevista no artigo 143 da Lei n.º 8.213/91.
Com supedâneo em orientação do Supremo Tribunal Federal (Agravo Regimental em REO nº 313.348/RS, Relator Ministro Sepúlveda Pertence, j. 15/04/03, DJU 16/05/03, p. 616), deixo de condenar a autora nas verbas de sucumbência, por ser beneficiária da assistência judiciária gratuita.
Diante do exposto, nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, DOU PROVIMENTO À APELAÇÃO DO INSS para, reformando a sentença, julgar improcedente o pedido.
Transitado em julgado, remetam-se os autos à Vara de origem, observadas as formalidades legais.
Publique-se e intimem-se.
São Paulo, 27 de março de 2007.
JEDIAEL GALVÃO
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	95.03.040155-0 AC 252908
ORIG.	:	9000000524 1 Vr AVARE/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ANTONIO CARLOS DA MATTA NUNES DE OLIVEIRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	JOSE APARECIDO SIMAO e outro
ADV	:	LUIZ PAULO ALARCAO
RELATOR	:	JUIZ FED. CONV.RODRIGO ZACHARIAS/DÉCIMA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de recurso de agravo interno interposto pelo INSS em face de decisão monocrática por mim proferida, nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, entendendo que houve perda do objeto do recurso, em face do levantamento dos valores há mais de dez anos.
Requer o agravante que seja dado provimentos aos embargos, a fim de se considerar que não houve perda do objeto, uma vez que devem ser declarados nulos os atos praticados a partir do momento em que decretado o seqüestro, notadamente em face da regra prevista no artigo 588, II, do Código de Processo Civil, ressaltando o INSS que a incompetência do Juízo a quo foi reconhecida na própria decisão.
Feito apresentado em Mesa para julgamento, a teor do que preceitua o artigo 80, I do RI/TRF da 3ª Região.
É O Relatório.
DECIDO
Não conheço do agravo interno, nos termos do artigo 557, § 2o, do Código de Processo Civil, em razão de sua intempestividade.
Com efeito, o procurador do Instituto foi regularmente intimado em 22/03/2005, consoante informa a certidão acostada à folha 127.
No entanto, o INSS somente interpôs o recurso em 11/04/2005, muito tempo após o prazo recursal de 10 (dez) dias, na forma dos artigos 188 do Código de Processo Civil combinado com o artigo 10 da Lei nº 9.469/97.
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO "LEGAL", "DIRETO" OU "INTERNO". ART. 557, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. PRAZO.
1. CONTRA DECISÃO JUIZ RELATOR QUE NEGA SEGUIMENTO A AGRAVO DE INSTRUMENTO CABE AGRAVO "LEGAL", "DIRETO" OU "INTERNO" AO ÓRGÃO COMPETENTE PARA O JULGAMENTO DO RECURSO.
2. É DE CINCO DIAS O PRAZO PARA O AGRAVO PREVISTO NO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 557 DO CPC, CONTANDO-SE EM DOBRO NO CASO DO ART. 188 DO CPC.

3. AGRAVO NÃO CONHECIDO (TRIBUNAL - TERCEIRA REGIÃO AGRAVO DE INSTRUMENTO Processo: 96030222674 UF: SP Órgão Julgador: QUARTA TURMA Data da decisão: 17/09/1997 Fonte DJ DATA:14/10/1997 PÁGINA: 85170 DJ DATA:14/10/1997 PÁGINA: 85171 Relator(a) JUIZ MANOEL ALVARES).
Inviável, portanto, o conhecimento do recurso.
Diante do exposto, em razão da intempestividade, NÃO CONHEÇO DO AGRAVO INTERNO INTERPOSTO PELO INSS.
Decorrido o prazo recursal, tornem os autos à Vara de origem.
Publique-se e intimem-se.
São Paulo, 27 de março de 2007.
RODRIGO ZACHARIAS
Juiz Federal Convocado
Relator

PROC.	:	2006.03.99.040360-9 AC 1151740
ORIG.	:	0600000931 1 Vr IGUATEMI/MS 0600000092 1 Vr IGUATEMI/MS
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SILLAS COSTA DA SILVA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	FRANCISCA SERAFIM
ADV	:	RUBENS DARIO FERREIRA LOBO JUNIOR
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Previdenciário. Aposentadoria por idade. Rurícola. Início de prova documental. Depoimentos testemunhais uníssonos. Benefício deferido.
Aforada ação de aposentadoria por idade rural, contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, processado o feito, sobreveio sentença de procedência, ensejando a interposição de apelação autárquica, aduzindo, ausência dos requisitos à percepção do benefício, prequestionando a matéria. Houve insurgência, quanto aos corolários do sucumbimento.
Decido.
A aposentadoria por idade de rurícola reclama idade mínima de 60 anos (homem) e 55 anos (mulher), e demonstração do exercício de atividade rural, ainda que intercalada, em número de meses idêntico à carência do referido benefício, afastada a obrigatoriedade de contribuições (arts. 201, § 7º, II, da CR/88, e 48, 49, 142 e 143 da Lei nº 8.213/91).
De acordo com a jurisprudência, suficiente, a tal demonstração, início de prova material, corroborado por prova testemunhal idônea, atentando-se, dentre outros aspectos, que: em regra, são extensíveis, às mulheres, documentos em que o genitor, cônjuge ou convivente aparecem qualificados como lavradores; o afastamento do ofício campestre, pelo solicitante, após satisfação dos requisitos ao benefício, não obsta a outorga deste; o abandono da ocupação rural, por parte de quem se empresta a qualificação profissional, em nada interfere no deferimento da prestação, desde que se anteveja a persistência do mister campesino, pelo requerente da aposentação; mantém a qualidade de segurado, o obreiro que cessa sua atividade laboral, em conseqüência de moléstia; a prestação de labor urbano, intercalado com lides rurais, de per si, não desnatura o princípio de prova documental amealhado; durante o período de graça, a filiação e conseqüentes direitos, perante a Previdência Social, ficam preservados.
In casu, a pleiteante comprova o cumprimento do requisito etário - f. 11 - e apresenta início de prova material do trabalho campesino - v., em especial, f. 12- ratificado por prova oral (fs. 34/35), presentes, aqui, as considerações, introdutoriamente, lançadas.
Dessa forma, comprovado o preenchimento dos requisitos legais, de se deferir a benesse, a partir da citação, à falta de requerimento administrativo.
Quanto aos consectários, aplicam-se posicionamentos, consagrados nesta Turma Julgadora: as parcelas vencidas, observada a prescrição qüinqüenal, são corrigidas, pelo Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal; os juros moratórios incidem, mensalmente, à taxa legal, de forma decrescente, a partir do termo inicial do benefício, estendendo-se até a expedição do precatório, se pago no prazo constitucional.
Já a verba honorária comporta manutenção, nos moldes em que fixada, sob pena de violação ao princípio da non reformatio in pejus.
Observe-se, finalmente, que todos os pontos versados neste decisório já se encontram pacificados na jurisprudência. Cf., a propósito, dentre outros: C. STJ - AgRg - REsp nº 701.530, Rel. Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, DJ 07/3/2005; REsp nº 707.846, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 14/3/2005; REsp nº 504.568, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 13/12/2004; REsp nº 552.600/RS, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Quinta Turma, DJ 06/12/2004; REsp nº 210.944/SP, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Sexta Turma, DJ 22/11/99; EREsp nº 448.813, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Terceira Secão, DJ 02/3/2005; AgRgREsp nº 496.838, Rel. Min. Paulo Gallotti, Sexta Turma, DJ 21/6/2004; TRF-3ª Reg. - AC nº 637.451, Rel. Des. Fed. Marisa Santos, Nona Turma, DJ 05/11/2004; AC nº 961219, Rel. Des. Fed. Galvão Miranda, Décima Turma, DJ 04/10/2004; AC nº 651.504, Rel. Des. Fed. Roberto Haddad, Primeira Turma, DJ 17/4/2001; AC nº 92.03.018795-2, Rel. Des. Fed. José Kallás, Segunda Turma, DJ 26/4/95.
Afigura-se, assim, que o recurso encontra-se em manifesto confronto com posicionamentos jurisprudenciais consagrados, caso em que compete, ao relator, negar-lhe seguimento (art. 557, caput, do CPC).
Do exposto, enfrentadas as questões pertinentes à matéria em debate, nego seguimento ao recurso.
Ante a natureza alimentar da prestação, oficie-se ao INSS, enca minhando-lhe os documentos a tanto necessários, para que sejam adotadas as medidas cabíveis à imediata implantação do benefício previdenciário, independentemente de trânsito em julgado (art. 461 do CPC).
Respeitadas as cautelas legais, tornem os autos à Origem.
Dê-se ciência.
Em, 12/3/2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2006.03.99.040525-4 AC 1152204
ORIG.	:	0600000118 2 Vr PIEDADE/SP 0600005479 2 Vr PIEDADE/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CINTIA RABE
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	LEVI CORREA DA SILVA (= ou > de 60 anos)
ADV	:	LICELE CORREA DA SILVA
RELATOR	:	DES.FED. JEDIAEL GALVÃO / DÉCIMA TURMA

Vistos etc.
Proposta ação de conhecimento, objetivando a concessão de aposentadoria por idade rural, sobreveio sentença de procedência do pedido, condenando-se a autarquia previdenciária a conceder o benefício, no valor de um salário mínimo, a partir da data da citação, devendo as prestações vencidas ser pagas de uma só vez, com correção monetária e juros de mora, a partir da data da citação, além das despesas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, excluindo as prestações vincendas.
A r. sentença não foi submetida ao reexame necessário.
A autarquia previdenciária interpôs recurso de apelação, postulando a integral reforma da sentença, para que seja julgado improcedente o pedido, sustentando a falta de requisitos para a concessão do benefício.
Com contra-razões, os autos foram remetidos a este Tribunal.
É o relatório.
D E C I D O.
O autor postula a concessão do benefício de aposentadoria rural por idade.
Tal benefício está previsto no artigo 143 da Lei n.º 8.213/91, exigindo-se, para a sua concessão, a comprovação do exercício de trabalho rural, ainda que descontinuamente, mas no período imediatamente anterior ao ajuizamento da demanda, em número de meses idêntico à carência desse benefício, dispensando-se a comprovação do efetivo recolhimento das contribuições mensais nesse período.
Em se tratando de trabalhador rural, a aposentadoria por idade é devida aos 60 (sessenta) anos (artigo 48, § 1º, da Lei n.º 8.213/91).
Tendo o autor nascido em 10/11/1945, completou essa idade em 10/11/2005.
Nos termos do artigo 55, § 3.º, da Lei 8.213/91 e do entendimento jurisprudencial consubstanciado na Súmula 149 do Superior Tribunal de Justiça, para a comprovação do trabalho rural é necessária a apresentação ao menos de início de prova material, corroborável por prova testemunhal. Ressalta-se que o início de prova material, exigido pelo § 3º do artigo 55 da Lei nº 8.213/91, não significa que o segurado deverá demonstrar mês a mês, ano a ano, por intermédio de documentos, o exercício de atividade na condição de rurícola, pois isto importaria em se exigir que todo o período de trabalho fosse comprovado documentalmente, sendo de nenhuma utilidade a prova testemunhal para demonstração do labor rural.
Início de prova material, conforme a própria expressão o diz, não indica completude, mas sim começo de prova, princípio de prova, elemento indicativo que permita o reconhecimento da situação jurídica discutida, desde que associada a outros dados probatórios.
Entretanto, no caso dos autos, não restou demonstrado que o autor tenha efetivamente exercido atividade rural pelo período equivalente à carência e imediatamente anterior ao requerimento do benefício.
Mesmo se entendendo constituir início de prova material a cópia da certidão de casamento (fl. 16), no qual ele está qualificado profissionalmente como lavrador, tal documento refere-se à década de 60, sendo que em períodos posteriores ele exerceu atividades de natureza urbana, conforme se verifica dos documentos juntados aos autos pelo INSS (fls. 82/83). Tal fato afasta sua condição de trabalhador rural.
Portanto, não existindo outro documento que indique o exercício de atividade rural em período mais recente, posterior ao trabalho urbano ou contemporâneo ao período de carência, desnecessária a incursão sobre a credibilidade ou não da prova testemunhal, uma vez que esta, isoladamente, não se presta à declaração de existência de tempo de serviço rural.
Nesse passo, não comprovado o exercício pelo autor de atividade rurícola no período equivalente à carência e imediatamente anterior ao ajuizamento da demanda, impossível a concessão da aposentadoria rural por idade prevista no artigo 143 da Lei n.º 8.213/91.
Com supedâneo em orientação do Supremo Tribunal Federal (Agravo Regimental em REO nº 313.348/RS, Relator Ministro Sepúlveda Pertence, j. 15/04/03, DJU 16/05/03, p. 616), deixo de condenar o autor nas verbas de sucumbência, por ser beneficiário da assistência judiciária gratuita.
Diante do exposto, nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, DOU PROVIMENTO À APELAÇÃO DO INSS para, reformando a sentença, julgar improcedente o pedido.
Transitado em julgado, remetam-se os autos à Vara de origem, observadas as formalidades legais.
Publique-se e intimem-se.
São Paulo, 27 de fevereiro de 2007.
JEDIAEL GALVÃO
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	98.03.042824-1 AC 423135
ORIG.	:	9503016851 2 Vr RIBEIRÃO PRETO/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ADALBERTO GRIFFO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ASSUMPTA DELLSOL
ADV	:	JOÃO LUIZ REQUE
REMTE	:	JUÍZO FEDERAL DA 2 VARA DE RIBEIRÃO PRETO SP
RELATOR	:	DES.FED. SÉRGIO NASCIMENTO / DÉCIMA TURMA

Vistos.
Trata-se de remessa oficial de sentença que julgou parcialmente procedentes os embargos à execução opostos pela autarquia previdenciária, em sede de ação revisional previdenciária, para determinar o prosseguimento da execução com base no valor apurado pelo contador do Juízo às fls. 43/51, correspondente à quantia de R$ 3.426,07 em maio de 1996. Restou determinado, ainda, que os honorários advocatícios serão distribuídos entre as partes, na forma do art. 21 do CPC.
Após breve relatório, passo a decidir.
Da remessa oficial.
O reexame necessário é imperioso na fase de conhecimento, decorrendo do interesse público, evidenciado nas situações previstas no artigo 475 do CPC, mas não se mostra cabível na fase de execução, uma vez que não previu a necessidade do duplo grau obrigatório quando o processo já se encontra em fase executória.
Nesse sentido, já se manifestou o C. STJ:
PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. REEXAME NECESSÁRIO. APLICAÇÃO DO ART. 557, CPC. POSSIBILIDADE. ART. 475, II, CPC. DESCABIMENTO.
…
II - A sentença que julga os embargos à execução de título judicial opostos pela Fazenda Pública não está sujeita ao reexame necessário (art. 475, II, do CPC), tendo em vista que a remessa ex officio, in casu, é devida apenas em processo cognitivo, não sendo aplicável em sede de execução de sentença, por prevalecer a disposição contida no art. 520, V, do CPC. Precedentes.
III - Recurso conhecido, porém desprovido.
(STJ - RESP - 263942/PR - 5º Turma, Rel. Min. Felix Fischer, j. em 20.02.2003, DJU de 31.03.2003, p. 242).
Destaco, por fim, que se aplica, no caso em espécie, o disposto no artigo 557, "caput" , do Código de Processo Civil, c/c com a Súmula n. 253 do E. STJ, nestes termos:
Art. 557. O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.
Súmula n. 253 do E. STJ.
O art. 557 do CPC, que autoriza o relator a decidir o recurso, alcança o reexame necessário.
Diante do exposto, nos termos do art. 557, "caput", do Código de Processo Civil, não conheço da remessa oficial.
Intimem-se.
São Paulo, 28 de março de 2007.
SÉRGIO NASCIMENTO
Desembargador Federal

PROC.	:	2006.03.99.043090-0 AC 1156131
ORIG.	:	0400000670 1 Vr NOVA GRANADA/SP 0400006316 1 Vr NOVA GRANADA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	PAULO SERGIO BIANCHINI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	VALDENI NUNES PEREIRA
ADV	:	MARCIA REGINA ARAUJO PAIVA
RELATOR	:	DES.FED. JEDIAEL GALVÃO / DÉCIMA TURMA

Vistos etc.
Proposta ação de conhecimento de natureza previdenciária, objetivando a concessão de aposentadoria por idade rural, sobreveio sentença de procedência do pedido, condenando-se a autarquia previdenciária a conceder o benefício, no valor de um salário mínimo, a partir da data da citação, devendo as prestações vencidas ser pagas com correção monetária e juros de mora, desde a citação, custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios fixados em 15% (quinze por cento) sobre o valor atualizado da condenação, excluídas as parcelas vincendas.
A r. sentença não foi submetida ao reexame necessário.
Inconformada, a autarquia previdenciária interpôs recurso de apelação, pugnando pela integral reforma da sentença, para que seja julgado improcedente o pedido. No mais, insurge-se contra o pagamento de custas, despesas processuais e honorários advocatícios.
Com contra-razões, os autos foram remetidos a este Tribunal.
É o relatório.
D E C I D O.
A autora postula a concessão do benefício de aposentadoria rural por idade.
Tal benefício está previsto no artigo 143 da Lei n.º 8.213/91, exigindo-se, para a sua concessão, a comprovação do exercício de trabalho rural, ainda que descontinuamente, mas no período imediatamente anterior ao ajuizamento da demanda, em número de meses idêntico à carência desse benefício, dispensando-se a comprovação do efetivo recolhimento das contribuições mensais nesse período.
Em se tratando de trabalhadora rural, a aposentadoria por idade é devida aos 55 (cinqüenta e cinco) anos (artigo 48, § 1º, da Lei n.º 8.213/91).
Tendo a autora nascido em 30/05/1948, completou essa idade em 30/05/2003.
Nos termos do artigo 55, § 3.º, da Lei 8.213/91 e do entendimento jurisprudencial consubstanciado na Súmula 149 do Superior Tribunal de Justiça, para a comprovação do trabalho rural é necessária a apresentação ao menos de início de prova material, corroborável por prova testemunhal. Ressalta-se que o início de prova material, exigido pelo § 3º do artigo 55 da Lei nº 8.213/91, não significa que o segurado deverá demonstrar mês a mês, ano a ano, por intermédio de documentos, o exercício de atividade na condição de rurícola, pois

isto importaria em se exigir que todo o período de trabalho fosse comprovado documentalmente, sendo de nenhuma utilidade a prova testemunhal para demonstração do labor rural.
Início de prova material, conforme a própria expressão o diz, não indica completude, mas sim começo de prova, princípio de prova, elemento indicativo que permita o reconhecimento da situação jurídica discutida, desde que associada a outros dados probatórios.
Entretanto, no caso dos autos, não restou demonstrado que a autora tenha efetivamente exercido atividade rural pelo período equivalente à carência e imediatamente anterior ao requerimento do benefício.
Não há nos autos documento que comprove o vínculo matrimonial entre Wilson de Oliveira e a parte autora, mas mesmo que se entendesse constituir início de prova material a cópia da CTPS (12/15), em que o mesmo está qualificado profissionalmente como lavrador, isto é, mesmo que se considerasse extensível a ela a qualificação de trabalhador rural, esse documento registra atos praticados em entre 1970 a 1976 , sendo que em períodos posteriores ele exerceu atividades de natureza urbana, conforme se verifica dos documentos juntados aos autos pelo INSS (fls. 119/123). No último vínculo empregatício urbano iniciado em 1976, não há data de baixa na CTPS, o que pressupõe a permanência em tal atividade, afastando sua condição de trabalhador rural.
Portanto, não existindo outro documento que indique o exercício de atividade rural em período mais recente, posterior ao trabalho urbano ou contemporâneo ao período de carência, desnecessária a incursão sobre a credibilidade ou não da prova testemunhal, uma vez que esta, isoladamente, não se presta à declaração de existência de tempo de serviço rural.
Nesse passo, não comprovado o exercício pela autora de atividade rurícola no período equivalente à carência e imediatamente anterior ao ajuizamento da demanda, impossível a concessão da aposentadoria rural por idade prevista no artigo 143 da Lei n.º 8.213/91.
Com supedâneo em orientação do Supremo Tribunal Federal (Agravo Regimental em REO nº 313.348/RS, Relator Ministro Sepúlveda Pertence, j. 15/04/03, DJU 16/05/03, p. 616), deixo de condenar a autora nas verbas de sucumbência, por ser beneficiária da assistência judiciária gratuita.
Diante do exposto, nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, DOU PROVIMENTO À APELAÇÃO DO INSS para, reformando a sentença, julgar improcedente o pedido.
Transitado em julgado, remetam-se os autos à Vara de origem, observadas as formalidades legais.
Publique-se e intimem-se.
São Paulo, 27 de março de 2007.
JEDIAEL GALVÃO
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2006.03.99.043315-8 AC 1156384
ORIG.	:	0600000833 1 Vr VOTUPORANGA/SP 0600085285 1 Vr VOTUPORANGA/SP
APTE	:	CIDRAQUE DOS SANTOS SANTIAGO
ADV	:	MAURO ROGERIO VICTOR DE OLIVEIRA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	VITORINO JOSE ARADO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. JEDIAEL GALVÃO / DÉCIMA TURMA

Vistos etc.
Proposta ação de conhecimento, objetivando a concessão de pensão por morte, sobreveio sentença de improcedência do pedido, deixando-se de condenar a parte autora ao pagamento das verbas de sucumbência.
Inconformada, a parte autora interpôs recurso de apelação, postulando a integral reforma da sentença, sustentando a comprovação dos requisitos para a concessão do benefício pleiteado.
Com contra-razões, os autos foram remetidos a este Tribunal.
É o relatório.
D E C I D O
Postula a parte autora a concessão do benefício de pensão por morte, em decorrência do óbito de sua esposa Ana Maria Xavier Santiago.
A concessão de pensão aos dependentes do trabalhador rural somente surgiu com a Lei Complementar nº 11, de 25/5/71, que instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural - PRORURAL. Até então não havia previsão legal de benefícios previdenciários ou assistenciais aos trabalhadores rurais e seus dependentes.
No caso, o óbito ocorreu em 12/03/1979. Assim, deve ser aplicada a referida lei, que, por força dos efeitos retroativos da Lei nº 7.604, de 26/5/87, que dispõe sobre a atualização de benefícios da Previdência Social, em seu art. 4º, determinando que, a partir de 1º de abril de 1987, seria devida a pensão de que trata o art. 6º da Lei Complementar nº 11, de 1971, aos dependentes do trabalhador rural falecido, inclusive, em data anterior a 26 de maio de 1971. Lembra-se aqui precedente do Superior Tribunal de Justiça:
"RESP. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. DEPENDENTE RURAL.
A pensão de que trata o art. 4º, da Lei nº 7.604/87 é devida a partir de 1º de abril de 1987 aos dependentes de trabalhador rural, falecido em data anterior aos 26 de maio de 1971." (REsp nº 180021, Relator Ministro Luiz Vicente Cernicchiaro, DJ 25/10/1999, p. 132).
Dessa forma, para a concessão do benefício em questão, não deve ser aplicada a Lei nº 8.213/91, uma vez que a legislação aplicável é aquela vigente à data do óbito, consoante jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: "O fato gerador para a concessão da pensão por morte é o óbito do segurado instituidor do benefício, portanto, a pensão por morte deve ser concedida com base na legislação vigente à época da ocorrência desse fato." (REsp nº 529866/RN, Relator Ministro Jorge Scartezzini, DJ 15/12/2003, p. 381).
Ressalta-se que o benefício de pensão por morte, concedido ao trabalhador rural, em período anterior ao advento da Lei nº 8.213/91, independe do recolhimento das contribuições, bastando apenas a demonstração do exercício da atividade rural, conforme precedente do STJ:
"PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. ÓBITO OCORRIDO ANTES DA CF/88. ATIVIDADE RURÍCOLA E DEPENDÊNCIA ECONÔMICA COMPROVADAS. PERÍODO MÍNIMO DE CARÊNCIA. PRESCINDIBILIDADE.
1. Não havendo necessidade de se completar um período mínimo de carência para a concessão de pensão aos dependentes de trabalhador rural, por morte ocorrida na vigência da Lei nº 7.604/87, não há que se exigir daqueles a comprovação das contribuições previdenciárias, bastando a prova da atividade rurícola e da dependência econômica.
2. Recurso conhecido e provido." (REsp nº 197003, Relator Ministro Edson Vidigal, DJ 25/10/1999, p. 120).
No caso dos autos, há início de prova material da condição de rurícola do marido da falecida, consistente na cópia da certidão de casamento (fl. 10), na qual está qualificado como lavrador. Tal documento, em conjunto com a prova testemunhal colhida no curso da instrução processual, é hábil ao reconhecimento do exercício da atividade rural desenvolvida, bem como o Superior Tribunal de Justiça, sensível à realidade social do trabalhador rural, pacificou o entendimento de ser extensível à esposa a qualificação de trabalhador rural apresentada pelo marido, constante de documento, conforme revelam as ementas destes julgados:
"PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL.
Firmou-se a jurisprudência da Corte no sentido de que o documento probante da situação de camponês do marido é início razoável de prova material da qualidade de trabalhadora rural da sua mulher.
Recurso especial atendido" (REsp n º 258570-SP, Relator Ministro Fontes de Alencar, j. 16/08/2001, DJ 01/10/2001, p. 256).
"As anotações em certidões de registro civil, a declaração de produtor rural, a nota fiscal de produtor rural, as guias de recolhimento de contribuição sindical e o contrato individual de trabalho em Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, todos contemporâneos à época dos fatos alegados, se inserem no conceito de início razoável de prova material." (REsp nº 280402/SP, Relator Ministro Hamilton Carvalhido, DJ 10/09/2001, p. 427).
Entretanto, a condição de dependente do autor em relação ao "de cujus" não restou devidamente comprovada, uma vez que, sendo ele cônjuge de trabalhadora rural, não comprovou sua condição de "marido inválido" à época do falecimento de sua esposa, conforme dispõe o art. 11, inciso I, da Lei nº 3.807, de 26/08/60, vigente à época do óbito.
Nesse passo, ante a ausência de comprovação, por parte do autor, da condição de dependente do "de cujus" e sendo requisito essencial à concessão da pensão por morte, nos termos do artigo 2º, inciso II, c.c. o art. 11, inciso I, da Lei n.º 3.807/60, o benefício postulado não deve ser concedido, sendo desnecessária a incursão sobre os demais requisitos exigidos para a sua concessão.
Para o exaurimento da matéria, trago à colação o seguinte precedente deste egrégio Tribunal Regional Federal da 3.ª Região:
"PREVIDENCIÁRIO - PENSÃO POR MORTE - REMESSA OFICIAL TIDA POR INTERPOSTA - DIREITO INTERTEMPORAL. LEI COMPLEMENTAR N. 11/71. COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE DEPENDENTE - MARIDO - AUSÊNCIA DE INVALIDEZ. I - Remessa oficial tida por interposta (Lei nº 9.469/97). II - Em se tratando de benefício rural de pensão por morte, há que se aplicar a lei vigente à época do óbito do segurado (28.02.1981) que, no caso, é a Lei Complementar n. 11/71. II - Nos termos do artigo 12, inciso I, do Dec. nº 83.080/79, o marido somente ostentava a condição de dependente caso restasse comprovada a sua condição de inválido, o que não é o caso dos autos. III - Em se tratando de beneficiário da justiça gratuita, incabível a condenação da autora nos ônus de sucumbência. Precedentes do STF. IV - Remessa Oficial, tida por interposta, e apelação do réu providos.(AC n.º 807597-SP, Relator Desembargador Federal Sergio Nascimento, j. 25/05/2004, DJU 30/07/2004, p. 502)
Diante do exposto, nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO À APELAÇÃO DA PARTE AUTORA, nos termos da fundamentação.
Transitado em julgado, remetam-se os autos à Vara de origem, observadas as formalidades legais.
Publique-se e intime-se.
São Paulo, 27 de março de 2007.
JEDIAEL GALVÃO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.99.043940-9 AC 1157412
ORIG.	:	0500000057 3 Vr TATUI/SP 0500001273 3 Vr TATUI/SP
APTE	:	ROSA PIRES DA SILVA
ADV	:	JOSE CARLOS MACHADO SILVA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SUZETE MARTA SANTIAGO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. JEDIAEL GALVÃO / DÉCIMA TURMA

Vistos etc.
Trata-se de apelação interposto por Sebastião Silva em face de sentença que indeferiu a petição inicial e extinguiu o processo sem julgamento do mérito, nos termos do artigo 267, inciso I, do Código de Processo Civil, sob o fundamento de que a Autora é carecedora de interesse processual, uma vez que deixou de requerer administrativamente o benefício.
Inconformada, a parte autora interpôs recurso de apelação, pugnando pela anulação da sentença e remessa dos autos ao Juízo a quo para prosseguimento do feito.
Com contra-razões, os autos foram remetidos a este Tribunal.
É o relatório.
D E C I D O.
Não procede a alegação de carência de ação, decorrente da ausência de requerimento administrativo do benefício. Conquanto se possa dizer que não exista lide, em virtude da ausência de pretensão resistida a qualificar o conflito de interesses, o fato é que o INSS, constantemente, nega acesso ao pretenso beneficiário as suas vias administrativas sob alegação de falta de prova dos requisitos necessários para a concessão do benefício.
Não há razão para que o segurado, como condição prévia ao ajuizamento da ação, deflagre pedido administrativo quando já se antevê que a pretensão não tem encontrado, em casos semelhantes, a acolhida esperada. A resistência a qualificar o conflito de interesses na hipótese é evidente, gerando o legítimo interesse de agir diante da necessidade do provimento jurisdicional almejado.
Ademais, o art. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal reza que "A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito".
Nessa esteira, este Tribunal Regional Federal firmou entendimento no sentido de que é desnecessária a prévia postulação administrativa ou o exaurimento dessa via para obtenção de benefício previdenciário por meio da prestação jurisdicional, notadamente quando a pretensão é daquelas que rotineiramente a autarquia previdenciária tem se pronunciado pelo indeferimento. Tal entendimento, em face das reiteradas decisões, cristalizou-se na Súmula 09 desta Corte.
"Em matéria previdenciária, torna-se desnecessário o prévio exaurimento da via administrativa, como condição de ajuizamento da ação".
No mesmo sentido da orientação aqui adotada, os seguintes precedentes jurisprudenciais:
"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSO CIVIL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PROPOSITURA DA AÇÃO. PRÉVIO REQUERIMENTO. VIA ADMINISTRATIVA. DESNECESSIDADE.
1. Consoante entendimento pacificado desta Corte, é desnecessário o prévio requerimento administrativo para a propositura de ação judicial objetivando a concessão de benefício previdenciário.
Precedentes.
2. Agravo regimental improvido." (STJ; AGA 461121/SP, Relator Ministro Fernando Gonçalves, j. 17/12/2002, DJ 17/02/2003, p. 417);
"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIOS. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. DESNECESSIDADE.
O prévio requerimento na esfera administrativa não pode ser considerado como condição para propositura da ação de natureza previdenciária.
Ademais, é pacífico neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que é desnecessário o requerimento administrativo prévio à propositura de ação que vise concessão de benefício previdenciário.
Recurso conhecido e desprovido." (STJ; REsp 602843/PR, Relator Ministro José Arnaldo da Fonseca, j. 26/10/2004, DJ 29/11/2004, p. 379).
No mesmo sentido, precedente da 10ª Turma desta Corte Regional Federal, em aresto de minha relatoria:
"O prévio requerimento administrativo não é condição para a propositura de ação previdenciária, especialmente em se tratando de pretensão que não tem encontrado acolhida na esfera administrativa. Prevalência do princípio do amplo acesso ao Poder judiciário, estabelecido no artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal." (AC nº 755043/SP, j. 23/11/2004, DJU 10/01/2005, p. 149).
Diante do exposto, nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, DOU PROVIMENTO À APELAÇÃO DA PARTE AUTORA para anular a r. sentença e determinar o retorno dos autos à Vara de Origem para prosseguir com a instrução do feito, notadamente para a produção de prova testemunhal, após o que deverá ser proferido novo julgamento.
Transitado em julgado, remetam-se os autos à Vara de origem, observadas as formalidades legais.
Publique-se e intimem-se.
São Paulo, 28 de fevereiro de 2007.
JEDIAEL GALVÃO
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2006.03.99.044206-8 AC 1157966
ORIG.	:	0400000390 1 Vr IPUA/SP
APTE	:	JANICE APARECIDA FERREIRA
ADV	:	MAYRA MARIA SILVA COSTA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARIA HELENA TAZINAFO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Previdenciário. Aposentadoria por invalidez. Inaptidão laboral não configurada. Benefício indeferido.
Aforada ação de aposentadoria por invalidez, em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e processado o feito, sobreveio sentença de improcedência, ensejando a oferta de apelação autoral, argumentando, em síntese, restarem atendidas as exigências legais à prestação vindicada.
Com contra-razões, os autos subiram a esta Corte.
Passo ao exame.

Para efeito de aposentadoria por invalidez, exige-se que o requerente seja segurado da Previdência Social, tenha cumprido o período de carência de 12 (doze) contribuições, e esteja incapacitado, total e definitivamente, ao trabalho (art. 201, I, da CR/88 e art. 18, I, "a"; 25, I e 42 da Lei nº 8.213/91).
Na espécie, afigura-se demasiado perquirir da condição de segurada da parte autora, dado que o laudo pericial foi conclusivo, quanto à sua aptidão, ao exercício de atividades laborativas (fs. 74/80).
Como se vê, inocorrente demonstração de incapacidade, total e definitiva, ao labor, de se indeferir a benesse vindicada.
Nesse diapasão, assim decidiu esta Turma:
"PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. ARTIGO 42, CAPUT E § 2º DA LEI N.º 8.213/91. QUALIDADE DE SEGURADA. CARÊNCIA. LAUDO PERICIAL. INCAPACIDADE NãO COMPROVADA. BENEFÍCIO INDEVIDO. VERBAS DE SUCUMBÊNCIA.
1. Agravo retido do INSS não conhecido, uma vez que sua apreciação por este Tribunal não foi expressamente requerida pelo agravante nas suas contra-razões de apelação, nos termos do artigo 523, § 1º, do Código de Processo Civil.
2. A aposentadoria por invalidez somente é devida ao segurado que comprove os requisitos do artigo 42 da Lei n.º 8.213/91.
3. Existindo início razoável de prova documental, contemporânea à época dos fatos, complementada pelos depoimentos das testemunhas, de que a autora exerceu atividade rural, resta comprovada a qualidade de segurado da Previdência Social. Observa-se, na hipótese, a Súmula 149 do Superior Tribunal de Justiça e o artigo 55, § 3º, da Lei 8.213/91.
4. Comprovada a condição de trabalhadora rural pelo período equivalente à carência, desnecessário o recolhimento das respectivas contribuições para a obtenção da aposentadoria por invalidez.
5. Tendo o laudo pericial concluído que a Autora não está incapacitada para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, não faz jus à concessão de aposentadoria por invalidez.
6. Ante a ausência de comprovação de incapacidade total e definitiva, é desnecessária a incursão sobre os demais requisitos exigidos para a concessão da aposentadoria por invalidez.
7. Da mesma forma, não há que se falar em concessão de auxílio-doença, nos termos dos artigos 59 e 62 da Lei n.º 8.213/91, uma vez que não se trata de hipótese de reabilitação profissional, uma vez que o Autor não se encontra incapacitado para o exercício de suas funções habituais.
8. Agravo retido do INSS não conhecido. Apelação da Autora improvida."
(AC 915217- Rel. Des. Fed. Galvão Miranda, j. 06/4/2004, v.u., DJU 28/5/2004, p.690)
"PREVIDENCIÁRIO. PROCESSO CIVIL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. RURAL. FALTA DE COMPROVAÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO. LAUDO DESFAVORÁVEL. INCAPACIDADE LABORAL NÃO COMPROVADA.
I - O apelante não comprovou a qualidade de segurado da previdência social, não se verificando a existência nos autos de prova relativa à atividade rural que alega ter exercido, para os fins do art. 39, I, da Lei nº 8.213/91.
II - O laudo judicial revela que o autor é portador de enfermidade que não acarreta incapacidade laboral, revelando-se inviável a concessão do benefício pleiteado.
III- Apelação do autor improvida."
(AC 555683- Rel. Des. Fed. Sérgio Nascimento, j. 22/02/2005, v.u., DJU 14/3/2005, p.479)
"PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. RURAL. LAUDO PERICIAL DESFAVORÁVEL. INCAPACIDADE LABORAL NÃO COMPROVADA.
I - Ante o disposto no parágrafo 1º, do art. 523 do Código de Processo Civil, não se conhece do agravo retido se a parte não requerer expressamente, nas razões ou na resposta da apelação, sua apreciação pelo Tribunal.
II - o laudo judicial revela que o autor é portador de enfermidade que não acarreta redução da capacidade laboral, revelando-se inviável a concessão do benefício pleiteado.
XII - Agravo retido interposto pelo réu não conhecido. Apelação do autor improvida."
(AC 416562 - Rel. Des. Fed. Sérgio Nascimento, j. 02/9/2003, v.u., DJU 29/9/2003, p.382)
Tais as circunstâncias, tratando-se de recurso, manifestamente, improcedente, conflitando, frontalmente, com jurisprudência dominante deste Sodalício, nego-lhe seguimento, com fulcro no art. 557, caput, do CPC.
Respeitadas as cautelas legais, baixem os autos à Vara de origem.
Dê-se ciência.
Em, 28 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2006.03.99.044227-5 AC 1157986
ORIG.	:	0100001002 1 Vr PAULO DE FARIA/SP 0100008657 1 Vr PAULO DE FARIA/SP
APTE	:	DIONIZIO CARLOS DE BRITO
ADV	:	ADELINO FERRARI FILHO
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOAO LUIZ MATARUCO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Previdenciário. Aposentadoria por invalidez. Inaptidão laboral não configurada. Benefício indeferido.
Aforada ação de aposentadoria por invalidez, em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e processado o feito, sobreveio sentença de improcedência, ensejando a oferta de apelação autoral, argumentando, em síntese, restarem atendidas as exigências legais à prestação vindicada.
Com contra-razões, os autos subiram a esta Corte.
Passo ao exame.
Para efeito de aposentadoria por invalidez, exige-se que o requerente seja segurado da Previdência Social, tenha cumprido o período de carência de 12 (doze) contribuições, e esteja incapacitado, total e definitivamente, ao trabalho (art. 201, I, da CR/88 e art. 18, I, "a"; 25, I e 42 da Lei nº 8.213/91).
Na espécie, afigura-se demasiado perquirir da condição de segurada da parte autora, dado que o laudo pericial foi conclusivo, quanto à sua aptidão, ao exercício de atividades laborativas (fs. 49/51).
Como se vê, inocorrente demonstração de incapacidade, total e definitiva, ao labor, de se indeferir a benesse vindicada.
Nesse diapasão, assim decidiu esta Turma:
"PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. ARTIGO 42, CAPUT E § 2º DA LEI N.º 8.213/91. QUALIDADE DE SEGURADA. CARÊNCIA. LAUDO PERICIAL. INCAPACIDADE NãO COMPROVADA. BENEFÍCIO INDEVIDO. VERBAS DE SUCUMBÊNCIA.
1. Agravo retido do INSS não conhecido, uma vez que sua apreciação por este Tribunal não foi expressamente requerida pelo agravante nas suas contra-razões de apelação, nos termos do artigo 523, § 1º, do Código de Processo Civil.
2. A aposentadoria por invalidez somente é devida ao segurado que comprove os requisitos do artigo 42 da Lei n.º 8.213/91.
3. Existindo início razoável de prova documental, contemporânea à época dos fatos, complementada pelos depoimentos das testemunhas, de que a autora exerceu atividade rural, resta comprovada a qualidade de segurado da Previdência Social. Observa-se, na hipótese, a Súmula 149 do Superior Tribunal de Justiça e o artigo 55, § 3º, da Lei 8.213/91.
4. Comprovada a condição de trabalhadora rural pelo período equivalente à carência, desnecessário o recolhimento das respectivas contribuições para a obtenção da aposentadoria por invalidez.
5. Tendo o laudo pericial concluído que a Autora não está incapacitada para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, não faz jus à concessão de aposentadoria por invalidez.
6. Ante a ausência de comprovação de incapacidade total e definitiva, é desnecessária a incursão sobre os demais requisitos exigidos para a concessão da aposentadoria por invalidez.
7. Da mesma forma, não há que se falar em concessão de auxílio-doença, nos termos dos artigos 59 e 62 da Lei n.º 8.213/91, uma vez que não se trata de hipótese de reabilitação profissional, uma vez que o Autor não se encontra incapacitado para o exercício de suas funções habituais.
8. Agravo retido do INSS não conhecido. Apelação da Autora improvida."
(AC 915217- Rel. Des. Fed. Galvão Miranda, j. 06/4/2004, v.u., DJU 28/5/2004, p.690)
"PREVIDENCIÁRIO. PROCESSO CIVIL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. RURAL. FALTA DE COMPROVAÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO. LAUDO DESFAVORÁVEL. INCAPACIDADE LABORAL NÃO COMPROVADA.
I - O apelante não comprovou a qualidade de segurado da previdência social, não se verificando a existência nos autos de prova relativa à atividade rural que alega ter exercido, para os fins do art. 39, I, da Lei nº 8.213/91.
II - O laudo judicial revela que o autor é portador de enfermidade que não acarreta incapacidade laboral, revelando-se inviável a concessão do benefício pleiteado.
III- Apelação do autor improvida."
(AC 555683- Rel. Des. Fed. Sérgio Nascimento, j. 22/02/2005, v.u., DJU 14/3/2005, p.479)
"PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. RURAL. LAUDO PERICIAL DESFAVORÁVEL. INCAPACIDADE LABORAL NÃO COMPROVADA.
I - Ante o disposto no parágrafo 1º, do art. 523 do Código de Processo Civil, não se conhece do agravo retido se a parte não requerer expressamente, nas razões ou na resposta da apelação, sua apreciação pelo Tribunal.
II - o laudo judicial revela que o autor é portador de enfermidade que não acarreta redução da capacidade laboral, revelando-se inviável a concessão do benefício pleiteado.
XII - Agravo retido interposto pelo réu não conhecido. Apelação do autor improvida."
(AC 416562 - Rel. Des. Fed. Sérgio Nascimento, j. 02/9/2003, v.u., DJU 29/9/2003, p.382)
Tais as circunstâncias, tratando-se de recurso, manifestamente, improcedente, conflitando, frontalmente, com jurisprudência dominante deste Sodalício, nego-lhe seguimento, com fulcro no art. 557, caput, do CPC.
Respeitadas as cautelas legais, baixem os autos à Vara de origem.
Dê-se ciência.
Em, 28 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2006.03.99.044890-3 AC 1159190
ORIG.	:	9000000631 1 Vr VICENTE DE CARVALHO/SP
	:	9000000391 1 Vr VICENTE DE CARVALHO/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARIA LUCIA MARTINS BRANDAO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ALMIR ANTILHO DOS SANTOS e outro
ADV	:	ROSEANE DE CARVALHO FRANZESE
RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Embargos à execução de débito previdenciário, rejeitados.
A autarquia pugna pelo acolhimento do seu cálculo.
Levantado o valor do débito por cálculo do Contador desta Corte, enquanto o INSS silenciou, com ele concordou o segurado.
Relatados, decido.
O título executivo condena a autarquia a revisar o cálculo da renda mensal inicial do benefício para corrigir os 24 primeiros primeiros salários-de-contribuição, da série de 36, pelas ORTN/OTN/BTN, consoante a L. 6.423/77, aplicar o índice integral no primeiro reajuste, conforme a Súmula ex-TFR-260, pagar as diferenças atrasadas corrigidas monetariamente pela L. 6.899/81, acrescidas de juros moratórios de 6% ao ano e da verba honorária de 15% sobre a condenação.
É mansa e pacífica a orientação do Superior Tribunal de Justiça quanto ao recalculo da rmi, com atualização monetária segundo o disposto na L. 6.423/77:
"PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. REVISÃO DE BENEFÍCIO CONCEDIDO ANTES DA CF/88. SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. LEI 6.423/77 - IPC's.
Na atualização monetária dos salários-de-contribuição, dos benefícios concedidos antes da promulgação da Constituição Federal, deve-se obedecer ao prescrito na Lei 6.423/77, que fixa o cálculo da renda mensal inicial com base na média dos 24 (vinte e quatro) salários-de-contribuição, anteriores aos 12 últimos, corrigidos pela variação da ORTN/OTN. São aplicáveis no cálculo da correção monetária, em sede de liquidação de sentença, os índices do IPC. O percentual do IPC de janeiro/89 é de 42,72% e não 70,28%. Precedente. Recurso conhecido e parcialmente provido" (REsp 547.911 PE, Min. Jorge Scartezzini; REsp 204.271 RJ, Min. Edson Vidigal).
Constata-se, outrossim, que, na apuração do valor do benefício atinente ao segurado ALMIR ANTILHO DOS SANTOS (fs. 11/25), houve a utilização da renda mensal inicial, sem memória de cálculo, o emprego de índices de atualização divergentes daqueles determinados pelo título executivo judicial e, ademais, não se observou a prescrição qüinqüenal.
Ocorreu o mesmo com o cálculo do segurado PEDRO DOS SANTOS DA SILVA, salvo no tocante à prescrição qüinqüenal, sendo certo que a Súmula ex-TFR 260 não incide em seu benefício, porquanto, aposentado em março/86, o primeiro reajuste foi efetuado por índice integral em janeiro/87.
Destarte, é de se acolher o cálculo elaborado pelo Contador desta Corte, para fixar o valor da execução em R$ 72.253,50 (setenta e dois mil, duzentos e cinqüenta e três reais e cinqüenta centavos), válido para novembro/2004 (fs. 114/133).
Posto isto, com base no art. 557, § 1º-A, do C. Pr. Civil, dou parcial provimento ao recurso do INSS, em consonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.
Decorrido o prazo legal, baixem os autos ao Juízo de origem.
Intimem-se.
São Paulo, 21 de março de 2007.
CASTRO GUERRA
RELATOR

PROC.	:	2006.03.99.044909-9 AC 1159209
ORIG.	:	0400002062 1 Vr BIRIGUI/SP 0400017456 1 Vr BIRIGUI/SP
APTE	:	ROZALINA APARECIDA DE SOUZA GARCIA
ADV	:	ELIANE REGINA MARTINS FERRARI
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUIZ FERNANDO SANCHES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Previdenciário. Aposentadoria por invalidez. Inaptidão laboral não configurada. Benefício indeferido.
Aforada ação de aposentadoria por invalidez, em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e processado o feito, sobreveio sentença de improcedência, ensejando a oferta de apelação autoral, argumentando, em síntese, restarem atendidas as exigências legais à prestação vindicada.
Com contra-razões, os autos subiram a esta Corte.
Passo ao exame.
Para efeito de aposentadoria por invalidez, exige-se que o requerente seja segurado da Previdência Social, tenha cumprido o período de carência de 12 (doze) contribuições, e esteja incapacitado, total e definitivamente, ao trabalho (art. 201, I, da CR/88 e art. 18, I, "a"; 25, I e 42 da Lei nº 8.213/91).
Na espécie, afigura-se demasiado perquirir da condição de segurada da parte autora, dado que o laudo pericial foi conclusivo, quanto à sua aptidão, ao exercício de atividades laborativas (fs. 186/188).
Como se vê, inocorrente demonstração de incapacidade, total e definitiva, ao labor, de se indeferir a benesse vindicada.

Nesse diapasão, assim decidiu esta Turma:
"PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. ARTIGO 42, CAPUT E § 2º DA LEI N.º 8.213/91. QUALIDADE DE SEGURADA. CARÊNCIA. LAUDO PERICIAL. INCAPACIDADE NãO COMPROVADA. BENEFÍCIO INDEVIDO. VERBAS DE SUCUMBÊNCIA.
1. Agravo retido do INSS não conhecido, uma vez que sua apreciação por este Tribunal não foi expressamente requerida pelo agravante nas suas contra-razões de apelação, nos termos do artigo 523, § 1º, do Código de Processo Civil.
2. A aposentadoria por invalidez somente é devida ao segurado que comprove os requisitos do artigo 42 da Lei n.º 8.213/91.
3. Existindo início razoável de prova documental, contemporânea à época dos fatos, complementada pelos depoimentos das testemunhas, de que a autora exerceu atividade rural, resta comprovada a qualidade de segurado da Previdência Social. Observa-se, na hipótese, a Súmula 149 do Superior Tribunal de Justiça e o artigo 55, § 3º, da Lei 8.213/91.

4. Comprovada a condição de trabalhadora rural pelo período equivalente à carência, desnecessário o recolhimento das respectivas contribuições para a obtenção da aposentadoria por invalidez.
5. Tendo o laudo pericial concluído que a Autora não está incapacitada para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, não faz jus à concessão de aposentadoria por invalidez.
6. Ante a ausência de comprovação de incapacidade total e definitiva, é desnecessária a incursão sobre os demais requisitos exigidos para a concessão da aposentadoria por invalidez.
7. Da mesma forma, não há que se falar em concessão de auxílio-doença, nos termos dos artigos 59 e 62 da Lei n.º 8.213/91, uma vez que não se trata de hipótese de reabilitação profissional, uma vez que o Autor não se encontra incapacitado para o exercício de suas funções habituais.
8. Agravo retido do INSS não conhecido. Apelação da Autora improvida."
(AC 915217- Rel. Des. Fed. Galvão Miranda, j. 06/4/2004, v.u., DJU 28/5/2004, p.690)
"PREVIDENCIÁRIO. PROCESSO CIVIL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. RURAL. FALTA DE COMPROVAÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO. LAUDO DESFAVORÁVEL. INCAPACIDADE LABORAL NÃO COMPROVADA.
I - O apelante não comprovou a qualidade de segurado da previdência social, não se verificando a existência nos autos de prova relativa à atividade rural que alega ter exercido, para os fins do art. 39, I, da Lei nº 8.213/91.
II - O laudo judicial revela que o autor é portador de enfermidade que não acarreta incapacidade laboral, revelando-se inviável a concessão do benefício pleiteado.
III- Apelação do autor improvida."
(AC 555683- Rel. Des. Fed. Sérgio Nascimento, j. 22/02/2005, v.u., DJU 14/3/2005, p.479)
"PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. RURAL. LAUDO PERICIAL DESFAVORÁVEL. INCAPACIDADE LABORAL NÃO COMPROVADA.
I - Ante o disposto no parágrafo 1º, do art. 523 do Código de Processo Civil, não se conhece do agravo retido se a parte não requerer expressamente, nas razões ou na resposta da apelação, sua apreciação pelo Tribunal.
II - o laudo judicial revela que o autor é portador de enfermidade que não acarreta redução da capacidade laboral, revelando-se inviável a concessão do benefício pleiteado.
XII - Agravo retido interposto pelo réu não conhecido. Apelação do autor improvida."
(AC 416562 - Rel. Des. Fed. Sérgio Nascimento, j. 02/9/2003, v.u., DJU 29/9/2003, p.382)
Tais as circunstâncias, tratando-se de recurso, manifestamente, improcedente, conflitando, frontalmente, com jurisprudência dominante deste Sodalício, nego-lhe seguimento, com fulcro no art. 557, caput, do CPC.
Respeitadas as cautelas legais, baixem os autos à Vara de origem.
Dê-se ciência.
Em, 28 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2006.03.99.045063-6 AC 1159588
ORIG.	:	0500004358 3 Vr JACAREI/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ANGELO MARIA LOPES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ANTONIA DE MATTOS PEREIRA (= ou > de 65 anos)
ADV	:	DIRCEU MASCARENHAS
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 3 VARA DE JACAREI SP
RELATOR	:	DES. FED. JEDIAEL GALVÃO / DÉCIMA TURMA

Vistos.
Trata-se de agravo interno interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em face da decisão monocrática que, com fundamento no art. 557 do Código de Processo Civil, negou provimento à apelação do INSS, ao reexame necessário e ao recurso adesivo da autora.
Sustenta a agravante, em síntese, que é indevida a majoração do coeficiente de cálculo do benefício da autora, sob pena de ofensa ao ato jurídico perfeito e aos princípios da isonomia e da legalidade, e ao artigo 195, § 5º, da Constituição Federal, uma vez que já empregou, para o cálculo do benefício, coeficiente que respeita a legislação vigente à época em que ocorreu o fato gerador da pensão.
Requer a reconsideração da decisão ou então que seja levado o presente a julgamento por esta Colenda Turma.
É o relatório.
D E C I D O
Dispõe o artigo 251 do Regimento Interno deste Egrégio Tribunal que "O agravo regimental será submetido ao prolator da decisão, o qual poderá reconsiderá-la ou submeter o agravo ao julgamento do órgão competente, caso em que computar-se-á, também, o seu voto." (grifo nosso).
Nestes termos, acolho as razões expendidas pela autarquia previdenciária.
Embora em outras oportunidades se tenha orientado no sentido do direito à revisão do coeficiente da pensão por morte, a partir da vigência da Lei nº 9.032/95, de forma que correspondesse a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, cuja providência não constituia violação ao princípio tempus regit actum, haja vista que a lei nova não seria aplicada retroativamente, mas sim, teria incidência imediata, conforme decisão prolatada às fls. 77/81, verifica-se que tal orientação restou superada por decisão que trilha posicionamento contrário.
Por maioria de votos, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (Recursos Especiais nºs 416.827 e 414.454, Relator Ministro GILMAR MENDES, j. 08/02/2007, DJ 15/02/2007), entendeu não ser possível a aplicação da Lei nº 9.032/95 aos benefícios que foram concedidos anteriormente a sua edição, uma vez que haveria violação ao princípio constitucional do ato jurídico perfeito (art. 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal).
Dessa maneira, curvando-me ao entendimento que se assentou no Supremo Tribunal Federal, tenho que a aplicação do artigo 75 da Lei nº 8.213/91, com redação dada pela Lei nº 9.032/95, de 28/04/95, não tem aplicabilidade aos benefícios concedidos anteriormente a sua edição.
Diante do exposto, nos termos do artigo 251 do Regimento Interno desta Egrégia Corte, reconsidero a decisão de fls. 77/81, e, com fulcro no artigo 557 do Código de Processo Civil, DOU PROVIMENTO À APELAÇÃO DO INSS E AO REEXAME NECESSÁRIO, para, reformando a r. sentença, julgar improcedente o pedido da autora. Fica, no mais, prejudicada a apreciação do recurso adesivo da parte autora, tudo na forma da fundamentação acima adotada.
Com supedâneo em orientação do Supremo Tribunal Federal (Agravo Regimental em REO nº 313.348/RS, Relator Ministro Sepúlveda Pertence, j. 15/04/03, DJU 16/05/03, p. 616), deixo de condenar a parte autora ao pagamento de honorários advocatícios, considerando que ela é beneficiária da Assistência Judiciária Gratuita.
Transitado em julgado, remetam-se os autos à Vara de origem, observadas as formalidades legais.
Publique-se e Intimem-se.
São Paulo, 23 de março de 2007.
JEDIAEL GALVÃO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2006.03.99.046150-6 AC 1162258
ORIG.	:	0500001013 1 Vr PALMEIRA D OESTE/SP 0500014699 1 Vr PALMEIRA D OESTE/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CARMEM PATRICIA NAMI GARCIA SUANA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	GENI ANACLETO DE SOUZA
ADV	:	JOSE CANDIDO DUTRA JUNIOR
RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO / DÉCIMA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de apelação de sentença pela qual o réu foi condenado a conceder à parte autora o benefício de aposentadoria rural por idade, no valor de 01 (um) salário mínimo, a contar da citação. Sobre as parcelas vencidas incidirá correção monetária, nos termos das Leis 6899/81 e 8213/91, acrescidas de juros de mora de 1% ao mês. Foi condenado ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 15% (quinze por cento) sobre o valor das parcelas vencidas, nos termos da Súmula 111 do STJ. Houve condenação em custas.
Em seu recurso de apelação, alega o réu que os documentos juntados com a inicial não são contemporâneos à época que se busca comprovar a atividade rural, bem como que não comprovou o exercício de atividade rural pelo período correspondente ao fixado para a carência do benefício vindicado, a teor do art. 143 da Lei n. 8.213/91.
Com contra-razões da parte autora (fl. 66/70). Subiram os autos a esta E. Corte.
Após breve relatório, passo a decidir.
A parte autora completou 55 anos de idade em 22.08.2001, devendo, assim, comprovar dez anos de atividade rural, nos termos dos arts. 142 e 143 da Lei n. 8.213/91, para a obtenção do benefício em epígrafe.
A jurisprudência do E. STJ firmou-se no sentido de que é insuficiente apenas a produção de prova testemunhal para a comprovação de atividade rural, na forma da Súmula 149 - STJ, in verbis:
A prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito de obtenção de benefício previdenciário.
No caso em tela verifica-se que a autora acostou aos autos documento em que consta o termo lavrador para designar a profissão de seu esposo, qual seja, certidão de casamento realizado em 12.09.1964 (fl. 11) e atestado de óbito, datado de 22.08.1973 (fl. 12), bem como carteira do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aparecida d'Oeste, em nome da autora (fl. 10), os quais constituem início de prova material do alegado labor campesino.
Por outro lado, as testemunhas (fl. 50/51) foram unânimes em afirmar que conhecem a autora há 20 (vinte) anos e que ela sempre exerceu suas atividades no meio rural, sendo que nas últimas semanas trabalhou na colheita de laranjas.
Dessa forma, havendo início de prova material corroborada por prova testemunhal, impõe-se reconhecer que a parte autora comprovou o exercício de atividade rural no período legalmente exigido.
A referida questão está pacificada no âmbito do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, conforme aresto assim ementado, que a seguir transcrevo:
RECURSO ESPECIAL. RURÍCOLA. APOSENTADORIA. PROVA. PROFISSÃO DE LAVRADOR NO REGISTRO DE CASAMENTO. EXTENSÃO À ESPOSA. POSSIBILIDADE.
O acórdão recorrido segue o entendimento pacificado pelo Tribunal, no sentido de que a qualificação profissional do marido, como rurícola, se estende à esposa, quando alicerçada em atos do registro civil, para efeitos de início de prova documental, complementado por testemunhas.
Recurso Especial não conhecido.
(STJ - 5ª Turma; Resp. 183927 - SP 98/0056287-7; Rel. Ministro Gilson Dipp; v.u., j. em 13.10.98; DJ. 23.11.98, pág. 200).
Cumpre observar que a exigência de comprovação da atividade rural no período imediatamente anterior à data do requerimento, como requisito para a concessão do benefício de aposentadoria rural por idade, nos termos do art. 143 da Lei n. 8.213/91, teve por finalidade excluir aqueles segurados que, em data remota, estiveram nas lides rurais, e no momento presente querem se aproveitar do rebaixamento da idade. Tanto é assim, que o legislador ordinário preferiu não estabelecer um lapso temporal preciso no conceito de "...período imediatamente anterior....". Na verdade, para se aferir se o segurado está enquadrado na hipótese prevista pelo art. 143 da Lei n. 8.213/91, há que se perquirir se o mesmo sempre foi trabalhador rural e se laborou em número de meses correspondente à carência, não importando se em dado período houve inatividade, mesmo porque o indigitado preceito admite períodos descontínuos.
Assim sendo, tendo a autora completado 55 anos de idade em 22.08.2001, bem como cumprido tempo de atividade rural superior ao legalmente exigido, consoante os arts. 142 e 143 da Lei n. 8.213/91, é de se conceder a aposentadoria por idade.
O termo inicial do benefício foi corretamente fixado a contar da citação, ante a ausência de requerimento administrativo.
Cumpre, ainda, explicitar os critérios de cálculo de correção monetária e juros de mora.
A correção monetária incide sobre as prestações em atraso, desde os respectivos vencimentos, na forma da Súmula 8 do E. TRF da 3ª Região, observada a legislação de regência especificada na Portaria nº 92/2001 DF-SJ/SP, de 23.10.2001 e Provimento nº 64/2005 da E. Corregedoria-Geral da Justiça da 3ª Região.
Os juros moratórios devem ser computados a partir da citação, de forma decrescente, a taxa de 1% ao mês, uma vez que a citação ocorreu após 10.01.2003, nos termos do art. 406 do Código Civil e do art. 161, § 1º, do Código Tributário Nacional, incidindo tais juros até a data de expedição do precatório, caso este seja pago no prazo estabelecido pelo art. 100 da CF/88 (STF, RE n.º 298.616-SP, Relator Ministro Gilmar Mendes, DJ de 20/10/2006, p. 84).
Cumpre apenas esclarecer que devem ser excluídas do cálculo as prestações vincendas, ou seja, serão consideradas as prestações vencidas entre o início da inadimplência até a data em que foi proferida a r. sentença recorrida (Súmula 111 do E. STJ, em sua nova redação).
No tocante às custas processuais, as autarquias são isentas das mesmas (artigo 4º, inciso I da Lei 9.289/96), porém devem reembolsar, quando vencidas, as despesas judiciais feitas pela parte vencedora (artigo 4º, parágrafo único).
Diante do exposto, nos termos do artigo 557, do Código de Processo Civil, nego seguimento à apelação do réu. Conheço, de ofício, a ocorrência de erro material, para excluir as custas processuais da condenação.
Determino que, independentemente do trânsito em julgado, expeça-se email ao INSS, instruído com os devidos documentos da parte autora GENI ANACLETO DE SOUZA, a fim de serem adotadas as providências cabíveis para que seja o benefício de aposentadoria por idade implantado de imediato, com data de início - DIB em 24.11.2005, no valor de um salário mínimo, tendo em vista o "caput" do artigo 461 do CPC.
Decorrido "in albis" o prazo recursal, dê-se baixa na Distribuição.
Intimem-se.
São Paulo, 02 de março de 2007.

PROC.	:	2005.03.99.046213-0 AC 1065210
ORIG.	:	0400000506 1 Vr IPUA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARIA HELENA TAZINAFO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MARIA MARCIMIRA DE SOUZA
ADV	:	JOSE CLEMILSON TRISTAO MIRANDA
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE IPUA SP
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Previdenciário. Aposentadoria por idade. Rurícola. Início de prova documental. Depoimentos testemunhais uníssonos. Benefício deferido.
Aforada ação de aposentadoria por idade rural, contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, processado o feito, com agilização de agravo retido, oportunamente, reiterado, quanto à questão do prévio requerimento administrativo, sobreveio sentença de procedência, ensejando a interposição de apelação autárquica, aduzindo ausência dos requisitos à percepção do benefício. Houve insurgência, quanto aos corolários do sucumbimento.
A sentença restou submetida ao reexame necessário. Decido.
Na espécie, inaplicável a disposição sobre o reexame necessário, considerados o valor do benefício e o lapso temporal de sua implantação, não excedente a 60 salários mínimos (art. 475, § 2º, CPC, n. r.).
Diante do princípio constitucional da inafastabilidade do controle jurisdicional, improcedem as razões expendidas no agravo retido.
No mérito, diga-se que a aposentadoria por idade de rurícola reclama idade mínima de 60 anos (homem) e 55 anos (mulher), e demonstração do exercício de atividade rural, ainda que intercalada, em número de meses idêntico à carência do referido benefício, afastada a obrigatoriedade de contribuições (arts. 201, § 7º, II, da CR/88, e 48, 49, 142 e 143 da Lei nº 8.213/91). Pondere-se, ainda, que o prazo de 15 (quinze) anos, estatuído no sobredito art. 143, e prorrogado, ao rurícola empregado, por mais, dois anos, consoante Lei nº 11.368/2006, diz respeito ao lapso para ingresso de pedido tendente à obtenção do benefício, e não à duração do pagamento da benesse.
De acordo com a jurisprudência, suficiente, a tal demonstração, início de prova material, corroborado por prova testemunhal, atentando-se, dentre outros aspectos, que: em regra, são extensíveis os documentos em que os genitores, cônjuges, ou conviventes, aparecem qualificados como lavradores; o afastamento do ofício campestre, pelo solicitante, após satisfação dos requisitos ao benefício, não obsta a outorga deste; o abandono da ocupação rural, por parte de quem se empresta a qualificação profissional, em nada interfere no deferimento da prestação, desde que se anteveja a persistência do mister campesino, pelo requerente da aposentação; mantém a qualidade de segurado, o obreiro que cessa sua atividade laboral, em conseqüência de moléstia; a prestação de labor urbano, intercalado com lides rurais, de per si, não desnatura o princípio de prova documental amealhado; durante o período de graça, a filiação e conseqüentes direitos, perante a Previdência Social, ficam preservados.
In casu, a pleiteante comprova o cumprimento do requisito etário - f. 06 - e apresenta início de prova material do trabalho campesino - v., em especial, fs. 07/09 - ratificado por prova oral (fs. 68/69), presentes, aqui, as considerações, introdutoriamente, lançadas.
Dessa forma, comprovado o preenchimento dos requisitos legais, de se deferir a benesse, a partir da citação, à falta de requerimento administrativo.
Quanto aos consectários, aplicam-se posicionamentos, consagrados nesta Turma Julgadora: as parcelas vencidas, observada a prescrição qüinqüenal, são corrigidas, pelo Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal; os juros moratórios incidem, mensalmente, à taxa legal, de forma decrescente, a partir do termo inicial do benefício, estendendo-se até a expedição do precatório, se pago no prazo constitucional.
Já a verba honorária comporta manutenção, porque fixada nos moldes do art. 20 § 3º, do CPC.
Observe-se, finalmente, que todos os pontos versados neste decisório já se encontram pacificados na jurisprudência. Cf., a propósito, dentre outros: C. STJ - AgRg - REsp nº 701.530, Rel. Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, DJ 07/3/2005; REsp nº 707.846, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 14/3/2005; REsp nº 504.568, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 13/12/2004; REsp nº 552.600/RS, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Quinta Turma, DJ 06/12/2004; REsp nº 210.944/SP, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Sexta Turma, DJ 22/11/99; EREsp nº 448.813, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Terceira Secão, DJ 02/3/2005; AgRgREsp nº 496.838, Rel. Min. Paulo Gallotti, Sexta Turma, DJ 21/6/2004; TRF-3ª Reg. - AC nº 637.451, Rel. Des. Fed. Marisa Santos, Nona Turma, DJ 05/11/2004; AC nº 961219, Rel. Des. Fed. Galvão Miranda, Décima Turma, DJ 04/10/2004; AC nº 651.504, Rel. Des. Fed. Roberto Haddad, Primeira Turma, DJ 17/4/2001; AC nº 92.03.018795-2, Rel. Des. Fed. José Kallás, Segunda Turma, DJ 26/4/95.
Afigura-se, assim, que o recurso encontra-se em manifesto confronto com posicionamentos jurisprudenciais consagrados, caso em que compete, ao relator, negar-lhe seguimento (art. 557, caput, do CPC).
Do exposto, não conheço da remessa oficial e nego seguimento ao agravo retido e à apelação.
Ante a natureza alimentar da prestação, oficie-se ao INSS, encaminhando-lhe os documentos necessários, para que sejam adotadas as medidas cabíveis à imediata implantação do benefício previdenciário, independentemente de trânsito em julgado (art. 461 do CPC).
Respeitadas as cautelas legais, tornem os autos à Origem.
Dê-se ciência.
Em, 13/3/2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2006.03.99.046264-0 AC 1162371
ORIG.	:	0500000350 1 Vr CAFELANDIA/SP 0500001450 1 Vr CAFELANDIA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOSE ANTONIO BIANCOFIORE
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MARIA ROSA DE OLIVEIRA PEREIRA
ADV	:	DANIEL BELZ
RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO / DÉCIMA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de apelação de sentença pela qual o réu foi condenado a conceder à parte autora o benefício de aposentadoria rural por idade, no valor de 01 (um) salário mínimo, a contar da citação. Sobre as parcelas vencidas incidirá correção monetária, acrescidas de juros de mora. Foi condenado ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, nos termos da Súmula 111 do STJ. Não houve condenação em custas e despesas processuais.
Em seu recurso de apelação, alega o réu que os documentos juntados com a inicial não são contemporâneos à época que se busca comprovar a atividade rural, bem como que não comprovou o exercício de atividade rural pelo período correspondente ao fixado para a carência do benefício vindicado, a teor do art. 143 da Lei n. 8.213/91. Subsidiariamente, requer a redução dos honorários advocatícios para 5% sobre o valor das parcelas vencidas, bem como a isenção de custas.
Sem contra-razões da parte autora. Subiram os autos a esta E. Corte.
Após breve relatório, passo a decidir.
A parte autora completou 55 anos de idade em 08.12.2000, devendo, assim, comprovar nove anos e seis meses de atividade rural, nos termos dos arts. 142 e 143 da Lei n. 8.213/91, para a obtenção do benefício em epígrafe.
A jurisprudência do E. STJ firmou-se no sentido de que é insuficiente apenas a produção de prova testemunhal para a comprovação de atividade rural, na forma da Súmula 149 - STJ, in verbis:
A prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito de obtenção de benefício previdenciário.
No caso em tela verifica-se que a autora acostou aos autos documento em que consta o termo lavrador para designar sua profissão, qual seja, certidão de casamento realizado em 02.04.1965 (fl. 06), o qual constitui início de prova material do alegado labor campesino.
Por outro lado, as testemunhas (fl. 52/53) foram unânimes em afirmar que conhecem a autora há 30 (trinta) e 20 (vinte) anos, respectivamente, e que ela sempre exerceu suas atividades no meio rural, como bóia-fria.
Dessa forma, havendo início de prova material corroborada por prova testemunhal, impõe-se reconhecer que a parte autora comprovou o exercício de atividade rural no período legalmente exigido.
A referida questão está pacificada no âmbito do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, conforme aresto assim ementado, que a seguir transcrevo:
PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL. APOSENTADORIA POR IDADE. COMPROVAÇÃO DA ATIVIDADE RURAL. VALORAÇÃO DA PROVA TESTEMUNHAL. RECURSO ESPECIAL.
1. A valoração dos depoimentos testemunhais sobre o período de atividade rural exercida pela recorrente é válida, se apoiada em início razoável de prova material, ainda que esta somente comprove tal exercício durante uma fração do tempo exigido em lei.
2. Considera-se a Certidão de Casamento, na qual expressamente assentada a profissão de rurícola do requerente, início razoável de prova documental, a ensejar a concessão do benefício previdenciário.
3. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nesta parte, provido.
(STJ - 5ª Turma; REsp. 266852 - MS, 2000/0069761-3; Rel. Ministro Edson Vidigal; v.u., j. em 21.09.2000; DJ. 16.10.2000, pág. 347).
Cumpre observar que a exigência de comprovação da atividade rural no período imediatamente anterior à data do requerimento, como requisito para a concessão do benefício de aposentadoria rural por idade, nos termos do art. 143 da Lei n. 8.213/91, teve por finalidade excluir aqueles segurados que, em data remota, estiveram nas lides rurais, e no momento presente querem se aproveitar do rebaixamento da idade. Tanto é assim, que o legislador ordinário preferiu não estabelecer um lapso temporal preciso no conceito de "...período imediatamente anterior....". Na verdade, para se aferir se o segurado está enquadrado na hipótese prevista pelo art. 143 da Lei n. 8.213/91, há que se perquirir se o mesmo sempre foi trabalhador rural e se laborou em número de meses correspondente à carência, não importando se em dado período houve inatividade, mesmo porque o indigitado preceito admite períodos descontínuos.
Assim sendo, tendo a autora completado 55 anos de idade em 08.12.2000, bem como cumprido tempo de atividade rural superior ao legalmente exigido, consoante os arts. 142 e 143 da Lei n. 8.213/91, é de se conceder a aposentadoria por idade.
O termo inicial do benefício foi corretamente fixado a contar da citação, ante a ausência de requerimento administrativo.
Cumpre, ainda, explicitar os critérios de cálculo de correção monetária e juros de mora.
A correção monetária incide sobre as prestações em atraso, desde os respectivos vencimentos, na forma da Súmula 8 do E. TRF da 3ª Região, observada a legislação de regência especificada na Portaria nº 92/2001 DF-SJ/SP, de 23.10.2001 e Provimento nº 64/2005 da E. Corregedoria-Geral da Justiça da 3ª Região.
Os juros moratórios devem ser computados a partir da citação, de forma decrescente, a taxa de 1% ao mês, uma vez que a citação ocorreu após 10.01.2003, nos termos do art. 406 do Código Civil e do art. 161, § 1º, do Código Tributário Nacional, incidindo tais juros até a data de expedição do precatório, caso este seja pago no prazo estabelecido pelo art. 100 da CF/88 (STF, RE n.º 298.616-SP, Relator Ministro Gilmar Mendes, DJ de 20/10/2006, p. 84).
Cumpre apenas esclarecer que devem ser excluídas do cálculo as prestações vincendas, ou seja, serão consideradas as prestações vencidas entre o início da inadimplência até a data em que foi proferida a r. sentença recorrida (Súmula 111 do E. STJ, em sua nova redação).
Não conheço o apelo de isenção da autarquia em custas, haja vista a sentença ter disposto no mesmo sentido que a pretensão do réu.
Diante do exposto, nos termos do artigo 557, do Código de Processo Civil, não conheço de parte do apelo do réu e na parte conhecida nego-lhe seguimento.
Determino que, independentemente do trânsito em julgado, expeça-se email ao INSS, instruído com os devidos documentos da parte autora MARIA ROSA DE OLIVEIRA PEREIRA, a fim de serem adotadas as providências cabíveis para que seja o benefício de aposentadoria por idade implantado de imediato, com data de início - DIB em 14.06.2005, no valor de um salário mínimo, tendo em vista o "caput" do artigo 461 do CPC.
Decorrido "in albis" o prazo recursal, dê-se baixa na Distribuição.
Intimem-se.
São Paulo, 02 de março de 2007.

PROC.	:	2006.03.99.046347-3 AC 1162863
ORIG.	:	0400001225 1 Vr MONTE ALTO/SP 0400025666 1 Vr MONTE ALTO/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARIO LUCIO MARCHIONI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ASSUNCAO APARECIDA DOS SANTOS GONCALEZ
ADV	:	ANA CRISTINA CROTI BOER
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Previdenciário. Aposentadoria por idade. Rurícola. Início de prova documental. Depoimentos testemunhais uníssonos. Benefício deferido.
Aforada ação de aposentadoria por idade rural, contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, processado o feito, sobreveio sentença de procedência, ensejando a interposição de apelação autárquica, aduzindo ausência dos requisitos à percepção do benefício. Decido.
A aposentadoria por idade de rurícola reclama idade mínima de 60 anos (homem) e 55 anos (mulher), e demonstração do exercício de atividade rural, ainda que intercalada, em número de meses idêntico à carência do referido benefício, afastada a obrigatoriedade de contribuições (arts. 201, § 7º, II, da CR/88, e 48, 49, 142 e 143 da Lei nº 8.213/91).
De acordo com a jurisprudência, suficiente, a tal demonstração, início de prova material, corroborado por prova testemunhal idônea, atentando-se, dentre outros aspectos, que: em regra, são extensíveis, às mulheres, documentos em que o genitor, cônjuge ou convivente aparecem qualificados como lavradores; o afastamento do ofício campestre, pelo solicitante, após satisfação dos requisitos ao benefício, não obsta a outorga deste; o abandono da ocupação rural, por parte de quem se empresta a qualificação profissional, em nada interfere no deferimento da prestação, desde que se anteveja a persistência do mister campesino, pelo requerente da aposentação; mantém a qualidade de segurado, o obreiro que cessa sua atividade laboral, em conseqüência de moléstia; a prestação de labor urbano, intercalado com lides rurais, de per si, não desnatura o princípio de prova documental amealhado; durante o período de graça, a filiação e conseqüentes direitos, perante a Previdência Social, ficam preservados.
In casu, a pleiteante comprova o cumprimento do requisito etário - f. 10 - e apresenta início de prova material do trabalho campesino - v., em especial, fs. 11/13 - ratificado por prova oral (fs. 41/42), presentes, aqui, as considerações, introdutoriamente, lançadas.
Dessa forma, comprovado o preenchimento dos requisitos legais, de se deferir a benesse, a partir da citação, à falta de requerimento administrativo.
Quanto aos consectários, aplicam-se posicionamentos, consagrados nesta Turma Julgadora: as parcelas vencidas, observada a prescrição qüinqüenal, são corrigidas, pelo Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal; os juros moratórios incidem, mensalmente, à taxa legal, de forma decrescente, a partir do termo inicial do benefício, estendendo-se até a expedição do precatório, se pago no prazo constitucional.
Já a verba honorária comporta manutenção, nos moldes em que fixada, sob pena de violação ao princípio da non reformatio in pejus.
Observe-se, finalmente, que todos os pontos versados neste decisório já se encontram pacificados na jurisprudência. Cf., a propósito, dentre outros: C. STJ - AgRg - REsp nº 701.530, Rel. Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, DJ 07/3/2005; REsp nº 707.846, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 14/3/2005; REsp nº 504.568, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 13/12/2004; REsp nº 552.600/RS, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Quinta Turma, DJ 06/12/2004; REsp nº 210.944/SP, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Sexta Turma, DJ 22/11/99; EREsp nº 448.813, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Terceira Secão, DJ 02/3/2005; AgRgREsp nº 496.838, Rel. Min. Paulo Gallotti, Sexta Turma, DJ 21/6/2004; TRF-3ª Reg. - AC nº 637.451, Rel. Des. Fed. Marisa Santos, Nona Turma, DJ 05/11/2004; AC nº 961219, Rel. Des. Fed. Galvão Miranda, Décima Turma, DJ

04/10/2004; AC nº 651.504, Rel. Des. Fed. Roberto Haddad, Primeira Turma, DJ 17/4/2001; AC nº 92.03.018795-2, Rel. Des. Fed. José Kallás, Segunda Turma, DJ 26/4/95.
Afigura-se, assim, que o recurso encontra-se em manifesto confronto com posicionamentos jurisprudenciais consagrados, caso em que compete, ao relator, negar-lhe seguimento (art. 557, caput, do CPC).
Do exposto, nego seguimento ao recurso.
Ante a natureza alimentar da prestação, oficie-se ao INSS, encaminhando-lhe os documentos necessários, para que sejam adotadas as medidas cabíveis à imediata implantação do benefício previdenciário, independentemente de trânsito em julgado (art. 461 do CPC).
Respeitadas as cautelas legais, tornem os autos à Origem.
Dê-se ciência.
Em, 13/3/2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2006.03.99.046412-0 AC 1162928
ORIG.	:	0500000934 2 Vr NOVO HORIZONTE/SP 0500024132 2 Vr NOVO HORIZONTE/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	PAULO SERGIO BIANCHINI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ZENAIDE ANTUNES MARQUES MIRANDA
ADV	:	ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 2 VARA DE NOVO HORIZONTE SP
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Previdenciário. Aposentadoria por idade. Rurícola. Início de prova documental. Depoimentos testemunhais uníssonos. Benefício deferido.
Aforada ação de aposentadoria por idade rural, contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, processado o feito, sobreveio sentença de procedência, ensejando a interposição de apelação autárquica, aduzindo ausência dos requisitos à percepção do benefício, prequestionando a matéria. Houve insurgência, quanto aos corolários do sucumbimento.
A sentença restou submetida ao reexame necessário. Decido.
Na espécie, inaplicável a disposição sobre o reexame necessário, considerados o valor do benefício e o lapso temporal de sua implantação, não excedente a 60 salários mínimos (art. 475, § 2º, CPC, n. r.).
A aposentadoria por idade de rurícola reclama idade mínima de 60 anos (homem) e 55 anos (mulher), e demonstração do exercício de atividade rural, ainda que intercalada, em número de meses idêntico à carência do referido benefício, afastada a obrigatoriedade de contribuições (arts. 201, § 7º, II, da CR/88, e 48, 49, 142 e 143 da Lei nº 8.213/91).
De acordo com a jurisprudência, suficiente, a tal demonstração, início de prova material, corroborado por prova testemunhal idônea, atentando-se, dentre outros aspectos, que: em regra, são extensíveis, às mulheres, documentos em que o genitor, cônjuge ou convivente aparecem qualificados como lavradores; o afastamento do ofício campestre, pelo solicitante, após satisfação dos requisitos ao benefício, não obsta a outorga deste; o abandono da ocupação rural, por parte de quem se empresta a qualificação profissional, em nada interfere no deferimento da prestação, desde que se anteveja a persistência do mister campesino, pelo requerente da aposentação; mantém a qualidade de segurado, o obreiro que cessa sua atividade laboral, em conseqüência de moléstia; a prestação de labor urbano, intercalado com lides rurais, de per si, não desnatura o princípio de prova documental amealhado; durante o período de graça, a filiação e conseqüentes direitos, perante a Previdência Social, ficam preservados.
In casu, a pleiteante comprova o cumprimento do requisito etário - f. 12 - e apresenta início de prova material do trabalho campesino - v., em especial, f. 13 - ratificado por prova oral (fs. 56/61), presentes, aqui, as considerações, introdutoriamente, lançadas.
Dessa forma, comprovado o preenchimento dos requisitos legais, de se deferir a benesse, a partir da citação, à falta de requerimento administrativo.
Quanto aos consectários, aplicam-se posicionamentos, consagrados nesta Turma Julgadora: as parcelas vencidas, observada a prescrição qüinqüenal, são corrigidas, pelo Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal; os juros moratórios incidem, mensalmente, à taxa legal, de forma decrescente, a partir do termo inicial do benefício, estendendo-se até a expedição do precatório, se pago no prazo constitucional.
Já a verba honorária comporta reforma, para incidir sobre as parcelas vencidas, até o advento da sentença (Súmula STJ - 111).
Por outro lado, o INSS é isento de custas processuais, arcando com as demais despesas, além de reembolsar as custas recolhidas pela parte contrária, o que não é o caso dos autos, por se tratar de beneficiário da gratuidade da justiça (arts. 4º, I e parágrafo único, da Lei nº 9.289/96, 24-A da Lei nº 9.028/95, n.r., e 8º, §1º, da Lei nº 8.620/93).
Observe-se, finalmente, que todos os pontos versados neste decisório já se encontram pacificados na jurisprudência. Cf., a propósito, dentre outros: C. STJ - AgRg - REsp nº 701.530, Rel. Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, DJ 07/3/2005; REsp nº 707.846, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 14/3/2005; REsp nº 504.568, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 13/12/2004; REsp nº 552.600/RS, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Quinta Turma, DJ 06/12/2004; REsp nº 210.944/SP, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Sexta Turma, DJ 22/11/99; EREsp nº 448.813, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Terceira Secão, DJ 02/3/2005; AgRgREsp nº 496.838, Rel. Min. Paulo Gallotti, Sexta Turma, DJ 21/6/2004; TRF-3ª Reg. - AC nº 637.451, Rel. Des. Fed. Marisa Santos, Nona Turma, DJ 05/11/2004; AC nº 961219, Rel. Des. Fed. Galvão Miranda, Décima Turma, DJ 04/10/2004; AC nº 651.504, Rel. Des. Fed. Roberto Haddad, Primeira Turma, DJ 17/4/2001; AC nº 92.03.018795-2, Rel. Des. Fed. José Kallás, Segunda Turma, DJ 26/4/95.
Afigura-se, assim, que a decisão recorrida, no que tange, especificamente, à condenação em honorários, encontra-se em confronto com posicionamento consagrado, habilitando o relator a dar parcial provimento ao inconformismo (art. 557, § 1º-A, do CPC).
Do exposto, enfrentadas as questões pertinentes à matéria em debate, não conheço da remessa oficial e de parte do recurso do INSS, no que concerne às custas e despesas processuais, dada a inocorrência de condenação, sob esse aspecto, e, na parte conhecida, dou-lhe parcial provimento, para que a verba honorária recaia sobre as parcelas atrasadas, até o ato judicial recorrido.
Ante a natureza alimentar da prestação, oficie-se ao INSS, encaminhando-lhe os documentos necessários, para que sejam adotadas as medidas cabíveis à imediata implantação do benefício previdenciário, independentemente de trânsito em julgado (art. 461 do CPC).
Respeitadas as cautelas legais, tornem os autos à Origem.
Dê-se ciência.
Em, 13/3/2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2006.03.99.046419-2 AC 1162935
ORIG.	:	0500000684 1 Vr TATUI/SP 0500094445 1 Vr TATUI/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SUZETE MARTA SANTIAGO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	GERALDA DAS DORES MACHADO (= ou > de 60 anos)
ADV	:	JOSE CARLOS MACHADO SILVA
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE TATUI SP
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Previdenciário. Aposentadoria por idade. Rurícola. Início de prova documental. Depoimentos testemunhais uníssonos. Benefício deferido.
Aforada ação de aposentadoria por idade rural, contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, processado o feito, sobreveio sentença de procedência, ensejando a interposição de apelação autárquica, aduzindo ausência dos requisitos à percepção do benefício, prequestionando a matéria. Houve insurgência, quanto aos corolários do sucumbimento.
A sentença restou submetida ao reexame necessário.
Decido.
Na espécie, inaplicável a disposição sobre o reexame necessário, considerados o valor do benefício e o lapso temporal de sua implantação, não excedente a 60 salários mínimos (art. 475, § 2º, CPC, n. r.).
A aposentadoria por idade de rurícola reclama idade mínima de 60 anos (homem) e 55 anos (mulher), e demonstração do exercício de atividade rural, ainda que intercalada, em número de meses idêntico à carência do referido benefício, afastada a obrigatoriedade de contribuições (arts. 201, § 7º, II, da CR/88, e 48, 49, 142 e 143 da Lei nº 8.213/91).
De acordo com a jurisprudência, suficiente, a tal demonstração, início de prova material, corroborado por prova testemunhal idônea, atentando-se, dentre outros aspectos, que: em regra, são extensíveis, às mulheres, documentos em que o genitor, cônjuge ou convivente aparecem qualificados como lavradores; o afastamento do ofício campestre, pelo solicitante, após satisfação dos requisitos ao benefício, não obsta a outorga deste; o abandono da ocupação rural, por parte de quem se empresta a qualificação profissional, em nada interfere no deferimento da prestação, desde que se anteveja a persistência do mister campesino, pelo requerente da aposentação; mantém a qualidade de segurado, o obreiro que cessa sua atividade laboral, em conseqüência de moléstia; a prestação de labor urbano, intercalado com lides rurais, de per si, não desnatura o princípio de prova documental amealhado; durante o período de graça, a filiação e conseqüentes direitos, perante a Previdência Social, ficam preservados.
In casu, a pleiteante comprova o cumprimento do requisito etário - f. 07 - e apresenta início de prova material do trabalho campesino - v., em especial, f. 08 - ratificado por prova oral (fs. 60/61), presentes, aqui, as considerações, introdutoriamente, lançadas.
Dessa forma, comprovado o preenchimento dos requisitos legais, de se deferir a benesse, a partir da citação, à falta de requerimento administrativo.
Quanto aos consectários, aplicam-se posicionamentos, consagrados nesta Turma Julgadora: as parcelas vencidas, observada a prescrição qüinqüenal, são corrigidas, pelo Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal; os juros moratórios incidem, mensalmente, à taxa legal, de forma decrescente, a partir do termo inicial do benefício, estendendo-se até a expedição do precatório, se pago no prazo constitucional.
Já a verba honorária comporta manutenção, eis que fixada na forma do art. 20 § 3º, do CPC.
Observe-se, finalmente, que todos os pontos versados neste decisório já se encontram pacificados na jurisprudência. Cf., a propósito, dentre outros: C. STJ - AgRg - REsp nº 701.530, Rel. Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, DJ 07/3/2005; REsp nº 707.846, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 14/3/2005; REsp nº 504.568, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 13/12/2004; REsp nº 552.600/RS, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Quinta Turma, DJ 06/12/2004; REsp nº 210.944/SP, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Sexta Turma, DJ 22/11/99; EREsp nº 448.813, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Terceira Secão, DJ 02/3/2005; AgRgREsp nº 496.838, Rel. Min. Paulo Gallotti, Sexta Turma, DJ 21/6/2004; TRF-3ª Reg. - AC nº 637.451, Rel. Des. Fed. Marisa Santos, Nona Turma, DJ 05/11/2004; AC nº 961219, Rel. Des. Fed. Galvão Miranda, Décima Turma, DJ 04/10/2004; AC nº 651.504, Rel. Des. Fed. Roberto Haddad, Primeira Turma, DJ 17/4/2001; AC nº 92.03.018795-2, Rel. Des. Fed. José Kallás, Segunda Turma, DJ 26/4/95.
Afigura-se, assim, que o recurso encontra-se em manifesto confronto com posicionamentos jurisprudenciais consagrados, caso em que compete, ao relator, negar-lhe seguimento (art. 557, caput, do CPC).
Do exposto, enfrentadas as questões pertinentes à matéria em debate, não conheço da remessa oficial e nego seguimento ao recurso.
Ante a natureza alimentar da prestação, oficie-se ao INSS, encaminhando-lhe os documentos necessários, para que sejam adotadas as medidas cabíveis à imediata implantação do benefício previdenciário, independentemente de trânsito em julgado (art. 461 do CPC).
Respeitadas as cautelas legais, tornem os autos à Origem.
Dê-se ciência.
Em, 13/3/2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2006.03.99.046568-8 AC 1163169
ORIG.	:	0600000187 1 Vr PACAEMBU/SP 0600010492 1 Vr PACAEMBU/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARGARETE DE CASSIA LOPES GOMES DE CARVALHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	HERMELINDA GERIOL PASINI (= ou > de 60 anos)
ADV	:	CILENE FELIPE
RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO / DÉCIMA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de apelação de sentença que julgou procedente ação previdenciária, condenando o réu a conceder à autora o benefício da aposentadoria por idade, no valor de 01 (um) salário mínimo mensal. As parcelas vencidas deverão ser corrigidas monetariamente, e acrescidas de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação. A autarquia foi condenada, ainda, ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 15% (quinze por cento) sobre as parcelas vencidas, desde a proposituta da ação até a data da sentença, na forma da Súmula 111 do E. STJ. Não houve condenação em custas processuais.
Objetiva o réu a reforma de tal sentença, alegando, em síntese, que os documentos trazidos não constituem início de prova material. Subsidiariamente, requer a fixação dos honorários advocatícios no percentual de 5% do valor da condenação, excluídas as parcelas vincendas.
Com contra-razões (fls. 56/59), subiram os autos a esta E. Corte.
Após breve relatório, passo a decidir.
Busca a autora, nascida em 18/10/1934, a concessão do benefício de aposentadoria rural por idade, no valor de um salário mínimo mensal, sob o argumento de que teria preenchido os requisitos necessários à sua percepção.
A autora carreou aos autos Certidão de Casamento (12/09/1953, fl. 10), e Certidão de Nascimento de seus filhos (02.08.1958, fl. 11; 17.03.1956, fl. 12), nas quais seu marido foi qualificado como lavrador, além de Notas Fiscais relativas à compra de produtos rurais (06.09.1972, fl. 17; 22.07.1972, fl. 18; 03;09;1971, fl. 19; 20.09.1971, fl. 20; 23.03.1972, fl. 21), constituindo tais documentos como início de prova material relativa à atividade rural do casal.
As testemunhas ouvidas (fls. 45/46) afirmaram que conhecem a autora há aproximadamente 33 anos e que ela sempre trabalhou na roça, como bóia-fria Afirmaram, ainda, que a autora parou de trabalhar no ano de 1993 ou 1994 e há aproximadamente 08 ou 10 anos, respectivamente, em razão da idade e de problemas de saúde.
Dessa forma, havendo início de prova material corroborada por prova testemunhal, impõe-se reconhecer que a parte autora comprovou o exercício de atividade rural no período legalmente exigido.
A referida questão está pacificada no âmbito do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, conforme aresto assim ementado, que a seguir transcrevo:
"RECURSO ESPECIAL. RURÍCOLA. APOSENTADORIA. PROVA. PROFISSÃO DE LAVRADOR NO REGISTRO DE CASAMENTO. EXTENSÃO À ESPOSA. POSSIBILIDADE".
O acórdão recorrido segue o entendimento pacificado pelo Tribunal, no sentido de que a qualificação profissional do marido, como rurícola, se estende à esposa, quando alicerçada em atos do registro civil, para efeitos de início de prova documental, complementado por testemunhas.
Recurso Especial não conhecido."(STJ - 5ª Turma; Resp. 183927 - SP 98/0056287-7; Rel. Ministro Gilson Dipp; v.u., j. em 13.10.98; DJ. 23.11.98, pág. 200)".

Cumpre observar que a exigência de comprovação da atividade rural no período imediatamente anterior à data do requerimento, como requisito para a concessão do benefício de aposentadoria rural por idade, nos termos do art. 143 da Lei n. 8.213/91, teve por finalidade excluir aqueles segurados que, em data remota, estiveram nas lides rurais, e no momento presente querem se aproveitar do rebaixamento da idade. Tanto é assim, que o legislador ordinário preferiu não estabelecer um lapso temporal preciso no conceito de "...período imediatamente anterior....". Na verdade, para se aferir se o segurado está enquadrado na hipótese prevista pelo art. 143 da Lei n. 8.213/91, há que se perquirir se o mesmo sempre foi trabalhador rural e se laborou em número de meses correspondente à carência, não importando se em dado período houve inatividade, mesmo porque o indigitado preceito admite períodos descontínuos.
Quanto à afirmação das testemunhas de que a autora parou de trabalhar no ano de 1993 ou 1994 e há aproximadamente 08 ou 10 anos, observo que tal fato é irrelevante e não obsta a concessão do benefício vindicado, uma vez que quando deixou as lides do campo a demandante já havia completado a idade mínima para obter a concessão da aposentadoria rural por idade.
Assim sendo, tendo a autora completado 55 anos de idade em 18/10/1989, bem como cumprido tempo de atividade rural superior ao legalmente exigido, consoante os artigos 142 e 143 da Lei n. 8.213/91, é de se conceder a aposentadoria por idade.
O termo inicial do benefício foi corretamente fixado a contar da citação, ante a ausência de requerimento administrativo.
Cumpre, ainda, explicitar os critérios de cálculo de correção monetária e juros de mora.
A correção monetária incide sobre as prestações em atraso, desde os respectivos vencimentos, na forma da Súmula 8 do E. TRF da 3ª Região, observada a legislação de regência especificada na Portaria nº 92/2001 DF-SJ/SP, de 23.10.2001 e Provimento nº 64/2005 da E. Corregedoria-Geral da Justiça da 3ª Região.
Os juros moratórios devem ser computados a partir da citação, de forma decrescente, a taxa de 1% ao mês, uma vez que a citação ocorreu após 10.01.2003, nos termos do art. 406 do Código Civil e do art. 161, § 1º, do Código Tributário Nacional, incidindo tais juros até a data de expedição do precatório, caso este seja pago no prazo estabelecido pelo art. 100 da CF/88 (STF, RE n.º 298.616-SP, Relator Ministro Gilmar Mendes, DJ de 20/10/2006, p. 84).
Mantenho os honorários advocatícios em 15%, apenas ressalvando que a base de cálculo corresponde às prestações vencidas até a data em que foi proferida a r. sentença recorrida, nos termos da Súmula 111 do E. STJ, em sua nova redação e consoante entendimento firmado por esta 10ª Turma.
Diante do exposto, nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, nego seguimento à apelação interposta pelo réu.
Independentemente do trânsito em julgado, expeça-se e.mail ao INSS, instruído com os devidos documentos da parte autora HERMELINDA GERIOL PASINI, a fim de serem adotadas as providências cabíveis para que seja o benefício de aposentadoria rural por idade implantado de imediato, com data de início - DIB em 31.03.2006, no valor de 1 (um) salário mínimo, tendo em vista o "caput" do artigo 461 do CPC.
Decorrido "in albis" o prazo recursal, dê-se baixa na Distribuição.
Intimem-se.
São Paulo, 02 de março de 2007.

PROC.	:	2006.03.99.046684-0 AC 1163470
ORIG.	:	0500001735 1 Vr BURITAMA/SP 0500039368 1 Vr BURITAMA/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ELIANE MENDONCA CRIVELINI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	SENAURA FRANCISCA DE ARAUJO GONCALVES
ADV	:	SILVIO JOSE TRINDADE
RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO / DÉCIMA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de remessa oficial e apelação de sentença que julgou procedente ação previdenciária, condenando o réu a conceder à autora o benefício da aposentadoria por idade, no valor de 01 (um) salário mínimo mensal, bem como o décimo terceiro salário, desde a data da citação, devendo as prestações em atraso serem pagas de uma só vez, acrescidas de correção monetária, desde os respectivos vencimentos e juros de mora à taxa legal, contados mês a mês, a partir da citação. A autarquia foi condenada ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor das prestações vencidas até a data da prolação da sentença. Não houve condenação em custas.
Objetiva o réu a reforma total de tal sentença, alegando, em síntese, que não restou comprovado o período de carência, nem a qualidade do serviço prestado pela autora. Subsidiariamente, requer que a condenação dos honorários advocatícios seja inteiramente reformada, haja vista que não obedeceu os ditames legais contido no artigo 20, § 4º do CPC.
Com contra-razões (fls. 49-51), subiram os autos a esta E. Corte.
Após breve relatório, passo a decidir.
A parte completou 55 (cinqüenta e cinco) anos em 27/10/2005, devendo assim, comprovar 12 (doze) anos de atividade rural (144 meses), nos termos dos artigos 142 e 143 da Lei nº 8213/91, para obtenção do benefício em epígrafe.
A autora carreou aos autos Certidão de Casamento (fl.10), na qual seu marido encontra-se qualificado como lavrador, carteira do Sindicato do Trabalhadores Rurais de Araçatuba (fl.13) e Certidão de Registro de Imóveis (fl.15), onde consta que seu marido adquiriu uma propriedade rural, constituindo tais documentos como início de prova material relativa à atividade rural.
As testemunhas ouvidas (fls. 57/61) afirmaram que conhecem a autora há 25 anos e 40 anos, respectivamente, e que ela trabalhou para diversos proprietários, como diarista. Afirmam que a parte autora sempre trabalhou na roça.
Dessa forma, havendo início de prova material corroborada por prova testemunhal, impõe-se reconhecer que a parte autora comprovou o exercício de atividade rural no período legalmente exigido.
A referida questão está pacificada no âmbito do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, conforme aresto assim ementado, que a seguir transcrevo:
"RECURSO ESPECIAL. RURÍCOLA. APOSENTADORIA. PROVA. PROFISSÃO DE LAVRADOR NO REGISTRO DE CASAMENTO. EXTENSÃO À ESPOSA. POSSIBILIDADE".
O acórdão recorrido segue o entendimento pacificado pelo Tribunal, no sentido de que a qualificação profissional do marido, como rurícola, se estende à esposa, quando alicerçada em atos do registro civil, para efeitos de início de prova documental, complementado por testemunhas.
Recurso Especial não conhecido."(STJ - 5ª Turma; Resp. 183927 - SP 98/0056287-7; Rel. Ministro Gilson Dipp; v.u., j. em 13.10.98; DJ. 23.11.98, pág. 200)".
Cumpre observar que a exigência de comprovação da atividade rural no período imediatamente anterior à data do requerimento, como requisito para a concessão do benefício de aposentadoria rural por idade, nos termos do art. 143 da Lei n. 8.213/91, teve por finalidade excluir aqueles segurados que, em data remota, estiveram nas lides rurais, e no momento presente querem se aproveitar do rebaixamento da idade. Tanto é assim, que o legislador ordinário preferiu não estabelecer um lapso temporal preciso no conceito de "...período imediatamente anterior....". Na verdade, para se aferir se o segurado está enquadrado na hipótese prevista pelo art. 143 da Lei n. 8.213/91, há que se perquirir se o mesmo sempre foi trabalhador rural e se laborou em número de meses correspondente à carência, não importando se em dado período houve inatividade, mesmo porque o indigitado preceito admite períodos descontínuos.
Assim sendo, tendo a autora completado 55 anos de idade em 27/10/2005, bem como cumprido tempo de atividade rural superior ao legalmente exigido, consoante os artigos 142 e 143 da Lei n. 8.213/91, é de se conceder a aposentadoria por idade.
O termo inicial do benefício foi corretamente fixado a contar da citação, ante a ausência de requerimento administrativo.
Cumpre, ainda, explicitar os critérios de cálculo de correção monetária e juros de mora.
A correção monetária incide sobre as prestações em atraso, desde os respectivos vencimentos, na forma da Súmula 8 do E. TRF da 3ª Região, observada a legislação de regência especificada na Portaria nº 92/2001 DF-SJ/SP, de 23.10.2001 e Provimento nº 64/2005 da E. Corregedoria-Geral da Justiça da 3ª Região.
Os juros moratórios devem ser computados a partir da citação, de forma decrescente, a taxa de 1% ao mês, uma vez que a citação ocorreu após 10.01.2003, nos termos do art. 406 do Código Civil e do art. 161, § 1º, do Código Tributário Nacional, incidindo tais juros até a data de expedição do precatório, caso este seja pago no prazo estabelecido pelo art. 100 da CF/88 (STF, RE n.º 298.616-SP, Relator Ministro Gilmar Mendes, DJ de 20/10/2006, p. 84).
Mantenho os honorários advocatícios em 10%, apenas ressalvando que a base de cálculo corresponde às prestações vencidas até a data em que foi proferida a r. sentença recorrida, nos termos da Súmula 111 do E. STJ, em sua nova redação e consoante entendimento firmado por esta 10ª Turma. Não conheço do apelo do réu neste aspecto, eis que dissociado do r. "decisum".
Diante do exposto, nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, não conheço de parte da apelação do réu e, na parte conhecida, nego-lhe seguimento.
Independentemente do trânsito em julgado, expeça-se e.mail ao INSS, instruído com os devidos documentos da parte autora SENAURA FRANCISCA DE ARAÚJO GONÇALVES, a fim de serem adotadas as providências cabíveis para que seja o benefício de aposentadoria rural por idade implantado de imediato, com data de início - DIB em 26.01.2006, no valor de 1 (um) salário mínimo, tendo em vista o "caput" do artigo 461 do CPC. Decorrido "in albis" o prazo recursal, dê-se baixa na Distribuição.
Intimem-se.
São Paulo, 02 de março de 2007.

PROC.	:	2006.03.99.046708-9 AC 1163785
ORIG.	:	0535001495 2 Vr COSTA RICA/MS
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUCIANNE SPINDOLA NEVES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MAGNORIA FERREIRA DIAS
ADV	:	VICTOR MARCELO HERRERA
RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO / DÉCIMA TURMA

Vistos, etc.
Trata-se de apelação de sentença que julgou procedente ação previdenciária, condenando o réu a conceder à autora o benefício da aposentadoria por idade, no valor de 01 (um) salário mínimo mensal, inclusive abono anual, desde a data da citação. As parcelas vencidas deverão ser corrigidas monetariamente, e acrescidas de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação. A autarquia foi condenada, ainda, ao pagamento de honorários advocatícios fixados em R$ 500,00 (quinhentos reais), consoante artigo 20, parágrafo quarto, do Código de Processo Civil. Não houve condenação em custas processuais.
Objetiva o réu a reforma de tal sentença, alegando, em síntese, que não restou comprovado o período de carência e que os documentos não constituem início de prova material.
Com contra-razões (fls. 69/74), subiram os autos a esta E. Corte.
Após breve relatório, passo a decidir.
A parte completou 55 (cinqüenta e cinco) anos em 13/03/1999, devendo assim, comprovar 09 (nove) anos de atividade rural (108 meses), nos termos dos artigos 142 e 143 da Lei nº 8213/91, para obtenção do benefício em epígrafe.
A autora carreou aos autos CTPS do marido (fls. 14/17), contendo vínculos rurais nos seguintes períodos: 02/01/1984 a 17/07/1984; 02/04/1986 a 02/08/1986; 02/08/1986 a 15/10/1987, constituindo tal documento como início de prova material relativa à atividade rural do casal.
As testemunhas ouvidas (fls. 43/44) afirmaram que conhecem a autora há aproximadamente 08 anos e desde que a autora nasceu, respectivamente, e têm conhecimento de que ela trabalha na roça, para diversos proprietários, juntamente com seu companheiro.
Dessa forma, havendo início de prova material corroborada por prova testemunhal, impõe-se reconhecer que a parte autora comprovou o exercício de atividade rural no período legalmente exigido.
A referida questão está pacificada no âmbito do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, conforme aresto assim ementado, que a seguir transcrevo:
"RECURSO ESPECIAL. RURÍCOLA. APOSENTADORIA. PROVA. PROFISSÃO DE LAVRADOR NO REGISTRO DE CASAMENTO. EXTENSÃO À ESPOSA. POSSIBILIDADE".
O acórdão recorrido segue o entendimento pacificado pelo Tribunal, no sentido de que a qualificação profissional do marido, como rurícola, se estende à esposa, quando alicerçada em atos do registro civil, para efeitos de início de prova documental, complementado por testemunhas.
Recurso Especial não conhecido."(STJ - 5ª Turma; Resp. 183927 - SP 98/0056287-7; Rel. Ministro Gilson Dipp; v.u., j. em 13.10.98; DJ. 23.11.98, pág. 200)".
Cumpre observar que a exigência de comprovação da atividade rural no período imediatamente anterior à data do requerimento, como requisito para a concessão do benefício de aposentadoria rural por idade, nos termos do art. 143 da Lei n. 8.213/91, teve por finalidade excluir aqueles segurados que, em data remota, estiveram nas lides rurais, e no momento presente querem se aproveitar do rebaixamento da idade. Tanto é assim, que o legislador ordinário preferiu não estabelecer um lapso temporal preciso no conceito de "...período imediatamente anterior....". Na verdade, para se aferir se o segurado está enquadrado na hipótese prevista pelo art. 143 da Lei n. 8.213/91, há que se perquirir se o mesmo sempre foi trabalhador rural e se laborou em número de meses correspondente à carência, não importando se em dado período houve inatividade, mesmo porque o indigitado preceito admite períodos descontínuos.
Assim sendo, tendo a autora completado 55 anos de idade em 13/03/1999, bem como cumprido tempo de atividade rural superior ao legalmente exigido, consoante os artigos 142 e 143 da Lei n. 8.213/91, é de se conceder a aposentadoria por idade.
O termo inicial do benefício foi corretamente fixado a contar da citação, ante a ausência de requerimento administrativo.
Cumpre, ainda, explicitar os critérios de cálculo de correção monetária e juros de mora.
A correção monetária incide sobre as prestações em atraso, desde os respectivos vencimentos, na forma da Súmula 8 do E. TRF da 3ª Região, observada a legislação de regência especificada na Portaria nº 92/2001 DF-SJ/SP, de 23.10.2001 e Provimento nº 64/2005 da E. Corregedoria-Geral da Justiça da 3ª Região.
Os juros moratórios devem ser computados a partir da citação, de forma decrescente, a taxa de 1% ao mês, uma vez que a citação ocorreu após 10.01.2003, nos termos do art. 406 do Código Civil e do art. 161, § 1º, do Código Tributário Nacional, incidindo tais juros até a data de expedição do precatório, caso este seja pago no prazo estabelecido pelo art. 100 da CF/88 (STF, RE n.º 298.616-SP, Relator Ministro Gilmar Mendes, DJ de 20/10/2006, p. 84).
Honorários advocatícios mantidos conforme fixado na r. sentença monocrática, uma vez que a sua fixação se mostra razoável e compatível com o que vem sendo decidido por esta Colenda Décima Turma e consoante disposto na Súmula nº 111 do STJ, em sua nova redação.
Diante do exposto, nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, nego seguimento apelação interposta pelo réu.
Independentemente do trânsito em julgado, expeça-se e.mail ao INSS, instruído com os devidos documentos da parte autora MAGNORIA FERREIRA DIAS, a fim de serem adotadas as providências cabíveis para que seja o benefício de aposentadoria rural por idade implantado de imediato, com data de início - DIB em 08.04.2005, no valor de 1 (um) salário mínimo, tendo em vista o "caput" do artigo 461 do CPC.
Decorrido "in albis" o prazo recursal, dê-se baixa na Distribuição.
Intimem-se.
São Paulo, 14 de fevereiro de 2007.

PROC.	:	98.03.046896-0 AC 423638
ORIG.	:	9502070160 5 Vr SANTOS/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	WAGNER OLIVEIRA DA COSTA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	SONIA KITOFF BASSETO
ADV	:	DIVANIR MACHADO NETTO TUCCI e outros
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 5 VARA DE SANTOS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O

Ação de conhecimento, ajuizada em 03.08.95, que tem por objeto condenar a autarquia ao pagamento das contribuições previdenciárias, vertidas a título de pecúlio.

A r. sentença recorrida, de 19.11.97, submetida a reexame necessário, julga parcialmente procedente o pedido e condena a autarquia ao pagamento das contribuições previdenciárias, recolhidas a título de pecúlio, no período de agosto/84 a março/94, acrescidas de correção monetária, mês a mês, e juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, a partir da citação, e honorários advocatícios fixados em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação.

Em seu recurso, a autarquia pede a extinção do processo por irregularidade no pólo ativo e incompleta representação processual, em face da ausência das procurações dos demais herdeiros e, no mais, pugna pela reforma da r. decisão recorrida.

Subiram os autos, sem contra-razões.

Relatados, decido.

Está claro que ao patrimônio do segurado já se integrara o direito à percepção do pecúlio, o qual não desaparece com a sua morte, transmitindo-se por força de lei, aos dependentes ou sucessores, na forma da lei civil, como esclarece Wladimir Novaes Martinez:

"Patrimonial o direito, se o segurado não o exercitou em vida, o valor pertencerá aos habilitados à pensão por morte ou sucessores na forma da lei civil (art. 112)". (Comentários, Plano de Benefícios, LTr, 2ª edição, tomo II, p.299).

Não é outro o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

"PREVIDENCIÁRIO. PECÚLIO. SUCESSORES. POSSIBILIDADE. ART. 112 DA LEI 8.213/91. O fundo de pecúlio constitui um direito patrimonial, que não sendo recebido em vida pelo segurado, será pago aos dependentes habilitados à pensão por morte ou aos sucessores. Recurso especial não conhecido." (REsp 222.689 SP, Min. Vicente Leal; REsp 206.537 SP, Min. Luiz Vicente Cernicchiaro; REsp 248.588 PB, Min. José Arnaldo da Fonseca; REsp 501.815 RN, Min. Gilson Dipp).

Em se tratando de ação ajuizada pela titular da pensão por morte, pela legislação previdenciária, pleiteando valores não recebidos em vida pelo segurado, não se aplicam as regras do Direito de Família quanto à habilitação por inventário ou arrolamento, mas o disposto no art. 112 da L. 8.213/91. (REsp 496.030 PB, Min. Félix Fischer; REsp 616.578 AL, Min. Félix Fischer; EREsp 498.366 PB Min. José Arnaldo da Fonseca; EREsp 466.985 RS, Min. Gilson Dipp).

Rejeito, pois, as preliminares.

Afirma a parte autora que faz jus ao recebimento das contribuições previdenciárias, vertidas a título de pecúlio, não recebidas em vida pelo segurado.

Diz que o marido, depois de aposentado, em 27.07.84, voltou a trabalhar até 08.12.94, tendo recolhido as contribuições previdenciárias devidas, a título de pecúlio, cujo levantamento não se logrou obter perante a órbita administrativa, depois do óbito.

É certo que o segurado que retornava ao exercício de atividade sujeita ao regime da previdência social, após a concessão da aposentadoria por tempo de serviço, tinha direito ao pecúlio, quando do afastamento, de acordo com o art. 6º, § 7º, e os arts. 55 e 57 da CLPS; bem assim o art. 81, II, da L. 8.213/91, este último revogado pelo art. 29 da L. 8.870/94.

Diante disso, a parte autora faz jus ao recebimento das contribuições previdenciárias, vertidas a título de pecúlio no período de agosto/84 a abril/94.

Não custa esclarecer que a correção monetária incide sobre o valor do pecúlio, no momento em que se tornou devido, na forma do antigo Provimento COGE nº 24/97; do atual Provimento COGE nº 26/01; da Resolução CJF 242/01; e ainda da Portaria DForo-SJ/SP nº 92, de 23.10.2001.

Posto isto, rejeito as preliminares e, com base no art. 557, caput, do C. Pr. Civil, nego seguimento à remessa oficial e à apelação, dado que em contraste com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.

Retifique-se a autuação para constar como apelante o INSS.

Decorrido o prazo legal, baixem os autos ao juízo de origem.

Int.

São Paulo, 20 de março de 2007.

CASTRO GUERRA

RELATOR

PROC.	:	2005.03.99.049656-5 AC 1072795
ORIG.	:	0400001046 1 Vr PIRAJU/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SERGIO HENRIQUE ASSAF GUERRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ROQUE VAZ
ADV	:	FABIANO LAINO ALVARES
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O

Previdenciário. Aposentadoria por idade. Rurícola. Início de prova documental. Depoimentos testemunhais uníssonos. Benefício deferido.

Aforada ação de aposentadoria por idade rural, contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, processado o feito, sobreveio sentença de procedência, ensejando a interposição de apelação autárquica, aduzindo ausência dos requisitos à percepção do benefício, prequestionando a matéria. Houve insurgência, quanto aos corolários do sucumbimento.

Decido.

A aposentadoria por idade de rurícola reclama idade mínima de 60 anos (homem) e 55 anos (mulher), e demonstração do exercício de atividade rural, ainda que intercalada, em número de meses idêntico à carência do referido benefício, afastada a obrigatoriedade de contribuições (arts. 201, § 7º, II, da CR/88, e 48, 49, 142 e 143 da Lei nº 8.213/91).

De acordo com a jurisprudência, suficiente, a tal demonstração, início de prova material, corroborado por prova testemunhal idônea, atentando-se, dentre outros aspectos, que: em regra, são extensíveis, às mulheres, documentos em que o genitor, cônjuge ou convivente aparecem qualificados como lavradores; o afastamento do ofício campestre, pelo solicitante, após satisfação dos requisitos ao benefício, não obsta a outorga deste; o abandono da ocupação rural, por parte de quem se empresta a qualificação profissional, em nada interfere no deferimento da prestação, desde que se anteveja a persistência do mister campesino, pelo requerente da aposentação; mantém a qualidade de segurado, o obreiro que cessa sua atividade laboral, em conseqüência de moléstia; a prestação de labor urbano, intercalado com lides rurais, de per si, não desnatura o princípio de prova documental amealhado; durante o período de graça, a filiação e conseqüentes direitos, perante a Previdência Social, ficam preservados.

In casu, o pleiteante comprova o cumprimento do requisito etário - f. 08 - e apresenta início de prova material do trabalho campesino - v., em especial, f. 07 - ratificado por prova oral (fs. 42/43), presentes, aqui, as considerações, introdutoriamente, lançadas.

Dessa forma, comprovado o preenchimento dos requisitos legais, de se deferir a benesse, a partir da citação, à falta de requerimento administrativo.

Quanto aos consectários, aplicam-se posicionamentos, consagrados nesta Turma Julgadora: as parcelas vencidas, observada a prescrição qüinqüenal, são corrigidas, pelo Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal; os juros moratórios incidem, mensalmente, à taxa legal, de forma decrescente, a partir do termo inicial do benefício, estendendo-se até a expedição do precatório, se pago no prazo constitucional.

Já a verba honorária comporta manutenção, eis que fixada na forma do art. 20 § 3º, do CPC.

O INSS é isento de custas processuais, arcando com as demais despesas, além de reembolsar as custas recolhidas pela parte contrária, o que não é o caso dos autos, por se tratar de beneficiário da gratuidade da justiça (arts. 4º, I e parágrafo único, da Lei nº 9.289/96, 24-A da Lei nº 9.028/95, n.r., e 8º, §1º, da Lei nº 8.620/93).

Observe-se, finalmente, que todos os pontos versados neste decisório já se encontram pacificados na jurisprudência. Cf., a propósito, dentre outros: C. STJ - AgRg - REsp nº 701.530, Rel. Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, DJ 07/3/2005; REsp nº 707.846, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 14/3/2005; REsp nº 504.568, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 13/12/2004; REsp nº 552.600/RS, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Quinta Turma, DJ 06/12/2004; REsp nº 210.944/SP, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Sexta Turma, DJ 22/11/99; EREsp nº 448.813, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Terceira Secão, DJ 02/3/2005; AgRgREsp nº 496.838, Rel. Min. Paulo Gallotti, Sexta Turma, DJ 21/6/2004; TRF-3ª Reg. - AC nº 637.451, Rel. Des. Fed. Marisa Santos, Nona Turma, DJ 05/11/2004; AC nº 961219, Rel. Des. Fed. Galvão Miranda, Décima Turma, DJ 04/10/2004; AC nº 651.504, Rel. Des. Fed. Roberto Haddad, Primeira Turma, DJ 17/4/2001; AC nº 92.03.018795-2, Rel. Des. Fed. José Kallás, Segunda Turma, DJ 26/4/95.

Afigura-se, assim, que a decisão recorrida, no que tange, especificamente, às custas processuais, encontra-se em confronto com posicionamento consagrado, habilitando o relator a dar parcial provimento ao inconformismo (art. 557, § 1º-A, do CPC).

Do exposto, enfrentadas as questões pertinentes à matéria em debate, dou parcial provimento ao recurso, para excluir a imputação em custas processuais, e reconheço a existência de erro material na sentença, corrigindo-a, de ofício, para afastar a condenação do INSS ao reembolso das despesas processuais.

Ante a natureza alimentar da prestação, oficie-se ao INSS, encaminhando-lhe os documentos necessários, para que sejam adotadas as medidas cabíveis à imediata implantação do benefício previdenciário, independentemente de trânsito em julgado (art. 461 do CPC).

Respeitadas as cautelas legais, tornem os autos à Origem.

Dê-se ciência.

Em, 13/3/2007.

ANNA MARIA PIMENTEL

Relatora

PROC.	:	2001.03.99.049745-0 AC 740514
ORIG.	:	9600001058 1 Vr NOVO HORIZONTE/SP
APTE	:	OLIVIA CEDENHO
ADV	:	WAGNER ANANIAS RODRIGUES
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	PAULO SERGIO BIANCHINI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. JEDIAEL GALVÃO / DÉCIMA TURMA

Vistos etc.

Proposta ação de conhecimento, objetivando a concessão de benefício assistencial de prestação continuada (art. 203, inciso V, da Constituição Federal), sobreveio sentença de improcedência do pedido, condenando-se a parte autora no pagamento das vervas de sucumbência, ressalvada a gratuidade da justiça.

Inconformada, a parte autora interpôs recurso de apelação, requerendo a reforma da sentença, para que seja julgado procedente o pedido, sustentando que preencheu os requisitos legais para a concessão do benefício assistencial de prestação continuada.

Com as contra-razões, os autos foram remetidos a este Tribunal.

O Ministério Público Federal ofereceu parecer opinando pelo não provimento da apelação da parte autora.

É o relatório.

DECIDO.

Postula a autora a concessão de benefício assistencial, no valor de um salário mínimo.

Tal benefício está previsto no artigo 203, inciso V, da Constituição Federal, bem como na Lei nº 8.742/93.

Consoante regra do art. 203, inciso V, da CF, a assistência social será prestada à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem "não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família".

A Lei nº 8.742/93, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, veio regulamentar o referido dispositivo constitucional, estabelecendo em seu art. 20 os requisitos para sua concessão, quais sejam, ser pessoa incapaz para a vida independente e para o trabalho ou pessoa idosa, bem como ter renda familiar inferior a ¼ do salário mínimo.

Considera-se pessoa idosa, para fins de concessão do benefício de prestação continuada, aquela que possua 70 (setenta) anos de idade, cujo limite etário foi reduzido para 67 (sessenta e sete) anos a partir de 1º de janeiro de 1998 (artigo 38 da Lei nº 8.742/93). Com a edição da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, o requisito da idade restou reduzido a 65 (sessenta e cinco) anos (artigo 34).

Neste caso, segundo laudo pericial realizado em 1999 (fls. 99/100), a parte autora era portadora de incapacidade parcial e permante para o trabalho, fato que desautorizava a concessão do benefício vindicado, por ocasião do ajuizamento da ação. No entanto, a requerente completou 65 (sessenta e cinco) anos em 2001, durante o curso do processo (fl.11).

De outra parte, quanto à insuficiência de recursos para prover a própria subsistência ou de tê-la provida por sua família, ressalta-se que o objetivo da assistência social é prover o mínimo para a manutenção do idoso ou incapaz, de modo a assegurar-lhe uma qualidade de vida digna. Por isso, para sua concessão não há que se exigir uma situação de miserabilidade absoluta, bastando a caracterização de que o beneficiário não tem condições de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família.

Não se tem dúvida de que o § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742/93 é constitucional, tendo o Supremo Tribunal Federal decidido nesse sentido (ADIN nº 1.232/DF, Relator p/ acórdão Ministro Nelson Jobim, j. 27/08/1998DJ 01/06/2001).

Todavia, o disposto no § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742/93 não é o único meio de comprovação da miserabilidade do deficiente ou do idoso, devendo a respectiva aferição ser feita, também, com base em elementos de prova colhidos ao longo do processo, observada as circunstâncias específicas relativas ao postulante do benefício. Lembra-se aqui precedente do Superior Tribunal de Justiça, que não restringe os meios de comprovação da condição de miserabilidade do deficiente ou idoso: "O preceito contido no art. 20, § 3º, da Lei nº 8.742/93 não é o único critério válido para comprovar a condição de miserabilidade preceituada no artigo 203, V, da Constituição Federal. A renda familiar per capita inferior a 1/4 do salário-mínimo deve ser considerada como um limite mínimo, um quantum objetivamente considerado insuficiente à subsistência do portador de deficiência e do idoso, o que não impede que o julgador faça uso de outros fatores que tenham o condão de comprovar a condição de miserabilidade da família do autor." (REsp nº435871/SP, Relator Ministro Felix Fischer, j. 19/09/2002, DJ 21/10/2002, p. 391).

No presente caso, embora a apelante tenha completado o requisito idade durante o curso do processo, isso, por si só, não autoriza a concessão do benefício em comento, uma vez que ela não comprovou seu estado de miserabilidade, mesmo antes do recebimento da pensão por morte, embora tenha sido anulada a primeira sentença proferida, dando-se oportunidade para produção de estudo social (fls. 165/166), segundo o qual ela reside em casa própria, inclusive.

Ademais, nos termos da legislação previdenciária, é descabida a cumulação do benefício assistencial de prestação continuada com qualquer outro beneficio, salvo o da assistência médica, conforme estabelece o § 4º do artigo 20 da Lei nº 8.742/93, abaixo transcrito:

"§ 4º- O benefício de que trata este artigo não pode ser acumulado pelo beneficiário com qualquer outro no âmbito da seguridade social ou de outro regime, salvo o da assistência médica."

Nesse sentido, lembra-se do precedente do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado:

"RESP - PREVIDENCIÁRIO - RENDA MENSAL VITALÍCIA - CUMULAÇÃO - A renda mensal vitalícia não pode ser cumulada com qualquer espécie de benefício previdenciário (Lei nº 8.213/91, art. 139, parag. 4º)." (REsp nº 179241/SP, Relator Ministro LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, j. 05/11/1998, DJ 14/12/1998, p. 391).

Por tais razões, a autora não faz jus à percepção do benefício da prestação continuada, pois já é beneficiária de aposentadoria por invalidez.

Com supedâneo em entendimento sufragado pelo Supremo Tribunal Federal (Agravo Regimental em RE nº 313.348/RS, Relator Ministro Sepúlveda Pertence, j. 15/04/2003, DJU 16/05/2003, p. 616), e considerando ser a parte autora beneficiária da Assistência Judiciária

Gratuita, excluo, de ofício, a sua condenação nas verbas de sucumbência, por se tratar de erro material constante da sentença recorrida, uma vez que vedado o provimento jurisdicional condicionado.
Diante do exposto, nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, NEGO PROVIMENTO À APELAÇÃO DA PARTE AUTORA E EXCLUO, DE OFÍCIO, A CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DAS VERBAS DE SUCUMBÊNCIA, na forma da fundamentação.
Transitado em julgado, remetam-se os autos à Vara de origem, observadas as formalidades legais.
Publique-se e intimem-se.
São Paulo, 27 de março de 2007.
JEDIAEL GALVÃO
Desembargador Federal Relator

PROC.	:	2005.03.99.051513-4 AC 1075815
ORIG.	:	0400000520 1 Vr JABOTICABAL/SP
APTE	:	ANDRE LUIZ APARECIDO DA SILVA incapaz
REPTE	:	EVA MARIA DA CONCEICAO MELO SILVA
ADV	:	ANDRÉ ZANINI WAHBE
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARIO LUCIO MARCHIONI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. JEDIAEL GALVÃO / DÉCIMA TURMA

Vistos etc.
Proposta ação de conhecimento de natureza previdenciária, objetivando a concessão do benefício de pensão por morte, sobreveio sentença de improcedência do pedido, deixando-se de condenar a parte autora ao pagamento das verbas de sucumbência, em razão de sua condição de beneficiária da assistência judiciária.
Inconformada, a parte autora interpôs recurso de apelação, alegando, preliminarmente, cerceamento de defesa por falta da produção de prova testemunhal. No mérito postula a integral reforma da sentença, sustentando a comprovação dos requisitos para a concessão do benefício pleiteado.
Com as contra-razões, os autos foram remetidos a este Tribunal.
O Ministério Público Federal opinou pelo conhecimento e desprovimento da apelação da parte autora.
É o relatório.
D E C I D O.
Postula a parte autora o benefício da pensão por morte, em decorrência do óbito de seu genitor, Givaldo Aparecido da Silva, ocorrido em 16/08/2002.
Quanto à qualidade de segurado, sustenta a parte autora que o falecido estava em gozo de Renda Mensal Vitalícia por Incapacidade (DIB 1/9/1988), tendo a autarquia previdenciária agido incorretamente ao conceder tal benefício, uma vez que ele fazia jus ao recebimento de auxílio-doença, requerido em 1977 e 1980. Enfim, não pretende a autora a pensão por morte em decorrência do benefício assistencial, mas sim em virtude do direito que seu pai tinha de receber auxílio-doença.
Nestas condições, o julgamento antecipado da lide não poderia se efetivar, uma vez que a causa de pedir assinalada na petição inicial exigia dilação probatória para a colheita de prova testemunhal, como tempestivamente requerida pelas partes, não se podendo pressupor, tão-somente por ter sido beneficiário de renda mensal vitalícia, que o falecido genitor da parte autora não tivesse direito à aposentadoria por invalidez.
A propósito, esta Corte Regional Federal tem admitido a viabilidade de postulação de pensão por morte em decorrência de direito que o falecido tinha à aposentadoria, embora houvesse obtido equivocadamente benefício assistencial, conforme se verifica dos seguintes precedentes:
"PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE - RURÍCOLA BENEFICIÁRIO DE RENDA MENSAL VITALÍCIA - DIREITO, À ÉPOCA, AO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR IDADE - CONCESSÃO EQUIVOCADA - RECONHECIMENTO DO DIREITO À PENSÃO. HONORÁRIO ADVOCATÍCIOS - SÚMULA 111 DO STJ. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS PARA O DEFERIMENTO DA ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - CONCESSÃO DE OFÍCIO.
I. Na certidão de óbito, o falecido foi qualificado como pensionista, por receber do INSS o benefício nº 82556122-1, espécie 30, ou seja, renda mensal vitalícia. Tal benefício, como é sabido, não gera direito a qualquer outra prestação da Previdência Social. Todavia, o fato de o benefício recebido pelo de cujus não ensejar, a princípio, pensão por morte, no caso, não tem o condão de implicar em óbice à concessão do benefício pleiteado na exordial, haja vista que o falecido já possuía as condições necessárias para obter aposentadoria rural por idade na época em que lhe foi deferida a renda mensal vitalícia, conforme se depreende do início de prova material, corroborado pela prova testemunhal os quais se mostraram aptos a tal comprovação. II. Com efeito, o de cujus completou 60 anos em 1990, portanto, em data anterior à vigência da Lei 8213/91, época em que os benefícios previdenciários dos rurícolas eram regulados pela Lei Complementar nº 11/71, que continha dispositivos que não foram recepcionados pela Constituição Federal de 1988, dentre os quais o art. 4º, que estabelecia a idade mínima de 65 anos para a concessão de aposentadoria por velhice aos rurícolas. Com o advento da nova Ordem Constitucional, a idade mínima para os trabalhadores rurais passou a ser de 60 anos para os homens, nos termos do art. 202, I, atual art. 201, § 7º, II, com as alterações introduzidas pela EC 20/98. Também o dispositivo legal que estabelecia como condição a situação de chefe ou arrimo de família (LC 11/71, art. 4º, § único) não encontrou amparo constitucional. Conclui-se, portanto, da análise dos referidos textos legais, que para a concessão do benefício de aposentadoria por idade, à época, a idade mínima exigida era de 60 anos para trabalhadores rurais, e a carência era a expressa no artigo 5º da Lei Complementar nº 16/73, nos seguintes termos: "A caracterização da qualidade de trabalhador rural, para efeito da concessão das prestações pecuniárias do PRORURAL, dependerá da comprovação de sua atividade pelo menos nos três últimos anos anteriores à data do pedido do benefício, ainda que de forma descontínua".
III. Entendo, portanto, que o benefício de renda mensal vitalícia foi concedido equivocadamente pela autarquia, uma vez que ao falecido seria cabível o deferimento da aposentadoria, razão pela qual é devida à viúva a pensão por morte. IV. Na qualidade de esposa, a dependência econômica da autora é presumida, a teor do disposto no artigo 16, inciso I e parágrafo 4º, da Lei 8.213/91.
V. Nas ações que versam sobre benefícios previdenciários, a base de cálculo dos honorários advocatícios deve abranger somente a soma das parcelas vencidas até a prolação da sentença, conforme entendimento do E. STJ (Súmula 111 - STJ). VI. Presentes os requisitos do art. 461, § 3º, CPC, é de ser deferida a antecipação de tutela, para permitir a imediata implantação do benefício postulado na presente ação.
VII. Remessa oficial parcialmente provida. Apelação improvida." (AC nº 801202/MS, Relatora Desembargadora Federal Marisa Santos, j. 08/11/2004, DJU 13/01/2005, p. 298);
"PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. CONDIÇÃO DE DEPENDENTE. RENDA MENSAL VITALíCIA. QUALIDADE DE SEGURADO DO "DE CUJUS" NÃO CONFIGURADA.
I - Comprovada nos autos a condição de esposa, a dependência econômica é presumida, nos termos do § 4º, do artigo 16, da Lei nº 8.213/91.
II - Tendo em vista que o "de cujus" gozava do benefício de renda mensal vitalícia, benefício este de caráter pessoal e intransferível, os dependentes não fazem jus ao benefício de pensão por morte.
III - Os dependentes do falecido somente poderão postular o benefício de pensão por morte em ação própria, mediante comprovação de que o "de cujus" fazia jus a benefício de natureza previdenciária (aposentadoria por idade ou invalidez). IV - Apelação da autora desprovida." (AC nº 782759/SP, Relator Desembargador Federal Sérgio Nascimento, j. 17/08/2004, DJU 13/09/2004, p. 531).
É o caso de se anular a sentença, porquanto não há como se examinar desde já se o falecido tinha direito ao auxílio-doença vindicado, uma vez que para o deslinde da questão era imprescindível que o MM. Juiz "a quo" tivesse colhido a prova testemunhal, além da requisição de cópia de processo administrativo, com a qual poder-se-ia verificar se possuía os requisitos para o auxílio-doença vindicado.
Diante do exposto, nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, ACOLHO A PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA e determino o retorno dos autos à Vara de origem, para prosseguir com a instrução do feito, notadamente para a oitiva das testemunhas, conforme acima esclarecido, RESTANDO PREJUDICADA A ANÁLISE DO MÉRITO DA APELAÇÃO DA PARTE AUTORA.
Publique-se e intimem-se.
São Paulo, 28 de fevereiro de 2007.
JEDIAEL GALVÃO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	98.03.051677-9 AC 426399
ORIG.	:	9503077532 1 Vr RIBEIRAO PRETO/SP
APTE	:	IZALDA DO NASCIMENTO GOMES
ADV	:	JOSE ROBERTO CAMPI
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ADALBERTO GRIFFO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO / DÉCIMA TURMA

Vistos.
Trata-se de apelação de sentença pela qual os embargos foram acolhidos com fulcro no artigo 741, VI, do Código de Processo Civil, sendo extinta a execução, nos termos do artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, tendo em vista a ocorrência do depósito do montante discutido. Em razão da existência de depósito em valor superior ao devido, foi determinado o levantamento da importância depositada nas proporções indicadas à fl.15.
A r. sentença de fl. 23/26 dos autos em apenso, confirmada pelo extinto Tribunal Federal de Recursos (fl.58vº dos autos em apenso), revela que o réu foi condenado a pagar à autora pensão previdenciária equivalente a 100% do valor consignado no artigo 48 do Decreto nº 89312/84, monetariamente corrigido a partir do trânsito em julgado.
Foram homologados os cálculos de fl.92 dos autos em apenso.
Posteriormente, à fl.103/106 (autos em apenso), o INSS vem noticiar a ocorrência de erro material na conta homologada, apresentando novos cálculos. Em face do erro material apontado pela autarquia, referida conta foi acolhida pela decisão de fl.109 daqueles autos.
Foi efetuado o depósito judicial no montante de CR$ 56.216,57 em 30.11.1993 (fl.116 dos autos em apenso).
À fl.136 dos autos em apenso, foi elaborado cálculo de atualização pela Contadoria do Juízo, constatado-se que houve depósito a maior por parte do INSS em 30.11.1993, no montante de CR$ 27.629,79.
Em seguida, nos termos dos artigos 603 e 604 do Código de Processo Civil, a autora apresentou conta de liquidação pleiteando o valor relativo a 18 meses de benefício, período de 08.84 a 02.86, totalizando R$ 1.386,00.
Citada, a autarquia apresentou os embargos de que ora se trata, sendo reconhecida pelo d.Magistrado a quo a inexistência de crédito em favor da parte embargada, constando, ainda, que houve depósito a maior.
A autora-embargada, em suas razões recursais, sustenta que a r.sentença não pode prevalecer pois não está em consonância com o título em execução. Alega que a conta de fl.78 dos autos em apenso, elaborada pela contadoria judicial, evidencia que a autora faz jus ao recebimento de 20 prestações, além de juros de mora e honorários advocatícios, mas o valor depositado foi muito inferior ao devido. Argumenta que é inadmissível o pagamento de débitos sem a devida atualização.
Sem contra-razões, subiram os autos a esta E.Corte.
Após o breve relatório, passo a decidir.
Não merece prosperar o recurso da autora-embargada.
Com efeito, o cálculo de liquidação elaborado pela autarquia à fl.103/106 dos autos da ação de conhecimento é o que restou homologado. Na conta anterior, apresentada à fl.92 daqueles autos, foi alegada a ocorrência de erro material, em virtude de pagamentos administrativos. Tal alegação foi acatada pelo magistrado (fl.109). Verifica-se, ainda, que a autora não se insurgiu contra o total apurado na conta homologada, ao contrário, pleiteou o depósito do valor (fl.111 dos autos em apenso), o que efetivamente ocorreu em 30.11.1993 (fl.116).
Assim, não há que se falar apresentação de novos cálculos por parte da parte embargada, uma vez que já satisfeito seu crédito.
De outra parte, restou constatado depósito a maior a favor da autora, devendo, portanto, ser realizado o levantamento pelos valores apurados em conformidade com os cálculos elaborados pela Contadoria Judicial neste autos (fl.14/19) e à fl.136 dos autos em apenso.
Cumpre observar que as assertivas emanadas pela serventia do Juízo não podem ser infirmadas por alegações despidas de suporte fático ou jurídico que as ampare, como no caso destes autos.
Confira-se:
PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. OBSERVÂNCIA AO DECISUM EXEQÜENDO. INFORMAÇÕES DA CONTADORIA. ADOÇÃO.
I - A execução de sentença fundada em título executivo judicial tem por balizas as determinações do "decisum" exeqüendo.
II - Inexiste óbice legal à adoção pelo magistrado das informações apresentadas pela contadoria judicial.
III - Recurso parcialmente provido.
(TRF - AC 98.03.024227-0/SP; 2ª T.; j. 06/06/2000; DJU 04/10/2000, pág 175, Rel. Des.Fed. Célio Benevides).
Por conseguinte, aplicável no caso em espécie, o disposto no artigo 557 do Código de Processo Civil, nestes termos:
Art. 557. O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior.
§ 1º A- Se a decisão estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, o relator poderá dar provimento ao recurso.
(...)
Diante do exposto, nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso da parte embargada.
Decorrido o prazo recursal, encaminhem-se os autos à Vara de origem, dando-se baixa na Distribuição.
Intimem-se
São Paulo, 28 de março de 2007.
SÉRGIO NASCIMENTO
Desembargador Federal

PROC.	:	2005.03.00.053341-1 AG 238778
ORIG.	:	0007662203 4V Vr SAO PAULO/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	FABIOLA MIOTTO MAEDA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	ARCILIO QUINTO e outros
ADV	:	IVO ARNALDO CUNHA DE OLIVEIRA NETO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA PREVIDENCIARIA DE SAO PAULO SP>1ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Cuida-se de agravo de instrumento, com pedido de atribuição de efeito suspensivo, interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, contra decisão proferida pela MM. Juíza Federal da 4ª Vara Previdenciária de São Paulo/SP que, nos autos do processo nº 00.0766220-3, objetivando a revisão de benefício previdenciário, em sede de execução, entendeu ser devida a aplicação de juros de mora entre a última atualização do débito e o efetivo pagamento do precatório (depósito).
Deferido o pedido de efeito suspensivo (f. 113/115), prestados os informes requisitados (f.123/124) foi certificado o decurso de prazo para apresentação de contraminuta (f. 126).
A f. 128/129, vieram aos autos ofício do Juízo a quo, ecaminhando cópia do provimento que reconsiderou a decisão hostilizada.
Decido.
O presente recurso acha-se esvaziado de sentido e objeto, porquanto impugna decisão não mais subsistente, eis que reconsiderada pelo Magistrado singular.
Nessa esteira, nos termos do artigo 33, XII, do RITRF-3ª Região, dou por prejudicado o recurso, por manifesta carência superveniente.
Oportunamente, observadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
Dê-se ciência.
Em, 27 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2005.03.99.054066-9 AC 1079971
ORIG.	:	0400000655 /SP 0400051384 /SP
APTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV	:	GLAUCIA VIRGINIA AMANN
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MARIA ZENI DE JESUS BISPO DA SILVA
ADV	:	RONALDO DE SOUZA
RELATOR	:	DES. FED. JEDIAEL GALVÃO / DÉCIMA TURMA

Vistos etc.
Trata-se de agravo interno interposto pelo INSS contra decisão monocrática que, proferida por esta relatoria, deu parcial provimento ao reexame necessário, como também à apelação que interpôs.
Sustentou, em suma, que o benefício anterior teria sido concedido em 15/05/1992, razão pela qual não existiria um salário-de-contribuição referente a fevereiro de 1994 e, conseqüentemente, não haveria fundamento jurídico para a incidência do IRSM de fevereiro de 1994 na espécie.
Requereu a reconsideração da decisão ou então que seja levado o presente a julgamento por esta Colenda Turma.
É o relatório.
DECIDO.
Conquanto o INSS tenha sustentado a sua irresignabilidade na suposta existência de benefício previdenciário com início de vigência em 15/05/1992, deixando subentendido que tal situação concretizaria, em tese, um fato impeditivo contra a pretensão no sentido da incidência do IRSM de fevereiro de 1994 sobre a pensão por morte na espécie, o certo é que, sem prejuízo da total ausência de comprovação em relação àquele suposto benefício, a decisão monocrática agravada merece reforma.
De fato, a instrução na espécie revela com exatidão que não houve um benefício anterior (fls. 10 e 14/17), que, segundo a exposição fática produzida pelo INSS, teria sido concedido ao segurado falecido, ou seja, ao então cônjuge da autora.
Por outro lado, interessante sublinhar que o agravo interno sob exame insiste na tese de que não haveria salário-de-contribuição referente a fevereiro de 1994, razão pela qual careceria de fundamentação jurídica a pretensão no sentido da aplicabilidade do IRSM de fevereiro de 1994.
Neste ponto, factível assegurar-se uma sobrevida ao agravo interno em questão, conforme os ditames do Direito Processual Civil.
O IRSM, a partir de janeiro de 1993, foi o indexador utilizado para atualização dos salários-de-contribuição, nos termos do art. 9º da Lei nº 8.542/92, critério que perdurou até fevereiro de 1994, consoante o disposto no art. 21 da Lei nº 8.880/94, que assim dispõe:
"Art. 21. Nos benefícios concedidos com base na Lei nº 8.213, de 1991, com data de início a partir de 1º de março de 1994, o salário-de-benefício será calculado nos termos do art. 29 da referida Lei, tomando-se os salários-de-contribuição expresso em URV.
§ 1º. Para os fins do disposto neste, os salários-de-contribuição referentes às competências anteriores a março de 1994, serão corrigidos, monetariamente, até o mês de fevereiro de 1994, pelos índices previstos no art. 31 da Lei nº 8.213, de 1991, com as alterações da Lei nº 8.542, de 1992, e convertidos em URV, pelo valor em cruzeiros reais do equivalente em URV do dia 28 de fevereiro de 1994."
De acordo com a legislação mencionada, os salários-de-contribuição apurados antes do mês de março de 1994 deveriam ser atualizados pelo indexador IRSM, cujos valores em cruzeiros converter-se-iam em URV pela paridade vigente no dia 28-02-94, somente para os benefícios concedidos a partir de 1º de março de 1994.
A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, no tema, é pacífica:
"PREVIDENCIÁRIO - RECURSO ESPECIAL - SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA - IRSM DE FEVEREIRO/1994 (39,67%).
Na atualização monetária dos salários-de-contribuição de benefício concedido após março de 1994, deve-se computar os índices, mês a mês, com inclusão do IRSM de fevereiro/94 (39,67%). Precedentes.
Recurso conhecido e provido".
(REsp. nº 495203/SP, Relator Ministro JORGE SCARTEZZINI, j. 06/05/2003. DJ 04/08/2003, p. 390)
"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRESSUPOSTOS. INEXISTÊNCIA. EFEITO INFRINGENTE. POSSIBILIDADE. PREVIDENCIÁRIO. ATUALIZAÇÃO DOS SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO.
- Embora os embargos de declaração tenham por escopo expungir do julgamento obscuridade ou contradições, ou suprir omissão sobre tema de pronunciamento obrigatório pelo Tribunal, segundo o comando expresso no art. 535, do CPC, a tal recurso é possível conferir-se efeito modificativo ou infringente, desde que a alteração do julgamento decorra da correção daqueles citados defeitos.
- Distintos são os pleitos quando se referem a atualização monetária dos salários-de-contribuição, utilizados no cálculo do valor inicial dos benefícios, e quando pretendem o reajuste do valor mensal dos mesmos.
- Na atualização monetária dos salários-de-contribuição para fins de cálculo da renda mensal inicial dos benefícios concedidos a partir de março de 1994, deve ser incluído o percentual de 39,67%, relativo ao IRSM de fevereiro de 1994, antes de sua conversão em URV, nos termos do artigo 21, parágrafo 1º da Lei nº 8.880/94.
- Embargos de declaração acolhidos. Recurso especial não conhecido". (EDREsp. nº 243858/RS, Relator Ministro VICENTE LEAL, j. 18/10/2001, DJ 12/11/2001, p. 177)
Assim também tem sido a jurisprudência dominante deste Egrégio Tribunal Regional Federal: AC nº 785616/SP, Relatora Juíza Convocada MÁRCIA HOFFMANN, j. 15/12/2003, DJU 12/02/20044, p. 359; AC nº 745057/SP, Relator Desembargador Federal CASTRO GUERRA, j. 18/11/2003, DJU 23/01/2004, p. 174.
Neste sentido, confira ainda o Enunciado nº 4 das Turmas Recursais do Juizado Especial Federal Previdenciária da 3ª Região: "É devida a revisão da renda mensal inicial do benefício previdenciário cujo período básico de cálculo considerou o salário-de-contribuição de fevereiro de 1994, que deve ser corrigido pelo índice de 39,67%, relativo ao IRSM daquela competência".
Em síntese, somente os benefícios concedidos a partir de 01/03/1994 até 28/02/1997 terão os salários-de-contribuição corrigidos pelo IRSM de fevereiro de 1994 pelo percentual de 39,67%. Todavia, a pensão por morte na espécie foi concedida em 08/02/1994 (NB 068.101.530-6), conforme o teor da correspondente carta de concessão (fl. 10). Deste modo, evidente que a irresignabilidade do INSS merece guarida.
Diante do exposto, com fulcro no artigo 557, § 1º, do Código de Processo Civil, EXERÇO O JUÍZO DE RETRATAÇÃO, para, com base no artigo 557, § 1º-A, também do Código de Processo Civil, DAR PROVIMENTO À APELAÇÃO DO INSS E AO REEXAME NECESSÁRIO, TIDO POR SUBMETIDO, excluindo-se da condenação (fls. 41/42 e 60/67) a revisão da pensão por morte (NB 068.101.530-6), em cuja essência havia determinação para a aplicação do IRSM de fevereiro de 1994, pelo quê imprescindível a inversão do ônus da sucumbência, ressalvando-se que na espécie houve a concessão da assistência judiciária gratuita (Agravo Regimental em REO nº 313.348/RS, Relator Ministro Sepúlveda Pertence, j. 15/04/03, DJU 16/05/03, p. 616).
Publique-se e intime-se.
São Paulo, 09 de março de 2007.
JEDIAEL GALVÃO
Desembargador Federal
Relator

PROC.	:	2003.03.00.054728-0 AG 187566
ORIG.	:	9900000576 1 Vr JUNQUEIROPOLIS/SP
AGRTE	:	APARECIDO SEBASTIAO MESQUITA ONORIO
ADV	:	EDIVANIA CRISTINA BOLONHIN
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARGARETE DE CASSIA LOPES GOMES DE CARVALHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE JUNQUEIROPOLIS SP
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Aforada ação, em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando concessão de aposentadoria por tempo de contribuição, o pedido foi julgado procedente, ensejando a interposição de apelo, pela autarquia previdenciária, recebido no duplo efeito (f. 29).
Inconformado, o autor interpôs este agravo de instrumento, visando à reforma da decisão impugnada, e, liminarmente, à antecipação dos efeitos da pretensão recursal, ao argumento de que a apelação será recebida no efeito devolutivo, quando interposta de sentença que condenar o réu à prestação de alimentos (art. 520, II, CPC).
A fs. 32/33, o E. Relator em substituição indeferiu a providência premabular requerida, dispensando a apresentação de informações judiciais.
Decorrido, in albis, o prazo para oferta de resposta (f. 38).
Decido.
Ensejado o contraditório, verifica-se ser despiciendo submeter o presente recurso à consideração da Turma julgadora, eis que já se antevê o desfecho que lhe será conferido, com base em julgamentos exarados em casos análogos
A teor do disposto no art. 520 do CPC, a apelação será recebida no efeito devolutivo, quando interposta de sentença que, entre outros casos, condenar o demandado à prestação de alimentos (inciso II).
Observe-se que o inc. II do art. 520 do CPC contém norma de exceção, devendo ser interpretado de forma restritiva, abarcando, tão-somente, ação de alimentos, propriamente dita.
Não se deve confundir o cunho alimentar dos benefícios previdenciários com a natureza das demandas tendentes à cobrança de alimentos.
Confiram-se os seguintes julgados do C. STJ, nesse sentido: REsp nº 238.736, Sexta Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, j. 14/3/2000, v.u., DJ 1º/8/2000, p. 361; REsp nº 175.017, Quinta Turma, Rel. Min. Edson Vidigal, j. 15/02/2000, v.u., DJ 20/3/2000, p. 94.
Além disso, não mais vigora o comando original do artigo 130 da Lei nº 8.213/91, o qual preconizava que "Os recursos interpostos pela Previdência Social, em processos que envolvam prestações desta lei, serão recebidos exclusivamente no efeito devolutivo, cumprindo-se, desde logo, a decisão ou sentença, através de processo suplementar ou carta de sentença".
Tem-se, aqui, recurso, manifestamente, improcedente, colidindo com entendimento consagrado na jurisprudência.
Tais as circunstâncias, nego-lhe seguimento, com fulcro no art. 557, caput, do CPC.
Respeitadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
Dê-se ciência.
Em, 27 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2006.03.00.060337-5 AG 271622
ORIG.	:	200661230006350 1 Vr BRAGANCA PAULISTA/SP
AGRTE	:	JORGE AMERICO DE FREITAS (= ou > de 60 anos)
ADV	:	PAULO HENRIQUE EVANGELISTA DA FRANCA
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE BRAGANÇA PAULISTA-23ª SSJ-SP
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Cuida-se de agravo de instrumento, com pedido de atribuição de efeito suspensivo, interposto por Jorge Américo de Freitas, contra decisão proferida pelo MM. Juiz Federal da 1ª Vara de Bragança Paulista /SP que, nos autos do processo nº 2006.61.23.000635-0, objetivando a concessão do benefício de pensão por morte, indeferiu a vindicada antecipação dos efeitos da tutela.
Indeferido o efeito suspensivo pleiteado (fls. 58/60), prestados os informes requisitados (fls. 70), foi certificado o decurso de prazo para apresentação de contraminuta (f. 71).
A f. 73/79, vieram aos autos ofício do Juízo a quo, comunicando a prolação de sentença na ação principal, dando parcial procedência ao pleito deduzido pelo autor.
Decido.
O presente recurso acha-se esvaziado de sentido e objeto, porquanto impugna decisão preambular não mais subsistente, substituída que foi por sentença, devidamente participada pelo Órgão julgador singular.
Nessa esteira, nos termos do artigo 33, XII, do RITRF-3ª Região, dou por prejudicado o recurso, por manifesta carência superveniente.
Oportunamente, observadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
Dê-se ciência.
Em, 27 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2005.03.00.061815-5 AG 241770
ORIG.	:	0500000672 1 Vr IPUA/SP
AGRTE	:	IVAIR FORNEL
ADV	:	GILSON BENEDITO RAIMUNDO
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE IPUA SP
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Cuida-se de agravo de instrumento, com pedido de atribuição de efeito suspensivo, interposto por Ivair Fornel, contra decisão proferida pelo MM. Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Ipuã, nos autos do Processo nº 672/2005, relativo à implantação de benefício de aposentadoria especial, deferiu pedido de antecipação de tutela.
Indeferido o efeito suspensivo pleiteado (fs. 41/42), decorreu in albis o prazo para oferta de contraminuta (f. 51).
Em consulta realizada no sistema informatizado de acompanhamento processual da Justiça do Estado de São Paulo, relativamente ao feito originário, verificou-se a prolação de sentença em 10/4/2006 (extrato anexo).
Decido.
O presente recurso acha-se esvaziado de sentido e objeto, porquanto impugna decisão não mais subsistente, substituída que foi por sentença, proferida pelo juízo singular.
Nessa esteira, nos termos do artigo 33, XII, do RITRF-3ª Região, dou por prejudicado o recurso, por manifesta carência superveniente.
Oportunamente, observadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
Dê-se ciência.
Em, 26 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2005.03.00.064029-0 AG 242733
ORIG.	:	0500001273 3 Vr VOTUPORANGA/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	VITORINO JOSE ARADO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	JOSE AMBROSIO OLIVEIRA
ADV	:	ELIAS LUIZ LENTE NETO
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 3 VARA DE VOTUPORANGA SP
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Cuida-se de agravo de instrumento, com pedido de atribuição de efeito suspensivo, interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, contra decisão proferida pelo MM. Juiz de Direito da 3ª Vara da Comarca de Votuporanga, nos autos do Processo nº 1273/2005, relativo à implantação de benefício de aposentadoria especial, deferiu pedido de antecipação de tutela.
Indeferido o efeito suspensivo pleiteado (fs. 85/87), decorreu in albis o prazo para oferta de contraminuta (f.94).

Em consulta realizada no sistema informatizado de acompanhamento processual da Justiça do Estado de São Paulo, relativamente ao feito originário, verificou-se a prolação de sentença em 20/3/2006 (extrato anexo).
Decido.
O presente recurso acha-se esvaziado de sentido e objeto, porquanto impugna decisão não mais subsistente, substituída que foi por sentença, proferida pelo juízo singular.
Nessa esteira, nos termos do artigo 33, XII, do RITRF-3ª Região, dou por prejudicado o recurso, por manifesta carência superveniente.
Oportunamente, observadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
Dê-se ciência.
Em, 26 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	95.03.067266-0 AC 270376
ORIG.	:	9206045296 3 Vr CAMPINAS/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	NILDA GLORIA BASSETTO TREVISAN
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	DORIVAL CONICELLI
ADV	:	DAGOBERTO SILVERIO DA SILVA
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

DECISÃO
Previdenciário. Revisão de renda mensal inicial. Correção de todos os salários-de-contribuição que serviram de base para cálculo. Benefício concedido entre o advento da CR/88 e da Lei nº 8.213/91. Incabimento.
Aforada ação, em face do INSS, objetivando a revisão da renda mensal inicial, mediante a correção dos 36 (trinta e seis) salários-de-contribuição que serviram como base para cálculo da benesse, sobreveio sentença de procedência do pedido, ensejando apelo do réu, recebido no duplo efeito, com vista à sua reforma.
Existentes contra-razões.
Decido.
De início, defiro o pedido de concessão da gratuidade da justiça, formulado na exordial, e não apreciado.
Verifico que a r. sentença recorrida apreciou objeto não contido na inicial (equivalência com o salário mínimo), ofendendo, desse modo, o quanto disposto no diploma processual civil (art. 460). No entanto, considerando que tal fato não trouxe prejuízo ao deslinde da causa, reduzo-a aos limites do pedido.
Objetiva a parte autora a revisão da renda mensal inicial, atualizando-se todos os salários-de-contribuição que serviram como base de cálculo do seu benefício.
O art. 202 da CR/88, em sua antiga redação, anterior à EC nº 20/98, dispôs acerca do assunto nos seguintes termos:
"É assegurada aposentadoria, nos termos da lei, calculando-se o benefício sobre a média dos trinta e seis últimos salários de contribuição, corrigidos monetariamente mês a mês, e comprovada a regularidade dos reajustes dos salários de contribuição de modo a preservar seus valores reais e obedecidas as seguintes condições: (...)".
Saliente-se que o referido dispositivo não era auto-aplicável, necessitando, desse modo, de regulamentação para sua plena eficácia, o que só veio a lume com a edição das Leis nº 8.212/91 e 8.213/91. Esse, o entendimento sedimentado no E. STF:
"EMENTA: Previdência social. - Esta Primeira Turma, ao julgar os embargos de declaração no RE 153.655, relator o Ministro SYDNEY SANCHES, e o RE 157.042, de que fui relator, decidiu que o disposto no artigo 202 da Carta Magna sobre o cálculo do benefício da aposentadoria não é auto-aplicável, por depender de legislação que posteriormente entrou em vigor (Leis 8.212 e 8.213, ambas de 24.07.91). (...). Recurso extraordinário conhecido e provido".
(RE nº 195161/SP, 1ª Turma, Rel. Min. Moreira Alves, v.u., j. 01/10/96, DJ 02/5/97, pág. 16582).
Ainda:
"EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. AUTO-APLICABILIDADE DO ART. 202 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ALEGAÇÃO IMPROCEDENTE. SUPERVENIÊNCIA DAS LEIS 8.212/91 E 8.213/91. INTEGRAÇÃO LEGISLATIVA. 1 - O disposto no artigo 202, "caput", da Constituição Federal não é auto-aplicável, necessitando para a sua complementação de integração legislativa, a fim de que seja dada plena eficácia ao mencionado preceito. 2 - Superveniência das Leis 8.212/91 e 8.213/91, normas sem as quais a vontade da Lei Maior não se cumpria. Recurso extraordinário conhecido e provido".
(RE nº 195341/AL, 2ª Turma, Rel. Min. Maurício Corrêa, v.u., j. 18/3/97, DJ 30/5/97, pág. 23211)
Por sua vez, a Lei nº 8.213/91 dispôs que:
"Art. 29 - O salário-de-benefício consiste na média aritmética simples de todos os últimos salários-de-contribuição dos meses imediatamente anteriores ao do afastamento da atividade ou da data da entrada do requerimento, até o máximo de 36 (trinta e seis), apurados em período não superior a 48 (quarenta e oito) meses" (redação anterior à Lei nº 9.876/99).
"Art. 144 - Até 1º de junho de 1992, todos os benefícios de prestação continuada concedidos pela Previdência Social, entre 5 de outubro de 1988 e 5 de abril de 1991, devem ter sua renda mensal inicial recalculada e reajustada, de acordo com as regras estabelecidas nesta Lei. Parágrafo único. A renda mensal recalculada de acordo com o disposto no caput deste artigo, substituirá para todos os efeitos a que prevalecia até então, não sendo devido, entretanto, o pagamento de quaisquer diferenças decorrentes da aplicação deste artigo referentes às competências de outubro de 1988 a maio de 1992."
Art. 145 -
Os efeitos desta Lei retroagirão a 5 de abril de 1991, devendo os benefícios de prestação continuada concedidos pela Previdência Social a partir de então, terem, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, suas rendas mensais iniciais recalculadas e atualizadas de acordo com as regras estabelecidas nesta Lei.
Parágrafo único. As rendas mensais resultantes da aplicação do disposto neste artigo substituirão, para todos os efeitos as que prevaleciam até então, devendo as diferenças de valor apuradas serem pagas, a partir do dia seguinte ao término do prazo estipulado no caput deste artigo, em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais consecutivas reajustadas nas mesmas épocas e na mesma proporção em que forem reajustados os benefícios de prestação continuada da Previdência Social.
Diante do exposto, o pedido da parte autora não merece acolhimento, à vista de seu benefício ter sido concedido em 1º/02/89, ou seja, entre o advento da CR/88 e a vigência da Lei nº 8.213/91, de modo que, sua renda mensal inicial, restou recalculada nos termos do referido dispositivo constitucional, conforme, ao depois, preceituaram os arts. 29 (redação original), 144 e 145 da Lei dos Planos de Benefícios da Previdência Social retro mencionada, não tendo o autor comprovado que a autarquia securitária tenha procedido de modo diverso.
De notar-se, ainda, que, segundo previsão do parágrafo único do art. 144, supra referenciado, "a renda mensal recalculada de acordo com o dispositivo no caput deste artigo, substituirá para todos os efeitos a que prevalecia até então, não sendo devido, entretanto o pagamento de quaisquer diferenças decorrentes da aplicação deste artigo referentes à competências de outubro de 1988 a maio de 1992." Assim, eventual alegação de direito às diferenças compreendidas entre o mencionado período, não merece acolhimento, mesmo porque, o Pleno do E. STF, apreciando a questão no RE nº 193.456, decidiu pela constitucionalidade do dispositivo em comento.
Ante o exposto, reduzo a sentença aos termos do pedido inicial e, com fulcro no art. 557, § 1º-A, do CPC, DOU PROVIMENTO à apelação interposta, para julgar improcedente o pedido, nos termos da fundamentação, reformando a r. sentença recorrida.
Encaminhe-se, oportunamente, os presentes autos à Subsecretaria de Registro e Informações Processuais - UFOR, para que seja regularizada a autuação, devendo figurar o INSS como parte apelante e não como constou.
Decorrido o prazo para interposição de recurso, baixem os autos à Vara de origem, observadas as formalidades legais.
Dê-se ciência.
Em, 19 de março de 2007
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2005.03.00.071269-0 AG 245613
ORIG.	:	200561090028349 3 Vr PIRACICABA/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOAO BAPTISTA DE SOUZA NEGREIROS ATHAYDE
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	EURIDES ANTONIO DIAS
ADV	:	SILVIA HELENA MACHUCA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE PIRACICABA SP
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Cuida-se de agravo de instrumento, com pedido de atribuição de efeito suspensivo, interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, contra decisão proferida pelo MM. Juiz Federal da 3ª Vara de Piracicaba/SP que, nos autos do Processo nº 2005.61.09.002834-9, relativo à concessão de benefício de aposentadoria por tempo de serviço, deferiu a vindicada antecipação dos efeitos da tutela.
Deferido, em parte, o efeito suspensivo pleiteado (fs. 27/29), decorreu in albis, o prazo para oferta de contraminuta (f. 44).
Em consulta realizada no sistema informatizado deste Tribunal, relativamente ao processo principal, verificou-se a prolação de sentença em 27/9/2006 (extrato anexo).
Decido.
O presente recurso acha-se esvaziado de sentido e objeto, porquanto impugna decisão não mais subsistente, substituída que foi por sentença, proferida pelo juízo singular.
Nessa esteira, nos termos do artigo 33, XII, do RITRF-3ª Região, dou por prejudicado o recurso, por manifesta carência superveniente.
Oportunamente, observadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
Dê-se ciência.
Em, 26 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2005.03.00.072351-0 AG 246554
ORIG.	:	200561270015813 1 Vr SAO JOAO DA BOA VISTA/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	NANETE TORQUI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	LUIS CLAUDIO CORREA
ADV	:	JOSÉ HENRIQUE MANZOLI SASSARON
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE S J DA BOA VISTA>27ª SSJ>SP
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Cuida-se de agravo de instrumento, com pedido de atribuição de efeito suspensivo, interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, contra decisão proferida pelo MM. Juiz Federal da 1ª Vara de São João da Boa Vista/SP que, nos autos do processo nº 2005.61.27.001581-3, deferiu tutela antecipada, determinando a implantação imediata do benefício de auxílio-doença ao agravado.
Deferido o efeito suspensivo pleiteado (f. 44/48), prestados os informes requisitados (f. 56/69), seguiu-se pedido de reconsideração interposto pelo autor (fls. 70/84), improvido a f. 86.
A f. 97/112 o Juízo a quo encaminhou cópia da sentença prolatada em 12/12/2006, no processo principal, dando pela procedência do pedido deduzido pelo autor.
Decido.
O presente recurso acha-se esvaziado de sentido e objeto, porquanto impugna decisão preambular não mais subsistente, substituída que foi por sentença, devidamente participada pelo Órgão julgador singular.
Nessa esteira, nos termos do artigo 33, XII, do RITRF-3ª Região, dou por prejudicado o recurso, por manifesta carência superveniente.
Oportunamente, observadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
Dê-se ciência.
Em, 27 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	97.03.083542-2 AC 400163
ORIG.	:	9612023832 2 Vr PRESIDENTE PRUDENTE/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ROBERTO NAKAMURA MAZZARO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	GONCALO HENRIQUE DE SOUZA e outros
ADV	:	JOAO MENDES DOS REIS NETO
RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO / DÉCIMA TURMA

Vistos.
Trata-se de apelação de sentença pela qual foram julgados parcialmente procedentes os embargos à execução de título judicial de ação de revisão de benefícios, proposta pela parte embargada em face ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, acolhendo os cálculos do contador (fl.151/201), elaborados de acordo com a Res.014/90 do CJF, incluindo os índices integrais de janeiro de 1989 (42,72%), março de 1990 (84,32%), abril de 1990 (44,80%) e maio de 1990 (7,87%). Em razão da sucumbência recíproca, cada parte arcará com suas despesas processuais.
Objetiva o INSS a reforma de tal sentença reiterando, primeiramente, os argumentos trazidos na peça inaugural dos embargos. Alega, em síntese, a incorreção dos cálculos acolhidos pela r. sentença recorrida em virtude da utilização, na correção monetária, de índices expurgados não estabelecidos pelo título executivo. Sustenta, ainda, que os valores considerados nos cálculos são excessivos, mesmo com a exclusão dos mencionados índices. Argumenta que, se comprovados os excessos na execução, não poderia haver a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios e custas processuais.
Sem contra-razões, os autos subiram a esta E.Corte.
Após o breve relatório, passo a decidir.
Por primeiro, cumpre esclarecer que, conforme se extrai da leitura do inciso II, do artigo 514, do Código de Processo Civil, as razões de apelação devem ser deduzidas da fundamentação expendida e trazida na sentença.
Assim sendo, a mera ratificação por parte do autor, no caso, o INSS, das questões aduzidas na petição inicial não podem ser conhecidas, sob pena de violação daquele dispositivo legal.
É sabido que correção monetária sobre débitos previdenciários, em virtude do seu caráter eminentemente alimentar, deve ser a mais ampla possível, justificando a utilização dos índices expurgados na correção monetária das diferenças devidas.
Todavia, se na sentença transitada em julgado não houve determinação para a inclusão dos chamados índices expurgados, no caso, os índices integrais de janeiro de 1989 (42,72%), março de 1990 (84,32%), abril de 1990 (44,80%) e maio de 1990 (7,87%), cabe ao Juiz da execução a decisão a respeito da utilização dos mesmos.
Desta forma, verifica-se que o cálculo elaborado pelo contador judicial atendeu às determinações contidas no despacho de fl.150, ou seja, adotou os índices expurgados mencionados.
Não merece prosperar a alegação de excesso nos valores dos cálculos acolhidos, conforme se verifica, por exemplo, em relação às autoras Noemia Santos Cerqueira (fl.154) e Odete Pinheiro de Souza (fl.155), em confronto com os cálculos apresentados pelo INSS (fl.53 e 55), cujos valores históricos são bem próximos, não restando, assim, demonstrada a alegada divergência.
Destarte, a sentença deve ser mantida em sua íntegra, inclusive em relação à verba honorária e às despesas processuais, tendo em vista a ocorrência da sucumbência recíproca.
Não houve condenação em custas processuais, razão pela qual não conheço da apelação neste ponto.
Por conseguinte, aplicável no caso em espécie, o disposto no artigo 557 do Código de Processo Civil, nestes termos:
Art. 557. O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior.
§ 1º A- Se a decisão estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, o relator poderá dar provimento ao recurso.

(...)
Diante do exposto, nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, não conheço de parte do recurso do INSS, no tocante à reiteração das alegações expendidas na petição inicial destes embargos, e quanto às custas processuais e, na parte conhecida, nego-lhe seguimento.
Decorrido o prazo recursal, encaminhem-se os autos à Vara de origem, dando-se baixa na Distribuição.
Intimem-se
São Paulo, 28 de março de 2007.
SÉRGIO NASCIMENTO
Desembargador Federal

PROC.	:	2006.03.00.084434-2 AG 277374
ORIG.	:	0500001420 4 Vr ITAPETININGA/SP 0500066511 4 Vr ITAPETININGA/SP
AGRTE	:	JUVANILDE DE OLIVEIRA CAMARGO
ADV	:	THAIS HELENA TEIXEIRA AMORIM SILVA
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 4 VARA DE ITAPETININGA SP
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Cuida-se de agravo de instrumento, com pedido de atribuição de efeito suspensivo, interposto por Juvanilde de Oliveira Camargo, contra decisão proferida pelo MM. Juiz de Direito da 4ª Vara de Itapetininga/SP que, nos autos do processo nº 1420/2005 visando à concessão de benefício assistencial (art. 203, inc. V, da CR/88), determinou que se oficiasse ao IMESC solicitando a realização de perícia médica.
Aduz a agravante, em síntese, que não possui condições físicas, nem financeiras para se locomover até o IMESC, razão pela qual requer que a perícia médica seja realizada na comarca de seu domicílio.
Deferido o efeito suspensivo pleiteado (f. 33/34), vieram aos autos as informações requisitadas, nas quais o Juízo a quo comunica a impossibilidade de pagamento de honorários periciais ante a inexistência de previsão orçamentária específica (f .42/46).
Decorrido o prazo para apresentação de contraminuta (f. 48) juntou-se aos autos petição de f. 51/52, no sentido de que houve concordância da autora quanto à realização da perícia médica no IMESC.
Intimada para manifestação quanto ao interesse no prosseguimento deste recurso, a agravante deixou transcorrer o prazo in albis (f. 57).
Decido.
O presente recurso acha-se esvaziado de sentido e objeto, porquanto impugna decisão não mais subsistente, ante a designação da perícia médica, a ser realizada pelo mesmo instituto indicado no ato hostilizado.
Nessa esteira, nos termos do art. 33, XII, do RITRF-3ª Região, dou por prejudicado o agravo, por manifesta carência superveniente.
Oportunamente, observadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
Dê-se ciência.
Em, 27 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	1999.03.99.084436-0 AC 526583
ORIG.	:	9500001240 2 Vr AVARE/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	FERNANDO ANTONIO GAMEIRO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	JAYME URU
ADV	:	LAURO CEZAR MARTINS RUSSO
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 2 VARA DE AVARE SP
RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO / DÉCIMA TURMA

Vistos.
Trata-se de remessa oficial e apelação de sentença pela qual foram julgados improcedentes os embargos à execução de título judicial de ação previdenciária. O INSS foi condenado ao pagamento das custas e despesas processuais comprovadamente despendidas pelo embargado, além dos honorários advocatícios arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da execução.
Objetiva o INSS a reforma de tal sentença alegando, em síntese, que após a apuração da renda mensal inicial em 9,3135 salários mínimos, houve a manutenção desse montante em número de salários mínimos, sendo que posteriormente foram utilizados os critérios da Lei 8213/91, entretanto, aplicando-se o IPC indevidamente. Aduz que a conta acolhida contraria os mandamentos constantes do título judicial. Sustenta que a verba honorária não foi fixada com observância da regra inserida no parágrafo 4º do artigo 20 do Código de Processo Civil.
Com contra-razões, subiram os autos a esta E.Corte.
Após breve relatório, passo a decidir.
Da remessa oficial.
O reexame necessário é imperioso na fase de conhecimento, decorrendo do interesse público, evidenciado nas situações previstas no artigo 475 do CPC, mas não se mostra cabível na fase de execução, uma vez que não previu a necessidade do duplo grau obrigatório quando o processo já se encontra em fase executória.
Nesse sentido, já se manifestou o C. STJ:
PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. REEXAME NECESSÁRIO. APLICAÇÃO DO ART. 557, CPC. POSSIBILIDADE. ART. 475, II, CPC. DESCABIMENTO.
…
II - A sentença que julga os embargos à execução de título judicial opostos pela Fazenda Pública não está sujeita ao reexame necessário (art. 475, II, do CPC), tendo em vista que a remessa ex officio, in casu, é devida apenas em processo cognitivo, não sendo aplicável em sede de execução de sentença, por prevalecer a disposição contida no art. 520, V, do CPC. Precedentes.
III - Recurso conhecido, porém desprovido.
(STJ - RESP - 263942/PR - 5º Turma, Rel. Min. Felix Fischer, j. em 20.02.2003, DJU de 31.03.2003, p. 242)
Do mérito
Cumpre observar que, na execução definitiva do presente feito (autos nº 2003.03.99.016794-9 distribuídos a este Relator), foi proferida a seguinte decisão em 29 de março de 2007, verbis:
Diante do exposto, nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, não conheço da remessa oficial e dou provimento ao recurso do INSS para julgar procedentes os embargos à execução e declarar a inexistência de crédito em favor do autor-embargado, extinguindo-se a presente execução. Condeno a parte vencida ao pagamento das custas e honorários advocatícios que ora arbitro em 10% (dez por cento) do valor discutido.
Decorrido o prazo recursal, encaminhem-se os autos à Vara de origem, dando-se baixa na Distribuição.
Assim, resta prejudicada a apreciação do presente recurso.
Destaco, que se aplica no caso em espécie, o disposto no artigo 557 do Código de Processo Civil, nestes termos:
Art. 557. O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior.
§ 1º A- Se a decisão estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, o relator poderá dar provimento ao recurso.
(...)
Diante do exposto, nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, não conheço da remessa oficial e julgo prejudicado o recurso interposto pelo INSS.
Decorrido o prazo recursal, encaminhem-se os autos à Vara de origem, dando-se baixa na Distribuição.
Intimem-se.
São Paulo, 02 de abril de 2007.
SÉRGIO NASCIMENTO
Desembargador Federal

PROC.	:	98.03.087325-3 AC 441665
ORIG.	:	9503004225 1 Vr RIBEIRÃO PRETO/SP
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARIA HELENA TAZINAFO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	VICENTE GIROTTO
ADV	:	JOÃO LUIZ REQUE
RELATOR	:	DES.FED. SÉRGIO NASCIMENTO / DÉCIMA TURMA

Vistos.
Trata-se de apelação de sentença que julgou parcialmente procedentes os embargos à execução opostos pela autarquia previdenciária, em sede de ação revisional previdenciária, para determinar o prosseguimento da execução com base no valor apurado pelo contador do Juízo às fls. 29/33, correspondente à quantia de R$ 7.323,18 em novembro de 1995. Restou determinado, ainda, que, ante a sucumbência recíproca, não haveria condenação em honorários advocatícios.
Objetiva a autarquia-embargante a reforma de tal sentença, alegando, preliminarmente, ser obrigatório o reexame necessário no presente feito, na forma prevista no art. 8º da Lei n. 8.620/93. No mérito, aduz que o cálculo ora discutido não observou os ditames da decisão exeqüenda, no sentido de que a correção monetária deve observar o disposto no art. 1º, §§1º e 2º, da Lei n. 6.899/81, que determina sua incidência a partir do ajuizamento da ação; que o critério adotado pela Portaria Conjunta n. 01/96 superestima o valor devido, razão pela qual deve prevalecer o Provimento n. 24/97 do E. TRF, por meio de sua Corregedoria-Geral, que disciplinou a matéria referente a cálculo de ações previdenciárias.
Contra-razões à fl. 52.
Após breve relatório, passo a decidir.
Da preliminar.
O reexame necessário é imperioso na fase de conhecimento, decorrendo do interesse público, evidenciado nas situações previstas no artigo 475 do CPC, mas não se mostra cabível na fase de execução, uma vez que não previu a necessidade do duplo grau obrigatório quando o processo já se encontra em fase executória.
Nesse sentido, já se manifestou o C. STJ:
PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. REEXAME NECESSÁRIO. APLICAÇÃO DO ART. 557, CPC. POSSIBILIDADE. ART. 475, II, CPC. DESCABIMENTO.
…
II - A sentença que julga os embargos à execução de título judicial opostos pela Fazenda Pública não está sujeita ao reexame necessário (art. 475, II, do CPC), tendo em vista que a remessa ex officio, in casu, é devida apenas em processo cognitivo, não sendo aplicável em sede de execução de sentença, por prevalecer a disposição contida no art. 520, V, do CPC. Precedentes.
III - Recurso conhecido, porém desprovido.
(STJ - RESP - 263942/PR - 5º Turma, Rel. Min. Felix Fischer, j. em 20.02.2003, DJU de 31.03.2003, p. 242).
Do mérito.
Cinge-se a questão na verificação da consonância ou não entre os cálculos ora hostilizados com os termos da r. decisão exeqüenda quanto aos critérios de correção monetária.
A r. sentença proferida no processo de conhecimento (fls. 19/24 dos autos em apenso) determinou que "...As diferenças serão acrescidas de correção monetária, nos termos da Súmula n. 71/TFR, até o advento da Lei 6899/81 e, posteriormente, em conformidade com esse diploma legal e a legislação subseqüentes..."
Pelo v. acórdão de fls. 38/45 dos autos em apenso, foi mantida a r. sentença recorrida, com a explanação de que "... o MM. Juiz a quo mandou que se aplicasse a referida Súmula até o advento da Lei nº 6.899/81.", vale dizer, o critério inserto na Súmula n. 71 do extinto TFR teve prevalência somente até a edição da Lei n. 6.899, que ocorreu em 08.04.1981, não abarcando, portanto, as prestações vencidas, cujo início se deu em julho de 1983.
Insta salientar, outrossim, que o enunciado da Súmula n. 148 do E. STJ teve por escopo espancar as dúvidas quanto ao alcance da correção monetária, no sentido de que deve contemplar todas as prestações vencidas a que faz jus o autor-credor, e não somente aquelas vencidas posteriormente ao ajuizamento da ação, sob pena de proporcionar um enriquecimento sem causa a favor da autarquia previdenciária.
De outra parte, a correção monetária sobre débitos previdenciários, em virtude do seu caráter eminentemente alimentar, deve ser a mais ampla possível, justificando a utilização dos índices expurgados na correção monetária das diferenças devidas, leia-se, a variação integral do IPC.
Todavia, se na sentença transitada em julgado não houver determinação para a inclusão dos chamados índices expurgados, cabe ao Juiz da execução a decisão a respeito da utilização destes.
Nesse sentido, verifico que, no caso em tela, o cálculo elaborado pelo contador judicial às fls. 29/33 seguiu os parâmetros fixados pela Portaria Conjunta n. 01/96 das Varas Federais de Ribeirão Preto, por força da decisão de fl. 28. Aliás, não seria possível a observância das orientações do Provimento n. 24/97 da E. Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 3ª Região, uma vez que o aludido ato administrativo foi expedido posteriormente à feitura do cálculo em debate.
Nesta linha, confira-se a jurisprudência:
RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 126 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. INCLUSÃO. IMPOSSIBILIDADE. SENTENÇA EXEQÜENDA QUE INDICOU O CRITÉRIO DE CORREÇÃO MONETÁRIA A SER UTILIZADO (SÚMULA Nº 71 DO EX-TFR)
(.....)
4. Não estabelecendo, a sentença, os índices de correção monetária a serem utilizados, e pleiteada a incidência dos expurgos inflacionários quando iniciado o processo de execução, é firme o entendimento deste Superior Tribunal de Justiça no sentido de que sua inclusão, na fase de execução, não viola a coisa julgada, mesmo que não discutidos no processo de conhecimento.
(.....)
(STJ; Resp. 445630 - 2002.00.84720-9/CE; 6ª Turma; v.u.; Rel. Ministro Hamilton Carvalhido; j. 22.102002; DJ. 24.03.2003; pág. 301)
Destaco, por fim, que se aplica, no caso em espécie, o disposto no artigo 557, "caput" , do Código de Processo Civil, nestes termos:
Art. 557. O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.
Diante do exposto, nos termos do art. 557, "caput", do Código de Processo Civil, rejeito a preliminar suscitada pelo INSS, concernente à necessidade de submeter a r. sentença recorrida ao duplo grau de jurisdição e, no mérito, nego seguimento à sua apelação.
Intimem-se.
São Paulo, 29 de março de 2007.
SÉRGIO NASCIMENTO
Desembargador Federal

PROC.	:	2006.03.00.089738-3 AG 278940
ORIG.	:	200661110022741 2 Vr MARILIA/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CLAUDIA STELA FOZ
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	ELISABETE NASCIMENTO DE ARAUJO
ADV	:	MANOEL AGUILAR FILHO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE MARILIA Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO / DÉCIMA TURMA

Comunica o d. Juiz a quo, por meio do ofício eletrônico de fl. 66, que, por sentença datada de 12.6.2007 (fl. 67/71), julgou procedente o pedido formulado nos autos da ação de concessão do benefício de pensão por morte.

Tendo em vista que o presente Agravo de Instrumento foi interposto contra decisão pertinente ao deferimento do provimento antecipado pleiteado, tem-se que o recurso perdeu seu objeto, motivo pelo qual julgo-o prejudicado, com fulcro no artigo 33, XII, do Regimento Interno desta Corte.
Após publicação, encaminhem-se os autos à origem, dando-se baixa na Distribuição.
Intimem-se.
São Paulo, 09 de abril de 2007.
Sérgio Nascimento
Desembargador Federal

PROC.	:	2006.03.00.091277-3 AG 279190
ORIG.	:	9600000589 2 Vr SAO CAETANO DO SUL/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RICARDO RAMOS NOVELLI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	FERNANDO LELIS DE ALMEIDA
ADV	:	ANTONIO CACERES DIAS
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 2 VARA DE SAO CAETANO DO SUL SP
RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO / DÉCIMA TURMA

Vistos.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em face da decisão que, em ação revisional de benefício previdenciário, em fase de execução do julgado, determinou a expedição de precatório complementar para o pagamento do débito remanescente, no valor de R$ 419,46 (quatrocentos e dezenove reais e quarenta e seis centavos).
Inconformado, o recorrente, requer a suspensão da r. decisão hostilizada, ao argumento de que a atualização deve ser efetuada pela UFIR e posteriormente à sua extinção pelo Índice de preços ao Consumidor Ampliado - Série Especial (IPCA-E).
É o sucinto relatório. Decido.
A presente discussão cinge-se apenas quanto ao índice devido para a correção monetária.
É pacífico o entendimento desta Turma no sentido de que, no âmbito da Justiça Federal, a atualização do saldo devedor deve obedecer ao disposto no artigo 18 da Lei n.º 8.870/94, sendo o valor do saldo convertido em UFIR e atualizado por esse indexador, até sua extinção pela Medida Provisória n.º 1973/67 de 26/10/2000, ocasião em que o saldo devedor passou a ser atualizado pelo IPCA-E;
Através das Resoluções n.º 242 de 3.7.2001 e nº 439 de 30.5.2005 o Conselho de Justiça Federal aprovou e revisou o Manual de Orientação de Procedimento para os Cálculos na Justiça Federal, visando à uniformização dos procedimentos pertinentes ao pagamento de Precatórios - PRC e Requisições de Pequeno Valor - RPV.
Infere-se do capítulo IV, do referido Manual, que os precatórios e as requisições de pequeno valor serão atualizados monetariamente pelo IPCA-E/IBGE, conforme disciplinado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.
A propósito, trago a colação o precedente jurisprudencial emanado por esta Turma:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIO COMPLEMENTAR. JUROS MORATÓRIOS. ARTIGO 100 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. FRACIONAMENTO DA EXECUÇÃO.
(...).
2. No tocante à atualização do débito na fase de liquidação, determina o Manual de Orientação de Cálculos da Justiça Federal, adotado por este E. Tribunal por meio do Provimento 26/01 da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 3ª Região, o índice a ser utilizado é o IGP-DI. Já em sede de precatório, deverá ser utilizada a UFIR a partir de janeiro de 1992, nos moldes do art. 18 da Lei nº 8.870/94 e o IPCA-E a partir de janeiro de 2001, conforme Resolução nº 258 do Conselho de Justiça Federal e Leis de Diretrizes Orçamentárias (Leis nºs 10.266/01 e 10.524/02).
3. Não poderia a decisão agravada alargar o sentido da norma, ao estabelecer o pagamento do valor principal devido ao exeqüente por meio do precatório e o valor remanescente por intermédio de Requisição de Pequeno Valor (RPV), em respeito ao parágrafo 1º, do art. 128, da Lei nº 8.213/91.
4. Agravo de instrumento parcialmente provido.
(TRF - 3ª Região - AG nº 2004.03.00.006033-4 - Rel. Des. Fed. Galvão Miranda; j. em 29.3.2005; DJU de 27.4.2005; p. 622).
Diante do exposto, nos termos do artigo 557, parágrafo 1º A, do Código de Processo Civil, dou provimento ao agravo de instrumento do INSS, para que sejam elaborados novos cálculos, devendo o saldo devedor ser atualizado pela variação da UFIR até sua extinção e posteriormente pelo IPCA-E, até a data do depósito do valor do precatório.
Comunique-se ao d. Juízo a quo, o inteiro teor desta decisão.
Intimem-se.
Decorrido in albis o prazo recursal, remetam-se os autos à vara de origem.
São Paulo, 27 de março de 2007.
Sérgio Nascimento
Desembargador Federal

PROC.	:	2005.03.00.091685-3 AG 254084
ORIG.	:	200361050137003 4 Vr CAMPINAS/SP
AGRTE	:	PEDRO IMPERATO
ADV	:	ROSIMEIRE MARIA RENNO
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA DE CAMPINAS Sec Jud SP
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Cuida-se de agravo de instrumento interposto por Pedro Imperato, contra decisão proferida pela MM. Juíza Federal da 4ª Vara de Campinas/SP, que, nos autos do processo nº 2003.61.05.013700-3, relativo a pedido de revisão do valor da renda mensal inicial de benefício previdenciário, negou a vindicada antecipação dos efeitos da tutela.
Indeferido o efeito suspensivo (f. 37/39), sobreveio inconformismo do autor sob a forma de agravo regimental (f. 47/64).
Decorrido o prazo para apresentação de contraminuta (f. 68), o Juízo a quo encaminhou cópia da sentença prolatada em 22/03/2007, no processo principal.
Decido.
O presente recurso acha-se esvaziado de sentido e objeto, porquanto impugna decisão preambular não mais subsistente, substituída que foi por sentença cuja prolação restou devidamente participada pelo órgão julgador singular.
Nessa esteira, nos termos do artigo 33, XII, do RITRF-3ª Região, dou por prejudicado o recurso, bem assim, o agravo legal oposto pelo recorrente, por manifesta carência superveniente.
Oportunamente, observadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
Dê-se ciência.
Em, 03 de abril de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

PROC.	:	2006.03.00.116336-0 AG 286609
ORIG.	:	0100001552 3 Vr SERTAOZINHO/SP 0100002342 3 Vr SERTAOZINHO/SP
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	FABIANA BUCCI BIAGINI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	VICENTE VITORIO GIORA espolio
ADV	:	JOAO PEREIRA DA SILVA
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 3 VARA DE SERTAOZINHO SP
RELATOR	:	DES.FED. ANNA MARIA PIMENTEL / DÉCIMA TURMA

D E C I S Ã O
Aforada ação, em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando concessão de aposentadoria por invalidez, pedido julgado procedente, ensejando a interposição de apelação, pelo INSS, tendo o MM. Juiz singular determinado o recolhimento do porte de remessa e retorno (Lei Estadual nº 11.608/2003) (f. 19), propiciando a oferta, pela autarquia previdenciária, deste agravo de instrumento, visando à reforma da decisão e, liminarmente, à neutralização de seus efeitos, ao argumento de que se encontra isento de custas (Leis nºs 8.620/93, 9.028/95 e 9.289/96).
A f. 21, foi determinado, pelo E. Relator em substituição, ao agravante, que indicasse o número válido do CPF do agravado, o que foi feito (fs. 26/28).
Passo ao exame.
Pois bem. A teor do disposto no art. 527, II, do CPC, com redação dada pela Lei nº 11.187/2005, o relator converterá o agravo de instrumento em retido, salvo nas hipóteses lá elencadas.
Na espécie, tratando-se de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, cabível o processamento do agravo na forma de instrumento.
No ato de interposição do recurso, cabe, ao recorrente, comprovar o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e retorno, sob pena de deserção, estando dispensados dessa exigência os recursos interpostos pelo Ministério Público, União, Estados, Municípios e respectivas autarquias (art. 511 do CPC).
No que concerne, especificamente, ao INSS, tem-se que a Lei nº 8.620/93 (art. 8º, § 1º), e a Lei nº 9.028/95 (art. 24-A), isentam-no de custas, emolumentos e taxas judiciárias.
Sucede que, na espécie em comento, trata-se de ação, intentada contra o INSS, perante a Justiça Estadual, na forma da previsão constitucional. Não faz, portanto, a autarquia previdenciária, jus à isenção de custas, conforme pacificado na Súmula 178 do C. STJ ("o INSS não goza de isenção do pagamento de custas e emolumentos, nas ações acidentárias e de benefícios propostas na Justiça Estadual").
Em harmonia com o acima esposado, veja-se que a Lei nº 9.289/96, conquanto preveja isenção de custas à União e suas autarquias (art. 4º, I), ressalva, expressamente, que a cobrança de custas, nas causas ajuizadas perante a Justiça Estadual, no exercício da jurisdição federal, rege-se pela respectiva legislação estadual (art. 1º, § 1º).
Nesse passo, atente-se que o art. 6º da Lei Paulista nº 11.608/2003 estatui que a União, o Estado, o Município e respectivas autarquias e fundações e o Ministério Público estão isentos da taxa judiciária, cujo conceito, porém, não engloba o porte de remessa e retorno (art. 2º, parágrafo único, II, da referida lei).
Do até aqui exposto e nesse juízo preambular, alcança-se que o INSS não estaria isento do recolhimento das despesas, atinentes ao porte de remessa e de retorno dos autos.
Assim, o caso é de se aplicar o disposto no art. 27 do CPC, segundo o qual as despesas dos atos processuais, efetuados a requerimento do Ministério Público ou da Fazenda Pública, serão pagas, a final, pelo vencido, como, de resto, vem sendo reconhecido na jurisprudência (TRF-3ªReg., AG nº 209.325, Décima Turma, Rel. Des. Fed. Galvão Miranda, j. 19/10/2004, v. u., DJU 29/11/2004, p. 336), afastando-se, dessa forma, a exigibilidade do adiantamento do pagamento da despesa em discussão.
Realce-se que casos semelhantes, nesta Corte, vem recebendo decisão unipessoal (v.g. AG nº 256.165, Oitava Turma, Rel. Des. Fed. Marianina Galante, 16/02/2006).
A propósito da temática aqui abordada, oportuno, também, conferir, mutatis mutandis, paradigma do C. STJ: REsp nº 396.361/RS, Segunda Turma, Rel. Min. Franciulli Netto, j. 22/10/2002, v.u., DJ 23/06/2003, p. 313.
Pelo exposto, a teor do art. 557, § 1º - A, do CPC, dou parcial provimento ao recurso, para dispensar, por ora, o INSS do recolhimento da despesa referente ao porte de remessa e de retorno.
Respeitadas as formalidades legais, baixem os autos à Vara de origem.
Dê-se ciência.
Em, 27 de março de 2007.
ANNA MARIA PIMENTEL
Relatora

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO E JULGAMENTO

PAUTA DE JULGAMENTOS

Determino a inclusão dos processos abaixo relacionados na Pauta de Julgamentos do dia 8 de maio de 2007, TERÇA-FEIRA, às 14:00 horas, podendo, entretanto, nessa mesma Sessão ou Sessões subseqüentes, ser julgados os processos adiados ou constantes de Pautas já publicadas.

00001 AG 276110 2006.03.00.080672-9 0600000491 SP

RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RENATO URBANO LEITE
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	SAMANTHA TAINA DE SOUSA OLIVEIRA incapaz e outro
ADV	:	ANDREIA DE MORAES CRUZ (Int.Pessoal)
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 5 VARA DE ATIBAIA SP
Anotações	:	INCAPAZ

00002 AG 279774 2006.03.00.093208-5 200661030006378 SP

RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
AGRTE	:	MARLENE XAVIER
ADV	:	JERYCEIA ALVES CHAVES
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HILTON PLACIDO DE OLIVEIRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE S J CAMPOS SP

00003 AG 288244 2006.03.00.120950-4 200661060051532 SP

RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUIS PAULO SUZIGAN MANO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	RICARDO CESAR MARTINEZ DOS REIS
ADV	:	MAXWEL JOSE DA SILVA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE S J RIO PRETO SP

00004 AMS 238561 2001.61.83.003009-2

RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SONIA MARIA CREPALDI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	EDNEIA MARTINI NUNES DE OLIVEIRA
ADV	:	KATIA DE ALMEIDA
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA PREVIDENCIARIA DE SAO PAULO SP>1ª SSJ>SP
Anotações	:	DUPLO GRAU

00005 AMS 231290 2000.61.02.015818-0

RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARIA DE FATIMA JABALI BUENO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	BENEDITO FERREIRA
ADV	:	HELENA MARIA CANDIDO
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 8 VARA DE RIBEIRAO PRETO SP
Anotações	:	DUPLO GRAU JUST.GRAT.

00006 AMS 257881 2002.61.83.002761-9

RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	PAULINE DE ASSIS ORTEGA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	JOSE KUHN
ADV	:	NELSON RODANTE
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 14 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
Anotações	:	DUPLO GRAU

00007 AMS 240151 2002.61.19.000881-5

RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ROSEMARY DO NASCIMENTO SILVA LORENCINI PEDO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	JORGE LUIZ BILUCA
ADV	:	CLAUDIA RENATA ALVES SILVA
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE GUARULHOS Sec Jud SP
Anotações	:	DUPLO GRAU JUST.GRAT.

00008 AMS 238772 2002.61.83.001408-0

RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
APTE	:	JOSE SOARES DOS SANTOS
ADV	:	JOEL BARBOSA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR

00009 AMS 252619 2002.61.26.012559-1

RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADVG	:	MARIO LUIZ C BERNARDINO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	REGINALDO FERREIRA DA SILVA
ADV	:	NEUSA RODELA
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE SANTO ANDRÉ>26ª SSJ>SP
Anotações	:	DUPLO GRAU JUST.GRAT.

00010 AMS 243452 2000.61.08.007800-0

RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	OSCAR LUIZ TORRES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	LUIZ ANTONIO DOS SANTOS
ADV	:	PEDRO FERNANDES CARDOSO
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE BAURU Sec Jud SP
Anotações	:	DUPLO GRAU JUST.GRAT. REC.ADES.

00011 AMS 232538 2000.61.09.004756-5

RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ANA PAULA STOLF MONTAGNER
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	RAIMUNDO PONTES COSTA
ADV	:	RICARDO APARECIDO BUENO GODOY
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE PIRACICABA SP
Anotações	:	DUPLO GRAU JUST.GRAT.

00012 REOMS 271103 2000.61.08.000307-3

RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
PARTE A	:	JOSE CARLOS LEITE DA SILVA
ADV	:	CARLOS ALBERTO BRANCO
PARTE R	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RENATO CESTARI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE BAURU Sec Jud SP
Anotações	:	DUPLO GRAU JUST.GRAT.

00013 AMS 197568 2000.03.99.001560-7 9800005692 MS

RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RIVA DE ARAUJO MANNS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	NELSON DE ALMEIDA BESSA
ADV	:	MAURO ALVES DE SOUZA
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA DE CAMPO GRANDE MS
Anotações	:	DUPLO GRAU

00014 REOMS 264803 2002.61.83.001059-0

RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
PARTE A	:	MARINETI FERREIRA DOS SANTOS
ADV	:	SÉRGIO REIS GUSMÃO ROCHA
PARTE R	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA PREVIDENCIARIA DE SAO PAULO SP>1ª SSJ>SP
Anotações	:	DUPLO GRAU

00015 AMS 249767 2001.61.83.000161-4

RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ADARNO POZZUTO POPPI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	DUCASTEL PAIXAO TINOCO
ADV	:	MARIA APARECIDA EVANGELISTA DE AZEVEDO
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 8 VARA PREVIDENCIARIA DE SAO PAULO SP>1ª SSJ>SP
Anotações	:	DUPLO GRAU JUST.GRAT.

00016 REOMS 256896 2002.61.04.008946-9

RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
PARTE A	:	JOSE MARIO BENTO
ADV	:	FRANCISCO CARLOS MORENO MANCANO
PARTE R	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CRISTIANE BACHA CANZIAN
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE SANTOS Sec Jud SP
Anotações	:	DUPLO GRAU JUST.GRAT.

00017 AMS 249886 2002.61.83.001412-1

RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
APTE	:	ANTONIO JOSE DE ALENCAR JERONIMO
ADV	:	LEDA LOPES DE ALMEIDA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR

00018 AC 1168826 2000.61.09.003722-5

RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	FRANCISCO CARVALHO DE ARRUDA VEIGA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MARIA RAMOS DE JESUS
ADV	:	THAIS HELENA TEIXEIRA AMORIM SILVA
Anotações	:	JUST.GRAT.

00019 AC 1171742 2003.61.13.004846-1

RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	REGIANE CRISTINA GALLO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MARIA CANDIDA PEREIRA (= ou > de 65 anos)
ADV	:	CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ
Anotações	:	JUST.GRAT.

00020 AC 646383 2000.03.99.069163-7

RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
APTE	:	VALDENIR DOS SANTOS falecido
ADV	:	ANA REGINA ROSSI MARTINS MOREIRA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SOLANGE GOMES ROSA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
Anotações	:	JUST.GRAT.

00021 AC 723851 2001.03.99.040475-6 0000000400 SP

RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
APTE	:	MARIA JOSE GONCALVES MEIRA incapaz
REPTE	:	SERAFIM GONCALVES DE MEIRA
ADV	:	MARIO LUIS FRAGA NETTO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SERGIO HENRIQUE ASSAF GUERRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 3 VARA DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO SP
Anotações	:	DUPLO GRAU JUST.GRAT. INCAPAZ

00022 AC 892174 2002.61.17.002419-0

RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ADOLFO FERACIN JUNIOR
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MARIA LUIZA MARIANO VIEGAS (= ou > de 60 anos)
ADV	:	RAFAEL SOUFEN TRAVAIN
Anotações	:	JUST.GRAT. REC.ADES.

00023 AC 952278 2004.03.99.023886-9 0300000298 MS

RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SILLAS COSTA DA SILVA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	LUIDES DE LURDES MENNA BARRETO e outro
ADV	:	OSNEY CARPES DOS SANTOS
Anotações	:	JUST.GRAT. INCAPAZ

00024 AG 178404 2003.03.00.021818-1 9600000177 SP

RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CAROLINA LOURENCAO BRIGHENTI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	LUIZ CASCARELLI
ADV	:	VITAL DE ANDRADE NETO
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE PIRAJU SP

00025 AG 165158 2002.03.00.043261-7 9600000177 SP

RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CAROLINA LOURENCAO BRIGHENTI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	LUIZ CASCARELLI
ADV	:	VITAL DE ANDRADE NETO
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE PIRAJU SP

00026 AG 176792 2003.03.00.017799-3 9600000263 SP

RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
AGRTE	:	CESARIO MACEDO
ADV	:	EDISON DE ANTONIO ALCINDO
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	DEONIR ORTIZ
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE FERNANDOPOLIS SP

00027 AG 132955 2001.03.00.019186-5 9800428771 SP

RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	FABIO RUBEM DAVID MUZEL
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	ALCINO VIEIRA CASADO
ADV	:	ADELINO ROSANI FILHO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 5 VARA PREVIDENCIARIA DE SAO PAULO SP>1ª SSJ>SP

00028 AG 189959 2003.03.00.061538-8 9200000479 SP

RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARCO AURELIO CRUZ ANDREOTTI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	ORBINO BATISTA
ADV	:	EZIO RAHAL MELILLO
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 3 VARA DE BOTUCATU SP

00029 AG 168815 2002.03.00.050695-9 9000000713 SP

RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	GILSON RODRIGUES DE LIMA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	EGENIE CURIATI AMARAL LEITE espolio
ADV	:	ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 2 VARA DE AVARE SP

00030 AG 155262 2002.03.00.018851-2 9100000569 SP

RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CARMEN LUCIA PASSERI VILLANOVA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	ALCEBIADES DE FRANCA SANTOS
ADV	:	EPAMINONDAS MURILO VIEIRA NOGUEIRA
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 4 VARA DE SUZANO SP

00031 AG 283129 2006.03.00.103611-7 0600001595 SP

RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOSE ODECIO DE CAMARGO JUNIOR
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	EDMILSON FABIANO DA SILVA
ADV	:	DANIEL VERALDI GALASSO LEANDRO
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE SANTA BARBARA D OESTE SP

00032 AG 270560 2006.03.00.052879-1 9500000555 SP

RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CYNARA PADUA OLIVEIRA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	JOAO DE OLIVEIRA
ADV	:	FRANCISCO ORLANDO DE LIMA
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE CERQUEIRA CESAR SP

00033 AG 277832 2006.03.00.087003-1 0600000644 SP

RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	DEONIR ORTIZ
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	MIRTES DOS SANTOS MARTINS
ADV	:	JOAQUIM ARTUR FRANCISCO SABINO
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE ESTRELA D OESTE SP

00034 AG 290673 2007.03.00.007307-0 200661030082575 SP

RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	SARA MARIA BUENO DA SILVA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	LOURDES TONOM PANDOLPHO
ADV	:	SILAS CLAUDIO FERREIRA
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE S J CAMPOS SP

00035 AG 284155 2006.03.00.107341-2 200661830058415 SP

RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
AGRTE	:	APARECIDO FRANCISCO DA SILVA
ADV	:	WILSON MIGUEL
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 5 VARA PREVIDENCIARIA DE SAO PAULO SP>1ª SSJ>SP

00036 AG 288534 2006.03.00.124279-9 0600001355 SP

RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
AGRTE	:	LUZIA GESUALDO
ADV	:	MARCELO GAINO COSTA
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	FRANCISCO DE ASSIS GAMA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 2 VARA DE MOCOCA SP

00037 AG 282767 2006.03.00.103187-9 200661110052368 SP

RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
AGRTE	:	JOSE VIEIRA FILHO
ADV	:	DANIEL PESTANA MOTA
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE MARILIA Sec Jud SP

00038 AG 288192 2006.03.00.120898-6 200661830030521 SP

RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
AGRTE	:	JOAQUIM OLIMPIO RODRIGUES
ADV	:	WILSON MIGUEL
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA PREVIDENCIARIA DE SAO PAULO SP>1ª SSJ>SP

00039 AG 286194 2006.03.00.113480-2 200661260049272 SP

RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
AGRTE	:	MANOEL CLARO AMANCIO
ADV	:	WILSON MIGUEL
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE SANTO ANDRÉ>26ª SSJ>SP

00040 AG 286007 2006.03.00.113229-5 200661830047193 SP

RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
AGRTE	:	PEDRO GUERRA
ADV	:	WILSON MIGUEL
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA PREVIDENCIARIA DE SAO PAULO SP>1ª SSJ>SP

00041 AG 286187 2006.03.00.113473-5 200461830052507 SP

RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
AGRTE	:	JOSE MARIA DOS SANTOS
ADV	:	WILSON MIGUEL
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HELENA BEATRIZ DO AMARAL DERGINT CONSULO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 7 VARA PREVIDENCIARIA DE SAO PAULO SP>1ª SSJ>SP

00042 AG 282024 2006.03.00.099330-0 200661830058350 SP

RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
AGRTE	:	LUIZ CARLOS FRAGOSO
ADV	:	WILSON MIGUEL
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 5 VARA PREVIDENCIARIA DE SAO PAULO SP>1ª SSJ>SP

00043 AG 280911 2006.03.00.095873-6 200661830052218 SP

RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
AGRTE	:	ANTONIO CARLOS DOS SANTOS
ADV	:	WILSON MIGUEL
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 7 VARA PREVIDENCIARIA DE SAO PAULO SP>1ª SSJ>SP

00044 AG 286012 2006.03.00.113234-9 200661830069577 SP

RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
AGRTE	:	MARIA DE LOURDES CAIRES
ADV	:	WILSON MIGUEL
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR

00045 AG 284972 2006.03.00.109620-5 0600001828 SP

RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
AGRTE	:	MIGUEL MANOEL DA SILVA
ADV	:	NATALIE REGINA MARCURA
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE SANTA BARBARA D OESTE SP

00046 AG 284781 2006.03.00.109367-8 0600015248 MS

RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	FERNANDO ONO MARTINS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	MARIA DE LOURDES SILVA FEITOSA
ADV	:	RICARDO BATISTELLI
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 2 VARA DE NOVA ANDRADINA MS

00047 AG 287347 2006.03.00.118422-2 0600002000 SP

RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOSE ODECIO DE CAMARGO JUNIOR
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	LEONILDO ENGER
ADV	:	JOSE APARECIDO BUIN
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE SANTA BARBARA D OESTE SP

00048 AG 287044 2006.03.00.116931-2 0600002087 SP

RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
AGRTE	:	ADELINA PAES DE MELO
ADV	:	CLORIS ROSIMEIRE MARCELLO VITAL
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE SANTA BARBARA D OESTE SP

00049 AG 285384 2006.03.00.111200-4 200661270025525 SP

RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
AGRTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RAFAEL DE SOUZA CAGNANI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
AGRDO	:	VALDIR PAINA
ADV	:	REGINA CELIA DEZENA DA SILVA BUFFO
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 1 VARA DE S J DA BOA VISTA>27ª SSJ>SP

00050 AG 280502 2006.03.00.095296-5 200661830038441 SP

RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
AGRTE	:	CLAUDIO OLIVERIO
ADV	:	WILSON MIGUEL
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 4 VARA PREVIDENCIARIA DE SAO PAULO SP>1ª SSJ>SP

00051 AG 279462 2006.03.00.091709-6 200661830058270 SP

RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
AGRTE	:	MAURO DOMINGOS
ADV	:	WILSON MIGUEL
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO FEDERAL DA 5 VARA PREVIDENCIARIA DE SAO PAULO SP>1ª SSJ>SP

00052 AC 1172393 2001.61.83.004639-7

RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
APTE	:	VERA LUCIA RODRIGUES MOREIRA
ADV	:	MARIA APARECIDA DO NASCIMENTO
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RICARDO QUARTIM DE MORAES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
Anotações	:	JUST.GRAT.

00053 AC 1149434 2006.03.99.038268-0 0100000785 SP

RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RODRIGO STOPA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MARIA APARECIDA DA SILVA
ADV	:	JOSE BRUN JUNIOR
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE PALMITAL SP
Anotações	:	DUPLO GRAU JUST.GRAT.

00054 AC 1022721 2002.61.02.004863-2

RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUIZ TINOCO CABRAL
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ESTER SEGURA
SUCDO	:	SEBASTIAO BATISTA ANTUNES falecido
ADVG	:	JUSIANA ISSA
Anotações	:	JUST.GRAT.

00055 AC 1170261 2006.60.06.000218-0

RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
APTE	:	MARIA ANTONIA DE OLIVEIRA
ADV	:	RODRIGO RUIZ RODRIGUES
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	FERNANDO ONO MARTINS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
Anotações	:	JUST.GRAT.

00056 AC 1148993 2006.03.99.038038-5 0400000913 SP

RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	DEONIR ORTIZ
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	INES ABRANTES FERREIRA BORTULAIA
ADV	:	SARA SUZANA APARECIDA CASTARDO DACIA

REMTE : JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE ESTRELA D OESTE SP
Anotações : DUPLO GRAU JUST.GRAT. AGR.RET.

00057 AC 1149179 2006.03.99.038223-0 0400000863 SP

RELATOR : DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
APTE : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : RICARDO ROCHA MARTINS
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO : BERNARDETE APARECIDA BILLO
ADV : VANDERLEI DIVINO IAMAMOTO
REMTE : JUIZO DE DIREITO DA 3 VARA DE CATANDUVA SP
Anotações : DUPLO GRAU JUST.GRAT.

00058 AC 1149167 2006.03.99.038211-4 0500001198 SP

RELATOR : DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
APTE : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : CARMEM PATRICIA NAMI GARCIA SUANA
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO : BENEDITA ALVES DE SOUZA DE HARO
ADV : ANTONIO FLAVIO ROCHA DE OLIVEIRA
Anotações : JUST.GRAT.

00059 AC 1149177 2006.03.99.038221-7 0300000363 SP

RELATOR : DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
APTE : EDITE CARVALHO DE MATTOS
ADV : EGNALDO LAZARO DE MORAES
APTE : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : CARLOS ANTONIO GALAZZI
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO : OS MESMOS
Anotações : JUST.GRAT.

00060 AC 1172654 2003.61.13.002060-8

RELATOR : DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
APTE : ROMEU ALVES DE OLIVEIRA
ADV : JULLYO CEZZAR DE SOUZA
APTE : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : REGIANE CRISTINA GALLO
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO : OS MESMOS
REMTE : JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE FRANCA Sec Jud SP
Anotações : DUPLO GRAU JUST.GRAT.

00061 AC 1145108 2006.03.99.035259-6 0400000059 SP

RELATOR : DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
APTE : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : LUIS ENRIQUE MARCHIONI
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO : FRANCISCO QUINTILHANO DE OLIVEIRA
ADV : SERGIO DE JESUS PASSARI
Anotações : JUST.GRAT.

00062 AC 1175030 2002.61.25.004508-2

RELATOR : DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
APTE : JOSELEY APARECIDO DAMASCENO
ADV : JOSÉ MARIA BARBOSA
APDO : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : KLEBER CACCIOLARI MENEZES
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
Anotações : JUST.GRAT.

00063 AC 1164388 2004.61.83.006904-0

RELATOR : DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
APTE : JOSE LUIS DA SILVA
ADV : MARIA HELENA DOS SANTOS CORRÊA
APDO : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : RODRIGO OCTAVIO LEONIDAS KAHN DA SILVEIRA
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
Anotações : JUST.GRAT.

00064 AC 1168692 2007.03.99.001592-4 0600000595 SP

RELATOR : DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
APTE : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : ELIANE MENDONCA CRIVELINI
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO : ALAIDE MARIA GARCIA
ADV : ACIR PELIELO
REMTE : JUIZO DE DIREITO DA 2 VARA DE BIRIGUI SP
Anotações : DUPLO GRAU JUST.GRAT.

00065 AC 1167448 2007.03.99.000937-7 0400010873 MS

RELATOR : DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
APTE : JOSE ORIA DE ARRUDA
ADV : SILVANO LUIZ RECH
APDO : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : SILLAS COSTA DA SILVA
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
Anotações : JUST.GRAT.

00066 AC 1173190 2004.61.23.001360-6

RELATOR : DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
APTE : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : VITOR PETRI
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO : JULIA MARIA DE OLIVEIRA
ADV : EVELISE SIMONE DE MELO
Anotações : JUST.GRAT.

00067 AC 1080349 2005.03.99.054446-8 0500000112 SP

RELATOR : DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
APTE : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : ESMERALDO CARVALHO
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO : ELZA VOROS
ADV : MARCELO FLORES
REMTE : JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE SAO CAETANO DO SUL SP
Anotações : DUPLO GRAU JUST.GRAT.

00068 AC 1166085 2002.61.05.012049-7

RELATOR : DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
APTE : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : ALVARO MICCHELUCCI
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO : IZALTINA GUIMARAES FRANCISCO
ADV : MARILENA VIEIRA DA SILVA
Anotações : JUST.GRAT.

00069 AC 1170842 2007.03.99.002870-0 0300001750 SP

RELATOR : DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
APTE : NACILDA DE OLIVEIRA SANTOS
ADV : GEOVANE DOS SANTOS FURTADO
APDO : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : JOSE ALFREDO GEMENTE SANCHES
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
Anotações : JUST.GRAT.

00070 AC 1108799 2006.03.99.015970-0 0400001469 SP

RELATOR : DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
APTE : ONORIO PEREIRA DE AQUINO (= ou > de 60 anos)
ADV : VALTER DOS SANTOS
APDO : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : ADRIANA CRISTINA LUCCHESE BATISTA
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
Anotações : JUST.GRAT.

00071 AC 1126225 2006.03.99.024774-0 0400000049 SP

RELATOR : DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
APTE : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : MARIO LUCIO MARCHIONI
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO : APARECIDA TOZETTI ZEQUINELLI
ADV : SONIA LOPES

00072 AC 1125091 2006.03.99.023834-9 0400000264 MS

RELATOR : DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
APTE : DELIRA RIBEIRO CARVALHO (= ou > de 60 anos)
ADV : PATRICIA TIEPPO ROSSI
APDO : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : RICARDO RODRIGUES NABHAN
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
Anotações : JUST.GRAT.

00073 AC 1135564 2006.03.99.029306-3 0500172964 SP

RELATOR : DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
APTE : MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA MARCUSSO
ADV : LEONARDO GOMES DA SILVA
APDO : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : VITORINO JOSE ARADO
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
Anotações : JUST.GRAT.

00074 AC 1165546 2005.60.07.000426-0

RELATOR : DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
APTE : NATIVIDADE MERCEDES GUANEZ LEITE
ADV : JOHNNY GUERRA GAI
APDO : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : LUIZA CONCI
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
Anotações : JUST.GRAT.

00075 AC 1028284 2005.03.99.021375-0 0400000369 SP

RELATOR : DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
APTE : HAIATO NAKANO
ADV : CARLOS ROBERTO DOS SANTOS OKAMOTO
APTE : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : YOSHIKAZU SAWADA
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO : OS MESMOS
Anotações : JUST.GRAT.

00076 AC 1025261 2005.03.99.019542-5 0300001568 SP

RELATOR : DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
APTE : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : LUIZ FERNANDO SANCHES
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO : BALDUINO FERNANDES DA ROCHA
ADV : IVAN DE ARRUDA PESQUERO
Anotações : JUST.GRAT.

00077 AC 1145905 2001.61.07.002797-8

RELATOR : DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
APTE : ANTONIO BUSTAMANTE (= ou > de 60 anos)
ADV : ANDRESA CRISTINA DE FARIA
APDO : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : LUIZ FERNANDO SANCHES
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
Anotações : JUST.GRAT.

00078 AC 984271 2001.61.13.002869-6

RELATOR : DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
APTE : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : SUSANA NAKAMICHI CARRERAS
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO : CARLOS ALBERTO VELUCI MENDONCA
ADV : JOSE ROBERTO PONTES
REMTE : JUIZO FEDERAL DA 3 VARA DE FRANCA Sec Jud SP
Anotações : DUPLO GRAU JUST.GRAT.

00079 AC 898557 2001.61.83.003015-8

RELATOR : DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
APTE : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : HELOISA NAIR SOARES DE CARVALHO
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO : LAFAETE CARLOS ALVES
ADV : ALEXANDRE BERTONI
REMTE : JUIZO FEDERAL DA 4 VARA PREVIDENCIARIA DE SAO PAULO SP>1ª SSJ>SP
Anotações : DUPLO GRAU

00080 AC 1122948 2001.61.14.003007-9

RELATOR : DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
APTE : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : MARIO EMERSON BECK BOTTION
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO : LUIZ ALECIO FURLAN
ADV : JOAO PAULO ALVES DE SOUZA
REMTE : JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE S B DO CAMPO SP
Anotações : DUPLO GRAU JUST.GRAT.

00081 AC 904888 2001.61.17.000171-9

RELATOR : DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
APTE : JOAO ANTONIO LANZA
ADV : RAFAEL SOUFEN TRAVAIN
APTE : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV : ADOLFO FERACIN JUNIOR
ADV : HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO : OS MESMOS
Anotações : JUST.GRAT.

00082 AC 934647 2001.61.83.000216-3

RELATOR	:	DES.FED. SERGIO NASCIMENTO
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HELOISA NAIR SOARES DE CARVALHO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	FRANCISCO RODRIGUES ROJAES
ADV	:	DANIELA CHICCHI
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 7 VARA PREVIDENCIARIA DE SAO PAULO SP>1ª SSJ>SP
Anotações	:	DUPLO GRAU JUST.GRAT.

00083 AMS 272685 2005.61.12.002224-1

RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA
APTE	:	DIVANILDA REGINA PANTAROTO
ADV	:	IVANISE OLGADO SALVADOR SILVA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
Anotações	:	JUST.GRAT.

00084 AG 284831 2006.03.00.109459-2 0300000677 SP

RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA
AGRTE	:	GERALDO GENOVA
ADV	:	ISIDORO PEDRO AVI
AGRDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUIS ENRIQUE MARCHIONI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
ORIGEM	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE TAQUARITINGA SP

00085 AC 1127757 2006.03.99.025698-4 0100000502 SP

RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARIA HELENA TAZINAFO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	NATACHA TEREZINHA CARVALHO incapaz
REPTE	:	FABIANE CRISTINA BORGES
ADV	:	MARIA LUCIA NUNES
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE MORRO AGUDO SP
Anotações	:	DUPLO GRAU JUST.GRAT. INCAPAZ AGR.RET.

00086 AC 1173862 2000.61.07.003410-3

RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	VERA LUCIA TORMIN FREIXO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MARIA LOURENCO DA SILVA
ADV	:	REGINA SCHLEIFER PEREIRA
Anotações	:	JUST.GRAT.

00087 AC 1176122 2001.61.12.007831-9

RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA
APTE	:	EMIKO YOSHIOKA TAKEDA (= ou > de 65 anos)
ADV	:	JOAO SOARES GALVAO
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUIS RICARDO SALLES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
Anotações	:	JUST.GRAT.

00088 AC 889709 2003.03.99.024007-0 0100001364 SP

RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA
APTE	:	MARIA ALVES PIRES DO PRADO (= ou > de 65 anos)
ADV	:	MILTON CANGUSSU DE LIMA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARGARETE DE CASSIA LOPES GOMES DE CARVALHO
Anotações	:	JUST.GRAT.

00089 AC 923642 2004.03.99.009673-0 0200000675 SP

RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA
APTE	:	VANNI BATISTA LIMA incapaz
REPTE	:	ABELINA BATISTA LIMA
ADV	:	VICTOR MARCELO HERRERA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CARMEM PATRICIA NAMI GARCIA SUANA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
Anotações	:	JUST.GRAT. INCAPAZ

00090 AC 730470 2001.03.99.044363-4 9800001416 SP

RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA
APTE	:	ANTONIA PERES VANZELLI
ADV	:	GABRIELA BENEZ TOZZI
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOSE ANTONIO BIANCOFIORE
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
Anotações	:	JUST.GRAT.

00091 AC 638814 2000.03.99.063404-6 9807000750 SP

RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA
APTE	:	MARCELO HENRIQUE DIAS incapaz
REPTE	:	SAMUEL BIORKLEAN
ADV	:	JOAO MARTINEZ SANCHES
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MOISES RICARDO CAMARGO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	Uniao Federal
ADV	:	ROGERIO EMILIO DE ANDRADE
Anotações	:	JUST.GRAT. INCAPAZ

00092 AC 1139007 2006.03.99.031771-7 0400000759 SP

RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CARMEM PATRICIA NAMI GARCIA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ADILSON DO NASCIMETNO GARCIA incapaz
REPTE	:	MISLENE DO NASCIMENTO SALLES CUNHA
ADV	:	LUZIA GUERRA DE OLIVEIRA R GOMES
Anotações	:	JUST.GRAT. INCAPAZ

00093 AC 1173050 2007.03.99.003965-5 0500000091 SP

RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOSE RICARDO FERNANDES SALOMAO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	SONIA PEREIRA HORACIO DOS SANTOS
ADV	:	ABDILATIF MAHAMED TUFAILE
Anotações	:	JUST.GRAT.

00094 AC 1171196 2007.03.99.003083-4 0300001913 SP

RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA
APTE	:	WALTER JOSE FERNANDES
ADV	:	PATRICIA SILVEIRA COLMANETTI
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OS MESMOS
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE SAO JOAQUIM DA BARRA SP
Anotações	:	DUPLO GRAU JUST.GRAT.

00095 AC 1171198 2007.03.99.003085-8 0500002915 SP

RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ANTONIO CASSIANO DO CARMO RODRIGUES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MILTON DE JESUS SANTOS
ADV	:	JOSE FERNANDO ANDRAUS DOMINGUES
Anotações	:	JUST.GRAT. REC.ADES.

00096 AC 1174759 2007.03.99.004846-2 0300000800 SP

RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	LUCILENE SANCHES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	FATIMA CONCEICAO PIMENTA DA SILVA
ADV	:	ANTONIO MARIO DE TOLEDO
Anotações	:	JUST.GRAT. REC.ADES.

00097 AC 1174244 2007.03.99.004619-2 0500001579 SP

RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ELIANE MENDONCA CRIVELINI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ANGELA MARIA TIBERIO FURLAN
ADV	:	ELIZABETE ALVES MACEDO
Anotações	:	JUST.GRAT.

00098 AC 1171278 2007.03.99.003165-6 0500000372 SP

RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ELIANE MENDONCA CRIVELINI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	LUCIA GOLFETTI
ADV	:	IVANI MOURA
Anotações	:	JUST.GRAT.

00099 AC 1175347 2007.03.99.005153-9 0300001088 SP

RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	CLAUDIO RENE D AFFLITTO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ROBERTO FREITAS BARBOSA
ADV	:	GANDHI KALIL CHUFALO
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE GUARA SP
Anotações	:	DUPLO GRAU JUST.GRAT.

00100 AC 1174284 2007.03.99.004659-3 0500000598 SP

RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ALYSSON IDE RIBEIRO DA SILVA
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	CONCEICAO RODRIGUES DE MORAES
ADV	:	EDEMIR DE JESUS SANTOS
Anotações	:	JUST.GRAT.

00101 AC 1172762 2007.03.99.003744-0 0300000999 SP

RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA
APTE	:	VIVENCIA DA SILVA DOMICIANO
ADV	:	MARCIA MOREIRA GARCIA DA SILVA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MARIA HELENA TAZINAFO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
Anotações	:	JUST.GRAT.

00102 AC 1173764 2007.03.99.004332-4 0300000206 SP

RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA
APTE	:	ANTONIA CARDOZO MORAES DE OLIVEIRA
ADV	:	ZACARIAS ALVES COSTA
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MOISES RICARDO CAMARGO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
Anotações	:	JUST.GRAT.

00103 AC 1173243 2007.03.99.003995-3 0500001124 SP

RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	RENATO URBANO LEITE
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	ALBERTINO CARDOSO DA SILVA
ADV	:	ERICA APARECIDA PINHEIRO
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 2 VARA DE ATIBAIA SP
Anotações	:	DUPLO GRAU JUST.GRAT.

00104 AC 1171410 2007.03.99.003245-4 0400001905 SP

RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA
APTE	:	RUBENS ALFREDO SILVA
ADV	:	PEDRO LUIZ GABRIEL VAZ
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOSE ALFREDO GEMENTE SANCHES
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR

00105 AC 1173064 2007.03.99.003979-5 0300002146 SP

RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	JOSEMAR ANTONIO GIORGETTI
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	LUIZ ANTUNES MARINHO
ADV	:	RENATO MATOS GARCIA
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 2 VARA DE SANTA BARBARA D OESTE SP
Anotações	:	DUPLO GRAU JUST.GRAT.

00106 AC 1173252 2007.03.99.004004-9 0500000904 SP

RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	EVANDRO MORAES ADAS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	OECIO PEREIRA MOURA
ADV	:	HILDEBRANDO PINHEIRO
Anotações	:	JUST.GRAT. REC.ADES.

00107 AC 1173376 2007.03.99.004128-5 0500000827 SP

RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	DEONIR ORTIZ
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	JOSE MAURO PERUCHI
ADV	:	JOSE WILSON GIANOTO
Anotações	:	JUST.GRAT.

00108 AC 1171313 2007.03.99.003201-6 0400000929 SP

RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	MAURO PADOVAN JUNIOR
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	MANOEL QUIRINO DA SILVA
ADV	:	MARIA CRISTINA OLIVA COBRA
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 4 VARA DE CUBATAO SP
Anotações	:	DUPLO GRAU JUST.GRAT.

00109 AC 1173963 2007.03.99.004431-6 0500000140 SP

RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	VALERIA CRUZ
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	SEBASTIAO PIRES DOS SANTOS
ADV	:	EDER WAGNER GONÇALVES
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 2 VARA DE SALTO SP
Anotações	:	DUPLO GRAU JUST.GRAT.

00110 AC 1171444 2007.03.99.003279-0 0600000520 SP

RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	VINICIUS DA SILVA RAMOS
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	JOSE JULIO CANDIDO
ADV	:	EDNEIA MARIA MATURANO
Anotações	:	JUST.GRAT.

00111 AC 1174191 2007.03.99.004566-7 0500000880 SP

RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA
APTE	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	DEONIR ORTIZ
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
APDO	:	LUIZ CARLOS BOIAGO
ADV	:	JOSE WILSON GIANOTO
Anotações	:	JUST.GRAT.

00112 AC 1169585 2005.61.17.000191-9

RELATOR	:	DES.FED. CASTRO GUERRA
APTE	:	VICENTE ARQUIMEDES FERRAZ SAMPAIO
ADV	:	ANTONIO CARLOS POLINI
APDO	:	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADV	:	ROBERTO EDGAR OSIRO
ADV	:	HERMES ARRAIS ALENCAR
PARTE A	:	MANOEL ANTONIO CASTELAR e outros
ADV	:	FRANCISCO ANTONIO ZEM PERALTA
Anotações	:	JUST.GRAT.

Publique-se. Registre-se.

São Paulo, 11 de abril de 2007.

Desembargador Federal CASTRO GUERRA
Presidente do(a) DÉCIMA TURMA

Tribunal Regional Federal da 5ª Região

PRESIDÊNCIA

EXPEDIENTE DESPA/2006.000088 - AEP

EINFAC - 303668/RN - 2000.84.00.012405-0(11/4/2007)

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL RIDALVO COSTA
ORIGEM	:	1ª Vara de Natal
EMBTE	:	ROGERIO GEREMIA e outro
ADV/PROC	:	JOSE ANCHIETA SANTOS SOBREIRA e outros
EMBDO	:	UNIÃO

DECISÃO
Homologo o pedido de desistência do recurso de fls. 324.
Publique-se. Intime-se.
Recife, 27 de março de 2007.
JUIZ FRANCISCO CAVALCANTI
Presidente

EXPEDIENTE AG/2007.000090 DA(O) SUBSECRETARIA DE RECURSOS EXT. ESP. E ORD.

Fica(m) intimado(s) o(s) agravado(s) para responder(em) ao recurso nos termos do art. 544 do CPC nos seguintes processos:

AGRESP - 367083/RN - 2007.05.00.005466-2

AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	DACIO ARAUJO DE BRITO
ADV/PROC	:	JOAO BRAZ DE ARAUJO e outro

AGRESP - 362768/CE - 2007.05.00.005465-0

AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	AURELIO PEREIRA
ADV/PROC	:	CARMOLINDA SOARES MONTEIRO e outros

AGRESP - 367059/RN - 2007.05.00.005394-3

AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	MARCELO JOSEANO DOS SANTOS
ADV/PROC	:	JOAO BRAZ DE ARAUJO e outro

AGRESP - 372721/PE - 2007.05.00.005434-0

AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	TON JONES GONÇALVES DA CUNHA
ADV/PROC	:	MARCIO ROMULO SIQUEIRA ALENCAR

AGRESP - 360991/PE - 2007.05.00.006171-0

AGRTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA CARVALHO e outros
AGRDO	:	JOSE RAIMUNDO DA SILVA
ADV/PROC	:	EDNA MARIA RODRIGUES DA SILVA

AGRESP - 377030/PE - 2007.05.00.013423-2

AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	JOAO MELO DE OLIVEIRA
ADV/PROC	:	TIAGO UCHÔA MARTINS DE MORAES e outro

AGRESP - 365212/SE - 2007.05.00.012742-2

AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	IVETE BARZOTTI
ADV/PROC	:	JOÃO SANTANA FILHO e outros

AGREXT - 371522/CE - 2007.05.00.013441-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR(A) FEDERAL PRESIDENTE
ORIGEM	:	7ª Vara Federal do Ceará
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	ANTONIO CLAUDIO DOS SANTOS e outros
ADV/PROC	:	JOSÉ LUCIANO VASCONCELOS e outros

AGRESP - 371600/RN - 2007.05.00.015433-4

AGRTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
AGRDO	:	ANTONIO FERNANDES PEREIRA JUNIOR incapaz
AGRDO	:	WILLAS MARQUES PEREIRA incapaz
REPTE	:	MARIA DE LOURDES PEREIRA
ADV/PROC	:	ALBANIZA DE MEDEIROS PEREIRA ARAUJO e outros

AGREXT - 334573/RN - 2007.05.00.015455-3

AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	JOAQUIM TOMAZ DE ARAÚJO
ADV/PROC	:	ARILDA PEREIRA DE MEDEIROS

AGRESP - 371268/PE - 2007.05.00.015465-6

AGRTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
AGRDO	:	MARIA GARCIA DE ARAUJO
ADV/PROC	:	GERALDINE CAVALCANTI LINS

AGRESP - 334573/RN - 2007.05.00.015464-4

AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	JOAQUIM TOMAZ DE ARAÚJO
ADV/PROC	:	ARILDA PEREIRA DE MEDEIROS

AGRESP - 368915/RN - 2007.05.00.015508-9

AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	ADILSON NUNES DA SILVA e outros

AGRESP - 365573/RN - 2007.05.00.015335-4

AGRTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
AGRDO	:	DEODETA XAVIER DOS SANTOS
ADV/PROC	:	JOSÉ MARIA GAMA DA CÂMARA e outros

AGRESP - 362635/PE - 2007.05.00.015333-0

AGRTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA CARVALHO e outros
AGRDO	:	CREUSA ROSA DO NASCIMENTO
ADV/PROC	:	ETIENE NIETE DE CASTRO

AGRESP - 365267/PE - 2007.05.00.015463-2

AGRTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
AGRDO	:	RAQUEL DA MOTA BREM
ADV/PROC	:	CARLOS ALBERTO FERREIRA DE BRITO

AGRESP - 364306/PE - 2007.05.00.015331-7

AGRTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA CARVALHO e outros
AGRDO	:	NAIR DA SILVA FIGUEIREDO
ADV/PROC	:	MARIA EVANE DE AQUINO MOURA ARRUDA LIMA

AGRESP - 367509/PE - 2007.05.00.015330-5

AGRTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA CARVALHO e outros
AGRDO	:	MARCO ANTONIO GOMES D ASSUNÇAO
ADV/PROC	:	MARIA DO CARMO FERREIRA DE LIMA GREENHALGH

AGRESP - 364794/PB - 2007.05.00.015504-1

AGRTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA CARVALHO e outros
AGRDO	:	JOSILDA GOMES DE BRITO CARNEIRO e outros
ADV/PROC	:	YURI PORFIRIO CASTRO DE ALBUQUERQUE e outro

AGRESP - 359812/SE - 2007.05.00.016030-9

AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA DEDA
ADV/PROC	:	EDSON ULISSES DE MELO e outros
REMTE	:	JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE SERGIPE (ARACAJU)

EXPEDIENTE AG/2007.000091 DA(O) SUBSECRETARIA DE RECURSOS EXT. ESP. E ORD.

Fica(m) intimado(s) o(s) agravado(s) para responder(em) ao recurso nos termos do art. 544 do CPC nos seguintes processos:

AGRESP - 292015/PE - 2007.05.00.005726-2

AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	HOSPITAL DAS CLINICAS DO CARPINA LTDA
ADV/PROC	:	BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO e outros

AGRESP - 374017/PE - 2007.05.00.005674-9

AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	JOSE ZACARIAS DAS NEVES e outros
ADV/PROC	:	MIGUEL BARBOSA DA SILVA

AGREXT - 386907/PE - 2007.05.00.005711-0

AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	IRENEU GUILHEME DA SILVA
ADV/PROC	:	HELENITA LEONI SOARES

AGRESP - 386364/PB - 2007.05.00.005695-6

AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	JOSE RODRIGUES RAMALHO
ADV/PROC	:	ANDRÉ COSTA FERNANDES DE OLIVEIRA e outros

AGRESP - 388606/RN - 2007.05.00.005826-6

AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	FERNANDA CONCEICAO SOARES DE SOUSA MARQUES e outros
ADV/PROC	:	FRANCISCO EDELTRUDES DUARTE NETO

AGRESP - 337364/PB - 2007.05.00.006091-1

AGRTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA CARVALHO e outros
AGRDO	:	FERNANDO CESAR CAVALCANTE
ADV/PROC	:	MARIA LUCIA BARBOSA DE OLIVEIRA

AGRESP - 373133/PE - 2007.05.00.006181-2

AGRTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA CARVALHO e outros
AGRDO	:	EGIDIO JOSE DA SILVA
ADV/PROC	:	SIMONE ALVES SPINELLI

AGREXT - 373334/PE - 2007.05.00.012622-3

AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	ANTONIO PAULO DE OLIVEIRA
ADV/PROC	:	PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS e outros

AGREXT - 337832/RN - 2007.05.00.015430-9

AGRTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA CARVALHO e outros
AGRDO	:	MARTA MARIA MOREIRA LEITE
ADV/PROC	:	LINDOCASTRO NOGUEIRA DE MORAIS

AGRESP - 373944/PE - 2007.05.00.015307-0

AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	TÂNIA MARIA DE MEDEIROS FAZIO
ADV/PROC	:	SÉRGIO SILVIO GOMES ALVES e outros

AGREXT - 373944/PE - 2007.05.00.015458-9

AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	TÂNIA MARIA DE MEDEIROS FAZIO
ADV/PROC	:	SÉRGIO SILVIO GOMES ALVES e outros

AGRESP - 382911/RN - 2007.05.00.015309-3

AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	ROBERTO ALEXSANDRO LISBOA CAMARA
ADV/PROC	:	LEONARDO DIAS DE ALMEIDA e outros

AGRESP - 382999/SE - 2007.05.00.015479-6

AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	FERNANDO BISPO DE OLIVEIRA
ADV/PROC	:	BRUNO MARCOS GUARNIERI e outros

AGRESP - 371952/PE - 2007.05.00.015519-3

AGRTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA CARVALHO e outros
AGRDO	:	JOSE FRANCISCO DOS SANTOS
ADV/PROC	:	LUCIMAR VILA NOVA CABRAL

AGRESP - 370705/PE - 2007.05.00.015507-7

AGRTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA CARVALHO e outros
AGRDO	:	JOSE PANTA LEAO DA SILVA
ADV/PROC	:	JERUSA ALEM VIEIRA DE MELO

AGREXT - 382999/SE - 2007.05.00.015509-0

AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	FERNANDO BISPO DE OLIVEIRA
ADV/PROC	:	BRUNO MARCOS GUARNIERI e outros

AGRESP - 373220/PE - 2007.05.00.015334-2

AGRTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA CARVALHO e outros
AGRDO	:	SEVERINO JOAO DA SILVA
ADV/PROC	:	SARA CRISTINA ALBUQUERQUE MOREIRA LIMA RIBEIRO

AGRESP - 376986/PB - 2007.05.00.015473-5

AGRTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	CARLOS ALBERTO REGUEIRA DE CASTRO E SILVA e outros
AGRDO	:	HERMES DE ARAUJO SOUZA FILHO
ADV/PROC	:	JOSE ALBERTO DO AMARAL LINS

AGRESP - 371175/PE - 2007.05.00.015505-3

AGRTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA CARVALHO e outros
AGRDO	:	LUIZ GONZAGA SANTIAGO
ADV/PROC	:	JOSE VALDERIO DO NASCIMENTO e outros

AGRESP - 384108/PB - 2007.05.99.000622-8

AGRTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
AGRDO	:	MARIA VERALUCIA LISBOA
ADV/PROC	:	CARLOS ROBERTO PEREIRA DE SOUSA

EXPEDIENTE AG/2007.000093 DA(O) SUBSECRETARIA DE RECURSOS EXT. ESP. E ORD.

Fica(m) intimado(s) o(s) agravado(s) para responder(em) ao recurso nos termos do art. 544 do CPC nos seguintes processos:

AGRESP - 352630/RN - 2006.05.00.077413-7

AGRTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	PAULO HUMBERTO PINHEIRO DE SOUZA e outros
AGRDO	:	ATIVA - ASSOCIAÇÃO DE ATIVIDADES DE VALORIZAÇÃO SOCIAL
ADV/PROC	:	FABIO LUIZ MONTE DE HOLLANDA e outros

AGRESP - 241852/PE - 2007.05.00.000312-5

AGRTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
AGRDO	:	LEIDE JANE FRAGA DE VASCONCELOS
ADV/PROC	:	FRANK ROBERTO SANTANA LINS

AGRESP - 311985/PB - 2007.05.00.005941-6

AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	MADEIREIRA TOCANTINS LTDA - ME

AGRESP - 385057/PB - 2007.05.00.006196-4

AGRTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA CARVALHO e outros
AGRDO	:	HOSANA NOBREGA DE LIMA
ADV/PROC	:	HEITOR CABRAL DA SILVA e outros

AGREXT - 376896/SE - 2007.05.00.013298-3

AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	EDELTRUDES SANTANA DE MELO
ADV/PROC	:	JANET ELIANE WELTER LOPES e outro

AGREXT - 381501/PE - 2007.05.00.015306-8

AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	IVAN SILVANO DA SILVA
ADV/PROC	:	ANDRÉE PERAZZO DIAS DA SILVA e outro

AGRESP - 374833/RN - 2007.05.00.015500-4

AGRTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
AGRDO	:	MARIA DO CARMO GOES VALE
ADV/PROC	:	ALBANIZA DE MEDEIROS PEREIRA ARAUJO e outros

AGRESP - 376016/CE - 2007.05.00.015844-3

AGRTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA CARVALHO e outros
AGRDO	:	ARY XAVIER DE LIMA e outros
ADV/PROC	:	CARLOS ANTÔNIO CHAGAS e outros

AGRESP - 388002/CE - 2007.05.00.015995-2

AGRTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
AGRDO	:	MARIA BORGES DE MARIA e outros
ADV/PROC	:	NICASIO DAMO

AGRESP - 378898/PB - 2007.05.00.016178-8

AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	MARIZE LOPES DE OLIVEIRA
ADV/PROC	:	PACELLI DA ROCHA MARTINS e outro

AGRESP - 387766/CE - 2007.05.00.015822-4

AGRTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
AGRDO	:	TEODORICO GUERREIRO CHAVES e outros
ADV/PROC	:	FRANCISCO JOSE CRESCENCIO PEREIRA e outros

AGRESP - 389170/CE - 2007.05.00.016132-6

AGRTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
AGRDO	:	UNAPEB - UNIAO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO BRASIL - NUCLEO DO CEARA
ADV/PROC	:	ALINE DE CARVALHO CAVALCANTE e outros

AGRESP - 388886/CE - 2007.05.00.016188-0

AGRTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
AGRDO	:	MARIA AUGUSTA LIMA e outros
ADV/PROC	:	NICASIO DAMO e outro

AGRESP - 359288/AL - 2007.05.00.019802-7

AGRTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
AGRDO	:	FRANCISCO BEZERRA DOS SANTOS
ADV/PROC	:	FLAVIO ALMEIDA DA SILVA JUNIOR e outros

AGRESP - 355524/PE - 2007.05.00.016113-2

AGRTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
AGRDO	:	VICENCIA ARAGAO ALVES
ADV/PROC	:	RAIMUNDO ELENO DOS SANTOS

AGRESP - 378098/CE - 2007.05.00.019836-2

AGRTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
AGRDO	:	MARIA SOCORRO FERREIRA
ADV/PROC	:	ALINE DE CARVALHO CAVALCANTE e outro

AGREXT - 376013/PE - 2007.05.00.019837-4

AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	JOSE GERALDO PRAXEDES CORREIA
ADV/PROC	:	ANASUERDA LIMA CAVALCANTI e outro

AGRESP - 376147/AL - 2007.05.00.019840-4

AGRTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
AGRDO	:	SEBASTIAO SATIRIO DOS SANTOS
ADV/PROC	:	FLAVIO ALMEIDA DA SILVA JUNIOR e outros

AGRESP - 360348/SE - 2007.05.00.019923-8

AGRTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
AGRDO	:	CARMELITA FURTADO DE MENEZES
ADV/PROC	:	GICÉLIA OLIVEIRA DE SANTANA

AGRESP - 373795/PE - 2007.05.00.019924-0

AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	RUI SAMPAIO CURCHATUZ
ADV/PROC	:	ANASUERDA LIMA CAVALCANTI

EXPEDIENTE AG/2007.000094 DA(O) SUBSECRETARIA DE RECURSOS EXT. ESP. E ORD.

Fica(m) intimado(s) o(s) agravado(s) para responder(em) ao recurso nos termos do art. 544 do CPC nos seguintes processos:

AGREXT - 381520/AL - 2007.05.00.015457-7

AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	TELMA DE OLIVEIRA PRAXEDES LIRA
ADV/PROC	:	FLAVIO ALMEIDA DA SILVA JUNIOR

AGRESP - 383224/PE - 2007.05.00.005730-4

AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	EDSON APOLINARIO DA SILVA e outros
ADV/PROC	:	MIGUEL BARBOSA DA SILVA

AGRESP - 381780/CE - 2007.05.00.013475-0

AGRTE	:	FUNASA - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
REPTE	:	PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
AGRDO	:	JOSÉ VANDELIRO DE OLIVEIRA XAVIER e outros
ADV/PROC	:	MARCIO MILITÃO SABINO e outros

AGRESP - 388009/PE - 2007.05.00.015304-4

AGRTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA CARVALHO e outros
AGRDO	:	AGOSTINHO MACEDO
ADV/PROC	:	VERONICA MACEDO DE MORAIS PINTO

AGRESP - 386304/PE - 2007.05.00.015466-8

AGRTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
AGRDO	:	HELENA BELTRÃO DE SOUZA
ADV/PROC	:	VALDENICE RODRIGUES DE ANDRADE VILELA

AGRESP - 381520/AL - 2007.05.00.015456-5

AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	TELMA DE OLIVEIRA PRAXEDES LIRA
ADV/PROC	:	FLAVIO ALMEIDA DA SILVA JUNIOR

AGRESP - 382755/CE - 2007.05.00.015454-1

AGRTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e outro
ADV/PROC	:	RODRIGO CAHU BELTRAO e outros
AGRDO	:	ANGELA MARIA DE MENESES PONTES
ADV/PROC	:	LILIAN MARQUES SARMENTO ROCHA

AGRESP - 382809/SE - 2006.05.00.074358-0

AGRTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	RODRIGO CAHU BELTRAO e outros
AGRDO	:	ALCIDES OLIVEIRA DA SILVA e cônjuge
ADV/PROC	:	REGES COELHO CORREIA e outros

AGRESP - 390180/PB - 2007.05.00.015526-0

AGRTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
AGRDO	:	FRANCISCA MONICA DIAS
ADV/PROC	:	ANDRE COSTA BARROS NETO

AGRESP - 381501/PE - 2007.05.00.015480-2

AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	IVAN SILVANO DA SILVA
ADV/PROC	:	ANDRÉE PERAZZO DIAS DA SILVA e outro

AGRESP - 386600/PE - 2007.05.00.015460-7

AGRTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
AGRDO	:	NORMA LÚCIA DE AZEVEDO MARQUES
ADV/PROC	:	ANGELA MARIA NUNES

AGRESP - 385744/CE - 2007.05.00.015499-1

AGRTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
AGRDO	:	ANA CLARA ALVES KIZEM
CURADOR	:	MARIA DAS DORES ALVES
ADV/PROC	:	ALINE DE CARVALHO CAVALCANTE e outros

AGRESP - 131/CE - 2007.05.00.019817-9

AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	BEC - BANCO DO ESTADO DO CEARA
ADV/PROC	:	PEDRO VALTER LEAL e outros

EXPEDIENTE AG/2007.000095 DA(O) SUBSECRETARIA DE RECURSOS EXT. ESP. E ORD.

Fica(m) intimado(s) o(s) agravado(s) para responder(em) ao recurso nos termos do art. 544 do CPC nos seguintes processos:

AGRESP - 248152/PB - 2006.05.00.074343-8

AGRTE	:	MARIA JOSE FERREIRA DA SILVA e outro
ADV/PROC	:	JURANDIR PEREIRA DA SILVA e outro
AGRDO	:	UNIÃO

AGREXT - 328396/RN - 2006.05.00.077436-8

AGRTE	:	ANA BEZERRA TEIXEIRA DE CARVALHO
ADV/PROC	:	FELIPE AUGUSTO CORTEZ MEIRA DE MEDEIROS e outros
AGRDO	:	UNIÃO

AGREXT - 377142/PE - 2007.05.00.000764-7

AGRTE	:	SINAIR DANTAS
ADV/PROC	:	DANIELLE BARBOSA DE ALMEIDA
AGRDO	:	UNIÃO

AGREXT - 381867/PB - 2007.05.00.000847-0

AGRTE	:	LINDALVA DOS SANTOS SILVA e outros
ADV/PROC	:	YURI PORFIRIO CASTRO DE ALBUQUERQUE e outros
AGRDO	:	UNIÃO

AGRESP - 377142/PE - 2007.05.00.000892-5

AGRTE	:	SINAIR DANTAS
ADV/PROC	:	DANIELLE BARBOSA DE ALMEIDA
AGRDO	:	UNIÃO

AGREXT - 364750/PB - 2007.05.00.004582-0

AGRTE	:	WALDEREZ MARIA ALVES TEIXEIRA e outros
ADV/PROC	:	RICARDO ANDRE BANDEIRA MARQUES e outros
AGRDO	:	UNIÃO

AGREXT - 376978/PB - 2007.05.00.005283-5

AGRTE	:	LUIZ RICARDO DA SILVA e outros
ADV/PROC	:	RICARDO ANDRE BANDEIRA MARQUES e outros
AGRDO	:	FUNASA - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
REPTE	:	PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

AGRESP - 289364/SE - 2007.05.99.000253-3

AGRTE	:	FRUTENE S/A - IND/ DE FRUTAS DO NORDESTE S/A
ADV/PROC	:	PATRÍCIA FREIRE CALDAS HERÁCLIO DO REGO
AGRDO	:	FAZENDA NACIONAL

AGREXT - 344099/AL - 2007.05.00.015700-1

AGRTE	:	NEUZA MARIA PEIXOTO e outros
ADV/PROC	:	RICARDO ANDRE BANDEIRA MARQUES e outros
AGRDO	:	UNIÃO

AGREXT - 376970/PB - 2007.05.00.015542-9

AGRTE	:	EUFLAUZINA ALVES ARAUJO e outros
ADV/PROC	:	RICARDO ANDRE BANDEIRA MARQUES e outros
AGRDO	:	UNIÃO

AGRESP - 372488/RN - 2007.05.00.016014-0

AGRTE	:	ANA LUCIA ALVES e outros
ADV/PROC	:	VENÍCIO BARBALHO NETO e outros
AGRDO	:	UNIÃO

AGREXT - 371202/RN - 2007.05.00.019916-0

AGRTE	:	NILDA GUERRA CUNHA LIMA e outros
ADV/PROC	:	VALTER SANDI DE OLIVEIRA COSTA e outro
AGRDO	:	UNIÃO e outro
AGRDO	:	UFRN - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

EXPEDIENTE AG/2007.000096 DA(O) SUBSECRETARIA DE RECURSOS EXT. ESP. E ORD.

Fica(m) intimado(s) o(s) agravado(s) para responder(em) ao recurso nos termos do art. 544 do CPC nos seguintes processos:

AGRESP - 386799/PE - 2007.05.00.005728-6

AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	SIDNEI ANASTÁCIO DE OLIVEIRA
DEF. DATIVO	:	LORENITA APARECIDA GOMES ANTUNES

AGREXT - 34/CE - 2007.05.00.012629-6

AGRTE	:	RAIMUNDO CELIO RODRIGUES
ADV/PROC	:	ADRIANO FERREIRA GOMES SILVA e outro
AGRDO	:	MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL

AGRESP - 34/PE - 2007.05.00.012609-0

AGRTE	:	RAIMUNDO CELIO RODRIGUES
ADV/PROC	:	ADRIANO FERREIRA GOMES SILVA e outro
AGRDO	:	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

AGRESP - 363883/AL - 2007.05.00.013328-8

AGRTE	:	MARIA JAQUELINE MENDES MASSA e outros
ADV/PROC	:	ANDRÉA LYRA MARANHÃO e outros
AGRDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

AGRESP - 387295/PE - 2007.05.00.015474-7

AGRTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA CARVALHO e outros
AGRDO	:	MANOEL FRANCISCO GABRIEL
DEF. DATIVO	:	SIMONE ALVES SPINELLI

AGRESP - 378943/PE - 2007.05.00.015654-9

AGRTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA CARVALHO e outros
AGRDO	:	JOSÉ FERREIRA BATISTA
DEF. DATIVO	:	JACINTA DE FÁTIMA COUTINHO MOURA

AGRESP - 378184/AL - 2007.05.00.015664-1

AGRTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA CARVALHO e outros
AGRDO	:	DER/AL - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE ALAGOAS
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

AGRESP - 304/AL - 2007.05.00.015852-2

AGRTE	:	LUCIA HELENA DE OLIVEIRA e outros
ADV/PROC	:	WESLEY RICARDO BENTO DA SILVA e outros
AGRDO	:	IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

AGREXT - 361626/RN - 2007.05.00.019881-7

AGRTE	:	JAILSON FILGUEIRA PEREGRINO DA SILVA e outros
ADV/PROC	:	VALTER SANDI DE OLIVEIRA COSTA
AGRDO	:	IBGE - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA JUDICIÁRIA

EXPEDIENTE EDE/2007.000001

EDITAL DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS
(PCTT sob o nº 90.000.00)

I - O Presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região TORNA PÚBLICO aos interessados, a seus procuradores e a todos quantos possa interessar que procederá à eliminação dos documentos de atividades forenses com temporalidade cumprida, em atendimento as determinações contidas nas Resoluções CJF 217/1999, 359/2004 e 393/2004, conforme a seguir indicados.
A) Livros de Protocolo Interno (classificado no PCTT sob o nº 92.000.03-A), encerrados no período de 1989 a 2001;
B) Guias de Remessa de Processos Judiciais Internas (PCTT sob o nº 92.000.03-A), compreendidas entre 1989 e 2001;
C) Guias de Arquivamento, Baixa Definitiva de Processo Judicial, Remessa ao STJ e ao STF - REMETIDAS (PCTT sob o nº 93.000.03-A, expedidas entre 1989 e 1996, e
D) Mandados de Intimação, de Citação, de Busca e Apreensão, de Execução e Ofícios Citatórios (PCTT sob o nº 92.100.04-C), emitidos no período de 1989 a 2001.
II - A efetiva eliminação dos documentos de atividades forenses será realizada 45 (quarenta e cinco) dias após a publicação deste Edital.
III - Os interessados poderão requerer à Comissão de Avaliação de Documentos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da data de publicação deste Edital, os documentos de atividades forenses que desejarem preservar.
1 - O encaminhamento e o transporte dos documentos de atividades forenses solicitados deverão ser efetuados às expensas do solicitante.
2 - Os requerimentos serão atendidos pela ordem de solicitação, cabendo àquele que primeiro requerer, a via original, que será entregue somente após decorrido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias da publicação deste Edital.
3 - Aos demais interessados no mesmo documento poderão ser fornecidas cópias do original, às expensas do solicitante, de acordo com a disponibilidade do Tribunal.
4 - Os documentos de atividades forenses solicitados e não reclamados até 30 (trinta) dias após a publicação do Edital serão eliminados na data definida no item II deste Edital.
IV - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Avaliação de Documentos do Tribunal.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se

Recife, 10 de abril de 2007.

Desembargador Federal JOSÉ BAPTISTA DE ALMEIDA FILHO
Presidente

DIVISÃO DE PROCESSAMENTO DAS CAUSAS DE COMPETÊNCIA DA 1ª TURMA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Determino a inclusão dos processos abaixo relacionados na Pauta de Julgamentos do dia 26/04/2007, QUINTA-FEIRA às 09:00 horas, podendo, entretanto, nessa mesma Sessão ou Sessões subseqüentes, ser julgados os processos adiados ou constantes de Pautas já publicadas.

AGTR - 61643/CE - 2005.05.00.008972-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	7ª Vara Federal do Ceará
AGRTE	:	DNOCS - DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
REPTE	:	PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
AGRDO	:	CÂNDIDA MARIA DA CONCEIÇÃO e outros
ADV/PROC	:	LUIZ BEZERRA DE MENEZES

AGTR - 71458/PE - 2006.05.00.065514-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
AGRDO	:	NORDEFRIL NORDESTE FRIOS LTDA
AGRDO	:	PEDRO EUGENIO GOES DOURADO
AGRDO	:	LUIZ ALBERTO SOARES DE MELO

AGTR - 72033/PE - 2006.05.00.074138-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	17ª Vara Federal de Pernambuco (Competente p/ Execuções Penais)
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	VANCLEIDES L. DE SOUZA - ME

AGTR - 72076/PE - 2006.05.00.074187-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	17ª Vara Federal de Pernambuco (Competente p/ Execuções Penais)
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	MARTINS DOS SANTOS ME

AMS - 96886/PB - 2006.82.00.001382-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	3ª Vara Federal da Paraíba (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA
ADV/PROC	:	JOSÉ ALVES CAMPOS e outros
APDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
REMTE	:	JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA) - COMPETENTE P/ EXEC. PENAIS

AC - 217112/CE - 2000.05.99.000383-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
APTE	:	METALTEC - METALURGICA TECNICA S/A
ADV/PROC	:	ENISIO CORDEIRO GURGEL
APDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADV/PROC	:	JOSE MATIAS SOUZA NETO e outros

AC - 245195/RN - 2001.05.00.006081-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	5ª Vara Federal do Rio Grande do Norte (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	PAULO HUMBERTO PINHEIRO DE SOUZA e outros
APDO	:	JOAO CARLOS MONTEIRO e cônjuge
ADV/PROC	:	JOVENTINA SIMÕES OLIVEIRA e outros

AC - 297011/PE - 2002.05.00.017725-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	ALUMINARTE LTDA

AC - 297150/SE - 2000.85.00.004026-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	3ª Vara Federal de Sergipe (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	JORGE SOUZA ALVES FILHO e outros
APDO	:	JOSE WILSON MENEZES OLIVEIRA
ADV/PROC	:	RAIMUNDO JOSÉ DO NASCIMENTO

AC - 297165/SE - 2000.85.00.006117-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	3ª Vara Federal de Sergipe (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	JORGE SOUZA ALVES FILHO e outros
APDO	:	JOSE WILSON MENEZES OLIVEIRA
ADV/PROC	:	RAIMUNDO JOSÉ DO NASCIMENTO

AC - 322321/CE - 2001.81.00.023080-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	9ª Vara Federal do Ceará (Privativa de Execuções Fiscais)
APTE	:	ANTONIO TARCISIO FERREIRA DE MELO
ADV/PROC	:	AURELINA PINTO DANTAS e outros
APDO	:	FAZENDA NACIONAL
PARTE R	:	VILA VERDE COM/ E INSTAL/ E LET/ E HIDRO SANITARIAS LTDA

AC - 322760/CE - 2003.05.00.018773-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	MARIA JARINA DE ALCANTARA SANTOS DUMONT
ADV/PROC	:	JOÃO QUEVÊDO FERREIRA LOPES
APDO	:	UNIÃO

AC - 328051/RN - 2003.05.99.001645-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
APTE	:	EDIT CARLOS DA COSTA MEDEIROS
ADV/PROC	:	FRANCISCO WELITHON DA SILVA
APDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADV/PROC	:	MARIA NAZARÉ DAVI GUIMARÃES e outros

AC - 328835/PB - 2001.82.00.002374-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal da Paraíba
APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADV/PROC	:	RAIMUNDO DE ALMEIDA JUNIOR e outros
APTE	:	UNIÃO
APDO	:	MANOEL PEREIRA DA SILVA
ADV/PROC	:	VALTER DE MELO

AC - 329556/SE - 2001.85.00.005923-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	3ª Vara Federal de Sergipe (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADV/PROC	:	MARCELO HORA PASSOS e outros
APDO	:	JOSE ANTONIO NASCIMENTO
ADV/PROC	:	TEREZINHA PACHECO FEDERICO e outro
REMTE	:	Juízo Federal da 3a Vara de Sergipe

AC - 329655/PE - 2001.83.00.016332-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	3ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	PAULO BEZERRA DOS SANTOS
ADV/PROC	:	LUIZ ALBERTO DA SILVA e outro
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	LUIZ DOS SANTOS FILHO e outros

AC - 329969/CE - 2003.05.00.030463-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	5ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	FARMACIA PAGUE MENOS LTDA e outros
ADV/PROC	:	CIRO BARBOSA DOS SANTOS
APDO	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 330740/AL - 2001.80.00.009599-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	3ª Vara Federal de Alagoas
APTE	:	PAULA MARIA CARIRI DA SILVA
ADV/PROC	:	LUCIANO JOSE SANTOS BARRETO e outro
APDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADV/PROC	:	EDNA DE SOUZA MIRANDA SOARES e outros

AC - 331081/PB - 2003.05.99.002009-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	1ª Vara da Comarca de Uirauna
APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADV/PROC	:	CARLOS ANTONIO DE ARAUJO BONFIM e outros
APDO	:	JAIME DANIEL DUARTE
ADV/PROC	:	JOSE JOCERLAN AUGUSTO MACIEL e outro
REMTE	:	JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE UIRAUNA - PB

AC - 331415/AL - 2003.05.99.002097-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	4ª Vara da Comarca de Arapiraca
APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADV/PROC	:	ALIPIO RONALD CONEGUNDES e outros
APDO	:	MARIA SEBASTIANA MARQUES BATISTA
DEF. PÚBLICO	:	EDLER RIBEIRO CAVALCANTE e outro
REMTE	:	JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DA COMARCA DE ARAPIRACA - AL

AC - 331552/CE - 2003.05.00.032464-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	7ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADV/PROC	:	JEFFERSON DE VASCONCELOS SILVA e outros
APDO	:	ANTONIA ALVES BEZERRA e outros
ADV/PROC	:	SERGIO LUIZ MARTINS BEZERRA DE MENEZES

AC - 332566/CE - 2001.81.00.002092-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	10ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	TATIANE SILVA MOREIRA DOS SANTOS
ADV/PROC	:	ANDREA GUALBERTO FERREIRA e outro
APDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADV/PROC	:	MARIA AUXILIADORA CUNHA PIRES e outros

AC - 342330/CE - 2004.05.00.018099-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	5ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADV/PROC	:	MANOEL CESAR FERREIRA E SILVA e outros
APDO	:	SIND/ DOS TRABALHADORES RURAIS DE BELA CRUZ
ADV/PROC	:	MARCIO MILITÃO SABINO e outros

AC - 342634/PE - 2004.05.00.020753-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	BELMOVEIS COM/ MOVEIS E UTILIDADES LTDA

AC - 349292/PE - 2003.83.00.014926-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	10ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
APTE	:	UFPE - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APTE	:	FADE - FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
ADV/PROC	:	KARINA SOARES MULATINHO
APDO	:	OS MESMOS
LIT PASS	:	UNIÃO
REMTE	:	JUÍZO DA 10ª VARA FEDERAL DE PERNAMBUCO (RECIFE)

AC - 355277/AL - 2005.05.00.004707-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	4ª Vara Federal de Alagoas (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	SIDINEY RIBEIRO DE SOUZA e outros
ADV/PROC	:	FELIPE SARMENTO CORDEIRO e outros
REMTE	:	JUÍZO DA 4ª VARA FEDERAL DE ALAGOAS (MACEIÓ) - COMPETENTE P/ EXEC. PENAIS

AC - 362528/PE - 2003.83.00.021749-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	1ª Vara Federal de Pernambuco (Especializada em Naturalização)
APTE	:	UNIÃO
APDO	:	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REMTE	:	JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE PERNAMBUCO (RECIFE) - ESPECIALIZADA EM NATURALIZAÇÃO

AC - 365083/PB - 2002.82.00.001050-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	1ª Vara Federal da Paraíba
APTE	:	FRANCISCO VIEIRA DE OLIVEIRA
ADV/PROC	:	JOSÉ CÂMARA DE OLIVEIRA
APDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

AC - 381076/RN - 2005.84.00.001401-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	3ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
APTE	:	UFRN - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	ALZIRA MASSENA DE SANTANA e outros

AC - 382195/PB - 2005.82.00.012437-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal da Paraíba
APTE	:	REGINALDO FRANCISCO DE ASSUNÇÃO
ADV/PROC	:	VALTER DE MELO e outro
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	THEREZA SHIMENA SANTOS TORRES e outros

AC - 387608/PE - 2003.83.00.006427-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	ANTONIO HENRIQUE CAVALCANTI WANDERLEY e outros
ADV/PROC	:	JOSÉ HENRIQUE WANDERLEY FILHO e outros
APTE	:	BACEN - BANCO CENTRAL DO BRASIL
REPTE	:	PROCURADOR REGIONAL DO BANCO CENTRAL DO BRASIL
APDO	:	OS MESMOS

AC - 394784/AL - 2001.80.00.001083-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	4ª Vara Federal de Alagoas (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	IVANISE TAVARES DO NASCIMENTO e outros
ADV/PROC	:	JOÃO FRANCISCO DE CAMARGO

AC - 397060/PE - 2005.83.04.000406-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	20ª Vara Federal de Pernambuco (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	SERTÃO BEBIDAS LTDA

AC - 397062/PE - 2005.83.04.000121-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	20ª Vara Federal de Pernambuco (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	GERALDO GONÇALVES VIDAL

AC - 398041/PE - 2006.83.04.000166-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	20ª Vara Federal de Pernambuco (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	UNIAUTO UNIÃO AUTOMOTORES LTDA

AC - 399315/PE - 2006.05.00.062730-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	PROMOTORA DE SERVIÇOS DE VIGILANCIA LTDA
ADV/PROC	:	MODESTO VICENTE DE PAULA

AC - 402162/PE - 2006.05.99.001790-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	Vara Única da Comarca de Tabira
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	PEDRO NOGUEIRA BARROS

AC - 404937/CE - 2006.05.99.002156-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	2ª Vara da Comarca de Crateús
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	AUTO VIAÇÃO CRATEUENSE LTDA
ADV/PROC	:	ANTONIO CLETO GOMES e outros
RECTE AD	:	AUTO VIAÇÃO CRATEUENSE LTDA

AC - 408915/PE - 2005.83.04.000561-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	20ª Vara Federal de Pernambuco (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	JOSE VERAS DE SIQUEIRA
CUR. ESP	:	MARIA ALVES DE MENEZES

AC - 409924/RN - 2004.84.00.009885-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	4ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
APTE	:	WALTER EMERENCIANO SILVA e outros
ADV/PROC	:	JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO e outros
APDO	:	DNOCS - DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
REPTE	:	PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

ACR - 5101/CE - 2002.81.00.006123-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	12ª Vara Federal do Ceará (Competente p/ Exec. Penais)
APTE	:	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
APDO	:	LUCIANO MENDES ÁVILA
APDO	:	LUIZ PINTO RIBEIRO
REPTE	:	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

AGTR - 65722/CE - 2005.05.00.046349-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	5ª Vara Federal do Ceará
AGRTE	:	INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
AGRDO	:	ANTÔNIO ALBERTO ROCHA AGUIAR
ADV/PROC	:	FERNANDO GOUVEIA DA PAZ e outro
AGRDO	:	MURILO ROCHA AGUIAR FILHO
ADV/PROC	:	MARIA JOSENY LOBO NOGUEIRA e outro

AGTR - 65774/AL - 2005.05.00.046463-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	4ª Vara Federal de Alagoas (Competente p/ Execuções Penais)
AGRTE	:	RAQUEL SILVA SOUZA
DEF. PÚBLICO	:	ALISSON WANDER PAIXAO
AGRDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e outro

AGTR - 65863/PB - 2005.05.00.048718-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	6ª Vara Federal da Paraíba
AGRTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e outro
ADV/PROC	:	JUSTINIANO DIAS DA SILVA JÚNIOR e outros
AGRDO	:	GUSTAVO GONÇALVES GUERRA e cônjuge
ADV/PROC	:	MANUEL DANTAS VILAR

AGTR - 66490/CE - 2006.05.00.000732-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	7ª Vara Federal do Ceará
AGRTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	SAMIRA GOMES DE VASCONCELOS e outros
AGRDO	:	MARIA DO SOCORRO BARROS FREITAS
ADV/PROC	:	PAULO ANTONIO GUIMARAES PINHEIRO

AGTR - 67509/AL - 2006.05.00.012320-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Alagoas
AGRTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	CARLOS ANDRÉ CANUTO DE ARAÚJO e outros
AGRDO	:	ESTADO DE ALAGOAS
ADV/PROC	:	JOSE CARLOS R. DE BARROS

AGTR - 67793/CE - 2006.05.00.016120-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	7ª Vara Federal do Ceará
AGRTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros
AGRDO	:	RAIMUNDO ARRUDA PONTE e cônjuge
ADV/PROC	:	MARCÍLIO LIMA PEIXOTO e outros

AGTR - 68392/AL - 2006.05.00.020707-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	5ª Vara Federal de Alagoas (Competente p/ Execuções Fiscais)
AGRTE	:	TV GAZETA DE ALAGOAS LTDA
ADV/PROC	:	DJALMA TAVARES DA CUNHA MELLO NETO e outro
AGRDO	:	FAZENDA NACIONAL

AGTR - 68773/PE - 2006.05.00.030620-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	8ª Vara Federal de Pernambuco
AGRTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
AGRDO	:	JOÃO BOSCO PINHEIRO
ADV/PROC	:	GENNEDY MARCELO LEITE PATRIOTA e outros

AGTR - 69084/PE - 2006.05.00.032913-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE	:	DISTRIBUIDORA PATRIOTA LTDA
ADV/PROC	:	RAIMUNDO DE SOUZA MEDEIROS JÚNIOR e outros
AGRDO	:	FAZENDA NACIONAL

AGTR - 69231/SE - 2006.05.00.037786-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	1ª Vara Federal de Sergipe
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	MANOEL CARLOS SANT ANNA
ADV/PROC	:	JULIO CESAR DO NASCIMENTO RABELO e outros

AGTR - 69569/PB - 2006.05.00.041975-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	3ª Vara Federal da Paraíba (Competente p/ Execuções Penais)
AGRTE	:	OAB/PB - ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECAO DA PARAIBA
ADV/PROC	:	ANTONIO FIALHO DE ALMEIDA NETO e outro
AGRDO	:	ALEKSANDRO DE ALMEIDA CAVALCANTE
ADV/PROC	:	STANISLAW COSTA ELOY e outro

AGTR - 69906/RN - 2006.05.00.047340-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	4ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
AGRTE	:	DNOCS - DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
REPTE	:	PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
AGRDO	:	PEDRO ALVES DA SILVA
ADV/PROC	:	JOÃO COSME DE MELO e outros

AGTR - 69941/PE - 2006.05.00.047360-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	9ª Vara Federal de Pernambuco
AGRTE	:	RHUANA EMANUELA LINS LEIMIG
ADV/PROC	:	ARIADNE QUINTELLA e outros
AGRDO	:	UNIVERSO - UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA (FILIAL RECIFE - PE)

AGTR - 70068/PE - 2006.05.00.047925-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	3ª Vara Federal de Pernambuco
AGRTE	:	MARIA JOSE DA SILVA BARATA
ADV/PROC	:	SOLANGE DE MORAIS VIEIRA e outro
AGRDO	:	UNIÃO

AGTR - 70487/SE - 2006.05.99.001485-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	2ª Vara da Comarca de Porto da Folha
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	HIPER MERCADO J M LTDA

AGTR - 70585/CE - 2006.05.00.056092-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	2ª Vara Federal do Ceará
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	RT HOTELARIA LTDA
ADV/PROC	:	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e outro

AGTR - 71279/SE - 2006.05.99.001812-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	2ª Vara da Comarca de Lagarto
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	JOSÉ CARLOS SANTOS SILVA

AMS - 87406/PE - 2003.83.00.008664-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	7ª Vara Federal de Pernambuco (Especializada em Questões Agrárias)
APTE	:	ITALICA COML/ LTDA
ADV/PROC	:	ALEXANDRE CARNEIRO GOMES e outro
APDO	:	FAZENDA NACIONAL

REOMS - 92306/AL - 2004.80.00.009411-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Alagoas
PARTE A	:	MUNICÍPIO DE PAULO JACINTO - AL
ADV/PROC	:	MARCOS BARROS AGUIAR
PARTE R	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
REMTE	:	JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE ALAGOAS (MACEIÓ)

REOMS - 93162/AL - 2005.80.00.000722-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	5ª Vara Federal de Alagoas (Competente p/ Execuções Fiscais)
PARTE A	:	COLÉGIO ANCHIETA LTDA
ADV/PROC	:	HENRIQUE CARVALHO DE ARAUJO e outro
PARTE R	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
REMTE	:	JUÍZO DA 5ª VARA FEDERAL DE ALAGOAS (MACEIÓ) - COMPETENTE P/ EXEC. FISCAIS

REOMS - 93581/AL - 2005.80.00.004937-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	1ª Vara Federal de Alagoas
PARTE A	:	MAINA AGUAS MINERAIS LTDA
ADV/PROC	:	ROBERTO CARLOS PONTES
PARTE R	:	CRQ17 - CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA DA XVII REGIÃO (ALAGOAS)
ADV/PROC	:	JOSE EDUARDO BARROS CORREIA
REMTE	:	JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE ALAGOAS (MACEIÓ)

REOMS - 93932/SE - 2004.85.00.001963-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	3ª Vara Federal de Sergipe (Competente p/ Execuções Penais)
PARTE A	:	MUNICÍPIO DE CARMÓPOLIS - SE
ADV/PROC	:	JOSE JEFFERSON CORREIA MACHADO e outro
PARTE R	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
REMTE	:	JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DE SERGIPE (ARACAJU) - COMPETENTE P/ EXEC. PENAIS

REOMS - 94971/SE - 2006.85.00.001113-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	1ª Vara Federal de Sergipe
PARTE A	:	PAULO ALVES DO NASCIMENTO
ADV/PROC	:	JOSE DANTAS DE MENDONCA e outros
PARTE R	:	CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DA 16º REGIAO
REMTE	:	JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE SERGIPE (ARACAJU)

AMS - 95785/PE - 2006.83.00.002682-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	21ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	AEROTEC INDUSTRIAL LTDA
ADV/PROC	:	MÁRCIO FAM GONDIM e outros
APDO	:	FAZENDA NACIONAL

AMS - 96204/CE - 2004.81.00.021963-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	1ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	TRANSCLEBER TRANSPORTES LTDA
ADV/PROC	:	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e outros
APDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	SEST - SERVIÇO SOCIAL DO TRANSPORTE
APDO	:	SENAT - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE
ADV/PROC	:	JOSE ALBERTO ALBENY GALLO e outros

AMS - 96277/PB - 2005.82.00.015040-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	1ª Vara Federal da Paraíba
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APTE	:	DIMENSIONAL CONSTRUÇÕES LTDA
ADV/PROC	:	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e outros
APDO	:	OS MESMOS
REMTE	:	JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA)

REOMS - 96923/CE - 2005.81.00.006372-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	4ª Vara Federal do Ceará
PARTE A	:	J. MACEDO S/A
ADV/PROC	:	PAULO CAMILLO e outros
PARTE R	:	FAZENDA NACIONAL
REMTE	:	JUÍZO DA 4ª VARA FEDERAL DO CEARÁ (FORTALEZA)

REOMS - 97127/PB - 2006.82.00.005198-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	3ª Vara Federal da Paraíba (Competente p/ Execuções Penais)
PARTE A	:	ALEKSANDRO DE ALMEIDA CAVALCANTE
ADV/PROC	:	STANISLAW COSTA ELOY e outro
PARTE R	:	OAB/PB - ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SEÇÃO DA PARAÍBA
ADV/PROC	:	ANTONIO FIALHO DE ALMEIDA NETO
REMTE	:	JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA) - COMPETENTE P/ EXEC. PENAIS

REOMS - 97134/CE - 2005.81.00.013059-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	1ª Vara Federal do Ceará
PARTE A	:	GISELE CRISTINA ARAUJO DOS SANTOS e outros
ADV/PROC	:	PATRÍCIO DE SOUSA ALMEIDA
PARTE R	:	OAB/CE - ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SEÇÃO DO CEARÁ
ADV/PROC	:	HÉLIO DAS CHAGAS LEITÃO NETO
REMTE	:	JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DO CEARÁ (FORTALEZA)

AMS - 97357/CE - 2006.81.00.002245-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	5ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	OAB/CE - ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SEÇÃO DO CEARÁ
ADV/PROC	:	HÉLIO DAS CHAGAS LEITÃO NETO
APDO	:	MARCELLO MENDES BATISTA GUERRA e outros
ADV/PROC	:	PATRÍCIO WILIAM ALMEIDA VIEIRA e outro
REMTE	:	JUÍZO DA 5ª VARA FEDERAL DO CEARÁ (FORTALEZA)

AC - 197994/AL - 99.05.64598-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	5ª Vara Federal de Alagoas (Competente p/ Execuções Fiscais)
APTE	:	CREA/AL - CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA ARQUITETURA E AGRONOMIA DE ALAGOAS
ADV/PROC	:	JOAQUIM CARLOS MACIEL MOTA e outros
APDO	:	EMPRESA ALAGOANA DE TRANSPORTES SAO LUIZ LTDA

AC - 199900/AL - 99.05.67100-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	5ª Vara Federal de Alagoas (Competente p/ Execuções Fiscais)
APTE	:	CRECI/AL - CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DE ALAGOAS
ADV/PROC	:	CARLOS TADEU MORAIS DE MELO e outros
APDO	:	SEVERINO SILVIO MARTINS DOS SANTOS

AC - 200533/AL - 99.05.67899-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	5ª Vara Federal de Alagoas (Competente p/ Execuções Fiscais)
APTE	:	CRECI/AL - CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DE ALAGOAS
ADV/PROC	:	CARLOS TADEU MORAIS DE MELO e outros
APDO	:	ANTONIO GOMES ALVES

AC - 203123/AL - 2000.05.00.004225-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	5ª Vara Federal de Alagoas (Competente p/ Execuções Fiscais)
APTE	:	CRECI/AL - CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DE ALAGOAS
ADV/PROC	:	CARLOS TADEU MORAIS DE MELO e outros
APDO	:	COMLAR CORRETORA E ADMINISTRACAO LTDA

AC - 203502/AL - 2000.05.00.004673-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	5ª Vara Federal de Alagoas (Competente p/ Execuções Fiscais)
APTE	:	CRECI/AL - CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DE ALAGOAS
ADV/PROC	:	CARLOS TADEU MORAIS DE MELO e outros
APDO	:	FERNANDO MARCOS VIEIRA DA SILVA

AC - 203647/AL - 2000.05.00.004827-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	5ª Vara Federal de Alagoas (Competente p/ Execuções Fiscais)
APTE	:	CRECI/AL - CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DE ALAGOAS
ADV/PROC	:	CARLOS TADEU MORAIS DE MELO e outros
APDO	:	HABITE EMPREENDIMENTOS LTDA

AC - 203842/AL - 2000.05.00.005154-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	5ª Vara Federal de Alagoas (Competente p/ Execuções Fiscais)
APTE	:	CRECI/AL - CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DE ALAGOAS
ADV/PROC	:	CARLOS TADEU MORAIS DE MELO e outros
APDO	:	BRAGA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

AC - 204376/AL - 2000.05.00.005840-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	5ª Vara Federal de Alagoas (Competente p/ Execuções Fiscais)
APTE	:	CRECI/AL - CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DE ALAGOAS
ADV/PROC	:	CARLOS TADEU MORAIS DE MELO e outros
APDO	:	IMOBILIARIA RESIDENCIA LTDA

AC - 208544/AL - 2000.05.00.011674-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	5ª Vara Federal de Alagoas (Competente p/ Execuções Fiscais)
APTE	:	CRECI/AL - CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DE ALAGOAS
ADV/PROC	:	CARLOS TADEU MORAIS DE MELO
APDO	:	IMOBILIARIA ESQUEMA LTDA

AC - 236665/AL - 2000.05.00.055744-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	5ª Vara Federal de Alagoas (Competente p/ Execuções Fiscais)
APTE	:	CRECI/AL - CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DE ALAGOAS
ADV/PROC	:	CARLOS TADEU MORAIS DE MELO e outros
APDO	:	AGENOR EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

AC - 236768/AL - 2000.05.00.055707-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	5ª Vara Federal de Alagoas (Competente p/ Execuções Fiscais)
APTE	:	CRECI/AL - CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DE ALAGOAS
ADV/PROC	:	CARLOS TADEU MORAIS DE MELO
APDO	:	TORRES IMOVEIS COM/ E REPRESENTACOES LTDA

AC - 251877/AL - 2001.05.00.014559-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	5ª Vara Federal de Alagoas (Competente p/ Execuções Fiscais)
APTE	:	CRECI/AL - CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DE ALAGOAS
ADV/PROC	:	CARLOS TADEU MORAIS DE MELO
APDO	:	ENIO CARLOS VILLA REAL

REOAC - 325686/CE - 2001.81.00.005141-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	1ª Vara Federal do Ceará
PARTE A	:	MUNICÍPIO DE PARAIPABA - CE
ADV/PROC	:	VICENTE BANDEIRA DE AQUINO NETO e outros
PARTE R	:	FAZENDA NACIONAL
REMTE	:	JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DO CEARÁ (FORTALEZA)

AC - 328043/PE - 2002.83.08.000110-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	8ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	PETROMOL - PETROLINA MOTORES LTDA
ADV/PROC	:	BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO e outros
APDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADV/PROC	:	CELIO RODRIGUES DA CRUZ e outros

AC - 337320/PE - 2002.83.08.001675-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	8ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	FRUTEX EXP/ E IMP/ LTDA
ADV/PROC	:	LILIANE DE OLIVEIRA COSTA e outros
APDO	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 339040/PE - 2004.05.99.000798-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	1ª Vara da Comarca de Caruaru
APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADV/PROC	:	CASSIA BARATA DE MORAES SANTOS e outros
APDO	:	SOCIEDADE EDUCADORA SETE DE SETEMBRO S/C
ADV/PROC	:	AIRTON SIMÕES DE ARAÚJO
REMTE	:	JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE CARUARU - PE

REOAC - 340782/CE - 2001.81.00.007046-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	1ª Vara Federal do Ceará
PARTE A	:	MUNICIPIO DE ALTO SANTO - CE e outros
ADV/PROC	:	ADRIANO ALVES PESSOA e outros
PARTE R	:	UNIÃO
REMTE	:	Juízo Federal da 1a Vara do Ceará

AC - 341162/PB - 2001.82.01.007119-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	6ª Vara Federal da Paraíba
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	LUIZ CARLOS BARBOSA DE MELO
ADV/PROC	:	MARXSUELL FERNANDES DE OLIVEIRA

AC - 345180/PE - 2004.05.00.026175-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	MARIA LUCIA PACHECO DOS SANTOS
ADV/PROC	:	DOLORES JANEIRO DURAN ALCANTARA e outro
LIT PASS	:	MARLUCE MARIA DE JESUS
DEF. DATIVO	:	JOSEMARY COSTA CAVALHEIRO MENDONCA
REMTE	:	JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE PERNAMBUCO (RECIFE)

AC - 345386/PB - 2000.82.01.005877-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	4ª Vara Federal da Paraíba
APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	FLORINALDO BELARMINO
ADV/PROC	:	MARCOS ANTONIO INACIO DA SILVA e outros
APTE	:	UNIÃO

AC - 346363/PB - 2004.05.99.001321-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	4ª Vara da Comarca de Santa Rita
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	USINA SANTANA S/A massa falida
INV/SIND	:	FRANCISCO ASSIS FIDELIS DE OLIVEIRA
ADV/PROC	:	VITORIA CABRAL RABAY e outros

AC - 349641/AL - 2003.80.00.011146-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	3ª Vara Federal de Alagoas
APTE	:	MUNICÍPIO DE JACUÍPE - AL
ADV/PROC	:	FELIPE SARMENTO CORDEIRO e outros
APDO	:	UNIÃO

AC - 356210/PE - 2002.83.00.007464-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	10ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	ULTRALIMPO - EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA
ADV/PROC	:	RICARDO NOGUEIRA SOUTO e outros
APDO	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 356213/PE - 2002.83.00.006226-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	10ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	ULTRALIMPO - EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA
ADV/PROC	:	RICARDO NOGUEIRA SOUTO
APDO	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 359680/PB - 2001.82.01.002210-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	4ª Vara Federal da Paraíba
APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	ANTONIO LOPES SOBRINHO
ADV/PROC	:	ANDRE COSTA BARROS NETO e outro
REMTE	:	JUÍZO DA 4ª VARA FEDERAL DA PARAÍBA (CAMPINA GRANDE)

AC - 364155/AL - 2004.80.00.007724-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	1ª Vara Federal de Alagoas
APTE	:	ALDIRA DE GUSMÃO BARBOSA
ADV/PROC	:	FABIANA MARIA PEREIRA CHAVES
APDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

REOAC - 372508/SE - 2005.85.02.001084-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	7ª Vara Federal de Sergipe (Competente p/ Execuções Penais)
PARTE A	:	DANILO PAIXAO NOGUEIRA
ADV/PROC	:	JOSE WILSON DE SOUZA
PARTE R	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
REMTE	:	JUÍZO DA 7ª VARA FEDERAL DE SERGIPE (ESTÂNCIA) - COMPETENTE P/ EXEC. PENAIS

AC - 373757/SE - 2003.85.00.007169-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Sergipe
APTE	:	OSVALDINO FREIRE DE CARVALHO
ADV/PROC	:	CARLOS EDUARDO REIS CLETO
RECTE	:	UNIÃO

REOAC - 377852/AL - 2003.80.00.012850-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	7ª Vara Federal de Alagoas
PARTE A	:	CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - CRESS/16º REGIÃO
ADV/PROC	:	ZALDIVANA ATHAYDE DE VASCONCELOS
PARTE R	:	MUNICÍPIO DE MACEIO - AL
ADV/PROC	:	JOSE ESPEDITO ALVES
REMTE	:	JUÍZO DA 7ª VARA FEDERAL DE ALAGOAS (MACEIÓ)

REOAC - 380754/SE - 2005.85.00.002740-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Sergipe
PARTE A	:	ADILTON PEDRO BARROS
DEF. DATIVO	:	JOSE VIVALDO DE MENEZES
PARTE R	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
REMTE	:	JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE SERGIPE (ARACAJU)

AC - 381635/SE - 2004.85.00.000083-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Sergipe
APTE	:	JOSE MILITAO DE ARAUJO
ADV/PROC	:	CARLOS EDUARDO REIS CLETO e outros
APDO	:	UNIÃO

REOAC - 382387/PE - 2006.05.00.012057-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	12ª Vara Federal de Pernambuco
PARTE A	:	MARIA DO CARMO DA GUARDA MUNIZ DE FARIAS e outros
REPTE	:	ADUFERPE - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
ADV/PROC	:	EXPEDITO BANDEIRA DE ARAÚJO JÚNIOR
PARTE R	:	FAZENDA NACIONAL
PARTE R	:	UFRPE - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
REMTE	:	JUÍZO DA 12ª VARA FEDERAL DE PERNAMBUCO (RECIFE)

AC - 384368/CE - 2002.81.00.018259-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	1ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	LUIZ FERNANDES FREIRE
ADV/PROC	:	ROBERTO DE MELO BASTOS

AC - 388200/PE - 2005.83.00.008659-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	7ª Vara Federal de Pernambuco (Especializada em Questões Agrárias)
APTE	:	ROBERTO DI SENA e outro
ADV/PROC	:	ADOLFO PAIVA MOURY FERNANDES e outro
APDO	:	UNIÃO

REOAC - 390673/PE - 2002.83.00.008271-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
PARTE A	:	CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
PARTE R	:	PEMAGRO - PART/, EMPRENEDIMENTO E AGROIND/ LTDA
REMTE	:	JUÍZO DA 22ª VARA FEDERAL DE PERNAMBUCO (RECIFE) - PRIVATIVA P/ EXEC. FISCAIS

REOAC - 392756/AL - 2006.05.99.001191-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	Vara Única da Comarca de Canapi
PARTE A	:	MARLUCE MARIA DA SILVA incapaz
REPTE	:	JOSE JOAO DA SILVA
ADV/PROC	:	JOSE CARVALHO MACIEL e outro
PARTE R	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
REMTE	:	JUIZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CANAPI - AL

AC - 393348/SE - 2003.85.00.008442-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	1ª Vara Federal de Sergipe
APTE	:	UNIÃO
APTE	:	LUCIANO DANTAS NASCIMENTO
ADV/PROC	:	CARLOS EDUARDO REIS CLETO
APDO	:	OS MESMOS
REMTE	:	JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE SERGIPE (ARACAJU)

AC - 398011/CE - 2004.81.00.002854-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	2ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	GOUVAN LINHARES LOPES e outros
APDO	:	ZULEICA BRAGA DE LIMA GUEDES e outros
ADV/PROC	:	LAURO HENRIQUE LOBO BANDEIRA e outros

AC - 398895/CE - 2003.81.00.013250-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	8ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	MARIA GRECIA DA SILVA BRINDEIRO e outros
ADV/PROC	:	MARIA GADELHA DE FREITAS
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	GERCEI PEREIRA DA COSTA e outros

AC - 399516/PB - 2004.82.01.004970-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	6ª Vara Federal da Paraíba
APTE	:	UNIÃO
APDO	:	ANTONIO DO AMARAL
ADV/PROC	:	FRANCISCO NERIS PEREIRA

AC - 400042/RN - 2006.84.00.001729-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	4ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
APTE	:	UNIÃO
APDO	:	HELENA DE ARAGAO CARVALHO
ADV/PROC	:	FRANCISCO CANINDE DE OLIVEIRA e outro

AC - 400614/RN - 2004.84.00.010162-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	3ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANNA CAROLINA DE BRITO FERNANDES e outros
APDO	:	TEREZA CRISTINA DOMINGOS DA SILVA e outros
ADV/PROC	:	ARMANDO JOSE FERNANDES

AC - 400815/CE - 2001.81.00.019862-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	16ª Vara Federal do Ceará (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	ANA FERREIRA LIMA NOGUEIRA e outros
ADV/PROC	:	GILVANA MARIA MOREIRA DE SOUZA DANTAS e outros
APDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

AC - 400838/PE - 2006.05.00.065502-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	SUNAB - SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DO ABASTECIMENTO
SUCESSOR	:	UNIÃO
APDO	:	COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ALIMENTOS SELECIONADOS LTDA
ADV/PROC	:	VANIA WALESKA TAVARES DE LIMA STUHRK e outro

AC - 401021/PE - 2000.83.00.020015-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	INMETRO - INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL
REPTE	:	IPEM/PE - INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
ADV/PROC	:	JOSÉ HELENO PEREIRA JÚNIOR e outros
APDO	:	ISMENIA CONCEIÇÃO MONTEIRO PIS

AC - 401035/CE - 2006.05.99.001761-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	2ª Vara da Comarca de Crateús
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	FERNANDO ANTONIO AGUIAR ALBUQUERQUE

AC - 401112/PE - 2006.83.00.000510-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	INMETRO - INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL
REPTE	:	IPEM - INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS
ADV/PROC	:	JOSÉ HELENO PEREIRA JÚNIOR
APDO	:	EXPRESSO COM. ROUPAS CALC. V. ART

AC - 401211/PB - 2006.05.00.065635-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	5ª Vara Federal da Paraíba (Privativa de Execuções Fiscais)
APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	SANTOS RETÍFICA LTDA
APDO	:	HIRAM RIBEIRO DOS SANTOS
APDO	:	VIOLETE ODETE CARNEIRO DOS SANTOS
APDO	:	JOSÉ RODRIGUES DA CRUZ

AC - 402166/RN - 2000.84.00.010991-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	4ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
APTE	:	UFRN - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	MARIA DE LOURDES SOUZA FREITAS e outros
ADV/PROC	:	FILIPE GUSTAVO BARBOSA MAUX

AC - 402499/PB - 2001.82.01.007862-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	6ª Vara Federal da Paraíba
APTE	:	ABDON DA SILVA MEIRA FILHO e outro
ADV/PROC	:	ANASTACIA DEUSAMAR DE ANDRADE GONDIM e outro
APDO	:	UFPB - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

AC - 403696/CE - 2004.81.00.020871-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	8ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	JOSE ABDORAL ROQUE e outros
ADV/PROC	:	MARIA ANDIARA PINHEIRO GOMES e outro

AC - 403729/PB - 2001.82.00.007815-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	3ª Vara Federal da Paraíba (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	ANTONIO FRANCISCO NETO
ADV/PROC	:	ANTONIETA LUNA PEREIRA LIMA

AC - 403759/AL - 2004.80.00.004962-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	8ª Vara Federal de Alagoas (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	MIGUEL PAULO DA SILVA
ADV/PROC	:	ANITA LIMA ALVES DE MIRANDA GAMELEIRA

AC - 404800/CE - 2001.81.00.013831-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	4ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	SEBASTIANA PINHEIRO FURTADO
ADV/PROC	:	JOSÉ ARGENILDO PEREIRA DE SOUSA
REMTE	:	JUÍZO DA 4ª VARA FEDERAL DO CEARÁ (FORTALEZA)

AC - 405725/PE - 2004.83.00.020753-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	1ª Vara Federal de Pernambuco (Especializada em Naturalização)
APTE	:	JOSE PEDRO DA SILVA espólio
REPTE	:	MARIA ANTONIA DA SILVA
ADV/PROC	:	MICHELE PETROSINO JUNIOR
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	MAX EDUARDO ALVES RIBEIRO e outros

AC - 406058/PB - 2002.82.01.001177-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	6ª Vara Federal da Paraíba
APTE	:	PAULO PEREIRA DA SILVA
ADV/PROC	:	JURANDIR PEREIRA DA SILVA e outros
APDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

AC - 406151/PB - 2004.82.01.004952-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	6ª Vara Federal da Paraíba
APTE	:	CRC/PB - CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DA PARAÍBA
ADV/PROC	:	EVILSON CARLOS DE OLIVEIRA BRAZ
APDO	:	MARIA DO DESTERRO DE ARRUDA
ADV/PROC	:	ALFREDO ALEXSANDRO CABRAL LINHARES PORDEUS e outro
REMTE	:	JUÍZO DA 6ª VARA FEDERAL DA PARAÍBA (CAMPINA GRANDE)

AC - 406961/CE - 2007.05.00.005568-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	5ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	MARGARIDA MARIA DE OLIVEIRA
ADV/PROC	:	MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA
APDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

AC - 406987/PE - 2005.83.00.009363-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	1ª Vara Federal de Pernambuco (Especializada em Naturalização)
APTE	:	UNIÃO
APDO	:	GILVAN LUIZ DA SILVA
ADV/PROC	:	LORENITA APARECIDA GOMES ANTUNES
REMTE	:	JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE PERNAMBUCO (RECIFE) - ESPECIALIZADA EM NATURALIZAÇÃO

AC - 407140/CE - 2004.81.00.010960-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	4ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	MOZART BEZERRA SOUTO
ADV/PROC	:	ALINE DE CARVALHO CAVALCANTE e outros
APDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

AC - 407188/PB - 2005.82.00.007159-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	2ª Vara Federal da Paraíba
APTE	:	UNIÃO
APDO	:	MARCUS ANTONIO PERAZZO
ADV/PROC	:	JOSEILTON ESTEVAO DA SILVA

AC - 407221/CE - 2005.81.00.016236-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	8ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	MARIA CAVALCANTE ANDRADE
ADV/PROC	:	ALINE DE CARVALHO CAVALCANTE e outros
REMTE	:	JUÍZO DA 8ª VARA FEDERAL DO CEARÁ (FORTALEZA)

AC - 407265/PE - 2005.83.05.000914-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	23ª Vara Federal de Pernambuco (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	ACLEYTON DE LIMA SOARES
ADV/PROC	:	VALDIR ALBUQUERQUE SILVA
APTE	:	UNIÃO
APDO	:	OS MESMOS

AC - 407371/PB - 2005.82.00.009370-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	3ª Vara Federal da Paraíba (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	ZENAIDE DA SILVA
ADV/PROC	:	VALTER DE MELO e outro
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	FRANCISCO DAS CHAGAS NUNES e outros

AC - 407669/CE - 2001.81.00.017574-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	1ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	ANGELICA MARIA DA SILVA ROCHA
ADV/PROC	:	PEDRO MORAES FILHO e outro
APDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

AC - 407706/PB - 2005.82.00.007798-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	3ª Vara Federal da Paraíba (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	JOSE GILBERTO DOS SANTOS ARAUJO
ADV/PROC	:	VALTER DE MELO e outros
APDO	:	UNIÃO

AC - 407815/SE - 2005.85.00.004660-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Sergipe
APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	AMINTAS CORREIA PORTO e outros
ADV/PROC	:	ANTONIO SOARES SILVA JÚNIOR e outros
RECTE AD	:	AMINTAS CORREIA PORTO
REMTE	:	JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE SERGIPE (ARACAJU)

AC - 407818/SE - 2005.85.00.004352-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Sergipe
APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
RECTE AD	:	ADELIDIA DANTAS DE SOUZA
ADV/PROC	:	ANTONIO SOARES SILVA JÚNIOR
APDO	:	ADELIDIA DANTAS DE SOUZA e outros
REMTE	:	JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE SERGIPE (ARACAJU)

AC - 408013/SE - 2006.85.01.000114-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	6ª Vara Federal de Sergipe (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	MANOEL ELIAS DE SANTANA
ADV/PROC	:	IRISLENE GUIMARÃES DE JESUS e outros
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	AIDA MASCARENHAS CAMPOS e outros

AC - 408094/RN - 2005.84.00.010184-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	3ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
APTE	:	ABEL FRANCISCO FERREIRA e outro
ADV/PROC	:	MARIA DE LOURDES ALBANO
APTE	:	DNOCS - DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
REPTE	:	PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
APDO	:	OS MESMOS

AC - 408428/CE - 2007.05.99.000403-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	Vara Única da Comarca de Aiuaba
APTE	:	SABINA PEREIRA DO NASCIMENTO
ADV/PROC	:	FRANCISCO GONÇALVES DIAS
APDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

AC - 408479/CE - 2007.05.99.000292-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	Vara Única da Comarca de Aiuaba
APTE	:	MARIA DE LOURDES DE MOURA
ADV/PROC	:	FRANCISCO GONÇALVES DIAS
APDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

AC - 408646/PB - 2005.82.00.011730-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	2ª Vara Federal da Paraíba
APTE	:	JOSÉ LUIZ DE FRANÇA
ADV/PROC	:	URIAS JOSÉ CHAGAS DE MEDEIROS e outro
APDO	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 408841/AL - 2006.80.00.004694-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	1ª Vara Federal de Alagoas
APTE	:	UNIÃO
APDO	:	ADUFAL - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - SEÇÃO SINDICAL DA ANDES
ADV/PROC	:	ANTÔNIO GAMELEIRA CAVALCANTE e outros
RECTE AD	:	ADUFAL - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - SEÇÃO SINDICAL DA ANDES
REMTE	:	JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE ALAGOAS (MACEIÓ)

AC - 409425/PB - 2005.82.00.008709-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	3ª Vara Federal da Paraíba (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	CEZARINO GUEDES DE LIMA
ADV/PROC	:	VALTER DE MELO
APDO	:	UNIÃO

AC - 409670/CE - 2007.05.99.000504-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	Vara Única da Comarca de Deputado Irapuan Pinheiro
APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	AURINEIDE DE ALMEIDA SILVA
ADV/PROC	:	SÉRVULO GALDINO DE OLIVEIRA LIMA
REMTE	:	JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO - CE

AC - 409690/CE - 2007.05.99.000567-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	Vara Única da Comarca de Umirim
APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	MARIA DA NATIVIDADE SILVA DE SOUSA e outros
ADV/PROC	:	SILVIA MARIA BEZERRA GOMES DA SILVA
REMTE	:	JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE UMIRIM - CE

AC - 409709/PE - 2004.83.00.014026-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	10ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	CARLO CRISTHIAN TEIXEIRA NERY e outros
APDO	:	NILTON DE OLIVEIRA MELO e outros
ADV/PROC	:	JOSE OMAR DE MELO JUNIOR e outro

AC - 409815/AL - 2001.80.00.000979-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	4ª Vara Federal de Alagoas (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	UFAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	ANGELA MARIA DA SILVA e outros
ADV/PROC	:	JOÃO FRANCISCO DE CAMARGO e outro

AC - 409829/CE - 2003.81.00.008936-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	2ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	GOUVAN LINHARES LOPES e outros
APDO	:	FERNANDO DA SILVA PRADO espólio
REPTE	:	ALBA DA SILVA PRADO
ADV/PROC	:	JORGE HENRIQUE CARVALHO PARENTE

AC - 409948/PE - 2004.83.00.000950-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	ARMANDO CAVALCANTI DE ANDRADE

AC - 409955/PE - 2003.83.00.026546-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	GERALDO CARVALHO ALVES

AC - 409957/AL - 2004.80.00.007214-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	4ª Vara Federal de Alagoas (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	EDUARDO LYRA CARVALHO e outros
ADV/PROC	:	JOÃO FRANCISCO DE CAMARGO e outros
APDO	:	UNIÃO

AC - 409966/PE - 2003.83.00.022760-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	GEDSON JOSE SOARES FLORENCIO

AC - 410080/PB - 2007.05.99.000611-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	Vara Única da Comarca de São João do Rio do Peixe
APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	TEREZINHA FERREIRA LIMA
ADV/PROC	:	JOÃO DE DEUS QUIRINO FILHO e outro
REMTE	:	JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE - PB

AC - 410144/CE - 2001.81.00.016197-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	3ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	MOENDA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA
ADV/PROC	:	JOSE DAMASCENO SAMPAIO e outro

AC - 410202/PB - 2006.82.01.003542-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	4ª Vara Federal da Paraíba
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	THEREZA SHIMENA SANTOS TORRES e outros
APDO	:	GERALDO COELHO BARBOSA
ADV/PROC	:	GERALDO COELHO BARBOSA

AC - 410294/PE - 2004.83.02.002557-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	16ª Vara Federal de Pernambuco (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	CLÓVIS JOSÉ DE LUCENA
ADV/PROC	:	OLIMPIO JOSE DE OLIVEIRA NETO

AC - 410299/PE - 2003.83.00.025406-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	SOCIEDADE IMOBILIÁRIA DO NORDESTE LTDA

RSE - 987/PE - 2007.83.00.000453-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	13ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa em Matéria Penal e Competente p/ Execuções Penais)
RECTE	:	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
RECDO	:	ANA CECÍLIA DA SILVA SARUBBI
ADV/PROC	:	MÁRCIO FAM GONDIM

AGTR - 72042/PE - 2006.05.00.071048-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	17ª Vara Federal de Pernambuco (Competente p/ Execuções Penais)
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	ALBERTO BARROS DINIZ

AGTR - 72244/PE - 2006.05.00.074417-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	CONSTRUTORA CAENGE LTDA

AMS - 96669/PE - 2006.83.00.008389-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	5ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	ADILSON PAES BARRETO
ADV/PROC	:	MARCELO GAMA ALVES e outros
APDO	:	UFRPE - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

REOMS - 96675/PE - 2006.83.00.008328-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	7ª Vara Federal de Pernambuco (Especializada em Questões Agrárias)
PARTE A	:	PESQUEIRA NACIONAL LTDA
ADV/PROC	:	ALEX ALFREDO MERONI e outros
PARTE R	:	FAZENDA NACIONAL
REMTE	:	JUÍZO DA 7ª VARA FEDERAL DE PERNAMBUCO (RECIFE) - ESPECIALIZADA EM QUESTÕES AGRÁRIAS

AMS - 96754/PE - 2006.83.00.009698-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	5ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	AUTONORTE DISTRIBUIDORA DE PECAS LTDA
ADV/PROC	:	LEONARDO DA COSTA CARVALHO COELHO e outros

REOMS - 96820/CE - 2006.81.00.010274-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	6ª Vara Federal do Ceará
PARTE A	:	FICO - FORNECEDORA E IMPORTADORA COMERCIAL LTDA.
ADV/PROC	:	FERNANDO AUGUSTO DE MELO FALCAO e outros
PARTE R	:	FAZENDA NACIONAL
REMTE	:	JUÍZO DA 6ª VARA FEDERAL DO CEARÁ (FORTALEZA)

AMS - 96828/PB - 2006.82.00.004035-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	2ª Vara Federal da Paraíba
APTE	:	UFPB - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	ADEMIR ALVES DE MELO
ADV/PROC	:	YURI PORFIRIO CASTRO DE ALBUQUERQUE e outros
REMTE	:	JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA)

REOMS - 96942/PB - 2006.82.02.000116-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	8ª Vara Federal da Paraíba (Competente p/ Execuções Penais)
PARTE A	:	OTÁVIO MAIA DE OLIVEIRA NETO
ADV/PROC	:	ROGERIO SILVA OLIVEIRA
PARTE R	:	UFCG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (PARAÍBA)
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
REMTE	:	JUÍZO DA 8ª VARA FEDERAL DA PARAÍBA (SOUSA) - COMPETENTE P/ EXEC. PENAIS

REOMS - 96943/PB - 2005.82.01.000901-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	6ª Vara Federal da Paraíba
PARTE A	:	JACKSON HENRIQUE ARANHA DOS SANTOS
DEF. PÚBLICO	:	LUIZ DE MARILLAC TOSCANO
PARTE R	:	UFCG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (PARAÍBA)
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
REMTE	:	JUÍZO DA 6ª VARA FEDERAL DA PARAÍBA (CAMPINA GRANDE)

AMS - 96993/PB - 2005.82.00.014803-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	2ª Vara Federal da Paraíba
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APTE	:	NORDIFE MATERIAIS ELETRICOS LTDA
ADV/PROC	:	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e outros
APDO	:	OS MESMOS
REMTE	:	JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA)

AMS - 97015/PB - 2005.82.00.014778-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	2ª Vara Federal da Paraíba
APTE	:	CIA INDUSTRIAL DE CERAMICA - CINCERA
ADV/PROC	:	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e outros
APDO	:	FAZENDA NACIONAL

AMS - 97068/CE - 2006.81.00.002599-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	4ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	ADONIRAN HOLANDA BARROSO
ADV/PROC	:	MARIA LUIZA RIBEIRO PEDROZA
APDO	:	CRECI/CE - CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DO CEARÁ
ADV/PROC	:	FRANCISCO ALEXANDRE ARAUJO GOMES

REOMS - 97092/RN - 2006.84.00.006404-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	1ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
PARTE A	:	ANA LUCIA SILVA DE SOUZA
ADV/PROC	:	NILSON ESMERALDO BARBOSA e outros
PARTE R	:	CRECI/RN - CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DO RIO GRANDE DO NORTE
REMTE	:	JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (NATAL)

REOMS - 97098/PB - 2005.82.01.005584-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	4ª Vara Federal da Paraíba
PARTE A	:	RAQUEL CECILIO ALCANTARA SILVA
ADV/PROC	:	REJANE MARIA DE MELLO VASCONCELOS DELGADO
PARTE R	:	CESED/FACISA - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTO E FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

APLICADADAS

REMTE	:	JUÍZO DA 4ª VARA FEDERAL DA PARAÍBA (CAMPINA GRANDE)

AMS - 97137/CE - 2005.81.00.013787-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	1ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CRMV/CE - CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO CEARÁ
ADV/PROC	:	JOYCE CHAGAS DE OLIVEIRA e outro
APDO	:	TACIANA MENDONÇA SHERLOCK e outro
ADV/PROC	:	JOSÉ NILO AVELINO FILHO
REMTE	:	JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DO CEARÁ (FORTALEZA)

AMS - 97194/PB - 2006.82.02.000365-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	8ª Vara Federal da Paraíba (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	FRANCISCA MOREIRA DE MOURA E OUTROS e outros
ADV/PROC	:	EVANDRO ELVIDIO DE SOUSA
APDO	:	EAFS/PB - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SOUSA - PB
REPTE	:	PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

AMS - 97258/CE - 2005.81.00.017857-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	6ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	SERT ENGENHARIA DE INSTALACOES LTDA
ADV/PROC	:	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e outros
APDO	:	FAZENDA NACIONAL

AMS - 97299/PE - 2006.83.00.010911-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	6ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	INEXPORT - IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
ADV/PROC	:	LEONARDO HENRIQUE PIRES LOPES e outros
APDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

REOMS - 97301/PB - 2006.82.00.003157-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	3ª Vara Federal da Paraíba (Competente p/ Execuções Penais)
PARTE A	:	BRUNO DE ARAUJO ANDRADE
ADV/PROC	:	ANA CRISTINA MEDEIROS FERREIZA VAZ
PARTE R	:	UNIPÊ - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA (PARAÍBA)
REMTE	:	JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA) - COMPETENTE P/ EXEC. PENAIS

AMS - 97302/CE - 2005.81.00.015739-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	5ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	MADEIREIRA RIO BRANCO LTDA
ADV/PROC	:	FRANCISCO LUIS GADELHA SANTOS e outros
APDO	:	FAZENDA NACIONAL

REOMS - 97369/CE - 2006.81.00.010442-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	5ª Vara Federal do Ceará
PARTE A	:	J A GONÇALVES CAVALCANTE
ADV/PROC	:	REGINA ALVES DE SOUSA LIMA
PARTE R	:	FAZENDA NACIONAL
REMTE	:	JUÍZO DA 5ª VARA FEDERAL DO CEARÁ (FORTALEZA)

REOMS - 97413/SE - 2006.85.00.003208-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Sergipe
PARTE A	:	ANTONIO MARCOS SACRAMENTO BOMFIM
ADV/PROC	:	JOSE DANTAS DE MENDONCA e outros
PARTE R	:	CRECI/SE - CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DE SERGIPE (16ª REGIÃO)
ADV/PROC	:	LISSA ANDRADE TAVARES LOBAO
REMTE	:	JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE SERGIPE (ARACAJU)

REOMS - 97466/CE - 2006.81.00.013092-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	4ª Vara Federal do Ceará
PARTE A	:	ANTONIO CARLOS ALENCAR REBOUÇAS
ADV/PROC	:	LEVI DE VASCONCELOS JUNIOR
PARTE R	:	UNIÃO
REMTE	:	JUÍZO DA 4ª VARA FEDERAL DO CEARÁ (FORTALEZA)

AMS - 97473/PE - 2006.83.00.009515-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	9ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	KARNE KEIJO LOGISTICA INTEGRADA LTDA
ADV/PROC	:	LUCIANO BRITO CARIBE e outros
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	OS MESMOS
REMTE	:	JUÍZO DA 9ª VARA FEDERAL DE PERNAMBUCO (RECIFE)

REOMS - 97510/RN - 2006.84.00.006010-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	4ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
PARTE A	:	DAINA DE MEDEIROS BRANDÃO
ADV/PROC	:	JEAN CARLOS VARELA AQUINO
PARTE R	:	APEC - ASSOCIAÇÃO POTIGUAR DE EDUCAÇÃO E CULTURA / UNP - UNIVERSIDADE POTIGUAR
ADV/PROC	:	JOSÉ MAURÍCIO DE ARAÚJO MEDEIROS
REMTE	:	JUÍZO DA 4ª VARA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (NATAL)

AC - 361291/CE - 2000.81.00.019185-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	6ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	MARIA MACHADO CARNEIRO
ADV/PROC	:	PEDRO MORAES FILHO e outro
RECTE AD	:	MARIA MACHADO CARNEIRO

AC - 387502/CE - 2003.81.00.004187-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	2ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	MARIA CONCEICAO CARVALHO MARTINS e outros
ADV/PROC	:	ALCIDES PORTO BENEVIDES
APDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

AC - 404698/CE - 2003.81.00.008922-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	5ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	SINJE/CE - SIND/ DOS SERVIDORES DA JUSTICA ELEITORAL DO ESTADO DO CEARA
ADV/PROC	:	GLAYDDES MARIA SINDEAUX ESMERALDO
APDO	:	UNIÃO

AC - 404726/PB - 2004.82.02.002657-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	8ª Vara Federal da Paraíba (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	ANTONIO CAETANO NETO
ADV/PROC	:	ANDRE COSTA BARROS NETO
APDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

REOAC - 404731/PB - 2004.82.00.007859-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	1ª Vara Federal da Paraíba
PARTE A	:	SEBASTIÃO VICTOR DIAS
ADV/PROC	:	CAROLINA DE MELO FREIRE GOUVEIA ÁVILA e outros
PARTE R	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
REMTE	:	JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA)

AC - 404738/AL - 2000.80.00.002518-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	4ª Vara Federal de Alagoas (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	PETRÔNIO EUNÁPIO DE MELO BORGES e outros
ADV/PROC	:	JOÃO FRANCISCO DE CAMARGO e outro
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ALYNNE CRISTINNE DA SILVA ROCHA e outros

AC - 404812/PB - 2005.82.01.006162-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	10ª Vara Federal da Paraíba
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	CAVESA - CAMPINA GRANDE VEÍCULOS LTDA
ADV/PROC	:	AIDA DUTRA DANTAS
REMTE	:	JUÍZO DA 10ª VARA FEDERAL DA PARAÍBA (CAMPINA GRANDE) - PRIVATIVA DAS EXEC. FISCAIS E PROC. NAT.

TRIBUTÁRIAS

AC - 404881/CE - 2004.81.00.002770-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	4ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ADONIAS MELO DE CORDEIRO e outros
APDO	:	FRANCISCO LEÃO DE FREITAS
APDO	:	VINICIUS CARVALHO MONTEIRO
APDO	:	FRANCISCO DAS CHAGAS FARIAS PAIVA
APDO	:	ANTONIO DE PADUA ARAUJO
APDO	:	FRANCISCO HERMANO SILVA PASCOAL
ADV/PROC	:	DANIEL FURTADO DE MENDONCA

AC - 405235/PB - 2005.82.00.015561-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	5ª Vara Federal da Paraíba (Privativa de Execuções Fiscais)
APTE	:	MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA - PB
ADV/PROC	:	YURI OLIVEIRA ARAGAO e outros
APDO	:	FAZENDA NACIONAL

REOAC - 405896/SE - 2005.85.00.003310-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	3ª Vara Federal de Sergipe (Competente p/ Execuções Penais)
PARTE A	:	DEODATO BATISTA DOS SANTOS
ADV/PROC	:	FERNANDA SILVA SOUSA
PARTE R	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
REMTE	:	JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DE SERGIPE (ARACAJU) - COMPETENTE P/ EXEC. PENAIS

AC - 406532/PE - 2006.83.00.003081-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	21ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	UFPE - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	BRUNO HENRICK MATOS MACHADO
ASSIST	:	SANDRA GISELE GOMES DE MATOS FERREIRA
ADV/PROC	:	ROBSON DE CARVALHO DA SILVA
REMTE	:	JUÍZO DA 21ª VARA FEDERAL DE PERNAMBUCO (RECIFE)

AC - 406550/RN - 2007.05.00.005447-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	6ª Vara Federal do Rio Grande do Norte (Competente p/ Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	PROCÓPIO PARTICIPAÇÕES E REPRESENTAÇÕES LTDA e outro
ADV/PROC	:	ROLDAO PROCOPIO DE LUCENA

AC - 406999/CE - 2003.81.00.026307-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	5ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CRISTINA PLEWKA DE OLIVEIRA
ADV/PROC	:	FELIPE FIALHO NETO
APDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

AC - 407750/PE - 2005.83.00.013282-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	6ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	UNIÃO
APDO	:	SEVERINA TORRES PEDROSA
ADV/PROC	:	EDVALDO TORRES PEDROZA e outro
REMTE	:	JUÍZO DA 6ª VARA FEDERAL DE PERNAMBUCO (RECIFE)

AC - 407781/AL - 2004.80.00.008929-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Alagoas
APTE	:	ANTÔNIO TENÓRIO DE CERQUEIRA
ADV/PROC	:	JOSÉ PETRÚCIO DE OLIVEIRA
APDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

AC - 407894/CE - 2006.81.00.002059-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	2ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	FRANCISCO SOARES PEREIRA
ADV/PROC	:	ÊNIO PONTE MOURÃO

AC - 408017/CE - 2001.81.00.023782-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	9ª Vara Federal do Ceará (Privativa de Execuções Fiscais)
APTE	:	ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
ADV/PROC	:	JOSÉ NUNES COELHO e outros
APDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
REMTE	:	JUÍZO DA 9ª VARA FEDERAL DO CEARÁ (FORTALEZA) - PRIVATIVA DE EXEC. FISCAIS

AC - 408213/PE - 2005.83.00.011272-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	5ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	UNIÃO
APDO	:	YARA DA CRUZ MELO
ADV/PROC	:	MARCELO MARCOS DE LACERDA MOREIRA

AC - 408379/PE - 2000.83.00.004336-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	DROGAFRAY LTDA

AC - 408539/PB - 2005.82.00.010030-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	2ª Vara Federal da Paraíba
APTE	:	JOSE VIANA DOS SANTOS
ADV/PROC	:	VALTER DE MELO
APDO	:	FAZENDA NACIONAL

REOAC - 408725/PB - 2004.82.00.009201-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	1ª Vara Federal da Paraíba
PARTE A	:	GARINA MARIA DA CONCEIÇÃO
ADV/PROC	:	JOSEFA INEZ DE SOUZA
PARTE R	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
REMTE	:	JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA)

AC - 408794/PE - 2007.05.00.015445-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	USINA SERRO AZUL S/A

AC - 409104/PB - 2007.05.99.000565-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	4ª Vara da Comarca de Cajazeiras
APTE	:	FRANCISCA QUERUBINA DA SILVA
ADV/PROC	:	MARCELO DE ALMEIDA MATIAS
APDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

AC - 409251/PE - 2007.05.00.015873-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	REFEIÇÕES SADIAS LTDA

AC - 409450/RN - 2005.84.00.010258-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	5ª Vara Federal do Rio Grande do Norte (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	SIMAS INDUSTRIAL DE ALIMENTOS S/A
ADV/PROC	:	RICARDO GEORGE FURTADO DE MENDONCA E MENEZES e outros
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	OS MESMOS
REMTE	:	JUÍZO DA 5ª VARA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (NATAL) - COMPETENTE P/ EXEC. PENAIS

AC - 409512/PB - 2004.82.02.001240-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	8ª Vara Federal da Paraíba (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	MARIA GOMES SARMENTO
ADV/PROC	:	MAGDA GLENE NEVES DE ABRANTES GADELHA e outros
APDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

AC - 409532/PB - 2007.05.00.015955-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	5ª Vara Federal da Paraíba (Privativa de Execuções Fiscais)
APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	VANIA DE FONTES FERREIRA e outro

AC - 409638/AL - 2006.80.01.000177-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	8ª Vara Federal de Alagoas (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	DERMEVAL PEREIRA e outros
ADV/PROC	:	JOSE CARVALHO MACIEL e outro
APDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

AC - 409645/AL - 2005.80.01.002821-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	8ª Vara Federal de Alagoas (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	LUCIANO DE OLIVEIRA
ADV/PROC	:	LUCIANO HENRIQUE G. SILVA

AC - 409681/PB - 2005.82.00.005322-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	2ª Vara Federal da Paraíba
APTE	:	JOSIMAR DA SILVA SOARES
ADV/PROC	:	VALTER DE MELO e outro
APDO	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 409774/PB - 2004.82.02.000643-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	8ª Vara Federal da Paraíba (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	ANGELITA GONCALVES NOGUEIRA
ADV/PROC	:	JOSE ALVES FORMIGA e outros

AC - 409834/PB - 2005.82.00.000582-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	1ª Vara Federal da Paraíba
APTE	:	ANTONIA JACINTO DE ARAUJO
ADV/PROC	:	JURANDIR PEREIRA DA SILVA e outros
APDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

AC - 409976/PE - 2003.83.00.020954-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	CARMEN RODRIGUES COUTINHO DE MELO

AC - 410137/RN - 2005.84.01.000740-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	8ª Vara Federal do Rio Grande do Norte (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	MARIA VITORINA DE ANDRADE
ADV/PROC	:	FRANCISCO WELITHON DA SILVA e outro
REMTE	:	JUÍZO DA 8ª VARA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (MOSSORÓ) - COMPETENTE P/ EXEC. PENAIS

AC - 410241/PE - 2005.83.04.000303-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	20ª Vara Federal de Pernambuco (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	W G PERFUMARIA E COSMETICOS LTDA

AC - 410322/PB - 2005.82.00.006937-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	1ª Vara Federal da Paraíba
APTE	:	MARGARETH DE SOUZA LEAO BORGES e outros
ADV/PROC	:	NEMESIO ALMEIDA SOARES JUNIOR e outro
APDO	:	UNIÃO

AC - 410400/PB - 2007.05.00.020497-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	1ª Vara Federal da Paraíba
APTE	:	ANTONIO JOSE DE SOUZA
ADV/PROC	:	VALTER DE MELO
APDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

AC - 410542/PE - 2004.83.00.005779-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	BRIGADA VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA

AC - 410545/PE - 2004.83.00.003157-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	NEW HENDLEE SERVIÇOS AUXILIARES DE TRASNPORTE LTDA

AC - 410547/PE - 2004.83.00.003265-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	COPA CONSTRUÇÕES LTDA

AC - 410552/PE - 2005.83.00.009265-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	SIAP - SERVIÇOS DE ANATOMIA PATOLÓGICA E CITOPATOLOGIA S/C LTDA

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE.
RECIFE-PE, <11/04/2007>.
DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAÍDE CAVALCANTE,
PRESIDENTE DA 1ª TURMA

RESUMO DOS PROCESSOS:
DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI - 67
DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA - 40
DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE - 120

DIVISÃO DE PROCESSAMENTO DAS CAUSAS DE COMPETÊNCIA DA 2ª TURMA

DESPACHO

EXPEDIENTE DESPA/2007.000027 DA 2ª TURMA

AGTR - 72597/PE - 2006.05.00.076989-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE	:	COREN/PE - CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE PERNAMBUCO
ADV/PROC	:	LEONARDO SANTANA DA SILVA COELHO
AGRDO	:	ANDRÉA DE MELO CAVALCANTI

DECISÃO

Vistos, etc.
O CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE PERNAMBUCO - COREN/PE agrava da decisão da lavra do Juiz Federal da 22ª Vara em Pernambuco, com pedido urgente de antecipação da tutela recursal, em desfavor de ANDRÉA DE MELO CAVALCANTI, alegando aparência de seu bom direito e perigo na mora de decisão tardia, além de risco de lesão grave.
A aparência de seu bom direito justifica na circunstância de que tem competência para fixar e obrigação de cobrar o valor da anuidade dos inscritos em seu quadro; que não há limitação quanto ao valor a ser executado, além de o valor cobrado já ser baixo, não justificando redução. O perigo da demora da decisão o vislumbra no inadimplemento das anuidades.
Isto posto.
Verifico que o juiz de primeiro grau determinou que fosse retificada a certidão de dívida ativa, adequando-a ao teto previsto na legislação.
No que pese haver entendimento jurisprudencial consolidado, no âmbito do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, de que as anuidades cobradas pelos Conselhos Profissionais constituem espécie tributária e, como tal, devem-se submeter ao princípio da reserva legal (RESP 652554/RS, julg. 28/09/2004, rel.: Min. JOSÉ DELGADO, pub. DJ 16/11/2004, p. 209), entendo que o juiz, de ofício, não deve ter ingerência no valor cobrado, ainda que ao fundamento de ter sido fixado por atos internos dos conselhos profissionais.
A certidão de dívida ativa é título executivo extrajudicial e como tal goza da presunção de certeza e liquidez, presunção esta que só pode ser desfeita à vista de prova suficiente de eventuais vícios capazes de nulificá-la e mediante garantia idônea, o que não se verifica, ao menos neste exame perfunctório.
Com tais considerações, concedo a antecipação da tutela recursal postulada.
Intime-se a agravada à resposta.
Dê-se ciência ao MM. Juiz a quo.
P.I.
Recife, 15 de janeiro de 2007.
Desembargador Federal JOSÉ BAPTISTA DE ALMEIDA FILHO
Relator

AGTR - 72609/PE - 2006.05.00.076990-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE	:	COREN/PE - CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE PERNAMBUCO
ADV/PROC	:	PAULO AZEVEDO DA SILVA e outros
AGRDO	:	TERESA CRISTINA PRIORI CAMPELLO MUSSALEM

DECISÃO

Vistos, etc.
O CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE PERNAMBUCO - COREN/PE agrava da decisão da lavra do Juiz Federal da 22ª Vara em Pernambuco, com pedido urgente de antecipação da tutela recursal, em desfavor de TERESA CRISTINA PRIORI CAMPELLO MUSSALEM, alegando aparência de seu bom direito e perigo na mora de decisão tardia, além de risco de lesão grave.
A aparência de seu bom direito justifica na circunstância de que tem competência para fixar e obrigação de cobrar o valor da anuidade dos inscritos em seu quadro; que não há limitação quanto ao valor a ser executado, além de o valor cobrado já ser baixo, não justificando redução. O perigo da demora da decisão o vislumbra no inadimplemento das anuidades.
Isto posto.
Verifico que o juiz de primeiro grau determinou que fosse retificada a certidão de dívida ativa, adequando-a ao teto previsto na legislação.
No que pese haver entendimento jurisprudencial consolidado, no âmbito do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, de que as anuidades cobradas pelos Conselhos Profissionais constituem espécie tributária e, como tal, devem-se submeter ao princípio da reserva legal (RESP 652554/RS, julg. 28/09/2004, rel.: Min. JOSÉ DELGADO, pub. DJ 16/11/2004, p. 209), entendo que o juiz, de ofício, não deve ter ingerência no valor cobrado, ainda que ao fundamento de ter sido fixado por atos internos dos conselhos profissionais.
A certidão de dívida ativa é título executivo extrajudicial e como tal goza da presunção de certeza e liquidez, presunção esta que só pode ser desfeita à vista de prova suficiente de eventuais vícios capazes de nulificá-la e mediante garantia idônea, o que não se verifica, ao menos neste exame perfunctório.
Com tais considerações, concedo a antecipação da tutela recursal postulada.
Intime-se a agravada à resposta.
Dê-se ciência ao MM. Juiz a quo.
P.I.
Recife, 15 de janeiro de 2007.
Desembargador Federal JOSÉ BAPTISTA DE ALMEIDA FILHO
Relator

AGTR - 72619/PE - 2006.05.00.076975-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções

Fiscais)

AGRTE	:	COREN/PE - CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE PERNAMBUCO
ADV/PROC	:	INDEFINIDO
AGRDO	:	MARINA SONIA ALVES DOS SANTOS

DECISÃO

Vistos, etc.
O CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE PERNAMBUCO - COREN/PE agrava da decisão da lavra do Juiz Federal da 22ª Vara em Pernambuco, com pedido urgente de antecipação da tutela recursal, em desfavor de MARINA SONIA ALVES DOS SANTOS, alegando aparência de seu bom direito e perigo na mora de decisão tardia, além de risco de lesão grave.
A aparência de seu bom direito justifica na circunstância de que tem competência para fixar e obrigação de cobrar o valor da anuidade dos inscritos em seu quadro; que não há limitação quanto ao valor a ser executado, além de o valor cobrado já ser baixo, não justificando redução. O perigo da demora da decisão o vislumbra no inadimplemento das anuidades.
Isto posto.
Verifico que o juiz de primeiro grau determinou que fosse retificada a certidão de dívida ativa, adequando-a ao teto previsto na legislação.
No que pese haver entendimento jurisprudencial consolidado, no âmbito do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, de que as anuidades cobradas pelos Conselhos Profissionais constituem espécie tributária e, como tal, devem-se submeter ao princípio da reserva legal (RESP 652554/RS, julg. 28/09/2004, rel.: Min. JOSÉ DELGADO, pub. DJ 16/11/2004, p. 209), entendo que o juiz, de ofício, não deve ter ingerência no valor cobrado, ainda que ao fundamento de ter sido fixado por atos internos dos conselhos profissionais.
A certidão de dívida ativa é título executivo extrajudicial e como tal goza da presunção de certeza e liquidez, presunção esta que só pode ser desfeita à vista de prova suficiente de eventuais vícios capazes de nulificá-la e mediante garantia idônea, o que não se verifica, ao menos neste exame perfunctório.
Com tais considerações, concedo a antecipação da tutela recursal postulada.
Intime-se a agravada à resposta.
Dê-se ciência ao MM. Juiz a quo.
P.I.
Recife, 15 de janeiro de 2007.
Desembargador Federal JOSÉ BAPTISTA DE ALMEIDA FILHO
Relator

AGTR - 72630/PE - 2006.05.00.076961-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções

Fiscais)

AGRTE	:	COREN/PE - CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE PERNAMBUCO
ADV/PROC	:	LEONARDO SANTANA DA SILVA COELHO e outros
AGRDO	:	JAILSON RODRIGUES DA SILVA

DECISÃO

Vistos, etc.
O CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE PERNAMBUCO - COREN/PE agrava da decisão da lavra do Juiz Federal da 22ª Vara em Pernambuco, com pedido urgente de antecipação da tutela recursal, em desfavor de JAILSON RODRIGUES DA SILVA, alegando aparência de seu bom direito e perigo na mora de decisão tardia, além de risco de lesão grave.
A aparência de seu bom direito justifica na circunstância de que tem competência para fixar e obrigação de cobrar o valor da anuidade dos inscritos em seu quadro; que não há limitação quanto ao valor a ser executado, além de o valor cobrado já ser baixo, não justificando redução. O perigo da demora da decisão o vislumbra no inadimplemento das anuidades.
Isto posto.
Verifico que o juiz de primeiro grau determinou que fosse retificada a certidão de dívida ativa, adequando-a ao teto previsto na legislação.
No que pese haver entendimento jurisprudencial consolidado, no âmbito do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, de que as anuidades cobradas pelos Conselhos Profissionais constituem espécie tributária e, como tal, devem-se submeter ao princípio da reserva legal (RESP 652554/RS, julg. 28/09/2004, rel.: Min. JOSÉ DELGADO, pub. DJ 16/11/2004, p. 209), entendo que o juiz, de ofício, não deve ter ingerência no valor cobrado, ainda que ao fundamento de ter sido fixado por atos internos dos conselhos profissionais.
A certidão de dívida ativa é título executivo extrajudicial e como tal goza da presunção de certeza e liquidez, presunção esta que só pode ser desfeita à vista de prova suficiente de eventuais vícios capazes de nulificá-la e mediante garantia idônea, o que não se verifica, ao menos neste exame perfunctório.
Com tais considerações, concedo a antecipação da tutela recursal postulada.
Intime-se a agravada à resposta.
Dê-se ciência ao MM. Juiz a quo.
P.I.
Recife, 15 de janeiro de 2007.
Desembargador Federal JOSÉ BAPTISTA DE ALMEIDA FILHO
Relator

AGTR - 72637/PE - 2006.05.00.077032-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções

Fiscais)

AGRTE	:	COREN/PE - CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE PERNAMBUCO
ADV/PROC	:	PAULO AZEVEDO DA SILVA e outros
AGRDO	:	THERESE BERTHE MARTHE LOONIS

DECISÃO

Vistos, etc.
O CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE PERNAMBUCO - COREN/PE agrava da decisão da lavra do Juiz Federal da 22ª Vara em Pernambuco, com pedido urgente de antecipação da tutela recursal, em desfavor de THERESE BERTHE MARTHE LOONIS, alegando aparência de seu bom direito e perigo na mora de decisão tardia, além de risco de lesão grave.
A aparência de seu bom direito justifica na circunstância de que tem competência para fixar e obrigação de cobrar o valor da anuidade dos inscritos em seu quadro; que não há limitação quanto ao valor a ser executado, além de o valor cobrado já ser baixo, não justificando redução. O perigo da demora da decisão o vislumbra no inadimplemento das anuidades.
Isto posto.
Verifico que o juiz de primeiro grau determinou que fosse retificada a certidão de dívida ativa, adequando-a ao teto previsto na legislação.
No que pese haver entendimento jurisprudencial consolidado, no âmbito do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, de que as anuidades cobradas pelos Conselhos Profissionais constituem espécie tributária e, como tal, devem-se submeter ao princípio da reserva legal (RESP 652554/RS, julg. 28/09/2004, rel.: Min. JOSÉ DELGADO, pub. DJ 16/11/2004, p. 209), entendo que o juiz, de ofício, não deve ter ingerência no valor cobrado, ainda que ao fundamento de ter sido fixado por atos internos dos conselhos profissionais.
A certidão de dívida ativa é título executivo extrajudicial e como tal goza da presunção de certeza e liquidez, presunção esta que só pode ser desfeita à vista de prova suficiente de eventuais vícios capazes de nulificá-la e mediante garantia idônea, o que não se verifica, ao menos neste exame perfunctório.
Com tais considerações, concedo a antecipação da tutela recursal postulada.
Intime-se a agravada à resposta.
Dê-se ciência ao MM. Juiz a quo.
P.I.
Recife, 15 de janeiro de 2007.
Desembargador Federal JOSÉ BAPTISTA DE ALMEIDA FILHO
Relator

AGTR - 72645/PE - 2006.05.00.077025-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções

Fiscais)

AGRTE	:	COREN/PE - CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE PERNAMBUCO
ADV/PROC	:	LEONARDO SANTANA DA SILVA COELHO e outro
AGRDO	:	ROSEMARY BEZERRA DA SILVA

DECISÃO

Vistos, etc.
O CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE PERNAMBUCO - COREN/PE agrava da decisão da lavra do Juiz Federal da 22ª Vara em Pernambuco, com pedido urgente de antecipação da tutela recursal, em desfavor de ROSEMARY BEZERRA DA SILVA, alegando aparência de seu bom direito e perigo na mora de decisão tardia, além de risco de lesão grave.
A aparência de seu bom direito justifica na circunstância de que tem competência para fixar e obrigação de cobrar o valor da anuidade dos inscritos em seu quadro; que não há limitação quanto ao valor a ser executado, além de o valor cobrado já ser baixo, não justificando redução. O perigo da demora da decisão o vislumbra no inadimplemento das anuidades.
Isto posto.
Verifico que o juiz de primeiro grau determinou que fosse retificada a certidão de dívida ativa, adequando-a ao teto previsto na legislação.
No que pese haver entendimento jurisprudencial consolidado, no âmbito do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, de que as anuidades cobradas pelos Conselhos Profissionais constituem espécie tributária e, como tal, devem-se submeter ao princípio da reserva legal (RESP 652554/RS, julg. 28/09/2004, rel.: Min. JOSÉ DELGADO, pub. DJ 16/11/2004, p. 209), entendo que o juiz, de ofício, não deve ter ingerência no valor cobrado, ainda que ao fundamento de ter sido fixado por atos internos dos conselhos profissionais.
A certidão de dívida ativa é título executivo extrajudicial e como tal goza da presunção de certeza e liquidez, presunção esta que só pode ser desfeita à vista de prova suficiente de eventuais vícios capazes de nulificá-la e mediante garantia idônea, o que não se verifica, ao menos neste exame perfunctório.
Com tais considerações, concedo a antecipação da tutela recursal postulada.
Intime-se a agravada à resposta.
Dê-se ciência ao MM. Juiz a quo.
P.I.
Recife, 15 de janeiro de 2007.
Desembargador Federal JOSÉ BAPTISTA DE ALMEIDA FILHO
Relator

AGTR - 72654/PE - 2006.05.00.076995-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções

Fiscais)

AGRTE	:	COREN/PE - CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE PERNAMBUCO
ADV/PROC	:	LEONARDO SANTANA DA SILVA COELHO e outros
AGRDO	:	JUCARA DE MACEDO CAVALCANTI

DECISÃO

Vistos, etc.
O CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE PERNAMBUCO - COREN/PE agrava da decisão da lavra do Juiz Federal da 22ª Vara em Pernambuco, com pedido urgente de antecipação da tutela recursal, em desfavor de JUCARA DE MACEDO CAVALCANTI, alegando aparência de seu bom direito e perigo na mora de decisão tardia, além de risco de lesão grave.
A aparência de seu bom direito justifica na circunstância de que tem competência para fixar e obrigação de cobrar o valor da anuidade dos inscritos em seu quadro; que não há limitação quanto ao valor a ser executado, além de o valor cobrado já ser baixo, não justificando redução. O perigo da demora da decisão o vislumbra no inadimplemento das anuidades.
Isto posto.
Verifico que o juiz de primeiro grau determinou que fosse retificada a certidão de dívida ativa, adequando-a ao teto previsto na legislação.
No que pese haver entendimento jurisprudencial consolidado, no âmbito do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, de que as anuidades cobradas pelos Conselhos Profissionais constituem espécie tributária e, como tal, devem-se submeter ao princípio da reserva legal (RESP 652554/RS, julg. 28/09/2004, rel.: Min. JOSÉ DELGADO, pub. DJ 16/11/2004, p. 209), entendo que o juiz, de ofício, não deve ter ingerência no valor cobrado, ainda que ao fundamento de ter sido fixado por atos internos dos conselhos profissionais.
A certidão de dívida ativa é título executivo extrajudicial e como tal goza da presunção de certeza e liquidez, presunção esta que só pode ser desfeita à vista de prova suficiente de eventuais vícios capazes de nulificá-la e mediante garantia idônea, o que não se verifica, ao menos neste exame perfunctório.
Com tais considerações, concedo a antecipação da tutela recursal postulada.
Intime-se a agravada à resposta.
Dê-se ciência ao MM. Juiz a quo.
P.I.
Recife, 15 de janeiro de 2007.
Desembargador Federal JOSÉ BAPTISTA DE ALMEIDA FILHO
Relator

AGTR - 72664/PE - 2006.05.00.077045-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções

Fiscais)

AGRTE	:	COREN/PE - CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE PERNAMBUCO
ADV/PROC	:	LEONARDO SANTANA DA SILVA COELHO e outros
AGRDO	:	LÚCIA HELENA DE SANTANA DE SOUZA

DECISÃO

Vistos, etc.
O CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE PERNAMBUCO - COREN/PE agrava da decisão da lavra do Juiz Federal da 22ª Vara em Pernambuco, com pedido urgente de antecipação da tutela recursal, em desfavor de LÚCIA HELENA DE SANTANA DE SOUZA, alegando aparência de seu bom direito e perigo na mora de decisão tardia, além de risco de lesão grave.

A aparência de seu bom direito justifica na circunstância de que tem competência para fixar e obrigação de cobrar o valor da anuidade dos inscritos em seu quadro; que não há limitação quanto ao valor a ser executado, além de o valor cobrado já ser baixo, não justificando redução. O perigo da demora da decisão o vislumbra no inadimplemento das anuidades.
Isto posto.
Verifico que o juiz de primeiro grau determinou que fosse retificada a certidão de dívida ativa, adequando-a ao teto previsto na legislação.
No que pese haver entendimento jurisprudencial consolidado, no âmbito do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, de que as anuidades cobradas pelos Conselhos Profissionais constituem espécie tributária e, como tal, devem-se submeter ao princípio da reserva legal (RESP 652554/RS, julg. 28/09/2004, rel.: Min. JOSÉ DELGADO, pub. DJ 16/11/2004, p. 209), entendo que o juiz, de ofício, não deve ter ingerência no valor cobrado, ainda que ao fundamento de ter sido fixado por atos internos dos conselhos profissionais.
A certidão de dívida ativa é título executivo extrajudicial e como tal goza da presunção de certeza e liquidez, presunção esta que só pode ser desfeita à vista de prova suficiente de eventuais vícios capazes de nulificá-la e mediante garantia idônea, o que não se verifica, ao menos neste exame perfunctório.
Com tais considerações, concedo a antecipação da tutela recursal postulada.
Intime-se a agravada à resposta.
Dê-se ciência ao MM. Juiz a quo.
P.I.
Recife, 15 de janeiro de 2007.
Desembargador Federal JOSÉ BAPTISTA DE ALMEIDA FILHO
Relator

AGTR - 72681/PE - 2006.05.00.077081-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE	:	COREN/PE - CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE PERNAMBUCO
ADV/PROC	:	LEONARDO SANTANA DA SILVA COELHO
AGRDO	:	ARMANDO BEZERRA DA SILVA

DECISÃO
Vistos, etc.
O CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE PERNAMBUCO - COREN/PE agrava da decisão da lavra do Juiz Federal da 22ª Vara em Pernambuco, com pedido urgente de antecipação da tutela recursal, em desfavor de ARMANDO BEZERRA DA SILVA, alegando aparência de seu bom direito e perigo na mora de decisão tardia, além de risco de lesão grave.
A aparência de seu bom direito justifica na circunstância de que tem competência para fixar e obrigação de cobrar o valor da anuidade dos inscritos em seu quadro; que não há limitação quanto ao valor a ser executado, além de o valor cobrado já ser baixo, não justificando redução. O perigo da demora da decisão o vislumbra no inadimplemento das anuidades.
Isto posto.
Verifico que o juiz de primeiro grau determinou que fosse retificada a certidão de dívida ativa, adequando-a ao teto previsto na legislação.
No que pese haver entendimento jurisprudencial consolidado, no âmbito do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, de que as anuidades cobradas pelos Conselhos Profissionais constituem espécie tributária e, como tal, devem-se submeter ao princípio da reserva legal (RESP 652554/RS, julg. 28/09/2004, rel.: Min. JOSÉ DELGADO, pub. DJ 16/11/2004, p. 209), entendo que o juiz, de ofício, não deve ter ingerência no valor cobrado, ainda que ao fundamento de ter sido fixado por atos internos dos conselhos profissionais.
A certidão de dívida ativa é título executivo extrajudicial e como tal goza da presunção de certeza e liquidez, presunção esta que só pode ser desfeita à vista de prova suficiente de eventuais vícios capazes de nulificá-la e mediante garantia idônea, o que não se verifica, ao menos neste exame perfunctório.
Com tais considerações, concedo a antecipação da tutela recursal postulada.
Intime-se a agravada à resposta.
Dê-se ciência ao MM. Juiz a quo.
P.I.
Recife, 15 de janeiro de 2007.
Desembargador Federal JOSÉ BAPTISTA DE ALMEIDA FILHO
Relator

AGTR - 72694/PE - 2006.05.00.077093-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE	:	COREN/PE - CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE PERNAMBUCO
ADV/PROC	:	LEONARDO SANTANA DA SILVA COELHO e outros
AGRDO	:	LIDIA NEVES DOS SANTOS

DECISÃO
Vistos, etc.
O CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE PERNAMBUCO - COREN/PE agrava da decisão da lavra do Juiz Federal da 22ª Vara em Pernambuco, com pedido urgente de antecipação da tutela recursal, em desfavor de LIDIA NEVES DOS SANTOS, alegando aparência de seu bom direito e perigo na mora de decisão tardia, além de risco de lesão grave.
A aparência de seu bom direito justifica na circunstância de que tem competência para fixar e obrigação de cobrar o valor da anuidade dos inscritos em seu quadro; que não há limitação quanto ao valor a ser executado, além de o valor cobrado já ser baixo, não justificando redução. O perigo da demora da decisão o vislumbra no inadimplemento das anuidades.
Isto posto.
Verifico que o juiz de primeiro grau determinou que fosse retificada a certidão de dívida ativa, adequando-a ao teto previsto na legislação.
No que pese haver entendimento jurisprudencial consolidado, no âmbito do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, de que as anuidades cobradas pelos Conselhos Profissionais constituem espécie tributária e, como tal, devem-se submeter ao princípio da reserva legal (RESP 652554/RS, julg. 28/09/2004, rel.: Min. JOSÉ DELGADO, pub. DJ 16/11/2004, p. 209), entendo que o juiz, de ofício, não deve ter ingerência no valor cobrado, ainda que ao fundamento de ter sido fixado por atos internos dos conselhos profissionais.
A certidão de dívida ativa é título executivo extrajudicial e como tal goza da presunção de certeza e liquidez, presunção esta que só pode ser desfeita à vista de prova suficiente de eventuais vícios capazes de nulificá-la e mediante garantia idônea, o que não se verifica, ao menos neste exame perfunctório.
Com tais considerações, concedo a antecipação da tutela recursal postulada.
Intime-se a agravada à resposta.
Dê-se ciência ao MM. Juiz a quo.
P.I.
Recife, 15 de janeiro de 2007.
Desembargador Federal JOSÉ BAPTISTA DE ALMEIDA FILHO
Relator

AGTR - 72705/PE - 2006.05.00.077039-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE	:	COREN/PE - CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE PERNAMBUCO
ADV/PROC	:	LEONARDO SANTANA DA SILVA COELHO e outro
AGRDO	:	ARANY OLIVEIRA LIMA

DECISÃO
Vistos, etc.
O CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE PERNAMBUCO - COREN/PE agrava da decisão da lavra do Juiz Federal da 22ª Vara em Pernambuco, com pedido urgente de antecipação da tutela recursal, em desfavor de ARANY OLIVEIRA LIMA, alegando aparência de seu bom direito e perigo na mora de decisão tardia, além de risco de lesão grave.
A aparência de seu bom direito justifica na circunstância de que tem competência para fixar e obrigação de cobrar o valor da anuidade dos inscritos em seu quadro; que não há limitação quanto ao valor a ser executado, além de o valor cobrado já ser baixo, não justificando redução. O perigo da demora da decisão o vislumbra no inadimplemento das anuidades.
Isto posto.
Verifico que o juiz de primeiro grau determinou que fosse retificada a certidão de dívida ativa, adequando-a ao teto previsto na legislação.
No que pese haver entendimento jurisprudencial consolidado, no âmbito do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, de que as anuidades cobradas pelos Conselhos Profissionais constituem espécie tributária e, como tal, devem-se submeter ao princípio da reserva legal (RESP 652554/RS, julg. 28/09/2004, rel.: Min. JOSÉ DELGADO, pub. DJ 16/11/2004, p. 209), entendo que o juiz, de ofício, não deve ter ingerência no valor cobrado, ainda que ao fundamento de ter sido fixado por atos internos dos conselhos profissionais.
A certidão de dívida ativa é título executivo extrajudicial e como tal goza da presunção de certeza e liquidez, presunção esta que só pode ser desfeita à vista de prova suficiente de eventuais vícios capazes de nulificá-la e mediante garantia idônea, o que não se verifica, ao menos neste exame perfunctório.
Com tais considerações, concedo a antecipação da tutela recursal postulada.
Intime-se a agravada à resposta.
Dê-se ciência ao MM. Juiz a quo.
P.I.
Recife, 15 de janeiro de 2007.
Desembargador Federal JOSÉ BAPTISTA DE ALMEIDA FILHO
Relator

AGTR - 72710/PE - 2006.05.00.077077-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE	:	COREN/PE - CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE PERNAMBUCO
ADV/PROC	:	LEONARDO SANTANA DA SILVA COELHO e outro
AGRDO	:	ÂNGELA JACQUES BEZERRA DA SILVA

DECISÃO
Vistos, etc.
O CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE PERNAMBUCO - COREN/PE agrava da decisão da lavra do Juiz Federal da 22ª Vara em Pernambuco, com pedido urgente de antecipação da tutela recursal, em desfavor de ÂNGELA JACQUES BEZERRA DA SILVA, alegando aparência de seu bom direito e perigo na mora de decisão tardia, além de risco de lesão grave.
A aparência de seu bom direito justifica na circunstância de que tem competência para fixar e obrigação de cobrar o valor da anuidade dos inscritos em seu quadro; que não há limitação quanto ao valor a ser executado, além de o valor cobrado já ser baixo, não justificando redução. O perigo da demora da decisão o vislumbra no inadimplemento das anuidades.
Isto posto.
Verifico que o juiz de primeiro grau determinou que fosse retificada a certidão de dívida ativa, adequando-a ao teto previsto na legislação.
No que pese haver entendimento jurisprudencial consolidado, no âmbito do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, de que as anuidades cobradas pelos Conselhos Profissionais constituem espécie tributária e, como tal, devem-se submeter ao princípio da reserva legal (RESP 652554/RS, julg. 28/09/2004, rel.: Min. JOSÉ DELGADO, pub. DJ 16/11/2004, p. 209), entendo que o juiz, de ofício, não deve ter ingerência no valor cobrado, ainda que ao fundamento de ter sido fixado por atos internos dos conselhos profissionais.
A certidão de dívida ativa é título executivo extrajudicial e como tal goza da presunção de certeza e liquidez, presunção esta que só pode ser desfeita à vista de prova suficiente de eventuais vícios capazes de nulificá-la e mediante garantia idônea, o que não se verifica, ao menos neste exame perfunctório.
Com tais considerações, concedo a antecipação da tutela recursal postulada.
Intime-se a agravada à resposta.
Dê-se ciência ao MM. Juiz a quo.
P.I.
Recife, 15 de janeiro de 2007.
Desembargador Federal JOSÉ BAPTISTA DE ALMEIDA FILHO
Relator

AGTR - 72722/PE - 2006.05.00.077022-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE	:	COREN/PE - CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE PERNAMBUCO
ADV/PROC	:	LEONARDO SANTANA DA SILVA COELHO e outro
AGRDO	:	ADERBAL RODRIGUES DE SOQUEIRA

DECISÃO
Vistos, etc.
O CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE PERNAMBUCO - COREN/PE agrava da decisão da lavra do Juiz Federal da 22ª Vara em Pernambuco, com pedido urgente de antecipação da tutela recursal, em desfavor de ADERBAL RODRIGUES DE SOQUEIRA, alegando aparência de seu bom direito e perigo na mora de decisão tardia, além de risco de lesão grave.
A aparência de seu bom direito justifica na circunstância de que tem competência para fixar e obrigação de cobrar o valor da anuidade dos inscritos em seu quadro; que não há limitação quanto ao valor a ser executado, além de o valor cobrado já ser baixo, não justificando redução. O perigo da demora da decisão o vislumbra no inadimplemento das anuidades.
Isto posto.
Verifico que o juiz de primeiro grau determinou que fosse retificada a certidão de dívida ativa, adequando-a ao teto previsto na legislação.
No que pese haver entendimento jurisprudencial consolidado, no âmbito do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, de que as anuidades cobradas pelos Conselhos Profissionais constituem espécie tributária e, como tal, devem-se submeter ao princípio da reserva legal (RESP 652554/RS, julg. 28/09/2004, rel.: Min. JOSÉ DELGADO, pub. DJ 16/11/2004, p. 209), entendo que o juiz, de ofício, não deve ter ingerência no valor cobrado, ainda que ao fundamento de ter sido fixado por atos internos dos conselhos profissionais.

A certidão de dívida ativa é título executivo extrajudicial e como tal goza da presunção de certeza e liquidez, presunção esta que só pode ser desfeita à vista de prova suficiente de eventuais vícios capazes de nulificá-la e mediante garantia idônea, o que não se verifica, ao menos neste exame perfunctório.
Com tais considerações, concedo a antecipação da tutela recursal postulada.
Intime-se a agravada à resposta.
Dê-se ciência ao MM. Juiz a quo.
P.I.
Recife, 15 de janeiro de 2007.
Desembargador Federal JOSÉ BAPTISTA DE ALMEIDA FILHO
Relator

AGTR - 72734/PE - 2006.05.00.077087-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE	:	COREN/PE - CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE PERNAMBUCO
ADV/PROC	:	LEONARDO SANTANA DA SILVA COELHO e outro
AGRDO	:	CILENE BARBOSA DE OLIVEIRA

DECISÃO
Vistos, etc.
O CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE PERNAMBUCO - COREN/PE agrava da decisão da lavra do Juiz Federal da 22ª Vara em Pernambuco, com pedido urgente de antecipação da tutela recursal, em desfavor de CILENE BARBOSA DE OLIVEIRA, alegando aparência de seu bom direito e perigo na mora de decisão tardia, além de risco de lesão grave.
A aparência de seu bom direito justifica na circunstância de que tem competência para fixar e obrigação de cobrar o valor da anuidade dos inscritos em seu quadro; que não há limitação quanto ao valor a ser executado, além de o valor cobrado já ser baixo, não justificando redução. O perigo da demora da decisão o vislumbra no inadimplemento das anuidades.
Isto posto.
Verifico que o juiz de primeiro grau determinou que fosse retificada a certidão de dívida ativa, adequando-a ao teto previsto na legislação.
No que pese haver entendimento jurisprudencial consolidado, no âmbito do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, de que as anuidades cobradas pelos Conselhos Profissionais constituem espécie tributária e, como tal, devem-se submeter ao princípio da reserva legal (RESP 652554/RS, julg. 28/09/2004, rel.: Min. JOSÉ DELGADO, pub. DJ 16/11/2004, p. 209), entendo que o juiz, de ofício, não deve ter ingerência no valor cobrado, ainda que ao fundamento de ter sido fixado por atos internos dos conselhos profissionais.
A certidão de dívida ativa é título executivo extrajudicial e como tal goza da presunção de certeza e liquidez, presunção esta que só pode ser desfeita à vista de prova suficiente de eventuais vícios capazes de nulificá-la e mediante garantia idônea, o que não se verifica, ao menos neste exame perfunctório.
Com tais considerações, concedo a antecipação da tutela recursal postulada.
Intime-se a agravada à resposta.
Dê-se ciência ao MM. Juiz a quo.
P.I.
Recife, 15 de janeiro de 2007.
Desembargador Federal JOSÉ BAPTISTA DE ALMEIDA FILHO
Relator

AGTR - 72764/PE - 2006.05.00.077083-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE	:	COREN/PE - CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE PERNAMBUCO
ADV/PROC	:	LEONARDO SANTANA DA SILVA COELHO e outros
AGRDO	:	DIVA MARIA DOS SANTOS

DECISÃO
Vistos, etc.
O CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE PERNAMBUCO - COREN/PE agrava da decisão da lavra do Juiz Federal da 22ª Vara em Pernambuco, com pedido urgente de antecipação da tutela recursal, em desfavor de DIVA MARIA DOS SANTOS, alegando aparência de seu bom direito e perigo na mora de decisão tardia, além de risco de lesão grave.
A aparência de seu bom direito justifica na circunstância de que tem competência para fixar e obrigação de cobrar o valor da anuidade dos inscritos em seu quadro; que não há limitação quanto ao valor a ser executado, além de o valor cobrado já ser baixo, não justificando redução. O perigo da demora da decisão o vislumbra no inadimplemento das anuidades.
Isto posto.
Verifico que o juiz de primeiro grau determinou que fosse retificada a certidão de dívida ativa, adequando-a ao teto previsto na legislação.
No que pese haver entendimento jurisprudencial consolidado, no âmbito do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, de que as anuidades cobradas pelos Conselhos Profissionais constituem espécie tributária e, como tal, devem-se submeter ao princípio da reserva legal (RESP 652554/RS, julg. 28/09/2004, rel.: Min. JOSÉ DELGADO, pub. DJ 16/11/2004, p. 209), entendo que o juiz, de ofício, não deve ter ingerência no valor cobrado, ainda que ao fundamento de ter sido fixado por atos internos dos conselhos profissionais.
A certidão de dívida ativa é título executivo extrajudicial e como tal goza da presunção de certeza e liquidez, presunção esta que só pode ser desfeita à vista de prova suficiente de eventuais vícios capazes de nulificá-la e mediante garantia idônea, o que não se verifica, ao menos neste exame perfunctório.
Com tais considerações, concedo a antecipação da tutela recursal postulada.
Intime-se a agravada à resposta.
Dê-se ciência ao MM. Juiz a quo.
P.I.
Recife, 15 de janeiro de 2007.
Desembargador Federal JOSÉ BAPTISTA DE ALMEIDA FILHO
Relator

AGTR - 72776/PE - 2006.05.00.077152-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE	:	COREN/PE - CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE PERNAMBUCO
ADV/PROC	:	LEONARDO SANTANA DA SILVA COELHO e outros
AGRDO	:	JELVANIR JOSÉ DO NASCIMENTO

DECISÃO
Vistos, etc.
O CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE PERNAMBUCO - COREN/PE agrava da decisão da lavra do Juiz Federal da 22ª Vara em Pernambuco, com pedido urgente de antecipação da tutela recursal, em desfavor de JELVANIR JOSÉ DO NASCIMENTO, alegando aparência de seu bom direito e perigo na mora de decisão tardia, além de risco de lesão grave.
A aparência de seu bom direito justifica na circunstância de que tem competência para fixar e obrigação de cobrar o valor da anuidade dos inscritos em seu quadro; que não há limitação quanto ao valor a ser executado, além de o valor cobrado já ser baixo, não justificando redução. O perigo da demora da decisão o vislumbra no inadimplemento das anuidades.
Isto posto.
Verifico que o juiz de primeiro grau determinou que fosse retificada a certidão de dívida ativa, adequando-a ao teto previsto na legislação.
No que pese haver entendimento jurisprudencial consolidado, no âmbito do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, de que as anuidades cobradas pelos Conselhos Profissionais constituem espécie tributária e, como tal, devem-se submeter ao princípio da reserva legal (RESP 652554/RS, julg. 28/09/2004, rel.: Min. JOSÉ DELGADO, pub. DJ 16/11/2004, p. 209), entendo que o juiz, de ofício, não deve ter ingerência no valor cobrado, ainda que ao fundamento de ter sido fixado por atos internos dos conselhos profissionais.
A certidão de dívida ativa é título executivo extrajudicial e como tal goza da presunção de certeza e liquidez, presunção esta que só pode ser desfeita à vista de prova suficiente de eventuais vícios capazes de nulificá-la e mediante garantia idônea, o que não se verifica, ao menos neste exame perfunctório.
Com tais considerações, concedo a antecipação da tutela recursal postulada.
Intime-se a agravada à resposta.
Dê-se ciência ao MM. Juiz a quo.
P.I.
Recife, 15 de janeiro de 2007.
Desembargador Federal JOSÉ BAPTISTA DE ALMEIDA FILHO
Relator

AGTR - 73065/PE - 2007.05.00.000327-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	M G E FILHOS INDUSTRIA E COMERCIO

DESPACHO
Intime-se a parte agravada para, no prazo de 10 (dez) dias, responder ao presente Agravo e, querendo, indicar peças.
P.I.
Recife, 12 de janeiro de 2007.
Desembargador Federal JOSÉ BAPTISTA DE ALMEIDA FILHO
Relator

AC - 398053/PE - 2005.83.08.001773-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	17ª Vara Federal de Pernambuco (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	CONSTRUTORA COELHO LTDA
ADV/PROC	:	PAULO ROBERTO DE FREITAS ARAÚJO e outros
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	OS MESMOS

DESPACHO
Face à renúncia anunciada às fls. 100/109, notifique-se a apelante, CONSTRUTORA COELHO LTDA., a constituir novo patrono.
Assino o prazo de 10 (dez) dias.
Recife, 29 de janeiro de 2007.
Des. Federal FREDERICO AZEVEDO
Relator convocado

RESUMO DOS PROCESSOS:
DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA - 18

EXPEDIENTE DESPA/2007.000026 DA 2ª TURMA

AC - 385199/PE - 2006.05.00.020951-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	EMPRESA DE TRANSPORTE E G MOVEIS TOCANTINS e outros
REMTE	:	JUÍZO DA 22ª VARA FEDERAL DE PERNAMBUCO (RECIFE) - PRIVATIVA P/ EXEC. FISCAIS
EMBTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

1.Intime-se a parte embargada para se manifestar sobre os Embargos Declaratórios manejados pelo INSS, no prazo de 5 dias.
2.Expedientes de estilo.
Recife, PE., 27 de março de 2007.
Élio Wanderley de Siqueira Filho
RELATOR

AC - 390550/PE - 2006.05.00.037959-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	VERAO COMERCIO LTDA
EMBTE	:	FAZENDA NACIONAL

1.Intime-se a parte embargada para se manifestar sobre os Embargos Declaratórios manejados pela Fazenda Nacional, no prazo de 5 dias.
2.Expedientes de estilo.
Recife, Pe., 27 de março de 2007.
Élio Wanderley de Siqueira Filho
RELATOR

AC - 388654/PE - 2000.83.00.008782-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
ORIGEM	:	11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	ADILSON IMOVEIS LTDA
EMBTE	:	FAZENDA NACIONAL

1.Intime-se a parte embargada para se manifestar sobre os Embargos Declaratórios manejados pela Fazenda Nacional, no prazo de 5 dias.
2.Expedientes de estilo.
Recife, PE, 27 de março de 2007.
Élio Wanderley de Siqueira Filho
RELATOR

AGTR - 70612/PE - 2006.05.00.056128-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
ORIGEM	:	7ª Vara Federal de Pernambuco (Especializada em Questões Agrárias)
AGRTE	:	INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
AGRDO	:	RAUL LOPES BANDEIRA DE MELO espólio e outros

INV/SIND	:	DIVA SUZANA DE SOUZA WANDERLEY
ADV/PROC	:	JOAQUIM CORREIA DE CARVALHO JUNIOR e outros

1.Trata-se de AGTR interposto pelo INCRA, contra decisão do douto Juiz Federal da 7a. Vara da SJ/PE que, nos autos da Ação de Desapropriação 00.001515-6, determinou a expedição de precatório complementar em favor de Diva Suzana de Souza Wanderley e de Tatiana Wanderley Bandeira de Melo, a expedição de precatório em favor do perito judicial, destacando-se a natureza alimentar do respectivo crédito, bem como determinou o cancelamento do precatório complementar expedido em favor de Edízio Figueiredo Abath, Joaquim Correia de Carvalho Júnior e Torquato da Silva Castro Júnior, expedindo-se novo precatório aos mesmos, consignando-se a natureza alimentar do crédito (fls. 21/22).
2.Observa-se que o douto Magistrado a quo informou que o ora agravante não cumpriu o disposto no art. 526 do CPC (fls. 41), tendo a parte agravada, com base em tal fato, argüido a inadmissibilidade do presente recurso (fls. 43).
3.É o que havia de relevante para relatar.
4.Sabe-se que o não cumprimento ao disposto no caput do art. 526 do CPC, que determina que o agravante, no prazo de 3 dias, junte aos autos do processo cópia da petição do agravo de instrumento e do comprovante de sua interposição, bem como a relação dos documentos que instruíram o recurso, implica na inadmissibilidade do AGTR, desde que argüido e provado pela parte agravada, conforme determina o parág. único do dispositivo legal referido.
5.Dessa forma, nego seguimento ao presente AGTR, nos termos do art. 526 do CPC, por ser o mesmo inadmissível, dado que o agravante não juntou aos autos do processo originário cópia da petição do agravo de instrumento e do comprovante de sua interposição, conforme alegado pela parte agravada e comprovado às fls. 41.
6.Ciência imediata desta decisão às partes agravante e agravada, bem como ao douto Juízo de origem.
7.Após o trânsito em julgado, baixa e arquivo.
8.Expedientes de estilo.
Recife, PE., 30 de março de 2007.
Frederico José Pinto de Azevedo
DESEMBARGADOR CONVOCADO

AGTR - 72547/PE - 2006.05.00.076910-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
ORIGEM	:	18ª Vara Federal de Pernambuco (Competente p/ Execuções Penais)
AGRTE	:	INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
AGRDO	:	CIA/ AGROPECUARIA E INDL/ SAO GONCALO
ADV/PROC	:	ERNANI DE FREITAS ARAUJO e outro

1.Trata-se de AGTR interposto pelo INCRA contra decisão do douto Juiz Federal da 18a. Vara da SJ/PE, que, nos autos da Ação de Desapropriação 2005.83.03.000577-0, indeferiu o pedido de substituição do perito indicado pelo Juízo, por entender o eminente Magistrado que o engenheiro apresentou curriculum com indicação de experiência profissional para a realização do encargo que lhe foi atribuído, bem como que o mesmo tem a confiança do Juízo (fls. 11).
2.Alega o agravante que, nos termos do art. 12, parág. 3o., da Lei 8.629/93, cumulado com os arts. 145, parág. 2o., I, e 424, I, ambos do CPC, o Laudo de Avaliação, que fixará a justa indenização a ser paga na desapropriação, deverá ser subscrito por Engenheiro Agrônomo com registro de Anotação de Responsabilidade Técnica-ART.
3.Em contra-razões, aduz a agravada que o valor atribuído aos honorários periciais é razoável, tendo em vista a quantidade de benfeitorias a serem avaliadas, bem como que não é imperativo que a perícia seja realizada por Engenheiro Agrônomo, posto que o Engenheiro Civil também pode realizar tal perícia (fls. 37/52).
4.É o que havia de relevante para relatar.
5.Para que seja possível a concessão de tutela recursal liminar, faz-se necessária a presença concomitante dos seus requisitos autorizadores, quais sejam, o fumus boni iuris e o periculum in mora; ausente qualquer deles, não há como se deferir tal medida.
6.In casu, verifica-se a presença do fumus boni iuris no fato de que a Lei 8.629/93, em seu art. 12, parág. 3o., determina que o Laudo de Avaliação, que fixará a justa indenização a ser paga na desapropriação, será subscrito por Engenheiro Agrônomo com registro de Anotação de Responsabilidade Técnica-ART, respondendo o subscritor, civil, penal e administrativamente, pela superavaliação comprovada ou fraude na identificação das informações.
7.Dessa forma, não se mostra eficaz a nomeação de Engenheiro Civil para exercer tal ofício, tendo em vista a possibilidade de posterior declaração de nulidade da perícia realizada, por inobservância ao dispositivo legal em comento.
8.Nesse sentido tem se pronunciado esta egrégia Corte Regional, como se infere dos acórdãos abaixo colacionados:
ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO POR INTERESSE SOCIAL PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA. PERÍCIA DO JUÍZO. SUBSCRIÇÃO POR ENGENHEIRO CIVIL. ART. 12, PARÁGRAFO 3o., DA LEI 8.629, DE 25.02.1993, C/C ART. 145, PARÁGRAFO 2o., DO CPC. EXIGÊNCIA DE ELABORAÇÃO DO LAUDO PERICIAL POR ENGENHEIRO AGRÔNOMO COM ART - ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA. LEI 6.496, DE 07.12.1977. NULIDADE DA SENTENÇA. REPRISE DA PERÍCIA.
1. Dispõe o art. 12, parágrafo 3o, da Lei 8.629/93, que regulamente dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, que "o laudo de avaliação será subscrito por engenheiro agrônomo com registro de anotação de responsabilidade técnica - ART, respondendo o subscritor, civil, penal e administrativamente, pela superavaliação comprovada ou fraude na identificação das informações". De outro lado, reza o art. 145, parágrafo 2o, do Código de Processo Civil: "os peritos comprovarão sua especialidade na matéria sobre que deverão opinar, mediante certidão do órgão profissional em que estiverem inscritos".
2. A especialização do perito nomeado pelo Juízo é garantia de realização de avaliação tecnicamente irrepreensível, pela susceptibilidade às singularidades da realidade examinada. No caso mesmo da desapropriação para fins de reforma agrária, tem-se ainda mais fortalecida a necessidade de efetuação de análise por profissional aclimado às especialidades das propriedades rurais, sua características geológicas e coberturas vegetais, sua aptidão produtiva, as depreciações que apresente, sua funcionalidade.
3. Agride a legislação vigente o laudo pericial, elaborado para fins de avaliação de imóvel objeto de desapropriação para reforma agrária, subscrito por Engenheiro Civil, quando deveria ter sido produzido por Engenheiro Agrônomo, e mais, com a apresentação da ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, sendo, essa, exigência expressa da Lei 6.496/77, para o exercício profissional.
(...). (AC 322.373/AL, Rel. Des. Federal FRANCISCO CAVALCANTI, DJU 11.08.04, p. 484).
PROCESSUAL CIVIL. DESAPROPRIAÇÃO PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA. PERÍCIA QUE DEVE SER REALIZADA POR ENGENHEIRO AGRÔNOMO (LEI 8.629/93, ART. 12). INVALIDADE DA NOMEAÇÃO DE ENGENHEIRO CIVIL QUANDO NA SEDE DO JUÍZO EXISTEM PROFISSIONAIS COM A QUALIFICAÇÃO EXIGIDA PELA LEI ESPECIAL. AGRAVO PROVIDO. (AGTR 41.065/CE, Rel Des. Federal LÁZARO GUIMARÃES, DJU 06.08.03, p. 313).
ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. DESAPROPRIAÇÃO. INDENIZAÇÃO. LAUDO PERICIAL OFICIAL ELABORADO POR ENGENHEIRO MECÂNICO. FALTA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA LEGAL PARA A REALIZAÇÃO DA PERÍCIA. NULIDADE. ART. 12, DA LEI 8.629/93 COM MODIFICAÇÕES PRODUZIDAS PELA MP 1.577/97. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO PARA ESCLARECIMENTOS DE PROVAS.
(...).
- Determina o art. 12, da Lei 8.629/93, com as modificações dadas pela MP 1.577/97, que o laudo pericial oficial deve ser feito por Engenheiro Agrônomo.
- Havendo a prova pericial sido produzida quando já estava editada a MP 1.577/97, que deu nova redação ao art. 12, da Lei 8.629/93, deve ser anulado o laudo elaborado por Engenheiro Civil.
- Não é idôneo o laudo pericial realizado por profissional que não possui, nos termos da legislação que regula a matéria, qualificação técnica legal para a realização de perícia judicial que tenha por objeto a avaliação de imóvel rural desapropriado para fins de reforma agrária.
- Agravo retido provido. Apelos e remessa oficial providos . Sentença anulada. (AC 219.610/CE, Rel. Des. Federal MARGARIDA CANTARELLI, DJU 21.11.01, p. 428).
9.Já o periculum in mora está presente no fato de que ofende o princípio da economia processual a manutenção de nomeação de perito não habilitado a exercer o ofício para o qual fora designado, tendo em vista a determinação legal que exige formação própria de Engenheiro Agrônomo, para que o perito possa subscrever o Laudo de Avaliação em Ações de Desapropriação para a Reforma Agrária.
10.Sendo assim, defiro o pedido de tutela recursal liminar, determinando a substituição do perito nomeado pelo eminente Juízo a quo, por se tratar de Engenheiro Civil, devendo ser nomeado um novo perito com a qualificação técnica exigida pelo art. 12, parág. 3o., da Lei 8.629/93 (Engenheiro Agrônomo).
11.Ciência imediata desta decisão às partes agravante e agravada, bem como ao digno Juiz de origem.
12.Expedientes de estilo.
Recife, PE., 01 de março de 2007.
Élio Wanderley de Siqueira Filho
DESEMBARGADOR CONVOCADO

AGTR - 74487/PE - 2007.05.00.006115-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
ORIGEM	:	11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	IVO VIEIRA SALGADO FILHO
ADV/PROC	:	ANDRE LUIZ LINS DE CARVALHO e outros

1.Intime-se a parte agravada para, querendo, oferecer contra-razões no prazo legal.
2.Expedientes de estilo.
3.Urgência.
Recife, PE., 30 de março de 2007.
Frederico José Pinto de Azevedo
DESEMBARGADOR CONVOCADO

AGTR - 75482/AL - 2007.05.00.015315-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
ORIGEM	:	4ª Vara Federal de Alagoas (Competente p/ Execuções Penais)
AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	LUIZ ALBERTO PAIVA
ADV/PROC	:	DIOGO LESSA CLEMENTE DE LIMA

1.Trata-se de AGTR interposto pela UNIÃO FEDERAL, contra decisão do douto Juiz Federal da 4a. Vara da SJ/AL que deferiu o pedido de antecipação de tutela, determinando a suspensão da eficácia do ato formalizado através da Portaria 5.066/1PM, de 22.11.06, que determinou a transferência do autor, ora agravado, da Seção de Aviação Civil (SAC) de Maceió para o Primeiro Esquadrão do Sexto Grupo de Aviação, em Recife/PE (fls. 45/47).
2.Alega a agravante que a administração da SAC/Maceió, onde se encontra servindo o militar em questão, deixou de ser atribuição do Comando da Aeronáutica, com o advento da Lei 11.182/05, que criou a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), devendo a Aeronáutica, por força do parág. 1o. do art. 46 do referido diploma legal, movimentar todos os militares que atuam naquela Agência no prazo máximo de 60 meses, à razão mínima de 20% a cada 12 meses.
3.É o que havia de relevante para relatar.
4.Observa-se que, apesar de o ora agravante afirmar que a sua transferência da Seção de Aviação Civil (SAC) de Maceió para o Primeiro Esquadrão do Sexto Grupo de Aviação, em Recife/PE, foi realizada de forma arbitrária, a referida movimentação foi determinada por força de dispositivo legal, qual seja, o parág. 1o. do art. 46 da Lei 11.182/05, que criou a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).
5.Tal dispositivo prescreve que, tendo em vista a criação da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), deve a Aeronáutica movimentar todos os militares que atuam naquela Agência no prazo máximo de 60 meses, à razão mínima de 20% a cada 12 meses.
6.Dessa forma, vê-se que a transferência do ora agravado para o Primeiro Esquadrão do Sexto Grupo de Aviação, em Recife/PE, atendeu ao disposto na legislação regente da matéria, não havendo qualquer ilegalidade ou arbitrariedade em tal ato administrativo que recomende a sua suspensão.
7.Ainda, penso que não pode o Poder Judiciário analisar o mérito do ato administrativo em casos como o que se apresenta, em que o ato observou fielmente determinação contida em lei, não havendo qualquer vício que enseje a sua anulabilidade.
8.Dessa forma, atribuo efeito suspensivo ao presente recurso, sobrestando os efeitos da decisão agravada, para dar eficácia, novamente, ao ato formalizado através da Portaria 5.066/1PM, de 22.11.06, que determinou a transferência do ora agravado da Seção de Aviação Civil (SAC) de Maceió para o Primeiro Esquadrão do Sexto Grupo de Aviação, em Recife/PE.
9.Ciência imediata desta decisão à parte agravante, bem como ao douto Juízo de origem.
10.Intime-se a parte agravada para que responda, no prazo de lei, o que lhe parecer de interesse.
11.Expedientes de estilo.
12.Urgência.
Recife, PE., 30 de março de 2007.
Frederico José Pinto de Azevedo
DESEMBARGADOR CONVOCADO

AGTR - 75977/CE - 2007.05.00.020246-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
ORIGEM	:	3ª Vara Federal do Ceará
AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PARTE R	:	ESTADO DO CEARÁ
PARTE R	:	MUNICÍPIO DE FORTALEZA - CE

1.Intime-se a parte agravada para, querendo, oferecer contra-razões no prazo legal.
2.Expedientes de estilo.
3.Urgência.
Recife, PE., 30 de março de 2007.
Frederico José Pinto de Azevedo
DESEMBARGADOR CONVOCADO

AGTR - 76001/SE - 2007.05.99.000698-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
ORIGEM	:	Vara Única da Comarca de Nossa Senhora da Glória
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	MERCADINHO PAES E FILHOS LTDA - ME

1.Intime-se a parte agravada para, querendo, oferecer contra-razões no prazo legal.
2.Expedientes de estilo.
3.Urgência.
Recife, PE., 30 de março de 2007.
Frederico José Pinto de Azevedo
DESEMBARGADOR CONVOCADO

AGTR - 76029/CE - 2007.05.00.020440-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
ORIGEM	:	5ª Vara Federal do Ceará
AGRTE	:	JACINTO JOSE CANDIDO DE MOURA
AGRTE	:	GRACILDA MONTEIRO DE MOURA
ADV/PROC	:	PAULO HAMILTON DA SILVA e outro
AGRDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANDRÉ LUIS MEIRELES JUSTI e outros

1.Intime-se a parte agravada para, querendo, oferecer contra-razões no prazo legal.
2.Expedientes de estilo.
3.Urgência.
Recife, PE., 30 de março de 2007.
Frederico José Pinto Azevedo
DESEMBARGADOR CONVOCADO

AGTR - 76079/SE - 2007.05.00.020398-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
ORIGEM	:	7ª Vara Federal de Sergipe (Competente p/ Execuções Penais)
AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS DE ESTANCIA LTDA
ADV/PROC	:	FREDERICO COSTA NASCIMENTO DE MORAIS E SILVA e outros

1.Intime-se a parte agravada para, querendo, oferecer contra-razões no prazo legal.
2.Expedientes de estilo.
3.Urgência.
Recife, PE., 3 de abril de 2007.
Frederico José Pinto de Azevedo
DESEMBARGADOR CONVOCADO

AGTR - 76084/SE - 2007.05.00.020486-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
ORIGEM	:	4ª Vara Federal de Sergipe (Privativa de Execuções Fiscais)
AGRTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
AGRDO	:	VIAÇÃO SENHOR DO BOMFIM LTDA
ADV/PROC	:	JOSÉ DOS SANTOS VIEIRA DOS ANJOS

1.Trata-se de AGTR, interposto pelo INSS, em adversidade à decisão prolatada pelo douto Juiz da 4a. Vara Federal da SJ/SE, Dr. MÁRIO AZEVEDO JAMBO, que julgou parcialmente procedente a objeção de inexecutividade, manejada pelo particular, para que fossem excluídos da CDA 35.568.749-6 os débitos anteriores a março/2000, atingidos pela decadência, bem como os valores correspondentes à contribuição para o INCRA, sem condenação de honorários.
2.Entendeu o douto Magistrado que o termo inicial para a contagem do prazo decadencial é o primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado; e nos casos dos tributos sujeitos a lançamento por homologação, o prazo de cinco anos conta-se do fato gerador, após o qual não pode haver lançamento de ofício relativo à eventual diferença entre o montante devido e o efetivamente pago. Assim, considerando que os débitos exeqüendos versam sobre fatos ocorridos em meados dos anos de 2000 a 2004, não tendo se constatado dolo, fraude ou simulação, a Administração tinha o prazo de cinco anos, a contar dos fatos geradores, para proceder ao lançamento suplementar e cobrar as diferenças.
3.Quanto às contribuições para o INCRA, o STJ já teria firmado seu entendimento, de que as mesmas somente seriam exigidas até a vigência da Lei 8.212/91.
4.Alega o INSS que o art. 45 da Lei 8.212/91estabelece o prazo decadencial de 10 anos, que não afronta o art. 146, III, b da Carta magna, uma vez que a norma que cuida de decadência não seria norma geral. Deste modo, sendo o período da dívida de janeiro/2000 a setembro/2004 e tendo o lançamento ocorrido em 30.03.05, não foram fulminadas pela decadência as competências anteriores a março/2000.
5.É o que havia de relevante para relatar.
6.A concessão do efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento, segundo as regras insertas no art. 558, do CPC, deve observar a concomitância de dois requisitos, quais sejam, a possibilidade da decisão agravada acarretar lesão grave ou de difícil reparação e a relevância da fundamentação.
7.No caso dos autos, observa-se a plausibilidade do direito invocado pela agravante apenas quanto à exclusão da CDA dos débitos cujos fatos geradores ocorreram antes de março/2000. É que o prazo decadencial, nos casos de tributos sujeito a lançamento por homologação, em que o contribuinte não procede ao pagamento até a data do vencimento do tributo, rege-se pelo art. 150, parág. 4o. c/c o art. 173, I, todos do CTN, que dispõem:
Parág. 4o. do art. 150 - Se a lei não fixar prazo a homologação, será ele de cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.
Art. 173 - O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados:
I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;
(...).
8.Vê-se, portanto, da redação de tais dispositivos legais, que o art. 150, parág. 4o. do CTN é aplicado isoladamente apenas quando o contribuinte efetua o pagamento do tributo até a data do seu vencimento, pois, do contrário, inexiste pagamento a se homologar tacitamente.
9.Com efeito, se não é efetuado pagamento, somente após o decurso do prazo de 5 anos para homologação tácita é que se inicia o lapso decadencial suplementar para o lançamento do crédito, previsto no art. 173, I do CTN. Este é o entendimento remansoso no STJ:
TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO. DECADÊNCIA. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO DECLARADO E NÃO-PAGO. CORRETA APLICAÇÃO DO ART. 173, I, DO CTN. PRECEDENTES. RECURSO DESPROVIDO.
1.Esta Corte tem-se pronunciado no sentido de que o prazo decadencial para constituição do crédito tributário pode ser estabelecido da seguinte maneira: (a) em regra, segue-se o disposto no art. 173, I, do CTN, ou seja, o prazo é de cinco anos contados "do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado"; (b) nos tributos sujeitos a lançamento por homologação cujo pagamento ocorreu antecipadamente, o prazo é de cinco anos contados do fato gerador, nos termos do art. 150, § 4º, do CTN.
2.No caso dos autos, não houve antecipação do pagamento pela contribuinte, razão pela qual se aplica a orientação no sentido de que, em se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação cujo pagamento não foi antecipado pelo devedor, incide a regra do art. 173, I, do CTN.
3.Desse modo, conforme bem salientado no acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, mantido pelo aresto embargado, "declarado o débito e não pago, em dezembro/91, o Fisco tinha cinco anos, contados a partir de 1º.01.92 para constituir o crédito; não o fazendo, configurada está a decadência".
4.Embargos de divergência desprovidos. (EREsp. 413.265-SC, Rel. Min. DENSE ARRUDA, DJU 30.10.06, p. 229).
TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. PREQUESTIONAMENTO. PRESCRIÇÃO. INÍCIO DO PRAZO. ENTENDIMENTO DA 1ª SEÇÃO. PRECEDENTES.
1.Agravo regimental apresentado por Ifer Estamparia e Ferramentaria Ltda e Outros em face de decisão que deu provimento a recurso especial manejado pelo INSS contra acórdão em que se discute compensação de contribuição previdenciária incidente sobre a folha de salários (Lei nº 7.787/89), referente à competência de setembro de 1989, quando majorada a alíquota cobrada de 10% para 20%, com base em legislação declarada inconstitucional.
2.Se a matéria jurídica correlata aos dispositivos apontados como violados no recurso especial foi debatida implicitamente pelo aresto combatido, tem-se como suprido o requisito do prequestionamento.
3.Está uniforme na 1ª Seção do STJ que, no caso de lançamento tributário por homologação e havendo silêncio do Fisco, o prazo decadencial só se inicia após decorridos 5 (cinco) anos da ocorrência do fato gerador, acrescidos de mais um qüinqüênio, a partir da homologação tácita do lançamento. Estando o tributo em tela sujeito a lançamento por homologação, aplicam-se a decadência e a prescrição nos moldes acima delineados.
4.Não há que se falar em prazo prescricional a contar da declaração de inconstitucionalidade pelo STF ou da Resolução do Senado. A pretensão foi formulada fora do prazo concebido pela jurisprudência desta Casa Julgadora como admissível, visto que a ação está alcançada pela prescrição. Aplica-se, assim, o prazo prescricional nos moldes em que pacificado pelo STJ, id est, a corrente dos "cinco mais cinco".
5.Agravo regimental não-provido. (AgRg no REsp. 830.857-SP, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJU 31.08.06 p. 257).
10.Diante deste entendimento, observo que as contribuições sociais, cujos fatos geradores ocorreram entre janeiro e março/2000, não foram atingidos pela decadência.
11.No tocante à contribuição para o INCRA, contudo, entendo correta a decisão agravada, ao excluí-la da CDA que instrui a execução fiscal em comento, na medida em que a Lei 8.212/91, por disciplinar toda a matéria atinente à Seguridade Social, revogou tacitamente a legislação anterior, inclusive a Lei 7.787/89, bem como deixou de prever o INCRA como entidade beneficiada pelo custeio da Seguridade Social, como fez expressamente, no seu art. 18, em relação ao INSS, INAMPS, LBA e Fundação Centro Brasileira para Infância e Adolescência. Neste sentido, vem decidindo o STJ:
AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL - TRIBUTÁRIO - RECURSO ESPECIAL QUE DEIXA DE ATACAR FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO - INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283 DO STF - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PARA O INCRA - EXIGIBILIDADE ATÉ O ADVENTO DA LEI N. 8.212/91.
(...).
A contribuição para o Incra foi exigível até o advento da Lei n. 8.212/91, tendo em vista que o art. 18 dessa lei não mencionou a instituição como beneficiária do custeio da seguridade social. A partir dessa norma, dessarte, deve ser reconhecida como indevida a cobrança.
Agravo regimental improvido. (AgRg no Resp. 740.911-SC, Rel. Min. FRANCIULLI NETTO, DJU 21.09.06 p. 263).
12.Em relação ao perigo na demora da prestação jurisdicional, entendo que a tutela requerida pela agravante deve ser imediatamente deferida, uma vez que a exclusão da CDA das contribuições cujas competências antecedem a março/2000 pode causar enormes prejuízos ao INSS, na medida em que tais períodos estariam afastados do processo executivo fiscal.
13.Ante o exposto, verificada a plausibilidade de parte do direito invocado, bem como o perigo na demora da prestação jurisdicional neste Agravo de Instrumento, concedo parcialmente o efeito suspensivo requerido pelo INSS, apenas para que não seja excluído da CDA os períodos anteriores a março/2000, mantendo os efeitos da decisão agravada quanto à exclusão da contribuição para o INCRA.
14.Ciência desta decisão à parte agravante, bem como ao ilustre Juízo Monocrático, para que ele, se o desejar, preste informações.
15.Intime-se a agravada para responder como lhe parecer do interesse.
16.Expedientes de estilo.
Recife, PE., 3 de abril de 2007.
Frederico Azevedo
DESEMBARGADOR CONVOCADO

AGTR - 76098/CE - 2007.05.00.020499-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
ORIGEM	:	3ª Vara Federal do Ceará
AGRTE	:	FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ (MANTENEDORA DA UNIFOR)
ADV/PROC	:	ERICK DE SARRIUNE CYSNE
AGRDO	:	MARILIA RODRIGUES FAÇANHA
ADV/PROC	:	DANIELLE NASCIMENTO JUCA

1.Intime-se a parte agravada para, querendo, oferecer contra-razões no prazo legal.
2.Expedientes de estilo.
3.Urgência.
Recife, PE., 03 de abril de 2007.
Frederico José Pinto de Azevedo
DESEMBARGADOR CONVOCADO

AGTR - 76108/PE - 2007.05.00.020523-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
ORIGEM	:	11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
AGRDO	:	INDUSTRIA E REPRESENTAÇOES BOM SUCESSO LTDA

1.Intime-se a parte agravada para, querendo, oferecer contra-razões no prazo legal.
2.Expedientes de estilo.
3.Urgência.
Recife, PE., 3 de abril de 2007.
Frederico José Pinto de Azevedo
DESEMBARGADOR CONVOCADO

AGTR - 76161/CE - 2007.05.00.020615-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
ORIGEM	:	2ª Vara Federal do Ceará
AGRTE	:	MARIA DA CONCEIÇÃO CORREIA DE OLIVEIRA
AGRTE	:	JOSÉ IRISNEUTO DE OLIVEIRA
ADV/PROC	:	GUIDO FONTGALLAND JUNIOR
AGRDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ADONIAS MELO DE CORDEIRO e outros

1.Trata-se de AGTR interposto por MARIA DA CONCEIÇÃO CORREIA DE OLIVEIRA e JOSÉ IRISNEUTO DE OLIVEIRA, contra decisão do douto Juiz Federal da 2a. Vara da SJ/CE, que determinou aos ora agravantes que pagassem diretamente à CEF/EMGEA o valor das parcelas incontroversas, bem como que procedessem ao depósito em juízo do valor total das parcelas controvertidas, desde a data em que deixaram de ser pagas, no prazo de 30 dias (fls. 51).
2.Alegam os agravantes que vêm pagando diretamente à CEF os valores incontroversos, na quantia mensal de R$ 250, 00, e que não há qualquer prejuízo à CEF na revogação da parte da decisão agravada que determinou o depósito dos valores controversos, dado que o imóvel objeto do contrato está hipotecado em favor da CEF.
3.É o que havia de relevante para relatar.
4.Em relação ao pagamento do valor incontroverso das parcelas referentes às prestações do contrato de financiamento do imóvel em tela, o art. 50 da Lei 10.931/04 é inequívoco quanto ao modo e tempo em que tal valor deve ser pago, como se infere da dicção do referido dispositivo:
Art. 50. - Nas ações judiciais que tenham por objeto obrigação decorrente de empréstimo, financiamento ou alienação imobiliários, o autor deverá discriminar na petição inicial, dentre as obrigações contratuais, aquelas que pretende controverter, quantificando o valor incontroverso, sob pena de inépcia.
Parág. 1o. - O valor incontroverso deverá continuar sendo pago no tempo e modo contratados.
Parág. 2o. - A exigibilidade do valor controvertido poderá ser suspensa mediante depósito do montante correspondente, no tempo e modo contratados.
Parág. 3o. - Em havendo concordância do réu, o autor poderá efetuar o depósito de que trata o § 2o deste artigo, com remuneração e atualização nas mesmas condições aplicadas ao contrato:
I - na própria instituição financeira credora, oficial ou não; ou
II - em instituição financeira indicada pelo credor, oficial ou não, desde que estes tenham pactuado nesse sentido.

Parág. 4o. - O juiz poderá dispensar o depósito de que trata o § 2o em caso de relevante razão de direito e risco de dano irreparável ao autor, por decisão fundamentada na qual serão detalhadas as razões jurídicas e fáticas da ilegitimidade da cobrança no caso concreto.
Parág. 5o. - É vedada a suspensão liminar da exigibilidade da obrigação principal sob a alegação de compensação com valores pagos a maior, sem o depósito do valor integral desta.
5.Dessa forma, a decisão agravada está correta quando afirma que o valor incontroverso, os R$ 250,00, deve ser pago diretamente à CEF/EMGEA, conforme fora pactuado em Audiência de Conciliação.
6.Entretanto, se é certo que tal Lei instituiu uma nova condição (depósito do valor controvertido) para a concessão da liminar que tenha como causa de pedir contratos de empréstimo, financiamento ou alienação imobiliários, como é o presente caso, também o é que o Julgador poderá flexibilizá-lo para os casos em que se demonstrar uma situação de urgência e de plausibilidade do direito invocado, conforme claramente demonstrado em julgado do TRF da 4a. Região:
SFH. REAJUSTE DAS PARCELAS E DO SALDO DEVEDOR PELOS ÍNDICES DA POUPANÇA. CONTRATO ASSINADO NA VIGÊNCIA DA LEI 8.1177/91. LEGALIDADE. APLICAÇÃO DA TR. QUITAÇÃO PARCIAL.
(...).
4.Com a vigência da Lei 10.931, de 02 de agosto de 2004, o depósito judicial da parcela incontroversa, independentemente do rito que se adote, passou a ser condição à concessão de medida liminar, que só pode ser dispensada em caso de relevante razão de direito e risco de dano irreparável. (...). (AC 520.165-SC, Rel. Des. Federal ERIVALDO RIBEIRO DOS SANTOS, DJU 13.04.05, p. 630).
7.Além disso, dentro de uma interpretação conforme a Constituição, que estabeleceu o princípio da separação dos poderes, inclusive como cláusula pétrea (art. 60, parág. 4o., III da CF/88), o Poder Legislativo jamais poderia afastar do Poder Judiciário a possibilidade de proteger e salvaguardar, através de tutelas de urgência, direitos individuais que estivessem sendo violados (art. 5o., XXXV da CF/88).
8.Aliás, a exigência de depósito das quantias controvertidas, inclusive, poderia impedir, em muitos casos, o acesso ao Poder Judiciário, uma vez que, para a obtenção em Juízo de uma medida tutelar do seu direito, a parte teria que dispor de quantia com a qual não pudesse arcar, sobretudo quando a impossibilidade de suportar as prestações que lhe estão sendo cobradas é justamente o fundamento de fato do seu pleito.
9.Portanto, a previsão contida no referido dispositivo somente pode ter qualquer validade se estiver em harmonia com os preceitos constitucionais, o que somente é possível se sua aplicação se restringir às hipóteses em que não retirar do Poder Judiciário a possibilidade de impedir lesão ou ameaça a direito que justifique a concessão imediata da tutela.
10.Ora, a existência ou não de saldo devedor, bem como o índice de reajustamento das parcelas e o respectivo valor encontram-se ainda em discussão judicial, de modo que seria absurdo pretender se praticar quaisquer atos incompatíveis com a litigiosidade do contrato. Nesse sentido tem se posicionado o egrégio STJ:
RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. SFH. REVISÃO CONTRATUAL. PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DA TUTELA. PRETENDIDA NÃO-INCLUSÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. INDEFERIMENTO. AFASTAMENTO PELO TRIBUNAL A QUO. POSSIBILIDADE DA TUTELA ANTECIPADA. PRECEDENTES.
(...).
Mais a mais, a jurisprudência desta Corte, em diversos julgados, tem admitido o uso da tutela antecipada, tanto para retirar como para obstar, impedir a inscrição do nome do suposto devedor nos serviços de proteção ao crédito.
Resta indubitável o entendimento desta Corte de que a discussão judicial do valor da dívida, ainda que sem o depósito da quantia considerada devida, torna descabida a inscrição do nome do devedor no cadastro de inadimplentes dos serviços de proteção ao crédito, demonstrado o dissídio levantado.
Recurso especial improvido. (REsp. 634.092-RN, Rel. Min. FRANCIULLI NETTO, DJU 18.10.04, p. 253).
11.Não é razoável a exigência, para a suspensão da execução extrajudicial, do depósito das quantias que a CEF está exigindo do mutuário, posto que poderia causar um desequilíbrio entre os pólos da demanda, eis que carrearia à parte devedora um pesadíssimo ônus financeiro, ao desembolsar esses valores, quando se sabe que a exorbitância das quantias é justamente o que se está discutindo na ação promovida pelo mutuário.
12.Ademais, a ausência do depósito não trará qualquer prejuízo à CEF, porquanto a hipoteca que recai sobre o imóvel é garantia real que impede o perecimento do seu direito de obter, posteriormente, na eventualidade de insucesso da presente demanda e da permanência do inadimplemento do mutuário, a posse do imóvel.
13.Sendo assim, atribuo efeito suspensivo ao presente AGTR, a fim de que seja sobrestada a determinação de depósito em juízo do valor total das parcelas controvertidas do Contrato de Financiamento Habitacional, desde a data em que deixaram de ser pagas, no prazo de 30 dias, até o julgamento deste AGTR pela douta Turma Julgadora.
14.Ciência imediata desta decisão à parte agravante, bem como ao douto Juízo de origem.
15.Intime-se a parte agravada, através de seu Advogado, para responder, no prazo de lei, o que lhe parecer de interesse.
16.Expedientes de estilo.
Recife, PE., 3 de abril de 2007.
Frederico José Pinto de Azevedo
DESEMBARGADOR CONVOCADO

AGTR - 76163/CE - 2007.05.00.020582-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
ORIGEM	:	2ª Vara Federal do Ceará
AGRTE	:	DNOCS - DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
REPTE	:	PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
AGRDO	:	JOSE FLORENCIO RIBEIRO DA SILVA espólio
ADV/PROC	:	TARCILA MARGARIDA ZARANGA DE CARVALHO

1.Intime-se a parte agravada para, querendo, oferecer contra-razões no prazo legal.
2.Expedientes de estilo.
3.Urgência.
Recife, PE., 03 de abril de 2007.
Frederico José Pinto de Azevedo
DESEMBARGADOR CONVOCADO

AGTR - 76181/PB - 2007.05.00.020617-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
ORIGEM	:	3ª Vara Federal da Paraíba (Competente p/ Execuções Penais)
AGRTE	:	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRDO	:	JORGE URÇULO RIBEIRO COUTINHO

1.Trata-se de AGTR interposto pelo Ministério Público Federal contra decisão da douta Juíza Federal da 3a. Vara da SJ/PE, que reconheceu a incompetência absoluta da Justiça Federal para processar e julgar Ação de Improbidade Administrativa contra ex-Prefeito, relativamente a supostas irregularidades na aplicação de verbas oriundas da Fundação Nacional de Saúde-FUNASA (fls. 27/28).
2.Alega o agravante que é da competência da Justiça Federal o processo e julgamento de Ação de Improbidade Administrativa contra Prefeito ou ex-Prefeito Municipal por desvio de verba sujeita à prestação de contas perante órgão federal, conforme estatui a Súmula 208 do STJ.
3.É o que havia de relevante para relatar.
4.Sabe-se que a o art. 109, I da CF/88 estatui que compete aos Juízes Federais o processo e julgamento de causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas, na condição de autoras, rés, assistentes ou opoentes; ademais, a Súmula 208 do STJ dispõe que compete à Justiça Federal processar e julgar Prefeito Municipal por desvio de verba sujeita à prestação de contas perante órgão federal.
5.No caso em exame, observa-se que a FUNASA informou não ter interesse na lide, conforme ressaltado pela eminente Magistrada a quo na decisão vergastada; entretanto, penso que a competência da Justiça Federal permanece, diante do enunciado da Súmula 208 do STJ supra-referida.
6.Dessa forma, atribuo efeito suspensivo ao presente AGTR, determinando o sobrestamento dos efeitos da decisão agravada, permanecendo o feito na Justiça Federal, até o julgamento deste AGTR pela douta Turma Julgadora.
7.Ciência imediata desta decisão à parte agravante, bem como ao douto Juízo de origem.
8.Intime-se a parte agravada, através de seu Advogado, para responder, no prazo de lei, o que lhe parecer de interesse.
9.Expedientes de estilo.
Recife, PE., 03 de abril de 2007.
Frederico José Pinto de Azevedo
DESEMBARGADOR CONVOCADO

AGTR - 76216/PE - 2007.05.00.020684-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
ORIGEM	:	11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	DE VICTOR E CIA LTDA
ADV/PROC	:	NEWBON ANTONIO DE VICTOR

1.Intime-se a parte agravada para, querendo, oferecer contra-razões no prazo legal.
2.Expedientes de estilo.
3.Urgência.
Recife, PE., 3 de abril de 2007.
Frederico Azevedo
DESEMBARGADOR CONVOCADO

AGTR - 76226/SE - 2007.05.99.000742-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
ORIGEM	:	Vara Única da Comarca de Nossa Senhora das Dores - SE
AGRTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
AGRDO	:	VALTER DOS SANTOS LEAL

1.Intime-se a parte agravada para, querendo, oferecer contra-razões no prazo legal.
2.Expedientes de estilo.
3.Urgência.
Recife, PE., 3 de abril de 2007.
Frederico Azevedo
DESEMBARGADOR CONVOCADO

AC - 349033/PE - 2004.05.00.031384-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
ORIGEM	:	11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	IEL/PE - INSTITUTO EUVALDO LODI DE PERNAMBUCO
ADV/PROC	:	NELSON JOSE ALMEIDA DE BRITO
APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	OS MESMOS

1.A apelante, às fls. 162/163, requereu a substituição de veículo dado em garantia à execução fiscal. Intimado o INSS a se manifestar, esse respondeu que não se opunha a tal pedido.
2.Diante da anuência da exeqüente, determino a substituição do bem penhorado (veículo Volkswagen Gol, ano 1997/1998, placa KHN-1475) pelo veículo Volkswagen Gol, ano 2004, placa KHR-3665.
3.Oficie-se o DETRAN/PE para liberar a constricção que recai sobre o Veículo Gol, ano 1997/1998, placa KHN-1475, determinando que a restrição recaia sobre veículo de mesma marca e modelo, ano 2004, placa KHR-3665.
4.Expedientes de estilo.
Recife, PE., 3 de abril de 2007.
Frederico Azevedo
DESEMBARGADOR CONVOCADO

RESUMO DOS PROCESSOS:
DESEMBARGADOR FEDERAL NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - 20

EXPEDIENTE DESPA/2007.000028 DA 2ª TURMA

AGTR - 75664/AL - 2007.05.00.015729-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
ORIGEM	:	1ª Vara Federal de Alagoas
AGRTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	DIOCLECIO CAVALCANTE DE MELO NETO e outros
AGRDO	:	EDUARDO MESSIAS GONÇALVES DE LYRA JÚNIOR
ADV/PROC	:	EDUARDO MESSIAS GONÇALVES DE LYRA JÚNIOR

1.Trata-se de AGTR interposto pela CEF contra decisão do douto Juiz Federal da 1a. Vara da SJ/AL que autorizou a liberação em favor do exeqüente, ora agravado, da quantia de R$ 609.840,76, correspondente à diferença entre o valor da execução (R$ 625.747,62) e o numerário já levantado referente à parte incontroversa (R$ 15.906,86) (fls. 17/20).
2.Alega a CEF que deve ser sustada a liberação dos valores deferidos em sentença, em embargos à execução, já que não há a prestação de caução ou de qualquer garantia legal, posto que a referida sentença ainda não transitou em julgado, face à interposição de recurso de apelação.
3.É o que havia de relevante para relatar.
4.Tratando-se de execução provisória, tendo em vista que a sentença que deferiu o pagamento dos valores objeto do pedido de liberação em favor do exeqüente, ora agravado, ainda não transitou em julgado, dado que foi interposto recurso de apelação, penso não ser possível a liberação da quantia de R$ 609.840,76, correspondente à diferença entre o valor da execução (R$ 625.747,62) e o numerário já levantado referente à parte incontroversa (R$ 15.906,86), sem o oferecimento de qualquer garantia.
5.Dessa forma, atribuo efeito suspensivo ao presente recurso, determinando o sobrestamento da liberação dos referidos valores, até o julgamento do mérito deste AGTR.
6.Intime-se a CEF para se manifestar acerca dos documentos acostados pelo agravado às fls. 137/144).
7.Ciência imediata desta decisão às partes agravante e agravada, bem como ao Juízo de origem.
8.Intime-se a parte agravada, através de seu Advogado, para responder, no prazo de lei, o que lhe parecer de interesse.
9.Expedientes de estilo.
10.Urgência.
Recife, PE., 30 de março de 2007.
Frederico José Pinto de Azevedo
DESEMBARGADOR CONVOCADO

RESUMO DOS PROCESSOS:
DESEMBARGADOR FEDERAL NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - 1

ACÓRDÃOS

EXPEDIENTE ACO/2007.000033 DA 2ª TURMA

HC - 2704/CE - 2007.05.00.012646-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	11ª Vara Federal do Ceará (Privativa em Matéria Penal)
IMPTTE	:	MARIA ERBENIA RODRIGUES
IMPTDO	:	JUÍZO DA 11ª VARA FEDERAL DO CEARÁ (FORTALEZA) - PRIVATIVA EM MATÉRIA PENAL
PACTE	:	JOSE MARLEUDO DE ALMEIDA

EMENTA
PENAL. PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. CRIME, EM TESE, DE FURTO QUALIFICADO À AGÊNCIA DO BANCO CENTRAL EM FORTALEZA, DE FORMAÇÃO DE QUADRILHA. INDÍCIOS DE CO-PARTICIPAÇÃO E DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. IMPOSSIBILIDADE. RÉU FORAGIDO DA JUSTIÇA. INDÍCIOS DE EVASÃO DO PACIENTE DO DISTRITO DA CULPA. PRESENTES OS REQUISITOS AUTORIZADORES DA MANUTENÇÃO DA MEDIDA CAUTELAR. IMPROCEDÊNCIA DO WRIT.
1-Necessária a manutenção da prisão preventiva, porquanto está presente a real necessidade de garantia da ordem pública, diante de uma ação implementada por agentes em concurso que, de fato, demonstram alguma organização para o crime. Ademais, manter-se a custódia do Paciente atende ao requisito legal de se 'assegurar a aplicação penal', mormente quando noticiam os autos que o mesmo encontra-se foragido da justiça.
2-Presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva para garantir a ordem pública e assegurar a aplicação da lei penal. Inteligência do art. 312 CPP, em face de estarmos, em tese, diante de uma ação implementada, por agentes em concurso que, de fato, demonstram alguma organização para o crime.
3-Ordem de Habeas Corpus denegada.

ACÓRDÃO
Vistos, etc.
Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, DENEGAR A ORDEM DE HABEAS CORPUS, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Recife, 22 de março de 2007
DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
RELATOR

ACR - 4672/PE - 2003.83.00.027328-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	4ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa em Matéria Penal)
APTE	:	EDINALDO VIEIRA DE BARROS
DEF. DATIVO	:	JACINTA DE FÁTIMA COUTINHO MOURA
APDO	:	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

EMENTA
PENAL. PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. FUNCIONAMENTO DE RADIOCOMUNITÁRIA SEM AUTORIZAÇÃO LEGAL. LEI Nº 9.612/98. ATO QUE CONSTITUI CRIME PREVISTO NO ARTIGO 70 DA LEI Nº 4.117/62 - TIPO PENAL MAIS BENÉFICO QUE O DO ARTIGO 183 DA LEI 9472/97. DESCLASSIFICAÇÃO PENAL. POSSIBILIDADE. TIPO CUJA PENA EM ABSTRATO PREVISTA É A DE DETENÇÃO. ANULAÇÃO DA SENTENÇA COM O FIM DE OPORTUNIZAR AO RÉU A SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO - ARTIGO 89 DA LEI Nº 9099/95. RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO ORIGEM COMPETENTE.
1-De acordo com os arts. 21, inciso XII, e 223 da Constituição Federal, compete ao Poder Executivo a outorga de concessão, de permissão e autorização do serviço público de radiodifusão sonora e de sons e imagens.
2-Nos termos da Lei nº 9.618/98, em se tratando de radiocomunitária, a Instalação de aparelho rádio-transmissor, conforme periciado, depende indispensavelmente de autorização para o seu funcionamento.
3-Em se tratando de telecomunicação, hão distinguir-se as normas de condições de autorização, por parte do Estado, de tais serviços por Terceiros; das normas que , disciplinando o uso de tais serviços, têm como crime a utilização de tal serviço sem autorização.
4-Neste contexto, a conduta levada a efeito pelo acusado perfaz o tipo penal insculpido no artigo 70 da Lei 4.117/62 - tipo penal mais benéfico, pelo que ora se desclassifica.
5-Cuidando a hipótese de desclassificação para tipo penal cuja pena cominada em abstrato é a de detenção, anula-se a sentença monocrática, com o fim de oportunizar ao réu, no juízo origem competente, a suspensão condicional do processo - artigo 89 da Lei nº 9099/95.
6-Apelação do Réu parcialmente provida.

ACÓRDÃO
Vistos, etc.
Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, DAR PARCIAL PROVIMENTO à apelação do réu para anular a sentença e determinar o envio dos autos ao Juizado Especial Criminal competente, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Recife, 22 de março de 2007.
DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
RELATOR

AGTR - 57207/AL - 2004.05.00.021873-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Alagoas
AGRVTE	:	USINA CAETÉ S/A FILIAL MARITUBA
ADV/PROC	:	MARIA FERNANDA QUINTELLA BRANDÃO VILELA
AGRVDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADV/PROC	:	ELMA CARDOSO OLIVEIRA e outros
EMBTE	:	USINA CAETÉ S/A FILIAL MARITUBA

EMENTA
TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. COMPENSAÇÃO. OMISSÃO. "REFORMATIO IN PEJUS". INOCORRÊNCIA.
- Hipótese em que a embargante aponta omissão e "reformatio in pejus" no aresto;
- Quanto à omissão, matéria sobre a qual não se debruçou o aresto porquanto desnecessária ao deslinde da matéria. Ausência de qualquer discussão acerca da reforma de sentença em favor da embargante, menos ainda quanto ao prazo de prescrição dos créditos da mesma;
- No tocante à "reformatio in pejus", inocorrência porquanto em nenhuma oportunidade se deixou de reconhecer o direito da embargante à compensação, conforme já devidamente assegurado por meio de provimento judicial transitado em julgado. Deixou-se, sim, de lhe reconhecer a efetivação da compensação, conforme pretendido por ela, enquanto não liquidada a decisão que garantira o direito;
- Embargos conhecidos e parcialmente providos, sem atribuição de efeitos modificativos.

ACÓRDÃO
Vistos, etc.
Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, conhecer e dar parcial provimento aos Embargos de Declaração, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Recife, 16 de janeiro de 2007.
DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
RELATOR

REOMS - 94669/PE - 2005.83.00.016030-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	12ª Vara Federal de Pernambuco
PARTE A	:	KARNE KEIJO LOGÍSTICA INTEGRADA LTDA
REPTE	:	GISELE BARRETO DE MIRANDA e outro
ADV/PROC	:	PAULO ELISIO BRITO CARIBE e outros
PARTE R	:	UNIÃO
REMTE	:	JUÍZO DA 12ª VARA FEDERAL DE PERNAMBUCO (RECIFE)

EMENTA
ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO. LIBERAÇÃO DE MERCADORIA IMPORTADA. GREVE DOS SERVIDORES DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA. PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS. OMISSÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. CONCESSÃO DA SEGURANÇA.
1. Cuida-se de Remessa Oficial da sentença singular que concedeu a segurança no sentido de que seja assegurada a expedição de Certificado Fitossanitário, para que possa realizar o desembarque das mercadorias importadas.
2. É direito líquido e certo do importador ter liberada a mercadoria, não podendo ser obstado esse direito em face de solução de continuidade na prestação do serviço público.
3. Ademais, mesmo que assim não se entendesse, cumpre observar que, em sendo concedida a liminar permitindo a expedição de Certificado Fitossanitário à impetrante para desembarque das mercadorias perecíveis, confirmada por sentença concessiva de segurança, trata-se, portanto, de fato consolidado.
4. Remessa oficial improvida.

ACÓRDÃO
Vistos, etc.
Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, negar provimento à remessa oficial, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Recife, 23 de janeiro de 2007.
DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
RELATOR

AC - 260621/PB - 2001.05.00.031210-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	4ª Vara Federal da Paraíba
APTE	:	INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
ADV/PROC	:	VALDEMI DE SOUSA SEGUNDO e outros
APDO	:	USINA SANTA MARIA S/A
ADV/PROC	:	ROGERIO MAGNUS VARELA GONCALVES e outros
REMTE	:	JUÍZO DA 4ª VARA FEDERAL DA PARAÍBA (CAMPINA GRANDE)

EMENTA
ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA. REMESSA OFICIAL. EXISTÊNCIA. INDENIZAÇÃO. VALOR DA TERRA NUA COM BASE NO VALOR ENCONTRADO PELO INCRA. COBERTURA VEGETAL/FLORESTAL. INEXISTÊNCIA. BENFEITORIAS REPRODUTIVAS E NÃO REPRODUTIVAS. DEVIDAS. JUROS COMPENSATÓRIOS. DEVIDOS À RAZÃO DE 0,6% AO ANO A CONTAR DA DATA DA IMISSÃO NA POSSE DO IMÓVEL, ATÉ 13.09.2001, DATA DA PUBLICAÇÃO DA DECISÃO LIMINAR PROFERIDA PELO STF NA ADIn 2.332/DF, OPORTUNIDADE EM QUE TAIS JUROS PASSAM À INCIDIR NO PERCENTUAL DE 12% AO ANO. JUROS MORATÓRIOS. DEVIDOS NOS TERMOS DO ART. 15-B, DO DECRETO-LEI 3.365/41, ACRESCIDO POR FORÇA DA MP 2.027-38 (QUE EMBORA NÃO TENHA SIDO CONVERTIDA EM LEI CONTINUA VIGENTE POR FORÇA DA EC Nº 33/2001). CUMULAÇÃO DE JUROS COMPENSATÓRIOS E MORATÓRIOS. SÚMULA 12 DO STJ. POSSIBILIDADE. CORREÇAO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO EM 5%. MANUTENÇÃO.
1. Duplo grau de jurisdição obrigatório por força do disposto no art. 10, da Lei 9.469, de 10.07.1997;
2. Merece prevalecer para fins de indenização do VTN, o valor encontrado pelo INCRA. É que, embora a divergência dos valores oferecidos para a Terra Nua seja ínfima, não se pode desconsiderar as razões deduzidas pelo INCRA segundo a qual, o Vistor Oficial, nos cálculos procedidos para fins de encontrar o valor médio do hectare considerou apenas uma das informações obtidas junto ao Cartório Imobiliário de Pilões, onde consta a primeira informação como sendo o valor médio por hectare de R$ 1.000,00 e na segunda informação, como sendo o mesmo valor médio de R$ 400,00, máxime, quando a EMATER/PB trouxe como preço do valor da terra nua, naquele Município, o de R$ 400,00. Em assim procedendo, majorou o Vistor, o valor a ser indenizado pela terra nua.
3. Não restam dúvidas ser a cobertura vegetal/florestal indenizável quando expressar valor econômico justificando-se tal procedimento, no conceito de justa indenização estabelecido no art. 5º, XXIV. Entretanto, no caso presente, não houve qualquer avaliação da referida cobertura em face da mesma encontrar-se completamente devastada, conforme se constata das afirmações constantes do laudo do INCRA, bem como do lado apresentado pelo Vistor Oficial, razão pela qual, não há falar-se em indenização da cobertura vegetal/florestal.
4. Em relação às Benfeitorias produtivas, indiscutível haver no imóvel expropriado, culturas permanentes de mangueira e jaqueira, conforme descritas no laudo pericial, cujo valor encontrado para fins de indenização totalizou R$ 3.849,00. No que se refere à questão acerca de quem pertencem tais benfeitorias, considerando que tais plantações, à época da Vistoria, realizada em janeiro de 1999 e após a avaliação do INCRA, realizada em outubro de 1996, já se encontrava em estado adulto, no dizer do Vistor Oficial, as mangueiras "com idade acima de 15 anos", e as jaqueiras "com idade aparente acima de 20 anos", não há como tais plantações não pertencerem ao expropriado.
5. No que se refere às benfeitorias não reprodutivas, sustenta o INCRA, em suas razões de apelação, que o valor atribuído pelo Vistor Oficial às benfeitorias não reprodutivas não expressa o justo preço, em razão da aplicação errônea da tabela de "Ross-Heideccke", utilizada pelo perito do Juízo para fins de cálculos na avaliação das edificações rurais, fato este que acarretou um aumento indevido de R$ 17.200,90 no valor das referidas edificações. Constatado tal equívoco da análise dos autos, referido valor deverá ser extirpado da condenação.
6. Os juros compensatórios foram fixados na sentença em 0,6% (seis por cento) ao ano, sobre a diferença do preço ofertado em juízo e o valor do bem fixado na sentença (art. 1º da MP nº 2.027-42/2000), a partir da data da imissão na posse do imóvel ocorrida em 29.10.1997.
7. Entretanto, considerando que no caso presente a ação foi ajuizada em 02.10.1997 e, que a Imissão na Posse em favor do INCRA se deu em 29.10.1997, os juros compensatórios devem ser fixados, nos termos da decisão recorrida, vale dizer, em 0,6% ao ano, a contar da data da imissão na posse do imóvel, limitando-a, entretanto, a 13.09.2001, data da publicação da decisão liminar do STF na ADIn 2.332/DF, quando tais juros serão devidos à incidência de 12%, incidindo sobre a diferença eventualmente apurada entre 80% do preço ofertado em juízo e o valor do bem fixado na sentença, de conformidade com a decisão liminar proferida na referida ADIn. E não se diga que tal decisão acarretaria "reformatio in pejus" em prejuízo do INCRA, posto que a decisão liminar concedida na ADInMC 2.332-DF possui força vinculante, e obriga a sua aplicação, independentemente de acarretar ou não a reformatio in pejus.
8. Juros de mora, incidindo, a partir de 1º de janeiro do exercício seguinte àquele em que o pagamento deveria ser feito, nos termos do art. 100 da Constituição, sobre a diferença entre o valor da condenação e o valor já efetivamente pago ou depositado, nos termos do art. 15-B, da Lei 3.365/41, acrescido por força da MP 2.027-38.
9. São acumuláveis os juros compensatórios e os moratórios, a partir de 1º de janeiro do exercício seguinte àquele em que o pagamento deveria ser feito, nos termos do art. 100 da Constituição.
10. É devida a condenação no pagamento da correção monetária a partir do laudo. Art. 12, § 2°, da LC 76/93, e Súmula 561 do STF e RE 106.788-8/SP.

11. Mantem-se os honorários advocatícios que foram fixados na sentença em 5% a incidir sobre a diferença entre o preço ofertado e o valor da indenização, por não violar a legislação pertinente, que determina que os mesmos sejam fixados em até 20% (vinte por cento) - Lei Complementar nº 76/93, daí porque devem os mesmos ser mantidos conformes fixados. Inaplica-se ao caso presente o teto de 151 mil reais estabelecido pela mencionada MP e suas reedições, tendo em vista a decisão do STF na referida ADI 2332 que suspendeu tal comando.
12. Apelação do INCRA e remessa oficial parcialmente providas.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.
Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, dar parcial provimento à apelação do INCRA e à remessa oficial, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Recife, 13 de março de 2007.
DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
RELATOR

AC - 351304/PE - 1999.83.00.017459-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	10ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	MARCIA MARIA VERAS DE OLIVEIRA e cônjuge
ADV/PROC	:	FELIPE BORBA BRITTO PASSOS e outros
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	CONCEIÇÃO KEANE GOMES CHAVES e outros
APDO	:	OS MESMOS

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. SFH. AÇÃO ORDINÁRIA DE REVISÃO CONTRATUAL. PLANO DE EQUIVALÊNCIA SALARIAL/CATEGORIA PROFISSIONAL. PRELIMINARES JULGAMENTO "ULTRA PETITA". INOCORRÊNCIA. FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL. DESACOLHIMENTO. DECRETO-LEI Nº 70/66. CONSTITUCIONALIDADE. NULIDADE DA ADJUDICAÇÃO DO IMÓVEL. LEILÃO LEVADO A EFEITO EM DETRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL. PES/CP. DESCUMPRIMENTO. PRÁTICA DE ANATOCISMO. VEDAÇÃO. REAJUSTE DAS PRESTAÇÕES EM URV NOS MESES DE MARÇO A JUNHO DE 1994. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE AUMENTO SALARIAL EM TAIS MESES. REVISÃO DE REAJUSTES DO SEGURO. VALORES PAGOS INDEVIDAMENTE - FUNDHAB. AUSÊNCIA DE PROVA. SUBSTITUIÇÃO DO SISTEMA SÉRIE EM GRADIENTE PELO SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO CONSTANTE. DESCABIMENTO. RESPEITO AO QUE FOI PACTUADO. TAXA REFERENCIAL - TR COMO CRITÉRIO DE REAJUSTE DAS PRESTAÇÕES E DO SALDO DEVEDOR. INAPLICABILIDADE. REAJUSTE DO SALDO DEVEDOR COM BASE NO INPC. POSSIBILIDADE. SISTEMÁTICA DE AMORTIZAÇÃO DO SALDO DEVEDOR. ATUALIZAÇÃO PARA POSTERIOR ABATIMENTO DAS PRESTAÇÕES PAGAS. IMPOSSIBILIDADE. SALDO CREDOR A FAVOR DO MUTUÁRIO. COMPENSAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.
1 - Cuida a hipótese de ação ordinária de revisão contratual e repetição de indébito, atinente ao SFH, para determinar a revisão das prestações e do saldo devedor, onded os autores, MARCIA MARIA VERAS DE OLIVEIRA e cônjuge, e a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, apelam da sentença de fls. 400/441, que julgou parcialmente procedente o pedido deduzido na exordial.
2 - Denomina-se sentença "ultra petita" o vício de incongruência por julgamento além do pedido.
3 - No caso enfocado, sendo certo que a sentença recorrida se ateve aos limites do pleiteado, descabido é imputar-lhe o referido vício.
4 - Por sua vez, sendo nula a execução extrajudicial e sem eficácia o leilão levado a efeito em detrimento de decisão judicial suspensiva do procedimento extrajudicial na ação cautelar nº 99.0016429-6, com sentença transitada em julgado, nula é a arrematação do imóvel, não havendo que se falar em falta de interesse processual.
5 - O reajustamento das prestações deve respeitar os mesmos índices aplicados aos reajustes de salário do mutuário, sob pena de desrespeito ao princípio do pacta sunt servanda. Conforme o laudo pericial (fl. 320), remanesceram diferenças em detrimento dos Autores, porquanto não se consideraram os índices de variação adequados, se fazendo necessário, portanto, a revisão dos índices aplicados às prestações do financiamento.
6 - É descabida a capitalização de juros nos contratos de fianciamento da casa própria regidos pelo SFH.
7 - Como se sabe, nos meses de março, abril, maio e junho de 1994, após a conversão, a atualização diária da URV - Unidade Real de Valor - representou tão-só a correção da moeda, não significando ganho real no salário do empregado, em face do que, descabido se afigura a majoração das prestações em tal período.
8 - Demonstrado no laudo pericial (fl.322) que houve variação no percentual do seguro sobre a prestação em todos os meses, é prudente que se faça à revisão dos valores cobrados a título de seguro.
9 - Incabível o levantamento de valores ditos pagos indevidamente, sem a comprovação pelo mutuário/comprador de que efetuou o pagamento da taxa FUNDHAB devida pelo vendedor do imóvel à instituição financeira.
10 - Consta expressamente dos termos do contrato de financiamento (quadro 4 - fl. 66) a concordância quanto à aplicação do Sistema de Amortização Série em Gradiente, sendo descabido a sua substituição pelo Sistema de Amortização Constante - SAC, sob pena de desrespeito ao que foi pactuado.
11 - O julgamento proferido na ADIN 493-0 não declarou a inconstitucionalidade da TR como índice de correção monetária, mas tão-somente obstou a sua aplicação em contratos celebrados antes da Lei 8.177, de 1º de março de 1991, em respeito ao ato jurídico perfeito.
12 - Todavia, em atenção ao fim colimado pelo SFH e sendo certo que o financiamento franqueado pela CEF não tem em mira a captação de lucros, mas tão-só possibilitar a aquisição de moradia a trabalhadores sem capacidade econômica para tanto, é de se afastar a aplicação da TR quando esta se mostrar desvantajosa como índice reajustador das prestação e do saldo devedor.
13 - A sistemática de amortização do saldo devedor realizada pela CEF, consiste em primeiro atualizar o saldo devedor para só então abater a prestação paga, é descabida por não tornar zero o saldo devedor e por contravir, às escâncaras, ao escopo perseguido pelo Sistema Financeiro de Habitação.
14 - Tendo-se apurado um saldo credor em favor do mutuário, decorrente do pagamento a maior, deve esse valor ser abatido do valor das prestações vencidas, via compensação.
15 - Observando-se atentamente os termos do dispositivo da sentença, vê-se que não houve condenação em honorários advocatícios em face da sucumbência recíproca, onde o MM Juiz singular deu por compensados os honorários advocatícios, no que deve ser mantida a sentença.
16 - Apelação da CEF parcialmente provida.
17 - Apelação da Autora parcialmente provida.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.
Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, dar parcial provimento às apelações, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Recife, 06 de março de 2007.
DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
RELATOR

AC - 362171/RN - 2003.84.00.011751-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	1ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
APTE	:	UNIÃO
APDO	:	ANTONIO SOARES DE SOUZA LUZ
ADV/PROC	:	ANTONIO SOARES DE SOUZA LUZ FILHO e outros

EMENTA

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO E PREVIDENCIÁRIO. QUALIDADE DE EX-COMBATENTE. COMPROVAÇÃO. ART. 53, II, do ADCT da CF/88. PENSÃO ESPECIAL. DEVIDA. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA DO DÉBITO JUDICIAL EM MATÉRIA NÃO TRIBUTÁRIA. APLICAÇÃO DA TAXA SELIC. IMPOSSIBILIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA NOS TERMOS DA LEI 6.899/81. MATÉRIA DE NATUREZA ALIMENTAR. JUROS DE MORA EM 1% AO MÊS A CONTAR DA CITAÇÃO. ART. 1º F DA LEI 9.494/97. INAPLICABILIDADE. VERBA HONORÁRIA. MANUTENÇÃO.
1. Restando comprovado mediante certidão expedida pelo Ministério do Exército, que o autor participou efetivamente em missões de vigilância e segurança do litoral brasileiro, o mesmo encontra-se inserido no conceito de ex-combatente estabelecido na Lei 5.315/67, o mesmo faz jus à pensão especial que lhe garante o art. 53, II, do ADCT.
2. A taxa SELIC há de ser aplicada tão-somente nas questões tributárias, de modo a interpretar o art. 406 do NCC à luz do disposto no art. 161, § 1º do CTN. Neste sentido, inclusive já se posicionou o Conselho da Justiça Federal quando aprovou o Emunciado nº 20, segundo o qual, a taxa de juros moratórios a que se refere o art. 406 é a do art. 161, § 1º, do Código Tributário Nacional, ou seja, 1% (um por cento) ao mês, não se aplicando in casu, quanto aos juros, o art. 1º F da lei 9.494/97, face a natureza alimentar da verba, devendo tais juros, entretanto, incidirem a partir da citação nos termos da Súmula 204 - STJ.
3. Atualização do débito judicial nos termos da Lei nº 6.899/816.
4. Manutenção da fixação da verba honorária em 10% a incidir sobre o valor da condenação.
5. Apelação e Remessa Oficial parcialmente providas.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.
Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, por maioria, dar parcial provimento à apelação e à remessa oficial, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Recife, 14 de novembro de 2006.
DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
RELATOR

AC - 370682/RN - 2004.84.00.008413-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
ORIGEM	:	3ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
APTE	:	UFRN - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	ANA CLARA GARCIA DE LIMA AGUIAR
ADV/PROC	:	SERGIO LUIS GARCIA DE LIMA AGUIAR e outros

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO TEMPORÁRIA POR MORTE DE SERVIDOR PÚBLICO. CONTINUIDADE DO PAGAMENTO A DEPENDENTE MAIOR DE 21 (VINTE E UM) ANOS QUE NÃO É INVÁLIDO, ATÉ A CONCLUSÃO DO CURSO UNIVERSITÁRIO OU ATÉ COMPLETAR 24 (VINTE E QUATRO) ANOS. IMPOSSIBILIDADE.
1- Não assiste à dependente maior de 21 (vinte e um) anos, mesmo que seja estudante universitária, o direito à continuidade do recebimento da pensão temporária por morte, até a conclusão dos seus estudos ou até completar 24 (vinte e quatro) anos de idade, se não é inválida, a teor do disposto no art. 217, II, "d", da Lei nº 8.112/90. Precedentes jurisprudenciais.
2 - Apelação e Remessa Oficial providas.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.
Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, por maioria, dar provimento à apelação e à remessa oficial, nos termos do voto condutor, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Recife, 09 de maio de 2006.
DESEMBARGADORA FEDERAL JOANA CAROLINA LINS PEREIRA
REL. P/ ACÓRDÃO

AC - 372160/PE - 2003.83.00.007579-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	1ª Vara Federal de Pernambuco (Especializada em Naturalização)
APTE	:	GILZÉLIA GONÇALVES DA LUZ
ADV/PROC	:	MARIA VALERIA FERREIRA DA SILVA
APDO	:	UNIÃO

EMENTA

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO E PREVIDENCIÁRIO. CONDIÇÃO DE COMPANHEIRA DEMONSTRADA. QUALIDADE DE EX-COMBATENTE. COMPROVAÇÃO. ART. 53, II, do ADCT da CF/88. DIREITO À PENSÃO ESPECIAL QUE SE RECONHECE. CUMULATIVIDADE COM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. POSSIBILIDADE.
1. Considerando que em sede de Justificação Judicial, foi produzida prova testemunhal onde ficou demonstrada a condição de companheira da suplicante resta indubitável a qualidade de companheira da requerente.
2. Restando comprovado mediante certidão expedida pelo Ministério do Exército, que o instituidor da pensão especial, ora falecido, participou efetivamente de missões de patrulhamento, defesa e vigilância do litoral, deslocando-se de sua sede, o mesmo encontra-se inserido no conceito de ex-combatente estabelecido na Lei 5.315/67. Precedentes.
3. A autora faz jus à pensão especial que lhe garante o art. 53, II, do ADCT.
4. A pensão especial de ex-combatente permite o recebimento cumulativo com os benefícios previdenciários, conforme estabelece o art. 53, II, Atos das Disposições Constitucionais Transitórias(ADCT) da CF/88 e art. 4º da Lei nº 8.059/90. Precedentes desta Corte no Incidente de Uniformização de Jurisprudencia na AC 107.436/RN.
5. Apelação provida.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.
Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, por maioria, dar provimento à apelação, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Recife, 16 de janeiro de 2007.
DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
RELATOR

AC - 373312/SE - 2005.85.00.000735-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
ORIGEM	:	1ª Vara Federal de Sergipe
APTE	:	FUNASA - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
REPTE	:	PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
APDO	:	IGOR JUHY DA COSTA PINTO
DEF. DATIVO	:	AIDA MASCARENHAS CAMPOS e outro
REMTE	:	JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE SERGIPE (ARACAJU)

EMENTA
PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO TEMPORÁRIA POR MORTE DE SERVIDOR PÚBLICO. CONTINUIDADE DO PAGAMENTO A DEPENDENTE MAIOR DE 21 (VINTE E UM) ANOS QUE NÃO É INVÁLIDO, ATÉ A CONCLUSÃO DO CURSO UNIVERSITÁRIO OU ATÉ COMPLETAR 24 (VINTE E QUATRO) ANOS. IMPOSSIBILIDADE.
1- Não assiste ao dependente maior de 21 (vinte e um) anos, mesmo que seja estudante universitário, o direito à continuidade do recebimento da pensão temporária por morte, até a conclusão dos seus estudos ou até completar 24 (vinte e quatro) anos de idade, se não é inválido, a teor do disposto no art. 217, II, "d", da Lei nº 8.112/90. Precedentes jurisprudenciais.
2 - Apelação e Remessa Oficial providas.

ACÓRDÃO
Vistos, etc.
Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, por maioria, dar provimento à apelação e à remessa oficial, nos termos do voto condutor, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Recife, 09 de maio de 2006.
DESEMBARGADORA FEDERAL JOANA CAROLINA LINS PEREIRA
REL. P/ ACÓRDÃO

AC - 381190/PB - 2004.82.00.013948-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal da Paraíba
APTE	:	SEVERINO VIEIRA GALVÃO
ADV/PROC	:	JURANDIR PEREIRA DA SILVA e outros
APDO	:	UNIÃO

EMENTA
CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. PENSÃO ESPECIAL. EX-COMBATENTE. PRESCINDIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO NO TEATRO DE OPERAÇÕES BÉLICAS DA ITÁLIA. LICENCIAMENTO DO SERVIÇO ATIVO MILITAR. OCORRÊNCIA.
1. A caracterização da condição de ex-combatente, prescinde de que o demandante tenha se deslocado para o "teatro de operações bélicas da Itália". A participação em missões de patrulhamento do litoral brasileiro é suficiente para configurá-la, desde que incontestavelmente comprovada.
2. Além da comprovação de efetivo serviço militar ao tempo da II Grande Conflagração, faz-se necessário o retorno definitivo à vida civil, por meio de licenciamento do serviço ativo. Precedentes do STJ e deste Tribunal Regional.
3. Presentes, in casu, os requisitos para concessão da pensão especial, uma vez que, ressuma do almanaque processual que o autor, a bordo da embarcação "Licção", fez mais de duas viagens em zonas de ataques submarinos no período da Guerra. Ademais, o autor foi licenciado do serviço ativo militar, atualmente recebendo benefício de cunho previdenciário.
4. Honorários fixados em 5%(cinco por cento) da condenação a cargo da União Federal
5. Apelação provida.

ACÓRDÃO
Vistos, etc.
Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, por maioria, dar provimento à apelação, nos termos do voto condutor, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Recife, 25 de abril de 2006.
DESEMBARGADORA FEDERAL JOANA CAROLINA LINS PEREIRA (CONVOCADA)
RELATOR P/ ACÓRDÃO

AC - 383603/RN - 2003.84.00.011851-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	3ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
APTE	:	RENATO AUGUSTO LOPES GALVAO
ADV/PROC	:	ANDRE BARBALHO TORRES
APDO	:	UNIÃO

EMENTA
CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO E PREVIDENCIÁRIO. QUALIDADE DE EX-COMBATENTE. COMPROVAÇÃO. CUMULAÇÃO COM PROVENTOS DA RESERVA. POSSIBILIDADE.
1. In casu, resta inconteste a qualidade de ex-combatente do autor - conforme comprovação mediante documentos -, bem como a sua condição de Militar aposentado do Exército.
2. A pensão especial de ex-combatente é acumulável com benefício previdenciário. Considerando que a aposentadoria de servidor público, quer seja civil ou militar, tem natureza de benefício previdenciário, podendo, dessa forma, ser cumulada com a pensão especial de ex-combatente, prevista no art. 53, II, do ADCT. Precedentes do STF.
3. Apelação provida.

ACÓRDÃO
Vistos, etc.
Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, por maioria, dar provimento à apelação, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Recife, 16 de janeiro de 2007.
DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
RELATOR

RESUMO DOS PROCESSOS:
DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA - 1
DESEMBARGADOR FEDERAL NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - 2
DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA - 9

EXPEDIENTE ACO/2007.000036 DA 2ª TURMA

AC - 372359/AL - 2005.80.00.000519-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	3ª Vara Federal de Alagoas
APTE	:	FAPEC - FUNDAÇÃO ALAGOANA DE PESQUISA, EDUCAÇÃO E CULTURA
ADV/PROC	:	ALBERTO JORGE OMENA VASCONCELOS
APTE	:	CEFET/AL - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE ALAGOAS
REPTE	:	PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
APDO	:	OS MESMOS
APDO	:	ANA PAULA MOURA DE OLIVEIRA e outros
ADV/PROC	:	MARIÉ ALVES DE MIRANDA PEREIRA e outros

EMENTA
CONSTITUCIONAL. CURSO SUPERIOR MINISTRADO EM CONVÊNIO PELA CEFET/AL E A FAPEC. GRATUIDADE NÃO ASSEGURADA PELA INTERPRETAÇÃO SISTÊMICA DA CONSTITUIÇÃO.
1. Preliminar de ilegitimidade passiva do CEFET - AL rejeitada.
2. Relevante, na interpretação da Constituição, na qualidade de diploma que condensa os princípios norteadores do sistema jurídico, a consideração do elemento sistemático em detrimento da compreensão do sentido dos seus dispositivos de forma isolada.
3. A menção, no art. 206, IV, da Lei Fundamental, à garantia da gratuidade do ensino ministrado nos estabelecimentos oficiais, não se estende a todos os níveis de aprendizagem, porquanto tal preceito encontra complemento com o art. 208, I e II, do mesmo texto, ao asseverar que a obrigação estatal, no que concerne ao fornecimento de educação gratuita, restringe-se ao ensino fundamental, com progressividade de sua extensão ao médio, não abrangendo cursos diversos, ou a estes equiparados, cujo financiamento de sua realização pode ser objeto de previsão legislativa.
4. Provimento das apelações dos demandados e da remessa ex officio.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos do processo tombado sob o número em epígrafe, em que são partes as acima identificadas, acordam os Desembargadores Federais deste Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em sessão plenária, realizada nesta data, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas que integram o presente, por unanimidade, dar provimento às apelações do CEFET/AL e da FAPEC e à remessa, nos termos do voto do Relator.
Recife (PE), 22 de março de 2007 (data do julgamento).
Des. Federal EDILSON NOBRE
Relator (convocado)

AC - 407558/CE - 2005.81.00.016080-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	3ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	UFC - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	SINTUFCE - SINDICATO DOS TRABALHADORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
ADV/PROC	:	MANUEL GUIMARAES SILVA NETO e outro
REMTE	:	JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DO CEARÁ (FORTALEZA)

EMENTA
ADMINISTRATIVO. SERVIDOR. GAE. LEI 11.091/2005. NÃO RESTAURAÇÃO.
1. O fato da Lei 11.091/2005 haver revogado a Lei 10.302/2001 que, a pretexto de reestruturar os estipêndios da carreira técnico-administrativa das instituições federais de ensino, revogou previsão da Lei Delegada 13/92 que contemplava a percepção da Gratificação de Atividade Executiva - GAE, não restaura, por si só, o direito à percepção desta.
2. No sistema jurídico pátrio o instituto da repristinação, por ser de natureza excepcional, há de manifestar-se de forma expressa (art. 2º, §3º, da Lei de Introdução ao Código Civil).
3. Apelação e remessa providas.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos do processo tombado sob o número em epígrafe, em que são partes as acima identificadas, acordam os Desembargadores Federais deste Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em sessão plenária, realizada nesta data, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas que integram o presente, por unanimidade, dar provimento à apelação e à remessa, nos termos do voto do Relator.
Recife (PE), 13 de março de 2007 (data do julgamento).
Des. Federal EDILSON NOBRE
Relator convocado

AC - 406799/PB - 2007.05.99.000149-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	1ª Vara da Comarca de Uirauna
APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	JOSE FRANCISCO DE ARAUJO
ADV/PROC	:	FRANCISCO MOREIRA SOBRINHO

EMENTA
PREVIDENCIÁRIO. RURÍCOLA. APOSENTADORIA POR IDADE. LEI Nº 8.213/91. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA ORAL. EXERCÍCIO DE ATIVIDADES URBANAS ESPORÁDICAS. RESIDÊNCIA EM CAPITAL DA FEDERAÇÃO. RETORNO À ATIVIDADE RURAL. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. TUTELA ANTECIPADA MANTIDA. PRESENTES OS REQUISITOS AUTORIZADORES. ARTIGO 273, DO CPC.
1. Comprovado o exercício de atividade rural, através de início de prova material, corroborado pela prova testemunhal, há de se conceder o benefício pleiteado, nos termos do art. 201, § 7º, II, da Constituição Federal.
2. Quanto ao fato de o apelado ter exercido atividade urbana, esporadicamente, de 1975 a 1998 (fls. 12/17), e ter residido na cidade de São Paulo, como levam a crer os documentos apresentados e os depoimentos orais, não descaracteriza sua condição de rurícola, posto haver sido esta sua profissão, antes da ida a São Paulo, à qual retornou, nos anos seguintes, logrando perfazer o necessário período de carência.
3. Se ainda estão presentes os requisitos autorizadores da tutela antecipada, deve ser mantida a sua concessão, a teor do disposto no artigo 273, do CPC.
4. Apelação improvida. Sentença mantida.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos do processo tombado sob o número em epígrafe, em que são partes as acima identificadas, acordam os Desembargadores Federais da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em sessão realizada nesta data, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas que integram o presente, por unanimidade, negar provimento à apelação, mantendo a tutela antecipada, nos termos do voto do Relator.
Recife (PE), 22 de março de 2007 (data do julgamento).
Des. Federal EDILSON NOBRE
Relator convocado

AC - 406652/CE - 2007.05.99.000124-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	Vara Única da Comarca de Ubajara
APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	ADELAIDE XIMENES DE AGUIAR
ADV/PROC	:	FRANCISCO JOSÉ DA SILVA e outro
REMTE	:	JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE UBAJARA - CE

EMENTA
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADOR RURAL. LEI Nº 8.213/91. INÍCIO DE PROVA MATERIAL CORROBORADO PELA PROVA ORAL. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. JUROS DE MORA.REDUÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CAUSA SINGELA.
1. Comprovado o exercício de atividade rural, através de início de prova material, corroborado pela prova testemunhal, há de se conceder o benefício, nos termos do artigo 201, § 7º, II, da Constituição Federal.
2. Consoante entendimento dominante desta colenda Corte e do egrégio STJ (Súmula 204), os juros moratórios em débito previdenciário devem ser fixados à razão de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação válida, por se tratar de dívida de natureza alimentar.
3. Dada a singeleza da causa e a norma contida no parágrafo 4º, do artigo 20, do CPC, os honorários advocatícios devem ser reduzidos ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre o quantum vencido (Súmula n.º 111, do STJ
4. Apelação e remessa oficial parcialmente provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo tombado sob o número em epígrafe, em que são partes as acima identificadas, acordam os Desembargadores Federais da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em sessão realizada nesta data, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas que integram o presente, por unanimidade, dar parcial provimento à apelação e à remessa oficial, nos termos do voto do Relator.
Recife (PE), 22 de março de 2007 (data do julgamento).
Des. Federal EDILSON NOBRE
Relator convocado

AC - 405893/PB - 2004.82.02.002617-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	8ª Vara Federal da Paraíba (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	OZENIL PEREIRA DE SOUSA
ADV/PROC	:	ANDRE COSTA BARROS NETO e outro
APDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL. SEGURADO ESPECIAL. LEI Nº 8.213/91. APOSENTADORIA POR IDADE. COMPROVAÇÃO DO EXERCÍCIO CAMPESINO ATRAVÉS DE PROVA MATERIAL CORROBORADA PELA PROVA ORAL.CONCESSÃO DO BENEFÍCIO.
1. Comprovado o exercício de atividade rural, através de início de prova material, corroborado pela prova testemunhal, há de se conceder o benefício pleiteado, nos termos do art. 201, § 7º, II, da Constituição Federal.
2. Apelação provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo tombado sob o número em epígrafe, em que são partes as acima identificadas, acordam os Desembargadores Federais da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em sessão realizada nesta data, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas que integram o presente, por unanimidade, dar provimento à apelação, nos termos do voto do Relator.
Recife (PE), 22 de março de 2007 (data do julgamento).
Des. Federal EDILSON NOBRE
Relator convocado

AC - 405850/CE - 2007.05.99.000027-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	Vara Única da Comarca de Várzea Alegre
APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	ANTONIA MARIA DA CONCEIÇAO
ADV/PROC	:	JOACI ALVES DA COSTA e outro

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADOR RURAL. LEI Nº 8.213/91. INPICIO DE PROVA MATERIAL CORROBORADO PELA PROVA ORAL. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REDUÇÃO. CAUSA SINGELA. APLICAÇÃO DO PARÁGRAFO 4º, ART. 20, DO CPC.
1. Comprovado o exercício de atividade rural, através de início de prova material, corroborado pela prova testemunhal, há de se conceder o benefício, nos termos do art. 201, § 7º, II, da Constituição Federal.
2. Ajuste dos honorários advocatícios para reduzi-los ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor do quantum vencido, dada a singeleza da causa e o disposto no § 4º, do artigo 20, do Código de Processo Civil.
3. Apelação improvida. Remessa oficial parcialmente provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo tombado sob o número em epígrafe, em que são partes as acima identificadas, acordam os Desembargadores Federais da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em sessão realizada nesta data, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas que integram o presente, por unanimidade, negar provimento à apelação e dar parcial provimento à remessa oficial, nos termos do voto do Relator.
Recife (PE), 22 de março de 2007 (data do julgamento).
Des. Federal EDILSON NOBRE
Relator convocado

AC - 405039/PB - 2006.05.99.002249-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	Vara Única da Comarca de Alagoa Nova
APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	JOSE MOUSINHO DA SILVA
ADV/PROC	:	PAULO SERGIO CUNHA DE AZEVEDO
REMTE	:	JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE ALAGOA NOVA - PB

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. RURÍCOLA. LEI Nº 8.213/91. AÇÃO PROPOSTA NA JUSTIÇA ESTADUAL. ISENÇÃO DE CUSTAS. OCORRÊNCIA. PARÁGRAFO 1º DO ART. 511 DO CPC. RECIPROCIDADE ENTRE OS ENTES DA FEDERAÇÃO. PRELIMINAR REJEITADA. INÍCIO DE PROVA MATERIAL CORROBORADO PELA PROVA ORAL. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. REDUÇÃO DA VERBA HONORÁRIA ADVOCATÍCIA. NÃO CONHECIMENTO DA REMESSA OFICIAL. ART. 475 DO CPC (REDAÇÃO DA LEI 10.352/01).
1. Em face do disposto no § 1º do artigo 511 do Código de Processo Civil e da reciprocidade existente entre a União e suas autarquias, de um lado, e os Estados, de outro, entendo que a isenção deve prevalecer, a pesar de entendimento jurisprudencial diverso, segundo o qual competiria à lei estadual - e não a lei federal - isentar a autarquia previdenciária do pagamento de emoluentos e de custas processuais nas ações manejadas perante a Justiça Estadual. Preliminar rejeitada.
2. Comprovado o exercício de atividade campesina, através de início de prova material idôneo, corroborado pela prova oral, há de se conceder o benefício, nos termos do art. 201, § 7º, II, da Constituição Federal.
3. Redução da verba honorária advocatícia ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor das parcelas vencidas, dada a singeleza da causa e o disposto no §4 do artigo 20 do Código de Processo Civil.
4. Remessa Oficial não conhecida, em face da condenação não exceder a 60 (sessenta) salários mínimos, consoante art. 475, § 2º, do CPC (com redação da Lei nº 10.352, de 26/12/2001).
5. Remessa oficial não conhecida. Apelação parcialmente provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo tombado sob o número em epígrafe, em que são partes as acima identificadas, acordam os Desembargadores Federais da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em sessão realizada nesta data, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas que integram o presente, por unanimidade, não conhecer da remessa oficial e dar parcial provimento apelação, nos termos do voto do Relator.
Recife (PE), 22 de março de 2007 (data do julgamento).
Des. Federal EDILSON NOBRE
Relator convocado

AC - 403992/PB - 2006.05.00.074462-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	4ª Vara Federal da Paraíba
APTE	:	JANDUI BARBOSA DA SILVA
ADV/PROC	:	MARIA LUCIA CAVALCANTI DE MELLO E SILVA
APDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

EMENTA

APELAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. PRESERVAÇÃO DO VALOR REAL. CRITÉRIOS DA LEGISLAÇÃO ORDINÁRIA. PRESUNÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE. IMPROVIMENTO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo tombado sob o número em epígrafe, em que são partes as acima identificadas, acordam os Desembargadores Federais da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em sessão realizada nesta data, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas que integram o presente, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do voto do Relator.
Recife (PE), 22 de março de 2007 (data do julgamento).
Des. Federal EDILSON NOBRE
Relator convocado

AC - 394217/PB - 2006.05.99.001253-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	Vara Única da Comarca de Solânea
APTE	:	MARIA DA LUZ PEREIRA LIMA
ADV/PROC	:	KAYSER NOGUEIRA PINTO ROCHA e outro
APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	OS MESMOS
EMBTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. HONORÁRIOS. OMISSÃO QUANTO À APLICAÇÃO DA SÚMULA 111/STJ. PROCEDÊNCIA.
- Hipótese em que o acórdão omitiu-se quanto à aplicação do enunciado 111 da Súmula do colendo STJ, que pacificou o entendimento no sentido de que nas ações previdenciárias os honorários advocatícios não incidem sobre prestações vincendas.
- Embargos providos para suprir a omissão apontada, mantida, porém, a conclusão do julgado.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo tombado sob o número em epígrafe, em que são partes as acima identificadas, acordam os Desembargadores Federais da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em sessão realizada nesta data, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas que integram o presente, por unanimidade, dar provimento aos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator.
Recife (PE), 13 de março de 2007 (data do julgamento).
Des. Federal EDILSON NOBRE
Relator (convocado)

AC - 387161/SE - 2005.85.02.000951-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	7ª Vara Federal de Sergipe (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	MARIA DA PURIFICAÇÃO OLIVEIRA SANTOS e outros
APDO	:	JOSE CARLOS DA SILVA JUNIOR
ADV/PROC	:	NELMA ANDRADE DOS SANTOS
RECTE AD	:	JOSE CARLOS DA SILVA JUNIOR

EMENTA

CIVIL. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. LEGALIDADE. NÃO CUMULAÇÃO COM ENCARGOS MORATÓRIOS. JUROS CAPITALIZADOS. MP Nº 2170-36. APLICAÇÃO AOS CONTRATOS CELEBRADOS A PARTIR DE SUA VIGÊNCIA.
- A jurisprudência do STJ orientou-se no sentido de que a comissão de permanência é admitida durante o período de inadimplemento contratual, não podendo, contudo, ser cumulada com a correção monetária (Súmula 30/STJ), com os juros remuneratórios (Súmula 296/STJ) e moratórios, nem com a multa contratual (AgRg no REsp 706.368/RS Min. Nancy Andrighi e 712801, relator Carlos Alberto Menezes Direito).
- Com o advento da medida provisória de nº 1963-17, de 30/03/2000, substituída pela MP 2087, em vigor pela EC 32/2001, nas operações realizadas pelas instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional, é possível a capitalização de juros em prazo inferior a um ano.
- Apelação da CEF parcialmente provida. Recurso adesivo improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo sob o número em epígrafe, em que são partes as acima identificadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em sessão realizada nesta data, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas que integram o presente, por unanimidade, dar parcial provimento à apelação da CEF e negar provimento ao recurso adesivo, nos termos do voto do Relator.
Recife (PE), 22 de março de 2007 (data do julgamento).
Des. Federal EDILSON NOBRE
Relator convocado

AC - 407777/CE - 2001.81.00.009636-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	18ª Vara Federal do Ceará (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	RAIMUNDO LOPES DA SILVA
ADV/PROC	:	MARCIO MILITÃO SABINO e outros
REMTE	:	JUÍZO DA 18ª VARA FEDERAL DO CEARÁ (SOBRAL) - COMPETENTE P/ EXEC. PENAIS

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADOR RURAL. LEI Nº 8.213/91. INÍCIO DE PROVA MATERIAL CORROBORADO PELA PROVA ORAL. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. JUROS DE MORA.REDUÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CAUSA SINGELA.
1. Comprovado o exercício de atividade rural, através de início de prova material, corroborado pela prova testemunhal, há de se conceder o benefício, nos termos do artigo 201, § 7º, II, da Constituição Federal.
2. Consoante entendimento dominante desta colenda Corte e do egrégio STJ (Súmula 204), os juros moratórios em débito previdenciário devem ser fixados à razão de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação válida, por se tratar de dívida de natureza alimentar.
3. Dada a singeleza da causa e a norma contida no parágrafo 4º, do artigo 20, do CPC, os honorários advocatícios devem ser reduzidos ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre o quantum vencido (Súmula n.º 111, do STJ
4. Apelação e remessa oficial parcialmente provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo tombado sob o número em epígrafe, em que são partes as acima identificadas, acordam os Desembargadores Federais da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em sessão realizada nesta data, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas que integram o presente, por unanimidade, dar parcial provimento à apelação e à remessa oficial, nos termos do voto do Relator.
Recife (PE), 22 de março de 2007 (data do julgamento).
Des. Federal EDILSON NOBRE
Relator convocado

AC - 365270/PB - 2003.82.00.009140-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal da Paraíba
APTE	:	UFPB - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	CICERO ERNESTO LEITE DE SOUSA
ADV/PROC	:	ABENAGO PESSOA LIMA e outro
REMTE	:	JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA)

EMENTA

APELAÇÃO E REMESSA OFICIAL. SERVIDOR. ACUMULAÇÃO E ABANDONO DE CARGO. NECESSIDADE DE APURAÇÃO EM PROCESSO DISCIPLINAR. IMPROVIMENTO. 1. Caso a Administração vislumbre a prática, em detrimento de servidor público, das figuras da acumulação ilegal de cargos ou empregos, ou do abandono de cargo ou emprego, indispensável a instauração de procedimento administrativo, ao invés da opção pela demissão sumária, consubstanciada pela negativa em aceitar o retorno do apelado ao serviço. 2. A não opção pelo PUCRE, na forma do art. 39 da Portaria 475/87, não autoriza a conclusão pretendida pelo apelante, posto não demonstrado a notificação do apelado para esse fim, juntamente com a circunstância de que não restou prevista, para o caso de sua não formalização, a exclusão do servidor do serviço público. 3. Apelação e remessa oficial improvidas.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo tombado sob o número em epígrafe, em que são partes as acima identificadas, acordam os Desembargadores Federais da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em sessão realizada nesta data, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas que integram o presente, por unanimidade, negar provimento à apelação e à remessa oficial, nos termos do voto do Relator.
Recife (PE), 20 de março de 2007 (data do julgamento).
Des. Federal EDILSON NOBRE
Relator convocado

AC - 364177/CE - 2003.81.00.031511-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	10ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	TEREZA VEADO DE MESQUITA
ADV/PROC	:	FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO
REMTE	:	JUÍZO DA 10ª VARA FEDERAL DO CEARÁ (FORTALEZA)

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. RMI. BENEFÍCIO ANTERIOR À LEI 8.213/91. CORREÇÃO PELA ORTN/OTN. JUROS DE MORA.ART. 58/ADCT. UTILIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO DA DATA DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO.
- No regime precedente à Lei 8.213/91, a renda mensal inicial deve ser calculada com base na média dos 36 últimos salários-de-contribuição, corrigidos os 24 primeiros pela variação da ORTN/OTN.
- "O salário mínimo a ser considerado para efeito da revisão do referido dispositivo constitucional é o salário mínimo vigente na data da concessão do benefício e não o de data posterior." (AC 376137/AL, 2ª Turma, Rel. Des. Federal NAPOLEÃO MAIA, j. em 04/04/2006, DJU de 10/05/2006).
- Apelação e remessa parcialmente providas.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo tombado sob o número em epígrafe, em que são partes as acima identificadas, acordam os Desembargadores Federais da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em sessão realizada nesta data, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas que integram o presente, por unanimidade, dar parcial provimento à apelação e à remessa, nos termos do voto do Relator.
Recife (PE), 22 de março de 2007 (data do julgamento).
Des. Federal EDILSON NOBRE
Relator convocado

AC - 363555/PE - 2002.83.00.013264-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	12ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	UFPE - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	TEREZINHA VIEIRA DE OLIVEIRA
ADV/PROC	:	FLÁVIO CÉSAR FREIRE DE OLIVEIRA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. UNIÃO ESTÁVEL. PROVA. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA PRESUMIDA. DIREITO AO RATEIO DO BENEFÍCIO. INÍCIO DO PAGAMENTO. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. TAXA SELIC. INAPLICABILIDADE.
- A união estável pode ser demonstrada por qualquer meio, sem restrições à natureza das provas produzidas.
- A dependência econômica da companheira é presumida.
- Provada a existência de união estável, é devida a pensão por morte à companheira, dividindo-se o valor, em parte iguais, entre ela e a viúva.
- Pagamento da pensão a partir do óbito do ex-servidor uma vez constar dos autos, fls. 17, comprovante do requerimento administrativo feito no prazo estabelecido pela Lei nº 9528/97.
- Inaplicável ao caso a pretensão de indexação dos juros pela SELIC que, sobre cumular juros e correção monetária, só tem aplicação às questões de natureza tributária, nos termos da legislação específica (leis nº 9065/95 e 9250/95).
- Os juros moratórios em débito previdenciário devem ser fixados à razão de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação válida.
- Apelação improvida.
- Remessa oficial parcialmente provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo tombado sob o número em epígrafe, em que são partes as acima identificadas, acordam os Desembargadores Federais da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em sessão realizada nesta data, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas que integram o presente, por unanimidade, negar provimento à apelação oficial e dar parcial provimento à remessa oficial, nos termos do voto do Relator.
Recife, 22 de março de 2007.
Des. Federal EDILSON NOBRE
Relator convocado

AC - 326388/SE - 2002.85.00.004119-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	1ª Vara Federal de Sergipe
APTE	:	RIVANDA MARIA NASCIMENTO COSTA AMOR
ADV/PROC	:	JOSE EDUARDO DE SANTANA MACEDO e outro
APDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

EMENTA

APELAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. PRESERVAÇÃO DO VALOR REAL. CRITÉRIOS DA LEGISLAÇÃO ORDINÁRIA. PRESUNÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE. IMPROVIMENTO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo tombado sob o número em epígrafe, em que são partes as acima identificadas, acordam os Desembargadores Federais da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em sessão realizada nesta data, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas que integram o presente, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do voto do Relator.
Recife (PE), 22 de março de 2007 (data do julgamento).
Des. Federal EDILSON NOBRE
Relator convocado

AC - 314441/PE - 2003.05.00.003262-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	3ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	ADELAIDE MARIA WANDERLEY e outros
ADV/PROC	:	GERALDO AZOUBEL e outros
APDO	:	UNIÃO

EMENTA

APELAÇÃO. COISA JULGADA. INEXISTÊNCIA. PROVIMENTO. 1. Não englobando o pleito aqui deduzido salários incluídos no período objeto da Reclamação Trabalhista 11.001.01805/91, descabe falar em coisa julgada. 2. Havendo sido garantida aos autores, por força de ato judicial, a inclusão no quadro funcional da apelada, se tem como devido o pagamento de salários nos meses de janeiro, fevereiro e demais remunerações vincendas até a concretização do enquadramento determinado por decisão proferida na demanda acima. 3. Apelo provido. Pedido julgado procedente na forma do art. 515, §3º, do CPC.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo tombado sob o número em epígrafe, em que são partes as acima identificadas, acordam os Desembargadores Federais da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em sessão realizada nesta data, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas que integram o presente, por unanimidade, dar provimento à apelação, para anular a sentença, e, na forma do art. 515, §3º, do CPC, julgar procedente o pedido, nos termos do voto do Relator.
Recife (PE), 20 de março de 2007(data do julgamento).
Des. Federal EDILSON NOBRE
Relator convocado

AC - 12990/CE - 92.05.04602-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	3ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	MESSIAS DE CARVALHO GONÇALVES e outros
ADV/PROC	:	MANOEL LACERDA PEREIRA
APDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

EMENTA

APELAÇÃO. DESPACHO DE DETERMINA O RETORNO DOS AUTOS AO ARQUIVO. NÃO CABIMENTO DO APELO. IMPOSSIBILIDADE DE INCIDÊNCIA DA FUNGIBILIDADE, POSTO QUE, DEMAIS DO EQUÍVOCO EVIDENTE, FOI EXTRAPOLADO O PRAZO DE 10 DIAS. RECURSO NÃO CONHECIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo tombado sob o número em epígrafe, em que são partes as acima identificadas, acordam os Desembargadores Federais da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em sessão realizada nesta data, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas que integram o presente, por unanimidade, não conhecer o apelo, nos termos do voto do Relator.
Recife (PE), 22 de março de 2007 (data do julgamento).
Des. Federal EDILSON NOBRE
Relator convocado

AGTR - 72948/PE - 2007.05.00.000125-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	VILMA BARRETO E FILHO LTDA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. LEI 11.051/04. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. SÚMULA Nº 314 DO STJ. PEDIDO DE SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO. DEFERIMENTO. DESPACHO DE ARQUIVAMENTO. INTIMAÇÃO DO EXEQUENTE. FALTA DE DILIGÊNCIA NECESSÁRIA À EXECUÇÃO. APELAÇÃO IMPROVIDA.
- A partir da nova regulamentação do art. 40 da Lei de Execuções Fiscais, ao qual foi acrescido o parágrafo 4º, por força da Lei nº 11.051/04, é possível a decretação da prescrição de ofício, condicionada à prévia oitiva da Fazenda Pública.
- Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente (Súmula nº 314 do STJ).
- Hipótese em que a paralisação decorreu por inércia da exeqüente, considerando que foi requerida a suspensão da execução do feito, nos termos do art. 40 da LEF, tendo sido deferido o pedido, e decorrido o lapso prescricional, sem realização de diligência suficiente à efetivação da cobrança do tributo caracteriza prescrição intercorrente.
- Agravo de instrumento improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo tombado sob o número em epígrafe, em que são partes as acima identificadas, acordam os Desembargadores Federais da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em sessão realizada nesta data, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas que integram o presente, por unanimidade, negar provimento ao Agravo de Instrumento, nos termos do voto do Relator.
Recife (PE), 22 de março de 2007.
Desembargador Federal EDILSON NOBRE
(Relator convocado)

AGTR - 71383/PE - 2006.05.00.065340-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
AGRDO	:	BRASCARGAS TRANSPORTES E REPRESENTACOES LTDA
AGRDO	:	BRENO GERMANO MYER

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. REDIRECIONA-

MENTO DA EXECUÇÃO PARA SÓCIO. CITAÇÃO APÓS O DECURSO DO PRAZO DE 5 (CINCO) ANOS DA CITAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. RECONHECIMENTO MANTIDO. PRECEDENTE JURISPRUDENCIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO, PREJUDICADO O AGRAVO REGIMENTAL.
- Ocorre a prescrição intercorrente em execução fiscal na hipótese de decorrer mais de 5 (cinco) anos entre a citação da pessoa jurídica e a pretendida citação do sócio contra quem se redirecionaria a execução fiscal.
- Precedente jurisprudencial.
- Citação da pessoa jurídica executada ocorrida via edital publicado aos 25/09/86.
- Prescrição. Reconhecimento mantido.
- Agravo de instrumento ao qual se nega provimento. Agravo regimental prejudicado.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima mencionadas, acordam os Desembargadores Federais da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em sessão realizada nesta data, por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento e julgar prejudicado o agravo regimental, nos termos do voto do Relator e do que consta nas notas taquigráficas que ficam integrando este julgado.
Recife, 22 de março de 2007 (data do julgamento).
Desembargador Federal EDILSON NOBRE
Relator convocado

AGTR - 70693/CE - 2006.05.00.058064-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	10ª Vara Federal do Ceará
AGRTE	:	C ROLIM MOTOS LTDA
ADV/PROC	:	FRANCISCO LUIS GADELHA SANTOS e outros
AGRDO	:	FAZENDA NACIONAL

EMENTA

PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EFEITO SUSPENSIVO NEGADO. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA NO PROCESSO PRINCIPAL. PERDA DE OBJETO. RECURSO PREJUDICADO.
1. Os efeitos da sentença definitiva de mérito, in casu, sobrepõem-se aos efeitos de eventual decisão de mérito a ser proferida neste agravo de instrumento, cabendo, pois, ao recorrente, a impugnação da sentença por meio do recurso de apelação, e não mais através do agravo.
2. Agravo de instrumento prejudicado.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo tombado sob o número em epígrafe, em que são partes as acima identificadas, acordam os Desembargadores Federais da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em sessão realizada nesta data, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas que integram o presente, por unanimidade, julgar prejudicado o Agravo de Instrumento, nos termos do voto do Relator.
Recife (PE), 22 de março de 2007.
Des. Federal EDILSON NOBRE
Relator (convocado)

AGTR - 70499/PE - 2006.05.00.055063-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	FABIO DO LIVRAMENTO SILVA ME

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. LEI 11.051/04. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. SÚMULA Nº 314 DO STJ. DESPACHO DE ARQUIVAMENTO. INTIMAÇÃO DO EXEQUENTE. FALTA DE DILIGÊNCIA NECESSÁRIA À EXECUÇÃO. APELAÇÃO IMPROVIDA.
- A partir da nova regulamentação do art. 40 da Lei de Execuções Fiscais, ao qual foi acrescido o parágrafo 4º, por força da Lei nº 11.051/04, é possível a decretação da prescrição de ofício, condicionada à prévia oitiva da Fazenda Pública.
- Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente (Súmula nº 314 do STJ).
- Hipótese em que o agravante não juntou cópias do executivo fiscal imprescindíveis à formulação de um juízo acerca do mérito da pretensão deduzida.
- Conquanto seja facultado ao agravante instruir o agravo de instrumento com outras peças que não as obrigatórias (art. 522, II, CPC), é seu dever instruí-lo com os documentos necessários à elucidação do incidente, possibilitando ao órgão julgador uma melhor visão sobre o caso a ser decidido.
- Apelação improvida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo tombado sob o número em epígrafe, em que são partes as acima identificadas, acordam os Desembargadores Federais da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em sessão realizada nesta data, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas que integram o presente, por unanimidade, negar provimento ao Agravo de Instrumento, nos termos do voto do Relator.
Recife (PE), 22 de março de 2007.
Desembargador Federal EDILSON NOBRE
(Relator convocado)

AC - 408484/CE - 2007.05.99.000408-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	Vara Única da Comarca de Aiuaba
APTE	:	SINFOROZA ALVES DE SOUZA
ADV/PROC	:	FRANCISCO GONÇALVES DIAS
APDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. SALÁRIO-MATERNIDADE. TRABALHADORA RURAL. PLEITO FORMULADO NA VIA JUDICIAL DECORRIDOS MAIS DE 05 ANOS. OCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo tombado sob o número em epígrafe, em que são partes as acima identificadas, acordam os Desembargadores Federais da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em sessão realizada nesta data, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas que integram o presente, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do voto do Relator.
Recife (PE), 22 de março de 2007 (data do julgamento).
Des. Federal EDILSON NOBRE
Relator convocado

AC - 408592/PE - 2007.05.00.015408-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	GIUSEPPE AMERICO REALE

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. SUSPENSÃO E POSTERIOR REDISTRIBUIÇÃO DOS AUTOS. AUSÊNCIA DE ARQUIVAMENTO E DE INTIMAÇÃO DA EXEQÜENTE. DECRETAÇÃO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. IMPOSSIBILIDADE.
- A partir da nova regulamentação do art. 40 da Lei de Execuções Fiscais, ao qual foi acrescido o parágrafo 4º, por força da Lei nº 11.051/04, é possível a decretação da prescrição de ofício, condicionada à prévia oitiva da Fazenda Pública.
- Hipótese em que a paralisação do feito não decorreu por inércia da exeqüente, considerando que os autos foram suspensos, e não, arquivados com base no art. 40 da LEF, e, posteriormente, redistribuídos a juízo diverso, sem a necessária intimação da parte exeqüente, a teor do art. 25 da Lei nº 6.830/80.
- Apelação provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo tombado sob o número em epígrafe, em que são partes as acima identificadas, acordam os Desembargadores Federais da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em sessão realizada nesta data, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas que integram o presente, por unanimidade, dar provimento à apelação, nos termos do voto do Relator.
Recife (PE), 22 de março de 2007 (data do julgamento).
Des. Federal EDILSON NOBRE
Relator convocado

AC - 408389/CE - 2007.05.99.000258-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	Vara Única da Comarca de Aiuaba
APTE	:	AURISTELA GOES DE OLIVEIRA
ADV/PROC	:	FRANCISCO GONÇALVES DIAS
APDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. SALÁRIO-MATERNIDADE. TRABALHADORA RURAL. PLEITO FORMULADO NA VIA JUDICIAL DECORRIDOS MAIS DE 05 ANOS. OCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo tombado sob o número em epígrafe, em que são partes as acima identificadas, acordam os Desembargadores Federais da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em sessão realizada nesta data, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas que integram o presente, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do voto do Relator.
Recife (PE), 22 de março de 2007 (data do julgamento).
Des. Federal EDILSON NOBRE
Relator convocado

AC - 408366/CE - 2007.05.99.000366-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	Vara Única da Comarca de Aiuaba
APTE	:	FRANCISCA JURANDI CALIXTO SANTOS
ADV/PROC	:	FRANCISCO GONÇALVES DIAS
APDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. SALÁRIO-MATERNIDADE. TRABALHADORA RURAL. PLEITO FORMULADO NA VIA JUDICIAL DECORRIDOS MAIS DE 05 ANOS. OCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo tombado sob o número em epígrafe, em que são partes as acima identificadas, acordam os Desembargadores Federais da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em sessão realizada nesta data, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas que integram o presente, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do voto do Relator.
Recife (PE), 22 de março de 2007 (data do julgamento).
Des. Federal EDILSON NOBRE
Relator convocado

AC - 408706/CE - 2007.05.99.000451-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	Vara Única da Comarca de Aiuaba
APTE	:	MARIA ECILIA DE ANDRADE SOUSA
ADV/PROC	:	FRANCISCO GONÇALVES DIAS
APDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. SALÁRIO-MATERNIDADE. TRABALHADORA RURAL. PLEITO FORMULADO NA VIA JUDICIAL DECORRIDOS MAIS DE 05 ANOS. OCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo tombado sob o número em epígrafe, em que são partes as acima identificadas, acordam os Desembargadores Federais da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em sessão realizada nesta data, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas que integram o presente, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do voto do Relator.
Recife (PE), 22 de março de 2007 (data do julgamento).
Des. Federal EDILSON NOBRE
Relator convocado

AC - 408702/PB - 2006.82.00.000917-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal da Paraíba
APTE	:	LUIS CIPRIANO DO NASCIMENTO
ADV/PROC	:	VALTER DE MELO
APDO	:	UNIÃO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. PIS/PASEP. ATUALIZAÇÃO DE SALDO DE CONTA. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL E NÃO TRINTENÁRIA. HIPÓTESE QUE SE SUBSUME AO ART. 1º DO DECRETO Nº 20.910/32. PRECEDENTES DO STJ. APELAÇÃO À QUAL SE NEGA PROVIMENTO.
- Não havendo disciplina específica sobre o prazo prescricional da ação em que se busca a atualização monetária dos saldos de contas do PIS/PASEP, a hipótese não se subsume à norma específica, sobre prescrição trintenária, relativa ao FGTS, mas, sim, ao comando emanado do art. 1º do Decreto nº 20.910/32, que estabelece a prescrição qüinqüenal das dívidas passivas da União.
- Prescrição qüinqüenal pronunciada pela sentença que se mantém. Precedentes do STJ.
- Apelação à qual se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo tombado sob o número em epígrafe, em que são partes as acima identificadas, acordam os Desembargadores Federais da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em sessão realizada nesta data, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas que integram o presente, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do voto do Relator.

Recife (PE), 22 de março de 2007 (data do julgamento).

Des. Federal EDILSON NOBRE

Relator convocado

AC - 408617/PE - 2004.83.00.001070-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	ISAAC DAVID DE SOUZA
ADV/PROC	:	ALEXANDRE ANTÔNIO COSTA BEZERRA DA SILVA

EMENTA

TRIBUTÁRIO. TAXA DE OCUPAÇÃO. DECADÊNCIA. IMPROVIMENTO.

- Considerando que a taxa de ocupação constitui receita patrimonial do Estado, inaplicável, em sede de prescrição e decadência, os dispositivos do Código Tributário Nacional, mas sim o art. 47 da Lei 9.636/98.

- Impossibilidade da incidência, quanto à decadência já consumada, da redação do art. 47 da Lei 9.636/98, acrescida pela Lei 10.852/04, com o que se homenageia o princípio da segurança jurídica.

- Ainda que não existente a Lei 9.636/98, favoreceria o apelado o art. 1º do Decreto 20.910/32, cuja aplicação se impunha por força do princípio da isonomia, de acordo com entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ, 2ª T, Resp 623.023-RJ, rel. Min. ELIANA CALMON, v. u., DJ 14/11/2005, p. 251).

- Apelação improvida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo tombado sob o número em epígrafe, em que são partes as acima identificadas, acordam os Desembargadores Federais da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em sessão realizada nesta data, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas que integram o presente, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do voto do Relator.

Recife (PE), 22 de março de 2007.

Des. Federal EDILSON NOBRE

Relator convocado

AC - 408538/CE - 2007.05.99.000398-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	Vara Única da Comarca de Aiuaba
APTE	:	ALDETE FRANCISCA DE BRITO
ADV/PROC	:	FRANCISCO GONÇALVES DIAS
APDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. SALÁRIO-MATERNIDADE. TRABALHADORA RURAL. PLEITO FORMULADO NA VIA JUDICIAL DECORRIDOS MAIS DE 05 ANOS. OCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo tombado sob o número em epígrafe, em que são partes as acima identificadas, acordam os Desembargadores Federais da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em sessão realizada nesta data, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas que integram o presente, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do voto do Relator.

Recife (PE), 22 de março de 2007 (data do julgamento).

Des. Federal EDILSON NOBRE

Relator convocado

AC - 408536/CE - 2007.05.99.000351-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	Vara Única da Comarca de Aiuaba
APTE	:	FRANCISCA SOCORRO LEITÃO
ADV/PROC	:	FRANCISCO GONÇALVES DIAS
APDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. SALÁRIO-MATERNIDADE. TRABALHADORA RURAL. PLEITO FORMULADO NA VIA JUDICIAL DECORRIDOS MAIS DE 05 ANOS. OCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo tombado sob o número em epígrafe, em que são partes as acima identificadas, acordam os Desembargadores Federais da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em sessão realizada nesta data, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas que integram o presente, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do voto do Relator.

Recife (PE), 22 de março de 2007 (data do julgamento).

Des. Federal EDILSON NOBRE

Relator convocado

AC - 408535/RN - 2006.84.02.000264-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	9ª Vara Federal do Rio Grande do Norte (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	SEVERINA RITA DE ARAUJO LEITE
ADV/PROC	:	ALBANIZA DE MEDEIROS PEREIRA ARAUJO e outros
APDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. COTAS DE PENSÃO. REVISÃO DE RMI. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 9032/95. APLICAÇÃO DA LEI VIGENTE À DATA DO ÓBITO DO SEGURADO. INAPLICABILIDADE DA LEI 9032/95. PRECEDENTES: RE Nº 416827 e 415454, PLENO DO STF.

- Segundo entendimento firmado pelo STF nos RE Nº 416827 e 415454, o percentual de 100% estabelecido pela Lei nº 9032/95, que alterou a redação do art. 75 da Lei nº 8213/91, não se aplica às pensões concedidas antes de sua vigência.

- Apelação improvida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo tombado sob o número em epígrafe, em que são partes as acima identificadas, acordam os Desembargadores Federais da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em sessão realizada nesta data, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas que integram o presente, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do voto do Relator.

Recife (PE), 22 de março de 2007 (data do julgamento).

Des. Federal EDILSON NOBRE

Relator convocado

AC - 407918/CE - 2001.81.00.000205-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	18ª Vara Federal do Ceará (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	TEREZA FONTENELE DE OLIVEIRA
ADV/PROC	:	PEDRO MORAES FILHO e outro
REMTE	:	JUÍZO DA 18ª VARA FEDERAL DO CEARÁ (SOBRAL) - COMPETENTE P/ EXEC. PENAIS

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADOR RURAL. LEI Nº 8.213/91. INÍCIO DE PROVA MATERIAL CORROBORADO PELA PROVA ORAL. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. TERMO INCIAL DA CONDENAÇÃO. JUROS DE MORA. REDUÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CAUSA SINGELA.

1. Comprovado o exercício de atividade rural, através de início de prova material, corroborado pela prova testemunhal, há de se conceder o benefício, nos termos do artigo 201, § 7º, II, da Constituição Federal.

2. Não há óbice legal para o estabelecimento da data do requerimento administrativo como marco inicial da condenação, desde que a postulante tenha preenchido, naquele momento, os requisitos necessários para a concessão do benefício.

3. Consoante entendimento dominante desta colenda Corte e do egrégio STJ (Súmula 204), os juros moratórios em débito previdenciário devem ser fixados à razão de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação válida, por se tratar de dívida de natureza alimentar.

4. Dada a singeleza da causa e a norma contida no parágrafo 4º, do artigo 20, do CPC, os honorários advocatícios devem ser reduzidos ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre o quantum vencido (Súmula n.º 111, do STJ

5. Apelação e remessa oficial parcialmente providas.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo tombado sob o número em epígrafe, em que são partes as acima identificadas, acordam os Desembargadores Federais da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em sessão realizada nesta data, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas que integram o presente, por unanimidade, dar parcial provimento à remessa oficial e à apelação, nos termos do voto do Relator.

Recife (PE), 22 de março de 2007 (data do julgamento).

Des. Federal EDILSON NOBRE

Relator convocado

AC - 408467/CE - 2007.05.99.000411-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	Vara Única da Comarca de Aiuaba
APTE	:	JOANA MORAIS DE SOUSA
ADV/PROC	:	FRANCISCO GONÇALVES DIAS
APDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. SALÁRIO-MATERNIDADE. TRABALHADORA RURAL. PLEITO FORMULADO NA VIA JUDICIAL DECORRIDOS MAIS DE 05 ANOS. OCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo tombado sob o número em epígrafe, em que são partes as acima identificadas, acordam os Desembargadores Federais da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em sessão realizada nesta data, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas que integram o presente, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do voto do Relator.

Recife (PE), 22 de março de 2007 (data do julgamento).

Des. Federal EDILSON NOBRE

Relator convocado

AC - 408456/CE - 2007.05.99.000468-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	Vara Única da Comarca de Aiuaba
APTE	:	CHEILA ALVES DA SILVA
ADV/PROC	:	FRANCISCO GONÇALVES DIAS
APDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. SALÁRIO-MATERNIDADE. TRABALHADORA RURAL. PLEITO FORMULADO NA VIA JUDICIAL DECORRIDOS MAIS DE 05 ANOS. OCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo tombado sob o número em epígrafe, em que são partes as acima identificadas, acordam os Desembargadores Federais da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em sessão realizada nesta data, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas que integram o presente, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do voto do Relator.

Recife (PE), 22 de março de 2007 (data do julgamento).

Des. Federal EDILSON NOBRE

Relator convocado

AC - 408452/CE - 2007.05.99.000279-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	Vara Única da Comarca de Aiuaba
APTE	:	RITA APARECIDA PEREIRA DE OLIVEIRA
ADV/PROC	:	FRANCISCO GONÇALVES DIAS e outro
APDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. SALÁRIO-MATERNIDADE. TRABALHADORA RURAL. PLEITO FORMULADO NA VIA JUDICIAL DECORRIDOS MAIS DE 05 ANOS. OCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo tombado sob o número em epígrafe, em que são partes as acima identificadas, acordam os Desembargadores Federais da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em sessão realizada nesta data, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas que integram o presente, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do voto do Relator.

Recife (PE), 22 de março de 2007 (data do julgamento).

Des. Federal EDILSON NOBRE

Relator convocado

AC - 408384/CE - 2007.05.99.000470-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	Vara Única da Comarca de Aiuaba
APTE	:	MARIA DO SOCORRO MORAIS DE SOUSA OLIVEIRA
ADV/PROC	:	FRANCISCO GONÇALVES DIAS
APDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

EMENTA
PREVIDENCIÁRIO. SALÁRIO-MATERNIDADE. TRABALHADORA RURAL. PLEITO FORMULADO NA VIA JUDICIAL DECORRIDOS MAIS DE 05 ANOS. OCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos do processo tombado sob o número em epígrafe, em que são partes as acima identificadas, acordam os Desembargadores Federais da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em sessão realizada nesta data, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas que integram o presente, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do voto do Relator.
Recife (PE), 22 de março de 2007 (data do julgamento).
Des. Federal EDILSON NOBRE
Relator convocado

AC - 408341/CE - 2007.05.99.000315-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	Vara Única da Comarca de Aiuaba
APTE	:	ALDENICE DANIEL DE ALMEIDA
ADV/PROC	:	FRANCISCO GONÇALVES DIAS
APDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

EMENTA
PREVIDENCIÁRIO. SALÁRIO-MATERNIDADE. TRABALHADORA RURAL. PLEITO FORMULADO NA VIA JUDICIAL DECORRIDOS MAIS DE 05 ANOS. OCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos do processo tombado sob o número em epígrafe, em que são partes as acima identificadas, acordam os Desembargadores Federais da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em sessão realizada nesta data, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas que integram o presente, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do voto do Relator.
Recife (PE), 22 de março de 2007 (data do julgamento).
Des. Federal EDILSON NOBRE
Relator convocado

AC - 408334/CE - 2007.05.99.000322-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	Vara Única da Comarca de Aiuaba
APTE	:	MARIA SOLANGE SOARES ARAÚJO
ADV/PROC	:	FRANCISCO GONÇALVES DIAS
APDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

EMENTA
PREVIDENCIÁRIO. SALÁRIO-MATERNIDADE. TRABALHADORA RURAL. PLEITO FORMULADO NA VIA JUDICIAL DECORRIDOS MAIS DE 05 ANOS. OCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos do processo tombado sob o número em epígrafe, em que são partes as acima identificadas, acordam os Desembargadores Federais da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em sessão realizada nesta data, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas que integram o presente, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do voto do Relator.
Recife (PE), 22 de março de 2007 (data do julgamento).
Des. Federal EDILSON NOBRE
Relator convocado

AC - 408319/CE - 2007.05.99.000382-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	Vara Única da Comarca de Aiuaba
APTE	:	ANTONIA DA PURIFICAÇÃO ARRAIS SOUSA
ADV/PROC	:	FRANCISCO GONÇALVES DIAS
APDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

EMENTA
PREVIDENCIÁRIO. SALÁRIO-MATERNIDADE. TRABALHADORA RURAL. PLEITO FORMULADO NA VIA JUDICIAL DECORRIDOS MAIS DE 05 ANOS. OCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos do processo tombado sob o número em epígrafe, em que são partes as acima identificadas, acordam os Desembargadores Federais da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em sessão realizada nesta data, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas que integram o presente, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do voto do Relator.
Recife (PE), 22 de março de 2007 (data do julgamento).
Des. Federal EDILSON NOBRE
Relator convocado

AC - 408210/PE - 2001.83.00.004801-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	FERNANDO BARBOSA DA SILVA

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. REDISTRIBUIÇÃO DOS AUTOS. AUSÊNCIA DE ARQUIVAMENTO E DE INTIMAÇÃO DA EXEQÜENTE. DEMORA NA CITAÇÃO. AUSÊNCIA DE CULPA DA EXEQUENTE. DECRETAÇÃO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. IMPOSSIBILIDADE.
- A partir da nova regulamentação do art. 40 da Lei de Execuções Fiscais, ao qual foi acrescido o parágrafo 4º, por força da Lei nº 11.051/04, é possível a decretação da prescrição de ofício, condicionada à prévia oitiva da Fazenda Pública.
- Hipótese em que a paralisação do feito não decorreu por inércia da exeqüente, considerando que os autos foram redistribuídos a juízo diverso, sem a necessária intimação da parte exeqüente, a teor do art. 25 da Lei nº 6.830/80.
- Apelação provida.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos do processo tombado sob o número em epígrafe, em que são partes as acima identificadas, acordam os Desembargadores Federais da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em sessão realizada nesta data, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas que integram o presente, por unanimidade, dar provimento à apelação, nos termos do voto do Relator.
Recife (PE), 22 de março de 2007 (data do julgamento).
Des. Federal EDILSON NOBRE
Relator convocado

AC - 408137/PE - 2006.83.00.001908-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	5ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	UNIÃO
APDO	:	JOSIAS EUGÊNIO GOMES e outros
ADV/PROC	:	MARIA EVANE DE AQUINO MOURA ARRUDA LIMA

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL. PIS/PASEP. ATUALIZAÇÃO DE SALDO DE CONTA. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL E NÃO TRINTENÁRIA. HIPÓTESE QUE SE SUBSUME AO ART. 1º DO DECRETO Nº 20.910/32. PRECEDENTES DO STJ.
- Não havendo disciplina específica sobre o prazo prescricional da ação em que se busca a atualização monetária dos saldos de contas do PIS/PASEP, a hipótese não se subsume à norma específica, sobre prescrição trintenária, relativa ao FGTS, mas, sim, ao comando emanado do art. 1º do Decreto nº 20.910/32, que estabelece a prescrição qüinqüenal das dívidas passivas da União.
- Apelação e remessa providas.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos do processo tombado sob o número em epígrafe, em que são partes as acima identificadas, acordam os Desembargadores Federais da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em sessão realizada nesta data, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas que integram o presente, por unanimidade, dar provimento à apelação e à remessa oficial, nos termos do voto do Relator.
Recife (PE), 22 de março de 2007 (data do julgamento).
Des. Federal EDILSON NOBRE
Relator convocado

RESUMO DOS PROCESSOS:
DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA - 41

DIVISÃO DE PRECATÓRIOS

EXPEDIENTE DESPA/2007.000006 - PRECATÓRIOS

PRC - 58023/CE - 2006.05.00.031789-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR(A) FEDERAL PRESIDENTE
ORIGEM	:	5ª Vara Federal do Ceará
REQTE	:	FRANCISCO PAIVA e outros
REQTE	:	BENEDITO ALVES DE OLIVEIRA
REQTE	:	ALVARO ALEXANDRE NETO
REQTE	:	ALBERTO SOARES DA COSTA
REQTE	:	ANTONIO PINHEIRO DE MORAIS
REQTE	:	ANTONIO VIEIRA DE SOUSA
REQTE	:	ANTENOR CRUS MARANHAO
REQTE	:	CRISTOVAM DE OLIVEIRA SALVADOR
REQTE	:	CLOVIS PAULINO GOMES
REQTE	:	DANIEL ALVES FERREIRA.
REQTE	:	EXPEDITO DE PAULA DA SILVA
REQTE	:	FRANCISCO TRIGUEIRO BEZERRA
REQTE	:	FRANCISCO ALMIR LEITE MASCARENHAS
REQTE	:	FRANCISCO FERNANDES DE ASSIS
REQTE	:	FRANCISCO SOARES DE ARAUJO
REQTE	:	JOSE ALVES DA SILVA
REQTE	:	JOSE RODRIGUES DE OLIVEIRA
REQTE	:	JOSE TAVARES DOS SANTOS
REQTE	:	RAIMUNDO ALVES DA SILVA
REQTE	:	ROLDAO PEREIRA DOS SANTOS
REQTE	:	RAIMUNDO FRANCISCO FELIX DA SILVA
REQTE	:	RAIMUNDO ROQUE FERREIRA
REQTE	:	RAIMUNDO DOS SAANTOS
REQTE	:	FRANCISCO MESSIAS PERNAMBUCO BEZERRA
ADV/PROC	:	JEOVAM LEMOS CAVALCANTE
ADV/PROC	:	DEISE DE OLIVEIRA LASHERAS
REQTE	:	MARIO TRIGUEIRO BEZERRA
REQDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADV/PROC	:	RUY VIDAL GOMES DA SILVA e outros
DEPRECTE	:	JUÍZO DA 5ª VARA FEDERAL DO CEARÁ (FORTALEZA)

Vistos etc.
Vislumbro impedimento absoluto à liberação dos valores atinentes aos presentes precatórios, a seguir detalhados:
54779 - AL - 47,94%
54794 - SE - 26,05%
54809 - RN - 26,05% e 16,19%
54996 - PB - 26,05% e 16,19%
55321 - AL - 47,94%
55616 - RN - 26,05% e 16,19%
55747 - SE - 26,05%
55749 - SE - 26,05% e 84,32%
55852 - PB - 26,05%
56182 - AL - 26,05%
56656 - PE - 26,05%
57377 - PE - 26,05%
57422 - CE - 84,32%
57459 - PE - 26,05% e 16,19%
57491 - CE - 84,32%
57627 - AL - 26,05%
57909 - CE - 84,32%
58021 - SE - 26,05% e 84,32%
58023 - CE - 84,32%
58294 - CE - 84,32%
58353 - CE - 84,32%
58397 - CE - 84,32%
58412 - SE - 26,05%
58384 - SE - 26,05%
58406 - SE - 26,05%
Fundamento e decido.
A configuração da coisa julgada não pode ser agasalhada de forma absoluta. Nesse sentido, manifestei-me quando do julgamento da Ação Rescisória nº 4730/PE, a teor da transcrição que segue:
EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. REAJUSTE DE 84,32%. AÇÃO RESCISÓRIA. INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO DESTE JUIZ PARA JULGAMENTO. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 252 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 343 DO STF. CONTROVÉRSIA DE ORDEM CONSTITUCIONAL. ENTENDIMENTO DO PRETÓRIO EXCELSO. SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU QUE JULGOU IMPROCEDENTE O PEDIDO DA AUTORA. REFORMADA, POR MAIORIA DE VOTOS, PELA SEGUNDA TURMA DESTE TRIBUNAL. PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO QUE RECONHECEU O DIREITO DOS SUBSTITUÍDOS AO REAJUSTE DE 84,32%. INTIMAÇÃO DA UNIÃO. LEI COMPLEMENTAR Nº 73, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1993. INTIMAÇÃO POR PUBLICAÇÃO SEM INDICAÇÃO DO NOME DO PROCURADOR. ACÓRDÃO QUE DECIDIU ACERCA DA VALIDADE DA INTIMAÇÃO DA UNIÃO. DECISÃO IMPEDITIVA DO CONHECIMENTO DE UMA DECISÃO DE MÉRITO. CABIMENTO DA AÇÃO RESCISÓRIA. ABRANDAMENTO PELA DOUTRINA E JURISPRUDÊNCIA DA EXPRESSÃO "SENTENÇA DE MÉRITO, TRANSITADA EM JULGADO" CONSTANTE DO CAPUT DO ART. 485 DO CPC. ACOLHIMENTO DO PRIMEIRO PEDIDO DA AÇÃO RESCISÓRIA. SEGUNDO PEDIDO DA AÇÃO. RESCISÃO DO ACÓRDÃO DE MÉRITO DA SEGUNDA TURMA , O QUAL RECONHECEU O DIREITO ADQUIRIDO DOS SERVIDORES À INCORPORAÇÃO NOS SEUS VENCIMENTOS DO PERCENTUAL DE 84,32%, REFERENTE AO MÊS DE ABRIL/90. CONHECIMENTO DA MATÉRIA. POSSIBILIDADE. ENSEJO QUE SE OFERECE. OPORTUNIDADE. EFETIVIDADE E INSTRUMENTALIDADE DO PROCESSO. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, INCLUSIVE DA TERCEIRA SEÇÃO DAQUELA CORTE. COISA JULGADA INCONSTITUCIONAL. FUNDAMENTO DE VALIDADE DE LEI E DE SENTENÇA. CONSTITUIÇÃO. ORIENTAÇÃO DOS JURISTAS PORTUGUESES E DOUTRINADORES ALEMÃES E HOJE, TAMBÉM DOS PROFESSORES BRASILEIROS. IDÉIA DE QUE DECISÃO TRANSITADA EM JULGADO NÃO PODE SER

RECONHECIDA COMO INCONSTITUCIONAL. VALORIZAÇÃO DA NORMA PROCESSUAL INFRACONSTITUCIONAL, EM DETRIMENTO DA CONSTITUIÇÃO. SISTEMA BRASILEIRO. LIMITE PARA AJUIZAMENTO DE AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. NOVA CONSTITUIÇÃO. RELAÇÕES CONTINUADAS DE DIREITO TRIBUTÁRIO. DECISÕES DO PLENÁRIO DESTA EG. CORTE. SENTENÇA PROFERIDA COM BASE EM LEI DECLARADA POSTERIORMENTE INCONSTITUCIONAL PELO STF. CUMPRIMENTO DA DECISÃO, A PARTIR DE ENTÃO. APLICABILIDADE IMPERIOSA NO RESPEITANTE À RELAÇÃO CONTINUATIVA DE DIREITO ADMINISTRATIVO. ENTEDIMENTO PACIFICADO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. HIPÓTESE DOS AUTOS. COISA JULGADA. IMPOSSIBILIDADE DE RESISTIR À CONSTITUIÇÃO. HIERARQUIA DAS NORMAS. LEI SUPREMA DO ESTADO. JULGADOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. "PREVALECIMENTO DE OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CUJA FONTE LEGAL FOI DECLARADA INCONSTITUCIONAL PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL". "ILÓGICA JURÍDICA". "OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E DA IGUALDADE TRIBUTÁRIA". TESE DANTES DEFENDIDA NO ÂMBITO DO DIREITO ADMINISTRATIVO. QUESTÃO APRECIADA À LUZ DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA E DA CONSTITUCIONALIDADE. REAJUSTE DE 84,32%. ENTENDIMENTO UNÍSSONO DO STF. PRECEDENTE DO TRIBUNAL PLENO DO PRETÓRIO EXCELSO (MS Nº 21216 - DF) DE 05.12.1990. REVOGAÇÃO DA LEI Nº 7.830, DE 28 DE SETEMBRO DE 89, PELA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 154, DE 16 DE MARÇO DE 1990, ANTES DE CONSUMADOS OS FATOS IDÔNEOS A AQUISIÇÃO DO DIREITO AO REAJUSTE, PREVISTO PARA 01.04.91. UNIFORMIZAÇÃO. JUSTIÇA DAS DECISÕES JUDICIÁRIAS. IMPOSSIBILIDADE DE SE SOBREPOR A COISA JULGADA AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, MORALIDADE, ISONOMIA E, SOBRETUDO, O PRINCÍPIO DA CONSTITUCIONALIDADE. PECULIARIDADES DO PROCESSO. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA, CONFIRMADA PELO TRIBUNAL, FIXANDO OS LIMITES SUBJETIVOS DA COISA JULGADA À RELAÇÃO DE SUBSTITUÍDOS CONSTANTE DA INICIAL. EXECUÇÕES EM GRANDE QUANTIDADE E ALÉM DOS LIMITES FIXADOS. REFLEXO DE MILHÕES DE REAIS. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.984-19/2000. ADINMC Nº 2.251/DF. PROVIMENTO INTEGRAL DA AÇÃO RESCISÓRIA.

1. Nada obstante, tenha este Juiz prolatado a sentença de primeiro grau não há impedimento para julgamento da presente ação rescisória, a teor da uníssona jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, cristalizada pela Súmula nº 252 do Pretório Excelso.

2. Ação ordinária ajuizada pela Associação dos Servidores da Sucam em Pernambuco - ASSUPE em face da União, cujo pedido fora julgado improcedente na primeira instância. Interposto recurso de apelação, a Segunda Turma deste eg. Tribunal, por maioria, deu provimento à apelação. Empós, o processo seguiu, retornando-se para a Primeira Instância, onde se discutiu a questão da publicação do acórdão que reconheceu o direito dos substituídos ao reajuste de 84,32%, alegando a União que não teria sido intimada pessoalmente, eis que já em vigor, a época, a Lei Complementar nº 73 de 10/02/1993. Acostou-se, outrossim, cópia do diário oficial, na qual se verificava, inclusive, que não constava o nome de procurador, fato que foi apontado pelo então Juiz Federal Substituto da 5ª Vara o qual proferiu despacho esclarecendo que não era apenas a questão da intimação é que havia a intimação da União Federal sem a indicação do procurador. Esse fato gerou um agravo ao qual foi negado provimento. Opostos recurso especial e agravo regimental, a decisão do último, transitou em julgado em 09 de março de 2000. O outro agravo interposto pela União foi perante o Supremo Tribunal Federal, cuja decisão denegatória, transitou em julgado em 14 de maio de 2001. A presente ação rescisória foi proposta em 14 de maio de 2003.

3. De se afastar, in casu, a aplicação da Súmula nº 343 do Supremo Tribunal Federal, porquanto é inaplicável quando a controvérsia for de ordem constitucional, restringindo-se, assim, a divergência de interpretação de texto legal, de acordo com o entendimento fixado pelo Pretório Excelso nos julgamentos dos Recursos Extraordinários nºs 103.880/SP e 101.114/SP. Rechaçada a preliminar.

4. Afastada a preliminar de inadequação da via eleita suscitada pelo réu, sob o argumento de que o acórdão, o qual decidiu acerca da validade da intimação da União, por não se tratar de decisão de mérito, não se presta a ação rescisória para desconstituir o aludido julgado.

5. É possível o conhecimento da rescisória apesar de não se tratar de decisão de mérito em sentido estrito, mas sim de decisão impeditiva do conhecimento de uma decisão de mérito. A jurisprudência e a doutrina têm atenuado o rigor da expressão "sentença de mérito, transitada em julgado" contida no caput do artigo 485, do CPC.

6. "(...) a ação rescisória pode ser manejada para rescindir decisum transitado em julgado que não tratou de matéria de mérito, como no caso em epígrafe. Pelo panorama dos autos, negar o direito à rescisória é o mesmo que fechar os olhos para o preceito estatuído no inciso XXXV, do art. 5º, da Constituição Federal (...)". RESP nº 395139/RS; Relator(a) Ministro JOSÉ DELGADO (1105) Orgão Julgador T1 - PRIMEIRA TURMA Data do Julgamento 07/05/2002 Data da Publicação/Fonte DJ 10.06.2002 p.00149, dentre outros precedentes do Superior Tribunal de Justiça.

7. Não há qualquer dúvida quanto à possibilidade de conhecimento da rescisória e, em se conhecendo, já adentrado no mérito, eis que afastadas as preliminares, ela deve ser acolhida.

8. O acórdão que decidiu pela validade da intimação da União contém dois aspectos: um, consiste na questão da intimação pessoal da União á época, eis que quando da publicação da decisão de fls. 42/50 já estava em vigor a Lei Complementar nº 73/93, havendo, destarte, divergência quanto a esse aspecto. O outro, diz respeito ao argumento de que, como até então a União não funcionava nos autos, não constava o nome do advogado e, sendo assim, a intimação era válida. Em se entendendo desta maneira, decerto, estar-se-ia violando uma regra processual. Há uma afronta expressa à lei. Tome-se uma hipótese em que o Juiz indefere a inicial - e se indefere não tem a outra parte no processo - e em função disso há uma apelação e aí se publica a intimação da parte contrária no Diário Oficial, Seção da Justiça, ninguém vai se apresentar, porquanto não tem advogado constituído e a intimação da parte por publicação no Diário da Justiça não faz com que ele tome conhecimento do processo.

9. Rescisória conhecida em relação ao segundo acórdão e seguindo a mesma linha do Relator, acolhido o pedido.

10. Quanto ao segundo pedido, o qual se refere ao acolhimento da rescisória no que tange ao acórdão de mérito que considerou haver direito adquirido à incorporação aos vencimentos dos servidores do percentual de 84,32% referentes ao mês de abril de 1990, razão não há, haja vista o ensejo que se oferece e tendo em conta o princípio da oportunidade e até mesmo por questão prática de efetividade e instrumentalidade do processo, do não conhecimento da matéria.

11. "Na nova ordem de relativização da coisa julgada material, contudo, é imperioso abrir os espíritos para a interpretação dos incisos do art. 485 do CPC, de modo a permitir a censura de sentenças ou acórdãos pelo prisma da constitucionalidade das decisões que contêm - ou seja, impõe-se a relativa e prudente flexibilização das hipóteses de admissibilidade da AR, para que ela sirva de remédio contra os males de decisões flagrantemente inconstitucionais".

12. "Os Tribunais não podem se furtar de, até mesmo de ofício, reconhecer a inconstitucionalidade da coisa julgada o que pode se dar a qualquer tempo, seja em ação rescisória (não sujeita a prazo), em ação declaratória de nulidade ou em embargos à execução".

13. O Pleno do Supremo Tribunal Federal já afirmou que "lei inconstitucional não produz efeito, nem gera direito, desde o seu início [...] assim sendo, perfeitamente comportável é a ação rescisória".

14. O Superior Tribunal de Justiça tem admitido, em sede de rescisória, a desconstituição da coisa julgada inconstitucional. "Cabível a desconstituição, pela via rescisória, de decisão com trânsito em julgado que "deixa de aplicar uma lei por considerá-la inconstitucional ou a aplica por tê-la como de acordo com a Carta Magna". AR 870 / Fonte DJ DATA:13/03/2000 PG:00123 LEXSTJ VOL.:00130 PG:00012 Relator Min. JOSÉ ARNALDO DA FONSECA (1106) Revisor Min. FERNANDO GONÇALVES (1107).

15. A teor da orientação de professores como Paulo Otero, no "Ensaio sobre o Caso Julgado Inconstitucional" e Marcelo Rebelo de Sousa, catedrático de Lisboa, em "O Valor Jurídico do Acto Constitucional", os quais seguem a trilha dos bons autores alemães, não há nada que resista à constitucionalidade. E a explicação teórica é muito simples: o fundamento da validade de qualquer lei é a Constituição, assim como, o fundamento de validade de qualquer sentença.

16. Hoje já aceita parte da doutrinador brasileira a relativização da coisa julgada. Teresa Arruda Alvim Wambier possui trabalho sobre a matéria, mostrando que quando se apega à idéia de que uma decisão transitada em julgado não pode ser reconhecida como inconstitucional, estamos valorizando a norma processual infraconstitucional, seguindo a Constituição, porque quem fixou o prazo de dois anos para a rescisória foi a norma processual, e o fundamento da norma processual é a Constituição. Se se imaginar que esse decurso de prazo permitiria ou permitirá a afronta constitucional, estar se entendendo que pela lei processual há um permissivo de afronta constitucional por decurso de prazo. Ocorre que o sistema brasileiro não é esse: não há prazo para a propositura da ADIN, porque o que se entende é que, a qualquer tempo pode a mesma ser interposta, o único limite para o ajuizamento de uma ADIN é uma nova Constituição. Destarte, tudo aquilo que está abaixo da Constituição busca nela fundamento de validade e, conseguintemente, o que afronta a Constituição tem que ser afastado.

17. "(...) é inconstitucional a leitura clássica da garantia da coisa julgada, ou seja, sua leitura com a crença de que ela fosse algo absoluto e, como era hábito dizer, capaz de fazer do preto, branco e do quadrado, redondo. A irrecorribilidade de uma sentença não apaga a inconstitucionalidade daqueles resultados substanciais política ou socialmente ilegítimos, que a CF repudia".

18. O Tribunal Pleno desta col. Corte reiteradamente vêm decidindo nesse mesmo sentido, nas relações continuadas de direito tributário, a exemplo de um caso, onde o Tribunal tinha o entendimento de reconhecer a norma com toda inconstitucional e transitou em julgado. Depois o Supremo Tribunal Federal limitou a inconstitucionalidade. E qual é o entendimento? A decisão transitou em julgado, mas o reconhecimento do Supremo Tribunal Federal da inconstitucionalidade fez com que se entendesse como válida e de boafé a forma de postura da empresa até a decisão do Supremo Tribunal Federal, devendo-se, portanto, cumprir o decisum ex nunc. Isso numa relação tributária. Impõe-se, no entanto, a indagação, onde é que no Código de Processo Civil diz que a decisão do Supremo Tribunal Federal posterior em matéria tributária modifica o efeito da coisa julgada e não modifica no campo do direito administrativo? São duas matérias de direito público em estado presente, aliás, o direito administrativo originariamente era quem tratava da questão tributária, e depois, houve a especialização.

19. O Superior Tribunal de Justiça, em se tratando de relação jurídica continuativa, tem admitido a revisão da coisa julgada, quando a mesma for arrimada em fonte legal declarada inconstitucional pelo STF, por afrontar o princípio da igualdade, no caso, tributária.

20. "O prevalecimento de obrigações tributárias cuja fonte legal foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal constitui injúria à lógica jurídica, ofendendo os princípios da legalidade e da igualdade tributárias". RESP 218354 / RS ; Relator(a) Ministro JOSÉ DELGADO (1105) Órgão Julgador T1 - PRIMEIRA TURMA Data do Julgamento 17/08/1999 Data da Publicação/Fonte DJ 11.10.1999 p.00049

RSTJ VOL.:00129 p.00146.

21. Numa relação continuada de direito administrativo, a pacificação da posição do Supremo tem o efeito de fazer com que aquilo se aplique a todas as situações, também no direito tributário, porquanto não há norma tributária que excepcione. O posicionamento referente a esse caso ou qualquer outro é que a partir do entendimento firmado pelo Pretório Excelso aquilo que foi recebido por força de uma coisa julgada é recebimento de boa-fé, no entanto, a partir de então, tem que se suspender. É que, a partir de então nenhuma coisa julgada pode resistir à Constituição. A coisa julgada é apenas aparente ou assim se admitiria um "monstrengo".Destarte, se amanhã o legislador reduz o prazo da rescisória para quatro meses, só se teriam quatro meses para discutir a constitucionalidade e desse ponto, absurdamente, qualquer inconstitucionalidade seria válida. Decerto, seria uma aberração. Por conseguinte, como se pode consentir que um mero decurso de prazo previsto na regra processual legal dá direito a se afrontar a Constituição? E a hierarquia das normas, não existe? Decerto, que sim.

22. Análise da questão da coisa julgada inconstitucional à luz do princípio da isonomia. "O fato implica irretorquível agressão ao princípio constitucional da isonomia, macula os canônes máximos do Direito Administrativo (impessoalidade, indisponibilidade, legalidade fechada) e agride ao senso comum de justiça, daí porque desserve ao Direito. O respeito à coisa julgada não justifica tamanho sacrifício!!".

23. É pacífico o entendimento do Supremo Tribunal Federal, decisão (MS n(21216-DF) do Tribunal Pleno do Pretório Excelso acerca da matéria data de 05.12.1990 e outras se seguiram em Ações Diretas de Inconstitucionalidade, no sentido de não haver direito adquirido ao reajuste no percentual de 84,32% em março de 1990, conquanto não perfeitos todos requisitos fáticos à sua aquisição.

24. O Supremo Tribunal Federal no julgamento de ADINs declarou a inconstitucionalidade de resoluções, dando-as contornos de atos normativos, que mandavam aplicar aos vencimentos de servidores o reajuste da Lei nº 7.830, de 28/09/1990, por entender que a aludida lei foi revogada pela MP nº 154/90, posteriormente convertida na Lei nº 8.030/90, assentando, ainda, inexistir direito adquirido ao reajuste de 84,32% e a inocorrência de violação à garantia da irredutibilidade de vencimentos.

25. Uniformização das decisões judiciais, aplicação do entendimento do Pretório Excelso que se justifica em face do princípio da isonomia e da segurança jurídica, além de outro valor de imensa grandeza, garantido constitucionalmente, que é a justiça das decisões judiciárias.

26. O princípio da constitucionalidade impõe força vinculativa da lei e ato normativo à Constituição, enquanto Lei Fundamental da ordem jurídica.

27. Não há que se alegar, além disso, não se aplicarem as decisões do Supremo Tribunal Federal nas referidas ADINs, porquanto naquelas não se declarou a inconstitucionalidade da lei e sim de resoluções. Ocorre que, antes mesmo de se produzirem, foram tolhidos os efeitos da Lei nº 7.830, de 28/09/1990, em face da revogação da mesma pela MP nº 154/90, posteriormente convertida na Lei nº 8.030/90. Por conseguinte, ação direta de inconstitucionalidade ajuizada contra a Lei nº 7.830/90, fatalmente, seria julgada prejudicada, haja vista a revogação da lei antes mesmo de vir a gerar efeitos.

28. A despeito da decisão de primeira instância, confirmada por este Tribunal, fixando os limites subjetivos da coisa julgada à relação de substituídos constante da inicial, as execuções foram opostas pelos exeqüentes em grande quantidade, além dos limites fixados e com reflexo de centenas milhões de reais.

29. O Supremo Tribunal Federal, na ADinMC nº 2.251/DF, Relator Ministro Sydney Sanches, apreciando a MP nº 1.984-19/2000, inclusive o art. 10 que atribuía nova redação ao art. 741 do CPC, deferiu medida cautelar apenas para suspender o art. 4º da Medida Provisória nº 1.984, que alterou o artigo 4º e respectivos parágrafos da Lei nº 8.437/92.

30. Impõe-se invocar a prevalência da Constituição, porquanto se se entender que uma regra processual afasta a Constituição, o nosso sistema jurídico estará todo destruído. Com efeito, a coisa julgada não pode sobrepujar a lei, em se tratando de inconstitucionalidade, sob pena de torna-se instituto de maior valor que a própria Constituição.

31. Pela procedência integral da ação rescisória.

O JUIZ FRANCISCO CAVALCANTI: Cuida-se de ação rescisória ajuizada pela União, pleiteando seja julgada procedente a ação, a fim de que seja rescindido o acórdão de fls. 352/356 e proferido novo julgamento declarando-se sem efeito a decisão rescindenda e chamando-se o feito a ordem, seja intimado o Representante Judicial da União, na pessoa da Procuradora Regional da Advocacia-Geral da União da 5ª Região, para apresentar o recurso cabível do acórdão de fls. 50/58 que lhe foi desfavorável e, conseqüentemente, declarados nulos os atos praticados ao referido, por violação, segundo alegou, aos artigos 1º, 9º, 35 a 38 e 67 da Lei Complementar nº 73/93; art. 6º da Lei nº 9.028/95; Lei nº 8.682/93; artigos 145, incisos III, IV e V do Código Civil; artigos 126, 236, § 2º e 245 e seguintes do Código de Processo Civil; arts.1º, 2º, II e 9º

da Lei nº 8.030/90; parágrafo 1º do artigo 29 do ADCT; artigo 131, incisos XXV e LV, e parágrafos 1º e 2º do artigo 5º da Constituição Federal. Alternativamente, requereu a procedência da ação, a fim de que seja rescindido o r. acórdão de fls. 50/58, sendo ao final proferido novo julgamento, invertendo-se o ônus da sucumbência.

Alegou a União, em síntese, que não fora intimada do acórdão de fls. 50/58, nos termos em que dispõe a Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, vigente à época. Aduziu que todos aos atos processuais posteriormente praticados devem ser reputados nulos, assim com o próprio trânsito em julgado do processo, porquanto "houve preterição de ato essencial, impossibilitando àquela pessoa jurídica de Direito Público a defesa de seus interesses em juízo". Sustentou, em seguida, que o primeiro acórdão deve ser rescindido e proferido novo julgamento, conquanto, "a invocação de direito adquirido a reajuste no percentual de 84,32% concedido no acórdão rescindendo, viola a Constituição Federal (art. 5º, XXXVI) não ocorrente o direito adquirido sem sua conceituação lídima, bem como viola os arts. 1º, 2º, II e 9º da Lei nº 8.030/90". Invocou, demais, precedentes do Supremo Tribunal Federal, rechaçando a tese da existência de suposto direito adquirido à reajuste remuneratório de servidor, face modificação na política salarial.

É de se ressaltar, de logo, que nada obstante tenha este Juiz prolatado a sentença de primeiro grau não há impedimento para julgamento da presente ação rescisória, a teor da uníssona jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, cristalizada, outrora, pela Súmula nº 252 do Pretório Excelso, cujo enunciado ostenta a seguinte dicção:

"NA AÇÃO RESCISORIA, NÃO ESTÃO IMPEDIDOS JUIZES QUE PARTICIPARAM DO JULGAMENTO RESCINDENDO".

Convém, neste momento, fazer breve histórico sobre este processo, embora a questão fática não tenha relevância, mas envolve uma ação de muitos substituídos.

Esse processo (Ação ordinária nº 91.946-6) é deveras conhecido por este Juiz, haja vista ter proferido a sentença na Primeira Instância, julgando improcedente o pedido da autora, com espeque em decisões já existentes do Supremo Tribunal Federal.

Interposta a ação ordinária pela Associação dos Servidores da Sucam em Pernambuco - ASSUPE, a União apresentou defesa, de uma única página, do Procurador da República, Dr. Miécio Uchoa, que dizia, basicamente o essencial: que a matéria já tinha sido decidida pelo Supremo Tribunal Federal, citando, inclusive, precedentes.

Após o julgamento pela improcedência, a autora interpôs recurso de apelação, subindo, então, os presentes autos para este eg. Tribunal Regional Federal da 5ª Região, quando a Segunda Turma, por maioria, deu provimento à apelação, vencido o MM. Desembargador Federal Lázaro Guimarães, que negou provimento ao recurso.

Empós, o processo seguiu, retornando-se para a Primeira Instância.

Intimada, por via postal, para dar início à liquidação, a autora não se manifestou. Em seguida, determinou-se que se aguardasse a manifestação da interessada por um ano. Após seis meses, a Associação dos Servidores Federais da Saúde (ASSERFESA), requereu a retificação da atuação do feito, sob o argumento de que era "sucedânia da fusão das seguintes Associações: ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA SUCAM - PE (ASSUPE) - autora da ação ordinária em comento -, ASSOCIAÇÕES DOS PROFISSIONAIS E EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO (APSESP), ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE (ASMIS) e a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE".

Em seguida, foi proferida decisão por este Juiz (vide fls. 281dos autos da ação ordinária) definindo os limites subjetivos da coisa julgado, nos seguintes termos: "Examinando os autos verifica-se que só podem ser considerados como integrantes do pólo passivo, digo, ativo da relação processual p/ substituição, aqueles associados na data da propositura da ação (momento em que foi externada vontade de litigar contra a Entidade-ré). Posteriores ingressos no quadro de associados da autora não tem o condão de ampliar o elenco dos beneficiários. P.I., após o que voltem os autos conclusos". Em face da citada decisão, a autora interpôs agravo de instrumento perante este eg. Tribunal Regional Federal (AGTR 8260 PE), em relação ao qual a Segunda Turma, a unanimidade, negou provimento, confirmando, conseguintemente, a decisão de primeiro grau, nos termos do relatório e voto do Relator. Transcrevo, por oportuno, excerto do voto do Relator, o citado AGTR 8260/PE, ipsis verbis:

"(...) Compulsando-se os autos, percebe-se que apesar de a agravante ter se refiliado à Associação antes da citação da Entidade-ré, em maio de 1991, somente requereu a sua inclusão no pólo ativo da relação processual, na condição de substituída processual, em setembro de 1995, não podendo, com isso, fazer parte do elenco de beneficiários já existente. Conclui-se, assim, que além da necessidade, de o substituído fazer parte da Associação substituta, faz-se necessário, também, a inclusão do seu nome da lista de associados apresentada no momento da propositura da ação. Isto posto, nego provimento ao agravo".

Discutiu-se, ainda, a questão da publicação do acórdão que reconheceu o direito dos substituídos ao reajuste de 84,32%, alegando a União que não teria sido intimada pessoalmente, eis que já em vigor, a época, a Lei Complementar nº 73 de 10/02/1993. Acostou-se, outrossim, cópia do diário oficial, na qual se verificava, inclusive, que não constava nome de procurador, fato que foi apontado pelo então Juiz Federal Substituto da 5ª Vara, Dr. José Manuel Zeferino Galvão de Melo, o qual proferiu despacho (fls. 328 dos autos da ação ordinária), esclarecendo que não era apenas a questão da intimação - que ele até falava da divergência jurisprudencial - é que havia a intimação da União Federal sem a indicação do procurador. Observem-se, a propósito, os termos em que vazados o referido despacho, litteris:

"Ainda que se possa dizer - como, de fato, parece-me vir prevalecendo ao nível jurisprudencial - que o art. 38 da Lei Complementar não determina a intimação pessoal do advogado da União (situação alterada e/ou definida com o advento do art. 6º da MP 460/94), é certo, pelo menos, que impõe a inclusão, nas publicações oficiais, do nome do profissional que atua no processo, a teor do art. 236, § 1º, do CPC.

Observo, no caso vertente, todavia, que, da publicação do v. acórdão de fls. 58/59 (cuja cópia faço acostar a esta decisão), datada de 02.04.93, não constou o nome do Advogado da União, então atuante junto à Corte Regional, razão pela qual, e atendendo aos reclamos das regras de competência, determino, em acolhimento às ponderações de fls. 258/259, sejam os autos remetidos ao MM. Relator da apelação incidente, com vistas a uma definitiva apreciação e/ou sanação da irregularidade".

Esse fato gerou um agravo (Agravo Regimental na AC 12471 PE), tendo o Presidente da Segunda Turma, a época, o MM. Desembargador Federal Lázaro Guimarães, proferido decisão negando o provimento ao agravo, da qual se colhe:

"(...) A regra é clara: as intimações devem ocorrer na pessoa do Procurador que atuar nos autos respectivos. Desse modo, a partir da vigência da norma legal torna-se indispensável para a validade das intimações dos Procuradores da Fazenda Nacional ou dos Advogados da União que as intimações registrem os nomes dos profissionais que estejam atuando nos autos respectivos. Entretanto, quem agora passou a atuar nos autos foi a Dra. Rosângela Maria C. Macedo. Dessarte, deverá constar o nome desta nas publicações respectivas.

No caso em tela, todavia, não há aplicação da regra geral. Nenhum Advogado da União vinha acompanhando o feito. Por isso mesmo, não havia como incidir a regra legal específica. O legislador não estabeleceu regra transitória, determinando, por exemplo, que nessa hipótese deveria constar o nome do Advogado-Chefe. Em face do exposto, tornou-se plenamente válida a intimação feita à União pela mera publicação do Acórdão, que, assim, validamente, transitou em julgado".

Houve, demais disso, contra a aludida decisão a interposição de recurso especial e de recurso extraordinário. Ao recurso especial, no entanto, foi negado seguimento por decisão do então Vice-Presidente deste Tribunal, o MM. Desembargador Federal José Maria Lucena. Haja vista a negativa de seguimento do recurso por esta Corte, a União interpôs Agravo de Instrumento (AI nº 233.122), o qual não foi conhecido pelo Superior Tribunal de Justiça, porquanto a agravante não apresentou cópia da certidão de intimação do acórdão recorrido, documento essencial. Da decisão monocrática do Ministro Relator, a União interpôs Agravo Regimental, ao qual foi negado provimento. Eis o teor da ementa do Relator, Ministro Edson Vidigal:

"EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. FALTA DE CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. AGRAVO REGIMENTAL.

1. Pacificada a jurisprudência desta Corte no sentido de que a certidão de intimação do Acórdão recorrido é peça essencial à formação do instrumento do Agravo - Súmula 223/STJ.

2. Cabe ao agravante, e não ao Relator, zelar pela correta formação do Agravo de Instrumento.

3. Agravo Regimental não provido".

De acordo com a certidão de fls. 129 dos autos do AI nº 233.122, a supracitada decisão transitou em julgado em 09 de março de 2000.

O outro Agravo de Instrumento (AI nº 302.127-6 PERNAMBUCO) oposto pela União foi perante o Supremo Tribunal Federal, cujo Relator, Ministro Sepúlveda Pertence, negou-lhe provimento, por entender que: "(...) O RE é inviável: o acórdão recorrido, ao qual não se opuseram embargos de declaração, não cogitou da matéria constitucional suscitada no extraordinário (Súmula 282 e 356). Ademais, conforme assinalou a decisão agravada, das razões da recorrente - as mesmas deduzidas na interposição do REsp - verifica-se que as pretensas violações ao texto constitucional seriam reflexas, dependentes do exame da legislação infraconstitucional, o que não viabiliza o RE". Esta decisão, conforme certidão de fls. 116 dos autos do AI nº 303127, transitou em julgado em 14 de maio de 2001. A ação rescisória foi proposta em 14 de maio de 2003.

Impõe-se afastar, in casu, a aplicação da Súmula nº 343 do Supremo Tribunal Federal, porquanto é inaplicável quando a controvérsia for de ordem constitucional, restringindo-se, assim, a divergência de interpretação de texto legal, de acordo com o entendimento fixado pelo Pretório Excelso nos julgamentos dos Recursos Extraordinários nºs 103.880/SP e 101.114/SP.

Passa-se a apreciar a preliminar de inadequação da via eleita suscitada pelo réu, sob o argumento de que o acórdão de fls. 68/72 (dos autos da rescisória), o qual decidiu acerca da validade da intimação da União, por não se tratar de decisão de mérito, não se presta a ação rescisória para desconstituir o aludido julgado.

Em relação ao acórdão rescidendo de fls. 68/72, o MM. Desembargador Federal Luiz Alberto, relator desta rescisória, destacou bem a questão de, no caso, ser possível o conhecimento da rescisória apesar de não se tratar de decisão de mérito em sentido estrito, mas sim de decisão impeditiva do conhecimento de uma decisão de mérito.

Nessa esteira, em pesquisa realizada, colhe-se orientação na doutrina e na jurisprudência - não como regra, mas como situação excepcional, em relação a essas decisões que são impeditivas da apreciação do mérito - que há possibilidade de acolhimento da rescisória.

Sobre a matéria, aduziu, com percuciência Pontes de Miranda, em seu clássico Tratado das Ações:

"A sentença não é rescindível somente por defeito oriundo da própria sentença, mas por algum defeito de ato processual anterior, inclusive a citação. (...) não só as sentenças de mérito são rescindíveis".1

Apreende-se, ademais, do artigo - "Ação rescisória. Possibilidade de cabimento contra acórdão que não admite recurso" - da lavra o Juiz do TRT do Paraná, Ney José de Freitas:

"(...) Pontes de Miranda inaugurou discussão ao sustentar que o uso da rescisória seria possível para que o Judiciário se pronunciasse sobre vício apreciável a qualquer momento e grau, e mesmo de ofício. (...) Medite-se na orientação condita em aresto do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, rescindindo acórdão de não conhecimento de recurso ordinário, por deserção, que, mais tarde, provou-se não ter ocorrido sem culpa do recorrente. Ainda que não faça coisa julgada material sobre a lide, a decisão que o acórdão do Tribunal paranaense rescindiu causou prejuízo à parte. (...) o Tribunal de Justiça de São Paulo julgou procedente a rescisória de acórdão que, fundado em errônea informação do cartório, não conheceu de agravo de instrumento e determinou que se conhecesse do recurso. O Tribunal de Alçada de Minas Gerais admitiu rescisória contra acórdão que não conheceu de apelação. (...) Pelo teor do art. 485, caput, não é cabível rescisória contra acórdão que julgou recurso interposto fora do prazo. Porém, a 1ª Seção do STJ já acolheu, por unanimidade, a rescisória, com fundamento no inciso IV, por ofensa à coisa julgada. 2 Não me parece que o julgamento de mérito, indevido nesta hipótese, represente verdadeiro permissivo para manejo da rescisória. Carece de lógica, nesta linha de raciocínio, impedir a possibilidade de rescisão do acórdão que deveria ter julgado o mérito, mas não o fez por comprovado erro do cartório. O acesso à tutela jurisdicional é, não raro, bloqueado pela visão estreita do intérprete que se atém à letra, abstraído do espírito, não da norma, mas do sistema que ela integra".

Estriba-se, o Juiz Ney José Freitas, no entendimento do Prof. Manoel Antônio Teixeira Filho, acrescentando:

"Alertando que a lei deve servir aos apelos da realidade, o notável Manoel Antônio Teixeira Filho há muito sustenta a possibilidade de rescindir acórdão que não apreciou o mérito. São casos muito especiais em que, por exemplo, não se admitiu recurso por intempestividade ou por deserção. Comprovada a interposição no prazo, ou que houve o regular pagamento das custas, há que se admitir a ação rescisória, para assegurar a supremacia da ordem legal. A lei não pode servir de obstáculo para a solução do litígio sob a alegação de que ainda restam outros instrumentos para buscar a satisfação da pretensão, pois não há coisa julgada material. (...) O inciso V do art. 485 permite que se rescindam sentenças proferidas em violação a literal disposição de lei. Perfilho do entendimento Manoel Antônio Teixeira Filho quanto à preeminência axiológica deste objetivo em relação ao fato de a decisão não haver apreciado o mérito. E isto porque, mesmo sem apreciar o mérito, violou o princípio constitucional do devido processo legal, insculpido, entre outros, no inciso LV do art. 5º da Carta de 1988: asseguram-se aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes. A possibilidade de rescindir decisão que não conheceu do recurso regularmente interposto - e, portanto, violou literal disposição de lei - é a consagração da supremacia do ordenamento jurídico. Assim, dizer que esta defesa somente pode ser empreendida, pela ação rescisória, quando houver pronunciamento de mérito, contraria o princípio insculpido no inciso V do art. 485, asseverado, em diversas passagens, na Carta de 1988. (...) Entendo ser tratar de uma daquelas situações concreta que, aparentemente, escapou à previsão do legislador. Aparentemente porque, como já se disse, a dinâmica do Direito autoriza interpretação evolutiva. No fundo, o manejo da ação rescisória para corrigir erro jurisdicional, mesmo em decisão que não apreciou o mérito, é condizente com a tendência moderna de imprimir caráter sociológico ao processo civil. (...) A segurança da coisa julgada, então, é superada pelo apelo dramático do caso concreto, sem previsão expressa no ordenamento jurídico".3

Acerca da matéria urge destacar precedentes do Superior Tribunal de Justiça, nos quais aquela Corte entendeu por abrandar o rigor da expressão "sentença de mérito", constante do art. 485, caput, do CPC, ipsis verbis:

"SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RESP 562334 / SP ; RECURSO ESPECIAL

2003/0125916-3 Relator(a) Ministro JOSÉ DELGADO (1105)

Orgão Julgador T1 - PRIMEIRA TURMA

Data do Julgamento 23/03/2004

Data da Publicação/Fonte DJ 31.05.2004 p.00207

Ementa

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. ACÓRDÃO RESCINDENDO FUNDADO EM ERRO DE FATO (CONSIDEROU-SE INTEMPESTIVO RECURSO PROTOCOLIZADO EM COMARCA DO INTERIOR OPORTUNAMENTE). CORREÇÃO DO ERRO PELA VIA RESCISÓRIA. VIABILIDADE. INTERPRETAÇÃO DO ART. 485, IX DO CPC.

1. Há de ser reformado acórdão que entendeu não ser cabível a via rescisória com intuito de desconstituir julgado que não apreciou o mérito da demanda (apenas declarou a intempestividade do agravo de instrumento interposto). Porquanto o acórdão rescindendo não tenha enfrentado o mérito, consoante pressupõe o caput do art. 485 do CPC, o seu inciso IX admite a rescisória fundada em erro de fato.

2. O erro constatado traduz-se no fato de que o recurso foi tempestivamente protocolizado em comarca do interior, mas tido como extemporâneo porque considerada a data constante da chancela do protocolo de segunda instância.

3. A melhor exegese a ser emprestada ao dispositivo legal em análise (art. 485, IX do CPC) é o de se reconhecer como erro de fato a informação equivocada sobre a tempestividade de peça pro-

cessual, como ocorreu no presente caso. Esse atuar conforta a pretensão da recorrente, autorizando a correção do erro mediante o prosseguimento da rescisória.

4. Se de um lado é dever do advogado ser diligente, protocolizando oportunamente suas peças processuais, do outro é obrigação do julgador, na sua missão constitucional de dizer o direito ao caso concreto, utilizar-se de critérios conducentes à decisão mais justa possível, proporcionando ao jurisdicionado a certeza de que a tutela foi efetivamente prestada.

5. Recurso especial provido.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da PRIMEIRA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, prosseguindo no julgamento, por maioria, vencidos os Srs. Ministros Teori Albino Zavascki (voto-vista) e Denise Arruda, dar provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Francisco Falcão e Luiz Fux (RISTJ, art. 162, § 2º, segunda parte) votaram com o Sr. Ministro Relator".

"SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RESP 395139 / RS ; RECURSO ESPECIAL
2001/0142825-8 Relator(a) Ministro JOSÉ DELGADO (1105)
Orgão Julgador T1 - PRIMEIRA TURMA
Data do Julgamento 07/05/2002
Data da Publicação/Fonte DJ 10.06.2002 p.00149

Ementa

PROCESSO CIVIL. ACÓRDÃO CONFIRMATÓRIO DE SENTENÇA QUE DECRETOU A EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO AO FUNDAMENTO DE COISA JULGADA. INEXISTÊNCIA DE IDENTIDADE DE AÇÕES. AÇÃO RESCISÓRIA.
CABIMENTO.

1. Inexiste identidade de ações quando ausente ao menos um dos três requisitos elencados no parágrafo 2º, do artigo 301, do CPC, isto é, mesmas partes, mesma causa de pedir e mesmo pedido.

2. A jurisprudência do STJ já pacificou entendimento no sentido de que não há identidade de causas, não se operando coisa julgada, quando uma ação busca a declaração de inconstitucionalidade da exigibilidade do FINSOCIAL, enquanto que a outra pleiteia a declaração de inconstitucionalidade da majoração de alíquotas desta mesma contribuição.

3. O rigor da expressão "sentença de mérito" contida no caput do artigo 485, do CPC, tem sido abrandado pela doutrina e jurisprudência.

4. O acórdão confirmatório de sentença que decreta extinto o processo sob alegação de incidência de coisa julgada, quando esta não ocorreu, é passível de reforma via ação rescisória.

5. Recurso especial não provido.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da PRIMEIRA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Francisco Falcão, Luiz Fux, Garcia Vieira e Humberto Gomes de Barros votaram com o Sr. Ministro Relator".(negrito nosso)

Por oportuno, é de se observar excerto do voto do Ministro José Delgado, Relator do RESP 395139 / RS, supracitado:

"(...) O Ordenamento Jurídico brasileiro é um todo harmônico, onde as normas não devem ser interpretadas de per si mas de acordo com os ditames de igualdade e justiça social.

A interpretação isolada de Norma Legal pode conduzir o Aplicador do Direito à aberração jurídica.

A não apreciação da matéria de fundo referente à segunda ação ajuizada pela recorrida não pode transformar-se em óbice à apreciação da ação rescisória.

Não obstante o Tribunal Estadual haver confirmado sentença que decretou extinto o processo sem julgamento do meritum causae, não é dado ao Poder Judiciário abster-se de reparar o próprio erro, sob pena de incorrer em erro maior.

Ademais, o rigor da expressão "sentença de mérito, transitada em julgado", contida no caput, do artigo 485, do Código de Processo Civil, tem sido abrandada pela doutrina e jurisprudência, conforme registra o ilustre professor Bernardo Pimentel de Souza, em sua obra Introdução aos Recursos Cíveis e à Ação Rescisória:

"a doutrina e a jurisprudência têm temperado 'cum grano salis' a cláusula legal 'sentença de mérito, transitada em julgado'.

Assim, na doutrina: SALVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA. A ação rescisória no Superior Tribunal de Justiça. In Recursos no Superior Tribunal de Justiça. São Paulo. Saraiva, 1991, p. 260 e 261, nota 3: 'Em alguns casos, pode-se admitir a ação rescisória em se tratando de acórdão que, por equívoco, extingue o processo sob o fundamento da coisa julgada (CPC, art. 267, V), uma vez que, em tal hipótese, não há possibilidade de renovar-se a causa em primeiro grau, por força do disposto no art. 268 do CPC.

(...)

De acordo ainda a doutrina: OTHON SIDOU. Dicionário Jurídico: Academia Brasileira de Letras Jurídicas. 4ª ed. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 1997, p. 19: 'A expressão sentença de mérito deve ser tomada com reserva (admitindo portanto interpretação ampla) pois há casos em que o processo é extinto sem julgamento do mérito e, quando menos por equidade, a ação rescisória deve prevalecer'. Em seu Tratado da ação rescisória das sentenças e de outras decisões, PONTES DE MIRANDA defende que 'não só as sentenças de mérito são rescindíveis' (5ª ed. Rio de Janeiro, Forense, 1976, p. 144). Reitera o jurisconsulto a tese em seus Comentários ao Código de Processo Civil. Tomo VI. 3ª ed. Rio de Janeiro, Forense, 1988, p. 162 e 166. Ainda em sentido semelhante: HUMBERTO THEODORO JÚNIOR (...). De acordo, na jurisprudência: AR n. 1.501/RJ. 2ª Seção do TFR, unânime, relator Ministro EDUARDO RIBEIRO, in Diário da Justiça de 10 de abril de 1989. p. 5.004: 'Ação rescisória - impugnação de sentença que extinguiu o processo, a fundamento de existir coisa julgada. Embora não se trate de sentença de mérito, enseja ação rescisória já que inadmissível seja novamente intentada a ação (CPC, art. 268)'. Também é muito elucidativa a ementa do voto vencedor declarado pelo Ministro Antônio de Pádua Ribeiro: 'Reconhecida a existência da coisa julgada, assim como de perempção e de litispendência, muito embora a decisão não seja de mérito, a ação não poderá ser renovada. Daí ser cabível a rescisória." (p.373)

Ao meu julgar, excepcionalmente, a ação rescisória pode ser manejada para rescindir decisum transitado em julgado que não tratou de matéria de mérito, como no caso em epígrafe.

Pelo panorama dos autos, negar o direito à rescisória é o mesmo que fechar os olhos para o preceito estatuído no inciso XXXV, do art. 5º, da Constituição Federal, pois mesmo ausente a tríplice identidade entre as ações ajuizadas, não é facultada à recorrida a propositura de nova demanda face o disposto parágrafo único, do art. 268, do CPC". (grifos acrescidos)

Conseguintemente, no que concerne ao acórdão de fls. 68/72, entendo não haver qualquer dúvida quanto à possibilidade de conhecimento da rescisória e, em se conhecendo, já adentrado no mérito, eis que afastadas as preliminares, ela deve ser acolhida.

Realce-se que a decisão do MM. Desembargador Federal Lázaro Guimarães, então Presidente da Segunda Turma, contém dois aspectos: um, consiste na questão da intimação pessoal da União á época, eis que quando da publicação da decisão de fls. 42/50 já estava em vigor a Lei Complementar nº 73/93, havendo, destarte, divergência quanto a esse aspecto. O outro, diz respeito ao argumento de que, como até então a União não funcionava nos autos, não constava o nome do advogado e, sendo assim, a intimação era válida. Se nós entendermos desta maneira, decerto, estaremos violando uma regra processual. Há uma afronta expressa à lei. Tome-se uma hipótese em que o Juiz indefere a inicial - e se indefere não tem a outra parte no processo - e em função disso há uma apelação e aí se publica a intimação da parte contrária no Diário Oficial, Seção da Justiça. É, outrossim, o caso de alguns agravos que chegam ainda no nascedouro da relação processual e o caminho, a meu sentir, a ser percorrido é determinar que o Juiz intime a parte, porque se se publica "intime-se o agravado para contra-razões", ninguém nunca vai se apresentar, porquanto não tem advogado constituído e a intimação da parte por publicação no Diário da Justiça não faz com que ele tome conhecimento do processo.

Em face do exposto, conheço da rescisória em relação ao segundo acórdão (o de fls. 69/72) e seguindo a mesma linha do Relator, acolho o pedido.

Resta a questão do segundo pedido, o qual se refere ao acolhimento da rescisória no que tange ao acórdão anterior (o de fls. 50/57), o acórdão de mérito da Segunda Turma que teve como Relator o Desembargador Federal Nereu Santos e a Turma, por maioria de votos, deu provimento à apelação, considerando haver direito adquirido à incorporação aos vencimentos dos servidores do percentual de 84,32% referentes ao mês de abril de 1990.

Em relação a esse acórdão, é de se observar que ao se ter o julgamento desse agravo e começar a fluir o prazo de rescisória, a parte, discutindo apenas essa matéria, correria o risco de não ter conhecida uma rescisória em relação ao primeiro, porque o acórdão não estaria sendo discutido. Destarte, razão não há, haja vista o ensejo que se oferece e tendo em conta o princípio da oportunidade e até mesmo por questão prática de efetividade e instrumentalidade do processo, do não conhecimento da matéria atinente ao primeiro acórdão.

Acerca da oportunidade de apreciação do primeiro acórdão, urge, destacar os ensinamentos de Humberto Thedoro Júnior a respeito do decisório ofensivo à Constituição, ad litteram:

"(...) É que a macula da inconstitucionalidade torna absolutamente ineficaz o ato, seja ele uma lei, uma providência administrativa ou ma sentença judicial. Por isso, o parágrafo único do art. 741 do CPC, acrescentado pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24.08.2001, incluiu entre as defesas manejáveis por embargos à execução de título judicial a inexigibilidade da sentença proferida com base em lei inconstitucional ou com apoio em aplicação ou interpretação tida como incompatíveis com a Constituição Federal.

Embora não haja necessidade de se valer da ação rescisória para obter a parte prejudicada o reconhecimento da nulidade ou inexistência do julgado, no caso ora apreciado, não será correto omitir-se o tribunal de apreciar a questão, se a parte lançar mão da ação do art. 485 do Código de Processo Civil. È que as nulidades ipso iure devem ser conhecidas e declaradas independentemente de procedimento especial para esse fim, e podem sê-lo até mesmo incidentalmente em qualquer juízo ou grau de jurisdição, até mesmo de ofício segundo o princípio contido no art. 146 e seu parágrafo, do Código Civil". 4(destaques que não constam do original)

Destaca, demais, Humberto Thedoro Júnior, " Os Tribunais, com efeito, não podem se furtar de, até mesmo de ofício, reconhecer a inconstitucionalidade da coisa julgada o que pode se dar a qualquer tempo, seja em ação rescisória (não sujeita a prazo), em ação declaratória de nulidade ou em embargos à execução".5 (negrito nosso)

Arremata, por fim, o professor Humberto Thedoro Júnior, "a ação de rescisão do julgado, embora não necessária para desconstituir a sentença nula ou inexistente, pode servir de ensejo ou oportunidade para tanto, já que tais vícios são argüíveis e declaráveis em qualquer processo ou instância, e até mesmo ex-officio". 6

Nessa esteira, o Pleno do Supremo Tribunal Federal já afirmara que "lei inconstitucional não produz efeito, nem gera direito, desde o seu início [...] assim sendo, perfeitamente comportável é a ação rescisória". 7

É, ademais, a tese brandida pelo insigne processualista, Cândido Rangel Dinamarco, que leciona:

"(...) Outra legítima abertura ao reconhecimento da inconstitucionalidade da coisa julgada em casos extremos pode e deve ser o redimensionamento da ação rescisória e dos limites de sua admissibilidade. Ela é tradicionalmente apontada como um remédio rigorosamente extraordinário de infringência à coisa julgada material, reputada esta um valor a ser preservado a todo custo e sujeito a questionamentos apenas em casos verdadeiramente extraordinários. O rol das hipóteses de sua admissibilidade é um numerus clausus (CPC, art. 485) e os tribunais brasileiros esmeram-se em afunilar a interpretação de cada um dos incisos que tipificam as hipóteses de sua admissibilidade, sempre assumida a premissa da prevalência do valor da segurança jurídica. Na nova ordem de relativização da coisa julgada material, contudo, é imperioso abrir os espíritos para a interpretação dos incisos do art. 485 do CPC, de modo a permitir a censura de sentenças ou acórdãos pelo prisma da constitucionalidade das decisões que contêm - ou seja, impõe-se a relativa e prudente flexibilização das hipóteses de admissibilidade da AR, para que ela sirva de remédio contra os males de decisões flagrantemente inconstitucionais, ou fundadas em prova falsa, na fraude ou no dolo de uma das partes em detrimento da outra, etc".

Conforme asseverou, outrossim, o Ministro Teori Albino Zavascki, litteris:

"A coisa julgada não é um valor constitucional absoluto. Trata-se, na verdade, de um princípio, como tal sujeito a relativização, de modo a possibilitar a convivência harmônica com outros princípios da mesma hierarquia existentes no sistema. Por exemplo: o da imparcialidade do juiz, o da boa-fé e da seriedade das partes quando buscam a tutela jurisdicional, o da própria coisa julgada e, mesmo o da justiça da sentença quando comprometida de modo manifesto. Nos casos em que tais valores possam ficar comprometidos, relativiza-se a imutabilidade das sentenças, propriciando a correção de injustiça. O instrumento processual para isso é a ação rescisória (...)". 8

Frise-se, a propósito, que o Superior Tribunal de Justiça tem admitido, em sede de rescisória, a desconstituição da coisa julgada inconstitucional. Confiram-se, no pertinente, os julgados que se seguem, inclusive da Terceira Seção, verbis:

"SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
AR 870 / PE ; AÇÃO RESCISÓRIA
1999/0006984-6
Fonte DJ DATA:13/03/2000 PG:00123
LEXSTJ VOL.:00130 PG:00012
Relator Min. JOSÉ ARNALDO DA FONSECA (1106)
Revisor Min. FERNANDO GONÇALVES (1107)

Ementa

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. ART. 485, V, CPC. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, DE PRECEITO LEGAL NO QUAL SE LOUVARA O ACÓRDÃO RESCINDENDO.

Cabível a desconstituição, pela via rescisória, de decisão com trânsito em julgado que "deixa de aplicar uma lei por considerá-la inconstitucional ou a aplica por tê-la como de acordo com a Carta Magna.

Ação procedente.
Data da Decisão 13/12/1999
Orgão Julgador S3 - TERCEIRA SEÇÃO

Decisão

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da TERCEIRA SEÇÃO do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, julgar procedente a ação rescisória, nos termos do voto do Sr. Min. Relator. Votaram de acordo os Srs. Mins. FERNANDO GONÇALVES, FELIX FISCHER, GILSON DIPP, HAMILTON CARVALHIDO, JORGE SCARTEZZINI, EDSON VIDIGAL e FONTES DE ALENCAR. Ausente, justificadamente, o Sr. Min. WILLIAM PATTERSON".(grifos acrescidos)

"SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RESP 36017 / PE ; RECURSO ESPECIAL
1993/0016816-9 Fonte DJ DATA:11/12/2000 PG:00185
Relator Min. FRANCISCO PEÇANHA MARTINS (1094)

Ementa

PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO RESCISÓRIA - INTERPRETAÇÃO DE TEXTO CONSTITUCIONAL - CABIMENTO - SÚMULA 343/STF- INAPLICABILIDADE - VIOLAÇÃO A LITERAL DISPOSIÇÃO DE LEI (CPC, ART. 485, V) - FNT - SOBRETARIFA - LEI 6.093/74 - INCONSTITUCIONALIDADE (RE 117315/RS) - DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL SUPERADA - SÚMULA 83/STJ - PRECEDENTES.

- O entendimento desta Corte, quanto ao cabimento da ação rescisória nas hipóteses de declaração de constitucionalidade ou inconstitucionalidade de lei é no sentido de que "a conformidade, ou não, da lei com a Constituição é um juízo sobre a validade da lei; uma decisão contra a lei ou que lhe negue a vigência supõe lei válida. A lei pode ter uma ou mais interpretações, mas ela não pode ser válida ou inválida, dependendo de quem seja o encarregado de aplicá-la. Por isso, se a lei é conforme à Constituição e o acórdão deixa de aplicá-la à guisa de inconstitucionalidade, o julgado se sujeita à ação rescisória ainda que na época os tribunais divergissem a respeito. Do mesmo modo, se o acórdão aplica lei que o Supremo Tribunal Federal, mais tarde, declare inconstitucional".

(Resp 128.239/RS)

- A eg. Corte Especial deste Tribunal pacificou o entendimento, sem discrepância, no sentido de que é admissível a ação rescisória, mesmo que à época da decisão rescindenda, fosse controvertida a interpretação de texto constitucional, afastada a aplicação da Súmula 343/STF (Resp. 155.654/RS, D.J. de 23.08.99)

- Recurso especial não conhecido.

Data da Decisão 19/10/2000

Orgão Julgador T2 - SEGUNDA TURMA

Decisão

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, não conhecer do recurso. Votaram com o Relator os Ministros Eliana Calmon, Paulo Gallotti e Franciulli Netto". (grifos inexistentes no original)

"SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RESP 132314 / PE ; RECURSO ESPECIAL

1997/0034242-5 Relator(a) Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS (1096) Órgão Julgador T1 - PRIMEIRA TURMA

Data do Julgamento 25/08/1998

Data da Publicação/Fonte DJ 28.09.1998 p.00010

Ementa

PROCESSUAL - AÇÃO RESCISÓRIA - VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO LEGAL NEGATIVA DE APLICAÇÃO DA LEI - INCONSTITUCIONALIDADE - SÚMULA 343 DO STF - NÃO INCIDÊNCIA - CABIMENTO DA RESCISÓRIA.

I - Não constitui fundamento - para efeito da Súmula 283/STF - tese enunciada por dois integrantes do tribunal, mas ignorada pela maioria formadora do acórdão recorrido.

II - Se a lei foi ignorada por suposta inconstitucionalidade, a ação rescisória é cabível. Nada importa a circunstância de ter sido controvertida pelos tribunais a compatibilidade entre a constituição e a lei: a restrição contida na Súmula 343 do STJ incide somente, quando o acórdão enveredou pela interpretação do dispositivo legal.

Acórdão

Por unanimidade, dar provimento ao recurso".

Às vezes, até um trabalho antigo serve para mostrar a coerência de um posicionamento e não um posicionamento de oportunidade.

Há cerca de cinco anos atrás, este Juiz foi orientador do MM. Juiz Federal Francisco de Barros Dias, do Rio Grande do Norte, sobre sua dissertação de mestrado, com o título de "Coisa Julgada Inconstitucional". Naquela oportunidade, segui-se exatamente a orientação de professores como Paulo Otero, no "Ensaio sobre o Caso Julgado Inconstitucional" e Marcelo Rebelo de Sousa, catedrático de Lisboa, em "O Valor Jurídico do Acto Constitucional", os quais seguem a trilha dos bons autores alemães, dizendo que não há nada que resista à inconstitucionalidade. E a explicação teórica é muito simples: o fundamento da validade de qualquer lei é a Constituição, assim como, o fundamento de validade de qualquer sentença, também no caso de Marcelo Rebelo de Sousa que examina o ato normativo inconstitucional, o ato administrativo inconstitucional e o ato jurisdicional inconstitucional. É, de fato, de se reconhecer a procedência dos argumentos desses doutrinadores.

Acerca do tema sub examinem, Marcelo Rebelo de Sousa, jurista lusitando, pontifica:

"(...) a mesma função jurisdicional encontra-se obviamente vinculada à Constituição, devendo entender-se que a referência à garantia da legalidade vigente incluída na sua definição abrange quer a legalidade em sentido restrito que a constitucionalidade. (...) Desses escassos dados parece legítimo inferir que a Constituição rege directa e imediatamente a função jurisdicional do Estado quanto aos elementos contidos na sua definição, quanto à orgânica competente para o seu exercício, e quanto a algumas outras matérias pontuais, como a fundamentação das decisões dos tribunais, a sua obrigatoriedade para todas as entidades públicas e privadas".9

Bastante elucidativa, a propósito, a lição do doutrinador português, Paulo Otero, o qual nos diz:

"(...) admitir, resignados, a insindicabilidade de decisões judiciais inconstitucionais seria conferir aos tribunais um poder absoluto e exclusivo de definir o sentido normativo da Constituição: Constituição não seria o texto formalmente qualificado com tal; Constituição seria o direito aplicado nos tribunais, segundo resultasse da decisão definitiva e irrecorrível do juiz. (...) A sentença violadora da vontade constituinte na se mostra possível de encontrar um mero fundamento constitucional indirecto para daí retirar a sua validade, ou, pelo menos, a sua eficácia na ordem jurídica com caso julgado. Na ausência de expressa habilitação constitucional, a segurança e a certeza jurídicas inerentes ao Estado de Direito são insuficientes para fundamentar a validade de uma caso julgado inconstitucional"10.

Hoje já se diz por vários doutrinadores brasileiros. Teresa Arruda Alvim Wambier possui trabalho sobre a matéria, mostrando que quando se apega à idéia de que uma decisão transitada em julgado não pode ser reconhecida como inconstitucional, estar se valorizando a norma processual infraconstitucional, em detrimento da Constituição, porque quem fixou o prazo de dois anos para a rescisória foi a norma processual, e o fundamento da norma processual é a Constituição. Assim, se se imaginar que esse decurso de prazo permitiria ou permitirá a afronta constitucional, estaria se entendendo que pela lei processual há um permissivo de afronta constitucional por decurso de prazo. E realce-se que o sistema brasileiro não é esse, porquanto não há prazo para a propositura da ADIN, pois o que se entende é que, a qualquer tempo pode ser interposta, o único limite para o ajuizamento de uma ADIN é uma nova Constituição. Destarte, tudo aquilo que está abaixo da Constituição busca nela fundamento de validade e, conseguintemente, o que afronta a Constituição tem que ser afastado.

Aqui vale transcrever a lição de Cândido Rangel Dinamarco, que com muita propriedade defende a relativização da coisa julgada e sustenta não ser legítimo eternizar injustiças a pretexto de evitar a eternização de incertezas:

"(...) é inconstitucional a leitura clássica da garantia da coisa julgada, ou seja, sua leitura com a crença de que ela fosse algo absoluto e, como era hábito dizer, capaz de fazer do preto, branco e do quadrado, redondo. A irrecorribilidade de uma sentença não apaga a inconstitucionalidade daqueles resultados substanciais política ou socialmente ilegítimos, que a CF repudia. (...) Onde quer que se tenha uma decisão aberrante de valores, princípios, garantias ou normas superiores, ali ter-se-ão efeitos juridicamente impossíveis e portanto não incidirá a coisa julgada material - porque, como sempre, não se concebe imunizar efeitos cuja efetivação agrida a ordem jurídico-constitucional. (...) Não me impressiona o argumento de que, sem a rigorosa estabilidade da cosia julgada, a vida dos direitos seria incerta e insegura, a dano da tranqüilidade social. Toda flexibilização de regras jurídico-positivas traz consigo esse risco, como já venho reconhecendo há mais de uma década; mas a ordem processual dispõe de meios para a correção de eventuais desvios ou exageros, inclusive mediante a técnica dos recursos, da ação rescisória, da reclamação aos tribunais superiores, etc. Além disso, não estou a postular a sistemática desvalorização da auctoritas rei judicante, mas apenas o cuidado para situações extraordinárias e raras, a serem tratadas mediante critérios extraordinários. (..) Não é lícito entrincheirar-se comodamente de trás da barreira da coisa julgada e, em nome desta, sistematicamente assegurar a eternização de injustiças, de absurdos, de fraudes ou de inconstitucionalidade. (...) A posição defendida tem apoio também no equilíbrio, que há muito venho postulando, entre duas exigências opostas mas conciliáveis - ou seja, entre a exigência de certeza ou segurança, que a autoridade da coisa julgada prestigia, e a de justiça e legitimidade das decisões (...) Nesssa linha, repito: a ordem constitucional não tolera que se eternizem injustiças a pretextos de não eternizar litígios"11. (grifos acrescidos)

Ainda, no dizer o Ministro José Delgado, "a regra do respeito à coisa julgada é impositiva da segurança jurídica, porém esta não se sobrepõe a outros valores que dignificam a cidadania e o Estado Democrático. (...) A coisa julgada é uma entidade definida e regrada pelo direito formal, via instrumental, que não pode se sobrepor aos princípios da legalidade, da moralidade, da realidade dos fatos, das condições impostas pela natureza do homem e às regras postas na Constituição. (...) A injustiça, a imoralidade, o ataque à Constituição, a transformação da realidade das coisas quando presentes na sentença viciam a vontade jurisdicional de modo absoluto. (...) Os valores absolutos de legalidade, moralidade e justiça estão acima do valor segurança jurídica. Aqueles são pilares, entre outros, que sustentam o regime democrático, de natureza constitucional, enquanto esse é valor infraconstitucional oriunda de regramento processual"12.

Calha à justa trazer à baila o ensinamento do MD. Desembargador Federal Francisco Wildo Lacerda Dantas, em cujo artigo entitulado, "Considerações sobre a desconstituição e a relativização da coisa julgada", discorre: "(...) considero inteiramente constitucional - com as vênias devidas a quem também pensa de modo diverso - o parágrafo único acrescentado ao art. 741 do CPC pela Medida Provisória n° 2.180-35, de 24.08.2001, muito embora abomine - pessoalmente - o fato de ele ter sido ali posto através de Medida Provisória. Acrescento, porém, que quando se admite que a sentença que ofenda norma constitucional - norma-regra constitucional, bem entendido - possa ser atacada por ação rescisória, à invocação do permissivo do art. 485, V, do CPC, implica também se aceitar que nada mais poderá acontecer quando a sentença rescindível se torna coisa soberanamente julgada, quando se ultrapassa o biênio decadencial a que alude o art. 495 do CPC. Nada disso acontece, porém, quando a sentença, ainda que transita em julgado agride norma-princípio constitucional porque, nessa hipótese, se terá uma situação onde a desconstituição da coisa julgada radica na relativização desse instituto, cuja solução - como já demonstrado anteriormente - implica a solução de um conflito de princípios constitucionais: o da segurança que lastreia a coisa julgada e o outro princípio que se alega haver sido desobedecido pela sentença. (...) Considero, porém - como já mencionei - que a coisa julgada não é um valor absoluto e que quando a sentença se fundamenta numa lei que foi julgada constitucional pelo STF, em qualquer espécie de controle - concentrado ou difuso - se pode muito bem rescindi-la à invocação da hipótese do art. 485, V, do CPC. (...) Por fim, quando se tratar de sentença que se funde em norma julgada inconstitucional ou constitucional pelo STF - conforme o caso - no exercício de qualquer dos controles, se poderá rescindir a sentença, com fundamento no art. 485 do CPC, por violação de literal disposição da lei constitucional"13.(negrito nosso)

Valho-me, ainda, da lição do eminente par, Desembargador Paulo Roberto de Oliveira Lima, no que tange a matéria em apreço, ipsis verbis:

"No que respeita à coisa julgada, a própria legislação carece de alterações para dar ao instituto novas cores, sem o que arrisca-se a própria eficiência do Direito. Às alturas a que se eleva o valor da isonomia, não permite mais que o sistema jurídico, em homenagem à segurança, mantenha decisões díspares para caso iguais, rompendo com cânones constitucionais, em holocausto a intangibilidade da coisa julgada. Magoa fundo a noção de justiça, v.g., que determinado contribuinte pague certa exação, porque vencido em ação onde argüiu inconstitucionalidade do tributo, quando todos os demais venceram suas demandas. (...) Casos há, e não são poucos, onde servidores da mesma "repartição" e no exercício dos mesmos cargos e funções recebem remunerações diferentes, justo porque uns venceram e outros perderam suas demandas. Nestes casos, olvida-se o princípio constitucional da isonomia, maltrata-se a regra magna da prevalência do interesse público sobre o privado, aniquila-se o princípio de Direito Administrativo de que todos devem, na mesma medida, contribuir para a manutenção do Estado, espanca-se o valor psicossocial da justiça, tudo em louvor à coisa julgada. (...) O princípio da legalidade não pode ser sacrificado em homenagem à coisa julgada, tampouco o princípio da isonomia. No choque entre uns e outro, a imutabilidade tem de ceder passagem àqueles princípios basilares do constitucionalismo nacional. (...)O respeito da sociedade civil ao Direito, enquanto processo social de adaptação, o prestígio do Judiciário, enquanto instituição encarregada de realizar o bem supremo da Justiça, passa necessariamente pela urgente adoção da revisibilidade da sentença anti-isonômica"14. (grifei)

Afastando qualquer preconceito, este Plenário reiteradamente vêm decidindo nesse mesmo sentido, nas relações continuadas de direito tributário. De fato, há algum tempo atrás discuti-se no Tribunal Pleno caso da White Martins, referente a contribuição social sobre o lucro, onde o Tribunal tinha o entendimento de reconhecer a norma com toda inconstitucional e transitou em julgado. Depois o Supremo Tribunal Federal limitou a inconstitucionalidade. E qual é o entendimento? A decisão transitou em julgado, mas o reconhecimento do Supremo Tribunal Federal da inconstitucionalidade fez com que se entendesse como válida e de boa-fé a forma de postura da empresa até a decisão do Supremo Tribunal Federal, devendo-se, portanto, cumprir a partir dali. Isso numa relação tributária. Impõe-se, no entanto, a indagação, onde é que no Código de Processo Civil diz que a decisão do Supremo Tribunal Federal posterior em matéria tributária modifica o efeito da coisa julgada e não modifica no campo do direito administrativo? São duas matérias de direito público em estado presente, aliás, o direito administrativo originariamente era quem tratava da questão tributária, e depois, houve a especialização.

Ressalte-se que no caso referido da White Martins (Embargos Infringentes na Ação Rescisória nº 310/PE) o voto condutor caminhou no sentido de não ser cabível a ação rescisória. Entrementes, a Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial nº 132314/PE, Relator Ministro Humberto Gomes de Barros, deu provimento ao recurso da Fazenda Nacional, reconhecendo o cabimento da ação rescisória no caso concreto, cuja ementa restou vazada nos seguintes termos:

"SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RESP 132314 / PE ; RECURSO ESPECIAL

1997/0034242-5 Relator(a) Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS (1096) Órgão Julgador T1 - PRIMEIRA TURMA

Data do Julgamento 25/08/1998

Data da Publicação/Fonte DJ 28.09.1998 p.00010

Ementa

PROCESSUAL - AÇÃO RESCISÓRIA - VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO LEGAL NEGATIVA DE APLICAÇÃO DA LEI - INCONSTITUCIONALIDADE - SÚMULA 343 DO STF - NÃO INCIDÊNCIA - CABIMENTO DA RESCISÓRIA.

I - Não constitui fundamento - para efeito da Súmula 283/STF - tese enunciada por dois integrantes do tribunal, mas ignorada pela maioria formadora do acórdão recorrido.

II - Se a lei foi ignorada por suposta inconstitucionalidade, a ação rescisória é cabível. Nada importa a circunstância de ter sido controvertida pelos tribunais a compatibilidade entre a constituição e a lei: a restrição contida na Súmula 343 do STJ incide somente, quando o acórdão enveredou pela interpretação do dispositivo legal.

Acórdão

Por unanimidade, dar provimento ao recurso".

Trata-se, no dizer de Teresa Arruda Alvim ao apreciar a questão da sentença proferida com base em lei declarada posteriormente inconstitucional pelo STF, de hipótese bastante comum em matéria tributária. "Cogita-se, aqui, da possibilidade de tal sentença ser rescindida com base na alegação de violação a literal disposição de lei, quando a lei tenha sido, posteriormente, declarada inconstitucional pelo STF, em ação direta declaratória de inconstitucionalidade".15

Frise-se que se se considerar que numa relação continuada de direito administrativo, a pacificação da posição do Supremo não tem o efeito de fazer com que aquilo se aplique a todas as situações, também no direito tributário seria por igual, porque não há nenhuma norma tributária que excepcione. Tem-se, na hipótese dos autos, um caso típico: o Supremo Tribunal Federal pacificou a matéria no sentido de que não são devidos os 84,32%. A relação é continuada, o servidor recebe todo mês.

Ora, o posicionamento referente a esse caso ou qualquer outro é que até a fixação da interpretação diversa pelo Pretório Excelso aquilo que foi recebido por força de uma coisa julgada é recebimento de boa-fé, no entanto, a partir dali, tem que se suspender. É que, a partir de então nenhuma coisa julgada pode resistir à Constituição. A coisa julgada é apenas aparente ou então passaríamos a admitir um "monstrengo". Assim, se amanhã o legislador reduz o prazo da rescisória para quatro meses, só se teriam quatro meses para discutir a constitucionalidade e desse marco, absurdamente, qualquer inconstitucionalidade seria válida. Decerto, seria uma aberração. Por conseguinte, como posso consentir que um mero decurso de prazo previsto na regra processual legal dá direito a se afrontar a Constituição? E a hierarquia das normas, não existe? Decerto, que sim.

Sobre o ordenamento das normas, no pertinente, trago à lume a lição de Kelsen:

"(...) O ordenamento jurídico não é, portanto, um sistema jurídico de normas igualmente ordenadas, colocadas lado a lado, mas um ordenamento escalonado de várias camadas de norma jurídicas. Sua unidade se deve à conexão, que acontece porque a produção e, desta forma, a validade de uma reverte para a outra, cuja produção novamente é determinada pela outra; um regresso que desemboca, finalmente na norma fundamental, na regra fundamental hipotética e, conseqüentemente, no fundamento de validade mais alto". 16

Observe-se, a propósito, o escólio de José Afonso da Silva:

"(...) a Constituição se coloca no vértice do sistema jurídico do país, a que confere validade, e que todos os poderes estatais são legítimos na medida em que ela os reconheça e na proporção por ela distribuídos. É, enfim, a lei suprema do Estado, pois é nela que se encontram a própria estrutura deste e a organização de seus órgãos; é nela que se acham as normas fundamentais de Estado, e só nisso se notará sua superioridade em relação às demais normas jurídicas. (...) Nossa Constituição é rígida. Em conseqüência, é a lei fundamental e suprema do Estado Brasileiro. Toda autoridade só nela encontra fundamento e só ela confere poderes e competências governamentais. Nem o governo federal, nem os governos dos Estados, nem os dos Municípios ou do Distrito Federal são soberanos, porque todos são limitados, expressa ou implicitamente, pelas normas positivas daquela lei fundamental. Exercem suas atribuições nos termos nela estabelecidos. Por outro lado, todas as normas que integram a ordenação jurídica nacional só serão válidas se se conformarem com as normas da Constituição Federal".17

No que tange à relação jurídica continuativa tributária, tem assim se posicionado o Superior Tribunal de Justiça, litteratim:

"SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RESP 218354 / RS ; RECURSO ESPECIAL
1999/0050275-2 Relator(a) Ministro JOSÉ DELGADO (1105)
Órgão Julgador T1 - PRIMEIRA TURMA
Data do Julgamento 17/08/1999
Data da Publicação/Fonte DJ 11.10.1999 p.00049
RSTJ VOL.:00129 p.00146

Ementa

TRIBUTÁRIO. RESCISÓRIA. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DOS "AUTÔNOMOS" E DOS "ADMINISTRADORES". LEI Nº 7.787/89, ART. 3º, I.

1 - O prevalecimento de obrigações tributárias cuja fonte legal foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal constitui injúria à lógica jurídica, ofendendo os princípios da legalidade e da igualdade tributárias. A Súmula nº 343/STF nada mais é do que a repercussão, na esfera da ação rescisória, da Súmula nº 400, que se aplica a texto constitucional no âmbito do recurso extraordinário (RTJ 101/214). Se a lei é conforme a Constituição e o acórdão deixa de aplicá-la à guisa de inconstitucionalidade, o julgado se sujeita à ação rescisória ainda que na época os Tribunais divergissem a respeito. Do mesmo modo, se o acórdão aplica lei que o Supremo Tribunal Federal, mais tarde, declara inconstitucional (REsp 128.239/RJ - Rel. Min. Ari Pargendler). Multiplicidade de precedentes (ementa do REsp nº 154708/DF, Rel. Min. Milton Luiz Pereira).

2 - A coisa julgada, no caso em exame, afronta o princípio da igualdade tributária e está apoiada em lei declarada inconstitucional pelo Colendo Supremo Tribunal Federal.

3 - Não há que se entender, data vênia, a existência de decisões controvertidas quando a sentença e o acórdão foram prolatados e, posteriormente, a situação jurídica examinada mereceu declaração de inconstitucionalidade da lei aplicada, com efeitos ex tunc, alcançando as relações jurídicas passadas.

4 - O princípio da segurança jurídica, inspirador dos efeitos da coisa julgada, não pode ser levado ao extremo de ofender o princípio constitucional da igualdade tributária.

5 - Considerou-se, também, que, de acordo com as regras sistematizadoras do nosso ordenamento jurídico, somente ao Colendo Supremo Tribunal Federal é que cabe, com força definitiva, declarar a inconstitucionalidade de lei e sugerir ao Congresso Nacional a sua retirada do mundo jurídico.

6 - Precedentes: REsp nº 139.865/RS, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, DJU de 15.12.97; REsp nº 122477/DF, Rel. Min. Adhemar Maciel, DJU de 02.03.98; REsp 104227/DF, Rel. Min. Hélio Mosimann, DJU de 09.03.98.

7 - Recurso provido.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Exmos. Srs. Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, dar provimento ao recurso, na conformidade do relatório, votos, notas taquigráficas e certidão de julgamento constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado".(destaques que não constam do original)

"SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RESP 186565 / RS ; RECURSO ESPECIAL
1998/0062537-2 Relator(a) Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS (1094) Órgão Julgador T2 - SEGUNDA TURMA
Data do Julgamento 19/10/2000
Data da Publicação/Fonte DJ 09.04.2001 p.00340

Ementa

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AÇÃO RESCISÓRIA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ADMINISTRADORES. AUTÔNOMOS E AVULSOS. LEI 7.787/89 (ART. 3º, I). DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE POSTERIOR À AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. SÚMULA 343/STF. INAPLICABILIDADE.

PRECEDENTES DO STF E STJ.

1. A Súmula 343/STF é aplicável quando se trata de texto legal de interpretação controvertida nos Tribunais e não de texto constitucional.

2. Admissível a ação rescisória contra decisão que julgou ação de repetição de indébito de contribuição social que, posteriormente, veio a ser declarada inconstitucional pelo Eg. STF.

3. Entendimento consagrado no STJ com o qual o acórdão recorrido não

se concilia.

4. Recurso especial conhecido e provido.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, conhecer do recurso e lhe dar provimento. Votaram com o Relator os Ministros Eliana Calmon, Paulo Gallotti e Franciulli Netto". (negrito nosso)

"SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RESP 281209 / GO ; RECURSO ESPECIAL
2000/0101846-9 Relator(a) Ministro JOSÉ DELGADO (1105)
Órgão Julgador T1 - PRIMEIRA TURMA
Data do Julgamento 07/06/2001
Data da Publicação/Fonte DJ 27.08.2001 p.00227

Ementa

TRIBUTÁRIO. COISA JULGADA. EFEITOS. RELAÇÃO JURÍDICA CONTINUATIVA. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO.

1. A Lei nº 7.689, de 15.12.88, foi declarada constitucional, com exceção do art. 8º, pelo STF (RE nº 138284-8-CE).

2. Efeitos da coisa julgada que reconheceu, sem exame pelo STF, ser inconstitucional toda a Lei nº 7.689, de 15.12.88.

3. Superveniência da Lei nº 8.212, de 24.07.91, e da LC nº 70, de 30.12.1991. Reafirmação, nestas leis, da instituição da contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas.

4. Superveniência de situações jurídicas que afetam a imutabilidade da coisa julgada quando se trata de declaração de inconstitucionalidade não examinada, na situação debatida, pelo STF e proclamada na apreciação de relação jurídico-tributária de natureza continuativa.

5. Recurso provido que resulta em denegação da segurança impetrada pela empresa, obrigando-a a pagar a contribuição em questão devida, a partir da vigência da Lei nº 8.212/91, por respeito aos efeitos da coisa julgada nos exercícios de 1989 e 1990. Inexistência de ação rescisória.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da PRIMEIRA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.Os Srs. Ministros Francisco Falcão, Garcia Vieira, Humberto Gomes de Barros e Milton Luiz Pereira votaram com o Sr. Ministro Relator".(destaques acrescidos)

"SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RESP 193500 / PE ; RECURSO ESPECIAL
1998/0079850-1 Relator(a) Ministro GARCIA VIEIRA (1082)
Órgão Julgador T1 - PRIMEIRA TURMA
Data do Julgamento 06/05/1999
Data da Publicação/Fonte DJ 13.09.1999 p.00043

Ementa

TRIBUTÁRIO - CONTRIBUIÇÃO INSTITUÍDA PELA LEI Nº 7.689/88 - MODIFICAÇÃO DO ESTADO DE FATO - APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 239/STJ.

Em se tratando de relação continuativa é possível rever decisão transitada em julgado, se ocorrer alteração no estado de fato.

Recurso improvido.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Exmºs. Srs.Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por maioria, vencidos os Exmºs. Srs. Ministros Demócrito Reinaldo e Humberto Gomes de Barros, negar provimento ao recurso. Votaram com o Relator Milton Luiz Pereira e José Delgado".(grifei)

Dos arestos supracitados, verifica-se que o Superior Tribunal de Justiça, em se tratando de relação jurídica continuativa, tem admitido a revisão da coisa julgada, quando a mesma for arrimada em fonte legal declarada inconstitucional pelo STF, por afrontar o princípio da igualdade, no caso, tributária. É, aliás, a tese já defendida por este Juiz, no âmbito do direito administrativo, no julgamento da AC 325323/CE, caso semelhante ao dos presentes autos, cuja matéria também consistia na percepção por servidores públicos do reajuste de 84,32%.

Analisando a questão da coisa julgada inconstitucional à luz do princípio da isonomia. Sobre o assunto, é de se destacarem os valiosos ensinamentos de Tereza Arruda Alvim Wambier:

"O princípio da isonomia se constitui na idéia de que todos são iguais perante a lei, o que significa que a lei deve tratar a todos de modo uniforme e que correlatamente as decisões dos Tribunais não podem aplicar a lei de forma diferente a casos absolutamente idênticos, num mesmo momento histórico. De fato, de nada adiantaria a existência de comando constitucionalmente dirigido ao legislador, se o Poder Judiciário não tivesse que seguir idêntica orientação, e pudesse decidir, com base na lei, no mesmo momento histórico (ou seja, sem que fatores históricos possam influir no sentido que se deva dar à lei) em face de idênticos casos concretos, de modos diferentes. Esses princípios têm, portanto, aplicação, por assim dizer, "engrenada", funcionando ambos como pilares fundamentais da concepção moderna de Estado de Direito. (...) Do contrário, se verão feridos de morte o princípio da legalidade e da isonomia"18.

Especificamente acerca da matéria posta nos presentes autos, urge transcrever as considerações do MD. Desembargador Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima, às quais me filio por inteiro, constantes do livro Contribuição à Teoria da Coisa Julgada, litteris:

"Volte-se a exemplo já analisado: a remuneração dos servidores públicos. Em face do momento em que foram propostas e julgadas, algumas ações terminaram com a concessão de 84,32% de reajuste, em março de 1990, aos autores, servidores públicos. Tendo o Supremo Tribunal Federal, mais tarde, cifrado o entendimento de que tal reajuste não era devido, outras tantas ações terminaram por negar aos autores servidores públicos, igual vantagem. Ironicamente, em muitos casos ambas as sentenças transitaram em julgado, tendo decorrido in albis o prazo da rescisória. Em face das regras hoje adotadas, disciplinadoras do instituto da coisa julgada, a situação será definitivamente mantida, ou seja, na mesma "repartição pública" servidores exercentes de cargo igual receberão eternamente remunerações diferentes. O fato implica irretorquível agressão ao princípio constitucional da isonomia, macula os canônes máximos do Direito Administrativo (impessoalidade, indisponibilidade, legalidade fechada) e agride ao senso comum de justiça, daí porque desserve ao Direito. O respeito à coisa julgada não justifica tamanho sacrifício!!"19. (grifos que não constam do original)

Ainda acerca do reajuste de 84,32%, o MM. Juiz Federal Francisco Barros Dias, em trabalho já referido, ensina:

"(...) Invocaremos aqui algumas situações concretas que restaram conhecidas em todo território nacional, as quais dizem respeito à revisão de vencimentos de servidor público, sendo a primeira referente aos 84,32% e a segunda a 28,86%. Como se trata de matéria relativa ao servidor público federal, submetida, conseqüentemente, á competência da Justiça Federal, foi a primeira acolhida em primeiro e segundo graus de jurisdição, sob o argumento de existir direito adquirido previsto no texto constitucional, cuja tese chegou a ser abraçada pelo Superior Tribunal de Justiça. A segunda foi rejeitada em primeiro e segundo graus, sob o argumento de que os servidores civis não estavam abrangidos por esse percentual que havia sido concedido aos militares através da Lei nº 8.627/93, tendo, inclusive, recebido a chancela do Superior Tribunal de Justiça. O percentual de 84,32%, o qual deixou de ser concedido quando da elaboração do Plano de Governo que estava iniciando em março de 1990, que recebeu a adesão dos Tribunais Regionais Federais e do Superior Tribunal de Justiça. (...) Tempo depois, o Supremo Tribunal Federal analisou a mesma matéria, (manifestando-se contrariamente) (...) A disparidade dos julgados leva a uma grande injustiça ao se fazer uma comparação entre os mesmos. Vejamos os casos de dois servidores públicos, por exemplo, em que um obteve decisão favorável em segundo grau e até no Superior Tribunal de Justiça, vindo essa decisão de seu processo a transitar em julgado. Passou esse servidor a gozar de um benefício em seu salário que praticamente dobra seu ganho em relação ao outro funcionário. Esse privilégio se torna definitivo, caso venha a ser consumar o prazo decadencial da ação rescisória por não ter o ente público utilizado esse instrumento hábil. Enquanto isso, o outro servidor que foi ao Judiciário e seu processo chegou ao Supremo Tribunal Federal, através do recurso próprio ou de uma ação rescisória interposta no lapso de tempo normal, teve como conseqüência o seu direito negado e passou, na prática, a receber um salário quase pela metade, em relação ao seu colega de trabalho. (...) Essa circunstância só pode ser vista com perplexidade. Não se concebe, nem se entende, como ocorre em alguns julgados, que, em tese, cabe ação rescisória para corrigir uma ilegalidade da decisão, porém não é possível se socorrer de um instrumento legal para desconstituir uma sentença inconstitucional, caso tenha decorrido o prazo decadencial dessa espécie de ação. Essas e outras situações parecidas levam ao total descrédito do Judiciário. Somente se pode entender uma situação dessas como de total desprestígio ao poder jurisdicional, motivando uma série de críticas, muitas vezes fundadas, sobre a real finalidade dessa função estatal. (...) Os julgados conflitantes e contraditórios aqui trazidos à colação servem de exemplo para demonstrar a injustiça que os mesmos representam quando comparados entre si diante da situação concreta que restou aos seus destinatários, justificando, assim, a criação de um instrumento hábil a corrigir essa grave distorção do ordenamento jurídico".20

In casu, verifica-se que a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA SUCAM EM PERNAMBUCO - ASSUPE ajuizou ação ordinária em 1991 visando ao reconhecimento "do direito dos associados da autora ao reajustamento de seus salários, no percentual de 84,32%, a ser aplicado no mês de abril/90, devendo ainda ser a demanda, condena a implantar em folha de pagamento as diferenças salariais decorrentes dos reajustamentos, a partir do mês de abril/90".

Em 12 de agosto de 1991, com já ressaltado, proferi sentença julgando improcedente a ação, julgamento reformado posteriormente pelo Segunda Turma desta colenda Corte, por maioria de votos.

Com efeito, a época do julgamento da ação era pacífico o entendimento do Supremo Tribunal Federal, cuja primeira decisão, fundamento da sentença, (MS n(21216-DF) do Tribunal Pleno do Pretório Excelso acerca da matéria data de 05.12.1990 e outras se seguiram em Ações Diretas de Inconstitucionalidade, conforme se atesta das ementas abaixo transcritas, no sentido de não haver direito adquirido ao reajuste no percentual de 84,32% em março de 1990, conquanto não perfeitos todos requisitos fáticos à sua aquisição.

São nesse sentido, os seguintes precedentes do Supremo Tribunal Federal, ipsis verbis:

"SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
MS 21216 / DF - DISTRITO FEDERAL
MANDADO DE SEGURANÇA
Relator(a): Min. OCTÁVIO GALLOTTI
Julgamento: 05/12/1990 Órgão Julgador: TRIBUNAL PLENO

Publicação: DJ DATA-28-06-1991 PP-08905 EMENT VOL-01626-02 PP-00216 RTJ VOL-00134-03 PP-01112

EMENTA

- Mandado de Seguranca contra ato omissivo do Presidente do Supremo Tribunal, em virtude do qual ficaram privados os Impetrantes, funcionarios da Secretaria da Corte, do reajuste de 84,32% sobre os seus vencimentos, a decorrer da aplicacao da Lei n. 7.830, de 28-9-89. Revogada esta pela Medida Provisoria n. 154, de 16-3-90 (convertida na Lei 8.030-90), antes de que se houvessem consumados os fatos idoneos a aquisicao do direito ao reajuste previsto para 1.-4-91, nao cabe, no caso, a invocacao da garantia prevista no art. 5., XXXVI, da Constituicao. Pedido indeferido, por maioria.

Observação

Votação: por maioria, vencidos os Mins. Carlos Velloso, Sepúlveda Pertence e Paulo Brossard.

Resultado: indeferido.

Acórdãos citados: RE-77897, RE-99217 (RTJ-110/744), RE-94041

(RTJ-105/671),

RE-96458, RE-100007.

Partes

IMPTES. : ERALDO DA MOTA MACHADO E OUTROS

ADVDO. : INOCÊNCIO OLIVEIRA CORDEIRO

IMPDO. : PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL" (destaques acrescidos)

"SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

ADI 577 MC / DF - DISTRITO FEDERAL

MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

Relator(a): Min. SEPULVEDA PERTENCE

Julgamento: 18/09/1991 Órgão Julgador: TRIBUNAL PLENO

Publicação: DJ DATA-18-10-91 PP-14549 EMENT VOL-01638-01 PP-00123 RTJ VOL-00138-01 PP-00070

Ementa

- Ação direta de inconstitucionalidade: decisão administrativa de Tribunal Regional Federal, que - alem de propor a inclusão, no orçamento de 1992, da dotação necessária ao pagamento do reajuste de 84,32%, de acordo com a L. 7.830/89 e não obstante sua revogação pela MP 154/90 (L. 8030/90), em cumprimento de decisões judiciais liminares - resolveu estender o mesmo tratamento a todos os juizes e servidores da Justiça Federal na Região, independentemente de ordem judicial; concorrência das condições da ação direta em relação a segunda parte da decisão administrativa questionada, que configura ato normativo de caráter geral e e objeto de imputação de inconstitucionalidade imediata; suspensão cautelar deferida, a vista, sobretudo, do acórdão do STF no MS 21.216, 5.12.90, Octavio Gallotti, no qual se assentou a inexistência, no caso, de direito adquirido ao reajuste mencionado; considerações sobre o papel do Supremo Tribunal Federal na uniformização de critérios de aplicação das leis comuns, sem prejuízo da autonomia administrativa e financeira dos diversos tribunais da União.

Observação

VOTACAO: UNANIME.

RESULTADO: CONHECIDA EM PARTE E DEFERIDA A CAUTELAR.

Veja - ADIN-99, ADIN-201, ADIN-311, ADIN-365, ADIN-370, MS-21216".

"SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

ADI 684 MC / RN - RIO GRANDE DO NORTE

MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

Relator(a): Min. NERI DA SILVEIRA

Julgamento: 26/02/1992 Órgão Julgador: TRIBUNAL PLENO

Publicação: DJ DATA-26-06-92 PP-10104 EMENT VOL-01667-01 PP-00105

Ementa

- Acao direta de Inconstitucionalidade. Resolucao Administrativa de Tribunal Regional Eleitoral que determinou o pagamento do reajuste de 84,32% relativo a variacao do IPC de marco de 1990, a todos os servidores da Corte, inclusive inativos, a contar de abril do mesmo ano. Alegacao de ofensa aos arts. 37, X, e 96, II, "b", da Constituicao. Natureza normativa da Resolucao. Relevancia dos fundamentos do pedido. Decisao em sentido contrario do STF, no mandado de Seguranca n. 21.216, quanto aos funcionarios do Quadro de sua Secretaria. "Periculum in mora". Medida cautelar deferida para suspender, "ex nunc" e ate o julgamento final da acao, a eficacia da Resolucao impugnada.

Observação

VOTACAO: UNANIME.

RESULTADO: DEFERIDA.

Veja - ADIN-577, MS-21216-1, ADINMC-661, ADINMC-662".

"SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

ADI 658 MC / PE - PERNAMBUCO

MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

Relator(a): Min. SEPULVEDA PERTENCE

Julgamento: 26/02/1992 Órgão Julgador: TRIBUNAL PLENO

Publicação: DJ DATA-29-05-92 PP-07834 EMENT VOL-01663-02 PP-00300 RTJ VOL-00140-03 PP-00788

Ementa

Vencimentos: Reajuste pela variacao do IPC de marco de 1990: sistema extinto pela M. Prov. 154/90, convertida na L. 8.030/90, cuja aplicacao imediata, segundo decidiu o STF (MS 21.216, Gallotti), nao ofendeu as garantias do direito adquirido e da irredutibilidade de vencimentos: suspensao cautelar de ato normativo em contrario do TRF/5. Regiao (precedente: ADIn 577, med. cautelar, 18.9.91, Pertence).

OBSERVAÇÃO

VOTACAO: UNANIME.

RESULTADO: DEFERIDA.

VEJA MS-21216, ADINMC-577, ADINMC-661".

"SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

ADI 683 MC / SC - SANTA CATARINA

MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

Relator(a): Min. MARCO AURELIO

Julgamento: 11/03/1992 Órgão Julgador: TRIBUNAL PLENO

Publicação: DJ DATA-10-04-92 PP-04796 EMENT VOL-01657-01 PP-00035

Ementa

ACAO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - PEDIDO DE CONCESSAO DE LIMINAR. Mostra-se procedente o pedido de concessao de liminar quando no caso concorrem o sinal do bom direito e o risco decorrente de se manter com plena eficacia o preceito impugnado. E a hipotese de decisao administrativa de Tribunal Regional do Trabalho a qual conferem-se contornos normativos, no que revela a concessao de diferencas salariais resultantes da apuracao do Indice de Preco ao Consumidor alusivo ao mes de marco de 1990.

Observação

VOTACAO: UNANIME.

RESULTADO: DEFERIDA.

VEJA MS-21216-1".

"SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

ADI 666 MC / PE - PERNAMBUCO

MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

Relator(a): Min. MOREIRA ALVES

Julgamento: 12/03/1992 Órgão Julgador: TRIBUNAL PLENO

Publicação: DJ DATA-22-05-92 PP-07214 EMENT VOL-01662-01 PP-00174

Ementa

Acao direta de inconstitucionalidade que tem por objeto decisao administrativa do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Pernambuco, a qual determinou o pagamento do reajuste de 84,32% relativo a variacao do IPC de marco de 1990, extinto pela Medida Provisoria n. 154, de 15.03.90, convertida na Lei 8.030, de 12.04.90. Liminar. Concessao de medida liminar que se referenda por ocorrerem os requisitos da relevancia juridica do pedido e da conveniencia da suspensao do ato impugnado.

Observação

VOTACAO: POR MAIORIA. RESULTADO: DEFERIDA".

Sabido é que a declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo pelo Supremo Tribunal Federal tem efeitos vinculantes em relação aos próprios órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública. Assim, a decisão ditada pelo STF vinculará todos os órgãos dos Poder Judiciário e do Poder Executivo, vinculação esta decorrente da racionalidade do sistema concentrado de constitucionalidade, devendo os órgãos dos aludidos Poderes pautar o exercício de suas funções na interpretação constitucional dada pela Corte Suprema, a quem compete, por disposição inserta na Constituição pelo legislador constituinte originário, a guarda da Constituição.

Verifica-se, portanto, que o Supremo Tribunal Federal no julgamento das aludidas ADINs declarou a inconstitucionalidade de resoluções, dando-as contornos de atos normativos, que mandavam aplicar aos vencimentos de servidores o reajuste da Lei nº 7.830, de 28/09/1990, por entender que a aludida lei foi revogada pela MP nº 154/90, posteriormente convertida na Lei nº 8.030/90, assentando, ainda, inexistir direito adquirido ao reajuste de 84,32% e a inocorrência de violação à garantia da irredutibilidade de vencimentos.

Apreende-se, destarte, que antes do julgamento da apelação por este Tribunal, o STF, órgão de cúpula do Poder Judiciário, a quem cabe a missão primacial de guarda da Constituição e a interpretação da mesma, havia firmado o entendimento de que o sistema extinto pela Medida Provisória n(154/90, convertida na Lei n(8.030/90, com aplicação imediata, não ofendeu as garantias do direito adquirido e da irredutibilidade de vencimentos.

Faz-se coro, neste aspecto, ao MD. Ministro CARLOS VELOSO, o qual em voto proferido na Ação Direta de Inconstitucionalidade n(557-DF - Medida Cautelar, afirmou, litteris:

"Sr. Presidente, acompanho o voto do eminente Ministro Relator. Não deixo, entretanto, de reparar - (...) - como possa um Tribunal, agindo administrativamente, depois que a Corte Suprema, Corte Constitucional, Cúpula do Poder Judiciário, se manifestou, interpretando um dispositivo da Constituição, opor-se a essa decisão". (negrito nosso)

Por conseguinte, da mesma forma, não caberia a órgão do Poder Judiciário decidir em desconformidade com a interpretação dada pelo Excelso Pretório à questão do pagamento do reajuste de 84,32% relativo ao IPC de março de 1990, aos servidores públicos federais. Tal uniformização justifica-se em face do princípio da isonomia e da segurança jurídica, além de outro valor de imensa grandeza, garantido constitucionalmente, que é a justiça das decisões judiciárias. Ademais, o princípio da constitucionalidade impõe força vinculativa da lei e ato normativo à Constituição, enquanto Lei Fundamental da ordem jurídica.

Como, então, se atribuir à coisa julgada carga imperativa a ponto de se permitir que se estipule obrigações para o Estado, não amparada pelo direito. De mais a mais, no Direito Administrativo os interesses públicos devem prevalecer sobre os privados. Verdadeiro absurdo seria se admitir dispor de dinheiro público para pagamento de valores reconhecidamente (pelo guardião da Constituição) indevidos em face da coisa julgada. Implicaria, por certo, sobrepor a coisa julgada aos princípios da legalidade, moralidade, isonomia e, sobretudo, o princípio da constitucionalidade. Ademais, "a moralidade administrativa como valor constitucionalmente proclamado e cuja efetivação é óbice a essa autoridade em relação a julgados absurdamente lesivos ao Estado"21, tal como no caso dos presentes autos.

Não há que se alegar, além disso, não se aplicarem as decisões do Supremo Tribunal Federal nas referidas ADINs, porquanto naquelas não se declarou a inconstitucionalidade da lei e sim de resoluções. Ocorre que, antes mesmo de se produzirem, foram tolhidos os efeitos da Lei nº 7.830, de 28/09/1990, em face da revogação da mesma pela MP nº 154/90, posteriormente convertida na Lei nº 8.030/90. Por conseguinte, ação direta de inconstitucionalidade ajuizada contra a Lei nº 7.830/90, fatalmente, seria julgada prejudicada, haja vista a revogação da lei antes mesmo de vir a gerar efeitos. Nesse sentido, têm decidido o STF: "Se a norma inquinada de inconstitucionalidade em sede de controle abstrato deixa de integrar o ordenamento jurídico, porque revogada, torna-se insubsistente o interesse de agir. Conseqüência: Prejudicialidade da ação direta de inconstitucionalidade, por perda do seu objeto".22

Nesse processo há, outrossim, um aspecto interessante que aguça ainda mais a preocupação. Como já realçado, esse processado foi ajuizado pela Associação dos Servidores da SUCAM, em Pernambuco, quando posteriormente, houve a fusão de três associações, do que poderia se acrescer em termos de substituição. Para o fim de fixar e destacar os limites subjetivos da coisa julgada, em 1996 foi proferida decisão, de onde se lê: "Examinando os autos verifica-se que só podem ser considerados como integrantes do pólo passivo, digo, ativo da relação processual p/ substituição, aqueles associados na data da propositura da ação (momento em que foi externada vontade de litigar contra a Entidade-ré). Posteriores ingressos no quadro de associados da autora não tem o condão de ampliar o elenco dos beneficiários. P.I., após o que voltem os autos conclusos". Em face da referida decisão, como já frisado, fora interposto agravo, o qual foi improvido. Impende chamar atenção para esse fato porque, não obstante a decisão da Segunda Turma confirmando a decisão deste Juiz em primeiro grau em 1996, as execuções foram opostas pelos exeqüentes em grande quantidade e vão muito além da relação de substituídos que consta da inicial. É, com efeito, um fato importante porque há um reflexo de centenas de milhões de reais.

Essa ação tem, ademais, algumas peculiaridades, por exemplo, a mesma foi ajuizada contra a União. A despeito de a FUNASA, autarquia, ter sido criada quando se iniciava a ação, a mesma só veio para o processo no acórdão inicial, no qual foi Relator o Dr. Nereu Santos. Assim, a FUNASA já existia e era a sucessora em relação a parte dos servidores, no entanto, não foi chamada à compor a relação processual. Nesse processo, por certo, há muitas particularidades.

Esquecendo as peculiaridades e voltando à tese jurídica, embora as peculiaridades também sejam jurídicas, entendo, no caso concreto, destarte, de conhecer da rescisória e a conheço não só em relação ao segundo acórdão, mas também em relação ao primeiro, sobretudo por entender, em face do exposto, que em se tratando de questão constitucional os prazos estão afastados.

Nessa direção, a Medida Provisória nº 1.984-19, de 29 de junho de 2000, alterou o art. 741 do CPC, passando, então a vigorar acrescido o seguinte parágrafo único:

"Parágrafo único. Para efeito do disposto no inciso II deste artigo, é também inexigível o título judicial fundado em lei, ato normativo ou em sua interpretação ou aplicação declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal".

Assim, o citado parágrafo único do art. 741 do Código de Processo Civil reputa como inexigível o título judicial fundado em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal. Neste diapasão, a coisa julgada não obsta que se alegue em sede de embargos à execução a inconstitucionalidade da sentença transita em julgado.

O Supremo Tribunal Federal, na ADinMC nº 2.251/DF, Relator Ministro Sydney Sanches, apreciando a MP nº 1.984-19/2000, inclusive o art. 10 que atribuía nova redação ao art. 741 do CPC, deferiu medida cautelar apenas para suspender o art. 4º da Medida Provisória nº 1.984, que alterou o artigo 4º e respectivos parágrafos da Lei nº 8.437/92. Interessante seria ter tido o julgamento do mérito da ADIn pelo STF e deste modo, a previsão de que nas execuções judiciais os títulos reputados inconstitucionais não seriam exeqüíveis. Infelizmente o STF terminou por ficar numa preliminar, apesar de que várias decisões terem entendido pela prevalência da Constituição sobre o argumento processual.

Não há dúvida, conseqüentemente, de que haverá uma apreciação da matéria, no sentido da prevalência da Constituição, porquanto se uma regra processual poderá afasta a Constituição, o nosso sistema jurídico estará todo destruído. A meu sentir, portanto, é constitucional a medida provisória no sentido de reconhecer que, tudo aquilo que é inconstitucional não é exeqüível. Tal se explica porque a coisa julgada não pode sobrepujar a lei, em se tratando de inconstitucionalidade, sob pena de torna-se instituto de maior valor que a própria Constituição. No dizer de Humberto Theodoro Júnior, "O que se deduz do texto do parágrafo único do art. 741 do CPC é que se torna inquestionável o dever de recusar a execução da sentença quanto a norma legal que lhe serviu de fundamento já tenha sido declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Não caberá, portanto, ao juiz dos embargos recusar a interpretação a que chegou a Suprema Corte. A inexigibilidade do crédito exeqüendo será automática decorrência do pronunciamento da inconstitucionalidade do STF. (...) A invalidade da lei e, conseqüentemente, da sentença que a aplicou, é irrecusável, e não pode deixar de ser reconhecida sob

pena de colocar-se acima da Constituição um simples ato judicial" 23. Conseguintemente, o vício de inconstitucionalidade torna inexigível o título executivo.

Em face do exposto, julgo totalmente procedente a ação rescisória.

É o meu voto.

JUIZ FRANCISCO CAVALCANTI

1 MIRANDA, Pontes de. Tratado das Ações. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1973. p. 528.

2 AR 169-GO. Relator Min. Américo Luz, j. 24.10.1989, v.u., DJ 27.11.1989, p. 17.560.

3 Nery Jr., Nelson. Wambier, Teresa Arruda Alvim/Coordenadores. Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis e de outras formas de impugnação às decisões judiciais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001. Série aspectos polêmicos e atuais dos recursos, v. 4. pp. 865-871.

4 THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2002. v. 1. p. 613.

5 THEODORO JÚNIOR, Humberto e FARIA, Juliana Cordeiro. A Coisa Julgada Inconstitucional e os Instrumentos Processuais para o seu Controle. Coisa Julgada Inconstitucional. Coordenador Carlos Valder do Nascimento. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2003. 3ª ed. p. 109.

6 THEODORO JÚNIOR, Humberto. Nulidade, inexistência e rescindibilidade da sentença. Revista Juriscível do S.T.F. Ano - VIII, novembro de 1980, nº 95. p. 39.

7 RE 89.108-60. Relator Ministro Cunha Peixoto. Ac 28.08.1980, RTJ 101/209.

8 ZAVASCKI, Teori Albino. Eficácia das sentenças na jurisdição constitucional. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001. p.126.

9 SOUSA, Marcelo Rebelo. O valor jurídico do acto inconstitucional. Almedina: Lisboa, 1988. p. 317/320.

10 OTERO, Paulo Manuel Cunha da Costa. Ensaio sobre o caso julgado inconstitucional.LEX Edições Jurídicas: Lisboa, 1993.

11 DINAMARCO, Cândido Rangel. Relativizar a Coisa Julgada. Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil nº 19 . SET-OUT/2002. p. 22e 29.

12 DELGADO, José Augusto. Efeitos da Coisa Julgada e os Princípios Constitucionais. Coisa Julgada Inconstitucional. Coordenador Carlos Valder do Nascimento. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2003. 3ª ed. p. 50/52.

13 DANTAS, Francisco Wildo Lacerda. Considerações sobre a desconstituição e a relativização da coisa julgada. Revista do Tribunal Regional Federal Quinta Região. N° 56. Abril/Junho, 2004. p. 166/187.

14 LIMA, Paulo Roberto Oliveira. Contribuição à Teoria da Coisa Julgada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais., 1997. pp.10-11 e 116-117.

15 WAMBIER, Tereza Arruda Alvim e MEDINA, José Miguel Garcia. O Dogma da Coisa Julgada. Hipóteses de Relativização. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 40/41.

16 KELSEN, Hans. Teoria pura do direito. Tradução J. Cretella Jr. e Agnes Cretella. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002. 2ª ed. rev. da tradução. p. 103.

17 SILVA, José Afonso. Curso de direito constitucional positivo. São Paulo: Malheiros, 2000. p. 47/48.

18 WAMBIER, Tereza Arruda Alvim e MEDINA, José Miguel Garcia. O Dogma da Coisa Julgada. Hipóteses de Relativização. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 59/60.

19 LIMA, Paulo Roberto Oliveira. Contribuição à Teoria da Coisa Julgada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais., 1997. p. 158.

20 DIAS, Francisco Barros. Coisa julgada inconstitucional. Dissertação de mestrado. UFPE/UFRN - NATAL/RN - AGOSTO/1999. pp. 124/129.

21 DINAMARCO, Cândido Rangel. Relativizar a Coisa Julgada. Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil nº 19 . SET-OUT/2002. p. 16.

22ADI 254QO/GO -GOIÁS QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

Relator(a): Min.MAURÍCIO CORRÊA Julgamento: 05/11/2003 Órgão Julgador: Tribunal Pleno

23 THEODORO JÚNIOR, Humberto e FARIA, Juliana Cordeiro de. A Coisa Julgada Inconstitucional e os Instrumentos Processuais para o seu Controle. Coisa Julgada Inconstitucional. Coordenador Carlos Valder do Nascimento. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2003. 3ª ed. p. 112/113.

Ademais, assim se pronunciou a Ministra Ellen Gracie, nos autos do AI 375011 AgR/RS - Informativo nº 365, de 20.10.2004 -, em que, apesar da ausência do requisito necessário ao conhecimento do recurso extraordinário (prequestionamento), restou tal pressuposto específico dispensado, diante da existência de manifestação pacífica do STF sobre a questão de fundo, de modo que o recurso referido foi não apenas conhecido, mas também provido, para garantir que a prestação jurisdicional se adequasse perfeitamente ao posicionamento cristalizado pela Corte Maior:

Ausência de Prequestionamento. RE. Provimento. Prevalência de Decisão do STF (Transcrições)

(v. Informativo 364)

AI 375011 AgR/RS

RELATORA: MINISTRA ELLEN GRACIE

Relatório: Eis o teor do despacho agravado:

"Não se encontram prequestionados os dispositivos constitucionais (artigos 2º; 18, caput; 29, caput; 34, VII, "c"; 37, XIII; 40, § 8º; 61, § 1º, II, "a" e "c"; 167, IV, e 169) em que busca apoio a petição de recurso extraordinário, pois embora suscitados na petição de apelação (fls. 35/44), não foram apreciados pelo acórdão recorrido, ao qual não foram opostos os competentes embargos de declaração, imprescindíveis a suprir eventual omissão (Súmulas 282 e 356).

Nego seguimento ao agravo." (fl. 107)

Nas razões do presente regimental o Município de Porto Alegre alega, em síntese, que a matéria dos autos se encontra devidamente prequestionada, uma vez que, para a observância deste requisito, basta a veiculação do tema constitucional tido como violado, sendo desnecessária a menção expressa ao artigo da Constituição.

Aduz que o entendimento do acórdão recorrido foi rechaçado pelo Plenário desta Corte por ocasião do julgamento do RE 251.238, quando se julgou inconstitucional o art. 7º e parágrafos da Lei nº 7.428/94, com a redação dada pelo art. 2º da Lei nº 7.539/94, ambas do Município de Porto Alegre.

Requer, ao final, o provimento do presente agravo regimental e, desde já, do recurso extraordinário inadmitido na instância a quo.

É o relatório.

Voto: 1. O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, ao prolatar o acórdão recorrido, aplicou ao caso dos autos o entendimento manifestado por seu Órgão Especial no julgamento da ADI nº 595.067.943, quando se declarou a constitucionalidade do disposto no art. 7º da Lei nº 7.428/94 do Município de Porto Alegre, com a redação da Lei nº 7.539/94, que previa o reajuste automático bimestral dos vencimentos dos servidores municipais pela variação de índice de entidade particular (ICV-DIEESE).

O Plenário desta Corte, entretanto, ao julgar o RE 251.238, rel. para o acórdão Min. Nelson Jobim, DJ de 23/08/2002, entendeu, em decisão majoritária, que esta norma ofende o postulado da autonomia municipal, declarando a sua inconstitucionalidade.

Na decisão ora agravada, apontei a ausência de prequestionamento dos dispositivos constitucionais tido como violados, porquanto a Corte gaúcha tão-somente aplicou a orientação firmada na mencionada ação direta de inconstitucionalidade - cujo acórdão não consta do traslado do presente agravo de instrumento-, sem fazer referência aos fundamentos utilizados para chegar à declaração de constitucionalidade das referidas normas municipais.

2.A despeito de a questão de fundo estar pacificada no âmbito desta Suprema Corte em relação às demandas que tratem sobre o mesmo tema, ainda assim se exige a presença dos pressupostos específicos de conhecimento do recurso extraordinário, como é o caso do prequestionamento. Foi o que decidiu a Primeira Turma desta Corte no julgamento de caso idêntico ao presente: AI 383.617-AgR, rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ de 27/09/2002.

Estou, entretanto, mais inclinada a valorizar, preponderantemente, as manifestações do Tribunal, especialmente as resultantes de sua competência mais nobre - a de intérprete último da Constituição Federal.

Já manifestei, em ocasiões anteriores, minha preocupação com requisitos processuais que acabam por obstaculizar, no âmbito da própria Corte, a aplicação aos casos concretos dos precedentes que declaram a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade de normas. Ao votar, na Primeira Turma no RE 222.874-AgR-ED, de que fui relatora, expressei-me da seguinte forma:

"Entendo que este Supremo Tribunal deve evitar a adoção de soluções divergentes, principalmente em relação a matérias exaustivamente discutidas por seu Plenário. Manifestei esta posição no julgamento da Ação Rescisória 1.713, de que fui relatora (Plenário, unânime, DJ 19/12/2003):

'Sobre a rescisória ajuizada com base no art. 485, V do CPC, quando em jogo a violação de dispositivo constitucional, asseverou o eminente Ministro Gilmar Mendes ao proferir seu voto no RE 235.794-AgR, que 'a manutenção de soluções divergentes, em instâncias inferiores, sobre o mesmo tema, provocaria, além da desconsideração do próprio conteúdo da decisão desta Corte, última intérprete do texto constitucional, a fragilização da força normativa da Constituição.' No presente caso, da mesma forma, a manutenção da decisão proferida por esta Corte, permitindo a majoração de alíquotas do FINSOCIAL recolhido por empresa seguradora, fragilizaria a força normativa dos art. 195 da CF e 56 do ADCT.'

A adoção no âmbito desta Corte de decisões contraditórias compromete a segurança jurídica, porque provoca nos jurisdicionados inaceitável dúvida quanto à adequada interpretação da matéria submetida a esta Suprema Corte."

Com efeito, o Supremo Tribunal Federal, em recentes julgamentos, vem dando mostras de que o papel do recurso extraordinário na jurisdição constitucional está em processo de redefinição, de modo a conferir maior efetividade às decisões.

Recordo a discussão que se travou na Medida Cautelar no RE 376.852, de relatoria do Ministro Gilmar Mendes (Plenário, por maioria, DJ de 27.03.2003). Naquela ocasião, asseverou Sua Excelência o caráter objetivo que a evolução legislativa vem emprestando ao recurso extraordinário, como medida racionalizadora de efetiva prestação jurisdicional.

Registro também importante decisão tomada no RE 298.694, rel. Min. Pertence, por maioria, DJ 23/4/2004, quando o Plenário desta Casa, a par de alterar antiga orientação quanto ao juízo de admissibilidade e de mérito do apelo extremo interposto pela alínea "a" do permissivo constitucional, reconheceu a possibilidade de um recurso extraordinário ser julgado com base em fundamento diverso daquele em que se lastreou a Corte a quo.

Esses julgados, segundo entendo, constituem um primeiro passo para a flexibilização do prequestionamento nos processos cujo tema de fundo foi definido pela composição plenária desta Suprema Corte, com o fim de impedir a adoção de soluções diferentes em relação à decisão colegiada. É preciso valorizar a última palavra - em questões de direito - proferida por esta Casa.

Destaco, outrossim, que o RE 251.238 foi provido para se julgar procedente ação direta de inconstitucionalidade da competência originária do Tribunal de Justiça estadual, processo que, como se sabe, tem caráter objetivo, abstrato e efeitos erga omnes. Esta decisão, por força do art. 101 do RISTF, deve ser imediatamente aplicada aos casos análogos submetidos à Turma ou ao Plenário. É essa a orientação firmada pela 1ª Turma desta Casa no RE 323.526, rel. Min. Sepúlveda Pertence, unânime, DJ 31/5/2002, resumido na seguinte ementa:

"Declaração, pelo Plenário do STF, no julgamento do RE 251.238-RS (red. para acórdão Nelson Jobim, 7.11.2001, Inf. 249), de inconstitucionalidade do art. 7º e parágrafos da L. 7.428/94, com a redação dada pela L. 7.539/94, do Município de Porto Alegre, que previam o reajuste automático bimestral dos vencimentos dos servidores municipais pela variação do índice de entidade particular (ICV-DIEESE).

Aplicação do art. 101 RISTF, a teor do qual - salvo proposta de revisão por qualquer dos Ministros - a declaração plenária de constitucionalidade ou inconstitucionalidade de lei será de logo aplicada aos novos feitos submetidos à Turma ou ao Plenário: recurso extraordinário do Município conhecido e provido."

Lembro que estamos a tratar de uma lide envolvendo inúmeros servidores do Município de Porto Alegre e causa espécie a possibilidade de alguns deles saírem vitoriosos, a despeito da inconstitucionalidade das leis municipais nas quais basearam sua pretensão. Isso porque estaríamos diante de uma situação anti-isonômica, em que entre dois funcionários que trabalhem lado a lado e exerçam iguais atribuições, exista diferença de vencimento, pelo fato de um deles restar vencedor na sua demanda, em virtude de falta de prequestionamento da matéria constitucional suscitada no RE da municipalidade, enquanto que ao outro, em cujo processo estava atendido tal requisito de admissibilidade do apelo extremo, aplicou-se a orientação do Supremo Tribunal Federal e rejeitou-se a sua pretensão. Esta Corte não pode admitir tal disparidade de tratamento de situações idênticas.

Existe ainda outra circunstância que demanda uma solução uniforme por esta Casa: o Ministro Nelson Jobim, em seu voto no já citado RE 251.238 demonstrou os prejuízos às finanças do Município de Porto Alegre, com a manutenção do art. 7º da Lei 7.428/94. Ou seja, a manutenção dos reajustes baseados na lei municipal impediria o atendimento das limitações impostas aos gastos com pessoal pela Lei Camata (LC nº 82/95).

Registro, por fim, que todos os argumentos lançados pelo Tribunal a quo para declarar a constitucionalidade da norma municipal em comento, são conhecidos nesta Corte, pois foram exaustivamente debatidos na sessão que julgou o RE 251.238.

Por estas razões, entendo que o simples fato de constar do acórdão da origem a declaração de constitucionalidade do disposto no art. 7º da Lei nº 7.428/94 do Município de Porto Alegre, com a redação da Lei nº 7.539/94, mesmo que desacompanhadas do aresto que julgou o leading case, autoriza o conhecimento e o provimento do recurso extraordinário.

3.Diante do exposto, dou provimento ao presente agravo regimental, para, com fundamento no art. 544, § 4º do CPC, conhecer do agravo e, desde logo, dar provimento ao recurso extraordinário. Invertam-se os ônus da sucumbência, ressalvada a hipótese de concessão de justiça gratuita.

Considerando que o STF já assentou posição, no sentido na constitucionalidade da contribuição para o SAT, bem como levando em conta que a coisa julgada não pode se superpor ao reconhecimento da constitucionalidade pela instância jurisdicional que tem a competência precípua de analisar e declarar a compatibilidade das normas jurídicas com o Texto Constitucional, é de se manter a decisão agravada, que reformou a sentença autorizadora de compensação tributária escudada em provimento judicial discrepante do entendimento adotado pelo STF.

Outrossim, cumpre ressaltar a existência de vários institutos no âmbito dos quais se admite a defesa e o acatamento da tese da relativização da coisa julgada (a ação rescisória é um exemplo). Particular relevância, nesse contexto, tem o parágrafo único, do art. 741, do Código de Processo Civil (com a redação dada pela MP nº 2.180-35/2001):

Art. 741. Na execução fundada em título judicial, os embargos só poderão versar sobre:

Omissis

II - inexigibilidade do título;

Omissis

Parágrafo único. Para efeito do disposto no inciso II deste artigo, considera-se também inexigível o título judicial fundado em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal ou em aplicação ou interpretação tidas por incompatíveis com a Constituição Federal.

A mesma medida provisória anteriormente referida implantou o art. 1o-E, da Lei nº 9.494, de 10.09.97, que tem o seguinte teor:

Art. 1o-E. São passíveis de revisão, pelo Presidente do Tribunal, de ofício ou a requerimento das partes, as contas elaboradas para aferir o valor dos precatórios antes de seu pagamento ao credor.

Sobre o artigo trazido pela MP nº 2.180-35/2001, o Superior Tribunal de Justiça, no RESP nº 667002/DF (julgado em 12.12.2006), já teve oportunidade de se manifestar, através especialmente do voto do Ministro Luiz Fux, nos seguintes termos (constantes do Informativo nº 308, do STJ, que compreende o período de 11 a 15.12.2006 - destaques acrescidos):

LIQÜIDAÇÃO. HOMOLAÇÃO. TRÂNSITO EM JULGADO. TAXA ANBID.

As controvérsias, no caso, são em ação de execução de título judicial promovida por massa falida, ora recorrida, em desfavor da União, na qualidade de sucessora de sociedade de economia mista extinta, na qual insiste, entre outros temas, na incompetência da Justiça do DF, na ausência de intimação pessoal do MP e, conseqüentemente, não haveria, no caso, a ocorrência de coisa julgada para desconstituir tanto o efeito cognitivo quanto o de liquidação. Note-se que a questão de competência federal ou estadual deu-se em momento em que a parte demandada era uma sociedade de economia mista e a União pediu para ser assistente dessa sociedade. Na época, antes da CF/1988, o STF considerou que não era cabível a assistência e, por se tratar de uma sociedade de economia mista, a competência seria da Justiça estadual. Entretanto era uma sociedade em liquidação, que teve como representante o liquidante e, finda a liquidação, a empresa extinguiu-se do mundo jurídico e seu patrimônio passou para outra pessoa jurídica que, no caso, foi a União. Assim, não se pode discutir mais a questão de competência quando a empresa estava em liquidação, questiona-se a competência após a empresa ser extinta e sucedida pela União. Depois dessa sucessão, a sentença foi proferida por um juiz estadual que fixou o título executivo agora executado contra a União. Assim, a própria ré (a União) não se pronunciou quando da formação do débito, sendo que, do título formado, derivou-se o precatório. Logo, uma vez que a Justiça Federal não se pronunciou quando da formação do débito, além de o título ter sido formado sem a presença da União, a Turma, ao renovar o julgamento, deu provimento ao recurso para anular a decisão recorrida. Destacou, ainda, o Min. Relator que a ratio essendi desse artigo que adveio com a MP n. 2.180/2001, permitindo ao presidente do tribunal aferir o quantum devido dos precatórios, não foi somente para evitar erros aritméticos, mas também para evitar essas decisões teratológicas que consignam débitos monstruosos, que acabam sendo pagos em nome do princípio da preclusão ou em nome de um princípio formal, quando sabemos que o processo é um instrumento a serviço e realização da Justiça do caso concreto; o processo não é um fim em si mesmo.

In casu, trata-se de precatórios expedidos em sede de ações ajuizadas com vistas à obtenção de reajuste nos percentuais de 84,32%, 47,94%, 26,05% e 16,19%.

O Egrégio Superior Tribunal de Justiça e o Pretório Excelso já pacificaram, há muito, a jurisprudência, no sentido de não serem devidos os referidos percentuais.

Nesse sentido, observem-se os seguintes precedentes do Supremo Tribunal Federal (todos com negritos acrescidos):

AI-AgR 486899 / CE - CEARÁ AG.REG.NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Relator(a): Min. EROS GRAU Julgamento: 14/06/2005 Órgão Julgador: Primeira Turma Publicação: DJ 05-08-2005 PP-00041 EMENT VOL-02199-19 PP-03876

Parte(s)

AGTE.(S): ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - ADUFC ADVDO.(A/S) : ÁTILA BRASIL DIAS E OUTRO (A/S) AGDO.(A/S) : UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC ADVDO.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO ADQUIRIDO. REAJUSTE. INOCORRÊNCIA. Incidência do percentual de 84,32% sobre vencimentos de servidores públicos. Ausência de direito adquirido. Precedentes. Agravo regimental a que se nega provimento.

RE 219022 / AC - ACRE RECURSO EXTRAORDINÁRIO Relator(a): Min. NÉRI DA SILVEIRA Julgamento: 28/11/1997 Órgão Julgador: Segunda Turma Publicação: DJ 22-05-1998 PP-00029 EMENT VOL-01911-10 PP-01900

Parte(s)

RECTE. : UNIÃO FEDERAL ADVDO. : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO RECDO. : JOSÉ MARQUES DE SOUZA ADVDOS. : MARIA PENHA SOUSA NASCIMENTO E OUTRO

EMENTA: Recurso extraordinário. Funcionário público. Reajuste no percentual de 84,32, relativo ao IPC, no período de 15 de fevereiro a 15 de março de 1990. Lei nº 7.830, de 18.09.1989. A alteração do critério de reajuste, antes de 1º de abril de 1990, já era legitimamente eficaz a partir do mesmo mês, nada importando que o índice da lei anterior já se tivesse aferido, pois ainda não era aplicável. Precedente do Plenário do STF, no Mandado de Segurança nº 21.216-1/DF. Não cabe falar em ofensa a direito adquirido ou a situação jurídica definitivamente constituída. Recurso extraordinário conhecido e provido, para julgar a ação improcedente.

RE 203201 / DF - DISTRITO FEDERAL RECURSO EXTRAORDINÁRIO Relator(a): Min. CARLOS VELLOSO Julgamento: 19/11/1996 Órgão Julgador: Segunda Turma Publicação: DJ 07-02-1997 PP-01365 EMENT VOL-01856-11 PP-02111

Parte(s)

RECTE. : UNIÃO FEDERAL RECDO. : ANTONIO MARIANO DUTRA E OUTROS

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. DIREITO ADQUIRIDO. VENCIMENTOS. REAJUSTE DE 84,32%. Medida Provisória nº 154, de 16.03.90. Lei nº 8.030, de 1990. I. - Reajuste de 84,32% decorrente da aplicação da Lei nº 7.830, de 28.09.89, revogada pela Medida Provisória nº 154, de 16.03.90, convertida na Lei 8.030, de 12.04.90. Inocorrência de direito adquirido ao reajuste. II. - Precedente do STF: MS nº 21.216-DF, Rel. Min. Gallotti, RTJ 134/1112. III. - Ressalva do entendimento pessoal do relator em sentido contrário: voto vencido no citado MS 21.216-DF. IV. - Inocorrência de alteração, na Lei 8.030, de 1990, dos dispositivos que cuidam da matéria na Medida Provisória nº 154, de 16.03.90. Improcedência da alegação no sentido de que a Medida Provisória 154, de 16.03.90, perdera a sua eficácia. V. - R.E. conhecido e provido.

ADI 577 / RJ - RIO DE JANEIRO AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Relator(a): Min. OCTAVIO GALLOTTI Julgamento: 25/10/1996 Órgão Julgador: TRIBUNAL PLENO Publicação: DJ 08-03-1996 PP- EMENT VOL-01819-01 PP-00039

Parte(s)

REQUERENTE: PROCURADOR-GERAL DA REPUBLICA REQUERIDO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2a REGIAO

EMENTA: - Por não se achar configurado o suposto direito adquirido em que buscou apoio o ato normativo, declara-se inconstitucional, com efeitos ex tunc, a decisão administrativa do Tribunal Regional Federal da Segunda Regiao, que atribuiu, a todos os servidores da Justiça Federal daquela circunscrição, reajuste de 84,32%, sobre os respectivos vencimentos.

RE 197964 / AC - ACRE RECURSO EXTRAORDINÁRIO Relator(a): Min. MOREIRA ALVES Julgamento: 17/09/1996 Órgão Julgador: Primeira Turma Publicação: DJ 18-04-1997 PP-13793 EMENT VOL-01865-08 PP-01681

Parte(s)

RECTE. : UNIÃO FEDERAL (SUCESSORA DO EXTINTO INAMPS) RECDO. : LUIZ DO VALE DE MESQUITA E OUTRO

EMENTA: Funcionário Público. Reajuste. - É indevido o reajuste correspondente à aplicação da URP no mês de fevereiro de 1989, por ter sido ele revogado, sem afronta ao princípio do direito adquirido, pela Lei nº 7.730, de 31.01.89. - Recentemente, o Plenário desta Corte, ao julgar o RE nº 146.749, decidiu que, não havendo direito adquirido a vencimentos nem a regime jurídico, o artigo 1º, caput, do Decreto-Lei 2.425/88 é de aplicação imediata, tendo os funcionários direito apenas ao reajuste, calculado pelo sistema do artigo 8º, § 1º, do Decreto-Lei 2.335, com relação aos dias do mês de abril anteriores ao da publicação daquele Decreto-Lei (ou seja, aos sete primeiros dias do mês de abril de 1988, uma vez que o referido artigo 1º, caput, entrou em vigor no dia oito de abril de 1988, data em que foi publicado, pois não sofreu alterações na republicação feita no dia onze do mesmo mês), bem como ao de igual valor, não cumulativamente, no mês de maio seguinte. - No que concerne ao percentual de reajuste de 84,32%, acrescido de 5%, referente ao IPC de março de 1990, esta Corte, ao julgar o mandado de segurança nº 21.216, decidiu, por seu Plenário, que, revogada a Lei nº 7.830, de 28.09.89, pela Medida Provisória nº 154, de 16.03.90 (regularmente convertida na Lei n/ 8.030/90, como ficou declarado no julgamento do RE 164.892), antes que se houvessem consumado os fatos idôneos à aquisição do direito ao reajuste previsto para 1º.04.90 (84,32%), não cabe, no caso, a invocação da garantia prevista no artigo 5º, XXXVI, da Constituição Federal. Recurso extraordinário conhecido e, em parte, provido.

RE 192600 / PA - PARÁ RECURSO EXTRAORDINÁRIO Relator(a): Min. MAURÍCIO CORRÊA Julgamento: 13/08/1996 Órgão Julgador: Segunda Turma Publicação: DJ 14-11-1996 PP-44492 EMENT VOL-01850-10 PP-02044

Parte(s)

RECTE. : UNIÃO FEDERAL RECDO. : EDIR MAX NAHON E OUTROS

EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. Decreto-Lei nº 2.425/88. URP de abril e maio de 1988. Reajuste de 16,19%. Lei nº 8.030/90. Reajuste de 84,32%. Plano Collor. Direito adquirido. Inconstitucionalidade. 1. O Plenário da Corte reiterou o entendimento de que não há direito adquirido a vencimentos de funcionários públicos, nem direito adquirido a regime jurídico instituído por lei. Em se tratando de norma de aplicação imediata, esta não alcança vencimentos já pagos, ou devidos "pro labore facto". 2. Decreto-Lei nº 2.425/88 que, suspendendo o pagamento da URP prevista em Decreto-Lei precedente, entra em vigência em 8 de abril de 1988. Existência de contraprestação de serviço. Direito adquirido ao reajuste referente aos dias já efetivamente prestados. 3. Reajuste trimestral de vencimentos pela variação do IPC (84,32%). Revogação por norma superveniente, que precedeu à aquisição do direito e ao exercício desse. Direito adquirido inexistente. Recurso extraordinário conhecido e parcialmente provido.

AI-AgR 258212 / SP - SÃO PAULO AG.REG.NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Relator(a): Min. ILMAR GALVÃO Julgamento: 28/03/2000 Órgão Julgador: Primeira Turma Publicação: DJ 16-06-2000 PP-00035 EMENT VOL-01995-05 PP-00960

Parte(s)

AGTES. : JESUÍNO MENEGOCCI E OUTROS ADVDOS. : MARCO JOSÉ CORNACCHIA LANDUCCI E OUTROS AGDO. : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS ADVDA. : VILMA WESTMANN ANDERLINI

EMENTA: ACÓRDÃO DE TRIBUNAL REGIONAL QUE EXCLUIU DA CONDENAÇÃO O REAJUSTE NO PERCENTUAL DE 84,32%, REFERENTE IPC DE MARÇO DE 1990. Apresenta-se sem utilidade o processamento de recurso extraordinário quando o acórdão recorrido se harmoniza com a orientação plenária do STF no sentido da inexistência de direito adquirido ao reajuste pretendido (MS 21.216-1/DF, Rel. Min. Octavio Gallotti). Agravo regimental desprovido.

Acórdão AGA - Agravo Regimental no Agravo de Instrumento 356298/RS ; Processo 2000.01.41166-7 Fonte DJ DATA:11/06/2001 PG:00258 Relator(a): Min. Edson Vidigal Data da Decisão: 05/04/2001 Órgão Julgador: T5 - QUINTA TURMA

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE 47,94% - IRSM DE JANEIRO E FEVEREIRO DE 1994. EDIÇÃO DA MP Nº 434/94 ANTES DO TRANSCURSO DO PERÍODO AQUISITIVO. NÃO EXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO.

1. Não é devido aos servidores públicos federais o reajuste de 47,94%, na forma da Lei 8.676/93, face à incidência da MP 434, de 27/02/94, que modificou a política salarial dos servidores públicos federais, em vigor antes do transcurso do período aquisitivo à pretendida reposição. Decisão plenária do STF na ADIN 1614-8/MG.

2. Agravo Regimental não provido.

Acórdão RESP 259505/PB ; RECURSO ESPECIAL (2000/0049067-9) Fonte DJ DATA:19/02/2001 PG:00207 Relator(a): Min. JOSÉ ARNALDO DA FONSECA (1106) Data da Decisão: 21/11/2000 Órgão Julgador: T5 - QUINTA TURMA

Ementa: RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. MEDIDA CAUTELAR. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DO ACÓRDÃO RESCINDENDO. IRSM - 47,94%. AUSÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO. PRESENÇA DOS PRESSUPOSTOS CAUTELARES ESPECÍFICOS, BEM COMO DA PLAUSIBILIDADE DO DIREITO INVOCADO NO PEDIDO RESCISÓRIO. VIOLAÇÃO CARACTERIZADA.

Presentes os requisitos do periculum in mora e fumus boni iuris, admite-se a concessão de medida cautelar com vistas a suspender a execução de acórdão rescindendo, cuidando-se de ações rescisórias ajuizadas pela Fazenda Pública, autarquias e fundações. A plausibilidade do direito invocado no pedido rescisório encontra-se escudado na jurisprudência desta Corte, que firmou entendimento no sentido da impossibilidade da concessão do referido reajuste de 47,94%.

Recurso provido para determinar a suspensão da execução do acórdão rescindendo até julgamento da rescisória.

Acórdão: RESP 230073/AL ; RECURSO ESPECIAL (1999/0082281-1)

Fonte DJ DATA:06/11/2000 PG:00235

Relator(a): Min. FONTES DE ALENCAR (1086)

Data da Decisão: 19/09/2000 Órgão Julgador: T6 - SEXTA TURMA

Ementa: SERVIDOR PÚBLICO. LEI 8.880/94. IRSM DE MARÇO/94.

- Os servidores públicos federais não têm direito a reajuste de 47,94%.

- Recurso especial não conhecido.

Acórdão RESP 251683/AL ; RECURSO ESPECIAL (2000/0025388-0)

Fonte DJ DATA:01/08/2000 PG:00324

Relator(a): Min. FELIX FISCHER (1109)

Data da Decisão: 08/06/2000 Órgão Julgador: T5 - QUINTA TURMA

Ementa: ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. LEI Nº 8.676/93. MP 434/94. LEI Nº 8.880/94.

- Em 28 de fevereiro de 1994, antes, portanto, de se verificar o período aquisitivo previsto na Lei nº 8.676/93 - março de 1994, o reajuste pleiteado com base na variação do IRSM - no percentual de 47,94% - foi expressamente extinto pela MP 434/94, reeditada, sucessiva e tempestivamente, pelas Medidas Provisórias 457/94 e 482/94, tendo sido esta convertida na Lei nº 8.880/94. Precedentes.

- Recurso provido.

Acórdão RESP 250545/PB ; RECURSO ESPECIAL (2000/0021686-0)

Fonte DJ DATA:07/08/2000 PG:00147

Relator(a): Min. JOSÉ ARNALDO DA FONSECA (1106)

Data da Decisão: 08/06/2000 Órgão Julgador: T5 - QUINTA TURMA

Ementa: RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE 47,94%. LEI 8.676/93. MP 434/94. INEXISTÊNCIA DE DIREITO.

Esta Corte já firmou entendimento no sentido de que "...os servidores públicos federais não têm direito ao reajuste bimestral instituído pela Lei nº 8.676/93 no percentual de 47,96% no mês de março de 1994, relativo a variação do IRSM no bimestre imediatamente anterior, em face da incidência da Medida Provisória nº 434, de 27.02.1994, em vigor antes do transcurso do período aquisitivo à questionada reposição..." (RESP 185973/PB, DJ 23.11.98).

Precedente do Eg. STF.

Recurso provido.

Acórdão RESP 204481/PB ; RECURSO ESPECIAL (1999/0015507-6)

Fonte DJ DATA:14/06/1999 PG:00223

Relator(a):Min. EDSON VIDIGAL (1074)

Data da Decisão 18/05/1999 Órgão Julgador:T5 - QUINTA TURMA

Ementa: ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE 47,94% - IRSM DE JANEIRO E FEVEREIRO DE 1994. EDIÇÃO DA MP Nº 434/94 ANTES DO TRANSCURSO DO PERÍODO AQUISITIVO. NÃO EXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO.

1. Não é devido aos servidores públicos federais o reajuste de 47,94%, na forma da Lei 8.676/93, face à incidência da MP 434, de 27/02/94, que modificou a política salarial dos servidores públicos federais, em vigor antes do transcurso do período aquisitivo à pretendida reposição. Decisão plenária do STF na ADIN 1614-8/MG.

2. A jurisprudência do STF admite a reedição de medida provisória não votada pelo Congresso Nacional, com preservação de eficácia do provimento com força de lei, sem solução de continuidade, até que eventualmente se consume, sem reedição, o seu prazo de validade, ou seja ele rejeitado.

3. Recurso conhecido e provido.

Acórdão RESP 231104/RN ; RECURSO ESPECIAL (1999/0084215-4) Fonte DJ DATA:14/02/2000 PG:00085 Relator(a): Min. VICENTE LEAL (1103) Data da Decisão 14/12/1999 Órgão Julgador: T6 - SEXTA TURMA

Ementa: ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS. VENCIMENTOS. REAJUSTE AUTOMÁTICO. IRSM DE MARÇO DE 1994. LEI nº 8.676/93. MEDIDA PROVISÓRIA nº 434/94.

- A jurisprudência plenária do Supremo Tribunal Federal consagrou o entendimento de que os servidores públicos federais não têm direito ao reajuste bimestral instituído pela Lei nº 8.676/93 no percentual de 47,94% no mês de março de 1994, relativo a variação do IRSM no bimestre imediatamente anterior, em face da incidência da Medida Provisória nº 434, de 27.02.1994, em vigor antes do transcurso do período aquisitivo à questionada reposição.

- Recurso especial não conhecido.

Classe/Origem RE-279432/PE RECURSO EXTRAORDINARIO.

Relator: Ministro ILMAR GALVÃO

Publicação DJ DATA-02-02-01 PP-00143 EMENT VOL-02017-20 PP-04421. Julgamento 10/10/2000 - Primeira Turma

Ementa: ADMINISTRATIVO. PROCURADORES DO TRABALHO. VENCIMENTOS. REAJUSTE DE 47,94% PREVISTO NA LEI Nº 8.676/93. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 434/94. ALEGADA OFENSA AOS ARTS. 5º, II E XXXVI; E 62 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PREQUESTIONAMENTO.

Ausência de prequestionamento das questões alusivas aos arts. 5º, II, e 62 da Carta Magna.

Reeditada a MP 434/94, conquanto por mais de uma vez, mas sempre dentro do trintídio, e, afinal, convertida em lei (Lei nº 8.880/94), não sobrou espaço para falar-se em repristinação da Lei nº 8.676/93 por ela revogada e nem, obviamente, em aquisição, após a revogação, de direito nela fundado.

Recurso não conhecido."

Observação: Votação: Unânime. (Original sem grifos)

Classe/Origem RE 237412/CE RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Relator: Ministro MARCO AURÉLIO

Publicação DJ DATA 27/04/2001 PP - 00100 EMENT VOL-02028-06 PP-01172 Julgamento 13/02/2001 - Segunda Turma

Ementa: REVISÃO DE VENCIMENTOS - ÍNDICE DE REAJUSTE DO SALÁRIO MÍNIMO - JANEIRO E FEVEREIRO DE 1994. Na dicção da ilustrada maioria, entendimento em relação ao qual guardo reservas, mostram-se legítimas as reedições da Medida Provisória nº 434, convertida na Lei nº 8.880, de 27 de maio de 1994, ficando revogada a Lei nº 8.676/93. Precedente: Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.612, Pleno, Relator Ministro Carlos Velloso, acórdão publicado no Diário da Justiça de 18 de junho de 1999.

Votação: unânime.

Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. REAJUSTE DE VENCIMENTOS NOS MESES DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 1989 PELA U.R.P., UNIDADE DE REFERENCIA DE PREÇOS, DE 26,05%, CONCEDIDO POR DECISÃO ADMINISTRATIVA NO PROC. VP 08/91, DO TRT DA 15. REGIAO, AOS JUIZES E SERVIDORES DO TRIBUNAL, COM BASE NO DECRETO-LEI N. 2.335, DE 12.06.87, REVOGADO PELA MEDIDA PROVISORIA N.32 DE 15.01.89, CONVERTIDA NA LEI N. 7.730, DE 31.01.89, QUE INSTITUIU O CRUZADO NOVO. 1. FIXADO EM 30.11.88 O INDICE DE 26,05% PARA REAJUSTAR OS SALARIOS DO TRIMESTRE COMPREENDIDO PELOS MESES DE DEZEMBRO DE 1988 A FEVEREIRO DE 1989, COM BASE NO DECRETO-LEI N. 2.335/87, SOBREVEIO A MEDIDA PROVISORIA N. 32, DE 15.01.89, CONVERTIDA NA LEI N. 7.730, DE 31.01.89, CONGELANDO OS SALARIOS A PARTIR DE 01.02.89. A LEI NOVA, COM VIGENCIA E EFICACIA A PARTIR DE 15.01.89, NÃO MEXEU COM OS SALARIOS DO PERIODO AQUISITIVO DO MES EM CURSO DE JANEIRO DE 1989, MAS A PARTIR DE FEVEREIRO DE 1989. EM CONSEQUENCIA, OS SALARIOS DO MES DE FEVEREIRO DE 1989, QUE IRIAM SER REAJUSTADOS EM 26,05%, TAL COMO OCORREU EM DEZEMBRO E JANEIRO, NÃO SOFRERAM O REAJUSTE PREVISTO, PORQUE A LEI QUE O PREVIA FOI REVOGADA ANTES DO INICIO DO MES DO PERIODO AQUISITIVO, PORTANTO, ANTES DE SE INICIAR A CONSTITUIÇÃO DO DIREITO AOS SALARIOS DO REFERIDO MES. E ANTES DO INICIO DO MES EM QUE DEVERIA SER APLICADO O REAJUSTE, OS SERVIDORES NÃO TINHAM QUALQUER DIREITO, AINDA QUE SUBORDINADO A TERMO OU CONDIÇÃO, PORQUE A LEI NOVA FULMINOU O PRÓPRIO DIREITO. E O SIMPLES ESTABELECIMENTO PREVIO DE UM INDICE PARA REAJUSTE FUTURO NÃO SE CONSTITUI E NÃO SE CONFUNDE COM O PRÓPRIO DIREITO AO REAJUSTE FUTURO. NÃO HÁ, NO CASO, DIREITO ADQUIRIDO AO REAJUSTE. 2. NÃO HOUVE RETROATIVIDADE DA LEI, PORQUE A LEI NOVA NÃO ALCANCOU FATOS PASSADOS, COMO DIAS JA TRABALHADOS. TAMBÉM NÃO HOUVE REDUÇÃO DE VENCIMENTOS, PORQUE O CONGELAMENTO DOS SALARIOS, ALÉM DE TER SIDO GERAL, PRESERVOU, NO MINIMO, A MEDIA DOS SALARIOS DO ANO ANTERIOR, REAJUSTADA SEGUNDO OS INDICES OFICIAIS. O QUE HOUVE, FOI AUMENTO DE SALARIOS SEM LEI QUE O AUTORIZASSE. 3. AÇÃO DIRETA JULGADA PROCEDENTE PARA DECLARAR A INCONSTITUCIONALIDADE E A CONSEQUENTE INEFICACIA, DESDE A SUA EDIÇÃO, DA DECISÃO DO TRIBUNAL QUE CONCEDEU O REAJUSTE1.

EMENTA: - Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Decisão Administrativa do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, de 26 de julho de 1991, no Processo TRT-ADM-4702/1991, que determinou o pagamento da URP de fevereiro de 1989, aos magistrados vinculados à 4ª Região e funcionários do Quadro de Pessoal da mesma Corte, no percentual de 26,05 sobre os vencimentos, com as respectivas diferenças de vencimentos referentes aos meses de fevereiro a dezembro de 1989. 3. Alegação de ofensa aos arts. 37, X e XV; 96, II, "b"; 5º, XXXVI e 95, III, todos da Constituição Federal. 4. Natureza normativa da Decisão Administrativa em exame, em conformidade com a orientação do STF firmada nas ADIN's nºs. 665-5 e 577-4. 5. Medida Cautelar inicialmente concedida. 6. Jurisprudência do STF, no sentido de ser indevido, em fevereiro de 1989, o percentual de 26,05 sobre os vencimentos dos servidores federais, com base na URP do período de setembro a novembro de 1988. A revogação do Decreto-Lei nº 2335/1987 pelo art. 38 da Lei nº 7730/1989, resultante da conversão da Medida Provisória nº 32, de 15.1.1989, não feriu direito adquirido dos servidores. Orientação firmada pelo STF em sessão administrativa, de referência a seus Ministros e servidores e no julgamento da ADIN 694- DF. Inexistência de direito adquirido dos servidores ao reajuste referido no índice de 26,05%. 7. Ação do MPF julgada procedente declarando-se a inconstitucionalidade da Decisão Administrativa do TRT-4ª Região, de 26.7.1991, no Processo TRT-ADM-4702, acima mencionada, a atribuir aumento de vencimentos a magistrados e servidores sem lei autorizativa, sendo, assim, incompatível com o disposto no art. 96, II, alínea "b", e 5º, XXXVI, ambos da Constituição Federal2.

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. REAJUSTE DE VENCIMENTOS NOS MESES DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 1989 PELA U.R.P., UNIDADE DE REFERENCIA DE PREÇOS, DE 26,05%, CONCEDIDO POR DECISÕES ADMINISTRATIVAS NOS PROC. TRT MA 048/91 E 094/91, DO TRT DA 13. REGIAO, AOS JUIZES E SERVIDORES DO TRIBUNAL, COM BASE NO DECRETO-LEI N. 2.335, DE 12.06.87, REVOGADO PELA MEDIDA PROVISORIA N. 32, DE 15.01.89, CONVERTIDA NA LEI N. 7.730, DE 31.01.89, QUE INSTITUIU O CRUZADO NOVO. 1. FIXADO EM 30.11.88, O INDICE DE 26,05% PARA REAJUSTAR 0S SALARIOS DO TRIMESTRE COMPREENDIDO PELOS MESES DE DEZEMBRO DE 1988 A FEVEREIRO DE 1989, COM BASE NO DECRETO-LEI N. 2.335/87, SOBREVEIO A MEDIDA PROVISORIA N. 32, DE 15.01.89, CONVERTIDA NA LEI N. 7.730, DE 31.01.89, CONGELANDO OS SALARIOS A PARTIR DE 01.02.89. A LEI NOVA, COM VIGENCIA E EFICACIA A PARTIR DE 15.01.89, NÃO MEXEU COM OS SALARIOS DO PERIODO AQUISITIVO DO MES EM CURSO DE JANEIRO DE 1989, MAS A PARTIR DE FEVEREIRO DE 1989. EM CONSEQUENCIA, OS SALARIOS DO MES DE FEVEREIRO DE 1989, QUE IRIAM SER REAJUSTADOS EM 26,05%, TAL COMO OCORREU EM DEZEMBRO E JANEIRO, NÃO SOFRERAM O REAJUSTE PREVISTO, PORQUE A LEI QUE O PREVIA FOI REVOGADA ANTES DO INICIO DO MES DO PERIODO AQUISITIVO, PORTANTO, ANTES DE SE INICIAR A CONSTITUIÇÃO DO DIREITO AOS SALARIOS DO REFERIDO MES. E ANTES DO INICIO DO MES EM QUE DEVERIA SER APLICADO O REAJUSTE, OS SERVIDORES NÃO TINHAM QUALQUER DIREITO, AINDA QUE SUBORDINADO A TERMO OU CONDIÇÃO, PORQUE A LEI NOVA FULMINOU O PRÓPRIO DIREITO. E O SIMPLES ESTABELECIMENTO PREVIO DE UM INDICE PARA REAJUSTE FUTURO NÃO SE CONSTITUIU E NÃO SE CONFUNDE COM O PRÓPRIO DIREITO AO REAJUSTE FUTURO. NÃO HÁ, NO CASO, DIREITO ADQUIRIDO AO REAJUSTE. 2. NÃO HOUVE RETROATIVIDADE DA LEI, PORQUE A LEI NOVA NÃO ALCANCOU FATOS PASSADOS, COMO DIAS JA TRABALHADOS. TAMBÉM NÃO HOUVE REDUÇÃO DE VENCIMENTOS, PORQUE O CONGELAMENTO DOS SALARIOS, ALÉM DE TER SIDO GERAL, PRESERVOU, NO MINIMO, A MEDIA DOS SALARIOS DO ANO ANTERIOR, REAJUSTADA SEGUNDO OS INDICES OFICIAIS. O QUE HOUVE, FOI AUMENTO DE SALARIOS SEM LEI QUE O AUTORIZASSE. 3. AÇÃO DIRETA JULGADA PROCEDENTE PARA DECLARAR A INCONSTITUCIONALIDADE E A CONSEQUENTE INEFICACIA, DESDE A SUA EDIÇÃO, DAS DECISÕES DO TRIBUNAL QUE CONCEDERAM O REAJUSTE3.

EMENTA: - Direito Constitucional e Administrativo. Vencimentos. Reajuste. U.R.P. Ação Direta de Inconstitucionalidade da Resolução no 17.690, de 12.11.1991, do Tribunal Superior Eleitoral, que reajustou vencimentos de seus servidores, relativos aos meses de abril e maio de 1988 e fevereiro de 1989, segundo a variação da Unidade de Referencia de Preços (índices de 16,19% e 26,05%, respectivamente) (Decreto-lei n. 2.335, de 12.06.1987). 1. A Resolução impugnada e ato normativo federal, pois estabelece reajuste de vencimentos de todos os servidores do T.S.E. Pode, pois, ser impugnada em Ação Direta de Inconstitucionalidade, nos termos do art. 102, I, "a", da C.F. 2. Havendo-se fundado no princípio do direito adquirido,quando, na verdade, ele não se configurou, segundo pacifica jurisprudência do S.T.F., a Resolução, ao outorgar o reajuste de vencimentos, incidiu em violação aos princípios enunciados nos artigos 2., 5., XXXVI, "caput", incisos X, XV, 48 e 96, II, "b" da Constituição Federal. 3. Inconstitucionais, portanto, os reajustes (de 16,19% e 26,05%). 4. Quanto ao de 16,19%, a jurisprudência do STF, no julgamento de casos concretos, ou seja, no controle difuso de constitucionalidade, tem admitido a caracterização de direito adquirido dos servidores a 7/30 sobre tal índice, no que concerne aos meses de abril e maio de 1988. 5. Em se tratando, porem, na Ação Direta de Inconstitucionalidade, de processo objetivo, em que apenas se discute a validade, ou não, do ato normativo impugnado (em tese), e não podendo o S.T.F., como legislador negativo, alterar o texto das normas impugnadas, resta-lhe a declaração, pura e simples, da inconstitucionalidade. 6. Ação Direta julgada procedente, declarada, assim, inconstitucional a Resolução n. 17.690, de 12.11.1991, do T.S.E4.

EMENTA: Ação direta de inconstitucionalidade. Vencimentos. Reajuste. U.R.P. Decisão Administrativa do Conselho de Administração do Superior Tribunal de Justiça, tomada em sessão realizada em 19 de setembro de 1991, nos autos do processo administrativo n. 649/90. - A decisão administrativa impugnada e ato normativo, susceptivel, portanto, de ser objeto da ação direta de inconstitucionalidade. - A decisão Administrativa em causa, ao outorgar, com base no princípio do direito adquirido não aplicável segundo pacifica jurisprudência desta Corte, os reajustes de 16,19% e 26,05%, e inconstitucional. Precedente do STF: Ação direta de inconstitucionalidade n. 696. Ação julgada procedente para declarar a inconstitucionalidade de Decisão Administrativa do Conselho de Administração do Superior Tribunal de Justiça, tomada em sessão realizada em 19 de setembro de 1991, nos autos do processo administrativo n. 649/905.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. FUNCIONÁRIOS PUBLICOS. VENCIMENTOS. URP - FEVEREIRO DE 1989. 2. NO JULGAMENTO DA ADIN N. 694 - DF, O PLENÁRIO DO STF AFIRMOU SER INDEVIDO, EM FEVEREIRO DE 1989, O PERCENTUAL DE 26,05%, SOBRE VENCIMENTOS DE SERVIDORES FEDERAIS, COM BASE NA URP DO PERIODO DE SETEMBRO A NOVEMBRO DE 1988. REVOGAÇÃO DO DECRETO-LEI N. 2335/1987 PELO ART. 38 DA LEI N. 7730, DE 31.01.1989, RESULTANTE DA CONVERSAO DA MEDIDA PROVISORIA N. 32, DE 15 DE JANEIRO DE 1989. PRECEDENTES. 3. RECURSO EXTRAORDINÁRIO CONHECIDO E PROVIDO6.

EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DECRETO-LEI N. 2.335/87 (Plano Bresser). Reajuste. Direito adquirido. Inconstitucionalidade. Reajuste de salário pela variação da URP (26,05%), a ser computada no mês de junho de 1987, conforme Decreto-Lei 2.302/86. Revogação por norma superveniente que entrou em vigor antes de iniciar-se o período aquisitivo. Direito adquirido e, conseqüente, inconstitucionalidade inexistentes. O Plenário desta Corte, ao apreciar a questão, reiterou o entendimento de que não há direito adquirido a vencimentos, nem a regime jurídico instituído por lei. Recurso conhecido e provido7.

EMENTA: Ação Direta de Inconstitucionalidade. Decisão administrativa proferida pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que garantiu aos Juízes e servidores daquela Corte o direito à percepção da URP de fevereiro de 1989, no percentual de 26,05% sobre os vencimentos. Pacífica a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal de não se reconhecer direito líquido dos servidores públicos ao referido reajuste vencimental. Ação julgada procedente para declarar, com efeito ex tunc, a inconstitucionalidade da decisão administrativa proferida pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Decisão unânime8.

EMENTA: - DIREITO CONSTITUCIONAL E TRABALHISTA. EMPREGADOS SOB REGIME DA C.L.T. SALÁRIOS. DIREITO ADQUIRIDO. Reajuste de salários do mês de fevereiro de 1989, segundo a variação da U.R.P. (Unidade de Referência de Preços) (Índice de 26,05%) (Decreto-lei nº 2.335, de 12.06.1987). Arts. 5º, § 1º, e 6º da Lei nº 7.730, de 31.01.1989. Medida Provisória nº 32, de 15.01.1989. Portaria Ministerial nº 354, de 01.12.1988 (D.O. 02.12.1988). Decreto-lei nº 2.302, de 21.11.1986. 1. É firme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no Plenário e nas Turmas, no sentido de que não há direito adquirido ao reajuste de 26,05%, referente à U.R.P. de fevereiro de 1989. 2. Com relação ao reajuste de 26,06% (IPC de junho de 1987, Decreto-lei nº 2.302 de 21.11.1986), o Plenário decidiu, também, não se caracterizar hipótese de direito adquirido. 3. Observados os precedentes, o R.E. é conhecido e provido para se julgar improcedente a pretensão dos autores aos reajustes salariais, pelos índices de 26,05% e 26,06%, relativos à variação da U.R.P. de fevereiro de 1989 e ao I.P.C. de junho de 1987, respectivamente9.

Conseguintemente, a coisa julgada não pode persistir quando configurados os matizes da interpretação defeituosa, cujo desvio ocasiona danos à ordem jurídica.

Entendo que a contrariedade à norma constitucional se enquadra na categoria de matéria de ordem pública, de modo que deve ser conhecida de ofício pelo Magistrado, em qualquer momento ou grau de jurisdição ou atuação, sob pena de desintegração do ordenamento jurídico, do qual se exige unidade e coerência.

Escudado nessas razões e independentemente de manifestação do ente público, determino, com fundamento também no inciso II e parágrafo único, do art. 741, do CPC, com a redação atribuída pela MP nº 2.180-35/2001, e no art. 1o-E, da Lei nº 9.494/97, inserido pela mesma norma do Executivo com força de lei:

a) o não pagamento dos precatórios atinentes aos índices de 84,32%, 47,94% e 26,05%; e

b) em relação aos precatórios concernentes ao índice de 16,19%, o pagamento de apenas 7/30,

devendo eles, após o trânsito em julgado desta decisão:

a) ser cancelados, devolvendo-se os correspondentes valores ao Erário, em relação aos precatórios atinentes aos índices de 84,32%, 47,94% e 26,05%; e

b) ser remetidos à Contadoria, para adequação dos valores, em relação aos precatórios concernentes ao índice de 16,19%.

P.I.

Recife, 23 de março de 2007.

JUIZ FRANCISCO CAVALCANTI

Presidente

PRC - 58384/SE - 2006.05.00.032254-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR(A) FEDERAL PRESIDENTE
ORIGEM	:	3ª Vara Federal de Sergipe (Competente p/ Execuções Penais)
REQTE	:	ADELAIDE SILVA RODRIGUES LIMA
ADV/PROC	:	RAIMUNDO CÉZAR BRITTO ARAGÃO
REQDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADV/PROC	:	FABIO LUCAS DE ALBUQUERQUE LIMA e outros
DEPRECTE	:	JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DE SERGIPE (ARACAJU) - COMPETENTE P/ EXEC. PENAIS

Vistos etc.

Vislumbro impedimento absoluto à liberação dos valores atinentes aos presentes precatórios, a seguir detalhados:

57491 - CE - 84,32%54779 - AL - 47,94%
54794 - SE - 26,05%
54809 - RN - 26,05% e 16,19%
54996 - PB - 26,05% e 16,19%
55321 - AL - 47,94%
55616 - RN - 26,05% e 16,19%
55747 - SE - 26,05%
55749 - SE - 26,05% e 84,32%
55852 - PB - 26,05%
56182 - AL - 26,05%
56656 - PE - 26,05%
57377 - PE - 26,05%
57422 - CE - 84,32%
57459 - PE - 26,05% e 16,19%
57627 - AL - 26,05%
57909 - CE - 84,32%
58021 - SE - 26,05% e 84,32%
58023 - CE - 84,32%
58294 - CE - 84,32%
58353 - CE - 84,32%
58397 - CE - 84,32%
58412 - SE - 26,05%
58384 - SE - 26,05%
58406 - SE - 26,05%

Fundamento e decido.

A configuração da coisa julgada não pode ser agasalhada de forma absoluta. Nesse sentido, manifestei-me quando do julgamento da Ação Rescisória nº 4730/PE, a teor da transcrição que segue:

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. REAJUSTE DE 84,32%. AÇÃO RESCISÓRIA. INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO DESTE JUIZ PARA JULGAMENTO. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 252 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 343 DO STF. CONTROVÉRSIA DE ORDEM CONSTITUCIONAL. ENTENDIMENTO DO PRETÓRIO EXCELSO. SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU QUE JULGOU IMPROCEDENTE O PEDIDO DA AUTORA. REFORMADA, POR MAIORIA DE VOTOS, PELA SEGUNDA TURMA DESTE TRIBUNAL. PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO QUE RECONHECEU O DIREITO DOS SUBSTITUÍDOS AO REAJUSTE DE 84,32%. INTIMAÇÃO DA UNIÃO. LEI COMPLEMENTAR Nº 73, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1993. INTIMAÇÃO POR PUBLICAÇÃO SEM INDICAÇÃO DO NOME DO PROCURADOR. ACÓRDÃO QUE DECIDIU ACERCA DA VALIDADE DA INTIMAÇÃO DA UNIÃO. DECISÃO IMPEDITIVA DO CONHECIMENTO DE UMA DECISÃO DE MÉRITO. CABIMENTO DA AÇÃO RESCISÓRIA. ABRANDAMENTO PELA DOUTRINA E JURISPRUDÊNCIA DA EXPRESSÃO "SENTENÇA DE MÉRITO, TRANSITADA EM JULGADO" CONSTANTE DO CAPUT DO ART. 485 DO CPC. ACOLHIMENTO DO PRIMEIRO PEDIDO DA AÇÃO RESCISÓRIA. SEGUNDO PEDIDO DA AÇÃO. RESCISÃO DO ACÓRDÃO DE MÉRITO DA SEGUNDA TURMA , O QUAL RECONHECEU O DIREITO ADQUIRIDO DOS SERVIDORES À INCORPORAÇÃO NOS SEUS VENCIMENTOS DO PERCENTUAL DE 84,32%, REFERENTE AO MÊS DE ABRIL/90. CONHECIMENTO DA MATÉRIA. POSSIBILIDADE. ENSEJO QUE SE OFERECE. OPORTUNIDADE. EFETIVIDADE E INSTRUMENTALIDADE DO PROCESSO. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, INCLUSIVE DA TERCEIRA SEÇÃO DAQUELA CORTE. COISA JULGADA INCONSTITUCIONAL. FUNDAMENTO DE VALIDADE DE LEI E DE SENTENÇA. CONSTITUIÇÃO. ORIENTAÇÃO DOS JURISTAS PORTUGUESES E DOUTRINADORES ALEMÃES E HOJE, TAMBÉM DOS PROFESSORES BRASILEIROS. IDÉIA DE QUE DECISÃO TRANSITADA EM JULGADO NÃO PODE SER RECONHECIDA COMO INCONSTITUCIONAL. VALORIZAÇÃO DA NORMA PROCESSUAL INFRACONSTITUCIONAL, EM DETRIMENTO DA CONSTITUIÇÃO. SISTEMA BRASILEIRO. LIMITE PARA AJUIZAMENTO DE AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. NOVA CONSTITUIÇÃO. RELAÇÕES CONTINUADAS DE DIREITO TRIBUTÁRIO. DECISÕES DO PLENÁRIO DESTA EG. CORTE. SENTENÇA PROFERIDA COM BASE EM LEI DECLARADA POSTERIORMENTE INCONSTITUCIONAL PELO STF. CUMPRIMENTO DA DECISÃO, A PARTIR DE ENTÃO. APLICABILIDADE IMPERIOSA NO RESPEITANTE À RELAÇÃO CONTINUATIVA DE DIREITO ADMINISTRATIVO. ENTEDIMENTO PACIFICADO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. HIPÓTESE DOS AUTOS. COISA JULGADA. IMPOSSIBILIDADE DE RESISTIR À CONSTITUIÇÃO. HIERARQUIA DAS NORMAS. LEI SUPREMA DO ESTADO. JULGADOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. "PREVALECIMENTO DE OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CUJA FONTE LEGAL FOI DECLARADA INCONSTITUCIONAL PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL". "ILÓGICA JURÍDICA". "OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E DA IGUALDADE TRIBUTÁRIA". TESE DANTES DEFENDIDA NO ÂMBITO DO DIREITO ADMINISTRATIVO. QUESTÃO APRECIADA À LUZ DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA E DA CONSTITUCIONALIDADE. REAJUSTE DE 84,32%. ENTENDIMENTO UNÍSSONO DO STF. PRECEDENTE DO TRIBUNAL PLENO DO PRETÓRIO EXCELSO (MS Nº 21216 - DF) DE 05.12.1990. REVOGAÇÃO DA LEI Nº 7.830, DE 28 DE SETEMBRO DE 89, PELA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 154, DE 16 DE MARÇO DE 1990, ANTES DE CONSUMADOS OS FATOS IDÔNEOS A AQUISIÇÃO DO DIREITO AO REAJUSTE, PREVISTO PARA 01.04.91. UNIFORMIZAÇÃO. JUSTIÇA DAS DECISÕES JUDICIÁRIAS. IMPOSSIBILIDADE DE SE SOBREPOR A COISA JULGADA AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, MORALIDADE, ISONOMIA E, SOBRETUDO, O PRINCÍPIO DA CONSTITUCIONALIDADE. PECULIARIDADES DO PROCESSO. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA, CONFIRMADA PELO TRIBUNAL, FIXANDO OS LIMITES SUBJETIVOS DA COISA JULGADA À RELAÇÃO DE SUBSTITUÍDOS CONSTANTE DA INICIAL. EXECUÇÕES EM GRANDE QUANTIDADE E ALÉM DOS LIMITES FIXADOS. REFLEXO DE MILHÕES DE REAIS. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.984-19/2000. ADINMC Nº 2.251/DF. PROVIMENTO INTEGRAL DA AÇÃO RESCISÓRIA.

1. Nada obstante, tenha este Juiz prolatado a sentença de primeiro grau não há impedimento para julgamento da presente ação rescisória, a teor da uníssona jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, cristalizada pela Súmula nº 252 do Pretório Excelso.

2. Ação ordinária ajuizada pela Associação dos Servidores da Sucam em Pernambuco - ASSUPE em face da União, cujo pedido fora julgado improcedente na primeira instância. Interposto recurso de apelação, a Segunda Turma deste eg. Tribunal, por maioria, deu provimento à apelação. Empós, o processo seguiu, retornando-se para a Primeira Instância, onde se discutiu a questão da publicação do acórdão que reconheceu o direito dos substituídos ao reajuste de 84,32%, alegando a União que não teria sido intimada pessoalmente, eis que já em vigor, a época, a Lei Complementar nº 73 de 10/02/1993. Acostou-se, outrossim, cópia do diário oficial, na qual se verificava, inclusive, que não constava o nome de procurador, fato que foi apontado pelo então Juiz Federal Substituto da 5ª Vara o qual proferiu despacho esclarecendo que não era apenas a questão da intimação é que havia a intimação da União Federal sem a indicação do procurador. Esse fato gerou um agravo ao qual foi negado provimento. Opostos recurso especial e agravo regimental, a decisão do último, transitou em julgado em 09 de março de 2000. O outro agravo interposto pela União foi perante o Supremo Tribunal Federal, cuja decisão denegatória, transitou em julgado em 14 de maio de 2001. A presente ação rescisória foi proposta em 14 de maio de 2003.

3. De se afastar, in casu, a aplicação da Súmula nº 343 do Supremo Tribunal Federal, porquanto é inaplicável quando a controvérsia for de ordem constitucional, restringindo-se, assim, a divergência de interpretação de texto legal, de acordo com o entendimento fixado pelo Pretório Excelso nos julgamentos dos Recursos Extraordinários nºs 103.880/SP e 101.114/SP. Rechaçada a preliminar.

4. Afastada a preliminar de inadequação da via eleita suscitada pelo réu, sob o argumento de que o acórdão, o qual decidiu acerca da validade da intimação da União, por não se tratar de decisão de mérito, não se presta a ação rescisória para desconstituir o aludido julgado.

5. É possível o conhecimento da rescisória apesar de não se tratar de decisão de mérito em sentido estrito, mas sim de decisão impeditiva do conhecimento de uma decisão de mérito. A jurisprudência e a doutrina têm atenuado o rigor da expressão "sentença de mérito, transitada em julgado" contida no caput do artigo 485, do CPC.

6. "(...) a ação rescisória pode ser manejada para rescindir decisum transitado em julgado que não tratou de matéria de mérito, como no caso em epígrafe. Pelo panorama dos autos, negar o direito à rescisória é o mesmo que fechar os olhos para o preceito estatuído no inciso XXXV, do art. 5º, da Constituição Federal (...)". RESP nº 395139/RS; Relator(a) Ministro JOSÉ DELGADO (1105) Orgão Julgador T1 - PRIMEIRA TURMA Data do Julgamento 07/05/2002 Data da Publicação/Fonte DJ 10.06.2002 p.00149, dentre outros precedentes do Superior Tribunal de Justiça.

7. Não há qualquer dúvida quanto à possibilidade de conhecimento da rescisória e, em se conhecendo, já adentrado no mérito, eis que afastadas as preliminares, ela deve ser acolhida.

8. O acórdão que decidiu pela validade da intimação da União contém dois aspectos: um, consiste na questão da intimação pessoal da União á época, eis que quando da publicação da decisão de fls. 42/50 já estava em vigor a Lei Complementar nº 73/93, havendo, destarte, divergência quanto a esse aspecto. O outro, diz respeito ao argumento de que, como até então a União não funcionava nos autos, não constava o nome do advogado e, sendo assim, a intimação era válida. Em se entendendo desta maneira, decerto, estar-se-ia violando uma regra processual. Há uma afronta expressa à lei. Tome-se uma hipótese em que o Juiz indefere a inicial - e se indefere não tem a outra parte no processo - e em função disso há uma apelação e aí se publica a intimação da parte contrária no Diário Oficial, Seção da Justiça, ninguém vai se apresentar, porquanto não tem advogado constituído e a intimação da parte por publicação no Diário da Justiça não faz com que ele tome conhecimento do processo.

9. Rescisória conhecida em relação ao segundo acórdão e seguindo a mesma linha do Relator, acolhido o pedido.

10. Quanto ao segundo pedido, o qual se refere ao acolhimento da rescisória no que tange ao acórdão de mérito que considerou haver direito adquirido à incorporação aos vencimentos dos servidores do percentual de 84,32% referentes ao mês de abril de 1990, razão não há, haja vista o ensejo que se oferece e tendo em conta o princípio da oportunidade e até mesmo por questão prática de efetividade e instrumentalidade do processo, do não conhecimento da matéria.

11. "Na nova ordem de relativização da coisa julgada material, contudo, é imperioso abrir os espíritos para a interpretação dos incisos do art. 485 do CPC, de modo a permitir a censura de sentenças ou acórdãos pelo prisma da constitucionalidade das decisões que contêm - ou seja, impõe-se a relativa e prudente flexibilização das hipóteses de admissibilidade da AR, para que ela sirva de remédio contra os males de decisões flagrantemente inconstitucionais".

12. "Os Tribunais não podem se furtar de, até mesmo de ofício, reconhecer a inconstitucionalidade da coisa julgada o que pode se dar a qualquer tempo, seja em ação rescisória (não sujeita a prazo), em ação declaratória de nulidade ou em embargos à execução".

13. O Pleno do Supremo Tribunal Federal já afirmou que "lei inconstitucional não produz efeito, nem gera direito, desde o seu início [...] assim sendo, perfeitamente comportável é a ação rescisória".

14. O Superior Tribunal de Justiça tem admitido, em sede de rescisória, a desconstituição da coisa julgada inconstitucional. "Cabível a desconstituição, pela via rescisória, de decisão com trânsito em julgado que "deixa de aplicar uma lei por considerá-la inconstitucional ou a aplica por tê-la como de acordo com a Carta Magna". AR 870 / Fonte DJ DATA:13/03/2000 PG:00123 LEXSTJ VOL.:00130 PG:00012 Relator Min. JOSÉ ARNALDO DA FONSECA (1106) Revisor Min. FERNANDO GONÇALVES (1107).

15. A teor da orientação de professores como Paulo Otero, no "Ensaio sobre o Caso Julgado Inconstitucional" e Marcelo Rebelo de Sousa, catedrático de Lisboa, em "O Valor Jurídico do Acto Constitucional", os quais seguem a trilha dos bons autores alemães, não há nada que resista à constitucionalidade. E a explicação teórica é muito simples: o fundamento da validade de qualquer lei é a Constituição, assim como, o fundamento de validade de qualquer sentença.

16. Hoje já aceita parte da doutrinador brasileira a relativização da coisa julgada. Teresa Arruda Alvim Wambier possui trabalho sobre a matéria, mostrando que quando se apega à idéia de que uma decisão transitada em julgado não pode ser reconhecida como inconstitucional, estamos valorizando a norma processual infraconstitucional, seguindo a Constituição, porque quem fixou o prazo de dois anos para a rescisória foi a norma processual, e o fundamento da norma processual é a Constituição. Se se imaginar que esse decurso de prazo permitiria ou permitirá a afronta constitucional, estar se entendendo que pela lei processual há um permissivo de afronta constitucional por decurso de prazo. Ocorre que o sistema brasileiro não é esse: não há prazo para a propositura da ADIN, porque o que se entende é que, a qualquer tempo pode a mesma ser interposta, o único limite para o ajuizamento de uma ADIN é uma nova Constituição. Destarte, tudo aquilo que está abaixo da Constituição busca nela fundamento de validade e, conseguintemente, o que afronta a Constituição tem que ser afastado.

17. "(...) é inconstitucional a leitura clássica da garantia da coisa julgada, ou seja, sua leitura com a crença de que ela fosse algo absoluto e, como era hábito dizer, capaz de fazer do preto, branco e do quadrado, redondo. A irrecorribilidade de uma sentença não apaga a inconstitucionalidade daqueles resultados substanciais política ou socialmente ilegítimos, que a CF repudia".

18. O Tribunal Pleno desta col. Corte reiteradamente vêm decidindo nesse mesmo sentido, nas relações continuadas de direito tributário, a exemplo de um caso, onde o Tribunal tinha o entendimento de reconhecer a norma com toda inconstitucional e transitou em julgado. Depois o Supremo Tribunal Federal limitou a inconstitucionalidade. E qual é o entendimento? A decisão transitou em julgado, mas o reconhecimento do Supremo Tribunal Federal da inconstitucionalidade fez com que se entendesse como válida e de boa-fé a forma de postura da empresa até a decisão do Supremo Tribunal Federal, devendo-se, portanto, cumprir o decisum ex nunc. Isso numa relação tributária. Impõe-se, no entanto, a indagação, onde é que no Código de Processo Civil diz que a decisão do Supremo Tribunal Federal posterior em matéria tributária modifica o efeito da coisa julgada e não modifica no campo do direito administrativo? São duas matérias de direito público em estado presente, aliás, o direito administrativo originariamente era quem tratava da questão tributária, e depois, houve a especialização.

19. O Superior Tribunal de Justiça, em se tratando de relação jurídica continuativa, tem admitido a revisão da coisa julgada, quando a mesma for arrimada em fonte legal declarada inconstitucional pelo STF, por afrontar o princípio da igualdade, no caso, tributária.

20. "O prevalecimento de obrigações tributárias cuja fonte legal foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal constitui injúria à lógica jurídica, ofendendo os princípios da legalidade e da igualdade tributárias". RESP 218354 / RS ; Relator(a) Ministro JOSÉ DELGADO (1105) Órgão Julgador T1 - PRIMEIRA TURMA Data do Julgamento 17/08/1999 Data da Publicação/Fonte DJ 11.10.1999 p.00049

RSTJ VOL.:00129 p.00146.

21. Numa relação continuada de direito administrativo, a pacificação da posição do Supremo tem o efeito de fazer com que aquilo se aplique a todas as situações, também no direito tributário, porquanto não há norma tributária que excepcione. O posicionamento referente a esse caso ou qualquer outro é que a partir do entendimento firmado pelo Pretório Excelso aquilo que foi recebido por força de uma coisa julgada é recebimento de boa-fé, no entanto, a partir de então, tem que se suspender. É que, a partir de então nenhuma coisa julgada pode resistir à Constituição. A coisa julgada é apenas aparente ou assim se admitiria um "monstrengo".Destarte, se amanhã o legislador reduz o prazo da rescisória para quatro meses, só se teriam quatro meses para discutir a constitucionalidade e desse ponto, absurdamente, qualquer inconstitucionalidade seria válida. Decerto, seria uma aberração. Por conseguinte, como se pode consentir que um mero decurso de prazo previsto na regra processual legal dá direito a se afrontar a Constituição? E a hierarquia das normas, não existe? Decerto, que sim.

22. Análise da questão da coisa julgada inconstitucional à luz do princípio da isonomia. "O fato implica irretorquível agressão ao princípio constitucional da isonomia, macula os canônes máximos do Direito Administrativo (impessoalidade, indisponibilidade, legalidade fechada) e agride ao senso comum de justiça, daí porque desserve ao Direito. O respeito à coisa julgada não justifica tamanho sacrifício!!".

23. É pacífico o entendimento do Supremo Tribunal Federal, decisão (MS n(21216-DF) do Tribunal Pleno do Pretório Excelso acerca da matéria data de 05.12.1990 e outras se seguiram em Ações Diretas de Inconstitucionalidade, no sentido de não haver direito adquirido ao reajuste no percentual de 84,32% em março de 1990, conquanto não perfeitos todos requisitos fáticos à sua aquisição.

24. O Supremo Tribunal Federal no julgamento de ADINs declarou a inconstitucionalidade de resoluções, dando-as contornos de atos normativos, que mandavam aplicar aos vencimentos de servidores o reajuste da Lei nº 7.830, de 28/09/1990, por entender que a aludida lei foi revogada pela MP nº 154/90, posteriormente convertida na Lei nº 8.030/90, assentando, ainda, inexistir direito adquirido ao reajuste de 84,32% e a inocorrência de violação à garantia da irredutibilidade de vencimentos.

25. Uniformização das decisões judiciais, aplicação do entendimento do Pretório Excelso que se justifica em face do princípio da isonomia e da segurança jurídica, além de outro valor de imensa grandeza, garantido constitucionalmente, que é a justiça das decisões judiciárias.

26. O princípio da constitucionalidade impõe força vinculativa da lei e ato normativo à Constituição, enquanto Lei Fundamental da ordem jurídica.

27. Não há que se alegar, além disso, não se aplicarem as decisões do Supremo Tribunal Federal nas referidas ADINs, porquanto naquelas não se declarou a inconstitucionalidade da lei e sim de resoluções. Ocorre que, antes mesmo de se produzirem, foram tolhidos os efeitos da Lei nº 7.830, de 28/09/1990, em face da revogação da mesma pela MP nº 154/90, posteriormente convertida na Lei nº 8.030/90. Por conseguinte, ação direta de inconstitucionalidade ajuizada contra a Lei nº 7.830/90, fatalmente, seria julgada prejudicada, haja vista a revogação da lei antes mesmo de vir a gerar efeitos.

28. A despeito da decisão de primeira instância, confirmada por este Tribunal, fixando os limites subjetivos da coisa julgada à relação de substituídos constante da inicial, as execuções foram opostas pelos exeqüentes em grande quantidade, além dos limites fixados e com reflexo de centenas milhões de reais.

29. O Supremo Tribunal Federal, na ADinMC nº 2.251/DF, Relator Ministro Sydney Sanches, apreciando a MP nº 1.984-19/2000, inclusive o art. 10 que atribuía nova redação ao art. 741 do CPC, deferiu medida cautelar apenas para suspender o art. 4º da Medida Provisória nº 1.984, que alterou o artigo 4º e respectivos parágrafos da Lei nº 8.437/92.

30. Impõe-se invocar a prevalência da Constituição, porquanto se se entender que uma regra processual afasta a Constituição, o nosso sistema jurídico estará todo destruído. Com efeito, a coisa julgada não pode sobrepujar a lei, em se tratando de inconstitucionalidade, sob pena de torna-se instituto de maior valor que a própria Constituição.

31. Pela procedência integral da ação rescisória.

O JUIZ FRANCISCO CAVALCANTI: Cuida-se de ação rescisória ajuizada pela União, pleiteando seja julgada procedente a ação, a fim de que seja rescindido o acórdão de fls. 352/356 e proferido novo julgamento declarando-se sem efeito a decisão rescindenda e chamando-se o feito a ordem, seja intimado o Representante Judicial da União, na pessoa da Procuradora Regional da Advocacia-Geral da União da 5ª Região, para apresentar o recurso cabível do acórdão de fls. 50/58 que lhe foi desfavorável e, conseqüentemente, declarados nulos os atos praticados ao referido, por violação, segundo alegou, aos artigos 1º, 9º, 35 a 38 e 67 da Lei Complementar nº 73/93; art. 6º da Lei nº 9.028/95; Lei nº 8.682/93; artigos 145, incisos III, IV e V do Código Civil; artigos 126, 236, § 2º e 245 e seguintes do Código de Processo Civil; arts.1º, 2º, II e 9º da Lei nº 8.030/90; parágrafo 1º do artigo 29 do ADCT; artigo 131, incisos XXV e LV, e parágrafos 1º e 2º do artigo 5º da Constituição Federal. Alternativamente, requereu a procedência da ação, a fim de que seja rescindido o r. acórdão de fls. 50/58, sendo ao final proferido novo julgamento, invertendo-se o ônus da sucumbência.

Alegou a União, em síntese, que não fora intimada do acórdão de fls. 50/58, nos termos em que dispõe a Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, vigente à época. Aduziu que todos aos atos processuais posteriormente praticados devem ser reputados nulos, assim com o próprio trânsito em julgado do processo, porquanto "houve preterição de ato essencial, impossibilitando àquela pessoa jurídica de Direito Público a defesa de seus interesses em juízo". Sustentou, em seguida, que o primeiro acórdão deve ser rescindido e proferido novo julgamento, conquanto, "a invocação de direito adquirido a reajuste no percentual de 84,32% concedido no acórdão rescindendo, viola a Constituição Federal (art. 5º, XXXVI) não ocorrente o direito adquirido sem sua conceituação lídima, bem como viola os arts. 1º, 2º, II e 9º da Lei nº 8.030/90". Invocou, demais, precedentes do Supremo Tribunal Federal, rechaçando a tese da existência de suposto direito adquirido à reajuste remuneratório de servidor, face modificação na política salarial.

É de se ressaltar, de logo, que nada obstante tenha este Juiz prolatado a sentença de primeiro grau não há impedimento para julgamento da presente ação rescisória, a teor da uníssona jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, cristalizada, outrora, pela Súmula nº 252 do Pretório Excelso, cujo enunciado ostenta a seguinte dicção:

"NA AÇÃO RESCISORIA, NÃO ESTÃO IMPEDIDOS JUIZES QUE PARTICIPARAM DO JULGAMENTO RESCINDENDO".

Convém, neste momento, fazer breve histórico sobre este processo, embora a questão fática não tenha relevância, mas envolve uma ação de muitos substituídos.

Esse processo (Ação ordinária nº 91.946-6) é deveras conhecido por este Juiz, haja vista ter proferido a sentença na Primeira Instância, julgando improcedente o pedido da autora, com espeque em decisões já existentes do Supremo Tribunal Federal.

Interposta a ação ordinária pela Associação dos Servidores da Sucam em Pernambuco - ASSUPE, a União apresentou defesa, de uma única página, do Procurador da República, Dr. Miécio Uchoa, que dizia, basicamente o essencial: que a matéria já tinha sido decidida pelo Supremo Tribunal Federal, citando, inclusive, precedentes.

Após o julgamento pela improcedência, a autora interpôs recurso de apelação, subindo, então, os presentes autos para este eg. Tribunal Regional Federal da 5ª Região, quando a Segunda Turma, por maioria, deu provimento à apelação, vencido o MM. Desembargador Federal Lázaro Guimarães, que negou provimento ao recurso.

Empós, o processo seguiu, retornando-se para a Primeira Instância.

Intimada, por via postal, para dar início à liquidação, a autora não se manifestou. Em seguida, determinou-se que se aguardasse a manifestação da interessada por um ano. Após seis meses, a Associação dos Servidores Federais da Saúde (ASSERFESA), requereu a retificação da atuação do feito, sob o argumento de que era "sucedânia da fusão das seguintes Associações: ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA SUCAM - PE (ASSUPE) - autora da ação ordinária em comento -, ASSOCIAÇÕES DOS PROFISSIONAIS E EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO (APSESP), ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE (ASMIS) e a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE".

Em seguida, foi proferida decisão por este Juiz (vide fls. 281dos autos da ação ordinária) definindo os limites subjetivos da coisa julgado, nos seguintes termos: "Examinando os autos verifica-se que só podem ser considerados como integrantes do pólo passivo, digo, ativo da relação processual p/ substituição, aqueles associados na data da propositura da ação (momento em que foi externada vontade de litigar contra a Entidade-ré). Posteriores ingressos no quadro de associados da autora não tem o condão de ampliar o elenco dos beneficiários. P.I., após o que voltem os autos conclusos". Em face da citada decisão, a autora interpôs agravo de instrumento perante este eg. Tribunal Regional Federal (AGTR 8260 PE), em relação ao qual a Segunda Turma, a unanimidade, negou provimento, confirmando, conseguintemente, a decisão de primeiro grau, nos termos do relatório e voto do Relator. Transcrevo, por oportuno, excerto do voto do Relator, o citado AGTR 8260/PE, ipsis verbis:

"(...) Compulsando-se os autos, percebe-se que apesar de a agravante ter se refiliado à Associação antes da citação da Entidade-ré, em maio de 1991, somente requereu a sua inclusão no pólo ativo da relação processual, na condição de substituída processual, em setembro de 1995, não podendo, com isso, fazer parte do elenco de beneficiários já existente. Conclui-se, assim, que além da necessidade, de o substituído fazer parte da Associação substituta, faz-se necessário, também, a inclusão do seu nome da lista de associados apresentada no momento da propositura da ação. Isto posto, nego provimento ao agravo".

Discutiu-se, ainda, a questão da publicação do acórdão que reconheceu o direito dos substituídos ao reajuste de 84,32%, alegando a União que não teria sido intimada pessoalmente, eis que já em vigor, a época, a Lei Complementar nº 73 de 10/02/1993. Acostou-se, outrossim, cópia do diário oficial, na qual se verificava, inclusive, que não constava nome de procurador, fato que foi apontado pelo então Juiz Federal Substituto da 5ª Vara, Dr. José Manuel Zeferino Galvão de Melo, o qual proferiu despacho (fls. 328 dos autos da ação ordinária), esclarecendo que não era apenas a questão da intimação - que ele até falava da divergência jurisprudencial - é que havia a intimação da União Federal sem a indicação do procurador. Observem-se, a propósito, os termos em que vazados o referido despacho, litteris:

"Ainda que se possa dizer - como, de fato, parece-me vir prevalecendo ao nível jurisprudencial - que o art. 38 da Lei Complementar não determina a intimação pessoal do advogado da União (situação alterada e/ou definida com o advento do art. 6º da MP 460/94), é certo, pelo menos, que impõe a inclusão, nas publicações oficiais, do nome do profissional que atua no processo, a teor do art. 236, § 1º, do CPC.

Observo, no caso vertente, todavia, que, da publicação do v. acórdão de fls. 58/59 (cuja cópia faço acostar a esta decisão), datada de 02.04.93, não constou o nome do Advogado da União, então atuante junto à Corte Regional, razão pela qual, e atendendo aos reclamos das regras de competência, determino, em acolhimento às ponderações de fls. 258/259, sejam os autos remetidos ao MM. Relator da apelação incidente, com vistas a uma definitiva apreciação e/ou sanação da irregularidade".

Esse fato gerou um agravo (Agravo Regimental na AC 12471 PE), tendo o Presidente da Segunda Turma, a época, o MM. Desembargador Federal Lázaro Guimarães, proferido decisão negando provimento ao agravo, da qual se colhe:

"(...) A regra é clara: as intimações devem ocorrer na pessoa do Procurador que atuar nos autos respectivos. Desse modo, a partir da vigência da norma legal torna-se indispensável para a validade das intimações dos Procuradores da Fazenda Nacional ou dos Advogados da União que as intimações registrem os nomes dos profissionais que estejam atuando nos autos respectivos. Entretanto, quem agora passou a atuar nos autos foi a Dra. Rosângela Maria C. Macedo. Dessarte, deverá constar o nome desta nas publicações respectivas.

No caso em tela, todavia, não há aplicação da regra geral. Nenhum Advogado da União vinha acompanhando o feito. Por isso mesmo, não havia como incidir a regra legal específica. O legislador não estabeleceu regra transitória, determinando, por exemplo, que nessa hipótese deveria constar o nome do Advogado-Chefe. Em face do exposto, tornou-se plenamente válida a intimação feita à União pela mera publicação do Acórdão, que, assim, validamente, transitou em julgado".

Houve, demais disso, contra a aludida decisão a interposição de recurso especial e de recurso extraordinário. Ao recurso especial, no entanto, foi negado seguimento por decisão do então Vice-Presidente deste Tribunal, o MM. Desembargador Federal José Maria Lucena. Haja vista a negativa de seguimento do recurso por esta Corte, a União interpôs Agravo de Instrumento (AI nº 233.122), o qual não foi conhecido pelo Superior Tribunal de Justiça, porquanto a agravante não apresentou cópia da certidão de intimação do acórdão recorrido, documento essencial. Da decisão monocrática do Ministro Relator, a União interpôs Agravo Regimental, ao qual foi negado provimento. Eis o teor da ementa do Relator, Ministro Edson Vidigal:

"EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. FALTA DE CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. AGRAVO REGIMENTAL.

1. Pacificada a jurisprudência desta Corte no sentido de que a certidão de intimação do Acórdão recorrido é peça essencial à formação do instrumento do Agravo - Súmula 223/STJ.

2. Cabe ao agravante, e não ao Relator, zelar pela correta formação do Agravo de Instrumento.

3. Agravo Regimental não provido".

De acordo com a certidão de fls. 129 dos autos do AI nº 233.122, a supracitada decisão transitou em julgado em 09 de março de 2000.

O outro Agravo de Instrumento (AI nº 302.127-6 PERNAMBUCO) oposto pela União foi perante o Supremo Tribunal Federal, cujo Relator, Ministro Sepúlveda Pertence, negou-lhe provimento, por entender que: "(...) O RE é inviável: o acórdão recorrido, ao qual não se opuseram embargos de declaração, não cogitou da matéria constitucional suscitada no extraordinário (Súmula 282 e 356). Ademais, conforme assinalou a decisão agravada, das razões da recorrente - as mesmas deduzidas na interposição do REsp - verifica-se que as pretensas violações ao texto constitucional seriam reflexas, dependentes do exame da legislação infraconstitucional, o que não viabiliza o RE". Esta decisão, conforme certidão de fls. 116 dos autos do AI nº 303127, transitou em julgado em 14 de maio de 2001. A ação rescisória foi proposta em 14 de maio de 2003.

Impõe-se afastar, in casu, a aplicação da Súmula nº 343 do Supremo Tribunal Federal, porquanto é inaplicável quando a controvérsia for de ordem constitucional, restringindo-se, assim, a divergência de interpretação de texto legal, de acordo com o entendimento fixado pelo Pretório Excelso nos julgamentos dos Recursos Extraordinários nºs 103.880/SP e 101.114/SP.

Passa-se a apreciar a preliminar de inadequação da via eleita suscitada pelo réu, sob o argumento de que o acórdão de fls. 68/72 (dos autos da rescisória), o qual decidiu acerca da validade da intimação da União, por não se tratar de decisão de mérito, não se presta a ação rescisória para desconstituir o aludido julgado.

Em relação ao acórdão rescidendo de fls. 68/72, o MM. Desembargador Federal Luiz Alberto, relator desta rescisória, destacou bem a questão de, no caso, ser possível o conhecimento da rescisória apesar de não se tratar de decisão de mérito em sentido estrito, mas sim de decisão impeditiva do conhecimento de uma decisão de mérito.

Nessa esteira, em pesquisa realizada, colhe-se orientação na doutrina e na jurisprudência - não como regra, mas como situação excepcional, em relação a essas decisões que são impeditivas da apreciação do mérito - que há possibilidade de acolhimento da rescisória.

Sobre a matéria, aduziu, com percuciência Pontes de Miranda, em seu clássico Tratado das Ações:

"A sentença não é rescindível somente por defeito oriundo da própria sentença, mas por algum defeito de ato processual anterior, inclusive a citação. (...) não só as sentenças de mérito são rescindíveis".1

Apreende-se, ademais, do artigo - "Ação rescisória. Possibilidade de cabimento contra acórdão que não admite recurso" - da lavra o Juiz do TRT do Paraná, Ney José de Freitas:

"(...) Pontes de Miranda inaugurou discussão ao sustentar que o uso da rescisória seria possível para que o Judiciário se pronunciasse sobre vício apreciável a qualquer momento e grau, e mesmo de ofício. (...) Medite-se na orientação condita em aresto do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, rescindindo acórdão de não conhecimento de recurso ordinário, por deserção, que, mais tarde, provou-se não ter ocorrido sem culpa do recorrente. Ainda que não faça coisa julgada material sobre a lide, a decisão que o acórdão do Tribunal paranaense rescindiu causou prejuízo à parte. (...) o Tribunal de Justiça de São Paulo julgou procedente a rescisória de acórdão que, fundado em errônea informação do cartório, não conheceu de agravo de instrumento e determinou que se conhecesse do recurso. O Tribunal de Alçada de Minas Gerais admitiu rescisória contra acórdão que não conheceu de apelação. (...) Pelo teor do art. 485, caput, não é cabível rescisória contra acórdão que julgou recurso interposto fora do prazo. Porém, a 1ª Seção do STJ já acolheu, por unanimidade, a rescisória, com fundamento no inciso IV, por ofensa à coisa julgada. 2 Não me parece que o julgamento de mérito, indevido nesta hipótese, represente verdadeiro permissivo para manejo da rescisória. Carece de lógica, nesta linha de raciocínio, impedir a possibilidade de rescisão do acórdão que deveria ter julgado o mérito, mas não o fez por comprovado erro do cartório. O acesso à tutela jurisdicional é, não raro, bloqueado pela visão estreita do intérprete que se atém à letra, abstraído do espírito, não da norma, mas do sistema que ela integra".

Estriba-se, o Juiz Ney José Freitas, no entendimento do Prof. Manoel Antônio Teixeira Filho, acrescentando:

"Alertando que a lei deve servir aos apelos da realidade, o notável Manoel Antônio Teixeira Filho há muito sustenta a possibilidade de rescindir acórdão que não apreciou o mérito. São casos muito especiais em que, por exemplo, não se admitiu recurso por intempestividade ou por deserção. Comprovada a interposição no prazo, ou que houve o regular pagamento das custas, há que se admitir a ação rescisória, para assegurar a supremacia da ordem legal. A lei não pode servir de obstáculo para a solução do litígio sob a alegação de que ainda restam outros instrumentos para buscar a satisfação da pretensão, pois não há coisa julgada material. (...) O inciso V do art. 485 permite que se rescindam sentenças proferidas em violação a literal disposição de lei. Perfilho do entendimento Manoel Antônio Teixeira Filho quanto à preeminência axiológica deste objetivo em relação ao fato de a decisão não haver apreciado o mérito. E isto porque, mesmo sem apreciar o mérito, violou o princípio constitucional do devido processo legal, insculpido, entre outros, no inciso LV do art. 5º da Carta de 1988: asseguram-se aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes. A possibilidade de rescindir decisão que não conheceu do recurso regularmente interposto - e, portanto, violou literal disposição de lei - é a consagração da supremacia do ordenamento jurídico. Assim, dizer que esta defesa somente pode ser empreendida, pela ação rescisória, quando houver pronunciamento de mérito, contraria o princípio insculpido no inciso V do art. 485, asseverado, em diversas passagens, na Carta de 1988. (...) Entendo ser tratar de uma daquelas situações concreta que, aparentemente, escapou à previsão do legislador. Aparentemente porque, como já se disse, a dinâmica do Direito autoriza interpretação evolutiva. No fundo, o manejo da ação rescisória para corrigir erro jurisdicional, mesmo em decisão que não apreciou o mérito, é condizente com a tendência moderna de imprimir caráter sociológico ao processo civil. (...) A segurança da coisa julgada, então, é superada pelo apelo dramático do caso concreto, sem previsão expressa no ordenamento jurídico".3

Acerca da matéria urge destacar precedentes do Superior Tribunal de Justiça, nos quais aquela Corte entendeu por abrandar o rigor da expressão "sentença de mérito", constante do art. 485, caput, do CPC, ipsis verbis:

"SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RESP 562334 / SP ; RECURSO ESPECIAL
2003/0125916-3 Relator(a) Ministro JOSÉ DELGADO (1105)
Orgão Julgador T1 - PRIMEIRA TURMA
Data do Julgamento 23/03/2004
Data da Publicação/Fonte DJ 31.05.2004 p.00207
Ementa

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. ACÓRDÃO RESCINDENDO FUNDADO EM ERRO DE FATO (CONSIDEROU-SE INTEMPESTIVO RECURSO PROTOCOLIZADO EM COMARCA DO INTERIOR OPORTUNAMENTE). CORREÇÃO DO ERRO PELA VIA RESCISÓRIA. VIABILIDADE. INTERPRETAÇÃO DO ART. 485, IX DO CPC.

1. Há de ser reformado acórdão que entendeu não ser cabível a via rescisória com intuito de desconstituir julgado que não apreciou o mérito da demanda (apenas declarou a intempestividade do agravo de instrumento interposto). Porquanto o acórdão rescindendo não tenha enfrentado o mérito, consoante pressupõe o caput do art. 485 do CPC, o seu inciso IX admite a rescisória fundada em erro de fato.

2. O erro constatado traduz-se no fato de que o recurso foi tempestivamente protocolizado em comarca do interior, mas tido como extemporâneo porque considerada a data constante da chancela do protocolo de segunda instância.

3. A melhor exegese a ser emprestada ao dispositivo legal em análise (art. 485, IX do CPC) é o de se reconhecer como erro de fato a informação equivocada sobre a tempestividade de peça processual, como ocorreu no presente caso. Esse atuar conforta a pretensão da recorrente, autorizando a correção do erro mediante o prosseguimento da rescisória.

4. Se de um lado é dever do advogado ser diligente, protocolizando oportunamente suas peças processuais, do outro é obrigação do julgador, na sua missão constitucional de dizer o direito ao caso concreto, utilizar-se de critérios conducentes à decisão mais justa possível, proporcionando ao jurisdicionado a certeza de que a tutela foi efetivamente prestada.

5. Recurso especial provido.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da PRIMEIRA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, prosseguindo no julgamento, por maioria, vencidos os Srs. Ministros Teori Albino Zavascki (voto-vista) e Denise Arruda, dar provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Francisco Falcão e Luiz Fux (RISTJ, art. 162, § 2º, segunda parte) votaram com o Sr. Ministro Relator".

"SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RESP 395139 / RS ; RECURSO ESPECIAL
2001/0142825-8 Relator(a) Ministro JOSÉ DELGADO (1105)
Orgão Julgador T1 - PRIMEIRA TURMA
Data do Julgamento 07/05/2002
Data da Publicação/Fonte DJ 10.06.2002 p.00149
Ementa

PROCESSO CIVIL. ACÓRDÃO CONFIRMATÓRIO DE SENTENÇA QUE DECRETOU A EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO AO FUNDAMENTO DE COISA JULGADA. INEXISTÊNCIA DE IDENTIDADE DE AÇÕES. AÇÃO RESCISÓRIA.
CABIMENTO.

1. Inexiste identidade de ações quando ausente ao menos um dos três requisitos elencados no parágrafo 2º, do artigo 301, do CPC, isto é, mesmas partes, mesma causa de pedir e mesmo pedido.

2. A jurisprudência do STJ já pacificou entendimento no sentido de que não há identidade de causas, não se operando coisa julgada, quando uma ação busca a declaração de inconstitucionalidade da exigibilidade do FINSOCIAL, enquanto que a outra pleiteia a declaração de inconstitucionalidade da majoração de alíquotas desta mesma contribuição.

3. O rigor da expressão "sentença de mérito" contida no caput do artigo 485, do CPC, tem sido abrandado pela doutrina e jurisprudência.

4. O acórdão confirmatório de sentença que decreta extinto o processo sob alegação de incidência de coisa julgada, quando esta não ocorreu, é passível de reforma via ação rescisória.

5. Recurso especial não provido.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da PRIMEIRA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Francisco Falcão, Luiz Fux, Garcia Vieira e Humberto Gomes de Barros votaram com o Sr. Ministro Relator".(negrito nosso)

Por oportuno, é de se observar excerto do voto do Ministro José Delgado, Relator do RESP 395139 / RS, supracitado:

"(...) O Ordenamento Jurídico brasileiro é um todo harmônico, onde as normas não devem ser interpretadas de per si mas de acordo com os ditames de igualdade e justiça social.

A interpretação isolada de Norma Legal pode conduzir o Aplicador do Direito à aberração jurídica.

A não apreciação da matéria de fundo referente à segunda ação ajuizada pela recorrida não pode transformar-se em óbice à apreciação da ação rescisória.

Não obstante o Tribunal Estadual haver confirmado sentença que decretou extinto o processo sem julgamento do meritum causae, não é dado ao Poder Judiciário abster-se de reparar o próprio erro, sob pena de incorrer em erro maior.

Ademais, o rigor da expressão "sentença de mérito, transitada em julgado", contida no caput, do artigo 485, do Código de Processo Civil, tem sido abrandada pela doutrina e jurisprudência, conforme registra o ilustre professor Bernardo Pimentel de Souza, em sua obra Introdução aos Recursos Cíveis e à Ação Rescisória:

"a doutrina e a jurisprudência têm temperado 'cum grano salis' a cláusula legal 'sentença de mérito, transitada em julgado'.

Assim, na doutrina: SALVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA. A ação rescisória no Superior Tribunal de Justiça. In Recursos no Superior Tribunal de Justiça. São Paulo. Saraiva, 1991, p. 260 e 261, nota 3: 'Em alguns casos, pode-se admitir a ação rescisória em se tratando de acórdão que, por equívoco, extingue o processo sob o fundamento da coisa julgada (CPC, art. 267, V), uma vez que, em tal hipótese, não há possibilidade de renovar-se a causa em primeiro grau, por força do disposto no art. 268 do CPC.

(...)

De acordo ainda a doutrina: OTHON SIDOU. Dicionário Jurídico: Academia Brasileira de Letras Jurídicas. 4ª ed. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 1997, p. 19: 'A expressão sentença de mérito deve ser tomada com reserva (admitindo portanto interpretação ampla) pois há casos em que o processo é extinto sem julgamento do mérito e, quando menos por equidade, a ação rescisória deve prevalecer'. Em seu Tratado da ação rescisória das sentenças e de outras decisões, PONTES DE MIRANDA defende que 'não só as sentenças de mérito são rescindíveis' (5ª ed. Rio de Janeiro, Forense, 1976, p. 144). Reitera o jurisconsulto a tese em seus Comentários ao Código de Processo Civil. Tomo VI. 3ª ed. Rio de Janeiro, Forense, 1988, p. 162 e 166. Ainda em sentido semelhante: HUMBERTO THEODORO JÚNIOR (...). De acordo, na jurisprudência: AR n. 1.501/RJ. 2ª Seção do TFR, unânime, relator Ministro EDUARDO RIBEIRO, in Diário da Justiça de 10 de abril de 1989. p. 5.004: 'Ação rescisória - impugnação de sentença que extinguiu o processo, a fundamento de existir coisa julgada. Embora não se trate de sentença de mérito, enseja ação rescisória já que inadmissível seja novamente intentada a ação (CPC, art. 268)'. Também é muito elucidativa a ementa do voto vencedor declarado pelo Ministro Antônio de Pádua Ribeiro: 'Reconhecida a existência da coisa julgada, assim como de perempção e de litispendência, muito embora a decisão não seja de mérito, a ação não poderá ser renovada. Daí ser cabível a rescisória." (p.373)

Ao meu julgar, excepcionalmente, a ação rescisória pode ser manejada para rescindir decisum transitado em julgado que não tratou de matéria de mérito, como no caso em epígrafe.

Pelo panorama dos autos, negar o direito à rescisória é o mesmo que fechar os olhos para o preceito estatuído no inciso XXXV, do art. 5º, da Constituição Federal, pois mesmo ausente a tríplice identidade entre as ações ajuizadas, não é facultada à recorrida a propositura de nova demanda face o disposto parágrafo único, do art. 268, do CPC". (grifos acrescidos)

Conseguintemente, no que concerne ao acórdão de fls. 68/72, entendo não haver qualquer dúvida quanto à possibilidade de conhecimento da rescisória e, em se conhecendo, já adentrado no mérito, eis que afastadas as preliminares, ela deve ser acolhida.

Realce-se que a decisão do MM. Desembargador Federal Lázaro Guimarães, então Presidente da Segunda Turma, contém dois aspectos: um, consiste na questão da intimação pessoal da União á época, eis que quando da publicação da decisão de fls. 42/50 já estava em vigor a Lei Complementar nº 73/93, havendo, destarte, divergência quanto a esse aspecto. O outro, diz respeito ao argumento de que, como até então a União não funcionava nos autos, não constava o nome do advogado e, sendo assim, a intimação era válida. Se nós entendermos desta maneira, decerto, estaremos violando uma regra processual. Há uma afronta expressa à lei. Tome-se uma hipótese em que o Juiz indefere a inicial - e se indefere não tem a outra parte no processo - e em função disso há uma apelação e aí se publica a intimação da parte contrária no Diário Oficial, Seção da Justiça. É, outrossim, o caso de alguns agravos que chegam ainda no nascedouro da relação processual e o caminho, a meu sentir, a ser percorrido é determinar que o Juiz intime a parte, porque se se publica "intime-se o agravado para contra-razões", ninguém nunca vai se apresentar, porquanto não tem advogado constituído e a intimação da parte por publicação no Diário da Justiça não faz com que ele tome conhecimento do processo.

Em face do exposto, conheço da rescisória em relação ao segundo acórdão (o de fls. 69/72) e seguindo a mesma linha do Relator, acolho o pedido.

Resta a questão do segundo pedido, o qual se refere ao acolhimento da rescisória no que tange ao acórdão anterior (o de fls. 50/57), o acórdão de mérito da Segunda Turma que teve como Relator o Desembargador Federal Nereu Santos e a Turma, por maioria de votos, deu provimento à apelação, considerando haver direito adquirido à incorporação aos vencimentos dos servidores do percentual de 84,32% referentes ao mês de abril de 1990.

Em relação a esse acórdão, é de se observar que ao se ter o julgamento desse agravo e começar a fluir o prazo de rescisória, a parte, discutindo apenas essa matéria, correria o risco de não ter conhecida uma rescisória em relação ao primeiro, porque o acórdão não estaria sendo discutido. Destarte, razão não há, haja vista o ensejo que se oferece e tendo em conta o princípio da oportunidade e até mesmo por questão prática de efetividade e instrumentalidade do processo, do não conhecimento da matéria atinente ao primeiro acórdão.

Acerca da oportunidade de apreciação do primeiro acórdão, urge, destacar os ensinamentos de Humberto Thedoro Júnior a respeito do decisório ofensivo à Constituição, ad litteram:

"(...) É que a macula da inconstitucionalidade torna absolutamente ineficaz o ato, seja ele uma lei, uma providência administrativa ou ma sentença judicial. Por isso, o parágrafo único do art. 741 do CPC, acrescentado pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24.08.2001, incluiu entre as defesas manejáveis por embargos à execução de título judicial a inexigibilidade da sentença proferida com base em lei inconstitucional ou com apoio em aplicação ou interpretação tida como incompatíveis com a Constituição Federal.

Embora não haja necessidade de se valer da ação rescisória para obter a parte prejudicada o reconhecimento da nulidade ou inexistência do julgado, no caso ora apreciado, não será correto omitir-se o tribunal de apreciar a questão, se a parte lançar mão da ação do art. 485 do Código de Processo Civil. É que as nulidades ipso iure devem ser conhecidas e declaradas independentemente de procedimento especial para esse fim, e podem sê-lo até mesmo incidentalmente em qualquer juízo ou grau de jurisdição, até mesmo de ofício segundo o princípio contido no art. 146 e seu parágrafo, do Código Civil". 4(destaques que não constam do original)

Destaca, demais, Humberto Thedoro Júnior, " Os Tribunais, com efeito, não podem se furtar de, até mesmo de ofício, reconhecer a inconstitucionalidade da coisa julgada o que pode se dar a qualquer tempo, seja em ação rescisória (não sujeita a prazo), em ação declaratória de nulidade ou em embargos à execução".5 (negrito nosso)

Arremata, por fim, o professor Humberto Thedoro Júnior, "a ação de rescisão do julgado, embora não necessária para desconstituir a sentença nula ou inexistente, pode servir de ensejo ou oportunidade para tanto, já que tais vícios são argüíveis e declaráveis em qualquer processo ou instância, e até mesmo ex-officio". 6

Nessa esteira, o Pleno do Supremo Tribunal Federal já afirmara que "lei inconstitucional não produz efeito, nem gera direito, desde o seu início [...] assim sendo, perfeitamente comportável é a ação rescisória". 7

É, ademais, a tese brandida pelo insigne processualista, Cândido Rangel Dinamarco, que leciona:

"(...) Outra legítima abertura ao reconhecimento da inconstitucionalidade da coisa julgada em casos extremos pode e deve ser o redimensionamento da ação rescisória e dos limites de sua admissibilidade. Ela é tradicionalmente apontada como um remédio rigorosamente extraordinário de infringência à coisa julgada material, reputada esta um valor a ser preservado a todo custo e sujeito a questionamentos apenas em casos verdadeiramente extraordinários. O rol das hipóteses de sua admissibilidade é um numerus clausus (CPC, art. 485) e os tribunais brasileiros esmeram-se em afunilar a in-

terpretação de cada um dos incisos que tipificam as hipóteses de sua admissibilidade, sempre assumida a premissa da prevalência do valor da segurança jurídica. Na nova ordem de relativização da coisa julgada material, contudo, é imperioso abrir os espíritos para a interpretação dos incisos do art. 485 do CPC, de modo a permitir a censura de sentenças ou acórdãos pelo prisma da constitucionalidade das decisões que contêm - ou seja, impõe-se a relativa e prudente flexibilização das hipóteses de admissibilidade da AR, para que ela sirva de remédio contra os males de decisões flagrantemente inconstitucionais, ou fundadas em prova falsa, na fraude ou no dolo de uma das partes em detrimento da outra, etc".

Conforme asseverou, outrossim, o Ministro Teori Albino Zavascki, litteris:

"A coisa julgada não é um valor constitucional absoluto. Trata-se, na verdade, de um princípio, como tal sujeito a relativização, de modo a possibilitar a convivência harmônica com outros princípios da mesma hierarquia existentes no sistema. Por exemplo: o da imparcialidade do juiz, o da boa-fé e da seriedade das partes quando buscam a tutela jurisdicional, o da própria coisa julgada e, mesmo o da justiça da sentença quando comprometida de modo manifesto. Nos casos em que tais valores possam ficar comprometidos, relativiza-se a imutabilidade das sentenças, propriciando a correção de injustiça. O instrumento processual para isso é a ação rescisória (...)". 8

Frise-se, a propósito, que o Superior Tribunal de Justiça tem admitido, em sede de rescisória, a desconstituição da coisa julgada inconstitucional. Confiram-se, no pertinente, os julgados que se seguem, inclusive da Terceira Seção, verbis:

"SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
AR 870 / PE ; AÇÃO RESCISÓRIA
1999/0006984-6
Fonte DJ DATA:13/03/2000 PG:00123
LEXSTJ VOL.:00130 PG:00012
Relator Min. JOSÉ ARNALDO DA FONSECA (1106)
Revisor Min. FERNANDO GONÇALVES (1107)
Ementa

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. ART. 485, V, CPC. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, DE PRECEITO LEGAL NO QUAL SE LOUVARA O ACÓRDÃO RESCINDENDO.

Cabível a desconstituição, pela via rescisória, de decisão com trânsito em julgado que "deixa de aplicar uma lei por considerá-la inconstitucional ou a aplica por tê-la como de acordo com a Carta Magna.

Ação procedente.
Data da Decisão 13/12/1999
Orgão Julgador S3 - TERCEIRA SEÇÃO
Decisão

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da TERCEIRA SEÇÃO do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, julgar procedente a ação rescisória, nos termos do voto do Sr. Min. Relator. Votaram de acordo os Srs. Mins. FERNANDO GONÇALVES, FELIX FISCHER, GILSON DIPP, HAMILTON CARVALHIDO, JORGE SCARTEZZINI, EDSON VIDIGAL e FONTES DE ALENCAR. Ausente, justificadamente, o Sr. Min. WILLIAM PATTERSON".(grifos acrescidos)

"SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RESP 36017 / PE ; RECURSO ESPECIAL
1993/0016816-9 Fonte DJ DATA:11/12/2000 PG:00185
Relator Min. FRANCISCO PEÇANHA MARTINS (1094)
Ementa

PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO RESCISÓRIA - INTERPRETAÇÃO DE TEXTO CONSTITUCIONAL - CABIMENTO - SÚMULA 343/STF- INAPLICABILIDADE - VIOLAÇÃO A LITERAL DISPOSIÇÃO DE LEI (CPC, ART. 485, V) - FNT - SOBRETARIFA - LEI 6.093/74 - INCONSTITUCIONALIDADE (RE 117315/RS) - DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL SUPERADA - SÚMULA 83/STJ - PRECEDENTES.

- O entendimento desta Corte, quanto ao cabimento da ação rescisória nas hipóteses de declaração de constitucionalidade ou inconstitucionalidade de lei é no sentido de que "a conformidade, ou não, da lei com a Constituição é um juízo sobre a validade da lei; uma decisão contra a lei ou que lhe negue a vigência supõe lei válida. A lei pode ter uma ou mais interpretações, mas ela não pode ser válida ou inválida, dependendo de quem seja o encarregado de aplicá-la. Por isso, se a lei é conforme à Constituição e o acórdão deixa de aplicá-la à guisa de inconstitucionalidade, o julgado se sujeita à ação rescisória ainda que na época os tribunais divergissem a respeito. Do mesmo modo, se o acórdão aplica lei que o Supremo Tribunal Federal, mais tarde, declare inconstitucional".
(Resp 128.239/RS)

- A eg. Corte Especial deste Tribunal pacificou o entendimento, sem discrepância, no sentido de que é admissível a ação rescisória, mesmo que à época da decisão rescindenda, fosse controvertida a interpretação de texto constitucional, afastada a aplicação da Súmula 343/STF (Resp. 155.654/RS, D.J. de 23.08.99)

- Recurso especial não conhecido.
Data da Decisão 19/10/2000
Orgão Julgador T2 - SEGUNDA TURMA
Decisão

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, não conhecer do recurso. Votaram com o Relator os Ministros Eliana Calmon, Paulo Gallotti e Franciulli Netto". (grifos inexistentes no original)

"SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RESP 132314 / PE ; RECURSO ESPECIAL
1997/0034242-5 Relator(a) Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS (1096) Órgão Julgador T1 - PRIMEIRA TURMA
Data do Julgamento 25/08/1998
Data da Publicação/Fonte DJ 28.09.1998 p.00010
Ementa

PROCESSUAL - AÇÃO RESCISÓRIA - VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO LEGAL NEGATIVA DE APLICAÇÃO DA LEI - INCONSTITUCIONALIDADE - SÚMULA 343 DO STF - NÃO INCIDÊNCIA - CABIMENTO DA RESCISÓRIA.

I - Não constitui fundamento - para efeito da Súmula 283/STF - tese enunciada por dois integrantes do tribunal, mas ignorada pela maioria formadora do acórdão recorrido.

II - Se a lei foi ignorada por suposta inconstitucionalidade, a ação rescisória é cabível. Nada importa a circunstância de ter sido controvertida pelos tribunais a compatibilidade entre a constituição e a lei: a restrição contida na Súmula 343 do STJ incide somente, quando o acórdão enveredou pela interpretação do dispositivo legal.

Acórdão

Por unanimidade, dar provimento ao recurso".

Às vezes, até um trabalho antigo serve para mostrar a coerência de um posicionamento e não um posicionamento de oportunidade.

Há cerca de cinco anos atrás, este Juiz foi orientador do MM. Juiz Federal Francisco de Barros Dias, do Rio Grande do Norte, sobre sua dissertação de mestrado, com o título de "Coisa Julgada Inconstitucional". Naquela oportunidade, segui-se exatamente a orientação de professores como Paulo Otero, no "Ensaio sobre o Caso Julgado Inconstitucional" e Marcelo Rebelo de Sousa, catedrático de Lisboa, em "O Valor Jurídico do Acto Constitucional", os quais seguem a trilha dos bons autores alemães, dizendo que não há nada que resista à inconstitucionalidade. E a explicação teórica é muito simples: o fundamento da validade de qualquer lei é a Constituição, assim como, o fundamento de validade de qualquer sentença, também no caso de Marcelo Rebelo de Sousa que examina o ato normativo inconstitucional, o ato administrativo inconstitucional e o ato jurisdicional inconstitucional. É, de fato, de se reconhecer a procedência dos argumentos desses doutrinadores.

Acerca do tema sub examinem, Marcelo Rebelo de Sousa, jurista lusitando, pontifica:

"(...) a mesma função jurisdicional encontra-se obviamente vinculada à Constituição, devendo entender-se que a referência à garantia da legalidade vigente incluída na sua definição abrange quer a legalidade em sentido restrito que a constitucionalidade. (...) Desses escassos dados parece legítimo inferir que a Constituição rege directa e imediatamente a função jurisdicional do Estado quanto aos elementos contidos na sua definição, quanto à orgânica competente para o seu exercício, e quanto a algumas outras matérias pontuais, como a fundamentação das decisões dos tribunais, a sua obrigatoriedade para todas as entidades públicas e privadas".9

Bastante elucidativa, a propósito, a lição do doutrinador português, Paulo Otero, o qual nos diz:

"(...) admitir, resignados, a insindicabilidade de decisões judiciais inconstitucionais seria conferir aos tribunais um poder absoluto e exclusivo de definir o sentido normativo da Constituição: Constituição não seria o texto formalmente qualificado com tal; Constituição seria o direito aplicado nos tribunais, segundo resultasse da decisão definitiva e irrecorrível do juiz. (...) A sentença violadora da vontade constituinte na se mostra possível de encontrar um mero fundamento constitucional indirecto para daí retirar a sua validade, ou, pelo menos, a sua eficácia na ordem jurídica com caso julgado. Na ausência de expressa habilitação constitucional, a segurança e a certeza jurídicas inerentes ao Estado de Direito são insuficientes para fundamentar a validade de uma caso julgado inconstitucional"10.

Hoje já se diz por vários doutrinadores brasileiros. Teresa Arruda Alvim Wambier possui trabalho sobre a matéria, mostrando que quando se apega à idéia de que uma decisão transitada em julgado não pode ser reconhecida como inconstitucional, estar se valorizando a norma processual infraconstitucional, em detrimento da Constituição, porque quem fixou o prazo de dois anos para a rescisória foi a norma processual, e o fundamento da norma processual é a Constituição. Assim, se se imaginar que esse decurso de prazo permitiria ou permitirá a afronta constitucional, estaria se entendendo que pela lei processual há um permissivo de afronta constitucional por decurso de prazo. E realce-se que o sistema brasileiro não é esse, porquanto não há prazo para a propositura da ADIN, pois o que se entende é que, a qualquer tempo pode ser interposta, o único limite para o ajuizamento de uma ADIN é uma nova Constituição. Destarte, tudo aquilo que está abaixo da Constituição busca nela fundamento de validade e, conseguintemente, o que afronta a Constituição tem que ser afastado.

Aqui vale transcrever a lição de Cândido Rangel Dinamarco, que com muita propriedade defende a relativização da coisa julgada e sustenta não ser legítimo eternizar injustiças a pretexto de evitar a eternização de incertezas:

"(...) é inconstitucional a leitura clássica da garantia da coisa julgada, ou seja, sua leitura com a crença de que ela fosse algo absoluto e, como era hábito dizer, capaz de fazer do preto, branco e do quadrado, redondo. A irrecorribilidade de uma sentença não apaga a inconstitucionalidade daqueles resultados substanciais política ou socialmente ilegítimos, que a CF repudia. (...) Onde quer que se tenha uma decisão aberrante de valores, princípios, garantias ou normas superiores, ali ter-se-ão efeitos juridicamente impossíveis e portanto não incidirá a coisa julgada material - porque, como sempre, não se concebe imunizar efeitos cuja efetivação agrida a ordem jurídico-constitucional. (...) Não me impressiona o argumento de que, sem a rigorosa estabilidade da cosia julgada, a vida dos direitos seria incerta e insegura, a dano da tranqüilidade social. Toda flexibilização de regras jurídico-positivas traz consigo esse risco, como já venho reconhecendo há mais de uma década; mas a ordem processual dispõe de meios para a correção de eventuais desvios ou exageros, inclusive mediante a técnica dos recursos, da ação rescisória, da reclamação aos tribunais superiores, etc. Além disso, não estou a postular a sistemática desvalorização da auctoritas rei judicante, mas apenas o cuidado para situações extraordinárias e raras, a serem tratadas mediante critérios extraordinários. (..) Não é lícito entrincheirar-se comodamente de trás da barreira da coisa julgada e, em nome desta, sistematicamente assegurar a eternização de injustiças, de absurdos, de fraudes ou de inconstitucionalidade. (...) A posição defendida tem apoio também no equilíbrio, que há muito venho postulando, entre duas exigências opostas mas conciliáveis - ou seja, entre a exigência de certeza ou segurança, que a autoridade da coisa julgada prestigia, e a de justiça e legitimidade das decisões (...) Nesssa linha, repito: a ordem constitucional não tolera que se eternizem injustiças a pretextos de não eternizar litígios"11. (grifos acrescidos)

Ainda, no dizer o Ministro José Delgado, "a regra do respeito à coisa julgada é impositiva da segurança jurídica, porém esta não se sobrepõe a outros valores que dignificam a cidadania e o Estado Democrático. (...) A coisa julgada é uma entidade definida e regrada pelo direito formal, via instrumental, que não pode se sobrepor aos princípios da legalidade, da moralidade, da realidade dos fatos, das condições impostas pela natureza do homem e às regras postas na Constituição. (...) A injustiça, a imoralidade, o ataque à Constituição, a transformação da realidade das coisas quando presentes na sentença viciam a vontade jurisdicional de modo absoluto. (...) Os valores absolutos de legalidade, moralidade e justiça estão acima do valor segurança jurídica. Aqueles são pilares, entre outros, que sustentam o regime democrático, de natureza constitucional, enquanto esse é valor infraconstitucional oriunda de regramento processual"12.

Calha à justa trazer à baila o ensinamento do MD. Desembargador Federal Francisco Wildo Lacerda Dantas, em cujo artigo entitulado, "Considerações sobre a desconstituição e a relativização da coisa julgada", discorre: "(...) considero inteiramente constitucional - com as vênias devidas a quem também pensa de modo diverso - o parágrafo único acrescentado ao art. 741 do CPC pela Medida Provisória n° 2.180-35, de 24.08.2001, muito embora abomine - pessoalmente - o fato de ele ter sido ali posto através de Medida Provisória. Acrescento, porém, que quando se admite que a sentença que ofenda norma constitucional - norma-regra constitucional, bem entendido - possa ser atacada por ação rescisória, à invocação do permissivo do art. 485, V, do CPC, implica também se aceitar que nada mais poderá acontecer quando a sentença rescindível se torna coisa soberanamente julgada, quando se ultrapassa o biênio decadencial a que alude o art. 495 do CPC. Nada disso acontece, porém, quando a sentença, ainda que transita em julgado agride norma-princípio constitucional porque, nessa hipótese, se terá uma situação onde a desconstituição da coisa julgada radica na relativização desse instituto, cuja solução - como já demonstrado anteriormente - implica a solução de um conflito de princípios constitucionais: o da segurança que lastreia a coisa julgada e o outro princípio que se alega haver sido desobedecido pela sentença. (...) Considero, porém - como já mencionei - que a coisa julgada não é um valor absoluto e que quando a sentença se fundamenta numa lei que foi julgada constitucional pelo STF, em qualquer espécie de controle - concentrado ou difuso - se pode muito bem rescindi-la à invocação da hipótese do art. 485, V, do CPC. (...) Por fim, quando se tratar de sentença que se funde em norma julgada inconstitucional ou constitucional pelo STF - conforme o caso - no exercício de qualquer dos controles, se poderá rescindir a sentença, com fundamento no art. 485 do CPC, por violação de literal disposição da lei constitucional"13.(negrito nosso)

Valho-me, ainda, da lição do eminente par, Desembargador Paulo Roberto de Oliveira Lima, no que tange a matéria em apreço, ipsis verbis:

"No que respeita à coisa julgada, a própria legislação carece de alterações para dar ao instituto novas cores, sem o que arrisca-se a própria eficiência do Direito. Às alturas a que se eleva o valor da isonomia, não permite mais que o sistema jurídico, em homenagem à segurança, mantenha decisões díspares para caso iguais, rompendo com cânones constitucionais, em holocausto a intangibilidade da coisa julgada. Magoa fundo a noção de justiça, v.g., que determinado contribuinte pague certa exação, porque vencido em ação onde argüiu inconstitucionalidade do tributo, quando todos os demais venceram suas demandas. (...) Casos há, e não são poucos, onde servidores da mesma "repartição" e no exercício dos mesmos cargos e funções recebem remunerações diferentes, justo porque uns venceram e outros perderam suas demandas. Nestes casos, olvida-se o princípio constitucional da isonomia, maltrata-se a regra magna da prevalência do interesse público sobre o privado, aniquila-se o princípio de Direito Administrativo de que todos devem, na mesma medida, contribuir para a manutenção do Estado, espanca-se o valor psicossocial da justiça, tudo em louvor à coisa julgada. (...) O princípio da legalidade não pode ser sacrificado em homenagem à coisa julgada, tampouco o princípio da isonomia. No choque entre uns e outro, a imutabilidade tem de ceder passagem àqueles princípios basilares do constitucionalismo nacional. (...)O respeito da sociedade civil ao Direito, enquanto processo social de adaptação, o prestígio do Judiciário, enquanto instituição encarregada de realizar o bem supremo da Justiça, passa necessariamente pela urgente adoção da revisibilidade da sentença anti-isonômica"14. (grifei)

Afastando qualquer preconceito, este Plenário reiteradamente vêm decidindo nesse mesmo sentido, nas relações continuadas de direito tributário. De fato, há algum tempo atrás discuti-se no Tribunal Pleno caso da White Martins, referente a contribuição social sobre o lucro, onde o Tribunal tinha o entendimento de reconhecer a norma com toda inconstitucional e transitou em julgado. Depois o Supremo Tribunal Federal limitou a inconstitucionalidade. E qual é o entendimento? A decisão transitou em julgado, mas o reconhecimento do Supremo Tribunal Federal da inconstitucionalidade fez com que se

entendesse como válida e de boa-fé a forma de postura da empresa até a decisão do Supremo Tribunal Federal, devendo-se, portanto, cumprir a partir dali. Isso numa relação tributária. Impõe-se, no entanto, a indagação, onde é que no Código de Processo Civil diz que a decisão do Supremo Tribunal Federal posterior em matéria tributária modifica o efeito da coisa julgada e não modifica no campo do direito administrativo? São duas matérias de direito público em estado presente, aliás, o direito administrativo originariamente era quem tratava da questão tributária, e depois, houve a especialização.

Ressalte-se que no caso referido da White Martins (Embargos Infringentes na Ação Rescisória nº 310/PE) o voto condutor caminhou no sentido de não ser cabível a ação rescisória. Entrementes, a Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial nº 132314/PE, Relator Ministro Humberto Gomes de Barros, deu provimento ao recurso da Fazenda Nacional, reconhecendo o cabimento da ação rescisória no caso concreto, cuja ementa restou vazada nos seguintes termos:

"SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RESP 132314 / PE ; RECURSO ESPECIAL
1997/0034242-5 Relator(a) Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS (1096) Órgão Julgador T1 - PRIMEIRA TURMA
Data do Julgamento 25/08/1998
Data da Publicação/Fonte DJ 28.09.1998 p.00010
Ementa

PROCESSUAL - AÇÃO RESCISÓRIA - VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO LEGAL NEGATIVA DE APLICAÇÃO DA LEI - INCONSTITUCIONALIDADE - SÚMULA 343 DO STF - NÃO INCIDÊNCIA - CABIMENTO DA RESCISÓRIA.

I - Não constitui fundamento - para efeito da Súmula 283/STF - tese enunciada por dois integrantes do tribunal, mas ignorada pela maioria formadora do acórdão recorrido.

II - Se a lei foi ignorada por suposta inconstitucionalidade, a ação rescisória é cabível. Nada importa a circunstância de ter sido controvertida pelos tribunais a compatibilidade entre a constituição e a lei: a restrição contida na Súmula 343 do STJ incide somente, quando o acórdão enveredou pela interpretação do dispositivo legal.

Acórdão

Por unanimidade, dar provimento ao recurso".

Trata-se, no dizer de Teresa Arruda Alvim ao apreciar a questão da sentença proferida com base em lei declarada posteriormente inconstitucional pelo STF, de hipótese bastante comum em matéria tributária. "Cogita-se, aqui, da possibilidade de tal sentença ser rescindida com base na alegação de violação a literal disposição de lei, quando a lei tenha sido, posteriormente, declarada inconstitucional pelo STF, em ação direta declaratória de inconstitucionalidade".15

Frise-se que se se considerar que numa relação continuada de direito administrativo, a pacificação da posição do Supremo não tem o efeito de fazer com que aquilo se aplique a todas as situações, também no direito tributário seria por igual, porque não há nenhuma norma tributária que excepcione. Tem-se, na hipótese dos autos, um caso típico: o Supremo Tribunal Federal pacificou a matéria no sentido de que não são devidos os 84,32%. A relação é continuada, o servidor recebe todo mês.

Ora, o posicionamento referente a esse caso ou qualquer outro é que até a fixação da interpretação diversa pelo Pretório Excelso aquilo que foi recebido por força de uma coisa julgada é recebimento de boa-fé, no entanto, a partir dali, tem que se suspender. É que, a partir de então nenhuma coisa julgada pode resistir à Constituição. A coisa julgada é apenas aparente ou então passaríamos a admitir um "monstrengo". Assim, se amanhã o legislador reduz o prazo da rescisória para quatro meses, só se teriam quatro meses para discutir a constitucionalidade e desse marco, absurdamente, qualquer inconstitucionalidade seria válida. Decerto, seria uma aberração. Por conseguinte, como posso consentir que um mero decurso de prazo previsto na regra processual legal dá direito a se afrontar a Constituição? E a hierarquia das normas, não existe? Decerto, que sim.

Sobre o ordenamento das normas, no pertinente, trago à lume a lição de Kelsen:

"(...) O ordenamento jurídico não é, portanto, um sistema jurídico de normas igualmente ordenadas, colocadas lado a lado, mas um ordenamento escalonado de várias camadas de norma jurídicas. Sua unidade se deve à conexão, que acontece porque a produção e, desta forma, a validade de uma reverte para a outra, cuja produção novamente é determinada pela outra; um regresso que desemboca, finalmente na norma fundamental, na regra fundamental hipotética e, conseqüentemente, no fundamento de validade mais alto". 16

Observe-se, a propósito, o escólio de José Afonso da Silva:

"(...) a Constituição se coloca no vértice do sistema jurídico do país, a que confere validade, e que todos os poderes estatais são legítimos na medida em que ela os reconheça e na proporção por ela distribuídos. É, enfim, a lei suprema do Estado, pois é nela que se encontram a própria estrutura deste e a organização de seus órgãos; é nela que se acham as normas fundamentais de Estado, e só nisso se notará sua superioridade em relação às demais normas jurídicas. (...) Nossa Constituição é rígida. Em conseqüência, é a lei fundamental e suprema do Estado Brasileiro. Toda autoridade só nela encontra fundamento e só ela confere poderes e competências governamentais. Nem o governo federal, nem os governos dos Estados, nem os dos Municípios ou do Distrito Federal são soberanos, porque todos são limitados, expressa ou implicitamente, pelas normas positivas daquela lei fundamental. Exercem suas atribuições nos termos nela estabelecidos. Por outro lado, todas as normas que integram a ordenação jurídica nacional só serão válidas se se conformarem com as normas da Constituição Federal".17

No que tange à relação jurídica continuativa tributária, tem assim se posicionado o Superior Tribunal de Justiça, litteratim:

"SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RESP 218354 / RS ; RECURSO ESPECIAL
1999/0050275-2 Relator(a) Ministro JOSÉ DELGADO (1105)
Órgão Julgador T1 - PRIMEIRA TURMA
Data do Julgamento 17/08/1999
Data da Publicação/Fonte DJ 11.10.1999 p.00049
RSTJ VOL.:00129 p.00146
Ementa

TRIBUTÁRIO. RESCISÓRIA. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DOS "AUTÔNOMOS" E DOS "ADMINISTRADORES". LEI Nº 7.787/89, ART. 3º, I.

1 - O prevalecimento de obrigações tributárias cuja fonte legal foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal constitui injúria à lógica jurídica, ofendendo os princípios da legalidade e da igualdade tributárias. A Súmula nº 343/STF nada mais é do que a repercussão, na esfera da ação rescisória, da Súmula nº 400, que se aplica a texto constitucional no âmbito do recurso extraordinário (RTJ 101/214). Se a lei é conforme a Constituição e o acórdão deixa de aplicá-la à guisa de inconstitucionalidade, o julgado se sujeita à ação rescisória ainda que na época os Tribunais divergissem a respeito. Do mesmo modo, se o acórdão aplica lei que o Supremo Tribunal Federal, mais tarde, declara inconstitucional (REsp 128.239/RJ - Rel. Min. Ari Pargendler). Multiplicidade de precedentes (ementa do REsp nº 154708/DF, Rel. Min. Milton Luiz Pereira).

2 - A coisa julgada, no caso em exame, afronta o princípio da igualdade tributária e está apoiada em lei declarada inconstitucional pelo Colendo Supremo Tribunal Federal.

3 - Não há que se entender, data vênia, a existência de decisões controvertidas quando a sentença e o acórdão foram prolatados e, posteriormente, a situação jurídica examinada mereceu declaração de inconstitucionalidade da lei aplicada, com efeitos ex tunc, alcançando as relações jurídicas passadas.

4 - O princípio da segurança jurídica, inspirador dos efeitos da coisa julgada, não pode ser levado ao extremo de ofender o princípio constitucional da igualdade tributária.

5 - Considerou-se, também, que, de acordo com as regras sistematizadoras do nosso ordenamento jurídico, somente ao Colendo Supremo Tribunal Federal é que cabe, com força definitiva, declarar a inconstitucionalidade de lei e sugerir ao Congresso Nacional a sua retirada do mundo jurídico.

6 - Precedentes: REsp nº 139.865/RS, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, DJU de 15.12.97; REsp nº 122477/DF, Rel. Min. Adhemar Maciel, DJU de 02.03.98; REsp 104227/DF, Rel. Min. Hélio Mosimann, DJU de 09.03.98.

7 - Recurso provido.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Exmos. Srs. Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, dar provimento ao recurso, na conformidade do relatório, votos, notas taquigráficas e certidão de julgamento constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado".(destaques que não constam do original)

"SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RESP 186565 / RS ; RECURSO ESPECIAL
1998/0062537-2 Relator(a) Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS (1094) Órgão Julgador T2 - SEGUNDA TURMA
Data do Julgamento 19/10/2000
Data da Publicação/Fonte DJ 09.04.2001 p.00340
Ementa

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AÇÃO RESCISÓRIA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ADMINISTRADORES. AUTÔNOMOS E AVULSOS. LEI 7.787/89 (ART. 3º, I). DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE POSTERIOR À AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. SÚMULA 343/STF. INAPLICABILIDADE.

PRECEDENTES DO STF E STJ.

1. A Súmula 343/STF é aplicável quando se trata de texto legal de interpretação controvertida nos Tribunais e não de texto constitucional.

2. Admissível a ação rescisória contra decisão que julgou ação de repetição de indébito de contribuição social que, posteriormente, veio a ser declarada inconstitucional pelo Eg. STF.

3. Entendimento consagrado no STJ com o qual o acórdão recorrido não
se concilia.

4. Recurso especial conhecido e provido.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, conhecer do recurso e lhe dar provimento. Votaram com o Relator os Ministros Eliana Calmon, Paulo Gallotti e Franciulli Netto". (negrito nosso)

"SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RESP 281209 / GO ; RECURSO ESPECIAL
2000/0101846-9 Relator(a) Ministro JOSÉ DELGADO (1105)
Órgão Julgador T1 - PRIMEIRA TURMA
Data do Julgamento 07/06/2001
Data da Publicação/Fonte DJ 27.08.2001 p.00227
Ementa

TRIBUTÁRIO. COISA JULGADA. EFEITOS. RELAÇÃO JURÍDICA CONTINUATIVA. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO.

1. A Lei nº 7.689, de 15.12.88, foi declarada constitucional, com exceção do art. 8º, pelo STF (RE nº 138284-8-CE).

2. Efeitos da coisa julgada que reconheceu, sem exame pelo STF, ser inconstitucional toda a Lei nº 7.689, de 15.12.88.

3. Superveniência da Lei nº 8.212, de 24.07.91, e da LC nº 70, de 30.12.1991. Reafirmação, nestas leis, da instituição da contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas.

4. Superveniência de situações jurídicas que afetam a imutabilidade da coisa julgada quando se trata de declaração de inconstitucionalidade não examinada, na situação debatida, pelo STF e proclamada na apreciação de relação jurídico-tributária de natureza continuativa.

5. Recurso provido que resulta em denegação da segurança impetrada pela empresa, obrigando-a a pagar a contribuição em questão devida, a partir da vigência da Lei nº 8.212/91, por respeito aos efeitos da coisa julgada nos exercícios de 1989 e 1990. Inexistência de ação rescisória.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da PRIMEIRA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.Os Srs. Ministros Francisco Falcão, Garcia Vieira, Humberto Gomes de Barros e Milton Luiz Pereira votaram com o Sr. Ministro Relator".(destaques acrescidos)

"SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RESP 193500 / PE ; RECURSO ESPECIAL
1998/0079850-1 Relator(a) Ministro GARCIA VIEIRA (1082)
Órgão Julgador T1 - PRIMEIRA TURMA
Data do Julgamento 06/05/1999
Data da Publicação/Fonte DJ 13.09.1999 p.00043
Ementa

TRIBUTÁRIO - CONTRIBUIÇÃO INSTITUÍDA PELA LEI Nº 7.689/88 - MODIFICAÇÃO DO ESTADO DE FATO - APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 239/STJ.

Em se tratando de relação continuativa é possível rever decisão transitada em julgado, se ocorrer alteração no estado de fato.

Recurso improvido.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Exmºs. Srs.Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por maioria, vencidos os Exmºs. Srs. Ministros Demócrito Reinaldo e Humberto Gomes de Barros, negar provimento ao recurso. Votaram com o Relator Milton Luiz Pereira e José Delgado".(grifei)

Dos arestos supracitados, verifica-se que o Superior Tribunal de Justiça, em se tratando de relação jurídica continuativa, tem admitido a revisão da coisa julgada, quando a mesma for arrimada em fonte legal declarada inconstitucional pelo STF, por afrontar o princípio da igualdade, no caso, tributária. É, aliás, a tese já defendida por este Juiz, no âmbito do direito administrativo, no julgamento da AC 325323/CE, caso semelhante ao dos presentes autos, cuja matéria também consistia na percepção por servidores públicos do reajuste de 84,32%.

Analisando a questão da coisa julgada inconstitucional à luz do princípio da isonomia. Sobre o assunto, é de se destacarem os valiosos ensinamentos de Tereza Arruda Alvim Wambier:

"O princípio da isonomia se constitui na idéia de que todos são iguais perante a lei, o que significa que a lei deve tratar a todos de modo uniforme e que correlatamente as decisões dos Tribunais não podem aplicar a lei de forma diferente a casos absolutamente idênticos, num mesmo momento histórico. De fato, de nada adiantaria a existência de comando constitucionalmente dirigido ao legislador, se o Poder Judiciário não tivesse que seguir idêntica orientação, e pudesse decidir, com base na lei, no mesmo momento histórico (ou seja, sem que fatores históricos possam influir no sentido que se deva dar à lei) em face de idênticos casos concretos, de modos diferentes. Esses princípios têm, portanto, aplicação, por assim dizer, "engrenada", funcionando ambos como pilares fundamentais da concepção moderna de Estado de Direito. (...) Do contrário, se verão feridos de morte o princípio da legalidade e da isonomia"18.

Especificamente acerca da matéria posta nos presentes autos, urge transcrever as considerações do MD. Desembargador Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima, às quais me filio por inteiro, constantes do livro Contribuição à Teoria da Coisa Julgada, litteris:

"Volte-se a exemplo já analisado: a remuneração dos servidores públicos. Em face do momento em que foram propostas e julgadas, algumas ações terminaram com a concessão de 84,32% de reajuste, em março de 1990, aos autores, servidores públicos. Tendo o Supremo Tribunal Federal, mais tarde, cifrado o entendimento de que tal reajuste não era devido, outras tantas ações terminaram por negar aos autores servidores públicos, igual vantagem. Ironicamente, em muitos casos ambas as sentenças transitaram em julgado, tendo decorrido in albis o prazo da rescisória. Em face das regras hoje adotadas, disciplinadoras do instituto da coisa julgada, a situação será definitivamente mantida, ou seja, na mesma "repartição pública" servidores exercentes de cargo igual receberão eternamente remunerações diferentes. O fato implica irretorquível agressão ao princípio constitucional da isonomia, macula os canônes máximos do Direito Administrativo (impessoalidade, indisponibilidade, legalidade fechada) e agride ao senso comum de justiça, daí porque desserve ao Direito. O respeito à coisa julgada não justifica tamanho sacrifício!!"19. (grifos que não constam do original)

Ainda acerca do reajuste de 84,32%, o MM. Juiz Federal Francisco Barros Dias, em trabalho já referido, ensina:

"(...) Invocaremos aqui algumas situações concretas que res taram conhecidas em todo território nacional, as quais dizem respeito à revisão de vencimentos de servidor público, sendo a primeira referente aos 84,32% e a segunda a 28,86%. Como se trata de matéria relativa ao servidor público federal, submetida, conseqüentemente, á competência da Justiça Federal, foi a primeira acolhida em primeiro e segundo graus de jurisdição, sob o argumento de existir direito adquirido previsto no texto constitucional, cuja tese chegou a ser abraçada pelo Superior Tribunal de Justiça. A segunda foi rejeitada em primeiro e segundo graus, sob o argumento de que os servidores civis não estavam abrangidos por esse percentual que havia sido concedido aos militares através da Lei nº 8.627/93, tendo, inclusive, recebido a chancela do Superior Tribunal de Justiça. O percentual de 84,32%, o qual deixou de ser concedido quando da elaboração do Plano de Governo que estava iniciando em março de 1990, que recebeu a adesão dos Tribunais Regionais Federais e do Superior Tribunal de Justiça. (...) Tempo depois, o Supremo Tribunal Federal analisou a mesma matéria, (manifestando-se contrariamente) (...) A disparidade dos julgados leva a uma grande injustiça ao se fazer uma comparação entre os mesmos. Vejamos os casos de dois servidores públicos, por exemplo, em que um obteve decisão favorável em segundo grau e até no Superior Tribunal de Justiça, vindo essa decisão de seu processo a transitar em julgado. Passou esse servidor a gozar de um benefício em seu salário que praticamente dobra seu ganho em relação ao outro funcionário. Esse privilégio se torna definitivo, caso venha a ser consumar o prazo decadencial da ação rescisória por não ter o ente público utilizado esse instrumento hábil. Enquanto isso, o outro servidor que foi ao Judiciário e seu processo chegou ao Supremo Tribunal Federal, através do recurso próprio ou de uma ação rescisória interposta no lapso de tempo normal, teve como conseqüência o seu direito negado e passou, na prática, a receber um salário quase pela metade, em relação ao seu colega de trabalho. (...) Essa circunstância só pode ser vista com perplexidade. Não se concebe, nem se entende, como ocorre em alguns julgados, que, em tese, cabe ação rescisória para corrigir uma ilegalidade da decisão, porém não é possível se socorrer de um instrumento legal para desconstituir uma sentença inconstitucional, caso tenha decorrido o prazo decadencial dessa espécie de ação. Essas e outras situações parecidas levam ao total descrédito do Judiciário. Somente se pode entender uma situação dessas como de total desprestígio ao poder jurisdicional, motivando uma série de críticas, muitas vezes fundadas, sobre a real finalidade dessa função estatal. (...) Os julgados conflitantes e contraditórios aqui trazidos à colação servem de exemplo para demonstrar a injustiça que os mesmos representam quando comparados entre si diante da situação concreta que restou aos seus destinatários, justificando, assim, a criação de um instrumento hábil a corrigir essa grave distorção do ordenamento jurídico".20

In casu, verifica-se que a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA SUCAM EM PERNAMBUCO - ASSUPE ajuizou ação ordinária em 1991 visando ao reconhecimento "do direito dos associados da autora ao reajustamento de seus salários, no percentual de 84,32%, a ser aplicado no mês de abril/90, devendo ainda ser a demanda, condena a implantar em folha de pagamento as diferenças salariais decorrentes dos reajustamentos, a partir do mês de abril/90".

Em 12 de agosto de 1991, com já ressaltado, proferi sentença julgando improcedente a ação, julgamento reformado posteriormente pelo Segunda Turma desta colenda Corte, por maioria de votos.

Com efeito, a época do julgamento da ação era pacífico o entendimento do Supremo Tribunal Federal, cuja primeira decisão, fundamento da sentença, (MS n(21216-DF) do Tribunal Pleno do Pretório Excelso acerca da matéria data de 05.12.1990 e outras se seguiram em Ações Diretas de Inconstitucionalidade, conforme se atesta das ementas abaixo transcritas, no sentido de não haver direito adquirido ao reajuste no percentual de 84,32% em março de 1990, conquanto não perfeitos todos requisitos fáticos à sua aquisição.

São nesse sentido, os seguintes precedentes do Supremo Tribunal Federal, ipsis verbis:

"SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
MS 21216 / DF - DISTRITO FEDERAL
MANDADO DE SEGURANÇA
Relator(a): Min. OCTÁVIO GALLOTTI
Julgamento: 05/12/1990 Órgão Julgador: TRIBUNAL PLENO
Publicação: DJ DATA-28-06-1991 PP-08905 EMENT VOL-01626-02 PP-00216 RTJ VOL-00134-03 PP-01112
Ementa
- Mandado de Seguranca contra ato omissivo do Presidente do Supremo Tribunal, em virtude do qual ficaram privados os Impetrantes, funcionarios da Secretaria da Corte, do reajuste de 84,32% sobre os seus vencimentos, a decorrer da aplicacao da Lei n. 7.830, de 28-9-89. Revogada esta pela Medida Provisoria n. 154, de 16-3-90 (convertida na Lei 8.030-90), antes de que se houvessem consumados os fatos idoneos a aquisicao do direito ao reajuste previsto para 1.-4-91, nao cabe, no caso, a invocacao da garantia prevista no art. 5., XXXVI, da Constituicao. Pedido indeferido, por maioria.
Observação
Votação: por maioria, vencidos os Mins. Carlos Velloso, Sepúlveda Pertence e Paulo Brossard.
Resultado: indeferido.
Acórdãos citados: RE-77897, RE-99217 (RTJ-110/744), RE-94041
(RTJ-105/671),
RE-96458, RE-100007.
Partes
IMPTES. : ERALDO DA MOTA MACHADO E OUTROS
ADVDO. : INOCÊNCIO OLIVEIRA CORDEIRO
IMPDO. : PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL" (destaques acrescidos)

"SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
ADI 577 MC / DF - DISTRITO FEDERAL
MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
Relator(a): Min. SEPULVEDA PERTENCE
Julgamento: 18/09/1991 Órgão Julgador: TRIBUNAL PLENO
Publicação: DJ DATA-18-10-91 PP-14549 EMENT VOL-01638-01 PP-00123 RTJ VOL-00138-01 PP-00070
Ementa
- Ação direta de inconstitucionalidade: decisão administrativa de Tribunal Regional Federal, que - alem de propor a inclusão, no orçamento de 1992, da dotação necessária ao pagamento do reajuste de 84,32%, de acordo com a L. 7.830/89 e não obstante sua revogação pela MP 154/90 (L. 8030/90), em cumprimento de decisões judiciais liminares - resolveu estender o mesmo tratamento a todos os juizes e servidores da Justiça Federal na Região, independentemente de ordem judicial; concorrência das condições da ação direta em relação a segunda parte da decisão administrativa questionada, que configura ato normativo de caráter geral e e objeto de imputação de inconstitucionalidade imediata; suspensão cautelar deferida, a vista, sobretudo, do acórdão do STF no MS 21.216, 5.12.90, Octavio Gallotti, no qual se assentou a inexistência, no caso, de direito adquirido ao reajuste mencionado; considerações sobre o papel do Supremo Tribunal Federal na uniformização de critérios de aplicação das leis comuns, sem prejuízo da autonomia administrativa e financeira dos diversos tribunais da União.
Observação
VOTACAO: UNANIME.
RESULTADO: CONHECIDA EM PARTE E DEFERIDA A CAUTELAR.
Veja - ADIN-99, ADIN-201, ADIN-311, ADIN-365, ADIN-370, MS-21216".

"SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
ADI 684 MC / RN - RIO GRANDE DO NORTE
MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
Relator(a): Min. NERI DA SILVEIRA
Julgamento: 26/02/1992 Órgão Julgador: TRIBUNAL PLENO
Publicação: DJ DATA-26-06-92 PP-10104 EMENT VOL-01667-01 PP-00105
Ementa
- Acao direta de Inconstitucionalidade. Resolucao Administrativa de Tribunal Regional Eleitoral que determinou o pagamento do reajuste de 84,32% relativo a variacao do IPC de marco de 1990, a todos os servidores da Corte, inclusive inativos, a contar de abril do mesmo ano. Alegacao de ofensa aos arts. 37, X, e 96, II, "b", da Constituicao. Natureza normativa da Resolucao. Relevancia dos fundamentos do pedido. Decisao em sentido contrario do STF, no mandado de Seguranca n. 21.216, quanto aos funcionarios do Quadro de sua Secretaria. "Periculum in mora". Medida cautelar deferida para suspender, "ex nunc" e ate o julgamento final da acao, a eficacia da Resolucao impugnada.
Observação
VOTACAO: UNANIME.
RESULTADO: DEFERIDA.
Veja - ADIN-577, MS-21216-1, ADINMC-661, ADINMC-662".

"SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
ADI 658 MC / PE - PERNAMBUCO
MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
Relator(a): Min. SEPULVEDA PERTENCE
Julgamento: 26/02/1992 Órgão Julgador: TRIBUNAL PLENO
Publicação: DJ DATA-29-05-92 PP-07834 EMENT VOL-01663-02 PP-00300 RTJ VOL-00140-03 PP-00788

Ementa
Vencimentos: Reajuste pela variacao do IPC de marco de 1990: sistema extinto pela M. Prov. 154/90, convertida na L. 8.030/90, cuja aplicacao imediata, segundo decidiu o STF (MS 21.216, Gallotti), nao ofendeu as garantias do direito adquirido e da irredutibilidade de vencimentos: suspensao cautelar de ato normativo em contrario do TRF/5. Regiao (precedente: ADIn 577, med. cautelar, 18.9.91, Pertence).
Observação
VOTACAO: UNANIME.
RESULTADO: DEFERIDA.
VEJA MS-21216, ADINMC-577, ADINMC-661".

"SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
ADI 683 MC / SC - SANTA CATARINA
MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
Relator(a): Min. MARCO AURELIO
Julgamento: 11/03/1992 Órgão Julgador: TRIBUNAL PLENO
Publicação: DJ DATA-10-04-92 PP-04796 EMENT VOL-01657-01 PP-00035
Ementa
ACAO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - PEDIDO DE CONCESSAO DE LIMINAR. Mostra-se procedente o pedido de concessao de liminar quando no caso concorrem o sinal do bom direito e o risco decorrente de se manter com plena eficacia o preceito impugnado. E a hipotese de decisao administrativa de Tribunal Regional do Trabalho a qual conferem-se contornos normativos, no que revela a concessao de diferencas salariais resultantes da apuracao do Indice de Preco ao Consumidor alusivo ao mes de marco de 1990.
OBSERVAÇÃO
VOTACAO: UNANIME.
RESULTADO: DEFERIDA.
VEJA MS-21216-1".

"SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
ADI 666 MC / PE - PERNAMBUCO
MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
Relator(a): Min. MOREIRA ALVES
Julgamento: 12/03/1992 Órgão Julgador: TRIBUNAL PLENO
Publicação: DJ DATA-22-05-92 PP-07214 EMENT VOL-01662-01 PP-00174
Ementa
Acao direta de inconstitucionalidade que tem por objeto decisao administrativa do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Pernambuco, a qual determinou o pagamento do reajuste de 84,32% relativo a variacao do IPC de marco de 1990, extinto pela Medida Provisoria n. 154, de 15.03.90, convertida na Lei 8.030, de 12.04.90. Liminar. Concessao de medida liminar que se referenda por ocorrerem os requisitos da relevancia juridica do pedido e da conveniencia da suspensao do ato impugnado.
Observação
VOTACAO: POR MAIORIA. RESULTADO: DEFERIDA".

Sabido é que a declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo pelo Supremo Tribunal Federal tem efeitos vinculantes em relação aos próprios órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública. Assim, a decisão ditada pelo STF vinculará todos os órgãos dos Poder Judiciário e do Poder Executivo, vinculação esta decorrente da racionalidade do sistema concentrado de constitucionalidade, devendo os órgãos dos aludidos Poderes pautar o exercício de suas funções na interpretação constitucional dada pela Corte Suprema, a quem compete, por disposição inserta na Constituição pelo legislador constituinte originário, a guarda da Constituição.

Verifica-se, portanto, que o Supremo Tribunal Federal no julgamento das aludidas ADINs declarou a inconstitucionalidade de resoluções, dando-as contornos de atos normativos, que mandavam aplicar aos vencimentos de servidores o reajuste da Lei nº 7.830, de 28/09/1990, por entender que a aludida lei foi revogada pela MP nº 154/90, posteriormente convertida na Lei nº 8.030/90, assentando, ainda, inexistir direito adquirido ao reajuste de 84,32% e a inocorrência de violação à garantia da irredutibilidade de vencimentos.

Apreende-se, destarte, que antes do julgamento da apelação por este Tribunal, o STF, órgão de cúpula do Poder Judiciário, a quem cabe a missão primacial de guarda da Constituição e a interpretação da mesma, havia firmado o entendimento de que o sistema extinto pela Medida Provisória n(154/90, convertida na Lei n(8.030/90, com aplicação imediata, não ofendeu as garantias do direito adquirido e da irredutibilidade de vencimentos.

Faz-se coro, neste aspecto, ao MD. Ministro CARLOS VELOSO, o qual em voto proferido na Ação Direta de Inconstitucionalidade n(557-DF - Medida Cautelar, afirmou, litteris:

"Sr. Presidente, acompanho o voto do eminente Ministro Relator. Não deixo, entretanto, de reparar - (...) - como possa um Tribunal, agindo administrativamente, depois que a Corte Suprema, Corte Constitucional, Cúpula do Poder Judiciário, se manifestou, interpretando um dispositivo da Constituição, opor-se a essa decisão". (negrito nosso)

Por conseguinte, da mesma forma, não caberia a órgão do Poder Judiciário decidir em desconformidade com a interpretação dada pelo Excelso Pretório à questão do pagamento do reajuste de 84,32% relativo ao IPC de março de 1990, aos servidores públicos federais. Tal uniformização justifica-se em face do princípio da isonomia e da segurança jurídica, além de outro valor de imensa grandeza, garantido constitucionalmente, que é a justiça das decisões judiciárias. Ademais, o princípio da constitucionalidade impõe força vinculativa da lei e ato normativo à Constituição, enquanto Lei Fundamental da ordem jurídica.

Como, então, se atribuir à coisa julgada carga imperativa a ponto de se permitir que se estipule obrigações para o Estado, não amparada pelo direito. De mais a mais, no Direito Administrativo os interesses públicos devem prevalecer sobre os privados. Verdadeiro absurdo seria se admitir dispor de dinheiro público para pagamento de valores reconhecidamente (pelo guardião da Constituição) indevidos em face da coisa julgada. Implicaria, por certo, sobrepor a coisa julgada aos princípios da legalidade, moralidade, isonomia e, sobretudo, o princípio da constitucionalidade. Ademais, "a moralidade administrativa como valor constitucionalmente proclamado e cuja efetivação é óbice a essa autoridade em relação a julgados absurdamente lesivos ao Estado"21, tal como no caso dos presentes autos.

Não há que se alegar, além disso, não se aplicarem as decisões do Supremo Tribunal Federal nas referidas ADINs, porquanto naquelas não se declarou a inconstitucionalidade da lei e sim de resoluções. Ocorre que, antes mesmo de se produzirem, foram tolhidos os efeitos da Lei nº 7.830, de 28/09/1990, em face da revogação da mesma pela MP nº 154/90, posteriormente convertida na Lei nº 8.030/90. Por conseguinte, ação direta de inconstitucionalidade ajuizada contra a Lei nº 7.830/90, fatalmente, seria julgada prejudicada, haja vista a revogação da lei antes mesmo de vir a gerar efeitos. Nesse sentido, têm decidido o STF: "Se a norma inquinada de inconstitucionalidade em sede de controle abstrato deixa de integrar o ordenamento jurídico, porque revogada, torna-se insubsistente o interesse de agir. Conseqüência: Prejudicialidade da ação direta de inconstitucionalidade, por perda do seu objeto".22

Nesse processo há, outrossim, um aspecto interessante que aguça ainda mais a preocupação. Como já realçado, esse processado foi ajuizado pela Associação dos Servidores da SUCAM, em Pernambuco, quando posteriormente, houve a fusão de três associações, do que poderia se acrescer em termos de substituição. Para o fim de fixar e destacar os limites subjetivos da coisa julgada, em 1996 foi proferida decisão, de onde se lê: "Examinando os autos verifica-se que só podem ser considerados como integrantes do pólo passivo, digo, ativo da relação processual p/ substituição, aqueles associados na data da propositura da ação (momento em que foi externada vontade de litigar contra a Entidade-ré). Posteriores ingressos no quadro de associados da autora não tem o condão de ampliar o elenco dos beneficiários. P.I., após o que voltem os autos conclusos". Em face da referida decisão, como já frisado, fora interposto agravo, o qual foi improvido. Impende chamar atenção para esse fato porque, não obstante a decisão da Segunda Turma confirmando a decisão deste Juiz em primeiro grau em 1996, as execuções foram opostas pelos exeqüentes em grande quantidade e vão muito além da relação de substituídos que consta da inicial. É, com efeito, um fato importante porque há um reflexo de centenas de milhões de reais.

Essa ação tem, ademais, algumas peculiaridades, por exemplo, a mesma foi ajuizada contra a União. A despeito de a FUNASA, autarquia, ter sido criada quando se iniciava a ação, a mesma só veio para o processo no acórdão inicial, no qual foi Relator o Dr. Nereu Santos. Assim, a FUNASA já existia e era a sucessora em relação a parte dos servidores, no entanto, não foi chamada à compor a relação processual. Nesse processo, por certo, há muitas particularidades.

Esquecendo as peculiaridades e voltando à tese jurídica, embora as peculiaridades também sejam jurídicas, entendo, no caso concreto, destarte, de conhecer da rescisória e a conheço não só em relação ao segundo acórdão, mas também em relação ao primeiro, sobretudo por entender, em face do exposto, que em se tratando de questão constitucional os prazos estão afastados.

Nessa direção, a Medida Provisória nº 1.984-19, de 29 de junho de 2000, alterou o art. 741 do CPC, passando, então a vigorar acrescido o seguinte parágrafo único:

"Parágrafo único. Para efeito do disposto no inciso II deste artigo, é também inexigível o título judicial fundado em lei, ato normativo ou em sua interpretação ou aplicação declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal".

Assim, o citado parágrafo único do art. 741 do Código de Processo Civil reputa como inexigível o título judicial fundado em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal. Neste diapasão, a coisa julgada não obsta que se alegue em sede de embargos à execução a inconstitucionalidade da sentença transita em julgado.

O Supremo Tribunal Federal, na ADinMC nº 2.251/DF, Relator Ministro Sydney Sanches, apreciando a MP nº 1.984-19/2000, inclusive o art. 10 que atribuía nova redação ao art. 741 do CPC, deferiu medida cautelar apenas para suspender o art. 4º da Medida Provisória nº 1.984, que alterou o artigo 4º e respectivos parágrafos da Lei nº 8.437/92. Interessante seria ter tido o julgamento do mérito da ADIn pelo STF e deste modo, a previsão de que nas execuções judiciais os títulos reputados inconstitucionais não seriam exeqüíveis. Infelizmente o STF terminou por ficar numa preliminar, apesar de que várias decisões terem entendido pela prevalência da Constituição sobre o argumento processual.

Não há dúvida, conseqüentemente, de que haverá uma apreciação da matéria, no sentido da prevalência da Constituição, porquanto se uma regra processual poderá afasta a Constituição, o nosso sistema jurídico estará todo destruído. A meu sentir, portanto, é constitucional a medida provisória no sentido de reconhecer que, tudo aquilo que é inconstitucional não é exeqüível. Tal se explica porque a coisa julgada não pode sobrepujar a lei, em se tratando de inconstitucionalidade, sob pena de torna-se instituto de maior valor que a própria Constituição. No dizer de Humberto Theodoro Júnior, "O que se deduz do texto do parágrafo único do art. 741 do CPC é que se torna inquestionável o dever de recusar a execução da sentença quanto a norma legal que lhe serviu de fundamento já tenha sido declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Não caberá, portanto, ao juiz dos embargos recusar a interpretação a que chegou a Suprema Corte. A inexigibilidade do crédito exeqüendo será automática decorrência do pronunciamento da inconstitucionalidade do STF. (...) A invalidade da lei e, conseqüentemente, da sentença que a aplicou, é irrecusável, e não pode deixar de ser reconhecida sob pena de colocar-se acima da Constituição um simples ato judicial" 23. Conseguintemente, o vício de inconstitucionalidade torna inexigível o título executivo.

Em face do exposto, julgo totalmente procedente a ação rescisória.

É o meu voto.

JUIZ FRANCISCO CAVALCANTI

1 MIRANDA, Pontes de. Tratado das Ações. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1973. p. 528.

2 AR 169-GO. Relator Min. Américo Luz, j. 24.10.1989, v.u., DJ 27.11.1989, p. 17.560.

3 Nery Jr., Nelson. Wambier, Teresa Arruda Alvim/Coordenadores. Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis e de outras formas de impugnação às decisões judiciais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001. Série aspectos polêmicos e atuais dos recursos, v. 4. pp. 865-871.

4 THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2002. v. 1. p. 613.

5 THEODORO JÚNIOR, Humberto e FARIA, Juliana Cordeiro. A Coisa Julgada Inconstitucional e os Instrumentos Processuais para o seu Controle. Coisa Julgada Inconstitucional. Coordenador Carlos Valder do Nascimento. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2003. 3ª ed. p. 109.

6 THEODORO JÚNIOR, Humberto. Nulidade, inexistência e rescindibilidade da sentença. Revista Juriscível do S.T.F. Ano - VIII, novembro de 1980, nº 95. p. 39.

7 RE 89.108-60. Relator Ministro Cunha Peixoto. Ac 28.08.1980, RTJ 101/209.

8 ZAVASCKI, Teori Albino. Eficácia das sentenças na jurisdição constitucional. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001. p.126.

9 SOUSA, Marcelo Rebelo. O valor jurídico do acto inconstitucional. Almedina: Lisboa, 1988. p. 317/320.

10 OTERO, Paulo Manuel Cunha da Costa. Ensaio sobre o caso julgado inconstitucional.LEX Edições Jurídicas: Lisboa, 1993.

11 DINAMARCO, Cândido Rangel. Relativizar a Coisa Julgada. Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil nº 19 . SET-OUT/2002. p. 22e 29.

12 DELGADO, José Augusto. Efeitos da Coisa Julgada e os Princípios Constitucionais. Coisa Julgada Inconstitucional. Coordenador Carlos Valder do Nascimento. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2003. 3ª ed. p. 50/52.

13 DANTAS, Francisco Wildo Lacerda. Considerações sobre a desconstituição e a relativização da coisa julgada. Revista do Tribunal Regional Federal Quinta Região. N° 56. Abril/Junho, 2004. p. 166/187.

14 LIMA, Paulo Roberto Oliveira. Contribuição à Teoria da Coisa Julgada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais., 1997. pp.10-11 e 116-117.

15 WAMBIER, Tereza Arruda Alvim e MEDINA, José Miguel Garcia. O Dogma da Coisa Julgada. Hipóteses de Relativização. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 40/41.

16 KELSEN, Hans. Teoria pura do direito. Tradução J. Cretella Jr. e Agnes Cretella. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002. 2ª ed. rev. da tradução. p. 103.

17 SILVA, José Afonso. Curso de direito constitucional positivo. São Paulo: Malheiros, 2000. p. 47/48.

18 WAMBIER, Tereza Arruda Alvim e MEDINA, José Miguel Garcia. O Dogma da Coisa Julgada. Hipóteses de Relativização. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 59/60.

19 LIMA, Paulo Roberto Oliveira. Contribuição à Teoria da Coisa Julgada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais., 1997. p. 158.

20 DIAS, Francisco Barros. Coisa julgada inconstitucional. Dissertação de mestrado. UFPE/UFRN - NATAL/RN - AGOSTO/1999. pp. 124/129.

21 DINAMARCO, Cândido Rangel. Relativizar a Coisa Julgada. Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil nº 19 . SET-OUT/2002. p. 16.

22ADI 254QO/GO -GOIÁS QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
Relator(a): Min.MAURÍCIO CORRÊA Julgamento: 05/11/2003 Órgão Julgador: Tribunal Pleno

23 THEODORO JÚNIOR, Humberto e FARIA, Juliana Cordeiro de. A Coisa Julgada Inconstitucional e os Instrumentos Processuais para o seu Controle. Coisa Julgada Inconstitucional. Coordenador Carlos Valder do Nascimento. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2003. 3ª ed. p. 112/113.

Ademais, assim se pronunciou a Ministra Ellen Gracie, nos autos do AI 375011 AgR/RS - Informativo nº 365, de 20.10.2004 -, em que, apesar da ausência do requisito necessário ao conhecimento do recurso extraordinário (prequestionamento), restou tal pressuposto específico dispensado, diante da existência de manifestação pacífica do STF sobre a questão de fundo, de modo que o recurso referido foi não apenas conhecido, mas também provido, para garantir que a prestação jurisdicional se adequasse perfeitamente ao posicionamento cristalizado pela Corte Maior:

Ausência de Prequestionamento. RE. Provimento. Prevalência de Decisão do STF (Transcrições)
(v. Informativo 364)
AI 375011 AgR/RS
RELATORA: MINISTRA ELLEN GRACIE
Relatório: Eis o teor do despacho agravado:

"Não se encontram prequestionados os dispositivos constitucionais (artigos 2º; 18, caput; 29, caput; 34, VII, "c"; 37, XIII; 40, § 8º; 61, § 1º, II, "a" e "c"; 167, IV, e 169) em que busca apoio a petição de recurso extraordinário, pois embora suscitados na petição de apelação (fls. 35/44), não foram apreciados pelo acórdão recorrido, ao qual não foram opostos os competentes embargos de declaração, imprescindíveis a suprir eventual omissão (Súmulas 282 e 356).

Nego seguimento ao agravo." (fl. 107)

Nas razões do presente regimental o Município de Porto Alegre alega, em síntese, que a matéria dos autos se encontra devidamente prequestionada, uma vez que, para a observância deste requisito, basta a veiculação do tema constitucional tido como violado, sendo desnecessária a menção expressa ao artigo da Constituição.

Aduz que o entendimento do acórdão recorrido foi rechaçado pelo Plenário desta Corte por ocasião do julgamento do RE 251.238, quando se julgou inconstitucional o art. 7º e parágrafos da Lei nº 7.428/94, com a redação dada pelo art. 2º da Lei nº 7.539/94, ambas do Município de Porto Alegre.

Requer, ao final, o provimento do presente agravo regimental e, desde já, do recurso extraordinário inadmitido na instância a quo.

É o relatório.

Voto: 1. O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, ao prolatar o acórdão recorrido, aplicou ao caso dos autos o entendimento manifestado por seu Órgão Especial no julgamento da ADI nº 595.067.943, quando se declarou a constitucionalidade do disposto no art. 7º da Lei nº 7.428/94 do Município de Porto Alegre, com a redação da Lei nº 7.539/94, que previa o reajuste automático bimestral dos vencimentos dos servidores municipais pela variação de índice de entidade particular (ICV-DIEESE).

O Plenário desta Corte, entretanto, ao julgar o RE 251.238, rel. para o acórdão Min. Nelson Jobim, DJ de 23/08/2002, entendeu, em decisão majoritária, que esta norma ofende o postulado da autonomia municipal, declarando a sua inconstitucionalidade.

Na decisão ora agravada, apontei a ausência de prequestionamento dos dispositivos constitucionais tido como violados, porquanto a Corte gaúcha tão-somente aplicou a orientação firmada na mencionada ação direta de inconstitucionalidade - cujo acórdão não consta do traslado do presente agravo de instrumento-, sem fazer referência aos fundamentos utilizados para chegar à declaração de constitucionalidade das referidas normas municipais.

2.A despeito de a questão de fundo estar pacificada no âmbito desta Suprema Corte em relação às demandas que tratem sobre o mesmo tema, ainda assim se exige a presença dos pressupostos específicos de conhecimento do recurso extraordinário, como é o caso do prequestionamento. Foi o que decidiu a Primeira Turma desta Corte no julgamento de caso idêntico ao presente: AI 383.617-AgR, rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ de 27/09/2002.

Estou, entretanto, mais inclinada a valorizar, preponderantemente, as manifestações do Tribunal, especialmente as resultantes de sua competência mais nobre - a de intérprete último da Constituição Federal.

Já manifestei, em ocasiões anteriores, minha preocupação com requisitos processuais que acabam por obstaculizar, no âmbito da própria Corte, a aplicação aos casos concretos dos precedentes que declaram a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade de normas. Ao votar, na Primeira Turma no RE 222.874-AgR-ED, de que fui relatora, expressei-me da seguinte forma:

"Entendo que este Supremo Tribunal deve evitar a adoção de soluções divergentes, principalmente em relação a matérias exaustivamente discutidas por seu Plenário. Manifestei esta posição no julgamento da Ação Rescisória 1.713, de que fui relatora (Plenário, unânime, DJ 19/12/2003):

'Sobre a rescisória ajuizada com base no art. 485, V do CPC, quando em jogo a violação de dispositivo constitucional, asseverou o eminente Ministro Gilmar Mendes ao proferir seu voto no RE 235.794-AgR, que 'a manutenção de soluções divergentes, em instâncias inferiores, sobre o mesmo tema, provocaria, além da desconsideração do próprio conteúdo da decisão desta Corte, última intérprete do texto constitucional, a fragilização da força normativa da Constituição.' No presente caso, da mesma forma, a manutenção da decisão proferida por esta Corte, permitindo a majoração de alíquotas do FINSOCIAL recolhido por empresa seguradora, fragilizaria a força normativa dos art. 195 da CF e 56 do ADCT.'

A adoção no âmbito desta Corte de decisões contraditórias compromete a segurança jurídica, porque provoca nos jurisdicionados inaceitável dúvida quanto à adequada interpretação da matéria submetida a esta Suprema Corte."

Com efeito, o Supremo Tribunal Federal, em recentes julgamentos, vem dando mostras de que o papel do recurso extraordinário na jurisdição constitucional está em processo de redefinição, de modo a conferir maior efetividade às decisões.

Recordo a discussão que se travou na Medida Cautelar no RE 376.852, de relatoria do Ministro Gilmar Mendes (Plenário, por maioria, DJ de 27.03.2003). Naquela ocasião, asseverou Sua Excelência o caráter objetivo que a evolução legislativa vem emprestando ao recurso extraordinário, como medida racionalizadora de efetiva prestação jurisdicional.

Registro também importante decisão tomada no RE 298.694, rel. Min. Pertence, por maioria, DJ 23/4/2004, quando o Plenário desta Casa, a par de alterar antiga orientação quanto ao juízo de admissibilidade e de mérito do apelo extremo interposto pela alínea "a" do permissivo constitucional, reconheceu a possibilidade de um recurso extraordinário ser julgado com base em fundamento diverso daquele em que se lastreou a Corte a quo.

Esses julgados, segundo entendo, constituem um primeiro passo para a flexibilização do prequestionamento nos processos cujo tema de fundo foi definido pela composição plenária desta Suprema Corte, com o fim de impedir a adoção de soluções diferentes em relação à decisão colegiada. É preciso valorizar a última palavra - em questões de direito - proferida por esta Casa.

Destaco, outrossim, que o RE 251.238 foi provido para se julgar procedente ação direta de inconstitucionalidade da competência originária do Tribunal de Justiça estadual, processo que, como se sabe, tem caráter objetivo, abstrato e efeitos erga omnes. Esta decisão, por força do art. 101 do RISTF, deve ser imediatamente aplicada aos casos análogos submetidos à Turma ou ao Plenário. É essa a orientação firmada pela 1ª Turma desta Casa no RE 323.526, rel. Min. Sepúlveda Pertence, unânime, DJ 31/5/2002, resumido na seguinte ementa:

"Declaração, pelo Plenário do STF, no julgamento do RE 251.238-RS (red. para acórdão Nelson Jobim, 7.11.2001, Inf. 249), de inconstitucionalidade do art. 7º e parágrafos da L. 7.428/94, com a redação dada pela L. 7.539/94, do Município de Porto Alegre, que previam o reajuste automático bimestral dos vencimentos dos servidores municipais pela variação do índice de entidade particular (ICV-DIEESE).

Aplicação do art. 101 RISTF, a teor do qual - salvo proposta de revisão por qualquer dos Ministros - a declaração plenária de constitucionalidade ou inconstitucionalidade de lei será de logo aplicada aos novos feitos submetidos à Turma ou ao Plenário: recurso extraordinário do Município conhecido e provido."

Lembro que estamos a tratar de uma lide envolvendo inúmeros servidores do Município de Porto Alegre e causa espécie a possibilidade de alguns deles saírem vitoriosos, a despeito da inconstitucionalidade das leis municipais nas quais basearam sua pretensão. Isso porque estaríamos diante de uma situação anti-isonômica, em que entre dois funcionários que trabalhem lado a lado e exerçam iguais atribuições, exista diferença de vencimento, pelo fato de um deles restar vencedor na sua demanda, em virtude de falta de prequestionamento da matéria constitucional suscitada no RE da municipalidade, enquanto que ao outro, em cujo processo estava atendido tal requisito de admissibilidade do apelo extremo, aplicou-se a orientação do Supremo Tribunal Federal e rejeitou-se a sua pretensão. Esta Corte não pode admitir tal disparidade de tratamento de situações idênticas.

Existe ainda outra circunstância que demanda uma solução uniforme por esta Casa: o Ministro Nelson Jobim, em seu voto no já citado RE 251.238 demonstrou os prejuízos às finanças do Município de Porto Alegre, com a manutenção do art. 7º da Lei 7.428/94. Ou seja, a manutenção dos reajustes baseados na lei municipal impediria o atendimento das limitações impostas aos gastos com pessoal pela Lei Camata (LC nº 82/95).

Registro, por fim, que todos os argumentos lançados pelo Tribunal a quo para declarar a constitucionalidade da norma municipal em comento, são conhecidos nesta Corte, pois foram exaustivamente debatidos na sessão que julgou o RE 251.238.

Por estas razões, entendo que o simples fato de constar do acórdão da origem a declaração de constitucionalidade do disposto no art. 7º da Lei nº 7.428/94 do Município de Porto Alegre, com a redação da Lei nº 7.539/94, mesmo que desacompanhadas do aresto que julgou o leading case, autoriza o conhecimento e o provimento do recurso extraordinário.

3.Diante do exposto, dou provimento ao presente agravo regimental, para, com fundamento no art. 544, § 4º do CPC, conhecer do agravo e, desde logo, dar provimento ao recurso extraordinário. Invertam-se os ônus da sucumbência, ressalvada a hipótese de concessão de justiça gratuita.

Considerando que o STF já assentou posição, no sentido na constitucionalidade da contribuição para o SAT, bem como levando em conta que a coisa julgada não pode se superpor ao reconhecimento da constitucionalidade pela instância jurisdicional que tem a competência precípua de analisar e declarar a compatibilidade das normas jurídicas com o Texto Constitucional, é de se manter a decisão agravada, que reformou a sentença autorizadora de compensação tributária escudada em provimento judicial discrepante do entendimento adotado pelo STF.

Outrossim, cumpre ressaltar a existência de vários institutos no âmbito dos quais se admite a defesa e o acatamento da tese da relativização da coisa julgada (a ação rescisória é um exemplo). Particular relevância, nesse contexto, tem o parágrafo único, do art. 741, do Código de Processo Civil (com a redação dada pela MP nº 2.180-35/2001):

Art. 741. Na execução fundada em título judicial, os embargos só poderão versar sobre:

Omissis

II - inexigibilidade do título;

Omissis

Parágrafo único. Para efeito do disposto no inciso II deste artigo, considera-se também inexigível o título judicial fundado em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal ou em aplicação ou interpretação tidas por incompatíveis com a Constituição Federal.

A mesma medida provisória anteriormente referida implantou o art. 1o-E, da Lei nº 9.494, de 10.09.97, que tem o seguinte teor:

Art. 1o-E. São passíveis de revisão, pelo Presidente do Tribunal, de ofício ou a requerimento das partes, as contas elaboradas para aferir o valor dos precatórios antes de seu pagamento ao credor.

Sobre o artigo trazido pela MP nº 2.180-35/2001, o Superior Tribunal de Justiça, no RESP nº 667002/DF (julgado em 12.12.2006), já teve oportunidade de se manifestar, através especialmente do voto do Ministro Luiz Fux, nos seguintes termos (constantes do Informativo nº 308, do STJ, que compreende o período de 11 a 15.12.2006 - destaques acrescidos):

LIQÜIDAÇÃO. HOMOLAÇÃO. TRÂNSITO EM JULGADO. TAXA ANBID.

As controvérsias, no caso, são em ação de execução de título judicial promovida por massa falida, ora recorrida, em desfavor da União, na qualidade de sucessora de sociedade de economia mista extinta, na qual insiste, entre outros temas, na incompetência da Justiça do DF, na ausência de intimação pessoal do MP e, conseqüentemente, não haveria, no caso, a ocorrência de coisa julgada para desconstituir tanto o efeito cognitivo quanto o de liquidação. Note-se que a questão de competência federal ou estadual deu-se em momento em que a parte demandada era uma sociedade de economia mista e a União pediu para ser assistente dessa sociedade. Na época, antes da CF/1988, o STF considerou que não era cabível a assistência e, por se tratar de uma sociedade de economia mista, a competência seria da Justiça estadual. Entretanto era uma sociedade em liquidação, que teve como representante o liquidante e, finda a liquidação, a empresa extinguiu-se do mundo jurídico e seu patrimônio passou para outra pessoa jurídica que, no caso, foi a União. Assim, não se pode discutir mais a questão de competência quando a empresa estava em liquidação, questiona-se a competência após a empresa ser extinta e sucedida pela União. Depois dessa sucessão, a sentença foi proferida por um juiz estadual que fixou o título executivo agora executado contra a União. Assim, a própria ré (a União) não se pronunciou quando da formação do débito, sendo que, do título formado, derivou-se o precatório. Logo, uma vez que a Justiça Federal não se pronunciou quando da formação do débito, além de o título ter sido formado sem a presença da União, a Turma, ao renovar o julgamento, deu provimento ao recurso para anular a decisão recorrida. Destacou, ainda, o Min. Relator que a ratio essendi desse artigo que adveio com a MP n. 2.180/2001, permitindo ao presidente do tribunal aferir o quantum devido dos precatórios, não foi somente para evitar erros aritméticos, mas também para evitar essas decisões teratológicas que consignam débitos monstruosos, que acabam sendo pagos em nome do princípio da preclusão ou em nome de um princípio formal, quando sabemos que o processo é um instrumento a serviço e realização da Justiça do caso concreto; o processo não é um fim em si mesmo.

In casu, trata-se de precatórios expedidos em sede de ações ajuizadas com vistas à obtenção de reajuste nos percentuais de 84,32%, 47,94%, 26,05% e 16,19%.

O Egrégio Superior Tribunal de Justiça e o Pretório Excelso já pacificaram, há muito, a jurisprudência, no sentido de não serem devidos os referidos percentuais.

Nesse sentido, observem-se os seguintes precedentes do Supremo Tribunal Federal (todos com negritos acrescidos):

AI-AgR 486899 / CE - CEARÁ AG.REG.NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Relator(a): Min. EROS GRAU Julgamento: 14/06/2005 Órgão Julgador: Primeira Turma Publicação: DJ 05-08-2005 PP-00041 EMENT VOL-02199-19 PP-03876

Parte(s)

AGTE.(S): ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - ADUFC ADVDO.(A/S) : ÁTILA BRASIL DIAS E OUTRO (A/S) AGDO.(A/S) : UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC ADVDO.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO ADQUIRIDO. REAJUSTE. INOCORRÊNCIA. Incidência do percentual de 84,32% sobre vencimentos de servidores públicos. Ausência de direito adquirido. Precedentes. Agravo regimental a que se nega provimento.

RE 219022 / AC - ACRE RECURSO EXTRAORDINÁRIO Relator(a): Min. NÉRI DA SILVEIRA Julgamento: 28/11/1997 Órgão Julgador: Segunda Turma Publicação: DJ 22-05-1998 PP-00029 EMENT VOL-01911-10 PP-01900

Parte(s)

RECTE. : UNIÃO FEDERAL ADVDO. : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO RECDO. : JOSÉ MARQUES DE SOUZA ADVDOS. : MARIA PENHA SOUSA NASCIMENTO E OUTRO

EMENTA: Recurso extraordinário. Funcionário público. Reajuste no percentual de 84,32, relativo ao IPC, no período de 15 de fevereiro a 15 de março de 1990. Lei nº 7.830, de 18.09.1989. A alteração do critério de reajuste, antes de 1º de abril de 1990, já era legitimamente eficaz a partir do mesmo mês, nada importando que o índice da lei anterior já se tivesse aferido, pois ainda não era aplicável. Precedente do Plenário do STF, no Mandado de Segurança nº 21.216-1/DF. Não cabe falar em ofensa a direito adquirido ou a situação jurídica definitivamente constituída. Recurso extraordinário conhecido e provido, para julgar a ação improcedente.

RE 203201 / DF - DISTRITO FEDERAL RECURSO EXTRAORDINÁRIO Relator(a): Min. CARLOS VELLOSO Julgamento: 19/11/1996 Órgão Julgador: Segunda Turma Publicação: DJ 07-02-1997 PP-01365 EMENT VOL-01856-11 PP-02111

Parte(s)

RECTE. : UNIÃO FEDERAL RECDO. : ANTONIO MARIANO DUTRA E OUTROS

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. DIREITO ADQUIRIDO. VENCIMENTOS. REAJUSTE DE 84,32%. Medida Provisória nº 154, de 16.03.90. Lei nº 8.030, de 1990. I. - Reajuste de 84,32% decorrente da aplicação da Lei nº 7.830, de 28.09.89, revogada pela Medida Provisória nº 154, de 16.03.90, convertida na Lei 8.030, de 12.04.90. Inocorrência de direito adquirido ao reajuste. II. - Precedente do STF: MS nº 21.216-DF, Rel. Min. Gallotti, RTJ 134/1112. III. - Ressalva do entendimento pessoal do relator em sentido contrário: voto vencido no citado MS 21.216-DF. IV. - Inocorrência de alteração, na Lei 8.030, de 1990, dos dispositivos que cuidam da matéria na Medida Provisória nº 154, de 16.03.90. Improcedência da alegação no sentido de que a Medida Provisória 154, de 16.03.90, perdera a sua eficácia. V. - R.E. conhecido e provido.

ADI 577 / RJ - RIO DE JANEIRO AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Relator(a): Min. OCTAVIO GALLOTTI Julgamento: 25/10/1996 Órgão Julgador: TRIBUNAL PLENO Publicação: DJ 08-03-1996 PP- EMENT VOL-01819-01 PP-00039

Parte(s)

REQUERENTE: PROCURADOR-GERAL DA REPUBLICA REQUERIDO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2a REGIAO

EMENTA: - Por não se achar configurado o suposto direito adquirido em que buscou apoio o ato normativo, declara-se inconstitucional, com efeitos ex tunc, a decisão administrativa do Tribunal Regional Federal da Segunda Regiao, que atribuiu, a todos os servidores da Justiça Federal daquela circunscrição, reajuste de 84,32%, sobre os respectivos vencimentos.

RE 197964 / AC - ACRE RECURSO EXTRAORDINÁRIO Relator(a): Min. MOREIRA ALVES Julgamento: 17/09/1996 Órgão Julgador: Primeira Turma Publicação: DJ 18-04-1997 PP-13793 EMENT VOL-01865-08 PP-01681

Parte(s)

RECTE. : UNIÃO FEDERAL (SUCESSORA DO EXTINTO INAMPS) RECDO. : LUIZ DO VALE DE MESQUITA E OUTRO

EMENTA: Funcionário Público. Reajuste. - É indevido o reajuste correspondente à aplicação da URP no mês de fevereiro de 1989, por ter sido ele revogado, sem afronta ao princípio do direito adquirido, pela Lei nº 7.730, de 31.01.89. - Recentemente, o Plenário desta Corte, ao julgar o RE nº 146.749, decidiu que, não havendo direito adquirido a vencimentos nem a regime jurídico, o artigo 1º, caput, do Decreto-Lei 2.425/88 é de aplicação imediata, tendo os funcionários direito apenas ao reajuste, calculado pelo sistema do artigo 8º, § 1º, do Decreto-Lei 2.335, com relação aos dias do mês de abril anteriores ao da publicação daquele Decreto-Lei (ou seja, aos sete primeiros dias do mês de abril de 1988, uma vez que o referido artigo 1º, caput, entrou em vigor no dia oito de abril de 1988, data em que foi publicado, pois não sofreu alterações na republicação feita no dia onze do mesmo mês), bem como ao de igual valor, não cumulativamente, no mês de maio seguinte. - No que concerne ao percentual de reajuste de 84,32%, acrescido de 5%, referente ao IPC de março de 1990, esta Corte, ao julgar o mandado de segurança nº 21.216, decidiu, por seu Plenário, que, revogada a Lei nº 7.830, de 28.09.89, pela Medida Provisória nº 154, de 16.03.90 (regularmente convertida na Lei n/ 8.030/90, como ficou declarado no julgamento do RE 164.892), antes que se houvessem consumado os fatos idôneos à aquisição do direito ao reajuste previsto para 1º.04.90 (84,32%), não cabe, no caso, a invocação da garantia prevista no artigo 5º, XXXVI, da Constituição Federal. Recurso extraordinário conhecido e, em parte, provido.

RE 192600 / PA - PARÁ RECURSO EXTRAORDINÁRIO Relator(a): Min. MAURÍCIO CORRÊA Julgamento: 13/08/1996 Órgão Julgador: Segunda Turma Publicação: DJ 14-11-1996 PP-44492 EMENT VOL-01850-10 PP-02044

Parte(s)

RECTE. : UNIÃO FEDERAL RECDO. : EDIR MAX NAHON E OUTROS

EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. Decreto-Lei nº 2.425/88. URP de abril e maio de 1988. Reajuste de 16,19%. Lei nº 8.030/90. Reajuste de 84,32%. Plano Collor. Direito adquirido. Inconstitucionalidade. 1. O Plenário da Corte reiterou o entendimento de que não há direito adquirido a vencimentos de funcionários públicos, nem direito adquirido a regime jurídico instituído por lei. Em se tratando de norma de aplicação imediata, esta não alcança vencimentos já pagos, ou devidos "pro labore facto". 2. Decreto-Lei nº 2.425/88 que, suspendendo o pagamento da URP prevista em Decreto-Lei precedente, entra em vigência em 8 de abril de 1988. Existência de contraprestação de serviço. Direito adquirido ao reajuste referente aos dias já efetivamente prestados. 3. Reajuste trimestral de vencimentos pela variação do IPC (84,32%). Revogação por norma superveniente, que precedeu à aquisição do direito e ao exercício desse. Direito adquirido inexistente. Recurso extraordinário conhecido e parcialmente provido.

AI-AgR 258212 / SP - SÃO PAULO AG.REG.NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Relator(a): Min. ILMAR GALVÃO Julgamento: 28/03/2000 Órgão Julgador: Primeira Turma Publicação: DJ 16-06-2000 PP-00035 EMENT VOL-01995-05 PP-00960

Parte(s)

AGTES. : JESUÍNO MENEGOCCI E OUTROS ADVDOS. : MARCO JOSÉ CORNACCHIA LANDUCCI E OUTROS AGDO. : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS ADVDA. : VILMA WESTMANN ANDERLINI

EMENTA: ACÓRDÃO DE TRIBUNAL REGIONAL QUE EXCLUIU DA CONDENAÇÃO O REAJUSTE NO PERCENTUAL DE 84,32%, REFERENTE IPC DE MARÇO DE 1990. Apresenta-se sem utilidade o processamento de recurso extraordinário quando o acórdão recorrido se harmoniza com a orientação plenária do STF no sentido da inexistência de direito adquirido ao reajuste pretendido (MS 21.216-1/DF, Rel. Min. Octavio Gallotti). Agravo regimental desprovido.

Acórdão AGA - Agravo Regimental no Agravo de Instrumento 356298/RS ; Processo 2000.01.41166-7 Fonte DJ DATA:11/06/2001 PG:00258 Relator(a): Min. Edson Vidigal Data da Decisão: 05/04/2001 Órgão Julgador: T5 - QUINTA TURMA

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE 47,94% - IRSM DE JANEIRO E FEVEREIRO DE 1994. EDIÇÃO DA MP Nº 434/94 ANTES DO TRANSCURSO DO PERÍODO AQUISITIVO. NÃO EXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO.

1. Não é devido aos servidores públicos federais o reajuste de 47,94%, na forma da Lei 8.676/93, face à incidência da MP 434, de 27/02/94, que modificou a política salarial dos servidores públicos federais, em vigor antes do transcurso do período aquisitivo à pretendida reposição. Decisão plenária do STF na ADIN 1614-8/MG.

2. Agravo Regimental não provido.

Acórdão RESP 259505/PB ; RECURSO ESPECIAL (2000/0049067-9) Fonte DJ DATA:19/02/2001 PG:00207 Relator(a): Min. JOSÉ ARNALDO DA FONSECA (1106) Data da Decisão: 21/11/2000 Órgão Julgador: T5 - QUINTA TURMA

Ementa: RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. MEDIDA CAUTELAR. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DO ACÓRDÃO RESCINDENDO. IRSM - 47,94%. AUSÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO. PRESENÇA DOS PRESSUPOSTOS CAUTELARES ESPECÍFICOS, BEM COMO DA PLAUSIBILIDADE DO DIREITO INVOCADO NO PEDIDO RESCISÓRIO. VIOLAÇÃO CARACTERIZADA.

Presentes os requisitos do periculum in mora e fumus boni iuris, admite-se a concessão de medida cautelar com vistas a suspender a execução de acórdão rescindendo, cuidando-se de ações rescisórias ajuizadas pela Fazenda Pública, autarquias e fundações. A plausibilidade do direito invocado no pedido rescisório encontra-se escudado na jurisprudência desta Corte, que firmou entendimento no sentido da impossibilidade da concessão do referido reajuste de 47,94%.

Recurso provido para determinar a suspensão da execução do acórdão rescindendo até julgamento da rescisória.

Acórdão: RESP 230073/AL ; RECURSO ESPECIAL (1999/0082281-1)

Fonte DJ DATA:06/11/2000 PG:00235

Relator(a): Min. FONTES DE ALENCAR (1086)

Data da Decisão: 19/09/2000 Órgão Julgador: T6 - SEXTA TURMA

Ementa: SERVIDOR PÚBLICO. LEI 8.880/94. IRSM DE MARÇO/94.

- Os servidores públicos federais não têm direito a reajuste de 47,94%.

- Recurso especial não conhecido.

Acórdão RESP 251683/AL ; RECURSO ESPECIAL (2000/0025388-0)

Fonte DJ DATA:01/08/2000 PG:00324

Relator(a): Min. FELIX FISCHER (1109)

Data da Decisão: 08/06/2000 Órgão Julgador: T5 - QUINTA TURMA

Ementa: ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. LEI Nº 8.676/93. MP 434/94. LEI Nº 8.880/94.

- Em 28 de fevereiro de 1994, antes, portanto, de se verificar o período aquisitivo previsto na Lei nº 8.676/93 - março de 1994, o reajuste pleiteado com base na variação do IRSM - no percentual de 47,94% - foi expressamente extinto pela MP 434/94, reeditada, sucessiva e tempestivamente, pelas Medidas Provisórias 457/94 e 482/94, tendo sido esta convertida na Lei nº 8.880/94. Precedentes.

- Recurso provido.

Acórdão RESP 250545/PB ; RECURSO ESPECIAL (2000/0021686-0)

Fonte DJ DATA:07/08/2000 PG:00147

Relator(a): Min. JOSÉ ARNALDO DA FONSECA (1106)

Data da Decisão: 08/06/2000 Órgão Julgador: T5 - QUINTA TURMA

Ementa: RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE 47,94%. LEI 8.676/93. MP 434/94. INEXISTÊNCIA DE DIREITO.

Esta Corte já firmou entendimento no sentido de que "...os servidores públicos federais não têm direito ao reajuste bimestral instituído pela Lei nº 8.676/93 no percentual de 47,96% no mês de março de 1994, relativo a variação do IRSM no bimestre imediatamente anterior, em face da incidência da Medida Provisória nº 434, de 27.02.1994, em vigor antes do transcurso do período aquisitivo à questionada reposição..." (RESP 185973/PB, DJ 23.11.98).

Precedente do Eg. STF.

Recurso provido.

Acórdão RESP 204481/PB ; RECURSO ESPECIAL (1999/0015507-6)

Fonte DJ DATA:14/06/1999 PG:00223

Relator(a):Min. EDSON VIDIGAL (1074)

Data da Decisão 18/05/1999 Órgão Julgador:T5 - QUINTA TURMA

Ementa: ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE 47,94% - IRSM DE JANEIRO E FEVEREIRO DE 1994. EDIÇÃO DA MP Nº 434/94 ANTES DO TRANSCURSO DO PERÍODO AQUISITIVO. NÃO EXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO.

1. Não é devido aos servidores públicos federais o reajuste de 47,94%, na forma da Lei 8.676/93, face à incidência da MP 434, de 27/02/94, que modificou a política salarial dos servidores públicos federais, em vigor antes do transcurso do período aquisitivo à pretendida reposição. Decisão plenária do STF na ADIN 1614-8/MG.

2. A jurisprudência do STF admite a reedição de medida provisória não votada pelo Congresso Nacional, com preservação de eficácia do provimento com força de lei, sem solução de continuidade, até que eventualmente se consume, sem reedição, o seu prazo de validade, ou seja ele rejeitado.

3. Recurso conhecido e provido.

Acórdão RESP 231104/RN ; RECURSO ESPECIAL (1999/0084215-4) Fonte DJ DATA:14/02/2000 PG:00085 Relator(a): Min. VICENTE LEAL (1103) Data da Decisão 14/12/1999 Órgão Julgador: T6 - SEXTA TURMA

Ementa: ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS. VENCIMENTOS. REAJUSTE AUTOMÁTICO. IRSM DE MARÇO DE 1994. LEI nº 8.676/93. MEDIDA PROVISÓRIA nº 434/94.

- A jurisprudência plenária do Supremo Tribunal Federal consagrou o entendimento de que os servidores públicos federais não têm direito ao reajuste bimestral instituído pela Lei nº 8.676/93 no percentual de 47,94% no mês de março de 1994, relativo a variação do IRSM no bimestre imediatamente anterior, em face da incidência da Medida Provisória nº 434, de 27.02.1994, em vigor antes do transcurso do período aquisitivo à questionada reposição.

- Recurso especial não conhecido.

Classe/Origem RE-279432/PE RECURSO EXTRAORDINARIO.

Relator: Ministro ILMAR GALVÃO

Publicação DJ DATA-02-02-01 PP-00143 EMENT VOL-02017-20 PP-04421. Julgamento 10/10/2000 - Primeira Turma

Ementa: ADMINISTRATIVO. PROCURADORES DO TRABALHO. VENCIMENTOS. REAJUSTE DE 47,94% PREVISTO NA LEI Nº 8.676/93. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 434/94. ALEGADA OFENSA AOS ARTS. 5º, II E XXXVI; E 62 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PREQUESTIONAMENTO.

Ausência de prequestionamento das questões alusivas aos arts. 5º, II, e 62 da Carta Magna.

Reeditada a MP 434/94, conquanto por mais de uma vez, mas sempre dentro do trintídio, e, afinal, convertida em lei (Lei nº 8.880/94), não sobrou espaço para falar-se em repristinação da Lei nº 8.676/93 por ela revogada e nem, obviamente, em aquisição, após a revogação, de direito nela fundado.

Recurso não conhecido."

Observação: Votação: Unânime. (Original sem grifos)

Classe/Origem RE 237412/CE RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Relator: Ministro MARCO AURÉLIO

Publicação DJ DATA 27/04/2001 PP - 00100 EMENT VOL-02028-06 PP-01172 Julgamento 13/02/2001 - Segunda Turma

Ementa: REVISÃO DE VENCIMENTOS - ÍNDICE DE REAJUSTE DO SALÁRIO MÍNIMO - JANEIRO E FEVEREIRO DE 1994. Na dicção da ilustrada maioria, entendimento em relação ao qual guardo reservas, mostram-se legítimas as reedições da Medida Provisória nº 434, convertida na Lei nº 8.880, de 27 de maio de 1994, ficando revogada a Lei nº 8.676/93. Precedente: Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.612, Pleno, Relator Ministro Carlos Velloso, acórdão publicado no Diário da Justiça de 18 de junho de 1999.

Votação: unânime.

Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. REAJUSTE DE VENCIMENTOS NOS MESES DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 1989 PELA U.R.P., UNIDADE DE REFERENCIA DE PREÇOS, DE 26,05%, CONCEDIDO POR DECISÃO ADMINISTRATIVA NO PROC. VP 08/91, DO TRT DA 15. REGIAO, AOS JUIZES E SERVIDORES DO TRIBUNAL, COM BASE NO DECRETO-LEI N. 2.335, DE 12.06.87, REVOGADO PELA MEDIDA PROVISORIA N.32 DE 15.01.89, CONVERTIDA NA LEI N. 7.730, DE 31.01.89, QUE INSTITUIU O CRUZADO NOVO. 1. FIXADO EM 30.11.88 O INDICE DE 26,05% PARA REAJUSTAR OS SALARIOS DO TRIMESTRE COMPREENDIDO PELOS MESES DE DEZEMBRO DE 1988 A FEVEREIRO DE 1989, COM BASE NO DECRETO-LEI N. 2.335/87, SOBREVEIO A MEDIDA PROVISORIA N. 32, DE 15.01.89, CONVERTIDA NA LEI N. 7.730, DE 31.01.89, CONGELANDO OS SALARIOS A PARTIR DE 01.02.89. A LEI NOVA, COM VIGENCIA E EFICACIA A PARTIR DE 15.01.89, NÃO MEXEU COM OS SALARIOS DO PERIODO AQUISITIVO DO MES EM CURSO DE JANEIRO DE 1989, MAS A PARTIR DE FEVEREIRO DE 1989. EM CONSEQUENCIA, OS SALARIOS DO MES DE FEVEREIRO DE 1989, QUE IRIAM SER REAJUSTADOS EM 26,05%, TAL COMO OCORREU EM DEZEMBRO E JANEIRO, NÃO SOFRERAM O REAJUSTE PREVISTO, PORQUE A LEI QUE O PREVIA FOI REVOGADA ANTES DO INICIO DO MES DO PERIODO AQUISITIVO, PORTANTO, ANTES DE SE INICIAR A CONSTITUIÇÃO DO DIREITO AOS SALARIOS DO REFERIDO MES. E ANTES DO INICIO DO MES EM QUE DEVERIA SER APLICADO O REAJUSTE, OS SERVIDORES NÃO TINHAM QUALQUER DIREITO, AINDA QUE SUBORDINADO A TERMO OU CONDIÇÃO, PORQUE A LEI NOVA FULMINOU O PRÓPRIO DIREITO. E O SIMPLES ESTABELECIMENTO PREVIO DE UM INDICE PARA REAJUSTE FUTURO NÃO SE CONSTITUI E NÃO SE CONFUNDE COM O PRÓPRIO DIREITO AO REAJUSTE FUTURO. NÃO HÁ, NO CASO, DIREITO ADQUIRIDO AO REAJUSTE. 2. NÃO HOUVE RETROATIVIDADE DA LEI, PORQUE A LEI NOVA NÃO ALCANCOU FATOS PASSADOS, COMO DIAS JA TRABALHADOS. TAMBÉM NÃO HOUVE REDUÇÃO DE VENCIMENTOS, PORQUE O CONGELAMENTO DOS SALARIOS, ALÉM DE TER SIDO GERAL, PRESERVOU, NO MINIMO, A MEDIA DOS SALARIOS DO ANO ANTERIOR, REAJUSTADA SEGUNDO OS INDICES OFICIAIS. O QUE HOUVE, FOI AUMENTO DE SALARIOS SEM LEI QUE O AUTORIZASSE. 3. AÇÃO DIRETA JULGADA PROCEDENTE PARA DECLARAR A INCONSTITUCIONALIDADE E A CONSEQUENTE INEFICACIA, DESDE A SUA EDIÇÃO, DA DECISÃO DO TRIBUNAL QUE CONCEDEU O REAJUSTE1.

EMENTA: - Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Decisão Administrativa do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, de 26 de julho de 1991, no Processo TRT-ADM-4702/1991, que determinou o pagamento da URP de fevereiro de 1989, aos magistrados vinculados à 4ª Região e funcionários do Quadro de Pessoal da mesma Corte, no percentual de 26,05 sobre os vencimentos, com as respectivas diferenças de vencimentos referentes aos meses de fevereiro a dezembro de 1989. 3. Alegação de ofensa aos arts. 37, X e XV; 96, II, "b"; 5º, XXXVI e 95, III, todos da Constituição Federal. 4. Natureza normativa da Decisão Administrativa em exame, em conformidade com a orientação do STF firmada nas ADIN's nºs. 665-5 e 577-4. 5. Medida Cautelar inicialmente concedida. 6. Jurisprudência do STF, no sentido de ser indevido, em fevereiro de 1989, o percentual de 26,05 sobre os vencimentos dos servidores federais, com base na URP do período de setembro a novembro de 1988. A revogação do Decreto-Lei nº 2335/1987 pelo art. 38 da Lei nº 7730/1989, resultante da conversão da Medida Provisória nº 32, de 15.1.1989, não feriu direito adquirido dos servidores. Orientação firmada pelo STF em sessão administrativa, de referência a seus Ministros e servidores e no julgamento da ADIN 694- DF. Inexistência de direito adquirido dos servidores ao reajuste referido no índice de 26,05%. 7. Ação do MPF julgada procedente declarando-se a inconstitucionalidade da Decisão Administrativa do TRT-4ª Região, de 26.7.1991, no Processo TRT-ADM-4702, acima mencionada, a atribuir aumento de vencimentos a magistrados e servidores sem lei autorizativa, sendo, assim, incompatível com o disposto no art. 96, II, alínea "b", e 5º, XXXVI, ambos da Constituição Federal2.

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. REAJUSTE DE VENCIMENTOS NOS MESES DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 1989 PELA U.R.P., UNIDADE DE REFERENCIA DE PREÇOS, DE 26,05%, CONCEDIDO POR DECISÕES ADMINISTRATIVAS NOS PROC. TRT MA 048/91 E 094/91, DO TRT DA 13. REGIAO, AOS JUIZES E SERVIDORES DO TRIBUNAL, COM BASE NO DECRETO-LEI N. 2.335, DE 12.06.87, REVOGADO PELA MEDIDA PROVISORIA N. 32, DE 15.01.89, CONVERTIDA NA LEI N. 7.730, DE 31.01.89, QUE INSTITUIU O CRUZADO NOVO. 1. FIXADO EM 30.11.88, O INDICE DE 26,05% PARA REAJUSTAR 0S SALARIOS DO TRIMESTRE COMPREENDIDO PELOS MESES DE DEZEMBRO DE 1988 A FEVEREIRO DE 1989, COM BASE NO DECRETO-LEI N. 2.335/87, SOBREVEIO A MEDIDA PROVISORIA N. 32, DE 15.01.89, CONVERTIDA NA LEI N. 7.730, DE 31.01.89, CONGELANDO OS SALARIOS A PARTIR DE 01.02.89. A LEI NOVA, COM VIGENCIA E EFICACIA A PARTIR DE 15.01.89, NÃO MEXEU COM OS SALARIOS DO PERIODO AQUISITIVO DO MES EM CURSO DE JANEIRO DE 1989, MAS A PARTIR DE FEVEREIRO DE 1989. EM CONSEQUENCIA, OS SALARIOS DO MES DE FEVEREIRO DE 1989, QUE IRIAM SER REAJUSTADOS EM 26,05%, TAL COMO OCORREU EM DEZEMBRO E JANEIRO, NÃO SOFRERAM O REAJUSTE PREVISTO, PORQUE A LEI QUE PREVIA FOI REVOGADA ANTES DO INICIO DO MES DO PERIODO AQUISITIVO, PORTANTO, ANTES DE SE INICIAR A CONSTITUIÇÃO DO DIREITO AOS SALARIOS DO REFERIDO MES. E ANTES DO INICIO DO MES EM QUE DEVERIA SER APLICADO O REAJUSTE, OS SERVIDORES NÃO TINHAM QUALQUER DIREITO, AINDA QUE SUBORDINADO A TERMO OU CONDIÇÃO, PORQUE A LEI NOVA FULMINOU O PRÓPRIO DIREITO. E O SIMPLES ESTABELECIMENTO PREVIO DE UM INDICE PARA REAJUSTE FUTURO NÃO SE CONSTITUIU E NÃO SE CONFUNDE COM O PRÓPRIO DIREITO AO REAJUSTE FUTURO. NÃO HÁ, NO CASO, DIREITO ADQUIRIDO AO REAJUSTE. 2. NÃO HOUVE RETROATIVIDADE DA LEI, PORQUE A LEI NOVA NÃO ALCANCOU FATOS PASSADOS, COMO DIAS JA TRABALHADOS. TAMBÉM NÃO HOUVE REDUÇÃO DE VENCIMENTOS, PORQUE O CONGELAMENTO DOS SALARIOS, ALÉM DE TER SIDO GERAL, PRESERVOU, NO MINIMO, A MEDIA DOS SALARIOS DO ANO ANTERIOR, REAJUSTADA SEGUNDO OS INDICES OFICIAIS. O QUE HOUVE, FOI AUMENTO DE SALARIOS SEM LEI QUE O AUTORIZASSE. 3. AÇÃO DIRETA JULGADA PROCEDENTE PARA DECLARAR A INCONSTITUCIONALIDADE E A CONSEQUENTE INEFICACIA, DESDE A SUA EDIÇÃO, DAS DECISÕES DO TRIBUNAL QUE CONCEDERAM O REAJUSTE3.

EMENTA: - Direito Constitucional e Administrativo. Vencimentos. Reajuste. U.R.P. Ação Direta de Inconstitucionalidade da Resolução no 17.690, de 12.11.1991, do Tribunal Superior Eleitoral, que reajustou vencimentos de seus servidores, relativos aos meses de abril e maio de 1988 e fevereiro de 1989, segundo a variação da Unidade de Referencia de Preços (índices de 16,19% e 26,05%, respectivamente) (Decreto-lei n. 2.335, de 12.06.1987). 1. A Resolução impugnada e ato normativo federal, pois estabelece reajuste de vencimentos de todos os servidores do T.S.E. Pode, pois, ser impugnada em Ação Direta de Inconstitucionalidade, nos termos do art. 102, I, "a", da C.F. 2. Havendo-se fundado no princípio do direito adquirido,quando, na verdade, ele não se configurou, segundo pacifica jurisprudência do S.T.F., a Resolução, ao outorgar o reajuste de vencimentos, incidiu em violação aos princípios enunciados nos artigos 2., 5., XXXVI, "caput", incisos X, XV, 48 e 96, II, "b" da Constituição Federal. 3. Inconstitucionais, portanto, os reajustes (de 16,19% e 26,05%). 4. Quanto ao de 16,19%, a jurisprudência do STF, no julgamento de casos concretos, ou seja, no controle difuso de constitucionalidade, tem admitido a caracterização de direito adquirido dos servidores a 7/30 sobre tal índice, no que concerne aos meses de abril e maio de 1988. 5. Em se tratando, porem, na Ação Direta de Inconstitucionalidade, de processo objetivo, em que apenas se discute a validade, ou não, do ato normativo impugnado (em tese), e não podendo o S.T.F., como legislador negativo, alterar o texto das normas impugnadas, resta-lhe a declaração, pura e simples, da inconstitucionalidade. 6. Ação Direta julgada procedente, declarada, assim, inconstitucional a Resolução n. 17.690, de 12.11.1991, do T.S.E4.

EMENTA: Ação direta de inconstitucionalidade. Vencimentos. Reajuste. U.R.P. Decisão Administrativa do Conselho de Administração do Superior Tribunal de Justiça, tomada em sessão realizada em 19 de setembro de 1991, nos autos do processo administrativo n. 649/90. - A decisão administrativa impugnada e ato normativo, susceptivel, portanto, de ser objeto da ação direta de inconstitucionalidade. - A decisão Administrativa em causa, ao outorgar, com base no princípio do direito adquirido não aplicável segundo pacifica jurisprudência desta Corte, os reajustes de 16,19% e 26,05%, e inconstitucional. Precedente do STF: Ação direta de inconstitucionalidade n. 696. Ação julgada procedente para declarar a inconstitucionalidade de Decisão Administrativa do Conselho de Administração do Superior Tribunal de Justiça, tomada em sessão realizada em 19 de setembro de 1991, nos autos do processo administrativo n. 649/905.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. FUNCIONÁRIOS PUBLICOS. VENCIMENTOS. URP - FEVEREIRO DE 1989. 2. NO JULGAMENTO DA ADIN N. 694 - DF, O PLENÁRIO DO STF AFIRMOU SER INDEVIDO, EM FEVEREIRO DE 1989, O PERCENTUAL DE 26,05%, SOBRE VENCIMENTOS DE SERVIDORES FEDERAIS, COM BASE NA URP DO PERIODO DE SETEMBRO A NOVEMBRO DE 1988. REVOGAÇÃO DO DECRETO-LEI N. 2335/1987 PELO ART. 38 DA LEI N. 7730, DE 31.01.1989, RESULTANTE DA CONVERSAO DA MEDIDA PROVISORIA N. 32, DE 15 DE JANEIRO DE 1989. PRECEDENTES. 3. RECURSO EXTRAORDINÁRIO CONHECIDO E PROVIDO6.

EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DECRETO-LEI N. 2.335/87 (Plano Bresser). Reajuste. Direito adquirido. Inconstitucionalidade. Reajuste de salário pela variação da URP (26,05%), a ser computada no mês de junho de 1987, conforme Decreto-Lei 2.302/86. Revogação por norma superveniente que entrou em vigor antes de iniciar-se o período aquisitivo. Direito adquirido e, conseqüente, inconstitucionalidade inexistentes. O Plenário desta Corte, ao apreciar a questão, reiterou o entendimento de que não há direito adquirido a vencimentos, nem a regime jurídico instituído por lei. Recurso conhecido e provido7.

EMENTA: Ação Direta de Inconstitucionalidade. Decisão administrativa proferida pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que garantiu aos Juízes e servidores daquela Corte o direito à percepção da URP de fevereiro de 1989, no percentual de 26,05% sobre os vencimentos. Pacífica a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal de não se reconhecer direito líquido dos servidores públicos ao referido reajuste vencimental. Ação julgada procedente para declarar, com efeito ex tunc, a inconstitucionalidade da decisão administrativa proferida pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Decisão unânime8.

EMENTA: - DIREITO CONSTITUCIONAL E TRABALHISTA. EMPREGADOS SOB REGIME DA C.L.T. SALÁRIOS. DIREITO ADQUIRIDO. Reajuste de salários do mês de fevereiro de 1989, segundo a variação da U.R.P. (Unidade de Referência de Preços) (Índice de 26,05%) (Decreto-lei nº 2.335, de 12.06.1987). Arts. 5º, § 1º, e 6º da Lei nº 7.730, de 31.01.1989. Medida Provisória nº 32, de 15.01.1989. Portaria Ministerial nº 354, de 01.12.1988 (D.O. 02.12.1988). Decreto-lei nº 2.302, de 21.11.1986. 1. É firme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no Plenário e nas Turmas, no sentido de que não há direito adquirido ao reajuste de 26,05%, referente à U.R.P. de fevereiro de 1989. 2. Com relação ao reajuste de 26,06% (IPC de junho de 1987, Decreto-lei nº 2.302 de 21.11.1986), o Plenário decidiu, também, não se caracterizar hipótese de direito adquirido. 3. Observados os precedentes, o R.E. é conhecido e provido para se julgar improcedente a pretensão dos autores aos reajustes salariais, pelos índices de 26,05% e 26,06%, relativos à variação da U.R.P. de fevereiro de 1989 e ao I.P.C. de junho de 1987, respectivamente9.

Conseguintemente, a coisa julgada não pode persistir quando configurados os matizes da interpretação defeituosa, cujo desvio ocasiona danos à ordem jurídica.

Entendo que a contrariedade à norma constitucional se enquadra na categoria de matéria de ordem pública, de modo que deve ser conhecida de ofício pelo Magistrado, em qualquer momento ou grau de jurisdição ou atuação, sob pena de desintegração do ordenamento jurídico, do qual se exige unidade e coerência.

Escudado nessas razões e independentemente de manifestação do ente público, determino, com fundamento também no inciso II e parágrafo único, do art. 741, do CPC, com a redação atribuída pela MP nº 2.180-35/2001, e no art. 1o-E, da Lei nº 9.494/97, inserido pela mesma norma do Executivo com força de lei:

a) o não pagamento dos precatórios atinentes aos índices de 84,32%, 47,94% e 26,05%; e

b) em relação aos precatórios concernentes ao índice de 16,19%, o pagamento de apenas 7/30,

devendo eles, após o trânsito em julgado desta decisão:

a) ser cancelados, devolvendo-se os correspondentes valores ao Erário, em relação aos precatórios atinentes aos índices de 84,32%, 47,94% e 26,05%; e

b) ser remetidos à Contadoria, para adequação dos valores, em relação aos precatórios concernentes ao índice de 16,19%.

P.I.

Recife, 23 de março de 2007.

JUIZ FRANCISCO CAVALCANTI

Presidente

PRC - 58353/CE - 2006.05.00.032222-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR(A) FEDERAL PRESIDENTE
ORIGEM	:	5ª Vara Federal do Ceará
REQTE	:	FRANCISCO PAIVA e outros
REQTE	:	FRANCISCO SOARES ARAUJO espólio
ADV/PROC	:	JEOVAM LEMOS CAVALCANTE e outro
ADV/PROC	:	DEISE DE OLIVEIRA LASHERAS
REQDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADV/PROC	:	MARIA JOSE DE AGUIAR VIEIRA CUNHA e outros
DEPRECTE	:	JUÍZO DA 5ª VARA FEDERAL DO CEARÁ (FORTALEZA)

Vistos etc.

Vislumbro impedimento absoluto à liberação dos valores atinentes aos presentes precatórios, a seguir detalhados:

57491 - CE - 84,32%54779 - AL - 47,94%
54794 - SE - 26,05%
54809 - RN - 26,05% e 16,19%
54996 - PB - 26,05% e 16,19%
55321 - AL - 47,94%
55616 - RN - 26,05% e 16,19%
55747 - SE - 26,05%
55749 - SE - 26,05% e 84,32%
55852 - PB - 26,05%
56182 - AL - 26,05%
56656 - PE - 26,05%
57377 - PE - 26,05%
57422 - CE - 84,32%
57459 - PE - 26,05% e 16,19%
57627 - AL - 26,05%
57909 - CE - 84,32%
58021 - SE - 26,05% e 84,32%
58023 - CE - 84,32%
58294 - CE - 84,32%
58353 - CE - 84,32%
58397 - CE - 84,32%
58412 - SE - 26,05%
58384 - SE - 26,05%
58406 - SE - 26,05%

Fundamento e decido.

A configuração da coisa julgada não pode ser agasalhada de forma absoluta. Nesse sentido, manifestei-me quando do julgamento da Ação Rescisória nº 4730/PE, a teor da transcrição que segue:

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. REAJUSTE DE 84,32%. AÇÃO RESCISÓRIA. INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO DESTE JUIZ PARA JULGAMENTO. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 252 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 343 DO STF. CONTROVÉRSIA DE ORDEM CONSTITUCIONAL. ENTENDIMENTO DO PRETÓRIO EXCELSO. SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU QUE JULGOU IMPROCEDENTE O PEDIDO DA AUTORA. REFORMADA, POR MAIORIA DE VOTOS, PELA SEGUNDA TURMA DESTE TRIBUNAL. PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO QUE RECONHECEU O DIREITO DOS SUBSTITUÍDOS AO REAJUSTE DE 84,32%. INTIMAÇÃO DA UNIÃO. LEI COMPLEMENTAR Nº 73, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1993. INTIMAÇÃO POR PUBLICAÇÃO SEM INDICAÇÃO DO NOME DO PROCURADOR. ACÓRDÃO QUE DECIDIU ACERCA DA VALIDADE DA INTIMAÇÃO DA UNIÃO. DECISÃO IMPEDITIVA DO CONHECIMENTO DE UMA DECISÃO DE MÉRITO. CABIMENTO DA AÇÃO RESCISÓRIA. ABRANDAMENTO PELA DOUTRINA E JURISPRUDÊNCIA DA EXPRESSÃO "SENTENÇA DE MÉRITO, TRANSITADA EM JULGADO" CONSTANTE DO CAPUT DO ART. 485 DO CPC. ACOLHIMENTO DO PRIMEIRO PEDIDO DA AÇÃO RESCISÓRIA. SEGUNDO PEDIDO DA AÇÃO. RESCISÃO DO ACÓRDÃO DE MÉRITO DA SEGUNDA TURMA , O QUAL RECONHECEU O DIREITO ADQUIRIDO DOS SERVIDORES À INCORPORAÇÃO NOS SEUS VENCIMENTOS DO PERCENTUAL DE 84,32%, REFERENTE AO MÊS DE ABRIL/90. CONHECIMENTO DA MATÉRIA. POSSIBILIDADE. ENSEJO QUE SE OFERECE. OPORTUNIDADE. EFETIVIDADE E INSTRUMENTALIDADE DO PROCESSO. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, INCLUSIVE DA TERCEIRA SEÇÃO DAQUELA CORTE. COISA JULGADA INCONSTITUCIONAL. FUNDAMENTO DE VALIDADE DE LEI E DE SENTENÇA. CONSTITUIÇÃO. ORIENTAÇÃO DOS JURISTAS PORTUGUESES E DOUTRINADORES ALEMÃES E HOJE, TAMBÉM DOS PROFESSORES BRASILEIROS. IDÉIA DE QUE DECISÃO TRANSITADA EM JULGADO NÃO PODE SER RECONHECIDA COMO INCONSTITUCIONAL. VALORIZAÇÃO DA NORMA PROCESSUAL INFRACONSTITUCIONAL, EM DETRIMENTO DA CONSTITUIÇÃO. SISTEMA BRASILEIRO. LIMITE PARA AJUIZAMENTO DE AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. NOVA CONSTITUIÇÃO. RELAÇÕES CONTINUADAS DE DIREITO TRIBUTÁRIO. DECISÕES DO PLENÁRIO DESTA EG. CORTE. SENTENÇA PROFERIDA COM BASE EM LEI DECLARADA POSTERIORMENTE INCONSTITUCIONAL PELO STF. CUMPRIMENTO DA DECISÃO, A PARTIR DE ENTÃO. APLICABILIDADE IMPERIOSA NO RESPEITANTE À RELAÇÃO CONTINUATIVA DE DIREITO ADMINISTRATIVO. ENTEDIMENTO PACIFICADO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. HIPÓTESE DOS AUTOS. COISA JULGADA. IMPOSSIBILIDADE DE RESISTIR À CONSTITUIÇÃO. HIERARQUIA DAS NORMAS. LEI SUPREMA DO ESTADO. JULGADOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. "PREVALECIMENTO DE OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CUJA FONTE LEGAL FOI DECLARADA INCONSTITUCIONAL PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL". "ILÓGICA JURÍDICA". "OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E DA IGUALDADE TRIBUTÁRIA". TESE DANTES DEFENDIDA NO ÂMBITO DO DIREITO ADMINISTRATIVO. QUESTÃO APRECIADA À LUZ DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA E DA CONSTITUCIONALIDADE. REAJUSTE DE 84,32%. ENTENDIMENTO UNÍSSONO DO STF. PRECEDENTE DO TRIBUNAL PLENO DO PRETÓRIO EXCELSO (MS Nº 21216 - DF) DE 05.12.1990. REVOGAÇÃO DA LEI Nº 7.830, DE 28 DE SETEMBRO DE 89, PELA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 154, DE 16 DE MARÇO DE 1990, ANTES DE CONSUMADOS OS FATOS IDÔNEOS A AQUISIÇÃO DO DIREITO AO REAJUSTE, PREVISTO PARA 01.04.91. UNIFORMIZAÇÃO. JUSTIÇA DAS DECISÕES JUDICIÁRIAS. IMPOSSIBILIDADE DE SE SOBREPOR A COISA JULGADA AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, MORALIDADE, ISONOMIA E, SOBRETUDO, O PRINCÍPIO DA CONSTITUCIONALIDADE. PECULIARIDADES DO PROCESSO. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA, CONFIRMADA PELO TRIBUNAL, FIXANDO OS LIMITES SUBJETIVOS DA COISA JULGADA À RELAÇÃO DE SUBSTITUÍDOS CONSTANTE DA INICIAL. EXECUÇÕES EM GRANDE QUANTIDADE E ALÉM DOS LIMITES FIXADOS. REFLEXO DE MILHÕES DE REAIS. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.984-19/2000. ADINMC Nº 2.251/DF. PROVIMENTO INTEGRAL DA AÇÃO RESCISÓRIA.

1. Nada obstante, tenha este Juiz prolatado a sentença de primeiro grau não há impedimento para julgamento da presente ação rescisória, a teor da uníssona jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, cristalizada pela Súmula nº 252 do Pretório Excelso.

2. Ação ordinária ajuizada pela Associação dos Servidores da Sucam em Pernambuco - ASSUPE em face da União, cujo pedido fora julgado improcedente na primeira instância. Interposto recurso de apelação, a Segunda Turma deste eg. Tribunal, por maioria, deu provimento à apelação. Empós, o processo seguiu, retornando-se para a Primeira Instância, onde se discutiu a questão da publicação do acórdão que reconheceu o direito dos substituídos ao reajuste de 84,32%, alegando a União que não teria sido intimada pessoalmente, eis que já em vigor, a época, a Lei Complementar nº 73 de 10/02/1993. Acostou-se, outrossim, cópia do diário oficial, na qual se verificava, inclusive, que não constava o nome de procurador, fato que foi apontado pelo então Juiz Federal Substituto da 5ª Vara o qual proferiu despacho esclarecendo que não era apenas a questão da intimação é que havia a intimação da União Federal sem a indicação do procurador. Esse fato gerou um agravo ao qual foi negado provimento. Opostos recurso especial e agravo regimental, a decisão do último, transitou em julgado em 09 de março de 2000. O outro agravo interposto pela União foi perante o Supremo Tribunal Federal, cuja decisão denegatória, transitou em julgado em 14 de maio de 2001. A presente ação rescisória foi proposta em 14 de maio de 2003.

3. De se afastar, in casu, a aplicação da Súmula nº 343 do Supremo Tribunal Federal, porquanto é inaplicável quando a controvérsia for de ordem constitucional, restringindo-se, assim, a divergência de interpretação de texto legal, de acordo com o entendimento fixado pelo Pretório Excelso nos julgamentos dos Recursos Extraordinários nºs 103.880/SP e 101.114/SP. Rechaçada a preliminar.

4. Afastada a preliminar de inadequação da via eleita suscitada pelo réu, sob o argumento de que o acórdão, o qual decidiu acerca da validade da intimação da União, por não se tratar de decisão de mérito, não se presta a ação rescisória para desconstituir o aludido julgado.

5. É possível o conhecimento da rescisória apesar de não se tratar de decisão de mérito em sentido estrito, mas sim de decisão impeditiva do conhecimento de uma decisão de mérito. A jurisprudência e a doutrina têm atenuado o rigor da expressão "sentença de mérito, transitada em julgado" contida no caput do artigo 485, do CPC.

6. "(...) a ação rescisória pode ser manejada para rescindir decisum transitado em julgado que não tratou de matéria de mérito, como no caso em epígrafe. Pelo panorama dos autos, negar o direito à rescisória é o mesmo que fechar os olhos para o preceito estatuído no inciso XXXV, do art. 5º, da Constituição Federal (...)". RESP nº 395139/RS; Relator(a) Ministro JOSÉ DELGADO (1105) Orgão Julgador T1 - PRIMEIRA TURMA Data do Julgamento 07/05/2002 Data da Publicação/Fonte DJ 10.06.2002 p.00149, dentre outros precedentes do Superior Tribunal de Justiça.

7. Não há qualquer dúvida quanto à possibilidade de conhecimento da rescisória e, em se conhecendo, já adentrado no mérito, eis que afastadas as preliminares, ela deve ser acolhida.

8. O acórdão que decidiu pela validade da intimação da União contém dois aspectos: um, consiste na questão da intimação pessoal da União á época, eis que quando da publicação da decisão de fls. 42/50 já estava em vigor a Lei Complementar nº 73/93, havendo, destarte, divergência quanto a esse aspecto. O outro, diz respeito ao argumento de que, como até então a União não funcionava nos autos, não constava o nome do advogado e, sendo assim, a intimação era válida. Em se entendendo desta maneira, decerto, estar-se-ia violando uma regra processual. Há uma afronta expressa à lei. Tome-se uma hipótese em que o Juiz indefere a inicial - e se indefere não tem a outra parte no processo - e em função disso há uma apelação e aí se publica a intimação da parte contrária no Diário Oficial, Seção da Justiça, ninguém vai se apresentar, porquanto não tem advogado constituído e a intimação da parte por publicação no Diário da Justiça não faz com que ele tome conhecimento do processo.

9. Rescisória conhecida em relação ao segundo acórdão e seguindo a mesma linha do Relator, acolhido o pedido.

10. Quanto ao segundo pedido, o qual se refere ao aco lhimento da rescisória no que tange ao acórdão de mérito que considerou haver direito adquirido à incorporação aos vencimentos dos servidores do percentual de 84,32% referentes ao mês de abril de 1990, razão não há, haja vista o ensejo que se oferece e tendo em conta o princípio da oportunidade e até mesmo por questão prática de efetividade e instrumentalidade do processo, do não conhecimento da matéria.

11. "Na nova ordem de relativização da coisa julgada material, contudo, é imperioso abrir os espíritos para a interpretação dos incisos do art. 485 do CPC, de modo a permitir a censura de sentenças ou acórdãos pelo prisma da constitucionalidade das decisões que contêm - ou seja, impõe-se a relativa e prudente flexibilização das hipóteses de admissibilidade da AR, para que ela sirva de remédio contra os males de decisões flagrantemente inconstitucionais".

12. "Os Tribunais não podem se furtar de, até mesmo de ofício, reconhecer a inconstitucionalidade da coisa julgada o que pode se dar a qualquer tempo, seja em ação rescisória (não sujeita a prazo), em ação declaratória de nulidade ou em embargos à execução".

13. O Pleno do Supremo Tribunal Federal já afirmou que "lei inconstitucional não produz efeito, nem gera direito, desde o seu início [...] assim sendo, perfeitamente comportável é a ação rescisória".

14. O Superior Tribunal de Justiça tem admitido, em sede de rescisória, a desconstituição da coisa julgada inconstitucional. "Cabível a desconstituição, pela via rescisória, de decisão com trânsito em julgado que "deixa de aplicar uma lei por considerá-la inconstitucional ou a aplica por tê-la como de acordo com a Carta Magna". AR 870 / Fonte DJ DATA:13/03/2000 PG:00123 LEXSTJ VOL.:00130 PG:00012 Relator Min. JOSÉ ARNALDO DA FONSECA (1106) Revisor Min. FERNANDO GONÇALVES (1107).

15. A teor da orientação de professores como Paulo Otero, no "Ensaio sobre o Caso Julgado Inconstitucional" e Marcelo Rebelo de Sousa, catedrático de Lisboa, em "O Valor Jurídico do Acto Constitucional", os quais seguem a trilha dos bons autores alemães, não há nada que resista à constitucionalidade. E a explicação teórica é muito simples: o fundamento da validade de qualquer lei é a Constituição, assim como, o fundamento de validade de qualquer sentença.

16. Hoje já aceita parte da doutrinador brasileira a relativização da coisa julgada. Teresa Arruda Alvim Wambier possui trabalho sobre a matéria, mostrando que quando se apega à idéia de que uma decisão transitada em julgado não pode ser reconhecida como inconstitucional, estamos valorizando a norma processual infraconstitucional, seguindo a Constituição, porque quem fixou o prazo de dois anos para a rescisória foi a norma processual, e o fundamento da norma processual é a Constituição. Se se imaginar que esse decurso de prazo permitiria ou permitirá a afronta constitucional, estar se entendendo que pela lei processual há um permissivo de afronta constitucional por decurso de prazo. Ocorre que o sistema brasileiro não é esse: não há prazo para a propositura da ADIN, porque o que se entende é que, a qualquer tempo pode a mesma ser interposta, o único limite para o ajuizamento de uma ADIN é uma nova Constituição. Destarte, tudo aquilo que está abaixo da Constituição busca nela fundamento de validade e, conseguintemente, o que afronta a Constituição tem que ser afastado.

17. "(...) é inconstitucional a leitura clássica da garantia da coisa julgada, ou seja, sua leitura com a crença de que ela fosse algo absoluto e, como era hábito dizer, capaz de fazer do preto, branco e do quadrado, redondo. A irrecorribilidade de uma sentença não apaga a inconstitucionalidade daqueles resultados substanciais política ou socialmente ilegítimos, que a CF repudia".

18. O Tribunal Pleno desta col. Corte reiteradamente vêm decidindo nesse mesmo sentido, nas relações continuadas de direito tributário, a exemplo de um caso, onde o Tribunal tinha o entendimento de reconhecer a norma com toda inconstitucional e transitou em julgado. Depois o Supremo Tribunal Federal limitou a inconstitucionalidade. E qual é o entendimento? A decisão transitou em julgado, mas o reconhecimento do Supremo Tribunal Federal da inconstitucionalidade fez com que se entendesse como válida e de boa-fé a forma de postura da empresa até a decisão do Supremo Tribunal Federal, devendo-se, portanto, cumprir o decisum ex nunc. Isso numa relação tributária. Impõe-se, no entanto, a indagação, onde é que no Código de Processo Civil diz que a decisão do Supremo Tribunal Federal posterior em matéria tributária modifica o efeito da coisa julgada e não modifica no campo do direito administrativo? São duas matérias de direito público em estado presente, aliás, o direito administrativo originariamente era quem tratava da questão tributária, e depois, houve a especialização.

19. O Superior Tribunal de Justiça, em se tratando de relação jurídica continuativa, tem admitido a revisão da coisa julgada, quando a mesma for arrimada em fonte legal declarada inconstitucional pelo STF, por afrontar o princípio da igualdade, no caso, tributária.

20. "O prevalecimento de obrigações tributárias cuja fonte legal foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal constitui injúria à lógica jurídica, ofendendo os princípios da legalidade e da igualdade tributárias". RESP 218354 / RS ; Relator(a) Ministro JOSÉ DELGADO (1105) Órgão Julgador T1 - PRIMEIRA TURMA Data do Julgamento 17/08/1999 Data da Publicação/Fonte DJ 11.10.1999 p.00049

RSTJ VOL.:00129 p.00146.

21. Numa relação continuada de direito administrativo, a pacificação da posição do Supremo tem o efeito de fazer com que aquilo se aplique a todas as situações, também no direito tributário, porquanto não há norma tributária que excepcione. O posicionamento referente a esse caso ou qualquer outro é que a partir do entendimento firmado pelo Pretório Excelso aquilo que foi recebido por força de uma coisa julgada é recebimento de boa-fé, no entanto, a partir de então, tem que se suspender. É que, a partir de então nenhuma coisa julgada pode resistir à Constituição. A coisa julgada é apenas aparente ou assim se admitiria um "monstrengo".Destarte, se amanhã o legislador reduz o prazo da rescisória para quatro meses, só se teriam quatro meses para discutir a constitucionalidade e desse ponto, absurdamente, qualquer inconstitucionalidade seria válida. Decerto, seria uma aberração. Por conseguinte, como se pode consentir que um mero decurso de prazo previsto na regra processual legal dá direito a se afrontar a Constituição? E a hierarquia das normas, não existe? Decerto, que sim.

22. Análise da questão da coisa julgada inconstitucional à luz do princípio da isonomia. "O fato implica irretorquível agressão ao princípio constitucional da isonomia, macula os canônes máximos do Direito Administrativo (impessoalidade, indisponibilidade, legalidade fechada) e agride ao senso comum de justiça, daí porque desserve ao Direito. O respeito à coisa julgada não justifica tamanho sacrifício!!".

23. É pacífico o entendimento do Supremo Tribunal Federal, decisão (MS n(21216-DF) do Tribunal Pleno do Pretório Excelso acerca da matéria data de 05.12.1990 e outras se seguiram em Ações Diretas de Inconstitucionalidade, no sentido de não haver direito adquirido ao reajuste no percentual de 84,32% em março de 1990, conquanto não perfeitos todos requisitos fáticos à sua aquisição.

24. O Supremo Tribunal Federal no julgamento de ADINs declarou a inconstitucionalidade de resoluções, dando-as contornos de atos normativos, que mandavam aplicar aos vencimentos de servidores o reajuste da Lei nº 7.830, de 28/09/1990, por entender que a aludida lei foi revogada pela MP nº 154/90, posteriormente convertida na Lei nº 8.030/90, assentando, ainda, inexistir direito adquirido ao reajuste de 84,32% e a inocorrência de violação à garantia da irredutibilidade de vencimentos.

25. Uniformização das decisões judiciais, aplicação do entendimento do Pretório Excelso que se justifica em face do princípio da isonomia e da segurança jurídica, além de outro valor de imensa grandeza, garantido constitucionalmente, que é a justiça das decisões judiciárias.

26. O princípio da constitucionalidade impõe força vinculativa da lei e ato normativo à Constituição, enquanto Lei Fundamental da ordem jurídica.

27. Não há que se alegar, além disso, não se aplicarem as decisões do Supremo Tribunal Federal nas referidas ADINs, porquanto naquelas não se declarou a inconstitucionalidade da lei e sim de resoluções. Ocorre que, antes mesmo de se produzirem, foram tolhidos os efeitos da Lei nº 7.830, de 28/09/1990, em face da revogação da mesma pela MP nº 154/90, posteriormente convertida na Lei nº 8.030/90. Por conseguinte, ação direta de inconstitucionalidade ajuizada contra a Lei nº 7.830/90, fatalmente, seria julgada prejudicada, haja vista a revogação da lei antes mesmo de vir a gerar efeitos.

28. A despeito da decisão de primeira instância, confirmada por este Tribunal, fixando os limites subjetivos da coisa julgada à relação de substituídos constante da inicial, as execuções foram opostas pelos exeqüentes em grande quantidade, além dos limites fixados e com reflexo de centenas milhões de reais.

29. O Supremo Tribunal Federal, na ADinMC nº 2.251/DF, Relator Ministro Sydney Sanches, apreciando a MP nº 1.984-19/2000, inclusive o art. 10 que atribuía nova redação ao art. 741 do CPC, deferiu medida cautelar apenas para suspender o art. 4º da Medida Provisória nº 1.984, que alterou o artigo 4º e respectivos parágrafos da Lei nº 8.437/92.

30. Impõe-se invocar a prevalência da Constituição, porquanto se se entender que uma regra processual afasta a Constituição, o nosso sistema jurídico estará todo destruído. Com efeito, a coisa julgada não pode sobrepujar a lei, em se tratando de inconstitucionalidade, sob pena de torna-se instituto de maior valor que a própria Constituição.

31. Pela procedência integral da ação rescisória.

O JUIZ FRANCISCO CAVALCANTI: Cuida-se de ação rescisória ajuizada pela União, pleiteando seja julgada procedente a ação, a fim de que seja rescindido o acórdão de fls. 352/356 e proferido novo julgamento declarando-se sem efeito a decisão rescindenda e chamando-se o feito a ordem, seja intimado o Representante Judicial da União, na pessoa da Procuradora Regional da Advocacia-Geral da União da 5ª Região, para apresentar o recurso cabível do acórdão de fls. 50/58 que lhe foi desfavorável e, conseqüentemente, declarados nulos os atos praticados ao referido, por violação, segundo alegou, aos artigos 1º, 9º, 35 a 38 e 67 da Lei Complementar nº 73/93; art. 6º da Lei nº 9.028/95; Lei nº 8.682/93; artigos 145, incisos III, IV e V do Código Civil; artigos 126, 236, § 2º e 245 e seguintes do Código de Processo Civil; arts.1º, 2º, II e 9º da Lei nº 8.030/90; parágrafo 1º do artigo 29 do ADCT; artigo 131, incisos XXV e LV, e parágrafos 1º e 2º do artigo 5º da Constituição Federal. Alternativamente, requereu a procedência da ação, a fim de que seja rescindido o r. acórdão de fls. 50/58, sendo ao final proferido novo julgamento, invertendo-se o ônus da sucumbência.

Alegou a União, em síntese, que não fora intimada do acórdão de fls. 50/58, nos termos em que dispõe a Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, vigente à época. Aduziu que todos aos atos processuais posteriormente praticados devem ser reputados nulos, assim com o próprio trânsito em julgado do processo, porquanto "houve preterição de ato essencial, impossibilitando àquela pessoa jurídica de Direito Público a defesa de seus interesses em juízo". Sustentou, em seguida, que o primeiro acórdão deve ser rescindido e proferido novo julgamento, conquanto, "a invocação de direito adquirido a reajuste no percentual de 84,32% concedido no acórdão rescindendo, viola a Constituição Federal (art. 5º, XXXVI) não ocorrente o direito adquirido sem sua conceituação lídima, bem como viola os arts. 1º, 2º, II e 9º da Lei nº 8.030/90". Invocou, demais, precedentes do Supremo Tribunal Federal, rechaçando a tese da existência de suposto direito adquirido à reajuste remuneratório de servidor, face modificação na política salarial.

É de se ressaltar, de logo, que nada obstante tenha este Juiz prolatado a sentença de primeiro grau não há impedimento para julgamento da presente ação rescisória, a teor da uníssona jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, cristalizada, outrora, pela Súmula nº 252 do Pretório Excelso, cujo enunciado ostenta a seguinte dicção:

"NA AÇÃO RESCISORIA, NÃO ESTÃO IMPEDIDOS JUIZES QUE PARTICIPARAM DO JULGAMENTO RESCINDENDO".

Convém, neste momento, fazer breve histórico sobre este processo, embora a questão fática não tenha relevância, mas envolve uma ação de muitos substituídos.

Esse processo (Ação ordinária nº 91.946-6) é deveras conhecido por este Juiz, haja vista ter proferido a sentença na Primeira Instância, julgando improcedente o pedido da autora, com espeque em decisões já existentes do Supremo Tribunal Federal.

Interposta a ação ordinária pela Associação dos Servidores da Sucam em Pernambuco - ASSUPE, a União apresentou defesa, de uma única página, do Procurador da República, Dr. Miécio Uchoa, que dizia, basicamente o essencial: que a matéria já tinha sido decidida pelo Supremo Tribunal Federal, citando, inclusive, precedentes.

Após o julgamento pela improcedência, a autora interpôs recurso de apelação, subindo, então, os presentes autos para este eg. Tribunal Regional Federal da 5ª Região, quando a Segunda Turma, por maioria, deu provimento à apelação, vencido o MM. Desembargador Federal Lázaro Guimarães, que negou provimento ao recurso.

Empós, o processo seguiu, retornando-se para a Primeira Instância.

Intimada, por via postal, para dar início à liquidação, a autora não se manifestou. Em seguida, determinou-se que se aguardasse a manifestação da interessada por um ano. Após seis meses, a Associação dos Servidores Federais da Saúde (ASSERFESA), requereu a retificação da atuação do feito, sob o argumento de que era "sucedânia da fusão das seguintes Associações: ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA SUCAM - PE (ASSUPE) - autora da ação ordinária em comento -, ASSOCIAÇÕES DOS PROFISSIONAIS E EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO (APSESP), ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE (ASMIS) e a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE".

Em seguida, foi proferida decisão por este Juiz (vide fls. 281dos autos da ação ordinária) definindo os limites subjetivos da coisa julgado, nos seguintes termos: "Examinando os autos verifica-se que só podem ser considerados como integrantes do pólo passivo, digo, ativo da relação processual p/ substituição, aqueles associados na data da propositura da ação (momento em que foi externada vontade de litigar contra a Entidade-ré). Posteriores ingressos no quadro de associados da autora não tem o condão de ampliar o elenco dos beneficiários. P.I., após o que voltem os autos conclusos". Em face da citada decisão, a autora interpôs agravo de instrumento perante este eg. Tribunal Regional Federal (AGTR 8260 PE), em relação ao qual a Segunda Turma, a unanimidade, negou provimento, confirmando, conseguintemente, a decisão de primeiro grau, nos termos do relatório e voto do Relator. Transcrevo, por oportuno, excerto do voto do Relator, o citado AGTR 8260/PE, ipsis verbis:

"(...) Compulsando-se os autos, percebe-se que apesar de a agravante ter se refiliado à Associação antes da citação da Entidade-ré, em maio de 1991, somente requereu a sua inclusão no pólo ativo da relação processual, na condição de substituída processual, em setembro de 1995, não podendo, com isso, fazer parte do elenco de beneficiários já existente. Conclui-se, assim, que além da necessidade, de o substituído fazer parte da Associação substituta, faz-se necessário, também, a inclusão do seu nome da lista de associados apresentada no momento da propositura da ação. Isto posto, nego provimento ao agravo".

Discutiu-se, ainda, a questão da publicação do acórdão que reconheceu o direito dos substituídos ao reajuste de 84,32%, alegando a União que não teria sido intimada pessoalmente, eis que já em vigor, a época, a Lei Complementar nº 73 de 10/02/1993. Acostou-se, outrossim, cópia do diário oficial, na qual se verificava, inclusive, que não constava nome de procurador, fato que foi apontado pelo então Juiz Federal Substituto da 5ª Vara, Dr. José Manuel Zeferino Galvão de Melo, o qual proferiu despacho (fls. 328 dos autos da ação ordinária), esclarecendo que não era apenas a questão da intimação - que ele até falava da divergência jurisprudencial - é que havia a intimação da União Federal sem a indicação do procurador. Observem-se, a propósito, os termos em que vazados o referido despacho, litteris:

"Ainda que se possa dizer - como, de fato, parece-me vir prevalecendo ao nível jurisprudencial - que o art. 38 da Lei Complementar não determina a intimação pessoal do advogado da União (situação alterada e/ou definida com o advento do art. 6º da MP 460/94), é certo, pelo menos, que impõe a inclusão, nas publicações oficiais, do nome do profissional que atua no processo, a teor do art. 236, § 1º, do CPC.

Observo, no caso vertente, todavia, que, da publicação do v. acórdão de fls. 58/59 (cuja cópia faço acostar a esta decisão), datada de 02.04.93, não constou o nome do Advogado da União, então atuante junto à Corte Regional, razão pela qual, e atendendo aos reclamos das regras de competência, determino, em acolhimento às ponderações de fls. 258/259, sejam os autos remetidos ao MM. Relator da apelação incidente, com vistas a uma definitiva apreciação e/ou sanação da irregularidade".

Esse fato gerou um agravo (Agravo Regimental na AC 12471 PE), tendo o Presidente da Segunda Turma, a época, o MM. Desembargador Federal Lázaro Guimarães, proferido decisão negando provimento ao agravo, da qual se colhe:

"(...) A regra é clara: as intimações devem ocorrer na pessoa do Procurador que atuar nos autos respectivos. Desse modo, a partir da vigência da norma legal torna-se indispensável para a validade das intimações dos Procuradores da Fazenda Nacional ou dos Advogados da União que as intimações registrem os nomes dos profissionais que estejam atuando nos autos respectivos. Entretanto, quem agora passou a atuar nos autos foi a Dra. Rosângela Maria C. Macedo. Dessarte, deverá constar o nome desta nas publicações respectivas.

No caso em tela, todavia, não há aplicação da regra geral. Nenhum Advogado da União vinha acompanhando o feito. Por isso mesmo, não havia como incidir a regra legal específica. O legislador não estabeleceu regra transitória, determinando, por exemplo, que nessa hipótese deveria constar o nome do Advogado-Chefe. Em face do exposto, tornou-se plenamente válida a intimação feita à União pela mera publicação do Acórdão, que, assim, validamente, transitou em julgado".

Houve, demais disso, contra a aludida decisão a interposição de recurso especial e de recurso extraordinário. Ao recurso especial, no entanto, foi negado seguimento por decisão do então Vice-Presidente deste Tribunal, o MM. Desembargador Federal José Maria Lucena. Haja vista a negativa de seguimento do recurso por esta Corte, a União interpôs Agravo de Instrumento (AI nº 233.122), o qual não foi conhecido pelo Superior Tribunal de Justiça, porquanto a agravante não apresentou cópia da certidão de intimação do acórdão recorrido, documento essencial. Da decisão monocrática do Ministro Relator, a União interpôs Agravo Regimental, ao qual foi negado provimento. Eis o teor da ementa do Relator, Ministro Edson Vidigal:

"EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. FALTA DE CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. AGRAVO REGIMENTAL.

1. Pacificada a jurisprudência desta Corte no sentido de que a certidão de intimação do Acórdão recorrido é peça essencial à formação do instrumento do Agravo - Súmula 223/STJ.

2. Cabe ao agravante, e não ao Relator, zelar pela correta formação do Agravo de Instrumento.

3. Agravo Regimental não provido".

De acordo com a certidão de fls. 129 dos autos do AI nº 233.122, a supracitada decisão transitou em julgado em 09 de março de 2000.

O outro Agravo de Instrumento (AI nº 302.127-6 PERNAMBUCO) oposto pela União foi perante o Supremo Tribunal Federal, cujo Relator, Ministro Sepúlveda Pertence, negou-lhe provimento, por entender que: "(...) O RE é inviável: o acórdão recorrido, ao qual não se opuseram embargos de declaração, não cogitou da matéria constitucional suscitada no extraordinário (Súmula 282 e 356). Ademais, conforme assinalou a decisão agravada, das razões da recorrente - as mesmas deduzidas na interposição do REsp - verifica-se que as pretensas violações ao texto constitucional seriam reflexas, dependentes do exame da legislação infraconstitucional, o que não viabiliza o RE". Esta decisão, conforme certidão de fls. 116 dos autos do AI nº 303127, transitou em julgado em 14 de maio de 2001. A ação rescisória foi proposta em 14 de maio de 2003.

Impõe-se afastar, in casu, a aplicação da Súmula nº 343 do Supremo Tribunal Federal, porquanto é inaplicável quando a controvérsia for de ordem constitucional, restringindo-se, assim, a divergência de interpretação de texto legal, de acordo com o entendimento fixado pelo Pretório Excelso nos julgamentos dos Recursos Extraordinários nºs 103.880/SP e 101.114/SP.

Passa-se a apreciar a preliminar de inadequação da via eleita suscitada pelo réu, sob o argumento de que o acórdão de fls. 68/72 (dos autos da rescisória), o qual decidiu acerca da validade da intimação da União, por não se tratar de decisão de mérito, não se presta a ação rescisória para desconstituir o aludido julgado.

Em relação ao acórdão rescidendo de fls. 68/72, o MM. Desembargador Federal Luiz Alberto, relator desta rescisória, destacou bem a questão de, no caso, ser possível o conhecimento da rescisória apesar de não se tratar de decisão de mérito em sentido estrito, mas sim de decisão impeditiva do conhecimento de uma decisão de mérito.

Nessa esteira, em pesquisa realizada, colhe-se orientação na doutrina e na jurisprudência - não como regra, mas como situação excepcional, em relação a essas decisões que são impeditivas da apreciação do mérito - que há possibilidade de acolhimento da rescisória.

Sobre a matéria, aduziu, com percuciência Pontes de Miranda, em seu clássico Tratado das Ações:

"A sentença não é rescindível somente por defeito oriundo da própria sentença, mas por algum defeito de ato processual anterior, inclusive a citação. (...) não só as sentenças de mérito são rescindíveis".1

Apreende-se, ademais, do artigo - "Ação rescisória. Possibilidade de cabimento contra acórdão que não admite recurso" - da lavra o Juiz do TRT do Paraná, Ney José de Freitas:

"(...) Pontes de Miranda inaugurou discussão ao sustentar que o uso da rescisória seria possível para que o Judiciário se pronunciasse sobre vício apreciável a qualquer momento e grau, e mesmo de ofício. (...) Medite-se na orientação condita em aresto do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, rescindindo acórdão de não conhecimento de recurso ordinário, por deserção, que, mais tarde, provou-se não ter ocorrido sem culpa do recorrente. Ainda que não faça coisa julgada material sobre a lide, a decisão que o acórdão do Tribunal paranaense rescindiu causou prejuízo à parte. (...) o Tribunal de Justiça de São Paulo julgou procedente a rescisória de acórdão que, fundado em errônea informação do cartório, não conheceu de agravo de instrumento e determinou que se conhecesse do recurso. O Tribunal de Alçada de Minas Gerais admitiu rescisória contra acórdão que não conheceu de apelação. (...) Pelo teor do art. 485, caput, não é cabível rescisória contra acórdão que julgou recurso interposto fora do prazo. Porém, a 1ª Seção do STJ já acolheu, por unanimidade, a rescisória, com fundamento no inciso IV, por ofensa à coisa julgada. 2 Não me parece que o julgamento de mérito, indevido nesta hipótese, represente verdadeiro permissivo para manejo da rescisória. Carece de lógica, nesta linha de raciocínio, impedir a possibilidade de rescisão do acórdão que deveria ter julgado o mérito, mas não o fez por comprovado erro do cartório. O acesso à tutela jurisdicional é, não raro, bloqueado pela visão estreita do intérprete que se atém à letra, abstraído do espírito, não da norma, mas do sistema que ela integra".

Estriba-se, o Juiz Ney José Freitas, no entendimento do Prof. Manoel Antônio Teixeira Filho, acrescentando:

"Alertando que a lei deve servir aos apelos da realidade, o notável Manoel Antônio Teixeira Filho há muito sustenta a possibilidade de rescindir acórdão que não apreciou o mérito. São casos muito especiais em que, por exemplo, não se admitiu recurso por intempestividade ou por deserção. Comprovada a interposição no prazo, ou que houve o regular pagamento das custas, há que se admitir a ação rescisória, para assegurar a supremacia da ordem legal. A lei não pode servir de obstáculo para a solução do litígio sob a alegação de que ainda restam outros instrumentos para buscar a satisfação da pretensão, pois não há coisa julgada material. (...) O inciso V do art. 485 permite que se rescindam sentenças proferidas em violação a literal disposição de lei. Perfilho do entendimento Manoel Antônio Teixeira Filho quanto à preeminência axiológica deste objetivo em relação ao fato de a decisão não haver apreciado o mérito. E isto porque, mesmo sem apreciar o mérito, violou o princípio constitucional do devido processo legal, insculpido, entre outros, no inciso LV do art. 5º da Carta de 1988: asseguram-se aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes. A possibilidade de rescindir decisão que não conheceu do recurso regularmente interposto - e, portanto, violou literal disposição de lei - é a consagração da supremacia do ordenamento jurídico. Assim, dizer que esta defesa somente pode ser empreendida, pela ação rescisória, quando houver pronunciamento de mérito, contraria o princípio insculpido no inciso V do art. 485, asseverado, em diversas passagens, na Carta de 1988. (...) Entendo ser tratar de uma daquelas situações concreta que, aparentemente, escapou à previsão do legislador. Aparentemente porque, como já se disse, a dinâmica do Direito autoriza interpretação evolutiva. No fundo, o manejo da ação rescisória para corrigir erro jurisdicional, mesmo em decisão que não apreciou o mérito, é condizente com a tendência moderna de imprimir caráter sociológico ao processo civil. (...) A segurança da coisa julgada, então, é superada pelo apelo dramático do caso concreto, sem previsão expressa no ordenamento jurídico".3

Acerca da matéria urge destacar precedentes do Superior Tribunal de Justiça, nos quais aquela Corte entendeu por abrandar o rigor da expressão "sentença de mérito", constante do art. 485, caput, do CPC, ipsis verbis:

"SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RESP 562334 / SP ; RECURSO ESPECIAL
2003/0125916-3 Relator(a) Ministro JOSÉ DELGADO (1105)
Orgão Julgador T1 - PRIMEIRA TURMA
Data do Julgamento 23/03/2004
Data da Publicação/Fonte DJ 31.05.2004 p.00207

Ementa

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. ACÓRDÃO RESCINDENDO FUNDADO EM ERRO DE FATO (CONSIDEROU-SE INTEMPESTIVO RECURSO PROTOCOLIZADO EM COMARCA DO INTERIOR OPORTUNAMENTE). CORREÇÃO DO ERRO PELA VIA RESCISÓRIA. VIABILIDADE. INTERPRETAÇÃO DO ART. 485, IX DO CPC.

1. Há de ser reformado acórdão que entendeu não ser cabível a via rescisória com intuito de desconstituir julgado que não apreciou o mérito da demanda (apenas declarou a intempestividade do agravo de instrumento interposto). Porquanto o acórdão rescindendo não tenha enfrentado o mérito, consoante pressupõe o caput do art. 485 do CPC, o seu inciso IX admite a rescisória fundada em erro de fato.

2. O erro constatado traduz-se no fato de que o recurso foi tempestivamente protocolizado em comarca do interior, mas tido como extemporâneo porque considerada a data constante da chancela do protocolo de segunda instância.

3. A melhor exegese a ser emprestada ao dispositivo legal em análise (art. 485, IX do CPC) é o de se reconhecer como erro de fato a informação equivocada sobre a tempestividade de peça processual, como ocorreu no presente caso. Esse atuar conforta a pretensão da recorrente, autorizando a correção do erro mediante o prosseguimento da rescisória.

4. Se de um lado é dever do advogado ser diligente, protocolizando oportunamente suas peças processuais, do outro é obrigação do julgador, na sua missão constitucional de dizer o direito ao caso concreto, utilizar-se de critérios conducentes à decisão mais justa possível, proporcionando ao jurisdicionado a certeza de que a tutela foi efetivamente prestada.

5. Recurso especial provido.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da PRIMEIRA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, prosseguindo no julgamento, por maioria, vencidos os Srs. Ministros Teori Albino Zavascki (voto-vista) e Denise Arruda, dar provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Francisco Falcão e Luiz Fux (RISTJ, art. 162, § 2º, segunda parte) votaram com o Sr. Ministro Relator".

"SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RESP 395139 / RS ; RECURSO ESPECIAL
2001/0142825-8 Relator(a) Ministro JOSÉ DELGADO (1105)
Orgão Julgador T1 - PRIMEIRA TURMA
Data do Julgamento 07/05/2002
Data da Publicação/Fonte DJ 10.06.2002 p.00149

Ementa

PROCESSO CIVIL. ACÓRDÃO CONFIRMATÓRIO DE SENTENÇA QUE DECRETOU A EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO AO FUNDAMENTO DE COISA JULGADA. INEXISTÊNCIA DE IDENTIDADE DE AÇÕES. AÇÃO RESCISÓRIA.

CABIMENTO.

1. Inexiste identidade de ações quando ausente ao menos um dos três requisitos elencados no parágrafo 2º, do artigo 301, do CPC, isto é, mesmas partes, mesma causa de pedir e mesmo pedido.

2. A jurisprudência do STJ já pacificou entendimento no sentido de que não há identidade de causas, não se operando coisa julgada, quando uma ação busca a declaração de inconstitucionalidade da exigibilidade do FINSOCIAL, enquanto que a outra pleiteia a declaração de inconstitucionalidade da majoração de alíquotas desta mesma contribuição.

3. O rigor da expressão "sentença de mérito" contida no caput do artigo 485, do CPC, tem sido abrandado pela doutrina e jurisprudência.

4. O acórdão confirmatório de sentença que decreta extinto o processo sob alegação de incidência de coisa julgada, quando esta não ocorreu, é passível de reforma via ação rescisória.

5. Recurso especial não provido.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da PRIMEIRA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Francisco Falcão, Luiz Fux, Garcia Vieira e Humberto Gomes de Barros votaram com o Sr. Ministro Relator".(negrito nosso)

Por oportuno, é de se observar excerto do voto do Ministro José Delgado, Relator do RESP 395139 / RS, supracitado:

"(...) O Ordenamento Jurídico brasileiro é um todo harmônico, onde as normas não devem ser interpretadas de per si mas de acordo com os ditames de igualdade e justiça social.

A interpretação isolada de Norma Legal pode conduzir o Aplicador do Direito à aberração jurídica.

A não apreciação da matéria de fundo referente à segunda ação ajuizada pela recorrida não pode transformar-se em óbice à apreciação da ação rescisória.

Não obstante o Tribunal Estadual haver confirmado sentença que decretou extinto o processo sem julgamento do meritum causae, não é dado ao Poder Judiciário abster-se de reparar o próprio erro, sob pena de incorrer em erro maior.

Ademais, o rigor da expressão "sentença de mérito, transitada em julgado", contida no caput, do artigo 485, do Código de Processo Civil, tem sido abrandada pela doutrina e jurisprudência, conforme registra o ilustre professor Bernardo Pimentel de Souza, em sua obra Introdução aos Recursos Cíveis e à Ação Rescisória:

"a doutrina e a jurisprudência têm temperado 'cum grano salis' a cláusula legal 'sentença de mérito, transitada em julgado'.

Assim, na doutrina: SALVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA. A ação rescisória no Superior Tribunal de Justiça. In Recursos no Superior Tribunal de Justiça. São Paulo. Saraiva, 1991, p. 260 e 261, nota 3: 'Em alguns casos, pode-se admitir a ação rescisória em se tratando de acórdão que, por equívoco, extingue o processo sob o fundamento da coisa julgada (CPC, art. 267, V), uma vez que, em tal hipótese, não há possibilidade de renovar-se a causa em primeiro grau, por força do disposto no art. 268 do CPC.

(...)

De acordo ainda a doutrina: OTHON SIDOU. Dicionário Jurídico: Academia Brasileira de Letras Jurídicas. 4ª ed. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 1997, p. 19: 'A expressão sentença de mérito deve ser tomada com reserva (admitindo portanto interpretação ampla) pois há casos em que o processo é extinto sem julgamento do mérito e, quando menos por equidade, a ação rescisória deve prevalecer'. Em seu Tratado da ação rescisória das sentenças e de outras decisões, PONTES DE MIRANDA defende que 'não só as sentenças de mérito são rescindíveis' (5ª ed. Rio de Janeiro, Forense, 1976, p. 144). Reitera o jurisconsulto a tese em seus Comentários ao Código de Processo Civil. Tomo VI. 3ª ed. Rio de Janeiro, Forense, 1988, p. 162 e 166. Ainda em sentido semelhante: HUMBERTO THEODORO JÚNIOR (...). De acordo, na jurisprudência: AR n. 1.501/RJ. 2ª Seção do TFR, unânime, relator Ministro EDUARDO RIBEIRO, in Diário da Justiça de 10 de abril de 1989. p. 5.004: 'Ação rescisória - impugnação de sentença que extinguiu o processo, a fundamento de existir coisa julgada. Embora não se trate de sentença de mérito, enseja ação rescisória já que inadmissível seja novamente intentada a ação (CPC, art. 268)'. Também é muito elucidativa a ementa do voto vencedor declarado pelo Ministro Antônio de Pádua Ribeiro: 'Reconhecida a existência da coisa julgada, assim como de perempção e de litispendência, muito embora a decisão não seja de mérito, a ação não poderá ser renovada. Daí ser cabível a rescisória." (p.373)

Ao meu julgar, excepcionalmente, a ação rescisória pode ser manejada para rescindir decisum transitado em julgado que não tratou de matéria de mérito, como no caso em epígrafe.

Pelo panorama dos autos, negar o direito à rescisória é o mesmo que fechar os olhos para o preceito estatuído no inciso XXXV, do art. 5º, da Constituição Federal, pois mesmo ausente a tríplice identidade entre as ações ajuizadas, não é facultada à recorrida a propositura de nova demanda face o disposto parágrafo único, do art. 268, do CPC". (grifos acrescidos)

Conseguintemente, no que concerne ao acórdão de fls. 68/72, entendo não haver qualquer dúvida quanto à possibilidade de conhecimento da rescisória e, em se conhecendo, já adentrado no mérito, eis que afastadas as preliminares, ela deve ser acolhida.

Realce-se que a decisão do MM. Desembargador Federal Lázaro Guimarães, então Presidente da Segunda Turma, contém dois aspectos: um, consiste na questão da intimação pessoal da União á época, eis que quando da publicação da decisão de fls. 42/50 já estava em vigor a Lei Complementar nº 73/93, havendo, destarte, divergência quanto a esse aspecto. O outro, diz respeito ao argumento de que, como até então a União não funcionava nos autos, não constava o nome do advogado e, sendo assim, a intimação era válida. Se nós entendermos desta maneira, decerto, estaremos violando uma regra processual. Há uma afronta expressa à lei. Tome-se uma hipótese em que o Juiz indefere a inicial - e se indefere não tem a outra parte no processo - e em função disso há uma apelação e aí se publica a intimação da parte contrária no Diário Oficial, Seção da Justiça. É, outrossim, o caso de alguns agravos que chegam ainda no nascedouro da relação processual e o caminho, a meu sentir, a ser percorrido é determinar que o Juiz intime a parte, porque se se publica "intime-se o agravado para contra-razões", ninguém nunca vai se apresentar, porquanto não tem advogado constituído e a intimação da parte por publicação no Diário da Justiça não faz com que ele tome conhecimento do processo.

Em face do exposto, conheço da rescisória em relação ao segundo acórdão (o de fls. 69/72) e seguindo a mesma linha do Relator, acolho o pedido.

Resta a questão do segundo pedido, o qual se refere ao acolhimento da rescisória no que tange ao acórdão anterior (o de fls. 50/57), o acórdão de mérito da Segunda Turma que teve como Relator o Desembargador Federal Nereu Santos e a Turma, por maioria de votos, deu provimento à apelação, considerando haver direito adquirido à incorporação aos vencimentos dos servidores do percentual de 84,32% referentes ao mês de abril de 1990.

Em relação a esse acórdão, é de se observar que ao se ter o julgamento desse agravo e começar a fluir o prazo de rescisória, a parte, discutindo apenas essa matéria, correria o risco de não ter conhecida uma rescisória em relação ao primeiro, porque o acórdão não estaria sendo discutido. Destarte, razão não há, haja vista o ensejo que se oferece e tendo em conta o princípio da oportunidade e até mesmo por questão prática de efetividade e instrumentalidade do processo, do não conhecimento da matéria atinente ao primeiro acórdão.

Acerca da oportunidade de apreciação do primeiro acórdão, urge, destacar os ensinamentos de Humberto Thedoro Júnior a respeito do decisório ofensivo à Constituição, ad litteram:

"(...) É que a macula da inconstitucionalidade torna absolutamente ineficaz o ato, seja ele uma lei, uma providência administrativa ou ma sentença judicial. Por isso, o parágrafo único do art. 741 do CPC, acrescentado pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24.08.2001, incluiu entre as defesas manejáveis por embargos à execução de título judicial a inexigibilidade da sentença proferida com base em lei inconstitucional ou com apoio em aplicação ou interpretação tida como incompatíveis com a Constituição Federal.

Embora não haja necessidade de se valer da ação rescisória para obter a parte prejudicada o reconhecimento da nulidade ou inexistência do julgado, no caso ora apreciado, não será correto omitir-se o tribunal de apreciar a questão, se a parte lançar mão da ação do art. 485 do Código de Processo Civil. É que as nulidades ipso iure devem ser conhecidas e declaradas independentemente de procedimento especial para esse fim, e podem sê-lo até mesmo incidentalmente em qualquer juízo ou grau de jurisdição, até mesmo de ofício segundo o princípio contido no art. 146 e seu parágrafo, do Código Civil". 4(destaques que não constam do original)

Destaca, demais, Humberto Thedoro Júnior, " Os Tribunais, com efeito, não podem se furtar de, até mesmo de ofício, reconhecer a inconstitucionalidade da coisa julgada o que pode se dar a qualquer tempo, seja em ação rescisória (não sujeita a prazo), em ação declaratória de nulidade ou em embargos à execução".5 (negrito nosso)

Arremata, por fim, o professor Humberto Thedoro Júnior, "a ação de rescisão do julgado, embora não necessária para desconstituir a sentença nula ou inexistente, pode servir de ensejo ou oportunidade para tanto, já que tais vícios são argüíveis e declaráveis em qualquer processo ou instância, e até mesmo ex-officio". 6

Nessa esteira, o Pleno do Supremo Tribunal Federal já afirmara que "lei inconstitucional não produz efeito, nem gera direito, desde o seu início [...] assim sendo, perfeitamente comportável é a ação rescisória". 7

É, ademais, a tese brandida pelo insigne processualista, Cândido Rangel Dinamarco, que leciona:

"(...) Outra legítima abertura ao reconhecimento da inconstitucionalidade da coisa julgada em casos extremos pode e deve ser o redimensionamento da ação rescisória e dos limites de sua admissibilidade. Ela é tradicionalmente apontada como um remédio rigorosamente extraordinário de infringência à coisa julgada material, reputada esta um valor a ser preservado a todo custo e sujeito a questionamentos apenas em casos verdadeiramente extraordinários. O rol das hipóteses de sua admissibilidade é um numerus clausus (CPC, art. 485) e os tribunais brasileiros esmeram-se em afunilar a interpretação de cada um dos incisos que tipificam as hipóteses de sua admissibilidade, sempre assumida a premissa da prevalência do valor da segurança jurídica. Na nova ordem de relativização da coisa julgada material, contudo, é imperioso abrir os espíritos para a interpretação dos incisos do art. 485 do CPC, de modo a permitir a censura de sentenças ou acórdãos pelo prisma da constitucionalidade das decisões que contêm - ou seja, impõe-se a relativa e prudente flexibilização das hipóteses de admissibilidade da AR, para que ela sirva de remédio contra os males de decisões flagrantemente inconstitucionais, ou fundadas em prova falsa, na fraude ou no dolo de uma das partes em detrimento da outra, etc".

Conforme asseverou, outrossim, o Ministro Teori Albino Zavascki, litteris:

"A coisa julgada não é um valor constitucional absoluto. Trata-se, na verdade, de um princípio, como tal sujeito a relativização, de modo a possibilitar a convivência harmônica com outros princípios da mesma hierarquia existentes no sistema. Por exemplo: o da imparcialidade do juiz, o da boa-fé e da seriedade das partes quando buscam a tutela jurisdicional, o da própria coisa julgada e, mesmo o da justiça da sentença quando comprometida de modo manifesto. Nos casos em que tais valores possam ficar comprometidos, relativiza-se a imutabilidade das sentenças, propriciando a correção de injustiça. O instrumento processual para isso é a ação rescisória (...)". 8

Frise-se, a propósito, que o Superior Tribunal de Justiça tem admitido, em sede de rescisória, a desconstituição da coisa julgada inconstitucional. Confiram-se, no pertinente, os julgados que se seguem, inclusive da Terceira Seção, verbis:

"SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
AR 870 / PE ; AÇÃO RESCISÓRIA
1999/0006984-6
Fonte DJ DATA:13/03/2000 PG:00123
LEXSTJ VOL.:00130 PG:00012
Relator Min. JOSÉ ARNALDO DA FONSECA (1106)
Revisor Min. FERNANDO GONÇALVES (1107)

Ementa

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. ART. 485, V, CPC. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, DE PRECEITO LEGAL NO QUAL SE LOUVARA O ACÓRDÃO RESCINDENDO.

Cabível a desconstituição, pela via rescisória, de decisão com trânsito em julgado que "deixa de aplicar uma lei por considerá-la inconstitucional ou a aplica por tê-la como de acordo com a Carta Magna.

Ação procedente.
Data da Decisão 13/12/1999
Orgão Julgador S3 - TERCEIRA SEÇÃO

Decisão

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da TERCEIRA SEÇÃO do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, julgar procedente a ação rescisória, nos termos do voto do Sr. Min. Relator. Votaram de acordo os Srs. Mins. FERNANDO GONÇALVES, FELIX FISCHER, GILSON DIPP, HAMILTON CARVALHIDO, JORGE SCARTEZZINI, EDSON VIDIGAL e FONTES DE ALENCAR. Ausente, justificadamente, o Sr. Min. WILLIAM PATTERSON".(grifos acrescidos)

"SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RESP 36017 / PE ; RECURSO ESPECIAL
1993/0016816-9 Fonte DJ DATA:11/12/2000 PG:00185
Relator Min. FRANCISCO PEÇANHA MARTINS (1094)

Ementa

PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO RESCISÓRIA - INTERPRETAÇÃO DE TEXTO CONSTITUCIONAL - CABIMENTO - SÚMULA 343/STF- INAPLICABILIDADE - VIOLAÇÃO A LITERAL DISPOSIÇÃO DE LEI (CPC, ART. 485, V) - FNT - SOBRETARIFA - LEI 6.093/74 - INCONSTITUCIONALIDADE (RE 117315/RS) - DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL SUPERADA - SÚMULA 83/STJ - PRECEDENTES.

- O entendimento desta Corte, quanto ao cabimento da ação rescisória nas hipóteses de declaração de constitucionalidade ou inconstitucionalidade de lei é no sentido de que "a conformidade, ou não, da lei com a Constituição é um juízo sobre a validade da lei; uma decisão contra a lei ou que lhe negue a vigência supõe lei válida. A lei pode ter uma ou mais interpretações, mas ela não pode ser válida ou inválida, dependendo de quem seja o encarregado de aplicá-la. Por isso, se a lei é conforme à Constituição e o acórdão deixa de aplicá-la à guisa de inconstitucionalidade, o julgado se sujeita à ação rescisória ainda que na época os tribunais divergissem a respeito. Do mesmo modo, se o acórdão aplica lei que o Supremo Tribunal Federal, mais tarde, declare inconstitucional".
(Resp 128.239/RS)

- A eg. Corte Especial deste Tribunal pacificou o entendimento, sem discrepância, no sentido de que é admissível a ação rescisória, mesmo que à época da decisão rescindenda, fosse controvertida a interpretação de texto constitucional, afastada a aplicação da Súmula 343/STF (Resp. 155.654/RS, D.J. de 23.08.99)

- Recurso especial não conhecido.
Data da Decisão 19/10/2000
Orgão Julgador T2 - SEGUNDA TURMA

Decisão

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, não conhecer do recurso. Votaram com o Relator os Ministros Eliana Calmon, Paulo Gallotti e Franciulli Netto". (grifos inexistentes no original)

"SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RESP 132314 / PE ; RECURSO ESPECIAL
1997/0034242-5 Relator(a) Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS (1096) Órgão Julgador T1 - PRIMEIRA TURMA
Data do Julgamento 25/08/1998
Data da Publicação/Fonte DJ 28.09.1998 p.00010

Ementa

PROCESSUAL - AÇÃO RESCISÓRIA - VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO LEGAL NEGATIVA DE APLICAÇÃO DA LEI - INCONSTITUCIONALIDADE - SÚMULA 343 DO STF - NÃO INCIDÊNCIA - CABIMENTO DA RESCISÓRIA.

I - Não constitui fundamento - para efeito da Súmula 283/STF - tese enunciada por dois integrantes do tribunal, mas ignorada pela maioria formadora do acórdão recorrido.

II - Se a lei foi ignorada por suposta inconstitucionalidade, a ação rescisória é cabível. Nada importa a circunstância de ter sido controvertida pelos tribunais a compatibilidade entre a constituição e a lei: a restrição contida na Súmula 343 do STJ incide somente, quando o acórdão enveredou pela interpretação do dispositivo legal.

Acórdão

Por unanimidade, dar provimento ao recurso".

Às vezes, até um trabalho antigo serve para mostrar a coerência de um posicionamento e não um posicionamento de oportunidade.

Há cerca de cinco anos atrás, este Juiz foi orientador do MM. Juiz Federal Francisco de Barros Dias, do Rio Grande do Norte, sobre sua dissertação de mestrado, com o título de "Coisa Julgada Inconstitucional". Naquela oportunidade, segui-se exatamente a orientação de professores como Paulo Otero, no "Ensaio sobre o Caso Julgado Inconstitucional" e Marcelo Rebelo de Sousa, catedrático de Lisboa, em "O Valor Jurídico do Acto Constitucional", os quais seguem a trilha dos bons autores alemães, dizendo que não há nada que resista à inconstitucionalidade. E a explicação teórica é muito simples: o fundamento da validade de qualquer lei é a Constituição, assim como, o fundamento de validade de qualquer sentença, também no caso de Marcelo Rebelo de Sousa que examina o ato normativo inconstitucional, o ato administrativo inconstitucional e o ato jurisdicional inconstitucional. É, de fato, de se reconhecer a procedência dos argumentos desses doutrinadores.

Acerca do tema sub examinem, Marcelo Rebelo de Sousa, jurista lusitando, pontifica:

"(...) a mesma função jurisdicional encontra-se obviamente vinculada à Constituição, devendo entender-se que a referência à garantia da legalidade vigente incluída na sua definição abrange quer a legalidade em sentido restrito que a constitucionalidade. (...) Desses escassos dados parece legítimo inferir que a Constituição rege directa e imediatamente a função jurisdicional do Estado quanto aos elementos contidos na sua definição, quanto à orgânica competente para o seu exercício, e quanto a algumas outras matérias pontuais, como a fundamentação das decisões dos tribunais, a sua obrigatoriedade para todas as entidades públicas e privadas".9

Bastante elucidativa, a propósito, a lição do doutrinador português, Paulo Otero, o qual nos diz:

"(...) admitir, resignados, a insindicabilidade de decisões judiciais inconstitucionais seria conferir aos tribunais um poder absoluto e exclusivo de definir o sentido normativo da Constituição: Constituição não seria o texto formalmente qualificado com tal; Constituição seria o direito aplicado nos tribunais, segundo resultasse da decisão definitiva e irrecorrível do juiz. (...) A sentença violadora da vontade constituinte na se mostra possível de encontrar um mero fundamento constitucional indirecto para daí retirar a sua validade, ou, pelo menos, a sua eficácia na ordem jurídica com caso julgado. Na ausência de expressa habilitação constitucional, a segurança e a certeza jurídicas inerentes ao Estado de Direito são insuficientes para fundamentar a validade de uma caso julgado inconstitucional"10.

Hoje já se diz por vários doutrinadores brasileiros. Teresa Arruda Alvim Wambier possui trabalho sobre a matéria, mostrando que quando se apega à idéia de que uma decisão transitada em julgado não pode ser reconhecida como inconstitucional, estar se valorizando a norma processual infraconstitucional, em detrimento da Constituição, porque quem fixou o prazo de dois anos para a rescisória foi a norma processual, e o fundamento da norma processual é a Constituição. Assim, se se imaginar que esse decurso de prazo permitiria ou permitirá a afronta constitucional, estaria se entendendo que pela lei processual há um permissivo de afronta constitucional por decurso de prazo. E realce-se que o sistema brasileiro não é esse, porquanto não há prazo para a propositura da ADIN, pois o que se entende é que, a qualquer tempo pode ser interposta, o único limite para o ajuizamento de uma ADIN é uma nova Constituição. Destarte, tudo aquilo que está abaixo da Constituição busca nela fundamento de validade e, conseguintemente, o que afronta a Constituição tem que ser afastado.

Aqui vale transcrever a lição de Cândido Rangel Dinamarco, que com muita propriedade defende a relativização da coisa julgada e sustenta não ser legítimo eternizar injustiças a pretexto de evitar a eternização de incertezas:

"(...) é inconstitucional a leitura clássica da garantia da coisa julgada, ou seja, sua leitura com a crença de que ela fosse algo absoluto e, como era hábito dizer, capaz de fazer do preto, branco e do quadrado, redondo. A irrecorribilidade de uma sentença não apaga a inconstitucionalidade daqueles resultados substanciais política ou socialmente ilegítimos, que a CF repudia. (...) Onde quer que se tenha uma decisão aberrante de valores, princípios, garantias ou normas superiores, ali ter-se-ão efeitos juridicamente impossíveis e portanto não incidirá a coisa julgada material - porque, como sempre, não se concebe imunizar efeitos cuja efetivação agrida a ordem jurídico-constitucional. (...) Não me impressiona o argumento de que, sem a rigorosa estabilidade da cosia julgada, a vida dos direitos seria incerta

e insegura, a dano da tranqüilidade social. Toda flexibilização de regras jurídico-positivas traz consigo esse risco, como já venho reconhecendo há mais de uma década; mas a ordem processual dispõe de meios para a correção de eventuais desvios ou exageros, inclusive mediante a técnica dos recursos, da ação rescisória, da reclamação aos tribunais superiores, etc. Além disso, não estou a postular a sistemática desvalorização da auctoritas rei judicante, mas apenas o cuidado para situações extraordinárias e raras, a serem tratadas mediante critérios extraordinários. (..) Não é lícito entrincheirar-se comodamente de trás da barreira da coisa julgada e, em nome desta, sistematicamente assegurar a eternização de injustiças, de absurdos, de fraudes ou de inconstitucionalidade. (...) A posição defendida tem apoio também no equilíbrio, que há muito venho postulando, entre duas exigências opostas mas conciliáveis - ou seja, entre a exigência de certeza ou segurança, que a autoridade da coisa julgada prestigia, e a de justiça e legitimidade das decisões (...) Nesssa linha, repito: a ordem constitucional não tolera que se eternizem injustiças a pretextos de não eternizar litígios"11. (grifos acrescidos)

Ainda, no dizer o Ministro José Delgado, "a regra do respeito à coisa julgada é impositiva da segurança jurídica, porém esta não se sobrepõe a outros valores que dignificam a cidadania e o Estado Democrático. (...) A coisa julgada é uma entidade definida e regrada pelo direito formal, via instrumental, que não pode se sobrepor aos princípios da legalidade, da moralidade, da realidade dos fatos, das condições impostas pela natureza do homem e às regras postas na Constituição. (...) A injustiça, a imoralidade, o ataque à Constituição, a transformação da realidade das coisas quando presentes na sentença viciam a vontade jurisdicional de modo absoluto. (...) Os valores absolutos de legalidade, moralidade e justiça estão acima do valor segurança jurídica. Aqueles são pilares, entre outros, que sustentam o regime democrático, de natureza constitucional, enquanto esse é valor infraconstitucional oriunda de regramento processual"12.

Calha à justa trazer à baila o ensinamento do MD. Desembargador Federal Francisco Wildo Lacerda Dantas, em cujo artigo entitulado, "Considerações sobre a desconstituição e a relativização da coisa julgada", discorre: "(...) considero inteiramente constitucional - com as vênias devidas a quem também pensa de modo diverso - o parágrafo único acrescentado ao art. 741 do CPC pela Medida Provisória n° 2.180-35, de 24.08.2001, muito embora abomine - pessoalmente - o fato de ele ter sido ali posto através de Medida Provisória. Acrescento, porém, que quando se admite que a sentença que ofenda norma constitucional - norma-regra constitucional, bem entendido - possa ser atacada por ação rescisória, à invocação do permissivo do art. 485, V, do CPC, implica também se aceitar que nada mais poderá acontecer quando a sentença rescindível se torna coisa soberanamente julgada, quando se ultrapassa o biênio decadencial a que alude o art. 495 do CPC. Nada disso acontece, porém, quando a sentença, ainda que transita em julgado agride norma-princípio constitucional porque, nessa hipótese, se terá uma situação onde a desconstituição da coisa julgada radica na relativização desse instituto, cuja solução - como já demonstrado anteriormente - implica a solução de um conflito de princípios constitucionais: o da segurança que lastreia a coisa julgada e o outro princípio que se alega haver sido desobedecido pela sentença. (...) Considero, porém - como já mencionei - que a coisa julgada não é um valor absoluto e que quando a sentença se fundamenta numa lei que foi julgada constitucional pelo STF, em qualquer espécie de controle - concentrado ou difuso - se pode muito bem rescindi-la à invocação da hipótese do art. 485, V, do CPC. (...) Por fim, quando se tratar de sentença que se funde em norma julgada inconstitucional ou constitucional pelo STF - conforme o caso - no exercício de qualquer dos controles, se poderá rescindir a sentença, com fundamento no art. 485 do CPC, por violação de literal disposição da lei constitucional"13.(negrito nosso)

Valho-me, ainda, da lição do eminente par, Desembargador Paulo Roberto de Oliveira Lima, no que tange a matéria em apreço, ipsis verbis:

"No que respeita à coisa julgada, a própria legislação carece de alterações para dar ao instituto novas cores, sem o que arrisca-se a própria eficiência do Direito. Às alturas a que se eleva o valor da isonomia, não permite mais que o sistema jurídico, em homenagem à segurança, mantenha decisões díspares para caso iguais, rompendo com cânones constitucionais, em holocausto a intangibilidade da coisa julgada. Magoa fundo a noção de justiça, v.g., que determinado contribuinte pague certa exação, porque vencido em ação onde argüiu inconstitucionalidade do tributo, quando todos os demais venceram suas demandas. (...) Casos há, e não são poucos, onde servidores da mesma "repartição" e no exercício dos mesmos cargos e funções recebem remunerações diferentes, justo porque uns venceram e outros perderam suas demandas. Nestes casos, olvida-se o princípio constitucional da isonomia, maltrata-se a regra magna da prevalência do interesse público sobre o privado, aniquila-se o princípio de Direito Administrativo de que todos devem, na mesma medida, contribuir para a manutenção do Estado, espanca-se o valor psicossocial da justiça, tudo em louvor à coisa julgada. (...) O princípio da legalidade não pode ser sacrificado em homenagem à coisa julgada, tampouco o princípio da isonomia. No choque entre uns e outro, a imutabilidade tem de ceder passagem àqueles princípios basilares do constitucionalismo nacional. (...)O respeito da sociedade civil ao Direito, enquanto processo social de adaptação, o prestígio do Judiciário, enquanto instituição encarregada de realizar o bem supremo da Justiça, passa necessariamente pela urgente adoção da revisibilidade da sentença anti-isonômica"14. (grifei)

Afastando qualquer preconceito, este Plenário reiteradamente vêm decidindo nesse mesmo sentido, nas relações continuadas de direito tributário. De fato, há algum tempo atrás discuti-se no Tribunal Pleno caso da White Martins, referente a contribuição social sobre o lucro, onde o Tribunal tinha o entendimento de reconhecer a norma com toda inconstitucional e transitou em julgado. Depois o Supremo Tribunal Federal limitou a inconstitucionalidade. E qual é o entendimento? A decisão transitou em julgado, mas o reconhecimento do Supremo Tribunal Federal da inconstitucionalidade fez com que se entendesse como válida e de boa-fé a forma de postura da empresa até a decisão do Supremo Tribunal Federal, devendo-se, portanto, cumprir a partir dali. Isso numa relação tributária. Impõe-se, no entanto, a indagação, onde é que no Código de Processo Civil diz que a decisão do Supremo Tribunal Federal posterior em matéria tributária modifica o efeito da coisa julgada e não modifica no campo do direito administrativo? São duas matérias de direito público em estado presente, aliás, o direito administrativo originariamente era quem tratava da questão tributária, e depois, houve a especialização.

Ressalte-se que no caso referido da White Martins (Embargos Infringentes na Ação Rescisória nº 310/PE) o voto condutor caminhou no sentido de não ser cabível a ação rescisória. Entrementes, a Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial nº 132314/PE, Relator Ministro Humberto Gomes de Barros, deu provimento ao recurso da Fazenda Nacional, reconhecendo o cabimento da ação rescisória no caso concreto, cuja ementa restou vazada nos seguintes termos:

"SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RESP 132314 / PE ; RECURSO ESPECIAL

1997/0034242-5 Relator(a) Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS (1096) Órgão Julgador T1 - PRIMEIRA TURMA

Data do Julgamento 25/08/1998

Data da Publicação/Fonte DJ 28.09.1998 p.00010

Ementa

PROCESSUAL - AÇÃO RESCISÓRIA - VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO LEGAL NEGATIVA DE APLICAÇÃO DA LEI - INCONSTITUCIONALIDADE - SÚMULA 343 DO STF - NÃO INCIDÊNCIA - CABIMENTO DA RESCISÓRIA.

I - Não constitui fundamento - para efeito da Súmula 283/STF - tese enunciada por dois integrantes do tribunal, mas ignorada pela maioria formadora do acórdão recorrido.

II - Se a lei foi ignorada por suposta inconstitucionalidade, a ação rescisória é cabível. Nada importa a circunstância de ter sido controvertida pelos tribunais a compatibilidade entre a constituição e a lei: a restrição contida na Súmula 343 do STJ incide somente, quando o acórdão enveredou pela interpretação do dispositivo legal.

Acórdão

Por unanimidade, dar provimento ao recurso".

Trata-se, no dizer de Teresa Arruda Alvim ao apreciar a questão da sentença proferida com base em lei declarada posteriormente inconstitucional pelo STF, de hipótese bastante comum em matéria tributária. "Cogita-se, aqui, da possibilidade de tal sentença ser rescindida com base na alegação de violação a literal disposição de lei, quando a lei tenha sido, posteriormente, declarada inconstitucional pelo STF, em ação direta declaratória de inconstitucionalidade".15

Frise-se que se se considerar que numa relação continuada de direito administrativo, a pacificação da posição do Supremo não tem o efeito de fazer com que aquilo se aplique a todas as situações, também no direito tributário seria por igual, porque não há nenhuma norma tributária que excepcione. Tem-se, na hipótese dos autos, um caso típico: o Supremo Tribunal Federal pacificou a matéria no sentido de que não são devidos os 84,32%. A relação é continuada, o servidor recebe todo mês.

Ora, o posicionamento referente a esse caso ou qualquer outro é que até a fixação da interpretação diversa pelo Pretório Excelso aquilo que foi recebido por força de uma coisa julgada é recebimento de boa-fé, no entanto, a partir dali, tem que se suspender. É que, a partir de então nenhuma coisa julgada pode resistir à Constituição. A coisa julgada é apenas aparente ou então passaríamos a admitir um "monstrengo". Assim, se amanhã o legislador reduz o prazo da rescisória para quatro meses, só se teriam quatro meses para discutir a constitucionalidade e desse marco, absurdamente, qualquer inconstitucionalidade seria válida. Decerto, seria uma aberração. Por conseguinte, como posso consentir que um mero decurso de prazo previsto na regra processual legal dá direito a se afrontar a Constituição? E a hierarquia das normas, não existe? Decerto, que sim.

Sobre o ordenamento das normas, no pertinente, trago à lume a lição de Kelsen:

"(...) O ordenamento jurídico não é, portanto, um sistema jurídico de normas igualmente ordenadas, colocadas lado a lado, mas um ordenamento escalonado de várias camadas de norma jurídicas. Sua unidade se deve à conexão, que acontece porque a produção e, desta forma, a validade de uma reverte para a outra, cuja produção novamente é determinada pela outra; um regresso que desemboca, finalmente na norma fundamental, na regra fundamental hipotética e, conseqüentemente, no fundamento de validade mais alto". 16

Observe-se, a propósito, o escólio de José Afonso da Silva:

"(...) a Constituição se coloca no vértice do sistema jurídico do país, a que confere validade, e que todos os poderes estatais são legítimos na medida em que ela os reconheça e na proporção por ela distribuídos. É, enfim, a lei suprema do Estado, pois é nela que se encontram a própria estrutura deste e a organização de seus órgãos; é nela que se acham as normas fundamentais de Estado, e só nisso se notará sua superioridade em relação às demais normas jurídicas. (...) Nossa Constituição é rígida. Em conseqüência, é a lei fundamental e suprema do Estado Brasileiro. Toda autoridade só nela encontra fundamento e só ela confere poderes e competências governamentais. Nem o governo federal, nem os governos dos Estados, nem os dos Municípios ou do Distrito Federal são soberanos, porque todos são limitados, expressa ou implicitamente, pelas normas positivas daquela lei fundamental. Exercem suas atribuições nos termos nela estabelecidos. Por outro lado, todas as normas que integram a ordenação jurídica nacional só serão válidas se se conformarem com as normas da Constituição Federal".17

No que tange à relação jurídica continuativa tributária, tem assim se posicionado o Superior Tribunal de Justiça, litteratim:

"SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RESP 218354 / RS ; RECURSO ESPECIAL

1999/0050275-2 Relator(a) Ministro JOSÉ DELGADO (1105)

Órgão Julgador T1 - PRIMEIRA TURMA

Data do Julgamento 17/08/1999

Data da Publicação/Fonte DJ 11.10.1999 p.00049

RSTJ VOL.:00129 p.00146

Ementa

TRIBUTÁRIO. RESCISÓRIA. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DOS "AUTÔNOMOS" E DOS "ADMINISTRADORES". LEI Nº 7.787/89, ART. 3º, I.

1 - O prevalecimento de obrigações tributárias cuja fonte legal foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal constitui injúria à lógica jurídica, ofendendo os princípios da legalidade e da igualdade tributárias. A Súmula nº 343/STF nada mais é do que a repercussão, na esfera da ação rescisória, da Súmula nº 400, que se aplica a texto constitucional no âmbito do recurso extraordinário (RTJ 101/214). Se a lei é conforme a Constituição e o acórdão deixa de aplicá-la à guisa de inconstitucionalidade, o julgado se sujeita à ação rescisória ainda que na época os Tribunais divergissem a respeito. Do mesmo modo, se o acórdão aplica lei que o Supremo Tribunal Federal, mais tarde, declara inconstitucional (REsp 128.239/RJ - Rel. Min. Ari Pargendler). Multiplicidade de precedentes (ementa do REsp nº 154708/DF, Rel. Min. Milton Luiz Pereira).

2 - A coisa julgada, no caso em exame, afronta o princípio da igualdade tributária e está apoiada em lei declarada inconstitucional pelo Colendo Supremo Tribunal Federal.

3 - Não há que se entender, data vênia, a existência de decisões controvertidas quando a sentença e o acórdão foram prolatados e, posteriormente, a situação jurídica examinada mereceu declaração de inconstitucionalidade da lei aplicada, com efeitos ex tunc, alcançando as relações jurídicas passadas.

4 - O princípio da segurança jurídica, inspirador dos efeitos da coisa julgada, não pode ser levado ao extremo de ofender o princípio constitucional da igualdade tributária.

5 - Considerou-se, também, que, de acordo com as regras sistematizadoras do nosso ordenamento jurídico, somente ao Colendo Supremo Tribunal Federal é que cabe, com força definitiva, declarar a inconstitucionalidade de lei e sugerir ao Congresso Nacional a sua retirada do mundo jurídico.

6 - Precedentes: REsp nº 139.865/RS, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, DJU de 15.12.97; REsp nº 122477/DF, Rel. Min. Adhemar Maciel, DJU de 02.03.98; REsp 104227/DF, Rel. Min. Hélio Mosimann, DJU de 09.03.98.

7 - Recurso provido.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Exmos. Srs. Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, dar provimento ao recurso, na conformidade do relatório, votos, notas taquigráficas e certidão de julgamento constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado".(destaques que não constam do original)

"SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RESP 186565 / RS ; RECURSO ESPECIAL

1998/0062537-2 Relator(a) Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS (1094) Órgão Julgador T2 - SEGUNDA TURMA

Data do Julgamento 19/10/2000

Data da Publicação/Fonte DJ 09.04.2001 p.00340

Ementa

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AÇÃO RESCISÓRIA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ADMINISTRADORES. AUTÔNOMOS E AVULSOS. LEI 7.787/89 (ART. 3º, I). DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE POSTERIOR À AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. SÚMULA 343/STF. INAPLICABILIDADE.

PRECEDENTES DO STF E STJ.

1. A Súmula 343/STF é aplicável quando se trata de texto legal de interpretação controvertida nos Tribunais e não de texto constitucional.

2. Admissível a ação rescisória contra decisão que julgou ação de repetição de indébito de contribuição social que, posteriormente, veio a ser declarada inconstitucional pelo Eg. STF.

3. Entendimento consagrado no STJ com o qual o acórdão recorrido não

se concilia.

4. Recurso especial conhecido e provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, conhecer do recurso e lhe dar provimento. Votaram com o Relator os Ministros Eliana Calmon, Paulo Gallotti e Franciulli Netto". (negrito nosso)

"SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RESP 281209 / GO ; RECURSO ESPECIAL
2000/0101846-9 Relator(a) Ministro JOSÉ DELGADO (1105)
Órgão Julgador T1 - PRIMEIRA TURMA
Data do Julgamento 07/06/2001
Data da Publicação/Fonte DJ 27.08.2001 p.00227

Ementa

TRIBUTÁRIO. COISA JULGADA. EFEITOS. RELAÇÃO JURÍDICA CONTINUATIVA. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO.

1. A Lei nº 7.689, de 15.12.88, foi declarada constitucional, com exceção do art. 8º, pelo STF (RE nº 138284-8-CE).

2. Efeitos da coisa julgada que reconheceu, sem exame pelo STF, ser inconstitucional toda a Lei nº 7.689, de 15.12.88.

3. Superveniência da Lei nº 8.212, de 24.07.91, e da LC nº 70, de 30.12.1991. Reafirmação, nestas leis, da instituição da contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas.

4. Superveniência de situações jurídicas que afetam a imutabilidade da coisa julgada quando se trata de declaração de inconstitucionalidade não examinada, na situação debatida, pelo STF e proclamada na apreciação de relação jurídico-tributária de natureza continuativa.

5. Recurso provido que resulta em denegação da segurança impetrada pela empresa, obrigando-a a pagar a contribuição em questão devida, a partir da vigência da Lei nº 8.212/91, por respeito aos efeitos da coisa julgada nos exercícios de 1989 e 1990. Inexistência de ação rescisória.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da PRIMEIRA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.Os Srs. Ministros Francisco Falcão, Garcia Vieira, Humberto Gomes de Barros e Milton Luiz Pereira votaram com o Sr. Ministro Relator".(destaques acrescidos)

"SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RESP 193500 / PE ; RECURSO ESPECIAL
1998/0079850-1 Relator(a) Ministro GARCIA VIEIRA (1082)
Órgão Julgador T1 - PRIMEIRA TURMA
Data do Julgamento 06/05/1999
Data da Publicação/Fonte DJ 13.09.1999 p.00043

Ementa

TRIBUTÁRIO - CONTRIBUIÇÃO INSTITUÍDA PELA LEI Nº 7.689/88 - MODIFICAÇÃO DO ESTADO DE FATO - APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 239/STJ.

Em se tratando de relação continuativa é possível rever decisão transitada em julgado, se ocorrer alteração no estado de fato.

Recurso improvido.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Exmºs. Srs.Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por maioria, vencidos os Exmºs. Srs. Ministros Demócrito Reinaldo e Humberto Gomes de Barros, negar provimento ao recurso. Votaram com o Relator Milton Luiz Pereira e José Delgado".(grifei)

Dos arestos supracitados, verifica-se que o Superior Tribunal de Justiça, em se tratando de relação jurídica continuativa, tem admitido a revisão da coisa julgada, quando a mesma for arrimada em fonte legal declarada inconstitucional pelo STF, por afrontar o princípio da igualdade, no caso, tributária. É, aliás, a tese já defendida por este Juiz, no âmbito do direito administrativo, no julgamento da AC 325323/CE, caso semelhante ao dos presentes autos, cuja matéria também consistia na percepção por servidores públicos do reajuste de 84,32%.

Analisando a questão da coisa julgada inconstitucional à luz do princípio da isonomia. Sobre o assunto, é de se destacarem os valiosos ensinamentos de Tereza Arruda Alvim Wambier:

"O princípio da isonomia se constitui na idéia de que todos são iguais perante a lei, o que significa que a lei deve tratar a todos de modo uniforme e que correlatamente as decisões dos Tribunais não podem aplicar a lei de forma diferente a casos absolutamente idênticos, num mesmo momento histórico. De fato, de nada adiantaria a existência de comando constitucionalmente dirigido ao legislador, se o Poder Judiciário não tivesse que seguir idêntica orientação, e pudesse decidir, com base na lei, no mesmo momento histórico (ou seja, sem que fatores históricos possam influir no sentido que se deva dar à lei) em face de idênticos casos concretos, de modos diferentes. Esses princípios têm, portanto, aplicação, por assim dizer, "engrenada", funcionando ambos como pilares fundamentais da concepção moderna de Estado de Direito. (...) Do contrário, se verão feridos de morte o princípio da legalidade e da isonomia"18.

Especificamente acerca da matéria posta nos presentes autos, urge transcrever as considerações do MD. Desembargador Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima, às quais me filio por inteiro, constantes do livro Contribuição à Teoria da Coisa Julgada, litteris:

"Volte-se a exemplo já analisado: a remuneração dos servidores públicos. Em face do momento em que foram propostas e julgadas, algumas ações terminaram com a concessão de 84,32% de reajuste, em março de 1990, aos autores, servidores públicos. Tendo o Supremo Tribunal Federal, mais tarde, cifrado o entendimento de que tal reajuste não era devido, outras tantas ações terminaram por negar aos autores servidores públicos, igual vantagem. Ironicamente, em muitos casos ambas as sentenças transitaram em julgado, tendo decorrido in albis o prazo da rescisória. Em face das regras hoje adotadas, disciplinadoras do instituto da coisa julgada, a situação será definitivamente mantida, ou seja, na mesma "repartição pública" servidores exercentes de cargo igual receberão eternamente remunerações diferentes. O fato implica irretorquível agressão ao princípio constitucional da isonomia, macula os canônes máximos do Direito Administrativo (impessoalidade, indisponibilidade, legalidade fechada) e agride ao senso comum de justiça, daí porque desserve ao Direito. O respeito à coisa julgada não justifica tamanho sacrifício!!"19. (grifos que não constam do original)

Ainda acerca do reajuste de 84,32%, o MM. Juiz Federal Francisco Barros Dias, em trabalho já referido, ensina:

"(...) Invocaremos aqui algumas situações concretas que restaram conhecidas em todo território nacional, as quais dizem respeito à revisão de vencimentos de servidor público, sendo a primeira referente aos 84,32% e a segunda a 28,86%. Como se trata de matéria relativa ao servidor público federal, submetida, conseqüentemente, á competência da Justiça Federal, foi a primeira acolhida em primeiro e segundo graus de jurisdição, sob o argumento de existir direito adquirido previsto no texto constitucional, cuja tese chegou a ser abraçada pelo Superior Tribunal de Justiça. A segunda foi rejeitada em primeiro e segundo graus, sob o argumento de que os servidores civis não estavam abrangidos por esse percentual que havia sido concedido aos militares através da Lei nº 8.627/93, tendo, inclusive, recebido a chancela do Superior Tribunal de Justiça. O percentual de 84,32%, o qual deixou de ser concedido quando da elaboração do Plano de Governo que estava iniciando em março de 1990, que recebeu a adesão dos Tribunais Regionais Federais e do Superior Tribunal de Justiça. (...) Tempo depois, o Supremo Tribunal Federal analisou a mesma matéria, (manifestando-se contrariamente) (...) A disparidade dos julgados leva a uma grande injustiça ao se fazer uma comparação entre os mesmos. Vejamos os casos de dois servidores públicos, por exemplo, em que um obteve decisão favorável em segundo grau e até no Superior Tribunal de Justiça, vindo essa decisão de seu processo a transitar em julgado. Passou esse servidor a gozar de um benefício em seu salário que praticamente dobra seu ganho em relação ao outro funcionário. Esse privilégio se torna definitivo, caso venha a ser consumar o prazo decadencial da ação rescisória por não ter o ente público utilizado esse instrumento hábil. Enquanto isso, o outro servidor que foi ao Judiciário e seu processo chegou ao Supremo Tribunal Federal, através do recurso próprio ou de uma ação rescisória interposta no lapso de tempo normal, teve como conseqüência o seu direito negado e passou, na prática, a receber um salário quase pela metade, em relação ao seu colega de trabalho. (...) Essa circunstância só pode ser vista com perplexidade. Não se concebe, nem se entende, como ocorre em alguns julgados, que, em tese, cabe ação rescisória para corrigir uma ilegalidade da decisão, porém não é possível se socorrer de um instrumento legal para desconstituir uma sentença inconstitucional, caso tenha decorrido o prazo decadencial dessa espécie de ação. Essas e outras situações parecidas levam ao total descrédito do Judiciário. Somente se pode entender uma situação dessas como de total desprestígio ao poder jurisdicional, motivando uma série de críticas, muitas vezes fundadas, sobre a real finalidade dessa função estatal. (...) Os julgados conflitantes e contraditórios aqui trazidos à colação servem de exemplo para demonstrar a injustiça que os mesmos representam quando comparados entre si diante da situação concreta que restou aos seus destinatários, justificando, assim, a criação de um instrumento hábil a corrigir essa grave distorção do ordenamento jurídico".20

In casu, verifica-se que a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA SUCAM EM PERNAMBUCO - ASSUPE ajuizou ação ordinária em 1991 visando ao reconhecimento "do direito dos associados da autora ao reajustamento de seus salários, no percentual de 84,32%, a ser aplicado no mês de abril/90, devendo ainda ser a demanda, condena a implantar em folha de pagamento as diferenças salariais decorrentes dos reajustamentos, a partir do mês de abril/90".

Em 12 de agosto de 1991, com já ressaltado, proferi sentença julgando improcedente a ação, julgamento reformado posteriormente pelo Segunda Turma desta colenda Corte, por maioria de votos.

Com efeito, a época do julgamento da ação era pacífico o entendimento do Supremo Tribunal Federal, cuja primeira decisão, fundamento da sentença, (MS n(21216-DF) do Tribunal Pleno do Pretório Excelso acerca da matéria data de 05.12.1990 e outras se seguiram em Ações Diretas de Inconstitucionalidade, conforme se atesta das ementas abaixo transcritas, no sentido de não haver direito adquirido ao reajuste no percentual de 84,32% em março de 1990, conquanto não perfeitos todos requisitos fáticos à sua aquisição.

São nesse sentido, os seguintes precedentes do Supremo Tribunal Federal, ipsis verbis:

"SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
MS 21216 / DF - DISTRITO FEDERAL
MANDADO DE SEGURANÇA
Relator(a): Min. OCTÁVIO GALLOTTI
Julgamento: 05/12/1990 Órgão Julgador: TRIBUNAL PLENO
Publicação: DJ DATA-28-06-1991 PP-08905 EMENT VOL-01626-02 PP-00216 RTJ VOL-00134-03 PP-01112

EMENTA

- Mandado de Seguranca contra ato omissivo do Presidente do Supremo Tribunal, em virtude do qual ficaram privados os Impetrantes, funcionarios da Secretaria da Corte, do reajuste de 84,32% sobre os seus vencimentos, a decorrer da aplicacao da Lei n. 7.830, de 28-9-89. Revogada esta pela Medida Provisoria n. 154, de 16-3-90 (convertida na Lei 8.030-90), antes de que se houvessem consumados os fatos idoneos a aquisicao do direito ao reajuste previsto para 1.-4-91, nao cabe, no caso, a invocacao da garantia prevista no art. 5., XXXVI, da Constituicao. Pedido indeferido, por maioria.

Observação

Votação: por maioria, vencidos os Mins. Carlos Velloso, Sepúlveda Pertence e Paulo Brossard.

Resultado: indeferido.

Acórdãos citados: RE-77897, RE-99217 (RTJ-110/744), RE-94041

(RTJ-105/671),

RE-96458, RE-100007.

Partes

IMPTES. : ERALDO DA MOTA MACHADO E OUTROS
ADVDO. : INOCÊNCIO OLIVEIRA CORDEIRO
IMPDO. : PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL" (destaques acrescidos)

"SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
ADI 577 MC / DF - DISTRITO FEDERAL
MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
Relator(a): Min. SEPULVEDA PERTENCE
Julgamento: 18/09/1991 Órgão Julgador: TRIBUNAL PLENO
Publicação: DJ DATA-18-10-91 PP-14549 EMENT VOL-01638-01 PP-00123 RTJ VOL-00138-01 PP-00070

Ementa

- Ação direta de inconstitucionalidade: decisão administrativa de Tribunal Regional Federal, que - alem de propor a inclusão, no orçamento de 1992, da dotação necessária ao pagamento do reajuste de 84,32%, de acordo com a L. 7.830/89 e não obstante sua revogação pela MP 154/90 (L. 8030/90), em cumprimento de decisões judiciais liminares - resolveu estender o mesmo tratamento a todos os juizes e servidores da Justiça Federal na Região, independentemente de ordem judicial; concorrência das condições da ação direta em relação a segunda parte da decisão administrativa questionada, que configura ato normativo de caráter geral e e objeto de imputação de inconstitucionalidade imediata; suspensão cautelar deferida, a vista, sobretudo, do acórdão do STF no MS 21.216, 5.12.90, Octavio Gallotti, no qual se assentou a inexistência, no caso, de direito adquirido ao reajuste mencionado; considerações sobre o papel do Supremo Tribunal Federal na uniformização de critérios de aplicação das leis comuns, sem prejuízo da autonomia administrativa e financeira dos diversos tribunais da União.

Observação

VOTACAO: UNANIME.

RESULTADO: CONHECIDA EM PARTE E DEFERIDA A CAUTELAR.

Veja - ADIN-99, ADIN-201, ADIN-311, ADIN-365, ADIN-370, MS-21216".

"SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
ADI 684 MC / RN - RIO GRANDE DO NORTE
MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
Relator(a): Min. NERI DA SILVEIRA
Julgamento: 26/02/1992 Órgão Julgador: TRIBUNAL PLENO
Publicação: DJ DATA-26-06-92 PP-10104 EMENT VOL-01667-01 PP-00105

Ementa

- Acao direta de Inconstitucionalidade. Resolucao Administrativa de Tribunal Regional Eleitoral que determinou o pagamento do reajuste de 84,32% relativo a variacao do IPC de marco de 1990, a todos os servidores da Corte, inclusive inativos, a contar de abril do mesmo ano. Alegacao de ofensa aos arts. 37, X, e 96, II, "b", da Constituicao. Natureza normativa da Resolucao. Relevancia dos fundamentos do pedido. Decisao em sentido contrario do STF, no mandado de Seguranca n. 21.216, quanto aos funcionarios do Quadro de sua Secretaria. "Periculum in mora". Medida cautelar deferida para suspender, "ex nunc" e ate o julgamento final da acao, a eficacia da Resolucao impugnada.

Observação

VOTACAO: UNANIME.

RESULTADO: DEFERIDA.

Veja - ADIN-577, MS-21216-1, ADINMC-661, ADINMC-662".

"SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
ADI 658 MC / PE - PERNAMBUCO
MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
Relator(a): Min. SEPULVEDA PERTENCE
Julgamento: 26/02/1992 Órgão Julgador: TRIBUNAL PLENO
Publicação: DJ DATA-29-05-92 PP-07834 EMENT VOL-01663-02 PP-00300 RTJ VOL-00140-03 PP-00788

Ementa

Vencimentos: Reajuste pela variacao do IPC de marco de 1990: sistema extinto pela M. Prov. 154/90, convertida na L. 8.030/90, cuja aplicacao imediata, segundo decidiu o STF (MS 21.216, Gallotti), nao ofendeu as garantias do direito adquirido e da irredutibilidade de vencimentos: suspensao cautelar de ato normativo em contrario do TRF/5. Regiao (precedente: ADIn 577, med. cautelar, 18.9.91, Pertence).

OBSERVAÇÃO
VOTACAO: UNANIME.
RESULTADO: DEFERIDA.
VEJA MS-21216, ADINMC-577, ADINMC-661".
"SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
ADI 683 MC / SC - SANTA CATARINA
MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
Relator(a): Min. MARCO AURELIO
Julgamento: 11/03/1992 Órgão Julgador: TRIBUNAL PLENO
Publicação: DJ DATA-10-04-92 PP-04796 EMENT VOL-01657-01 PP-00035

Ementa

ACAO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - PEDIDO DE CONCESSAO DE LIMINAR. Mostra-se procedente o pedido de concessao de liminar quando no caso concorrem o sinal do bom direito e o risco decorrente de se manter com plena eficacia o preceito impugnado. E a hipotese de decisao administrativa de Tribunal Regional do Trabalho a qual conferem-se contornos normativos, no que revela a concessao de diferencas salariais resultantes da apuracao do Indice de Preco ao Consumidor alusivo ao mes de marco de 1990.

Observação
VOTACAO: UNANIME.
RESULTADO: DEFERIDA.
VEJA MS-21216-1".
"SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
ADI 666 MC / PE - PERNAMBUCO
MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
Relator(a): Min. MOREIRA ALVES
Julgamento: 12/03/1992 Órgão Julgador: TRIBUNAL PLENO
Publicação: DJ DATA-22-05-92 PP-07214 EMENT VOL-01662-01 PP-00174

Ementa

Acao direta de inconstitucionalidade que tem por objeto decisao administrativa do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Pernambuco, a qual determinou o pagamento do reajuste de 84,32% relativo a variacao do IPC de marco de 1990, extinto pela Medida Provisoria n. 154, de 15.03.90, convertida na Lei 8.030, de 12.04.90. Liminar. Concessao de medida liminar que se referenda por ocorrerem os requisitos da relevancia juridica do pedido e da conveniencia da suspensao do ato impugnado.

Observação
VOTACAO: POR MAIORIA. RESULTADO: DEFERIDA".

Sabido é que a declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo pelo Supremo Tribunal Federal tem efeitos vinculantes em relação aos próprios órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública. Assim, a decisão ditada pelo STF vinculará todos os órgãos dos Poder Judiciário e do Poder Executivo, vinculação esta decorrente da racionalidade do sistema concentrado de constitucionalidade, devendo os órgãos dos aludidos Poderes pautar o exercício de suas funções na interpretação constitucional dada pela Corte Suprema, a quem compete, por disposição inserta na Constituição pelo legislador constituinte originário, a guarda da Constituição.

Verifica-se, portanto, que o Supremo Tribunal Federal no julgamento das aludidas ADINs declarou a inconstitucionalidade de resoluções, dando-as contornos de atos normativos, que mandavam aplicar aos vencimentos de servidores o reajuste da Lei nº 7.830, de 28/09/1990, por entender que a aludida lei foi revogada pela MP nº 154/90, posteriormente convertida na Lei nº 8.030/90, assentando, ainda, inexistir direito adquirido ao reajuste de 84,32% e a inocorrência de violação à garantia da irredutibilidade de vencimentos.

Apreende-se, destarte, que antes do julgamento da apelação por este Tribunal, o STF, órgão de cúpula do Poder Judiciário, a quem cabe a missão primacial de guarda da Constituição e a interpretação da mesma, havia firmado o entendimento de que o sistema extinto pela Medida Provisória n(154/90, convertida na Lei n(8.030/90, com aplicação imediata, não ofendeu as garantias do direito adquirido e da irredutibilidade de vencimentos.

Faz-se coro, neste aspecto, ao MD. Ministro CARLOS VELOSO, o qual em voto proferido na Ação Direta de Inconstitucionalidade n(557-DF - Medida Cautelar, afirmou, litteris:

"Sr. Presidente, acompanho o voto do eminente Ministro Relator. Não deixo, entretanto, de reparar - (...) - como possa um Tribunal, agindo administrativamente, depois que a Corte Suprema, Corte Constitucional, Cúpula do Poder Judiciário, se manifestou, interpretando um dispositivo da Constituição, opor-se a essa decisão". (negrito nosso)

Por conseguinte, da mesma forma, não caberia a órgão do Poder Judiciário decidir em desconformidade com a interpretação dada pelo Excelso Pretório à questão do pagamento do reajuste de 84,32% relativo ao IPC de março de 1990, aos servidores públicos federais. Tal uniformização justifica-se em face do princípio da isonomia e da segurança jurídica, além de outro valor de imensa grandeza, garantido constitucionalmente, que é a justiça das decisões judiciárias. Ademais, o princípio da constitucionalidade impõe força vinculativa da lei e ato normativo à Constituição, enquanto Lei Fundamental da ordem jurídica.

Como, então, se atribuir à coisa julgada carga imperativa a ponto de se permitir que se estipule obrigações para o Estado, não amparada pelo direito. De mais a mais, no Direito Administrativo os interesses públicos devem prevalecer sobre os privados. Verdadeiro absurdo seria se admitir dispor de dinheiro público para pagamento de valores reconhecidamente (pelo guardião da Constituição) indevidos em face da coisa julgada. Implicaria, por certo, sobrepor a coisa julgada aos princípios da legalidade, moralidade, isonomia e, sobretudo, o princípio da constitucionalidade. Ademais, "a moralidade administrativa como valor constitucionalmente proclamado e cuja efetivação é óbice a essa autoridade em relação a julgados absurdamente lesivos ao Estado"21, tal como no caso dos presentes autos.

Não há que se alegar, além disso, não se aplicarem as decisões do Supremo Tribunal Federal nas referidas ADINs, porquanto naquelas não se declarou a inconstitucionalidade da lei e sim de resoluções. Ocorre que, antes mesmo de se produzirem, foram tolhidos os efeitos da Lei nº 7.830, de 28/09/1990, em face da revogação da mesma pela MP nº 154/90, posteriormente convertida na Lei nº 8.030/90. Por conseguinte, ação direta de inconstitucionalidade ajuizada contra a Lei nº 7.830/90, fatalmente, seria julgada prejudicada, haja vista a revogação da lei antes mesmo de vir a gerar efeitos. Nesse sentido, têm decidido o STF: "Se a norma inquinada de inconstitucionalidade em sede de controle abstrato deixa de integrar o ordenamento jurídico, porque revogada, torna-se insubsistente o interesse de agir. Conseqüência: Prejudicialidade da ação direta de inconstitucionalidade, por perda do seu objeto".22

Nesse processo há, outrossim, um aspecto interessante que aguça ainda mais a preocupação. Como já realçado, esse processado foi ajuizado pela Associação dos Servidores da SUCAM, em Pernambuco, quando posteriormente, houve a fusão de três associações, do que poderia se acrescer em termos de substituição. Para o fim de fixar e destacar os limites subjetivos da coisa julgada, em 1996 foi proferida decisão, de onde se lê: "Examinando os autos verifica-se que só podem ser considerados como integrantes do pólo passivo, digo, ativo da relação processual p/ substituição, aqueles associados na data da propositura da ação (momento em que foi externada vontade de litigar contra a Entidade-ré). Posteriores ingressos no quadro de associados da autora não tem o condão de ampliar o elenco dos beneficiários. P.I., após o que voltem os autos conclusos". Em face da referida decisão, como já frisado, fora interposto agravo, o qual foi improvido. Impende chamar atenção para esse fato porque, não obstante a decisão da Segunda Turma confirmando a decisão deste Juiz em primeiro grau em 1996, as execuções foram opostas pelos exeqüentes em grande quantidade e vão muito além da relação de substituídos que consta da inicial. É, com efeito, um fato importante porque há um reflexo de centenas de milhões de reais.

Essa ação tem, ademais, algumas peculiaridades, por exemplo, a mesma foi ajuizada contra a União. A despeito de a FUNASA, autarquia, ter sido criada quando se iniciava a ação, a mesma só veio para o processo no acórdão inicial, no qual foi Relator o Dr. Nereu Santos. Assim, a FUNASA já existia e era a sucessora em relação a parte dos servidores, no entanto, não foi chamada à compor a relação processual. Nesse processo, por certo, há muitas particularidades.

Esquecendo as peculiaridades e voltando à tese jurídica, embora as peculiaridades também sejam jurídicas, entendo, no caso concreto, destarte, de conhecer da rescisória e a conheço não só em relação ao segundo acórdão, mas também em relação ao primeiro, sobretudo por entender, em face do exposto, que em se tratando de questão constitucional os prazos estão afastados.

Nessa direção, a Medida Provisória nº 1.984-19, de 29 de junho de 2000, alterou o art. 741 do CPC, passando, então a vigorar acrescido o seguinte parágrafo único:

"Parágrafo único. Para efeito do disposto no inciso II deste artigo, é também inexigível o título judicial fundado em lei, ato normativo ou em sua interpretação ou aplicação declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal".

Assim, o citado parágrafo único do art. 741 do Código de Processo Civil reputa como inexigível o título judicial fundado em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal. Neste diapasão, a coisa julgada não obsta que se alegue em sede de embargos à execução a inconstitucionalidade da sentença transita em julgado.

O Supremo Tribunal Federal, na ADinMC nº 2.251/DF, Relator Ministro Sydney Sanches, apreciando a MP nº 1.984-19/2000, inclusive o art. 10 que atribuía nova redação ao art. 741 do CPC, deferiu medida cautelar apenas para suspender o art. 4º da Medida Provisória nº 1.984, que alterou o artigo 4º e respectivos parágrafos da Lei nº 8.437/92. Interessante seria ter tido o julgamento do mérito da ADIn pelo STF e deste modo, a previsão de que nas execuções judiciais os títulos reputados inconstitucionais não seriam exeqüíveis. Infelizmente o STF terminou por ficar numa preliminar, apesar de que várias decisões terem entendido pela prevalência da Constituição sobre o argumento processual.

Não há dúvida, conseqüentemente, de que haverá uma apreciação da matéria, no sentido da prevalência da Constituição, porquanto se uma regra processual poderá afasta a Constituição, o nosso sistema jurídico estará todo destruído. A meu sentir, portanto, é constitucional a medida provisória no sentido de reconhecer que, tudo aquilo que é inconstitucional não é exeqüível. Tal se explica porque a coisa julgada não pode sobrepujar a lei, em se tratando de inconstitucionalidade, sob pena de torna-se instituto de maior valor que a própria Constituição. No dizer de Humberto Theodoro Júnior, "O que se deduz do texto do parágrafo único do art. 741 do CPC é que se torna inquestionável o dever de recusar a execução da sentença quanto a norma legal que lhe serviu de fundamento já tenha sido declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Não caberá, portanto, ao juiz dos embargos recusar a interpretação a que chegou a Suprema Corte. A inexigibilidade do crédito exeqüendo será automática decorrência do pronunciamento da inconstitucionalidade do STF. (...) A invalidade da lei e, conseqüentemente, da sentença que a aplicou, é irrecusável, e não pode deixar de ser reconhecida sob pena de colocar-se acima da Constituição um simples ato judicial" 23. Conseguintemente, o vício de inconstitucionalidade torna inexigível o título executivo.

Em face do exposto, julgo totalmente procedente a ação rescisória.

É O MEU VOTO.
JUIZ FRANCISCO CAVALCANTI

1 MIRANDA, Pontes de. Tratado das Ações. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1973. p. 528.

2 AR 169-GO. Relator Min. Américo Luz, j. 24.10.1989, v.u., DJ 27.11.1989, p. 17.560.

3 Nery Jr., Nelson. Wambier, Teresa Arruda Alvim/Coordenadores. Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis e de outras formas de impugnação às decisões judiciais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001. Série aspectos polêmicos e atuais dos recursos, v. 4. pp. 865-871.

4 THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2002. v. 1. p. 613.

5 THEODORO JÚNIOR, Humberto e FARIA, Juliana Cordeiro. A Coisa Julgada Inconstitucional e os Instrumentos Processuais para o seu Controle. Coisa Julgada Inconstitucional. Coordenador Carlos Valder do Nascimento. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2003. 3ª ed. p. 109.

6 THEODORO JÚNIOR, Humberto. Nulidade, inexistência e rescindibilidade da sentença. Revista Juriscível do S.T.F. Ano - VIII, novembro de 1980, nº 95. p. 39.

7 RE 89.108-60. Relator Ministro Cunha Peixoto. Ac 28.08.1980, RTJ 101/209.

8 ZAVASCKI, Teori Albino. Eficácia das sentenças na jurisdição constitucional. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001. p.126.

9 SOUSA, Marcelo Rebelo. O valor jurídico do acto inconstitucional. Almedina: Lisboa, 1988. p. 317/320.

10 OTERO, Paulo Manuel Cunha da Costa. Ensaio sobre o caso julgado inconstitucional.LEX Edições Jurídicas: Lisboa, 1993.

11 DINAMARCO, Cândido Rangel. Relativizar a Coisa Julgada. Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil nº 19 . SET-OUT/2002. p. 22e 29.

12 DELGADO, José Augusto. Efeitos da Coisa Julgada e os Princípios Constitucionais. Coisa Julgada Inconstitucional. Coordenador Carlos Valder do Nascimento. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2003. 3ª ed. p. 50/52.

13 DANTAS, Francisco Wildo Lacerda. Considerações sobre a desconstituição e a relativização da coisa julgada. Revista do Tribunal Regional Federal Quinta Região. N° 56. Abril/Junho, 2004. p. 166/187.

14 LIMA, Paulo Roberto Oliveira. Contribuição à Teoria da Coisa Julgada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais., 1997. pp.10-11 e 116-117.

15 WAMBIER, Tereza Arruda Alvim e MEDINA, José Miguel Garcia. O Dogma da Coisa Julgada. Hipóteses de Relativização. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 40/41.

16 KELSEN, Hans. Teoria pura do direito. Tradução J. Cretella Jr. e Agnes Cretella. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002. 2ª ed. rev. da tradução. p. 103.

17 SILVA, José Afonso. Curso de direito constitucional positivo. São Paulo: Malheiros, 2000. p. 47/48.

18 WAMBIER, Tereza Arruda Alvim e MEDINA, José Miguel Garcia. O Dogma da Coisa Julgada. Hipóteses de Relativização. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 59/60.

19 LIMA, Paulo Roberto Oliveira. Contribuição à Teoria da Coisa Julgada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais., 1997. p. 158.

20 DIAS, Francisco Barros. Coisa julgada inconstitucional. Dissertação de mestrado. UFPE/UFRN - NATAL/RN - AGOSTO/1999. pp. 124/129.

21 DINAMARCO, Cândido Rangel. Relativizar a Coisa Julgada. Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil nº 19 . SET-OUT/2002. p. 16.

22ADI 254QO/GO -GOIÁS QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
Relator(a): Min.MAURÍCIO CORRÊA Julgamento: 05/11/2003 Órgão Julgador: Tribunal Pleno

23 THEODORO JÚNIOR, Humberto e FARIA, Juliana Cordeiro de. A Coisa Julgada Inconstitucional e os Instrumentos Processuais para o seu Controle. Coisa Julgada Inconstitucional. Coordenador Carlos Valder do Nascimento. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2003. 3ª ed. p. 112/113.

Ademais, assim se pronunciou a Ministra Ellen Gracie, nos autos do AI 375011 AgR/RS - Informativo nº 365, de 20.10.2004 -, em que, apesar da ausência do requisito necessário ao conhecimento do recurso extraordinário (prequestionamento), restou tal pressuposto específico dispensado, diante da existência de manifestação pacífica do STF sobre a questão de fundo, de modo que o recurso referido foi não apenas conhecido, mas também provido, para garantir que a prestação jurisdicional se adequasse perfeitamente ao posicionamento cristalizado pela Corte Maior:

Ausência de Prequestionamento. RE. Provimento. Prevalência de Decisão do STF (Transcrições)
(v. Informativo 364)
AI 375011 AgR/RS
RELATORA: MINISTRA ELLEN GRACIE
Relatório: Eis o teor do despacho agravado:

"Não se encontram prequestionados os dispositivos constitucionais (artigos 2º; 18, caput; 29, caput; 34, VII, "c"; 37, XIII; 40, § 8º; 61, § 1º, II, "a" e "c"; 167, IV, e 169) em que busca apoio a petição de recurso extraordinário, pois embora suscitados na petição de apelação (fls. 35/44), não foram apreciados pelo acórdão recorrido, ao qual não foram opostos os competentes embargos de declaração, imprescindíveis a suprir eventual omissão (Súmulas 282 e 356).

Nego seguimento ao agravo." (fl. 107)

Nas razões do presente regimental o Município de Porto Alegre alega, em síntese, que a matéria dos autos se encontra de vidamente prequestionada, uma vez que, para a observância deste requisito, basta a veiculação do tema constitucional tido como violado, sendo desnecessária a menção expressa ao artigo da Constituição.

Aduz que o entendimento do acórdão recorrido foi rechaçado pelo Plenário desta Corte por ocasião do julgamento do RE 251.238, quando se julgou inconstitucional o art. 7º e parágrafos da Lei nº 7.428/94, com a redação dada pelo art. 2º da Lei nº 7.539/94, ambas do Município de Porto Alegre.

Requer, ao final, o provimento do presente agravo regimental e, desde já, do recurso extraordinário inadmitido na instância a quo.

É o relatório.

Voto: 1. O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, ao prolatar o acórdão recorrido, aplicou ao caso dos autos o entendimento manifestado por seu Órgão Especial no julgamento da ADI nº 595.067.943, quando se declarou a constitucionalidade do disposto no art. 7º da Lei nº 7.428/94 do Município de Porto Alegre, com a redação da Lei nº 7.539/94, que previa o reajuste automático bimestral dos vencimentos dos servidores municipais pela variação de índice de entidade particular (ICV-DIEESE).

O Plenário desta Corte, entretanto, ao julgar o RE 251.238, rel. para o acórdão Min. Nelson Jobim, DJ de 23/08/2002, entendeu, em decisão majoritária, que esta norma ofende o postulado da autonomia municipal, declarando a sua inconstitucionalidade.

Na decisão ora agravada, apontei a ausência de prequestionamento dos dispositivos constitucionais tido como violados, porquanto a Corte gaúcha tão-somente aplicou a orientação firmada na mencionada ação direta de inconstitucionalidade - cujo acórdão não consta do traslado do presente agravo de instrumento-, sem fazer referência aos fundamentos utilizados para chegar à declaração de constitucionalidade das referidas normas municipais.

2.A despeito de a questão de fundo estar pacificada no âmbito desta Suprema Corte em relação às demandas que tratem sobre o mesmo tema, ainda assim se exige a presença dos pressupostos específicos de conhecimento do recurso extraordinário, como é o caso do prequestionamento. Foi o que decidiu a Primeira Turma desta Corte no julgamento de caso idêntico ao presente: AI 383.617-AgR, rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ de 27/09/2002.

Estou, entretanto, mais inclinada a valorizar, preponderantemente, as manifestações do Tribunal, especialmente as resultantes de sua competência mais nobre - a de intérprete último da Constituição Federal.

Já manifestei, em ocasiões anteriores, minha preocupação com requisitos processuais que acabam por obstaculizar, no âmbito da própria Corte, a aplicação aos casos concretos dos precedentes que declaram a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade de normas. Ao votar, na Primeira Turma no RE 222.874-AgR-ED, de que fui relatora, expressei-me da seguinte forma:

"Entendo que este Supremo Tribunal deve evitar a adoção de soluções divergentes, principalmente em relação a matérias exaustivamente discutidas por seu Plenário. Manifestei esta posição no julgamento da Ação Rescisória 1.713, de que fui relatora (Plenário, unânime, DJ 19/12/2003):

'Sobre a rescisória ajuizada com base no art. 485, V do CPC, quando em jogo a violação de dispositivo constitucional, asseverou o eminente Ministro Gilmar Mendes ao proferir seu voto no RE 235.794-AgR, que 'a manutenção de soluções divergentes, em instâncias inferiores, sobre o mesmo tema, provocaria, além da desconsideração do próprio conteúdo da decisão desta Corte, última intérprete do texto constitucional, a fragilização da força normativa da Constituição.' No presente caso, da mesma forma, a manutenção da decisão proferida por esta Corte, permitindo a majoração de alíquotas do FINSOCIAL recolhido por empresa seguradora, fragilizaria a força normativa dos art. 195 da CF e 56 do ADCT.'

A adoção no âmbito desta Corte de decisões contraditórias compromete a segurança jurídica, porque provoca nos jurisdicionados inaceitável dúvida quanto à adequada interpretação da matéria submetida a esta Suprema Corte."

Com efeito, o Supremo Tribunal Federal, em recentes julgamentos, vem dando mostras de que o papel do recurso extraordinário na jurisdição constitucional está em processo de redefinição, de modo a conferir maior efetividade às decisões.

Recordo a discussão que se travou na Medida Cautelar no RE 376.852, de relatoria do Ministro Gilmar Mendes (Plenário, por maioria, DJ de 27.03.2003). Naquela ocasião, asseverou Sua Excelência o caráter objetivo que a evolução legislativa vem emprestando ao recurso extraordinário, como medida racionalizadora de efetiva prestação jurisdicional.

Registro também importante decisão tomada no RE 298.694, rel. Min. Pertence, por maioria, DJ 23/4/2004, quando o Plenário desta Casa, a par de alterar antiga orientação quanto ao juízo de admissibilidade e de mérito do apelo extremo interposto pela alínea "a" do permissivo constitucional, reconheceu a possibilidade de um recurso extraordinário ser julgado com base em fundamento diverso daquele em que se lastreou a Corte a quo.

Esses julgados, segundo entendo, constituem um primeiro passo para a flexibilização do prequestionamento nos processos cujo tema de fundo foi definido pela composição plenária desta Suprema Corte, com o fim de impedir a adoção de soluções diferentes em relação à decisão colegiada. É preciso valorizar a última palavra - em questões de direito - proferida por esta Casa.

Destaco, outrossim, que o RE 251.238 foi provido para se julgar procedente ação direta de inconstitucionalidade da competência originária do Tribunal de Justiça estadual, processo que, como se sabe, tem caráter objetivo, abstrato e efeitos erga omnes. Esta decisão, por força do art. 101 do RISTF, deve ser imediatamente aplicada aos casos análogos submetidos à Turma ou ao Plenário. É essa a orientação firmada pela 1ª Turma desta Casa no RE 323.526, rel. Min. Sepúlveda Pertence, unânime, DJ 31/5/2002, resumido na seguinte ementa:

"Declaração, pelo Plenário do STF, no julgamento do RE 251.238-RS (red. para acórdão Nelson Jobim, 7.11.2001, Inf. 249), de inconstitucionalidade do art. 7º e parágrafos da L. 7.428/94, com a redação dada pela L. 7.539/94, do Município de Porto Alegre, que previam o reajuste automático bimestral dos vencimentos dos servidores municipais pela variação do índice de entidade particular (ICV-DIEESE).

Aplicação do art. 101 RISTF, a teor do qual - salvo proposta de revisão por qualquer dos Ministros - a declaração plenária de constitucionalidade ou inconstitucionalidade de lei será de logo aplicada aos novos feitos submetidos à Turma ou ao Plenário: recurso extraordinário do Município conhecido e provido."

Lembro que estamos a tratar de uma lide envolvendo inúmeros servidores do Município de Porto Alegre e causa espécie a possibilidade de alguns deles saírem vitoriosos, a despeito da inconstitucionalidade das leis municipais nas quais basearam sua pretensão. Isso porque estaríamos diante de uma situação anti-isonômica, em que entre dois funcionários que trabalhem lado a lado e exerçam iguais atribuições, exista diferença de vencimento, pelo fato de um deles restar vencedor na sua demanda, em virtude de falta de prequestionamento da matéria constitucional suscitada no RE da municipalidade, enquanto que ao outro, em cujo processo estava atendido tal requisito de admissibilidade do apelo extremo, aplicou-se a orientação do Supremo Tribunal Federal e rejeitou-se a sua pretensão. Esta Corte não pode admitir tal disparidade de tratamento de situações idênticas.

Existe ainda outra circunstância que demanda uma solução uniforme por esta Casa: o Ministro Nelson Jobim, em seu voto no já citado RE 251.238 demonstrou os prejuízos às finanças do Município de Porto Alegre, com a manutenção do art. 7º da Lei 7.428/94. Ou seja, a manutenção dos reajustes baseados na lei municipal impediria o atendimento das limitações impostas aos gastos com pessoal pela Lei Camata (LC nº 82/95).

Registro, por fim, que todos os argumentos lançados pelo Tribunal a quo para declarar a constitucionalidade da norma municipal em comento, são conhecidos nesta Corte, pois foram exaustivamente debatidos na sessão que julgou o RE 251.238.

Por estas razões, entendo que o simples fato de constar do acórdão da origem a declaração de constitucionalidade do disposto no art. 7º da Lei nº 7.428/94 do Município de Porto Alegre, com a redação da Lei nº 7.539/94, mesmo que desacompanhadas do aresto que julgou o leading case, autoriza o conhecimento e o provimento do recurso extraordinário.

3.Diante do exposto, dou provimento ao presente agravo regimental, para, com fundamento no art. 544, § 4º do CPC, conhecer do agravo e, desde logo, dar provimento ao recurso extraordinário. Invertam-se os ônus da sucumbência, ressalvada a hipótese de concessão de justiça gratuita.

Considerando que o STF já assentou posição, no sentido na constitucionalidade da contribuição para o SAT, bem como levando em conta que a coisa julgada não pode se superpor ao reconhecimento da constitucionalidade pela instância jurisdicional que tem a competência precípua de analisar e declarar a compatibilidade das normas jurídicas com o Texto Constitucional, é de se manter a decisão agravada, que reformou a sentença autorizadora de compensação tributária escudada em provimento judicial discrepante do entendimento adotado pelo STF.

Outrossim, cumpre ressaltar a existência de vários institutos no âmbito dos quais se admite a defesa e o acatamento da tese da relativização da coisa julgada (a ação rescisória é um exemplo). Particular relevância, nesse contexto, tem o parágrafo único, do art. 741, do Código de Processo Civil (com a redação dada pela MP nº 2.180-35/2001):

Art. 741. Na execução fundada em título judicial, os embargos só poderão versar sobre:

Omissis

II - inexigibilidade do título;

Omissis

Parágrafo único. Para efeito do disposto no inciso II deste artigo, considera-se também inexigível o título judicial fundado em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal ou em aplicação ou interpretação tidas por incompatíveis com a Constituição Federal.

A mesma medida provisória anteriormente referida implantou o art. 1o-E, da Lei nº 9.494, de 10.09.97, que tem o seguinte teor:

Art. 1o-E. São passíveis de revisão, pelo Presidente do Tribunal, de ofício ou a requerimento das partes, as contas elaboradas para aferir o valor dos precatórios antes de seu pagamento ao credor.

Sobre o artigo trazido pela MP nº 2.180-35/2001, o Superior Tribunal de Justiça, no RESP nº 667002/DF (julgado em 12.12.2006), já teve oportunidade de se manifestar, através especialmente do voto do Ministro Luiz Fux, nos seguintes termos (constantes do Informativo nº 308, do STJ, que compreende o período de 11 a 15.12.2006 - destaques acrescidos):

LIQÜIDAÇÃO. HOMOLAÇÃO. TRÂNSITO EM JULGADO. TAXA ANBID.

As controvérsias, no caso, são em ação de execução de título judicial promovida por massa falida, ora recorrida, em desfavor da União, na qualidade de sucessora de sociedade de economia mista extinta, na qual insiste, entre outros temas, na incompetência da Justiça do DF, na ausência de intimação pessoal do MP e, conseqüentemente, não haveria, no caso, a ocorrência de coisa julgada para desconstituir tanto o efeito cognitivo quanto o de liquidação. Note-se que a questão de competência federal ou estadual deu-se em momento em que a parte demandada era uma sociedade de economia mista e a União pediu para ser assistente dessa sociedade. Na época, antes da CF/1988, o STF considerou que não era cabível a assistência e, por se tratar de uma sociedade de economia mista, a competência seria da Justiça estadual. Entretanto era uma sociedade em liquidação, que teve como representante o liquidante e, finda a liquidação, a empresa extinguiu-se do mundo jurídico e seu patrimônio passou para outra pessoa jurídica que, no caso, foi a União. Assim, não se pode discutir mais a questão de competência quando a empresa estava em liquidação, questiona-se a competência após a empresa ser extinta e sucedida pela União. Depois dessa sucessão, a sentença foi proferida por um juiz estadual que fixou o título executivo agora executado contra a União. Assim, a própria ré (a União) não se pronunciou quando da formação do débito, sendo que, do título formado, derivou-se o precatório. Logo, uma vez que a Justiça Federal não se pronunciou quando da formação do débito, além de o título ter sido formado sem a presença da União, a Turma, ao renovar o julgamento, deu provimento ao recurso para anular a decisão recorrida. Destacou, ainda, o Min. Relator que a ratio essendi desse artigo que adveio com a MP n. 2.180/2001, permitindo ao presidente do tribunal aferir o quantum devido dos precatórios, não foi somente para evitar erros aritméticos, mas também para evitar essas decisões teratológicas que consignam débitos monstruosos, que acabam sendo pagos em nome do princípio da preclusão ou em nome de um princípio formal, quando sabemos que o processo é um instrumento a serviço e realização da Justiça do caso concreto; o processo não é um fim em si mesmo.

In casu, trata-se de precatórios expedidos em sede de ações ajuizadas com vistas à obtenção de reajuste nos percentuais de 84,32%, 47,94%, 26,05% e 16,19%.

O Egrégio Superior Tribunal de Justiça e o Pretório Excelso já pacificaram, há muito, a jurisprudência, no sentido de não serem devidos os referidos percentuais.

Nesse sentido, observem-se os seguintes precedentes do Supremo Tribunal Federal (todos com negritos acrescidos):

AI-AgR 486899 / CE - CEARÁ AG.REG.NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Relator(a): Min. EROS GRAU Julgamento: 14/06/2005 Órgão Julgador: Primeira Turma Publicação: DJ 05-08-2005 PP-00041 EMENT VOL-02199-19 PP-03876

Parte(s)

AGTE.(S): ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - ADUFC ADVDO.(A/S) : ÁTILA BRASIL DIAS E OUTRO (A/S) AGDO.(A/S) : UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC ADVDO.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO ADQUIRIDO. REAJUSTE. INOCORRÊNCIA. Incidência do percentual de 84,32% sobre vencimentos de servidores públicos. Ausência de direito adquirido. Precedentes. Agravo regimental a que se nega provimento.

RE 219022 / AC - ACRE RECURSO EXTRAORDINÁRIO Relator(a): Min. NÉRI DA SILVEIRA Julgamento: 28/11/1997 Órgão Julgador: Segunda Turma Publicação: DJ 22-05-1998 PP-00029 EMENT VOL-01911-10 PP-01900

Parte(s)

RECTE. : UNIÃO FEDERAL ADVDO. : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO RECDO. : JOSÉ MARQUES DE SOUZA ADVDOS. : MARIA PENHA SOUSA NASCIMENTO E OUTRO

EMENTA: Recurso extraordinário. Funcionário público. Reajuste no percentual de 84,32, relativo ao IPC, no período de 15 de fevereiro a 15 de março de 1990. Lei nº 7.830, de 18.09.1989. A alteração do critério de reajuste, antes de 1º de abril de 1990, já era legitimamente eficaz a partir do mesmo mês, nada importando que o índice da lei anterior já se tivesse aferido, pois ainda não era aplicável. Precedente do Plenário do STF, no Mandado de Segurança nº 21.216-1/DF. Não cabe falar em ofensa a direito adquirido ou a situação jurídica definitivamente constituída. Recurso extraordinário conhecido e provido, para julgar a ação improcedente.

RE 203201 / DF - DISTRITO FEDERAL RECURSO EXTRAORDINÁRIO Relator(a): Min. CARLOS VELLOSO Julgamento: 19/11/1996 Órgão Julgador: Segunda Turma Publicação: DJ 07-02-1997 PP-01365 EMENT VOL-01856-11 PP-02111

Parte(s)

RECTE. : UNIÃO FEDERAL RECDO. : ANTONIO MARIANO DUTRA E OUTROS

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. DIREITO ADQUIRIDO. VENCIMENTOS. REAJUSTE DE 84,32%. Medida Provisória nº 154, de 16.03.90. Lei nº 8.030, de 1990. I. - Reajuste de 84,32% decorrente da aplicação da Lei nº 7.830, de 28.09.89, revogada pela Medida Provisória nº 154, de 16.03.90, convertida na Lei 8.030, de 12.04.90. Inocorrência de direito adquirido ao reajuste. II. - Precedente do STF: MS nº 21.216-DF, Rel. Min. Gallotti, RTJ 134/1112. III. - Ressalva do entendimento pessoal do relator em sentido contrário: voto vencido no citado MS 21.216-DF. IV. - Inocorrência de alteração, na Lei 8.030, de 1990, dos dispositivos que cuidam da matéria na Medida Provisória nº 154, de 16.03.90. Improcedência da alegação no sentido de que a Medida Provisória 154, de 16.03.90, perdera a sua eficácia. V. - R.E. conhecido e provido.

ADI 577 / RJ - RIO DE JANEIRO AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Relator(a): Min. OCTAVIO GALLOTTI Julgamento: 25/10/1996 Órgão Julgador: TRIBUNAL PLENO Publicação: DJ 08-03-1996 PP- EMENT VOL-01819-01 PP-00039

Parte(s)

REQUERENTE: PROCURADOR-GERAL DA REPUBLICA REQUERIDO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2a REGIAO

EMENTA: - Por não se achar configurado o suposto direito adquirido em que buscou apoio o ato normativo, declara-se inconstitucional, com efeitos ex tunc, a decisão administrativa do Tribunal Regional Federal da Segunda Regiao, que atribuiu, a todos os servidores da Justiça Federal daquela circunscrição, reajuste de 84,32%, sobre os respectivos vencimentos.

RE 197964 / AC - ACRE RECURSO EXTRAORDINÁRIO Relator(a): Min. MOREIRA ALVES Julgamento: 17/09/1996 Órgão Julgador: Primeira Turma Publicação: DJ 18-04-1997 PP-13793 EMENT VOL-01865-08 PP-01681

Parte(s)

RECTE. : UNIÃO FEDERAL (SUCESSORA DO EXTINTO INAMPS) RECDO. : LUIZ DO VALE DE MESQUITA E OUTRO

EMENTA: Funcionário Público. Reajuste. - É indevido o reajuste correspondente à aplicação da URP no mês de fevereiro de 1989, por ter sido ele revogado, sem afronta ao princípio do direito adquirido, pela Lei nº 7.730, de 31.01.89. - Recentemente, o Plenário desta Corte, ao julgar o RE nº 146.749, decidiu que, não havendo direito adquirido a vencimentos nem a regime jurídico, o artigo 1º, caput, do Decreto-Lei 2.425/88 é de aplicação imediata, tendo os funcionários direito apenas ao reajuste, calculado pelo sistema do artigo 8º, § 1º, do Decreto-Lei 2.335, com relação aos dias do mês de abril anteriores ao da publicação daquele Decreto-Lei (ou seja, aos sete primeiros dias do mês de abril de 1988, uma vez que o referido artigo 1º, caput, entrou em vigor no dia oito de abril de 1988, data em que foi publicado, pois não sofreu alterações na republicação feita no dia onze do mesmo mês), bem como ao de igual valor, não cumulativamente, no mês de maio seguinte. - No que concerne ao percentual de reajuste de 84,32%, acrescido de 5%, referente ao IPC de março de 1990, esta Corte, ao julgar o mandado de segurança nº 21.216, decidiu, por seu Plenário, que, revogada a Lei nº 7.830, de 28.09.89, pela Medida Provisória nº 154, de 16.03.90 (regularmente convertida na Lei n/ 8.030/90, como ficou declarado no julgamento do RE 164.892), antes que se houvessem consumado os fatos idôneos à aquisição do direito ao reajuste previsto para 1º.04.90 (84,32%), não cabe, no caso, a invocação da garantia prevista no artigo 5º, XXXVI, da Constituição Federal. Recurso extraordinário conhecido e, em parte, provido.

RE 192600 / PA - PARÁ RECURSO EXTRAORDINÁRIO Relator(a): Min. MAURÍCIO CORRÊA Julgamento: 13/08/1996 Órgão Julgador: Segunda Turma Publicação: DJ 14-11-1996 PP-44492 EMENT VOL-01850-10 PP-02044

Parte(s)

RECTE. : UNIÃO FEDERAL RECDO. : EDIR MAX NAHON E OUTROS

EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. Decreto-Lei nº 2.425/88. URP de abril e maio de 1988. Reajuste de 16,19%. Lei nº 8.030/90. Reajuste de 84,32%. Plano Collor. Direito adquirido. Inconstitucionalidade. 1. O Plenário da Corte reiterou o entendimento de que não há direito adquirido a vencimentos de funcionários públicos, nem direito adquirido a regime jurídico instituído por lei. Em se tratando de norma de aplicação imediata, esta não alcança vencimentos já pagos, ou devidos "pro labore facto". 2. Decreto-Lei nº 2.425/88 que, suspendendo o pagamento da URP prevista em Decreto-Lei precedente, entra em vigência em 8 de abril de 1988. Existência de contraprestação de serviço. Direito adquirido ao reajuste referente aos dias já efetivamente prestados. 3. Reajuste trimestral de vencimentos pela variação do IPC (84,32%). Revogação por norma superveniente, que precedeu à aquisição do direito e ao exercício desse. Direito adquirido inexistente. Recurso extraordinário conhecido e parcialmente provido.

AI-AgR 258212 / SP - SÃO PAULO AG.REG.NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Relator(a): Min. ILMAR GALVÃO Julgamento: 28/03/2000 Órgão Julgador: Primeira Turma Publicação: DJ 16-06-2000 PP-00035 EMENT VOL-01995-05 PP-00960

Parte(s)

AGTES. : JESUÍNO MENEGOCCI E OUTROS ADVDOS. : MARCO JOSÉ CORNACCHIA LANDUCCI E OUTROS AGDO. : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS ADVDA. : VILMA WESTMANN ANDERLINI

EMENTA: ACÓRDÃO DE TRIBUNAL REGIONAL QUE EXCLUIU DA CONDENAÇÃO O REAJUSTE NO PERCENTUAL DE 84,32%, REFERENTE IPC DE MARÇO DE 1990. Apresenta-se sem utilidade o processamento de recurso extraordinário quando o acórdão recorrido se harmoniza com a orientação plenária do STF no sentido da inexistência de direito adquirido ao reajuste pretendido (MS 21.216-1/DF, Rel. Min. Octavio Gallotti). Agravo regimental desprovido.

Acórdão AGA - Agravo Regimental no Agravo de Instrumento 356298/RS ; Processo 2000.01.41166-7 Fonte DJ DATA:11/06/2001 PG:00258 Relator(a): Min. Edson Vidigal Data da Decisão: 05/04/2001 Órgão Julgador: T5 - QUINTA TURMA

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE 47,94% - IRSM DE JANEIRO E FEVEREIRO DE 1994. EDIÇÃO DA MP Nº 434/94 ANTES DO TRANSCURSO DO PERÍODO AQUISITIVO. NÃO EXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO.

1. Não é devido aos servidores públicos federais o reajuste de 47,94%, na forma da Lei 8.676/93, face à incidência da MP 434, de 27/02/94, que modificou a política salarial dos servidores públicos federais, em vigor antes do transcurso do período aquisitivo à pretendida reposição. Decisão plenária do STF na ADIN 1614-8/MG.

2. Agravo Regimental não provido.

Acórdão RESP 259505/PB ; RECURSO ESPECIAL (2000/0049067-9) Fonte DJ DATA:19/02/2001 PG:00207 Relator(a): Min. JOSÉ ARNALDO DA FONSECA (1106) Data da Decisão: 21/11/2000 Órgão Julgador: T5 - QUINTA TURMA

Ementa: RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. MEDIDA CAUTELAR. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DO ACÓRDÃO RESCINDENDO. IRSM - 47,94%. AUSÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO. PRESENÇA DOS PRESSUPOSTOS CAUTELARES ESPECÍFICOS, BEM COMO DA PLAUSIBILIDADE DO DIREITO INVOCADO NO PEDIDO RESCISÓRIO. VIOLAÇÃO CARACTERIZADA.

Presentes os requisitos do periculum in mora e fumus boni iuris, admite-se a concessão de medida cautelar com vistas a suspender a execução de acórdão rescindendo, cuidando-se de ações rescisórias ajuizadas pela Fazenda Pública, autarquias e fundações. A plausibilidade do direito invocado no pedido rescisório encontra-se escudado na jurisprudência desta Corte, que firmou entendimento no sentido da impossibilidade da concessão do referido reajuste de 47,94%.

Recurso provido para determinar a suspensão da execução do acórdão rescindendo até julgamento da rescisória.

Acórdão: RESP 230073/AL ; RECURSO ESPECIAL (1999/0082281-1)

Fonte DJ DATA:06/11/2000 PG:00235

Relator(a): Min. FONTES DE ALENCAR (1086)

Data da Decisão: 19/09/2000 Órgão Julgador: T6 - SEXTA TURMA

Ementa: SERVIDOR PÚBLICO. LEI 8.880/94. IRSM DE MARÇO/94.

- Os servidores públicos federais não têm direito a reajuste de 47,94%.

- Recurso especial não conhecido.

Acórdão RESP 251683/AL ; RECURSO ESPECIAL (2000/0025388-0)

Fonte DJ DATA:01/08/2000 PG:00324

Relator(a): Min. FELIX FISCHER (1109)

Data da Decisão: 08/06/2000 Órgão Julgador: T5 - QUINTA TURMA

Ementa: ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. LEI Nº 8.676/93. MP 434/94. LEI Nº 8.880/94.

- Em 28 de fevereiro de 1994, antes, portanto, de se verificar o período aquisitivo previsto na Lei nº 8.676/93 - março de 1994, o reajuste pleiteado com base na variação do IRSM - no percentual de 47,94% - foi expressamente extinto pela MP 434/94, reeditada, sucessiva e tempestivamente, pelas Medidas Provisórias 457/94 e 482/94, tendo sido esta convertida na Lei nº 8.880/94. Precedentes.

- Recurso provido.

Acórdão RESP 250545/PB ; RECURSO ESPECIAL (2000/0021686-0)

Fonte DJ DATA:07/08/2000 PG:00147

Relator(a): Min. JOSÉ ARNALDO DA FONSECA (1106)

Data da Decisão: 08/06/2000 Órgão Julgador: T5 - QUINTA TURMA

Ementa: RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE 47,94%. LEI 8.676/93. MP 434/94. INEXISTÊNCIA DE DIREITO.

Esta Corte já firmou entendimento no sentido de que "...os servidores públicos federais não têm direito ao reajuste bimestral instituído pela Lei nº 8.676/93 no percentual de 47,96% no mês de março de 1994, relativo a variação do IRSM no bimestre imediatamente anterior, em face da incidência da Medida Provisória nº 434, de 27.02.1994, em vigor antes do transcurso do período aquisitivo à questionada reposição..." (RESP 185973/PB, DJ 23.11.98).

Precedente do Eg. STF.

Recurso provido.

Acórdão RESP 204481/PB ; RECURSO ESPECIAL (1999/0015507-6)

Fonte DJ DATA:14/06/1999 PG:00223

Relator(a):Min. EDSON VIDIGAL (1074)

Data da Decisão 18/05/1999 Órgão Julgador:T5 - QUINTA TURMA

Ementa: ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE 47,94% - IRSM DE JANEIRO E FEVEREIRO DE 1994. EDIÇÃO DA MP Nº 434/94 ANTES DO TRANSCURSO DO PERÍODO AQUISITIVO. NÃO EXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO.

1. Não é devido aos servidores públicos federais o reajuste de 47,94%, na forma da Lei 8.676/93, face à incidência da MP 434, de 27/02/94, que modificou a política salarial dos servidores públicos federais, em vigor antes do transcurso do período aquisitivo à pretendida reposição. Decisão plenária do STF na ADIN 1614-8/MG.

2. A jurisprudência do STF admite a reedição de medida provisória não votada pelo Congresso Nacional, com preservação de eficácia do provimento com força de lei, sem solução de continuidade, até que eventualmente se consume, sem reedição, o seu prazo de validade, ou seja ele rejeitado.

3. Recurso conhecido e provido.

Acórdão RESP 231104/RN ; RECURSO ESPECIAL (1999/0084215-4) Fonte DJ DATA:14/02/2000 PG:00085 Relator(a): Min. VICENTE LEAL (1103) Data da Decisão 14/12/1999 Órgão Julgador: T6 - SEXTA TURMA

Ementa: ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS. VENCIMENTOS. REAJUSTE AUTOMÁTICO. IRSM DE MARÇO DE 1994. LEI nº 8.676/93. MEDIDA PROVISÓRIA nº 434/94.

- A jurisprudência plenária do Supremo Tribunal Federal consagrou o entendimento de que os servidores públicos federais não têm direito ao reajuste bimestral instituído pela Lei nº 8.676/93 no percentual de 47,94% no mês de março de 1994, relativo a variação do IRSM no bimestre imediatamente anterior, em face da incidência da Medida Provisória nº 434, de 27.02.1994, em vigor antes do transcurso do período aquisitivo à questionada reposição.

- Recurso especial não conhecido.

Classe/Origem RE-279432/PE RECURSO EXTRAORDINARIO.

Relator: Ministro ILMAR GALVÃO

Publicação DJ DATA-02-02-01 PP-00143 EMENT VOL-02017-20 PP-04421. Julgamento 10/10/2000 - Primeira Turma

Ementa: ADMINISTRATIVO. PROCURADORES DO TRABALHO. VENCIMENTOS. REAJUSTE DE 47,94% PREVISTO NA LEI Nº 8.676/93. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 434/94. ALEGADA OFENSA AOS ARTS. 5º, II E XXXVI; E 62 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PREQUESTIONAMENTO.

Ausência de prequestionamento das questões alusivas aos arts. 5º, II, e 62 da Carta Magna.

Reeditada a MP 434/94, conquanto por mais de uma vez, mas sempre dentro do trintídio, e, afinal, convertida em lei (Lei nº 8.880/94), não sobrou espaço para falar-se em repristinação da Lei nº 8.676/93 por ela revogada e nem, obviamente, em aquisição, após a revogação, de direito nela fundado.

Recurso não conhecido."

Observação: Votação: Unânime. (Original sem grifos)

Classe/Origem RE 237412/CE RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Relator: Ministro MARCO AURÉLIO

Publicação DJ DATA 27/04/2001 PP - 00100 EMENT VOL-02028-06 PP-01172 Julgamento 13/02/2001 - Segunda Turma

Ementa: REVISÃO DE VENCIMENTOS - ÍNDICE DE REAJUSTE DO SALÁRIO MÍNIMO - JANEIRO E FEVEREIRO DE 1994. Na dicção da ilustrada maioria, entendimento em relação ao qual guardo reservas, mostram-se legítimas as reedições da Medida Provisória nº 434, convertida na Lei nº 8.880, de 27 de maio de 1994, ficando revogada a Lei nº 8.676/93. Precedente: Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.612, Pleno, Relator Ministro Carlos Velloso, acórdão publicado no Diário da Justiça de 18 de junho de 1999.

Votação: unânime.

Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. REAJUSTE DE VENCIMENTOS NOS MESES DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 1989 PELA U.R.P., UNIDADE DE REFERENCIA DE PREÇOS, DE 26,05%, CONCEDIDO POR DECISÃO ADMINISTRATIVA NO PROC. VP 08/91, DO TRT DA 15. REGIAO, AOS JUIZES E SERVIDORES DO TRIBUNAL, COM BASE NO DECRETO-LEI N. 2.335, DE 12.06.87, REVOGADO PELA MEDIDA PROVISORIA N.32 DE 15.01.89, CONVERTIDA NA LEI N. 7.730, DE 31.01.89, QUE INSTITUIU O CRUZADO NOVO. 1. FIXADO EM 30.11.88 O INDICE DE 26,05% PARA REAJUSTAR OS SALARIOS DO TRIMESTRE COMPREENDIDO PELOS MESES DE DEZEMBRO DE 1988 A FEVEREIRO DE 1989, COM BASE NO DECRETO-LEI N. 2.335/87, SOBREVEIO A MEDIDA PROVISORIA N. 32, DE 15.01.89, CONVERTIDA NA LEI N. 7.730, DE 31.01.89, CONGELANDO OS SALARIOS A PARTIR DE 01.02.89. A LEI NOVA, COM VIGENCIA E EFICACIA A PARTIR DE 15.01.89, NÃO MEXEU COM OS SALARIOS DO PERIODO AQUISITIVO DO MES EM CURSO DE JANEIRO DE 1989, MAS A PARTIR DE FEVEREIRO DE 1989. EM CONSEQUENCIA, OS SALARIOS DO MES DE FEVEREIRO DE 1989, QUE IRIAM SER REAJUSTADOS EM 26,05%, TAL COMO OCORREU EM DEZEMBRO E JANEIRO, NÃO SOFRERAM O REAJUSTE PREVISTO, PORQUE A LEI QUE O PREVIA FOI REVOGADA ANTES DO INICIO DO MES DO PERIODO AQUISITIVO, PORTANTO, ANTES DE SE INICIAR A CONSTITUIÇÃO DO DIREITO AOS SALARIOS DO REFERIDO MES. E ANTES DO INICIO DO MES EM QUE DEVERIA SER APLICADO O REAJUSTE, OS SERVIDORES NÃO TINHAM QUALQUER DIREITO, AINDA QUE SUBORDINADO A TERMO OU CONDIÇÃO, PORQUE A LEI NOVA FULMINOU O PRÓPRIO DIREITO. E O SIMPLES ESTABELECIMENTO PREVIO DE UM INDICE PARA REAJUSTE FUTURO NÃO SE CONSTITUI E NÃO SE CONFUNDE COM O PRÓPRIO DIREITO AO REAJUSTE FUTURO. NÃO HÁ, NO CASO, DIREITO ADQUIRIDO AO REAJUSTE. 2. NÃO HOUVE RETROATIVIDADE DA LEI, PORQUE A LEI NOVA NÃO ALCANCOU FATOS PASSADOS, COMO DIAS JA TRABALHADOS. TAMBÉM NÃO HOUVE REDUÇÃO DE VENCIMENTOS, PORQUE O CONGELAMENTO DOS SALARIOS, ALÉM DE TER SIDO GERAL, PRESERVOU, NO MINIMO, A MEDIA DOS SALARIOS DO ANO ANTERIOR, REAJUSTADA SEGUNDO OS INDICES OFICIAIS. O QUE HOUVE, FOI AUMENTO DE SALARIOS SEM LEI QUE O AUTORIZASSE. 3. AÇÃO DIRETA JULGADA PROCEDENTE PARA DECLARAR A INCONSTITUCIONALIDADE E A CONSEQUENTE INEFICACIA, DESDE A SUA EDIÇÃO, DA DECISÃO DO TRIBUNAL QUE CONCEDEU O REAJUSTE1.

EMENTA: - Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Decisão Administrativa do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, de 26 de julho de 1991, no Processo TRT-ADM-4702/1991, que determinou o pagamento da URP de fevereiro de 1989, aos magistrados vinculados à 4ª Região e funcionários do Quadro de Pessoal da mesma Corte, no percentual de 26,05 sobre os vencimentos, com as respectivas diferenças de vencimentos referentes aos meses de fevereiro a dezembro de 1989. 3. Alegação de ofensa aos arts. 37, X e XV; 96, II, "b"; 5º, XXXVI e 95, III, todos da Constituição Federal. 4. Natureza normativa da Decisão Administrativa em exame, em conformidade com a orientação do STF firmada nas ADIN's nºs. 665-5 e 577-4. 5. Medida Cautelar inicialmente concedida. 6. Jurisprudência do STF, no sentido de ser indevido, em fevereiro de 1989, o percentual de 26,05 sobre os vencimentos dos servidores federais, com base na URP do período de setembro a novembro de 1988. A revogação do Decreto-Lei nº 2335/1987 pelo art. 38 da Lei nº 7730/1989, resultante da conversão da Medida Provisória nº 32, de 15.1.1989, não feriu direito adquirido dos servidores. Orientação firmada pelo STF em sessão administrativa, de referência a seus Ministros e servidores e no julgamento da ADIN 694- DF. Inexistência de direito adquirido dos servidores ao reajuste referido no índice de 26,05%. 7. Ação do MPF julgada procedente declarando-se a inconstitucionalidade da Decisão Administrativa do TRT-4ª Região, de 26.7.1991, no Processo TRT-ADM-4702, acima mencionada, a atribuir aumento de vencimentos a magistrados e servidores sem lei autorizativa, sendo, assim, incompatível com o disposto no art. 96, II, alínea "b", e 5º, XXXVI, ambos da Constituição Federal2.

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. REAJUSTE DE VENCIMENTOS NOS MESES DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 1989 PELA U.R.P., UNIDADE DE REFERENCIA DE PREÇOS, DE 26,05%, CONCEDIDO POR DECISÕES ADMINISTRATIVAS NOS PROC. TRT MA 048/91 E 094/91, DO TRT DA 13. REGIAO, AOS JUIZES E SERVIDORES DO TRIBUNAL, COM BASE NO DECRETO-LEI N. 2.335, DE 12.06.87, REVOGADO PELA MEDIDA PROVISORIA N. 32, DE 15.01.89, CONVERTIDA NA LEI N. 7.730, DE 31.01.89, QUE INSTITUIU O CRUZADO NOVO. 1. FIXADO EM 30.11.88, O INDICE DE 26,05% PARA REAJUSTAR 0S SALARIOS DO TRIMESTRE COMPREENDIDO PELOS MESES DE DEZEMBRO DE 1988 A FEVEREIRO DE 1989, COM BASE NO DECRETO-LEI N. 2.335/87, SOBREVEIO A MEDIDA PROVISORIA N. 32, DE 15.01.89, CONVERTIDA NA LEI N. 7.730, DE 31.01.89, CONGELANDO OS SALARIOS A PARTIR DE 01.02.89. A LEI NOVA, COM VIGENCIA E EFICACIA A PARTIR DE 15.01.89, NÃO MEXEU COM OS SALARIOS DO PERIODO AQUISITIVO DO MES EM CURSO DE JANEIRO DE 1989, MAS A PARTIR DE FEVEREIRO DE 1989. EM CONSEQUENCIA, OS SALARIOS DO MES DE FEVEREIRO DE 1989, QUE IRIAM SER REAJUSTADOS EM 26,05%, TAL COMO OCORREU EM DEZEMBRO E JANEIRO, NÃO SOFRERAM O REAJUSTE PREVISTO, PORQUE A LEI QUE PREVIA FOI REVOGADA ANTES DO INICIO DO MES DO PERIODO AQUISITIVO, PORTANTO, ANTES DE SE INICIAR A CONSTITUIÇÃO DO DIREITO AOS SALARIOS DO REFERIDO MES. E ANTES DO INICIO DO MES EM QUE DEVERIA SER APLICADO O REAJUSTE, OS SERVIDORES NÃO TINHAM QUALQUER DIREITO, AINDA QUE SUBORDINADO A TERMO OU CONDIÇÃO, PORQUE A LEI NOVA FULMINOU O PRÓPRIO DIREITO. E O SIMPLES ESTABELECIMENTO PREVIO DE UM INDICE PARA REAJUSTE FUTURO NÃO SE CONSTITUIU E NÃO SE CONFUNDE COM O PRÓPRIO DIREITO AO REAJUSTE FUTURO. NÃO HÁ, NO CASO, DIREITO ADQUIRIDO AO REAJUSTE. 2. NÃO HOUVE RETROATIVIDADE DA LEI, PORQUE A LEI NOVA NÃO ALCANCOU FATOS PASSADOS, COMO DIAS JA TRABALHADOS. TAMBÉM NÃO HOUVE REDUÇÃO DE VENCIMENTOS, PORQUE O CONGELAMENTO DOS SALARIOS, ALÉM DE TER SIDO GERAL, PRESERVOU, NO MINIMO, A MEDIA DOS SALARIOS DO ANO ANTERIOR, REAJUSTADA SEGUNDO OS INDICES OFICIAIS. O QUE HOUVE, FOI AUMENTO DE SALARIOS SEM LEI QUE O AUTORIZASSE. 3. AÇÃO DIRETA JULGADA PROCEDENTE PARA DECLARAR A INCONSTITUCIONALIDADE E A CONSEQUENTE INEFICACIA, DESDE A SUA EDIÇÃO, DAS DECISÕES DO TRIBUNAL QUE CONCEDERAM O REAJUSTE3.

EMENTA: - Direito Constitucional e Administrativo. Vencimentos. Reajuste. U.R.P. Ação Direta de Inconstitucionalidade da Resolução no 17.690, de 12.11.1991, do Tribunal Superior Eleitoral, que reajustou vencimentos de seus servidores, relativos aos meses de abril e maio de 1988 e fevereiro de 1989, segundo a variação da Unidade de Referencia de Preços (índices de 16,19% e 26,05%, respectivamente) (Decreto-lei n. 2.335, de 12.06.1987). 1. A Resolução impugnada e ato normativo federal, pois estabelece reajuste de vencimentos de todos os servidores do T.S.E. Pode, pois, ser impugnada em Ação Direta de Inconstitucionalidade, nos termos do art. 102, I, "a", da C.F. 2. Havendo-se fundado no princípio do direito adquirido,quando, na verdade, ele não se configurou, segundo pacifica jurisprudência do S.T.F., a Resolução, ao outorgar o reajuste de vencimentos, incidiu em violação aos princípios enunciados nos artigos 2., 5., XXXVI, "caput", incisos X, XV, 48 e 96, II, "b" da Constituição Federal. 3. Inconstitucionais, portanto, os reajustes (de 16,19% e 26,05%). 4. Quanto ao de 16,19%, a jurisprudência do STF, no julgamento de casos concretos, ou seja, no controle difuso de constitucionalidade, tem admitido a caracterização de direito adquirido dos servidores a 7/30 sobre tal índice, no que concerne aos meses de abril e maio de 1988. 5. Em se tratando, porem, na Ação Direta de Inconstitucionalidade, de processo objetivo, em que apenas se discute a validade, ou não, do ato normativo impugnado (em tese), e não podendo o S.T.F., como legislador negativo, alterar o texto das normas impugnadas, resta-lhe a declaração, pura e simples, da inconstitucionalidade. 6. Ação Direta julgada procedente, declarada, assim, inconstitucional a Resolução n. 17.690, de 12.11.1991, do T.S.E4.

EMENTA: Ação direta de inconstitucionalidade. Vencimentos. Reajuste. U.R.P. Decisão Administrativa do Conselho de Administração do Superior Tribunal de Justiça, tomada em sessão realizada em 19 de setembro de 1991, nos autos do processo administrativo n. 649/90. - A decisão administrativa impugnada e ato normativo, susceptivel, portanto, de ser objeto da ação direta de inconstitucionalidade. - A decisão Administrativa em causa, ao outorgar, com base no princípio do direito adquirido não aplicável segundo pacifica jurisprudência desta Corte, os reajustes de 16,19% e 26,05%, e inconstitucional. Precedente do STF: Ação direta de inconstitucionalidade n. 696. Ação julgada procedente para declarar a inconstitucionalidade de Decisão Administrativa do Conselho de Administração do Superior Tribunal de Justiça, tomada em sessão realizada em 19 de setembro de 1991, nos autos do processo administrativo n. 649/905.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. FUNCIONÁRIOS PUBLICOS. VENCIMENTOS. URP - FEVEREIRO DE 1989. 2. NO JULGAMENTO DA ADIN N. 694 - DF, O PLENÁRIO DO STF AFIRMOU SER INDEVIDO, EM FEVEREIRO DE 1989, O PERCENTUAL DE 26,05%, SOBRE VENCIMENTOS DE SERVIDORES FEDERAIS, COM BASE NA URP DO PERIODO DE SETEMBRO A NOVEMBRO DE 1988. REVOGAÇÃO DO DECRETO-LEI N. 2335/1987 PELO ART. 38 DA LEI N. 7730, DE 31.01.1989, RESULTANTE DA CONVERSAO DA MEDIDA PROVISORIA N. 32, DE 15 DE JANEIRO DE 1989. PRECEDENTES. 3. RECURSO EXTRAORDINÁRIO CONHECIDO E PROVIDO6.

EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DECRETO-LEI N. 2.335/87 (Plano Bresser). Reajuste. Direito adquirido. Inconstitucionalidade. Reajuste de salário pela variação da URP (26,05%), a ser computada no mês de junho de 1987, conforme Decreto-Lei 2.302/86. Revogação por norma superveniente que entrou em vigor antes de iniciar-se o período aquisitivo. Direito adquirido e, conseqüente, inconstitucionalidade inexistentes. O Plenário desta Corte, ao apreciar a questão, reiterou o entendimento de que não há direito adquirido a vencimentos, nem a regime jurídico instituído por lei. Recurso conhecido e provido7.

EMENTA: Ação Direta de Inconstitucionalidade. Decisão administrativa proferida pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que garantiu aos Juízes e servidores daquela Corte o direito à percepção da URP de fevereiro de 1989, no percentual de 26,05% sobre os vencimentos. Pacífica a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal de não se reconhecer direito líquido dos servidores públicos ao referido reajuste vencimental. Ação julgada procedente para declarar, com efeito ex tunc, a inconstitucionalidade da decisão administrativa proferida pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Decisão unânime8.

EMENTA: - DIREITO CONSTITUCIONAL E TRABALHISTA. EMPREGADOS SOB REGIME DA C.L.T. SALÁRIOS. DIREITO ADQUIRIDO. Reajuste de salários do mês de fevereiro de 1989, segundo a variação da U.R.P. (Unidade de Referência de Preços) (Índice de 26,05%) (Decreto-lei nº 2.335, de 12.06.1987). Arts. 5º, § 1º, e 6º da Lei nº 7.730, de 31.01.1989. Medida Provisória nº 32, de 15.01.1989. Portaria Ministerial nº 354, de 01.12.1988 (D.O. 02.12.1988). Decreto-lei nº 2.302, de 21.11.1986. 1. É firme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no Plenário e nas Turmas, no sentido de que não há direito adquirido ao reajuste de 26,05%, referente à U.R.P. de fevereiro de 1989. 2. Com relação ao reajuste de 26,06% (IPC de junho de 1987, Decreto-lei nº 2.302 de 21.11.1986), o Plenário decidiu, também, não se caracterizar hipótese de direito adquirido. 3. Observados os precedentes, o R.E. é conhecido e provido para se julgar improcedente a pretensão dos autores aos reajustes salariais, pelos índices de 26,05% e 26,06%, relativos à variação da U.R.P. de fevereiro de 1989 e ao I.P.C. de junho de 1987, respectivamente9.

Conseguintemente, a coisa julgada não pode persistir quando configurados os matizes da interpretação defeituosa, cujo desvio ocasiona danos à ordem jurídica.

Entendo que a contrariedade à norma constitucional se enquadra na categoria de matéria de ordem pública, de modo que deve ser conhecida de ofício pelo Magistrado, em qualquer momento ou grau de jurisdição ou atuação, sob pena de desintegração do ordenamento jurídico, do qual se exige unidade e coerência.

Escudado nessas razões e independentemente de manifestação do ente público, determino, com fundamento também no inciso II e parágrafo único, do art. 741, do CPC, com a redação atribuída pela MP nº 2.180-35/2001, e no art. 1o-E, da Lei nº 9.494/97, inserido pela mesma norma do Executivo com força de lei:

a) o não pagamento dos precatórios atinentes aos índices de 84,32%, 47,94% e 26,05%; e

b) em relação aos precatórios concernentes ao índice de 16,19%, o pagamento de apenas 7/30,

devendo eles, após o trânsito em julgado desta decisão:

a) ser cancelados, devolvendo-se os correspondentes valores ao Erário, em relação aos precatórios atinentes aos índices de 84,32%, 47,94% e 26,05%; e

b) ser remetidos à Contadoria, para adequação dos valores, em relação aos precatórios concernentes ao índice de 16,19%.

P.I.

Recife, 23 de março de 2007.

JUIZ FRANCISCO CAVALCANTI

Presidente

RESUMO DOS PROCESSOS:
DESEMBARGADOR(A) FEDERAL PRESIDENTE - 3

Boletim da Justiça Federal

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - 1ª REGIÃO

JUIZ FEDERAL DIRETOR DO FORO: ALEXANDRE VIDIGAL DE OLIVEIRA
DIRETOR DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA: MISAEL GUERRA PESSOA DE ANDRADE

ATA DE DISTRIBUICAO REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2007

PROCESSOS EM TRAMITACAO COMUM

I-DISTRIBUICAO
1)AUTOMÁTICA

PROCESSO	:	2007.34.00.007027-0 PROT.:08/03/2007
CLASSE	:	1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR:	:	UNILEVER BRASIL ALIMENTOS LTDA
ADVOGADO	:	JOSE HENRIQUE NUNES PAZ
REU:	:	UNIAO FEDERAL
VARA	:	20ª VARA FEDERAL
PROCESSO	:	2007.34.00.007028-4 PROT.:08/03/2007
CLASSE	:	1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR:	:	UNILEVER DO BRASIL LTDA
ADVOGADO	:	JOSE HENRIQUE NUNES PAZ
REU:	:	UNIAO FEDERAL
VARA	:	7ª VARA FEDERAL
PROCESSO	:	2007.34.00.007045-9 PROT.:08/03/2007
CLASSE	:	3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE:	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO	:	NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO:	:	SANTO GRALL COMUNICOES LTDA
VARA	:	19ª VARA FEDERAL
PROCESSO	:	2007.34.00.007049-3 PROT.:08/03/2007
CLASSE	:	3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE:	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO	:	NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO:	:	LMNR ALIMENTACAO E EVENTOS LTDA
VARA	:	18ª VARA FEDERAL
PROCESSO	:	2007.34.00.007051-7 PROT.:08/03/2007
CLASSE	:	3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE:	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO	:	NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO:	:	LIMA CONSULTORIA ASSESSORIA E REPRESENTACOES LTDA
VARA	:	19ª VARA FEDERAL
PROCESSO	:	2007.34.00.007055-1 PROT.:08/03/2007
CLASSE	:	3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE:	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO	:	NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO:	:	M J PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME
VARA	:	18ª VARA FEDERAL
PROCESSO	:	2007.34.00.007058-2 PROT.:08/03/2007
CLASSE	:	3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE:	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO	:	NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO:	:	PADRAO ADMINSTRACAO E SERVICOS LTDA
VARA	:	18ª VARA FEDERAL
PROCESSO	:	2007.34.00.007058-2 PROT.:08/03/2007
CLASSE	:	3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE:	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO	:	NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO:	:	PADRAO ADMINSTRACAO E SERVICOS LTDA
VARA	:	18ª VARA FEDERAL
PROCESSO	:	2007.34.00.007060-6 PROT.:08/03/2007
CLASSE	:	3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE:	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO	:	NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO:	:	PLANER SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA
VARA	:	19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007061-0 PROT.:08/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : POLIMIDIA CONSULTORIA E COMUNICACAO S/C LTDA
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007062-3 PROT.:08/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
EXCDO: : PRODIS - PRODUTOS DE INFORMATICA E SERVICOS LTDA
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007063-7 PROT.:08/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : PROVISAO COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PAPEIS LTDA
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007064-0 PROT.:08/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : RAQUEL MACHADO CORRETORA DE SEGUROS DE VIDA LTDA
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007078-8 PROT.:08/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : VEST CON EDITORA LTDA
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007083-2 PROT.:08/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : ARIOMAR ARQUITETURA LTDA
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007084-6 PROT.:08/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : ASSESSORIA CONTABIL HOTDATA LTDA
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007084-6 PROT.:08/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : ASSESSORIA CONTABIL HOTDATA LTDA
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007089-4 PROT.:08/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : C D R REPRESENTACOES LTDA
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007090-4 PROT.:08/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : CLICK CONTABILIDADE LTDA ME
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007092-1 PROT.:08/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : CONFIANCA IMOVEIS LTDA
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007093-5 PROT.:08/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : CONQUISTA COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007095-2 PROT.:08/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : CRISTALINO COMERCIAL DE GRAOS LTDA
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007096-6 PROT.:08/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : ESCOLA DE MODELOS MODOS E MODA LTDA
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007097-0 PROT.:08/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : FERNANDO CASTELO BRANCO FERREIRA COSTA ME
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007097-0 PROT.:08/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : FERNANDO CASTELO BRANCO FERREIRA COSTA ME
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007098-3 PROT.:08/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : FOTON INFORMATICA SA
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007099-7 PROT.:08/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : GL PRODUCOES JORNALISTICAS LTDA
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007100-1 PROT.:08/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : GRIMOALDO RESENDE E ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007101-5 PROT.:22/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : INFOSMART CONSULTORIA S/C LTDA
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007102-9 PROT.:08/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : ANDRE ALVIM DE PAULA RIZZO
EXCDO: : IDEA CONSULTORIA TREINAMENTO E PARTICIPACOES LTDA S/C
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007103-2 PROT.:08/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : ANDRE ALVIM DE PAULA RIZZO
EXCDO: : INVEST EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007104-6 PROT.:08/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : J.A.M. - COMERCIO DE VESTUARIO E ACESSORIOS LTDA
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007105-0 PROT.:08/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : J.L.T.-INFORMATICA, TECNOLOGIA LTDA.
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007105-0 PROT.:08/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : J.L.T.-INFORMATICA, TECNOLOGIA LTDA.
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007106-3 PROT.:08/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : JARPAN DALLRO BRASIL LTDA
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007107-7 PROT.:08/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS MORAIS
EXCDO: : JOELSON DO NASCIMENTO MADUREIRA ME
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007460-3 PROT.:09/03/2007
CLASSE : 3300-EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS
EXQTE: : CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE
ADVOGADO : ADRIANA PEREIRA DE MENDONCA
EXCDO: : GERALDO VALENTIN DOS REIS
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007461-7 PROT.:09/03/2007
CLASSE : 3300-EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS
EXQTE: : CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE
ADVOGADO : ADRIANA PEREIRA DE MENDONCA
EXCDO: : N SIMOES E GONCALVES LTDA
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007462-0 PROT.:09/03/2007
CLASSE : 3300-EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS
EXQTE: : CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE
ADVOGADO : ADRIANA PEREIRA DE MENDONCA
EXCDO: : LANZIANI & JANEIRO LTDA
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007463-4 PROT.:09/03/2007
CLASSE : 3300-EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS
EXQTE: : CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE
ADVOGADO : ADRIANA PEREIRA DE MENDONCA
EXCDO: : COMERCIO DE GAS ZEPONI LTDA
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007464-8 PROT.:09/03/2007
CLASSE : 3300-EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS
EXQTE: : CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE
ADVOGADO : ADRIANA PEREIRA DE MENDONCA
EXCDO: : COMERCIO DE GAS ZEPONI LTDA
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007464-8 PROT.:09/03/2007
CLASSE : 3300-EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS
EXQTE: : CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE
ADVOGADO : ADRIANA PEREIRA DE MENDONCA
EXCDO: : COMERCIO DE GAS ZEPONI LTDA
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007465-1 PROT.:09/03/2007
CLASSE : 3300-EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS
EXQTE: : CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE
ADVOGADO : ADRIANA PEREIRA DE MENDONCA
EXCDO: : N SIMOES E GONCALVES LTDA
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007466-5 PROT.:09/03/2007
CLASSE : 3300-EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS
EXQTE: : CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE
ADVOGADO : ADRIANA PEREIRA DE MENDONCA
EXCDO: : CLETO LANZIANI JANEIRO
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007467-9 PROT.:09/03/2007
CLASSE : 3300-EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS
EXQTE: : CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE
ADVOGADO : ADRIANA PEREIRA DE MENDONCA
EXCDO: : RUBENS GARCIA
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007468-2 PROT.:09/03/2007
CLASSE : 3300-EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS
EXQTE: : CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE
ADVOGADO : ADRIANA PEREIRA DE MENDONCA
EXCDO: : ALEXANDRE AIDAR RIGOBELO
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007469-6 PROT.:09/03/2007
CLASSE : 3300-EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS
EXQTE: : CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE
ADVOGADO : ADRIANA P DE MENDONCA
EXCDO: : RIGOBELO & RIGOBELO LTDA
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007470-6 PROT.:09/03/2007
CLASSE : 3300-EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS
EXQTE: : CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE
ADVOGADO : ADRIANA PEREIRA DE MENDONCA
EXCDO: : LANZIANI & JANEIRO LTDA
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007473-7 PROT.:09/03/2007
CLASSE : 3300-EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS
EXQTE: : CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE
ADVOGADO : ADRIANA PEREIRA DE MENDONCA
EXCDO: : NESTOR SIMOES
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007475-4 PROT.:09/03/2007
CLASSE : 3300-EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS
EXQTE: : CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE
ADVOGADO : ADRIANA PEREIRA DE MENDONCA
EXCDO: : ALVARO CESAR ARAUJO SANDRI
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007475-4 PROT.:09/03/2007
CLASSE : 3300-EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS
EXQTE: : CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE
ADVOGADO : ADRIANA PEREIRA DE MENDONCA
EXCDO: : ALVARO CESAR ARAUJO SANDRI
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007590-3 PROT.:09/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : RENER GOMES DE BRITO
ADVOGADO : DEFENSORIA PUBLICA
REU: : UNIAO FEDERAL E OUTROS
VARA : 9ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007612-0 PROT.:12/03/2007
CLASSE : 4200-EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL
EXQTE: : FUNDACAO HABITACIONAL DO EXERCITO FHE
ADVOGADO : SILVIO DA COSTA ALVES
EXCDO: : DANIEL DE OLIVEIRA CARDOSO
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007613-4 PROT.:12/03/2007
CLASSE : 4200-EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL
EXQTE: : FUNDACAO HABITACIONAL DO EXERCITO FHE
ADVOGADO : MARCO ANTONIO ROCHAEL FRANCA
EXCDO: : JOSE GILVAN CAMPO DE ANDRADE
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007614-8 PROT.:12/03/2007
CLASSE : 4200-EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL
EXQTE: : FUNDACAO HABITACIONAL DO EXERCITO FHE
ADVOGADO : MARCO ANTONIO ROCHAEL FRANCA
EXCDO: : ALDENIR DA SILVA FRINGINO
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007615-1 PROT.:12/03/2007
CLASSE : 4200-EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL
EXQTE: : FUNDACAO HABITACIONAL DO EXERCITO FHE
ADVOGADO : LUIZ FERRUCIO DUARTE SAMPAIO JUNIOR
EXCDO: : EDILSON DE JESUS MOREIRA ALMEIDA
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007616-5 PROT.:12/03/2007
CLASSE : 4200-EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL
EXQTE: : FUNDACAO HABITACIONAL DO EXERCITO FHE
ADVOGADO : PAULO FERNANDO SARAIVA CHAVES
EXCDO: : RICARDO DA SILVA SANTANA
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007617-9 PROT.:12/03/2007
CLASSE : 4200-EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL
EXQTE: : FUNDACAO HABITACIONAL DO EXERCITO FHE
ADVOGADO : PAULO FERNANDO SARAIVA CHAVES
EXCDO: : OLIVAR JOSE RANGEL MENDONCA
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007617-9 PROT.:12/03/2007
CLASSE : 4200-EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL
EXQTE: : FUNDACAO HABITACIONAL DO EXERCITO FHE
ADVOGADO : PAULO FERNANDO SARAIVA CHAVES
EXCDO: : OLIVAR JOSE RANGEL MENDONCA
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007834-7 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : HENRIQUETA FELIX DA SILVA
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007836-4 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : JOSE CIRILO DA ANUNCIACAO
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 13ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007840-5 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : JOAO JOSE DA GUARDA FILHO
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 21ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007849-8 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : FRANCISCO DE ASSIS SOARES ME
REQDO: : AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007850-8 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE FUNASA
REQDO: : WLADIMIR FRANCISCO MOTA
VARA : 14ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007851-1 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : GILBERTO ROMANO ROSA DE JESUS
REQDO: : UNIFACS - UNIVERSIDADE SALVADOR E OUTROS
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007855-6 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : FABIO ALBERGARIA NUNES PITANGA
VARA : 13ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007856-0 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : OSORINO DA SILVA SANTOS FILHO
REQDO: : UNIAO FEDERAL
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007856-0 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : OSORINO DA SILVA SANTOS FILHO
REQDO: : UNIAO FEDERAL
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007858-7 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : MARILDA ALVES DE MELO
REQDO: : BANCO CENTRAL DO BRASIL E OUTROS
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007859-0 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008065-5 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : SIDNEI TADEU CUISSI
ADVOGADO : LUIZ RAFAEL DE MELO ALVES
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 17ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008088-1 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : VALDEMI MUNIZ BARRETO
REQDO: : FUNDACAO HABITACIONAL DO EXERCITO FHE
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008090-5 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : ELZA DIAS DOS SANTOS
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 6ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008091-9 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : CONDOMINIO RESIDENCIAL SANTA HELENA
REQDO: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008237-8 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 6103-CARTA PRECATÓRIA / FISCAL
REQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
REQDO: : TOURING CLUB DO BRASIL
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008237-8 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 6103-CARTA PRECATÓRIA / FISCAL
REQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
REQDO: : TOURING CLUB DO BRASIL
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008242-2 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : RONALDO DE SOUZA MOSCOSO
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008243-6 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : ALMEIDA E SCAFF COMERCIO E REPRESENTACOESLTDA
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008245-3 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : AGM INFORMATICA LTDA
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008246-7 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : ALARM SYSTEMS SEGURANCA ELETRONICA E TELECOMUNICACOES L
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008247-0 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : WEEKEND COMERCIO E REPRESENTACAO DE BEBIDAS LTDA
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008248-4 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : WALPEMA SERVICOS GERAIS LTDA ME
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008249-8 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : VOGA CONSULTORIA E INFORMATICA LTDA
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008251-1 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : ENCADERNADORA MORAIS LTDA ME
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008251-1 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : ENCADERNADORA MORAIS LTDA ME
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008252-5 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : ENGENHARIA DE COMUNICACAO LTDA
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008253-9 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : ESTACAO A COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008254-2 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : FACTV COMUNICACAO E PRODUCOES LTDA
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008259-0 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : IGLU COMERCIO E ALIMENTOS LTDA
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008260-0 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : INICIAR FILME E MULTIMIDIA LTDA ME
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008261-4 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : INSTITUTO PROMUNDO
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008263-1 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : IPE VIDEO PRODUCAO E COMUNICACAO LTDA ME
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008263-1 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : IPE VIDEO PRODUCAO E COMUNICACAO LTDA ME
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008265-9 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : JOAO SEVERO NETO E OUTROS
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008266-2 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : JOSE RAIMUNDO FERREIRA
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008267-6 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : KADER E KADER COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICOS LTDA
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008268-0 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : LUCIVIDA CORRETORA DE SEGUROS DE VIDA S/C LTDA
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008269-3 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 6103-CARTA PRECATÓRIA / FISCAL
REQTE: : INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA NORMALIZACAO E QUALIDADE INDUSTRIAL INMETRO
REQDO: : IVO SCHMALFUSS AGROPECUARIA
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008272-0 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : RAFAEL RODRIGO BARBOSA MARIN E OUTROS
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008274-8 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : MARIA MELO SILVA
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008276-5 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : EDIO PETRONIO MOURA DA SILVA
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008276-5 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : EDIO PETRONIO MOURA DA SILVA
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008277-9 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : SOLANGE BARBIERI
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008279-6 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : JOINA FERREIRA DA SILVA
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008280-6 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : MAXWELL EDUCACIONAL LTDA
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008281-0 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : JUNIO CESAR NOGUEIRA BRITO
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008284-0 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : MICHELON E ENDRES ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008286-8 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : MM CONSULTORIA, CURSOS, TREINAMENTOS E PROJETOS LTDA
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008287-1 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : LUIS CARLOS DE OLIVEIRA PINTO
REQDO: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL E OUTROS
VARA : 4ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008287-1 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : LUIS CARLOS DE OLIVEIRA PINTO
REQDO: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL E OUTROS
VARA : 4ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008288-5 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : DANTE HUMBERTO PALLADINO FILHO
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008289-9 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : NAZARENO RONDAN ATAIDES
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008290-9 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : LUIS CARLOS DE SOUZA
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008291-2 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : MRM INFORMATICA E REPRESENTACOES LTDA
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008293-0 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : MUNDIAL CONSERVACAO E MANUTENCAO LTDA ME
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008294-3 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : NAZARE ARTEFATOS DE COUROS E PLASTICOS LTDA - EPP
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008295-7 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : NEOBRAS S.A
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008296-0 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : NORTS CONSTRUCAO CIVIL E TRANSPORTES LTDA
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008296-0 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : NORTS CONSTRUCAO CIVIL E TRANSPORTES LTDA
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008297-4 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : NOVA AMAZONAS INDUSTRIA COMERCIO E IMPORTACAO LTDA
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008298-8 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : OM - INFORMATICA LTDA
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008299-1 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : OMILTON FERREIRA DA SILVA
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008300-6 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : ORGANIZACOES ALLE LTDA
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008301-0 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : VIP PARKING LTDA
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008302-3 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : VALLETTE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008305-4 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : UNIFLEX MOVEIS PARA ESCRITORIO LTDA
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008305-4 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : UNIFLEX MOVEIS PARA ESCRITORIO LTDA
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008306-8 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : TRIGGER ENGENHARIA E PLANEJAMENTO LTDA
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008321-5 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : FERNANDO MARCIO QUEIROZ E OUTROS
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008322-9 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : ENIO DE LEMOS CALDAS
REQDO: : UNIAO FEDERAL E OUTROS
VARA : 17ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008323-2 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : MARIA TEREZA ARCOVERDE REYNALDO ALVES
REQDO: : IPEA INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA
VARA : 13ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008325-0 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : ISIS TAVARES DE ANDRADE CONRADO
REQDO: : CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA DE PERNAMBUCO E OUTROS
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008326-3 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : KATARINE DE MELO CRAVEIRO BENEVIDES
REQDO: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008814-2 PROT.:21/03/2007
CLASSE : 1600-AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS
AUTOR: : CICERO SOARES DE SOUZA E OUTROS
ADVOGADO : MARCOS A Z ROMANO
REU: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008835-1 PROT.:21/03/2007
CLASSE : 6103-CARTA PRECATÓRIA / FISCAL
REQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
REQDO: : ATLANTICO SUL ALIMENTOS CONGELADOS LTDA
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008835-1 PROT.:21/03/2007
CLASSE : 6103-CARTA PRECATÓRIA / FISCAL
REQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
REQDO: : ATLANTICO SUL ALIMENTOS CONGELADOS LTDA
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008844-0 PROT.:21/03/2007
CLASSE : 6103-CARTA PRECATÓRIA / FISCAL
REQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
REQDO: : MODDATA SA SERVICOS TECNICOS
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008845-4 PROT.:21/03/2007
CLASSE : 5113-AÇÃO DE ALIMENTOS
REQTE: : GIOVANNI GARGIULO FILHO
ADVOGADO : JOSE HIGINO LOPES
REQDO: : MARIA DE FATIMA ALVAREZ
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008853-0 PROT.:21/07/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : OLGA CAVALCHI DE CARVALHO
REQDO: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008918-9 PROT.:21/03/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : OG TANIOS NEMER
ADVOGADO : FLAVIO EDUARDO WANDERLEY BRITTO
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 6ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008921-6 PROT.:21/03/2007
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : SERGIO PERCI FRITSCH
ADVOGADO : CARLA SOARES VICENTE
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 21ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008928-1 PROT.:21/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE FUNASA
ADVOGADO : HUGO MARCELINO DA SILVA
REU: : GRUPO OK CONSTRUCOES E INCORPORACOES S/A E OUTROS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008947-3 PROT.:21/03/2007
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : BOURBON SPECIALTY COFFEES LTDA E OUTROS
ADVOGADO : RONALD ALENCAR D.DA SILVA
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 13ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008947-3 PROT.:21/03/2007
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : BOURBON SPECIALTY COFFEES LTDA E OUTROS
ADVOGADO : RONALD ALENCAR D.DA SILVA
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 13ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008951-4 PROT.:21/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : SINDICATO DOS MEDICOS DO DISTRITO FEDERAL
ADVOGADO : MARCO ANTONIO BILIBIO CARVALHO
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 6ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008953-1 PROT.:21/03/2007
CLASSE : 9200-MEDIDA CAUTELAR INOMINADA
REQTE: : ADAO HONORIO DE SOUZA
ADVOGADO : ELENE DE S DE ALBUQUERQUE
REQDO: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
VARA : 13ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008964-8 PROT.:22/03/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : SERGIO SADAO MORI
ADVOGADO : IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008968-2 PROT.:22/03/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : JUSTICA PUBLICA
REQDO: : BRENO CUNHA
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008970-6 PROT.:22/03/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : JUSTICA PUBLICA
REQDO: : JOUD NAGI FAYAD
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008974-0 PROT.:22/03/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : JOSE RIBAMAR CARVALHO MONTELES
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008979-9 PROT.:22/03/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : JEFERSON CRISTIANO DE SOUZA E OUTROS
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008997-7 PROT.:22/03/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : JORGE ROBERTO GARZIERA
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008997-7 PROT.:22/03/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : JORGE ROBERTO GARZIERA
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008998-0 PROT.:22/03/2007
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : SIDNEY DE CARVALHO
ADVOGADO : NACIR DA CONCEICAO FERNANDES
REU: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 3ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009036-1 PROT.:22/03/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES E DEMAIS AGENTES PUB AG NAC REGUL SINAGENCIAS
ADVOGADO : JOSE LUIS WAGNER
REU: : UNIAO FEDERAL E OUTROS
VARA : 13ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009052-2 PROT.:22/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : PLINIO RICCIARDI NETO
ADVOGADO : LEONARDO DE CARVALHO BARBOZA
IMPDO: : DIRETORA DE GESTAO DE PESSOAL DO DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL
VARA : 3ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009058-4 PROT.:22/03/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : JUSTICA PUBLICA
REQDO: : SILVIO FRANCISCO FERREIRA
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009062-5 PROT.:23/03/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : SERGIO LUIZ DE ARAUJO
ADVOGADO : ULISSES BORGES DE RESENDE
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 9ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009071-4 PROT.:23/03/2007
CLASSE : 7100-AÇÃO CIVIL PÚBLICA
REQTE: : APURU ASSOCIACAO DOS PARAPLEGICOS DE UBERLANDIA E OUTROS
ADVOGADO : ANA PAULA CROSARA DE RESENDE
REQDO: : UNIAO FEDERAL
VARA : 4ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009076-2 PROT.:23/03/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : LUIZ LEITE MIRABOU
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009076-2 PROT.:23/03/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : LUIZ LEITE MIRABOU
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009088-2 PROT.:23/03/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : ARMEN MAMIGONIAN E OUTROS
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009090-6 PROT.:23/03/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : RAIMAR STERNADT
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009098-5 PROT.:23/03/2007
CLASSE : 2200-MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO
IMPTE: : UNAFISCO SINDICAL - SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL
ADVOGADO : ALEXANDRE AUGUSTO MOREIRA COSTA
IMPDO: : SECRETARIO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTERIO DO PLANEJAMENTO ORCAMENTO E GESTAO E OUTROS
VARA : 9ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009141-8 PROT.:23/03/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : ASSOCIACAO NACIONAL DOS ESPECIALISTAS EM POLITICAS PUBLICAS E GESTAO GOVERNAMENTAL
ADVOGADO : ANTONIO TORREAO BRAZ FILHO
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009149-7 PROT.:23/03/2007
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : DOUTOR COFFEE ESPECIALISTA EM CAFE LTDA E OUTROS
ADVOGADO : MARCOS JOAQUIM GONCALVES ALVES
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009211-1 PROT.:23/03/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : ROOSEVELT DIVINO DE MENEZES
ADVOGADO : WILSON MARQUES DE ALCANTARA
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009220-0 PROT.:23/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : CONCRESOLO ENGENHARIA LTDA E OUTROS
ADVOGADO : CARLOS EDUARDO DE ORNELLAS AMORIM
REU: : DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES -DNIT
VARA : 6ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009224-5 PROT.:23/03/2007
CLASSE : 5121-AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE
AUTOR: : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA INCRA
ADVOGADO : MARIO SERGIO DOS SANTOS
RÉU: : FEDERACAO DOS TRABALHADORES RURAIS NA AGRICULTURA FAMILIAR - FETRAF E OUTROS
VARA : 3ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009224-5 PROT.:23/03/2007
CLASSE : 5121-AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE
AUTOR: : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA INCRA
ADVOGADO : MARIO SERGIO DOS SANTOS
RÉU: : FEDERACAO DOS TRABALHADORES RURAIS NA AGRICULTURA FAMILIAR - FETRAF E OUTROS
VARA : 3ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009228-0 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 1209-AÇÃO ORDINÁRIA / PREVIDENCIÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : EXPEDITO MARTINS DE SOUZA
ADVOGADO : MAURO SEVERINO DIAS
REU: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009229-3 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO FNDE
REQDO: : FRANCISCO VAGNER DE SANTANA AMORIM
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009281-0 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 7100-AÇÃO CIVIL PÚBLICA
REQTE: : CARLOS ANTONIO DE FREITAS
ADVOGADO : CARLOS ANTONIO DE FREITAS
REQDO: : UNIAO FEDERAL
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009341-1 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : LENYMARA CARVALHO
REU: : ENCONSULT ENGENHARIA CONSULTIVA LTDA E OUTROS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009342-5 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : LENYMARA CARVALHO
REU: : MARIA RONILZA DA SILVA ARAUJO
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009349-0 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : LENYMARA CARVALHO
RÉU: : MANOEL TAVARES SANTOS
VARA : 13ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009350-0 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : LENYMARA CARVALHO
RÉU: : ADAO CASAL
VARA : 1ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009350-0 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : LENYMARA CARVALHO
RÉU: : ADAO CASAL
VARA : 1ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009351-4 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : LENYMARA CARVALHO
RÉU: : ERNESTO FRANCO MADEU
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009352-8 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : LENYMARA CARVALHO
RÉU: : JESUS ALVES DOS SANTOS E OUTROS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009353-1 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : LENYMARA CARVALHO
RÉU: : ALESSANDRA ROCHA GONZAGA PORTO E OUTROS
VARA : 14ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009354-5 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : LENYMARA CARVALHO
RÉU: : LILIANE APARECIDA SILVA SPINA
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009355-9 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : LENYMARA CARVALHO
RÉU: : ADEMIR SOARES LIMA E OUTROS
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009356-2 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : LENYMARA CARVALHO
RÉU: : JOSE ANTONIO FERRAZ DE AZEVEDO E OUTROS
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009357-6 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : LENYMARA CARVALHO
RÉU: : JOSEFA BARBOSA DO NASCIMENTO
VARA : 6ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009358-0 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : LENYMARA CARVALHO
RÉU: : TANIA MARCIA MARTINELLI
VARA : 4ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009358-0 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : LENYMARA CARVALHO
RÉU: : TANIA MARCIA MARTINELLI
VARA : 4ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009359-3 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : LENYMARA CARVALHO
RÉU: : SAFARI CONFECCOES LTDA E OUTROS
VARA : 13ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009360-3 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : LENYMARA CARVALHO
RÉU: : SERGIO RODRIGUES BARROSO JUNIOR
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009361-7 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : LENYMARA CARVALHO
RÉU: : JOSE JACKSON RODRIGUES BARBOSA E OUTROS
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009362-0 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : LENYMARA CARVALHO
RÉU: : SONIA DE PAULA OKUBO
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009363-4 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : LUIZ APARECIDO DE SOUZA
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009370-6 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : GRECIA TRANSPORTES E TURISMO LTDA
ADVOGADO : JULIO CLIMACO DE VASCONCELOS JUNIOR
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 6ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009396-3 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : VILMA MOREIRA DOS SANTOS E OUTROS
ADVOGADO : LUIZ FERNANDO DE MELO LOURES
IMPDO: : PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS IBAMA
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009396-3 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : VILMA MOREIRA DOS SANTOS E OUTROS
ADVOGADO : LUIZ FERNANDO DE MELO LOURES
IMPDO: : PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS IBAMA
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009411-5 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : FUNDACAO MIFUNE - MACHI KAIHATSU KOSHA
REQDO: : KISHINO OKUMURA
VARA : 14ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009414-6 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : DANIELA CRISTINA GOMES DOS SANTOS
REQDO: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009415-0 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : LOURDES MOREIRA DA SILVA
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009544-6 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : JULIANA MENEZES DE CASTRO
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009565-5 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : MORRO DO CHAPEU PREFEITURA
ADVOGADO : GUSTAVO PINHEIRO DE MOURA
REU: : UNIAO FEDERAL E OUTROS
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009592-2 PROT.:20/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : HUDSON MACHADO GUIMARAES
REU: : RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA
VARA : 4ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009603-3 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : ARNOLDO SOUZA DE OLIVEIRA
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009639-3 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : SIGILOSO
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009639-3 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : SIGILOSO
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009640-3 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : SIGILOSO
VARA : 1ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009653-7 PROT.:20/03/2007
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : SOCIEDADE DAS IRMAS ADORADORAS DO SANGUE DE CRISTO
ADVOGADO : KILDARE ARAUJO MEIRA
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009700-4 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : SETIMA DO BRASIL LTDA
ADVOGADO : SANDRO MENDES LOBO
REU: : EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS ECT E OUTROS
VARA : 13ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009752-5 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : CIAPETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA
ADVOGADO : THIAGO CALMON FERNANDES BORTOLINI
IMPDO: : DIRETOR DA AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO ANP
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009797-4 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : SONIA MARIA CHATEAUBRIAND DINIZ DE ALMEIDA
ADVOGADO : CARLOS ALBERTO PIRES E ALBUQUERQUE
IMPDO: : COORDENADOR GERAL DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTERIO DA FAZENDA
VARA : 17ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009800-6 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : MARCIA RIBEIRO PASELLO DOMINGOS
ADVOGADO : MAURICIO VERDEJO G. JUNIOR
IMPDO: : PROCURADORA GERAL FEDERAL
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009801-0 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : NEYARA KELNA BEZERRA DE AGUIAR
ADVOGADO : MAURICIO VERDEJO G. JUNIOR
IMPDO: : DIRETOR GERAL DA AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA ANEEL
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009801-0 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : NEYARA KELNA BEZERRA DE AGUIAR
ADVOGADO : MAURICIO VERDEJO G. JUNIOR
IMPDO: : DIRETOR GERAL DA AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA ANEEL
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009802-3 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : ABAMSP ASSOCIACAO BENEFICENTE DE AUXILIO MUTUO AO SERVIDOR PUBLICO E OUTROS
ADVOGADO : SAMUEL OLIVEIRA MACIEL
IMPDO: : SECRETARIO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTERIO DO PLANEJAMENTO ORCAMENTO E GESTAO
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009803-7 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : UNIAO DOS SERVIDORES PUBLICOS DO BRASIL E OUTROS
ADVOGADO : SAMUEL OLIVEIRA MACIEL
IMPDO: : SECRETARIO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTERIO DO PLANEJAMENTO ORCAMENTO E GESTAO
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009834-9 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : JOAO EVANGELISTA NUNES MARTINS
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009835-2 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : LUCIO VAEZ LOPES
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009843-8 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : DLF ENGENHARIA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
ADVOGADO : JOSE CARLOS NESPOLI LOUZADA
IMPDO: : PREGOEIRO CHEFE DA CAMARA DOS DEPUTADOS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009854-4 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 9200-MEDIDA CAUTELAR INOMINADA
REQTE: : EDNA TAVARES DA SILVA QUIXABEIRA
ADVOGADO : PRESTES FERREIRA GOMES
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009873-6 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : HALDEX DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
ADVOGADO : MARIA RITA FERRAGUT
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 3ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009875-3 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : MARIA EUGENIA COSTA MARTINS BELEM
ADVOGADO : MOZART GOUVEIA BELO DA SILVA
IMPDO: : COORDENADOR GERAL DE RECURSOS HUMANOS DA AGENCIA BRASILEIRA DE INTELIGENCIA ABIN E OUTROS
VARA : 6ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009875-3 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : MARIA EUGENIA COSTA MARTINS BELEM
ADVOGADO : MOZART GOUVEIA BELO DA SILVA
IMPDO: : COORDENADOR GERAL DE RECURSOS HUMANOS DA AGENCIA BRASILEIRA DE INTELIGENCIA ABIN E OUTROS
VARA : 6ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009876-7 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 9200-MEDIDA CAUTELAR INOMINADA
REQTE: : ATAIDE GUEDES DO NASCIMENTO E OUTROS
ADVOGADO : WILSON CESAR RASCOVIR
REQDO: : EMPRESA GESTORA DE ATIVOS- EMGEA
VARA : 21ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009879-8 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : SANTO ANTONIO DO GRAMA PREFEITURA
ADVOGADO : LEONARDO DA CRUZ NOGUEIRA
IMPDO: : COORDENADOR GERAL DE CONVENIOS DO MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009880-8 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : ENGEREDE ENGENHARIA E REPRESENTACAO LTDA
ADVOGADO : ANDRE PUPPIN MACEDO
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 9ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009881-1 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPA CEA
ADVOGADO : CONSTANTINO BRAHUNA JUNIOR
IMPDO: : DIRETOR GERAL DA AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA ANEEL
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009882-5 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 9200-MEDIDA CAUTELAR INOMINADA
REQTE: : PEDRO ALVES RIBEIRO
ADVOGADO : LUIZ FERNANDO FERREIRA GALLO
REQDO: : UNIAO FEDERAL
VARA : 14ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009887-3 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 9200-MEDIDA CAUTELAR INOMINADA
REQTE: : HORACIO LEITE PEREIRA E OUTROS
ADVOGADO : ULISSES BORGES DE RESENDE
REQDO: : AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS - ANTAQ
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009888-7 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO : JULIANA VASCONCELOS BERROGAIN
IMPDO: : DELEGADO DE DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DE JULGAMENTO DE BRASILIA
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009888-7 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO : JULIANA VASCONCELOS BERROGAIN
IMPDO: : DELEGADO DE DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DE JULGAMENTO DE BRASILIA
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009919-3 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : TAM LINHAS AEREAS SA
ADVOGADO : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES
IMPDO: : SECRETARIO DA RECEITA PREVIDENCIARIA
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009944-3 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : LUIZ ALFREDO BORGES DE FREITAS NETO
ADVOGADO : MOZART M MACEDO FELIX
IMPDO: : PRESIDENTE DA UNIAO PIONEIRA DE INTEGRACAO SOCIAL-UPIS
VARA : 3ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009973-8 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : SERVEGEL APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL LTDA
ADVOGADO : ANDRE PUPPIN MACEDO
REU: : UNIAO FEDERAL E OUTROS
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2006.34.00.024651-0 PROT.:14/12/2006
CLASSE : 4100-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : FABIO DE OLIVEIRA RODRIGUES
ADVOGADO : ALYSSON SOUSA MOURAO
EXCDO: : FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA FUB
VARA : 21ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.001418-3 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 4100-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : JOSE RONALDO CORREIA LEITE
ADVOGADO : IRAN MACHADO NASCIMENTO
EXCDO: : FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA FUB
VARA : 9ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.001421-0 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 4100-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : SEBRAE SERVICO BRASILEIRO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E OUTROS
ADVOGADO : DENISE DILL DONATI WANDERLEY
EXCDO: : SERRARIA MARAJOARA SA INDUSTRIA COMERCIO E EXPORTACAO
VARA : 9ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.001425-5 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 4100-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : CARLOS HENRIQUE DAVID PECANHA E OUTROS
ADVOGADO : LUIS HENRIQUE BORGES SANTOS
EXCDO: : UNIAO FEDERAL
VARA : 9ª VARA FEDERAL

I-DISTRIBUICAO
2)POR DEPENDENCIA

PROCESSO : 2007.34.00.005363-0 PROT.:09/01/2007
CLASSE : 10402-EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA
EXPTE: : UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ADVOGADO : GETULIO MENEZES FLORES
EXCTO: : VICENTE PAULO MORAIS SILVA
VARA : 21ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.005364-4 PROT.:09/02/2007
CLASSE : 4100-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : LUIZ DUARTE PAVAO MARTINS E OUTROS
ADVOGADO : LINO DE CARVALHO CAVALCANTE
EXCDO: : UNIAO FEDERAL
VARA : 21ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.005365-8 PROT.:21/01/2007
CLASSE : 4100-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : SONIA MARIA FREIRE DE SANTANA E OUTROS
ADVOGADO : MONYA RIBEIRO TAVARES PERINI
EXCDO: : UNIAO FEDERAL
VARA : 21ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.005366-1 PROT.:07/03/2007
CLASSE : 10402-EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA
EXPTE: : AGENCIA NACIONAL DE SAUDE ANS
ADVOGADO : LUIZ FERNANDO MOREIRA
EXCTO: : FUNDACAO ESCELSA DE SEGURIDADE SOCIAL ESCELSOS
VARA : 21ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.005367-5 PROT.:05/02/2007
CLASSE : 4100-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : GERALDO SEBASTIAO FALEIRO ANDRADE E OUTROS
ADVOGADO : UBIRAMAR PEIXOTO DE OLIVEIRA
EXCDO: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
VARA : 21ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.006450-0 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 10100-IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA
REQTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : ISABELA MARQUES SEIXAS
REQDO: : PEDRO ELOI SOARES
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.006889-8 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 11101-EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
EMBTE: : ANTONIO DO CARMO DO NASCIMENTO
ADVOGADO : YASKARA FIGUEIRA SALAZAR
EMBDO: : CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO DISTRITO FEDERAL CRCDF
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.006890-8 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 11101-EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
EMBTE: : TWN DISTRIBUIDORA E ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA
ADVOGADO : ARIDEU GALDINO DA SILVA RAYMUNDO
EMBDO: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.006890-8 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 11101-EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
EMBTE: : TWN DISTRIBUIDORA E ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA
ADVOGADO : ARIDEU GALDINO DA SILVA RAYMUNDO
EMBDO: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.006891-1 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 10402-EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA
EXPTE: : SINDICATO DOS EMPREGADOS DO COMERCIO HOTEIS RESTAURANTES BARES LANCHONETE PIZZARIA CHURRASCARIAS
ADVOGADO : CLAUDIUS FABIO CARAN BRITTO
EXCTO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.006892-5 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 10100-IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA
REQTE: : CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE
ADVOGADO : HEBERT CHIMICATTI
REQDO: : CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL 4A REGIAO CREFITO
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.006893-9 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 4100-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : ANTONIO LAZARO SILVA DIAS
ADVOGADO : CESAR RODRIGUES ALVES
EXCDO: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.006894-2 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 4100-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVOGADO : MARCELO LUIS CASTRO R DE OLIVEIRA
EXCDO: : FUNDACAO NACIONAL DO INDIO FUNAI
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.006895-6 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 4100-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : SEBASTIAO ALVES CORREIA E OUTROS
ADVOGADO : ARIDEU GALDINO DA SILVA RAYMUNDO
EXCDO: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.006896-0 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 4100-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : LEONARDO CARVALHO LACERDA
EXCDO: : A & S CONSTRUCOES E SINALIZACOES LTDA
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007150-5 PROT.:08/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : GRAZIELA ROSAL HONORATO
EMBDO: : ROGERIO DIAS DOS SANTOS E OUTROS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007151-9 PROT.:08/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : TULIO SOBRAL MARTINS E ROCHA
EMBDO: : ALEXANDRE STILBEN MEDEIROS E OUTROS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007151-9 PROT.:08/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : TULIO SOBRAL MARTINS E ROCHA
EMBDO: : ALEXANDRE STILBEN MEDEIROS E OUTROS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007628-5 PROT.:12/03/2007
CLASSE : 11103-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM TÍTULO EXTRAJUDICIAL
EMBTE: : DULCIDIA FRANCISCA RAMOS CALHAO
ADVOGADO : JOSNEI DE OLIVEIRA PINTO
EMBDO: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007634-3 PROT.:12/03/2007
CLASSE : 11101-EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
EMBTE: : GOLDEN ART GALERIA DESIGN E INTERIORES LTDA E OUTROS
ADVOGADO : ARIDEU GALDINO DA SILVA RAYMUNDO
EMBDO: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007649-4 PROT.:12/03/2007
CLASSE : 11101-EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
EMBTE: : VALDO SOARES LEITE
ADVOGADO : ANDRE ALVIM DE PAULA RIZZO (FAZENDA NACIONAL)
EMBDO: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007651-8 PROT.:12/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : GRAZIELA ROSAL HONORATO
EMBDO: : DAISON ZUHLSDORFF SIEFERT E OUTROS
VARA : 13ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007654-9 PROT.:12/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : ALFREDO CARLOS GONZAGA FALCAO JUNIOR
EMBDO: : VICTOR CORNELIUS OSTROVSKI E OUTROS
VARA : 6ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007656-6 PROT.:12/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : CARLOS HENRIQUE COSTA LEITE
EMBDO: : JOAO AFONSO SAMPAIO E OUTROS
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007659-7 PROT.:12/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : FRANCISCA RODRIGUES NOGUEIRA FORTES
EMBDO: : JANDYR GONCALVES E OUTROS
VARA : 1ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007659-7 PROT.:12/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : FRANCISCA RODRIGUES NOGUEIRA FORTES
EMBDO: : JANDYR GONCALVES E OUTROS
VARA : 1ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007661-0 PROT.:12/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : ROMULO TORRES COSTA
EMBDO: : JOAQUIM ETELVINO PEREIRA DE ARAUJO E OUTROS
VARA : 1ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007761-2 PROT.:13/03/2007
CLASSE : 11101-EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
EMBTE: : TENTACENTER CONFECCOES LTDA
ADVOGADO : CARLOS AUGUSTO VALENZA DINIZ
EMBDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007779-4 PROT.:13/03/2007
CLASSE : 11101-EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
EMBTE: : ESPOLIO DE PACIFICO DA SILVA LEAO
ADVOGADO : ANDRE ALVIM DE PAULA RIZZO
EMBDO: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007780-4 PROT.:13/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : LUCIA HELENA PIGOSSI NEVES
EMBDO: : AFONSO MARIA DA SILVA
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007790-7 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : FRANCISCA RODRIGUES NOGUEIRA FORTES
EMBDO: : ALAN MACHADO SANTOS
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007868-0 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : MARILENE BRODZINSKI ANDERSON
EMBDO: : FRANCISCO PINHEIRO DE SOUZA E OUTROS
VARA : 1ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007879-6 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : CARLOS HENRIQUE COSTA LEITE
EMBDO: : SINDICATO NACIONAL DOS AGENTES DA INSPECAO DO TRABALHO SINAIT E OUTROS
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007880-6 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : CARLOS HENRIQUE COSTA LEITE
EMBDO: : SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DO TRABALHO SINAIT E OUTROS
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007880-6 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : CARLOS HENRIQUE COSTA LEITE
EMBDO: : SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DO TRABALHO SINAIT E OUTROS
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007881-0 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : FRANCISCA RODRIGUES NOGUEIRA FORTES
EMBDO: : ASSOCIACAO DE PENSIONISTAS DAS FORCA ARMADAS E OUTROS
VARA : 14ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007882-3 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : FRANCISCA RODRIGUES NOGUEIRA FORTES
EMBDO: : CLAUDIA VENEZA DE OLIVEIRA JACOMELLI E OUTROS
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007883-7 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : CARLOS HENRIQUE COSTA LEITE
EMBDO: : SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DO TRABALHO SINAIT E OUTROS
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007885-4 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : NICOLA BARBOSA DE AZEVEDO DA MOTTA
EMBDO: : ARLETE DE OLIVEIRA MARQUES
VARA : 13ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007915-7 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVOGADO : LUIS ANDRE MARTINS LIMA
EMBDO: : JOSE ALVARENGA PINTO E OUTROS
VARA : 3ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007917-4 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVOGADO : LUIS ANDRE MARTINS LIMA
EMBDO: : ESMAEL LOPES E OUTROS
VARA : 17ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008079-2 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : FRANCISCA RODRIGUES NOGUEIRA FORTES
EMBDO: : ANTONIO PESSOA NUNES E OUTROS
VARA : 4ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008079-2 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : FRANCISCA RODRIGUES NOGUEIRA FORTES
EMBDO: : OTOMAR WILLY KNEVELS E OUTROS
VARA : 17ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008190-7 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : FRANCISCA RODRIGUES NOGUEIRA FORTES
EMBDO: : ANTONIO PESSOA NUNES E OUTROS
VARA : 4ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008191-0 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : MARIA IZABEL DE CASTRO GAROTTI
EMBDO: : SINDICATO NACIONAL DOS AGENTES DA INSPECAO DO TRABALHO SINAIT E OUTROS
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008193-8 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : LAURA MARIA COSTA SILVA SOUZA
EMBDO: : SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DO TRABALHO SINAIT E OUTROS
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008197-2 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : TULIO SOBRAL MARTINS E ROCHA
EMBDO: : CHRISTINA MARIA ANDRIOLO MENDES PINHEIRO E OUTROS
VARA : 13ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008313-0 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 6103-CARTA PRECATÓRIA / FISCAL
REQTE: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
REQDO: : USINA MANOEL COSTA FILHO SA
VARA : 6ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008340-7 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 11101-EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
EMBTE: : MARCUS VINICIUS CUNHA ESTEBANEZ
ADVOGADO : ADENAUER MORAIS DE MENEZES
EMBDO: : CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA DO ESTADO DE GOIAS CRMV-GO
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008372-2 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 11101-EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
EMBTE: : JOSE EUGENIO PARAISO PAIXAO
ADVOGADO : ANDRE ALVIM DE PAULA RIZZO
EMBDO: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008375-3 PROT.:19/03/2007
CLASSE : 11101-EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
EMBTE: : PAULO CEZAR NAYA
ADVOGADO : GILDEMAR COSTA E SILVA
EMBDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008375-3 PROT.:19/03/2007
CLASSE : 11101-EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
EMBTE: : PAULO CEZAR NAYA
ADVOGADO : GILDEMAR COSTA E SILVA
EMBDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008384-2 PROT.:19/03/2007
CLASSE : 11101-EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
EMBTE: : BENTO FERREIRA GOMES
ADVOGADO : ARIDEU GALDINO DA SILVA RAYMUNDO
EMBDO: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008533-9 PROT.:19/03/2007
CLASSE : 11101-EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
EMBTE: : LOY ENSINO DE LINGUAS LTDA
ADVOGADO : JOSE LUIZ GOMES ROLO
EMBDO: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008584-6 PROT.:19/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : REINALDO RAMOS DOS SANTOS FILHO
EMBDO: : MARIA ZELIA GUEDES DE SOUZA E OUTROS
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008585-0 PROT.:19/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : FRANCISCA RODRIGUES NOGUEIRA FORTES
EMBDO: : MARIA DO CARMO DE M TAVARES E OUTROS
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008588-0 PROT.:19/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : FRANCISCA RODRIGUES NOGUEIRA FORTES
EMBDO: : IRACEMA DE LIMA GOMES E MEDEIROS E OUTROS
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009576-1 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 9103-MEDIDA CAUTELAR DE CAUÇÃO
REQTE: : MULTSOFT CONSULTORIA EM INFORMATICA LTDA E OUTROS
ADVOGADO : ANTONINO JERONIMO PIAZZI
REQDO: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009644-8 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 15301-INCIDENTE DE RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS
REQTE: : COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO SEC CORR SEGUROS E CAPITALIZACAO RJ LTDA CREDICOR-RJ
ADVOGADO : SERGIO BARRETO COUTINHO
REQDO: : JUSTICA PUBLICA
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009644-8 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 15301-INCIDENTE DE RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS
REQTE: : COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO SEC CORR SEGUROS E CAPITALIZACAO RJ LTDA CREDICOR-RJ
ADVOGADO : SERGIO BARRETO COUTINHO
REQDO: : JUSTICA PUBLICA
VARA : 10ª VARA FEDERAL

II-REDISTRIBUICAO
1)AUTOMÁTICA

PROCESSO : 2006.34.00.023054-9 PROT.:25/07/2006
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : SERTANOPOLIS PREFEITURA
ADVOGADO : MOACIR ALFREDO GUIMARAES NETO
REU: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 1ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2006.34.00.025665-8 PROT.:18/08/2006
CLASSE : 15100-MANDADO DE SEGURANÇA EM MATÉRIA PENAL
IMPTE: : BENEDITO BALLIO PRADO
ADVOGADO : CARLOS EDUARDO SOARES DE FREITAS
IMPDO: : COORDENADORA DA TERCEIRA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1 REGIAO
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009857-5 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 9200-MEDIDA CAUTELAR INOMINADA
REQTE: : ASSOCIACAO DO ENSINO SUPERIOR DA VITORIA DE SANTO ANTAO - AESVISA
ADVOGADO : CARLOS ANTONIO FERREIRA CARVALHO
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA INEP
VARA : 14ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009858-9 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : RICARDO RABELO LAFAYETTE
ADVOGADO : JOAO BOSCO DA SILVA
IMPDO: : PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009646-5 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 15301-INCIDENTE DE RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS
REQTE: : ASSURE ADMINISTRACAO E CORRETAGEM DE SEGUROS LTDA
ADVOGADO : EDSON DE SIQUEIRA RIBEIRO FILHO
REQDO: : JUSTICA PUBLICA
VARA : 10ª VARA FEDERAL

III-NÃO HOUVE IMPUGNAÇÃO

IV-DEMONSTRATIVO

DISTRIBUIDOS AUTOMATICAMENTE	:	205
DISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA	:	57
DISTRIBUIDOS MANUALMENTE	:	0
REDISTRIBUIDOS AUTOMATICAMENTE	:	4
REDISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA	:	1
REDISTRIBUIDOS MANUALMENTE	:	0
TOTAL DOS PROCESSOS	:	267

PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO ESPECIAL (JEF)
I-DISTRIBUICAO
1)AUTOMÁTICA

PROCESSO : 2007.34.00.700818-7 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 71100-RECURSO CONTRA DECISÃO QUE DEFERE OU INDEFERE MEDIDA CAUTELAR CÍVEL
REQTE.: : MARIA DE NAZARE CARDOSO DA COSTA
ADVOGADO : MARCELLE DE OLIVEIRA ALENCAR
REQDO.: : UNIAO FEDERAL
VARA : 1ª TURMA RECURSAL: RELATOR-2

PROCESSO : 2007.34.00.700820-0 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 71100-RECURSO CONTRA DECISÃO QUE DEFERE OU INDEFERE MEDIDA CAUTELAR CÍVEL
REQTE.: : LETICIA CRISPIM DUARTE
ADVOGADO : MARCO ANDRE BRETA ANANIAS DE OLIVEIRA
REQDO.: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 1ª TURMA RECURSAL: RELATOR-2

PROCESSO : 2007.34.00.700819-0 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 71100-RECURSO CONTRA DECISÃO QUE DEFERE OU INDEFERE MEDIDA CAUTELAR CÍVEL
REQTE.: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVOGADO : MAGALI DELLAPE GOMES
REQDO.: : WANDERLEY ANTONIO DE CASTRO
VARA : 1ª TURMA RECURSAL: RELATOR-3

PROCESSO : 2007.34.00.700711-0 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 51300-CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF
AUTOR: : JOSE FERREIRA DA ROCHA SOARES
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 25ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.700715-4 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 51202-CÍVEL / PREVIDENCIÁRIO / REVISÃO DE BENEFÍCIO / JEF
AUTOR: : SEBASTIANA MARIA DA COSTA
REU: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 25ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.700716-8 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 51900-PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL / OUTROS / JEF
AUTOR: : ALFREDO CARLOS CARNEIRO DE ARAUJO
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 25ª VARA FEDERAL

III-NÃO HOUVE IMPUGNAÇÃO
IV-DEMONSTRATIVO

DISTRIBUIDOS AUTOMATICAMENTE	:	3
DISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA	:	0
DISTRIBUIDOS MANUALMENTE	:	3
REDISTRIBUIDOS AUTOMATICAMENTE	:	0
REDISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA	:	0
REDISTRIBUIDOS MANUALMENTE	:	0
TOTAL DOS PROCESSOS	:	6

ATA DE DISTRIBUICAO REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2007

PROCESSOS EM TRAMITACAO COMUM

I-DISTRIBUICAO
1)AUTOMÁTICA

PROCESSO : 2007.34.00.007086-3 PROT.:08/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : AUTOTAGUA AUTOMOVEIS LTDA
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007822-7 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : AUTO VIACAO VENANCIO AIRES LTDA
REQDO: : UNIAO FEDERAL E OUTROS
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007825-8 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 6304-CARTA DE ORDEM / CÍVEL
REQTE: : TECTEXTIL EMBALAGENS TEXTEIS LTDA
REQDO: : COMPANHIA PAULISTA DE FORCA E LUZ CPFL E OUTROS
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007841-9 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : ISABEL DE FREITAS SANTOS
REQDO: : AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES ANATEL E OUTROS
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007843-6 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : JOAO CARLOS FINARDI
REQDO: : AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES ANATEL
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007844-0 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : MARIA DE LOURDES PEREZ
REQDO: : AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES ANATEL E OUTROS
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007866-2 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : ASSOCIACAO CULTURAL E ARTISTICA DE BARCELOS
REQDO: : AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES ANATEL E OUTROS
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007866-2 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : ASSOCIACAO CULTURAL E ARTISTICA DE BARCELOS
REQDO: : AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES ANATEL E OUTROS
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008081-6 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : NICHOLAS ALEXANDRE DE MORAIS CARVALHO
REQDO: : CAIXA CAPITALIZACAO S/A E OUTROS
VARA : 21ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008082-0 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : JOSE MACEDO COSTA E OUTROS
REQDO: : AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES ANATEL
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008085-0 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : ALMINDA RODRIGUES DE ARAUJO
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008110-5 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS MORAIS
EXCDO: : OSVALDO JOSE DA SILVEIRA
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008117-0 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : SUENIA CONTABILIDADE LTDA
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008118-4 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : SERTIL SERVICOS TECNICOS INSTALACOES COM E REPR LTDA
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008119-8 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : SILVA E CASTRO SOCIEDADE DE ADVOGADOS
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008121-1 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : PATRIMONIAL AUDITORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008121-1 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : PATRIMONIAL AUDITORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008122-5 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : PBTI SOLUCOES LTDA
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008123-9 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : PIRES E LESSA LTDA ME
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008131-4 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : CASTOR COMUNICACAO LTDA ME
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008132-8 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : CASA DOS COFRES LTDA
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008139-3 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : A V S IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008140-3 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : AUTOHAUS DF COMERCIO DE VEICULOS E PECAS LTDA
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008141-7 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : ATLANTIDA SERVICOS TECNICOS LTDA
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008141-7 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : ATLANTIDA SERVICOS TECNICOS LTDA
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008142-0 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : ARTHUR VIRGILIO DO CARMO RIBEIRO NETO
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008144-8 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : ASSOCIACAO NACIONAL DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO BRASIL ANABB
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008147-9 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 4200-EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL
EXQTE: : FUNDACAO HABITACIONAL DO EXERCITO FHE
ADVOGADO : MARCO ANTONIO ROCHAEL FRANCA
EXCDO: : JEFTER RANGEL FERREIRA
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008149-6 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 4200-EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL
EXQTE: : FUNDACAO HABITACIONAL DO EXERCITO FHE
ADVOGADO : MARCO ANTONIO ROCHAEL FRANCA
EXCDO: : EDILSON DA SILVA TORRES
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008151-0 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : CREDITUM ADMINISTRACAO, CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRES
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008153-7 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : CONSUMER ASSESSORIA COMERCIAL LTDA
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008160-9 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : CERGRAN CONSTRUCOES E REVESTIMENTOS LTDA
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008478-6 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : ORGANIZACAO CONTABIL NELSON RABELO LTDA
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008478-6 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : ORGANIZACAO CONTABIL NELSON RABELO LTDA
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008850-9 PROT.:21/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : PAULO VALDINEI URBANEK
REQDO: : CAIXA SEGURADORA S/A
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008855-7 PROT.:21/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : MARIA NECI RIBEIRO DA SILVA
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009336-7 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : LENYMARA CARVALHO
REU: : CASA COMERCIO E REPRESENTACAO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA E OUTROS
VARA : 9ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009338-4 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : LENYMARA CARVALHO
REU: : JOAO PEDRO DIAS DA SILVA
VARA : 1ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009339-8 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : LENYMARA CARVALHO
REU: : DIVINO DE MELO
VARA : 9ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009340-8 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : LENYMARA CARVALHO
REU: : ALEXANDRE SIQUEIRA GONTIJO
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009343-9 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : REZENDE COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA
ADVOGADO : VIVIANE MONTEIRO
REU: : AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO ANP
VARA : 3ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009343-9 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : REZENDE COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA
ADVOGADO : VIVIANE MONTEIRO
REU: : AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO ANP
VARA : 3ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009438-6 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : ALFREDO FRANCO NETO
ADVOGADO : JOAO LEITE
REU: : ORGANIZACAO DAS NACOES UNIDAS PARA EDUCACAO, CIENCIA E CULTURA
VARA : 13ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009441-3 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : GERALDO JOSE PAULA MENDES
ADVOGADO : JOSE BEZERRA DA SILVA
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 4ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009443-0 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : MARIA JOSE DA SILVA MEIRELLES
ADVOGADO : JOSE BEZERRA DA SILVA
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 3ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009485-9 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 5121-AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE
AUTOR: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : ANDRE REGEN
RÉU: : ROVILSON LIMA DA FROTA
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009531-2 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : PAULO SHIZUO FUKUYA
ADVOGADO : ANTONIO TORREAO BRAZ FILHO
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009560-7 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : FABIO PENHA GONZALEZ
ADVOGADO : CLAUDINEI JOSE FIORI TEIXEIRA
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 13ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009563-8 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : EULER BARROS FERREIRA LOPES
ADVOGADO : CLAUDINEI JOSE FIORI TEIXEIRA
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009591-9 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : MARIA DAS GRACAS MIRANDA DE ALMEIDA
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009591-9 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : MARIA DAS GRACAS MIRANDA DE ALMEIDA
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009656-8 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : ANDREIA DIAS CARNEIRO SANTOS E OUTROS
ADVOGADO : ROBINSON NEVES FILHO
REU: : AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES ANATEL
VARA : 13ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009804-0 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : ASSOMASP ASSOCIACAO MINEIRA DE AUXILIO AO SERVIDOR PUBLICO
ADVOGADO : SAMUEL OLIVEIRA MACIEL
IMPDO: : SECRETARIO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTERIO DO PLANEJAMENTO ORCAMENTO E GESTAO
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009824-6 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : CESAR DE LA CRUZ MENDOZA ARRIETA E OUTROS
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009832-1 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : ROGERIO DALCOL DA ROCHA LOURES
ADVOGADO : LUMENA DE BARROS RESENDE
IMPDO: : SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA PECUARIA E ABSTECIMENTO DO DF
VARA : 6ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009874-0 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : CAIO MARCIO PEREIRA LYRIO
ADVOGADO : MOZART GOUVEIA BELO DA SILVA
IMPDO: : COORDENADOR GERAL DE RECURSOS HUMANOS DA AGENCIA NACIONAL DE INTELIGENCIA ABIN E OUTROS
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009883-9 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : MOEMA RUSSOMANO KRAFT E OUTROS
ADVOGADO : EDSON FREITAS DE SIQUEIRA
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 1ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009916-2 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : LARK SA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS E OUTROS
ADVOGADO : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES
IMPDO: : SECRETARIO DA RECEITA PREVIDENCIARIA
VARA : 21ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009916-2 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : LARK SA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS E OUTROS
ADVOGADO : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES
IMPDO: : SECRETARIO DA RECEITA PREVIDENCIARIA
VARA : 21ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009924-8 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : ELETRONICOS PRINCE REPRESENTACAO IND COMERCIO IMPORT E EXPORT DE PROD EM GERAL LTDA E OUTROS
ADVOGADO : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES
IMPDO: : SECRETARIO DA RECEITA PREVIDENCIARIA
VARA : 21ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009925-1 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : ELETRONICOS PRINCE REPRESENTACAO IND COMERCIO IMPORT E EXPORT DE PROD EM GERAL LTDA E OUTROS
ADVOGADO : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES
IMPDO: : SECRETARIO DA RECEITA PREVIDENCIARIA
VARA : 17ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009952-9 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : EDISON ROBERTO MARQUES POHLMANN
ADVOGADO : JORGE LUIZ DE MOURA ANDRADE
IMPDO: : DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO DISTRITO FEDERAL
VARA : 17ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009964-9 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : VIACAO ITAPEMIRIM SA E OUTROS
ADVOGADO : MARLILSON MACHADO SUEIRO DE CARVALHO
IMPDO: : DIRETOR GERAL DA AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTES ANTT
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009984-4 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 7100-AÇÃO CIVIL PÚBLICA
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ADVOGADO : ROMULO MOREIRA CONRADO
REQDO: : SKYMASTER AIRLINES LTDA E OUTROS
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010029-0 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 7300-AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ADVOGADO : ELIANA PIRES DA ROCHA
REQDO: : PAULO ROBERTO YOG DE MIRANDA UCHOA E OUTROS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010033-1 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ
ADVOGADO : GILENO COUTO DOS SANTOS
IMPDO: : SECRETARIO DA RECEITA PREVIDENCIARIA
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010041-7 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : FLORIDA DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA
ADVOGADO : JOSE DOMINGOS CHIONHA JUNIOR
IMPDO: : DIRETOR GERAL DA AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010041-7 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : FLORIDA DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA
ADVOGADO : JOSE DOMINGOS CHIONHA JUNIOR
IMPDO: : DIRETOR GERAL DA AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010047-9 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 9200-MEDIDA CAUTELAR INOMINADA
REQTE: : MEDLEY S.A INDUSTRIA FARMACEUTICA
ADVOGADO : MARCIA MAGNUSSON
REQDO: : AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - ANVISA
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010060-9 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : HOSPITAL DIADEMA LTDA
ADVOGADO : EDSON FREITAS DESIQUEIRA
IMPDO: : UNIAO FEDERAL
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010068-8 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : LORENA FERNANDES NUNES
REQDO: : UNIAO FEDERAL E OUTROS
VARA : 21ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010095-5 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : JAIR RODRIGUES QUINES
ADVOGADO : CASSANDRA LENA DORNELES
IMPDO: : COORDENADOR GERAL DE RECURSOS HUMANOS DO DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL NO RS
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010100-4 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : AAGSP ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA GERAL AOS SERVIDORES PUBLICOS
ADVOGADO : CARLOS EDUARDO VIEIRA FONTES
IMPDO: : SECRETARIO DA SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTERIO DO PLANEJAMENTO ORCAMENTO E GESTAO
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010101-8 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : ASSOCIACAO BRASILEIRA DE SERVIDORES PUBLICOS DA UNIAO ABSP
ADVOGADO : CARLOS EDUARDO VIEIRA FONTES
IMPDO: : SECRETARIO DA SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTERIO DO PLANEJAMENTO ORCAMENTO E GESTAO
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010102-1 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : ASSOCIACAO FEDERAL DE ASSISTENCIA MUTUA AOS SERVIDORES PUBLICOS ATIVOS INATIVOS E PENSIONISTAS ASFAM
ADVOGADO : CARLOS EDUARDO VIEIRA FONTES
IMPDO: : SECRETARIO DA SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTERIO DO PLANEJAMENTO ORCAMENTO E GESTAO
VARA : 1ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010102-1 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : ASSOCIACAO FEDERAL DE ASSISTENCIA MUTUA AOS SERVIDORES PUBLICOS ATIVOS INATIVOS E PENSIONISTAS ASFAM
ADVOGADO : CARLOS EDUARDO VIEIRA FONTES
IMPDO: : SECRETARIO DA SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTERIO DO PLANEJAMENTO ORCAMENTO E GESTAO
VARA : 1ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010103-5 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : PLAY SOUND - INDUSTRIA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
ADVOGADO : ANDRE BRITO
IMPDO: : DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COMERCIO EXTERIOR - DECEX
VARA : 17ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010105-2 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : SINDICATO DOS TRABALHADORES EM SAUDE E PREVIDENCIA NO ESTADO DE SAO PAULO - SINSPREVI/SP
ADVOGADO : ELIAS CARLOS DA COSTA
IMPDO: : SECRETARIO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTERIO DO PLANEJAMENTO ORCAMENTO E GESTAO
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010106-6 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : SINDICATO DOS TRABALHADORES EM SAUDE, TRABALHO E PREVIDENCIA SOCIAL NO ESTADO DO RJ-SINDSPREV/RJ
ADVOGADO : ANTONIO BARBOSA S JUNIOR
IMPDO: : SECRETARIO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTERIO DO PLANEJAMENTO ORCAMENTO E GESTAO
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010140-5 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : MARCELO EDUARDO MONTEIRO MENI
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010153-9 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : OSCAR DE MORAES CORDEIRO NETTO
ADVOGADO : CESAR AUGUSTO ROCHA CARVALHO
IMPDO: : DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO DE SIST INF DE RH DA SEC DE RH DO MIN DO PLAN ORC E GESTAO
VARA : 13ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010160-0 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : DIEGO ABRAO FERREIRA MENDES
ADVOGADO : GEOVANA SCATOLINO SILVA
IMPDO: : DIRETOR DA UNIVERSIDADE DE MEDICINA DO PLANALTO CENTRAL UNIPLAC
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010164-5 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : GIVAGO LAURENTINO DA COSTA
ADVOGADO : PAULO SAVIO N PEIXOTO MAIA
IMPDO: : CHEFE DO 1O DISTRITO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL DF E OUTROS
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010165-9 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : D CORLINE CONSERVCAO E LIMPEZA LTDA
ADVOGADO : VALDIR CAMPOS LIMA
IMPDO: : COORDENADOR DE ADMINISTRACAO DO DEPARTAMENTO DA POLICIA FEDERAL
VARA : 13ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010165-9 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : D CORLINE CONSERVCAO E LIMPEZA LTDA
ADVOGADO : VALDIR CAMPOS LIMA
IMPDO: : COORDENADOR DE ADMINISTRACAO DO DEPARTAMENTO DA POLICIA FEDERAL
VARA : 13ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010169-3 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : UNIAO NACIONAL DOS CONTRIBUINTES DA PREVIDENCIA SOCIAL
ADVOGADO : FLAVIO RIBEIRO DE ARAUJO CID
IMPDO: : SECRETARIO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTERIO DO PLANEJAMENTO ORCAMENTO E GESTAO
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010172-0 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : ASSOCIACAO BRASILEIRA DE ASSISTENCIA AO SERVIDOR PUBLICO
ADVOGADO : FLAVIO RIBEIRO DE ARAUJO CID
IMPDO: : SECRETARIO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTERIO DO PLANEJAMENTO ORCAMENTO E GESTAO
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010177-9 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA
ADVOGADO : EGIDIO MUNARETTO
IMPDO: : SUBSECRETARIO DE PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E ADMINISTRACAO DO MINISTERIO DO TURISMO E OUTROS
VARA : 9ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.002998-5 PROT.:28/02/2007
CLASSE : 10402-EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA
EXPTE: : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS
ADVOGADO : FRANCISCO XAVIER AMARAL
EXCTO: : MUNICIPIO DE CLARAVAL MG
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.006116-5 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 10402-EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA
EXPTE: : EDITORA ABRIL S/A
ADVOGADO : ANTONIO ACIR BREDA
EXCTO: : ITAIPU BINACIONAL E OUTROS
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007760-9 PROT.:13/03/2007
CLASSE : 11101-EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
EMBTE: : TALAL AHMAD ISMAIL KHALIL ABULLAN E OUTROS
ADVOGADO : CARLOS AUGUSTO VALENZA DINIZ
EMBDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007884-0 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : FRANCISCA RODRIGUES NOGUEIRA FORTES
EMBDO: : GLADYS REGINA VIEIRA MIRANDA E OUTROS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

I-DISTRIBUICAO
2)POR DEPENDENCIA

PROCESSO : 2007.34.00.007884-0 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : FRANCISCA RODRIGUES NOGUEIRA FORTES
EMBDO: : GLADYS REGINA VIEIRA MIRANDA E OUTROS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

II-REDISTRIBUICAO
1)AUTOMÁTICA

PROCESSO : 2007.34.00.009820-1 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : MANOEL RODRIGUES PEREIRA NETO
ADVOGADO : SIMONY PACHECO CARPES
IMPDO: : DIRETORA DE GESTAO DE PESSOAL DO DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL DO MIN. DA JUSTICA
VARA : 17ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009969-7 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : SILVIO CESAR DE FREITAS ARANTES
ADVOGADO : ALEXANDRE CALIXTO DE ALMEIDA
IMPDO: : DIRETOR PRESIDENTE DA AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA ANVISA E OUTROS
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010092-4 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : TANGARA IMPORTADORA E EXPORTADORA S/A
ADVOGADO : JULIANA RITA FLEITAS
IMPDO: : DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COMERCIO EXTERIOR DECEX
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 1999.34.00.015170-3 PROT.:27/05/1999
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : SERGIO MOACIR DE OLIVEIRA ESPINDOLA
EXCDO: : EMBRACON S A EMPRESA BRASILIENSE DE CONSTRUCOES E OUTROS
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2000.34.00.048714-3 PROT.:05/12/2000
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : PEDRO PAULO BERNARDES LOBATO
EXCDO: : EMBRACON S A EMPRESA BRASILIENSE DE CONSTRUCOES E OUTROS
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2000.34.00.048715-6 PROT.:05/12/2000
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : PEDRO PAULO BERNARDES LOBATO
EXCDO: : EMBRACON S A EMPRESA BRASILIENSE DE CONSTRUCOES E OUTROS
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2003.34.00.039356-5 PROT.:18/11/2003
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : ARIDEU GALDINO DA SILVA RAYMUNDO
EXCDO: : EMBRACON S A EMPRESA BRASILIENSE DE CONSTRUCOES E OUTROS
VARA : 11ª VARA FEDERAL

II-REDISTRIBUICAO
2)POR DEPENDENCIA

PROCESSO : 2003.34.00.039356-5 PROT.:18/11/2003
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : ARIDEU GALDINO DA SILVA RAYMUNDO
EXCDO: : EMBRACON S A EMPRESA BRASILIENSE DE CONSTRUCOES E OUTROS
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2004.34.00.006986-8 PROT.:20/02/2004
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : ARIDEU GALDINO DA SILVA RAYMUNDO
EXCDO: : EMBRACON S A EMPRESA BRASILIENSE DE CONSTRUCOES E OUTROS
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2004.34.00.006987-1 PROT.:20/02/2004
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : ARIDEU GALDINO DA SILVA RAYMUNDO
EXCDO: : EMBRACON S A EMPRESA BRASILIENSE DE CONSTRUCOES E OUTROS
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2004.34.00.009563-7 PROT.:19/03/2004
CLASSE : 3300-EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS
EXQTE: : CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMOVEIS CRECI 8A REGIAO DF
ADVOGADO : ANDREIA KARLA FREITAS DE ALMEIDA
EXCDO: : IVO PEVIDOR DE ALMEIDA
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2003.34.00.002481-3 PROT.:28/01/2003
CLASSE : 4200-EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL
EXQTE: : GRACE BATISTA DE ARAUJO
ADVOGADO : JOSE DE RIBAMAR CAMPOS ROCHA
EXCDO: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
VARA : 17ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 86.00.49954-2 PROT.:11/12/1986
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : DALVA DE SOUSA OLIVEIRA E OUTROS
ADVOGADO : BENEDITO OLIVEIRA BRAÚNA
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 6ª VARA FEDERAL

III-NÃO HOUVE IMPUGNAÇÃO

IV-DEMONSTRATIVO

DISTRIBUIDOS AUTOMATICAMENTE	:	78
DISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA	:	4
DISTRIBUIDOS MANUALMENTE	:	0
REDISTRIBUIDOS AUTOMATICAMENTE	:	3
REDISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA	:	7
REDISTRIBUIDOS MANUALMENTE	:	1
TOTAL DOS PROCESSOS	:	94

PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO ESPECIAL (JEF)

PROCESSO : 2007.34.00.700823-1 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 71100-RECURSO CONTRA DECISÃO QUE DEFERE OU INDEFERE MEDIDA CAUTELAR CÍVEL
REQTE.: : RUBEM EPAMINONDAS BEZERRA
ADVOGADO : RAIMUNDO EVANDRO XIMENES MARTINS
REQDO.: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 1ª TURMA RECURSAL: RELATOR-1

PROCESSO : 2007.34.00.700826-2 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 71100-RECURSO CONTRA DECISÃO QUE DEFERE OU INDEFERE MEDIDA CAUTELAR CÍVEL
REQTE.: : VERIDES BATISTA GIRARDI
ADVOGADO : VANESSA DOS SANTOS GONCALVES
REQDO.: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 1ª TURMA RECURSAL: RELATOR-1

PROCESSO : 2007.34.00.700821-4 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 71100-RECURSO CONTRA DECISÃO QUE DEFERE OU INDEFERE MEDIDA CAUTELAR CÍVEL
REQTE.: : ELIZETE PEREIRA DE SOUZA
ADVOGADO : VANESSA DOS SANTOS GONCALVES
REQDO.: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 1ª TURMA RECURSAL: RELATOR-2

PROCESSO : 2007.34.00.700822-8 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 71100-RECURSO CONTRA DECISÃO QUE DEFERE OU INDEFERE MEDIDA CAUTELAR CÍVEL
REQTE.: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVOGADO : MARCO ANDRE BRETA ANANIAS DE OLIVEIRA
REQDO.: : JOAO LUIZ RICCI
VARA : 1ª TURMA RECURSAL: RELATOR-2

PROCESSO : 2007.34.00.700824-5 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 71100-RECURSO CONTRA DECISÃO QUE DEFERE OU INDEFERE MEDIDA CAUTELAR CÍVEL
REQTE.: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVOGADO : MARCO ANDRE BRETA ANANIAS DE OLIVEIRA
REQDO.: : SONIA MARIA FRANCA SANTOS
VARA : 1ª TURMA RECURSAL: RELATOR-3

PROCESSO : 2007.34.00.700825-9 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 71100-RECURSO CONTRA DECISÃO QUE DEFERE OU INDEFERE MEDIDA CAUTELAR CÍVEL
REQTE.: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVOGADO : CARLOS ALBERTO VALENTIM DOS SANTOS
REQDO.: : MARINA ROSANA BASSO
VARA : 1ª TURMA RECURSAL: RELATOR-3

PROCESSO : 2007.34.00.700922-0 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 51300-CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF
AUTOR: : JOSE AVELAR DOS SANTOS
REU: : FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA
VARA : 24ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.700922-0 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 51300-CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF
AUTOR: : JOSE AVELAR DOS SANTOS
REU: : FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA
VARA : 24ª VARA FEDERAL

III-NÃO HOUVE IMPUGNAÇÃO

IV-DEMONSTRATIVO

DISTRIBUIDOS AUTOMATICAMENTE	:	6
DISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA	:	1
DISTRIBUIDOS MANUALMENTE	:	0
REDISTRIBUIDOS AUTOMATICAMENTE	:	0
REDISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA	:	0
REDISTRIBUIDOS MANUALMENTE	:	0
TOTAL DOS PROCESSOS	:	7

ATA DE DISTRIBUICAO REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 2007

PROCESSOS EM TRAMITACAO COMUM

I-DISTRIBUICAO
1)AUTOMÁTICA

PROCESSO : 2007.34.00.003744-4 PROT.:02/02/2007
CLASSE : 9103-MEDIDA CAUTELAR DE CAUÇÃO
REQTE: : BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO : GUILHERME SILVA ROMAN
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007046-2 PROT.:08/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : ONWAY TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007047-6 PROT.:08/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS MORAIS
EXCDO: : MAXXIMA - ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA.
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007145-0 PROT.:08/03/2007
CLASSE : 1201-AÇÃO ORDINÁRIA / PREVIDENCIÁRIA / CONCESSÃO DE BENEFÍCIO
AUTOR: : MARCIA JEREMIAS RAIMUNDO
ADVOGADO : DEISE SANTOS SILVA BARBOSA
REU: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007362-9 PROT.:09/03/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO FEDERAL DO ESTADO DE SAO PAULO - SINDSEF-SP
ADVOGADO : MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 9ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007599-6 PROT.:12/03/2007
CLASSE : 3300-EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS
EXQTE: : FAZENDA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL
ADVOGADO : MARIA VALESCA BARRETO VIANNA ROCHA
EXCDO: : MINISTERIO DO INTERIOR
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007599-6 PROT.:12/03/2007
CLASSE : 3300-EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS
EXQTE: : FAZENDA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL
ADVOGADO : MARIA VALESCA BARRETO VIANNA ROCHA
EXCDO: : MINISTERIO DO INTERIOR
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007610-3 PROT.:12/03/2007
CLASSE : 4200-EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL
EXQTE: : FUNDACAO HABITACIONAL DO EXERCITO FHE
ADVOGADO : SILVIO DA COSTA ALVES
EXCDO: : PAULO SERGIO SILVA MARTINS
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007679-2 PROT.:13/03/2007
CLASSE : 15606-PEDIDO DE ARQUIVAMENTO EM REPRESENTAÇÃO CRIMINAL
REPTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ADVOGADO : JOSE DIOGENES TEIXEIRA
REPDO: : AUTO STAR AUTOMOVEIS PECAS E SERVICOS LTDA
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007685-0 PROT.:13/03/2007
CLASSE : 15601-INQUÉRITO POLICIAL
REQTE: : JUSTICA PUBLICA
REQDO: : EM APURACAO
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007686-4 PROT.:13/03/2007
CLASSE : 15601-INQUÉRITO POLICIAL
REQTE: : JUSTICA PUBLICA
REQDO: : EM APURACAO
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007694-0 PROT.:13/03/2007
CLASSE : 15601-INQUÉRITO POLICIAL
REQTE: : JUSTICA PUBLICA
REQDO: : EM APURACAO
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007694-0 PROT.:13/03/2007
CLASSE : 15601-INQUÉRITO POLICIAL
REQTE: : JUSTICA PUBLICA
REQDO: : EM APURACAO
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007731-4 PROT.:13/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : REUNIDAS TRANSPORTADORA RODOVIARIA DE CARGAS SA
ADVOGADO : JOAO GUILHERME NESS BRAGA
REU: : EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS ECT
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007743-4 PROT.:13/03/2007
CLASSE : 15601-INQUÉRITO POLICIAL
REQTE: : JUSTICA PUBLICA
REQDO: : EM APURACAO
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007765-7 PROT.:13/03/2007
CLASSE : 4200-EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL
EXQTE: : FUNDACAO HABITACIONAL DO EXERCITO FHE
ADVOGADO : DANIELLE DE MOURA CAVALCANTE
EXCDO: : EDIR MAX NAHON
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007766-0 PROT.:13/03/2007
CLASSE : 4200-EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL
EXQTE: : FUNDACAO HABITACIONAL DO EXERCITO FHE
ADVOGADO : EDUARDO AMARANTE PASSOS
EXCDO: : FRANCISCO DE ASSIS CAVALCANTE DE MELO NETO
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007767-4 PROT.:13/03/2007
CLASSE : 4200-EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL
EXQTE: : FUNDACAO HABITACIONAL DO EXERCITO FHE
ADVOGADO : MARCO ANTONIO ROCHAEL FRANCA
EXCDO: : MARIA DO CARMO DOS SANTOS
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007767-4 PROT.:13/03/2007
CLASSE : 4200-EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL
EXQTE: : FUNDACAO HABITACIONAL DO EXERCITO FHE
ADVOGADO : MARCO ANTONIO ROCHAEL FRANCA
EXCDO: : MARIA DO CARMO DOS SANTOS
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007777-7 PROT.:13/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : ASSOCIACAO NACIONAL DOS ESPECIALISTAS EM POLITICAS E GESTAO GOVERNAMENTAL ANESP
ADVOGADO : ANTONIO TORREAO BRAZ FILHO
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007799-0 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : UNIAO FEDERAL
REQDO: : SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUICOES DE ENSINO SUPERIOR-ANDES
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007800-4 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 6103-CARTA PRECATÓRIA / FISCAL
REQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
REQDO: : GRUPO OK EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA E OUTROS
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007804-9 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 6103-CARTA PRECATÓRIA / FISCAL
REQTE: : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DA 4A REGIAORS
REQDO: : DELPHOS SERVICOS TECNICOS S/A
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007809-7 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 6103-CARTA PRECATÓRIA / FISCAL
REQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
REQDO: : CASA DOS EXTINTORES EQUIP.DE PROT.E COMB.A INCEND. LTDA
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007811-0 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 6103-CARTA PRECATÓRIA / FISCAL
REQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
REQDO: : DAPPER & CONCEICAO LTDA
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007812-4 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 6103-CARTA PRECATÓRIA / FISCAL
REQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
REQDO: : NUTRISA INDUSTRIAL LTDA
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007821-3 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 6103-CARTA PRECATÓRIA / FISCAL
REQTE: : UNIAO FEDERAL
REQDO: : TRANSPORTES URBANOS NOSSA SENHORA DA PENHA LTDA
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007823-0 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : PLUMA CONFORTO E TURISMO LTDA
REQDO: : AUTO VIACAO VENANCIO AIRES LTDA E OUTROS
VARA : 1ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007842-2 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 6103-CARTA PRECATÓRIA / FISCAL
REQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
REQDO: : SUPERCAMARA SUL COMERCIO LTDA
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007845-3 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : MAZEN JAOUDAT FARES
REQDO: : AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA ANEEL
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007848-4 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 6103-CARTA PRECATÓRIA / FISCAL
REQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
REQDO: : MINERACAO PEDRA PRETA LTDA.
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007853-9 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 6103-CARTA PRECATÓRIA / FISCAL
REQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
REQDO: : SETAL ENGENHARIA CONSTRUCOES E PERFURACOES S/A
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007863-1 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : ASSOCIACAO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA UNIAO - ANAUNI
ADVOGADO : ELIAS NORBERTO DA SILVA
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 14ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007892-6 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 3300-EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS
EXQTE: : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
ADVOGADO : SYBELLE MORGANA MACENA BATINGA
EXCDO: : JOSE MAURICIO DA SILVA
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007893-0 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 3300-EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS
EXQTE: : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
ADVOGADO : SYBELLE MORGANA MACENA BATINGA
EXCDO: : HEIJI LINO
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007894-3 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 3300-EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS
EXQTE: : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
ADVOGADO : SYBELLE MORGANA MACENA BATINGA
EXCDO: : LORIVAL FERREIRA DA SILVA
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007895-7 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 3300-EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS
EXQTE: : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
ADVOGADO : SYBELLE MORGANA MACENA BATINGA
EXCDO: : CONDOMINIO RESIDENCIAL 2001
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007896-0 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 3300-EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS
EXQTE: : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
ADVOGADO : SYBELLE MORGANA MACENA BATINGA
EXCDO: : PAULO PEREIRA
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007897-4 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 3300-EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS
EXQTE: : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
ADVOGADO : SYBELLE MORGANA MACENA BATINGA
EXCDO: : JOSE LUIZ CLEMENTE
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007899-1 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 3300-EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS
EXQTE: : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
ADVOGADO : SYBELLE MORGANA MACENA BATINGA
EXCDO: : COMERCIAL DE CRISTAIS DA TERRA LTDA
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007901-0 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 4200-EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL
EXQTE: : FUNDACAO HABITACIONAL DO EXERCITO FHE
ADVOGADO : MARCO ANTONIO ROCHAEL FRANCA
EXCDO: : MARCOS TADEU PEREIRA DE ALMEIDA
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007909-9 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 4200-EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL
EXQTE: : FUNDACAO HABITACIONAL DO EXERCITO FHE
ADVOGADO : MARCO ANTONIO ROCHAEL FRANCA
EXCDO: : CAROLINA SILVA DE MELO
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007932-1 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : GERVASIO ATAIDE DO CANTO
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 9ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007933-5 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : MARIA MARTINS DOS REIS
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007934-9 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : DIONISIA SOUZA VIEIRA
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007935-2 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : GAUDENCIO ALVES SOUTO
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 6ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007936-6 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : MANOEL BERTOLDO LANDIM
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 4ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007937-0 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : ANGELO PEREIRA DOS SANTOS
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 9ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007938-3 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : GENI ALVES DOS REIS
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007939-7 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : MARIA DA CONCEICAO JESUS
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 4ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007940-7 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : AUGUSTO NUNES DA SILVA
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007941-0 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : MARIA JOSE DE BRITO
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 13ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007942-4 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : TEODOMIRA PEREIRA LOBO
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007943-8 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : JOSE ALVES FERREIRA
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 9ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007944-1 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : JAQUELINE MARCIA JAMURCHAWSKI
REQDO: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL E OUTROS
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007945-5 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : ASSOCIACAO DE PRESERVACAO DA CULTURA CIGANA-APRECI
REQDO: : UNIAO FEDERAL
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007947-2 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : LUIZ CARLOS FERNANDES DO COUTO
REQDO: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
VARA : 4ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007948-6 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 6103-CARTA PRECATÓRIA / FISCAL
REQTE: : AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO ANP
REQDO: : J. MACHADO LOPES
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007949-0 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : ANACONT ASSOCIACAO NACIONAL DE ASSISTENCIA AO CONSUMIDOR E TRABALHADOR
REQDO: : LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S.A
VARA : 21ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007951-3 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : PERIPOLLI & CIA SCARPINI LTDA
REQDO: : EMPRESA ENERGETICA DE MS - ENERSUL E OUTROS
VARA : 14ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007952-7 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : CLAUDEMIR COSTADELE
REQDO: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007954-4 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 6103-CARTA PRECATÓRIA / FISCAL
REQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
REQDO: : GIACOBO CIA LTDA
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007955-8 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : AUTO POSTO MACARICO LTDA
REQDO: : AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO ANP
VARA : 21ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007956-1 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : JUVERCY FERREIRA MARQUES
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 14ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007957-5 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : JOSE PINTO FILHO
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007958-9 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : ELZA MARIA PEREIRA
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007959-2 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : JOAO ALVES DE JESUS
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007960-2 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : LAURA MARIA AFONSO FERRAZ FRANCO
REQDO: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008068-6 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 15601-INQUÉRITO POLICIAL
REQTE: : JUSTICA PUBLICA
REQDO: : EM APURACAO
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008069-0 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 15601-INQUÉRITO POLICIAL
REQTE: : JUSTICA PUBLICA
REQDO: : EM APURACAO
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008070-0 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 15601-INQUÉRITO POLICIAL
REQTE: : JUSTICA PUBLICA
REQDO: : EM APURACAO
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008071-3 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 15601-INQUÉRITO POLICIAL
REQTE: : JUSTICA PUBLICA
REQDO: : EM APURACAO
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008089-5 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : JANDAIA TRANSPORTE E TURISMO LTDA
REQDO: : GERENTE EXECUTIVO DO INSS DE PRESIDENTE PRUDENTE - SP
VARA : 3ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008092-2 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : JONAS PEZZO COSTA
REQDO: : UNIAO FEDERAL
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008094-0 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : TEREZINHA BARBOSA DE ARAUJO
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008095-3 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : FRANCISCA PEREIRA DE CASTRO
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008097-0 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : DAVINA BARBOSA DE BRITO
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008098-4 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : MANOEL FELISBINO DE JESUS
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008099-8 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : MARIA JOSE DE OLIVEIRA
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008100-2 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : LUIZ DA SILVA AGUIAR
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008101-6 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : JOSE GONCALVES DE OLIVEIRA
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008102-0 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : RUFINA RODRIGUES MASCARENHAS
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 1ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008103-3 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : JOAO MAXIMO DOS REIS
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 13ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008104-7 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : EDSON CARDOSO DE MATOS
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008105-0 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : MONICA MARTINS DE MELO
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 17ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008124-2 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : PMH PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008125-6 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
EXCDO: : RADIO REDENTOR LTDA
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008133-1 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : CASA DO JALECO CONFECCOES E ARMARINHO LTDA ME
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008135-9 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : CASA DO CELULAR COMERCIO LTDA ME
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008136-2 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : BRASIL TELECOM PARTICIPACOES S A
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008137-6 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : BARBOSA COMERCIO REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008138-0 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : BAR E RESTAURANTE REPUBLICA LTDA ME
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008145-1 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : AMERICEL SA
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008146-5 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : ARQUIPEDRAS COMERCIO E SERVICOS LTDA
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008150-6 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : CURY ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008155-4 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : CONSTRUTORA PEREIRA LTDA ME
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008156-8 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : CLINICA ODONTOLOGICA ROBERTO WAGNER DA SILVA & CIA LTDA
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008157-1 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : CLINICA DE PERIODONTIA DR VALTER FREITAS LTDA
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008159-9 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : CLINICA CAMINHO DA SAUDE S/C LTDA
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008161-2 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS MORAIS
EXCDO: : SALOMON ASSOCIADOS SC LTDA
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008163-0 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : SALAO DA CRIANCA CABELEREIROS LTDA
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008164-3 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : S N COMERCIO DE MOVEIS SOB MEDIDA LTDA
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008165-7 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : DROGARIA SIMONE LTDA EPP
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008166-0 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : DROGARIA DROGACINTIA LTDA
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008167-4 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : DEPOSITO DE BEBIDAS PIAUI LTDA
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008168-8 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : DSOUZA ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTABIL S/C LTDA
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008169-1 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : D & R COMUNICACAO E MARKETING LTDA
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008177-7 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : ELI JOSE PEDRO
ADVOGADO : FERNANDO RODRIGUES DA SILVA
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008195-5 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : TCBR TECNOLOGIA E CONSULTORIA BRASILEIRA SA
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008200-4 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 15606-PEDIDO DE ARQUIVAMENTO EM REPRESENTAÇÃO CRIMINAL
REPTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ADVOGADO : GUSTAVO PESSANHA VELLOSO
REPDO: : NAO IDENTIFICADO
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008201-8 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 15606-PEDIDO DE ARQUIVAMENTO EM REPRESENTAÇÃO CRIMINAL
REPTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ADVOGADO : LIVIA NASCIMENTO TINOCO
REPDO: : NAO IDENTIFICADO
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008233-3 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : IRTON BERTOLDO FELLER E OUTROS
VARA : 14ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008238-1 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : MARIA SANTOS ARAUJO
REQDO: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008239-5 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : MARCELO FERNANDES DE OLIVEIRA E OUTROS
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008250-8 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : E & C ODONTOLOGIA LTDA
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008255-6 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : FORZA COMUNICACAO E MARKETING LTDA
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008256-0 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : H S L ASSESSORIA E CONSULTORIA SC LTDA
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008258-7 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : HIGHWAY INFORMATICA LTDA EPP
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008271-7 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : LUMIAR COMUNICACAO E PRODUCOES LTDA EPP
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008273-4 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : M J ASSESSORIA E CONCURSOS LTDA
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008275-1 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : M M BAR E RESTAURANTE LTDA
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008278-2 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : MAURO CALDEIRA DE MIRANDA RIBEIRO
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008282-3 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : MG QUATRO CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008292-6 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 13101-AÇÃO PENAL PÚBLICA / PROCESSO COMUM / JUIZ SINGULAR
AUTOR: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ADVOGADO : PAULO GOMES DE SOUSA JR
REU: : PEDRO ALVES FREIRES E OUTROS
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008303-7 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : V VASCONCELOS FILHO ME
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008304-0 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : UNIMED CONFEDERACAO DAS COOPERATIVAS MEDICAS DO CENTRO OESTE E TOCANTINS
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008307-1 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : TRG SERVICOS TECNICOS E PROFISSIONAIS LTDA
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008308-5 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : TRADE LIFE ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008309-9 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : TECHNO SIGNS COMUNICACAO VISUAL LTDA
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008336-6 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 15601-INQUÉRITO POLICIAL
REQTE: : JUSTICA PUBLICA
REQDO: : EM APURACAO
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008357-5 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : DALVINO SEVERIANO DE SANTANA
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008359-2 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : RAIMUNDA CANDIDA GOMES
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008360-2 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : MARIA FRANCISCA DE OLIVEIRA
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008361-6 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : JOVERCINO CARNEIRO DE ARAUJO
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 4ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008362-0 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : NADIR VAZ DA COSTA
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008364-7 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : ALVINA NERIS DE SOUSA
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008365-0 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : SEVERINO MEOTTI E OUTROS
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 3ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008366-4 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : MERENCIANA MENDONCA DE CARVALHO COSTA
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 14ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008367-8 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : GERALDO PEREIRA BATISTA
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008369-5 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : ADAO SERAFIM
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008370-5 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : MARIA APARECIDA PEREIRA RODRIGUES
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008371-9 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : DESICO ANTONIO FERREIRA
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 6ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008391-4 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : BRASIMO COMERCIO E REPRESENTACAO DE MOVEIS LTDA
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008394-5 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : BBPREVIDENCIA FUNDO DE PENSAO BANCO DO BRASIL
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008395-9 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : AZEVEDO DE ARAUJO & SARAIVA ADVOGADAS ASSOCIADAS S/C
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008396-2 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
EXCDO: : ATP TECNOLOGIA E PRODUTOS S/A
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008397-6 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : ATLAS REPRESENTACOES LTDA
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008401-1 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : ALG TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008402-5 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : ALDO DE ARAUJO SILVA
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008403-9 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
EXCDO: : JOAO RODONOPOLIS GONDIM
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008467-0 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : RESTAURANTE SORVETERIA E LANCHONETE PACHECO LTDA
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008470-7 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : R & N COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008480-0 PROT.:19/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : POSTO PAMPA LTDA
REQDO: : UNIAO FEDERAL E OUTROS
VARA : 3ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008481-3 PROT.:19/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : EDSON RICARDO
REQDO: : FUNDACAO HABITACIONAL DO EXERCITO FHE
VARA : 6ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008482-7 PROT.:19/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : UNIAO FEDERAL
REQDO: : ESPOLIO DE MANOEL FRANCISCO SOBREIRO
VARA : 1ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008484-4 PROT.:19/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : ANTONIO FURTADO DE ARAUJO
REQDO: : FUNDACAO HABITACIONAL DO EXERCITO FHE
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008485-8 PROT.:19/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : TEREZINHA DE JESUS DE SOUSA FERREIRA
VARA : 13ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008486-1 PROT.:19/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : ANTONIO FURTADO DE ARAUJO
REQDO: : FUNDACAO HABITACIONAL DO EXERCITO FHE
VARA : 17ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008487-5 PROT.:19/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : WAGNER ORMANES
REQDO: : BANCO CENTRAL DO BRASIL
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008511-6 PROT.:19/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : KAROL DE PIABETA UTILIDADES DO LAR LTDA
REQDO: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL E OUTROS
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008516-4 PROT.:19/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : HENRIQUE MARIO CESARIN E OUTROS
REQDO: : NAO HA
VARA : 4ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008517-8 PROT.:19/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : TRANS CAPICHABA TRANSPORTES LTDA
REQDO: : AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008518-1 PROT.:19/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : POSTO DE COMBUSTIVEIS NOVELLO LTDA
REQDO: : SUPERINTENDENTE DE FISCALIZACAO E ABASTECIMENTO DA ANP - AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008522-2 PROT.:19/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : MARIA DE LOURDES BATISTA
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008523-6 PROT.:19/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : RITA DE SOUZA ARAUJO
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 6ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008524-0 PROT.:19/06/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : JOSE DE JESUS
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 14ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008525-3 PROT.:19/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : NEUSA LOPO FERREIRA
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 9ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008526-7 PROT.:19/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : ALMERINDO CAETANO FERREIRA
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 21ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008527-0 PROT.:19/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : JANDIRA DE CARVALHO RIBEIRO
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008528-4 PROT.:19/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : SANTINO GERVASIO DE SOUZA
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008529-8 PROT.:19/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : JOSE SEBASTIAO ALVELINO
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008530-8 PROT.:19/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : TEREZINHA BRAZ DA SILVA
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008531-1 PROT.:19/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : RAIMUNDA LIMA SANTOS
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 9ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008532-5 PROT.:19/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : NEIVALDA TEREZA DA LUZ BARROS
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008834-8 PROT.:21/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : DNP INDUSTRIA E NAVEGACAO LTDA
REQDO: : AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - ANVISA
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008862-9 PROT.:21/03/2007
CLASSE : 6103-CARTA PRECATÓRIA / FISCAL
REQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
REQDO: : GARROT CHURRASCARIA LTDA
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008864-6 PROT.:21/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : BRUNO VERAS NASCIMENTO
REQDO: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
VARA : 4ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009030-0 PROT.:22/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : MARCUS VINICIUS RODRIGUES LIMA
ADVOGADO : FLAVIO LAGE BARBOZA DE OLIVEIRA
IMPDO: : DEFENSOR PUBLICO GERAL DA UNIAO
VARA : 4ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009061-1 PROT.:23/03/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : SILANIO ROCHA MIRANDA
ADVOGADO : ULISSES BORGES DE RESENDE
REU: : FUNDACAO NACIONAL DO INDIO FUNAI
VARA : 4ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009097-1 PROT.:23/03/2007
CLASSE : 2200-MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO
IMPTE: : UNAFISCO SINDICAL - SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL
ADVOGADO : ALEXANDRE AUGUSTO MOREIRA COSTA
IMPDO: : SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL E OUTROS
VARA : 13ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009369-6 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : MARIVALDO JOSE DE SOUZA LOPES
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009371-0 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : RITA MARIA DE ALMEIDA SILVA E OUTROS
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009404-3 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : VIVIANE BASTOS LIMA
ADVOGADO : ANNA CAROLINA PAGANO
REU: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009416-3 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : CARMEM LUCIA COSTA CORREA
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009427-0 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : IZABEL CARNEIRO SILVA
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009479-0 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : SMAFF CONSTRUTORA E INCORPORADORA DE IMOVEIS LTDA
ADVOGADO : LYCURGO LEITE NETO
REU: : AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO ANP
VARA : 3ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009525-4 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : FRUTO DA VIDE CONFECCOES E ACESSORIOS LTDA
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009582-0 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : AUTO POSTO GASOL LTDA
ADVOGADO : UBIRATAM GARCIA DE OLIVEIRA JR
REU: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
VARA : 1ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009599-8 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : ZELIA DA ROCHA CARNEIRO
ADVOGADO : ROMULO SULZ GONSALVES JR
REU: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009641-7 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : JOSE DOMINGOS SANTOS RODRIGUES
ADVOGADO : PEDRO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR
REU: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
VARA : 14ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009650-6 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : SOCIEDADE ASSISTENCIAL
ADVOGADO : DEMAS CORREIA SOARES
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009655-4 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : ANA CLAUDIA SIVIERI E OUTROS
ADVOGADO : ROBINSON NEVES FILHO
REU: : AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES ANATEL
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009671-5 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : THYAGO MELLO MORAES GUALBERTO
RÉU: : GIL GUERRA PEREIRA
VARA : 6ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009672-9 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : THYAGO MELLO MORAES GUALBERTO
RÉU: : RAIO DE SOL COMERCIO DE CALCADOS INFANTIS LTDA E OUTROS
VARA : 17ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009673-2 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : THYAGO MELLO MORAES GUALBERTO
RÉU: : VIA LESTE COMERCIO DE PECAS AUTOMOTIVAS LTDA E OUTROS
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009674-6 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : THYAGO MELLO MORAES GUALBERTO
RÉU: : SIRIA MORAIS PARRIAO E OUTROS
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009675-0 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : THYAGO MELLO MORAES GUALBERTO
RÉU: : MANOEL DE OLIVEIRA NETO
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009678-0 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : THYAGO MELLO MORAES GUALBERTO
RÉU: : MARIA DE FATIMA FREITAS FIGUEIREDO
VARA : 17ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009679-4 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : THYAGO MELLO MORAES GUALBERTO
RÉU: : JOAO DOS SANTOS DE SOUSA LEITE E OUTROS
VARA : 14ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009680-4 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : THYAGO MELLO MORAES GUALBERTO
REU: : DAISE LAURA WOBETO
VARA : 14ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009681-8 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : THYAGO MELLO MORAES GUALBERTO
REU: : GINA BARBOSA CALIXTO
VARA : 6ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009682-1 PROT.:27/04/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : THYAGO MELLO MORAES GUALBERTO
REU: : ANTONIO SAMPAIO DE LIMA
VARA : 21ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009683-5 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : THYAGO MELLO MORAES GUALBERTO
REU: : ANTONIO SEVERINO DA SILVA
VARA : 1ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009684-9 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : THYAGO MELLO MORAES GUALBERTO
REU: : ESMERALDA BATISTA DINIZ
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009685-2 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : SERGIO MEIRELLES BASTOS
RÉU: : BONNA CASA SUPERMERCADOS LTDA E OUTROS
VARA : 4ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009690-7 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : SERGIO MEIRELLES BASTOS
RÉU: : JABER MUHAMMED ABDEL JABER MIDRE
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009692-4 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : SERGIO MEIRELLES BASTOS
RÉU: : DEUZIMAR DA SILVA JESUS E OUTROS
VARA : 9ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009694-1 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : SERGIO MEIRELLES BASTOS
RÉU: : CARLOS ALBERTO BRANDAO DE ANDRADE
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009695-5 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : SERGIO MEIRELLES BASTOS
RÉU: : VALDIR GOULART
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009697-2 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : SERGIO MEIRELLES BASTOS
RÉU: : EVELINE GRILLO PEREIRA ALVES FEITOS
VARA : 3ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009698-6 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : SERGIO MEIRELLES BASTOS
RÉU: : RENATO CARVALHO DE OLIVEIRA
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009699-0 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : SERGIO MEIRELLES BASTOS
RÉU: : RONALDO SOUSA TRONCHA
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009751-1 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : CARLOS ANTONIO NICOTTI SANTOS
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009819-1 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : FABIO GOMES PEIXOTO
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009823-2 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : CESAR DE LA CRUZ MENDONZA ARRIETA E OUTROS
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009836-6 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : JUSTICA PUBLICA
REQDO: : ESTERLITA SALDANHA LEAL
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009837-0 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : LIMAR PEREIRA DE SOUZA
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009840-7 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 6103-CARTA PRECATÓRIA / FISCAL
REQTE: : AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - ANVISA
REQDO: : NAVEGACAO TOME LTDA
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009841-0 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : HOMERO DOS SANTOS SOUSA
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009863-3 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : LEONIR GATTO E OUTROS
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009868-1 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : JUSTICA PUBLICA
REQDO: : HELIO EGYDIO NOGUEIRA E OUTROS
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009869-5 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : GERSON SPINDOLA CARNEIRO E OUTROS
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010061-2 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : ANTONIO CARLOS OSORIO FILHO E OUTROS
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010066-0 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : JUSTICA PUBLICA
REQDO: : DAVI REIS VIEIRA DE AZEVEDO
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010086-6 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : PEDRO CESAR DA SILVA E OUTROS
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010107-0 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : HUGO JOSE SCHEUER WERLE E OUTROS
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010108-3 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : DAMASCENO MOZER E OUTROS
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010110-7 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : SELACHII INDUSTRIA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LIMITADA
REQDO: : AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - ANVISA
VARA : 9ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010111-0 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : MARCOS ANTONIO LAUDELINO DA SILVA
REQDO: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010113-8 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : JUSTICA PUBLICA
REQDO: : IGNORADO
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010114-1 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : VALMIR CARLOS MORAES
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010161-4 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : SIMONE MARIA DE MOURA AZEVEDO
ADVOGADO : LEONARDO HENRIQUE FERREIRA DA SILVA
REU: : UNIAO FEDERAL E OUTROS
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010170-3 PROT.:25/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : ASSOCIACAO NACIONAL DE ASSISTENCIA PUBLICA
ADVOGADO : FLAVIO RIBEIRO DE ARAUJO CID
IMPDO: : SECRETARIO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTERIO DO PLANEJAMENTO ORCAMENTO E GESTAO
VARA : 4ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010171-7 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : ASSOCIACAO DOS SERVIDORES DA UNIAO - ASUEM
ADVOGADO : FLAVIO RIBEIRO DE ARAUJO CID
IMPDO: : SECRETARIO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTERIO DO PLANEJAMENTO ORCAMENTO E GESTAO
VARA : 1ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010173-4 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : ASSOCIACAO BRASILEIRA DE AUXILIO MUTUO AO SERV PUBLICO
ADVOGADO : FLAVIO RIBEIRO DE ARAUJO CID
IMPDO: : SECRETARIO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTERIO DO PLANEJAMENTO ORCAMENTO E GESTAO
VARA : 13ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010183-7 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 15205-PRISÃO EM FLAGRANTE / COMUNICAÇÃO
REQTE: : JUSTICA PUBLICA
REQDO: : PASCOAL RIBEIRO DE SOUZA
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010184-0 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 15205-PRISÃO EM FLAGRANTE / COMUNICAÇÃO
REQTE: : JUSTICA PUBLICA
REQDO: : SANDRO RODRIGUES DE LIMA E OUTROS
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010185-4 PROT.:03/05/2007
CLASSE : 15205-PRISÃO EM FLAGRANTE / COMUNICAÇÃO
REQTE: : JUSTICA PUBLICA
REQDO: : EVANILDO CORREIA GARCIA
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010186-8 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 15205-PRISÃO EM FLAGRANTE / COMUNICAÇÃO
REQTE: : JUSTICA PUBLICA
REQDO: : SEVERINO PINHEIRO DE LIMA
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010188-5 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 15205-PRISÃO EM FLAGRANTE / COMUNICAÇÃO
REQTE: : JUSTICA PUBLICA
REQDO: : NELSON PEREIRA RAMOS
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010189-9 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 15205-PRISÃO EM FLAGRANTE / COMUNICAÇÃO
REQTE: : JUSTICA PUBLICA
REQDO: : CARLOS ALBERTO DIAS
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010190-9 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : ASSEBRAP - ASSOCIACAO NACIONAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DA FEDERACAO E OUTROS
ADVOGADO : RAFAEL FARIA BASILE
IMPDO: : SECRETARIO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTERIO DO PLANEJAMENTO ORCAMENTO E GESTAO
VARA : 17ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010192-6 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : SOBRAL INVICTA S/A
ADVOGADO : ALESSANDRO TEMPORIM CALAF
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 17ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010201-0 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : MONTANA SOLUCOES CORPORATIVAS LTDA
ADVOGADO : NELSON PESSOA FILHO
IMPDO: : PREGOEIRO DO MINISTERIO DOS TRANSPORTES
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010204-0 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 15205-PRISÃO EM FLAGRANTE / COMUNICAÇÃO
REQTE: : JUSTICA PUBLICA
REQDO: : EDINALVO MIRANDA DA SILVA E OUTROS
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010205-4 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : RITA DE CACIA ANTUNES
ADVOGADO : DOUGLAS MORAES DO NASCIMENTO
IMPDO: : PRESIDENTE DA FUNDACAO UNIVERSA
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010224-6 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : APUCACOUROS INDUSTRIA E EXPORTACAO DE COUROS S/A
ADVOGADO : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES
IMPDO: : SECRETARIO DA RECEITA PREVIDENCIARIA
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010255-8 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : DANIELE ABEN ATHAR VIEIRA
ADVOGADO : JOSE MARTINS PONTE
IMPDO: : REITOR DO CENTRO UNIVERSITARIO DE BRASILIA UNICEUB
VARA : 6ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010258-9 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 9200-MEDIDA CAUTELAR INOMINADA
REQTE: : GOIATINS PREFEITURA MUNICIPAL
ADVOGADO : JOSE UMBERTO CEZE
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010286-0 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : ELIAS JOSE PEREIRA DE SOUSA FILHO E OUTROS
ADVOGADO : RONALD ALENCAR D.DA SILVA
IMPDO: : SECRETARIO DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010294-5 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : ALESSANDRO LUIS DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO : EDSON RODRIGUES MARQUES
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 9ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010301-1 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : MORADA INVESTIMENTOS SA E OUTROS
ADVOGADO : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES
IMPDO: : SECRETARIO DA RECEITA PREVIDENCIARIA
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010350-1 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : TALMA CAROLINA TEMOTEO AMARO DA SILVA
ADVOGADO : LUIZ AMARO DA SILVA
IMPDO: : SECRETARIO GERAL DO CENTRO UNIVERSITARIO DE BRASILIA
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.003161-8 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 10100-IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA
REQTE: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL E OUTROS
ADVOGADO : WILSON CESAR RASCOVIR
REQDO: : ZENOBIA DA SILVA MEDEIROS
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.005858-5 PROT.:27/02/2007
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO : CESAR ROMERO BORGES DE BARROS
REU: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007535-5 PROT.:12/03/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : AUGUSTO DE BARROS GALVAO
ADVOGADO : ULISSES BORGES DE RESENDE
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 20ª VARA FEDERAL

I-DISTRIBUICAO
2)POR DEPENDENCIA

PROCESSO : 2007.34.00.007736-2 PROT.:13/03/2007
CLASSE : 13101-AÇÃO PENAL PÚBLICA / PROCESSO COMUM / JUIZ SINGULAR
AUTOR: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ADVOGADO : JOSE ROBALINHO CAVALCANTI
REU: : JOSE NOVAL PEREIRA LEITE
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007876-5 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : HELICOPTEROS DO BRASIL SA HELIBRAS
ADVOGADO : DIOGO DIAS DA SILVA
REU: : CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008223-0 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 15606-PEDIDO DE ARQUIVAMENTO EM REPRESENTAÇÃO CRIMINAL
REPTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ADVOGADO : LIVIA NASCIMENTO TINOCO
REPDO: : DESCONHECIDO
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008332-1 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 1701-AÇÃO ORDINÁRIA / SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO (SFH)
AUTOR: : FRANCISCO DAS CHAGAS VERAS GOMES
ADVOGADO : SEBASTIAO MORAES DA CUNHA
REU: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
VARA : 4ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008937-0 PROT.:21/03/2007
CLASSE : 9200-MEDIDA CAUTELAR INOMINADA
REQTE: : GETULIO CORREA DO PRADO
ADVOGADO : EDNA DE FATIMA VIANA
REQDO: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
VARA : 9ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009081-7 PROT.:23/03/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : ZENEIDE SIMOES DA SILVA
ADVOGADO : JOEDSON DE SOUZA DELGADO
REU: : CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A -ELETRONORTE E OUTROS
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009082-0 PROT.:23/03/2007
CLASSE : 9200-MEDIDA CAUTELAR INOMINADA
REQTE: : ZENEIDE SIMOES DA SILVA
ADVOGADO : WOLLS ROOSEVELT DE ALVARENGA
REQDO: : CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A -ELETRONORTE E OUTROS
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009082-0 PROT.:23/03/2007
CLASSE : 9200-MEDIDA CAUTELAR INOMINADA
REQTE: : ZENEIDE SIMOES DA SILVA
ADVOGADO : WOLLS ROOSEVELT DE ALVARENGA
REQDO: : CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A -ELETRONORTE E OUTROS
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009131-5 PROT.:23/03/2007
CLASSE : 9200-MEDIDA CAUTELAR INOMINADA
REQTE: : SINDICATO RURAL DE JACAREI
ADVOGADO : IAN MAX COLLARD NASSIF
REQDO: : COORDENADOR GERAL DE CONVENIOS DO MINISTERIO DO TURISMO
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009585-0 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 9200-MEDIDA CAUTELAR INOMINADA
REQTE: : PORTOBELLO S/A
ADVOGADO : EDSON LUIZ MEES STRINGARI
REQDO: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010156-0 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : MANOEL CASTRO ANDRADE
EMBDO: : SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS NO DISTRITO FEDERAL SINDSEPDF
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010257-5 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 9200-MEDIDA CAUTELAR INOMINADA
REQTE: : PAULO RAIMUNDO ANTONIO
ADVOGADO : MARCONDES BRAULIO DE PAIVA
REQDO: : UNIAO FEDERAL
VARA : 21ª VARA FEDERAL

II-REDISTRIBUICAO
1)AUTOMÁTICA

PROCESSO : 2007.34.00.006678-8 PROT.:06/03/2007
CLASSE : 6103-CARTA PRECATÓRIA / FISCAL
REQTE: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
REQDO: : MARCOS VINICIUS CESARIO LIMA E OUTROS
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.006678-8 PROT.:06/03/2007
CLASSE : 6103-CARTA PRECATÓRIA / FISCAL
REQTE: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
REQDO: : MARCOS VINICIUS CESARIO LIMA E OUTROS
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007414-4 PROT.:09/03/2007
CLASSE : 6103-CARTA PRECATÓRIA / FISCAL
REQTE: : BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL BNDES
REQDO: : MADER COMERCIO DE MATERIAL DE CONTRUCAO LTDA E OUTROS
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007864-5 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 15601-INQUÉRITO POLICIAL
REQTE: : JUSTICA PUBLICA
REQDO: : EM APURACAO
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010094-1 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : JOSE CLAUDIO PINHEIRO DE OLIVEIRA
ADVOGADO : JOSE CARLOS MOREIRA
IMPDO: : COMANDANTE GERAL DE PESSOAL DA AERONAUTICA
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010223-2 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : CONFECCOES MAGISTER LTDA
ADVOGADO : ANDREA DA SILVA CORREA
IMPDO: : SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL
VARA : 21ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010230-4 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : ADRIATICA ESTABELECIMENTO MECANICO LTDA
ADVOGADO : ROGERIO AUGUSTO CAPELO
IMPDO: : COMITE GESTOR DO REFIS PROGRAMA DE RECUPERACAO FISCAL
VARA : 22ª VARA FEDERAL

III-NÃO HOUVE IMPUGNAÇÃO

IV-DEMONSTRATIVO

DISTRIBUIDOS AUTOMATICAMENTE	:	250
DISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA	:	14
DISTRIBUIDOS MANUALMENTE	:	0
REDISTRIBUIDOS AUTOMATICAMENTE	:	6
REDISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA	:	0
REDISTRIBUIDOS MANUALMENTE	:	0
TOTAL DOS PROCESSOS	:	270

PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO ESPECIAL (JEF)

III-NÃO HOUVE IMPUGNAÇÃO
IV-DEMONSTRATIVO

DISTRIBUIDOS AUTOMATICAMENTE	:	0
DISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA	:	0
DISTRIBUIDOS MANUALMENTE	:	0
REDISTRIBUIDOS AUTOMATICAMENTE	:	0
REDISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA	:	0
REDISTRIBUIDOS MANUALMENTE	:	0
TOTAL DOS PROCESSOS	:	0

ATA DE DISTRIBUICAO REALIZADA EM 2 DE ABRIL DE 2007

PROCESSOS EM TRAMITACAO COMUM

I-DISTRIBUICAO
1)AUTOMÁTICA

PROCESSO : 2006.34.00.027804-3 PROT.:04/09/2006
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES E DEMAIS AGENTES PUB AG NAC REGUL SINAGENCIAS
ADVOGADO : SANDRA LUIZA FELTRIN
REU: : AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - ANVISA E OUTROS
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.002516-9 PROT.:25/01/2007
CLASSE : 5202-NOTIFICAÇÃO
NOTFTE: : ASSOCIACAO DOS LABORATORIOS FARMACEUTICOS NACIONAIS-ALANAC
ADVOGADO : GIOVANNI N LOCATELLI
NOTFDO: : DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZACAO DE INSUMOS PECUARIOS - DFIP
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.002517-2 PROT.:25/01/2007
CLASSE : 5202-NOTIFICAÇÃO
NOTFTE: : ASSOCIACAO DOS LABORATORIOS FARMACEUTICOS NACIONAIS-ALANAC
ADVOGADO : GIOVANNI N LOCATELLI
NOTFDO: : COORDENADOR SUBSTITUTO DE PRODUTOS VETERINARIOS
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.002518-6 PROT.:25/01/2007
CLASSE : 5202-NOTIFICAÇÃO
NOTFTE: : ASSOCIACAO DOS LABORATORIOS FARMACEUTICOS NACIONAIS-ALANAC
ADVOGADO : GIOVANNI N LOCATELLI
NOTFDO: : COORDENADORA DE PRODUTOS VETERINARIOS
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.006523-4 PROT.:05/03/2007
CLASSE : 1701-AÇÃO ORDINÁRIA / SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO (SFH)
AUTOR: : NEWTON LUCINDO DE FRANCA
ADVOGADO : JOAQUIM MOURA PIMENTA
REU: : FUNDACAO HABITACIONAL DO EXERCITO FHE
VARA : 4ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007143-3 PROT.:08/03/2007
CLASSE : 1600-AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : RODRIGO BRUNO BEZERRA PEREIRA
REU: : JOAO CRISTOVAM DE FREITAS
VARA : 6ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007655-2 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : PAULO OCTAVIO INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
ADVOGADO : ANISIO BATISTA MADUREIRA
REU: : FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO FNDE
VARA : 21ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007655-2 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : PAULO OCTAVIO INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
ADVOGADO : ANISIO BATISTA MADUREIRA
REU: : FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO FNDE
VARA : 21ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007905-4 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : LAZARA APARECIDA NUNES LINS
ADVOGADO : SANDRO ARAUJO
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 14ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008096-7 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : MARIA JOSE DO CARMO
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 9ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008337-0 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : MONICA OLIVEIRA DE PINHO PINAUD MADRUGA
ADVOGADO : ALEXANDRE PAZ PINAUD MADRUGA
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008387-3 PROT.:19/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : MARIA GORETTI ALVES SOARES
REQDO: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
VARA : 4ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008389-0 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : CALD PREV CORRETORA DE SEGUROS DE VIDA S/C LTDA
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008392-8 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
EXCDO: : SONIA TIGGMANN E OUTROS
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008398-0 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : ATLANTA TRANSPORTE E TURISMO LTDA ME
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008399-3 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : CARLOS EDUARDO ARAUJO TELLES E OUTROS
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008399-3 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : CARLOS EDUARDO ARAUJO TELLES E OUTROS
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008400-8 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : ANTONIO EDSON SOARES
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008444-3 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : ENTEL ELETRICA E TELECOMUNICACOES LTDA EPP
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008451-5 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : VITORIA CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008452-9 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : VISAO COMERCIAL E SERVICOS LTDA ME
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008453-2 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
EXCDO: : VIPLAN VIACAO PLANALTO LIMITADA
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008454-6 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : VIASEG MONITORIA 24 HS LTDA
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008455-0 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : VALLETTE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008455-0 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : VALLETTE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008461-8 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : SETAL ENGENHARIA CONSTRUCOES E PERFURACOES S/A
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008462-1 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : SATRA TRANSPORTES LTDA
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008491-6 PROT.:19/03/2007
CLASSE : 6103-CARTA PRECATÓRIA / FISCAL
REQTE: : CARACOL GEOLOGIA E MINERACAO LTDA
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008512-0 PROT.:19/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : MINELVINA GOMES LEITE E OUTROS
REQDO: : UNIAO FEDERAL
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008515-0 PROT.:19/03/2007
CLASSE : 6103-CARTA PRECATÓRIA / FISCAL
REQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
REQDO: : NORTFRUT INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008658-4 PROT.:20/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : LATIN AMERICA UNIFORMS LTDA E OUTROS
REQDO: : DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMERCIO
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008660-8 PROT.:20/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : SOCIEDADE CAMPOGRANDENSE DE TELEVISAO LTDA
REQDO: : PRESIDENTE DO COMITE GESTOR DO PROGRAMA DE RECUPERACAO FISCAL - REFIS E OUTROS
VARA : 14ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008663-9 PROT.:20/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
REQDO: : JONAS BATISTA COLETA
VARA : 17ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008663-9 PROT.:20/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
REQDO: : JONAS BATISTA COLETA
VARA : 17ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008685-1 PROT.:20/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : AMERICA COMBUSTIVEIS LTDA
REQDO: : AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO ANP
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008714-0 PROT.:20/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : FLAVIO TADEU DOS SANTOS ARAUJO
REQDO: : UNIAO FEDERAL E OUTROS
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008721-2 PROT.:20/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
REQDO: : MAURICIO PATZLAFF E OUTROS
VARA : 4ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008725-7 PROT.:20/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : FUNDACAO GAIA
REQDO: : UNIAO FEDERAL E OUTROS
VARA : 4ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008726-0 PROT.:20/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : FUNDACAO GAIA
REQDO: : UNIAO FEDERAL E OUTROS
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008728-8 PROT.:20/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : WENDERSON MONTEIRO DE BARROS E OUTROS
REQDO: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008731-5 PROT.:20/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : FUNDACAO GAIA
REQDO: : UNIAO FEDERAL E OUTROS
VARA : 21ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008731-5 PROT.:20/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : FUNDACAO GAIA
REQDO: : UNIAO FEDERAL E OUTROS
VARA : 21ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008735-0 PROT.:20/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : FRANCISCO DE ASSIS MARQUES E OUTROS
REQDO: : UNIAO FEDERAL
VARA : 3ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008836-5 PROT.:23/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : SPEI ENSINO BASICO LTDA E OUTROS
REQDO: : PRESIDENTE DA COPEL DISTRIBUIDORA S/A
VARA : 4ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008839-6 PROT.:21/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : FABIO MATOSO PEREIRA
REQDO: : UNIAO FEDERAL E OUTROS
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008840-6 PROT.:21/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : MARCOS VIEIRA DE SOUZA
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 21ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008841-0 PROT.:21/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : MARIA ADELAIDE MONTEIRO DOS SANTOS
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008842-3 PROT.:21/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : ROSA MARIA DE SANTANA
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008843-7 PROT.:21/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : MARIA DA PAZ PORFIRIO LUIS
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008848-5 PROT.:21/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : ILIETE MALUF DE MACEDO E OUTROS
REQDO: : BRASIL TELECOM S.A
VARA : 9ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008848-5 PROT.:21/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : ILIETE MALUF DE MACEDO E OUTROS
REQDO: : BRASIL TELECOM S.A
VARA : 9ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008849-9 PROT.:21/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : FEDERACAO DAS INSTITUICOES FILANTROPICAS E BENEFICENTES DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL - FEBESUL
REQDO: : UNIAO FEDERAL E OUTROS
VARA : 17ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008861-5 PROT.:21/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : DANIEL DO PRADO FIGUEIREDO JUNIOR
REQDO: : CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE GOIAS
VARA : 14ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008865-0 PROT.:21/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : DIEGO EDUARDO BORN
REQDO: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
VARA : 14ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008867-7 PROT.:21/03/2007
CLASSE : 6103-CARTA PRECATÓRIA / FISCAL
REQTE: : NH IND E COM LTDA
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008935-3 PROT.:21/03/2007
CLASSE : 1702-AÇÃO ORDINÁRIA / SISTEMA HIPOTECÁRIO
AUTOR: : JARLENO ALVES E OUTROS
ADVOGADO : EDNA DE FATIMA VIANA
REU: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
VARA : 21ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008954-5 PROT.:21/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : ADAO HONORIO DE SOUZA
ADVOGADO : ELENE DE S DE ALBUQUERQUE
REU: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
VARA : 21ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008969-6 PROT.:22/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : JOSE DA SILVA TIAGO
VARA : 17ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008969-6 PROT.:22/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : JOSE DA SILVA TIAGO
VARA : 17ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008973-7 PROT.:22/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : DIESELUB COMERCIO DE PETROLEO LTDA
REQDO: : AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS ANP
VARA : 4ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008977-1 PROT.:22/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : MARIA ABADIA FRANCISCO MACIEL SANTOS
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008978-5 PROT.:22/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : RAIMUNDO NONATO JANSEN VELOSO E OUTROS
VARA : 9ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008982-6 PROT.:22/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : BUTZKE IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS E OUTROS
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009003-2 PROT.:22/03/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : MARIA CELESTE CARVALHO DOS REIS
ADVOGADO : MARIA WALKIRIA RODRIGUES DE SOUSA
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009073-1 PROT.:23/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : ALESSANDRA CORSINO GONCALVES
REQDO: : PRESIDENTE DAS CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE S/A-ELETRONORTE E OUTROS
VARA : 4ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009080-3 PROT.:23/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : CENTRAIDAR INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS LIMITADA
REQDO: : AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - ANVISA
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009086-5 PROT.:23/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : EMTELSUL EMPRESA DE TELECOMUNICACOES DO SUL LTDA
REQDO: : PREGOEIRO DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS E OUTROS
VARA : 3ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009086-5 PROT.:23/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : EMTELSUL EMPRESA DE TELECOMUNICACOES DO SUL LTDA
REQDO: : PREGOEIRO DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS E OUTROS
VARA : 3ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009089-6 PROT.:23/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : LOJAS COLOMBO S.A.-COMERCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS
REQDO: : DIRETOR PRESIDENTE DA CEEE-COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELETRICA E OUTROS
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009091-0 PROT.:23/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : EC NORONHA TRASNPORTE E TURISMO LTDA
REQDO: : AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT
VARA : 6ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009364-8 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 6103-CARTA PRECATÓRIA / FISCAL
REQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
REQDO: : MOTOKO KONDO MORIMOTO
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009372-3 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : ROSANGELA FONTES DOS SANTOS
REQDO: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL E OUTROS
VARA : 9ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009405-7 PROT.:26/03/2007

CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : PREFEITURA MUNICIPAL DE BELTERRA
REQDO: : OTI SILVA SANTOS
VARA : 14ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009412-9 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA ENCOSTA DA SERRA FM
REQDO: : DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVICOS DO MINISTERIO DAS COMUNICACOES
VARA : 6ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009413-2 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : ELOA MOREIRA LORENZET GALVAN
REQDO: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
VARA : 9ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009413-2 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : ELOA MOREIRA LORENZET GALVAN
REQDO: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
VARA : 9ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009417-7 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : ELIAS BISPO MEDRADO
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 13ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009429-7 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 6103-CARTA PRECATÓRIA / FISCAL
REQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
REQDO: : CONSTRUTORA ALVES GUIMARAES LTDA E OUTROS
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009540-1 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : MILEN COSTA MERCALDO
ADVOGADO : AKIRA SASAKI
IMPDO: : PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL
VARA : 6ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009658-5 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 1600-AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS
AUTOR: : PEDRO PAULO CASTELO BRANCO COELHO
ADVOGADO : PERLA CRISTINA SANSEVERO
REU: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009688-3 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : ZILAH MARIA CALLADO FADUL PETERSEN
ADVOGADO : MARIA GORETI DA SILVA
REU: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
VARA : 4ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009691-0 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : WASHINGTON AFONSO RODRIGUES E OUTROS
ADVOGADO : MARIA GORETI DA SILVA
REU: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
VARA : 9ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009709-7 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : AMORIM E AMORIM EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA
ADVOGADO : WILLIAM DE ARAUJO FALCOMER DOS SANTOS
REU: : INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA NORMALIZACAO E QUALIDADE INDUSTRIAL INMETRO
VARA : 4ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009719-0 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
ADVOGADO : MELISSA RODRIGUES VIANA
REU: : TECNIRAHS INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS A ARTEFATOS METALICOS LTDA
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009719-0 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
ADVOGADO : MELISSA RODRIGUES VIANA
REU: : TECNIRAHS INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS A ARTEFATOS METALICOS LTDA
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009721-3 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : BARDELLA SA INDUSTRIAS MECANICAS
ADVOGADO : KILDARE ARAUJO MEIRA
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009722-7 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : MARIA DE LOURDES VIEIRA SOUSA
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 21ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009723-0 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : ANTONIA ROZA DA SILVA
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 6ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009724-4 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : VITALINA PEREIRA DOS SANTOS
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009725-8 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : FLORIANO BORGES DA CRUZ
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009727-5 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : SHIRLEY FERREIRA BIZERRA DAS NEVES
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 21ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009728-9 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : MARINO ANTONIO FERRETTI
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 3ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009728-9 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : MARINO ANTONIO FERRETTI
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 3ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009729-2 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : FRANCISCA MARIA DE LIMA
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 1ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009730-2 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : AGEMIRA DIAS DE SOUSA
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009731-6 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : GERACINA JOSE DA PAIXAO
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 4ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009732-0 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : SENITA RIBEIRO CUNHA
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 4ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009733-3 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : ALBERTO MUNIZ DA ROCHA
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 1ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009738-1 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : NEUZA SOARES BRAGA
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009739-5 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : CRB CENTRO RADIOLOGICO DE BRASILIA LTDA
ADVOGADO : JOSE DE RIBAMAR CAMPOS ROCHA
REU: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009740-5 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : RAIMUNDA LOPES NORONHA
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 1ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009740-5 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : RAIMUNDA LOPES NORONHA
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 1ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009741-9 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : EMEDINA RODRIGUES DE SOUZA
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 1ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009742-2 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : ADILSON BONESSO E OUTROS
ADVOGADO : JORGE AMAURY MAIA NUNES
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 13ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009743-6 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : VALDIR GONCALVES NORONHA
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009744-0 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : AMAURILIA VENANCIO DE JESUS ALVES
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009745-3 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : MARIA DE SOUSA BATISTA
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009746-7 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : DIVINA LISBOA
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010181-0 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 7300-AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ADVOGADO : MICHELE RANGEL DE B VOLLSTEDT BASTOS
REQDO: : CLAUDIA BORGES DE ALMEIDA FRANCA
VARA : 1ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010181-0 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 7300-AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ADVOGADO : MICHELE RANGEL DE B VOLLSTEDT BASTOS
REQDO: : CLAUDIA BORGES DE ALMEIDA FRANCA
VARA : 1ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010225-0 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : CHHAI KWO CHHENG E OUTROS
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010226-3 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : FRANCISCA BATISTA DE SOUZA
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 6ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010229-4 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : JUSTICA PUBLICA
REQDO: : MANOEL MOREIRA DE ARAUJO FILHO E OUTROS
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010234-9 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : FLAVIANO MOREIRA DE MOURA
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010242-4 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : MANOEL DA COSTA BRAGA E OUTROS
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010248-6 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : HERVAL LIMA CAMPOS
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010275-3 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 9103-MEDIDA CAUTELAR DE CAUÇÃO
REQTE: : BRASIL TELECOM PARTICIPACOES S A
ADVOGADO : CESAR TADEU DIAS JUNIOR
REQDO: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010278-4 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : TELEMAR NORTE LESTE SA
ADVOGADO : FERNANDA FONTES FEIJO
IMPDO: : PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR DA AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES ANATEL
VARA : 21ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010278-4 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : TELEMAR NORTE LESTE SA
ADVOGADO : FERNANDA FONTES FEIJO
IMPDO: : PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR DA AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES ANATEL
VARA : 21ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010300-8 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : MORADA INVESTIMENTOS SA E OUTROS
ADVOGADO : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES
IMPDO: : SECRETARIO DA RECEITA PREVIDENCIARIA
VARA : 21ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010312-8 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 9200-MEDIDA CAUTELAR INOMINADA
REQTE: : BUAIZ S/A INDUSTRIA E COMERCIO
ADVOGADO : MARCUS VINICIUS SOUZA MAMEDE
REQDO: : UNIAO FEDERAL
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010313-1 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : CTIS TECNOLOGIA S.A
ADVOGADO : HELIO CEZAR A RODRIGUES
IMPDO: : CHEFE DO SERVICO DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO DA PREVIDENCIA NO DISTRITO FEDERAL
VARA : 14ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010315-9 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 7300-AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ADVOGADO : RAQUEL BRANQUINHO P MAMEDE NASCIMENTO
REQDO: : CARLOS JOSE MARTINS DA COSTA
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010353-2 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : ANDREIA MILIAN SILVEIRA SAMPAIO
ADVOGADO : JUAREZ AYRES DE ALENCAR
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 13ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010355-0 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : DENIS ALEXANDRE CORREA ALVES
ADVOGADO : AURECI DA COSTA NUNES
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 14ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010358-0 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : FERNANDO ANTONIO VALE RODRIGUES E OUTROS
ADVOGADO : FERNANDO ANTONIO VALE RODRIGUES
IMPDO: : VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITORIOS
VARA : 1ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010358-0 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : FERNANDO ANTONIO VALE RODRIGUES E OUTROS
ADVOGADO : FERNANDO ANTONIO VALE RODRIGUES
IMPDO: : VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITORIOS
VARA : 1ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010360-4 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : OSCAR BARBOSA DE MELO NETO
ADVOGADO : CARLA BUENO BARBOSA
IMPDO: : DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONAUTICA DEPENS
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010361-8 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : KARINA LEMOS ALVIM LAGO
ADVOGADO : ROBERTO OLIVEIRA COIMBRA
IMPDO: : DIRETOR DE GESTAO DE PESSOAL DO DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010401-3 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO GRANDE
ADVOGADO : OSCAR CORNELSEN NETO
IMPDO: : COORDENADOR GERAL DE CONVENIOS DO MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
VARA : 17ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010405-8 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : PRISCILLA DE ALMEIDA ANTUNES E OUTROS
ADVOGADO : RENATO ANDRADE DE SOUZA
IMPDO: : DELEGADO DA POLICIA FEDERAL CHEFE DA DELEPAT/DRCOR/DR/DPF/DF
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010406-1 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : COOPERATIVA MISTA DE CONSUMO E PRESTACAO DE SERVICOS EM TRANSPORTE - COOPERTRAN
ADVOGADO : DANIELLE LORENCINI G. RANGEL
IMPDO: : PREGOEIRO DA AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA - ANEEL
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010407-5 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : CICERO DIEGO ROMUALDO CARNEIRO
ADVOGADO : AUCELI ROSA DE OLIVEIRA
IMPDO: : PRESIDENTE DA COMISSAO DE ESTAGIO E EXAME DE ORDEM DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCIONAL DO DF
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010408-9 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : OSVALDO DA SILVA MENDES
ADVOGADO : AUCELI ROSA DE OLIVEIRA
IMPDO: : PRESIDENTE DA COMISSAO DE ESTAGIO E EXAME DE ORDEM DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCIONAL DO DF
VARA : 4ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010409-2 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : HELIANE DE OLIVEIRA LUDOVINO
ADVOGADO : AUCELI ROSA DE OLIVEIRA
IMPDO: : PRESIDENTE DA COMISSAO DE ESTAGIO E EXAME DE ORDEM DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCIONAL DO DF
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010409-2 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : HELIANE DE OLIVEIRA LUDOVINO
ADVOGADO : AUCELI ROSA DE OLIVEIRA
IMPDO: : PRESIDENTE DA COMISSAO DE ESTAGIO E EXAME DE ORDEM DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCIONAL DO DF
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010410-2 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : CARLOS ESTEVAO TAFFNER
IMPDO: : PRESIDENTE DA COMISSAO DE ESTAGIO E EXAME DE ORDEM DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCIONAL DO DF
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010411-6 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : MANUELLA FREIRE RIBEIRO
ADVOGADO : AUCELI ROSA DE OLIVEIRA
IMPDO: : PRESIDENTE DA COMISSAO DE ESTAGIO E EXAME DE ORDEM DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCIONAL DO DF
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.006117-9 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 4100-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : LARA MARIA SEQUEIRA DE PAULA E OUTROS
ADVOGADO : PEDRO ARRUDA DA SILVA
EXCDO: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.006118-2 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 4100-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : MAINLINE MOVEIS SA INDUSTRIA E COMERCIO
ADVOGADO : JOSE DANIEL BRAGA DA FONSECA
EXCDO: : UNIAO FEDERAL
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.006119-6 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 4100-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : CIRO ANTONIO DE PADUA
ADVOGADO : AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
EXCDO: : UNIAO FEDERAL
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.006120-6 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 4100-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : PATRICIA DE FATIMA MINHARRO PRADO E OUTROS
ADVOGADO : IVO EVANGELISTA DE AVILA
EXCDO: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.006121-0 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 4100-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : MARIA CELY CORREA PARRONCHI E OUTROS
ADVOGADO : GLADSTOM DE LIMA DONOLA
EXCDO: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
VARA : 15ª VARA FEDERAL

I-DISTRIBUICAO
2)POR DEPENDENCIA

PROCESSO : 2007.34.00.006121-0 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 4100-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : MARIA CELY CORREA PARRONCHI E OUTROS
ADVOGADO : GLADSTOM DE LIMA DONOLA
EXCDO: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.006122-3 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 4100-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : ELOY GOMES E OUTROS
ADVOGADO : IVO EVANGELISTA DE AVILA
EXCDO: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.006123-7 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 4100-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS AUTARQUICOS NOS ENTES DE FORMULACAOPROMOCAO E FISCALI
ADVOGADO : ANTONIO CARLOS FANTINO DA SILVA
EXCDO: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.006486-0 PROT.:02/03/2007
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : NOVA AMAZONAS INDUSTRIA COMERCIO E IMPORTACAO DE ALIMENTOS LTDA
ADVOGADO : ELVIS DEL BARCO CAMARGO
REU: : CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETROBRAS E OUTROS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.006897-3 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 10100-IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA
REQTE: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVOGADO : TICIANA LOPES PONTES
REQDO: : FIANCA EMPRESA DE SEGURANCA LTDA
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.006997-5 PROT.:07/03/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : BEATRIZ EMILIA DE MARIZ DANTAS E OUTROS
ADVOGADO : REGINALDO VAZ DE ALMEIDA
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 14ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008506-1 PROT.:19/03/2007
CLASSE : 13101-AÇÃO PENAL PÚBLICA / PROCESSO COMUM / JUIZ SINGULAR
AUTOR: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ADVOGADO : LUIZ FERNANDO B VIANA
REU: : JOSE DALMO MACHADO
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008880-7 PROT.:21/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : FRANCISCA RODRIGUES NOGUEIRA FORTES
EMBDO: : JOSE ROBERTO DE ARAUJO E OUTROS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009129-1 PROT.:23/03/2007
CLASSE : 1701-AÇÃO ORDINÁRIA / SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO (SFH)
AUTOR: : JOAO ALBERTO TEIXEIRA MENDES E OUTROS
ADVOGADO : WILSON CESAR RASCOVIR
REU: : EMPRESA GESTORA DE ATIVOS- EMGEA
VARA : 14ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009575-8 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : ASSOCIACAO BRASILEIRA DE EXPORTADORES DE CITRICOS ABECITRUS
ADVOGADO : FERNANDO DE OLIVEIRA MARQUES
IMPDO: : PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009670-1 PROT.:09/03/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : ANDERSON NORCIO SCOTT
ADVOGADO : PAULO VIDAL
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009753-9 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : COMBUSFORTE DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA
ADVOGADO : VERA CARLA NELSON CRUZ SILVEIRA
REU: : AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS ANP
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010396-4 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 9200-MEDIDA CAUTELAR INOMINADA
REQTE: : HIDROMECANICA RETEMA LTDA
ADVOGADO : MAURICIO DE FREITAS CARNEIRO
REQDO: : COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E PARNAIBA-CODEVASF
VARA : 22ª VARA FEDERAL

II-REDISTRIBUICAO
1)AUTOMÁTICA

PROCESSO : 2007.34.00.010373-8 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : ADILSON PEREIRA DE SOUZA
ADVOGADO : MAYRAM AZEVEDO BATISTA DA ROCHA
IMPDO: : REITOR DA UNIVERSIDADE DE BRASILIA UNB
VARA : 14ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010391-6 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : RENATA CRISTINA AMORIM SILVEIRA VERDUC
ADVOGADO : MARIA THEREZA VIEIRA DE SIQUEIRA
IMPDO: : SECRETARIO EXECUTIVO DO MINISTERIO DA SAUDE
VARA : 21ª VARA FEDERAL

III-NÃO HOUVE IMPUGNAÇÃO

IV-DEMONSTRATIVO

DISTRIBUIDOS AUTOMATICAMENTE	:	122
DISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA	:	17
DISTRIBUIDOS MANUALMENTE	:	0
REDISTRIBUIDOS AUTOMATICAMENTE	:	2
REDISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA	:	0
REDISTRIBUIDOS MANUALMENTE	:	0
TOTAL DOS PROCESSOS	:	141

PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO ESPECIAL (JEF)
I-DISTRIBUICAO
3)MANUAL

PROCESSO : 2007.34.00.700717-1 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 51100-CÍVEL / TRIBUTÁRIO / JEF
AUTOR: : JOAO BATISTA DA SILVA
REU: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 23ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.700718-5 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 51100-CÍVEL / TRIBUTÁRIO / JEF
AUTOR: : EMILIA CIRQUEIRA DE OLIVEIRA DOS SANTOS
REU: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 23ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.700719-9 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 51100-CÍVEL / TRIBUTÁRIO / JEF
AUTOR: : TERESINHA FIGUEREDO DA COSTA MENDES
REU: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 23ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.700920-2 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 51100-CÍVEL / TRIBUTÁRIO / JEF
AUTOR: : MARIA DO PERPETUO SOCORRO ROCHA
REU: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 23ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.700921-6 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 51100-CÍVEL / TRIBUTÁRIO / JEF
AUTOR: : MARIA APARECIDA DA SILVA
REU: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 23ª VARA FEDERAL

III-NÃO HOUVE IMPUGNAÇÃO
IV-DEMONSTRATIVO

DISTRIBUIDOS AUTOMATICAMENTE	:	0
DISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA	:	0
DISTRIBUIDOS MANUALMENTE	:	5
REDISTRIBUIDOS AUTOMATICAMENTE	:	0
REDISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA	:	0
REDISTRIBUIDOS MANUALMENTE	:	0
TOTAL DOS PROCESSOS	:	5

ATA DE DISTRIBUICAO REALIZADA EM 3 DE ABRIL DE 2007

PROCESSOS EM TRAMITACAO COMUM

I-DISTRIBUICAO
1)AUTOMÁTICA

PROCESSO : 2007.34.00.004063-4 PROT.:06/02/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : SINDICATO NACIONAL DOS SERV FED AUT NOS ENTES DE FORM PROM E FISC DA POL DA MOEDA E DO CREDITO SINAL
ADVOGADO : VERA MIRNA SCHMORANTZ
REU: : BANCO CENTRAL DO BRASIL
VARA : 9ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007035-6 PROT.:08/03/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVICO PUBLICO FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E OUTROS
ADVOGADO : JOSE JULIO MACEDO DE QUEIROZ
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 21ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007209-6 PROT.:09/03/2007
CLASSE : 1600-AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : RODRIGO BRUNO BEZERRA PEREIRA
REU: : ELESBAO CUPERTINO TEIXEIRA E OUTROS
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007220-9 PROT.:09/03/2007
CLASSE : 1701-AÇÃO ORDINÁRIA / SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO (SFH)
AUTOR: : HILDEBER GOMES DE CASTRO
ADVOGADO : JOSE OSCAR DA SILVA
REU: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
VARA : 17ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007627-1 PROT.:12/03/2007
CLASSE : 1600-AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS
AUTOR: : MOURANISE PINTO DE CARVALHO
ADVOGADO : FILADELFO PAULINO DA SILVA
REU: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007854-2 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : MUNICIPIO DE COARI AM
REQDO: : UNIAO FEDERAL
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007857-3 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : GILBERTO BRITO ALVES
REQDO: : UNIAO FEDERAL E OUTROS
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007857-3 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : GILBERTO BRITO ALVES
REQDO: : UNIAO FEDERAL E OUTROS
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008080-2 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : AGAPITO MACHADO JUNIOR
REQDO: : UNIAO FEDERAL E OUTROS
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008086-4 PROT.:15/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : ESTADO DE SERGIPE
REQDO: : G. BARBOSA COMERCIAL LTDA
VARA : 17ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008513-3 PROT.:19/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : PLASTIVALE - COM IND DE PLASTICOS VALE DO PARAIBA LTDA
REQDO: : LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S/A
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008520-5 PROT.:19/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : RANULFO TEIXEIRA DE ARAUJO
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008613-5 PROT.:19/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : CINTHIA PEREIRA
ADVOGADO : TATIANA MELO ARAGAO BIANCHINI
REU: : SASSE - COMPANHIA BRASILEIRA DE SEGUROS GERAIS S/A E OUTROS
VARA : 9ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008634-4 PROT.:20/03/2007
CLASSE : 15606-PEDIDO DE ARQUIVAMENTO EM REPRESENTAÇÃO CRIMINAL
REPTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ADVOGADO : JOSE DIOGENES TEIXEIRA
REPDO: : EM APURACAO
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008665-6 PROT.:20/03/2007
CLASSE : 15601-INQUÉRITO POLICIAL
REQTE: : JUSTICA PUBLICA
REQDO: : MARISTELA ARAUJO MEDEIROS
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008667-3 PROT.:20/03/2007
CLASSE : 15601-INQUÉRITO POLICIAL
REQTE: : JUSTICA PUBLICA
REQDO: : EM APURACAO
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008667-3 PROT.:20/03/2007
CLASSE : 15601-INQUÉRITO POLICIAL
REQTE: : JUSTICA PUBLICA
REQDO: : EM APURACAO
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008668-7 PROT.:20/03/2007
CLASSE : 15601-INQUÉRITO POLICIAL
REQTE: : JUSTICA PUBLICA
REQDO: : EM APURACAO
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008669-0 PROT.:20/03/2007
CLASSE : 15601-INQUÉRITO POLICIAL
REQTE: : JUSTICA PUBLICA
REQDO: : EM APURACAO
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008670-0 PROT.:20/03/2007
CLASSE : 15601-INQUÉRITO POLICIAL
REQTE: : JUSTICA PUBLICA
REQDO: : JOSE NILSON BURIL PEREIRA
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008671-4 PROT.:20/03/2007
CLASSE : 15601-INQUÉRITO POLICIAL
REQTE: : JUSTICA PUBLICA
REQDO: : EM APURACAO
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008672-8 PROT.:20/03/2007
CLASSE : 15601-INQUÉRITO POLICIAL
REQTE: : JUSTICA PUBLICA
REQDO: : EM APURACAO
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008673-1 PROT.:20/03/2007
CLASSE : 15601-INQUÉRITO POLICIAL
REQTE: : JUSTICA PUBLICA
REQDO: : SIGILOSO
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008674-5 PROT.:20/03/2007
CLASSE : 15601-INQUÉRITO POLICIAL
REQTE: : JUSTICA PUBLICA
REQDO: : EM APURACAO
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008674-5 PROT.:20/03/2007
CLASSE : 15601-INQUÉRITO POLICIAL
REQTE: : JUSTICA PUBLICA
REQDO: : EM APURACAO
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008675-9 PROT.:20/03/2007
CLASSE : 15601-INQUÉRITO POLICIAL
REQTE: : JUSTICA PUBLICA
REQDO: : EM APURACAO
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008676-2 PROT.:20/03/2007
CLASSE : 15601-INQUÉRITO POLICIAL
REQTE: : JUSTICA PUBLICA
REQDO: : EM APURACAO
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008677-6 PROT.:20/03/2007
CLASSE : 15601-INQUÉRITO POLICIAL
REQTE: : JUSTICA PUBLICA
REQDO: : EM APURACAO
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008859-1 PROT.:21/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : TUDO MAIS FACIL VESTUARIO E SERVICOS LTDA
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA INCRA E OUTROS
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008860-1 PROT.:21/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : IVANDA MARIA DA SILVA
REQDO: : UNIAO FEDERAL E OUTROS
VARA : 1ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008905-5 PROT.:21/03/2007
CLASSE : 15601-INQUÉRITO POLICIAL
REQTE: : JUSTICA PUBLICA
REQDO: : EM APURACAO
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008983-0 PROT.:22/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : TRANSGANSO COMERCIO E TRANSPORTE LTDA
REQDO: : AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO ANP
VARA : 21ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008991-5 PROT.:22/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : DULCE ELEONORA DE OLIVEIRA PIMENTA
REQDO: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL E OUTROS
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008991-5 PROT.:22/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : DULCE ELEONORA DE OLIVEIRA PIMENTA
REQDO: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL E OUTROS
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008992-9 PROT.:22/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : JOSEFA ELIANE MATOS DE ARAUJO
REQDO: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL E OUTROS
VARA : 3ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009092-3 PROT.:23/03/2007
CLASSE : 6103-CARTA PRECATÓRIA / FISCAL
REQTE: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
REQDO: : EMBRASCON EMPRESA BRASILEIRA DE CONSTRUCAO LTDA E OUTROS
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009376-8 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 6103-CARTA PRECATÓRIA / FISCAL
REQTE: : PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SAO PAULO
REQDO: : AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES ANATEL
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009389-1 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 6103-CARTA PRECATÓRIA / FISCAL
REQTE: : PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SAO PAULO
REQDO: : AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES ANATEL
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009391-5 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 6103-CARTA PRECATÓRIA / FISCAL
REQTE: : PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SAO PAULO
REQDO: : AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES ANATEL
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009393-2 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 6103-CARTA PRECATÓRIA / FISCAL
REQTE: : PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SAO PAULO
REQDO: : AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES ANATEL
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009394-6 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 6103-CARTA PRECATÓRIA / FISCAL
REQTE: : CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DE SAO PAULO
REQDO: : MARIA DE FATIMA MARINHO DE SOUZA
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009394-6 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 6103-CARTA PRECATÓRIA / FISCAL
REQTE: : CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DE SAO PAULO
REQDO: : MARIA DE FATIMA MARINHO DE SOUZA
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009489-3 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : PRONAL PRODUTOS NACIONAS MADEIRAS E PLASTICOS LTDA
ADVOGADO : DENISE BRAGA TORRES
IMPDO: : DELEGADO DA RECEITA FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009645-1 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : BENEDITO MIRANDA
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 1ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009648-2 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : ALMERINDA VIEIRA ROSA PINTO
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 9ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009651-0 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : ANTONIA ALVES DE MORAIS
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009652-3 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : MARIA JESUS DA COSTA
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009726-1 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : PIO SANTANA DA SILVA
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009847-2 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : PAULO ERNANI SATYRO DE SA RIBEIRO
ADVOGADO : RICARDO ALEXANDRE RODRIGUES PERES
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009848-6 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : BENEVIDES PREFEITURA
ADVOGADO : SYLVIO CADEMARTORI NETO
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 9ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009848-6 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : BENEVIDES PREFEITURA
ADVOGADO : SYLVIO CADEMARTORI NETO
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 9ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009886-0 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : ARG LTDA
ADVOGADO : TATHIANE VIEIRA VIGGIANO FERNANDES
REU: : DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES -DNIT
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009899-3 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : ASSOCIACAO DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
ADVOGADO : IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 17ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009901-1 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : ELIZABETH PEREIRA DE OLIVEIRA
RÉU: : PAULO SALDANHA MARTINS
VARA : 4ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009905-6 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : RAMON DANTAS MANHAES SOARES
RÉU: : MARGARETH DOROFTEI TORLIG
VARA : 3ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009907-3 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : ELIZABETH PEREIRA DE OLIVEIRA
RÉU: : TERESA FERREIRA DE MORAES E OUTROS
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009908-7 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : EVERARDO DA SILVA AMARAL
RÉU: : LEUZINHA PEREIRA FLOR
VARA : 9ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009909-0 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : ELIZABETH PEREIRA DE OLIVEIRA
RÉU: : ROSANIA LOBATO FRANCA E OUTROS
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009909-0 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : ELIZABETH PEREIRA DE OLIVEIRA
RÉU: : ROSANIA LOBATO FRANCA E OUTROS
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009910-0 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : ELIZABETH PEREIRA DE OLIVEIRA
RÉU: : MARIVALDO VICENTE SANTANA
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009911-4 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : EVERARDO DA SILVA AMARAL
RÉU: : MARIA GILDETE DE CARVALHO LIMA
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009912-8 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : RAMON DANTAS MANHAES SOARES
RÉU: : MARCELO DIAS FERREIRA
VARA : 6ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009913-1 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : EVERARDO DA SILVA AMARAL
RÉU: : EMPRESA CINEMATOGRAFICA ALVORADA LTDA ME E OUTROS
VARA : 4ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009914-5 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : ELIZABETH PEREIRA DE OLIVEIRA
RÉU: : PLANEJAMENTO E AJARDINAMENTO UNIVERSAL LTDA
VARA : 3ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009929-6 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : ELIZABETH PEREIRA DE OLIVEIRA
RÉU: : VANDERLUCIA TOSCANO DO MONTE
VARA : 13ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009935-4 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : ELIZABETH PEREIRA DE OLIVEIRA
RÉU: : SERGIO BOAVENTURA GONCALVES
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009936-8 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : JOSE DE RIBAMAR CAMPOS ROCHA
REU: : ADELAIDE DANTAS DE O RIBEIRO
VARA : 17ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009936-8 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : JOSE DE RIBAMAR CAMPOS ROCHA
REU: : ADELAIDE DANTAS DE O RIBEIRO
VARA : 17ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009938-5 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : JOSE DE RIBAMAR CAMPOS ROCHA
REU: : RICARDO BAQUIL
VARA : 1ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009943-0 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : JOSE DE RIBAMAR CAMPOS ROCHA
REU: : SYLVIA REGINA DE OLIVEIRA
VARA : 13ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009949-1 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : JOSE DE RIBAMAR CAMPOS ROCHA
RÉU: : ANTONIO ALBERTO DA SILVEIRA
VARA : 6ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009950-1 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : JOSE DE RIBAMAR CAMPOS ROCHA
RÉU: : REGINALDO NASCIMENTO
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009954-6 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : JOSE DE RIBAMAR CAMPOS ROCHA
RÉU: : MARIA ANGELICA REIS DE VILHENA
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009956-3 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : JOSE DE RIBAMAR CAMPOS ROCHA
RÉU: : ANTONIO JOSE ROCHA
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010036-2 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : SALTO DA DIVISA PREFEITURA MUNICIPAL
ADVOGADO : JOAO BATISTA DE ALMEIDA
REU: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010036-2 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : SALTO DA DIVISA PREFEITURA MUNICIPAL
ADVOGADO : JOAO BATISTA DE ALMEIDA
REU: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010044-8 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO
ADVOGADO : BRUNO GUSTAVO FREITAS ADRY
REU: : UNIAO FEDERAL E OUTROS
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010129-2 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : ANDIARA SIDONIO VILASBOAS
REU: : JOSE SEVERINO MONTEIRO
VARA : 3ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010150-8 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : WYETH INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA
ADVOGADO : RUY JANONI DOURADO
REU: : AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - ANVISA
VARA : 17ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010152-5 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 9200-MEDIDA CAUTELAR INOMINADA
REQTE: : RANIELLE NOLETO PAZ
ADVOGADO : LUIZ FERNANDO DE LIMA
REQDO: : UNIVERSIDADE DE BRASILIA UNB
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010182-3 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : CARLOS ANTONIO DE FREITAS
ADVOGADO : CARLOS ANTONIO DE FREITAS
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 21ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010349-1 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 3300-EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS
EXQTE: : CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 1A REGIAO
ADVOGADO : RENATO SOARES PERES FERREIRA
EXCDO: : JANE FELIPE V VIANNA
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010354-6 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : MOVILEX MOVEIS LTDA
ADVOGADO : ALEXANDRE AMARAL DE LIMA LEAL
IMPDO: : DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DE BRASILIA-DF
VARA : 14ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010377-2 PROT.:14/02/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : NALICE PIRES DO NASCIMENTO CORREA
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010377-2 PROT.:14/02/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : NALICE PIRES DO NASCIMENTO CORREA
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010378-6 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : CARLOS ALEIXO DE BARROS E OUTROS
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010379-0 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : CARLOS ALEIXO DE BARROS E OUTROS
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010381-3 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : DANIELA CRISTINA GOMES DOS SANTOS
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010442-8 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 7100-AÇÃO CIVIL PÚBLICA
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ADVOGADO : FRANCISCO GUILHERME VOLLSTEDT BASTOS
REQDO: : UNIAO FEDERAL E OUTROS
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010443-1 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 7300-AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ADVOGADO : ROMULO MOREIRA CONRADO
REQDO: : JOAO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUSA E OUTROS
VARA : 6ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010445-9 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 15606-PEDIDO DE ARQUIVAMENTO EM REPRESENTAÇÃO CRIMINAL
REPTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ADVOGADO : JOSE ROBALINHO CAVALCANTI
REPDO: : EM APURACAO
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010446-2 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : JOSE MANOEL
ADVOGADO : FERNANDO JOSE DOS PASSOS
IMPDO: : COORDENADORA GERAL DE RECURSOS HUMANOS DO DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL
VARA : 14ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010446-2 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : JOSE MANOEL
ADVOGADO : FERNANDO JOSE DOS PASSOS
IMPDO: : COORDENADORA GERAL DE RECURSOS HUMANOS DO DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL
VARA : 14ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010449-3 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : THARSO BERVANGER DE OLIVEIRA
ADVOGADO : ANDRE LUIZ DE AGUIAR VIEIRA
IMPDO: : DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONAUTICA DEPENS
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010452-0 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : SAB COMPANY COMERCIO INTERNACIONAL S/A
ADVOGADO : ANA PAULA DL MACHADO
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010458-2 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : PREFEITURA MUNICIPAL DE VALPARAISO DE GOIAS
ADVOGADO : ALEXANDRE IUNES MACHADO
IMPDO: : TECNICO AMBIENTAL AGENTE DE FISCALIZACAO DO IBAMA
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010459-6 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : CARLOS AUGUSTO DE JESUS RABELO
ADVOGADO : GEOVANA SCATOLINO SILVA
IMPDO: : CHEFE DA DELEGACIA DE CONTROLE DE SEGURANCA PRIVADA DA SUP REGIONAL DO DISTRITO REGIONAL DO DPF
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010461-0 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : ITABIRA AGRO INDUSTRIAL SA
ADVOGADO : ANA MARIA GFLAQUER SCARTEZZINI
IMPDO: : DIRETORA DO DPDE DA SECRETARIA DE DIREITO ECONOMICO SDE
VARA : 6ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010481-5 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : NEWTON MARCOS GALACHE
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010509-4 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : SIBILA DA COSTA MACHADO
ADVOGADO : JULIO CLIMACO DE VASCONCELOS JUNIOR
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010510-4 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : VIACAO CANINDE LTDA
ADVOGADO : JULIO CLIMACO DE VASCONCELOS JUNIOR
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010510-4 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : VIACAO CANINDE LTDA
ADVOGADO : JULIO CLIMACO DE VASCONCELOS JUNIOR
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010515-2 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : HALEXISTAR INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA
ADVOGADO : NELSON ALBINO NETO
IMPDO: : DIRETOR PRESIDENTE DA DIRETORIA COLEGIADA DA AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA ANVISA
VARA : 17ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010516-6 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : ARNALDO VERZOLLA E OUTROS
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010517-0 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : ANTONINO ROCHA BARROS
ADVOGADO : GERALDO MARCONE PEREIRA
IMPDO: : DELEGADO DA RECEITA FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010531-3 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : MINERVINA ROSA DE SOUSA
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010535-8 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : FRANCISCO ARINOS COSTA SILVA
ADVOGADO : MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO
IMPDO: : COORDENADOR GERAL DE ADMINISTRACAO DE R.H. DO MIN DA AGRICULTURA PECUARIA E ABASTECIMENTO E OUTROS
VARA : 4ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010566-0 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : MONTANHA SOLUCOES CORPORATIVAS LTDA
ADVOGADO : PAULO MARCELO DE CARVALHO
IMPDO: : PREGOEIRO DO MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.002999-9 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : ANFIP ASSOCIACAO NACIONAL DOS FISCAIS DE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS E OUTROS
ADVOGADO : FRANCISCO GOMES NETO
EXCDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 5ª VARA FEDERAL
I-DISTRIBUICAO
2)POR DEPENDENCIA

PROCESSO : 2007.34.00.002999-9 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : ANFIP ASSOCIACAO NACIONAL DOS FISCAIS DE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS E OUTROS
ADVOGADO : FRANCISCO GOMES NETO
EXCDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.003000-6 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : ANFIP ASSOCIACAO NACIONAL DOS FISCAIS DE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS E OUTROS
ADVOGADO : FRANCISCO GOMES NETO
EXCDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.003001-0 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : ANFIP ASSOCIACAO NACIONAL DOS FISCAIS DE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS E OUTROS
ADVOGADO : FRANCISCO GOMES NETO
EXCDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.003002-3 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : ANFIP ASSOCIACAO NACIONAL DOS FISCAIS DE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS E OUTROS
ADVOGADO : FRANCISCO GOMES NETO
EXCDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.003003-7 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : ANFIP ASSOCIACAO NACIONAL DOS FISCAIS DE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS E OUTROS
ADVOGADO : FRANCISCO GOMES NETO
EXCDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.003004-0 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : ANFIP ASSOCIACAO NACIONAL DOS FISCAIS DE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS E OUTROS
ADVOGADO : FRANCISCO GOMES NETO
EXCDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.003005-4 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : ANFIP ASSOCIACAO NACIONAL DOS FISCAIS DE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS E OUTROS
ADVOGADO : FRANCISCO GOMES NETO
EXCDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.003006-8 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : ANFIP ASSOCIACAO NACIONAL DOS FISCAIS DE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS E OUTROS
ADVOGADO : FRANCISCO GOMES NETO
EXCDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.003051-3 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : AIRTON BUENO JUNIOR E OUTROS
ADVOGADO : CLAUDINEI JOSE FIORI TEIXEIRA
EXCDO: : UNIAO FEDERAL
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.003297-0 PROT.:31/01/2007
CLASSE : 1702-AÇÃO ORDINÁRIA / SISTEMA HIPOTECÁRIO
AUTOR: : VANDA MENDONCA LEITE E OUTROS
ADVOGADO : MELQUIADES MONTELO FERREIRA
REU: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.006047-5 PROT.:28/02/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : MARIA DA CONCEICAO LEAL DE SOUZA VASCONCELOS
ADVOGADO : RENATO BORGES BARROS
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.006124-0 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 10100-IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA
REQTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : RENATA CAL SIROTHEAU CORREA
REQDO: : ASSOCIACAO FLUMINENSE DE EDUCACAO
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.006125-4 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 4100-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : IGARAS PAPEIS E EMBALAGENS SA
ADVOGADO : PAULO JOSE LEITE FARIAS
EXCDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007273-3 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 15301-INCIDENTE DE RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS
IMPTE: : GLODIMAR MENDES DE OLIVEIRA
ADVOGADO : KATIA B MAGALDI NETTO PARRILHA
IMPDO: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008493-3 PROT.:19/03/2007
CLASSE : 13101-AÇÃO PENAL PÚBLICA / PROCESSO COMUM / JUIZ SINGULAR
AUTOR: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ADVOGADO : GUSTAVO PESSANHA VELLOSO
REU: : JOAO BOSCO AMARO DA SILVA E OUTROS
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008494-7 PROT.:19/03/2007
CLASSE : 13101-AÇÃO PENAL PÚBLICA / PROCESSO COMUM / JUIZ SINGULAR
AUTOR: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ADVOGADO : JOSE ROBALINHO CAVALCANTI
REU: : JOSE LOURENCO CLEMENTE
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008494-7 PROT.:19/03/2007
CLASSE : 13101-AÇÃO PENAL PÚBLICA / PROCESSO COMUM / JUIZ SINGULAR
AUTOR: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ADVOGADO : JOSE ROBALINHO CAVALCANTI
REU: : JOSE LOURENCO CLEMENTE
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008496-4 PROT.:19/03/2007
CLASSE : 13101-AÇÃO PENAL PÚBLICA / PROCESSO COMUM / JUIZ SINGULAR
AUTOR: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ADVOGADO : JOSE DIOGENES TEIXEIRA
REU: : SEBASTIAO APARECIDO DE SOUZA
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008505-8 PROT.:19/03/2007
CLASSE : 13101-AÇÃO PENAL PÚBLICA / PROCESSO COMUM / JUIZ SINGULAR
AUTOR: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ADVOGADO : VALTAN TIMBO MARTINS MENDES FURTADO
REU: : ROMILDO DE JESUS ALVES DO NASCIMENTO
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008942-5 PROT.:21/03/2007
CLASSE : 13101-AÇÃO PENAL PÚBLICA / PROCESSO COMUM / JUIZ SINGULAR
AUTOR: : MINISTERIO PUBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERITORIOS E OUTROS
ADVOGADO : SERGIO BRUNO CABRAL FERNANDES
REU: : ARNALDO BERNARDINO ALVES
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008944-2 PROT.:21/03/2007
CLASSE : 13101-AÇÃO PENAL PÚBLICA / PROCESSO COMUM / JUIZ SINGULAR
AUTOR: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ADVOGADO : LUCIANA MARCELINO MARTINS
REU: : CARLOS MAGNO OLIVEIRA DA CRUZ E OUTROS
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008946-0 PROT.:21/03/2007
CLASSE : 13101-AÇÃO PENAL PÚBLICA / PROCESSO COMUM / JUIZ SINGULAR
AUTOR: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ADVOGADO : GUSTAVO PESSANHA VELLOSO
REU: : ALESSANDRA DE LIMA CALDEIRA SOUZA
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008948-7 PROT.:21/03/2007
CLASSE : 13101-AÇÃO PENAL PÚBLICA / PROCESSO COMUM / JUIZ SINGULAR
AUTOR: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ADVOGADO : VINICIUS FERNANDO ALVES FERMINO
REU: : DANIEL SOUZA DE CARVALHO
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.061124-0 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 10100-IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA
REQTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : RENATA CAL SIROTHEAU CORREA
REQDO: : ASSOCIACAO FLUMINENSE DE EDUCACAO
VARA : 15ª VARA FEDERAL

I-DISTRIBUICAO
3)MANUAL

PROCESSO : 2007.34.00.010451-7 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 15601-INQUÉRITO POLICIAL
REQTE: : JUSTICA PUBLICA
REQDO: : MARIA BERNADETTE DE MOURA
VARA : 10ª VARA FEDERAL

II-REDISTRIBUICAO
1)AUTOMÁTICA

PROCESSO : 2007.34.00.004055-9 PROT.:06/02/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : FRANCISCO GUSTAVO LOIOLA E OUTROS
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008871-8 PROT.:21/03/2007
CLASSE : 15601-INQUÉRITO POLICIAL
REQTE: : JUSTICA PUBLICA
REQDO: : EM APURACAO
VARA : 10ª VARA FEDERAL

III-NÃO HOUVE IMPUGNAÇÃO

IV-DEMONSTRATIVO

DISTRIBUIDOS AUTOMATICAMENTE	:	96
DISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA	:	23
DISTRIBUIDOS MANUALMENTE	:	1
REDISTRIBUIDOS AUTOMATICAMENTE	:	2
REDISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA	:	0
REDISTRIBUIDOS MANUALMENTE	:	0
TOTAL DOS PROCESSOS	:	122

PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO ESPECIAL (JEF)
I-DISTRIBUICAO
1)AUTOMÁTICA

PROCESSO : 2007.34.00.700827-6 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 71100-RECURSO CONTRA DECISÃO QUE DEFERE OU INDEFERE MEDIDA CAUTELAR CÍVEL
REQTE.: : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO : SIDIO ROSA DE MESQUITA
REQDO.: : DOMINGOS JOSE DOS SANTOS
VARA : 1ª TURMA RECURSAL: RELATOR-2

III-NÃO HOUVE IMPUGNAÇÃO
IV-DEMONSTRATIVO

DISTRIBUIDOS AUTOMATICAMENTE	:	1
DISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA	:	0
DISTRIBUIDOS MANUALMENTE	:	0
REDISTRIBUIDOS AUTOMATICAMENTE	:	0
REDISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA	:	0
REDISTRIBUIDOS MANUALMENTE	:	0
TOTAL DOS PROCESSOS	:	1

ATA DE DISTRIBUICAO REALIZADA EM 9 DE ABRIL DE 2007

PROCESSOS EM TRAMITACAO COMUM

I-DISTRIBUICAO
1)AUTOMÁTICA

PROCESSO : 2006.34.00.033581-4 PROT.:06/11/2006
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : MULTICAP PARTICIPACOES E CONSULTORIA LTDA
ADVOGADO : TANIA REGINA PEREIRA
REU: : CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETROBRAS E OUTROS
VARA : 9ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007094-9 PROT.:08/03/2007
CLASSE : 3100-EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO: : CONSTECHNE OBRAS DE ENGENHARIA LTDA
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009074-5 PROT.:23/03/2007
CLASSE : 6103-CARTA PRECATÓRIA / FISCAL
REQTE: : CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA ARQUITETURA E AGRONOMIA CREAES
REQDO: : NEFI DE SOUZA FREITAS
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009075-9 PROT.:23/03/2007
CLASSE : 6103-CARTA PRECATÓRIA / FISCAL
REQTE: : CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO ESPIRITO SANTO
REQDO: : ANITA APARECIDA MOREIRA SANTOS
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009085-1 PROT.:23/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO ANP
REQDO: : JACURUTU PETROLEO LTDA
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009649-6 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : ROSA MARIANO DE AGUIAR
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 14ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009712-4 PROT.:27/04/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : ASSOCIACAO DOS SERVIDORES FEDERAIS EM TRANSPORTES -ASDNER
ADVOGADO : ANTONIO TORREAO BRAZ FILHO
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009712-4 PROT.:27/04/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : ASSOCIACAO DOS SERVIDORES FEDERAIS EM TRANSPORTES -ASDNER
ADVOGADO : ANTONIO TORREAO BRAZ FILHO
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009713-8 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : ASSOCIACAO DOS SERVIDORES FEDERAIS EM TRANSPORTES -ASDNER
ADVOGADO : ANTONIO TORREAO BRAZ FILHO
REU: : AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT E OUTROS
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009814-3 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS NO DISTRITO FEDERAL SINDSEPDF
ADVOGADO : ULISSES BORGES DE RESENDE
REU: : FUNDACAO VISCONDE DE CABO FRIO
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009845-5 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : DIOGO FERREIRA MENDONCA
ADVOGADO : ANA PAULA GONCALVES DA PAIXAO
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 14ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009846-9 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : ANA PAULA CARNEIRO VIEIRA DE ARAUJO
ADVOGADO : MANOEL COELHO ARRUDA JUNIOR
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009849-0 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : ALANNA CRISTINE NASCIMENTO PAULINO E OUTROS
ADVOGADO : ADIR XAVIER SANTANNA
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009897-6 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : MANOEL FAGUNDES PERES
ADVOGADO : GILBERTO GARCIA GOMES
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 13ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009917-6 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : ELIZABETH PEREIRA DE OLIVEIRA
REU: : ORLANDO INACIO WERLANG
VARA : 4ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009920-3 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : ELIZABETH PEREIRA DE OLIVEIRA
REU: : CARMEN LUCIA SOBREIRA MELO
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009920-3 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : ELIZABETH PEREIRA DE OLIVEIRA
REU: : CARMEN LUCIA SOBREIRA MELO
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009927-9 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : ELIZABETH PEREIRA DE OLIVEIRA
REU: : NELSON BATISTA FERREIRA
VARA : 4ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009937-1 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : JOSE DE RIBAMAR CAMPOS ROCHA
REU: : OTAVIO VASCO DE SOUZA
VARA : 17ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009966-6 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : FATIMA REGINA RODRIGUES E OUTROS
ADVOGADO : IVO EVANGELISTA DE AVILA
REU: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010045-1 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 1209-AÇÃO ORDINÁRIA / PREVIDENCIÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : JOSE BEZERRA NUNES DE SOUZA
ADVOGADO : MARTEVAL ALVES RIBEIRO
REU: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010048-2 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : IRMAOS DAUD ARTEFATOS DE BORRACHA LTDA
ADVOGADO : CLAUDIA SIMONE PRACA PAULA
REU: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010049-6 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : WET COMERCIAL E LOCADORA DE MAO DE OBRA LTDA
ADVOGADO : CLAUDIA SIMONE PRACA PAULA
REU: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010096-9 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : AFREBRAS - ASSOCIACAO DOS FABRICANTES DE REFRIGERANTES DO BRASIL
ADVOGADO : DEJALMA DE CAMPOS
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010096-9 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : AFREBRAS - ASSOCIACAO DOS FABRICANTES DE REFRIGERANTES DO BRASIL
ADVOGADO : DEJALMA DE CAMPOS
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010116-9 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 5121-AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE
AUTOR: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : ANDRE REGEN
RÉU: : VERA LUCIA SILVEIRA DA ROSA
VARA : 3ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010118-6 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 5121-AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE
AUTOR: : UNIAO FEDERAL
RÉU: : FRANCISCO MACHADO DA SILVA
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010119-0 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : VALDENIR ANTONIO FELIZ
REU: : VANDERLEI LUIS SALDANHA
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010125-8 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : GILVANIA NERES ARAUJO
REU: : CARLOS AUGUSTO FERREIRA PINTO
VARA : 1ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010134-7 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : ANA CLARINDA DE SOUZA RIBEIRO
REQDO: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL E OUTROS
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010137-8 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : ASSOCIACAO DOS FUNCIONARIOS DO 5 D DNPM
ADVOGADO : IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR
REU: : DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUCAO MINERAL DNPM
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010154-2 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : REGINA JUNQUEIRA MONTEIRO DE BARROS
ADVOGADO : MARIA GORETI DA SILVA
REU: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010159-0 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : IACI FERREIRA LIMA
ADVOGADO : GEOVANA SCATOLINO SILVA
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010159-0 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : IACI FERREIRA LIMA
ADVOGADO : GEOVANA SCATOLINO SILVA
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010162-8 PROT.:29/04/2007
CLASSE : 1600-AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS
AUTOR: : JAVAHE DE LIMA
ADVOGADO : MARLON TOMAZETTE
REU: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010167-6 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : MARIA DA CONCEICAO CUNHA RIBEIRO
ADVOGADO : ALEXANDRE ROCHA DE CASTRO
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 21ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010191-2 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : WEDSON FERNANDES DE ALMEIDA
ADVOGADO : ROBERTO ABRAO
REU: : CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETROBRAS E OUTROS
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010235-2 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 5190-PETIÇÃO DIVERSA CÍVEL
REQTE: : RITA CARDOSO CORREA DELBONI
ADVOGADO : RITA CARDOSO CORREA DELBONI
REQDO: : AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT E OUTROS
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010259-2 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : ELISMAR SOUSA FREIRE E OUTROS
ADVOGADO : PAULO VIDAL
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 1ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010263-3 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : ALAIR ANTONIO GONCALVES E OUTROS
ADVOGADO : PAULO VIDAL
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010270-5 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : JAIR SILVA E OUTROS
ADVOGADO : PAULO VIDAL
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010270-5 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : JAIR SILVA E OUTROS
ADVOGADO : PAULO VIDAL
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010271-9 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : MARCOS LIMA ROSA E OUTROS
ADVOGADO : PAULO VIDAL
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 6ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010272-2 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : DAMIAO CABRAL DA SILVA
ADVOGADO : ALESSANDRA DAMIAN CAVALCANTI
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 1ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010273-6 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : VIVIANE CHAVES BRITO
ADVOGADO : ALESSANDRA DAMIAN CAVALCANTI
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010274-0 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 5110-AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO
EXPTE: : ESPOLIO DE NELO EGIDIO BALESTRA
ADVOGADO : MIGUEL SOUZA GOMES
EXPDO: : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA INCRA
VARA : 9ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010276-7 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : ACUMULADORES AJAX LTDA
ADVOGADO : RITA DE CASSIA GODOY SILVA
REU: : UNIAO FEDERAL E OUTROS
VARA : 14ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010277-0 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 8100-AÇÃO SUMÁRIA / ACIDENTE DE TRÂNSITO
AUTOR: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : VALDENIR ANTONIO FELIZ
REU: : JUNIOR RODRIGUES SOARES
VARA : 1ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010279-8 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 1201-AÇÃO ORDINÁRIA / PREVIDENCIÁRIA / CONCESSÃO DE BENEFÍCIO
AUTOR: : ANIBAL DA SILVA
ADVOGADO : LAIRSON RODRIGUES BUENO
REU: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010280-8 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : GERALDO GURGEL DE MESQUITA JUNIOR
ADVOGADO : CLAUDINEI JOSE FIORI TEIXEIRA
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010280-8 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : GERALDO GURGEL DE MESQUITA JUNIOR
ADVOGADO : CLAUDINEI JOSE FIORI TEIXEIRA
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010281-1 PROT.:30/04/2007
CLASSE : 1701-AÇÃO ORDINÁRIA / SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO (SFH)
AUTOR: : JOSE DE JESUS SANTOS E OUTROS
ADVOGADO : SEBASTIAO MORAES DA CUNHA
REU: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010291-4 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : EVERARDO DA SILVA AMARAL
REU: : SEVERINO AMERICO DA SILVA
VARA : 9ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010295-9 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 5121-AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE
AUTOR: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : ANDRE REGEN
RÉU: : JOAO NUNES VIEIRA
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010296-2 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 5121-AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE
AUTOR: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : ANDRE REGEN
RÉU: : FRANCISCO DE PAIVA GOMES
VARA : 13ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010297-6 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 5121-AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE
AUTOR: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : ANDRE REGEN
RÉU: : NORIVAL DE OLIVEIRA CARRIJO
VARA : 4ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010298-0 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 5121-AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE
AUTOR: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : ANDRE REGEN
RÉU: : MARIA DA FONSECA
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010299-3 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 5121-AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE
AUTOR: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : ANDRE REGEN
RÉU: : HELENA ALVES DA COSTA
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010299-3 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 5121-AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE
AUTOR: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : ANDRE REGEN
RÉU: : HELENA ALVES DA COSTA
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010314-5 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 5209-ALVARÁ E OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA
REQTE: : FABIANO DE FIGUEIREDO FALCAO
ADVOGADO : VANIA FRAIM DE LIMA
REQDO: : UNIAO FEDERAL
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010320-3 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : SENF PARATI INCORPORACOES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
ADVOGADO : LUCIANE VEICER BARRETO
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 14ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010351-5 PROT.:06/03/2007
CLASSE : 6103-CARTA PRECATÓRIA / FISCAL
REQTE: : UNIAO FEDERAL
REQDO: : HANZENCLEVER LOPES CANCADO
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010352-9 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : JOAQUIM ANTONIO DE FARIA
ADVOGADO : LUIZ FERNANDO ALVES DOS REIS
REU: : CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETROBRAS E OUTROS
VARA : 3ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010356-3 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : CASCOL COMBUSTIVEIS PARA VEICULOS LTDA
ADVOGADO : UBIRATAM GARCIA DE OLIVEIRA JR
REU: : AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO ANP
VARA : 14ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010357-7 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : CONTAGEM DERIVADOS DE PETROLEO LTDA
ADVOGADO : UBIRATAM GARCIA DE OLIVEIRA JR
REU: : AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO ANP
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010363-5 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : JOSE EUGENIO CORREA SOARES
ADVOGADO : MARLUCIO LUSTOSA BONFIM
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010372-4 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 5121-AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE
AUTOR: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : ANDRE REGEN
RÉU: : NILZON SANTOS DA SILVA
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010372-4 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 5121-AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE
AUTOR: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : ANDRE REGEN
RÉU: : NILZON SANTOS DA SILVA
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010374-1 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : JUSTICA PUBLICA
REQDO: : EDMUNDO PAZ BEZERRA
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010376-9 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 1209-AÇÃO ORDINÁRIA / PREVIDENCIÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : CLEUZA LUCIA DA COSTA E SILVA
ADVOGADO : SERGIO MURILLO FREITAS DE PAULA
REU: : RODRIGO DA COSTA PEREIRA
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010393-3 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : VALDENIR ANTONIO FELIZ
REU: : CASA GRANDE COMERCIAL DE BOLSAS LTDA
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010394-7 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : EDSON PEDROSA
ADVOGADO : JOSE BOTELHO FILHO
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 9ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010400-0 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : MANICORE PREFEITURA
ADVOGADO : PAULO HENRIQUE MOENNICH
REU: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 1ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010402-7 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : CARMEM LUCIA MAGALHAES DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO : GISELLE FLUGEL MATHIAS
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010403-0 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : CLODES MEDEIROS COUTINHO E OUTROS
ADVOGADO : GISELLE FLUGEL MATHIAS
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 3ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010403-0 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : CLODES MEDEIROS COUTINHO E OUTROS
ADVOGADO : GISELLE FLUGEL MATHIAS
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 3ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010412-0 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 1201-AÇÃO ORDINÁRIA / PREVIDENCIÁRIA / CONCESSÃO DE BENEFÍCIO
AUTOR: : GLAUCIENE VASCONCELOS LOPES FERREIRA DE CASTRO
ADVOGADO : JOAO ROBERTO FERREIRA DE CASTRO
REU: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 9ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010413-3 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 1201-AÇÃO ORDINÁRIA / PREVIDENCIÁRIA / CONCESSÃO DE BENEFÍCIO
AUTOR: : ANTONIO BENTO DOS SANTOS
ADVOGADO : JOAO ROBERTO FERREIRA DE CASTRO
REU: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010425-3 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 1600-AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS
AUTOR: : MILTON ADRIANO
ADVOGADO : LUCENIR RODRIGUES
REU: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010432-5 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 1600-AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS
AUTOR: : JOSE NERIGLISSOR SOARES CUNHA
ADVOGADO : MARIA GORETI DA SILVA
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 3ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010438-7 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : CARLOS FARIAS PONTES
REU: : BANCO DO BRASIL S/A
VARA : 4ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010441-4 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUARIA INFRAERO
ADVOGADO : EDUARDO ROBERTO STUCKERT NETO
REU: : GEOSOLO ENGENHARIA PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA
VARA : 6ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010444-5 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 1600-AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS
AUTOR: : ANGELA DE OLIVEIRA XAVIER
ADVOGADO : PERLA CRISTINA SANSEVERO
REU: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
VARA : 17ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010447-6 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 1201-AÇÃO ORDINÁRIA / PREVIDENCIÁRIA / CONCESSÃO DE BENEFÍCIO
AUTOR: : FLAVIA TUANY RODRIGUES DE LIMA
ADVOGADO : BRUNO LEANDRO ASSIS DO VALE
REU: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010447-6 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 1201-AÇÃO ORDINÁRIA / PREVIDENCIÁRIA / CONCESSÃO DE BENEFÍCIO
AUTOR: : FLAVIA TUANY RODRIGUES DE LIMA
ADVOGADO : BRUNO LEANDRO ASSIS DO VALE
REU: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010448-0 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : MARLENE MOURA MACHADO
ADVOGADO : CRISTIANE LEANDRO DE NOVIAS
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010450-3 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : EUNICE LUIS TELES
ADVOGADO : JADER FREITAS SILVA
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010454-8 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : ALISON MIRANDA DE FREITAS
REU: : DISTRIBUIDORA DE DOCES VERDES MARES LTDA E OUTROS
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010455-1 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : ALISON MIRANDA DE FREITAS
REU: : SEVILHA OBRAS E SERVICOS LTDA E OUTROS
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010457-9 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 7200-AÇÃO POPULAR
REQTE: : SERGIO TOLEDO MARTINS
ADVOGADO : ADRIANO BIAVA NETO
REQDO: : ALFREDO PERES DA SILVA E OUTROS
VARA : 4ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010492-1 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : ASSOCIACAO DOS SERVIDORES PUBLICOS DO NORDESTE ASPN E OUTROS
ADVOGADO : JOAO DOS SANTOS FARIA
IMPDO: : SECRETARIO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTERIO DO PLANEJAMENTO ORCAMENTO E GESTAO
VARA : 21ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010502-9 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : HOTEL PARQUE DOS COQUEIROS SA
ADVOGADO : ANTONIO MORTARI
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 17ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010502-9 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : HOTEL PARQUE DOS COQUEIROS SA
ADVOGADO : ANTONIO MORTARI
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 17ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010519-7 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : ZENILDO GONCALVES
ADVOGADO : MARIA REGINA DE SOUSA JANUARIO
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010523-8 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 9200-MEDIDA CAUTELAR INOMINADA
REQTE: : HOSPITAL SANTA GENOVEVA LTDA E OUTROS
ADVOGADO : WENDEL FERREIRA LOPES
REQDO: : CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE
VARA : 4ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010537-5 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO FEDERAL DO ESTADO DE SAO PAULO - SINDSEF-SP
ADVOGADO : CARLA CRISTINA ORLANDI FREITAS
IMPDO: : SECRETARIO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTERIO DO PLANEJAMENTO ORCAMENTO E GESTAO
VARA : 17ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010540-2 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : JAIRO MORAIS GIANOTO E OUTROS
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010544-7 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 1201-AÇÃO ORDINÁRIA / PREVIDENCIÁRIA / CONCESSÃO DE BENEFÍCIO
AUTOR: : MARIA DE JESUS ALVES
ADVOGADO : JOSE ARIMATEIA DANTAS LACERDA
REU: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 9ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010545-0 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 1201-AÇÃO ORDINÁRIA / PREVIDENCIÁRIA / CONCESSÃO DE BENEFÍCIO
AUTOR: : MARILENE PEREIRA DA SILVA FREITAS
ADVOGADO : JOSE ARIMATEIA DANTAS LACERDA
REU: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 17ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010546-4 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 1201-AÇÃO ORDINÁRIA / PREVIDENCIÁRIA / CONCESSÃO DE BENEFÍCIO
AUTOR: : FRANCISCO ESTEVAO DA SILVA
REU: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 4ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010547-8 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 1201-AÇÃO ORDINÁRIA / PREVIDENCIÁRIA / CONCESSÃO DE BENEFÍCIO
AUTOR: : LUIZA SALES DOS SANTOS
ADVOGADO : JOSE ARIMATEIA DANTAS LACERDA
REU: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010547-8 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 1201-AÇÃO ORDINÁRIA / PREVIDENCIÁRIA / CONCESSÃO DE BENEFÍCIO
AUTOR: : LUIZA SALES DOS SANTOS
ADVOGADO : JOSE ARIMATEIA DANTAS LACERDA
REU: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010556-7 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : ENAURA DE FATIMA PIRES FERREIRA E OUTROS
ADVOGADO : IVO EVANGELISTA DE AVILA
REU: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010557-0 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : ILDEU ALVES RIBEIRO E OUTROS
ADVOGADO : IVO EVANGELISTA DE AVILA
REU: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010560-8 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : AURELIO JACKSON FERNANDES MAZETO
ADVOGADO : DECIO PLINIO CHAVES
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 4ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010561-1 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : GERSON DE SALES
ADVOGADO : GRACIELA LEITE PINTO
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 13ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010564-2 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : MARIA TEREZA DORNELES SILVA E OUTROS
ADVOGADO : FELIPE NERI D DA SILVEIRA
REU: : BANCO CENTRAL DO BRASIL
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010565-6 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : CARMEN SURAIA ACHY
ADVOGADO : FELIPE NERI D DA SILVEIRA
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 17ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010568-7 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : EDVALDO MARIANO FERREIRA E OUTROS
ADVOGADO : JOSE FABIO BRAGA MENDONCA
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010568-7 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : EDVALDO MARIANO FERREIRA E OUTROS
ADVOGADO : JOSE FABIO BRAGA MENDONCA
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010573-1 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : JOAO JACQUES PEDROSA DE FREITAS
ADVOGADO : ERICO BOMFIM DE CARVALHO
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010582-0 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : ANIZIO JOSE DE FREITAS
ADVOGADO : THATYANNA MYCHELLE GOMES DE CARVALHO
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010584-8 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 15800-LIBERDADE PROVISÓRIA
REQTE: : ERIKA CRISTINA FERREIRA NASCIMENTO DA SILVA
ADVOGADO : BRUCE BRUNO PEREIRA DE LEMOS E SILVA
REQDO: : JUSTICA PUBLICA
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010589-6 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 14000-HABEAS CORPUS
IMPTE: : GERALDO ADRIANO ANTUNES DE JESUS
ADVOGADO : JOHN CORDEIRO
IMPDO: : CAPITAO DO 1O REGIMENTO DE CAVALARIA DE GUARDAS DRAGOES DA INDEPENDENCIA
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010592-3 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : OCTAPHARMA AG
ADVOGADO : BATUIRA ROGERIO MENEGHESSO LINO
IMPDO: : PREGOEIRO DA COORDENACAO GERAL DE REC. LOG. DA SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADM. DO MINISTERIO DA SAUDE E OUTROS
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010593-7 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : SUL AMERICA SEGUROS DE VIDA E PREVIDENCIA S/A
ADVOGADO : FRANCISCO LOBELLO DE OLIVEIRA ROCHA
IMPDO: : SUPERINTENDENTE DE RECURSOS HUMANOS DA EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA ESTRUTURA AEROPORTUARIA -INFRAERO E OUTROS
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010595-4 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : TOTAL S.A
ADVOGADO : MAURO GRINBERG
IMPDO: : PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE
VARA : 3ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010598-5 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : SA CORREIO BRAZILIENSE
ADVOGADO : JOSE MARCIO DINIZ FILHO
IMPDO: : DELEGADO DA RECEITA PREVIDENCIARIA EM BRASILIA
VARA : 4ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010607-9 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 5122-INTERDITO PROIBITÓRIO
AUTOR: : RAIMUNDO IRINEU CARNEIRO
RÉU: : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA INCRA
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010644-9 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 5122-INTERDITO PROIBITÓRIO
AUTOR: : VANIA LUCIA GARCIA VIEIRA NAVES
ADVOGADO : EWANGIVALDO TELES AGUIAR
RÉU: : UNIAO FEDERAL E OUTROS
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010649-7 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : AMELIA TEIXEIRA DE ARAUJO
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010675-0 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : FEDERACAO BRASILEIRA DAS ASSOCIACOES DE SERVIDORES PUBLICOS
ADVOGADO : ROBERTO CUNHA O FARRILL
IMPDO: : ADESG CLUBE DO BRASIL E OUTROS
VARA : 3ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010779-7 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : SHV GAS BRASIL LTDA
ADVOGADO : CARLOS EDUARDO FONTOURA S JACINTO
REU: : AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEL ANP
VARA : 21ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010784-1 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : EDUARDO LUIS DOS SANTOS BORGES
ADVOGADO : FERNANDO RODRIGUES MARTORELLI
IMPDO: : SUPERINTENDENTE REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL E OUTROS
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010837-0 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 15800-LIBERDADE PROVISÓRIA
REQTE: : AYLTON LEMOS DE AZEVEDO
ADVOGADO : MARIA LUCIA BEZERRA NUNES
REQDO: : JUSTICA PUBLICA
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010837-0 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 15800-LIBERDADE PROVISÓRIA
REQTE: : AYLTON LEMOS DE AZEVEDO
ADVOGADO : MARIA LUCIA BEZERRA NUNES
REQDO: : JUSTICA PUBLICA
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010860-3 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 5203-INTERPELAÇÃO
INTPTE: : SINDICATO NACIONAL DOS PROCURADORES DA FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO : PEDRO HENRIQUE ALVES DA COSTA FILHO
INTPDO: : PROCURADOR GERAL DA FAZENDA NACIONAL
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010861-7 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : MARCIO DE ANDRADE SILVA
ADVOGADO : ADRIANO JERONIMO DOS SANTOS
IMPDO: : DIRETOR-GERAL DO CESP - FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA E OUTROS
VARA : 13ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010888-8 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : EBCO SYSTEMS LIMITADA
ADVOGADO : PEDRO RAPHAEL CAMPOS FONSECA
IMPDO: : COORDENADOR GERAL DE LOGISTICA DO MINISTERIO DA JUSTICA
VARA : 1ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010889-1 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARANA
REQDO: : BRASIL TELECOM S/A
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010891-5 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : JOAO RICARDO COUTO DA SILVA
ADVOGADO : ALDO BATISTA SOARES NOGUEIRA
IMPDO: : DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010898-0 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : MIAMI - COMERCIO E EXPORTACAO DE PESCADOS LTDA - EPP
ADVOGADO : ADY WANDERLEY CIOCCI
IMPDO: : PRESIDENTE DO COMITE GESTOR DO PROGRAMA DE RECUPERACAO FISCAL - REFIS
VARA : 17ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010933-8 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : DANIELA HELENA SOARES DE OLIVEIRA
REQDO: : UNIAO FEDERAL E OUTROS
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010964-0 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : ELI LILLY DO BRASIL LTDA E OUTROS
ADVOGADO : MARCIO CRUZ NUNES DE CARVALHO
IMPDO: : DIRETOR PRESIDENTE DA AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - ANVISA
VARA : 21ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010964-0 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : ELI LILLY DO BRASIL LTDA E OUTROS
ADVOGADO : MARCIO CRUZ NUNES DE CARVALHO
IMPDO: : DIRETOR PRESIDENTE DA AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - ANVISA
VARA : 21ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2006.34.00.030151-6 PROT.:28/09/2006
CLASSE : 1702-AÇÃO ORDINÁRIA / SISTEMA HIPOTECÁRIO
AUTOR: : DONIZZETE CORREA E OUTROS
ADVOGADO : EDNA DE FATIMA VIANA
REU: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.000669-3 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 4100-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : INBRASFAMA INDUSTRIA BRASILEIRA DE FARINHA DE MADEIRA LTDA E OUTROS
ADVOGADO : VANY ROSSELINA GIORDANO
EXCDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 1ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.000670-3 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 4100-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : PEDRO FERREIRA DE MORAIS E OUTROS
ADVOGADO : UBIRAJARA ARRAIS DE AZEVEDO
EXCDO: : UNIAO FEDERAL
VARA : 1ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.003683-0 PROT.:02/02/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : ANFIP ASSOCIACAO NACIONAL DOS FISCAIS DE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS
ADVOGADO : MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO
REU: : UNIAO FEDERAL E OUTROS
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.004502-3 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : SINDICATO NACIONAL DOS AGENTES DA INSPECAO DO TRABALHO SINAIT E OUTROS
ADVOGADO : AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
EXCDO: : UNIAO FEDERAL
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.004625-1 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 4100-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : IVO EVANGELISTA DE AVILA
ADVOGADO : IVO EVANGELISTA DE AVILA
EXCDO: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL FILIAL BRASILIA
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.006347-0 PROT.:01/03/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : ALCIDES JOSE KRONEMBERGER E OUTROS
ADVOGADO : REGINALDO VAZ DE ALMEIDA
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 16ª VARA FEDERAL

I-DISTRIBUICAO
2)POR DEPENDENCIA

PROCESSO : 2007.34.00.006347-0 PROT.:01/03/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : ALCIDES JOSE KRONEMBERGER E OUTROS
ADVOGADO : REGINALDO VAZ DE ALMEIDA
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.006348-4 PROT.:01/03/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : AIMEE MARIA NAZARE SOUSA E OUTROS
ADVOGADO : REGINALDO VAZ DE ALMEIDA
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007295-6 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 4100-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : REGINA GHELMAN E OUTROS
ADVOGADO : IVO EVANGELISTA DE AVILA
EXCDO: : UNIAO FEDERAL
VARA : 4ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007296-0 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 4100-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : NANCY PEREIRA DA ROCHA E OUTROS
ADVOGADO : EDINO CEZAR FRANZIO DE SOUZA
EXCDO: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
VARA : 4ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007297-3 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 4100-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : CMS CONSTRUTORA SA
ADVOGADO : ARLETE TORRES
EXCDO: : DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM DNER
VARA : 4ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008488-9 PROT.:16/03/2007
CLASSE : 5101-AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO
AUTOR: : REGINALDO FERREIRA PAIVA E OUTROS
ADVOGADO : EDNA DE FATIMA VIANA
REU: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009870-5 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 10300-INTERVENÇÃO DE TERCEIROS / OPOSIÇÃO
REQTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : OLIVIA FRANCISCO DA SILVA
REQDO: : FRANCISCO FERREIRA NEVES E OUTROS
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010359-4 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : D CORLINE CONSERVACAO E LIMPEZA LTDA
ADVOGADO : VALDIR CAMPOS LIMA
IMPDO: : DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL
VARA : 13ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010395-0 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : VICENTE NOGUEIRA FILHO
ADVOGADO : MARCO ANTONIO CARVALHO DE SOUZA
IMPDO: : PROCURADOR-CHEFE DA FAZENDA NACIONAL NO DISTRITO FEDERAL
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010530-0 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 4304-EXECUÇÃO DIVERSA POR CARTA ORIUNDA DE FEITO CÍVEL
EXQTE: : AMAURY TEIXEIRA BORGES E OUTROS
ADVOGADO : DANIELLA GAZZETTA DE CAMARGO
EXCDO: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
VARA : 1ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010656-9 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 13101-AÇÃO PENAL PÚBLICA / PROCESSO COMUM / JUIZ SINGULAR
AUTOR: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ADVOGADO : VALTAN TIMBO MARTINS MENDES FURTADO
REU: : ROGERIO ANTONIO DA COSTA E OUTROS
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010676-4 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : ANFIP ASSOCIACAO NACIONAL DOS FISCAIS DE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS E OUTROS
ADVOGADO : FRANCISCO GOMES NETO
EXCDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010677-8 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : ANFIP ASSOCIACAO NACIONAL DOS FISCAIS DE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS E OUTROS
ADVOGADO : FRANCISCO GOMES NETO
EXCDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010678-1 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : ANFIP ASSOCIACAO NACIONAL DOS FISCAIS DE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS E OUTROS
ADVOGADO : FRANCISCO GOMES NETO
EXCDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010679-5 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : ANFIP ASSOCIACAO NACIONAL DOS FISCAIS DE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS E OUTROS
ADVOGADO : FRANCISCO GOMES NETO
EXCDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010680-5 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : ANFIP ASSOCIACAO NACIONAL DOS FISCAIS DE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS E OUTROS
ADVOGADO : FRANCISCO GOMES NETO
EXCDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010680-5 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : ANFIP ASSOCIACAO NACIONAL DOS FISCAIS DE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS E OUTROS
ADVOGADO : FRANCISCO GOMES NETO
EXCDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010681-9 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : ANFIP ASSOCIACAO NACIONAL DOS FISCAIS DE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS E OUTROS
ADVOGADO : FRANCISCO GOMES NETO
EXCDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010682-2 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : ANFIP ASSOCIACAO NACIONAL DOS FISCAIS DE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS E OUTROS
ADVOGADO : FRANCISCO GOMES NETO
EXCDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010683-6 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : ANFIP ASSOCIACAO NACIONAL DOS FISCAIS DE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS E OUTROS
ADVOGADO : FRANCISCO GOMES NETO
EXCDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010684-0 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : ANFIP ASSOCIACAO NACIONAL DOS FISCAIS DE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS E OUTROS
ADVOGADO : FRANCISCO GOMES NETO
EXCDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010685-3 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : ANFIP ASSOCIACAO NACIONAL DOS FISCAIS DE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS E OUTROS
ADVOGADO : FRANCISCO GOMES NETO
EXCDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010686-7 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : ANFIP ASSOCIACAO NACIONAL DOS FISCAIS DE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS E OUTROS
ADVOGADO : FRANCISCO GOMES NETO
EXCDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010687-0 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : ANFIP ASSOCIACAO NACIONAL DOS FISCAIS DE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS E OUTROS
ADVOGADO : FRANCISCO GOMES NETO
EXCDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010688-4 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : ANFIP ASSOCIACAO NACIONAL DOS FISCAIS DE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS E OUTROS
ADVOGADO : FRANCISCO GOMES NETO
EXCDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010688-4 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : ANFIP ASSOCIACAO NACIONAL DOS FISCAIS DE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS E OUTROS
ADVOGADO : FRANCISCO GOMES NETO
EXCDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010689-8 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : ANFIP ASSOCIACAO NACIONAL DOS FISCAIS DE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS E OUTROS
ADVOGADO : FRANCISCO GOMES NETO
EXCDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010690-8 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : ANFIP ASSOCIACAO NACIONAL DOS FISCAIS DE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS E OUTROS
ADVOGADO : FRANCISCO GOMES NETO
EXCDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010965-3 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 15205-PRISÃO EM FLAGRANTE / COMUNICAÇÃO
REQTE: : JUSTICA PUBLICA
REQDO: : AYLTON LEMOS DE AZEVEDO
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010529-0 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 5208-NATURALIZAÇÃO
REQTE: : HECTOR DANIEL PANIZZO
REQDO: : NAO HA
VARA : 1ª VARA FEDERAL

II-REDISTRIBUICAO
1)AUTOMÁTICA

PROCESSO : 2007.34.00.010218-8 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : COOPTEL - COOPERATIVA DE TRABALHO E DE SERVICOS PARA O MERCOSUL LTDA
ADVOGADO : RENAN ADAIME DUARTE
REU: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
VARA : 13ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010892-9 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : ANDREY ASSIS DA MOTA
ADVOGADO : MARCO A. V. MEIRA
IMPDO: : DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONAUTICA DEPENS
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2006.34.00.035197-3 PROT.:21/11/2006
CLASSE : 4200-EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL
EXQTE: : CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE
ADVOGADO : ADRIANA PEREIRA DE MENDONÇA
EXCDO: : UNIMED VALE DO CAI SOCIEDADE COOPERATIVA DE SERVICOS DE SAUDE LTDA
VARA : 11ª VARA FEDERAL

II-REDISTRIBUICAO
2)POR DEPENDENCIA

PROCESSO : 2006.34.00.035197-3 PROT.:21/11/2006
CLASSE : 4200-EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL
EXQTE: : CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE
ADVOGADO : ADRIANA PEREIRA DE MENDONÇA
EXCDO: : UNIMED VALE DO CAI SOCIEDADE COOPERATIVA DE SERVICOS DE SAUDE LTDA
VARA : 11ª VARA FEDERAL

III-NÃO HOUVE IMPUGNAÇÃO

IV-DEMONSTRATIVO

DISTRIBUIDOS AUTOMATICAMENTE	:	120
DISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA	:	33
DISTRIBUIDOS MANUALMENTE	:	1
REDISTRIBUIDOS AUTOMATICAMENTE	:	2
REDISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA	:	1
REDISTRIBUIDOS MANUALMENTE	:	0
TOTAL DOS PROCESSOS	:	157

PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO ESPECIAL (JEF)
I-DISTRIBUICAO
1)AUTOMÁTICA

PROCESSO : 2007.34.00.700828-0 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 71100-RECURSO CONTRA DECISÃO QUE DEFERE OU INDEFERE MEDIDA CAUTELAR CÍVEL
REQTE.: : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO : MARIA CRISTINA DE MIRANDA
REQDO.: : JOAO BORGES SANTANA
VARA : 1ª TURMA RECURSAL: RELATOR-2

PROCESSO : 2007.34.00.700829-3 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 71100-RECURSO CONTRA DECISÃO QUE DEFERE OU INDEFERE MEDIDA CAUTELAR CÍVEL
REQTE.: : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO : CARLOS ALBERTO VALENTIM DOS SANTOS
REQDO.: : JOCELINO JESUS DOS SANTOS
VARA : 1ª TURMA RECURSAL: RELATOR-2

III-NÃO HOUVE IMPUGNAÇÃO
IV-DEMONSTRATIVO

DISTRIBUIDOS AUTOMATICAMENTE	:	2
DISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA	:	0
DISTRIBUIDOS MANUALMENTE	:	0
REDISTRIBUIDOS AUTOMATICAMENTE	:	0
REDISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA	:	0
REDISTRIBUIDOS MANUALMENTE	:	0
TOTAL DOS PROCESSOS	:	2

ATA DE DISTRIBUICAO REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2007

PROCESSOS EM TRAMITACAO COMUM

I-DISTRIBUICAO
1)AUTOMÁTICA

PROCESSO : 2007.34.00.008732-9 PROT.:20/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : FUNDACAO GAIA
REQDO: : UNIAO FEDERAL E OUTROS
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008975-4 PROT.:22/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : MUNICIPIO DE CHAPADINHAMA
REQDO: : FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO FNDE
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009087-9 PROT.:23/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : MUNICIPIO DE CAMETA - PREFEITURA MUNICIPAL
REQDO: : UNIAO FEDERAL
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009401-2 PROT.:26/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : INDUSTRIA DE BEBIDAS ANTARCTICA DO SUDESTE S/A
REQDO: : DIRETOR GERAL DA AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA ANEEL
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009749-8 PROT.:27/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : MATILDE ALVES DE ARRUDA E OUTROS
ADVOGADO : ILMA BARBOSA DOS SANTOS
IMPDO: : CHEFE DA COORDENACAO GERAL DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTERIO DOS TRANSPORTES
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009851-3 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : CASA DE SAUDE SANTA RITA SA
REQDO: : DELEGADO DA REC EITA PREVIDENCIARIA EM SAO PAULO E OUTROS
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009855-8 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : MANOEL ODIR ROCHA E OUTROS
VARA : 13ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009855-8 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : MANOEL ODIR ROCHA E OUTROS
VARA : 13ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009856-1 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : ANTONIO CLAUDIO GUERREIRO CIA LTDA
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS E OUTROS
VARA : 3ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009859-2 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : SILVIA SADECK SOARES RODRIGUES
VARA : 14ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009885-6 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 1201-AÇÃO ORDINÁRIA / PREVIDENCIÁRIA / CONCESSÃO DE BENEFÍCIO
AUTOR: : JOAO ANTONIO MARTINS COSTA
ADVOGADO : ANTONIO GERALDO PEIXOTO
REU: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 14ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009889-0 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : ANDIARA SIDONIO VILASBOAS
RÉU: : VALERIA DE FATIMA ALVES GENTILI
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009893-1 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
RÉU: : JOAO MENDES MOURA JUNIOR
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009894-5 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : ANDIARA SIDONIO VILASBOAS
RÉU: : MARIA NEUCILA DE OLIVEIRA
VARA : 17ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009895-9 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : GILVANIA NERES ARAUJO
RÉU: : DROGARIA TEND TUDO LTDA E OUTROS
VARA : 17ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009898-0 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : ELIZABETH PEREIRA DE OLIVEIRA
RÉU: : CAMILO SILVA SANTOS
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009898-0 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : ELIZABETH PEREIRA DE OLIVEIRA
RÉU: : CAMILO SILVA SANTOS
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009900-8 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : ELIZABETH PEREIRA DE OLIVEIRA
RÉU: : GABRIELA OSORIO DE CARVALHO ARRUDA
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009902-5 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : ELIZABETH PEREIRA DE OLIVEIRA
RÉU: : LINDALVA GONCALVES DIAS E OUTROS
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009903-9 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : ELIZABETH PEREIRA DE OLIVEIRA
RÉU: : MARIA FRANCISCA LIRA DE ARAGAO
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009918-0 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : ELIZABETH PEREIRA DE OLIVEIRA
RÉU: : SANTANA SANTOS LTDA E OUTROS
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009922-0 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : ELIZABETH PEREIRA DE OLIVEIRA
RÉU: : GILVANIA NEVES DA HORA
VARA : 21ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009923-4 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : ELIZABETH PEREIRA DE OLIVEIRA
RÉU: : GUILHERME GOMES PRANDI E OUTROS
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009928-2 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : ELIZABETH PEREIRA DE OLIVEIRA
RÉU: : LIANNA COSME DA CUNHA
VARA : 9ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009928-2 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : ELIZABETH PEREIRA DE OLIVEIRA
RÉU: : LIANNA COSME DA CUNHA
VARA : 9ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009932-3 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : ELIZABETH PEREIRA DE OLIVEIRA
RÉU: : LOURIVAL JOAQUIM ANSELMO
VARA : 1ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009940-9 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : JOSE DE RIBAMAR CAMPOS ROCHA
RÉU: : GEORGE GOMES SOARES
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009941-2 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : JOSE DE RIBAMAR CAMPOS ROCHA
RÉU: : BIANCA PEREIRA BARBOSA E OUTROS
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009942-6 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : JOSE DE RIBAMAR CAMPOS ROCHA
RÉU: : SEBASTIAO LOPES PESSOA
VARA : 9ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009945-7 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : JOSE DE RIBAMAR CAMPOS ROCHA
RÉU: : VERA LUCIA MARIA BATISTA E OUTROS
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009953-2 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : JOSE DE RIBAMAR CAMPOS ROCHA
RÉU: : FATIMA BRAGA MENDES
VARA : 13ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009955-0 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : JOSE DE RIBAMAR CAMPOS ROCHA
RÉU: : LIZBELA ALMEIDA DUARTE
VARA : 3ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009957-7 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : JOSE DE RIBAMAR CAMPOS ROCHA
RÉU: : ERNANI SATYRO SALES
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009957-7 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : JOSE DE RIBAMAR CAMPOS ROCHA
RÉU: : ERNANI SATYRO SALES
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009965-2 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : REGINALDO THIBES E OUTROS
ADVOGADO : IVO EVANGELISTA DE AVILA
REU: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010042-0 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : LUIS CARLOS CORREIA DA SILVA
ADVOGADO : ALCINO MARCAL ALMEIDA
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 1ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010117-2 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : VALDENIR ANTONIO FELIZ
REU: : MARCELO TAKESHI KARIMATA
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010120-0 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : ANDIARA SIDONIO VILASBOAS
RÉU: : PATRICIUS DE SOUSA LOPES
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010123-0 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : ANDIARA SIDONIO VILASBOAS
RÉU: : RONALDO JOSE SANTANA
VARA : 3ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010128-9 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : ANDIARA SIDONIO VILASBOAS
RÉU: : MARILEUSA DE AVELLAR RIBEIRO
VARA : 1ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010131-6 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : ANDIARA SIDONIO VILASBOAS
RÉU: : MARIA JOSE DE CASTRO SILVA
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010131-6 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : ANDIARA SIDONIO VILASBOAS
RÉU: : MARIA JOSE DE CASTRO SILVA
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010133-3 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : ANDIARA SIDONIO VILASBOAS
RÉU: : VITORIA S PRODUTOS ALIMENTCIOS LTDA - ME E OUTROS
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010135-0 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : ANDIARA SIDONIO VILASBOAS
RÉU: : ADILSON SANTOS COELHO SERRA
VARA : 21ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010136-4 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : ANDIARA SIDONIO VILASBOAS
RÉU: : JOSE SEVERINO MONTEIRO
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010163-1 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : ARJO WIGGINS LTDA
ADVOGADO : ROGERIO DA SILVA VENANCIO PIRES
REU: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
VARA : 6ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010178-2 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA ANDRADE
ADVOGADO : GUSTAVO HENRIQUE CAPUTO BASTOS
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 17ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010287-3 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : ARIOVALDO APARECIDO DA CAMARA E OUTROS
ADVOGADO : JORGE AMAURY MAIA NUNES
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 4ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010290-0 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : EVERARDO DA SILVA AMARAL
RÉU: : ANTONIO OSVALDO NUNES COUTINHO
VARA : 14ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010292-8 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : EVERARDO DA SILVA AMARAL
RÉU: : RAIMUNDO NONATO MENDONCA RABELO
VARA : 21ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010385-8 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : DANIELLE BANDEIRA ALVES DA SILVA
ADVOGADO : AILTON VIEIRA DA FONSECA
REU: : UNIVERSIDADE CATOLICA DE BRASILIA
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010424-0 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : ATLANTA DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA
ADVOGADO : ELANE CRISTINA ZUQUETTO JACOB
IMPDO: : DIRETOR GERAL DA ANP AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010431-1 PROT.:02/04/2007
CLASSE : 1600-AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS
AUTOR: : TANIA MARIA DE MEDEIROS CIRNE
ADVOGADO : MARIA GORETI DA SILVA
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 1ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010453-4 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
RÉU: : INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS CAMASFORTE LTDA E OUTROS
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010518-3 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 5101-AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO
AUTOR: : RAUL FERNANDES DE MIRANDA
ADVOGADO : JOAQUIM MOURA PIMENTA
REU: : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA INCRA
VARA : 6ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010521-0 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : LENYMARA CARVALHO
RÉU: : CLECIA ALVES DE SOUZA ME E OUTROS
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010543-3 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 1201-AÇÃO ORDINÁRIA / PREVIDENCIÁRIA / CONCESSÃO DE BENEFÍCIO
AUTOR: : RAIMUNDO NONATO DO NASCIMENTO
ADVOGADO : JOSE ARIMATEIA DANTAS LACERDA
REU: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 4ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010543-3 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 1201-AÇÃO ORDINÁRIA / PREVIDENCIÁRIA / CONCESSÃO DE BENEFÍCIO
AUTOR: : RAIMUNDO NONATO DO NASCIMENTO
ADVOGADO : JOSE ARIMATEIA DANTAS LACERDA
REU: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 4ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010554-0 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : CLAUDIO THOME DE SOUZA E OUTROS
ADVOGADO : IVO EVANGELISTA DE AVILA
REU: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
VARA : 3ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010555-3 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : JORGE EDUARDO CARVALHO DE ALMEIDA E OUTROS
ADVOGADO : IVO EVANGELISTA DE AVILA
REU: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
VARA : 9ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010563-9 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : LELIS ALBERTO DE MOURA NOBRE
ADVOGADO : LYCURGO LEITE NETO
REU: : CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETROBRAS
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010585-1 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 9200-MEDIDA CAUTELAR INOMINADA
REQTE: : COMPLEXO ALFAMA HOSPEDAGEM LTDA ME
ADVOGADO : MARCO ANTONIO GIL ROSA DE ANDRADE
REQDO: : UNIAO FEDERAL
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010586-5 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 9200-MEDIDA CAUTELAR INOMINADA
REQTE: : FLAVIA MACHADO SANTANA E OUTROS
ADVOGADO : MARCO ANTONIO GIL ROSA DE ANDRADE
REQDO: : UNIAO FEDERAL
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010587-9 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : JORLAN SA VEICULOS AUTOMOTORES IMPORTACAO E COMERCIO
ADVOGADO : AIDA DUTRA DANTAS FERREIRA
IMPDO: : DELEGADO DA RECEITA PREVIDENCIARIA DO INSS DO DISTRITO FEDERAL
VARA : 17ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010588-2 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : CANAL 27 COMUNICACOES LTDA
ADVOGADO : EDUARDO CAVALCANTE PINTO
IMPDO: : PREGOEIRO DO MINISTERIO DOS TRANSPORTES
VARA : 21ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010590-6 PROT.:07/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : PARNAIBA SERVICOS LTDA
ADVOGADO : KARLA FABRICIO DE GODOY
IMPDO: : DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010590-6 PROT.:07/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : PARNAIBA SERVICOS LTDA
ADVOGADO : KARLA FABRICIO DE GODOY
IMPDO: : DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010591-0 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA ARQUITETURA E AGRONOMIA CONFEA E OUTROS
ADVOGADO : LUIZ GUSTAVO SOUZA MOURA
REU: : CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMOVEIS COFECI
VARA : 1ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010594-0 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : JULIANA FERNANDES POZINO
ADVOGADO : LEONARDO DE CARVALHO BARBOZA
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010596-8 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : ADRIANA RIBEIRO FERREIRA TOSTA
ADVOGADO : ULISSES BORGES DE RESENDE
IMPDO: : COORDENADOR DE GESTAO DE PESSOAS DA IMPRENSA NACIONAL
VARA : 13ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010597-1 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : RIVAL FRANCA
ADVOGADO : ULISSES BORGES DE RESENDE
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010601-7 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : FRANCISCA BARBOSA GUERRA
ADVOGADO : PEDRO PAULO CASTELO BRANCO COELHO
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 1ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010637-7 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : LENYMARA CARVALHO
REU: : LUCIANA MAGALHAES LATTARO SILVA
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010639-4 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : LENYMARA CARVALHO
RÉU: : JOSE DE RIBAMAR FONSECA BEZERRA
VARA : 9ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010639-4 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : LENYMARA CARVALHO
RÉU: : JOSE DE RIBAMAR FONSECA BEZERRA
VARA : 9ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010641-8 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : LENYMARA CARVALHO
RÉU: : FERNANDO DA COSTA PARANHOS
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010645-2 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : MIRIAN GUIMARAES F DA SILVA
ADVOGADO : MICHAELA GUIMARAES FERREIRA DA SILVA
IMPDO: : COORDENADOR GERAL DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL MPS
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010650-7 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : MARLENE APARECIDA EMERIM MARTINS DE PAULA
ADVOGADO : DANIEL LEOPOLDO DO NASCIMENTO
IMPDO: : COORDENADOR GERAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DO INCRA
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010651-0 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : JOSE JOEL PISSAIA DE SOUZA
ADVOGADO : DANIEL LEOPOLDO DO NASCIMENTO
IMPDO: : COORDENADOR GERAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010653-8 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : LUCIANO MARQUES TAPAJOS MACEDO
ADVOGADO : FABRICIO DA COSTA ROSAL
IMPDO: : CHEFE DO 1 DISTRITO REGIONAL DA POLICIA RODOVIARIA FEDERAL /DF
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010654-1 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : REGINA MARIA CABRAL TURRA
ADVOGADO : GABRIELA LUCAS QUEIROZ
IMPDO: : COMISSAO EXAMINADORA DO CONCURSO PUBLICO DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL TSE
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010665-8 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : SERGIO CUTOLO DOS SANTOS E OUTROS
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010668-9 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : MARCOS COSENDEY DE MENDONCA E OUTROS
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010668-9 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : MARCOS COSENDEY DE MENDONCA E OUTROS
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010669-2 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : VANESSA PEREIRA FERNANDES
ADVOGADO : MIRYAM NARA ROCHA REIS
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010777-0 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : ANDIARA SIDONIO VILASBOAS
RÉU: : AMIR MORATO
VARA : 13ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010778-3 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : ANDIARA SIDONIO VILASBOAS
RÉU: : MANOEL FERREIRA DE CARVALHO
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010780-7 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : ANDIARA SIDONIO VILASBOAS
RÉU: : FONTE DA VIDA POLPA DE FRUTAS LTDA E OUTROS
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010781-0 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : ANDIARA SIDONIO VILASBOAS
RÉU: : ELIANE BORGES ROCHA LIMA
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010783-8 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : ANDIARA SIDONIO VILASBOAS
RÉU: : FLAVIO CORTES PAIVA
VARA : 21ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010791-3 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 1600-AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS
AUTOR: : SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES E DEMAIS AGENTES PUB AG NAC REGUL SINAGENCIAS
ADVOGADO : SANDRA LUIZA FELTRIN
REU: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010791-3 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 1600-AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS
AUTOR: : SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES E DEMAIS AGENTES PUB AG NAC REGUL SINAGENCIAS
ADVOGADO : SANDRA LUIZA FELTRIN
REU: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010792-7 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES E DEMAIS AGENTES PUB AG NAC REGUL SINAGENCIAS
ADVOGADO : JOSE LUIS WAGNER
REU: : AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - ANVISA
VARA : 21ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010801-0 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : ANDIARA SIDONIO VILASBOAS
REU: : ANTONIO ALVES DAS NEVES
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010804-1 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : EVERARDO DA SILVA AMARAL
RÉU: : CARLOS ORLANDO MENEZES DE BARROS SOBRINHO
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010806-9 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : EVERARDO DA SILVA AMARAL
RÉU: : ANA CLAUDIA VIANNA
VARA : 3ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010841-1 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : JOANA DE ARAGAO MENDES
ADVOGADO : ESLY SCHETTINI PEREIRA
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010847-3 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : AGUASOLOS CONSULTORA DE ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO : AIRAM HOLANDA
REU: : COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E PARNAIBA-CODEVASF
VARA : 4ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010848-7 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : ETIVALDO VADAO GOMES
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010857-6 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : COMPANHIA MULLER DE BEBIDAS NORDESTE
ADVOGADO : PAULO VITAL OLIVO
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010857-6 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : COMPANHIA MULLER DE BEBIDAS NORDESTE
ADVOGADO : PAULO VITAL OLIVO
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010865-1 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : ALAN VIGGIANO
ADVOGADO : ANA CAROLINA GRACA SOUTO
REU: : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010871-0 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : ANTONIO CARLOS PIRES MILETTO
ADVOGADO : NILSON CUNHA JUNIOR
IMPDO: : DIRETOR PRESIDENTE SUBSTITUTO DA AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010882-6 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : DORACI DE OLIVEIRA SOUZA DE ALMEIDA
REQDO: : CHEFE DO ESTADO MAIOR DA SETIMA RM/SETIMA
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010894-6 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : LUIZ ANTONIO PIUSSI E OUTROS
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010903-0 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES E DEMAIS AGENTES PUB AG NAC REGUL SINAGENCIAS
ADVOGADO : JOSE LUIS WAGNER
REU: : AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO ANP
VARA : 6ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010904-3 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : ANDRE REGEN
REU: : DISTRITO FEDERAL
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010908-8 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : UNIAO TRANSPORTE BRASILIA LTDA
ADVOGADO : LUIZ ANTONIO DE ARAUJO LIMA
REU: : AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT
VARA : 17ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010908-8 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : UNIAO TRANSPORTE BRASILIA LTDA
ADVOGADO : LUIZ ANTONIO DE ARAUJO LIMA
REU: : AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT
VARA : 17ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010925-2 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : JOSE MARIA DOS SANTOS
ADVOGADO : ULISSES BORGES DE RESENDE
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010935-5 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : GINA LUISA CARVALHO BOEMER
ADVOGADO : CESAR AUGUSTO ROCHA CARVALHO
IMPDO: : COORDENADOR GERAL DE GESTAO DE PESSOAS DO MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010956-4 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : ALISON MIRANDA DE FREITAS
RÉU: : STOP CAR SERVICOS DE FREIOS LTDA E OUTROS
VARA : 4ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010959-5 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 5124-AÇÃO MONITÓRIA
AUTOR: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : ALISON MIRANDA DE FREITAS
RÉU: : TRANSGRAMAS COMERCIO DE GRAMAS LTDA ME E OUTROS
VARA : 6ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010968-4 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : ANDERSON FABIOLO CARDOSO DE OLIVEIRA
ADVOGADO : REJANE LUCIA ALVES DE ANDRADE
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.011013-7 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : CARLOS ANTONIO DE FREITAS
IMPDO: : INSTITUTO SERZEDELLO CORREA
VARA : 14ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.011020-9 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : ANA CLAUDIA LEANDRO DA SILVA
ADVOGADO : TATIANA BERTOZZO PEREIRA FRANCA
IMPDO: : SECRETARIO GERAL DO CENTRO UNIVERSITARIO PLANALTO DO DISTRITO FEDERAL UNIPLAN
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.011022-6 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : PETROSOL DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA
ADVOGADO : MARCELO ANTONIO TURRA
IMPDO: : AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS ANP
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.011022-6 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : PETROSOL DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA
ADVOGADO : MARCELO ANTONIO TURRA
IMPDO: : AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS ANP
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.011024-3 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 9200-MEDIDA CAUTELAR INOMINADA
REQTE: : HSBC BANK BRASIL S A BANCO MULTIPLO
ADVOGADO : CESAR A GUIMARAES PEREIRA
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.011026-0 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : FELIZ TERRA AGRICOLA LTDA
ADVOGADO : ANA CRISTINA DE C. FERREIRA
IMPDO: : PRESIDENTE DO COMITE GESTOR DO PROGRAMA DE RECUPERACAO FISCAL - REFIS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.011028-8 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : EVALDA BARRETO LOPES RODRIGUES
REQDO: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL E OUTROS
VARA : 17ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.011031-5 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : FRIGORIFICO RIOSULENSE SA
ADVOGADO : GLAUCO HELENO RUBICK
IMPDO: : SUPERINTENDENTE DE OPERACOES DA CONAB E OUTROS
VARA : 6ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.011035-0 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : EMPRESA DE TRANSPORTES ANDORINHA SA
ADVOGADO : ANTHONY DE SOUZA SOARES
IMPDO: : SUPERINTENDENTE DE SERVICOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA AGENCIA NAC. DE TRANSP. TERRESTRES ANTT
VARA : 3ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.011041-8 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : BRUNO DOS SANTOS MAIA
ADVOGADO : GABRIEL DE FASSIO PAULO
IMPDO: : PRESIDENTE DA COMISSAO DE CONCURSO PUBLICO DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.011042-1 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : JUSTICA PUBLICA
REQDO: : SIGILOSO
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.011042-1 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : JUSTICA PUBLICA
REQDO: : SIGILOSO
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.011043-5 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : JUSTICA PUBLICA
REQDO: : SIGILOSO
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.011046-6 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : JUAN PABLO DE MARCO E IRMAO LTDA - ME
ADVOGADO : RICARDO TAUFFER PADILHA
IMPDO: : PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMB E DOS REC NAT RENOV IBAMA
VARA : 6ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.011047-0 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : GAMELEIRA PREFEITURA
ADVOGADO : MARCO AURELIO DE SIQUEIRA FREIRE
IMPDO: : COORDENADOR GERAL DE CONVENIOS DO MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
VARA : 21ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.011049-7 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : SHOK SEGURANCA LTDA
ADVOGADO : GLADSTON FERREIRA DA SILVA
IMPDO: : DIRETOR REGIONAL DE ARRECADACAO E FISCALIZACAO DO INSS
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.011050-7 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 1400-AÇÃO ORDINÁRIA / IMÓVEIS
AUTOR: : VIVIANE DO SOCORRO VALDARES GUIMARAES BARRETO
ADVOGADO : ADAILTON DA ROCHA TEIXEIRA
REU: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 6ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.011052-4 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : ARLINDA COSTA GUTEMBERG
ADVOGADO : CANDIDA MARIA DAS NEVES
IMPDO: : DIRETOR GERAL DA IMPRENSA NACIONAL
VARA : 21ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.011055-5 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : MIGUEL ARCANJO NETO
ADVOGADO : LUIS CARLOS TEIXEIRA DE GODOY
IMPDO: : REITOR DO CENTRO UNIVERSITARIO EURO-AMERICANO UNIEURO
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.011056-9 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : ROSANA LIMA VIANA
ADVOGADO : CAROLLINA RACHEL COSTA FERREIRA TAVARES
IMPDO: : PRESIDENTE DA FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.011056-9 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : ROSANA LIMA VIANA
ADVOGADO : CAROLLINA RACHEL COSTA FERREIRA TAVARES
IMPDO: : PRESIDENTE DA FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.011072-0 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : PIXEON COMERCIO E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA - ME
ADVOGADO : ULRICH SOETHE
IMPDO: : DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO E FISC. DE PROP, PUBL, PROM E INFO DE PROD SUJEITOS A VIG SANITARIA
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.011078-1 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : ADEMAR ARAUJO SOUZA E OUTROS
REQDO: : CAIXA SEGUROS S/A
VARA : 1ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.011082-2 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRACAO DO DISTRITO FEDERAL
ADVOGADO : FATIMA DE OLIVEIRA BUONAFINA
IMPDO: : COORDENADORA DE ADMINISTRACAO DE DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL
VARA : 13ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.011088-4 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : CAIXA ASSISTENCIAL PREVIDENCIARIA
ADVOGADO : JOAQUIM PEDRO DE OLIVEIRA
IMPDO: : SECRETARIO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTERIO DO PLANEJAMENTO ORCAMENTO E GESTAO
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.011091-1 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : PAULO ROBERTO PIRES DE CAMARGO E OUTROS
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2006.34.00.037534-5 PROT.:15/12/2006
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : PEDRO MATIAS OSCAR PABLO KUHLES EBERT
ADVOGADO : TANIA REGINA PEREIRA
REU: : CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETROBRAS E OUTROS
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.003556-0 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 4100-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : SILVANA PAULA CORASSA MARTINS E OUTROS
ADVOGADO : GENESCO RESENDE SANTIAGO
EXCDO: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
VARA : 20ª VARA FEDERAL

I-DISTRIBUICAO
2)POR DEPENDENCIA

PROCESSO : 2007.34.00.003556-0 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 4100-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : SILVANA PAULA CORASSA MARTINS E OUTROS
ADVOGADO : GENESCO RESENDE SANTIAGO
EXCDO: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.003557-4 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 4100-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : ESPOLIO DE DANIEL MOREIRA ISAIAS E OUTROS
ADVOGADO : FRANCISCO BARBOSA DE MORAIS
EXCDO: : UNIAO FEDERAL
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.003558-8 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 4100-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : ENIO DORADO RODRIGUES E OUTROS
ADVOGADO : LUIZA TIMOTEO DE OLIVEIRA SOUZA
EXCDO: : SUPERINTENDENCIA NACIONAL DO ABASTECIMENTO SUNAB
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.004494-3 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : SINDICATO NACIONAL DOS AGENTES DA INSPECAO DO TRABALHO SINAIT E OUTROS
ADVOGADO : AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
EXCDO: : UNIAO FEDERAL
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.004495-7 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : SINDICATO NACIONAL DOS AGENTES DA INSPECAO DO TRABALHO SINAIT E OUTROS
ADVOGADO : AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
EXCDO: : UNIAO FEDERAL
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.004496-0 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : SINDICATO NACIONAL DOS AGENTES DA INSPECAO DO TRABALHO SINAIT E OUTROS
ADVOGADO : AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
EXCDO: : UNIAO FEDERAL
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.004497-4 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : SINDICATO NACIONAL DOS AGENTES DA INSPECAO DO TRABALHO SINAIT E OUTROS
ADVOGADO : AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
EXCDO: : UNIAO FEDERAL
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.004498-8 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : SINDICATO NACIONAL DOS AGENTES DA INSPECAO DO TRABALHO SINAIT E OUTROS
ADVOGADO : AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
EXCDO: : UNIAO FEDERAL
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.004499-1 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : SINDICATO NACIONAL DOS AGENTES DA INSPECAO DO TRABALHO SINAIT E OUTROS
ADVOGADO : AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
EXCDO: : UNIAO FEDERAL
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.004500-6 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : SINDICATO NACIONAL DOS AGENTES DA INSPECAO DO TRABALHO SINAIT E OUTROS
ADVOGADO : AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
EXCDO: : UNIAO FEDERAL
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.004501-0 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : SINDICATO NACIONAL DOS AGENTES DA INSPECAO DO TRABALHO SINAIT E OUTROS
ADVOGADO : AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
EXCDO: : UNIAO FEDERAL
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.004503-7 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : SINDICATO NACIONAL DOS AGENTES DA INSPECAO DO TRABALHO SINAIT E OUTROS
ADVOGADO : AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
EXCDO: : UNIAO FEDERAL
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.004504-0 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : SINDICATO NACIONAL DOS AGENTES DA INSPECAO DO TRABALHO SINAIT E OUTROS
ADVOGADO : AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
EXCDO: : UNIAO FEDERAL
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.004505-4 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : SINDICATO NACIONAL DOS AGENTES DA INSPECAO DO TRABALHO SINAIT E OUTROS
ADVOGADO : AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
EXCDO: : UNIAO FEDERAL
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.004506-8 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : SINDICATO NACIONAL DOS AGENTES DA INSPECAO DO TRABALHO SINAIT E OUTROS
ADVOGADO : AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
EXCDO: : UNIAO FEDERAL
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.004507-1 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : SINDICATO NACIONAL DOS AGENTES DA INSPECAO DO TRABALHO SINAIT E OUTROS
ADVOGADO : AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
EXCDO: : UNIAO FEDERAL
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.004507-1 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : SINDICATO NACIONAL DOS AGENTES DA INSPECAO DO TRABALHO SINAIT E OUTROS
ADVOGADO : AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
EXCDO: : UNIAO FEDERAL
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.004508-5 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : SINDICATO NACIONAL DOS AGENTES DA INSPECAO DO TRABALHO SINAIT E OUTROS
ADVOGADO : AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
EXCDO: : UNIAO FEDERAL
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.004509-9 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : SINDICATO NACIONAL DOS AGENTES DA INSPECAO DO TRABALHO SINAIT E OUTROS
ADVOGADO : AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
EXCDO: : UNIAO FEDERAL
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.004510-9 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : SINDICATO NACIONAL DOS AGENTES DA INSPECAO DO TRABALHO SINAIT E OUTROS
ADVOGADO : AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
EXCDO: : UNIAO FEDERAL
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.004511-2 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : SINDICATO NACIONAL DOS AGENTES DA INSPECAO DO TRABALHO SINAIT E OUTROS
ADVOGADO : AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
EXCDO: : UNIAO FEDERAL
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.004512-6 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : SINDICATO NACIONAL DOS AGENTES DA INSPECAO DO TRABALHO SINAIT E OUTROS
ADVOGADO : AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
EXCDO: : UNIAO FEDERAL
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.004513-0 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : SINDICATO NACIONAL DOS AGENTES DA INSPECAO DO TRABALHO SINAIT E OUTROS
ADVOGADO : AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
EXCDO: : UNIAO FEDERAL
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.004514-3 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : SINDICATO NACIONAL DOS AGENTES DA INSPECAO DO TRABALHO SINAIT E OUTROS
ADVOGADO : AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
EXCDO: : UNIAO FEDERAL
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.004515-7 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : SINDICATO NACIONAL DOS AGENTES DA INSPECAO DO TRABALHO SINAIT E OUTROS
ADVOGADO : AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
EXCDO: : UNIAO FEDERAL
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.004516-0 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : SINDICATO NACIONAL DOS AGENTES DA INSPECAO DO TRABALHO SINAIT E OUTROS
ADVOGADO : AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
EXCDO: : UNIAO FEDERAL
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.005989-9 PROT.:27/02/2007
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO : FRANCISCA RECK BARTHOLOMAY
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 3ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007650-4 PROT.:12/03/2007
CLASSE : 11101-EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
EMBTE: : CENTRO CLINICO VIDA LTDA
ADVOGADO : ANDRE ALVIM DE PAULA RIZZO
EMBDO: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.007878-2 PROT.:14/03/2007
CLASSE : 5101-AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO
AUTOR: : FRANCISCO DE ASSIS COSTA E OUTROS
ADVOGADO : EDNA DE FATIMA VIANA
REU: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
VARA : 21ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008576-0 PROT.:19/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : FRANCISCA RODRIGUES NOGUEIRA FORTES
EMBDO: : EVANDRO SABINO DE FARIAS E OUTROS
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008577-4 PROT.:19/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : FRANCISCA RODRIGUES NOGUEIRA FORTES
EMBDO: : MARIA DO SOCORRO COSTA E OUTROS
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008578-8 PROT.:19/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : FRANCISCA RODRIGUES NOGUEIRA FORTES
EMBDO: : FRANCISCA MAIA DOS SANTOS FERREIRA E OUTROS
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008578-8 PROT.:19/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : FRANCISCA RODRIGUES NOGUEIRA FORTES
EMBDO: : FRANCISCA MAIA DOS SANTOS FERREIRA E OUTROS
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008583-2 PROT.:19/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : FRANCISCA RODRIGUES NOGUEIRA FORTES
EMBDO: : MARIA LUCIA MONTEIRO GURJAO E OUTROS
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008586-3 PROT.:19/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : FRANCISCA RODRIGUES NOGUEIRA FORTES
EMBDO: : MARIA FREIRE PUGAS E OUTROS
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008587-7 PROT.:19/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : FRANCISCA RODRIGUES NOGUEIRA FORTES
EMBDO: : EDIMA TEIXEIRA DE PAIVA MAIA E OUTROS
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008611-8 PROT.:19/03/2007
CLASSE : 11101-EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
EMBTE: : BRASILIA ESQUADRIAS DE ALUMINIO LTDA ME E OUTROS
ADVOGADO : PEDRO PAULO BERNARDES LOBATO
EMBDO: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008620-7 PROT.:19/03/2007
CLASSE : 11101-EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
EMBTE: : TRENCH ROSSI E WATANABE ADVOGADOS
ADVOGADO : ANDRE ALVIM DE PAULA RIZZO
EMBDO: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008621-0 PROT.:19/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : FRANCISCA RODRIGUES NOGUEIRA FORTES
EMBDO: : JOMAR BARBOSA PINTO E OUTROS
VARA : 21ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008622-4 PROT.:19/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVOGADO : JOSE CARLOS R SILVA
EMBDO: : DIREDIESEL PECAS E ASSISTENCIA TECNICA LTDA E OUTROS
VARA : 17ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008648-1 PROT.:20/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : LUCAS AIRES BENTO GRAF
EMBDO: : IZOLDA LELIA QUINTELA DE ARAUJO E OUTROS
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008648-1 PROT.:20/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : LUCAS AIRES BENTO GRAF
EMBDO: : IZOLDA LELIA QUINTELA DE ARAUJO E OUTROS
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008752-4 PROT.:20/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : FRANCISCA RODRIGUES NOGUEIRA FORTES
EMBDO: : MARIA DA LUZ ISMAEL O MELO E OUTROS
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008753-8 PROT.:20/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : FRANCISCA RODRIGUES NOGUEIRA FORTES
EMBDO: : LUIZ GONZAGA DA COSTA CABRAL E OUTROS
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008754-1 PROT.:20/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : FRANCISCA RODRIGUES NOGUEIRA FORTES
EMBDO: : MARIA RITA OLIVEIRA MEDEIROS E OUTROS
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008755-5 PROT.:20/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : FRANCISCA RODRIGUES NOGUEIRA FORTES
EMBDO: : FRANCISCO DA SILVA BEZERRA E OUTROS
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008756-9 PROT.:20/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : FRANCISCA RODRIGUES NOGUEIRA FORTES
EMBDO: : CATARINA DE SENA MELO OLIVEIRA E OUTROS
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008757-2 PROT.:20/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : NICOLA BARBOSA DE AZEVEDO DA MOTA
EMBDO: : ALADIM TADEU FERREIRA
VARA : 13ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008958-0 PROT.:21/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : DANIEL CESAR AZEREDO AVELINO
EMBDO: : TIAGO MOURA DOS SANTOS
VARA : 9ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.008958-0 PROT.:21/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : DANIEL CESAR AZEREDO AVELINO
EMBDO: : TIAGO MOURA DOS SANTOS
VARA : 9ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009010-4 PROT.:22/03/2007
CLASSE : 11101-EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
EMBTE: : UNIMED DE OURINHOS - COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO
ADVOGADO : ADRIANA PEREIRA DE MENDONCA
EMBDO: : CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009024-1 PROT.:22/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : ROMULO TORRES COSTA
EMBDO: : PAULO ANTONIO DA SILVA RIBEIRO E OUTROS
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009025-5 PROT.:22/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : FRANCISCA RODRIGUES NOGUEIRA FORTES
EMBDO: : LINDALVA MONTEIRO GOMES
VARA : 17ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009026-9 PROT.:22/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : FRANCISCA RODRIGUES NOGUEIRA FORTES
EMBDO: : EMILIO DE FARIAS JUNIOR E OUTROS
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009027-2 PROT.:22/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : FRANCISCA RODRIGUES NOGUEIRA FORTES
EMBDO: : SINDICATO DOS POLICIAIS RODOVIARIOS FEDERAIS NO ESTADO DE SERGIPE E OUTROS
VARA : 13ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009028-6 PROT.:22/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : FRANCISCA RODRIGUES NOGUEIRA FORTES
EMBDO: : SINDICATO DOS POLICIAIS RODOVIARIOS FEDERAIS NO ESTADO DE SERGIPE E OUTROS
VARA : 13ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009029-0 PROT.:22/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : FRANCISCA RODRIGUES NOGUEIRA FORTES
EMBDO: : SINDICATO DOS POLICIAIS RODOVIARIOS FEDERAIS NO ESTADO DE SERGIPE E OUTROS
VARA : 13ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009050-5 PROT.:22/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : TULIO SOBRAL MARTINS E ROCHA
EMBDO: : ERNANDO CARNEIRO DE PADUA E OUTROS
VARA : 3ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009050-5 PROT.:22/03/2007
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : TULIO SOBRAL MARTINS E ROCHA
EMBDO: : ERNANDO CARNEIRO DE PADUA E OUTROS
VARA : 3ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009221-4 PROT.:23/03/2007
CLASSE : 1600-AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS
AUTOR: : ALDEMARIO BATISTA SANTOS E OUTROS
ADVOGADO : JOSE CARLOS DE ALMEIDA
REU: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.009921-7 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : JOSE CARLOS LOPES
ADVOGADO : SIBELE GUIMARAES SALGADO
IMPDO: : COORDENADOR GERAL DE R.H. DO MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL
VARA : 21ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010025-6 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 4100-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : ALBERTO CAVALCANTE BRAGA
EXCDO: : DIRCE EVILASIO DE PINA
VARA : 9ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010027-3 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 4100-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS E OUTROS
ADVOGADO : VALERIA ZIMPECK
EXCDO: : TELECOMUNICACOES DE BRASILIA SA TELEBRASILIA
VARA : 9ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010138-1 PROT.:29/03/2007
CLASSE : 5101-AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO
AUTOR: : RAIMUNDO CAMPELO
ADVOGADO : NELSON TOKASHIKE
REU: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010256-1 PROT.:30/03/2007
CLASSE : 9200-MEDIDA CAUTELAR INOMINADA
REQTE: : JOSE FRANCELINO FILHO E OUTROS
ADVOGADO : MARIA ELISABETE LOPES LEITE
REQDO: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
VARA : 17ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010525-5 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : IDESP INSTITUTO DIAGNOSTICO ESPECIALIZADO LTDA E OUTROS
ADVOGADO : RICARDO ROCHA VIOLA
REU: : CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE
VARA : 4ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010525-5 PROT.:03/04/2007
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : IDESP INSTITUTO DIAGNOSTICO ESPECIALIZADO LTDA E OUTROS
ADVOGADO : RICARDO ROCHA VIOLA
REU: : CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE
VARA : 4ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010691-1 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : ANFIP ASSOCIACAO NACIONAL DOS FISCAIS DE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS E OUTROS
ADVOGADO : FRANCISCO GOMES NETO
EXCDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010692-5 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : ANFIP ASSOCIACAO NACIONAL DOS FISCAIS DE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS E OUTROS
ADVOGADO : FRANCISCO GOMES NETO
EXCDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010693-9 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : ANFIP ASSOCIACAO NACIONAL DOS FISCAIS DE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS E OUTROS
ADVOGADO : FRANCISCO GOMES NETO
EXCDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010694-2 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : ANFIP ASSOCIACAO NACIONAL DOS FISCAIS DE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS E OUTROS
ADVOGADO : FRANCISCO GOMES NETO
EXCDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010695-6 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : ANFIP ASSOCIACAO NACIONAL DOS FISCAIS DE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS E OUTROS
ADVOGADO : FRANCISCO GOMES NETO
EXCDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010696-0 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : ANFIP ASSOCIACAO NACIONAL DOS FISCAIS DE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS
ADVOGADO : FRANCISCO GOMES NETO
EXCDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010697-3 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : ANFIP ASSOCIACAO NACIONAL DOS FISCAIS DE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS
ADVOGADO : FRANCISCO GOMES NETO
EXCDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010698-7 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : ANFIP ASSOCIACAO NACIONAL DOS FISCAIS DE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS
ADVOGADO : FRANCISCO GOMES NETO
EXCDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010698-7 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : ANFIP ASSOCIACAO NACIONAL DOS FISCAIS DE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS
ADVOGADO : FRANCISCO GOMES NETO
EXCDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010699-0 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : ANFIP ASSOCIACAO NACIONAL DOS FISCAIS DE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS
ADVOGADO : FRANCISCO GOMES NETO
EXCDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010700-5 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : ANFIP ASSOCIACAO NACIONAL DOS FISCAIS DE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS
ADVOGADO : FRANCISCO GOMES NETO
EXCDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010701-9 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : ANFIP ASSOCIACAO NACIONAL DOS FISCAIS DE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS
ADVOGADO : FRANCISCO GOMES NETO
EXCDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010702-2 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : ANFIP ASSOCIACAO NACIONAL DOS FISCAIS DE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS
ADVOGADO : FRANCISCO GOMES NETO
EXCDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010703-6 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : ANFIP ASSOCIACAO NACIONAL DOS FISCAIS DE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS
ADVOGADO : FRANCISCO GOMES NETO
EXCDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010704-0 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : ANFIP ASSOCIACAO NACIONAL DOS FISCAIS DE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS
ADVOGADO : FRANCISCO GOMES NETO
EXCDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010705-3 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : ANFIP ASSOCIACAO NACIONAL DOS FISCAIS DE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS
ADVOGADO : FRANCISCO GOMES NETO
EXCDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010705-3 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 4101-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : ANFIP ASSOCIACAO NACIONAL DOS FISCAIS DE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS
ADVOGADO : FRANCISCO GOMES NETO
EXCDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010793-0 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 9200-MEDIDA CAUTELAR INOMINADA
REQTE: : MARILZI DO ROCIO CAPELINI KIRCHNER
ADVOGADO : MIRYAM NARA ROCHA REIS
REQDO: : UNIAO FEDERAL
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010850-0 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 5109-AÇÃO DE RESTAURAÇÃO DE AUTOS
REQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : ANILDO FABIO DE ARAUJO
REQDO: : C.Q.R. - CIA QUIMICA DO RECONCAVO
VARA : 1ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010853-1 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 5109-AÇÃO DE RESTAURAÇÃO DE AUTOS
REQTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : GILDA MARIA FREIRE GARCIA
REQDO: : ODAIR PINHEIRO
VARA : 1ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010859-3 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 10402-EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA
EXPTE: : BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO : JEZANIAS DO REGO MONTEIRO
EXCTO: : PEDRO LEONEL PINTO DE CARVALHO
VARA : 13ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010868-2 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 9200-MEDIDA CAUTELAR INOMINADA
REQTE: : MARIA JOSE ALVES
ADVOGADO : SEBASTIAO MORAES DA CUNHA
REQDO: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.011080-5 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 5109-AÇÃO DE RESTAURAÇÃO DE AUTOS
REQTE: : CANDURA DO BRASIL COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
ADVOGADO : LYANA ROMERO SANT'ANNA
REQDO: : UNIAO FEDERAL
VARA : 13ª VARA FEDERAL

II-REDISTRIBUICAO
1)AUTOMÁTICA

PROCESSO : 2007.34.00.009862-0 PROT.:28/03/2007
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : AUTO POSTO JURUNA LTDA
ADVOGADO : SIMONE MARCONI RODRIGUES CRUZ
REU: : AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO ANP
VARA : 21ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010661-3 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : MARIA DE LOURDES CORDEIRO COELHO
ADVOGADO : BENEDITO CORDEIRO NEVES
IMPDO: : PRESIDENTE DA EMPRESA GESTORA DE ATIVOS EMGEA E OUTROS
VARA : 1ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010846-0 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : DIEGO PASI E OUTROS
ADVOGADO : TERCIO DE MATOS OLIVEIRA
IMPDO: : PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE IMIGRACAO
VARA : 13ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010855-9 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : ERIVELTO RODRIGUES DA SILVA
IMPDO: : COORDENADOR GERAL DE ELABORACAO SISTEMATIZACAO E APLICACAO DAS NORMAS DA SECREATARIA DE RH MPOG
VARA : 3ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010856-2 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 2300-HABEAS DATA
IMPTE: : OSWALDO FERNANDO REIS
ADVOGADO : FERNANDO ELIAS DOS REIS COSTA
IMPDO: : COMANDANTE DE CENTRO INTEGRADO DE DEFESA AEREA E CONTROLE DE TRAFEGO AEREO
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010858-0 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 7200-AÇÃO POPULAR
REQTE: : PEDRO LEONEL PINTO DE CARVALHO
ADVOGADO : JEZANIAS DO REGO MONTEIRO
REQDO: : UNIAO FEDERAL E OUTROS
VARA : 13ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.010862-0 PROT.:09/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : ANDREA DE GOIS ALCANTARA
ADVOGADO : DEUSDEDITE GOMES ARAUJO
IMPDO: : PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.011058-6 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : GLAUCIEIDE BRINGEL MARQUES
ADVOGADO : GERALDO MAGELA DE ALMEIDA
IMPDO: : PROCURADOR GERAL DA FAZENDA NACIONAL
VARA : 3ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.011081-9 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 13101-AÇÃO PENAL PÚBLICA / PROCESSO COMUM / JUIZ SINGULAR
AUTOR: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ADVOGADO : VALTAN TIMBO MARTINS MENDES FURTADO
REU: : ROGERIO DE JESUS BARRETO E OUTROS
VARA : 12ª VARA FEDERAL

II-REDISTRIBUICAO
2)POR DEPENDENCIA

PROCESSO : 2007.34.00.011081-9 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 13101-AÇÃO PENAL PÚBLICA / PROCESSO COMUM / JUIZ SINGULAR
AUTOR: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ADVOGADO : VALTAN TIMBO MARTINS MENDES FURTADO
REU: : ROGERIO DE JESUS BARRETO E OUTROS
VARA : 12ª VARA FEDERAL

III-NÃO HOUVE IMPUGNAÇÃO

IV-DEMONSTRATIVO

DISTRIBUIDOS AUTOMATICAMENTE	:	125
DISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA	:	83
DISTRIBUIDOS MANUALMENTE	:	0
REDISTRIBUIDOS AUTOMATICAMENTE	:	8
REDISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA	:	1
REDISTRIBUIDOS MANUALMENTE	:	0
TOTAL DOS PROCESSOS	:	217

PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO ESPECIAL (JEF)
I-DISTRIBUICAO
1)AUTOMÁTICA

PROCESSO : 2006.34.00.704805-3 PROT.:16/11/2006
CLASSE : 51209-CÍVEL / PREVIDENCIÁRIO / OUTROS / JEF
AUTOR: : CARLOS PINTO FERREIRA
ADVOGADO : WALTERSON MARRA
REU: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 23ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.700837-9 PROT.:10/04/2007
CLASSE : 70990-PETIÇÃO DIVERSA / TR
REQTE.: : MARIO GUILHERME DA SILVEIRA
ADVOGADO : LUIZ VICENTE DE MEDEIROS QUEIROZ NETO
REQDO.: : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
VARA : 1ª TURMA RECURSAL: RELATOR-2

PROCESSO : 2007.34.00.700147-9 PROT.:16/01/2007
CLASSE : 51201-CÍVEL / PREVIDENCIÁRIO / CONCESSÃO DE BENEFÍCIO / JEF
AUTOR: : FRANCISCO GOMES DA SILVA
ADVOGADO : NADJA FERREIRA GUEDES
REU: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 23ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.700276-5 PROT.:25/01/2007
CLASSE : 51201-CÍVEL / PREVIDENCIÁRIO / CONCESSÃO DE BENEFÍCIO / JEF
AUTOR: : ANTONIO GONCALVES NETO
ADVOGADO : DEFENSORIA PUBLICA
REU: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 23ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.700562-3 PROT.:31/01/2007
CLASSE : 51900-PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL / OUTROS / JEF
AUTOR: : VALBER DA COSTA AGUIAR
ADVOGADO : GEOVANA SCATOLINO SILVA
REU: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
VARA : 23ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.700242-2 PROT.:23/01/2007
CLASSE : 51201-CÍVEL / PREVIDENCIÁRIO / CONCESSÃO DE BENEFÍCIO / JEF
AUTOR: : BENEDITA GOMES FREIRE
REU: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 24ª VARA FEDERAL

III-NÃO HOUVE IMPUGNAÇÃO
IV-DEMONSTRATIVO

DISTRIBUIDOS AUTOMATICAMENTE	:	2
DISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA	:	4
DISTRIBUIDOS MANUALMENTE	:	0
REDISTRIBUIDOS AUTOMATICAMENTE	:	0
REDISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA	:	0
REDISTRIBUIDOS MANUALMENTE	:	0
TOTAL DOS PROCESSOS	:	6

Juiza Titular : DRA. RENATA MESQUITA RIBEIRO
Juiza Substit. : DRA. RENATA MESQUITA RIBEIRO
Dir. Secret. : GABRIELA SANTOS TORRES

EXPEDIENTE DO DIA 11 DE ABRIL DE 2007

Atos da Exma. : DRA. RENATA MESQUITA RIBEIRO

AUTOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2003.34.00.708029-1 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR : VALADIR JOSE DE SOUZA
ADVOGADO : DF00005534 - YVONE FERNANDES DA COSTA ASTOLPHI
REU : UNIAO FEDERAL

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Para a Sra. Iracema Rodrigues de Souza apresentar termo de inventariança.

2003.34.00.719769-5 CÍVEL / PREVIDENCIÁRIO / JEF

AUTOR : JOAO MANCINI
ADVOGADO : RJ00122527 - CESAR LUIZ FRANCO DIAS
REU : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Vista à parte autora dos cálculos apresentados pelo INSS às fls. 111/120.

2006.34.00.701719-6 CÍVEL / PREVIDENCIÁRIO / CONCESSÃO DE BENEFÍCIO / JEF

AUTOR : MARIA DAS DORES MATOS SANTIAGO
ADVOGADO : DF00011885 - MOISES JOSE MARQUES
REU : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Considerando a certidão supra, torno sem efeito parte do despacho de fl.31, mantendo o indeferimento do pedido para devolução do prazo para apelação.

AUTOS COM SENTENÇA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.742779-6 CÍVEL / TRIBUTÁRIO / JEF

AUTOR : LEILA MARIA ROCHA E SILVA E OUTROS
ADVOGADO : DF00019795 - ALINE ARAUJO PORTELA

ADVOGADO	:	DF00008364 - MAGDA FERREIRA DE SOUZA
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Julgo procedente o pedido para declarar a inexistência de relação jurídica que obrigue a parte autora a recolher o imposto de renda e proventos de qualquer natureza relativamente das férias indenizadas e licenças especiais e condenar a parte ré a restituir os valores indevidamente recolhidos a este título.

2006.34.00.702627-0 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR	:	ELENICE MARIA FERRAZ
ADVOGADO	:	DF00017441 - SERGIO LINDOSO BAUMANN DAS NEVES
REU	:	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA FUB

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Julgo procedente o pedido para determinar que a FUB cumpra a obrigação de fazer consistente em averbar o tempo de serviço prestado em missão no exterior no período de 04/10/1995 a 13/12/2001.

2005.34.00.757072-1 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL / OUTROS / JEF

AUTOR	:	NAILTON DE ARAUJO LIMA
ADVOGADO	:	DF00007541 - NAILTON DE ARAUJO LIMA
REU	:	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL CONSELHO SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Julgo improcedente o pedido, razão pela qual, extingo o feito com resolução do mérito.

2006.34.00.704641-6 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL / OUTROS / JEF

AUTOR	:	OSMAR BARBOSA DE SOUZA JUNIOR
ADVOGADO	:	DF00024193 - SERGIO MURILO FONSECA MARQUES CASTRO
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Julgo improcedente o pedido, razão pela qual, extingo o processo, com resolução do mérito.

AUTOS COM

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.756619-0 CÍVEL / PREVIDENCIÁRIO / CONCESSÃO DE BENEFÍCIO / JEF

AUTOR	:	JOANA MARTINS DA SILVA
ADVOGADO	:	DF00012994 - DANILO RIBEIRO DE CARVALHO
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Vista ao autor, para que em 10 (dez) dias, manifeste-se sobre as alegações do INSS em sede de contestação.

2002.34.00.713921-0 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR	:	ELCIO BIAGE E OUTRO
ADVOGADO	:	DF00004595 - ULISSES BORGES DE RESENDE
REU	:	UNIAO FEDERAL

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Vista à parte autora para que se manifeste sobre os cálculos apresentados pela Contadoria Judicial, no prazo de 15 (quinze) dias.

2003.34.00.706787-1 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR	:	EDIS RODRIGUES JUNIOR
ADVOGADO	:	DF00013518 - PAULO FELIX BORGES
REU	:	UNIAO FEDERAL

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Vista à parte autora para que se manifeste sobre os cálculos apresentados pela Contadoria Judicial, no prazo de 15 (quinze) dias.

2003.34.00.721803-0 CÍVEL / TRIBUTÁRIO / JEF

AUTOR	:	JOSE GERALDO ALVES VIEIRA
ADVOGADO	:	DF00013371 - MARTINHO COURA
REU	:	FAZENDA NACIONAL

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Vista à parte autora para que se manifeste sobre os cálculos apresentados pela Contadoria Judicial, no prazo de 15 (quinze) dias.

2003.34.00.710946-4 CÍVEL / PREVIDENCIÁRIO / JEF

AUTOR	:	FABIANO RODRIGUES SUSANO
ADVOGADO	:	DF00016858 - NILTON LAFUENTE
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Vista ao autor, para que em 15 (quinze) dias, manifeste-se sobre as alegações do INSS de que o benefício foi revisto (fls. 65/70).

2003.34.00.707379-0 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR	:	HUMBERTO RESENDE BRAZ DA SILVA
ADVOGADO	:	DF00016128 - JORGE ADEMAR DA SILVA
REU	:	UNIAO FEDERAL

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Para a parte autora regularizar seu CPF, a fim de que seja expedida Requisição de Pequeno Valor, no prazo de 15 (quinze) dias.

2003.34.00.707636-3 CÍVEL / FGTS / JEF

AUTOR	:	JOSE ANTONIO MOSSRI NETO
ADVOGADO	:	DF0012452 - ANTONIO SOARES FONSECA JUNIOR
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Vista à parte autora, para que se manifeste acerca da petição e documentos de fls. 101/106, apresentados pela CEF.

2002.34.00.712127-6 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR	:	CLAUDIA REGINA DE LIMA MACEDO
ADVOGADO	:	SP00182374 - ANDREIA DA SILVA LIMA
REU	:	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE FNS

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Para a advogada da parte autora informar a este Juízo o número de seu CPF, a fim de que seja incluída na Requisição de Pequeno Valor a quantia referente aos honorários advocatícios.

JUÍZO FEDERAL DA 3ª VARA

Juiza Titular	:	DRA. MÔNICA JACQUELINE SIFUENTES P. DE MEDEIROS
Juiz Substit.	:	DR. PABLO ZUNIGA DOURADO
Dir. Secret.	:	GEOVANA CRISTINA LEITE DE CASTRO FLORES

EXPEDIENTE DO DIA 10 DE ABRIL DE 2007

Atos da Exma.	:	DRA. MÔNICA JACQUELINE SIFUENTES P. DE MEDEIROS

AUTOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.029772-5 AÇÃO MONITÓRIA

AUTOR	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00018527 - THAIS SEVERO BARBOSA
RÉU	:	MARIA MATILDE OLIVEIRA DE SOUSA

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Considerando que versa a causa sobre direitos disponíveis, defiro o requerimento de fl. 45.
Designo, portanto, o dia **02/05/2007, às 14h30**, para realização de audiência de tentativa de conciliação.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.034365-0 AÇÃO SUMÁRIA / CONDOMÍNIO: IMPOSTOS, TAXAS, CONTRIBUIÇÕES E DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO

REQTE	:	CONDOMINIO DO EDIFICIO CNB 11 LOTES 12/13
ADVG.	:	DF00003133 - LEILA TOLOMELI DUTRA
REQDO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Tendo em vista o que dispõe o art. 6º, I, da Lei nº 10.259/2001, a competência é, sim, deste juízo para processar e julgar o feito, uma vez que condomínio não é nem pessoa física, tampouco, microempresa ou empresa de pequeno porte.
Assim, designo o dia **24/04/2007, às 14h30**, a fim de realizar audiência de tentativa de conciliação.

AUTOS COM SENTENÇA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.020772-3 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	ISOLINA PEREIRA PADILHA
ADVG.	:	DF00018693 - GETULIO MENEZES FLORES
ADVG.	:	DF00002489 - RUY MONTEIRO CONDE
IMPDO	:	PRO-REITOR ADMINISTRATIVO DA FUNCACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
IMPDO	:	PROC.ADOR GERAL FEDERAL
PROC.	:	MT00003860 - OSVALMIR PINTO MENDES

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Ante o exposto, concedo a segurança...
Declaro, por conseguinte, extinto o processo, com fundamento no art. 269, I, do CPC.
Custas ex lege. Sem honorários advocatícios... Sentença sujeita ao duplo grau de jurisdição. P.R.I. Oportunamente, arquivem-se.

Atos do Exmo.	:	DR. PABLO ZUNIGA DOURADO

AUTOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2003.34.00.042941-8 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	ORLANDO GOMES DE SOUZA
ADVG.	:	DF00008647 - WALDIVINO CARVALHO DOS SANTOS
REU	:	CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA-CFM
REU	:	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA
ADVG.	:	DF00010396 - GISELLE CROSARA LETTIERI GRACINDO
ADVG.	:	DF00013792 - JOSE ALEJANDRO BULLON SILVA
ADVG.	:	DF00012837 - OTHON DE AZEVEDO LOPES

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Considerando a pretensão da parte autora, de conferir efeitos infrigentes aos embargos de declaração opostos às fls. 988/989, intimem-se os requeridos para, querendo, se manifestar, no prazo sucessivo de cinco dias.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.032875-7 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	RODRIGO FIDELES ABRANTES
ADVG.	:	DF00016302 - ANDERSON NAZARENO RODRIGUES
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Recebo a apelação da União (fls. 178/207), somente no efeito devolutivo (art. 520, VII, CPC).
Intimar o autor-apelado para, querendo, apresentar contra-razões, no prazo legal.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.010595-4 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	TOTAL S.A
ADVG.	:	SP00183023 - ANDRE MARQUES GILBERTO
ADVG.	:	DF00016990 - LUCIO MENDES FROTA
ADVG.	:	SP0021734B - MAURO GRINBERG
ADVG.	:	SP00236615 - NATALIA FELIX
IMPDO	:	PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Não obstante a publicação do acórdão rechaçado ter ocorrido em 09/03/2007 (fl. 05), só em 09/04/2007 a parte impetrante ajuizou o presente mandado de segurança, indicando a data de 10/04/2007, data em que também chegou ao conhecimento deste juízo da referida ação, como o dia de perecimento de seu direito.
Contudo, verifico que há óbice à apreciação da liminar, porquanto foi juntada aos autos procuração outorgada por quem se diz representante da empresa francesa TOTAL S.A. , sem fazer qualquer prova desse fato. Ademais, a procuração não obedeceu ao comando inserto no art. 157 do CPC, razão pela qual deverá a impetrante regularizar sua representação processual, em 10 dias, sob pena de extinção do feito sem apreciação do mérito.

juíza Titular	:	DRA. MÔNICA JACQUELINE SIFUENTES P. DE MEDEIROS
Juiz Substit.	:	DR. PABLO ZUNIGA DOURADO
Dir. Secret.	:	GEOVANA CRISTINA LEITE DE CASTRO FLORES

EXPEDIENTE DO DIA 11 DE ABRIL DE 2007

Atos da Exma.	:	DRA. MÔNICA JACQUELINE SIFUENTES P. DE MEDEIROS

AUTOS COM VISTA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2003.34.00.091572-7 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL EXTINTO INAMPS
EMBDO	:	CARLOS PINTO FERREIRA
ADVG.	:	DF00000968 - ULISSES RIEDEL DE RESENDE

A Exma. Sra. juíza exarou :
Intimem-se as partes acerca das informações ou cálculos da Contadoria Judicial fls. pelo prazo de 05 (cinco)dias.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2002.34.00.020439-1 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	ADEMAR PADILHA DA SILVA E OUTROS
ADVG.	:	GO00000093 - HABIB TAMER BADIAO
EXCDO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00009170 - ALBERTO CAVALCANTE BRAGA

A Exma. Sra. juíza exarou :
Intimem-se o advogado/procurador para proceder à assinatura da petição juntada aos autos fls. sob pena de desentranhamento da peça, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.016106-4 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	JOSE EDUARDO FERNANDES CAVALCANTI
DEF. PUB	:	- ERASMO LOPES MATIAS DE FREITAS
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
REU	:	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA-FUB

A Exma. Sra. Juíza exarou :
Intimem-se a parte autora para fornecer cópia(s) da petição inicial, em número coincidente com a quantidade de réus, no prazo de 05 (cinco) dias.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

1998.34.00.004131-6 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	HELTON CARLOS LEITE RAMOS
ADVG.	:	DF00013080 - JOSAPHA FRANCISCO DOS SANTOS
ADVG.	:	DF0002046E - LUCIANA QUEIROZ MOREIRA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	- HUMBERTO MANOEL ALVES AFONSO

A Exma. Sra. Juíza exarou :
Certifico que a parte autora deverá ser intimada da juntada do(s) documento(s) de fls. pelo prazo de 05 (cinco) dias.

AUTOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.023645-0 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
PROC.	:	- CLAUDIUS FABIO CARAN BRITTO
PROC.	:	- MANOEL TAVARES PASTANA
EMBDO	:	MASSA FALIDA DE MORADIA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA

A Exma. Sra. juíza exarou :
Aos embargados, para impugnar, querendo, no prazo de 15 quinze dias.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2004.34.00.013336-0 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	JOSE TARCISIO SABOYA DE HOLANDA
EXCDO	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVG.	:	DF00004202 - MARIA DORALICE F DE BRITO

A Exma. Sra. juíza exarou :
...determino a expedição de requisição de pagamento no valor de R$228.990,41.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.001632-7 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	ANTONIO KLEBER LIMA
ADVG.	:	DF00008602 - EUNICE FRANCINE PALMEIRA
ADVG.	:	DF00012919 - FRANCISCO RODRIGUES PRETO JUNIOR
ADVG.	:	DF00014038 - GERALDO MARCONE PEREIRA
EXCDO	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROC.	:	- MARCELO BELISÁRIO DOS SANTOS

A Exma. Sra. juíza exarou :
...expeçam-se requisições de pagamento pelo valor incontroverso: R$3.771,01.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.012218-6 AÇÃO ORDINÁRIA / SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO (SFH)

AUTOR	:	SILVIA CASSIA CARVALHEDO CUNHA E OUTRO
ADVG.	:	DF00022228 - WILSON CESAR RASCOVIR
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
REU	:	EMPRESA GESTORA DE ATIVOS- EMGEA

A Exma. Sra. juíza exarou :
Intimem-se os autores para comprovarem em 10 (dez) dias o cumprimento, sob pena de revogação da tutela antecipada.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.034369-5 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	GLAUBER GLINS DE SOUZA E OUTROS
ADVG.	:	DF00019759 - MARCELO MARTINS NARDELLI
ADVG.	:	DF00020032 - ROBERTO OLIVEIRA COIMBRA
IMPDO	:	DIRETOR DE GESTAO DE PESSOAL DO DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL

A Exma. Sra. juíza exarou :
Verifico que o agravo interposto pela União foi na forma retida e que dele não foi intimada a parte impetrante.
...intime-se, por 10 (dez) dias.

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.023922-6 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	MARIA CELI CANEDO FONSECA
ADVG.	:	DF00013371 - MARTINHO COURA
EXCDO	:	UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROC.	:	- MARCELO BELISARIO DOS SANTOS

A Exma. Sra. juíza exarou :
Expeça-se a requisição para pagamento do valor de R$7.515,52.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2001.34.00.015790-3 AÇÃO POPULAR

REQTE	:	MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
LITISPA	:	DISTRITO FEDERAL
REQDO	:	WIGBERTO FERREIRA TARTUCE
REQDO	:	INSTITUTO BRASILEIRO DE EDUCACAO E RELACOES DO TRABALHO
ADVG.	:	DF00004058 - EVERALDO PELEJA D S OLIVEIRA
ADVG.	:	GO00014068 - FLAVIO RODOVALHO
ADVG.	:	DF00010001 - HERMAN TED BARBOSA
ADVG.	:	DF00013558 - JACQUES MAURÍCIO FERREIRA VELOSO DE MELO
PROC.	:	DF00009314 - ZELIO MAIA DA ROCHA
ASSIST.	:	UNIAO FEDERAL

A Exma. Sra. juíza exarou :
Converto o julgamento do feito em diligência.
...considerando a complexidade da causa em análise defiro o pedido formulado na petição de protocolo n. 036809-002.
Desse modo, intimem-se as partes, bem assim a União, que figura no feito na qualidade de assistente simples (fls), para apresentação de alegações finais, no prazo sucessivo de 10 (dez) dias.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2003.34.00.000686-3 AÇÃO ORDINÁRIA / SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO (SFH)

AUTOR	:	JOAO CARLOS HERRERO
ADVG.	:	DF00017503 - ANA LAURA SEIXAS DIAS
ADVG.	:	DF00004261 - DEUSDEDITA SOUTO CAMARGO
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

A Exma. Sra. juíza exarou :
Defiro. Desentranhem-se os documentos que instruíram a inicial e intime-se a advogada dos autos para retirá-los na Secretaria, em 05 (cinco) dias, mediante recibo nos autos.
Após, arquivem-se.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.031669-8 MEDIDA CAUTELAR INOMINADA

REQTE	:	LABORATORIO ACLIMACAO LTDA
ADVG.	:	DF00017230 - LEONALDO SILVA
REQDO	:	AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - ANVISA

A Exma. Sra. juíza exarou :
Indefiro o pedido de fls.
...providencie a Secretaria o cadastramento do nome do referido advogado nos registros do presente processo.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2004.34.00.027454-2 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	ALTAYR JOSE MATTEDI E OUTROS
ADVG.	:	DF00002787 - IVO EVANGELISTA DE AVILA
EXCDO	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROC.	:	- VERA LUCIA BMB DOS SANTOS

A Exma. Sra. juíza exarou :
Expeça(m)-se a(s) requisição(ões) de pagamento do valor incontroverso: R$ 141.936,08.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.023916-8 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	THEREZINHA DE MENDONCA GOMES E OUTROS
ADVG.	:	DF00006347 - JOAO BAPTISTA RODRIGUES DIAS
EXCDO	:	UNIAO FEDERAL
EXCDO	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
PROC.	:	- J.J.BERREDO FILHO
PROC.	:	- RODRIGUES CHAVES

A Exma. Sra. Juiza exarou :
...expeçam-se requisições de pagamento pelo valor incontroverso: R$105.572,10.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.029222-2 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	KARINA HELENA CALLAI
EXCDO	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROC.	:	- HELBERT DE OLIVEIRA COELHO

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Tendo em vista a não oposição de embargos à execução, expeça-se a requisição para pagamento do valor pretendido pela exequente.

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

1999.34.00.027401-5 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	HERMENEGILDO JOSE DE MENEZES BASTOS E OUTROS
ADVG.	:	DF00000081 - ARTURO BUZZI
EXCDO	:	UNIAO FEDERAL
PROC.	:	- J. J. BERREDO FILHO

A Exma. Sra. juíza exarou :
Fica o advogado da parte exequente intimado para retirar o alvará expedido, em 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.001628-6 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	NADJA MARIA RABELO GUIMARAES E OUTROS
ADVG.	:	DF00002787 - IVO EVANGELISTA DE AVILA
EXCDO	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROC.	:	- TÚLIO SOBRAL MARTINS E ROCHA

A Exma. Sra. juíza exarou :
...expeça(m)-se a(s) requisição(ões) de pagamento pelo valor incontroverso: R$26.952,87.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2004.34.00.047269-8 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO FNDE E OUTRO
PROC.	:	- LUÍS ANDRÉ MARTINS LIMA
PROC.	:	- PATRICIA BARRETO HILDEBRAND
EXCDO	:	COOPERATIVA DE LATICINIOS TEOFILO OTONI LTDA
ADVG.	:	DF00012997 - ANA LUISA RABELO PEREIRA
ADVG.	:	DF00014324 - ANDRE DE BARROS PEREIRA
ADVG.	:	DF00013529 - EDUARDO DE BARROS PEREIRA
ADVG.	:	DF00002475 - MARCOS JORGE CALDAS PEREIRA
ADVG.	:	MG00064029 - MARIA INES CALDEIRA PEREIRA DA SILVA MURGEL
ADVG.	:	DF00009747 - TADEU RABELO PEREIRA

A Exma. Sra. juíza exarou :
Deverá a parte exequente diligenciar, junto ao juízo deprecante, as despesas processuais.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

1999.34.00.038087-1 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	MARIA AMERICA DA FONSECA SAUDE
ADVG.	:	DF00008799 - ROGERIO LUIS BORGES DE RESENDE
EXCDO	:	UNIAO FEDERAL

A Exma. Sra. juíza exarou :
...expeça-se requisição de pagamento no valor fixado nos embargos: R$ 1.200,95.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

1999.34.00.012268-4 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	DENYS ROSA E OUTROS
ADVG.	:	DF00002787 - IVO EVANGELISTA DE AVILA
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROC.	:	- SEBASTIÃO GILBERTO MOTA TAVARES

A Exma. Sra. juíza exarou :
Indefiro o pedido de fls....
Arquivem-se, portanto, os autos com baixa na distribuição...

AUTOS COM DECISÃO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.034818-3 AÇÃO ORDINÁRIA / SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO (SFH)

AUTOR	:	LEANDRO SOARES MARTINS
ADVG.	:	DF00015123 - SEBASTIAO MORAES DA CUNHA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00017788 - ELGA LUSTOSA DE MOURA

A Exma. Sra. juíza exarou :
Defiro o pedido de fl. nomeando o Sr. César Oliveira Lobo perito do juízo....
Faculto às partes a nomeação de assistente técnico e formulação e quesitos no prazo de 05 (cinco) dias.

AUTOS COM SENTENÇA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2004.34.00.023478-9 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	BANCO CENTRAL DO BRASIL S/A
IMPDO	:	PRESIDENTE DA QUARTA CAMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL

A Exma. Sra. juíza exarou :
...denego a segurança buscada, declaro extinto o presente processo com julgamento de mérito.
Custas ex lege. Sem honórarios advocatícios...
P.R.I. Oportunamente, arquivem-se.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.019118-7 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	MARIA AMUCHASTEGUIT GONCALEZ
ADVG.	:	PB0002369A - DJALMA MENDES DE SOUZA
ADVG.	:	PB00010877 - SANMARA MARQUES BEZERRA
IMPDO	:	COORDENADOR GERAL DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTERIO DOS TRANSPORTES

A Exma. Sra. juíza exarou :
...denego a segurança, declarando extinto o processo, com julgamento do mérito (art. 269, I, do CPC).
Sem honorários. Custas pagas. P.R.I. Posteriormente, arquive-se.

Atos do Exmo.	:	DR. PABLO ZUNIGA DOURADO

AUTOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

78.00.00099-0 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDOPOLIS SP E OUTROS
ADVG.	:	DF00009594 - PATRICIA CAMPOS DO NASCIMENTO
EXCDO	:	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA INCRA
ADVG.	:	DF00005328 - CARMINA FERREIRA CAMPOS VIEIRA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Tendo em vista a concordância do INCRA com os cálculos apresentados pelos exequentes, expeçam-se as RPV's para pagamento das quantias indicados a fls. 675.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

95.00.05697-6 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR	:	CARLOS PASCOAL DE MELLO FERREIRA E OUTROS
ADVG.	:	DF00004056 - HELIO CARVALHO SANTANA
REU	:	UNIAO FEDERAL
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00009170 - ALBERTO CAVALCANTE BRAGA
PROC.	:	- J. J. BERREDO FILHO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...considero adimplida a obrigação principal.
Expeça-se alvará para levantamento dos créditos relativos a honorários sucumbenciais.

JUÍZO FEDERAL DA 4ª VARA

PORTARIA Nº 1, DE 11 DE ABRIL DE 2007

O DOUTOR ITAGIBA CATTA PRETA NETO, MM. JUIZ FEDERAL DA 4ª VARA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do Provimento nº 03, de 26/03/2002, da Corregedoria do Tribunal Regional Federal - 1ª Região, resolve:

I - Designar os servidores: Andréa Leão Tavares, Denise Vieira Martuscelli, Cleyde Chagas de Macedo, Sandra Ramos Cerqueira, Eleuza Maria de Jesus Castro, Geraldo Lopes, Maria Fernanda de Castro Ribeiro Murta, Maria Geilza Feitosa Araújo de Carvalho, Márcia Nunes de Miranda Clementino, Ricardo Cordeiro Batista, Ricardo Amorim Becker, Rômulo de Souza Batista, Sabrina Petrizzi Queiroz de Souza, Sylvia Lúcia Silveira, para trabalharem na Inspeção Anual da 4ª Vara da seção Judiciária do Distrito Federal, no período de 21 a 25 de abril de 2007.

ITAGIBA CATTA PRETA NETO
Juiz Federal Titular da 4ª Vara/DF

EDITAL DE INSPEÇÃO E INTIMAÇÃO

O DOUTOR ITAGIBA CATTA PRETA NETO, MM. JUIZ FEDERAL TITULAR DA 4ª VARA - SEÇÃO JUDI CIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL, NA FORMA DA LEI ETC.

FAZ SABER a todos os interessados, principalmente aos Senhores Advogados, que, de acordo com os artigos 13, incisos III, IV e VIII, da Lei nº 5.010, de 30/05/66, Provimento nº 03, de 26/03/2002, da Corregedoria do Tribunal Regional Federal - 1ª Região, foi designado o período de 21 a 25/05/2007, para a realização da INSPEÇÃO ANUAL ORDINÁRIA, da 4ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, na Sala de Audiências, localizada no SAS, Quadra 02, bloco "G", lote 08, 4º andar - Brasília-DF. No período de inspeção serão tomadas a termo todas as reclamações que as partes, advogados ou quaisquer interessados tiverem sobre os serviços da Secretaria da Vara. Ficam ainda intimados, nos termos e para os fins do art. 196 do CPC e do art. 7º,§ 1º, item 03, da Lei nº 8.906/94, a devolverem, até o início da inspeção, todos os processos em seu poder. O Ministério Público Federal e a Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, no Distrito Federal, são convidados a indicar respectivos representantes para acompanharem os trabalhos de inspeção. Ficam suspensos os prazos a partir de 14/05/2007, nos termos do art. 92, do Provimento 3, de 26/03/2002, *litteris*: " *A partir do prazo previsto no artigo 89 e durante o período de realização da inspeção ordinária, excluídos os processos retirados com carga, estarão suspensos os prazos, a marcação e a realização das audiências, sem, entretanto, haver interrupção da distribuição, devendo o juiz federal ou o juiz federal substituto, nas hipóteses de perecimento de direito ou outra situação que recomende sua atenção imediata, apreciar os pedidos urgentes*". Serão apreciados os pedidos urgentes, para evitar perecimento de direito. Dado e passado nesta Cidade de Brasília, Distrito Federal, aos 11 de abril de 2007. Eu_____(Márcia Nunes de Miranda Clementino), Diretora de Secretaria, subscrevo.

ITAGIBA CATTA PRETA NETO
Juiz Federal Titular da 4ª Vara/DF

JUÍZO FEDERAL DA 5ª VARA

Juiz Titular	:	DRA. DANIELE MARANHÃO COSTA
Juiz Substit.	:	DR. PAULO RICARDO DE SOUZA CRUZ
Dir. Secret.	:	BELA. ROSSANA ALVES LEITE

EXPEDIENTE DO DIA 10 DE ABRIL DE 2007

Atos do Exmo.	:	DR. PAULO RICARDO DE SOUZA CRUZ

AUTOS COM VISTA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

95.00.08081-8 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR	:	LUIZ HENRIQUE FREIRE DUARTE E OUTRO
ADVOGADO	:	DF00005980 - MARCO ANTONIO BILIBIO CARVALHO
ADVOGADO	:	DF00000968 - ULISSES RIEDEL DE RESENDE
REU	:	UNIAO FEDERAL
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO	:	DF00005794 - GISELA LADEIRA BIZARRA
PROCUR	:	- EDUARDO NOGUEIRA DA GAMA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
VISTA AOS AUTORES para retirar o alvará expedido.

1998.34.00.012531-9 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR	:	CARLOS MAGNO BARRETO FILHO E OUTROS
ADVOGADO	:	DF00005980 - MARCO ANTONIO BILIBIO CARVALHO
ADVOGADO	:	DF00000968 - ULISSES RIEDEL DE RESENDE
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO	:	DF00013337 - HUMBERTO MANOEL ALVES AFONSO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
VISTA AOS AUTORES para retirar o alvará expedido.

1998.34.00.015433-3 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR	:	WELMA FERREIRA LEITE E OUTROS
ADVOGADO	:	DF00011254 - HELOISA MONZILLO DE ALMEIDA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO	:	DF00004874 - VALDI CARDOSO FERNANDES

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
VISTA AOS AUTORES para retirar o alvará expedido.

1998.34.00.019407-9 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	RECOFARMA INDUSTRIA DO AMAZONAS LTDA
ADVOGADO	:	RJ00058352 - AUGUSTO MOREIRA DE CARVALHO
ADVOGADO	:	DF00002628 - JOAREZ DE FREITAS HERINGER
ADVOGADO	:	DF00008459 - SERGIO LUIZ SILVA
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
PROCUR	:	- MARLON TOMAZETTE

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
VISTA AOS AUTORES para retirar o alvará expedido.

2000.34.00.030842-5 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR	:	CLEIDE BEZERRA DE MEDEIROS E OUTROS
ADVOGADO	:	DF00008583 - JULIO CESAR BORGES DE RESENDE
ADVOGADO	:	DF00011723 - ROBERTO GOMES FERREIRA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO	:	DF00013178 - PAULO ROBERTO SOARES

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
VISTA AOS AUTORES para retirar o alvará expedido.

2000.34.00.032314-0 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR	:	SINDICATO EMPREG EM EST DE SAUDE DE BRASILIA DF
ADVOGADO	:	DF00011176 - CARMEN SILVA LARA DE SOUZA
ADVOGADO	:	DF00005980 - MARCO ANTONIO BILIBIO CARVALHO
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO	:	DF00005794 - GISELA LADEIRA BIZARRA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
VISTA AOS AUTORES para retirar o alvará expedido.

2001.34.00.004481-2 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR	:	MARCIA DE LION E OUTROS
ADVOGADO	:	DF00002021 - ESLY SCHETTINI PEREIRA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO	:	DF00004848 - MARIO LUIZ MACHADO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
VISTA AOS AUTORES para retirar o alvará expedido.

2001.34.00.008180-7 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR	:	ANNE MARIE MORAES DE CARVALHO E OUTROS
ADVOGADO	:	DF00002787 - IVO EVANGELISTA DE AVILA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
OUTROS	:	IVO EVANGELISTA DE AVILA SC ADVOGADOS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
VISTA AOS AUTORES para retirar o alvará expedido.

2001.34.00.014311-8 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR	:	MANOEL CARNEIRO DE ALMEIDA E OUTROS
ADVOGADO	:	DF00008583 - JULIO CESAR BORGES DE RESENDE
ADVOGADO	:	DF00011723 - ROBERTO GOMES FERREIRA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
VISTA AOS AUTORES para retirar o alvará expedido.

2003.34.00.004917-7 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR	:	NELSON ANTONIO LOUREIRO FARIAS E OUTRO
ADVOGADO	:	DF00011176 - CARMEN SILVA LARA DE SOUZA
ADVOGADO	:	DF00005980 - MARCO ANTONIO BILIBIO CARVALHO
ADVOGADO	:	DF00017315 - PATRICIA MACHADO VIEIRA DE ALMEIDA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO	:	SC00012989 - JORGE LUIS SCHIMITZ

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
VISTA AOS AUTORES para retirar o alvará expedido.

2003.34.00.020280-2 AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

AUTOR	:	LUCANO DA SILVA OLIVEIRA E OUTRO
ADVOGADO	:	DF0001945A - MELQUIADES MONTELO FERREIRA
ADVOGADO	:	TO00000702 - VILMAR PINTO DE AGUIAR
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO	:	DF0002124A - DIRCEU MARCELO HOFFMANN

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
VISTA AOS AUTORES para retirar o alvará expedido.

2003.34.00.023710-5 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR	:	FRANCISCO DAS CHAGAS BATISTA E OUTROS
ADVOGADO	:	DF00012409 - JOSE CARLOS DE ALMEIDA
ADVOGADO	:	DF00017184 - MARCOS A Z ROMANO
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
VISTA AOS AUTORES para retirar o alvará expedido.

2005.34.00.001176-0 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR	:	PROSOPIA REZENDE BRAGA
ADVOGADO	:	DF00016790 - MAX REZENDE BRAGA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
VISTA AOS AUTORES para retirar o alvará expedido.

2006.34.00.006833-9 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	EDINEY LOPES DOS SANTOS E OUTROS
ADVOGADO	:	DF00009315 - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
ADVOGADO	:	DF00013521 - MARCELO PERES BORGES
EXCDO	:	UNIAO FEDERAL
EXCDO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO	:	DF00005794 - GISELA LADEIRA BIZARRA
PROCUR	:	- EDUARDO NOGUEIRA DA GAMA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
VISTA AOS AUTORES para retirar o alvará expedido.

2005.34.00.037049-3 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	JOSE AUGUSTO OZIAS
ADVOGADO	:	DF00018693 - GETULIO MENEZES FLORES
ADVOGADO	:	DF00002489 - RUY MONTEIRO CONDE
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
VISTA AOS AUTORES em face da contestação apresentada.

AUTOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.017018-3 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	SOCIEDADE ANONIMA DE ELETRIFICACAO DA PARAIBA SAELPA E OUTROS
ADVOGADO	:	DF00015787 - ANETE MAIR MEDEIROS DE P VIEIRA
ADVOGADO	:	RJ00068912 - LUIZ GUILHERME MOREIRA ALVES
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Recebo o agravo retido. Vista à União.

94.00.02546-7 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO	:	DF0002124A - DIRCEU MARCELO HOFFMANN
ADVOGADO	:	DF00005794 - GISELA LADEIRA BIZARRA
EXCDO	:	MAURICIO KEDE FLOR
ADVOGADO	:	DF00011670 - CARLOS AUGUSTO MIRANDA DE SOUZA
ADVOGADO	:	DF00005850 - MARIA ANTONIETA TOSETTO
ADVOGADO	:	DF00007764 - RONALDO PINHEIRO DE ALMEIDA
ADVOGADO	:	RJ00084707 - RUBEM XAVIER DOS SANTOS FILHO
ADVOGADO	:	DF00006958 - URACY GASPAR BOSQUE

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Intime-se a CEF para requerer o que entender de direito, tendo em vista as reiteradas tentativas, frustradas, de intimar o Executado, bem como o seu advogado.

2004.34.00.026438-0 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	ALCIDES DA SILVA JUNIOR E OUTROS
ADVOGADO	:	DF00002787 - IVO EVANGELISTA DE AVILA
EXCDO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO	:	DF00005794 - GISELA LADEIRA BIZARRA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Intime-se o advogado IVO EVANGELISTA DE ÁVILA para assinar a peça de fls. 680/681.

2000.34.00.024380-3 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO	:	DF00005794 - GISELA LADEIRA BIZARRA
EXCDO	:	SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS SERPRO
ADVOGADO	:	DF00002680 - ANTONIO NELSON MORI

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Tendo em vista não haver saldo a ser levantado na conta vinculada ao presente feito, indefiro o pedido de fls. 436.

2005.34.00.036514-5 EXECUÇÃO DIVERSA POR CARTA ORIUNDA DE FEITO CÍVEL

EXQTE	:	DESTILARIA VALE DO IVAI S/A
ADVOGADO	:	DF0001928A - ANNA PAOLA ZONARI DE LORENZO
EXCDO	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Recebo a apelação nos efeitos devolutivo e suspensivo (art. 520, caput, 1ª parte, CPC). Vista à União para contra-razões.

2002.34.00.011773-8 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	ANTONIO VALDIR CARASSATO E OUTROS
ADVOGADO	:	SP00009441 - CELIO RODRIGUES PEREIRA
ADVOGADO	:	DF00008834 - CLAUDIA SANTANNA
EXCDO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO	:	DF00005794 - GISELA LADEIRA BIZARRA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Comprove o advogado CÉLIO RODRIGUES PEREIRA o pagamento do restante do valor do débito. Prazo: 10 dias.

89.00.01334-3 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	RAIMUNDO RODRIGUES DINIZ E OUTROS
ADVOGADO	:	DF0000788A - LUCIO JAIMES ACOSTA
EXCDO	:	UNIAO FEDERAL
PROCUR	:	- EDUARDO NOGUEIRA DA GAMA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Indefiro o pedido de fls. 636 ante os fundamentos de fls. 630.

2006.34.00.010581-3 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO	:	DF00020864 - OLIVIA MARIA CARVALHO PINHEIRO
EXCDO	:	JOSE ROBERTO DOS SANTOS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Em face da certidão de fls. , requeira a CEF o que de direito.

92.00.06566-0 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	JOSE HUMBERTO COSTA FAGUNDES E OUTROS
ADVOGADO	:	DF00001236 - OTONIL MESQUITA CARNEIRO
EXCDO	:	UNIAO FEDERAL
PROCUR	:	- GILDA MARIA FREIRE GARCIA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Esclareçam os Exeqüentes se a obrigação foi integralmente satisfeita. No silêncio ou em havendo concordância, venham os autos conclusos para sentença.

2007.34.00.006475-3 AÇÃO ORDINÁRIA / SISTEMA HIPOTECÁRIO

AUTOR	:	RICARDO GAROFALO LOOS E OUTRO
ADVOGADO	:	DF00016678 - EDINO CEZAR FRANZIO DE SOUZA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Emendem os autores a inicial, ajustando o valor atribuído à demanda ao seu conteúdo econômico, esclarecendo, ainda, que no presente caso deve guardar pertinência com o montante atual da dívida, tendo em vista o disposto no art. 259, V, do CPC.

2005.34.00.003704-6 AÇÃO ORDINÁRIA / SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO (SFH)

AUTOR	:	JOAQUIM RIBEIRO DA SILVA E OUTRO
ADVOGADO	:	DF00011438 - EDNA DE FATIMA VIANA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO	:	DF00012810 - JOSE DE RIBAMAR CAMPOS ROCHA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Arbitro os honorários periciais em R$ 1.000,00 (um mil reais), incluindo-se as despesas necessárias à sua consecução. Procedam os autores ao depósito integral do valor fixado, em 15 dias (art. 33, §único, do CPC).

2002.34.00.023483-6 AÇÃO MONITÓRIA

AUTOR	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO	:	DF00018527 - THAIS SEVERO BARBOSA
RÉU	:	EDUARDO HENRIQUE PITELLA PORTELLA
ADVOGADO	:	DF00017525 - JULIANA VARELLA BARCA DE MIRANDA PORTO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Arbitro os honorários periciais em R$ 800,00 (oitocentos reais), incluindo-se as despesas necessárias à sua consecução. Proceda a CEF ao depósito integral do valor fixado, em 15 dias (art. 33, §único, do CPC).

1997.34.00.009279-2 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	SINDICATO DOS TRABALHADORES FEDERAIS EM SAUDE TRABALHO PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIALSINDPREV
ADVOGADO	:	DF0001193A - HUMBERTO ELIO FIGUEIREDO DOS SANTOS
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Entendo pertinentes e razoáveis as alegações do autor de fls. 1154, razão pela qual DEFIRO o pedido de desmembramento do processo, na forma em que requerido. Apresente o Sindicato-autor as iniciais de execução, em número de 20 substituídos, por petição, que deverão ser autuadas e distribuídas por dependência a este Juízo, assim como aquela que deverá ter prosseguimento nestes autos.
(Despacho proferido pela MMA. JUÍZA FEDERAL SUBSTITUTA DA 6ª VARA, em substituição na 5ª Vara, DRA. MARIA CECILIA DE MARCO ROCHA)

2003.34.00.024181-8 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCUR	:	- JOAO CARLOS BERTOLA DE GOUVEIA
EMBDO	:	DARCY DOS SANTOS
EMBDO	:	DOMINGOS FERREIRA DE SOUZA
EMBDO	:	EDIVALDO CESAR ALVES
EMBDO	:	ERNANI VIANA DA SILVA
EMBDO	:	FLORIANO VICENTE DE OLIVEIRA
EMBDO	:	GEANNI DE CASTRO GONCALVES FERREIRA
EMBDO	:	JERFFERSON JAMES MENDONCA RAPOSO
EMBDO	:	JOAO MIGUEL DOS SANTOS
EMBDO	:	JOEL ANTONIO BANDEIRA
EMBDO	:	JOSE ALCIDES DA SILVA
ADVOGADO	:	DF00012284 - FERNANDO FREIRE DIAS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Recebo a apelação nos efeitos devolutivo e suspensivo (art. 520, caput, 1ª parte, do CPC). Vista aos Embargados para contra-razões.
(Despacho proferido pela MMA. JUÍZA FEDERAL SUBSTITUTA DA 6ª VARA, em substituição na 5ª Vara, DRA. MARIA CECILIA DE MARCO ROCHA)

2003.34.00.026022-5 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA
PROCUR	:	- ELSIO BENETTI
EMBDO	:	SIND DOS SERV TEC ADM DA FUB
ADVOGADO	:	DF00017183 - JOSE LUIS WAGNER

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Recebo a apelação nos efeitos devolutivo e suspensivo (art. 520, caput, 1ª parte, do CPC). Vista aos Embargados para contra-razões.
(Despacho proferido pela MMA. JUÍZA FEDERAL SUBSTITUTA DA 6ª VARA, em substituição na 5ª Vara, DRA. MARIA CECILIA DE MARCO ROCHA)

2004.34.00.020931-9 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCUR	:	DF00006721 - ANA LUISA DE CARVALHO GAZZINEO
PROCUR	:	DF00007547 - ANNAMARIA MUNDIM GUIMARAES BORGES
EMBDO	:	SINDICATO DOS TRAB FEDEM SAUDE TRABPREV E ASSISTSOC SINDPREVDF
ADVOGADO	:	DF0001193A - HUMBERTO ELIO FIGUEIREDO DOS SANTOS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Recebo a apelação nos efeitos devolutivo e suspensivo (art. 520, caput, 1ª parte, do CPC). Vista aos Embargados para contra-razões.
(Despacho proferido pela MMA. JUÍZA FEDERAL SUBSTITUTA DA 6ª VARA, em substituição na 5ª Vara, DRA. MARIA CECILIA DE MARCO ROCHA)

1998.34.00.006516-0 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	MARIA DAS GRACAS BRASILEIRO E OUTROS
ADVOGADO	:	DF00003590 - OLDEMAR BORGES DE MATOS
EXCDO	:	UNIAO FEDERAL
EXCDO	:	FUNDACAO LEGIAO BRASILEIRA DE ASSISTENCIA LBA
ADVOGADO	:	DF00004408 - JOCY SANTANA DE MORAIS
ADVOGADO	:	DF00006633 - LUCIA MARA SALIM B DE LIMA SANTOS
ADVOGADO	:	DF00007574 - REGINA CELIA TODD DE FREITAS SILVA
PROCUR	:	- EDUARDO NOGUEIRA DA GAMA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Requeiram os Exeqüentes o que lhes aprouver, tendo em vista o julgamento definitivo nos autos dos embargos à execução.
(Despacho proferido pela MMA. JUÍZA FEDERAL SUBSTITUTA DA 6ª VARA, em substituição na 5ª Vara, DRA. MARIA CECILIA DE MARCO ROCHA)

2004.34.00.009017-9 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	SINDICATO DOS TRABALHADORES FEDERAIS EM SAUDE, TRABALHO, PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL E OUTROS
ADVOGADO	:	DF1691A - MARISTELA PINTO DA MOTA
EXCDO	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Requeiram os Exeqüentes o que lhes aprouver, tendo em vista o julgamento definitivo nos autos dos embargos à execução.
(Despacho proferido pela MMA. JUÍZA FEDERAL SUBSTITUTA DA 6ª VARA, em substituição na 5ª Vara, DRA. MARIA CECILIA DE MARCO ROCHA)

2004.34.00.025351-8 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	NELMA SANTOS LIMA E OUTROS
ADVOGADO	:	DF0001672A - SOLANGE MARIA DE CARVALHO CAVALCANTE
EXCDO	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Requeiram os Exeqüentes o que lhes aprouver, tendo em vista o julgamento definitivo nos autos dos embargos à execução.
(Despacho proferido pela MMA. JUÍZA FEDERAL SUBSTITUTA DA 6ª VARA, em substituição na 5ª Vara, DRA. MARIA CECILIA DE MARCO ROCHA)

1999.34.00.038512-0 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	CLAUDIO ROBERTO DO NASCIMENTO E OUTROS
ADVOGADO	:	DF00008043 - DENISE APARECIDA RODRIGUES P. DE OLIVEIRA
ADVOGADO	:	DF00012919 - FRANCISCO RODRIGUES PRETO JUNIOR
EXCDO	:	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA FUB
ADVOGADO	:	DF00005394 - MIGUEL JOAQUIM BEZERRA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Considerando que a FUB já foi devidamente citada para o cumprimento da obrigação de fazer, indefiro o pedido de fls. 544 na forma como requerido.
(Despacho proferido pela MMA. JUÍZA FEDERAL SUBSTITUTA DA 6ª VARA, em substituição na 5ª Vara, DRA. MARIA CECILIA DE MARCO ROCHA)

2000.34.00.048728-6 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA IPEA
PROCUR	:	- JORGE DE SOUZA
PROCUR	:	- MAURICIO MURIACK DE FERNANDES E PEIXOTO
EMBDO	:	CLAYD DA SILVA NUNES
ADVOGADO	:	DF00001000 - ALCINO GUEDES DA SILVA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Manifestem-se os embargados quanto aos honorários de sucumbência. Sem manifestação, arquivem-se os autos.
(Despacho proferido pela MMA. JUÍZA FEDERAL SUBSTITUTA DA 6ª VARA, em substituição na 5ª Vara, DRA. MARIA CECILIA DE MARCO ROCHA)

2002.34.00.026201-6 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	CLAUDIA MARISA FERREIRA MACHADO E OUTRO
ADVOGADO	:	DF00012063 - ANTONIO VENILSON DA SILVA
EXCDO	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Esclareçam os Exeqüentes se a obrigação foi integralmente satisfeita. No silêncio ou em havendo concordância, venham os autos conclusos para sentença.
(Despacho proferido pela MMA. JUÍZA FEDERAL SUBSTITUTA DA 6ª VARA, em substituição na 5ª Vara, DRA. MARIA CECILIA DE MARCO ROCHA)

JUÍZO FEDERAL DA 6ª VARA

Juiza Titular	:	DRA. IVANI SILVA DA LUZ
Juiza Substit.	:	DRA. MARIA CECÍLIA DE MARCO ROCHA
Dir. Secret.	:	CIBELY PELEGRINO CHAGAS

EXPEDIENTE DO DIA 10 DE ABRIL DE 2007

AUTOS COM DECISÃO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

84.00.20117-5 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	PERDIGAO AGROINDUSTRIAL S/A
ADVG.	:	SP00118868 - FABIO GIACHETTA PAULILO
ADVG.	:	SP00063205 - SILVIA EDUARDA RIBEIRO COELHO
EXCDO	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROC.	:	- MARCO ANTONIO MENEGHETTI

A Exma. Sra. Juiza exarou :
(...)
Ante o exposto, com as escusas decorrentes da revisão de meu entendimento, determino o retorno dos autos à contadoria judicial para que refaça os cálculos de fls. 726/727: (...).
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2002.34.00.003295-4 AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

AUTOR	:	ANTONIO PAULO VIANA DE AQUINO
ADVG.	:	DF00002447 - FRANCISCO AGRÍCIO CAMILO
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00012810 - JOSE DE RIBAMAR CAMPOS ROCHA

A Exma. Sra. Juiza exarou :
(...) DEFIRO o bloqueio de dinheiro nas contas correntes do Executado ANTÔNIO PAULO VIANA DE AQUINO, CPF 279178351-20 até o valor de R$ 106,64 (cento e seis reais e sessenta e quatro centavos - atualização do valor de fls. 113/114, planilha em anexo, somado à multa de 10%), (...).

Juiza Titular	:	DRA. IVANI SILVA DA LUZ
Juiza Substit.	:	DRA. MARIA CECÍLIA DE MARCO ROCHA
Dir. Secret.	:	CIBELY PELEGRINO CHAGAS

EXPEDIENTE DO DIA 11 DE ABRIL DE 2007

AUTOS COM VISTA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2000.34.00.038858-3 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR	:	MOACIR MARQUES DA COSTA E OUTROS
ADVG.	:	DF00008583 - JULIO CESAR BORGES DE RESENDE
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00004848 - MARIO LUIZ MACHADO
ASSIST.	:	UNIAO FEDERAL

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Vista ao(s) (à)(s) autor(a)(s)(es)/exeqüente(s), pelo prazo de 10 (dez) dias, em face da petição e documentos de fls. 225/240.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2003.34.00.002909-0 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	LUCIA BARROS ALVES E OUTROS
ADVG.	:	DF00006102 - ALZIR LEOPOLDO DO NASCIMENTO
ADVG.	:	DF00008510 - EDELZA MARIA DE SOUZA FREITAS
EXCDO	:	UNIAO FEDERAL

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Intimem-se as partes, pelo prazo sucessivo de 05 dias, em face dos cálculos 513/518.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2002.34.00.017646-4 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	ANTONIO GARBELOTTO FILHO E OUTROS
ADVG.	:	DF00002787 - IVO EVANGELISTA DE AVILA
EXCDO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00006029 - DEOCLECIANO BATISTA

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Vista ao(s) (à)(s) autor(a)(s)(es)/exeqüente(s), pelo prazo de 10 (dez) dias, em face da petição e documentos de fls. 495/502.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2000.34.00.002346-4 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR	:	MARIA DE FATIMA LEAL SARAIVA E OUTROS
ADVG.	:	DF00006923 - EDEWYLTON WAGNER SOARES
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00010626 - HÉLIO HIRASAWA

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Vista ao(s) (à)(s) autor(a)(s)(es)/exeqüente(s), pelo prazo de 10 (dez) dias, para requerer o que entender de direito.

AUTOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2002.34.00.006754-1 MEDIDA CAUTELAR INOMINADA

REQTE	:	MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA
ADVG.	:	SC00012700 - LAWRENCE TANCREDO
ADVG.	:	SC00012673 - MARLON DE SOUZA FLOR
ADVG.	:	AM00002456 - VALERIO TANCREDO
REQDO	:	UNIAO FEDERAL
LITISPA	:	AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Recebo a apelação de fls. no efeito devolutivo.
Vista aos REQUERIDOS para ciência da sentença e para, querendo, apresentar contra-razões.

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.006854-1 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	GABRIELA ANDRADE SANTIAGO E OUTROS
ADVG.	:	DF00015598 - MARCELO RAMOS CORREIA
IMPDO	:	PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA
IMPDO	:	COMISSAO MISTA DE ESPECIALIDADES DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA
IMPDO	:	COMISSAO DE TITULO DE ESPECIALISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE DERMATOLOGIA SBD
ADVG.	:	DF00006644 - ANA LUIZA BROCHADO SARAIVA MARTINS
ADVG.	:	DF00010396 - GISELLE CROSARA LETTIERI GRACINDO

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Petição de fls. 125-42.
Mantenho a decisão de fls. 112-4 por seus próprios fundamentos.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.008951-4 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	SINDICATO DOS MEDICOS DO DISTRITO FEDERAL
ADVG.	:	RJ00083072 - LUIZ FELIPE BUAIZ ANDRADE
ADVG.	:	DF00005980 - MARCO ANTONIO BILIBIO CARVALHO
ADVG.	:	DF00020001 - THAIS MARIA SILVA RIEDEL DE RESENDE
ADVG.	:	DF00000968 - ULISSES RIEDEL DE RESENDE
REU	:	UNIAO FEDERAL

A Exma. Sra. Juiza exarou :
À vista do certificado retro, intime-se o Autor para recolher as custas iniciais de acordo com a PORTARIA PRESI Nº 1105-478, de 06.12.2006, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de cancelamento da distribuição (CPC, art. 257).
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

84.00.20679-7 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	MUNICIPIO DE BORDA DA MATAMINAS GERAIS E OUTROS
ADVG.	:	DF00009191 - SAVIO DE FARIA CARAM ZUQUIM
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROC.	:	- MARCO ANTONIO MENEGHETTI

A Exma. Sra. Juiza exarou :
O pedido de fls. 614/616 encontra-se prejudicado, tendo em vista o despacho de fls. 597/600.
Aguarde-se a regularização processual dos Municípios de Vazante-MG e Presidente Olegário, por 30 dias.

AUTOS COM DECISÃO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.038019-0 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	TAGUAUTO TAGUATINGA AUTOMOVEIS E SERVICOS LTDA
ADVG.	:	DF0001508A - AIDA DUTRA DANTAS FERREIRA
IMPDO	:	DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASILIA

A Exma. Sra. Juiza exarou :
(...) INDEFIRO O PEDIDO DE LIMINAR.

AUTOS COM SENTENÇA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

88.00.01094-6 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	UNIAO FEDERAL
EXCDO	:	EDUARDO GOMIDE DOMINGUES
EXCDO	:	EDUARDO SELIO MENDES
EXCDO	:	GLENIA MARIA DA FONSECA
EXCDO	:	FABIO PORFIRIO
EXCDO	:	SILVIO FERNANDO LEITE
EXCDO	:	SOLON DOS SANTOS
EXCDO	:	ALCEU MARQUES DOS SANTOS
EXCDO	:	ALVARO ALEXANDRINO DA SILVA
EXCDO	:	ANA AMELIA TEIXEIRA DA SILVA SANTOS
EXCDO	:	ANTONIA CARDOSO DAS NEVES
EXCDO	:	ANTONIA JOSE SOARES
EXCDO	:	AUDENILDA DE FIGUEIREDO SANTOS
EXCDO	:	DAISY KHOURY
EXCDO	:	DELCIO PELUCI VILELA
EXCDO	:	DOMINGOS JANOR PASSOS
EXCDO	:	DURVAL DOS SANTOS SILVA
EXCDO	:	FRANCISCO SERGIO NALINI
EXCDO	:	HAROLDO ANSELMO DA SILVA

EXCDO	:	HENRIQUE SERGIO DE ANDRADE MARINHO
EXCDO	:	IEDA MARIA PORTO LIMA
EXCDO	:	JOSE CARLOS DE REZENDE NETO
EXCDO	:	JOSE GELMINI
EXCDO	:	JOSE ROBERTO DA SILVA CARDOSO
EXCDO	:	LERSON ALVES DOS SANTOS
EXCDO	:	LINEU KAWASAKI
EXCDO	:	LUIZ ESCARMANHANI
EXCDO	:	MARIA AUREMI BEZERRA DA SILVA
EXCDO	:	MARIA BELIZARIA ABDALA SOUZA
EXCDO	:	MARIA CRISTINA MONTEIRO
EXCDO	:	MARIA DE LOURDES CORDEIRO DE AQUINO
EXCDO	:	MARIA DE LOURDES GOMES DA COSTA
EXCDO	:	MARIA DE LOURDES GOMES FAVACHO
EXCDO	:	MARIA HELENA DE FREITAS SOUSA
EXCDO	:	MARIA LUCIA MACEDO ANTUNES
EXCDO	:	MARIA RITA MAGELA
EXCDO	:	NELSON PESSUTO
EXCDO	:	ORIETTE ELIAS CHAMOUM
EXCDO	:	PAULO ELISIO DE OLIVEIRA BRAULE PINTO
EXCDO	:	PAULO YOSHITORA UENO
EXCDO	:	RAMON REIS ASSUNCAO
EXCDO	:	REGINA CELIA BATISTA CORDEIRO
EXCDO	:	ROBERTO EMILIO MULLER
EXCDO	:	ROSANE CAVALCANTE FRAGOSO
EXCDO	:	SERGIO MURILO MARELLO
EXCDO	:	ALZIRA RIBOLA BEZERRA
EXCDO	:	WALCI ALVES RIOS
ADVG.	:	RJ00065296 - CRISTINA MARIA LEAL XAVIER

A Exma. Sra. Juiza exarou :
(...) DECLARO, POR SENTENÇA, ... EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.037067-1 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	IESA PROJETOS EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S/A
ADVG.	:	DF00017306 - CELSO MERA JUNIOR
ADVG.	:	DF0001805A - JOAO JOAQUIM MARTINELLI
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

A Exma. Sra. Juiza exarou :
(...) Julgo os pedidos improcedentes (...)
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2004.34.00.043175-0 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	ALCIDES AGOSTINHO DA SILVA E OUTROS
ADVG.	:	DF00001475 - JOSE VIGILATO DA CUNHA NETO
ADVG.	:	DF00018706 - MARIA AUGUSTA FERREIRA DA SILVA CASTANHO
REU	:	UNIAO FEDERAL

A Exma. Sra. Juiza exarou :
(...) JULGO EXTINTO o processo, com exame de mérito, com fulcro no art. 269, inciso IV, do CPC (...)

JUÍZO FEDERAL DA 8ª VARA

Juiz Titular	:	DR. TALES KRAUSS QUEIROZ
Juiz Substit.	:	DR. TALES KRAUSS QUEIROZ
Dir. Secret.	:	BELA. ILKA URBANO FERNANDES PIMENTA

EXPEDIENTE DO DIA 28 DE MARÇO DE 2007

Atos do Exmo.	:	DR. TALES KRAUSS QUEIROZ

AUTOS COM VISTA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2001.34.00.027070-2 AÇÃO ORDINÁRIA / SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO (SFH)

AUTOR	:	JOMAR DE MORAIS
ADVOGADO	:	- GILVAN CESAR DA SILVA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
REU	:	CAIXA SEGURADORA S/A
ADVOGADO	:	DF00003495 - FRANCISCO CARLOS CAROBA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vista ao autor para que se manifeste sobre o acordo em tela.

AUTOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.007125-5 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	DRQ GRAFICA E EDITORA LTDA
ADVOGADO	:	DF00020009 - CLAUDIA SIMONE PRACA PAULA
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Em atenção aos princípios constitucionais do contraditório e ampla defesa e visando maiores esclarecimentos sobre os fatos insertos na petição inicial, apreciarei o pedido de tutela após a contestação. Cite-se.

2007.34.00.008066-9 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	DANIEL MARCIO ABREU BORGES
ADVOGADO	:	CE00009544 - GERLANO ARAUJO PEREIRA DA COSTA
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Em atenção aos princípios constitucionais do contraditório e ampla defesa e visando maiores esclarecimentos sobre os fatos insertos na petição inicial, apreciarei o pedido de tutela após a contestação. Cite-se.

2000.34.00.033229-5 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR	:	MARIA DE FATIMA DE SOUZA LIMA E OUTROS
ADVOGADO	:	DF00008583 - JULIO CESAR BORGES DE RESENDE
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...expeça-se , com as cautelas de praxe, alvará (s) de levantamento da (s) quantia (s) depositada (s), em favor do patrono dos autores que, por sua vez, deverá repassar aos constituintes, se for o caso, os valores referentes às custas, Cumpre ressaltar, ainda, que se tratando de verba de sucumbência, o respectivo alvará somente poderá ser retirado pelo o advogado. Fica o patrono dos autores intimado a comparecer ao balcão de atendimento desta Vara para agendar data e hora para retirada do (s) alvará (s).

2000.34.00.033474-2 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR	:	MARIA EMILIA CORREA DE LIMA E OUTROS
ADVOGADO	:	DF00008583 - JULIO CESAR BORGES DE RESENDE
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...expeça-se , com as cautelas de praxe, alvará (s) de levantamento da (s) quantia (s) depositada (s), em favor do patrono dos autores que, por sua vez, deverá repassar aos constituintes, se for o caso, os valores referentes às custas, Cumpre ressaltar, ainda, que se tratando de verba de sucumbência, o respectivo alvará somente poderá ser retirado pelo o advogado. Fica o patrono dos autores intimado a comparecer ao balcão de atendimento desta Vara para agendar data e hora para retirada do (s) alvará (s).

2006.34.00.023249-8 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	CEB DISTRIBUICAO S/A
ADVOGADO	:	DF00013789 - JANINE OCARIZ ALVES
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA INCRA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Concedo o derradeiro prazo para que a autora comprove o pagamento das custas junto à CEF, no código 5762, conforme art. 2º , da Lei 9289/96.

2007.34.00.008679-3 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	MARCIO PEREIRA DE CAMPOS
ADVOGADO	:	MS00011286 - JOSE LUIZ SAAD COPPOLA
ADVOGADO	:	MS00007641 - LUIZ MARLAN NUNES CARNEIRO
IMPDO	:	SUPERINTENDENTE DE OPERACOES DA CONAB-COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...intime-se o impetrante para que, no prazo de 05 (cinco) dias, esclareça o interesse procesual no prosseguimento do feito.

2006.34.00.030553-0 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR	:	SINDICATO DOS TRABALHADORES FEDERAIS EM SAUDE TRABPREV E ASSISTSOC NO DIST FEDERALSINDPREVS E OUTROS
ADVOGADO	:	RJ00067327 - ADRIANA CRISTINA DA PAIXAO
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...concedo o prazo de 10 (dez) dias para que os autores emendem a petição inicial, esclarecendo quais sindicalizados pretendem susbstituir ou representar. Na mesma oportunidade, para regularizar pressuposto processual da demanda, apresentem cópia do registro sindical no Ministério do Trabalho.

1999.34.00.031961-0 AÇÃO ORDINÁRIA / SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO (SFH)

AUTOR	:	MARIA ARLINDA MORRECK
ADVOGADO	:	DF00010141 - FLAVIO LEMOS DE OLIVEIRA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Diga a CEF se tem interesse na execução do julgado trazendo aos autos memória atualizada e discriminada de cálculos. Prazo de 30 (trinta) dias. Não havendo , dê-se baixa na Distribuição e arquivem-se.

2006.34.00.036232-1 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	MARIA ELI TRACHTENBERG E OUTRO
ADVOGADO	:	DF00019044 - WAGNER PIRES DE OLIVEIRA
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Nada a reconsiderar. Cite-se.

2002.34.00.039935-3 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	NOVASOC COMERCIAL LTDA E OUTROS
ADVOGADO	:	RS00047694 - LUIZ AUGUSTO MOOJEN DA SILVEIRA
ADVOGADO	:	RJ00091262 - MURILO VOUZELLA DE ANDRADE
IMPDO	:	DIRETOR GERAL DA AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA ANEEL
IMPDO	:	DIRETOR PRESIDENTE DA COMERCIALIZADORA BRASILEIRA DE ENERGIA EMERGENCIAL-CBEE

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Defiro o pedido de sucessão processual formulado às fls. . Dê-se vista à União.

2006.34.00.016737-0 MEDIDA CAUTELAR INOMINADA

REQTE	:	ASDIN ASSOCIACAO DOS SERVIDORES DA IMPRENSA NACIONAL
ADVOGADO	:	DF00023018 - INDIANARA WEISHEIMER ELIAS
REQDO	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Manifeste-se o autor sobre a contestação e agravo retido.

2005.34.00.031010-7 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
EXCDO	:	FERNANDO NASCIMENTO SILVA
EXCDO	:	DIONE NELI GARCIA VITORINO
EXCDO	:	AGOSTINHO FERREIRA DA SILVA
EXCDO	:	PATRICIA MARIA MACHADO COLELA DOYLE
EXCDO	:	ORIQUES JOSE MOREIRA
EXCDO	:	ANA CUNHA SOUZA
EXCDO	:	GIVALDO FRANCISCO COSTA
EXCDO	:	PEDRO LUIZ DA SILVA
EXCDO	:	JOSE JORGE LIMA TEIXEIRA
EXCDO	:	MARIA VILANI SAMPAIO
ADVOGADO	:	DF00007312 - EDISALDO SOARES DE ANDRADE

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Desentranhe-se o mandado de fls. para que seja cumprido no endereço fornecido à fl. Após, manifeste-se a CEF acerca da certidão de fls.

2006.34.00.036145-3 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	MIREILLE GEORGIA MACHADO
ADVOGADO	:	DF0006756E - CICERO DUARTE MOURA
ADVOGADO	:	DF00015758 - REJANE LUCIA ALVES DE ANDRADE
IMPDO	:	DIRETORA DE GESTAO DE PESSOAL DO DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Esclareça o impetrante, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca do noticiado pela autoridade impetrada às fls. do presente feito.

2006.34.00.001079-2 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS E OUTROS
ADVOGADO	:	RJ00012996 - GUSTAVO MIGUEZ DE MELLO
ADVOGADO	:	RJ00096006 - JULIANNA BANDEIRA TOSCANO
ADVOGADO	:	DF00002475 - MARCOS JORGE CALDAS PEREIRA
IMPDO	:	SUPERINTENDENTE NACIONAL DE FUNDOS E SEGUROS SOCIAIS DA CAIXA ECONOMICA FEDERAL
IMPDO	:	GERENTE NACIONAL DE SEGUROS E FUNDOS HABITACIONAIS DA CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...intimem-se as autoras remanescentes , Federal de Seguros S/A e Real Seguros S/A, para que informem se ainda permanece interesse no prosseguimento do feito.

2004.34.00.045353-3 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	FRANCISCO MOREIRA DA CRUZ FILHO
ADVOGADO	:	DF00011555 - IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR
IMPDO	:	SECRETARIO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTERIO DO PLANEJAMENTO ORCAMENTO E GESTAO
IMPDO	:	COORDENADOR GERAL DE RECURSOS HUMANOS DA ADVOCACIA GERAL DA UNIAO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Intimem-se as autoridades impetradas para que se manifestem sobre a petição de fls.

2005.34.00.028529-9 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	CRISTHIANO KARLO MORAES SANDIM
ADVOGADO	:	MG00078084 - JOSE VANIO OLIVEIRA SENA
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Manifeste-se o autor sobre a alegação da União de fls. 266/291. Prazo: 05 (cinco) dias.

2004.34.00.040565-2 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	ADEMAR GUILHERME IMHOFF E OUTROS
ADVOGADO	:	DF00012409 - JOSE CARLOS DE ALMEIDA
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Manifestem-se os autores Edevardson da Silva Vidal, Sadi Jorge Vieira da Silva, Ademar Guilherme Imhoff e Maria José das Dores sobre a possível litispendência detectada às fls. 60/61, no prazo de 10 (dez) dias, fazendo juntar cópia das sentenças proferidas nos processos mencionados na Certidão de Prevenção.

2001.34.00.000829-7 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	EDISON DA SILVA ZUZA E OUTROS
ADVOGADO	:	DF00012409 - JOSE CARLOS DE ALMEIDA
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Manifestem-se os autores Landri José de Sousa e Lucílio Rodrigues sobre a possível litispendência detectada às fls, no prazo de 10 (dez) dias, fazendo juntar cópia das iniciais e das sentenças proferidas nos processo mencionados na Certidão de Prevenção.

2006.34.00.003550-5 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	COORDENACAO DE APERFEICOAMENTO DE PESSOAL DE NIVEL SUPERIOR - CAPES
PROCUR	:	DF00007520 - JOSE TAVARES DOS SANTOS
EMBDO	:	ASSOCIACAO DOS SERVIDORES DA FUNDACAO COORDENACAO DE APERFEICOAMENTO DE PESSOAL DE NIVEL SUPERIOR
ADVOGADO	:	DF00016533 - ARENALDO FRANCA GUEDES FILHO
ADVOGADO	:	DF00011555 - IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Intime-se a embargante para providenciar os documentos indicados pela Contadoria Judicial. Prazo: 20 (vinte) dias.

2002.34.00.037905-3 MEDIDA CAUTELAR INOMINADA

REQTE	:	VIACAO ESMERALDA TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO	:	MG00079323 - FLAVIO BOTELHO MALDONADO
REQDO	:	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...concedo o prazo de 10 (dez) dias para que a autora proceda à citação da empresa Silva Tur Transportes e Turismo S/A na condição de litisconsorte passiva necessária, conforme , aliás , indêntica medida propugnada pelo TRF ao apreciar o MS nº 2006.01.00.048647.

2003.34.00.004814-4 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	VIACAO ESMERALDA TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO	:	MG00079323 - FLAVIO BOTELHO MALDONADO
REU	:	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...concedo o prazo de 10 (dez) dias para que a autora proceda à citação da empresa Silva Tur Transportes e Turismo S/A na condição de litisconsorte passiva necessária, conforme , aliás , indêntica medida propugnada pelo TRF ao apreciar o MS nº 2006.01.00.048647.

2004.34.00.018769-0 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	MANOEL SALVADOR DE ARAUJO
ADVOGADO	:	DF00002817 - JOSE CUPERTINO DA LUZ NETO
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Intime-se o advogado do autor para que esclareça se ainda patrocina os interesses deste, tendo em vista a petição e documentos de fls.

2007.34.00.008934-0 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	PATRICIA CAMILO FERREIRA DA SILVA
ADVOGADO	:	DF00023465 - HENRIQUE BULHOES DE CARVALHO
IMPDO	:	PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Em atenção aos princípios constitucionais do contraditório e ampla defesa e visando maiores esclarecimentos sobre os fatos insertos na petição inicial, apreciarei o pedido liminar depois das informações. Notifique-se.

2007.34.00.009033-0 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	ALCIDES HENRIQUE DE SOUZA
ADVOGADO	:	DF00011723 - ROBERTO GOMES FERREIRA
IMPDO	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
IMPDO	:	CHEFE DA AGENCIA DA PREVIDENCIA SOCIAL DE TAGUATINGA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Em atenção aos princípios constitucionais do contraditório e ampla defesa e visando maiores esclarecimentos sobre os fatos insertos na petição inicial, apreciarei o pedido liminar depois das informações. Notifique-se.

2004.34.00.006920-0 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL MINISTERIO DA FAZENDA
PROCUR	:	SP00184190 - PAULO EDUARDO M. PINTO DE ALMEIDA
EMBDO	:	LAIS DE FIGUEIREDO ASSIS
ADVOGADO	:	RJ0001403A - IZABEL DILOHE PISKE SILVERIO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Manifestem-se as partes sobre os cálculos da Contadoria Judicial. Prazo sucessivo de 20 (vinte) dias, primeiro a União.

2007.34.00.002658-9 MEDIDA CAUTELAR INOMINADA

REQTE	:	RONALDO CESAR CERQUEIRA DE ABREU
ADVOGADO	:	MG00099038 - MARIA REGINA DE SOUSA JANUARIO
ADVOGADO	:	DF00023712 - MARIANA DE FATIMA CANDIDO
REQDO	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Manifeste-se o autor sobre as alegações da União às fls., no prazo de 48 (quarenta e oito) horas. Após, retornem os autos imediatamente para conclusão, conforme consignado na decisão de fls.

1999.34.00.000606-2 AÇÃO ORDINÁRIA / SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO (SFH)

AUTOR	:	FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA RAMALHO E OUTRO
ADVOGADO	:	DF00008549 - HEBERT DA SILVA TAVARES
ADVOGADO	:	DF00012520 - MARIZETE RODRIGUES
REU	:	UNIAO FEDERAL
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Digam as partes, no prazo de 10 (dez) dias, sobre a possibilidade de acordo.

AUTOS COM DECISÃO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2004.34.00.009010-3 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	POLYENKA SA
ADVOGADO	:	DF00016068 - MAXIMINIANO EDUARDO ANDRADE CARDOSO
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
REU	:	CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S A ELETROBRAS
ADVOGADO	:	DF00009378 - EDUARDO A L FERRAO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...indefiro o pedido de fl....

2007.34.00.002924-1 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	ALINNE LOURENCO CUNHA
ADVOGADO	:	TO00001626 - OCELIO NOBRE DA SILVA
IMPDO	:	PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...indefiro o pedido de fl....

2006.34.00.033046-2 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	TRANSPORTES NOSSA SENHORA DO CARMO LTDA
ADVOGADO	:	MG00028830 - ANTONIO MARCOS COLOMBAROLI
ADVOGADO	:	MG00101472 - TULIO MARCIO COLOMBAROLLI
IMPDO	:	PRESIDENTE DO COMITE GESTOR DO PROGRAMA DE RECUPERACAO FISCAL - REFIS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
....indefiro o pedido liminar...

2007.34.00.001859-5 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	CLEBER ALVES
ADVOGADO	:	MG00064687 - KARLA F ROCHA DA CUNHA
IMPDO	:	DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL
IMPDO	:	DIRETORA DE GESTAO DE PESSOAL DO DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
....indefiro o pedido liminar...

2007.34.00.004260-7 MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO

IMPTE	:	ASSOCIACAO DOS PROCURADORES FEDERAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-APAFERJ
ADVOGADO	:	RJ00075117 - CESAR SUYPEENE DE MENEZES DOS SANTOS
IMPDO	:	COORDENADOR GERAL DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTERIO DOS TRANSPORTES
IMPDO	:	PRESIDENTE DA FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE
IMPDO	:	PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO EMBRATUR
IMPDO	:	SECRETARIO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTERIO DO PLANEJAMENTO ORCAMENTO E GESTAO
IMPDO	:	COORDENADOR GERAL DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTERIO DA FAZENDA
IMPDO	:	COORDENADOR GERAL DE RECURSOS HUMANOS DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA
IMPDO	:	COORDENADOR-GERAL DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTERIO DA JUSTICA
IMPDO	:	COORDENADOR GERAL DE RECURSOS HUMANOS DO INST. BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E REC. NAT. RENOV. IBAMA
IMPDO	:	COORDENADOR GERAL DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTERIO DA SAUDE
IMPDO	:	COORDENADOR GERAL DE RECURSOS HUMANOS DA ADVOGACIA GERAL DA UNIAO

IMPDO	:	DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS
IMPDO	:	PRESIDENTE DO INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL IPHAN
IMPDO	:	PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE
IMPDO	:	COORDENADOR GERAL DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTERIO DA AGRICULTURA
IMPDO	:	COORDENADOR GERAL DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
....indefiro o pedido liminar...

2007.34.00.004402-1 MEDIDA CAUTELAR INOMINADA

REQTE	:	BENEDITO ELME DOS SANTOS FILHO
ADVOGADO	:	MG00102770 - DELIO SOARES DE MENDONCA JUNIOR
ADVOGADO	:	MG00099038 - MARIA REGINA DE SOUSA JANUARIO
REQDO	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
....indefiro o pedido liminar...

2007.34.00.008872-1 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	ASPAM - ASSOCIACAO DE SERVIDORES PUBLICOS E AUXILIO MUTUO
ADVOGADO	:	RJ00096853 - MARIA INEZ DE BENEVIDES
IMPDO	:	SECRETARIO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTERIO DO PLANEJAMENTO ORCAMENTO E GESTAO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
....indefiro o pedido liminar...

2007.34.00.008762-7 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	DEANE LIANNA SILVA DOS SANTOS
ADVOGADO	:	DF00017090 - JOSE WASHINGTON DOS SANTOS
IMPDO	:	REITOR DO CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DE BRASILIA - UNICEUB

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...INDEFIRO a liminar...

2006.34.00.025060-9 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	REFLORESTADORA MONTE CARLO LTDA
ADVOGADO	:	DF00006534 - CARLOS MARIO DA SILVA VELLOSO FILHO
ADVOGADO	:	PR00007262 - IGUACIMIR G. FRANCO
ADVOGADO	:	PR00032538 - JULIANO M. FRANCO
ADVOGADO	:	DF00005306 - SERGIO CARVALHO
ADVOGADO	:	PR00027220 - SIMARA ZONTA
REU	:	UNIAO FEDERAL
REU	:	COMITE GESTOR DO REFIS, PROGRAMA DE RECUPERACAO FISCAL
REU	:	COORDENACAO DE ADMINISTRACAO TRIBUTARIA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...INDEFIRO o pedido de tutela antecipada...À réplica.

2006.34.00.018954-0 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	DIVINO CAMARGO DA CRUZ
ADVOGADO	:	DF00008771 - JOSE LUIZ BARROS DE OLIVEIRA
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...INDEFIRO o pedido de tutela antecipada , ficando revogada a decisão de fls.. Digam as partes, de forma fundamentada, se pretendem produzir provas.

2004.34.00.043154-1 AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

REQTE	:	MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCUR	:	- RONALDO PINHEIRO DE QUEIROZ
REQDO	:	CARLOS ELI MARTINS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...RECEBO a petição destação ação civil de responsabiliade por ato de improbidade administrativa. Cite-se o réu para apresentar contestação. Intime-se a União para manifestar interesse em compor a lide, na qualidade de litisconsorte ativo.

2006.34.00.013342-5 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	PEPE SOUZA COMERCIO LTDA
ADVOGADO	:	DF00020009 - CLAUDIA SIMONE PRACA PAULA
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
....reconsidero a decisão de fls. para o fim de INDEFERIR o pedido de tutela antecipada. À réplica.

2006.34.00.030555-8 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	CASSIANO ANDRADE SANTOS ME
ADVOGADO	:	DF00020009 - CLAUDIA SIMONE PRACA PAULA
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
....reconsidero a decisão de fls. para o fim de INDEFERIR o pedido de tutela antecipada. À réplica.

2007.34.00.008152-3 AÇÃO ORDINÁRIA / SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO (SFH)

AUTOR	:	DEUSUITA REIS CAVALCANTE E OUTRO
ADVOGADO	:	DF00022228 - WILSON CESAR RASCOVIR
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
REU	:	ENGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...INDEFIRO o pedido incidental de depósito pleiteado. Cite a CEF e a ENGEA..

AUTOS COM SENTENÇA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2004.34.00.020100-2 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	RUBENILSON CALDAS VALOIS
ADVOGADO	:	PA00011487 - ADAILSON JOSE DE SANTANA
IMPDO	:	PRESIDENTE DA BANCA EXAMINADORA DE AVALIACAO DE TITULOS DO CESPE/UNB

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...CONCEDO A SEGURANÇA...

2006.34.00.026217-5 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	MALTA PREFEITURA
ADVOGADO	:	PB00009774 - MARCIO BIZERRA WANDERLEY
IMPDO	:	COORDENADOR DA COORDENACAO GERAL DE CONVENIOS DO MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...CONCEDO A SEGURANÇA...

2004.34.00.002286-1 AÇÃO MONITÓRIA

AUTOR	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO	:	DF00009170 - ALBERTO CAVALCANTE BRAGA
ADVOGADO	:	DF00007658 - ALEXANDRE DUARTE DE LACERDA
RÉU	:	VANIA DE OLIVEIRA SANTOS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...DECRETO A EXTINÇÃO...

2004.34.00.020633-0 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO	:	DF00002124 - DIRCEU MARCELO HOFFMANN
ADVOGADO	:	GO00021179 - FABIANO DOS REIS TAINO
REU	:	FERNANDA FERNANDES COSTA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...DECRETO A EXTINÇÃO...

2005.34.00.020446-4 MEDIDA CAUTELAR INOMINADA

REQTE	:	14 BRASIL TELECOM CELULAR S.A.
ADVOGADO	:	DF00020460 - ANA PAULA LUZ
ADVOGADO	:	SP00221756 - ROBERTA MARIA DE BARROS FERNANDES
REQDO	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...DECRETO A EXTINÇÃO...

2006.34.00.029542-3 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	ADSERVIS MULTIPERFIL LTDA
ADVOGADO	:	DF00016371 - TATIANE BECKER AMARAL
ADVOGADO	:	DF0019680A - VINICIUS RIBEIRO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA
IMPDO	:	PREGOEIRO DA COMISSAO DE LICITACAO DO HOSPITAL DAS FORCAS ARMADAS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...DECRETO A EXTINÇÃO...

1997.34.00.010602-3 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	JOSE JACONIAS DE ARAUJO
ADVOGADO	:	DF00004893 - OTAVIO BRITO LOPES
ADVOGADO	:	DF00001236 - OTONIL MESQUITA CARNEIRO
EXCDO	:	FUNAI FUNDACAO NACIONAL DO INDIO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...JULGO EXTINTO....

2001.34.00.033019-5 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	MARIA DE JESUS CALDAS RABELO PEREIRA E OUTRO
ADVOGADO	:	DF00012997 - ANA LUISA RABELO PEREIRA
EXCDO	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...JULGO EXTINTO....

2005.34.00.020188-7 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	MARIA CECILIA ANDRADE SILVEIRA
ADVOGADO	:	DF00002817 - JOSE CUPERTINO DA LUZ NETO
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...JULGO EXTINTO....

2006.34.00.030719-5 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	MARIA JOSE BEZERRA FERRAZ
ADVOGADO	:	DF00019038 - JONILSON BASILIO DA SILVA
PROCUR	:	- MANOEL HELIO ALVES DE PAULA
EMBDO	:	UNIAO FEDERAL
PROCUR	:	- MANOEL HELIO ALVES DE PAULA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...JULGO EXTINTO....

2005.34.00.034606-0 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
EXCDO	:	ANTONIO FURLAN
ADVOGADO	:	DF00011723 - ROBERTO GOMES FERREIRA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...DECLARO EXTINTO...

2006.34.00.035273-5 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	CLAYTON EVENTOS TRANSPORTES E TURISMO LTDA EPP
ADVOGADO	:	DF00005951 - WALTER DE CASTRO COUTINHO
IMPDO	:	SUPERINTENDENTE DE SERVICOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA ANTT

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...DECLARO EXTINTO...

2006.34.00.037617-2 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	LUCIO SAVIO ARAUJO FREITAS
ADVOGADO	:	CE00013159 - ISABEL MOTA
IMPDO	:	DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONAUTICA DEPENS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...julgo o impetrante carecedor de ação...

2006.34.00.037532-8 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	ATTO TELEINFORMATICA LTDA
ADVOGADO	:	PR00040660 - DANIEL BRENNEISEN MACIEL
ADVOGADO	:	PR00021460 - MAURICIO ADAMOWSKI
IMPDO	:	PRESIDENTE DA COMISSAO PERMANENTE DE LICITACAO DO SENADO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...INDEFIRO a petição inicial...

2007.34.00.000387-6 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	JOSETUR VIAGENS E TURISMO LTDA EPP
ADVOGADO	:	SP00123328 - MARIA REGINA FERREIRA
IMPDO	:	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...INDEFIRO a petição inicial...

2007.34.00.008681-7 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	ANTONIO ZAVAREZZI
ADVOGADO	:	SP00171224 - ELIANA GUITTI
IMPDO	:	DIRETORA PRESIDENTE DA AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL ANAC

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...INDEFIRO a petição inicial...

2006.34.00.008187-6 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	ELIZENO ALVES BASTOS
ADVOGADO	:	DF00012204 - FRANCISCO MEDEIROS LOPES FILHO
IMPDO	:	CHEFE DA DELEGACIA DE CONTROLE DE SEGURANCA PRIVADA-DELESP/SR/DPF/DF

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...DENEGO A SEGURANÇA...

2006.34.00.026341-3 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	BRUNO GONCALVES DA SILVA
ADVOGADO	:	DF0001554A - NIVALDO DANTAS DE CARVALHO
IMPDO	:	SECRETARIO GERAL DO MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...DENEGO A SEGURANÇA...

2006.34.00.030055-9 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	ALEXANDRE NEVES MOREIRA
ADVOGADO	:	DF00008696 - MOZART GOUVEIA BELO DA SILVA
IMPDO	:	COORDENADOR-GERAL DE RECURSOS HUMANOS DA AGENCIA BRASILEIRA DE INTELIGENCIA - ABIN
IMPDO	:	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO DA AGENCIA BRASILEIRA DE INTELIGENCIA - ABIN

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...DENEGO A SEGURANÇA...

2005.34.00.013593-2 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	JORGE STORI DE LARA
ADVOGADO	:	RJ00127122 - RENATA MERATH GONZAGA
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS...

2005.34.00.020690-0 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	ANTONIO CARLOS DA COSTA CABRAL
ADVOGADO	:	DF00002817 - JOSE CUPERTINO DA LUZ NETO
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS...

2005.34.00.032884-6 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICACAO SA RADIOBRAS
ADVOGADO	:	DF0000415A - ARNALDO JOSE ETRUSCO PEREIRA
REU	:	WELTON DANNER TRINDADE

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...JULGO PROCEDENTE O PEDIDO...

2004.34.00.008364-6 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	LAERCIO ARI BALDANI E OUTROS
ADVOGADO	:	DF00002787 - IVO EVANGELISTA DE AVILA
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE...

2005.34.00.004120-7 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCUR	:	DF00005625 - NICOLA BARBOSA DE AZEVEDO DA MOTA
EMBDO	:	AUGUSTO DOS SANTOS BANDEIRA
EMBDO	:	ALMIR SOARES MORENO
EMBDO	:	ADILSON FERNANDES FRIGO
EMBDO	:	CARLOS RODRIGUES VIANA
EMBDO	:	NELMA FARIAS DA SILVA
EMBDO	:	LUCENIR DE OLIVEIRA CRUZ RIBEIRO CUNHA
EMBDO	:	JOSE DEMES FILHO
EMBDO	:	JOSE LOPES DE MELO
EMBDO	:	SINVAL PEREIRA DE MORAIS
EMBDO	:	MARIA DALVA LUCAS
ADVOGADO	:	DF00011116 - UBIRAJARA ARRAIS DE AZEVEDO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE...

2005.34.00.025835-0 MEDIDA CAUTELAR INOMINADA

REQTE	:	WENDEL RAMOS DE ARAUJO
ADVOGADO	:	DF00009191 - SAVIO DE FARIA CARAM ZUQUIM
ADVOGADO	:	DF00010429 - SEBASTIAO DO ESPIRITO SANTO NETO
REQDO	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE...

2000.34.00.036456-4 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
ADVOGADO	:	DF00008857 - GESSE DE ROURE FILHO
ADVOGADO	:	DF00013145 - SUZANA MEJIA
EMBDO	:	ADEMIR BRAZ DA SILVA
ADVOGADO	:	DF00008857 - GESSE DE ROURE FILHO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...ACOLHO PARCIALMENTE...

2000.34.00.049173-6 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCUR	:	- JORGE DE SOUZA
EMBDO	:	ANTENOR FERNANDES DA SILVA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...ACOLHO PARCIALMENTE...

2003.34.00.032047-4 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO FNDE
PROCUR	:	- GERALDO JOSE MACEDO DA TRINDADE
EMBDO	:	CLEUSA GONCALVES DE OLIVEIRA LIMA
EMBDO	:	CRISTINA MENDES BONFIM DA SILVA
ADVOGADO	:	DF00008043 - DENISE APARECIDA RODRIGUES P. DE OLIVEIRA
ADVOGADO	:	DF00012919 - FRANCISCO RODRIGUES PRETO JUNIOR

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...ACOLHO PARCIALMENTE...

2005.34.00.025745-0 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCUR	:	CE00002356 - FRANCISCA RODRIGUES NOGUEIRA FORTES
EMBDO	:	RAIMUNDO PEREIRA DE OLIVEIRA
EMBDO	:	PEDRO GONCALVES DA SILVA
EMBDO	:	RAIMUNDO LOPES DA SILVA
EMBDO	:	MARLY PEREIRA DE LIMA
EMBDO	:	NEI LUCIO TEIXEIRA
EMBDO	:	OSMAR RODRIGUES
EMBDO	:	PAULO CANDIDO RODRIGUES
EMBDO	:	RAIMUNDA ARAUJO LIMA
EMBDO	:	RAIMUNDA MARTINS COSTA
EMBDO	:	ROSIMAR COELHO ALVES
ADVOGADO	:	DF00005108 - TANIA MARIA MARTINS G LEÃO FREITAS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...ACOLHO PARCIALMENTE...

AUTOS COM

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2001.34.00.005338-1 AÇÃO ORDINÁRIA / SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO (SFH)

AUTOR	:	MARIA SOCORRO FONTENELLE PORTELA
ADVOGADO	:	DF00008549 - HEBERT DA SILVA TAVARES
ADVOGADO	:	DF0001578A - JOSE MAURO FRANCA CARDOSO
REU	:	UNIAO FEDERAL
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vista às partes da proposta de honorários de fls., pelo prazo de 05 (cinco) dias.

JUÍZO FEDERAL DA 10ª VARA

Juiza Titular	:	DRA. MARIA DE FÁTIMA DE PAULA PESSOA COSTA
Juiz Substit.	:	DR. RICARDO AUGUSTO SOARES LEITE
Dir. Secret.	:	BELA. MARILUCIA MIGUEL DE SOUZA

EXPEDIENTE DO DIA 11 DE ABRIL DE 2007

Atos da Exma.	:	DRA. MARIA DE FÁTIMA DE PAULA PESSOA COSTA

AUTOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.018534-8 AÇÃO PENAL PÚBLICA / PROCESSO COMUM / JUIZ SINGULAR

AUTOR	:	MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCUR	:	- GUSTAVO PESSANHA VELLOSO
REU	:	JOAO BATISTA CARDOSO
REU	:	GERACINO MARQUES BONFIM
ADVOGADO	:	GO00021968 - CAMILA NELLI E SILVA
ADVOGADO	:	GO00002098 - EDESIO SILVA
ADVOGADO	:	DF00026646 - ELIANE CRISTINA BUENO DE SOUZA
ADVOGADO	:	DF00016656 - MARIA DENISE ALMEIDA RIBEIRO
ADVOGADO	:	DF00018629 - MARIO LUIZ REBELO MIQUELINO CUNHA
ADVOGADO	:	DF00021958 - MONIQUE LAZARO SEVERINO
ADVOGADO	:	DF00008799 - ROGERIO LUIS BORGES DE RESENDE
ADVOGADO	:	DF00020786 - SAMYA DE MAGALHAES FALCAO
ADVOGADO	:	DF00004595 - ULISSES BORGES DE RESENDE

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Ficam intimadas as defesas de que foram expedidas cartas precatórias para a Seção Judiciária de Goiás e para a Subseção Judiciária de Itajaí/SC. Em 28/03/07".

2004.34.00.041510-1 AÇÃO PENAL PÚBLICA / PROCESSO COMUM / JUIZ SINGULAR

AUTOR	:	MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCUR	:	- CELSO ANTONIO TRES
REU	:	ERICO SOUZA FERREIRA
ADVOGADO	:	DF00015192 - ELVIS DEL BARCO CAMARGO
ADVOGADO	:	DF00016787 - MARIZETE MARIA DE SOUZA FURTADO

A Exma. Sra. Juiza exarou :
"Fica intimada a defesa para os fins do artigo 499 do CPP. Em 16/03/07".

2001.34.00.030492-4 AÇÃO PENAL PÚBLICA / PROCESSO COMUM / JUIZ SINGULAR

AUTOR	:	MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCUR	:	- ADRIANA COSTA BROCKES
REU	:	AMARILTO MOREIRA GOMES
ADVOGADO	:	DF00010638 - MARCIO FERREIRA DE OLIVEIRA

A Exma. Sra. Juiza exarou :
"Fica intimada a defesa de que foi designado o dia 24/07/07, às 14:30h, para oitiva de testemunhas. Em 12/03/07".

AUTOS COM DECISÃO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.003474-7 EMBARGOS DE TERCEIRO CRIMINAL

EMBTE	:	ALMERINDO GOMES DE SOUZA E OUTROS
ADVOGADO	:	DF00016352 - ANDRESSA DE PAIVA PELISSARI
ADVOGADO	:	DF00021678 - BRENO PESSOA CARDOSO BORGES
ADVOGADO	:	PE00021734 - HUGO PLUTARCO
ADVOGADO	:	DF00015986 - MARIA APARECIDA DA SILVA GOMES
ADVOGADO	:	DF00005945 - SERGIO ANTONINO FONSECA
EMBDO	:	MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCUR	:	- VALQUIRIA OLIVEIRA QUIXADA NUNES

A Exma. Sra. Juiza exarou :
"Determino a extinção do feito com relação a Paula Klissy Paulino de Souza, e julgo improcedentes os embargos com relação a Almerindo Gomes de Souza e Maria Paulino de Souza. Em 03/04/07".

AUTOS COM SENTENÇA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.007924-9 EXECUÇÃO DA SENTENÇA PENAL / OUTROS

REQTE	:	JUSTICA PUBLICA
REQDO	:	PEDRO DONIZETE PAZINATO
ADVOGADO	:	SP00128146 - ELISEU ALBINO PEREIRA FILHO

A Exma. Sra. Juiza exarou :
"Julgo extintas as penas. Em 29/03/07".

Atos do Exmo. : DR. RICARDO AUGUSTO SOARES LEITE

AUTOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.008863-2 CARTA PRECATÓRIA / PENAL

REQTE	:	MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO	:	MIGUEL FERREIRA MENDES
REQDO	:	JOSIVAN ALVES DA SILVA
REQDO	:	JOSE MARIA ROSA MONTEIRO
REQDO	:	ALVANISE QUEIROZ BRABO
REQDO	:	MICHELA ALMEIDA DE FARIAS
REQDO	:	JOSE GREGORIO RIBEIRO DE FARIAS
REQDO	:	JOSE SEVERO DE SOUZA JUNIOR
REQDO	:	NEUSA MARIA COSTA REZENDE
REQDO	:	LANDIVAL MORAES DE SOUSA
REQDO	:	DAVID DE ASSUNCAO BAIA
REQDO	:	LUIZ CARLOS NASCIMENTO FIGUEIREDO
ADVOGADO	:	PA0000C117 - CARLOS ALBERTO MACHADO RUFINO
ADVOGADO	:	DF00001065 - GUARACY DA SILVA FREITAS
ADVOGADO	:	AP00000314 - JOSENILDO DE OLIVEIRA CUIMAR
ADVOGADO	:	AP00000979 - MAURICIO SILVA PEREIRA
ADVOGADO	:	AP00000499 - MAURO JOAO MACEDO DA SILVA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"Ficam intimadas as defesas de que foi designado o dia 22/08/07, às 15:20h, para inquirição de testemunha. Ficam intimadas, ainda, de que foi expedida carta precatória na Seção Judiciária do Rio de Janeiro para oitiva de testemunha. Em 23/03/07".

AUTOS COM SENTENÇA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2004.34.00.041041-4 AÇÃO PENAL PÚBLICA / PROCESSO COMUM / JUIZ SINGULAR

AUTOR	:	MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCUR	:	- JOSE DIOGENES TEIXEIRA
REU	:	DIVINO TEIXEIRA PINTO
ADVOGADO	:	DF00009265 - LEOCADIO RAIMUNDO MICHETTI
ADVOGADO	:	DF00013736 - VALDIR PAULA DA FONSECA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"Nego provimento aos embargos de declaração. Em 03/04/07".

2002.34.00.017837-9 AÇÃO PENAL PÚBLICA / PROCESSO COMUM / JUIZ SINGULAR

AUTOR	:	MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCUR	:	- GUILHERME ZANINA SCHELB
PROCUR	:	- JOSE CARDOSO LOPES
REU	:	JOSE GUILHERME GONCALVES
REU	:	GIOVANNI RICCARDI
REU	:	JOSE ELISIO FERREIRA JUNIOR
REU	:	SILVIA REJANE DOS SANTOS
REU	:	LUCIANO ELPIDIO HERZOG
REU	:	OSMAR RODRIGUES DE OLIVEIRA JUNIOR
ADVOGADO	:	DF0001429A - ANTONINO JERONIMO PIAZZI
ADVOGADO	:	DF00010824 - DEOCLECIO DIAS BORGES
ADVOGADO	:	DF00012440 - HERALDO MACHADO PAUPÉRIO
ADVOGADO	:	DF00011395 - JOAO BOSCO DO ROSARIO BORGES
ADVOGADO	:	DF00002977 - JOSE EDUARDO RANGEL DE ALCKMIN
ADVOGADO	:	DF00013523 - LEONARDO VIEIRA LINS PARCA
ADVOGADO	:	PR00013041 - LOURIVAL APARECIDO CRUZ
ADVOGADO	:	DF00008558 - MARCELO BARBOSA COELHO
ADVOGADO	:	DF00017159 - MOEMA BRASIL DIAS
ADVOGADO	:	DF00010621 - ROBERTO LOUZADA
ADVOGADO	:	DF00015101 - RODRIGO OTÁVIO B DE ALENCASTRO
ADVOGADO	:	MG00021572 - SEGISMUNDO MARQUES GONTIJO
ADVOGADO	:	GO00009364 - THALES JOSE JAYME

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"Nego provimento aos embargos de declaração. Em 09/04/07".

JUÍZO FEDERAL DA 14ª VARA

Juiz Titular	:	DR. JAMIL ROSA DE JESUS OLIVEIRA
Juiz Substit.	:	DR. ROBERTO LUIS LUCHI DEMO
Dir. Secret.	:	LUIZ ANTONIO CAZADO DA SILVA

EXPEDIENTE DO DIA 11 DE ABRIL DE 2007

Atos do Exmo. : DR. JAMIL ROSA DE JESUS OLIVEIRA

AUTOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2004.34.00.043186-7 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	CARLOS ALBERTO GOMES DE MOURA
ADVG.	:	DF00002817 - JOSE CUPERTINO DA LUZ NETO
REU	:	UNIAO FEDERAL

2004.34.00.043708-3 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	IVAN BERG
ADVG.	:	DF00002817 - JOSE CUPERTINO DA LUZ NETO
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Arquivem-se os autos com as devidas anotações e baixas.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2004.34.00.029042-7 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	ALCIDES PEREIRA DA SILVA JUNIOR E OUTROS
ADVG.	:	DF00012409 - JOSE CARLOS DE ALMEIDA
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Recebo a apelação de fls. ... em seus efeitos devolutivo e suspensivo.
Intime-se a Fazenda Nacional para ciência da sentença de fls. ... e, bem como para apresentar as contra-razões, no prazo de 15 (quinze) dias.
Apresentadas ou não as contra-razões, subam os autos ao egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2001.34.00.033696-7 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	NIVAN BORGES DOS SANTOS
ADVG.	:	DF00011555 - IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR
REU	:	UNIAO FEDERAL

2004.34.00.017958-7 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	FRANCISCO GUALBERTO RIBEIRO
ADVG.	:	DF00002447 - FRANCISCO AGRÍCIO CAMILO
ADVG.	:	DF00003761 - JOSÉ RAIMUNDO DAS V FERREIRA
REU	:	UNIAO FEDERAL

2004.34.00.025912-1 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	ADILON ALVES DA SILVA E OUTROS
ADVG.	:	DF00012409 - JOSE CARLOS DE ALMEIDA
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Recebo a apelação de fls. ... em seus efeitos devolutivo e suspensivo.
Intime-se a União para ciência da sentença de fls. ... e, bem como para apresentar as contra-razões, no prazo de 15 (quinze) dias.
Apresentadas ou não as contra-razões, subam os autos ao egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2003.34.00.027416-5 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	LEONARDO PRUDENTE MARQUES
ADVG.	:	DF00016846 - GABRIELI CORCINO PIRES RIBEIRO
REU	:	CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL CORECONDF
ADVG.	:	DF00013529 - EDUARDO DE BARROS PEREIRA

2005.34.00.019710-9 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	TRANSPORTADORA SUAREZ LTDA
ADVG.	:	DF00020009 - CLAUDIA SIMONE PRACA PAULA
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Recebo a apelação de fls. ... em seus efeitos devolutivo e suspensivo.
Fica intimado o Autor para apresentar as contra-razões, no prazo de 15 (quinze) dias.
Apresentadas ou não as contra-razões, subam os autos ao egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2001.34.00.024566-1 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	PR00027390 - CLAITON LUIZ CORREA
ADVG.	:	GO00018725 - SERGIO MEIRELLES BASTOS
REU	:	ANTONIO PEREIRA REIS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Recebo a apelação de fls. ... em seus efeitos devolutivo e suspensivo.
Fica intimada a Autora para apresentar as contra-razões, no prazo de 15 (quinze) dias.
Apresentadas ou não as contra-razões, subam os autos ao egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2004.34.00.047305-9 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	BENEDITO MAURICIO DOS SANTOS E OUTROS
ADVG.	:	DF00018693 - GETULIO MENEZES FLORES
ADVG.	:	DF00002489 - RUY MONTEIRO CONDE
REU	:	UNIAO FEDERAL

2005.34.00.016610-4 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	ANTONIO CARLOS PINHO DE LIMA E OUTROS
ADVG.	:	DF00007962 - UBIRAMAR PEIXOTO DE OLIVEIRA
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Recebo a apelação de fls. ... em seus efeitos devolutivo e suspensivo.
Ficam intimados os Autores para apresentarem as contra-razões, no prazo de 15 (quinze) dias.
Apresentadas ou não as contra-razões, subam os autos ao egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.031115-7 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL
PROC.	:	DF00007595 - MARIA SOCORRO BRAGA
EMBDO	:	ALICE MARIA DE OLIVEIRA GONCALVES
ADVG.	:	DF00000968 - ULISSES RIEDEL DE RESENDE

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Indefiro o pedido de expedição de requisição de pagamento, eis que a União não concordou com os valores ora liquidados, portanto, não se trata de parcela incontroversa.
Recebo a apelação da União nos efeitos devolutivo e suspensivo.
Fica intimada a Embargada para apresentar as contra-razões, no prazo de 15 (quinze) dias.
Apresentadas ou não as contra-razões, subam os autos ao egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.012889-0 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL
EMBDO	:	NAGILA MAHMUD LAUAR
ADVG.	:	DF00004595 - ULISSES BORGES DE RESENDE

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Recebo a apelação do Embargante nos efeitos devolutivo e suspensivo.
Ficam intimados os Embargados para apresentarem as contra-razões, no prazo de 15 (quinze) dias.
Apresentadas ou não as contra-razões, subam os autos ao egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.024938-1 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00018747 - IGOR FELIPE GUSKOW
EMBDO	:	JORGE LUIZ DA SILVA ROSA
EMBDO	:	JOSE CLAYRTON LIMA DE ALBUQUERQUE
EMBDO	:	JOSE EDUARDO OLIVEIRA DE ANDRADE
EMBDO	:	MARCIA TEREZINHA DA CRUZ
EMBDO	:	MARIA MARCIA STRAPAZZON
EMBDO	:	NELIDA CRISTINA SILVA NASCIMENTO
EMBDO	:	NEUSA MATTIELLO CRUZ
EMBDO	:	PAULO CESAR DE MENEZES FAHEL
EMBDO	:	PAULO DE OLIVEIRA SILVA
EMBDO	:	PAULO SERGIO DELGADO SAMPAIO
ADVG.	:	DF00006923 - EDEWYLTON WAGNER SOARES

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Recebo a apelação dos embargados de fls. 164, em seus efeitos devolutivo e suspensivo.
Em face das contra-razões já terem sido apresentadas pela, às fls. 178, remetam-se os autos ao egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

AUTOS COM SENTENÇA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2002.34.00.002623-4 AÇÃO DE MANUTENÇÃO DE POSSE

AUTOR	:	ZULEIDE REIS CAVALCANTE
ADVG.	:	DF0002236A - LUCIA DANIEL DOS SANTOS
RÉU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
RÉU	:	LARCKY SOCIEDADE DE CREDITO IMOBILIARIO SA
ADVG.	:	DF00018747 - IGOR FELIPE GUSKOW

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...) Em face do exposto,
a) excluo a Larcky Sociedade de Crédito Imobiliário do pólo passivo, em face da sua ilegitimidade ad causam (art. 267, item VI, segunda figura, do Código de Processo Civil);
b) julgo improcedente o pedido.
Condeno a Autora nas custas do processo e na verba honorária à CEF, esta equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor da causa.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.004758-5 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	MARIA CRISTINA DAVILA MENDES
ADVG.	:	DF00002787 - IVO EVANGELISTA DE AVILA
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...) Em face do exposto, pronuncio a caducidade do direito de repetição de todos os pagamentos a título de Imposto de Renda incidente sobre o resgate de contribuições ao fundo de pensão.
Condeno a Autora nos honorários advocatícios, que fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), e nas custas processuais.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.009628-3 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	ANTONIO ILTON BOM FIM
ADVG.	:	RJ00089365 - JOSE BEZERRA DA SILVA
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...) Em face do exposto,
a) pronuncio a prescrição das parcelas eventualmente devidas e anteriores a 22 de março de 2001.
b) julgo improcedente o pedido quanto à pretensão e consectários.
Condeno o Autor nos honorários advocatícios, que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais), cuja execução fica suspensa por até 5 (cinco) anos, enquanto perdurar a situação de pobreza do beneficiário da justiça gratuita, nos termos do art. 12 da Lei nº 1.060, de 1950.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.035144-5 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	ANGELA MARIA MEIRELES POLI E OUTROS
ADVG.	:	DF00002787 - IVO EVANGELISTA DE AVILA
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...) Em face do exposto, pronuncio a caducidade do direito de repetição de todos os pagamentos a título de Imposto de Renda incidente sobre o resgate de contribuições ao fundo de pensão.
Condeno os Autores nos honorários advocatícios, que fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), e nas custas processuais.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2003.34.00.030154-6 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	INSTITUTO AERUS DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVG.	:	RJ0001646A - ANTONIO DE OLIVEIRA TAVARES PAES
ADVG.	:	RJ00059284 - CASSIUS ANIBAL RIOS
ADVG.	:	RJ00007550 - CLAUDIO LACOMBE
ADVG.	:	RJ00063376 - EDUARDO BRAGA TAVARES PAES
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...) Em face do exposto, pronuncio a prescrição, e declaro extinto o processo, pelo mérito, nos termos do art. 269, item IV, do Código de Processo Civil.
Condeno o Autor nas custas do processo e na verba honorária, esta de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa, em favor da União.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2004.34.00.025572-0 MEDIDA CAUTELAR INOMINADA

REQTE	:	JONAS CIRQUEIRA DOS SANTOS
ADVG.	:	DF00019437 - ELTON TOMAZ MAGALHAES
REQDO	:	FUNDACAO HABITACIONAL DO EXERCITO FHE
ADVG.	:	DF00012839 - MARIA BEATRIZ CASTILHO

2004.34.00.030906-8 MEDIDA CAUTELAR INOMINADA

REQTE	:	COMPANHIA ENERGETICA DE BRASILIA - CEB
ADVG.	:	DF0001056A - TEREZA CRISTINA ALVES PRADO
ADVG.	:	DF00006919 - VALQUIRES MACHADO ELIAS
REQDO	:	AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA ANEEL

2004.34.00.049016-1 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	INDUSTRIA DE PLASTICOS AGUIAR LTDA
ADVG.	:	DF00003439 - DELIO FORTES LINS E SILVA
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

2005.34.00.016102-0 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	COMPANHIA BRASILEIRA DE BEBIDAS E OUTRO
ADVG.	:	SP00048852 - RICARDO GOMES LOURENCO
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

2005.34.00.021598-8 MEDIDA CAUTELAR INOMINADA

REQTE	:	EVANDO FERREIRA SOARES
ADVG.	:	DF00020412 - LUIZ GUSTAVO MUGLIA
ADVG.	:	DF0001937A - MOACIR YAMAKAWA
ADVG.	:	DF00019541 - VANESSA MEIRELES RODRIGUES
REQDO	:	UNIAO FEDERAL

2005.34.00.022000-6 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	MAGNESITA SA
ADVG.	:	DF00007009 - FERNANDA GUIMARAES HERNANDEZ
ADVG.	:	DF00015730 - OSMAR TOGNOLO
ADVG.	:	DF00016652 - OTAVIO VELLOSO TOGNOLO
REU	:	FAZENDA NACIONAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...) Em face do exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido. (...)
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2001.34.00.027064-1 AÇÃO ORDINÁRIA / SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO (SFH)

AUTOR	:	FRANCISCA SILVEIRA DE PAULA
ADVG.	:	DF00011438 - EDNA DE FATIMA VIANA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00018747 - IGOR FELIPE GUSKOW

2002.34.00.039678-0 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	TAMANDARE AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA
ADVG.	:	GO00010297 - NILTON CARDOSO DAS NEVES
REU	:	UNIAO FEDERAL

2005.34.00.020806-0 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	PAULO JOSE DA SILVA FILHO E OUTROS
ADVG.	:	DF00013970 - JAIME DE OLIVEIRA
ADVG.	:	DF0004722E - JAIME DE OLIVEIRA JUNIOR
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...) Em face do exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos. (...)
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2003.34.00.043992-6 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	HILDO EVARISTO NUNES
ADVG.	:	DF00009148 - ITAMAR BATISTA LIMA
ADVG.	:	DF00009036 - ROGERIO GOMIDE CASTANHEIRA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
REU	:	SPAZIO ENGENHARIA CONSTRUCOES LTDA
ADVG.	:	SP00140659 - SANDRO ENDRIGO DE AZEVEDO CHIAROTI

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...) Em face do exposto,
a) julgo procedente o pedido contra a Caixa Econômica Federal, apenas em parte, condenando-a a depositar na conta corrente nº 00010900-5, da Agência 647, todos os depósitos irregularmente sacados, acrescidos de juros, à taxa de 1% ao mês, e correção monetária, tudo a contar dos respectivos saques até a devida reposição;
b) julgo improcedente o pedido contra a Spazio Engenharia Construções Ltda.
Condeno a CEF nas custas judiciais e nos honorários advocatícios, que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais); sem honorários em favor da Spazio, que não compareceu ao processo no prazo assinado na contestação.

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2004.34.00.019238-0 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	MARCOS JULIANO LUCAS DE CARVALHO
ADVG.	:	MG00077547 - RENATO LUIZ ZECHLINSKI JUNIOR
ADVG.	:	DF00015243 - TIAGO PIMENTEL SOUZA
REU	:	UNIAO FEDERAL
REU	:	CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETROBRAS
ADVG.	:	RJ00040520 - AYRTON JOSE FERREIRA FILHO
ADVG.	:	DF00015979 - FERNANDO BARBOSA DE SOUZA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...) Em face do exposto,
I) julgo procedente o pedido, para condenar a Eletrobrás e a União a, solidariamente:
a) pagarem à Autora correção monetária plena (incluídos os expurgos inflacionários), consoante a iterativa jurisprudência acima colacionada, dos valores do empréstimo compulsório incidente sobre o preço da energia elétrica, consoante se apurar em liquidação de sentença, ainda que tenha havido conversão em ações, caso em que será apurada a respectiva diferença a título de correção monetária, observada a prescrição;
b) aplicar a correção monetária plena e mensal aos resgates a serem realizados, e
c) juros remuneratórios, de 6% ao ano, incidentes sobre a diferença da correção monetária paga e a correção monetária plena, que deveria ser paga.
II) julgo improcedente o pedido concernente à diferença entre o valor de emissão e o de mercado das ações.
Condeno a Rés a restituírem proporcionalmente ao Autor as custas processuais por ele adiantadas e a lhe pagarem verba honorária equivalente a 5% do valor da condenação.
Sentença sujeita à revisão de ofício; oportunamente, subam os autos ao Eg. Tribunal ad quem.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2002.34.00.020818-0 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS DE SAO PAULO
ADVG.	:	DF00013377 - LUIS ANTONIO CASTAGNA MAIA
REU	:	UNIAO FEDERAL
REU	:	BANCO DO BRASIL
ADVG.	:	DF00011242 - ROSANGELA DE SOUZA RAIMUNDO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...) Assim, REJEITO os embargos.

Atos do Exmo.	:	DR. ROBERTO LUIS LUCHI DEMO

AUTOS COM SENTENÇA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2004.34.00.046827-0 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA FUB
PROC.	:	DF0000875A - ANTONIO CARLOS BARBOSA
EMBDO	:	CARLOS ROBERTO COSTA
EMBDO	:	CHESTER PEREIRA NUNES DA SILVA
EMBDO	:	CARLOS ALBERTO DE VASCONCELOS
EMBDO	:	CONSTANTINO SOARES DE CARVALHO
EMBDO	:	VALERIA CRISTINA LEAL
EMBDO	:	CLAUDIA LIMA FREIRE
EMBDO	:	LUIS RODRIGUES COELHO
ADVG.	:	DF00017183 - JOSE LUIS WAGNER

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...) Pelo do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES OS EMBARGOS À EXECUÇÃO (art. 269, I, do CPC) tão-somente para excluir a rubrica 200547 - "Adiantamento Venc/Provento" do cálculo de VALÉRIA CRISTINA LEAL. Tendo em vista que os Embargados decaíram de parte mínima do pedido, condeno a FUB nos honorários advocatícios, que fixo em R$ 1.000 (mil reais), considerada a simplicidade da causa. Sem custas (art. 7o, da Lei 9.289/96).
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.028567-6 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL
ADVG.	:	CE00002356 - FRANCISCA RODRIGUES NOGUEIRA FORTES
EMBDO	:	OLIELSON FRANCA LOBATO
EMBDO	:	AMERICO ANTONIO DA NATIVIDADE FILHO
EMBDO	:	MARILANE DOS REIS COELHO
EMBDO	:	MARIA DO SOCORRO ANDRADE
ADVG.	:	DF00012811 - STWART MOACIR M GOMES

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...) Em face do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES OS EMBARGOS À EXECUÇÃO (art. 269, I, do CPC) tão-somente para determinar que os juros sejam calculados de maneira decrescente a partir da citação. Tendo em vista a sucumbência mínima dos Embargados, já que o cálculo abrange o período de janeiro de 1993 a junho de 1998 e os juros devem ser decrescentes somente a partir de agosto de 1997, condeno a União nos honorários advocatícios, que fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), tendo em vista a simplicidade da causa. Sem custas (art. 7o, da Lei 9.289/96).
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2004.34.00.029205-0 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	AMYRES GISBERTO CHIQUINI E OUTROS
ADVG.	:	DF00012409 - JOSE CARLOS DE ALMEIDA
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...) Em face do exposto, REJEITO os presentes embargos de declaração.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.017788-9 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	VIABRASIL TRANSPORTES AEREOS LTDA E OUTRO
ADVG.	:	DF0006814E - ALEXANDRE DIAS LINS
ADVG.	:	DF00012968 - ALEXANDRE ROCHA PINHEIRO
ADVG.	:	DF00007202 - LUIS CARLOS BO ALCOFORADO
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...) Pelo exposto, REJEITO os embargos de declaração.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2000.34.00.047231-4 AÇÃO MONITÓRIA

AUTOR	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	MG00076652 - LEANDRO CLEMENTONI DA CUNHA
RÉU	:	C E VEICULOS E SERVICOS

2003.34.00.044351-1 AÇÃO MONITÓRIA

AUTOR	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00012810 - JOSE DE RIBAMAR CAMPOS ROCHA
RÉU	:	CLEIDE DARKE DE CARVALHO

2004.34.00.005127-0 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00012810 - JOSE DE RIBAMAR CAMPOS ROCHA
REU	:	VERIDIANA PEREIRA RODRIGUES

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...) Pelo exposto, homologo o pedido de desistência formulado pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF e EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 267, VIII, do CPC.
Sem honorários.
Defiro o desentranhamento dos documentos que acompanham a inicial, mediante cópia nos autos, à exceção da procuração, cujo original deve permanecer no processo.
Arquivem-se, oportunamente.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.010595-0 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA EMBRAPA
ADVG.	:	GO00013784 - JOAO BOSCO MENDES DE SALES
REU	:	M R CONSTRUCOES, COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA.

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...) Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO para condenar a empresa M.R. Construções Comércio e Representações Ltda ao pagamento de R$ 8.143,04, atualizado nos termos da fundamentação. Condeno a Ré ainda nas custas processuais e nos honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da condenação, tendo em vista a simplicidade da causa.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.002281-7 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	PATRICIA TONELLI BICALHO
ADVG.	:	DF00016302 - ANDERSON NAZARENO RODRIGUES
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...) Pelo exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO para, confirmando a antecipação de tutela, tornar definitiva a aprovação da Autora no concurso público para Delegado da Polícia Federal e a reserva de vaga obedecida sua classificação, bem assim condenar a União na obrigação de nomear e empossar a Autora após o trânsito em julgado. Tendo em vista a sucumbência mínima da Autora, condeno a União nas custas e nos honorários advocatícios, que fixo em R$ 2.000,00 (dois mil reais), considerada a simplicidade da causa bem assim tratar-se daquelas ações de massa, nas quais se discute questão essencialmente de direito e o trabalho do advogado é distribuído por um grande número de ações virtualmente idênticas, mas sem olvidar a diligência do patrono da Autora.
Sentença sujeita ao reexame necessário.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2004.34.00.018467-8 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	HC PNEUS SA
ADVG.	:	DF00010556 - EIVANY ANTONIO DA SILVA
ADVG.	:	DF00019366 - JOSE RICARDO DA SILVA
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...) Em face do exposto, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO (art. 269, I, do CPC) e condeno a Autora no pagamento das custas e de honorários advocatícios que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais), dado que a União não apresentou contestação consentânea com o objeto da lide e pouco se manifestou nos autos. O levantamento do depósito judicial fica condicionado ao trânsito em julgado.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.030353-3 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	AUTO VIACAO PRINCESA DO OESTE LTDA
ADVG.	:	DF00007648 - MICHELE FIORE
REU	:	UNIAO FEDERAL
REU	:	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...) Pelo exposto, acolho a preliminar de ilegitimidade passiva da União e EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO em relação a ela e, no restante, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO, de modo que condeno a Autora nas custas e nos honorários advocatícios, que fixo em R$ 1.000,00 (mil reais) a ser divido entre as Rés, tendo em conta a simplicidade da causa e considerando tratar-se daquelas ações de massa, nas quais se discute questão essencialmente de direito e o trabalho do advogado é distribuído por um grande número de ações virtualmente idênticas.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.003605-8 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	CASA DE SAUDE SANTA MARTA LTDA
ADVG.	:	MG00067137 - MUCIO RICARDO CALEIRO ACERBI
REU	:	BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL BNDES
ADVG.	:	RJ00121337 - EDUARDO RIBEIRO GOMES EL HAGE
ADVG.	:	RJ00031460 - LUIZ CARLOS DA ROCHA MESSIAS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...) Pelo exposto, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO e condeno a Autora nas custas e nos honorários advocatícios, que fixo em R$ 1.000,00 (mil reais) em favor do BNDES, dada a simplicidade do feito.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.035037-1 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	ANTONIO JOSE CARDOSO CASTILHO
ADVG.	:	GO00019054 - VIVIANE MONTEIRO
REU	:	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO ANP

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...) Em face do exposto, casso a antecipação de tutela anteriormente concedida e JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO (art. 269, I, do CPC), de modo que condeno o Autor nas custas e nos honorários advocatícios da ANP, que fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), tendo em vista a simplicidade do processo.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.016905-5 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	MUNICIPIO DE PRATAPOLIS MG
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...) Tendo em vista a sucumbência mínima do Município Autor, condeno o INSS nos honorários advocatícios, que fixo em R$ 2.000,00 (dois mil reais), tendo em vista a simplicidade da causa e considerando tratar-se daquelas ações de massa, nas quais se discute questão essencialmente de direito e o trabalho do advogado é distribuído por um grande número de ações virtualmente idênticas.
Sem custas (art. 4o, I, da Lei 9.289/96).
Sentença sujeita ao reexame necessário.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.035769-0 AÇÃO ORDINÁRIA / PREVIDENCIÁRIA / REVISAO DE BENEFÍCIO

AUTOR	:	ALDO OLIVEIRA DA ROSA
ADVG.	:	DF00015123 - SEBASTIAO MORAES DA CUNHA
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...) Pelo exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO tão-somente para condenar o INSS a revisar a renda mensal inicial do benefício previdenciário do Autor, corrigindo-se os salários-de-contribuição, anteriores aos doze últimos meses, pela variação nominal da ORTN /OTN, bem assim a pagar os valores correspondentes às diferenças mensais constatadas entre o valor do benefício previdenciário pago e o valor do benefício previdenciário devido, ressalvada a prescrição qüinqüenal e corrigidas nos termos da fundamentação.
Dada a sucumbência mínima do INSS, condeno o Autor nos honorários advocatícios, que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais), tendo em vista a simplicidade da causa e considerando tratar-se daquelas ações de massa, nas quais se discute questão essencialmente de direito e o trabalho do advogado é distribuído por um grande número de ações virtualmente idênticas, ficando outrossim sua execução suspensa enquanto não houver prova da alteração da hipossuficiência econômica. Sem custas, tendo em vista a concessão de justiça gratuita
Sentença sujeita ao reexame necessário
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.025109-3 AÇÃO ORDINÁRIA / PREVIDENCIÁRIA / REVISAO DE BENEFÍCIO

AUTOR	:	MARIA LUZIA LIMA DE SOUZA E OUTROS
ADVG.	:	ES00005086 - NEUZA MARIA DE OLIVEIRA ARAUJO
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...) Pelo exposto, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO e condeno os Autores nos honorários advocatícios em favor do INSS, que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais) pro rata, tendo em vista a simplicidade da causa e considerando tratar-se daquelas ações de massa, nas quais se discute questão essencialmente de direito e o trabalho do advogado é distribuído por um grande número de ações virtualmente idênticas, ficando outrossim sua execução suspensa enquanto não houver prova da alteração da hipossuficiência econômica. Sem custas, tendo em vista a concessão de justiça gratuita.

JUÍZO FEDERAL DA 15ª VARA

Juiz Titular	:	DR. JOÃO LUIZ DE SOUSA
Juíza Substit.	:	DRA. EMÍLIA MARIA VELANO
Dir. Secret.	:	SHIRLEY MAGNA COUTO COSTA

EXPEDIENTE DO DIA 10 DE ABRIL DE 2007

Atos do Exmo.	:	DR. JOÃO LUIZ DE SOUSA

AUTOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.017835-2 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00017788 - ELGA LUSTOSA DE MOURA
EMBDO	:	TIAGO FERNANDO SILVEIRA MADUELL
EMBDO	:	DOMINGOS EMIO PAZETO
EMBDO	:	GERTUR ARNOLDO HUBNER
EMBDO	:	IVETE MARIA PISSINATI BORGES
EMBDO	:	JOSE LUIZ CARRARO
EMBDO	:	LUCINEIA APARECIDA RAPOSEIRO STOCCO
EMBDO	:	ORLANDO PREZOTTO FILHO
EMBDO	:	PEDRO CAMILO STOCCO
EMBDO	:	REJANE IGNES LUIZ MUSSI
EMBDO	:	VALDENICE APARECIDA DA SILVA NETO CURTI
ADVG.	:	DF00002787 - IVO EVANGELISTA DE AVILA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
À réplica.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.009802-3 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	ABAMSP ASSOCIACAO BENEFICENTE DE AUXILIO MUTUO AO SERVIDOR PUBLICO E OUTRO
ADVG.	:	MG00072793 - SAMUEL OLIVEIRA MACIEL
IMPDO	:	SECRETARIO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTERIO DO PLANEJAMENTO ORCAMENTO E GESTAO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Apreciarei o pedido liminar após ouvir a(s) autoridade(s) dita(s) coatora(s).
Notifique(m)-se para oferecimento de informação(ões) no decêndio legal.

AUTOS COM SENTENÇA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2002.34.00.005729-0 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	MAURO VICENTE DE PAULA E OUTROS
ADVG.	:	DF00002447 - FRANCISCO AGRÍCIO CAMILO
EXCDO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00004874 - VALDI CARDOSO FERNANDES

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Diante do exposto, julgo extinta a ação, nos termos dos arts. 794, I se 795 do CPC. Baixar e arquivar oportunamente.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2004.34.00.002420-7 AÇÃO MONITÓRIA

AUTOR	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00019897 - JOSNEI DE OLIVEIRA PINTO
RÉU	:	MARIA APARECIDA DA COSTA

2004.34.00.006718-2 AÇÃO MONITÓRIA

AUTOR	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00012810 - JOSE DE RIBAMAR CAMPOS ROCHA
RÉU	:	JOAO DOS REIS BASTOS

2004.34.00.010056-7 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00012810 - JOSE DE RIBAMAR CAMPOS ROCHA
REU	:	VIPS CONFECCOES LTDA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Ante o exposto, indefiro a inicial, extinguindo o processo sem julgamento do mérito, nos termos dos art. 267, I e IV, do CPC. Custas pela autora. Sem condenação em honorários advocatícios, posto que o réu não foi localizado. Defiro desde já o desentranhamento dos documentos que forem requeridos, mediante substituição por cópias simples nos autos. Baixar e arquivar oportunamente.
Brasília-DF
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2004.34.00.003502-1 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF0002124A - DIRCEU MARCELO HOFFMANN
ADVG.	:	GO000021179 - FABIANO DOS REIS TAINO
REU	:	MARLETE ALVES DE SOUZA

2004.34.00.006664-0 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF0002124A - DIRCEU MARCELO HOFFMANN
ADVG.	:	GO000021179 - FABIANO DOS REIS TAINO
ADVG.	:	GO000018725 - SERGIO MEIRELLES BASTOS
REU	:	GILSON SANTOS DE ROMA

2004.34.00.028568-2 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF0002124A - DIRCEU MARCELO HOFFMANN
ADVG.	:	GO000021179 - FABIANO DOS REIS TAINO
ADVG.	:	GO000018725 - SERGIO MEIRELLES BASTOS
REU	:	ADENILSON ROQUE DA SILVA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Diante do exposto, homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a desistência da ação, extinguindo o processo sem julgamento do mérito (CPC, art. 158, parágrafo único, e 267, VIII). Custas pela autora. Sem condenação em honorários advocatícios, posto que o réu não foi localizado. Defiro desde já o desentranhamento dos documentos que forem requeridos, mediante substituição por cópias simples nos autos. Baixar e arquivar oportunamente.
Brasília-DF
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.030012-7 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	PARADISE VEGAS MOTEL LTDA - EPP
ADVG.	:	DF00012051 - LELIANA ROLIM DE PONTES VIEIRA
IMPDO	:	PROC.ADOR CHEFE DA SECCIONAL DA PROC.ADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO DISTRITO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...)
Defiro, desde logo, o desentranhamento dos documentos requeridos, mediante substituição por cópias simples nos autos.
P.R.I.
Certificado o trânsito em julgado, baixar e arquivar.
Brasília/DF
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2000.34.00.002526-2 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR	:	MARIA DE FATIMA CALIAN E OUTROS
ADVG.	:	DF00015266 - PATRICIA CARRILHO CORREA
ADVG.	:	DF0001750A - TEODORA CARRILHO CORREA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00009170 - ALBERTO CAVALCANTE BRAGA
ASSIST.	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...)
Diante do exposto, homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo firmado pela autoras MARTA CRISTINA BARRETO GONÇALVES e NEIDE APARECIDA LISSONE e a CEF, extinguindo-lhes o processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 269, incisos II e III, do CPC. Julgo extinta a ação, em relação à autora remanescente, nos termos dos arts. 794, I e 795 do CPC.
Expeça-se alvará de levantamento conforme solicitado.
P.R.I.
Brasília/DF

Atos da Exma.	:	DRA. EMÍLIA MARIA VELANO

AUTOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.021081-0 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL
PROC.	:	CE00002356 - FRANCISCA RODRIGUES NOGUEIRA FORTES
EMBDO	:	JOSE DE SOUZA
EMBDO	:	JOSE MENEZES DA SILVA
EMBDO	:	HILDA SASANA SENES DA MOTTA
EMBDO	:	MILTON LAGES
EMBDO	:	MYRTHES DE CARVALHO EVANS
EMBDO	:	PAULO CEZAR SANT'ANNA OLIVEIRA
EMBDO	:	JOSE FERREIRA ALVES
EMBDO	:	LUIZ FERNANDO REBELLO DE MENDONCA
EMBDO	:	FLAVIO NOGUEIRA PINTO
EMBDO	:	RITA RODRIGUES PERES
ADVG.	:	DF00003308 - LUIZA TIMOTEO DE OLIVEIRA SOUZA

A Exma. Sra. Juíza exarou :
Com a manifestação da contadoria, vista às partes, primeiro aos exeqüentes/embargados, pelo prazo de dez dias.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2001.34.00.032167-0 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	RAIMUNDO COELHO DE SOUZA FILHO E OUTROS
ADVG.	:	DF00006923 - EDEWYLTON WAGNER SOARES
EXCDO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00002265 - FERNANDO JOSE ABRITTA

A Exma. Sra. Juíza exarou :
Manifestem-se os exeqüentes, objetivamente sobre fls, no prazo de vinte dias.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2000.34.00.046701-3 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	MUNICIPIO DE PRESIDENTE JANIO QUADROSBA E OUTROS
ADVG.	:	RS0006448B - EDSON PEREIRA NEVES
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

2004.34.00.043419-4 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	ARTES E CRIACAO KARELLE LTDA
ADVG.	:	SP00123479 - LUIS ANTONIO NASCIMENTO CURI
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

A Exma. Sra. Juíza exarou :
Recebo a(s) apelação(ões) do(a,s) autor no duplo efeito. Vista ao(s) apelado(s) para contra-razões. Após, subam os autos ao eg. TRF/1º Região.
Brasília-DF
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2003.34.00.027069-2 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	CLEBER DE OLIVEIRA E OUTROS
ADVG.	:	DF00014406 - PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA
ADVG.	:	DF00005040 - RAIMUNDO DA CUNHA ABREU
REU	:	UNIAO FEDERAL

A Exma. Sra. Juíza exarou :
Recebo a(s) apelação(ões) do(a,s) autor(es) e da União Federal no duplo efeito. Vista ao(s) apelado(s)/ autores para contra-razões. Contra razões já apresentadas pela União Federal Após, subam os autos ao eg. TRF/1º Região.
Brasília-DF
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2003.34.00.001869-3 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	ARLINDO ALVES DA SILVA E OUTROS
ADVG.	:	DF00016070 - CAMILO SPINDOLA SILVA
ADVG.	:	DF00010667 - FABIO SOARES JANOT
REU	:	UNIAO FEDERAL
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVG.	:	ES00008504 - BRENO DA SILVA MAIA FILHO

A Exma. Sra. Juíza exarou :
Recebo a(s) apelação(ões) do(a,s) autor no duplo efeito. Vista somente ao IN SS para contra-razões, posto que a União já as apresentou. Após, subam os autos ao eg. TRF/1º Região.
Brasília-DF
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2004.34.00.008331-7 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00012810 - JOSE DE RIBAMAR CAMPOS ROCHA
REU	:	ANDREZA ELIAS SOARES
ADVG.	:	DF00010696 - FRANCISCO VIEIRA DA SILVA

A Exma. Sra. Juíza exarou :
Defiro vista dos autos à CEF, por 15 dias, para elaboração dos cálculos da execução.
Brasília-DF
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2003.34.00.025342-5 AÇÃO ORDINÁRIA / PREVIDENCIÁRIA / REVISAO DE BENEFICIO

AUTOR	:	ELIOMAR SILVA DOURADO BASTOS E OUTROS
ADVG.	:	DF00012753 - LUCIANO MELO MOREIRA LIMA
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVG.	:	ES00008504 - BRENO DA SILVA MAIA FILHO

A Exma. Sra. Juíza exarou :
Recebo a(s) apelação(ões) do(a,s) INSS no duplo efeito. Contra-razões já apresentadas, subam os autos ao eg. TRF/1º Região.
Brasília-DF
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.026625-4 MEDIDA CAUTELAR DE CAUÇÃO

REQTE	:	CONCEPT PRODUTOS E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA
ADVG.	:	RS00026953 - CLAUDIO NEDEL TESTA
REQDO	:	UNIAO FEDERAL

A Exma. Sra. Juíza exarou :
Em face do pedido de fl. 194, desentranhe a Secretaria a apelação de fls. 150/178. Após, arquivem-se os presentes autos.
Brasília-DF
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.011913-6 AÇÃO ORDINÁRIA / SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO (SFH)

AUTOR	:	EURIPEDES FERREIRA LOPES E OUTRO
ADVG.	:	DF00015123 - SEBASTIAO MORAES DA CUNHA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00017525 - JULIANA VARELLA BARCA DE MIRANDA PORTO

A Exma. Sra. Juíza exarou :
Especifiquem provas, indicando desde logo, sua finalidade.

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2004.34.00.044433-9 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	MICHELLE DEMETRIO
ADVG.	:	MG00078084 - JOSE VANIO OLIVEIRA SENA
REU	:	UNIAO FEDERAL

A Exma. Sra. Juíza exarou :
1.Esclareça a autora qual a espécie de perícia pretende ser realizada.
2.Indefiro o pedido de prova documental,item II de fls....., por tratar-se de ônus da autora.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.019929-8 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	JOEL BORGES
ADVG.	:	MG00099038 - MARIA REGINA DE SOUSA JANUARIO
REU	:	UNIAO FEDERAL

A Exma. Sra. Juíza exarou :
Determino a realização de perícia para se averiguar as condições de saúde do autor e se sua saúde foi afetada durante o treino militar.
Às partes, prazo sucessivo de 10 (dez) dias para apresentação de quesitos e indicação, querendo, de assistentes técnicos para acompanhamento da perícia.

AUTOS COM SENTENÇA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2001.34.00.019291-1 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROC.	:	- EDVALDO DE SOUZA OLIVEIRA NETO
PROC.	:	- MARISA ROCHA DUARTE
EMBDO	:	MARIZETE MARTINS NUNES DO NASCIMENTO
EMBDO	:	SILVANIA DOS SANTOS CARMO
EMBDO	:	HELOISA HELENA DAVID CAVALCANTE
EMBDO	:	NILCE MARIA SIQUEIRA LEONEL DE PAULA
EMBDO	:	SAMUEL ATAIDE CAVALCANTE
ADVG.	:	DF00003095 - RENILDE TEREZINHA DE RESENDE AVILA

A Exma. Sra. Juíza exarou :
Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE os presentes embargos e fixo o valor da execução em R$ 456.363,55(quatrocentos e cinqüenta e seis mil, trezentos e sessenta e três reais e cinqüenta e cinco centavos), consoante os cálculos oferecidos pela contadoria desta Seccional. Sem custas. Condeno a embargante na verba honorária que fixo em R$ 1.500,00(hum mil e quinhentos reais).
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.011081-5 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	JAIR ALVES DA SILVA
ADVG.	:	DF00004595 - ULISSES BORGES DE RESENDE
IMPDO	:	RESPONSAVEL PELA AGENCIA DA PREVIDENCIA SOCIAL NO GAMA-DF
IMPDO	:	CHEFE DA DIVISAO DE AUDITORIA EM BENEFICIOS E BENEFICIOS POR INCAPACIDADE

A Exma. Sra. Juíza exarou :
(...)
Ante o exposto, concedo a segurança, para declarar a nulidade do ato de suspensão do pagamento dos proventos do impetrante, devendo as autoridades impetradas restabelecer o benefício (aposentadoria por tempo de contribuição) concedido desde 19/06/1998.
Custas ex lege.
Sentença sujeita ao reexame necessário.
Sem verba honorária, a teor das Súmulas 512/STF e 105/STJ.
Desentranhem-se os documentos de fls. 303/304, pois não pertencem a este processo.
Publique-se. Registre-se. Oficie-se.
Brasília/DF
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.030157-8 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	SAMUEL JOSE PEREIRA CARNEIRO MACDOWELL
ADVG.	:	ES00008912 - CHARLIS ADRIANI PAGANI
IMPDO	:	DIRETORA DE GESTAO DE PESSOAL DO DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL

A Exma. Sra. Juíza exarou :
(...)
Posto isso, CONCEDO A SEGURANÇA pretendida para declarar a nulidade do Ato nº 1672, de 18/09/2006, que determinou a aposentação compulsória por idade do Impetrante. Determino que a Autoridade Coatora reintegre o Impetrante ao quadro dos servidores ativos do Departamento de Polícia Federal, garantido a normal percepção do seus vencimentos, bem como de todas as vantagens pecuniárias e funcionais, referentes ao período em que ficou afastado.
Oficie-se ao Relator do Agravo de Instrumento.
Custas na forma da lei.
Sem honorários (Súmulas nºs 512/STF e 105/STJ).
Não havendo recurso, arquivem-se.
P.R.I.
Brasília/DF

AUTOS COM

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2001.34.00.032152-4 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	ALVINO BATISTA LOPES E OUTRO
ADVG.	:	DF00006923 - EDEWYLTON WAGNER SOARES
EXCDO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00004874 - VALDI CARDOSO FERNANDES

2005.34.00.007754-3 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	HUGO AURELIO SILVA HENZEL E OUTROS
ADVG.	:	DF00002787 - IVO EVANGELISTA DE AVILA
EXCDO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00005794 - GISELA LADEIRA BIZARRA

2005.34.00.008515-3 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	OSVANDO BONTEMPO DE FARIA E OUTROS
ADVG.	:	DF0001441A - JOSE EYMARD LOGUERCIO
EXCDO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00009170 - ALBERTO CAVALCANTE BRAGA

2005.34.00.022545-4 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	TERESA LUSIA MARTINS LISBOA
ADVG.	:	DF00008583 - JULIO CESAR BORGES DE RESENDE
ADVG.	:	DF00011723 - ROBERTO GOMES FERREIRA
EXCDO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	SC00012989 - JORGE LUIS SCHIMITZ

A Exma. Sra. Juíza exarou :
Abro vista à CEF pelo prazo de vinte dias.(...)
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

1999.34.00.016130-6 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	ASSOCIACAO DOS SERVIDORES CIVIS DO MINISTERIO DO EXERCITO ASMEX
ADVG.	:	DF00002083 - OSVALDO GOMES
EXCDO	:	UNIAO FEDERAL

2000.34.00.012069-2 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	ALAN JOAO CHEIN E OUTROS
ADVG.	:	DF00006923 - EDEWYLTON WAGNER SOARES
EXCDO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00006029 - DEOCLECIANO BATISTA

2001.34.00.032163-9 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	JOSE GOMES DA SILVA E OUTROS
ADVG.	:	DF00009315 - DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO
EXCDO	:	UNIAO FEDERAL
EXCDO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00009170 - ALBERTO CAVALCANTE BRAGA

2001.34.00.034157-8 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	ADEMIR MARTINS E OUTROS
ADVG.	:	DF00002787 - IVO EVANGELISTA DE AVILA
EXCDO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00009170 - ALBERTO CAVALCANTE BRAGA

2005.34.00.022551-2 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	JOSE ERMIDA E OUTROS
EXQTE	:	JOSE ERMIDA E OUTROS
EXQTE	:	AIRTON LUCIO DE SOUZA
ADVG.	:	DF00002787 - IVO EVANGELISTA DE AVILA
EXCDO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00004874 - VALDI CARDOSO FERNANDES

A Exma. Sra. Juíza exarou :
Abro vista aos exeqüentes pelo prazo de vinte dias(...)
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.037829-6 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	SINDICATO NACIONAL DOS SERV FED AUT NOS ENTES DE FORM PROM E FISC DA POL DA MOEDA E DO CREDITO SINAL
ADVG.	:	PR00002086 - EROS SANTOS CARRILHO
IMPDO	:	PROC.ADOR CHEFE DA PROC.ADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO DF
IMPDO	:	DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DE BRASILIA

A Exma. Sra. Juíza exarou :
ABRO vista ao impetrante, pelo prazo de 10 (dez) dias, para manifestar-se sobre petição e documentos de fls. 293/302 e 304/312.

JUÍZO FEDERAL DA 16ª VARA

Juiz Titular	:	DR. FRANCISCO NEVES DA CUNHA
Juiza Substit.	:	DRA. IOLETE MARIA FIALHO DE OLIVEIRA
Dir. Secret.	:	JOSE FRANCISCO DE PAULA FREITAS PORTELLA

EXPEDIENTE DO DIA 9 DE ABRIL DE 2007

Atos do Exmo.	:	DR. FRANCISCO NEVES DA CUNHA

AUTOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2002.34.00.020671-7 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL FNDE
PROC.	:	- ROBERTO CEBRIAN TOSCANO
EMBDO	:	VALDECY MENDES MUNIZ
EMBDO	:	AUSENI PERES FRANCA MILLIONS
EMBDO	:	CASSIA AUGUSTA AMARAL BUANI
EMBDO	:	FRANCISCO AMAURI FARIAS DE OLIVEIRA
EMBDO	:	HENRIQUETA CASTRO MEDINA
EMBDO	:	HELENICE FIGUEIREDO FONSECA
EMBDO	:	MANOEL DE JESUS OLIVEIRA LIMA
EMBDO	:	SERGIO DUILIO SILVERIO DA SILVA
EMBDO	:	JOSE ALLAN KARDEC DOS REIS ZEFERINO
EMBDO	:	GERSON LOPES DE ANDRADE
ADVG.	:	DF00011707 - FRANCISCO QUEIROZ CAPUTO NETO
ADVG.	:	DF00011335 - MAURICIO DE CAMPOS BASTOS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vista aos embargados pelo prazo de 10 (dez) dias.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.000483-6 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	FUNDACAO APOIO DESENVOLVIMENTO CIENTIF TECNOLOG SAUDE
ADVG.	:	DF00020790 - VIVIAN BORGES LOPES
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

2005.34.00.031229-6 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	JOSE MARIA REIS FRANCISQUINI E OUTRO
ADVG.	:	MG00065841 - REGINA CELIA SOUZA
REU	:	UNIAO FEDERAL

2006.34.00.022375-2 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	ARISTON ARTUR DE ALMEIDA
ADVG.	:	DF00013108 - LIZANDRA CAROLINA
REU	:	UNIAO FEDERAL

2006.34.00.022620-6 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	MELHOR POSTO DE COMBUSTIVEIS LTDA
ADVG.	:	DF00006017 - UBIRATAM GARCIA DE OLIVEIRA JR
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

2006.34.00.029479-5 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR	:	BENEDITO ELAIS HIDD E OUTROS
ADVG.	:	DF00015968 - JORGE FRANCISCO DA SILVA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

2006.34.00.029968-8 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	JURANDY DOUGLAS DA COSTA
ADVG.	:	MG00099038 - MARIA REGINA DE SOUSA JANUARIO
REU	:	UNIAO FEDERAL

2006.34.00.037921-9 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00012810 - JOSE DE RIBAMAR CAMPOS ROCHA
REU	:	MARILDA MARTINS PEREIRA SARTORIO ME

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vista a parte autora pelo prazo de 10 (dez) dias...
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2003.34.00.010620-4 AÇÃO ORDINÁRIA / SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO (SFH)

AUTOR	:	ADILSON IVO BATISTA DE SOUZA E OUTRO
ADVG.	:	DF00011438 - EDNA DE FATIMA VIANA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Designo o dia 25/04/2007, às 15:30 horas, para realização de audiência de conciliação.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.023912-7 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	SONIA MARIA CASTRO SILVA E OUTRO
ADVG.	:	MA00004217 - MARIO DE A MACIEIRA
IMPDO	:	PRESIDENTE DA FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Intime-se o Procurador da parte autora para que esclareça, no przo de 05 (cinco) dias, se a petição está completa ou se falta a complementação da fl. nº 04
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2004.34.00.006794-0 AÇÃO MONITÓRIA

AUTOR	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00012810 - JOSE DE RIBAMAR CAMPOS ROCHA
RÉU	:	ROSANGELA CRUZ FERNANDES

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
considerando-se o valor do débito, intime-se a CEF para informar a este Juízo sobre o seu interesse no prosseguimento do feito, bem como sobre a possibilidade de composição amigável, tudo no prazo de 10 (dez) dias.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2004.34.00.049038-4 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	ANTONIO CARLOS NEVES DE MATOS E OUTROS
ADVG.	:	DF0001120A - MARCELLO LAVENERE MACHADO
ADVG.	:	DF00017803 - RODRIGO BRANDAO LAVENERE MACHADO
REU	:	UNIAO FEDERAL

2005.34.00.033761-9 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	CONSTRUTORA ATERPA LTDA
ADVG.	:	MG00090459 - PATRICIA GUERCIO TEIXEIRA
REU	:	UNIAO FEDERAL
REU	:	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA E TRANSPORTES

2006.34.00.001327-7 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	ROBERTO GOMES FERREIRA
ADVG.	:	DF00011723 - ROBERTO GOMES FERREIRA
EXCDO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL CEF

2006.34.00.031657-8 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	ADIRCE DA SILVA HERDERICO E OUTRO
ADVG.	:	DF00009930 - ANTONIO TORREAO BRAZ FILHO
ADVG.	:	DF00016252 - DANIEL FERNANDES MACHADO
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vista a parte autora pelo prazo de 10 (dez) dias...
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.033264-0 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR	:	CELINA APARECIDA GARCIA SCANDAROLI
ADVG.	:	DF00008710 - VANIA CRISTINA PINTO DA SILVA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vista à parte autora pelo prazo de 10 (dez) dias.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

95.00.07760-4 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR	:	MARIA MERCEDES AIRES DE SOUSA E OUTROS
ADVG.	:	- MARCOS LUIS BORGES DE RESENDE
ADVG.	:	DF00008799 - ROGERIO LUIS BORGES DE RESENDE
REU	:	UNIAO FEDERAL
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
vista à parte autora pelo prazo de 15 (quinze) dias.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.091552-9 IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA

REQTE	:	UNIAO FEDERAL
REQDO	:	RUBIA ROSA BARROS
REQDO	:	ANTONIO CARLOS NEVES DE MATOS
REQDO	:	BRENO JOSE MENDES
REQDO	:	CLAUDIO RAMOS PEIXOTO
REQDO	:	GUILHERME DOS SANTOS
REQDO	:	JAIR FERMINO DA ROCHA
REQDO	:	LIGIA ROCHA
REQDO	:	MANOEL LEAL
REQDO	:	PAULO BENTO DE AMORIM
REQDO	:	PAULO HENRIQUE VICENTE
ADVG.	:	DF0001120A - MARCELLO LAVENERE MACHADO
ADVG.	:	DF00017803 - RODRIGO BRANDAO LAVENERE MACHADO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Intime-se o impugnado para manifestação quanto ao Agravo Retido de fls. 40/43, no prazo de 10 (dez) dias.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

89.00.05755-3 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	ANTONIO CARLOS HORTA DE ALMEIDA E OUTROS
ADVG.	:	DF00000939 - IZABEL DILOHE PISKE SILVERIO
EXCDO	:	UNIAO FEDERAL MIN DA FAZENDA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Considerando-se que a sentença de fls. 154/158 não determinou a incorporação definitiva do percentual... indefiro o pedido de fls. 722/749.

AUTOS COM DECISÃO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.006512-8 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	BRASILIA MOTORS LTDA
ADVG.	:	DF00014105 - ANGELO PADULA FILHO
IMPDO	:	DELEGADO DA RECEITA PREVIDENCIARIA NO DISTRITO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
... indefiro a liminar...
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2004.34.00.003552-5 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	ROBSON FREITAS DE SOUZA
ADVG.	:	DF00015758 - REJANE LUCIA ALVES DE ANDRADE
REU	:	UNIAO FEDERAL
REU	:	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
... indefiro o pedido de antecipação dos efeitos de tutela...
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.018408-2 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	LABORATORIOS GEMBALLA LTDA
ADVG.	:	RJ00093830 - DANIELLE BITTENCOURT CRUZ
ADVG.	:	RJ00020904 - VICENTE NOGUEIRA
REU	:	AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - ANVISA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Fls. 116/117: ... indefiro a antecipação da tutela Fls. 126: ... Não vislumbro a ocorrência do periculum in mora a justificar a antecipação da medida...mantenho decisão de fls. 116/117.

AUTOS COM SENTENÇA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2003.34.00.035015-1 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL
PROC.	:	DF00005670 - JOAQUIM MACHADO FILHO
EMBDO	:	UNACON UNIAO NACIONAL DOS ANALISTAS E TECNICOS DE FINANCAS E CONTROLE
EMBDO	:	SINATEFIC - SINDICATO NACIONAL DOS ANALISTAS E TECNICOS DE FINANCAS E CONTROLE
ADVG.	:	DF00009930 - ANTONIO TORREAO BRAZ FILHO

2004.34.00.023972-6 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA FUB
PROC.	:	- EDIWAGNER DE ALMEIDA MARTINS
EMBDO	:	VERA LUCIA BARBOSA NETTO
EMBDO	:	VICENTE DE PADUA JUSTO JUNIOR
EMBDO	:	VALDECI DA SILVA REIS
EMBDO	:	VALDIVINO JOAQUIM DE SOUZA
EMBDO	:	FRANCISCO VILSIMAR DE SOUZA
EMBDO	:	VALDIR VALDIVINO COTRIM
EMBDO	:	VALETIM URCINO DA CRUZ
EMBDO	:	SILVIA REJANE ALVES BEZERRA
EMBDO	:	NORMA ALVES DE JESUS SANTANA
ADVG.	:	DF00017183 - JOSE LUIS WAGNER

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
... julgo parcialmente procedentes os embargos...
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2004.34.00.027604-2 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	SINDICATO DOS POLICIAIS RODOVIARIOS FEDERAIS DO ESTADO DE SAO PAULO - SINPRF/SP
ADVG.	:	RS00045470 - ROGER HONORIO MEREGALLI DA SILVA
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
... julgo parcialmente procedente a ação....
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

1999.34.00.012254-1 AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

AUTOR	:	MARILDE NUNES PEREIRA
ADVG.	:	DF00004261 - DEUSDEDITA SOUTO CAMARGO
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

1999.34.00.014754-6 MEDIDA CAUTELAR INOMINADA

REQTE	:	MARILDE NUNES PEREIRA
ADVG.	:	- FABIANA VALDOMIRA MARTINS
REQDO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

2002.34.00.002625-1 AÇÃO ORDINÁRIA / SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO (SFH)

AUTOR	:	MARILDE NUNES PEREIRA
ADVG.	:	DF00004261 - DEUSDEDITA SOUTO CAMARGO
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

2004.34.00.003725-1 AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

AUTOR	:	LUIZ JOSINALDO TEIXEIRA E OUTRO
ADVG.	:	DF00011489 - CARLOS ESTEVAO MENDONCA DE SOUZA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
... extingo o processo, sem resolução do mérito...

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.001839-6 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	GILBERTO LUIZ BETTO E OUTROS
ADVG.	:	DF00002787 - IVO EVANGELISTA DE AVILA
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
... julgo improcedente o pedido...
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.026151-9 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL
PROC.	:	DF00010545 - VITOR HUGO CASANOVA
EMBDO	:	JOAO MANOEL NASCIMENTO
EMBDO	:	JOAO PEDRO VIANA RODRIGUES MOITEIRO
EMBDO	:	SINDICATO NACIONAL DOS AGENTES DA INSPECAO DO TRABALHO SINAIT
EMBDO	:	JOAO LUIZ GONZAGA DE NIGRO FARIA
EMBDO	:	JOAO MACHADO SOBRINHO
EMBDO	:	JOAO MARIA TELLES
EMBDO	:	JOAO MARTIN ESTEVES
EMBDO	:	JOAO PAULO MENDES DE ALMEIDA
EMBDO	:	JOAO PAULO MORITZ
EMBDO	:	JOAO PEDRO LOPES JACOBI
ADVG.	:	DF00006603 - AMARIO CASSIMIRO DA SILVA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
... julgo procedente em parte os embargos
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2004.34.00.022223-2 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	EMILIO CARLOS SILVERIO DOS SANTOS E OUTROS
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
OPOENTE	:	PEDRO GUIMARAES FERNANDES

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
... julgo improcedente o pedido...
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

1999.34.00.039339-0 AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

AUTOR	:	CLAUDIR TEIXEIRA RODRIGUES E OUTRO
ADVG.	:	DF00008238 - CHARLES JEFFERSON LOPES DOS SANTOS
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

2004.34.00.001620-0 AÇÃO ORDINÁRIA / SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO (SFH)

AUTOR	:	GONCALO JOSE DA SILVA E OUTRO
ADVG.	:	DF00011438 - EDNA DE FATIMA VIANA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

2004.34.00.040265-7 MEDIDA CAUTELAR INOMINADA

REQTE	:	WLADECI PEREIRA DA SILVA E OUTRO
ADVG.	:	GO00021324 - DANIEL PUGA
REQDO	:	UNIAO FEDERAL
REQDO	:	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
... extingo o processo, sem resolução do mérito.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.000103-2 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL
PROC.	:	- ABELKY CARDOSO DOS SANTOS
EMBDO	:	DIVINA SANTOS ALMEIDA
EMBDO	:	DYONE SPITALI DE MENDONCA
ADVG.	:	DF0001634A - GUILHERMANO GOMES DA SILVA
ADVG.	:	DF00012440 - HERALDO MACHADO PAUPÉRIO
PROC.	:	- ABELKY CARDOSO DOS SANTOS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
... julgo procedentes os embargos...
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2002.34.00.034485-3 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	DAGNA MARIA MAGALHAES SILVA E OUTROS
ADVG.	:	DF00017721 - FABIO LIMA QUINTAS
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

2004.34.00.022209-9 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	EDUARDO ANDRADE DO COUTO E SILVA E OUTROS
ADVG.	:	DF00008577 - JORGE AMAURY MAIA NUNES
ADVG.	:	DF0004687E - TATIANA DO COUTO NUNES
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
... julgo o pedido improcedente....
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2001.34.00.019344-1 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL
PROC.	:	- ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA
PROC.	:	- JORGE DE SOUZA
EMBDO	:	MARIETE FRAGOSO DE MELO
EMBDO	:	WASHINGTON COIMBRA
EMBDO	:	EDILA QUINTELA DE OLIVEIRA
EMBDO	:	ABIGAIL BOMFIM LOUREIRO
EMBDO	:	JOANA FERREIRA DE ARAUJO LIMA
EMBDO	:	LETICIA CAVALCANTE JAIA
EMBDO	:	CLETO CAVALCANTE FERRO
EMBDO	:	ENEIDE DE ALENCAR ACIOLE
EMBDO	:	MARIA DE LOURDES GUIMARAES SURUGAY
EMBDO	:	TEREZA CRISTINA MAGALHAES DE FREITAS MELO BARBOSA
ADVG.	:	DF00012284 - FERNANDO FREIRE DIAS
ADVG.	:	AL00000490 - GEORGE SARMENTO LINS

2004.34.00.023003-4 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL
PROC.	:	- ANA LUISA FIGUEIREDO DE CARVALHO
EMBDO	:	ELIZABETH VITORIANO DA SILVA
EMBDO	:	SIMONE COELHO LEAO
EMBDO	:	SELMA ROSA DE LIMA PASSOS
EMBDO	:	GERALDO TOLENTINO RODRIGUES FILHO
EMBDO	:	OLINDA MYRES BAYMA SOUZA MELO
EMBDO	:	PAULA FRASSINNETI BAYMA SOUSA
EMBDO	:	ROSANNE MAIOR MORAIS VIVAS
EMBDO	:	JOSE RODOLPHO E SOUZA LOPES
EMBDO	:	DENISE BRAZ DA SILVA
ADVG.	:	DF00004604 - DJALMA NOGUEIRA DOS SANTOS FILHO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
... julgo improcedentes os embargos...
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2000.34.00.022533-4 MEDIDA CAUTELAR INOMINADA

REQTE	:	CLAUDIR TEIXEIRA RODRIGUES E OUTRO
ADVG.	:	DF00008238 - CHARLES JEFFERSON LOPES DOS SANTOS
ADVG.	:	- NIVALDO PEREIRA DA SILVA
REQDO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	PB00010786 - PABLO MORENO CARVALHO DA LUZ

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
... casso a liminar deferida e julgo extinto o processo sem julgamento do mérito...
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.030637-1 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	FERNANDA BARRETO RAMOS
ADVG.	:	PR00034345 - EUCLIDES RAMOS JR
IMPDO	:	PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS INEP

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
... indefiro a inicial...
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2004.34.00.043459-5 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	CELIA DE FREITAS E OUTROS
ADVG.	:	DF00012409 - JOSE CARLOS DE ALMEIDA
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
... rejeito os presentes embargos....
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2003.34.00.041025-0 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	INDUSTRIA ALIMENTICIA VALE D'OURO LTDA
ADVG.	:	PA00008824 - CAROLINE IRIS PANTOJA WILLIAMS
REU	:	UNIAO FEDERAL
REU	:	CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETROBRAS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
... julgo procedente o pedido...
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.000377-0 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL E OUTRO
ADVG.	:	DF00006193 - DAVSON FONSECAAMANCIO
ADVG.	:	MG00094799 - LUCIANO CAIXETA AMANCIO
EMBDO	:	JOSE GOMES DA SILVA
EMBDO	:	MARCELO JOSE DE MELO
EMBDO	:	SANDOVAL EVANGELISTA SOARES
EMBDO	:	WILLIBALDO BRAS SALLUM
EMBDO	:	SEBASTIAO ANDRADE CAPUCHINHO
EMBDO	:	RAIMUNDO LUCIMAR FERREIRA
EMBDO	:	MONOEL LUIZ DE FRANCA
EMBDO	:	JOSE ALVIMAR MARTINS
EMBDO	:	DELVITO JOSE DE MESQUITA
EMBDO	:	MARIA DA GLORIA GONCALVES MOREIRA
ADVG.	:	DF00010081 - CLAUDIO SANTOS DA SILVA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
... rejeito liminarmente os Embargos...

JUÍZO FEDERAL DA 20ª VARA

Juiz Titular	:	DR. ALEXANDRE VIDIGAL DE OLIVEIRA
Juiza Substit.	:	DRA. MARINA ROCHA CAVALCANTI BARROS
Dir. Secret.	:	GIOVANNA CECÍLIA JARDIM BURGER NUNES VIEIRA

EXPEDIENTE DO DIA 28 DE MARÇO DE 2007

Atos do Exmo.	:	DR. ALEXANDRE VIDIGAL DE OLIVEIRA

AUTOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2001.34.00.014758-8 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR	:	GERALDO RODRIGUES MARGARIDA E OUTROS
ADVOGADO	:	MG00045589 - NERI RUTE FERRAZ MACHADO
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
O processo encontra-se extinto, inclusive já tendo sido procedida sua baixa e arquivo (fls. 170 e 170-v.). Não fora isso a execução processa-se junto ao próprio Juízo da causa (CPC, art. 575, II), pelo que não há como se cogitar em sua remessa a outro Juízo. Em face disso, INDEFIRO o pedido de fls. 171.

2006.34.00.021283-5 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	BAYARD OLLE FISCHER SANTOS
ADVOGADO	:	RS00045642 - LUIZ SELAIMEN FINKELSTAIN
REU	:	CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA CFM
REU	:	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - CREMERS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
FLS. 289 - Fls. 278/86: Mantenho a decisão Agravada por seus próprios fundamentos (fls. 271/2). Cumpra-se a parte final da decisão de fls. 271/272, citando-se os Réus.

Atos da Exma.	:	DRA. MARINA ROCHA CAVALCANTI BARROS

AUTOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)
2001.34.00.023996-0 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	COMERCIAL E CONSTRUTORA STECCA SOCIEDADE ANONIMA
ADVOGADO	:	SP00016604 - HELIO DE ARCO E FLEXA
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA INCRA

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Em face da certidão de fls. 584, determino seja a petição mantida na contracapa dos autos. Registrem-se os autos conclusos para sentença.

2006.34.00.034081-6 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCUR	:	CE00002356 - FRANCISCA RODRIGUES NOGUEIRA FORTES
EMBDO	:	NILO PAIVA DE SIQUEIRA
EMBDO	:	NILZA DE PAULA CAVALERO
EMBDO	:	NILTON CESAR MACHADO
EMBDO	:	NILCE MOURA DE OLIVEIRA
EMBDO	:	NILDA MARIA JARDIM DOS SANTOS
EMBDO	:	NILO MARTINS DA ROCHA
EMBDO	:	NILSE ATTA FIGUEIRA MENDES
EMBDO	:	NILSON CARLOS DA SILVA
EMBDO	:	NILSON FRANCA DE SENA
EMBDO	:	NIRMA PORTO
ADVOGADO	:	DF00016362 - MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO

A Exma. Sra. Juiza exarou :
... vistas ÀS PARTES sobre os cálculos.

2007.34.00.000526-0 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCUR	:	- JOSE ROBERTO DE SOUZA
EMBDO	:	JORGE MALET
EMBDO	:	VALTER DE SOUZA CRUZ
EMBDO	:	VANIA DE ARAUJO PEREIRA
EMBDO	:	VANDA MARINHO MACHADO CERQUEIRA
EMBDO	:	VALVINA BASTOS DOS SANTOS
EMBDO	:	VANDA CAVALCANTE SILVA
EMBDO	:	VANDA FARIA DE AMORIM
EMBDO	:	VANDA IZABEL DE OLIVEIRA RIBEIRO
EMBDO	:	VANDA MIRANDA DE MENDONCA
EMBDO	:	VANDERLEI VELOZO
ADVOGADO	:	DF00016362 - MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO

A Exma. Sra. Juiza exarou :
... vistas ÁS PARTES sobre os cálculos.

2006.34.00.034896-1 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCUR	:	DF00012946 - JOSE ROBERTO DE SOUZA
EMBDO	:	LAZARO LUIZ XAVIER
EMBDO	:	LAURINDO FERREIRA RIBEIRO
EMBDO	:	LAZARA BENFICA DA COSTA LIMA
EMBDO	:	JOMILTON COSTA SOUZA
EMBDO	:	LAZARO LOURENCO DE JESUS
EMBDO	:	LAURECY CIRQUEIRA SILVA
EMBDO	:	LAURENICE PEREIRA LIMA
EMBDO	:	LAURINDA SABINO DE OLIVEIRA
EMBDO	:	LAZARA MARIA C DA SILVA
EMBDO	:	LAZARO FAGUNDES DE DEUS
ADVOGADO	:	DF00016362 - MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO

A Exma. Sra. Juiza exarou :
... vistas ÁS PARTES sobre os cálculos.

2006.34.00.028854-8 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL
ADVOGADO	:	DF00022137 - JULIANA LOPES DA CRUZ
EMBDO	:	MARIA DA CONSOLACAO DE ANDRADE HAIDAR
EMBDO	:	MARIA DA BETHANIA CUNHA DA SILVA LIMA
EMBDO	:	MARIA DA CONCEICAO ANDRADE SOUSA
EMBDO	:	MARIA DA CONCEICAO BEZERRA CAVALCANTI
EMBDO	:	MARIA DA CONCEICAO CARVALHO DORIA
EMBDO	:	MARIA DA CONCEICAO DO CARMO
EMBDO	:	MARIA DA CONCEICAO FERREIRA
EMBDO	:	MARIA DA CONCEICAO FIUZA TEIXEIRA
EMBDO	:	MARIA DA CONCEICAO MAGALHAES LOPES FIGUEIRA
EMBDO	:	MARIA DA CONCEICAO VIEIRA DE OLIVEIRA
ADVOGADO	:	DF00016893 - CARLA CRISTINA ORLANDI FREITAS

A Exma. Sra. Juiza exarou :
... vistas ÁS PARTES sobre os cálculos.

2006.34.00.034258-7 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL
ADVOGADO	:	CE00002356 - FRANCISCA RODRIGUES NOGUEIRA FORTES
EMBDO	:	JOAO FERREIRA AMORIM
EMBDO	:	JOAO FERNANDES BORGES
EMBDO	:	JOAO GONCALVES OTONI
EMBDO	:	JOAO INACIO DE OLIVEIRA
EMBDO	:	JOAO FERREIRA DE LIMA
EMBDO	:	JOAO FELIZARDO DOS SANTOS
EMBDO	:	JOAO GERALDO MARTINELLI
EMBDO	:	JOAO GUILHERME WESTIN DUARTE
EMBDO	:	JOAO HERMAN DUARTE SAMPAIO
EMBDO	:	JOSE CLEMENTE DE BARROS
ADVOGADO	:	DF00016362 - MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO

A Exma. Sra. Juiza exarou :
... vistas ÁS PARTES sobre os cálculos.

2006.34.00.034242-2 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCUR	:	- FRANCISCA RODRIGUES NOGUEIRA FORTES
PROCUR	:	DF00012946 - JOSE ROBERTO DE SOUZA
EMBDO	:	SILENE LEIRO FERREIRA DOS SANTOS
EMBDO	:	SILVIA GONTIJO DE OLIVEIRA
EMBDO	:	SILVANDIRA DE FATIMA DA SILVA PAIVA FERNANDES
EMBDO	:	SILVANA DE JESUS TEIXEIRA COSTA
EMBDO	:	SHIRLEY JOSE DA SILVA
EMBDO	:	SHIRLEY HONORATO DE AS
EMBDO	:	SIDNEY ALMEIDA
EMBDO	:	SILVANA DE FATIMA DIAS GUSMAO
EMBDO	:	SILVANA GUERRA DE ALMEIDA NEVES
EMBDO	:	SILVESTRE BRAZ DA SILVA
ADVOGADO	:	DF00016362 - MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO

A Exma. Sra. Juiza exarou :
... vistas ÁS PARTES sobre os cálculos.

2007.34.00.001285-8 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCUR	:	DF00005625 - NICOLA BARBOSA DE AZEVEDO DA MOTA
EMBDO	:	TAUFICK ABDALA TANNUS
EMBDO	:	TELMA GABRIELA RUFINO
EMBDO	:	TELMA TAVARES GUERREIRO
EMBDO	:	TANIA DO CARMOS ALVES
EMBDO	:	TANIA APARECIDA COSTA IACOPINI
EMBDO	:	TANIA CARVALHO LOBO
EMBDO	:	TANIA COSTA DOS SANTOS
EMBDO	:	TANIA MARIA SARMENTO MELO
EMBDO	:	TELMO DE JESUS EVERTON
ADVOGADO	:	DF00016362 - MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO

A Exma. Sra. Juiza exarou :
... vistas ÁS PARTES sobre os cálculos.

2006.34.00.035181-9 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCUR	:	CE00002356 - FRANCISCA RODRIGUES NOGUEIRA FORTES
EMBDO	:	OMAR BARBOZA
EMBDO	:	OLINDA DE SOUSA LAGO
EMBDO	:	OLIVERIO FERNANDES DE MELO
EMBDO	:	ORIGENS DE FREITAS NETO
EMBDO	:	ONALDO ROBERTO ROSSI
EMBDO	:	ONILDA BATISTA SILVA
EMBDO	:	ONILDA SOUSA DA SILVA
EMBDO	:	ONILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
EMBDO	:	ONIZIA TEIXEIRA MENDES
EMBDO	:	ORISDA SANTANA MARQUES
ADVOGADO	:	DF00016362 - MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO

A Exma. Sra. Juiza exarou :
... vistas ÁS PARTES sobre os cálculos.

2006.34.00.025184-0 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL
ADVOGADO	:	DF00006697 - LAURA MARIA COSTA SILVA SOUZA
EMBDO	:	ARLETTE GOMES TEIXEIRA
EMBDO	:	ARMANDO DUVAL MARRA
EMBDO	:	ARLETE BRITO SOUSA
EMBDO	:	ARLETE MARIA LOPES
EMBDO	:	ARLETE QUARESMA BARROS
EMBDO	:	ARISTIDES SEBASTIAO PIRES
EMBDO	:	ARISTOTELES ALVES CORREA
EMBDO	:	ARLEI LUIZA GONCALVES
EMBDO	:	ARLENE CRISTINA DE OLIVEIRA COUTO
EMBDO	:	ARMANDO ARAUJO DA SILVA
ADVOGADO	:	DF00016362 - MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO

A Exma. Sra. Juiza exarou :
... vistas ÁS PARTES sobre os cálculos.

2006.34.00.035175-0 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCUR	:	CE00002356 - FRANCISCA RODRIGUES NOGUEIRA FORTES
EMBDO	:	ORLANDO MARANHAO GOMES DE SA
EMBDO	:	OSNEI FELIX AIRES
EMBDO	:	OSVALDINA FONSECA BOTELHO
EMBDO	:	OSMAR SOARES
EMBDO	:	ORLANDO PEREIRA
EMBDO	:	OSARIAS GONCALVES NETO
EMBDO	:	OSIAS DE ABREU NEIVA
EMBDO	:	OSVALDO ALBINO DO NASCIMENTO
EMBDO	:	OSVALDO CARMONA
ADVOGADO	:	DF00016362 - MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO

A Exma. Sra. Juiza exarou :
... vistas ÁS PARTES sobre os cálculos.

2006.34.00.034246-7 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCUR	:	DF00012946 - JOSE ROBERTO DE SOUZA
EMBDO	:	MARCIA REGINA BEZERRA GUIMARAES RODRIGUES
EMBDO	:	MARCIA MEDEIROS BALDEZ
EMBDO	:	MARCIO LUIZ FERREIRA
EMBDO	:	MARCIO NUNES DE CARVALHO
EMBDO	:	MARCIA REGINA MASSARI
EMBDO	:	MARCIO ANTONIO LOUREIRO SIMOES FREITAS
EMBDO	:	MARCIO ANTONIO RODRIGUES
EMBDO	:	MARCLEIDE PEIXOTO CORREIA ARAUJO
EMBDO	:	MARCO ANTONIO VIEIRA PASCHOAL
EMBDO	:	JOSE NANTO CARVALHIDO FILGUEIRA
ADVOGADO	:	DF00016362 - MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO

A Exma. Sra. Juiza exarou :
... vistas ÁS PARTES sobre os cálculos.

2006.34.00.034884-1 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCUR	:	CE00002356 - FRANCISCA RODRIGUES NOGUEIRA FORTES
EMBDO	:	MARIA CELINA REIS MENEZES
EMBDO	:	MARIA CELESTE FERNANDES DE AS
EMBDO	:	MARIA CLARA BRASIL DE CARVALHO
EMBDO	:	MARIA CARMEN PETRA DE BARROS CASALI
EMBDO	:	MARIA CILENE LEITE LUZ CMPELO
EMBDO	:	JOSE CORREIA DE SOUZA
EMBDO	:	MARIA CLARA RODRIGUES DA CUNHA SANTOS
EMBDO	:	MARIA CELESTE GLAVAO AZEVEDO
EMBDO	:	MARIA CELESTE OLIVEIRA ALVES
EMBDO	:	MARIA CELIA SOARES QUEIROZ
ADVOGADO	:	DF00016362 - MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO

A Exma. Sra. Juiza exarou :
... vistas ÁS PARTES sobre os cálculos.

2006.34.00.027753-1 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL
ADVOGADO	:	CE00002356 - FRANCISCA RODRIGUES NOGUEIRA FORTES
EMBDO	:	DIANA MARIA BEZERRA DE MELO LOPES
EMBDO	:	DEUSELINA DIAS DE SOUZA
EMBDO	:	DILMA MARIA DE OLIVEIRA BARROS
EMBDO	:	DILMA PEREIRA AQUINO
EMBDO	:	DEUZENICE BARBOSA DA MOTA BEZERRA
EMBDO	:	DEUSDETH CUNHA JUNIOR
EMBDO	:	DEUSIMAR BEZERRA VIEIRA
EMBDO	:	DICKSON MASCARENHAS DA SILVA
EMBDO	:	DIJALMA LEITE NOVAIS
EMBDO	:	DILMA MARIA NEUMANN SANTOS
ADVOGADO	:	DF00016362 - MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO

A Exma. Sra. Juiza exarou :
... vistas ÁS PARTES sobre os cálculos.

2006.34.00.034868-0 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCUR	:	DF00012946 - JOSE ROBERTO DE SOUZA
EMBDO	:	VICENTE MARIANO DE JESUS CASTRO
EMBDO	:	VERA MARIA SAMPAIO ACEVEDO
EMBDO	:	VICENTE FLORENCIO DE QUEIROZ
EMBDO	:	VERALUCIA ARAUJO SANTOS
EMBDO	:	VERONICE MARIA MOREIRA SOARES
EMBDO	:	VERA REGINA PASQUALI PEIXOTO
EMBDO	:	VERCI DE ALMEIDA
EMBDO	:	VICENTE BRAZ DOS SANTOS
EMBDO	:	VICENTE FERREIRA
EMBDO	:	VICENTE JOSE PEREIRA
ADVOGADO	:	DF00016362 - MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO

A Exma. Sra. Juiza exarou :

... vistas ÁS PARTES sobre os cálculos.

2006.34.00.034080-2 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCUR	:	CE00002356 - FRANCISCA RODRIGUES NOGUEIRA FORTES
EMBDO	:	NICOMEDES BRAZ DA SILVA
EMBDO	:	NEUZA FRANCISCA DE SOUZA
EMBDO	:	NEUZILDA CARDOSOS MURILA
EMBDO	:	NEWTON RODRIGUES GUIMARAES
EMBDO	:	NEWTON SILVA CASTRO
EMBDO	:	NEYDE SOARES DE ARAUJO
EMBDO	:	NEYTELES PALMA DE SOUZA
EMBDO	:	NICEA LOPES CARVALHO
EMBDO	:	NICODEMOS BORGES DE JESUS
EMBDO	:	NICOLAU MIGUEL DA SILVA
ADVOGADO	:	DF00016362 - MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO

A Exma. Sra. Juiza exarou :

... vistas ÁS PARTES sobre os cálculos.

2006.34.00.034899-2 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCUR	:	DF00012946 - JOSE ROBERTO DE SOUZA
EMBDO	:	SOELI ALICE SILVEIRA DAUDT SANTOS
EMBDO	:	SINVAL ANTONIO DE MORAIS
EMBDO	:	SIVALDO LOPES DE MENEZES
EMBDO	:	SOCORRO MARIA SILVA ALENCAR
EMBDO	:	SIRLENE LOURDES PEREIRA DA COSTA
EMBDO	:	SIMPLICIO MACIEL DA SILVA
EMBDO	:	SIMPLICIO NETO DA SILVA
EMBDO	:	SIOME DA SILVA MARQUES
EMBDO	:	SIRLENE CANDIDA DE JESUS ALVES
EMBDO	:	SOLANGE APARECIDA ALVES
ADVOGADO	:	DF00016362 - MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO

A Exma. Sra. Juiza exarou :

... vistas ÁS PARTES sobre os cálculos.

2006.34.00.034876-6 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCUR	:	CE00002356 - FRANCISCA RODRIGUES NOGUEIRA FORTES
EMBDO	:	MARIA ABADIA OLIVEIRA
EMBDO	:	MARIA AMELIA BARBOSA LOPES
EMBDO	:	MARIA ALVES DE JESUS RODRIGUES
EMBDO	:	MIRTES PEREIRA DE SOUZA
EMBDO	:	MARIA ABADIA GUIMARAES DE AQUINO MOURA
EMBDO	:	MARIA ADELAIDE MENDES DA SILVA
EMBDO	:	MARIA ALICE PALANKOF
EMBDO	:	MARIA ALICE SILVA
EMBDO	:	MARIA ALVES DA SILVA FILHA
EMBDO	:	MIRTES DE ALENCAR ROCHA
ADVOGADO	:	DF00016362 - MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO

A Exma. Sra. Juiza exarou :

... vistas ÁS PARTES sobre os cálculos.

2007.34.00.001286-1 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCUR	:	DF00005625 - NICOLA BARBOSA DE AZEVEDO DA MOTA
EMBDO	:	MARIA JOSE
EMBDO	:	MARIA IZABEL VELOSO
EMBDO	:	MARIA IZABEL COSTA RIBEIRO PEREIRA
EMBDO	:	MARIA ISAURA SERRA BAETAS GONCALVES
EMBDO	:	MARIA IZETE DA SILVA
EMBDO	:	MARIA IVANEIDE CAMELO DEPOLLO
EMBDO	:	MARIA JANUARIA DA COSTA
ADVOGADO	:	DF00016362 - MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO

A Exma. Sra. Juiza exarou :

... vistas ÁS PARTES sobre os cálculos.

2006.34.00.034249-8 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCUR	:	DF00012946 - JOSE ROBERTO DE SOUZA
EMBDO	:	RITA RODRIGUES FERREIRA
EMBDO	:	RITA RODRIGUES NETA
EMBDO	:	RITA REGINA DOS SANTOS
EMBDO	:	RIVALDO SALES DE ANDRADE
EMBDO	:	ROBERTA VIEIRA DE MELO
EMBDO	:	RITA ETELVINA DA CRUZ
EMBDO	:	RITA RODOLFO DE OLIVEIRA
EMBDO	:	RITA EVANGELISTA NORONHA NUNES
EMBDO	:	RITA FERREIRA DE SOUZA
EMBDO	:	RIVALDO EPIFANIO DE SOUZA
ADVOGADO	:	DF00016362 - MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO

A Exma. Sra. Juiza exarou :

... vistas ÁS PARTES sobre os cálculos.

2007.34.00.000408-0 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCUR	:	- NICOLA BARBOSA DE AZEVEDO DA MOTTA
EMBDO	:	MARIA DE LOURDES RAPOSO PEREIRA
EMBDO	:	MARIA DE LOURDES SILVA
EMBDO	:	MARIA D ELOURDES MACEDO DIAS
EMBDO	:	MARIA DE LOURDES LIMA
EMBDO	:	MARIA DE LOURDES LOPES DE ALMEIDA MARQUES
EMBDO	:	MARIA DE LOURDES PEREIRA FIGUEIREDO
EMBDO	:	MARIA DE LOURDES PIMENTEL
EMBDO	:	MARIA DE LOURDES SANTOS DE SOUZA
ADVOGADO	:	DF00016362 - MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO

A Exma. Sra. Juiza exarou :

... vistas ÁS PARTES sobre os cálculos.

2007.34.00.000406-2 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCUR	:	DF00005625 - NICOLA BARBOSA DE AZEVEDO DA MOTA
EMBDO	:	PERLUCY DOS SANTOS
EMBDO	:	PEROLINA PUCCINI SECUNHO
EMBDO	:	PEDRO VICENTE DA SILVA
EMBDO	:	PETUNIA TEIXEIRA LEMOS
EMBDO	:	PEROLA DE JESUS SANTOS DA SILVA
EMBDO	:	PEROLINA SOUZA BARROS
EMBDO	:	PERCILIA PEREIRA MARANHO
EMBDO	:	POMPILIO XIMENES DE ARAGAO
EMBDO	:	POSSIDONIO PEREIRA NETO
ADVOGADO	:	DF00016362 - MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO

A Exma. Sra. Juiza exarou :

... vistas ÁS PARTES sobre os cálculos.

2006.34.00.034887-2 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCUR	:	DF00002356 - FRANCISCA RODRIGUES NOGUEIRA FORTES
EMBDO	:	NORMA MARIA FERREIRA DE LIMA
EMBDO	:	NIVALDO GONCALVES RAMOS
EMBDO	:	NIVALDO PAULO DO NASCIMENTO
EMBDO	:	NOEMIA PEREIRA DE MELO
EMBDO	:	NORA LIDICE GOMES FERRAZ
EMBDO	:	NORMA LUCIA CARVALHO FEITOSA
EMBDO	:	NORMA LUCIA LEITE
EMBDO	:	NORMALENE NEVES LEITE
EMBDO	:	NOTARIO BRESCONVITT
ADVOGADO	:	DF00016362 - MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO

A Exma. Sra. Juiza exarou :

... vistas ÁS PARTES sobre os cálculos.

2006.34.00.028857-9 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCUR	:	DF00014684 - SILVIO JESUS PEREIRA
EMBDO	:	LOURDES SANTANA DOS SANTOS
EMBDO	:	LOURDES PEDROSA DOS SANTOS
EMBDO	:	LOURDES TERESINHA BATISTA SILVA
EMBDO	:	LIZETE CASTANHO RIBEIRO
EMBDO	:	LOIDE MORAES DE OLIVEIRA DIAS
EMBDO	:	LOURDES LEMOS ALMEIDA
EMBDO	:	LORIMILDA DINIZ GUALBERTO
EMBDO	:	LORDEUS MONTARGIL DE ANDRADE
EMBDO	:	LOURENCO BENTO DOS SANTOS
EMBDO	:	LOURIVAL ANDRADE MELO
ADVOGADO	:	DF00016893 - CARLA CRISTINA ORLANDI FREITAS

A Exma. Sra. Juiza exarou :

... vistas ÁS PARTES sobre os cálculos.

2006.34.00.026111-1 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL
EMBDO	:	LUZIA SANTANA DE SOUSA
EMBDO	:	MADALENA MONTEIRO CAMPBELL
EMBDO	:	LUZIA LIBANIO DINIZ
EMBDO	:	LYGIA MAIA NOBRE
EMBDO	:	LYGIA NIEMEYER
EMBDO	:	LUZIA RITA PEREIRA SILVA
EMBDO	:	LUZINETE PIMENTEL DE OLIVEIRA
EMBDO	:	LUIZA MARQUES DA SILVA
EMBDO	:	LUZIA PEREIRA CAIXETA
EMBDO	:	MADALENA VIEIRA DA CRUZ AQUINO
ADVOGADO	:	DF00016893 - CARLA CRISTINA ORLANDI FREITAS
ADVOGADO	:	DF0001193A - HUMBERTO ELIO FIGUEIREDO DOS SANTOS

A Exma. Sra. Juiza exarou :

... vistas ÁS PARTES sobre os cálculos.

2006.34.00.029712-9 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCUR	:	CE00002356 - FRANCISCA RODRIGUES NOGUEIRA FORTES
EMBDO	:	ISLANDE BRAGA DE SANTO ANTONIO
EMBDO	:	ITACIR ARLINDO FRANCESCHINI
EMBDO	:	ISIS FONTENELE FRAGA
EMBDO	:	ITAMAR RODRIGUES DO NASCIMENTO
EMBDO	:	ISIDORIA ARCANJO DE BRITO
EMBDO	:	ISIS MARIA QUEZADO SOARES MAGALHAES
EMBDO	:	ISMAEL SILVA CASTRO
EMBDO	:	ISNALDO PIEDADE DE FARIA
EMBDO	:	ITALO NARDELLI
EMBDO	:	ITON BARROS
ADVOGADO	:	DF00016362 - MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO

A Exma. Sra. Juiza exarou :

... vistas ÁS PARTES sobre os cálculos.

2005.34.00.026949-0 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL
ADVOGADO	:	DF00005976 - GISLAINE TORRES
EMBDO	:	CLARICE GOMES MARQUES SOUZA
EMBDO	:	FRANCISCA BELARMINA COSTA
EMBDO	:	MARIA DIVINA ALVES MONTEIRO
EMBDO	:	MARIA JOSE SANTOS GALVAO
EMBDO	:	MARIA ALVES MOREIRA
EMBDO	:	DEGALDIERIA NUNES DE CALDAS
EMBDO	:	MARIA CLAUDETE RAMOS
EMBDO	:	MARIA ELEUZA RIBEIRO SOUSA
EMBDO	:	JANE PERCILIA MENDONCA DO VALLE SANTOS
EMBDO	:	SUELY FATIMA DA SILVA
ADVOGADO	:	DF00008710 - VANIA CRISTINA PINTO DA SILVA

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Recebo a petição de fls. 26 como expressa manifestação de concordância da União para que o crédito decorrente da condenação em honorários seja compensado no processo principal. Em face do trânsito em julgado, arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

2003.34.00.001801-8 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVOGADO	:	ES00008504 - BRENO DA SILVA MAIA FILHO
EMBDO	:	EULOGIO KUHL
EMBDO	:	ERNESTO NOVIELLO
EMBDO	:	FRANCISCO RAIMUNDO MARQUES
EMBDO	:	FRANCISCO PANTUZA JUNIOR
EMBDO	:	GERALDO ALVES RIBEIRO
ADVOGADO	:	DF00006347 - JOAO BAPTISTA RODRIGUES DIAS
ADVOGADO	:	DF00009922 - JOAO ROBERTO SANTIAGO DIAS
ADVOGADO	:	DF0001242A - LUCAS AIRES BENTO GRAF

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Dê-se vistas às partes para ciência sobre os cálculos apresentados nas fls. 40/48. Após, venham-me os autos conclusos para sentença.

2003.34.00.003138-0 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCUR	:	DF00007355 - IRAMAR GOMES DE SOUSA
EMBDO	:	EULOGIO KUHL
EMBDO	:	ERNESTO NOVIELLO
EMBDO	:	FRANCISCO RAIMUNDO MARQUES
EMBDO	:	FRANCISCO PANTUZA JUNIOR
EMBDO	:	GERALDO ALVES RIBEIRO
ADVOGADO	:	DF00006347 - JOAO BAPTISTA RODRIGUES DIAS
ADVOGADO	:	DF00009922 - JOAO ROBERTO SANTIAGO DIAS
ADVOGADO	:	DF0001242A - LUCAS AIRES BENTO GRAF

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Dê-se vistas às partes para ciência sobre os cálculos apresentados nas fls. 187/193. Após, venham-me os autos conclusos para sentença

2006.34.00.019397-2 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SINTRASEF
ADVOGADO	:	RJ00133602 - CARLOS EMANUEL DO NASCIMENTO VIANA
ADVOGADO	:	RJ0125740E - CORINA ELOISA DA SILVA
REU	:	UNIAO FEDERAL

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Especifiquem as partes, em 05 (cinco) dias, as provas que pretendem produzir, justificando-as.

2006.34.00.036396-4 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	FRANCISCO ALVIMAR LOPES
ADVOGADO	:	DF00013267 - WANDER PEREZ
REU	:	UNIAO FEDERAL

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Fls. 68/81: Mantenho a decisão Agravada (fls. 57/60) por seus próprios fundamentos. Vista ao(s) Autor(es) sobre a(s) contestação(ões), no prazo de 10 dias.

2002.34.00.006614-9 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	MUNICIPIO DE PEIXE
ADVOGADO	:	DF00013829 - NEWTON LINS TEIXEIRA DE CARVALHO
REU	:	UNIAO FEDERAL

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Às partes, para alegações finais, no prazo de 10 (dez) dias. Após, registrem-se os autos conclusos para sentença.

1997.34.00.017986-1 AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

AUTOR	:	AURORA CONCEICAO SANTANA GOMES
ADVOGADO	:	DF00004261 - DEUSDEDITA SOUTO CAMARGO
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO	:	DF00018993 - LUIZ CARLOS GONCALVES

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Fls. 1083: defiro o pedido, razão pela qual desconstituo-o do encargo e nomeio como perito o Dr. Benjamin Queiroz de Oliveira, CRC/PA 3578 T-1. Intimem-se as partes da nova nomeação e, após, o perito, para dizer se aceita o encargo e apresentar proposta de honorários.

2002.34.00.029936-8 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	ABRAHAO DOMINGOS DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO	:	DF00004966 - EUCLIDES MARTINS JARDIM
REU	:	UNIAO FEDERAL

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Retornem os autos ao arquivo.

2006.34.00.023783-6 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	CARMEN LUCIA SA DE SOUZA E OUTROS
ADVOGADO	:	DF0001120A - MARCELLO LAVENERE MACHADO
ADVOGADO	:	DF00017803 - RODRIGO BRANDAO LAVENERE MACHADO
REU	:	UNIAO FEDERAL

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Fls. 543/6 : Vista aos Autores, por 05 (cinco) dias. Após, especifiquem as partes, em 05 (cinco) dias, as provas que pretendem produzir, justificando-as.

2007.34.00.008241-9 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	JOSE ELIAS DE OLIVEIRA
ADVOGADO	:	DF00023697 - JOSE ELIAS DE OLIVEIRA
IMPDO	:	UNIAO FEDERAL
IMPDO	:	DIRETOR GERAL DA FUNDACAO CARLOS CHAGAS

A Exma. Sra. Juiza exarou :
DEFIRO A LIMINAR para determinar à autoridade impetrada que corrija a prova subjetiva do impetrante e o inclua nas demais fases do concurso, até que sua redação seja corrigida. Intimem-se as partes da presente decisão. Na mesma oportunidade, intime-se o impetrante para corrigir o pólo passivo da presente ação, indicando corretamente a autoridade impetrada, e não a pessoa jurídica, nos termos da lei.

2006.34.00.031166-8 AÇÃO ORDINÁRIA / SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO (SFH)

AUTOR	:	KADIE RODRIGUES DE MEDEIROS E OUTRO
ADVOGADO	:	DF00011438 - EDNA DE FATIMA VIANA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

A Exma. Sra. Juiza exarou :
FLS. 79 - Em face da certidão supra, desentranhe-se a petição de fls. 75/78, devendo ser entregue ao seu subscritor.
Após, publique-se o despacho de fls. 74.

FLS. 74 - Emendem os Autores a inicial, regularizando a representação processual, bem como para que tragam aos autos os originais das procurações de fls. 25/26, no prazo de 10 dias, sob pena de indeferimento.

2004.34.00.042346-9 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	ANTONIO GRAZZIOTIN E OUTROS
ADVOGADO	:	DF00012409 - JOSE CARLOS DE ALMEIDA
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Com base na tabela de custas prevista na Lei de Custas da Justiça Federal (Lei 9289/96) as ações cíveis têm como valor da causa o estimado em 1%. Assino o prazo de 05 dias para que os Autores complementem o preparo sob pena de deserção do recurso.

2006.34.00.012102-0 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	JOSE LACERDA
ADVOGADO	:	DF00019623 - FLAVIA NAVES SANTOS PENA
IMPDO	:	DIRETOR DA GERENCIA EXECUTIVA DIVISAO DE BENEFICIOS EM BRASILIA

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Vista ao Impetrante (fls. 162/5). Após, registrem-se os autos conclusos para sentença.

2006.34.00.028592-6 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	JOSE GERALDO DE SOUSA FILHO
ADVOGADO	:	DF00004595 - ULISSES BORGES DE RESENDE
IMPDO	:	COORDENADOR GERAL DE GESTAO DE PESSOAS DA SUBSECRETARIA DE PLANEJ ORC E ADM DO MIN DO MEIO AMBIENTE

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Em face da decisão do Eg. TRF/1ª Região, fls.156/7 dos autos em agravo de instrumento em apenso, dê-se vista ao Impetrante sobre o agravo retido, no prazo de 10 dias (CPC, art. 523, § 2º). Após, registrem-se os autos conclusos para sentença.

AUTOS COM DECISÃO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.006970-4 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	MURALHA SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA
ADVOGADO	:	SP0149260B - NACIR SALES
IMPDO	:	PRESIDENTE DO COMITE GESTOR DO PROGRAMA DE RECUPERACAO FISCAL - REFIS

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Diante dessas considerações, não vislumbrando plausibilidade nas alegações do impetrante, INDEFIRO A LIMINAR.

2007.34.00.006000-9 MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO

IMPTE	:	SINDICATO DOS MEDICOS DO DISTRITO FEDERAL
ADVOGADO	:	RJ00083072 - LUIZ FELIPE BUAIZ ANDRADE
ADVOGADO	:	DF00005980 - MARCO ANTONIO BILIBIO CARVALHO
ADVOGADO	:	DF00020001 - THAIS MARIA SILVA RIEDEL DE RESENDE
IMPDO	:	DIRETORA DO CENTRO DE FORMACAO TREINAMENTO E APERFEICOAMENTO DOS SERV. DA CAMRA DOS DEPUTADOS CEFOR

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Diante dessas considerações, não vislumbrando plausibilidade nas alegações do impetrante, INDEFIRO A LIMINAR.
Quanto à alegada legitimidade da Fundação Carlos Chagas para figurar no pólo passivo da presente ação, entendo impertinente a alegação considerando que ela é apenas a executora material do ato impugnado, cuja decisão está na esfera de competência da Câmara dos Deputados.

2004.34.00.028805-0 AÇÃO ORDINÁRIA / SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO (SFH)

AUTOR	:	DINALVA MARTINS CRUZ
ADVOGADO	:	- SEBASTIAO MORAES DA CUNHA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
REU	:	EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Uma vez que, com a edição da Lei nº 10.150, de 21/12/2000, foi facultado às partes composição amigável visando à repactuação das condições do contrato em questão, resolvo designar para o dia 03 de maio de 2007, às 15:30 horas, audiência de conciliação entre as partes.

2007.34.00.007515-0 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	MITRA SEGURANCA PRIVADA LTDA
ADVOGADO	:	RJ00060058 - ANTONIO AFONSO CAETANO BUARQUE EICHLER
IMPDO	:	CHEFE DA DIVISAO DE ANALISE EXP DOC DA COORD GERAL CONTROLE SEG PRIVADA DA DIR EXEC DA POL FEDERAL

A Exma. Sra. Juiza exarou :
DEFIRO PARCIALMENTE A LIMINAR para que a impetrada não exija do impetrante a apresentação da certidão negativa de débitos como condição para o deferimento do seu pedido de autorização. Quanto ao pedido para que lhe seja concedida a autorização, dependerá da satisfação dos demais requisitos, conforme apreciação da Polícia Federal.

2006.34.00.021742-0 EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA

EXPTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
EXCTO	:	VLADIMIR TOMCZYK
EXCTO	:	GILBERTO GUILHERME CRISTANTE
EXCTO	:	FUTOSHI TANIGUTI
EXCTO	:	FRANCISCO VALDIR ALVES MAGALHAES
EXCTO	:	HELENA LAMPE VAN ANHT ROMEIRA
EXCTO	:	JOAO SOLUTO
EXCTO	:	JOSE JUSTO SALVADOR
EXCTO	:	JOSE LUIZ SCHNEIDER
EXCTO	:	LUIZ EMYDIO PINHEIRO DA CAMARA
EXCTO	:	PEDRO DONIZETE DA COSTA
ADVOGADO	:	DF00014746 - JOSE PEIXOTO GUIMARAES NETO

A Exma. Sra. Juiza exarou :
ACOLHO A EXCEÇÃO, para declarar a incompetência deste Juízo, declinando-a em favor de cada uma das Seções Judiciárias vinculadas aos Estados de domicílio dos Autores, tais sejam, São Paulo, Ceará, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e Minas Gerais. Para que se possa viabilizar cumprimento a esta decisão, deverão os Autores promover o desmembramento da presente ação em tantas quantas sejam necessárias para suas remessas aos Juízos competentes, observando-se, inclusive, e se couber, as circunscrições judiciárias da Justiça Federal.

2007.34.00.005029-6 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	MARCO ANTONIO DEL ROSSO E OUTRO
ADVOGADO	:	SP00165826 - CARLA SOARES VICENTE
REU	:	UNIAO FEDERAL

A Exma. Sra. Juiza exarou :
..., INDEFIRO a antecipação de tutela postulada.

2007.34.00.004261-0 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	WASHINGTON ZUQUI DA COSTA
ADVOGADO	:	SP00124703 - EVANDRO R. DA SILVA COELHO
REU	:	UNIAO FEDERAL

A Exma. Sra. Juiza exarou :
..., com base no art. 284 do Código de Processo Civil, determino que o Autor emende a inicial, em 10 dias, sob pena de indeferimento, relatando os fatos com base nos quais fundamenta a sua pretensão e para que junte toda a documentação essencial para comprovação do alegado. Cumprida a diligência, venham-me os autos para decisão sobre o pedido de antecipação dos efeitos da tutela.

JUÍZO FEDERAL DA 21ª VARA

Juiz Titular	:	DR. HAMILTON DE SÁ DANTAS
Juiza Substit.	:	DRA. RAQUEL SOARES CHIARELLI
Dir. Secret.	:	LORENE OLIVEIRA VASCONCELOS

EXPEDIENTE DO DIA 9 DE ABRIL DE 2007

Atos do Exmo.	:	DR. HAMILTON DE SÁ DANTAS

AUTOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2000.34.00.025988-0 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	ANTONIO LAZARO MANTOVANI E OUTROS
ADVG.	:	SP00095542 - FABIO DONISETE PEREIRA
ADVG.	:	SP0088981E - RICARDO ALVES PEREIRA
ADVG.	:	SP00095144 - ROGERIO ANTONIO PEREIRA
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Recebo a apelação da União Federal interposta tempestivamente, em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Ao apelados para as contrarazões.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.013235-1 EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA

EXPTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00018747 - IGOR FELIPE GUSKOW
EXCTO	:	RENATO EIDELWEIN
EXCTO	:	MARTA FUMIE SUEDA TAKESHITA
EXCTO	:	ARNAUD BERNARDINO DA SILVA
EXCTO	:	DEOCEZANA SANTOS VIANA
EXCTO	:	FRANCISCO DE CASTRO GIL
EXCTO	:	VERONICA LUCENA DE LIMA
EXCTO	:	MARINA SACILOTO FRIGO
EXCTO	:	RUY ALVES PORTO
EXCTO	:	JOSE JORGE LEAL
EXCTO	:	JOSE DE ALENCAR FILHO
EXCTO	:	DEIZE TEREZINHA MARTINS FERREIRA AUGUSTO
EXCTO	:	HENRIQUE NEVES JERSEY
EXCTO	:	MANOEL RAMOS GALVAO FILHO
EXCTO	:	JOSE LOURENCO DA SILVA NETO
EXCTO	:	CARLOS JOAQUIM PEREIRA
ADVG.	:	DF00014746 - JOSE PEIXOTO GUIMARAES NETO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Em face do caráter infringente dos embargos de declaração de fls. 44/45,intime-se o excipiente, ora embargado, para se manifestar no prazo de 10 dias.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.017593-6 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	FRANCISCO MIRANDA SANTOS
ADVG.	:	DF00008690 - SONIA TELLES DE BULHÕES
EXCDO	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Requeira o exequente o que de direito, no prazo de 10 dias.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.014534-0 AÇÃO ORDINÁRIA / SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO (SFH)

AUTOR	:	CARMELITA MEDEIROS DE SOUZA
ADVG.	:	DF00019031 - REGINA CELIA DO NASCIMENTO
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
REU	:	EMPRESA GESTORA DE ATIVOS- EMGEA
ADVG.	:	DF00017753 - ANDRE YOKOMIZO ACEIRO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Sobre as petições de fls. 264 e 267, diga a CEF, no prazo de 10 dias.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.022226-0 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	IVAN CAVALCANTI PROENCA
ADVG.	:	DF00002144 - INEMAR BAPTISTA PENNA MARINHO
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vista às partes , no prazo sucessivo de 10 dias, para especificar provas, indicando, de logo, sua finalidade.

AUTOS COM DECISÃO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.007909-5 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	JULIA ZAPATA RACHID DAU
ADVG.	:	DF00018740 - ELESANGELA DA SILVA NOGUEIRA
IMPDO	:	COORDENADOR GERAL DE RECURSOS HUMANOS DO IBAMA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
... Ante o exposto, acolho os embargos de declarção para reconhecer a omissão da sentença , mantendo,porém, seu dispositivo tal como lançado.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.030726-7 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	MARISTELA BARRETO BEMFICA PACZEK
ADVG.	:	RS00022341 - CARLA ROSANE B. BEMFICA
IMPDO	:	PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS
LITISPA	:	ALEXANDRE FORNARI

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
... Diante do exposto, INDEFIRO o pedido de liminar.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.031227-9 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	CONDOMINIO DO BLOCO F DA SQS 310
ADVG.	:	DF00010898 - ARQUIAS LEAO NETO
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
....Ante o exposto, REJEITO ambos embargos de declaração.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.031915-5 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	ROSANA ORLANDI MEIRA
ADVG.	:	DF00019552 - DENISE ARANTES SANTOS VASCONCELOS
ADVG.	:	DF00012453 - LUCIANA MARTINS BARBOSA
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
... Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de antecipação da tutela.Manifeste-se a autora sobre a contestação e documentos que a acompanham, no prazo de dez dias.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.000376-0 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	RADIO TELEVISAO BRASIL OESTE LTDA
ADVG.	:	MG00067249 - MARCELO TORRES MOTTA
IMPDO	:	PRESIDENTE DO COMITE GESTOR DO PROGRAMA DE RECUPERACAO FISCAL - REFIS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...Diante do exposto, INDEFIRO O PEDIDO DE LIMINAR.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.024077-6 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	CESARI EMPRESA MULTIMODAL DE MOVIMENTACAO DE MATERIAIS LTDA
ADVG.	:	DF00015665 - MONICA ARANTES SILVA
IMPDO	:	COORDENADOR GERAL DE OPERACOES RODOVIARIAS DO DNIT

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
... ante o exposto, REJEITO os embargos de declaração.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.092007-5 IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA

REQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL E OUTRO
ADVG.	:	DF00012810 - JOSE DE RIBAMAR CAMPOS ROCHA
REQDO	:	EDSON DA LUZ RIBEIRO
ADVG.	:	- SEBASTIAO MORAES DA CUNHA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
... resta prejudicada a presente impugnação ao valor da causa, por falta de objeto, eis que não mais subsiste interesse das partes em litígio na sua alteração.Isso posto, determino o arquivamento do presente incidente.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.001237-1 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	FRANCISCO NEILSON MOURA CHAGAS
ADVG.	:	DF00015598 - MARCELO RAMOS CORREIA
IMPDO	:	SECRETARIO GERAL DO MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
... Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de liminar.

AUTOS COM SENTENÇA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.010663-3 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA INCRA
EXCDO	:	MARIA LUIZA TELLES MARCILIO GOLIN
EXCDO	:	BRUNA MEDARDONI
EXCDO	:	SONIA SARAIVA DE LEAO FEITOSA
EXCDO	:	CECY BAPTISTA DE LIMA
EXCDO	:	LUIZ BESERRA CAVALCANTE
EXCDO	:	OSWALDO GONCALVES DA CUNHA FILHO
EXCDO	:	WAGNER MARINHO DE CARVALHO
EXCDO	:	JOSETTE BARROS MOREIRA ALVIM
EXCDO	:	RUTH RUTKOWSKI GRABHER
EXCDO	:	EVA MARIA DE SOUZA SARDINHA
ADVG.	:	DF00006102 - ALZIR LEOPOLDO DO NASCIMENTO
ADVG.	:	DF00015130 - DANIEL LEOPOLDO DO NASCIMENTO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...isso posto,julgo extinta a presente execução, com fundamento no art. 794,I do CPC.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2002.34.00.003229-0 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	PEDRO ELOI SOARES
ADVG.	:	DF0003980E - JOSE PINHEIRO DE SOUZA SOBREIRA
ADVG.	:	DF0001586A - PEDRO ELOI SOARES
ADVG.	:	DF00023660 - RAQUEL MARTINS
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
... Ante o exposto, julgo o pedido Improcedente ....
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.006933-0 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	JOSE MARTINS GONCALVES E OUTROS
ADVG.	:	RO00000574 - REGINALDO VAZ DE ALMEIDA
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...Ante o exposto, julgo o pedido PROCEDENTE para condenar a União Federal a pagar aos autores o valor da correção monetária incidente sobre as parcelas salariais pagas em atraso, acrescidos de juros de mora de 1% ao mês a contar da citação ...
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.022419-2 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	JAMIL ELIAS SULTANUM CORDEIRO
ADVG.	:	DF00020600 - ARTHUR OCTAVIO BELLENS PORTO MARCIAL
ADVG.	:	DF00011975 - CELI DEPINE M DELDUQUE
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...ante o exposto, julgo o pedido PROCEDENTE para declarar a inexistência de relação jurídico-tributária que obrigue o autor a recolher o imposto de renda sobre os rendimentos recebidos do PNUD/ONU no período compreendido entre janeiro de 1993 e dezembro de 1994 (fl. 45).

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2004.34.00.040212-2 AÇÃO ORDINÁRIA / SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO (SFH)

AUTOR	:	EDSON DA LUZ RIBEIRO
ADVG.	:	- SEBASTIAO MORAES DA CUNHA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00012810 - JOSE DE RIBAMAR CAMPOS ROCHA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
... diante do exposto, HOMOLOGO o acordo celebrado às fls. 178/179, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, e, em consequência julgo extinto o processo com julgamento do mérito com fundamento no art. 269, V do CPC.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.010257-5 MEDIDA CAUTELAR INOMINADA

REQTE	:	PAULO RAIMUNDO ANTONIO
ADVG.	:	DF00009021 - MARCONDES BRAULIO DE PAIVA
REQDO	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
... assim, impondo-se a extinção do feito, INDEFIRO a inicial e extingo o presente processo sem resolução do mérito, com fundamento nos arts. 267,I e 295,III do CPC.Defiro, desde já, o desentranhamento dos documentos que instruem a inicial, exceto a procuração.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2004.34.00.028908-3 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	MARCOS JULIANO LUCAS DE CARVALHO
ADVG.	:	MG00077547 - RENATO LUIZ ZECHLINSKI JUNIOR
REU	:	UNIAO FEDERAL
REU	:	CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETROBRAS
ADVG.	:	DF00020499 - FLORIANO DUTRA NETO
ADVG.	:	RJ00091121 - VLADIA VIANA REGIS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
... Diante do exposto e com fundamento no art. 269, I do CPC resolvo o mérito da presente demanda, julgando procedentes os pedidos deduzidos na inicial....
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.005987-1 AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE

AUTOR	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00017525 - JULIANA VARELLA BARCA DE MIRANDA PORTO
RÉU	:	JOALMINA RAMALHO BEZERRA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
... isso posto, homologo a desistência julgando extinto o processo sem julgamento de mérito(CPC, art. 267,VIII), condenando a autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios,que fixo em R$ 100,00(cem reais).
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.025305-6 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	CHRISTIANO ARISTIDIS MELO RODOPOULOS
ADVG.	:	DF00020138 - FABIO DANTAS
ADVG.	:	DF00018841 - LINO DE CARVALHO CAVALCANTE
IMPDO	:	INSPETOR DA RECEITA FEDERAL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA-DF

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...Ante o exposto, DENEGO a segurança.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.033620-2 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	LINEA NUTRICAO CIENCIA S.A.
ADVG.	:	SP00155879 - FLAVIA MARIA MORAIS GERAIGIRE CLAPIS
ADVG.	:	DF00013246 - LUCAS AIRES BENTO GRAF
ADVG.	:	SP00196331 - NADIME MEINBERG GERAIGE
IMPDO	:	DIRETOR PRESIDENTE DA AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - ANVISA
IMPDO	:	GERENTE GERAL DE INSPECAO E CONTROLE DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS DA ANVISA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Diante do exposto, DENEGO A SEGURANÇA PLEITEADA.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.036389-2 MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO

IMPTE	:	UNAFISCO REGIONAL DE SAO PAULO
ADVG.	:	SP00200053 - ALAN APOLIDORIO
IMPDO	:	SECRETARIO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTERIO DO PLANEJAMENTO ORCAMENTO E GESTAO
IMPDO	:	COORDENADOR-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(Sentença de fls. 106/109) : ... ante o exposto, julgo extinto o processo sem julgamento de mérito em relação ao Coordenador-geral de Gestão de pessoas da secretaria da Receita Federal... . (DESPACHO de fl 118): Uma vez que o pedido de desistência da ação foi protocolado após o advento da sentença, recebo-o como pedido de renúncia do prazo recursal.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.026115-6 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	MARCIO ANDERSON DE LUCENA PINTO
ADVG.	:	DF00019623 - FLAVIA NAVES SANTOS PENA
IMPDO	:	DELEGADO DA RECEITA FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL
IMPDO	:	PRESIDENTE DA TELE CENTRO OESTE CELULAR PARTICIPACOES S.A.

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
... Ante o exposto, confirmando a liminar CONCEDO a segurança...
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.008244-0 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	DISTRIBUIDORA GUARARAPES DE BEBIDAS LTDA
ADVG.	:	DF00021088 - ANTONIO JOSE DE OLIVEIRA BOTELHO
IMPDO	:	COMITE GESTOR DO PROGRAMA DE RECUPERACAO FISCAL REFIS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
... diante do exposto, julgo extinto o feito sem resolução do mérito, com fundamento no art. 267, V do CPC.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.018694-6 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	JOSELINO RODRIGUES
ADVG.	:	DF00018841 - LINO DE CARVALHO CAVALCANTE
IMPDO	:	GERENTE EXECUTIVO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
... diante do exposto e com base nas razões de fato e de direito mencionadas aqui, confirmando a liminar anteriormente deferida, concedo a segurança ..
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.037171-8 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	IGNA SAMARA PINHEIRO DE MENDONCA
ADVG.	:	PB00006378 - EVANDRO ELVIDIO DE SOUSA
IMPDO	:	CHEFE DA DIVISAO DE CONCESSAO E REVISAO DE PENSOES DO MINISTERIO DOS TRANSPORTES

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
... Ante o exposto, DENEGO a segurança .
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.002689-0 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	MENGALVIA LIMA JORGE E SILVA E OUTRO
ADVG.	:	MG0002096E - EDUARDO AUGUSTUS BRAGA DE OLIVEIRA
ADVG.	:	MG00089027 - VINICIUS BRAGA HANACEK
IMPDO	:	UNIAO FEDERAL
IMPDO	:	CHEFE DE DIVISAO DE PERMANENCIA DO DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS DA SEC.NAC.JUST. DO MIN. DA JUSTICA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
... Do exposto, torno definitiva a liminar e CONCEDO a segurança para reconhecer às impetrantes o direito à apreciação do mérito do recurso administrativo interposto.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.030051-4 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	GERALDA DE MACEDO COELHO
ADVG.	:	DF00014919 - JOSE ERCIDIO NUNES
IMPDO	:	COORDENADORA DE RECURSOS HUMANOS DO DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
... do exposto, DENEGO A SEGURANÇA julgando extinto o processo com julgamento de mérito(art. 269,I do CPC).
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.005911-0 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	ASSOCIACAO CULTURAL E EDUCACIONAL DE CALDAS NOVAS ACECAN
ADVG.	:	TO00002999 - JOAO MARCOS ARAUJO MARTINS
IMPDO	:	SUPERINTENDENTE DE RADIO FREQUENCIA DA AGENCIA REGULADORA DAS TELECOMUNICACOES ANATEL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
... ante o exposto, julgo extinto o processo sem julgamento de mérito, com fundamento no art. 267, VI do CPC.

JUÍZO FEDERAL DA 23ª VARA

Juiz(a) Subst.	:	DRA.SABRINA FERREIRA ALVAREZ DE M. AZEVEDO
Juiz(a) Titular	:	DR.VALLISNEY DE SOUZA OLIVEIRA

EXPEDIENTE DO DIA 10 DE ABRIL DE 2007

Atos do(a) Exmo(a).	:	DR.VALLISNEY DE SOUZA OLIVEIRA
Juiz(a) Subst.	:	DRA.SABRINA FERREIRA ALVAREZ DE M. AZEVEDO

ATOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2003.34.00.900982-8 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR	:	RUY VIEIRA DOS SANTOS
ADVOGADO	:	DF00013440 - ALEXANDRE HENRIQUE LEITE GOMES
REU	:	UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
" Defiro, pelo prazo de 30 (trinta) dias, o pedido formulado pelo autor. Intime-se"

Altos do(a) Exmo(a).	:	DR.VALLISNEY DE SOUZA OLIVEIRA

ATOS COM DECISÃO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.917492-8 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR	:	ABELINO ABRANCHES DE ALMEIDA
ADVOGADO	:	DF00020724 - HUGO MORAES PEREIRA DE LUCENA
REU	:	UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
"(...) Em face do exposto, indefiro o pedido de tutela antecipada (...)"

2006.34.00.917269-1 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR	:	SAINT CLAIR FERREIRA FERRO FILHO
ADVOGADO	:	DF00016523 - DENILMA MEDEIROS DE ALMEIDA
REU	:	UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
"(...) Em face do exposto, indefiro o pedido de tutela antecipada (...)"

2006.34.00.917486-0 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR	:	MANOEL ANDRE DA SILVA
ADVOGADO	:	DF00020724 - HUGO MORAES PEREIRA DE LUCENA
REU	:	UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
"(...) Em face do exposto, indefiro o pedido de tutela antecipada (...)"

2006.34.00.917488-7 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR	:	GERALDO BEZERRA DE ARAUJO
ADVOGADO	:	DF00020724 - HUGO MORAES PEREIRA DE LUCENA
REU	:	UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
"(...) Em face do exposto, indefiro o pedido de tutela antecipada (...)"

Altos do(a) Exmo(a).	:	DR.VALLISNEY DE SOUZA OLIVEIRA

ATOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2004.34.00.904493-2 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR	:	ALEXANDRE BIANCHI
ADVOGADO	:	DF00013372 - ERYKA FARIAS DE NEGRI
REU	:	UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
"(...) Defiro a dilação requerida (...)"

2004.34.00.911144-3 CÍVEL / FGTS / JEF

AUTOR	:	SEVERINO LEONEL DA SILVA
ADVOGADO	:	- DENISE APARECIDA R P DE OLIVEIRA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
"(...) Defiro a dilação requerida (...)"

2004.34.00.905465-2 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR	:	LUCIO ALFREDO DO MONTE GOMES
ADVOGADO	:	DF00002353 - JOSE CARLOS SILVEIRA
REU	:	UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
"(...) Defiro a dilação requerida (...)"

2006.34.00.900081-9 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR	:	VALDETE ALVES DA SILVA
ADVOGADO	:	DF00011997 - JOSILMA BATISTA SARAIVA E OUTRO(S)
REU	:	UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
"(...) defiro a dilação pelo prazo de 15 (quinze) dias (...)"

2004.34.00.920875-6 CÍVEL / FGTS / JEF

AUTOR	:	MAGALY VALLE DE SOUSA
ADVOGADO	:	DF00017315 - PATRICIA MACHADO VIEIRA DE ALMEIDA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
"(...) Intime-se a parte autora para se manifestar sobre a exceção de coisa julgada efetuada e da adesão extrajudicial argüidos pela parte ré, referentes aos planos Collor e Verão (...)"

2005.34.00.903579-3 CÍVEL / FGTS / JEF

AUTOR	:	FRANCISCO RINALDO FRAZAO
ADVOGADO	:	DF00005722 - AILTON COELHO ALVES
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
"Manifeste-se a parte autora sobre a petição da CEF, que informa acerca da correção de seu FGTS mediante o processo 95.00.05146-0,que tramitou pela 3ª Vara Federal-DF, trazendo aos autos cópia da inicial e da sentença proferida. Prazo: 30 dias (...)"

2004.34.00.909070-3 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR	:	JOAO DE PAULA LOPES
ADVOGADO	:	DF00018841 - LINO DE CARVALHO CAVALCANTE
REU	:	UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
" Tendo em vista a petição apresentada, em que informa o levantamento dos valores depositados, inclusive do autor falecido João de Paula Lopes, arquivem-se os autos. (...)"

EXPEDIENTE DO DIA 11 DE ABRIL DE 2007

Altos do(a) Exmo(a). : DR.VALLISNEY DE SOUZA OLIVEIRA

ATOS COM ATO ORDINATÓRIO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2004.34.00.912214-8 CÍVEL / PREVIDENCIÁRIO / JEF

AUTOR	:	ANTONIA SANTANA DA SILVA
ADVOGADO	:	DF00018841 - LINO DE CARVALHO CAVALCANTE
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
"Intime-se a parte autora para que se manifeste acerca da petição do INSS em que informa que o seu benefício já é recebido no percentual de 100% (...)"

2004.34.00.909942-9 CÍVEL / PREVIDENCIÁRIO / JEF

AUTOR	:	ALTAMIRO JOSE GONCALVES
ADVOGADO	:	PB00007719 - ELIANILDO DA SILVA NASCIMENTO
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
"Defiro a dilação requerida. Intime-se a parte autora para que apresente a documentação solicitada pelo INSS, no prazo de 30 dias, sob pena de extinção da presente fase executória".

2003.34.00.906775-8 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR	:	ELIZABETH BOTELHO SAMPAIO NETTO
ADVOGADO	:	DF00020133 - DANIEL GOMES DE OLIVEIRA
REU	:	UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
"(...) intime-se a parte autora para apresentar memória de cálculo discriminada e atualizada, levando em consideração os valores eventualmente já pagos na via administrativa, no prazo de 10 dias, ou, em caso de impossibilidade financeira, para que apresente declaração de pobreza firmada de próprio punho (...)"

Altos do(a) Exmo(a). : DR.VALLISNEY DE SOUZA OLIVEIRA

ATOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2004.34.00.900988-3 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR	:	VERA ATHAYDE DE ALMEIDA
ADVOGADO	:	DF00018841 - LINO DE CARVALHO CAVALCANTE
REU	:	UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
"Intime-se a parte autora para informar a este juízo se já houve o levantamento do crédito exeqüendo (...)"

JUÍZO FEDERAL DA 26ª VARA

Juiz(a) Subst. : DR.GUSTAVO ANDRÉ OLIVEIRA DOS SANTOS
Juiz(a) Titular : DRA.GILDA MARIA CARNEIRO SIGMARINGA SEIXAS

EXPEDIENTE DO DIA 11 DE ABRIL DE 2007

Altos do(a) Exmo(a). : DR.GUSTAVO ANDRÉ OLIVEIRA DOS SANTOS

ATOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.916275-5 CÍVEL / PREVIDENCIÁRIO / REVISÃO DE BENEFÍCIO / JEF

AUTOR	:	MAGALY BARBOSA GOULART SOUZA
ADVOGADO	:	DF00016367 - SHAYLA BICALHO FERREIRA
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
Intime-se o patrono da parte autora para assinar a peça inicial, em 05 (cinco) dias.

Altos do(a) Exmo(a). : DR.GUSTAVO ANDRÉ OLIVEIRA DOS SANTOS

ATOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2004.34.00.907409-2 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR	:	BERNADETE MARIA NOGUEIRA BATISTA STRAUSS
ADVOGADO	:	DF00004595 - ULISSES BORGES DE RESENDE
REU	:	FUNDACAO BIBLIOTECA NACIONAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
Intime-se a parte autora para responder aos embargos de declaração, devido os efeitos infringentes ali requeridos, respeitando-se, assim, o princípio do contraditório.
Prazo: 05 dias.

2005.34.00.913615-3 CÍVEL / TRIBUTÁRIO / JEF

AUTOR	:	FRANCISCO CORREIA FILHO
ADVOGADO	:	DF00008364 - MAGDA FERREIRA DE SOUZA
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
Intime-se a parte autora para responder aos embargos de declaração, devido os efeitos infringentes ali requeridos, respeitando-se, assim, o princípio do contraditório.
Prazo: 05 dias.

Altos do(a) Exmo(a). : DR.GUSTAVO ANDRÉ OLIVEIRA DOS SANTOS

ATOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.912663-9 CÍVEL / PREVIDENCIÁRIO / REVISÃO DE BENEFÍCIO / JEF

AUTOR	:	JOAQUIM GOMES DE MEDEIROS
ADVOGADO	:	DF00018841 - LINO DE CARVALHO CAVALCANTE
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
...Tendo em vista a ausência de manifestação da parte autora em relação à sua renúncia aos valores que eventualmente excedam a 60 (sessenta) salários mínimos, intime-se a parte autora para dizer se renuncia os eventuais referidos valores.
Prazo: 05 dias.

Altos do(a) Exmo(a). : DR.GUSTAVO ANDRÉ OLIVEIRA DOS SANTOS

ATOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2004.34.00.914155-2 CÍVEL / FGTS / JEF

AUTOR	:	WARNEY MAURO DA COSTA VAL
ADVOGADO	:	DF00012919 - FRANCISCO RODRIGUES PRETO JUNIOR
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
Intime-se a parte autora sobre a petição de fls...
Prazo: 10 dias.

Altos do(a) Exmo(a). : DR.GUSTAVO ANDRÉ OLIVEIRA DOS SANTOS

ATOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.911533-1 CÍVEL / PREVIDENCIÁRIO / REVISÃO DE BENEFÍCIO / JEF

AUTOR	:	MARCOS ROCHA DE AMORIM
ADVOGADO	:	SC00018738 - FERNANDA MICHELS
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
Intime-se a parte autora para que, dentro do prazo de 10 (dez) dias, apresente, em Secretaria, cópias da petição inicial, sentença, última decisão (se for o caso) e da certidão de trânsito em julgado relativas ao processo indicado prevento no Relatório constante destes autos.

2006.34.00.910495-2 CÍVEL / PREVIDENCIÁRIO / REVISÃO DE BENEFÍCIO / JEF

AUTOR	:	MARIA DO SOCORRO SILVA LEAL
ADVOGADO	:	DF00018841 - LINO DE CARVALHO CAVALCANTE
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
Intime-se a parte autora para que, dentro do prazo de 10 (dez) dias, apresente, em Secretaria, cópias da petição inicial, sentença, última decisão (se for o caso) e da certidão de trânsito em julgado relativas ao processo indicado prevento no Relatório constante destes autos.

2006.34.00.912459-8 CÍVEL / PREVIDENCIÁRIO / REVISÃO DE BENEFÍCIO / JEF

AUTOR	:	CID GOMES FRANCO
ADVOGADO	:	DF00018841 - LINO DE CARVALHO CAVALCANTE
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
Intime-se a parte autora para que, dentro do prazo de 10 (dez) dias, apresente, em Secretaria, cópias da petição inicial, sentença, última decisão (se for o caso) e da certidão de trânsito em julgado relativas ao processo indicado prevento no Relatório constante destes autos.

Altos do(a) Exmo(a). : DR.GUSTAVO ANDRÉ OLIVEIRA DOS SANTOS

ATOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.901387-7 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR	:	ALICIA PAIM CARVALHO
ADVOGADO	:	DF00012454 - MARIO HERMES DA COSTA E SILVA
REU	:	UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
Tendo em vista a petição da União, que não se opõe ao pedido da parte autora, informando que o pagamento dos anuências estão condicionados à existência de verba orçamentária....intime-se a parte autora para manifestação.
Prazo: 10 dias.

Altos do(a) Exmo(a). : DR.GUSTAVO ANDRÉ OLIVEIRA DOS SANTOS

ATOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.911507-4 CÍVEL / FGTS / JEF

AUTOR	:	EUGENE MARK MCCASKEY
ADVOGADO	:	DF00004604 - DJALMA NOGUEIRA DOS SANTOS FILHO
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
Intime-se a parte autora para se manifestar sobre a petição da CEF que informa o cumprimento do julgado.
Prazo: 10 dias.

Altos do(a) Exmo(a). : DR.GUSTAVO ANDRÉ OLIVEIRA DOS SANTOS

ATOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.901773-7 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR	:	MARIO ROBERTO LEITE PEREIRA DA SILVA
ADVOGADO	:	DF00009948 - JOSE ALENCAR COSTA AIRES E OUTRO(S)
REU	:	IBAMA INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
Intimem-se os autores para que se manifestem sobre a impugnação da parte ré ao pedido de enquadramento como beneficiários da assistência judiciária.
Prazo: 10 dias.

2006.34.00.901775-4 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR	:	ANA MARCIA
ADVOGADO	:	DF00009948 - JOSE ALENCAR COSTA AIRES
REU	:	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
Intimem-se os autores para que se manifestem sobre a impugnação da parte ré ao pedido de enquadramento como beneficiários da assistência judiciária.
Prazo: 10 dias.

2006.34.00.901777-1 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR	:	MARIA DAS MERCES SANTANA DE ALMEIDA
ADVOGADO	:	DF00009948 - JOSE ALENCAR COSTA AIRES E OUTRO(S)
REU	:	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
Intimem-se os autores para que se manifestem sobre a impugnação da parte ré ao pedido de enquadramento como beneficiários da assistência judiciária.
Prazo: 10 dias.

Altos do(a) Ex-mo(a). : DR.GUSTAVO ANDRÉ OLIVEIRA DOS SANTOS

ATOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2004.34.00.906828-0 CÍVEL / FGTS / JEF

AUTOR : LINDOMAR VIEIRA DE LIMA
ADVOGADO : DF00012557 - RODRIGO PERES TORELLY
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
Intimem-se as partes - autor e réu - para que se manifestem quanto aos cálculos, dentro do prazo comum de 10 (dez) dias. Eventuais insatisfações deverão vir aos autos devidamente acompanhadas de suficiente acervo documental probatório, inclusive, pericial.

Altos do(a) Ex-mo(a). : DR.GUSTAVO ANDRÉ OLIVEIRA DOS SANTOS

ATOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2004.34.00.911725-2 CÍVEL / PREVIDENCIÁRIO / JEF

AUTOR : AMILTON DE OLIVEIRA
ADVOGADO : DF00018841 - LINO DE CARVALHO CAVALCANTE
REU : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
Tendo em vista a petição da parte ré, intime-se a parte autora para se manifestar, no prazo de 10 (dez) dias, sobre o prosseguimento do feito.

2003.34.00.907369-3 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR : CELIA MARIA DA SILVA
ADVOGADO : DF00009745 - WILSON MARQUES DE ALCANTARA
REU : UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
Tendo em vista a petição da parte ré, intime-se a parte autora para se manifestar, no prazo de 10 (dez) dias, sobre o prosseguimento do feito.

Altos do(a) Ex-mo(a). : DR.GUSTAVO ANDRÉ OLIVEIRA DOS SANTOS

ATOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.910729-0 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR : HERMINIA CANAL PERTERLE
ADVOGADO : GO00017879 - GISELE STIVAL NUNES GARROTE
REU : UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
...Intime-se a parte autora para que junte aos autos contra-cheques referentes à época do ajuizamento da ação. Prazo: 10 dias. A falta de resposta poderá ensejar extinção do feito...

Altos do(a) Ex-mo(a). : DR.GUSTAVO ANDRÉ OLIVEIRA DOS SANTOS

ATOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2003.34.00.902965-5 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR : JOSE ELENILSON DA SILVA
ADVOGADO : DF0002162A - VALMIRO OLIVEIRA
REU : UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
Intime-se a parte autora para manifestar sobre o cumprimento da sentença e, se for o caso, para manifestar sobre os cálculos apresentados pela parte ré.
Prazo: 10 dias.

Altos do(a) Ex-mo(a). : DR.GUSTAVO ANDRÉ OLIVEIRA DOS SANTOS

ATOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2004.34.00.904289-8 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR : ESTELA MARIS JARDIM BRANDAO
ADVOGADO : DF00018899 - GRAZIELE ALESSANDRA S. ARAUJO FONSECA
REU : UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
A Autora, na presente demanda, indicou como sua representante a Dra. Rejânia Aparecida dos Reis Soares Araújo...Entretanto, houve o substabelecimento ao Dr. Diogo Batista Ilha Santos. Tendo em vista as petições antagônicas juntadas pelo atual representante da parte autora, nas datas de 27/07/06 e 105/08/06, concordando com os valores apresentados pela parte ré e logo após discordando destes mesmos valores, intime-se, pessoalmente a parte autora para que manifeste a este Juízo a sua vontade, revogando, se for o caso, o mandato substabelecido por sua representante originária.
Prazo: 10 dias.

Altos do(a) Ex-mo(a). : DR.GUSTAVO ANDRÉ OLIVEIRA DOS SANTOS

ATOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2004.34.00.904533-8 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR : ELDA ALVES ROCHA
ADVOGADO : DF00004595 - ULISSES BORGES DE RESENDE
REU : UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
Tendo em vista a petição da parte ré, intime-se a parte autora para se manifestar, no prazo de 10 (dez) dias, sobre o prosseguimento do feito.

Altos do(a) Ex-mo(a). : DR.GUSTAVO ANDRÉ OLIVEIRA DOS SANTOS

ATOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.910575-5 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR : ELIZABETH CANCELLI
ADVOGADO : DF00015766 - MARCELO JAIME FERREIRA
REU : FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA FUB

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
Intime-se a parte autora para que se manifeste sobre os documentos e a petição incidental apresentados pela parte ré, respeitando-se, assim, o princípio do contraditório.
Prazo: 15 dias.

Altos do(a) Ex-mo(a). : DR.GUSTAVO ANDRÉ OLIVEIRA DOS SANTOS

ATOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.902397-0 CÍVEL / TRIBUTÁRIO / JEF

AUTOR : LILIANE GOMES DE OLIVEIRA
ADVOGADO : DF00004595 - ULISSES BORGES DE RESENDE
REU : UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
...Intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias, especifique quais os outros adicionais a que se reporta na exordial.

2006.34.00.900487-8 CÍVEL / PREVIDENCIÁRIO / REVISÃO DE BENEFÍCIO / JEF

AUTOR : FLORIANO FERREIRA COUTINHO
ADVOGADO : DF00004595 - ULISSES BORGES DE RESENDE
REU : UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
...Intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias, especifique quais os outros adicionais a que se reporta na exordial.

2006.34.00.900495-3 CÍVEL / TRIBUTÁRIO / JEF

AUTOR : FRANCISCO DAS CHAGAS LIMA EVANGELISTA
ADVOGADO : DF00004595 - ULISSES BORGES DE RESENDE
REU : UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
...Intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias, especifique quais os outros adicionais a que se reporta na exordial.

2006.34.00.900483-3 CÍVEL / PREVIDENCIÁRIO / REVISÃO DE BENEFÍCIO / JEF

AUTOR : DEBORAH CATHY BORGES BEZERRA
ADVOGADO : DF00004595 - ULISSES BORGES DE RESENDE
REU : UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
...Intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias, especifique quais os outros adicionais a que se reporta na exordial.

2006.34.00.900477-5 CÍVEL / PREVIDENCIÁRIO / REVISÃO DE BENEFÍCIO / JEF

AUTOR : MARIA DE FATIMA P S DE LIMA
ADVOGADO : DF00004595 - ULISSES BORGES DE RESENDE
REU : UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
...Intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias, especifique quais os outros adicionais a que se reporta na exordial.

Altos do(a) Ex-mo(a). : DR.GUSTAVO ANDRÉ OLIVEIRA DOS SANTOS

ATOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.900593-8 CÍVEL / TRIBUTÁRIO / JEF

AUTOR : ZELIA ESTEVES NUNES
ADVOGADO : DF00004595 - ULISSES BORGES DE RESENDE
REU : UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
...Intime-se o autor para que esclareça e emende a inicial discriminando qais seriam essas demais verbas denominadas " outros adicionais".
Prazo: 15 dias.

Altos do(a) Ex-mo(a). : DR.GUSTAVO ANDRÉ OLIVEIRA DOS SANTOS

ATOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.913463-6 CÍVEL / TRIBUTÁRIO / JEF

AUTOR : EMILIO FONSECA GONCALVES
ADVOGADO : DF00013802 - JULIANO RICARDO DE VASCONCELOS COSTA COUTO
REU : UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
Defiro o pedido de dilação de prazo por 30 (trinta) dias.

Altos do(a) Ex-mo(a). : DR.GUSTAVO ANDRÉ OLIVEIRA DOS SANTOS

ATOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2004.34.00.917787-1 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR : CANDIDO PACHECO
ADVOGADO : DF00018841 - LINO DE CARVALHO CAVALCANTE
REU : UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
...Intimem-se os autores para juntarem, aos presentes autos, certidões da Justiça Federal dos respectivos Estados informando inexistência de ações com a mesma causa de pedir/pedido.
Prazo: 30 dias.

Altos do(a) Ex-mo(a). : DR.GUSTAVO ANDRÉ OLIVEIRA DOS SANTOS

ATOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.910619-5 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR : ANNA PIRES FRAZAO
ADVOGADO : DF00008696 - MOZART GOUVEIA BELO DA SILVA
REU : UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
Intime-se a parte autora para juntar, aos presentes autos, cópia do requerimento administrativo junto à Receita Federal e eventual indeferimento ou deferimento.
Prazo: 30 dias.

Altos do(a) Ex-mo(a). : DR.GUSTAVO ANDRÉ OLIVEIRA DOS SANTOS

ATOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.916989-5 CÍVEL / TRIBUTÁRIO / JEF

AUTOR : SONIA MARIA FREIRE DE SANTANA
ADVOGADO : DF00016678 - EDINO CEZAR FRANZIO DE SOUZA E OUTRO(S)
REU : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
Intime-se a parte autora no sentido de que detalhe o pedido contido na inicial, informando: a) sobre quais componentes específicos o IR teria incidido indevidamente, quando do PDV/PAD) - b) os valores totais pretendidos, expressando, outrossim, o correto valor da causa, correspondente ao benefício pleiteado... Deverá, também, juntar documentos correlatos/comprobatórios.
Prazo: 30 dias.

2005.34.00.910201-6 CÍVEL / TRIBUTÁRIO / JEF

AUTOR : EMERSON TINOCO RODRIGUES
ADVOGADO : DF00016678 - EDINO CEZAR FRANZIO DE SOUZA
REU : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
Intime-se a parte autora no sentido de que detalhe o pedido contido na inicial, informando: a) sobre quais componentes específicos o IR teria incidido indevidamente, quando do PDV/PAD) - b) os valores totais pretendidos, expressando, outrossim, o correto valor da causa, correspondente ao benefício pleiteado... Deverá, também, juntar documentos correlatos/comprobatórios.
Prazo: 30 dias.

Altos do(a) Ex-mo(a). : DR.GUSTAVO ANDRÉ OLIVEIRA DOS SANTOS

ATOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.916629-3 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR : THAIS PAES DE BARROS
ADVOGADO : DF00002489 - RUY MONTEIRO CONDE E OUTRO(S)
REU : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA INCRA

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
Intime-se os autores para que esclareçam e justifiquem as alegações de prevenção argüídas pela Ré em sua peça contestatória, sob pena de extinção do feito.
Prazo: 30 dias.

Altos do(a) Ex-mo(a). : DR.GUSTAVO ANDRÉ OLIVEIRA DOS SANTOS

ATOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.909709-7 CÍVEL / PREVIDENCIÁRIO / REVISÃO DE BENEFÍCIO / JEF

AUTOR	:	NALI SILVA AZEVEDO ARAUJO
ADVOGADO	:	DF00012753 - LUCIANO MELO MOREIRA LIMA
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
Intime-se a parte autora, para que dentro do prazo de 30 (trinta) dias apresente, em Secretaria, cópias da petição inicial,sentença, última decisão (se for o caso) e da certidão de trânsito em julgado relativas ao processo indicado prevento no Relatório constante destes autos, bem como faça juntar cópia de comprovante de endereço (conta de luz água, telefone fixo ou outros) e de toda a documentação necessária para o deslinde da ação.

Altos do(a) Ex-mo(a). : DR.GUSTAVO ANDRÉ OLIVEIRA DOS SANTOS

ATOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2003.34.00.906857-1 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR	:	RAUPH DA SILVA OLIVEIRA
ADVOGADO	:	DF0002162A - VALMIRO OLIVEIRA
REU	:	UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
Intime-se a parte autora para que se manifeste sobre os cálculos apresentados pela parte Ré, no prazo de 30 (trinta) dias.

Altos do(a) Ex-mo(a). : DR.GUSTAVO ANDRÉ OLIVEIRA DOS SANTOS

ATOS COM DECISÃO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.917929-0 CÍVEL / FGTS / JEF

AUTOR	:	AMERICO JOSE DE CASTRO
ADVOGADO	:	DF00004785 - MARIO GILBERTO DE OLIVEIRA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
...Não conheço dos embargos de declaração ofertados...
Prazo: 10 dias.

2005.34.00.917957-0 CÍVEL / FGTS / JEF

AUTOR	:	LUIS HENRIQUE TEIXEIRA BALDEZ
ADVOGADO	:	DF00009525 - ALEDIO MAGALHAES RANGEL
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
...Não conheço dos embargos de declaração ofertados...
Prazo: 10 dias.

2005.34.00.917937-5 CÍVEL / FGTS / JEF

AUTOR	:	ARAPERI BATISTA FERREIRA
ADVOGADO	:	DF00004785 - MARIO GILBERTO DE OLIVEIRA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
...Não conheço dos embargos de declaração ofertados...
Prazo: 10 dias.

Altos do(a) Ex-mo(a). : DR.GUSTAVO ANDRÉ OLIVEIRA DOS SANTOS

ATOS COM DECISÃO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2004.34.00.905967-9 CÍVEL / FGTS / JEF

AUTOR	:	REGINA DA SILVA PEREIRA PINTO
ADVOGADO	:	DF00009358 - FRANCISCO D DE OLIVEIRA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
...Diante do exposto, tendo em vista o acordo extrajudicial anterior à sentença, não havendo, por conseguinte os valores a serem executados, remetam-se os autos para o arquivo...
Prazo: 10 dias.

Altos do(a) Ex-mo(a). : DR.GUSTAVO ANDRÉ OLIVEIRA DOS SANTOS

ATOS COM DECISÃO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2004.34.00.906699-0 CÍVEL / FGTS / JEF

AUTOR	:	ESPOLIO DE RAIMUNDA NONATA CASTELO BRANCO DE SOUZA
ADVOGADO	:	DF00003156 - EUCLIDES JUNIOR C. BRANCO DE SOUZA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
...Tendo em vista que a sentença já fora devidamente cumprida pela ré, haja vista a recomposição da conta pelos expugos, determino seja o presente feito arquivado.
Prazo: 10 dias.

Altos do(a) Ex-mo(a). : DR.GUSTAVO ANDRÉ OLIVEIRA DOS SANTOS

ATOS COM SENTENÇA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.917453-0 CÍVEL / TRIBUTÁRIO / JEF

AUTOR	:	ODILON JACI MENEZES DO ESPIRITO SANTO
ADVOGADO	:	DF00004872 - MARIA DE LOURDES NUNES
REU	:	UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
JULGO EXTINTO O PROCESSO COM JULGAMENTO DO MÉRITO...
PRAZO: 10 DIAS.

2006.34.00.917219-8 CÍVEL / TRIBUTÁRIO / JEF

AUTOR	:	AGNALDO LEMOS DA FONSECA
ADVOGADO	:	DF00013518 - PAULO FELIX BORGES
REU	:	UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
JULGO EXTINTO O PROCESSO COM JULGAMENTO DO MÉRITO...
PRAZO: 10 DIAS.

2006.34.00.901491-0 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR	:	HELIO DAMASCENO BITENCOURT
ADVOGADO	:	DF00019461 - RITA DE CASSIA COSTA KANEKO
REU	:	UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
JULGO EXTINTO O PROCESSO COM JULGAMENTO DO MÉRITO...
PRAZO: 10 DIAS.

2006.34.00.917217-0 CÍVEL / TRIBUTÁRIO / JEF

AUTOR	:	RONALDO MARINHO VICENTE
ADVOGADO	:	DF00013518 - PAULO FELIX BORGES
REU	:	UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
JULGO EXTINTO O PROCESSO COM JULGAMENTO DO MÉRITO...
PRAZO: 10 DIAS.

2006.34.00.914513-9 CÍVEL / TRIBUTÁRIO / JEF

AUTOR	:	CLEBER FERNANDES DE SOUZA
ADVOGADO	:	DF00019158 - VALMIRO OLIVEIRA
REU	:	UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
JULGO EXTINTO O PROCESSO COM JULGAMENTO DO MÉRITO...
PRAZO: 10 DIAS.

2006.34.00.902281-4 CÍVEL / TRIBUTÁRIO / JEF

AUTOR	:	ROSA MARIA GEAQUINTO PAGANINE
ADVOGADO	:	DF00017516 - DILSON GUTHS
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
JULGO EXTINTO O PROCESSO COM JULGAMENTO DO MÉRITO...
PRAZO: 10 DIAS.

2006.34.00.912511-0 CÍVEL / TRIBUTÁRIO / JEF

AUTOR	:	REGINALDO RAMOS LEAL
ADVOGADO	:	SP00172935 - MARCOS ROGERIO RODRIGUES GUERRA E OUTRO(S)
REU	:	UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
JULGO EXTINTO O PROCESSO COM JULGAMENTO DO MÉRITO...
PRAZO: 10 DIAS.

2006.34.00.915529-4 CÍVEL / TRIBUTÁRIO / JEF

AUTOR	:	JOAO CLEOMENES SILVA ROCHA
ADVOGADO	:	SP00172935 - MARCOS ROGERIO RODRIGUES GUERRA E OUTRO(S)
REU	:	UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
JULGO EXTINTO O PROCESSO COM JULGAMENTO DO MÉRITO...
PRAZO: 10 DIAS.

2006.34.00.912531-5 CÍVEL / TRIBUTÁRIO / JEF

AUTOR	:	AIRTON GOMES DA SILVA
ADVOGADO	:	SP00172935 - MARCOS ROGERIO RODRIGUES GUERRA E OUTRO(S)
REU	:	UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
JULGO EXTINTO O PROCESSO COM JULGAMENTO DO MÉRITO...
PRAZO: 10 DIAS.

2006.34.00.912595-6 CÍVEL / TRIBUTÁRIO / JEF

AUTOR	:	ROGERIO FERRAZ DE FRANCA
ADVOGADO	:	SP00097646 - JOSE FRANCISCO ELYSEU E OUTRO(S)
REU	:	UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
JULGO EXTINTO O PROCESSO COM JULGAMENTO DO MÉRITO...
PRAZO: 10 DIAS.

2006.34.00.912593-9 CÍVEL / TRIBUTÁRIO / JEF

AUTOR	:	PEDRO HIDEO TOMINAGA
ADVOGADO	:	SP00097646 - JOSE FRANCISCO ELYSEU E OUTRO(S)
REU	:	UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
JULGO EXTINTO O PROCESSO COM JULGAMENTO DO MÉRITO...
PRAZO: 10 DIAS.

2006.34.00.916857-1 CÍVEL / TRIBUTÁRIO / JEF

AUTOR	:	ANTONIO CARLOS GOLCAVES
ADVOGADO	:	SP00172935 - MARCOS ROGERIO RODRIGUES GUERRA
REU	:	UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
JULGO EXTINTO O PROCESSO COM JULGAMENTO DO MÉRITO...
PRAZO: 10 DIAS.

2006.34.00.911847-4 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR	:	JOSE ANTONIO DE PAULA
ADVOGADO	:	SP00124703 - EVANDRO R. DA SILVA COELHO
REU	:	UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
JULGO EXTINTO O PROCESSO COM JULGAMENTO DO MÉRITO...
PRAZO: 10 DIAS.

2006.34.00.910269-5 CÍVEL / TRIBUTÁRIO / JEF

AUTOR	:	JULIO LUCATTO
ADVOGADO	:	SP00172935 - MARCOS ROGERIO RODRIGUES GUERRA E OUTRO(S)
REU	:	UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
JULGO EXTINTO O PROCESSO COM JULGAMENTO DO MÉRITO...
PRAZO: 10 DIAS.

2006.34.00.912605-3 CÍVEL / TRIBUTÁRIO / JEF

AUTOR	:	SIDNEI ALVES BARBOSA
ADVOGADO	:	SP00097646 - JOSE FRANCISCO ELYSEU E OUTRO(S)
REU	:	UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
JULGO EXTINTO O PROCESSO COM JULGAMENTO DO MÉRITO...
PRAZO: 10 DIAS.

2006.34.00.915533-5 CÍVEL / TRIBUTÁRIO / JEF

AUTOR	:	BENJAMIN PRUDENTE NETO
ADVOGADO	:	SP00172935 - MARCOS ROGERIO RODRIGUES GUERRA E OUTRO(S)
REU	:	UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
JULGO EXTINTO O PROCESSO COM JULGAMENTO DO MÉRITO...
PRAZO: 10 DIAS.

2006.34.00.915555-8 CÍVEL / TRIBUTÁRIO / JEF

AUTOR	:	ERALDO JOSE BARROSO
ADVOGADO	:	SP00097646 - JOSE FRANCISCO ELYSEU E OUTRO(S)
REU	:	UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
JULGO EXTINTO O PROCESSO COM JULGAMENTO DO MÉRITO...
PRAZO: 10 DIAS.

2006.34.00.910253-0 CÍVEL / TRIBUTÁRIO / JEF

AUTOR	:	DALMO GARCIA
ADVOGADO	:	SP00172935 - MARCOS ROGERIO RODRIGUES GUERRA E OUTRO(S)
REU	:	UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
JULGO EXTINTO O PROCESSO COM JULGAMENTO DO MÉRITO...
PRAZO: 10 DIAS.

2006.34.00.915539-7 CÍVEL / TRIBUTÁRIO / JEF

AUTOR	:	ROSENVALDO BORGES RIBEIRO FILHO
ADVOGADO	:	SP00097646 - JOSE FRANCISCO ELYSEU E OUTRO(S)
REU	:	UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
JULGO EXTINTO O PROCESSO COM JULGAMENTO DO MÉRITO...
PRAZO: 10 DIAS.

2006.34.00.912599-0 CÍVEL / TRIBUTÁRIO / JEF

AUTOR	:	ADILSON BATISTA DOS SANTOS
ADVOGADO	:	SP00097646 - JOSE FRANCISCO ELYSEU E OUTRO(S)
REU	:	UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
JULGO EXTINTO O PROCESSO COM JULGAMENTO DO MÉRITO...
PRAZO: 10 DIAS.

2003.34.00.902567-5 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR	:	MILTON ZANINA SCHELB
ADVOGADO	:	DF00011152 - ANTÔNIO CARLOS GARCIA MARTINS CHAVES
REU	:	BANCO CENTRAL DO BRASIL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
JULGO EXTINTO O PROCESSO COM JULGAMENTO DO MÉRITO...
PRAZO: 10 DIAS.

2005.34.00.916021-3 CÍVEL / TRIBUTÁRIO / JEF

AUTOR	:	MARCELO EDUARDO CAVALCANTE
ADVOGADO	:	DF00020048 - GABRIEL HENRIQUE ANDRADE DE SOUZA
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
JULGO EXTINTO O PROCESSO COM JULGAMENTO DO MÉRITO...
PRAZO: 10 DIAS.

Altos do(a) Exmo(a).	:	DR.GUSTAVO ANDRÉ OLIVEIRA DOS SANTOS

ATOS COM SENTENÇA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.901651-2 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR	:	MARIA RODRIGUES CEZAR
ADVOGADO	:	DF00012919 - FRANCISCO RODRIGUES PRETO JUNIOR
REU	:	INCRA INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
..JULGO IMPROCEDENTE, O PEDIDO INICIAL.
PRAZO: 10 DIAS.

2006.34.00.901509-6 CÍVEL / PREVIDENCIÁRIO / REVISÃO DE BENEFÍCIO / JEF

AUTOR	:	VENTUIL BENTO AIRES
ADVOGADO	:	DF00016858 - NILTON LAFUENTE
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
..JULGO IMPROCEDENTE, O PEDIDO INICIAL.
PRAZO: 10 DIAS.

2006.34.00.913129-5 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR	:	MARIA DA PAZ SILVA E SILVA
ADVOGADO	:	DF00008710 - VANIA CRISTINA PINTO DA SILVA
REU	:	UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
..JULGO IMPROCEDENTE, O PEDIDO INICIAL.
PRAZO: 10 DIAS.

2006.34.00.909925-1 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR	:	HUERLENICE CARVALHO DA SILVA
ADVOGADO	:	DF00013212 - HEBERTO DA SILVA MENDANHA
REU	:	UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
..JULGO IMPROCEDENTE, O PEDIDO INICIAL.
PRAZO: 10 DIAS.

2006.34.00.912423-8 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR	:	JOAO VICENTE CLEMENTINO
ADVOGADO	:	DF00020899 - PAULO PANTOJA JUNIOR
REU	:	FUNDACAO NACIONAL DO INDIO FUNAI

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
..JULGO IMPROCEDENTE, O PEDIDO INICIAL.
PRAZO: 10 DIAS.

2006.34.00.911211-3 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR	:	ANTONIO TEIXEIRA DE ARAUJO
ADVOGADO	:	DF00003173 - MARIA ANGELA MINEIRO LIMA
REU	:	UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
..JULGO IMPROCEDENTE, O PEDIDO INICIAL.
PRAZO: 10 DIAS.

2006.34.00.911181-0 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR	:	RAIMUNDO FERREIRA DE SOUZA
ADVOGADO	:	DF00022003 - DIOGO BATISTA ILHA SANTOS
REU	:	UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
..JULGO IMPROCEDENTE, O PEDIDO INICIAL.
PRAZO: 10 DIAS.

2005.34.00.917361-0 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL / OUTROS / JEF

AUTOR	:	HERBERT FRANCA GOMES
ADVOGADO	:	DF00021395 - FABIANA VENTURA DE OLIVEIRA
REU	:	UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
..JULGO IMPROCEDENTE, O PEDIDO INICIAL.
PRAZO: 10 DIAS.

2006.34.00.912427-2 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR	:	DALMA REGIA LIMA DA SILVA
ADVOGADO	:	DF00020899 - PAULO PANTOJA JUNIOR
REU	:	FUNDACAO NACIONAL DO INDIO FUNAI

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
..JULGO IMPROCEDENTE, O PEDIDO INICIAL.
PRAZO: 10 DIAS.

2006.34.00.913983-4 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR	:	RIVALTO PEREIRA DA CUNHA
ADVOGADO	:	DF00016367 - SHAYLA BICALHO FERREIRA
REU	:	UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
..JULGO IMPROCEDENTE, O PEDIDO INICIAL.
PRAZO: 10 DIAS.

2005.34.00.912647-8 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR	:	CAIO JULIO FEDRO DE OLIVEIRA
ADVOGADO	:	DF00005048 - PEDRO SILVA OLIVEIRA E OUTRO(S)
REU	:	FUNDACAO NACIONAL DO INDIO FUNAI

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
..JULGO IMPROCEDENTE, O PEDIDO INICIAL.
PRAZO: 10 DIAS.

2006.34.00.913523-0 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR	:	FABIO DOS SANTO MENEZES
ADVOGADO	:	DF00016367 - SHAYLA BICALHO FERREIRA
REU	:	UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
..JULGO IMPROCEDENTE, O PEDIDO INICIAL.
PRAZO: 10 DIAS.

2006.34.00.911767-8 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR	:	GIVALDO ALVES DOS SANTOS
ADVOGADO	:	SP00202407 - DANIEL CAVALCANTI MOISES
REU	:	UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
..JULGO IMPROCEDENTE, O PEDIDO INICIAL.
PRAZO: 10 DIAS.

2006.34.00.902279-0 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR	:	VINICIUS ANTONIUS HOLANDA DE BARROS LEAL
ADVOGADO	:	DF0001666A - JEOVAM LEMOS CAVALCANTE
REU	:	UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
..JULGO IMPROCEDENTE, O PEDIDO INICIAL.
PRAZO: 10 DIAS.

2006.34.00.901185-6 CÍVEL / FGTS / JEF

AUTOR	:	COLIVAN FERNANDES LIMA
ADVOGADO	:	DF00020631 - LUCIANA CUNHA SCHETTINI
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
..JULGO IMPROCEDENTE, O PEDIDO INICIAL.
PRAZO: 10 DIAS.

2006.34.00.911765-0 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR	:	JERRY ADRIANE CARVALHO DA SILVA
ADVOGADO	:	SP00202407 - DANIEL CAVALCANTI MOISES
REU	:	UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
..JULGO IMPROCEDENTE, O PEDIDO INICIAL.
PRAZO: 10 DIAS.

2006.34.00.901303-0 CÍVEL / PREVIDENCIÁRIO / REVISÃO DE BENEFÍCIO / JEF

AUTOR	:	OSVALDO RIBEIRO CHAGAS
ADVOGADO	:	DF00016367 - SHAYLA BICALHO FERREIRA
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
..JULGO IMPROCEDENTE, O PEDIDO INICIAL.
PRAZO: 10 DIAS.

2006.34.00.908743-5 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR	:	ORDELINA PEREIRA LISBOA
ADVOGADO	:	DF00009948 - JOSE ALENCAR COSTA AIRES
REU	:	UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
..JULGO IMPROCEDENTE, O PEDIDO INICIAL.
PRAZO: 10 DIAS.

2006.34.00.908043-2 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR	:	ISABEL FELIPPI DE LIMA
ADVOGADO	:	DF00016362 - MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO
REU	:	UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
..JULGO IMPROCEDENTE, O PEDIDO INICIAL.
PRAZO: 10 DIAS.

2006.34.00.908055-2 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR	:	IRACEMA SETUBAL MONTURIL
ADVOGADO	:	DF00016362 - MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO
REU	:	UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
..JULGO IMPROCEDENTE, O PEDIDO INICIAL.
PRAZO: 10 DIAS.

2006.34.00.904437-8 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR	:	MANUEL BARTOLOMEU DE JESUS RODRIGUES
ADVOGADO	:	DF00013267 - WANDER PEREZ
REU	:	UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
..JULGO IMPROCEDENTE, O PEDIDO INICIAL.
PRAZO: 10 DIAS.

2006.34.00.904563-3 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR	:	ANTONIO LUIZ RODRIGUES PINTO
ADVOGADO	:	DF00009745 - WILSON MARQUES DE ALCANTARA
REU	:	UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
..JULGO IMPROCEDENTE, O PEDIDO INICIAL.
PRAZO: 10 DIAS.

2006.34.00.904651-5 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR	:	GERALDO MAGELA FRANCO BORGES
ADVOGADO	:	DF00009745 - WILSON MARQUES DE ALCANTARA
REU	:	UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
..JULGO IMPROCEDENTE, O PEDIDO INICIAL.
PRAZO: 10 DIAS.

2006.34.00.908059-7 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR	:	ANTONIO OLIVEIRA CEZARIO
ADVOGADO	:	DF00016362 - MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO
REU	:	UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
..JULGO IMPROCEDENTE, O PEDIDO INICIAL.
PRAZO: 10 DIAS.

2006.34.00.904019-2 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR	:	JOSE ROGERIO DE LIMA
ADVOGADO	:	DF00009745 - WILSON MARQUES DE ALCANTARA
REU	:	UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
..JULGO IMPROCEDENTE, O PEDIDO INICIAL.
PRAZO: 10 DIAS.

2006.34.00.903421-2 CÍVEL / FGTS / JEF

AUTOR	:	DORIVAL CALAZANS DA SILVA
ADVOGADO	:	DF00016107 - THIAGO MEIRELLES PATTI
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
..JULGO IMPROCEDENTE, O PEDIDO INICIAL.
PRAZO: 10 DIAS.

2004.34.00.919173-5 CÍVEL / PREVIDENCIÁRIO / REVISÃO DE BENEFÍCIO / JEF

AUTOR	:	RAIMUNDO DE CARVALHO PIMENTA
ADVOGADO	:	DF00018841 - LINO DE CARVALHO CAVALCANTE
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
..JULGO IMPROCEDENTE, O PEDIDO INICIAL.
PRAZO: 10 DIAS.

2003.34.00.903721-7 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR	:	CIRILO JOSE DA SILVA
ADVOGADO	:	DF00018841 - LINO DE CARVALHO CAVALCANTE
REU	:	UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
..JULGO IMPROCEDENTE, O PEDIDO INICIAL.
PRAZO: 10 DIAS.

2004.34.00.916451-5 CÍVEL / PREVIDENCIÁRIO / REVISÃO DE BENEFÍCIO / JEF

AUTOR	:	JOSE MENDES DO VALE
ADVOGADO	:	DF00015660 - MARCIO FLAVIO DE OLIVEIRA SOUZA
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
..JULGO IMPROCEDENTE, O PEDIDO INICIAL.
PRAZO: 10 DIAS.

2006.34.00.916269-0 CÍVEL / PREVIDENCIÁRIO / REVISÃO DE BENEFÍCIO / JEF

AUTOR	:	RAIMUNDO NONATO DE ARAGAO VERAS
ADVOGADO	:	DF00016858 - NILTON LAFUENTE
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
..JULGO IMPROCEDENTE, O PEDIDO INICIAL.
PRAZO: 10 DIAS.

2006.34.00.905155-1 CÍVEL / PREVIDENCIÁRIO / REVISÃO DE BENEFÍCIO / JEF

AUTOR	:	OSMUNDO ALVES DE ALMEIDA
ADVOGADO	:	DF00016367 - SHAYLA BICALHO FERREIRA
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
..JULGO IMPROCEDENTE, O PEDIDO INICIAL.
PRAZO: 10 DIAS.

2006.34.00.916153-4 CÍVEL / PREVIDENCIÁRIO / REVISÃO DE BENEFÍCIO / JEF

AUTOR	:	MARIA DENISE ALVARENGA VIEIRA LIMA
ADVOGADO	:	DF00016858 - NILTON LAFUENTE
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
..JULGO IMPROCEDENTE, O PEDIDO INICIAL.
PRAZO: 10 DIAS.

2006.34.00.907605-9 CÍVEL / PREVIDENCIÁRIO / REVISÃO DE BENEFÍCIO / JEF

AUTOR	:	OSCARA BATISTA DA SILVA
ADVOGADO	:	DF00016367 - SHAYLA BICALHO FERREIRA
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
..JULGO IMPROCEDENTE, O PEDIDO INICIAL.
PRAZO: 10 DIAS.

2006.34.00.907991-4 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR	:	ANA CRISTINA NEVES FALEIROS
ADVOGADO	:	DF00010316 - MARIA CUSTODIA SERMOUD FONSECA
REU	:	UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
..JULGO IMPROCEDENTE, O PEDIDO INICIAL.
PRAZO: 10 DIAS.

2006.34.00.913883-2 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR	:	JOSE FERREIRA SILVA
ADVOGADO	:	DF00016367 - SHAYLA BICALHO FERREIRA
REU	:	UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
..JULGO IMPROCEDENTE, O PEDIDO INICIAL.
PRAZO: 10 DIAS.

2006.34.00.914841-5 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR	:	RAIMUNDO NONATO NOGUEIRA COSTA
ADVOGADO	:	DF00016367 - SHAYLA BICALHO FERREIRA
REU	:	UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
..JULGO IMPROCEDENTE, O PEDIDO INICIAL.
PRAZO: 10 DIAS.

2006.34.00.916129-8 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR	:	VALTAIR CALISTO RODRIGUES
ADVOGADO	:	SP00202407 - DANIEL CAVALCANTI MOISES
REU	:	UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
..JULGO IMPROCEDENTE, O PEDIDO INICIAL.
PRAZO: 10 DIAS.

2005.34.00.910839-4 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR	:	JOSE LUIZ MENDES
ADVOGADO	:	DF00016666 - HELEM CRISTINA VIEIRA CARVALHO
REU	:	UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
..JULGO IMPROCEDENTE, O PEDIDO INICIAL.
PRAZO: 10 DIAS.

2006.34.00.913725-1 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR	:	LUIZ FERNANDO LANDIM VIEGAS
ADVOGADO	:	DF00020899 - PAULO PANTOJA JUNIOR
REU	:	FUNDACAO NACIONAL DO INDIO FUNAI

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
..JULGO IMPROCEDENTE, O PEDIDO INICIAL.
PRAZO: 10 DIAS.

2006.34,00.905877-7 CÍVEL / PREVIDENCIÁRIO / REVISÃO DE BENEFÍCIO / JEF

AUTOR	:	ENESI JOANA BERTOLLO
ADVOGADO	:	DF00018841 - LINO DE CARVALHO CAVALCANTE
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
..JULGO IMPROCEDENTE, O PEDIDO INICIAL.
PRAZO: 10 DIAS.

2006.34.00.906145-0 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR	:	ELIAS ALIPIO DA SILVA
ADVOGADO	:	DF00006995 - MANOEL NINAUT FILHO
REU	:	UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
..JULGO IMPROCEDENTE, O PEDIDO INICIAL.
PRAZO: 10 DIAS.

2006.34,00.905865-7 CÍVEL / PREVIDENCIÁRIO / REVISÃO DE BENEFÍCIO / JEF

AUTOR	:	GILSON MARINHO GONSALVES
ADVOGADO	:	DF00018841 - LINO DE CARVALHO CAVALCANTE
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
..JULGO IMPROCEDENTE, O PEDIDO INICIAL.
PRAZO: 10 DIAS.

JUIZADO ESPECIAL FEDERAL CÍVEL

TURMA RECURSAL

EXPEDIENTE DO DIA 11 DE ABRIL DE 2007

PRESIDENTE : DRA. DANIELE MARANHÃO COSTA

AUTOS COM DECISÃO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.754230-4 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

REQTE.	:	EURIPEDES FURTADO DE OLIVEIRA
ADVG.	:	DF00007554 - JOSE FERREIRA RAMOS
REQDO.	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
PROC.	:	DF00018021 - MARIA CRISTINA DE MIRANDA

A Exma. Sra. Juíza exarou :
D E C I S Ã O
"Trata-se de Recurso Extraordinário interposto com fundamento no artigo 102, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão desta Turma Recursal que julgou improcedente o pedido de reajuste do benefício de aposentadoria com base no IGP-DI dos anos de 1997, 1999, 2000 e 2001, considerando correto o reajuste pelos índices determinados pela Lei 8.213/91 e suas sucessivas alterações.
Alega o recorrente violação ao art. 201, § 4º da Constituição Federal, o qual dispõe sobre o reajuste dos benefícios previdenciários com a preservação de seu valor real.
O posicionamento desta Turma Recursal encontra-se em consonância com o entendimento adotado pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal no sentido de que "o artigo 41, II, da Lei nº 8.213/91 não infringiu o disposto nos artigos 194, IV, e 201, § 2º, da Constituição", "a adoção do INPC, como índice de reajuste dos benefícios previdenciários, não ofende a norma do art. 201, § 4º, da Carta de Outubro" e "a presunção de constitucionalidade da legislação infraconstitucional realizadora do reajuste previsto no art. 201, § 4º, CF, somente pode ser elidida mediante demonstração da impropriedade do percentual adotado para o reajuste". (STF, RE 215541 AgR/MG, 1ª Turma, Relator Ministro Cezar Peluso, DJ de 28/09/2004, RE 376846/SC, Tribunal Pleno, Relator Ministro Carlos Velloso, DJ de 02/04/2004 e RE 376145 AgR/SC, 1ª Turma, Relator Ministro Carlos Britto, DJ de 28/10/2003).
Diante do exposto, inadmito o Recurso Extraordinário.
Publique-se. Intimem-se."

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.700224-0 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

REQTE.	:	CRISTIANO LUIZ DE LIMA
ADVG.	:	DF00123456 - DEFENSORIA PUBLICA
REQDO.	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVG.	:	DF00013873 - CARLOS ALBERTO VALENTIM DOS SANTOS

A Exma. Sra. Juiza exarou :
DECISÃO
"Trata-se de Recurso Extraordinário interposto com fundamento no artigo 102, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, contra acórdão desta Turma Recursal que manteve a sentença de improcedência do pedido de amparo assistencial ao deficiente (LOAS), previsto no art. 20 da Lei 8.742/93, ao fundamento de não o autor portador de deficiência que o incapacita para a vida independente e para o trabalho.
Alega o recorrente ofensa aos artigos 1º, inciso III, 5º, inciso I e 203, inciso V da Constituição Federal, requerendo a reforma do acórdão. Contudo, o recorrente, não explicita quais os pontos do acórdão recorrido onde teria havido a alegada ofensa ao texto constitucional.
Não cabe Recurso Extraordinário para rediscussão da matéria fática com objetivo de pretensa alegação de ofensa ao texto constitucional (STF, AI-Agr 108125/BA, Tribunal Pleno, Ministro Djaci Falcão, DJ de 04/04/1986).
Diante do exposto, inadmito o Recurso Extraordinário.
Publique-se. Intimem-se."

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.700150-2 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

REQTE.	:	JOSENIL DINIZ DE MELO
ADVG.	:	PB00009798 - ALEXANDER DE SALES BERNARDO
REQDO.	:	UNIAO FEDERAL
ADVG.	:	- JACIRA DE ALENCAR ROCHA SERRA AZUL

A Exma. Sra. Juiza exarou :
DECISÃO
"Trata-se de Recurso Extraordinário interposto nos termos do artigo 102, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal/88, contra acórdão desta Turma Recursal que manteve a sentença de extinção do processo sem julgamento do mérito, tendo em vista a ilegitimidade passiva da União.
Inexiste, no caso, a alegada ofensa aos artigos 37, caput, 40, §§ 1º e 4º e 201, §9º da Constituição Federal, pois os mencionados dispositivos constitucionais não foram debatidos e analisados pelo acórdão recorrido, inexistindo, dessa forma, o necessário prequestionamento da matéria constitucional ventilada no Recurso Extraordinário.
Aplicação, no caso, do disposto na Súmula 282 do Supremo Tribunal Federal, que dispõe, verbis:
Súmula 282/STF - É inadmissível o Recurso Extraordinário quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada.

Diante do exposto, inadmito o Recurso Extraordinário.
Após o prazo recursal, devolvam-se os autos ao Juízo a quo.
Publique-se. Intimem-se."

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.700150-2 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

REQTE.	:	JOSENIL DINIZ DE MELO
ADVG.	:	PB00009798 - ALEXANDER DE SALES BERNARDO
REQDO.	:	UNIAO FEDERAL
ADVG.	:	- JACIRA DE ALENCAR ROCHA SERRA AZUL

A Exma. Sra. Juiza exarou :
DECISÃO
"Consoante entendimento sumulado no âmbito do Colendo Superior Tribunal de Justiça(súmula 203), "Não cabe recurso especial contra decisão proferida por órgão de segundo grau dos juizados especiais".
Por tais razões, nego seguimento ao presente recurso especial.
Intimem-se."

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.700601-8 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

REQTE.	:	NELITA ALVES DA CUNHA
ADVG.	:	DF00015123 - SEBASTIAO MORAES DA CUNHA
REQDO.	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVG.	:	BA00019815 - PAULO RIOS MATOS ROCHA

2005.34.00.754665-8 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

REQTE.	:	SONIA MARIA DA SILVA
ADVG.	:	DF00007554 - JOSE FERREIRA RAMOS
REQDO.	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
PROC.	:	RN00004835 - GEORGE HARRISON DOS SANTOS NERY

A Exma. Sra. Juiza exarou :

D E C I S Ã O
"Trata-se de Recurso Extraordinário interposto com fundamento no artigo 102, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão desta Turma Recursal que julgou improcedente o pedido de reajuste do benefício de aposentadoria com base no IGP-DI dos anos de 1997, 1999, 2000 e 2001, considerando correto o reajuste pelos índices determinados pela Lei 8.213/91 e suas sucessivas alterações.
Alega o recorrente violação ao art. 201, § 4º da Constituição Federal, o qual dispõe sobre o reajuste dos benefícios previdenciários com a preservação de seu valor real.
O posicionamento desta Turma Recursal encontra-se em consonância com o entendimento adotado pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal no sentido de que "o artigo 41, II, da Lei nº 8.213/91 não infringiu o disposto nos artigos 194, IV, e 201, § 2º, da Constituição", "a adoção do INPC, como índice de reajuste dos benefícios previdenciários, não ofende a norma do art. 201, § 4º, da Carta de Outubro" e "a presunção de constitucionalidade da legislação infraconstitucional realizadora do reajuste previsto no art. 201, § 4º, CF, somente pode ser elidida mediante demonstração da impropriedade do percentual adotado para o reajuste". (STF, RE 215541 AgR/MG, 1ª Turma, Relator Ministro Cezar Peluso, DJ de 28/09/2004, RE 376846/SC, Tribunal Pleno, Relator Ministro Carlos Velloso, DJ de 02/04/2004 e RE 376145 AgR/SC, 1ª Turma, Relator Ministro Carlos Britto, DJ de 28/10/2003).
Diante do exposto, inadmito o Recurso Extraordinário.
Publique-se. Intimem-se."

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.700803-9 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

REQTE.	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVG.	:	BA00019815 - PAULO RIOS MATOS ROCHA
REQDO.	:	JOEL PEREIRA SILVA
ADVG.	:	DF00004123 - MARIA DE NAZARE OLIVEIRA

2005.34.00.754706-7 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

REQTE.	:	ROSANE ALVES DE LIMA
DEF. PUB	:	DF00123456 - DEFENSORIA PUBLICA
REQDO.	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
PROC.	:	RN00004835 - GEORGE HARRISON DOS SANTOS NERY

2005.34.00.756280-0 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

REQTE.	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
PROC.	:	CE00015327 - FERNANDO PORTELA OLIVEIRA
REQDO.	:	MARIA FORTUNATO MOREIRA
DEF. PUB	:	DF00123456 - DEFENSORIA PUBLICA

A Exma. Sra. Juiza exarou :
D E C I S Ã O
""Trata-se de Recurso Extraordinário interposto com fundamento no artigo 102, III, a, da Constituição Federal, contra acórdão desta Turma Recursal que concedeu à parte autora o benefício de amparo assistencial ao deficiente previsto no artigo 20 da Lei 8.742/93.
Alega o recorrente que, no caso, a renda per capita familiar estaria acima do limite legal de ¼ do salário-mínimo, expressamente previsto no artigo 20, § 3º da Lei 8.742/93, tendo o acórdão recorrido violado o artigo 203, inciso V da Constituição Federal, o qual dispõe que somente fará jus à concessão do benefício assistencial aquele que "não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família".
Presente, no caso, a ofensa à Constituição Federal.
Diante do exposto, admito o Recurso Extraordinário.
Publique-se. Intimem-se."

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.754606-5 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

REQTE.	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
PROC.	:	BA00019815 - PAULO RIOS MATOS ROCHA
REQDO.	:	REGINA MARIA DAS GRACAS BARBOSA FARIA
ADVG.	:	DF00018232 - VITTOR CLEMENTE LARA DE OLIVEIRA

2005.34.00.754647-0 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

REQTE.	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
PROC.	:	DF00013873 - CARLOS ALBERTO VALENTIM DOS SANTOS
REQDO.	:	JOAO PAULO DE CANDEIA DA SILVA
DEF. PUB	:	DF00123456 - DEFENSORIA PUBLICA

2005.34.00.754977-3 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

REQTE.	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
PROC.	:	RN00004835 - GEORGE HARRISON DOS SANTOS NERY
REQDO.	:	MATEUS DE MATOS VIEIRA
DEF. PUB	:	DF00123456 - DEFENSORIA PUBLICA

2006.34.00.700175-6 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

REQTE.	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
REQTE.	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
LITISAT	:	FUNDACAO DOS ECONOMIARIOS FEDERAIS FUNCEF
ADVG.	:	DF00000750 - LUIZ ANTONIO MUNIZ MACHADO
PROC.	:	CE00015327 - FERNANDO PORTELA OLIVEIRA
REQDO.	:	HOSANA NUNES DO NASCIMENTO
ADVG.	:	DF00015123 - SEBASTIAO MORAES DA CUNHA

2006.34.00.700616-2 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

REQTE.	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
PROC.	:	RN00004835 - GEORGE HARRISON DOS SANTOS NERY
REQDO.	:	MARIA DE LOURDES HALES

A Exma. Sra. Juiza exarou :
DECISÃO
"Trata-se de Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto em face de acórdão desta Turma Recursal que não conheceu dos Embargos de Declaração interpostos pelo INSS, aplicando-lhe multa por litigância de má-fé.
Em consonância com o disposto na RESOLUÇÃO nº 390, de 17/09/2004, do Conselho da Justiça Federal, verifico estarem presentes os requisitos necessários ao juízo de admissibilidade do Incidente de Uniformização, quais sejam: a legitimidade do peticionário, a tempestividade do recurso e a demonstração da divergência.
Diante do exposto admito o Pedido de Uniformização de Jurisprudência.
Remetam-se os autos à Turma Nacional de Uniformização Jurisprudencial dos Juizados Especiais Federais.
Após, analisarei a admissibilidade do Recurso Extraordinário.
Publique-se. Intimem-se."

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.907210-2 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

RELATOR	:	DR.ITAGIBA CATTA PRETA NETO
RECTE	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVG.	:	BA00019815 - PAULO RIOS MATOS ROCHA
RECDO	:	ALBERTINA GONCALVES DOS SANTOS
ADVG.	:	DF00018841 - LINO DE CARVALHO CAVALCANTE

2005.34.00.903633-2 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

RELATOR	:	DR.ITAGIBA CATTA PRETA NETO
RECTE	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVG.	:	DF00013873 - CARLOS ALBERTO VALENTIM DOS SANTOS
RECDO	:	MARIA JOSE DE ARAUJO DA CUNHA
ADVG.	:	DF00018841 - LINO DE CARVALHO CAVALCANTE

2005.34.00.904262-0 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

RELATOR	:	DR.ITAGIBA CATTA PRETA NETO
RECTE	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVG.	:	CE00015796 - IVENS SÁ DE CASTRO SOUSA
RECDO	:	RAIMUNDA EDILEUZA LIMA
ADVG.	:	DF00018841 - LINO DE CARVALHO CAVALCANTE

2005.34.00.904415-1 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

RELATOR	:	DR.ITAGIBA CATTA PRETA NETO
RECTE	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVG.	:	BA00019815 - PAULO RIOS MATOS ROCHA
RECDO	:	DEJANIRA ANGELA DE SOUSA
ADVG.	:	DF00014192 - MARIA APARECIDA GUIMARAES SANTOS

2005.34.00.907193-3 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

RELATOR	:	DR.ITAGIBA CATTA PRETA NETO
RECTE	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVG.	:	CE00015327 - FERNANDO PORTELA OLIVEIRA
RECDO	:	MATILDES SOARES DOS SANT0S
ADVG.	:	DF00018841 - LINO DE CARVALHO CAVALCANTE

2005.34.00.902802-3 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

RELATOR	:	DR.ITAGIBA CATTA PRETA NETO
RECTE	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVG.	:	DF00018021 - MARIA CRISTINA DE MIRANDA
RECDO	:	MARIA DO CARMO DE AZEVEDO ARAUJO
ADVG.	:	DF00123456 - DEFENSORIA PUBLICA

2005.34.00.905330-8 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

RELATOR	:	DR.ITAGIBA CATTA PRETA NETO
RECTE	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVG.	:	DF00018021 - MARIA CRISTINA DE MIRANDA
RECDO	:	MARTA ROSA DA SILVA
ADVG.	:	DF00018841 - LINO DE CARVALHO CAVALCANTE

2005.34.00.902798-8 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

RELATOR	:	DR.ITAGIBA CATTA PRETA NETO
RECTE	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVG.	:	CE00015327 - FERNANDO PORTELA OLIVEIRA
RECDO	:	MARCILIA ARRUDA CANEDO
ADVG.	:	DF00016858 - NILTON LAFUENTE

2005.34.00.901370-5 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

RELATOR	:	DR.ITAGIBA CATTA PRETA NETO
RECTE	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVG.	:	CE00015796 - IVENS SÁ DE CASTRO SOUSA
RECDO	:	OTILIA GOMES RIBEIRO
ADVG.	:	DF00018841 - LINO DE CARVALHO CAVALCANTE

2005.34.00.902617-0 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

RELATOR	:	DR.ITAGIBA CATTA PRETA NETO
RECTE	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVG.	:	BA00019815 - PAULO RIOS MATOS ROCHA
RECDO	:	ALICE COSTA SARTINI
ADVG.	:	DF00011620 - KARINA HELENA CALLAI

2004.34.00.917238-2 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

RELATOR	:	DR.ITAGIBA CATTA PRETA NETO
RECTE	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVG.	:	DF00013873 - CARLOS ALBERTO VALENTIM DOS SANTOS
RECDO	:	AUGUSTA FELIX PEREIRA
ADVG.	:	DF00018841 - LINO DE CARVALHO CAVALCANTE

2004.34.00.917996-4 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

RELATOR	:	DR.ITAGIBA CATTA PRETA NETO
RECTE	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVG.	:	DF00013873 - CARLOS ALBERTO VALENTIM DOS SANTOS
RECDO	:	VANDERLUCE DOS SANTOS NASARIO
ADVG.	:	DF00018841 - LINO DE CARVALHO CAVALCANTE

2004.34.00.916576-0 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

RELATOR	:	DR.ITAGIBA CATTA PRETA NETO
RECTE	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVG.	:	CE00015796 - IVENS SÁ DE CASTRO SOUSA
RECDO	:	MARIA JOSE DA SILVA NERY
ADVG.	:	DF00018841 - LINO DE CARVALHO CAVALCANTE

2005.34.00.900915-7 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

RELATOR	:	DR.ITAGIBA CATTA PRETA NETO
RECTE	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVG.	:	DF00013132 - SIDIO ROSA DE MESQUITA JUNIOR
RECDO	:	ZULMIRA ALVES DA ROCHA
ADVG.	:	DF00018841 - LINO DE CARVALHO CAVALCANTE

2005.34.00.901366-4 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

RELATOR	:	DR.ITAGIBA CATTA PRETA NETO
RECTE	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVG.	:	DF00013873 - CARLOS ALBERTO VALENTIM DOS SANTOS
RECDO	:	IZABEL MOREIRA MOTA
ADVG.	:	DF00018841 - LINO DE CARVALHO CAVALCANTE

2005.34.00.901367-8 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

RELATOR	:	DR.ITAGIBA CATTA PRETA NETO
RECTE	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVG.	:	DF00013873 - CARLOS ALBERTO VALENTIM DOS SANTOS
RECDO	:	LUCIA MARIA DE OLIVEIRA
ADVG.	:	DF00018841 - LINO DE CARVALHO CAVALCANTE

2004.34.00.916155-4 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

RELATOR	:	DR.ITAGIBA CATTA PRETA NETO
RECTE	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVG.	:	DF00013132 - SIDIO ROSA DE MESQUITA JUNIOR
RECDO	:	IVAN DE CARVALHO SOUZA
ADVG.	:	DF00016858 - NILTON LAFUENTE

2004.34.00.915772-9 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

RELATOR	:	DR.ITAGIBA CATTA PRETA NETO
RECTE	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVG.	:	DF00013873 - CARLOS ALBERTO VALENTIM DOS SANTOS
RECDO	:	LUZIA ANA DE LIMA ALVES
ADVG.	:	DF00018841 - LINO DE CARVALHO CAVALCANTE

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
DECISÃO
"Trata-se de Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto em face de acórdão desta Turma Recursal que não conheceu dos Embargos de Declaração interpostos pelo INSS, aplicando-lhe multa por litigância de má-fé.
Em consonância com o disposto na RESOLUÇÃO nº 390, de 17/09/2004, do Conselho da Justiça Federal, verifico estarem presentes os requisitos necessários ao juízo de admissibilidade do Incidente de Uniformização, quais sejam: a legitimidade do peticionário, a tempestividade do recurso e a demonstração da divergência.
Diante do exposto admito o Pedido de Uniformização de Jurisprudência.
Remetam-se os autos à Turma Nacional de Uniformização Jurisprudencial dos Juizados Especiais Federais.
Após, analisarei a admissibilidade do Recurso Extraordinário.
Publique-se. Intimem-se."

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2003.34.00.909519-5 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

RELATOR	:	DRA.DANIELE MARANHÃO COSTA
RECTE	:	ZILDA DE ARAUJO FEITOZA LOPES
ADVG.	:	DF00006870 - MARIA DULCIMAR MARTINS BENVINDO
RECDO	:	UNIAO FEDERAL
ADVG.	:	DF00007779 - DANUSIA LUCINDA FARANGE DE GOUVEIA

2003.34.00.909524-0 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

RELATOR	:	DRA.DANIELE MARANHÃO COSTA
RECTE	:	MARIA DULCINEIDE BENVINDO DA SILVA
ADVG.	:	DF00006870 - MARIA DULCIMAR MARTINS BENVINDO
RECDO	:	UNIAO FEDERAL
ADVG.	:	DF00007779 - DANUSIA LUCINDA FARANGE DE GOUVEIA

2003.34.00.909529-8 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

RELATOR	:	DRA.DANIELE MARANHÃO COSTA
RECTE	:	INUBIA DE AGUIAR BEZERRA
ADVG.	:	DF00006870 - MARIA DULCIMAR MARTINS BENVINDO
RECDO	:	UNIAO FEDERAL
ADVG.	:	DF00007779 - DANUSIA LUCINDA FARANGE DE GOUVEIA

2003.34.00.909454-6 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

RELATOR	:	DRA.DANIELE MARANHÃO COSTA
RECTE	:	ADALZIRA FRANCA SOARES DE LUCCA
ADVG.	:	DF00006870 - MARIA DULCIMAR MARTINS BENVINDO
RECDO	:	UNIAO FEDERAL
ADVG.	:	DF00007779 - DANUSIA LUCINDA FARANGE DE GOUVEIA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
DECISÃO
"Trata-se de Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto em face de acórdão desta Turma Recursal que assegurou à parte autora o pagamento do auxílio-alimentação no período de férias e licença-prêmio, fixando os juros de mora em 1% (hum por cento) ao mês, a partir da citação, nos termos do art. 406 do Código Civil.
Em consonância com o disposto na RESOLUÇÃO/PRESI nº 600-008, de 05/07/2004, verifico estarem presentes os requisitos necessários ao juízo de admissibilidade do Incidente de Uniformização, quais sejam: a legitimidade do peticionário, a tempestividade do recurso e a demonstração da divergência.
Diante do exposto admito o Pedido de Uniformização de Jurisprudência.
Remetam-se os autos à Coordenação dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região/COJEF.
Publique-se. Intimem-se."

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2004.34.00.918920-4 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

RELATOR	:	DR.ITAGIBA CATTA PRETA NETO
RECTE	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVG.	:	CE00015796 - IVENS SÁ DE CASTRO SOUSA
RECDO	:	MARIA APARECIDA DOS REIS
ADVG.	:	DF00018841 - LINO DE CARVALHO CAVALCANTE

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
D E C I S Ã O
"Trata-se de Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto em face de acórdão desta Turma Recursal que não conheceu dos Embargos de Declaração interpostos pelo INSS, aplicando-lhe multa por litigância de má-fé.
Em consonância com o disposto na RESOLUÇÃO nº 390, de 17/09/2004, do Conselho da Justiça Federal, verifico estarem presentes os requisitos necessários ao juízo de admissibilidade do Incidente de Uniformização, quais sejam: a legitimidade do peticionário, a tempestividade do recurso e a demonstração da divergência.
Diante do exposto admito o Pedido de Uniformização de Jurisprudência.
Remetam-se os autos à Turma Nacional de Uniformização Jurisprudencial dos Juizados Especiais Federais.
Publique-se. Intimem-se."

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2004.34.00.903484-2 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

RELATOR	:	DR.ITAGIBA CATTA PRETA NETO
RECTE	:	UNIAO FEDERAL
ADVG.	:	DF00007779 - DANUSIA LUCINDA FARANGE DE GOUVEIA
RECDO	:	GLEDISTONY DA SILVA FARIAS
ADVG.	:	DF00020225 - STELLA MARIA GOMES PAIVA E OUTRO(S)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
D E C I S Ã O
"Trata-se de Incidente de Uniformização Regional de Jurisprudência proposto em face de acórdão desta Turma que concedeu à parte autora a integralidade do reajuste de 28,86% de que tratam as Leis nºs 8.622/93 e 8.627/93, fixando os juros de mora em 0,5% (meio por cento) nos termos do art. 1-F da lei nº 9.494/97, na redação dada pela MP nº 2.180-35, de 24/08/2001.
Alega o recorrente divergência quanto à aplicação dos juros de mora.
Contudo, a juntada de ementa de julgamento proferido pela própria Turma Recursal do Distrito Federal, não se presta a demonstrar a existência de divergência na aplicação do direito material, entre decisões proferidas pelas Turmas Recursais da Primeira Região na interpretação da lei (art. 1º da Resolução/PRESI nº 600-008, de 05/07/2004).
Diante do exposto, inadmito o presente Incidente de Uniformização.
Após o prazo recursal, devolvam-se os autos ao Juízo a quo.
Publique-se. Intimem-se."

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2004.34.00.915840-5 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

RELATOR	:	DRA.DANIELE MARANHÃO COSTA
RECTE	:	DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUCAO MINERAL DNPM
ADVG.	:	CE00006917 - RICARDO MOURAO PEREIRA
RECDO	:	MARIO GORETI DE MIRANDA
ADVG.	:	

2004.34.00.915836-4 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

RELATOR	:	DRA.DANIELE MARANHÃO COSTA
RECTE	:	DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUCAO MINERAL DNPM
ADVG.	:	CE00014081 - ROSALLINY PINHEIRO DANTAS
RECDO	:	IARA MARIA MARTINS DOS SANTOS MIRANDA
ADVG.	:	

2004.34.00.915834-7 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

RELATOR	:	DRA.DANIELE MARANHÃO COSTA
RECTE	:	DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUCAO MINERAL DNPM
ADVG.	:	CE00014081 - ROSALLINY PINHEIRO DANTAS
RECDO	:	SONIA MARIA MACHADO
ADVG.	:	

2004.34.00.916354-4 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

RELATOR	:	DRA.DANIELE MARANHÃO COSTA
RECTE	:	DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUCAO MINERAL - DNPM
ADVG.	:	CE00014081 - ROSALLINY PINHEIRO DANTAS
RECDO	:	SAUL BATISTA DE ASSIS
ADVG.	:	

2004.34.00.916382-5 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

RELATOR	:	DRA.DANIELE MARANHÃO COSTA
RECTE	:	DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUCAO MINERAL - DNPM
ADVG.	:	CE00014081 - ROSALLINY PINHEIRO DANTAS
RECDO	:	CARLOS AUGUSTO RAMOS NEVES
ADVG.	:	

2004.34.00.915999-3 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

RELATOR	:	DRA.DANIELE MARANHÃO COSTA
RECTE	:	DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUCAO MINERAL DNPM
ADVG.	:	DF00012283 - RICARDO MOURAO PEREIRA
RECDO	:	MAURO VICENTE PEREIRA DA SILVA
ADVG.	:	

2004.34.00.915832-0 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

RELATOR	:	DRA.DANIELE MARANHÃO COSTA
RECTE	:	DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUCAO MINERAL DNPM
ADVG.	:	CE00014081 - ROSALLINY PINHEIRO DANTAS
RECDO	:	ALEXANDRE TRAJANO DE ARRUDA
ADVG.	:	

2004.34.00.916541-4 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

RELATOR	:	DRA.DANIELE MARANHÃO COSTA
RECTE	:	DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUCAO MINERAL - DNPM
ADVG.	:	CE00014081 - ROSALLINY PINHEIRO DANTAS
RECDO	:	KATIA MARIA CASTILHO MATOS
ADVG.	:	

2004.34.00.917360-3 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

RELATOR	:	DRA.DANIELE MARANHÃO COSTA
RECTE	:	DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUCAO MINERAL DNPM
ADVG.	:	CE00014081 - ROSALLINY PINHEIRO DANTAS
RECDO	:	DICEMIR ARCANJO ALMEIDA
ADVG.	:	

2004.34.00.915686-4 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

RELATOR	:	DRA.DANIELE MARANHÃO COSTA
RECTE	:	DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUCAO MINERAL DNPM
ADVG.	:	CE00014081 - ROSALLINY PINHEIRO DANTAS
RECDO	:	FERNANDO JOSE DE BARROS
ADVG.	:	

2004.34.00.915622-3 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

RELATOR	:	DRA.DANIELE MARANHÃO COSTA
RECTE	:	DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUCAO MINERAL DNPM
ADVG.	:	CE00014081 - ROSALLINY PINHEIRO DANTAS
RECDO	:	TEOFILO ROSSINI VALE CAVALCANTI
ADVG.	:	

2004.34.00.915426-4 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

RELATOR	:	DRA.DANIELE MARANHÃO COSTA
RECTE	:	DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUCAO MINERAL DNPM
ADVG.	:	CE00014081 - ROSALLINY PINHEIRO DANTAS
RECDO	:	RAIMUNDO LINHARES E SILVA NETO
ADVG.	:	

2004.34.00.915423-3 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

RELATOR	:	DRA.DANIELE MARANHÃO COSTA
RECTE	:	DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUCAO MINERAL DNPM
ADVG.	:	CE00014081 - ROSALLINY PINHEIRO DANTAS
RECDO	:	MARIA JOSE DA ROCHA
ADVG.	:	

2004.34.00.915419-2 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

RELATOR	:	DRA.DANIELE MARANHÃO COSTA
RECTE	:	DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUCAO MINERAL DNPM
ADVG.	:	DF00012283 - RICARDO MOURAO PEREIRA
RECDO	:	ELZA MARIA CALVET GARCIA
ADVG.	:	

2004.34.00.915629-9 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL
RELATOR : DRA.DANIELE MARANHÃO COSTA
RECTE : DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUCAO MINERAL DNPM
ADVG. : CE00014081 - ROSALLINY PINHEIRO DANTAS
RECDO : HELENA NOGUEIRA DE ARAUJO
ADVG. : DF00020622 - JOAO LUIS ROCHA GOMES
2004.34.00.915597-9 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL
RELATOR : DRA.DANIELE MARANHÃO COSTA
RECTE : DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUCAO MINERAL DNPM
ADVG. : CE00014081 - ROSALLINY PINHEIRO DANTAS
RECDO : FRANCISCO GUTEMBERG DE SOUSA FILHO
ADVG. :
2004.34.00.915594-8 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL
RELATOR : DRA.DANIELE MARANHÃO COSTA
RECTE : DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUCAO MINERAL DNPM
ADVG. : DF00012283 - RICARDO MOURAO PEREIRA
RECDO : DUCENIZ MARIA DA SILVA
ADVG. :
2004.34.00.915604-5 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL
RELATOR : DRA.DANIELE MARANHÃO COSTA
RECTE : DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUCAO MINERAL DNPM
ADVG. : CE00014081 - ROSALLINY PINHEIRO DANTAS
RECDO : JOSE RAIMUNDO DOS ANJOS
ADVG. :
2004.34.00.915601-4 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL
RELATOR : DRA.DANIELE MARANHÃO COSTA
RECTE : DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUCAO MINERAL DNPM
ADVG. : CE00014081 - ROSALLINY PINHEIRO DANTAS
RECDO : ANTONIO MACEDO PRADO
ADVG. :
2004.34.00.915618-2 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL
RELATOR : DRA.DANIELE MARANHÃO COSTA
RECTE : DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUCAO MINERAL DNPM
ADVG. : CE00014081 - ROSALLINY PINHEIRO DANTAS
RECDO : NILSON DE PAULA PEREIRA
ADVG. :
2004.34.00.915619-6 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL
RELATOR : DRA.DANIELE MARANHÃO COSTA
RECTE : DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUCAO MINERAL DNPM
ADVG. : CE00006917 - RICARDO MOURAO PEREIRA
RECDO : FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA
ADVG. :
2004.34.00.915606-2 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL
RELATOR : DRA.DANIELE MARANHÃO COSTA
RECTE : DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUCAO MINERAL DNPM
ADVG. : CE00014081 - ROSALLINY PINHEIRO DANTAS
RECDO : HELENILDA MARIA FERREIRA DANTAS CALDAS
ADVG. :
2004.34.00.915612-0 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL
RELATOR : DRA.DANIELE MARANHÃO COSTA
RECTE : DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUCAO MINERAL DNPM
ADVG. : CE00014081 - ROSALLINY PINHEIRO DANTAS
RECDO : MARIA VERONICE PEREIRA SILVA
ADVG. :
O Exmo. Sr. Juiz exarou :
DECISÃO
"Trata-se de Recurso Extraordinário interposto com fundamento no artigo 102, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, contra acórdão desta Turma Recursal que determinou o pagamento de auxílio-alimentação nos períodos de férias e licença, considerados como de efetivo exercício conforme disposto no art. 102 da Lei 8.112/90.
Alega o recorrente ofensa aos artigos 37, 40 e 61 §1º da Constituição Federal, requerendo a reforma do acórdão quanto à natureza jurídica do auxílio-alimentação e a prescrição, insurgindo-se, ainda, contra os cálculos apresentados pela parte autora.
Contudo, o recorrente não explicita quais os pontos do acórdão recorrido onde haveria a alegada ofensa ao texto constitucional.
Não cabe Recurso Extraordinário para rediscussão da matéria fática com objetivo de pretensa alegação de ofensa ao texto constitucional (STF, AI-Agr 108125/BA, Tribunal Pleno, Ministro Djaci Falcão, DJ de 04/04/1986).
Diante do exposto, inadmito o Recurso Extraordinário.
Publique-se. Intimem-se."

EXPEDIENTE DO DIA 11 DE ABRIL DE 2007
RELATOR : DR. ALEXANDRE MACHADO VASCONCELOS
AUTOS COM DESPACHO
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)
2004.34.00.701934-0 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL
REQTE. : JOVELINA FELISBERTO DE SOUZA
ADVG. : DF00009989 - ELIAS ALVES DE CARVALHO
REQDO. : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROC. : - MARCELO BELISARIO DOS SANTOS
2004.34.00.703055-4 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL
REQTE. : MARIA DE FATIMA MESQUITA SOUZA
ADVG. : DF00009989 - ELIAS ALVES DE CARVALHO
REQDO. : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROC. : - MARCELO BELISARIO DOS SANTOS
O Exmo. Sr. Juiz exarou :
ATO ORDINATÓRIO(ART. 162, §4° DO CPC)
Fica a FAZENDA NACIONAL intimada para, no prazo de 10(dez)dias, oferecer CONTRA-RAZÕES ao Incidente de Uniformização interposto pela parte autora.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)
2006.34.00.700228-5 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL
REQTE. : FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
ADVG. : DF00019156 - CAROLINA DELDUQUE SENNES
REQDO. : LUCIA MARIA ALBUQUERQUE DE LIMA
O Exmo. Sr. Juiz exarou :
ATO ORDINATÓRIO(ART. 162, §4° DO CPC)
Fica a PARTE AUTORA intimada para, no prazo de 10(dez)dias, oferecer CONTRA-RAZÕES ao Incidente de Uniformização interposto pela PRF1.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)
2005.34.00.754751-2 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL
REQTE. : MARIA SOLANGE LOUREIRO MEIRELLES
ADVG. : DF00015123 - SEBASTIAO MORAES DA CUNHA
REQDO. : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
PROC. : DF00018021 - MARIA CRISTINA DE MIRANDA
O Exmo. Sr. Juiz exarou :
ATO ORDINATÓRIO(ART. 162, §4° DO CPC)
Fica o INSS intimado para, no prazo de 15(quinze)dias, oferecer CONTRA-RAZÕES ao RECURSO EXTRAORDINÁRIO interposto pela parte autora.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)
2005.34.00.700158-8 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL
REQTE. : JOAO RICARDO SOBRINHO
ADVG. : DF00015123 - SEBASTIAO MORAES DA CUNHA
REQDO. : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
PROC. : - WELITHON ALVES DE MESQUITA
O Exmo. Sr. Juiz exarou :
ATO ORDINATÓRIO(ART. 162, §4°, DO CPC)
Fica o INSS intimado para, no prazo de 15(quinze)dias, oferecer CONTRA-RAZÕES ao RECURSO EXTRAORDINÁRIO interposto pela parte autora.
AUTOS COM DECISÃO
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)
2006.34.00.704333-5 RECURSO CONTRA DECISÃO QUE DEFERE OU INDEFERE MEDIDA CAUTELAR CÍVEL
REQTE. : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
PROC. : DF00018021 - MARIA CRISTINA DE MIRANDA
REQDO. : DENILSON JOSE LUIZ
ADVG. : DF00012454 - MARIO HERMES DA COSTA E SILVA
O Exmo. Sr. Juiz exarou :
D E C I S Ã O
"Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (INSS), em face da decisão de ff. 43/44, que antecipou os efeitos da tutela, nos autos da ação ordinária nº 2006.34.00.704664-2, para conceder a DENILSON JOSÉ LUIZ benefício assistencial de prestação continuada, nos termos do art. 20 da Lei nº 8.742/93.
Requer o agravante, em síntese, a revogação da tutela antecipada por entender estarem ausentes os "requisitos para o seu deferimento, os quais, mesmo em sede de cognição rarefeita, não se vislumbram nos autos. Ao contrário do afirmado na decisão, não estão presentes a verossimilhança da alegação e o receio de dano irreparável ou de difícil reparação que dão respaldo à concessão da medida" (f. 7).
O INSS aduz, ainda, a necessidade de atribuição de efeito suspensivo ao presente agravo, sob o fundamento de que as parcelas pagas seriam irrepetíveis e não haveria, em relação à parte autora, dano "irreparável ou de difícil reparação pelo não cumprimento da decisão, (...) já que a renda de sua família é suficiente para seu sustento, de acordo com o critério legal. Portanto, não cabe sequer a realização de juízo de proporcionalidade entre qual prejuízo seria maior, uma vez que não restou comprovada a iminência de dano a atingir a requerente" (f. 8).
Instruíram o pedido os documentos de ff. 10/46.
Decido.
Dispõe o Código de Processo Civil:
Art. 558. O relator poderá, a requerimento do agravante, nos casos de prisão civil, adjudicação, remição de bens, levantamento de dinheiro sem caução idônea e em outros casos dos quais possa resultar lesão grave e de difícil reparação, sendo relevante a fundamentação, suspender o cumprimento da decisão até o pronunciamento definitivo da turma ou câmara.
Parágrafo único. Aplicar-se-á o disposto neste artigo às hipóteses do art. 520.
Na espécie, não se vislumbra caso em que a concessão de efeito suspensivo ao recurso interposto se faça mister, não se enquadrando nas hipóteses previstas em lei, nem se revelando lesão grave ou de difícil reparação a que esteja submetido o agravante por força da decisão recorrida.
Inexiste também relevante fundamentação a embasar a suspensão pretendida, pois o juiz a quo, ao analisar a questão, considerou os documentos colacionados aos autos para concluir que "a própria situação do autor, pessoa com sérios problemas de saúde e que necessita de cuidados especiais, o impossibilita de trabalhar e conseqüentemente de prover sua própria subsistência. Ademais, conforme se infere da resposta do INSS a fls. 30, a condição econômica da parte autora não foi o item que gerou o indeferimento." (f.44).
RAZÕES PELAS QUAIS indefiro o pedido de efeito suspensivo.
Comunique-se o teor desta decisão ao juízo de origem.
Intime-se o agravado para, caso queira, responder ao agravo (artigo 527, V, do Código de Processo Civil).
Publique-se. Intimem-se."
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)
2007.34.00.700433-7 RECURSO CONTRA DECISÃO QUE DEFERE OU INDEFERE MEDIDA CAUTELAR CÍVEL
REQTE. : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
PROC. : DF00020388 - MAGALI DELLAPE GOMES
REQDO. : GENELICE PEREIRA DA SILVA
O Exmo. Sr. Juiz exarou :
D E C I S Ã O
"Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (INSS), em face da decisão de ff. 59/60, que antecipou os efeitos da tutela, nos autos da ação ordinária nº 2006.34.00.705207-0.
Afirmou o agravante, em síntese, não assistir à parte autora "razão para recorrer ao judiciário para atestar a permanência de sua incapacidade após a alta programada pelo INSS, uma vez que o procedimento é plenamente lícito, havendo, em seu bojo, inclusive, medida específica para prorrogação do benefício" (f. 06)
O INSS aduz, ainda, a necessidade de atribuição de efeito suspensivo ao presente agravo, sob o fundamento de que as parcelas pagas a seriam irrepetíveis e não haveria, em relação à parte autora, dano "irreparável ou de difícil reparação pelo não cumprimento da decisão, (...) já que não está atestada nos autos a permanência da incapacidade, bem como o fato de que ela tem à sua disposição meios para requerer a prorrogação do benefício. Portanto, não cabe sequer a realização de juízo de proporcionalidade entre qual prejuízo seria maior, uma vez que não restou comprovada a iminência de dano a atingir a requerente" (ff. 21/22).
Instruíram o pedido os documentos de ff. 24/60.
Decido.
Dispõe o Código de Processo Civil:
Art. 558. O relator poderá, a requerimento do agravante, nos casos de prisão civil, adjudicação, remição de bens, levantamento de dinheiro sem caução idônea e em outros casos dos quais possa resultar lesão grave e de difícil reparação, sendo relevante a fundamentação, suspender o cumprimento da decisão até o pronunciamento definitivo da turma ou câmara.
Parágrafo único. Aplicar-se-á o disposto neste artigo às hipóteses do art. 520.
Na espécie, não se vislumbra caso em que a concessão de efeito suspensivo ao recurso interposto se faça mister, não se enquadrando nas hipóteses previstas em lei, nem se revelando lesão grave ou de difícil reparação a que esteja submetido o agravante por força da decisão recorrida.
Ademais, o que se percebe é que o INSS valeu-se da prática conhecida como alta programada para cancelar, sumariamente, o benefício em questão, mesmo sendo claramente presumível a persistência da incapacidade da segurada para o trabalho, consoante dispõe a parte final do art. 62 da Lei nº 8.213/91.
RAZÕES PELAS QUAIS indefiro o pedido de efeito suspensivo.
Comunique-se o teor desta decisão ao juízo de origem.
Intime-se a agravada para, caso queira, responder ao agravo (artigo 527, V, do Código de Processo Civil).
Publique-se. Intimem-se."
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)
2006.34.00.704302-3 RECURSO CONTRA DECISÃO QUE DEFERE OU INDEFERE MEDIDA CAUTELAR CÍVEL
REQTE. : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVG. : - MARIA CRISTINA DE MIRANDA
REQDO. : DEUSELITA MARIA DE SOUSA
O Exmo. Sr. Juiz exarou :

D E C I S Ã O
"Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (INSS), em face da decisão de ff. 35/36, que antecipou os efeitos da tutela, nos autos da ação ordinária nº 2006.34.00.704556-5, para restabelecer o benefício de auxílio-doença de DEUSELITA MARIA DE SOUSA.
Aduz o agravante, em síntese, "ser a parte autora carecedora de ação, com fulcro no artigo 295 do CPC." (f. 4). Atesta, inclusive, "IV - A AUSÊNCIA DE REQUISITOS ENSEJADORES DA TUTELA ANTECIPADA - PERICULUM MORA, FUMUS BONI IURIS E VEROSSIMILHANÇA DA ALEGAÇÃO (...)" (f. 4). Para tanto, alega que "o perigo da demora nunca esteve presente neste caso, eis que o INSS concedeu o benefício no qual tinha direito o autor no tempo certo, inclusive prorrogando o benefício, por entender que o autor ainda se encontrava incapaz temporariamente para o exercício de sua profissão, substituindo o seu salário-de-contribuição para garantir-lhe os meios de subsistência. A fumaça do bom direita nunca restou dissipada, eis que lhe foi concedido o benefício que fazia jus, de acordo com o ordenamento legal, o que restou comprovado pelas perícias médicas realizadas. E a verossimilhança da alegação não restou demonstrada, eis que NÃO HÁ NOS AUTOS PERÍCIA JUDICIAL CONFIRMANDO A INCAPACIDADE." (f. 5).
O INSS requer, portanto, a atribuição de efeito suspensivo ao presente agravo, sob o fundamento de que " (...) como se poderá garantir que a parte autora não restará recuperado em sua capacidade laborativa antes do prazo que fixou. E se processo demorar anos para ter o mérito apreciado com a perícia judicial opinando pela capacidade laborativa. Note que essa decisão é estritamente lesiva para o patrimônio da Previdência Social e ausente de qualquer amparo legal, processual ou técnico. (...) É de ressaltar que o remédio das tutelas de urgência deve ser manuseado de forma cautelosa nos Juizados Especiais. De efeito, não se justifica a utilização de medida excepcional em um rito tão célere como o previsto para os Juizados Especiais Federais, ainda mais quando não atendidos os requisitos legais." (ff. 05/06).
Instruíram o pedido os documentos de ff. 08/40.
Decido.
Dispõe o Código de Processo Civil:
Art. 558. O relator poderá, a requerimento do agravante, nos casos de prisão civil, adjudicação, remição de bens, levantamento de dinheiro sem caução idônea e em outros casos dos quais possa resultar lesão grave e de difícil reparação, sendo relevante a fundamentação, suspender o cumprimento da decisão até o pronunciamento definitivo da turma ou câmara.
Parágrafo único. Aplicar-se-á o disposto neste artigo às hipóteses do art. 520.
Na espécie, não se vislumbra caso em que a concessão de efeito suspensivo ao recurso interposto se faça mister, não se enquadrando nas hipóteses previstas em lei, nem se revelando lesão grave ou de difícil reparação a que esteja submetido o agravante por força da decisão recorrida.
Ademais, o que se percebe é que o INSS valeu-se da prática conhecida como "alta programada" para cancelar, sumariamente, o benefício em questão, mesmo sendo claramente presumível a persistência da incapacidade da segurada, para o trabalho.
RAZÕES PELAS QUAIS indefiro o pedido de efeito suspensivo.
Comunique-se o teor desta decisão ao juízo de origem.
Intime-se a agravada para, caso queira, responder ao agravo (artigo 527, V, do Código de Processo Civil).
Publique-se. Intimem-se."

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)
2007.34.00.700792-5 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

REQTE.	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVG.	:	DF00020388 - MAGALI DELLAPE GOMES
REQDO.	:	JONAS FRANCISCO DOS SANTOS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
D E C I S Ã O
"Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (INSS), em face da decisão que antecipou os efeitos da tutela, nos autos da ação ordinária nº 2007.34.00.700641-6, para restabelecer o benefício de auxílio-doença de JONAS FRANCISCO DOS SANTOS.
Decido.
Dispõe o Código de Processo Civil:
Art. 525. A petição de agravo de instrumento será instruída:
I - obrigatoriamente, com cópias da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado.
(...)
O conhecimento do agravo de instrumento pressupõe a juntada das peças obrigatórias elencadas no art. 525, I, do Código de Processo Civil, recaindo sobre o agravado o dever de zelar pela correta instrução dos autos do agravo.
Na espécie, o agravante não cumpriu as determinações do referido preceito legal, pois não só deixou de juntar a decisão agravada - peça essencial ao deslinde do caso -, como também, todos os demais documentos necessários para que o pedido de agravo pudesse ser apreciado.
RAZÕES PELAS QUAIS deixo de conhecer do presente agravo.
Comunique-se o teor desta decisão ao juízo de origem.
Após o trânsito em julgado desta decisão, proceda-se a baixa e arquivamento do feito.
Intimem-se."

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)
2006.34.00.704313-0 RECURSO CONTRA DECISÃO QUE DEFERE OU INDEFERE MEDIDA CAUTELAR CÍVEL

REQTE.	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVG.	:	PI00003930 - RAIMUNDO EVANDRO XIMENES MARTINS
REQDO.	:	GERALDA NUNES ARAGAO
ADVG.	:	DF00012454 - MARIO HERMES DA COSTA E SILVA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
D E C I S Ã O
"Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (INSS), em face da decisão de f. 32, que antecipou os efeitos da tutela, nos autos da ação ordinária nº 2006.34.00.704692-3, para restabelecer o benefício de auxílio-doença de GERALDA NUNES ARAGÃO.
Instruíram o pedido os documentos de ff. 07/38.
Decido.
Dispõe o Código de Processo Civil:
Art. 525. A petição de agravo de instrumento será instruída:
I - obrigatoriamente, com cópias da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado.
(...)
O conhecimento do agravo de instrumento pressupõe a juntada das peças obrigatórias elencadas no art. 525, I, do Código de Processo Civil, recaindo sobre o agravado o dever de zelar pela correta instrução dos autos do agravo.
Na espécie, o agravante deixou de cumprir o referido preceito legal, pois não juntou a integra da decisão agravada - peça essencial ao deslinde do caso -, trazendo aos autos somente a primeira página desta.
RAZÕES PELAS QUAIS nego seguimento ao presente agravo, deixando de conhecê-lo.
Comunique-se o teor desta decisão ao juízo de origem.
Intimem-se."

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)
2007.34.00.700313-0 RECURSO CONTRA DECISÃO QUE DEFERE OU INDEFERE MEDIDA CAUTELAR CÍVEL

REQTE.	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVG.	:	DF00020388 - MAGALI DELLAPE GOMES
REQDO.	:	JOAQUINA GONCALVES DA SILVA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
D E C I S Ã O
"Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (INSS), em face da decisão de f. 61, que antecipou os efeitos da tutela, nos autos da ação ordinária nº 2006.34.00.704988-8, para restabelecer o benefício de auxílio-doença de JOAQUINA GONÇALVES DA SILVA.
Afirmou o agravante, em síntese, não assistir à parte autora "razão para recorrer ao judiciário para atestar a permanência de sua incapacidade após a alta programada pelo INSS, uma vez que o procedimento é plenamente lícito, havendo, em seu bojo, inclusive, medida específica para prorrogação do benefício" (f. 06)
O INSS aduz, ainda, a necessidade de atribuição de efeito suspensivo ao presente agravo, sob o fundamento de que as parcelas pagas a seriam irrepetíveis e não haveria, em relação à parte autora, dano "irreparável ou de difícil reparação pelo não cumprimento da decisão, (...) já que não está atestada nos autos a permanência da incapacidade, bem como o fato de que ela tem à sua disposição meios para requerer a prorrogação do benefício. Portanto, não cabe sequer a realização de juízo de proporcionalidade entre qual prejuízo seria maior, uma vez que não restou comprovada a iminência de dano a atingir a requerente" (ff. 21/22).
Instruíram o pedido os documentos de ff. 24/61.
Decido.
Dispõe o Código de Processo Civil:
Art. 558. O relator poderá, a requerimento do agravante, nos casos de prisão civil, adjudicação, remição de bens, levantamento de dinheiro sem caução idônea e em outros casos dos quais possa resultar lesão grave e de difícil reparação, sendo relevante a fundamentação, suspender o cumprimento da decisão até o pronunciamento definitivo da turma ou câmara.
Parágrafo único. Aplicar-se-á o disposto neste artigo às hipóteses do art. 520.
Na espécie, não se vislumbra caso em que a concessão de efeito suspensivo ao recurso interposto se faça mister, não se enquadrando nas hipóteses previstas em lei, nem se revelando lesão grave ou de difícil reparação a que esteja submetido o agravante por força da decisão recorrida.
Ademais, o que se percebe é que o INSS valeu-se da prática conhecida como alta programada para cancelar, sumariamente, o benefício em questão, mesmo sendo claramente presumível a persistência da incapacidade da segurada para o trabalho, consoante dispõe a parte final do art. 62 da Lei nº 8.213/91.
RAZÕES PELAS QUAIS indefiro o pedido de efeito suspensivo.
Comunique-se o teor desta decisão ao juízo de origem.
Intime-se a agravada para, caso queira, responder ao agravo (artigo 527, V, do Código de Processo Civil).
Publique-se. Intimem-se."

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)
2007.34.00.700432-3 RECURSO CONTRA DECISÃO QUE DEFERE OU INDEFERE MEDIDA CAUTELAR CÍVEL

REQTE.	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
PROC.	:	DF00020388 - MAGALI DELLAPE GOMES
REQDO.	:	ELIAS DIAS LOPES

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
D E C I S Ã O
"Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (INSS), em face da decisão de ff. 56/57, que antecipou os efeitos da tutela, nos autos da ação ordinária nº 2006.34.00.705077-6.
Afirmou o agravante, em síntese, não assistir à parte autora "razão para recorrer ao judiciário para atestar a permanência de sua incapacidade após a alta programada pelo INSS, uma vez que o procedimento é plenamente lícito, havendo, em seu bojo, inclusive, medida específica para prorrogação do benefício" (f. 06)
O INSS aduziu, ainda, a necessidade de atribuição de efeito suspensivo ao presente agravo, sob o fundamento de que as parcelas pagas seriam irrepetíveis e não haveria, em relação à parte autora, dano "irreparável ou de difícil reparação pelo não cumprimento da decisão, (...) já que não está atestada nos autos a permanência da incapacidade, bem como o fato de que ela tem à sua disposição meios para requerer a prorrogação do benefício. Portanto, não cabe sequer a realização de juízo de proporcionalidade entre qual prejuízo seria maior, uma vez que não restou comprovada a iminência de dano a atingir a requerente" (ff. 21/22).
Instruíram o pedido os documentos de ff. 24/58.
Decido.
Dispõe o Código de Processo Civil:
Art. 558. O relator poderá, a requerimento do agravante, nos casos de prisão civil, adjudicação, remição de bens, levantamento de dinheiro sem caução idônea e em outros casos dos quais possa resultar lesão grave e de difícil reparação, sendo relevante a fundamentação, suspender o cumprimento da decisão até o pronunciamento definitivo da turma ou câmara.
Parágrafo único. Aplicar-se-á o disposto neste artigo às hipóteses do art. 520.
Na espécie, não se vislumbra caso em que a concessão de efeito suspensivo ao recurso interposto se faça mister, não se enquadrando nas hipóteses previstas em lei, nem se revelando lesão grave ou de difícil reparação a que esteja submetido o agravante por força da decisão recorrida.
Ademais, o INSS, valendo-se da prática conhecida como alta programada, não teve a precaução de realizar exame prévio algum no segurado antes do cancelamento sumário do benefício em questão, mesmo sendo presumível a persistência de sua incapacidade para o trabalho, conforme atestados médicos juntados aos autos.
RAZÕES PELAS QUAIS indefiro o pedido de efeito suspensivo.
Comunique-se o teor desta decisão ao juízo de origem.
Intime-se o agravado para, caso queira, responder ao agravo (artigo 527, V, do Código de Processo Civil).
Publique-se. Intimem-se."

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)
2006.34.00.703556-4 RECURSO CONTRA DECISÃO QUE DEFERE OU INDEFERE MEDIDA CAUTELAR CÍVEL

REQTE.	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVG.	:	BA00019815 - PAULO RIOS MATOS ROCHA
REQDO.	:	RAIMUNDO DE JESUS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
D E C I S Ã O
"Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (INSS), em face da decisão de ff. 25/6, que, nos autos da ação ordinária nº 2006.34.00.703207-9, antecipou os efeitos da tutela para restabelecer o benefício de auxílio-doença de RAIMUNDO DE JESUS.
Afirmou a agravante, em síntese, não assistir à parte autora "razão para recorrer ao judiciário para atestar a permanência de sua incapacidade após a alta programada pelo INSS, uma vez que o procedimento é plenamente lícito, havendo, em seu bojo, inclusive, medida específica para prorrogação do benéfico" (f. 5)
O INSS alega, ainda, a necessidade de atribuição de efeito suspensivo ao presente agravo, sob o fundamento de que as parcelas pagas a seriam irrepetíveis e não haveria, em relação à parte autora, dano "irreparável ou de difícil reparação pelo não cumprimento da decisão, (...) já que não está atestada nos autos a permanência da incapacidade, bem como o fato de que ela tem à sua disposição meios para requerer a prorrogação do benefício. Portanto, não cabe sequer a realização de juízo de proporcionalidade entre qual prejuízo seria maior, uma vez que não restou comprovada a iminência de dano a atingir a requerente" (f. 17).
Instruíram o pedido os documentos de ff. 20/52.
Decido.
Dispõe o Código de Processo Civil:
Art. 558. O relator poderá, a requerimento do agravante, nos casos de prisão civil, adjudicação, remição de bens, levantamento de dinheiro sem caução idônea e em outros casos dos quais possa resultar lesão grave e de difícil reparação, sendo relevante a fundamentação, suspender o cumprimento da decisão até o pronunciamento definitivo da turma ou câmara.
Parágrafo único. Aplicar-se-á o disposto neste artigo às hipóteses do art. 520.

Na espécie, não se vislumbra caso em que a concessão de efeito suspensivo ao recurso interposto se faça mister, não se enquadrando nas hipóteses previstas em lei, nem se revelando lesão grave ou de difícil reparação a que esteja submetida a agravante por força da decisão recorrida.
Ademais, o INSS, valendo-se da prática conhecida como "alta programada" , não teve a precaução de realizar exame prévio algum no segurado antes do cancelamento sumário do benefício em questão, mesmo sendo presumível a persistência de sua incapacidade para o trabalho, conforme atestados médicos juntados aos autos.
RAZÕES PELAS QUAIS indefiro o pedido de efeito suspensivo.
Comunique-se o teor desta decisão ao juízo de origem.
Intime-se a agravada para, caso queira, responder ao agravo (artigo 527, V, do Código de Processo Civil).
Publique-se. Intimem-se."

EXPEDIENTE DO DIA 2 DE ABRIL DE 2007

RELATOR. : DRA. DANIELE MARANHÃO COSTA

AUTOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.755099-0 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

REQTE.	:	AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA
PROC.	:	- GUSTAVO AMARANTE RABELO DE MORAES
REQDO.	:	JOSE JOAQUIM DA SILVA

A Exma. Sra. Juíza exarou :
DESPACHO
"Tendo em vista que a sentença recorrida condenou a AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA e a União Federal, e considerando-se que não consta dos autos que a União tenha sido intimada da sentença, retornem os autos ao juízo a quo, para fins de intimação da União.
Conclusos, após.
Publique-se. Intime-se."

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.754962-2 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

REQTE.	:	UNIAO FEDERAL
ADVG.	:	- SERGIO RAMOS DE MATOS BRITO
REQDO.	:	PEDRO JULIO DE AGUIAR

A Exma. Sra. Juíza exarou :
DESPACHO
"Tendo em vista que a sentença recorrida condenou a AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA e a União Federal, e considerando-se que não consta dos autos que a ANVISA tenha sido intimada da sentença, retornem os autos ao juízo a quo, para fins de intimação da ANVISA.
Conclusos, após.
Publique-se. Intime-se."

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.756229-6 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

REQTE.	:	LEONARDO MIRANDA DE OLIVEIRA
DEF. PUB	:	DF00123456 - DEFENSORIA PUBLICA
REQDO.	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
PROC.	:	DF00008322 - DIRLUCI ALVES SARGES

A Exma. Sra. Juíza exarou :
DESPACHO
"Considerando-se que não consta dos autos certidão de intimação do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS para apresentar contra-razões ao recurso interposto pela parte autora, retornem os autos ao Juízo a quo, para fins de intimação do INSS.
Conclusos, após.
Publique-se. Intimem-se."

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2004.34.00.704288-8 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

REQTE.	:	UNIAO FEDERAL
ADVG.	:	DF00009086 - JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
REQDO.	:	ANTONIO GERALDO CAETANO
ADVG.	:	DF00018841 - LINO DE CARVALHO CAVALCANTE

A Exma. Sra. Juíza exarou :
ATO ORDINATÓRIO(ART. 162, §4°, DO CPC)
Fica a parte autora INTIMADA para, no prazo de 15(quinze) dias, oferecer CONTRA-RAZÕES ao RECURSO EXTRAORDINÁRIO interposto pela UNIÃO.

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.754862-0 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

REQTE.	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVG.	:	- DIRLUCI ALVES SARGE
REQDO.	:	LUIZ GOMES DE MEDEIROS
ADVG.	:	DF00005232 - CICINATO CARVALHO TRINDADE

2006.34.00.700137-2 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

REQTE.	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
PROC.	:	BA00019815 - PAULO RIOS MATOS ROCHA
REQDO.	:	JOAO BATISTA MARINHO
ADVG.	:	DF00001403 - AYLDE BAPTISTA DE ARAUJO BOUDENS

A Exma. Sra. Juíza exarou :
ATO ORDINATÓRIO(ART. 162, §4°, DO CPC)
Fica a parte autora intimada para, no prazo de 15(quinze) dias, oferecer CONTRA-RAZÕES ao RECURSO EXTRAORDINÁRIO interposto pelo INSS.

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.701167-1 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

REQTE.	:	MARIA ALVES LIMA
ADVG.	:	DF00123456 - DEFENSORIA PUBLICA
REQDO.	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVG.	:	BA00019815 - PAULO RIOS MATOS ROCHA

2006.34.00.703571-1 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

REQTE.	:	RAIMUNDO BARROSO RAMOS
DEF. PUB	:	DF00123456 - DEFENSORIA PUBLICA
REQDO.	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
PROC.	:	CE00015796 - IVENS SÁ DE CASTRO SOUSA

A Exma. Sra. Juíza exarou :
ATO ORDINATÓRIO(ART. 162, §4°, DO CPC)
Fica a parte autora intimada para, no prazo de 10(dez) dias, oferecer CONTRA-RAZÕES ao Incidente de Uniformização interposto pelo INSS.

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2004.34.00.704287-4 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

REQTE.	:	UNIAO FEDERAL
ADVG.	:	DF00009086 - JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
REQDO.	:	JUBERTA BARTOLO DE ANDRADE PATTERSON
ADVG.	:	DF00018841 - LINO DE CARVALHO CAVALCANTE

2004.34.00.705098-8 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

REQTE.	:	UNIAO FEDERAL
PROC.	:	DF00009086 - JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
REQDO.	:	MANOEL DOMINGOS FILHO
ADVG.	:	DF0002295A - LINO DE CARVALHO CAVALCANTE

A Exma. Sra. Juiza exarou :
ATO ORDINATÓRIO(ART.162, §4°, DO CPC)
Fica(m) a(s) PARTE AUTORA INTIMADA(S) para no prazode 15(quinze) dias oferecer(em) CONTRA-RAZÕES ao RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO PELA UNIÃO.

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2004.34.00.915399-2 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

RELATOR	:	DRA.DANIELE MARANHÃO COSTA
RECTE	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVG.	:	CE00015327 - FERNANDO PORTELA OLIVEIRA
RECDO	:	DEODORO JANUARIO DE OLIVEIRA
ADVG.	:	DF00016858 - NILTON LAFUENTE

2005.34.00.907157-7 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

RELATOR	:	DRA.DANIELE MARANHÃO COSTA
RECTE	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVG.	:	BA00019815 - PAULO RIOS MATOS ROCHA
RECDO	:	ODILA CARNEIRO DE AZEVEDO
ADVG.	:	DF00004204 - ANGELO JORGE DE AZEVEDO NETO

2005.34.00.901377-0 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

RELATOR	:	DRA.DANIELE MARANHÃO COSTA
RECTE	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVG.	:	DF00008322 - DIRLUCI ALVES SARGES
RECDO	:	IZABEL MARIA DE JESUS DA SILVA
ADVG.	:	DF00018841 - LINO DE CARVALHO CAVALCANTE

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
ATO ORDINATÓRIO(ART.162, §4o, DO CPC)
Fica(m) o(a)(s) PARTE AUTORA INTIMADO(A)(S) para no prazo de 15 (QUINZE) dias oferecer(em) CONTRA-RAZÕES ao RECURSO EXTRAORDINÁRIO interposto pelo INSS.

AUTOS COM DECISÃO

2007.34.00.700500-0 RECURSO CONTRA DECISÃO QUE DEFERE OU INDEFERE MEDIDA CAUTELAR CÍVEL

REQTE.	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
PROC.	:	PE00023840 - MARCO ANDRE BRETA ANANIAS DE OLIVEIRA
REQDO.	:	MANOEL DIVINO OLIMPIO

A Exma. Sra. Juiza exarou :
DECISÃO
"Trata-se de Agravo interposto contra decisão da Juíza da 25ª Vara Federal (fls. 25/26) que deferiu pedido de tutela antecipada determinando ao INSS que restabeleça o benefício de auxílio-doença, cancelado administrativamente.
A antecipação de tutela somente será concedida quando houver prova inequívoca, o Juiz se convencer da verossimilhança da alegação e existir fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação ou, ainda, ficar caracterizado abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu (art. 273, I e II, do CPC).
Presente, no caso, a verossimilhança da alegação, pois a decisão agravada fundamentou-se em recente relatório médico reconhecendo que o autor encontra-se "incapaz, definitivamente, para a função de auxiliar de operações".
Sobre a concessão da tutela contra a Fazenda Pública, o Supremo Tribunal Federal posicionou-se no sentido de que a decisão proferida na Ação Declaratória de Constitucionalidade 4 (ADC-4/DF), não se aplica às causas de natureza previdenciária, aí incluído o benefício de auxílio-doença (Súmula 729/STF e Rcl 1257/RS, Tribunal Pleno, DJ de 07/02/2003).
Diante do exposto, indefiro o pedido de efeito suspensivo ao presente Agravo.
À agravada, para contra-razões.
Oficie-se ao Juízo prolator da decisão agravada. Intimem-se."

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.700452-9 RECURSO CONTRA DECISÃO QUE DEFERE OU INDEFERE MEDIDA CAUTELAR CÍVEL

REQTE.	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
PROC.	:	PI00003930 - RAIMUNDO EVANDRO XIMENES MARTINS
REQDO.	:	RENATO PEDRO DA SILVA

A Exma. Sra. Juiza exarou :
DECISÃO
"Trata-se de Agravo interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS contra decisão da Juíza da 24ª Vara Federal (fls.16/17) que deferiu pedido de tutela antecipada, determinando ao INSS que não interrompa o pagamento do benefício de auxílio-doença do autor, até decisão ulterior baseada em perícia médica produzida em juízo.
A antecipação de tutela somente será concedida quando houver prova inequívoca, o Juiz se convencer da verossimilhança da alegação e existir fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação ou, ainda, ficar caracterizado abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu (art. 273, I e II, do CPC).
A incapacidade laborativa do agravado foi reconhecida pelo INSS quando lhe concedeu o benefício de auxílio-doença. A suspensão unilateral do benefício, sem que antes tenha sido oportunizado ao segurado submeter-se à avaliação por perícia médica, constitui-se em ato arbitrário e ofensivo ao princípio constitucional da ampla defesa, bem como viola o disposto no artigo 62 da Lei nº 8.213/91, que dispõe sobre o recebimento do auxílio-doença enquanto o segurado permanecer incapaz.
Ademais, não me parece razoável que o autor, apresentando crises convulsivas de difícil controle e usando altas doses de medicamento, volte a exercer a profissão de motorista de ônibus interestadual, colocando em risco a vida de dezenas de passageiros, diariamente.
Sobre a concessão da tutela contra a Fazenda Pública, o Supremo Tribunal Federal posicionou-se no sentido de que a decisão proferida na Ação Declaratória de Constitucionalidade 4 (ADC-4/DF), não se aplica às causas de natureza previdenciária (Súmula 729/STF e Rcl 1257/RS, Tribunal Pleno, DJ de 07/02/2003).
Diante do exposto, indefiro o pedido de efeito suspensivo ao presente Agravo.
Ao agravado, para contra-razões.
Oficie-se ao Juízo prolator da decisão agravada. Intimem-se."

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.700457-7 RECURSO CONTRA DECISÃO QUE DEFERE OU INDEFERE MEDIDA CAUTELAR CÍVEL

REQTE.	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
PROC.	:	DF00020388 - MAGALI DELLAPE GOMES
REQDO.	:	ABILIO DIAS BORGES

A Exma. Sra. Juiza exarou :

DECISÃO
"Trata-se de Agravo interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS contra decisão do Juiz da 26ª Vara Federal (fls.59/61) que se abstenha de cessar o benefício de auxílio-doença da parte autora, sem antes realizar perícia médica que conclua por sua reabilitação.
A antecipação de tutela somente será concedida quando houver prova inequívoca, o Juiz se convencer da verossimilhança da alegação e existir fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação ou, ainda, ficar caracterizado abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu (art. 273, I e II, do CPC).
A incapacidade laborativa do agravado foi reconhecida pelo próprio INSS, quando lhe concedeu o benefício de auxílio-doença. A suspensão unilateral do benefício, sem que antes tenha sido oportunizado ao segurado submeter-se à avaliação por perícia médica, constitui-se em ato arbitrário e ofensivo ao princípio constitucional da ampla defesa, bem como viola o disposto no artigo 62 da Lei nº 8.213/91, que dispõe sobre o recebimento do auxílio-doença enquanto o segurado permanecer incapaz.
Sobre a concessão da tutela contra a Fazenda Pública, o Supremo Tribunal Federal posicionou-se no sentido de que a decisão proferida na Ação Declaratória de Constitucionalidade 4 (ADC-4/DF), não se aplica às causas de natureza previdenciária (Súmula 729/STF e Rcl 1257/RS, Tribunal Pleno, DJ de 07/02/2003).
Diante do exposto, indefiro o pedido de efeito suspensivo ao presente Agravo.
Ao agravado, para contra-razões.
Oficie-se ao Juízo prolator da decisão agravada. Intimem-se."
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)
2007.34.00.700505-8 RECURSO CONTRA DECISÃO QUE DEFERE OU INDEFERE MEDIDA CAUTELAR CÍVEL

REQTE.	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
PROC.	:	PE00023840 - MARCO ANDRE BRETA ANANIAS DE OLIVEIRA
REQDO.	:	CLEBER MENDES FARIAS

A Exma. Sra. Juiza exarou :
DECISÃO
"Trata-se de Agravo interposto contra decisão da Juíza da 24ª Vara Federal (fls. 13/15) que deferiu pedido de tutela antecipada determinando ao INSS que restabeleça o benefício de auxílio-doença, cancelado administrativamente.
A antecipação de tutela somente será concedida quando houver prova inequívoca, o Juiz se convencer da verossimilhança da alegação e existir fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação ou, ainda, ficar caracterizado abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu (art. 273, I e II, do CPC).
Presente, no caso, a verossimilhança da alegação, pois a decisão agravada fundamentou-se em atestado assinado por médico do trabalho, atestando a incapacidade do autor para o exercício de suas atividades laborativas.
Sobre a concessão da tutela contra a Fazenda Pública, o Supremo Tribunal Federal posicionou-se no sentido de que a decisão proferida na Ação Declaratória de Constitucionalidade 4 (ADC-4/DF), não se aplica às causas de natureza previdenciária, aí incluído o benefício de auxílio-doença (Súmula 729/STF e Rcl 1257/RS, Tribunal Pleno, DJ de 07/02/2003).
Diante do exposto, indefiro o pedido de efeito suspensivo ao presente Agravo.
À agravada, para contra-razões.
Oficie-se ao Juízo prolator da decisão agravada. Intimem-se."
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)
2006.34.00.704322-9 RECURSO CONTRA DECISÃO QUE DEFERE OU INDEFERE MEDIDA CAUTELAR CÍVEL

REQTE.	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVG.	:	DF00018021 - MARIA CRISTINA DE MIRANDA
REQDO.	:	LUIZA DE JESUS LAGO

A Exma. Sra. Juiza exarou :
DECISÃO
"Trata-se de Agravo interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS contra decisão do Juiz da 26ª Vara Federal (fls. 31/32) que deferiu pedido de tutela antecipada, determinando ao INSS que restabeleça ao autor o benefício de auxílio-doença, cancelado administrativamente.
A antecipação de tutela somente será concedida quando houver prova inequívoca, o Juiz se convencer da verossimilhança da alegação e existir fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação ou, ainda, ficar caracterizado abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu (art. 273, I e II, do CPC).
A incapacidade laborativa da agravada foi reconhecida pelo próprio INSS, quando lhe concedeu o benefício de auxílio-doença. Por outro lado, não há nos autos qualquer documento que comprove que o segurado encontra-se capaz de retornar às suas atividades laborativas.
A suspensão unilateral do benefício, sem que antes tenha sido oportunizado ao segurado submeter-se à avaliação por perícia médica, constitui-se em ato arbitrário e ofensivo ao princípio constitucional da ampla defesa, bem como viola o disposto no artigo 62 da Lei nº 8.213/91, que dispõe sobre o recebimento do auxílio-doença enquanto o segurado permanecer incapaz.
Sobre a concessão da tutela contra a Fazenda Pública, o Supremo Tribunal Federal posicionou-se no sentido de que a decisão proferida na Ação Declaratória de Constitucionalidade 4 (ADC-4/DF), não se aplica às causas de natureza previdenciária (Súmula 729/STF e Rcl 1257/RS, Tribunal Pleno, DJ de 07/02/2003).
Diante do exposto, indefiro o pedido de efeito suspensivo ao presente Agravo.
Ao agravado, para contra-razões.
Oficie-se ao Juízo prolator da decisão agravada. Intimem-se."
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)
2007.34.00.700734-6 RECURSO CONTRA DECISÃO QUE DEFERE OU INDEFERE MEDIDA CAUTELAR CÍVEL

REQTE.	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVG.	:	PI00003930 - RAIMUNDO EVANDRO XIMENES MARTINS
REQDO.	:	ROSIVAL GOMES FERREIRA

A Exma. Sra. Juíza exarou :
DECISÃO
"Trata-se de Agravo interposto contra decisão do Juiz da 25ª Vara Federal (fls. 49/50) que deferiu pedido de tutela antecipada determinando ao INSS que restabeleça o benefício de auxílio-doença, cancelado administrativamente.
A antecipação de tutela somente será concedida quando houver prova inequívoca, o Juiz se convencer da verossimilhança da alegação e existir fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação ou, ainda, ficar caracterizado abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu (art. 273, I e II, do CPC).
Presente, no caso, a verossimilhança da alegação, pois a decisão agravada fundamentou-se em laudo médico expedido pela rede pública de saúde após a data da perícia do INSS(fls. 32), atestando a incapacidade laborativa do agravado (lesão no joelho, aguardando cirurgia no HBDF).
Sobre a concessão da tutela contra a Fazenda Pública, o Supremo Tribunal Federal posicionou-se no sentido de que a decisão proferida na Ação Declaratória de Constitucionalidade 4 (ADC-4/DF), não se aplica às causas de natureza previdenciária, aí incluído o benefício de auxílio-doença (Súmula 729/STF e Rcl 1257/RS, Tribunal Pleno, DJ de 07/02/2003).
Diante do exposto, indefiro o pedido de efeito suspensivo ao presente Agravo.
À agravada, para contra-razões.
Oficie-se ao Juízo prolator da decisão agravada. Intimem-se."
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)
2007.34.00.700735-0 RECURSO CONTRA DECISÃO QUE DEFERE OU INDEFERE MEDIDA CAUTELAR CÍVEL

REQTE.	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVG.	:	PI00003930 - RAIMUNDO EVANDRO XIMENES MARTINS
REQDO.	:	RAIMUNDO NONATO DE OLIVEIRA

A Exma. Sra. Juíza exarou :
DECISÃO
"Trata-se de Agravo interposto contra decisão do Juiz da 25ª Vara Federal (fls. 31/32) que deferiu pedido de tutela antecipada determinando ao INSS que restabeleça o benefício de auxílio-doença, cancelado administrativamente.
A antecipação de tutela somente será concedida quando houver prova inequívoca, o Juiz se convencer da verossimilhança da alegação e existir fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação ou, ainda, ficar caracterizado abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu (art. 273, I e II, do CPC).
Presente, no caso, a verossimilhança da alegação, pois a decisão agravada fundamentou-se em laudo médico expedido pela rede pública de saúde, após a data da perícia do INSS (fls. 16 e 17) atestando a incapacidade laborativa do agravado.
Sobre a concessão da tutela contra a Fazenda Pública, o Supremo Tribunal Federal posicionou-se no sentido de que a decisão proferida na Ação Declaratória de Constitucionalidade 4 (ADC-4/DF), não se aplica às causas de natureza previdenciária, aí incluído o benefício de auxílio-doença (Súmula 729/STF e Rcl 1257/RS, Tribunal Pleno, DJ de 07/02/2003).
Diante do exposto, indefiro o pedido de efeito suspensivo ao presente Agravo.
À agravada, para contra-razões.
Oficie-se ao Juízo prolator da decisão agravada. Intimem-se."

EXPEDIENTE DO DIA 11 DE ABRIL DE 2007
RELATOR. : DR. ITAGIBA CATTA PRETA NETO
AUTOS COM DESPACHO
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)
2005.34.00.756285-8 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

REQTE.	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
PROC.	:	DF00018021 - MARIA CRISTINA DE MIRANDA
REQDO.	:	RUTE HELENA CAMARGO DE OLIVEIRA
DEF. PUB	:	DF00123456 - DEFENSORIA PUBLICA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
ATO ORDINATÓRIO(ART. 162, §4° DO CPC)
Fica a parte autora intimada para, no prazo de 15(quinze)dias, oferecer CONTRA-RAZÕES ao RECURSO EXTRAORDINÁRIO interposto pelo INSS.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)
2006.34.00.702265-7 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

REQTE.	:	MARIA JULIA DE ALMEIDA BEZERRA
ADVG.	:	DF00018841 - LINO DE CARVALHO CAVALCANTE
REQDO.	:	UNIAO FEDERAL
REQDO.	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
REQDO.	:	REDE FERROVIARIA FEDERAL SA RFFSA
ADVG.	:	DF00007779 - DANUSIA LUCINDA FARANGE DE GOUVEIA
ADVG.	:	DF00007339 - MARCIA RODRIGUES DOS SANTOS
PROC.	:	- SIDIO ROSA DE MESQUITA JUNIOR

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
DESPACHO
"Em face de não ter sido o INSS intimado da sentença, determino o retorno dos autos ao Juizado Especial Federal Cível para ser procedida a sua intimação.
Intimem-se."
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)
2005.34.00.700570-1 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

REQTE.	:	ANTONIO ALVES FILHO
ADVG.	:	DF00123456 - DEFENSORIA PUBLICA
REQDO.	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
PROC.	:	DF00018021 - MARIA CRISTINA DE MIRANDA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
DESPACHO
"Indefiro o pedido de reconsideração da decisão que não recebeu a petição do autor (fls. 42/49) como recurso, com base nos mesmos fundamentos adotados nessa.
Publique-se. Intimem-se."
AUTOS COM DECISÃO
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)
2007.34.00.700430-6 RECURSO CONTRA DECISÃO QUE DEFERE OU INDEFERE MEDIDA CAUTELAR CÍVEL

REQTE.	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
PROC.	:	DF00020388 - MAGALI DELLAPE GOMES
REQDO.	:	MARIA DA CONCEICAO ALMADA BRITO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"Vistos, em decisão
Trata-se de agravo contra decisão monocrática (fls. 77/78) que deferiu a antecipação da tutela requerida, para determinar que o INSS se abstenha de cessar o auxílio-doença da autora, ora agravada, sem antes realizar perícia médica que conclua por sua reabilitação.
A data da intimação da decisão questionada não está demonstrada. Contudo, pelo andamento processual percebe-se que os autos foram retirados pelo INSS no dia 18.01.2007.
Como o recurso foi protocolizado em 22.01.2007, está em condições de ser conhecido.
O documento de fl. 66 comprova que o INSS irá, por meio de alta programada, cessar o pagamento do referido benefício previdenciário no dia 30.01.2007.
A cessação do auxílio-doença encontra-se disciplinada no art. 62 da Lei 8.213/91:
"Art. 62. O segurado em gozo de auxílio-doença, insusceptível de recuperação para sua atividade habitual, deverá submeter-se a processo de reabilitação profissional para o exercício de outra atividade. Não cessará o benefício até que seja dado como habilitado para o desempenho de nova atividade que lhe garanta a subsistência ou, quando considerado não-recuperável, for aposentado por invalidez."
A autarquia previdenciária não trouxe aos autos elementos probatórios de que a agravada encontra-se habilitada para o desempenho de nova atividade que lhe garanta a subsistência, desse modo indevida é a cessação do auxílio-doença, nos termos do art. 62 da Lei nº 8.213/91.
Ademais, os recentes documentos de fls. 67 e 69 apresentados pela agravada evidenciam a sua incapacidade para retornar ao trabalho.
Dessa maneira, indefiro o pedido de efeito suspensivo requerido, devendo o INSS se abster de realizar a cessação do referido benefício previdenciário até ser comprovada por perícia médica a capacidade laborativa da agravada.
Intimem-se."

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)
2007.34.00.700467-0 RECURSO CONTRA DECISÃO QUE DEFERE OU INDEFERE MEDIDA CAUTELAR CÍVEL

REQTE.	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
PROC.	:	- LEONARDO CHAGAS DE ABREU
REQDO.	:	MARCOS ANTONIO MORSCHEL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"Vistos, em decisão
Trata-se de agravo contra decisão que deferiu a antecipação de tutela requerida, para determinar que o INSS se abstenha de cessar o auxílio-doença do agravado, sem antes realizar perícia médica que conclua por sua reabilitação.
A Procuradoria Federal Especializada do INSS foi intimada da decisão questionada no dia 26.01.2007. O recurso foi protocolizado em 01.02.2007, estando assim em condições de ser conhecido.
O INSS, por meio de alta programada, fixou como data final do benefício o dia 30.11.2006.
Dispõe o art. 62 da Lei nº 8.213/91 sobre a cessação do auxílio-doença:
"Art. 62. O segurado em gozo de auxílio-doença, insusceptível de recuperação para sua atividade habitual, deverá submeter-se a processo de reabilitação profissional para o exercício de outra atividade. Não cessará o benefício até que seja dado como habilitado para o desempenho de nova atividade que lhe garanta a subsistência ou, quando considerado não-recuperável, for aposentado por invalidez."
Como não restou demonstrado nos autos que o agravado encontra-se habilitado para o desempenho de nova que lhe garanta a subsistência, bem como não foi este considerado não-recuperável, não existe motivo para findar o auxílio-doença, nos termos do art. 62 da Lei nº 8.213/91.
Portanto, a priori deve ser mantido o auxílio-doença até ser comprovada por perícia médica produzida em juízo a capacidade laborativa do agravado.
Assim sendo, indefiro o pedido de efeito suspensivo.
Ao agravado, para responder.
Intimem-se."
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)
2007.34.00.700451-5 RECURSO CONTRA DECISÃO QUE DEFERE OU INDEFERE MEDIDA CAUTELAR CÍVEL

REQTE.	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
PROC.	:	PI00003930 - RAIMUNDO EVANDRO XIMENES MARTINS
REQDO.	:	NEUZA PEREIRA DA SILVA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"Vistos, em decisão
Trata-se de agravo contra decisão que deferiu a antecipação de tutela requerida, para determinar que o INSS restabeleça/mantenha o pagamento do auxílio-doença da agravada até decisão ulterior, baseada em perícia médica produzida em juízo.
A Procuradoria Federal Especializada do INSS foi intimada da decisão questionada no dia 17.01.2007. O recurso foi protocolizado em 26.01.2007, estando assim em condições de ser conhecido.
O INSS, por meio de alta programada, cessou o auxílio-doença da agravada no dia 30.11.2006.
Dispõe o art. 62 da Lei nº 8.213/91 sobre a cessação do auxílio-doença:
"Art. 62. O segurado em gozo de auxílio-doença, insusceptível de recuperação para sua atividade habitual, deverá submeter-se a processo de reabilitação profissional para o exercício de outra atividade. Não cessará o benefício até que seja dado como habilitado para o desempenho de nova atividade que lhe garanta a subsistência ou, quando considerado não-recuperável, for aposentado por invalidez."
Como não restou demonstrado nos autos que a agravada encontra-se habilitada para o desempenho de nova atividade que lhe garanta a subsistência, bem como não foi esta considerada não-recuperável, não existe motivo para findar o auxílio-doença, nos termos do art. 62 da Lei nº 8.213/91.
Portanto, a priori deve ser mantido o auxílio-doença até ser comprovada por perícia médica produzida em juízo a capacidade laborativa da agravada.
Desse modo, indefiro o pedido de efeito suspensivo.
À agravada, para responder.
Publique-se. Intimem-se."
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)
2007.34.00.700400-8 RECURSO CONTRA DECISÃO QUE DEFERE OU INDEFERE MEDIDA CAUTELAR CÍVEL

REQTE.	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
PROC.	:	DF00007779 - DANUSIA LUCINDA FARANGE DE GOUVEIA
REQDO.	:	UINDIARA APARECIDA DE ABADIA RODRIGUES

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"Vistos, em decisão
Trata-se de agravo contra decisão que deferiu a antecipação de tutela requerida, para determinar que o INSS não interrompa o pagamento do auxílio-doença da agravada até decisão ulterior, baseada em perícia médica produzida em juízo.
A Procuradoria Federal Especializada do INSS foi intimada da decisão questionada no dia 18.01.2007. O recurso foi protocolizado em 19.01.2007, estando assim em condições de ser conhecido.
O INSS, por meio de alta programada, irá cessar o auxílio-doença da agravada no dia 31.05.2007.
Dispõe o art. 62 da Lei nº 8.213/91 sobre a cessação do auxílio-doença:
"Art. 62. O segurado em gozo de auxílio-doença, insusceptível de recuperação para sua atividade habitual, deverá submeter-se a processo de reabilitação profissional para o exercício de outra atividade. Não cessará o benefício até que seja dado como habilitado para o desempenho de nova atividade que lhe garanta a subsistência ou, quando considerado não-recuperável, for aposentado por invalidez."
Como não restou demonstrado nos autos que a agravada encontra-se habilitada para o desempenho de nova que lhe garanta a subsistência, bem como não foi esta considerada não-recuperável, não existe motivo para findar o auxílio-doença, nos termos do art. 62 da Lei nº 8.213/91.
Portanto, a priori deve ser mantido o auxílio-doença até ser comprovada por perícia médica produzida em juízo a capacidade laborativa da agravada.
Assim sendo, indefiro o pedido de efeito suspensivo.
À agravada, para responder.
Publique-se. Intimem-se."
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)
2007.34.00.700311-2 RECURSO CONTRA DECISÃO QUE DEFERE OU INDEFERE MEDIDA CAUTELAR CÍVEL

REQTE.	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVG.	:	PI00003930 - RAIMUNDO EVANDRO XIMENES MARTINS
REQDO.	:	ADRIANO ANTONIO PINTO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
D E C I S Ã O
"Trata-se de agravo contra o deferimento da tutela antecipada, que determinou ao INSS restabelecer o auxílio-doença.
A Procuradoria Federal Especializada do INSS foi intimada da decisão questionada no dia 19.12.2006 (fl. 20-v). O recurso foi protocolizado em 08.01.2007, estando assim em condições de ser conhecido.
No mês de novembro de 2006, o INSS indeferiu o pedido de auxílio-doença (fl. 15), em virtude de parecer contrário da perícia médica.
Contudo, há nos autos laudo de exame de corpo de delito (fls. 13/14), expedido no mês de novembro de 2006, que comprova encontrar-se o agravado incapaz para as ocupações habituais por mais de trinta dias.
Portanto, diante do referido laudo e da natureza alimentar do auxílio-doença, a priori deve ser mantido o auxílio-doença até ser comprovada por perícia médica produzida em juízo a capacidade laborativa do agravado.
Diante do exposto, indefiro o pedido de efeito suspensivo.
À agravada, para responder.
Publique-se. Intimem-se."
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)
2007.34.00.700721-2 RECURSO CONTRA DECISÃO QUE DEFERE OU INDEFERE MEDIDA CAUTELAR CÍVEL

REQTE.	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVG.	:	DF00020388 - MAGALI DELLAPE GOMES
REQDO.	:	JOSE IVO SILVEIRA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"Vistos, em decisão
Trata-se de agravo contra suposta decisão que determinou ao INSS restabelecer o pagamento do auxílio-doença do agravado.
O agravo, entretanto, não pode ser conhecido, uma vez que a agravante não o instruiu com as peças obrigatórias, nos termos do art. 525, inc. I do CPC.
Diante do exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Após o trânsito em julgado desta decisão, arquive-se."
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)
2007.34.00.700725-7 RECURSO CONTRA DECISÃO QUE DEFERE OU INDEFERE MEDIDA CAUTELAR CÍVEL

REQTE.	:	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE
ADVG.	:	DF00024447 - RODRIGO ROMMEL DE MELO MATOS
REQDO.	:	MARIA DE FATIMA CASTRO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"Vistos, em decisão
Trata-se de agravo contra despacho proferido pela Exma. Juíza Sabrina Azevedo, que determinou o cumprimento de decisão proferida no agravo n° 2005.34.756284-4, o qual encontra-se concluso para julgamento do mérito.
Dessa maneira, mostra-se incabível o presente agravo, pois a juíza a quo apenas cumpriu o determinado na decisão, que ordenou o prosseguimento da execução quanto ao valor incontroverso de R$ 5.318,86 (cinco mil reais, trezentos e dezoito reais e oitenta e seis centavos), ou seja, o referido despacho não tem cunho decisório.
Diante do exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Após o trânsito em julgado desta decisão, arquive-se."
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)
2007.34.00.700805-3 RECURSO CONTRA DECISÃO QUE DEFERE OU INDEFERE MEDIDA CAUTELAR CÍVEL

REQTE.	:	LUIZ SOARES DE HOLANDA
ADVG.	:	DF00021483 - VANESSA DOS SANTOS GONCALVES
REQDO.	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
PROC.	:	DF00018021 - MARIA CRISTINA DE MIRANDA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"Vistos, em decisão
Trata-se de agravo contra decisão que indeferiu pedido de tutela antecipada em relação à concessão de auxílio-doença.
O agravo, entretanto, não pode ser conhecido, uma vez que a agravante não juntou aos autos a cópia da intimação da decisão agravada.
Diante do exposto, não conheço do agravo, nos termos do art. 525, inc. I do CPC.
Publique-se. Intimem-se.
Após o trânsito em julgado desta decisão, arquivem-se os autos."
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)
2007.34.00.700493-3 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

REQTE.	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
PROC.	:	DF00018021 - MARIA CRISTINA DE MIRANDA
REQDO.	:	MARIA JOSE DOS SANTOS
ADVG.	:	DF00004123 - MARIA DE NAZARE OLIVEIRA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
DECISÃO
"Defiro em parte o solicitado na petição de fls. 129/30, uma vez que o recurso inominado interposto pelo INSS foi recebido no efeito meramente devolutivo(fl. 116).
Dessa maneira, a sentença deve ser imediatamente cumprida no que diz respeito à obrigação de fazer, a implantação do amparo assistencial.
Publique-se. Intimem-se."
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)
2006.34.00.700625-1 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

REQTE.	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVG.	:	DF00013873 - CARLOS ALBERTO VALENTIM DOS SANTOS
REQDO.	:	MAXIMINO LELIS DE ABREU
ADVG.	:	DF00018902 - MONICA DE MATOS ALVES

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
DECISÃO
"Recebo o presente recurso inominado no efeito meramente devolutivo.
A sentença deve ser imediatamente cumprida no que diz respeito à obrigação de fazer, a implantação do amparo assistencial.
Publique-se. Intimem-se."
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)
2007.34.00.700371-9 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

REQTE.	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVG.	:	DF00018021 - MARIA CRISTINA DE MIRANDA
REQDO.	:	LAZARA DE FATIMA SILVA
ADVG.	:	DF00010589 - GENUINO LOPES MOREIRA JUNIOR

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
DECISÃO
"Defiro em parte o solicitado na petição de fl. 125, uma vez que o recurso inominado interposto pelo INSS foi recebido no efeito meramente devolutivo(fl. 107).
Dessa maneira, a sentença deve ser imediatamente cumprida no que diz respeito à obrigação de fazer, a implantação da aposentadoria por invalidez.
Publique-se. Intimem-se."

EXPEDIENTE DO DIA 29 DE MARÇO DE 2007

RELATOR	:	DR. RUY COSTA GONÇALVES

AUTOS COM DESPACHO
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)
2007.34.00.700793-9 RECURSO CONTRA SENTENÇA CÍVEL

RELATOR	:	DR. RUY COSTA GONÇALVES
REQTE.	:	IOLANDA VELASCO DE ANDRADE E OUTROS
ADVG.	:	DF00002489 - RUY MONTEIRO CONDE
REQDO.	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
DESPACHO
"I - À parte recorrida para apresentar as contra-razões ao recurso de Agravo de Instrumento.
II - Intime-se."

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)
2006.34.00.701293-7 RECURSO CONTRA DECISÃO QUE DEFERE OU INDEFERE MEDIDA CAUTELAR CÍVEL

RELATOR	:	DR. RUY COSTA GONÇALVES
REQTE.	:	ADEMIR CAETANO DE ARAUJO
ADVG.	:	DF00021745 - FERNANDO RODRIGUES MARTORELLI
REQDO.	:	UNIAO FEDERAL
ADVG.	:	DF00007779 - DANUSIA LUCINDA FARANGE DE GOUVEIA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :

DESPACHO

"Em face do despacho de f. 46, no qual o MM. Juiz da 23ª Vara do Juizado Especial Federal Cível reconsiderou a decisão que deixara de receber o recurso interposto pelo ora agravante, dou por prejudicado o julgamento do presente agravo, tendo em vista o esvaziamento de seu objeto.
Sem custas e honorários advocatícios.
Arquivem-se os autos.
Intimem-se."

AUTOS COM DECISÃO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)
2007.34.00.700799-0 RECURSO CONTRA DECISÃO QUE DEFERE OU INDEFERE MEDIDA CAUTELAR CÍVEL

RELATOR	:	DR. RUY COSTA GONÇALVES
REQTE.	:	FLORENCIO FELIX DOS REIS
ADVG.	:	DF00010589 - GENUINO LOPES MOREIRA JUNIOR
REQDO.	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVG.	:	DF00018021 - MARIA CRISTINA DE MIRANDA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :

D E C I S Ã O

"Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto por FLORÊNCIO FÉLIX DOS REIS, em face da decisão de f. 30 -proferida nos autos da ação ordinária nº 2006.34.00.705004-6 -, na qual foi indeferido pedido de antecipação dos efeitos da tutela em relação à pretensão do Agravante quanto ao restabelecimento de seu benefício de pensão por morte.
Aduziu o agravante, em síntese, que "a natureza alimentar da prestação buscada já fundamenta a necessidade de tramitação instrumental deste agravo, sob pena de causar à parte lesão grave e de difícil reparação" (f.03). Alegou, ainda, que é "viúvo, hipossuficiente, nascido em 10/06/1949, passa por grandes dificuldades para sua subsistência, posto não receber ajuda de terceiros e o benefício da pensão por morte que o provia ter sido sumariamente cessado em 28/08/2006, alegando o agravado, não ter o benefício, dependente válido" (f.04).
Instruíram o pedido os documentos de ff. 08/30.
Decido.
Dispõe o Código de Processo Civil:
Art. 558. O relator poderá, a requerimento do agravante, nos casos de prisão civil, adjudicação, remição de bens, levantamento de dinheiro sem caução idônea e em outros casos dos quais possa resultar lesão grave e de difícil reparação, sendo relevante a fundamentação, suspender o cumprimento da decisão até o pronunciamento definitivo da turma ou câmara.
Parágrafo único. Aplicar-se-á o disposto neste artigo às hipóteses do art. 520.
Não se vislumbra hipótese em que a concessão de efeito suspensivo ao recurso interposto se faça mister, uma vez que, na espécie, não se revela lesão grave ou de difícil reparação a que esteja submetida a agravante por força da decisão recorrida.
Ademais, verifica-se que a decisão recorrida considerou-se os documentos colacionados pelo autor para concluir que "a matéria tratada nos presentes autos depende de dilação probatória, além de manifestação da parte ré, tendo em vista que as circunstâncias fático-jurídicas inerentes à lide não se encontram devidamente esclarecidas" (f.30). Desse modo, não há também relevante fundamentação a embasar a suspensão pretendida.
RAZÕES PELAS QUAIS indefiro o pedido de efeito suspensivo.
Comunique-se o teor desta decisão ao juízo de origem.
Intime-se o agravado para, caso queira, responder ao agravo (artigo 527, V, do Código de Processo Civil).
Publique-se. Intimem-se."

EMENTAS DA 02 SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2007.

RELATORA: DANIELE MARANHÃO COSTA

AGRAVO Nº 2007.34.00.700398-0/DF

RELATORA	:	EXMA. SRA. JUÍZA DANIELE MARANHÃO COSTA
AGRAVANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	MARIA CRISTINA DE MIRANDA
AGRAVADO	:	RAFAEL ALMEIDA VALENTE DE ANDRADE
ADVOGADO	:	DF20087 - KELLY DE SOUZA CORDEIRO

E M E N T A

CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE. FILHO MAIOR DE 21 ANOS. CANCELAMENTO ADMINISTRATIVO. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. AGRAVO PROVIDO.

Trata-se de Agravo interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS contra decisão que deferiu pedido de tutela antecipada, determinando ao INSS o restabelecimento do benefício de pensão por morte, cancelado administrativamente.

A antecipação de tutela somente será concedida quando houver prova inequívoca, o Juiz se convencer da verossimilhança da alegação e existir fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação ou, ainda, ficar caracterizado abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu (art. 273, I e II, do CPC).

A legislação previdenciária fixou a obrigatoriedade da manutenção do benefício da Previdência Social até os 21 (vinte e um) anos de idade (artigo 16, inciso I da Lei 8.213/91).

Dispõe o artigo 77, § 2º, inciso II, da Lei nº 8.213/91, que a pensão por morte será extinta "para o filho, a pessoa a ele equiparada ou o irmão, de ambos os sexos, pela emancipação ou ao completar 21 anos de idade, salvo se for inválido".

Incabível a extensão do benefício da pensão por morte até os vinte e quatro anos, ainda que o dependente seja estudante universitário, tendo em vista o princípio da legalidade.

Sobre a concessão da tutela contra a Fazenda Pública, o Supremo Tribunal Federal posicionou-se no sentido de que a decisão proferida na Ação Declaratória de Constitucionalidade 4 (ADC-4/DF), não se aplica às causas de natureza previdenciária (Súmula 729/STF e Rcl 1257/RS, Tribunal Pleno, DJ de 07/02/2003).

Agravo provido.

Decisão mantida. Acórdão proferido nos termos do art. 46 da Lei nº 9.099, de 1995.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Recursal, à unanimidade, dar provimento ao Agravo do INSS.

Turma Recursal, Juizado Especial Federal/SJDF - 15/03/2007.
Daniele Maranhão Costa
JUÍZA RELATORA

RELATOR: ITAGIBA CATTA PRETA

Recurso Nº 2006.34.00.701263-9/DF

RELATOR	:	ITAGIBA CATTA PRETA NETO
REQUERENTE	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	FERNANDO PORTELA OLIVEIRA
REQUERIDO	:	LINDAURA MARTINS DE ABREU

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO. AMPARO ASSISTENTICAL. IDOSO. RENDA. APLICAÇÃO ANALÓGICA DO ART. 34, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI Nº 10.741/2003. RECURSO IMPROVIDO.

I. Preliminar de nulidade da sentença não acatada, uma vez que a não realização da audiência de instrução e julgamento não acarretou em prejuízo para a defesa, nos termos do art. 13, § 1° da Lei n° 9.099/95.

II. Ao idoso, a partir de 65 (sessenta e cinco) anos, que não possua meios de prover a sua subsistência e nem sua família pode supri-la, é assegurado o benéfico mensal de 1 (um) salário-mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social, conforme o disposto no art. 34 da Lei nº 10.741/2003.

III. A autora completou 65 (sessenta e cinco) anos de idade no dia 19.09.2002 (fl. 16).

III. Dispõe o art. 34, parágrafo único da Lei nº 10.741/2003 que: "O benefício já concedido a qualquer membro da família nos termos do caput não será computado para os fins do cálculo da renda familiar per capita a que se refere a Loas.".

IV. Aplicação analógica do referido artigo no caso concreto, tendo em vista que a renda apurada pela pesquisa sócio-econômica (fls. 34/39) é de um salário-mínimo, proveniente da aposentadoria do esposo da autora.

V. Precedentes do egrégio TRF da 3ª Região (Processo: 20043000244718, Relatora Juíza Federal Eva Regina, pub. no DJU de 25.08.2006) e da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado de Goiás (Processo: 2006.35.00.710177-8, Relator Juiz Federal Euler de Almeida Silva Júnior, pub. no DJ-GO de 28.06.2006).

VI. Dessa maneira, o requisito da renda mensal per capita inferior a ¼ do salário-mínimo, prevista no art. 20, § 3º da Lei nº 8.742/93 foi devidamente comprovado, uma vez que a referida aposentadoria não é considerada para o cálculo da renda familiar per capita e o valor apurado com a venda de pipoca, R$ 80,00 (oitenta reais), é ínfimo.

VII. Sentença mantida. Acórdão proferido nos termos do art.46 da Lei nº 9099/1995.

VIII. Recurso improvido, sem imposição de verba honorária, uma vez que a parte recorrida não está assistida por advogado nem ofereceu contra-razões.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Recursal, por maioria, negar provimento ao recurso. Turma Recursal, Juizado Especial Federal/SJDF - 15/03/2007.
Juiz Federal Itagiba Catta Preta Neto, Relator

EMENTAS DA 03 SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2007.

RELATOR: ITAGIBA CATTA PRETA

Recurso Nº 2006.34.00.900130-3/DF

RELATOR	:	ITAGIBA CATTA PRETA NETO
RECORRENTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	:	DF00007779 - DANUSIA LUCINDA FARANGE DE GOUVEIA
RECORRIDA	:	AILTON MARTINS CARDOSO
ADVOGADO	:	DF00020730 - JULHIANO CESAR AVELAR E OUTRO(S)

EMENTA

CIVIL. ADMINISTRATIVO. PROCESSO ADMINISTRATIVO. POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS. DIFERENÇAS APURADAS. REVISÃO DE PROGRESSÕES FUNCIONAIS. JUROS DE MORA.
I. Juros de mora reformados para o percentual de 0,5% ao mês, a partir da citação, conforme o disposto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, acrescido pela MP nº 2.180/01.

II. Sentença parcialmente reformada. Acórdão lavrado nos termos do art. 46 da Lei 9.099/95.

VIII. Recurso parcialmente provido. Honorários advocatícios compensados, em face da sucumbência recíproca.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Recursal, por unanimidade, dar parcial provimento ao recurso. . Turma Recursal, Juizado Especial Federal/SJDF - 29/03/2007.
Juiz Federal Itagiba Catta Preta Neto, Relator

RELATOR: RUI COSTA GONÇALVES

RECURSO CONTRA SENTENÇA Nº 2005.34.00.754629-1
RELATOR: JUIZ RUI COSTA GONÇALVES
RECORRENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR: FERNANDO PORTELA OLIVEIRA
RECORRIDO: EDISONIA DE SOUZA PINTO
ADVOGADO: AMELIA ROSA LEITE MOURA

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. PENSÃO POR MORTE. ÓBITO OCORRIDO NA VIGÊNCIA DO DECRETO Nº 89.312/84. *TEMPUS REGIT ACTUM*. MAIORIDADE DE FILHA DO INSTITUIDOR. REVERSÃO DO BENEFÍCIO EM FAVOR DO CÔNJUGE SOBREVIVENTE. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTE DO STF. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.
I - Recurso inominado interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social, por meio do qual se pretende a reforma da sentença de 1º grau para impedir que se reconheça a aplicabilidade retroativa da Lei nº 8.213/91, quanto a reversão, em favor do cônjuge sobrevivente, da parcela do benefício que era percebido pela filha do casal antes de completar a maioridade.

II - A jurisprudência da Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de que o fato gerador para a concessão do benefício de pensão por morte deve levar em conta a data do óbito do segurado, observando-se a lei vigente à época de sua ocorrência. A explicação deriva do fato da concessão da pensão por morte estar atrelada aos requisitos previstos na legislação de regência no momento da morte do segurado, em obediência ao princípio *tempus regit actum*. Precedente do STJ (AgRg no Ag nº 635429/SP, 5ª Turma, rel. Min. Gilson Dipp, DJ de 10-04-2006).

III - O art. 77, § 1º, da Lei nº 8.213/91 não pode ser invocado ao caso, já que o óbito do segurado ocorreu em período no qual o benefício de pensão por morte tinha como norma de regência o Decreto nº 89.312/84. A lei vigente ao tempo da concessão do benefício da autora não permitia a reversão, em seu favor, da parte que cabia a outro beneficiário.

IV - O raciocínio coaduna-se com a orientação recente do Supremo Tribunal Federal em casos de mesma natureza jurídica. Recursos Extraordinários nº 415454 e nº 416827, interpostos pelo INSS. Consoante leitura defendida pelo STF, a Lei nº 9.032/95, que determinou o valor mensal da pensão por morte correspondente a uma renda mensal de 100% (cem por cento) do valor do salário-de-benefício, somente tem aplicabilidade em relação aos benefícios concedidos na sua vigência, não abrangendo os casos regulados pela legislação anterior.
V - Recurso provido. Incabível a condenação em honorários advocatícios, nos termos do art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.
VI - Sentença reformada. Acórdão proferido nos termos do art. 46 da Lei nº 9.099/95.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma Recursal, por unanimidade, DAR PROVIMENTO AO RECURSO DO INSS.

Brasília-DF, 29 de março de 2007.
RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal - Relator